

Revista da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo

A história dos notários e registradores contada em páginas memoráveis

Sérgio Jacomino, Org.

A Revista da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo nasce em setembro de 1939. Tendo como redator-chefe o Dr. Aureliano Arruda, a revista foi criada na gestão do Dr. Brasília Machado Neto, presidente da entidade e 4º Tabelião de Protesto da Capital.

Diz o artigo inaugural que o lançamento da Revista cumpria promessa feita há muito.

A ASJESP foi criada a 8 de julho de 1928. Ao longo de toda a sua vida cumpriu fielmente os objetivos consagrados na folha inaugural: orientar os oficiais públicos em seu nobre mister.

Dez anos decorridos, em 2 de março de 1949, o presidente em exercício, Dr. Francisco Vergueiro Porto, igualmente tabelião de protesto da Capital, lançaria o Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

Inaugurava-se um fase distinta. O Boletim, mais modesto – como aliás reconheceria Abner Ribeiro Borges, Oficial do Registro Civil do Jardim América – o Boletim circularia em reproduções mimeografadas.

Esse período se estendeu até o Boletim n. 24, que veio a lume em fevereiro de 1951. A Comissão de Redação contava com o grande escritor Menotti Del Picchia.

O Boletim cumpriu integralmente os seus objetivos. Ao cabo de 31 anos, a última edição publicada foi a de número 115, compreendendo o período de julho a dezembro de 1983.

A história dos Boletins da ASJESP começa a ser contada nesta página eletrônica.

Agradecemos à AnoregSP – Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo, na pessoa de sua presidente, Dra. Patrícia de André Camargo Ferraz, a cessão da coleção o que permitiu a sua disponibilização neste site para pesquisa e informação.

Na data de hoje, deposito este acervo na plataforma da www.archive.org, na esperança de que este precioso material seja perenizado. Além disso, toda a coleção fac-similar acha-se no site <https://circuloregistrat.com.br/asjesp/>

São Paulo, 11 de janeiro de 2023.

Sérgio Jacomino, Organizador.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

I

A "Associação dos Serventuários de Justiça" vai iniciar, pelo presente, a publicação de seu modesto "Boletim" em continuação de sua revista, para propiciar um contato mais direto com os seus dignos associados.

Pretende, por ele, facilitar aos seus associados o exercício de seus respectivos cargos fornecendo-lhes informações, de que carecem, como publicará os provimentos do M. Corregedor Geral, dos despachos de soluções de dúvidas, de leis referentes à nossa profissão e os últimos regulamentos fiscais. Além, disso, publicará e aceitará sugestões e idéias de ordem geral que interessem à classe.

Mas fica dito, de uma vez para sempre, que a Redação ficará com o direito de escolher quais os artigos que devem ser publicados sem molestar com esse ato, os nosso colaboradores e nem se responsabilizará pelas idéias expedidas nos artigos publicados.

Sendo um órgão de classe, só aceitará artigos de seus associados e, enquanto for modesto e pequeno, não poderá aceitar artigos de doutrina ou polemicas para determinado número.

A Associação vai se esforçar para que o Boletim tenha vida longa e seja um órgão informativo da classe e, para isso conseguir, precisa de apoio firme e constante de todos os seus leitores.

É o que nos cumpre dizer.

AUMENTO DO QUADRO SOCIAL -

Somos 1.500 serventuários e só fazem parte da Associação 600, porque deixar de fora esses 900 Colegas? Pedimos aos nossos associados que nos ajude a aumentar o nosso quadro social, fazendo propaganda junto aos nossos colegas que ainda não são sócios. Pedimos muito?

Pedidos de licenças e quaisquer outros destinados a Secretaria da Justiça, podem ser endereçados a esta Associação que dará com urgência e interesse as devidas providências.

"O APARECIMENTO DO BOLETIM DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA"

Acaba de aparecer o "boletim da Associação dos Serventuários de Justiça, não com a pompa da 1ª Revista, mas mimiografada, mais resumido, porém mais interessante à classe, pois que sucintamente publicará que for estritamente útil, como seja, leis, decretos, provimentos etc. com os devidos esclarecimentos afim de facilitar a compreensão dos seus respectivos textos, tornando-se o Boletim indispensável a todos os serventuários de todos os ramos e ofícios.

Os oficiais do Registro Civil lucrarão grandemente com o Boletim que os porá ao par das leis que disserem respeito aos seus cartórios, pois que será remetido cuidadosamente ao mais recôndito sertão, onde o cartório existir.

Os pedidos de licença, de esclarecimentos sobre provimentos, leis e matéria de ofício e mesmo sobre alguns assuntos particulares dos serventuários do interior a Associação atenderá sem delongas, pelo Boletim, dessa forma difundindo o assunto para conhecimento de todos os serventuários.

Esforçará para melhorar a situação dos serventuários dando-lhes direitos de promoção, remoção, permutas, estabelecendo a carreira, etc.

Será publicado sob os auspícios da Associação e pelo esforço do seu atual Presidente interino Dr. Francisco Vergueiro Porto, máxima garantia de êxito do "Boletim", que está animando em tudo fazer pelos colegas sem distinção de cartórios, mesmo porque não há serventuários superiores nem inferiores, são todos iguais, todos contribuem com seu esforço e trabalho à coletividade, facilitando para que todos se munam dos seus imprescindíveis documentos, que tenham seus direitos assegurados pela Justiça rápida e barata, tão integralmente distribuída pelos dignos magistrados que a compõem dos quais somos seus indispensáveis auxiliares, e sem falsa modéstia estamos certos de que cumprimos nossos deveres com crescente desejo de aperfeiçoamento ao melhor desempenho das nossas funções.

No momento estamos privados do inteligente concurso na Presidência, do distinto colega Dr. Ibsen da Costa manso, que honrosamente foi designado para secretariar o Tribunal Eleitoral, que lhe toma todo tempo, mas prometeu que continuará prestando seu valioso concurso, furtando alguns momentos de seus afazeres para trabalhar pela grandeza da Associação.

Recomendo pois a todos os colegas que apoiem o "Boletim" que redundará em seu próprio proveito e interesse e que por sua vez também prestarão seu auxílio para que o Boletim tenha vida longa, para que seja o quanto antes impresso tipograficamente, assim tornando-se um defensor da classe com melhor aparência, impondo-se de futuro pela sua maior utilidade, ampliando-se em assuntos forenses, assim indispensável não só aos serventuários como a todos que militam no foro.

Felicitações pois, ao Dr. Francisco Vergueiro Porto pelo aparecimento do "Boletim".

(ABNER RIBEIRO BORGES)
Oficial do Registro Civil do Jardim América

H O M E N A G E M -

Da Associação aos serventuários que ocupam Cargos de eleição popular na Administração Pública do País, do Estado e dos Municípios.

Ao iniciarmos a publicação deste Boletim, devemos, prestar uma homenagem aos nossos Colegas que ocupam cargos na Administração Pública, fazendo parte dos Poderes Executivo e Legislativo da União, do Estado e dos Municípios, deste Estado.

DR. A. NOVELLI JUNIOR - DD. Vice-Governador do Estado
DR. CESAR LACERDA DE VERGUEIRO - DD. Secretário da Justiça.
Drs. EDGARD BAPTISTA PEREIRA, FRANCISCO FRANKLIN DE ALMEIRDA E JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO - DDs. Deputados Federais
Drs. BRASÍLIO MACHADO NETTO, ERNESTO MONTE, JOSÉ MILLIET FILHO, NARCISO PIERONE E MARINHO DI CIERO - DDs. Deputados Estaduais.
DR. JOSÉ FERREIRA ALVES CURILLO e LUCIANO LAZARO DINIZ - DDs. Vereadores, respectivamente em São Paulo e Sorocaba.
ANTONIO FLAQUER, NELSON ASSUMPÇÃO OLINTHO, DR. PEDRO FURQUIM, JOAQUIM GERALDO CORRÊA, ODILON NEGRÃO - DDs. Prefeitos nas cidades de Santo André, Tietê, Presidente Prudente e Araçatuba.
A esses distintos Colegas, nossas saudações.

APOSENTADORIA E OUTROS ASSUNTOS -

Mário Ferreira
(5.º Tabelião da Capital)

A questão da aposentadoria dos serventuários e escreventes tem constituído séria preocupação

de nossa Associação de Classe. Desde a Diretoria presidida por nosso ilustre colega Brasília Machado Neto, na qual tive a honra de figurar, conheço os estudos empreendidos derredor do assunto, e levados com almejado êxito, à apreciação do governo.

Considerava-se, no período estadonovista, que a aposentadoria teria que resultar de contribuição direta dos próprios interessados e com essa base, todas as tentativas esmoreciam diante da intransponível "reserva técnica". Seria mister dilatado período de carência, sobrecarregado de inaproveitados descontos, afim de que se acumulasse capital com renda suficiente para a efetivação desse benefício social.

O pensamento dominante não concebia a implantação, para tal fim, de pequenas taxas quase imperceptíveis ao contribuinte, mas que, por sua quantidade, logo avultariam na formação de reserva precisa. Enquanto subiam e continuam a ascender os preços de todas as utilidades, inclusive, agora, os da água, e da luz, as portas da boa vontade fechavam-se (e assim continuam) ante as justas aspirações dos serventuários dos proprietários de casas antigas. Esses, se vêm confinados, no auge do período inflacionário, aos proventos da há quase meio século, ao passo que todas as outras atividades alcançam compensações triplicadas e sempre crescentes. O atual regimento de custas, promulgado na interventoria Fernando Costa, visando reajustar a situação econômica dos serventuários e escreventes, oferece esta inominável singularidade: ao invés de aumento, várias parcelas, interessando sobretudo os tabeliães de notas, apresentam reduções de quase 50 por cento. Esses e tantos outros fatos espelham a desorientação reinante, a reclamar melhor disciplina para o pensamento nacional, em todas as classes e atividades, afim de que o barco não naufrague.

A aposentadoria dos serventuários e escreventes é problema vitoriosamente resolvido em outros Estados e no Distrito Federal. Como solução indeclinável, permitindo ao governo a sustentação do ônus, impõe-se a criação, inclusive por meio de selo, de módica taxa sobre os serviços realizados, com a qual se formará, em curto espaço de tempo, a necessária reserva técnica. Não se alterou, em qualquer parte, a organização judiciária tradicional, que tem, através dos séculos, servido nossa Pátria a contento. No campo da engenharia, nenhum construtor, para abrir uma janela nova, se sentiria compelido a revolver os alicerces do edifício. Porque seria preciso que se agisse de modo diverso no terreno legislativo? Acresce que a vigente constituição federal restabeleceu, em nossa vida jurídica, o princípio do "direito adquirido", que se vira em eclipse na pouco saudosa carta de 1937. As garantias do cidadão readquiriram, com a simples disposição do art. 141 parágrafo 3º, o seu império antigo, e é preciso que se confie mais na indefectível magnitude de poder judiciário, solicitando-lhe a correção dos erros que se repetem, ainda sob o influxo do absolutismo extinto.

Assunto posto em foco, a questão da aposentadoria dos serventuários e escreventes resolver-se-á, por certo, no ano corrente.

Tratando-se de matéria especial, seria aconselhável que se lhe dedicasse lei própria, exclusiva, sem apêndices ou enxertos. Não se deverá, de outro modo, cortar em pano estreito, de maneira a tornar angustiosa ou mesmo insustentável a manutenção do aposentado, e sim, legislar tendo em vista a realidade, nua e crua, da situação econômica digna, de acordo com seu padrão de vida, ao trabalhar que, por tal motivo, não pode mais trabalhar. De tal sorte, não se imaginaria que, a não ser por irrisão, se outorgassem aos aposentados apenas salários de fome e de insuportável angustia material e moral.

Entendo que serventuários e escreventes devem ligar-se, desde logo, estreitamente, na defesa desse e de outros interesses da classe. Se cogitasse, durante alguns minutos, na força política e social de sua coesão, os serventuários e os escreventes não se deixariam arrastar por dissensões puramente demagógicas, que apenas os desprestigiam. Unidos, seriam eles uma afirmação vigorosa; destacados, como ainda se encontram, não passam de pequenos grupos descontentes.

Toda organização social importa uma porção de renúncias individuais. A sociedade humana oferece o exemplo imediato desta afirmativa. Mas, em compensação, o indivíduo adquire, para a defesa de suas necessidades essenciais toda a força imperativa da organização, que jamais lhe

adviria por outros meios. Para a consecução de seus legítimos objetivos, os serventuários e os escreventes de todo o Estado devem realizar, desde já, sem delongas ou hesitações apenas prejudiciais, o fácil programa seguinte: - união e disciplina.

COMPROMISSO DE IMÓVEL NÃO LOTEADO

Não se aplica aos mesmos a forma de notificação e cancelamento prevista pelo artigo 14 do Decreto-Lei 58. - Decisão do M. Juiz dos Registros Públicos - Dr. Plínio de Carvalho Pinto.
Vistos

I. Em consulta dirigida a este juízo indaga o Sr, oficial do Registro de Imóveis da 12ª Circunscrição, se nas promessas de venda de imóveis não loteados inscritas no livro n.º 4 (Registros Diversos) têm aplicação as disposições dos Dec. Lei n.º 58 e dec. N.º 3.079, na parte referente à notificação de que trata o art. 14, podendo receber e entregar esta ao compromissário faltoso, e, na sua ausência, expedido o respectivo edital de intimação, na forma prescrita no texto citado.

II. Já decidiu este juízo em sentença de 21 de Agosto de 1945, solucionando dúvida suscitada pelo Oficial do registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, que o único efeito que decorre da averbação ou inscrição da promessa de compra e venda de imóvel não loteado é o que lhe atribui o art. 5º dos decretos referidos, como já o decidiram o Supremo Tribunal Federal (Ver. For., 90687) e o E. Tribunal deste Estado em grau de revista (Rev. Trib., 152/228; 153/562; 154/261). Os efeitos dessas leis especiais, e que, pelo seu art. 22, foram estendidos aos compromissos de compra e venda de imóveis não loteados, só existem e operam após os registros por elas instituídos, por inscrição ou por averbação. Não podendo resultar efeito de causa inexistente, segue-se que em relação aos compromitentes que não tem propriedade loteada devidamente inscrita, não é possível facultar-se o cancelamento previsto nos arts. 7, letra b e 14 das citadas Leis, que dispõem exclusivamente sobre as averbações feitas à margem da inscrição do loteamento.

Seria atribuir-se aos proprietários, compromitentes vendedores, sem loteamento inscrito na forma estabelecida nessa legislação especial, um direito que não teem e que, por analogia, não pode originar-se do disposto no artigo 22, que somente alude aos compromissos e, portanto, aos compromitentes compradores.

III. Sabe-se que o dec. Lei 58 veio atender as exigências de caráter social e econômico, que as aplicações de capital na aquisição de terrenos havia determinado. Julgou-se que a providência legislativa tinha caráter geral, mas assim não o considerou o legislador, de modo peremptório. Philadelfo Azevedo aludiu às transformações que a lei operou, não só assegurando execução específica às pessoas, como dando às mesmas no direito real, pela sua eficácia erga tertius. Mas essas transformações se restringiram, como acentua, "ao campo específico do loteamento, procedido do cuidadoso trabalho de limpeza prévia de títulos, mediante publicidade e desafio a contestações por parte de quaisquer terceiros" (voto no recurso extr. N.º 7.052). Nota-se nos considerando da lei que eles todos se referem expressamente a locação de terrenos para venda mediante pagamento do preço em prestações. O dec. N.º 3.079, que regulamentou, não alterou sua configuração. O fato de se achar o compromisso registrado, na forma facultada pelo art. 22, não o sujeita ao império dessas leis especiais, dando-lhe apenas o caráter de direito real, oponível a terceiros, nos termos do art. 5.º das mesmas leis. O registro das citadas leis só se aplica aos terrenos loteados, como aliás, já o resolveu recentemente o E. Sup. Tribunal Federal (Ver. For. 111/78).

IV. Nos termos expostos fica resolvida a consulta feita pelo Sr. Oficial, dando-se-lhe conhecimento.
P.R.I.

São Paulo, 13 de Dezembro de 1948.

O Juiz de Direito - (a) Dr. Plínio de Carvalho Pinto.

INFORMAÇÕES

De acordo com a Lei n.º 185, de 13/11/1948, estão sujeitos ao pagamento do selo por verba:

- 1) Nomeação de serventuário de justiça - sobre a lotação arbitrária ou aumento desta.
- a) Vitalícias ou efetivas 14 por cento
- b) Interinas ou provisórias 4 por cento
- c) A incidência do imposto alcança os autos de lotação.

De acordo com a mesma lei, estão sujeitos ao pagamento de solo, portarias de licença a servidores públicos não estipendiados pelos cofres do Estado, desde que não seja para tratamento de sua saúde ou da pessoa de sua família, ou não seja licença prêmio:

- a) até 2 meses b) até 4 meses c) até 6 meses d) até 12 meses e) Por mais de 12 meses
- Cr.\$ 20,00 Cr.\$ 40,00 Cr.\$ 80,00 Cr.\$ 120,00 Cr.\$ 170,00

Aceitamos, com prazer, anúncios para o nosso Boletim. A nossa tabela é módica e todos que, dela quiserem se informar, podem se dirigir a nossa redação.

A competência e zelo do serventuário é a melhor recomendação para o seu cartório e confiança das partes interessadas, redundando esse esforço, essa dedicação em proveito do próprio titular.

O NOTARIADO EM FACE DA PRETENDIDA BUROCRATISAÇÃO DAS SERVENTIAS DE JUSTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Nos serviços da Justiça, devemos destacar de forma especial, pela alta função social e econômica que desempenham, os Tabeliães de Notas, ou melhor designado, os Notários, função que, infelizmente em nosso país ainda não está suficientemente divulgada e muito menos compreendida.

Quem é o Notário? - Valemo-nos, para responder, das palavras de Gonzalo de las casas, que, com a devida vênia, para aqui traduzimos:

"Há na sociedade civil uma Instituição tão ligada ao direito social, tão necessária à sua existência, que não encontramos Estado onde sob uma forma ou outra não possua igual missão de universal confiança. - Esta Instituição é o Notariado". (Tratado Geral de Notariado, 1877, pág. 15).

E, na mesma obra, à página 16: "Estudemos o Notariado.

A propriedade, a família, a sucessão, eis aqui os três objetivos da filosofia do Direito, os três grandes fundamentos da sociedade, a ampla esfera onde se move a nobre Instituição a que aludimos, e o fim predileto que deve formar o constante estudo do funcionário chamado pela Lei a dar Fé da Verdade".

E, à pág. 20: "A Instituição do Notariado, fundada na Verdade e na virtude, pode considerar-se como a mais eminente das instituições sociais, filosoficamente consideradas".

Por estas palavras, podemos afirmar que o Notariado é uma instituição social indispensável à organização básica do Estado. E o Notário, é o cidadão investido pelo Estado da função pública de, redigindo e autenticando os atos e contratos, portar por fé a Verdade.

São de Oliveira Machado estes conceitos: "O Tabelião é o inestimável antídoto da demanda. Genuíno produto da primitiva civilização, é o seguro paladino da família e do mudo penhor do lar doméstico.

Escrevendo o instrumento com toda individuação e pureza, ele embarga o subterfúgio do pactuante malversor, que projeta envolver o outro nos sinuosos meandros da chicana imprevista, confiante de todos os erros, de todos os segredos, ele aconselha a justa reparação pelo cumprimento da obrigação, pelo pagamento devido, pela restituição, pela esmola, pelo

legado.

Em todas as nações, mesmo nas épocas menos iluminadas, o tabelião tem merecido peculiar distinção dos poderes públicos. Na própria Roma, o escravo investido daquele cargo de prerrogativas recusadas aos outros de seu estado, Carlos Magno colocou-o ao lado da Magistratura. Os países Novos dão-lhe ao atributo de nobreza. Se o Juiz põe fim a lide pela decisão, cruel para um e propícia para outro, (texto original cortado) Tabelião com traços da inocente pena, sem sorriso e sem lágrimas da parte, ou absorve o litígio, resolvendo-o antes de incidir na tela judiciária, ou apaga pela quitação, seus funestos vestígios. Um bom Tabelião exerce benéfico influxo nos destinos dos povos". - (Novíssima Guia Prática dos Tabeliães, 3ª. Ed. Parágrafo 7.º, pág. 17).

Eis aqui o que é o Notariado como instituição e qual a verdadeira função que desempenha o Notário.

Torna-se evidente a necessidade imperiosa de se ele um profissional da absoluta e imediata confiança das partes e, portanto, de sua livre escolha.

Em virtude de suas funções, ao Estado não é lícito impor às partes, este ou aquele notário. Esta imposição seria uma das funestas conseqüências da pretendida burocratização. Seria mesmo que o Estado quisesse impor o médico ao doente, o advogado ao litigante e o engenheiro àquele que deseja construir.

Pela natureza dos serviços que presta, o notário acerca-se das profissões liberais, e seria grave erro burocratizar a sua função.

Desapareceria o fator confiança, com relação às partes, de do notário se tiraria o valor de sua competência, o estímulo ao trabalho, a recompensa de seus esforços.

Das exposições de motivos com que tem sido apresentados os projetos de oficialização, não constam razões convincentes que justifiquem o que mais se alega - mas ainda não foi provado - é que os serventuários tem lucros excessivos. Se realmente tais lucros existissem, não seria este o motivo justo e suficiente para a burocratização. Eles seriam o resultado de um esforço todo pessoal. Seriam a justa compensação de competência, de dedicação ao trabalho, de honestidade e de boa prestabilidade dos serviços que lhes são reclamados. Existem médicos, engenheiros e advogados que por seus dotes pessoais de inteligência, cultura e competência ganham verdadeiras fortunas, e por isso evidentemente ninguém pode censurá-los, e por esse motivo ninguém pensou em burocratizar as suas profissões.

Estamos, com em todo o mundo e em tudo, numa época de evolução. E o Notário também precisa evoluir. Neste sentido é que os nossos legisladores deveriam se aplicar. As antiquadas normas, formas e leis que regulam o assunto, necessitam, em muitos pontos ser modificadas, outras revogadas, e muitas criadas para, não só acompanharmos a evolução do Direito, como também para maior segurança das partes contratantes. No TERRENO da previdência social nada existe em nosso Estado com relação aos serventuários da Justiça e seus auxiliares. No entanto, todas as demais classes já têm os seus direitos amparados. Conhecemos casos tristes de escreventes que após uma vida inteira de sacrifícios, na velhice não tem direito ao descanso, na doença e na incapacidade com nada podem contar, e por morte deixam a família na mais terrível miséria. E porquê? Simplesmente por falta de apoio dos poderes competentes e, talvez, principalmente, pela desunião da classe. Se não for possível criar esses benefícios para os que hoje vivem na profissão, nem por isso devemos deixar de lutar pela sua criação. Outros virão. Mas, infelizmente, o egoísmo pessoal ou de pequenos grupos, suplanta as necessidades e o bem estar da coletividade.

Ainda há pouco vimos todos esses princípios de liberdade profissional, de evolução de leis, normas e formas de previdência social atinentes ao notário, consagrados, unanimemente, por dezenove países no Primeiro Congresso Latino, que se realizou em Outubro p. passado em Buenos Aires, e onde tivemos a honra de representar a Associação dos Serventuários de Justiça

do Estado de São Paulo.

Encerrando estas considerações, não queremos deixar de afirmar que, ao escrevemos estas linhas, não nos move qualquer interesse pessoal. Temos em mira somente o interesse público, que seria o único prejudicado com a burocratização, e colocar a instituição a que temos a honra de pertencer, na posição que merece e a que tem direito, no pedestal da verdade, onde é, mundialmente respeitada.

(Antonio Augusto Firmo da Silva)
4.º Tabelião de Notas.

SOLUÇÃO DE DÚVIDAS - 2.º TABELIÃO DE PROTESTOS - PROTESTO DE CHEQUE SEM FUNDO

Protesto de cheque sem fundo após ter decorrido o prazo de sua apresentação.

O cheque deve ser apresentado dentro do prazo de um mês, quando passado na praça onde tiver de ser pago e de cento e vinte dias, quando em outra praça (Lei n.º 2591 de 7 de Agosto de 1992, Decreto n.º 229224, de 12 de Julho de 1933). Prescreve ainda o art. 5.º da Lei n.º 2591 que o portador que não apresentar o cheque nos prazos da lei, ou deixar de protestar por falta de pagamento, perderá a ação regressiva contra os endossantes e avalistas e também contra o emitente, se este tiver, ao tempo, suficiente provisão de fundos e esta deixar de existir, sem fato que lhe seja imputável.

O cheque não apresentado para pagamento dentro dos prazos legais, esclarece Carvalho de Mendonça (Tratado de Direito Comercial, vol. V Parte II, pág. 580) não perde o valor legal relativamente ao sacado e ao emissor. O sacado, acrescenta o citado tratadista, deve paga-lo se conserva em seu poder a provisão; o emissor continua responsável pelo pagamento, salvo se tendo, durante aquele tempo, suficiente provisão de fundos em poder do sacado, esta deixou de existir sem fato que lhe seja imputável.

Para que o portador do cheque possa exercer ação regressiva contra os endossantes e respectivos avalistas, no caso de não pagamento pelo sacado, é mister a que o apresente nos prazos fixados pela lei e que, no de não pagamento o proteste. Há, assim, o protesto necessário ou obrigatório do cheque, para o exercício da ação regressiva (cf. Carvalho de Mendonça, obr. Citada, pág. 607).

O protesto necessário obrigatório do cheque deve, em termos do art. 15 da lei n.º 2591 de 7 de Agosto de 1912, ser tomado com estrita observância do art.28 e seguintes da lei n.º 2044 de 31 de Dezembro de 1908.

Pode-se contudo, o portador do cheque não pago, em o qual não há endossantes, querer protestá-lo, para acionar o emissor, por vias executivas, como permite a lei (Lei n.º 2591, art. 15, Lei n.º 2044, art. 49, Cod. Do Processo Civil art. 298, XIII), ou ainda para comprovar, com o instrumento do protesto, o não pagamento do cheque, embora apresentado ao sacado, ou ainda para requerer a falência do devedor, emissor do cheque (Dec. N.º 5746 de 9 de Dezembro de 1929 art. 1.º § Único, 2.º "infine" art. 10 e art. 11).

Há, assim, além do protesto necessário e obrigatório do cheque não pago o protesto facultativo.

Embora o cheque referido na dúvida suscitada pela petição de fls. 2, não esteja sujeito ao protesto necessário, por não ter sido endossado, pode seu portador, protestá-lo.

Pouco importa, no caso, que o cheque não tenha sido apresentado ao Tabelião de Protestos, no primeiro dia útil seguinte ao de sua apresentação ao sacado para o pagamento, pois não se trata de fazer um protesto obrigatório, mas, sim, um protesto facultativo, que não está subordinado ao que institui o art. 28 da Lei n.º 2044.

Não precede a dúvida suscitada. O Sr. 2.º Tabelião de Protestos deve tomar o protesto do cheque, uma vez que este esteja revestido de todas as formalidades legais.

São Paulo, 13 de Março de 1944.

Alberto de Oliveira Lima.

CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores Tabeliães de Notas para uma reunião, a se realizar no dia 10 do corrente em nossa sede social, para tratar de assuntos referente ao PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, realizado em Buenos Aires.

Nessa reunião o nosso prezado Colega, Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, que representou esta Associação no referido Congresso, apresentará sugestões de acordo com o relatório já distribuído aos senhores notários.

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
Presidente em Exercício

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

Dr. Basílio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio Preto
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 002 - Publicação: 01/04/1949

COLABORAÇÃO

REVISÃO NECESSARIA

Menotti Del Pichia (20º Tabelião de notas)
(Membro da Academia Brasileira de Letras)

Quando tudo progride e se reajusta, processando a humanidade de uma pragmática revisão de conceitos e uma sábia readaptação dos processos de vida, certas fórmulas e hábitos resistem marginais e arcaizados, a essa obra generosa de reajustamento. Talvez porque seja de sua

essência uma certa austera solenidade por conter no seu espírito algo de litúrgico, talvez pela força estática do hábito, o certo é que a "linguagem tabelioa" mantém-se íntegra, infensa a uma remodelação e a uma necessária racionalização.

É justo que os textos dos vários atos notariais mercê dos imperativos legais e para uma prática standardização, apresentem um aspecto formal mais ou menos unitário. Tudo aconselha a manter o mais possível a unidade desses textos uma vez alcançada a sua mais clara e mais sucinta redação. Dessa standardização formal resultam benefícios para todos: para os oficiais, para as partes, para os juizes e advogados.

A redação arbitrária ou bizantina dos atos notariais somente pode trazer perda de tempo e obscuridade. O ideal portanto, será a imposição de formulários racionalizados e preparados para prever, dentro de sábia lógica expositora, as situações jurídicas as mais variadas. Esses formulários necessitariam trazer a chancela da autoridade judiciária para assegurar sua validade.

Tudo, pois, aconselha-se pôr-se mão nesse trabalho. Há no palavreado das escrituras muita forma arcaica que precisa ser eliminada quando excrescente ou modernizada quando inatual. Expressões meramente decorativas, locuções pleonásticas, cautelosas repetições que em lugar de se tornarem elucidativas ampliam inutilmente o texto importando em desperdício de tempo, de papel e de trabalho.

A evolução do mundo mercê da técnica importou numa modificação conceitual de muitos institutos jurídicos e a linguagem, que e a substância verbal que encerra tais conceitos, teve que adaptar-se e modernizar-se.

"A forma importa no fundo". Da clareza e exatidão do plasma verbal decorre a fixação do exato nexos jurídico. Não escapa, portanto, a ninguém a importância do texto de um ato notarial de cuja estrutura depende a fixação de um fato jurídico criado pela vontade das partes.

O arbítrio individual na revisão dos modelos que a consuetude tem posto em uso pode resultar numa disparidade alarmante das várias formulas, criando mais complexidade, quando o ideal seria encontrar soluções possivelmente standardizadas. Para isso, tudo aconselharia uma sábia revisão, racionalização, atualização e simplificação dos textos processados por serventuários cultos e práticos, preconizando-se as várias fórmulas assim elaboradas através do órgão judiciário que corrige e superintende a classe dos serventuários da justiça.

Tudo evolui, se torna ágil e prático num mundo cuja complexidade crescente está pedindo um máximo de racionalização para assegurar a ordem e sincronizar cada atividade ao espírito de celeridade que caracteriza a vida hoje. A atividade tabelioa, que é das mais nobres e das mais importantes, pois é nela que as soluções múltiplas e céleres encontram a forma da sua cristalização jurídica de transcendentais efeitos para a vida dos homens em sociedade, não pode permanecer extemporânea ou fossilizada dentro da estatística anquilozante dos arcaísmos verbais ou de ritos obsoletos. Mais do que qualquer outra atividade, deve ela ser um atualizado e ágil reflexo do espírito do seu tempo.

A JUSTIÇA E O FISCO

Aureliano da Silva Arruda (Escrivão do 4º Ofício Cível - Sócio Benemérito)

Não somos inimigos do Fisco, nem temos em mira comentar a atuação do Estado na legislação dos impostos. Ao contrato, pagamos sempre, com pontualidade, a nossa contribuição, não olvidando o que nos dizia, em aula, o nosso professor de ciências das finanças: "O Estado necessita de meios econômicos, bens e serviços, sem os quais não estará aparelhado para alcançar os objetivos finais de sua formação". E reconhecemos, com justeza, que, se o povo confrontasse a nossa tributação, já muito elevada, com a de outros países civilizados, jamais deixaria de, com o sorriso nos lábios, cumprir os seus deveres fiscais...

O nosso escopo, entretanto, é demonstrar que as custas pagas ao escrivão não representam gotas de sangue, nem concorrem isoladamente para o encarecimento dos feitos judiciais, como se apregoa sem razão plausível. Ao Fisco, nestes últimos tempos, é que cabe a responsabilidade pelo encarecimento das despesas processuais.

Observamos um caso, que é novo, por não obedecer à legislação fiscal recentemente majorada, e põe em relevo a nossa afirmativa. Folheando os autos de inventário do espólio de Antônio Lopes de Barros, verificamos, do calculo feito pelo contador, o seguinte: valor total dos bens - Cr. \$664.091,00; imposto "causa-mortis", selos, emolumentos do Estados e percentagem dos procuradores fiscais - Cr.\$114.455,00; ao contador - Cr.\$235,00, e ao escrivão do feito - Cr. \$375,00.

Outro inventario, processado anteriormente à nova lei majorativa dos impostos e referente ao espólio de José de Barros Poyares Filho, cujo bens montam a quantia líquida de Cr.\$872.575,00. Do respectivo calculo, feito nas mesmas condições, ressaltam as seguintes verbas, pagas pelos herdeiros daquele finado: quinhão do Fisco - Cr.\$145.124,00; ao contador - Cr.\$190,00, e ao escrivão - Cr.\$537,00.

Outro exemplo, para finalizar, relativamente ao espólio de Luiz Ísola, cujo inventário se processou há cerca de 15 anos. Reflitam agora os pessimistas, que atacam os servidores da justiça, sobre as parcelas discriminadas no calculo feito pelo contador do Juízo: importância arrecadada pelo Fisco, com desprezo das respectivas frações - Cr.\$192.543,00; Aos três avaliadores - Cr.\$6.000,00; ao escrivão, que trabalhou no volumoso processo, durante alguns meses; - que lavrou todos os atos necessários, mostrando o feito, constantemente, aos interessados; que o mando, com vista, aos representantes destes, à Fazenda Estadual e à curadoria geral e de resíduos; que o apresentou ao juiz, para despachos, muitas e muitas vezes; que recolheu os impostos às arcas do Tesouro e deu ciência de todas as decisões às partes interessadas, coube apenas a quantia de Cr.\$800,00 !

Temos outros casos interessantes que traremos ao conhecimento do público, os quais dizem respeito a pessoas pobres, que lutam com dificuldade para ter negócios com a justiça e defender os seus pequenos haveres, em consequência do quinhão que o Fisco arrecada em todos os feitos judiciais.

E tudo vai ser majorado progressivamente, quando for convertida em lei a burocratização das serventias de justiça, cujo projeto está correndo seus trâmites regulares na Assembléia Legislativa do Estado...

Na nossa homenagem aos serventuários que ocupam cargos na Administração Pública, deixamos de mencionar, porque na ocasião não tenhamos os dados necessários, os nomes dos distintos colegas abaixo mencionados, o que ora fazemos, com grande satisfação:

ANTONIO DE PAULA LEITE NETO

(2º Secretário da Assembléia Legislativa, deste Estado).

JARBAS TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA

(Vereador nesta Capital).

FRANCISCO GRAZIANO, HERMÍNIO DE LIMA, ARTHUR DE CARVALHO, HONORATO FERREIRA DA SILVA, PAULO DE MELO BULHÕES, LUIZ TEIXEIRA CAMARGO JUNIOR, JOSÉ ZACHARIAS DE LIMA, SIZENANDO DE CARVALHO

(Dignos - prefeitos respectivamente, das cidades de Araras, Barra Bonita, Dois Córregos, São Sebastião da Gramma, Guaíra, Indaiatuba, Monte Alto, promissão e Registro).

É pois, com todo agrado, que vamos publicando os nomes dos nossos ilustres amigos e colegas, eleitos prefeitos e vereadores nos municípios deste Estado. Prova inconcussa do valor pessoal dos serventuários, livremente escolhidos pelas respectivas populações de suas residências, para

assumirem tão relevantes postos, patenteando assim os méritos desses ilustres cidadãos, que com gáudio à nossa classe provam como desempenham suas funções, angariando estima e confiança, lema a que, quase sem exceção, é de todos os serventuários de Justiça do Estado.

DR. BRASILIO MACHADO NETO

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo tem o grato prazer de cumprimentar o Sr. Dr. Brasílio Machado Neto, seu antigo presidente, por sua eleição para presidência da Assembléia legislativa do Estado, cargo a que o conduziu a confiança da maioria dos representantes estaduais manifestada em memorável pleito.

Político do mais acendrado espírito publico, infatigável defensor das justas causas populares, a cujo serviço devota incondicionalmente toda a capacidade de sua inteligência e toda a energia de seu temperamento, com inteiro acerto se pronunciaram os partidos representados no Palácio Nove de Julho elegendo-o chefe de um dos ramos de maior relevo do poder público.

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, a quem o Sr. Dr. Brasílio Machado Neto prestou assinalados serviços e onde possui um largo círculo de amigos e admiradores, sente-se desvanecida com a vitória do ilustre parlamentar e rende-lhe cordialmente as homenagens de sua estima e apreço, ao mesmo tempo que lhe manifesta o seu integral apoio no elevado cargo que ora ocupa e formula votos de novos triunfos na sua brilhante carreira política.

APOSENTADORIA AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

Carmelio Paiva Caldas (1º Tabelião de notas e anexos de Novo Horizonte)

O Congresso do Estado, quando da elaboração da Constituição de 1946, em seu parágrafo único do art. 9 das Disposições Constitucionais Transitórias, revogou a lei que regulava a legislação referente a sucessões dos cartórios ou serventias de justiça do Estado. Muito bem. Desde essa data acabaram-se as sucessões. Não podem mais os serventuários de justiça pensar em algum dia, depois de tantos anos de labuta, poder também descansar, como todos os funcionários públicos, - que têm a sua merecida aposentadoria, - um justo prêmio para o resto de sua vida!.... Não... Os serventuários de justiça que não aproveitaram daquela oportunidade, porque não puderam ou porque não se achavam em condições, hoje nada mais têm em seu favor, que lhes possa garantir um fim de vida suasório. - Não existe mais lei alguma que lhes dê esse direito. - Sempre foram, - os do interior do Estado principalmente, os relegados de quaisquer atos de justiça.

Não é justo que assim sejam tratados, pois, são também humanos com todos os outros funcionários públicos, desde os professores primários, os escriturários e toda espécie de servidores públicos até os Magistrados, que têm o seu fim de vida garantido com a aposentadoria, podendo viverem tranqüilos, vendo os seus entes queridos amparados por uma lei protetora. -

Uma vez que lhes foi cassado o direito de se sucederem em seus cartórios, depois de exercerem os seus cargos por mais de vinte - (20) anos, tornar-se-ia imprescindível que se procurasse uma saída, pondo-os também garantidos em igualdade de direitos com os demais. - Justo seria, - uma vez que a aposentadoria que alvitaram os idealizadores da oficialização dos cartórios não se realizou, - que aos serventuários de justiça que atingissem pelo menos 20 anos de serviços, se lhes desse o direito de frequência livre em seus cartórios, sempre que necessitassem e tendo para os substituir o seu oficial maior. A frequência livre se entendendo por ficarem a salvo das licenças as quais são sempre incomodas e maçantes para as alcançarem os interessados, e às vezes até negadas.

Ficariam assim esses servidores de justiça com uma aposentadoria aparente, sem que o Estado despendesse com os mesmos de quaisquer recursos econômicos.

Isto porque, aposentadoria mesmo no sentido Hiato da palavra, será muito difícil a eles conseguir

JUSTIFICAÇÕES DE IDADE PARA CASAMENTO

É obvio dissipar as duvidas ou dificuldades às solicitações das justificações para fins matrimoniais.

É um direito das partes assegurado pelo Dec. 773 de 20 de Setembro de 1890 esclarecido pelo provimento publicado em Junho de 1939, pelo então Corregedor Geral, o eminente desembargador Bernardes Junior.

Recentemente, em judicioso despacho exarado em um pedido de justificação para fins matrimoniais, negado pelo digno Juiz de Casamento do 21º Subdistrito, o M.M. Juiz de Direito da 11ª Vara Civil desta Capital, Exmo. Sr. Dr. Luiz Morato G. de Andrade, esclareceu o assunto assim se expendendo: "As justificações para fins matrimoniais continuam a ser processadas perante o Juiz de Casamentos, só não o sendo quando o parecer do Ministério Público for contrario e os nubentes com ele concordarem".

É o que dispõe o Dec. Lei citado de n.º 13.856 de 29/02/1944. Também o atual Corregedor Geral Exmo. Sr. Dr. João Marcelino Gonzaga, mandando afixar nos cartórios do Registro Civil a tabela estipulando o quantum a ser cobrado pelos ditos serventuários esclareceu tornando portanto bem patente esse direito à justificação de idade, aos que não possuam certidões de nascimentos ou documentos públicos que supram referidas certidões, e também pela incerteza de ter sido registrado nos cartórios deste, ou de outros Estados ignorados pelos interessados, assim evitando a duplicidade de registros o que constituiria responsabilidade passível de pena criminal.

A justificação de idade, não é registro de nascimento. É um meio de facilitar o casamento na falta dos referidos documentos e a dificultado do atendimento da mesma tem ocasionado ajuntamentos ilícitos, com prejuízo aos nubentes à futura prole e à sociedade. Portanto a justificação de idade é um direito que assiste ao indivíduo quando não possua certidão de nascimento ou outros documentos equivalentes.

R i b a s

QUADRO SOCIAL

Mais uma vez pedimos aos nossos colegas da Capital e do Interior que nos auxiliem contribuindo com seu apoio material e moral para que a união da nossa classe seja uma realidade.

Estamos despendendo grande energia para que a Associação seja uma sociedade de classe, prestando aos seus associados todos os auxílios que se tornarem necessários.

Mas, para isso conseguir, não basta a boa vontade dos Diretores e dos seus auxiliares. É preciso que se despenda numerário para que se possa realizar alguma coisa.

E, para se obter as importâncias necessárias, se torna necessário que os serventuários nos auxiliem não só com a sua mensalidade como fazendo propaganda junto aos nossos colegas, que ainda não são sócios, para que venham a figurar no nosso quadro social.

Não pedimos muito, porque são módicas as nossas contribuições.

Todos devem se lembrar da parábola do feixe de varas que, ainda hoje, é muito atual.

Unidos valeremos muito, separados não teremos valor algum.

Meditem, pois, nos nossos colegas

PEDIDOS DE LICENÇA

Cesar L. de Vergueiro (Secretário de Estado)

O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, a fim de facilitar o processamento das licenças requeridas pelos serventuários de justiça do Estado, resolve baixar as seguintes instruções:

- a) Que todos os requerimentos de licença para tratamento de saúde sejam redigidos de acordo com o modelo anexo e encaminhado diretamente a esta Secretaria, acompanhados de indicação do substituto e informação do Sr. Juiz de direito da comarca ou do juiz de casamentos do distrito a que pertencer a serventia;
- b) Quando a inspeção de saúde tiver de ser realizada na residência do interessado ou em estabelecimento hospitalar, deverá o pedido vir acompanhado de atestado médico, selado com estampilhas federais de Cr.\$1,80 e mais o selo de folha no valor de Cr.\$2,00 estaduais, devidamente inutilizados;
- c) Necessitando o interessado de licença em prorrogação, deverá a mesma ser requerida no mínimo 3 dias antes do término da que lhe foi anteriormente concedida;
- d) Quando se tratar de licença para interesse, a qual não poderá exceder do prazo de seis meses, deverá o requerimento ser selado com Cr.\$5,00 em estampilhas estaduais, obedecendo, no mais a exigência constante no item "a". Deverá, também, o serventuário, encaminhar com o requerimento, respectivamente, as importâncias de Cr.\$20,00, Cr.\$40,00 e Cr.\$80,00 em estampilhas estaduais, quando a licença por ele solicitada for até 2, 4 ou 6 meses, de acordo com a lei. O interessado terá de aguardar em exercício a concessão da licença, devendo comunicar a esta Secretaria a data em que iniciar o gozo da mesma

SECRETARIA DE JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR, AOS 18 DE MARÇO DE 1949.

MODELO DE REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

(Nome por extenso)....., nascido a
de de, natural de (cidade e estado), (estado civil, residente à
rua n.º (cidade e bairro), portador da prova de identidade (declara a carteira
e número) exercendo o cargo de (declarar o ofício) para o qual foi provido (ou nomeado) em
de..... de..... achando-se enfermo, vem requerer lhe sejam concedidos dias de
licença para seu tratamento (no caso de ser pessoa de sua família, declarar o nome e o
parentesco), a partir de de.....

Nestes termos

P. Deferimento

(VISTO DO JUIZ DE DIREITO OU DO JUIZ DE CASAMENTO)

Nota: -

- a) Em se tratando de licença, em prorrogação, declarar a data de licença inicial;
- b) Declarar sempre se a inspeção deve ser feita na sede do S.M., na residência ou em hospital (rua, número, bairro, cidade e nome do hospital), se for o caso.

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ricardo Normandia Moreira (Distribuidor, contador e Partidor de Rio Claro)

Em vigor a partir de 1 de janeiro de 1948

LEI N.º 13, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1947

Art. 3º - Foi revogada a majoração de 20 por cento constante do artigo 2º do decreto-lei n.º 10.574, de 10/10/1939.

Art. 8º - O imposto sobre sub-rogação de bens (art. II do C.I.T.) não é mais devido. V. art. II das Disposições transitórias da Constituição do Estado;

Art. 9º - Foi extinto o adicional de 5 por cento criado pelo decreto-lei n.º 10.350, de 21/06/1939;

Art. 10º - Os bens superiores a Cr.\$100.000,00 nos inventários com testamento, quando gravados com o vínculo de inalienabilidade, pagam, além da taxa devida, mais 10 por cento;

Art. 11º - Continua vigorando a taxa de 1 por cento sobre os bens imóveis transferido nos inventários, quando o seu valor atingir a quantia de Cr.\$100.000,00;

Art. 13º - O acréscimo de 10 por cento em selos judiciais, continua em vigor;

Art. 22º - O Ministério Público (Curadores, etc.) não têm mais direito à custas; estas são contadas ao Estado e pagas em selos, a partir de 9 de julho de 1947;

Art. 37º - A nova tabela dos impostos "causa-motis" e "inter-vivos" tem aplicação somente a partir de 01/01/1948 e será observada nos falecimentos ocorridos a partir dessa data.

ALTERAÇÕES NO REGIME DE CUSTAS

Não se conta mais por dois terços as custas nos processos de valor inferior a Cr.\$5.000,00. Essa disposição foi revogada pela lei n.º 131, de 10 de agosto de 1948.

EMOLUMENTOS NAS AVALIAÇÕES

Continuando os emolumentos do avaliador taxados pela tabela de 1925, os avaliadores devem pedir arbitramento, eis que os juizes podem arbitrar os salários acima do máximo estabelecimento pelo Regimento de Custas, como decidiu o Egrégio Tribunal de Apelação, no acórdão da 4ª Câmara Civil, em 24/05/1939, constante da "Revista dos Tribunais" vol. 120, fls. 156.

PONTO FACULTATIVO

Em despacho proferido em 22 de fevereiro de 1949, foi decidido pelo M. Corregedor Dr. J. M. Gonzaga que:

Os chamados "pontos facultativo", em nosso Estado, não são feriados para a justiça; só tem efeito na esfera das repartições não judiciárias.

Sugestões dos colegas João Baptista Mendes Silva e Venancio Borges, serventuários respectivamente de Pinhal e Catanduva; sobre auxílio pelos serviços criminais e outros.

O oficial do Registro Geral de Pinhal, em carta a esta Associação sugere a providencia de ser em todas as comarcas do Estado, criados cartórios privativos para o serviço criminal o que facilitará a obtenção de folhas corridas e atenuará os demais cartórios tão sobrecarregados com serviços gratuitos de assistência judiciária, criminal, eleitoral, militar, etc.

Também o serventuário Venancio Borges de Catanduva, alvitra um auxílio aos atuais cartórios sobrecarregados com serviços gratuitos, criminais com esses anexos, da seguinte forma: Aos das comarcas de 1ª instância, mensalmente, Cr.\$2.000,00, aos da 2ª instância, Cr.\$2.500,00 e aos da 3ª Cr.\$3.000,00.

São sugestões criteriosas que poderão ser aproveitadas.

Damo-lhes nosso apoio.

FUNDAÇÃO DA CASA PRÓPRIA

Imposto de um por cento.

Pagamento em caso de partilha.

Pelo Egrégio Tribunal de Apelação deste Estado, no Agravo n.º 38.845, mais uma vez, que o imposto de 1(um) por cento destinado a FUNDAÇÃO DA CASA PRÓPRIA, é devida, nos inventários pelos herdeiros cujos quinhões forem superiores a cem mil cruzeiros.

NOSSO APARECIMENTO

Abner Ribeiro Borges (Oficial do Registro Civil do Jardim América)

Tivemos a impressão de que foi bem acolhido o nosso primeiro número do "Boletim", pelas manifestações recebidas.

A nossa promessa de trabalharmos pela classe, esclarecer as suas dúvidas sobre matéria do ofício, havemos de cumpri-la na forma prometida.

Não desapontaremos nossos colegas. Representamos a classe à qual conclamamos a máxima união para maior força e prestígio, pois que nós serventuários de justiça representamos na sociedade destacada posição social, não só pela nossa atuação pessoal como pela importância das nossas funções, mas, para que assim nos mantenhamos urge melhorar o regimento de custas, para por nossa vez melhorarmos os ordenados dos nossos auxiliares de modo a evitar que aceitem gratificações, as vezes dadas de má vontade. Precisamos de mais freqüente contato para troca de idéias e reuniões mais a miude. Conhecermo-nos mais pessoalmente, tornarmos-nos quase uma família. Para isso temos nossas férias forenses. Precisamos adquirir tipografia para impressos mais em condições à nossa classe. Um aperto de mão nas férias, trará em consequência maior estreitamento de amizade.

A nossa Associação acha-se bem instalada podendo ser ponto de palestras nas horas de laser, onde principalmente os serventuários da capital devem passar alguns momentos e assim até serem úteis aos colegas do interior, à cata de notícias e coisas do seu próprio interesse.

No próximo número trataremos de outros assuntos.

VISITA

Convidado, especialmente pela nossa Associação, tomou parte na reunião dos Tabeliões de notas, o Sr. J. Arão Mansor, ilustre Presidente da Associação dos Funcionários de Cartório.

Homenageado pelos presentes teve S.S. ocasião de verificar a estima que os serventuários votam aos seus distintos auxiliares, mercê de certa infundada propaganda.

Ouviu, também, S.S. o prazer que os serventuários teriam de se unir com os seus dedicados

auxiliares na luta, a se iniciar, para a defesa dos seus direitos e garantias.

S.S. grato pelas atenções, hipotecou todo o seu apoio nessa luta a se iniciar uma vez que não há e nunca houve um choque de interesse entre as duas classes.

DR. LAUDO DE CAMARGO

A Associação tomou parte em todas as homenagens prestadas ao Dr. Laudo de Camargo, tendo sido representada, pelo seu presidente em exercício.

REUNIÃO DE TABELIÃES DE NOTAS

Realizou-se no dia 10 de março, na sede da Associação uma reunião de Tabeliães de Notas, que constou da seguinte ordem do dia:

a) Exposição feita pelo Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva sobre os objetivos do Congresso Internacional do Notariado Latino, onde S.S. compareceu como representante da nossa Associação;

b) Rateio entre os Tabeliães de Notas, em cumprimento de uma deliberação do referido Congresso, para satisfazer a contribuição atribuída, naquele Congresso, aos nossos serventuários. Essa contribuição já foi remetida a Buenos Ayres;

c) Nomeação de uma Comissão para tratar da realização nesta Capital, de um congresso de Serventuários;

d) Pedir ao Congresso Federal para instituir o dia 4 de outubro, como DIA DO SERVENTUÁRIO.

Como se vê a nossa Associação pelos seus destacados elementos cuida com carinho da elevação da classe ao nível a que tem direito, não só no nosso país como estrangeiros, demonstrando cabalmente o valor das funções notariais como dos demais ramos do serventualismo de justiça.

RESSALVA

Na nota sobre "Fundação da Casa Própria" deve se ser "Pelo Egrégio Tribunal de Apelação, deste Estado, foi decidido, mais uma vez....." .

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2

REVISÃO NECESSARIA 2

A JUSTIÇA E O FISCO 3

NA NOSSA HOMENAGEM AOS SERVENTUÁRIOS QUE OCUPAM CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEIXAMOS DE MENCIONAR, PORQUE NA OCASIÃO NÃO TENHAMOS OS DADOS NECESSÁRIOS, OS NOMES DOS DISTINTOS COLEGAS ABAIXO MENCIONADOS, O QUE ORA FAZEMOS, COM GRANDE SATISFAÇÃO: 4

ANTONIO DE PAULA LEITE NETO (2º SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DESTE ESTADO).
JARBAS TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA (VEREADOR NESTA CAPITAL). FRANCISCO GRAZIANO,
HERMÍNIO DE LIMA, ARTHUR DE CARVALHO, HONORATO FERREIRA DA SILVA, PAULO DE MELO

BULHÕES, LUIZ TEIXEIRA CAMARGO JUNIOR, JOSÉ ZACHARIAS DE LIMA, SIZENANDO DE CARVALHO (DIGNOS - PREFEITOS RESPECTIVAMENTE, DAS CIDADES DE ARARAS, BARRA BONITA, DOIS CÔRREGOS, SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA, GUAÍRA, INDAIATUBA, MONTE ALTO, PROMISSÃO E REGISTRO).	4
DR. BRASÍLIO MACHADO NETO	5
APOSENTADORIA AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA	5
JUSTIFICAÇÕES DE IDADE PARA CASAMENTO	6
QUADRO SOCIAL	7
PEDIDOS DE LICENÇA	8
SECRETARIA DE JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR, AOS 18 DE MARÇO DE 1949.	8
MODELO DE REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA	8
ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	9
EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 1948 LEI N.º 13, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1947	9
ALTERAÇÕES NO REGIME DE CUSTAS	9
EMOLUMENTOS NAS AVALIAÇÕES	9
PONTO FACULTATIVO	10
SUGESTÕES DOS COLEGAS JOÃO BAPTISTA MENDES SILVA E VENANCIO BORGES, SERVENTUÁRIOS RESPECTIVAMENTE DE PINHAL E CATANDUVA; SOBRE	
AUXÍLIO PELOS SERVIÇOS CRIMINAIS E OUTROS.	10
FUNDAÇÃO DA CASA PRÓPRIA	11
NOSSO APARECIMENTO	11
VISITA	11
DR. LAUDO DE CAMARGO	12
REUNIÃO DE TABELIÕES DE NOTAS	12
RESSALVA	12

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvío de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior
Dr. Antonio A. Firmo da Silva

SUPLENTE

Elvino Silva..... Campinas
Major Leo Lerro..... São José do Rio Preto
Manoel Ferreira Laranja Santos
Ricardo Mornando Moreira Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira..... Jau
Dr. Tristão de Carvalho..... Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita..... Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho..... Olimpia

Nº 003 - Publicação: 02/05/1949

COLABORAÇÃO

A JUSTIÇA E O FISCO

Aureliano Arruda (Filiado à Associação Paulista de Imprensa)

Apontamos na edição anterior desta revista, as despesas referentes a alguns inventários de vulto, nos quais os herdeiros são pessoas abastadas, que não encontram dificuldade para satisfazer as exigências fiscais. O processo é simples: a emissão de um cheque é suficiente para remover qualquer embaraço que impeça o andamento do feito.

Hoje mencionaremos um "caso forense" da mesma natureza, idêntico a muitos outros, cujos interessados não possuem fundos em estabelecimentos bancários. São pessoas que, para prover à sua subsistência, numa luta incessante com o invencível "mercado negro", contam apenas com os proventos do seu trabalho e, muitas vezes, não dispõem de sobras pecuniárias para legalizar, em juízo, a sua situação jurídica. O Fisco é um herdeiro adventício, oneroso e exigente, que tem o privilegio de receber antecipadamente o seu quinhão. O calculo está feito, nos autos, com as formalidades legais, mas os herdeiros não podem requerer a partilha, a fim de entrar na posse dos bens a que têm direito, sem o prévio pagamento do que compete ao Fisco.

Trata-se de um inventário em que há diversos herdeiros. Os bens foram avaliados em Cr. \$82.000,00. O processo correu perante o juízo da 4ª Vara Cível. O calculo feito pelo contador resume-se no seguinte: imposto "causa-mortis", selo, etc. - Cr.\$13.880,00; aos avaliadores - Cr. \$1.200,00; ao escrivão - Cr.\$220,00, inclusive Cr.\$100,00 correspondentes a custas finais e homologação da respectiva partilha.

E não é só nos processos de inventário que se nota a disparidade apontada, demonstrando, à evidência, que as custas contadas ao escrivão, não constituem obstáculo à marcha natural dos feitos. Examinamos, num cartório do cível, os autos de uma ação decendiária, movida pelo ilustrado causídico Dr. Lopes dos Anjos, há alguns anos passados, no juízo da 2ª Vara Cível. Eis o cálculo das custas, que se encontra a fls. 14: emolumentos do Estado, taxa e selo - Cr.\$1.162,00; ao escrivão - Cr.\$58,00.

Respondam agora os detratores dos escrivães:

- Qual o fator primordial do encarecimento das despesas processuais? Por que motivo os escrivães, em geral, não obtiveram taxas mais elevadas no atual regimento de custas?

- Outra interrogação oportuna:

- Se a burocratização dos cartórios se converter em lei, como ficará o regimento de custas, quando estas se transformarem em renda do Estado? ...

A FOTOCOPIA SUBSTITUE A PÚBLICA FORMA?

Antonio Tupinambá Vampré (Sucessor do 14º Tabelião de Notas do "Diário Comércio & Indústria")

A fotografia de documentos denominada fotocópia, trouxe certa confusão quanto a sua validade como meio de prova.

Afirmam os leigos em arte fotográfica que não há melhor documento que o retrato do papel, bastando apresentá-lo para se dissiparem as dúvidas, substituindo ele, sem outras formalidades, a pública forma.

Pública-forma é a reprodução fiel de um documento, feito por tabelião. Nosso código Civil é omissivo com referência à pública-forma, por isso aplicava-se à sua validade os princípios gerais de direito.

Atualmente como veremos adiante, a lei reconhece expressamente o valor probante da pública-forma.

Sendo a arte fotográfica rica em artifícios, veio o Dec. 4.857 de 29/11/39, modificado pelo Dec. n.º 5.318 de 29/02/40 (lei dos registros públicos) regular a validade da fotocópia:

Diz seu art. 137:

"Os documentos fotostáticos só farão prova em juízo, quando acompanhados de certidão de transcrição do original do registro de títulos e documentos".

Posteriormente, referindo-se expressamente à pública-forma, o Dec. Lei 2.148 de 25 de abril de 1940, veio ampliar o valor da fotocópia como meio de prova, regulando sua expedição pelos tabeliães e pelas repartições públicas, estabelecendo seu valor probante em juízo ou fora dele.

"Art. 2º - As certidões de inteiro teor bem como as públicas-formas de qualquer natureza podem ser extraídas por meio de reprodução fotostática, devendo as cópias conter, para possuírem valor probante em juízo ou fora dele, a autenticação da autoridade competente, que certificará, em declaração expressa, se acharem iguais ao original".

Este decreto-lei diz... "públicas-formas de qualquer natureza", portanto pode o tabelião extrair públicas-formas de papéis públicos e particulares, pois que não há outra natureza de pública-forma.

Bastará, portanto, que qualquer fotocópia seja autenticada pelo tabelião em pública-forma, para ter valor probante em juízo ou fora dele.

Se de um documento público for extraída fotocópia, pode ela ser autenticada pelo tabelião ou pela autoridade competente para expedir certidões originais, na repartição donde proveio o documento.

A repartição fiscal pode por exemplo, autenticar a fotocópia de um recibo de imposto expedido por ela, ou de qualquer outro documento que conste de seus arquivos. Qualquer autenticação que fizer em outras fotocópias de papéis, estranhos à repartição, será nula de pleno direito, porque não é de sua competência praticar tal ato.

O selo federal devido em autenticação de fotocópias é de Cr.\$5,00, conforme estabelece o Dec. Lei 4.655 de 03/09/1942.

A lei de meios, sob n.º 185, de novembro p.p. estabelecendo o orçamento do Estado para o corrente exercício, diz no n.º 30 da Tabela "A" que o selo devido em fotocópias de documentos

públicos é de Cr.\$ 20,00; na mesma tabela n.º 74, manda aplicar o selo de Cr.\$2,00 nas públicas-formas.

Tendo dúvida quanto ao selo que deveria ser aplicado à foto públicas-formas de papéis públicos, solicitamos ao M.M. Juiz da 9ª Vara Cível, Corregedor do Cartório a nosso cargo, que a dirimisse.

S. excia. resolveu-a esclarecendo que na foto pública-forma, é devido o selo de Cr.\$2,00, qualquer que seja a natureza do documento.

Portanto, se a fotocopia de um papel público for apresentada à repartição competente para que seja autenticada pagará Cr.\$20,00, em selos, e se for apresentada ao Tabelião, pagará Cr.\$2,00, além dos selos federais devidos.

A DEMORA DE SOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO CASO DOS CARTÓRIOS

A. R. Borges

De há muito está na Assembléia Legislativa do Estado sugestões e projetos referentes a carreira, aposentadorias, oficialização dos cartórios de Registro civil, caminhando mui vagarosamente, apesar da urgência que o caso requer.

Não se trata de bicho de sete cabeças.

Há sugestões em todos os sentidos, uma oficializando somente os cartórios de registro Civil, considerando sua utilidade pública, pois que deles necessitam os ricos e são imprescindíveis às classes pobres e médias. Esses cartórios estão sobrecarregados com atestados de pobreza para nascimentos, casamentos e óbitos, certidões e serviços militar e eleitoral. São eles a única fonte onde se extraem os precisos documentos, que são as certidões de nascimento e casamento, os demais cartórios por sua vês alegam, e principalmente os do interior de que comarcas rendosas são poucas e que também a assistência judiciária, serviço original e outros lhes constitui trabalhos penosos cheio de responsabilidade, com despendio de material, acréscimo de auxiliares o que na Capital, já não acontece porque existem cartórios privativos, outros com ordenados fixos, oficializados, e outros sem tais anexos.

Tudo é procedente não resta dúvida. O remédio? É fácil. Oficializar os cartórios do Registro Civil que são de utilidade pública, ou não oficializa-los, porém adapta-los a uma sugestão que veio às nossas mãos, que beneficiará a todos os serventuários de justiça, sem sacrificar os cofres públicos, tão sobrecarregados.

Transcrevemos em seguida alguns trechos da referida sugestão.

"Estabelece as mesmas carreiras dos serventuários de justiça, com direito a remoções, promoções e permutas livres, dá privilégio aos escreventes para os cartórios que definitivamente se vagarem nas comarcas de 1ª entrância, além da dispensa de provas orais e escritas aos que tiverem mais de doze anos de exercício; melhora as custas em 50% indistintamente, dar um auxílio aos escrivães de sedes de comarcas, pelos serviços gratuitos acima apontados, nas bases de Cr.\$2.000,00, Cr.\$2.500,00 e Cr.\$3.000,00, pelas entrâncias e aos cartórios do júri um auxílio de Cr.\$200,00, por processo de réu pobre condenado em que decaia a Justiça Pública, estabelece aposentadorias, com taxa de 5% da renda dos cartórios e ordenados dos escreventes pelas respectivas idades, para o que seria nomeada uma comissão de 5 membros, sendo 2 da Associação de Serventuários, 1 da de escreventes, 1 pela Secretaria da Justiça e 1 pela da Fazenda, para os devidos estudos. Direito às sucessões aos serventuários com 25 anos de exercício antes da promulgação da atual Constituição do Estado, e extinta a lei para as futuras nomeações. Auxílio de mil cruzeiros mensais sem observação de entrância aos oficiais do Registro Civil que são secretários de Juntas de Alistamento Militar, em todas as sedes de municípios inclusive os das sedes de comarcas, ficando-lhes esse cargo obrigatório; estipulando os preços dos casamentos, inclusive organização dos papeis, afixação de editais, termo lavrado e certidão (1ª) pelo preço de 230 cruzeiros, excluía a publicação de editais, e quando com

despensa de proclamas mais cem cruzeiros, os nascimentos e óbitos 20 cruzeiros, inclusive as primeiras certidões, fora selo, as comunicações e extratos do livro canhoto e registro de feitos 10 cruzeiros, desquites e anulações de casamentos, 100 cruzeiros inclusive a certidão desses atos. Aos juizes de paz pelo tempo que perdem deixando seus afazeres para verificarem os autos de habilitação, ida a cartório 20 cruzeiros, e fora 50 cruzeiros além da diligência, sendo a condução prestada pela parte. As diligências seriam estipuladas pela referida comissão, ou acrescida de 50% as atuais, para todos os serventuários e juizes de paz, e para oficiais de justiça. As justificações de idade, privativa dos oficiais do Registro Civil, seriam estipuladas em 80 cruzeiros, sendo 10 cruzeiros pela sentença do Juiz de Casamentos.

Pela constituição do país, ninguém é obrigado a trabalhar de graça, como impor gratuitamente volumosos trabalhos e com sobrecarga de despesas!.

Como assim expusemos, o caso dos cartórios pode ser rapidamente solucionado. A lei ordinária sobre concursos deverá também ser elaborada o quanto antes. A que havia poderá ser modificada e aproveitada em grande parte. Também nesse sentido há sugestões.

Bem sabemos que os nossos ilustres deputados sem tais sugestões elaborariam boas leis a respeito, mas as sugestões têm a vantagem de lembrar pontos que poderiam ficar olvidados e aproveitando-os, se aproximaria a maior perfeição.

Eis pois alvitres que esposamos e serão na impossibilidade de oficialização, o meio de harmonizar a situação atual dos serventuários com a carestia da vida, libertando-os de recebimentos ou interpretações do Regimento que dêem em resultado aumento de rendas, aliás justificadas, porque aumentaram enormemente os serviços gratuitos, obrigando-os a maior número de auxiliares, e com a justa majoração e auxiliares, será a solução justa e definitiva.

CONFRONTO DOS PREÇOS DE MATERIAIS E CUSTEIO DOS CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL

Preços Cr.\$	
Preço antigo de um livro de nascimento	60,00
Preço atual desse mesmo livro	520,00
Preço antigo de 1 livro talão	15,00
Preço atual desse mesmo talão	90,00
Preço antigo de 1 cômodo para o cartório	300,00
Preço atual desse mesmo cômodo	1.000,00
Ordenado antigo de 1 escrevente	400,00
Ordenado atual desse mesmo escrevente	1.500,00
Luz, telefone e outros materiais, antigamente p/ mês	600,00
Essas mesmas utilidades atualmente	1.500,00

O preço taxado pelo Regimento de Custas do nascimento, acompanhado da 1ª via de certidão, além do encargo de mapas federais e estaduais, serviços gratuitos à assistência judiciária, criminal, eleitoral, militar, comunicações impressas, porte do correio, bonde para leva-las a registro na agência por Cr.\$10,00 !!! ...

Casamentos com bonde para levar papeis ao Curador, depois leva-los ao Diário Oficial (O Diário cobra de 12 linhas mais ou menos 40 cruzeiros) com os mesmos livros e encargos apontados para os registros de nascimentos, além de um auxílio que se dá ao Juiz para lotação (automóvel) afim de atender a hora estabelecida, lavratura dos termos Cr.\$80,00 !!! quando o par de sapatos do noivo custa Cr.\$300,00.

O mesmo se dá com outros cartórios. A nossa ilustre Assembléia Legislativa precisa reajustar as custas com o atual padrão de vida para todos os serventuários de justiça, sem exceção. Isso feito, que seja punido severamente quem sair dos preços estabelecidos o que espera-se, não acontecerá, porque outro não é o desejo de toda a classe. Disso estamos certos.

O excelentíssimo Corregedor Geral e a Comissão nomeada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Secretário da Justiça, já se manifestaram favoravelmente ao reajustamento das custas.

A mensalidade da Associação é de Cr.\$30,00 aos serventuários da Capital e Cr.\$10,00 para os do interior, com direito ao "Boletim Mensal", de grande utilidade aos serventuários de justiça, pelos esclarecimentos em matéria do ofício que serão assiduamente publicados.

CARTEIRA DE IDENTIDADE DOS SERVENTUÁRIOS

Obrigatoriedade da caderneta de identidade aos serventuários de justiça, na conformidade do provimento expedido pela Corregedoria Geral de Justiça, pela portaria n.º 2/49, seguinte:

O Desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente Portaria e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e

Tendo em vista que, os serventuários de justiça são obrigados, no exercício das suas funções, dentro e fora das respectivas repartições, ao contato contínuo com as partes interessadas;

Tendo em vista que, a identidade profissional assegura a todos a legalidade dos atos executados e contribui para a elevação moral de quem executa;

Tendo em vista, finalmente que a ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em entendimento com a Corregedoria Geral se prontificou a fornecer os elementos necessários para a adoção da caderneta profissional dos serventuários de justiça:

DETERMINA:

Fica instituída obrigatoriamente a caderneta de identidade dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, expedida de acordo com o modelo aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça.

A escrituração da caderneta obedecerá às normas constantes do processo n.º 6072, em que é interessada a ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 9 de abril de 1949.

(a) J. M. Gonzaga - Corregedor Geral da Justiça

N O T A

Esta Associação mandou confeccionar ditas cadernetas em grande número, em couro marroquim, com cartão impresso para a qualificação do Serventuário obedecendo o tamanho e dizeres determinados pela Corregedoria Geral, as quais inclusive porte de correio custarão 37 cruzeiros e procuradas na Associação 35 cruzeiros. Tem também distintivos para lapela em metal inoxidável que custarão 20 cruzeiros.

Oportunamente esta Associação remeterá a todos os Serventuários de Justiça do Estado um questionário afim de ser preenchido e devolvido a esta mesma Associação, acompanhado de 3 fotografias 3x4 para a respectiva legalização na Corregedoria Geral.

SELO DE CORRESPONDÊNCIA

O Decreto Federal 6109 isenta de selo ou qualquer taxa toda correspondência oficial de caráter federal, entretanto os correios exigem de comunicações para fins militares, de casamento e estatísticas o pagamento de tais taxas.

É necessário esclarecer o assunto. A Associação vai providenciar

LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949

Cartórios da Capital

Ofício	Importância Cr.\$	Data	
7º Tabelião de notas	54.686,40	22/3	
9º Tabelião de notas	84.495,20	16/3	
10º Tabelião de notas	100.000,00	22/3	
17º Tabelião de notas	100.000,00	15/3	
20º Tabelião de notas	46.699,70	22/3	
21º Tabelião de notas	48.895,60	22/3	
22º Tabelião de notas	100.000,00	04/3	
1ª Circunscrição de imóveis	100.000,00	05/4	
2ª Circunscrição de imóveis	100.000,00	05/3	
3ª Circunscrição de imóveis	100.000,00	05/3	
4ª Circunscrição de imóveis	100.000,00	31/3	
1º Tabelião de protestos	100.000,00	22/3	
2º Tabelião de protestos	100.000,00	22/3	
3º Tabelião de protestos	64.445,70	22/3	
1º Registro de títulos e documentos	58.425,90	23/3	
2º Registro de títulos e documentos	29.601,30	23/3	
3º Registro de títulos e documentos	85.316,50	23/3	
4º Registro de títulos e documentos	24.628,10	23/3	
1º Ofício Cível	28.645,60	23/3	
10º Ofício Cível	80.602,70	07/3	
16º Ofício Cível	73.274,80	08/3	
1º Ofício da família e das Suc.	55.218,00	17/3	
4º Ofício da família e das Suc.	35.367,80	07/3	
5º Ofício da família e das Suc.	83.794,00	17/3	
6º Ofício da família e das Suc.	95.583,60	17/3	
7º Ofício da família e das Suc.			
1º Ofício da Fazenda do Estado	100.000,00	21/3	
2º Ofício da Fazenda do Estado	100.000,00	28/3	
3º Ofício da Fazenda do Estado	87.874,10	15/3	
1º Ofício da Fazenda Municipal	64.278,80	21/3	
2º Ofício da Fazenda Municipal	71.722,70	21/3	
1º Ofício da Fazenda Nacional	49.113,80	21/3	
2º Ofício da Fazenda Nacional	60.312,60	21/3	
Distribuidor, Cont. da Faz. Nacional	58.901,00	28/3	
3º Distribuidor e 6º partidor	79.659,00	21/3	

AOS NOSSOS COLEGAS DO NORTE E DO SUL DO PAÍS

Confessamos a nossa gratidão aos nossos distintos colegas do Norte e do Sul do País, que tão gentilmente atenderam aos nossos pedidos sobre leis de seus Estados referentes a serventias de Justiça.

A esses colegas remeteremos com prazer o nosso "Boletim".

RECONHECIMENTO DE FIRMAS

O nosso consócio, Sr. Guilherme de Abreu Castello Branco, M. D. Oficial do Registro Civil do Distrito de Bela Vista (18º Subdistrito da Capital), enviou em data de 4 do mês de abril ao Ex.mo. Sr. Dr. João Marcelino Gonzaga, DD. Corregedor Geral da Justiça, a representação do teor seguinte:

"Ex.mo. Sr. Dr. João Marcelino Gonzaga, M. D. Corregedor Geral da Justiça. Palácio da Justiça. S. Paulo - Guilherme de Abreu Castello Branco, infra-assinado, oficial titular do Cartório de Registro Civil da Bela Vista, 18º Subdistrito da Capital, data vênua, vem mui respeitosamente, expor e consultar o seguinte: - A imprensa se ocupou recentemente, de um caso de falsificação de alvará de soltura de um preso e que tal artimanha não teria logrado o fim almejado graças a argúcia dos encarregados da guarda do detento. - Esse fato, nos induz a pensar nos mandados dos Meritíssimos Juizes, que, diariamente são encaminhados aos cartórios, para as mais variadas providências. - Assim, pois, moléculas que somos do Poder Judiciário, desejamos prestar a nossa humilde colaboração no sentido de evitar fatos da natureza acima referido, motivo pelo qual tenho a honra de consultar V. Excia. se nos é lícito exigirmos que os mandados tragam a firma do M. Juiz reconhecida por tabelião, quando as partes forem portadores dos mesmos.

Tal providencia penso que encontra justificativa no acontecimento acima referido, e também no fato de freqüentemente se encontrarem na Capital muitos juizes do Interior, cujas assinaturas desconhecemos. Aproveito-me deste ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de minha elevada consideração e perfeita estima. São Paulo, 4 de Abril de 1949. (a) Guilherme de Abreu Castello Branco. (Oficial do Registro Civil da Bela vista)". - Ex.mo. Sr. Corregedor Geral da Justiça deu o seguinte despacho: "Despacho proferido no processo n.º 6.158, em que é interessado o Dr. Guilherme de Abreu Castello Branco: - "Não se pode negar aos Srs. Oficiais do Registro Civil o direito de, quando julgarem necessário, exigir que a parte apresentante faça reconhecer por Tabelião a firma do Juiz signatário do mandado. - São Paulo, 07 de abril de 1949 (a) Gonzaga". Achamos que essa medida é de grande alcance visto que muitas vezes, os Srs. Juizes mal interpretando a exigência dos Escrivães ao solicitarem ao apresentante dos mandados o reconhecimento de firma, zangavam-se com o Oficial cauteloso".

REGISTRO DE TÍTULO

ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA - Processo G-1893 - Campinas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo em processo de duvida n.º 41.925, da Comarca de Campinas, em que figuram como agravante o Oficial do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição e como agravado Antonio Baena Junior; acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos e para efeitos expostos pelo agravante.

Custas, na forma da lei.

Mediante partilha em processo de inventário, homologada por sentença de 12/01/1922, foi repartido entre viuva e herdeiros de Lourenço Justino um pequeno imóvel agrícola. Pretendendo os interessados transcrever agora a certidão dessa partilha, levantou dúvida o Oficial do Registro, baseado no preceito do art. 244 da Lei dos Registros Públicos - Decreto n.º 4.857, de 09/11/1939, visto não haver referência ao título de aquisição do inventário.

Julgada improcedente a dúvida, interpôs o Oficial o presente recurso de agravo na forma da lei.

O recurso merece provimento.

Não há motivo para que se deixe de cumprir, no caso, o mencionado preceito do art. 244 da Lei dos Registros Públicos, segundo o qual, em regra, não se deve fazer a transcrição sem prévio registro de título anterior.

Não se demonstrou que ocorram aqui motivos de impossibilidade semelhantes àqueles que ditaram a conclusão do acórdão proferido no processo de dúvida n.º 40.293, invocado à fls. 13 pelo agravado.

Aliás, melhor esclarecendo o seu pensamento, este Conselho, posteriormente, no processo de dúvida n.º 40.354, de Santos, citando a lição de Serpa Lopes, teve ocasião de declarar que o

dispositivo legal em apreço não alcança unicamente o objetivo de assegurar a continuidade do registro, senão também de obter a prova do domínio do requerente; e que, como ao oficial não dado presumir proprietário o que simplesmente se apresenta como tal, forçoso é concluir que, mesmo quando se trate de título dispensado de registro pela legislação anterior, cumpre ao interessado indicá-lo ou melhor, apresentá-lo para que se comprove o direito do transmitente. (Diário da Justiça de 17/11/1948) São Paulo, 05 de março de 1949. (a) Theodomiro Dias, Presidente - Almeida Ferrari, Vice-Presidente - J. M. Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6161, EM QUE É INTERESSADO O DR. JUIZ DE DIREITO DE CAPÃO BONITO: -

"Segundo se tem entendido, e existem mesmo nesse sentido vários acórdãos do E. Tribunal Regional Eleitoral, tanto os serventuários de Justiça como os escreventes de Cartório não podem exercer cumulativamente suas funções e as de vereador ou prefeito. Eleitos que sejam para estes cargos, caso aceitem a investidura, deverão deixar o exercício da serventia. E o Juiz, então fará a necessária representação ao Sr. Secretário da Justiça para os fins de direito. São Paulo, 22/04/1949. (a) J. M. Gonzaga".

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6161, EM QUE É INTERESSADO O DR. JUIZ DE DIREITO DE CAPÃO BONITO: - "

Respondo à consulta de fls. 2: deve o escrevente afastar-se do Cartório durante o tempo em que durar o seu mandato de vereador. O ato deve ser expedido pelo Juiz da Comarca. Conforme declaro em despacho exarado nesta mesma data no processo n.º 6161, tanto os serventuários da Justiça, como os escreventes não podem exercer cumulativamente suas funções e os de vereador ou prefeito. - Devem optar por uma delas. São Paulo, 22/04/49. (a) J. M. Gonzaga".

DEPÓSITO EM CONSIGNAÇÃO

COPIA Autos de reclamação feita por Antonio Di Pietro contra o 2º Tabelião de Protestos. DESPACHO (Fls. 8) - vistos, etc. Como já tem sido decidido por este Juízo, compete-lhe, nos termos das disposições legais em vigor, na qualidade de corregedor permanente dos cartórios de protestos de títulos e documentos, decidir dúvidas que os Srs. Tabeliães de Protesto, no exercício de suas funções, tenham em relação à prática de atos de seu ofício. Também este Juízo já teve o ensejo de esclarecer que notificações, feitas a requerimento de interessados, não podem ter o efeito de suspender protestos de títulos, apresentados em cartório para protesto, desde que tais títulos estejam sujeitos a protestos e tenham requisitos formais exigidos pela lei. A consignação em pagamento da quantia representada pelo título levado a protesto não obsta a que seja tirado o protesto, pois só depois de julgada, por sentença, procedente a consignação é que esta vale como pagamento e tão só o pagamento impede o protesto de letras de cambio e de outros títulos a este equiparáveis. À vista do que e uma vez que a letra de cambio de fls. 6 está revestida, o que o Sr. Tabelião deverá também verificar, por seu turno, não pode essa letra, vencida e não paga, ficar isenta do Protesto. Desentranhe-se a letra e remeta-se ao Sr. 2º Tabelião de Protestos, acompanhada de cópia desta decisão, depois de findo o prazo para o recurso, para os fins convenientes. I. São Paulo, 29 de Dezembro de 1940. Alberto de Oliveira Lima. Nada mais se continha em dito despacho que foi aqui bem e fielmente transcrito do que dá fé. São Paulo, vinte e um de Janeiro de mil novecentos e quarenta e um.

LEGISLAÇÃO Feriados Nacionais

LEI N.º 662 - DE 06 DE ABRIL DE 1949.

Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - São feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

Artigo 2º - Só serão permitidos, nos feriados nacionais, atividades privadas e administrativas absolutamente indispensáveis.

Artigo 3º - Os chamados "pontos facultativos", que os Estados, Distrito Federal ou os Municípios decretarem, não suspenderão as horas normais do ensino, nem prejudicarão os atos da vida forense, dos tabeliães e dos cartórios de registro.

Artigo 4º - Esta lei encontrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa
Sylvio de Noronha
Newton Cavalcanti
Raul Fernandes
Corrêa e Castro
Clóvis Pestana
Daniel de Carvalho
Clemente Mariani
Honório Monteiro
Armando Trompowsky

DIA DO NOTARIADO

Pelo Congresso Internacional do Notariado Latino ficou fixado o dia 02 de outubro como dia da nossa classe. Fazemos a presente publicação para que os nossos colegas guardem essa data, que é para todos nós grande homenagem e a prova do conceito que merecemos do público e de todos os poderes.

RELATÓRIO EM FASCÍCULO COM QUE NOS OBSEQUIOU O EXMO. SR. DR. SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Recebemos do Ex.mo. Sr. Dr. Secretário da Justiça, o relatório em bem confeccionado folheto, da comissão nomeada por sua Excia. relativamente a oficialização das serventias de Justiça.

Trabalho bem estudado, com citação de pareceres de juristas de opinião contrária a oficialização, por achar a institucional.

Muito gratos a sua excelência pelo relatório que nos enviou.

CONSELHO AMIGO

Os nossos colegas devem trazer o seu expediente em dia, e, bem assim autos, termos, assinaturas de testemunhas, pois, o acúmulo de serviço tem como causa, o deixar para depois, e depois muita coisa vai ficando esquecida, por isso muitos colegas à última hora, não poderão verificar tudo com precisão e se vêm em dificuldade nas correções.

Esse mesmo conselho amigo não é para todos, e sim para os mais descansados, e o fazemos pelo espírito de coleguismo e amizade, para evitar aborrecimentos dos quais participaremos se



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

si ocorrerem.

NOTICIÁRIO

DR. JOÃO NEVES NETTO

Acha-se adoentado ligeiramente o nosso distinto colega e diretor desta Associação, Sr. Dr. João Neves Netto, a quem fazemos nossa visita.

DR. RINALDO BULCÃO GIUDICE

Também acamado, doente, está o nosso colega e associado, tabelião nesta Capital, o Sr. Dr. Rinaldo Bulcão Giudice.

Visitamo-lo desejando-lhe pronto restabelecimento.

SR. PEDRO JÁLLAGEAS

Esteve em visita a esta Associação o nosso prestante colega e associado, Sr. Pedro Jallageas, D. D. serventuário de Justiça de Herculândia deste Estado.

Gratos pela visita.

ÍNDICE

A JUSTIÇA E O FISCO	3
A FOTOCOPIA SUBSTITUE A PUBLICA FORMA?	4
A DEMORA DE SOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO CASO DOS CARTÓRIOS	5
CONFRONTO DOS PREÇOS DE MATERIAIS E CUSTEIO DOS CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL	7
PREÇOS	7
CR.\$	7
CARTEIRA DE IDENTIDADE DOS SERVENTUÁRIOS	8
SELO DE CORRESPONDÊNCIA	9
LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949	10
CARTÓRIOS DA CAPITAL	10
AOS NOSSOS COLEGAS DO NORTE E DO SUL DO PAÍS	12
RECONHECIMENTO DE FIRMAS	13
REGISTRO DE TÍTULO	14
ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA - PROCESSO G-1893 - CAMPINAS.	14
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6161,	14
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6161,	14
DEPÓSITO EM CONSIGNAÇÃO	15
LEGISLAÇÃO	16
DIA DO NOTARIADO	17
RELATÓRIO EM FASCÍCULO COM QUE NOS OBSEQUIOU O EXMO. SR. DR. SECRETÁRIO DA JUSTIÇA	18
CONSELHO AMIGO	19
NOTICIÁRIO	20
ÍNDICE	21

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor

Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTES

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 004 - Publicação: 01/06/1949

COLABORAÇÃO

A JUSTIÇA E O FISCO

Aurelino Arruda (Filiado à Associação Paulista de imprensa)

Os nossos ligeiros comentários não representam novidade, e sim a reprodução de que publicamos, há alguns anos, quando o poder legislativo elaborava a reforma do regimento de custas, a qual, convertida em lei, foi injustamente, em certos dispositivos, atacada pela imprensa. Em todos os tempos, as reclamações sempre atingiram, de preferência, os escrivães e o encarecimento dos feitos judiciais. A campanha, porém, não é justa e simpática, porque visa somente uma classe, a menos favorecida, aliás, pelas novas taxas. Embora com parcialidade, a reação não deixa de ser moralizadora e terá o mérito de tornar o regimento, que está necessitando de nova reforma, por aqueles que, na forma da lei, estão sujeitos à sua observância.

Conhecemos, de perto, há longos anos, o foro da capital, e observando o mecanismo judiciário, podemos afirmar que os escrivães são os que mais labutam, sendo certo que os seus salários, cobrados legalmente e nem sempre recebidos, não correspondem, em absoluto, aos serviços que prestam à justiça. Outros serventuários, sem o mesmo trabalho e as mesmas responsabilidades, obtiveram, no regimento, taxas mais compensadoras, bafejados pela sorte, longe, bem longe da maledicência humana...

A carestia das despesas processuais não advêm, apenas, das custas cobradas pelos escrivães, no espinhoso desempenho das suas funções.

Há outros fatores, mais importantes, que indicaremos, com vagar, e dentre eles um de primeira grandeza, que existe em toda a parte, apesar de não possuir a essência divina...

Prosseguiremos, pois, no próximo numero, na explanação, que iniciamos, sem grandes comentários, tendo por objetivo, tão somente, o restabelecimento da verdade.

A Associação dos Serventuários de Justiça, pela pena brilhante de seu associado e distinto colaborador Sr. Dr. Aureliano Arruda, em todos os números deste "Boletim", publicará seus ótimos artigos, com referência as exigências fiscais e outros fins, com a finalidade precípua de esclarecer aos serventuários de Justiça em geral, sobre tais assuntos.

DISPENSA DE PROCLAMAS PARA O CASAMENTO CIVIL

A R. Borges

Esporadicamente realizam-se casamentos com dispensa dos proclamas, com fundamento no art. 199, numero 1 e 2, do Código Civil Brasileiro e artigos 744 parágrafo único, do Código do Processo Civil. O art. 199, números 1 e 2 do Código Civil: - "Quando ocorrer motivo urgente que justifique a imediata celebração do casamento, etc.

Na quase unanimidade dos casamentos com dispensa de proclamas recorrem ao inciso desse numero, sendo viagem urgente para acudir negócios a principal alegação para obtenção da dispensa.

É uma válvula justa para a realização de casamentos rápidos afim de evitar que futuros casais fiquem estigmatizados com a nódoa de sem a formalidade legal do casamento civil por haver o nubente abusado da leviandade da sua futura esposa. Consumado esse ato impensado e irremediável vem a meditação do futuro casal, a intervenção dos seus progenitores e antes que o caso se torne público, sem publicações e veladamente, com urgência realiza-se o ato civil evitando a filiação ilegítima, a maledicência, a intervenção policial o que para o futuro seria sempre uma arma para a humilhação, posta nas mãos de inimigos.

Existem inúmeros casos de autoridades oporem obstáculos à realização do casamento com a dispensa dos proclamas resultando esse modo de opinar no amancebamento dos pretendentes, com fundas magoes aos pais alem de outros gravames.

De quem é a culpa?

Também nos casos em que estando concebido o filho e não convindo que isso se torne percebido, ou mesmo que já esteja no ultimo mês da gestação, os pais não desejando que o filho nasça sem que se estejam casados civicamente, justifica-se plenamente a dispensa da publicação.

Muitas vezes em novas residências, casais havidos como casados, com convivência marital e honesta de muitos anos, pretendendo realizar o seu casamento sem a publicação de editais, com o intuito de garantir a companheira como meeira dos bens que adquiriram juntos, e que venham a adquirir, e para que os filhos possam livremente herdar por serem incontestáveis herdeiros, porque opor dificuldades? Qual o inconveniente em atende-los?

De outra maneira seria concorrer para expor os pretendentes a chacota de perversos, quando o fito principal da lei é obrigar a realização do casamento civicamente desta ou daquela maneira. E o que acontece em grande parte? Casam-se somente na religião a que pertencem a de qualquer forma.

A própria Corregedoria Geral, nos cartórios, para não tolher esse direito, fez afixar cartazes com os emolumentos dos casamentos em tais condições.

A sociedade ganhará mais atendendo-os, porque sem vexame admitirá em seu seio, um casal legalmente unido, os filhos nascerão sem a pecha da ilegitimidade e os seus progenitores com a satisfação de vê-los com a situação regularizada. Portanto justifica-se plenamente em semelhantes casos o casamento com dispensa de proclamas, pois que são eles tão legais e validos como os com publicações.

Com isso não queremos dizer que todos os casamentos deverão ser realizados com dispensa.

Os mais previdentes e sensatos, dessa forma não quererão, afim de que não haja sofismas nem dúvidas do seu estado civil de que o seu casamento não se tenha realizado nos prazos devidos e normais, com as formalidades prescritas.

A VIDA DO ESCRIVÃO

R i b a s

Está arraigado na opinião pública de que cartório é mina. Por isso ser escrivão é uma aspiração geral até de índios colonos de enxada, etc. Doutores ambicionam um cartorinho certos de que conquistarão um doce far niente na vida. Puro engano. É uma classe na maioria de conformados, que na velhice só lhes resta cansaço e um par de óculos com hastes de barbantes, encarrapitado no nariz calejado de suporta-lo o dia inteiro e durante anos.

Antigamente quase era obrigatório ao escrivão o uso do lenço de alcobaça e a tabaqueira, como símbolo do cargo, hoje felizmente em desuso.

Escrivão que teve herança, rico e com algum cartório bom, existe pouco, mas nos cartórios médios e inferiores, fazer fortuna é como sempre diz o grande jornalista Dr. Lellis Vieira, uma óva.

É um cargo na quase generalidade verdadeiro sacerdócio e ainda com o múnus de inutilizar o indivíduo para outras profissões. Tira-lhe a coragem para a luta no comércio ou na industria. Acha que tudo dará errado, como de fato dá mesmo. Acordava-se do futuro preferindo ficar esperando melhorar e nessa esperança morre sem alcançar seu objetivo, isso acontecendo com o seu substituto e com o substituto desse substituto e ainda dizem (as más línguas) que no céu há um queijo guardado há muitos séculos, para ser cortado por um escrivão... o que pensar de milhões já terem morrido, o queijo continua intacto, mas essa balela vai se acabar, pois que o rabiscador destas linhas está com a sua lapiana afiada para essa operação se antes de dar com os seus costados no Araçá, outro já não o tenha reduzido a fiapos.

Mesmo assim explica a vida do escrivão, não pense o coro leitor, que cartórios fiquem vagos. Não acreditam. São como São Tomé.

JUSTO PROJETO SOBRE APOSENTADORIA DE ESCRIVENTES E AUXILIARES DE CARTÓRIO

R i b a s

Foi novamente publicado um projeto sobre aposentadoria de escreventes e auxiliares de cartório, no qual deparamos com os seguintes tópicos:

"O escrevente de um cartório é quem na realidade exerce os misteres do respectivo cartório, percebe ele um salarinhosinho e uma pequena comissão, enquanto o dono do cartório percebe 40, 50, 100 e 200 mil cruzeiros por mês, sem empregar atividade. (os grifos são nossos).

O digno autor do projeto, um dos mais operosos entre os seus pares, com quem já tivemos, com prazer, oportunidade de tratar é um moço inteligente, que à primeira vista refulge simpatia, entretanto com a devida vênia queremos apresentar alguns reparos sobre suas assertivas e segue:

Chamando de dono o serventuário do cartório, esse vocábulo carrega a situação do titular, quando mais suave seria denomina-lo serventuário titular, e quanto ao mesmo de não empregar a sua atividade, sua excelência percorrendo os cartórios observará que estão os serventuários na sua quase totalidade à sua testa, verificando uma coisa, outra, distribuindo os serviços, tratando com as partes, resolvendo assuntos que lhes são absolutamente peculiares, isso não acontecendo com serventuários deputados, vereadores e prefeitos - que por força da lei foram afastados.

Existirá uma insignificante percentagem dos que não empregam atividade, pois que não há regra sem exceção.

Quanto aos ordenados dos escreventes, estes os têm de acordo com as possibilidades dos cartórios.

Há cartórios que não comportam sequer um escrevente, entretanto são eles mantidos pela amizade entre ditos serventuários, e há escreventes em bom cartórios que ganham sobejamente. Há na comarca da Capital e do Interior 30% de serventuários titulares que prazenteiramente aceitariam permuta com escreventes de cartórios de boa renda. Faça-se uma experiência.

O projeto apresentado é justíssimo e humano, concordamos, pois esses auxiliares da justiça de fato o merecem sem nenhuma contestação, porém há também uns 30% de serventuários, paupérrimos, que exercem eficiente efetividade, que também se cansam, se envelhecem, pois que não tem o condão de se conservarem jovens, o que gostariam bastante se fosse possível e até entregariam toda a renda dos seus cartórios e iriam lutar de outra qualquer forma, mas não é assim, de maneira que seria mais curial e mais justo que lhes estendesse o mesmo direito às aposentadorias, o que aliás não se deu.

É justíssimo o amparo aos escreventes e auxiliares, mas também é justo o mesmo amparo ao serventuário pobre.

Aos 70 anos, sem exceção, há a obrigatoriedade do afastamento dos cargos públicos pela compulsória. Neste caso, o serventuário titular, pobre, sem aposentadoria, que não teve chance para acumular um pequeno pecúlio, teria de deixar o cargo, embora rendendo pouco, aliás melhor do que nada, velho, para arranjar emprego?

As leis não permitem nomeações com mais de 45 anos, e mesmo o permitissem, que poderia fazer um setuagenário? Apelar para os Asilos de São Vicente de Paula? Não está certo. Precisa ser ampliado o decreto abrangendo os serventuários que dele necessitarem. Levante-se um balanço nos bens dos serventuários milionários e sem encargo de família e os exclua desse benefício. Isso ainda vá, ou então oficialize-se os cartórios, único meio de equidade.

Há sugestões sobre oficialização facultativa, direta e indireta, por meio de sucessão aos serventuários com mais de 25 anos de exercícios. Aproveite-se delas o que for interessante, pois nas mesmas consta a aposentadoria dos escreventes e serventuários sem ônus ao Tesouro, como já foi resumidamente publicado no "Boletim da Associação". Nelas não ficaram esquecidos os escreventes, pois ninguém desmerece o valor e imprescindível concurso desses auxiliares.

Não avançaremos muito além destes reparos, porque não sabemos o que os ilustres deputados irão resolver em benefício também dos serventuários de Justiça efetivos, entretanto vamos dando as nossas razões.

BATALHA DE PRODUÇÃO

Os serventuários podem e devem tomar parte na Batalha de Produção, ora iniciada, aconselhando os seus clientes à mecanizar suas lavouras e a intensificar a plantação de cereais.

O problema atual da humanidade é comida. É preciso que auxiliemos a Batalha da Produção, antes que seja tarde ou que tenhamos que lamentar a nossa inatividade.

O solo é a pátria, disse Assis Brasil, cultiva-lo é engrandecê-la.

Portanto, devem ser acolhidos tão patrióticos e humanos ensinamentos, e difundidos largamente, afim de que não seja um apelo pregado no deserto.

O AMPARO AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

Carlos Figueiredo Junior (Tabelião do 2º Ofício de Notas - Batatais)

A classe constituída pelos servidores da justiça no Estado de São Paulo é, inegavelmente, uma das únicas, dentre todas as classes laboriosas, que se encontra inteiramente desamparada com relação à leis e regulamentos que possam oferecer efetivamente garantias ao bem estar de seus componentes.

Ultimamente foram agitados no seio da Assembléia Legislativa diversos assuntos referentes à nossa classe, porém, de prático, de real, ainda nada conseguimos.

A questão relativa à oficialização dos cartórios em geral já constitui letra morta, matéria vencida, uma vez que reúne problema complexo, especialmente no que tange com a parte econômica - financeira, que traz ônus elevadíssimos para o Estado, mas também no que respeita aos interesses dos serventuários, que apresentaram pontos de vista contraditórios e mais ainda, diante dos pareceres de juristas que foram ouvidos pela comissão encarregada de estudar o assunto e contra ela se manifestaram, de forma a estabelecer, tudo isso, uma grande confusão, colocando fora de discussão a matéria, que, penso, jamais será ventilada.

Restam-se agora, se contarmos com a boa vontade dos nobres deputados, os recursos atinentes à criação de uma Caixa de Aposentaria para todos os servidores da justiça, mantida por eles mesmos, com pequeno auxílio das partes, mediante um selo de pequeno valor a ser aduzido em todos os atos praticados em cartório, quer nos judiciais, quer nos de caráter extrajudicial.

E é, justamente tal medida que esperamos do poder público, porque, incontestavelmente, não se pode crer que uma classe tão numerosa, que presta tão relevantes serviços à coletividade e ao Estado, ainda permaneça completamente desamparada com relação a certos direitos e garantias, diante desse problema tão magno que se refere à assistência social em nosso país.

Outro assunto que muito interessa aos servidores da justiça e também ao próprio Estado, para a perfeita organização dos serviços da justiça, é o que se relaciona com os concursos para provimento das serventias vagas, com a adoção de lei que estabeleça a carreira dos serventuários da justiça.

Os servidores da justiça, todos eles, desde os mais graduados até os mais humildes têm esperado e continuam esperando, confiantes, em que leis e regulamentos sejam aprovados e promulgados em tal sentido, pois é verdade que entre eles muitos existem que já não podem trabalhar, pela velhice, esgotamento, moléstia, incapacidade provocada pelo cansaço e não possuem fortuna nem meios que os garanta amanhã e amparem suas famílias, quando nada mais puderem fazer.

Urge que os responsáveis voltem suas vistas para esta classe e procurem ampara-la e para tanto nós contamos com sua boa vontade, com sua generosidade, com seu espírito de justiça e de critério.

Continuamos a espera de sermos atendidos e contamos certos que o sejamos dentro de pouco tempo.

Requerimentos, atestados, certidões ou quaisquer outros documentos que se tornarem necessários à instrução de papéis "para fins de licença prêmio", estão isentos do imposto de selo, conforme letras "a", "b", "c", "d" e parágrafo único, do artigo 14 da lei 185, de 13/11/1948.

OFICIALIZAÇÃO DE CARTÓRIOS

Prof. Izidro Gonçalves

Um merecimento teve a chamada campanha para a oficialização dos cartórios.

Pelos debates travados sobre o assunto e os sagrados interesses em jogo, conheceu-se em toda a sua plenitude as razões pelas quais os nossos maiores mestres do Direito, em pareceres irrefutáveis, iluminados de sabedoria e justiça, repeliram inteiramente tão temerosa hipótese.

Se tal se pretendesse consumir, feriria de frente todos os direitos adquiridos e obrigaria aos prejudicados o recurso extremo de bater às portas sempre abertas do Judiciário onde a íntegra Magistratura devolveria, incontinentemente, todas as prerrogativas e direitos aos prejudicados.

Prejudicado seria também o Estado. Oficializar seria criar incontáveis ônus para ele e criar uma situação sui-generis, repelida por todos.

Valeu por isso, pois, não creio que aqueles que se aprofundaram no estudo das conseqüências que forçosamente adviriam da instituição impraticável da oficialização, hoje, sobejamente alertados, pelas sabias lições dos nossos maiores mestres do Direito, não chegassem também a conclusão idêntica.

Eu e os colegas, excluídos, é claro, os que pela renda irrisória que auferem, pretendem pesar negativamente na balança financeira do Estado, somos todos concorder e aplaudidos o que de Justiça se faça pelos nossos dignos auxiliares, proporcionando-lhes aposentadoria e possibilidades de concorrer também às serventias, quando vagas.

Tenho certeza que os responsáveis pelos nossos destinos, com o acurado estudo que dedicam as causas que abraçam, não permitirão que em São Paulo se intente essa inovação.

A IMPORTÂNCIA DO CARGO DE ESCRIVENTE

Foi escrevente do cartório da 1ª Circunscrição de Registro de imóveis desta Capital, onde consta o termo de compromisso devidamente assinado, o Ex.mo. Sr. Dr. Arthur Silva Bernardes, digno deputado federal pelo Estado de Minas Gerais e ex-presidente da República.

Inúmeras pessoas de destaque social, na magistratura, magistério foram escreventes, de maneira que a classe de serventuários de justiça aponta esses fatos demonstrando a importância do cargo de seus auxiliares.

A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Medida justa e humana quando recebida por quem dela necessita, mas há pessoas abastadas e outras de bons haveres que abusando da boa fé das autoridades solicitam tais favores. Muitas são aconselhadas a procederem por essa forma e outras sem perceberem esses benefícios dos quais outros se locupletam, e a parte na ignorância desse fato paga as custas ficando constando nos autos ter sido beneficiada.

A Assistência é dada para a pessoa desprotegida da fortuna e não para ser deturpada. Quem ingressa em juízo pelas portas da Assistência, sem à mesma ter direito e com espírito de explorar o serventuário, além de praticar um ato desonesto perigará em ser anulada a sua ação.

APLÁUSOS À ASSOCIAÇÃO

Marcelo Müller (Oficial do Registro Civil - Vila Prudente)

Não deslustrando a administração fecunda e produtiva do nosso eminente colega, Dr. Ibsen da Costa Manso, que em virtude de seus múltiplos afazeres não está podendo colaborar mais diretamente em prol da Associação, é digna de todo apoio dos serventuários de justiça, a nova orientação seguida pelo atual presidente interino, Dr. Francisco Vergueiro Porto, que está conduzindo a "Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, no sentido da mesma chegar a ser uma Associação de Classe capaz de defender seus direitos.

A criação do "Boletim Mensal" era uma necessidade, pela qual já de há muito vinha-se recentindo, visto a revista da Associação ter interrompido suas publicações; acontece ainda, que o "Boletim" no sistema que está sendo feito é muito mais interessante, porque só publica matéria de interesse da classe e ao mesmo tempo serve de órgão orientador.

A Criação da "Carteira de Identidade" para os associados, é uma medida de grande alcance, pela qual tive ocasião de trocar idéia com colegas sobre o assunto, foi pois uma inovação muito simpática que parece ter vindo ao encontro do desejo de todos os associados. É lamentável, entretanto, que a totalidade dos serventuários não seja sócio da Associação; é de se esperar de acordo com a obrigatoriedade da "Carteira de Identidade de Serventuários", e se for remetida proposta aos que ainda não são sócios, estes não terão outro caminho a seguir a não ser o de se filiarem à Associação. Entendendo que tratando-se de uma Associação de Classe e não de grupos, não há explicação ao fato de existir serventuários de justiça sem ser sócio e sem ter carteira de identidade de classe, fornecida pelo órgão competente. Cabe, portanto, somente a Associação remeter propostas, fazer chegar ao conhecimento dos colegas que até o momento não fizeram sua inscrição. Depois dessa providencia, estou certo de que no Estado de São Paulo não existirá mais serventuário que não seja sócio da Associação.

Aproveito o momento que me apresenta, para fazer um apelo a atual Diretoria, e principalmente ao Senhor Presidente interino, no sentido da Associação colaborar junto aos poderes competentes, afim de ser reajustado o "Regimento de Custas", de acordo com a situação atual de vida, como bem demonstrou em publicação no último número do "Boletim" o nosso ilustre colega. Sr. Abner Ribeiro Borges. Fica pois o meu apelo e minhas felicitações ao atual presidente, pela nova orientação que está seguindo a nossa Associação, apelo este extensivo à todos os colegas que ainda não estão associados, para colaborarem na campanha de sócios, pois só dessa maneira teremos uma Associação de classe capaz de defender eficientemente a classe.

BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

Não sou contra e nem a favor, acho, entretanto, o momento inoportuno, visto tratar-se de assunto que depende de grandes estudos e cálculos, e os poderes competentes estão aparelhados para adotar ou não essa medida.

DR. ABEL DE REZENDE VILARES

Em serviços profissionais estive nesta Capital, o Dr. Abel Rezende Vilares, digníssimo Contador e Avaliador no foro de São José do Rio Preto. Autor de bons sonetos e poesias, é o Dr. Abel culto e serventuário de justiça que enaltece a classe.

ESTATÍSTICA FEDERAL

Em breve será votada avultada verba pelo Congresso Federal, para levantamento de estatística, de nascimento, casamentos e óbitos, agrícola, animal, etc. em todo o país. Porque não ficar afeto em caráter permanente esse serviço aos oficiais do Registro Civil, que estão disseminados em todo recanto do Brasil, com todos os dados necessários constantes do seu arquivo, marcando-lhes ordenado mensal e permanente?

O serviço seria mais perfeito, com grande economia aos cofres federais e seria uma garantia a esses serventuários à sua manutenção e para seu maior estímulo mesmo porque já estão sobrecarregados com o serviço militar e sendo o cargo pelas leis federais, quase de âmbito federal como medida de grande alcance em todos os pontos de vista. O serviço além dessas razões seria perfeito, porque envolveria a responsabilidade funcional do serventuário, o que não aconteceria com pessoas sem tais responsabilidade e nomeados em caráter transitório. Essa a nossa opinião.

Aceitamos a colaboração dos nossos colegas em assuntos que digam respeito aos interesses da classe, porem pedimos que não sejam seus artigos muito extensos pela carência de espaço.

AOS NOSSOS COLABORADORES

Aos nossos distintos colaboradores pedimos que remetam seus artigos cinco dias antes do fim de cada mês afim de não retardar a expedição no dia certo do "Boletim", e, mesmo à última hora

escasseará matéria para completar as duas laudas para não ficar página em parte, em branco.

ÚLTIMA HORA

Tivemos a grata surpresa de ver hoje publicado no "Diário Oficial", uma emenda ao Projeto de Lei n.º 310/49, do ilustrado deputado e grande amigo da classe de serventuário de justiça e escreventes, estendendo as vantagens da aposentadoria, também aos serventuários.

Já no fim da paginação do "Boletim", fizemos publicar a emenda apresentada que irá agradar sobremaneira a toda classe.

CRIME DE LÉSA PÁTRIA

Afim de obstar a devastação das nossas matas virgens pelo conseqüente empobrecimento das populações e decadência das cidades vítimas desse crime, urgem medida severas.

Percorrendo-se zona noroeste, de Birigüi em diante, fica-se desolado ante a impiedosa devastação das nossas matas virgens.

Desse crime ainda restam com boa percentagem de matas as comarcas de Andradina e Pereira Barreto, se bem que já muito sacrificadas.

Os latifundiários dessa zona e mesmo proprietários de menores proporções cometendo criminoso egoísmo deitam fogo nas florestas reduzindo seculares em montões de cinzas, para sementeira de capim, quando não arrendam as terras para o plantio de algodão, lavoura efêmera que tanto concorre para a esterilização das terras, praguejando-as para mais arruina-las.

Os poderes competentes deviam nas zonas de terras inferiores e devastadas obrigar o reflorestamento na seguinte base: - 1,5º de reflorestamento por alqueire em um bloco ou salteadamente, em terras inferiores; 1,4º nas melhores, para café, e quando ainda em matas virgens 50%, se aproveitadas para a cultura de café, ou apenas 20% para pastagens.

Já temos campos e invernadas em demasia. Para fazer respeitar tais resoluções, deviam criar leis estabelecendo multas aos que as desrespeitassem.

Obrigar a todos proprietários de terras, no prazo de seis meses remeterem à Secretaria da Agricultura, declaração da quantidade de terra que possuírem; suas situações com as denominações das fazendas em que estiverem escravadas, com especificação da quantidade ocupada em matas, cafezais, pastos e das destinadas ao plantio de cereais e algodão. Marcar um prazo de 3 anos para o início do reflorestamento, na base estabelecida, sob pena de multas, constituindo essa obrigação ônus ou encargos à futuros adquirentes.

Vemos alguns pseudo agricultores deitarem abaixo às nossas matas e piores saúva sugarem as terras durante cinco anos e abandona-las, indo a outras zonas fazer o mesmo. Qual o benefício ao Estado, à Nação ou à posteridade? Nenhum. São os inimigos da Pátria e do progresso.

Não nos interessam desse modo.

Vemos comarcas diminuídas de entrância pelas devastações de suas matas e conseqüente abandono pelas suas populações reduzindo-as à pobreza pela desvalorização das terras e prédios das cidades fundadas em tais zonas então promissoras, e como acima se expôs, condenadas a sentença natural de cidades mortas, tão bem descritas pelo saudoso patrício Monteiro Lobato.

A riqueza com que a natureza nos obsequiou não é só para nós, pertence também as futuras gerações. Não devemos prejudica-las.

Assim como Deus nos entregou, devemos conservar para que os provindouros desfrutem do

mesmo direito, sem nos taxar de egoístas, desumanos e malvados.

REFERÊNCIAS AO NOSSO REPRESENTANTE NO PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO.

Na Revista del Notariado, órgão do Colégio de Escrivão de Buenos Aires, encontramos às fls. 756, referencias sobre a atuação do nosso representante no 1º Congresso Internacional do Notariado Latino, Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, digno Tabelião nesta Capital. As nossas congratulações pela brilhante atuação.

Conselho Superior da Magistratura

O Conselho Superior da magistratura recomenda a V. Excia. que faça observar, com o máximo rigor, o disposto no artigo 14, parágrafo único, da lei 3.049, de 10 de setembro de 1937, que soa:

"O atestado de exercício de cada escrivão ficará subordinado à certidão, que será por ele apresentada no fim do mês, de que não existe nenhum processo prescrito em seu cartório".

Esse atestado deverá ser passado na própria certidão.

THEODOMIRO DIAS

Presidente

MEIRELLES DOS SANTOS

2º vice-presidente em exercício

J. M. GONZAGA

Corregedor Geral da Justiça

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.214,

em que é interessado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Capital: "Atendendo às ponderações de fls. 2 e ao despacho proferido hoje nos autos do processo n.º 6.107, autorizo, a título precário, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, por seus procuradores a receber diretamente dos Cartórios mediante carga no livro próprio, os mandados que, a seu requerimento, forem expedido nas ações que ajuizarem, ficando o requerente incumbido de distribuir tais mandados aos oficiais de justiça. São Paulo, 11/05/1949. (a) J. M. gonzaga".

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.107,

em que é interessado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Capital: "Atendendo às ponderações de fls. 2 e a informação favorável de fls. 6. Autorizo, a título precário, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, por seus procuradores, a receber diretamente dos cartórios, mediante carga no livro próprio, os mandados que, a seu requerimento, forem expedido nas ações que ajuizarem, ficando o requerente encarregado de distribuir tais mandados aos oficiais de justiça. São Paulo, 11/05/1949. (a) J.M. gonzaga".

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 5.980,

em que é interessado o Sr. Pedro de Castro, Capital: "Diante do julgado e dos pareceres citados pelo requerente, aos quais se pode juntar o despacho proferido pelo meu ilustre antecessor desembargador Bernardes Junior no processo n.º 2.290, sem embargo da redação algo defeituosa do art. 15 do decreto n.º 6.986, de 25/02/1935, já não me cabe como Corregedor, obstar que os oficiais maiores pratiquem, simultaneamente com o serventuário titular do cartório, independentemente de especial designação, todos os atos da competência deste, inclusive a lavratura de testamento e doações causa-mortis. São Paulo, 05/05/1949. (a) J.M.

Gonzaga.

VICENTE DA COSTA MELLO

Tivemos a infausta notícia do falecimento do nosso associado, Sr. Vicente da Costa Mello, oficial do Registro Civil de Batista Botelho deste Estado.

Lamentamos profundamente o desaparecimento desse distinto serventuário que em vida primou pelo cumprimento dos seus deveres como serventuário, como chefe exemplar de família e cidadão.

A sua viúva, Ex.ma. Sr.ª. Dª. Arcina Ferraz da Costa Mello, sua digníssima filha, Dª. Gilda da Costa Mello e seu auxiliar e grande amigo Odilon dos Santos, as nossas condolências.

IMPOSTO SOBRE AUMENTO DE LOTAÇÃO DE CARTÓRIO ILEGAL A SUA COBRANÇA - DECISÃO CONFIRMADA PELO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

- 1) Os serventuários da Justiça, vitalícios e inamovíveis, como os magistrados, pagam previamente, antes de serem investidos no cargo, o selo de nomeação, que tem por base a lotação do respectivo ofício, de acordo com a lei que criou esse imposto.
- 2) O Código de Imposto e Taxas e alguns decretos posteriores determinaram, porém, a revisão da lotação dos cartórios, de três em três anos, para o efeito de ser cobrada a diferença de selo de nomeação, calculada sobre o aumento da lotação.
- 3) Essa cobrança é ilegal e, além de violar predicamento da vitaliciedade, ofende o direito adquirido e redundar em bi-tributação, vedada pela Constituição, porque lotação é renda e o Imposto de Renda é privativo da União. Acresce que a cobrança desse imposto é feita sem a indispensável igualdade, com ofensa, também, a preceito constitucional.
- 4) Os Dr. Jugurtha Pereira de Artiaga, Antonio Carlos da Cunha Canto e outros, serventuários vitalícios de cartórios da Capital, ante ameaça de executivo fiscal, pagaram, com protesto, a diferença do imposto de nomeação.
- 5) Depois, esses serventuários propuseram, contra a Fazenda do Estado, a competente ação de restituição, obtendo ganho de causa em primeira instância.

A brilhante sentença do Dr. Arlindo Pereira Lima, ilustre Juiz dos Feitos da Fazenda do Estado, declarou ilegal a cobrança dessa diferença de imposto.

Essa jurídica decisão acaba de ser confirmada, em recurso de revista, pelo Egrégio Tribunal de Justiça, por grande maioria de votos, como consta do erudito acórdão, lavrado pelo eminente Desembargador Mario Masagão.

Patrocinou a causa dos serventuários da Justiça o Dr. Ottonio de Vasconcellos Camargo, advogado nesta Capital.

DIFERENÇA DE LOTAÇÃO

O Sr. Presidente, em exercício, desta Associação, recebeu da Secretaria da Fazenda, o seguinte ofício, referente ao Processo n.º 6.954/49:

Senhor Presidente: -

Com relação ao pedido para pagamento em prestações e sem multa dos débitos correspondentes à diferença de lotação dos cartórios, comunico a V.S. de acordo com as informações prestadas pelo órgão competente, e de ordem do Ex.mo. Sr. Dr. Secretário, que a medida pleiteada por essa Associação não tem amparo legal, entretanto esta Secretaria

apreciará cada caso, mediante solicitação individual dos interessados.

Apresento a V.S. os meus protestos de elevada estima e consideração. (a) Raphael Ribeiro da Silva - Subdiretor Geral da Secretaria, Substituto.

LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949

PRIMEIROS TABELIÃES

Cartórios	Lotação Cr.\$	Data do Despacho
Andradina	16.333,30	25/04/1949
Batatais	20.229,10	08/02/1949
Cajuru	20.436,30	21/04/1949
Itú	38.549,30	08/02/1949
Limeira	25.040,70	27/04/1949
Palmital	14.841,70	01/02/1949
Quatá	16.398,30	03/02/1949
Santa Cruz do Rio Pardo	20.656,60	07/03/1949

SEGUNDOS TABELIÃES

Cartórios	Lotação Cr.\$	Data do Despacho
Andradina	31.371,10	25/04/1949
Batatais	31.738,70	08/02/1949
Cajuru	18.003,00	21/04/1949
Itú	24.976,30	08/02/1949
Limeira	48.306,40	27/04/1949
Palmital	11.217,10	01/02/1949
Quatá	8.132,60	03/02/1949
Santa Cruz do Rio Pardo	29.766,20	07/03/1949

Em discussão na Assembléia do Estado, a declaração da utilidade publica da "Associação dos Serventuários de Justiça".

Eis o Projeto: PROJETO DE LEI N.º 336, DE 1949

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, com sede nesta Capital.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salas das Sessões, 17 de maio de 1949. (a) Cunha Bueno.

J U S T I F I C A T I V A

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo foi fundada em 08 de julho de 1928, contando em seu quadro social com cerca de 1.000 associados.

Durante a sua existência tem prestado relevantes serviços não só aos seus associados como também facilitando a boa execução das leis e decretos federais, tornando-as conhecidas entre seus associados e facilitando as interpretações de artigos obscuros.

Além do mais, através de seu boletim publicado regularmente, tem divulgado todos os provimentos do Meritíssimo Corregedor Geral e soluções de dúvidas despachadas pelos M. Corregedores, de ordem geral, facilitando o bom andamento da Justiça.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1949. (a) Cunha Bueno.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2	
A JUSTIÇA E O FISCO	2
DISPENSA DE PROCLAMAS PARA O CASAMENTO CIVIL	3
A VIDA DO ESCRIVÃO	4
JUSTO PROJETO SOBRE APOSENTADORIA DE ESCRIVENTES E AUXILIARES DE CARTÓRIO	5
BATALHA DE PRODUÇÃO	6
O AMPARO AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	6
OFICIALIZAÇÃO DE CARTÓRIOS	8
A IMPORTÂNCIA DO CARGO DE ESCRIVENTE	9
A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	9
APLÁUSOS À ASSOCIAÇÃO	9
BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS	10
DR. ABEL DE REZENDE VILARES	10
ESTATÍSTICA FEDERAL	10
AOS NOSSOS COLABORADORES	10
ÚLTIMA HORA	10
CRIME DE LÉSA PÁTRIA	11
REFERÊNCIAS AO NOSSO REPRESENTANTE NO PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO.	12
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.214,	12
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.107,	12
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 5.980,	12
VICENTE DA COSTA MELLO	13
IMPOSTO SOBRE AUMENTO DE LOTAÇÃO DE CARTÓRIO ILEGAL A SUA COBRANÇA - DECISÃO CONFIRMADA PELO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.	14
DIFERENÇA DE LOTAÇÃO	15
LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949	16
PRIMEIROS TABELIÃES	16
SEGUNDOS TABELIÃES	16
ÍNDICE	18
DIRETORIA	20
CONSELHO FISCAL	20
SUPLENTE	20

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basílio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 005 - Publicação: 01/07/1949

COLABORAÇÃO

SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA, LICENCIADO POR 24 MESES, PRORROGÁVEIS POR MAIS 12, NOS TERMOS DA LEI N.º 2.250, DE 03/03/1949, PODE INSCREVER-SE NA ORDEM DOS ADVOGADOS?

Gastão Grossé Saraiva (Escrivão Sucessor do 1º Ofício da Fam. e das Sucessões - Capital)

Do encaminhamento e discussão do projeto que se converteu na Lei n.º 2.250, de 3 de março de 1949, e dos comentários da imprensa, depois desta publicada, resulta fora de discussão que a mesma teve por precípua, única e exclusiva finalidade proporcionar a todo servidor do Estado de São Paulo uma oportunidade para tentar sua atividade em outra ocupação ou profissão, garantindo-lhe, todavia, a faculdade de, expirado o prazo da licença (24 meses prorrogáveis por mais 12), voltar ao cargo do qual assim se afastara de modo integral. Outrossim, essa lei estabeleceu condições especialíssimas, a saber.

- a) A licença deverá ser requerida dentro de cinco anos, a partir de sua publicação (5 de março de 1949);
- b) Será concedida uma só vez;
- c) O licenciado perderá totalmente os vencimentos, remunerações, gratificações ou quaisquer outras vantagens do cargo;
- d) O licenciado não poderá ser chamado a reassumir o cargo;
- e) Extinto o prazo da licença, o cargo será considerado vago.

1) O estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Dec. Lei n.º 12.273, de 28 de outubro de 1941), diz expressamente em seu artigo 2º: "Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público", e o artigo 1º declara que as disposições do Estatuto aplicam-se aos funcionários de Justiça. Assim é que, desde a publicação deste, aos serventuários de justiça têm sido aplicado aos seus artigos 172 e 177, relativos a concessão de licença para tratar de interesses particulares. Ora, os serventuários de justiça exercem uma função pública, o que é inquestionável, e o próprio Estatuto a que nos vimos referindo os enquadra expressamente nas suas decisões. Acresce, ainda, que a própria Lei n.º 250, de 03/03/1949, logo em seu artigo 1º declara que a licença que estabeleceu será concedida sem prejuízo da prevista no art. 172 do Estatuto dos Funcionários Públicos, donde é forçoso concluir-se que todos os que tinham direito a essa licença prevista no art. 172, não a perdem, e adquirem a faculdade de requerer a de 24 meses, prorrogável por mais 12.

Se o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo enquadra, quanto a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades, os funcionários de justiça, e a Lei 250, de 03/03/1949, concede uma licença especial aos funcionários efetivos, para procurarem outra profissão, consequentemente esta é facultada, também, aos serventuários de justiça, que no Estado de São Paulo àqueles são equiparados, por força de lei, quanto a direitos e vantagens.

2) Tendo sido o intuito exclusivo da Lei n.º 250 facultar aos funcionários públicos do Estado de São Paulo uma oportunidade para mudarem de atividade, procurando ocupação fora do quadro em que exercem suas funções, do mesmo passo os desincompatibilizou com o exercício de qualquer outra profissão.

Não mais são considerados funcionários: perdem todos os direitos e regalias; apenas lhes será facultado, antes de terminada a licença, voltar para o cargo que ocupavam. Em consequência, o serventuário de justiça, no gozo dessa licença, perde totalmente os vencimentos, remunerações ou quaisquer outras vantagens do cargo, mas adquire a liberdade de procurar qualquer outra ocupação, e se bacharel ou doutor em direito for, nihil obstat que essa profissão exerça. Unicamente, o Estado lhe ressalva a faculdade de, antes do término da licença, voltar para seu antigo cargo ou função, sob pena de ser o mesmo havido como vago. Assim, se para todos os efeitos legais não mais são considerados como serventuários pelo Estado, tal qualidade não lhes poderá ser dada por outrem, vg. Pela Ordem dos Advogados, e esta de nenhuma forma os poderá haver como incluídos na proibição constante do art. 10-III de seu Regulamento. A inscrição na Ordem dos Advogados, deverá, assim, ser provisória, cancelando-se a caso o inscrito voltar para o cargo do qual se afastará.

O REGIMENTO DE CUSTAS PRECISA SER REFORMADO **Manoel Ferreira Damião (2º Tabelião de Tupã)**

O grande público formou um ceito exagerado à cerca das rendas dos serventuários de Justiça. Entendem, e entendem erradamente, que os cartórios constituem verdadeira "mina"...

No entanto, a verdade é outra. Com exceção dos cartórios da Capital, onde os emolumentos são taxados pelo alto valor das propriedades, os demais do interior, mantendo-se dentro do Regimento em vigor, não ganham para o custeio das despesas obrigatórias. Quem está no ofício é que sabe a luta que se leva para manter o serviço em ordem.

Da última reforma para cá o custo da vida subiu mais cem por cento. Todas as demais classes, incluindo os funcionários públicos estaduais e federais, tiveram seus vencimentos reajustados. Alguns tiveram mais de um reajustamento nestes últimos 4 anos. Os serventuários, ao contrário disso, e a cujo cargo estão confiados os mais importantes das partes e do Estado, continuam a perceber as mesmas custas taxadas pelo Regimento promulgado para uma época bem diferente.

O custo do material necessário, além dos elevados alugueis, salário de auxiliares constantemente reajustados, papeis e livros, atingiram elevação no custo de mais de 500%! Pois bem. Aqui deixamos o nosso apelo aos ilustres Deputados para que estudem e aprovelem a reforma do Regimento. Estamos certos de que, fazendo coro com os nossos distintos colegas que tão brilhantemente tem aqui discutido o assunto, ainda neste exercício, fique promulgada a reforma pleiteada.

MONUMENTO DE LUZ **Odilon dos Santos (Oficial do Registro Civil e Tabelião Interino de Batista Botelho)**

Para mim acostumado com o Sr. Vicente da Costa Melo entre as quatro paredes do cartório do Registro Civil de Ourinhos, onde o mesmo era Serventuário, vi, como senti o povo a sua competência, o seu trabalho metódico, útil e sobretudo caridoso. Era amigo de todos e nada mais expressa seu caráter elevado, sua moral e acima de tudo sua competência e zelo pelos seus misteres. Ao falecer era Serventuário deste Cartório do Registro Civil e Anexos de Batista Botelho, de cujos livros não tivera a felicidade de terem ao menos uma página se quer com sua letra sempre elogiada por bela; pois o mesmo se achava em tratamento de saúde.

Trinta e poucos anos foi Escrivão. Iniciando em Ourinhos sua carreira e lá seguiu para Ibiaparema, voltando de lá para Ourinhos, era Serventuário em Batista Botelho nos seus últimos dias.

Ajoelhemos nós diante do monumento de tão ilustre colega há pouco falecido: diante de seu monumento formado pela luz de seus atos de bondade, zelo e eficiência, usados em seus anos de vida e de trabalho e cremos para sua alma.

OS ESCRIVÃES E O REGIMENTO DE CUSTAS

Aureliano Arruda (Filiado à Associação Paulista de Imprensa)

Em meio a inúmeras classe dos oficiais públicos do Estado, sob a nomenclatura estabelecida no regimento de custas, se encontram em desigualdade os escrivães do judicial desta comarca, que é de todas a mais importante. Assim é que o legislador, na partilha das novas taxas, lhes recusou a equitativa proporção dispensada a outros serventuários de justiça. O aumento concedido aos escrivães é verdadeiramente ilusório, em consequência de dispositivos inovadores, que o anulam, já suprimindo atos, outrora permitidos, já não estabelecendo regras para o recebimento progressivo de suas custas, a fim de evitar-se o considerável prejuízo que sofrem, nos feitos julgados nas audiências, com a condenação de partes que não têm o que perder...

Aludimos apenas aos escrivães da Capital porquanto os das comarcas do Interior são compensados de outra forma, exercendo, como exercem, funções anexas ou cumulativas: são tabeliães de notas e escrivães do cível do comercial, da provedoria, de órfãos e ausentes e da Fazenda Pública. Isto posto, os serventuários da Capital, cujos trabalhos são divididos ou especializados, lutam, mais o mais, com as taxas distribuídas no regimento em vigor.

Por que essa falta de equidade? Há escrivães que abusam, cobrando custas excessivas e lesando as partes que defendem, em juízo, o seu direito?

Admitimos para argumentar, resposta afirmativa à última interrogação. Mas, ainda assim, a injustiça é manifesta, porque, na comarca da Capital, bem como em outras do interior do Estado, sempre houve, também, funcionários honestos e cumpridores dos seus deveres. Conhecemos inúmeros que faleceram pobres, em situação precária, legando à sua família apenas a sua probidade e um passado cheio de bons exemplos. Muitos outros, aqui e em toda a parte, lutam pela vida, encanecidos nas árduas lides forenses, procedendo honestamente e cuja posição nada tem de invejável.

A equidade, portanto, devia beneficiar proporcionalmente aos oficiais públicos em geral, sem distinção, estabelecendo apenas severas contra os infratores do regimento. É sabido que em todas as classes do funcionalismo público ou forense há honestos e desonestos. Até a magistratura, "que persevera na rota do seu altíssimo e imutável destino, restabelecendo publicamente a majestade do direito", se encontravam exceções, em tempo não mui distante, que ofuscavam o esplendor da sua nobreza e finalidade.

Determinando, pois, medidas tendentes a uma fiscalização eficaz e rigorosa, a fim de serem majoradas as taxas do atual regimento de custas aos servidores de justiça, o legislador fará obra completa e meritória em prol de uma classe que luta, realmente, para a sua manutenção e dos seus auxiliares.

HORAS DE LAZER

R i b a s

Um velho escrivão de paz, de um lugar ruizinho, chamado "Feijão Queimado", tabaqueiro inveterado e com o feio hábito de assuar o nariz de um lado e depois esfregar as narinas na manga da camisa, pobre, inteligente, meio acaboclado na casa dos 60, com diversas filhas feionas e senhoras de algumas dúzias de Janeiros, beatas e rezadeiras, cansado de esperar melhorar o seu cartório, desanimado da aprovação dos projetos apresentados à Assembléia, que iriam beneficia-lo, já também cansado de ler o "Diário Oficial" resolveu dar um pulinho à capital como o fez.

Para isso vendeu uns franguinhos à meia pataca e um relógio de sua estimação marca Roskof

Patente, lembrança dos tempos da sua mocidade.

Munido de saboroso virado de franco, habilmente preparado pela sua filha mais velha, a Marócas, pegou o trenzinho de ferro na estação de Boa Viagem, a uns 30 quilômetros, de segunda e depois de 12 horas chegou à S.ta capital o pobre homem, depois de muito disputado e empurrado pelos agentes dos hotéis instalou-se no Hotel do Sol, o que achou mais barato.

Em quarto bem surrado, tendo apenas um velho cabide na parede e um catre sem era, ai, o nosso amigo acomodou-se. Escovou e envergou o seu velho terno de cassineta já bem vidrado, ajeitou a gravata de retrós, fez a barba e saiu à rua em demanda da Associação dos Serventuários de Justiça, com três retratinhos tirados no jardim da Luz, afim de obter a sua caderneta de identidade e distintivo de serventuário.

Na Associação contou ao Dr. Porto, atual presidente, toda a sua simples e pobre vida, achando o Dr. Porto muito bom e atencioso, a quem prometeu mandar uns frangos de cabeça pelada, de sua criação e preferência, de carne branca e macia.

Saindo da Associação foi a igreja de Santo Antonio fazer suas preces para ser feliz e em seguida apurou-se para a Assembléia, afim de assistir sua sessão. Aboletado nas galerias, todo atencioso presenciou o Presidente mandar fazer a chamada, mas apenas uns 6 ou 8 responderam e em seguida se retiraram, não havendo a sessão.

O pobre escrvão meio desanimado, rumou para o seu hotel.

Em lá chegando encontrou sentado, um velho advogado provisionado, morador de Vila do Sapécado, com quem fez camaradagem. Contou-lhe o que veio fazer na capital e o que ambicionava.

O advogado, manhoso e sabidão como todo provisionado, depois de atentamente ouvi-lo, disse-lhe: Caro colega, pode voltar para o seu cartorinho certo de que nesse seu fim de vida não terá o ambicionado sossego. Esses moços são muito ocupados e não tem tempo para resolver esses assuntos e as comissões competentes por sua vez terão de dar seus pareceres e como deixaram acumular muito serviço só paciência, e como o colega é muito religioso, é se apegar com Santa Engracia.

Vou faze-lo doutor. Nós elegemos esses moços com tanta esperança, fiz uma força danada, pois só na minha família e amigos arranjei mais de 200 votos. Também nós escrivães de paz conhecemos todo mundo, fazemos tanta coisa de graça, somos compadres de tanta gente, estou certo não seremos decepcionados. Nos tirarão dessa triste e melancólica agonia.

Dia seguinte cedo, o velho escrvão com a sua carteirinha de identidade e distintivo de serventuário na lapela, únicas coisas que conseguiu, regressou à sua Vila.

Em Feijão Queimado, logo que chegou seus amigos invadiram a sua casa para saberem das novidades e o que o seu Xico (esse era o seu apelido) arranjava. O pobre do velho, descrente, mas para não dar o braço à torcer, contou mirongas mas só pensava no seu velho Roskof, que vendêra sem proveito algum.

Para livrar-se dos seus curiosos amigos disse-lhes: Bom meus amigos. A conversa está muito boa, mas preciso deixa-los, pois há um óbito de indigente no cartório à lavar, também fazia mais de 15 dias que não aparecia serviço algum, e despedindo-se deu-lhes o fora.

IMPOSTO SOBRE AUMENTO DE LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS

O Bel. Ulpiano da Costa Manso

(Secretário do E. Tribunal de Justiça, a pedido extraiu a seguinte certidão:

CERTIFICA, em virtude de pedido verbal feito por intermédio de pessoa interessada, que revendo o processo de revista número quarenta mil cento e vinte (40.120), da Comarca de São Paulo, em

que são recorrentes, DOUTORES JUGURTHA PEREIRA DE ARTIAGA, ANTONIO CARLOS DA CUNHA CANTO e outros e recorrida, FAZENDA DO ESTADO, as folhas setenta e nove (79) usque oitenta e quatro (84) verificou constar o venerando acórdão do teor seguinte:

ACÓRDAM FLS. 79 USQUE 84

Deram provimento, Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de revista número quarenta mil cento e vinte (40.120) de São Paulo, sendo recorrentes doutores Jugurtha Pereira de Artiaga, Antonio Carlos da Cunha e outros, e recorrida à Fazenda do Estado. ACÓRDAM em Câmaras Cíveis conjuntas, adotado o relatório de folhas setenta e sete (77), dar provimento ao recurso, para cassar o renerando acórdão certificado a folhas quatro (4), e restaurar a sentença de primeira instância, constante a fls. Vinte e quatro (24) e segs. Deste instrumento. Custas pela Recorrida. Não podia a Fazenda do Estado exigir dos ora recorrentes, antigos serventuários que já satisfizeram selo de nomeação por ocasião das suas investiduras, quaisquer aumentos desse imposto em consequência de crescimento de rendimentos, e relotacoes, dos respectivos cartórios. Essas relotacoes apenas poderão influir no imposto que há de ser cobrado de futuros titulares quando vierem a ser nomeados. Com efeito, não pode o Estado cobrar, imposto sobre rendimentos de qualquer natureza, por ser ele de competência privativa da União. Também não pode cobrar imposto de indústrias e profissões, que é de âmbito municipal. O fundamento da tributação em tela era o art. Nono (9º) parágrafo primeiro (1º) n.º um (1) da Constituição de dezesseis (16) de julho de mil novecentos e trinta e quatro (1934) no art. Oitavo (8º) um (1) da letra H; na carta de dez (10) de novembro de mil novecentos e trinta e sete (1937), art. Vinte e três (23) letra G do n.º um (1); e finalmente na Constituição de mil novecentos e quarenta e seis (1946), art. Dezenove (19) n.º seis (VI). Consequentemente esse tributo se esgota, em relação a cada titular, com o selo relativo ao ato tributado, quando se opera a nomeação. Nem se diga que aos Estados podem decretar outros tributos, além dos que lhe são explicitamente atribuídos. Realmente se disso se tratasse, o imposto federal sobre a renda excluiria o estadual idêntico e, além do mais, quanto aos impostos não enumerados, o Estado teria que dar vinte por cento (20%) da arrecadação à União e quarenta por cento (40%) aos municípios, (Constituição Federal art. 21) e nada disso se dispôs quanto ao tributo questionado. Tais motivos porque, dada a colisão entre o acórdão recorrido e os apontados como divergentes, se dá predominância à doutrina pelos últimos consagrada. São Paulo, vinte (20) de abril de mil novecentos e quarenta e nove (1949) (a.a.) Meireles dos Santos. P. com voto. Mario Masagão, relator AD HOC. João M. C. Lacerda, vencido, Vasconcelos Leme, vencido, Juaréz Bezerra, vencido. Fernandes Martins, vencido. Macedo Vieira. Gomes de Oliveira. Pinto do Amaral. Cunha cintra. Raphael de Barros Monteiro, vencido. . m. Camara Leal - David Filho. A. de Oliveira Lima. Clovis de Moraes Baros. J. Barbosa de Almeida. José Rabelo A. Valim. Pedro Chaves. Frederico Roberto, vencido, de acordo com o voto que oferece em separado.

Voto do desembargador Frederico Roberto: "Em acórdão desta mesma Seção Cível, proferido na revista número trinta e cinco mil cento e oitenta e três (35.183), publicado no Diário da Justiça de onze (11) de abril de mil novecentos e quarenta e oito (1948) e na Revista dos Tribunais cento e setenta e três (173) mil e catorze (1.014), foi por grande maioria de votos, mantido o acórdão da Segunda Câmara Cível, de que fui relator, em curso idêntico a este e em que era interessado o Dr. Antônio Augusto Firmo da Silva.

Ficou assentado que, de acordo com os decretos dez mil setecentos e dezenove (10.719), dez mil oitocentos e setenta e cinco (10.875) e doze mil trezentos e sessenta e quatro (12.364), o imposto de nomeação atinge os aumentos da lotação dos cartórios, mediante revisão trienal, ou antes se o Secretário de Estado julgar necessário. Acentuou-se que não se trata de imposto sobre o ato da nomeação, mas sobre o acréscimo dos proventos do cartório: - que não se confunde o tributo cobrado com o imposto sobre a renda, de alçada federal: - que o Estado pratica ato que está dentro de sua esfera tributária: - que o imposto recai, não sobre a renda atual do serventuário - objeto de incidência do imposto sobre a renda - mas sobre o valor da lotação do cartório, representada pela média trienal do seu movimento econômico, valor esse que serve apenas de base para o calculo do quantum a ser pago. Confirmando a decisão recorrida e nego provimento ao recurso de revista". (a.a.) Frederico Roberto H. da Silva Lima, vencido, nos termos do voto que proferi, ao julgar-se a apelação quarenta mil cento e vinte (40.120), em vinte e dois (22) - dez (10) - novecentos e quarenta e oito (948), perante a E. Sexta Câmara Cível, e do qual junto copia (voto 1.586):

RAZOES DO VOTO VENCIDO DO DESEMBARGADOR SILVA LIMA:

"Preliminarmente, sem cabida é a alegação de inconstitucionalidade dos decretos dez mil oitocentos e setenta e cinco (10.875), de trinta e um (31) doze (12) trinta e nove (39), dez mil setecentos e dezenove (10.719), de vinte e sete (27) onze (11) trinta e nove (39) e doze mil trezentos e sessenta e quatro (12.364), de três (3) doze (12) quarenta e um (41) sob o fundamento de que não foram regularmente elaborados, segundo os tramites constitucionais da época. A Fazenda demonstrou as folhas noventa (90) e seguintes que tal pecha não procede. Rejeito a alegada inconstitucionalidade, tanto mais que não é patente, evidente, manifesta, devendo-se então dar validade à lei, o que é presença normal, segundo Barbalho (Const. Federal art. 55). No mesmo sentido já manifestei em voto que proferi ao julgar-se o mandado de segurança trinta e oito mil seiscentos e vinte e três (38.623). O imposto do selo pertence ao Estado, como o pertencia na época das leis impugnadas (Const. Fed. De 1937, art. 23, I, letra G - Dec. Fed. 1.202 de 08/04/39, art. 23, I letra G). Instituído sobre o aumento lotação dos cartórios, fê-lo ele no uso de uma prerrogativa constitucional, nem se podendo dizer que a cobrança seja se quer injusta, pois até mesmo pobres funcionários públicos já estiveram muitos anos sujeitos ao selo de nomeação e ao selo de promoção e transferencia (artigo 4º, n.º 4 e 6 e arts. 17 e 19 do livro 8 do Código Imposto e Taxas). Além disso, os Estados podem criar outros tributos, a fora os enumerados na Constituição (art. 21 da const. Fed.). No tocante ao mérito, cogita-se de saber se os serventuários apelados, e que pagaram o selo de nomeação na época em que esta se fez, estão sujeitos ao pagamento de diferença, em virtude de aumento da lotação do cartório. A lei setecentos e cinquenta e nove (759), de vinte (20) cinco (5) - mil novecentos (1.900) realmente estabelecia a incidência do selo sobre o aumento de vencimentos dos funcionários que os tivessem fixos, pois quanto ao pessoal de vencimentos variáveis, estipendiados ou não pelos cofres estaduais, declarava que o selo devia ser pago antes do exercício no cargo, de acordo com a lotação. Leis posteriores, porém, seguiram outra orientação, porque não encontraram justificativa para a desigualdade entre o simples funcionário público que melhorava de remuneração e pagava diferença de selo na forma do C. de Imposto e Taxas, e o serventuário que melhorava de proventos e nada pagava, apesar da verdadeira progressão geométrica destes últimos. O decreto estadual dez mil oitocentos e setenta e cinco (10.875), de trinta e um doze (12) trinta e nove (39), artigo cinquenta e quatro (54), dispôs que a incidência do imposto de selo estabelecido no número cinco (5) do artigo quatro (4), livro oito (8) do C. de Impostos e Taxas alcança também os aumentos de lotação. Foi o sistema instituído pelo Estado para equiparar tributariamente seus serventuários a seus funcionários, aqueles notoriamente numa situação financeira sempre invejável, havendo inúmeros deles ganhando mais do que o Presidente da República, Congressista, Ministros do Supremo Tribunal e de Estado, Desembargadores e Juizes. A nossa organização cartorária é ainda deficiente, e assim terá de continuar durante muito, no atual regime sob o qual vivem os cartórios. Não se fez deles uma classificação justa pelas suas rendas e sedes, notando-se sempre, porém, um constante acréscimo de proventos, determinado pelo espantoso crescimento material do Estado, importante essa melhoria em verdadeiras promoções dos serventuários, e promoções no seu sentido mais importante, que é o econômico, pois o conceito da promoção é esse mesmo de melhoria da situação de carreira do funcionário (m. Waline cit., por Temistocles Cavalcanti - O FUNCIONÁRIO E SEU ESTATUTO, pg. 236 e 240). A atualização trienal da lotação (Dec. 10.719, de 27/11/39) foi a solução justa que o Estado encontrou para estabelecer esta equiparação, que nada tem de ilegal ou censurável, uma vez que o imposto abrangia pobres funcionários públicos promovidos e para os quais representava as vezes encargos pesado. Não se trata pois de imposto de renda, mas de um imposto de selo sobre melhoria econômica do serventuário, decorrente da elevação de importância do cartório, tal como se deve com os funcionários, quando estiveram sujeitos ao imposto sobre promoções; nem imposto de indústrias e profissões, da esfera municipal, e de que os serventuários estão isentos pela expressa disposição do artigo catorze (14), letra G do Livro três (3) do C. de Imp. E Taxas. O imposto sobre vencimento, já advertira Veiga Filho, não se confunde com o imposto sobre indústrias e profissões (Ciência das Finanças, 3ª edição pag. 144 e parágrafo 64). Nem é imposto de nomeação, porque este já foi pago antes da posse do nomeado, senão um imposto sobre vencimentos que aumentaram, majoração de selo, proporcional as vantagens que o serventuário vê acrescidos na função pública, instituída e mantida pelo Estado e a qual oferece ele uma série de proteções, aumentando às vezes com as suas leis e melhoramentos vários, meios de elevação da

importância do cartório. E o tributo não é permanente porque o decreto doze mil trezentos e sessenta e quatro (12.364) de três (3) doze (12) quarenta e um (41) limita o alcance do imposto, que atingirá somente as lotações até cem mil cruzeiros (Cr.\$100.000,00) (artigo 1º). Não há símile algum com o imposto de renda ou o de indústrias e profissões atribuídos a entidades diferentes, nem camuflagem de qualquer destes dois impostos, bastando atentar para a forma de sua incidência, o fisco arrecadador, o objeto e o momento da incidência, o valor do imposto e o modo e a época de sua solução. Aliás o velho decreto sete mil quinhentos e quarenta e cinco (7.545), de vinte e dois (22) - onze (11) - mil oitocentos e setenta e nove (1.879) já determinara a revisão das lotações dos cartórios e ofícios de justiça, sem que jamais se acominasse de ilegal essa revisão. A E. Sexta Câmara Civil, indiretamente embora, já aceitou como justo o imposto, dizendo em acórdão que o imposto sobre o aumento de lotação onera o serventuário e não a serventia de justiça (Ver. Trib. 173/996) Também a E. Segunda Câmara Civil já o acolheu como legal (Ver. Trib. 174/825 - 172/296). O mesmo ocorrendo com a Quarta Câmara (Ver. Trib. 177/891). Ainda que o imposto represente uma redução nos proventos dos serventuários, é ela admissível, como também o é para os funcionários públicos, desde que feita com caráter geral, como opina a generalidade dos autores e a constante jurisprudência dos nossos Tribunais, inclusive do E. Supremo Tribunal Federal. Dou provimento ao recurso e julgo a ação improcedente". (a H. S. Lima". Nada mais.

Nada mais se continha no referido acórdão para aqui bem e fielmente transcrito, do que dá fé, do que da fé. São Paulo, nove (9) de junho de mil novecentos e quarenta e nove (1.949). Eu, José Diniz da Silva, chefe da Primeira Seção da Primeira Diretoria Judiciária, datilografei e conferi, ULIPIANO DA CONSTA MANSO, Secretário.

CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE HIPOTECAS E ANEXOS DO ESTADO, LOTADOS EM 1949

Cartórios	Lotação	Cr.\$	Data do Despacho
Andradina		15.903,30	25/04/49
Batatais		47.254,30	08/02/49
Cajurú		42.652,30	21/04/49
Itú		25.376,10	08/02/49
Limeira (1ª circunscrição)		39.420,90	27/04/49
Limeira (2ª circunscrição)		48.632,90	27/04/49
Palmital		14.551,40	01/02/49
Quatá		12.832,60	03/02/49
Santa Cruz do Rio Pardo		44.606,90	07/03/49

COMARCA DE SÃO PAULO (SEDE)

Cartórios	Lotação	Cr.\$	Data do Despacho
1ª Circunscrição		100.000,00	05/04/49
2ª Circunscrição		100.000,00	03/03/49
3ª Circunscrição		100.000,00	03/03/49
4ª Circunscrição		100.000,00	31/03/49
5ª Circunscrição		100.000,00	07/04/49
6ª Circunscrição		100.000,00	07/04/49
8ª Circunscrição		100.000,00	07/04/49
10ª Circunscrição		100.000,00	08/04/49
11ª Circunscrição		100.000,00	08/04/49
12ª Circunscrição		77.968,70	08/04/49
13ª Circunscrição		100.000,00	08/04/49
14ª Circunscrição		100.000,00	08/04/49
15ª Circunscrição		100.000,00	08/04/49
16ª Circunscrição		82.113,80	

PERMUTA DE CARTÓRIOS

Em sessão ordinária de 2 e 9 do mês p. passado, foram apresentados à Assembléia Legislativa, pelos esforçados e estudiosos deputados Exmos. Srs. Major Porphyrio da Paz e Joviano Alvim bem fundamentados Projetos de Lei, sobre permutas de cartórios de igual natureza ou com um anexo, mesmo de entrancias diferentes.

São vozes autorizadas que se levantam em favor da casse, tendo repercutido favoravelmente entre os serventuários de justiça, que até a presente data nada de concreto foi resolvido à seu favor.

Oxalá que tão justas e oportunos projetos tenham pronto andamento e definitiva solução.

O presidente, em exercício da nossa Associação recebeu dos Srs. José ^a Negri, presidente e Alfredo Arce Castro, Secretário do Comitê Permanente, de Buenos Ayres, uma afetuosa carta na qual acusam o recebimento da contribuição de Cr.\$3.918,40, que esta Associação lhes enviou para a manutenção dos organismos permanentes criados pelo Primeiro Congresso do Notariado Latino.

Gratos pelas suas amáveis referencias à nossa Associação.

PONTO FACULTATIVO

O Tribunal, tomando conhecimento de uma representação dirigida à Presidência, decidiu que os pontos facultativos não se estendem aos trabalhos forenses. Todavia resolveu recomendar aos Srs. Juizes a que, sempre que possível, evitem designar audiências para os dias que costumeiramente são declarados, pelo Poder Executivo, de ponto facultativo, a fim de não causar dificuldades aos advogados que, nesses dias, ficam impossibilitados de entrar em seus escritórios, pelo fechamento dos respectivos edifícios.

PROVIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS

Tomando conhecimento da representação formulada pela Associação dos funcionários de Cartório e Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, deliberou o Tribunal, que, na conformidade do disposto no artigo 9º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, se promova a abertura de concurso para provimento dos ofícios de justiça.

PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA

Em recente Acórdão, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, confirmou a sentença de um magistrado que em luminosos considerandos garantiu o direito do outorgado procurador in - rem - suam, de continuar investido nos poderes que lhe foram em vida do outorgante conferidos, os quais, embora morto este, continuam em vigor para todos os efeitos.

Portanto não existe controvérsia sobre a validade da procuração em causa própria que não se extingue pela morte do outorgante.

ANIVERSÁRIO NATALÍCIO

É com toda a satisfação registra o "Boletim" a passagem no dia 11 de junho p. passado, do aniversário natalício do Ex.mo. Sr. Dr. Cesar Lacerda de Vergueiro, digníssimo Secretário da Justiça do Estado.

Sua excelência, como político desfruta de incontestável prestígio, como cidadão e amigo, de grande circulo de merecidas relações de amizades e simpatias, como Secretário de Justiça, trabalhador e justo nas suas decisões e despachos, verdadeiro poder moderador, tendo por meta

praticar a justiça acima de tudo e sobre tudo, como serventuário jamais deixou de assinar os registros e verificar a sua exatidão, atendendo aos misteres de seu cargo e simultaneamente aos seus inúmeros amigos, da Capital e do Interior, que diariamente enchem as suas salas, mantendo com todo o fogo sagrado da sua cativante palestra.

A sua excelência, pois, às felicitações da Associação dos Serventuários de Justiça.

O nosso colaborador Ribas, viu há pouco tempo, cidades novas no Nordeste, se despovoando por falta de compreensão dos proprietários de terras que não souberam prender os seus colonos às suas fazendas.

Os serventuários devem esclarecer esses donos de fazenda que devem cultivar o solo, pagando bem e dando relativo conforto aos seus trabalhadores, antes que seja tarde.

BOAS PERSPECTIVAS

Parece-nos que em breves dias serão solucionados diversos decretos favoráveis aos serventuários de justiça, como se esta verificando pelas publicações no "Diário Oficial", graças a enérgicas providências dos nossos dignos deputados à Assembléia Legislativa.

PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL

Os jornais desta Capital publicaram ser pensamento do Ex.mo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, fazer com que os exames desses cartórios sejam prestados perante os Meritíssimos Juizes de Direito das respectivas comarcas, com um advogado e um serventuário nomeados pelos aludidos magistrados, para comporem a Banca Examinadora.

Em tempos idos eram assim tais concursos, mas deram resultados negativos, pois a política invadia nesses atos, não pelos Juizes de Direito, mas perante os outros membros da Comissão e o resultado era muitas vezes ser aprovado um candidato protegido em detrimento de outros, com mais folha de serviços e tempo de exercício, mas sem ligações políticas. Isso não era na generalidade mas em muitos casos, porem tudo passado para a esfera imediata do Tribunal de Justiça, normalizou-se perfeitamente.

Outra lembrança que parece não colherá bons resultados é a aplicação do Dec. 5.120 totalmente revogado pelo Dec. 12.520, apenas revogado em parte e que vinha sendo aplicado.

Enfim o M. presidente do Tribunal de Justiça resolverá tão palpitante assunto.

RECIBO COMUM

Cr.\$

De mais de Cr.\$ 200,00 até Cr.\$ 500,00 1,50

De mais de Cr.\$ 500,00 até Cr.\$ 5.000,00 1,00

De mais de Cr.\$ 5.000,00 por 5.000,00 ou fração mais o selo de Educação e Saúde 1,00

RECIBO DE ALUGUEL SEM CONTRATO

Cr.\$

De mais de Cr.\$ 20,00 até Cr.\$ 300,00 0,50

De mais de Cr.\$ 300,00 até Cr.\$ 500,00 2,50

De mais de Cr.\$ 500,00 até Cr.\$ 1.000,00 5,00

De mais de Cr.\$ 1.000,00 ou fração mais o selo de Ed. 5,00

LETRA DE CAMBIO E PROMISSÓRIA

Cr.\$			
De mais de Cr.\$	20,00 até Cr.\$	500,00	2,50
De mais de Cr.\$	500,00 até Cr.\$	1.000,00	5,00
De mais de Cr.\$	1.000,00 ou fração mais o selo de Educação e Saúde		5,00

O Tribunal de Apelação, deste Estado, decidiu nos agravos ns. 44.096 e 44.108, desta Capital, que nos executivos fiscais o pagamento das custas prefere ao da fazenda.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2	
SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA, LICENCIADO POR 24 MESES, PRORROGÁVEIS POR MAIS 12, NOS TERMOS DA LEI N.º 2.250, DE 03/03/1949, PODE INSCREVER-SE NA ORDEM DOS ADVOGADOS? 2	
O REGIMENTO DE CUSTAS PRECISA SER REFORMADO 3	
MONUMENTO DE LUZ 4	
OS ESCRIVÃES E O REGIMENTO DE CUSTAS 4	
HORAS DE LAZER 6	
IMPOSTO SOBRE AUMENTO DE LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS 7	
ACÓRDAM FLS. 79 USQUE 84 7	
RAZOES DO VOTO VENCIDO DO DESEMBARGADOR SILVA LIMA: 8	
CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE HIPOTECAS E ANEXOS DO ESTADO, LOTADOS EM 1949 10	
COMARCA DE SÃO PAULO (SEDE) 10	
PERMUTA DE CARTÓRIOS 12	
PONTO FACULTATIVO 13	
PROVIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS 13	
PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA 13	
ANIVERSÁRIO NATALÍCIO 13	
BOAS PERSPECTIVAS 15	
PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL 15	
RECIBO COMUM 16	
RECIBO DE ALUGUEL SEM CONTRATO 16	
LETRA DE CAMBIO E PROMISSÓRIA 16	
DIRETORIA 18	
CONSELHO FISCAL 18	
SUPLENTE 18	

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	

Dr. Antonio A.. Firmo da Silva

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio Preto
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 006 - Publicação: 01/08/1949

COLABORAÇÃO

A SUCESSÃO DOS SERVENTUÁRIOS

Valdomiro Lobo da Costa Escrivão do 11º ofício cível

A Assembléia Legislativa está na obrigação de restabelecer o instituto da sucessão dos serventuários de justiça, reabilitando, em parte, a Constituinte de 1947.

Nada há que justifique o frio atentado ao legítimo direito da classe, contida no art. 8º, parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais, Transitórias, promulgado com a Carta paulista de 9 de julho. Ao contrário, o bom senso, a dignidade da função pública, o decoro das atitudes, a magistrado do Direito, tudo, enfim quanto soe, nos meios cultos, presidir à feitura da Lei, está a clamar pela imediata reparação do inomináveis esbulho.

A sucessão era a aposentadoria dos serventuários, e a sua única possível segurança do merecido repouso remunerado na velhice ou na incapacidade física. O mesmo diploma, que os priva de tão elementar conquista, reconhecendo a universalidade da reivindicação desse direito que a todos os trabalhadores, maxime em serviço do Estado, outorga-o, no entanto, aos demais auxiliares de cartório! Só o serventuário é relegado à margem de qualquer favor!

E dizer-se que tamanha iniquidade se consumou numa Câmara em que tinham assento e voz prestigiosa, três genuínos representantes da classe espoliada!

Funcionário sui generis, não estipendiado pelos cofres estaduais, de nenhuma outra maneira poderia, nunca, o titular de ofício de justiça ser aposentado, senão como genialmente fora concebido e solucionado na sábia legislação que os Srs. Deputados revogaram sem maior exame do problema.

Não se pode, entretanto, a despeito dessa precipitada e insuta revogação, desconhecer, a vista dos princípios que a própria Constituição declara fundamentais, o direito do serventuário às mesmas garantias asseguradas ao funcionalismo, sem distinção.

Entre elas, inequívoca, expressa, estabelece o art. 92 a da "aposentadoria com vencimentos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício".

De que forma espera o legislador cumprir, em relação aos funcionários da justiça, esta solene processa constitucional?

Através da oficialização dos cartórios?

É preciso, porém, de uma vez por todas, acabar com o mito da oficialização.

Nem está o Tesouro em condições financeiras de efetiva-la, nem poderia a lei, que a

determinasse, retrotrair em prejuízo do direito adquirido pelos atuais serventuários vitalícios, às vantagens com as quais foram providos nos respectivos cargos.

Somente a reserva técnica, necessária para que o Instituto de Previdência agüentasse o ônus da oficialização, exigiria, de pronto, o desembolso mínimo de 300 milhões de cruzeiros!

De onde saca-los?

Por mais que neguem, a solução única no caso terão os legisladores de reconhecer um dia, consiste no restabelecimento do antigo sistema.

Tríplice erro já cometeram: de técnica legislativa, inscrevendo no Estatuto básico do Estado uma disposição revogatória de lei ordinária; de organização social, despojando toda uma categoria de trabalhadores da mais elementar conquista do Homem de hoje; de visão política, encarniçando-se gratuitamente contra aqueles a quem confere a Lei o Poder de assegurar, com a autoridade de sua fé pública, em última análise, a própria sobrevivência das instituições.

É tempo de emendar a mão.

Não se veja obstáculo do dispositivo constitucional. Limita-se ele a declarar: "Fica desde já revogada a legislação referente a sucessão nos cartórios e ofícios de Justiça". Além da feitura da redação, nenhuma outra "carranca" faz o inciso à devida reparação da injustiça.

De fato, não havia necessidade, para clareza do pensamento de recorrer ao expletivo "desde já", nem à repetição "e ofícios de justiça". A imediatidade da ordem estava implícita na expressão "fica revogada". Cartórios e ofícios de justiça sempre foram sinônimos.

Se, pois, o que está revogado é simplesmente a legislação em vigor até 9 de julho de 1947, "referente à Sucessão nos cartórios", fora de dúvida é que o legislador ordinário não ficou, por isso, proibido de prover de novo a matéria.

As Disposições Transitórias não condenam o instituto, em si, da sucessão: fulminam apenas a lei que a regulava.

Restaurem-no, então, em moldes diferentes.

Aliás, ao certo, ninguém sabe quais eram os defeitos daquela legislação, causadores de tanta ojeriza da Assembléia Constituinte!

Atribuem-na uns à circunstancia de permitir que a sucessão se dissesse de pais a filhos. Fácilmo seria, entretanto, obviar ao inconveniente, estabelecendo a incompatibilidade para o serviço judiciário, no mesmo ofício, de pessoas parentes do serventuário em linha reta ou afim.

Explicam-na outros com a obrigatoriedade do concurso, exigida para os provimentos de ofícios de justiça, que a sucessão viria burlar autorizando, ao verificar-se a vaga, a efetivação do sucessor. O remédio não seria mais difícil: bastante fora que se estendessem as exigências do concurso à habilitação do sucessor.

Urge abrir debate em torno do assunto.

O quadro criado pela caprichosa atitude da Assembléia é assas contristador. Enorme é o numero de velhos serventuários enfermos, reduzidos à contingência de abandonar definitivamente os cargos, por impossibilidade física de exercer-los, que aí jaz ao desamparo, exclusivamente porque, num minuto de incoercível má vontade sub- consciente, aprovou a alguns deputados cassar-lhes o direito a uma aposentadoria que não custava ao Estado o dispêndio, sequer, de mísero centavo!

Com a palavra os paladinos da reivindicações sociais no Palácio 9 de Julho.

DIA DO NOTARIO

A Associação dos Serventuários pretende comemorar no dia 2 de outubro, do corrente ano, o dia

do NOTARIADO LATINO reunindo, nesta Capital, todos os seus associados num grande almoço onde serão trocadas idéias que interessem à Classe e onde serão escolhidos os nossos representantes ao Congresso dos serventuários latinos a se reunir em Madrid, em outubro de 1950.

Desejando que essa reunião se torne uma manifestação de solidariedade de classe a Associação enviará, oportunamente, as instruções que se tornarem necessárias para a realização dessa grande parada.

O DESFILE DOS RAJÁS

Aladim

Os serventuários de justiça, esses opulentos rajás brasileiros, desfilam perante o público, em ofuscante cortejo organizado por quem, sendo estranho à casta também comanda a distribuição das riquezas entre eles, concedendo-lhes cordialmente, vencimentos superiores aos do Ex.mo. Sr. Presidente da República.

Aí vêm eles: Alguns, sobre seus elefantes brancos, ricamente ajaezados, ostentando preciosas pedras cravejadas nos mantos enormes pendentes do dorso do animal sagrado; outros, menos afortunados, são transportados em palanquins bordados com fios de ouro porque, não podendo adquirir um elefante, fazem-se transportar nos ombros dos servos, a quem sugam os últimos vinténs e a última gota de sangue.

A turba embasbacada com a procissão, ofuscada pelo retilhar da pedraria, pelo tilintar do outro e pela demagogia, não percebe que o alfaiate que teceu os mantos dos elefantes, as túnicas dos servos e as roupagens dos serventuários, é o mesmo que, na lenda, urdiu em fios d'ouro a roupa do rei. O rei saiu em cuecas e seu bom povo o via coberto em nobre metal, até que uma criança, no colo paterno, chamando-o à realidade, gritou: - o rei vai em cuecas! ...

Súbito, dentre a multidão, grita a árida estatística pelos arquivos do Departamento competente: - "a esmo lancei mão dos balancetes de 1948 e apresento o de um tabelião da Capital, onde os cartórios são profundas e inesgotáveis minas de diamantes, vejamos:

Em um ano apenas, foram lavradas 1.159 escrituras, no valor total de cento e vinte e dois milhões, duzentos e um mil cruzeiros e sessenta centavos: selos federais aplicados no valor de setecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e vinte e sete centavos, e cisas pagas no total de três milhões e dezessete mil e novecentos e oitenta e um cruzeiros e vinte e oito centavos. Movimento total: cento e vinte e cinco milhões e novecentos e setenta e oito mil e duzentos e vinte e dois cruzeiros e quinze centavos!

Incrível, quanto dinheiro!

O povo, que descansa sob a garantia dos atos praticados pelos Serventuários, no ofício; que tem seus direitos e bens assegurados pelos atos jurídicos perfeitos praticados perante eles, e dos quais são fiadores, açulados por sonhadores, freme de indignação.

O ulular da turba se avoluma.

"... mil cento e cinquenta e nove escrituras! "

" - Cento e vinte e seis milhões de cruzeiros, em números redondos, e um único ano, em um único cartório"

" - O serventuário é o nababo da República..."

" - Os serventuários são...", vai exclamar outro popular, mas é interrompido pelo balancete anual, que saltando dos arquivos da Secretaria da Justiça, exclama: "- Os elefantes, os servos, os palanquins, as pedrarias são miragens. Apresento a renda líquida - desse cartório durante 1948, depois de lhes apresentar a renda bruta, hei-la:

Renda Bruta: Cr.\$364.080,00

Aluguel do prédio: Cr.\$ 30.818,00

Vencimento dos Empregados Cr.\$ 272.400,00

Livros e impressos (não incluindo despesas com móveis e máquinas de escrever - dec. Lei 12.364) Cr.\$ 2.270,60 Total - Cr.\$ 305.488,60

Renda Líquida Anual Cr.\$ 58.591,40

O ordenado dos funcionários oscila entre dois mil cruzeiros e seiscentos cruzeiros! No entanto têm eles maiores responsabilidades do que qualquer outro funcionário público ou de escritório.

Pasma!

Como por encanto, aquelas fisionomias iradas se transformam e assistem com realismo, a continuação do desfile.

Hei-los que seguem: Os primeiros, jovens, cumpridores dos deveres, defensores da ordem jurídica, esperançosos e contentes com a projeção social que desfrutam; os seguintes, trôpegos, sem garantias, sem aposentadoria remunerada, se arrastam ao encontro da morte.

O bom-senso não se contém e, contra seus hábitos, grita, esbraveja, revolta-se, exclama entre imprecizações: - Tão fácil é atender a este homem e seus auxiliares, será suficiente que se promulgue uma lei que diga: art. 1º - "Fica adotado o regimento de custas do Distrito Federal".

Art. 2º - "É criada a aposentadoria dos serventuários e demais funcionários de Justiça, aplicando-se a lei referente ao assunto, em vigor do Distrito Federal, Pernambuco ou R. Grande do Sul.

HORAS DE LAZER

Trechos colhidos daqui e dacolá

R i b a s

Recebemos interessante libreto da "Associação dos Serventuários de Justiça do Estado da Paraíba", com sugestões, do qual aproveitamos alguns tópicos que reputamos judiciosos e que se enquadram perfeitamente no nosso modo de pensar.

Seria muito justo que o governo pegasse os registros das pessoas pobres, sem prejuízo dos serventuários que também precisam viver, manter família e escreventes para auxiliá-los nos serviços diários do cartório, compra de livros e outros expedientes, agora em preços elevadíssimos.

O Governo deveria estimular pelos meios de que dispõe o problema do registro civil, empregando todos os modos de propaganda para que o homem do povo registre seu filho recém-nascido, nunca com prejuízo, ou melhor com sacrifício do oficial do Registro Civil que não pode manter um auxiliar em seu cartório, desde que chegam registros em grande percentagem de pessoas consideradas miseráveis.

Há dinheiro para o batizado da criança, faz-se festa nesse ato e no casamento religioso, mas quem vai trabalhar de graça é o oficial do registro Civil, desde que qualquer autoridade ateste a pobreza, sem isso muitas vezes bem sindicado.

O oficial do registro Civil tem obrigação de gratuitamente fazer os serviços eleitoral, militar, obituário, nascimento de pessoas indigentes e muitos outros previstos em lei, pagar auxiliares etc., assim deixando de ser gratuitos para ser custeados pelo próprio oficial.

Os ricos evitam o nascimento de filhos ao contrário do homem pobre do povo, da classe média, cuja riqueza é ter família numerosa. Estes são os que não têm renda ou meios para manter os cartórios, uma vez que são pobres. Porque não instituir-lhes um abono natalidade pelo Estado ou União?

O registro do filho, apesar de obrigatório, não deixa de ser, em bom direito, um ato espontâneo da parte interessada. Ocorre que em virtude do padrão da vida atual, sempre a modificar-se numa ascensão desproporcional, os chefes de cartórios são obrigados a reajustar, vez por outra, os vencimentos de seus auxiliares, enquanto as custas estão previstas em regimento decretados há muitos anos.

Predomina em toda parte, a falsa impressão de que todo o cartório é meio de fortuna. Pura impressão. O número de cartórios de renda boa é pequeno. Percorra-se o Estado e verificasse-a

que grande parte dos serventuários, como se diz na gíria, vivem lambendo embirra, e sempre na esperança de melhorar, com o pensamento voltado para a nossa Assembléia Legislativa.

Quanto aos casamentos, porque as Prefeituras não cumprem as disposições da lei de proteção à família (decreto federal n.º 3.200 de 19 de abril de 1941, artigo 6º e seus Parágrafos) que prevê a gratuidade do casamento civil e obrigação das Prefeituras atestarem o estado de pobreza dos seus munícipes, para que esses atos sejam pela metade por elas pagos?

Os cartórios do Registro Civil mais conhecido por cartórios de paz, são de absoluta utilidade pública, quase totalmente utilizados pelas classes pobres, aos quais ninguém comparece para movimentar dinheiro, pois não são de fato para isso. Neles não há transações de compras e vendas, hipotecas permutas, doações, registros de escrituras, de títulos e documentos, etc., etc., e somente parcelas pequenas e conhecidas, sem possibilidades para amear coisa alguma.

Os cartórios do Registro Civil, com renda inferior a 1.500 cruzeiros mensais, uma vez que são criados à granel, sem se lembrar que um regular desmembrado, redonda em dois ínfimos, então deveria ser criada lei que amparasse os respectivos serventuários garantindo-lhes aquele ordenado, completando o governo no fim do mês, o que faltar da sua renda para atingir aquela importância.

São tópicos extraídos daqui e dacolá, alguns ampliados, outros do coordenador destas linhas, mas que dizem muito de perto e com muita realidade e clareza sobre a vida dos oficiais do Registro Civil, que são pacientes e que esperam em pé, que o seu dia chegará, se já não forem muitos velhos, senão terão de esperar a sua aposentadoria no Campo Santo e nada dessa conversa que a vida começa aos 40!

CIDADES QUE MUDARAM DE NOME

Denominação antiga

Aguapeí do Alto
Ajuritiba
Amarilis
Amoreira
Alto Pimenta
Araguaçu
Buquira
Baquirivú
Ibití
Icaturama
Inhema
Ipaobí
Grama
Guariniuva
Juquerí
Monte Azul do Turvo
Montesina
Nuretama
Patrocinio do Sapucaí
Pirajaí
São Caetano
Rocinha
Taquaxiara
Tupancí
Soturna
Ubirama
Valparaíba
Xiririca

Atual

Flórida Paulista
Bom Jesus dos Perdões
Oscar Bressane
Alberto Amoreira
Bento de Abreu
Paraguaçu Paulista
Monteiro Lobato
São Miguel Paulista
Monte Alegre do Sul
Santa rosa de Viterbo
Julio Mesquita
Lagoa Branca
São Sebastião da Grama
Pacaembú
Mairiporã
Monte Azul Paulista
Aparecida de Monte Alto
Campos Novos Paulistas
Patrocinio Paulista
Cabrália Paulista
São Caetano do Sul
Vinhedo
São João Novo
Santa Maria da Serra
Arealva
Lençóis Paulista
Cachoeira Paulista
Eldorado Paulista

APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Silvio Brantes de Castro

Oficial do Registro Civil do Tucuruví - Capital

Estando em estudos na Assembléia Legislativa Estadual projeto destinado a tornar efetiva a aposentadoria dos Serventuários da Justiça do Estado, venho sugerir o que se segue, no intuito de facilitar a conversão em lei, daquele projeto.

Como é sabido, decretada que fosse a aposentadoria dos serventuários da justiça, tornaria necessário o decurso de determinado prazo, talvez vários anos, para o efeito de poder a caixa, proveniente das contribuições e das taxas arrecadadas, ocorrer aos vencimentos dos serventuários até então aposentados, ou que, então, fossem se aposentando.

Sendo em grande número os serventuários que estão em condições de se aposentarem e que, de fato, se aposentariam, não seria fácil à caixa poder atender a todos os aposentados.

De que forma poder-se-ia, então, corrigir, essa dificuldade da caixa em atender aos direitos dos aposentados?

Parece-me que a forma seria a seguinte:

Em primeiro lugar seria restabelecer, com ou sem modificações, a antiga lei sobre sucessões. Com a sucessão seriam aposentados muitos serventuários, os quais, apesar de aposentados, poderiam até dentro de determinado prazo, ou mesmo permanentemente, concorrer para a Caixa de Aposentadoria, sem dela nenhum benefício usufruir; deixando, por isso mesmo, de diminuir o seu número. Também os escreventes que passarem a ser serventuário sucessores, continuariam, nessa qualidade, a concorrer para a caixa, sem que desta nada recebessem, enquanto não fossem aposentados.

As vantagens da lei sobre sucessões alcançariam aos serventuários aos escreventes e à Caixa de Aposentadoria, porque: - os serventuários daria uma aposentadoria remunerada, de acordo com a renda efetiva do cartório e sem qualquer ônus para o Estado; aos escreventes daria maiores vencimentos, além da vantagem de ficarem eles garantidos com o provimento no ofício, e, por isso mesmo, com a sua posição estabilizada no cartório; e, à Caixa de Aposentadoria, que, receberia contribuições, não só do serventuário sucedido, como do escrevente (serventuário sucessor, para atender as necessidades com as futuras aposentadorias).

Seria preciso, entretanto, que a lei das sucessões determinasse que o Serventuário sucedido teria o direito a percepção de, por exemplo, dois terços (2/3) da renda líquida do cartório, ficando o terço (1/3) restante para o escrevente (serventuário sucessor). Essa lei poderia vigorar por determinado espaço de tempo, ou seja, o tempo necessário para poder atender as futuras aposentadorias, isto é, as aposentadorias que adviessem depois de decorrido o prazo que fosse determinado para o regime das sucessões.

Para que os escrevente pudesse se candidatar à sucessão bastaria que ele tivesse exercido o seu cargo de escrevente ou de oficial maior durante determinado tempo, no ofício em concurso, ou em outro qualquer, não importando que ele fosse ascendente, descendente ou parente, em qualquer grau, de serventuário sucedido. Pois, é claro que, se um escrevente pôde, durante determinado prazo (o que seria exigido pela lei para poder candidatar-se como sucessor), servir nessa qualidade de escrevente ou de oficial maior como auxiliar do serventuário, por que não poderá servir também como serventuário sucessor?

VISITA HONROSA

Tivemos o grande prazer de receber a visita do nosso colega Don Luis ^a Gatti, digno serventuário da cidade de Rosario, da República Argentina que nos trouxe as saudações em um honroso ofício, do Colégio de Escribanos de la Provincia de Santa Fé.

Ficamos muito gratos a essa manifestação de solidariedade e vamos retribuí-la enviando-lhes regularmente o nosso Boletim.

O OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Waldomiro Borges Canto

Oficial do Registro Civil do Bom Retiro - São Paulo

O antigo escrivão de paz, que teve, mais tarde, anexadas às suas funções a de Oficial do Registro Civil e de Casamentos, denomina-se hoje, com mais propriedade, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Inscrevendo os fatos mais importantes da vida humana, exerce um cargo de alta relevância na vida social e política da Pátria.

De forma alguma podemos supor que o exercício desse cargo é de somenos importância.

O nascimento, o casamento e a morte, e bem assim, as alterações que escrituramos nos atos constatativos de tais fatos, são de reconhecido valor na organização de uma comunidade política.

O nascimento inscrito prova desde logo a cidadania, estabelece direitos e obrigações recíprocas entre pais e filhos; o pátrio-poder; a maioria política ou civil; o direito sucessório; a capacidade para determinados atos jurídicos, etc.

O casamento, que inscrevemos depois de verificar a idade, o regime de bens, os impedimentos nas suas várias categorias, etc., estabelece relações de direito, civil ou criminais, entre as partes e terceiros, superando, de muito, qualquer outro contrato, se o admitimos como contrato sui generis. A legitimação de filho feita na ata do casamento é tanto ou mais importante que uma escritura de reconhecimento de filho, pois, esta somente atribui a filiação ilegítima, quando aquela estabelece a filiação legítima.

O assento de óbito é a prova da cessação de uma vida humana, com todas as suas consequências de alta influência: a viuvez, a herança necessária; o vencimento de apólices de seguros de vida; a partilha com o cônjuge sobrevivente e outras que nos escapam no momento.

Os atos modificados de tais inscrições são, também, de marcante influência, tais sejam: a averbação de um desquite; a anotação de uma emancipação; etc., a nossa atribuição é de menor ou maior valia que a de outros. Nem importa que alguns tentem colocar em situação de inferioridade nos quadros da Justiça.

É mister salientar que, de par com todos esses atributos importantes na vida da sociedade, o Oficial do Registro Civil é o pioneiro da Justiça. Nas vilas, as mais distantes, ele representa aquele que primeiro se incumbiu de prestigiá-la. Conselheiro dos mais humildes, o Oficial do Registro Civil está sempre trabalhando pela elevação das funções que exerce, enobrecendo todos os demais que trabalham pela causa da lei.

Devemos, por isso, nos ufanar das nossas atribuições. Dignifiquemo-las e a tornemos cada vez mais respeitadas. E sejamos unidos, na defesa dos nossos direitos e das nossas prerrogativas. Não nos esqueçamos, jamais, que a "União faz a força". Prosseguiremos.

HONROSO CONVITE

O Presidente, em exercício, da nossa Associação recebeu o honroso convite abaixo transcrito.

Prezado Amigo Dr. Porto.

Desincumbindo-me da honrosa missão a mim conferida pela Comissão Organizadora do II Congresso Internacional do Notariado Latino, conforme consta na carta assinada pelo Dr. Rafael Nuñez Lagos, uma das maiores autoridades na Europa em matéria notarial, que, por cópia, junto à presente, tenho a grande satisfação de lhe enviar o convite oficial para que a nossa Associação

de classe, bem com todo o notariado brasileiro, participe do aludido Congresso.

Estou certo de que a esclarecida atividade do prezado amigo como Presidente da nossa Associação daria a esse honroso convite a atenção que merece, e saberá fazer com que todos os notários do Brasil se interessem por essa magnífica oportunidade e se possa constituir uma delegação que demonstre aos demais povos latinos o alto grau de cultura jurídica-notarial brasileira.

Colocando-me desde já, com as minhas fracas possibilidades, ao inteiro dispor do prezado amigo naquilo em que, para tal fim me julgue útil, subscrevo-me com toda estima e consideração.

Antonio A Firmo da Silva.

CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL CRIADOS PELA LEI N.º 233, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1948, E AINDA NÃO PROVIDOS

Distritos	Comarcas	Distritos	Comarcas
Abaitinga	Itapetininga	Meridiano	Votuporanga
Água Vermelha	S. Carlos	Miraluz	Mirassol
Águas de S. Pedro	S. Pedro	Mongaguá	Santos
Ajapí	Rio Claro	Monte Castelo	Lucélia
Aldeia	São Paulo	Nova Independência	Andradina
Alto Porã	Igarapava	Oasis	Lucélia
Alvinlândia	Garça	Ouro Verde	Lucélia
Ana Dias	Santos	Palmeira D'Oeste	Votuporanga
Arcadas	Amparo	Panorama	Lucélia
Arco-Iris	Tupã	Parisi	Votuporanga
Assistência	Rio Claro	Paulicéia	Lucélia
Atlântida	Lucélia	Pinheiros	Cruzeiro
Barão de Ataliba Nog.	Itapira	Pioneiros	Ituverava
Batatuta	Piracáia	Pontana	Pompéia
Brioso	Monte Aprazível	Pontes Gestal	Tanabí
Caramuru	Araçatuba	Pracinha	Lucélia
Carapicuíba	São Paulo	Riacho Grande	São Paulo
Cardeal	Capivarí	Ribeirão Preto 2º Sub.	Ribeirão Preto
Costa Machado	St. Anastácio	Roteiro	Valparaíso
Diadema	São Paulo	Ruilândia	Mirassol
Dolcinópolis	Votuporanga	Sagres	Lucélia
Dracena	Lucélia	Salmoreão	Lucélia
Dumont	Ribeirão Preto	Sta. América	Lins
Edem	Sorocaba	Sta. Mercedes	Lucélia
Eleutério	Itapira	Sto. Antônio da Estiva	Pirajuí
Emilianópolis	Pres. Prudente	Sto. Expedito	Pres. Prudente
Espigão	Martinópolis	S. Benedito da Cachoeirinha	Ituverava
Flora Rica	Lucélia	São Berto	Pirajuí
Francisco Morato	São Paulo	S. João de Iracema	Monte Aprazível
Gabriel Monteiro	Birigui	S. Paulo 40º sub.	São Paulo
Gardênia	Rancharia	S. Roque da Fartura	S. João da Boa
Vista			
Guarapiranga	Lins	Simonsem	Votuporanga
Ibirapuera	Lucélia	Solemar	Santos
Indiaporã	Votuporanga	Sud Menucci	Pereira Barreto
Irapuru	Lucélia	Tabajara	Valparaíso
Itaituba	M. Aprazível	Três Fronteiras	Votuporanga
Jaciporã	Lucélia	Vale Formoso	Novo Horizonte
Jandira	São Paulo	Valentim Gentil	Votuporanga
Japiuba	M. Aprazível	Vanglória	Pederneiras
Jaraguá	São Paulo	Varjão	Brotas

Junqueirópolis
Macedonia
Mariápolis
Maristela

Lucélia
Votuporanga
Lucélia
Tietê

Vila União
Vitória Brasil
Zacarias

Monte Aprazível
Votuporanga
Monte Aprazível

CARTÓRIOS VAGOS

1º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

Batatais
Capão Bonito

2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS

Cananéia
Capão Bonito
Piratininga
Rancharia
Ubatuba
Lorena

CARTÓRIOS DE HIPOTECAS

Limeira - 2ª Circ.
São Roque
Rio Claro - 2ª circ.

DISTRIBUIDORES, CONT. E PARTIDORES

Orlândia
Presidente Wenceslau
São Simão
Campos do Jordão
Rancharia

DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

Campinas

CARTÓRIO DE PROTESTOS

Santos

CARTÓRIOS DE PAZ

Distritos

Paulistânia
Barra Dourada
Candido Rodrigues
Cotia
Dinisia
Domélia
Boracéia
Ibitiúva
Irapuã
Cruzes
Icem
Campos
Itaquaquecetuba
Itú (sede)
Major prado
pardo
Nova itapirema

Comarcas

Agudos
Mirassol
Taquaritinga
Capital
Promissão
Agudos
Jaú
Pitangueiras
Novo horizonte

Olímpia
Mogí das Cruzes
Araçatuba
S. J. Rio Preto

Distritos

Baguaçu
Novo Horizonte 2ª subd.
Bertioga
Catuçaba
Marésias
Picinguaba
Paranabí
Pirapitinguí
Sabauna

São Franc. Xavier
Roberto
Conchas (Sede)
Caporanga
Cafesópolis

Comarcas

Olimpia
Santos
Catanduva
São Sebastião
Ubatuba
São Sebastião
Itú
Mogí das
S. José dos
Catanduva
Sta. C. R.
Cafelândia

Novo Cravinhos	Pompéia	Barbosa	Penápolis
Pompéia (Sede)		Barão Antonina	Itaporanga
Ribeirão dos Índios	Sto. Anastacio	Porto Martins	Botucatu
S. Barbara do R. Pardo	Avaré	Colombia	Barretos
Sussuí	Palmital	Varnhagem	Sorocaba
Taiacú	Jaboticabal	Varpa	Tupã
Torre de Pedra	Tatuí	Narandiba	Pres.
Prudente			
Botelho	Sta. Adélia	Sapécado	S. J. do R.
Pardo			
Pradânia	Pirajuí	Tuiuti	Bragança
Paulista			
Marapuama	Sta. Adélia	Aramina	Igarapava
Bela Floresta	Pereira Barreto	Cambaquara	São Sebastião
Bacurití	Cafelândia	Cajati	Iguape
Juquaratiba	Conchas		

DECRETO N.º 5.120 - DE 21 DE JULHO DE 1931

Regula o provimento dos ofícios de justiça.

Art. 5º - O requerimento para a inscrição será acompanhado dos seguintes documentos:

1. Prova de ser o candidato brasileiro nato, filho de pai brasileiro, ou ilegítimo de mãe brasileira, nas condições do artigo 69 da Constituição Federal;
2. Prova de estar o candidato no gozo de seus direitos civis e políticos;
3. Título de nomeação do funcionário judicial, do ministério público, serventuário ou escrevente habilitado;
4. Certidão do registro do diploma de bacharel ou doutor em direito ou da provisão de advogado, no Tribunal de Justiça e nas Comarcas, onde o candidato exerça ou tenha exercido a advocacia;
5. Prova do exercício do cargo ou da advocacia, pelo tempo designado no artigo 3º;
6. Prova de ter o candidato cumprido as suas obrigações referentes ao serviço militar ou estar dele isento;
7. Atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante, expedido pelo médico designado pelo presidente do Tribunal de Justiça;
8. Prova de não estar o candidato incluído na proibição do art. 76 do decreto n.º 123, de 1892.

9. Folha corrida;

10. Carteira de identidade.

Parágrafo 1º - O candidato poderá apresentar ainda quaisquer documentos ou trabalhos que lhe abonem o merecimento.

Parágrafo 2º - Na petição, o candidato indicará nominalmente todos os juizes perante os quais tenha exercido a advocacia ou função pública.

LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS

DECRETO N.º 10.719 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 1939

Da regulamentação ao disposto no Decreto n.º 7.078 de 6 de abril de 1935, no que se refere às lotações de cartórios em geral

Artigo 1º - A lotação dos cartórios em geral, a cargo da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, processasse-a logo após a criação da Serventia segundo as normas ora estabelecidas.

Parágrafo único - A revisão da lotação que se fará de três em três anos, ou antes se o Secretário de Estado julgar necessário, obedecerá igualmente ao estatuído neste decreto.

Artigo 2º - O artigo 2º do Decreto n.º 10.719, de 27 de novembro de 1939 e seus parágrafos,

passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - Publicado o diploma do qual decorra a criação de algum ofício de justiça, determinará o juiz corregedor de cartório, à solicitação da Secretaria, se proceda ao arbitramento por dois peritos de confiança dos proventos líquidos que dele poderá auferir o serventuário, durante um ano.

Parágrafo 1º - Para fixação dos proventos líquidos serão deduzidos, da renda global que a serventia produzir, os vencimentos dos empregados, o aluguel do prédio, ou parte dele estritamente indispensável ao funcionamento do cartório e outras despesas também imprescindíveis a esse funcionamento, tais como livros, impressos e demais utensílios.

Parágrafo 2º - O pagamento do selo de nomeação, que procede a posse do serventuário será feita a título provisório, tomando-se por base de cálculo a importância que for arbitrada, de plano, pelo juiz corregedor.

Parágrafo 3º - As despesas de que trata o parágrafo primeiro para que possam ser deduzidas da renda bruta dos cartórios, deverão ser devidamente comprovadas, não podendo entre elas figurar gastos realizados com a compra de móveis e máquinas. (Decreto-lei n.º 12.364, de 3 de Dezembro de 1941).

Artigo 6º - A lotação dos cartórios em geral, que se atualizará de conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo único, deverá basear-se na importância média dos proventos líquidos da serventia nos anteriores exercícios.

Parágrafo 1º - Para cumprimento do estatuído neste artigo, ficam os serventuários obrigados a fornecer aos peritos todos os esclarecimentos de que precisarem para fundamentar o arbitramento.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do contido no parágrafo anterior, transmitirão os serventuários ao contador do juízo, até 28 de fevereiro de cada exercício, um balancete da receita e da despesa do cartório, relativas ao exercício anterior.

Parágrafo 3º - O contador do juízo, no interior, fará a referida remessa do escrivão do júri, e os serventuários da comarca de São Paulo endereçarão os respectivos balancetes diretamente à Secretaria da Justiça.

LEI N.º 314, DE 6 DE JULHO DE 1949

"Altera disposições da Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948, na parte em que se relaciona com o imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos".

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - São introduzidas ao disposto na Lei 185, de 13 de novembro de 1948, na parte relativa ao imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" as alterações constantes desta lei.

Artigo 2º - Fica assim redigido o parágrafo 3º do artigo 21:

"Não se restituirá a importância do imposto pago quando houver subsequente cessão de promessa ou compromisso, ou quando, exercido por qualquer das partes contratantes o direito de arrendimento, deixar de ser lavrada a escritura definitiva".

Artigo 3º - Verificada a cessão de promessa ou compromisso de compra e venda ou de permuta de imóveis, o cessionário se sub-rogará ao cedente, perante o Fisco no direito relativo ao imposto pago por antecipação nos termos dos artigos 21 e 24 e respectivos parágrafos.

Artigo 4º - fica revogado o disposto no artigo 25, passando a ser devido em qualquer caso, pelo

cedente, o imposto correspondente à cessão de promessa ou compromisso de compra e venda ou de permuta de imóveis, previsto no artigo 23, observados os parágrafos do último artigo.

Artigo 5º - Fica também revogado o artigo 30.

Parágrafo 1º - No caso de cessão de promessa ou compromisso de compra e venda ou de permuta de imóveis, em que o imposto venha sendo pago em prestações, pelo cedente, na qualidade de promitente comprador ou compromissário originário, ou de cessionário, opera-se também, em favor do cessionário, a sub-rogação no direito relativo as prestações já pagas.

Parágrafo 2º - Se o cessionário reunir as condições exigidas no artigo 29, poderá continuar no regime de pagamento do imposto em prestações, devendo, em caso contrário efetuar de uma só vez, no momento de cessão, o pagamento da diferença necessária para a liquidação de seu débito fiscal.

Parágrafo 3º - Aplica-se ao cedente o disposto no artigo 4º desta lei.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, saldo quanto ao artigo 4 e ao parágrafo 4º do artigo 5º que vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1950.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de Julho de 1949.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Marcelo Ulysses Rodrigues

LEI N.º 765 - 14 DE JULHO DE 1949.

"Dispõe sobre o registro civil de nascimento".

O Presidente da República - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Os brasileiros, de um e outro sexo, ainda não inscritos no registro civil de nascimento serão registrados independente do pagamento da multa regulamentar, mediante petição isenta de selos, taxas, emolumentos e custas, despachada pelo Juiz competente e apenas atestada por duas testemunhas idôneas, na forma e sob as penas da Lei;

I - Se o registrando for maior de dezoito anos de idade ou menor de vinte e um, ou os nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil;

II - Se o registrando for maior de dezoito anos e durante o período de alistamento eleitoral, ou se maior de dezessete anos durante o período de alistamento militar, determinados em lei;

III - Se o registrando for menor de dezoito anos ou maior de vinte e um quando apresentado atestado firmado por autoridade competente, desde que considerado pessoa pobre, dispensada, para os menores de doze anos de idade, a petição de que trata este artigo, porém, com atestação de duas testemunhas idôneas.

Artigo 2º - As custas dos registros lavrados nos termos desta Lei serão cobrados apenas sobre os atos taxados nos regimentos respectivos para a inscrição do nascimento e sua primeira certidão extraída no talão, excluídas quaisquer outras previstas nos mesmos regimentos de custas, dispensados do pagamento dessas custas mínimas os que apresentarem atestados de pobreza extrema nos termos do artigo 40, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Artigo 3º - O Juiz terá o prazo de quarenta e oito horas para despachar a petição respectiva.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1949.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2	
A SUCESSÃO DOS SERVENTUÁRIOS	2
DIA DO NOTARIO	4
O DESFILE DOS RAJÁS	4
HORAS DE LAZER	5
CIDADES QUE MUDARAM DE NOME	6
APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	8
VISITA HONROSA	9
O OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	9
HONROSO CONVITE	10
CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL CRIADOS PELA LEI N.º 233, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1948, E AINDA NÃO PROVIDOS	10
CARTÓRIOS VAGOS	13
CARTÓRIOS DE PAZ	14
DECRETO N.º 5.120 - DE 21 DE JULHO DE 1931	15
LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS	16
DECRETO N.º 10.719 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 1939	16
LEI N.º 314, DE 6 DE JULHO DE 1949	17
LEI N.º 765 - 14 DE JULHO DE 1949.	18
DIRETORIA	20
CONSELHO FISCAL	20
SUPLENTE	20

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio Preto
Manoel Ferreira Laranja	Santos

Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 007 - Publicação: 01/09/1949

COLABORAÇÃO

APOSENTADORIA DE ESCRIVENTES DE CARTÓRIO

Necessidade do amparo à classe - O que se fez no passado - O projeto discutido pela Assembléia Legislativa - Fala sobre o assunto o deputado Brasílio Machado Neto.

O deputado Brasílio Machado Neto, presidente da Assembléia Legislativa do Estado, proferiu sábado último a seguinte palestra sobre a aposentadoria de escreventes de cartório:

"Não é de hoje que se vem cogitando, seriamente, de garantir aposentadoria e outros benefícios à dedicada classe dos escreventes auxiliares de cartório e oficiais de justiça. O projeto de autoria do nobre deputado Alfredo Farhat, há poucos dias submetido à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado, bem como as emendas que lhe foram apostas, tudo isso, em resumo, traduziu um propósito salutar, de amparar e proteger operosa classe até agora olvidada.

Recordo-me que nos idos de 1931, quando era diretor da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, sendo Secretário da Justiça o Sr. Florivaldo Linhares, procurei dar fiel e cabal cumprimento a esse justo anseio da classe, iniciando estudos juntamente com o titular da pasta, os quais, infelizmente, não puderam chegar a bom termo.

Com o advento do império da lei, e já no governo Arnaldo de Salles Oliveira, empenhei-me no mesmo sentido. Novos estudos foram feitos, sempre com o objetivo de amparar a classe através do instituto humanitário da aposentadoria. Nos governos de Fernando Costa, cujo nome declino com saudade e respeito, e do embaixador José Carlos de Macedo Soares, o tema foi retomado, sempre em função da necessidade de proporcionar aos serventuários de justiça as regalias a que eles fazem jús, pois não se compreende que, ao término de uma carreira de abnegação e de trabalho exaustivo, não possam desfrutar do repouso remunerado, prêmio justo, sem dúvida alguma, que eles vão agora conquistar, com os demais servidores.

E bem de ver que defrontamos sempre com a dificuldade da reserva técnica que a ciência do seguro social exige para esse fim. No caso vertente, o projeto do nobre deputado Alfredo Farhat, bem como o substitutivo do nobre deputado Osny Silveira, e as emendas apresentadas por outros representantes do povo procurando regular a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça, bem como o dos serventuários, parece que asseguram os meios de que o Estado não pode prescindir para oferecer esse benefício, sendo certo que no entender do nobre autor do projeto, não haverá necessidade de reservas técnicas nem de obviar os anos de carência, de acordo com a ciência do seguro social. Para fazer face às despesas, será instituída a "Taxa de Aposentadoria dos Funcionários de Justiça", a qual será arrecadada pelo Estado em estampilhas emitidas pelo Tesouro. Os fundos necessários à concessão de aposentadoria serão formados com a contribuição mensal e obrigatória de 5% paga pelos escreventes e demais auxiliares de justiça, com a arrecadação em estampilhas da taxa que fiz referência, como adicional à razão de 5% sobre emolumentos dos serventuários de justiça, em todos os feitos, escrituras, registros em geral, públicas-formas, certidões, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados pelos serventuários de justiça e pelos funcionários e auxiliares que forem beneficiados com a aposentadoria.

Dir-se-à que a coletividade não está em condições de arcar com despesas desse porto, que a "Taxa de Aposentadoria", irá encarecer os feitos, as escrituras, os registros em geral, todos os papéis, em suma, que devem obrigatoriamente passar pelos cartórios. Mas a verdade é que os escreventes, os auxiliares de cartório e oficiais de justiça não podem continuar neste desamparo,

sem direitos nem benefícios, quando hoje em dia todas as classes recebem, quer dos poderes públicos, quer das instituições privadas, favores que exprimem conquistas sociais e nas quais todos estamos interessados, sinceramente em aprimorar, cada vez mais.

Outrossim, é preciso ter presente o imperativo explícito do artigo 10 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 9 de julho de 1947, através do qual ficou plenamente assegurado aos escreventes e demais auxiliares de cartório, o direito da aposentadoria e pensões, na forma que disciplinasse. É a Assembléia Legislativa, procurando regulamentar o dispositivo constitucional, nada mais faz do que cumprir o seu dever, sensível a uma reivindicação contra a qual ninguém pode invocar argumentos sérios, além do mais porque os escreventes de cartório exercem funções públicas.

Alias, o legislador, no caso em exame, agiu com prudência e espírito humanitário, não olvidando os escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça que não podem mais trabalhar, já esgotada a sua capacidade funcional e aguardando, confiante, a medida de altos alcance social que o Legislativo paulista procura elaborar em seu favor.

Conhecendo, como conheço, a vida afanosa desses infatigáveis servidores públicos, os quais não medem sacrifícios para bem servir, sinto-me à vontade para aplaudir todos quantos estão agora procurando dar corpo à antiga reivindicação que se consubstancia no projeto de lei em apreço, bom como nas emendas que objetivam proporcionar repouso remunerado, num fim de carreira, aos que houverem prestado serviços em órgãos auxiliares de justiça.

Será um estímulo valioso para a classe. Estou certo de que os serventuários e demais auxiliares de justiça, regulado o dispositivo constitucional, saberão compreender o espírito que ditou a elaboração do generoso e eqüitativo dispositivo constitucional, traduzindo o seu contentamento através de um esforço ainda maior pelo aprimoramento desses serviços especializados.

É possível que a proposição apresente falhas, é provável que existam senões no projeto. Inegável é, porém, que ele resultou de um louvável propósito buscando premiar dignos patrícios que tão bem cultuam a tradição de trabalho da gente paulista.

REVISTA INTERNACIONAL DEL NOTARIADO

Recebemos, com muito prazer, o primeiro número dessa Revista, editada em Buenos Ayres pelos nossos colegas portenhos.

Nesse número, acompanhado de elogios, muito merecido, foi transcrito o artigo, publicado no nosso Boletim, pelo nosso colaborador Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva.

Retribuindo essa gentileza vamos enviar, de hora em diante o nosso Boletim àquela Revista.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

Carmem de Almeida Sampaio Escrevente do Registro Civil de Itú.

Reportando-me à importância dos atos do Estado Civil e ao comentário feito pelo eminente tratadista Serpa Lopes em a pag. 103 e seguintes do seu importante tratado "Registros Públicos" sobre a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento dos serviços pertinentes ao registro civil das pessoas naturais, afoitei-me a este comentário, dando estas sugestões despretensiosas mercê dalguma prática e observação no exercício do meu cargo.

Fala o renomado tratadista mencionado da necessidade duma aplicação e aperfeiçoamento no sentido de dar aos assentos do registro civil uma forma concêntrica capaz de facilitar a identificação das pessoas neles diretamente envolvidas, referindo-se até ao "Livro Família" usado na França.

Seria, a meu ver, um passo nesse sentido se, pelo casamento, tivessem os contraentes direito a duas certidões para prova do ato; uma já em uso conforme art. 53 do dec. 4.857 e outra exclusivamente para "anotações futuras", cuja conservação fosse obrigatória, bem assim sua apresentação quando do casamento decorresse qualquer fato. O chefe de cada família que se fosse instituído, ficaria com a obrigação de conservar aquela certidão, apresentando-a ao oficial do distrito onde tivesse de registrar um filho que lhe nascesse, que casasse, assim como qualquer óbito referente à pessoas de sua família.

Refiro-me a uma certidão porquanto a caderneta acarretaria despesas, a não ser que, de maneira razoável, fosse determinado seu fornecimento gratuito ou com pequena remuneração.

Para melhor alcance deste processo mister se faz que, à margem do termo de casamento, na coluna das averbações, se fizessem obrigatoriamente as anotações, embora abreviadas e resumidas em consonância com as feitas na certidão: todo filho que fosse nascendo, à margem se faria a anotação, deixando-se umas duas ou três linhas quando se anotasse o segundo nascimento, para qualquer outra anotação advinda de fato posterior relativo àquele primeiro filho. Do mesmo modo, fosse o oficial obrigado a fazer comunicação ao cartório respectivo, para as devidas anotações, quando não tivesse realizado o casamento no seu distrito.

Outra finalidade seria alcançada, e de grande importância à perfeição dos registros de nascimento. Pela apresentação da certidão referida, o oficial copiaria no registro a fazer, os nomes nela consignados dos pais e avós, extinguindo, no decorrer do tempo, com essa disparidade muito comum que se nota quando se confrontam certidões de vários irmãos, entre os nomes nelas consignados.

A principal causa desse deplorável fato é ficar o oficial, as mais das vezes, à mercê unicamente do declarante, cuja má pronúncia, grau de cultura e defeito de memória levam-no muitas vezes involuntariamente a erros graves.

Dispondo o oficial de tempo, em se tratando de registro de nascimento de pais que se casaram no cartório a seu cargo, com certo trabalho, conta com o recurso de uma consulta ao termo do casamento extraíndo dele os nomes; mas nem sempre isto se dá, e assim sendo, os nomes são escritos como bem pode ele ouvir e entender.

Se a certidão de casamento, primeira via, pudesse ser conservada, esta pelo menos, em face dos registros de nascimento, auxiliaria neste ponto, mas é raro aquele que a pode conservar, dada a necessidade de enviá-la a um instituto ou repartição qualquer e haver despesa para a aquisição de outra. Com o fornecimento de duas, como sugiro, e não podendo a de "anotações futuras" ser aceita por repartição alguma, seria fácil, cabível e humana a exigência e obrigatoriedade da conservação e apresentação da mesma por ocasião de qualquer ato ou fato a registrar, relativo à mesma família.

Assim sendo, quem sabe lograríamos alguma coisa em favor da concentração e maior perfeição dos atos do Estado Civil dando ao "REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS" uma forma mais concêntrica, a par do importante problema relativo aos nomes.

AMPARO A FAMÍLIA

Carlos Figueiredo Junior 2º Tabelião de notas de Batatais Estado São Paulo

O Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, nos moldes do que fazia a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, garante aos serventuários de justiça em geral, o direito de se inscreverem facultativamente, mantendo, com o pagamento das contribuições respectivas, um pecúlio, um seguro de vida, cuja importância reverterá, após a morte do contribuinte, aos seus herdeiros beneficiados.

O mesmo número dos componentes desta grande classe de servidos da justiça em nosso Estado é bastante elevado e, no entanto, o número daqueles que fazem parte do Instituto, que se inscreveram e procuram manter em dia o seu pecúlio é simplesmente irrisório, insignificante

mesmo.

Poucos tem compreendido a necessidade de manutenção de um pecúlio de tal natureza, que realmente representa amparo futuro à família, pois é sabido que a maioria absoluta dos servidores da justiça, ao falecerem, nada deixam aos seus, de vez que o que ganharam durante uma vida inteira mal deu para a manutenção e educação de filhos e outras tantas despesas acarretadas pela própria profissão, dentro da sociedade em que vivem.

Nem se diga que é fácil e dispendiosa a manutenção de tal pecúlio, pois é sabido que as tabelas do Instituto são baratíssimas, de acordo com a idade e o quantum do seguro, sendo certo que nenhuma Companhia de Seguros pode concorrer em matéria de tabela com o Instituto.

O que existe de fato é um certo desleixo, falta de previdência, dos servidores da justiça em tal sentido e isso eu posso afirmar porque, não obstante nada ter a ver com a vida dos outros, tenho me empenhado mesmo com meus colegas para se inscreverem e manter seus pecúlios e pouca coisa tenho visto em tal sentido.

Seria medida acertada e muito proveitosa para a classe, que a inscrição fosse obrigatória, como o é para os funcionários públicos em geral, forçando assim a própria lei, os servidores da justiça a garantirem para suas famílias um pecúlio, por menor que fosse mas que muito serviria, especialmente para as viúvas que ficam geralmente na pobreza.

Neste sentido faço aqui um apelo a todos os meus companheiros de classe, fazendo-lhes ver que devemos aproveitar dessa faculdade que nos concede o Instituto de Previdência, justamente agora que novos horizontes se vislumbram para todos nós em face de medidas que estão sendo tomadas pela Assembléia Legislativa em favor de toda a classe.

Para organizar e dirigir o banquete a ser realizado no dia 2 de outubro, DIA DO NOTARIADO, foi encarregado o Dr. Octavio Uchoa da Veiga.

As adesões deverão ser enviadas até o dia 20 de setembro, próximo futuro, acompanhadas de Cento e Cinquenta Cruzeiros.

PROVIMENTOS DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA

José de Godoy Bueno Oficial do Registro de Guarantã Estado de São Paulo

Estamos com aproximadamente 180 cartórios vagos, sendo que 90 novos, criados pela Lei 233, de 24 de dezembro de 1948, que estão na dependência de concurso afim de serem instalados, o mais grave ainda é que 9 desses distritos já são também sedes de municípios, instalados com suas Prefeituras e Câmaras, não tendo ainda cartórios, caso virgem na História Paulista e o que vem prejudicando grandemente as populações.

Com a promulgação da Constituição Estadual, em 9 de julho de 1947 foram exigidos para os provimentos de cartórios o concurso de provas e títulos, conforme se lê no art. 9º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: até que a lei ordinária regule em definitivo a matéria, dependerão de concurso de provas e títulos todas as nomeações para serventuários de cartórios e ofícios de justiça, inclusive os que até aqui eram de livre provimento do "governo". Não quis o legislador Constituinte interromper os provimentos dos ofícios de justiça, mas apenas sujeitá-los ao concurso de provas e títulos. Entretanto, o Ex.mo. Sr. Desembargador Mário Guimarães, quando na Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, conforme se lê no Diário Oficial da Justiça, edição de 16 de Julho de 1947, ao responder consulta acerca da conveniência ou não de serem suspensos os concursos para provimento de diversos cartórios - em face do que dispõe o dito preceito constitucional - houve por bem dar inteligência diversa à que diz o Legislador,

senão vejamos: "Esse artigo não é um primor de redação. Ao que soam os seus termos não mais poderá haver, desde já até que a lei ordinária regule em definitivo a matéria", nomeações, para serventias e cartórios sem o requisito de títulos e provas. Como, porém, sem lei reguladora, realizar concursos de provas? Os dispositivos legais, é que virão dizer a quem cabe a nomeação, como se faz a classificação dos candidatos, quais as matérias exigíveis Tc...

Por conseguinte, depois de lei, e não "até que esta regule a matéria", como erradamente se diz, é que se podem realizar concursos, nos termos fixados pela Constituição, havendo em todo o caso, uma proibição, cumpre acatar, quanto possível, o dispositivo constitucional, pelo que determino sejam suspensos todos os concursos, até que seja promulgada a lei sobre a matéria". Cuidou-se na Assembléia da legislação da matéria, mas na Comissão de Constituição e Justiça, foi o parecer do relator, Ilustre Deputado Juvenal Lino de Matos, desfavorável, e assim antes de examinado definitivamente pela dita Comissão, resolveu a mesma Assembléia auscultar o Tribunal de Justiça, sobre o seu ponto de vista, e se diante de fatos novos, reconsiderava a interpretação dada ao dispositivo constitucional pelo ex-presidente Desembargador Mário Guimarães.

Examinado detidamente o assunto, deliberou o Tribunal em Sessão Plena, que se promovesse a abertura dos concursos para provimentos de ofícios de justiça, ficando o mesmo assim resolvido.

Até aqui tudo bem, estando porém aguardando com bastante ansiedade assim como toda a classe, os decantados concursos. A ansiedade também é de saber quais os decretos a serem aplicados. A exigência constitucional refere-se a concurso de provas e títulos. Serão feitos os dois simultaneamente? Tenho essa impressão. Vamos ver o que existe em nossa Legislação: O decreto - Lei n.º 12.520, de 22 de janeiro de 1942, regula somente o concurso de títulos. O decreto n.º 5.120, de 21 de julho de 1931, regula o de provas, mas apreciando também os títulos. O decreto-lei n.º 11.058, de 26 de abril de 1940, art. 80, instituiu o concurso de título em primeiro lugar e depois de provas e títulos quando não houver candidatos ao concurso de títulos, ou quando os inscritos não forem habilitados. O tempo de 5 anos de exercício dos candidatos, serventuários ou escreventes era exigido pelo decreto 5.120, diminuindo para 3 pelo decreto n.º 10.355, de 21 de junho de 1939, revigorado para 5 no de número 11.058 e mantido no último decreto-lei a respeito, ou seja o de número 12.520.

Consta segundo declarações à imprensa pelo Ilustrado Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Theodomiro Dias, que é pensamento de voltar a forma antiga de os concursos para os cartórios do Registro Civil serem feitos nas sedes das comarcas, como se fazia ao tempo do decreto-lei n.º 1.437, de 7 de fevereiro de 1907. Sou contra essa medida e penso que a classe também o é. Não que não tenhamos confiança nos nossos Juizes de Direito, a qual é absoluta, mas porque feitos perante o Tribunal poderão concorrer serventuários e escreventes de todo o Estado e facilita aos esforçados no acesso da carreira. Feitos nas comarcas poderão passar despercebidos de muitos e no Tribunal deles todos tomarão conhecimento. Nós progredimos nessa parte e não queremos retrogradar.

HORAS DE LAZER

R i b a s

Assumimos voluntariamente a tarefa de cacetear nossos leitores com esta seção e cumprindo-a, eis-nos aqui para tal.

O nosso escopo principal é bradar pelos interesses dos serventuários de justiça, especialmente pelos dos escrivães de paz.

Como são, ou melhor como somos de paz, conosco não haverá brigas.

Temos recebido cartas de colegas nos dando sua solidariedade pelo modo como nos temos conduzido, propugnando pelo interesse da classe.

É-nos um conforto, um prazer.

Passemos pois à nossa tarefa.

Somos e já proclamamos que achamos que cartório, não deve, de fato, ser meio de fortuna, e sim, meio suave de vida sem arrocho, pois os serventuários de justiça precisam apresentar-se em seu cartório e no publico decentemente trajados e não com calças rotas e sapatos velhos expelindo penicilina.

A família do serventuário, da mesma forma, sem luxo, mas decentemente, pois por força do cargo do seu chefe é forçada a tomar parte na melhor sociedade, de modo a não se envergonhar.

Mas perguntamos. Com o atual Regimento de Custas? Impossível. Desatualizado, coloca muitos serventuários na contingência de recorrerem aos ex-ofício embora constrangido, mas, como exercer seu cargo com material caríssimo, alugueis elevadíssimos e auxiliares imprescindíveis para poder ser atendidos os pedidos de certidões gratuitas para fins militares, eleitorais, policiais, assistência judiciária, porte do correio, mapas livros talões, atos do ofício, gratuitos, para pobres, no que os cartórios do Registro Civil estão sobrecarregados e nisso são férteis.

A etapa da aposentadoria está vencida, vamos pois a do Regimento de custas. O operosa deputado Dr. Alfredo Farhat já levou ao conhecimento da Assembléia a opinião e observação de visu do ilustrado Desembargador e Corregedor Geral, da situação numa maioria impressionante, de oficiais do Registro Civil, que vivem com uma renda ínfima de seus cartórios, aos quais pelo concurso que prestam à população merecem amparo, amparo que só poderão consegui-lo melhorando as custas do Regimento respectivo, para também liberta-los dos ex-ofício. O Ribas, velho serventuário de justiça, que já perambulou pelo interior três partes da sua existência, está de olho aceso, embora já meio embaçado para atirar-se à aposentadoria e fazendo castelos de descansar e divertir-se a beira dos córregos com seu banquinho e vara de pescar, para encher feiras de lambaris ou taraíras, que são mais camaradas. É o que está planejando, mas um tanto desconfiado das suas pernas, e si não der certo, outros assuntos, é como diz o ditado.. Néca.

LEI N.º 418, DE 12 DE AGOSTO DE 1949

Regula o regime de férias do Tribunal de Justiça e da administração do Palácio da Justiça.

Art. 1º - Todos os funcionários do Tribunal de Justiça e da Administração do Palácio da Justiça terão direito a 30 dias de férias anuais que serão gozadas durante as férias forenses, em período que o Presidente do Tribunal designar, de acordo com as conveniências do serviço público.

Parágrafo único - Em casos excepcionais, poderá o Presidente determinar que sejam gozadas em outros períodos do ano as férias de alguns funcionários, se assim exigirem na natureza de suas atribuições e as necessidades do serviço público.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior se estende aos demais funcionários da Justiça, cabendo aos juizes, cuja jurisdição servirem, a designação do período em que deverão ser gozadas as férias.

Art. 3º - As férias para os escrivães dos cartórios oficializados serão sempre iguais às dos membros do Ministério Público, podendo ser gozadas por inteiro ou parceladamente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de agosto de 1949.

ADHEMAR DE BARROS
Cesar Lacerda de Vergueiro
Publ. D. nº em 13/08/1949.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

DESPACHO NO PROCESSO QUE É INTERESSADO O SR. MATHEUS JULIO SOTTANO, para o 1º Ofício de Registro de Título e Documentos: "O requerido na petição retro não pode ser deferido. O "suboficial juramento" a que alude o art. 167, parágrafo 2º, do Decreto n.º 4857, de 9 de novembro de 1939, com a atribuição de realizar "o serviço das notificações e demais diligências", equivale ao "escrevente habilitado" da legislação estadual. E, conforme se verifica, à evidência, dos documentos de fls. 18 e 19, e já o notou o despacho de fls. 24, o requerente Matheus Julio Sottano, não dispõe das habilitações imprescindíveis para bem exercer o cargo de "escrevente habilitado".

A nossa lei não admite a figura de "escrevente habilitado" com poderes restritos. O que admite é que tais escreventes, em certos e determinados casos, como por exemplo, nesse art. 167, no do art. 15 do decreto n.º 6986, de 25/02/1935 e no do art. 17, do decreto 5.129, de 23/07/1931, além das atribuições normais, comuns ou gerais de todos os escreventes, exerçam também mais algumas atribuições especiais. (a) J. M. Gonzaga) Publicado no Diário Oficial da Justiça em 06/08/1949.

"PRECISA-SE de um escrevente para o Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Barretos - Praça Francisco Barreto, 116 - Barretos".

LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949.

Registro Civil

CARTÓRIOS	LOTAÇÃO Cr.\$	DATA DO DESPACHO
Antinópolis	12.283,00	09/02/49
Andradina	11.379,00	27/04/49
Barueri	8.640,00	24/03/49
Barrinha	2.979,00	30/06/49
Batatais	12.172,00	08/02/49
Bernardino de Campos	17.127,00	07/03/49
Brodosqui	10.425,80	08/02/49
Cabreúva	12.286,50	08/02/49
Caieiras	7.310,50	24/03/49
Cajamar	2.958,70	28/03/49
Cajuru	11.083,30	21/04/49
Campos Novos Paulista	14.043,30	01/02/49
Caporanga	570,30	07/03/49
Cassia dos Coqueiros	2.878,00	21/04/49
Clarinea	2.353,00	07/03/49
Cordeiropolis	10.900,00	27/04/49
Cotia	16.522,70	11/05/49
Cruz da Esperança	1.720,00	21/04/49
Cruz das Posses	1.883,00	20/06/49
Embu	10.624,30	28/03/49
Franco da Rocha	8.454,70	28/03/49
Guaraçái	272,00	25/04/49
Ibirarema	12.588,70	01/02/49
Indaiatuba	10.690,70	08/02/49
Ipauçú	17.921,90	07/03/49
Iracemapolis	7.830,50	27/04/49
Itapeirica da Serra	43.573,20	12/04/49

Itapeví	5.031,00	08/07/49
Itú	16.834,20	08/02/49
Jardinópolis	26.593,60	08/02/49
João Ramalho	17.480,00	03/02/49
José Bonifácio	7.580,20	19/05/49
Juquitiba	3.574,70	24/03/49
Juracê	2.560,30	09/02/49
Limeira	28.092,00	27/04/49
Mairiporã	15.989,30	28/03/49
Palmital	22.187,90	03/02/49
Paranapiacaba	13.004,00	15/03/49
Perús	9.370,00	29/03/49
Pirapora do Bom Jesus	3.398,40	31/03/49
Platina	6.705,30	01/02/49
Pontal	15.415,10	30/06/49
Quatá	11.706,00	03/02/49
Ribeirão Pires	12.227,00	15/03/49
Rio Turvo	6.507,80	07/03/49
Salto	14.845,70	08/02/49
Sta. Cruz do Rio Pardo	9.555,70	07/03/49
Santana do Parnaíba	13.039,60	31/03/49
Santo André (1º Subsdistrito)	88.838,70	31/03/49
Santo André (2º Subsdistrito)	17.997,00	29/03/49
Santo Antonio da Alegria	13.601,70	21/04/49
São Bernardo do Campo	54.652,40	16/03/49
São Caetano do Sul	36.245,40	31/03/49
São José do Rio Pardo	15.960,30	18/05/49
São Miguel Paulista	8.408,70	24/03/49
São Pedro do Turvo	9.333,20	07/03/49
São Sebastião da Gramma	11.008,40	18/05/49
Sapecado	5.799,60	18/05/49
Sertãozinho	14.346,40	30/06/49
Sodrélia	3.623,30	07/03/49
Sussuí	5.062,90	01/02/49
Tatú	1.397,10	27/04/49
Ubarama	1.547,90	19/05/49
Ubirajara	31.400,30	07/03/49

DISTRIBUIDORES, CONTADORES E PARTIDORES

CARTÓRIOS DESPACHO	LOTAÇÃO Cr.\$	DATA DO
Andradina	11.188,30	25/04/49
Batatais	16.036,60	08/02/49
Cajurú	15.654,80	21/04/49
Itú	28.958,00	08/02/49
José Bonifácio	7.376,00	19/05/49
Limeira	14.039,50	27/04/49
Palmital	12.896,20	01/02/49
Quatá	7.169,80	03/02/49
São José do Rio Pardo	13.286,00	18/05/49
Santa Cruz do Rio Pardo	11.359,10	07/03/49
Sertãozinho	13.303,70	02/07/49

FALECIMENTOS

Registramos, com pesar, os falecimentos dos nossos colegas.

SEBASTIÃO CARLOS DUARTE - Oficial do Registro de Imóveis de Araras.

OSORIO MARIO DOS SANTOS - 2º Tabelião de notas de Lorena.

MANUEL GONÇALVES LORDELO - Oficial do Registro Civil de Ibitiúva.

As Excelentíssimas Famílias desses nossos bons colegas, apresentamos as nossas condolências e a todos os associados, pedimos que consagrem um minuto em homenagem a esses bons amigos que nos deixaram bons exemplos, dignos de serem imitados.

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

- REVISTA DE LA ASOCIACIÓN DE ESCRIBANOS DEL URUGUAY
- REVISTA DEL NOTARIADO, DE BUENOS AYRES
- REVISTA JURÍDICA NOTARIAL, DO MEXICO

Convidamos os nossos colegas a tomarem conhecimento dessas úteis revistas, lendo e comentando os seus excelentes artigos.

NOTA

No próximo número publicaremos na íntegra, a lei que concede aposentadoria aos serventuários, escreventes e outros funcionários de cartórios.

O DIA DO NOTARIADO

Deseja a Associação, de acordo com as Associações Latinas, comemorar no dia 2 de outubro próximo, o DIA DO NOTARIADO, reunindo os seus associados em um grande almoço, nesta Capital.

Tratando-se, como se trata, de uma data nossa, que será comemorada pela primeira vez pelos serventuários, estamos certos de que os colegas não deixaram de tomar parte nessa homenagem, contribuindo, com sua presença, para que ela tenha grande realce e para que se intensifique ainda mais os laços de solidariedade que sempre existiu entre os membros de nossa classe.

A Secretaria da Associação esta habilitada a receber as adesões e à fornecer as informações que se tornarem necessárias.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS NOTARIOS LATINOS

Chamamos a atenção dos prezados colegas e leitores para as teses abaixo transcritas e que fazem parte do temário a ser discutido naquele congresso. Pedimos, a colaboração de todos que desejam contribuir, para que a representação de São Paulo, seja a mais brilhante possível.

TEMÁRIO

I - ORGANIZACION NOTARIAL

A - Em el orden nacional

(a) El ingreso em el notariado: estudios o titulos universitarios previos. La paridad del prestigio inicial com la Abogacia. Sistemas y aspiraciones.

(b) Carácter permanente o inamovible del cargo de notario: supresión de los nombramientos a plazo.

(c) Organización gremial profesional del notariado: Colegios notariales regionales y Consejos nacionales.

(d) Organización y funciones de los archivos notariales.

(e) Medios de acreditar la vigencia de um testamento: Registro general de actos de última

voluntad.

B - Em el orden internacional.

(a) Emblema de los Congresos Internacionales del Notariado Latino

(b) Organización de um sistema corporativo notarial internacional respecto a:

1) Legalizaciones.

2) Capacidad civil.

3) Vigencia y contenido de las leyes

4) Regímenes matrimoniales.

5) Justificación o prueba del título sucesorio testado o intestado: su existencia y contenido.

C - Unión Internacional del Notariado Latino: organización definitiva del Comité Permanente.

II - EL DOCUMENTO NOTARIAL

a) La fe de conocimiento y el juicio de capacidad de los orgogantes. Sistemas

b) La unidad de acto y el otorgamiento sucessivo

c) Valor jurídico y aplicaciones de las actas de notariad.

d) Unificación de formularios, em especial de los poderes.

e) Valor internacional del documento notarial...

De conformidad com el artículo 15 del Estatuto del Congresso Internacional del Notariado latino, los estudios, trabajos y ponencias deberán estar presentados em la oficina del Comité Permanente (Suipacha, 769, Buenos Aires), por 10 menos seis meses antes a la fecha fijada para el comienzo del Segundo Congresso.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2	
APOSENTADORIA DE ESCRIVENTES DE CARTÓRIO	2
REVISTA INTERNACIONAL DEL NOTARIADO	3
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS	4
AMPARO A FAMÍLIA	6
PROVIMENTOS DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA	7
HORAS DE LAZER	9
LEI N.º 418, DE 12 DE AGOSTO DE 1949	10
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	11
LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949.	12
REGISTRO CIVIL	12
DISTRIBUIDORES, CONTADORES E PARTIDORES	14
FALECIMENTOS	15
O DIA DO NOTARIADO	15
II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS NOTARIOS LATINOS	15
TEMÁRIO	16
DIRETORIA	18
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTE	18

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTES

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 008 - Publicação: 01/10/1949

COLABORAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Valmir Pontes 1º Tabelião e Oficial de Protestos de Fortaleza Estado do Ceará

Fundada a 8 de julho de 1928, existe na capital de São Paulo, prestigiosa entidade classista, que congrega os serventuários de justiça do grande Estado do Sul. Trata-se de poderosa agremiação, cuja finalidade principal é promover a união de todos os seus associados e defender-lhes os direitos prerrogativas e interesses, fortalecer e fazer respeitadas a disciplina e a ética profissionais e colaborar com as associações de classe e serventuários de outros pontos do território nacional, para a maior solidariedade e coesão da classe em todo o Brasil.

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, cujo real e merecido prestígio nos meios forenses e sociais bandeirantes proporciona aos seus agremiados melhores condições de vida profissional, pelo efetivo e valioso amparo que lhes dispensa faz publicar, mensalmente, um boletim em que se divulgam interessantes trabalhos e estudos jurídicos de seus membros, além de várias informações sobre matérias de interesse da classe e dos serviços que lhe são afetos. Essa útil publicação, de que recebi alguns exemplares, atesta a vitalidade do espírito associativo dos que servem à Justiça paulista, em desanimador contraste com o que geralmente se observa entre os seus colegas do Ceará.

Não dorme a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo na constante vigilância em torno dos interesses de seus filiados. Agora mesmo, por exemplo, depois de haver vencido a batalha, em que vivamente se empenhou, pela não oficialização dos cartórios, ela se

esta batendo, junto ao poder legislativo local, em prol da criação de uma caixa de aposentadoria para todos os servidores da justiça da grande unidade federativa e da promulgação de uma lei que lhes estabeleça e regule a carreira.

Que o exemplo de São Paulo, frutifique no Ceará são os votos que sinceramente formulo, ao mesmo tempo que apelo para os mais autorizados integrantes da classe a que pertencem no sentido de formação, entre nós, de uma entidade em moldes semelhantes àquela a que me refiro.

Este artigo foi transcrito do "O Estado", da cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O PROJETO DE LEI N.º 310

Antônio Augusto Firmo da Silva 4º Tabelião de notas - sucessor

A aposentadoria dos servidores da Justiça é uma antiga aspiração de toda a classe, reconhecida como das mais justas por todos aqueles que conhecem de perto a vida trabalhosa, árdua, sacrificada, de serventuários e escreventes.

As associações e classe lutam há vários anos por consegui-la. Vários projetos foram estudados, mas nenhum deles conseguiu vingar porque, além da indiferença dos poderes competentes, verificou-se ser necessária uma quantia vultosa como "reserva técnica" para se poder dar a aposentadoria imediata àqueles que a ela tivessem direito. E, como não fosse possível obter-se de início essa "reserva", os projetos fracassavam. Para isso contribuía a ambição desmedida de alguns interessados que, numa cegueira incompreensível, não viam o interesse da classe, mas somente os seus interesses pessoais. Seriam precisos, digamos, cinco anos para se formar a reserva técnica necessária, mas como, decorrido esse prazo aqueles interessados talvez não mais estivessem vivos, os projetos fracassavam, e, no entanto todos eles. Se os estudos realizados, onde se estabelecia o indispensável prazo de carência, tivessem vingado, quantos casos, e alguns bem tristes, já hoje poderiam estar solucionados. E, em todas as oportunidades, faltou - é - penoso reconhece-lo a união da classe interessada.

Surge agora, o projeto 310 apresentado à Assembléia Legislativa e já aprovado em terceira discussão. A sua redação final foi publicada no Diário da Assembléia, de 4 de setembro último. Em linhas gerais, em princípio, esse projeto aproxima-se do desejado. Mas, infelizmente, também se destina ao fracasso pela sua inexecutabilidade. E, antes de entrarmos na crítica, devemos dizer que sempre fomos dos mais ardorosos partidários da aposentadoria dos servidores de justiça. Ainda há pouco, representando a Associação dos Serventuários da Justiça no I Congresso Internacional do Notariado Latino, na Comissão de Direito Fiscal e Administrativo, da qual participamos, subscrevemos uma proposição, aprovada pelo Congresso, da qual transcrevemos a conclusão:

El Congreso declara:

Es un anhelo del Congreso el establecimiento con carácter general de sistema autónomo de seguridad social que ampare a los notarios y sus familias de conformidad con las particularidades de cada país.

Haciendo honor al definido espíritu de solidaridad que une entre sí a los integrantes de los cuerpos notariales, tales sistemas deben organizarse mediante institutos dotados de plena autonomía con participación obligatoria de todos los notarios, y cuya administración esté a cargo de los propios afiliados.

Como reconocimiento expreso a la abnegada y meritoria labor que desempeñan los empleados de notarias, los institutos, de ser posible, deberían amparar a estos e igualmente, y por las mismas causas, a los empleados de los colegios y asociaciones de notarios.

Somos absolutamente contrários à intervenção direta do Estado quer como arrecadador, quer como pagador. Como os servidores da Justiça exercem uma função pública, prestando ao público e ao Estado, serviços de reconhecida e alta relevância, além do seu valor social, gozando de idoneidade indiscutível, só admitimos para o Estado, no caso uma intervenção legislativa. A ele

cabará decretar as leis de interesse e seguro social daqueles servidores, criando a contribuição obrigatória dos interessados e do público que recebe a prestação de serviço. Mas, o instituto, deverá ser autônomo, absolutamente independente da burocracia administrativa. Sua Administração deverá ser exercida pelos próprios interessados, cabendo-lhe a arrecadação, guarda e aplicação dos fundos, concedendo-se ao Estado simples ação fiscalizadora. E, de acordo com a teoria geral do seguro social, a reserva técnica que se obtém estabelecendo-se um determinado prazo de carência é absolutamente indispensável.

Aqui está, em síntese, o nosso ponto de vista sobre o assunto, e do qual o projeto 310 se afasta integralmente, aproximando-se em outras disposições, como dissemos, do almejado.

Nada temos a dizer contra os artigos que estabelecem o "direito de aposentadoria" e, não desejamos criticar a classificação das serventias e as tabelas de "remuneracao-base". Aceitamos integralmente o modo de formação dos fundos necessários, mas, como já frisamos, somos contra a arrecadação das contribuições pelo Estado.

Examinemos, agora, outras disposições do projeto. O parágrafo 3º do artigo 18 gera confusão. Não era necessário que esse parágrafo viesse confirmar o que os anteriores e o respetivo artigo dispunham. Dizem estes em que condições o serventuário sucedido poderia (portanto facultativamente) obter a aposentadoria. No entanto, o parágrafo 3º dispõe "que fica facultado aos serventuários sucedidos requererem a sua aposentadoria...". Mas, que serventuários sucedidos? Todos ou só aqueles que estivessem nas condições previstas no art. 18 e seus parágrafos 1º e 2º? A nosso ver esse parágrafo ficaria perfeito com a seguinte redação: obtida a aposentadoria pelo serventuário sucedido, o sucessor será provido definitivamente na serventia, cessando a obrigação de prestação de renda contida no art. 2º, do Decreto 6.986, de 25 de Fevereiro de 1935.

O artigo 24 isenta da contribuição os maiores de 60 anos de idade com mais de 25 anos de exercício e os que se achem incapacitados para o trabalho, e determina, a final, que as contribuições devem ser pagas quando aqueles servidores forem aposentados. Francamente, não entendemos. Os que, de acordo com o projeto devem contribuir para obter a sua aposentadoria, ao serem aposentados não podem continuar a pagar a contribuição, pois isso importaria numa redução de proventos a que fez jus. E porque essa isenção excepcional? A aposentadoria, digamos normal, é concedida aos 68 anos de idade ou depois de 30 anos de efetivo exercício. Portanto, os maiores de sessenta anos de idade com 25 anos de exercício enquanto não atingirem a idade limite ou o tempo de serviço exigido devem ajudar a coletividade com sua contribuição. Não vemos razão para essa isenção.

E o interessante é que isentando das contribuições os maiores de 60 anos de idade com mais de 25 anos de exercício, não lhes concede o projeto o direito de aposentadoria senão quando atingirem os limites de idade ou tempo de serviço. Porque então a isenção? O parágrafo 2º do artigo 27 aproxima o projeto das necessidades teóricas declarando que o Instituto de Previdência "somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas depois que tiver em seu poder os fundos necessários à solução de tais obrigações". Com esta disposição reconhece ser impossível a instituição da aposentadoria pretendida sem a necessária reserva técnica. Mas, esqueceu-se o legislador de fixar o prazo que seria preciso para a obtenção dos "fundos necessários" e, com isso, deixou a critério do Estado a aplicação real da lei. Fazemos aqui uma pergunta indiscreta: quando existirão tais fundos? E, reconhecendo a impossibilidade de iniciar as aposentadorias sem a necessária reserva técnica, joga a responsabilidade que a Constituição Estadual - a nosso ver erradamente - criou para o Estado, às costas particular, ou seja do serventuário. Realmente, no parágrafo 3º do artigo 27 determina que "o servidor aposentado continuará a perceber os proventos de sua aposentadoria pelos cartórios que estiver lotado, até que o Instituto da Previdência do Estado se ache em condições de efetuar o pagamento do provento por sua conta..". Mas se o Instituto de Previdência que deve ser uma potência financeira não se acha em condições de atender às aposentadorias, como poderá o serventuário enfrenta-las? Parece-nos que essa disposição é inconstitucional, pois, acreditamos não ser lícito ao Estado desvencilhar-se de uma responsabilidade constitucional empurrando-as às costas do particular por reconhecer a impossibilidade de a praticar por si mesmo. E depois,

não entendemos a expressão "continuara a perceber". Como "continuará" se jamais começou? E a título de consolação determina no parágrafo 4º que o Instituto de Previdência devolvam quando puder, de uma só vez, ao serventuário, a importância por ele desembolsada. Eis uma nova forma de empréstimo público interno, limitado a determinado número de credores "privilegiados", sem juros... Se ao serventuário cabe pagar a aposentadoria do escrevente, quem atenderá à sua própria aposentadoria?

Por todos os motivos expostos julgamos que tal projeto, se transformado em lei, será inexequível. Será uma lei natimorta. A precipitação com que foi redigida, estudada, discutida e aprovada, é a causa do seu fracasso. E, mais uma vez, os anseios justíssimos, os direitos incontestáveis de toda uma classe, vão ser postergados. É possível que alguém veja nesse projeto uma vitória. Mas será, estamos certos, uma vitória de Pirrho!

ONDE DEVE SE REALIZAR O CASAMENTO?

Carmem de Almeida Sampaio Escrevente do Registro Civil de Itú Estado de São Paulo

A competência do lugar para a realização do ato do casamento tem sido sempre uma questão curiosa de indagação jurídica.

Nossa legislação é omissa a respeito, havendo, porém, renomeados tratadistas que apontam como competente o lugar da residência dos noivos, ou de um deles.

O provimento baixado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado em 24/04/48 inclina-se para esse critério.

Em face disso seria injustificável o comentário que data vênio aqui faço, se não me animasse unicamente o espírito de boa vontade, nunca porém o de insurgência.

Exponho leal e francamente meu ponto de vista em face de certas circunstâncias especialíssimas, dignas de ponderação, e que só na prática nos é dado observar.

Não é raro hoje, pelos imperativos da vida moderna, uma filha se deslocar do seio de sua família para atender, num outro distrito, uma nomeação para cargo público, e onde pode acontecer ficar noiva. O distrito em que exerce o referido cargo será por lei, considerado o de sua residência.

Dado que haja promovido, conforme prescrição legal, a habilitação no distrito que se tornou acidentalmente o de sua residência, nada devia obstar que, pela apresentação da certidão de habilitação, assecuratória da regularidade do processamento da mesma, pudesse casar onde lhe fosse mais cômodo e grato às inclinações sentimentais, isto é, no distrito da residência dos seus pais, com assistência dos mesmos, conforme nosso costume, nossa tradição.

O serventuário é obrigado acompanhar, com o Órgão do Ministério Público, a marcha da habilitação, examinar os documentos que a instruem, afixar, publicar e registrar os editais de proclamas, cumprir enfim as formalidades que condensam as condições impostas às pessoas que desejam mudar de estado civil contraindo matrimônio.

A habilitação é indiscutivelmente de suma importância, dela dimanando inteira a aptidão dos noivos para o casamento; daí o espírito claro da lei obrigando-a no distrito de residência destes onde presume serem os mesmos mais conhecidos.

Ultimada esta com o decurso do prazo legal, sem que sejam impostas impedimentos de qualquer natureza, estão os noivos considerados aptos para o casamento, e como tal, com direito a uma certidão, assinada pelo serventuário que a processou, comprovadora da habilitação e cuja fé pública é indenegável e de incontestável força de efeito dentro do período de sua validade.

O ato do casamento é, sem dúvida, decorrente da habilitação, mas desta perfeitamente distinto, tendo por sua vez de satisfazer um conjunto de formalidades próprias, essenciais e externas prescritas em lei.

Dado isto e a fé pública da certidão de habilitação é que presumo possível o processamento daquela e a realização deste em distritos diferentes, mas que ofereçam, como nos casos figurados, credenciais de garantia para a validade de ambos.

Os distritos apontados satisfazem plenamente este ponto; o primeiro como residência dos noivos para se processar a habilitação, dada a presunção da lei; o segundo, como residência dos pais da noiva, não pode haver mais próprio, mais natural e digno.

Considerando tudo o que ficou dito foi que, atendendo as condições especialíssimas de certos casos, cogitei este comentário, procurando demonstrar, num esforço de boa vontade, que a habilitação e o ato, realizados com observância de todos os requisitos legais, embora em distritos diferentes, se completam perfeitamente, como nos casos figurados, condensando as condições de verdade e lealdade necessárias à importância jurídico - social do casamento.

A OFICIALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS DE JUSTIÇA

Antonio Cintra Oficial do Registro Civil de Santa Adélia Estado de São Paulo

A matéria continua perdurando no prosaetrio das cogitações parlamentares, na amplitude de acurados e pacientes estudos, de maneira a proporciona-la uma decisão condigna e de acordo com os imperativos pelos quais ela deve reger-se. Para alguns espíritos menos avisados, a proposição se antolha avantesma de proporções ilimitadas e não uma tangente de ligação a interesses diversificáveis, e por esse motivo sujeito aos prós e os contra da crítica. Crítica nem sempre maleável e muito menos justiceira. E há colegas que, erroneamente, entendem que a Associação dos Serventuários de Justiça, é contra a oficialização dos cartórios de justiça. Longe disso, a Associação, desde a sua fundação tem se mantido numa grande linha de conduta, apenas procurando servir a classe dos servidores de justiça com a mais inexequível presteza e critério, por mais de uma vez revelados em seus atos.

O problema é que é por demais complexo. Não pode ser resolvido de afogadilho. Exige tempo para estudos profundos. Virá ao tempo, mas na conformidade de seu legítimo pronunciamento. A insofreguidão de muitos colegas, não proceda e não resolve o caso. O trabalho demanda calma e renuncia por parte de todos os interessados, de modo a poder ser ultimado a bél prazer de todos.

Nunca a nossa classe experimentou numa fase de acatamento consoante está experimentando agora. Foi uma classe relegada à sua própria sorte. Percebe-se, eloqüentemente, o interesse que dignos parlamentares tendo a frente Alfredo Farhat, estão empenhados em proporcionar a nossa classe os meios e os confortos que até hoje lhes foram negados. A aposentadoria é o merecido prêmio que efetivamente faz jús o desventurado servidor de justiça, que ao entardecer de sua exigência; trôpego, cego e paralítico, terá pão para o resto da vida e um leito de morte com mais algum conforto.

Como todas as nossas instituições é possível que a nova lei de aposentadoria, ainda traga em seu bojo algo de imperfeito, mas com o tempo tudo será escoimado com a necessária precisão.

CARTÓRIOS VAGOS

Em virtude de desistência dos serventuários:

- Registro Civil de Jacuba - comarca de Pederneiras
- Registro Civil de Nova América - comarca de Itápolis

Por sentença judicial, transitado em julgado:

- 2º Tabelião de notas da comarca de Paraibuna.

" FIAT JUSTITIA " . . .

Não tem razão o cronista de um matutino desta Capital, verberando o silêncio que reina, de há

muito, no Palácio da Justiça. Só depois que para ali se transferiu o foro cível, com se cortejo de palradores habituados à desordem que se notava no antigo casarão da rua do Tesouro, é que começaram a surgir comentários à disciplina e solenidade que se observam no majestoso Palácio, onde se ergue o trono da Justiça, outrora oculta e envergonhada, na capital paulista, sob os escombros de um edifício arruinado e impressionante pela sua miséria e decadência...

Merecem louvores, pois, as determinações do digno diretor daquele departamento judiciário, não permitindo que se estabeleça, nos corredores e cartórios, o mesmo regime a que estavam habituados os freqüentadores, cumprindo ordens dos seus superiores, têm procedido com muita correção, como lhes compete. Não admitem algazarra e ajuntamento idênticos aos que, no vestuto prédio da rua do Tesouro, perturbavam, não raro, o serviço forense, emprestando ao ambiente a desoladora impressão de uma feira livre ... as suas observações aos transgressores do regimento interno são feitas com atenção e urbanidade, sem estardalhaço, discretamente.

Ainda que sejam públicas as dependências do Palácio, embora as suas portas estejam sempre abertas a todas as pessoas, sem distinção de classe, essa liberdade não autoriza ninguém a proceder segundo o seu arbítrio. O mesmo respeito a mesma compostura que os indivíduos manifestam ao penetrar numa igreja, também aberta a todos os crentes, dos mais humildes aos mais graduados, devem manifestar os que freqüentam o templo da Justiça; pois esta, como diziam os romanos, significa a primeira das virtudes.

Já os gregos e outros povos da antigüidade, ao tempo do politeísmo, curvavam-se, reverentes, ante a imagem de Thêmis, filha do Céu e da Terra e mãe da Paz e da Lei, por ser a divindade que presidia aos atos judiciários.

Nós, portanto, com mais razão, devemos aplaudir e venerar a solenidade e o silêncio que reinam no Palácio em que se acha instalada a nossa Justiça, que ali não aparece envolta nas ilusórias galas do paganismo, como um símbolo mitológica, mas elegante e sobranceira, empunhando a balança e a espada, serena e imparcial, de olhos vendados, a demonstrar a "vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu"...

AURELIANO ARRUDA

ANO CIVIL

LEI N.º 810 - DE 6 DE SETEMBRO DE 1949.

"Define o ano civil"

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Considera-se ano o período de doze meses contado do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte.

Art. 2º - Considera-se mês o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte.

Art. 3º - Quando no ano ou mês do vencimento não houver o dia correspondente ao do início do prazo, este findará no primeiro dia subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1949.

EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa
(Publicado no Diário Oficial da União de 16/09/1949)

HORAS DE LAZER SEMPRE OS CARTÓRIOS

No "Diário Oficial" de 15 de agosto, o ilustrado deputado Waldy Rodrigues, tocou em alguns pontos de transcendental importância.

Primeiro, referentemente ao aumento do Regimento de Custas, e segundo sobre a oficialização de cartórios.

Parece-lhe que a oficialização dos cartórios será a consequência forçada da aposentadoria já transitada na Assembléia, pois que os meios encontrados para a mesma, acrescidos das rendas dos cartórios com a majoração pretendida das custas, envés de sobrecarregar o Tesouro, acumulará apreciável saldo, que em curto prazo, muito se avolumará.

Não se concebe a aposentadoria sem a majoração do Regimento de Custa, do contrário seria ir asfixiando aos poucos o pobre paciente do Servidor público com o atual, e ainda por ironia da sorte recebendo felicitações pela vitória alcançada da aposentadoria, muitas vezes para aqui à 20 anos, em se tratando de serventuário ainda moço.

Mas tal não acontecerá, pois o ilustre deputado ao começo deste citado com a sua alta visão, está no propósito de tocar de rijo nos pontos referidos, afim de que o servidor público, possa viver decentemente com a renda do seu cartório acompanhando o atual padrão de vida.

Embora sem a oficialização e apenas com a majoração do Regimento, o Serventuário de Justiça já terá alcançado grande passo a seu favor, além de medida justíssima, o que justifica-se plenamente ante os encargos de 5% da responsabilidade de custear o aposentado pelo cartório se o houver, até que a Previdência do Estado esteja em condições, embora estejamos convencidos de que dentro de poucos meses dita entidade suportará francamente os ônus das aposentadorias, que não serão excessivas, porque os que possuem boas rendas permanecerão, até o máximo limite nos seus cargos, e os de pequenas requererão, mas estas serão também de pouca monta.

Bem sabemos que estes encargos serão nas possibilidades dos rendimentos dos cartórios, porque não poderemos aplicar o caso do português, o leite ou a alma.

Outro fato muito sério cuja demora em absoluto não se justifica e a falta da lei sobre o provimentos de cartórios, pois são cargos que não são mantidos pelo Governo e a lei a respeito a ser adotada e aprovada é a coisa mais simples deste mundo, pois que não poderão diferenciar das que existiam e apenas ligeira mente modifica-las, quase que somente na parte da exigência ou dispensa dos concursos, de provas, tempo em que serventuários, escreventes e bacharéis em direito possam concorrer nos concursos, e quando estes não hajam concorrido, em geral, sem aqueles privilégios.

Essa demora tem ocasionado prejuízo à Justiça, aos serventuários interessados, ao público e o não cumprimento à letra da Constituição, maxixe tratando-se dos cartórios recém-criados.

O eminente Sr. Corregedor Geral da Justiça, tem reiterado a urgente necessidade dessa deliberação, sendo uma anomalia injustificável a falta dos concursos e provimentos desses cartórios. Os digníssimos deputados estaduais meditem um pouco e vejam quanto estão contribuindo para esse mal de consequências imprevisíveis.

Acabamos também de ler uma emenda do eminente deputado Dr. Alfredo Farta acrescentando de 25% alguns atos ou custas atribuídas aos oficiais do Registro Civil, mas achamos que ante a taxação insignificante dessas custas isso será apenas um auxílio com conta gotas para prolongar a agonia, no entanto vê-se a boa vontade desse eminente parlamentar, tocando num assunto urgente e de real importância, mas fique certa sua Excelência de que precisa trocar o conta gotas por uma injeção de soro fisiológico de 100% no arcaico Regimento de Custas.

R i b a s

CORREGEDORIA

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.304, em que é interessado o Oficial do Registro Civil do 18º Subdistrito, Bela Vista: Reclama-se na representação de fls. 3 contra o fato de ter sido a certidão nascimento de fls. 4, subscrita por um dos escreventes habilitados do Cartório do Registro Civil do 18º Subdistrito (Bela Vista), desta Capital.

Da informação de fls. 6 conclui-se, de fato, tal subscrição foi irregular.

Sobre a matéria, convém que não se percam de vista as seguintes observações feitas em anteriores despachos e provimentos desta Corregedoria:

a) É de lei que os escrivães e tabeliães podem mandar lavrar escrituras e passar certidões pelos escreventes habilitados, subscrevendo-as, porém e carregando com inteira responsabilidade. Isto por que o escrevente habilitado não é propriamente escrivão; apenas coadjuva o serventuário com quem escreve.

b) Só ao escrevente nomeado Oficial maior, nos termos do artigo 1º do decreto n.º 6986, de 25 de fevereiro de 1935, é que é facultado praticar, simultaneamente com o serventuário, todos os atos que a este competem, independentemente de especial designação.

c) Aos demais escreventes, só quando legalmente investidos na substituição do serventuário, nos termos do artigo 59 do dec. lei n.º 11.058, de 1940, é que é dados subscrever escrituras e certidões.

d) O artigo 17 do decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, deve ser aplicado restritivamente, tendo-se em vista as necessidades mais urgentes do cartório e levando-se em conta, ainda a existência de oficial maior (Portaria n.º 4, de 10 de novembro de 1948).

Segundo a orientação desta Corregedoria para evitar abusos, que já se têm verificado, entre os quais o de se transformarem todos os escreventes em outros tantos oficiais maiores, quando a lei só permite que cada ofício tenha apenas um oficial maior, devem os Srs. Juizes limitar a autorização prevista nesse artigo 17 a certos e determinados atos ou serviços especiais, de natureza daqueles que a lei enumera excluídos sempre os serviços mais importantes, como sejam a subscrição de escrituras e certidões, a escrituração do Livro Protocolo dos Registros, etc.

Intima-se - (a) J. M. Gonzaga

São Paulo, 26/08/49

(Publicado no Diário Oficial da Justiça de 30 de Agosto de 1949).

FOTOCÓPIA

O M. CORREGEDOR EM DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO 6.196, DESTA CAPITAL, DECIDIU O SEGUINTE:

As custas e emolumentos que os tabeliães poderão cobrar pelo serviço de autenticação de fotocópia são apenas as seguintes:

- a) De conferência e conserto de instrumento fora das notas (Reg. De custas, Tab. F. seção I, IX)
Cr.\$ 5,00
- b) Selos Federais
Cr.\$ 5,80
- c) Selos Estaduais
Cr.\$ 2,00
- d) Emolumentos
Cr.\$ 1,00
- e) TOTAL
Cr.\$13,80

São Paulo, 27 de agosto de 1949

(a) J. M. Gonzaga.

(Publicado no Diário da Justiça de 31 de Agosto de 1949).

AVISO AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

Ficam avisados os Srs. Serventuários de Justiça que ainda não providenciaram a remessa das fichas para extração das suas cadernetas de identidade autenticadas pela Corregedoria Geral da Justiça que esse documento é de grande importância para que com a ela lhes facilite entender-se com a referida Corregedoria, além de outras vantagens, de sorte que convém providenciarem com urgência a fim de obtê-las.

Seguramente mil serventuários já se acham munidos desse documento, mas é necessário que todos o possuam, por isso o presente aviso.

DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Pela Lei n.º 464, de 26 de setembro p. passado, pelo Ex.mo. Sr. Governador do Estado foi lavrado o ato declarando de utilidade pública a Associação, tomando assim forma jurídica, com todas as vantagens decorrentes por essa razão.

Está, pois, a Associação apta para criar aos seus associados muitas séries de benefícios. Segue transcrita na sua íntegra a respectiva Lei:

LEI N.º 464, DE 26 DE SETEMBRO DE 1949.

Declara de utilidade pública a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, com sede nesta Capital.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS
Cesar Lacerda de Vergueiro

FALECIMENTO

DR. PLÍNIO DOS SANTOS BARROSO

Tivemos a infausta notícia do falecimento, a 26 do mês de Setembro p. findo, em Santos, do nosso digno consórcio Dr. Plínio dos Santos Barroso, que exerceu, durante muitos anos, o cargo de oficial do 1º cartório do registro de imóveis daquela comarca.

O finado, logo que terminou seu curso na Faculdade de Direito desta Capital, aqui militou como advogado, dos mais competentes, como companheiro de escritório do saudoso Dr. Daniel Rossi. Quer como jurista, quer como serventuário de justiça, o Dr. Plínio Barroso soube sempre aliar a competência à probidade.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Deu-se o sepultamento, com grande acompanhamento de amigos, admiradores e pessoas da sua família, no cemitério São Paulo, nesta Capital. A nossa Associação foi representada pelos Drs. Armando da Costa Magalhães e Aureliano Arruda.

APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS E OUTROS AUXILIARES DA JUSTIÇA

No próximo número publicaremos, na íntegra, a lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, que regula a aposentadoria dos serventuários e dos auxiliares da justiça.

Não o fazemos nesse número, por já estar ele impresso quando foi promulgada a lei acima mencionada.

O SUPLEMENTO DO "DIÁRIO OFICIAL" DE 1º DE SETEMBRO DE 1949 PUBLICOU NA ÍNTEGRA A LEI N.º 233, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1948, QUE FIXA O QUADRO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO, A VIGORAR NO QUINQUENIO 1949 - 1953 E PELA QUAL O ESTADO FOI DIVIDIDA EM:

<u>COMARCAS</u>					
1	Agudos	51	Itararé	101	Rancharia 10° Subd. Belémzinho
2	Amparo	52	Itatiba	102	Ribeirão Bonito 11° Subd. Sta. Cecília
3	Andradina	53	Itú	103	Ribeirão Preto 12° Subd. Cambuci
4	Apiáí	54	Ijuverava	104	Rio Claro 13° Subd. Butantã
5	Araçatuba	55	Jaboticabal	105	Santa Adélia 14° Subd. Osasco
6	Araraquara	56	Jacaréí	106	Santa Branca 15° Subd. Lapa
7	Araras	57	Jaú	107	Santa Cruz das Palmeiras 16° Subd. Bom Retiro
8	Assis	58	José Bonifácio	108	Santa Cruz do Rio Pardo 17° Subd. Moóca
9	Atibaia	59	Jundiaí	109	Santa Isabel 18° Subd. Bela Vista
10	Avaré	60	Lineira	110	Santa Rita do Passo Quatro 19° Subd. Ipiranga
11	Bananal	61	Lins	111	Sto. Anastácio 20° Subd. Perdizes
12	Bariri	62	Lorena	112	Santos 21° Subd. Jardim América
13	Barreiro	63	Lucélia	113	São Bento do Sapucaí 22° Subd. Saúde
14	Barretos	64	Marília	114	São Carlos 23° Subd. Tucuruví
15	Batatais	65	Martínópolis	115	São João da Boa Vista 24° Subd. Casa Verde
16	Bauri	66	Mirassol	116	São Joaquim 25° Subd. Indianópolis
17	Bebedouro	67	Moóca	117	São José do Rio Pardo 26° Subd. Pari
18	Birigui	68	Mogi das Cruzes	118	São José do Rio Preto 27° Subd. V. Prudente
19	Botucatu	69	Mogi-Mirim	119	São José dos Campos 28° Subd. Tatupé
20	Bragança Paulista	70	Monte alto	120	São Luiz do Piratininga 29° Subd. Jardim Paulista
21	Brotas	71	Monte Apraxível	121	São Manuel 30° Subd. Sto. Amaro
22	Caçapava	72	Nova Granada	122	São Paulo 31° Subd. Ibirapuera

23	Cachoeira Paulista	73	Novo Horizonte	123	São Pedro	32°	Subd. Primiba
24	Caconde	74	Olímpia	124	São Roque	33°	Subd. Capela de Socorro
25	Cafelândia	75	Orlândia	125	São Sebastião	34°	Subd. Alto da Moóca
26	Cajuru	76	Ourinhos	126	São Simão	35°	Subd. Carqueira Cesar
27	Campinas	77	Palmital	127	Serra Negra	36°	Subd. Barra Funda
28	Campos do Jordão	78	Paraguari Paulista	128	Sertãozinho	37°	Subd. V. Maria
29	Cananéia	79	Parabuna	129	Socorro	38°	Subd. Aclimação
30	Capão Bonito	80	Patrocínio Paulista	130	Sorocaba	39°	Subd. V. Matilde
31	Capivari	81	Pederneras	131	Tanabi	40°	Subd. Vila Madalena
32	Casa Branca	82	Perópolis	132	Taquaritinga		
33	Catanduva	83	Pereira Barreto	133	Tatuí		
34	Conchas	84	Piedade	134	Taubaté		
35	Cruzeiro	85	Pindamonhangaba	135	Tietê		
36	Cunha	86	Pinhal	136	Tupã		
37	Descalvado	87	Piracaiá	137	Ubatuba		
38	Dois Córregos	88	Piracicaba	138	Valparaíso		
39	Eldorado Paulista	89	Pirajú	139	Votuporanga		
40	Franca	90	Pirajui		SÃO PAULO		
41	Garça	91	Pirassununga				
42	Guaratiningá	92	Piratininga	1°	Subd. Sé		
43	Ibitinga	93	Pitangueiras	2°	Subd. Liberdade		
44	Igarapava	94	Pompéia	3°	Subd. Penha		
45	Iguape	95	Pôrto Feliz	4°	Subd. N. Senhora do Ó		
46	Itapetininga	96	Presidente Prudente	5°	Subd. Sta. Efigênia		
47	Itapeva	97	Presidente Venceslau	6°	Subd. Erás		
48	Itapira	98	Promissão	7°	Subd. Consolação		
49	Itápolis	99	Quatá	8°	Subd. Santa Ana		
50	Itaporanga	100	Quebuz	9°	Subd. Sta. Cecília		

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
O PROJETO DE LEI N.º 310	3
ONDE DEVE SE REALIZAR O CASAMENTO?	5
A OFICIALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS DE JUSTIÇA	6
CARTÓRIOS VAGOS	7
" FIAT JUSTITIA " . . .	7
ANO CIVIL	8
HORAS DE LAZER	9
SEMPRE OS CARTÓRIOS	9
CORREGEDORIA	10
FOTOCÓPIA	11
AVISO AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA	11
DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.	11
LEI N.º 464, DE 26 DE SETEMBRO DE 1949.	12
FALECIMENTO	12
APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS E OUTROS AUXILIARES DA JUSTIÇA	12
O SUPLEMENTO DO "DIÁRIO OFICIAL" DE 1º DE SETEMBRO DE 1949 PUBLICOU NA ÍNTEGRA A LEI N.º 233, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1948, QUE FIXA O QUADRO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO E	

JUDICIÁRIO DO ESTADO, A VIGORAR NO QUINQUENIO 1949 - 1953 E PELA QUAL O ESTADO FOI
DIVIDIDA EM: 13
DIRETORIA 17
CONSELHO FISCAL 17
SUPLENTE 17

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 009 - Publicação: 02/11/1949

COLABORAÇÃO S A U D A D E

No momento em que todas as pessoas relembram os seus mortos é justo que a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo homenageie os serventuários que desapareceram do nosso convívio.

Numa época de materialismo puro, de reivindicações sociais, mais ou menos exageradas, é confortante para o nosso espírito fazermos uma parada, nas nossas atividades, e meditarmos sobre os nossos mortos.

Então rememorando as suas vidas, veremos quanto foram bons, que grandes exemplos nos deixaram, dignos de serem imitados.

Todos eles, vivendo em épocas diferentes, souberam elevar o nome de nossa classe ensinando aos nossos semelhantes que, acima das preocupações materiais, impera o Amor na sua grande magnitude.

Amor à Deus e ao Próximo, minorando sofrimentos alheios, que com conselhos, quer auxiliando a dirimir as controvérsias dos nossos semelhantes, esses nossos colegas se foram, não descansar, mas para nos auxiliar, nós que aqui ficamos, a suportar a vida atribulada que levamos.

Podemos, pois nesta hora de grande saudade, parafraseando os ensinamentos cristãos dizer: Glória a Deus nas alturas e paz aos nossos Mortos Queridos.

PROVIMENTO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA **Alcides Pacheco Escrevente do 2º Tabelião de notas da Capital.**

Quando se elaborava a Magna Carta Paulista, e o problema da oficialização dos interessados, tivemos oportunidade de escrever em favor dos que trabalham em cartórios, formando a honrada classe dos servidores da Justiça.

Naqueles acalorados debates, em que cada interessado defendia seus interesses com as mais engenhosas razões, procurava-se de um lado, mostrar as vantagens dessa oficialização, e de outro, as conseqüências danosas que disso poderiam advir.

Esqueciam-se, contudo, de proclamar, e muito de indústria para que não influenciasse a opinião dos nobres deputados, que uma classe numerosa vivia à margem dos fatos, sem amparo legal para seus direitos de empregados, sem aposentadoria nem pensões, receosa do futuro e temerosa do presente, pois aos escreventes e demais empregados de cartório só se reconhecia a qualidade de funcionários públicos para lhes imputar responsabilidades e aplicar penas...

A sabia Constituição satisfaz os anseios desse numeroso grupo social reconhecendo-lhe direito à aposentadoria, tanto para empregados como para empregadores, e mais lançou a grande esperança, de verem regulamentada a sua carreira.

De fato, um raio de luz surgiu para os que militam em cartórios, diante do princípio salutar consagrado de se subordinar a concurso de títulos e provas e provimento de cartórios, inclusive os que até então eram de livre nomeação do Governo.

Já aprovou a veneranda Assembléia a Lei Aurea para os que labutam nas lidas forenses, e aproximam-se os dias tranquilos e felizes para os que gatarem suas energias ou saúde nesses estafantes trabalhos.

Os que permanecerão nos seus postos de trabalho, em luta pela vida, têm agora seus olhos postos no augusto Palácio 9 de Julho, donde, mais uma vês, sairá a benfazeja lei que liberta-los à do temor. Que ainda resta: - a regulamentação de sua carreira, - a regulamentação do provimento dos ofícios de justiça!

Temos quase duzentos cartórios vagos, aguardando abertura de concurso, já deliberada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme noticiou a imprensa.

Na ausência da lei ordinária que regule em definitivo a matéria, parece-nos que caberia ao Egrégio Tribunal determinar a forma de realização dos mencionados concursos, pensando-se, mesmo, em voltar às normas do decreto 1.437, de 1907.

Exigindo o interesse público que se solucione o assunto, espera a classe dos serventuários da justiça que o Colendo Tribunal faça, por meio desses concursos, justas promoções aos seus antigos servidores, classifiquem os que se demonstrarem realmente aptos para o exercício dessa nobilitante profissão, que tanto concorre para a tranqüilidade, a ordem e o enriquecimento da nossa gente e do nosso Estado.

ANTONIO DE CARVALHO FILHO

Tivemos a infausta notícias do falecimento do Sr. Antonio de Carvalho Filho, que exerceu muitos anos o cargo de Oficial do Registro Civil de Porto Feliz.

A Ex.ma. Família desse nosso bom colega, as nossas sinceras condolências.

HORAS DE LAZER

É de se crer que a urucubaca de fato existe.

Ainda meio tonto nós serventuários de Justiça, com o veto do Ex.mo Sr. Governador do Estado à nossa ambicionada e justíssima aposentadoria, eis que o congresso Federal surge um relatório da Extinta Comissão Especial de Proteção à natalidade (desprotegendo os oficiais do Registro Civil que teriam de viver de brisas) apresentado pelo ilustrado deputado Dr. Nelson Carneiro, pleiteando a gratuidade dos registros de nascimento e respectivas certidões.

O muito digno deputado deve ser bisonho na matéria, ignorando os relevantes serviços gratuitos que os oficiais do Registro Civil prestam à Justiça, à sociedade e aos reconhecidamente pobres que o são em grande número.

Sua excelência talvez não saiba que gratuitamente em tais cartórios são realizados os casamentos de pessoas pobres, idem de registros de nascimentos, idem de óbito, das Santas Casas, Isolamentos e em domicílio, de Hospitais. Que são fornecidas gratuitamente todas as certidões para fins eleitorais, criminais e militares, à Assembléia Judiciária, às Delegacias de Estrangeiros, Consulado Português, Ministério Público, Delegados de polícia, Juizes de Direito para nomeação de tutores, às Repartições do Fisco, quando ficam bens, mapas às Repartições de Estatística Demografo Sanitárias Federais e Estaduais, serviços estafantes e cheios de responsabilidade. O material caríssimo do cartório, auxiliares, luz e salão, etc., etc. etc., tudo isso pelos cartórios do Registro Civil unicamente.

São esses cartórios procurados pelas classes pobres, em 90% e nunca poderiam ser máquinas de ganhar dinheiro como alegou aquele deputado, pois que neles não são praticados atos ou transações que demandem capital, por onde poderia haver margem de grandes lucros.

Quanto a validade, sem formalidades do casamento religioso o deputado mande verificar como por lá são processados, sem nenhuma exigência, pois que por suas leis canônicas são sumários, ao passo que nos cartórios do Registro Civil além do cuidado do serventuário, os Corregedores exercem severa fiscalização no sentido de não faltar documentação e que sejam satisfeitas todas as prescrições legais.

Ao casamento religioso não somos contrários, católicos somos, é uma questão de crença que com ela fomos criados desde o berço.

Existe a lei dando-lhe validade civil há muitos anos e em todo o brasil possivelmente 50 com as formalidades exigidas, rigorosamente ainda não se realizaram, mas milhares sumariamente sim.

O casamento religioso é um ato pomposo e belo que não deve desaparecer, tem sua influência no espírito do povo, para que não dizer, do próprio rabiscador destas linhas, mas deve ser valido civicamente na forma da lei que o reconhece, mas não devem ser realizados sem o cumprimento da lei, com a apresentação da certidão de sua já realização no Juízo de Casamentos ou que seja previamente processada a habilitação no cartório do Registro Civil que expedirá a devida certidão com a sua responsabilidade civil e criminal, da habilitação, para ser somente realizado no religioso, depois do que será feito no cartório o competente registro.

A Justiça deveria exercer fiscalização nesse sentido.

A ilustrada Assembléia Federal, não acatará o relatório do referido deputado estamos certos,

atendendo as razões neste apontadas, do contrário seria anarquizar um serviço perfeito e organizado, que tantos benefícios proporciona à coletividade, cujas funções são mistas, pois os oficiais do Registro Civil são serventuários do Estado, por onde são nomeados da Federação, ou então oficializar esses cartórios em todo o Brasil se for possível.

Há outra coisa de maior importância ao país. Que se duvide delas.

Não toquem para piorar o que está tão bem organizado, sem despesas aos cofres públicos e prestando os mais importantes serviços à coletividade.

AJUDA DE CUSTO AOS ESCRIVÃES

É simplesmente de impressionar a situação atual dos escrivães em geral, especialmente dos do interior do Estado, com relação com relação ao número elevado e cada vez mais crescente dos serviços que tem que prestar a título gratuito.

As ações penais que avultam no foro do interior, as ações trabalhistas, quase todas de vulto pequeno e que nem sempre dão margem à percepção de emolumentos compensadores, as concessões de direito à justiça gratuita, com base em atestados de pobreza fornecidos pela polícia e, em suma, um número sem conta de atos a serem praticados sem direito à custas e emolumentos vem assoberbando os serventuários.

Para manter tais serviços não pagos mas obrigatório, os serventuários são obrigados a fornecer todo o material, caríssimo como esta, além de ser necessidade de escalar escreventes especialmente para tais serviços, sob pena de tudo fracassar e se atrasar, com prejuízo para a parte e também para a própria Justiça.

Não se modificando o regimento atual de custas, para que não se criem ônus mais pesados às partes, é mister que se adote uma medida, uma providência qualquer que venha amparar os serventuários em tal sentido.

Nada custaria ao Governo, em prol do bom andamento dos serviços forenses, que se atribuísse uma ajuda de custo aos serventuários, uma importância relativa, razoável, que desse para cobrir as despesas que fazem para manutenção dos serviços gratuito, abono esse pagável mensalmente à cada um, pelas repartições do Estado. O "quantum" dessa ajuda podia ser estabelecido, tomando-se por base a categoria de cada comarca, de acordo com a entrada a que pertença e assim se regularizaria a situação atual, que é bastante grave se levarmos em conta o montante assustador de serviços de tal natureza nos cartórios.

Há comarcas, e muitas deles, em que o número de feitos distribuídos e registrados no livro próprio, é abrangido em mais da metade por feitos e processos não pagos, acarretando gastos enorme aos serventuários se pensarmos seriamente no preço elevado do papel e de todo o material exigido, além de alugueis pesados e mais ainda o ônus de aumento sempre crescente de ordenados aos servidores dos cartórios.

A Assembléia Legislativa do Estado que já nos amparou com o direito à aposentadoria, decorrente do projeto n.º 310, já aprovado, poderia agora, olhando com atenção para este lado da questão, completar sua ação benéfica votando um projeto e dando meios ao Governo para executá-lo no sentido desse amparo aos serventuários, medida justa e necessária, reconhecida, aliás, pelos advogados que militam no foro e também e especialmente, pelas próprias autoridades de justiça, que bem conhecem o sacrifício dos escrivães para bem cumprir o seu dever no desempenho de suas funções. Aqui ficam modestas sugestões e um apelo a quem de direito.

FALECIMENTOS

Registramos, com pesar, os falecimentos dos nossos colegas:
ANDRELINO VAZ DE ARRUDA - Oficial do Registro Civil de Alto Alegre

AXIMINO MENDES SILVA - Escrivão do 3º Ofício de Apelações

MELCHIOR CARNEIRO DE MENDONÇA - Escrivães de Apelações Criminais

HORÁCIO CINTRA LEITE - Distribuidor e Contador do Fórum Criminal

As Excelentíssimas Famílias desses nossos bons colegas, apresentamos as nossas condolências e a todos os associados, pedimos que consagrem um minuto em homenagem a esses bons amigos que nos deixaram bons exemplos, dignos de serem imitados.

APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

Silvio Luciano Caruso Oficial Sucessor do Registro Civil de Nuporanga.

Vetado parcialmente, pelo Ex.mo Sr. Governador, o Projeto de Lei n.º 310, surgirá, por certo, novas discussões em torno do mesmo, muito embora, o referido projeto se aproxime dos desejos da classe contem falhas, conforme bem demonstrou o ilustre colega Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, DD. 4º Tabelião de notas da Capital, em brilhante dissertação publicada no Foletim n.º 8; os nobres Deputados, na Colenda Câmara, entrarão em debates e o veto será ou não aceito, novos projetos serão apresentados, e nessa ocasião deveríamos pleitear que a arrecadação, guarda e aplicação dos fundos; deveriam ficar a cargo da Associação; devendo esta, fornecer a todos os cartórios os selos "Taxa de Aposentadoria", abrindo um título para cada um e com o nome do serventuário, ficando este, responsável pelos referidos selos; até o dia cinco de cada mês, enviar-se ia a importância arrecadada acompanhada de guias demonstrativas dos selos aplicados; a Associação, depositaria em Banco as importâncias recebidas, advindo a vantagem dos juros, aumentando assim, a reserva; as primeiras aposentadorias só seriam iniciadas um ano após a arrecadação; acredito que, esse prazo seria o suficiente para a formação do numerário. Os colegas que já tem direito a aposentadoria esperariam mais um pouco, mesmo porque "sem música não pode haver baile"! O que é preciso é unirmo-nos cada vez mais.

RESOLUÇÃO N.º 248, DE 18 DE OUTUBRO DE 1949.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a lei n.º 465, de 28 de setembro último, teve alguns dos seus dispositivos vetados pelos fundamentos que constam da mensagem da mesma data, endereçada ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado:

Considerando que, para suprir as omissões decorrentes do veto, se este for aceito, é imprescindível a elaboração de um projeto de lei para ser oportunamente submetido à consideração do Poder Legislativo,

Resolve nomear uma comissão composta, dos Srs.

ALVARO COUTO BRITO

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

EUCLIDES DE MOURA

ARMANDO DA CUNHA CORREIA

PAULO LEME

AURELIANO NASCIMENTO,

Para, sob a presidência do primeiro, elaborarem, o projeto de lei a que se refere a presente Resolução.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de outubro de 1949.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Cesar Lacerda de Vergueiro

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria dos Negócios do Governo aos 18 de outubro de 1949.

Cassiano Ricardo - Diretor Geral.

(Publicado no Diário Oficial de 19 de outubro de 1949).

REGISTRO DE FILHOS ILEGÍTIMOS

Carmem de Almeida Sampaio Escrevente do Registro Civil de Itú.

Atendendo ao espírito da época tendente a restringir a publicidade dos vícios de filiação como haja visto os artigos 54 da lei 4.857 dos Registros Públicos, 14 da lei 3.200 (Proteção à Família) e 1º da Lei 4.737, surgiu-me a idéia deste comentário a respeito duma situação distinta e digna, não prevista em lei.

Determina o artigo 68 da lei n.º 4.857 o que deve constar do assento de nascimento distinguindo no n.º 4 as seguintes situações em face da filiação: filho legítimo, ilegítimo e exposto, que conforme o caso deverá constar obrigatoriamente no termo.

O artigo 357 do Código Civil e o 73 da lei 4.857 oferecem maneira justa de reconhecimento de um filho no ato do registro, quando o pai se apresenta em pessoa ou por procurador para fazer as declarações do nascimento, autorizar a inscrição do seu nome no termo, assinar este, ou deixar sua impressão dactiloscópica quando não saiba escrever.

Portanto é a própria lei quem faculta esta espécie de reconhecimento desde que entre os pais do registrando não haja impedimento algum previsto em lei, ou melhor, no caso de só falta o casamento deste para completar o conjunto de pressupostos necessários para a filiação legítima.

A situação dos reconhecidos no ato da lavratura do termo de nascimento na forma mencionada, é perfeitamente distinta da dos ilegítimos propriamente dita, tendo eles credenciais e direitos próprios como sejam: faculdade legal de usar o nome patronímico, constar nos assentos de nascimentos e respectivas certidões o nome tanto da mãe como o do pai, dos avós maternos e paternos e estarem sujeitos, como prevê o artigo 379 do Código Civil ao pátrio poder.

Seria justo pois que em face dessa situação distinta, definida e irrevogável dos reconhecidos no ato da lavratura do termo ficasse constando no artigo 68, n.º 4 além das definições já existentes de filhos legítimo, ilegítimo e exposto, mais a de filho reconhecido.

Assim sendo toda vez que fosse lavrado o assento de nascimento de uma criança reconhecida na forma referida ficaria consignada no termo em vez da declaração "FILHO ILEGÍTIMO DE", FILHO RECONHECIDO DE ...".

Seria muito mais expressiva tal definição, mais condizente ao espírito da época, de melhor efeito moral e alcance social e traduziria de um modo mais delicado e justo a situação perfeitamente distinta dos filhos assim reconhecidos.

A TODOS OS NOSSOS COLEGAS

Tendo sido nomeada uma comissão para elaborar um projeto que deverá suprir os artigos que foram vetados pelo Sr. Governador, da lei n.º 465/49, e tendo sido nomeado para fazer parte dessa comissão o nosso Presidente em exercício, pedimos sugestões a todos os nossos colegas do interior e da Capital.

Essas sugestões deverão ser concisas e enviadas com toda possível brevidade à nossa Associação.

MOACYR VENÂNCIO CUNHA

Faleceu na cidade de Nipoã, o nosso colega Sr. Moacyr Venâncio Cunha que exercia o cargo de Oficial do Registro Civil dessa cidade.

À família desse nosso grande colega e digno serventuário, as nossas condolências.

PROVIMENTO N.º 2, DE 1949

O Desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, VISANDO a boa execução da lei n.º 765, de 14 de julho último, referente ao registro civil de nascimento, e à uniformização desse serviço no Estado, recomenda aos Srs. Juizes de Direito e aos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais que, a respeito, observem as seguintes normas:

I - Os brasileiros de um e outro sexo, ainda não inscritos no registro civil de nascimento e que se achem nas condições previstas no artigo 1º da lei n.º 765, de 14 de julho de 1949, serão registrados independente do pagamento petição isenta de selos, taxas, emolumentos e custas despachada pelo juiz togado competente do lugar da residência do interessado.

II - A petição assinada pelo próprio interessado ou se incapaz por seu representante legal, conterá:

- a) O dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determina-la; bem como o sexo e a cor do registrando;
- b) O fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;
- c) Declaração de ser filho legítimo, ilegítimo ou exposto;
- d) Nome e o pre-nome;
- e) A residência;
- f) A ordem da filiação de outros irmãos do mesmo pre-nome que existirem ou tiverem existido;
- g) Os nome e pre-nomes, a naturalidade e profissão dos pais; o lugar e cartório onde casaram e a sua residência atual;
- h) Os nomes e pre-nomes dos avós paternos e maternos;
- i) A atestação, ao pé do requerimento, de duas testemunhas idôneas, a critério do juiz, o qual poderá exigir ainda a presença do registrando. As testemunhas mencionarão, a nacionalidade, o estado civil, a profissão e a residência.

III - As firmas, tanto interessado, ou seu representante legal, como das testemunhas, deverão ter reconhecidas por tabelião.

IV - Caso o interessado não saiba ou não possa assinar, poderá a petição ser assinada por procurador com poderes especiais.

V - Feita a distribuição ao juiz competente (se houver mais de um), despachará ele a petição no prazo de quarenta e oito horas, mandando fazer o registro, em termos, caso lhe pareçam satisfeitas as formalidades legais. A petição, que servirá de mandado, será afinal arquivada no cartório do registro civil, em pastas próprias, independentemente de autuação, devendo, porém, o oficial registra-la no livro competente e nele anotar o assento feito.

VI - Os oficiais do registro civil poderão cobrar pela inscrição do nascimento e sua primeira certidão extraída do talão, apenas a quantia de vinte cruzeiros (Cr.\$ 20,00) prevista na Seção V, n.º IX, letra "b" da Tabela G, do Regimento de Custas.

VII - Do pagamento dessas custas serão dispensados os que apresentarem atestado de pobreza extrema, nos termos do artigo 40 do decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

VIII - No termo do registro o oficial fará menção de ser o mesmo feito em virtude da lei n.º 765, de 14 de julho de 1949.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 25 de agosto de 1949.

João M. Gonzaga
Corregedor Geral da Justiça.

(Publicado no Diário Oficial da Justiça em 26/08/1949).

INTERPRETAÇÃO DA LEI N.º 418, DE 12 DE AGOSTO DE 1949.

Despacho proferido no processo n.º 6.931, de Serra Negra, em que é interessado o Juiz de Direito:

"A vista do que dispõe o artigo 2º da lei n.º 4180, de 12 de agosto do corrente ano, não há dúvida que o preceito do art. 1º e parágrafo único dessa mesma lei se aplica aos demais funcionários da Justiça, não só da Capital, como do interior do Estado. - Fica assim, respondida afirmativamente a consulta do Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de Serra Negra. São Paulo, 10 de outubro de 1949. (a) João Marcelino Gonzaga" (Publicado no Diário Oficial da Justiça em 11 de outubro de 1949).

NOTA: - A lei n.º 418, de 12 de agosto de 1949, acima referida, foi publicada no n.º 7, deste Boletim.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA SOLUÇÃO DE DÚVIDA

Deram provimentos

Vistos, relatados e discutidos estes atos de agravo em matéria de dúvida n.º 45.130, da comarca de Ubatuba, em que é agravante Saint-Clair de Bustamente e Silva e agravado o Oficial do Registro Geral da comarca: acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a dúvida levantada pelo agravado, paga as custas na forma da lei.

O agravante e sua mulher, em ação judicial foram condenado a pagar a Alexandre Rodovitch, a título de indenização, a quantia de Cr.\$ 76.245,00.

Na execução, não tendo sido encontrados, foram os réus citados por editais.

Para se garantir contra possíveis alienações dos bens deles, fez o autor exequente um protesto judicial, nos termos do artigo 720 do Código de Processo Civil, pedindo que o mesmo protesto fosse cientificado também o Oficial do Registro de Imóveis.

Tendo sido levada agora ao registro, para inscrição, uma escritura pública, pela qual os executados hipotecaram a Jaime Tragó e outro - terras da fazenda Pecinguaba, de propriedade dos réus, levantou dúvida o Oficial, à vista daquele protesto.

Julgada procedente a dúvida, interpôs o devedor o presente recurso de agravo.

Embora haja elementos para se acreditar que o agravante, na verdade, tenha constituído a hipoteca de má fé, visando fraudar a execução que lhe move Alexandre Rodovitch o que será apreciado no momento oportuno - força é dar-se provimento ao presente agravo.

O protesto previsto no artigo 720 do Código do processo Civil não dá nem tira direito a quem quer que seja; é medida meramente conservatória ou ressalvatória do direito de quem protesta. Por meio dele não se pode anular, de plano, escritura pública e obstar o seu registro. A dúvida do Oficial do Registro só se justifica nos expressos termos do artigo 215 do decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e neles não se ajusta a espécie vertente. Para ressalva e conservação dos seus direitos, cumpre ao credor exequente intimar do protesto os interessados e promover as averbações que a lei dos registros faculta. E aprovada que seja afinal a fraude pelos meios regulares, os devedores, além de ver frustrada a sua intenção maliciosa, estarão sujeitos a processo criminal, nos termos do artigo 179 do Código Penal.

São Paulo, 1º de outubro de 1949.

(aa) Theodomiro Dias, Presidente.

Meirelles dos Santos, Vice Presidente em exercício.

J. M. Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

(Publicado no Diário Oficial da Justiça em 5 de outubro de 1949).

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **PORTARIA N.º 7/49**

O desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e atendendo ao que solicitou o Sr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior, tendo em vista a representação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde pública e da Assistência social, DETERMINA: - aos oficiais dos cartórios do Registro Civil das pessoas naturais do interior do Estado que remetam, mensalmente, às unidades sanitárias das respectivas comarcas ou regiões, os mapas demografo-sanitários de acordo com os modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado (Publ. D. º 05/10/49).

LEI N.º 465, DE 28 DE SETEMBRO DE 1949.

Regula a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os escreventes, fiéis auxiliares de cartório e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão aposentados "ex-officio" quando atingirem sessenta anos de idade e nos casos das letras "b", "c" e "d" do artigo 3º e, a pedido, em caso de invalidez comprovada ou quando atingir o interessado trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 2º - Os funcionários aposentados "ex-officio", por terem atingido sessenta anos de idade, terão direito a proventos integrais se contarem vinte anos de serviço efetivo e proporcionais a vinte anos se contarem tempo menor.

Artigo 3º - O servidor que em virtude de moléstia se incapacitar para o desempenho da função terá o direito a proventos integrais nos seguintes casos:

- a) Quando contar mais de quinze anos de serviço;
- b) Quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplastia maligna ou lepra;
- c) Quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;
- d) Quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;
- e) Quando invalido em consequência de acidente ocorrido em serviço.

§ 1º - O servidor que, em virtude das moléstias especificadas neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado provisoriamente até o prazo máximo de quatro anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 2º - Fora dos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "e", os servidores incapacitados para o serviço que contarem menos de quinze anos de atividade serão aposentados com proventos na proporção de 1/15 por ano de atividade, não recebendo, qualquer que seja o tempo de serviço, menos da metade da remuneração - padrão adiante estipulada.

Artigo 4º - O servidor terá direito a aposentadoria com proventos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 5º - A aposentadoria será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

Parágrafo único - A proporção terá por base 1/30 por ano de exercício

Artigo 6º - Para os efeitos da aposentadoria computar-se à integralmente o tempo de serviço público estadual, federal e municipal, assim como todos os serviços prestados em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, mesmo em caráter interino.

Artigo 7º - A apuração do tempo faz-se à inicialmente perante o Corregedor Geral da Justiça, o qual apreciará as provas apresentadas e fornecerá uma certidão ao interessado.

Parágrafo único - O tempo de serviço poderá ser provado, perante a Corregedoria, por certidão do cartório ou repartição onde servir ou houver trabalhado o servidor, ou por justificação feita em juízo. O processo seguirá depois, por intermédio da Secretaria da Justiça, quanto à concessão da aposentadoria e cálculo de proventos, ou trâmites legais observados para a aposentadoria dos funcionários públicos civil do Estado.

Artigo 8º - A invalidez ou moléstia do servidor, será verificada em inspeção de saúde exigida para os funcionários públicos em geral.

Artigo 9º - O servidor que se julgar com direito a aposentadoria deverá requere-la ao Secretário da Justiça, instruindo o pedido com certidão do tempo de serviço.

Artigo 10º - Compete ao Governador do Estado conceder e determinar a aposentadoria do Servidor, em seguida à qual se expedirá o respectivo título, do qual deverão constar o dispositivo legal em que se fundar o tempo de serviço e os proventos a que terá direito.

Artigo 11º - Fica instituída a "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que será arrecadada pelo Estado em estampilhas emitidas pelo Tesouro com valor mínimo de Cr.\$ 0,10 e o máximo de Cr.\$ 100,00.

Artigo 12º os fundos necessários à concessão da aposentadoria serão formados:

a) Com a contribuição mensal e obrigatória de 5 por cento (5%) paga pelos escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça de que trata o artigo 1º da presente lei, em relação aos proventos que lhes competirem para aposentadoria, de acordo com a remuneração base estabelecida no artigo 22;

b) Com a arrecadação, em estampilhas, da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria", na seguinte conformidade:

I - Sem valor declarado e de valor até Cr.\$ 5.000,00	Cr.\$ 5,00
II - De Cr.\$ 5.000,00 até Cr.\$ 20.000,00 inclusive	Cr.\$ 10,00
III - De Cr.\$ 20.000,00 até Cr.\$ 50.000,00 inclusive	Cr.\$ 15,00
IV - De Cr.\$ 50.000,00 até Cr.\$ 100.000,00 inclusive	Cr.\$ 25,00
V - De Cr.\$ 100.000,00 até Cr.\$ 200.000,00 inclusive	Cr.\$ 35,00
VI - De Cr.\$ 200.000,00 até Cr.\$ 300.000,00 inclusive	Cr.\$ 50,00
VII - De Cr.\$ 300.000,00 até Cr.\$ 500.000,00	Cr.\$ 75,00
VIII - De Cr.\$ 500.000,00 até Cr.\$ 1.000.000,00 inclusive	Cr.\$ 100,00
IX - De valor superior a Cr.\$ 1.000.000,00	Cr.\$ 200,00

c) Com a arrecadação de Cr.\$ 3,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da

Justiça", que passa a ser devida nas certidões e públicas - formas extraídas pelos serventuários de justiça dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil;

d) Com a arrecadação, com o mínimo de Cr.\$ 0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores de Justiça" como adicional, à razão de cinco por cento (5%), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outras atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único - A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda em título especial.

Artigo 13º - As contribuições a que se refere a letra "a" do artigo anterior serão recolhidas, na Capital, ao Instituto de Previdência do Estado, e no interior às coletorias estaduais, ou a outras estações arrecadadoras, até o dia 5 de cada mês seguinte ao vencido, segundo as instruções que forem expedidas.

Artigo 14º - O não pagamento das contribuições nos prazos prefixados sujeita os contribuintes à multa de dez por cento (10%) sobre as quantias a recolher.

Artigo 15º - Fica facultado ao servidor interessado recolher suas contribuições adiantadamente, desde que o faça por trimestre ou semestre e nunca por período superior a um ano.

Artigo 16º - Vetado

Artigo 17º - Vetado

Parágrafo Único - Vetado

Artigo 18º - Vetado

Parágrafo 1º - Vetado

Parágrafo 2º - Vetado

Parágrafo 3º - vetado

Artigo 19º - Aplicam-se todas as vantagens dos artigos 4º e 6º da presente lei aos serventuários seus escreventes e aos oficiais de justiça, estipendiados pelo Estado.

Artigo 20º - Os proventos da aposentadoria dependem da natureza dos cartórios em que trabalham os servidores, da categoria de cada um e da classe das comarcas a que pertencem.

Artigo 21º - Vetado.

Artigo 22º - Vetado.

Artigo 23º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 24º - Vetado.

Artigo 25º - Vetado.

Artigo 26º - A todos os contemplados por esta lei e assegurado o direito de, facultativamente, se inscreverem no Instituto de Previdência do Estado, instituindo um pecúlio nunca inferior a Cr.\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 27º - fica criada, no Instituto de Previdência do Estado, uma carteira denominada "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" destinada a atender às aposentadorias previstas nesta lei.

§ 1º - As despesas de manutenção da carteira ora criada, e bem assim os encargos das

aposentadorias previstas nesta lei, correrão exclusivamente à conta das contribuições instituídas e da taxa de aposentadoria referida no artigo 11.

§ 2º - O Instituto de Previdência somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas depois que tiver em seu poder os fundos necessários à solução de tais obrigações.

§ 3º - Vetado.

§ 4º - Vetado.

Artigo 28-º - O Instituto de Previdência do Estado baixará instruções para a execução desta lei, as quais deverão ser aprovadas por decreto do Governador do Estado.

Artigo 29º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS

Cesar Lacerda de Vergueiro

(Publicada no D. º de 29/09/49).

2 DE OUTUBRO

Em comemoração a 2 de outubro, "DIA DO NOTARIADO", esta Associação fez realizar nos salões do Automóvel Club do Estado de São Paulo, um grande almoço, que teve o comparecimento de grande número de serventuários do interior e da Capital tendo sido presidido pelo Ex.mo Sr. Secretário da Justiça, Dr. Cesar Lacerda de Vergueiro.

Falaram diversos oradores, reputando os grandes serviços que prestam os serventuários à coletividade.

Foi uma festa simples mas brilhante, consagrando a data de 2 de outubro como o dia do serventuário de justiça.

A todos aqueles que colaboraram para abrilhantar esse dia festivo, os nossos sinceros agradecimentos.

DR. PAULO DE MORAIS LEME

Foi efetivado no cargo de Diretor da Justiça, da Secretaria da Justiça, o nosso bom amigo Dr. Paulo de Moraes Leme, que a muito tempo exercia esse cargo em comissão.

Tratando-se de um grande amigo de nossa classe, apresentamos a Sua Senhoria as nossas felicitações e os nossos protestos de solidariedade.

CARTÓRIOS VAGOS

Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Nipoã, da comarca de Monte aprazível.

Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Alto alegre, da comarca de Penápolis.

Cartório do 3º Ofício de Apelações Criminais - Capital.

Cartório de Apelações Criminais - Capital.

DIA DO NOTARIADO

Recebemos da Câmara Municipal de Campinas o seguinte ofício:
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Estado de São Paulo
Campinas, 5 de outubro de 1949.

Saudações

Na qualidade de Presidente desta Il.ma Câmara, cumpre-me enviar-lhe cópia do Requerimento apresentado pelo nobre vereador José Maria Matosinho e outros e julgado objeto de deliberação em a 33ª Sessão Ordinária.

Congratulando-me também pessoalmente com essa Associação pela passagem de tão grato dia, apresento-lhe os protestos de minha elevada consideração e distinto apreço.

(a) Dr. Arlindo Joaquim Lemos Junior

Presidente

À Respeitável Diretoria da Associação dos Serventuários da Justiça de São Paulo.

REQUERIMENTO N.º 479/49.

"Aprovado - Oficie-se - 29/09/49

a) Dr. A. de Lemos Júnior"

Transcorrendo, no próximo dia 2 de outubro, o "DIA DO NOTARIADO PÚBLICO", classe que, desde os primórdios da nacionalidade, vem lutando, no exercício de suas relevantes funções, em benefício do povo a que serve, requero a V. Excia. consulte o Plenário sobre a oportunidade de se oficial à entidade dessa classe, neste Estado, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, a fim de congratular-se em nome de nossa Câmara, com os notários do Estado, especialmente os de Campinas
Sala das Sessões, 29 de setembro de 1949.

aa) José Maria Matosinho

José Vilagelin Neto

Crevi Milani"

ÍNDICE

COLABORAÇÃO 2	
S A U D A D E 2	
PROVIMENTO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA 3	
ANTONIO DE CARVALHO FILHO 4	
HORAS DE LAZER 4	
AJUDA DE CUSTO AOS ESCRIVÃES 5	
FALECIMENTOS 6	
APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA 6	
RESOLUÇÃO N.º 248, DE 18 DE OUTUBRO DE 1949. 7	
REGISTRO DE FILHOS ILEGÍTIMOS 8	
A TODOS OS NOSSOS COLEGAS 9	
MOACYR VENÂNCIO CUNHA 9	
PROVIMENTO N.º 2, DE 1949 9	
INTERPRETAÇÃO DA LEI N.º 418, DE 12 DE AGOSTO DE 1949. 10	
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA 11	
SOLUÇÃO DE DÚVIDA 11	
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 12	
PORTARIA N.º 7/49 12	
LEI N.º 465, DE 28 DE SETEMBRO DE 1949. 12	

2 DE OUTUBRO 15	
DR. PAULO DE MORAIS LEME	16
CARTÓRIOS VAGOS	16
DIA DO NOTARIADO	16
REQUERIMENTO N.º 479/49.	17
DIRETORIA	19
CONSELHO FISCAL	19
SUPLENTE	19

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 010 - Publicação: 01/12/1949

COLABORAÇÃO

A VITÓRIA DUMA JUSTA CAUSA

Antonio Cintra - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Santa Adélia - Estado de São Paulo

O aforismo de que a justiça tarda mas não falha, mais uma vez acaba de se evidenciar. Assertiva de originalidade primitiva e de cunho sempre realístico. É o caso de uma plausível decisão, que mais cedo ou mais tarde deveria se pronunciar, e pela maneira por que foi pronunciada. Com efeito, melhor significação não poderia ter o ato de que se serviu o digno presidente da Assembléia Legislativa Estadual, Dr. Basilio Machado Neto, promulgando a aposentadoria de servidores de justiça: serventuários, escreventes, auxiliares e oficiais de justiça, e nos termos porque fora promulgada. Gesto louvável e reparador e que bem condiz com o gesto altruístico

dos dignos parlamentares que propugnaram e decretaram a Lei, ora já em vigor. Lei, por todos os títulos digna de aplausos, porque se escudou no espírito eminente de justiça. Inconcebível e sem o apoio de justificativa alguma, seria que continuasse a perdurar o aleijão procrastinado que sempre teve em mira negar tão merecido benefício a servidores públicos, cuja categoria foi sempre menosprezada pelos dirigentes da pública administração. Felizmente ainda existe juizes em Berlim. Juizes que, assumiram uma atitude resoluta e independente e que em voz uníssona, sem ater-se a falsos preconceitos de orientação mal alvorada, proclamaram o seu veredicto, que consubstancia a mais judiciosa sentença duma causa louvável. Ainda não compreenderam os imponderáveis de princípios inoperantes que, aposentadoria no que reveste a sua justa significação, não é um favor público, não é uma esmola que se dá à mendigos, mas o prêmio merecido àqueles que, desde os verdores de sua existência, se entregaram e se dedicaram ao desempenho de um honesto trabalho, com toda a perseverança; e, que no crepúsculo de sua existência se vêem destituídos de forças físicas, que se exauriram no cumprimento do dever. Aferram-se os inimigos da classe, de que uma coisa é ser serventuários de justiça e outra coisa é ser funcionários públicos vitalícios. Conceito destoante, porque o rótulo é que se não ajusta bem à cúpula de seu predestino. É por isso mesmo mais uma razão que aborda a favor dos próprios serventuários, porque a percepção de emolumentos é coisa variável, instável e desigual, ao passo que, os estipendiados pelos cofres públicos e pertençam eles à categoria que pertencer, possuem vencimentos fixos, com uma caudal de regalias de que seria fastidioso mencionar. Regalias que não gozam os serventuários de justiça e seus auxiliares, não obstante serem eles tão servidores públicos quanto o sejam os funcionários categorizados.

E, se assim não fora, não andavam esses serventuários, a maioria de exíguas rendas, pleiteando crucialmente, a oficialização de seus cartórios. Finalmente, e em último ratio, devemos elevar as mãos para os céus, agradecer ao Senhor que, em hora luminosa inspirou aos dignos esclarecidos representantes do Poder Legislativo, que nos agraciaram com o prêmio da aposentadoria. E que esse grandioso feito seja sempre lembrado.

A CRIANÇA E O REGISTRO CIVIL

Carmem de Almeida Sampaio Escrevente do Registro Civil de Itú.

Como no decorrer da - Semana da Criança - foi pela Secretaria da Educação, escolhido para o assunto das preleções escolares o tema - Registro Civil de Nascimento - : numa homenagem às crianças abalancei-me a estas considerações fixadas nos limites das minhas atribuições de funcionária da Justiça.

Pensando nelas e por elas redigi este trabalho, esforçando-me para defender, principalmente às menos felizes, sagrados e inegáveis direitos.

Sejam entretanto estas palavras dirigidas aos pais, responsáveis perante Deus, a natureza e as leis, pela vida e pelo futuro delas.

Para eles um apelo no sentido de não faltarem à um dos muitos deveres da paternidade - o registro civil de nascimento dos filhos - que é a integração dos mesmos à vida social e jurídica. É por ele que se fixam à criança o nome, a filiação, o título de brasilidade, atributos estes indispensáveis à proclamação, garantia e defesa de todas as relações sociais.

Se a lei põe a saldo os direitos da criança desde a concepção e se a todo direito corresponde uma ação que o assegura, só registrando os filhos, poderão os pais assegurar-lhes as regalias de serem seus filhos de os sucederem em seus bens, transmitindo-lhes através às gerações os caracteres físicos e morais, o nome e a tradição.

Pelo registro dos filhos os pais asseguram privilégios e obrigações recíprocas que se compensam perfeita e mutuamente através às lutas decorrentes da vida. O cumprimento dessa obrigação tem correspondência que satisfaz o orgulho de ser pai, de ter um herdeiro ao nome de família, um sucessor aos bens e dado isto, a importância do registro se reflete clara e indiscutível ao

juízo das mais simples reflexão. Sua necessidade só faz sentir em todos os setores da vida e precisam os pais saber, lembrar e compreender que não registrando seus filhos roubam-lhes direitos e prerrogativas capazes de prejudicar o futuro deles.

É pelo registro dos filhos que os pais garantem em relação à estes pelo pátrio poder, fazendo jus ao abono, ao salário e às pensões em leis permitidos do mesmo modo que os filhos asseguram a capacidade do ingresso às escolas, às indústrias, ao comércio, de serem eleitores, de cumprirem o dever do serviço militar, de poderem pelo casamento, constitui sua família legítima, tornando perante Deus, a pátria e a sociedade, cidadãos úteis, dignos e respeitáveis.

Neste apelo aos pais cumpre também animar os que deixaram de satisfazer esta obrigação. Dado a índole da nossa gente quero crer, que mais por incompreensão que por insurgência, cometeram alguns a falta de não registrarem os filhos na época legal, falta esta, quem sabe se pelas circunstâncias de certos casos, digna de toda desculpa, de todo perdão.

Foi assim talvez, pensando que os nossos legisladores, estabeleceram dispositivos especiais que regulam a possibilidade dos registros tardios. Graças a eles os que deixaram de inscrever no registro civil seus filhos quando nasceram, podem ainda inscreve-los, cumprindo apenas corresponder com boa vontade, à liberalidade de nossas leis.

Abrindo um parêntesis, uma sugestão às professoras dos bairros, pioneiras da instrução em nossa zona rural, para que façam, nos lugares onde lecionam, uma campanha neste sentido e que levem além de outras, a luz deste benefício em prol das crianças não registradas.

Se a missão do professor é digna e altruística e merece por si só nosso respeito, mais digno se torna ainda seu apostolado quando, pelas probabilidades que dispõem e influencia que exercem, contamos com a sua aliança numa campanha benemérita. Aos professores portanto este apelo, numa homenagem de admiração e respeito.

É sem dúvida, na zona rural que esta campanha precisa ser feita com mais insistência, nela, por circunstâncias especiais, naturalmente o cumprimento da obrigação do registro é mais descuidado. E, assim sendo, procurarem os que mais salvem e melhor pensam aconselhar os mais descuidados e não faltarem ao dever de registrar os filhos.

É necessário que, quanto mais possível, se estenda esta campanha e que mercê dela possamos presumir logo não haver brasileiro sem estar inscrito no registro civil, o que dignifica dizer não haver quem não possa proclamar e defender os seus direitos perante a lei e gozar prerrogativas que a mesma proporciona à todo cidadão.

Aproveitando esta oportunidade levo as considerações a um outro ponto de alta importância na vida da criança que é a sua legitimação pelo casamento dos pais.

O mesmo pedido feito em favor do registro de nascimento, seja feito em prol do casamento civil. Que os pais casados só pela Igreja ou ainda nem por ela casados, compreendam sua responsabilidade e legalizem, não havendo impedimento, sua situação para que os filhos possam usufruir, sem restrições, todos os direitos e todas as garantias.

A liberalidade das nossas leis é muito grande mas não chega a atingir todas as possíveis ocorrências a que estamos sujeitos nesta vida, cujo desígnios desconhecemos e cuja fragilidade se patenteis, como lição divina, de instante a instante aos nossos olhos.

É mister que, mercê dessa advertência e conscientes da incerteza do amanhã, procurem os pais garantir pelo casamento a legitimação dos filhos amparando-os dentro das leis de Deus e das leis dos homens.

Eis o que melhor posso desejar às crianças em face do Registro Civil, deixando neste apelo, como seu único valor a sinceridade da intenção num conselho leal e amigo.

Terminando dirijo às crianças brasileiras, futuras representantes das nossas tradições e dos nossos costumes na sociedade de amanhã, uma saudação e uma homenagem, fazendo votos para que, mercê de Deus, vivam e cresçam num ambiente de religião e de civismo, único capaz de alicerçar no seu espírito as virtudes morais necessárias para dignamente cooperarem para o engrandecimento, para a honra e para a glória do Brasil.

AOS NOSSOS COLABORADORES

A Associação publicará antes do Natal, em homenagem a esse dia santo, um número especial de seu boletim.

Pedimos a todos aqueles que quiserem colaborar nesse número, enviarem seus artigos, no máximo, até o dia 10 do corrente.

CARTÓRIOS DE PAZ

As certidões para o CPOR

O nosso colega, Guilherme de Abreu Castelo Branco, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 18º Subdistrito da Capital (Bela Vista) propugnando em prol da classe dos Escrivães de Paz, dirigiu ao Ilustre Coronel Raul Tavares, técnico em assuntos militares uma consulta relativa as certidões fornecidas aos candidatos ao CPOR.

Consultoria, o nosso colega se os Cartórios de Paz são obrigados a fornecer, isentas de selo e emolumentos, certidões inteiro teor aos candidatos ao CPOR, tendo o Coronel Raul Tavares dado a resposta seguinte; Sr. G. A. Castelo Branco - 18º Subdistrito "Bela Vista".

"A verdade é que nenhuma lei obriga o oficial do Registro a fornecer, com isenção de selos e emolumentos, certidões de inteiro teor para os candidatos ao CPOR.

Fica assim dirimida uma velha dúvida prejudicial à classe dos Oficiais de Registro Civil, já tão sacrificada por um Regimento de Custas clamorosamente injusto.

HORAS DE LAZER R I B A S

Entoemos hosanas pela aprovação da lei que concede aposentadoria a nós serventuários e escreventes.

Envidamos todos os nossos esforços para que tivéssemos ganho de causa e tivemo-la.

Uma plêiade de Deputados compreensivos de que também somos de carne e osso e nos desgastamos no exercício longo dos nossos cargos houve por bem não amparar o veto oposto ao nosso Projeto.

Depende agora tão somente da sua regulamentação que está afeta ao executivo.

É pois Lei...Salve.

O iminente Deputado Dr. Alfredo Farhat foi incansável na defesa do Projeto. Não olvidemos esse benefício.

Não temos prevenções contra os que não deram-lhe apoio, pois de futuro compreenderão que com a razão estavam seus pares que o acolheram.

Somos uma classe de servidores públicos que para a própria aposentadoria contribui com determinada percentagem da sua renda, percentagem que somada aos outros meios encontrados para tal fim também pela mesma classe arrecadados, em poucos meses verificar-se

à importância bastantes para satisfazer as aposentadorias concedidas, com apreciável sobra que poderá ser aplicada em empréstimos seguros, ou outra espécie de transação garantida, para que a reserva de fundos se multiplique e sejam melhoradas as aposentadorias, ou destinadas a outros fins em prol da classe.

O Regimento de Custas, atualizando-o à situação atual, já outro padrão de vida, deverá ainda este ano ser aprovado, pois o que temos já bem corcunda pela velhice (que deixou até de ser mascote), precisa ser revigorado de acordo com os atuais tempos.

Confiamos na nossa ilustrada Assembléia Legislativa que já demonstrou com a lei das aposentadorias compreender que são justíssimos os nossos pedidos sempre baseados em criteriosas razões.

O Ribas abraça efusivamente os seus colegas e escreventes pelo feliz desenlace da lei de amparo aprovada, que irá alegrar os velhos servidores que deverão nos seus últimos anos (calculemos apenas ainda uns 40) dessarte se aliviando da preocupação de ganhar para viver, quando as suas forças e animo não são os mesmo do tempo da sua juventude.

Entoemos pois, hosanas pela aprovação do Projeto das nossas aposentadorias e elevemos nossos corações ao Criador para que dê muitas felicidades aos distintos Deputados que tão brilhantemente sabem desempenhar suas árduas e elevadas funções, praticando como este, atos da mais bela e ilibada justiça.

Nota

Acusamos com muito prazer o recebimento das seguintes revistas "Revista Internacional do Notariado Latino", Órgão oficial do Congresso do Notariado Latino;

"Nuestra Revista", editada na cidade de Madrid - Espanha e a

"Revista Del Notariado", órgão oficial do Colégio de Escribanos de Buenos Aires - Argentina.

PROVIMENTOS DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA

Carlos Figueiredo Junior Tabelião do 2º Ofício de Notas Batatais.

Transita pela Assembléia Legislativa, um projeto, sob n.º 862, que se destina a regularizar o provimento do elevado número de cartórios, ofícios vagos e também criados ultimamente.

É bem elevado o número de ofícios que estão à espera de uma lei regulando o assunto, a fim de que sejam providos definitivamente cessando assim essa anomalia existente no momento. O projeto recebe, atualmente, emendas em todos os sentidos, sendo que a Comissão de Constituição e Justiça sobre ele já se manifestou em parecer que formulou, aliás favorável à medida. Por outro lado, existe na Assembléia, e há longo tempo, um projeto estabelecendo a carreira dos servidores da Justiça, o qual não teve andamento, não obstante trata-se de um trabalho bem organizado, em que prevaleceu, não resta dúvida o espírito que bem serviria para ser adotado. Enquanto isso, uma grande parte de escreventes e também serventuários titulares, esperam ansiosos a solução do assunto, acompanhando com interesse o decorrer das opiniões a respeito. Não resta a menor dúvida que é de grande ansiedade a decisão final desta questão. Os escreventes, com justa e incontestável razão esperam aquele momento em que, baseado num direito líquido, possam afinal, galgar mais um degrau em sua carreira e serventuários que lutam há longos anos também pensam em concorrer à uma serventia mais elevada. Não é de se desprezar, pelo contrário, é de se adotar, a carreira do serventuário, tal como acontece com os Juizes e membros do Ministério Público, a fim de que haja verdadeira justiça e bem assim um perfeito incentivo para os componentes da classe.

Por outro lado, não se deve dispensar as provas, no se processar os concursos, muito embora se deva levar muito em conta a qualidade dos títulos que o candidato possa apresentar em abono de seus direitos à inscrição, porque está provado que, para exercer com eficiência tais cargos, os nomeados devem estar preparados suficientemente, ou seja, devem ter antes de mais nada, competência, conhecimento das funções a exercer.

Creio mesmo que, de futuro, se torne necessário a exigência, pela Corregedoria da Justiça, do diploma secundário, pelo menos, para a homologação da nomeação de um escrevente habilitado.

Em tais condições, para o provimento dos ofícios vagos, é mister que se exijam as provas e também a apresentação de títulos.

A nomeação livre, pelo poder público, deve ser abolida completamente, devendo prevalecer unicamente o critério de escolha por concurso, a fim de que haja, de fato, justiça e equidade nas nomeações, excluindo-se, de uma vez para sempre, a intervenção da política e do protecionismo, que muitos dissabores têm causados aos verdadeiros interessados no assunto.

O estabelecimento da carreira do serventuário é medida salutar, justa, criteriosa que vem sanar perfeitamente os senões existentes nas leis que têm regido a matéria.

Estas são sugestões modestas de um servidor de mais de 30 anos de serviço no foro e que, em virtude de tal tempo de serviço, logicamente tem que conhecer alguma coisa no assunto.

Contudo, os mais sábios e experientes elaborarão, por certos, leis apropriadas que possam ser justas e atendam as aspirações da grande classe, não se esquecendo que as injustiças é que provocam os grandes descontentamentos.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.442:

O Oficial do Registro Civil da Bela Vista, desta Capital: é lícito aos pais de nome estrangeiro dar aos filhos sobrenomes nacionais, como por exemplo: - Paulo Hoffmann: mãe - Maria Von Bergman; filho - Artur Almeida Leme. Não vejo na lei impedimento algum contra isso. O que a lei exige, para evitar dúvidas futuras, é que o assento de nascimento tenha entre outros dados: A) o nome e o pré - nome, que forem posto na criança (sem restrições); b) os nomes e pré - nomes, a naturalidade e profissão dos pais e os nomes e pré - nomes dos avós paternos e maternos. (Decreto n.º 4.857, de 1939, artigo 63). Além disso, segundo o artigo 69, somente quando o declarante não indicar o nome completo do registrando, é que o oficial lançará adiante do pré - nome escolhido, o nome do pai e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos. Em regra, é lícito tudo quanto a lei não veda expressamente salvo em se tratando de atos imorais ou que atentem contra a ordem pública.

A mudança ou a tradução dos nomes dos filhos de estrangeiros não atenta contra estas condições e às vezes se justifica, para evitar ao registrando vexames oriundos do fato do nome estrangeiro soar ridícula ou obscenamente em nossa língua. São Paulo, 18/10/1949. A) João Marcelino Gonzaga. Publicado no diário Oficial da Justiça de 19/10/1949.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.480:

- novo Horizonte. Juiz de Direito: "Uma vez que foi extinto o Departamento Estadual de Estatística, devem os boletins individuais dos réus, a que alude a consulta, permanecer na comarca, até nova ordem - São Paulo, 20/10/1949. A) Gonzaga". Publicado no Diário Oficial da Justiça de 21 de outubro de 1949.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.512:

- oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 7º Subdistrito - Consolação: - "Pergunta o Sr. Oficial do Registro Civil do 7º Subdistrito, desta Capital, como deve proceder quando, requerida a certidão do registro de nascimento de exposto, não encontrar precisada no respectivo termo a data do nascimento. Neste caso, a solução única é mencionar o Oficial na certidão que a criança foi registrada em tal data com a idade aparente de tanto. São Paulo, 07/11/1949. Publicado no

Diário Oficial da Justiça de 08/11/1949.

IMPOSTO DE RENDA

Resolvendo, consulta encaminhada pela Diretoria Regional, em São Paulo, o diretor da Divisão de Imposto de Renda aprovou o seguinte parecer do Serviço de Tributação: "Consulta o Sr. Coletor Federal de Natividade da Serra se: a) Verificado que o imposto de transmissão estadual é baseado em importância superior à declarada com valor da venda, a diferença porventura deverá ser recolhida? B) O referido imposto incide sobre qualquer espécie de alienação, compreendendo-se nela a da ação em pagamento, permuta, doação, cessão de direitos hereditários e incorporação de bens para realização de capital social? Em resumo, pode ser esclarecido ao consulente que o valor de venda que deverá prevalecer para efeito da incidência do imposto criado pelo dec. lei n.º 9.330, de 1946, é o constante da escritura, documento solene que não compete ao fisco impugnar e que, em atos dessa natureza, constitui prova absoluta da validade do ato jurídico. Quanto às indagações contidas no 2º item, escapam a tributação as transmissões por doação, da ação em pagamento (v. proc. 273.325,46 D.O. 3.9.47): permuta e cessão de direitos hereditários, esta última se ocorrida na vigência do dec. 24.239, de 47, eis que, restringindo o mesmo diploma legal a incidência do imposto às vendas de "bens imóveis corpóreos" consequentemente deixou de alcançar a cessão de direitos e ação à herança, que caracteriza transmissão de bem imóvel incorporado. O mesmo não acontece em relação à incorporação de bens para realização do capital social, operação típica de "compra e venda", como foi suficientemente esclarecido no parecer exarado no proc. N.º 163.411/47 (D. O. da União de 26/11/47).

APOSENTADORIA

Leis n.º 465 - 28/09/1949 e 507 - 17/11/1949

Artigo 1º - Os escreventes, fiéis, auxiliares de cartório e oficiais de Justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão aposentados "ex-officio" quando atingirem sessenta e oito anos e idade e nos casos das letras "b", "c" e "d" do artigo 3º e, a pedido, em caso de invalidez comprovada ou quando atingir o interessado trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 2º - Os funcionários aposentados "ex-officio", por terem atingido sessenta e oito anos de idade, terão direito a proventos integrais se contarem vinte anos de serviço efetivo e proporcionais a vinte anos se contarem tempo menor.

Artigo 3º - O servidor que em virtude de moléstia se incapacitar para o desempenho da função terá direito a proventos integrais nos seguintes casos:

- a) Quando contar mais de quinze anos de serviço;
- b) Quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna ou lepra;
- c) Quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;
- d) Quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;
- e) Quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço.

Parágrafo 1º - O servidor que, em virtude das moléstias especificadas neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado provisoriamente até o prazo máximo de quatro anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

Parágrafo 2º - Fora dos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "e", os servidores incapacitados para o serviço que contarem menos de quinze anos de atividades serão aposentados com proventos na proporção de 1/15 por ano de atividade, não recebendo, qualquer que seja o tempo de serviço, menos da metade da remuneração - padrão adiante estipulada.

Artigo 4º - O servidor terá direito a aposentadoria com proventos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 5º - A aposentadoria será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

Parágrafo único - A proporção terá por base 1/30 por ano de exercício.

Artigo 6º - Para os efeitos da aposentadoria computar-se à integralmente o tempo de serviço público estadual, federal e municipal, assim como todos os serviços prestados em cartórios, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, mesmo em caráter interino.

Artigo 7º - A apuração do tempo faz-se à inicialmente perante o Corregedor Geral da Justiça, o qual apreciará as provas apresentadas e fornecerá uma certidão ao interessado.

Parágrafo único - O tempo de serviço poderá ser provado, perante a Corregedoria, por certidão do cartório ou repartição onde servir ou houver trabalhado o servidor, ou por justificação feita em Juízo. O processo seguirá depois, por intermédio da Secretaria da Justiça, quanto à concessão da aposentadoria e cálculo de proventos, os tramites legais observados para a aposentadoria dos funcionários públicos civis do Estado.

Artigo 8º - A invalidez ou moléstia dos servidor será verificada em inspeção de saúde exigida para os funcionários públicos em geral.

Artigo 9º - O servidor que se julgar com direito à aposentadoria deverá requere-la ao Secretário de Justiça, instruindo o pedido com certidão do tempo de serviço.

Artigo 10º Compete ao Governador do Estado conceder e determinar a aposentadoria do Servidor, em seguida à qual se expedirá o respectivo título, do qual deverão constar o dispositivo legal em que se fundar o tempo de serviço e os proventos a que terá direito.

Artigo 11º - Fica instituída a "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que será arrecadada pelo Estado em estampilhas emitidas pelo Tesouro com valor mínimo de Cr.\$ 0,10 e o máximo de Cr.\$ 100,00.

Artigo 12º os fundos necessários à concessão da aposentadoria serão formados:

a) Com a contribuição mensal e obrigatória de 5 por cento (5%) paga pelos escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça de que trata o artigo 1º da presente lei, em relação aos proventos que lhes competirem para aposentadoria, de acordo com a remuneração base estabelecida no artigo 22;

b) Com a arrecadação, em estampilhas, da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria", na seguinte conformidade:

I - Sem valor declarado e de valor até Cr.\$ 5.000,00	Cr.\$ 5,00
II - De Cr.\$ 5.000,00 até Cr.\$ 20.000,00 inclusive	Cr.\$ 10,00
III - De Cr.\$ 20.000,00 até Cr.\$ 50.000,00 inclusive	Cr.\$ 15,00
IV - De Cr.\$ 50.000,00 até Cr.\$ 100.000,00 inclusive	Cr.\$ 25,00
V - De Cr.\$ 100.000,00 até Cr.\$ 200.000,00 inclusive	Cr.\$ 35,00
VI - De Cr.\$ 200.000,00 até Cr.\$ 300.000,00 inclusive	Cr.\$ 50,00
VII - De Cr.\$ 300.000,00 até Cr.\$ 500.000,00	Cr.\$ 75,00
VIII - De Cr.\$ 500.000,00 até Cr.\$ 1.000.000,00 inclusive	Cr.\$ 100,00
IX - De valor superior a Cr.\$ 1.000.000,00	Cr.\$ 200,00

Com a arrecadação de Cr.\$ 3,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas certidões e públicas - formas extraídas pelos serventuários de justiça dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil;

c) Com a arrecadação, com o mínimo de Cr.\$ 0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores de Justiça" como adicional, à razão de cinco por cento (5%), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outras atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único - A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda em título especial.

Artigo 13º - As contribuições a que se refere a letra "a" do artigo anterior serão recolhidas, na Capital, ao Instituto de Previdência do Estado, e no interior às coletorias estaduais, ou a outras estações arrecadoras, até o dia 5 de cada mês seguinte ao vencido, segundo as instruções que forem expedidas.

Artigo 14º - O não pagamento das contribuições nos prazos prefixados sujeita os contribuintes à multa de dez por cento (10%) sobre as quantias a recolher.

Artigo 15º - Fica facultado ao servidor interessado recolher suas contribuições adiantadamente, desde que o faça por trimestre ou semestre e nunca por período superior a um ano.

Artigo 16º - As vantagens da aposentadoria previstas na presente lei são extensivas a todos os serventuários de justiça, sujeitos à mesma contribuição mensal de cinco por cento (5%) a que se refere o artigo 12.

Artigo 17º - Nos ofícios de justiça sob o regime de sucessão, apenas o serventuário sucessor pagará a taxa de cinco por cento (5) de que trata a letra "a" do artigo 12.

Parágrafo único - O serventuário sucedido só ficará sujeito ao pagamento da referida taxa na hipótese de verificar-se o desaparecimento da sucessão, pela forma prevista nos artigos 9º e 10º do Decreto n.º 6.986, de 25 de fevereiro de 1935.

Artigo 18º - Os benefícios constantes da presente lei estendem-se aos serventuários sucedidos que voltarem ao exercício do cargo e também àqueles que requererem sucessão quando já contavam vinte e cinco anos ou mais de efetivo exercício.

Parágrafo 1º - Poderão também adquirir direito à aposentadoria nos termos desta lei, os serventuários sucedidos que voltarem ao desempenho da função.

Parágrafo 2º - Estendem-se ainda os referidos benefícios aos serventuários sucedidos que ao requererem a sucessão contavam mais de vinte anos de serviço efetivo, em ofícios de justiça, e que vivem exclusivamente da renda do cartório, o que será aprovado por atestado do Juiz de Direito Corregedor Permanente do Cartório.

Parágrafo 3º - Fica facultado aos serventuários sucedidos requererem sua aposentadoria, sendo o sucessor provido automaticamente na serventia em caráter vitalício.

Artigo 19º - Aplicam-se todas as vantagens dos artigos 4º e 6º da presente lei aos serventuários seus escreventes e aos oficiais de justiça, estipendiados pelo Estado.

Artigo 20º - Os proventos da aposentadoria dependem da natureza dos cartórios em que trabalham os servidores, da categoria de cada um e da classe das comarcas a que pertencem.

Artigo 21º - Para os efeitos de aposentadoria dos serventuários, auxiliares de cartórios e oficiais de justiça, ficam as comarcas do Estado assim classificadas:

1ª Classe	Comarcas de 4ª
Entrância	
2ª Classe	Comarcas de 3ª
Entrância	
3ª Classe	Comarcas de 2ª
Entrância	
4ª Classe	Comarcas de 1ª
Entrância	

Artigo 22º - Para o efeito do pagamento dos proventos da aposentadoria e do recolhimento de

contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e às estações arrecadoras, da porcentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12º, ficam arbitradas, como remunerações - base, as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categorias dos servidores:

A - 1ª Classe

I - Cartórios de Registros de Imóveis de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Escrivanias do Cível, da Família e Sucessões, da Fazenda Pública, Escrivanias de Paz e Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Subdistritos de sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	11.000,00
Escreventes	4.500,00
Fiéis e Auxiliares	2.000,00
Oficiais de Justiça	4.000,00
Porteiros dos Auditórios	7.000,00
Ajudantes de Porteiro dos Auditórios	4.500,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Contadores, Partidores e Distribuidores:

	Cr.\$
Serventuários	11.000,00
Escreventes	4.500,00
Fiéis e Auxiliares	2.000,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de município, que não sejam sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	8.800,00
Escreventes	2.500,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de município:

	Cr.\$
Serventuários	3.000,00
Escreventes	1.500,00

B - 2ª Classe

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivanias e Registros Civil de Pessoas Naturais e Anexos de subdistrito de sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	8.000,00
Escreventes	3.000,00
Fiéis e Auxiliares	1.500,00
Oficiais de Justiça	2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

	Cr.\$
Serventuários	8.000,00
Escreventes	2.200,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de municípios que não sejam sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	6.400,00
Escreventes	2.000,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos

de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr.\$
Serventuários	2.600,00
Escreventes	1.500,00

C - 3ª Classe

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivancias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos de subdistrito de sede da comarca:

	Cr.\$
Serventuários	6.000,00
Escreventes	2.600,00
Fiéis e Auxiliares	1.500,00
ficiais de Justiça	2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

	Cr.\$
Serventuários	6.000,00
Escreventes	1.800,00

III - Cartórios de Escrivancias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de municípios que não sejam sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	4.800,00
Escreventes	1.800,00

IV - Cartórios de Escrivancias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr.\$
Serventuários	2.200,00
Escreventes	1.500,00

D - 4ª Classe

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivancias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos de subdistrito de sede da comarca:

	Cr.\$
Serventuários	5.000,00
Escreventes	2.200,00
Fiéis e Auxiliares	1.500,00
Oficiais de Justiça	2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

	Cr.\$
Serventuários	5.000,00
Escreventes	1.500,00

III - Cartórios de Escrivancias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de municípios que não sejam sede de comarca:

	Cr.\$
Serventuários	4.000,00
Escreventes	1.500,00

IV - Cartórios de Escrivancias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos

de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr.\$
Serventuários	2.200,00
Escreventes	1.500,00

Artigo 23º - Vetado

Parágrafo único - Vetado

Artigo 24º - Vetado

Artigo 25º - Vetado

Artigo 26º - A todos os contemplados por esta lei fica assegurado o direito de, facultativamente, se inscreverem no Instituto de Previdência do Estado, instituindo um pecúlio nunca inferior a Cr.\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - Vetado

Artigo 27º - Fica criada, no Instituto de Previdência do Estado, uma carteira denominada "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" destinada a atender às aposentadorias previstas nesta lei.

Parágrafo 1º - As despesas de manutenção da carteira ora criada, e bem assim os encargos das aposentadorias previstas nesta lei, correrão exclusivamente à conta das contribuições instituídas e da taxa de aposentadoria referida no artigo 11.

Parágrafo 2º - O Instituto de Previdência somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas depois que tiver em seu poder os fundos necessários à solução de tais obrigações.

Parágrafo 3º - Vetado

Parágrafo 4º - Vetado

Artigo 28º - O Instituto de Previdência do Estado baixará instruções para a execução desta lei, as quais deverão ser aprovadas por decreto do Governador do Estado.

Artigo 29º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os artigos que tiverem esta observação (1) são da Lei n.º 507, de 17 de novembro de 1949, e se refere aos artigos vetados pelo Ex.mo Sr. Governador do Estado, decretado e promulgado pela Assembléia Legislativa. Publicado no D. Oficial da Assembléia em 18/11/49.

RECONHECIMENTO DE FILHOS ILEGÍTIMOS

LEI N.º 883 - DE 21 DE OUTUBRO DE 1949.

Dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Dissolvida a sociedade conjugal, será permitido a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho fora do matrimônio e, ao filho a ação para que se lhe declare à filiação.

Artigo 2º - O filho reconhecido na forma desta lei, para efeitos econômicos, terá o direito, a título de amparo social, à metade da herança que vier a receber o filho legítimo ou legitimado.

Artigo 3º - Na falta de testamento, o cônjuge, casado pelo regime de separação de bens, terá direito à metade dos deixados pelo outro, se concorrer à sucessão exclusivamente com filho reconhecido na forma desta Lei.

Artigo 4º - Para efeito da prestação de alimentos, o filho ilegítimo poderá acionar o pai em segredo, de justiça, ressalvado ao interessado o direito à certidão de todos os termos do

respectivo processo.

Artigo 5º - Na hipótese de ação investigatória da paternidade, terá direito o autor a alimentos provisionais desde que lhe seja favorável a sentença de primeira instância, embora se haja, desta, interposto recurso.

Artigo 6º - Esta Lei não altera os Capítulos II, III e IV do Título V. do Livro I, parte especial do Código Civil (art. 337 e 367), salvo o artigo 358.

Artigo 7º - No Registro Civil, proibida qualquer referência à filiação ilegítima de pessoa a quem interessa, faz-se à remissão a esta Lei.

Artigo 8º - Aplica-se ao reconhecido no disposto no art. 1.723, do Código Civil.

Artigo 9º - O filho havido fora do matrimônio e reconhecido pode ser privado do amparo social, assegurado por esta Lei nos mesmos casos em que o herdeiro excluído da sucessão, ou pode ser deserdado (artigos 1.595 e 1.744, do Código Civil).

Artigo 10º - São revogados o Decreto - Lei n.º 4.737, de 24 de setembro de 1942 e os dispositivos que contrariem a presente Lei.

Artigo 11º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1949. (D.O. União em 26/10/1949).

EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa

LEI N.º 891 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1949.

Permite a recuperação do título da Dívida Pública ao portador.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É revogado o artigo 1º do Decreto - Lei n.º 6.961, de 16 de outubro de 1944, que dispõe sobre o pagamento de juros dos títulos da Dívida Pública ao portador, e dá outras providências.

Artigo 2º - A recuperação de títulos da Dívida Pública federal, estadual ou municipal emitidos ao portador, ou dos nominativos endossados ao portador, ou em branco, processar-se à de conformidade com as disposições dos art. 336 e 342 do Dec. Lei 1.608, de 18/09/1939 (Código do Processo Civil).

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário (Pub. D. O. União em 28/10/49).

EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo M. da Costa
G. da Silveira

ÍNDICE

COLABORAÇÃO	2
A VITÓRIA DUMA JUSTA CAUSA	2
A CRIANÇA E O REGISTRO CIVIL	3
AOS NOSSOS COLABORADORES	5

CARTÓRIOS DE PAZ	5
AS CERTIDÕES PARA O CPOR	5
HORAS DE LAZER	5
PROVIMENTOS DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA	6
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.442:	7
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.480:	7
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6.512:	8
IMPOSTO DE RENDA	8
APOSENTADORIA	8
RECONHECIMENTO DE FILHOS ILEGÍTIMOS	16
LEI N.º 883 - DE 21 DE OUTUBRO DE 1949.	16
LEI N.º 891 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1949.	17
DIRETORIA	19
CONSELHO FISCAL	19
SUPLENTE	19

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basílio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 011 - Publicação: 25/12/1949

COLABORAÇÃO

1949 - 1950

Duas datas que traduzem:

A primeira, para uns venturas e alegrias; para outros, agruras e sofrimentos. Quanto mistério encerram essas duas faces diametralmente opostas. Nesse desequilíbrio, entre o qual não nos conformamos, agem os desígnios de Deus, firmando a mais sublime das ordens; o ritmo de nossos passos. Quão efêmera é a trajetória de nossa existência! Sentimos ante ela, por um exame de consciência perfeita, o vazio das nossas ações. Nada útil e construtivo em 1949...

1950 aí está. Concita-nos a viver mais edificante, mais útil, nos induz mesmo à reabilitação.

Oxalá, a humanidade compreenda sua missão cristã. O desassossego e a incerteza que dela se apossou, nada mais é, que a falta de obras meritórias e o afastamento de Deus, tomando em troca o materialismo sempre animalizado.

Façamos um estandarte, com o lema: VONTADE, TRABALHO, RESIGNAÇÃO E FÉ; para que desfilando com ele, tenhamos um 1950, dignos da espécie humana, pelo que busquemos minorar os nossos sofrimentos, e por comisseração, os de nossos semelhantes.

A TODOS OS NOSSOS PREZADOS LEITORES, COLABORADORES, ASSINANTES E SERVENTUÁRIOS EM GERAL, AUGURAMOS UM BOM NATAL E QUE O ANO ENTRANTE LHES SEJA PRÓSPERO E FELIZ

REFORMA DO REGIMENTO E AJUDA DE CUSTAS

Carlos Figueiredo Junior Tabelião do 2º Ofício de notas Batatais

É com verdadeira satisfação e bastante confortados que os componentes da grande classe dos servidores da justiça do Estado acompanham, nestes dias, as demarches encetadas pela Assembléia Legislativa e também pelo Egrégio Tribunal de Justiça, em prol da adoção de medidas salutaras que possam beneficiar a classe.

Inegavelmente, estamos sendo agora amparados por leis e regulamentos, que já de há muito tempo se faziam sentir e que, em seu conjunto, virão concretizar velhas aspirações de todos os que lutam e pelejam nas lides forenses.

Já estamos com a Lei que regulariza a aposentadoria perfeitamente em vigor, apesar de ainda não regulamentada pelo Instituto de Previdência, por intermédio da respectiva carteira, sendo que todos anseiam por essa regulamentação, a fim de que, muitos que se acham em condições, com tempo de sobra, de serviços prestados, possam de fato, gozar dos favores da lei e dos direitos que adquiriram.

Por outro lado, teremos logo voltada e regulamentada a lei que cuida do concurso para provimento dos ofícios vagos de justiça e dos que se vagarem e se criarem.

Muito em breve, segundo tudo indica, teremos a reforma do Regimento de Custas, que será modificado e ampliado, devendo ser adaptado as condições atuais do custo da vida, a fim de que todos possam realmente ser compensados dos serviços que prestam e possam enfrentar a carestia de vida, que cresce dia a dia.

Além dessas medidas, existe também na Assembléia Legislativa, um Projeto, sob n.º 1152, de autoria dos Deputados Lincoln Feliciano e Romeiro Pereira, estabelecendo ajuda de custas para os escrivães do crime, no interior do Estado, de vez que agora nada percebem por tais serviços e muitos outros que fazem a título gratuito, muito embora sejam elevados os encargos que pesam sobre os ombros dos escrivães, provocado pelo preço enorme de todo o material de cartório e crescente aumento de ordenados e vencimentos do pessoal.

Todas essas medidas e providencias a serem tomadas em breve, representam uma grande vitória para a classe dos servidores da justiça, desde os mais graduados até os mais humildes, trazendo um amparo salutar, benéfico, uma ajuda definitiva para tais lutadores.

Estamos, pois, de parabéns e devemos nos sentirmos satisfeitos, se considerarmos que ainda a bem pouco tempo nada disso possuíamos de concreto, de prático e definitivo.

Que, por este feliz Natal as bênção do Senhor desçam sobre nós, que recaiam sobre a boa vontade e competência dos legisladores e de todos os nossos superiores, a fim que ao passar deste para o outro ano, nós estejamos realmente amparados, vendo concretizadas nossas aspirações.

São estes os votos sinceros de um servidor, que não é dos mais velhos da classe, mas que há já 33 anos mereça, sem descanso nos trabalhos forenses e que agora vê, claramente, que hoje podemos cantar vitória, porque estamos de fato sendo olhados e amparados.

A Associação agradece a todos os colaboradores que enviaram artigos para o seu Boletim, bem como aos demais associados que deram o seu completo apoio a esta publicação, que embora modesto, muito significa para melhor orientar o seu trabalho.

A LEI DA APOSENTADORIA

Antonio A. Firmo da Silva 4º Tabelião de notas, sucessor

Conforme prevíamos anteriormente, o Executivo vetou parcialmente, é verdade - o projeto de lei n.º 310. E a Assembléia Legislativa, apreciando o veto, rejeitou-o em parte. Felizmente imperou o bom senso. Os artigos vetados - 23 e seu parágrafo 24, 25, o parágrafo único do 26 e os parágrafos 3º e 4º do 27 - representavam verdadeiro absurdo. Está, pois, de parabéns toda a classe com a promulgação das leis n.º 465 de 28 de setembro de 1949 e 507 de 17 de novembro de 1949.

Contra o nosso modesto ponto de vista, será o Estado por intermédio do Instituto de Previdência e da Secretaria da Fazenda, o arrecadador das contribuições e o pagador dos proventos. Como já afirmamos, a lei, em princípio, atende as necessidades, e melhor estamos com ela do que sem ela. Quem não tem cão caça com gato ...

Para sua efetiva aplicação dependemos de duas condições: a) que o Instituto de Previdência tenha em seu poder o fundo necessário (parágrafo 2º do artigo 27); b) que sejam baixadas e aprovadas pelo Governador as instruções para a sua execução (art. 28).

A primeira condição vem confirmar a necessidade da famosa "reserva técnica" tão combatida por alguns. Mas, à última hora, verificaram os legisladores e sua indispensabilidade e incluíram no projeto o parágrafo 2º do art. 27. Esqueceram-se, no entanto, de fixar um prazo, o que deixou inteiramente ao arbítrio daquele Instituto a aplicação efetiva da lei. Qual o "quantum" desses fundos? Em que prazo poderá ser obtido? Não seria difícil de se apurar. Mas a pressa é inimiga da perfeição. Conhecendo o número de serventuários, escreventes e demais auxiliares, saberíamos o total anual de suas contribuições tomando por base a tabela de remuneração, e sabendo o valor da receita anual do "selo de emolumentos", conheceríamos aproximadamente, a arrecadação da "Taxa de Aposentadoria". Esses resultados permitiriam obter a arrecadação total anual e, portanto, estabelecer o prazo de carência depois do qual o Instituto teria em seu poder os necessários fundos para atender às aposentadorias. Acreditamos que essa lacuna possa ser sanada nas instruções a serem baixadas, onde, aquele Instituto, pelos seus técnicos, poderá fixar o prazo de que carece para satisfazer as obrigações. Esperamos mesmo que assim se faça, pois, sem isso, estamos na iminência de obtermos aposentadoria sem remuneração. Atende-se para os termos do parágrafo 2º do artigo 27 "O Instituto de Previdência somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas ...", do que se conclui que as aposentadorias poderão ser concedidas independentemente de que o Instituto tenha os necessários fundos para satisfazê-las. E, assim, como dissemos, nos encontraremos nesta singular situação: aposentados, mas sem proventos. E como ninguém poderá, evidentemente, se submeter a essa situação "sui generis", a aposentadoria só existirá teoricamente. Será, pois, absolutamente indispensável que nas instruções a serem baixadas a aplicação prática e efetiva da lei tenha o seu início marcado

pela fixação de um prazo para o Instituto de Previdência começar a atender às aposentadoria.

Quanto às instruções a serem baixadas, revestem-se elas de questões de grande complexidade. Somos de parecer que, para redigi-la, deverá ser nomeada uma comissão com prazo determinado para entrega de seu trabalho, e da qual façam parte, além de um técnico em previdência social, os representantes da classe dos serventuários e dos escreventes. A representação dos interessados diretos é indispensável, pois, naturalmente, o Instituto de Previdência não pode conhecer certas peculiaridades que a regulamentação da lei deverá prever. Como exemplo citaremos um caso dos mais possíveis de acontecer: F é escrevente habilitado de ofício de notas em comarca de primeira entrância onde exerce o cargo há vinte e oito anos. Para ter direito à aposentadoria faltam-lhe portanto, dois anos. Se for aposentado na comarca em que serve, terá os proventos mensais de Cr.\$ 2.200,00. No entanto, como nada existe que o impeça de se transferir para uma comarca de 4ª entrância onde, aposentado perceberá mensalmente Cr.\$ 4.500,00, tudo fará conseguir um lugar em uma serventia de primeira classe, o que como todos nós sabemos, lhe será muito mais fácil. E, assim, um escrevente que durante toda a sua vida profissional somente trabalhou em serventia de 4ª classe, será aposentado como se fosse de lá. E poderá acontecer também o contrário: um escrevente que na maior parte de seu exercício profissional tenha trabalhado na Capital e, por motivos vários, esteja agora em comarca inferior. Com a facilidade existente para a transferência, é possível que dentro de pouco tempo os serventuários do interior não possam mais contar com os seus mais antigos auxiliares. E como este caso, inúmeros outros existem que só mesmo aqueles que conhecem a profissão e as leis data vênia, imperfeitíssimas - que a regulam, poderão prever para esclarecer.

Concluindo, fazemos um apelo ao digno Presidente de nossa Associação que tão dinâmico e esclarecido se tem mostrado, impondo-se ao respeito e à admiração de todos nós, para que se empenho junto aos poderes competentes no sentido de que a lei de aposentadoria se torne uma realidade, atendendo assim a uma das mais justas aspirações de uma classe que no setor social tudo tem dado e nada, ou muito pouco tem recebido.

A Associação expediu o seguinte telegrama:

"A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo v.g. pede a V.Sª se digne telegrafar ao Presidente da Câmara dos Deputados protestando contra o projeto lei n.º 305 do Padre Arruda Camara e substitutivo do Dr. Gracho Cardoso v.g. dando aos Padres autoridades eclesiásticas direito processarem habilitação Casamento v.g. ferindo Constituição v.g. arruinando o Código Civil golpeando belíssima instituição Casamento Civil favorecendo bigamia.

Atenciosas saudações.

a) Francisco Vergueiro Porto - Presidente."
Nota.

Esse telegrama foi enviado a todos os Oficiais do Registro Civil das Capitais dos Estados do país e as Associações de classe.

CORREGEDORI A DESPACHO NO PROCESSO N.º 66

- Levino de Camargo - Serra Negra - "Respondo a consulta de fls. 2: parece-me que não. O singular fato de ser regulado por lei federal o registro de imóveis, não torna funcionário federal a pessoa incumbida de executa-lo no Estado. De outra forma, funcionários federais também os tabeliães de notas e os Oficiais do registro civil. São Paulo, 13/12/49 (a) Gonzaga. Pub. No D. Oficial Justiça 13/12/49.

DESPACHO NO PROCESSO N.º 6556

- Deve observar-se o que determina a portaria n.º 6/49, de 30 de maio do corrente ano: o compromisso, a posse e o exercício do cargo do escrevente habilitado só se darão depois de homologado o exame pela Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 13 de Dezembro de 1949 - (a) Gonzaga. Publicado no Diário Oficial da Justiça em 14 de Dezembro de 1949.

A BATALHA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Marcelo Müller - Oficial do Registro Civil de Vila Prudente - Capital.

Com a expulsão de Adão do Paraíso, teve início para a Humanidade a era do sofrimento e trabalho. Razão de luta penosa em que se vê empenhada o gênero humano, no amanho da terra em busca do pão de cada dia. O pecado original, deixou o homem nu sobre a terra nua; e para que sua vida não fosse um martírio, ficaram-lhe a inteligência para conceber a idéia, a vontade para realiza-la e para guia-lo, a faculdade que discerne o bem do mal; ficaram-lhe também imperiosas necessidades e grandes infortúnios.

Para a terra voltaram sua atenção e compreensão que ela poderia satisfazer todas as suas necessidades; a terra lhes dava o que comer, o que beber e o que vestir.

Bem cedo compreendeu o homem que a agricultura era a base de todas as atividades, era a economia a todos os povos e a deusa da fartura e da bonança.

Bem cedo também compreenderam os governos que a base primordial de uma nação, é a sua agricultura.

As nações do mundo são classificadas pela sua produção. E entre estar sempre figurou o Brasil como potência agrícola entre os grandes produtores.

Na hora presente em que o mundo se debate em tremenda crise, plenamente justificada, depois de guerra que presenciamos, e da qual estamos sentindo os efeitos maléficos, já era tempo de termos iniciado com o máximo ardor outra guerra. A guerra da produção agrícola, pois o mundo inteiro tem fome, e o Brasil é o único País que está em condições de saciar a fome do mundo. Iniciemos pois sem mais demora a batalha da produção agrícola.

Os nossos dirigentes não tem dado a devida atenção à esse setor, razão pela qual estamos perdendo terra assustadoramente diante de outras nações. O Brasil que era um dos países que mais produzia borracha no mundo, há não o é. E assim vem acontecendo em todos os demais produtos. Café, Algodão, Arroz, Milho, Batatinha, etc. etc. A razão é muito simples, e simples também a solução.

Quando os nossos dirigentes abandonarem a política, e voltarem suas vistas para a agricultura do País, verificarão espantados, que no Brasil não existe lavrador.

Porque?

Porque no Brasil ser lavrador é viver numa choça com as paredes esburacadas, cobertas de capim, sem o mínimo conforto, exposto a todas espécies de doenças, se vestir de andrajos, e criar filhos analfabetos e doentes, sem a mínima assistência. E é por isso que ninguém quer ser lavrador no Brasil. É por isso também que estamos em franca derrota na batalha da produção agrícola. Ainda é tempo de impedir essa derrota iminente.

Como?

Organizando a nossa agricultura, dando assistência médica, escolar, social e material ao lavrador, proporcionando ao mesmo todos os meios precisos para melhorar seu trabalho e vencer a batalha da produção.

Exemplos não nos faltam.

Porque não imitemos a Holanda, que foi arrasada na última guerra e já está exportando produtos

agrícolas?

Dêem pois os nossos Governos armas ao lavrador, e ganharemos a guerra da produção.

AJUDE A VENCER A BATALHA DA PRODUÇÃO

A grandeza de uma pátria, é representada pelos seus grandes homens.

Ajude a vencer esta batalha, que estará ajudando o Brasil a proporcionar aos seus filhos dias melhores.

A viverem uma existência mais feliz. Seja um baluarte dessa luta e será um dos seus filhos mais dignos.

O SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRAFO SANITARIA PASSOU EXCLUSIVAMENTE PARA O ÂMBITO FEDERAL COMO SE VÊ DA CIRCULAR QUE EM SEGUIDA CAI TRANSCRITA.

São Paulo, 05 de dezembro de 1949.

Senhor Escrivão.

A estatística do Registro Civil vinha sendo executada regularmente pela seção especializada do Departamento Estadual de Estatística, órgão regional encarregado da apuração das estatísticas estaduais.

2. A coleta desses dados, entretanto, que é atribuição precípua desta Inspetoria, será feita a partir do mês de julho próximo passado diretamente em todos os cartórios de registro civil. Tendo em vista a importância da estatística em apreço, esta Inspetoria deseja que as informações antes prestadas àquele Departamento, nos sejam fornecidas daqui por diante, mensalmente.

3. A fim de facilitar o trabalho desse cartório, designamos o Agente Distrital dessa zona para extrair os dados que nos interessam, a partir de julho do ano corrente e que são: a) nascimento, b) casamento, c) óbitos, sendo estes últimos separados em total e menores de 1 ano.

Agradecemos a atenção que dispensar ao presente pedido e as facilidades que proporcionar ao nosso funcionário.

Atenciosas saudações.

R. S. de P. Meira - INSPETOR REGIONAL.

ENDEREÇO:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSPETORIA REGIONAL DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL
Rua Araújo, 124 - São Paulo.

LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949.

COMARCA DE ASSIS

	Cr.\$
Registro Geral de Hipotecas da 1ª circunscrição	49.119,20
Registro Geral de Hipotecas da 2ª circunscrição	81.815,70
1º Tabelião de notas e anexos	40.141,80
2º Tabelião de notas e anexos	47.814,80

Distribuidor, Contador e Partidor	18296,00
Registro Civil da Sede da Comarca	15.665,30
Registro Civil do distrito de Echaporã	14.299,60
Registro Civil do distrito de Candido Mota	27.031,60
Registro Civil do distrito de Tarumã	8.610,40

Essas lotações foram fixadas, de conformidade com os balancetes constantes do processo n.º 176606-49. Publicada no Diário Oficial em 03/12/49.

HORA DE VERÃO

DECRETO N.º 27.496 - 24 DE NOVEMBRO DE 1949.

Institui a "Hora de Verão" em todo o território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 da Constituição e nos termos do artigo 1º inciso I, alínea b e parágrafo 2º do decreto - lei n.º 4.295, de 13/05/1942, decreta:

Artigo 1º - A partir da hora zero (0) de 1º de dezembro de cada ano, até 30 de abril do ano seguinte, fica em vigor, em todo o território nacional, a "hora de verão", adiantada de sessenta (60) minutos em relação a hora legal.

Artigo 2º - A iluminação dos logradouros públicos, enquanto vigorar a "hora de verão", será suprimido, diariamente, até noventa (90) minutos, em dois períodos, variáveis de acordo com as regiões do País.

Artigo 3º - O Conselho Nacional de Águas e Energia expedirá as instruções que se tornarem necessárias à execução do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA

(Publicado no Diário Oficial da União em 26/11/1949).

INSTRUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

1º -Tendo em vista o que dispõe o art. 1º do decreto n.º 27.496, de 24/11/49, que instituiu a "Hora de Verão" em todo o Território Nacional a partir das 24 horas do dia 30 de novembro de cada ano, todos os relógios deverão ser adiantados de 60 minutos.

2º - A iluminação dos logradouros públicos, de acordo com o artigo 2º do mesmo ato, será suprimida diariamente ao amanhecer e ao anoitecer até o máximo de 90 minutos.

3º - A aplicação do disposto no item anterior ficará condicionada à latitude do lugar, às disponibilidades das usinas geradoras e as características do fornecimento de energia elétrica, podendo ser desiguais os dois períodos de supressão.

4º - A redução do tempo de iluminação dos logradouros públicos será determinada pelos seguintes órgãos:

a) No Distrito Federal - pelo Departamento Nacional de Iluminação e Gás, mediante entendimento com a Prefeitura e empresa concessionária.

b) Nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo - pelos respectivos órgãos auxiliares da C.N.A.E.E

mediante entendimento com as prefeituras e empresas concessionárias;

c) Nos demais Estados - pelos prefeitos das respectivas municipalidades, ouvidas as empresas concessionárias.

5º - Os atos relativos à redução do tempo de iluminação dos logradouros públicos entrarão desde logo em vigor, devendo ser submetidos à aprovação do C.N.A.E.E.

6º - No dia 1º de maio de cada ano, a partir de uma hora da manhã, todos os relógios deverão ser atrasados de 60 minutos, voltando a prevalecer a hora legal.

REVISTA DE NOTARIADO E REGISTRO PREDIAL

Acusamos com prazer o recebimento da "Revista de Notariado e Registro Predial", editada em Lisboa - Portugal, bem como dois volumes de trabalhos publicados pelo nosso colega daquele país, Senhor Avelino de Faria, uma das maiores autoridades no assunto.

Agradecemos sinceramente a remessa dos volumes e das revistas, e em retribuição vamos enviar regularmente o nosso boletim.

Convidamos os nossos associados a lerem essas publicações, que se acham a disposição em nossa sede social.

PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS

Ofício do Desembargador Theodomiro Dias, Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

A propósito do projeto de lei n.º 862, que regula o provimento dos cartórios vagos, de autoria do deputado Cunha Bueno, o Desembargador Theodomiro Dias, Presidente do Tribunal de Justiça, enviou à Assembléia o seguinte ofício:

"Em resposta ao seu ofício n.º 12.229, de 6 do corrente, recebido em data de ontem, cabe-me a honra de comunicar à V. Ex.a. que submetida à apreciação do Conselho Superior da Magistratura a matéria constituiu objeto do projeto de lei n.º 862, de 1949, manifestou-se o conselho favorável à aprovação do mencionado projeto, com a possível urgência, tal como foi redigido, atenta a necessidade de se proverem, sem mais perda de tempo, os ofícios de justiça vagos desde a promulgação da Constituição do Estado, e que ora ascendem a cerca de 170.

Urge, pois, solucionar-se essa situação anômala, contrária o interesse público, o que se conseguirá com a conversão do aludido projeto 862 em lei.

Muitas das emendas apresentadas, contarão providências justas. São porém, inoportunas, pois que, a sua discussão provocará fatalmente o oferecimento de outras emendas e a conseqüente demora na aprovação e promulgação da lei.

Seria de toda a conveniência se fizesse aos autores dessas emendas, e do substitutivo que também foi apresentado um apelo no sentido de retirá-los, reservando-se aprova-los oportunamente, quando se tratar de lei definitiva que instituirá a carreira dos serventuários da justiça do Estado. Um dos ilustres membros dessa Casa também sugeriu que essas emendas e o substitutivo passem a constituir projetos autônomos, sem prejuízo do Projeto 862 - solução igualmente aceitável.

São as considerações que, por parte do Conselho, tenho a satisfação de expor à V. Excia. a quem asseguro os meus sentimento e alto apreço".

TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE LEI N.º 931, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1949.

Fixa a taxa de educação e saúde e dá outras providências.

Artigo 1º - A taxa de educação e saúde a que se refere o Decreto - Lei n.º 9.486, de 18 de julho de 1946, é fixada em Cr.\$ 1,00 (um cruzeiro).

Artigo 2º - O produto da arrecadação decorrente do aumento de Cr.\$ 0,20 (vinte centavos), estabelecido no artigo anterior, será acrescido à subvenção federal, constante do Orçamento da União, para custeio das despesas de Assistência social, médico - hospitalar, a cargo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, concedida pelo Decreto - Lei n.º 9.486, de 18 de julho de 1946, combinado com o de n.º 8.450, de 26 de dezembro de 1945.

Artigo 3º - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr.\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Artigo 4º - O aumento da taxa de educação e saúde, de que se trata o artigo 1º, começará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1950.

Artigo 5º - revogam-se as disposições em contrário.

EURICO GASPAR DUTRA

(Publicado no D. Oficial da União em 1º/12/49).

PRORROGAÇÃO DE PRAZO JUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL LEI N.º 864, DE 13 DE OUTUBRO DE 1949.

Dispõe sobre prorrogação de prazo judicial para desocupação de imóvel.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Quando houver prazo judicialmente fixado para desocupação de imóvel, o Juiz ao decretar o despejo do locatário ou sublocatário poderá prorrogar esse prazo por mais seis meses, se tratar de estabelecimento de ensino hospitalar, desde que se ache comprovado o interesse social da prorrogação.

Parágrafo 1º - Para ser concedida a prorrogação, deverá o desocupante pagar previamente, o débito de aluguéis e outros encargos e os juros de mora, se os houver, custas do Juízo a que tiver sido condenado e honorários dos advogados sobre o valor da causa, na proporção de vinte por cento, se esse valor não exceder de Cr.\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), e, se maior, de mais de quinze por cento sobre o excedente até Cr.\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), e mais dez por cento sobre o excedente desta última importância.

Parágrafo 2º - tratando-se de estabelecimento de ensino, o Juiz procurará determinar a data do despejo de modo a incidir no período das férias escolares.

Parágrafo 3º - Tratando de estabelecimento hospitalar, o Juiz proibirá o internamento de novos doentes, no período da prorrogação salvo em caso de perigo de vida ou de comprovada necessidade pública.

Artigo 2º - Esta Lei aplica-se aos processos em curso e entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO GASPAR DUTRA

Adroaldo Mesquita da Costa

COBRANÇA DE "RASA" PELO LANÇAMENTO DAS PARTILHAS NOS INVENTÁRIOS DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6554

- Partidores da Comarca de Campinas: "Pretendem os Srs. Partidores da Comarca de Campinas lhes seja permitido cobrar "rasa" pelo lançamento das partilhas nos inventários. Observam que o Provimento desta Corregedoria n.º 1, do corrente ano, baixado em 3 de março, resolveu apenas que os partidores não podem cobrar "rasa" pelos esboços, emendas ou reformas de partilhas; mas quem em Campinas eles, por ordem dos respectivos juizes, não se limitam a fazer simples esboços; são forçados a lançar as partilhas substituindo os escrivães. Particularmente, penso que, sem embargo da redação defeituosa do artigo 508 do Código do Processo Civil, a razão está com aqueles que entendem que, feito pelo partidor o esboço (que, como resulta do seu próprio nome, não passa de simples delineamento ou rascunho, peça sintética) e ouvidos os interessados, deve a partilha ser lançada nos autos pelo escrivão. Não se justifica a preocupação de economia em se tratando de peça final e capital do inventário. (Leão Starling, Inventários e Partilhas, pag. 285; Daví Filho, nota ao art. 508 do Código de Processo Civil; Carvalho Santos, idem) - Há, porém quem entenda de maneira diversa, ou seja, que o esboço é suficiente e substitui o auto de partilha. Seja como for, não se pode deferir a pretensão dos Srs. Partidores de Campinas. Em matéria de custas não se admite aplicação por analogia ou paridade. (Regimento de Custas, artigo 1º, parágrafo 3º). E este Regimento não confere rasa aos partidores pelo esboço de partilha ou sobre partilha. O dispositivo invocado por eles refere-se a outros autos. São Paulo, 13 de dezembro de 1949. (a) João Marcelino Gonzaga. Este despacho foi publicado no Diário Oficial da Justiça em 15 de dezembro de 1949.

RETIFICAÇÕES

Por um lapso da nossa redação, incluímos na relação dos cartórios vagos, publicada no Boletim n.º 6, de agosto último, o cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da comarca de Ourinhos.

O serventuário do referido cartório é o Sr. José Pedroso.

ENDEREÇOS DOS CARTÓRIOS DE SANTOS

Tabeliães

	Endereço
1º - Lafayette Pacheco - Antenor Garcia Rocha (Sucessor) Novembro, 32 - tel.: 3-569.	Rua 15 de
2º - José de Almeida Prado Campos Novembro, 17	Rua 15 de
3º - Roberto Mario dos Santos Carvalhal Novembro, 14	Rua 15 de
4º - Manuel Ferreira Laranja de Toledo, 23	Rua Cidade
5º - Edmundo Ribeiro de Mendonça - Marcelo Ribeiro de Mendonça (Sucessor) Novembro, 21	Rua 15 de
6º - Alvaro Pinto da Silva Novaes Filho Novembro, 11	Rua 15 de
7º - Bento José de C. Filho - Cassino Dias de Toledo (Sucessor) Novembro, 15	Rua 15 de
8º - Michel Alca Novembro, 24	Rua 15 de
9º - Nicanor Ortiz Registro de Imóveis	

Endereço

1ª Circunscrição	Rua Frei
Gaspar, 111	
2ª Circunscrição - Dr. Manuel H. do Rego - Milton D. Coelho (Sucessor)	Rua
Vasconcellos Tavares, 18-B	
3ª Circunscrição - Dr. José de Souza Dantas	Rua
Vasconcellos Tavares, 32	
Tabelião de Protestos	R.
Bartolomeu de Gusmão, 104	
Registro Especial de Títulos - Dr. Antonio Raposo Filho	Rua Frei
Gaspar, 100	
Registro Civil do 1º Subd. - Francisco F. Canto - José 3 Canto (Sucessor)	Praça José
Bonifacio, 15	
Registro Civil do 2º Subd. - Jair de Oliveira Valim	Avenida
Conselheiro Nébias, 19	

ÍNDICE

COLABORAÇÃO	2
1 9 4 9 - 1 9 5 0	2
REFORMA DO REGIMENTO E AJUDA DE CUSTAS	3
A LEI DA APOSENTADORIA	4
CORREGEDORI A	6
DESPACHO NO PROCESSO N.º 66	6
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6556	6
A BATALHA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	6
AJUDE A VENCER A BATALHA DA PRODUÇÃO	7
O SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRAFO SANITARIA PASSOU EXCLUSIVAMENTE PARA O ÂMBITO FEDERAL COMO SE VÊ DA CIRCULAR QUE EM SEGUIDA CAI TRANSCRITA.	8
LOTAÇÕES FIXADAS EM 1949.	9
COMARCA DE ASSIS	9
HORA DE VERÃO	10
DECRETO N.º 27.496 - 24 DE NOVEMBRO DE 1949.	10
INSTRUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	10
REVISTA DE NOTARIADO E REGISTRO PREDIAL	11
PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS	11
TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	12
LEI N.º 931, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1949.	12
PRORROGAÇÃO DE PRAZO JUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL	12
LEI N.º 864, DE 13 DE OUTUBRO DE 1949.	12
COBRANÇA DE "RASA" PELO LANÇAMENTO DAS PARTILHAS NOS INVENTÁRIOS	13
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6554	13
R E T I F I C A Ç O E S	13
ENDEREÇOS DOS CARTÓRIOS DE SANTOS	14
TABELIÃES	14
REGISTRO DE IMÓVEIS	14
DIRETORIA	16
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTES

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	Araçatuba
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 012 - Publicação: 01/02/1950

COLABORAÇÃO DISTRIBUIÇÃO...

V E R I T A S

O "Jornal do Brasil" escreve sobre uma questão que interessa também a São Paulo: o sistema de distribuição dos feitos no fórum.

A lei que determina a obrigatoriedade da distribuição alternada dos feitos judiciais, relativamente à matéria cível, comercial e orfanológica, encerra providencias moralizadoras e eqüitativas, equilibrando, ao mesmo tempo, o serviço forense entre juizes e serventuários. Entretanto, a ordem e equidade são burladas por meio de "papagaios" e, segundo consta, por processo que o funcionário encarregado da distribuição não pode ignorar. A propina, não raro, é uma das causas mais comuns.

Sabe-se que o "papagaio" é uma instituição larga e francamente adotada no fórum, como medida decisiva, anuladora do preceito legal, que estabelece a obrigatoriedade na partilha dos feitos entre os juizes e escrivães. O "papagaio" é uma petição apócrifa, que seria a inicial do processo, entregue ao distribuidor pelo interessado, pagando a este a importância estipulada para a distribuição.

O advogado ou o autor da demanda deseja, suponhamos, que a sua ação seja processada perante o juízo da primeira vara. O encarregado da distribuição, porém, informa ao interessado que o feito deverá, na forma da lei, caber à terceira vara.

Que faz, então, o advogado ou a parte requerente?

Simplemente o seguinte: prepara e apresenta ao serventuário ou ao seu preposto, que não ignora o "processo fraudulento", tantas petições, relatando coisas fictícias, com autores, réus e

valores imaginários, e são elas distribuídas "regularmente", mediante o prévio pagamento das custas estabelecidas no regimento...

Destarte, a petição que trata da verdadeira demanda, terá de caber à primeira vara cível ou orfanológica, com sério prejuízo dos serventuários que as recebem, quando isso acontece... Os tais "papagaios" ou não chegam, se quer, a ser apresentados ou encaminhados aos escrivães lesados, ou, se o forem, não podem ter andamento, não passando, é certo, de papeluchos sem qualquer valor ou objeto judicial.

Isto posto, além de ser o "papagaio" uma fonte abundante de receita para os distribuidores, produz o efeito de burlar, anulando e fraudando a finalidade da lei distribuidora da partilha regular e equitativa dos feitos entre os juizes e serventuários. Haverá, por isso, inevitável desequilíbrio nos trabalhos forenses entre juizes e escrivães, ficando estes prejudicados e as respectivas varas sobrecarregadas de serviço, por não ser observada e cumprida a lei que rege a distribuição.

No próximo numero diremos algo sobre a partilha dos feitos nos ofícios de justiça da comarca da Capital, principalmente no que tange a falência e concordatas preventivas, que são distribuídas irregularmente, sem observância das recomendações legais, por motivos inconfessáveis.

PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS (Considerações ligeiras)

O problema do provimento dos cartórios já por muitas vezes, ocupou a atenção da nossa Câmara Estadual e a apresentação de emendas e sugestões se sucedeu com freqüência, nas Sessões Legislativas.

Todas as emendas e sugestões apresentadas visaram, entretanto, unicamente o interesse da pessoa do futuro substituto, sem que uma voz levantasse para, estudando certas circunstancias, defender o interesse da família do titular falecido.

A vacância do cartório, por morte do serventuário, é assunto delicado e devia merecer especial estudo e ponderação dos nossos Poderes. Sem o que muita injustiça será involuntariamente praticada em dissonância com o elevado espírito dos nossos legisladores.

Revogada a lei das sucessões e a de livre escolha pelo Poder Executivo, dispositivos estes que ampam, muitas vezes com irrefutável justiça, o interesse particular da família do serventuário falecido, surgiu o critério do concurso.

Não discutamos o alcance da obrigatoriedade do concurso que, ressalvada a faculdade dada ao Governo para as primeiras nomeações, sempre existiu; aceitemo-lo, como sempre o aceitamos e respeitemo-lo, reconhecendo que é pela seleção resultante da competição que se revela a qualidade primordial do valor do candidato a competência.

Em todos os tempos porem e em todos os Estados bem como no Congresso Federal sempre se votaram lei de amparo à família de velhos e dedicados funcionários desaparecidos e agora mesmo tivemos casos de criação de lei para salvar os interesses de inesquecíveis servidores.

Assim sendo, não seria absurdo e nem descabível, portanto, que a nossa Assembléia, ajustasse um dispositivo que, não ferindo os princípios em que se firmou a forma de provimento por concurso, amarasse, dentro do possível e do direito, o interesse da família do serventuário falecido.

Sendo justa a forma de provimento por concurso e sem atentar contra ela parece entretanto cabível um preceito legal proporcionando à pessoa que melhor satisfizesse os interesses da família do titular desaparecido, uma certa preferencia, à nomeação desde que fosse HABILITADA E APROVADA NO CONCURSO.

Seria justo, este benefício aos que, perdendo o chefe do lar, cuja vida pública é verdadeiro apostolado, perderam todo que ela representava.

Com a citada preferencia ficaria salvaguardada a principal característica do concurso que é a de premiar os verdadeiramente competentes e satisfeito um princípio de inegável justiça.

Recebemos as seguintes revistas:

"Revista Del Colegio de Escribanos de Entre Rios"- Argentina;

"Repertoire General Pratique du Notariat et de L'enregistrement, editada em Paris - França;

"La Revue du Notariat editada em Quebec - Canada;

"Revista del Notariado"- suplemento. Editada em Buenos Aires;

"Revista de La Asociacion de Escribanos del Uruguay e

"Revista Internacional del Notariado, órgão do Congresso Internacional do Notariado Latino, que faz alusões a artigos publicados em nosso Boletim".

Essas revistas encontram-se em nossa sede à disposição dos nossos associados.

HORAS DE LAZER

R i b a s

Com forte amplexo nos despedimos do ano de 1949, com agradecimentos pelos favores recebidos e quitação dalguns dissabores naturais, motivados pela luta pela vida e de braços abertos para 1950, de quem esperamos paz, saúde e felicidade.

Conseguimos o direito à aposentadoria. Foi uma lança em África. Esperamos a respectiva regulamentação que não poderá tardar. Aguardamos também a lei sobre a carreira para respaldar os nossos direitos, assim completando o nosso considerado.

Tudo virá, estamos convencidos. Só lastimamos estarmos nos aproximando ou nos parece mesmo que já chegamos, à idade de Papel Noel, (isso não se entende com os moços, compreende-se) porem com mais sagacidade porque não usamos barbas compridas, para despistar, mas não adianta. É a marcha do tempo que não para, mais isso não tem importância, não será nada. É uma lei natural sem exceções. Não devemos nos impressionar, mesmo porque há também na vida certas coisinhas boas, como ganhar cesta de natal, receber dinheiro e até pagar dívidas, festejar aniversario, tomar uma suculenta refeição, assistir cinema, menos quando o jornal nacional vem com a xaropada de piscina, saltos e obstáculos, sempre a mesma coisa, e do estrangeiro patinação no gelo, que enchem e tomam-nos muito tempo que poderia ser aproveitado em bons filmes, mas dizem que para apreciar o bom é preciso também passar pelo ruim, então vá lá.

O nosso Boletim tem sido religiosamente publicado na forma prometida. É verdade com algumas falhas, o que só a prática e experiência poderão expurgar para chegar a melhores resultados. Dentro dos nossos parcos recursos, pelo esforço, temos procurado orientar os nossos colegas e associados nos misteres da profissão e trabalho pela consecução de benefícios em parte já alcançados, com cujo escopo continuaremos no corrente ano, para que a nossa classe atinja, cem por cem o relevo a que tem direito.

Saberemos agradecer os favores recebidos e de braços soltos prosseguiremos na senda de mais e mais, dentro do trabalho, da razão e da honestidade, sem pusilanimidade, elevarmos a nossa grei.

Estamos também no cívico dever de cooperarmos pela elevação do coeficiente eleitoral do Estado, para sua própria grandeza, que também refletirá no prestígio da nossa classe, para o que não haverá desvanecimento e sim máxima ação.

Começamos ao lançamento deste "Boletim" usando a modesta prata da casa, balbuciando, mas hoje contamos com bom número de inteligentes colaboradores e já com melhor afeição tornou-

se útil à classe, como mensageiro de boas notícias e orientador das leis e decretos inerentes aos ofícios dos serventuários de justiça, de seus diversos ramos.

Aos bons colegas, pois, um venturoso 1950 e que conosco continuem firmes serrando fileiras, para o engrandecimento cada vez maior da nossa própria classe.

MOVIMENTO DE CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL EM 1949

JOANOPOLIS - da comarca de Piracicaba.

	Quantidade		Quantidade
Nascimentos	492	Óbitos	197
Casamentos	84	Escrituras lavradas	115
Procurações	90	Firmas Reconhecidas	6.080

SALES OLIVEIRA - da comarca de Orlândia.

	Quantidade		Quantidade
Nascimentos	333	Óbitos	90
Casamentos	65	Certidões expedidas	360
Procurações lavradas	39	Testamentos cerrados	1
Escrituras em valor de Cr.\$ 7.913.163,20	20	Reconhecimento de firmas	800
Anotações diversas	100	Comunicações expedidas	100

DESPACHO NO PROCESSO QUE É INTERESSADO O SR. HEITOR PIMENTA,

da comarca de Cafelândia. "Está a questão em saber se o art. 34 da lei 492, de 30 de agosto de 1937, que dispõe:

"Pela transcrição do penhor rural, as custas do oficial do registro imobiliário são as do regimento em vigor, em hipótese alguma excedente de 50 cruzeiros; pela expedição de cédula rural pignoratícia, de 10 cruzeiros, e pela averbação dos endossos, 5 cruzeiros; cada vez cabendo-lhe importância igual pelo cancelamento da transcrição", se esse dispositivo aplica-se unicamente no Distrito Federal e Territórios, ou se deve ser observado também nos Estados. Entendeu o Sr. Dr. Juiz de Direito de Cafelândia, perante quem foi a dúvida suscitada, que as custas referente à transcrição do penhor rural são as estabelecidas no citado artigo 34 da lei 492, visto que à União compete legislar sobre penhor, e, na espécie, tratasse de preceito que interesse ao penhor. Solicitou, todavia, o serventuário do Cartório da Transcrição de Imóveis de Cafelândia fosse o caso submetido à apreciação desta Corregedoria, uma vez que, várias outras comarcas, se observava o Regimento de Custas, do Estado, o não mencionado artigo 34. Passo a expender o meu juízo, não como decisão do caso, que já está resolvido pela autoridade para o exame de casos futuros. No meu entender, a razão está com os que mandam observar o Regimento de Custas do Estado e não o dispositivo da lei federal, e isso porque, realmente, se trata de matéria sobre a qual aos Estados é que cabe legislar. A Constituição Federal, após enumerar e definir as matérias incluídas na competência legislativa da União, estabelece que:

"Aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhe sejam vedados por esta Constituição"(Parágrafo 1º, do artigo 18). E passando a regular a justiça do Estado, estatuem: "Artigo 124. Os Estados organizarão a sua Justiça com observância dos artigos 95 e 97, etc. Na competência para organizar a Justiça, está incluída a competência para definir atribuições e fixar vencimentos ou proventos. A razão disso é que, nesse assunto, os poderes locais ou administração dos Estados dispõe de melhores elementos para criar os órgãos necessários e cuidar dos meios de subsistência dos funcionários. Assim sendo força é reconhecer que as custas, no caso em exame, devem ser contadas segundo o Regimento deste Estado e não segundo o Regimento de Custas do Distrito Federal e Territórios. O próprio art. 34 da lei n.º 492, ao tratar das custas oficiais do registro imobiliário pela transcrição do penhor rural ao Regimento

em vigor, que não é, senão o Regimento do Distrito Federal e Territórios, donde se infere que o mais, que aí se estabelece, é concernente ao serventuário do Distrito Federal e dos Territórios e não aos serventuários de justiça dos Estados.

A Constituição de 18 de Setembro de 1946 manteve a Federação, e, sendo esse o regime vigente, cumpre observá-lo. Assim, pois, nas custas do oficial do Registro Imobiliário pela transcrição do penhor rural e demais atos mencionados no art. 34 da lei 492, são as do Regimento de Custas do Estado com as alterações constantes dos decretos-leis estaduais apontados na representação a fls. 4. São Paulo, 18 de agosto de 1948 (a) Manuel Carlos de Figueredo Ferraz, Corregedor Geral da Justiça, Interino.

LEI N.º 630, DE 07/01/1950

Artigo 6º - As percentagens sobre as custas e emolumentos, que constituem renda do Estado, serão arrecadadas por meio de selos adesivos comuns.

(Esta lei foi publicada no Diário Oficial de 08 de Janeiro de 1950).

LEI N.º 616, DE 04 DE JANEIRO DE 1950.

Dispões que os concursos de provas e títulos para nomeações de serventuários de cartórios e ofícios de justiça serão organizados pelo Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os concursos de provas e títulos para nomeação de serventuários de cartório e ofícios de justiça serão organizados pelo Tribunal de Justiça do Estado, observadas as normas gerais do Decreto n.º 5.120, de 21 de julho de 1932, com as modificações constantes das leis posteriores e da presente lei.

Artigo 2º - O serventuário que contarem mais de 20 anos de exercício, em uma só entrada, na data da vigência desta lei, poderão inscrever-se em concursos para qualquer classe superior.

Artigo 3º - A Comissão examinadora será constituída:

- a) Do Presidente do Tribunal;
- b) Do 1º Vice Presidente, ou do Corregedor Geral da Justiça, alternadamente;
- c) De um advogado indicado, para cada concurso, pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil com sede no Estado.

Parágrafo 1º - O 1º Vice Presidente e o Corregedor da Justiça substituir-se-ão, reciprocamente, em suas ausências e impedimentos.

Parágrafo 2º - No caso de acúmulo de vagas que queiram concursos diversos, poderão ser constituídas até três comissões examinadoras, presididas, respectivamente, pelo Presidente do Tribunal, pelo 1º vice Presidente e pelo Corregedor Geral da Justiça, e das quais farão parte um desembargador escolhido por sorte e um advogado indicado nos termos da letra "c" deste artigo.

Artigo 4º - O Presidente do Tribunal remeterá ao Governo, para o efeito de nomeação, a lista dos candidatos classificados, a qual conterá, em ordem alfabética, tantos nomes quantas forem as vagas e mais dois.

Artigo 5º - O disposto nesta lei não prejudica o direito da opção a que se refere o artigo 6º, da lei n.º 233, de 24 de dezembro de 1948, bem como o direito de remoção, para as vagas existentes na mesma comarca, dos serventuários que sofreram desmembramento em seus territórios. Tais

direitos deverão ser exigidos no prazo de 30 dias da vigência desta lei.

Artigo 6º - Os casos omissos regular-se-ão pelas disposições legais anteriores que não colidirem com as presentes.

Artigo 7º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça, autorizado a expedir as instruções que se fizerem necessárias para a perfeita execução da presente lei.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo
ADHEMAR DE BARROS
Cesar Lacerda de Vergueiro
(Publicado no Diário Oficial de 05 de Janeiro de 1950).

ACORDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA **Processo n.º G.2224**

- Campinas. Agravo de Petição interposto por Elvino Silva Filho
Registro publico. Dúvida. Da decisão que julga improcedente dúvida suscitada por serventuário de justiça nenhum recurso cabe.

Vistos relatados discutidos estes autos de agravo n.º 47.562, da como agravante o oficial do Registro de Imóveis da 1ª circunscrição e agravado o Dr. Laette Setúbal: acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unanime não tomar conhecimento de recurso.

Dois grupos de pessoas, proprietários, cada um, de terrenos distintos mas anexos, venderam-nos a certa pessoa, por uma só escritura. Apresentada esta a registro levantou o Oficial: houve no caso, diz, duas transmissões distintas e inconfundíveis, de maneira que os dois terrenos deviam ser descritos separadamente para o efeito de se fazerem duas transcrições.

Julgada improcedente a dúvida, agravou o Oficial, O recurso, entretanto, não pode ser conhecido, pois precedem as duas preliminares levantadas na contra-minuta.

a) O Código do Processo Civil, vigente, ao contrário do acontecia, com o Código Paulista, não cogita de processos de dúvidas suscitadas por serventuários. Regula a matéria o Decreto Federal n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, que, no art. 220 comete às leis locais o estabelecimento de recursos para as decisões que forem proferidas em tais processos.

Nestas condições, e tendo-se em vista ainda o preceito do artigo 1º daquele primeiro Código, força é concluir que, neste particular, ainda vigora o art. 1.094, parágrafo 1º, VIII da lei processual do citado, a qual valendo-se de idêntica incumbência que lhe delegava o art. 211, parágrafo único do decreto federal 18.542, de 1928, estabelecer o recurso de agravo de petição de sentença ou despacho que "julgar procedente dúvida suscitada por serventuário de justiça".

E no art. 154, parágrafo 2º, esclarecia: "Não cabe recurso algum da decisão que julgar improcedente a dúvida".

a) Se admitisse o agravo, ele, no caso, ainda não poderia ser conhecido por ter sido interposto fora do prazo legal.

O processo da dúvida, como era de lei, foi processado no cartório do próprio Oficial suscitante. Portanto, qualquer prazo contra este haveria de correr desde o momento em que os autos retornassem ao cartório com a decisão. Seria contravenso exigir-se que tal prazo só começasse correr depois que o serventuário fosse intimado por um dos seus auxiliares.

No caso, vê-se que os autos retornaram a cartório com a decisão no dia 4 de novembro. O prazo

de agravo, pois, terminaria a 9 deste mês. E o presente recurso só foi interposto no dia 14. São Paulo, dezembro de 1949. (aa) Theodomiro Dias, Presidente - Almeida Ferrari, Vice Presidente - J. M. Gonzaga, Cor. Justiça Relator. (Pub. No Diário Oficial de 03/01/1950).

PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS

Publicaremos na íntegra, as instruções que serão baixadas pelo Tribunal de Justiça do Estado, de acordo com o art. 7º, da Lei n.º 616, de 4 de janeiro de 1959, que regula os concursos de provas e títulos para nomeação de serventuários nos ofícios de justiça vagos.

REGIMENTO DE CUSTAS **LEI N.º 632, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1950**

Dispõe sobre alteração do Regimento de Custas e Emolumentos dos Serventuários de Justiça A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, decreta e eu, Brasílio Machado Neto, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Estadual a seguinte Lei:

Artigo 1º - A sessão V do artigo 2º do Decreto - Lei n.º 14.978, de 29 de agosto de 1945, fica assim redigida:

"Dos ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais

I - Pelos atos que lhes sejam permitidos praticar com tabeliães de notas escrivães em geral, os taxados para estes.

II - Pela realização do casamento, inclusive o preparo de papéis, quando apresentados pelos interessados, sejam maiores u menores, todos os documentos necessários, compreendida a certidão da habilitação e a respectiva extraída do livro-talão, excluídas as despesas com publicação pela imprensa do edita - Cr.\$ 200,00.

III - Pela diligência:

a) A menos de 2 quilômetros de distância, dentro do horário - Cr.\$ 50,00;

b) A mais de 2 quilômetros e fora do horário - Cr.\$ 30,00

IV - Ao Oficial de apenas registrar e publicar pela imprensa - Cr.\$ 40,00;

V - Ao Oficial que, à vista de certidão de habilitação, expedida por outro cartório, lavrar o assento de casamento, inclusive a certidão extraída do livro - talão Cr.\$ 80,00.

VI - Da atuação e demais termos do processo de habilitação, tais como: certidões, juntadas, recebimentos etc., os taxados para os escrivães em geral.

VII - Pela anotação, a margem do assento - Cr.\$ 10,00.

VIII - Pela averbação ou retificação do assento:

a) Por termo lavrado a margem do assento - Cr.\$ 20,00;

b) Por transporte do assento, em virtude de falta de espaço à margem - Cr.\$ 40,00

IX - Pelo assento de nascimento ou óbito, inclusive a certidão do livro talão, fornecido à parte:

a) Quando lavrado dentro do prazo legal - Cr.\$ 20,00;

b) Quando lavrado fora do prazo legal - Cr.\$ 40,00.

X - Pelo registro ou inscrição de emancipação, interdição, ausência e aquisição definitiva de nacionalidade brasileira e de transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito, quando verificados no estrangeiros - Cr.\$ 100,00

XI - Pela certidão de nascimento, casamento ou óbito, extraída de seus livros:

a) Em breve relatório, inclusive a rasa, além da busca - Cr.\$ 10,00

b) Em inteiro teor do assento, além da busca - Cr.\$ 15,00

XII - Pela certidão de outros atos existentes no cartório, inclusive a rasa, além da busca - Cr.\$ 20,00.

XIII - Pela busca, nos livros de registro civil:

- a) Por ano a contar a data do assento - Cr\$ 1,00;
- b) Até o máximo de Cr.\$ 30,00;
- c) E mínimo de Cr.\$ 5,00.

XIV - Pelo reconhecimento de firma, no processo de habilitação de casamento, por firma - Cr.\$ 2,00.

XV - Pela justificação para prova de idade, sem direito a quaisquer outros emolumentos, a título de depoimentos, ou outros - Cr.\$ 50,00.

XVI - Pela dispensa parcial ou total dos editais de proclamas, ou por simples juntada e processamento de documentos, sem direito a quaisquer outras custas - Cr.\$ 100,00.

XVII - Pelo registro no livro de feitos e as comunicações de anotação - Cr.\$ 10,00.

XVIII - Pela pública-forma que extrai de carteiras de identidade, de reservistas, título eleitoral etc., apresentados, como prova de idade, para casamento civil - Cr.\$ 30,00

XIX - De cada rubrica em processo livros e papéis - Cr.\$ 0,20.

OBSERVAÇÕES

a) Para os atos que se houver de praticar fora do cartório, a parte interessada fornecerá condução para o Juiz Oficial, sem prejuízo das custas para a diligência.

b) Serão fornecidas gratuitamente as certidões de nascimento, para fins de alistamento militar, das quais constará expressamente esta nota "isenta de selos - exclusivamente para alistamento militar".

c) As certidões fornecidas para fim expresso e gratuitamente em virtude da lei, não poderão ser usadas para fim diverso daquele que nelas o Oficial deverá mencionar, e, se o forem a autoridade judicial ou administrativa, perante a qual forem exibidas imporá ao apresentante ou representado a multa de Cr.\$ 50,00 cobrada em selos do Estado, determinando, ainda, o pagamento da certidão e selagem nos termos da lei do selo.

d) É isento de selo o reconhecimento de firmas para fins de casamento.

e) A anotação à margem, referida no n.º VII desta tabela, quando efetuada em virtude de comunicação do outro oficial, deverá ser feita independentemente de prévio pagamento dos emolumentos, que poderão ser cobrados do interessado que extrair a primeira certidão do assento, após a anotação.

f) As custas taxadas nesta tabela, exceto as referentes às diligências, serão cobradas em dobro quando o serventuário ou auxiliar de justiça praticar ato de seu ofício entre 21 e 6 horas, desde que os interessados, cientes desse acréscimo, insistam em seus pedidos.

g) Pelas certidões de assentos, fornecidas para instruírem processos de habilitação de casamento, os oficiais terão direito somente a dois terços 2/3 dos emolumentos taxados nesta tabela"

Artigo 2º - Os n.º I e III da Sessão I, o n.º I, da Sessão II e n.º V da Sessão III da Tabela H anexa ao Decreto 3.965, de 21 de dezembro de 1925, aprovado pela Lei n.º 2.260, de 31/12/1927, e modificado pelo decreto - lei n.º 14.978, de 29/08/1945, ficam assim redigidos:

Sessão I - Dos Distribuidores

I - de distribuição de qualquer espécie, petições, testamentos, escrituras, ofícios dos oficiais do registro civil referentes aos casamentos de viúvas, para o efeito de tutela, e executivos fiscais, qualquer que seja o seu valor - Cr.\$ 20,00

III - Do registro de cada feito, em livro especial em ordem alfabética - Cr.\$ 5,00

Sessão II - Dos Partidores

I - Do esboço de partilha ou sobre - partilha calculado o monte-mor por mil cruzeiros ou fração -

Cr.\$ 3,00

Sessão III - Dos Contadores

IV - De cálculo de imposto de transmissão "causa-motis" ou "inter-vivos" em inventários, arrolamentos ou outro processo, inclusive todos os cálculos necessários a formação do ativo e passivo, calculados sobre o monte-mor:

- Por mil cruzeiros ou fração - Cr.\$ 3,00
- Sendo o emolumento máximo - Cr.\$ 1.000,00
- E o mínimo - Cr.\$ 50,00.

Artigo 3º - A Sessão III da Tabela J do referido Decreto n.º 3.965, de 21 de dezembro de 1925, aprovado pela Lei n.º 2.260, de 31 de dezembro de 1927, fica assim redigida:

Sessão III

I - De avaliação de ações de companhias, letras hipotecas, debêntures e títulos semelhantes, e aluguéis ou rendas:

- Por mil cruzeiros ou fração - Cr.\$ 2,50
- Sendo o emolumento máximo - Cr.\$ 600,00

II - De avaliação de outros bens, o dobro dos salários taxados no número anterior.

III - De diligências:

- a) Dentro do perímetro urbano da sede do juízo - Cr.\$ 50,00
- b) De fora, até 10 quilômetros - Cr.\$ 80,00
- c) Além desta distância ou por mar - Cr.\$ 120,00.

OBSERVAÇÕES

Os avaliadores terão o direito à condução e estada observada, porém, as disposições do artigo 5º, do Decreto - Lei 14.978, de 29 de agosto de 1945".

Artigo 4º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1º de Fevereiro de 1950.

BRASILIO MACHADO NETO, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1º de fevereiro de 1950. Oswaldo Pereira da Fonseca, Diretor - Geral.

(Esta lei foi publicada no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1950).

OFÍCIO ENVIADO PELA ASSOCIAÇÃO AO EX.MO SR. GOVERNADOR

Ex.mo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros,
Digníssimo Governador do Estado.

A "Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo", por seu presidente, vem, respeitosamente solicitar que Vossa Excelência se digne sancionar e promulgar a lei votada pela Assembléia Legislativa do Estado, referente ao projeto n.º 639, de 1949, que estabelece nova tabela de custas dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais, votada, aliás, com inteiro beneplácito do ilustrado e digno Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

A situação dos referidos serventuários da Justiça é de angustia, maximé os do interior do Estado, conforme está consignado em vários provimentos da Ilustrada e Digna Corregedoria Geral da Justiça. A tabela vigente é arcaica e não corresponde em absoluto, a elevação do custo da vida, não só dos serventuários como dos seus escreventes e demais auxiliares.

Aliás a "Associação" está certa de que Vossa Excelência, como administrador eficiente que é, nas viagens que tem empreendido pelo nosso Estado, já deve ter verificado quão crucial é a situação

desses serventuários, que tantos serviços prestam à coletividade.

Ao endereçar este pedido à Vossa Excelência a "Associação" interpreta os sentimentos de todos os serventuários da Justiça que vêm em Vossa Excelência o governador democrático e realizador, que tanto tem engrandecido a terra comum.

Respeitosas saudações.

(a) Silvio de Bueno Vidigal - Presidente.

LOTAÇÕES FIXADAS EM 1950

ARAÇATUBA
Cr.\$

1º Tabelião de Notas	38.275.00
2º Tabelião de Notas	38.486.70
Registro de Imóveis da 1ª circunscrição	58.291.70
Registro de Imóveis da 2ª circunscrição	37.420.3
Registro Civil da Sede da Comarca	14.676.70
Registro Civil da Sede de Guararapes	14.477.20
Registro Civil da Sede de Major Prado	9.565.00
Distribuidor, Contador e Partidor	24.234.70

JOAQUIM FERRAZ DA SILVEIRA

Com grande pesar, registramos o falecimento do Sr. Joaquim Ferraz da Silveira, que exercia o cargo de Oficial do Registro Civil do distrito de Tibiriçá, da comarca de Baurú.

Perde a nossa classe, um dos seus maiores homens, e mais digno batalhador. Nomeado em 28 de dezembro de 1920 exerceu o referido cargo até 13 de dezembro último.

A Ex.ma família as nossas sinceras condolências.

RELAÇÃO DAS COMARCAS POR ENTRÂNCIAS

1	Agudos	2ª	72	Novo Horizonte	1ª
2	Amparo	2ª	73	Olimpia	2ª
3	Andradina	1ª	74	Orlândia	2ª
4	Apiáí	1ª	75	Ourinhos	2ª
5	Araçatuba	3ª	76	Palmital	1ª
6	Araraquara	3ª	77	Paraguaçu Paulista	2ª
7	Araras	2ª	78	Paraibuna	1ª
8	Assis	2ª	79	Patrocínio Paulista	1ª
9	Atibaia	2ª	80	Pederneiras	2ª
10	Avaré	2ª	81	Penápolis	2ª
11	Bananal	1ª	82	Pereira Barreto	1ª
12	Bariri	1ª	83	Piedade	1ª
13	Barreiro	1ª	84	Pindamonhangaba	2ª
14	Barretos	2ª	85	Pinhal	2ª
15	Batatais	2ª	86	Piracaia	2ª
16	Baurú	3ª	87	Piracicaba	3ª
17	Bebedouro	2ª	88	Pirajú	2ª
18	Birigui	1ª	89	Pirajú	2ª
19	Botucatu	3ª	90	Pirassununga	2ª
20	Bragança Pta	2ª	91	Piratininga	1ª

21	Brotas	1ª		92	Pitangueiras	1ª
22	Caçapava	2ª		93	Pompéia	1ª
23	Caconde	1ª		94	Porto Feliz	1ª
24	Cafelândia	1ª		95	Presidente Prudente	3ª
25	Cajurú	1ª		96	Presidente Venceslau	2ª
26	Campinas	4ª		97	Promissão	1ª
27	Campos do J.	1ª		98	Quatá	1ª
28	Cananéia	1ª		99	Queluz	1ª
29	Capão Bonito	1ª		100	Rancharia	1ª
30	Capivarí	2ª		101	Ribeirão Bonito 1ª	
31	Casa branca	2ª		102	Ribeirão Preto	3ª
32	Catanduva	2ª		103	Rio Claro	2ª
33	Conchas	1ª		104	Santa Adélia	1ª
34	Cruzeiro	1ª		105	Santa Braca	1ª
35	Cunha	1ª		106	Sta. Cruz das Palm.	1ª
36	Descalvado	1ª		107	Sta. Cruz do R.Pardo	2ª
37	Dois Corregos	1ª		108	Santa Izabel	1ª
38	Eldorado Pta.	1ª		109	Santa Rita Pas. Qt.	1ª
39	Franca	2ª		110	Santo Anastacio	1ª
40	Garça	1ª		111	Santos	4ª
41	Guaratinguetá	2ª		112	São Bento do Sapucaí	1ª
42	Ibitinga 1ª		113	São Carlos	2ª	
43	Igarapava	1		114	São João da Boa Vista	2ª
44	Iguape	1ª		115	São Joaquim da Barra	1ª
45	Itapetininga	3ª		116	São José do R. Pardo	2ª
46	Itapeva	1ª		117	São José do Rio Preto	3ª
47	Itapira	2ª		118	São José dos Campos	2ª
48	Itapolis	2ª		119	São Luiz do Piraitinga	1ª
49	Itaporanga	1ª		120	São Manuel	2ª
50	Itararé	1ª		121	São Paulo	4ª
51	Itatiba	2ª		122	São Pedro	1ª
52	Itú	2ª		123	São Roque	2ª
53	Ituverava	1ª		124	São Sebastião	1ª
54	Jaboticabal	2ª		125	São Simão	1ª
55	Jacareí	2ª		126	Serra Negra	1ª
56	Jaú	2ª		127	Sertãozinho	1ª
57	José Bonifácio	1ª		128	Socorro	1ª
58	Jundiaí	2ª		129	Sorocaba	3ª
59	Limeira 2ª		130	Tanabí	1ª	
60	Lins	2ª		131	Taquaritinga	2ª
61	Lorena	2ª		132	Tatuí	2ª
62	Lucélia	1ª		133	Taubaté	3ª
63	Marília	3ª		134	Tietê	2ª
64	Martinópolis	1ª		135	Tupã	1ª
65	Mirassol	1ª		136	Ubatuba	1ª
66	Mococa 2ª		137	Valparaíba (atual Cachoeira Paulista)	1ª	
67	Mogí das Cz	2ª		138	Valparaíso	1ª
68	Mogí Mirim	2ª		139	Votuporanga	1ª
69	Monte Alto	1ª				
70	Monte Apraz.	2ª				
71	Nova Granada	1ª				

A Revista Internacional do Notariado, fez o seguinte comentário de artigos publicado em nosso boletim de 1º de Setembro último:

"Jubilación de amanuenses de escribanes. Se insetam em este número las palabras formuladas por el diputado Brasilio Machado Neto, presidente de la Asamblea Legislativa del Estado de São Paulo com motivo de la discusión del proyecto sobre jubilación de los escribientes, auxiliares de escribanía y oficiales de justicia, de que es autor el diputado Alfredo Farhat.

Em ellas historia los proyectos similares presentados bajo los gobiernos de Armando de Salles Oliveira, Fernando Costa y José Carlos de Macedo Soares, y uno em cuyo estudio intervino Machado Neto, cuando era director de La Asociación de Servidores de la Justicia del Estado de San Pablo.

Se refiere a las dificultades com que se há tropezado siempre provenientes de las reservas técnicas que exige el Seguro Social y que em el actual proyecto, así como em el substitutivo de Osny Silveira, hansido sorteadas.

Analiza las ventajas de la jubilación y rechaza las objeciones que se han formulado al proyecto destacando que será um estímulo valioso para esa clase".

"La sucesión de los Servidores de la Justicia, por Valdomiro Lobo da Costa, escribano del 11º Oficio Civil. Se refiere el autor al prejuicio ocasionado por el artículo 8º, parágrafo único, del acto de Disposiciones Constitucionales Transitorios de la Carta paulista, del 9 de julio que derogó la legislación referente a la sucesión em las escribanias y despachos de justicia. Analiza las ventajas de la institución, que assegurabe al funcionário um merecido reposo, remunerado em la vejez, o em los casos de incapacidad física. Estudia los errores cometido com la deregación de la institución y passa revista a los objeciones que se han formulado contra la misma.

Termina pidiendo que la Asamblea Legislativa, restablezca estainstitución rehabilitando em parte la Constituyente de 1947".

(Revista Internacional del Notariado, Julio - Septiembre de 1949, página 312 e 313).

COMARCA DE CAMPINAS

1º Tabelião de Notas e Anexos Sacramento, 6	Maurino Joffily	Rua do
2º Tabelião de Notas e Anexos Sacramento, 18	Lauro de Paula Leite	Rua do
3º Tabelião de Notas e Anexos Francisco Glicério, 1.303	Nilo Ferraz de Abreu	Rua
4º Tabelião de Notas e Anexos Jaguara, 1.292	Dr. Aguinaldo Xavier de Souza	Rua Barão de
5º Tabelião de Notas e Anexos Jaguara, 1.296	Roberto Tavares Netto	Rua Barão de
Registro de Imóveis da 1ª circ.	Elvino Silva	Elvino Silva Filho
Registro de Imóveis da 2ª circunscrição 1.359	Rua Barão de Jaguara, 1.077 Jacy Teixeira de Camargo	Rua Dr. Quirino,
Registro de Imóveis da 3ª circunscrição Jaguara, 1.399	Paulo Siqueira Camargo	Rua Barão de
Distribuidor e Partidor Contador e partidor	Alberto Francisco Nacarato João Baptista de Oliveira Sampaio	

CARTÓRIO DE PAZ

Campinas (1º Subdistrito - Conceição)	Affonso Sanches Carneiro
Campinas (2º Subdistrito - Santa Cruz)	Alcinio augusto Sampaio
Campinas (3º Subdistrito - V. Industrial)	Dr. Alcindo Tórtima
Rua Francisco Teodoro, 542.	
Paulinia	Eurico de Godoy
Souzas	Alfredo Augusto do Nascimento
José Alfredo do Nascimento (Sucessor)	
Sumaré	José Maria Matosinho



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Valinhos
Americana
José Aranha Neto (Sucessor)
Nova Odessa
Cosmópolis

Horacio Amaral
José Ferreira Aranha

Tharcilio Mattioli
Tharcilio Mattioli

PROJETO DE LEI EM ANDAMENTO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Projeto de Lei n.º 913/49.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Fica extensivas aos serventuários de justiça em geral, as disposições da Lei n.º 250, de 3 de março de 1949, e as do artigo 3º, da Lei n.º 418, de 12 de agosto de 1949.

Artigo 2º - Os serventuários licenciados ou em gozo de férias serão substituídos de conformidade com o disposto no artigo 59 do Decreto - Lei n.º 11.058, de 26 de abril de 1940.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Lei n.º 250, de que se refere este projeto de Lei, concede aos funcionários públicos em geral, o direito de gozarem, uma só vez, licença de 24 meses, prorrogáveis por mais 12, reassumindo o exercício de suas funções a qualquer tempo, sem perda de quaisquer direitos ou vantagens de seu cargo.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO	2
DISTRIBUIÇÃO...	2
PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS	3
RECEBEMOS AS SEGUINTE REVISTAS:	4
HORAS DE LAZER	4
MOVIMENTO DE CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL EM 1949	5
DESPACHO NO PROCESSO QUE É INTERESSADO O SR. HEITOR PIMENTA,	5
LEI N.º 630, DE 07/01/1950	6
LEI N.º 616, DE 04 DE JANEIRO DE 1950.	6
ACORDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	8
PROCESSO N.º G.2224	8
PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS	9
REGIMENTO DE CUSTAS	9
LEI N.º 632, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1950	9
OFÍCIO ENVIADO PELA ASSOCIAÇÃO AO EX.MO SR. GOVERNADOR	12
LOTAÇÕES FIXADAS EM 1950	13
JOAQUIM FERRAZ DA SILVEIRA	13
RELAÇÃO DAS COMARCAS POR ENTRÂNCIAS	13
COMARCA DE CAMPINAS	18
CARTÓRIO DE PAZ	19
PROJETO DE LEI EM ANDAMENTO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	20
PROJETO DE LEI N.º 913/49.	20
DIRETORIA	22
CONSELHO FISCAL	22
SUPLENTE	22

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	
Araçatuba	
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

ANO II

Nº 013 - Publicação: 02/03/1950

COLABORAÇÃO

O primeiro aniversário do "Boletim dos Serventuários de Justiça".

Abner Ribeiro Borges

Vence hoje o seu primeiro aniversário o "Boletim dos Serventuários de Justiça do Estado" .

Modesto órgão informativo dos interesses da classe, como se vê pelo seu próprio título, tem ela na medida das suas possibilidades, procurando desempenhar-se da sua finalidade.

Mesmo modesto, mimiografado, parecia à muitos ilustres colegas ser difícil, e para que não dizer, quase impossível a sua publicação regulamentar, por carência de matéria e falta de boa vontade de algum serventuário em se dedicar a tal empreendimento, pelo receio do fracasso. Entretanto o Sr. Dr. Francisco Vergueiro Porto, na presidência interina da Associação, verificando que com esforço e um pouco de sacrifício, auxiliado por alguns amigos e colegas, não seria nenhum "bicho papão" , resolveu meter mãos à obra e com esse ânimo e boa vontade está o "Boletim" comemorando o seu primeiro aniversário.

Com as rodas nos trilhos prosseguirá, prestando o seu concurso à classe, nos assuntos de seu peculiar interesse, e já com um corpo de expontâneos, abnegados e ilustres colaboradores vai palmilhando a estrada do triunfo.

Podemos afirmar que jamais cessará a sua publicação, porque o mesmo espírito de tenacidade de seu primeiro número não está arrefecido, e prosseguirá, entretanto no se segundo ano de existência folgadoamente.

COUSAS DO SERVENTUALISMO DA JUSTIÇA

José Venancio Borges - Tabela do 2º Ofício de notas - Catanduva

Sem dispor de elementos que a outros sobram para transmitir através da pena o que nos impõe o dever esforçarmos para dizer algo sobre coisas da Associação dos Serventuários da Justiça, classe a que desoladamente pertencemos. Sim, desoladamente porque a mesma presta a coletividade e ao serviço público, tem sido relegada para plano que incontestavelmente não se justifica em face de seu merecimento. Não nos é lícito colocar sobre os ombros da nobre entidade a responsabilidade total da desditosa situação que vimos suportando desde tempo bem remotos pois muito tem ela feito em nosso benefício. O que nos falta é o direito de ter direito.

O operário, o comerciário, o industrial e até o humilde lixeiro quando se julgam prejudicados em seus interesses por meio de greve conseguem sempre o que pleiteiam. A nós entretanto, em idêntica situação e defeso o uso de igual recurso. Até aqui, generalizamos o nosso comentário. Agora, por parte dos serventuários do interior e cujo número pertencemos, não podemos deixar com a devida vênia, fazer uma pequena exortação à nossa digna agremiação por haver permitido a inserção em um dos boletim anteriores de um artigo de um dos mais cultos colegas de São Paulo, pela infelicidade e improcedência do tema que o objetivou. Num cotejo estabelecido entre os cartórios da Capital e do interior, procurou o articulista demonstrar que estes ofere sem maiores vantagens porque possuem diversos ramos. S.S., pela cultura que o destaca e pelo conhecimento que naturalmente deve possuir da organização dos escritórios de justiça dos anexos que omis e que se referem aos serviços crime, de menores, justiça e acidente no trabalho, tutelas e curatelas quase todas requeridas ex-offício pelo curador, etc., os quais são de natureza urgente, preferencial e irremunerável para cujo custeio e desviado da receita uma verba aproximada de 60%.

Caso, porem estejamos enganados nesta suposição, isto é, se S.S desconhece o que vimos de afirmar ficará convidado a uma visita a qualquer cartório de entrância inferior a sua, pois assim temos absoluta certeza, modificará a sua opinião e se convencerá de que os serventuários do "interland" não navegam em nenhum mar de rosas e precisam, merecem e tem direito de alguma atenção por parte dos poderes competentes. Aí fica o nosso sucinto comentário e guisa de reputação a injusta assetiva do onerado colega da Capital.

CONGRESSO INTERNACIONAL

Recebemos da direção da Revista Internacional do Notariado Latino, órgão oficial do Congresso Internacional do Notariado Latino, uma carta em que nos comunica que será publicado um número especial em homenagem ao II Congresso que se realizará este ano em Madrid. Para esse número pede-nos a valiosa colaboração dos nossos associados a qual poderá versar sobre a importância daquele Congresso ou sobre temas de caráter jurídico - notarial, de interesse internacional. As colaborações poderão ser enviadas a esta Associação.

DISTRIBUIÇÃO...

Um nosso distinto colaborador expendeu sua idéia individual, referentemente ao modo de serem praticadas certas distribuições.

A denominação por ele usada, de "papagaios" é antiga, e não cabe a culpa dessas irregularidades aos dignos distribuidores do foro em geral, pois não podem investigar esses serventuários se o feito a distribuir é falso, cabendo a culpa a quem o apresentar para semelhante formalidade.

Pela leitura desse artigo verifica-se que o seu autor não teve o intuito de ofender ou diminuir seus colegas e apenas comentar esse fato que, as vezes, se verifica.

Os dignos distribuidores, está claro, não poderiam adivinhar a intenção dos autores dos "papagaios" e nem sair de seu cartório para tal verificação, por lhes faltarem atribuição para isso.

Pensamos ficar assim esclarecido, a fim de dissipar as dúvidas entre esses colegas, o nosso colaborador e esta Associação que não tem preferências ou distinções.

A NOSSA PRIMEIRA ETAPA

R I b a s

Com a publicação de fevereiro, do "Boletim da Associação" está vencida a nossa primeira etapa.

Reconhecemos que muitas falhas foram cometidas. Tudo no começo é assim, de maneira que com o tempo se melhorará.

Procuramos nos números passados esclarecer os nossos associados em muitos pontos da serventia de Justiça. Pretendemos que o "Boletim", para o serventuário, seja tal breviário.

Publicará ele os provimentos da Corregedoria da Justiça, as leis e decretos esclarecendo-os de modo a ser perfeitamente compreendidos.

Por parte da Secretaria da Justiça existe a melhor boa vontade para facilitar os casos e interesses dos serventuários, graças ao seu respectivo titular o Ex.mo Sr. Dr. Cesar Lacerda de Vergueiro, perfeito amigo da classe a que pertence.

É nosso pensamento também, que a Associação seja a intermediária nos pedidos de licenças, e de outros interesses dos serventuários não só perante a Secretaria da Justiça, como em outros, aos moldes dos Sindicatos, institutos e todas as associações de classe. Não devemos olvidar o esforço despendido pelo atual presidente interino Sr. Francisco Vergueiro Porto, também serventuário, que estoicamente, sem desvanecimento muito tem trabalhado sem preferências por este ou aquele cartório, sempre proclamando que o valor do cargo é igual, pois que todos são serventuários de justiça, com os mesmos direitos e igualdade sem superioridades. Somos prova do quanto ele se esforçou perante a Secretaria da Justiça, Tribunal de Justiça e deputados pela aprovação da lei sobre aposentadoria e Regimento de Custas do Registro Civil e de que está animado e certo que na legislatura do corrente ano conseguirá a aprovação da lei sobre a carreira do serventualismo de justiça, enfim tem se revelado superior captain da classe.

Todos os serventuários estão no restrito dever de prestigia-lo, auxiliando a Associação.

Os que dela ainda não fazem parte, devem pressurosamente inscrever-se como sócio que refletirá na própria classe que é depositária de alta função social reconhecida, desde as ordenações do Reino e o será em todo o tempo, pelo seu papel preponderante, que desempenha.

Assim, pois, este apelo será atendido não haverá dúvida.

FALECIMENTO

Dr. Manuel Hipolito do Rego

Tivemos a infausta notícia do falecimento do nosso iminente colega Dr. Manuel Hipolito do Rego, Oficial do Registro Geral de Hipotecas da comarca de Santos.

Desempenhou em vida esse distinto serventuário elevados cargos destacando-se o de deputado

estadual.

Perde a nossa classe, grande elemento, e a sua respeitável família o seu grande chefe.

José Augusto de Carvalho

Também em Andradina, no corrente mês faleceu o Sr. José Augusto de Carvalho, digno 2º Tabelião de notas e nosso associado.

Ainda moço, pertinaz moléstia o ceifou levando-o a morte.

O finado, pobre, pelo seu esforço próprio, conquistou grande estima, sendo premiado pelos seus méritos e nomeado no referido cargo.

À sua esposa e filhos, as nossas sinceras condolências.

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

Em sua ultima reunião resolveu a Diretoria o seguinte:

Aprovar o relatório do presidente;

Aceitar a proposta para que fosse inaugurado na sede da Associação o retrato do Dr. Cesar Lacerda de Vergueiro, Secretário da Justiça, em dia que será previamente marcado;

Por proposta do Sr. presidente e de acordo com o artigo 22 dos Estatutos, foram criadas as seguintes comissões administrativas, sob a visão do presidente:

Tabeliães de notas:

Drs. Otavio Uchôa da Veiga e João Neves Netto;

Oficiais de Registro de Imóveis:

Drs. Armando Costa Magalhães e Silvio de Bueno Vidigal;

Registro de Títulos:

Dr. José Soares Arruda;

Registro Civil:

Sr. Waldomiro Borges Canto;

Cartório do Palácio da Justiça:

Dr. Waldomiro Lobo da Costa;

Para o Congresso do Notariado Latino:

Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva;

Para os Boletins:

Sr. Abner Ribeiro Borges.

RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE

Conforme o artigo 28 letra "c", dos Estatutos em vigor, cumpre-me trazer ao conhecimento da Assembléia Geral, um resumo das atividades da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo durante o ano de 1949.

De acordo com os relatórios apresentados em cada trimestre pelo Diretor - Secretário, vemos claramente como se desenrolaram os trabalhos de nossa Associação no que se refere à Secretaria.

A situação financeira desta Entidade está em ordem, conforme demonstração do balanço Geral e dos balancetes trimestrais apresentados pelo Diretor - Tesoureiro. A arrecadação durante este exercício, foi de Cr.\$ 188.939,40 e a despesa de Cr.\$ 123.817,50, apresentando um saldo bastante favorável de Cr.\$ 65.121,90, que passa para o presente exercício.

O quadro social neste ano, sofreu uma baixa de 19 sócios, porém, em compensação teve um acréscimo muito favorável de 108 associados, novos. Existem atualmente 769 sócios.

O Patrimônio com exceção da Biblioteca, continua com a mesma importância no valor de Cr.\$



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

42.569,00.

Neste ano, durante minha gestão como Presidente em exercício, foi conseguido que esta Associação fosse considerada de Utilidade Pública, pela Assembléia Legislativa que nos concedeu também uma subvenção de vinte e três mil cruzeiros (Cr.\$ 23.000,00).

Iniciamos a publicação do nosso Boletim Mensal que foi muito bem acolhido pelos nossos associados, a tal ponto que muitos colegas que se achavam atrasados em sua mensalidade pediram e regularam sua situação.

Graças ao nosso boletim mantivemos, durante o ano, um intercâmbio com os nossos colegas dos outros Estados e com as Associações do Continente Americano tornando a nossa Associação mais conhecida na América e nos Países latinos da Europa.

Tenho requerido ao M. corregedor Geral da Justiça, Dr. Marcelino Gonzaga, conseguimos a emissão de carteiras profissionais facilitando aos nossos colegas a prova de identidade e de exercício do cargo. Foram emitidas 456 carteiras. Conjuntamente com as carteiras, conseguimos distribuir 342 distintivos.

No dia 2 de outubro comemoramos o DIA DO SERVENTUÁRIO reunindo os nossos colegas da Capital e do interior em um almoço organizado, com muita dedicação, pelos nossos colegas Dr. Otávio Uchôa da Veiga e Dr. Antonio Firmo da Silva.

Tendo sido a nossa Associação convidada para tomar parte no Congresso de Notarios, a se realizar este ano em Madrid, foi nomeado delegado da Associação e de Congresso o nosso colega Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva que muito tem se esforçado para que seja brilhante a nossa representação.

A Associação, sempre procurou, assistir aos seus associados toda vez que a ela tem recorrido. Além disso não tem descuidado dos interesses da classe em geral procurando defender os seus direitos nas recentes leis de Aposentadoria e reforma do Regimento de Custas e alertando os colegas do Brasil contra a lei do Casamento Religioso que se pretende instituir em detrimento do Casamento Civil.

Durante as minhas férias fui substituído, com grande vantagem para a Associação, pelo nosso distinto colega Dr. Silvio de Bueno Vidigal.

Finalizando devo declarar que durante o ano findo, fui auxiliado grandemente pelos meus companheiros de Diretoria que, com muita boa vontade contribuíram pela prosperidade de nossa Associação.

São Paulo, 1 de fevereiro de 1950.

a) Francisco Vergueiro Porto
Presidente em exercício.

RELATÓRIO DO SR. DIRETOR - TESOUREIRO
Movimento de Tesouraria durante o exercício de 1949

Cr.\$

Saldo anterior

39.459,00

CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS

125.970,00



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

CARTEIRAS

13.200,00
DISTINTIVOS

9.480,00
JUROS E DESCONTOS

830,40

188.939,40
D E S P E S A

Cr.\$

VÁRIOS GASTOS

17.059,00
IMPRESSOS E OBJº DE ESCRITÓRIO

19.211,70
TELEGRAMAS E SELOS

7.494,70
ALUGUEIS

19.324,10
MÓVEIS E UTENSÍLIOS

2.871,00
BIBLIOTECA

70,00
CARTEIRAS

12.920,00
COMISSÕES

1.129,70
BONIFICAÇÕES

3.660,00
PUBLICAÇÕES

85,00
ORDENADOS

39.993,00

123.817,50
Saldo que passa para o exercício seg.

65.121,90

188.939,40

São Paulo, 31 de Dezembro de 1949.

(a) Waldomiro Borges Canto - Diretor Tesoureiro.

RELATÓRIO DO SR. DIRETOR - SECRETÁRIO

Senhor Presidente, Relatando o que foram as atividades da Secretaria da Associação, durante o exercício de 1949, venho como tem sido feito anteriormente, juntar os Relatórios trimestrais deste ano, aprovados em reuniões da Diretoria, como determina o artigo n.º 29 letra "F" dos Estatutos.

Houve como se verifica a inscrição de 108 novos sócios e a demissão de 19, ficando o quadro social, com o número total de 769 associados.

O movimento total da correspondência, como também se vê, pelos citados relatórios trimestrais, foi o seguinte:

Cartas expedidas

3.845

Cartas recebidas

678

Todos os trabalhos da Secretaria da Associação estão em ordem e perfeitamente em dia.

É, Sr. Presidente o que tenho a relatar.

São Paulo, 31 de Dezembro de 1949.

a) João neves Netto - Diretor Secretário.

CURSO PREVENTIVO DE FALSIFICAÇÕES DE DOCUMENTOS

O Sr. Presidente, recebeu do Diretor da Escola de Polícia, o seguinte ofício:

"Esta Escola de Polícia tem o grato prazer de comunicar a Vossa Senhoria que, recentemente, foi criado o "Curso Preventivo de Falsificações de Documentos", destinado a ministrar conhecimentos técnicos para auxiliar a prevenção de fraudes em documentos.

O referido curso terá a duração de um ano, podendo matricular-se neles os funcionários de estabelecimentos de créditos públicos ou particulares, os de tabelionatos e os de cartórios, que tenham curso secundário completo ou de formação básica comercial, em estabelecimento oficial ou oficializado. As matrículas estarão abertas até o dia 25 de fevereiro.

A Escola de Polícia conta certa com a sua preciosa colaboração e divulgação junto aos seus prezados associados e desde já manifesta o seu grande reconhecimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos de minha distinta consideração.

a) Walter Faria Pereira de Queiroz - Diretor

NOTA: A Associação enviou circular a todos os serventuários desta Capital transcrevendo na mesma, esse ofício.

CUSTAS DE DISTRIBUIÇÃO - QUEM PAGA?
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6678

- Aprigio Guimarães - Capital: "A consulta, formulada a fls. 2, respondo: I - Os emolumentos

devidos aos distribuidores são os indicados na lei vigente ao tempo em que se praticar o ato da distribuição. II - Assim, a partir da vigência da Lei n.º 632, de 1º de fevereiro de 1950, ou seja da data da sua publicação (art. 4º, os emolumentos conferidos aos distribuidores são os definidos naquele diploma legal. Diversificando, pois, as datas da lavragem da escritura e da sua distribuição, o emolumento relativo ao último ato deve ser calculado segundo a lei nova, se a distribuição verificar-se depois de primeiro de fevereiro. III - A parte compete completar o montante dos emolumentos se os cobrados por ocasião da lavratura da escritura forem insuficientes. Por essa diferença, é claro, não responde o cartório onde se lavrou aquele ato, além do mais, porque não cabe ao notário o dever de levar o instrumento a distribuição pertinente aos registros de imóveis. Essa obrigação incumbe a parte interessada. IV - Relativamente à distribuição da própria escritura ao tabelionato não há dificuldade a solucionar, visto que os dois atos, escritura e distribuição, são executados contemporaneamente. Surge a dúvida quanto a distribuição aos cartórios de registro geral e a solução é a que se indica linhas acima. São Paulo, 14 de fevereiro de 1950. - (a) Leme de Silva. Publicado no D.O. J. em 17/02/50.

SERVENTUÁRIO VEREADOR
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6688

- Cecim Miguel - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca de Ituverava - "O exercício simultâneo de cargos incompatíveis não é possível, conforme já foi decidido no processo n.º 6.537. - São Paulo, 15/02/50. A) Leme da Silva" - Processo n.º 6537 - João Taralo - Itapólis - "Pela petição de fls. 4. Pedro Paulo - Porto, oficial maior do cartório do 1º Ofício de Itápolis, eleito vereador municipal da referida cidade, convidado pelo Dr. Juiz local, optou pelas funções do oficial maior, em obediência a decisão desta Corregedoria, exarada a fls. 9, pelo meu honrado antecessor. Não Obstante a opção já formulada, insiste o auxiliar da justiça em exercer, cumulativamente, as funções dos cargos aludidos, mas não diviso motivo legal para modificar a decisão do ex-corregedor, por ser manifesta a incompatibilidade do exercício simultâneo daqueles cargos.

Essa é a jurisprudência eleitoral, embora atenuada no sentido de atribuir ao órgão legislativo municipal a competência para declarar a perda do mandato de seus membros, nos termos da Lei n.º 211 de 7 de janeiro de 1948.

Nada impede, entretanto, que a autoridade judicial superior tome as providências cabíveis para evitar se de desempenho simultâneo a cargos incompatíveis por lei. São Paulo, 15 de fevereiro de 1950. A) Leme da Silva. Publicado no Diário Oficial da Justiça em 16 de fevereiro de 1950.

DESPACHO NO PROCESSO N.º 6664

Dr. José de Freitas Guimarães - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais - Marília - "Oficie-se ao Departamento de Saúde no sentido de dar-lhe conhecimento da ocorrência e de salientar a remessa, com a possível brevidade, dos atestados a quem se refere a representação. No mais, observe-se a portaria n.º VII, de 1949. A) Leme da Silva. São Paulo, 3/2/50. Publicado no Diário Oficial em 08/02/50.

PORTARIA N.º 7/49 (a que se refere o despacho supra) O DESEMBARGADOR JOÃO MARCELINO GONZAGA, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, pela presente portaria e usando das atribuições que lhe são conferidos por lei; e - atendendo ao que solicitou o Sr. Secretaria da Justiça de Negócios do Interior, tendo em vista a representação da Secretaria de Estado de Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social, DETERMINA: aos Ofícios dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais do interior do Estado que remetam, mensalmente, as unidades sanitárias das respectivas comarcas ou regiões, os mapas demografo-sanitários de acordo com os modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado. P. CUMPRASE - São Paulo, 4 de outubro de 1949. A) João Marcelino Gonzaga - Corregedor Geral da Justiça. (publ. No D.O. da Justiça essa portaria em 05/10/1949) - Publicado no Diário Oficial da Justiça novamente essa portaria e o despacho supra em 8 de fevereiro de

1950.

QUEM É SERVENTUÁRIO?
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6643

ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVENTES E AUXILIARES DE JUSTIÇA - "A "Associação de Escreventes e Auxiliares de Justiça do Estado de São Paulo" consulta esta Corregedoria sobre se a expressão serventuário, inseta na lei n.º 616, de 4 de janeiro, do ano fluente, abrange não só os titulares efetivos dos cartórios, assim como os demais auxiliares da Justiça, juramentados, ou sejam os escreventes habilitados e oficial maior, este nomeado por decreto e com a mesma competência do serventuário.

A indagação, tudo indica, tem apenas finalidade consecutiva pois que está escrito no referido decreto que o Sr. Desembargador Presidente do Tribunal baixará, oportunamente as necessárias instruções, em ordem a disciplinar as inscrições, quer quanto à capacidade dos requerentes, quer quanto à documentação exigível, sem prejuízo do que a comissão examinadora resolver afinal. No mesmo sentido se orientava o Dec. n.º 5.120 de 1931.

O mais acertado, portanto, é aguardar as instruções. Respondendo, no entanto, à consulta, não hesito em adiantar, a título de instrução, que a expressão serventuário sempre foi utilizada como alusiva ao titular do cartório, no que foi provido na serventia pública, vitalícia. É o que se depreende do decreto citado, do dec. 5.120, de 1931 e do próprio decreto n.º 123, de 1891, que reorganizou a justiça do Estado, após o advento do regime republicano. No seu artigo 15, n.º II do dec. 123, encontra-se a relação dos auxiliares do Juízo que recebem a denominação de serventuário, ao passo que no art. 83 se define a figura do escrevente, como auxiliar do serventuário, seu colaborador ou coadjuvante na prática do serviço do cartório. Outros diplomas legislativos poderiam ser citados.

Assim, serventuários são os titulares das serventias, ao passo que os demais auxiliares receberam denominação e tratamento diferentes. Divergentes sempre foram a forma da investidura, o processo da habilitação e a competência para expedir títulos de provimento ou de nomeação, saldo quanto aos cartórios oficializados.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1950.

A) Leme da Silva - Publicado no Diário Oficial da Justiça em 7 de fevereiro de 1950.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6589

- Escrivão do 9º Ofício da Família - Curador de Resíduos em exercício: "O Dr. Francisco de Camargo Penteado, Curador de Resíduos em exercício, reclama contra certidões lançadas após o termo de abertura de vista, por considerar inúteis tais certidões e dissonantes da instrução superior. Efetivamente o Provimento n.º IV, de 21/08/47 e explícito ao determinar se abra vista sucessivamente aos interessados que tenham direito de retirar os autos do cartório, esclarecendo que o escrivão entregará os autos com vista sem necessidade de qualquer intimação. Exige-se, apenas, a assinatura da carga, pelo interessado, no livro próprio. Assim, diante da clareza do texto correccional, não se justifica a lavratura de certidão que acompanhe a abertura de vista, a não ser quando o interessado nas condições supra, se recuse a retirar os autos e a assinar a respectiva carga. Nessa hipótese, justifica-se e até se recomenda a lavratura da certidão em que se mencionarem os fatos ocorridos. V. Prov. De 15/5/48 - No caso em estudo, no entanto, não se configura a hipótese excepcional prevista no último provimento pelo que se recomenda a fiel observância do que foi determinado pelo provimento n.º IV, citado, quando à dispensa de certidões. Procede a reclamação menos quanto à parte referente ao termo de juntada, não lavrado, pelo serventuário, ao receber os autos com a conta de custas. São Paulo, 3/2/1950. A) Leme da Silva - Publicado no Diário Oficial da Justiça em 7 de fevereiro de 1950.

C O R R E S P O N D Ê N C I A

O Sr. Presidente recebeu a carta abaixo transcrita do nosso colega Renato Pereira, de Itapira e, para ela, chama a atenção dos nossos colegas.

"Il.mo Sr. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo.

Tenho aqui encostado a cidade um belíssimo sítio de 12 alqueires, terreno muito plano, vista belíssima, com 4 polegadas de água, sendo 1 polega e $\frac{1}{4}$ de água potabilíssima, já examinada e aprovada, de grande poder diurético, com a captação já terminada a respectiva fonte, com muitos atestados de curas de rins etc. ... distante dessa Capital 2 horas e pouco de automóvel, com grande facilidade de condução, tanto por estrada de rodagem, como pela estrada de ferro mogiana, pois a mesma é ladeada por essa estrada.

Devido a essas vantagens todas e como sou homem de progresso e iniciativa, resolvi submeter a essa Associação a minha idéia, que é a seguinte:

Formamos uma sociedade de todos os tabeliães, oficiais do Registro civil, etc., para a construção de um hotel, sem luxo, mas com todo o conforto, além de todas as diversões, como piscina, tênis etc. que servirá para passar as nossas férias e podendo ser também para juizes, promotores etc..

Sei que o plano é grande e de grande capital, mas todos reunidos, mediante prestações mensais e tendo a frente uma diretoria formada de colegas de valor, poderemos conseguir esse grande empreendimento em nosso benefício, dando mais nome e prestígio a nossa classe.

Itapira é uma cidade de grande progresso, com 2 fábricas de chapéu, 1 de papelão, escola normal, ginásio, colégio dotada de todos os recursos.

Caso V.S. ache a minha idéia viável, darei informações pessoalmente quando desejar, esperando por isso um chamado. Do colega e amigo.

a) Renato Pereira.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO	2
O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO "BOLETIM DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA".	2
COUSAS DO SERVENTUALISMO DA JUSTIÇA	2
CONGRESSO INTERNACIONAL	3
DISTRIBUIÇÃO...	3
A NOSSA PRIMEIRA ETAPA	3
FALECIMENTO	4
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA	5
RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE	6
RELATÓRIO DO SR. DIRETOR - TESOUREIRO	7
RELATÓRIO DO SR. DIRETOR - SECRETÁRIO	8
CURSO PREVENTIVO DE FALSIFICAÇÕES DE DOCUMENTOS	8
CUSTAS DE DISTRIBUIÇÃO - QUEM PAGA?	9
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6678	9
SERVENTUÁRIO VEREADOR	9
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6688	9
DESPACHO NO PROCESSO N.º 6664	9
QUEM É SERVENTUÁRIO?	10
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6643	10
DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 6589	10
C O R R E S P O N D Ê N C I A	11
DIRETORIA	13
CONSELHO FISCAL	13

SUPLENTE

13

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basilio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	
Araçatuba	
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

Nº 014 - Publicação: 01/04/1950

COLABORAÇÃO LITERATURA NOTARIAL

É sempre com prazer que anotamos o aparecimento de livros que venham enriquecer a nossa deficiente literatura notarial.

Esses reparos surgiram com o aparecimento da 2ª edição do livro de Silvio Brantes de Castro e com o recebimento do livro "O Tabelião" de Zeferino Ribeiro, serventuário em Porto Alegre.

Se todos ou a maioria dos nossos colegas resolvessem seguir os exemplos dados por esses nossos colegas e de alguns outros teríamos uma notável literatura.

Possuímos um corpo notarial que honram qualquer país... mas que preferem deixar morrer nos arquivos dos seu cartórios os casos interessantes que lhes foram afetos.

Muita gente pensa que a missão do serventuário é simplesmente concretizar em instrumentos

públicos a vontade dos seus clientes mas, muita gente, ignora, que a redação do instrumento é a última parte de um grande trabalho jurídico e notarial.

De um simples rascunho, fornecido pelas partes, precisam nos notários filiar, os documentos que se tornarem necessários à prática do ato pedido, verificar se a vontade das partes não contrariam os princípios vigentes de Direito e quais as formalidades que devem praticar para que o ato se torne perfeito e acabado.

Esse trabalho tão insano, confiando pelas partes aos seus tabeliães, que Correia Teles, em seu clássico Manual do Tabelião, escreveu que "da ignorância dos tabeliães de notas resultam prejuízos de muita omissões nas escrituras, nos testamentos e nos instrumentos".

Infelizmente esse grande trabalho morro nos arquivos dos cartórios porque ninguém resolve a transmiti-lo em livros ou revistas, aos seus colegas.

Lendo as revistas notariais da Argentina, México, Canadá, França, Espanha e Bélgica, que nos têm chegado, vemos como os nossos colegas, daqueles países, não são egoístas.

Questões de direito civil e de direito comercial são versados por verdadeiros juristas com a vantagem de se unirem, nesses escritórios, a teoria e a prática.

Por isso a nossa literatura é pequena e quando recebemos livros, como os acima mencionados, não hesitamos em festejar a sua publicação e recomendamos a sua leitura.

Nesses livros os nossos colegas encontrarão o que há de mais recente em leis e provimentos e compulsando-os não precisarão usar o prudente conselho de Correia Teles a não se fiarem se, o mais prudente e enviarem as partes a letrado, que lhes façam minuta".

AS COMARCAS SEGUNDO AS SUAS ENTRANCIAS

Antonio Cintra - Oficial do Registro Civil de Santa Adélia.

Fundados em observações quotidianas e que nos conferem três décadas de ofício em cartórios e comarcas da 1ª, 2ª e 4ª entrâncias, é que nos levam a estas ligeiras e simples considerações a que as lançamos à luz de nobres intenções. E o fazemos levados unicamente por espírito de concórdia, ante o que se há já realizado em prol duma classe de servidores de justiça, no dealbar de suas felizes reivindicações sociais.

O caso em apreço não tem em mira depreciar tabelas de vencimentos já estabelecido as para os casos de aposentadoria, bem como do que fora estabelecido para os cartórios quando sob o regime de oficialização, apenas entendemos numa ligeira modificação que por seu turno, os vencimento se aproximassem mais um pouco da ala mais distanciada da 4ª entrância.

Não seria mesmo fora de propósito que, comarcas de 1ª e 2ª entrância se aglutinassem numa só classe, unicamente para os feitos de percepção de vencimentos dos servidores de justiça. E o motivo desta sugestão simples e destituída de qualquer veleidade, prende-se no seguinte: a) melhorar mais a situação dos servidores de justiça escalados na primeira entrância; b) ter-se em consideração que existem comarcas da 1ª entrância e que dado o seu valor tributário deveria estar classificadas em 2ª entrâncias. Tomamos por exemplo duas delas que conhecemos: Novo Horizonte e Tanabí. E como justo critério deve-se ter em conta que o trabalho e a responsabilidade do serventuário titular do cartório e de seus escreventes é uno e indivisível em todas as entrâncias, apenas difere o padrão de vida, que por sua vez é mais elevado nas comarcas de 3ª e 4ª entrância, mas para isso havendo já mais compensação nos vencimentos. E, só isso, porque quanto ao movimento do cartório, tudo se apoia na razão direta das exigências funcionais, isto é, quanto maior for o movimento do cartório, tanto maior também, o número de escreventes. Serventuários que fomos em cartório de comarca de 4ª entrância, tínhamos escreventes e auxiliares as exigências dos requisitos de trabalho e tudo se processava suavemente. Como se vê, tudo está relativo.

Afiguras-se nos por esse motivo que a carreira deve ser acessível a todos os servidores de justiça e sem que as entrancias os afetem em demasia pelo rigor de classificação. Serventuários e escreventes se encontram irmanados no cumprimento do dever, cada qual respondendo pelas suas atribuições ou encargos e seja nessa ou naquela entrancia. A diferença que existe é na desigualdade de proventos, onde os extremos se tocam de modo singular um pouco mais de 100% entre 1ª e 4ª entrancia.

Já houve um articulista que nessa mesma Revista fez sentir o inconveniente dessa grande diferença, principalmente na parte referentes aos escreventes. Mas tudo isso não há de ser nada. Pois, chegaremos à conclusão que a causa dos serventuários de justiça nunca esteve tão bem amparada como se acha agora, pelos estudiosos de nosso Poder Legislativo e que tudo resolverão a contendo geral.

NOMEAÇÕES DE ESCRIVENTES

Em nosso próximo número, publicaremos o Dec. n.º 5.129 - de 23 de Julho de 1931, que dispõe sobre a nomeação, demissão e prerrogativas dos escreventes habilitados e dá outras providências.

DR. BRASÍLIO MACHADO NETO

Foi reeleito Presidente da Assembléia Legislativa, deste Estado, o nosso colega Dr. Brasília Machado Neto de quem apresentamos as nossas sinceras felicitações.

Sendo um grande amigo da nossa classe e conhecedor das suas necessidades a Associação dos Serventuários espera que S.S. continue a prestar aos seus colegas os serviços que o tornaram um grande defensor dos seus direitos.

Recebemos do nosso colega Sr. Sylvio Brantes de Castro, um exemplar do "NOVO MANUAL DOS TABELIÃES" que acaba de ser lançado em segunda edição, pela editora "Edições e Publicações Brasil S.a, desta Capital.

O trabalho daquele nosso colega teve tão boa acolhida, pois foi considerado bom e útil, tanto que a sua primeira edição esgotou-se dentro de pouco tempo, o que obrigou o seu autor a fazer com que fosse ele novamente editado.

Aquele MANUAL está muito melhorado em sua segunda edição, eis que foi nele incluído novas fórmulas e novos comentários e anotações não só do autor como de eminentes juristas sobre as várias disposições legais normativas dos contratos, bem como um apêndice contendo inúmeros decretos e leis que se relacionam com a matéria nele tratada.

A orientação seguida pelo seu autor, na segunda edição do "NOVO MANUAL DOS TABELIÃES" e digna de menção, pois que os seus respectivos capítulos estão colocados em ordem alfabética, de sorte que torna fácil a quem o manuseie, deparar, desde logo, com o assunto procurado. Também destinadas as várias espécies de contratos, estão redigidas com clareza e sem prolixidade.

Ademais, o autor menciona no seu trabalho, não só a selagem, como também o imposto e registro a que estão sujeitos determinados contratos.

Julgamos, por isso, o NOVO MANUAL DOS TABELIÃES, bom e útil, não só aos escreventes e tabeliães de notas, advogados, contadores, comerciantes e corretores, como bem prognosticou o iminente jurista Dr. Manoel da Costa Manso, na apreciação que dele fizera, na sua primeira edição.

APELO AOS NOSSOS COLABORADORES

Pedimos aos nossos colaboradores que mandem seus artigos até o dia 2 de cada mês afim de evitar enganos ou aborrecimentos, pela razão da carência de tempo para as devidas revisões.

Não sendo os mesmos recebidos até aquele dia ficarão para o número seguinte a sua publicação, muitas vezes perdendo a oportunidade, por isso o presente apelo afim de que não sejam retardados, não pairando a culpa aos organizadores do Boletim se forem recebidos posteriormente aquela data.

COM O PROGRESSO DE SÃO PAULO, CRESCE TAMBÉM O TRABALHO FORENSE

O Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Ex.mo Sr. Dr. Alcides de Almeida Ferrari, em recentes declarações manifestou-se contrariamente sobre a criação de comarcas em localidades e municípios incorporados a comarca da Capital dado a crescente expansão urbana da Capital em todos os sentidos, ligando-a a todas as localidades limítrofes.

Acentua sua Excelência o acréscimo de serviço forense, tanto no setor criminal como no cível assoberbando os Juizes e Desembargadores com tais serviços que não podem ser resolvidos as pressas pela responsabilidade em que em cada um encerra a solução justa e serena em que são julgados, demandando enorme esforço físico e mental a fim de serem os processos terminados nos devidos prazos, pois que Varas estão sobrecarregadas pelo excessivo aumento do serviço forense.

É de opinião aquele ilustrado magistrado que o meio de diminuir tão estafante e vultoso trabalho seria a criação de tribunais intermediários para segunda instancia e a elevação de sua alçada como único remédio para o descongestionamento das Varas com jurisdição determinada.

Sua Excelência com a experiência e cultura que o exornam lembra um alvitre que naturalmente será levado na máxima consideração quando for pelo Congresso tratada a momentosa questão da Reforma Judiciária, que urge algumas modificações no seu texto.

CARTA RECEBIDA PELO NOSSO COLEGA SR. RENATO PEREIRA DO DR. MENOTTI DEL PICCHIA, SOBRE A CRIAÇÃO DA COLÔNIA DE FÉRIAS DA CLASSE DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA EM ITAPIRA.

"São Paulo, 20 de fevereiro de 1950.

Meu caro Renato Pereira,
Achei a sua idéia de criar a Colônia de Férias da Classe dos Serventuários da Justiça em Itapira, junto da Fonte da Santa Fé, excelente.

É que aí tudo concorre para tornar amenas e sadias as férias dos trabalhadores nos vários departamentos da justiça: o acesso fácil por boas estradas, o clima ameno, a água magnífica, a cidadinha linda para passeios.

Acho que v. deve empregar todos os esforços para realizar esse objetivo que vem beneficiar uma classe digna e que precisa de periódico repouso e valorizar a uma já tão conhecida e querida Itapira, que Washington Luiz denominou "A Linda" .

Do Amigo
a) Menotti Del Picchia

JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA FEDERAL SOBRE DESAPROPRIAÇÕES

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 12.266
Relator: O Sr. Ministro Ribeiro da Costa.

RECORRENTES: Alberto Marinho Silva e outros. A Prefeitura do Distrito Federal.

RECORRIDOS: Os mesmos.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso extraordinário n.º 12.266, do Distrito Federal, recorrente. 1º - Alberto Marinho da Silva Sobrinho e outros. 2º - Prefeitura do Distrito Federal: recorridos os mesmos.

Acorda o Supremo Tribunal em 1ª Turma, conhecer de ambos os recursos, negando provimento ao primeiro, prejudicando o segundo, contra os votos dos Srs. Ministros, Castro Nunes e Barros Barreto, nos termos das notas taquigraficas anexas.

Supremo Tribunal Federal, 6 de outubro de 1947. (a) Laudo de Camargo - Presidente (a) Alvaro Ribeiro da Costa - Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Ribeiro da Costa. Promoveu a Prefeitura do Distrito Federal, pelo Juízo de Diretoria da 1ª Vara da Fazenda Pública contra Augusto Marinho da Silva, afim de tornar efetiva, a desapropriação que fora decretada, relativamente aos imóveis da rua Evaristo da Veiga, n.º 111 e 113, casos I a VII, oferecendo como indenização a importância global de Cr.\$ 603.272,00 (Setecentos e três mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros).

O expropriado, na contestação, pediu o seu ressarcimento na base de Cr.\$ 7.500.000,00 ou seja doze vezes o valor da oferta.

No curso da causa, procedeu-se a perícia técnica, sendo pela sentença de fls. 115 - 124, fixado o valor da indenização na importância de (um milhão e duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros).

Recorreram as partes e o Tribunal de Justiça, nos termos do acórdão proferido a fls. 200, provendo a apelação do expropriado, elevou dita indenização a Cr.\$ 5.100.000,00, vencido o ilustre Sr. Desembargador Saboia Lima, cujo voto deu lugar à oposição de embargos de nulidade e infringentes do julgado, interpostos pela expropriante, afinal providos, apenas em parte, de conformidade com o seguinte acórdão (fls. 223 v. 224 v. lê):

"Transponibilidade do limite máximo do parágrafo único do artigo 27 da lei de desapropriação. É de levar-se em conta, fora da expropriante, a valorização, na parte em que decorre do plano de urbanização em execução.

Vistos, estes autos de embargo de nulidade e infringentes do julgado, acórdão os juizes das Câmaras Cíveis reunidas julgar procedentes em partes os embargos, para reduzir a indenização dois milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr.\$ 2.550.000,00) contra os votos dos Drs. Relator e Saboia Lima que os julgaram procedentes intotum, e os Drs. Oliveira Sobrinho, Afranio Costa, Flaminio de Rezende e Henrique Fialho, que desprezaram os embargos para confirmar integralmente o acórdão embargado.

Trata-se de ação de desapropriação, baseando-se o Acórdão embargado no laudo de três corretores, que procederam à avaliação do imóvel, dando-lhe o valor de Cr.\$ 5.100.000,00, à razão de Cr.\$ 4.000,00 por metro quadrado.

Não há mais que discutir a questão de transponibilidade do limite fixado no artigo 27, parágrafo único, da Lei de desapropriação, em face da jurisprudência copiosa e pacífica no sentido afirmativo.

Relevantes são porem, as razoes aduzidas pelo Embargante no que toca ao exaquo da cifra da

condenação. O laudo em que se apoiou o Acórdão embargado foi feito a pedido de terceiro, que estaria interessado na compra do terreno e reflete a tendência dos que militam em operações de corretagem, nas épocas de instabilidade de valores, para o exagero nas estimativas. Por outro lado, abstrai de elementos, que não pode ser contado em benefício do expropriado, isto é, de que parte da valorização decorre do plano de urbanização em execução nesta Capital.

Assim, razoável a redução da indenização a cifra de Cr.\$ 2.550.000,00 na base de Cr.\$ 2.000.000,00 por metro quadrado, tanto mais por que se trata de terreno irregular.

Custas ex-lege.

Escrevi a margem: Embarto,
Prefeitura do Distrito Federal:
Embo. Espolio de Maria Henriqueta da Silva.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1946 (a) Henrique Fialho - Presidente com voto (a) Antonio Vieira Braga - Relator".

Os litigantes recorreram extraordinariamente firmando-se os expropriados somente na letra "a" no n.º III, do art. 101, da Constituição, enquanto a expropriante indica as letras "a" e "d" alegando substancialmente, ofensa a lei federal em face da intransponibilidade do limite, máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 27, do decreto-lei n.º 3.315, de 21 de junho de 1941.

Arrazoaram as partes sucessivamente, opinando pelo conhecimento do recurso com fundamento da letra "d" do artigo 101, III da Constituição, e pelo provimento do recurso em face da letra da lei de desapropriações e o preceito taxativo de seu artigo 27, parágrafo único.

Nada tenho a modificar aquele ponto de vista, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1947. (a) Themistocles Brandão Cavalcante - Procurador Geral da República.

VOTO

O recurso é de ser conhecido em face da divergência de julgados em torno da interpretação e aplicação do parágrafo único, do artigo 27 da lei de desapropriações.

Desenvolve-se o tema, segundo os critérios relativo e absoluto, em torno dos quais se extremaram as opiniões as mais valiosas, tanto no campo doutrinário como no terreno jurisprudencial. Cifra-se, assim, a questão a ser decidida em saber se cabe ao juiz, nos processos de desapropriações de imóvel por utilidade pública, fixar a respectiva indenização com tendência aos limites mínimo da tabela legal, ou fazê-lo em atenção ao justo valor da propriedade, contemplando circunstância e requisitos recomendados expressamente pelo citado artigo 27.

Sem dúvida, quis o legislador que o juiz atendendo a todas as circunstâncias alusivas, levasse em conta o valor em conjunto, da propriedade imóvel, sujeito a expropriação para lhe fixar a dívida e justa indenização. Afim de atingir a solução do problema, não poderia, prevalecer a regra do parágrafo único do artigo 27, como critério imutável, rígido e absoluto, que a ser imposto o seria não em função da utilidade econômica do imóvel, mas em detrimento do seu valor e com ofensa à preceituação constitucional (art. 141, §16).

É força convir que na acepção jurídica, o termo indenização corresponde ao refazimento da composição de um dano sofrido, a equivalência de um valor econômico lesado, abolido, extinguido ou destruído.

Nesse sentido já se pronunciou o Tribunal Pleno, de referência aos embargos opostos a acórdão desta primeira turma, no recurso extraordinário n.º 7.913, de sorte a estabelecer o entendimento de que aquela norma é de adoção consuetudinária aos casos peculiares, cabendo, porém, ao juiz a indenização que represente o justo ressarcimento pelo valor do bem expropriado. Ainda esta Turma assim o decidiu nos recs. Extrs. N.º 977 e 10.000.

A lei de desapropriação regula apenas o modo pelo qual se fixa o valor econômico da propriedade, deferindo a solução da controvérsia ao poder judiciário com amplos elementos para determinar aquele valor.

Em face do disposto, o julgado local aplicando a lei interpretando a não incidiu na menor censura, com quanto haja decidido em oposição a julgados de outros tribunais. O critério adotado na fixação do "quantum" obedeceu a apreciação de elementos vários, notadamente o laudo pericial. Se o arbitramento muito se distancia da importância pedida pela parte expropriada nem por essa razão se há de concluir pela ofensa ao preceito legal. Lesão existe, e assim já o sustentei quando a base do valor fixado e por tal modo, ínfima que praticamente desatende à garantia inscrita no parágrafo 16 do artigo 141 da CARTA MAGNA.

À vista do exposto, conhecendo dos recursos, nego-lhes provimentos.

V O T O

O Senhor Ministro Castro Nunes: S. Presidente conheço de ambos os recursos dando provimento ao segundo e julgando prejudicado o primeiro, de acórdão com meus votos anteriores, já reiterados.

V O T O

Senhor Ministro Annibal Freire Senhor Presidente, estou de acordo com o senhor Ministro Relator.

V O T O

O Senhor Ministro Barros Barreto: Senhor Presidente acompanhando o Senhor Ministro Castro Nunes, conheço de ambos os recursos: Dou provimento ao segundo, na conformidade de meus votos anteriores e julgo prejudicado o primeiro.

V O T O

O Sr. Ministro Laudo de Camargo - (Presidente) Estou de acordo com o Sr. Ministro Relator.

D E C I S Ã O

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: conheceram de ambos os recursos, sendo negado provimento ao primeiro e prejudicado o segundo, contra os votos dos Srs. Ministros Castro Nunes e Barros Barretos, que deram provimento ao segundo com prejuízo do primeiro.

A TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Ministro da Fazenda, em circular dirigida às repartições subordinadas à Pasta, declarou:
1º - Que a taxa de Educação e Saúde deverá ser exigida de casa papel, isto é, de cada ato, contrato, documento ou livro compreendidos na tabela da Lei do Selo, ainda mesmo no caso em que o pagamento seja permitido ou devido englobadamente.

2º - Que em consequência do disposto do item interior fica revogado a segunda parte do item "v" da circular n.º 61, de 30 de setembro de 1946.

RECEBEMOS AS SEGUINTE REVISTAS:

"NUESTRA REVISTA" - editada em Madrid - Espanha.

"REVISTA JURIDICA NOTARIAL" - editada pelo Colégio de Notários do Distrito Federal e Territórios do México.

"REVUE PRATIQUE DU NOTARIAT BELGE" - editada em Bruxelas - Bélgica.

"REPERTOIRE GENERAL PRATIQUE DU NOTARIAT EL DE L'ENREGISTREMENT" - editada em Paris - França.

"REVISTA DE NOTARIADO E REGISTRO PREDIAL" - editada em Lisboa - Portugal.

"BULETIM DU JONSEIL SUPERIEUR DU NOTARIAT" - editada em Paris - França.

"LA REVUE DU NOTARIAT" - editada em Quebec - Canadá.

"TRATADO TEORICO E PRATICO DE NOTARIADO" - I e II Volume. Trabalho feito pelo nosso distinto colega Dr. Avelino de Faria, serventuários em Lisboa - Portugal.

"CURSO DE CONFERÊNCIAS" - 1948. Trabalho publicado pelo Ilustre Colégio Notarial de Valencia - Espanha.

"ANALES" - Da Universidade de Santo Domingo, referentes aos anos de 1945, 1946, 1947 e 1948, da cidade de Trujillo - República Dominicana.

Agradecemos o recebimento dessas magníficas publicações, que ficam a disposições de todos os nossos colegas em nossa sede social.

REVISTA INTERNACIONAL DO NOTARIADO

A Revista Internacional do Notariado, órgão oficial do Comitê Permanente do Congresso do Notariado, publica em seu 4º número, a Lei de Aposentadoria dos serventuários e de mais auxiliares de Justiça.

A mesma será enviada aos nossos associados e as associações de classe do país, por intermédio da nossa Associação.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATIDO

A Associação recebeu o convite oficial, extensivo a todos os notários brasileiros, para participar do Congresso Internacional do Notariado Latino, a realizar-se na segunda quinzena de outubro, em Madri.

Dado o brilhantismo do I Congresso realizado em Buenos Aires, em 1948, e ao grande interesse para a classe das teses a serem discutidas a Associação está empenhada em constituir uma delegação de notários não só do nosso Estado, como de todo o Brasil, para representar o Notariado brasileiros naquele Congresso.

Com esse fim já dirigiu circulares a todos os seus associados bem como às demais associações de classe do país, e designou para atender e esclarecer os interessados o Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, 4º Tabelião de notas da Capital, com cartório à Rua da Quitanda, 86 - tel. 3-9314.

A PEDIDO

A pedido dos Srs. Oficiais do Registro Civil da Capital, transcrevemos a seguinte mensagem: "AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO"

Os abaixo assinados, oficiais dos Registros civis, desta Capital, constituídos em comissão organizadora das grandes homenagens que serão brevemente prestadas ao benemérito defensor dos direitos da classe o insigne deputado DR. ALFREDO FARHAT, convidem todos os seus colegas do interior do Estado, para tomar parte no banquete que em dia e hora previamente anunciados pelo imprensa, vão oferecer aquele ilustre parlamentar, durante o qual ser-lhe à entregue um valioso mimo como lembrança dos seus amigos e admiradores.

Não será necessário assinalar mais uma vez, a grande soma de benefícios prestados à classe dos funcionários e servidores da justiça do Estado, pelo jovem e brilhante deputado paulista, bastando apenas, para torna-lo digno da estima, e da gratidão de todos os serventuários e seus auxiliares, a memorável defesa, por ele feita, com inextinguível devotamento e abnegado carinho, dos projetos - leis n.º 310 convertido na lei n.º 507(Aposentadoria) e n.º 639, convertido na lei n.º 632 (Regimento Civil), ambos de sua autoria.

São também de sua autoria, o projeto de lei n.º 1.229 (Regimento de Custas dos Cartórios, em geral), que já está com parecer favorável para entrar em pauta e o projeto-lei n.º 869, que se refere à instituição da carreira, que aguarda parecer.

Alem desses projetos, S. Excia. está tratando de uma lei de complementação da lei de aposentadoria, para estender os benefícios dessa lei às viúvas, filhos menores e incapazes dos serventuários e funcionários de cartório, assim como de instituição da "casa própria" e de uma caixa de empréstimo para aqueles funcionários.

Depois desses inestimáveis serviços prestados à nossa classe, temos a certeza de que o deputado ALFREDO FARHAT continuará a ser, sempre, o dedicado amigo e valoroso defensor de todos os oficiais de registros civil do Estado e de outros serventuários da justiça, que lhe prestando, agora, as homenagens que vão ser tributadas, nada mais farão do que testemunhar justo e merecido reconhecimento da classe inteira, ao nosso ilustre e incansável representante na Assembléia Legislativa. Estendemos os nossos agradecimentos aos digníssimos deputados que por sua vez emprestaram a sua solidariedade e indispensável colaboração a aprovação dessas mesmas leis, aos quais também serão expressivas homenagens.

As adesões dos Registros Cíveis do Estado, deverão ser enviadas, desde já, ao tesoureiro da comissão, Sr. Benjamin Giangiacomo, Oficial do Registro Civil da Sé, a Av. Rangel Pestana, 271 (1º andar), nesta Capital. (aa.) Benjamim Giangiacomo 1º Subd. Sé, Durvalino Eimilio de Moraes 2º Subd. Liberdade, Cid Galvão da Silva 3º Subdistrito Penha. Daniel José de Vasconcelos 4º Sub. Freguesia do Ó. Manoel Polycarpo de Azevedo 5º Subd. Sta. Efigenia, Lauro Soares de Mendonça 6º Sub. Bras, Messias Faria 7º Subd. Consolação, Carlos R. Barros 8º Subd. Santana, Decio Goulart Penteado 9º Subd. V. Mariana, Jarbas T. Oliveira 10º Subd. Belenzinho, Luiz T. M. Pereira 11º Subd. S. Cecília, José Reginato 12º subd. Cambuci, Miguel R. Toledo 13º Butantã, Lacydes Prado 14º Subd. Osasco, José F. Siqueira 15º Subd. Lapa, Waldomiro Canto 16º B. Retiro, Sylvio de Campos Melo 17º Subd. Mooca, Guilherme A. C. Branco 18º B. Vista, Geraldo B. Brotero 19º Subd. Ipiranga, José N. M. Silva 20º Perdizes, Abner R. Borges 21º J. América, Quintino N. Vasconcelos 22º Saúde, Sylvio B. Castro 23º Tucuruví, Odilon Tavares 24º Casa Verde, Joaquim F. S. Junior 25º Indianópolis, João Gumerindo Silva 26º Parí, Marcelo Müller 27º Subd. V. Prudente, Octavio V. Oliveira 28º Subd. Tatuapé, Antonio S. Minhoto 29º J. Paulista, Oswaldo S. Machado 30º Sto. Amaro, Julio Simões 31º Subd. Ibirapuera, Romeu Marcicano 32º Subd. Pirituba, Osmundo B. Arruda 35º Cerqueira Cesar, Bernardino N. Moura 36º Subd. B. Funda, Casimiro Pinto Neto 37º V. Maria, Guiomar L. e Castro 38º Aclimação, Benedito P. dos Passos 39º Subd. V. Matilde, Evaldo Tupinambá de Oliveira 40º Subdistrito, Domingos Laureano 41º Subd. S. Miguel, Benedito T. Moraes - Embú Guaçu, João Borges Junior - São Bernardo do Campo, Adonai Almeida Silva - Barueri.

MOVIMENTO DEMOGRÁFICO - 1949

1º Subd. Jaboticabal - Casamentos 110; nascimentos 445; Óbitos 170.

2º Subd. Jaboticabal - Casamentos 75; nascimentos 279.

No cartório do Registro Civil de Leme, comarca de Araras, o movimento foi o seguinte:
Nascimentos 694; óbitos 177; casamento 175; escrituras lavradas 191; procurações 131.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

São Paulo, 16 de Janeiro de 1950.

Prezado Senhor

Verificada a extinção deste Departamento por deliberação da Assembléia Legislativa Estadual ao ser votada a Lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948, vinha entretanto, esta repartição

mantendo, quanto possível, na fase de sua liquidação, a continuidade da estatística do Estado, sem interromper a colaboração que prestava aos demais órgãos do Sistema Nacional de Estatística, aos setores da administração pública, quer federal, estadual ou municipal e as organizações de ordem privada.

Durante o mencionado período de liquidação, transcorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano findo, aguardou-se que o legislativo deliberasse sobre um projeto de lei em tramitação naquela Alta Câmara e relativo a reorganização do serviço estatístico do Estado. Como porém, nada ficou solucionado a respeito, as atividades deste Departamento, que vinha sendo mantidas em caráter precário, cassaram a partir de 1º do corrente mês, em face do término do prazo de sua liquidação.

Nestas condições, cientifico a Vossa Senhoria que o Departamento Estadual de Estatística encerra definitivamente o período de sua existência.

Atenciosas saudações
(a) Albano Ferreira Costa - Liquidante.

JULGAMENTO

Tribunal Pleno
Sessão realizada no dia 8 de fevereiro.

Inconstitucionalidade do artigo 54, do Decreto n.º 10.875, de 30 de Dezembro de 1939 e artigo 1º do Decreto lei n.º 12.364, de 3 de Dezembro de 1941, no Recurso "ex-offício" 54.911 - Jundiaí - Recorrente.

Juízo "ex-offício" - Recorrido - Bento do Amaral Gurgel - Relator Paulo Colombo. O Tribunal de Justiça, pelos votos dos desembargadores Amorim Lima, ?? no Caramurú, Custodio da Silveira, Vasco Conceição, Samuel Mourão, Laurindo Minhoto, Octavio Lacorte, Thrasvoulo de Albuquerque, Câmara Leal, Syllos Cintra, Silva Lima, Carneiro de Lacerda, Augusto de Lima, Oliveira Lima, Frederico Roberto, Leme da Silva, Azevedo marques e Almeida Ferrari, negaram a inconstitucionalidade do art. 54, do decreto n.º 10.875, de 30 de dezembro de 1939 e artigo 1º do decreto lei n.º 12.364 de 3 de dezembro de 1941. Pela inconstitucionalidade votaram os desembargadores relator, Juarez Bezerra, Fernandes Martins, David Julho, Vasconcelos Leme, Camargo Aranha, Moraes Barros, Paulo Costa, Aguiar Valim, Vicente Mesagão, Marcio Munhós, Cunha Cintra, Macedo Vieira, Gomes de Oliveira, Meireles dos Santos e Manoel Carlos.

Designado o desembargador Amorim para escrever o acórdão.

REFORMA DO REGIMENTO DE CUSTAS

Está na comissão de Justiça da Assembléia Legislativa, um projeto reformando o atual Regimento de Custas.

Sabemos que os ilustres Deputados Lincoln Feliciano e Alfredo Farhat, estão empenhados em que se torne lei esse projeto que beneficiará todos os nosso colegas.

Pedimos pois aos serventuários, nossos associados ou não associados, que manifestem a esses dignos deputados por telegrama a sua solidariedade.

ÍNDICE

COLABORAÇÃO	2
LITERATURA NOTARIAL	2
AS COMARCAS SEGUNDO AS SUAS ENTRANCIAS	3

NOMEAÇÕES DE ESCRIVENTES	3
DR. BRASÍLIO MACHADO NETO	3
APELO AOS NOSSOS COLABORADORES	4
COM O PROGRESSO DE SÃO PAULO, CRESCE TAMBÉM O TRABALHO FORENSE	4
CARTA RECEBIDA PELO NOSSO COLEGA SR. RENATO PEREIRA DO DR. MENOTTI DEL PICCHIA, SOBRE A CRIAÇÃO DA COLÔNIA DE FÉRIAS DA CLASSE DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA EM ITAPIRA.	5
JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA FEDERAL SOBRE DESAPROPRIAÇÕES	5
A TAXA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	8
RECEBEMOS AS SEGUINTE REVISTAS:	8
A PEDIDO	9
MOVIMENTO DEMOGRÁFICO - 1949	10
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA	11
JULGAMENTO	11
REFORMA DO REGIMENTO DE CUSTAS	12
DIRETORIA	14
CONSELHO FISCAL	14
SUPLENTE	14

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Basílio Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	

SUPLENTE

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio Preto
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Mornando Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Dr. Tristão de Carvalho.....	Casa Branca
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	
Araçatuba	
Dr. Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

A ORIGEM DO REGISTRO CIVIL E A SUA CONSOLIDAÇÃO

Antonino Cintra - Oficial do Registro Civil - Sta. Adelia.

O Registro Civil foi instituído no país com fundamento no decreto federal n.º 181, de 24 de Fevereiro de 1890.

Com a implantação do regime republicano, entre outras inovações veio a separação da Igreja do Estado e em consequência a instituição do casamento civil. Instituição que embora correspondido bem com a sua finalidade, de um tempo a esta parte se vem desvirtuando de sua legítima codificação. Essa anomalia capitula especial e o que faremos no próximo trabalho. A título provisório o Registro Civil ficou anexado ao cartório de paz durante muito tempo.

Em obediência a dispositivo legal, cartório de paz e juízo de paz, não existem mais, mas sim cartório do Registro Civil com juiz de Casamentos. Com o advento do Código Civil em 1º de janeiro de 1917, o Registro Civil consolidou-se com dispositivos expressos bem definidos em seus artigos e com o capítulo das pessoas Naturais.

Com o decreto Federal n.º 4.827 de 7 de fevereiro de 1924, ficou estabelecido a autenticidade dos Registros Públicos, que também fora instituído pelo Código Civil. O decreto Federal n.º 18.542 de 24 de Dezembro de 1928, foi como que nova fonte subsidiária melhor plasmando e melhor distribuindo os encargos do Registro Civil das pessoas naturais. A Constituição da República promulgada a 10 de novembro de 1937, só trouxe como maior novidade novos preceitos de proteção à família. E, assim, no registro de nascimento, casamento e óbito se circunscreve o âmbito das pessoas naturais. Quanto ao registro de nascimento, embora seja o mesmo obrigatório com penalidades estabelecidas aos infratores, ainda se apresenta falho porque nem todos os países registram o nascimento de seus filhos. Negligência que se observa ao ter-se de registrar óbvio de menor de um ano de idade.

O pior no caso é que as penalidades recaem sobre os ombros dos infortunados oficiais do Registro Civil que, em atenção a dispositivos legais e gratuidade, se vêm compelidos a fazer o registro de filhos de pais recalcitrantes, gratuitamente. A parte mais paradoxal da legislação trabalhista, consiste em que para se beneficiar determinadas classes de trabalho, se procede em detrimento de outra classe de trabalho, para a qual não existe dia santificado e dia feriado. Dai a razão que impera sobre a necessidade da oficialização das serventias de justiça, notadamente do Registro Civil das Pessoas Naturais. Oficializado, pratique o Estado o benefício que entender praticar, porem, deixe de sacrificar uma classe já sacrificada no seu labor. Não obstante, é intuitivo que algo se sacrifique para fins patrióticos, mas tudo deve estar sujeito a favores relativos, sem gravames econômicos a uma classe de servidores públicos. Compreende-se a importância do registro de nascimento, porque é a fonte cadastral onde repousa a demonstração existencial da nacionalidade. No casamento é onde se deve encontrar a vitalidade de um povo. Infelizmente, as convolações matrimoniais no nosso país, em confronto com algumas nações estrangeiras perdem muito pela inferioridade de seu coeficiente.

Afranio Peixoto, literado e cientista notável que foi, no seu livro intitulado: "Ensinar a ensinar", entre outras apreciações narradas, anotou esta interessante comparação núbil: "Das brasileiras casáveis apenas casam 44%: o que é número baixo, em confronto com a França, por exemplo se casam 70% de moças pobres e 50% da classe média. Fazemos apenas uma das exemplificações por ele feito, para não tomarmos mais espaço. Como se vê, o casamento é outro problema seríssimo num país de casta extensão territorial. E muito a propósito vem o caso da arenga sobre o espaço vital; ora sob ritual de contrita jaculatória; ora sob a inspiração de desabusada durindana. Reflete bem o drama dos Estados superlotados e por cujo motivo muito sangue já tem ocorrido. E os nossos lindes que mal agasalham cinco habitantes, por k2., provavelmente, não deixará de despertar a cobiça por parte de elementos alienígenas que vivem comprimidos por falta de espaço. Exige louvável ponderação que, entre governos e governados se identifiquem os deveres para com a Pátria. E se deduza que, Pátria não significa apenas um conjunto de circunstâncias unicamente por sua terra e sua gente senão o espírito de compreensão mais elevado de estrutura político - social.

E, assim, teremos chegados à conclusão que será precisamente no cômputo do Registro Civil, com trabalho bem coordenado, que um povo poderá significar o que representa perante o conceito das nações mais civilizadas do globo.

LEI DA APOSENTADORIA

Com grande satisfação vimos publicado no Diário Oficial do Estado de 21 de Abril p.p., o Decreto n.º 19.365 que veio regulamentar a nossa Lei da Aposentadoria, que transcrevemos na íntegra.

Segundo estamos informados, a confecção das estampilhas e respectivas guias para sua aquisição, relativas a Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, já foi iniciada e dentro em breve poderão ser adquiridas.

Quanto às contribuições mensais e obrigatórios de 5% sobre a remuneração base estabelecida no artigo 22 cujo recolhimento de acordo com o § 1º do artigo 3º do "Regulamento" é de responsabilidade dos serventuários, serão elas, oportunamente, recolhidas por meio de guia comum, ao Instituto de Previdência. Segundo estamos informados, a arrecadação se fará a partir da vigência da lei reguladora 21 de abril - ou seja, para o mês de abril será devido um terço da contribuição prevista.

Chamamos a atenção dos prezados colegas para a disposição contida no parágrafo 2º do art. 3º do "Regulamento".

No próximo número deste Boletim daremos novas e mais minuciosas informações sobre o assunto.

SERVENTUÁRIOS DO INTERIOR - CLASSE SACRIFICADA

Odilon Negrão - Oficial do Registro de Imóveis de Itápolis - Estado de São Paulo
Os serventuários de justiça do interior são de um modo geral sacrificados pelo serviço militar, pelo trabalho em processos criminais e pelo serviço eleitoral.

São trabalhos de natureza relevante, que eles prestam ao Estado, de maneira permanente e sem remuneração condigna.

Além do encargo que isso representa, há a considerar-se que os serventuários tem necessidade de manter em seus cartórios, para o desempenho daquelas funções, copistas, escreventes e outros auxiliares.

Em certos distritos e comarcas, os serventuários arcam com as despesas de publicações e com a aquisição de máquinas de escrever, livros papel e impressos.

As gratificações, que um ou outro recebem (excetuada a do ramo eleitoral, que embora diminuta, é paga pontualmente), são irrisórias, correspondendo a uma remuneração inferior ao salário mínimo do trabalhador manual.

No entanto, os juizes e tribunais são obrigados a exigir dos serventuários integral dedicação em tais serviços, que tem preferencia a todos os demais.

A numerosa classe dos serventuários de justiça do interior, sacrificada sobremodo, está, pois, na obrigação de mobilizar-se, reagindo contra essa anomalia, que representa o trabalho exigido pelo interesse público, a quem serve forçosamente.

Serviços públicos forçados só se justificam em épocas de guerra ou de calamidade pública. Exigiam-no igualmente os estados fortes como a Alemanha hitlerista, a Itália fascista e a Rússia soviética, onde o indivíduo pertence ao Estado e não dispõe de liberdade de ação e pensamento.

Mas, nos Estados democráticos, como o Brasil, ninguém pode ser obrigado a trabalhar sem remuneração.

Urge que os serventuários do interior reajam contra esse estado de coisas, valendo-se do direito de representação perante o Congresso Federal e a Assembléia Legislativa, afim de que sejam criados cargos de escrivães encarregados, mediante paga em dinheiro, dos serviços públicos relacionados com o direito eleitoral, o serviço militar e o direito penal.

Esta época propícia a um movimento dessa natureza, a ser feito pelas Associações de Serventuários, tanto em São Paulo como nos demais Estados, em ação harmônica e conjunta.

A ocasião é oportuna em razão da atividade dos partidos políticos que necessitam do apoio e do trabalho dos serventuários de justiça do interior, homens de influência e prestígio em todas as camadas sociais.

Por meio de justificação deficiente, não se pode reformar um assentamento do registro civil.

CARREIRA NA SERVENTIA DE JUSTIÇA

Abner Ribeiro Borges Oficial do Registro Civil do Jardim América - Capital.

Transita na Assembléia Legislativa um projeto de lei assinado pelos ilustres deputados Drs. Alfredo Farhat e Vicente de Paula Lima, dando corpo a instituição da carreira do serventuário de justiça.

Justa e velha aspiração da classe que há muito já devia ter obtido esse direito como acontece com outras não só de natureza diferente como dentro do mesmo ramo forense.

Enfim como diz o sábio provérbio antes tarde que nunca, portanto aguardemos a sua efetividade.

Cremos que não haverá voto contrário a aprovação do projeto, pois que a ninguém trará prejuízo ou malefícios, sendo ato íntimo dos serventuários aos quais somente diz respeito.

Também o Regimento de Custas dos ofícios de justiça com exclusão dos ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, que formando quadro aparte já o tem aprovado e em vigor desde o ano próximo passado de 1949, terá a sua aprovação.

É um ato justíssimo, porque esses serventuários estão sobre-carregadíssimos de serviços gratuitos obrigando-se a aumentarem o número de escreventes, consumindo grande quantidade de materiais ora pelo hora da morte, além de responsabilidades e ainda absorvendo um terço das suas rendas.

Esperamos que dentro de poucos dias será o Regimento aprovado e devidamente promulgado.

O que mais importa é manter e estimular o espírito que anima o quadro da nossa organização judiciária: espírito de ordem, de trabalho, de disciplina.

E deste ponto de vista, o que hoje se contempla é francamente animador.

DA EXIGÊNCIA DA CARTEIRA DE ESTRANGEIRO

Sylvio Brantes de Castro

Sempre estivemos em dúvida quanto à legalidade da exigência pelas nossas autoridades, na exibição ou apresentação, por parte dos estrangeiros, da respectiva carteira de identidade,

modelo 19 ou 20, quando tivessem eles de exercer a sua atividade perante qualquer repartição pública, ou que houvessem de tomar parte em qualquer ato ou contrato.

Entretanto, depois de bem estudarmos a legislação referente a matéria, se nos desvaneceu essa dúvida.

De fato, consoante determina o decreto-lei n.º 404, de 4 de maio de 1938 e seu respectivo regulamento (dec. n.º 3.01, de 20 de agosto de 1938), todo estrangeiro com domicílio permanente no Brasil deverá possuir a sua carteira de identidade, modelo 19 ou 20, para que possa exercer a sua atividade no País. Conforme prescrevem aqueles decretos, nenhum estrangeiro maior de 18 anos poderá ter seu domicílio no País e aqui exercer as suas atividades, sem que seja portador de qualquer daqueles documentos.

Os estrangeiros residentes nas zonas urbanas, ou que nelas exerçam qualquer atividade, são obrigados a possuir a carteira modelo 19; e os estrangeiros que residirem ou exerçam as suas atividades nas zonas rurais, necessitam possuir a carteira ou certificado modelo 20.

Também os estrangeiros que entrem no Brasil em caráter temporário são obrigados a fazer o seu registro na respectiva circunscrição em que residir, consoante prescrevem o § 1º do artigo 151 e o § único do artigo 154 do decreto n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Em obediência ao que dispõe o § único do art. 157 desse decreto, são as repartições públicas federais, estaduais ou municipais, institutos ou caixas de aposentadoria e pensões e congêneres, obrigados a exigir que os estrangeiros provem a entrada e permanência regular na País. Antes da decisão final dos requerimentos de licenças comerciais, alvarás, carteiras profissionais, concessões, favores e análogos.

O empregador estabelecido em zona urbana ou rural que admitir empregado estrangeiro sem a exibição da carteira de identidade de estrangeiro, incorrerá na multa que varia de Cr.\$ 100,00 a Cr.\$ 2.000,00, conforme a hipótese que ocorrer. E, o funcionário público que deixar de cumprir ou fazer cumprir a exigência da apresentação da carteira de estrangeiro é passível de pena de suspensão até 30 dias, dobrada na reincidência, em caso de culpa, e demissão em havendo dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

A isenção de registro concedida aos estrangeiros maiores de 60 e menores de 18 anos, deve prevalecer unicamente com relação aos fins do decreto n.º 406 e seu Regulamento. No entanto, a inscrição dos estrangeiros maiores de 60 anos e menores de 18 anos, é formalidade essencial, desde que eles pretendam exercer qualquer atividade ou locomover-se no Brasil e ainda por motivo de segurança interna do País.

Diante do que acima ficou dito e que decorre da legislação sobre a permanência de estrangeiros no País e fora de dúvida que devam, obrigatoriamente, as nossas autoridades, repartições públicas ou autarquias, exigir a exibição ou apresentação da carteira de estrangeiro por todo e qualquer alienígena que tenha que exercer no Brasil qualquer atividade, ou tomar parte em qualquer ato ou contrato, ou ainda pleitear, perante elas, quaisquer favores ou direitos.

Neste número, publicaremos a regulamentação da Lei de Aposentadoria e o editar para concurso dos ofícios vagos.

Discurso pronunciado pelo Dr. Menotti Del Picchia, 20º Tabelião de notas da Capital, por ocasião da visita de cortesia que os Tabeliães de Notas fizeram ao Ex.mo Sr. Desembargador João Batista Leme da Silva, D.D. Corregedor Geral da Justiça.

Ex.mo Sr. Desembargador João Batista Leme da Silva, Corregedor Geral.

Estão em presença do emitente Corregedor os tabeliães de notas de São Paulo. Fieis

serventuários da justiça. A eles foi conferida uma das mais solenes funções do nosso ordenamento jurídico: a de transmutar em nexo legal a vontade das partes; atestar a verdade com a imposição da sua chancela; torna viva e operante, no tempo, a intenção de um morto. A vida e a morte modulam sua atividade consciente nas notas tabelioas. É nos cartórios que se concretiza a maioria dos atos que identificam e dão estrutura à base territorial da nação, campo material, cuja discriminação exata e cuja legítima garantia asseguram a ordem dos negócios.

A importância da função implica, pois, numa alta responsabilidade. Esta transcende, no campo funcional, a maioria dos misteres, porque envolve interesses de ordem econômica e financeira de proporções incomensuráveis. É por isso que um tabelionato tem algo de solene. É por isso que um tabelião se reveste de um prestígio quase sacerdotal quando, com a simples imposição de sua assinatura opera radicais transações de direitos, ou, com a letra de seu próprio punho, faz a póstuma vontade criar irrevogáveis elos jurídicos na projeção indeterminada do tempo.

É o profundo sentido social e quase sagrado da função que, em todos os países, tornou esse servidor da justiça homem de prol, conselheiro e orientador da parte, não raro seu confidente ou confessor. É por isso que as constituições lhe assegurem a vitaliciedade que se confere aos magistrados e se lhes assina pecuniariamente, remuneração honrosa para assegurar-lhe a dignidade que sua incorruptibilidade sabe impor.

No mundo de hoje no qual reboja, resultante da trágica "tabula rasa" de valores éticos, essa onda de corrupção e de venalidade que tudo parece arrasar no seu ímpeto de avalanche, como pontos de preferencia da moral eterna e com nódulos da estrutura social sem os quase tudo se desagrega, permanece, íntegra, a incorruptibilidade dos nossos magistrados e dos demais, servidores da justiça. V. Excia. é bem um desses altos pontos de referência pela sua honradez, pela sua cultura e pela sua dignidade.

É por isso que confiamos na sua compreensão tão humana a qual valerá para que a tradição dos tabeliães paulistas continue entre nós impoluida, vivendo com aquela decência que sempre lhe asseguraram todas as legislações, uma vez que tremendos desajustamentos, resultantes de tantas convulsões econômicas, já a atingiram medularmente. Há risco dos titulares desses serviços e dos seus esforçados auxiliares, defrontarem-se com preocupantes problemas. A boa vontade com que se legisla entre nós certamente quer resolver a situação nova, mas nada se poderá fazer com perfeição sem aquela sabia experiência que está na sabedoria e na imparcialidade de magistrados de estatura de V. Excia.

Por tudo isso nos reunimos e viemos aqui. Somos os TABELIÃES de São Paulo. O iminente Corregedor avalia melhor que ninguém o que significamos com responsabilidade. Não viemos para pedir. Viemos para agradecer. É que nosso glorioso Estado, sua magistratura e tão culta e vigilante que está sempre atenta para defender, intransigentemente, os direitos e os interesses de todos os que servem a justiça.

É isso que a classe tinha a dizer, Sr. Desembargador João Batista Leme da Silva: Muito obrigado !

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS EDITAL

Concurso para provimento dos Ofícios de: I) Primeiros Tabelionatos de Notas de BATATAIS (2ª entrância), CAPÃO BONITO (1ª entrância); Segundos Tabelionatos de Notas de CANANÉIA (1ª entrância), CAPÃO BONITO (1ª entrância), LORENA (2ª entrância), PARAIBUNA (1ª entrância), PIRATININGA (1ª entrância), RANCHARIA (1ª entrância), SANTA IZABEL (1ª entrância), UBATUBA (1ª entrância); II - Registros Gerais de Hipotecas e Anexos da Segunda circunscrição de LIMEIRA (2ª entrância), 2ª circunscrição de RIO CLARO (2ª entrância), SÃO ROQUE (2ª entrância), 1ª circunscrição de SANTOS (4ª entrância) e OURINHOS (2ª entrância).

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em exercício, desembargador Francisco Meirelles dos Santos.

FAZ SABER que, nos termos da Lei n.º 616, de 4 de janeiro de 1950, ficam abertos, na Secretaria do mesmo Tribunal, até o dia 22 DE MAIO próximo futuro, os concursos de provas e títulos para provimento dos seguintes ofícios de justiça: I) Primeiros Tabelionatos de Notas de BATATAIS (2ª entrância), CAPÃO

BONITO (1ª entrância); Segundos Tabelionatos de notas de CANANÉIAS (1ª entrância); CAPÃO BONITO (1ª entrância), LORENA (2ª entrância), PARAIBUNA (1ª entrância), PIRATININGA (1ª entrância), RANCHARIA (1ª entrância), SANTA IZABEL (1ª entrância), UBATUBA (1ª entrância); II - Registros Gerais de Hipotecas e Anexos da 2ª circunscrição de LIMEIRA (2ª entrância); 2ª circunscrição de RIO CLARO (2ª entrância), 1ª circunscrição de SANTOS (4ª entrância) e OURINHO (2ª entrância).

São admitidos a inscrever-se unicamente:

I - Os serventuários e escreventes habilitados de ofícios de justiça do Estado, da mesma natureza daquele a que concorrer, com três anos pelo menos de efetivo exercício na escrivania ou serventia.

II - Os doutores e bacharéis em direito, que tenham exercido efetivamente no Estado, durante três anos pelo menos, a advocacia, cargo do Ministério Público, de representação judicial da Fazenda ou da Magistratura.

III - Os serventuários e escreventes de ofícios de justiça da mesma natureza daquela a que concorrer, que tenha exercido efetivamente no Estado, anteriormente ao respectivo ingresso na classe, durante três anos pelo menos, a advocacia, cargo do Ministério Público, de representação judicial da Fazenda ou da Magistratura.

IV - O secretário, diretores chefes de seção e escriturários do Tribunal de justiça, bem assim, o escrivão e escreventes habilitados do cartório do mesmo Tribunal, com mais de cinco anos de efetivo exercício nos seus cargos.

V - Os serventuários que contarem mais de 20 anos de exercício, em uma só entrância, na data da vigência da Lei n.º 616, de 4 de janeiro de 1950, para qualquer classe superior.

O pedido de inscrição será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, com firma reconhecida e instruído com os seguintes documentos, não sendo admitida a apresentação tardia de qualquer deles seja qual for o motivo alegado:

Prova de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado e de idade;

Prova de estar no gozo dos direitos civis e políticos;

Título de nomeação se o candidato for ou tiver sido funcionário público, serventuário da justiça ou escrevente habilitado;

Certidão do registro do diploma de bacharel ou doutor em direito, ou da provisão de advogado, no Tribunal de Justiça e nas comarcas onde o candidato exerça ou tenha exercido a advocacia; Certidão que prove o exercício da advocacia ou de cargos dos acima mencionados, pelo tempo designado;

Prova de quitação ou isenção do serviço militar;

Atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante; Folhas corridas da justiça e da Polícia do lugar ou lugares onde o candidato é domiciliado e onde residiu nos últimos seis meses provada esta circunstância;

Certidão passada pela Secretaria do Tribunal, de não existir processo criminal que lhe diga respeito, na Justiça Federal, até a data de sua extinção;
Carteira de identidade.

Será facultado ao candidato o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros destinados a comprovar a sua capacidade profissional, inclusive trabalhos que houver publicado.

Na petição indicará o candidato qual ou quais dos ofícios pretende concorrer fornecendo,

outrossim lista nominal completa dos juizes perante os quais tenha exercido a advocacia ou função pública.

As provas serão feitas:

De Tabelionatos, perante uma comissão constituída pelo 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, por um Desembargador escolhido mediante sorteio e por um advogado indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo) sob a presidência do primeiro.

De Registros Gerais de Hipotecas e Anexos, perante uma comissão composta pelo Corregedor Geral da Justiça, por um desembargador escolhido por sorteio e por um advogado indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (sessão de São Paulo), sob a presidência do primeiro.

As provas serão escritas e orais e versarão sobre matéria do ofício, de acordo com o disposto nos artigos 11 e 12 do decreto n.º 5.120, de 21 de Julho de 1931 e instruções que serão oportunamente baixadas pelo Presidente do Tribunal.

Faz saber finalmente que, encerradas as inscrições, serão publicadas as instruções a que se refere o artigo 7º da Lei n.º 616, de 4 de janeiro de 1950 e, por edital, marcando o local, dia e hora para início das provas.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 21 de abril de 1950. Eu, Francisco B. Peyró, chefe de sessão substituto, datilografei. E eu, Ulpiano da Costa Manso, Secretário Diretor Geral, subscrevi. Francisco Meirelles, Presidente do Tribunal de Justiça em exercício.

DECRETO 5.120, DE 21 DE JULHO DE 1931.

(Artigos 11 e 12, que se refere o presente edital)

Artigo 11 - A prova escrita, que os candidatos farão em conjunto, consistirá na redação de ofícios, editais, certidões, autos, termos, instrumentos e escrituras, na organização de contas, cálculos e rateios, e na exibição de qualquer outro ato do ofício.

§ 1º - A prova escrita, cuja duração não poderá exceder de duas horas, será realizada, independentemente de pontos, perante a Comissão que formulará as questões a resolver de determinará quais as provas que deverão ser datilografadas, e quais as que serão produzidas em manuscrito ou autografadas.

§ 2º - No julgamento da prova escrita, a comissão atenderá não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também a caligrafia, à ortografia, à redação e a rapidez da escrita.

§ 3º - O candidato inabilitado na prova escrita será desde logo excluído do concurso.

Artigo 12 - A prova oral consistirá em arguições práticas, pela Comissão, sobre os diversos atos e serviços do cargo em concurso, e durará de vinte a quarenta minutos para cada candidato.

§ único - As questões serão formuladas no momento, independentemente de pontos, pelos membros da Comissão, na ordem e durante o tempo determinado no ato, para cada um, pelo presidente.

A Lei n.º 616, de 4 de janeiro do corrente ano, foi publicado no Boletim n.º 12, de 1º de fevereiro

último.

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA

DECRETO N.º 19.365, DE 20 DE ABRIL DE 1950.

"Dispõe sobre inscrição na Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis n.º 465, de 28 de setembro de 1949 e 507, de 17 de novembro de 1949, e de conformidade com as instruções baixadas pelo Instituto de Previdência do Estado, D E C R E T A :

Artigo 1º - Os serventuários, escreventes, fiéis, auxiliares de cartórios e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão inscritos na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" criada pelas Leis n.º 465, de 28/09/1949 e 507, de 17/11/1949.

Artigo 2º - Cada interessado deverá, na ocasião em que se inscrever, declarar:

- a) Nome, filiação, data e lugar de nascimento;
- b) Cartório onde tiver lotado e sua classificação;
- c) Data de admissão ao serviço e classificação da comarca;
- d) Categoria do servidor;
- e) Remuneração-base da aposentadoria, valor da contribuição mensal e exatária onde será recolhida;
- f) Situação de vitaliciedade ou sucessão.

§ único - As declarações serão visadas pelo serventuário, a que estiverem os inscritos diretamente subordinados, e acompanhadas de certidão de idade ou documento que o supra, exceto pública forma.

Artigo 3º - As guias de recolhimento das contribuições mensais, serão extraídas em cinco (5) vias, uma das quais enviada diretamente ao Instituto de Previdência do Estado, pela exatária estadual que proceder ao recolhimento, exceto as contribuições que forem recolhidas diretamente ao Instituto de Previdência, que serão acompanhadas de e (três) vias.

§ 1º - Os serventuários recolherão em guia comum a sua contribuição, bem como as contribuições de seus escreventes e demais funcionários de seu cartório, que serão descontadas, compulsoriamente dos vencimentos ou ordenados destes.

§ 2º - Os serventuários, tanto os da Capital, como os do interior, poderão recolher diretamente as contribuições por meio de cheque nominativo, a favor do Instituto, pagável em São Paulo e expedido em carta registrada.

Artigo 4º - Os serventuários, escreventes e demais funcionários que, por qualquer motivo, deixarem as serventias de justiça, é facultado manter a sua inscrição na "Carteira de Aposentadoria", desde que o requeiram em 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade.

§ único - Na falta de pagamento, durante seis (6) meses contados da primeira contribuição mensal de vida, será cancelada a inscrição, cessando toda e qualquer responsabilidade para a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", sem direito a qualquer devolução.

Artigo 5º - A Secretaria da Fazenda recolherá ao Instituto de Previdência as importâncias arrecadadas pela venda das estampilhas da Taxa de Aposentadoria e as correspondentes aos pagamentos das contribuições mensais efetuadas pelos interessados, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte.

Artigo 6º - As estampilhas da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça serão aplicadas nos documentos originais e logo após a lavratura do ato.

§ 1º Nos executivos fiscais da Fazenda Pública a importância devida será recolhida pelas estampilhas junto com as demais custas, na forma da legislação vigente.

§ 2º - Nenhum processo poderá ser mandado arquivar, por despacho do Juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria.

Artigo 7º - A aplicação das estampilhas será fiscalizada pelo Juiz Corregedor Permanente em todos os cartórios sob sua jurisdição, o qual aplicará as multas correspondentes às eventuais infrações e comunicará ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 8º - As aposentadorias serão processadas somente depois de 12 (doze) meses, a partir do início da instalação e funcionamento da "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", e à medida em que forem efetivamente recolhidos os recursos financeiros.

Artigo 9º - O servidor aposentado provisoriamente, na forma do § 1º do artigo 3º, da Lei 465, fica obrigado a se submeter, anualmente à inspeção de saúde.

§ 1º - Os prazos para a inspeção de saúde anuais serão contados a partir da data da concessão da aposentadoria provisória.

§ 2º - Não se realizando a inspeção de saúde na época própria será suspenso o pagamento dos proventos até que se efetive a exigência.

Artigo 10 - As aposentadorias serão pagas na base em que o servidor estiver inscrito.

§ único - No caso de passar o servidor para classes cuja remuneração-base seja superior à que esteve originalmente inscrito, ou na hipótese inversa, será levado em conta o tempo de todas as classes, observando-se estrita proporcionalidade.

Artigo 11 - O servidor com direito à aposentadoria aguardará no exercício do cargo, ou na situação em que se encontre, até que a "Carteira" fique habilitada em concedê-la, de acordo com os fundos.

Artigo 12 - Na concessão das aposentadorias terão preferência os que contarem maior tempo de serviço e os enquadrados no artigo 3º da Lei n.º 465.

Artigo 13 - Com a concessão das aposentadorias cessam os pagamentos das contribuições mensais, que serão descontadas nos proventos.

Artigo 14 - O servidor, inclusive o sucedido, que estiver nas condições de receber os benefícios da aposentadoria, fica obrigado a apresentar ao Instituto, dentro de 12 (doze) meses, a contar da vigência deste decreto, prova de seu tempo líquido de efetivo exercício.

§ 1º - Serão observadas, na liquidação do tempo de serviço, as regras gerais para esse fim estabelecidas para os funcionários civis do Estado, devendo essa prova ser feita:
Por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de serventuário titular de ofício da justiça sucedido;
Por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de escrevente;
Por certidão, quando constar do arquivo do próprio cartório ou do cartório da Corregedoria Permanente, ou ainda por justificação em Juízo, com citação da entidade de classe, que poderá se fazer representar por advogado.

§ 2º - O tempo e serviço de fiéis e outros auxiliares de cartórios admitidos desta data em diante

somente será contado dentro do prazo de seis (6) meses do arquivamento do contrato que trata o parágrafo 1º do artigo 21, do decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, sendo uma das vias enviadas ao Instituto.

§ 3º - O Juiz Corregedor Permanente consignará anualmente e no fim de cada ano, no livro de visitas do cartório a circunstância de se encontrarem, ou não, durante o ano, no efetivo exercício de suas funções o serventuário, escrevente, fiéis e demais auxiliares, comunicando o ocorrido ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto, para os fins legais.

Artigo 15 - O tempo de efetivo exercício dos serventuários, em função for a de seu cargo efetivo, somente será contado para efeito de aposentadoria, quando for feita prova perante o Instituto do efetivo exercício da função para a qual tenha sido nomeado ou designado.

Artigo 16 - As importâncias necessárias à concessão de casa aposentadoria serão calculadas atuarialmente, constituindo a reserva matemática para a solução de tais obrigações.

§ único - As reservas matemáticas constituídas serão escrituradas analiticamente no Serviço de Contabilidade da Carteira para facilidade de controle e revisão.

Artigo 17 - Anualmente, ou toda vez que for exigida, os aposentados deverão apresentar prova de vida passada pelo Juiz de Direito Corregedor Permanente da Comarca da residência.

Artigo 18 - Os exames de inspeção de saúde, serão procedidos pelos médicos oficiais do Instituto.

Artigo 19 - Os fundos acumulados em virtude de execução das Leis n.º 465, de 28/09/1949 e 507, de 17/11/1949, serão administrados pelo Instituto de Previdência do Estado sem qualquer prejuízo para a concessão das aposentadorias.

Artigo 20 - A prova produzida pelo Instituto ou por qualquer interessado de que o servidor aposentado, na forma do parágrafo 2º, do artigo 18, da Lei n.º 507, de 17/11/1949, usufrua, na época de sua concessão, outra renda além da que obtenha do cartório, anula a aposentadoria concedida e obriga à devolução das importâncias recebidas.

Artigo 21 - Fica subordinado à Diretoria de Seguros do Instituto de Previdência do Estado a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 22 - Os casos omissos no presente decreto serão resolvidos pelo Presidente do Instituto ouvido o Conselho Fiscal.

Artigo 23 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS

Cesar Lacerda de Vergueiro

José João Abdalla

(Publicado no D. O. de 21 de abril de 1950).

DECRETO N.º 19.379, DE 27 DE ABRIL DE 1950

Dispõe sobre a forma da arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Enquanto não forem emitidas as estampilhas especiais da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", deverá ser feita por verba, mediante guia em 5 vias, a arrecadação devida em todos os atos sujeitos à incidência dessa taxa, na forma do dispositivo nas Leis ns. 465, de 28 de setembro de 1949, e 507, de 17 de novembro desse mesmo ano, observando o seguinte:

I- Nas escrituras públicas e mandato em causa própria referidos na linha "b" do art. 12 da Lei n. 465/49, e nos executivos fiscais, na mesma guia de recolhimento dos tributos, em item especial sob a rubrica "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

II- Nos demais casos da alínea "c" e "d" do referido artigo 12 da Lei n. 465/49, mediante guia especial, diária anexa a qual sejam relacionados todos os atos sobre os é recolhida a taxa.

III- Dos livros, autos e demais papéis com relação aos quais a taxa seja recolhida pela forma estabelecida no item precedente constará que o recolhimento se fará mediante guia geral, numerada, expedida na mesma data;

IV- Uma das vias de cada guia emitida será enviada ao Instituto de Previdência do Estado, ao fim de cada mês, pela exatoria onde tiver sido efetuado o recolhimento.

Artigo 2º- Fica alterada a redação do § 2º do artigo 6º do Decreto n. 19.365/50 pela forma seguinte.

"§ 2º - Nenhum processo em que haja pagamento do principal ou custas poderá ser mandado arquivar, por despacho do juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 27 de Abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
(Publicado no D. O. em 29/04/1950).

LEI N.º 465, DE 28/9/49

Artigo 12º (que se refere o decreto n.º 19.379, de 27 de abril de 1950, acima transcrito)

Artigo 12º -

b) com a arrecadação, em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores de Justiça", que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria", na seguinte conformidade:

I- sem valor declarado e de valor até Cr\$ 5.000,00, inclusive.....Cr\$ 5,00.

II- De Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 20.000,00, inclusive.....Cr\$ 10,00.

III- De Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 50.000,00, inclusive.....Cr\$ 15,00.

IV- De Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00, inclusive.....Cr\$ 25,00.

V- De Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 200.000,00, inclusive.....Cr\$ 35,00.

VI- De Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 300.000,00, inclusive.....Cr\$ 50,00.

VII- De Cr\$ 300.000,00 até Cr\$ 500.000,00, inclusive.....Cr\$ 75,00.

VIII- De Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00, inclusive.....Cr\$ 100,00.

IX- De Cr\$ 1.000.000,00, inclusive.....Cr\$ 200,00.

c) Com a arrecadação de Cr\$ 3,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de servidores da Justiça" que passa ser a devida nas certidões e públicas formas extraídas pelos serventuários da justiça dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil;

d) Com a arrecadação, com o mínimo de Cr\$ 0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da justiça" com adicional, à razão de cinco por cento 5%, sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Após merecido descanso, reassumiu a Presidência da Associação, o Dr. Francisco vergueiro Porto, onde continuará prestando relevantes serviços à nossa classe.

Durante o seu impedimento foi substituído pelo nosso colega Dr. Waldomiro Lobo da Costa.

INSCRIÇÃO NA "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA"

O instituto de previdência do Estado, por intermedio, de sua Carteira de Seguros, está distribuindo as formulas para a inscrição na Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justica"

CARTÓRIO VAGO

Em virtude de ter sido removido para o 40º subd., Vila Madelena, o Sr. Ewaldo Tupinamba de Oliveira, ficou vago o Reg. Civil de Itapeví.

LEGISLAÇÃO - DECRETO N.º 5.129 - DE 23 JULHO DE 1931

Dispõe sobre a nomeação, demissão e prerrogativas dos escreventes habilitados, e das outras providencias.

Artigo 1º - Todos escrivães, inclusive os escrivães de paz, oficiais de registro de imóveis e de protestos, de registro de títulos, tabeliães, contadores, partidores, distribuidores e depositários públicos podem ter um ou mais escreventes.

Parágrafo 1º - O número de cada escrevente de cada cartório ou ofício será fixado pelo juiz a que estiver subordinado (Dec. 4.786, de 1930, artigo 2º), ouvido o respectivo serventuário, e com recurso deste para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 2º - O numero fixado poderá ser aumentado ou reduzido, na forma do parágrafo anterior. Quando, porém, da redução resulte a dispensa de alguns escreventes, o juiz só a permitirá mediante prova de sensível diminuição da renda do cartório. Da decisão do juiz haverá recurso, do escrevente dispensado e do serventuário para corregedor geral da justiça.

Parágrafo 3º - No caso do parágrafo antecedente, serão dispensados os escreventes mais modernos. Sendo-lhes, porém abonados os vencimentos de três meses.

Artigo 2º - Os títulos dos escreventes, nos cartórios em que houver mais de um, serão numerados ordinalmente, por antiguidade ou merecimento, segundo proposta do serventuário e decisão do juiz.

Artigo 3º - Os escreventes serão nomeados e demitidos pelo juiz a que estiver subordinado o cartório. Da demissão haverá recurso para o corregedor geral da justiça.

Artigo 4º - A nomeação dependerá de aprovação em exame efetuado perante uma comissão formada, na Capital, pelo juiz a que estiver subordinado o cartório e mais dois juizes designados pelo diretor do Palácio da justiça., no interior, pelo juiz de direito, o substituto do distrito e mais um examinador designado pelo juiz de direito.

Parágrafo único - Nas comarcas do interior, em que houver mais de uma vara, a Comissão será composta pelos juizes de direito e um dos substitutos, se for necessário.

Artigo 5º - A inscrição para o exame será requerida em petição assinada pelo candidato e pelo serventuário do cartório.

Parágrafo 1º - A petição será instruída com os seguintes documentos:

- a) folha corrida;
- b) atestado de capacidade moral, subscrito põe duas pessoas abonadas e conhecidas do juiz;
- c) atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante, expedidas pelo médico designado pelo juiz.

Parágrafo 2º - Ao apresentar-se a exame, os candidatos deverão exhibir caderneta de identidade.

Parágrafo 3º - Somente podem inscrever-se para o exame, os cidadãos brasileiros natos, inclusive os referidos nos ns. 2 e 3 do artigo 69 da Constituição Brasileira, que estiverem no gozo dos direitos civis e políticos, não incursos na proibição do artigo 39, Parágrafo 1º, do decreto n. 123, 1892.

Artigo 6º - O exame que será publico, contará de uma prova escrita e outra oral.

Artigo 7º - A prova escrita consistirá na redação de ofícios, editais, certidões, autos, termos e escrituras; na organização de contas, cálculos e rateios e na execução de qualquer outro ato de ofício.

Parágrafo 1º - Haverá prova autográfica ou manuscrita e outra datilográfica.

Parágrafo 2º - A prova escrita durará no máximo duas horas, e será realizada, independentemente de pontos, na presença da comissão, que formulara sucessivamente as questões que o candidato deva resolver.

Parágrafo 3º - No julgamento da prova escrita a Comissão atenderá não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, ortografia, á rapidez e á redação da escrita.

Parágrafo 4º - O candidato inabilitado na prova escrita será desde logo excluído do exame.

Artigo 8º - A prova oral consistirá em arguições, praticas sobre os diversos serviços do cargo e durará meia hora.

Parágrafo único - As questões serão formuladas no momento, independentemente de pontos.

Artigo (º - Os autos do exame para nomeação de escreventes são sujeitos à correição do corregedor geral das justiça, que, verificando haver nulidade substancial ou inaptidão notória do candidato aprovado, determinará a exoneração deste. Dessa exoneração haverá recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 10º - Depois de um ano de exercício, o escrevente não poderá ser demitido, senão nos casos de nos termos do artigo 1º - parágrafo 3º e 11º deste decreto, ou a bem do serviço publico.

Parágrafo 1º - A demissão a bem do serviço publico será decretada pelo juiz ex-officio, ou sobe

denúncia do serventuário do cartório, de qualquer prejudicado ou presidente do Instituto dos Advogados.

Parágrafo 2º - A demissão será precedida de processo disciplinar, iniciado por portaria do juiz ou pela denúncia, tomada por termo, de acordo com o parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - A denúncia deverá ser satisfatoriamente fundamentada, para provocar processo disciplinar.

Parágrafo 4º - O escrevente arguido poderá apresentar defesa escrita no prazo de 10 dias.

Parágrafo 5º - Se o escrevente arguido não for encontrado na sede da comarca, para os fins do parágrafo 4º, será chamado por editais com prazo de 15 dias.

Parágrafo 6º - Se, notificado da denúncia ou de processo iniciado, e passado 15 dias, no caso do parágrafo anterior, o escrevente não apresentar, no prazo legal a sua defesa, será concedida uma dilação probatória de dez dias, comum as partes, seguindo-se logo a decisão do juiz.

Parágrafo 7º - Da decisão do juiz, demitido ou não o escrevente, cabe recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 11º - O escrevente pode também ser demitido a requerimento do serventuário do cartório, sem declaração de motivo, mas nesse caso fica, durante um ano, com direito à metade dos vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade.

Artigo 12º - É facultado aos escreventes de ofícios ou cartórios requerer a sua admissão a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, nas mesmas condições dos parágrafos seguintes.

Parágrafo 1º - As contribuições de qualquer natureza, bem como o pecúlio e o auxílio para funerais serão equivalente a dois terços dos devidos ou do que competir aos serventuários dos ofícios de justiça nos quais servirem;

Parágrafo 2º - Os atuais escreventes com mais de cinquenta anos de idade poderão requerer a sua inclusão uma vez que sirvam, pelo menos, dez anos. Desde que o requeiram dentro de noventa dias seguintes, à vigência do presente decreto. Fora do caso especial do presente parágrafo, nenhum escrevente com mais de cinquenta anos de idade será demitido.

Artigo 13º - os escreventes estão sujeitos as penas disciplinares do artigo 34, do dec. 4.786, de 1930, observados os artigos 37, 38 e 39 do mesmo decreto.

Artigo 14º - o escrevente exonerado a pedido, ou na forma dos artigos 1º e parágrafo 3º e 11º, pode ser nomeado para outro cartório da mesma natureza, independentemente de novo exame mediante requerimento subscrito pelo candidato e pelo respectivo serventuário.

Parágrafo único - Se o cartório ou ofício for de natureza diversa, o exame versará exclusivamente sobre as matérias estranhas ao antigo serviço.

Artigo 15º - Os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado serão fixados pelo Secretario da Justiça, mediante proposta dos respectivos serventuários e informação do juiz.

Parágrafo 1º - Nos trinta dias que se seguirem a vigência deste decreto, os serventuários da justiça, que tiverem ou desejarem ter escreventes, apresentarão as suas propostas ao juiz, e este as remeterá, informadas, ao Secretario da Justiça dentro de 10 dias.

Parágrafo 2º - A proposta será acompanhada de informações sobre a renda de cartório e o numero de escrevente.

Parágrafo 3º - Os escreventes serão classificados pelo juiz em categorias, para cada carteiro, com vencimentos diferentes, e sob proposta do serventuário, com recurso para corregedor geral (art. 2º).

Parágrafo 4º - Na falta de proposta, o juiz prestará ex-officio as informações a que aludem os parágrafos 1º e 2º.

Parágrafo 5º - O secretário da Justiça uniformizará, tanto quanto possível, os vencimentos dos escreventes de cartório de natureza e renda equivalente.

Parágrafo 6º - A tabela só poderá ser alterada de três em três anos, mediante representação fundamentada e documentada do serventuário ou dos escreventes, e informação do juiz.

Parágrafo 7º - Quando, durante o triênio, foram criados novos lugares de escreventes, o Secretário da Justiça, fixará os vencimentos na forma dos parágrafos antecedentes, podendo altera-los na primeira revisão da tabela.

Artigo 16º - nas licenças que serão concedidas pelo juiz com audiência do serventuário de cartório, perceberão os escreventes a parte dos vencimentos a que alude o artigo 7º da lei n.º 1.521, de 1916.

Artigo 17º - O serventuário do cartório, de acordo com o juiz, poderá distribuir a cada um dos seus escreventes determinados serviços, como o reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos etc. e, nesse caso, o escrevente será responsável civil e criminalmente pelo ato que subscrever.

Parágrafo 1º - A distribuição do serviço será publicada por edital e afixada permanentemente e ostensivamente no cartório.

Parágrafo 2º - O serventuário do cartório não fica impedido de executar cumulativamente o serviço distribuído.

Artigo 18º - Os escreventes terão direito a quinze dias contínuos de férias em cada ano civil, sem perda de vencimentos. As férias serão concebidas pelo juiz, a pedido do escrevente, ouvindo o serventuário.

Artigo 19º - O serventuário que tiver escrevente poderá igualmente gozar de férias até trinta dias, concedidas pelo juiz. O escrevente que o substituir será obrigado a entregar-lhe toda a renda líquida do cartório, observando o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 20.

Artigo 20º - os escreventes, segundo o lugar que ocuparem (art 2º), são os substitutos do serventuário efetivo, nos casos de férias ou licença.

Parágrafo 1º - O serventuário licenciado terá direito a uma parte da renda líquida do cartório, correspondente as quotas fixadas no artigo 7º da lei n.º 1.521, de 1916, ou a toda renda líquida, quando em férias.

Parágrafo 2º - O serventuário interino lançará diariamente em livro próprio a receita e a despesa do cartório, e recolherá, até o dia trinta de cada mês, ao estabelecimento, indicado pelo serventuário efetivo a quota pertencente a este, sob pena de ser imediatamente demitido.

Parágrafo 3º - O serventuário licenciado poderá, até seis meses depois de terminar a licença, reclamar contra qualquer infidelidade das contas de interino, e juiz decidirá de plano e sem recurso.

Parágrafo 4º - O serventuário interino antes de assumir o exercício do cargo, dará fiador idôneo

que obrigue pela entrega da renda do cartório referida no parágrafo 2º, se assim o exigir o serventuário efetivo.

Artigo 21º - Os serventuários dos escritórios de justiça podem, sob a sua exclusiva responsabilidades, ter praticantes e fiéis que entenderem necessários.

Parágrafo 1º Os praticantes e fiéis não terão título de nomeação e vencerão que combinarem com o serventuário. Os contratos serão arquivados em juízo, e o juiz assegurará a sua execução.

Parágrafo 2º - Os praticantes fiéis não podem escrever nos autos ou fazer intimações, salvo aos advogados e solicitadores, quando estes fizerem declaração, datada e assinada, à margem da sentença, despacho ou quota, de que foram intimados.

Artigo 22º - A promoção dos escreventes, no mesmo cartório, será feita pelo juiz de direito, sob proposta do serventuário.

Parágrafo único - Se o serventuário declarar preferir admitir novo candidato em vez de promoção de seus escreventes, o juiz ordenará a abertura do exame, para provimento de qualquer dos lugares que tiver vagado.

Artigo 23º - O serventuário lançará a receita e a despesa de seu cartório ou escritório, diariamente, em livro próprio, aberto e rubricado pelo juiz de direito.

Artigo 24º - Os atuais escreventes são mantidos nos seus cargos.

Artigo 25º - Este decreto entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1932, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de julho de 1931.

DECRETO N.º 6.697 -A, DE 21 DE SETEMBRO DE 1934.

"Estabelece medidas relativas aos escreventes de cartórios em geral."

Artigo 1º - Os escreventes de cartório e escritórios, uma vez contendo, no mínimo, dez anos de exercício, sendo quatro, pelo menos, no cartório ou escritório em que estiverem servindo, só poderão ser demitidos de acordo com o processo disciplinar estabelecido no decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1932.

Artigo 2º - No caso de redução no parágrafo 2º do artigo 1º, do decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, ao escrevente dispensado com menos de dez anos de escritório no cargo e menos de quatro no próprio cartório ou escritório em que estiver servindo, serão abonados três meses de vencimentos, pago no ato da dispensa, sem prejuízo de recurso para o corregedor geral da justiça.

Artigo 3º - O escrevente que não estiver nas condições, estabelecidas no artigo 1º, poderá também ser demitido por iniciativa do serventuário, sem declaração de motivo, mas ficará, nessa hipótese, com direito a vencimentos integrais, correspondentes a um ano.

Artigo 4º - As férias asseguradas pelo artigo 18 do aludido decreto n.º 5.129, serão lançadas em cadernetas especiais, cujo modelo será aprovado pelo corregedor geral da justiça.

Artigo 5º - Uma comissão de cinco membros, constituída por dois representantes dos escreventes, dois representantes dos serventuários e presidida por quem o Secretário da justiça indicar, organizará a tabela mínima dos vencimentos dos escreventes de cartórios e escritórios.

Artigo 6º - os escreventes são obrigados a contribuir para a Caixa Beneficente dos funcionários

públicos, cabendo aos serventuários descontar as respectivas contribuições nas folhas de pagamentos, recolhendo-as imediatamente à Caixa, acompanhadas de guias discriminadas.

Artigo 7º - Os auxiliares de cartórios só poderão ser nomeados escreventes habilitados depois de aprovados em concurso, gozando de preferência para nomeação, em igualdade de condições, desde que tenham seus contratos arquivados na forma do parágrafo 1º do artigo 21, do decreto 5.129, de 23.6.1931.

Artigo 8º - Os escreventes ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, conforme a maior ou menor gravidade das faltas que cometerem:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão de um a noventa dias;
- d) demissão;

Artigo 9º - As penas de advertências e repreensão serão aplicáveis aos escreventes, quando estes:

- 1) forem omissos nos cumprimentos de seus deveres;
- 2) deixarem de cumprir qualquer ordem em relação ao serviço;
- 3) perturbarem o silêncio dos escritórios ou cartórios durante as horas de trabalho ou tratarem de assunto que lhes sejam estranho;
- 4) deixarem de tratar com a devida delicadeza e urbanidade não só as partes como os auxiliares.

Artigo 10º - A pena de suspensão será aplicada, quando o escrevente:

- a) já tiver sofrido por três vezes a pena de advertência ou repreensão;
- b) desacatar os superiores hierárquicos ou as partes, por gestos ou palavras;
- c) dar informações reconhecidamente inexatas;
- d) ausentar-se do escritório ou cartório por mais de oito dias, sem causa justificada;
- e) torna-se manifestante relapso no cumprimento dos seus deveres;
- f) cometer qualquer ato ofensivo à moral e aos créditos do escritório ou cartório;
- g) fomentar, entre seus companheiros de trabalho desarmonia ou inimizades ou assoalhar, fora do escritório ou cartório, qualquer fato que nele passe e deva permanecer sigilo;
- h) receber indebitamente gratificações ou propinas por parte dos clientes;

Parágrafo 1º - A suspensão como pena disciplinar é distinta da que resulta de pronúncia, conforme leis da República, e da que constitui ato preliminar em processo de responsabilidade.

Parágrafo 2º - O escrevente suspenso, e com a pena de suspensão confirmada pelo corregedor, perde a regalia instituída no artigo 3º.

Artigo 11º - Aplica-se à pena de demissão:

- a) quando o escrevente já tenha sofrido, por três vezes, a pena de suspensão;
- b) quando, em processo administrativo, se verificar a incapacidade moral ou funcional, do processado.

Parágrafo único - Na hipótese da letra "a", é dispensado o processo administrativo.

Artigo 12º - As penas que alude o artigo 8º, letras "a", "b" e "c", são aplicadas pelos serventuários, com recursos para o corregedor respectivo. A pena de demissão é aplicada pelo corregedor do cartório, com recurso para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo único - Os recursos poderão ser interpostos dentro do prazo de dez dias, a contar da data da imposição da pena.

Artigo 13º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do governo do Estado de São Paulo, aos 21 de setembro de 1934.

a) Armando de Salles Oliveira.

"HORA DE VERÃO"

Dispondo sobre a "hora do verão", o Presidente da Replicha assinou o seguinte decreto:
"Artigo 1º - O art. 1º, do decreto n.º 27.496, de 24 de novembro de 1940, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - A partir de 0 (zero) hora de 1º de dezembro de cada ano e até 31 de março do ano seguinte, fica em vigor em todo o Território Nacional a "hora de verão", adiantada de sessenta (60) minutos em relação à hora local."

Artigo 2º - No ano em curso o termino da "hora de verão", fixado no mencionado decreto, fica antecipado para o dia 16 deste mês, à uma hora quando será restabelecida a hora legal, com o retardamento de 60 minutos.

DIRETORIA

Ibsen da Costa Manso	Presidente
Dr. Armando Costa Magalhães	Diretor
Dr. Francisco Vergueiro Porto	Diretor
Dr. João Neves Netto	Diretor-Secretário
Dr. José Soares de Arruda	Diretor
Dr. Otávio Uchôa da Veiga	Diretor
Dr. Silvio de Bueno Vidigal	Diretor
Dr. Valdomiro Lobo da Costa	Diretor
Waldomiro Borges Canto	Diretor-
Tesoureiro	

CONSELHO FISCAL

Dr. Brásllo Machado Netto	Presidente
Dr. João Alves Rubião Filho	
Dr. Antonio de Carvalho Saraiva Junior	
Dr. Antonio A. Firmo da Silva	
Abner Ribeiro Borges	

SUPLENTEs

Elvino Silva.....	Campinas
Major Leo Lerro.....	São José do Rio
Preto	
Manoel Ferreira Laranja	Santos
Ricardo Normandia Moreira	Rio Claro
Dr. José Procópio Junqueira.....	Jaú
Tristão de Carvalho.....	Casa
Branca	
Dr. Dário Ferreira Guarita.....	
Araçatuba	
João Baptista Ferreira Filho.....	Olimpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A ORIGEM DO REGISTRO CIVIL E A SUA CONSOLIDAÇÃO	2
LEI DA APOSENTADORIA	3
SERVENTUÁRIOS DO INTERIOR - CLASSE SACRIFICADA	3
CARREIRA NA SERVENTIA DE JUSTIÇA	4
DA EXIGÊNCIA DA CARTEIRA DE ESTRANGEIRO	5
DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. MENOTTI DEL PICCHIA, 20º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL, POR OCASIÃO DA VISITA DE CORTESIA QUE OS TABELIÃES DE NOTAS FIZERAM AO EX.MO SR. DESEMBARGADOR JOÃO BATISTA LEME DA SILVA, D.D. CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA.	
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARTÓRIOS VAGOS	6
E D I T A L	7
DECRETO 5.120, DE 21 DE JULHO DE 1931.	9
(ARTIGOS 11 E 12, QUE SE REFERE O PRESENTE EDITAL)	9
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA	10
DECRETO N.º 19.365, DE 20 DE ABRIL DE 1950.	10
DECRETO N.º 19.379, DE 27 DE ABRIL DE 1950	13
LEI N.º 465, DE 28/9/49	14
INSCRIÇÃO NA "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA"	15
CARTÓRIO VAGO	15
LEGISLAÇÃO	16
DECRETO N.º 5.129 - DE 23 JULHO DE 1931	16
DECRETO N.º 6.697 -A, DE 21 DE SETEMBRO DE 1934.	20
"ESTABELECE MEDIDAS RELATIVAS AOS ESCRIVENTES DE CARTÓRIOS EM GERAL."	20
"HORA DE VERÃO"	22
DIRETORIA	23
CONSELHO FISCAL	23
SUPLENTE	23
ÍNDICE	24

Nº 016 - Publicação: 01/06/1950

COLABORAÇÕES

CASAMENTO CIVIL COM EFEITO RELIGIOSO

Antonino Cintra - Oficial do Registro Civil de Santa Adélia.

O Sistema social na sua essência, estará sempre sujeito as contingências inelutáveis de complexidades evolutivas. No vértice das evoluções, fugindo as normas de costumes usuais e de tradições antiga, nem por isso algumas vezes deixa de introduzir modalidades que, por dissonância ou ilogismo não corresponde aos fins colimados. Preconcebe-se que a República Brasileira, proveio de um movimento revolucionário, e, como era natural trouxe na sua seletiva bagagem uma série de modificações impostas pelo regime. E, em virtude dessa transformação social, entre outras inovações que vieram a baila teve saliência a instituição do casamento civil, introduzido pelo decreto 181 de 1890. Conseqüência lógica e necessária de uma nova ordem política estabelecida no país. Campos Sales, sem favor algum um dos maiores gênios republicanos, foi o mais autorizado líder da instituição núbil, para cuja a obrigatoriedade foi de uma intransigência incomparável. Com o evento do Código Civil em 1917, o casamento civil passou a ter nova regulamentação, e agora com mais fundadas disposições, e melhor definido do que o primitivo decreto que o criou. Para se ter uma idéia mais aproximada da responsabilidade que pesa sobre a instituição civil, basta apenas salientar-se entre outras disposições, os impedimentos constantes do art. 183, acompanhadas de seus 16 incisos, estabelecido pelo Código Civil e que por uma só inobservância poderá incidir na nulidade do ato. E não obstante o casamento civil ter correspondido exuberantemente com suas finalidades, e que ninguém de boa fé poderá contestar, de tempos a esta parte vem passando por modificações que, segundo nos parece não está correspondendo com os fundamentos de que fora instituído. E vem o caso, então, do casamento religioso ou que a ser convocação do ato civil de permeio com ritual religiosos uma liga de ato religioso. - A modalidade não é nova; teve

ensaios nas priscas eras do império pelo dec. 9.886, de 7 de março de 1888. - Ora, é de se imaginar que, se em plena vigência da República o casamento civil tem tido inimigos ferrenhos, na monarquia é que nunca encontraria guarida. - O estadonovista com a fertilidade de seu postulado, estabeleceu pelo dec. Lei n. 379, de 16.1.37 preceitos para a mesma espécie de matrimônio e que segundo nos parece não se generalizará; pelo menos não registramos um único caso no nosso cartório. A Carta Magna de 1946 reconhece o casamento civil com efeito religioso, desde que sejam preservadas as disposições regidas pelo art. 163 e seus incisos. Volta a tona a mesma criação núbil, que transita nas Altas Câmaras do Legislativo. Pelos toques, vem a ser mais, ou menos o que fora traçado pela última Constituição e isso depois de passar por algumas emendas. Sem as emendas introduzidas, estaria o casamento civil virtualmente comprometido na sua essência. Confessamos que foge à nossa argúcia atinar o motivo que deu ensejo a semelhante transformação. Venâncio Neida, da elite cultural carioca, quanto a inovação assim se manifestou e ao ferir-se o desvirtuamento da República de Benjamin Constant: " Destaco, principalmente, a substituição do casamento civil pelo religioso, admitida, sob certas condições pela Constituição. Desprestigia-se, assim, a consagração do casamento da Pátria. No entanto essa proteção interesseira ao clero não corresponde a qualquer fortalecimento na moral ou nas crenças católicas. O governo, assim procedendo dessa maneira, fortalece o desenvolvimento do bolchevismo e de outras doutrinas revolucionárias". (Diário de São Paulo, 21 de março de 1950, página 5).

COISAS DO SERVENTUALISMO DA JUSTIÇA

José Venâncio Borges - 1º Tabelião de Catanduva.

A classe dos serventuários de justiça vive agora momentos de justificada esperança com o eficiente amparo que vem recebendo de ilustres membros do Poder Legislativo do Estado. O projeto de reforma do atual regimento de custas inclui no seus dispositivos a majoração de 100% nos ordenados dos auxiliares, o que aliás é justo em face do padrão de vida que hoje todos enfrentamos. Entretanto, se a aludida tabela em que tem sido posta for concretizada e aplicada no interior, posso garantir, colocará os serventuários em seríssimas dificuldades e quiçá na impossibilidade de atender a imposição da lei com relação ao aludido aumento dos beneficiados. Para a Capital, onde são frequentes as grandes transações e da mesma forma, os inventários com vultosos acervos, os seus tabeliães e escrivães terão margem para suportar qualquer acréscimo nas suas despesas. No interior é bem diferente a situação. Nesta comarca, bem como em todas de igual entrância, nas quais não varia o movimento, não são comuns e ao contrário são raríssimos as escrituras de Cr\$ 100.00,00 para acima e os inventários com monte mor também superior a esse valor. A veracidade desta afirmativa é fácil ser constatada e estarei pronto a fornecer qualquer informação em documento oficial e autenticando que seja exigido para verificação. O projeto em apreço, nos termos em que foi colocado pelo nobre congressista Dr. Feliciano fixa um limite máximo de Cr\$ 5.000,00 no preço das escrituras e das custas dos inventários, se para estes vingar o sistema de percentagem. Para nós, entretanto, nenhuma vantagem representa essa parte porque dificilmente a aproveitaremos. Somente para São Paulo, pelo motivo atrás declarado, servirá. De 1925, desde quando exerço aqui meu cargo, até a data, talvez não suba a quinze o número de escrituras e inventários que excedessem ao valor de Cr\$ 1.000.000,00 ou mesmo desse valor. Creio oportuno apontar como justificativa desta sucinta exposição a óbvia desigualdade existente entre os cartórios da Capital e do "hinterland" no que tange a organização de ofícios de justiça. Lá, cada um atende um só ramo remunerável de serviço. Aqui, temos os anexos de natureza urgente e preferencial. - crime, assistência judiciária, justiça do trabalho, menores etc. etc. , para cuja movimentação, como bem ponderou em brilhante artigo incerto no último Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça o Oficial do Registro de Imóveis de Itápolis, temos que empregar mais de um terço da renda fornecida pelo serviço pago. Secundando a opinião de um colega de uma comarca do norte do Estado, externada num bem fundamentado comentário que deu a publicidade por ocasião da reforma do regimento em vigor, acho que seria mais consentâneo uma separação na tabela de custas, isto é, uma para o interior e outra para a Capital, em face da diversidade de condições apontada. Quanto ao ramo contencioso, qualquer modificação que seja feita, nada significa para nós, dado

ao pequeno movimento nesse setor. Ao Exmo. Sr. Dr. Epamindondas Lobo, D. D. Deputado, se ainda a conserva, remeti uma demonstração do movimento feitos de meu cartório, que lhe mandei quando em princípios do corrente ano. Apresentou sua Excia. uma oportuna e judiciosa emenda ao projeto de lei n. 167, que também se acha em curso na Assembléia. Trata-se de um documento que poderá servir como subsidio nas discussões que no plenário surgirão em torno desse texto. Voltando ao caso em tela, cumpre-nos declarar que este meu procedimento visa única e exclusivamente o afastamento de motivo que possa resultar aborrecimentos e prejuízos de meus auxiliares, pois, seria sobremaneira desagradável ter necessidade de usar dos recursos outorgados pelo decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, art. 1.º § 2.º ou art. 11, no pressuposto da impossibilidade de poder manter o número e ordenados dos mesmos. O primeiro desses dispositivos refere-se a diminuição de renda o que na hipótese não se aplica positivamente pelo paradoxo que se afigura, uma vez que o regimento em reforma eleva as custas, mas poderá ser invocado como fundamento porque a receita tornar-se-á insuficiente em face do aumento das despesas. Releva notar, que o que falo por mim, estende-se também a todos os serventuários de comarcas de entrâncias inferiores. Na linguagem de quem não conta com recursos indispensáveis a uma explanação mais adequada, esforcei-me todavia, para cumprir com meus deveres funcionais nesta conjuntura em que os interesses de minha classe se encontrem a mercê de sábia decisão do poder legislativo. Espero confiante na alta cultura da Assembléia Legislativa como tem demonstrado no patrocínio de nossa causa, se digne tomar em consideração o que entender de direito e justiça.

O NOSSO BOLETIM

Abner Ribeiro Borges - Oficial do Registro Civil do Jardim América - Capital.

Já estamos mais ou menos em condições de modificar o feitio do nosso Boletim, afim de podermos passar a publicá-lo tipograficamente e nesse sentido o operoso diretor interino da Associação está dando os devidos passos.

É uma notícia de fato alvissareira a toda à classe, que sem demora verá coroado de êxito um desideratim, pelo qual tanto vem se batendo, pois que impresso tipográfico dará outra aparência. Mesmo com sacrifício, teremos de, por essa forma imprimi-lo, porque o nosso intercâmbio de permuta com países estrangeiros com França, Argentina, Espanha, Itália e outros, além de já muito difundido no país a isso nos obriga, pois que mimiografado já não condiz com o nosso progresso e a posição em que está a nossa Associação.

Embora mimiografado, o Boletim tem estado presente nas cátedras dos nossos deputados no Palácio 9 de Julho, nas Secretarias de Estado no Palácio do Governo, no Palácio da Justiça, no Congresso Federal e muitos escritórios de advogados.

Temos feito o possível para torná-lo útil a todos que perambulam nas lides forenses, publicando e transcrevendo decretos e leis, julgados dos nossos tribunais, reclamando direitos da classe e exigindo justiça.

Muito já foi conseguido e o que faltar para completar lutaremos para conseguir. Foi em dias transactos por alguns nobres deputados apresentando um projeto no sentido de garantir automaticamente a nomeação do serventuário ou escrevente que obtiverem três classificações em concursos.

Não poderá haver coisa mais justa. Enquanto aplaudimos projetos como esse o mesmo não podemos fazer quanto ao que manda que os concursos oficiais do Registro Civil (antigos escrivães de paz) sejam realizados nas comarcas.

Porque essa diferença? Serão esses cartórios inferiores ou serventias de 2.ª classe? Para a classe é um capitis diminucis. Não vai nisso uma censura ao A. do Projeto, pois tem ele dado provas de amizade e interesse á classe dos serventuários, mas, moço ainda, e sem a tarimba dos velhos não sabe o que in nullo tempore houve relação aos exames nas comarcas, como passamos a relatar.

Quando eram feitos esse exames os chefes políticos tinham o seu candidato preferencial, quando não era parente era o seu afilhado político e esse teria de ser nomeado. Os juizes de direito nomeavam da sua comarca um advogado e um dos seus serventuários para examinadores. O coronel, inescrupulosamente se dirigia ao advogado e pedia pelo seu candidato mas em um pedido que ele não admitia recusa e o advogado salvo poucas exceções aproveitando essa oportunidade, para abrir um crédito a seu favor na gratidão e proteção do chefe, de desmanchava em ternuras e desde logo entrava em confabulações com o felizardo, fazendo sabatina de um ponto para a prova oral. Este a muito custo, como papagaio, aprendia, e assim estaria garantida a aprovação, muito embora fosse um fracasso, salvo quando essas provas as escondidas era passada para ser copiada e mal copiada, O outro examinador, por sua vez não queria entrar na desgraça do chefe afim de não ser perseguido o seu cartório e assim fazia, em prejuízo de outro candidato, competente mas sem as graças divinas.

Era assim que se fazia. Mas ante as justas reclamações havidas, o Governo então, em boa hora, houve por bem transferir para o tribunal de justiça os concursos em geral e assim tudo normalizou-se e a justiça jamais faltou.

Porque retrogradar?

Há ainda outro inconveniente. A dificuldade dos candidatos atender aos concursos em comarcas distantes que lhes acarretarão despesas, as vezes fora das suas possibilidades, obstando-lhes concorrerem.

Alega-se o número elevado de cartórios vagos. Porque não foram já a concurso, pois que lei a respeito havia. Não entraremos nessas indagações, mas uma vez terminados os concursos dos atuais cartórios vagos esporadicamente vagar-se-ão outros por isso pensamos ser desnecessário e prejudicial modificar a forma dos concursos.

TABELIONATOS A GRANEL

Pelo Deputado Castro Tibiriçá, foi apresentado um projeto de lei estendendo ao advogado, formado em direito, o ofício ou serventia de tabelião de notas, amplamente, sem prejuízo da advocacia e sem as formalidades do concurso, bastando a proposta da Ordem dos Advogados, cujos cartórios serão na proporção de um, para cada 50 mil habitantes.

Os advogados já têm a porta aberta nos concursos comuns, porque esse projeto com tamanha facilidade?

No caso de aprovação de semelhante projeto os velhos serventuários terão suas rendas diminuídas extraordinariamente restando-lhes os osso para roerem, e os escreventes prejudicado, porque serão dispensados, ou terão seus ordenados reduzidos de modo a viverem na pobreza sob o regime das gorjetas, aliás em desacordo com o desejo desses funcionários que almejam exercerem em seus cargos com elevação.

Os Srs. Deputados naturalmente poderão antes darem seus pareceres.

Pelo decreto n. 19.444-A, de 30 de maio do corrente ano, ficou aprovado, de acordo com o estabelecido no art. 1.º, § 4.º, do dec. 8.499 o orçamento para o exercício de 1950 da " Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS AO CASAMENTO RELIGIOSO

LEI N. 1.110, DE 23 DE MAIO DE 1950.

"Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional Decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º - O casamento religioso equivalerá ao civil, se observadas as prescrições desta Lei (Constituição Federal, artigo 163, § 1.º e 2.º).

HABILITAÇÃO PRÉVIA

Artigo 2.º - Terminada a habilitação para o casamento perante o oficial do registro civil (Código Civil, artigo 180 a 182 e seu parágrafo) é facultado aos nubente, para se casarem perante a autoridade civil ou ministro religioso, requerer a certidão de que estão habilitados, na forma da lei civil, deixando-a obrigatoriamente, em poder da autoridade celebrante, para ser arquivada.

Artigo 3.º - Dentro nos três meses imediatos à entrega da certidão, a que se refere o artigo anterior (Código civil, art. 181, § 1.º), o celebrante do casamento religioso ou qualquer interessado poderá requerer a sua inscrição, no registro público.

Parágrafo 1.º - A prova do ato do casamento religioso, subscrita pelo celebrante, conterá os requisitos constantes dos incisos do artigo 81, do decreto número 4.857, de 9 de novembro de 1939, exceto o de número 5 (Lei dos Registros públicos).

Parágrafo 2.º - O oficial do registro civil anotarà a entrada no prazo do requerimento e, dentro em vinte e quatro horas, fará a inscrição.

HABILITAÇÃO POSTERIOR

Artigo 4.º - Os casamentos religiosos, celebrados sem a prévia habilitação perante o oficial do registro público, anteriores ou posteriores à presente Lei, poderão ser inscritos, desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de inscrição, a prova do ato religiosos e os documentos exigidos pelo artigo 180 (Código Civil).

Parágrafo Único - Se a certidão do ato do casamento religioso não contiver os requisitos constantes dos incisos do artigo 18, do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939, exceto o de número 5 (Lei dos registros públicos), os requerentes deverão suprir os que faltarem.

Artigo 5.º - Processada a habilitação dos requerentes e publicados os editais na forma do disposto no Código Civil, o oficial do registro certificará que esta findo o processo de habilitação, sem nada que impeça o registro do casamento religioso já realizado.

Artigo 6.º - No mesmo dia, o juiz ordenará a inscrição do casamento religioso, de acordo com a prova do ato religioso e os dados constantes do processo, tendo em vista o disposto no artigo 181, do decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939 - (Lei de Registros Públicos).

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 7.º - A inscrição produzirá os efeitos jurídicos a contar do momento da celebração do casamento.

Artigo 8.º - A inscrição no Registro Civil revalida os atos praticados com omissão de qualquer das formalidades exigidas, ressalvado o disposto nos artigos 207 e 209, do Código Civil.

Artigo 9.º - as ações, para invalidar efeitos civis de casamento religioso, obedecerão exclusivamente aos preceitos da lei civil.

Artigo 10.º - São derogados os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, e revogadas a Lei n. 379, de 16 de janeiro de 1937, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1950;
EURICO GASPAS DUTRA
Honório Monteiro

(Publicado no Diário Oficial da União em 27 de maio de 1950)

Artigos a que se refere a lei que equipara o casamento religioso ao civil.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Artigo 163 - A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito a proteção especial do Estado.

§ 1.º - O casamento será civil, e gratuita sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil, se, observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contando que seja o ato inscrito no registro público.

§ 2.º - O casamento religioso, celebrado sem as formalidades deste artigo, terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

CÓDIGO CIVIL

Artigo 180 - A habilitação para o casamento faz-se perante o oficial do registro civil, apresentando-se os seguintes documentos:

I - Certidão de idade ou prova equivalente.

II - Declaração do Estado, do domicílio e de residência atual dos contraentes e de seus pais se forem conhecidos.

III - Autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra (arts. 183, n. XI, 188 e 196)

IV - Declaração de duas testemunhas maiores parentes, ou estranhos, que atestem conhece-los e afirmarem não existir impedimento que o iniba de casar.

V - Certidão de óbito do conjugue falecido ou da anulação do casamento anterior (Vide art. 315, § único).

§ Único - Se algum dos contraentes houver residido a maior parte do último ano em outro estado, apresentará prova de que o deixou sem impedimento para casar, ou de que cessou o existente.

Artigo 181 - À vista desses documentos apresentados pelos pretendentes ou seus procuradores, o oficial do registro lavrará os proclamas de casamento, mediante edital, que se fixará durante quinze dias, em lugar ostensivo do edifício, onde se celebrarem os casamentos e se publicará pela imprensa, onde houver (art. 182, § único) (vide art. 227).

§ 1.º - Se, decorrido esse prazo, não aparecer que oponha impedimento, nem lhe constar algum dos que de ofício lhe cumpre declarar, o Oficial de Registro certificará aos pretendentes que estão habilitados para casar dentro nos três meses imediatos (art. 192) (Vide art. 227).

§ 2.º - Se os nubentes residirem em diversas circunscrições do Registro Civil, em uma e em outra se publicarão os editais.

Artigo 182 - O registro dos editais far-se-á no cartório do oficial que os houver publicado, dando se deles certidão a quem pedir.

§ Único - A autoridade competente, havendo urgência, poderá dispensar-lhe a publicação, desde que se lhe apresentem os documentos exigidos no art. 180 (Vide art. 199).

LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS

Decreto n. 4.857, 9/11/1939

Artigo 81 - Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado, assento, assinado pelo presidente do ato, os conjugues, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

- 1.º - os nomes, prenomes, data do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos conjugues;
- 2.º - os nomes, prenomes, data de nascimento ou da morte, domicílio e residência atual dos pais;
- 3.º - os nomes e prenomes do conjugue precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando for o caso;
- 4.º - a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento;
- 5.º - a relação dos documentos apresentados ao oficial de registro;
- 6.º - os nomes, prenomes, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;
- 7.º - o regime de casamento com declaração da data e do cartório, em cujas notas foi passada a escritura antenupcial, quando o regime não for da comunhão ou o legal que sendo conhecido, será declarado expressamente;
- 8.º - o nome que passa a ter a mulher, em virtude do casamento;
- 9.º - os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento.

Parágrafo Único - As testemunhas serão duas , salvo o caso previsto no art. 193, parágrafo único do Código Civil.

ISENÇÃO DE TAXA POSTAL TELEGRÁFICA NA CORRESPONDÊNCIA POSTADA PELOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL

Tendo esta Associação, enviado um pedido, ao Departamento dos Correios e Telégrafos, referente a taxação da correspondência postal e telegráfica, emanada dos Cartórios do Registro Civil, juizes de Direitos etc..., esse Departamento nos enviou o ofício n 3.391, de 1950, dando esclarecimentos sobre o assunto, inclusive uma circular que foi expedida pela Diretoria Regional de São Paulo, no sentido de tornar claro o assunto, que transcrevemos abaixo:

CIRCULAR N.º 19

Assunto: Franquia Postal Telegráfica.

" No sentido de dirimir dúvidas que surgem constantemente quanto a taxação da correspondência postal e telegráfica emanada dos Cartórios do Registro Civil , juizes de direito dos, Delegados de Polícia e outras autoridades e no intuito de orientar, dando uma norma extensiva a todas as unidades postais, de acordo com a jurisprudência firmada a respeito; Recomendado:

- a) que a correspondência postal, e telegráfica oriunda dos Cartórios do Registro Civil, não é considerada oficial, á vista do disposto nos decretos-lei ns. 1995, de 1940 e 6.109, de 1940;
 - b) que, na forma da letra a, da regra IV, das "Instruções" que baixaram com o decreto n. 6.109, de 1940 a "correspondência postal dos escrivães ou secretários dos tribunais, em se tratando de remessa de autos de recurso, quando sejam os réus reconhecidamente indigentes e desde que conste do invólucro essa indicação", goza de franquia postal;
 - c) que, ainda, na forma da letra a, da Regra II, das citadas "Instruções", gozam de franquia oficial aos Presidentes e Secretários dos Tribunais de Apelação e chefes de Polícia;
 - d) que a correspondência postal e telegráfica apresentada pelos cartórios de Registro Civil, sobre assunto estatística e dirigido ao Instituto Brasileiro de Geografia estatística e entidades filiadas, também, tem direito a franquia.
 - e) que considerada oficial federal, correspondência as Circunscrições de Recrutamento, em cumprimento ao § 2.º do artigo 55, do decreto 4.857, de 1939
 - f) que, as vantagens citadas são as únicas que gozam, em virtude de Lei, aos Cartórios de Paz e de Registro Civil no território nacional; e
 - g) que, finalmente, estando em pleno vigor os decretos-lei n.ºs. 1.995, de 1940 e 6.109, de 1940, as entidades federais, estaduais e municipais, que ali não estiverem, implícita ou explicitamente citadas, terão as suas correspondências postais e telegráficas tratadas em forma do disposto na lei n. 498, de 1948 (tarifa Geral dos Correios e Telégrafos)".
-

(a) Tem. Cel. Landry Sales Gonçalves - Diretor Geral -

Corregedoria da Justiça

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 6811. - " As informações desejadas poderão ser obtidas na Secretaria da Justiça, visto que ao respectivo titular, nos termos do art. 15, do d. n. 5.129, de 23/07/1931, compete fixar os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado, mediante proposta dos respectivos serventuários e informação do juiz. Ao aludido titular também se conferiu a faculdade ou incumbência de alterar a tabela, observados o prazo e demais condições prescritas por aquele decreto. Deixo, pelo exposto, de atender ao pedido de fls. 2-S Paulo 27.4.1950. - (a) Leme da Silva

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 6813. - " Dr. João Marcondes dos Santos - Curador de Casamentos da 3.ª Circunscrição - Capital. - "O Dr. João Marcondes dos Santos, curador de Casamentos da 3.ª circunscrição da Capital, afim de dirimir dúvidas suscitadas com a promulgação da Lei n. 632, de 1.º de fevereiro de 1950, pede esclarecimento a respeito da interpretação do n. XVIII, do art. 1.º da referida lei. Reza esse dispositivo: - " Pela pública forma que extrair de carteira de identidade de reservistas, título eleitoral, etc. apresentados como prova de idade para o casamento civil - 30,00 - a lei n. 632, não criou novas atribuições nem restringiu as de outros, pois visou reajustar as tabelas de custos do oficial de registro das pessoas naturais. - Assim, só poderão extrair públicas formas, e consertá-las os escrivães de paz com anexo do tabelionato, segundo tradição jurídica, por ser notório que a lei no inciso acima reproduzido quis referir-se aos oficiais de registro civis que exerçam cumulativamente, as atribuições de tabeliães, V. art. 142, n. 5 do dec. N. 123, de 10 de novembro de 1892. São Paulo, 26/4/1950. (a) leme da Silva ".

DESPACHO NO PROCESSO N. 6768. - Hugo Pires - Distribuidor, Contador de Ourinhos. "Mantenho a decisão inferior, bem sustentada a fls. 7 a 9 cujos fundamentos subsistem, o disposto no art. 1.º da Lei Estadual n. 109, de 16 de julho de 1948, só tem aplicação aos casos que enumera. Reza esse dispositivo - " Nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, o distribuidor exercerá as funções de avaliador judicial nos processos de inventário, arrolamentos, pedidos de alvará para venda ou sub-rogação de bens, precatórias avaliatórias e arrecadação de bens de ausentes e de herança jacente" - A locução precatória avaliatória, está inserta entre os processos especificados e só a eles se prende. Assim, o distribuidor só atua com avaliador nos processos administrativos já especificados, pelo que é possível afirmar que não existem avaliadores judiciais nas comarcas do interior. Aplica-se, pelo exposto, nos processos contenciosos o que está expresso no art. 957 do Código do Processo - A circunscrição da avaliação se pedida por meio de precatória, não altera, nem dilata a competência atribuída ao distribuidor S. Paulo, 22/04/1950.(a) Leme da Silva.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 6760 - Escrivães Criminais de Santos - " A decisão de fls. 13 está de acordo com o disposto código do processo, pelo que deve ser mantida - Os mandamentos processuais citados dizem respeito as ações intentadas por iniciativa privada, mediante queixa, e só a eles se referem - São Paulo, 24/04/50 (a) Leme da Silva.

Comunicação da Diretoria Administrativa do Palácio da Justiça

Tendo chegado ao conhecimento da Secretaria do Tribunal de que os candidatos ao concurso para os diversos cartórios de justiça do Estado vem reclamando ser muito cara a inscrição, pois custa Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), faço público que tal notícia não é verdadeira.

A inscrição é gratuita, não sendo cobrados quaisquer emolumentos além dos selos de petição e de folhas por documento.

Não há necessidade do comparecimento dos interessados para essa formalidade, nem de intermediário, podendo seus requerimentos ser enviados diretamente pelo correio.

Para salvaguarda do bom nome da Secretaria e de seus funcionários roga-se seja comunicada ao Sr. Secretário Diretor Geral, qualquer irregularidade a respeito.

O Sr. Desembargador Presidente do Tribunal tem todo o interesse na divulgação deste

comunicado.

(a) Ulpiano da Costa Manso - Secretário Diretor Geral.

CERTIDÕES PARA "TIROS DE GUERRA"

De acordo com o Decreto-Lei n. 632 de 1.º de Fevereiro de 1950, artigo 19 letra "b", do Regimento de custas do Estado, consonância com despachos de chefes de Regiões Militares, somente estão dispensadas de pagamentos de emolumentos e selos, as certidões para alistamento militar e sorteados insubmissos, estando sujeitos a pagamento de ditas taxas as demais certidões, inclusive para Tiros de Guerra, na conformidade das leis federais.

A Associação está expedindo a seguinte circular, em virtude de ter sido apresentado na CÂMARA FEDERAL, um projeto de lei no sentido de DISPENSAR A OBRIGATORIEDADE DAS ESCRITURAS PÚBLICAS PARA A TRANSMISSÃO DE IMÓVEIS DE VALOR SUPERIOR A CR\$ 1.000,00.

" Prezado colega. Premidos pelo tempo, pedimos nossas sinceras escusas aos demais tabeliães locais se por ventura não nos dirigirmos também diretamente a eles. O colega fará o favor de explicar o ocorrido. Temos certeza de que nos desculparão. É assunto de máxima importância para a classe tabelioa. É a vida dos serventuários e dos seus inúmeros auxiliares que está em jogo. E é acima de tudo o interesse público, terrivelmente abalado.

Trata-se do projeto de lei n. 80 de 1950, apresentado pelo deputado Aliomar Balieiro a Câmara Federal, no sentido de dispensar a obrigatoriedade das escrituras públicas para a transmissão de imóveis de valor superior a Cr\$ 1.000,00.

Vê o colega como é sério o assunto num país de maioria analfabeta como infelizmente é o nosso.

E no entanto, prezado colega, nasce esse projeto de um professor de direito, e como é o ilustre Dr. Aliomar Balieiro.

O nosso grito de alerta é no sentido de movimentar todas as classes a fim de não deixar ser convertido em lei o referido projeto.

A digna Ordem dos Advogados Brasileiros, seção do Estado de São Paulo, chamada a dar a sua opinião a respeito, manifestou-se unanimemente rejeitando totalmente tal projeto. Esse parecer de grande valor, vai copiado em anexo, para sua ciência e dos demais colegas e da população em geral.

Assim solicitamos ao prezado colega congregar-se aos demais tabeliães, movimentando os deputados federais conhecidos para rejeição do citado projeto".

Cartórios Vagos.

Platina, da comarca de Palmital, em virtude da desistência apresentada pelo titular desse ofício. Pacaembu, da comarca de Lucélia, em virtude do titular ter sido removido para o cartório de Dracena, da mesma comarca.

A Associação agradece a todos que tem colaboração na feitura de seu Boletim.

DECRETO N. 19.441-B, DE 29 DE MAIO DE 1950.

"Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da taxa de aposentadoria de Servidores da Justiça"

Artigo 1.º - Ficam aprovados os modelos de estampilhas cujos "fac-simples" figuram em anexo, devidamente rubricados pelo Secretário da Fazenda, emitidas para a arrecadação da taxa de aposentadoria de servidores da justiça, instituída pelo artigo 12, da Lei n. 465, de 28 de

setembro de 1949, e dos seguintes valores: dez centavos (Cr\$ 10,00), vinte centavos (Cr\$ 0,20), cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), um cruzeiro (Cr\$ 1,00), dois cruzeiros (2,00), cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00), dez cruzeiros (Cr\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00).

Artigo 2.º - As estampilhas de que trata o artigo anterior, terão o formato de um retângulo com treze milímetros (13) de largura, por trinta e dois (32) milímetros de altura sendo picotadas em todos os seus lados, impressas sobre papel especialmente fabricado para fim, contendo em sua massa fibras de linho verdes e estampilhas dos valores de dez centavos (Cr\$ 0,10), vinte centavos (Cr\$ 0,20), cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), um cruzeiro (Cr\$ 1,00), dois cruzeiros (2,00) e cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00), e de cor branca para as estampilhas dos valores de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00).

O colorido da impressão de cada estampilha é o seguinte: dez centavos, verde-escuro; vinte centavos, rosa; cinquenta centavos, sépia; um cruzeiro, laranja; dois cruzeiros, amarelo ocre; dez cruzeiros, sépia; vinte cruzeiros, violeta; cinquenta cruzeiros, verde;

Parágrafo Único - São as seguintes as características do desenho das estampilhas distribuídas em quatro campos distintos descritas de cima para baixo: - ao alto o primeiro campo, compreende uma meia lua com o diâmetro com base, ladeada de desenho floreado, em fundo escuro, no qual se acham inscritas em caracteres maiúsculos e negativo as palavras "SECRETARIA DA FAZENDA" em semicírculo, e "DO ESTADO DE SÃO PAULO", disposta essas duas linhas sobrepostas, sendo a expressão "EST." Abreviatura da palavra "ESTADO". No campo seguinte, o segundo, logo abaixo, vê-se, também em maia luta ocupando dois terços da área total do campo e preenchido o espaço lateral restante com desenho floreado, o emblema do escrivinato que constitui de um livro aberto, tendo a sua sinistra o tinteiro no qual está embebida uma pluma de escrever; segue-se abaixo o terceiro campo, com sua metade superior em fundo escuro no qual vem indicada, em letras maiúsculas e em negativo, disposta entre três linhas, a finalidade da estampilha, representada pelas palavras "APOSENTADORIA", na primeira linha, "DE SERVIDORES" na segunda linha "DA JUSTIÇA" na terceira e última linha, seguido, abaixo, pelo valor da estampilha, em algarismos árabes, disposto no centro num escudo de fundo claro e ladeado de arabesco, seguindo , abaixo em caracteres maiúsculos cujas letras centrais se acham reduzidas no tamanho, o designativo da moeda divisionária do país e equivalente ao valor da estampilha, ou seja "CENTAVOS", "CRUZEIRO" ou "CRUZEIROS" ; segue-se o último e quarto campo, de fundo estriado, para preenchimento da data de utilização da estampilha, linhas pontilhadas, a primeira interrompida no centro pela preposição " DE " em letras maiúsculas seguidas de algarismos árabes "195" e de linha pontilhada, para indicação do ano.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 29 de maio de 1950.

ADHEMAR DE BARROS

Publicado no Diário Oficial em 31/05/1950.

CARREIRA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA

Foi apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, um substitutivo ao projeto de lei n. 167, que institui a carreira de servidores da justiça.

Esse substitutivo é composto de 41 artigos e é o que satisfaz plenamente o interesse de nossa classe.

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -

Presidente



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. VALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -	Presidente
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO	
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR	
DR. DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÕES	2
CASAMENTO CIVIL COM EFEITO RELIGIOSO	2
COISAS DO SERVIENTUALISMO DA JUSTIÇA	3
O NOSSO BOLETIM	4
TABELIONATOS A GRANEL	5
RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS AO CASAMENTO RELIGIOSO	5
LEI N. 1.110, DE 23 DE MAIO DE 1950.	5
HABILITAÇÃO PRÉVIA	6
HABILITAÇÃO POSTERIOR	6
DISPOSIÇÕES FINAIS	6
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	7
CÓDIGO CIVIL	7
LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS	8
DECRETO N. 4.857, 9/11/1939	8
ISENÇÃO DE TAXA POSTAL TELEGRÁFICA NA CORRESPONDÊNCIA POSTADA PELOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL	9
CIRCULAR N.º 19	9
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	10
COMUNICAÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA	10
CERTIDÕES PARA "TIROS DE GUERRA"	11
DECRETO N. 19.441-B, DE 29 DE MAIO DE 1950.	12

CARREIRA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA	13
DIRETORIA	13
CONSELHO FISCAL	13
SUPLENTE	14
ÍNDICE	14

Nº 017 - Publicação: 01/07/1950

COLABORAÇÕES

INCOMPETÊNCIA DO OFICIAL MAIOR NA LAVRATURA DE TESTAMENTO

Sylvio Brantes de Castro

É requisito essencial para a validade do testamento público que "seja escrito por oficial público" em seu livro de notas de acordo com o ditado ou as declarações do testador, em presença de cinco testemunhas". - (Artigo 1.632, n.º I do Código Civil).

Requisito essencial, vale dizer, é da essência, e, por isso mesmo indispensável para a sua validade, sem o qual o ato - (testamento público), não terá qualquer valor.

Como oficial público sempre se considerou e é ainda hoje considerado, exclusivamente, o serventuário vitalício tabelião titular.

Ademais, diante do que dispõem as nossas leis civis, sempre se reputou que a lavratura do testamento público ou do instrumento de aprovação de testamento cerrado, constitui ato privativo e personalíssimo dos tabeliães oficiais públicos.

Tanto isso é certo, que, a lei de Organização Judiciário do Distrito Federal (Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945), no seu § único do artigo 210, prescreve que os tabeliães se fazer substituir por escreventes substitutos e juramentados, na lavratura de atos, contratos e instrumentos "não se compreendendo nessa exceção as relativas às disposições "causa-mortis".

Ainda mais: Dispõe o referido decreto (n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945), no seu artigo 265: "O escrevente juramentado poderá praticar todos os atos que incumbem ao serventuário, salvo os que devam ser feitos por este pessoalmente".

Se, pelo § único do artigo 210 do decreto-lei citado, foi excluída da função de escrevente substituto a competência para os atos relativos às disposições "causa-mortis", e, pelo artigo 265 ficou vedado aos escreventes juramentados praticar os atos que devam ser feitos pelo serventuário pessoalmente, é claro que essa competência, qual seja a lavratura dos atos relativos às disposições "causa-mortis", é exclusiva e privativa do tabelião. E atos relativos às disposições "causa-mortis", que deverão ser praticados pessoalmente pelos tabeliães, não são outros, senão a lavratura de testamento público e do instrumento de aprovação de testamento cerrado.

Nem se diga que as disposições citadas, referentes a Organização Judiciária do Distrito Federal não devem ser levadas em consideração em nosso Estado para a hipótese em apreço, pois é certo que elas são fundadas em lei substantiva, qual seja o nosso Código Civil.

Nessa condições, ao oficial maior, não só por não poder ser considerado oficial público e ainda por não possuir ele livro de notas, carece competência para lavrar testamentos públicos ou aprovação de testamentos cerrados.

O oficial maior, apesar de ser designado oficial e de exercer função pública, não pode, em face do que dispõe o artigo 1.632, n.º I, do Código Civil, ser considerado oficial público, de vez que as suas funções não tem a garantia da vitaliciedade conferida aos oficiais públicos: pois que não passa ele de um escrevente graduado do cartório, de confiança exclusiva do serventuário

(oficial publico), por indicação do qual é nomeado: sendo, por isso mesmo, demissível pela vontade do serventuário, independentemente de quaisquer formalidades que não um simples requerimento.

É preciso ainda se considerar que o espírito que ditou a criação do cargo de oficial maior em nosso Estado (art. 15, do dec. N.º 6.986, de 25 de fevereiro de 1935), não foi outro se não aperfeiçoar a celeridade dos serviços sempre crescentes nos ofícios de justiça do Estado.

Sendo assim, não poderia a aludida disposição legal (art. 15 do decreto n.º 6.986), ter transferido no oficial maior as atribuições privativas e personalíssimas do tabelião (oficial público), quais sejam as de lavrar testamentos de aprovação de testamentos cerrados.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE CANDIDATOS A ESCRIVENTES DE CARTÓRIO
Antonio Maron - Tabelião e Oficial do Registro Civil de Uruaí - Estado de São Paulo.

Consoante a epígrafe acima, sugeriria as Associações dos Serventuários e de Escreventes de justiça, a criação, na Capital do Estado, de um curso de preparação ou aprendizado de candidatos a escreventes de cartórios em geral, com o objetivo de ministrar-lhe os concernentes a teoria e práticas, inclusive noções de direito aplicáveis à matéria propriamente dita. Para maior facilidade aos alunos do interior, estender-se-ia o conhecimento desse curso, por correspondência, nos moldes que seriam oportunamente elaborados.

Essas Associações, declaradas de utilidade pública, estariam melhor indicadas, por se tratar de órgãos que melhor consultam os interesses da classe, preenchendo, assim, uma lacuna que de há muito bem se ressentindo pela falta de um instituto modelar dessa natureza. Concretizado que seja esse curso viria, sendo bem dirigido, aprimorar os conhecimentos rudimentares dos principiantes, como sejam, os meros auxiliares de cartórios, que por sua vocação demonstrem abraçar a carreira do oficialato. Habilitando-os tecnicamente e com mais probabilidade de êxito por ocasião de se submeterem a prova para escreventes, perante a banca examinadora.

Uma vez aprovados, não só ingressariam na carreira, mais conscientes dos atos que irão praticar, como também abreviam, pelo sistema do curso, em menor, lapso de tempo e experiência necessária que o desempenho do cargo requer. Evitar-se-ia enfim, com a adoção do curso em apreço, a continuidade da forma empírica que, mau grado, ainda perdura, pela qual demandaria alguns anos de intensivos exercícios e práticas, muitas vezes falíveis ou imperfeitas, conforme o grau de cultura de cada um. Ainda sobre o projeto de lei n.º 80, de 1950, de autoria do deputado udenista baiano Aliomar Balieiro, pretendendo suprimir a obrigatoriedade da escritura pública, temos a satisfação de reproduzir, nesta página, o vibrante comentário de nosso prezado colega Valmir Pontes, 1º Tabelião e Oficial de Protestos da Capital do Estado do Ceará. Esse ilustrado colega, cujos escritos revelam esclarecido cultor da ciência jurídica, mantém sob sua orientação, com expressivo subtítulo "O Direito ao alcance de todos", a seção jurídica do jornal "O Estado", de Fortaleza, de onde extraímos o comentário que segue.

É com sincero desvanecimento que ora noticiamos este começo da intercâmbio com os estimados colegas do Norte do Brasil.

"O Direito ao alcance de todos"
Valmir Pontes

O "TABU" DA ESCRITURA PÚBLICA

Conforme anteriormente aqui já foi divulgado, o deputado Aliomar Balieiro pretende, através de projeto de lei por ele apresentado a Câmara Federal, alterar o Código Civil na parte em que o mesmo (artigo 134) declara a escritura pública da substância dos atos de constituição e

transferencia do direitos reais sobre imóveis. Na justificação desse projeto, o ilustre congressista, embora reconheça que a norma impugnada e das que tem sobrevivido, no Brasil e em outros países cultos, as "transformações vertiginosas" operadas no campo do direito, acha que a escritura pública é uma superfetação, uma inutilidade, na grande maioria dos casos em que a lei ainda a exige. E alinha contra ela alguns argumentos inclusive o de que o Brasil de hoje não se pode comparar ao Portugal antigo, cuja reduzida população era constituída quase toda de analfabetos. Alega ainda o autor do projeto, contra vigência do referido artigo 134, que a "validade jurídica dos atos de aquisição ou transferencia de direitos sobre imóveis resulta da transcrição do titulo no registro público" e que "toda a evolução jurídica se processa no sentido da simplificação das formas, pois a própria difusão do ensino garantiu mais a proteção da boa fé do que todos os ritos sacramentais do direito reinol". E propõe, afinal, que prevaleça a exigência da escritura pública, em tais casos, apenas quando no ato tome parte o cego surdo-mudo ou analfabeto.

Diversas razões militam em desfavor da proposição. Em primeiro lugar, ela atenta contra a tradição do nosso direito. Claro é que, só por ser tradicional, o preceito combatido não deveria permanecer cristalizado, imutável. Como toda regra de direito positivo, essa está sujeita a sofrer as modificações impostas pela lei universal da evolução jurídica. E não seria justo que apenas por espirito de rotina se mantivesse em vigor uma norma caduca, imprestável ou inconciliável com as condições da vida atual. Mas é bem de ver que, no caso do incriminado artigo 134 do Código Civil, o caráter de antiguidade, que lhe e apontado, somente dispõe em seu favor, pois que, através dos longos anos em que tem tido vigência, o preceito em questão há demonstrado a sua utilidade e a sua cada vez mais imperiosa necessidade.

Por outro lado, o projeto é falho, porque, dispondo de maneira a dispensar a escritura pública nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis, de valor superior a mil cruzeiros, nada providência quanto á maneira como se deveriam realizar tais contratos, nenhuma cautela recomendada para a formação desses atos, deixando-os assim, total entregues á simplicidade ou a insegurança das regras comuns atinentes aos atos jurídicos em geral, mesmo quando se trate de negócios de grande vulto.

O ponto, entretanto, em que a sugestão do Sr. Aliomar Balieiro peca mais mortalmente é aquela em que afirma a inutilidade atual da escritura pública como elemento essencial a formação dos atos a que alude. Hoje mais do que nunca, faz-se premente a necessidade de imprimir a maior segurança ás relações de natureza patrimonial. O formalismo segundo observa, com razão, Cunha Gonçalves, tende hoje a renascer, "não para complicar os atos jurídicos, como na antiguidade, mas sim para os simplificar, sem prejuízo da sua seriedade e força jurídica. Com efeito - diz o eminente civilista luso, as formalidades dos contratos, no direito moderno, são exigidas por duas ordens de razões. De um lado, é preciso garantir as partes a liberdade da expressão das suas vontades, ou impedir a sua precipitação, ou dar-lhes a segurança da seriedade e precisão do ato, ou mesmo dificultar a realização do ato, ou proteger os interesses de terceiros, ou o interesse geral; ao mesmo tempo que é indispensável certificar as respectivas identidades. Daí a intervenção dura oficial público e de duas ou mais testemunhas. Doutro lado, o simples acordo de vontades e insuficiente quando os contratos são destinados a produzir efeitos de longa duração, tornando-se necessária a sua prova após o decurso de muitos anos, ou quando os contratos podem interessar a terceiros. Assim surgiu a exigência dos atos solenes em especial dos atos e contratos celebrados por escritura pública". ("Tratado de Direito Civil", 1932, vol. IV, pag. 437).

Não é preciso dizer mais nada, par atestar a infelicidade do projeto Aliomar Balieiro. Mas contra ele se pode ainda observar que, uma vez abolida a exigência da escritura pública para a prova dos atos de constituição e transmissão de direitos reais imobiliários, os interessados em tais negócios desertariam os tabelanatos para entregar-se as mãos de intermediários nem sempre habilitados e via de regra pouco escrupulosos, que se encarregariam de prepara as escrituras particulares necessárias a realização dos contratos, com enorme aumento de despesas e constante insegurança jurídica. O exame dos títulos de aquisição de Bens imóveis, confiado a experiência dos notários públicos, bem como a exata observância das normas fiscais, de tanto interesse para a fazenda pública, ficariam abandonados a incompetência e á desonestidade de alguns poucos leguleios, para cujos bolsos, fatalmente, correria decuplicada a importância das custas e demais despesas que os regimentos e as leis do fisco estabelecem de modo fixo e

invariável.

Cegos, surdo-mudo e analfabetos passariam a ver, ouvir, falar ler e escrever com a maior facilidade na magia desses atravessadores, a quem a lei faria substitutos dos oficiais públicos juramentados. E o pobre sertanejo, de quem o Sr. Aliomar Balieiro parece ter tanta piedade, juntaria mais uma desgraça ao rol dos flagelos a, que já vive exposto.

CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL

Como a habilitação para casamento religioso é obrigatória no cartório, e seu registro após a realização do mesmo, essa lei em nada alterou quanto a parte civil, sendo mais simples e econômico as partes procederem como já é de costume, casarem-se primeiramente no Registro Civil e posteriormente no religioso.

Publicamos na íntegra a lei sobre o casamento religioso no número passado, afim de pelo seu texto verificarem os interessados que o casamento civil é obrigatório e que proceder-se na forma dessa lei, ficará além de mais dispendioso mais complicado, de maneira que melhor será continuar na rotina antiga e já de hábito comum.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Ofício enviado ao Sr. Aliomar Balieiro, autor do Projeto de Lei n.º 80, de 1950, dispensando a obrigatoriedade de escritura no valor superior de Cr\$ 1.000,00.

Exmo. Sr. Deputado Aliomar Balieiro.

Câmara Federal - Rio de Janeiro

A Associação dos Serventuários de Justiça da Paraíba, em reunião especial, tomando conhecimento do projeto n.º 80, do corrente ano, apresentado por V.Excia. e sobre escrituras públicas, respeitosamente apresenta, em nome de todos os tabeliães e escrivães deste Estado, protestos contra as disposições contidas nesse projeto, que visa prejudicar todos os notários do Brasil, subscrevendo sem restrições os associados deste Estado o brilhante parecer do Dr. José Maria D'Ávila, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de São Paulo.

Aprovado semelhante projeto, seria acabar com cartórios e deixar na miséria inúmeras famílias dos tabeliães, escrivães e escreventes, adiantando a V.Excia. que não são poucos os encargos de serviços gratuitos que pesam em qualquer cartório, em face das leis do Brasil, o que poderá V.Excia. solicitar de todos os CORREGEDORES da Justiça de cada Estado.

Esta Associação de classe espera que V.Excia. não desampare, com esse projeto, os notários deste País, desorganizando a Justiça em Geral.

Apresento a V.Excia. protestos de elevada consideração.

(a) Sebastião Bastos Presidente

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO REGISTRO CIVIL

Waldomiro Borges Canto.

A lei de aposentadoria dos servidores da justiça (ns. 465, de 28 de setembro de 1.949, e, 507, de 17 de novembro de 1.949), autoriza a aposentadoria dos servidores da justiça "quando atingir o interessado trinta anos de efetivo exercício (artigo 1.º; artigo 4.º e artigo 16.º). Esta é a regra geral, com algumas exceções.

Acontece, porém, que o oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, os seus escreventes e auxiliares, no mesmo período exercem efetivamente o cargo maior tempo que os demais, pois, trabalham aos sábados durante o dia todo, feriados e dias de ponto facultativo. Nenhum outro serventuário, mesmo nenhum outro funcionário público, de qualquer categoria ou classe, tem tais ônus. Existem alguns funcionários que trabalham sábado à tarde, ou aos domingos, mas o fazem por sistema de plantão, com folga no dia seguinte. No Registro Civil das Pessoas Naturais

tal não ocorre, pois "funcionará todos os dias, sem exceção (§ único, do artigo II, do Decreto Federal n.º 4857, de 9 de Novembro de 1939),

Assim, será de justiça que se diminua o tempo de efetivo exercício para a aposentadoria dos serventuários, escretes e auxiliares do Registro Civil das Pessoas Naturais, pois, que num ano civil eles exercem o cargo, no mínimo, efetivamente um quinto de dias a mais do que todos os outros.

Alguns funcionários públicos com justiça, já obtiveram o direito á aposentadoria com vinte e cinco anos de exercício, sejam os delegados de policia e os professores .

Aos servidores do Registro Civil deveria ser pleiteado a contagem de tempo de serviço nessas serventias. Acrescido de um quinto, o que tornaria a aposentadoria aos vinte e cinco anos, também.

Não será favor algum, pois, se somarmos os dias de sábado, domingo, feriados, e dias de ponto facultativo de um ano.

Não existe óbice constitucional algum, pois, a Constituição Estadual até expressamente autoriza (art. 93).

Ainda há pouco tempo o operoso deputado Alfredo Farhat, tão amigo da nossa classe, e a qual já prestou tão assinalados serviços, apresentou um projeto de lei no qual propõem "que será contado acrescido de um quinto, para fins de aposentadoria, o tempo de serviço público prestados pelos médicos, escriturários, enfermeiros, motoristas e serventes do Posto Medico da Assistência Policial que estejam sujeitos ao regime de trabalho em dias incomuns (sábados, domingos, feriados nacionais, regionais, ou locais, dias de ponto facultativo) e pernoites". Note-se que a aposentadoria aos médicos dessas repartições já é concedida com o prazo de 25 anos de serviço.

Nada temos que objetar ao proposto. Achamos junta a medida proposta. Entendemos, porem, que aos servidores do Registro Civil das Pessoas naturais, que trabalham "todos os dias, sem exceção" é de inteira justiça que sejam contados para efeito de aposentadoria, o tempo de efetivo serviço nessas serventias acrescido de um quinto.

Trabalhemos que conseguiremos; medida que e de inteira justiça.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS

A exigência de formalidade que não compete ao contribuinte satisfazer e cuja demora em cumprir-se o surpreende com o advento de novas disposições da lei modificadora da cobrança do imposto, não afeta o direito, já adquirido de pagar apenas a soma anteriormente calculada e aceita pelo fisco (Tribunal de Justiça do Distrito Federal, apelação cível 6134).

CÁLCULO DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

É ilegal a cobrança quando calculada sobre um valor excedente ao da aquisição, principalmente quando esta se processa por um modo inequívoco de estimação a arrematação judicial (Tribunal de Justiça do Distrito Federal, apelação cível 6070).

HOMENAGEM AO DEPUTADO DE ALFRE DO FARHAT

Dia 2 do corrente, serão prestadas grandes homenagens pelos serventuários de justiça ao operoso deputado Exmo. Sr. Dr. Alfredo Farhat, em prol da classe.

Para participarem dessas homenagens serão da Lei de Aposentadoria e outras do interesses dos serventuários. Levados pelo espirito de justiça e equidade, que os exornam.

Grande será o comparecimento.

INFORMAÇÕES

LEI N.º 727, DE 12 DE JUNHO DE 1950

Dispõe sobre fiscalização, pelos juizes de direito, do pagamento de selos, custas, porcentagens e emolumentos nos autos conclusos para decisões de qualquer natureza.

ADHEMAR DE BARRROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O juiz ao receber autos conclusos para decisão de qualquer espécie, deverá verificar, preliminarmente, se foram regularmente pagos os selos, custas, porcentagens devidos ao Estado.

§ 1.º - Na hipótese de não ter sido feito o pagamento a que se refere este artigo, deverá o Juiz, por despacho, impor ao escrivão a multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) e fixar prazo para seu pagamento e inutilização das estampilhas correspondentes ao selo, custas, porcentagens e emolumentos devidos.

§ 2.º - A multa será aplicada em dobro nos casos de reincidências, sem prejuízo do que for devido ao Estado.

§ 3.º - Efetuando o pagamento da multa, juntará o escrivão aos autos o respectivo recibo, bem como inutilizará as estampilhas referidas no parágrafo 1.º tudo dentro do prazo estabelecido pelo Juiz.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do governo do Estado de São Paulo, aos 12 de Junho de 1950.

ADHEMAR DE BARRROS

Cesar Lacerda de Vergueiro Publicado no d.. em 13 de junho

As fotocópias valem como pública forma. Decreto lei federal 2148, de 1940: Art. 2.º... certidões e públicas formas podem ser expedidas em

LEI N.º 733, DE 12 DE JUNHO DE 1950

Altera a redação dos artigos 17 e 20 do Decreto n.º 4.786, de 2 de dezembro de 1930

ADHEMAR DE BARRROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 17 do Decreto n.º 4.786, de 3 de dezembro de 1930, modificado pelo Decreto n.º 9.212, de 16 de junho de 1938, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 17 - O Corregedor Geral da Justiça fará anualmente correição geral em dez (10) comarcas, pelo menos.

§ 1.º - Na comarca de São Paulo a correição geral será dividida em dez partes distintas, a saber:

I - Vara Cíveis

II - Varas de Família e das Sucessões.

III - Vara de menores, vara de acidentes do trabalho, varas das Fazendas e Vara dos Registros Públicos.

IV - Varas Criminais, Vara do Júri e das Execuções Criminais.

V - Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos Subdistritos da Capital.

VI - Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais com anexo de Tabela de notas.

VII - Tabelas de Notas.

VIII - Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos e pessoas jurídicas e tabelas de Protestos.

IX - Serviços subordinados a mais de uma vara neste artigo classificadas separadamente e os não subordinados a determinadas varas.

X - Polícia Judiciária e prisões. Cada parte constituirá, para todos os efeitos, uma correção distinta.

§ 2.º - A correção geral na comarca de Santos equivalera, para o cômputo anual previsto neste artigo, a cinco correções; e as que se fizerem nas comarcas de Campinas, ou Ribeirão Preto ou São José do Rio Preto, o Três (3) correções.

Artigo 2.º - O artigo 20 do decreto n.º 4.786, de 3 de dezembro de 1930, passa a ter a seguinte redação .

"Artigo 20 - A correção geral do Corregedor Geral da Justiça será anunciada por edital publicado no "diário da Justiça", e na comarca, com cinco (5) dias pelo menos de antecedência.

§ 1.º - O edital mencionará o dia, hora e local da audiência inicial, convocará as pessoas sujeitas a correção e declarará que serão recebidas quais informações, queixas ou reclamações sobre o serviço forense.

§ 2.º - O Juiz de Direito, recebendo cópia do edital mandará afixá-lo e publicá-lo na sede da comarca e dos distritos de paz e de notificar por carta as pessoas sujeitas à correção.

§ 3.º - O Juiz de Direito, ou o mais antigo na comarca onde houver mais de um, organizará, para ser apresentada ao Corregedor Geral na audiência inicial uma relação nominal das pessoas sujeitas à correção, designando os respectivos cargos ou ofícios. Organizará também a relação dos estabelecimentos que devem ser visitados, mencionando a situação e a natureza de cada um".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de junho de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
CESAR LACERDA DE VERGUEIRO.

Publicado no D.O. em 13 de junho 1950.

É responsável civicamente o tabelião que declara a identidade de uma testemunha do instrumento, dele não conhecida, e que nem sequer tinha a firma registrada em seu cartório. - Rev. de jurisprudência Brasileira, 1/561.

REGIMENTO DE CUSTA

Está em discussão na Assembléia Legislativa o novo Regimento de Custas.
A Associação dos Serventuários não tem se descuidado desse Projeto acompanhando-o em todos os seus trâmites.

Foram recebidas dos nossos colegas do interior, varias e importantes idéias que foram remetidas

á ilustre Comissão de Justiça.

Alem disso, a Associação contou com a colaboração efetiva de vários associados que se concretizou nas "Sugestões" entregadas á ilustre Comissão de Justiça.

É forçoso consigna aqui a boa vontade com que foram recebidas essas sugestões pelo ilustre deputado Dr. Lincoln Feliciano, dd. Presidente da Comissão de Justiça e pelos não menos ilustres deputados Alfredo Farhat e Waldy Rodrigues, autores de outros projetos, usando o mesmo fim.

Parece, pois, que teremos um novo Regimento de Custas, que permita aos serventuários obter meios para satisfazer as suas elevadas despesas e melhorar os salários dos seus grandes colaboradores, os escreventes.

Obtida essa lei, poderemos dizer que a nossa Assembléia Legislativa cuidou da classe dos servidores da Justiça dando-lhes aposentadoria e remuneração suficiente ao seu modesto mas importante trabalho.

Bem haja, pois, essa Assembléia composta, mercê de Deus, de homens esclarecidos e humanos.

Para a validade do compromisso de compra e venda de imóvel, cujo valor exceder de Cr\$ 1.000,00 e imprescindível a escritura pública.
(Rev. de Jurisprudência Brasileira, 1-568).

O CONGRESSO DE MADRID (I)

Tudo está pronto para a realização do Congresso de Madrid; e as informações que nos chegam da Espanha e as noticias que recebemos de quase todos os países que aderiram, nos permitem afirmar um grande sucesso.

As previsões adotadas pela Comissão Organizadora, o temário aprovado, o amplo programa de trabalhos e recepções, e os múltiplos aspectos da interessantíssima assembléia, que detalharmos em outra paginas do presente numero, justificam plenamente a expectativa despertada em todas as partes, e permitem augurar, sem deixar duvidas, que o II Congresso Internacional do Notariado Latino marcará uma etapa decisiva na organização internacional de nossa Instituição

Colegas de cerca de trinta países havemos de entrar, e assim, uma nova oportunidade para estreitar nossos laços profissionais; e por meio da amizade pessoal e o cordialismo contato a que tanto se prestam estas reuniões, poderemos precisar e difundir os princípios fundamentais do Notariado, e os elementos de progresso e de hierarquia que lhes são constantemente necessários.

O congresso de Buenos Aires já se tem dito e repetido em termos os mais elogios marca uma época no desenvolvimento institucional de nossa profissão. É o ponto de partida de um movimento internacional baseado na conjugação de esforços de todo o notariado latino, que pela primeira vez na historia encontrou a ocasião propicia para trocar idéias sobre suas preocupações e fixar rumos para uma ação coletiva.

Não escapa a ninguém que os benefícios resultantes dessa transcendental assembléia e da magnifica organização internacional que dela nasceu, não podem ser apreciados em tão breve lapso de tempo, nem seus resultados tornarem-se realidade em prazo tão curto . A tarefa de congressos dessa natureza, cujos benefícios depenem parcialmente do esforço individual como em medicina, engenharia ou outras especialidades análogas é um trabalho lento, talvez, mas indiscutivelmente eficaz. É trabalho de alguns anos que, com o transcorrer do tempo, se irá manifestando aos poucos em todas as partes, elevando o nível intelectual do notariado, melhorando suas sempre precárias condições de atuação, aperfeiçoando suas legislação, geralmente antiquada, influido em seu bem-estar espiritual. E no progresso dos múltiplos aspectos de seu exercício profissional.

Nada melhor que o estudo e consideração das características de outras organizações, e sua comparação com as próprias, para apreciar as vantagens e inconvenientes de umas e outras.
Nada mais propicio que uma cordial e permanente ligação de ordem pessoal para por em relevo

essas circunstâncias, para promover seu estudo, para aprofundar problemas, para despertar anelos, para promover reformas, enfim, para interessar a opinião pública e os poderes do Estado sobre a necessidade de contribuir a esse objetivo.

A tudo isto se prestará admiravelmente o II Congresso. A reunião de Buenos Aires representa a chama propulsora de um vasto movimento ascensional, cuja segunda e significativa etapa será, por certo, a assembléia de Madrid. Sua proximidade com os grandes centros europeus favorecerá, como é natural, a assistência de proeminentes figuras do notariado do Velho Mundo, cuja maior experiência, fruto de sua antiguidade, cuja exímia cultura jurídica, produto de uma série de fatores que seria ocioso mencionar, e cujas tradicionais características, resultantes de sua secular atuação, darão importância e autoridade as interessantes discussões projetadas. A América levará seu juvenil entusiasmo, seu dinamismo isento de obstáculos e preconceitos, seu peculiar afim de unir o novo ao tradicional.

Assim, fácil será concluir que desse magnífico conclave surgirão formulas felizes, que, inspiradas nos emanentes princípios proclamados pela escola de Bolonha, permitam dotar o Notariado do brilho e esplendor com que, os brilhantes mestres ancestrais, sonharam para nossa instituição.

(¹)Artigo de redação publicado na Revista Internacional do Notariado (n.º 5) e que devido á sua grande atualidade, com a devida vênia, foi para aqui traduzido. Em outra parte deste boletim publicamos o programa de trabalhos e recepções que nos foi enviado, bem com fornecemos amplas informações a respeito, para o que pedimos a atenção de nossos prezados colegas.

CONCURSO PARA PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS

Tribunal Pleno

Sessões realizadas no dia 21 de junho.

"Referiu-se ainda o Sr. Presidente a noticia inserta no "O Estado de São Paulo" de hoje sobre a declaração na Assembléia Legislativa, por um de seus ilustres membros de que o Tribunal resolverá, a instâncias da Assembléia, suspender até ulterior decisão, os concursos para provimento dos cartórios vagos, sob promessa de que o legislativo não retardaria a votação que regula o assunto". Disso S.Excia. que teria havido engano nessa declaração. O Tribunal tinha de aguardar, como aguardou a relação dos cartórios vagos. Receiando mesmo, em virtude da demora, que tivesse havido extravio pediu a Secretaria da Justiça a remessa dessa relação. Recebeu o iniciou o processamento do concurso. Publicaram-se os editais. No momento, aguardam-se as informações reservadas que em número superior a mil, foram, na forma da lei, pedidas.

Em Julho o Tribunal entra em férias forenses. Só em agosto as provas poderão ser realizadas. Vale dizer que, independente da suspensão do processamento dos concursos suspensão que não se deu haverá tempo de sobra para que o legislativo resolva o assunto.

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA

Deverão regularizar com urgência, os seus pedidos de inscrição, os seguintes candidatos: Adão Franco de Toledo, Adão Vieira de Carvalho, Adauto do Amaral, Adelino Petrs, Afonso Carlos Prado, Agricio Braga Negrão, Alcides Chacon Couto, Alcides Scachetti, Amaury do Amaral Campos, Antonio Fragnolli Filho, Antonio França, Atonio Gonçalves Neto, Atonio Pederiva. Antonio Tristão de Carvalho, Antonio Valentini, Armando d'Oliveira Cobra. Augusto Batista do Canto, Antonio Teixeira Mendes, Benedicto Boufifer. Benedicto Eliseu de Moura, Benedito Eras, Benedito de Lima Filho, Benedito Soria, Carlos Ferreira Damião, Conrado Tolentino Caldeira Brant, Cyro Soria, Deodoro de Arruda Campos, Diderot Camargo, Diocesio de Paula e Silva, domingos Di nardo, Domingos Lot Neto e Domingos Souza Dias.

ESCREVENTE JÁ HABILITADO

Escrevente já habilitado que queira se empregar, é favor de dirigir proposta para o Cartório do 1.º Ofício de Anexos de Campos de Jordão, Caixa Postal, 32 ou então para esta Associação.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

Acabamos de receber o programa definitivo desse importante conclave. Como poderão ver nossos colegas, não poderia ter sido mais feliz a sua Comissão Organizadora, a quem, com a nossa admiração, sinceramente cumprimentamos. Já tivemos oportunidade de publicar a relação das teses a serem discutidas, toda de real e grande importância para a nossa profissão, e agora trazemos ao conhecimento de nossos colegas o programa dos trabalhos e recepções, bem como outras informações.

É o seguinte o programa organizado:

OUTUBRO

12 - chegada e instalação das delegações.

13 - manhã- reunião do Comitê Permanente e de Comissão de Poderes.

À tarde recepção na Prefeitura da Madrid, e no Colégio Notarial de Madrid.

14 - manhã - Congresso - sessão inaugural.

tarde - livre

15 - excursão a El Escorial (almoço no Hotel Felipe II): touradas, em Madrid

16 - manhã - Congresso - 1.ª sessão ordinária

tarde - Congresso - 2.ª sessão ordinária

noite - festa na Sala Pasapoga.

17 - manhã - Congresso - 3.ª sessão ordinária

tarde - Congresso - 4.ª sessão ordinária

18 - manhã - Congresso - 5.ª sessão ordinária

tarde - Congresso - 6.ª sessão ordinária

noite - Banquete para o Notariado latino

19- excursão a Toledo

20 - manhã - Congresso - 7.ª sessão ordinária

tarde - Congresso - 8.ª sessão ordinária

21 - manhã - Congresso - 9.ª sessão ordinária

tarde - Congresso - 10.ª sessão ordinária

22 - excursão a La Granja e Segovia

23 - manhã livre.

tarde - Congresso - sessão de encerramento

noite - Festa e ceia fria no Colégio Notarial de Madrid.

24 a 31 - excursão "A": Madrid, Cordoba, Sevilla, Granada, Madrid

FIM DO CONGRESSO.

Com a intenção de facilitar o maior numero possível de adesões ao Congresso, a comissão organizadora criou a " quota de congressista", pela qual, mediante o pagamento de seis mil pesetas ou seu equivalente na nossa moeda(Cr\$. 5.400.00), cada assistente terá direito às seguintes vantagens:

a) alojamento em hotéis de luxo ou de primeira classe e serviço de restaurante, seja no próprio hotel onde se hospedem, seja em qualquer outro restaurante dos já convencionados, durante os dias 12 a 23 de outubro, ambos inclusive;

b) a excursão A, em sua integridade, pelo Sul da Espanha: locomoção, restaurantes, alojamentos em hotéis de luxo ou de primeira classe.

Não estão incluídas em dita "quota", e por conseguinte correrão por conta exclusiva dos congressistas:

- a) as viagens de ida e volta entre Madrid e as respectivas localidades de origem;
- b) as excursões extraordinárias; (facultativas)
- c) os extraordinários, tanto em Hotéis como em restaurantes.

Podemos ainda informar que a passagem de ida e volta, São Paulo e Madrid, por avião, importa em cerca de Cr\$ 24.000,00 ficando , pois, a viagem em Cr\$. 30.000,00 mais ou menos, por pessoa.

As adesões, bem como qualquer esclarecimento a respeito, serão recebidas e fornecidas, pelo nosso colega Dr. Antonio augusto Firmo da Silva, 4.º Tabelião de notas da Capital, com cartório a Rua da Quitanda, 86, telefone 3-9314, especialmente designado pela Diretoria desta Associação.

A Comissão Organizadora solicita ainda que as adesões lhe sejam comunicadas com bastante antecedência para efeito de reserva de acomodações e outras providencias, bem como o preenchimento de uma ficha individual que se acha em poder de nosso representante.

OS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS

Dormem ainda os concursos dos cartórios vagos, muitos dos quais já na casa dos 3 anos.

Foram postos em concursos, alguns, neles se inscrevendo muitos candidatos que preencheram as exigências legais, estipuladas em editais varias vezes publicados no "Diário Oficial, gastando bastante com folhas corridas, documentos, taxas etc.

O Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, atendendo a um requerimento de urgência, oficial ao Exmo.Sr. Presidente do tribunal de Justiça, solicitando a suspensão dos concursos, motivando essa razão estar em discussão na Assembléia um projeto sobre a carreira dos serventuários de Justiça, que deveria ser de logas aprovado, para assim seremos cartórios pagos preenchidos por meio de remoções e promoções.

Entretanto não foi aprovado e emperrou dito decreto, e os cartórios em concurso, com os prazos vencidos, ficando tudo como dantes.

Parece-nos que aos cartórios em concurso deveriam ser designados os exames, até final provimento, pois que os concorrentes conquistaram um direito liquido e certo, e quanto aos demais, mais razoável colocalos também em concurso. Em todo caso quanto a estes que se espere, não para ficarem eternamente vagos como se acham.

Soubemos que o integro Presidente do Tribunal de Justiça irá marcar dia e hora para os exames dos cartórios que foram á concurso, aguardando decisão da Assembléia para os demais vagos, mas não sendo votado o projeto referente a carreira, procederá da mesma forma com os restantes vagos afim de serem providos.

De fato, não haverá outra solução do contrário os pretendentes bateriam as portas da Justiça reclamando contra a postergação dos seus direitos com a mais justa razão.

SELO PENITENCIÁRIO

O imposto do selo penitenciário só será devido quando os papéis, atos, termos, livros ou documento de qualquer natureza sujeitos a Taxa de Educação e Saúde forem submetidos a qualquer autoridade judiciária jurídica e somente nesta circunstância. (Artigo 3.º, do decreto-lei n.º 1.726, de 1.º de novembro de 1939, publicado no Diário Oficial de 18 de Dezembro.

DIRETORIA



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

IBSEN DA COSTA MANSO -	Presidente
ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. VALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -	Presidente
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO	
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR	
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÕES	2
INCOMPETÊNCIA DO OFICIAL MAIOR NA LAVRATURA DE TESTAMENTO	2
CURSO DE PREPARAÇÃO DE CANDIDATOS A ESCRIVENTES DE CARTÓRIO	3
O INFELIZ PROJETO ALIOMAR BALIEIRO	4
O "TABU" DA ESCRITURA PÚBLICA	4
CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL	5
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA	5
APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO REGISTRO CIVIL	6
IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS	7
CÁLCULO DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	7
HOMENAGEM AO DEPUTADO DE ALFREDO FARHAT	7
INFORMAÇÕES	7
LEI N.º 727, DE 12 DE JUNHO DE 1950	7
LEI N.º 733, DE 12 DE JUNHO DE 1950	8
REGIMENTO DE CUSTA	9
O CONGRESSO DE MADRID (I)	10
CONCURSO PARA PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS VAGOS	11
TRIBUNAL PLENO	11
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA	11

ESCREVENTE JÁ HABILITADO
II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO
FIM DO CONGRESSO.
OS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS
SELO PENITENCIÁRIO
DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE
ÍNDICE

Nº 018 - Publicação: 01/08/1950

COLABORAÇÕES

SERVIÇO MILITAR ATRIBUÍDO AS FUNÇÕES DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL **Antonino Cintra - Oficial do Registro Civil de Sta. Adélia**

A lei data de vinte e tantos anos. Há vinte passados, tudo se orientava mediante legislações ao sabor de interesses subalternos e que jamais consultavam interesses coletivos. Com a evolução operada nos domínios sociais, as imposições de obrigatoriedade muito vieram a perder nas suas preponderâncias, por falta de apoio consistente. Nulificaram-se mesmo frente a uma nova ordem imposta pelas reivindicações de um socialismo reformador. Porque outros são hoje os cânones que regem os direitos individuais e coletivos. A conquista é do homem que trabalha em alguma coisa e onde, naturalmente, se não distinguem matizes, nas classes laboriosas que produzem. E como pode acontecer em todos os setores de atividade influenciados pela maré montante do meio evolutivo, o serviço militar não poderia escapar a progressão de uma modelar e bem organizada ordem distributiva de encargos. Daí o motivo porque afanoso é todo trabalho afeto ao secretário de uma junta de Alistamento Militar. Função de antiga obrigatoriedade e atribuída aos Oficiais do Registro Civil das sedes de municípios e comarcas. Pois o trabalho de alistamento militar, bem como o movimento de correspondências trocadas entre as Regiões Militares e os Presidentes das J. A. M., é feito durante todo o ano. E, ainda e sob o império da lei, os oficiais do Registro Civil, Secretários de Juntas Militares, são obrigados a atenderem com a máxima presteza a todas as solicitações de certidões para fins eleitorais. Serviço que se estende a todos os oficiais do Registro Civil do território nacional e que deverá ter preferência aos demais serviços do cartório. São trabalhos que se acumulam nas fases eleitorais, ante as solicitações que defluem de toda a parte do país, pelo fornecimento de certidões. O nosso digno colega Odilon Negrão de Itapolis, foi claro e preciso ao apresentar a louvável sugestão quanto as criações de encargos afetos aos serviços militares e eleitorais. Está na alçada do Congresso Nacional, não só o de revogar a obrigatoriedade que até aqui tem pesado sobre os ombros dos Oficiais do Registro Civil, quanto as secretarias do serviço militar, mas no que diz respeito aos trabalhos eleitorais, criando-se cartórios privativos para essas duas instituições. É uma medida que se impõem por todos os títulos e requisitos de organizações mais eficientes e que não podem mais estar a mercê de escora. Com referência ao serviço militar, não deixa de ser bastante significativo o ato do Ministério da Guerra ao baixar o aviso que bem traduz o apelo que estamos levantando: - " Aviso 967-A de 12 de Setembro de 1947. Considerando que os encargos atribuídos aos oficiais do Registro Civil, acham-se acrescidos pela Lei Eleitoral e tendo em vista que as funções de secretários das Juntas de Alistamento Militar podem ser exercidas de acordo com o Decreto n.º 15.932 de 22 de abril de 1923, por pessoa idônea quando não poderem ser por aqueles serventuários, encareço aos Comandantes de Regiões Militares e Chefes de Circunscrição de Recrutamento, a conveniência de darem preferência a nomeação para aqueles cargos a funcionários das Prefeituras. (Bol. Reg. N. 215 e que foi reforçado com o documentos n.º 7 de 3 de agosto de 1949). Em vista do que contém o presente aviso, impossível pronunciamento mais claro e incontestável, quanto a necessidade que há na substituição dos oficiais do Registro Civil, por quem for designado pelas Prefeituras. Como se há notado, a decisão do Ministério da Guerra, no caso vertente, foi parentória, não cabendo dedução em contrário, mas mesmo assim urge que o Legislativo Federal, pela sua colenda representação, concretize em lei não só a justa aspiração de uma classe, mas sobretudo na necessidade que há

de se imprimir melhor ordem de trabalho as duas instituições que devem merecer mais justo apreço por partes dos responsáveis pelos bons destinos da nacionalidade. Realmente são duas organizações de trabalho que não podem mais estar sujeitas a funcionários sobrecarregados de outras ocupações: o serviço militar e o eleitoral. Cria, pois, os cartórios privativos do serviço militar e do serviço eleitoral, se concorrerá aos ditames imperiosos e por que se devem processar duas instituições patrióticas e que corporificam na sua substância: - poder e civismo.

Para a transcrição de uma escritura no Registro de Imóveis, de o oficial proceder a exame retrospectivo nas escrituras dos antecessores do adquirente, de modo que o registro se efetue em nome do verdadeiro titular do direito. Deve por conseguinte, recusar a transcrição dos títulos que não lhe pareçam regulares.

FALECIMENTO

SR. CARLOS NELSON IMPROTA

Faleceu no dia 10 de abril último, na cidade de Avaí, o nosso colega Sr. Carlos Nelson Improta, dignos serventuário do cartório do Registro Civil daquela cidade.

A família daquele nosso querido colega, as nossas sinceras condolências.

Recebemos as seguintes revistas:

"Revista Internacional del Notariado, órgão oficial do Congresso Internacional do Notariado e Impressa pelo Colégio de Escribanos da Argentina."

"Annales du Notariat et de l'Enregistrement", editada em Bruxelas - Bélgica.

"Revue Pratique du Notariat Belge", editada em Bruxelas - Bélgica.

Canadá

"La revue du Notariat", editada na Província de Quebec.

Espanha

"Nuestra Revista", editada em Madrid.

"Curso de Conferências", editada pelo colégio Notarial de Valência.

França

"Bulletin du Conseil Supérieur du Notariat", editada em Paris;

"Revue du Notariat et de l'Enregistrement", editada em Paris;

"Repertoire General Pratique du Notariat et de l'Enregistrement", editado em Paris.

Itália

"Rivista del Notariado"

México

"Revista Jurídica Notarial"

Portugal

"Revista de Notariado e Reg. Predial"

SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS TITULARES DE CARTÓRIOS E SEUS AUXILIARES
Alcebiades Galvão Cesar - Tabelião do 1º ofício de notas - Guaratinguetá -
Estado de São Paulo.

Capacidade intelectual e idoneidade moral, eis os dois requisitos indispensáveis a todo serventuário que for titular de um cartório.

Na capacidade intelectual compreende-se principalmente um bom preparo jurídico. Em se tratando de serventuário do interior que acumula não raro as funções de Escrivão e Tabelião, de maior rigor se torna ainda a exigência de seus conhecimentos. Estes serventuários não podem fugir ao imperativo natural de serem pequenos consultores jurídicos incumbidos de dar a necessária forma legal as variadíssimas convenções das partes que os procuram.

No interior, como nas capitais, é humanamente impossível recorrer-se aos advogados para a solenização legal de todos os atos jurídicos. Os causídicos não podem permanecer diariamente a disposição das partes nos cartórios, além de que nem sempre o valor das transações comportaria despesas com honorários de advogados.

Ademais a solução de grande parte das dificuldades jurídicas que surgem nos cartórios é por sua essência, da competência dos serventuários. Os usos e costumes assim o impuseram. Assim sendo o serventuário quando é incumbido de redigir uma escritura de constituição de sociedade mercantil, por exemplo, em qualquer de suas várias modalidades, para bem se desempenhar há de ter um grande conhecimento de direito comercial. Se é chamado a fazer um testamento ou redigir uma escritura de contrato, qualquer que seja a espécie, para desempenhar-se com eficiência há de se revelar ainda possuidor de bons conhecimentos de direito civil, a começar pela parte introdutória do código até o direito das sucessões.

Em se tratando de serventuário que acumula as funções de Escrivão e Tabelião, seus conhecimentos de direito penal e processuais também não devem ser diminutos. É que dizer do conhecimento das leis complementares, inclusive as leis fiscais e trabalhistas? A falta de preparo jurídico de alguns titulares de cartório tem sido a causa de enormes prejuízos as partes e à sociedade em geral. Mas se por tudo isso e mais aqui se poderia aduzir, o preparo intelectual, principalmente jurídico, dos titulares de cartório, deve ser apreciável não menos importante é o requisito da idoneidade moral que deles se há de exigir. O serventuário, sob certo ponto de vista, assemelha ao sacerdote. A ele são confiados por vezes, em segredo ou em caráter secreto, importantes interesses econômicos e morais. Se o desconhecimento por ele de uma norma jurídica, pode ocasionar a anulação de uma importante disposição de última vontade ou de uma convenção contratual, acarretando sérios danos materiais e morais, a falta de escrúpulo de um momento reveladora de uma criminoso idoneidade, poderá acarretar não menos mal. Ao zelo e consciência do serventuário estão entregues os mais sagrados interesses de viúvas, analfabetos, menores e incapazes em geral. Nem sempre seria fácil a justiça reparar os prejuízos causados por um indivíduo de idoneidade moral duvidosa investido no exercício desse relevante mister. Não é sem razão que alguém supõe oferecer maior perigo à ordem, segurança e tranquilidade da sociedade um serventuário inedonito que um juiz cuja honorabilidade pudesse por ventura ser posta em dúvida. Sim, porque as decisões judiciais importantes que aliás são proferidas com base em elementos claros dos autos há em regra recurso fácil e imediato para os tribunais; e contra o testemunho em princípio tido e havido com verdadeiro e insuspeito do serventuário se o ato se processar em ambiente adrede e pouco acessível à justiça?

Todas as cautelas e precauções da lei serão insuficientes à garantia da sociedade se não forem antes de tudo exigidos os requisitos de idoneidade moral e capacidade intelectual indispensáveis para o exercício da função. Daí a responsabilidade dos que elaboram as leis reguladoras do preenchimento e desempenho desses cargos. Diante exposto, pergunta-se: é possível manter-se o necessário nível moral intelectual dessa classe de servidores da justiça, sem que as leis lhes garantam uma remuneração condigna, compatível com a função? Já meditaram os senhores legisladores, responsáveis pela defesa da sociedade, quais as consequências que advirão dos mais idôneos e capazes desertarem desses postos, abandonando-os ou a eles não concorrendo, em virtude de não poderem aí auferir a necessária remuneração, afim de manterem um nível de

vida digno? É o que irá ocorrer se medidas justas não forem tomadas em favor da classe. Precisa acabar com essa balela de que os cartórios rendem fortunas para baseados nesse falso argumento deixar a classe no abandono. Verifique-se a receita e despesa dos cartórios, principalmente do interior, para se cientificar da procedência daquela afirmação. Recebendo custas por um regimento elaborado há longos anos, quando o custo da vida era cinco a seis vezes menor, sobrecarregados por uma avalanche de serviços - crimes e justiças gratuitas e exigir muitos e competentes auxiliares, eis a situação insustentável em que se acham muitos cartórios no momento. Como recompensar convenientemente esses dedicados auxiliares sem a justa modificação no atual Regimento de Custas e o justíssimo pagamento pelo Estado dos Serviços do crime de maneira mais eficiente e menos burocrática do que a remuneração de meias custas em processos de réus pobres condenados?

Ao espírito esclarecido e nobre dos dignos responsáveis pelas modificações do "Stato Quo" em que nos encontramos, confiemos a justiça de nossa causa.

E ao finalizar esta modesta exposição o justo apelo, desejo sugerir aos nobres colegas a idéia já alheres por outros lembrada de nos reunirmos periodicamente em São Paulo afim de trocarmos pontos de vista sobre assuntos relativos às funções que exercemos. Com isso nos habilitaremos melhor para colaborar com os poderes competentes no sentido de serem elaboradas medidas justas em benefício dos serviços da justiça. Os serventuários do interior tem problemas por vezes diferentes dos de seus colegas que morem na capital; entretanto não é motivo para que deixe de haver estrita colaboração entre o interior e a capital.

Todas as reivindicações justas quer do interior quer da capital, devem ter o apoio de todos. Assim, como a justa e mais regular remuneração por serviços crimes constitui uma real aspiração apenas do interior, a urgente modificação do antiquado Regimento de Custas já é de interesse mais em geral.

Aí fica, pois, a velha sugestão que tão logo encontre eco na opinião dos nobres colegas, estou certo, poderá produzir ótimos frutos.

PRAZO DE PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE PROCLAMAS

Cid Galvão da Silva - Sucessor do Registro Civil da Penha - Capital .

Entendem, alguns membros do Ministério Público e mesmo alguns colegas, Oficiais do Registro Civil, que o prazo de quinze dias para oposição de impedimentos ao casamento, determinado no artigo 181 do Código Civil Brasileiro, deve ter início no dia em que o edital for publicado na imprensa. A respeito dessa ilógica interpretação é que viemos dar a nossa despretenhosa opinião.

O artigo 181 do Código Civil diz Textualmente:

" A vista desses documentos apresentados pelos pretendentes ou seus procuradores, o oficial do registro lavrará os proclamas de casamento, mediante edital, que se afixará durante quinze dias, em lugar onde se celebrarem os casamentos e se publicará pela imprensa, onde a houver.

§ 1.º - Se, decorrido esse prazo, não aparecer quem oponha impedimento, nem lhe constar algum dos que de ofício lhe cumpre declarar, o oficial do registro certificará aos pretendentes para casar dentro dos três meses imediatos."

Não diz a lei que o prazo deve ser contado da data da publicação pela imprensa. Pelo contrário, determina que se afixe o edital durante os quinze dias, publicando-se pela imprensa onde a houver e findo aquele prazo certifique aos nubentes que estão habilitados. Se adotarmos esse critério de contarmos o prazo da publicação pela imprensa, como farão os serventuários dos distritos onde não haja imprensa?

Não encontramos razão para interpretar assim tão cristalino dispositivo.

O renomado A. Camara Leal, em suas "Reflexões Jurídicas", publicadas no "Correio Paulistano", a uma consulta que lhe foi feita respondeu:

"...A afixação do edital nenhuma dependência tem com a publicação pela imprensa. Pelo contrário, o que se presume é que o edital, quando publicado, já esteja afixado. Assim se dá com

os editais forenses cuja afixação precede sempre a publicação, porque, assim que o edital está lavrado, é afixado, ficando a publicação dependendo da redação do jornal. Pelo artigo 181 do Código Civil o prazo de quinze dias se conta da afixação e não de sua publicação pela imprensa. Mesmo porque essa publicação sendo feita em qualquer dos 15 dias da afixação está satisfeita a exigência da lei e o oficial pode fornecer a certidão do desimpedimento..." Correio Paulistano de 11/05/1943.

Essa interpretação está alicerçada no próprio Clovis Bevilacqua, "Comentador Máximo" do nosso Código, o qual assim se exprime ao comentar o artigo 181:

"A publicação dos proclamas tem por fim tornar o casamento projetado e verificar se os nubentes estão em condições de se casar, ou se há entre eles algum impedimento legal. Decorridos quinze dias depois de afixados os editais, nas circunscrições das residências dos esposos, presume-se que a divulgação é suficiente, e que não aparece quem oponha impedimentos, é porque não os há. À vista disso, o oficial do registro dará a certidão de que os pretendentes estão habilitados a se casar."
E se procedermos de outra forma estaremos contribuindo para a realização de casamentos com vícios de nulidade, uma vez efetuados quando o prazo de três meses de validade da habilitação já estiver esgotado.

Nas instruções referentes ao casamento civil, expedidas pela Corregedoria Geral da Justiça, publicadas no Diário Oficial de 19 de agosto de 1942, determinava o Egrégio Desembargador Bernardes Junior, então Corregedor Geral da Justiça:

"O prazo dos proclamas se contará da data em que a fixação do edital for certificada nos autos em conformidade com a regra do artigo 125 do Código Civil, excluir-se-á, na sua contagem, o dia do começo, incluindo o do vencimento."

Evidentemente não poderia ser de outra forma. Não poderiam estar os nubentes a mercê das redações dos jornais para a publicação dos editais de seu casamento, demoradas as vezes por três, quatro ou mais dias como pode acontecer, nos lugares onde não há jornais hedomários ou quinzenais, esperando tão dilatado prazo.

Está fatalmente demonstrado que essa prática é errônea, não atende ao preceito legal e não encontra eco no nosso mundo jurídico.

COISAS DO SERVENTUALISMO DE JUSTIÇA

José Venâncio Borges 1.º Tabelião de notas de Catanduva.

As nossas leis, no que tange as responsabilidades e atribuições funcionais, não tem cuidado desses problemas de modo consentâneo e razoável, no setor do Serventualismo de Justiça, com relação aos escreventes, deixando quase sem objeto as sua nomeações que são precedidas de exigências formalísticas que pouco diferem das impostas aos titulares quando se candidatam ao ofício. Concurso de provas, oferecimento de documentos, homologação dos processos pela Corregedoria Geral da Justiça, etc.

No exercício de seus cargos, entretanto, de nenhuma punição são passíveis esses auxiliares pelas irregularidades que cometem, cujas consequências somente afetam os serventuários. Tenho exemplos de sobra para afirmá-lo. Mais uma vez, ou melhor, inúmeras vezes respondi por infrações causadas por seus erros e faltas, principalmente na parte fiscal, em virtude de insuficiência ou ausência de selos em atos sujeitos a esse tributo. Ora, o titular de um cartório, como o chefe de seção nas repartições burocráticas, tem a seu cargo além da sua parte administrativas, outras atribuições que lhes são privativas. Agora pergunto: um ofício como o que dirijo, que pelo vulto de seu movimento, torna-se necessário grande número de auxiliares, como se pode exercer uma fiscalização rigorosa no serviço de cada um de modo a evitar-se falhas nos atos que praticam? Sem o dom da ubiquidade, não é possível. O artigo 17, do dec. Lei n. 5.129, de 23 de julho de 1931 tem esta redação:

"O Serventuário do cartório, de acordo com o juiz, poderá atribuir a cada um de seus escreventes

determinados serviços como reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos, etc. e nesse caso, o escrevente será responsável civil e criminalmente pelo ato que subscrever"

Quem lê este dispositivo dirá que não procede a afirmativa com que inicio este comentário, mas esse conceito, somente esposará quem ignore a ausência de sua aplicação, do que aliás eis uma prova: O meu oficial maior que tinha a seu cargo a movimentação dos feitos, deu causa a um infração do art. 22, § 2.º do Código em vigor e o juiz, por isso, condenou o escrivão ao pagamento da multa, a despeito da declaração feita em petição por aquele funcionário chamando a si a responsabilidade pelo ocorrido. E a lei diz que o oficial maior poderá praticar todos os atos do serventuário, mesmo se achando este em exercício.

A mesma lei, por intermédio do § 2.º do citado artigo diz que o número de ajudantes poderá ser aumentado ou reduzido, mas subordina o caso de redução a prova de sensível diminuição da renda do cartório, com recurso, para a Corregedoria Geral da Justiça e o art. 11 outorga ao serventuário o direito de demissão sem declaração do motivo, porém com a obrigação de durante um ano pagar ao exonerado, metade de seus vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade. Ora, por aí se vê que a dispensa de algum escrevente não é possível sem obediência a tais condições. O reverso da medalha. Quantas vezes, justamente no momento de maior aperto de serviço quando seu concurso é absolutamente imprescindível, tenho sido procurado por ajudantes habilitados para ser avisado de que resolveram deixar o cartório afim de atender a convites para outras comarcas, já com seus pedidos de exoneração prontos para despacho, resolução a que não se pode impedir por falta de apoio legal, cabendo-nos apenas uma exortação pela descortesia para com seus chefes. Exige-se tudo dos serventuários e nada de seus auxiliares. Porque essa desigualdade de direitos? Positivamente, não está certo.

A quem de direito, não pedimos muito. Somente a fixação de um prazo razoável com obrigação prévio aviso para os que tiverem de deixar o cartório onde trabalha, evitando-se assim situações embaraçosas, como inúmeras vezes tem acontecido; a sua sujeição ao cumprimento do que dispõe o retro citado dispositivo que lhes impõe responsabilidades civis e criminais pelos atos que praticam e finalmente, competência para subscrever-los, medida que os obrigará a maior cuidado e atenção na lavratura dos que lhes forem oficialmente distribuídos, não porque de outra forma descurem propositalmente dos seus deveres, o que não parece licito afirma-se. Com a adoção destas medidas, de maior importância se revestiriam a s suas investidas e se justificaria os extraordinários direitos e vantagens que desde o advento da Carta Magna do Estado, vem usufruindo e ainda os colocaria em plano nitidamente superior aos simples copistas, uma vez que na atual situação os seus atos somente tomam cunho de validade quando subscritos pelos titulares.

Aí ficam, em síntese, apresentadas as sugestões, cuja concretização consultará plenamente o justo anseio e garantia dos responsáveis pela ordem e boa marcha dos serviços que lhe são afetos. O nosso próximo comentário versará sobre a nova lei de aposentadoria.

LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS

O Secretário da Justiça, fixou em data de 14 de junho último, as seguintes lotações.

Capital

3.º Contador e 5.º partidor Cr\$ 42.368,00

Registro Civil de Guarulhos, da comarca da Capital: Cr\$ 33.837,30

CARTÓRIO VAGO

Tupí, da comarca de Piracicaba.

Em virtude de ter pedido desistência do cargo de Oficial do Registro Civil de Tupí, da comarca de

Piracicaba, o Sr. Nestor Basso.

REVISTA INTERNACIONAL DO NOTARIADO

Recebemos do Comitê Permanente do Congresso Internacional do Notariado, o 5.º número da Revista Internacional do Notariado Latino, órgão oficial desse comitê.

Neste número, o Comitê Permanente, transcreve o programa para o II Congresso Internacional do Notariado Latino, que será realizado em 12 de outubro em Madrid. Espanha.

Esta Associação distribuiu essa magnífica revista, a diversos serventuários das capitais do Brasil, bem como a colegas deste Estado, Associações de classe, bem como a desembargadores e juizes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Parecer n. 1.571 de 1950, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Processo n. 1.574, de 1950.

Constituiu o presente processo um representação da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, em que se pleiteia a extensão dos benefícios do decreto lei n. 17.008, de 5 de março de 1947, que dispõe sobre a concessão de licença-prêmio, e da lei n. 250, de 3 de março de 1949, que dispõe sobre instituição de uma licença especial de 24 meses aos funcionários públicos civis efetivos, para tratar de interesses particulares, a todos os serventuários de justiça, sem exceção.

Isto posto, temos a ponderar, preliminarmente, que existem em andamento nesta Assembléia os projetos de lei ns. 47-47, 1.257-49, 58-50 167-50, dispondo sobre a carreira do serventuário de justiça.

Assim sendo, somos de opinião que se deve aguardar a decisão da Assembléia sobre os referidos projetos, pois de aprovados, os serventuários de justiça passarão a ser funcionários públicos e, como tais, terão direito aos benefícios previstos nos dois citados diplomas legais.

É o que nos parece, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1950.

(a) Lino de Mattos - Relator.

A Comissão especial, na forma do parecer do dep. Relator - 14/6/50

(aa.) Lincoln Feliciano - Presidente - Lino de Mattos - Cunha Lima Décio Queiroz Telles - Romeiro Pereira e Alcides Cyrillo.

(Publicado no D.º de 8 de julho de 1950 (parte da Assembléia Legislativa - Sessão ordinária, em 7 de julho de 1950).

DECRETO N. 5.687 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1932

Artigo 1.º - Dispensam-se o selo estabelecido, pelo decreto n. 5.012, de 7 de julho de 1931, e os emolumentos respectivos de firmas em documentos, petições e atestados referentes à voluntários, soldados, praças, guardas civis, enfermeiros, criados de servir, operários e pessoas reconhecidamente pobres, estas a critério do serventuário, para o seu alistamento, licenciamento ou exclusão das fileiras militares.

Artigo 2.º - Isentam-se, ademais de selo e de emolumentos os reconhecimentos de firma de atestados médicos, de pobreza e de boa conduta para a obtenção de empregos e salvo-condutos.

§ único - Por carimbo especial ou de próprio punho, o tabelião lançará a margem a nota de ser

grátis o ato.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário entrando este decreto imediatamente em vigor.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 27 de setembro de 1932

PEQUENAS NOTAS

O contador, como todo serventuário de Justiça, pode, executado o ato que lhe compete, reter os autos e papéis, até que lhe sejam pagas as respectivas custas.

Os oficiais do registro civil devem enviar a Corregedoria Geral da Justiça e ao Chefe de Polícia, comunicação individual das averbações de sentença de nulidade e anulação de casamento. Cumpre-lhes, outrossim, comunicar pelo correio, sob registro dentro de 48 horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito a carta de sentença. (Dec. 23.301, 30.10.33 art. 2.º. § 1.º)

ESTATÍSTICA DO ELEITORADO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Número de eleitores inscritos em cada zona eleitoral, até 31 de maio de 1950

ZONAS	TOTAL TOTAL	ZONAS	
1.ª Capital.....	130.881	19.ª Bariri.....	2.722
2.ª Capital.....	105.913	20.ª Barreiro.....	1.040
3.ª Capital.....	92.004	21.ª Barretos.....	
	10.611		
4.ª Capital.....	102.508	22.ª Batatais.....	
	10.386		
5.ª Capital.....	61.720	23.ª Bauru.....	
	17.715		
6.ª Capital.....	99.745	24.ª Bebedouro.....	8.131
7.ª Capital.....	4.804	25.ª Birigüí.....	8.802
8.ª Agudos.....	7.974	26.ª Botucatu.....	
	12.080		
9.ª Andradina.....	7.140	27.ª Bragança Paulista.....	8.499
10.ª Apiaí.....	3.371	28.ª Brotas.....	3.619
11.ª Araçatuba.....	10.993	29.ª Caçapava.....	4.466
12.ª Paraguaçu Paulista.....	7.788	30.ª Caconde.....	4.673
13.ª Araraquara.....	18.131	31.ª Cafelândia.....	3.295
14.ª Araras.....	7.026	32.ª Cajurú.....	4.861
15.ª Assis.....	10.500	33.ª Campinas.....	
	33.301		
16.ª Atibaia.....	7.619	34.ª Campinas.....	9.802
17.ª Avaré.....	9.934	35.ª Campos do Jordão.....	2.530
18.ª Bananal.....	2.396	36.ª Cananéia.....	852
37.ª Capão Bonito.....	3.422	62.ª Jacareí.....	5.401
38.ª Capivari.....	8.104	63.ª Jaú.....	
	14.450		
39.ª Casa Branca.....	7.011	64.ª José Bonifácio.....	2.225
40.ª Catanduva.....	11.690	65.ª Jundiaí.....	
	17.606		
41.ª Conchas.....	5.312	66.ª Limeira.....	
	11.102		
42.ª Cruzeiro.....	6.901	67.ª Lins.....	
	13.732		

43. ^a Cunha.....	3.320	68. ^a Lorena.....	5.658
44. ^a Descalvado.....	2.496	69. ^a Lucélia.....	8.638
45. ^a Dois Córregos.....	4.142	70. ^a Marília.....	
	16.260		
46. ^a Franca.....	12.614	71. ^a Martinópolis.....	6.073
47. ^a Garça.....	9.844	72. ^a Mirassol.....	5.851
48. ^a Guaratingueta.....	12.281	73. ^a Mococa.....	3.359
49. ^a Ibitinga.....	5.281	74. ^a Mogi das Cruzes.....	
	14.756		
50. ^a Igarapava.....	7.190	75. ^a Mogi-Mirim.....	8.938
51. ^a Iguape.....	6.824	76. ^a Monte Alto.....	5.241
52. ^a Itapetininga.....	11.781	77. ^a Monte Aprazível.....	
	11.252		
53. ^a Itapeva.....	7.567	78. ^a Nova Granada.....	7.761
54. ^a Itapira.....	5.140	79. ^a Novo Horizonte.....	5.766
55. ^a Itapolis.....	6.334	80. ^a Olímpia.....	
	11.092		
56. ^a Itaporanga.....	2.657	81. ^a Orlandia.....	7.803
57. ^a Itararé.....	3.535	82. ^a Ourinhos.....	6.033
58. ^a Itatiba.....	3.482	83. ^a Palmital.....	4.844
59. ^a Itú.....	13.237	84. ^a Paraibuna.....	2.286
60. ^a Ituverava.....	7.609	85. ^a Patrocínio Paulista.....	1.835
61. ^a Jaboticabal.....	10.103	86. ^a Pederneiras.....	7.754
87. ^a Penápolis.....	9.645	112. ^a Santa Branca.....	1.642
88. ^a Pereira Barreto.....	2.460	113. ^a Sta. C. Palmeiras.....	1.534
89. ^a Piedade.....	3.289	114. ^a Sta. C. Rio Claro.....	
	16.326		
90. ^a Pindamonhagaba.....	4.943	115. ^a Sta. Izabel.....	1.613
91. ^a Pinhal.....	5.534	116. ^a Sta. R. Passa Quatro...	2.610
92. ^a Piracaia.....	3.195	117. ^a Sto. Anatacio.....	4.984
93. ^a Piracicaba.....	20.258	118. ^a Santos.....	
	54.011		
94. ^a Pirajú.....	8.085	119. ^a Santos.....	
	10.863		
95. ^a Pirajuí.....	9.476	120. ^a S. Bento Sapucaí.....	2.117
96. ^a Pirassununga.....	7.769	121. ^a São Carlos.....	
	11.926		
97. ^a Piratininga.....	4.844	122. ^a S. João da Boa Vista...	
	11.115		
98. ^a Pitangueiras.....	5.027	123. ^a S. Joaquim Barra.....	4.330
99. ^a Pompéia.....	5.399	124. ^a São José do R. Pardo...	6.625
100. ^a Porto Felix.....	6.149	125. ^a São José do R. Preto...	
	11.257		
101. ^a Pres. Prudente.....	19.736	126. ^a São José do R. Preto....	6.808
102. ^a Pres. Venceslau.....	5.412	127. ^a S. José Campos.....	7.323
103. ^a Promissão.....	4.299	128. ^a S. Luiz Paraitinga.....	2.930
104. ^a Quatá.....	3.125	129. ^a São Manoel.....	4.811
105. ^a Queluz.....	2.055	130. ^a São Pedro.....	3.105
106. ^a Rancharia.....	4.739	131. ^a São Roque.....	6.988
107. ^a Ribeirão Bonito.....	4.292	132. ^a São Sebastião.....	2.568
108. ^a Ribeirão Preto.....	16.934	133. ^a São Simão.....	5.680
109. ^a Ribeirão Preto.....	3.427	134. ^a Serra Negra.....	3.085
110. ^a Rio Claro.....	14.056	135. ^a Sertãozinho.....	5.642
111. ^a Santa Adélia.....	3.271	136. ^a Socorro.....	3.112
137. ^a Sorocaba.....	29.586	143. ^a Tupã.....	9.476
138. ^a Tanabí.....	5.505	144. ^a Ubatuba.....	876
139. ^a Taquaritinga.....	6.776	145. ^a Cachoeira Paulista.....	2.919
140. ^a Tatuí.....	9.845	146. ^a Valparaíso.....	7.205

141.ª Taubaté.....	13.752	147.ª Votuporanga.....	
	10.332		
142.ª Tietê.....	8.271	148.ª Eldorado Paulista.....	1.208
		TOTAL.....	
	1.697.865		

NOTA: - Esta é Estatística é oficial, enviada a esta Associação, pelo Tribunal Regional do Estado de São Paulo.

CORRESPONDÊNCIA DE CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Circular n. 177, expedida pelo Ministério da Viação - Departamento dos Correios e Telégrafos.

Assunto: Correspondência de Cartórios do Registro Civil.

Atendendo a que as comunicações entre Cartórios do Registro Civil, relacionadas, com alterações, assentos de nascimentos, casamentos ou óbitos, são de interesse federal, pois que delas "das comunicações", dependem os serviços de alistamento eleitoral e militar e de estatística, declaro-vos que a correspondência contendo tais comunicações deve ser considerada oficial e assim aceita, observadas as formalidades prescritas nas instruções e baixadas pelo decreto 6.109, de 16/08/1940

O Diretor Regional

(a) Edmundo de Souza Vieira

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 6.790, em que são interessados Antonio Barreto Mendonça, de Taquaritinga Raimundo Prado, José P. Junqueira, de Jaú, Salathiel S. da Silva, de Cafelândia, Sylvio T. Nunes e Maria A. O. Silveira, de Baurú: Em face do que foi expedido, no V. acórdão esse prolatado pelo Eg. Tribunal Pleno, com poucos votos vencidos, e, com ressalva do meu ponto de vista que reputo jurídico, reconsidero o provimento de fls. 18 a 20 como demonstração de obediência e subordinação aos julgados deste Eg. Tribunal de Justiça. Assim deve prevalecer o que foi determinado naquele, V. aresto e nos provimentos em que ele se baseou. São Paulo, 14 de junho de 1950, (a) Leme da Silva. Publicado no Diário Oficial da Justiça em 8 de julho de 1950.

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -
ARMANDO COSTA MAGALHÃES -
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -
DR. JOÃO NEVES NETTO -
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -
DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA -
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -
DR. VALDOMIRO LOBO DA COSTA -
WALDOMIRO BORGES CANTO -

Presidente
Diretor
Diretor
Diretor-Secretário
Diretor
Diretor
Diretor
Diretor
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR
DR. DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÕES	2
SERVIÇO MILITAR ATRIBUÍDO AS FUNÇÕES DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL	2
FALECIMENTO	3
SR. CARLOS NELSON IMPROTA	3
SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS TITULARES DE CARTÓRIOS E SEUS AUXILIARES	4
PRAZO DE PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE PROCLAMAS	6
COISAS DO SERVENTUALISMO DE JUSTIÇA	7
LOTAÇÃO DE CARTÓRIOS	8
CAPITAL	8
CARTÓRIO VAGO	8
REVISTA INTERNACIONAL DO NOTARIADO	8
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	8
DECRETO N. 5.687 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1932	9
PEQUENAS NOTAS	9
ESTATÍSTICA DO ELEITORADO DO ESTADO DE SÃO PAULO	10
NÚMERO DE ELEITORES INSCRITOS EM CADA ZONA ELEITORAL, ATÉ 31 DE MAIO DE 1950	10
CORRESPONDÊNCIA DE CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL	13
CIRCULAR N. 177, EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO - DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS.	13
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	13
DIRETORIA	14
CONSELHO FISCAL	14
SUPLENTE	14
ÍNDICE	15

Nº 019 - Publicação: 01/09/1950

COLABORAÇÕES

OS SERVENTUÁRIOS E AS ELEIÇÕES

Valdomiro Lobo da Costa Escrivão de 11.º Ofício Cível da Capital

Os serventuários da justiça estão no dever indeclinável de levar as urnas, em 3 de Outubro,

candidatos próprios a deputação estadual.

É simples questão de legítima defesa da classe, até agora relegada a completo abandono, se não transformada, de vez em quando, em mero assunto de exploração eleitoral.

Ou assumimos decidida atitude, atestadora de perfeita coesão política, ou corremos o risco de continuarmos expostos á ofensiva de que a má vontade dos Poderes Públicos, notadamente do Poder Legislativo, nos fez as vitimas prediletas.

O período que se encerra, passará á história paulista, assinalado, de par a outros títulos, como sendo, o em que mais acesa e constante luta se travou em todos os setores, contra os direitos e prerrogativas de nobre gente cartorária. Consequência fatal do generalizado "complexo de cacique" dos nossos desafetos...

Criou foros de axioma prosperidade fácil, quase rocferiana, dos atuais titulares de ofícios de justiça em São Paulo, N imaginação da maioria, todos nos ganhamos rios de dinheiro: centenas, senão milhares de contos por mês.

Daí a ambição generalizada, de conseguir cada qual também o seu cartóriosinho... disputá-lo em severos e honestos concursos de provas, como o fizemos, não é "golpe"... O ideal seria recebe-lo de mão beijada, em retribuição de discutíveis merecimentos pessoais...Não era possível satisfazer, porém, tantos candidatos. Resultado: fundo recalque contra os que tiveram mais sorte.

Descendentes espirituais daquele morubixaba anedótico, que fora ao Rio pedir um cartório ao ditador e apenas receberá meia dúzia de enxadas, os incofessados concorrentes aos cargos que exercemos, entraram de hostilizar, por todos os meios e formas, a indefesa classe em que não lograram ingresso...

Analise-se os mais salientes lideres da campanha demolidora: é difícil não esbarrar, logo num desiludido pretendente de alguma serventia...

Desprezível não tem sido, todavia, o acervo de prejuízos que já sofremos nessa inglória luta, graças á mussulmânica indiferença.

Veja-se o mostrengo rotulado de Constituição paulista.

Releiam-se os artigos 9 e 10 e respectivos parágrafos das Disposições Transitórias.

Ninguém exigiria de uma assembléia constituinte melhores e mais eloquentes provas de preconceito e parcialidade em relação á determinada categoria de cidadãos.

Quando e onde já se viu a Lei das Leis, no fan de ferir direitos indisputáveis, servir de instrumento á expressa revogação de lei ordinária?

Pois á tamanha heresia jurídica a Assembléia não se eximiu, pelo súdico prazer de espezinhar a nossa classe.

Serão preceitos permanentes, a despeito da hipócrita transitoriedade que lhes atribuí a posição no diploma legal, em que se verteu, sem uma voz de protesto, a velha bile armazenada em fígados enfermos...

A vitaliciedade das funções, secularmente reconhecida, não a tivemos mutilada sob o disfarce de absurda burocratização obrigatória, porque a Magna Carta federal a erige em princípio de observância indeclinável. Não faltaram, estimulados até pela autorizada opinião de certo secretário de Estado double de professor de Direito, serias tentativas de ataque frontal a essa prerrogativa máxima...

Diversa não foi a conduta do legislativo.

Concederam-se ao funcionalismo em geral, inclusive aos serventuário do Palácio da Justiça

estipendiados pelos cofres públicos, notáveis vantagens em matéria de licença e contagem de tempo em dobro por férias e licenças prêmios não gozadas. Delas foram, no entanto clamorosamente excluídos todos os demais serventuários, o grosso da classe, os que só percebem custas e emolumentos pagos pelas partes, qual se, benefícios concedidos com ônus para o Estado, fosse crime outorgá-lo a quem é, porém, que os funcionários da Justiça se diferenciam dos demais funcionários públicos civis? No fato de não serem pagos pelo Tesouro? Mas definição de funcionário, contida no artigo 82 da constituição Estadual nenhuma referência faz á origem do salário! Em face dessa definição, fora do critério do pari-pris não se justifica a gritante exclusão que nos impõem tais leis.

E que diríamos do imposto de relações?

Desde o Estatuto de 1941 foram extintos os tributos sobre nomeação e vencimentos funcionais. A tributação continua a subsistir, entretanto, para os serventuários. O Estado invadindo, bienalmente, a competência federal privativa em relação a impostos sobre rendas de qualquer natureza, sujeita-nos a extorsivas exigências fiscais a pretexto de aumento das rendas dos cartórios. Que nos conte, ainda ninguém usou da tribuna da Assembléia para vergastar tamanha imoralidade...

No Palácio 9 de Julho tem as sento vários titulares de serventias. Não se consideram, porém, representantes da classe e sim dos partidos que os elegeram. Votam contra as proposições prejudiciais aos interesses comuns, porque, individualmente, são também prejudicados...Não assumem, todavia, a posição de defensores dos colegas. Durante as discussões Constituinte, houve quem se lembrasse de propor a limitação da renda a que o serventuário teria direito. A enormidade não vingou porque o saudoso Valentim Gentil, vendo que os deputados serventuários desertavam o plenário, deixou a presidência da sessão e foi a tribuna pulverizar estupidez...

Quantos tropeços não se opõem ao projeto de reforma do velho Regimento de Custas?

É incrível a "chicana" feita em torno de tão justa, quão oportuna iniciativa!

Deram-se melhorias aos registros das pessoas naturais e aos distribuidores. Regateia-se, no entanto, igual favor os demais ofícios. Pouco importa que as condições de vida, num e noutros casos, sejam idênticas.

O encarecimento das coisas indispensáveis ao exercício da função e a elevação dos ordenados dos auxiliares corresponde, neste 25 anos da vigência das tabelas e de custas, a um gravame de quantos por cento?

Não interessa indagar.

O que interessa é satisfazer o "complexo".

Não existem cartórios rendendo milhares de contos?

E os que, no litoral e no interior, mal produzem o estritamente necessário á subsistência do titular?

Estes não forma.

Esquecem-se contudo , os responsáveis por essa estranha política de negar pão e água aos serventuários, de que é sobre a indefessa probidade e admirável espírito público da classe incompreendida, que repousa a garantia suprema dos mais altos interesses econômicos da Nação, vinculada á honesta e perfeita documentação de todos os negócios. Mas estas verdades o povo somente virá a conhecer e apreciar, quando os cartórios, cansados de tanta injustiça, se unirem para levar a Assembléia autorizados representantes diretos das suas reivindicações.

É chegada a hora de agir nesse sentido.

AS FUNÇÕES CUMULATIVAS DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA
Antonio Cintra Oficial do Registro Civil de Santa Adelia - S. Paulo

Entre os cartórios de justiça vagos no Estado, contam-se alguns da categoria do Registro Civil e

que a título precário estão funcionando cumulativamente por oficiais do Registro Civil de outros cartórios. É evidente que se trata de um caso anômalo e de caráter temporário, mas nem por isso deixa de ser um caso destoante de legítima órbita funcional.

As serventias acumulada são precisamente aquelas que se vagaram por não oferecerem rendas suficientes e com que os serventuários pudessem fazer face às despesas forçadas e por esse motivo abandonando-as. É o quadro vivo dos cartórios pertencentes a distritos de paz que se ressentiram muito com o constante êxodo de trabalhadores das zonas rurais que, se emigraram para as zonas novas onde a vegetação frondente de terras e lavouras novas lhes oferecem melhores perspectivas de salários fartos.

E, antes essa angustiosa desagregação de elementos de trabalho, se registra um fenômeno impressionante: enquanto que as zonas velhas, propriamente ditas se despovoam, as zonas novas regurgitam-se de operários agrícolas fascinados pelas novas terras da promessa. E, assim acontecendo, os distritos que outro se expediam sob os esplendores da opulência, hoje não passam de povoações desérticas, baldias e inexpressivas. Preconcebe-se que, para que esses distritos possam lograr sobrevivência se torna mister que a interferência da ação pública do ampare com a proteção da lei, pois que caso contrário, ele já se encontram virtualmente extintos. Deve-se ter em conta que a montagem e a manutenção dos cartórios distritais, requerem gastos dispendiosos, e ajuntando com o padrão de vida sempre em ascensão, os serventuários de justiça só poderão se manter mediante justa retribuição. Salienta-se que, os cartórios acumulados, por motivo de circunstâncias imperiosas, apenas estão servindo de passado ônus e não de menos compensador aos serventuários que os estão acumulando. Não valem pela responsabilidade de sua guarda e muito menos pela sua conservação.

E até seria de justiça que os serventuários designados para exercerem função dupla, dupla também tivessem a contagem de tempo de serviço, alias 'nica compensação que poderiam auferir desse sobre-encargo. Do exposto, depreende-se que, as criações de distritos de paz devem consultar interesses de populações densas, núcleos que por seu número de habitantes sejam capazes de oferecer estabilidade permanente aos seus funcionários. Entretanto, se feito do legislador é facilitar os registros de nascimento e de casamentos nos pequenos núcleos de habitantes, ou poderá fazer, porém, não com a mesma rotina em voga, porque o resultado será nulo, mas com adaptações que por seu turno possam imprimir meios de vida consistente a esses distritos menos habitados. São deduções que nos conferem longas e penosas experiências; são comprovantes que nos custariam sacrifícios numa diuturnidade que comportam duas existências nesse ramo de labor público.

Temos também notado, alias sem a mais leve justificativa de um acerto, que se há imprimido uma feição nada condizente quanto às polpudas sinecuras dos cartórios de justiça. A idiosincrasia a esse respeito, que por sinal se não arrefece na pauta dos comentários, merece bem um reparo: em tudo isso reside um lado equivoco e que cumpre seja desfeito. Existem, afetivamente, cartórios de justiça, não de todas as categorias como rendas compensadoras. O número desses cartórios em comparação com os demais é reduzido. A maioria dos ofícios de justiça se equilibra mais ou menos com as despesas de seus serventuários, havendo isso sim, um numero considerável deles com rendas deficitárias. De sorte que, esse tabú de grandiosidade quanto á produção dos cartórios de justiça, deve ser reduzida á sua justa equação.

ORA LEI...

Antonio Tupinambá Vampré

No dia 11 de agosto, em que se comemora a fundação dos cursos jurídicos, a classe dos serventuários de justiça foi mimoseada com a Lei n.º 751.

Genuflexa, postada por terra á maneira maometana, a classe agradece com os olhos marejados de lagrimas felizes a promulgação de tão sábia lei.

O trabalho dignifica, por isso o serventuário não terá direito a ser aposentado ex-offício", reza a lei mesmo que seja acometido de uma das moléstias de que fala a lei 465 de 28 de setembro de 1949.

A Constituição prevê a aposentadoria ex-offício" do servidor público, porém como admitir-se que os homens que fazem a lei sejam dela escravos?

Graças a Anhangá, deus protetor de nosso país desde a saudosa época getuliana, a árvore da ditadura ainda desabrocha algumas flores do mais fino perfume, adubada pela pena demagógica de alguns "representante" do povo, amparados pelo executivo.

O mérito de tais leis é tumultuar os serviços de Justiça, da qual orgulhosamente somos um elo, que no momento propício terá, além das complexas e inúmeras ações que deverá julgar, de corrigir também os atos desastrosos dos poderes legislativos, cujo único os copo é injustiça os serventuários, negando-lhes os direitos de que gozam os mais humildes funcionários.

Honra, pois aos construtores deste monumento jurídico.

FALECIMENTOS

Major Hilario Tavares Pinheiro

É com profundo pesar, que registramos o falecimento do nosso grande amigo e colega, Major Hilario Tavares Pinheiro, Distribuidor. Contador e partidor de Jaboticabal.

Registramos também, o falecimento de nosso outro grande colega e amigo, Sr. SEBASTIÃO PINTO CONCEIÇÃO, TABELIÃO do 1.º Ofício de notas de Botucatu.

As Exmas. Famílias desses nossos colegas, as nossas sinceras condolências.

FOTOCÓPIA

SUA AUTENTICAÇÃO E SELAGEM.

Selo estadual (Tabela A, n.º 74 da Lei n.º 185)	Cr\$ 2,00
Selo federal	Cr\$ 5,00
Educação	Cr\$ 1,00
Aposentadoria	Cr\$ 0,50
Selo emolumento	Cr\$ 1,00
Autenticação	Cr\$ 5,00
Total	Cr\$ 14,50

Ao reconhecer uma firma deve citar o nome da pessoa cuja firma é reconhecida e não apenas usar as impressões vagas: supra, retro, infra etc.

INFORMAÇÕES

LEI N.º 751, DE 11 DE AGOSTO DE 1950.

Altera redação do artigo 16 da Lei n.º 465, de 23 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei

Artigo 1.º - O artigo 16 da Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 16 - Os Serventuários de justiça não estipendiados pelos cofres públicos poderão requerer os benefícios da presente lei, que lhes serão concedidos, nos casos e formas previstos, desde que se sujeitem a mesma contribuição mensal de 5% a que se refere o artigo 12, ficando, porém

excluídos da aposentadoria "ex-offício".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de agosto e 1950.

ADHEMAR DE BARROS
Synesio Rocha
(Publicado no Diário Oficial em 12 de agosto de 1950)

FALECIMENTO

Bento José de Carvalho Junior

Faleceu no dia 29 de Julho último na cidade de Santos, o nosso muito digno colega Sr. Bento José Carvalho Junior, 7.º Tabelião de notas daquela cidade.

À família daquele nosso querido colega, as nossas sinceras condolências.

ATESTADOS DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

(Rio)

Até há pouco tempo, o serviço de fornecimento de atestado de pobreza, para fins judiciais, vinha sendo feito pelo Estado. Nesta Capital, a sua concessão era procedida pela Assistência Social, na rua da Liberdade. No entanto, a lei federal n.º ...1.060, de 5 de fevereiro deste ano, atribui esse encargo aos prefeitos municipais.

Em São Paulo, o prof. Lineu Prestes baixou, a 6 de março último, o decreto n.º 1.126, estabelecendo normas a esse respeito e designando o advogado o advogado Paulo de Tarso Rodrigues de Vasconcelos, do Departamento Jurídico da municipalidade, dirigir o serviço, que já está funcionando, no subsolo do prédio n.º 365, da rua São Bento. O expediente é das 12 às 18 horas no dias úteis e das 9 às 12 aos sábados.
Por lei federal já reproduzida neste "Boletim", os casamentos realizados com atestados de pobreza passados pela Prefeitura municipal, obrigam a esta, á metade das custas e despesas.

Assim sendo, por analogia, para outros fins, havendo atestação de pobreza da Prefeitura, esta ficará sujeita ás respectivas taxas, pela metade.

LOTAÇÃO DOS CARTÓRIOS

O Secretário fixou nas importâncias abaixo discriminadas o valor da lotação dos cartórios:
do 2.º Ofício cível da comarca de S. Paulo... Cr\$ 55.041,00;
do 8.º Ofício cível da comarca de S. Paulo...Cr\$ 95.019,80:
do registro civil das pessoas naturais do 18.º subd. (bela Vista) Cr\$ 70.433,30 - do 5.º tab. Cr\$ 100.000,00

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Nomeação de escreventes

PORTARIA N.º 6-49

O Desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente portaria e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e
Atendendo a que a nomeação de escrevente habilitado está sujeita a formalidades que visam a seleção dos candidatos ao exercício dos auxiliares da Justiça;
Atendendo, por outro lado, a que o decreto n.º 5129, de 23 de julho de 1931, prescrevendo as

normas da habilitação, da competência ao Corregedor Geral para entrar no mérito das provas produzidas, podendo mandar exonerar o candidato por inaptidão ou pornulidade substancial do processo;

Atendendo a que, constantemente chegam a Corregedoria queixas de faltas cometidas por escreventes habilitados, no exercício de suas funções;

DETERMINA:

A) - que o compromisso, a posse e exercício do cargo de escrevente habilitado, não se dêem antes da homologação do exame, pela Corregedoria Feral da justiça;

B) - que o exame de habilitação seja feito com o maior rigor possível e na presença do juiz corregedor e dos demais componentes da banca examinadora, observando-se os arts. 6.º, 7.º e 8.º do citado decreto n.º 5.129.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 30 de maio de 1949

(a) João Marcelino Gonzaga Corregedor Geral da Justiça

A mulher tem o direito de fazer registrar o nascimento de um filho ocorrido na ausência do marido, e dar-lhe o nome que entender. (Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande).

DESPACHO NO PROCESSO N.º 6998, em que é interessado o Sr. Geraldo Ribeiro e outros, da comarca de Itú. Vistos e examinados estes autos de reclamação da comarca de Itú, em que é interessado o serventuário interino do Cartório do Júri: o M.Dr. Corregedor Permanente decidiu dentro de sua alçada, e, alias, decidiu de conformidade com a lei, pois não há nenhum dispositivo legal tornando o escrivão do júri escrivão privativo das execuções criminais. A regra geral, já inscrita no velho decreto n.º 123, de 10 de novembro de 1892, é que aos escrivães em geral, incumbe escrever, em forma legal, os processos, ofícios, mandatos, precatórias, cartas de sentença e mais atos próprios das varas ou tribunais em que servem (art. 145).

A chamada lei das três varas lei n.º 1.113, de 24 de dezembro de 1907 - criou, na comarca da Capital dois ofícios de escrivães privativos do júri e das execuções criminais (art. 29, do dec. 1.575), mas nas demais comarca do Estado, continuou a vigorar a regra geral.

É exato que o art. 21 do decreto imperial n.º 707, de 9 de outubro de 1850, conferia ao escrivão do júri a atribuição de escrever perante o Juiz de direito com todos os processos, cujo julgamento final competia ao mesmos Juiz; mas este dispositivo teve de ceder, á legislação dos Estados, a quem tocou, no regime republicano, legislar sobre a sua própria organização judiciária; e no estado de São Paulo, conforme se vê da sua primeira lei de organização judiciária, os escrivães do júri não conservaram a referida atribuição. Segundo a própria natureza das suas funções, coube-lhes funcionar privativamente, nos processos de crimes comuns, desde o despacho de pronúncia ou não pronúncia (art. 32, letra a", do dec. n.º 1575).

Por onde se vê que nos processos da competência do Juiz de Direito, salvo algumas exceções, como os Habeas-corpus e correições permanentes, escrevem os escrivães criminais Despachos de pronuncia e não pronuncia só existem, presentemente nos processos da competência do júri e somente nesses é que cabe aos escrivães do júri funciona desde os mencionados despachos.

São Paulo, 14 de agosto de 1950

(a) Manuel Carlos - Corregedor Geral da Justiça - Interino. (Publicado no Diário Oficial da Justiça em 18 de agosto de 1950.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI N.º 1.060 - de 5 de Fevereiro de 1950.

"Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados".

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Os poderes públicos federal e estadual concederão assistência judiciária aos necessitados nos termos da presente Lei.

Artigo 2.º - Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer á justiça penal, civil, militar ou do trabalho.

Parágrafo único - Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Artigo 3.º - A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I) - das taxas judiciárias e dos selos;

II) - dos emolumentos e custas devidos aos Juizes, órgãos do ministério Publico e serventuários da Justiça;

III) - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV) - das indenizações devidas ás testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios; ou contra o poder público estadual, nos Estados;

V) - dos honorários de advogado e peritos.

Artigo 4.º - A parte, que pretender gozar os benefícios da assistência judiciária, requererá ao Juiz competente lhes conceda, mencionando, na petição, o rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família.

§ 1.º - A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo prefeito Municipal.

§ 2.º - Nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, o atestado da competência do Prefeito poderá ser expedido por autoridade expressamente designada pelo mesmo.

Artigo 5.º - O Juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julga-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

§ 1.º - Deferido o pedido, Juiz determinará que o serviço de assistência judiciária, organizado e mantido pelo Estado, onde houver, indique, no prazo de dois dias úteis o advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 2.º - Se no Estado não houver serviço de assistência judiciária, por ele mantido, caberá a indicação a Ordem dos Advogados, por suas Seções Estaduais, ou subseções municipais.

§ 3.º - Nos municípios em que não existirem subseções da ordem dos Advogados do Brasil, o próprio Juiz fará a nomeação do advogado que patrocinará a causa do necessitado.

§ 4.º - Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

Artigo 6.º - o pedido, quando formulado no curso da ação, não a suspenderá, podendo o Juiz, em face das provas, conceder ou denegar de plano o benefício da assistência. A petição, neste caso, será autuada em separado, apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, de pois de resolvido o incidente.

Artigo 7.º - A parte contrária poderá, em qualquer fase da lide, requerer a revogação dos benefício de assistência, desde que prova a inexistência ou desaparecimento dos requisitos essenciais a sua concessão.

Parágrafo único - Tal requerimento não suspenderá o curso da ação e se processará pela forma

estabelecida no final do artigo 6.º desta Lei.

Artigo 8.º - Ocorrendo as circunstâncias mencionadas no artigo anterior, poderá o Juiz, ex-offício, decretar a revogação dos benefícios, ouvida a parte interessada dentro de quarenta e oito horas improrrogáveis.

Artigo 9.º - os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias.

Artigo 10.º - são individuais e concedidos em cada caso ocorrente os benefícios de assistência judiciária que se não transmitem ao cessionário de direito e se extinguem pela morte do beneficiário, podendo, entretanto, ser concedidos os herdeiros que continuarem a demanda e que necessitarem de tais favores, na forma estabelecida nesta lei.

Artigo 11.º - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1.º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo Juiz até o máximo de 15 (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

§ 2.º - A parte vencida poderá acionar a vencedora para reaver as despesas do processo, inclusive honorários do advogado, desde que prove ter a última perdido a condição legal de necessidade.

§ 12.º - A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Se dentro de cinco anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita.

Artigo 13.º - Se o assistido puder atender, em parte, as despesas do processo, o Juiz mandará pagar as custas que serão rateadas entre os que tiverem direito ao seu recebimento.

Artigo 14.º - Os advogados indicados pela assistência ou nomeados pelo Juiz serão obrigados, salvo justo motivo, a critério do Juiz, a patrocinar as causas dos necessitados, sob pena de multa de ... Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único - As multas previstas neste artigo reverterão em proveito do advogado que assumir o patrocínio da causa.

Artigo 15.º - São motivos para a recusa do mandato pelo advogado designado ou nomeado.

1.º - estar impedido de exercer a advocacia;

2.º - ser procurador constituído pela parte contrário ou ter com ela relações profissionais de interesse atual;

3.º - ter necessidade de se ausentar da sede do Juízo para atender a outro mandato anteriormente outorgado ou defender interesses próprios inadiáveis;

4.º - já haver manifestado por escrito sua opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear;

5.º - haver dado á parte contrária parecer escrito sobre a contenda.

Parágrafo único - A recusa será solicitada ao juiz, que, de plano, a concederá, temporária ou definitivamente ou a denegará.

Artigo 16.º - Se o advogado, ao comparecer em Juízo, não exhibir o instrumento do mandato outorgado pelo assistido, o Juiz determinará que se exarem na data da audiência os termos da referida outorga.

Artigo 17.º - Caberá recurso de agravo de instrumento das decisões preferidas em consequência de aplicação desta Lei, salvo quando a decisão for denegatória da assistência, caso em que o

agravo será de petição.

Artigo 18.º - Os acadêmicos de direito, a partir da 4.ª série, poderão ser indicados pela assistência judiciária, ou nomeados pelo Juiz para auxiliar o patrocínio das causas dos necessitados, ficando sujeitos as mesmas obrigações impostas por esta Lei aos advogados.

Artigo 219 - Esta Lei entrará em vigor trinta dias depois de sua publicação no Diário oficial da União, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1950.

EURICO GASPAR DUTRA

Adroaldo mesquita da Costa

(Publicado no D.O. da União em 13 de fevereiro de 1950)

FOLHA CORRIDA DA EXTINTA DA JUSTIÇA FEDERAL

Estão isentos da require-la os que em 10 de novembro de 1937 eram menores de dezoito (18) anos. Decreto n.º 17.843- A. Os que nessa data eram maiores deverão dirigir o requerimento selado com Cr\$ 5.,00 estadual e com firma reconhecida, ao Dr. Secretário Diretor Feral do Tribunal e Justiça, mencionando a data do nascimento, filiação e lugar em que nasceu.

A Escritura Pública de paterno é bastante para os filhos naturais haverem a herança. A quem lhes contesta a qualidade de filhos simplesmente naturais, incumbe a prova da arguição.

(Costa Manso, - "Votos e acórdãos", p.54.

ELEITORADO DO BRASIL 8.988.507

Á vista das informações remetidas pelos Tribunais Regionais, a Seção de Estatística da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral divulgou os números atuais do eleitorado do país pelos quais se vê faltam apenas 11.493 inscrições para que se atinja nove milhões de eleitores. Desde os últimos dados publicados, o eleitorado sofreu um acréscimo de 366.671 inscrições. É a seguinte a atual distribuição, por Estado.

ESTADO	número
Amazonas	51.128
Pará	224.561
Piauí	176.407
Ceará	468.616
Rio Grande do Norte	170.093
Paraíba	261.480
Pernambuco	420.388
Alagoas	103.465
Sergipe	102.994
Bahia	587.636
Espirito Santo	141.656
Rio de Janeiro	479.329
São Paulo	1.697.865
Paraná	276.177
Santa Catarina	304.561
Rio Grande do Sul	830.919
Minas Gerais	1.55.744
Goiás	141.495
Mato Grosso	98.097
Distrito Federal	685.887

Territórios	17.101
TOTAL GERAL	8.988.507

Entre outras considerações interessantes que se podem fazer á margem desse quadro nota-se o aumento crescente do eleitorado do Estado de São Paulo Frente ao de Minas Gerais que é o segundo do país. Assim, em 1948, a diferença entre ambos era de 110.106 eleitores, favorável a S. Paulo; em 1949 cresceu a diferença para 139.836 chegando, agora em 1950, a 147.121 eleitores de diferença, entre os dois Estados mais populosos da Federação.

CONGRATULA-SE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM A REALIZAÇÃO DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO.

Moção n.º 72, de 1950

Devendo ralaras-se no próximo mês de outubro, em Madrid, o II Congresso Internacional do Notariado latino, no qual o notariado Brasileiros se fará representar por serventuários de Justiça desta Capital, propomos seja enviados por está Assembléia, a Comissão Organizadora do conclave, a presente moção de congratulações do legislativo Estadual pela feliz iniciativa, e que dela sejam portadores os representantes brasileiros, através da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 31 de Agosto de 1950.

(aa) Antonio Paula Leite Neto, Solon Varginha e Epaminondas Lobo.

(publicado no Diário oficial do Executivo (Diário da Assembléia), em 2 de setembro de 1950).

OS TABELIONATOS DE PROTESTO PERMANECERÃO ABERTOS NOS FERIADOS LOCAIS.

A propósito da representação que o Sindicato dos Bancos enviou ao Corregedor Geral da Justiça, solicitando o fechamento dos tabeliães de protesto nos dias feriados locais. O desembargador Manuel Carlos preferiu o seguinte despacho:

"Tem o Tribunal de Justiça entendido que os feriados locais não são feriados forenses, e como o foro constitui uma unidade, não vejo como entender á bem elaborada representação do Sindicato dos bancos do Estado de São Paulo, no sentido de se ordenar o fechamento dos Cartórios de protestos nos referidos feriados locais, a cuja observância estão os Bancos obrigados, conforme tem entendido o Departamento Estadual do Trabalho. Só uma deliberação, mas parecia que o momento não é propício para isso, uma vez que a opinião prevalece, no Tribunal, í a de que a perda de vários dias de serviço representa incalculável prejuízo para as partes, que precisam ver terminados os pleitos em que estão envolvidas. Dada a sobrecarga da trabalho, não pode o foro judicial perder um único dia de serviço que seja, sob pena de se agravar a crise de insuficiência dos órgão da Justiça.

São Paulo, 21-8 1950.

(a) Manuel Carlos"

(Processo n.º 7077 - publicado no diário Oficial da Justiça em 23.8.50)

LOTAÇÃO DOS CARTÓRIOS

O Secretário da justiça fixou as seguintes lotações:

Cartório do Registro Civil do 22.º Subdistrito - Saúde - em Cr\$ 28.432,80. (D.O de 1.º/8/50)

Cartório do Registro Civil do distrito de Guaianazes, da comarca de são Paulo, em Cr\$ 10.725,30

CONSENTIMENTO PARA FINS DE CASAMENTO.

O consentimento para fins de casamento, sendo o filho legítimo, deve ser dado por ambos os pais e não por um só, como geralmente se faz. Se discordarem eles entre si, prevalecerá a vontade paterna, ou, se separado o casal por desquite ou anulação do casamento, a vontade do cônjuge com quem estiverem os filhos.

E o que diz o artigo 186 do Cp Código.

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -	Presidente
ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. WALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -	Presidente
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO	
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR	
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

ELVINO SILVA	-
Campinas MAJOR LÉO LÉRRO -	
José do Rio Preto MANOEL FERREIRA LARANJA -	São
Santos RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	
Claro DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Rio
TRISTÃO CARVALHO -	Jaú
Branca DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Casa

Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -

Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÕES	2
OS SERVENTUÁRIOS E AS ELEIÇÕES	2
AS FUNÇÕES CUMULATIVAS DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA	4
ORA LEI...	5
FALECIMENTOS	5
MAJOR HILARIO TAVARES PINHEIRO	5
FOTOCÓPIA	6
INFORMAÇÕES	6
LEI N.º 751, DE 11 D AGOSTO DE 1950.	6
FALECIMENTO	7
BENTO JOSÉ DE CARVALHO JUNIOR	7
ATESTADOS DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS	7
LOTAÇÃO DOS CARTÓRIOS	7
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	7
NOMEAÇÃO DE ESCRIVENTES	7
DETERMINA:	8
LEGISLAÇÃO FEDERAL	9
LEI N.º 1.060 - DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.	9
FOLHA CORRIDA DA EXTINTA DA JUSTIÇA FEDERAL	11
ELEITORADO DO BRASIL 8.988.507	12
CONGRATULA-SE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM A REALIZAÇÃO DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO.	13
MOÇÃO N.º 72, DE 1950	13
OS TABELIONATOS DE PROTESTO PERMANECERÃO ABERTOS NOS FERIADOS LOCAIS.	13
LOTAÇÃO DOS CARTÓRIOS	14
CONSENTIMENTO PARA FINS DE CASAMENTO.	14
DIRETORIA	14
CONSELHO FISCAL	15
SUPLENTE	15
ÍNDICE	15

Nº 020 - Publicação: 01/10/1950

COLABORAÇÃO

**SOBRE A IMPRESCINDÍVEL NECESSIDADE DA ESCRITURA PÚBLICA O
BRILHANTE ESTUDO DE AUTORIA DO TABELIÃO DR. JOSÉ J. DE SÁ FREIRE
ALVIM.**

Mario Ferreira - 5.º Tabelião de notas da Capital.

O legislativo nacional não tem primado, na fluente legislatura, pela atividade criadora. Quando existe tanta coisa a criar, em proveito de nossa organização econômica, mormente no campo deserto e abandonado da agricultura, o legislador patricio parece comprar-se em alterar, para

pior, o que já feito e bem feito. São dessa ordem de empreendimentos as tentativas de mutilação nos textos do Código Civil precisamente o nosso maior monumento jurídico, que deveria merecer o respeito, da posteridade, até mesmo em homenagem aos grandes espíritos brasileiros, e entre eles Ruy Barbosa e Clóvis Beviláqua, que luminosamente se empenharam em sua composição.

Duas dessas tentativas, provocando o clamor dos estudiosos, agitam-se, atualmente, no legislativo federal.

Uma delas surpreende por partir de um advogado com larga projeção nas atividades forenses do país: o Sr. Plínio Barreto. Trata-se do projeto com o qual, objetivando eliminar suposto incapacidade civil da mulher casada, consignada no artigo 6.º n.º II do Código Civil, o ilustre deputado udenista vai ao supremo exagero de sugerir a revogação dos artigos 242 e seguintes do mesmo código. Esses dispositivos são, sabidamente, paralelos aos artigos 235 e seguintes, que se referem á capacidade do marido. Uns e outros restringem a capacidade de ambos os cônjuges, no terreno da atividade econômica, em benefício da família. E como as restrições ao marido não seriam igualmente suprimidas. Segue-se que o projeto Plínio Barreto deixa, no casamento, o marido relativamente incapaz, e a mulher, solta e livre como um pássaro. Trata-se de uma tentativa graciosa, sem dúvida, mas que, sem mais nem menos, se lograsse êxito, subverteria toda a organização econômica da família brasileira.

A outra tentativa provem do professor baiano Sr. Alciomar Balieiro, também representante udenista, e propõe a supressão da obrigatoriedade da escritura pública tal como impõe o artigo n.º 134 do Código Civil

Baseia-se o parlamentar udenista, em justificação, nos frágeis argumentos seguintes: a) que o sertanejo acha penoso, para a celebração de seus contratos, procurar os cartórios das sedes das comarcas; b) que a escritura pública se apresenta, na atualidade, como sebenta velharia filipina, e c) que os registros imobiliários (e até mesmo os inexistentes cadastros das repartições fiscais.) suprem todos os múltiplos e complexos requisitos da escritura pública.

A fundamentação do projeto faria apenas sorrir, se não constituísse pesada ameaça á estabilidade e á perfeição de nosso sistema contratual.

Não haveria legislador sensato que, ao projetar uma lei, pensasse apenas na minoria, que é o sertanejo, em detrimento da maioria, composta das massas humanas que se concentram nas cidades. O fazedor de leis que assim agisse, procederia como o poeta lusitano Eugênio de Castro, que se jactava de escrever os seus versos "para raros, apenas..."

Também a fobia contra as maneiras antigas se indica, aos espíritos serenos, com atividade mal pensada. Se quiséssemos reformar tudo quanto se fazia ao tempo da codificação filipina, teríamos que modificar, também, como exemplo admissível, o modo de andar. E seria muito penoso para a criatura humana, nesta altura dos séculos caminhar com as mão e os pés, ao mesmo tempo... Os códigos dos povos obedecem a uma linha construtiva tradicional, que não pode ser alterada aereamente, por mero capricho de perpetuar nomes individuais em novas leis.

E quanto aos registros ou cadastros, esse jamais foram, não são atualmente e nunca poderiam ser formas de contratos. A anotação e a perpetuação do contrato só absurdamente poderiam ser confundidas com a sua forma. Quando todas atividades tendem, no mundo contemporâneo para o contínuo aperfeiçoamento técnico e para a especialização mais rigorosa, é estranho que alguém, com fama de douto, procure subtrair das mãos dos jurisperitos a elaboração dos contratos para entregá-la ás funambulescas construções da multidão anônima.

O projeto do professor e deputado baiano encontrou sadia repulsa em todo o país, notadamente por partes das associações de juristas e advogados. Ocorre-nos, de imediato, o pronunciamento da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, aprovando por unanimidade, contra o projeto, o brilhante e completo parecer do insigne advogado Sr. José Maria D'Avila. Vemos, também, na ordem do dia, através do noticiário da imprensa, a manifestação, contrária ao projeto, do Instituto dos Advogados de São Paulo, mediante parecer desse culto e lúcido, jurista que é o Dr. Djalma Forjaz Junior. E temos em mão, como objeto deste comentário, o folheto de tão salutar repercussão em nossos meios jurídicos, subordinado ao título "Da escritura pública como requisito substancial do ato jurídico" e devido ao ilustre tabelião e cultor do direito Dr. José

J. de Sá Freire Alvim. Esse trabalho, tal como os anteriormente citados, submete o intempestivo projeto crítica energética e robusta, de modo a pulverizar a desastrada tentativa de reforma. Invocando as lições dos mais altos mestres nacionais e estrangeiros, entre eles João Mendes, Clóvis Beviláqua, Soriano de Souza e Filadelfo de Azevedo, demonstra-se, aí, de modo irrefutável, que a eliminação da escritura pública, ou seja, do contrato instrumento tecnicamente, implantaria em nosso país a desordem contratual e a insegurança econômica, no campo das convenções privadas. É mais ainda, que a dispersão resultante do sistema proposto, passaria, de pronto, a impossibilitar a atividade fiscal, e projetaria não sabemos que reflexos nos próprios resultados dos orçamentos públicos, estaduais e federais.

Os estudos como os referidos acima evidenciam que a inteligência e a serenidade ainda predominam no pensamento nacional, e que, assim sendo, os demais representantes do povo saberão repelir as tentativas anarquizantes, com as quais, talvez por secreto desígnio, se procura tumultuar a vida jurídica do país.

A Associação agradece a todos que tem enviado colaboração ao seu Boletim.

RELAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA QUE SÃO CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS

DEPUTADOS ESTADUAIS

ADONAY DE ALMEIDA SILOS - Of. Registro Civil de Baruerí.

AMADEU NARCISO PIERONI - Esc. do 11.º Of. Criminal - P.S.P

ANTONIO PAULA LEITE NETO - Of. Reg. de Itú - P.T.N

ADELINO PETERS - Of. do Reg. de Imóveis de Penápolis - P.S.D.

ARGEMIRO MARTINS BARBOSA FILHO - Esc. do 6.º Of. Cível - P.L.

CELSO DE AZEVEDO MARQUES - Esc. do 3.º Of. Feitos Faz. Est. - P.T.B

JARBAS TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA - Of. Reg. Civil (Belenzinho) - P.S.D

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA BARBOSA - Reg. imóveis - S. J. Boa Vista - U.D.N

JOSÉ M. FILHO - 2.º Depositário - P.T.N

JOSÉ V. ALVARES RUBIÃO - 9.º Tabelião de notas da Capital

MARTINHO DI CIFRO - 4.º Distribuidor - P.S.T.

TAUFIK TEBEK - Of. Reg. Civil de Novo Horizonte - P.R.

URBANO GANOT CHATEAUBRIAND - Of. Reg. Imóveis - Votuporanga - P.S.D

VALDOMIRO LOBO DA COSTA - Esc. 11.º Cível - P.R

DEPUTADOS FEDERAIS

DARIO FERREIRA GUARITA - 1.º Tabelião - Araçatuba - U.D.N.

EDGARD BASTISTA PEREIRA - 21.º Tabelião da Capital - I.S.D.

FERNANDO DE ALMEIDA N. FILHO - 10.º Tabelião da Capital - P.T.B

FRANCISCO FANKLIN DE ALMEIDA - 18.º Tabelião da Capital - P.R.T

JOSÉ DE CARVALHO SOBRINO - 23.º Tabelião de notas da Capital

MENOTTI DEL PICCHIA - 20.º Tabelião de notas da Capital - P.T.B.

SENADORES

BRASILIO MACHADO NETO - 4.º Tabelião de Protesto - P.S.D., P.R., U.D.N.

CEZAR LACERDA DE VERGUEIRO - Of. Reg. Imóveis da 4.ª circunscrição da Capital - P.S.B - P.S.P.

Fazemos um apelo aos nossos colegas em geral, para que votem nesse candidatos, para a garantia de nossa classe.

Em nossa sede social, estão a disposição as cédulas desses nossos colegas.

EM 3 DE OUTUBRO, VOTAREMOS EM NOSSOS PRÓPRIOS CANDIDATOS PARA NOS REPRESENTAR NAS CÂMARAS FED. ESTADUAL E NO SENADO.

UNIFORMIDADE DOS PODERES DE PROCURAÇÃO

Antonio A. Firmo da Silva 4.º tabelião de notas - Capital.

Foi com surpresa que no número 4 (Dezembro de 1949) da Revista Jurídica Notarial, órgão do Colégio de notários de notários do Distrito Federal e Territórios, do México deparamos com uma carta do Sr. Lic. Francisco de P. Morales Jr. Dirigida à União Panamericana, com sede em Washington na qual aquele ilustre notário fazia referência ao "Protocolo sobre o regime legal dos poderes". Surpresa porque confessamos sinceramente, ignora vamos a existência de um acordo internacional nesse sentido.

Tratando-se de matéria de real importância e de grande interesse para a nossa profissão, achamos que a sua publicação no Boletim nossa Associação será bem acolhida, a todos os beneficiando a sua divulgação e conhecimento.

O "protocolo sobre a uniformidade do regime legal dos poderes" nasceu da Resolução n.º XLVLL da Sétima Conferencia Internacional Americana e foi redigido por uma Comissão de Peritos designada pelo Conselho Diretor da União Panamericana, o qual o submeteu à assinatura dos países a ela filiados. O Brasil subscreveu em 6 de Setembro de 1940 e desde então, segundo informações que obtivemos, está em vigor em nosso país.

A Revista Internacional do notariado, órgão do Congresso Internacional do Notariado Latino seu primeiro número, publicou-o, e dela para aqui o transcrevemos, com possíveis erros de tradução.

Nesta oportunidade, não queremos deixar de chamar a atenção de nossos colegas de todo o país também das autoridades competentes, para os altos objetivos já por nos divulgados e agora para os primeiros frutos do Primeiro Congresso Internacional do notariado Latino, realizado em Buenos Aires, em 1948.

Não fora o intercâmbio Internacional, que desde então se iniciou, de publicações técnico-jurídico-notariais, não teríamos agora o ensejo de conhecer tão importante acordo internacional.

É possível que o Diário Oficial da União o tenha publicado por ocasião de sua assinatura. Mas quem o leu? Quem o conhecia ao menos por ouvir dizer?

Vê-se daí, a necessidade que temos de nos congregar e de melhor nos dedicarmos ao que diz respeito a nossa função profissional. E, neste sentido, damos a palavra aos nossos ilustres colegas do Distrito Federal, a quem oferecemos como colaboração desprestenciosa, o projeto de estatutos do nosso almejado e necessário Colégio Notarial Brasileiro, que virá nos colocar em pé de igualdade com os demais países de notariado do tipo latino.

Eis o inteiro teor do

"Protocolo sobre uniformidade do regime legal de poderes".

Artigo 1.º - nas procurações que se outorguem nos países que foram a União Panamericana, destinadas a ter efeito no estrangeiro, se observarão as seguintes regras:

I - Se a procuração for outorgada por uma pessoa física em seu próprio nome, o funcionário que lavrar o ato (Notário, Registrador,

Escrivão, Juiz ou qualquer outro a quem a lei do respetivo país atribua tal função) dará fé de que conhece o outorgante e de que este tem capacidade legal para a outorga.

II - Se a procuração for outorgada em nome de um terceiro ou se trate de um substabelecimento, o funcionário que lavrar o ato, além de dar fé, relativamente ao outorgante da procuração ou substabelecimento, dos dados enumerados no número anterior, a dará também de que ele tem efetivamente a representação é legítima segundo os documentos autênticos que para esse efeito lhe forem exibidos aos quais mencionará especificamente, com menção de suas datas e de sua origem ou procedência.

III - Se a procuração for outorgada em nome de uma pessoa jurídica, além de certificar os dados dos números anteriores, o funcionário que lavrar o ato dará fé, com relação a pessoa jurídica em cujo nome se faz a outorga, de sua devida constituição, de sua sede, de sua existência legal atual e de que o ato para o qual se outorga a procuração está compreendido entre os que constituam o seu objeto o atividade. Essa declaração o funcionários a fundamentará nos documentos que para esse efeito lhe forem apresentados, tais como escritura de constituição, estatutos, autorização da junta ou organismo diretor da pessoa jurídica e quaisquer outros documentos justificativos da personalidade jurídica outorgante. Tais documentos serão mencionados pelo funcionário com menção de suas datas e sua origem.

Artigo 2.º - A fé que, conforme o artigo anterior, de o funcionário que lavrar a procuração não poderá ser destruída, senão mediante prova em contrario produzida por quem objetar sua exatidão. Para esse fim não é necessária a dúvida de falsidade do documento quando a objeção se fundar unicamente na errônea apreciação ou interpretação jurídica em que houver incorrido o funcionário em sua certidão.

Artigo 3.º - não é necessário para eficácia da procuração que o mandatário manifeste no próprio ato sua aceitação. Esta resultará do próprio exercício do mandato.

Artigo 4.º - Nas procurações especiais para exercer atos de domínio que se outorguem em qualquer dos países da União Panamericana, para ter efeito em outro, será necessário que se determine concretamente o mandato para que o mandatário tenha todas as faculdades necessárias para o hábil cumprimento do mesmo, tanto em relação aos bens como a toda classe de gestões perante os tribunais ou autoridades administrativas afim de defende-los.

Nas procurações gerais para administrar bens bastará declarar que se conferem com esse caráter para que o mandatário tenha toda classe de faculdades administrativas, inclusive as necessárias para ações e processos administrativos e judiciais referentes á administração.

Nas procurações gerais para ações, cobranças ou processos administrativos ou judiciais, bastará que se diga que se outorgam com todas as faculdades gerais e as especiais que requerem cláusula especial, conforme a lei, para que se entendam conferidos sem limitação ou qualquer restrição.

A disposição deste artigo terá o caráter de regra especial que prevalecerá sobre as regras gerais que em qualquer outro sentido estabeleça a legislação do respectivo país.

Artigo 5.º - Em cada um dos países que compõe a União Panamericana serão validos legalmente as procurações outro deles que se ajustem ás regras formuladas neste Protocolo, sempre que, além do mais, estiverem legalizados de conformidade com as regras especiais sobre legalização.

Artigo 6.º - As procurações outorgadas em país estrangeiro e em idioma estrangeiro poderão, no corpo do próprio instrumento, ser traduzidas para o idioma do país onde deveram ter efeito. Nesse caso a tradução assim autorizada pelo outorgante se terá por exata em todas as suas partes. Poderá também fazer-se a tradução da procuração no país onde deva ela ser exercida, de acordo com o uso ou a legislação do mesmo.

Artigo 7.º - As procurações outorgadas em país estrangeiro não requerem como formalidade prévia a seu exercício a de ser registrada ou protocolizada em repartições determinadas, sem prejuízo de que se pratique o registro ou protocolização quando assim o exija a lei como formalidade especial em determinados casos.

Artigo 8.º - Qualquer pessoa que de acordo com a lei possa intervir ou ser parte em um processo judicial ou administrativo para a defesa de seus interesses, poderá ser representada por um procurador, desde que este apresente por escrito a procuração legal necessária, ou enquanto não o fizer, preste fiança ou caução a critério do tribunal ou da autoridade administrativa que

conheça do negócio, para responder pelas custas ou pelos prejuízos que possa causar a representação

Artigo 9.º - Nos casos de procurações formalizadas em qualquer país da União Panamericana, nos termos das disposições que antecedem, para serem exercidas em qualquer outro país da mesma União, os notários devidamente nomeados de acordo com as leis do respectivo país, serão competentes para exercer funções e atribuições equivalentes as conferidas aos notários pelas leis de (nome do país), sem prejuízo da necessidade de protocolizar o instrumento nos casos a que se refere o artigo VII.

Artigo 10.º - As disposições dos artigos anteriores relativas aos notários, se aplicará igualmente às autoridades e funcionários que exerçam funções notariais conforme a legislação de seus respectivos países.

Artigo 11.º - O original do presente Protocolo, em espanhol, português, inglês e francês, com a data de hoje, será depositada na União Panamericana, a fim de receber a assinatura dos países membros da União Panamericana.

Artigo 12.º - O presente Protocolo entrará em vigor relativamente a cada uma das Altas Partes Contratantes desde a data de sua assinatura pela dita Parte Contratante, ficará à disposição para assinatura dos Estados membros da União Panamericana e permanecerá indefinidamente em vigor, mas qualquer das partes pode por fim às obrigações contraídas pelo Protocolo três meses depois de haver notificado a sua intenção à União Panamericana.

Não obstante o estipulado no parágrafo anterior, qualquer Estado que o deseje, pode assinar da referendado o presente Protocolo, que neste caso não entrará em vigor relativamente a esse Estado, senão depois do depósito na União Panamericana do instrumento de ratificação conforme o seu processo constitucional.

Artigo 13.º - Qualquer Estado que deseje aprovar o presente Protocolo com algumas modificações poderá declarar antes de sua assinatura a forma em que lhe dará aplicação. Em fé do que, os abaixo-assinados plenipotenciários, depois de haver depositado seus Plenos Poderes, julgados em boa e devida forma, assinam e selam este Protocolo em nome de seus respectivos Governos nas datas indicadas junto às suas assinaturas.

Este documento foi nesta data depositado na União Panamericana e aberto à assinatura dos Estados membros da União Panamericana, de conformidade com a resolução do Conselho da União Panamericana de 3 de março de 1940. Washington, D.C. 17 de Fevereiro de 1940.

(a) L.S. Rowe - Diretor Geral da União Panamericana.

Recebemos as seguintes Revistas:

"Repertoire General Pratique do Notariado" - Paris

"Revue Pratique du notariat Belge" - Bruxelas.

"Revista Jurídica Notarial"- México.

"Revista del Notariado" - Argentina.

"Bulletin du Conseil Supérieur du notariat" - Paris.

"La Revue du Notariat" - Quebec.

"Nuestra Revista" - Madrid.

**INFORMAÇÕES - CORREGEDORIA DA JUSTIÇA - O TEMPO EM QUE O
SERVENTUÁRIO FICA À DISPOSIÇÃO DO SECRETÁRIO DA JUSTIÇA NÃO SERÁ
CONTADO PARA O EFEITO DE APOSENTADORIA.**

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º... 6913 - Marília - interessado

ALGEBIADES ARANTES.

"Não pode ser contado como tempo de serviço, o período em que o requerente Alcebiades, serventuário de justiça, da comarca de Marília, deixou o exercício de seu cargo para ficar à disposição do Gabinete do Secretário da Justiça, sem função designada, ou melhor dizendo sem atividade funcional. Não se trata de comissionamento em outro posto da máquina administrativa, mas de simples afastamento do cargo efetivo, com prejuízo notório do bom andamento do serviço judiciário, maxime na hipótese, já verificada, de aleva-se continuamente o número desses afastamentos sem razão justificada, e sem audiência previa do Chefe do Poder Judiciário, ou de outras autoridades judiciais, como os juizes e corregedores, autoridades essas superintendem o serviço judicial. A elas os serventuários estão ligados por laços de obediência. Só elas é que poderiam dizer a respeito da oportunidade e da conveniência dessas deslocamentos do serventuários da esfera judicial para a do executivo.

O artigo 41.º do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, só autoriza o afastamento do funcionário e, portanto com mais razão o simples abandono do exercício do cargo de que é titular, como ocorre na espécie, quando precede autorização do Chefe do Poder Executivo, o que dá a entender que o afastamento só se refere aos funcionários que servem nas Secretarias do Estado. De qualquer sorte, o afastamento só é permitido, por prazo certo e para fim determinado. Assim, o afastamento do serventuário de Justiça, sem determinação precisa de outras funções e fixação de prazo não é ato gerador de direitos a fim de contar-se o período de afastamento como tempo a ser aproveitado para o efeito de aposentadoria.

Cumpra realçar que os casos de afastamento de funcionários que o Dec.- lei n.º 12.273, de 28.10.1941, considera como de efetivo exercício, para a apuração do tempo de serviço, tendo por finalidade a aposentadoria, são taxativamente enumerados no seu artigo 96, e seus números e, em nenhum deles se enquadra a disponibilidade, ou a inatividade do funcionário, sob pretexto de ficar à disposição do Gabinete do Secretário do Estado. Nessas condições o tempo de duração desse afastamento não pode ser computado como de efetivo exercício para o efeito de aposentadoria.

Pondere-se, de resto, que o Estado referido não inclui no tempo do serviço, salvo as exceções que menciona, o tempo em que o funcionário estiver afastado do exercício do cargo, em gozo de licença, quando esta exceda certo limite. Não seria justo, que o afastamento discricionário, sem limitação de tempo e designação de outras funções, de ao servidor público, favorecido mais direitos inclusive o de contar o tempo desse afastamento como o de efetivo exercício. Entendimento contrário ao que foi esboçado linhas acima, importaria em criar motivo desânimo para os que permanecendo frente de seus cargos, sobretudo no interior, cumprem sem divisar sacrifícios, seus deveres funcionais. São Paulo, 15 de setembro de 1950. (a) Leme da Silva.

PROCESSO N.º 6935 - São Simão - "O pedido não pode ser deferido a vista da informação do M.Juiz de Direito, Ademais, e cabido que o serventuário não pode recolher proventos prescritos no Regimento de Custas, para a sua atividade funcional normal delineada na lei de organização judiciária". São Paulo, 15/9/50.
a) Leme da Silva. - Pubs. D.O..J.17/9.

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 7097 - Cecim Miguel - Ituverava. "A decisão de fls. 7 e 8, funda-se em decisões várias da Corregedoria e do próprio tribunal Regional Eleitoral. Não discrepa, outrossim das normas legais que regem a espécie, pelo que fica mantida, por seus exatos fundamentos a decisão de primeira instância.

A resolução da câmara municipal local, redigida no sentido de permitir o exercício cumulativo de cargo legislativo, vereador municipal, e de serventuário de justiça, escrivão ou escrevente não prozio efeito colimado, visto que atenta contra princípios básicos constitucionais. De qualquer sorte, aos juizes e tribunais como superiores hierárquicos dos serventuários e escreventes, caberia sempre dizer a ultima palavra sobre a espécie controvertida.

Pelo exposto, o despacho de fls. 20 deve ser cumprido sem tardança, sob as penas da lei.S.P.

19.9.1950. (a) Leme da Silva"

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N.º 7067 - Octavio Godoy Vaz de Oliveira - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Tatuapé - Capital "não diviso motivo legal para recomendar o uso exclusivo e obrigatório do modelo preconizado pelo extinto departamento de Estatística, para a lavragem de atestado de óbito. Este poderá ser lançado em papel de receituário, exigindo-se, tão somente, que dele conste as qualificações e requisitos legais.S.P.
19.9.1950. (a) Leme da Silva.

O Diário Oficial da Justiça de 15 do corrente mês (setembro), publicou a relação de todos os candidatos que se inscreveram para os concurso dos cartórios vagos.
Na referida relação, traz os nomes que foram indeferidos em virtude da documentação apresentada.

"PRIMER ANIVERSÁRIO DEL "BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO"

Com la aparición del número 13 hacumlid el "Boletim"el primer año de existencia, lapso em el que no há dejado de dar cumplimiento a los elevados propósitos que determinaron su creación, pese a las dificultades de todo orden aparecidas y que el doctor Vergueiro porto, presidente em ejercicio de colaboradores, supieron allanar.

Este modesto órgano de publicidad, de uma decena de páginas mimeografiadas, es um exemplo elocuente de cuánto puede hacerse por la jerarquización notarial cuando no se carece de buena voluntad y de firmeza em las convicciones.

REVISTA INTERNACIONAL DEL NOTARIADO adhiere a la obra que tan abnegadamente viene realizando el "Boletim" y le formula, juntamente consus congratuciones, fervientes votos de constante prosperidad.

(Publicado no n.º 6.º, da Revista Internacional del Notariado Latino, Órgão do congresso Internacional do Notariado Latino, de Abril - Junho de 1950).

CASAMENTO DO INTERIOR ou EM QUALQUER PARTE É ULTRA-VÁLIDO:

"Estavam realizando um casamento e á pergunta de praxe do Sr. Juiz de casamentos, responderam os pombinhos alvoroçados:
É sim, senhor! De todo o gosto e coração!...

II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO.

Aos nossos colegas Drs. ANTONIO FIRMO DA SILVA e FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR, delegados do Brasil junto ao II Congresso internacional do Notariado Latino, a Associação, por intermédio de seu Boletim, envia os seus sinceros votos para que tenham uma atuação coroada de pleno êxito.

DIA DO SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA

2 de outubro

Realizar-se-á em Madrid, Espanha, no dia 3 de Outubro, próximo, o Congresso dos Serventuários de Justiça dos países latinos, com enorme comparecimento.

A Associação dos Serventuários de justiça do Estado, para comemorar a referida data convida aos seus associados, para ás 20 horas, no seu principal salão, tomarem parte em uma sessão

cívica, comemorativa aquela data.

A classe dos serventuários de justiça, vai, crescentemente se impondo mundialmente pela sua importância perante a sociedade, pois que são os depositários da confiança pública, não só em coisas privadas como materiais, por isso que a fé pública do serventuário é tida como uma verdade inatacável, sagrada, e por essa razão a exigência rigorosa e justificada da probidade individual para a função será continuada para garantia e confiança do público do modo a nunca ser desmerecida. É pois, uma classe nobre e que nobilita.

PARA O BEM DA CLASSE, VOTEM NOS SERVENTUÁRIOS A CARGOS ELETIVOS. RETALHOS

Ao tomar-se uma impressão digital, todo o cuidado é necessário para que a mesma seja clara, nítida e completa, facilitando assim futuros confrontos. O bom é ter-se sempre um frasco com gasolina e pedaço de tecido, que se oferecem a pessoa cuja impressão datiloscopia vai ser tomada, para que proceda a uma limpeza e regra no dedo polegar direito, sendo isto indispensável mesmo nas zonas do interior, onde a poeira é um mal sem remédio. Mal sem cura também são os polegares cortados pelo canivete de "picar fumo". Picam o fumo e...o dedo também. E adeus impressão digital! O que se consegue gravar no papel é nada mais que uma tantas marcas de corte feitas pelo funesto canivete!

A respeito de impressão digital não seria supérfluo lembrar que o fato de ser ela tomada e aposta ao pé do terno, deve ser explicitamente narrado. Por exemplo: "assina o rogo de x, que deixa abaixo a impressão digital de seu polegar direito", etc. E não fazer como a maioria, que a toma, mas nem se refere a ela.

(Colaboração enviada por Thomas Geraldo Mello Bulhões, Oficial maior do Registro Civil de Guaíra.)

ATENÇÃO SERVENTUÁRIOS!

PRECISAMOS TER NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NA CÂMARA FEDERAL E NO SENADO, OS NOSSOS PRÓPRIOS CANDIDATOS.

UMA CLASSE SÓ É FORTE PELOS HOMENS QUE A COMPÕEM. LEVAREMOS AS URNAS OS NOSSOS COLEGAS.

LEI DO SERVIÇO MILITAR

Lei n.º 1.200 - DE 16 DE SETEMBRO DE 1950.
Altera a lei do Serviço militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Serão convocados, anualmente, para prestar serviço militar nas forças Armadas, os Brasileiros de uma única classe.

Parágrafo único - A classe convocada será constituída dos brasileiros que completarem 19 anos de idade, entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro do ano em que deverão prestar o serviço.

Artigo 2.º - Esta lei terá início no ano de 1950, com a convocação da classe de 1931 para todo o Brasil.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1950.

EURICO GASPAR DUTRA

Sylvio de Noronh, Corobert Pereira da Costa e Armando Tropowsky - (Publicado no Diário Oficial

da União em 20/9/1950).

OFICIALIZAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

C.A. Petracchi

La Secretaría de Justicia y Negocios del interior del Estado de San Pablo ha publicado el informe de la Comisión especial nombrada por el secretario de justicia, doctor César Lacerda de Vergueiro, para estudiar los proyectos, pareceres y sugerencias presentados al Gobierno referentes a la oficialización de las oficinas de justicia.

Integran dicha comisión los señores, Manoel Policarpo de Azevedo junior, com presidente, Messias Junqueira, Pelagio Lobo, Philomeno J. da Costa y Alvino Lima.

Depués de catorce al secretario de Justicia y Negocios del Interior su conclusiones, concretas em dos informes: Uno relativo a consideraciones de orden general, em el que se la oficialización o burocratización de las oficinas de primeira y segunda instancia y, em especial de las escribanías (tabelonatos) y registros de inmuebles. Respecto a las escribanías dice el informe que, uma vez oficializadas, el rendimiento del servicio se verá gravemente afetado. "Sin el maor trabajo - dice literalmente el informe - ningún escribiente o notario por virtuoso que sea, hará, dentro de um horario estrito, esfuerzos superiores al normal".

Refiérse más adelante a la labor realizada por notarios, que no se limita a la redacción de las escrituras, pues comprende, además, el examen de los títulos y documentos, calculos de impuesto u sellos, etc. Y agrega que todos estos servicios indispensables, no retribuídos en los eranceles, implican trabajo y esfuerzo, amén de pérdida de tiempo precioso, que deben ser remunerados.

La solución para evitar el encarecimiento de los pequeños contratos está em la modificación del Reglamento vigente y no em la conversión de um servicio como el notarial em expediente de repartición pública.

La oficialización - dice - "comprometería la función, prducería confusiones y atrasos y no abarataría el servicio".

La Parte segunda del informe trata de la inconstitucionalidade del proyecto com relación a los artículos 95 y 187 de la Constitución de 18 de septiembre de 1946.

(Este artigo foi publicado na Revista Internacional del Notaria do Latino, no mês de Abrile Junho, e de autoria do Escrivão Dr. Carlos ^a Petracchi, Diretor da mesma.)

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -	Presidente
DR. ARMANDO COSTA MAGALHÃES	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. WALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTE

ELVINO SILVA -
MAJOR LÉO LÉRRO -
MANOEL FERREIRA LARANJA -
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -
TRISTÃO CARVALHO -
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -

Campinas
São José do Rio Preto
Santos
Rio Claro
Jaú
Casa Branca
Araçatuba
Olimpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 2
COLABORAÇÃO 2
SOBRE A IMPRESCINDÍVEL NECESSIDADE DA ESCRITURA PÚBLICA O BRILHANTE ESTUDO DE 2
AUTORIA DO TABELIÃO DR. JOSÉ J. DE SÁ FREIRE ALVIM. 2
RELAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA QUE SÃO CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS 3
DEPUTADOS ESTADUAIS 3
DEPUTADOS FEDERAIS 4
SENADORES 4
UNIFORMIDADE DOS PODERES DE PROCURAÇÃO 5
INFORMAÇÕES 8
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA 8
"PRIMER ANIVERSÁRIO DEL "BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO 8
ESTADO DE SÃO PAULO" 9
CASAMENTO DO INTERIOR OU EM QUALQUER PARTE É ULTRA-VÁLIDO: 9
II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO. 1
DIA DO SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA 1
2 DE OUTUBRO 1
PARA O BEM DA CLASSE, VOTEM NOS SERVENTUÁRIOS A CARGOS ELETIVOS. 1
RETALHOS 1
LEI DO SERVIÇO MILITAR 1
OFICIALIZAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA 1
DIRETORIA 1
CONSELHO FISCAL 1
SUPLENTE 1
ÍNDICE 1

Nº 021 - Publicação: 01/11/1950

**COLABORAÇÃO - MÓVEL INSTITUIÇÃO QUE SE REPONTA SOB OS SIGNOS DA
VITÓRIA - Antonino Cintra - Oficial do Registro Civil de Adélia - Est. S. Paulo.**

Os atos de justiça surdem sempre aureolados de emanções providenciais. Dest'Arte, assim se encontra a instituição social de aposentadoria a todos os servidores de justiça. Antes tarde do que nunca, assim reza o brocardo popular. Há sempre ocasião para se reparar uma falta, em todo e qualquer setor de atividade social. A luta foi árdua mas triunfou, dado o esforço empregado por lídimos batalhadores do Parlamento Estadual. E, assim, as leis 465, de 28 de setembro e 507, de 17 de novembro do ano findo, brotaram de idéias vencedoras e aí se encontram em plena ação de seu poder, dando conforto aqueles que tudo deram de sua existência no cumprimento de um dever público. É a classe antes desprezada e esquecida no dizer de nobre líder parlamentar, que vem de receber o prêmio de seu longo labor e desesperada espera. A instituição da aposentadoria não deixa de ser um ato reparador e justiceiro, conferido aos obreiros que tanto se prestaram a causa da justiça numa longa e sacrificada jornada. A fonte inspiradora e criadora é aquela mesma que soube, consultar os anseios de numerosa classe de servidores públicos e conferir-lhes o prêmio merecido de seus esforços perseverantes. A legislação social, que tem por base a família, mais cedo ou mais tarde teria mesmo de se manifestar, como se manifestará, sem delongas e sem protelações compromissadoras. Não era crível que na mesma esfera de servidores públicos, houvesse uma classe relegada ao seu abandono, quando outras classes gozavam desse prêmio merecido. Pode-se mesmo avançar, que a móvel instituição, repontou como uma oblata a Deus, pelo fato de vir em amparo aos pequenos servidores públicos, antes destituídos dessa regalia. E, como todas as obras de boa vontade, se tornam fecundas e imperecíveis, a instituição ontem fundada, caminha a passos acelerados ao seu maior descortino de benemerência e de consolidação. Tanto assim, que já se cogita de ampliar os benefícios da instituição aos mesmos servidores e as suas famílias. E como a maioria dos servidores morrem em estado de pobreza, a família do chefe falecido, será compensada com uma pensão estipulada. A idéia é louvável, dado o caso que o aposentado só consegue o benefício quando já com idade avançada. Notadamente uma viúva, com idade avançada e quase sempre doente. Genial, pois será essa idéia reparadora e muito humanitária. E, frente a prosperidade já manifesta do Instituto de Previdência. Já se cogita na criação da moradia própria e de outros benefícios que serão prodigalizados aos servidores de justiça. Sente-se que a classe antes destituída de apoio de qualquer dos poderes públicos, só lembrada em casos de prestar serviços por benzeduras, esta, hoje, recebendo em cheio forte massa de benefícios e regalias, que jamais pensava receber. Será o juro capitalizado pelo muito que fez e pelo pouco ou nada que recebeu? Tudo isso representa o concurso de uma mentalidade nova ao bom serviço de Deus, da Pátria e da Família.

AS ATRIBUIÇÕES E CAUTELAS DE OFÍCIO

Múltiplo, pode-se dizer, são as atribuições e cautelas de ofícios públicos e que por isso demandam açucarada atenção dos titulares de justiça. Motivo porque o serventuário não deve unicamente se cingir pelas leis constituídas, porém, sobretudo pelo que lhe está afeto em razão de seu cargo. Pois, nem sempre as leis são precisas e algumas vezes, até omissas.

Portanto, atirada e perseverante deve sempre manter-se a atenção do serventuário para com todos os trabalhos de seu ofício, bem como prestar colaboração assídua aos demais servidores de justiça, sem indagar qual seja o setor, por que sempre haverá alguma coisa a reparar ou melhorar. É inquestionável que o Registro Civil das pessoas naturais, se apresenta hoje como uma instituição modelo capaz de satisfazer plenamente o seu objetivo. E, mesmo assim, sempre haverá alguma coisa a aperfeiçoar. E é de um desses casos que hoje iremos focalizar e que o fazemos sempre com desprendimento de ser pequeno e imperfeito.

Como é sabido, o decreto n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928, enfeixou todos os decretos anteriores pertinentes aos registros de nascimento, casamento e óbito. Posteriormente foram introduzidas novas disposições legais referentes aos mesmos registros. De sorte que, nada como as observações cotidianas num longo tirocínio de ofício, para bem se aquilatar dos reparos necessários a se fazer. E será baseado nessa circunstância que iremos tratar neste modesto trabalho, de um caso que se nos depara objeto de consideração.

Temos observado que o livro destinado aos registros de nascimentos, contendo termos impressos em meia página, não corresponde as exigências de assentamentos perfeitos, dado a exiguidade da parte designada a esse assentamento. Para o caso ora ventilado requer espaço que possa comportar o lançamento perfeito do registro. Na conformidade de que dispõem o artigo 68, do referido decreto, 10 são as referências que devem ser feitas no ato do registro, sem contar com a idade do pai e da mãe do registrando, que não está incluído nesse artigo. Ora, por mais que o escrivão procure comprimir o mais que puder as letras, mesmo assim não poderá encaixar todas as referências, aliás indispensáveis a um termo completo.

Acresce ainda outra circunstância com gravame a essa irregularidade, qual seja a coluna destinada as averbações e anotações, que em espaço tão reduzido, dificilmente poderá dar vazão a matéria que deverá ser lançada obrigatoriamente. É verdade que a lei sempre providente, faculta o direito de se abrir novo assentamento para ser completado o trabalho, mas é uma duplicidade de assentos que bem pode ser evitado.

Para o caso em apreço reponta como meio imprescindível, que seja destinada uma página completa e não meia página como acontece atualmente com os livros em serviço. Pela mesma razão que se destinam duas páginas para a lavratura dos termos de casamento e uma para o registro de óbito, pode-se estabelecer o mesmo critério de uma página para os registros de nascimentos. Cumpre notar que é de suma importância os livros de registros contendo termos impressos, não só porque uniformizam melhor o serviço, como também porque abreviam mais os trabalhos, porém, desde que correspondam com o fim a que são destinados. Ou isso ou então usar livros em branco onde os espaços são ilimitados e assim comportam lançamentos com todos os requisitos da lei.

As casas editoras ou simplesmente impressoras estamos certos, desde que fique estabelecido o critério sugestionado, prontificar-se-ão satisfazer as exigências que se lhes forem impostas, mesmo porque a ampliação lhes auferirá melhor rendimento nas impressões. Não é ainda econômica para o serventuário, mas em compensação ele praticará trabalho mais desembaraçado e com produção que corresponderá a todos os requisitos da lei.

PRENOMES RIDÍCULOS

Thomaz Geraldo de Mello Bulhões, Oficial maior do Registro Civil de Guaíra - S. Paulo.

" Os oficiais do Registro Civil, não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá o caso, independentemente da cobrança d quaisquer selos, custas ou emolumentos, á decisão do juiz a quem esteja subordinado." É a este o teor do parágrafo único do artigo 69 do decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939.

A questão, no entanto, é bastante relativa. Um prenome que para uns poderá fazer ridículo e exótico, para outros chegará a ser atraente e mesmo expressivo! As opiniões pessoais divergem grandemente no assunto. Senão, exemplifiquemos: Levantamos dúvida quanto aos prenomes Crimaranto, Crisanto e Cervanto, (tudo em "anto", que um pai queria dar a seus filhos, que se iam registrar fora do prazo legal. Submetido o caso a apreciação do juiz competente, foram acordes, este e o Dr. Promotor Público, em afirmar que nada havia de ridículo nos mesmos e que eram perfeitamente registráveis.

Aí está! O que nos pareceu absurdo era para eles naturalíssimo. Mas, justamente por ser duvidosa, é que deve a questão merecer todo o carinho. Para os que compreendem a significação do nome sua importância na vida e sua imutabilidade imposta por lei, obrigando as vezes uma pessoa a arrastar pela vida em fora um prenome ridículo, que constitui sua vergonha, muito significa o precitado parágrafo. Oficiais há, no entretanto, que descuram tão importante ponto e inconscientemente vão registrando, um atrás do outro, prenomes que mais parecem sentença condenatória dos registrandos...Àqueles porém, aos reponsáveis, dada a relatividade do assunto, há, felizmente, a válvula escapatória contida no mesmo parágrafo: " Quando os pais

não se conformarem com a recusa do oficial, etc." Se o juiz concordar com os pais, ao menos da responsabilidade livrou-se o oficial! Não que a consulta deva ser feita por mero desencargo de consciência! Assim fosse e os corregedores permanentes veriam seu tempo, já tão exíguo pelo acúmulo de serviço, inteiramente tomado pelas decisões que seriam obrigados a proferir sobre a matéria. Para evitar um tal estado de coisas deve-se ter sempre á mão um bom e abalizado dicionário onomástico, que na maior das vezes (diga-o a experiência!) resolve a pendência, se bem que na maioria dos casos se distinga perfeitamente um prenome certo e eufônico de outro sem nexos e mal soante.

E que dizer dos prenomes estrangeiros, tantas vezes impostos á crianças brasileiras? É de se notar que seus portadores, não raro, são obrigados a ver até o fim da vida seu próprio nome estropiado (um caso comum é o prenome Edson, geralmente pronunciado Edsão e outro com números deles) e pela dificuldade da pronúncia muitas vezes esquecido, quando não recebem, nos primeiros anos escolares, ou mesmo em casa, uma alcunha que os acompanhará a sepultura!

Nas zonas agrícolas, onde predomina o japonês, é uma luta contínua contra os prenomes nipônicos. Ainda bem que compreendem logo ao se lhes explicar que não está certo e pedem que lhes explicar que não está certo e pedem que lhes arranjem então "nome bem bonito, não?" Lembro-me de um que queria chamar a filha "Assako", que em sua língua quer dizer lírio. Imaginei uma pequena nipo-brasileira em um dos nossos Grupos Escolares com o triste apelido de "Saco" e resolvi fazê-lo desistir do intento. Após minha preleção sobre a conveniência de não dar nomes japoneses a brasileiros, que viveriam no Brasil, respondeu prontamente: - Enton, põe...Mariquinha! Mas diante da mofa de diversas pessoas que se encontravam em cartório corrigiu-se aflito: - Non, non, põe Maricota!...

O caboclo brasileiro tem especial pendência para dar a seus rebentos nomes de artistas de cinema, chefes políticos, ou então nomes difíceis, "catados" em algum jornal ou reclame ou ouvindo rádio. Certa ocasião chegou-me ao cartório um casal para registrar orgulhosamente seus gêmeos, parecidíssimos mesmo. Ao perguntar como chamariam as crianças, respondeu o pai, apontando o queixo para o lado da mãe: - Esse qui tem a fita do bico vermeia é o Organismo; e esse aqui é o Ortoganismo". Caí das nuvens! E custei a convencê-los de que aquelas palavras jamais serviriam para prenomes. Depois de muito relutarem resolveram chamar aos coitadinhos Osmar e Oscar, que tiraram do dicionário que lhes ofereci que para a consulta. Outras vezes lêem nomes que acham "bonitos", mas pronunciam-nos diferentes e o oficial incauto lá vai registrando um prenome que mais tarde terá que ser retificado, assim mesmo se se enquadrar nos dispositivos legais. Uma vez lutei com um tal "Cisiro", que afinal de contas era "Cícero". Toda cautela, pois, é necessária! Nos meios religiosos, principalmente entre protestantes e os adeptos de suas ramificações predominam os nomes bíblicos, as vezes de difícil pronúncia e não raro querem registrar prenomes que nada mais são que o nome todo, completo, de algum vulto que se sobressaiu em suas religiões. É o caso comum de Alan Kardec. E que luta para convencê-los que Kardec é o nome, "sobrenome" da família do Sr. Alan Kardec; que o prenome é somente Alan! Tive um caso destes e o homem, cujo nome era Silva só conseguiu entender-me quando lhe disse que era o mesmo que querer dar á seu filho o nome de Getúlio Dorneles Vargas da Silva, o que estava errado, pois deveria ser: Getúlio da Silva.

Outra verdadeira "fábrica" de prenomes esquisitos são as promessas feitas aos santos que apadrinham então o recém-nascido, transferindo-lhes, por ignorância dos pais, seu prenome, que muitas vezes está em completo desacordo com a época ou não é coerente. Para que o parto corra normalmente ou por motivo qualquer prometem aos santos de sua devoção que darão ao nascituro tal prenome. Tudo correu bem e nasce a criança! No momento de proceder ao registro, o oficial cortesmente mostra-lhes o absurdo, mas, com medo do castigo divino, persistem em seus fins e não há como fazê-los desistir! Tenho visto diversos casos destes e, exemplificando, contarei o seguinte: - um casal prometeu aos três Reis Magos que se isto e aquilo acontecesse e se o nascituro fosse um homem, dar-lhe-iam o nome de Santos Reis. Lá nasceu um forte rapagão! Impugno o prenome. Concorda o juiz com a impugnação. E ao comunicar este fato ao pai, ele foi escorregando de leve e até hoje não voltou em cartório, prefere não registrar a criança deixar de cumprir a promessa solenemente feita!

Os fatos e exemplos andam por aí, aos montões... E nos tempos hodiernos, tão vertiginosos e dinâmicos em que tudo entra em cogitação para que um indivíduo vença a batalha da existência, cada serventuário deveria ser um escudo contra os prenomes ridículos, fazendo ver aos pais incautos que o apelido que a criança recebe ao nascer, será seu passaporte para a longa e incerta viagem da vida.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS NECESSITADOS

(Lei municipal)

DECRETO N. 1.126, DE 6 DE MARÇO DE 1950.

"Dá cumprimento ao disposto no art. 4.º, §§ 1.º e 2.º da Lei Federal n. 1.060, de 5/2/1950, que estabeleceu normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados"

O Prefeito do Município de São Paulo, usando de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950,

Decreta:

Art. 1.º - Em cumprimento do disposto no artigo 4.º, § 2.º da Lei Federal n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, fica designado o procurador do Departamento Jurídico, bacharel Paulo de Tarso Rodrigues de Vaconcellos, para expedir os atestados a que se refere o § 1.º do artigo retro mencionado.

Art. 2.º - Os atestados em questão poderão ser assinados por esse Procurador, pelo Diretor do Departamento Jurídico, pelo Secretário de Negócios Internos e Jurídicos ou diretamente pelo Prefeito no uso das faculdades que lhe foram conferidas pela Lei Federal.

Art. 3.º - O Procurador designado organizará e chefeará os serviços de controle e fornecimento dos atestados, sendo auxiliado por 3 investigadores, além dos funcionários de carteira, necessários ao desempenho de sua incumbência.

Art. 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, 6 de março de 1950, 397 da fundação de São Paulo.

O Prefeito

Lineu Prestes

LEI FEDERAL

LEI N. 1.161, DE 22 DE JULHO DE 1950.

"Extende aos irmãos menores incapazes as vantagens prescritas no regulamento aprovado pelo Decreto

n. 3.695, de 6 de fevereiro de 1939.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O número 5.º do artigo 15 do Regulamento aprovado pelo decreto lei n. 8.958, de 28 de janeiro de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"5.º - As irmãs germanas e as consangüíneas, solteiras, viúvas, ou desquitadas, e os irmãos varões, solteiros, menores, ou absolutamente incapazes, desde que pobres e mantidos pelo de cujus"

Artigo 2.º - As disposições acima aplicam-se aos processos iniciados, ou não, e aos já encerrados, sem que daí decorram vantagens pecuniárias correspondentes a períodos anteriores a data da vigência desta Lei.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1950.

EURICO GASPAR DUTRA

Sylvio de Noronha

Conrrobert P. da Costa

Guilherme da Silveira

Armando Trompowstocky

(Esta Lei foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de Julho de 1950).

DECRETO-LEI N. 17.224 DE 16 DE MAIO DE 1947

Dispõe sobre isenção de emolumentos ou custas, a habilitação de casamento de pessoas pobres e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, Governador do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o artigo 6.º n. V, do dec. Lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República

DECRETA:

Artigo 1.º - Além da celebração gratuita, prescrita genericamente pelo artigo 163, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, ficam isentos para as pessoas pobres, do pagamento de selo estadual e de quaisquer emolumentos ou custas a habilitação para o casamento, o registro deste e o fornecimento da primeira certidão.

Parágrafo único - A situação de pobreza será atestada, no município de São Paulo, pelo diretor geral do Departamento de Serviço Social, ou por funcionário por ele expressamente designado. Nos demais municípios pelos prefeitos dos respectivos domicílios dos nubentes.

Artigo 2.º - O Oficial do Registro Civil das pessoas naturais, exibindo o atestado de pobreza e o recibo da certidão de casamento, firmado por um dos conjugues ou, se ambos não souberem escrever, por outra pessoa a rogo de qualquer deles, com duas testemunhas, terá direito pelos atos, que praticar, nos termos do artigo anterior a metade dos emolumentos fixados pela lei.

Parágrafo único - O pagamento referido neste artigo será feito, a requerimento do interessado, pelo Departamento de Serviço Social, correndo essa despesa pela verba destinada ao Serviço Social de Família.

Artigo 3.º - Os atos relativos ao reconhecimento de filhos naturais ficam isentos de selos estaduais e de quaisquer emolumentos ou custas.

Artigo 4.º - Os contratos de aquisição de imóvel de valor não superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) que se destina à instituição de bem da família, na forma da legislação civil são isentos do imposto de transmissão de propriedade "inter vivos" e de qualquer selos do Estado, cancelada a cláusula o imposto será devido, não se procedendo a averbação a margem da transcrição sem prévio pagamento da importância que a ele corresponder.

Artigo 5.º - Os municípios consignarão em lei a isenção do pagamento do imposto predial para os imóveis adquiridos ou que forem nos termos do disposto do artigo 8.º, do Decreto-Lei Federal n. 3.200, de 19 de abril de 1941. Essa isenção prevalecerá enquanto não estiver liquidado o mútuo efetuado para a aquisição do imóvel.

Artigo 6.º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de maio de 1947.

ADEMAR DE BARROS

Miguel Reale

O oficial do registro civil, cuidadoso, deve fazer constar no índice do livro correspondente ao ano de nascimento, o nome do registrando assim como folhas, números do termo e livro em que foi

registrada uma pessoa fora do prazo legal, com benefícios de decretos, pois do contrário, quando mais tarde for preciso uma busca e o registrando não se lembrar do ano em que foi feito seu registro, a menos que o cartório possuía índice geral.

Conquanto seja solenidade das escrituras a de serem lidas as partes, antes de assinadas, tal solenidade se presume, eis que a escritura é subscrita pelo tabelião e pelos contraentes.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.171 - Alzira Leal Nunes - Itú - Cartório de Paz e Tabelionato da cidade de Salto: -

"A serventuária recorrente, ao fornecer, ex-offício, atestado de óbito, de pessoa viva, agiu, sem sombra de dúvida, com culpa, ocasionando prejuízos a terceiros, com a abertura de processo de inventário, pois que mencionou a existência de bens e de herdeiros menores. Procura a recorrente justificar sua falta com a alegação de acúmulo de serviço, maxime no período eleitoral, mas é bem de notar que tal escusa não poder ser acolhida, a vista da gravidade da falta cometida do volume habitual do serviço do cartório, de atividade reduzida. É princípio básico de direito que quem age culposamente deve responder pelos danos decorrentes do ato irregular.

Assim as despesas do processo de inventário, instaurado, deveriam ser satisfeitas pela recorrente como determinou a decisão inferior. Esta, em verdade, foi benigna quando deixou de aplicar a serventuária a penalidade de censura, que o caso comporta. Percebe-se que tal pena não foi imposta à vista do passado da serventuária, até aqui livre de qualquer nota desabonadora. Pelo exposto, fica mantida a decisão de primeira instância. S. Paulo, 6 de outubro de 1950 - Leme da Silva". (Publicado no Diário Oficial da Justiça em 7 de outubro de 1950).

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.028 - Edgar Marins e Dias - Itú -

" Na espécie não se depara recurso interposto no prazo e com observância das formalidades legais, pelo que esta Corregedoria estaria dispensada de dizer algo a respeito. Mas, como se defronta assunto de interesse geral, mais como instrução direi que a decisão translada à fls. 3 bem se orientou quando assentou que o escrivão não poderia reclamar pagamento de custas. Trata-se de tutela requerida "ex-offício" pelo D. Curador Geral, na consecução de seus deveres funcionais, em benefício de menores, filhos de viúva que convocou a novas núpcias perdendo assim o pátrio poder sobre os filhos menores do primeiro leito.

O requerente, como é notório, não está adstrito a obrigação de pagar custas, pelas medidas que promover em prol de pessoas incapazes, como no caso sub-judice.

Os menores e sua progenitora, a seu termo, são pessoas estranhas a ação oficial do representante do ministério público, ocorrendo ainda, na espécie, que são pessoas sem recursos financeiros. A mesma circunstância se verifica com relação a pessoa escolhida para exercer a tutela.

As custas seriam devidas se o processo de nomeação de tutor fosse instaurado a requerimento da viúva, ou de pessoa interessada, portadora de recursos.

Confirma-se, portanto, a decisão inferior por sua fundamentação. São Paulo, 19 de setembro de 1950 - (a) Leme da Silva". (Publicado no Diário Oficial da Justiça em 20 de setembro de 1950.

BOM HUMOR

Onde terá ele nascido?

O Escrivão: Onde nasceu o senhor?

- Ah! Eu nasci muito longe daqui, muitas léguas lá pra baixo do sertão do Urucuia, no arraia do Pau de Cedro, mais vim minino pra cá e nunca mais saí daqui!

A um pai que queria registrar um filho pergunta ao oficial:

- Que dia nasceu? E ele retruca:

- Uai! O sinhô num lembra daquela ventania braba, qui inté disteio a casa do Chico Amancio? Pois foi no outro dia, na boquinha da noite...

(Colaborações enviada pelo Sr. Tomaz Bulhões. Of. Maior do Reg. De Guaíra)

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.200 -

" Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, por seu Presidente" - Destinam-se os livros talões a suprir a falta dos originais em caso de perda ou deterioração destes, e a sua rubrica pelos juizes garante-lhes a autenticidade. Estão, outrossim, isentos de selagem em face da expressa isenção do selo federal, preconizada pelo artigo 31 do dec. Lei n. 4.857, de 1949. Quanto a selagem pela rubrica não se justifica por isso que não se depara disposição expressa do Código de Impostos e Taxa e da liquidação que a autorize. Por aquele código devem ser selados, com selo especial de emolumentos apenas os livros de notas, de protestos de letras e títulos e do registro geral de hipotecas. V. Tab. B, n. VII, LXIX.

Nessa conformidade, os livros talões devem apenas ser rubricados pelos Juizes de Direito, com isenção de selos.

Vale esta decisão como provimento a ser incorporado no que vai ser baixado.

S. Paulo, 13.10.1950 (a) Leme da Silva.

(Publicado no Diário Oficial de 15 de outubro de 1950)

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.086 - Presidente da Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça do Estado de São Paulo - "Tornando-se os oficiais de Justiça funcionários públicos em geral. Todavia, como lhes outorga a mencionada Lei n. 593 o direito a percepção de 1/3 das custas regimentais, afigura-se-me que sobre aquela parcela é lícito o desconto dos fundos necessários a concessão de aposentadoria, nos termos da alínea "d" do artigo 12, da Lei n. 465, de 18 de setembro de 1949. Por esta forma, os oficiais farão jus aos proventos integrais em caso de aposentadoria compreendidos os vencimentos provenientes do erário público e mais 1/3 das custas regimentais.

S. Paulo, 13/10/1950. (a) Leme da Silva.

(Publicado no Diário Oficial da Justiça em 15 de outubro de 1950.).

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.142 -

em que é interessado o juízo de direito da comarca de Palmital: - Respondendo á consulta de fls. 2, declaro que os oficiais de justiça, "ex-vi" da Lei n. 593, de 1949, passaram a integrar a classe de funcionalismo do erário público pelo que não se considera regular o recebimento de custas, por inteiro, em correspondência aos serviços prestados. Desde sua posse, de data recente, não se podendo pois cogitar de atraso na satisfação de vencimentos, estão eles sujeitos ao regime nosso.

A lei supra citada concede aos mesmos oficiais, apenas um terço dos emolumentos que lhes forem contados nos autos, de acordo com o Regulamento de Custas, sendo os dois terços restantes, recolhidos como renda do Estado. - São Paulo, 9 de outubro de 1950 (a) Leme da Silva
(Publicado no Diário Oficial da Justiça em 10 de outubro de 1950).

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 7.055 - Gracianópolis - Lucélia - Juvenal Pompeu: -

"Segundo se depreende da informação do Dr. Juiz de Direito, há na comarca de Lucélia dois novos povoados ambos denominados Gracianópolis. Em um deles, por aquele magistrado, foi instalado o cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e o requerente se insurge contra essa instalação, pretendendo que a preferência recaia sobre o outro povoado. A esta Corregedoria Geral não cabe intervir no caso, mesmo porque a autoridade judiciária da comarca, a quem está deferida a competência para instalação de cartórios, sob sua jurisdição, esta aparelhada de outros recursos e esclarecimentos, em ordem a optar, com mais segurança, por este ou aquele povoado, sob a mesma denominação. De outro poder, de resto é que poderá advir solução definitiva, removendo as dúvidas existentes. São Paulo, 12.10.1950 (a) Leme da Silva (Pub. No D. O. da Justiça em 13 de outubro de 1950).

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE RETOMADA DE PRÉDIO

Apto a exercê-la o Promitente comprador com posse do imóvel.
O Supremo Tribunal Federal Firmou novamente Jurisprudência sobre retomada de prédio, através do seguinte voto do ministro Luiz Gallotti:
"Conheço do recurso, pela invocada letra "D" porquanto já decidiu o Supremo Tribunal que o promitente comprador, a quem foi transmitida a posse do imóvel, pode exercer o direito de retomada.

"De Meritis", em harmonia com essa jurisprudência, dou provimento ao recurso.

Trata-se de promessa de venda inscrita no registro de imóveis e pala qual entrou o promitente comprador na posse do imóvel (fl.V.) com isso se tornando "locador" a que a lei se refere para conferir-lhe o direito de retomada.

Em regra, o locador é o proprietário, mas excepcionalmente pode acontecer que não seja, como no caso ocorre e ainda em outros poderia ocorrer (p. ex. na hipótese de usufruto) .

Diante do exposto, conheço do recurso e lhe dou provimento, de conformidade com a referida jurisprudência".

ATENÇÃO!

Avisamos aos nosso colegas em geral, que nas correspondências com as quais enviam as importâncias em cheques, para pagamento das contribuições da aposentadoria, deverá constar o seguinte endereço:

" Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça"
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Braulio Gomes, 139.
CAPITAL

CRIADA A CARREIRA DOS "SERVIDORES DA JUSTIÇA"

Em sessão do dia 17 de outubro último, a Assembléia Legislativa do Estado, aprovou o projeto de Lei n. 167, criando a carreira dos servidores da Justiça.

No próximo número do Boletim, publicaremos essa lei na integra.
Ficou elevado a 100% os ordenados dos escreventes e demais auxiliares dos cartórios, bem como os emolumentos e custas.

" Artigo 49 - Sem prejuízo das gratificações, comissões ou porcentagens que atualmente percebem e que são mantidas, ficam elevados de 100% (cem por cento) os ordenados dos escreventes, auxiliares, fiéis e demais servidores dos cartórios não oficializados.

Artigo 51 - Ficam elevadas de 100% (cem por cento) as custas e emolumentos a que refere o decreto-lei n. 14.978, de 29 de agosto de 1943, excetuadas as já aumentadas pela lei n. 632, de 1.º de fevereiro de 1950.

Artigo 52 - Aplicam-se às escrituras o disposto no item III da Seção I Art. 2.º da Lei n. 632, de 1.º de fevereiro de 1950."

ENCAMINHADO À SANÇÃO O PROJETO QUE LIBERA OS BENS DOS SÚDITOS DO EIXO

Excluídos os direitos e bens dos sócios e sociedades que o governo haja mandado liquidar para incorporação no Fundo de Indenização.

Sob a sanção do Presidente da República, o substitutivo do Senado ao projeto relativo aos bens dos súditos do eixo, oriundo da Câmara dos Deputados, e por ela aprovado.

No próximo número do nosso Boletim, publicaremos essa Lei na integra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Projetos de Leis em andamento, referentes a nossa classe.

Projeto de Lei n. 1.358/1950

"Cria a comarca de Santo André e fica classificada em terceira entrância".

Projeto de Lei n. 217/1950

"Criando o 1.º e 2.º subdistritos de Andradina".

Projeto de lei n. 1.080/1950

"Extingue, por vacância, por falecimento, desistência, ou aposentadoria dos respectivos Serventuários, as Circunscrições do Registro de Imóveis nas comarcas de Assis e Paraguaçu Paulista, respectivamente pelos decretos ns. 10.114 e 10.115, de 14 de abril de 1939".

Projeto de Lei n. 1.257/1949

"Dispõe sobre a estabilidade e prerrogativas dos escreventes de cartórios em geral e dá outras providências".

Projeto de Lei n. 196/1950

"Revoga o Dec. Lei n. 10.719, de 27 de novembro de 1939, e artigo 54, do decreto lei n. 10.875, de 30 de dezembro de 1939 (estes decretos leis foram os que criaram o pagamento da lotação dos cartórios)"

Projeto de Lei n. 1.087/1950

"Assegurando aos serventuários escreventes, fiéis de cartório, oficiais de justiça e demais auxiliares da Justiça, não estipendiados pelos cofres públicos, o direito de gozarem licença especial para tratar de seus interesses particulares, nos termos da lei n. 250 e das outras providências".

Projeto de Lei n. 908/1950

" Extende aos serventuários da Justiça, em geral, as vantagens de que trata o Decreto-Lei n. 17.008 5 de março de 1947 e a lei n. 250, de 3 de março de 1949 (licença Especial)".

Projeto de Lei n. 219/1949

"Dispõe sobre alteração do Regimento de Custas e Emolumentos dos Serventuários de Justiça".

Projeto de Lei n. 1.086/1950

"Reduzindo para 25 anos, o tempo de serviço, para o efeito de aposentadoria, dos serventuários, escreventes e demais auxiliares da justiça, enquadrados na Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949".

Projeto de Lei n. 958/1950

"Dispõe sobre os serviços da justiça, na Comarca da Capital e estabelece outras providências".

Projeto de Lei n. 977/1950

"Cria na Capital do Estado a Vara das Execuções Criminais, desmembrando da Vara do Tribunal do Júri.

Projeto de Lei n. 602/1950

"Isentando os serventuários e demais auxiliares da justiça, para fins de aposentadoria, do pagamento de 5% sobre o vencimento base e dá outras providências".

Projeto de Lei n. 1.094/1950

"Assegurando aos serventuários que em 1947, já contavam mais de 30 anos de serviço público, o direito de indicarem sucessor vitalício".

Projeto de Lei n. 1.253/1949

"Cria no Instituto de Previdência do Estado, a Carteira de Pensão Vitalícia, aos herdeiros dos serventuários de Justiça e demais funcionários do Estado e dos municípios.

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -	Presidente
DR. ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTÁVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. WALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -	Presidente
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO	
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR	
DR. DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÃO	2
MÓVEL INSTITUIÇÃO QUE SE REPONTA SOB OS SIGNOS DA VITÓRIA	2
AS ATRIBUIÇÕES E CAUTELAS DE OFÍCIO	3
PRENOMES RIDÍCULOS	3
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA AOS NECESSITADOS	5
DECRETO N. 1.126, DE 6 DE MARÇO DE 1950.	5
LEI FEDERAL	5
LEI N. 1.161, DE 22 DE JULHO DE 1950.	5
DECRETO-LEI N. 17.224 DE 16 DE MAIO DE 1947	6
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	7
BOM HUMOR	8
JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE RETOMADA DE PRÉDIO	9
CRIADA A CARREIRA DOS "SERVIDORES DA JUSTIÇA"	10
ENCAMINHADO À SANÇÃO O PROJETO QUE LIBERA OS BENS DOS SÚDITOS DO EIXO	10
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO	10
PROJETO DE LEI N. 1.358/1950	11
PROJETO DE LEI N. 217/1950	11
PROJETO DE LEI N. 1.080/1950	11
PROJETO DE LEI N. 1.257/1949	11
PROJETO DE LEI N. 196/1950	11
PROJETO DE LEI N. 1.087/1950	11
PROJETO DE LEI N. 908/1950	11
PROJETO DE LEI N. 219/1949	11
PROJETO DE LEI N. 1.086/1950	11
PROJETO DE LEI N. 958/1950	11
PROJETO DE LEI N. 977/1950	12
PROJETO DE LEI N. 602/1950	12
PROJETO DE LEI N. 1.094/1950	12
PROJETO DE LEI N. 1.253/1949	12
DIRETORIA	12
CONSELHO FISCAL	12
SUPLENTE	13
ÍNDICE	13

Nº 022 - Publicação: 01/12/1950

COLABORAÇÃO

DR. GASTÃO VIDIGAL

No dia 14 do mês de outubro último, em sua residência, nesta Capital, após pertinaz enfermidade faleceu o Sr. Doutor Gastão Vidigal, exemplar chefe de família, honrado serventuário de justiça e destacado político não só no âmbito estadual como federal. O falecido sempre soube com elevação e superioridade, ser bom paulista e brasileiro, defendendo seu estado e sua pátria com amor e dedicação para o que jamais poupou esforços, o fazendo até os seus últimos momentos.

Homem desse jaez não são profusos, por isso a sua falta será sempre lembrada com saudades e por muito tempo impreenchível o claro deixado.

Foi o Dr. Gastão Vidigal presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, emprestando o brilho da sua inteligência á perfeita orientação, elevando-a ao grau de utilidade em que se encontra.

Honra no Salão principal da mesma entidade o seu retrato, perene lembrança do inesquecível morto e prova de eterno reconhecimento.

A Associação apresenta á Exma. Família do saudoso falecido, em nome de seus associados o seu grande pesar prematuro falecimento.

DR. MARIO FERREIRA

No dia 18 de outubro último, no Hospital das Clinicas, onde se achava em tratamento faleceu aos 50 anos de idade o Sr. Dr. Mario Ferreira, 5.º Tabelião nesta Capital.

Serventuário dos mais distintos e competentes, deixa uma lacuna sensível na classe, e muitas saudades, pois que o falecido colaborava neste Boletim, emprestando sua inteligência e tirocínio aos seus colegas, com ótimos artigos tendo muito contribuído para elucidar fatos e controvérsias do ofício, com máximo aproveitamento á serventuários e ao público.

Lastimamos sinceramente o precoce desaparecimento desse eminente serventuários e associado e a sua Exma. Família apresentamos as nossas condolências.

ELEIÇÕES GERAIS NA ASSOCIAÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DA NOVA DIRETORIA.

Está designado o dia 12 do corrente mês, para se proceder a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação.

Para tal fim ficam convocados todos os sócios quites para no dia acima referido, as 20 horas e meia, em nossa sede social, a rua senador Feijó, 176, 11.º andar, salas 1.109 a 1.113, para comparecerem e tomarem parte á eleição.

Os que não puderem pessoalmente comparecer, poderão faze-lo por procuração, em forma legal, outorgando poderes especiais para ser representado por qualquer associado que esteja quite.

Não será adiada a data da eleição a pretexto algum, por isso solicita a Associação o maior comparecimento.

LEI DO SELO

Estadual	
Requerimento simples	Cr\$ 5,00
Requerimento pedindo arquivamento na Junta Comercial	20,00
Atestado de antecedentes e residência	20,00 mais 1,00 fed. E 1,00 Ed.
Atestado médico "selo assisten"	20,00 mais 1,00 fd. educação
Atestado de vida.	10,00
Atestado de sanidade animal	2,00
PEDIDOS DE CERTIDÕES ESTAD.	50,00
FOLHA CORRIDA	50,00
CARTEIRA DE IDENTIDADE -	Simple Cr\$ 20,00 - Luxo 50,00
Carteira de Saúde	5,00
Revalidação	4,00
Selagem de documentos por folha	2,00

Federal
Contratos, distratos, cartas de fiança, letras de cambio, promissórias, recibos de armazéns e

lojas sem contratos. Demais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 500,00 inclusive.....Cr\$ 2,50;
Demais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00 inclusive.....Cr\$ 5,00;
Recibos simples e de aluguel que tenham contrato em vigor.. de mais de 20,00 até Cr\$ 500,00 inclusive Cr\$,050. De mais de 500,00 até 5.000,00 inclusive 1,00. Pagando-se cada 5.000,00 ou fração que exceder mais 1,00;
Requerimentos por folha Cr\$ 3,00;
Documentos por folha 1,00;
Procuração por outorgante. 3,00;
Procuração exclusivamente "ad-juditia" ou qualquer que seja o número de outorgante. 3,00;
Recibos de aluguel exclusivamente residencial que não tenha contrato em vigor de mais de 20,00 até 300,00 inclusive 0,50; De mais de 300,00 até 500,00 inclusive 2,50; De mais de 500,00 até 1.000,00 inclusive 5,00; pagando-se mais em cada 1.000,00 ou fração \$ 5,00. Declarações e atestados simples 1,00. Todas essas selagens estão sujeitas a um selo de educação.

INFORMAÇÕES

LEI N.º 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950

"Dispõe sobre a forma de provimento dos Ofícios de Justiça e dá outras providencias".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - O provimento e a vacância das serventias de justiça reger-se-ão pelo disposto nesta lei.

Artigo 3.º - A vacância da serventia decorrerá:

- a) da desistência, concedida por decreto, após a verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo juiz corregedor respectivo;
- b) - do falecimento do serventuário;
- c) - do abandono do exercício verificado em processo regular;
- d) - de demissão imposta em virtude de sentença judiciária (artigo 169, n.º 1, da Constituição Federal);
- e) - da remoção ou promoção, nos termos desta lei, após a verificação da posse do novo cargo;
- f) - de aposentadoria.

Parágrafo único - A Secretaria da Justiça e negócios do Interior, tomando conhecimento da vaga, dará ciência da mesma, no prazo de quarenta e oito (48) horas á autoridade que deva iniciar o processo de concurso.

Artigo 4.º O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário vitalício não acarretará a vacância do ofício onde já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados, ao serventuário sucedido, os direitos adquiridos pelos artigos 9.º e 10º, do Decreto-lei n.º 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 12.520 de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 5.º É instituída a carreira dos Servidores da Justiça, na qual ficam enquadrados os serventuários vitalícios e os escreventes habilitados de todos os cartórios do Estado não estipendiados pelos cofres públicos, qualquer que seja a sua natureza. Para esse efeito, as serventias de justiça ficam classificadas de seguinte forma:

a)Primeira Classe

I - os escritórios de registro de Imóveis e anexos, os de tabelião de notas com os anexos do cível e do crime os de distribuidor, partidor e contador e os de depositário público das comarcas de primeira entrância;

II - os escritórios do registro civil das pessoas naturais e anexos dos distritos e subdistritos que não sejam sede de município.

b) Segunda Classe

I - os escritórios referidos no n.º I, da alínea "a", das comarcas de segunda entrância;

II - os escritórios referidos no II, da alínea "a", dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 1.ª 2.ª e 3.ª entrâncias e das comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias.

c) Terceira Classe

I - os escritórios referidos no n.º I da alínea "a", das comarcas de terceira entrância;

II - os escritórios referidos no n.º da alínea "a" dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 4.ª entrância e da sede das comarcas de 3.ª entrância.

d) Quarta Classe

I - os escritórios de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos, de tabelião de notas, de tabelião de protestos, de escrivão do cível, da família e sucessões, da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, de acidentes do trabalho, de registros públicos, de justiça gratuita, de menores, do crime, do júri e execuções criminais, de distribuidor e contador do cível e do crime, do partidor e do depositário público, da comarca de São Paulo (4.ª entrância);

II - os escritórios referidos no n.º I da alínea "d", aglutinada ou separadamente instalados, das comarcas de Santos e Campinas (4.ª entrância);

III - os escritórios referidos no n.º II da alínea "a", dos distritos e subdistritos da sede das comarcas de 4.ª entrância.

Artigo 6.º - Nenhuma admissão de serventuário será feita senão para o cargo inicial (artigo 4.º da Constituição do Estado).

Artigo 7.º - As serventias que forem criadas serão sempre providas na forma preceituada nesta lei.

Parágrafo único - Para efeito de provimento, equiparam-se aos escritórios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

Artigo 8.º - O provimento dos cargos de Serventuários, nos cartórios referidos no n.º I da alínea "a" do artigo 5, uma vez verificada a vacância e a inexistência de candidatos à remoção, será feito mediante concurso de provas e de títulos, ao qual poderão concorrer os escreventes habilitados de ofício da mesma natureza ou com anexo de ofício posto em concurso, que contem mais de 5 anos de efetivo exercício e os bacharéis em direito.

Artigo 9.º - Comunicada a vaga cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 8, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no Diário Oficial da Justiça, com prazo de vinte dias, editais de inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 10.º - Os pedidos de inscrição serão acompanhados dos documentos a seguir relacionados:

a) Quanto aos Escreventes:

I - certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria geral da Justiça;

II - certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servirem ou tenham servido e do escrivão da corregedoria permanente.

b) Quanto aos Bacharéis em Direito:

I - certidão de registro de diploma;

II - certidão da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, provando a vigência da inscrição e a existência ou inexistência de faltas disciplinares tornadas públicas;

III - prova de ser brasileiro nato, de maioria e de estar no gozo de seus direitos civis e políticos;

IV - Prova de quitação ou isenção do serviço militar.

V - laudo de capacidade física e de não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante expedido por Centro de Saúde ou Posto de Assistência Médico-Sanitária mantido pelo Estado;
VI - folha corrida das delegacias de polícia do município ou municípios e dos cartórios criminais da comarca ou comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, provada essa circunstância, bem como da Extinta Justiça Federal, provando não estar pronunciado por despacho irrevogável, não estar sujeito a medidas de segurança, não ter sofrido condenação passada em julgado, por crime furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenha cumprido pena ou dela obtido perdão;
VII - atestado de antecedentes passado pelo Serviço de Identificação do Estado.

§ 1.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juízes perante os quais tenham servido.

§ 3.º - À medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça, requisitará dos juízes perante os quais tenham servido os requerentes, e a Ordem dos Advogados do Brasil, se for o caso, informações reservadas sobre a sua competência e idoneidade moral.

Artigo 11.º - Encerradas as inscrições, constituir-se-á a Comissão Examinadora, composta do Presidente do Tribunal de Justiça, como presidente, o qual, por motivo de serviço público, poderá ser substituído pelos vice-presidentes ou pela Corregedor geral da Justiça, de um Desembargador escolhido pelo mesmo Tribunal e de um serventuário nomeado pelo Secretário da Justiça e negócios do Interior.

Artigo 12.º - reunida a comissão examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos as inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal com informações, em cada caso, sobre tempo de serviço e cargos exercidos, notas desabonadoras acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1.º - Será eliminado o candidato que não tiver exibido os documentos necessário, assim o que tiver cometido omissão culposa ou falsidade de declarações.

§ 2.º - Ao candidato não admitido cabe o direito de recurso para o tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias contados da publicação do ato.

Artigo 13.º - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior ou decidido o recurso, serão publicados, nas quarenta e oito (48) horas seguintes, no "Diário Oficial "da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos e anunciado o dia local e hora em que deverão comparecer para o início das provas.

Artigo 14.º - o concurso será público e constará da apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscritas, datilográficas e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e da apresentação de prova identidade.

Parágrafo único - A comissão adotará critério que impeça a identificação das provas escritas e datilográficas até o momento do julgamento.

Artigo 15.º - a prova manuscrita cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sob matéria do ofício em concurso, formuladas no momento.

§ 1.º - Não será permitida a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada, sob pena de exclusão.

§ 2.º - Um dos examinadores, pelo menos, inspecionará continuamente o ato.

Artigo 16.º - Seguir-se-á a prova datilográfica que consistirá na redação de qualquer ato pertinente ao ofício em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever, mediante seu manejo.

Artigo 17.º - no julgamento das provas manuscritas e datilográficas atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também a caligrafia, à ortografia e à rapidez da escrita.

Parágrafo único - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e dactilográficas o candidato que obtiver média de pontos inferior a 4 (quatro)

Artigo 18.º - As arguições orais, no dia e hora previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, em prazo não superior a trinta minutos, findas as quais, cada membro da comissão atribuirá a cada candidato, em lista especial, a respectiva nota, lançando-a ao lado do nome do mesmo.

Artigo 19.º - as notas serão sempre atribuídas por extenso com valores que variarão entre 0 (zero) a 10 (dez).

Artigo 20.º - Terminadas as provas a comissão, em sessão secreta promover:

- a) - o exame dos títulos apresentados, que receberão os seguintes valores
 - I - diploma de bacharel ou doutor em direito - 3 pontos;
 - II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;
 - III - certificado de conclusão do curso ginasial, ou documento equivalente, desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 ponto;
 - IV - obra a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 10 - 2 pontos;
 - V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período se exceder de metade - 1 ponto;
 - VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto;
 - VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo do cargo - 1 ponto;
 - VIII - participação, como examinador, em concurso de habilitação de escrevente ou de provimento de ofício de justiça - ponto ;
 - IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante de "currículim" de curso previsto no n.º II - 1 ponto;
 - X - eficiência de trabalho e boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos - 1 ponto.

b) - a apuração das médias resultantes das provas prestadas;

c) - a apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nas alíneas "a" e "b".

Artigo 21.º - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da comissão, será incorporada pelo seu secretário, à data final dos trabalhos e publicada no "Diário Oficial da Justiça".

Parágrafo único - Admitir-se-á também, com referência ao resultado final, o disposto no § 2.º do artigo 12.

Artigo 22.º - Uma vez encerrado o concurso, o presidente comunicará à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior os nomes dos três (3) primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido no ofício.

Parágrafo único - Havendo pluralidade de ofícios a serem providos, a lista comporá de tantos nomes quantas forem as serventias e mais dois.

Artigo 23.º - Na classificação observar-se-ão ordinalmente as seguintes condições, caso se verifique empate:

I - inexistência de falta disciplinares;

II - exercício como oficial maior no cartório vago, na data em que se verificar a vacância;

III - idade;

IV - encargos de famílias;

V - posse de certificado de acordo com a lei n.º 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 24.º - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere o artigo 22 serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25.º - O provimento dos cargos referidos no n.º II da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a inexistência de candidato á remoção, será também mediante concurso de provas e títulos, aos quais poderão concorrer os escreventes habilitados de ofícios da mesma natureza ou com anexo do ofício em concurso, que contem país de cinco anos de efetivo exercício e os bacharéis em direito, observado o disposto nos artigos 9.º a 24, exceto o artigo 11.

Parágrafo único - a comissão examinadora será constituída do juiz corregedor permanente do cartório vago, que será seu presidente, do promotor público da comarca ou da primeira vara da comarca, quando houver mais de uma, e de um advogado designado pelo presidente da respectiva subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, servindo como Secretario o escrivão da corregedoria permanente.

Artigo 26.º - As serventias que se refere o artigo 5.º serão providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em funções da mesma natureza ou com anexo do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior, que o requerem, aplicando se no processo de concurso o disposto nos artigos 9.º 10.º, letra "a", ns. I e II e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, 12º e 20.º, alínea "a"; 21; 22; 23; e 24, com as seguintes modificações:

a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pelo Conselho Superior da Magistratura;

b) a lista de classificação (artigo 22) conterà um nome para remoção e dois para promoção. Em caso de pluralidade de ofícios vagos haverá multiplicidade correspondente, sendo os dois nomes acrescidos, um para remoção e outro para promoção.

c) é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 27.º - Os dispositivos de Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, bem como os dos Decretos n.s. 6.697 e 6.697-A, ambos de 21 de setembro de 1934, que não colidirem com esta lei, ficam revigorados expressamente.

Artigo 28.º - ficam asseguradas a todos os serventuário, escreventes e auxiliares de cartório, as vantagens das leis ns. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, mediante a exibição do competente certificado passado pela "Comissão do Artigo 30 das disposições Transitórias da Constituição do Estado".

Artigo 29.º - As férias não gozadas serão contadas em dobro, para efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da justiça.

Artigo 30.º - ficam equirado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção o escrevente que na data da promulgação desta lei, contar:

a) mais de cinco (5) até dez (10) anos de serviço, para os cargos de primeira e segunda classe;

b) mais de dez (10) anos de serviço, para os cargos de terceira e quarta classes.

Artigo 31.º - Aos serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até esta data e que não tenha sido nomeados, é permitida a inscrição nos concursos

para cargos vagos ou que vagarem, com o mesmo direito que então lhes assista, desde que as vagas correspondam a mesma natureza e classificação estabelecida nesta lei.

Artigo 32 - Ao ex-serventuário que, exonerado a pedido até a data da promulgação da presente lei, fizer a prova determina no artigo 10 será permitido independentemente de novas provas, inscrever-se nos concursos para os cargos de primeira classe por via do exposto no artigo 26.º, desde que conte mais de cinco (5) anos de efetivo exercício.

Artigo 33 - os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir á imediatamente superior.

Artigo 34.º - Para os efeitos da presente lei a contagem de pontos provenientes de títulos será reduzida de metade, desprezada a fração inferior a cinco décimos, se já tiver concorrido para nomeação anterior.

§ 1.º - Será computado o tempo de serviço em que serventuário ou escrevente tiver permanecido á disposição dos poderes públicos federal estadual ou municipal.

§ 2.º computar-se-á em dobro o tempo decorrente de acumulação de outro ofício que não seja pertinente á própria serventia, excluídos os casos de acumulação estabelecidos pelo regime determinado no Decreto-lei n.º 11.464, de 30 de setembro de 1940 e legislação anterior sobre a mesma matéria.

Artigo 35.º - O Chefe do Poder Executivo, de posse das listas de classificação, proverá a vaga dentro de dez (10) dias por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso.

§ 1.º - Será assegurada preferencia para nomeação ao candidato que for ou já tiver sido classificado em três listas, desde que por elas não tenha sido beneficiado.

§ 2.º - Os nomes dos candidatos nas condições do parágrafo anterior figurarão obrigatoriamente em lista, com menção expressa da circunstância preferencial, aplicando-se o artigo 23, caso haja mais de um candidato com o mesmo direito.

§ 3.º - o escrevente que figurar mais de três vezes em lista tríplices, terá preferencia para provimento no ofício a que concorrer. Será também assegurada preferêcia para provimento de justiça ao escrevente ou serventuário portador do certificado expedido pela "Comissão do Artigo 30 do Ato das disposições Transitórias da Constituição Estadual".

Artigo 36.º - Os candidatos incluídos em lista e não nomeados poderão, durante o prazo de dois anos, desde que o requeiram, inscrever-se em concurso de provas, dispensados destas, concorrendo á classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 37.º - O Chefe do Poder Executivo poderá prover livremente os cargos de que trata a presente lei quando, encerrados os concursos de provas, ocorrerem as seguintes hipóteses:

- a) - não aceitarem nomeação todos os candidatos classificados ou dela desistirem expressamente;
- b) - encerrar-se o concurso sem inscrição de candidatos;
- c) - não conseguir classificação nenhum dos candidatos.

§ 1.º - Dar-se-á preferência aos escreventes com qualquer tempo de serviço, exigindo-se no ato de posse a documentação aplicável segundo o disposto no artigo 10.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de existência de candidato que não pertença aos quadros das serventias, far-se-á prova de saber ler e escrever corretamente.

Artigo 38.º - quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao oficial do registro civil de pessoas naturais e anexos o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requer ao Secretário da Justiça e negócios do Interior, nos dez dias seguintes á publicação da lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais dos

ofícios criados.

Artigo 39.º - Não serão providos ou nomeados os pronunciados por despacho irrevogável em crime contra o patrimônio ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, á pena superior a dos (2) anos de reclusão.

Artigo 40.º - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, após a promulgação da presente lei, fará publicar durante (3) dias uma relação de vagas no cartório do Registro civil, convocando, no prazo de vinte (20) dias, a contar da primeira publicação, os Oficiais do Registro Civil que, em virtude da Lei n.º 233, de 24 de dezembro de 1948, tiveram desmembramento, sem compensação, dos seus distritos e que pretendam remoção para um dos cartórios aludidos.

§ 1.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de entrância e classe idênticas ás do requerente.

§ 2.º - Observar-se-ão na remoção o tempo no ofício e encargos de família.

§ 3.º - Não havendo pedido, mediante comunicação do Secretário da Justiça e Negócios do Interior será aberto pelo tribunal de Justiça o concurso de títulos nos termos desta lei.

Artigo 41.º - Nenhum serventuário de justiça poderá entrar em exercício do cargo sem que apresente o respectivo título autentico de nomeação e preste, perante o Corregedor Geral da Justiça, o necessário compromisso de exercer as funções com préstimo e lealdade, sob as penas da lei.

Parágrafo único - Se o provimento, promoção ou remoção se der em virtude de criação de ofício, deverá o titular exibir, também, revestidos das formalidades legais, os protocolos e livros indispensáveis ao exercício do cargo.

Artigo 42.º - É do sessenta (60) dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido deverá assumir o exercício das suas novas funções sob pena de caducar o seu direito.

Parágrafo único - A posse será comunicada pelo juiz de direito competente á Secretária da Justiça e negócios do Interior e á Corregedoria Geral da justiça.

Artigo 43.º - Sempre que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento do serventuário deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do morto com referência á indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização. Para esse efeito o Juiz de Direito mandará proceder á avaliação por dois serventuários da comarca.

Artigo 44.º - Sem prejuízo para o interesse público e ouvidos os respectivos juízes corregedores será permitida a permuta dos ofícios de justiça entre serventuários da mesma natureza e classe, desde que não lhes falte menos de um quinto do tempo que lhes permita obter os benefícios da aposentadoria.

Artigo 45.º - A Corregedoria Geral da justiça fará publicar anualmente uma relação dos serventuários e escrevente uma relação dos serventuários e escreventes dos cartórios do Estado, mencionando o tempo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 46.º - Aos serventuários e escreventes inscritos em concurso fica assegurado o afastamento necessário á prestação de provas de provas ou á satisfação de formalidades que se tornarem essenciais, não sofrendo quais quer descontos quer no tempo de serviço, quer em outras vantagens.

Artigo 47.º - A contar da promulgação da presente lei só poderá ser designado Oficial Maior um dos três escreventes mais antigos do mesmo cartório, quando houver.

Artigo 48.º - Vetado

Artigo 49.º - Vetado

§ 1.º - Vetado

§ 2.º - Vetado

Artigo 50.º - Vetado

Artigo 51.º - Vetado

Artigo 52.º - Vetado

Artigo 53.º - Vetado

Artigo 53.º - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares da Justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarca cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei, todas as vantagens e direitos correspondentes à classificação anterior da referida comarca.

Artigo 54.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada aos cartórios vagos desde que não tenham sido iniciadas as provas de concurso para seu provimento.

Artigo 55.º - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimento de ofício de justiça, com ressalva do disposto nos Decretos-lei ns. 11.464, de 30 de setembro de 1940, e 5.120, de 21 de julho de 1931 que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synésio Rocha

(Esta lei foi publicada no Diário Oficial de 1.º de novembro de 1950)

RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS VAGOS

Edital da Secretaria da Justiça

(Diário Oficial de 25/11/50)

Faço público, de ordem do Exmo. Sr. Secretário e para fins do artigo 40 da lei n.º 819, de 31 de outubro do corrente ano, que se acham vagos os seguintes ofícios do registro civil das pessoas naturais:

Distritos	Comarcas
Abaitinga.....	Itapetininga
Água Vermelha.....	São Carlos
Águas de S. Pedro.....	S. Pedro
Ajapí.....	Rio Claro
Aldeia	São Paulo
Ato Alegre.....	Penápolis
Alto Porá.....	Iguarapava
Alvares Florence.....	Votuporanga
Alvinlândia	Garça
Ana Dias.....	Santos
Aramina.....	Igarapava
Arcadas.....	Amparo
Arco Iris.....	Tupã
Ariri.....	Cananéia
Assistência.....	Rio Claro
Atlântida	Lucélia
Bacurití.....	Cafelândia
Baguaçu.....	Olimpia
Barão de Antonina.....	Itaporanga
Barão Ataliba Nogueira.....	Itapira
Barboza.....	Penápolis
Barra Dourada.....	Mirassol
Barra do Turvo.....	Apiáí

Batatuba.....	Piracaia
Batista Botelho.....	Pirajú
Bela Floresta.....	Pereira Barreto.
Bertioga.....	Santos
Boracéia.....	Jaú
Botelho.....	Sta. Adelia
Boturuna.....	Nova Granada
Brioso.....	Monte Aprazível
Cafesopolis.....	Cafelândia
Cajati.....	Iguape
Cambaquara.....	S. Sebastião
Candido Rodrigues.....	Taquaritinga
Caporanga.....	Sta. Cruz do Rio Pardo
Caramuru.....	Araçatuba
Cardeal.....	Capivarí
Catuçaba.....	São José do Rio Pardo
Colômbia.....	Barretos
Conchas...(sede)	(sede)
Costa machado.....	Sta. Anastácio.
Cotia.....	São Paulo
Cruz da Esperança.....	Cajurú
Diadema.....	São Paulo
Dinisia.....	Promissão
Dirceu.....	Marília
Dolcinópolis.....	Voltupiranga
Domélia.....	Agudos
Dumont.....	Ribeirão Preto
Edem.....	Sorocaba
Eleutério.....	Itapira
Emilianópolis.....	Presidente Prudente
Espigão.....	Martinópolis
Flora Rica.....	Lucélia
Francisco Morato.....	São Paulo
Gabriel Monteiro.....	Birigüí
Gardênia.....	Rancharia
Glicerio.....	Penápolis
Guapiranga.....	Lins
Ibirapuera.....	Lucelia
Ibitiúva.....	Pitangueiras
Icem.....	Olimpia
Indiaporã.....	Votupiranga
Irapuã.....	Novo Horizonte
.....	Monte Aprazível
Itapevi.....	São Paulo
Jacirendi.....	Sta. Rita do Passa Quatro
Jaciporã.....	Lucelia
Jacuba.....	Pederneiras
Jandira.....	São Paulo
Japiúba.....	Monte Aprazível
Jaraguá.....	São Paulo
Juquaratiba	São Paulo
Luiz Antonio	São Simão
Lobo.....	Botucatú
Macedonia	Votupiranga
Macucos	Lins
Major Prado	Araçatuba

Mangaratú	Nova Granada
Marapuama	Sta. Adelia
Marcondésia	Bebedouro
Marésias	S. Sebastião
Mariápolis	Lucélia
Maristola	Tietê
Martinópolis	(sede)
Mongagua	Santos
Monte Castelo	Lucélia
Monteiro Lobato.....	São José dos Campos
Narandiba	Presidente Prudente
Nipoã	Monte Aprazível
Nova América	Itapópolis
Nova Independência	Andradina
Nova Itapirema	São José do rio Preto
Novo Cravinhos	Pompéia
Oasis	Lucélia
Ouro Verde	Lucélia
Palmeira D'Oeste	Votuporanga
Panorama	Lucélia
Paranabí	S. Sebastião
Parisi	Votuporanga
Paulicéia	Lucélia
Paulistana.....	Agudos
Paulópolis.....	Pompéia
Picinguaba	Ubatuba
Pilar do Sul	Piedade
Pioneiros	Ituverava
Pirapitinguí	Itú
Pedranópolis	Votuporanga
Planalto	Monte Aprazível
Platina	Palmital
Pontana	Pompéia
Pontes Gestal	Tanabí
Porto Martins	Botucatu
Pracinha	Lucélia
Pradina	Pirajuí
Pratânia	S. Manuel
Queiroz	Pompéia
Ribeirão dos Índios.....	Sto. Anastacio
Ribeirão Vermelho do Sul	Itaporanga
Roberto.....	Catanduva
Rosália	Marília
Roteiro	Valparaíso
Ruilândia	Mirassol
Sabaúna	Mogí das Cruzes
Sagres	Lucélia
Salmorão	Lucélia
Sta. Barbara do Rio Pardo	Avaré
Santa Mercedes	Lucélia
Sto. Antonio da Estiva	Pirajuí
Santo Expedito	Presidente Prudente
São Benedito da Cachoeira	Ituverava
São Berto	Pirajú
São Francisco Xavier	São José dos Campos
São João de Iracema	Monte Aprazível
São Roque da Fartura	São João da Boa Vista
Sapécado	São José do Rio Pardo

Simonsen	Votuporanga
Solemar	Santos
Sub Menucci	Pereira Barreto
Sussuí	Palmital
Tabajara	Valparaíso
Taiacú	Jaboticabal
Teçaindã	Martinópolis
Tobiaras	Promissão
Torre de Pedro	Tatuí
Tuiuti	Bragança Paulista
Tupi	Piracicaba
Vale Formoso	Novo Horizonte
Vangloria	Pederneiras
Varjão	Brotas
Varnhagem	Sorocaba
Varpa.....	Tupã
Vila União	Monte Aprazível
Vitória Brasil	Votuporanga
Zacarias	Monte Aprazível

Os candidatos á remoção para ofícios acima mencionados deverão endereçar os seus requerimentos á Secretária da Justiça, até o dia 11 de dezembro p. futuro, instruindo-os com

a) certidão passada pelo instituto Geográfico e Geológico, comprovando o desmembramento territorial sofrido pelo distrito ou subdistrito;

b) comprovantes dos encargos de família porventura existentes.

c) Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, 21 de dezembro de 1950

José Henrique Turner

Diretor Geral.

ACEITO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. O VETO OPOSTO PELO SR. GOVERNADOR AO PROJETO DE LEI N.º 167

A Assembléia Legislativa aprovou em sessão realizada no dia 23 de novembro último, o veto do Sr. Governador ao Proj. 167, que dispõe sobre a instituição da carreira dos Servidores da Justiça e outras providencias. Veto parcial.

CHAPA APRESENTADA PARA A PRÓXIMA ELEIÇÃO A REALIZAR-SE DIA 12 DO CORRENTE

DIRETORIA

Presidente: Francisco Vergueiro Porto - Tabelião de Protestos

Diretores: Celso de Azevedo Marques - Esc. dos Feitos Faz. Est.

Francisco Teixeira da Silva Jor - Tabelião de notas

José do Amaral Gurgel - Reg. Especial de Títulos

José Ataliba Leonel - Registro de Imóveis.

João Silveira Prado - Escrivão do Cível

Armando Ferreira da Rosa - Distribuidor

Ruy Pinheiro de Amorim Cortes - Escrivão da Família

Sélvio Brantes de Castro - Registro Civil

CONSELHO

Presidente: Abner Ribeiro Borges - Registro Civil



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Antonio Augusto Firmo da Silva - Tabelião de notas

Brasílio Machado Netto - Tabelião de Projetos

Ibsen da Costa Manso - Escrivão da Família

José Soares de Arruda - Registro Especial Títulos

SUPLENTES

(A eleger)

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, de acordo com o artigo 34 dos Estatutos, convoca os snrs. Associados para a Assembléia Geral, a realizar-se na sede social (rua Senador Feijó, 176 - 11.º andar) às vinte horas e meia do dia 12 (doze) do corrente, com o fim de eleger os novos membros da diretoria e do Conselho Fiscal.

São Paulo, dezembro de 1950

Ibsen da Costa Manso - Presidente

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÃO	2
DR. GASTÃO VIDIGAL	2
DR. MARIO FERREIRA	2
ELEIÇÕES GERAIS NA ASSOCIAÇÃO PARA A RENOVAÇÃO DA NOVA DIRETORIA.	3
LEI DO SELO	3
FEDERAL	3
INFORMAÇÕES	4
LEI N.º 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950	4
RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS VAGOS	12
EDITAL DA SECRETARIA DA JUSTIÇA	12
ACEITO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. O VETO OPOSTO PELO SR. GOVERNADOR AO PROJETO DE LEI N.º 167	19
CHAPA APRESENTADA PARA A PRÓXIMA ELEIÇÃO A REALIZAR-SE DIA 12 DO CORRENTE	19
DIRETORIA	19
CONSELHO	19
SUPLENTES	20
ÍNDICE	20

Nº 023 - Publicação: 01/01/1951

COLABORAÇÃO

UM SONHO QUE SE ESVAECE NA PENUMBRA DO OCASO

Atonino Cintra - Oficial do Registro Civil de Santa Adélia.

Com o sepultamento do Projeto n. 58, na Assembléia Legislativa Estadual, desfaz-se um sonho acalentador da mocidade trabalhista dos cartórios de justiça, aliás a mais prejudicada com esse malogro. Mas nem tudo se pode julgar perdido. Sobre as cinzas do Fênix ainda se poderá levantar uma catedral. Essa mocidade que por seu profundo labor continuará sendo o feixo forte de molas de toda uma engrenagem trabalhista, mais cedo ou mais tarde e quando melhor compreendida, deverá receber as suas justas reivindicações trabalhistas.

Nós serventuários que nos envelhecemos nas mesmas lides, numa longa escalada de ofício, podemos dizer que só hoje é que estamos sendo beneficiados, porque só hoje nos estão conferindo direitos e regalias que antes nos eram negados. A mocidade cartorária pode confiar no seu futuro que será "risonho e franco", porque toda a espécie de trabalhos agora é que se está enquadrando numa legislação social que antes não existia. Depois, oficializadas ou não oficializadas as serventias de justiça, em nada elas seriam afetadas na sua essência, porque são pela sua natureza autônomas e com vida própria.

A Oficialização tinha como finalidade principal equiparar a função de serventuários de justiça a funcionários categorizados. E com esse meio proporcionar ensejos aos novos funcionários de se poderem promover por tempo de serviço ou mesmo por merecimento, consoante acontece com quase todas as carreiras de funcionalismo público, que ingressados por um único concurso na carreira, nunca mais são submetidos a nova prova de habilitação. E o escrevente que não contar pelo menos 5 anos de exercício, só poderá se promover dependente de novo concurso e mesmo com esse tempo de serviço só poderá concorrer para os cartórios de 1.ª classe. Ora, em tal emergência, entendemos que deveria ser novamente restabelecido o direito de sucessão, como único prêmio que se pode conferir a um velho escrevente que durante muitos anos suportou toda a carga de serviço de um cartório, pois se há motivos para se repudiar a sucessão, mais motivo existe ainda para se repudiar o statu quo das serventias de justiça.

OFICIO RECEBIDO DO DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA, MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

"São Paulo, 14 de dezembro de 1950.

Ilmos. Srs. Presidente e demais diretores da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo. - Capital.

Prezados Srs.

Determina o Artigo 5.º de nossos Estatutos que cada ano, com a devida antecedência, sejam fixadas pela Diretoria as contribuições dos associados e sua forma de pagamento.

Ninguém desconhece os relevantes serviços que a nossa Associação tem prestado a toda a classe, especialmente nestes últimos tempos. Seria inútil relembrar fatos de todos conhecidos.

Ninguém ignora outrossim, que o prestígio de uma Associação de classe não depende somente do valor intelectual dos associados, do apoio moral destes, mas também, e muito, da sua situação econômica. Não é possível exigir-se boa prestabilidade de serviço sem remuneração adequada.

A nossa Associação mantém há bastante tempo a mesma mensalidade e com essa arrecadação, ao que todos sabemos, nada mais consegue do que equilibrar o seu orçamento. Não fora o esforço e boa vontade de alguns e estaríamos, por certo, em regime de ficitário.

Como membro do Conselho Fiscal, embora o mais modesto, nos termos da letra "b", do art. 42 de nossos Estatutos, venho propor a digna Diretoria que se estude um novo plano de contribuições mensais para o próximo ano, para o que desde já, com a devida vênia, levando em consideração as diversas classes e naturezas de ofícios, ofereço a seguinte sugestão:
Contribuição mensal de Cr\$ 100,00 - para os seguintes serventuários da capital, Santos e Campinas: - Tabeliães de Notas, de Protestos, Oficiais do Registro de Imóveis, do Registro de Títulos e documentos, Escrivães do civil, da família e das varas especializadas e os distribuidores.

Contribuição mensal de Cr\$ 80,00 - para os Oficiais do Registro Civil e outros ofícios, daquelas comarcas. Contribuição de Cr\$ 50,00 para os tabeliães de notas e oficiais do registro de imóveis

das comarcas de terceira entrância.

Contribuição mensal de Cr\$ 35,00 - para os demais escritórios das comarcas de terceira entrância.

Contribuição mensal de Cr\$ 40,00 - para os tabeliães de notas e oficiais do Registro de Hipotecas das comarcas de segunda entrância.

Contribuição mensal de Cr\$ 25,00 - para os demais escritórios das comarcas de segunda entrância.

Contribuição mensal de Cr\$ 30,00 - para os tabeliães de notas e oficiais do Registro de Hipotecas das comarcas de segunda entrância.

Contribuição mensal de 20,00 - para os demais escritórios das comarcas de primeira entrância.

Estou certo, Srs. Diretores, que todos os nossos consócios compreenderão facilmente a necessidade absoluta de ser aceita esta proposta, a qual, uma vez adotada, facilitará o desenvolvimento das atividades e dos objetivos de nossa Associação, atendendo assim, o interesse geral da nossa classe.

Com os protestos de minha elevada estima e grande consideração, subscrevo-me cordialmente.

(a) Antonio A. Firmo da Silva.

Não se considera nula a escritura suspeita de falsidade, desde que as rasuras e emendas, nela encontradas, sejam feitas em lugar sem importância, não tendo em vista favorecer nem prejudicar pessoa alguma (Acórdão do Supremo Trib. Federal).

ELEITA A NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

Nas eleições realizadas em 12 de Dezembro último, para a escolha dos novos membros, que deverão dirigir os destinos de nossa Associação, durante o triênio - 1951 a 1953 - ficou assim constituída a nova diretoria:

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR -
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES -
DR. JOSÉ ATALIBA LEONEL
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ

Presidente
Diretor-Secretário
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

ABNER RIBEIRO BORGES -
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRÁSILIO MACHADO NETTO
IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES ARRUDA

Presidente

SUPLENTE

MILTON DUARTE COELHO -
ELVINO SILVA -
MAJOR LEO LERRO -
MANOEL FERREIRA LARANJA -
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -
TRISTÃO CARVALHO -

Santos
Campinas
São José do Rio Preto
Santos
Rio Claro
Jaú
Casa Branca

DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -
JOÃO BAPTISTA FERREIRA Fº -
ALVARO PINTO DA S. NOVAIS Fº -

Araçatuba
Olimpia
Santos

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, APRESENTA
A TODOS OS SEUS ASSOCIADOS, LEITORES
E SERVENTUÁRIOS EM GERAL, UM FELIZ E
PRÓSPERO ANO NOVO.

BENS DOS SÚDITOS DO EIXO

LEI N. 1.224, - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1950

"Dispõe sobre os bens dos súditos do Eixo"

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Os bens pertencentes a alemães, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas no Brasil, ficam liberados dos encargos, que se tornaram sujeitos pelo Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.

§ 1.º - Essa liberação, porém, não se estende aos direitos e bens em geral dos sócios de sociedade que o governo haja mandado liquidar por ato especial para o fim de serem incorporados ao Fundo de Indenização.

§ 2.º - Se os bens liberados consistirem em dinheiro e houverem sido ou tiverem de ser recolhidos ao Fundo de Indenização, criado pelo referido decreto-lei n. 4.166, a devolução deles aos respectivos proprietários far-se-á em títulos da Dívida Pública Federal, emitidos na forma do artigo 12 desta Lei. Os bens consistentes em outra espécie serão restituídos in natura. Em qualquer dos dois casos, o recibo valerá como quitação absoluta e o proprietário, assinando-o do seu punho ou por intermédio de representante, ficará sem direito a qualquer reclamação.

Artigo 2.º - São igualmente liberados, na forma do artigo anterior, princípio, e do seu § 2.º, os bens de alemães transferidos por via hereditária, até 1.º de janeiro de 1948, a brasileiros natos domiciliados no Brasil.

Artigo 3.º - Liberados ficam também e serão restituídos, na forma das disposições citadas pelo Artigo 2.º, os bens do japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no Brasil, até a data do Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.

Artigo 4.º - Os bens, a que se refere o artigo precedente, se os seus proprietários forem domiciliados no exterior, continuarão sujeitos ao regime estabelecido pelo citado Decreto-Lei número 4.166, de 11 março de 1942, ficando o governo autorizado a regular-lhes o destino mediante negociação com o governo japonês, no tratado de paz ou tratado especial, que com ele concluir, observado o disposto no artigo 8.º

§ 1.º - A administração desses bens será devolvida aos antigos proprietários, pessoas físicas ou jurídicas, que a exercerão diretamente ou pelos seus representantes, legais ou contratuais, sob o controle da Agência Especial de Defesa Econômica (AGEDE), pela qual deverão ser expedidas as instruções necessárias aos administradores.

§2.º - A estes, sejam os proprietários ou representantes seus gerentes, diretores ou procuradores, cumprirá não só desempenhar-se do encargo como o cuidado e zelo exigíveis normalmente do administrador, mas também:

a) observar as instruções da AGEDE;

b) prestar contas, a essa Agência, da sua administração, sempre que as exigir, e, independentemente disto, duas vezes, ao menos, por ano;

c) recolher os saldos em dinheiro ao Banco do Brasil S. A. ou, isto não for possível, ao

estabelecimento bancário escolhido pela AGEDE.

§ 3.º - Aos administradores, proprietários ou seus representantes, assistirá o direito de retirar, das rendas dos bens a seu cargo, os salários arbitrados pela AGEDE, que os não poderá fixar em quantia inferior as que eram por eles recebidas antes de entrar em vigor o decreto-lei número 4.166, de 11 de março de 1942, correndo as despesas por conta da exploração.

§ 4.º - Não poderão os proprietários dispor desses bens, que ficarão fora do comércio ressalvada a transmissão causa mortis, que se operará nos termos da Lei. Se os bens pertencerem a sociedade, compreender-se-á entre os atos vedados a transferência de ações e cotas da mesma, assim como toda reforma de contrato ou de estatutos, que vise facilitar essa transferência; e, se atos tais foram praticados no exterior, o Brasil não lhes reconhecerá a validade.

§ 5.º - É, outrossim, defesa transferir para o exterior valores destinados aos mencionados proprietários, a menos que visem ao pagamento de maquinismo ou instrumentos necessários a exploração dos bens, caso em que a remessa dependerá de concordância da AGEDE, e se observarão as leis reguladoras da importação e exportação.

§ 6.º - Sempre que, mediante processo, em que será assegurada a defesa do acusado, se apurar abuso do administrador ou falta de exação no cumprimento desta lei ou das instruções da AGEDE, poderá o Presidente da República destituí-lo e nomear administrador brasileiro.

§ 7.º - O Governo e Fundo de Indenização de Guerra não responderão por nenhum dado ou prejuízo que sofram os bens ou a sua exploração.

Artigo 5.º - Os bens de italianos, pessoas físicas ou jurídicas, que ainda estejam sujeitos aos efeitos do mencionado Decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, bem como os que houverem sido incorporados diretamente ao Patrimônio Nacional por Decreto-Lei ou ato do Poder Executivo, poderão ser liberados mediante negociação com o Governo da Itália, a fim de serem restituídos pela forma e mediante as condições que forem ajustadas (Artigo 8.º)

Artigo 6.º - Não serão beneficiadas pelas Liberações determinadas nesta Lei as pessoas que:

- a) tiverem sido condenadas por crime contra a segurança nacional;
- b) se houverem repatriado depois de publicado o Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942;
- c) vierem a ausentar-se do país, sem autorização legal, do retorno

Artigo 7.º Não será ressarcido pelo Fundo de Indenização de Guerra nenhum prejuízo material que houver sido ou venha a ser indenizado em cumprimento de contrato de seguro, nem a empresa seguradora terá contra o Fundo qualquer direito a título de sub-rogação.

Parágrafo único - Aquele que, indenizado pelo segurador, ocultar esse fato e receber do Fundo qualquer indenização, ficará obrigado a restituir a todo tempo, em dobro a respectiva importância, acrescida dos juros da mora, mediante ação executiva, sem prejuízo da ação popular (Constituição, artigo 141, § 38).

Artigo 8.º - Todo acordo, convênio, ou entendimento entre o Governo Brasileiro e os Governos da Itália, do Japão e da Alemanha, acerca da liberação de bens de súditos desses estados, deverá ser submetido a aprovação do Congresso Nacional.

Artigo 9.º - Aos empregados das empresas, o governo houver mandado liquidar, serão pagos, de preferência aos demais credores, por conta do patrimônio das mesmas os salários ordenados ou indenizações a que tiverem direito na forma da legislação do trabalho.

Parágrafo único - Aqueles que ainda os não tiverem recebido, ou a quem o pagamento se houver feito fora dos termos da disposição anterior, poderão apresentar as suas reclamações, dentro de seis meses, contados da data desta lei, a Agência Especial de Defesa Econômica, devendo esta, desde que verifique a procedência delas, fazer imediatamente o pagamento devido.

Artigo 10 - Uma vez observada esta lei nas disposições relativas aos pagamentos e as instituições por ela regidas, o saldo porventura existente, do Fundo de Indenização, será

entregue aos sócios ou acionistas de empresa sediadas no Brasil, que o governo houver mandado liquidar, recebendo cada um importância igual a que lhe deveria caber na liquidação. Se não for possível o pagamento integral, far-se-á entre eles um rateio na proporção dos respectivos capitais. Se, ao contrário, restar alguma importância, será ela incorporada ao Patrimônio Nacional, para os fins constantes do Artigo 11.

Artigo 11 - Os bens de propriedade dos Estados Alemão e Japonês, ou dos respectivos súditos, diretamente incorporado ao Patrimônio Nacional, serão aplicados, até a concorrência da importância da sua liquidação ou avaliação, na compensação dos créditos comerciais, ou de outra natureza, oponíveis pela União respectivamente a alemães e japoneses, inclusive os aludidos estados. Se houver remanescente, proceder-se-á, quanto a eles, de acordo como o que prescrevem os Tratados de Paz, em que foram partes o Brasil, o Japão e a Alemanha.

Artigo 12 - É o Poder Executivo autorizado a emitir, para ocorrer os pagamentos determinados por esta lei, até a quantia de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), títulos da Dívida Pública do valor nominal, cada um, de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), devendo as condições da emissão ser estabelecidas no respectivo decreto.

Artigo 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. EURICO GASPAR DUTRA (Publicada no D.O. da União em 8.11.1950)

APOSENTADORIA PARA OS SERVENTUÁRIOS SUCEDIDOS POR INVALIDEZ
Lei n. 889, de 11 de Dezembro de 1950.

"Extende aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a lei n. 507, de 17 de novembro de 1949 outorgou aos sucedidos em virtude da sucessão por tempo de serviço".

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam extensivas aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez as mesmas vantagens que a lei n. 507 de 17 de novembro de 1949, outorgou aos sucedidos em virtude de sucessão por tempo de serviço.

Artigo 2.º - A despesa com a execução da Presente lei correrá por conta de verba própria do orçamento do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de Dezembro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synesio Rocha

(Publicado no Diário Oficial do Executivo em 12 de Dezembro de 1950

É nula a escritura de hipoteca não constituída sobre imóveis. Não são imóveis os edifícios levantados provisoriamente, de modo a poderem ser transferidos para outro lugar. ("Casos Julgados", Costa Manso, pag. 65).

IMPOSTO DO SELO (Lei federal)
LEI N. 1.256-A, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1950:

Uniformiza o tipo das estampilhas do imposto do selo e do papel selado.

O Congresso Nacional decreta e eu, Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal, Promulgo nos

termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Artigo 1.º - São suprimidos o art. 6.º com o respectivo parágrafo e n.º 5 da letra "a" do art. 62, das normas gerais do Decreto-Lei n. 4.655, de 3 de Setembro de 1942 (Lei do Selo).

Artigo 2.º - As estampilhas do imposto do selo bem como o papel selado serão um tipo único, para uso em todo país.

Artigo 3.º - Dentro de trinta dias, a contar da data da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará, pelo Ministério da Fazenda, instruções que prescrevam prazos para o uso, troca e recolhimento das estampilhas do tipo especial "Exatorias do Interior", ora em circulação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de Dezembro de 1950
Nereu Ramos.

(Publicado no Diário Oficial da União em 12 de Dezembro de 1950).

É nula de pleno direito a escritura que deixou, por qualquer motivo, de ser assinada por uma das partes que compareceu e nela figurou como presente.

Não comete crime de prevaricação o notário que emenda uma escritura depois de assinada e sem autorização da parte, desde que o tenha feito sem má fé. (Rev. Dos Tribunais).

LEI FEDERAL

Decretado feriado o dia das eleições gerais em todo o país

LEI N. 1.266, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1950.

Declara feriados nacionais os dias que menciona.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º - Será feriado nacional o dia em que se realizarem eleições gerais em todo o país.

Parágrafo único - Quando as eleições se estenderem a uma ou mais de uma circunscrição eleitoral, ou somente a um ou mais de um município ou distrito, o dia para elas fixado será feriado apenas nos círculos eleitorais onde se realizem.

Artigo 2.º - Quando não se tratar de data fixada pela Constituição ou por lei ordinária, serão as eleições marcadas para um domingo ou dia já considerado feriado por lei anterior.

Artigo 3.º - É feriado nacional o dia 21 de abril, consagrado a glorificação de Tiradentes e anseios de independência do país e liberdade individual.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 1950.

EURICO GASPAR DUTRA
José Francisco Bias Fortes.

(Esta Lei foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de Dezembro de 1950).

Dependem da escritura pública, substancialmente, as enfiteuses eclesiásticas, quando o seu

valor exceder da taxa legal.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Despachos nos seguintes processos:

N. 7.119 - Antonio Tupinambá Vampré - 14.º Tabelião de Notas - Capital.

"Não vislumbro necessidades na solução proposta, visto que, conferida e autenticada pelo serventuário as cópias fotostáticas, com a declaração expressa de se acharem iguais aos originais. Fazem as mesmas fé em juízo, com valor probante assegura-lhes a autenticidade a fé do ofício do serventuário que as conferiu. No mais, recomendo a observância das disposições legais atinentes a espécie (Dec. N. 4.857, de 1939, art. 157, Decreto-lei n. 2.148, de 1940) bem como o que já ficou determinado por esta Corregedoria, em decisões anteriores sobre o mesmo assunto. São Paulo, 30.10.1950 - Publicado no D. O. da Justiça em 31 de outubro de 1950.

BENS DO SÚDITO DO EIXO - N. 7.323 - Banco do Brasil -

Para conhecimento dos interessados a transcrita abaixo a representação que o Banco do Brasil dirigiu ao Corregedor Geral da Justiça: - "Tendo em vista a aplicação da Lei n. 1.224, de 4 de novembro de 1950, ocorre-nos encarecer, com a devida vênia, que V. Excia. haja por bem de esclarecer e instruir aos Srs. Tabeliães e Oficiais dos registros públicos no sentido de que alemães e japoneses domiciliados no território nacional, já podem outorgar escrituras de alienação ou oneração de imóveis, satisfeitos os requisitos que seguem: a) exibição da carteira modelo 19, expedida até 8 de novembro de 1950, com anotação de permanência definitiva para alemães; b) relação a japoneses, o documento citado deverá ter sido emitido até 11 de março de 1942 (Lei n. 1.224, art. 3.º; c) declaração expressa, pelo súdito alemão ou japonês, de não estar compreendido nos casos de restrição previsto no art. 6.º da mencionada Lei n. 1.224; d) constar das escrituras que forem lavradas os elementos essenciais da carteira sob menção e a declaração objeto da alínea "C".

N. 7.251 - Joaquim de Azevedo Figueira - Lorena -

"Declare o requerente qual o direito que pretende exercitar, com a contagem em dobro do tempo de serviço a que aludem a petição de fls. 2 e os documentos que a instruem, pois que a contagem pretendida, autorizada pelo art. 34, § 2.º, da Lei n. 819, de 31.10.1950, tem por finalidade precípua, senão única, fixar tempo de serviço do serventuário ou escrevente, em ordem a habilitá-lo, obedecidas as condições legais, ao concurso de promoção ou remoção às diferentes classes de serventuário, ou ao seu próprio ingresso, quando se cuide de escrevente. A cautela preconizada por esta decisão justifica-se em face da circunstância da petição de fls. 2 não de emprestar a contagem em dobro pleiteada. Evidente que essa contagem não pode produzir efeito, outro além do especificado naquele diploma legal. Que disciplina unicamente a carreira dos servidores da justiça dispondo sobre a forma do provimento dos oficiais de justiça". São Paulo, 4.12.1950 (a) Leme da Silva - Publicado no Diário Oficial da Justiça em 10 de dezembro de 1950.

N. 7.365 - Oberdan Masucci, para o 8.º ofício de notas -

"Não está sendo bem compreendida a portaria n. 6-49, que recomenda que o compromisso do escrevente se de após a homologação da nomeação. Essa providência tem em mira evitar o abuso de ficar abandonado nesta Corregedoria, o processo em que houvesse formalidade para ser cumprida. A portaria de nomeação, deve ser expedida para que a Corregedoria desde logo, aprecie também o título de nomeação e faça corrigir qualquer lapso, por ventura ali constante.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

São Paulo, 21 de dezembro de 1950 - (a) Leme da Silva. - Pub. D. O. Justiça 22.12.50.

DIRETORIA

IBSEN DA COSTA MANSO -	Presidente
DR. ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Diretor
DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Diretor
DR. JOÃO NEVES NETTO -	Diretor-Secretário
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA -	Diretor
DR. OTÁVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
DR. SILVIO DE BUENO VIDIGAL -	Diretor
DR. VALDOMIRO LOBO DA COSTA -	Diretor
WALDOMIRO BORGES CANTO -	Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO -	Presidente
DR. JOÃO ALVARES RUBIÃO FILHO	
DR. ANTONIO DE CARVALHO SARAIVA JUNIOR	
DR. DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	2
COLABORAÇÃO	2
UM SONHO QUE SE ESVAECE NA PENUMBRA DO OCASO	2
OFÍCIO RECEBIDO DO DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA, MEMBRO DO CONSELHO FISCAL	
DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO	2
ELEITA A NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO	4
DIRETORIA	4
CONSELHO FISCAL	4
SUPLENTES	4
BENS DOS SÚDITOS DO EIXO	5
LEI N. 1.224, - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1950	5
APOSENTADORIA PARA OS SERVENTUÁRIOS SUCEDIDOS POR INVALIDEZ	8
LEI N. 889, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1950.	8
IMPOSTO DO SELO (LEI FEDERAL)	8
LEI N. 1.256-A, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1950:	8

LEI FEDERAL	9
LEI N. 1.266, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1950.	9
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	10
DIRETORIA	11
CONSELHO FISCAL	11
SUPLENTE	11
ÍNDICE	12

Nº 024 - Publicação: 01/02/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SNR. ABNER RIBETRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se tratar de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário.
As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudências
Informações várias
Seção Social

APRESENTAÇÃO

Iniciamos hoje com a publicação impressa nova fase na vida do nosso Boletim.

A acolhida que teve nos seus dois primeiros anos de existência os bons serviços indiscutivelmente prestados a toda a classe, especialmente aos prezados colegas das comarcas do interior nos anima a continuar e por isso, procuramos melhorar.

Não ignoramos que o nosso progresso exigirá maiores sacrifícios de ordem material, econômica e intelectual. Mas firmemente convencidos dos seus benefícios efeitos, não mediremos esforços para vencê-los.

Estamos certos de continuar a, contar com, a boa vontade, com a solidariedade e com a valiosa colaboração de todos os colegas.

O nosso Boletim, difundido por todo o Brasil, nos ajudará a alcançar mais facilmente os nossos objetivos, especialmente a nossa tão desejada e necessária união.

E a vitória desses objetivos dependerá também e principalmente do esforço em conjunto o que sinceramente não só desejamos como esperamos.

Colaboração

AS FINALIDADES DA APOSENTADORIA

Antônio Cintra.

Desobrigar do trabalho forçado funcionários que já completaram o ciclo de sua missão funcional, nisso se cinge a aposentadoria.

- A aposentadoria dos servidores de justiça que nada percebem dos cofres públicos, não sendo compulsória, poderá se prolongar por tempo indeterminado, até a morte do serventuário se antes ele não requerer os benefícios que a lei concede ao término de todas as suas atividades de trabalho. Nesse sentido, admitamos, a lei foi previdente. Porque se ha indivíduos que mal chegam atingir a idade provecta ou o tempo máximo de trabalho, por já se encontrarem esgotados de suas forças físicas, outros há, entretanto, dotados de mais vigor e resistência física, que podem suportar a profissão com idade mais avançada. Percentagem mínima, claro, mas indiscutivelmente verosímil. Que fosse 10% apenas, e seria o suficiente para decrescer eventualmente o numero de inativos, no cômputo de considerável numero de beneficiados em condições de receber a aposentadoria. Deve-se considerar que o pequeno numero predisposto ainda ao trabalho, não o faria sem justa retribuição, só pelo amor ao ofício, justamente na hora que se lhe acena o seu dolce farniente.

- Com efeito, a ambição quando movida por interesse razoáveis não envilece ninguém, porque não é desdouro algum, interesse que provem de cunho de originalidade primitiva.

- Na luta viva pela existência, o homem, tocado pelo interesse de melhor aproveitar sua atividade, se predispõe até aos maiores sacrifícios, desde que para isso se lhe ocorra a lei de justa compensação. E, se nos antolha que, para o caso em apreço, só poderá haver um único recurso: - abrir-se a clareira da promoção a velhos servidores de justiça com idade ou tempo de serviço concluído. A promoção para os casos válidos ainda para o trabalho, não passaria de uma decorrência de ordem natural a cargos a serem preenchidos. E chegaríamos a esta conclusão recompensa para todos que desejam enobrecer-se pelo trabalho, não é favor, é dever; recompensa aos que já cumpriram a sua tarefa obrigacional, não é contribuição mas mero principio de humanidade. A estes, sem mais delonga ou protelação, devesse-lhes conferir o justo prêmio que conquistaram com louvor numa longa jornada. É uma questão de ética social.

Uma idéia não se deve guardar. Deve-se divulgá-la, pois pode beneficiar a coletividade. Colabore conosco e dê-nos as suas sugestões para o nosso maior e melhor êxito.

COLEGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO

Com o presente numero, iniciamos esta seção especializada. Aqui serão publicados os trabalhos, leis, projetos, jurisprudência, sugestões, opiniões e tudo o mais relativo ao interesse particular dos Notários. Esperamos a colaboração de todos os colegas, não só do nosso Estado, mas de todo o Brasil.

E nasce esta seção da proposta enviada por ofício à Diretoria da Associação pelo nosso prezado consocio e colaborador Dr. Antônio A. Firmo da Silva, proposta essa que em reunião de 9 de Janeiro p.p. foi unanimemente aprovada e que é de, teor seguinte:

Ilmos. Snrs. Presidente e demais Diretores da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo:

Antônio Augusto Firmo da Silva, 4.º Tabelião de notas, sucessor, desta Capital, associado e membro do Conselho Fiscal dessa Associação, nos termos das letras "g" do artigo 9.1 e "b" do

art. 42 dos Estatutos vigentes, vem expor a V.V.S.S. e sugerir o seguinte:

- a) que, apesar de não ser expresso nos Estatutos, evidentemente a nossa Associação de classe não pode descuidar de, caráter científico de nossa profissão, devendo promover por todos os meios a sua difusão;
- b) que, a nossa Associação abrange em seu seio todas as naturezas de ofícios de justiça, sendo certo que cada um tem a sua peculiaridade. a sua especialidade de funções, estendendo-se uns mais e outros menos, no campo da ciência jurídica;
- c) que, justamente por abranger todas as naturezas de serventuários de Justiça, o parágrafo 1.º do art. 19.º dos Estatutos, determina que "na Diretoria não poderão figurar mais de dois serventuários da mesma natureza";
- d) que, assim sendo, tendo em vista, precipuamente, a mais intensa união da classe, o maior prestígio cultural de nossa profissão e valendo-me da competência atribuída à Diretoria pela letra "h" do art. 27 de nossos Estatutos, venho sugerir que, como departamento anexo à nossa Associação, seja criado o "Colégio Notarial de São Paulo", cujas atividades serão reguladas pelo seguinte Regulamento:

"COLEGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO

Regulamento

Art. 1º - Nos termos da letra "h", do artigo 27, dos Estatutos vigentes, como departamento anexo à Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, sob seus Estatutos e personalidade jurídica, fica criado o Colégio Notarial de São Paulo.

Art. 2º - São objetivos primordiais do colégio notarial de São Paulo:

- a) divulgar e difundir os princípios da Instituição notarial;
 - b) promover estudos, conferências, congressos, cursos e todos os demais meios para o progresso científico do notariado;
 - c) zelar pelo decoro profissional, pela maior eficácia dos serviços, notariais e pelo cumprimento dos princípios da Ética profissional;
 - d) promover perante as autoridades competentes a expedição de resoluções de caráter geral tendentes a unificar o processo notarial e boa correspondência entre os notários;
 - e) manter-se em permanente contato com os colégios e instituições notariais do país e do estrangeiro, promovendo intercâmbio, de leis, seus projetos, bibliografia e tudo o mais que (liga respeito ao notariado, seus objetivos e desempenho de suas funções;
 - f) representar o notariado estadual em congressos especializados, nacionais ou estrangeiros;
 - g) colaborar, em sessão especializada, no órgão oficial de publicidade da Associação;
- Artigo 3º - Tratando-se de departamento especializado, a direção geral do Colégio, Notarial de São Paulo, será exercida pelo Diretor da Associação que, na Sua Diretoria, represente os Tabeliães de Notas.

§ único - Si na Diretoria da Associação existir mais de um Tabelião de Notas, será Diretor do Colégio Notarial o mais antigo na profissão.

Artigo 4º - O Diretor do Colégio Notarial, para melhor desempenho de suas funções e alcance de seus objetivos, poderá designar livremente dentre os Tabeliães de Notas do Estado, associados da Associação, com as funções administrativas que lhes determinar, dois subdiretores e dois secretários.

§ único - Tais auxiliares exercerão suas funções administrativas exclusivamente dentro dos objetivos e no interesse do Colégio Notarial, sendo-lhes vedada qualquer função executiva, quer pelo Colégio Notarial, quer pela Associação, e seus mandatos terão a mesma duração do mandato do Diretor.

E aqui está, snrs. Diretores, a sugestão que vos ofereço, na certeza de que, uma vez adotada, servirá não só para melhor congregar nossos colegas, como também, para despertar maior interesse pelo caráter científico de nossa profissão, especialmente da Instituição Notarial, que deve acompanhar pari-passu a evolução do Direito em todas as suas ramificações.

Certo de merecer a vossa atenção, e submetendo esta sugestão ao vosso elevado critério, aproveito-me desta oportunidade para vos apresentar os meus protestos de solidariedade, alto apreço e consideração.

São Paulo, 2 de janeiro de 1951.

(a) Antônio A. Firmo da Silva

Fica assim, por resolução unânime da Diretoria, criado o Colégio Notarial de São Paulo, como departamento anexo desta Associação, criação essa que se justifica plenamente pelos seus altos objetivos.

Nos termos do seu Regulamento, foi nomeada a seguinte Diretoria:
Diretor - Dr. Francisco Teixeira da Silva Júnior.

Sub-Diretores - Dr. Antônio A. Firmo da Silva. Dr. Octavio Uchôa da Veiga.

Secretários - Dr. Menotti Del Picchia.

Dr. Antonio Tupinambá Vampré.

RESPONSABILIDADE NOTARIAL

Antonio A. Firmo da Silva

A falta quase completa entre nós de bibliografia e publicações técnicas relativas ao Notariado, é o grande fator da geral incompreensão da nossa elevada função e do pouco valor que, comumente, se dá à intervenção notarial nos atos jurídicos.

Poucos são aqueles que realmente sabem a grande responsabilidade que nos cabe, e que atribuem o devido valor à nossa alta função social.

No entanto, investidos de fé pública pelo Estado, e portanto, exercendo uma função pública de alta relevância, somos para as partes contratantes a garantia das transações, a segurança da verdadeira vontade manifestada, os conselheiros imparciais, os guias certos nos complicados meandros da lei e, para o Estado, os incansáveis e gratuitos arrecadadores e fiscais. E, "como função sublime" - no dizer de Menotti Del Picchia - "temos o poder de dar força e valor à vontade póstuma do testador".

Para a prática dos atos a seu cargo, surgem de início para o notário os três requisitos exigidos pelo nosso Código Civil: agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei.

Quanto ao agente, ressaltam-se a identificação e a sua capacidade civil. O notário ao declarar - "meus conhecidos" ou "reconhecidos pelos próprios de mim tabelião", está afirmando a identidade dos contratantes, de que eles são os próprios, e admitindo-os à prática do ato, atesta também, a sua capacidade civil, tudo sob a garantia de sua fé pública. E, assim fazendo, torna o ato eficaz quanto ao agente.

Quanto ao objeto, impede que nas declarações se ofenda a lei e aos bons princípios, de modo que o Direito lhe assegure validade.

A forma, como ensina Clovis Beviláqua, é que dá existência ao ato jurídico. O Código Civil exige a escritura pública para vários atos e, para alguns, com certa solenidade, como o testamento.

Cabe ao notário ter pleno conhecimento das exigências legais para preencher a forma prescrita em lei com todos os seus requisitos, pois que, a sua responsabilidade além de civil, pode ser também criminal.

Em nosso meio a fiel interpretação da vontade, muitas e muitas vezes mal expressada pelos contratantes, a discriminação legal do objeto da transação e a redação exata da forma, ou seja, da escritura publica, são elementos confiados exclusivamente ao critério do notário que, tacitamente, assume essas responsabilidades.

E, além dessas responsabilidades de caráter funcional quase complementemente ignoradas pelos contratantes, os usos e costumes atribuem ainda ao notário os encargos da preparação preliminar e da legalização posterior dos atos praticados. geralmente lhe são confiados o preparo da documentação e o seu estudo, o pagamento dos tributos e a satisfação das exigências fiscais, a preparação de minutas e o competente registro dos títulos. São encargos que importam, evidentemente, em responsabilidades.

E todas essas garantias que oferecemos e as responsabilidades que assumimos, que são a base da paz jurídica, precisam ser mais divulgadas e melhor compreendidas para que todos saibam que um tabelionato não é uma casa comercial onde se compra ou se vende mercadoria, mas a fonte criadora dos mais sagrados direitos do cidadão.

Uma andorinha só não faz verão. Reflita e o seu bom senso o fará ingressar no nosso quadro social. Serventuário - A união faz a força - O ditado é velho e a experiência ensinou ser verdadeiro. Seja um dos nossos.

Leis e Decretos

Lei N. 936 de 30 de dezembro de 1950.

Chamamos a atenção dos prezados colegas para a lei acima titulada que trouxe varias modificações à lei do selo, no imposto de transmissão intervivos e outras medidas de caráter financeiro. Essa lei foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 31 de dezembro de 1950.

Decreto N. 20.201 de 11 de janeiro de 1951.

(D.O. de 12-1-1951)

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Decreta:

Art. 1º - Fica derogado o artigo 8.º do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950, que dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação:
Palácio do Governado do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro de 1951.

ADHEMAR DE BARROS. Synesio Rocha.

N.R. O artigo derogado é do seguinte teor:

"Artigo 8.º - As aposentadorias serão processadas somente depois de 12 (doze) meses, a partir do início da instalação e funcionamento da "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", e a medida em que forem efetivamente recolhidos os recursos financeiros".

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Despacho proferido na consulta formulada pela Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça (D.J. 29-12-50) :

A Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça Consulta:

a) Se a remoção dos Serventuários de Justiça de comarcas de instância inferior para outra superior, remoção ou promoção essa praticada pelo Executivo, independentemente de prévio concurso pode ser considerada legal, em face dos dispositivos legais contidas nos Decretos n.º 5.120 de 21-7-1931, 5.10-9 de 23-7-1931 e rias Leis n.ºs. 616 e 819 de 4-1-50 e 31-10-1950.

h) Se o fato de certos Serventuários abandonarem seus cartórios e ficarem à disposição da Secretaria da Justiça pela forma já incriminada pela Corregedoria da Justiça, importa na perda por parte dos serventuários das rendas dos respectivos cartórios, em benefício dos escreventes nomeados interinamente para substituir os titulares afastados.

Respondo, englobando as duas indagações, que a solução não pode ser decretada em simples consulta, mas sim em cada caso concreto, pela autoridade judicial competente, nas ocasiões oportunas, como a que se relaciona com o visto no título de nomeação e posse de pessoa beneficiada com a investidura irregular.

A mesma orientação se preconiza para o caso do serventuário que se afasta do cumprimento de seus deveres funcionais para ficar inativo à disposição desta ou daquela autoridade administrativa.

São Paulo, 21-12-1950.

(a.) Leme da Silva.

Do Provimento n.º 1 de 1950 publicado no Diário da Justiça de 29 de dezembro de 1950, para conhecimento dos interessados, destacamos as seguintes recomendações de caráter geral: Escreventes Autorizados: Convém não se perder de vista a recomendação constante da portaria n. 4, de 1948, publicada. no Diário da Justiça de 11 de novembro de 1948, e pela qual se recomendou que "deve ser aplicado restritivamente o preceito do artigo 17 do decreto n. 5.129, de 1931, tendo-se em vista as necessidades mais urgentes do cartório e levando-se em conta, ainda, a existência do oficial maior", sem se modificar a situação dos escreventes anteriormente designados.

Livros talões: Destinam-se os livros talões a suprir a falta dos originais, em caso de perda ou deterioração destes, e a sua rubrica pelos Juizes garante-lhes a autenticidade.

Estão, outrossim, isentos de selagem, em face da expressa, isenção de selo federal, preconizada pelo art. 31, do Decreto Lei n. 4.857, de 1949.

Quanto a selagem, pela rubrica não se justifica por isso que não depara disposição expressa do Código de Imposto e Taxas e da legislação que a autorize. Por aquele Código devem ser selados, com selo especial de emolumentos apenas os livros de notas, de protestos de letras e títulos e do registro geral de hipotecas, V. Tab. B. n. VII, L. XIX.

Nessa conformidade, os livros talões devem apenas ser rubricados pelos Juizes de Direito, com isenção de selos.

Cadernetas de identidade: de serventuários, escreventes habilitados e auxiliares de cartório. Pelas portarias n.ºs. 3-48 e 2-49, baixadas respectivamente em 8 de outubro de 1948 e 9 de abril de 1949, ficou instituída em caráter obrigatório para. os serventuários, escreventes habilitados e auxiliares de cartório, a caderneta de identidade funcional que é expedida de acordo com os modelos aprovados pela Corregedoria Geral.

A sua colaboração, prezado colega, é necessária. Contribua com a sua experiência, com o seu

talento, para as paginas do nosso Boletim.

Informações várias

II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

A Delegação Brasileira a esse importante certame, realizado em Madri, em Outubro, p.p., e que foi integrada pelos nossos colegas Drs. Antonio A. Firmo da Silva e Francisco Teixeira da Silva Júnior, comunica-nos que está concluindo o seu relatório.

A Associação pretende mandar imprimir esse trabalho para distribuição aos nossos associados.

IMPOSTO SOBRE LUCROS IMOBILIARIOS PROPIEDADES RURAES

De acordo com a Ordem de Serviço n.º 3 de 1949, publicada à pagina 7.765 do Diário Oficial da União de 7 de Julho de 1949, o prazo de isenção do imposto sobre lucros imobiliários auferidos por pessoa física na venda de imóveis rurais de valor superior a CR\$100.000,00 é o de 1.º de Janeiro de 1949 a 31 de Dezembro de 1951.

Assim, de acordo com essa interpretação da seção competente do Ministério da Fazenda, aquelas transações, no corrente ,exercício de 1951, continuam isentas do imposto.

SOLICITAÇÃO

Com o fim de atualizarmos nosso fichário, solicitamos dos prezados colegas que façam datilograficamente e nos remetam - com a possível urgência, a seguinte ficha:
Nome por extenso - cargo atual - comarca - data da nomeação - data do compromisso - data da posse - cargos anteriores - datas de nomeação - data do nascimento.

ESCOLA DE POLÍCIA

Para conhecimento dos interessados publicamos o seguinte ofício recebido:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

ESCOLA DE POLÍCIA

São Paulo, 15 de janeiro de 1951.

Senhor Presidente

Esta Escola de Polícia tem o grato prazer de comunicar a Vossa Senhoria que, recentemente, foi criado o "Curso Preventivo de Falsificações e Documentos", destinada a ministrar conhecimentos técnicos para auxiliar a prevenção de fraudes em documentos.

O referido Curso terá a duração de um ano, podendo matricular-se nele os funcionários de estabelecimentos de crédito públicos ou particulares, os de tabelionatos e os de cartórios, que tenham Curso Secundário completo ou de formação básica comercial, em estabelecimento oficial eu oficializado. As matrículas estarão abertas até o dia 27 de janeiro corrente.

A Escola de Polícia conta certa com a sua preciosa colaboração e divulgação junto aos seus prezados associados e desde já manifesta o seu grande reconhecimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos de minha distinta consideração.

(a) Walter Faria Pereira de Queiroz

Diretor

Ilmo. Sr. Dr., Francisco Vergueiro Porto,

DD. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça."

Esta Associação incumbe-se, gratuitamente, de acompanhar perante as repartições públicas, Corregedoria Geral da Justiça e autarquias, todos os processos e interesses dos colegas do interior que o solicitarem.

As carteiras de identidade, de caráter obrigatório para todos os serventuários da Justiça, nos termos da Portaria n.º 2 de 1949, da Corregedoria Geral da Justiça, são expedidas por intermédio desta Associação que, mediante solicitação e o pagamento de CR\$37,00 enviará aos interessados o formulário para ser preenchido.

ABERTO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ O DIA 20 DO CORRENTE MÊS, A INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO DAS SEGUINTESSERVENTAIS:

5º Tabelionato de notas da Capital (411. Classe);
Registro Geral de Hipotecas da 1ª. Circunscrição de Santos (1ª. Classe) 2º Ofício criminal de comarca de São Paulo (4a. classe); 3º Tabelionato da comarca de Bauru, (3.ª Classe); 1º Tabelionato de Batatais (2.ª Classe); 2º Tabelionato de Lorena (2.ª Classe); Registro Geral de Hipotecas da 2s. Circunscrição de Limeira (2.ª Classe) Registro Geral de Hipotecas de Ourinhos (2a, Classe) ; Registro Geral de Hipotecas (1ª 2.ª Circunscrição De Rio Claro (2.ª Classe); Registro Geral de Hipotecas de São Roque (2.ª Classe).

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Alcides de Almeida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do art. 26 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica aberto na Secretaria do mesmo Tribunal, até o dia 20 de fevereiro p. futuro, o concurso de remoção e promoção para provimento das serventias acima mencionada.

São admitidos a inscrever-se, unicamente:

- I - Os serventuários ou sucessores com 2 anos, pelo menos, de efetivo exercício, em funções da mesma natureza ou com anexos do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior;
- II - Os serventuários de ofícios de 2.ª classe que contarem mais de 15 anos de efetivo exercício;
- III - Os serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até, 31/10/50 e que não tenham sido nomeados, com o mesmo direito que então lhes assistia, desde que correspondam à natureza e classificação do ofício em concurso;
- IV - Os escreventes que na data da Promulgação da Lei n. 819 31/10/50 - contavam mais de 10 anos de serviço em ofícios da mesma natureza ou com anexos do ofício vago.

O pedido de inscrição será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a firma reconhecida e instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;
 - b) certidão da existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servir ou tenha servido e do escrivão da Corregedoria permanente;
 - c) prova de quitação ou de isenção do serviço militar;
 - d) prova de que é eleitor e de que está no gozo dos direitos civis e políticos;
 - e) prova de classificação em concursos anteriores e de não haver sido nomeado,
- Será facultado ao candidato o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalhos sobre assunto pertinente no ofício, desde que publicados dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

Na petição
indicará o candidato, expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercido e os nomes dos juizes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 31 de janeiro de 1951.
Eu, (Francisco B. Peyró), datilografei. E eu, (Ulpiano da Costa Manso), Secretário Diretor Geral, subscrevi.

ALCIDES DE ALMEIDA FERRARI
Presidente do Tribunal de Justiça.

RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS VAGOS DO ESTADO

São Paulo -
de notas

5.º Tabelião

2.º Ofício

Criminal
PRIMEIROS TABELIONATOS
Batatais
SEGUNDOS TABELIONATOS

Capão Bonito

Andradina
Baurú (3º ofício)
Cananéia
Capão Bonito

Paraibuna
Piratininga
Rancharia
Santa Izabel
Ubatuba

Lorena
REGISTROS GERAIS DE HIPOTECAS E ANEXOS

Assis (2a. circunscrição)
Santos (1a. circunscrição)
Limeira (2a. circunscrição)
Rio Claro (2a. circunscrição)

São Roque
Ourinhos

DISTRIBUIDORES, CONTADORES E PARTIDORES
Campos do Jordão

Nova

Granada

Jaú

Presidente Venceslau

Orlândia

Rancharia

CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL

DISTRITOS

Abaitinga
Água Vermelha
Águas de São Pedro
Ajapi
Aldeia
Alto Alegre
Alto Porá
Alvares Florence
Alvilândia
Ana Dias
Aramina
Amadas
Arco Íris
Ariri
Assistência
Atlântida
Bacuriti
Baguaçu
Barão de Antonina
Barão Ataliba Nogueira
Barbosa
Barra Dourada

Olímpia

COMARCAS

Itapetininga
São Carlos
São Pedro
Rio Claro
São Paulo
Penápolis
Igarapava
Votuporanga
Garça
Santos
Igarapava
Amparo
Tupã
Cananéia
Rio Claro
Lucélia
Cafelândia

Itaporanga
Itapira
Penápolis
Mila

Barra do Turvo
Batatuba
Batista Botelho
Bela Floresta
Bertioga
Boracéia
Botelho
Boturuna
Brioso
Aprazível
Cafesópolis
Pres. Venceslau
Cajati
Cambaquara
Candido Rodrigues
Caporanga
Rio Pardo
Caramuru
Cardeal
Catuçaba
Pardo
Conchas (sede da comarca)
Anastácio
Costa Machado
Cotia
Cruz da Esperança
Diadema
Dinisia
Dirceu .
Dolcinópolis
Domélia
Dumont

DISTRITOS

Edem
Eleutério
Prudente
Emilianópolis
Espigão
Flora Rica
Francisco Gabriel Monteiro
Gabriel Monteiro
Gardênia
Glicério
Guapiranga
Ibirapuera
Icem

Igarapava,

Igoçaba
Indiaporã
Ingás
Horizonte
Irapuã
Aprazível
Itaiuba
Itapeví

Apiáí
Piracaia
Pirajú
Pereira Barreto
Santos
Jaú
Santa Adélia
Nova Granada
Monte

Cafelândia
Cauia
Iguape
São Sebastião
Taquaritinga
Santa Cruz do

Araçatuba
Capivarí
São José do Rio

Santo

São Paulo
Cajurú
São Paulo
Promissão
Marília
Votuporanga
Agudos
Ribeirão Preto
Sorocaba

COMARCAS

Itapira
Presidente

Martinópolis
Lucélia
São Paulo

Penápolis
Lins
Lucélia
Olímpia

Votuporanga
Nova Granada
Novo

Monte

São Paulo
Santa

Birigui
Rancharia

Rita do Passa Quatro			
Jacirendi			Lucélia
Jaciporã			Pederneiras
Jacuba			São Paulo
Jandira			Monte
Aprazível			
Japiuba			São Paulo
Jaraguá			São Paulo
Juquiratiba			Pompéia
Juliânia			São Simão
Luiz Antonio			Botucatu
Lobo			
	Votuporanga		
Macedônia			Lins
Macucos			Araçatuba.
Major Prado			Nova Granada
Mangaratú			Santa Adélia
Marapuama			Bebedouro
Marcondésia			São Sebastião
Maresias			
Maristela			Tietê
Miraluz			Mirassol
Mongagua			Santos
Monte Castelo			Lucélia
Monteiro Lobato		São José dos Campos	
Narandiba			Presidente
Prudente			
Nova América			Itápolis
Nova Independência		Andradina	
Nova Itapirema		São José do Rio Preto	
Novo Cravinhos		Pompéia	
Oasis			Lucélia
Ouro Verde			Lucélia
Palmeira D'Oeste		Votuporanga	
Panorama			Lucélia
Paranabi			São Sebastião
Parisi			
	Votuporanga		
Paulicéia			Lucélia
Paulistânia			Agudos
DISTRITOS			COMARGAS
Paulópolis			Pompéia
Pereira Barreto		Pereira Barreto	
Picinguaba			Ubatuba
Pilar do Sul			Piedade
Pioneiros			Ituverava
Pirapitingui			Itú
Pedranópolis			Votuporanga
Planalto			Monte Aprazível
Platina			Palmital
Pontana			Pompéia
Pontes Gestal			Tanabi
Porto Martins			Botucatu
Pracinha			Lucélia
Pradânia			Pirajuí

Pratânia			São Manuel
Queiroz			Pompéia
Ribeirão dos Índios		Santo Anastacio	
Ribeirão Vermelho do Sul	Itaporanga		
Roberto			Catanduva
Rosália			Marília
Roteiro			
	Valparaíso		
Ruilândia			Mirassol
Sabatina			Mogí das
Cruzes			
Sagres			Lucélia
Salmoreão			Lucélia
Santa Bárbara do Rio Pardo		Avaré	
Santa Mercedes		Lucélia	
Santo Antonio da Estiva	Pirajuí		
Santo Expedito		Presidente Prudente	
São Benedito da Cachoeira		Ituverava	
São Bento			Pirajú
São Francisco Xavier		São José dos Campos	
São João de Itacema		Monte Aprazível	
São Roque da Fartura		São João da Boa Vista	
Sapeçado			São José do Rio
Pardo			
Simonsen			Votuporanga
Solemar			Santos
Sud Menucci			Pereira-Barreto
Sussuí			Palmital
Tabajara			Valparaíso
Taiacú			
	Jaboticabal		
Teçaindã			Martinópolis,
Tejupá			
	Promissão		
Tobiaras			Tatuí
Torre de Pedra			Bragança
Paulista			
Tuiutí			
	Piracicaba		
Tupi			Novo
Horizonte			
Vale Formoso			Pederneiras
Vanglória			Brotas
Varjão			Sorocaba
Varnhagem			Tupã
Varpa			Tupã
Vila União			Monte Aprazível
Vitória Brasil			Votuporanga
Zacarias			Monte Aprazível

SEÇÃO SOCIAL

Fazem anos durante o corrente mês os seguintes serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

Dia 1.º - Horacio Bernardes

2 - Alzira Leal Nunes José Venancio Borges

3 - José Freire Vilas Bôas

- 4 - Antonio Grothe Netto Ruy Fagundes de Almeida Maria Marina Teixeira Emygdio Machado Manoel de Lima Machado
- 5 - Moacir Sales Avila
- 6 - Epaminondas de Azevedo Aguiar José Emilio Reginato José Cipriani!
- 7 - Heraclito Lacerda João Gumerindo da Silva
- 9 - Godofredo José Casati Brasílio Nino Antonio Nunes Cassio de Mesquita Barros
- 10 - Euclides Pereira Queiroz Oscar Ferreira de Carvalho José de Almeida Prado Campos Nicanor Cardoso Castro Horacio, de Maio
- 11 - Diogenes B. Oliveira
- 12 - Leonidas Arantes Barreto José Maria Lopes Teixeira Antonio Mendes da Silva Junior Joaquim Teixeira de Barros Sidney Medeiros
- 13 - Adelino, Gomes Arantes Luiz Rodrigues Nunes Deodoro Simões José Pedro de Castro Filho
- 14 - Octavio Godoy Vaz de Oliveira Ana Alves Jordão Celeste Joaquim Baptista Fernandes José Rodrigues Duarte
- 15 - Ursino José de Almeida Junior Balduino Nunes, da Silva Paschoal Olivetti Marcello Müller Nestor Basso
- 16 - Agenor Corrêa da Silva Benedicto Antunes Nogueira Guiomar de Lima Castro José Emilio Reginato
- 17 - João Batista Ferreira Filho Dr. Elias Alves Corrêa
- 18 - Junior Simeão Nogueira da Cruz Vilande Prestes de Macedo Arcindo Saul Amaral
- 19 - Ruy Vasconcellos Fonseca José da Cunha Guedes
- 20 - Floriano Peixoto de Paula Ferreira
- 21 - João da Silva Bruno Oscar Cardoso Motta José Franco de Avila
- 22 - Lamartine Albuquerque Passarella Benedito Rocha Neves
- 23 - Lazaro, Ferreira Luz Clovis Barreto
- 24 - Herculano Augusto de Assumpção
- 25 - Pedro Torquato Maciel
- 26 - Paul Campos Salles
- 27 - Oswaldo Godoy
- 28 - Alcides da Silveira, Carlos Ary Alves de Araujo José Gonçalves Filho, Francisco de Paula Bentim, Antonio Santo Sebastião Pinto da Silva

NECROLOGIA

Faleceu em 16 de dezembro p.p. o Snr. Alexandre Absy, que exercia o cargo de Oficial do Registro Civil de Tejuapá, da comarca de Pirajú.

A família enlutada nossas condolências.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . -	Diretor - Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES -	Diretor -Secretário
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL -	Diretor
DR. JOSE ATALIBA LEONÉL -	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO -	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA -	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ -	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO -	Diretor
CONSELHO FISCAL	
SR. ABNER RIBEIRO BORGES -	Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	
DR. BRASILIO MACHADO NETTO	
SR. IBSEN DA COSTA MANZO	



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	Santos
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Rio Claro
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Jaú
DIZ. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Casa Branca
TRISTÃO CARVALHO -	Araçatuba
DR. DARTO FERREIRA GUARITA -	Olímpia
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Santos
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
APRESENTAÇÃO	3
COLABORAÇÃO	4
AS FINALIDADES DA APOSENTADORIA	4
COLEGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO	5
REGULAMENTO	5
RESPONSABILIDADE NOTARIAL	7
LEIS E DECRETOS	8
LEI N. 936 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1950.	8
PROVIMENTOS	9
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	9
INFORMAÇÕES VÁRIAS	11
II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO	11
IMPOSTO SOBRE LUCROS IMOBILIÁRIOS PROPRIEDADES RURAES	11
SOLICITAÇÃO	11
ESCOLA DE POLÍCIA	11
CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL	15
SEÇÃO SOCIAL	21
NECROLOGIA	22
DIRETORIA	22
CONSELHO FISCAL	23
SUPLENTE	23
ÍNDICE	24

ANO III

Nº 025 - Publicação: 01/03/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação

Colaboração

Colégio Notarial de São Paulo

Leis e decretos

Provimentos

Jurisprudência

Informações varias

Seção social

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANO III MARÇO 1951 N.º 25

Nosso Aniversário

Festejamos este mês nosso terceiro aniversario.

Acreditamos, pelo apoio que temos recebido de nossos colegas, estarmos alcançando, senão no todo, pelo menos em grande parte, os nossos objetivos. Para isso não temos medida esforços.

Continuaremos pela mesma trilha e estamos certos de que, mais cedo ou mais tarde, com a crescente boa vontade de todos os serventuários de vosso Estado, alcançaremos nossos fins.

Só temos que agradecer aos nossos companheiros a eficiente colaboração que nos têm dispensado, e esperar que para o futuro possamos contar com maior numero de colaboradores com tanta boa vontade quanto a daqueles que até agora nos tem ajudado.

Colaboração

DESQUITE OU DIVÓRCIO?

Antonino Cintra

A matéria não deixa de ser um tanto escabrosa, mas nem por isso destituída de interesse por todas as camadas sociais. Compreende-se que o nosso parti pri em assunto transcendental, prende-se à razão de nosso ofício. Assim abordamos tão palpitante questão, porque alguma coisa nos afere um contato permanente e longo de observância às disposições do Registro Civil das Pessoas Naturais. Vem daí o motivo que, nos leva a esta simples e despretensiosa explanação e que a fazemos concientemente, com a melhor das intenções. O desquite, tal como nô-lo oferece o art. 315 do Código Civil, não consulta em absoluto o interesse dos desquitados. É um ato que não consubstancia com perfeição a vida civil de conjuges que ficam presos a um vinculo por todos os motivos indesejável. Porque é um remédio que atenua e não resolve a

situação de uma maneira completa.

É um ato para se completar. Semelha-se bem a um esparadrapo que acalenta a parte ofendida do paciente mas não tem a virtude de curar. Muito se tem falado e escrito sobre o magno problema, porém o curso das águas ninguém fê-lo mudar até agora. O professor Alencar Piedade, foi sóbrio e clarividente quando em 1943, expôs sua tese sobre o divórcio, no Congresso Jurídico realizado no Rio de Janeiro. Foi, precisamente, perante os corifeus da Jurisprudência Pátria que o abalizado catedrático de Direito debateu, com abundância de argumentação sadia, a grande necessidade da adoção do divórcio no Brasil. Ele definiu com precisão clara e insofismável a tese que brilhantemente defendeu em plenário de um certame jurídico. Falou de catédra, de consciência e com o destemor dos grandes pensadores. É evidente que os burladores da lei, se aferrariam aos seus malévolos intuítos. Mas foi para os transgressores que se criaram os meios coercetivos de punição.

O Brasil possui uma pleidade de juristas, cujo renome ultrapassa as fronteiras da Pátria, capazes, portanto, de coordenar uma instituição amoldada às exigências de nossos costumes e na, conformidade do pronunciamento da Justiça. Também deve se ter em conta a condição étnica de cada povo. A frivolidade conjugal que impera em determinados núcleos alienígenas, não se dá no Brasil. Por esse motivo, graças a Deus, os infortúnios, conjugais são em número relativamente pequeno, em confronto com os felizes esposais. É a razão porque os casais infelizes recorrem, às vezes, ao homicídio, pelo motivo de não encontrarem a solução desejada para a quebra do vínculo que os prenderam numa hora tão infeliz. Ainda não há muito tempo, encontramos na seção de anúncios de o "Estado de S. Paulo", este simples mas bem eloquente anúncio: "Novo Casamento de Desquitados. Realiza-se na Bolívia, sem a presença dos nubentes. Rapidez e seriedade. Melhores informações, etc." Os nossos desquitados recorriam ao Uruguai e ao México, para de divorciarem, agora podem, também, recorrer à Bolívia.

Está certo isso?

Objetivaremos que não. Não seria melhor que de uma vez para sempre resolvêssemos esse intrincado problema na nossa própria casa? É uma questão de estudo e sobretudo de consciência.

A LUTA DOS SERVENTUÁRIOS

Durval Correu Rangel

2.º Tabelião de São Joaquim da Barra.

Temos notado, em 25 anos de vida cartorária, que as nossas iniciativas e o trabalho dos órgãos competentes em, favor da classe, sempre se transformaram em problemas complexos e de soluções morosas.

Somos parte útil e ativa de um poder que ampara o direito e distribue a justiça. Servimos, assim, ao público e ao Estado, trabalhando para este até como fiscais de suas rendas e sem remuneração de seus cofres, e recebendo daquele, a paga que a Lei estabelece para os nossos serviços. Como fiéis servidores públicos, em muitos casos, atos e processos, servimos também ao povo gratuitamente, principalmente em feitos criminais, trabalhistas, de acidentes, tutelas e muitos outros em que as partes têm, ou obtêm, assistência judiciária, hoje tão generalizada no fôro judicial, mesmo no processamento de pequenos inventários e arrolamentos.

A receita dos cartórios do interior, onde está a maioria da classe, é constituída, principalmente, do notariado e dos inventários e um reduzido número de outros feitos. Nas ações pouco se ganha, porque a CITAÇÃO, na maioria dos casos, não é usada para o chamamento da parte adversa a Juízo ou como ato básico da demanda, mas como um EXPEDIENTE para a "onça" do ACORDO extrajudicial dos escritórios--- Depois destes, os autos ficam abandonados em cartório.

A despeito de tudo isso, a nossa classe continua incompreendida e vista sob a percepção falsa de que é muito bem aquinhoadada e protegida.

Fora da classe, poucos consideram o fato de só agora em 1950 termos conseguido a instituição de nossa aposentadoria e uma lei normativa para a disciplina de nossa carreira. Ainda assim, não é, demais acentuarmos que a instituição da nossa aposentadoria é de benefícios restritos e exige tão pesadas contribuições que muitos serventuários e escreventes ainda não puderam ficar em dia com o respectivo Instituto; e que depois da Lei 819/50, já houve remoções infringentes de suas normas, e que ainda agora sofremos a ameaça de um Projeto de Lei que visava presentear um dos bons tabelionatos de S. Paulo a elemento que não reúne os requisitos legais para obtê-lo em concurso.

Como se vê, na classe há uns "protegidos" e bem aquinhoados, mas a sua quase totalidade vive em luta pela subsistência de seus direitos.

Atualmente o que serve de motivo para celeumas e intensa crítica, é a revisão do Regimento de Custas, que tantos consideram lesiva ao interesse do Povo.

O certo, entretanto, é que NADA se conservou por um custo tão baixo como os nossos serviços, cujos emolumentos, num período superior a meio século, apenas foram revistos por duas vezes.

Se os críticos se dessem ao trabalho de uma análise comparativa entre as conquistas de outras classes com os "benefícios" que temos recebido, veriam que de 1893 aos dias atuais, não fomos dos melhores aquinhoados.

Os servidores públicos estipendiados pelo Estado, além do direito de disponibilidades remuneradas, aposentadorias ou reformas, diárias, passes e etc., têm tido razoáveis aumentos de vencimentos; os ferroviários, bancários, comerciantes e industriários também já contam há muitos anos com seus institutos e caixas de aposentadorias e pensões e têm recebido várias majorações em seus ordenados; os trabalhadores em geral contam com uma legislação que lhes garante férias, aviso prévio, salários extraordinários, estando hoje as principais classes sindicalizadas; também os que exercem profissões liberais já deram avançados passos nesse campo de conquistas sociais, além de serem eles os próprios avaliadores de seu trabalho; os agricultores e pecuaristas têm sido beneficiados com vários reajustamentos econômicos e contam com carteiras especializadas nos Bancos do Brasil e do Estado para obterem empréstimos ou financiamentos para suas atividades; também a indústria não tem sido colocada à margem dessas conquistas, todas elas, evidentemente, justas e necessárias para suas economias. Examinando-se os preços dos gêneros, do vestuário, do material de escritório e outras utilidades, dos aluguéis, transportes e diversões, da manutenção do estudante fora de seus lares e de outras necessidades comuns aos homens que lutam para dar subsistência às suas famílias, veremos que o custo de tudo isso tem se elevado assustadoramente, e que nós serventuários, excluída uma pequena percentagem da classe, estamos numa situação de desajustamento econômico.

O nosso Regimento de 1893 foi majorado em 1927 e em 1945.

A revisão preconizada pelo Projeto 1219 é necessária e nada tem de irrazoável.

Todavia, ainda assim, se repetem as dificuldades e a procrastinação da revisão que se transformou em lei em 1945 e que, para tanto, levou cerca de cinco anos ... (Art. 134 do Dec. 11.053, de 26/3/940). Convém, aliás, assinalar que o Regimento de 1945 foi projetado para o ano de 1941 (1). Of., de 21/9/41), o que significa que estamos atualmente com os emolumentos que correspondiam as necessidades de quase dez anos atras.

O projeto, que já conta com quase dois anos de Legislativo, é o resultado de numerosas sugestões, inclusive da Corregedoria Geral da Justiça (1). O., de 13/5/50) e de acurado estudo por parte da Comissão de Justiça e, ultimamente, da Comissão de Serventias e Serventuários da Justiça. Assim, já não é possível recebermos, sem aborrecimento, maiores delongas.

Em face da Organização Judiciária e Administrativa, a nossa classe deve reunir, no mínimo, 8.000 servidores em cartórios, e dos quais dependem pelo menos 40.000 familiares. Daquele número, temos certeza de que apenas uns dez por cento, possuem cartórios rendosos.

O legislador e o crítico, entretanto, devem olhar a maioria da classe e, principalmente, se o trabalho do serventuário e de seus auxiliares, em face da importância instrumental e jurídica dos atos que lhes incumbe realizar e guardar, merece, nos dias atuais, a paga prevista naquele Projeto.

Lembramos ainda que o bom rendimento obtido por uma minoria de serventuários, e mesmo alguns escreventes, não decorre do excesso de pagamento marcado para cada ato, mas do volume de serviço que a preferência pública entrega a determinados cartórios. E tanto isto é certo que as rendas dos ofícios de justiça diferem muito de um para outro da mesma Comarca.

Ainda mais: se a alta renda decorre da importância e da população de uma cidade, que se criem outros cartórios, já que nas serventias de justiça os servidores devem ganhar apenas para viver ... sem fartura.

MANDATO - SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA NAS ATIVIDADES CIVIS E COMERCIAIS

Argemiro Ricardo Castor

Escrevente habilitado

Os interessados, em quase sua maioria, que solicitando de um Tabelião ou escrevente, uma procuração de acordo com os seus ajustes, a obtêm em 10 ou 20 minutos, seja pela brevidade com que são atendidos, seja mesmo pelo pequeno quantum dos emolumentos que pagam, não dão, estamos quase certos, a importância devida ao ato notarial, ainda mais, notório como é que, ressalvados certos casos pela lei, as procurações podem ser feitas por instrumento particular.

Entretanto, de um pequeno e breve ato, como, é a lavratura de uma procuração, surgem grandes responsabilidades para os respectivos contratantes, podendo mesmo até serem levados às vias civis, ou mesmo criminais, quando, por intenção dolosa, faltarem ao cumprimento do mandato, ou excederem-no.

Com uma simples procuração confia-se a gerência de um estabelecimento comercial, uma Fazenda, o recebimento de grandes somas, etc. Torna-se, assim, mister que o mandatário saiba corresponder à confiança que lhe depositou o mandante, e que este, por seu turno, satisfaça plenamente as obrigações assumidas com aquele em o respectivo ajuste. Sem poderes que o autorizem expressamente, o mandatário não deve e não poderá transigir, receber quantias, quitar ou substabelecer a procuração recebida.

DEFINIÇÃO E ORIGEM DO MANDATO - Segundo o nosso Código Civil, (artigo 1.288), "Mandato é o contrato pelo qual alguém recebe de outrem poderes, para, em seu nome, praticar atos e administrar interesses".

insigne jurisconsulto, Dr. Clovis Bevilacqua, em sua obra "Direito das Obrigações", assim define o mandato: "Contrato pelo qual alguém constitui outrem seu representante, conferindo-lhe poderes para que execute um ato ou uma série de atos jurídicos, tendo esse representante de agir em nome e segundo a vontade do representado".

Origem: O insigne mestre francês, Guillaouard, em seu livro "Du Mandat", ensina: 'Mandato vem de manus, mão, e data, dada; mandata, mão dada, isto porque o procurador ou mandatário apertava a mão de seu constituinte, em sinal de promessa de bem desvelar-se no negócio comissionado'. Isto representava, na antiguidade, um símbolo de fidelidade. Desse aperto de mão resultavam atos jurídicos e responsabilidades, respondendo o mandatário pelas faltas

cometidas no exercício do mandato, da mesma forma que o mandante ficava obrigado para com o mandatário.

Por sua natureza é o mandato estrito e limitado, devendo o mandatário não ir além do que está expressamente declarado no respectivo instrumento.

A representação é o característico principal do mandato, distinguindo-o de outros contratos.

De conformidade com o estatuido em nosso Código Civil, podem ser objeto do mandato todos os fatos desde que sejam lícitos, não proibidos pela lei,, ou cujo uso ou fim não for manifestamente ofensivo da moral e dos bons costumes.

PROCURAÇÕES PARA REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO - O Código do Processo Civil, (Decreto-lei n.º 1.608, de 19-9-939), talvez visando a uniformidade e maior facilidade para as procurações com poderes para o fôro em geral e que antigamente eram muito extensas - dado os inúmeros atos que o advogado necessita praticar -, em seu artigo 108, estabeleceu a cláusula "AD-JUDICIA", mediante a qual o procurador fica habilitado a praticar todos os atos do processo, dispensando-se menção especial de poderes, salvo para receber citação inicial, confessar, transigir, desistir, receber, quitar e substabelecer.

A instituição dessa cláusula, "ad-judicia", facilitou bastante o serviço dos notários, mórmente os das Capitais e de comarcas mais importantes, onde avultam as demandas e causas administrativas.

Por aqui, faço ponto nestas minhas pequenas notas, embora haja ainda muito que dizer sobre este pequeno serviço de cartório, que é a procuração e sobre a qual existem tratados de gordos volumes, da lavra de grandes mestres de direito.

Colégio Notarial

RESPONSABILIDADE NOTARIAL

Antonio A. Firmo da Silva

Dizíamos em nosso artigo anterior, que o notário, além de sua responsabilidade funcional, inerente ao desempenho do cargo, tinha pela praxe, outros encargos que importavam, igualmente, em responsabilidade.

Chegamos mesmo a enumerá-los e, entre eles, citamos o de registrar no Registro de Imóveis competente, por solicitação ou aquiescência das partes, as escrituras lavradas em suas notas. 1 Longe estávamos de imaginar, que o nosso ponto de vista seria em breve confirmado.

O último número da Revista dos Tribunais, publica um acórdão exatamente sobre a matéria, estabelecendo a responsabilidade civil dos notários, mesmo quando agem fora de suas funções, mas em decorrência destas. (*)

O assunto é da maior relevância e sobre ele devemos pensar seriamente.

Se existe para o notário, além da responsabilidade funcional, aquela que o obriga a responder civilmente por atos que pratica em favor exclusivo da parte, justo será que tenha ele os necessários meios de ressalvar essa responsabilidade.

Justamente o caso do encargo de registrar pelas partes as escrituras que lavra, é entre todos, o de maior importância.

Devemos desde logo afirmar que somos absolutamente contrários não só a essa prática, como a todas as outras que, por mera questão de praxe e para comodidade pessoal das partes, exercem os notários além de suas próprias funções.

(*) O acórdão a que nos referimos vai publicado em outra seção deste Boletim.

E tudo resulta de não existir em nosso país uma lei reguladora da função notarial, falta essa que sujeita os notários, quanto às suas responsabilidades, a interpretações comuns.

A Instituição Notarial do Brasil devia, como nos demais países latinos, acompanhar pari-passu a evolução do Direito em todas as ramificações e sair, de uma vez por todas, da confusão em que vive.

O século que vivemos é de progresso e não comporta a indiferença ou o comodismo. Os notários brasileiros precisam sair da sonolência em que estão e lutar por uma lei orgânica da instituição a que têm a honra de pertencer.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Despachos preferidos nos seguintes processos (D. J. 8-2-51) :

N. 7037 - José de Figueiredo Torres - Capital - Na liquidação de tempo do requerente deve ser computado, tão somente, o que corresponder aos serviços prestados neste Estado.

Do serviço municipal, não se cogita.

Por igual, não se divisa serviço federal, visto que o requerente nunca exerceu cargo federal, e, como tal não se classifica o que foi prestado em outro Estado, como serventuário de Justiça, com o anexo de registro de títulos e documentos. Tal serviço é nitidamente estadual, em nada influenciando a circunstância de ser federal a lei que disciplina a matéria. Isso acontece comumente com todo o serviço forense, pois federais são as leis substantiva e adjetiva.

O aparelhamento judiciário é sempre de natureza estadual, pois compete aos Estados prover os respectivos órgãos a recolher os proventos respectivos: referentes aos emolumentos, taxas, etc.

Computa-se o serviço prestado à União, no território deste ou de outro Estado, porque, presume-se do serviço federal todos se utilizam, de uma forma direta ou indireta, Pelo exposto, na liquidação, não será contado o tempo de serviço prestado pelo requerente, como serventuário do Estado de Minas Gerais.

Qualquer interpretação mais benigna de resto, não encontraria reciprocidade.

São Paulo, 7-2-51. (a) Leme da Silva.

N. 7157 - Alvaro Alves - Mineiros do Tietê - Dois Córregos - Alvaro Alves, serventuário na comarca de Dois Córregos, indaga se conta para os efeitos de aposentadoria, o tempo de serviço prestado como Secretário da Junta de Alistamento Militar, Escrivão Eleitoral e da polícia
O assunto refoge, em rigor, ao âmbito das consultas que devo responder como Corregedor Geral.
- Não obstante, respondo para afastar dúvidas, que o exercício contemporâneo ou concomitante dessas atribuições com as específicas da serventia, não autoriza a contagem em dobro do tempo de serviço ao titular da serventia. A cumulação, no momento, é comum e a função eleitoral é gratificada. Esse exercício simultâneo de função, específicas da serventia como as especificadas na consulta, em casos especiais, poderá servir de título de recomendação em concursos, a favor d'aquela serventuário que provar a prestação de bons serviços, conforme o critério subjetivo das autoridades superiores.

São Paulo, 7-2-51. (a) Leme da Silva.

N. 7618 - Presidente da Associação dos Serventuários da
Justiça - Capital: - Consulta a Associação dos Serventuários se é possível extrair protestos
cambiais e se os respectivos cartórios devem encerrar suas portas um dia declarados feriados

municipais. - Respondo. A Execução das notas judiciais é regulada por lei federal, e supletivamente, ressalvadas as exceções previstas, pela legislação dos estados, escapando pois às injunções das normas de legislação municipal.

Assim, só as entidades políticas federal e estadual podem decretar feriados, de molde a não permitir o funcionamento dos cartórios judiciais e extra judiciais.

Deve, pois, ser mantida a tradição existente.

Com relação a capacidade dos Estados para legislar supletivamente a respeito de matéria contida no art. 5.º n. XV da Constituição Federal, deve ser anotado que aquela carta magna não concedeu aos Estados a competência para legislar, supletivamente, a respeito dos registros públicos, pois não incluiu a alínea e V. Carvalho de Mendonça, Tratado, Vol. V - L 111 - Parte II - n. 882 - nota 3.º.

São Paulo, 16-3-51 (a) Leme da Silva.

Jurisprudência

RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIÃO

TABELIÃO - Ato culposos - Incumbência de levar a registro escritura de hipoteca - Demora que acarretou prejuízos ao credor hipotecário - Falência do devedor antes de inscrita a hipoteca - Crédito que perdeu seu privilegio - Responsabilidade civil do notário mesmo por atos alheios à sua função, mas realizados em assistência às partes - Ação de indenização procedente.

Os tabeliães, mesmo quando agem fora de suas funções, prestando assistência às partes diligenciando atos em benefício das mesmas, orientando seus passes, etc --- são responsáveis pelos atos culposos que praticam.

N. 47.643 - Capital - Apelante: J. A. B. - Apelada: E. J. N.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação n.º 47.643, de São Paulo, em que é apelante o Dr. J. A. B. e apelada E. J. N, adotado o relatório de fls. e segs.: Acordam, em Terceira Câmara do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negar provimento ao recurso e manter a sentença que bem decidiu a espécie, concluindo pela responsabilidade do apelante, em face da prova feita, prejudicado o agravo no auto do processo.

A culpa do apelante ficou demonstrada, pois, cobrou e recebeu emolumentos destinados ao serviço de remessa da escritura para a inscrição hipotecária ao cartório da circunscrição, sem que tivesse providenciado, no devido tempo, essa remessa, ocasionando isso prejuízo à apelada, que deve agora ressarcir como decidiu a sentença.

Custas pelo apelante.

São Paulo, 15 de agosto de 1950 - PEDRO CHAVES, pres. - JOSÉ R. A. VALLIM, relator - PRADO FRAGA - RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO.

SENTENÇA

Em sua petição de fls., E. J. N. alega contra os Drs. J. A. B. e H. B. F., em resumo o seguinte: Por escritura pública de 12 de Fevereiro de 1946, lavrada nas notas do... Tabelionato, de que é serventuário o primeiro dos suplicados, tornou-se ela credora de S. L. F. e sua mulher da quantia de Cr\$ \$50.000,00, com garantia hipotecária do prédio situado na Rua....., nesta Capital. Aos 12 de março do mesmo ano, o devedor hipotecário requereu sua falência, a qual foi decretada pelo MM. Juiz da 9.ª vara cível. Habilitando seu crédito privilegiado, em virtude de impugnação do síndico e do Dr. Curador Fiscal, foi repellido o privilégio e classificado seu crédito como

quirografário, por ter sido a escritura de hipoteca apresentada para inscrição no cartório da... circunscrição em 15 de março de 1946, três dias após a decretação da falência, não podendo produzir efeitos relativamente à massa, observando a sentença que julgou a impugnação que podia ter havido demora do tabelião em enviar à inscrição a escritura ou desleixo do oficial de registro de imóveis em cumprir a tempo os atos de seu ofício, ressaltando à habilitanda o direito de pleitear perdas e danos decorrentes da negligência desses serventuários.

Confirmada essa decisão pela superior instância, viu-se a autora privada de um privilégio, que garantia seu crédito, porque a hipoteca só foi inscrita um mês e três dias após a sua constituição.

Tendo o Tabelião tomado a si o encargo de providenciar a inscrição, recebendo para tanto o dinheiro necessário, criou-se uma situação curiosa, pois informou ele ao Juízo que enviou as duas escrituras (havia sido lavrada na mesma ocasião outra escritura de quitação do débito hipotecário, com outro credor) ; foram enviadas para registro, averbação e cancelamento na circunscrição e inscrição na, de que é titular o segundo suplicado. Este, todavia, informa que a escritura a ser inscrita em seu cartório só ali foi apresentada em 15 de março. Ouvido, pelo mesmo Juiz da falência, * serventuário da circunscrição informa só ter recebido * escritura em seu cartório em 14 de março do mesmo ano. Assevera a autora que, em face das divergências em tais informações, e como qualquer dos dois suplicados não pode deixar de responder pelos danos que lhe foram causados, se ambos não fossem convencidos de culpa, propõe contra ambos a presente ação, para haver os prejuízos correspondentes à diferença entre Cr \$50.000,00 e o que a credora, eventualmente, venha a receber, além dos juros da hipoteca, gastos com a habilitação já referida, juros de mora, honorários de advogado e custas do processo, sujeitando-se a arbitramento. Defende-se o réu J. A. B., alegando preliminar já decidida no despacho saneador. Quanto ao mérito, depois de relatar os fatos aludidos na inicial e relatados linhas atrás, assevera que no mesmo dia 12 de fevereiro de 1946, S. L. F. e sua mulher receberam quitação da dívida de Cr \$16.208,80 que onerava com hipoteca o imóvel da Rua em favor da Cia e, conseqüentemente, era autorizado o cancelamento da inscrição n. 706, no Registro de Imóveis da circunscrição. Nesse mesmo dia, foi lavrada a escritura da hipoteca, em favor da autora, referida na petição inicial, - tudo nas notas do Tabelião, de que é serventuário o réu J. A. B. Nessa última escritura ficou declarado que todas as despesas, inclusive registros, ficariam a cargo do devedor. Ora, a autora assistiu às escrituras, e portanto, teve e tem conhecimento absoluto de que o prédio ainda estava onerado nas notas do Registro da circunscrição, dependendo de cancelamento da inscrição n.º 706, a fim de liberar o prédio do ônus hipotecário, e por outro lado, a autora ficou plenamente conhecedora de que as despesas de registro correriam por conta dos devedores. Não é exato que a autora, ao contrário do que alega, seja mulher pobre, que houvesse retirado suas economias da Caixa Econômica para aplicar na hipoteca, mas realizou em diversas épocas negócios superiores a Cr\$ 200.000,00. Aduz ainda o réu que não há na lei dispositivo algum que obrigue o serventuário a levar a cartórios as escrituras públicas para cancelamento ou registro; tal obrigação é do devedor, conforme ficou convencionado e é de disposição expressa do Código Civil (art. 862). Fora da hipótese do art. 839, § LO, do mesmo Código, não tem o serventuário obrigação de providenciar registros, inscrições e averbações, fugindo essa missão, por completo, da órbita de suas funções. O decreto-lei 4.857, de 9 de novembro de 1939, referindo-se à responsabilidade que por culpa ou dolo causam aos interessados, pela ineficácia de seus deveres, diz, em seu art. 37, que os oficiais de registro é que são civilmente responsáveis por todos esses prejuízos que pessoalmente ocasionem, mesmo que por intermédio de seus prepostos ou substitutos. Em face disso, à parte interessada e não ao tabelião incumbe o dever de reclamar contra a demora atribuível ao serventuário do Registro Público.

Aplicadas essas observações à espécie, prossegue o réu os devedores se obrigaram a promover os atos nos cartórios do Registro e, por pura comodidade pessoal, incumbiram o escrevente 13. L. B., também em caráter pessoal, a diligenciar a remessa das escrituras ao Registro, e como existe um mensageiro, que faz para o cartório esse serviço não oficial ao cartório, foram ao mesmo entregues, no dia 16 de fevereiro, os referidos títulos, que dois dias depois os levou em seu poder, para entregar na circunscrição. No dia 18 de fevereiro, o aludido mensageiro tomou as providências para registrá-los, deixando no cartório da circunscrição, onde devia

proceder-se ao cancelamento e com urgência, desde que, à vista da nova hipoteca constituída, estava o serventuário da circunscrição na obrigação de devolvê-los no dia seguinte, para que o mensageiro os deixasse na, onde seria feita a inscrição. Entretanto, os títulos foram devolvidos em 14 de março de 1946. Em seguida, assevera o réu, com argumentos de fato, que não são estas as informações prestadas pelo serventuário da circunscrição e conclui que não lhe cabe culpa alguma, não só por não estar obrigado à providência da remessa, que cumpria ao devedor, como também porque efetuou a remessa com a presteza necessária.

Em sua defesa, argüi o réu H. B. F., em preliminar, a mesma matéria constante da contestação do co-réu, e que também já foi decidida no despacho saneador. Quanto ao mérito afirma que não se descuidou de suas obrigações; muito pelo contrário, não tendo havido dúvida quanto à legalidade e validade do título, a inscrição se fez no mesmo dia do recebimento, isto é, em 15 de março de 1946, pelo que nem foi utilizado o prazo que a lei lhe concede, tudo conforme foi objeto de ofício dirigido ao Juiz da falência. À autora incumbia a prova de tal atraso, que não ocorreu, conforme as assertivas do co-réu. Contesta ainda a pretensa "solidariedade" entrevista pela autora relativamente à espécie dos autos, pois para tal necessário seria que ambos os litisconsortes. tivessem concorrido na culpa para o evento do ato ilícito. Enquanto não se fizer essa prova, a culpa será só de um, ou de outro, ou então de nenhum.

A causa foi instruída com documentos, com exame pericial, depoimento pessoal das partes e inquirição de testemunhas por ambas arroladas. Debatida em audiência, passo a decidi-la.

Decidindo a espécie "sub judice", revela notar a inteira procedência das razões da autora, MOSTRANDO QUE OS TABELIÃES, MESMO QUANDO AGEM FORA DE SUAS FUNÇÕES, PRESTANDO ASSISTÊNCIA ÀS PARTES, DILIGENCIANDO ATOS EM BENEFÍCIO DAS MESMAS, ORIENTANDO SEUS PASSOS, ETC., - SÃO RESPONSÁVEIS PELOS ATOS CULPOSOS QUE PRATICAM. Em seu memorial, o patrono da autora ilustrou a assertiva com lições de mestres patrícios e estrangeiros.

Não seria necessário adicionar às razões mais detalhes. A defesa é absolutamente improcedente no ponto em que pretende que, por ser estranha ao dever funcional a incumbência do registro, não pode o tabelião ser responsabilizado civilmente pelos atos que teria praticado.

Mesmo os que, como Mazeaud, distinguem o ato funcional do ato praticado fora das funções, não deixam de prender o notário às regras de responsabilidade contratual ou extracontratual. Embora subordinando-se às regras de responsabilidade contratual decorrente do mandato ou exigindo mais acentuado grau de culpa, o certo é que não escapam os tabeliães de responder pela negligência, imprudência ou imperícia, quando causam dano às partes (cf. Mazeaud et Mazeaud, "Responsabilité Civile", vol. 1, § 514, pag. 490 da edição de 1934).

É pois indiscutível que os notários são responsáveis pelos atos que praticam, mesmo fora de suas funções, mas como decorrência destas. Nesta hipótese, está a incumbência do registro de escrituras, que receberam das partes, por solicitação ou aquiescência destas.

Assentados esses princípios, e sendo exato por outro lado, que o atraso na inscrição da escritura constitui falta funcional, - é evidente que o dano, no caso dos autos provado à saciedade, deve ser reparado.

O indiscutível, na questão em debate, é que um fato culposo, praticado por um dentre três funcionários, causou prejuízo à autora.

Assim está afirmado na doutrina, conforme observa Antonio Caminarota, Prof. da Universidade de Buenos Aires: "Pero en la imposibilidad de determinar al autor entre vários. imputados, la responsabilidad se extiende a todos aquellos que presuíniblemente lo son" ("Responsabilidad Extracontratual", § 392, pag. 538 da edição de 1947).

No mesmo passo, o nosso Aguiar Dias expõe: "Embora incontestável que o autor do dano seja um só, e só ele deve, responder, por aplicação das regras de solidariedade, não é menos verdade que o expediente não podia vingar, precisamente porque, depois do fato, o silêncio do

verdadeiro agente e de seus companheiros criou a solidariedade, que aqui entra na sua acepção mais vulgar e menos discutível" (Ma Responsabilidade Civil", vol. 2.', pag. 375, da edição de 1944).

É bem de ver, porém, que não é difícil, com os elementos dos autos, individualizar a culpa e, conseqüentemente, a responsabilidade.

O serventuário do tabelionato, por si ou por preposto seu, recebeu a incumbência de levar a registro as escrituras. Deveria tê-lo feito com a necessária presteza. É exato que no dia 18 de fevereiro de 1946 fez a remessa das escrituras ao cartório da circunscrição; mas deveria fazer, com igual presteza, para a circunscrição remessa da escritura em que a autora figura como credora.

O próprio escrevente do tabelião disse estava ciente e consciente, quando afirma que "não era necessária a remessa da escritura de hipoteca de Cr. \$50.000,00 lavrada entre S. F. e sua mulher e a autora para a circunscrição..." (fls) . No entanto, se tivesse remetido tal escritura, ao cartório da ... circunscrição, bastaria que aí tivesse havido prenotação a escritura para ressalvar o privilégio, como é expresso no art. 52, n. VII, da Lei de Falências.

Debalde o tabelião, em sua defesa, afirma que não negligenciou, mas certo é que não enviou as escrituras senão, à circunscrição, quando era mister que enviasse uma delas à ou pelo menos reclamado perante aquele serventuário, suprimindo assim sua imprudência.

Não importa examinar se culpa cabe ao serventuário, da circunscrição, por haver retido as escrituras, averbações e sua conseqüente influência nos atos que deveriam ser praticados no cartório da circunscrição.

A culpa do oficial da circunscrição não excluiria a do tabelião, como já foi ventilado, e, quando muito, tratar-se-ia de solidariedade passiva nos termos dos arts. 904 e 913 do mesmo Código Civil; o que poderia ocorrer seria o direito, por parte do tabelião, de exigir do co-devedor a sua cota.

Tais considerações se apoiam, como vimos, na própria norma legal, e são amparadas pela doutrina. - "Em face de solidariedade passiva" - observa Aguiar Dias - "a vítima do dano não está obrigada a acionar este ou aquele credor. É óbvia a vantagem que isso representa para ela, que, podendo escolher a quem demandar, naturalmente se dirigirá contra quem ofereça melhores probabilidades de satisfazer o dano. - Daí resulta que, se um dos autores do dano, declaradamente irrogado por diversos, não pode ser descoberto, esse fato não altera em nada a faculdade que tem o devedor de exigir de algum dos restantes, identificados, a totalidade de reparação" - ("Da Responsabilidade Civil", pag. 379 da edição de 1944).

Em suma, provado ficou que o ... tabelião enviou as duas escrituras à circunscrição, sem embargo do que dizem os peritos a fls., porque suas respostas firmam-se em assentamentos existentes no cartório, quando é certo, pelo depoimento do escrevente ... e pelo talão de fls., que, em 18 de fevereiro, as escrituras foram enviadas à ... e liso à ... circunscrição.

Por aí se vê que a culpa é do réu Dr. J. A. B. com exclusão do co-réu, que só recebeu a escritura em março, após a decretação da falência do devedor.

Não se objete no sentido de que a dívida, por ter sido constituída no termo legal da falência, de modo algum teria o privilégio pretendido. A objeção não teria procedência, pois o art. 57, n. III, da citada Lei de Falências, quando se refere à nulidade da constituição do direito real de garantia, só alude à dívida contraída antes do termo legal e não é o caso dos autos.

Todas estas considerações justificam o acolhimento do pedido, quanto ao réu Dr. J. H. B., não para a fixação desde logo da condenação, pois que o prejuízo deverá ser liquidado em execução, dado que o que vier a autora a receber, como quirografária, deverá ser descontado da totalidade de seu primitivo crédito, como também, se as despesas da massa absorvessem seu ativo, no

todo ou em parte, do mesmo modo será descontada a respectiva soma na condenação ora decretada, pois a autora não poderá pretender do réu mais direitos do que se fosse reconhecido seu privilégio.

Por tais fundamentos, julgo a ação procedente quanto ao réu Dr. J. A. B., para condená-lo a pagar à autora as perdas e danos pedidos na inicial, de acordo com o que for liquidado em execução, além de juros de mora e contratuais e honorários de advogado, na base de 20% sobre o montante da liquidação. - Julgo improcedente a ação, quanto ao réu Dr. H. B. F.

Custas pelo réu Dr. J. A. B., nos termos do pedido inicial, que acolho, nesse tópico, por seus fundamentos.

P. hoje em audiência.

São Paulo, 24 de outubro de 1949.

Edgard de Moura Bittencourt.

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 39 - Dezembro 1950

Vol. 188 - Fascículo n.º 607

INCONSTITUCIONALIDADE DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS COBRADO PELO ESTADO SOBRE A CESSÃO OU TRANSFÊNCIA DE COMPROMISSOS DE VENDA E COMPRA DE IMOVEIS.

É pacífico no nosso Direito e assim o tem proclamado a nossa Jurisprudência, que o instrumento público ou particular de compromisso de venda e compra de bens imóveis, não transfere o domínio. Não é um ato de transmissão de imóvel. Consiste, somente, em obrigação de fazer e, quando do instrumento consta a cláusula de irretratabilidade, excluindo o direito de arrendimento, constitui direito real oponível a terceiros.

Não sendo, pois, o meio ou forma legal e hábil para operar-se a transmissão da propriedade imóvel, não pode o Estado cobrar pelo ato, o imposto de transmissão inter-vivos.

E, se assim é para o compromisso de venda e compra, com maior razão se aplica a proibição à cessão ou transferência que o compromissário comprador faz a terceiro, de seus direitos.

Provando a inconstitucionalidade do art. 23 da lei estadual n.º 185 de 13 de novembro de 1948, transcrevemos aqui, em parte, o brilhante parecer do ilustre catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, Prof. Waldemar Ferreira, parecer esse publicado no número de Fevereiro de 1950 da Revista da Ordem dos Advogados, Seção de São Paulo, e que assim se manifesta: Ainda não se achava convertido em lei o projeto regulador do loteamento de terrenos e de sua venda em prestações, o que só se verificou pelo decreto-lei n. 58, de 10 de novembro de 1937, quando, no Estado de São Paulo, pelo dec. n. 8.255, de 23 de abril de 1927, se instituiu o seu código de impostos e taxas.

Como, pela Constituição de 1934, que então ainda vigorava, aos Estados pertencia o imposto de transmissão de propriedade imobiliária inter-vivos, aquele tributou o que se fizesse em cumprimento de promessa ou compromisso, não sendo o adquirente originário: mandava o art. 16, de seu livro quinto exigir, além da taxa devida, tantas vezes 3,125% do valor da cisa, quantas tivessem sido as sucessões do primitivo promitente comprador até o adquirente. Mas não ficou nisso. Submeteu o art. 17 ao mesmo regime a transferência de imóveis por mandato em causa própria ou seu subestabelecimento. Mais ainda. Focalizando as vendas de imóveis oriundas de compromissos ou pagáveis em prestações, o art. 18 sujeitou-as a imposto adicional em função do tempo. A cisa ou imposto integral devido se cobraria com o acréscimo de 6 % decorridos de 6 a 12 meses das datas previstas; de 7 % decorridos mais de 12 a dezoito meses; de 8 % , decorridos mais de 18 a 24 meses; de 9 % decorridos mais de 24 a 36 meses; e de 10%, decorridos mais de 36 meses.

Era esse o regime tributário quando entrou em vigência, no Estado de São Paulo, o decreto-lei regulamentador do loteamento de terrenos e de sua venda e financiamento por pagamento do preço e reembolso do empréstimo para edificação em prestações. O que o diploma legislativo federal viera facilitar, a lei tributária estadual impedia, tal o óbice que lhe fazia.

O punctum saliens das vendas a prestações é o da decadência do pagamento. Feitas a pessoas de poucos recursos, quase sempre vivendo de ordenados ou salários fixos, as contingências da vida levam-nas a atrasarem-se nos pagamentos, que acreditavam efetuar pontual e seguramente. Moléstias prolongadas de famílias acarretando despesas imprevistas e extraordinárias; afastamento do emprego e do serviço; mudanças forçadas da localidade. - eis alguns, os mais frequentes dos motivos que levam os compromissários; a decair do cumprimento de suas prestações. Enseja-se, nesse transe, transferir o seu compromisso; e é de boa prudência seja facilitado para que não tenha prejuízo ou perca o menos possível o que contou com o futuro e se encontrou em infortúnio. A lei fiscal paulista entrou a embaraçar o que devia ajudar; e não se tardou a verificar que ela resultara de dois erros consideráveis: um de ordem político-tributária, outro de ordem jurídica. Tributar as transferências dos compromissos de venda de lotes de terrenos a prestações, que a lei facilitara tanto a ponto de instituir para isso formalidade idêntica à do endosso dos títulos de crédito - o trespasse, lançado nos próprios documentos ou nas cadernetas emitidas pelas empresas loteadoras, seria, em verdade, torná-las impossíveis. Elas não se realizariam; e, com isso, secar-se-ia a fonte geradora do imposto. Era ele, como se verificou, anti-econômico. Melhor seria suprimi-lo, e incentivar o parcelamento das grandes áreas urbanas ou rurais, permitindo sua subdivisão.

Havia, de outro lado, argumento de ordem jurídica contra o tributo das transferências dos compromissos de venda - a da sua manifesta inconstitucionalidade. O que a Constituição atribuíra aos Estados, no art. 8, n. I, c), era a competência privativa para decretar impostos sobre a "transmissão de propriedade imobiliária inter-vivos. inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade". Não a para tributar direitos pessoais, como são os que emergem do compromisso de venda e compra de bens imóveis. De resto, o parágrafo quarto do mesmo artigo tornara bem claro que o imposto seria sobre a transferência de bens e não sobre a do direito de adquiri-los. "O imposto", lê-se no texto, "o imposto sobre transmissão de bens corpóreos cabe ao Estado em cujo território se achem situados.

Ora, o imposto não incidia sobre a "Transmissão de bens corpóreos", como exigia o texto constitucional, mas sobre direitos pessoais; e disso lhe advinha a inconstitucionalidade.

Razões foram essas as que levaram a suprimir-se o tributo malfadado. Revogou a lei n. 13.163, de 31 de dezembro de 1942, os arts. 16 e 18 do livro quinto do código de impostos e taxas, tornando isentas de impostos as transferências de compromisso de compra e venda de imóveis numa ou em mais prestações.

Tributando, no art. 2, 4), e no livro quinto, ou seja o do imposto de transmissão de propriedade imobiliária inter-vivos, a "cessão de direitos e ações que tenham por objeto bens imóveis", mais não fez o código de impostos e taxas do que estabelecer o princípio geral, de que decorreriam os preceitos dos arts. 16 a 18, referentes à transferência dos compromissos & venda de imóveis.

Pela mesma lei n. 13.163, de 31 de dezembro de 1942, por que se revogaram os arts. 16 a 19 daquele código, o que se referiu ao tributo da cessão de direitos e ações sobre-imóveis também se revogou, como é intuitivo.

De tal arte, e com fundamento ao inciso quarto do art. 2 do livro quinto do código de impostos e taxas, nenhum imposto poderá ser exigido sobre as transferências de compromissos de vendas de imóveis realizadas em qualquer tempo.

Como o fisco é persistente e não se preocupa senão de tributar, pondo sobre os contribuintes o ônus de alegar e provar a inconstitucionalidade dos tributos, convencido de que muitos preferirão pagar os impostos a discutir-lhe a ilegitimidade em juízo, a lei n. 186, de 13 de novembro de 1948, voltou a incidir no erro anterior e reviveu o n. 4 do art. 2 do livro quinto do

código de impostos e taxas, agora com maior gravamo para os contribuintes. "O imposto", diz o seu art. 23, "o imposto devido, na conformidade do disposto do n. 4 do artigo 2 do livro V do código de impostos e taxas, pela cessão de promessa ou compromisso de compra o venda de imóveis, será cobrado ao cedente à taxa de 4 % (quatro por cento) ". Calcular-se-á sobre o valor do imóvel na ocasião da transferência do compromisso de venda; e outras e inúmeras providências se articularam afim da eficiência de sua exigibilidade, que redundará, se efetivado, em demandas e, ao cabo, em integral insucesso financeiro com impedir as transferências, causando males profundos à vida econômica do Estado de São Paulo.

O imposto é manifestamente inconstitucional, pelos seguintes motivos: a) porque o art. 19 da Constituição de 1946, como a de 1934, conferiu aos Estados competência para decretar impostos sobre "transmissão de propriedade imobiliária inter-vivos e sua incorporação ao capital de sociedade" e na transferência de compromissos se transmitem direitos pessoais e não ainda o direito de propriedade imobiliária, que nem sempre chega a transferir-se, entre outros motivos pelo arrependimento do compromitente, hipótese comum, registrada pelos anais judiciais; h) porque o parágrafo segundo do mesmo artigo da Constituição deixou inconfundivelmente claro que tal imposto recai sobre a transmissão dos bens corpóreos: "os impostos sobre transmissão de bens corpóreos (os. 11 e 111) cabem ao Estado em cujo território estes se achem situados". A referência no texto aos ns. 11 e III do art. 19 põs os pingos sobre os ii. Teve a virtude de tornar bem explícito o que neles se acha dito de maneira insofismável

Comentando o dispositivo escreveu PONTES DE MIRANDA conceitos dignos de rememorarem-se: "O inciso II somente cogita de propriedade imobiliária. Portanto, de tudo que a lei define como bem imóvel. Trata-se de direito privado, a que a Constituição se reporta, se bem não pudesse o Poder Legislativo central reduzi-lo de tal modo que se afastasse de certo mínimo conceptual corrente entre povos cultos, ou, melhor, para evitarmos o método comparatístico, aceito como cerne pela consciência jurídica tradicional, assente, do Brasil. O imposto de transmissão inter-vivos da propriedade imobiliária recai sobre o negócio jurídico sempre que se dê a substituição do sujeito do direito de propriedade ou de algum elemento autônomo dele, compra e venda, troca, no qual há duas incidências se os bens trocados são imóveis, dação in solutum, embarcações nacionais ou estrangeiras se só empregadas na navegação interna do Estado membro, enfiteuse constituída ou transferida, subrogação de bens inalienáveis ou gravados com outras cláusulas, usucapião julgada por sentença, constituição de usufruto, uso ou habitação, constituição de renda e transferência dos direitos reais".

Para que se pudesse tributar, como o fez a lei paulista, a transferência dos compromissos de compra e venda de lotes de terrenos, ou destes em sua integridade, seria essencial que por via dela se transmitissem direitos reais. É o que absolutamente não acontece. Desde que tal não se dá, a inconstitucionalidade do tributo é manifesta.

Vem se firmando nesse sentido a jurisprudência. Realmente, a Prefeitura do Distrito Federal, seguindo critério idêntico ao do código paulista de impostos e taxas, entrou a exigir o imposto de transferência de propriedade imobiliária, ou seja - a sisa, pelo trespasso dos compromissos de compra e venda de lotes de terrenos ou destes. Mas não teve sucesso. Por acórdão de 17 de setembro de 1946, a Quarta Câmara do Tribunal de Apelação do Distrito Federal em termos incisos:

"Funda a Prefeitura - diz o acórdão - seu direito à cobrança no artigo 5.º do decreto-lei n. 4.163, de 21 de janeiro de 1934. Mesmo, porém, autorizado o imposto pelo citado inciso, sua revogação pela Constituição de 16 de julho de 1934 é manifesta, eis que na discriminação das fontes de renda dos municípios não foi incluído semelhante imposto. Não se trata de lei inconstitucional, mas de dispositivo de lei revogado por falta de apoio constitucional.

Demais, existente a transmissão de propriedade, não à pretexto para o imposto correspondente. A promessa de compra e venda não transfere direito real sobre imóveis, não sendo lícito à Prefeitura cobrar mais de um imposto sobre a transmissão efetiva porque em última análise a transmissão, de um imóvel ou de direito real sobre imóveis se opera do alienante para o adquirente".

Não é esporádico o julgado.

Outro se depara Do acórdão de 19 de novembro de 1946, em que a Sétima Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal afirmou não ter cabida tal imposto na cedência de promessa de venda com a cláusula de arrependimento.

"Trata-se - refere o acórdão - de compromisso de compra e venda, com cláusula de arrependimento, não podendo, assim, ser executado coativamente, não constituindo, destarte, direito real, mas simples direito pessoal, e, conseqüentemente, como tem entendido a jurisprudência, não sujeito a imposto de transmissão".

Ainda há pouco, e foi por acórdão de 25 de novembro de 1949, a Quinta Câmara do mesmo Tribunal de Justiça voltou a insistir no seu ponto de vista, confirmando sentença de primeira instância.

"Efetivamente - lê-se no acórdão - merece confirmação a sentença recorrida, porquanto deu acolhida a dois pontos incontestáveis, o primeiro sustentando Dão implicar a promessa de compra e venda de imóvel em título causal de sua transmissão; o segundo, o de ilegitimidade da cobrança de imposto de transmissão de domínio imobiliário, calculado numa base superior ao valor da aquisição. No tocante ao primeiro ponto, a realidade do princípio é incontestável. A promessa de compra e venda de imóvel, ainda que dotada de força de direito real, não perde o seu verdadeiro atributo jurídico, que é o de servir como um contrato, e está dependendo da escritura definitiva, outorgada voluntária ou judicialmente. Em relação ao segundo ponto, não é admissível cobrança de imposto de transmissão de domínio imobiliário, calculo em base superior ao valor da transação, sobretudo quando o título aquisitivo, como no caso sub judice, é o produto de uma arrematação judicial, que envolve uma estimativa feita pela própria coletividade, a mais certa e mais segura que se possa imaginar. De modo algum se justifica a cobrança além do valor dessa arrematação".

Coube, porém, ao Supremo Tribunal Federal e foi por acórdão de 28 de abril de 1949, proferir a palavra definitiva sobre a controvérsia, decretando a inconstitucionalidade das leis que, no Estado do Rio de Janeiro, haviam exigido o imposto de transmissão em escrituras de promessas de compra e venda de bens imóveis.

Em face desse grande julgado, encontrou termo a contenda doutrinária que se passou para o tablado judiciário. Manifesta, e agora mais do que nunca, é a inconstitucionalidade do tributo, de que se vem cuidando. Declarou-o o Supremo Tribunal Federal.

Não se contentou a lei paulista em instituir o imposto a que decididamente não tinha direito. Estabeleceu a de n. 185, de 13 de novembro de 1948, no art. 32, que "não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães, oficiais do registro de imóveis e de títulos e documentos os atos e termos do seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto devido, observadas, outrossim, as normas previstas no capítulo VII do livro V do código de impostos e taxas".

Mais, ainda, acrescentou que, e foi no art. 34, "não serão arquivadas pela Junta Comercial contratos, suas alterações e distratos, bem como não serão lavrados, registrados ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de registro de títulos e documentos os atos e termos a seu cargo, relativos a transferência ou venda de estabelecimentos comerciais ou industriais, sem a prova de quitação que deverá ser feita pelo contribuinte relativamente àqueles estabelecimentos para com a Fazenda Estadual".

Deu-se, como sempre acontece em matéria fiscal, o extravasamento. Também esses dispositivos da lei estadual são inconstitucionais.

Declarou, em verdade, a Constituição da República, no seu artigo 5, n. XV, e), competir à União, e não aos Estados, legislar "sobre registros públicos e juntas comerciais". Terminante é o texto constitucional, de molde a afastar qualquer dúvida.

Poder-se-ia, no entanto, argumentar que, em tal ponto, assistia aos Estados a competência legislativa complementar ou suplementaria, com fundamento no preceito do art. 6 daquela Constituição, mercê do qual "a competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5, n. XV, letras b, c, d, f, g, h, j, l, o, e r, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar".

O argumento, assim desatado, porém, seria falso, e o é, porque o texto não se referiu, antes excluiu, da competência estadual supletiva ou complementar, entre outras, a letra e, que se refere, precisamente, aos "registros públicos e juntas comerciais".

Quer isso dizer que os Estados absolutamente não podem legislar sobre os registros públicos e as juntas comerciais, nem supletiva, nem complementarmente. Quando sobre eles legissem, como o fez o Estado de São Paulo, esgrimem no vácuo. Fabricam facas sem lâminas pois que as suas leis, nesse ponto, são inconstitucionais.

Informações Varias

FOLHA CORRIDA DA EXTINTA JUSTIÇA FEDERAL

Estão isentos de requerê-la os que em 10 de novembro de 1937, eram menores de dezoito (18) anos. - (Dec. n. 17.943-A). - Os que nessa data eram maiores deverão dirigir o requerimento selado com Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) estaduais e com a firma reconhecida, ao Dr. Secretário Diretor Geral do Tribunal de Justiça, mencionando a data do nascimento, filiação e lugar em que nasceu.

SERVIÇO MILITAR

Mudança de domicílio. - A comunicação da mudança de residência, por parte do cidadão apenas alistado ou já reservista, é uma obrigação legal e aquele que não a cumpre incorre em multa, além de perder as vantagens que beneficiem, quando convocados, os que tiverem feita a referida comunicação. Assim é que se um alistado se muda para um município que posteriormente vem a ser dispensado de incorporação, não goza ele dessa dispensa se dos registros militares não constar sua nova residência.

A obrigatoriedade de tal comunicação abrange também os estudantes que mudam de cidade para apenas prosseguir seus estudos, embora nas férias ou quando concluem o curso voltem definitivamente à localidade onde antes residiam. E por ocasião dessa volta terão que comunicar mais uma vez o novo domicílio.

Férias. - No caso de serviço militar obrigatório (convocação) é computado, para efeito de direito de férias, o tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado ao referido serviço, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de noventa dias da data em que se verificar a respectiva baixa. Este preceito abrange todo empregado (inclusive trabalhador rural) a que se apliquem as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 135 e 129, parágrafo único da Consolidação das Leis, do Trabalho).

Retificação de nome, data de nascimento, etc. - Em seu Bol. 259 de 21-12-950, a D.R. determinou às C. R.:

a) não encaminhar requerimento referente a retificação, justificção ou cancelamento de prenome e sobrenome, que não tenha o termo da alteração em inteiro teor, devidamente averbado, registrado ou anotado na certidão de nascimento, por decisão judicial do Juiz da vara do registro civil; h) observar, quanto a justificções, se foram fielmente cumpridas as exigências dos arts. 70, 71, 72, 74, 117, 118, 119 e 120, do D.

L. n. 4.857, de 9-11-939 (Reg. dos registros públicos) ; c) não encaminhar requerimento que solicitar retificação de data e ano de nascimento, que não for acompanhado das certidões negativas que provem não haver sido registrado outro cidadão nos cartórios da localidade de nascimento do interessado, com a filiação do requerente; d) obedecer, quanto a retificação de idade de praça da ativa, o disposto na Portaria n. 76, de 21-9-18906 - Ordem do Dia n. 771, de 26-9-11896 e Av. n. 911, de 13-8-1918 - 13. E. n. 184, de 15-8-1919.

A fim de evitar que os reservistas que requeiram retificação de nome etc., em seus assentamentos militares, sejam obrigados ao comparecimento às respectivas sedes de C.R. de sua jurisdição, para objeto de nova identificação, conforme estabelece o Bol. da D. R., n. 242 de 22-10-950, que às C. R., depois de feitas as necessárias alterações nas fichas documentárias e comunicações às S. Mob. interessadas, remetam aos Delegados de Recrutamento o certificado de reservista devidamente alterado, para efeito de identificação e entrega aos que residirem em município de suas jurisdições.

VISITAS

Durante o mês de março, a Diretoria da Associação dos Serventuários de Justiça, acompanhada de grande número de Serventuários, fez duas visitas oficiais de cortesia: a primeira ao Ex.mo. Sr. Dr. Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado, no Palácio dos Campos Elísios, falando em nome da classe, o Dr. Francisco Vergueiro Porto, Presidente da Associação, que em feliz oração salientou a importância da nossa cooperação na Administração pública, ao que respondeu o Sr. Governador agradecendo a honra da visita que recebia com especial agrado. A segunda visita foi feita ao Sr. Dr. José Loureiro Junior, digníssimo Secretário da Justiça, nos salões da Secretaria da Justiça, tendo falado em nome da classe, o Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Diretor Secretário da Associação que, de improviso, saudou o novo titular, exaltando a sua brilhante atuação na Assembléia Legislativa e nos auditórios da justiça. Agradecendo a homenagem, o Dr. Loureiro Junior, prometeu que de futuro, sempre que estiver em jogo o interesse da classe, a Associação dos Serventuários de Justiça, será ouvida oficialmente, Prestigiando assim a nossa Associação,

CONCURSO DE REMOÇÃO PARA PROVIMENTO DOS OFÍCIOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E ANEXOS DOS DISTRITOS DE JULIÂNIA, COMARCA DE POMPEIA; TEJUPÁ, COMARCA DE PIRAJÚ; CAIUÃ, COMARCA DE PRESIDENTE WENCESLAU; TRABIJU, COMARCA DE RIBEIRÃO BONITO; E JURUPEMA, COMARCA DE TAQUARITINGA (PRIMEIRA CLASSE)

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Alcides de Abneida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do art. 251 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fira aberto na Secretaria do mesmo Tribunal até o dia 26 do corrente o concurso de remoção para provimento dos ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos dos distritos de: Juliânia, comarca de Pompéia; Tejupá, comarca de Pirajú; Caiuã, comarca de Presidente Wenceslau; Trabiú, comarca de Ribeirão Bonito; e Juruperna, comarca de Taquaritinga (1.ª classe).

São admitidos a inscrever-se, unicamente, os serventuários de ofícios da mesma natureza e da mesma classe.

No pedido de inscrição, que será dirigido ao Presidente do Tribunal, indicará o candidato a qual ou quais dos cartórios pretende concorrer. O requerimento terá a firma reconhecida e será instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão de tempo de serviço;
- b) prova de quitação com o Serviço Militar;
- c) prova de que é eleitor e
- d) encargos de família.

Será facultado o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a

conduta ou o merecimento, inclusive trabalhos sobre assunto pertinente ao ofício.

Na petição indicará o candidato, expressamente, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juízes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3 de março de 1951. Eu, Francisco B. Peyró, datilografei. E eu, Ulpiano da Costa Manso - Secretário Diretor Geral, subscrevi.

Alcides de Almeida Ferrari - Presidente do Tribunal de Justiça.

Seção Social

Fazem anos durante o corrente mês os seguintes serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

Dia 5 - Dr. Dagoberto Salles

João Corrêa de Alvarenga

Mario Leonel

Sebastião Duarte Junior

Osório Morato Filho

Romão Alves Guimarães

Octacilio de Assis Mello

Octavio de Moraes Rosa

Firminiano Rodrigues da Silva

7 - Plínio de Carvalho

Edson Lacerda de Moura

Octaviano Ramos

Odilon Tavares

8 - Sebastião Almeida de Oliveira

Pedro Pereira da Silva

9 - Francisco Thomaz da Silva

Moacyr Penteado de Toledo

Inocencio Donato Sobrinho

Octavio Alves de Andrade

Mario Borim

Dr. Elias de Oliveira Rocha

10 - Ovídio Tristão de Lima

Mathias Alves Negrão

Dr. Edgard Batista Pereira

Oswaldo de Souza Machado

11 - Pedro Moacyr Piedade Pucci

Hamilton de Souza Araujo

12 - Dr. Brasílio Machado Neto

13 - Nabucodonosor Bueno de Toledo Herculano Rodrigues da Costa

14 - Felício Orefice Junior

Aristeu Marciano

Marcos Sodré

15 - Eurico de Godoy Nilo Ferraz Abreu Raphael de Moura Campos

16 - Clovis Pacheco Silveira

José Ribeiro de Campos

17 - Dr. Celso Aratangy

Lauro de Campos Portella

18 - Antonio Américo Silva

Antonio de Campos Camargo



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Severino Ferraz Costa
João Carlos de Souza
Cicero Braga
Joaquim Ferreira Cardim
Diva da Silveira Guimarães
Sebastião de Camargo Schmidt
19 - Onésio França
José Libaneo de Almeida
Dr. José de Freitas Guimarães
Amantino Cesário de Oliveira Ramos
20 - Dr. Menotti Del Picchia
Arnaldo Barbosa
Aleindo Chaves
22 - Benedicto Ferraz de Arruda
Francisco Broisler
23 - Hermima Fernandes Lopes
Yolanda Mereadante Barone
24 - Coronel Hildeberto Vieira de Melo
25 - Dr. Hermimo Benedito Masotti
Fausto Silveira Pires
Waldimir Ayrosa Flaquer
26 - Amadeu Duarte Pinto Ferraz
Carlos Matos Ferreira
Antonio Jorge Ferraz
José Nunes Siqueira
Joaquim Rodrigues
João Vicira de Barros Netto
Benedito Felix
27 - José de Oliveira
29 - José Bento Sanirato
Antonio Marciano
30 - José Climaco Morengi
Rubens de Carvalho Ferreira
Jonas Fonseca
Miguel Ramos de Toledo
Ari de Melo Peçanha
José Leite Peçanha
Jandyra Trench
Octaviano Fornari
Ubirajara Gonçalves
31 - Pedro Calmon Nabuco de Araujo
Pedro Velloso Losz
Ivan Oliva
Dr. Ernesto Corrêa
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO Presidente .	-
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Diretor-Secretário	-
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES Diretor-Secretário	-
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL Diretor	-



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-
Diretor	
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-
Diretor	
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-
Diretor	
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	-
Diretor	
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	-
Diretor	

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANZO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
NOSSO ANIVERSÁRIO	3
DESQUITE OU DIVÓRCIO?	3
A LUTA DOS SERVENTUÁRIOS	4
MANDATO - SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA NAS ATIVIDADES CÍVIS E COMERCIAIS	6
RESPONSABILIDADE NOTARIAL	7
RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIÃO	10
ACÓRDÃO	10
SENTENÇA	10
FOLHA CORRIDA DA EXTINTA JUSTIÇA FEDERAL	19
SERVIÇO MILITAR	19



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

VISITAS
SEÇÃO SOCIAL
DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE
ÍNDICE

20
21
26
26
27
28

Nº 026 - Publicação: 01/04/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação
Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudência
Informações varias
Seção social

COLÉGIO NOTARIAL

O NOTÁRIO, SUA FUNÇÃO E A GARANTIA DE SUA VITALICIEDADE

A convenção nasceu com a humanidade. O tabelião nasceu com a escrita.

A sociedade impõe a imperiosa necessidade da permuta de serviços recíprocos, atos, deveres e direitos nas suas diversas manifestações.

Nas primitivas eras o contrato era meramente nominal e simbólico.

Nem era possível outro modo por não serem ainda conhecidos os sinais do alfabeto comum. A proposta de um e a aceitação de outro eram testemunhadas perante assistentes ou transeuntes. A epístola, um ramo, uma pedra lançada, eram modos exteriores de significar obrigação. O contrato estava completo. Era precário este sistema. A memória fugaz dos homens, as mudanças, a morte nas guerras contínuas, a má fé, tiraram aos contratos a estabilidade, um de seus mais caros requisitos. O espírito humano cogitou então de outro modo de perpetuar os seus atos. A princípio a pintura, por meio das alegorias. Depois, vieram as imagens, mais tarde os hieróglifos. Finalmente apareceu o alfabeto, embora com letras ainda grosseiras. Poucos, porém,

o conheciam e menos ainda o praticavam.

Os mais investigadores, aqueles a quem a natureza concedeu lúcida penetração, foram os primeiros a estudar e conhecer os sinais da escrita incipiente. Formaram uma classe tanto mais privilegiada quanto exíguo era o número de seus membros. Os patrícios davam esta tarefa aos escravos, de que, por luxo, se faziam acompanhar para colher seus pensamentos, anotar suas originalidades e caprichos. Esses constituíram o primitivo tipo do Tabelião. A ele recorriam as partes como o único que sabia assinalar, em marcas visíveis, duradouras, a sua vontade e suas estipulações. Esses "sabios" traçavam as linhas, ainda misteriosas para quase todos, em uma taboa coberta de cêra a que chamavam "tabula, tabalarios". Daí veio o nome de tabelião, como o escrivão vem do escrever, o escriturário vem de escriturar.

Os Hebreus, os Gregos, os Macedônios tinham também os escribas da lei destinados aos atos oficiais e os escribas comuns destinados aos atos do povo. As transações, porém, multiplicavam-se na proporção do crescimento da população. Os poucos, os raros decifradores da escrita tornaram-se insuficientes para receber e retratar todos os contratos. Daí a necessidade de auxiliares. Esses auxiliares chamavam-se "notários". A denominação provinha das "notas", dos apontamentos abreviados. O nome adaptou-se ao modo porque exerciam seus deveres. Atualmente, tabeliães e notários são termos equivalentes. No Brasil, só o Estado do Rio Grande do Sul usa a denominação de "notário".

Primitivamente o tabelionato era uma industria meramente particular, explorada pelos poucos a quem era familiar o uso da escrita. Os seus atos não tinham outra autenticidade além da confiança pessoal e do selo, isto é, sinal ou sinete particular que o interessado lançava no contrato. Depois, o poder público regulamentou o exercício desta profissão, como fez com o comércio, o câmbio, a medicina, o procuratório, a locomoção, funções espontâneas e naturais. Em Roma, escreviam os tabeliães - "Acta diurna" - e o ofício foi convertido em função pública. "Arcadio e Honório", imperadores romanos, foram os primeiros a converter o ofício de tabelião em cargo publico. Tornando apanágio dos homens livres, constituiu parte integrante da "ornititia togata" para gozar de todos os privilégios conferidos à classe dos "spectabiles", destinada ao exercício dos mais elevados cargos do império. Na França, Carlos Magno reorganizou o notariado, colocando-o ao lado da magistratura. Portugal recebeu o influxo da lei romana e com ela a instituição do tabelionato. Segundo autores autorizados, o primeiro monumento oficial foi dado por D. Diniz, em Santarém, em 12 e 15 de Janeiro de 1343.

Posteriormente, vieram as Ordenações do Reino, sendo que na de 1603 encontram-se as principais disposições referentes ao tabelião, sua obrigação e regimento, L 10-Tits. 78 e 80 e respectivos parágrafos. De Portugal passou a lei romana para o nosso direito positivo, já com seu caráter oficial e como emanção da autoridade pública. Quanto a índole do ofício e respectivas atribuições, a instituição do tabelionato ainda é hoje como nos tempos de nossa infância política, salvo algumas modificações. Suas funções tem sido restringidas com a criação dos ofícios privativos do registro facultativo dos documentos, pelos dispositivos do Código Civil Brasileiro relativos às procurações, prorrogações de hipotecas, quitações das mesmas, procurações de próprio punho, etc.; pelo Código de Processo Civil admitindo instrumentos de mandato datilografados para juízo; pela jurisprudência firmada sobre contratos de promessa de venda e compra de bens imóveis, feitos por instrumento particular, mau grado tratar-se de ônus reais. Não obstante as profundas transformações impostas pela ampulheta inexorável do tempo, na sua marcha evolutiva acelerada, ainda são da mais alta importância para a sociedade as funções do Tabelião,.

Depositários de vultuosos interesses, reguladores da vontade das partes contraentes, são eles muitas vezes os primeiros Juizes voluntários entre as partes. São considerados testemunhas fiéis e irrecusáveis dos atos celebrados perante eles, aos quais dão uma autoridade pública distinta da que podem ter, não sómente às promessas verbais feitas em presença das testemunhas, mas ainda aos atos e contratos garantidos por assinaturas particulares.

O Tabelião é o inestimável antídoto da demanda. Genuíno produto da primitiva civilização, é o seguro paládio da família e o mudo penhor do lar doméstico. Confidente de todos os erros, de

todos os segredos, ele aconselha a justa reparação pelo cumprimento da obrigação, pelo pagamento devido, pela restituição, pelo legado. Em todas as nações, mesmo nas épocas mais nebulosas, o tabelião tem merecido peculiar distinção do poder público. Em certos países davam-lhe até atributo de nobreza.

Desde a mais longínqua antigüidade, em todos os países civilizados, os princípios fundamentais do Direito referentes ao notariado, considerados no aspeto essencial da função e social do tabelião, têm caráter universal. São tradicionalmente os mesmos. Ha diversidade apenas, de um povo para outro povo, quanto à fôrma estrinseca dos atos notariais e das medidas reguladoras do seu exercício, porém, jamais variam quanto a natureza jurídica de sua função, a qual estão indissolúvelmente ligados os seus direitos, deveres e prerrogativas (Nuovo Digesto Italiano. verbis "Notariato e Archivi 1'Notarili", n. 2-vol. VIII, pag. 1.058. - "Tratado Completo de Direito Administrativo Italiano" de Orlando, vol. II - parte 111, n. 55).

Assim, em todos os tempos e em toda parte, nas nações cultas o tabelião ou notário foi considerado um profissional que exerce, em nome próprio, no interesse próprio e sob sua exclusiva responsabilidade, função pública, qual a atestar em forma autêntica, com fé pública, os atos jurídicos praticados em sua presença; não desempenha ele um verdadeiro e próprio emprego público, como órgão do Estado, em nome e responsabilidade deste e por este estipendiado. (Orlando citado, pag. 341 a 346). O nosso autorizado Pires Ferrão, no seu "Gata do Tabelião" - Rio de Janeiro - 1870 - pag. 3, afirma: "O Tabelião é uma testemunha autorizada e singular que intervém, como representante da autoridade da lei, nos atos jurídicos das partes para portá-los por fé, e assim legalizá-los e validá-los perante a mesma lei".

Sabido é que na altiva e cavalheiresca Espanha, na França imortal, centro da Civilização, na doura Itália dos Mestres do Direito e no velho Portugal das Ordenações do Reino, o notário tinha, como ainda tem hoje, uma função publica de alta representação social, sendo um verdadeiro conselheiro, chamado a intervir nos conselhos de família com toda a autoridade que a sabedoria e a dignidade do cargo lho outorgam, sendo também conceituados procuradores e administradores de bens.

No Brasil, no período colonial, os ofícios de justiça eram conferidos a título de propriedade e por isso considerados patrimônio hereditário do respetivo serventuário. Essa anomalia, aliás existente na legislação de muitos povos cultos enquanto neles subsistiu o regime da monarquia absoluta, foi abolida pela lei de 11 de Outubro de 1827, artigo 1º. Essa mesma lei determinava, no entanto, atendendo à natureza peculiar desses ofícios, que de então em diante, seriam conferidos por títulos, de "Serventias Vitalícias" às pessoas que para eles tivessem a necessária idoneidade e que as servissem pessoalmente, (art. 2). Esse caráter de "serventias vitalícias" peculiar aos referidos ofícios, manteve-se intacto Da legislação pátria no regime monárquico, como se vê no Decreto Regulamentar da Consolidação, n. 9.420, de 28 de Abril de 1885 (art. 1.º), e no regime republicano, no Decreto Legislativo n. 2389 de 4 de Janeiro de 1911 e sucessivamente rias leis de organização judiciária do Distrito Federal e dos Estados.

O provimento nos referidos ofícios, segundo a legislação vigente, é dado por concurso, como serventia vitalícia de certo e determinado ofício, de certa e determinada circunscrição judicial. Daí a impossibilidade de remover, contra a sua vontade, os ditos oficiais de um para outro ofício.

Para os tabeliões ou notários, reforça a prerrogativa, que lhes cabe, de permanecerem no mesmo e idêntico ofício para que foram nomeados, o direito à "clientela" que lograram grangear no exercício de sua função, por sua idoneidade, simpatia, atividade, capacidade e principalmente pela confiança que souberam inspirar. A serventia vitalícia de determinado cargo ou ofício, é dada, por definição, para que o serventuário a exerça enquanto viver, como profissão permanente, com o fim de lucro. Daí, o seu exercício por livre eleição de seus clientes, o que permite ao tabelião ou notário aumentar a sua clientela pelo zelo e proficiência com que desempenha a sua delicada missão. E a clientela um valioso elemento patrimonial criado e mantido exclusivamente pela sua competência profissional e pelo seu esforço próprio e pessoal.

Para resguardo do exercício independente e imparcial de sua profissão, a lei dá, ao tabelião a

garantia de vitaliciedade, que, hoje lhes é assegurada pelo artigo 187 da Constituição Federal de 1946: "São vitalícios somente os Magistrados, os Ministros do Tribunal de Contas, os titulares de ofício de justiça e os professores catedráticos." Assegurando a garantia (a vitaliciedade, o legislador constituinte quis assegurar, como consequência, as outras duas: a da inamovibilidade e a da irredutibilidade dos vencimentos, não precisando entrar em detalhes, pois, como ensina RUY BARBOSA, "As Constituições não têm o caráter analítico das codificações legislativas. São, como se sabe, largas sínteses, súmulas de princípios gerais, onde por via de regra, só se, encontra o "substractum" - de cada instituição nas suas formas dominantes, a estrutura de cada uma, reduzida, as mais das vezes, a uma característica, a uma indicação, a um traço". - (Executoriedade das Sentenças do Supremo Tribunal, federal nas ações originárias de limites interestaduais, n.º 9).

Vitaliciedade outra coisa não significa senão atribuir-se, até sentença judiciária em contrário, a posse do cargo ao "Magistrado, aos Ministros do Tribunal de Contas, aos titulares de ofício de justiça e aos professores catedráticos". Entre os mais conceituados mestres do Direito Americano está firmado o princípio de que essas garantias de vitaliciedade e de irredutibilidade de vencimentos, quando consignadas na Constituição não visam beneficiar a pessoa do funcionário, mas sim, garantir a liberdade e a independência de ação de que carece para bem e com proveito desempenhar as funções de que está investido. O benefício à pessoa coloca-se em plano secundário, embora de elevado destaque, por envolver uma garantia constitucional. Aliás, não se compreenderia vitaliciedade sem garantia de inamovibilidade e de irredutibilidade de vencimentos, pois estas anulariam aquela.

Pontes de Miranda sustenta que: "a vitaliciedade sem irredutibilidade de vencimentos seria garantia falha. Aqui se tiraria parte do que aí se assegurou: a independência econômica, elemento de relevo, que muitos reputam o maior, da independência funcional". (Comentários à Constituição de 1946, vol. 4-pag. 163).

O insigne Pedro Lésa, relatando um acórdão do Supremo Tribunal Federal, sentenciou: "a garantia da vitaliciedade reside no conceito de que, não podendo em caso algum demitir os funcionários vitalícios, senão mediante sentença judicial, não é lícito reduzir os vencimentos por diminuição destes, ou por tributação ou de qualquer outro modo, desde que a redução frustre ou balde a garantia". (Ac. do Sup. Trib. Fed. em 234-21 - Revista Forense - vol. 37-pag. 355).

Story, com relação ao direito americano, diz: "Sem esta cláusula (a da irredutibilidade dos vencimentos), as outras, como a da inamovibilidade, seriam completamente negatórias e até não passariam de pura zombaria". (Amer. Const. § 1628).

Como vimos, a lei, a doutrina e a jurisprudência dão ao tabelião a garantia da vitaliciedade para que ele possa desassombradamente realizar a sua relevante função social, atendendo, além do interesse imediato, respeitável, do indivíduo, o interesse mediato e muito mais alto da sociedade, porque esta, pelos seus órgãos competentes, tem o dever imperioso de respeitar e fazer respeitar as prerrogativas do tabelião, prestigiando a sua autoridade, com o que, aliás, o Estado se prestigia a si mesmo.

Se é certo que os Estados têm o direito de organizar como lhes aprouver os serviços públicos, não é menos certo que lhes é defeso privar magistrados e titulares de ofício de justiça vitalícios, das vantagens que as leis lhe asseguravam no momento em que foram investidos dos seus cargos, vantagens que se incorporaram ao seu patrimônio e que devem ser garantidas em toda a sua plenitude, em virtude do artigo 187 combinado com o artigo 141-§ 3 da Constituição Federal Brasileira.

Todos os preceitos constitucionais têm força imperativa de regras ditadas pela Soberania nacional de seus órgãos.

Silvio Luciano Caruso
NUPORANGA

Tab. sucessor

O Código Civil em seu art. 530 diz: adquire-se a propriedade imóvel: - I - pela transcrição do título de transferência Do Registro de imóveis; - e no parágrafo único do art. 860: - enquanto se não transcrever o título de transmissão, o alienante continua a ser havida como dono do imóvel, e responde pelos seus encargos.

Diante do que dispõe esses artigos, o tabelião, deve recusar-se a lavrar escrituras quando o título apresentado não estiver devidamente transcrito no Registro de imóveis.

Há proprietários de imóveis que, por negligência, não cumprem o que dispõe o art. 530, o que ocasiona sérios embaraços, despesas maiores e aborrecimentos, quando, movidos pelas circunstâncias procuram registrar os seus documentos de posse.

Certa vez um cidadão apresentou-se em Cartório para ser lavrada uma escritura de venda. Examinado o documento de posse, verificou-se que o mesmo não se achava registrado. A escritura não pode ser lavrada. Dei-lhe as instruções para regularizar o seu título e para consegui-lo, foi necessário transcrever no Reg. de Imóvel cerca de dez escrituras anteriores. isto ocasionou-lhe maiores despesas e perda do negócio.

Com este fato evidencia-se que o tabelião deve, toda vez que lhe for possível, alertar os concidadãos para o que dispõe os art. 530 e 869 do C. C. e explicar que somente após o registro é que o negócio está feito e acabado juridicamente.

CRIAÇÃO DE DISTRITOS

Cid Galvão da Silva

A divisão de distritos e conseqüente criação de novos cartórios, tão a gosto dos antigos políticos, não atende ao interesse público, pelo contrário, é nocivo ao interesse coletivo, como poderemos demonstrar facilmente. Desdobrando um distrito ou subdistrito, terão o oficial que perdeu território, conseqüentemente, diminuídas as suas rendas. O serventuário, como é natural, já tem fixo o seu padrão de vida, quase sempre "dançando em corda bamba" para poder equilibrá-lo e é impossível, maxime na época em que vivemos, diminuir financeiramente o nosso "modus vivendi", e muito menos baixar os vencimentos de nossos escreventes, o que, aliás, a lei não permite. Desfalcado em seus proventos, onde mal se acomodara, o serventuário terá, por força dessa circunstância, que cobrir esse "déficit" e, desesperado, procurará todos os meios para tal. O aumento do Regimento de Custas, quase sempre, é motivado por isso e esse aumento recai sempre nas costas sobrecarregadas do nosso povo e nem sempre trazem acomodação financeira aos serventuários e escreventes. Verificamos que no Rio de Janeiro onde o número de habitantes é quase igual ao de S. Paulo, há menor número, um terço, senão menos, de cartórios do registro Civil do que a nossa Capital, Entretanto, dada a boa renda que têm aqueles cartórios, pelo serviço constante e ininterrupto, as custas não são tão altas e os escreventes e auxiliares percebem bons ordenados, à altura de suas funções.

O interesse político, fator principal da criação à jorro de cartórios do registro civil, já não subsiste, pois os governantes não mais poderão distribuir cartórios aos seus afilhados, em face da disposição constitucional determinando sejam providos por concurso todo os ofícios de justiça, mesmo os de primeira nomeação.

Se já não pode subsistir o interesse político de obsequiar afilhados com cartórios e, se a criação dos mesmos implica forçosamente no aumento das custas, não encontramos razão para desdobramento de distritos e subdistritos.

Que atentem para o exposto os nossos legisladores.

AINDA COM SERVIÇO MILITAR

Antonio Cintra

Voltamos a insistir sobre importante assunto e de que já nos ocupamos em publicação feita nesse Boletim em 1.º de agosto de 1.950. - Assim ao término de nossa longa e laboriosa jornada, outro Intuito não nos move, que não seja o de prestar mais um concurso espontâneo à Pátria querida.

- Destituídos de qualquer intuito próprio e que não mais nos assiste, unicamente desejamos tornar bem esclarecido o caso que ora levamos a ventilar, o que fazemos com toda a lealdade. - O problema, em si, não tem complexidade, porque é muito fácil de se resolver.

- Conferiu-se às Juntas Militares, uma série enorme de atribuições e de responsabilidades, que muito está dando que fazer.

- Senão, vejamos pela exposição simples, mas real, que passamos a fazer.

- Conferiu-se aos prefeitos municipais o cargo de presidente das Juntas Militares e aos oficiais do Registro Civil o encargo de secretários das mesmas Juntas.

- Seria até honraria prestar esse serviço à Pátria, mas frente v. modificação operada nesse mesmo serviço, dificilmente se tornará eficiente toda e qualquer cooperação civil. Os prefeitos municipais, - pela natureza do cargo que desempenham administrativa e politicamente, têm o seu tempo todo tomado com grandes afazeres, e o mesmo acontecendo com a maioria dos oficiais do Registro Civil, notadamente aqueles que não dispõem de renda suficiente em seu cartório para custear um ajudante.

- De modo que, por melhor boa vontade que haja, os oficiais referidos, não se encontram em condições de acumular o encargo - que se lhes quer atribuir, por já se encontrarem por demais atarefados com outros encargos de sua função. O próprio Ministério da Guerra, em documento público, e ao qual já nos referimos em outra publicação, reconhecendo o trabalho eleitoral que pesa sob a responsabilidade dos oficiais, lembra aos prefeitos a conveniência da nomeação de pessoas idôneas para exercerem o cargo de secretários das Juntas, para tanto evocando uma lei em vigor.

- Pois, não é só trabalhoso o fornecimento de certidões para fins eleitorais, como o fornecimento para fins diversos, inclusive mesmo as certidões fornecidas aos jovens que se alistam nas Juntas Militares. - Pelo que fica exposto, depreende-se que o serviço militar, tal como exige a atual organização, só se tornará exequível e perfeito se feito por militares.

- A interferência civil no caso ora ventilado, não é a reclamada.

- Escalonados em diversas zonas do Estado e provavelmente da República, se encontram delegacias militares, as quais, em alguns lugares já estão cooperando nas Juntas Militares.

- Porque, então, não se conferir o trabalho das Juntas a essas delegacias?.

- Compreendemos que esta nossa manifestação de nada prevalecerá, se a nobre bancada paulista na Câmara Federal, a Associação dos Serventuários de Justiça e a Associação dos Escreventes de Cartórios, não interferirem sobre o caso.

SERVIDORES DA JUSTIÇA - Carlos Figueiredo Junior

Aos poucos os componentes da numerosa classe dos servidores da Justiça vão assistindo, com satisfação e orgulho, a concretização de suas antigas aspirações. A Lei N. 465, que regulou os direitos à aposentadoria, medida tão desejada há tantos anos, está em pleno vigor, sendo certo que diversos serventuários, escreventes e oficiais de justiça, já requereram e obtiveram sua

aposentadoria e, naturalmente, alguns já devem estar recebendo seus proventos, pois, para tanto, as contribuições e taxas adicionadas, têm sido pagas regularmente.

Por outro lado, a Lei N. 819, que estabeleceu a carreira do serventuário e regulamentou a forma de promoção e remoção, para preenchimento de ofícios vagos e criados, também já está produzindo seus frutos, eis que o Egrégio Tribunal de Justiça já abriu concursos para diversos cartórios e inúmeras inscrições já foram feitas.

Esperamos que outras medidas serão por certo adotadas, tais como a modificação do Regimento de Custas, cujo projeto já se acha em andamento na Assembléia Legislativa, afim de que desapareça a desigualdade existente, dentro de uma mesma classe, de vez que uma parcela dela já foi atendida em suas pretensões, não se podendo admitir que o restante da classe sofra a injustiça de não ser olhada pelos poderes públicos.

Existe, outros sim, um projeto, reduzindo a percentagem que devem pagar os servidores, a título de contribuição à Carteira de Aposentadoria, se considerarmos que é realmente excessiva a taxa de 5% sobre os proventos, tanto mais que, o que se arrecada, conforme está provado, preenche perfeitamente, e com sobra, as necessidades da Carteira para satisfazer em tempo as aposentadorias que foram requeridas.

Afim de que se completem tais providencias, justas e necessárias, em beneficio da classe, é que fazemos um modesto apelo à Assembléia Legislativa e à digna Diretoria de nossa Associação, para, num conjunto harmonioso de ação decisiva, conseguirem trazer para a grande e dedicada classe, mais esses benefícios, que, somados com os que por direito já recebemos, possam trazer à nossa classe uma posição satisfatória e nos proporcionar uma verdadeira e esplendorosa vitória.

PARA EVITAR CONFUSÃO - Abnér Ribeiro Borges

O extinto Conselho Administrativo do Estado, ao tempo da Interventoria Federal, houve por bem extinguir a denominação dos cartórios de paz dos bairros em que estão situados, numerando-os apenas em ordem cronológica das criações dos respectivos distritos, denominando-os subdistritos inclusive o 1.º, que é o 1.º subdistrito.

Essa medida não trouxe ao público e à Justiça nenhuma vantagem, ao contrario, acarretou grande confusão, pois o cartório do Brás, para o povo, será sempre o cartório do Brás, e os demais da mesma forma.

Poderá permanecer a numeração uma vez que se complete com o nome do bairro.

A serem levadas em consideração as presentes razões, o cartório do 35º subdistrito desta capital, constituindo exceção, sem nenhuma justificativa, impropriamente com a denominação de Cerqueira Cesar, uma vez que este bairro acha-se encravado dentro do distrito do Jardim América, resulta tal fato, que a correspondência de um cartório vai contantemente para o outro, quando não para a cidade de Cerqueira Cesar, neste mesmo Estado, redundando em prejuízo dos interessados e ao bom andamento dos serviços dos mesmos cartórios.

Ressalvada a exceção apontada, a denominação dos bairros facilitará sobremaneira ao publico.

Ao próprio titular da Justiça si lhe for perguntado em que bairro fica, suponhamos o 14.º subdistrito, por certo ficará na duvida.

Portanto restabelecer as denominações dos cartórios de paz e do Registro Civil pelos seus respectivos bairros, como antigamente, será medida pratica e justa, e o 35.º subdistrito, criado com a denominação de Cerqueira Cesar, poderá denominar-se Bela Cintra ou Augusta, ruas centrais do mesmo.

À Assembléia Legislativa, será endereçado pedido nesse sentido.

Provimentos - CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

Despachos proferidos nos seguintes processos:

N. 7615 - Instituto de Previdência - Capital - "A fiscalização da aplicação das estampilhas referentes à Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, é exercida pelos Juízes Corregedores permanentes que baixarão instrução aos seus subordinados no sentido de bem disciplinar o cumprimento da lei, no que tange à referida taxa. Assim, ao Corregedor Geral cabe aguardar as instruções das autoridades competentes e resolver, a seu tempo, as duvidas que surgirem. Por enquanto nada há a ordenar. - S. P. 5-4-51. (a.) Leme da Silva". (Publicado no Diário da Justiça de 10/4/51).

N. 7586 - Luiz Rosembaum - Capital: - "Divisa-se, na espécie, uma duvida, suscitada pelo Oficial da 14.^a Circunscrição de Registro Imobiliário, ainda não dirimida pelo Juízo competente. - Levantada a duvida, sobreveio o pedido de fls. 2, endereçada ao Dr. Corregedor Geral da Justiça, de então, para que a resolvesse. - Todavia, nos termos do art. 215 do Decreto n. 4.857, de 1939, o título impugnado deveria ser remetido ao Juiz competente para apreciar a duvida. - É o que se ordena, determinando-a a remessa do processo ao Dr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos. Nesse juízo, o interessado poderá contrariar argumentos do oficial impugnante e, se a decisão foi-lhe desfavorável, poderá utilizar-se do recurso de agravo de petição, preconizado como o recurso cabente, pela legislação em vigor. - V. artigo 35 do Decreto-lei n. 14.234, de 16-10-1944. - À decisão do Juízo da Corregedoria dar-se-á a publicidade recomendada por aquele decreto (art. 34), a saber, o escrivão cientificará os serventuários, da mesma natureza a que pertencer o oficial suscitante, do inteiro teor da decisão exarada, dando-lhes contra fé, sem que isso onere de qualquer maneira o processo. - A decisão será publicada, na íntegra, no Diário da Justiça, e comunicada ao Dr. Corregedor Geral da Justiça, através de cópia autêntica. Visam tais medidas a orientação uniforme dos Serviços da Corregedoria no que respeita aos serviços de imóveis. - Como instrução, observo ser desnecessário a distribuição do pedido, pelo respectivo distribuidor, com acréscimo de despesas, sem objetivo pratico, visto que existe um único cartório, privativo, para os serviços de Registros Públicos. - É mistér, apenas, a remessa da dúvida, mediante carga, no livro próprio, dos registros de Imóveis, ao cartório dos Registros Públicos para o devido processo. - Essa cautela será obrigatória. - São Paulo, 9 de abril de 1951. - (a.) Lente da Silva".

N. 7638 - Luiz Clemente Capital: - "Expeça-se a certidão, feita a necessária liquidação - São Paulo, 9-4-51 - (a) Leme da Silva". (Publicado no Diário da Justiça de 10/04/51).

N. 7648 - Ruy Pinheiro de Amorin Cortez - Capital: "O requerente, Dr. Ruy Pinheiro de Amorim Cortez, serventuário vitalício do 6.^o Ofício da Família e das sucessões, da Capital, está nas mesmas condições de seus colegas, já convidados pelo Dr. Secretário da Justiça para reassunção de seus cargos, em obediência, aliás, à deliberação deste Egrégio Tribunal, em sessão plenária. - Na espécie não se divisa o exercício de função eletiva e sim de cargo em comissão, como realça a portaria de fls. 7. São Paulo, 5-4-51. (a.) Leme da Silva---. (Publicado no Diário da Justiça de 10/4/51).

PROVIMENTO N. 1 DE 1951

O Desembargador João Baptista Leme da Silva, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,
Atendendo a que está em circulação, desde o dia 1.^o do corrente mês, o selo da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, instituída pelo art. 11 da lei n. 465 de 28 de setembro de 1949;
Atendendo ainda, a que a referida taxa é recolhida como adicional à razão de 5% sobre os

emolumentos (custas) dos serventuários e auxiliares da Justiça;
Atendendo a que, de acordo com o art. 6.º do Decreto-Lei 17.124 de 13 de março de 1947, "O acréscimo de 10% (dez por cento), que constitui renda do Estado, calculado sobre os emolumentos devidos aos Distribuidores, pela distribuição de escritura, será recolhido pelo próprio Tabelião que as lavrar, por meio de selo aplicado no final do instrumento;"
Atendendo finalmente, a que, em harmonia com a supra mencionado dispositivo, e para haver uniformidade nos serviços judiciários, mister se torna fique estabelecido, quanto possível, um sistema de arrecadação de tributos, que facilite a fiscalização:

Determina:

Os tabeliães de notas, conjuntamente com os selos devidos sobre os seus próprios emolumentos na lavragem das escrituras, receberão das partes, também, para ser aplicado em selos especiais da Taxa de Aposentadoria, os 5% que recaem sobre as custas da distribuição das escrituras;
Os distribuidores, com referência a outros papéis apresentados para distribuição, devem apor nos seus próprios livros, selo devido o cálculo sobre os seus proventos pela prática desses atos.

Cumpr-se - São Paulo, 9 de abril de 1951 - C. C. S. (a.) J. B. Leme da Silva. (Publicado no Diário da Justiça de 10/4/51).

N. 7554 - Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça de São Paulo: - "A matéria da representação já foi objeto de decisões várias, cujo ponto de vista mantenho. - Quanto à divergência relativa à representação das classes de escreventes e de serventuários, sendo elas distintas e autônomas, deixo assentado que ditas classes terão representação própria, isto é, uma não representará a outra. - Sua audiência será decretada, conforme o caso concreto, no momento oportuno. - São Paulo, 16 de abril de 1951. (a.) Leme da Silva". (Diário da Justiça de 18/4/51).

N. 7659 - Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça de São Paulo: - "O objeto da consulta deve ser dirimido em caso concreto, pela autoridade competente, além do mais, porque se a certidão de tempo de serviço é expedida pela Corregedoria Geral através do respectivo cartório e por ordem do Corregedor Geral, é porque esta autoridade considerou hábeis os documentos exibidos, e, bem assim, porque se considerou legalmente competente para agir, como tem agido. - São Paulo, 16 de abril de 1951. (a.) Leme da Silva". (Diário da Justiça de 18/4/51),

Nota: - A fim de que todos os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, tomem conhecimento, para as providências cabíveis, é publicada a solicitação da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social: - "Senhor Corregedor Atendendo pedido do Departamento de Saúde, desta Secretaria, tenho a honra de solicitar as dignas providências de V. Excia. junto aos cartórios de Registro Civil localizados no interior do Estado, no sentido de serem cumpridas as determinações do Decreto-lei federal n. 9017, de 23 de fevereiro de 1946, tendo em vista a importância dos serviços de propaganda no desenvolvimento da educação sanitária". (Diário da Justiça, de 18/4/51).

DESPACHO PROFERIDO EM PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE ESCRIVENTE DE CARTORIO:
Itú - 7585 - Getulia Ramalho de Vecchi, para o Registro Civil das Pessoas Naturais:
Incide em manifesto equivoco o Dr. Juiz de Direito de Itú ao asseverar que a Corregedoria Geral só pode entrar no mérito das provas do concurso a que se submete o candidato à nomeação para o cargo de escrevente habilitado. - Segundo o entender daquele magistrado o processo relativo à primeira investidura é que estaria subordinado aos efeitos da portaria n. 6 de 30 de maio de 1949.

O certo é que o Corregedor Geral examina todos os casos de nomeação de escrevente habilitado, regidos pelo Decreto n. 5.129 de 1931. - Assim, tratando-se de ingresso na carreira, o exame superior abrange a documentação apresentada, as formalidades do processo do concurso, e, bem assim, o mérito revelado pelo candidato, através das provas por ele produzidas.

Cumpr-se dessarte, o disposto no artigo 9.º do mencionado decreto.

Na hipótese do escrevente habilitado em concurso de provas, desprender-se do cartório a que servia, exonerando-se, como acontece na espécie, o novo processo de nomeação também é susceptível de exame pelo Corregedor Geral, a fim de homologar ou não a nova investidura, tendo em vista os documentos exibidos e outros elementos, constantes do processo e do prontuário do candidato, existente na Secretaria da Corregedoria.

Evita-se, pelo exame superior, o abandono de processos em que se depare necessidade de cumprir formalidades essenciais.

Contra essa medida tão salutar, de efeito tão benéfico até agora só se insurgiu o Dr. Juíz, da comarca de origem, através do ofício de fls. 11 que me obrigou a tecer as sucintas ponderações, exaradas linhas acima.

Não é preciso encarecer ou ressaltar que a providência preconizada pela portaria citada produz intensa sobrecarga aos serviços afetos à Corregedoria Geral, mas, ainda, assim, não vejo motivo para reforçá-la, atentos os frutos benéficos que tem produzido, pois proporcionando a remoção de irregularidades que poderiam até invalidar as portarias da nomeação, decorrentes de processos inoperantes de efeitos jurídicos.

Baixo os autos a fim de ser junta copia da portaria de nomeação, também passível de critica pela Corregedoria Geral
Em seguida, selados e preparados, voltem conclusos.

São Paulo, 12-4-51. (a.) Leme da Silva.

EDITAL - CONCURSO DE REMOÇÃO PARA PROVIMENTO DOS OFÍCIOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E ANEXOS DOS DISTRITOS DE INGÁS, COMARCA DE NOVA GRANADA; - ARACAÇÚ, COMARCA DE ITAPEVA; E PARDINHO, COMARCA DE BOTUCATÚ (1.ª CLASSE).

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - desembargador Alcides de Almeida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do art. 26 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica aberto na Secretaria do mesmo Tribunal até o dia 16 de abril p. futuro o concurso de remoção para provimento dos ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos dos distritos de Ingás Comarca de Nova Granada; Aracaçú, comarca de Itapéva; e Pardinho, comarca de Botucatú (1.a classe).

São admitidos a inscrever-se, - unicamente, os serventuário de ofício da mesma natureza e da mesma classe.

No pedido de inscrição, que será dirigido ao Presidente do Tribunal indicará o candidato a qual ou quais dos cartórios pretende concorrer. O requerimento terá a firma reconhecida e será instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão de tempo de serviço;
- b) prova de quitação com o Serviço Militar;
- C) prova de que é eleitor; e
- d) encargos de família;

Será facultado o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a conduta ou o merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício.

Na petição indicará o candidato, expressamente, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juízes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 27 de março de 1951. - Eu, Francisco B. Peyró) chefe de seção, dactilografei. E eu, Ulpiano da Costa Manso - Secretário Diretor Geral, subscrevi - Alcides de Almeida Ferrari - Presidente do Tribunal de Justiça. (Publicado no Diário da Justiça de 28/3-1-6-10 e 14/4.)

CONCURSO DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS DA COMARCA DE LIMEIRA (2.ª CLASSE)

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Alcides de Almeida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do artigo 26 da lei fi. 819, de 31 de outubro de 1950, fica aberto na Secretaria do mesmo Tribunal, até o dia 16 de abril p. futuro, o concurso de remoção e promoção para o cartório do 2.º Ofício de Notas e Anexos da comarca de Limeira (2.º classe).

São admitidos a inscrever-se, unicamente:

- I - Os serventuários ou sucessores com 2 anos, pelo menos, de efetivo exercício, em funções da mesma natureza ou com anexos do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior;
- II - Os serventuários de ofício de 1.ª classe que contarem mais de 15 anos de efetivo exercício;
- III - Os serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até 31-X-50 e que não tenham sido nomeados, com o mesmo direito que então lhes assistia, desde que correspondam à natureza e classificação do ofício em concurso;
- IV - Os escreventes que na data da promulgação da Lei n. 819 - 31-X-50 - contavam mais de 5 anos de serviço em ofício da mesma natureza ou com anexos do ofício vago.

O pedido de inscrição será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a firma reconhecida e instruído com os seguintes documentos.

- a) certidão de tempo de serviço, passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) certidão da existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servir ou tenha servido e o escrivão da corregedoria permanente;
- c) prova de quitação ou de isenção do serviço militar;
- d) prova de que é eleitor e de que está no gozo dos direitos civis e políticos;
- e) prova de classificação em concursos anteriores e de não haver sido nomeado (no caso do item III).

Será facultado ao candidato o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a conduta ou o merecimento, inclusive trabalhos sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicados dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

Na petição indicará o candidato, expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juizes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 27 de março de 1951. Eu, Francisco B. Peyró, chefe de seção, datilografei. E eu, Ulpiano da Costa, Manso, Secretário, Diretor Geral, subscrevi. Alcides de Almeida Ferrari, Presidente do Tribunal de Justiça. (Publicado no Diário da Justiça de 28/3-1-6-10 e 14/4.)

CONCURSO DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE HIPOTECAS E ANEXOS DA COMARCA DE GUARATINGUETÁ (2.ª CLASSE).

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Alcides de Almeida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do art. 26 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica aberto na Secretaria do mesmo Tribunal até o dia 16 de abril p. futuro, o concurso de remoção para provimento do cartório do Registro Geral de Hipotecas e Anexos da comarca de Guaratinguetá (2.ª classe).

São admitidos a inscrever-se, unicamente:

- I - Os serventuários ou sucessores com 2 anos, pelo menos, de efetivo exercício, em funções da mesma natureza ou com anexos de ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior;
- II - Os serventuários de ofícios de 1.ª classe que contarem mais de 15 anos de efetivo exercício;
- III - Os serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até 31-X-50 e que não tenham sido nomeados, com o mesmo direito que então lhes assistia desde que correspondam à natureza e classificação do ofício em concurso;
- IV - Os escreventes que na data da promulgação da Lei n. 819 - 31-X-50 - contavam mais de 5 anos de serviço em ofício da mesma natureza ou com anexos do ofício vago.

O Pedido de inscrição será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, com a firma reconhecida e instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão de tempo de serviço, passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) certidão da existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servir ou tenha servido e do escrivão da corregedoria permanente;
- c) prova de quitação ou de isenção do Serviço Militar;
- d) prova de que é eleitor e de que está no gozo dos direitos civis e políticos;
- e) prova de classificação em concursos anteriores e de não haver sido nomeado (no caso do item III).

Será facultado ao candidato o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a conduta ou o merecimento. inclusive trabalhos sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicados, dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

Na petição indicará o candidato, expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juízes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 27 de março de 1951. Eu, Francisco R. Peyró, chefe de seção. dactilografei. E eu. Ulpiano da Costa Manso, Secretário Diretor, Geral, subscrevi.

Alcides de Almeida Ferrari.

Presidente do Tribunal de Justiça. (Publicado no Diário da Justiça de 28/3-1-6-10 e 14/4.)
CONCURSO DE REMOÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS DA COMARCA DE ITATIBA (2.ª CLASSE).

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Alcides de Almeida Ferrari.

FAZ SABER que, nos termos do art. 26 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica aberto na Secretaria do mesmo Tribunal, até o dia 25 do corrente, o concurso de remoção e promoção para o cartório do 2.º Ofício de Notas e Anexos da comarca de Itatiba - (2.ª classe).

São admitidos a inscrever-se unicamente:

- I - Os serventuários ou sucessores com 2 anos, pelo menos, de efetivo exercício, em funções da mesma natureza ou com anexos do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior;

- II - Os serventuários de ofícios de 1.^a classe que contarem mais de 15 anos de efetivo exercício;
III - Os serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até 31-X-1950 e que não tenham sido nomeados, com o mesmo direito que correspondam à natureza e classificação do ofício em concurso;
IV Os escreventes que na data da promulgação da Lei ri. 819 31-X-50 - contavam mais de 5 anos de serviço em ofício da mesma natureza ou com anexos do ofício vago.

O pedido de inscrição será dirigido ao Presidente do Tribunal da Justiça, com a firma reconhecida e instruído com os seguintes documentos:

- a) certidão de tempo de serviço, passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações ou pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) certidão da existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servir ou tenha servido e do escrivão da corregedoria permanente;
- c) prova de quitação ou isenção do serviço militar;
- d) prova de que é eleitor e de que está no gozo dos direitos civis e políticos;
- e) prova de classificação em concursos anteriores e de não haver sido nomeado (no caso do item III).

Será facultado ao candidato o oferecimento, além dos documentos obrigatórios, de outros que lhe abonem a conduta ou o merecimento, inclusive trabalhos sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicados dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

Na petição indicará o candidato, expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juízes perante os quais tenha servido.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados é expedido o presente edital.

Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça, 5 de abril de 1951. Eu, Francisco B. Peyró, chefe de seção, datilografei. E eu, Ulpiano da Costa Manso, Secretário Diretor Geral, subscrevi.

Alcides de Almeida Ferrari
Presidente do Tribunal de Justiça.

Publicado no Diário da Justiça de 6-10-15-19 e 24/3

COMUNICADO DA SECRETARIA DA JUSTICA

Comunica-se aos serventuários de Justiça da Capital, abaixo relacionados, que deverão remeter à 1.a Seção da Justiça, desta Secretaria, dentro de 10 dias, os balancetes da receita e despesa dos respectivos cartórios, cujo prazo de entrega, de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 30 do Decreto-lei n. 12.364, expirou a 28 de fevereiro p.p., podendo os impressos serem procurados na referida Seção.

Registro de Imóveis: - 1.ª circunscrição - 3.ª circunscrição - 4.ª circunscrição - 6.ª circunscrição - 7.ª circunscrição - 8.ª circunscrição - 10.ª circunscrição - 11.ª circunscrição - 12.ª circunscrição - 14.ª circunscrição.

Tabelião de Protestos: - 3.º Tabelião de Protestos - 4.º Tabelião de Protestos.

Tabelião de Notas: - 3.º Tabelião de Notas - 5.º Tabelião de Notas - 6.º Tabelião de Notas - 7.º Tabelião de Notas - 9.º Tabelião de Notas - 12.º Tabelião de Notas - 13.º Tabelião de Notas - 16.º Tabelião de Notas - 17.º Tabelião de Notas - 18.º Tabelião de Notas - 19.º Tabelião de Notas - 20.º Tabelião de Notas - 22.º Tabelião de Notas.

Cartórios da Família e das Sucessões: - 1.º Ofício - 2.º Ofício - 3.º Ofício - 4.º Ofício - 5.º Ofício - 6.º Ofício

7.º Ofício - 8.º Ofício - 9.º Ofício - 10.º Ofício.
Cartórios do Cível: - 1.º Ofício - 2.º Ofício - 3.º Ofício - 4.º Ofício - 5.º Ofício - 6.º Ofício - 7.º Ofício - 10.º Ofício - 12.º Ofício - 13.º Ofício - 13.º Ofício - 16.º Ofício.

Registro de Títulos e Documentos: - 1.º Ofício - 4.º Ofício.

Feitos da Fazenda Estadual: - 3.º Ofício.

Feitos da Fazenda Nacional: - 1.º Ofício - 2.º Ofício.

Feitos da Fazenda Municipal: - 2.º Ofício.

Depositário Público: - 2.º Depositário Público.

Contador: - 1.º Contador - 2.º Contador e 4.º Partidor.

Distribuidor: - 1.º Distribuidor - 2.º Distribuidor e 3.º
Partidor - 3.º Distribuidor - 5.º Distribuidor.

REGISTRO CIVIL

Subdistritos da Capital: - 4.º - Nossa Senhora do Ó - 5.º - Santa Ifigênia - 9.º - Vila Mariana - 10.º - Belenzinho - 13.º - Butantã - 14.º - Osasco - 16.º - Bom Retiro - 19.º - Ipiranga - 20.º - Perdizes - 26.º - Pari - 28.º - Tatuapé - 30.º - Santo Amaro - 31.º - Ibirapuera - 32.º - Pirituba - 33.º - Capela do Socorro - 34.º - Alto da Moóca - 35.º - Cerqueira Cesar - 37.º - Vila Maria - 38.º - Aclimação.

Distritos: - Caieiras - Cotia - Embú - Embú-Guaçú - Guarulhos - Franco da Rocha - Itapive - Juquitiba - Mairiporã - Mauá - Paranapiacaba - Perús - Pirapóira - Ribeirão Pires - Santo André - 1.º Subdistrito - Santo André - 2.º subdistrito - São Caetano do Sul.
(Publicado no D. O. de 5/4,/51.)

DEPARTAMENTO DA RECEITA

O. S. N. 19-51 - GR.

O Diretor do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda, tendo em vista as modificações introduzidas na legislação fiscal pela lei n. 936, de 30 de dezembro de 1950, e a conveniência de atualizar os assuntos abaixo tratados, esclarece e determina o seguinte:

A - Art. 3.º - Recomenda-se aos órgãos da Fiscalização que, na aplicação do dispositivo a margem, tenham em vista o seguinte:

I - o disposto no art. 3.º da Lei n. 936-50 não interfere com a matéria regulamentada no Capítulo XIII do Decreto-lei n. 18.504-49, nem a altera;

II - a faculdade de apreender as mercadorias transportadas pelos contribuintes estabelecidos que, - embora atendendo às exigências formais na lei estabelecidas sobre a sua movimentação, deixem, sistematicamente, de pagar a tributação devida, deve ser entendida como só aplicável a partir de 1.º de janeiro de 1951.

III - assim sendo, sempre que se tratar de hipótese de que cogita aquele artigo, os

servidores fiscais verificarão se os contribuintes da espécie, visados pela sua vigilância, vêm deixando, a partir de 1.º de janeiro p. p., de pagar, dentro dos respectivos prazos legais, o imposto devido;

IV - verificando que assim vêm procedendo, expedirão a notificação para que recolham a tributação devida dentro de 15 dias;

V - se, vencido o prazo, o contribuinte não atender a notificação ou dela não recorrer, caberá a aplicação do dispositivo em causa, observadas, no que couber, as regras fixadas no Capítulo XIII do Decreto n. 18.504-49.

B - Art. 16: - Tendo este dispositivo revogando as isenções das taxas de serviços de águas e esgotos que beneficiavam os; prédios de propriedade da União e dos Municípios, aí inclui. dos os pertencentes às entidades autárquicas, recomenda-se aos órgãos encarregados da feitura dos lançamentos que façam relacionar, cuidadosamente, todos aqueles prédios e verificar que sejam devidamente lançados, atualizadas as bases dos lançamentos, a partir de 1.º de janeiro p. p. C - Art. 20: - I) - Livro do Código de Impostos e Taxas.

CAPÍTULO I

1.º) - As custas, percentagens e emolumentos, pertencentes ao Estado, passam a ser arrecadados em estampilhas do imposto do selo - (selos adesivos comuns), mediante direta aplicação das mesmas nos livros, documentos e processo.

2.º) - O quantum devido será fixado levando-se em conta, também, os acréscimos decorrentes da Lei n. 2.485, de 16 de dezembro de 1935, e do Decreto n. 11.109, de 25 de maio de 1940.

3.º) - Continua em vigor o disposto nos arts. 3 e 4 do Livro XIX do C.I.T.

II - CAPÍTULO II DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

Na aplicação das regras estabelecidas no item precedente, dever-se-á ter em vista, com relação às custas e emolumentos mencionados na Tabela A:

1.º) Tabela A, n. 1 - Dos escrivães da Corte de Apelação:

a) Cíveis - Foram extintos pelo Decreto n. 5.453, de 31 de março de 1932.

b) Criminais - De acordo com o parágrafo único do artigo 1.º da Lei n. 3.049, de 10 de novembro de 1937, passaram a constituir renda do Estado as custas anteriormente atribuídas ao escrivão criminal da Corte de Apelação, atualmente Tribunal de Justiça.

2.º) Tabela A, n. 2, 3, 4, 5, 6 e 7: - De acordo com o Decreto-Lei n. 11.058, de 26/4/1940, combinado com a Lei n. 13, de 22/11/47 os Juízes Curadores e demais - Membros do Ministério Público nada mais percebem a título de custas e emolumentos, que passaram a constituir renda do Estado.

3.º) O art. 7.º do Livro XIX do C.I.T. fixa a época em, que devem ser aplicados os selos nos livros, documentos, ou processos. Na execução deste dispositivo, ter-se-á em vista que a matéria cível está disciplinada pelos arts. 53 a 67 76, 78, 79, 100, 182 § 1. 188, 201 - n. IV, 203, 205, 298, 300, 411, 498, 912 e 915, do Código do Processo Civil; e a matéria criminal, pelos arts. 101, 336, 653, 700, 719, 804 a 806, do Código do Processo Penal.

4.º) Chama-se a atenção da fiscalização para o fato de que o art. 55 do Código do Processo Civil, nos processos terminados por desistência ou confissão, determina que

as custas sejam pagas pelas partes que houverem desistido ou confessado, não bastando, portanto, não obstante o disposto na Lei n. 727, de 12/6/1950, a conclusão do processo ao Juíz e o seu despacho de "Arquive-se" para que aquele esteja sanado. O arquivamento só poderá ser feito após o pagamento das custas devidas.

III - CAPÍTULO III DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

Com relação às custas e emolumentos mencionados na Tabela B, deve-se ter em vista que todos eles constituem renda do Estado, processando-se a arrecadação integral, nos termos dos incisos 1.º e 2.º do item I, da Letra C, desta O.S.

As porcentagens anteriormente atribuídas aos Juízes de Direito de primeira instância foram suprimidas pelo Decreto-Lei n. 11.058, cujo art. 21, em seu parágrafo único, estabeleceu que as mesmas passassem a constituir renda do Estado.

IV - CAPÍTULO IV DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

Pela mesma forma, as custas e emolumentos mencionados na Tabela C constituem integralmente renda do Estado e serão arrecadadas pela maneira já indicada.

Essa alteração provém do que determina a Constituição Estadual, de 9-7-1947, em seu artigo 61.

V - CAPÍTULO V DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

As custas e emolumentos mencionados na Tabela D acham-se acrescidos de 10%, mais 50% por verba, sobre esta percentagem, no total de 15% constituindo essas duas majorações renda do Estado, cuja arrecadação passa a ser feita na forma indicada nos incisos 1.º e 2.º do item I, da letra C, desta O.S. O mencionado total de 15% decorre do disposto no Decreto 11.109, que estabeleceu que os 10% anteriormente cobrados, fossem acrescidos de 50%, arrecadados este por verba.

VI - CAPÍTULO VI DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

As custas, porcentagens e emolumentos, mencionados na Tabela E, acham-se acrescidos de 5~; , mais 100% por verba, sobre esta porcentagem, no total de 10'; , de acordo com o parágrafo único do artigo 20 do Decreto n. 11.109, constituindo esses dois acréscimos renda do Estado.

Como a arrecadação passa a ser feita por meio de selos adesivos comuns, deverão estes ser aplicados na proporção dos 101 1 ;, referidos, contados sobre as mencionadas custas, porcentagens e emolumentos.

VII - CAPÍTULO VII DO MESMO LIVRO E CÓDIGO

Os emolumentos mencionados na Tabela F, eram arrecadados integralmente pelo Estado, competindo, porém, metade da arrecadação ao serventuário que reconhecesse a firma. Ao adquirir as estampilhas especiais correspondentes, este o fazia pela metade do seu valor nominal.

De acordo com a regra estabelecida nos incisos 1.º e 2.º do item I da letra C, todas as porcentagens, custas e emolumentos, pertencentes ao Estado, passam a ser arrecadados mediante aplicação direta de estampilhas do imposto do selo deixando assim de vigorar a forma de aquisição pela metade do valor das estampilhas de "Reconhecimento de firma". Nestas condições, deverá ser arrecadada, como parte pertencente ao Estado, em cada reconhecimento de firma, de acordo com o, atual Regimento de Custas :

Em estampilhas do imposto do selo (selo adesivo comum)

- a) Metade de CrS 2,00, emolumento fixado na Tabela F.....1,00
- b) 15% sobre CrS 2,00 que vinham sendo cobrados em estampilhas de emolumentos de cartório.....0,30
- Total 1,30

A esse total serão acrescidos CrS 0,50 em estampilhas próprias da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

Aos serventuários assiste o direito de cobrar o que mais, a esse título, lhes for devido, nos termos da legislação em vigor.

VIII - PARAGRAFO 1.º DO ART. 20.

Esclarece o § 1.º do dispositivo à margem, que esse artigo não se aplica nos casos previstos no parágrafo único do artigo 32 do Livro VIII do C.I.T.

Assim sendo, com relação à selagem de custas, percentagens e emolumentos, percentagens do Estado, não se levará em conta o fato dos papéis apresentados como documentos já encontrarem selados por força de incidência do próprio imposto do selo. As custas, percentagens e emolumentos são devidas por inteiro, não se podendo cogitar de selar apenas as diferenças de que trata o parágrafo único do art. 32 do citado Livro VIII do C.I.T.. São, pois, devidos ao Estado o imposto do selo e mais as custas, percentagens e emolumento, sendo o total pago em estampilhas do imposto do selo.

IX - DO ESTOQUE DAS ESTAMPILHAS DAS ESPÉCIES CUJO USO FICA SUPRIDO.

a) Enquanto existirem em estoque, as estampilhas de "Custas Judiciárias", "Emolumentos de Cartório" e "Emolumentos Judiciais" serão utilizadas, a título precário e indistintamente, como se fossem estampilhas do imposto de selo, quer estejam ou não reimpressas com a sobrecarga correspondente.

b) A V-23 e as Delegacias Regionais de Fazenda, ao atenderem as requisições de estampilhas do imposto do selo, fornecerão, de preferência, as das espécies citadas na alínea precedente, assim contribuindo para o mais rápido consumo dos saldos existentes.

c) Pela mesma forma, as exatórias, ao procederem à venda das estampilhas, que passará a ser feita independentemente de guias, procurarão colocar, de preferência, aquelas das espécies fora de uso.

d) A escrituração das estampilhas continuará a ser feita pelos processos em uso até agora, segundo as várias espécies.

e) As Delegacias Regionais de Fazenda, pela sua Seção de Contabilidade, transferirão para o código correspondente ao Imposto de Selo, os lançamentos feitos pelas exatórias a partir de 1.º de janeiro p.p. e correspondentes à arrecadação pela venda de estampilhas das espécies referidas na alínea "a" deste item.

f) Fica suspensa a venda das estampilhas especiais de "Reconhecimento de firma", devendo o estoque existente ser recolhido, na primeira oportunidade, por intermédio dos Tesoureiros das Delegacias Regionais.

g) O estoque das estampilhas referidas na alínea anterior, em poder dos serventuários, será utilizado, até findar-se, exclusivamente nos reconhecimentos de firma e pelo seu valor nominal, como estabelecido no regime anterior à Lei n. 936/50.

h) Chama-se a atenção das dependências interessadas para as circunstâncias de que as alterações referidas nesta O.S. não atingem as estampilhas especiais de "Estatística", de "Custas da Ordem dos Advogados". "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" e "Taxa de Providência dos Médicos".

D - Art. 28 - Levantamentos fiscais: - Chamando a atenção dos órgãos fiscalizadores das rendas estaduais para o disposto no art. 28, recomenda-se que, na aplicação daquele dispositivo, atendam ao seguinte:

I - Nos casos em que os contribuintes mantenham escrituração contábil na devida ordem, - nos termos da legislação em vigor -, e se prontifiquem a exibí-la integralmente, acompanhada da documentação necessária, à Fiscalização, os levantamentos fiscais referidos naquele artigo, serão feitos tendo em vista esses elementos.

II - Continuam em vigor as demais instruções baixadas sobre o assunto, desde que não contrariem as novas disposições legais e apresente determinação.

III - Os Srs. Delegados Regionais Encarregados de Inspetoria Fiscal e Chefes de Posto de Fiscalização, ou Encarregados de Distrito Fiscal, deverão dispensar especial atenção ao presente assunto, ministrando instruções detalhadas a todos os servidores que interfiram nos serviços da espécie e examinando os serviços executados, de forma que possibilite obter a maior uniformidade de sua execução em todo o Estado.

Departamento da Receita, em 7 de março de 1951.

Djalma Varella Martins - Diretor do Departamento da Receita.

Seção Social

Fazem anos durante o corrente mês o seguinte serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

Dia 1.º - Theodolino de Paula Borges - Ipiguá

Jonas de A. Vilhena - Franca

2 - Augusto Baptista do Canto - Itapeva

Mozart Tristão de Almeida - Batatais

3 - Alvaro Alves - Mineiros do Tietê

Henrique de Barros Leite - Vinhedo

Ranulpho Amaral Meira - Valparaíso

Ademar Junqueira - Ipauçú

4 - Francisco Braga de Arruda Botelho - Presidente Prudente

Major Leo Lerro - São José do Rio Preto

Dr. Pedro Alves Cardoso - Itatiba

Isaias Simão - Vargem

5 - Ernesto Batelli - Valparaíso

Dr. Casemiro Pinto Neto - Capital

Antonio Albergaria Pereira - Mariápolis

Domingos Antonio Laureano - São Miguel Paulista

João Baptista Furquim Lambet - Tanabí
7 - Lupericio de Paula Leite Sampaio - Arilí
8 - Dr. José Mendes Ribeiro - José Bonifácio
Pedro Xavier da Silveira - Guaimbê
9 - Horacio Amaral - Valinhos
10 - Manoel de Almeida Prado - Taiassupéba
11 - Ubirajara Pereira Leite - Guarapuã
Fraterno de Mello Almada -- Itapetininga
12 - José Guimarães Mello - Sta. Cruz do Rio Pardo
Joaquim da Silva Pereira - Sta. Cruz da Conceição
Benedito Emílio Mancuzo - Avencas
Bento do Amaral Gurgel - Jundiá
13 - Augusto Siqueira Bueno - José Bonifácio
Francisco Cardoso Castro - Pederneiras
Prof. José Maximino - São Carlos
José Borges Martins - Nova Itapirema
Hermenegildo Pinto Guimarães - Santelmo
14 - Andreilino Vaz de Arruda - Alto Alegre
Lourival de Oliveira - Botucatu
Augusto Junqueira de Andrade Barretos
15 - José Lucia da Silva - Barra do Turvo
Dr. Manoel de Castro Mendes - Pirassununga
João Augusto Ribeiro - Pirajuí
Paulino Braga Júnior - Jaboticabal
Osório Loureiro - Sorocaba
16 - Nelson Assumpção Olintho, - Tietê
Antenor Portes - Itaberá
17 - Clovis Navarro da Cruz - Amandaba
Humberto Fraga Moreira - Piratininga
19 - Onósio França - Iguape
João Carlos de Souza - Caconde
Dante Rocchi - Dinizia
21 - Rubens de Sá - São Joaquim da Barra
Adolfo Silva Braga - Boa Esperança do Sul
Benedicto Feliciano - Amadeu Amaral
22 - Sylvio Guimarães - Rancharia
José Alexandre Buck - Pirangí
Octavio Hildebrand - Araçatuba
23 - Dr. Waldomiro Lobo da Costa - Capital
Gilberto Barbosa Neves - Arujá
25 - Leonidas Homem - Pradópolis
Dr. Herminio Benedicto Masotti
João Alfredo Vieira - Mogi Mirim
Paulo Aparecido Simões - Iracemápolis
26 - Lyrio do Prado - Presidente Prudente
Antonio Bueno da Rocha - Paraguaçu Paulista
27 - Clovis Gomes de Oliveira - Floreal
Julio Cesar Gonçalves Fraga - Nogueira
José Felix do Godoy - Quintana
28 - Antonio Luiz Teixeira de Burros - Capital
29 - Abel da Silveira Martins - Rio das Pedras
João Baptista da Silva - Oscar Bressane
30 - Durvalino Emilio de Moraes - Capital
José Vieira de Borba Moura - Rincão
Carlos Cassetari - José Bonifácio
Edmundo Andrade - Fartura



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	-
Presidente	
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR	- Diretor-
Secretário	
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES	- Diretor-
Tesoureiro	
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	- Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONEL	- Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	- Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	- Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	- Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES	- Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	
DR. BRASILIO MACHADO NETTO	
SR. IBSEN DA COSTA MANZO	
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA	

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DARIO, FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
SUMÁRIO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLÉGIO NOTARIAL	3
CRIAÇÃO DE DISTRITOS	6
AINDA COM SERVIÇO MILITAR	7
SERVIDORES DA JUSTIÇA	8

PARA EVITAR CONFUSÃO	8
PROVIMENTOS	9
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	9
PROVIMENTO N. 1 DE 1951	10
COMUNICADO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA	15
REGISTRO CIVIL	16
DEPARTAMENTO DA RECEITA	16
CAPÍTULO I	17
II - CAPÍTULO II DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	17
III - CAPÍTULO III DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	18
IV - CAPÍTULO IV DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	18
V - CAPÍTULO V DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	18
VI - CAPÍTULO VI DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	18
VII - CAPÍTULO VII DO MESMO LIVRO E CÓDIGO	18
VIII - PARÁGRAFO 1.º DO ART. 20.	19
IX - DO ESTOQUE DAS ESTAMPILHAS DAS ESPÉCIES CUJO USO FICA SUPRIDO.	19
SEÇÃO SOCIAL	20
DIRETORIA	23
CONSELHO FISCAL	23
SUPLENTE	24
ÍNDICE	24

Nº 027 - Publicação: 01/05/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES

DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação

Colaboração

Colégio Notarial de São Paulo

Leis e decretos

Provimentos

Jurisprudência

Informações varias

Seção social

COLÉGIO NOTARIAL - PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

O Colégio Notarial de São Paulo, procurando cumprir os seus elevados objetivos, resolveu promover a Primeira Jornada Notarial Brasileira.

Pela primeira vez no Brasil, terão os notários a oportunidade de se reunir para travar relações pessoais, conhecer as diversas e respectivas legislações, estaduais trocar pontos de vista, demonstrar os anseios mais prementes de nossa classe e sugerir as autoridades competentes, num movimento de solidariedade nacional, o necessário estudo do nosso processo e da nossa legislação notarial.

Julgamos não ser necessário encarecer a oportunidade e a grande importância desse certame, e estamos certos de que receberemos o indispensável apoio de todos os notários brasileiros.

Tínhamos estabelecido para esse conclave o período de 1 a 7 de outubro do corrente ano. Realizando-se no entanto, nesse mês de Outubro, as eleições municipais em nosso Estado, que por certo não permitirá a participação de grande número de colegas, e levando em consideração as justas sugestões recebidas de varias comarcas do interior, resolveu a Comissão Organizadora transferir a data da realização da Jornada.

Assim, foi escolhida a segunda semana do mês de Janeiro de 1952, ou seja de 7 a 13, mantendo-se o mesmo temário e regulamento já distribuídos, ficando alterado, com relação à data, o programa.

Com essa alteração, aguardamos confiantes um número de adesões que assegure o pleno êxito do nosso conclave.

A Comissão Organizadora pede, e desde já agradece, as sugestões de todos os colegas que visem o maior sucesso dos nossos objetivos.

Solicita, outrossim, que lhe sejam devolvidas, com a possível brevidade, as fichas de adesão devidamente preenchidas, podendo ficar para posterior comunicação a data da chegada.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser solicitados aos membros da Comissão Organizadora ou à sede da nossa Associação.

Acha o colega de valor o nosso Boletim? Pois a sobrevivência dele depende de si, da sua ajuda, da sua colaboração.

Serventuário - Inscreva-se no quadro social da nossa Associação para prestigiar a sua classe.

Representação

O Colégio Notarial de São Paulo, tendo em vista o interesse geral, apresentou ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça a representação abaixo, que mereceu o provimento que ora publicamos.

EXMO. SR. DR. JOÃO BAPTISTA LEME DA SILVA, EGRÉGIO DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO.

O COLÉGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO, departamento anexo da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, por seu Diretor Presidente infra-assinado, vem expor a V. Excia. e requerer o seguinte:

É notório que os Tabeliães de Notas, não só desta Capital, como de quase todas as comarcas do Estado, além das obrigações próprias da sua função tabelioa, encarregam-se, por solicitação ou aquiescência tácita das partes e para a maior comodidade destas, de por elas, satisfazer certas exigências fiscais, extrair certidões e outros documentos, e de promover registro, quando necessário, nos cartórios de Registros de Imóveis, das escrituras lavradas em suas notas.

Tais encargos, hoje comuns em quase todos, senão em todos os Tabelionatos do Estado, fogem evidentemente ao dever funcional dos notários, à sua função propriamente dita, e até hoje vêm sendo praticados sem outro intuito senão o de facilitar às partes, evitando-lhes o trabalho, indiscutivelmente árduo, de percorrer várias repartições públicas, cartórios e, especialmente, a

perda de preciosa parcela de tempo.

Praticando com tal intuito esses encargos, não entendem os notários que daí possa decorrer para si, responsabilidade maior do que a de simples depositários das quantias destinadas ao pagamento das despesas e a eles entregues, voluntariamente, pelas partes.

.No entanto, o venerando acórdão n.º 47.643 da Egrégia Terceira Câmara do Tribunal de Justiça, confirmando por votação unânime a respeitável sentença do ilustre Juiz Dr. Edgard de Moura Bittencourt, publicado na Revista dos Tribunais, volume n.º 188, fascículo n.º 607, de Dezembro de 1950, procura modificar a situação em que se encontram os notários em relação àqueles serviços que vêm prestando às partes, além de suas funções propriamente ditas.

Com efeito, reconhecendo aquela Egrégia Terceira Câmara que "os tabeliães, mesmo quando agem fora de suas funções, prestando assistência às partes, diligenciando atos em benefício das mesmas, orientando seus passos, etc., são responsáveis pelos atos culposos que praticam" - vem determinar, para esses casos, a responsabilidade civil dos notários, sujeitando-os, consequentemente, a ressarcir perdas e danos.

Se, com a prática desses atos fora do limite de suas funções propriamente ditas, prática essa admitida pelo venerando acórdão, quer o Egrégio Tribunal que os notários assumam tão pesadas responsabilidades, justo e equânime será que possam eles ter os necessários meios para a ressalva dessas responsabilidades.

Assim, em relação aos Cartórios de Registros de Imóveis, seria absolutamente necessário, para a garantia daquela ressalva, que os Srs. Oficiais fornecessem aos notários, no ato da entrega, um recibo, com data e hora, dos títulos que por estes lhes fossem apresentados.

Com a devida vênia, afirma que um Provimento dessa Egrégia Corregedoria Geral, contendo a determinação acima sugerida, não viria ferir o princípio de que os atos dos Registros Públicos estão sujeitos à lei federal, pois que sómente determinaria um norma, evidentemente, da alçada de V. Excia.

Poder-se-ia alegar contra a medida sugerida, que os Oficiais dos Registros de Imóveis são obrigados a protocolar, no mesmo dia, todos os títulos que recebem. Mas quem está livre do desleixo de um preposto? E nesse caso, sem o recibo, como poderia provar o notário que cumprira com zelo a tarefa que lhe fora confiada? E considerando-se a responsabilidade civil do notário agora determinada pelo citado e Venerando Acórdão, como ressalvá-la? O Provimento acima referido é urna sugestão que a prática indica e que, respeitosamente, é oferecida.

A classe notarial do Estado de São Paulo, ora representada pela sua entidade, requer a V. Excia. uma medida que, sem lhe tirar as responsabilidades que não teme assumir, venha, no entanto, garantir os seus direitos, muito humanos, de defesa.

Confiando no alto critério e no reconhecido saber jurídico de V. Excia., espera receber, como sempre, o que for de JUSTIÇA.

São Paulo, 10 de março de 1951.

Francisco Teixeira da Silva Junior

Uma andorinha só não faz verão. Reflito e o seu bom senso o fará ingressar no nosso quadro social.

Serventuário - A união faz a força. O ditado é velho e a experiência ensinou ser verdadeiro. Seja um dos nossos.

Uma idéia não se deve guardar. Deve-se divulgá-la, pois pode beneficiar a coletividade. Colabore

conosco e dê-nos as suas sugestões para o nosso maior e melhor êxito.

Colaboração - ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA - Joaquim Aguiar

1º Tabelião Sucessor ITAPETININGA
TODO TRABALHO É OBRA

Dispondo sobre a forma de provimento dos ofícios de justiça e instituindo a carreira dos seus servidores, a Lei 819, de 31 de outubro de 1950, refere-se, também aos documentos que devem acompanhar o pedido de inscrição em concurso, esclarecendo que o candidato poderá apresentar inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos, antes do concurso (art. 10, § 1.º, in fine).

O art. 20, tratando da apreciação dos valores dos títulos apresentados, atribui dois pontos àquele trabalho, emprestando-lhe, porém, outra aceção: "obra a que se refere, etc. . . ." (n. IV, da letra a).

Mas, resumindo as exigências legais para tais concursos, o E. Tribunal de Justiça, nos primeiros Editais publicados, preferiu a primeira dicção. E lá está ela preconizada no plural: "trabalhos sobre assunto pertinente ao ofício".

Dir-se-á que, no caso, o trabalho do concorrente só será obra, além do mais, se resumido em volume-livro.

Essa, porém, não será a interpretação razoável da lei. O que esta exige é apenas algo (seja trabalho ou obra) que se relacione com o ofício, a ele pertinente, provada a sua publicação dois anos antes.

Em qualquer lexicologista aprende-se que é trabalho qualquer aplicação da atividade intelectual, a maneira com que se a exerce. Toda obra é efeito do trabalho, é o próprio trabalho. E' a produção literária, científica ou artística. Quaisquer ações, atos humanos, práticas, constituem obras.

Ninguém, em sã consciência, exigirá do candidato compile num livro os seus trabalhos dispersos - por exemplo - em números de jornais, se estes foram publicados com a antecedência legal e aborde assunto pertinente ao ofício. Assim, um livro não terá melhor apreciação do que escritos publicados em colaboração.

Ocorre, a esta altura, um detalhe interessante. A própria lei determina o valor do trabalho ou da obra. Atribui-lhes dois pontos. Não compete aos examinadores a missão de escolher entre os trabalhos dos candidatos o melhor. Qualquer trabalho, desde que satisfaça a antecedência e verse sobre o assunto legal, vale 2 pontos.

Daí uma conclusão: o direito aos dois pontos, que a lei assegura ao candidato, assiste não só ao que juntou ao pedido de inscrição um livro, um tratado, um formulário, como àquele que, em lugar, reuniu, senão alguns números atrasados de jornais de que seja colaborador, pelo menos prova desse mister e de exercê-lo há tanto tempo quanto corresponda ao limite fixado na lei - dois anos. E' claro que, se, na recontagem dos pontos dos candidatos, houver empate absoluto, caberá à Comissão, em detrimento do menos sabido, conceder vantagem ao melhor escritor. Só então haverá distinção. Pensar em que sómente o autor de livro tem direito à nota, é pensar contra o espírito da lei, é exigir mais do que a própria lei.

DA APLICAÇÃO DO SELO DE TAXA DE A.S.J. - Sylvio Brantes de Castro

O Sr. Diretor Geral da Secretaria da Fazenda do Estado baixou instruções sobre como devam ser aplicados os selos de taxa de A. S. J, instruções essas que foram publicadas no "Diário Oficial" do Estado, do dia 8 de abril, próximo findo.

Seja porque aquelas instruções não tenham esclarecido perfeitamente o assunto, ou seja porque diversos dos nossas colegas não tenham bem compreendido aquelas instruções, o certo é que temos recebido de vários colegas do interior do Estado, consultas sobre a aplicação daqueles selos, nos Lítos praticados pelos serventuários.

Em resposta aquelas consultas, temos sempre nos manifestado do seguinte modo: os selos de taxa de A.S.J., devem, quase sempre. ser colados à margem dos atos praticados, no local onde são cotados os respectivos emolumentos. Assim, por exemplo, nos assentos de nascimentos, óbitos, averbações, anotações, registros em geral, escrituras, procurações, etc., os selos de taxa devem ser colados à margens daqueles atos, onde devem ser cotados os emolumentos. Usamos acima das expressões "quase sempre", porque, com relação ao processo de habilitação de casamento, a colocação do selo de taxa deve ser feita na ultima folha do processo, depois da celebração do casamento e de serem cotados os respectivos emolumentos; pois, só é possível! verificar-se a taxa a ser paga, depois da celebração do casamento e da cota geral dos emolumentos vencidos pelo oficial. Aliás, é dessa fôrma que se procede com relação a aplicação dos selos de taxa destinada ao Instituto da Ordem dos Advogados.

Temos noticia de que existem oficiais de registros de titules e documentos, que, ao em vez de colar os selos de taxa de aposentadoria à margem das folhas dos livros onde são feitos os registros e cotados os respectivos emolumentos, o fazem nos originais dos documentos registrados e onde fazem as anotações referentes ao registro. Parece-nos erronia tal maneira de proceder.

Na aplicação do selo de taxa de aposentadoria deve-se seguir a mesma norma adotada para a aplicação dos selos de emolumentos.

Na hipótese de ser preciso fazer a constatação do bom cumprimento da lei instituindo o selo de taxa de A.S.J., corno poderá ser ela feita se o serventuário, ao em vez de aplicar o selo no lugar próprio, à margem do ato, o aplicou em certidões e documentos outros que não constam do respectivo cartório, pois que foram entregues às partes?...

A sua colaboração, prezado colega, é necessária. Contribua com a sua experiência, com o seu talento, para as paginas do nosso Boletim.

DA PROPRIEDADE EM PLANOS IIORIZONTAIS - Antonio A. Firmo da Silva

"Nos hallamos en presencia de um, nuevo tipo de propiedad, cuya complejidad requiere se lo contemple desde los puntos de vista más distintos, tan variadas y de tan diversa naturaleza son las situaciones que en él se mezclan." (1)

O Decreto 5.481 de 2 de junho de 1928, veio estabelecer no Brasil a divisibilidade dos imóveis em planos horizontais. - Mas, ao mesmo tempo que admite a divisão - de que resulta a propriedade autônoma mantém a comunhão em determinadas partes do imóvel. Daí o que poderia se denominar "sistema mixto de direito patrimonial" (2).

Não focalizaremos aqui a fonte histórica dessa figura jurídica, já bastante estudada por ilustres tratadistas (3). - É ela, hoje, uma realidade em nosso país e assim, como profissional, competemos a crítica sobre a sua aplicação prática.

A lei brasileira reguladora da matéria é, a nosso ver, muito genérica. - A sua aplicação tem sido interpretada com muita elasticidade, dando origem aos mais variados conflitos jurídicos. - Falta-lhe uma regulamentação apropriada onde, a exemplo de outras legislações, se definam expressamente a natureza jurídica, os direitos privados e as obrigações comuns.

Temos para nós, que a propriedade em planos horizontais se constituem por duas fôrmas distintas: - a) - pela incorporação; b) - pela constituição ou divisão.

A incorporação é a forma pela qual o proprietário de um terreno nú, reúne um grupo de interessados, vendendo a cada um, uma parte ideal, com a condição principal de nele se construir um edifício que, na própria escritura, é discriminado em planos horizontais, cabendo a cada um dos compradores uma parte autônoma e outra ideal nas coisas comuns do edifício. - Do próprio título de aquisição nascem os direitos e obrigações dos contratantes, ou seja, o que hoje se denomina - "convenção".

A constituição ou divisão é a fôrma pela qual o proprietário de um edifício já construído, resolve destiná-lo à venda em planos horizontais. - Surge de início a necessidade de sua divisão, bem como a do terreno, o que hoje se denomina "discriminação ou especificação". - Na escritura de venda o proprietário já vende a parte certa, autônoma, e a parte ideal nas coisas comuns. - Independe de "convenção", pois esta foi substituída pela "discriminação ou especificação".

A diferença entre as duas fôrmas ressalta desde logo. - Na incorporação há uma conjugação de vontades, ao passo que na constituição ou divisão, há a resolução de um só, à qual se submetem os eventuais compradores. - Na primeira, as partes ideais sobre o terreno e sobre as coisas comuns e a parte autônoma, são fixadas de comum acordo na "convenção", e na segunda essas partes são previamente fixadas pelo proprietário na especificação ou discriminação", que é feita por averbação à margem da transcrição aquisitiva no Registro de Imóveis, a requerimento seu.

Temos visto, comumente, o lançamento de "condomínios" sem qualquer orientação de ordem jurídica e fiscal. A incorporação, como interpretamos, exige um ato único em que todos os interessados manifestem a vontade de, incorporados, construir o edifício onde cada um terá a sua propriedade autônoma e a sua parte ideal. - Não nos parece possível a divisão desse ato, sem quebra do seu verdadeiro sentido. A unidade é o seu principal característico.

No entanto, o que vemos, geralmente, é uma incorporação "sui generis"; os primeiros compradores, por instrumentos diversos, adquirem uma parte ideal no terreno e contratam a construção do "seu" apartamento; outros adquirem, além da parte ideal do terreno, parte da construção realizada, contratando a conclusão da "sua" parte autônoma; e outros ainda, já no final da construção, para evitar maior pagamento de sisa, adquirem somente a parte ideal do terreno. E o resultado é infalível: - em vez de condomínio, surge a confusão.

Na constituição de condomínio ou divisão de um edifício em planos horizontais, ha menos possibilidades de erros. - O edifício já está construído e o seu proprietário desejando dividi-lo para vendê-lo em planos horizontais só necessita fazer por averbação, à margem de sua transcrição aquisitiva, a especificação ou discriminação das partes autônomas e das cousas comuns, estabelecendo para estas a proporção para cada uma das primeiras. - Estabelecida assim a divisão em planos horizontais, cada unidade do edifício pode ser vendida isoladamente, e uma vez todas vendidas os seus proprietários farão a assembléia geral para ditar o regulamento interno, eleger o administrador, orçar as despesas comuns e demais condições da vida em comum.

Tratando-se de figura jurídica hoje tão comum na constituição patrimonial, seria de necessidade absoluta que os princípios do Decreto 5481 fossem regulamentados em lei que viesse suprimir a confusão atual - que é estabelecida pelas mais variadas, e muitas vezes as mais absurdas interpretações.

Esta Associação incumbe-se, gratuitamente, de acompanhar perante as repartições publicas, Corregedoria Geral da Justiça e autarquias, todos os processos e interesses dos colegas do interior que o solicitarem.

(1) JOSÉ A. NEGRI - "Régimen Argentino de la Propiedad Horizontal".

(2) ORLANDO R. CASTRO - "A propriedade dos Apartamentos".

(3) JOSE A. NEGRI - obra citada. - ORLANDO R. CASTRO, idem. CARLOS MAXIMILIANO - "Condomínio". - PIMENTEL DUARTE - "Propriedade de Apartamentos".

Provimentos - DIARIO OFICIAL DO ESTADO - DIÁRIO DA JUSTIÇA DE 13 DE JUNHO DE 1951. - PAG. 5

N. 7624 - Colégio Notarial de São Paulo - Capital: -

"O recebimento da representação de fls. 2, formulada pelo Colégio Notarial de São Paulo, coincide com a recepção de várias queixas, dirigidas contra a morosidade dos serviços dos cartórios de registros imobiliários.

Ainda agora, em recurso de agravo, já julgado pelo Eg. Conselho Superior, se repete tal queixa, com visos de verossimilhanças.

Por sua vez, a jurisprudência já se orientou no sentido de responsabilizar o tabelião que se encarregue de levar a registro as escrituras de seus clientes. V. acordo certificado a fls. 6.

Para obviar a responsabilidade dos portadores de escrituras lesadas no cartório de registro, recomende-se a cautela do cartório receptor dos instrumentos, dar recibo do recebimento dos papéis entregues, mencionando-se data e hora da recepção.

Os recibos lançados em documento avulso ou nos protocolos de carga, devem revestir-se de toda a clareza, para que se identifiquem a natureza dos papéis entregues e a assinatura, ou rubrica de uso público do serventuário, oficial maior ou escrevente habilitado.

Não servirá a assinatura ou rubrica de simples empregado de balcão, nem o rabisco ininteligível.

Certo é que os oficiais do registro estão adstritos ao, dever de protocolar, no mesmo dia, todos os títulos por eles recebidos, o que não exclue a hipótese da inobservância de tal cautela por culpa ou, mesmo por motivo excusável.

O recibo recomendado servirá sempre para prova da pontualidade ou impontualidade do oficial.

Pelo exposto, e, tendo em conta o interesse geral que a espécie envolve, mando que esta decisão valha como provimento a ser observado por todos cartórios da mesma natureza. S.P.12-6-51. (a) Leme da Silva."

N. 7493 - Secretario do Tribunal Regional Eleitoral "A lei n. 632 de 1-2-1950 só concede emolumento ao Cartório das pessoas Naturais pela pública forma de documentos produzidos como prova de idade, sendo certo, no entanto, que, no caso examinado, não se dê para pública forma, com os requisitos legais, mas simples traslado que se não confunde com aquela peça tabelioa, regulada pelo Cod. do Processo Civil. Não se justifica, pois, a cobrança do emolumento, estimado em Cr\$ 30,00, pelo art. 1.º n. 18 da lei mencionada. Deverá ser devolvida a respectiva importância. - Examinando o processo de habilitação matrimonial de Paschoal Bocci e Erminda Amante, verifiquei que no mesmo se praticara rabiscos vários nas folhas dos autos nos documentos. Tal prática é expressamente proibida pela legislação processual e pelos provimentos já expedidos, pelo que recomendo cessem essas anormalidades. - Como instrução deixo assinalado que no processo matrimonial não há pagamento de selos. - São Paulo, 18-4~51. Diário da Justiça de 21 de Abril de 1951.

Despacho proferido no processo n. 6.810, em que é consultante Bernardino do Nascimento Moura, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 36.º Subdistrito - Barra Funda - Capital.

"A orientação desta Corregedoria Geral foi exposta no despacho de fls. 6. Não obstante, e,

atendendo ao interesse geral que o caso envolve, declaro aprovada a solução exarada a fls. 10, para conhecimento de todos os interessados. São Paulo, 16 de abril de 1951. (a) Leme da Silva".

A consulta e o despacho a que se refere o despacho supra são os seguintes:

1.º) Se pode ser feito o assento de óbito de Antonio Pedro da Silva, mediante o envio do respectivo atestado, embora sem o comparecimento em cartório, de uma pessoa que assine o termo competente, como declarante; 2.º) Se, em se tratando do caso de "Organizações de Luto", este cartório pode aceitar, como declarantes quaisquer empregados dessas organizações, portadores do respectivo atestado, ou deve como já vem fazendo, continuar a exigir a presença de um parente mais próximo, para fazer as declarações. Esta consulta é dirigida a V. Excia. e não ao MM. Dr. Corregedor Permanente, porque a decisão de V. Excia. deverá ser adotada, como medida de caráter geral, por todos os cartórios, a fim de estabelecer-se uma única praxe, ao passo que a decisão do MM. Juiz Corregedor Permanente só prevaleceria em relação a este cartório. Nestes termos P. Deferimento. São Paulo, 18 de abril de 1950. O Oficial do Registro Civil da Barra Funda. (a) Bernardino do Nascimento Moura".

Resposta à consulta do processo n. 6810 - "Respondo à consulta do processo n. 6.810, da Corregedoria Geral da Justiça em que figura como interessado Bernardino do Nascimento Moura, Oficial do Registro Civil da Barra Funda: Ao V item. Sim. Em se tratando de pedido de registro de óbito encaminhado pela Polícia é de admitir-se a presunção de que foram tomadas as cautelas necessárias, de acordo com a lei. Ao 2.º. Não. As "Organizações de luto" não podem furtar-se ao dever de cumprir a lei. O que se lhes pode permitir é que, para melhor finalidade do serviço e comodidade das famílias enlutadas, apresentem com a certidão de óbito um impresso contendo os dizeres, preenchidos, do art. 91, ns. 1 a 11, do decreto federal D. 4.957, de 9-11-1939, assinado por pessoa da família, com a declaração de parentesco, observada a ordem do art. 90 do citado decreto e firma reconhecida. Esses informes, que acompanharão em todos os casos as certidões de óbito, para fins de registro, serão transcritos então pelo Oficial do Registro no respectivo assento e arquivados no cartório. São Paulo, 17-5-1950. - (a) A. C. Pereira da Costa.. (Publicado no D. da Justiça em 27 de maio de 1951).

Informações Várias - IMPOSTO SOBRE LUCROS IMOBILIÁRIOS PROPRIEDADES RURAIS - ORDEM DE SERVIÇO N. 3, DE 6 DE MAIO DE 1949.

O Diretor da Divisão do Imposto de Renda, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que decidiu o Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional em o processo protocolado no Tesouro Nacional, sob n. 78.971, de 1948:

Declara aos Senhores Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda, para seu conhecimento e devidos fins, que a isenção do imposto sobre lucros auferidos pelas pessoas físicas nas vendas de imóveis rurais abrange as transações até Cr\$ 100.000,00 e as que representem quantia superior, desde que, nesta hipótese, a transação se efetive no triênio seguinte ao primeiro ano da vigência da Lei n. 154, de 5 de novembro de 1947, ou seja 1 de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1951, uma vez que, consoante dispõe o artigo 7, a citada lei entrou em vigor em 1 de janeiro de 1948.

Assim, e atendendo a que em julgados anteriores esta Divisão vinha decidindo que a contagem do prazo de três anos era a que aludia o texto do regulamento baixado com o Decreto n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947 (art. 93, alínea "b", in fine) .

Recomenda aos mesmos Senhores Delegados que procedam à revisão de todos os processos em que houver despacho favorável aos interessados ou casos que não se enquadrem na inteligência que acaba de ser dada ao assunto pela superior autoridade.

Cumpra-se e publique-se.

(Diário Oficial da União em 7 de julho de 1949, pag. 9.765 - 4.ª Coluna).

SELAGEM PROPORCIONAL DE RECIBOS OU ESCRITURAS REFERENTES AO PAGAMENTO DE SINAL DE VENDA DE IMOVEIS

"A Recebedoria Federal desta Capital chama a atenção dos Srs. contribuintes vendedores e compradores de imóveis para a obrigação legal, preceituada na Nota do artigo 94 da Lei do Selo, de selarem os recibos ou escrituras referentes ao pagamento de sinal pela promessa de compra e venda de imóveis, com o selo proporcional de Cr\$ 0,50 por mil cruzeiros, calculado sobre o valor total da transação convencionada.

A Recebedoria Federal, que vai incrementar a fiscalização de tais documentos, nos escritórios de vendas de imóveis e por ocasião de sua exibição perante os Cartórios, para a elaboração da escritura definitiva, previne aqueles que de boa-fé hajam deixado de selar ou selado com insuficiência os relativos a negócios já entabulados, que procurem regularizá-los, a fim de se eximirem das sanções legais".

INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS

Os serventuários que desejarem inscrever-se nos concursos dos cartórios vagos, não necessitarão vir a Capital, a, fim de obter os documentos ou entregar a petição no Tribunal de Justiça.

A Associação se encarrega de obter todos os documentos que forem necessários, bem como dará instruções e demais informações a respeito do assunto, e providenciaria entrega da petição no Tribunal de Justiça.

CONVITES

Por intermedio da Federação Argentina de Colégios de Escribanos recebemos o amável convite para participarmos da VI Jornada Notarial Argentina, a realizar-se no próximo mês de Novembro, e que será organizada pelo Colégio de Escribanos da Província de Buenos Aires.

Recebemos também, por intermedio da União Internacional do Notariado Latino, o convite da Federação dos Notários da Bélgica, para participarmos do Congresso de Notários daquele país a realizar-se no próximo mês de Junho.

Pedimos a todos os colegas interessados em comparecer a esses importantes certames que se dirijam, por carta ou pessoalmente, à sede de nossa Associação onde daremos todos os esclarecimentos que desejarem.

OFÍCIO N. 121 - 51, SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (NOS SEGUINTE TERMOS)
São Paulo, 6 de junho de 1951.

Senhor 1º Secretário:

Em atenção ao ofício n. 1.621 de V. Exa., pelo qual foi transmitido a este Instituto o Requerimento n. 153-51, de autoria de V. Exa., tenho a honra de informar que as respostas dadas aos itens ali formulados são as que seguem abaixo.

Devo esclarecer-lhe que a primeira foi fornecida pela Assistência Técnica Atuarial e as

demais pela Diretoria de Seguros, à qual está afeta a Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça.

Quanto ao item:

"a) - De acordo com as normas atuariais, não pode haver concessão de qualquer benefício sem contribuição do interessado ou de alguém por ele, ou ainda que o funcionário acumulado para tal fim provenha de fonte capaz de substituí-la".

"b) - parece-nos que a Carteira não está habilitada, atualmente, para atender a todos os Servidores da Justiça com direito à aposentadoria".

"c) - informamos que já foram aposentados 36 servidores, cuja reserva matemática importa em Cr\$ 12.233.126,40".

"d) - informamos que esta Carteira não tem elementos para dizer quantos são os servidores com direito ao benefício da aposentadoria, constando porém que, até esta data, transitaram por esta seção 127 processos de pedido de aposentadoria, cuja reserva matemática calculada importa em Cr\$ 70.612.748,00".

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os protestos de minha estima e elevada consideração.

(a) Dr. José Arthur da Motta Bicudo - Presidente

A Sua Excelência o Senhor Doutor Osny Silveira, DD. 1.º Secretário da Assembléia Legislativa Estadual.

OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS SERVIDORES DA JUSTIÇA, EM OUTROS ESTADOS DA UNIÃO, SERÃO CONTADOS PARA O EFEITO DE APOSENTADORIA

Foi apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, pelo deputado Rêne Pena Chaves, o Projeto n. 629, de 1951, contando para o efeito de aposentadoria dos servidores da justiça, enquadrados na Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, o tempo de serviço prestado em outros Estados da União, aos que tenham exercido tais funções e se transferido para este Estado antes da decretação daquela lei.

Leis e Decretos - LEI N. 1029, DE 15 DE MAIO DE 1951

Dispõe sobre adiantamento das importâncias relativas às despesas de condução de avaliadores que funcionam nos executivos fiscais no interior do Estado, e dá outras providências.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Nos executivos fiscais requeridos pela Fazenda do Estado nas comarcas do interior, serão adiantadas aos avaliadores as importâncias destinadas a condução quando, sendo esta indispensável ao cumprimento dos mandados, não for possível o seu fornecimento.

§ 1.º - Os adiantamentos de que trata este artigo serão feitos pelas coletorias locais, mediante prévia autorização do representante da Fazenda, em cada caso.

§ 2.º - Do pedido de adiantamento constará a previsão da despesa, devidamente justificada.

§ 3.º - O adiantamento estará sujeito a prestação de contas à coletoria, devendo ser junto aos autos comprovante da despesa, para contagem final.

Artigo 2.º - Para os efeitos do artigo anterior, todos os mandados, cujo cumprimento dependa de condução e se refiram a um mesmo local, serão reunidos pelos avaliadores, para serem executados em uma única diligência

Artigo 3.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 4.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de maio de 1951. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ
- Mario Beni.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 16 de maio de 1951 - Carlos de Albuquerque Seiffarth, Diretor Geral, Substituto. (Publicado no D. O. de 17-5-51).

LEI ESPECIAL DE 2 ANOS AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, SEM PERDA DE QUALQUER VANTAGEM DE SEU CARGO

A Assembléia Legislativa do Estado, aprovou, em 2.ª discussão, o Projeto de Lei n. 191, de 1951, de autoria do Deputado Vicente de Paula Lima, instituindo uma licença especial de 24 meses, prorrogável por mais 12 meses, para tratar de seus interesses particulares.

Seção Social

Fazem anos durante o corrente mês os seguintes serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

Dia 1.º - Taufik Tebet

Liberato Pinto da Silva

Sebastião Gonçalves Sobrinho

3- Oliveira Pimentel

Renato Dias Gonçalves

Arnulpho Lima

Lauro de Paiva Leite

Arthur Oliva

Djalma Washington R. Nunes

Onofre Meira Lima

4 - Pedro Pacheco Neubern Junior

Joviniano de Castilho Junior

Francisco Ramalho de Mendonça

5 - Adolfo Antonio Pires

Luiz Joaquim Sampaio

Agnelo de Souza Borges

José Alcantara Vilhena

Pio Ferreira de Meio Nogueira

Israul Gomes

6 - Joaquim de Azevedo Figueira

7 - Luiz Teixeira de Camargo Junior

9 - Oscar Olimpio de Mattos Barros

Aristides Vicente de Mayo

Benedito Santos

10 - Flavio Mergulhão
Emilio Mani Netto
Jorge Luiz
Antonino Cintra
11 - Antonio Guimarães
Dr. Francisco Gonçalves Pereira
Sylvio Janotta
Rosenwaldo Capella Godoy
12 - Durval dos Reis Figueira
Dr. João Alvares Rubião Netto
Benedicto Antonio da Silveira
Antonio Fragnolli Filho
13 - Abilio Franco
Dr. Breno de Toledo Leite
Alfredo Leite Pabst
Ambres Guidorzi
14 - Carlos Pulici
Ennes Reis Rodrigues
Lauro de Castro
João Guaccarini
José Ricardo da Costa Itagyba
Bento Affini
Oswaldo Flausino
15 - Cicero Novais
Arthur de Araujo Jordão
Messias Farias
Carlos Belmiro dos Santos
Roldão da Silva
16 - Olésio Ramos Portugal
Dr. Diogenes Vicente
Heroino Machado
Dr. Armando Cunha Corrêa
17 - Coriolano PomPeu Filho
18 - Benedicto Chiaradia
Domingos Bráz Giugni
19 - Dr. Darío Ferreira Guarita
20 - Silvandira Gomes Gonçalves
Manoel Ferreira Laranja
Dr. Aureliano da Silva Arruda
21 - Bernardo Lorena de Souza
Mauriles de Almeida
Afranio Rodolpho Horta Lessa
Dorival Gama
22 - Affonso Sanches Carneiro
Cesário Kifouri
Ataliba dos Santos Baptista
Theophanes Teixeira de Andrade
23 - Basilio Almeida de Oliveira
José Simpliciano Barbosa
Joaquim Alves Guimarães
24 - Maria do Carmo Fernandes
25 - José Cupertino Botto

Cecim Miguel
Luiz Antonio de Carvalho Filho
26 - Osório de França Queiroz
27 - Ernani Barros Morgado
João Gomes de Oliveira
29 - Jocelyn de Souza Castro
30 - Fernando Pereira de Castro
Benjamin Goffi
José dos Santos Lisboa Junior
Sebastião da Costa Camargo
Hercules Brasolin
31 - Alcino Lordello
Oliveiro Pimentel
Juventino Miguel

INFORMAÇÕES SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

De acordo com a Lei n. 185, de 13/11/48, estão sujeitos ao pagamento do selo por verba:

1) Nomeação de serventuários de justiça - sobre lotação arbitrada ou aumento desta.

- a) vitalícias ou efetivas 14%
- b) interinas ou provisórias 4%
- C) a incidência do imposto alcança os aumento de lotação.

De acordo com a mesma lei, estão sujeitos ao pagamento selo, portarias de licença a servidores públicos não estipendiados pelo cofres do Estado, desde que não seja para tratamento de sua saúde ou da de pessoa da família, ou não seja licença prêmio:

- | | Cr\$ |
|-------------------------|--------|
| a) até 2 meses | 20,00 |
| b) até 4 meses | 40,00 |
| C) até 6 meses | 80,00 |
| d) até 12 meses | 120,00 |
| e) Por mais de 12 meses | 170,00 |

Nos pedidos de licença para tratamento de saúde, deverão constar os seguintes dados: Nome por extenso; data do nascimento; naturalidade; estado civil; residência; prova de identidade; cargo que exerce e a data da nomeação, bem como a data do início da licença e onde deverá ser a inspeção realizada.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ

- Presidente

- Diretor-Tesou
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor

SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO

- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente

DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO

SR. IBSEN DA COSTA MANSO

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

EJAINO SILVA

MAJOR LÉO LÉRRO

MANOEL FERREIRA LARANJA

RICARDO NORMANDIA MOREIRA

DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA

TRISTÃO CARVALHO

DR- DARIO FERREIRA GUARITA

JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO

MILTON DUARTE COELHO

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS

- Campinas

- São José do Rio Preto

- Santos

- Rio Claro

- Jaú

- Casa Branca

- Araçatuba

- Olímpia

- Santos

- Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

COLÉGIO NOTARIAL

PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

REPRESENTAÇÃO

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA

DA APLICAÇÃO DO SELO DE TAXA DE A.S.J.

DA PROPRIEDADE EM PLANOS HORIZONTAIS

PROVIMENTOS

INFORMAÇÕES VARIAS

IMPOSTO SOBRE LUCROS IMOBILIÁRIOS PROPRIEDADES RURAIS

SELAGEM PROPORCIONAL DE RECIBOS OU ESCRITURAS REFERENTES AO PAGAMENTO

DE SINAL DE VENDA DE IMOVEIS

INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS

CONVITES

LEIS E DECRETOS

SEÇÃO SOCIAL

INFORMAÇÕES SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA AOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

1

2

3

3

4

5

5

6

7

8

10

10

10

11

11

12

13

16

DIRETORIA	17
CONSELHO FISCAL	17
SUPLENTE	18
ÍNDICE	19

Nº 028 - Publicação: 01/06/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário.
As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação
Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudência
Informações varias
Seção social

REDAÇÃO

A fim de atender a inúmeros pedidos dirigidos à nossa Associação, resolvemos publicar neste número a relação de todas as leis e decretos relativos à aposentadoria dos servidores da justiça, o que virá, por certo, facilitar a sua consulta.

Chamamos a atenção, especialmente dos ,colegas do interior, para a faculdade contida no parágrafo 2.º, do artigo 3.º, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950, cuja adoção recomendamos.

Renovamos, ainda, o apelo a todos os colegas, de maior colaboração, para, que o nosso Boletim possa continuar a prestar os relevantes serviços que, reconhecidamente, já vem prestando.

Colégio Notarial de São Paulo

Para maior conhecimento, reproduzimos aqui a circular já enviada a todos os colegas:

PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

São Paulo, 20 de junho de 1951.

Prezado colega
Cordiais saudações.

Corno já deve ser do seu conhecimento pelas circulares enviadas, o Colégio Notarial de São Paulo pretende promover a PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA.

Tínhamos designado para esse certame o período de 1 a 7 de Outubro do corrente ano. Realizando-se, no entanto, nesse mês de Outubro, em nosso Estado, as eleições municipais o que viria prejudicar o comparecimento de grande número de colegas, e atendendo as justas sugestões recebidas de várias comarcas do interior, a Comissão Organizadora resolveu TRANSFERIR a data da realização da Jornada.

Assim, atendendo ao interesse geral, foi escolhida para a realização do nosso conclave a SEGUNDA SEMANA DO MÊS DE JANEIRO DE 1952, ou seja, de 7 a 13 daquele mês, mantendo-se o mesmo temário e regulamento já distribuídos, ficando alterado, com relação à data, o programa.

Com essa alteração, aguardamos confiantes um número de adesões que assegure o pleno êxito da nossa Jornada.

A Comissão Organizadora pede, e desde já agradece, as sugestões de todos os colegas que visem o maior sucesso dos nossos objetivos.

Solicita, outrossim, que lhe sejam devolvidas com a possível brevidade, as fichas de adesão - devidamente preenchidas, podendo ficar para ulterior comunicação a data da chegada.

Certos de seu valioso e indispensáveis apoio, subscrevemo-nos cordial e atenciosamente.

Pela Comissão Organizadora
Antonio A. Firmo da Silva
Secretario Geral

Dia a dia, mais necessário se torna uma estreita cooperação de todos os serventuários em torno de seus interesses, em cuja defesa urge se congreguem, dadas as surpresas que estão freqüentemente expostos.

Fazemos, pois, um apelo a, todos os nossos associados no sentido de que encareça a necessidade dos demais serventuários, para que se inscreva em nosso quadro social e se torne um pioneiro do progresso e do desenvolvimento da nossa Associação.

Colaboração

ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA DA REDUÇÃO DE PONTOS

Joaquim Aguiar
1º- tabelião sucessor
Itapetininga

Até que nos convençamos do contrário, sustentaremos sempre que as nomeações de sucessores, hoje inexistentes - maxirnê se fundaram na letra a, do art. 1.º, do Decreto 6.986, de 1935, mas ainda que embaçadas na letra b - não determinam a aplicação do artigo 34, da lei de provimento, aos candidatos a nomeações para os cargos vitalícios, salvo se, à data do novo concurso, já estiverem providos em definitivo; mas, em qualquer hipótese, tal redução não alcançará os pontos obtidos após a "nomeação anterior".

A disposição em exame é a seguinte:

"Para os efeitos da presente lei e contagem de pontos provenientes de títulos será "reduzida de

metade, desprezada a, fração inferior a cinco décimos, se já tiver concorrido "para nomeação anterior".

Quanto aos sucessores, a irredutibilidade do valor dos seus pontos deflue, salvo melhor juízo, de, que, inegavelmente, a sua "nomeação anterior" NÃO É VITALÍCIA.

A lei, por certo, sobre deixar a salvo os títulos supervenientes, se refere aos serventuários vitalícios, providos por concurso, não a estes e aos sucessores.

Avulta que uma coisa é ser titular vitalício e outra é ser sucessor vitalício do primeiro. O uso mais cômodo e generalizado do título de "escrivão sucessor", "tabelião sucessor", "oficial sucessor", etc., não autorizado pelo decreto 6.986, que criou o cargo de "sucessor do escrivão", do tabelião ou do oficial, não lhe altera a inteligência. Assim, o sucessor é menos vitalício no cargo do que no regime hoje limitado aos instituídos (Const. Estad., art. 9, §). Com efeito, tal vitaliciedade, ao contrário da dos titulares, é eventual -- cessa de imediato ao simples regresso do sucedido ao, cargo. E é por isso que, sob a expectativa desse evento, o legislador não quis sujeitar os sucessores aos efeitos do art. 34, muitos menos se examinem títulos sobrevividos à sua nomeação semi-definitiva.

É verdade que, pelo decreto 12.520, de 1942, a nomeação de sucessor precedia de concurso de títulos, mas nele, só se inscreviam escreventes do respectivo cartório, preferido o seu oficial maior. Tal restrição tirava, porém quase completamente e valia, mais como extinta do caráter de concurso, por isso que este, praticamente, jamais existiu, já que não se tem notícia da inscrição de mais de um candidato a cada concurso. Era o regime da necessidade de um candidato para a declaração da vacância, ao contrário do que sucede hoje, quando, sem a vaga, não poderá haver concorrentes; regime segundo o qual o provimento definitivo na serventia só se daria pelo falecimento do serventuário vitalício (hoje também pela aposentadoria)

Se a nomeação do sucessor se fazia com fundamento na letra a, citada, era manifesto que o sucedido, poderia voltar ao cargo, desde que desaparecesse qualquer das causas determinantes do pedido (cegueira, surdez ou demência - art. 10). SP se fazia com fundamento na letra b, isto é, em razão de tempo de serviço, o afastamento do sucedido era a consequência; tanto assim que, só em caso de morte do sucessor e sem prejuízo do interesse público, é que o serventuário vitalício poderia preferir voltar ao exercício do cargo (art. 9).

De resto, é tão incerta a vitaliciedade do sucessor, mas tão garantida a do titular definitivo (esta pela própria Constituição Brasileira), que ate o imposto de lotação devido pelo primeiro, de 4% e não de 14%, era pago em razão da circunstância de ser provisória e não definitiva a sua nomeação. Se assim é, por que e como reduzir para a metade o valor dos pontos do sucessor, quase todos havidos na constância, do cargo, se, pela primeira vez, concorre para provimento de cargo vitalício?

Acaso, com a sua volta ao cargo anterior, de escrevente ou oficial maior, pela casual ocorrência de que se falou, os seus pontos serão multiplicados por dois, se, antes, foram reduzidos para a metade? Explica-se um candidato sucessor que, com tal redução, obtiver cinco pontos em exame de títulos, mas, inscrevendo-se novamente (como escrevente, em virtude de haver voltado no cargo o sucedido), terá os mesmos cinco pontos, ou dez, ou quantos? Qual seria o critério? Mais uma vez acentuamos que até que nos, convençamos do contrário, acharemos sempre que os pontos do sucessor (apenas os com que foi nomeado anteriormente), examinados em concursos, somente passarão a valer apenas a metade, se o candidato já estiver provido em definitivo no seu cargo, em razão ou do falecimento do sucedido, ou da sua aposentadoria, etc., porque o concurso para "nomeação anterior" de que cogita a lei e o que gerou a garantia de vitaliciedade tão bem preconizada. ainda há pouco, neste boletim, pelo ilustre Francisco Teixeira da Silva Júnior.

ÍNDICE

RELAÇÃO DAS LEIS E DECRETOS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N. 465, de 28 de setembro de 1949.

Regula a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

LEI N. 507, de 17 de novembro de 1949.

Modifica a redação da lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

DECRETO N. 19.365, de 20 de abril de 1950.

Dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

DECRETO N. 19.379, de 27 de abril de 1950.

Dispõe sobre a forma da arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça

DECRETO N. 19.444-A, de 30 de maio de 1950.

Aprova o orçamento para o exercício de 1950 da Carteira de Servidores da Justiça.

DECRETO N. 19.441-13, de 29 de maio de 1950.

Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

LEI N. 751, de 11 de agosto de 1950.

Altera a redação do artigo 16, da lei n. 465, de 23 de setembro de 1949.

LEI N. 889, de 11 de Dezembro de 1950.

Estende aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a lei n. 507, de 17 de novembro de 1949 outorgou aos sucedidos em virtude da sucessão por tempo de serviço.

DECRETO N. 20.201, de 11 de janeiro de 1951.

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LEI N. 465, DE 28 DE SETEMBRO DE 1949

Regula a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os escreventes, fiéis auxiliares de cartório e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão aposentados "ex-ofício" quando atingirem sessenta e oito (68) anos de idade e nos casos das letras "b", "c" e "d" do artigo 3.º e, a pedido, em caso de invalidez comprovada ou quando atingir o interessado trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 2.º - Os funcionários aposentados "ex-ofício", por terem atingido sessenta e oito (68) anos de idade, terão direito a proventos integrais se contarem vinte anos de serviço, efetivo e proporcionais a vinte anos se contarem tempo menor.

Artigo 3.º - O servidor que em virtude de moléstia se incapacitar para o desempenho da função terá direitos a proventos integrais nos seguintes casos:

a) quando contar mais de quinze anos de serviço;

b) quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia-maligna ou lepra;

e) quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;

d) quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;

e) quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço.

§ 1.º - O servidor que, em virtude das moléstias especificadas neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado provisoriamente até o prazo máximo de quatro anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 2.º - Fora dos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "e", os servidores incapacitados para o serviço que contarem menos de quinze anos de atividade serão aposentados com proventos na proporção de 1/15 por ano de atividade, não recebendo, qualquer que seja o tempo de serviço, menos da metade da remuneração-padrão adiante estipulada.

Artigo 4.º - O servidor terá direito à aposentadoria com proventos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 5.º - A aposentadoria será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

Parágrafo único - A proporção terá por base 1/30 por ano de exercício.

Artigo 6.º - Para os efeitos da aposentadoria computar-se-á integralmente o tempo de serviço público estadual, federal e municipal, assim como todos os serviços prestados em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, mesmo em caráter interino.

Artigo 7.º - A apuração do tempo far-se-á inicialmente perante o Corregedor Geral da Justiça, o qual apreciará as provas apresentadas e fornecerá uma certidão ao interessado.

Parágrafo único - O tempo de serviço poderá ser provado, perante a Corregedoria, por certidão do cartório ou repartição onde servir ou houver trabalhado o servidor, ou por justificação feita em Juízo. O processo seguirá depois, por intermédio da Secretaria da Justiça, quanto à concessão da aposentadoria e cálculo de proventos, ou trâmites legais observados para a aposentadoria dos funcionários públicos civis do Estado.

Artigo 8.º - A invalidez ou moléstia do servidor será verificada em inspeção de saúde exigida para os funcionários públicos em geral.

Artigo 9.º - O servidor que se julgar com direito à aposentadoria deverá requerê-la ao Secretário da Justiça, instruindo o pedido com certidão do tempo de serviço.

Artigo 10.º - Compete ao Governador do Estado conceder e determinar a aposentadoria do servidor, em seguida à qual se expedirá o respectivo título, do qual deverão constar o dispositivo legal em que se fundar o tempo de serviço do servidor aposentado e os proventos a que terá direito.

Artigo 11.º - Fica instituída a "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que será arrecadada pelo Estado em estampilhas emitidas pelo Tesouro com valor mínimo de Cr.\$0,10 e o máximo de Cr.\$100,00.

Artigo 12.º - Os fundos necessários à concessão da aposentadoria serão formados:

a) com a contribuição mensal e obrigatória de cinco por cento (5%) paga pelos escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça de que trata o artigo 1.º da presente lei, em relação aos proventos que lhes competirem para aposentadoria, de acordo com a remuneração base estabelecida no artigo 22;

b) com a arrecadação, em estampilhas, da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria" na seguinte conformidade:

1 - Sem valor declarado e de valor até

Cr.\$5.000,00	Cr\$ 5,00
II - De Cr\$5.000,00 até Cr\$20.000,00, inclusive	Cr\$ 10,00
III - De Cr\$20.000,00 até Cr\$50.000,00 inclusive	Cr\$ 15,00
IV - De Cr\$50.000,00 até Cr\$100.000,00, inclusive	Cr\$ 25,00
V - De Cr\$100.000,00 até Cr\$200.000,00, inclusive	Cr\$ 35,00
VI - De Cr.\$200.000,00 até Cr.\$300.000,00, inclusive	Cr\$ 50,00
VII - De Cr.\$300.000,00 até Cr.\$500.000,00, inclusive	Cr\$ 75,00
VIII - De Cr.\$500.000,00 até Cr.\$1 . 000.000,00 inclusive	Cr\$100,00
IX - De valor superior a Cr.\$1.000.000,00	Cr\$ 200,00

C) com a arrecadação de Cr.\$3,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas certidões e públicas - formas extraídas pelos serventuários de justiça dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil;

d) com a arrecadação, com o mínimo de Cr.\$0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" como adicional, à razão de cinco por cento (5%), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único - A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda em título especial.

Artigo 13.º - As contribuições a que se refere a letra "a" do artigo anterior serão recolhidas, na Capital, ao Instituto de Previdência do Estado, e no interior às coletorias estaduais, ou a outras estações arrecadoras, até o dia 5 do mês seguinte. ao vencido, segundo as instruções que forem expedidas.

Artigo 14.º - O não pagamento das contribuições nos prazos prefixados sujeita os contribuintes à multa de dez por cento (10%) sobre as quantias a recolher.

Artigo 15.º - Fica facultado ao servidor interessado recolher suas contribuições adiantadamente, desde que o faça por trimestre ou semestre e nunca por período superior a um ano.

Artigo 16.º - Vetado.

Artigo 17.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 18.º - Vetado.

Parágrafo 1.º - Vetado.

Parágrafo 2.º - Vetado.

Parágrafo 3.º - Vetado.

Artigo 19.º - Aplicam-se todas as vantagens dos artigos 4.º e 6.º da presente lei aos serventuários seus escreventes e aos oficiais de justiça, estipendiados pelo Estado.

Artigo 20.º - Os proventos da aposentadoria dependem da natureza dos cartórios em que trabalham os servidores, da categoria de cada um e da classe das comarcas a que pertençam.

Artigo 21.º - Vetado.

Artigo 22.º - Vetado.

Artigo 23.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 24.º - Vetado.

Artigo 25.º - Vetado.

Artigo 26.º - A todos os contemplados por esta lei fica assegurado o direito de, facultativamente, se inscreverem no Instituto de Previdência do Estado, instituindo um pecúlio nunca inferior a Cr. \$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 27.º - Fica criada, no Instituto de Previdência do Estado, uma carteira denominada "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" destinada a atender às aposentadorias previstas nesta lei.

§ 1.º - As despesas de manutenção da carteira ora criada, e bem assim os encargos das aposentadorias previstas nesta lei, correrão exclusivamente à conta das contribuições instituídas e da taxa de aposentadoria referida no artigo 11.

§ 2.º - O Instituto de Previdência somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas depois que tiver em seu poder os fundos necessários à solução de tais obrigações.

§ 3.º - Vetado.

§ 4.º - Vetado.

Artigo 28.º - O Instituto de Previdência do Estado baixará instruções para a execução desta lei, as quais deverão ser aprovadas por decreto do Governador do Estado.

Artigo 29.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS

Cesar Lacerda de Vergueiro,

(Publicada no D. O. de 29/9/49) (Boletim de novembro de 1949)

LEI N. 507, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1949

Modifica a redação da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Brasílio Machado Neto, Da qualidade de seu presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 16, o artigo 17 e seu parágrafo único, o artigo 18 e seus parágrafos 1º, 2.º e 3.º, o artigo 21 e o artigo 22 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 16 - As vantagens da aposentadoria previstas na presente lei são extensivas a todos os serventuários de justiça, sujeitos a mesma contribuição mensal de cinco por cento (5%) a que se refere o artigo 12.

Artigo 17.º - Nos ofícios de justiça sob o regime de sucessão, apenas o serventuários sucessor pagará a taxa de cinco por cento (5%) de que trata a letra "a" do artigo 12.

Parágrafo único - O serventuário sucedido só ficará sujeito ao pagamento da referida taxa na hipótese de verificasse o desaparecimento da sucessão, pela forma prevista nos artigos 9.º e 10 do Decreto-lei n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935.

Artigo 18.º - Os benefícios constantes da presente lei estende-se aos serventuários sucedidos que voltarem ao exercício do cargo e também aqueles que requerem sucessão quando já contavam vinte e cinco anos ou mais de efetivo exercício.

§ 1.º - Poderão também adquirir direito à aposentadoria, nos termos desta lei, os serventuários sucedidos que voltarem ao desempenho da função.

§ 2.º - Estendem-se ainda os referidos benefícios aos serventuários sucedidos que ao requererem a sucessão contavam mais de vinte anos de serviço efetivo, em ofício de justiça, e que vivem exclusivamente da renda do cartório, o que será provado por atestado do Juiz de Direito Corregedor Permanente do Cartório.

§ 3.º - Fica facultativo aos serventuários sucedidos requererem sua aposentadoria, sendo o sucessor provido automaticamente na serventia em caráter vitalício.

Art. 21 - Para os efeitos de aposentadoria dos serventuários, escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça, ficam as comarcas do Estado assim classificados:

1.ª Classe - Comarcas de 4.ª entrância.

2.ª Classe - Comarcas de 3.ª entrância.

3.ª Classe - Comarcas de 2.ª entrância.

4.ª Classe - Comarcas de 1.ª entrância.

Art. 22 - Para efeito do pagamento dos proventos da aposentadoria e do recolhimento de contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e estações arrecadoras, da percentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12, ficam arbitradas como remunerações-bases, as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categorias dos servidores:

A - 1.ª CLASSE

I - Cartórios de Registros de Imóveis de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Escrivanias do Cível, da Família e Sucessões da Fazenda Pública, Escrivanias de Paz e Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 11.000,00

Escreventes 4.500,00

Fiéis e Auxiliares 2.000,00

Oficiais de Justiça 4.000,00

Porteiro dos Auditórios 7.000,00

Ajudantes de Porteiro dos Auditórios 4.500,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Contadores, Partidores e Distribuidores:

Cr\$

Serventuários 11.000,00

Escreventes 4.500,00

Fiéis e Auxiliares 2.000,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de municípios, que não sejam sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 8.800,00

Escreventes 2.500,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de município:

Cr\$

Serventuários 3.000,00

Escreventes 1.500,00

B - 2.ª CLASSE

I - Cartórios de Registros de Imóveis, Tabelionatos, Escrivanias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos de Subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 8.000,00

Escreventes 3.000,00

Fiéis e Auxiliares 1.500,00

Oficiais de Justiça 2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

Cr\$

Serventuários 8.000,00

Escreventes 2.200,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos das sedes de municípios que não sejam sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 6.400,00

Escreventes 2.000,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.600,00

Escreventes 1.500,00

C - 3.ª CLASSE

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivanias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexo de Subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 6.000,00

Escreventes 2.600,00

Fiéis e Auxiliares 1.500,00

Oficiais de justiça 2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores.

Cr\$

Serventuários 6.600,00

Escreventes 1.800,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sede de município que não seja sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 4.800,00

Escreventes 1.800,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito que não seja sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.200,00

Escreventes 1.500,00

D - 4.ª CLASSE

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivanias e Registros Civil de Pessoas Naturais e Anexos de subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 5.000,00

Escreventes 2.200,00

Fiéis e Auxiliares 1.500,00

Oficiais de justiça 2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

Cr\$

Serventuários 5.000,00

Escreventes 1.500,00

III - Cartórios de Escrivanias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de sede de município que não seja sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 4.000,00

Escreventes 1.500,00

IV - Cartórios de Escrivanias de Paz e Registro de Pessoas Naturais e Anexos de distrito que não seja sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.200,00

Escreventes 1.500,00

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de novembro de 1949.

Brasílio Machado Neto - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos 17 de novembro de 1949.

Oswaldo Pereira da Fonseca - Diretor

(Publicada no Diário Oficial de 18 de novembro de 1949)

(Boletim de novembro de 1949)

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA DECRETO N.º 19.365, DE 20 DE ABRIL DE 1950.

"Dispõe sobre inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei ns. 465, de 28 de setembro de 1949 e 507, de 17 de novembro de 1949, e de conformidade com as instruções baixadas pelo Instituto de Previdência do Estado.

Decreta:

Artigo 1.º - Os serventuários, escreventes, fieis, auxiliares de cartórios e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão inscritos na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", criada pelas Leis ns. 465, de 28.9.1949 e 507, de 17.11.49.

Artigo 2.º - Cada interessado deverá, na ocasião em que, se inscrever, declarar:

- a) nome, filiação, data e lugar do nascimento;
- b) cartório onde tiver lotado e sua classificação;
- c) data da admissão ao serviço e classificação da comarca;
- d) categoria do servidor;
- e) remuneração - base da aposentadoria, valor da contribuição mensal e exata onde será recolhida;
- f) situação de vitaliciedade ou sucessão.

§ único - As declarações serão visadas pelo serventuário, a que estiverem os inscritos diretamente subordinados, e acompanhadas de certidão de idade ou documento que o supra, exceto publica forma.

Artigo 3.º - As guias de recolhimento das contribuições mensais serão extraídas em cinco (5) vias, uma das quais enviada diretamente ao Instituto de Previdência do Estado, pela exatoria estadual que proceder ao recolhimento, exceto as contribuições que forem recolhidas diretamente ao Instituto, que serão acompanhadas de 3 (três) vias.

§ 1.º - Os serventuários recolherão em guia comum a sua contribuição, bem como as contribuições de seus escreventes e demais funcionários de seu cartório, que serão descontadas, compulsoriamente dos vencimentos ou ordenados destes.

§ 2.º - Os serventuários, tanto os da Capital, como os do interior, poderão recolher diretamente as contribuições por meio de cheque nominativo, a favor do Instituto, pagável em São Paulo e expedido em carta registrada.

Artigo 4.º - Os serventuários escreventes e demais funcionários que, por qualquer motivo, deixarem as serventias de justiça, é facultado manter a sua inscrição na "Carteira de Aposentadoria", desde que o, requeiram em 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade.

Parágrafo único - Na falta de pagamento, durante 6 (seis) meses contados da primeira contribuição mensal devida, será cancelada a inscrição, cessando toda e qualquer responsabilidade para a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", sem direito a qualquer devolução.

Artigo 5.º - A Secretaria da Fazenda recolherá ao Instituto de Previdência as importâncias arrecadadas pela venda das estampilhas da Taxa de Aposentadoria e as correspondentes aos pagamentos das contribuições mensais efetuadas pelos interessados, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte.

Artigo 6.º - As estampilhas da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça serão aplicadas nos documentos originais e logo após a lavratura do ato.

§ 1.º - Nos executivos fiscais da Fazenda Pública a importância devida será recolhida pelas estampilhas junto com as demais custas, na forma da legislação vigente.

§ 2.º - Nenhum processo poderá ser mandado arquivar, por despacho do Juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria.

Artigo 7.º - A aplicação das estampilhas será fiscalizada pelo Juiz Corregedor Permanente em todos os cartórios sob sua jurisdição, o qual aplicará as multas correspondentes as eventuais infrações e comunicará ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 8.º - As aposentadorias serão processadas somente depois de 12 (doze) meses, a partir do início da instalação e funcionamento da "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", e à medida em que forem efetivamente recolhidos os recursos financeiros.

Artigo 9.º - O servidor aposentado provisoriamente, na forma do § 1.º do artigo 3.º, da Lei n. 465, fica obrigado a se submeter, anualmente, a inspeção de saúde.

§ 1.º - Os prazos para a inspeção de saúde anuais serão contados a partir da data da concessão da aposentadoria provisória.

§ 2.º - Não se realizando a inspeção de saúde na época própria será suspenso o pagamento dos proventos até que se efetive a exigência.

Artigo 10.º - As aposentadorias serão pagas na base em que o servidor estiver inscrito. ,
§ único - No caso de passar o servidor para classes cuja remuneração - base seja superior à que esteve originariamente inscrito, ou na hipótese inversa, será levado em conta o tempo de todas as classes, observando-se estrita proporcionalidade.

Artigo 11.º - O servidor com direito à aposentadoria aguardará no exercício do cargo ou na situação em que se encontre, até que a "Carteira" fique habilitada em concedê-la, de acordo com os fundos.

Artigo 12.º - Na concessão das aposentadorias terão preferência os que contarem maior tempo de serviço e os enquadrados no artigo 3.º da Lei n. 465.

Artigo 13.º - Com a concessão das aposentadorias não cessam os pagamentos das contribuições mensais, que serão descontadas dos proventos.

Artigo 14.º - O servidor, inclusive o sucedido, que estiver nas condições de receber os benefícios da aposentadoria, fica obrigado a apresentar ao Instituto, dentro de 12 (doze) meses, a contar da vigência deste decreto, prova de seu tempo líquido de efetivo exercido.

§ 1.º - Serão observadas, na liquidação do tempo de serviço, as regras gerais para esse fim estabelecidas para os funcionários civis do Estado, devendo essa prova ser feita:

- a) Por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de serventuário titular de ofício de justiça ou sucedido;
- b) por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de escrevente;
- c) por certidão, quando constar do arquivo do próprio cartório ou do cartório da Corregedoria Permanente, ou ainda por justificação em Juízo, com citação da entidade de classe, que poderá se fazer representar por advogado.

§ 2.º - O tempo de serviço de fiéis e outros auxiliares de cartórios admitidos desta data em diante somente será contado dentro do prazo de seis (6) meses do arquivamento do contrato que trata o parágrafo 1.º do artigo 21, do decreto n. 5.129, de 23 de Julho de 1931, sendo uma das vias enviada ao Instituto.

§3.º - O Juiz Corregedor Permanente consignará anualmente e no fim de cada ano, no livro de visitas do cartório a circunstância de se encontrarem, ou não, durante o ano, no efetivo exercício de suas funções o serventuário, escrevente, fiéis e demais auxiliares, comunicando o ocorrido ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto, para os fins legais.

Artigo 15.º - O tempo de efetivo exercício dos serventuários, em função fora de seu cargo efetivo, somente será contado para efeito de aposentadoria, quando for feita prova perante o Instituto do efetivo exercício da função para a qual tenha sido nomeado ou designado.

Artigo 16.º - As importâncias necessárias à concessão de cada aposentadoria serão calculadas atualmente, constituindo a reserva matemática para a solução de tais obrigações.

§ único - As reservas matemáticas constituídas serão escrituradas analiticamente no Serviço de Contabilidade da Carteira para facilidade de controle e revisão.

Artigo 17.º - Anualmente, ou toda vez que for exigida, os aposentados deverão apresentar provas de vida passada pelo Juiz de Direito Corregedor Permanente da Comarca da residência.

Artigo 18.º - Os exames de inspeção de saúde, serão procedidos pelos médicos oficiais do Instituto.

Artigo 19.º - Os fundos acumulados em virtude de execução das Leis ns. 465, de 28.9.1949 e 507, de 17.11.1949, serão administrados pelo Instituto de Previdência do Estado, sem qualquer prejuízo para a concessão das aposentadorias.

Artigo 20.º - A prova produzida pelo Instituto ou por qualquer interessado de que o servidor aposentado, na forma do parágrafo 2.º, do artigo 18, da Lei n. 507, de 17.11.1949, usufrua, na época de sua concessão, outra renda além da que obtenha do cartório, anula a aposentadoria concedida e obriga à devolução das importâncias recebidas.

Artigo 21.º - Fica subordinado à Diretoria de Seguros do Instituto de Previdência do Estado a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 22.º - Os casos omissos no presente decreto serão resolvidos pelo Presidente do Instituto,

ouvido o Conselho Fiscal.

Artigo 23.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
Cesar Lacerda de Vergueiro
José João Abdalla
(Publicado no D. O. de 21 de abril de 1950).

(Boletim de maio de 1950)

DECRETO N. 19.379, DE 27 DE ABRIL DE 1950.

Dispõe sobre a forma de arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Decreta:

Artigo 1.º - Enquanto não forem emitidas as estampilhas especiais da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", deverá ser feita por verba, mediante guia em 5 vias, a arrecadação devida em todos os atos sujeitos à incidência dessa taxa, na forma do disposto nas Leis ns. 465, de 28 de setembro de 1949, e 507, de 17 de novembro desse mesmo ano, observado o seguinte:
I - Nas escrituras públicas e mandatos em causa própria referidos na alínea "b" do art. 12 da Lei n. 465/49, e nos executivos fiscais, na mesma guia de recolhimento dos tributos, em item especial sob a rubrica "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

II - Nos demais casos da alínea "c" e "d" do referido artigo 12 da Lei n. 465/49, mediante guia especial, diária, anexa a qual sejam relacionados todos os atos sobre os quais é recolhida, a taxa;

III - Dos livros, autos e demais papéis com relação aos quais a taxa seja recolhida pela forma estabelecida no item precedente constará que o recolhimento se fará mediante guia geral, numerada, expedida na mesma data;

IV - Uma das vias de cada guia emitida será enviada ao Instituto de Previdência do Estado, ao fim de cada mês pela exatória onde tiver sido efetuado o recolhimento.

Artigo 2.º - Fica alterada a redação do § 2.º do artigo 6.º do Decreto n. 19.365/50, pela forma seguinte:

"§ 2.º - Nenhum processo em que haja pagamento do principal ou custas poderá ser mandado arquivar, por despacho do Juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 27 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
(Publicado no D. O. em 29/4/1950).

(Boletim de maio de 1950)

DECRETO N. 19.444-A, DE 30 DE MAIO DE 1950.

Aprova o orçamento para o exercício de 1950, de Carteira de Servidores da Justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica aprovado de acordo com o estabelecido no artigo 1.º, parágrafo 4.º do decreto n. 8.499, de 20 de agosto de 1937, o orçamento para o exercício de 1950 da Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça, anexo a este Decreto.

Artigo 2.º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de maio de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
José João Abdalla ...

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado, dos Negócios do Governo aos 31 de maio de 1950

Cassiano Ricardo - Diretor Geral
(Publicado no Diário Oficial em 1.º de junho de 1950)
(Boletim de Junho de 1950)

DECRETO N. 19.441-B, DE 29 DE MAIO DE 1950.

"Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça"

ADHEMAR DE BARROS GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovados os modelos de estampilhas cujos "fac-similes" figuram em anexo, devidamente rubricados pelo Secretario da Fazenda, emitidas para a arrecadação da taxa de aposentadoria de servidores da justiça, instituída pelo artigo 12, da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, e dos seguintes valores: dez centavos (Cr\$ 0,10), vinte centavos (Cr\$ 0,20) cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), um cruzeiro (Cr\$ 1,00), dois cruzeiros (Cr\$ 2,00), cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00), dez cruzeiros (Cr\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00) e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00).

Artigo 2.º - As estampilhas de que trata o artigo anterior, terão o formato de um retângulo com treze milímetros (13) de largura, por trinta e dois (32) milímetros de altura sendo picotadas em todos os seus lados, impressas sobre papel especialmente fabricado para tal fim, contendo em sua massa fibras de linho verdes e vermelhas e de cor verde para as estampilhas dos valores de dez centavos (Cr\$ 0,10), vinte centavos (Cr\$ 0,20), cinquenta centavos (Cr\$ 0,50), um cruzeiro (Cr\$ 1,00), dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) e cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00). e de cor branca para as estampilhas dos valores de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00), e cem cruzeiros (Cr\$ 100,00).

O colorido da impressão de cada estampilha é o seguinte: dez centavos. verde-escuro; vinte, centavos, rosa; cinquenta centavos sépia; um cruzeiro, laranja; dois cruzeiros, verde claro; cinco cruzeiros, amarelo ocre; dez cruzeiros, sépia; vinte cruzeiros, violeta; cinquenta cruzeiros azul ultramar e cem cruzeiros verde.

Parágrafo único - São as seguintes as características do desenho das estampilhas distribuídas em quatro campos distintos descritas de cima para baixo: - ao alto o primeiro campo, compreende urna meia lua com o diâmetro com base, ladeada de desenho floreado, em fundo escuro, no qual se acham inscritas, em caracteres maiúsculos e negativo as palavras "SECRETARIA DA FAZENDA" em semi círculo, e "NO ESTADO DE SÃO PAULO", dispostas essas em duas linhas sobre postas, sendo a expressão "EST". abreviatura da palavra "ESTADO". No campo seguinte, o segundo, logo abaixo. vê-se, também em meia lua ocupando dois terços da área total do campo e preenchido o espaço lateral restante com desenho floreado, o emblema do escrivanato, que se constitui de um livro aberto, tendo à sua sinistra a tinteiro no qual está embebida uma pluma de escrever; segue-se abaixo o terceiro campo com sua metade superior em fundo escuro no qual vem indicadas, em letras maiúsculas e em negativo, disposta em três linhas, a finalidade, da estampilha, representada pelas palavras "APOSENTADORIA", na primeira linha, "DE SERVIDORES" na segunda linha "DA JUSTIÇA" na terceira e última linha, seguido, abaixo, pelo valor da estampilha, em algarismos árabes, disposto no centro num escudo de fundo claro e ladeado de arabesco, seguindo, abaixo, em caracteres maiúsculos cujas letras centrais se acham reduzidas no tamanho, o designativo da moeda divisionária do país e equivalente ao valor da estampilha, ou seja "CENTAVOS", "CRUZEIRO" ou "CRUZEIROS"; segue-se o último e quarto campo, de fundo estriado, para preenchimento da data de utilização da estampilha, abreviadamente, no qual se vem duas linhas pontilhadas, a primeira interrompida no centro pela preposição "DE", em letras maiúsculas, e a segunda, abaixo, iniciada pela mesma preposição "DE" em letras maiúsculas, seguida dos algarismos árabes "195" e de linha pontilhada, para indicação do ano.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 29 de maio de 1950.

ADHEMAR DE BARROS

(Publicado no Diário Oficial em 31.5.1950).

(Boletim de junho de 1950).

LEI N. 751, DE 11 DE AGOSTO DE 1950.

Altera a redação do artigo 16 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 16 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 16 - Os Serventuários de Justiça não estipendiados pelos cofres públicos poderão requerer os benefícios da presente lei, que lhes serão concedidos, nos casos e formas previstos, desde que se sujeitem à mesma contribuição mensal de 5% a que se refere o artigo 12, ficando, porém, excluídos da aposentadoria "ex-officio".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de agosto de 1950.

ADHEMAR DE BARROS

Synesio Rocha

(Publicado no Diário Oficial em 12 de agosto de 1950)

(Boletim de Setembro de 1950)

LEI N. 889, DE 11 DE DEZEMBRO 1950.

" Estende aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a Lei n. 507 de 17/11/49 outorgou aos sucedidos em virtude de sucessão por tempo de serviço".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas; por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam extensivas aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez as mesmas vantagens que a Lei n. 507 de 17 de novembro de 1949, outorgou aos sucedidos em virtude de sucessão por tempo de serviço.

Artigo 2.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta de verba própria do orçamento do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de dezembro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synesio Rocha

(Publicado no Diário Oficial do Executivo em 12 de dezembro de 1950).

(Boletim de Janeiro de 1951)

DECRETO N. 20.201 DE 11 DE JANEIRO DE 1951.

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Decreta:

Art. 1.º - Fica derogado o artigo 8.º do Decreto n.19.365, de 20 de abril de 1950, que dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro de 1951.

ADHEMAR DE BARROS.

Synesio Rocha.

Publicado no Diário Oficial de 12 de Janeiro e no Boletim de fevereiro de 1951)

As férias não gozadas serão contadas em dobro para o efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da Justiça. (Artigo 25, da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950 - publicada no Diário Oficial de 1.º de novembro de 1950 e no Boletim de Dezembro do mesmo ano).

INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS

Os serventuários que desejarem inscrever-se nos concursos dos cartórios vagos, não necessitarão vir a Capital, a fim de obter os documentos ou entregar a petição no Tribunal de Justiça.

A Associação se encarrega de obter todos os documentos que forem necessários bem como dará instrução e demais informações a respeito do assunto, e providenciará a entrega da petição no Tribunal de Justiça.

SELAGEM PROPORCIONAL DE RECIBOS OU ESCRITURAS REFERENTES AO PAGAMENTO DE SINAL DE VENDA DE IMÓVEIS

"A Recebedoria Federal desta Capital chama a atenção dos Srs. contribuintes vendedores e compradores de imóveis para a obrigação legal, preceituada na Nota do artigo 94 da Lei do Selo, de selarem os recibos ou escrituras referentes ao pagamento de sinal pela promessa de compra e venda de imóveis, com o selo proporcional de Cr\$5,00 por mil cruzeiros, calculado sobre o valor total da transação convencionada.

A Recebedoria Federal, que vai incrementar a fiscalização de tais documentos, nos escritórios de vendas de imóveis e por ocasião de sua exibição perante os Cartórios, para a elaboração da escritura definitiva, previne aqueles que de boa-fé hajam deixado de selar ou selado com insuficiência os relativos a negócios já entabulados, que procurem regularizá-los, a fim de se eximirem das sanções legais".

(Publicado novamente por ter saído com incorreções).

Seção Social

Fazem anos durante o corrente mês os seguintes serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

Dia 1.º - Augusto Sennler Ferraz

Antonio dos Santos Lara

José Ferreira Doca

Vitório Thomaz

Euclides de Moura

2 - Alcides de Quadros

Francisco Chacon Couto

João Gomes Barreto Filho

3 - Oswaldo M. Martins

Alexandre Absy

4 - José Spinola de Melo

Afonso de Almeida Filho

Alcides, Liberato

Armando Padilha

José Benedicto de Barros

Odete Leite Bueno

Antonio de Oliveira

5 - Manoel Gonçalves Lordello

6 - Benedicto Godoy Camargo

Esther Cândida de Figueiredo Negreiros

Benedito Gonçalves

José Barcellos

Laurenço Landini



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Paulo Novaes de Barros
Sebastião Guimarães Corrêa
José da Cunha
7 - Benedicto Pereira Filho
João Batista de Almeida
Oswaldo Sampaio
Lauro de Camargo
João Paulo de Camargo
Eleazar Galvão
8 - Amphilophio Manoel
João Siqueira Junior
9 - Joffre Teixeira de Carvalho
Dr. Fernando Siqueira Queiroz
Antonio Olinto Nogueira
Antonio Moreira Mattos
Beraldo Rangel Torres Bandeira
10 - José Manuel Antunes
José Eduardo Ribeiro
Alceu Ribeiro Abujanra
Ulisses do Amaral Paula
Antonio de Paula Leite Netto
Henrique Bastos Filho
11 - Ademar Ferreira Campos
Cesar Lacerda de Vergueiro
Geraldo Apocalipse
Alberto de Queiroz Fiuza
Euclydes de Mattos
12 - Dr. João A. Rubião Filho
Francisco Leite de Moraes
13 - Aristides de Paula Carvalho
14 - João Ferreira de Siqueira
José de Godoy Bueno
Antonio Gimenes Filho
15 - Cid Chagas
Joaquim Rodrigues Azenha
Antonio Dias Ferraz
17 - Luiz Carlos da Silva
Lauro José Vieira Martins
Fernando Corrêa Pires
Orozinho Tristão de Almeida
18 - Armando Azevedo
19 - Joaquim Barbosa da Silva
Enêas de Almeida Barros
20 - Araldo Falleiros
Ayrton Bicudo
Ravizio de Macedo Rodrigues
Joaquim Justo
José de Araújo Cintra
João Godoy
21 - José Pedro
Manoel Ayres de Camargo
Francisco de Andrade
22 - João Ebram
Ubirajara Pacheco de Carvalho
Nilo Gonçalves da Silva Ferreira Viana
Amadeu Perroni
Paulino Eugenio Meyer
Ernesto Cordeiro



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

23 - João Baptista de O. Sampaio

Domingos Carrara

João Batista de Araújo

Orlando de Andrade Rezende

Juvenal Rodrigues Souza

24 - Rachid Abdalla Mustafá

João Moraes Fagá

João Catrucci

Francisco de Lara Junior

26 - Sebastião da Cunha

Dr. Alcebiades Galvão Cesar

27 - José de Oliveira Malheiro Junior

Sebastião Ramalho de Mendonça

Sem Pacualini

Luiz F. de Araújo Sobrinho

Adelino Peters

José de Mello Costa

28 - Pedro Argerniro Morengi

Antonio Odilio de Paus Assis

29 - José Alves

Pedrina de Toledo Cesar

Antonio Pedra de Lima

João B. Nogueira

Pedro Cardoso Rebelo

31 - Dirceu Nabuco

Joaquim Ribeiro do Val

Esta Associação incumbe-se, gratuitamente, de acompanhar perante as repartições públicas, Corregedoria Geral da Justiça e interesses dos colegas do interior que o solicitem.

Serventuário - A união faz a força. O ditado é velho e a experiência ensinou ser verdadeiro. Seja um dos nossos.

Uma idéia não se deve guardar. Deve-se divulga-la, pois pode beneficiar a coletividade. Colabore conosco e dê-nos as suas sugestões para o nosso maior e melhor êxito.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

- Presidente

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Diretor-Secretário

DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES

- Diretor-Tesoureiro

DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL

- Diretor

DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL

- Diretor

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

- Diretor

DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

- Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ

- Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO

- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

EJAINO SILVA -	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA	- Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR- DARIO FERREIRA GUARITA	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO	- Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
REDAÇÃO	3
COLABORAÇÃO	4
ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA DA REDUÇÃO DE PONTOS	4
ÍNDICE	5
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA	14
INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS	21
SEÇÃO SOCIAL	22
DIRETORIA	26

CONSELHO FISCAL	27
SUPLENTES	27
ÍNDICE	28

Nº 029 - Publicação: 01/07/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário
As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação
Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudência
Informações varias
Seção social

Colaboração

CAPÍTULO INACABADO

Antonino Cintra

Há casos que por sua natureza bem que se parecem com lendas repercutivas, embora revestidos de outras características - Ao instituir-se a lei áurea da aposentadoria a todos os servidores de justiça, os legisladores tiveram em mira implantar o espírito de compensação, notadamente aqueles serventuários que mal percebendo pela sua subsistência e de sua família, se tornam incapazes para o trabalho quando a idade lhes toca ao ocaso da existência e quase sempre terminando a vida na mais negra miséria. - Para que a instituição da aposentadoria lograsse o mais perfeito sucesso, ficou estabelecido dois meios de arretituição, que por seu turno nada pesa ao erário publico ou à, sangria do Tesouro do Estado. O primeiro meio de arrecadação consiste numa taxa de 5% sobre os emolumentos sobrados em cartórios, com um selo especial e o segundo, também 5% e que deve incidir sobre os vencimentos já tabelados em lei dos serventuários, e escreventes de cartório. - Pela manifestação de alguns parlamentares, a contribuição instituída por essas modalidades, seria o bastante para prover a todos os encargos oriundos dos pedidos de aposentadoria. - Todavia, e por motivos que ignoramos, Já existe um bom número de pedidos de aposentadoria, que por falta de verba ainda não puderam ser atendidos segundo estamos bem informados. A dedução a se tirar ante tal deficiência de numerário, é que a arrecadação não está sendo processada com a devida regularidade ou que

as verbas estão sendo desviadas para outros canais. - Sobre a delonga de se atender os pedidos já requeridos e congelados, já existe um movimento de solidariedade movido na Assembléia Legislativa Estadual. E, isso depreende-se do projeto de lei sob n.º 675 de autoria do deputado Antonio do Amaral Furlan e subscrito por grande número de deputados. Nesse projeto tão bem elaborado, ventila-se meios de maneira a se tornar mais eficiente e sem delongas as aposentadorias requeridas. - Não é crível que serventuários de justiça com mais de 30 anos de serviço e mais de 70 anos de idade, estejam dependentes de uma longa espera em ser atendidos nos seus justos pedidos. E não se fale ainda nos casos de serventuários já incompatibilizados por motivo de moléstias. - A lei da natureza por invulnerável e fatal não comporta tréguas no ciclo de sua manifestação. Isso importa dizer que, a vida humana tem seu limite; não é infinita. A infantilidade e a senilidade é, que pagam maior tributo na estatística mortuária. -- E assim chegaremos à conclusão que uma lei tão bem inspirada e humana, não se deve converter num capítulo inacabado ou pior ainda numa delenda Carthago.

COMUNICADO DO CONSULADO ITALIANO, SOBRE A LIBERAÇÃO DE BENS DE ITALIANO

"Para que os italianos residentes no País possam retirar seus créditos, anteriormente bloqueados, deverão apresentar-se o mais breve possível à Seção da AGEDE do Banco do Brasil (rua Sete de Abril, 282, salas 43 e 44) munidos de documentos de identidade (passaporte, carteira Mod. 19 etc.).

A diretoria do Banco do Brasil (Agede) do Rio de Janeiro, a fim de facilitar a devolução dos bens a todos os residentes que, tendo completado os sessenta e nove anos, não possuem a carteira de identidade, decidiu permitir a apresentação de: 1.º) prova documentada que ateste que o requerente já havia completado sessenta anos em 31 de janeiro de 1942 (certidão de nascimento, casamento etc.); 2.º) certidão de nacionalidade, que pode ser provada por um atestado expedido pelo Consulado; 3.º) atestado de residência neste País (declaração da Polícia local que comprove a residência "permanente" no Brasil).

Para toda e qualquer informação relativa à liberação de seus bens, os italianos poderão dirigir-se ao Consulado italiano, todos os dias úteis, das 9 às 12 horas.
Colégio Notarial de São Paulo

DIA DO NOTARIADO LATINO

De acordo com resolução do I Congresso Internacional do Notariado Latino, comemora-se em 2 de Outubro o Dia do Notariado.

O Colégio Notarial de São Paulo, promoverá nesse dia, um jantar comemorativo para o qual será convidado de honra o Exmo. Sr. Secretario da Justiça.

As adesões deverão ser enviadas até o dia 30 de setembro ao nosso colega Dr. Antonio A. Firmo da Silva, à Rua da Quitanda, 86, nesta Capital.

A sua colaboração, prezado colega, é necessária. Contribua com a sua experiência, com o seu talento, para as paginas do nosso Boletim.
Acha o colega de valor o nosso Boletim? A sobrevivência dele depende de si, da sua ajuda, da sua colaboração.

Serventuário - Inscreva-se no quadro social da nossa Associação para prestigiar a sua classe.

Informações Varias

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CARTEIRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA - Fls. de informação rubricada sob n.º 8, do Pr. S.J. 1970-51.

Esta Carteira por determinação do Sr. Presidente, forneceu em 5 de julho do corrente, informações respondendo os itens constantes do requerimento n.º 752 de 1950 do Deputado Amaral Furlan.

Nesta data evidentemente, com a entrada de novos pedidos há alteração nos totais mencionados e são os abaixo enumerados. Assim os totais abaixo são de processos que transitam por esta Carteira até a presente data.

Item "a" - quantos servidores da Justiça, contando 30 ou mais anos de efetivo exercício, regularmente inscritos na Carteira própria do Instituto de Previdência do Estado e em dia com as contribuições de que trata a letra "a" do artigo 12, da lei 465, de 28 de setembro de 1949, já requereram a respectiva aposentadoria?

Resposta: - Esta Carteira já registrou até a presente data 188 pedidos de aposentadoria de Servidores da Justiça

Item "b" - quantos servidores enquadrados no artigo 1º. da Lei 465 de 28-9-1949, já solicitaram a aposentadoria?

Resposta: - Os servidores da Justiça enquadrados no art. 1º. da Lei 465-49, que solicitaram sua aposentadoria são em número de 65.

Item "c" - quantos servidores referidos nas letras "a" e "b" não foram ainda aposentados por falta da competente reserva técnica no Instituto de Previdência?

Resposta: - Existem anotados 10 servidores cujas aposentadorias serão concedidas dos termos das letras "a" e "b" do art. 1º. da referida lei.

Item "d" - que verba anual seria necessária para atender a aposentadoria desses servidores, tendo-se em conta a categoria dos cargos que exercem e os proventos fixados, segundo a tabela constante da lei n.º 507, de 17 de novembro de 1949?

Resposta: - A verba anual necessária para atender a aposentadoria desses servidores, cujo número mencionados na resposta do item "a", considerando-se a remuneração-base fixada na Lei 507-49 de Cr\$ 10.886.400,00 (dez milhões oitocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros).

No total mencionado na resposta do item "a" estão incluídos os serventuários sucedidos nos termos das alíneas "b" e "c" do artigo 1.º do decreto 6986 de 5-2-935.

I. P. 35 em 24-7-951.

as. ilegível.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - SALA 517 - 5.º PAVIMENTO

Despacho proferido no processo n. 8.045, em que é interessada a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, que transmite representação do Departamento de Saúde do Estado: "Dê-se conhecimento da representação, por meio de publicação no Diário Oficial, para que os oficiais do Registro civil das pessoas naturais, fiquem cientes das providências solicitadas - São Paulo, 3-9-51. (a) Marcio Munhoz - Corregedor substituto".

Representação a que se refere o despacho supra, para conhecimento dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Interior do Estado.

"Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social - Departamento de Saúde do Estado - São Paulo, 4 de agosto de 1951.

Senhor Diretor Geral.

1. - Tendo em vista facilitar o cumprimento, por parte dos médicos sanitaristas do Interior, das instruções relativas a registros de óbitos por doenças transmissíveis, solicito os bons ofícios de v. s. junto aos Srs. Escrivães de Cartórios, para que não deixem permanecer em suas repartições atestados de óbito por doença transmissível, passível de comunicação, além de 48 horas após a ocorrência do óbito sem. o respectivo visto da unidade sanitária local.

2. Essa providência possibilitará aos senhores sanitaristas ações profiláticas mais rápidas e com maior proveito para o controle e combate as doenças em causa.

3. Tenho a honra de reiterar a v. s. os protestos de minha distinta consideração.

(a) Luiz Morato Proença, Diretor Geral.

Ao Sr. Dr. José Henrique Turner, Diretor Geral da Secretaria da Justiça".

Diário da Justiça de 5 de setembro de 1951.

N. 7994 - João Alberto da Silva, José Augusto Rodrigues e Bento de Arruda - Agravantes - Itú - "Reformo a decisão recorrida. - Não há motivo para se deixar de aplicar, Da espécie, o dispositivo do artigo, 3.º da Lei n. 593 de 31 de dezembro de 1949, pelo qual os oficiais de justiça, perceberão um terço dos emolumentos que lhe forem contados. - Essa regra 6 geral e não sofre restrições resultantes da natureza do feito. - Note-se que nas ações executivas, movidas pela Fazenda do Estado, as custas só são pagas pelo executado quando vencido. - Ilógico seria que o Estado recebesse, além do imposto, as custas em sua totalidade, contrariando preceito legal, sobre os proventos dos oficiais de justiça. - Para cobrir ou compensar os vencimentos fixos desses serventuários fica o Estado com dois terços das custas que lhes são contadas. São Paulo, 21-851.

(s) Marcio Munhoz. - Corregedor interino".

(Publicado no Diário da Justiça em 23/8/51)

Leis e Decretos - LEI N. 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950 - Dispõe sobre a forma de provimento dos Ofícios de Justiça e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2º. - O provimento e a vacância das serventias de justiça reger-se-ão pelo disposto nesta lei.

Artigo 3º. - A vacância da serventia decorrerá:

- a) da desistência, concedida por decreto, após a verificação da regularidade dos serviços do cartório procedida pelo juiz corregedor respectivo;
- b) do falecimento do serventuário;
- c) do abandono do exercício verificado em processo regular;
- d) de demissão imposta em virtude de sentença judiciária (artigo 199, n. 1, da Constituição Federal) ;

- e) da remoção ou promoção nos termos desta lei após a verificação da posse do novo cargo;
- f) de aposentadoria.

Parágrafo único - A Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, tomando conhecimento da vaga, dará ciência da mesma, no prazo de quarenta e oito (48) horas de autoridade que deva iniciar o processo de concurso.

Artigo 4º. - O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário vitalício não acarretará a vacância do ofício onde já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso do falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados, ao serventuário sucedido, os direitos adquiridos pelos artigos 9º. e 10º., do Decreto-lei n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-Lei n. 12.520 de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 5º. - É instituída a carreira dos Servidores da Justiça, na qual ficam enquadrados os serventuários vitalícios e os escreventes habilitados de todos os cartórios do Estado não estipendiados pelos cofres públicos, qualquer que seja a sua natureza. Para esse efeito, as serventias de Justiça ficam classificadas da seguinte forma:

A) PRIMEIRA CLASSE

I) os ofícios de registro de imóveis e anexos, os de tabelião de notas com os anexos do cível e do crime, os de distribuidor, partidor e contador e os de depositários público das comarcas de primeira entrância;

II) os ofícios do registro civil das pessoas naturais e anexos dos distritos e subdistritos que não sejam sede do município.

b) SEGUNDA CLASSE

I - os ofícios referidos n. I, da alínea "a", das comarcas de segunda entrância;

II - os ofícios referidos n. II, da alínea "a", dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes As comarcas de 1a. 2a. e 3a. entrâncias e das comarcas de 1a. e 2a. entrâncias.

c) TERCEIRA CLASSE

I - os ofícios referidos no n. I da alínea "a", das comarcas de terceira entrância;

II - os ofícios referidos no n. II da alínea "a" dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes as comarcas de 4a. entrância e da sede das comarcas de 3a. entrância.

d) QUARTA CLASSE

I - os ofícios de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos de tabelião de notas, de tabelião de protestos, de escrivão do cível, da família e sucessões, da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, de acidentes do trabalho, de registros públicos, de justiça gratuita, de menores, do crime, do júri e execuções criminais, de distribuidor e contador do cível e do crime, do partidor e do depositário público, da comarca de Silo Paulo (4a. entrância) ;

II - os ofícios referidos no n. I da alínea "d", aglutinada ou separadamente instalados, das comarcas de Santos e Campinas (4a. entrância) ;

III - os ofícios referidos no n. II da alínea "a", dos distritos e subdistritos da sede das comarcas de 4a. entrância.

Artigo 6º. - Nenhuma admissão de serventuário será feita senão para o cargo inicial (artigo 4.1 da Constituição do Estado).

Artigo 7.º - As serventias que forem criadas serão sempre providas na forma preceituada nesta lei.

Parágrafo único - Para efeito de provimento, equiparam-se aos ofícios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

Artigo 8.º - O provimento dos cargos de Serventuário nos cartórios referidos no n. I da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a vacância e a inexistência de candidatos a remoção, será feito mediante concurso de provas e de títulos, ao qual poderão concorrer os escreventes habilitados de ofício da mesma natureza ou com anexo do ofício posto em concurso, que contem mais de 5 anos de efetivo exercício e os bacharéis em direito.

Artigo 9.º - Comunicada a vaga, cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 8.º, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no Diário Oficial da Justiça, com prazo de vinte dias, editais de inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 10 - Os pedidos de inscrição serão acompanhados dos documentos a seguir relacionados:

a) Quanto aos Escreventes:

I - certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servirem ou tenham servido e do escrivão da corregedoria permanente.

b) Quanto aos Bacharéis em Direito:

I - certidão de registro de diploma;

II - certidão da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, provando a vigência da inscrição e a existência ou inexistência de faltas disciplinares tornadas públicas;

III - prova de ser brasileiro nato, de maioridade e de no gozo de seus direitos civis e políticos;

IV - Prova de quitação ou isenção do serviço militar.

V - laudo de capacidade física e de não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante expedido por Centro de Saúde ou Posto de Assistência Médica-Sanitária mantido pelo Estado;

VI - folha corrida das delegacias de polícia do município ou municípios e dos cartórios criminais da comarca ou comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, provada essa circunstância, bem como da Extinta Justiça Federal, provando não estar pronunciado por despacho irrevogável, não estar sujeito a medidas de segurança, não ter sofrido condenação passada em julgado, por crime furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenha cumprido pena ou dela obtido perdão;

VII - atestado de antecedentes - passado pelo Serviço de Identificação do Estado.

§ 1.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

§ 2º. - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juizes perante os quais tenham servido.

§ 3º. - A medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça, requisitará dos juizes perante os quais tenham servido os requerentes, e a Ordem dos Advogados do Brasil, se for o caso, informações reservadas sobre a sua competência e idoneidade moral.

Artigo 11 - Encerradas as inscrições, constituir-se-á a Comissão Examinadora, composta do Presidente do Tribunal de Justiça, como presidente, o qual, por motivo de serviço público, poderá ser substituído pelos vice-presidentes ou pela Corregedor Geral da Justiça, de um Desembargador escolhido pelo mesmo Tribunal e de um serventuário nomeado pelo Secretario da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 12 - Reunida a comissão examinadora em local, dia e hora, determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos as inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal com informações, em cada caso, sobre tempo de serviço e cargos exercidos, notas desabonadas acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1º. - Será eliminado o candidato que não tiver exibido os documentos necessários, assim o que tiver cometido omissão culposa ou falsidade de declarações.

§ 2º. - Ao candidato não admitido cabe o direito de recurso para o Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias contados da publicação do ato.

Artigo 13 - Decorrido o prazo a que se refere o § 2º. do artigo anterior ou decidido o recurso, serão publicados, nas quarenta e oito (48) horas seguintes, no "Diário Oficial da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos e anunciado o dia, local e hora em que deverão comparecer para o início das provas.

Artigo 14 - O concurso será público e constará da apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscritas, datilografadas e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e da apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A comissão adotará critério que impeça a identificação das provas escritas e datilografadas até o momento do julgamento.

Artigo 15 - A prova manuscrita cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sobre matéria do ofício em concurso, formuladas no momento.

§ 1º. - Não será permitida a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada, sob pena de exclusão.

§ 2º. - Um dos examinadores, pelo menos, inspecionará continuamente o ato.

Artigo 16 - Seguir-se-á a prova datilografada que consistirá na redação de qualquer ato pertinente ao ofício em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato a máquina de escrever, mediante seu manejo.

Artigo 17 - No julgamento das provas manuscritas e datilografadas atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também a caligrafia, a ortografia e a rapidez da escrita.

Parágrafo único - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e datilografadas o candidato que obtiver média de pontos inferiores a 4 (quatro).

Artigo 18 - As arguições orais, no dia e hora previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, em prazo não superior a trinta minutos. Findas as quais, cada membro, da comissão atribuirá a cada candidato, em lista especial, a respectiva nota, lançando-a ao lado do nome do mesmo.

Artigo 19 - As notas serão sempre atribuídas por extenso com valores que variarão entre 0 (zero) a 10 (dez).

Artigo 20 - Terminadas as provas a comissão, em sessão secreta promoverá:

a) o exame dos títulos apresentados, que receberão os seguintes valores:

I - diploma de bacharel ou doutor em direito - 3 pontos;

II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;

III - certificado de conclusão do curso ginasial, ou documento equivalente, desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 ponto;

IV - obra a que se refere o parágrafo 1º do artigo 10 - 2 pontos;

V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto;

VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto;

VII - serviço a Justiça Eleitoral, como anexo do cargo - 1 ponto;
VIII - participação, como examinador, em concurso de habilitação de escreventes ou de provimento de ofício de justiça - 1 ponto;
IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante de "currículo" de curso previsto no n. II - 1 ponto;
X - eficiência de trabalho e boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos - 1 ponto.

b) a apuração das médias resultantes das provas prestadas;
c) a apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nas alíneas "a" e "b".

Artigo 21 - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da comissão, será incorporada pelo seu secretário, a ata final dos trabalhos e publicada no "Diário Oficial da Justiça".

Parágrafo único - Admitir-se-á também, com referência ao resultado final, o disposto no § 2.º do artigo 12.

Artigo 22 - Uma vez encerrado o concurso, o presidente comunicará à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior os nomes dos três (3) primeiros classificados, em ordem decrescente do notas, a fim de que um deles seja provido no ofício.

Parágrafo único - Havendo pluralidade de ofícios a serem providos, a lista comporá de tantos nomes quantos forem as serventias e mais dois.

Artigo 23 - Na classificação observar-se-ão ordinalmente as seguintes condições, caso se verifique empate:

- I - inexistência de faltas disciplinares;
- II - exercício como oficial maior no cartório vago, na data em que se verificar a vacância;
- III - idade;
- IV - encargos de famílias;
- V - posse de certificado de acordo com a Lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 24 - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere o artigo 22 serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25 - O provimento dos cargos referidos no n. II da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a inexistência de candidato a remoção, será também feito mediante concurso de provas e títulos, aos quais poderão concorrer os escreventes habilitados de ofícios da mesma natureza ou com anexo do ofício em concurso, que contém mais de cinco anos de efetivo exercício e os bacharéis em Direito, observado o disposto nos artigos 9.º a 24, exceto o artigo 11.

Parágrafo Único - A comissão examinadora será constituída do juiz corregedor permanente do cartório vago, que será seu presidente, do promotor público da comarca ou da primeira vara da comarca, quando houver mais de uma, e de um advogado designado pelo presidente da respectiva subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, servindo como Secretário o escrivão da corregedoria permanente.

Artigo 26 - As serventias que se refere o artigo 5.º serão providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em funções da mesma natureza ou com anexo do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior, que o requererem, aplicando-se no processo de concurso, o disposto nos artigos 9.º; 10, letra "a", ns. I e II e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, 12, 20, alínea "a"; 21; 22; 23 e 24, com as seguintes modificações:

a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pelo Conselho Superior da Magistratura;

b) a lista de classificação (artigo 22) conterá um nome para remoção e dois para promoção. Em caso de pluralidade de ofício vagos haverá multiplicidade correspondente, sendo os dois nomes acrescidos, um para remoção e outro, para promoção.

c) é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 27 - Os dispositivos do Decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, bem como, os dos Decretos na. 6.697 e 6.697-A, ambos de 21 de setembro de 1934, que não colidirem com esta lei, ficam revigorados expressamente.

Artigo 28 - Ficam asseguradas a todos os serventuários, escreventes e auxiliares de cartório, as vantagens das Leis ns. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, mediante a exibição do competente certificado passado pela "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado".

Artigo 29 - As férias não gozadas serão contadas em dobro, para efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da justiça.

Artigo 30 - Ficam equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção o escrevente que na data da promulgação desta lei, contar:

- a) mais de cinco (5) até dez (10) anos de serviço, para os cargos de primeira e segunda classe;
- b) mais de dez (10) anos de serviço, para os cargos de terceira e quarta classes.

Artigo 31 - Aos serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até esta data e que não tenham sido nomeados, é permitida a inscrição nos concursos para cargos vagos ou que vagarem, com o mesmo direito que então lhes assista, desde que as vagas correspondam a mesma natureza e classificação estabelecida nesta lei.

Artigo 32 - Ao ex-serventuário que, exonerado a pedido até a data da promulgação da presente lei, fizer a prova determinada no artigo 10 será permitido independentemente de novas provas, inscrever-se nos concursos para os cargos de primeira classe por via do exposto no artigo 26, desde que conte mais de cinco (5) anos de efetivo exercício.

Artigo 33 - Os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir a imediatamente superior.

Artigo 34 - Para os efeitos da presente lei a contagem, de pontos provenientes de títulos será reduzida de metade, desprezada a fração inferior a cinco décimos, se já tiver concorrido para nomeação anterior.

§ 1.º - Será computado o tempo de serviço em que o serventuário ou escrevente tiver permanecido a disposição dos poderes públicos federal, estadual ou municipal.

§ 2.º - Computar-se-á em dobro o tempo decorrente de acumulação de outro ofício que não seja pertinente a própria serventia, excluídos os casos de acumulação estabelecidos pelo regime determinado no Decreto-lei 11.464, de 30 de setembro de 1940 e legislação anterior sobre a mesma matéria.

Artigo 35 - O Chefe do Poder Executivo, de posse das listas de classificação, proverá a vaga dentro de dez (10) dias por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso.

§ 1.º - Será assegurada preferência para nomeação ao candidato que for ou já tiver sido classificado em três listas, desde que por elas não tenha sido beneficiado.

§ 2.º - Os nomes dos candidatos nas condições do parágrafo anterior figurarão obrigatoriamente em lista, com menção expressa da circunstância preferencial, aplicando-se o artigo 23, caso haja mais de um candidato com o mesmo direito.

§ 3.º - O escrevente que figurar mais de três vezes em lista tríplices, terá preferência para provimento no ofício a que concorrer. Será também assegurada preferência para provimento de justiça ao escrevente ou serventuário portador do certificado expedido pela "Comissão do Artigo 30 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual".

Artigo 36 - Os candidatos incluídos em lista e não nomeados poderão, durante o prazo de dois anos, desde que o requeiram, inscrever-se em concurso de provas, dispensados destas, concorrendo a classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 37 - O Chefe do Poder Executivo poderá prover livremente os cargos de que trata a presente lei quando, encerrados os concursos de provas, ocorrerem as seguintes hipóteses:

a) - não aceitarem nomeação todos os candidatos classificados ou dela desistirem expressamente;

b) - encerrar-se o concurso sem inscrição de candidatos.

c) - não conseguir classificação nenhum dos candidatos.

§ 1.º - Dar-se-á preferência aos escreventes com qualquer tempo de serviço, exigindo-se no ato de posse a documentação aplicável segundo o disposto no artigo 10.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de existência de candidato que não pertença aos quadros das serventias, far-se-á prova de saber ler e escrever corretamente.

Artigo 38 - Quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao oficial do registro civil de pessoas naturais e anexos o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requerer ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, nos dez dias seguintes a publicação da lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais ofícios criados.

Artigo 39 - Não serão providos ou nomeados os pronunciados por despacho irrevogável em crime contra o patrimônio, ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, a pena superior a dois (2) anos de reclusão.

Artigo 40 - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, após a promulgação da presente lei, fará publicar durante (3) dias uma relação de vagas no cartório do Registro Civil, convocando, no prazo de vinte (20) dias, a contar da primeira publicação, os Oficiais do Registro Civil que, em virtude da Lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948, tiveram desmembramento, sem compensação, dos seus distritos e que pretendam. remoção para um dos cartórios aludidos.

§ 1.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de entrância e classe idênticas as do requerente.

§ 2.º - Observar-se-ão na remoção o tempo no ofício e encargos de família.

§ 3.º - Não havendo pedido, mediante comunicação do Secretário da Justiça e Negócios do Interior será aberto pelo Tribunal de Justiça o concurso de títulos, nos termos desta lei.

Artigo 41 - Nenhum serventuário de justiça poderá entrar em exercício do cargo sem que apresente o respectivo título autêntico de nomeação e preste, perante o Corregedor Geral da Justiça, o necessário compromisso de exercer as funções com préstimo e lealdade, sob as penas da lei.

Parágrafo único - Se o provimento, promoção ou remoção se der em virtude de criação de ofício, deverá o titular exibir, também, revestidos das formalidades legais, os protocolos e livros indispensáveis ao exercício do cargo.

Artigo 42 - É de sessenta (60) dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido deverá

assumir o exercício das suas novas funções sob pena, de caducar o seu direito.

Parágrafo único - A posse será comunicada pelo juiz de direito competente à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e a Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 43 - Sempre que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento de serventuário deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do morto com referência a indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização. Para esse efeito o Juiz de Direito mandará proceder a avaliação, por dois serventuários da comarca.

Artigo 44 - Sem prejuízo para o interesse público e ouvidos os respectivos juizes corregedores sen! permitida a permuta dos ofícios de justiça entre serventuários da mesma natureza e classe, desde que não lhes falte menos de um quinto do tempo que lhes permita, obter os benefícios da aposentadoria.

Artigo 45 - A Corregedoria Geral da Justiça fará publicar anualmente uma relação dos serventuários e escreventes dos cartórios do Estado, mencionando o tempo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 46 - Aos serventuários e escreventes inscritos em concurso fica assegurado o afastamento necessário a prestação de provas ou a satisfação de formalidades que se tornarem essenciais, não sofrendo quaisquer descontos quer no tempo de serviço, quer em outras vantagens.

Artigo 47 - A contar da promulgação da presente lei só poderá ser designado Oficial Maior um dos três escreventes mais antigos do mesmo cartório, quando houver.

Artigo 48 - Vetado.

Artigo 49 - Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 50 - Vetado.

Artigo 51 - Vetado.

Artigo 52 - Vetado.

Artigo 53 - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares da Justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarca cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei, todas as vantagens e direitos correspondentes a classificação anterior da referida comarca.

Artigo 54 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada aos cartórios vagos desde que não tenham sido iniciadas as provas de concurso para seu provimento.

Artigo 55 - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimento de ofício de justiça, com ressalva do disposto nos Decretos-lei ns. 11.464, de 30 de setembro de 1940, e 5.120, de 21 de julho de 1931 que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synésio Rocha

(Esta lei foi publicada no Diário Oficial de 1.º de novembro de 1950) (Boletim de Dezembro de 1950)

Lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, a que se refere o ARTIGO 28 DA LEI N. 8197 DE 31 DE OUTUBRO DE 1950.

LEI N. 211, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1948

Regulamenta, as vantagens concedidas pelo artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Lincoln Feliciano da Silva, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 24, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Por participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 devem entender-se:

- I - os voluntários enquadrados em quaisquer unidades ou serviços de guerra criados na vigência do Movimento;
- II - os soldados, inferiores e oficiais que compunham unidades do Exército, da Força Pública e da Guarda Civil e que, então, foram mobilizados e prestaram serviços determinados pelos respectivos comandos;
- III - os civis que prestaram serviços de retaguarda, tais como de instrução, mobilização e abastecimento de tropas em operações; de propaganda ou direção do movimento revolucionário; de policiamento de cidades e outros serviços a cargo de organizações então fundadas.

Parágrafo único - Essa participação deverá ser satisfatoriamente comprovada e não será reconhecida quando tenha havido capitulação propositada, deserção, condenação por crime praticado, adesão ao inimigo, ou recusa de prestar serviços durante a incorporação, ou ainda, quando durante ou depois dela haja o interessado praticado atos, ou tomado atitudes incompatíveis com a sua adesão ao Movimento.

Artigo 2.º - Por componentes da Força Expedicionária Brasileira, de São Paulo, deve entender-se:

- I - os que, de qualquer forma, integraram a Força Expedicionária Brasileira em operações no exterior;
- II - os componentes da Marinha de Guerra em opera
- III - os componentes da Marinha Mercante, ocupada em transportes de guerra;
- IV - os componentes da Força Aérea Brasileira mobilizados em operações de guerra no exterior, no patrulhamento dos mares ou nos serviços de comboio.

DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Artigo 3.º - Para efeito do cumprimento do disposto na alínea "a" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, terão preferência para ingresso no serviço público os candidatos enquadrados no disposto nos artigos 1.º e 2.º desta lei.

§ 1.º - Inscrevendo-se nos concursos e provas de habilitação realizados para provimento de cargos ou funções de extranumerário no serviço público estadual, os referidos candidatos farão desde logo prova de se encontrarem nas condições mencionadas neste artigo.

§ 2.º - Em caso de igualdade na classificação, terão preferência, obrigatoriamente, os candidatos que tenham feito a prova a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º - Os mutilados da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira terão preferência para ingresso no serviço público, em cargos ou funções compatíveis com as suas aptidões físicas, de acordo com o parecer médico fornecido pelo Serviço Médico da Secretaria do Governo.

DAS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Artigo 4.º - A efetivação a que se refere a alínea "b" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias se dará no cargo ocupado pelo funcionário na data da promulgação da Constituição do Estado, ainda que tenha sido nele provido interinamente.

Parágrafo único - Se o cargo ocupado por funcionário, na data referida no "caput" deste artigo, tiver titular efetivo, não caberá a aplicação do disposto nesse artigo.

Artigo 5.º - Dispensado o decurso de tempo a que se refere o artigo 88 da Constituição do Estado, o funcionário abrangido por esta lei é considerado estável, para todos os efeitos, nos termos da alínea "c" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e 18, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Artigo 6.º - Os funcionários abrangidos por esta lei, que já eram efetivos, a data da promulgação da Constituição Estadual, ficam com os seus vencimentos elevados, consoante o disposto na alínea "d" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único - Em se tratando de padrão ou referência final, a elevação será correspondente a diferença entre estes e o imediatamente inferior.

Artigo 7.º - A promoção a que se refere a alínea "e" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será efetivada quando se verificar a reforma, passagem para a reserva ou aposentadoria, ficando, entretanto, ressalvado aos beneficiados o direito de receber sempre, até que se verifique aquela promoção, os vencimentos correspondentes ao posto imediatamente superior, desde que reconhecida sua participação no Movimento pela Comissão na forma regulada.

§ 1.º - Caso se verifique a morte de elementos que preencham os requisitos estabelecidos neste artigo, quando ainda não promovidos, será feita a promoção póstuma.

§ 2.º - Aos coronéis da Força Pública e aos Chefes de agrupamentos da Guarda Civil os vencimentos previstos neste artigo serão iguais aos subsídios normais e, respectivamente, mais a diferença de proventos que existe entre os postos de coronel e tenente-coronel e entre as graduações de chefe de agrupamento e inspetor-chefe.

§ 3.º - Para os efeitos de que trata o presente artigo, os postos imediatos As graduações de anspeçada, subtenente e aspirante, são, respectivamente sargento, segundo tenente e primeiro tenente.

§ 4.º - As vantagens acima consignadas não excluem as demais que outras leis regulam.

§ 5.º - O disposto neste artigo se aplica aos agregados, desde que comprovada sua condição de participantes ativos da Revolução Constitucionalista ou componentes da Força Expedicionária Brasileira.

Artigo 8.º - As vantagens a que se referem os artigos 3.º e parágrafo, 4.º "caput", 5.º e 6.º e parágrafo desta lei, e que correspondem as alíneas "a", "b", "c" e "d", do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, preveem casos diferentes e não são cumulativas, prejudicando-se, portanto, mutuamente.

DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE A AGRICULTURA

Artigo 9.º - Aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 e aos componentes da Força Expedicionária Brasileira, de que trata esta lei, e que desejarem dedicar-se a agricultura, o Estado doará lotes de terras do seu patrimônio, de área não superior a 50 hectares, localizados em zonas próximas a centros populosos; e de vias de comunicação.

§ 1.º - Relativamente aos imóveis a que se refere este artigo, ficam estabelecidos as seguintes condições e vantagens:

- a) não poderão ser alienados em vida do donatário;
- b) não poderão ser onerados, nem penhorados por dívidas, salvo em garantia das que forem contraídas com entidade oficial autorizada a fazer empréstimos à lavoura e à pecuária, ou por execução provenientes de impostos e taxas.

§ 2.º - O disposto neste artigo não terá aplicação aos que já sejam proprietários de terras e que desejarem cultivá-las.

§ 3.º - O donatário assumirá o compromisso de efetiva e ininterruptamente cultivar pelos menos dois terços da área doada, sob pena de se tornar nula e de nenhum efeito a doação.

§ 4.º - A doação se transmitirá aos herdeiros do beneficiado com as mesmas vantagens e encargos.

§ 5.º - A doação de que trata este artigo é irrevogável, salvo os casos previstos no § 3.º deste artigo.

DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE

Artigo 10 - Por todos os meios ao seu alcance, o Estado dará assistência eficiente aos ex-combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira, e aos que deles dependem, até que se complete o seu reajustamento a vida civil.

§ 1.º - A assistência referida poderá ser prestada por intermédio da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção de São Paulo, e da Federação dos Voluntários do Estado de São Paulo, bem como por qualquer outra entidade que para tal exista.

§ 2.º A duas entidades referidas no parágrafo anterior será concedida, no exercício de 1948, uma subvenção de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) uma vez que os seus estatutos as habilitem cabalmente ao exercício do feto assistencial a que se destinam.

§ 3.º - Nos demais exercícios a subvenção ou outros favores serão concedidos As referidas entidades, satisfeitas que sejam pelas mesmas as exigências legais usuais a concessão de tais favores, mediante prova da aplicação da subvenção anterior aos fins de que trata a letra "h" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DOS MEIOS DE EXECUÇÃO

Artigo 11 - Para a execução do disposto nesta lei fica criada uma comissão denominada "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias" constituída de três membros nomeados pelo Governador do Estado, e assim indicados: 1 advogado do Departamento Jurídico do Estado, livremente escolhido pelo Governador; 1 funcionário do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; e 1 funcionário da Assembléia Legislativa, indicada pela sua Mesa.

§ 1.º - Os membros da Comissão não serão remunerados, mas seus serviços serão considerados relevantes.

§ 2.º - A nomeação será feita dentro de 15 dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 3.º - O Governador do Estado designará o local de funcionamento e a repartição que se incumbirá do expediente e arquivos da Comissão.

Artigo 12 - A Comissão competirá:

- a) eleger o seu Presidente e elaborar o Regimento Interno;
- b) - processar os pedidos dos interessados na obtenção dos benefícios de que trata esta lei;
- c) exigir prova documental e apreciar a autenticidade e valor probante da mesma, para os fins previstos nesta lei;
- d) expedir um certificado, que será assinado pelo Presidente, declaratório de que o interessado faz jus As vantagens a que se refere o artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos previstos nesta lei, cabendo ao mesmo, interessado requerer a

respectiva outorga perante as autoridades competentes;

e) estudar e sugerir aos poderes competentes sempre que preciso, as medidas necessárias à perfeita e cabal aplicação de todos os itens do referido artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e à execução do disposto nesta lei.

§ 1.º - Funcionará junto a Comissão, na qualidade de Procurador dos interesses da administração, um advogado do Estado, designado pelo Procurador Geral do Departamento Jurídico, com a atribuição de emitir pareceres nos processos submetidos a Comissão.

§ 2.º - É isento, de selo, taxa e emolumentos, inclusive dos de reconhecimento de firmas, todo ato, petição, papel ou documento destinado a instruir o processo de que trata a alínea "b" deste artigo.

§ 3.º - Fica fixado o prazo de um ano, a contar da vigência da presente lei, para que os interessados dirijam seus pedidos a Comissão, que se dissolverá depois de decidir todos os pedidos apresentados em tempo oportuno.

§ 4.º - Sempre que houver suspeitas ou denúncia da ocorrência de fatos mencionados no parágrafo único do artigo 1.º a Comissão procederá a todas as diligências para esclarecimentos, ouvido o requerente.

Artigo 13 - O Chefe do Governo proporá a abertura, dos créditos necessários para o cumprimento desta lei,

Artigo 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) LINCOLN FELICIANO. Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) OSWALDO P. DA FONSECA, Diretor Geral

LEI N. 646, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1950

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço aos funcionários públicos, durante a Revolução Constitucionalista, de 1932, e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreto e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Todo funcionário público, que tenha prestado serviço A Revolução Constitucionalista de 1932, terá esse tempo contado em dobro para todos os efeitos legais, exceto para percepção de vencimentos.

Artigo 2.º - Para efeito desta lei, o tempo de duração da Revolução Constitucionalista será de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Aqueles que já foram beneficiados pelo Artigo 108, da Constituição de São Paulo, de 9 de julho de 1935, terão direito ao ajuste de tempo na forma determinado por este artigo.

Artigo 3.º - Considera-se documento hábil para fazer jus a contagem de tempo, o certificado expedido pela "Comissão" a que alude a letra "d", do artigo 12, da lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 4.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governador do Estado de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1950.

ADHEMAR DE BARROS.

Lineu Prestes.

INFORMAÇÕES PARA A INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS.

O pedido de inscrição, será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, com firma reconhecida e na petição indicará o candidato expressamente, sob pena, de ser excluído do concurso, as comarcas, cargos exercidos e nomes dos juizes perante os quais tenha servido e instruído com os seguintes documentos.

- a) certidão, de tempo de serviço, passada pelo Escrivão encarregado do serviço de anotações (Cartório do Júri da Comarca) ou pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servir ou tenha servido e do escrivão da corregedoria permanente;
- c) prova de quitação ou isenção do serviço militar;
- d) prova de que é eleitor e de que o título está em vigor;
- e) prova de classificação em concursos anteriores e de não haver sido nomeado (esta certidão é fornecida pela Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça.

O candidato poderá apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos anteriormente ao concurso.

NOTAS

Poderão inscrever-se para qualquer cartório, os serventuário ou sucessores com 2 anos, pelo menos, de efetivo exercício, em funções da mesma natureza ou com anexos do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior.

Os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício, poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir a imediatamente superior.

Os serventuários, escreventes e demais auxiliares da justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei, todas as vantagens e direitos correspondentes a classificação anterior da referida comarca.

Os pontos serão contados da seguinte maneira:

- I - diploma de bacharel ou doutor em direito - 3 pontos;
 - II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;
 - III - certificado de conclusão de curso ginasial ou documento equivalente, desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 ponto;
 - IV - documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso - 2 pontos;
 - V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder da metade - 1 ponto;
 - VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto;
-

- VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo do cargo - 1 ponto;
VIII - participação como examinador, em concurso de habilitação de escrevente ou de provimento de ofício de justiça - 1 ponto;
IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante do "currículo" de curso previsto no n. II - 1 ponto;
X - eficiência de trabalho, boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos - 1 ponto.

INSTRUÇÕES PARA A NOMEAÇÃO DE ESCRIVENTES, OFICIAL MAIOR E ADMISSÃO DE OUTROS AUXILIARES. NOMEAÇÃO DE ESCRIVENTES

Petição assinada pelo serventuário e pelo candidato e instruída com os seguintes documentos:

- a) folha corrida da polícia e dos cartórios criminais da comarca;
- b) atestado de capacidade moral, subscrito por duas pessoas abonadas e conhecidas do Juiz;
- c) atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante, expedido pelo médico designado pelo Juiz;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Certificado de Reservista;

A nomeação dependerá de aprovação em exame efetuada perante uma Comissão formada, na Capital, pelo Juiz a que estiver subordinado o cartório e mais dois Juizes designados pelo Diretor do Palácio da Justiça e no Interior, pelo Juiz de Direito, o substituto do distrito e mais um examinador designado pelo Juiz de Direito.

Quando houver mais de uma vara (no Interior) a Comissão será composta pelos Juizes de Direito e um dos substitutos, se for necessário.

NOMEAÇÃO DE OFICIAL MAIOR

Petição dirigida ao Senhor Secretário da Justiça, assinada pelo serventuário e pelo candidato, com o visto do Juiz de Direito da comarca a que estiver subordinado o cartório, e instruída com certidão fornecida pela Corregedoria Geral da Justiça, certificando que a nomeação do escrevente, foi homologada pelo Corregedor Geral da Justiça, bem como do Cartório do Júri da Comarca, ser um dos três escreventes mais antigos do cartório, ou único, a fim de ser cumpridas as exigências do que dispõe o artigo 47, da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1951.

ADMISSÃO DE AUXILIARES OU FIÉIS.

Os serventuários poderão, sob sua exclusiva responsabilidades, ter quantos praticantes e fiéis entender necessários, os quais perceberão o que combinarem com os serventuários.

O titular do cartório, fará um contrato com os mesmos o qual deverá ser arquivado em Juízo e o Juiz de Direito da Comarca a que estiver subordinado o cartório, assegurará a sua completa execução.

DETERMINAÇÃO do Corregedor Geral da Justiça, sobre nomeação de Escreventes.

PORTARIA N. 6-A

O Desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente portaria e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e atendendo a que a nomeação de escrevente habilitado está sujeita a formalidades que visam seleção dos candidatos ao exercício dos auxiliares da justiça;
atendendo, por outro lado, a que o decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, prescrevendo as normas da habilitação, dá competência ao Corregedor Geral, para entrar no mérito das provas produzidas, podendo mandar exonerar o candidato por inaptidão ou por nulidade substancial do processo;
atendendo a que, constantemente chegam á Corregedoria queixas de faltas cometidas por escreventes habilitados, no exercício de suas funções;

DETERMINA:

- a) que o compromisso, a posse e exercício do cargo de escrevente habilitado, não se dêem antes da homologação do exame, pela Corregedoria Geral da Justiça;
- b) que o exame de habilitação seja feito com o maior rigor possível e na presença do juiz corregedor e dos demais componentes da banca examinadora, observando-se os artigos 6.º, 7.º e 8.º, do citado decreto n. 5.129.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 30 de maio de 1949.

(a) João Marcelino Gonzaga - Corregedor Geral da Justiça.

(Publicado no Diário da Justiça em 12 de agosto de 1950.)

DECRETO N. 5.129 - DE 23 DE JULHO DE 1931. - Dispõe sobre a nomeação, demissão e prerrogativas dos escreventes habilitados, e dá outras providência.

Artigo 1.º - Todos os escrivães, inclusive os escrivães de paz, oficiais de registro de imóveis e de protesto, do registro de títulos, tabeliães, contadores, partidores, distribuidores e depositários públicos podem ter um ou mais escreventes.

Parágrafo 1.º - O número de cada escreventes de cada cartório ou ofício será fixado pelo juiz a que estiver subordinado (decreto 4.786, de 1930, artigo 2.0), ouvido o respectivo serventuário, e com recurso deste para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 2.º - O número fixado poderá ser aumentado ou reduzido, na forma do parágrafo anterior. Quando, porém, da redução resulte a dispensa de algum escrevente, o juiz só a permitirá mediante prova de sensível diminuição da renda do cartório. Da decisão do juiz haverá recurso, do escrevente dispensado e do serventuário para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 3.º - No caso do parágrafo antecedente, serão dispensados os escreventes mais modernos, sendo-lhes, porém abonadas os vencimentos de três meses.

Artigo 2.º - Os títulos dos escreventes, nos cartórios em que houver mais de um, serão numerados ordinalmente, por antiguidade ou merecimento, segundo proposta do serventuário e decisão do juiz.

Artigo 3.º - Os escreventes serão nomeados e demitidos pelo juiz a que estiver subordinado o cartório. Da demissão haverá recurso para o corregedor geral da justiça.

Artigo 4.º - A nomeação dependerá de aprovação em exame efetuado perante uma comissão formada, na Capital, pelo juiz a que estiver subordinado o cartório e mais dois juizes designados pelo Diretor do Palácio da Justiça, no interior, pelo juiz de direito, o substituto do distrito e mais um examinador designado pelo juiz de direito.

Parágrafo único - Nas comarca do interior, em que houver mais de uma vara, a Comissão será composta pelos juizes de direito e um dos substitutos, se for necessário.

Artigo 5.º A inscrição para o exame será requerida em petição assinada pelo candidato e pelo serventuário do cartório.

Parágrafo 1.º - A petição será instruída com os seguintes documentos:

- a) folha corrida;
- b) atestado de capacidade moral, subscrito por duas pessoas abonadas e conhecidas do juiz;
- c) atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou

repugnante expedidas pelo medico designado pelo juiz.

Parágrafo 2.º - Ao apresentar-se a exame, os candidatos deverão exhibir caderneta de identidade.

Parágrafo 3.º - Somente podem inscrever-se para o exame, os cidadãos brasileiros natos, inclusive os referidos nos ns. 2 e 3 do artigo 69 da Constituição Brasileira, que estiverem no gozo dos direitos civis e políticos, não incursos na proibição do artigo 39, Parágrafo 1.º do decreto n. 123, de 1892.

Artigo 6.º - O exame que será público, constará de uma prova escrita e outra oral.

Artigo 7.º - A prova escrita consistirá na redação de ofícios, editais, certidões, autos, termos e escrituras; na organização de contas, cálculos e rateios e na execução de qualquer outro ato do ofício.

Parágrafo 1.º - Haverá uma prova autográfica ou manuscrita e outra datilografada.

Parágrafo 2.º - A prova escrita durará no máximo duas horas, e será realizada, independentemente de pontos, na presença da Comissão, que formulará sucessivamente as questões que o candidato deva resolver.

Parágrafo 3.º - No julgamento da prova escrita a Comissão atenderá não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também a caligrafia, a ortografia, a rapidez e a redação da escrita.

Parágrafo 4.º - O candidato inabilitado na prova escrita será desde logo excluído do exame.

Artigo 8.º - A prova oral consistirá em arguições, praticas sobre os diversos serviços do cargo e durará meia hora.

Parágrafo único - As questões serão formuladas no momento, independentemente de pontos.

Artigo 9.º - Os autos de exame para nomeação de escrevente são sujeitos a correção do corregedor geral da justiça, que, verificando haver nulidade substancial ou inaptidão notório do candidato aprovado, determinará a exoneração deste. Dessa exoneração haverá recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 10.º - Depois de um ano de exercício, o escrevente não poderá ser demitido, senão nos casos e nos termos do artigo 1.º - parágrafo 3.º e 11 deste decreto, ou a bem do serviço público.

Parágrafo 1.º - A demissão a bem do serviço público será decretada pelo juiz ex-ofício, ou sob denuncia do serventuário do cartório, de qualquer prejudicado ou presidente do Instituto dos Advogados.

Parágrafo 2.º - A demissão será precedida de processo disciplinar, iniciado por portaria do juiz ou pela denuncia, tomada por termo, de acordo com o parágrafo anterior.

Parágrafo 3.º - a denúncia deverá ser satisfatoriamente fundamentada, para provocar processo disciplinar.

Parágrafo 4.º - O escrevente arguido poderá apresentar defesa escrita no prazo de 10 dias.

Parágrafo 5.º - Se o escrevente arguido não for encontrado na sede da Comarca, para os fins do parágrafo 4.º, será chamado por editais com prazo de 15 dias.

Parágrafo 6.º - Se, notificado da denúncia ou do processo iniciado, e passados os 15 dias, no caso do parágrafo anterior, o escrevente não apresentar, no prazo legal a sua defesa, mandará o

juiz lavrar portaria de demissão. Se o arguido acudir com sua defesa, será concedida uma dilação probatória de dez dias, comum as partes seguindo-se logo a decisão do juiz.

Parágrafo 7.º - Da decisão do juiz, demitindo ou não o escrevente, cabe recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 11.º - O escrevente pode também ser demitido a requerimento do serventuário do cartório, sem declaração de motivo, mas nesse caso, fica, durante um ano, com direito a metade dos vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade.

Artigo 12.º - É facultado aos escreventes de ofícios ou cartórios requerer a sua admissão á Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, nas mesmas condições dos parágrafos seguintes.

Parágrafo 1.º - As contribuições de qualquer natureza, bem como o pecúlio e o auxilio para funerais serão equivalentes a dois terços dos devidos ou do que competir aos serventuários dos ofícios de justiça nos quais servirem.

Parágrafo 2.º - Os atuais escreventes com mais de cinquenta anos de idade poderão requerer a sua inclusão uma vez que sirvam, pelo menos, dez anos, desde que o requeiram dentro dos noventa dias seguintes a vigência do presente decreto. Fora do caso especial do presente parágrafo, Nenhum escrevente com mais de cinquenta anos de idade será admitido.

Artigo 13.º - Os escreventes estão sujeitos as penas disciplinares do artigo 34, do decreto 4.786, de 1930, observados os artigos 37, 38 e 39 do mesmo decreto.

Artigo 14.º - O escrevente exonerado a pedido seu, ou na forma dos artigos 1.º e parágrafo 3.º e 11, pode ser nomeado para outro cartório da mesma natureza, independentemente, de novo exame mediante requerimento subscrito pelo candidato e pelo respectivo serventuário.

Parágrafo único - Se o cartório ou ofício for de natureza diversa, o exame versará exclusivamente sobre as matérias estranhas ao antigo serviço.

Artigo 15.º - Os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado serão fixados pelo Secretario da Justiça, mediante proposta dos respectivos serventuário e informação do juiz.

Parágrafo 1.º - Nos trinta dias que se seguirem a vigência deste decreto, os serventuários da Justiça, que tiverem ou desejarem ter escreventes, apresentarão as suas propostas ao juiz, e este as remterá, informadas, ao Secretario da justiça dentro de 10 dias.

Parágrafo 2.º - A proposta será acompanhada de informações sobre a renda do cartório e o número de escrevente.

Parágrafo 3.º - Os escreventes serão classificados pelo Juiz em categorias, para cada cartório, com vencimentos diferentes, e sob proposta do serventuário, com recurso para o corregedor geral "art. 2.º).

Parágrafo 4.º- Na falta de proposta, o juiz prestará ex-ofício as informações a que aludem os parágrafos 1.º e 2.º.

Parágrafo 5.º - O Secretario da Justiça uniformizará, tanto quanto possível, os vencimentos dos escreventes de cartórios de natureza e renda equivalentes.

Parágrafo 6.º - A Tabela só poderá ser alterada de três em três anos, mediante representação fundamentada e documentada do serventuário ou dos escreventes, e informação do juiz.

Parágrafo 7.º - Quando, durante o triênio, forem criados novos lugares de escreventes, o Secretario da Justiça, fixará os vencimentos na forma dos parágrafos antecedentes, podendo altera-los na primeira revisão da tabela.

Artigo 16.º - Nas licenças que serão concedidas pelo juiz, com audiência do serventuário do cartório, perceberão os escreventes a parte dos vencimentos a que alude o artigo 7.º da lei n. 1.521, de 1916.

Artigo 17.º - O serventuário do cartório, de acordo com o juiz, poderá distribuir a cada um dos seus escreventes determinados serviços, como o de reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos etc., e, nesse caso, o escrevente será responsável civil e criminalmente pelo ato que subscrever.

Parágrafo 1.º - A distribuição do serviço será publicada por edital e afixada permanentemente e ostensivamente no cartório.

Parágrafo 2.º - O serventuário do cartório não fica impedido de executar cumulativamente o serviço distribuído.

Artigo 18.º - Os escreventes terão direito a quinze dias contínuos de férias em cada ano civil, sem perda de vencimentos. As férias serão concedidas pelo juiz, a pedido do escrevente, ouvido o serventuário.

Artigo 19.º - O serventuário que tiver escrevente poderá igualmente gozar de férias até trinta dias, concedidas pelo juiz. O escrevente que o substituir será obrigado a entregar-lhe a renda líquida do cartório, observado o disposto nos parágrafos 2.º e 3.º do artigo 20.

Artigo 20.º - Os escreventes, segundo o lugar que ocuparem (art. 2.º), são os substitutos do serventuário efetivo, nos casos de férias ou licença.

Parágrafo 1.º - O serventuário licenciado terá direito a uma parte da renda líquida do cartório, correspondente as quotas fixadas no artigo 7.º da lei 1.521, de 1916, ou a toda, essa renda líquida, quando em férias.

Parágrafo 2.º - O serventuário interino lançará diariamente em livro próprio a receita e a despesa do cartório, e recolherá, até o dia trinta de cada mês, ao estabelecimento, indicado pelo serventuário efetivo a quota pertencente a este, sob pena de ser imediatamente demitido.

Parágrafo 3.º - O serventuário licenciado poderá, até seis meses depois de terminar a licença, reclamar contra qualquer infidelidade das contas do interino, e o juiz decidirá de plano e sem recurso.

Parágrafo 4.º - O serventuário interino antes de assumir o exercício do cargo, dará fiador idôneo que se obrigue pela entrega da renda do cartório referida no parágrafo 2.º se assim o exigir o serventuário efetivo.

Artigo 21.º - Os serventuários dos ofícios de justiça podem, sob a sua exclusiva responsabilidade, ter os praticantes e feis que entenderem necessários.

Parágrafo 1.º - Os praticantes e feis não terão título de nomeação e vencerão o que combinarem com o serventuário. Os contratos serão arquivados em juízo, e o juiz assegurará a sua execução.

Parágrafo 2.º - Os praticantes e feis não podem escrever nos autos ou fazer intimações, salvo aos advogados e solicitadores, quando estes fizerem declaração, datada e assinada, a margem da sentença, despacho ou quota, de que foram intimados.

Artigo 22.º - A promoção dos escreventes, no mesmo, cartório, será feita pelo juiz de direito, sob proposta do serventuário.

Parágrafo único - Se o serventuário declarar preferir admitir novo candidato em vez da promoção de seus escreventes, o juiz ordenará a abertura do exame, para provimento de qualquer dos

lugares que se tiver vago.

Artigo 23.º - A serventuário lançará a receita e a despesa do seu cartório ou ofício, diariamente, em livro próprio, aberto e rubricado pelo juiz de direito.

Artigo 24.º - Este decreto entrou em vigor 1.º de janeiro, de 1932, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo Provisório do Estado de S. Paulo a 23 de julho de 1911.

DECRETO N.º 6.697-A, DE 21.9.1934.

Estabelece medida relativas ao escreventes de cartórios em geral.

Artigo 1.º - Os escreventes de cartório e ofícios, uma vez contem, no mínimo, dez anos de exercício, sendo quatro, pelo menos, no cartório ou ofício em que estiverem servindo, só poderão ser demitidos de acordo com processo disciplinar estabelecido no decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931.

Artigo 2.º - No caso de redução do número de escreventes, prevista no parágrafo 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, ao escrevente dispensado com menos de dez anos de ofício em que estiver servindo, serão abonados três meses de vencimentos pagos no ato da dispensa, sem prejuízo de recurso para o corregedor geral da justiça.

Artigo 3.º - O escrevente que não estiver nas condições estabelecidas no artigo 1.º poderá também ser demitido por iniciativa do serventuário, sem declaração do motivo, mas ficará nessa hipótese, com direito a vencimentos integrais, correspondentes a um ano.

Artigo 4.º - As férias asseguradas pelo artigo 18 do aludido decreto n.º 5.129, serão lançadas em cadernetas especiais, cujo modelo será aprovado pelo corregedor geral da justiça.

Artigo 5.º - Uma comissão de cinco membros, constituída por dois representantes, dos escreventes, dois representantes dos serventuários e presidida por quem o Secretário da Justiça indicar, organizará a tabela mínima dos vencimentos dos escreventes de cartórios e ofícios.

Artigo 6.º - Os escreventes são obrigados a contribuir para a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, cabendo aos serventuários descontar as respectivas contribuições na folha de pagamentos recolhendo-as imediatamente à Caixa, acompanhadas de guias discriminada.

Artigo 7.º - Os auxiliares de cartórios só poderão ser nomeados escreventes habilitados depois de aprovados em concurso, gozando de preferência para nomeação, em igualdade de condições, desde que tenham seus contratos arquivados na forma do parágrafo 1.º do artigo 21 do decreto 5.129, de 23.6.1931.

Artigo 8.º - Os escreventes ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, conforme a maior ou menor gravidade das faltas que cometerem:

- a) Advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão de oito a noventa dias;
- d) demissão.

Artigo 9.º - As penas de advertências e repreensão serão aplicáveis aos escreventes, quando estes:

- 1) Forem omissos no cumprimento de seus deveres;
- 2) deixarem de cumprir qualquer ordem em relação aos serviços;
- 3) perturbarem o silêncio dos ofícios ou cartórios durante as horas de trabalho ou tratarem de assunto que lhes seja estranho;
- 4) deixarem de tratar com a devida delicadeza e urbanidade não só as partes como os auxiliares.

Artigo 10.º - A pena de suspensão será aplicada, quando o escrevente:

- a) já tiver sofrido por três vezes a pena de advertência ou repreensão;
- b) desacatar os superiores hierárquicos ou as partes, por gestos ou palavras;
- c) dar informações reconhecidamente inexatas;
- d) ausentar-se do ofício ou cartório por mais de oito dias, sem causa justificada;
- e) tornar-se manifestante relapso no cumprimento dos seus deveres;
- f) cometer qualquer ato ofensivo à moral e aos créditos do ofício ou cartório;
- g) fomentar, entre seus companheiros de trabalho, desarmonia ou inimizades, ou assoalhar, fora do ofício ou cartório, qualquer fato que nele passe e deva permanecer em sigilo;
- h) receber indebitamente gratificações ou propinas por parte dos clientes.

Parágrafo 1.º - A suspensão como pena disciplinar é distinta da que resulta de pronúncia, conforme as leis da República, e da que constitui ato preliminar em processo de responsabilidade.

Parágrafo 2.º - O escrevente suspenso, e com a pena de suspensão confirmada pelo corregedor, perde a regalia instituída no artigo 3.º.

Artigo 11.º - Aplicar-se-á a pena de demissão:

- a) quando o escrevente já tenha sofrido, por três vezes, a pena de suspensão;
- b) quando, em processo administrativo, se verificar a incapacidade moral ou funcional - do processado.

Parágrafo único - Na hipótese da letra "a", é dispensado o processo administrativo.

Artigo 12.º - As penas que alude o artigo 8.º, letras "a", "b" e "c", são aplicadas pelos serventuários, com recurso para o corregedor respectivo. A pena de demissão é aplicada pelo corregedor do cartório, com recurso para o corregedor geral da Justiça.

Parágrafo único - Os recursos poderão ser interpostos dentro do prazo de dez dias, a contar da data da imposição da pena.

Artigo 13.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de setembro de 1934.

a) ARMANDO DE SALES OLIVEIRA
Valdomiro Silveira.

LEI N.º 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951

Prorroga vencimento de prazos judiciais e da outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Sempre que, por motivo de ordem pública, se fizer necessário o fechamento do Fórum, de edifícios anexos ou de quaisquer dependências do serviço judiciário ou o respectivo expediente tiver de ser encerrado antes da hora legal, observar-se-á o seguinte:

- a) os prazos serão restituídos aos interessados na medida que houverem sido atingidos pela providência tomada;
- b) as audiências, que ficarem prejudicadas, serão realizadas em outro dia mediante designação da autoridade competente.

Art. 2.º O fechamento extraordinário do Fórum e dos edifícios anexos e as demais medidas, e que se refere o Art. 1.º, poderão ser determinados pelo Presidente dos Tribunais de Justiça, nas Comarcas onde esses tribunais tiverem a sede e pelos juizes de Direito nas respectivas Comarcas.

Art. 3.º Os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados, no Fórum, onde o expediente se encerre ao meio dia, serão prorrogados de um dia útil.

Art. 4.º Se o jornal, que divulgar o expediente oficial do Fórum, se publicar à tarde, serão dilatados de um dia, os prazos que devam correr de sua inserção nessa folha e feitas, na véspera da realização do ato oficial, as publicações que devam ser efetuadas no dia fixado para esse ato.

Art. 5.º Não haverá expediente no Fórum e nos ofícios de justiça, no "Dia da Justiça", nos feriados nacionais, na terça-feira de Carnaval, na Sexta-feira Santa, e nos dias que a Lei estadual designar.

Parágrafo único - os Casamentos e atos de registro civil serão realizados em qualquer dia.

Art. 6.º Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Publicado no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 1951.

LEI N. 1.177, DE 23 DE AGOSTO DE 1951

Dispõe sobre a instituição de uma licença especial de 24 meses aos servidores da Justiça.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A todo serventuário, fiel, oficial de justiça e demais auxiliares de Justiça, não estipendiados pelos cofres públicos, fica concedido o direito de gozar de uma licença especial de 24 (vinte e quatro) meses prorrogável por mais 12 (doze) meses, para tratar de seus interesses particulares, com perda total dos vencimentos, remunerações, gratificações e outras vantagens do cargo.

Artigo 2.º - A licença especial será concedida sómente uma vez e deverá ser requerida dentro de 5 (cinco) anos a partir da publicação desta lei, aguardando o interessado, em exercício, o despacho do pedido, a ser proferido dentro de 30 (trinta) dias da entrada do requerimento na repartição competente.

Artigo 3.º - Sob pena de cassação da licença, durante ela deverá o interessado efetuar, mensalmente, onde de direito, o pagamento da contribuição a que se refere o artigo 22 da Lei n. 507, de 17 de novembro de 1949.

Artigo 4.º - O requerimento de licença deverá ser acompanhado de atestado de Corregedor Permanente da Comarca, em se tratando de serventuário ou oficial de justiça, ou do respectivo serventuário ou sucessor, em se tratando de funcionário de cartório, declarando a inexistência de motivos que impeçam a sua concessão.

Artigo 5.º - O requerimento de licença poderá ser indeferido, tendo em vista a relevância dos motivos em contrário alegados no atestado a que se refere o artigo anterior.

Artigo 6.º - O interessado uma vez obtida a licença, não poderá ser chamado a reassumir o cargo, salvo a hipótese do artigo 3.º, podendo, todavia, desistir do seu gozo e retornar ao serviço.

Artigo 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Loureiro Júnior

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral, Substituto

Publicada no Diário Oficial de 24 de agosto de 1951.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PROVIMENTO N. XXI

O Conselho Superior da Magistratura, em sessão realizada a 16 do corrente, deliberou baixar as seguintes instruções a serem observadas na execução da lei n. 593, de 31 de dezembro de 1949:

1 - A partir desta data, os oficiais de justiça enquadrados no artigo 3.º da Lei 593, de 31 de dezembro de 1949, logo após a realização de qualquer diligência, deverão marginar especificadamente, nos mandados e petições a que derem cumprimento, as custas devidas, separadas em duas partes distintas: 2/3 para o Estado e 1/3 a que tem direito.

2 - Cobrarão, então, das partes, quando for o caso, essas custas, das quais 2/3 serão aplicados em selos estaduais nos próprios mandados e petições. Estes serão apresentados ao contador para conferência e "visto", após o que, o escrivão fará o seu lançamento no livro a que alude o item 6.º.

3 - Relativamente às despesas de condução, quando não pagas pelas partes, anotarà o oficial, também à margem e em separado, devendo o escrivão fazer o lançamento no livro aludido no item 6.º.

4 - Mensalmente o escrivão extrairá dos assentamentos constantes do referido livro, em 3 vias, que, depois de visada pelo Juiz de Direito, deverá ser apresentada:

a) Na Capital.

I - Relativamente aos oficiais do crime, de acidentes do trabalho e de assistência judiciária, à Tesouraria da Secretaria do Tribunal de Justiça, para o devido reembolso;

II - Relativamente aos oficiais da Procuradoria Fiscal, à própria Procuradoria, para efeito de pagamento nos termos do art. 15, § único da Lei 59349.

b) No Interior.

As exatoras locais, que efetuarão o pagamento à conta dos créditos distribuídos aos Juizes de Direito, salvo quanto aos executivos fiscais, que serão remetidos à Procuradoria Fiscal pelo Coletor, para os efeitos do n. II, do item 4.º, letra "a".

5 - Os escrivães; responderão por qualquer irregularidade na selagem dos mandados e petições que juntarem a autos.

6 - Fica instituído um livro especial, de folhas numeradas, com termo de abertura assinado pelo M. Juiz da Vara, a ser escriturado pelos serventuários dos cartórios forenses, onde serão discriminadas as diligências efetivamente realizadas e as custas e emolumentos percebidos pelos oficiais de justiça, assim como as despesas de condução aludidas no item 3.º. Esse livro será encerrado mensalmente pelos Juizes de Direito das varas respectivas.

7 - Os livros referidos no § anterior ficarão arquivados nos respectivos cartórios, à disposição da Secretaria da Fazenda e outros órgãos interessados, a fim de, periodicamente, se proceder à sua

fiscalização e de servir de base à fixação dos proventos da aposentadoria dos mesmos oficiais de justiça, nos termos do art. 7.º da Lei 593, de 31 de dezembro de 1949.

8 - Os escrivães dos cartórios forenses encaminharão à repartição fiscal local, completa relação individualizada das custas dessa natureza, vencidas pelos oficiais da justiça no período de 1.º de janeiro de 1950 até esta data, afim de se apurar o "quantum" a ser recolhido como renda do Estado.

Publica-se. Cumpra-se.

São Paulo, 25 de Agosto de 1951.

(a.a.) - Francisco Meirelles dos Santos, presidente em exercício.

- J. C. de Azevedo Marques, vice-presidente em exercício.

- Márcio Munhós, corregedor geral da Justiça, em exercício.

"Diário da Justiça" de 2-5 e 8 de setembro.

Publicado no Diário da Justiça em 2 de setembro de 1951

Seção Social

Fazem anos durante o corrente mês os seguintes serventuários, aos quais esta Associação cumprimenta cordialmente:

- 1 - Arnaldo Guimarães Filho - Mococa,
 - Joaquim Seabra de Oliveira - Braço
 - 2 - Olinda Silveira. Cruz Braga - Aguaí
 - Raymundo Prado - Jaú
 - José Caldeira Cardoso - Bebedouro
 - 3 - Jacy Fernandes - Garça
 - José Oswaldo de M. Barros - Sertãozinho
 - Tbyrso Francisco de Queiroz Assis - Paraguaçu Paulista
 - 4 - José Spinola de Melo - Birigui
 - 5 - Francisco Augusto de Almeida Prado - Duartina
 - Manoel de Freitas Garcia
 - 6 - Antonio Candido de A. Souza Filho - Franco da Rocha
 - Carlos de Camargo Sales - São Carlos
 - Benedicto Eras - S. José dos Campos
 - 7 - Silvio de Campos Mello - Capital
 - Ernesto Diogo de Faria - Junqueira
 - 8 - Primo Lot - Birigui
 - Alvaro Fernandes de Freitas - Reginópolis
 - 9 - Carlos Ribeiro Nogueira - Mirassol
 - Maria Barbosa de A. Camargo Neves - Sta. Barbara D' Oeste
 - Dr. Antonio Carlos da Cunha Canto - Capital
 - Francisco Marques do Vale
 - 10 - João Baptista Gonçalves - Socorro
 - Hermenegildo Landini - S. José do R. Pardo
 - 11 - Luiz de Toledo Mendes Pereira - Capital
 - Orlando Busato - Ibitiruna
 - 12 - Roberto Tavares Netto - Campinas
 - Luiz Olivieri - Macauba
 - 13 - José Ferraz de Toledo - Sertãozinho
 - Julietta Rodrigues Pirambóia
 - Célio Mendes Ribeiro - José Bonifácio
-

Homero Lopes da Silva - Barra Dourada
14 - Lécio da Cunha Vianna - S. José do R. Preto
15 - Plínio da Costa Camargo - Agulha
16 - Severo Mongelli Primo - Barrânia
17 - Jayme da Cunha Velasco - Major Prado
Luiz Carlos da Silva - Guará
18 - Benedicto Bueno de Camargo - Piedade
19 - Sebastião Andreucci - Socorro
Joaquim Silveira - Cajuru
20 - Ameleto Marino - Neves Paulista
Antenor Garcia Rocha - Santos
Ravizie Macedo Rodrigues - Cunha
João Amendolla - Jaguateí
21 - Waldomiro Arantes Barreto - Mangaratú
Jocundino Coelho - Brejo Alegre
Celso Maziteli - Olímpia
22 - Antonio Gonçalves Neto - Socorro
Dr. Elias Alves Corrêa - Lins
23 - Jacinto Pinto Xavier Ferreira - Lucelia
Roldão Pires da Silva - Nova Europa
24 - Azis José Abdo - Boturama
Armando Cunha - Cubatão
25 - Abrahão Abjanra - Ourinhos
Dr. José Procópio Junqueira - Jaú
27 - Luiz Gonzaga de Amoedo Campos - Mogi Mirim
Benedicto Salles - Sodrélia
João Inácio Velasco - Araxans
28 - Milton Tavares Paes - Pirajuí
29 - João Bueno do Prado - Sta. Rita do Passa Quatro
Antonio Nogueira Santos - Paraibuna
30 - Francisco Rolduão de Carvalho Leite - Igaratá
Uma idéia não se deve guardar. Deve-se divulga-la, pois pode beneficiar a coletividade. Colabore conosco e dê-nos as suas sugestões para o nosso maior e melhor êxito.

Falecimentos

HERMES DE MENDONÇA

Faleceu a 28 de Agosto na cidade de Santos, o Sr. Hermes de Mendonça, Serventuário sucedido do cartório do Registro Civil do sub-distrito do Brás, desta Capital.

É seu sucessor o Sr. Dr. Lauro de Mendonça, que por força da Lei assumirá o cartório em caráter definitivo, como seu titular.

O falecido exerceu com honestidade e profícuo desempenho não só o seu atual cargo como o do distrito da Lapa, também desta Capital.

Deixa viúva e outros filhos além do seu sucessor ao cartório.

A todos a Associação envia os seus sentidos pêsames.

"O que faz a valia do homem, não é a verdade que possui ou que acredita possuir; é o esforço sincero que faz para conquista-la"

Serventuário - A união faz a força. O ditado é velho e a experiência ensinou ser verdadeiro. Seja um dos nossos.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	- Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Secretário	Diretor-
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES..... Tesoreroiro	- Diretor-
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	.- Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL.....	- Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO.....	- Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	- Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ -	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO.....	- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES --- - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA.....	- Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO.....	- São José do Rio
Preto	
MANOEL FERREIRA LARANJA ...	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA.... -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA....	Jaú
TRISTÃO CARVALHO.....	Casa Branca
DR. DARJO FERREIRA GUARITA.....	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO.....	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO.....	- Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO.....	- Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
DIA DO NOTARIADO LATINO	4
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	5
DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE À AGRICULTURA	16

DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE	17
DOS MEIOS DE EXECUÇÃO	17
SEÇÃO SOCIAL	30
DIRETORIA	33
CONSELHO FISCAL	33
SUPLENTES	34
ÍNDICE	34

Nº 030 - Publicação: 01/09/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES
DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação
Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudência
Informações varias
Seção social

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA AO II CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, REALIZADO EM MADRID, EM OUTUBRO DE 1950.

DELEGADOS:

DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

Em 25 do agosto do 1950

Senhor Ministro

Tenho a honra do apresentar a Vossa, Excelência os Senhores Doutores Antonio Augusto Firmo da Silva e Francisco Teixeira da Silva Junior, representantes do Notariado Brasileiro junto ao II Congresso do Notariado Latino, a reunir-se, em Madrid, Espanha, em outubro próximo, solicitando seus bons ofícios junto à Embaixada do Brasil naquela Capital, a fim de ser facilitada sua missão

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração

José Francisco Bias Fortes

A Sua Excelência o Senhor Chanceler Raul Fernandes Ministro do Estado das Relações Exteriores.

TT/.

Por imperioso dever de gratidão e justiça, não poderíamos iniciar o nosso relatório oficial sem apresentarmos o nosso mais sincero agradecimento da ilustre Comissão Organizadora do II Congresso Internacional do Notariado Latino que, num gesto fidalgo, nos proporcionou o privilégio especial de participarmos daquele magnífico certame.

As gentilezas, atenções e considerações dispensadas pelo Notariado Espanhol a cada Delegado estrangeiro, conquistaram o coração de cada um, prendendo-nos por laços de verdadeira amizade.

Estendemos nossos agradecimentos e rendemos nossas respeitosas homenagens, as dignas Autoridades Espanholas, nas pessoas do Exmo. Sr. Don Raymundo Fernandez Cuesta, D. D. Ministro da Justiça, e do Exmo. Sr. Don Eduardo Lopez Palop, D. D. Diretor Geral dos Registros e do Notariado, que, por todos os meios e modos, tanto favoreceram e prestigiaram a realização deste II Congresso.

Agradecemos ao Exmo. Sr. Dr. José Francisco Bias Fortes, D. D. Ministro, da Justiça, o apoio que deu à Delegação Brasileira, ao Exmo. Sr. Prof. Dr. Synesio Rocha, D. D. Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, e ao Exmo. Sr. Desembargador João Batista Leme da Silva, D. D. Corregedor Geral da justiça, que, com elevada compreensão, permitiram o afastamento de nossos cargos, e d digna Diretoria da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, a gentileza da indicação de nossos nomes. Devemos consignar ainda, o nosso agradecimento e grande admiração ao Exmo. Sr. Embaixador do Brasil na Espanha, Dr. Rubens Ferreira de Mello e da sua Exma. Senhora que, com, tanta fidalguia e gentileza, nos dispensaram, a mais simpática e carinhosa, acolhida, de que guardamos as mais agradáveis recordações.

O CONGRESSO. SUA ORGANIZAÇÃO.

No memorável I Congresso Internacional do Notariado Latino realizado em Buenos Aires, em 1948, determinou-se que a sede do II Congresso seria Madrid.

Ficou encarregado de sua organização o ilustre Colégio Notarial daquela Capital que, desde logo, nomeou a Comissão Organizadora, compostas, dos mais ilustres Notários espanhóis.

Tornando conhecimento daquela resolução, o Exmo. Sr. Ministro da Justiça da Espanha, demonstrando elevado critério e compreensão perfeita dos altos objetivos do Congresso, houve por bem baixar disposições de caráter geral e, especialmente, determinantes da arrecadação do numerário necessário para o seu completo êxito.

E, então, desde Dezembro de 1948, iniciou a Comissão Organizadora um trabalho árduo, fatigante. Não foram esquecidos os mínimos detalhes.

O programa estabelecido não poderia ter sido melhor. A fidalga recepção, o brilhantismo dos atos oficiais, a perfeita organização e a magnífica escolha dos passeios, a grande camaradagem estabelecida e, sobretudo, o interessante temário discutido, não poderiam deixar de coroar este II Congresso senão com o esplendido sucesso que presenciamos, e que veio demonstrar do que é capaz uma instituição verdadeiramente organizada e disciplinada.

Lavrou um tento, sem duvida, o Notariado Espanhol. Fez jus a admiração e a gratidão de todo o Notariado Latino e, com a perfeita organização e magnífica realização deste II Congresso, marcou uma época imperecível na historia da Instituição Notarial.

II - INSTALAÇÃO

A sessão solene de instalação do II Congresso Internacional do Notariado Latino que se realizou em Madrid de 7 a 21 de Outubro de 1951, foi um espetáculo memorável, no belo e tradicional Teatro de Espanha, ricamente engalanado com flores e bandeiras de todas as nações latinas, e onde o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Don Raymundo Fernandez Cuesta, que por sinal também é notário, em formosa oração deu as boas vindas As Delegações estrangeiras e As nacionais, de toda a Espanha, que lotavam totalmente o grande e magnífico teatro.

Para a primeira sessão plenária inaugural do Congresso, dado o número considerável de Delegações estrangeiras, 26, com cerca de seiscientos Delegados, pelo operoso e incansável Presidente do Congresso, Don José A. Négri, foi alvitado e aceito que haveria apenas um discurso para cada grupo de nações que falassem o mesmo idioma e assim houve apenas cinco oradores, falando em nome do grupo do nações do idioma francês, o Delegado da Franga, Monsieur Maigret, em nome das nações do idioma italiano o Delegado da Itália, Dr. Alexandre Guasti, em nome das nações do idioma castelhano, o Delegado da Argentina, Don Raul P. Gaucheron em nome da Cidade do Vaticano, em latim, o Dr. José A. Alvarez Robles e em nome das nações do idioma português, por nímia gentileza da Delegação de Portugal, coube ao Brasil essa honra, tendo o Delegado brasileiro Francisco Teixeira da Silva Junior proferido a seguinte saudação:

"Castéla, a munificente e cavalheiresca Castéla, pela mão generosa de Isabel, há quase cinco séculos, despachou Colombo, cujas caravelas, pandas e enfunadas, côncavas de sonhos e ambições, singraram os mares revoltos e desconhecidos, entre duvidas e incertezas, em busca das terras maravilhosas do El Dourado, fascínio inebriante e tentador, que aguçava a fantasia e a sede de conquistas dos navegadores da época.

A historia, espelho espiritual da Natureza, tem, como esta, inúmeras e infinitas formas. Não se sujeita a método algum e passa brincando, desdenhosamente, por cima do todas as leis. Certas vezes, brilha como as águas torrenciais que seguem o seu fatal curso e num redemoinho, arrebatam os acontecimentos ao capricho desordenado do vento. Outras vezes, vai estratificando as épocas com a imensa paciência dos longos processos de cristalização e, logo, num único relâmpago, comprime dramaticamente as camadas contíguas, e, sempre criadora, nesses momentos de síntese genial, revela-se artista, pois, apesar de milhões de energias moverem nosso mundo, esses instantes explosivos lhe dão uma forma dramática. São instantes decisivos, surgidos como marcos milenares, aos quais nada é preciso acrescentar, pois a verdade espiritual que contem não se descolora, porque a História não precisa de auxílio algum, ela se apresenta una, positiva, envolta na sua forma perfeita.

Assim foi o momento em que Cristóvão Colombo, em 3 de Agosto de 1492, partindo de Palos com a "Santa Maria", a "Nina" e a "Pinta", dava A Espanha a glória imortal do notável descobrimento que tanto lhe engrandeceria, aumentando extraordinariamente o seu já poderoso império colonial, e que lhe daria, como deu, o privilégio incomparável de espalhar e irradiar pelos quadrantes do hemisfério, a musicalidade sonora do idioma de Castéla.

Essa conquista é das que jamais se apagam, é eterna. Os povos das colônias podem ter se libertado, o domínio da Espanha sobre eles pode ter se acabado, mas uma coisa ficou, imponderável, mas absoluta, a língua castelhana. E a língua é a alma de um povo.

Realmente, a Espanha vive, através da sua língua, em toda a América Central e em quase toda a América do Sul, exceto no Brasil. Se entre nós a Espanha não vive pela língua, todavia, ela vive muito mais ainda pelo coração, pela nossa profunda afinidade sentimental, num entrosamento perfeito de latinidade.

Isabel, a generosa rainha de Castéla, que sucedeu a seu irmão Henrique IV, casando-se em 1469 com Fernando, rei de Aragão, depois denominado o Católico, unificou a Espanha, com a anexação de Aragão em 1480 e pela conquista do reino de Granada aos Mouros. A partir dessa época a história de Castéla confunde-se com a de Espanha.

E a glória do Espanha projetando-se mares afora, veio espalhar-se pelas costas americanas e assim nasceu um novo continente.

A Espanha foi sempre um país rico, belo, pitoresco, uma terra de empolgantes aventuras guerreiras e de grandes possibilidades. Os antigos acreditavam que ela se encontrava no fim do mundo, porque Gibraltar, uma das colunas de Hércules, dos gregos, era o limite do mundo conhecido até então. Os fenícios descobriram que a terra era fértil e comerciaram com os nativos, formando colônias. A cidade de Cádiz, no sul, que os gregos chamavam a cidade de "Afrodita" - nascida da espuma - porque as suas construções de mármore branco pareciam emergir do mar azul, foi a velha colônia fenícia de Gades, e é talvez a cidade mais antiga da Espanha. Cartágena, a oeste, no Mediterrâneo, ao pé da serra de Cartágena, fundada por Aníbal, foi até a invasão dos bárbaros, a cidade mais importante da Espanha.

Os romanos, em sua conquista do mundo, se apoderaram da Espanha e não obstante, a terra foi muito favorecida pelos imperadores romanos, que deixaram a sua passagem assinalada por marcos indelévels de sua poderosa civilização. Creio ainda existirem várias cidades "amuralhadas" construídas pelos romanos e grandes aquedutos, como o de Segóvia, que corre pela praça do mercado da cidade. Toledo, possui um anfiteatro romano; Mérida, tem um teatro, um circo, várias casas de banhos e uma ponte sobre o rio, como recordação da época dos romanos.

Quando Roma sucumbiu nas lutas contra os povos germânicos, a Espanha foi conquistada pelos Visigodos, que viviam na Europa Central. Estes bárbaros adotaram o idioma do seu novo país e assim, o espanhol moderno é uma das línguas latinas. Da mescla dos gôdos, romanos e nativos, surgiu este admirável povo espanhol, valente e intrépido, que teve em Carlos V, neto de Fernando e Isabel, o maior soberano da Europa, Rei de Espanha e Nápoles, Imperador do Santo Império Romano e Rei da Alemanha, Duque de Holanda e Senhor do Novo Mundo d'Alem Mar.

A Espanha sempre foi grande, nobre e fidalga e o seu povo, que tem a valentia indomável dos conquistadores e o entusiasmo contagiante de uma alegria sadia, é um povo feliz porque vive a vida com naturalidade, com o coração, sentindo a alegria de viver com toda a exuberância de sua alma inquieta, transbordante de altivez e de bondade.

Salve Espanha ! "

III - COMPARECIMENTO

Compareceram, oficialmente convidadas, delegações de vinte e seis países, a saber: Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Cidade do Vaticano, Cuba, Costa Rica, Espanha, Equador, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Itália, Louisiana (EE. UU.) Luxemburgo, México, Portugal, Paraguai, Porto Rico, Peru, Suíça, San Marino e Uruguai.

IV - COMISSÕES INTERNAS

Para estudo e discussão do temário e dos trabalhos apresentados, foram organizadas sete comissões internas, tendo a Delegação Brasileira participado das segunda e sexta comissões.

V - TEMÁRIO

I. Organização Notarial.

a) O ingresso no notariado; estudos ou títulos prévios.

A analogia do prestígio inicial com a advocacia. Sistemas e aspirações.

b) Caráter permanente ou inamovível do cargo de Notário; supressão das nomeações a prazo.

c) Organização gremial profissional do notariado; Colégios notariais regionais e Conselhos nacionais.

d) Organização e funções dos arquivos notariais.

- e) Meios de acreditar a vigência de um testamento. Registro, geral de atos de ultima vontade.
- B) Na ordem internacional.
- a) Emblema dos Congressos Internacionais do Notariado Latino.
- b) Organização de um sistema corporativo notarial internacional relativa a:
- 1) Legalizações
 - 2) Capacidade civil.
 - 3) Vigência e conteúdo das leis.
 - 4) Regimes matrimoniais.
 - 5) justificação ou prova do título sucessório com ou sem testamento; sua existência e conteúdo.
- c) União Internacional do Notariado Latino; organização definitiva do Comitê Permanente.
- II. O documento notarial.
- a) A fé de conhecimento e o juízo de capacidade dos outorgantes. Sistemas.
- b) A unidade do ato e a outorga sucessiva.
- c) Valor jurídico e aplicações das atas de notoriedade.
- d) Unificação de formulários, especialmente de procurações.
- c) Valor internacional do documento notarial.

VI - RESOLUÇÕES

1.ª- COMISSÃO

1 - Temário: I. A. a) O ingresso no Notariado; estudos ou títulos universitários prévios; a analogia do prestígio inicial com a advocacia; sistemas e aspirações.

RESOLUÇÃO:

1) É recomendável que, para aspirar ao, exercício do Notariado, se prove haver feito estudos de caráter universitário ou outros equivalentes, que abranjam todas as disciplinas jurídicas normalmente necessárias para a formação profissional do Notário.

2) Dado o caráter da profissão Notarial reputam-se necessários ou indispensáveis cursos obrigatórios de especialização, o que não exclui a exigência do aperfeiçoamento profissional severamente controlado.

3) Recomenda-se que as Faculdades de Direito incorporem em seus planos de ensino a cadeira de estudo e investigação notarial.

4) A legislação de cada, país determinará as condições de nomeação dos Notários entre aqueles que possuam os títulos e a capacidade necessárias para o exercício da função, qualificados pelas Corporações Notariais.

2 - Temário: I. A. b) Caráter permanente e inamovível do cargo de Notado; supressão das nomeações a prazo.

RESOLUÇÃO:

Para o bom exercício da função notarial se requer não só os requisitos de aptidão técnica determinadas no item "a", mas também, uma especial vocação profissional e uma grande independência, incompatíveis com as nomeações a prazo e com a submissão ao arbítrio

governamental; pelo que, se declara que o Notário deve ser inamovível, a não ser por condenação penal imposta pelos Tribunais de Justiça em caso de delito, ou por expulsão impostos, por Tribunal de Honra integrado por seus próprios companheiros em caso de prática de falta que afete o decoro da profissão, e por aposentadoria nos casos em que a lei assegurar. Tudo sem prejuízo dos direitos privados do Notário que sofrer a sanção.

3 - Temário: I. A. c) Organização gremial profissional do Notariado; colégios notariais regionais e conselhos nacionais.

RESOLUÇÃO:

a) Propiciar a formação de Colégios regionais nos países com Notariado de tipo latino em que ainda não existam, devendo o Comitê Permanente adotar, com a colaboração dos Notários de cada um desses países, as medidas que em cada caso estime mais conveniente para a obtenção de tal formalidade.

b) Propiciar a formação de Corporações ou Federações nacionais de Colégios Notariais que agrupem os Colégios regionais. Ditas Corporações ou Federações de Colégios terão como principais objetivos a representação internacional do Notariado do país e a representação de todo o Notariado na ordem interna, mas sem que esta última representação implique, nos países de constituição federativa, na criação ou existência de uma autoridade sobre os Colégios regionais, que dentro de sua jurisdição manterão plena autonomia.

c) Propiciar para que os Colégios nacionais e os Colégios regionais nos países de constituição federativa, assumam. O duplo caráter de governo da função notarial e suas jurisdições e de representantes gremiais e científico-profissionais do Notariado.

d) Propiciar para que, independentemente dos objetivos que se atribui aos Colégios no item anterior, estes fomentem cada vez mais uma maior aptidão científica para que o Notário ocupe na sociedade um lugar de maior hierarquia que o habilite para ser o colaborador técnico mais destacado com que contem. os Estados, abstração feita de toda distinção ou classificação política.

4 - Fora do temário: a) Inclusão para o plano de trabalho do III Congresso Internacional.

RESOLUÇÃO:

A existência e limite do Direito Notarial em formação como ramificação autônoma do Direito.

5 - Fora do temário: b) Redação, pelos países aderentes, de breves relatórios sobre suas respectivas disciplinas jurídicas.

RESOLUÇÃO:

1.º - Que imediatamente depois da terminação do Temário de cada Congresso, cada um dos países aderidos, redija em breve relatório, as suas respectivas disciplinas jurídicas.

2.º - Que tais relatórios sejam enviados A O.N.P.I. e per esta sejam transmitidos a todos os países, de maneira que, cada Delegado possa enfrentar os diversos temas com conhecimento de ditas disciplinas jurídicas, necessárias para o melhor êxito do Congresso.

2.º COMISSÃO

1. - Temário: I. B. b): Organização de um sistema corporativo internacional relativo a:

1) Legalizações.

RESOLUÇÃO:

O Congresso deveria estudar e propiciar a criação de um sistema de organização profissional de cooperação As funções notariais, da ordem internacional, com referência aos seguintes itens:

a) Cada Notariado aderido procurará obter de suas autoridades nacionais, que sejam conferidas As instituições notariais locais, a legalização ou autenticação da firma e do caráter funcional do signatário, o caráter autentico do ato e o cumprimento das formalidades externas do mesmo.

b) As legalizações conferidas ao organismo local de cooperação notarial, serão reconhecidas e produzirão pleno efeito como certidão de regularidade dos elementos formais do ato, sempre que tal não seja defeso pela lei do país onde o ato tenha sido outorgado.

2) Capacidade civil.

RESOLUÇÃO:

O Congresso deveria estudar e propiciar a criação de um sistema de organização profissional de cooperação As funções notariais, de ordem internacional, com referência aos seguintes itens:

a) Os Notariados aderidos propiciarão em seus respectivos países a criação de um meio de publicidade de incapacidade individuais.

b) O Congresso crê necessária a organização de um sistema internacional de informação sobre as normas que regulam a capacidade das partes contratantes.

c) A O.N.P.I organizará, logo que seus meios o permitam, um fichário internacional de capacidade civil, em que de modo rápido e essencial, se possa encontrar soluções imediatas para as dúvidas que existirem sobre os requisitos determinantes da capacidade civil.

3) Vigência conteúdo das leis.

RESOLUÇÃO:

O Congresso deveria estudar e propiciar a criação de um sistema de organização profissional de cooperação As funções notariais, de ordem internacional, com referência aos seguintes itens:

O Congresso entende que a informação ou certidão notarial, salvo nos países onde por lei ou costume esta atuação seja reservada a advogados, outros profissionais ou entidades determinadas, é, segundo os princípios do Direito, um meio apto de conhecimento e prova do estado legislativo de um país, afim de acreditar fora do mesmo:

- 1) a vigência e conteúdo de leis;
- 2) a existência e alcance de jurisprudência;
- 3) o estatuto pessoal de indivíduos ou entidades.

Igual consideração terão as informações expedidas pelos Organismos de cooperação notarial internacional.

4) Regimes matrimoniais.

RESOLUÇÃO

O Congresso deveria estudar e propiciar a criação de um sistema de organização profissional de cooperação As funções notariais de ordem internacional, com referência aos artigos seguintes:

a) O Congresso entende que a lavratura de contratos sobre bens, por motivo de casamento, deve ser da competência exclusiva do Notariado.

b) O Congresso recomenda A O.N.P.I. com referência a regimes matrimoniais, a organização de um fichário internacional, semelhante ao de capacidade civil (ponto 2), o qual estará a disposição para informação de todos os Notariados e Notáreis de país membros da União Internacional do Notariado Latino.

c) As informações ou certidões notariais relativas a regimes matrimoniais reger-se-ão pelas mesmas normas aceitas para os de estado legislativo no artigo precedente (ponto 3 - Vigência e conteúdo das leis).

5) Justificação ou prova do título sucessório com ou sem testamento; sua existência e conteúdo.

RESOLUÇÃO:

O Congresso entende que a regularidade e a segurança da prova dos títulos sucessórios, se obtém unicamente,

a) Nas sucessões ab-intestato, ou bem por uma ata de notoriedade lavrada por Notário, ou bem por decisão emanada de autoridade judicial.

b) Nas sucessões testamentárias ou derivadas de outro ato de ultima vontade, ou bem por meio de um ato notarial em qualquer das formas legais, ou bem por meio de uma confirmação pela autoridade judicial, incorporada a um ato ou protocolo notarial.

c) A existência e a ordem cronológica dos títulos sucessórios testamentários ou de última vontade, não tem possibilidades seguras de conhecimento e de prova, senão por meio da existência de registros racionais desses atos, registros cuja criação o Congresso recomenda.

2. - Fora do temário: Criação do de um Registro Notarial Mundial.

RESOLUÇÃO:

Considerando que a relação pessoal de todos os Notários unida à vinculação dos respectivos Colégios, pode resultar de utilidade para a maior compenetração dos respectivos direitos vigentes em cada país, para o trabalho intelectual e a investigação, assim como para o intercâmbio direto de suas publicações notariais, resolve o Congresso

1.º) Cria-se o Registro Notarial Mundial, onde figurarão nomes de todos os Notários de tipo latino, por ordem alfabética e por países e regiões.

2.º) O Comitê Permanente pedirá a todos os organismos notariais aderidos que enviem o mais depressa possível, a relação de nomes para efeito de sua publicação.

3.º) O Comitê disporá dos fundos necessários para o cumprimento desta resolução.

3.ª COMISSÃO

1. - Temário: I. B. a) Emblema dos Congressos Internacionais do Notariado Latino.

RESOLUÇÃO:

A União Latina será representada graficamente por um emblema oval que contenha a divisa e os símbolos do Notariado Latino.

Os símbolos são: a águia latina, o protocolo profissional e a pena de ave como recordação do I Congresso de Buenos Aires.

A divisa será a regra romana - "LEX EST QUODCUN - QUE NOTAMOS."

A Forma oval do emblema recorda o sinete dos atos de autoridade e fé pública.

O emblema levará, além disso, o título ou a sigla da União

O emblema será disposto na melhor forma artística.

2. - Temário: I. B. b) União Internacional do Notariado Latino; organização definitiva; Comitê Permanente.

RESOLUÇÃO:

ESTATUTO.

Art. 1.º - A União Internacional do Notariado Latino (U. I. N. L.) (em seguida designada somente pela palavra "União") representa a unidade espiritual de, todos os Notariados Latinos.

Reconhece e agradece sua origem ao I Congresso Internacional do Notariado Latino, reunido em Buenos Aires no dia 2 de Outubro de 1948 por iniciativa do Colégio de Escribas de Buenos Aires.

O Congresso determina a sede da União: atualmente está estabelecida em Buenos Aires (República Argentina).

OBJETIVOS.

Art. 2.º - São objetivos da União:

- a) O estudo e sistematizado da legislação notarial.
- b) A difusão de idéias, estudos, projetos e iniciativas destinadas ao maior progresso, estabilidade e elevação do Notariado Latino.
- c) A criação de escritórios de intercâmbio destinados ao cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior.
- d) A publicação de uma revista que seja órgão da União.
- e) A organização e celebração periódica de Congressos Internacionais do Notariado Latino.
- f) O fomento de Congressos ou Assembléias de caráter nacional, regional ou local.

ÓRGÃOS.

Art. 3.º - São órgãos da União:

- a) O Congresso Internacional do Notariado Latino.
- b) O Conselho Permanente da União.
- c) O Escritório Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional.

DO CONGRESSO INTERNACIONAL.

Art. 4.º - O Congresso Internacional do Notariado Latino é o Órgão superior da União, e suas resoluções e recomendações obrigam aos demais órgãos da União.

Art. 5.º - O Congresso se reunirá, pelo menos, uma vez cada dois anos, no lugar e época que o mesmo Congresso determine, e se integrará com as representações dos membros da União.

A representação dos notariados nacionais, para os efeitos da União, estará a cargo:

- a) Dos Conselhos Superiores do Notariado ou organismos análogos de caráter nacional e oficial.
- b) Na sua falta, das Federações, Associações e Conselhos ou outros organismos estáveis e nacionais, ainda que não, tenham caráter oficial.
- c) Dos Colégios e Instituições notariais de caráter regional ou provincial, na falta de organismos acima mencionados.

Art. 6.º - São membros da União os Notariados nacionais assistentes ao I e II Congresso Internacional do Notariado Latino, ou seja: Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Cidade do Vaticano, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, França, Guatemala, Haiti, Itália, Luisiana (EE. UU.), Luxemburgo, México, Paraguai, Países Baixos, Peru, Portugal, Porto Rico, San Marino, Suíça e Uruguai.

O ingresso de outros notariados na União é da competência exclusiva do Congresso, representado para esse efeito, pelo, Conselho Permanente, mediante prévia consulta escrita e decisão de dois terços dos membros que integram a União.

O reconhecimento oficial por parte do Congresso de Instituições Notariais com jurisdição nacional exclui o reconhecimento das de caráter regional ou provincial. Nenhum reconhecimento oficial tem caráter irrevogável.

Art. 7.º - A representação no Congresso de cada Notariado nacional será devidamente acreditada perante a Comissão de Poderes do Congresso.

Art. 8.º - Cada Congresso, em sua última sessão, determinará o lugar de reunião do Congresso

seguinte.

A convocação e organização estarão a cargo do Organismo Nacional Oficial, e em sua falta, do Colégio Notarial ou Instituição análoga, que tenha sua sede no lugar designado.

A duração do Congresso não excederá de quinze dias a contar da sessão de abertura, salvo decisão expressa do mesmo Congresso.

Art. 9.º - No caso de que, por qualquer eventualidade, o Congresso não possa reunir-se no lugar e época fixados, o Conselho Permanente, por iniciativa própria ou a pedido da entidade organizadora, poderá, mediante consulta prévia aos membros da União, anular a convocação e tomar a seu cargo a organização do novo Congresso, designando o lugar e a entidade notarial que, em definitivo, o organize.

Art. 10.º - A Comissão Organizadora será designada pelo Colégio ou instituição a que corresponda a organização do Congresso e a ela compete formular a convocação e adotar todas as medidas que considere oportunas para o melhor êxito da reunião. A Comissão Organizadora terá o número de membros que determine a Instituição respectiva e agirá independentemente do Conselho Permanente, mas em estreita colaboração com o mesmo.

Art. 11.º - Cada Congressista ou Delegação arcará com seus próprios gastos e estarão a cargo do Colégio ou Entidade Organizadora, unicamente as despesas com a organização do certame e recepção das Delegações.

Art. 12.º - As deliberações do Congresso serão presididas pelo Presidente do Conselho Permanente e, na sua falta, pelo Vice-Presidente de mais idade. Na falta de todos eles, presidirá provisoriamente, até que o Congresso resolva, o Presidente da primeira Delegação, seguindo a ordem alfabética.

Art. 13.º - Tanto em plenário como nas comissões do Congresso, cada Notariado nacional assistente terá uma única voz e um único voto, vinculado no Presidente da Delegação ou em quem este, para tal efeito, delegue expressa ou tacitamente.

DO CONSELHO PERMANENTE.

Art. 14.º - O Conselho Permanente é a máxima autoridade da União depois do Congresso, e o executor e mandatário das resoluções deste.

Art. 15.º - Compôr-se-á:

1.º - de um Presidente.

2.º - de quatro Vice-Presidentes, dois Secretários e um Tesoureiro.

Dado o caráter internacional da União, as designações não estarão sujeitas a nenhum critério geográfico, nem de nacionalidade, devendo ter-se em conta somente as circunstâncias de lugar e tempo de cada Congresso e, sobretudo, as possibilidades de cada eleito para que a União alcance os elevados fins a que se refere o artigo 2.º deste Estatuto.

Serão validas as resoluções que, por maioria, e estando presente três dos seus membros, adote o Conselho Permanente.

Art. 16.º - O Presidente do Conselho Permanente será Presidente da União desde sua eleição até a designação de seu sucessor.

Os cargos do Conselho Permanente tem caráter personalíssimo, ainda que no ato da eleição se tenha levado em conta o país do eleito ou qualquer outra consideração. Em nenhum caso estará o cargo sujeito As modificações dos Conselhos ou organismos de que faça parte o eleito, e nem ao exercício efetivo da função notarial.

AUTORIDADES HONORÁRIAS.

Art. 17.º - Os que tenham pertencido aos organismos permanentes designados pelo I Congresso Internacional e ao Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino, serão, de pleno, direito, membros honorários do Congresso. Nesta qualidade poderão assistir as deliberações e cerimônias do Congresso sem necessidade de especial adesão. Por sua vez, o Conselho Permanente, em qualquer momento, os pode convocar para tomar parte em suas deliberações, com voz consultiva, e associa-los As cerimônias que organize ou aquelas em que tome parte.

A Comissão Organizadora poderá designar membros "honoris causa" do Congresso, no número que desejar, a autoridades, juristas e personalidades relevantes de sua própria nacionalidade. Tais designações caducarão no final de cada Congresso.

As mesmas designações "honoris causa" poderá fazer o Conselho Permanente em relação a personalidades de qualquer nacionalidade.

ADESÕES INDIVIDUAIS

Art. 18.º - Além das Delegações oficiais devidamente acreditadas, em representação de seus respectivos Notariados nacionais, os Notários em exercício, honorários, excedentes ou aposentados de qualquer Notariado da União, poderão obter, individualmente, a condição de congressistas, assistindo as deliberações e aos demais atos do Congresso a que forem convidados. Não terão voz nem voto e sua adesão implicará na submissão as normas do Congresso, as decisões do Conselho e, especialmente, A autoridade direta e imediata do Presidente da Delegação de seu respectivo Notariado.

O Presidente do Congresso ou o da respectiva Delegação, poderá cancelar em qualquer momento a inscrição do aderido que houver infringido as normas de convivência internacional, os preceitos deste Estatuto ou os estabelecidos pela comissão Organizadora ou pela Delegação de seu Notariado.

Nas fichas de adesão se reproduzirá este artigo e o aderido, pelo simples fato de assiná-la, se submete ao presente regimen.

FUNCIONAMENTO.

Art. 19.º - Os membros da União e pessoas aderidas a cada Congresso, deverão enviar seus estudos, trabalhos e propostas com uma antecedência mínima de seis meses da data fixada para a sessão de abertura, e em duplicata, ao Conselho Permanente e A Comissão Organizadora, com o fim de sua impressão e distribuição entre as Delegações.

Art. 20.º - A União não reconhece idioma oficial. A tradução para o seu respectivo idioma de todos os atos e resoluções será da exclusiva incumbência e responsabilidade da Delegação de cada Notariado.

Art. 21.º - A sessão de abertura, para a recepção das Delegações, será solene. Será seu Presidente o titular da Comissão Organizadora em nome da qual pronunciará o discurso de abertura. O Conselho Permanente designará, com, a devida antecedência, o Congressista que deva responder a este discurso.

Art. 22.º - O Congresso, em sua primeira sessão de caráter ordinário, designar as comissões internas em vista do temário, com exceção da de Poderes, cuja nomeação, com a devida antecedência para assegurar a pronta constituição do Congresso, compete ao Conselho Permanente.

O Presidente fixará a ordem do dia e determinará a preferencia na discussão dos ditames das comissões internas do Congresso.

Art. 23.º - O Congresso, em sessão ordinária e mediante previa consulta ao Conselho Permanente, resolverá a seu arbítrio e soberanamente, sobre a admissão e o reconhecimento das delegações dos Notariados Nacionais.

Art. 24.º - Para que a sessão plenária fique validamente constituída para tomar resoluções, será necessário o "quorum" de duas terças partes das Delegações assistentes no Congresso.

As resoluções se tomarão, por maioria de votos das Delegações presentes na sessão, sem se considerar as abstenções.

As resoluções do Congresso serão participadas á Autoridade nacional de que depende cada, Organização notarial.

O. N. P. I. E REVISTA INTERNACIONAL.

Art. 25.º - O Escritório Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional (O. N. P. I) e a Revista Internacional do Notariado, funcionarão de acordo com a regulamentação aprovada pelo Congresso em sua sessão de 4 de Outubro, de 1948, em Buenos Aires.

RECURSOS.

Art. 26.º - O Congresso, em cada uma de suas reuniões, resolverá a forma por que devam arbitrar-se os recursos para a subsistência do Conselho Permanente e dos Organismos de caráter estável que se venha a criar.

INTERPRETAÇÃO E MODIFICAÇÕES.

Art. 27.º - Cabe ao Congresso, e em sua falta ao Conselho Permanente, a aplicação ou interpretação deste Estatuto. O Conselho Permanente prestará conta de seus atos perante o Congresso.

Art. 28.º - Uma vez aprovado, este Estatuto só poderá ser modificado por "quorum" e maioria de dois terços dos membros da União.

3 - Fora do Temário:

A) Aprovação do Memorial e movimento de tesouraria do Comitê Permanente.

O Memorial levado A Comissão Organizadora com data de 31 de Julho de 1950, faz saber que foram propósitos principais de dito Comitê no período que termina: Consolidar a organização internacional e projetar essa organização até o futuro, procurando o maior êxito dos Congressos sucessivos e muito especialmente esta reunião de Madrid.

Com referência as atuações consecutivas ao I Congresso, faz saber que se processaram as comunicações do caso aos países aderidos e autoridades governativas correspondentes; que por conta do Colégio de Escrivães de Buenos Aires se imprimiram os anais cuja distribuição se comentou e que, assim mesmo, se imprimiram com a mesma forma de financiamento os diplomas para os Delegados, os que foram distribuídos.

Para executar as recomendações do I Congresso e sobre a base de uma indicação da Delegação da Itália se estudou a regulamentação do funcionamento, surgindo a idéia de modificar o Estatuto, adotar a denominação de União Internacional do Notariado ou outra similar e preparar os anteprojetos que se levem a consideração desta mesma comissão e que logo se submeterão ao Plenário.

Com referência ao Dia do Notariado Latino, se tomariam providências nos dois anos transcorridos, para que se recordasse e festejasse devidamente; em busca de idéias para adotar o emblema definitivo se processaram consultas a diversos países e que em procura de novas

adesões se obtiveram as da Holanda, Luxemburgo, Luisiana (EE. UU. da América), San Marinho e Vaticano. Que se, procure obter uma estatística mediante uma circular inquirindo o número de notários e características de todos os países; que o Comitê Permanente contribuiu, colaborou e assistiu aos Congressos nacionais e regionais de Notários como forma de estímulo e aproximação.

Relativamente a este II Congresso destaca a colaboração e atividade entusiasta da Comissão, Organizadora e dos Notários espanhóis, assim como, do Governo de Espanha e a intervenção decidida e eficaz do Sr. Diretor Geral dos Registros e do Notariado, recordando a divulgação das estampilhas alusivas distribuídas entre todos os países aderidos.

No que se refere aos organismos permanentes, faz saber que funcionou regularmente a O. N. P. I, A qual, por seu caráter autônomo, se pediu informes em separado, e a Revista Internacional do Notariado, que sob a direção do Escrivão, Dr. Carlos A. Petrachi, publicou material de verdadeiro valor jurídico e científico, tendo aparecido com regularidade, apesar das dificuldades para obter seu material, não obstante o reclamo constante da Direção, pelo que deve se propender para uma ativa intervenção e colaboração dos organismos nacionais aderidos, esperando que nesta reunião se possa criar um corpo especial de Correspondentes da Revista.

Chama a atenção do Congresso sobre a dificuldade dos diferentes idiomas para alcançar uma verdadeira divulgação da Revista entre seus destinatários, que o são todos os Notários das organizações aderidas e que o ensaio de editar um número em francês, o número cinco, faz ver as dificuldades com que se tropeçaria, para fazê-lo desde Buenos Aires, somente, considerando que a iniciativa poderia levar-se a cabo por intermédio dos países interessados, reunidos em grupos por idiomas, francês e português, para os quais, para esse efeito, a Direção da Revista enviaria o material com a suficiente antecipação, para conservar a unidade na apresentação e conteúdo da Revista, deixando o financiamento a cargo dos países editores. Destaca seu agradecimento aos colegas colaboradores.

Expressa finalmente seu agradecimento ao Colégio de Escrivães de Buenos Aires pelo seu apoio moral e financeiro.

Quanto ao Movimento financeiro, acusa uma entrada de \$12.073,99 em moeda argentina e \$987,55 em moeda uruguaia, arrecadados estes pela O. N. P. I. que prestará contas separadamente.

Os gastos do Comitê Permanente ascenderam a \$15.650,19, moeda nacional argentina, sem incluir nesta soma o custo da Revista Internacional que está a cargo do Colégio de Escrivães de Buenos Aires.

4 - Fora de temário:

B) Aprovação da informação a Comissão III sobre a O. N. P. I.

A Comissão III sobre "União e Congresso" recebeu e estudou a informação geral da Oficina Notarial Permanente do Intercâmbio Internacional, concedida pela O. N. P. I. e para os efeitos da devida informação A Assembléia Plenária, resumiu seu conteúdo:

A informação geral consta:

1.º) Nomes das Autoridades e Delegados.

2.º) Inventário das revistas, livros e catálogos recebidos pela Oficina.

3.º) Bibliografia especializada publicada na Revista Internacional e finalmente, estado trimestral do Movimento de Tesouraria correspondente aos anos de 1949, até 30 de Setembro de 1950.

Deste Memorial sobressaem como finalidades alcançadas pela O. N. P. I. as seguintes:

1.ª) A O. N. P. I. solicitou e obteve de quase todos os países a nomeação de Delegados.

2.ª) Ordenou, classificou e preparou por ordem alfabética uma lista de mais de quinhentas obras de interesse geral do Notariado.

3.ª) Solicitou e obteve do escrivão, Don José A. Negri, o catálogo de sua extraordinária biblioteca especializada sobre Direito Notarial.

4.ª) A O. N. P. I. participou de diversas atividades de caráter internacional. É digna de especial menção a intervenção da O. N. P. I. no 49.º Congresso Notarial Francês, em Baule (França). Representou muito dignamente esta Organização o Delegado pela Franga, Sr. Henri Maigret.

Os resultados de todos esses empreendimentos realizados estão a disposição dos Srs. Delegados na Secretaria do Congresso.

Quanto A informação do Movimento de Tesouraria, se deduz o fato de que os gestos sobrepujaram em todo momento as entradas, porém, a Associação de Escrivães do Uruguai esteve sempre pronta para cobrir todo o déficit. Desejamos neste ponto reconhecer e agradecer a contribuição moral e material prestada a este Organismo pela Associação de Escrivães do Uruguai.

Finalmente, a O. N. P. I. iniciou a tarefa de encomendar aos Delegados a compilação da legislação notarial vigente em cada país, precedida por um estudo critico de cada um, para o efeito de publicá-las e difundi-las em suas oficinas.

Este Comitê, que respeitosamente formula e submete ante o Pleno o bosquejo de informações que precede, recomenda sua aprovação, já que dentro das poucas facilidades e das dificuldades iniciais inerentes a toda organização, o encargo da O. N. P. I. esteve notavelmente A altura dos propósitos para o qual foi criado.

COMISSÃO IV

1 - Temário: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES DOS ARQUIVOS NOTARIAIS.

RESOLUÇÃO:

1.ª) Recomendar que, nos países representados neste Congresso e nos que aderiram ao mesmo, seja promovida, onde não o esteja, a criação e organização de Arquivos Notariais de caráter público, mantendo a unidade dos protocolos e sob a direção de Notários, tecnicamente classificados, que possam servir de fonte de informação aos estudos gerais de caráter histórico.

2.ª) Como conseqüência da recomendação anterior, aconselhar a publicação de séries de instrumentos notariais e estudos de instituições jurídicas ou de qualquer outra matéria, sempre que estejam fundados principalmente em documentação conservada nos arquivos notariais do caráter público e procurar difundi-los mediante sua publicação na Revista internacional do Notariado, assim como também notas bibliográficas, artigos, memórias e livros baseados em documentação notarial.

2 - Temário: MEIOS DE ACREDITAR NA VIGÊNCIA DE UM TESTAMENTO. REGISTRO GERAL DE ATOS DE ÚLTIMA VONTADE.

RESOLUÇÃO:

1.ª) Recomendar a criação de um Registro Nacional, de caráter secreto até a morte do testador, onde serão anotados cronologicamente todos os dados do estado civil necessários para estabelecer a existência de todas as disposições de última vontade confiadas oficial ou oficiosamente a custódia do Notário.

2.ª) Recomendar que em toda abertura de sucessão seja exigida a apresentação de um certificado negativo ou positivo expedido por dito Registro.

3.ª) Recomendar que nas sucessões de estrangeiros seja exigida a apresentação de um certificado negativo ou positivo, do Registro da nação de origem do defunto e outro, certificado

do Registro da nação onde teve sua residência oficial.

COMISSÃO V

1 - Temário: A FÉ DE CONHECIMENTO.

RESOLUÇÃO:

1.ª) A autenticidade do documento notarial deve estender-se à identificação dos outorgantes.

2.ª) É função e dever do Notário certificar-se da identidade dos outorgantes, certificando ou dando fé de conhecimento.

3.ª) A certificação ou dação da fé de conhecimento, tem de ser, mais que um testemunho, a qualificação ou o juízo que o Notário formula ou emite, baseado em uma convicção racional que adquire pelos meios que julga adequados, atuando com prudência e cautela.

4.ª) Em relação com o tema deve resguardar-se a responsabilidade objetiva, na base da pura relação causal entre o fato e o dano.

Em consequência:

a) O Notário somente terá responsabilidade penal quando, cometer falsidade deliberada (dolo) ;
e

b) Terá responsabilidade civil por dolo, culpa ou negligência.

c) A diligência que tem de prestar o Notário é a normalmente exigível a um funcionário escrupuloso.

d) E aspiração do Congresso que a qualificação do dolo, culpa ou negligência seja submetida a prévia decisão de um Tribunal Notarial.

e) A declaração de uma das partes de conhecer a outra, libera o Notário de toda responsabilidade perante quem a faz.

5.ª) A determinação dos meios supletórios da identificação notarial tem de ser resolvida em cada país segundo suas especiais circunstâncias.

2 - Temário II-a) O JUÍZO DE CAPACIDADE DOS OUTORGANTES.

RESOLUÇÃO:

1.ª) Antes de autorizar qualquer Ato ou contrato, o notário deverá apreciar a capacidade legal e civil dos comparecentes e das partes.

2.ª) Quando no documento exista afirmação pelo Notário da capacidade dos comparecentes com referência ao momento da autorização, só poderá ser desvirtuada dita afirmação por provas referentes a tal momento que sejam plenamente perfeitas e convincentes.

3 - Temário II-b) A UNIDADE DO ATO E O OUTORGAMENTO SUCESSIVO.

RESOLUÇÃO:

1.ª) A unidade do Ato nas escrituras públicas constitui um requisito de notável preponderância para a exteriorização solene da força probatória e eficácia jurídica dessa forma de instrumentação.

2.ª) As operações que integram a unidade do Ato e que devem ter lugar sem que se rompa sua continuidade nem se intercalem outras estranhas, salvos as interrupções que sejam devidas a um acontecimento passageiro, se iniciam no momento em que, reunidos os outorgantes, o competente número de testemunhas (quando as respectivas legislações exijam a assistência delas) e o Notário interveniente, se procede a leitura da escritura, continuam com a prestação do

consentimento e terminam com a assinatura e a autorização do documento, tudo isto sem prejuízo das variações que resultem impostas precisamente para determinados atos jurídicos e em especial para os testamentos.

3.ª) Na maioria dos Atos jurídicos cuja finalidade característica é a de produzir efeitos depois do falecimento daqueles de cuja vontade emanam, é recomendável manter o princípio da unidade do ato como formalidade constitutiva de validade.

Em compensação, com referência aos Atos "inter-vivos", não é prudente fixar de maneira absoluta a obrigatoriedade de dito princípio, não obstante a excepcional relevância que lhe atribui a tradição jurídica universal, pois alguns textos legais admitem os outorgamentos sucessivos no mesmo instrumento e não sancionam sua nulidade quando se há outorgado com inobservância de tal requisito.

Votaram as anteriores recomendações as Delegações da Argentina, Bélgica, Itália, Espanha, Holanda e Portugal. Ao mesmo tempo, o representante da Cidade do Vaticano manifestou "a posteriori" sua adesão As mesmas. O Delegado do Canadá se absteve de votar, fundando-se em que em seu país existe uma lei que permite o outorgamento do documento em diferentes fases de tempo, exceto quando se trata de testamentos. Por último, a Delegação do Uruguai votou em favor das partes 1.ª e 3.ª manifestando-se contrária com a definição formulada na parte 2.ª.

COMISSÃO VI

I- Temário: VALOR JURÍDICO E APLICAÇÃO DAS ATAS DE NOTORIEDADE.

RESOLUÇÃO:

I - APLICAÇÕES:

Não é aplicável a Ata de notoriedade em matéria contenciosa.

É aplicável nos casos seguintes:

A) Declaração de herdeiros.

B) Existência ou inexistência de parentes de uma pessoa e determinação de seu grau de parentesco.

C) Identidade ou existência de uma pessoa.

D) Atos do Estado Civil quando não existam as provas correspondentes.

E) Fatos que não se podem provar mediante título ou a respeito dos quais não possa produzir-se o título correspondente.

Estas aplicações se entenderão sem prejuízo das estabelecidas pela legislação de cada país.

II - FUNCIONÁRIO COMPETENTE.

Deve ser o Notário.

Nas Atas de notoriedade autorizadas por Notário, não deverá ser necessária a intervenção ou aprovação judicial, nem de nenhuma outra autoridade.

III - REQUISITOS DA ATA DE NOTORIEDADE.

Sobre este apartado se deve distinguir:

A) Quando se trate de fatos cuja certeza não conste diretamente ao notário, a Ata de notoriedade se baseará em declarações de testemunhas asseveradas com juramento, sem prejuízo de cumprir os demais requisitos e formalidades que em cada case exija a legislação de cada país.

B) Quando se trate de fatos cuja certeza conste diretamente ao notário, bastará a afirmação deste de que o fato é certo e lhe consta assim de ciência própria. Neste caso, a Ata se chamará certificado notarial.

IV - CIRCUNSTÂNCIAS DAS TESTEMUNHAS.

Alem das exigidas pelas legislações da cada país, as testemunhas devem reunir as seguintes circunstâncias:

A) Ser maior de idade.

B) Ser de reconhecida honorabilidade.

C) Ter conhecimento real do fato.

D) Ser identificada pelo Notário.

V - CONTEÚDO DA ATA.

O notário se limitará a dar fé de que as testemunhas refinem os requisitos exigidos e das suas declarações, assim como do que foram cumpridas todas as diligências exigidas pelas leis.

VI - RESPONSABILIDADE.

A) Das Testemunhas.

As testemunhas que fizerem conscientemente manifestações falsas, inexatas ou incompletas, serão responsáveis penalmente por falso testemunho segundo a Legislação de cada país. Também incorrerão em responsabilidade civil segundo a legislação respetiva. Dita responsabilidade lhe será advertida pelo Notário que o fará constar expressamente na fita.

B) Do Notário.

O Notário será responsável por tudo aquilo que deva apreciar pessoalmente, como seja:

1.º) Lugar, data e demais requisitos do instrumento público.

2.º) Identidade das testemunhas.

Não será responsável em nenhum caso pela inexatidão das declarações de ditas testemunhas. Nos certificados notariais responderá pela falsidade de sua afirmação.

VII - FORÇA PROBANTE DA ATA DE NOTORIEDADE E DO CERTIFICADO NOTARIAL.

A) Extra-judicialmente.

1.º) Enquanto as atas de notoriedade não sejam impugnadas em juízo deve reputar-se exato o fato abonado por elas.

2.º) Em matéria sucessória a fita de notoriedade estabelecerá quem silo os herdeiros, sem prejuízo de qualquer ação de petição de herança que se exercite em contrário.

B) Judicialmente.

1.º) Se as atas de notoriedade forem objeto de impugnação em juízo, sua força probante será apreciada pelo juiz segundo o critério da "Lex fori".

2.º) Nos certificados notariais, nos quais a certeza do fato conste diretamente ao Notário, seu valor probante será pleno, enquanto, não se declare falsidade no juízo correspondente.

VIII - RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE.

Quando na fita de notoriedade intervenha o requerente, que afirme a certeza do fato submetido é, notoriedade, a responsabilidade em que incorra por falsidade, inexatidão ou reticência, deverá ser-lhe exigida, segundo sua lei nacional.

2. - Temário: UNIFICAÇÃO DE FORMULÁRIOS, ESPECIALMENTE DAS PROCURAÇÕES.

RESOLUÇÃO:

A) UNIFICAÇÃO DE FÓRMULAS DE PROCURAÇÕES.

1.ª) Recomendar As nações que fazem parte da União Panamericana a adesão ao Protocolo número XLVIII aprovado pela Sétima Conferência da dita União, sobre a Uniformidade do Regime Legal de Procurações.

E para as nações da União Internacional do Notariado Latino que não fazem parte da união Panamericano, a conclusão de uma convenção internacional entre elas e com os Estados da União Panamericana, adotando os princípios sancionados pela resolução número XLVIII da Ta Conferencia Internacional Americana.

2.ª) Encarregar a O. N. P. I. o estabelecimento de fórmulas sintéticas de procurações outorgadas para produzir efeito em países estrangeiros, cumprindo as condições convencionadas pela resolução numero XLVIII antes citada, da 7.ª Conferencia Internacional Americana.

3.ª) Recomendar aos notários dos países membros da União Internacional do Notariado Latino, por meio dos respetivos organismos nacionais, a utilização exclusiva destas fórmulas nas relações internacionais.

B) REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO.

1.ª) O notário que outorgue alguma escritura em virtude da qual se revogue total ou parcialmente alguma outra outorgada em país estrangeiro, por meio da qual se tiverem conferido poderes de representação que ficam sem efeito, fará comunicação por meio de ofício ao funcionário ou organismo em cujo poder se encontre dita matriz, o qual a fará constar á margem da mesma por meio de oportuna nota, acusando recibo ao funcionário autorizante.

2.ª) A notificação se realizará diretamente pelo Notário autorizante da escritura revogatória, previstas as oportunas formalidades de legalização, tanto no país de origem como no da notificação, como se tratasse de uma escritura do concessão de poderes.

COMISSÃO VII

I - Temário II-e): VALOR INTERNACIONAL DO DOCUMENTO NOTARIAL.

RESOLUÇÃO:

1.ª) De acordo com a regra "locus regit actum", o documento notarial formalizado com respeito A lei do lugar de sua celebração, será considerado válido nos demais países, quanto a sua forma e autenticidade.

As questões que se suscitem acerca da validade ou nulidade formal do documento notarial deverão resolver-se conforme a referida lei do lugar de sua celebração.

Nos documentos notariais sujeitos ou suscetíveis de inscrição nos Registros Públicos dos países em que tenham de surtir efeito, o notário autorizante procurará expressar nos mesmos as circunstancias relativas aos bens ou elementos registráveis que exijam as respetivas leis para sua inscrição.

2.ª) Com respeito a eficácia extraterritorial do documento notarial, deverão observar-se as seguintes regras:

a) Quanto a matéria ou conteúdo substantivo do mesmo, procurará o notário sujeitar-se as normas da lei reguladora da relação jurídica ou da lei do país em que o documento, tenha de Produzir efeitos, sempre sem prejuízo da ordem pública territorial do país do outorgamento.

b) Quando a lei reguladora da relação jurídica prescreva a forma da escritura pública como requisito constitutivo ou essencial do Ato jurídico, deverá entender-se cumprido este requisito com o outorgamento do documento notarial conforme a regra do lugar de sua celebração.

c) Com relação ao valor probante do documento notarial, se julgará conforme a lei do país em que se tiver outorgado.

2 - Fora do Temário: FORMAÇÃO DE UM COMPENDIO DE LEGISLAÇÃO NOTARIAL EM SEU ASPETO INSTRUMENTAL E OUTRAS QUESTÕES.

RESOLUÇÃO:

1.ª) Que cada delegação dos países que integram o Congresso Internacional do Notariado Latino faça chegar A O. N. P. I. um compendio de sua legislação notarial em seu aspeto instrumental.

2.ª) Que o Congresso recomende As nações aderidas para que constituam comissões especiais encarregadas de estudar e simplificar as funções notariais relativamente à formalização dos documentos notariais.

3.ª) Que cada Delegação se interesse junto seus respectivos governos para participar das organizações oficiais internacionais de Direito Privado, afim de tratar de resolver a forma que melhor considerem conveniente todas as dificuldades que derivam das legislações diferentes.

Na sessão de encerramento ficou deliberado que o III Congresso será realizado em Havana, capital de Cuba, em 1952, designando-se ainda como sede do IV Congresso, a realizar-se em 1954, a cidade de Paris.

Para Presidente da União Internacional do Notariado Latino foi eleito o ilustre Notário Argentino Don José A. Negri, que assim continuará a contribuir com sua invejável cultura, com sua brilhante inteligência e, especialmente com seu elevado idealismo para alcançarmos os nossos nobres objetivos.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	-	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR	. -	Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES	-	Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	-	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	-	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	-	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES	-	Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA		
DR. BRASILIO MACHADO NETTO		
SR. IBSEN DA COSTA MANSO		



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTES

EJAINO SILVA -	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR- DARIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
O CONGRESSO.	4
DIRETORIA	24
CONSELHO FISCAL	24
SUPLENTES	25
ÍNDICE	25

Nº 031 - Publicação: 01/11/1951

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES

DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação
Colaboração
Colégio Notarial de São Paulo
Leis e decretos
Provimentos
Jurisprudência
Informações varias
Seção social

Colégio Notarial de São Paulo
DIA DO NOTÁRIO

Realizou-se no dia 2 de Outubro pp., no aprazível salão do "Jardim Mara", em ambiente de grande cordialidade, o anunciado jantar comemorativo do "Dia do Notário", ao qual compareceram numerosos serventuários desta Capital e do interior do Estado, em uma eloquente demonstração do espírito de união e de solidariedade que felizmente já se nota entre os tabeliães deste Estado. O Exmo. Sr. Dr. Loureiro Junior, DD. Secretário da Justiça, não podendo comparecer designou o chefe do seu gabinete, Dr. Guilherme Percival de Oliveira, para representá-lo.

À sobremesa usou da palavra o Sr. Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, terceiro tabelião de notas desta Capital e Presidente do Colégio Notarial de São Paulo, que proferiu a seguinte saudação:

Exmo. Sr. Dr. Guilherme Percival de Oliveira
DD. Representante do Exmo. Sr. Dr. Loureiro Junior, Secretário da Justiça.

Na qualidade de Presidente do Colégio Notarial de São Paulo, tive o prazer de convidar pessoalmente o Exmo. Sr. Dr. Loureiro Junior, ilustre Secretário da Justiça, para honrar esta reunião com a sua sempre simpática e prestigiosa presença. Motivos poderosos impediram-no de comparecer, roubando-nos o encanto da sua companhia, mas, em compensação, temos o prazer e a honra de vê-lo representado por outro não menos brilhante e distinto jurista, o Exmo. Sr. Dr. Guilherme Percival de Oliveira, a quem rendemos a nossa afetuosa homenagem.

Dois de Outubro, data consagrada pelo I Congresso Internacional do Notariado Latino reunido em Buenos Aires em 1948, como o Dia do Notário, representa para todos nós, serventuários de justiça, uma grata efeméride. Estamos festejando-a nesse encontro amável para alimentar com a chama do nosso entusiasmo e da nossa fé, o fogo sagrado do nosso ideal, a nossa grande aspiração, o Colégio Notarial, que ainda ontem parecia uma utopia e hoje, felizmente, é uma esplendida realidade, graças sem dúvida, à fé inabalável, ao esforço constante, à dedicação ilimitada desse magnífico companheiro que é Antonio Augusto Firmo da Silva, a inteligência e a ação em pessoa.

Tendo tido a honra de ser seu companheiro de delegação ao II Congresso Internacional do Notariado Latino, realizado em Madrid, em Outubro de 1950, devo confessar-vos que ficamos vivamente impressionados e surpreendidos com a admirável organização do Notariado Espanhol e com o prestígio e a autoridade moral que desfrutaram os notários na Europa, em geral, e principalmente; na Espanha, na França, na Bélgica e na Itália, mercê do critério seletivo para o ingresso na carreira e notadamente, ao rigorismo das provas e dos títulos necessários nos concursos para as promoções.

Não errarei se declarar que vi em cada notário de Madrid e em cada delegado estrangeiro ao mesmo Congresso, um jurista, tal a amplitude dos seus conhecimentos jurídicos. Essa a razão do seu incontestável prestígio. A autoridade da cultura, o primado da inteligência, a eficiência da capacidade criadora, Assim é o notariado espanhol, qualquer cousa de notável. E, por incrível que pareça, data de 1862 a sua lei orgânica ...

Imbuídos dessa inspiração, seja-nos lícito usar desta expressão, mesmo lá naquela fidalga e

cavalheiresca terra de Castela, nós já pensávamos em, quando aqui chegássemos, tentar fazer algo semelhante, pela união e fortalecimento da classe, pela sua maior elevação cultural, por um mais completo aprimoramento moral, para incutir no povo em geral, o respeito integral pela pessoa do serventuário e pela sua função, criando e fortalecendo no seio da opinião pública uma noção mais elevada, mais respeitosa, mais consentânea com a honorabilidade e a responsabilidade das suas nobres funções.

Atualmente, no Brasil, o Tabelião, além das funções específicas de notário, de depositário da confiança das partes, de ser seu conselheiro e orientador, é também, um agente arrecadador de impostos e tributos devidos ao Estado e à União, é um guardião zeloso da Fazenda Pública, um eficiente cooperador da administração pública, porém, sem nenhuma vantagem ou compensação sequer por esse trabalho, por essa atribuição nada simpática de fiscal do fisco. Ao contrário, está sujeito a sanções punitivas absurdas, que destoam da respeitabilidade e da honorabilidade das suas funções.

Temos o dever de propugnar por um tratamento melhor.

Essa é a tarefa que se propõe realizar o novel Colégio Notarial de São Paulo, e para tanto, para congregar todos os serventuários de justiça do Brasil, está promovendo a realização nesta Capital, em Janeiro de 1952, da Primeira Jornada Notarial Brasileira e para cuja efetivação foram convidados todos os serventuários de justiça do país, aos quais foram enviados ainda o programa e o temário dos assuntos a serem debatidos, o que, indubitavelmente, trará grandes benefícios à classe por esse natural intercâmbio, pelo conhecimento e reciprocidade das legislações estaduais e principalmente, pela real aproximação pessoal dos tabeliães de todo o Brasil.

Aproveitando esta oportunidade, o Colégio Notarial de São Paulo desde já convida o Exmo. Sr. Dr. Loureiro Junior para honrar essa Primeira Jornada Notarial Brasileira, ilustrando-a com uma das suas admiráveis conferências, e assim, espera merecer todo o apoio indispensável para tão patriótica jornada. Nessa boa fortuna confiamos.

Assim, meus caros colegas, como os bandeirantes do passado vararam as florestas invias dos nossos sertões para levar bem longe as nossas lindes territoriais e as conquistas da civilização, numa demonstração pujante da nossa capacidade realizadora, assim como de São Paulo partiu a alvorada radiosa da nossa independência política e econômica, assim também, ,gora, de São Paulo, mais uma vez, parte, já vitorioso e empolgante, esse movimento que visa varar a onda de incompreensão que nos circunda, levando a todos os quadrantes do Brasil o facho luminoso do nosso ideal, a redenção de nossa classe.

De pé, serventuários! Sejamos os bandeirantes desse movimento renovador, honrando assim as magníficas tradições de São Paulo, o eterno e intrépido pioneiro de todas as belas cruzadas do Brasil.

Colaboração

CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE SOBRE PROPRIEDADE IMÓVEL E O PRECEITO CONSTITUCIONAL DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL GASTÃO GROSSÉ SARAIVA

- 1 - A propriedade imóvel consiste em uma área de terras, com ou sem seus acessórios, a ela legalmente incorporados.
- 2 - A terra é um elemento imprescindível à vida dos homens, pois estes sobre ela devem viver.
- 3 - Devendo servir, indistintamente, à vida de todos os homens, o seu uso é, necessariamente, uma exigência vital de sociedade.
- 4 - Assim, o seu uso deve ser condicionado ao interesse social, como o institui o artigo 147 da

Constituição Brasileira, de 18 de setembro de 1946.

5 - E, quando o interesse social assim o exigir, deve a propriedade ser desapropriada, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, conforme o preceitua o § 16 do art. 141 do mesmo diploma constitucional.

6 - O valor econômico da terra reside em ser esta um elemento em virtude do qual, pelo trabalho do homem, torna-se útil à sociedade.

7 Os próprios acessórios da terra: plantas, minerais e animais que na mesma se encontrem, recebem um valor econômico quando de alguma utilidade para o homem, e para terem esse valor, necessário é que o homem empregue seu esforço, seu trabalho, em torná-los aptos a satisfazer suas necessidades, isto é, úteis.

8 - O valor econômico da terra aparece, portanto, uma vez que o homem, pelo seu trabalho, a torne útil, produtiva.

9 - Quando o homem torna produtiva a terra, explorando-a pelo trabalho, ou quando lhe acrescenta um novo valor, uma nova riqueza, levantando uma construção, só então a terra satisfaz economicamente sua função social e a ela pôde ser atribuído um valor econômico.

10 - A terra que se torna produtiva pelo trabalho do homem adquire sempre um novo valor econômico, à medida que é trabalhada, e sua valorização está na proporção do trabalho empregado.

11 A construção de prédio sobre o terreno é um modo especial de valorização da terra, de um só golpe, sem continuidade: construído o prédio está finda a valorização proveniente do trabalho de seu proprietário.

12 - A valorização, aumento de valor econômico, do terreno e respectivo prédio, depois deste construído, não é o resultado do trabalho do proprietário, mas da coletividade, uma vez que essa valorização decorre da construção de outros prédios por outros proprietários, da intensificação do comércio pelos negociantes, nas imediações, dos benefícios trazidos pelos serviços públicos etc.

13- O prédio, a construção, com o decorrer do tempo, vai perdendo seu valor inicial e tão evidente e fatal é esta verdade que existem estudos técnicos que estabelecem os cálculos exatos da desvalorização da construção, à medida que passam os anos.

15 - Se a construção se desvaloriza mas o imóvel - terreno e prédio - se valoriza, com o correr do tempo, é inegável que apenas o terreno, a terra, aumenta de valor.

16 - Esse aumento de valor econômico da terra, ou valorização do imóvel, não é o resultado do trabalho do proprietário, mas, como já vimos, o resultante do trabalho da coletividade.

17 - Mas o benefício direto resultante dessa valorização é auferido exclusivamente pelo proprietário do imóvel, que vê sua propriedade aumentar de valor a custa do trabalho da coletividade.

18 - Se os demais proprietários igualmente são beneficiados com a valorização geral, isto apenas quer dizer que existe uma classe de coletividade que é privilegiada: a dos proprietários de imóveis.

19 - O privilégio de uma classe de cidadãos, que tem sua propriedade valorizada, sua fortuna aumentada, em consequência do trabalho da coletividade, sem que os demais participem desse aumento de riqueza, é um privilégio que não encontra apoio no princípio do interesse social e em nenhum fundamento de justiça, mas, ao contrário, encontra repulsa no próprio espírito da Constituição Brasileira quando esta, em seu art. 147, encara "a justa distribuição da propriedade,

com igual oportunidade para todos."

20 - O fundamento sociológico moderno, em virtude do qual é legalmente reconhecida a propriedade privada da terra, não mais reside no "direito do regimen feudal", privilégio de poucos, mas sim no princípio esposado pelo § 3.º do artigo 156 da Constituição Brasileira: "Todo aquele que ocupar trecho de terra, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade."

21 - Enfim, relativamente à ordem econômica e social, é um princípio constitucional pátrio, a justa distribuição- da propriedade, com igual oportunidade(- para todos, baseada na aquisição da propriedade pelo trabalho produtivo do homem.

22 - Estas considerações, de ordem geral, forçam o exame da função da propriedade imóvel privada, a qual apresenta cinco aspectos diferentes, a saber: a) pode servir para aguardar valorização, como emprego de capital, b) pode servir a terceiros, a título oneroso, c) pode servir a terceiros, a título gratuito, d) pôde servir para tornar-se produtiva, pelo trabalho de seu proprietário, e) pode servir para morada de seu proprietário.

23 - Ante as considerações expostas e estabelecidas as funções a que pôde servir o imóvel como propriedade privada, cabe agora passar ao estudo de como a mesma se apresenta quando gravada com a cláusula de inalienabilidade, quais as consequências econômicas e sociais, e, sendo estas contrárias ao interesse social, qual o justo remédio legal a ser aplicado, em face do preceito constitucional que subordina a garantia do direito de propriedade ao interesse social.

24 - A propriedade imóvel, como emprego de capital, a aguardar valorização. Encara-se aqui o imóvel destituído de benfeitorias. Neste caso, o imóvel, a terra, tem o valor econômico correspondente ao que lhe é acrescido pelo trabalho realizado nos outros imóveis que lhe ficam adjacentes, por outros proprietários, pelos benefícios oriundos dos serviços públicos de calçamento, luz, água, esgotos, etc., isto é, valoriza-se em virtude do trabalho da coletividade. O aumento de valor não lhe é próprio, mas indireto, resultante de trabalho alheio em imóveis distintos, diferentes, e do qual aquele se beneficia. O seu proprietário, guardando-o improdutivo, sem lhe crescer, de fôrma alguma, nova riqueza, com benfeitorias de qualquer espécie, evidentemente apenas espera que venha valorizar-se, adquirir maior valor, mediante trabalho de outrem, sempre da coletividade. Tal propriedade não tem nenhuma justificativa frente ao princípio do bem estar social, porque não promove tal condição, muito ao contrário entolhe-o pela sua improdutividade, e o seu proprietário apenas toma para si o produto do trabalho alheio. O argumento de que tal imóvel representa o preço, o dinheiro, a moeda pelo qual foi adquirido, apenas poderia facultar que se valorizasse do valor correspondente aos juros legais desse dinheiro empregado, e nada mais. Consequentemente, a cláusula de inalienabilidade imposta sobre imóveis destinados, como emprego de capital, a aguardar valorização, é uma cláusula contrária ao interesse social, porque de um lado retira do comércio terras que, de outra fôrma, em outras mãos, se tornariam produtivas, e de outra parte proporciona ao seu proprietário um locupletamento a custa do trabalho da coletividade, que valoriza esse imóvel improdutivo. Se um imóvel, em tais condições, apenas poderia fazer juz aos juros legais correspondentes ao dinheiro empregado na sua aquisição, então melhor consulta aos interesses da coletividade, ao bem estar social, que não mais esteja colocado fora do comércio e que seu proprietário, desapropriado, tenha a justa indenização, percebendo, depois, o rendimento que o dinheiro, produto da expropriação, possa produzir. Será a aplicação do § 16 do artigo 141 da Constituição Brasileira.

25 - A propriedade imóvel destinada a servir a terceiros, a título oneroso. No caso de imóvel destinado a servir a terceiros, mediante arrendamento ou locação, ou o terreno contém benfeitorias ou não as contém. Não as contendo, o arrendatário é que o irá tornar produtivo com seu trabalho e, do mesmo passo valorizá-lo. Esta valorização, aumento do valor venal do terreno, será lucro exclusivo do proprietário a custo de trabalho alheio. O terreno representa o capital empregado, o arrendamento são os juros desse capital. Mas, pelo trabalho do arrendatário, a terra aumenta de valor, isto é, aumenta o capital do proprietário. Enfim, o imóvel sem benfeitorias objeto de arrendamento não é mais do que uma fonte de renda para o seu proprietário. No caso de imóvel com benfeitorias, estas feitas pelo proprietário, há de considerar

o trabalho empregado, e a locação é uma forma da justa remuneração do trabalho havido. Mas, as benfeitorias uma vez feitas, representam um trabalho estático e o seu rendimento não poderá encontrar outra justificativa senão o de dever ser correspondente ao valor do trabalho produzido. Doutra parte, a terra, o chão, valorizou-se com esse trabalho, pois foi acrescido de uma nova riqueza. É justo, pois, que o proprietário que tenha empregado seu trabalho realizando benfeitorias em suas terras, aufera, mediante locação e sob forma de alugueis ou arrendamentos, a correspondente remuneração. Tratando-se, porém, de um prédio adquirido depois de construído, então não mais terá lugar a questão de que irá servir ao bem estar social, porque esta condição já esta realizada, e o seu rendimento não poderá encontrar outro fundamento senão o de dever ser correspondente ao dinheiro empregado, e não mais ao trabalho produzido. Assim, a posterior valorização do imóvel não mais se prende ao trabalho do proprietário, porque não resulta de seu trabalho direto, mas do trabalho da coletividade, e o aumento de valor do prédio ou de sua locação, representam apenas um enriquecimento indevido por parte do proprietário. Se, como já vimos, fazendo parte integrante da coletividade, o proprietário também contribui de sua parte, indiretamente, para essa valorização, daí não se segue que deve ter o privilégio de ser o único a enriquecer-se com esse trabalho coletivo. Da valorização do imóvel, produto do trabalho da coletividade, o proprietário é sempre o único a auferir lucro, enriquecendo-se com o aumento do valor de sua propriedade e sobrecarregando a coletividade, que deveria participar desse lucro, com a majoração das locações, que crescem na proporção direta do aumento do valor do imóvel. Consequentemente, o imóvel destinado a servir a terceiros, a título oneroso, mediante arrendamento ou locação, passando do patrimônio de um proprietário para o de outro, gravado com a cláusula de inalienabilidade, em virtude da qual é retirado do comércio, onde poderia ser objeto de circulação de riqueza, um dos fatores do bem estar social, entrava um melhor uso da propriedade, servindo apenas de fonte de renda do novo proprietário. É, portanto, neste caso, a cláusula de inalienabilidade uma disposição que fere o princípio do interesse social e que permite a desapropriação mediante prévia e justa indenização, nos termos do art. 141 § 16 de nossa Constituição.

26 - A propriedade imóvel destinada a servir a terceiros a título gratuito. Apontar-se-ão casos de um proprietário destinar um de seus prédios para pessoa de sua família, ou a estranhos, a título gratuito. Mas a verdade é que tal proprietário, já uma raridade, exceção que confirma a regra, somente o faz quando lhe é mais econômico, menos dispendioso, dar gratuitamente seu prédio para morada de terceiros, do que lhes dar o dinheiro necessário à locação do prédio. Quando percebe maior lucro com a locação de sua propriedade, então paga o aluguel pelo seu parente ou amigo. Todavia, sem mais aprofundar essa questão filantrópica, basta-nos afirmar que não pôde existir um prédio para servir a terceiros, a título gratuito, gravado com a cláusula de inalienabilidade. Na imposição desta cláusula "inter vivos" e a título oneroso, somente um débil mental compraria um prédio do qual não pudesse dispor nem sobre suas rendas, uma vez que se destina a servir a terceiros a título gratuito, e tal ato seria, juridicamente, uma compra e venda apenas da nua propriedade, e esta ainda gravada com a cláusula de inalienabilidade. É coisa que nunca se viu nem verá. Tratando-se de doação, seria um ato inepto, sem causa jurídica, porque doar a alguém um bem do qual o donatário não possa dispor, em vida, e cuja fruição, uso e gozo, cabe a terceiros, é o mesmo que nada doar. A única consequência seria a minha propriedade passar aos herdeiros do donatário. Mas então tratar-se-ia, de uma doação aos herdeiros do donatário e não a este. Os mesmos argumentos que apontamos quanto à doação, servem em relação às disposições testamentárias. Determinar que um prédio seja atribuído a "A", com a cláusula de inalienabilidade, com a perpétua reserva do usufruto em favor de terceiros, excluindo a possibilidade do nu proprietário ver consolidada a plena propriedade, uma vez que o imóvel sempre servirá a terceiros, a título gratuito, é uma aberração jurídica, porque o usufruto somente poderá ser temporário (Código Civil, art. 713).

27 - A propriedade imóvel destinada a tornar-se produtiva pelo trabalho de seu proprietário. A terra que, mediante trabalho do homem, venha a tornar-se produtiva, proporciona novas utilidades não só ao produtor como à coletividade em geral, portanto, ao bem estar social. Se a terra em si apenas adquire valor econômico quando é afetada pelo trabalho do homem, diretamente, ou indiretamente pelo trabalho da coletividade, como ficou demonstrado, o fundamento sociológico da propriedade privada das terras destinadas a serem produtivas pelo trabalho do seu proprietário resulta clara e irretorquível. Tais terras aumentando de valor devem

esse aumento de riqueza exclusivamente ao trabalho de seu proprietário. Mantê-las inalienáveis é tornar inalienável, do mesmo passo, um valor que lhe não é próprio, mas resultando do único e exclusivo do trabalho. E não poder o trabalhador dispor do resultado de seu trabalho é próprio apenas de um regimen escravocrata. Farta é a jurisprudência pátria no sentido de que a propriedade imóvel adquirida em nome do marido, casado sob o regimen de separação de bens, mas resultado do trabalho de ambos os cônjuges, deve ser atribuído por metade à sua viúva. Todo trabalho resulta num valor econômico, numa nova riqueza, que passa a pertencer ao trabalhador que produziu. Este princípio está consagrado na Constituição Brasileira, artigo 157-IV-, quando estatue a participação obrigatória do trabalhador nos lucros da empresa. Ora, se o trabalhador tem direito ao produto de seu trabalho, o novo valor, a nova riqueza por que foi acrescida a terra, também lhe deve pertencer. E como assegurar-lhe esse direito se dela não poderá dispor, aliená-la? Negar o direito de alienação de um imóvel! no qual está integrada uma nova riqueza, produto do trabalho de seu proprietário, é negar o direito ao produto desse trabalho, a essa nova riqueza. Assim, contraria o princípio fundamental da livre disposição do produto de seu trabalho, a cláusula de inalienabilidade sobre propriedade imóvel destinada a tornar-se produtiva pelo trabalho de seu proprietário.

28 - A propriedade imóvel destinada a servir de morada ao sem proprietário. A casa própria para residência é um requisito necessário ao bem estar social, e tal é a evidência deste postulado que nos dispensamos de maiores argumentos para sua demonstração. A imposição da cláusula de inalienabilidade sobre prédio destinado a servir de moradia ao seu proprietário é uma cautela que bem se justifica nas doações e nas disposições de ultima vontade, porque a sua finalidade é a de garantir ao beneficiário, talvez perdulário, a possibilidade de sempre ter onde morar com sua família. Tem o mesmo alcance social que o instituto do "bem de família".

Conclusões:

29 - Pelo estudo que vimos fazendo decorre que em todos os casos de propriedade imóvel gravada com a cláusula de inalienabilidade, tal vínculo contraria o interesse social, excetuado o caso de prédio para morada de seu proprietário, justificando, portanto, a aplicação do art. 141 § 16 da Constituição, isto é, a sua desapropriação por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, subrogando-se neste a cláusula de inalienabilidade.

30 - Esta desapropriação deverá, necessariamente, ser feita vendendo-se os imóveis, assim gravados, judicialmente, em hasta pública, aplicando-se o seu produto em títulos da dívida pública.

31 - Como essa venda será, forçada, em virtude de lei, justo é que do produto da venda sejam deduzidas todas as despesas com a subrogação e que esta, a transferência do vínculo para os títulos da dívida pública, fique isenta de qualquer imposto.

32 - O remédio legal que encontramos para resolver a questão dos bens imóveis gravados com a cláusula de inalienabilidade, considerados como contrários ao interesse social, será tido, à primeira vista, como revolucionário e, talvez, de sabor anti-reacionário, ferindo direitos adquiridos e contrariando preceitos básicos do direito civil. Da análise serena e desapaixonada das premissas que estabelecemos resultará, porém, convicção contrária, pois trata-se apenas da aplicação do art. 141 § 16 da Constituição, isto é, de desapropriação por interesse social.

33 - Outro aspecto que a questão apresenta é a relativa aos bens imóveis pertencentes às pessoas incapazes de gerir sua pessoa e bens, aos interditos. Para estes os seus bens são legalmente considerados como gravados de inalienabilidade, porque pessoal e diretamente não os podem alienar. Os nossos argumentos e fundamentos expendidos em relação aos imóveis por terceiros gravados com a cláusula de inalienabilidade, têm aplicação quanto aos imóveis pertencentes aos interditos. Pelo seu próprio estado mental estas pessoas estão impossibilitadas de gerir seus bens, e nenhum ato juridicamente válido podem realizar. É dever da coletividade ampará-las de fôrma que tenham uma existência condizente com a dignidade humana, mas desse dever não decorre que o interesse econômico da coletividade deva ser prejudicado pela infelicidade que atinge a alguns de seus membros. Da desapropriação de seus bens deve,

sempre, ser excluído o prédio que lhe deva servir de residência. Outrossim, a expropriação por interesse social não poderá atingir aos bens dos interditos que estejam casados, pois o seu cônjuge, de direito seu curador, tem um direito próprio sobre tais bens.

34 - Em consequência, entendemos que os bens imóveis objeto da cláusula de inalienabilidade, excetuado o prédio que se destinar à residência do proprietário, deverão ser vendidos, judicialmente, em hasta pública, e seu produto, depois de deduzidas as despesas com a subrogação, aplicado na aquisição de títulos da dívida pública, estendendo-se tal medida aos bens imóveis pertencentes aos interditos solteiros, viúvos ou desquitados.

COUSAS DO SERVENTUALISMO DE JUSTIÇA

J. V. BORGES

Tabelião - Catanduva

O conclave que se anuncia para os dias 7 a 13 do próximo mês de janeiro na Capital, promovido pelo Colégio Notarial de São Paulo, anexo à Associação de Serventuários de Justiça do Estado, talvez consiga para a nossa classe o reconhecimento do valor e prestígio que sempre lhe foram negados pelos poderes encarregados da direção de seus destinos, cujo reflexo influe lamentavelmente na concepção da opinião pública.

A aplicação do advérbio tem origem no ceticismo que as circunstâncias sempre nos impuseram e que mais se acentua toda vez que são tratados problemas que respeitavam a nossa situação funcional, cujas soluções conduzem-nos fatalmente a novas desilusões. Menotti Del Picchia, nosso colega e consagrado homem de letras que aqui e fora de nossas fronteiras é conhecido e admirado pelo fascínio de suas produções, conhecedor profundo dos misteres do seu e nosso ofício, em brilhante alocução pronunciada por ocasião da visita feita pelos tabeliães de São Paulo ao Exmo. Sr. Desembargador João Batista Leme da Silva, íncrito Corregedor Geral da Justiça, entre outras considerações não menos judiciosas disse: "É nos cartórios que se concretiza a maioria dos atos que identificam e dão estrutura a base territorial da nação, campo material cuja discriminarão exata e cuja legítima garantia asseguram a ordem dos negócios.

A importância da função implica, pois, numa alta responsabilidade que transcende, no campo funcional, a maioria dos misteres, porque envolve interesses de ordem econômica e financeira de proporções incomensuráveis.

É por isso que um tabelião se reveste de um prestígio quase sacerdotal, quando, com a simples aposição de sua assinatura, opera radicais translações de direitos, ou com a letra de seu próprio punho, faz a postuma vontade criar irrevogáveis elos jurídicos na projeção indeterminada do tempo. É o profundo sentido social e quase sagrado da função que, em todos os países, tornou esse servidor da Justiça homem de prol, conselheiro e orientador da parte, não raro seu confidente e confessor. É por isso que as constituições lhe asseguraram a vitaliciedade que se confere aos Magistrados etc." Não sabemos se essas palavras traduzem uma exortação pela fingida incompreensão que se constata da magnitude do nosso árduo "metier", e ao que nos conste, nenhuma interpelação foi feita ao seu autor sobre sua intenção ao proferí-las. Todavia, uma -conjetura de positividade nesse sentido não nos parece temerária.

Na França, Bélgica, Itália, Suíça e em outros países de igual grau de cultura da Europa, o conceito que se forma é bem diferente do que aqui se observa. Um emérito cultor de direito da primeira dessas nações, cujo nome, malgrado, não nos ocorre no momento, colocou o serventuário de Justiça em paralelo com um Ministro de Estado pela importância, responsabilidade e benefício público que decorrem das funções que lhe define a lei.

Aqui é bem diferente. O menosprezo aos nossos direitos atinge o máximo de gradação. Entremente dirão: As maiores aspirações da classe foram concretizadas com os diplomas da aposentadoria e carreira dos servidores de Justiça. Não contestaremos. Eles aí estão em pleno vigor. Mas consultam intotum os nossos interesses? A negativa da resposta se impõe. Ambos se revestem de faltas e incongruências que nos propomos apontar no próximo boletim se nos for

concedido espaço para fazê-lo.

Tal como o garotinho que assedia o pai para lhe comprar uma espingardinha que viu numa vitrine de brinquedos, com a qual, na sua santa ingenuidade pensa alvejar os gatos do vizinho, mas que ao possuí-la cai em prantos com o fracasso da primeira experiência, também nós nos decepçamos quando, sancionadas e publicadas as outras leis que tanto pleiteamos e que à primeira vista nos pareceram redentoras, na prática verificamos a exiguidade de seus efeitos.

Em seu bojo, trazem elas um bom número de dispositivos que satisfazem plenamente ao fim para que foram elaboradas, confessemos-lo, mas as falhas que prometemos ventilar, sem dúvida mostrarão quão deficientes se apresentam.

ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA

JOAQUIM AGUIAR

1.º tabelião sucessor Itapetininga

O direito de remoção ou promoção de sucessor é tão legítimo como o é o de desistência do cargo. O efeito é um só - regresso do sucedido ou sua aposentadoria, não havendo cogitar-se de, vacância imediata.

Um dos dispositivos da lei 819 para muitos passível de crítica, é o artigo 26, na parte onde estende ao sucessor o direito de se inscrever a concurso de remoção ou promoção. Não vislumbram a situação do sucedido a partir da solução favorável do concurso. Ponderando, porém, com isenção de ânimo, sentirão que sua assertiva carece de equilíbrio.

Com efeito, se, no caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, a lei assegura ao sucedido os direitos adquiridos pelos artigos 9 e 10, do Decreto n. 6.986, e § único, do artigo 22, do Decreto-Lei n. 12.520, sobre ressaltar-lhe optar pela aposentadoria, - por que, na hipótese de remoção ou promoção, não ser observado o mesmo critério?

Dir-se-á que a remoção ou promoção acarreta invariavelmente a vacância da serventia, e, sendo assim - pergunta-se -, o sucedido acompanhará o sucessor, ou qual a sua situação?

Primeiramente, em tal caso, nem sempre há vacância. E aí está: da mesma forma que a serventia deixada pelo sucedido não se vaga - para que se dê o provimento definitivo do sucessor (artigo 4) -, também não há vaga no cartório em que funcionava o sucessor removido ou promovido. Impõe-se aplicação análoga do § único ao citado artigo 4. Nem poderia deixar de ser assim.

É absurdo pretender-se que o sucessor possa falecer, desistir do ofício ou dele ser demitido - emergência em que o sucedido inclusive poderá optar pela aposentadoria -, mas se lhe não permita pleitear remoção ou promoção, cujo direito chega a assistir a escreventes!

Mas, então, haverá concurso para nomeação de novo sucessor? Não, absolutamente! Usará o sucedido dos direitos do Decreto n. 6.996 e do Decreto-Lei n. 12.520, ou do de aposentadoria. Aliás, o regime de sucessão está extinto e só se mantêm os existentes, como todos sabemos.

Há, porém, quem sugira a possibilidade de o sucedido, no caso em tela, não querer regressar ao cargo nem optar pela aposentadoria. É tolice. Se houver falecimento, desistência ou demissão do sucessor, não terá o sucedido de usar desses direitos, sob pena de importar o seu descaso em abandono de exercício? Assim também se houver remoção ou promoção.

Vamos, agora, à inteligência de que o sucedido acompanhará o seu sucessor ao novo ofício! Vai daí uma sofisma calamitosa. Do pressuposto de que toda remoção ou promoção traz vantagens e benefícios, decorre a necessidade de se saber quem os merece. - Não será o sucessor, graças aos títulos sobrevindos à sua nomeação e obtidos menos à custa na natureza do cargo do que pelo seu próprio merecimento? Diga-se que o concurso é de títulos; estes foram na maior porção

granjeados na constância do cargo; e, de resto, não terá esse mesmo cargo influenciado decisivamente na remoção ou promoção, pois outrora fora escrevente e como tal com direito de concorrer.

Acrescente-se ao § único do artigo 4 a referência - "remoção ou promoção" -, lamentavelmente esquecida pelo legislador, o que, entretanto, não deveria acarretar dúvidas, e não haverá necessidade de se esperar que o E. Tribunal decida o primeiro caso de provimento de sucessor.

ASSENTAMENTO DE NASCIMENTO SILVIO LUCIANO CARUSO

Oficial sucessor do Reg. Civil

Nuporanga

A exatidão das declarações prestadas por ocasião da lavratura de um assentamento de nascimento é de muita importância para o futuro do registrando. Dele, serão extraídas certidões para obtenção de inúmeros documentos, tais como: certificado de reservista, título eleitoral, etc., e, em várias outras ocasiões é reclamada para prova de naturalidade, idade, filiação etc... É portanto, a fonte, a base dos demais, depreendendo-se que é indispensável a todos; mas, no que concerne a clareza e correção dos nomes dos pais e avós declarados ao Oficial, deixam muito a desejar, em virtude do declarante confiar somente na sua memória, acontecendo muitas vezes declararem o seu próprio nome e o da esposa erradamente e, raramente, se recordam como a esposa passou a assinar, não tem assim, o Oficial, elementos seguros, baseando-se somente, no que diz o declarante; quando o movimento é pouco e o casamento se realizou no Cartório onde se procede ao assentamento, o Oficial poderá verificar e dele extrair com exatidão os nomes dos pais e avós, mas isso, nem sempre é possível.

Poderíamos citar inúmeros casos em que filhos do mesmo casal, os nomes dos pais não conferem entre si, surgindo muitas vezes, sérios embaraços e pedidos de retificações; todo esse mal advém do mau hábito de, em diferentes ocasiões, declararem os nomes diversamente, ora dizendo que se assinam: por exemplo João da Silva, ora João da Silva Souza e a esposa Maria dos Anjos de Jesus ou Maria da Silva; isto, entretanto, não é feito com má fé, mas, tão unicamente, por julgarem que não tem nenhuma importância, conforme temos oportunidade de constatar na nossa labuta diária; alertemos, pois, os nossos patrícios menos esclarecidos, habituando-os a trazerem a certidão do casamento toda vez que vier registrar um filho.

CAUTELAS DE OFÍCIO

ANTONINO CINTRA

Sta. Adelia

São assim denominados os requisitos indispensáveis à boa ordem dos trabalhos operados nos registros das pessoas naturais. Nisso se cingem as cautelas de ofício no Registro Civil. Preceitos simples na sua generalidade, mas que demandam bastante atenção dos encarregados desse serviço, e que uma só inobservância redunde em falta insanável. Vem ao caso um reparo, que merece ser tomado em consideração. Diremos de antemão que, não é nosso fito molestarmos quem quer que seja, com esta insignificante nota, e que longe de nós está lobrigar glorificações que alguns colegas do interior e mesmo alguns da Capital, eximem-se de dar a filiação, quando das comunicações de casamentos e na conformidade do que preceitua o art. 114 do Decreto n. 4.857 de 9 de novembro de 1939. De ordinário indicam o número do livro, da folha e do termo do registro dos contraentes quando de seu nascimento. Impõe-se como circunstância imperiosa que, em tais comunicações sejam mencionados os nomes dos pais dos contraentes, para a maior clareza da averbação.

É sabido que, primeiramente e antes da remodelação porque passou o Registro Civil das Pessoas Naturais, o registrando só levava o prenome, e salvo raríssimas exceções prenome e nome. E, com a agravante que, nem sempre as lavraturas dos termos de registro se apresentavam perfeitos. Alguns até inquinados de falhas que exigem retificações, para se completarem. As

certidões extraídas no ato, até pareciam que se afinavam pelo mesmo diapasão, isto é, sem o menor cuidado com o próprio livro onde era lavrado o assentamento. Porque não raras vezes o número indicado na certidão pertencia a outro livro do mesmo gênero.

Em tal emergência, com indicação de livro errado, não deixa de causar embaraço ao escrivão que tem de proceder a averbação em seu cartório. Pressupõe-se, pelas indicações fornecidas que o registro foi feito em outro livro, porque confere o número da folha do livro e do termo. Mas o caso em apreço não comporta suposição porém, demonstração concreta. E, por aí se poderá ajuizar a falta que faz a filiação não mencionada na comunicação. Temos, outrossim, notado que alguns colegas, poucos, aliás, são muito retardatários em fazerem as comunicações de casamentos. Seria de bom aviso que tais comunicações nunca excedessem o prazo que, embora para outro caso, fora estipulado no parágrafo 4.º, art. 108 do referido Decreto. O inconveniente da delonga está que continue em estado de solteiro ou de viuvo quem já convolou nupciais ou novas nupciais.

E o fornecimento de certidão de nascimento sem a observação do casamento já celebrado, não há dúvida, abrirá clareira àqueles que não sabendo prezar a moralidade de seu estado civil, pouco se incomodam de se tornar bígamos. Como se vê, esta cautela, tanto para quem faz a comunicação, quanto para quem a recebe é muito importante.

É escusado dizer que, o mesmo cuidado deve haver com as comunicações de registros de óbitos, principalmente em se tratando de adultos.

A AFLITIVA SITUAÇÃO DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DOS PEQUENOS NÚCLEOS

AMELETTO MARINO

Em face do crescimento espantoso do Estado de São Paulo, surgiram, conseqüentemente, como cogumelos, inúmeros distritos de paz.

Qualquer "corrutela", como se diz na linguagem do caboclo, que alcance as boas graças do legislador, e sem que este se aperceba da gravidade do problema que vai se criar, é elevada à condição de distrito de paz. Daí a razão porque, até o presente, inúmeras povoações, caricatas e sem quaisquer elementos, não oferecem condições regulares para a existência do oficial, por mais modesta que seja ela. Só na última revisão territorial, perto de 165 povoações conquistaram a categoria de distrito de paz e outros tantos oficiais de registro civil se viram prejudicados com o desfalque de suas já exíguas rendas. Procurou o legislador, nessa emergência, assegurar a esses oficiais uma compensação. Entretanto, essa modalidade de compensação não passa de um presente de grego.

Dispôs a lei 233, de novembro de 1948, que aos oficiais prejudicados era assegurado o direito de remoção para os cargos vagos ou então criados, desde que correspondessem à mesma classe a que pertencessem.

Antes, entretanto, de se pôr em prática o preceito legal, que fazia o Governo do Estado?

Baseado em disposições do Dec. Lei Estadual n. 12.273, - Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado que nenhuma aplicação tem quanto aos serventuários de justiça, eram PROVIDOS, POR REMOÇÃO, os cartórios de Vila Madalena e Carapicuíba, em São Paulo; Itú, Vila Tibério, em Ribeirão Preto e outros mais que não temos em memória. Assim fazendo, preenchendo as vagas dos cartórios mais rendosos, prejudicava-se, sensível e flagrantemente, a prestimosa classe dos oficiais, menos favorecidos e de menor apadrinhamento político. Surge, agora, um outro paliativo, que se ressenha dos mesmos vícios dos anteriores dispositivos legais.

Refiro-me à lei 1.296, de 16-11-1951, que dá nova redação ao art. 40, da Lei 819, de 31-8-1950 e que visa, em sentido mais amplo, promover, na hipótese de desmembramento, a compensação

em favor dos prejudicados. Mas, essa compensação, segundo o § 2.º, só poderá ser requerida para cartório de classe idêntica do requerente. Porque essa restrição? Se o oficial já perdeu grande parte do território que lhe competia, a reparação deve ser a mais completa possível. Além disso, consta na Lei 819, que, quando o distrito for elevado à sede de comarca, o oficial do registro civil poderá optar por algum dos cartórios que então forem criados, no pressuposto de que, assim, maiores vantagens lhe, advirão. Mesmo esta compensação é precária, pois vai obrigar o serventuário à aquisição de novos livros, instalações adequadas e tantas outras despesas, que deviam ser evitadas.

O que se precisa estabelecer, de modo a evitar interpretações capciosas, é o mesmo dispositivo legal que vigia em 1935 ou 1937: Quando houver desmembramento, independentemente de qualquer outra providência, serão convocados todos os prejudicados, feita a necessária prova, para que estes pleiteem sua remoção para os cargos então vagos, sejam eles de qualquer classe ou natureza, devendo a relação ser publicada simultaneamente, sob pena de responsabilidade. Sem qualquer restrição, sem qualquer influência e somente no desejo de beneficiar aqueles que, anonimamente, labutam no hinterland, é isto o que o legislador deve ter em vista.

E isso somente será possível quando a classe dos serventuários, compenetrada de sua força potencial e unida, fizer ouvir o seu clamor, por ocasião da tomada de medidas que somente a tem prejudicado e a tem colocado numa situação de angustiante expectativa.

Leis e Decretos

LEI N. 1.296, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1951.

Dá nova redação ao artigo 40 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 40, da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 40 - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, até a data da promulgação de nova lei que fixar o quadro territorial do Estado, fará publicar, durante três dias, relação das vagas existentes nos cartórios do Registro Civil, convocando, com o prazo de vinte dias, que será contado da última publicação, a fim de que declarem se pretendem remoção para os referidos cartórios, os oficiais:

- a) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, e desde que não tenham tido compensação por força da lei 233, de 24 de dezembro de 1948;
- b) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, por força do Decreto-lei 14.334, de 30 de novembro de 1944, desde que comprovem a continuidade do prejuízo após a vigência da Lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948.

§ 1.º - A comprovação do desmembramento que tenha havido compensação, será feita mediante prova inequívoca fornecida pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado.

§ 2.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de classe idêntica a do requerente.

§ 3.º - Na remoção serão observados para preferência o tempo no ofício e os encargos de família.

§ 4.º - Não havendo qualquer pedido e comunicado o fato pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior ao Tribunal de Justiça, o seu presidente fará abrir concurso de títulos, nos termos desta lei.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publ. no Diário Oficial de 28/11/51.

LEI N. 1.340, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1951

Dá nova redação ao artigo 55 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

"Artigo 55 - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimento de ofício de justiça com ressalva do disposto nos Decretos-lei n. 5.120, de 21 de julho de 1931, n. 11.464, de 30 de setembro de 1940, e n. 12520 de 22 de janeiro de 1942, que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei"

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 dezembro de 1951
LUCAS NOGUEIRA GARCEZ
José Loureiro Junior

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 11 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral, Subst.

D. O. 12112/51.

LEI N. 1.341, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1951

Dá nova redação ao artigo 47 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 47 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950:
"Artigo 47 - A contar da promulgação da presente lei, só poderá ser designado Oficial Maior um dos escreventes do mesmo cartório, quando houver, por indicação do respectivo escrivão".

Artigo 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ José Loureiro Junior
Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos, Negócios do Governo, aos 11 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral, Subst.

D. O. 12/12/51.

LEI N. 1.297, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1951
Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 15 - Os proprietários de imóveis rurais destinados à venda em lotes ficam obrigados a apresentar, ao Departamento da Receita, na Capital, e à repartição fiscal local, no interior, até 31 de março de 1952, uma planta do loteamento, assinada por engenheiro registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, com firma reconhecida, acompanhada da relação dos adquirentes ou compromissários compradores e dos respectivos endereços:

§ 1.º - Os loteamentos de imóveis rurais efetuados a partir de 31 de março de 1952, serão comunicados, na forma deste artigo, dentro de 30 (trinta) dias contados da data do seu registro em cartório.

§ 2.º - Os contratos de compra e venda e de compromisso celebrados a partir de 31 de março de 1952, serão comunicados mensalmente.

Artigo 16 - Em todos os casos de isenção ou redução do imposto transmissão de propriedade imobiliária intervivos", quando o adquirente der ao imóvel destino diferente daquele que motivou a isenção, antes de decorrido o prazo legal, o imposto será exigido com o acréscimo de 10% (dez por cento) se o recolhimento se fizer por iniciativa do contribuinte, e de 20% (vinte por cento), dentro de 15 (quinze) dias da data da expedição da notificação fiscal.

Parágrafo único - Quando se verificar ter havido fraude na obtenção do favor, o imposto será exigido com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas em lei ou regulamento.

Artigo 17 - A isenção a que se refere o artigo 41 do Decreto n. 9.885 de 27 de dezembro de 1938, só beneficiará as entidades ali referidas, desde que apliquem inteiramente as suas rendas no País e nas finalidades previstas nos seus estatutos.

Artigo 18 - A antecipação ao pagamento do imposto a que se refere o artigo 21 da Lei n. 185 de 13 de novembro de 1948, poderá ser feita a qualquer tempo, desde que dentro do prazo originário consignado na escritura ou documento de promessa ou compromisso.

Parágrafo único - Para efeito do pagamento do imposto será observado o valor do imóvel na data em que seja efetuada a antecipação de que trata este artigo.

Artigo 19 - O pagamento do imposto em parcelas proporcionais às prestações estabelecidas nas promessas ou compromissos de compra e venda, e referido nos artigos 29 e 30 da Lei n. 189 de 13 de novembro de 1948, poderá ser iniciado a qualquer tempo, desde que dentro do prazo originariamente fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 1.º - Para efeito de pagamento do imposto será observado o valor do imóvel na data em que for solicitado o pagamento do imposto em prestações.

§ 2º - A primeira prestação do imposto corresponderá ao que for devido pelas parcelas do preço do imóvel que já tiverem sido pagas, feito o ajustamento de valor referido no parágrafo anterior.

Artigo 22 - Mantida a condição estabelecida no artigo 16 do Decreto-lei n. 16.970 de 24 de fevereiro de 1947, passa a ter a seguinte redação a alínea 11 do artigo 4.º do Livro V do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255, de 22 de abril de 1937), alterados pelos artigos 47 do Decreto n. 9.869, de 27 de dezembro de 1938, e 1.º do Decreto n. 16.011, de 2 de setembro de

1946.

" - A aquisição de prédio de residência para morada do adquirente com sua família, desde que não possua o mesmo outro imóvel urbano e não haja recebido idêntico favor nos 10 (dez) anos anteriores, será beneficiada com a isenção e redução da taxa do imposto constante da tabela anexa".

Artigo 23 - Na aplicação da tabela anexa observar-se-ão as seguintes regras:

- 1.ª) O acréscimo de 1% (um por cento) da Fundação da Casa Popular, devido nos termos de legislação vigente, será cobrado integralmente;
- 2.ª) Para o cálculo do imposto serão os valores decompostos até cada um dos limites constantes da tabela e as taxas aplicadas sobre a diferença existente entre os limites mínimo e máximo em cada coluna de variação dos valores;
- 3.ª) A isenção e as reduções só atingem os imóveis cujos valores fiquem compreendidos dentro do limite máximo da tabela, sendo o imposto devido integralmente quando o valor do imóvel exceder daqueles limites.

Artigo 24 - Os tabeliães e escrivães que lavrarem escrituras, atos ou termos que fizerem cessar a divisão de bens imóveis, expedirão, previamente, quando não haja reposição, guias negativas do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", individualizando o imóvel que ficará pertencendo a cada condômino e a sua parte na comunhão, e transcreverão literalmente o conhecimento do imposto na escritura ou termo.

Artigo 25 - Nas transmissões realizadas por instrumento particular ou fora do Estado, bem como nas realizadas em virtude de sentença judicial, o imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" será recolhido dentro de 30 (trinta) dias contados da data da celebração do ato ou contrato ou da data em que a sentença transitar em julgado.

Artigo 26 - As importâncias do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" não pagas nas épocas legais, serão acrescidas da multa moratória de 10% (dez por cento), se o recolhimento se fizer por iniciativa do contribuinte, e de 20% (vinte por cento), dentro de 15 (quinze) dias da data da expedição da notificação fiscal.

§ 1.º - Quando se verificar a existência de recolhimento com atraso já efetuado sem a multa moratória, será o contribuinte notificado a pagá-la, dentro de 15 (quinze) dias, na base de 20% (vinte por cento) sobre a importância total do imposto, sob pena de ser autuado pela infração em que se achar incurso e multado pela falta cometida.

§ 2.º - As disposições deste artigo não são aplicáveis se o imposto resultar de diferença de valores atribuída pelo fisco, hipótese em que continua em vigor a legislação sobre a matéria.

Artigo 27 - No mesmo dia em que se expedirem a guia para recolhimento do imposto devido pela cessão de promessa ou compromisso de compra e venda de imóveis havendo sido pago por antecipação o imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "Inter vivos" os tabeliães e escrivães comunicarão, por escrito à seção competente do Departamento da Receita, na Capital e, à repartição fiscal local, no interior, a sub-rogação nos direitos e obrigações decorrentes do pagamento antecipado do imposto.

Parágrafo único - Quando a cessão se fizer por instrumento particular, a comunicação será feita pelo cedente, ou proprietário do imóvel, no caso de ser exigida a sua anuência para a cessão no dia da assinatura do contrato.

Artigo 30 - Em nenhum caso o imposto sobre transmissão "causa mortis" a ser pago pelo herdeiro ou legatário, deverá ultrapassar de 80% (oitenta por cento) do valor da herança ou legado que lhe couber, ressalvados os acréscimos devidos em virtude da inobservância do prazo para pagamento do imposto.

Artigo 31 - Ficam isentos de imposto sobre transmissão "causa mortis" os depósitos até a

importância de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), feitos na Caixa Econômica do Estado quando constituírem heranças e legados deixados à cônjuges ou descendentes.

Artigo 32 - Ficam revogados o n. 7 do artigo 7.º e o artigo 31 do Livro VI do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255, de 23 de abril de 1937).

Artigo 33 - Passam a ter a seguinte redação os itens 3, 4, 5 e 6 do artigo 4.º do Livro VIII do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255, de 23 de abril de 1937).

3 - as guias de expedição de mercadorias, para o exterior ou para outro Estado destinadas à exportação.

4 - as nomeações provisórias ou efetivas de serventuários da justiça;

5 - os aumentos de lotação de cartórios resultantes de revisões trienais feitas na norma prevista do Decreto n. 10.719, de 27 de novembro de 1939 até o limite de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ;

6 - a diferença para mais nas lotações de cartórios em casos de permuta, remoções ou transferências de servidor de um para outro cartório de lotação mais elevada.

Artigo 57 - O imposto de selo mencionado no artigo 13 da Lei n. 185 de 12 de novembro de 1948, será, em relação aos atos constantes da tabela "B", anexa à mesma lei, arrecadado com o acréscimo fixo de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), nos termos que forem estabelecidos em regulamento.

Artigo 58 - O orçamento consignará anualmente dotação não inferior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinada ao financiamento das obras de construção do edifício complementar ao Palácio da Justiça desta capital, à instalação, nesse edifício, dos órgãos e serviços judiciários e edificação de fórum do interior do Estado.

Artigo 59 - As infrações aos dispositivos de caráter fiscal, constantes da presente lei, para as quais não haja sanção expressamente indicada, sujeitam os responsáveis às penalidades previstas no Livro XII do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255 de 23 de abril de 1937), com as modificações do artigo 23 da Lei n. 938 de 30 de dezembro de 1950.

Artigo 60 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário".

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de novembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

José Loureiro Junior

João Pacheco e Chaves

Nilo Andrade Amaral

Antonio de Oliveira Costa

Elpidio Reali

J. Canuto Mendes de Almeida

José Alves Cunha Lima

Francisco Antonio Cardoso

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 17 de novembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral, Substituto.

A sua colaboração, prezado colega, é necessária. Contribua com a sua experiência, com o seu talento, para as páginas do nosso Boletim.

TABELA A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 22 E 23 DA LEI 1.297, DE 16/11/51

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Inserção total Taxa de 7% Cr\$	Taxa de 3% Cr\$	Taxa de 4% Cr\$	Taxa de 5% Cr\$	Taxa de 6% Cr\$
Na Capital e Santos	até 50.000,00	+ de 50.000,00		+ de 100.000,00	+ de
150.000,00	+ de 200.000,00	+ de 250.000,00			
Nas cidades de mais		até... 100.000,00		até... 150.000,00	
até... 200.000,00		até... 250.000,00		até... 300.000,00	
De 25.000 habitantes,					
Capital e Santos.....	até 40.000,00	+ de 40.000,00		+ de 90.000,00	+ de
130.000,00	+ de 170.000,00	+ de 210.000,00			
Nas de mais de		até... 90.000,00		até... 130.000,00	
até... 170.000,00		até... 210.000,00		até... 250.000,00	
15.000 até 25.000					
habitantes.....	até 30.000,00	+ de 30.000,00		+ de 70.000,00	+ de
110.000,00	+ de 140.000,00	+ de 170.000,00			
Nas de mais de 5.000		até... 70.000,00		até... 110.000,00	
até... 140.000,00		até... 170.000,00		até... 200.000,00	
Até 15.000,00					
habitantes.....	até 20.000,00	+ de 20.000,00	+ de 50.000,00	+ de 80.000,00	
+ de 110.000,00	+ de 130.000,00				
Nas de 5.000 habitante	até... 50.000,00	até... 80.000,00		até... 110.000,00	
até... 130.000,00	até... 150.000,00				
Ou menos	até 15.000,00	+ de 15.000,00	+ de 35.000,00	+ de 55.000,00	
+ de 70.000,00	+ de 85.000,00				
Até 35.000,00	até... 55.000,00	até... 70.000,00		até... 85.000,00	
até... 100.000,00					

Publicado no Diário Oficial em 18/11/1951.

Tabela "B", de artigo 13, da lei n.º 185, de 13 de novembro de 1948, a que se refere o artigo 57, da lei n.º 1.297, de 16 de novembro de 1951.

TABELA "B"

ATOS SUJEITOS AO SELO FIXO

§ 1.º - Adesivo.

1 - Atos lavrados por funcionários da justiça estadual, autos de qualquer espécie, certidões e cópias diversas; sentenças extraídas de processos; cartas testemunháveis, precatórias, precatórias, rogatórias; de inquirição, arrematação e adjudicação; instrumentos, editais e mandados judiciais - por meia folha Cr\$ 2,00.

Publicado no Diário Oficial em 18/11/1951,

Corregedoria da Justiça

FISCALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

- O diretor das Rendas Internas, sr. Almeida Pernambuco, expediu hoje o seguinte telegrama às delegacias fiscais nos Estados.

"De ordem do sr. ministro, em virtude de ocorrências verificadas aqui e em São Paulo, deveis providenciar com a máxima urgência e com todas as precauções a fim de obter a desejada eficiência na fiscalização intensiva de todos os cartórios de ofício desse Estado, notadamente os dessa Capital, no sentido de apurar convenientemente a arrecadação do imposto do selo em empréstimos hipotecários.

Para esse fim, devem ser verificadas a legitimidade das estampilhas apostas nos livros e documentos e a exatidão do imposto devido sobre atos e contratos, assim como o exato recolhimento dos tributos referidos, confrontando as guias existentes e a averbação nos livros dos cartórios com os assentamentos das repartições arrecadadoras respectivas, que providenciarão no sentido de facilitar os agentes fiscais do imposto de consumo e encarregados, das providências ora determinadas, dando todas as facilidades no sentido do rápido e eficiente serviço de "controle".

Sendo necessárias medidas de ordem judiciária, deverá solicitar o auxílio imediato do Ministério Público local".

PROVIMENTO N. 351

O Desembargador João Baptista Leme da Silva, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atendendo a uma representação da Recebedoria Federal em São Paulo

Determina:

Aos tabeliães que cooperem com o máximo empenho, no serviço dos encarregados da fiscalização do selo federal, cumprindo, assim, o dever de acautelar aos interesses da União e de concorrer para a apuração de irregularidades verificadas.

Publique-se.

São Paulo, 21 de novembro de 1951.

João Baptista Leme da Silva
O. J. de 23/11/51.

N. 5203 - À Câmara de Comércio Teuto-Brasileira Capital - "É possível o reconhecimento de firma de estrangeiros, desde que acompanhada de tradução regular do documento em que estiver lançada a assinatura do interessado. Será sempre indispensável a existência de ficha válida da firma no respectivo cartório. S. P. 18-11-51. (a) Leme da Silva".

D. Justiça 18111151.

PROVIMENTO N. 51

O desembargador João Baptista Leme da Silva, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Atendendo a que o Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda, tendo em vista as modificações introduzidas na legislação fiscal pela lei n. 9362 de 30 de dezembro de 1950, baixou, com a O. S. n. 19-51, instruções para a arrecadação da percentagem que recai sobre serventuários de cartórios; atendendo, ainda, a que ditas instruções, sobre serem de caráter geral, permitem, no âmbito da nossa competência, instruir os serventuários para a observância

das leis e regulamentos, atendendo a que a referida lei n. 938 de 1950, extinguiu as estampilhas especiais de "Custas Judiciárias", de Emolumentos de cartório e de emolumentos judiciais", embora possam ser utilizados esses modelos enquanto existirem, dispensadas as guias para a aquisição; atendendo a que as custas dos escrivães nos executivos fiscais, são recolhidas aos cofres do Estado, conjuntamente com o principal da dívida de selos do processo a que, de acordo com o art. 4.º do Decreto. 19.379 de 25-4-1950. nenhum processo em que haja pagamento do principal ou custas poderá ser mandado arquivar por despacho do Juiz competente sem estar paga a Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, atendendo finalmente, a que os distribuidores não recebem as suas custas no ato da distribuição dos executivos fiscais e, por isso, a taxa dos selos de emolumentos judiciais, deixa de ser paga também no momento e no próprio livro da distribuição; determina: a) na comarca de São Paulo, conjuntamente com as custas dos escrivães nos executivos fiscais do Estado serão recolhidos os selos devidos sobre o ato da distribuição; b) com referência ao selo da "Taxa da Justiça" e escrivã do feito aplicará nos autos o que corresponder sobre as suas próprias custas e as dos distribuidores; c) nos executivos fiscais do Município da Capital os selos tanto os de emolumentos judiciais (10%) como os de Aposentadoria de responsabilidade dos distribuidores serão aplicados na relação mensal que a Procuradoria Fiscal do Município envie a esses serventuários juntamente com as suas custas das distribuições anteriores àquelas relações devem ser conservadas em pastas em ordem a facilitar o exame em correição geral ou permanente; d) os distribuidores no interior do Estado observarão no que for aplicável este provimento e os contadores não mais deverão incluir nas custas em geral, qualquer emolumento por expedição de guias para que se adquiram selos de preparos, salvo com referência às estampilhas ~ especiais de "Custas da Ordem dos Advogados"; e) relativamente aos cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, o selo de Aposentadoria deve ser aplicado nos livros de registro de nascimento e óbito, à margem esquerda de cada termo e no processo de habilitação matrimonial, após a conta das custas; f) o presente provimento, que completa a Receita na parte relativa aos serviços judiciais, aplica-se no que concerne aos distribuidores em geral, aos atos executados a partir de I-IV-1951 se o pagamento dos selos não tiver sido feito por outro sistema.

Publique-se e Cumpra-se.

São Paulo, 2 de dezembro de 1951.

(a) João Baptista Leme da Silva.

Corregedor Geral da Justiça. D. J. 7/12/51.

N. 7887 - JUIZ MAGALHÃES SANTOS

"A Lei estadual n. 465, de 28 de setembro de 1949, que criou a Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça do Estado de São Paulo, destinada a atender as aposentadorias previstas na referida Lei, determina, em seu art. 6.º:

"Para os efeitos de aposentadoria computar-se-á integralmente o tempo de serviço público estadual, federal e municipal, assim como todos os serviços prestados em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, mesmo em caráter interino".

Trata-se de saber se esse dispositivo manda computar, também o tempo de serviço público prestado, fora do Estado de São Paulo, à União e aos Estados e aos municípios na forma prescrita pelo art. 192 da Constituição Federal, ou se tem em vista unicamente o serviço público prestado dentro do Estado,

À primeira vista, parece que razões óbvias e irresistíveis estariam a mostrar que o citado art. 8.º da Lei Estadual n. 465, é mera reprodução do art. 192 da Constituição, com a pequena diferença a de antepor ali o adjetivo estadual aos adjetivos federal e municipal; mas um exame mais atento patenteia não ser esse o seu alcance.

E isso porque os encargos da aposentadoria dos serventuários, escreventes, fieis, auxiliares de cartório e oficiais de justiça são custeados, principalmente, com as contribuições tiradas dos seus salários na forma do art. 12 letra "h" da mencionada lei assemelhando-se, assim, à Caixa de

Aposentadoria a uá mutua para o pagamento de pensões aos associados em função do tempo de serviço prestado, dentro do Estado, à União e aos Municípios.

Organizadores da Caixa tiveram em consideração os funcionários residentes no Estado, prestando serviços dentro do Estado, funcionários cujo número e cujas condições pessoais lhes era dado conhecer o que lhes permitia calcular, com relativa precisão, os encargos e a receita correspondente. Não assim os funcionários de idêntica categoria disseminados por toda a vastidão do território nacional, cujo número e cujas condições pessoais lhes eram e continuam a ser completamente desconhecidas e que, portanto, não podiam estar em suas cogitações.

Dessa forma é que se há de entender o dispositivo em questão, pois, de outro modo, cidadãos com longo tempo de serviço, fora do Estado, que entrassem para o quadro dos serventuários de justiça neste Estado, poderiam sobrecarregar de u'a maneira imprevista a Caixa de Aposentadoria. A consequência inevitável seria a ruína da instituição, logo assoberbada com um fardo intolerável, e deixaria de existir aposentadoria.

Ao legislador estadual era perfeitamente lícito estatuir, como estatuiu, para os efeitos de aposentadoria o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, porque este dispositivo só é aplicável aos funcionários pagos pelos cofres públicos. O art. 192 federaliza sob este aspecto, os Tesouros dos Estados. Ora, os funcionários de que se trata não percebem vencimentos do Estado, e a sua Caixa de Aposentadoria como já acima ficou dito, é custeada, principalmente, com contribuições tiradas dos seus proventos de que as taxas previstas no art. 12 letra "b" são simples continuação complementar.

É a Caixa de Aposentadoria, na realidade, uma organização de caráter privado, um instituto particular, apenas coadjuvado pelo poder público estadual, que a oficializou, imprimindo-lhe traços de autarquia. E nessas condições, era lícito ao legislador estadual estabelecer regras próprias para a contagem de tempo de serviço dos associados da Caixa.

Aliás, a Caixa de Aposentadoria acha-se em crise, assoberbada por encargos, que não pode satisfazer, por falta de recursos, conforme consta da entrevista dada à imprensa pelo Senhor Dr. Loureiro Junior, Secretário da Justiça. Disse então o Sr. Secretário da Justiça: "A vigência das Leis 465 e 839 trouxe, de imediato, grande afluxo de pedidos de aposentadoria, e, como consequência, o encalhe de numerosos processos pela falta de recursos financeiros. Foi atendendo a todas essas circunstâncias que o Sr. Governador do Estado designou os Secretários da Fazenda, do Trabalho e da Justiça, para, em comissão, estudarem e oferecerem solução a este problema, que se nos afigura grave". ("Folha da Manhã" de 8 do corrente). E é isso mais um motivo para que se proceda com grande circunspeção no considerar a natureza e fins da Caixa de Aposentadoria dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

Em face do exposto, não é de se atender ao pedido de fls. o tempo de serviço público prestado em outro Estado da Federação não pode ser computado para efeito visado pelo requerente. São Paulo, 10 de outubro de 1951. (a) Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz - Corregedor interino".

Publicado no Diário da Justiça, em 11/10/51.

N. 7624 - Colégio Notarial de São Paulo - Capital:
Ouça-se a entidade reclamante a respeito das sugestões contidas na representação de fls. 13, ficando em suspenso, até decisão final, o provimento de fls. 7.

São Paulo, 20-7-51 - (a) Leme da Silva.

O despacho supra, se refere ao provimento da Corregedoria proferido no processo 7.624, publicado no diário da justiça de 13 de junho de 1951, sobre unia representação do Colégio Notarial de São Paulo, sobre a questão relativa aos registros de imóveis.

N. 77965 - Oscar Araujo Silva - Capital - Ms testemunhos produzidos são imprecisos quanto ao

início do exercício, tempo deste e sua continuidade, quanto às funções de auxiliar de cartório.

A certidão de fls. 20 é inócua desde que se não perca de vista que a mesma declara que o interessado foi nomeado escrevente habilitado a 7 de fevereiro de 1935 e que só prestou compromisso a 27 de dezembro desse ano. - Durante esse lapso de tempo o requerente teria atuado como auxiliar do cartório. Consequentemente, teria caducado a nomeação para o cargo de escrevente habilitado, em face do período de tempo transcorrido entre a nomeação e a posse. Nessas condições, é desvaliosa a certidão proporcionada pelo 3.º tabelião no que concerne a esse mesmo período de tempo.

Ocorre salientar que ao requerente cabia o dever de fazer a prova do arquivamento do contrato de trabalho, como auxiliar do cartório, em obediência ao disposto no artigo 31, § 1.º, do Dec. n. 5.129, de 1931. A prova, pois, deve ser reforçada ou substituída por outra não inquinada dos senões expostos. S. P., 17-12-51. (a) Leme da Silva".

Jurisprudência

PARECER

1.º art. 163 da Constituição da República promulgada ,em 1946, reproduzindo igual preceito contido no art. 144 da Constituição de 1934 e 124 da Carta Constitucional de 1937, declara que a família terá direito à proteção especial do Estado.

Semelhante declaração contém uma regra que, juridicamente, se qualifica como regra programática:

"regras programáticas são aquelas em que o legislador, constituinte ou não, em vez de editar uma norma de aplicação concreta, apenas traça linhas diretoras, pelas quais se hão de orientar os poderes públicos. A legislação, a execução e a própria Justiça ficam sujeitas a esses ditames, que são como programas dados à sua função" (PONTES DE MIRANDA: Com. vol. I, n.º 80, p. 86).

As regras dessa natureza, por não revelarem elementos bastantes para a sua imediata execução (isto é, por não serem self-executing, self-acting, self-enforcing), necessitara de regras complementares, ou suplementares (ibid.) que lhes facultem a aplicação e, pois, sua efetiva entrada em vigor.

2. Toda Constituição cria ex-novo a ordem jurídica do país e, em conseqüência, "sua aplicação é imediata, tudo o que se lhe contraponha é eliminado. O poder constituinte é absoluto" (MAXIMILIANO: Dir. Internacional, p. 325).

"a ela tem de amoldar-se as leis. assim as leis a serem feitas, como as leis promulgadas. A noção de constitucionalidade surge, juridicamente, a partir do momento em que começa a ter vigor a Constituição; todo o material legislativo que existe, considera-se revogado, no que contraria os preceitos constitucionais (PONTES DE MIRANDA: COM. cit.).

Desses conceitos resulta, entre outras, a consequência seguinte:

o direito normativo anterior à Constituição só prevalece quando por esta é admitido, ou aceito.

3. Sob o regime instituído pela Carta de 1937, que, segundo disse acima, consagrava igual preceito de proteção à família, o decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, dispôs em seu art. 26:

em equivalência de condições, terá preferência para nomeação para cargo ou admissão como extranumerário do serviço público federal, estadual, ou municipal, e bem assim para promoção ou melhoria, conforme o caso, o casado em relação ao solteiro, e, dentre os casados, o que tiver maior número de filhos. "

ora, essa disposição legal, anterior à Constituição vigente:

a) dispensa a proteção do Estado (entendido, este, em sentido amplo) à família e

b) disciplina o modo de se exercer essa proteção, no tocante ao provimento, ou acesso ou promoção, aos cargos públicos, federais, estaduais ou municipais.

Consequentemente, disposição é que, não só não contraria a regra programática exarada no art. 163 da Constituição vigente, como expressamente a consagra e lhe proporciona execução, isto é, faculta-lhe a aplicação, nas relações entre o, Estado e os funcionários.

4. O decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, continua, pois, em vigor e o preceito de seu art. 26 contém matéria que, por sua natureza, pode ser havida como complementar do que se consagra no art. 163 da Constituição vigente, por tender à efetiva aplicação deste princípio constitucional, equivalente ao do art. 124 da Carta de 1937, sob cuja vigência o mesmo diploma legal foi promulgado.

Nesse sentido e por dispor sobre efeitos jurídicos da relação da família, incidentes na proteção do Estado, aplica-se, obrigatoriamente, a todos os funcionários, quer sejam federais, quer estaduais, quer municipais.

5. Segundo esse decreto-lei, para que se verifique o direito à preferência, por parte dos casados e, entre eles, por parte do que tiver maior prole, - basta um só e único requisito: - a equivalência de condições.

Equivalentes as condições (de título, ou concurso), nenhuma outra preferência antecederá o das pessoas acima indicadas, pelo menos enquanto o decreto-lei federal n.º 3.200 estiver em vigor.

6. Por versar matéria de natureza complementar da Constituição e por se conter em lei federal, - a disposição do art. 26 citado não pode ser alterada pelos Estados, ou pelos municípios e, portanto, o art. 23 da lei deste Estado, n.º 819, de 1950, que coloca o encargo de família em quarto lugar na ordem de preferência das classificações, é manifestamente inconstitucional.

Não é inconstitucional quando exige, para todos, os requisitos de inexistência de faltas disciplinares e o do exercício de certo e determinado cargo por ocasião da vacância, porque as condições de disciplina e de capacidade dizem respeito mais a exigências necessárias da própria função do que a privilégios ou preferências dos candidatos. Mas é inconstitucional quando ao grau de preferência determinado pelos encargos de família antepõe o resultante da idade.

É o meu parecer.

São Paulo, 15 de outubro de 1951.

VICENTE RÃO

PARECER CONSULTA

Necessita o serventuário público, no exercício de suas funções, conhecer os ensinamentos das disciplinas que tratam, das fraudes documentais e dos meios de preveni-las? Não constitui título, para o serventuário público, o diploma ou certificado de haver completado cursos relativos àquelas disciplinas?

RESPOSTA

Respostas afirmativas às duas questões acima são obrigatórias, e impõem-se a todos os espíritos esclarecidos.

As atividades dos notários estão diretamente ligadas à validade dos documentos e, por isso mesmo, desde os tempos mais remotos, cautelas e normas vêm sendo adotadas a fim de lhes resguardar a autenticidade, prevenindo a eventualidade de fraudes.

No passado, essas cautelas e normas foram adotadas empiricamente e, de certo modo, de acordo com as condições sociais vigentes na época e com o respectivo grau de desenvolvimento científico.

O aumento da população, e formação de grandes cidades e a própria evolução da malícia humana, entre outros fatores, trouxeram para o moderno notário novos problemas, que ele só poderá enfrentar adquirindo conhecimentos técnicos especializados.

A prova da identidade humana passou a ser indispensável, uma vez que se tornou impossível o reconhecimento generalizado por "ciência própria". A celeridade dos negócios implicou na modificação de várias normas tradicionais, não se discutindo mais a validade dos trabalhos ou certidões dactilografadas e cogitando-se, agora, de sua substituição por fotocópias ou outros processos mais fiéis de reprodução. A identidade gráfica passou a ser requerida, através dos chamados "reconhecimentos de firmas". A colheita de impressões digitais veio substituir as antigas "assinaturas em cruz". E assim muitos outros exemplos de uma evolução natural das práticas tabelioas poderiam ser enumerados.

Ora, a simples aceitação de uma carteira de identidade constitui uma operação que só pode ser procedida por um técnico. Ela implica na verificação de que o documento não teria sido adulterado em pontos substanciais, através de raspagens ou lavagens químicas. Em saber se não houve substituição da fotografia, e se a impressão digital nela posta confere com a do seu portador.

A mesma cousa se dá em relação ao reconhecimento da identidade gráfica, sem levar em consideração, naturalmente, os abusos atuais, em que esse reconhecimento vem se fazendo de 'maneira mais empírica e condenável transformando-se quase num simples meio de arrecadação de taxas.

Em todos os atos notariais, desde a lavratura de uma escritura até a confecção dos respectivos traslados, existe e está presente a necessidade dos modernos conhecimentos técnicos, mediante os quais se procura resguardar a validade dos documentos, prevenindo, quanto possível, a eventualidade de fraudes.

Na nossa opinião, pois, com especialidade nos grandes centros (uma vez que as falsificações aí são frequentes), deveria ser obrigatória a exibição de diploma ou certificado de aprovação em cursos oficiais de documentos cópia, nos quais também se ensinam noções fundamentais de dactiloscopia, para o exercício das funções de escreventes ou tabeliães.

Aliás, em São Paulo, há vários anos foi inaugurado, na Escola de Polícia, um curso que logo se verificou vir preencher uma lacuna, pois permitiria a preparação técnica dos funcionários dos bancos e tabelionatos, além dos agentes fiscais, postais e outros. Infelizmente, o seu título - "Curso de grafo-dactiloscopia bancária" - não era muito adequado, e, assim reconhecendo, foi oficialmente mudado para "Curso preventivo contra falsificações de documentos".

Isto quer dizer que nesta Capital, a todos os escreventes e tabeliães, já há mais de dez anos, se abriu oportunidade para o seu aperfeiçoamento técnico a fim de melhor se desincumbirem de suas funções.

Com o tempo será inevitável a exigência de diplomas ou certificados de aprovação em cursos especializados dessa natureza, para o ingresso nas carreiras de escreventes ou serventuários públicos.

No entanto, se ainda não existe essa exigência, não se pode desconhecer àqueles que já os cursaram o direito de exibir o respectivo diploma ou certificado como um honroso título, dos mais úteis e indispensáveis ao exercício das funções de serventuário público ou de escrevente de cartório.

Este o meu parecer, salvo melhor juízo.

São Paulo, 4 de abril de 1951.

JOSÉ DEL PICCHIA FILHO

INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS

Os serventuários que desejarem inscrever-se nos concursos dos cartórios vagos, não necessitarão vir a Capital, a fim de obter os documentos ou entregar a petição no Tribunal de Justiça.

A Associação se encarrega de obter todos os documentos que forem necessários, bem como dará instruções e demais informações a respeito do assunto, e providenciará entrega da petição no Tribunal de Justiça.

Informações Várias **MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

D.R. dos Correios e Telégrafos de Ribeirão Preto - S.P. Ofício n.º 2.516. - Tráfego Postal. - Em 22-10-1.951. Do Chefe do Tráfego Postal Ao Sr. Oficial do Registro Civil em Assunto: Franquia postal.

POLONI S.P.

1. Em resposta à vossa carta de 17 de setembro p.passado, declaro-vos:
a) que não existe dispositivo legal que conceda franquia postal, ou redução de taxas postais, às comunicações sobre óbitos, casamentos, etc., emanadas dos Cartórios de Paz e do Registro Civil e, conseqüentemente, tais comunicações estão sujeitas ao pagamento da taxa estipulada para as "CARTAS", ou sejam sessenta centavos (0,60) para o 1.º porte, até 20 gramas, ou fração, e mais cinquenta centavos (0,50) para os portes seguintes;
b) que a Cir. n.º 177, de 13-10-1949, foi expedida, pela DR. dos Correios e Telégrafos, em S. Paulo, em virtude de má interpretação do Dec. n.º 6.109, de 16-8-1940 e, finalmente,
e) que a Diretoria Geral do Dep. dos Correios e Telégrafos, dirimindo dúvidas surgidas com aquela Circular, baixou a de n.º 245, em 30-12-1949, estabelecendo que os referidos Cartórios só têm direito à franquia postal para a correspondência sobre estatística, serviço militar e, posteriormente, sobre serviço eleitoral.

2. Junto vos devolvo as comunicações que, por não terem sido seladas com Cr. \$0,60, foram recusadas pelos destinatários, por terem sido taxadas, e devolvidas ao correio dessa localidade.

Atenciosas saudações.

EUCLIDES BARBOSA DE SOUZA
Chefe do Tráfego Postal substituto.

(P. n.º 9.544/51)

COLÔNIA DE FÉRIAS À TODOS OS ASSOCIADOS DE NOSSA ASSOCIAÇÃO

Temos o grande prazer de comunicar a todos os nossos associados, que o Centro do Professorado Paulista, colocou à disposição da Associação, a COLÔNIA DE FÉRIAS "SUD MENUCCI", no distrito de Mongaguá-Praia Grande, município de Itanhaen.

A referida Colônia, conta com todos os requisitos indispensáveis, tais como, boas acomodações, água encanada e luz elétrica, além de ficar em local de todos os recursos, inclusive telefone interurbano.

A colônia de férias - poderá ser ocupada durante todo o ano - com exceção nos meses de julho, dezembro e janeiro.

Os preços das diárias são os seguintes:

Associados da Associação	Cr.\$35,00
filhos de 2 a 10 anos.....	20,00
Parentes.....	50,00
filhos de dois a 10 anos	30,00
.....	60,00
filhos de 2 a 10	40,00

os filhos menores de 2 anos, não pagarão diárias.

Os interessados, deverão se dirigir diretamente a nossa sede social, que daremos todas as informações necessárias.

TABELA PRICE EM CRUZEIRO

Amortização de Cr\$ 1.000,00 em períodos mensais, incluídos; os juros,

Taxa 5% 6% 7% 8% 9% 10% 11% 12%
Anual

1	85,6075	86,0664	86,5267	86,9851	87,4515	87,9182	88,3813	88,8488
2	43,8714	44,3206	44,7725	45,9237	45,6847	46,1471	46,6067	47,0735
3	29,9709	30,4219	30,8771	31,3327	31,7997	32,2673	32,7384	33,2143
4	23,0293	23,4850	23,9462	24,4092	24,8850	25,3627	25,8452	26,3338
5	18,8709	19,3328	19,7993	20,2725	20,7584	21,2472	21,7420	22,2445
6	16,1046	16,5729	17,0471	17,5293	18,0255	18,5261	19,0237	19,5502
7	114,1335	14,6086	15,0909	15,5822	16,0891	16,6012	17,1220	17,6527
8	12,6596	13,1414	13,6317	14,1326	14,6502	15,1742	15,7080	16,2528
9	11,5169	12,0057	12,5042	13,0187	13,5429	14,0787	14,6254	15,1842
10	10,6062	11,11020	11,6987	12,1285	12,6676	13,2151	13,7745	14,3470
11	9,8645	10,3670	10,8838	11,4155	11,9608	12,5200	13,0924	13,6779
12	9,2489	9,7585	10,2837	10,8244	11,3803	11,9508	12,5355	13,1342
13	8,7306	9,2472	9,78061	10,3307	10,8968	11,4785	12,0752	12,6866
14	8,2887	8,8124	9,3536	9,9131	10,4894	11,0820	11,6905	12,3143
15	7,9080	8,4386	8,9882	9,5567	10,14217	10,7461	11,3660	12,0017
16	7,5768	8,1144	8,6719	9,2492	9,8452	10,4590	11,0900	11,7372
17	7,2866	7,8311	8,3965	8,9825	9,5879	10,2121	10,8538	11,5122
18	7,0304	7,5820	8,1549	8,7496	9,3644	9,9985	10,6505	11,3195
19	6,8028	7,3609	7,9418	8,5450	9,1689	9,8126	10,4746	11,1540
20	6,5996	7,1644	7,7529	8,3643	8,9972	9,6502	10,3217	11,0110

Como utilizar a Tabela Price? - Exemplos:

Si quisermos saber qual a prestação mensal que liquida uma dívida de Cr\$ 12.000,00 em 15 anos, à taxa de 10% ao ano, calcula-se $12 \times 10,7461 = 128,953$.

Para liquidarmos uma dívida de 15 mil Cruzeiros, à taxa de 9% a. a., só poderemos dispor de Cr\$ 190,00. Em quanto tempo se liquida? Divide-se Cr\$ 190,00 por 15 que dá Cr\$ 12,6666.

Procurando na coluna de 9%, encontra-se Cr\$ 12,6676, valor aproximado, correspondente a 10 anos, que é, mais ou menos o tempo procurado.

Seção Social

FALECIMENTOS

DR. AURELIANO DA SILVA ARRUDA

Faleceu no dia 14 de dezembro do corrente, aos 71 anos de idade, o Dr. Aureliando da Silva



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

Arruda, Escrivão do 4.º Ofício Cível da Capital, e ex-Presidente desta Associação.

A Associação dos Serventuários, por intermédio de seu boletim mensal, presta uma pequena, mas singela homenagem ao falecido, pois muito deve a nossa Associação ao Dr. Aureliano da Silva Arruda.

Foi o fundador da Associação e lutou por muitos anos em defesa da classe e a sua morte deixou uma grande lacuna em nosso meio.

Dava o Dr. Aureliano, os seus maiores esforços na organização e direção do nosso boletim, e seus artigos, sempre oportunos, sirvam para dar-lhe maior valor moral e intelectual.

Registramos com grande pesar, o falecimento de mais os seguintes colegas:
SILVANO DE FARIA, Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Promissão;
ANTHERO MENDES LEITE, Escrivão do 2.º Oficioda Família e das Sucessões, desta Capital;
JOSÉ ANTONIO CORDEIRO, 1.º Tabelião de notas de Martinópolis;
ANGELO BERRETA, Oficial do Registro Civil de Pirassununga;
URBANO GANOT CHATEAUBRIAND, Oficial do Registro de Imóveis de Votuporanga.

As famílias enlutadas as nossas sinceras condolências.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DIZ. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES
DR. JOSÉ DO AMARAL, GURGEL
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL
DIZ. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO

Presidente

- Diretor-Tesou
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES ; - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTES

ELVINO SILVA
MAJOR LÉO LÉRRO
MANOEL, FERREIRA LARANJA .
RICARDO NORMANDIA MOREIRA

. Campinas
São José do Rio Preto
Santos
Rio Claro

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLÉGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO	3
DIA DO NOTÁRIO	3
COLABORAÇÃO	4
CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE SOBRE PROPRIEDADE IMÓVEL E O PRECEITO CONSTITUCIONAL	
DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL	4
COUSAS DO SERVIENTUALISMO DE JUSTIÇA	8
ASPECTOS DA LEI DE CARREIRA	9
ASSENTAMENTO DE NASCIMENTO	10
CAUTELAS DE OFÍCIO	10
A AFLITIVA SITUAÇÃO DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DOS	
PEQUENOS NÚCLEOS.	11
LEIS E DECRETOS	12
LEI N. 1.341, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1951	13
ATOS SUJEITOS AO SELO FIXO	18
FISCALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS	18
PROVIMENTO N. 351	19
PROVIMENTO N. 51	19
INSCRIÇÃO NOS CONCURSOS DOS CARTÓRIOS VAGOS	25
INFORMAÇÕES VÁRIAS	25
SEÇÃO SOCIAL	27
FALECIMENTOS	28
DIRETORIA	28
CONSELHO FISCAL	29
SUPLENTE	29
ÍNDICE	30

Nº 032 - Publicação: 01/01/1952

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

SR. ABNER RIBEIRO BORGES

DR. ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

DR. MENOTTI DEL PICCHIA

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação

Colaboração

Colégio Notarial de São Paulo

Leis e decretos

Provimentos

Jurisprudência

Informações varias

Seção social

Jubileu Notarial do Cel. Alfredo Firmo da Silva

Em comemoração ao jubileu notarial do Coronel Alfredo Firmo da Silva que completou cinqüenta anos de efetivo exercício no cargo de 4.º Tabelião de notas desta Capital, foram realizadas em 1.º de Dezembro, f. p. as seguintes solenidades em homenagem ao distinto e conceituado serventuário da justiça:

Às 9 horas, na Igreja do Carmo, foi celebrada missa solene em ação de graças por sua eminência D. Carlos Carmelo, cardeal-arcebispo de São Paulo, tendo assistido à esse ato religioso considerável número de desembargadores, magistrados, professores de direito, advogados, autoridades civis e militares, serventuários de justiça, banqueiros, comerciantes, auxiliares de cartório e senhoras de nossa alta sociedade. Após a cerimonia o homenageado recebeu os cumprimentos das pessoas presentes.

Às 11 horas, no cartório do homenageado, à rua da Quitanda 16, sob a presidência do Desembargador Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, presentes os membros da Comissão Promotora, amigos, senhoras e parentes, realizou-se a cerimônia da inauguração do retrato do homenageado e de uma placa de bronze comemorativa do seu jubileu notarial. Falou em primeiro lugar o Dr. Vergueiro Porto, Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça, usando da palavra em seguida, o Dr. Edvard Carmilo, que, em eloqüente improviso saudou o homenageado. Nesse instante, gentilmente convidada, a exma. senhora Alfredo Firmo da Silva descerrou. a bandeira nacional que cobria o retrato de seu marido, ouvindo-se então prolongada salva de palmas. Falou em seguida o Professor Waldemar Ferreira, que fez a interessante revelação de falar como o mais antigo auxiliar do cartório do 4.º Tabelião, pois ali começara a sua vida, trabalhando, quando estudante e dali saíra somente quando recebeu o seu diploma de bacharel em direito, tecendo elogiosas referências ao seu antigo chefe e ressaltando o grande valor do poder certificante nas relações jurídicas. Nesse momento foi descerrada a bandeira paulista que cobria a placa comemorativa.

Em nome do homenageado, leu um agradecimento comovido, o seu filho Dr. Eulálio Firmo da Silva.

À 12 horas, nos amplos salões do Club Comercial, realizou-se uma sessão solene, presidida pelo Desembargador Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, a qual esteve concorridíssima, tendo falado os seguintes oradores: - Dr. José Vicente Alvares Rubião, em nome da Comissão Promotora; Dr. Francisco de Paula Cruz Netto, Juiz de Direito da 9a. Vara Cível, Corregedor Permanente do cartório do homenageado; Jorge Germano, comerciante, em nome dos clientes do cartório; Desembargador João Baptista Leme da Silva, Corregedor Geral da Justiça; Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial de São Paulo; Professor Noé de Azevedo, Presidente da Ordem dos Advogados, Seção de São Paulo; Dr. Aureliano Duarte, Presidente do Tribunal de Ética Profissional; Mario de Almeida, pela Associação dos Funcionários, de Cartório; Nicanôr Martins, oficial do Registro Civil das Perdizes; Deputado Camilo Ashcar, em nome da Assembléia Legislativa do Estado, que se referiu à moção votada pela Assembléia, consignando um voto de congratulações pelo jubileu notarial do homenageado.

Vivamente emocionado, o Dr. Antônio Augusto Firmo da Silva leu expressivo e comovido discurso

de seu digníssimo pai, que se achava impossibilitado de o fazer, tal a sua emoção, agradecendo sensibilizado aquelas confortadoras e dignificantes homenagens. Encerrando a sessão, falou novamente o Desembargador Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, focalizando a significação social daquela festa magnífica que teve um cunho de verdadeira consagração pública. Após a sessão foi servido excelente cocktail, tendo então o homenageado e a sua exma. família recebido os cumprimentos de todos os presentes. Foi entregue à Exma. Senhora Alfredo Firmo da Silva um lindo álbum com as assinaturas de todas as pessoas que participaram das diversas solenidades comemorativas do jubileu notarial do seu digníssimo marido.

Entre os diversos discursos proferidos conseguimos anotar os seguintes:

Do Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial de São Paulo:

"Tabelião Alfredo Firmo da Silva

Senhoras e senhores

O Colégio Notarial de São Paulo, pela voz de seu Diretor Presidente compartilha orgulhosamente desta solenidade festiva, que traduz positivamente o apreço, a consideração e o respeito devidos a um notário que soube conquistar essa benemerência e se impor pela sua inatacável probidade funcional, aliada a uma extraordinária capacidade de trabalho, com devotada dedicação ao serviço público.

Se é um prazer constatar, tornar-se um dever ressaltar.

Alfredo Firmo da Silva é um símbolo magnífico do notariado brasileiro, onde representa uma tradição viva do que seja uma carreira brilhante, pela sua constância ao ofício a que servia e dignificava, não só pela sua atividade realizadora e comprovada eficiência, mas principalmente, por aquela característica admirável que é essa suave autoridade moral que emana de sua singular personalidade e que sendo suave, a todos encanta e convence.

Prestígio curioso da Bondade, força envolvente irresistível!

Não poderei dizer que esse é o segredo do seu sucesso na vida pública e na sua vida particular, pois essa arma não é secreta: está à flor da pele, nesse sorriso perene que irradia simpatia, animado pelo brilho vivaz dos seus olhinhos azuis, sempre derramando bondade e afeição...

Alfredo Firmo da Silva pode perfeitamente ser considerado o tipo padrão do notário brasileiro, onde todos nós, tabeliães, devemos nos mirar, para tomá-lo como paradigma, no exercício da nossa hoje tão atribulada profissão tantos os encargos e responsabilidades que pesam sobre os nossos ombros e dos quais, em absoluto não nos escusamos, pois temos o dever de suportá-los e vencê-los, mas, para tanto, precisamos de um roteiro luminoso que nos guie nas veredas escuras do labirinto formado pelos excessos legiferantes dos nossos apressados lycurgos, principalmente no complexo setor fiscal.

E melhor guia não poderíamos encontrar senão invocando Alfredo Firmo da Silva.

Ainda há pouco, honrados que fomos para integrar a delegação brasileira ao II Congresso Internacional do Notariado Latino, realizado com grande êxito em Madrid, em Outubro de 1950, quando partimos, tivemos a honra de receber em Congonhas o estímulo encorajador dos seus votos de felicidades, para a grande tarefa que a bondade dos amigos nos impusera.

Abrilantava essa delegação, um Firmo da Silva, filho do homenageado de hoje e que tem sabido, como o seu irmão Eulálio, honrar condignamente o nome de seu Augusto Pae.

Devo por um dever de lealdade e para maior alegria do homenageado, dizer em público e raso, que Antonio Augusto Firmo da Silva, esse moço idealista que já traz nas veias o sangue generoso do notário clássico, entusiasmado, como eu, com o alto conceito de honorabilidade que desfrutaram na Europa os notários e com o preponderante prestígio que exercem os colégios notariais, trouxe para cá a semente dessa indispensável organização e assim, fundou, aqui em São Paulo, o primeiro Colégio Notarial do Brasil, que é, portanto, mais uma esplêndida realização de um Firmo da Silva, na história do notariado brasileiro. É o filho honrando a tradição paterna!

O Colégio Notarial, de São Paulo já vivia na imaginação ardente de Alfredo Firmo da Silva, corno

um órgão de classe necessário para congregar todos os notários em uma união fortalecedora e prática, pugnando pela elevação cultural da classe e pelo maior aprimoramento moral dos seus componentes, para realizar com sobranceira e independência sua nobre função social, pois, o notário, em sua faina cotidiana é o conselheiro natural das partes e o depositário da sua confiança e assim, orientando e conciliando os interesses dos grandes com os dos pequenos, dos fortes com os dos fracos, realiza anonimamente uma grande tarefa social, propiciando aos seus clientes paz e tranquilidade!

E, num momento como o atual, conturbado pelos entrechoques de ideologias divergentes, diante da inquietude das massas, na encruzilhada incerta do seu destino, mas na consciência plena dos seus direitos, sob o regime de urna quase tirania fiscal, aí então, surge o poder moderador do notário, que além de sua função primordialmente tabelioa, tem também a pouco agradável atribuição de guardião do fisco, exercendo assim a relevante missão de harmonizar os interesses das partes com os do erário público.

Assim trabalhou durante cinqüenta anos Alfredo Firmo da Silva.

Justíssima esta homenagem e quantas mais lhe sejam prestadas.

Como não há no mundo nada mais grato aos filhos do que assistir à consagração de seu pai, eu vos felicito, Antonio Augusto e Eulálio, pelo grande momento que esta vivendo, com o coração transbordante de alegria e de justificado orgulho íntimo, pela verdadeira glorificação que está testemunhando e da qual, todos nós participamos jubilosos.

Foi com particular alegria que aceitei a honrosa incumbência de nos saudar, Coronel Firmo da Silva. Desde quando modesto tabelião em Santos, eu me acostumei a admirar em vós, a figura imponente e respeitável do clássico notário francês, pela elegância de atitudes e irreprovável correção no exercício da profissão. Vindo para esta Capital, através a porta larga de um concurso público, tive o prazer de conviver melhor com os vossos magníficos filhos e assim, apreciar mais de perto a vossa esplêndida personalidade. Esta a razão da minha satisfação.

Podeis voltar, confiante e sereno, o olhar para o passado, Coronel Firmo, porque na estrada ampla da vida deixastes uma esteira fecunda, com os marcos indelévels dos vossos exemplos, dos vossos ensinamentos, em meio século de atividades notariais. Só quem trabalha em cartório sabe o que isto representa!

Quando não fossem os outros muitos títulos que tendes, só este bastaria para vos conferir o direito incontestável a um repouso absoluto e tranqüilo no doce aconchego do vosso lar feliz, onde receberéis, às mancheias, em retribuição aos generosos benefícios espalhados pródiga e indistintamente, além das graças e carinhos das vossas lindas netinhas, o supremo galardão das graças divinas.

E agora então, que já se vislumbram alvissareiros os primeiros flocos brancos característicos das comemorações natalinas, em que a figurinha meiga e amável do Menino Jesus enfeita todas as casas e a todos nós empolga e entenece, esta festa de amizade e de simpatia até parece um presente de Papai Noel ao nosso querido homenageado.

Guarde-a com carinho e alegria porque ela é oferecida pelo coração."

O Dr. Noé Azevedo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo em nome dos advogados de São Paulo, disse, de improviso, mais ou menos o seguinte:

Esta festa homenageando um notário ao completar 50 anos no exercício da sua nobilíssima função, representa mais uma vitória do movimento de reação que se vem observando ultimamente contra a concepção totalitária do Estado, absorvente de todas as atividades e serviços públicos.

Dentre os órgãos da fé pública, sempre se destacaram, em nossa organização jurídica, os tabeliães ou notários encarregados de atestar a veracidade dos atos da vida civil e de perpetuá-los em suas notas.

Exercendo esses oficiais uma função essencial para a estabilidade dos negócios jurídicos, foram,

entretanto, considerados sempre como estranhos ad quadro do funcionalismo burocrático. São livremente procurados pelas partes, que neles depositam confiança. Formam a clientela que merecem, e que é granjeada pela correção do seu procedimento e pela competência que manifestam no exercício da sua complexa atividade.

Franz von Liszt considera a fé pública corno pretenso bem jurídico, comparável àqueles animais marinhos que, vistos de longe, seduzem o olhar pela sua fosforescência, mas que, tomados à mão desmancham-se em massa gelatinosa.

Entretanto, figuram em todos os Códigos os crimes contra a fé pública, e afirmam quase todos os comentadores, especialmente os escritores latinos, tendo Manzini à sua frente, que a fé pública deita raízes na realidade e é indispensável às exigências da vida social. Aqueles que afirmam que a fé pública é uma idéia abstrata e fictícia parecem ignorar que toda idéia jurídica, como qualquer expressão matemática, é sempre, e necessariamente, abstrata, e, portanto, artificiosa. O que cumpre indagar é se chega à abstração, isto é, ao princípio superior, partindo da realidade ou da ficção. E é preciso viver nas nuvens e ignorar completamente o modo pelo qual se formam, se desenvolvem, se modificam e se extinguem as relações jurídicas, para ver uma ficção na base sobre que se apoia a idéia de fé pública. Esta é um bem jurídico, não só real, mas indispensável à expansão normal e à máxima eficiência da atividade jurídica individual.

A fé pública é a crença na veracidade dos atos. - E essa veracidade tem de ser assegurada por quem seja capaz de inspirar confiança.

Quem a atesta torna-se pessoalmente responsável pela atestação.

O direito penal moderno estabeleceu o princípio de que só o homem, o indivíduo humano, pode ser penalmente responsável. - Não há responsabilidade penal de órgãos coletivos. - E, assim sendo, mal se compreenderia a existência de órgãos da fé pública representados por instituições ou repartições burocráticas, as quais devessem acorrer todos os cidadãos quando tivessem necessidade de lavrar escrituras, fazer contratos e praticar toda a série de atos que consubstanciam a chamada vida civil.

E por outro lado bem se compreende o prestígio que sempre granjearam no nosso país, no velho Portugal e na França os notários, zelosos no exercício da sua profissão e, conhecedores perfeitos de todos os segredos de seu ofício.

Esses conseguem captar a confiança do público e formam vasta e seleta clientela. Encontramos, nas obras de ficção da nossa literatura e da literatura francesa, os notários ao lado dos sacerdotes, nos conselhos de família. Assim como estes são os guias espirituais, aqueles são os conselheiros na regularização dos negócios de natureza econômica, por via dos quais os chefes de família providentes procuram assegurar o bem-estar e a educação dos entes que lhes são caros.

A homenagem prestada a um notário que durante 50 anos prestou relevantes serviços, não apenas à Justiça, de cujo quadro faz parte, mas a toda a sociedade, representa, como disse, uma vitória do princípio da responsabilidade individual, que equivale a mais um impulso no sentido do fortalecimento da personalidade humana, que vinha sendo esmagado pelas organizações estatais de tipo totalitário.

O Cel. Alfredo Firmo da Silva, durante a sua profícua existência, prestando relevantes serviços à boa ordem da vida civil, fundou uma família de notários probos, competentes e desvelados no cumprimento do seu dever.

Temos em nosso meio, e nos países cuja tradição jurídica seguimos, outros exemplos de notários ilustres que transmitem aos seus descendentes o seu cartório e a sua clientela. Se a fé pública está na confiança, se é uma espécie de crença na veracidade dos atos atestados, nessa crença entra por certo o elemento pessoal formado pelas virtudes do homem que inspira essa confiança.

Os advogados de São Paulo muito devem, no exercício da sua árdua profissão, à existência em nossa terra de tabeliães como o Cel. Alfredo Firmo da Silva, em cuja probidade, competência e exatidão puderam sempre confiar, descarregando nos mesmos uma grande parte da sua responsabilidade pela perfeição dos atos que minutaram para os clientes.

Não podiam, assim, deixar de trazer o concurso do seu aplauso a tão justa e tão simpática homenagem.

COMUNICADO

Desta data em diante o Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça será remetido somente aos associados que estiverem quites de suas anuidades, até o ano de 1951, inclusive.

Colégio Notarial de S. Paulo

PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

O Colégio Notarial de São Paulo, dando cumprimento ao seu programa de conagração da classe e de difusão intensiva das suas aspirações e anseios, realizou nesta Capital, de 8 a 13 de Janeiro pp., a Primeira Jornada Notarial Brasileira, que, como a designação está indicando, foi a primeira reunião concretizada de notários de todo o Brasil, em um movimento entusiástico e assaz animador pelos comparecimentos e pelos resultados obtidos.

Compareceram tabeliães de notas do Norte, do Sul, do Centro do País e da Capital Federal, em uma demonstração evidente do interesse que a Jornada despertou, pois para todos foram enviados convites com o programa das comemorações, sessões e passeios, inclusive um temário com a súmula das questões e problemas que seriam debatidos, como de fato o foram, em um ambiente da mais completa cordialidade e do mais elevado espírito de cooperação. Foi um acontecimento festivo nesta Capital, tendo sido os senhores congressistas recebidos oficialmente, em audiência especial, pelo Senhor Governador do Estado, pelo Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e pelo Sr. Secretário da Justiça, além da homenagem de um banquete e de um esplendido concerto pela Orquestra Universitária de Concertos, no Teatro Universitário. Encerrando as comemorações houve uma excursão de automóvel a Santos, pela moderna Via Anchieta, com um magnífico almoço característico no bem instalado Club de Pesca, na Ilha das Palmas. Foram dias bem vividos, entre os afazeres das sessões plenárias e os trabalhos das comissões e os encantos das reuniões culturais, das recepções e festas promovidas em homenagem aos congressistas.

Especialmente convidado, veio da Argentina Don José A. Négri, Presidente da União Internacional do Notariado Latino, que, como Presidente de Honra, presidiu a nossa primeira jornada, emprestando o brilho da sua inteligência e da sua experiência para o estupendo sucesso que foi, indiscutivelmente, essa nossa primeira tentativa de organização da classe, visando o seu maior fortalecimento e o alcance dos nobres objetivos que inspiraram os dedicados fundadores do Colégio Notarial de São Paulo.

A Don José A. Négri e à sua exma. esposa foram tributadas as mais expressivas homenagens pelo Colégio Notarial Brasileiro e pelos seus Diretores particularmente.

A sessão solene de instalação, no moderno e esplendido salão-auditório da Associação Paulista de Medicina, que é um orgulho da cultura de São Paulo, realizou-se em 8 de Janeiro pp., as 21 horas, perante vultuosa assistência, onde se notavam as figuras mais representativas da nossa sociedade, autoridades civis e militares, serventuários de justiça, escreventes de cartório, senhoras e senhorinhas.

A mesa diretora ficou assim constituída: Presidente-Dr. José Vicente Alvares Rubião; Secretário-

Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva; Membros - Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, Representante do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Representante do Exmo. Sr. Secretário da Justiça, Don José A. Négri, Presidente da União Internacional do Notariado Latino, Dr. Francisco Vergueiro Porto, Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado São Paulo, Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial de São Paulo, Dr. Octavio Uchôa da Veiga e Dr. Manuel Ubaldino de Azevedo.

Abrindo a sessão, o Dr. José Rubião, após saudar as autoridades e demais pessoas presentes, pronunciou as seguintes palavras: A Comissão Organizadora da Primeira Jornada Notarial Brasileira agradece e manifesta o seu reconhecimento às autoridades e representantes de classe, pela honra do seu comparecimento nesta Sessão Solene de Instalação da Primeira Jornada Notarial Brasileira. Agradece, de maneira muito especial e afetuosa, aos colegas, que, de outros recantos do país, aqui vieram trazer a luz de seus conhecimentos e a solidariedade de seus nomes à Jornada que hoje principia. Agradece, ainda, e muito cordialmente o comparecimento do Sr. José A. Negri, Presidente da União Internacional do Notariado Latino, cuja figura se destaca como estrela de primeira grandeza na constelação dos grandes vultos do notariado. Pela primeira vez no Brasil, vão os notários reunir-se, não somente para travar relações pessoais, tomar conhecimento das diversas legislações estaduais, como também para trocar pontos de vista e sugerir às autoridades a reforma da legislação e do processo notarial, no sentido de sua uniformização. No momento em que solenemente se instala a Primeira Jornada Notarial! Brasileira, necessário se torna pôr em evidencia o que venha a ser um notário. O célebre orador Favard, na sessão do Tribunal Francês, de 12 de Março de 1803, disse: "O notário, que é o confidente dos pensamentos de seus concidadãos, o regulador dos encargos o das obrigações que eles intentam contrair, que é quem, por sua condição, dá a sanção pratica de todas as leis, exerce uma magistratura especial, que eu considero a última das chaves do grande edifício social." Magistrado, sua fé pública representa a soberania nacional, e isto faz com que o ato dele emanado seja recebido por todos como certo e verdadeiro. A sua autoridade no meio social é incontestável e o seu prestígio cada vez mais se fortalecerá dentro de uma agremiação como o Colégio Notarial de São Paulo, de outros Estados e do Brasil, ligados à União Internacional do Notário Latino.

E com estas palavras o Dr. José Rubião declara instalada a Primeira Jornada Notarial Brasileira e dá a palavra ao orador oficial, Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial de São Paulo, que proferiu o seguinte discurso:
"Exmo. Sr. Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Exmo. Sr. Representante do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça.

Exmo. Sr. Representante do Exmo. Sr. Secretário da Justiça. Exmo, Sr. Dr. Francisco Vergueiro Porto, DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

Don José A. Négri, DD. Presidente da União Internacional do Notariado Latino.

Exmas. Senhoras, meus senhores.
Colegas.

Saibam quantos a esta pública reunião compareceram, aos oito dias do mês de Janeiro, do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e cinquenta e dois, que, neste magnifico salão-auditório da Associação Paulista de Medicina, gentilmente cedido, estão reunidos, pela primeira vez no nosso país, serventuários de justiça de diversos Estados do Brasil, do Distrito Federal e de inúmeras; comarcas do Estado de São Paulo, inclusive desta Capital, que atenderam solícitos ao pregão da nossa convocação, dando assim uma esplendida demonstração do seu elevado espirito público e vieram. trazer ao novel Colégio Notarial de São Paulo o calor contagiante da sua presença, do seu apoio e da sua solidariedade, elementos esses tão necessários em empreendimentos dessa natureza, onde o maior obstáculo com que defrontamos é a cortina espessa da mais lamentável incompreensão, entre os próprios serventuários, esquecidos voluntários dos benefícios incalculáveis que resultariam para a classe, se todos se congregassem. fraternalmente em prol do seu objetivo comum.

Colegas do Brasil, sejam bem-vindos!

O Colégio Notarial de São Paulo vos saúda cordial e reconhecidamente, a todos vós que viestes, uns de mais longe do que outros, uns das cochilas verdejantes dos Pampas e dos altaneiros pinheirais sulistas, outros, das campinas ardentes do nordeste, sentinelas avançadas da nacionalidade, assim como outros, também, das regiões auríferas do centro e os de nossa maravilhosa Capital Federal, porem todos do nosso amado Brasil, desse gigante imensa cujo prestígio ascendente no concerto das nações do mundo civilizado cresce de maneira impressionante, mercê do seu progresso ciclópico, tanto no sentido da política internacional, como principalmente no campo da sua formidável expansão econômica, onde os gráficos estatísticos, na sua rigidez expressiva e indiscutível, colocam a nossa moeda entre as quatro mais fortes do mundo, o que não deixa de ser desvanecedor para todos os brasileiros, e vós, colegas do Brasil, quais caminheiros audazes e sonhadores, vencendo dificuldades e tropeços, corno as figuras respeitáveis dos Reis Magos, guiados pela estrela rutilante do Cruzeiro do Sul, que refletia a luminosidade brilhante do nosso Ideal, viestes trazer as oferendas da vossa generosidade, com o estímulo precioso do ouro dos vossos trabalhos, o incenso do vosso aplauso e a myrra trescalante do vosso entusiasmo à essa idéia nascente do Colégio Notarial Brasileiro! Salve colegas do Brasil, mais uma vez, sejam bem-vindos vós todos que atendestes prazenteiros às primeiras clareadas desta convocação.

A vossa presença nesta assembléia já representa uma vitória, é o marco inicial desse movimento envolvente que lia de se estender promissoramente por todos os rincões do Brasil, levando a todas as suas Capitais a semente viçosa do seu proveitoso programa, para que, em futuro não muito remoto, tenhamos pelo menos um Colégio Notarial em cada Estado, filiados todos ao Colégio Notarial Brasileiro, essa estupenda aspiração que, mercê de Deus, haveremos de concretizar objetivamente, servindo assim melhor à coletividade, para maior satisfação nossa e grandeza da instituição.

Animados com a vossa fé e o concurso da vossa inteligência, havemos de vencer esta ingente e árdua missão, não medindo sacrifícios nem vigílias para a final consecução dos nossos elevados objetivos.

Contamos convosco. A Pátria vos será reconhecida um dia, quando começarem a surgir, vigorosos e positivos, os primeiros frutos e resultados dessa nobilitante campanha, que visa acima de tudo fortalecer as instituições jurídicas, base fundamental da estabilidade e da segurança do Estado.

Colegas.

Encontra-se entre nós, honrando a mesa diretora dos trabalhos, urna figura singular de notário que eu poderia vos apontar, sem receio, como paradigma da classe e que aqui veio, de mais longe ainda, dessa nação irmã e vizinha, que não é rica somente por que tem a banhá-la, dia e noite, o rio da Prata, mas, que é riquíssima, principalmente, pelo extraordinário patrimônio cultural das suas instituições científicas, e de onde veio, trazido pela fé inabalável que deposita no sucesso e na magnitude da profissão, que exerce como um sacerdócio, tal a mística de admiração e de respeito com que a envolve.

Hei-lo, José A. Negri, esse notável notário argentino, cujo nome se projeta no firmamento do notariado latino como uma estrela de primeira grandeza, como um expoente da classe, como um verdadeiro Condor, vindo pelos ares, de Buenos Aires.

Não tentarei fazer a biografia de José A. Negri porque não teria tempo bastante para estereotipar todas as múltiplas facetas da sua vigorosa personalidade e principalmente a sua ação poliforme dentro da profissão, no setor das suas atividades notariais.

Espirito dinâmico, tocado pela chama do ideal da classe, José A. Negri é o Presidente da União Internacional do Notariado Latino, que, como o título está indicando, é a instituição que congrega, disciplinadamente, todas as organizações notariais de todas as nações do mundo

latino. Sua sede é em Buenos Aires, tendo um Conselho Permanente composto de representantes dos Colégios Notariais das nações latinas, por eleição bienal. É órgão da União Internacional do Notariado Latino, a "Revista Internacional Del Notariado", excelente revista mensal, especializada, com cerca de duzentas páginas, editada pelo Colégio de Escribanos de Buenos Aires.

Autor de muitos livros sobre o Notariado, basta enunciar os títulos de alguns deles para aquilatar o valor de José A. Negri- "El Problema Notarial" - "Ley Organica del Notariado" - "La Funcion de los Colégios Notariales" - "Regimen Argentino de la Propiedad Horizontal".

Já em 1948, por ocasião do I Congresso Internacional do Notariado Latino, reunido em Buenos Aires e ao qual o Brasil compareceu representado por Antonio Augusto Firmo da Silva, esse "poeta" da profissão, tal o idealismo sadio que lhe enche a alma e o principal artífice do sucesso desta Primeira Jornada Notarial Brasileira, já nesse conclave, José A. Negri, foi o seu Presidente, tendo se esmerado tanto na preparação, organização e realização do referido Congresso, vencendo todos os seus complexos problemas, que dele resultou um verdadeiro acontecimento social, cultural e científico.

Em Outubro de 1950, realizou-se em Madrid, o II Congresso Internacional do Notariado Latino, patrocinado oficialmente pelo Governo Espanhol, que prestigiou de uma maneira admirável, em todos os sentidos, a sua realização e daí, o êxito excepcional com que o mesmo se desenvolveu, mercê outrossim, da rara capacidade de trabalho desse "cérebro" que é Don Rafael Núñez Lagos, Notário de Madrid, Vogal do Conselho Superior de Investigações Científicas, Vogal da Comissão Geral de Codificação, Acadêmico da Real Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, correspondente da Academia Argentina del Notariado, Vice Presidente do 11 Congresso, Internacional do Notariado Latino e Presidente da Delegação Espanhola ao dito Congresso. Este culto notário espanhol, Don Rafael Núñez Lagos, traduziu do latim para o castelhano, os "Comentários de Rolandino", insigne notário de Bolonha, do século XIII, sobre a "Suma del Arte Notarial", intitulada "Aurora", com as adições de Pedro de Unzola, notário de Bolonha, que os modernos chamam "Meridiana" - com cerca de 700 folhas, e do qual nos ofereceu um belíssimo exemplar. "Rolandino, foi com efeito, o primeiro notário latino que, com suas formulas e seus escritos trespassou os limites do espaço e do tempo e as fronteiras de sua pátria e da História. Desde o século XIII seu valor universal é indiscutível A versão da obra é literal; cinge-se ao sentido imediato da idéia, sem se permitir rodeios nem frases livres; isto lhe empresta desembaraço e quiza elegância, porem, lhe conserva o caráter de um livro medieval. Escrita esta obra no século XIII, em que predominava o escolasticismo em todas as escolas, vê-se em suas páginas o estilo e os procedimentos escolásticos; sua abundante casuística, que esmiuça e leva até a última conseqüência os casos que podem se dar. Abundam as distinções e sub-distinções, muito cultivadas pelo sistema.

....

O caráter do livro é lacônico na expressão; o impunham a simplicidade das escolas, a carência de meios materiais para os livros impressos e a expressão rápida dos mestres. Não ha elegâncias nem primores latinos. Raras vezes se aduzem textos da Sagrada Escritura, de Aristóteles e de alguns Santos Padres; todas as citações parecem de passagem." Tivemos a ventura de conhecer Núñez Lagos durante o Congresso de Madrid, onde, justamente com Firmo da Silva, tivemos a honra de representar o notariado brasileiro, tarefa pesada e árdua, para dois delegados sómente, ante o vulto do temário desenvolvido, porem, o nosso entusiasmo era tal, diante da beleza daquele espetáculo memorável, que tudo fizemos para nos desdobrar ativamente, procurando corresponder à confiança com que nos distinguiram. Estiveram presentes naquele Congresso delegações de vinte e seis nações latinas, com cerca de 330 delegados estrangeiros, alem de 800 notários espanhóis. Estas cifras falam alto e por si só demonstram o que foi o referido Congresso. Não sabemos o que mais devemos admirar, se a sua perfeita organização, se a excelência e variedade das teses constantes do temário ou a fidalguia insuperável com que os espanhóis distinguiram os congressistas.

Foi notável esse II Congresso Internacional do Notariado Latino, realizado em Madrid, e o seu Presidente, o seu hábil condutor, foi justamente esse mesmo notário argentino que nos honra

com a sua simpática presença nesta nossa Primeira Jornada Notarial, que é um ensaio, mas que assim mesmo já representa alguma coisa, e, para vos dar uma pálida idéia do espírito notarial de José A. Negri, basta mencionar que tão prontamente teve conhecimento do nosso projeto, incontinentemente nos escreveu aplaudindo entusiasticamente e se oferecendo para vir aqui nos ajudar com a sua comprovada experiência e tirocínio nesses misteres, como de fato, felizmente, aconteceu. E assim, temos-lo hoje aqui ao nosso lado, dando o apoio vigoroso de sua eficiente cooperação e prestigiosa influência para o bom êxito desta modesta jornada.

Dentro em breve ireis ouvi-lo e então verificareis que, do alto de sua elegância jorrarão em catadupas cristalinas, admiráveis lições de Direito Notarial.

Seja bem-vindo, Don José A. Negri. O Colégio Notarial, de São Paulo agradece reconhecido a cativante gentileza de vosso gesto amigo comparecendo pessoalmente a esta Primeira Jornada Notarial Brasileira. Sentimo-nos orgulhosos de poder dizer-vos: estas em casa, porque a família notarial latina é uma só.

Assim como o Mestre, com a sua palavra fácil e dialética perfeita, encantava os seus discípulos, iluminando-os com o seu espírito cintilante, assim, estamos nós aqui, Mestre, para vos ouvir e acatar os vossos doutos ensinamentos.

A fé pública é urna prerrogativa à figura moral e jurídica do notário.

O povo tem elevado conceito acerca do saber e da honestidade dos notários, os predicados fundamentais da fé pública de que aqueles são depositários fiéis, conforme ensina o erudito notário português, Dr. Fernando Tavares de Carvalho, delegado de Portugal ao Congresso de Madrid, na sua recente e valiosa obra, em dois volumes: "Para uma nova organização notarial" - "a) - Entende o povo que o notário conhece as disposições de todas as leis, mesmo daquelas que não tem conexão alguma com o exercício do seu cargo; e assim, o funcionário notarial é freqüentemente consultado sobre assuntos alheios à sua profissão - muitas vezes referentes a casos íntimos de família - e o seu parecer é considerado infalível e seguro; b) - Muitas pessoas do povo atribuem maior validade aos contratos em que, segundo a expressão popular, "se corre dinheiro", quando este é contado no ato da escritura, pelo notário, em quem, não poucas vezes delegam a verificação da legitimidade do numerário representado em papéis fiduciários, sendo também de prática freqüente entregar-se o dinheiro ao notário, para este o passar à mão de quem tem de receber; e) - Não é raro exigir-se o reconhecimento de assinaturas em papéis, que pela sua natureza não carecem de tal formalidade. "Está aqui! Está reconhecido pelo tabelião!" diz o novo, mostrando o papel, para denotar que este ficou: assim, couraçado de invulnerabilidade contra todas as chicanas e a má fé; d) - O povo, ordinariamente desconfiado e firme na doutrina dos adágios "não assines carta que não leias" - e "ver e crer como São Thomé", nunca usa do direito, que a lei lhe concede em certos casos, de ler um documento notarial no ato da sua legalização. Toda gente - sem exclusão das pessoas mais ou menos cultas, e que facilmente podem ler confia no notário a missão de tal leitura; e) - É claro que certas palavras e expressões chamadas "tabelioas" não incompreendidas pelo povo, o qual, todavia, as ouve ler atentamente, com sorrisos de satisfação e acenos aprovativos de cabeça. Escreveu-as o notário - e tanto basta para que o povo as aceite e ratifique, confiadamente, sem procurar inquirir da sua significação; f) - Geralmente, o povo trata, o notário pelo qualificativo ou antenome de "doutor", ainda quanto não seja formado em ciências jurídicas."

E é lastimável que não seja esta uma condição preliminar de inscrição em concurso para provimento ou promoção de notário, como na França, na Espanha e na Itália, onde é essencial ser bacharel em ciências jurídicas e sociais, pois é uma atividade que pela própria natureza das suas funções, exige do notário, todos os dias, a aplicação constante de conhecimentos jurídicos, especialmente da legislação civil e da legislação comercial, sem falar na abundante legislação fiscal, cada vez mais variada e complexa.

Sob o ponto de vista legal, é curioso notar como a atribuição da fé pública é unanimemente proclamada, sem que, todavia qualquer lei notarial o declare e sem que ninguém mostre estranheza por esse fato, exceto na parte relativa ao testamento, no nosso Código Civil.

A mística, e o romantismo jurídico não estão sempre ausentes desta descoberta da instituição. É forçoso colocar sob os nossos olhos alguns documentos.

O notário surge assim, como uma verdadeira instituição e portanto, com urna atividade incompatível com as características em que se consubstancia a natureza do serviço publico. Instituição e serviço público são, com efeito, dois conceitos específicos, inconfundíveis, movendo-se cada um deles dentro de um regime jurídico próprio, com suas delimitações perfeitamente definidas. O objetivo dos serviços públicos é a satisfação de uma necessidade coletiva, a qual, se destina, por sua vez, a manter a solidariedade social, a conservar a unidade e a personalidade política de um país.

O notariado, dentro do ordenamento jurídico e social da comunidade, é a instituição de fé pública destinada a titular, com perfeita autonomia e independência, a representação dos vários direitos e obrigações e a manter e a assegurar o cumprimento destas e a fruição daquelas, mediante a atribuição de força de caso julgado aos atos extrajudiciais a que, dentro dos limites da lei, os interessados devam ou queiram dar certeza e autenticidade.

O Decreto de 23 de Dezembro de 1899, que criou em Portugal o Conselho Superior do Notariado, classificava os notários de "Magistrados de jurisdição voluntária".

O notariado é uma atividade que exige por parte de seus serventuários uma predisposição toda especial, uma intuição tão própria, um sexto sentido tão apurado como nenhuma outra exige, na verdade.

Como delegados do Poder Público, portadores de fé pública, os notários exercem ponderável influencia no espirito público, sendo notória sua missão harmonisadora entre os interesses do Estado com os dos particulares.

Para bem alto levantar a personalidade dos notários, dando-lhes a projeção social e profissional que devem ter, é mister agregá-los em uma instituição que, somando todos os seus valores morais e intelectuais, represente afinal a grande força propulsora que só a união coletiva pode lhes dar, propiciando-lhes então uma organização como um Colégio Notarial, que nada mais é do que a reprodução das famosas organizações corporativas do passado, conforme aliás, já escreveu certa vez Don José A. Negri, dizendo: "é indiscutível que a organização corporativa é da essência mesma da instituição notarial".

Se buscarmos investigar os primeiros vestígios da instituição notarial, poderemos encontrá-los talvez nos Pontífices de Roma, que entre outras faculdades gozavam, as de "regular" e "escrever" ou redigir os negócios jurídicos, pois essa só era atribuída aos iniciados, aos mais letrados, e, como eles geralmente o eram, cumpria-lhes assim reduzir a escrito as convenções das partes. E como eles se reuniam em Colégios, onde debatiam os seus problemas e os dos outros, encontramos aí o embrião incipiente do que seriam mais tarde os famosos Colégios Notariais.

Desde a Idade Média até a Moderna, tanto na França, com a regulamentação do Notários Del Chatelet, em Paris, por São Luiz, como na Itália e na Espanha, os Colégios são a base da organização notarial, tendo como características comuns fazer o aspirante praticar intensamente na própria oficina do notário, que atuava como professor, e depois, a grande importância que se dava à redação, de sorte que a gramática e a retórica se estudavam com tanto ou mais extensão que o Direito.

No século XIX foram promulgadas: a lei francesa, a Ordenança de 1843, a lei italiana, de 25 de Julho de 1875 e a lei espanhola, de 28 de Maio de 1862, as quais, todas, adotaram o regime corporativo, sendo digno de especial menção a lei orgânica espanhola, que pôde ser considerada como um modelo de previsão Legislativa.

Gerações de notários se sucederam e pouco a pouco, pela sua conduta perfeita, foram conquistando a confiança da sociedade espanhola e com esta a do Poder Público, que, honrando

os méritos do Ilustre Colégio Notarial de Espanha, foi dando sempre maior independência ao Notariado até chegar ao regulamento vigente de 2 de Junho de 1944 que no seu artigo 1.º diz que o Notariado desfrutará de plena autonomia e independência em sua função.

Já as legislações dos países mais adiantados em matéria notarial se tinham deixado influenciar pelas salutares disposições da Lei de 25 Ventose do século XI, depois completada pela Ordenança de 1843, nas quais aparecem ressuscitadas, em perfeita seqüência dos precedentes abertos pelo Direito romano, as chamadas "CHAMBRES DE NOTAIRES", verdadeiras organizações corporativas de notários, instituídas para notários e com funções determinadas, todas visando a organização completa da classe, desde o seu ingresso, concursos, exames, provas, promoções, disciplina, representação, defesa, enfim, uma organização tão sábia que, vigente na França há mais de século, comprova eloqüentemente o alto conceito que desfruta o notariado francês em todos os países do mundo.

Assim é também na Espanha, cuja lei de organização notarial datava de quase um século, e onde o notariado constitui carreira das mais brilhantes e disputadas, lado a lado da magistratura, cercada do mesmo respeito e da mesma admiração, o que fez sentir a todos nós congressistas que lá existe algo de mais forte do que o rigorismo dos preceitos legais, aquilo que é uma consequência lógica de uma tradição respeitável, que vem bem de longe, que passa de geração em geração, todas imbuídas daquilo que se chama "espírito notarial".

Este o grande segredo da indubitável força do Ilustre Colégio Notarial de Espanha, como eles chamam orgulhosamente. Notai o adjetivo qualificativo... Ilustre Colégio Notarial! Na Argentina, a Lei n. 12.990 de 19 de Junho de 1947 no seu artigo 44, estabelece de maneira interessante as atribuições e normas dos "Colégios de Escribanos".

Entre nós, está tudo por fazer. O Colégio Notarial de São Paulo está surgindo, já auspiciosamente, é verdade, aos olhos de todos que querem ver, mesmo daqueles incrédulos e impenitentes derrotistas que vivem mergulhados na noite escura da sua ignorância, presos ao âmbito estreito do seu pessimismo doentio. Esses, são vítimas de seu próprio egoísmo. São os indiferentes e os há em grande número, infelizmente. No fundo, são os que confiam mais nos outros do que em si mesmo. Nada fazem porque esperam que os outros tudo façam. É o comodismo, fruto de um egoísmo mórbido, praga daninha tão ao sabor do utilitarismo da época que atravessamos, que desgraçadamente estiola, inutiliza e destrói tantas energias aproveitáveis.

Urge reagir, combater.

E esse bom combate vai dar o Colégio Notarial de São Paulo, desfraldando impávido o altivo pendão do nosso magnífico programa, como um labarum e qual Constantino, na frente das legiões romanas empunhando valente e garboso, o estandarte flamante das suas bandeiras gloriosas, com o dístico famoso - "In hoc signo vinces" - também nós, com o nosso sinal público venceremos. Já Cristo dizia a Pedro: "Tendes fé e removereis montanhas". Assim nós, com o apoio decisivo que estamos recebendo de todos vós, caros colegas, irmanados todos pelo mesmo Ideal, empolgados pela mesma fé realizadora, havemos de remover as muralhas de incompreensão que nos circundam e varando todos os obstáculos faremos surgir do outro lado o esplendor de um novo dia e a felicidade radiosa de uma nova Aurora!"

Em seguida, Don José A. Négri pronunciou de improviso as seguintes palavras:
"Exmos. srs. Representantes da Magistratura do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Presidente, senhoras, colegas.

Antes de tudo tenho que agradecer, mui emocionadamente, aos colegas de São Paulo, a gentileza que tiveram de me fazer participar desta Primeira Jornada Notarial Brasileira. Havia prometido ao meu querido amigo Firmo que assistiria e ajudaria no que me fosse possível e aqui estou.

Em segundo lugar, quero agradecer as gentilíssimas palavras do Presidente Rubião e do meu amigo Teixeira, porém, com uma ressalva: como estamos mais ou menos em família vou dizer:

não lhes creiam, não sou nada disso!...

Não sou um homem de ciência, nem o Padre Eterno do Notariado Latino. Sou um notário, um notário com todos vós, um notário que quer muito a sua profissão e que desde o primeiro dia que começou a exercer-la, faz muitos anos -, sempre estimou-a e acreditou ser de seu dever retribuir à sua profissão tudo aquilo que a profissão lhe ia dando, como prestígio pessoal, situação social, situação econômica, situação jurídica. Todos, apesar do nosso trabalho, devemos algo à nossa profissão, e temos que retribuí-lo.

Como? Engrandecendo-a, trabalhando e contribuindo com o que seja melhor de quanto encontrarmos. Se outros antes de nós trabalharam para que chegássemos a esta situação, trabalhem também nós para que outros encontrem ambiente mais digno, superior ao que estamos vivendo. Esse é o meu mérito, nada mais, creiam-me!

Outro esclarecimento: não direi que estas palavras me tomaram de surpresa, porém, não sabia que teria de fazer um discurso. Não consideremos estas minhas palavras como um discurso mas sim uma conversa entre colegas. Podemos elaborar uma idéia e marchar em pró dessa idéia, Podemos tomar como ponto de partida esta já brilhante Primeira Jornada Notarial Brasileira, para chegar, mais adiante, a soluções muito superiores as atuais. Para não ir muito longe vou referir a história das jornadas notariais argentinas.

Na República Argentina existem, há muitos anos, colégios notariais. O da Capital Federal, que se fundou em Buenos Aires, em 1866. O da Província de Buenos Aires, que se fundou em 1880 ou 1881, o de Rosário e muitos outros. Uns e outros mantínhamos troca de correspondência amável, essa correspondência em família, porém, no rigor da verdade, não havia ação conjunta: nada um trabalhava para si e o destino para eles. Em 1944, ao Colégio Notarial de Córdoba, que não era por certo um dos mais importantes da República Argentina, ocorreu organizar a Primeira Jornada Notarial Argentina, e como nos pediam os colegas de Córdoba, fomos. Coube-me inaugurá-lo, havia bastante gente e ficamos admirados dos bons resultados dessa idéia.

No ano seguinte, a reunião foi em Salta, no terceiro em Mendoza e já entravam a pensar que tomávamos resoluções, mas não havia alguém encarregado de pô-las em movimento, de modo que devíamos criar uma organização que as realizasse. No ano seguinte, fundamos a Federação Argentina de Colégios de Escribanos que hoje é uma realidade vibrante, que assentou princípios para toda a legislação argentina, que se cumprem, e as vezes não, mas pelo menos estão assentadas as idéias dos notários argentinos. A sexta Jornada será realizada em Março, na cidade de La Plata. Desde então sucederam muitos casos: a Lei Notarial da Capital Federal; a Lei Notarial da Província de Buenos Aires; a Lei para a Província de Santa Fé e a Lei para a Província de Córdoba, que são muito importantes. Deverá ser promulgada nestes dias a Lei para a Província de Mendoza. Todas essas leis são confortadoras ao notariado. Por tudo isso, não vale a pena haver criado a Jornada, haver criado a Federação, haver aceito princípios e haver chegado a estes resultados? Já satisfeitos do movimento interno, fomos um pouco mais longe e dissemos: se esta Federação dos Notários de todas as províncias argentinas deu excelente resultado, porque não ir mais longe? Por que não organizar uma Federação Internacional? Assim foi que, em 1948, se criou o Primeiro Congresso Internacional do Notariado Latino. Convidaram-se trinta nações. Naturalmente, os velhos notários disseram: Quem é esta gente de Buenos Aires? Com que direito nos convidam a um Congresso? Que aspirações têm? Como vamos debater, se não os conhecemos? No entanto, vieram em número de dezenove ! Depois do primeiro e segundo dia, todos compreenderam a idéia e viram que não se tratava de solução coercitiva e que ninguém queria impor nada a ninguém, que nos reuníamos para estar entre amigos, para intercambiar idéias, para propor nossos ideais, irmanar nossos desejos e marchar unidos até um ideal comum. No âmbito internacional, como no nacional, se produziu o mesmo fenômeno que já chamei de idade média do notariado. Cada Estado, cada Província, cada nação, encerrada em suas próprias fronteiras, não pode olhar para fora. Nós, os argentinos, começamos por romper as portas que nos desligavam dos outros estados e conseguimos, não obstante o nosso regime federal, concretizar uma união do notariado argentino e agora prosseguimos a mesma obra, com a união do notariado internacional, que já é uma idéia aceita e aplaudida por vinte e nove países e com a perspectiva, para breve, de três ou quatro novas adesões. Esta é a razão porque afirmo o seguinte: o porvir dos notários de todas as nações do

mundo depende pura e exclusivamente deles próprios. Se eles trabalharem com dedicação, com afinco, com amor, com interesse, com a preocupação que merece a nossa profissão, demonstrarão ao grande público, aos poderes do Estado, à magistratura, lá fora, que somos alguma coisa, que valemos algo, e que a nossa função é útil e necessária à sociedade. É uma função da qual não pode prescindir nenhum Estado juridicamente organizado. Então, por que não lutamos? Por que vamos demonstrar, nós outros, a todo o mundo, que está disposto a reconhecer nossas condições morais, o que valemos? Por que não vamos demonstrar que possuímos também outras condições de inteligência, de cultura, de ciência? Por que não vamos trabalhar unidos? Pensemos nisso: por que não nos unimos em nossos ideais para amanhã podermos chegar a um resultado a que hoje todo mundo latino está pedindo que chegue? Reafirmo: o futuro dos notários está em mãos dos próprios notários.

O trabalho realizado nos cartórios produz mais ou menos dinheiro, mas já não digo que isso seja suficiente. Todos os dias devemos voltar o nosso pensamento para a profissão, pondo os nossos ideais dentro da profissão, porque assim estaremos contribuindo para o prestígio e dignidade da nossa profissão, estaremos trabalhando para o engrandecimento da nossa própria atividade.

Senhores, quando me levantei para falar, tinha um propósito: era ler alguns parágrafos da conferência que fiz na Primeira Jornada Notarial Argentina, sobre a função dos Colégios Notariais. Mudei de opinião. Isso se poderá ler em qualquer momento, se os senhores assim quiserem. Na verdade, eu sou propagandista da obra notarial. O meu mérito está apenas nisso. Estou nesse caminho há 35 anos e não desanimei, ainda.

Posso afirmar que se todos nós contribuirmos com o nosso - pequeno que seja - grão de areia, será levantado o grande edifício dos notários, - o notável edifício do notariado. Estou seguro de que, se todos nós, enamorados de nossa profissão, dedicarmos uma ou duas horas por dia a trabalhar pelos notários, a criar colégios, a promover o intercâmbio de opiniões, a usar a boa vontade que nunca faltou, haveremos de fazer coisas muito grandes e em tempo não muito remoto.

Felicitto, efusivamente, os decididos companheiros de São Paulo, que tiveram a excelente idéia de organizar esta Primeira Jornada Notarial Brasileira. Já me preveniram que dos 21 Estados, três ou quatro não estão aqui representados. Há sempre um que falta. A idéia é formar a Federação dos Colégios Notariais Brasileiros; é possível que se concretize desde que cada Estado se disponha a trabalhar pelo bem comum. Assim, dentro de 5, 8 ou 10 anos, se verá a importância enorme que teve a Primeira Jornada Notarial Brasileira, organizada com tanto acerto pelos notários do Estado de São Paulo.

Muito Obrigado."

Todos os oradores foram vivamente aplaudidos.

Encerrada a sessão solene, foram todos os notários convocados para as sessões plenárias que tiveram curso nos dias seguintes e nas quais foram amplamente debatidos todos os pontos de temário organizado, e cujas conclusões vão ser objeto de um relatório circunstanciado que a comissão promotora desta primeira jornada está elaborando e que será enviado a todos os participantes da mesma e também aos que o solicitarem.

PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

TE M ÁRIO

I - Da Organização Notarial.

a - Leis reguladoras da função. Aspirações.

b - Ingresso na carreira; títulos exigíveis. Leis existentes. Aspirações.

c - Criação e vacância, das serventias; seu provimento. Instituição da carreira. Aspirações.

d - Colégios Notariais.

e - Registro geral de atos de última vontade.

f - Regimento de custas. Formas. Aspirações.

g - Aposentadoria e pensões. Leis existentes. Aspirações.

h - Dos escreventes juramentados e demais auxiliares. Nomeação e demissão. Direitos e obrigações.

i - Relações dos Notários com o Fisco.

II - Do ato notarial.

a - Formas em geral. Estudos e sugestões para sua atualização.

b - Testemunhas instrumentarias.

c - Valor probante.

d - Uniformização dos poderes de procuração.

e - Reconhecimento de firmas. Seu valor. Formas.

f - Exigências fiscais.

PROGRAMA

DIA 8 (3ª feira)

11 horas - Recepção e coquetel na sede do Colégio Notarial de São Paulo, à Rua Senador Feijó, 176, 11.º andar.

21 horas - Sessão solene de instalação da Primeira Jornada - Notarial Brasileira. (Auditório da Associação Paulista de Medicina, à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 278).

DIA 9 (4ª feira)

9 horas - Primeira sessão ordinária (Auditório da Associação Paulista de Medicina).

- Almoço livre.

14 horas - Visita ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

17 horas - Segunda sessão ordinária (Auditório da Associação Paulista de Medicina).

DIA 10 (5ª feira)

9 horas - Terceira sessão ordinária (Auditório da A.P.M.).

- Almoço livre.

15 horas - Visita ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça.

17 horas - Quarta sessão ordinária (Auditório da A.P.M.).

21 horas - Concerto pela Orquestra Universitária de Concertos, no Teatro Universitário (Faculdade de Medicina, à Avenida Dr. Arnaldo).

DIA 11 (6ª feira)

9 horas - Quinta sessão ordinária (Auditório da A.P.M.).

- Almoço livre.

15 horas - Visita aos Exmos. Srs. Desembargadores Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça.

17 horas - Sexta sessão ordinária (Auditório da A.P.M.).

21 horas - Jantar oferecido aos participantes e às autoridades. (Restaurante Excelsior - Avenida Ipiranga).

DIA 12 (Sábado)

9 horas - Sétima sessão ordinária (Auditório da AX.M.).

- Almoço livre,

16 horas - Corridas no Jockey Club.

21 horas - Sessão solene de encerramento da Primeira Jornada Notarial Brasileira. (Auditório da A.P.M.).

DIA 13 (Domingo)

8 horas - Excursão a Santos. Almoço no Club de Pesca, na Ilha das Palmas.

Passeios.

18 horas - Regresso.

Colaboração

ALERTA, SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA!

AMELETTO MARINO

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Neves Paulista.

Nem ainda foi aplicada, em sua plenitude, a Lei 819, de 31-10-1950, que representa a maior conquista dos serventuários da justiça, no sentido de poderem obter a instituição da carreira e já apareceram diversos projetos, que estão em curso pela Assembléia, na intenção de darem outra redação a vários de seus dispositivos e que visam, no fundo, senão destruir, pelo menos dificultar os anseios legítimos e incontestáveis da nossa classe.

Há pouco tempo, o deputado Vicente Botta apresentou um projeto, que tornou o número 792/51, que manda dar nova redação ao item VI, letra a, do art. 20, da Lei 819. Esse item determina que seja atribuído um ponto para cada classificação anterior obtida pelo candidato; e o autor do referido projeto pleiteia que só seja contado esse ponto quando se trate de cartório equivalente, isto é, si se tratar de ofício do registro civil das pessoas naturais, só terá direito a esse ponto, se o candidato tiver obtido classificação anterior em concurso dessa natureza e assim sucessivamente.

Discordamos, in totum, com essa reforma, pois, como é sabido, a legislação anterior - Decreto n. 5130, de 1931; Decreto Lei n. 111.068, de 1940 e Decreto Lei n. 14.520, de 1945, estabeleciam concursos de PROVAS E TITULOS e, neles, como acontecia com os escreventes habilitados do Juízo de Direito, podiam intervir quaisquer serventuários, escreventes e bacharéis para qualquer ofício de justiça e ali, perante a Comissão Examinadora, revelavam suas aptidões, seus conhecimentos, a sua "tarimba". Muitas vezes, a surpresa da classificação era geral, pois que surgiam sempre novos valores que suplantavam candidatos tidos como palpáveis.

Como, agora, numa simples modificação de redação vai se permitir que aqueles que não hesitaram em enfrentar uma banca examinadora, tenham um desfalque em seu patrimônio funcional, pois a tanto equívale reconhecer-se que obtiveram classificação, mas que esta, por se tratar de natureza diferente, não lhes dá qualquer direito? Será lícito esse procedimento? Parece-nos que não. Ao contrário. Esses candidatos é que deviam merecer preferencia, pois, mesmo em assunto diferente daquele que lhes é peculiar, mostraram a sua atividade e a sua capacidade, tanto que lograram obter uma classificação que é mais difícil e penosa.

Mas, o mais lamentável e lastimável, é o enxerto que se quer introduzir nesse famigerado 792. E

mais lastimável porque tal enxerto é de autoria de um serventuário de justiça. Verdade que esse serventuário não entrou pela porta estreita e apertada do concurso, mas sim pela larga estrada da livre nomeação, quando a escola era risonha e franca. Que deseja o deputado Narciso Pieroni, na emenda n. 1, publicada pelo Diário da Assembléia, em 27-11-1951, página 30? Apenas isto: § 1.º - Fica AUTOMATICAMENTE INCLUIDO NA LISTA TRIPLICE que será remetida à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, para O COMPETENTE PROVIMENTO, o oficial maior que na época em que se verificar a vacância do cartório em que serve, tenha exercido esse cargo há mais de dez anos."

Em sua justificativa, afirma esse deputado que nada mais justo do que isso que pretende, visto que os oficiais maiores devem ter a possibilidade de pleitearem a nomeação para o cartório em que trabalham. Ninguém nega que os escreventes e os oficiais-maiores devem usufruir melhores regalias. Mas, ir até onde deseja aquele deputado é muito longe, e com evidente detrimento dos serventuários da justiça, especialmente dos que mourejam em vilarejos e pequenas cidades do interior e que constituem a grande maioria e que, sendo assim, não deve ser prejudicada. A vingar aquela emenda, os melhores cartórios do Estado jamais poderão ser providos por serventuários, os quais, além de todos os obstáculos, irão agora encontrar, AUTOMATICAMENTE PREENCHIDO, um dos três lugares que poderiam alcançar, depois de longos anos de sacrifícios, lutas e dificuldades. Se é certo que não pode haver distinção de classe e de que todos são iguais perante a lei, aquela esdrúxula emenda não poderá jamais obter acolhida, ainda mais se levar em linha de conta que o art. 30, da Lei 819, já deu aos escreventes em geral, incluídos os oficiais maiores, regalias que os próprios serventuários não possuem e que assim se expressa: "Fica equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção o escrevente que na data da promulgação desta lei contar:

a) mais de 5 até 10 anos de serviço, para os cargos de 1ª. e 2ª. classe;

b) mais de 10 anos de serviço, para os cargos de 3ª. e 4ª. classe."

Serventuários! Lutemos, com denodo o esforço, pela manutenção dos direitos que já conquistamos, à custa de suor, lágrimas e sangue. Telegramas, ofícios, cartas e solicitações devem ser feitas aos poderes competentes, no sentido de que seja mantido, sem modificações extravagantes, o atual sistema de provimento dos ofícios de justiça.

ALTISÃO FANTASMAGORICA **ANTONINO CINTRA - Sta. Adélia**

No que tange a lei da aposentadoria dos servidores de justiça, nem tudo que se tem pronunciado na Assembléia Legislativa, se afere pela equânime hermenêutica. Prezamos muito os dignos parlamentares que integram o corpo legislativo e não ignoramos o muito que praticam em pró1 da causa comum e que é a causa da coletividade. Todavia isso não nos inibe de dizer aquilo que sentimos e que o fazemos sem intuito algum de molestar quem quer que seja. A democracia nos confere esse direito. Ao apagar das luzes, na última sessão legislativa do ano expirante, foram ao plenário proposições, substitutivos e algumas discussões todas atinentes à lei da aposentadoria dos servidores de justiça, notadamente dos serventuários. Mas tudo morreu no preâmbulo, ao apagar das luzes.

É obvio que o que teve começo, seja ultimado sem desdouro para ninguém e que tudo possa corresponder com uma respeitável, mas que julgamos destoante, apreciação, e aí a razão destas linhas descoloridas, mas sinceras. O Sr. deputado Fernandes Bertola, a quem rendemos o culto da admiração, ao fazer a apreciação sobre a lei em apreço, não foi muito feliz com sua hipérbole ao criticar a tabela de vencimentos dos serventuários aposentados. Dando mesmo a entender que a tabela não passava de uma sinecura, para enriquecer os serventuários aposentados. Começamos por descriminar as entrâncias e os proventos computados: 1ª., 2ª., 3ª., e 4ª. entrâncias, respectivamente com 5, 6, 8 e 11 mil cruzeiros mensais.

Os serventuários aposentados de 1a. e 2a. entrâncias ficam com vencimentos inferiores aos delegados de polícia de 4 e 5ª. classes; basta este único exemplo entre os demais de maior vulto. Não nos parece para enriquecer os proventos estipulados e notadamente aqueles cuja existência já se vai declinando para a eternidade. Corno se vê, a alusão não deixa de ser fantasmagórica. Acontece que os serventuários de 3ª. e 4ª. entrância e que parecem melhor

aquinhoados, raríssima exceção requererá sua aposentadoria. Porque não trocam o melhor pelo pior. Entendam agora como quiserem. Agora o dislate maior é a comparação que se faz com aposentadorias de funcionários de autarquias que se aposentam com 400 cruzeiros mensais. Trata-se, na realidade, de um paralelismo que desanda por inconsistente. Malbaratêia-se a aplicação da selagem de 5% sobre os emolumentos cobrados em todos os cartórios. Não possuímos comprovantes que possam dizer sobre o montante da selagem despendida, mas o que se arrecada em todas as estações arrecadoras não é coisa de somenos importância. Podemos dizer que da perfeitamente para cobrir todas as despesas com a exiguidade do número de serventuários que requereram aposentadoria.

Agora resta os escreventes. Estes na sua maioria estão concorrendo com os 5% sobre seus vencimentos para com a Caixa do Instituto de Previdência. E, se não tivesse sido vetado uma tabela de vencimentos a eles conferido pela Assembléia Legislativa, sensivelmente, também seria o número de aposentados, visto que na sua maioria percebem ordenados irrisórios. Esperamos que tudo quanto estamos falando não passe de uma tempestade em copo de água e que serenamente, o poder legislativo pelos seus pares, dê a Cezar o que a Cezar pertence e dê a Deus o que a Deus pertence.

Acha o colega de valor o nosso Boletim? Pois a sobrevivência dele depende de si, da sua ajuda, da sua colaboração.

Serventuário - Inscreva-se no quadro social da nossa Associação para prestigiar a sua classe.

DO TESTAMENTO E DISPOSIÇÕES DE ÚLTIMA VONTADE

ARGEMIRO RICARDO CASTOR

Oficial maior do cartório do I.º Ofício, de Pompéia.

Segundo dispõe o nosso Código Civil, em seu artigo 1626, testamento é o "ato revogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois de sua morte".

As declarações de última vontade poderão, ser alteradas, modificadas ou mesmo inteiramente revogadas por outro testamento em que o testador assim o declare expressamente. Além das disposições sobre bens, direitos e haveres, poderão ser feitas declarações pelas quais se instituem herdeiros e legatários e se façam indicações de testamentários que dêem cumprimento às disposições do testador, uma vez ocorrido o falecimento deste.

São reconhecidos como testamentos ordinários (art. 1629 do Código Civil Brasileiro) : a) o público; b) o cerrado; c) o particular. Proíbe, a lei, o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo. Como testamentos especiais são admitidos o marítimo e o militar. - Existe ainda o codicilo que é o escrito particular, de próprio punho, datado e assinado pelo testador, e pelo qual se faz disposições especiais sobre enterro, esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou jóias, não mui valiosas, de uso pessoal. Pelo codicilo, da mesma, forma que no testamento, se poderá. nomear testamentários, ou substituí-los.

No testamento público, deverão ser preenchidas as formalidades ou requisitos exigidos pelo artigo 1632 do Cod. Civil: I - Ser escrito por Oficial público (Tabelião) em seu livro de notas, de acordo com o ditado ou as declarações do testador, em presença de cinco testemunhas. II - As cinco testemunhas devem assistir a todo o ato. III - Depois de escrito o testamento, deve ser lido pelo Tabelião na presença do testador e das testemunhas, podendo também a leitura ser feita pelo próprio testador, se o quiser, perante o tabelião, que o lavrou e as testemunhas instrumentárias. IV - Em seguida à leitura, deve o ato ser assinado pelo testador, testemunhas e pelo oficial. Este especificará no testamento cada uma das formalidades supra referidas, devendo portar por fé de haverem sido elas cumpridas fielmente. Faltando, ou não mencionando o Tabelião alguma dessas formalidades, o testamento será nulo, caso em que o Oficial será responsável civil e criminalmente, de conformidade com o que preceitua o artigo 1634, em seu

parágrafo único. As declarações do testador só poderão ser feitas no idioma nacional.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, considera-se habilitado a testar publicamente aquele que puder fazer, de viva voz, as suas declarações e verificar, pela sua leitura, haverem sido elas exaradas fielmente. A pessoa inteiramente surda, sabendo ler, poderá fazer testamento, cuja leitura será por ela procedida. O surdo que não souber ler, designará, em presença das testemunhas, pessoa que faça a leitura em seu lugar, do que se fará menção expressa no respectivo instrumento.

O surdo-mudo ou pessoa que, por qualquer forma, achar-se impossibilitada de fazer as declarações exigidas por lei, estará impossibilitado de testar. As pessoas cegas somente será permitido o testamento público que, feito com todos os requisitos já indicados lhes será lido, em voz alta, duas vezes, uma pelo tabelião e outra por uma das testemunhas, designada pelo testador, devendo essa circunstância ser expressamente mencionada no instrumento público. Essa exigência de ser o testamento lido uma vez pelo Oficial e outra pela testemunha designada visa tornar difícil qualquer trapaça que porventura queira fazer um. Tabelião sem escrúpulos, o que, em nossos dias, seria difícil de acontecer, pois é notório que o nosso quadro de Serventuários da Justiça está preenchido por pessoas honestas e capazes e que sabem muito bem prezar o alto e honroso cargo que ocupam.

Quanto a revogação de testamento, pode ser ela total ou parcial; nesta última hipótese ou caso o testamento posterior não contenha cláusula, revogatória expressa, o anterior substituirá em tudo que não for contrário ao posterior, tudo de conformidade com o preceituado no artigo 1747 e § único do Cod. Civil.

Relativamente ao testamento cerrado, que deve ser escrito pelo próprio testador ou por outrem a seu rogo, caso não saiba fazê-lo, é requisito essencial que seja ele aprovado por Tabelião, perante as testemunhas, lavrando-se auto circunstanciado.

Consoante dispõe o art. 1650, ns. I a V do C. C. B., não podem ser testemunhas em testamentos: - Os menores de dezesseis Anos; os loucos de todo o gênero; os surdos-mudos e os cegos; o herdeiro instituído, seus ascendentes e descendentes, irmãos e cônjuges; os legatários. Também não poderão servir como testemunhas as pessoas que não saibam assinar.

A capacidade de testar é conferida a todas as pessoas que, por lei, não forem declaradas incapazes. Poderão fazer testamento: a mulher casada, independentemente de autorização do marido; os falidos, porque a falência não afeta o exercício de seus direitos personalíssimos, e tais são os que eles exercem. como homens e membros da família. As pessoas jurídicas não é conferido o direito de testar, isto porque a capacidade testamentaria ativa é um direito de pessoas físicas ou naturais. São incapazes de testar: - os menores de 16 anos, os loucos de todo o gênero e os que, ao testar, não estejam em perfeito juízo; e ainda os surdos-mudos que não puderam manifestar sua vontade.

No testamento, deverá o testador especificar a existência de algum codicilo porventura feito anteriormente, confirmando-o pois, do contrário, ficará revogado e de nenhum efeito o codicilo.

Por estas notas, que aqui encerro, vê-se, creio eu, o quanto de atenção e cautela devem ter os notários ao tomar, sob suas responsabilidades, a lavratura de um instrumento de disposições de última vontade.

Leis e Decretos - DECRETO N. 21.115 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1951

Dá regulamento aos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12, 13, 35, 36, 37 e 57 da Lei n. 1297, de 16-11-51; modifica o regulamento para o recolhimento, em parcelas, do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" e dá outras providências.

CAPÍTULO II

Do pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" em parcelas, nas promessas ou compromissos de compra e venda de imóveis.

Artigo 47 - Nas promessas ou compromissos de compra e venda de imóveis urbanos de residência, cujos valores não excedam os mencionados no parágrafo 1.º deste artigo, para morada do promitente comprador ou compromissário com sua família, desde que estes não sejam proprietários de outro imóvel urbano no lugar de seu domicílio, estipulado o pagamento do preço em prestações, poderá o imposto devido ser pago em parcelas proporcionais a essas prestações.

§ 1.º - Os valores a que se refere este artigo são os seguintes:

	Cr\$
Na Capital e em Santos.....	200.000,00
Nas cidades de mais de 25.000 habitantes exceto a Capital e Santos..	120.000,00
Nas cidades de mais de 15.000 até 25. 000 habitantes.....	80.000,00
Nas de 5. 000 até 15. 000 habitantes.....	60.000,00
Nas de menos de 5. 000 habitantes.....	40.000,00

§ 2.º - Tratando-se de terrenos não edificados, os limites admitidos, para efeito da aplicação do disposto neste artigo, serão os equivalentes a 1/3 (um terço) dos previstos no parágrafo anterior.

§ 3.º - A faculdade prevista neste artigo se estende As promessas ou compromissos de compra e venda de terras rurais de valor não superior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), quando as cultive diretamente o promitente comprador ou compromissário que não possua outro imóvel no lugar de seu domicílio.

§ 4.º - Aplica-se ao cessionário dos direitos decorrentes da promessa ou compromisso de compra e venda o disposto neste artigo.

Artigo 48 - Poderá o promitente comprador ou compromissário ou o cessionário de seus direitos, em qualquer tempo, dentro do prazo originariamente fixado no contrato para o pagamento do preço do imóvel, requerer o pagamento do imposto em parcelas.

Parágrafo único - O requerimento será dirigido ao Chefe do Posto Fiscal da situação do imóvel, no interior ou ao Diretor da Diretoria de Impostos e Taxas sobre a Riqueza Imobiliária, se o imóvel estiver situado na Capital e dele deverá constar:

- I - a data do contrato e o nome do promitente vendedor, a área e a localização do imóvel, o preço da aquisição, a importância do sinal ou arras dado e o número de prestações em que se divide o preço e a data do vencimento das prestações;
- II - a declaração do requerente de que não é proprietário de outro imóvel urbano no lugar de seu domicílio, quando se tratar de imóvel para residência com sua família, ou de que não é proprietário de outro imóvel quando se tratar de terras rurais;
- III - a declaração de que o imóvel urbano se destina à residência do requerente com sua família, ou de que as terras rurais serão por ele diretamente cultivadas, conforme o caso.

Artigo 49 - Em qualquer dos casos referidos no artigo 47, o pagamento do imposto será feito nas datas em que se venceram as prestações estipuladas no contrato, por meio de estampilhas próprias aplicadas em cadernetas especiais, conforme modelo anexo.

§ 1.º - A parcela do imposto relativa a importância dada pelo promitente comprador ou compromissário, a título de sinal ou arras, será dividida pelo número de prestações estabelecidas para pagamento do restante do preço, adicionada em partes iguais As parcelas do imposto referente as prestações contratuais e recolhida juntamente com estas.

§ 2.º - A inutilização das estampilhas caberá ao contribuinte, que a executará com a data e assinatura lançadas de maneira que em parte recaiam na estampilha, e em parte no papel, reproduzindo ainda a data abreviada em cada estampilha, ou por meio de carimbo que contenha

o seu nome e a data, ainda que abreviada.

§ 3.º - Verificado o atraso no pagamento, será o contribuinte notificado a recolher, dentro de 15 dias, a importância da parcela do imposto acrescida de 20% (vinte por cento).

§ 4.º - É fixado em Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o mínimo de cada parcela do imposto, devendo ser arredondadas para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) as frações desta importância e ajustadas em favor do contribuinte, nas últimas parcelas, as diferenças de arredondamento.

Artigo 50 - É facultada a antecipação do pagamento de parcelas do imposto relativas as prestações vencidas.

Artigo 51 - O pagamento do imposto em parcelas será autorizado com base no valor do imóvel apurado pelo Fisco observando-se, para efeito da avaliação, o valor correspondente a data em que for apresentado o pedido a repartição fiscal.

Parágrafo único - A primeira parcela do imposto corresponderá ao que for devido pelas prestações já pagas, ou vencidas, inclusive as partes da parcela do imposto correspondente A importância do sinal ou arras, conforme o disposto no § 1.º do artigo 49 feito o ajustamento de valor referido neste artigo.

Artigo 52 - No caso de cessão, da promessa ou compromisso de compra e venda, em que o imposto venha sendo pago, parceladamente, opera-se em favor do cessionário a sub-rogação no direito relativo, às parcelas já pagas.

§ 1.º - Se o cessionário reunir as condições exigidas no artigo 47 poderá. continuar o pagamento parcelado do imposto devendo, em caso contrário, efetuar de uma só vez, no momento da cessão, o pagamento da diferença necessária para a liquidação da importância total do imposto devido.

§ 2.º - No caso do cessionário, prosseguir no pagamento do imposto em parcelas, deverá apresentar à repartição fiscal a cardeneta do cedente para que seja feita a anotação da sub-rogação havida.

Artigo 53 - Depois de completado o pagamento, a repartição arrecadadora da situação do imóvel fornecerá ao contribuinte, mediante a entrega da caderneta a guia de recolhimento do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" preenchida com os dados referidos nos artigos 34 e 35 do Livro V do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255, de 23 de abril de 1937), acompanhada do conhecimento do imposto, para ser transcrito na escritura definitiva.

Artigo 54 - Se, em qualquer tempo, se verificar a inexatidão das declarações mencionadas no parágrafo único do artigo 48 ou deixar o contribuinte de atender a notificação referida no § 3.º do artigo 49 sem justo motivo a repartição fiscal providenciará a liquidação do imposto total, notificando o promitente comprador ou compromissário para recolher o restante devido, dentro de 30 dias, sob pena, de cobrança executiva, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Artigo 55 - A caderneta deverá ser exibida aos funcionários fiscais, quando por estes exigida, para a verificação do pagamento das parcelas do imposto.

CAPÍTULO III

Do imposto do selo

Artigo 56 - Estão sujeitos ao pagamento do imposto do selo proporcional, a que se refere o artigo 4.º do Livro VIII do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8.255, de 23 de abril de 1937), os certificados de propriedade de veículos motorizados.

§ 1.º - O imposto será. calculado a taxa de 3% (três por cento) sobre o valor do veículo e pago por verba.

§ 2.º - O valor do veículo para os efeitos deste artigo, será o que for declarado no documento comprobatório da sua aquisição.

§ 3.º - Sendo omissa o documento a que alude o parágrafo anterior, no tocante ao valor, ou sendo este, a juízo do Fisco, inferior ao da cotação do mercado, proceder-se-á, para o efeito de ser calculado o imposto, a avaliação do veículo.

§ 4.º - A avaliação do veículo será feita por funcionários fiscais do quadro da Secretaria da Fazenda.

§ 5.º - Da avaliação será notificado o proprietário do veículo, que dela poderá reclamar, no prazo de trinta dias, pelo modo estabelecido na regulamentação em vigor, dirigindo-se ao Diretor da Diretoria de Impostos e Taxas sobre a Riqueza Imobiliária, do Departamento da Receita, na Capital, ou aos Delegados Regionais de Fazenda, no interior.

Artigo 57 - Estão isentos do pagamento do imposto do selo proporcional, a que alude o artigo anterior, os certificados de propriedade de veículos motorizados, quando, sobre a operação da qual decorra a expedição do certificado houver sido pago o imposto sobre vendas e consignações.

§ 1.º - Estão, igualmente, isentas desse pagamento as substituições de certificados decorrentes de:

- a) simples alterações de características do veículo;
- b) modificações da cláusula "com" para "sem" reserva de domínio, desde que comprovado o pagamento do imposto devido na operação originária.

Artigo 58 - A prova do pagamento do imposto sobre vendas e consignações, de que trata o artigo anterior, será feita mediante a juntada de documento fiscal regular emitido pelo vendedor, ou, sendo o caso, mediante atestado fornecido pela repartição fiscal do domicílio do mesmo.

Artigo 59 - O imposto do selo sobre atos emanados dos poderes do Estado e negócios de sua economia ou regulados por lei estadual, devido de acordo com a tabela "B" anexa a lei n. 185, de 13 de novembro de 1948, passa a ser arrecadado com o acréscimo fixo de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

TÍTULO III

Das disposições gerais

Artigo 60 - As infrações ao presente Decreto, para as quais não haja sanção expressamente indicada, sujeitam os responsáveis as penalidades previstas no Livro XXII do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 8. 255, de 23 de abril de 1937), com as modificações posteriores.

Artigo 61 - Este Decreto entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 29 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 29 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subs.

MODELO A QUE SE REFERE O ARTIGO 49

CADERNETA PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

"INTER-VIVOS"

(Decreto n de de)



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Nome e endereço do compromissário

comprador:

Nome e endereço do promitente

vendedor:

Natureza do

contrato:

..... Data

do contrato:.....

Preço contratual:

Cr\$ N. de

prestações:.....

Data do vencimento das

prestações:

Importância da prestação contratual, excluídos os

Juros:

Importância, do sinal ou arras:

Cr\$

Valor do imóvel para efeito fiscal: Processo

n.º

Valor da parcela do imposto.....Situação do

imóvel:

Confrontações:

.....

.....

.....

Área do terreno:

Área da

construção: n.º da averbação

no Registro de

Imóveis:

7 cm X 8 cm

1.ª prestação

2.ª prestação

3.ª prestação

4.ª prestação 5.ª prestação 6.ª prestação

(OBSERVAÇÕES: - Com 120 quadrados, aproveitando o verso do papel).

LEI N. 1.505, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1951

Dispõe sobre isenção de todos os impostos estaduais das propriedades do valor não excedente de Cr\$ 100.000.000,00, pertencentes a cegos e tuberculosos internados em sanatórios.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam isentas de todos os impostos estaduais as propriedades de valor não excedente de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), pertencentes a cegos e tuberculosos internados em sanatórios.

Parágrafo único - A isenção mencionada neste artigo será concedida a requerimento do interessado, feita a prova da propriedade dos imóveis e do seu valor.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 28 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
- Diretor Geral, Substituto.

D. O. 29/12/51.

LEI N. 1.470, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Dispõe sobre financiamento para construção de casas de tipo popular.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Estado proporcionará a brasileiros ou a estrangeiros com mais de dez anos de residência no País, ou com filhos brasileiros, a aquisição de moradia do tipo popular em zona urbana ou rural.

Parágrafo único - Serão atendidos, preferencialmente, os interessados com um ou mais filhos, menores e cuja renda bruta anual não ultrapasse a trinta e seis mil cruzeiros.

Artigo 2.º - Para o fim previsto no artigo anterior será, anualmente consignada no orçamento do Estado dotação de importância equivalente a da previsão do produto da majoração da taxa dos impostos de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" e de transmissão de propriedade "causa mortis", prevista no artigo 1.º do decreto-lei n. 17.235, de 21 de maio de 1947.

§ 1.º - Da dotação de que trata este artigo será utilizada, em benefício da população de cada município, importância igual a produzida no mesmo município pela taxa de 1% criada pelo decreto-lei n. 17.235, de 21 de maio de 1947.

§ 2.º - No corrente exercício a despesa decorrente do disposto no artigo 1.º será atendida com os recursos provenientes da anulação parcial da verba 375 - 8.99.4 do orçamento vigente, abrindo-se, oportunamente o crédito respectivo.

Artigo 3.º - Ficam revogados os artigos 2.º e 3.º do decreto-lei n. 17.235, de 21 de maio de 1947.

Artigo 4.º - A execução do disposto no artigo 1.º fica atribuída à Caixa Estadual de Casas para o

Povo (C. E. C. A. P.), criada pela Lei n. 483, de 10 de outubro de 1949.

§ 1.º - Para efeito do cumprimento deste artigo a Secretaria da Fazenda entregará, mensalmente, à Caixa Estadual de Casas para o Povo, por conta da dotação a que alude o artigo 2.º, e até o limite dessa dotação, importância equivalente a arrecadada, a título da taxa criada pelo artigo 1.º do decreto-lei n. 17.235, de 21 de maio de 1947.

§ 2.º - Excedida a previsão orçamentária da receita correspondente a taxa referida no parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial a ser coberto com o excesso de arrecadação da mesma taxa.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São, Paulo, aos 26 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

Publicada, na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 27 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Substituto.

D. O. 28/12/51.

LEI N. 1.423, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Dispõe sobre isenção de impostos estaduais em todas as aquisições, "inter-vivos" ou "causas mortis" feitas por instituições religiosas.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei,

Artigo 1.º - Ficam isentas de impostos estaduais todas as aquisições, "inter-vivos" ou "causa mortis", feitas por instituições religiosas de qualquer culto, regularmente constituídas e de caráter não econômico.

Artigo 2.º - As isenções de que se trata esta lei serão concedidas pelo Secretário da Fazenda, a requerimento da instituição interessada e mediante prova de sua regular constituição.

Artigo 3.º - Ficam canceladas todas as dividas fiscais das instituições religiosas de que trata o artigo 1.º oriundas de impostos cuja isenção é prevista nesta lei.

Parágrafo único - As dividas já ajuizadas somente serão canceladas desde que os interessados paguem as custas e despesas judiciais relativas aos processos em cobrança.

Artigo 4.º - O favor concedido pela presente lei não dá direito a qualquer restituição de imposto já pago, no todo ou em parte.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de

dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Substituto.

D. O. 25/12/51.

LEI REVOGANDO A COBRANÇA DO IMPOSTO DE MEIA SISA, NAS CESSÕES DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA.

LEI N. 1.395, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

Revoga a artigo 23 da Lei n. 185, de 13 de novembro de 1948.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica revogado o artigo 23 da Lei n. 185, de 13 de novembro de 1948.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de dezembro de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Loureiro Junior

Mario Beni

J. Canuto Mendes de Almeida

Elpidio Reali

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral, Substituto.

Publicado no Diário Oficial de 22 de dezembro de 1951.

D. O. 22/12/51.

A sua colaboração, prezado colega, é necessária. Contribua com a sua experiência, com o seu talento, para as páginas do nosso Boletim.

Leis Federais

LEI N.º 1.473 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1951

Dispõe sobre recursos financeiros para a Fundação da Casa Popular, altera. a Lei do Selo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O Orçamento Geral da República, nos 10 (dez) exercícios financeiros subseqüentes à publicação desta Lei, consignará em favor da Fundação da Casa Popular, no Anexo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes contribuições:

1.º	exercício		Cr\$	200.000.000,00
2.º	exercício		Cr\$	180.000.000,00
3.º	exercício		Cr\$	160.000.000,00

4.º	exercício		Cr\$	140.000.000,00
5.º	exercício		Cr\$	120.000.000,00
6.º	exercício		Cr\$	100. 000. 0000
7.º	exercício		Cr\$	80.000.000,00
8.º	exercício		Cr\$	60.000.000,00
9.º	exercício		Cr\$	40.000.000,00
10.º	exercício		Cr\$	20.000.000,00

Art. 2.º - Fica revogado o art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946.

Art. 3.º - Os contratos de compra e venda e de doação de bens imóveis, os empréstimos garantidos por hipoteca, anticrese ou penhor civil e de promessa de compra e venda ou de doação de bens imóveis de valor igual ou superior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) pagarão o imposto de selo proporcional de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) ou fração.

§ 1.º - Os papéis referidos neste artigo quando o seu valor for inferior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) continuam sujeitos a taxação prevista na Tabela do Decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946.

§ 2.º - No caso de contrato de compra e venda observar-se-ão as notas do art. 38 da tabela anexa ao Decreto-lei n.º 4.274, de 17 de abril de 1942, com a alteração constante do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946.

Art. 4.º - Fica elevado para 10% (dez por cento) o imposto sobre o lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias de que tratam o Decreto-lei n.º 9.330, de 10 de junho de 1946, a Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947 e o Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Art. 5.º - A preferência para a aquisição ou construção de moradia de que tratam o art. 6.º e o parágrafo único do Decreto-lei n.º 9.218, de 1.º de maio de 1946, só prevalecerá se os candidatos ali mencionados não perceberem depois das deduções do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, renda global líquida superior a Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) e tenham no mínimo cinco pessoas sob a sua dependência econômica.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor no início do próximo exercício financeiro.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana.

Diário da União de 24/12/51.

LEI N.º 1.533, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

Alteração das disposições relativas ao mandado de segurança

O presidente da República assinou em 31 de dezembro findo a lei n. 1.533 que altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança. É o seguinte o texto dessa lei: "Art. 1.º - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus", sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

§ 1.º - Consideram-se autoridade para os efeitos desta lei os administradores ou representantes das entidades autárquicas e das pessoas naturais ou jurídicas com funções delegadas do poder público, somente no que entende com essas funções.

§ 2.º - Quando o direito ameaçado ou violado couber a varias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

Art. 2.º - Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as conseqüências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União Federal ou pelas entidades autárquicas federais.

Art. 3.º - O titular de direito liquido e certo, decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado, judicialmente.

Art. 4.º - Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos desta lei, impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma ao juiz competente, que poderá determinar seja feita pela mesma forma a notificação à autoridade coatora.

Art. 5.º - Não se dará mandado de segurança quando se tratar:

- I - de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução;
- II - de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição;
- III - de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

Art. 6.º - A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos artigos 153 e 159 do Código do Processo Civil, será apresentada em duas vias e os documentos, que instruírem a primeira, deverão ser reproduzidos, por cópia, na segunda.

Parágrafo único - No caso em que o documento necessário a prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recuse fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em copia autentica e marcará para cumprimento da ordem o prazo de cinco dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá copias do documento para juntá-las a segunda via da petição.

Art. 7.º - Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

- I - que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de cinco dias, preste as informações que achar necessários;
- II - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida

Art. 8.º - A inicial será desde logo indeferida quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta lei.

Parágrafo único - De despacho de indeferimento caberá o recurso previsto no art. 12.

Art. 9.º - Feita a notificação, o serventuário em cujo cartório corra o feito juntará aos autos cópia autentica do ofício, endereçado ao coator, bem como a prova da entrega a este ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo.

Art. 10 - Findo o prazo a que se refere o item 1 do art. 7.º e ouvido o representante do Ministério Público dentro em cinco dias, os autos serão conclusos ao juiz, independente de solicitação da parte, para a decisão, a qual deverá ser proferida em cinco dias, tenham sido ou não prestadas

as informações pela autoridade coatora.

Art. 11 - Julgado procedente o pedido, o juiz transmitirá em ofício, por mão do oficial do juízo ou pelo correio, mediante registro com recibo de volta, ou por telegrama, radiograma ou telefonema, conforme o requerer o peticionário, o inteiro teor da sentença d autoridade coatora.

Parágrafo único - Os originais, no caso de transmissão telegráfica, radiofônica ou telefônica, deverão ser apresentados à agência expedidora com a firma do juiz devidamente reconhecida.

Art. 12 - Da decisão do juiz, negando ou concedendo o mandato, caberá o recurso de agravo de petição, assegurando-se as partes o direito de sustentação oral perante o tribunal "ad quem".

Parágrafo único - Da decisão que conceder o mandato de segurança recorrerá, o juiz "ex officio", sem que esse recurso tenha efeito suspensivo.

Art. 13 - Quando o mandato for concedido e o presidente do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos ou do Tribunal de Justiça ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença desse seu ato caberá agravo de petição para o Tribunal a que presida.

Art. 14 - Nos casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais, caberá ao relator a instrução do processo.

Art. 15 - A decisão do mandato de segurança não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

Art. 16 - O pedido de mandato de segurança poderá ser renovado se a decisão denegatoria não lhe houver apreciado o mérito.

Art. 17 - Os processos de mandato de segurança terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo "habeas-corpus". Na instância superior deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

Parágrafo único - O prazo para a conclusão não poderá, exceder de vinte e quatro horas, a contar da distribuição.

Art. 18 - O direito de requerer mandato de segurança extinguir-se-á decorridos cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Art. 19 - Aplicam-se ao processo do mandato de segurança os arts. 83 a 94 do Código do Processo Civil.

Art. 20 - Revogam-se os dispositivos do Código do Processo Civil sobre o assunto e mais disposições em contrário.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação".

LEI N.º 1.542 - DE 5 DE JANEIRO DE 1952

Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de Diplomata com pessoa de nacionalidade estrangeira.

O Congresso Nacional decreta e eu, promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os funcionários da carreira de Diplomata só poderão casar com estrangeira mediante licença do Ministro de Estado.

§ 1.º O interessado solicitará do Ministro de Estado licença para casar e este deferirá ou indeferirá a pedido, a vista de atestado fornecido pelo chefe da missão diplomática nos países de origem e de residência da pessoa com a qual o funcionário deseja contrair matrimônio.

§ 2.º Quando se tratar do chefe da missão, o atestado será fornecido pelo Chefe da missão mais próxima de superior ou igual categoria.

§ 3.º Quando o Chefe da missão não puder atestar favoravelmente as qualidades morais da noiva, por impossibilidade de indagação, fidedigna, fará uma declaração nesse sentido e a licença será negada.

§ 4.º Quando o chefe da missão, não conhecendo a noiva, ou considerando inconveniente o casamento, atestar favoravelmente, incorrerá na perda do cargo.

Art. 2.º O funcionário da carreira de Diplomata casado com pessoa de nacionalidade estrangeira não poderá, servir no país de origem do seu cônjuge, salvo decisão em contrário do Presidente da República.

Senado Federal, em 5 de janeiro de 1952.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

D. O. 12/1/52.

Corregedoria Geral da Justiça

PROVIMENTOS

As habilitações de casamento, não devem sofrer solução de continuidade, no período de férias forenses.

Sala 517 - 5.º Pavimento

Despachos proferidos:

N. 3309 - Juízo de Direito - Monte Alto - "Acuse-se o recebimento, com a declaração de que esta Corregedoria aprova inteiramente as providências determinadas pelos M. Juiz. Realmente, o provimento contem a melhor solução para a habilitação de casamentos, no período de férias forenses, em que não deve sofrer solução de continuidade. S. P. 10-1-52. (a.) Marcio Munhos".

Provimento n. 1-52 a que se refere o despacho supra: O Doutor Geraldo Amaral Arruda, Juiz de Direito da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo.

Considerando que o Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça do Estado, em resposta a consulta de um digno Promotor Público de uma das comarcas do interior (D.S. 1-1251), foi de parecer que não correm, durante as férias forenses coletivas os processos de habilitação matrimonial, regulados pelos artigos 742-744 do Código de Processo Civil, declarando ainda que devem os Curadores determinar aos adjuntos que não funcionem nesses processos durante as férias forenses coletivas;

considerando por outro lado, que as férias forenses coletivas foram estabelecidas apenas para o fórum judicial não abrangendo, portanto, os atos que são praticados no cartório do registro civil e perante o juiz de casamentos;

considerando mais que, se assim não fosse, dever-se-ia observar que o processo de habilitação de casamento, por lhe ser de todo estranha a idéia de litígio, se classificaria entre os atos de jurisdição voluntária, que podem ser processados e julgados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas;

Considerando mais que, durante as férias forenses coletivas, o Dr. Promotor Público não está impedido de continuar a funcionar como curador nas habilitações de casamento podendo ser substituído nos casos e forma previstos em lei;

Considerando ainda que as disposições legais relativas a intervenção do curador nos processos de habilitação de casamento são posteriores ao decreto estadual n. 6.400, de 1934, não se podendo, por isso concluir, do silêncio da lei, que esses processos devam ser suspensos durante

as férias forenses coletivas, tanto mais que a habilitação de casamento deve ser considerada processo de grande importância e urgência, pelos altos interesses de ordem moral e social que envolve;

Considerando, finalmente, que não devem ser criados obstáculos à constituição da família legítima e que, em muitos casos, a rápida realização de casamento poderá ser necessária para salvaguardar graves e legítimos interesses dos nubentes e da respectiva prole; determina:

a) devem continuar a se processar normalmente, nos cartórios competentes desta comarca, durante os períodos de férias forenses coletivas, as habilitações de casamento;

b) a ausência ou impedimento do curador de casamentos e do adjunto, inexistindo substituto legal, deverá ser comunicado ao juiz de direito da comarca, a fim de que seja nomeado substituto nos termos do art. 106 do Decreto-lei Estadual n. 11.058, de 1940. Publique-se, registre-se e cumpra-se. (a.) Geraldo Amaral Arruda - Juiz de Direito. Em 3 de janeiro de 1952. (Monte Alto).

D. J. 12/1/52.

Processo n. 8319 - Dr. Odilon Barco e outro - Pederneiras - "Indefiro o pedido. Esta Corregedoria já estabeleceu, que na hipótese dos nubentes não residirem no mesmo distrito ou comarca, o casamento terá, de realizar-se no distrito em que residir um deles. Só excepcionalmente deixará de prevalecer essa regra, o que não ocorre no presente caso:

São irrelevantes os motivos alegados pelos requerentes, para obter a celebração do casamento, em distrito diverso daqueles em que residem. - São Paulo, 11-11-52. (a.) Márcio Munhós".

D. J. 12/1/52,

PROVIMENTO N.º 4-51

O Desembargador João Batista Leme da Silva, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,
Determina aos Contadores e Escrivães da comarca da Capital que nos inventários arrolamentos atendam as seguintes recomendações -.

I - A entrega de autos "em confiança" deve ser definitivamente abolida. - Os procuradores processuais somente recebem os autos quando neles está aberta a vista e quando não haja, na espécie, texto de lei que mande correr o prazo em cartório. - E a responsabilidade do escrivão (art. 123, do Código de Processo Civil decorre da simples retirada irregular dos autos.

II - Após o calculo, a vista aos interessados a que se refere o art. 500 da lei processual será dada em cartório, não sendo admissível a entrega dos autos aos procuradores. - O prazo de cinco dias a que se refere o mesmo artigo é comum e corre, portanto, em cartório.

III - Feita a conta de liquidação, devem. os contadores devolver os autos a cartório, sem retê-los até a percepção de seus emolumentos. - Ha interesse da Fazenda Estadual no julgamento do cálculo, há interesse de órfãos, em geral, (art. 13 § único do Decreto-lei n. 14.978, de 29-8-1945) e não se justifica a paralisação de processos para garantia da percepção de emolumentos.

IV - Das guias para o recolhimento do imposto de transmissão "causa mortis" farão os escrivães constar a data em que foi julgada a liquidação e a do falecimento do inventariado.

V - Findo o prazo de dez dias para a avaliação sem a apresentação do laudo, devem ser conclusos os autos, ficando ao prudente critério dos Juizes a prorrogação do prazo, nos casos de retardamento por motivo justificável (V. arts. 958 e 38 do Cód. de Proc. Civil). Aos avaliadores faltosos deverão ser aplicadas as penalidades legais.

VI - A dispensa de precatória para avaliação (art. 482 § único) é matéria confiada ao critério dos Juizes, que verificarão a ocorrência dos pressupostos legais.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 19 de Novembro de 1951.

(a.) João Baptista Leme da Silva - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 6/12/51.

N. 8181 - Juízo de Direito do 2.º Ofício Criminal Santos - "Mantenho a decisão recorrida pelos fundamentos da sustentação de fls. 35 e 36. Ainda que a nomeação para o cargo de Oficial recaísse em pessoa não indicada pela legislação vigente, ainda nessa hipótese, a desvalia de tal nomeação não poderia ser proclamada em processo de caráter administrativo como o presente. S. P. 26-12-51. (a.) Leme da Silva".

N. 8256 - Carlos Quadrado - Cafelândia - "O Dr. Juiz de Direito de Cafelândia cassou a portaria que autorizou o escrevente Carlos Quadrado a subscrever certidões extrai das de autos e de demais processos do cartório do 2.º Ofício, onde aquele escrevente trabalha.

Da decisão, recorreu dito auxiliar, mas consigne-se, preliminarmente, que tal decisão não comporta recurso, - O art. 17 do Dec. n. 5.129, de 1929, com autorizar o serventuário a atribuir a seus escreventes a prática de determinados serviços e atos, não outorga ao escrevente a faculdade de interpor recurso, quando seja despojado daquela atribuição, maxime no caso de falta ou culpa no desempenho da referida delegação.

Da aplicação de penas disciplinares, previstas no art. 8.º do Dec. n. 6.697-A, de 20-10-1934, 6 que o interessado punido pode interpor os recursos mencionados no artigo 12 do Dec. citado. De qualquer sorte, a decisão inferior deve ser mantida, visto que a autorização concedida pelo serventuário, com aprovação do Juiz Corregedor permanente, constitui ato revogável, segundo as circunstâncias ocorrentes, como a desnecessidade dessa delegação ou quando esta se revele inconveniente, por este ou aquele motivo.

Pode o escrevente, segundo a convicção de seus superiores, desmerecer da sua confiança ou revelar ausência de certos atributos, indispensáveis a consecução da delegação que lhe foi outorgada. Acrescente-se que a própria Corregedoria já recomendou o uso moderado das designações permitidas pelo art. 17, do Dec. n. 5.129. V. portaria já baixada. S. P., 26-12-51. - (a.) Leme da Silva".

D. J. 29/12/51.

N. 7.089 - José de Freitas Guimarães - Lacio - Marília - Pretende agora o requerente seja incluída no tempo, como se fora de efetivo exercício o que se refere ao período de seu afastamento, à disposição de órgãos do poder executivo ou seja a Prefeitura, Municipal de Caçapava. Tal pretensão não merece agasalho pois que o Eg. Tribunal já decidiu que tal período de tempo deve ser excluído da contagem, atendendo a que o afastamento não só efetivou com observância dos requisitos legais, inclusive anuência do chefe do Poder Judiciário. - São Paulo, 11-12-51, (a) Leme da Silva.

D. J. 13/12/51.

N. 8.383 - José Carlos Ferreira Cardoso - Capital "Em regra os provimentos desta Corregedoria contém instruções de caráter geral a serem observadas por todos os serventuários da justiça.

Acresce que o provimento 4-51 provocado pela Procuradoria Fiscal da Fazenda - trata de assunto de grande interesse para a administração.

A defesa do erário público tem-se de estender a todas as Comarcas do Estado. Mais uma razão para que o aludido provimento não sofra restrições em qualquer delas. S. Paulo, 4-3-52. (a.)



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

Marcio Munhoz.

D. J. 6/3/52.

Informações Várias COLÔNIA DE FÉRIAS AOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO

Recebermos do Centro Professorado Paulista o seguinte ofício:
Senhor Presidente.

Atendendo telefonema hoje recebido dessa Associação e confirmando nosso ofício de 24 de Setembro último, pelo qual oferecemos as regalias da Colônia de Férias "Prof. Sud Mennucci", mantida pelo Centro do Professorado Paulista em Mongaguá - Praia Grande - temos o prazer de fornecer a V. S. mais detalhes a respeito.

Os sócios da Associação dos Serventuários da Justiça, gozarão, das mesmas regalias oferecidas aos filiados do C.P.P., fora dos períodos de férias escolares e com exceção dos dias de Carnaval, Semana Santa e feriados seguidos.

Assim sendo, eles, os cônjuges e filhos menores, que vivam às suas expensas, pagarão, a diária de Cr\$ 35,00, sendo que os menores de 2 anos completos a 10 incompletos, são taxados em Cr\$ 20,00 diários, e os menores de 2 anos lá permanecerão gratuitamente: Os demais parentes pagarão Cr\$ 50,00 diários.

Dessa maneira, os interessados deverão apresentar-se na Secretaria do C.P.P. (das 12 As 18 horas), munidos de prova de que pertencem ao quadro social da Associação dos Serventuários da Justiça, onde farão o recolhimento da importância correspondente ou, ainda, poderão fazer o pagamento diretamente à A.S.J. que, por sua vez, retirará a necessária guia em nossa sede.

Aguardando suas ordens, subscrevemo-nos,
atenciosamente
COLÔNIA DE FÉRIAS "PROF. SUD MENNUCCI"
FLAVIO GOLIMI
(Diretor).

Ilmo. Sr.

Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça
Rua Senador Feijó, 176 - 11.º andar - sala 1109
C A P I T A L
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	- Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Diretor-Secretário	
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES..... Tesoreroiro	- Diretor-
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	- Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL.....	- Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO.....	- Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	- Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ - Diretor	
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO.....	- Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES- Presidente

DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO

SR. IBSEN DA COSTA MANSO

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTES

ELVINO SILVA.....

MAJOR LÉO LÉRRO.....

MANOEL FERREIRA LARANJA ...-

RICARDO NORMANDIA MOREIRA....

DR. JOSÉ PROCÓPIO

TRISTÃO CARVALHO.....

DR. DARJO FERREIRA GUARITA.....

JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO.....

MILTON DUARTE COELHO.....

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO.....

- Campinas

- São José do Rio Preto

- Santos

- Rio Claro

- Jaú

- Casa Branca

- Araçatuba

- Olímpia

- Santos

- Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMUNICADO

PRIMEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

COLABORAÇÃO

ALERTA, SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA!

DO TESTAMENTO E DISPOSIÇÕES DE ÚLTIMA VONTADE

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

PROVIMENTOS

PROVIMENTO N.º 4-51

INFORMAÇÕES VÁRIAS

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

SUPLENTES

ÍNDICE

1

2

3

7

15

17

17

19

30

32

34

35

36

37

37

38

ANO IV

Nº 033 - Publicação: 01/04/1952

Colaboração
APOSENTADORIA
ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

A seqüência de críticas que temos ouvido sobre a aplicação da atual lei de aposentadoria dos Servidores da Justiça, traz-nos, mais uma vez, As paginas sempre acolhedoras do nosso Boletim.

Para tratar de tão palpitante assunto, sentimo-nos hoje mais A vontade, não só porque fomos dos primeiros a condenar o critério então adotado, prevendo o fracasso que ora assistimos, como também porque, membro que somos da Comissão de Revisão nomeada pelo Exmo. Sr. Secretario da Justiça, estamos mais a par da verdadeira situação.

Por dever de consciência e de justiça afirmamos, desde logo, que não cabe a mínima culpa quer a Secretaria da Justiça, quer ao Instituto de Previdência, pela situação em que nos encontramos. - Todas as acusações dirigidas a essas repartições são infundadas e, na verdade, não só falta aos seus autores o necessário conhecimento teórico do assunto como também se baseiam sempre em interesses pessoais, o que não lhes da autoridade para sustentá-las.

Mas, de quem, então, a culpa? Se a lei existe e por ela já foram beneficiados cento e um servidores, é sinal de que ela é, ou foi, exequível. - Porque, pois, não atender aos duzentos servidores que já requereram o benefício e ha longo tempo esperam a sua concessão? A explicação é simples, é não é a primeira vez que a damos. As leis 465 e 507 saíram vestidas com a fantasia da última moda e que se denomina "demagogia". Sob essa roupagem, muito pouco havia. E como previdência social não se faz com "farol", e sim obedecendo a determinadas e conhecidas regras que nem sequer passaram. pelo pensamento do legislador, estamos na situação atual.

Ninguém ignora que a concessão, da aposentadoria exige a formação de um fundo patrimonial, que venha a garantir o fiel cumprimento do compromisso. E o que se chama "reserva matemática". Sem esse capital, que deve ser calculado para cada beneficiário, não pode a entidade encarregada fazer face ao, pagamento dos proventos.- - Aceitar tese contraria, seria o mesmo que pretender-se obter renda certa sem aplicação de capital.

E entre os inúmeros defeitos das citadas leis. O de maior importância foi justamente esse de não prever que a Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça iniciava a sua vida sem capital e, portanto, impossibilitada de fazer face, de imediato, As menores despesas. E, até agora, nem todos compreendem verdade tão clara.

Alega-se que a arrecadação de taxa de aposentadoria e da contribuição pessoal dos beneficiários, tem sido fabulosa. Já temos ouvido números mirabolantes...

Mas, na verdade, tais alegações não passam de meros palpites. Os que procurarem dados oficiais saberão que no exercício de 1950 - quando se iniciou a arrecadação - de contribuição pessoal e de taxa de aposentadoria arrecadou-se Cr\$ 12.433. 093, 60; no exercício de 1951, de taxa de aposentadoria Cr\$ 16.304.212,60, de contribuição pessoal Cr\$ 6.675.250,20 e de juros Cr\$ 1.420.078,70 e no corrente exercício de 1952, até o mês de abril, arrecadou-se de contribuição pessoal a importância de Cr\$ 1.182.301,20 e de taxa de aposentadoria Cr\$ 5.320.171,80. Temos, pois, desde a vigência da lei, a arrecadação total de Cr\$ 43.335.108,10. Dela, além das despesas gerais da Carteira que importam, anualmente, em Cr\$ 850.000,00 devemos deduzir a importância de Cr\$ 37.754.225,00 que constitui a reserva matemática dos cento e um beneficiários já aposentados, resultando um saldo de Cr\$ 3.030.883,10 que, evidentemente não basta para constituir a garantia de futuras aposentadorias, quando se sabe que, por via de regra, para uma aposentadoria com a remuneração média de Cr\$ 5.000,00 mensais, a beneficiários com 50 anos de idade, precisamos de urna reserva de Cr\$ 727.200,00.

Outra falha de monta na atual legislação, é que não estabelece ela qualquer critério a ser seguido na concessão do benefício. - E, assim, entre os já beneficiados, muitos existem que pelo seu magnifico estado físico, bem poderiam esperar mais algum tempo, dando o seu lugar a

outros que, velhos e doentes, muito mais merecem o favor social que ainda esperam.

É interessante notar que, justamente aqueles que hoje mais se batem pele, "seu direito" A aposentadoria, antes nos se valeram, dos direitos que tinham, ou seja, de inscrever-se para um pecúlio a sua família no Instituto de Previdência, come, lhe facultava e ainda lhe faculta a lei. É evidente que se não existia interesse era porque não se tratava de uma vantagem imediata...

Outro fato - este de grande importância - é que, promulgado há dois anos o regulamento das leis 465 e 507, a grande maioria dos seus beneficiários compulsórios ainda não se inscreveu - e portanto não contribuem - na Carteira de Aposentadoria. Porque?

É que muitos só compreendem as vantagens da previdência social, quando para si próprios, e no verificarem que o benefício almejado não pode ser imediato e nem de acordo com a "sua" vontade e com o "seu" interesse, não só negam a sua contribuição econômica, como também procuram afastar outros interessados, fazendo afirmações falsas que, infelizmente, são aceitas.

Falta-nos, ainda, o "Cadastro dos Beneficiários", fator preponderante no cálculo da reserva matemática e para a fixação de um período de carência, possivelmente necessário. Todas as deficiências apontadas, bem como os meios eficientes para a perfeita exequibilidade da aposentadoria dos servidores da Justiça, estão sendo objeto de acurado estudo por parte da Comissão de Revisão e, em breve, convocaremos pela nossa Associação, uma assembléia dos interessados, para a leitura do trabalho feito, afim de receber sugestões e esclarecer dúvidas.

De alguns colegas, como, os Srs. Julio Coelho Vilhena e Ivan Oliva, já recebemos valiosa colaboração e esperamos que outros também o façam, Podemos afirmar que o trabalho ora em realização, está acima de qualquer interesse pessoal, procurando-se a solução adequada a satisfação exclusiva do interesse coletivo.

Esperamos que, por ocasião da apresentação do trabalho, ora em estudo, compareçam em grande número os colegas interessados, trazendo-nos as suas sugestões, a sua experiência e a sua inteligente e indispensável colaboração - será esta uma oportunidade para que todos manifestem os seus pontos de vista, e estamos certos de que todo serventuário consciente de seus direitos, não negará o seu auxílio a solução de tão importante e premente problema.

Não basta criticar e ter boas intenções, pois que destas, o Inferno está repleto. É preciso ação e ação desinteressada, objetivando, exclusivamente, o interesse da coletividade.

Eis o que esperamos de nossos colegas, na ocasião, oportuna.

Conforme ofício recebido do Colégio Notarial de Buenos - Aires, O III Congresso Internacional do Notariado Latino, que devia ser realizado em Havana (Cuba), 1952, foi transferido para Paris, em 1954.

A APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA - DEFEITOS E FALHAS DA LEGISLAÇÃO.

AMELETTO MARINO

Após intensa luta, da qual, na verdade, o Deputado Alfredo Farhat, na passada legislatura, foi um dos mais eficientes baluartes, brotaram as Leis 465, de 28-9-1949 e 507, de 17-11-1949, que estabeleceram, empiricamente, a aposentadoria dos servidores da justiça.

Dizemos empiricamente porque, passados quase dois Anos, o que vemos, na prática, é o desapareço e a má vontade dos órgãos encarregados da distribuição desses benefícios.

Com efeito. Até hoje, os benefícios dessas leis tem sido condicionados - pelo menos, é o que se

fala -, ao protecionismo político. Inúmeros são os casos em que as solicitações ficam no tinteiro, a espera das famosas reservas matemáticas. O assunto tem sido discutido afanosamente pela imprensa e tem sido objeto de longos debates na Assembléia Legislativa. Entretanto, força é convir: - o mal está na má aplicação da lei e essa má aplicação não deve ser imputada exclusivamente aos servidores, como quis fazer crer o Deputado José Fernandes Bertola, em seu discurso publicado no Diário da Assembléia, de 15-11-1951, ocasião em que aquele parlamentar preconizou certas medidas drásticas contra os faltosos. Se muitos serventuários estão atrasados em suas contribuições, isso se deve exclusivamente porque a classificação destes não está de acordo com as possibilidades de seus cartórios. Assim é que a maioria desses serventuários está integrada na 3.^a e 4.^a classes, cujas contribuições, na base do 5%, importam em média em Cr\$ 200,00, mensalmente. Essa contribuição é muito alta, pois muitos cartórios de distritos que não são sede de município possuem renda muito baixa e não permite, aos seus titulares, o pagamento de tal contribuição. Deve reconhecer-se primeiramente que a base de 5% de contribuição mensal é por demais alterada. Essa contribuição devia ser, no máximo, de 3%. E o modo mais simples de arrecadá-la seria não o de se fazer 5 ou 6 guias, como o exige o Instituto de Previdência, mas o de, mediante um documento visado mensalmente pelo Juiz da Comarca, o qual, em falta, poderia aplicar sanções aos infratores. Outro defeito, sério e grave da atual legislação, é aquele que não assegura aos dependentes dos servidores o direito a percepção dos proventos de aposentadoria. Morto o servidor, na atualidade, mesmo que este tenha contribuído durante 29 anos e 11 meses, nenhum benefício resultará para os seus herdeiros. Isto que é mais gritante e mais tem concorrido para que o instituto de aposentadoria não tenha recebido, dos serventuários em geral, a continuidade e o apoio que era de exigir-se. É sedição que, no Brasil, os órgãos destinados aos auxílios dos servidores em geral, muitas e muitas vezes, se esquecem dos seus legítimos interessados, para empregar as suas rendas em prédios e apartamentos luxuosíssimos. É possível que o Instituto de Previdência de São Paulo, ou a Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, não tenha tomado essa deliberação até o presente. Mas, o que é certo é que, até hoje, não foi publicado qualquer documento que conte, em sua extensão, quanto o Estado até hoje cobrou ou recebeu pela venda dos selos de aposentadoria dos serventuários. Dai a razão principal da descrença e do descontentamento generalizados. Novos rumos devem ser imprimidos. O que o deputado Fernandes Bertola pretende, em seu ultimo projeto, não resolve o assunto. Ao contrário: deseja ele, apenas, cobrar executivamente, com multa, todas as contribuições atrasadas e, depois disso, cancelar o nome de todos os faltosos. Esquece-se S. Excia., entretanto, que a dívida não é líquida e certa; e, mesmo que o fosse, não seria esta a solução ideal. Se o Instituto de Previdência não possui reservas - o que se contesta -, pois até o presente não foi publicado o quantum arrecadado em selo, outros remédios devem ser buscados, entre os quais, como já se disse, a redução da contribuição, a simplificação do recebimento e a extensão dos benefícios aos sucessores dos servidores em geral.

UMA LEI MERITÓRIA

J. BAPTISTA PEÇANHA SOBRINHO

No acervo de leis elaboradas pela nossa Assembléia, no que toca à satisfação dos multiformes interesses dos titulares de cartórios, destaca-se a de n.º 1926 do ano transato que denota, sem sombras de dúvidas, o espírito de justiça" do atual legislativo.

bem de ver que a capacidade e legiferante dos nossos licurgos, não poucas vezes, tem sofrido eclipses nos seus cometimentos, mas a verdade ordena que se proclame a boa-fé com que agem os nossos fazedores de leis.

Como o erro é próprio do homem, assertiva cediça que encontra acolhida geral desde os primórdios da humanidade, não seria a assembléia o órgão carismático que viria, pela vez primeira, desmentir tal chavão.

Daí a nossa proverbial boa-vontade em acatar os pronunciamentos do Legislativo, pois se neles

encontramos as vezes tergiversações e pontos fracos no que diz respeito ao espírito público, concluímos sempre que a disposição de acertar na quase totalidade dos casos, transborda daquelas atuações.

Seria excesso de exigência o pretender-se, pois, que a inatingível perfeição sublimasse todas as resultantes das elucubrações legislativas dos nossos pró-homens.

Como dissemos acima, a lei 1296 veio corroborar o nosso pensamento no que concerne ao sadio espírito público de grande parte dos componentes do presente conclave legislativo. O Estado, através de um dos seus poderes, houve por bem, naquele diploma, dar ensejos de ressarcimentos a prejuízos por ele perpetrados a vários de seus servidores do Registro Civil com a implantação da última divisão territorial de 1948. Se a época atual caracteriza-se pela necessidade premente em que, a cada instante, se vê o Estado em avantajar todos os proventos dos seus funcionários, tal a elasticidade calamitosa do custo de vida, não seria admissível que o mesmo Estado restringisse as rendas de vários cartórios, mutilando-lhes a porção distrital, e ao depois se quedasse numa sádica indiferença em face do desmantelamento daqueles proventos.

É bem por isso que a Assembléia do Estado, ao dar feitura à lei 1296, de 16 de novembro de 1951, ressaltou a sua intenção em procurar fazer sempre justiça, o que magnificamente conseguiu através da lei objeto destes comentários.

A lei em apreço, conseqüência de um substitutivo apresentado por um dos mais competentes e combativos elementos do Legislativo, integralmente veio satisfazer aos fins colimados, tanto pela técnica como também pelo equilíbrio e segurança com que foi vazada. Nada de longanimidades trasbordantes de demagogia, tão do agrado de certos amigos do povo da legislatura passada. Tudo ali é justo e tem o exclusivo objetivo de compensar os oficiais do Registro Civil lesados pela lei 233, de 1948, dentro do razoável e do respeito aos direitos alheios.

A sabedoria constante do bojo da lei 1296 reside no limite dos direitos outorgados pelo legislador. É óbvio que o Estado não poderia dar mais do que facultou aos interessados.

A função estatal no caso da lei 1296, era unicamente compensar os serventuários que tiveram desmembramento nos seus territórios, dando-lhes a oportunidade de remoção para cartórios da mesma classe, isto é, das mesmas proporções, e foi isso justamente o que a cautela do legislador corporificou na citada lei.

Se a Assembléia, por artes de berliques e berloques, permitisse a remoção para qualquer classe, então o Estado visaria premiar, extravagantemente, os titulares prejudicados, o que seria incompatível com uma lei emanada do poder público, que sempre deve ter uma justa medida nos seus cometimentos.

Se o Estado, no meritório afã de conceder melhor administração aos seus habitantes, houve por bem retalhar várias circunscrições, ficou, em conseqüência do seu ato, na indeclinável obrigação de indenizar-lhes os prejuízos, mas na justa proporção do vulto destes. Caso concedesse mais, isto é, usasse de generosidade despropositada, permitindo aos funcionários atingidos remoções para qualquer classe, a granel, os titulares que sofreram danos territoriais com a lei 233 passariam de vítimas a privilegiados, o que não se afina com o regime democrático onde todos devem ser iguais perante a lei.

Este nosso pensamento formulamos descansadamente.

Somos uma das vitimas mais atingidas pela lei 233, o que quer significar, "ex-abundantia", que nenhum objetivo subalterno poderia nos ter guiado ao rabiscarmos as presentes considerações.

SOB A DEPENDÊNCIA D'UM CRITÉRIO
ATONINO CINTRA
Sta. Adelia

Por índole ou princípio, o brasileiro é sempre propenso à indiferença. Revelando-se espírito refratário, inamolgável mesmo à boa disciplina. Pode-se mesmo dizer que gosta de deixar tudo como está, para ver como é que fica. Outra não é a dedução a se tirar de seu gesto displicente, frente a caso que lhe está intimamente afeto. Não há razão justificável para amparar descaso algum, quando está em causa todo o prestígio de uma classe. Seria providencial que a juventude vivesse sempre aureolada do esplendor permanente de sua fugaz trajetória e que nunca experimentasse o sabor da fase crepuscular. Que jamais sentisse os rígidos percalços de uma senilidade doentia e desprovida de recursos, ao término de longa e penosa labuta. Isso seria ouro sobre azul, maravilhoso, porém, tal não acontece, porque a lei da natureza é infalível, peremptória e imutável. Ora, assim sendo, não se pode compreender porque motivo a maioria dos serventuários de justiça, se esquivam e se mostra mesmo infensa à contribuição per capita dos 5% sobre vencimentos tabelados em Lei. O tributo matemático apanha toda uma classe e não particulariza idade e condições, e por esse motivo não devendo recair somente sobre os ombros dos serventuários de justiça mais idosos e detentores de cartórios de rendas deficitárias. As Leis que instituíram a aposentadoria, proporcionaram regalias e estabeleceram contribuições aos servidores de justiça, de modo que possa sobreviver a novel instituição. É a lei correlata, de equilíbrio entre o "dar" e o "receber", no beneficiando e ser beneficiado. Leis 465 e 507, em conjunto a uma só finalidade. Se involuntária foi o dispositivo do art. 12, quando silenciou sobre os serventuários de justiça, a lacuna foi reparada com a redação do art. 16 que não só sanou a grande falta, como também reconheceu o direito que assistia aos mesmos serventuários de serem aquinhoados no mesmo pé de igualdade com os demais servidores de justiça mencionados no referido art. 12. E outra não poderia ser essa espécie de ressalva, porque seria deplorável que fosse excluída da comunhão beneficiada, o elemento responsável pela guarda e pela organização das serventias de justiça. E se houve justiça na reparação de um direito que não chegou a ser postergado, é humanamente justo que semelhantes servidores de justiça correspondam com a mesma moeda, cumprindo seus deveres à altura do benefício recebido. Acresce a circunstância de que, as disposições contidas nos artigos 12 e 16 das supra citadas Leis, são taxativamente obrigatórias. Existe a obrigatoriedade da contribuição de 5%, e da selagem, também de 5%, desde meados de abril de 1950. A princípio o selo era cobrado por guias e só de princípio de abril do ano corrente que se vem aplicando o selo adesivo. Como se vê, tudo está sob o pivô de uma dependência de critério, que não pode e não deve faltar por parte dos serventuários de justiça ainda em atraso com a sua contribuição.

A nomeação de Oficial Maior não implica na mudança de sua classificação no quadro dos escreventes do cartório. Sem prejuízo dessa classificação e dos direitos que lhe competirem como escrevente, poderá o Oficial Maior ser destituído ou substituído, mediante proposta do serventuário. (Artigo 20, do decreto-lei n. 12.520, de 22 de janeiro de 1952. Este decreto lei foi revigorado naquilo que não colidir com a Lei n. 819, de 31 de outubro de 195, em seu artigo 55 (redação dada Pela lei n. 1.340, de 11 de dezembro de 1951).

O Registro de imóveis é o instrumento da publicidade das mutações da propriedade e da instituição dos ônus reais sobre imóveis (CLOVIS BEVILAQUA - Cod. Civ. com. vol. 3 obs. 1.a art. 856).

EXORTAÇÃO

SILVIO LUCIANO CARUSO

Oficial sucessor do Registro Civil e anexos de Nuporanga

Indubitavelmente, a nossa classe, com o advento da Lei 465 de 28 de Setembro de 1949, conseguiu urna de suas mais justas e humanas aspirações; no seu art. 12, letra a) diz da obrigatoriedade da contribuição mensal; não se compreende portanto, a razão porque a falta dos que ainda não contribuem; em absoluto a minha intenção é criticar os que até agora não se inscreveram na Carteira de Aposentadoria; mas, para o completo êxito e em benefício de todos, exortamos os colegas a regularizarem sua situação perante a Carteira de Aposentadoria de Servidores de Justiça, porque, só assim é que aquela lei alcançará os seus objetivos.

Um outro fato merecedor de atenção é o de colegas que ainda não se inscreveram como sócio da Associação dos Serventuários de Justiça.

Em todas as atividades humanas, desde os tempos mais remotos a UNIÃO foi e sempre será o fator primordial para o completo êxito de qualquer empreendimento, é inegável portanto, que o velho ditado a UNIÃO FAZ A FORÇA concretiza uma verdade insofismável! e, aplica-se em qualquer setor onde o homem com sua inteligência procura vencer obstáculos e empecilhos que para um só seriam difíceis de serem vencidos; esta verdade é comprovada até mesmo entre as pequeninas formigas; elas, nos dão o mais belo exemplo de solidariedade e união; com maior razão, o homem feito a imagem de Deus, tem o dever indeclinável de se unir aos demais componentes da carreira abraçada.

Caro colega, se ainda não é sócio, inscreva-se logo e, faça com que outro o acompanhe, colaborando com sua inteligência, divulgando suas idéias e sugestões e estará contribuindo para o fortalecimento e completo êxito da classe.

FÉRIAS - Os serventuários e seus auxiliares, poderão gozar férias até 30 dias, as quais; foram reguladas pelo art. 19, do decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931 e 21, do decreto n. 16.484, de 17 de dezembro de 1946, respectivamente.

Biblioteca

A biblioteca desta Associação está enriquecida com um magnifico exemplar das V Jornadas Notariais Argentinas vindo com expressiva dedicatória, além do ofício abaixo transcrito, o que agradecemos vivamente sensibilizados.

COLEGIO DE ESCRIBANOS DE LA PROVINCIA DE SANTA FÉ

LEY No. 3330

CORDOBA 1843

ROSÁRIO, Marzo 21 de 1952. (Argentina)

Señor Presidente de la Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo

SÃO PAULO

Me es sumamente grato acompañar a la presente, com destino a la biblioteca de esa Associação, un ejemplar dei libro editado por esta Institución conteniendo los trabajos presentados a las V Jornadas Notariales Argentinas, la versión taquigráfica de las sesiones de dichas; Jornadas y de la Segunda Asamblea General Ordinaria de la Federación Argentina de Colegios; de Escribanos; y las resoluciones de esta.

Lo saluda con las expresiones de su más distinguida consideración y particular estima

ITALO R. DE VITA

ANTONIO F. COLOMAR

SECRETARIO

PRESIDENTE

AC/ML.

Da Revista Internacional Del Notariado, de Buenos Aires, recebemos seguinte circular que transcrevemos abaixo para conhecimento dos interessados:

REVISTA INTERNACIONAL DEL NOTARIADO

Callao 1542

BUENOS AIRES - REP. ARGENTINA

Buenos Aires, 18 de marzo de 1952.

Señor Presidente de la Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo

Rua Senador Feijó 176 - 11 andar

SAN PABLO - BRASIL

De mi mayor consideración:

Tengo el agrado de dirigirme a usted, en mi carácter de director de la Revista Internacional dei

Notariado, encareciéndole me informe qué sacies de esa Institución desean suscribirse a dicha Revista, a cuyo afecto llevo a su conocimiento que a partir de enero de 1952 el precio de la suscripción anual a la misma es; de \$ 25.-m/n. (veinticinco pesos moneda nacional), importe que debe girarse previamente a la orden de Colegio de Escribanos - Callao 1542 Buenos Aires, República Argentina - agregado a una nota solicitando la suscripción e indicando claramente el nombre y la dirección del interesado.

Sin otro particular, / agradeciéndole por anticipado la atención que no dudo prestará al precedente pedido, me es grato saludar a usted muy atentamente.

CARLOS A. PETRACCHI
DIRETOR

Corregedoria Geral da Justiça

PROVIMENTOS

Despachos proferidos:

N. 8222 - Silvio de Campos Mello - Capital - "Aprovo e confirmo a decisão de fls. 16, mandando que se lhe de publicidade, para orientação dos serventuários do Registro Civil das pessoas naturais. - S. P. 1-3-52. Marcio Munhós".

Decisão a que se refere o despacho supra:

"Não se justifica a exigência do Dr. Curador de Casamentos. O art. 14 do decreto-lei 8200, de 19-4-1941 proíbe que se mencione nas certidões do registro civil a circunstância de ser legítima ou não a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado ou em virtude de determinação judicial.

E a Egrégia Corregedoria Geral, interpretando sabiamente a vontade do legislador e o espírito social daquele dispositivo, ampliou a sua aplicação, determinando em provimento não se faça tal menção também nos editais de proclamas. Esses editais gozam de publicidade mais intensa, justamente pela sua finalidade. Daí a justeza daquela proibição, acorde com o desejo do legislador, que é impedir a indiscretos e maldosos o conhecimento de certas situações delicadas.

Assim, nem a lei referida alterou o art. 68, n. 4, do decreto-lei 4857, nem os provimentos da Corregedoria podiam fazê-lo. Logo, é de obrigação do oficial do registro fazer constar dos assentos de nascimento a declaração de ser legítimo ou ilegítimo o registrando. Isso, porém, a aceitar-se a argumentação do Dr. Curador teria o inconveniente de tornar possível a qualquer um o conhecimento das situações irregulares, por força da publicidade dos registros, recomendada no art. 19 do decreto-lei 4857.

Mas esse inconveniente, se existe, não quis a lei obviá-lo: criou-o na lei dos registros públicos e não o aboliu na de organização e proteção à família.

Fosse intenção do legislador impedir a declaração da ilegitimidade nos termos de nascimento e casamento. teria sido expreso e não se restringiria às certidões. Ao contrário, se, em regra, as certidões devem conter tudo quanto exista no ato ou termo de que se extraem; se a lei proíbe contenham elas aquelas declarações, implicitamente mostra que dos termos do registro civil elas devam obrigatoriamente constar.

Não se admitirá faça a lei restrições sobre tópicos que não podem existir nos originais.

Ora, dos termos de casamento deve constar o que tiver sido declarado pelos nubentes nos memoriais. Estes, por seu turno, conterão as declarações dos interessados, que devem ser verdadeiras, mesmo porque se precisa, no caso de casamento de menores de 21 anos, a quem compete o pátrio poder e quem deva dar o assentimento ao ato matrimonial.

Os editais de proclamas são extraídos à vista desse memorial, com a restrição recomendada pelo Egrégia Corregedoria Geral. É o documento ou ato pelo qual se torna público o desejo dos nubentes e possibilita a qualquer interessado a oposição de impedimentos. Quem os tenha a apresentar não precisará consultar os autos de habilitação, mas lhe será, suficiente a leitura do edital, onde se contem tudo quando foi declarado pelos nubentes. Perigo não há, portanto, que se torne público o que a lei quer secreto, ou que se burle a finalidade da lei 3.200. O fato de serem públicos todos os livros e autos do cartório de registro civil nada significa. Qualquer um poderá examinar os, livros e colher conhecimento de fatos que a lei manda fiquem em segredo.

Mas tais situações não se provam com a simples alegação de quem as tenha conhecido pelo simples exame dos atos arquivados: provam-se, sim com a certidão dos respectivos assentamentos e esta só será extraída com a omissão do que possa criar escândalo.

Em consequência, acolhe a representação de fls. 7, para determinar ao Sr. Oficial continue procedendo como até, de acordo com as leis e provimentos ali citados e acatados.

Dê-se ciência ao Dr. Curador e remeta-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral, para os fins que entender de direito, S. Paulo, 16-2-1952, (a) Erix de Castro.

D. J. 4/3/52.

N. 8.297 - Presidente da Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça - Capital - "Nas justificações para prova de serviço forense, constitui exigência legal, a citação da entidade de classe, que poderá se fazer representar por advogado. Assim determina o Art. 14 § 1.º letra C do Decreto n. 19.385 de 20 de abril de 1950.

A formalidade é indispensável, e por força da mesma, o comparecimento terá de ser em primeira instância, onde a entidade poderá manifestar-se sem cercear os recursos das partes interessadas.

Nada consta, entretanto que se lhe abra vista, quando os autos estiverem na instância superior. Não obrigatoriamente, mas a critério da Corregedoria, ou quando requerida com fundadas razões desde que a entidade citada deve conhecer a prova obtida em juízo.

São Paulo,, 29 de fevereiro de 1952.

(a) Marcio Munhós".

D. 0. 1/3/52.

N.º 8.441. - Alcebiades Nascimento Moreno - Capital. O Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de Setembro de 1942, no inciso 16 do seu artigo 52, "isenta de selos os papeis relativos à habilitação e celebração do casamento civil". O pedido para designação do casamento está compreendido na habilitação e destina-se a celebração. Fica isenta de selo. Quanto aos recibos de desentranhamento de documentos apresentados para a habilitação, tem-se de tomar em consideração a índole da isenção, tendente a concorrer para a gratuidade do serviço. Não deve sofrer restrições. Se os documentos oferecidos estão isento de selo, com maior razão deve prevalecer a isenção para o respectivo desentranhamento. São Paulo, 24-3-52. O Corregedor Geral da Justiça. (a) Marcio Munhós.

N.º 8.378, em que é interessada D. Mercedes Mendes. Escrevente do Cartório do 2.º Ofício de Serra Negra:

Anote-se a comunicação com as seguintes observações:

O M. Juíz informa ter concedido somente 20 dias de férias à escrevente, porque esta assim o requereu.

É de supor-se ter havido engano nesse requerimento, do qual resultou um prejuízo de 10 dias.

Talvez a interessada considerasse ainda em vigor o preceito do art. 138 do Estatuto dos Funcionários Públicos, que estabelece o prazo de 20 dias, com a aplicação aos funcionários da Justiça, por força do disposto no parágrafo único do art. 1.º
Acha-se, porém, modificado pelo art. 21 do Decreto 16484, que elevou para 30 dias esse período, a ser gozado sempre de forma ininterrupta.

Sobre esta última condição não há discrepância em todos os decretos ou leis que cogitam da concessão de férias. Devem ser continuas, isto é, não fracionadas.

É verdade que o art. 3.º da lei n. 418, de 12 de agosto de 1949, permite aos escrivães dos cartórios oficializados, gozar férias por inteiro ou parceladamente.

Mas essa regalia é de caráter excepcional e para determinados serventuários. Não derroga o princípio de ordem geral atualmente condensado no citado artigo do decreto 16.484, a que estão sujeitos os escreventes nas comarcas do Estado.

A interessada não teria, portanto, vantagem em gozar só 20 dias de férias, porque os 10 restantes a que tem direito, ficaram prejudicados, desde que houve interrupção.

Infelizmente, no caso em apreço não é mais possível sanar o prejuízo ocorrido: os 20 dias concedidos já estão esgotados.

Torna-se no entanto conveniente, que para o futuro trate-se de esclarecer os interessados sobre o tempo de férias facultado por lei, principalmente quando eles deixam de requerer todo o período permitido.

São Paulo, 12 de fevereiro de 1952.

Márcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 13/2/52.

Braulio Passos - Indiana - Martinópolis - "Indefiro o pedido que não está devidamente instruído; vem desacompanhado de qualquer documento comprovando o alegado. S. P., 16-4-32. (a) Marcio Munhos".

N. 8.270 - Oswaldo Zorzella - Dois Córregos - "Tomo conhecimento do recurso, embora da decisão recorrida tenha resultado a exoneração de oficial maior. A situação é especial pela circunstância do escrevente exonerado também exercer funções de oficial maior.

A exoneração dos escreventes compete ao Juíz de Direito, e a do oficial maior ao Sr. Secretário da Justiça. Mas, no caso em apreço, o oficial não foi diretamente exonerado pelo Juíz; perdeu essa função, em consequência de pena imposta ao escrevente. O acessório subordinou-se ao principal, sem atentar contra a competência do Sr. Secretário da Justiça.

Rejeito as preliminares suscitadas pelo recorrente. A improcedência das mesmas ficou demonstrada na decisão recorrida. A sindicância, pela orientação que lhe foi dada, representa na realidade, um processo administrativo, que autoriza a exoneração nos termos da letra 13, do art. 11, do Decreto 6.697-A, de 21 de setembro de 1934. Facultou-se ao sindicando, desde início, completa defesa: procurou justificar-se, em amplas declarações, de todas as acusações levantadas, tanto que entendeu dispensável o oferecimento de alegações finais, afirmando a fls. 55, "nada ter que acrescentar à informação e declarações anteriores".

Com relação ao mérito mantenho a decisão, adotando seus fundamentos, e os da sustentação de fls. 81. A prova é convincente: apurou-se ter o sindicando praticado atos, que até se enquadram no ilícito penal, Cometeu ainda reiteradamente outras faltas que concorreram

para pôr em evidência sua incapacidade funcional. S. P. 16-4-52, (a) Marcio Munhós".

D. J. 18/4/52.

PORTARIA N. 3

O Desembargador Marcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

Pela presente Portaria, atendendo a solicitação do Exmo. Sr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior e no intuito de facilitar o trabalho da "Comissão de Revisão das Leis de Aposentadoria dos Serventuários, Escreventes, Fiéis e Auxiliares de Justiça" determino aos serventuários de Justiça de todos os cartórios do Estado que, dentro do prazo de oito (8) dias, façam chegar a Corregedoria Geral por intermédio dos Juízes de direito, em se tratando de cartórios do interior e na Capital, mediante entrega direta ao escrivão da Corregedoria, as seguintes informações relativas a serventuários, escreventes habilitados, fiéis e auxiliares de cartório: Nome, Data e Lugar de nascimento, cargo atual e a data da Admissão nesse cargo, cargos anteriores; interrupções de exercício, períodos e motivos das interrupções. P. Cumpra-se.

São Paulo, 3 de junho de 1952.

(a) Marcio Munhós - Corregedor Geral da Justiça.

Diário da Justiça de 4//52.

Hipoteca convencional é um ônus real instituído pelo proprietário de um imóvel, que é o devedor e em poder do qual o imóvel continua, a favor de outrem, que é o credor, para garantia de uma obrigação sua ou de outrem, ficando ao credor assegurado o direito de preferência sobre quaisquer outros, desde que no cartório competente tenha sido feita a respectiva inscrição.

Para a ADMISSÃO DE ESCRIVENTES HABILITADO em Cartório é exigida a idade mínima de 21 anos ou a de 18 anos já cumpridos, desde que, nesta última hipótese, tenha sido o candidato emancipado na forma da Lei e homologada essa emancipação pelo Dr. Juiz de Direito.

Informações Várias

ATESTADOS DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

Até há pouco tempo, o serviço de fornecimento de atestados de pobreza, para fins judiciais, vinha sendo feito pelo Estado. Nesta capital, a sua concessão era procedida pela Assistência Social, na rua da Liberdade. No entanto, a lei federal n.º 1.060, de 5 de fevereiro deste ano, atribuiu esse encargo aos prefeitos municipais.

Em São Paulo, o prof. Lineu Prestes baixou, a 6 de março último, o decreto n.º 1.126, estabelecendo normas a esse respeito e designando o advogado Paulo de Tarso Rodrigues de Vasconcelos, do Departamento Jurídico da municipalidade, para dirigir o serviço, que já está funcionando, no subsolo do prédio n.º 365 da rua São Bento. O expediente é das 12 às 18 horas nos dias úteis e das 9 às 12 aos sábados.

Por lei federal já reproduzida neste "Boletim", os casamentos realizados com atestados de pobreza passados pela Prefeitura Municipal, obrigam a esta, à metade das custas e despesas.

Assim sendo, por analogia, para outros fins, havendo atestação de pobreza da Prefeitura, esta ficará sujeita às respectivas taxas, pela metade.

Recebemos do Sr. Octacilio de Assis Braga, Oficial do Registro Civil de Coroados, a seguinte carta:
Coroados, 20 de Janeiro de 1941.

limos. Snrs. Diretores da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo.

CAPITAL

É fato notório entre os associados dessa prestigiosa e útil Associação, a maneira inteligente e criteriosa com que Vossas Senhorias procuram resolver os assuntos que se relacionam com o interesse e o bem estar de nossa classe.

Acontece porém, que os maiores interessados, que são os próprios Oficiais do Registro Civil de certas cidades do interior do Estado, limitam-se a usufruir no presente das vantagens já adquiridas, e não prestam como deviam, a sua cooperação a essa Associação, à cuja Diretoria deixam o encargo de procurar novos casos a resolver, para lhes assegurar outras vantagens melhores no futuro esquecendo-se de que tais casos devem ser por eles apontados, afim de que a Associação possa apreciar-lhes o mérito e agir no sentido de evitar a consumação de atos, que venham causar prejuízos à classe.

É talvez devido à esta falta de cooperação com Vossas Senhorias e a nossa falta de visão do futuro, que estamos assistindo constantemente os desmembramentos em zonas, dos cartórios de paz das sedes das comarcas e de algumas cidades do interior do Estado, desmembramentos esses, que, na maioria das vezes, são feitos mais por razões particulares de entidades locais do que em benefício da população.

Creio que seria de grande conveniência adotar-se um critério de modo a justificar a criação de tais zonas, tomando-se por base a população da cidade, que, em tal caso, deverá ter, no mínimo 20.000 habitantes para cada zona.

Como vêem Vossas Senhorias, não sou contrário à medida, desde que ela seja uma necessidade que venha em auxílio do povo.

Por outro lado não sou movido, ao fazer esta exposição, por nenhum interesse individual, dada a impossibilidade absoluta de ser criada uma zona no meu distrito, cuja população global não atinge a dez mil habitantes.

Assim pois, espero que Vossas Senhorias compreendam o meu gesto, ao qual sou impelido unicamente por um sentimento de solidariedade para com os colegas, cujos distritos venham ser ameaçados (digamos assim), de injustificáveis seccionamentos.

Em sendo adotado o critério por mim indicado, os escrivães de paz terão possibilidades mais ou menos suficientes para fazer face às exigências do cargo e aos prejuízos a que estão, fatalmente sujeitos, pelos serviços gratuitos de caráter obrigatórios.

Antecipando agradecimentos pela atenção que dispensarão ao assunto deste, valho-me do ensejo para reiterar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

atenciosas saudações.

Octacilio de Assis Braga.

NOTA: Esta carta nos foi enviada em 20 de janeiro de 1941, e a pedido do mesmo, resolvemos publicá-la, pois se trata de um assunto de interesse geral.

AVERBAÇÃO, compreende todos os registros feitos à margem de uma transcrição ou de uma inscrição e que, de qualquer maneira, modifique o registro primitivamente feito
USOFRUTO, na ordem prática, é um direito real pelo qual uma pessoa pode ter em um imóvel todo o uso e gozo que pretender, sem que dele tenha propriedade.

O usufruto pressupõe, normalmente, a existência simultânea de dois sujeitos de direito: o USOFRUTUÁRIO, a quem é conferida a faculdade de uso e gozo da coisa, e o NÚ PROPRIETÁRIO, a quem a coisa pertence.

NOTA: - Os tópicos acima e vários outros que são publicados neste numero, foram extraídos do Livro publicado pelo Dr. José Odilon de Araujo, Oficial do Registro de Imóveis e Anexos de Mogi das Cruzes, edição essa publicada em junho de 1951, intitulada "Noções Elementares para Habilitação de Escreventes em Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	--	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR		Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES		Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	-	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	-	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	-	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNEP RIBEIRO BORGES	-	Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA		
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO		
SR. IBSEN DA COSTA MANSO		
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA		

SUPLENTE

ELVINO SILVA	-	Campinas
MAJOR LÉO LÊRO	-	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA	-	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA	.. -	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	-	Jaú
TRISTÃO CARVALHO	-	Casa Branca
DR. DÁRIO FERREIRA GUARITA	-	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	 -	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO	-	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO	.. -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
APOSENTADORIA	3
A APOSENTADORIA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA - DEFEITOS E FALHAS DA LEGISLAÇÃO.	5
UMA LEI MERITÓRIA	6
SOB A DEPENDÊNCIA D'UM CRITÉRIO	7
EXORTAÇÃO	8
PROVIMENTOS	10
INFORMAÇÕES VÁRIAS	13
ATESTADOS DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS	13
DIRETORIA	15
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16
ÍNDICE	17

Nº 034 - Publicação: 01/07/1952

Colaboração **ONDE DEVE SER PROCESSADA A HABILITAÇÃO E** **REALIZADO O CASAMENTO** **(ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA)**

A importância do "REGISTRO CIVIL", foi bem conceituada pelo Exmo. Desembargador H. da Silva Lima:

"O registro civil, confiado aos escrivães de paz e o mais importante dos registros instituídos pelo Cod. Civil, é destinado a perpetuar e publicar os atos e fatos a que a lei dá grande importância na vida social. Consigna as situações decisivas da vida do indivíduo, como sejam, o nascimento, o casamento, a declaração de ausência, a emancipação e a morte. O Estado confere ao registro um valor extremo, pois além desses fins, tem nele uma fonte de estatística da sua população, sugerindo medidas administrativas, econômicas, políticas, e dele utilizando-se para o serviço militar obrigatório.

"Entretanto, o casamento, criando a família-legítima, gerando direitos e obrigações entre os cônjuges e em relação à prole que deles vier, a sua importância no ramo do REGISTRO CIVIL, ressalta, e é proclamada por todos os Mestres do nosso Direito. Embora, muitos teimem em conceitua-lo como um "simples contrato", ele, - mesmo sendo um contrato - não deixa de ser um contrato "sui-generis", por, - (além de outras particularidades que o difere dos demais), - não poder ser estabelecido entre pessoas do mesmo sexo, embora capazes, e ser no Direito brasileiro indissolúvel. Ora, podendo os demais contratos serem desfeitos por vontade das partes, é claro que essa indissolubilidade do casamento, no Direito pátrio, empresta ao mesmo, um valor e importância que o torna mais do que um "simples contrato". O casamento, entretanto, pode ser desfeito - (além de outros motivos) - em consequência de irregularidades existentes em sua habilitação e celebração perante autoridade não competente, - (Art., 208 do Cod. Civil) - necessitando para esse fim, a manifestação de uma das partes ou do Ministério Público, se uma delas já houver falecido, dentro em dois anos da celebração.

Não cogitaremos aqui do casamento nulo de pleno direito. Nada traremos de nosso sobre o

assunto, e sim opiniões de Mestres que servem para alertar-nos rio exercício de nossas funções, evitando que um ato, de tão grande importância como é o CASAMENTO, - realizado por força de nossa funções possa ser anulado amanhã, com graves consequências para os cônjuges, para seus descendentes e para a sociedade. No casamento, existem duas fases que se completam e estão intimamente ligadas. A primeira é a habilitação e a segunda, como consequência daquela, é a realização do ato, presidida por um Juiz - (rio Estado de S. Paulo, Afiz de Casamentos) - funcionando como Escrivão o OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DA RESIDÊNCIA DOS CONTRAENTES, e que serve perante àquele Juiz. A competência das autoridades, para a HABILITAÇÃO e REALIZAÇÃO do casamento, decorre do Domicílio E DA RESIDÊNCIA ATUAL DOS CONTRAENTES Essa é a regra NUNCA CONTESTADA, depois da vigência do Código Civil. Em abono a essa nossa afirmativa, citemos algumas opiniões de abalizadas autoridades sobre o assunto.

"A habilitação para o casamento deve ser feita no cartório da residência dos contraentes, podendo ser escolhido o cartório da residência de um deles quando não for a mesma a de ambos. Essa a regra , que nunca sofreu contestação. E a ordem administrativa deve ser respeitada, sob pena de balbúrdia, eis que, no caso contrário, se estabeleceria a concorrência entre os cartórios dos diversos distritos, com prejuízos incalculáveis. (Parecer do Dr. Mário Amaral Vicira, quando Promotor-Público da Comarca de Pompéia, atualmente exercendo igual cargo na Comarca da Capital).

Quanto a competência para a habilitação e celebração do casamento, opina Brantes de Castro; a autoridade, deverá ser sempre do cartório do distrito da residência de um ou de ambos nubentes. . . " (Manual dos Ofícios do Registro Civil - Pags. 54 e 55 2a. Edição).

Outra não é a opinião de Mario de Assis Moura;

"A habilitação dos nubentes processa-se no cartório do distrito de paz em que residem os nubentes, ou, residindo em distritos diferentes, no cartório de qualquer um deles, praticando-se, porem, sempre, em ambos os distritos, as formalidades de publicação de proclamas. . . " (Instituto das Correções. Pag. 386).

A finalidade da habilitação do casamento processar-se no distrito da residência dos Nubentes, foi precisamente delineada no parecer de Aniziu de Abreu, quando da discussão do nosso Código Civil:

"O que se procura verificar é si entre os contraentes existe algum impedimento, é dar ao ato do casamento a maior publicidade, e evitar questões sobre a identidade dos nubentes, e são, em regra, as pessoas entre as quais eles vivem atualmente, isto é, as da residência - que melhor podem informar. (Parecer transcrito pelo Desembargador A. Ferreira Coelho, em sua obra "CÓDIGO CIVIL." Comparado, Comentado e Analisado." - Vol. XII - Pag. 90)

Sobre o assunto em tela, já em 4 de dezembro de 1.922, o CONSELHO SUPREMO DA CORTE DE APELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, por provimento, determinava:

"I - que os editais dos proclamas não sejam lavrados e publicados, nos termos do art. 181, senão à vista dos documentos neles enumerados; e NOS LIMITES DAS CIRCUNSCRIÇÕES DOS OFÍCIOS DO REGISTRO CIVIL, EXERCENDO OS RESPECTIVOS OFICIAIS AS FUNÇÕES QUE LHES SÃO INERENTES (Decreto n. 9263 de 1911, art. 174), ESTABILIDADE É A COMPETÊNCIA PAPA O PROCESSO DA HABILITAÇÃO, pela declaração Mo domicílio e da residência aos contraentes. (citado art. 180, n.º II). - (O grifo é nosso). - (Provimento transcrito na integra pelo Desembargador A. Ferreira Coelho, em sua obra citada - Vol. XII -Pag. 108).

Vê-se assim que é de suma importância a prova que os contraentes devem fazer de sua residência. Tanto essa prova deve ser convincente e representar a expressão da verdade, que o art. 743 do Código de Processo Civil, atribuindo ao órgão do Ministério Público, o acompanhamento dos processos de habilitação de casamento, permite ao mesmo, alem de requerer o que for conveniente à sua regularidade, exigir, se julgar conveniente, atestado de residência firmado pela autoridade policial. (Art. 742 do C.P.C.). - Ora, se fosse licito aos nubentes promoverem a habilitação em qualquer distrito, inoportuno seria esse dispositivo legal que permite ao órgão do Ministério Público, exigir atestado de residência firmado pela autoridade policial, quando a prova dos autos não o convencer da verdadeira e real residência dos nubentes.

Duvida, portanto, não padece, que o cartório competente paia habilitar os nubentes a casar, é o da residência de ambos ou de um deles quando residirem em distritos diversos.

Entramos agora, em outra indagação.

Dispõe, o art., 208 do Cod. Civil

É também nulo o casamento contraído perante autoridade incompetente (Arts. 192, 194, 195 e 198). Mas esta nulidade se considerará sanada, se, não se alegar dentro em dois anos da celebração.

Qual a autoridade competente para a celebração do casamento? Em face do rigorismo do dispositivo citado, a pergunta é perfeitamente justificável; e, para responde-la, satisfaz a transcrição de pareceres de dois mestres do Direito-Nacional - CLOVIS BEVILÁQUA e PONTES DE MIRANDA - citados por Adolpho Corrêa de Barros, em sua magnífica obra O CASAMENTO SEGUNDO O CÓDIGO CIVIL, obra essa, que pela sua perfeição e acuidade com que trata do assunto, tem merecido dos Doutos os mais francos elogios:

"A autoridade competente para presidir à celebração do casamento é a que for designada na Lei de cada Estado da Republica. Se a autoridade for incompetente, de modo absoluto, *ratione materiae*, ou relativamente, por não se estender a sua jurisdição ao lugar onde o casamento foi celebrado, o ato é nulo por defeito de forma. Se a autoridade civil é incompetente, e, por erro de ofício de sua parte, por ignorância dos nubentes, ou por outra razão, funcionou no seta da celebração, como se a Lei o tivesse investido desse poder, o art. 208 considera o casamento nulo, mas declara sanada a nulidade, se não se alegar, dentro em dois anos".

Mais claro entretanto, é o parecer de PONTES DE MIRANDA, que focalizando o assunto - para maior e melhor compreensão - cita exemplos práticos,

"A esses impedimentos dirimentes absolutos deve se juntar, para o efeito da nulidade absoluta (embora sanável, se não for alegado dentro de dois anos contados da celebração) o casamento contraído perante autoridade incompetente (Art. 208). - É preciso, entretanto, diferir o casamento nulo e inexistente. O casamento nulo por incompetência do presidente do ato deve ter sido feito, todavia, por autoridade ou juiz de casamentos; se o presidente, porém, não era autoridade competente *ratione materiae*, o casamento não é nulo, não pode ser sanada a nulidade, com os dois anos da Lei (artigo 208), nem gozar dos efeitos civis do casamento putativo. que só se concede ao casamento nulo ou anulável. É inexistente. Nulo é o casamento celebrado por autoridade incompetente *ratione loci* ou *ratione personarum*, mas competente *ratione materiae*. (O grifo é nosso).

Continua Pontes de Miranda,

"Pensamos que a expressão autoridade incompetente, a que se refere o Código Civil, artigo 208, SE RESTRINGE À AUTORIDADE TERRITORIAL INCOMPETENTE, isto é, à incompetência relativa e não à absoluta. No Distrito Federal são os pretores do cível que presidem à celebração do matrimônio, ordinariamente: se um casal contraiu nupcias perante o juiz de casamentos de Nietheroy, e não perante a segunda preteria da Capital Federal, como devera, esse casamento é nulo, mas passados dois anos, estará sanada a nulidade; se esse casal, porém, contraiu núpcias perante o juiz de uma das varas criminais ou dos Feitos da Fazenda Municipal, 11 esse casamento não é nulo: não pôde ser válido no fim de dois anos. É absolutamente inexistente."

Para mais compreensão do assunto, o MESTRE cita o, seguinte exemplo:

"- A. e 13, são residentes em distritos diferentes; contratam casamento e no distrito da residência da segunda promovem a habilitação legal, havendo a publicação devida nas residências de um e outro; concluído o prazo legal, retiram as certidões respectivas, mas, por conveniências particulares, resolvem celebrar o casamento em um outro distrito e juntando as duas certidões, requerem a celebração perante o juízo de casamentos; este juízo é competente em relação à matéria (*ratione materiae*), mas são autoridades incompetentes em relação ao lugar (*ratione loci*) e em relação às pessoas (*ratione personarum*); portanto, o CASAMENTO É NULO, porquê a jurisdição destas autoridades não se estende ao lugar da residência de qualquer dos contraentes, nem sobre suas pessoas; entretanto, se dentro de dois annos, contados da data da celebração, não for intentada a ação competente, o casamento é `valido, produzindo todos os

efeitos jurídicos e de Direito. (PARECERES reproduzidos na Obra citada de Adolpho Corres de Barros - Pags. 161 162 e 163).

Respondendo também a pergunta que formulamos em relação à competência da autoridade celebrante do casamento, temos mais a opinião do Prof. Dr. Almachio Diniz:

"É claro que, não se dando a substituição da autoridade celebrante na fôrma da lei, em virtude da qual resulte a sua competência, - incompetente o pretor do cível de uma dada circunscrição territorial para celebrar o casamento de nubentes domiciliados ou residentes e habilitados noutra circunscrição territorial".

"Deste modo é que se caracteriza a incompetência da autoridade celebrante. (Institutas de Direito Civil Brasileiro. - Tomo 19.º - Nulidade e anulações do casamento. - Pag. 30).

Não podemos deixar de transcrever - pela sua importância - e também por focalizar o assunto que ora analisamos, dois despachos da CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA o primeiro subscrito pelo Desembargador Amorim, Lima e o segundo pelo Desembargador J. M. Gonzaga, que, tendo valor normativo, ou seja, valem como provimentos para todo o Estado - devem ser observados por todos os Oficiais do Registro Civil.

1.º - DESPACHO:

"Proferido em processo n. 4.510, da comarca de Bananal: Somente a justiça ordinária, com jurisdição contenciosa, poderá dizer da nulidade do casamento, cujo assento foi tomado nos livros de escrivão de paz de outro distrito, onde os contraentes não residiam. Todavia, constitui o fato grave irregularidade, que deve ser evitada cautelosamente. S. Paulo, 9-X-47 - (a.) Amorim Lima - (O grifo é nosso) - (Diário Oficial do dia 10 de outubro de 1.947).

2.º - DESPACHO:

"Processo n.º. 5.518. - Interessado o Dr. Promotor Público de Casa Branca - Pergunta o zeloso Dr. Promotor Público da Comarca de Casa Branca se os nubentes, obtida a certidão de habilitação, podem casar-se, livremente, em qualquer distrito, fora do lugar da sua residência.

Parece-me que não. A razão, a meu ver, está com aqueles que, argumentando com os preceitos dos arts. 181 e 182 do Código Civil, concluem que o casamento só pode ser celebrado nos circunscrições do Registro civil em que um ou outro dos noivos residir. (Cfr. Carvalho Santos, nota 1 ao art. 192 do Cod. Civil; Ferreira Coelho, nota ao art. 208 do Cit. Co(l)igo; Serpa Lopes, Registros Públicos, Vol. I n. 76; Lidio Mariano, coment. - à lei do casamento civil). Acresce ponderar que a lei faculta a oposição de impedimentos até no ato da celebração do matrimônio e também permite que os pais, tutores e curadores, até esse instante, retratem o seu consentimento - (Cod. Civil, arts. 187 e 189. Se fosse lícito aos nubentes escolher arbitrariamente e em segredo a localidade da celebração, com facilidade poderiam eles, nos casos de dúvida, burlar essas faculdades. S. Paulo, 20-448 - (A.) J. M. Gonzaga (Diário da Justiça - do dia 24-4-1.948.)

Achamos útil a transcrição aqui, de um tópico do PARECER de Ferreira Coelho, citado no despacho supra:

"O casamento, cujo processo de habilitação é preparado perante o oficial do registro do domicílio de ambos os nubentes ou de um deles, será presidido pela autoridade declarada na lei para exercer tal função na circunscrição judiciária que compreender o cartório do referido oficial de registro, isto é, respeitando as competências *ratione materiae et loci*. O presidente do ato e o oficial do registro são os do domicílio dos nubentes; porque lhes incumbe também, opor impedimentos (art. 189) e para opor impedimento é preciso bem conhecer os noivos. (Cod. Civil. Volume XIV, Pag. 116)."

Firma igual conceito, o despacho do atual Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Márcio Munhós, proferido no processo n.º 8.319, da Comarca de Pederneiras:

" ... Esta Corregedoria já estabeleceu que na hipótese dos nubentes não residirem no mesmo distrito ou comarca, o casamento terá de realizar-se no distrito em que residir um deles. Só excepcionalmente deixará de prevalecer essa regra. . . " (Publicado no Diário Oficial de 12 de janeiro de 1.952).

À esses motivos de ordem jurídica, para os Oficiais do Registro Civil, juntam-se mais dois; um de ordem econômica. e outro de ordem moral. O Oficial do Registro Civil percebe custas pelos atos que pratica e que lhe são privativos. Não pode ele, por mais benevolente e liberal que seja nesse assunto, assistir impassivelmente uma evasão de rendas de seu cartório, com graves danos materiais e morais para si. Materiais, porque deixa de receber importâncias a que tinha direito; morais, porque, ante aos olhos de seus concidadãos e principalmente no meio em que reside, patenteia-se um relaxamento de sua autoridade com danos para o INSTITUTO DO REGISTRO CIVIL, cuja importância foi proclamada por digna autoridade no assunto e citada no início deste artigo. Acresce ainda, que conhecedor das graves consequências que possam advir aos nubentes que se habilitam e casam fora do distrito de sua residência, não estará o Oficial, - com o seu silêncio, se for conhecedor dessa irregularidade - praticando um ato incompatível com o cargo que ocupa e que prometeu exercer-lo sem dolo e nem malícia? Cumpre-lhe o dever funcional, preservar os atos jurídicos que pratica, das contendas judiciais e com especialidade no que toca à organização da família-legítima. Recusando a promover a habilitação e celebração de casamento de pessoas residentes fora de seu distrito, está o oficial, fortalecendo o prestígio da classe e do cargo que ocupa, e ao mesmo tempo, fazendo sentir às partes, com essa recusa legal e fraterna - que acima de emolumentos - indevidos por faltar-lhe competência para esse fim, deve pairar a existência do ato jurídico perfeito.

A OFICIALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

AMELETTO MARIANO

**Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de
Neves Paulista.**

Brilhante, sem dúvida, a reportagem do "O Estado de São Paulo", a propósito do movimento dos cartórios da Capital, publicada no domingo, dia 6 de Julho p.p.

Para aqueles que ignoram, em toda a sua extensão, a vida cartorária, melhor e mais inspirada não podia ser aquela brilhante revelação. Apurou, em todos os seus aspectos, o que representa a labuta diária daqueles que, humilde e anonimamente, concorrem para o prestígio da justiça. Abordou várias facetas às problemas atinentes à classe, tais como instituição da carreira, regimento de custas e focalizou, como não podia deixar de ser, um assunto sempre palpitante e agira, mais do que nunca, na ordem do dia: a oficialização dos cartórios.

Entretanto, força é convir: muito se fala nesse assunto, mas nem sempre se encontra a verdadeira solução: Ainda há poucos dias, os nobres deputados Cid Franco e Alfredo Farhat apresentaram dois projetos que visam aquele objetivo. Ambos, em suas justificativas, afirmam que maioria dos serventuários da justiça apoiam essa iniciativa. Por outro lado, o deputado Lincoln Feliciano, também ardoroso defensor da oficialização e, mesmo, seu paladino, chegou a afirmar que, mesmo que se reúnam todas as forças de terra, mar e ar do Brasil, nada se conseguiria, dada a potência da capacidade da classe dos serventuários, os quais, unidos em torno de seus interesses, trabalhariam, por todos os meios e modos, usando de todas as armas, pela manutenção do atual sistema.

Perdoem-me aqueles nobres parlamentares divergir, não só de suas respeitáveis opiniões como e principalmente dos projetos apresentados, os quais, em suma, viriam tumultuar e prejudicar, ainda mais, o complicado sistema de distribuição e aplicação da justiça.

Como serventuário de justiça, vivendo em modesta cidade do interior, cujo território compreende dez mil habitantes, com um movimento anual de 500 nascimentos, 100 casamentos, 180 obtidos, algumas escrituras e procurações, verificarão aqueles deputados que o meu maior desejo seria a concretização daquela medida, que me viria colocar na privilegiada posição de funcionário público, com o padrão de letra Q, que dá o vencimento mensal de CR\$ 4.500,00. Além dessa retribuição mensal, certa e positiva, teria direito ao abono familiar, licença prêmio e tantas outras vantagens de que usufrui o funcionalismo em geral. Constituiria, afinal de contas, por mais modesto que fosse o cartório, uma autêntica sinecura.

Concordo com a tese de que ao Estado deve competir o encargo decorrente do registro civil das pessoas naturais, que compreende o nascimento, casamento e óbito, tal como acontece com os países bem organizados. Mas, acima de tudo, precisamos ser justos: não é possível sobrecarregar o Estado com os ônus que fatalmente advirão com a aprovação do projeto apresentado. Basta atentar-se que, somente cartórios de registro civil, muitíssimos dos quais de renda ínfima, existem cerca de um milheiro, os quais, na média de CR\$ 6.000,00, para o serventuário e escrevente, produziriam uma despesa mensal de CR\$ 6.000.000,00, sem se falar em alugueres, material de expediente e conservação.

Assim, outra idéia deve ser procurada, que concilie os interesses em jogo.

A meu ver, uma solução que viria atenuar a difícil situação dos oficiais do registro civil dos pequenos núcleos, que são em maior número e que mais reclamam contra o atual estado de cousas, seria não Permitir-se a criação de outros cartórios de idêntica modalidade, a não ser em casos excepcionálíssimos. Só na ultima revisão qüinqüenal foram criados cerca de 170 distritos, com desfalque de território pertencente a tantos outros oficiais. E desses 170 novos cartórios, somente alguns vinte foram providos mediante concursos. Os demais continuam vagos, exatamente porque, pela sua pequenez territorial e diminuta densidade demográfica, não comportam sequer as despesas com a respectiva instalação, quanto mais à subsistência dos titulares. Criados exclusivamente pelo critério da baixa politiquice, sem um exame cuidadoso e sem previa investigação dos dados apresentados, muitas vezes por simples emendas feitas na hora, a realidade está aí à mostra, com a sobrecarga dada ao E. Tribunal de Justiça, na realização de concursos, com despesas de material, publicação de editais e tantos outros trabalhos, sem nenhum resultado pratico, pois até a livre nomeação tem sido rejeitada, em consequência daqueles fatos apontados.

Por outro lado, a criação de Comarcas, embora algumas cidades, pela sua situação geográfica, movimento forense e outras peculiaridades mereçam essa categoria, devia obedecer a um critério mínimo e razoável. O que atemoriza grande número de serventuários e os faz defensores intransigentes do regime da oficialização é o fato de, a qualquer momento, muitas vezes por simples jogo político ou interesse pessoal, se alterar a situação de um cartório que, de bom ou regular, passa a ser péssimo ou que mal dá para o serventuário viver.

Hoje, por exemplo, se cogita da criação das Comarcas de Fernandópolis e Jales, que deverão destacar-se exclusivamente da comarca de Votuporanga. Em que situação ficarão os serventuários desta ultima? Por diminuição de renda, que será inevitável, terão que dispensar seus auxiliares e escreventes, ou o que é pior: mante-los, mas reduzir os seus vencimentos, o que será grandemente prejudicial, a uns e outros.

Com todos esses exemplos à vista, portanto, os Srs. deputados, antes de mais nada, sem espirito demagógico, que é que não falta, sem qualquer receio da verdade, devem enfrentar o problema tal como ele se apresenta e, com realismo, mas também com espirito público, apresentar a solução mais compatível com os interesses da justiça, dos serventuários e do povo. Dizer que este ou aquele cartório tem centenas ou milhares de cruzeiros de renda por mês não resolve. Afirmar que este ou aquele serventuário é poderoso e usa e abusa de sua influência pessoal e política em favor do atual sistema também não soluciona nada. Não é preciso que os deputados receiem este ou aquele pedido, nem também se justifica a bravata do deputado Cid Franco de que denunciará aqueles que se opuserem ou se opõem à oficialização. É necessário, acima de tudo, com verdadeiro socialismo, encarar, também por igual, o trabalho árduo, honesto e eficiente dos serventuários de justiça, os quais, em sua maioria, quiçá em sua totalidade, sempre se dedicaram aos seus próprios afazeres, com dignidade e retidão, muitas vezes com prejuízo de seus interesses, trabalhando de graça nos serviços criminais, nos processos de assistência judiciária, nos executivos fiscais e nos processos eleitorais, dando papel, tinta, material humano e tantas outras cousas, sempre tendo em vista o bem comum.

Corregedoria Geral da Justiça PROVIMENTOS

N.º 8.518. - Geraldo Nogueira - Barretos - "Não houve citação da entidade de classe para os termos do processo. Em diligência para ser sanada essa falha, voltando em seguida os autos conclusos. O oficial de justiça que efetuou a diligência certificada a fls. 14 v. deveria ter recolhido em selos 2/3 dos emolumentos cabentes ao Estado. Não o fez e com essa omissão obrigou o interessado a pagar no conjunto de custas, importância que já estava paga e consta do recibo de fls. 14 v.

Esse fato vem se repetindo em casos que chegam ao conhecimento desta Corregedoria, importando em desobediência a suas reiteradas recomendações.

Finalmente cumpre ao oficial de Justiça devolver o excesso recebido.

S. Paulo, 17-6-52. (a.) Mareio Munhos".

D. J. 19/6/52.

N.º 8.553 - Juiz de Direito - Santa Rita do Passa Quatro - "Publique-se a decisão em apreço que estabeleceu critério exata a respeito dos emolumentos de avaliador. Será oportunamente tomada em consideração para provimento de ordem geral. São Paulo, 24 de julho de 1952. - (a) Márcio Munhós".

Decisão a que se refere o despacho supra: - "No presente inventário, os três imóveis que formam o patrimônio, do espólio foram num único laudo avaliados, respectivamente, em Cr\$ 180.000,00, Cr\$ 291.200,00, e Cr\$ 9.000,00 somando todos eles a importância de Cr\$ 48.200,00.

Ao ser feita a conta de custas, entendeu o senhor avaliador que fazia jus, nos termos da Lei n. 632 de 1.0/2/50, aos emolumentos correspondentes a três avaliações distintas e cotou à margem de laudo a importância de Cr\$ 2.145,00, exclusiva diligência. Sendo apenas um laudo, entendi que uma era a avaliação pouco importando que fossem diversos os imóveis estimados. Por esta razão, determinei que as custas fossem calculadas tendo-se por base a soma dos valores imobiliários do espão. Nestas condições, foram reduzidas para Cr\$ 1.200,00 as custas atribuídas ao Sr. Avaliador. Inconformando, o serventuário pediu reconsideração do despacho, alinhando duas ordens de argumentos:

1.º) - Em outras Comarcas, em casos idênticos, tem-se admitido que as custas sejam calculadas tomando-se por base o valor de cada imóvel, parceladamente;
2.º) - A Lei n.º 632 de 1.º - 2 50 não repetiu a observação contida no Regimento de Custas de 1927, sessão III, tabela J, n. II e portanto, para a determinação da taxa, não se deve mais reunir o valor dos bens.

Mantenho o despacho. O modo pelo qual os Srs. Avaliadores, em outras Comarcas, vêm contando suas custas não me pertine e, por me parecer desacertados não posso permitir sua aplicação em Santa Rita. Confesso que seria preferível, para afastar qualquer dúvida, que a Lei n. 632 tivesse repetido a observação contida no Regimento de 1927. Mas, pela circunstância de haver silenciado, não se deduz necessariamente que tivesse abolido o critério da reunião de todos os valores dos bens para a determinação da taxa. Inicialmente é de se observar, ter a Lei n. 632 em seu artigo 4.º, revogado apenas as disposições em contrário, sendo intuitivo que a legislação anterior, desde que não colida com a nova continua em vigor. E não se pode dizer que qualquer dos dispositivos da lei nova tenha derogado o critério estabelecido no Regimento de 1927, segundo o qual para a determinação da taxa, soma-se o valor de todos os bens estimados no mesmo laudo. Ademais, é de se presumir que a lei tenha silenciado, por ser desnecessária a observação, já que ficou expressamente estipulado que o máximo a ser atribuído pela avaliação não deve exceder de Cr\$ 1.200,00. Insisto em que a avaliação foi apenas uma, pouco importando o número de bens do espólio foram num único laudo avaliados, respectivamente, em Cr\$ 180.000,00, Cr\$ 291.200,00, e Cr\$ 9.000,00 somando todos eles a importância de Cr\$ 48.200,00.

Ao ser feita a conta de custas, entendeu o senhor avaliador que fazia jus, nos termos da Lei n. 632 de 1.0/2/50, aos emolumentos correspondentes a três avaliações distintas e cotou à margem de laudo a importância de Cr\$ 2.145,00, exclusiva diligência. Sendo apenas um laudo, entendi que uma era a avaliação pouco importando que fossem diversos os imóveis estimados. Por esta razão, determinei que as custas fossem calculadas tendo-se por base a soma dos valores imobiliários do espano. Nestas condições, foram reduzidas para Cr\$ 1.200,00 as custas atribuídas ao Sr. Avaliador. Inconformando, o serventuário pediu reconsideração do despacho, alinhando duas ordens de argumentos:

- 1.º) - Em outras Comarcas, em casos idênticos, tem-se admitido que as custas sejam calculadas tomando-se por base o valor de cada imóvel, parceladamente;
- 2.º) - A Lei n.º 632 de 1.º - 2 50 não repetiu a observação contida no Regimento de Custas de 1927, sessão III, tabela J, n. II e portanto, para a determinação da taxa, não se deve mais reunir o valor dos bens.

Mantenho o despacho. O modo pelo qual os Srs. Avaliadores, em outras Comarcas, vêm contando suas custas não me pertine e, por me parecer desacertados não posso permitir sua aplicação em Santa Rita. Confesso que seria preferível, para afastar qualquer dúvida, que a Lei n. 632 tivesse repetido a observação contida no Regimento de 1927. Mas, pela circunstância de haver silenciado, não se deduz necessariamente que tivesse abolido o critério da reunião de todos os valores dos bens para a determinação da taxa. Inicialmente é de se observar, ter a Lei n. 632 em seu artigo 4.º, revogado apenas as disposições em contrário, sendo intuitivo que a legislação anterior, desde que não colida com a nova contida em vigor. E não se pode dizer que qualquer dos dispositivos da lei nova tenha derogado o critério estabelecido no Regimento de 1927, segundo o qual para a determinação da taxa, soma-se o valor de todos os bens estimados no mesmo laudo. Ademais, é de se presumir que a lei tenha silenciado, por ser desnecessária a observação, já que ficou expressamente estipulado que o máximo a ser atribuído pela avaliação não deve exceder de Cr\$ 1.200,00. Insisto em que a avaliação foi apenas uma, pouco importando o número de imóveis avaliados. A se adotar critério diverso, chegaríamos a consequências absurdas que, Dão é crível tenha o legislador querido consagrar. Assim por exemplo: estimando imóvel agrícola com todas as benfeitorias e pertencentes em dez milhões de cruzeiros, fariam avaliar jus a Cr\$ 1.200,00 de custas. Mas, se a avaliação tivesse por objeto quatro prédios iguais no valor unitário de duzentos e cinquenta mil cruzeiros, poderia cobrar de emolumentos Cr\$ 4.800,44 ... E' de boa hermenêutica evitar interpretações que conduzem ao absurdo. Como se traja de assunto de interesse geral, atendendo pedindo do Sr. Avaliador, determino que se remeta cópia do presente despacho ao Exmo. Sr. Corregedor Geral do Estado, para que S. Ex.a., caso entenda de utilidade, manifeste a exata compreensão que se deve dar ao assunto.

Santa Rita do Passa Quatro, 22 de abril de 1952. - (a) Marcos Nogueira Garcez, Juiz de Direito.

D. J. 29/7/52.

N. 8.451 - Diretor do Fórum - Santos - "Embora os interessados não sejam escreventes habilitados ou simples escreventes de cartório, estão servindo no Juízo Criminal da Comarca de Santos, onde foram lotados por ato de autoridade competente; ficaram sujeitos à disciplina forense, como se depreende da informação do Dr. Juiz de Direito do Fórum de Santos.

Comparecem ao serviço dentro do horário comum dos demais servidores da justiça; trabalham também nos dias de ponto facultativo do funcionalismo burocrático das repartições administrativas do estado; estão em fim, adstritos ao regime do funcionário de cartório com obrigação similares. Devem ter regalias equivalentes, salvo quanto à possibilidade de substituição, só permitida entre os titulares de carreira.

Cabe-lhes, portanto, gozar férias nas mesmas condições dos outros auxiliares de cartório.

S. Paulo, 5 de julho de 1952. (a) Mareio Munhos".

D. J. 6/7/52.

Decisões

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS.

Suscitante: Registro de Imóveis da 7.a Circunscrição.

impugnante: Neli Gonsalves.

Vistos.

I. Teve dúvida o oficial-maior do registro de imóveis da 7.a circunscrição em atender ao pedido de transcrição do contrato de compra e venda constante - da escritura de fls. 5, lavrada Das notas do 5.º tabelião em 31 de dezembro de 1951, por não haver sido pago o selo federal proporcional previsto no Decreto n. 4.665, de 3 de Setembro de 1942, com as alterações posteriores e artigo 38 da respectiva tabela.

II. Os tabeliães, em geral, não têm cobrado dos contratantes esse selo, desde que foi proferido pelo C. C. o acórdão n. 33. 226, de 25 de setembro de 1951, e que foi publicado no D. O. de 29/11/51.

Nessa decisão foi proclamado ser indevido esse imposto, e, portanto, não exigível nas transmissões de imóveis, cuja tributação pertence aos Estados.

Nesse sentido também se manifestou o ilustre representante da Fazenda Pública Federal, conforme se verifica de seu parecer de fls. 13v.

III. Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida, pagas as custas na forma da lei.

P. R. Intime-se.

São Paulo, 14 de Julho de 1952.

(a) Plínio de Carvalho Pinto.

SEÇÃO XII

PRESIDÊNCIA

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Proc. n. 3309 - São Paulo.

Correição parcial requerida por Raul. de Aquino nos autos de ação de despejo que Josefa Luz move ao requerente.

ACÓRDÃO

Ilegalidade do despacho mandado selar e preparar a fim de ser exarada a decisão senadora.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Correição Parcial n. 59.190, da comarca de São Paulo, em que é requerente Raul de Aquino Impugnando despacho do Juiz da 15.a Vara Cível, nos autos da ação de despejo intentada por Josefa Luz:

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura em julgar procedente o pedido para considerar insubsistente a decisão que determinou fossem os autos selados e preparados a fim de ser exarado o despacho saneador.

Depreende-se do artigo 293 do Código de Processo Cível, que esse despacho tem de ser proferido com celeridade; constitui termo que decorre automaticamente do andamento da

causa, sem dependência de preparo prévio; não deve sofrer demora resultante do pagamento das custas. A exigência em contrário não tem apoio em lei atenta contra a pureza do sistema adotado no Código do Processo Civil, pois entrava o prosseguimento do feito, dando causa à sua paralisação; viola o § 3.º do art. 56 do citado estatuto que nem para a sentença final, em primeira instância, torna imprescindível o pagamento antecipado de custas.

Da análise de todo o art. 56, verifica-se que em seu corpo define o direito do serventuário ao recebimento das custas, logo depois de concluído o ato, mas somente no seu § 2.º declara o momento da efetivação desse direito. O serventuário que não quiser aguardar esse momento, terá de se socorrer da ação prevista no art. 298 n. 1 (Acórdão da 4.ª Câmara Civil, Rev. dos Tri. vol. 190,364). Esse julgado ajusta-se à melhor interpretação doutrinária: (A regra consagrada no § 2.º tem por objeto possibilitar o julgamento independentemente da conta de custas. Se a decisão ficasse condicionada ao pagamento das custas contadas nos autos, é claro que ao Juiz não se depararia nunca oportunidade de proferir a sentença na própria audiência de instrução e debate. Proferida, porém, a sentença nem o vencido poderá dela recorrer nem ao vencedor será permitido executá-la sem aquele pagamento. Por esse modo assegura-se o direito dos interessados sem sacrifício da marcha processual". (Pedro Batista Martins, Com. Cod de Proc. Civil vol. 1 pag. n. 160).

Sendo essa a regra geral, com maior razão se torna inadmirável o pagamento antecipado de custas na interlocutória do saneamento do feito. Assim tem decidido, na espécie, o Egrégio Tribunal de Justiça em suas diversas Câmaras e até em recurso de revista, reconhecendo em jurisprudência pacífica "a ilegalidade do despacho de selar e preparar a fim de ser propalada a decisão saneadora" (Rev. dos Tribunais Vols. 174/306; 187/354; 180/791 e 190/364). Em julgados de Tribunais de outros Estados, fixou-se o mesmo critério: (Arch. Jud. Vol. 89. pag. 75 com relação ao Distrito Federal; Mensário Forense Vol. 1.º pags. 24G e 264 e Rev. Forense Vol. 124 pag. 186 quanto a Minas Gerais; a Paraná Judiciário Vol. 47 pag. 26 atinente ao Paraná). Dele não se afasta o Egrégio Tribunal Federal de Recursos (Diário da Justiça da União, outubro de 1950 pag. 3453).

Cumprir notar que a matéria é regida por lei processual de competência federal, excluindo qualquer restrição resultante de normas de Organização Judiciária ou de sua parte complementa contida no Regimento de Custas. Não é possível obliteração de uma regra dessa natureza - que pela Constituição tem de prevalecer em todo o Brasil - porque diploma local dispõe em sentido contrário. A norma do processo prescreve o momento em que se tornam exigíveis os emolumentos judiciais, relegados aos regimentos de custas respectivas o "quantum" e a natureza dos mesmos. "Não prevalecem sobre o disposto no art. 56 § 2.º do Código de Processo Civil, quaisquer estipulações em contrário inseridas nos respectivos Regimentos de Custas dos Estados. A legislação federal em apreço podia como o fez e sem invasões viciosas de atribuições fixar de maneira normativa o momento exato em que as custas se tornam exigíveis. Face ao sistema processável vigorante entre nós, não é lícito erigir como motivo impeditivo do julgamento da demanda, a falta de preparo prévio dos autos. O despacho que o exigiu portanto é ilegal". (Emenda ao Acórdão do Tribunal Federal de Recursos "in" Diário da Justiça da União acima citado).

Diga-se de passagem que o último Regimento de Custas do Distrito Federal, de 1944 (abolando-o aos princípios dominantes do Código de Processo Civil, cancelou o artigo do regimento anterior que determinava o pagamento antecipado de custas e o substituiu por outro consentâneo com o regime processual.

Note-se afinal, que na quase totalidade das Comarcas do Estado, tem-se mantida ileso a boa orientação oriunda das normas processuais: na da Capital, entretanto, vem-se implantando a praxe injustificável que deu motivo a este pedido de correção.

Em resumo: O despacho saneador não fica na dependência do pagamento de custas e de maneira geral, a falta de preparo prévio não constitui entrave para o ato judicial, nem pode servir de pretexto para que o serventuário ou dificulte o andamento do processo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 17 de junho de 1952.

aa) Meirelles dos Santos, Presidente Gomes de Oliveira, Vice presidente em exercício. Mareio Munhós, Corregedor geral e relator. Copiado do original por: (ass. ilegível).

D. J. 6/8/52.

Notas Varias

APELAÇÃO CÍVEL N.º 12.360

O reconhecimento da firma é ato pessoal de quem a declara verdadeira. O titular do Tabelionato não responde pelo reconhecimento feito pelo substituto.

Vistos e relatados estes autos de apelação, n.º 12.360 (entre partes: Eronides de Carvalho como apelante, sendo apelado Leonel Gomes de Moura) acordam os Juizes da Quarta Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dar provimento à apelação para julgar improcedente a ação contra o apelante.

Custas pelo apelado.

Assim decidem unanimemente pelas razões seguintes:

A presente ação de indenização foi proposta também contra o apelante, como tabelião do 14.º Ofício de notas desta Capital, em cujo cartório foi reconhecida a firma pelo substituto. A culpa decorrente, alegada na inicial, seria a de ter ele depositado em cartório uma firma que os peritos mais tarde disseram não ser a do dono do veículo, não havendo pois a necessária cautela, sendo colhida em ficha (fls. 2 v.).

Quanto ao reconhecimento, a responsabilidade é pessoal de quem reconhece (art. 219 do Dec. Lei 8.527, de 31 de Dezembro de 1945 - Código de Organização Judiciária do Distrito Federal), de sorte que o tabelião titular não poderia responder por esse ato praticado pelo substituto. O citado dispositivo acrescenta: deve ser feito o confronto com a previamente depositada em cartório". Na maior parte das vezes o tabelião do Distrito Federal não conhece a pessoa que deixa firma em seu cartório; a identidade, quando não lhe é apresentada a carteira destinada a prová-la, é abonada por outra pessoa que mereça fé do notário e que este sabe ser a própria. Não está na lei a forma pela qual deve o tabelião colher a assinatura que deposita em seu cartório. A firma de Carlos Carneiro (nome do vendedor de automóvel entre ao autor) consta do cartório, sendo abonada por Alberto Tramontano que por sua vez tem assinatura Do mesmo cartório, igual a da carteira de identidade deste, onde consta, como na ficha do mesmo ser este funcionário público, trabalhando no lugar indicado, casado e brasileiro (fls. 59). A identidade do abonador e a qualificação deste nem sequer foram contestadas.

Até a data dos processos contra ele instaurados, nada constando contra o mesmo na Justiça - ou fora dela, motivo não havia para ser ele recusado como abonador. A firma que foi reconhecida não é diferente da depositada no cartório, sendo esta colhida pela forma usual e abonada, sem motivo para suspensão. o Tabelião não teve culpa, ou pelo menos essa não está provada, ao organizar os padrões de assinatura que servem para o confronto. - Na presente ação o substituto não tomou parte, nem teve intervenção; se algum direito tinha contra o titular, não o pleiteou, nem o poderia fazer na presente causa; não se justifica pois a condenação do titular.

Rio, 23 de Novembro de 1951.

Sylvio Martins Teixeira, Presidente e relator. - Estácio C. Sá e Benevides. - HUGO AULER.

O Instituto das Correções foi criado no Estado de S. Paulo pelo Dec. 4.786, de 3/12/1930, sol) a denominação de Regimento das Correções e tem por fim disciplinar, orientar e fiscalizar o bom

andamento dos serviços referentes a justiça.

Sessão Social FALECIMENTO

RICARDO NORMANDIA MOREIRA

Faleceu em Rio Claro, o nosso prezado Colega Sr. Ricardo Normandia Moreira. O falecido, exercia a muitos anos, o cargo de Distribuidor, Contador e Partidor na Comarca de Rio Claro.

Foi um dos baluartes da nossa classe e muito trabalhou na defesa de seus direitos e sua morte foi muito sentida.

O Sr. Ricardo Normandia Moreira, fazia parte da Diretoria da Associação e muito trabalhou para elevar o seu nome, tendo sido um de seus sócios mais fervorosos e muito deve a nossa Associação a esse dedicado amigo.

Por intermédio de nosso Boletim, prestamos urna singela mas sincera homenagem a esse digne serventuário que em vida era querido por todos e sua morte só trouxe tristeza e saudade.

A Sua Ex.ma. Família, as nossas condolências.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JÚNIOR	Diretor - Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES	Diretor - Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONEL	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES	Presidente
DR.- ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO	
SR. IBSEN DA COSTA MANSO	
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA	

SUPLENTE

ELVINO	Campinas
MAJOR LÉO LÊRRO	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	Jauú
TRISTÃO CARVALHO	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO	Santos
ÁLVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
COLABORAÇÃO	3
ONDE DEVE SER PROCESSADA A HABILITAÇÃO E REALIZADO O CASAMENTO	3
A OFICIALIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS	7
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	9
PROVIMENTOS	9
DECISÕES	11
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS.	11
SEÇÃO XII	11
PRESIDÊNCIA	11
NOTAS VARIAS	14
APELAÇÃO CÍVEL N.º 12.360	14
SESSÃO SOCIAL	15
FALECIMENTO	15
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	16
DIRETORIA	16
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16
ÍNDICE	17

Nº 035 - Publicação: 01/08/1952

Colaboração

DO CASAMENTO CIVIL NATUREZA JURISDICIONAL DO CASAMENTO **JOSÉ SPINOLA DE MELO**

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1.º Subdistrito de Birigui - Estado de São Paulo.

O CASAMENTO, de acordo com a legislação brasileira, é um ato que não tem fôro obrigatório. É de jurisdição graciosa, o que equivalente dizer que as partes têm o direito de preparar os papeis de habilitação e celebrar o ato, onde bem lhes convier, uma vês que o façam perante a autoridade competente. É (la mesma opinião o grande processualista italiano Chiovenda, que enquadra o casamento como um feito de jurisdição graciosa (Chiovenda - Instituição do Processo Civil - Vol. II - Pag. 37).

Para os atos de jurisdição graciosa, não há fôro obrigatório: podem ser processados onde convier aos interessados, desde que, como já dissemos, o façam perante a autoridade competente.

O Código Civil, em seus art. 180 e 182, reproduziu a antiga legislação do casamento civil, (me, constava do Decreto n.º 181 de, 21 de Janeiro de 1890. De forma que não houve qualquer alteração quer na forma substantiva, como na parte formal para a realização desse contrato sui generis que é o casamento civil. Assim, facultativamente, os candidatos ao casamento, conforme prescreve o Art. 180 do Código Civil, devem se dirigir a qualquer oficial do registro civil, apresentando os documentos exigidos e constantes dos números 1 a V, do referido artigo. Ora , não diz o Código Civil que os candidatos devam procurar o oficial do registro civil do lugar onde residem, à que, pelo menos, seja a residência de deles. Só exige que procurem um oficial do registro civil devidamente investido no seu cargo e que é competente para o preparo do

casamento civil. Logo, pelos próprios termos da lei, os nubentes têm a faculdade de processar a habilitação, ato preliminar do casamento, onde bem lhes convier, o mesmo acontecendo quando à celebração.

O que se tornou obrigatório por disposição expressa em lei, é a publicação dos editais nos distritos onde residem os nubentes; e, si residirem em diversas circunscrições do registro civil, em urna e outra se publicarão os editais). (Código Civil Art. 181 e seus parágrafos).

Decorrido o prazo fixado em lei para a publicação dos editais e não aparecendo quem oponha impedimento algum, o oficial do registro civil incumbido do processo de habilitação dará uma certidão aos pretendentes, declarando que estão habilitados a se casar dentro de três meses imediatos. (Cód. Civil, Art. 181 Parágrafo I).

Depois de ter o oficial do registro civil se desincumbido do preparo dos papéis e feito a entrega desse certificado de habilitação, cessa a sua função. Daí em diante, compete aos nubentes, verdadeiros e únicos interessados, providenciarem o seu casamento em qualquer parte do país.

O Oficial do Registro Civil que processar a habilitação não tem o direito de impor que os nubentes se casem no seu Cartório e nem o de lhes indicar onde devem se casar. Os interessados, sim, têm o direito e a liberdade de se dirigirem à autoridade competente do lugar onde desejarem se casar, requerendo a celebração do seu casamento ante a apresentação do competente certificado de habilitação.

Para ilustrar nossas considerações, transcrevemos, a seguir, a súmula da Portaria n.º 27 de Outubro de 1892, do Ministério da Justiça:

"Declara que os escrivães de paz podem aceitar documentos, publicar editais de proclamas e servir nos casamentos, quando os nubentes residirem em distritos alheios aos de sua jurisdição, devendo, em tal caso, remeter ao oficial do distrito onde residirem os contraentes, uma cópia dos editais de que trata o art. 2.º do Dec. n.º 191".

(O Registro Civil da República - Tavares Bastos, pag.191).

É esta a interpretação autêntica da Lei sobre o casamento civil, por ser emanada do próprio Governo que o instituiu entre nós. E que, até este momento, prevalece, por não existir lei ou regulamento em contrário.

Em abono da nossa assertiva, queremos formular um exemplo, mais elucidativo, ou seja: - Em uma estação de águas deste Estado, vêm a se encontrar dois jovens. Ele, procedente de um Estado do Norte do país, suponhamos Pará. Ela, de um Estado do Sul, como Santa Catarina. Ambos solteiros e maiores, amaram-se e resolveram se casar. - Como devem proceder, para que, no menor prazo estabelecido pela lei, possam concretizar o seu desejo? Precisam ir ao Estado do Pará ou de Santa Catarina para que seja realizado o casamento? Suponhamos, ainda, que para eles essa descabida medida se tornasse impraticável por fatores vários, teriam que se exporem a imprevistos até que pudessem atender uma tal formalidade? E, se por ventura, dirigissem-se eles ao Oficial do Registro Civil da Estação de Águas, exibindo os documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil e requeressem perante esse Oficial, a sua habilitação, deveria o Oficial atendê-los? E, ainda, se fossem atendidos e o oficial enviasse cópia dos editais para os Estados do Pará e Santa Catarina, distritos de residências, respectivamente dos nubentes e, decorrido o prazo legal, aqueles; oficiais dos registros civis referidos enviassem as competentes certidões de habilitação, ante as quais o oficial do registro civil da Estação de Águas, depois de igualmente certificar o que de ofício lhe competia, procedesse à celebração do casamento, seria esse casamento legal? Respondemos pela afirmativa a vista do disposto nos Arts. 180 e 181 e seus parágrafos do Código Civil, como já afirmamos, não diz o Código Civil, que os candidatos ao casamento devam procurar o oficial do registro civil do lugar onde residem, ou que, pelo menos, seja a residência de um deles. Só exige que procurem um oficial do registro civil devidamente investido no seu cargo e que é o competente para o preparo do casamento civil.

Em reforço da nossa argumentação e das nossas conclusões, queremos considerar aqui o disposto no Art. 163 da Constituição Brasileira que, em seu parágrafo primeiro reconhece ao casamento religioso efeitos equivalentes ao civil, desde que, se, observados os impedimentos e prescrições da Lei (art. 180 e 181 do Código Civil) assim o requerer o celebrante (Ministro Religioso) ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público. Ora, sabemos que o casamento religioso é celebrado independente da formalidade da competência por força de distrito de residência, isto é, podem duas pessoas se casar religiosamente onde e bem lhes aprouver, tanto assim que, inúmeras são as pessoas que residindo em municípios diversos, vão se casar na Aparecida do Norte, alegando cumprimento de promessa.

Outrossim, são os inúmeros os casos de uma só paróquia, ou melhor, um só pároco responder pela vida religiosa de dois e até mais municípios, não se contando o número de distritos. Se atendermos que a Constituição e nem qualquer outra lei posterior determina que a inscrição no registro público do casamento religioso, para equivalência ao civil, seja feito no distrito de residência de um dos contraentes, concluiu-se que, pôde essa inscrição ser feita no registro civil do distrito sede da paróquia onde foi celebrado o casamento religioso, como ainda, não estabelece a Constituição o prazo para essa inscrição e nem impõe às mesmas condições que viesse a predeterminação por distrito de residência de um dos contraentes, para efeitos quer da habilitação como da celebração do casamento religioso.

Ante o exposto, aceitando-se a obrigatoriedade do distrito de residência de um dos contraentes como determinante da competência do oficial respectivo como único a proceder a habilitação e a celebração do casamento civil, será reconhecer uma situação vantajosa ao casamento religioso para posterior inscrição no registro público, o que equivale a prever o descaso que de futuro será dado ao casamento civil propriamente dito

Outras circunstâncias e fatores que vem em desabono ao Art. 163 da Constituição Federal são:- a) para o casamento religioso, segundo os cânones da igreja católica, a idade mínima para a mulher é de catorze anos, o que implica na possibilidade de, casando-se uma menor com catorze anos, ao atingir a idade de dezessete anos, poderá ter seu casamento inscrito no registro público, ao invés de ser reconhecido como nulo; b) para o casamento religioso, o comprovante da idade é a certidão de batismo, o que corresponde a um menos caso ao registro civil de nascimento; e, c) o conhecimento dos editais de habilitação do casamento religioso, somente alcançam aqueles assíduos praticantes e aos familiares e pessoas de relação dos contraentes, - por isso que, não são publicados pela imprensa.

Justo e acertado seria que a Constituição Brasileira, ao invés de reconhecer equivalência no casamento religioso, determinasse obrigatoriamente que o mesmo casamento religioso somente poderia ser celebrado ante a exibição da certidão do casamento civil, pondo cobro assim a muitos abusos que se vêm praticando, em que indivíduos impedidos para se casar, procuram justificar a sua união, casando-se religiosamente.

O reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso, teve sua primeira tentativa com a lei n.º 379 de 16-1-1937, alterado em parte pelo Decreto n.º 3.200 de 19 de Abril de 1941. Contudo não chegaram a ser aproveitados os dispositivos correspondentes. Atualmente, pela Constituição Federal, nova tentativa foi iniciada e, parece-nos, terá idêntico resultado que as primeiras. Temos esperanças de que, brevemente, seja modificado o art. 163 da Constituição Federal, visando ressaltar o instituto civil.

Quando estávamos com esse nosso modesto trabalho pronto para ser publicado, deparamo-nos com a Lei n.º 1.110, de 23 de Maio de 1950, que regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso, publicada no "Boletim da Associação dos Serventuários da Justiça deste Estado, a qual achamos de grande utilidade transcrevê-la aqui, em seu inteiro teor, devido que, no seu artigo 2.º diz que, a habilitação é processada perante o oficial do registro civil, de acordo com os artigos 180 a 182 do Código, coincidindo com o nosso ponto de vista e com as nossas argumentações que a lei citada, isto é, o Código Civil, não diz que a habilitação do casamento é processada perante o oficial do registro civil do distrito da residência dos nubentes, ou pelo menos de um deles, assim sendo, deve-se concluir que, o oficial competente é todo aquele que estiver investido no cargo legalmente. Os editais esses sim, é que devem ser obrigatoriamente

por força de lei, publicados no distrito de residência dos nubentes.

RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS AO CASAMENTO RELIGIOSO **LEI N.º 1.110, DE 23 DE MAIO DE 1950.**

"Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso".

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional Decreta e eu sanciono a seguinte lei: Artigo 1.º - O casamento religioso equivale ao civil, se observadas as prescrições desta Lei (Constituição Federal, artigo 163, parágrafos 1.º e 2.º).

Habilitação prévia - Art. 2.º - Terminada a habilitação para o casamento perante o oficial do registro civil (Código Civil, artigo 180 a 182 e seu parágrafo) é facultado aos nubentes, para se casarem perante a autoridade civil ou ministro religioso, requerer a certidão de que estão habilitados, na forma da lei civil, deixando-a obrigatoriamente, em poder da autoridade celebrante, para ser arquivada. Artigo 3.º - Dentro nos três meses imediatos à entrega da certidão, a que se refere o artigo anterior (Código Civil, art. 181, parágrafo 1.º), o celebrante do casamento religioso ou qualquer interessado poderá requerer a sua inscrição, no registro público.

Parágrafo 1.º - A prova do ato do casamento religioso, subscrita pelo celebrante, conterá os requisitos constantes dos incisos do artigo 81, do decreto numero 4.857, de 9 de Novembro de 1939, exceto o de numero 5 (Lei dos Registros Públicos). Parágrafo 2.º - O Oficial do registro civil anotará a entrada no prazo do requerimento e, dentro em vinte e quatro horas, fará a inscrição.

Habilitação posterior - Artigo 4.º - Os casamentos religiosos, celebrados sem a prévia habilitação perante o oficial do registro público, anteriores ou posteriores à presente Lei, poderão ser inscritos, desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de inscrição, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo artigo 180 (Código Civil).

Parágrafo único - Se a certidão do ato do casamento religioso não contiver os requisitos constantes dos incisos do artigo 181, do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939, exceto o de numero 5 (Lei dos registros públicos), os requerentes deverão suprir os que faltarem.

Artigo 5.º - Processada a habilitação dos requerentes e publicados os editais na forma do disposto no Código Civil, o oficial do registro certificará que está findo o processo de habilitação, sem nada que impeça o registro do casamento religioso já realizado.

Artigo 6.º - No mesmo dia, o juiz ordenará a inscrição do casamento religioso, de acordo com a prova do ato religioso e os dados constantes do processo, tendo em vista o disposto no artigo 181, do decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939 (Lei dos Registros Públicos).

Disposições finais - Artigo 7.º - A inscrição produzirá os efeitos jurídicos a contar do momento da celebração do casamento.

Artigo 8.º - A inscrição no Registro Civil revalida os atos praticados com a omissão de qualquer das formalidades exigidas, ressalvado o disposto nos artigos 207 e 209, do Código Civil.

Artigo 9.º - As ações, para invalidar efeitos civis de casamento religioso, obedecerão exclusivamente aos preceitos da lei civil.

Artigo 10.º - São derogados os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 3.200, de 19 de Abril de 1941, e revogadas a Lei n.º 379, de 16 de Janeiro de 1937, e demais disposições em contrário. - Rio de Janeiro, 23 de Maio de 1950; EURICO GASPAR DUTRA - HONORIO MONTEIRO (Publicada no Diário Oficial da União em 27 de maio de 1950).

Rogamos aos nossos distintos colegas e caros leitores, dispensar-nos um pouco da sua preciosa atenção, em torno deste nosso modesto e despretenhoso trabalho, lendo-o com o devido cuidado, confrontando com o Código Civil e a citada lei que regulamenta o casamento religioso para os efeitos civis, respondendo-nos se estamos ou não com a razão.

OS SERVENTUÁRIOS E OS CARTÓRIOS ELEITORAIS

GERALDO COSTA MANZO

Um leitor de "Fórum Eleitoral" indaga a nossa opinião sobre a nomeação de oficiais do Registro Civil para as funções de escrivão eleitoral.

"Como V.S.a. sabe - diz o leitor - a tarefa de um serventuário do Registro Civil é urgente e inadiável por natureza. Ninguém pode deixar para um dia imediato a lavratura de um assento de óbito ou de casamento. Mesmo quanto ao nascimento a urgência prevalece, pois a transgressão do prazo de quinze dias acarreta prejuízos. Ademais, os cartórios de Registro Civil já arcam com um pesadíssimo "onus" quanto à obrigatoriedade do fornecimento gratuito de certidões para os processos, encargo esse que requer, não poucas vezes, a necessidade de aumento de funcionários".

"Sendo o serviço eleitoral, por outro lado, também urgente e privilegiado, principalmente na época das eleições, como há de se conciliar as duas urgências, quando o serventuário é criatura humana e portanto incapaz de fazer o impossível? Acontece ainda que muitas vezes um cartório conta somente com o seu titular o que agrava supinamente a situação".

Esclarecemos ao nosso leitor que o oficial do Registro Civil, assim como o do Registro de Imóveis, não pode ser nomeado escrivão eleitoral. Somente os serventuários que são escrivães do juízo, "que escrevem perante o juiz", segundo decisões reiteradas do TRE é que podem funcionar como escrivães eleitorais.

Assim, unicamente quando o oficial do Registro Civil possui o anexo de contador, distribuidor e partidor da comarca é que poderá ser designado, mas nessa qualidade, isto é, por ser o contador. O mesmo acontece com o oficial do Registro de Imóveis, que só poderá ser nomeado se possuir o anexo do júri.

De se ponderar ainda que apenas nas comarcas de primeira e segunda instância é que os oficiais do Registro Civil podem possuir o anexo de contador, partidor e distribuidor, o que torna mais restrito o número dos que estão em condições de ser designados para as funções de escrivão eleitoral.

Para qualquer serventuário, porém, o cartório eleitoral é um "osso", mormente se houver preocupação por parte do titular de organizar e manter em dia o serviço.

O problema, contudo, é de difícil solução, se é que pode ser totalmente solucionado. O § 2.º do art. 18 da lei eleitoral vigente, estabelecendo que os serventuários exercerão a escrivania eleitoral por dois anos, rotativamente, veio resolver, em parte, a situação. Pelo menos o encargo não pesará somente para uns, desde que todos serão obrigados a exercer essa função.

REGIMENTO DE CUSTAS

Regimento de custas é, uma lei do Estado que regula e fixa a retribuição a que têm direito os Serventuários e demais pessoas da Justiça, pelos atos que praticam.

Atualmente está em vigor o Regimento de Custas estabelecido pelo Dec. 14.978, de 23.8.1945, que modificou a lei 2.260, de 31.10.1927. (Noções elementares etc..., de José Odilon Araujo, Oficial Registro Imóveis de Mogí das Cruzes).

UMA ATITUDE EXECRÁVEL

AMELETTO MARINO

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Neves Paulista.

Discute-se, na Assembléia Legislativa de São Paulo,- e agora com características famosas, o projeto que visa a oficialização dos cartórios forenses.

Entretanto, aqueles que se empenham na adoção desse regime, na defesa de seus pontos de vista, não empregam argumentos que demonstrem a pureza e a sinceridade do seu objetivo. Ao contrario. Aproveitando-se do ensejo que se lhes depara, despejam um palavreado nauseabundo, incompatível com as nobres tradições do Parlamento de São Paulo, onde refulgiram celebridades e onde pontificaram vultos grandiosos da nossa história política.

O fraseado mais comum é a de um libelo acusatório contra a classe dos serventuários da justiça. São estes apontados como inimigos dos escreventes, fomentando, com isso, a luta de classes; como o granfino que somente se interessa pela renda do cartório que lhe é totalmente desconhecido; como um espoliador do trabalho alheio; como um "tubarão" e quejandas cousas. Em síntese: O serventuário da justiça está colocado, em São Paulo e, quiçá, no Brasil, à margem da lei e do direito.

Devemos convir que não é assim que se discute um projeto de lei, acusando, via de regra, os serventuários em geral. A questão deve ser colocada no terreno das idéias, sem preocupações demagógicas e sem "tiradas" sensacionais.

O povo que lê essas invectivas dirigidas aos serventuários da justiça, que se constituem em preciosos elementos da organização da justiça; que cooperam, com o máximo de seus esforços, na respectiva aplicação; que enfrentam vicissitudes de toda a ordem, gastando tempo, dinheiro, papel, máquinas de escrever e uma série enorme de despesas nos processos que interessam à justiça gratuita, criminal, cobrança da dívida ativa e tantos outros, poderá crer que todas essas acusações são verdadeiras, quando não passarão de casos esporádicos e isolados, pois temos Juizes e corregedores que não permitem abusos, e, assim, olhar os serventuários com desconfiança, pois que sobre estes pairam sérias duvidas, que lhes são assacadas por aqueles que se dizem representantes legítimos da vontade popular. Não queremos, nem de longe, defender aqueles que, por qualquer motivo, possuem hoje um cartório rendoso e, quem sabe, até praticar aqueles atos apontados. Mas, perguntamos: qual a classe, qual o conjunto que não apresenta falhas ou imperfeições? A própria Assembléia Legislativa, em tempo não muito remoto, praticava ou praticou atos que reclamaram intensa oposição por parte da imprensa.

Nos países civilizados, qualquer alusão, especialmente as apontadas, aos serventuários é acolhida com reserva, pois todos sabem que o Tabelião é o conselheiro das partes e a sua conduta, pautada pelos atos da mais absoluta integridade moral, merece guarida e respeito. No Brasil, especialmente, por parte do Parlamento Paulista esse respeito está deixando muito a desejar.

Continuem os excelsos representantes do povo a discutir o projeto com elevação de propósitos, sem atassalhamento, porque a atitude adotada até o presente tem sido comentada desfavoravelmente pelos próprios escreventes, que continuam e sempre serão amigos dos Tabeliães do Interior e da Capital. E os nossos colegas, que hoje integram a Assembléia Legislativa, meditando um pouco sobre o assunto, pelo menos naqueles tópicos, deverão reagir contra esses ataques virulentos, os quais, em ultima análise, também os estão atingindo, já que até hoje nenhuma acusação ficou positivada.

COUSAS DO SERVENTUALISMO DA JUSTIÇA

JOSÉ VENANCIO BORGES

A campanha que precedeu a arrancada de 30 de Outubro, catalogou em seu programa de ação uma cópia interminável de motivos que procedentes, sem a menor sombra de dúvida, justificavam a arriscada aventura. O país se encontrava em situação caótica. Os responsáveis pelos seus destinos de desmando em desmando, comprometeram-no inexoravelmente. A bancarrota e muitas outras calamidades públicas ameaçavam a integridade da nação. E a massa humana, empolgada pela difusão da propaganda através de alocações infamantes de oradores fluentes e de todos os veículos de publicidade engrossava a fila em demanda do Catete. E a revolução triunfou - os novos detentores do poder não perderam tempo. Iniciaram logo a difícil tarefa de moralização e restabelecimento da ordem. Não podia ser procrastinada a providência mais urgente a ser tomada, que consistia na rigorosa devassa na vida pública e particular dos vencidos, pois, os cofres públicos se encontravam depauperados, tornando-se necessária bem orientada investigação para punição de seus causadores. O resultado negativo das pesquisas foi acolhido com orgulho e satisfação geral e livrou-nos do vexame travado que aqui e fora das nossas fronteiras naturalmente nos diminuía. Desse clima de euforia e com maior soma de razão, é lícito supor-se, participaram os chefes do movimento libertador, eis que, animados como se mostravam das mais sadias intenções de patriotismo, o seu desejo outro não poderia ser se não ver a terra que lhes serviu de berço continuar gozando o mesmo respeito e prestígio que sempre desfrutou. Afinal, tudo passou. Isto é, quase tudo. Remanesce algo que aberra de todos os princípios de equidade e justiça. As classes laboriosas as quais socorre o direito de greve quando contrariadas nos seus interesses ou desatendidas nas suas justas reivindicações conseguiram sempre e conseguem ainda bom êxito nas conquistas que pleiteiam. A posse dessa poderosa arma por se só, muitas vezes, dispensa-lhes a necessidade de seu uso para obtenção de qualquer pretensão em benefício de sua causa. O simples conhecimento do seu objetivo basta para sua satisfação. Uma entretanto, que não conta com o mesmo recurso, condenada por isso a viver sempre no mesmo ceticismo, tal o desprezo, que lhe votam os poderes que disciplinam a sua situação funcional, é sem a menor sombra de dúvida a dos serventuários de justiça à qual pertencemos. "Máquina do P.R.P.", esse o slogan que a perversidade dos inimigos dessa antiga agremiação política criou e deu curso numa propaganda sórdida contra esses servidores cujos cartórios, diziam, serviam os interesses dos dominantes em detrimento de seus adversários. Repugnante injustiça. No uso e gozo de seus direitos de cidadãos, muitos deles participavam das lutas partidárias de acordo com suas preferências, mas nunca ao ponto de fugir à escuridão e imparcial exaustão no desempenho das funções de seu cargo em benefício de quem quer que se atravessasse a procura-los com propostas menos dignas. Uma prova desta afirmativa, temo-la no fato sobremaneira auspicioso para nós de que uma busca nos arquivos públicos não logrará resultado positivo no encontro de uma falta libelada em denúncias, representações, sindicâncias ou outros quaisquer veículos de acusações pela prática de qualquer ato doloso de nossa autoria, quer antes ou depois da vitória. Na primeira dessas fases tudo era abafado pelo político, dirão os nossos caluniadores. Mas esse conceito não poderá encontrar agasalho na sua própria opinião, atendendo-se a que jamais foi posta em dúvida a integridade e imparcialidade da magistratura que sem nenhuma adscrição a correntes partidárias não deixaria impunes os delitos de qualquer natureza dos funcionários sob sua jurisdição e controle. Os Distribuidores da Justiça não foram incluídos no pejorativo slogan cujo maléfico efeito tanto nos tem prejudicado. Desde o advento do regime revolucionário, a ira dos deuses voltou-se contra nós, covardemente porque, como disse-mos, não contamos com as garantias que a outros são peculiares, para nossa defesa. O fracasso em outras direções precisava ser ressarcido e a seta da ignomínia foi atirada para o nosso lado. Estamos ainda purgando pecados que não cometemos, e não podemos calcular a distância de melhores dias. "Spes mutares ad mitum". Esta por enquanto a nossa contingência. Efetivamente. Ignoramos qual foi nos outros Estados a forma escolhida para aniquilamento das peças da, imaginária máquina do P.R.P.

Aqui, para início da nossa desdita, foi colocado à testa da pasta de que somos subordinados um titular com espírito, preconcebido não diremos de perseguição, pois tratava-se de uma figura de proa na culta sociedade paulistana e de um cidadão de reconhecida probidade, mas de desatender os nossos justos e legítimos anseios e concomitantemente impor-nos medidas que somente mereciam os transgressores da lei e do dever do ofício. Ao término dessa gestão de

triste memória, nutrimo-nos do pão da esperança. Consoladoras promessas davam-nos alento, levando-nos a acreditar num promissor futuro. Depois de uma prolongado "stato-qué", fomos acenados com a reforma do regimento de custas. Recebemos com certa reserva essa acalentadora notícia. Não nos supúnhamos ainda redimidos do crime que a maldade humana nos havia imputado. E razão de sobra nos assistia, não pela falta de concretização da promessa. A nova tabela foi promulgada e posta em vigor. Mau grado nosso. Nenhum resultado apreciável porém obtivemos. Em alguns pontos os nossos interesses caminharam em marcha à ré. Mesmo o leigo no assunto, num cotejo entre as duas, nota a ausência de vantagens da nova sobre a antiga. Se não vejamos. Na parte da escrituração. É verdade que alguns termos sofreram uma pequena majoração, mas é certo também que esse aumento se reveste da falta de objeto, eis que o Código do Processo Nacional vigente suprimiu grande sorna desses atos entre os quais os de maior renda - auto de partilha em inventários, diligências de avaliações, traslados integrais de processos em recurso, etc. Ficamos na mesma situação do pescador que munido de anzóis bem iscados não encontra peixes no poço, onde os afunda. Primeira desilusão. Passemos a segunda. Esta nos fornece a seção referente à notas. Aí não houve supressão mas as alterações introduzidas demonstram obviamente o maior empenho na proteção dos clientes do que mesmo na pretensa finalidade da reforma. Alguns exemplos: De Cr\$ 130,00 é o emolumento taxado para o serviço de uma escritura com valor bem considerável de Cr\$ 100.000,00. Ora, uma transação dessa monta indica incontestavelmente um grande negócio e deve ser cercada de todas as cautelas e garantias o que não se consegue sem muito esforço e cuidado, parte de que se encarrega o notário na lavratura do instrumento que a efetiva. Positivamente não é compensadora essa percepção frente ao afanoso serviço material e responsabilidade que decorre da prática desse ato. Uma escritura com valor dado de Cr\$ 500,00 cujo emolumento é de Cr\$ 20,00 somente, por imposição da lei tem a sua lavratura garantida. Como as de maior vulto e conseqüentemente de melhor remuneração, exige ela para sua completa estrutura o mesmo cuidado na redação e a mesma organização de documentos necessários à sua integração. Deduzidas as despesas que lhe são inerentes, referentes a impressos, folhas de livro, tinta, desgaste de máquina, diária do datilógrafo e de quem a lava, etc., do emolumento vencido talvez não sobre o valor de um pacote de pipocas. Dir-se-á: Além do emolumento fixado percebe o cartório outros proventos oriundos das guias, das transcrições, etc. Mas esses diminutos achegos não correspondem ao trabalho que ocasiona o seu preparo e que são percebidos somente nas escrituras que envolvem transferências de direitos dominiais. A tabela de custas em referência eleva de 500 para mil cruzeiros o emolumento máximo a ser cobrado nos contratos de qualquer natureza sujeitos a taxaação progressiva. Deriva daí um benefício de proporções exíguas tanto para os cartórios do interior como da Capital. Naqueles pela escassez de oportunidades para seu aproveitamento, pois, esporadicamente aparecem transações que justificam a cobrança do limite teto. Nestes, paradoxalmente, pela razão inversa. A astronômica valorização imobiliária nessa grande metrópole enseja o movimento de operações vultosas, sendo freqüentíssimos os negócios com valores figurados que sobem de dez mil a milhões de cruzeiros. E pela lavratura das escrituras de qualquer desses valores, o mesmo emolumento de mil cruzeiros!!!! Estes sinais traduzem bem o estado de desapontamento que nos causará a divulgação do texto que nos fornece elementos para esta apreciação. Releva ainda notar que as escrituras que não atingem a percepção máxima, já por isso pouco remuneradoras, como é notoriamente sabido, nunca são outorgadas com o preço avençado entre as partes que em benefício de sua economia procuram diminuir quanto podem o montante das despesas de sua lavratura, impostos etc. Esses expedientes raramente escapam à argúcia do oficial público que, mesmo na posse absoluta desse conhecimento, é obrigado a tomar por base o valor fictício do instrumento para cobrança de seu serviço. Para coibição da insídia contra o erário a lei armou o Fisco de poderes que lhe fornecem o recurso de avaliações ex officio e conseqüente exigência da diferença sonogada. Para nós, lamentavelmente é defeso qualquer procedimento acautelador dos nossos interesses.

Passemos a outro capítulo do nosso despretensioso comentário. Este, fugindo à ordem cronológica, focaliza em primeiro lugar a lei 819, de 31-10-950 que dispõe sobre a fôrma de provimento dos ofícios de justiça ou lei de carreira dos serventuários como foi crismada. Como exceção de alguns pontos que reputamos atentatórios dos nossos direitos, dos quais trataremos em seguida, esse diploma satisfaz a finalidade que lhe deu origem. Silente como ai se observa a exclusão de período de afastamento legal por motivo de saúde na liquidação de tempo de

serviço, não temos conhecimento da existência de qualquer dispositivo a amparar a atitude do poder competente com a inadmissão de sua inclusão. Sem nenhuma intenção irreverenciosa, abrigamos a hipótese de uma medida tomada subjetivamente. É irreparável o prejuízo que causa a subtração aos concorrentes no pleito de promoção ou remoção, de vez que vim diminuídas suas possibilidades de êxito na aquisição de pontos para classificação. Nem sempre si adapta com estrita propriedade o prolóquio "A lei é igual para todos". A obediência dessa sentença popular na sua rígida acepção, no presente caso pôde beneficiar uns em prejuízo de sagrados direitos de outros. Figuremos um exemplo: Um candidato cujo estado de saúde nunca lhe exigiu afastamento do serviço para seu tratamento, em disputa com outro que necessitou de prolongada licença motivada por moléstia que privara-o do exercício do cargo, mesmo que seja posterior o seu ingresso no ofício e que a diferença não alcance o período de afastamento deste, contará com maiores probabilidades de triunfo sobre seu antagonista si não for anulada a sua vantajosa situação com a presença de outros fatores, um dos quais gozo de licença para tratamento de negócios de particular interesse. Assim sendo, esperamos que o leitor concorde conosco -, a convicção de que não tem aplicação o surrado aforismo. Outra parte onde a injustiça se localiza acintosamente, vamos encontrar no artigo 20 n.o II da lei citada. A concessão de pontos ao bacharel em direito ainda que seja estranho ao quadro do serventualismo é tolerável, pois, trata-se de uni membro da família forense. Agora perguntamos: Qual a razão plausível que justifica a outorga de igual valor ao portador de diploma de outro curso de nível superior? Não podemos em absoluto conformar com essa intempestiva entrosarem. Vejamos o que pode acontecer. Apresentam-se dois candidatos a promoção ou remoção. Um do mesmo ofício em concurso com o estagio de 10 anos incompletos. O outro, possuidor de um dos diplomas referidos com apenas cinco anos de exercício do mesmo cargo. Este logrará melhor classificação que o primeiro com maior soma de serviço à coletividade e a causa pública, no caso de igualdade de valores de outras fontes. Prosseguindo, fomos rever o melhor presente que fez pesar a sacola ainda pouco usada do nosso papai noel. A dadia que com a maior ansiedade ,esperamos - a lei de aposentadoria. Ao examina-la, porém, não experimentamos a mesma sensação de alegria e entusiasmo que se nota na petizada quando a beira da chaminé participa da distribuição de prendas e brinquedos que lhes faz todo ano o seu outro lendário visitante e amigo. O seu texto abriga algumas anomalias que clamam por expurgo porque a sua subsistência causa inevitavelmente gravames bem nocivos a interesses de beneficiários, Uma delas se equívale a postergação de direitos, e se caracteriza por uma omissão a serviço de desumanidade. Essa lacuna é notada na lacônica, redação do art. 4.º que diz: "o servidor terá direito a aposentadoria com proventos integrais, independentemente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício". - Entre candidatos com iguais direitos a aposentadoria, a concessão desta deveria caber de preferência aos de maior idade, e entre estes, em primeiro lugar, ao portador de moléstia que lhe causa padecimentos mas que pela sua natureza lhe é defesa a obtenção do benefício com fundamento nesse motivo. É um implemento que se impõe. A norma atualmente prescrita não pode encontrar aprovação na opinião pública porque é falha e ilógica. Quanto a parte econômica, para constituição do patrimônio do Instituto, a arrecadação nos moldes preceituados, de nossa parte, com a restrição que adiante apontaremos, encontrou a melhor acolhida. As contribuições taxadas, para muitos interessados exigem algum sacrifício em face de sua situação financeira, não há dúvida, mas a sua manutenção é necessária. Discordamos porém da continuação de exigência da mesma ou de outra qualquer taxa, pelo menos para os aposentados enquadrados nas classes que correspondem as baixas instâncias. Além do natural cansaço conseqüente da árdua luta enfrentada durante quase! uma ,existência, o que passam a receber é quase uma esmola. A diferença está no que a esmola vem da caridade pública e o seu pecúlio da mútua cooperação e sacrifícios seus e de seus colegas. A situação financeira da beneficente entidade, desde já e folgadoamente se encontra em condições para concessão de tal isenção aos contribuintes que em sua maioria contam unicamente com os recursos que dela lhes vem para manutenção modesta de seu lar. Sobra-nos motivos para afirma-lo. Um deles fornece-nos o conhecimento do calculo que com boa base e nos lícito fazer da soma vultosa recolhida diariamente ao Instituto e ao Tesouro do Estado proveniente de contribuições e selos especiais. Cotejando essa arrecadação com o que se terá de despendar no pagamento de todos os atuais pretendentes a aposentadoria, remanesce incontestavelmente um saldo bem considerável para os seus cofres. Esse calculo, revela-nos sem otimismo o recolhimento diário de Cr\$ 150.000,00 às duas aludidas repartições. A faculdade concedida pelo decreto 19.365 de 20-4-50 por intermédio de seu artigo

3.º, na nossa humilde e na autorizada opinião de inúmeros colegas, a despeito da vantajosa facilidade que oferece aos serventuários do interior, não tem a seu favor nenhum amparo na lógica e na conveniência. Por outro lado, ela dificulta sobremaneira o fornecimento de informação completa do acervo econômico do Instituto na parte destinada a aposentadoria dos funcionários cartorários. Uma prova. Respondendo a uma pergunta do nosso culto colega A. Firmo da Silva integrante de uma comissão há tempos recebida pelo preclaro Secretário da Justiça do Estado, declarou S. Excia que à mingua de elementos necessários, no momento não lhe era possível atender de modo satisfatório o interlocutor, pois havia recebido apenas do departamento de previdência dados demonstrativos dos recursos financeiros em cofre, faltando-lhe igual comunicação da Secretaria da Fazenda, falta de que era culpada a angústia do tempo de sua solicitação. Daí a necessidade imprescindível de arrecadação por uma só repartição, medida que se impõe em prol do império da ordem que é o apanágio da perfeição. A versão corrente segundo a qual, por falta de fundos, não podem ser atendidos os atuais pedidos de aposentadoria, talvez tenha origem na ausência de conhecimento do total das importâncias recolhidas aos dois diferentes cofres. Da dedução deste pressuposto depende o triunfo ou derrota do nosso considerando. Parece-nos oportuno reproduzir aqui uma sugestão do nosso ilustre colega Silvio Arantes de Castro, oficial do Registro Civil de Tucuruví - distrito, da Capital exteriorizada através do boletim n.º 6 da nossa agremiação social. Aponta ele uma vantagem que usufruiria na sua parte econômica o Instituto com o restabelecimento da antiga lei sobre sucessões, cuja vigência propiciaria o aumento do número de contribuições atribuído aos sucedidos. Também de nossa parte submetemos a apreciação uma outra em busca da mesma finalidade. A necessidade inadiável da introdução de uma emenda ou outra medida mais adequada na lei de aposentadoria, impondo a obrigatoriedade absoluta do recolhimento das contribuições, pois, calcula-se aproximadamente em dois terços o número dos sonegadores. Para consegui-lo, necessário se torna a aplicação de medidas drásticas, único meio de trazê-los pelas orelhas. Por exemplo: Indeferimento do pedido de licenças, férias e aposentadoria que não esteja acompanhado da prova de si achar o pretendente em dia com a tesouraria do Instituto. Parece-nos que isto bastaria para acabar com a teimosia dos faltosos. Já ouvimos de vários colegas a declaração de que se um dia estiverem nas condições e resolverem se aposentar, tratarão antes de satisfazer o pagamento das contribuições em atraso. Voltamos ao muro das lamentações. A volúpia do poder fecha os olhos da razão e abre os da conveniência. Repudia o bem em holocausto ao mal. Troca o altivo pelo turiferário. Desperta no indivíduo sentimentos estranhos que o induzem muitas vezes à prática de atos que sua consciência reprova e sua influência no estado psíquico pode ocasionar situações de consequências imprevisíveis. Ao mesmo tempo que procuravam desmantelar a máquina diabólica, outro problema preocupava os nossos assombrados desafetos. As eleições se aproximavam. A vitória nas urnas era reputada de capital importância para continuação de seu reinado. As suas possibilidades de êxito se afastavam. E nós de novo contra a parede. Em outras condições, sem prejuízo da reprovação a que fazia jus, não regatearíamos elogios à sua atitude. Dela inteligência que a inspirou. O plano arquitetado havia de produzir os efeitos colimados. Tomaram um número x para argumento e o cálculo foi feito assim: Existem no país 20 mil cartórios. Em média cada um deles ocupa um titular e seis funcionários. Portanto é o número destes seis vezes maior que o daqueles, e, na hipótese de que todos sejam eleitores a sua decisão não poderia ser outra se não atrair para seu lado a maioria. Aqui, o primeiro engodo foi colocado no art. 10 das Disposições Transitórias da Carta Magna Paulista. Dessa estaca zero partiu o cortejo de benefícios que culminaram na vantajosa situação que atualmente desfrutam os escreventes. Não alimentamos a intenção mesquinha de negar aos nossos auxiliares o merecimento de melhores condições de vida por isso que também lutam pela subsistência. Não acalentamos "ipsofáto", a pretensão de trair os seus improvisados protetores pelo fato de não postularem em nosso favor, atendendo a que sua resolução emergiu da conveniência que lhe serviu de pretexto. Estranhemos apenas, e ninguém em sã consciência poderá negar razão para isso, o excesso das prerrogativas atribuídas aos seus protegidos, colocando-os em absoluta igualdade com os titulares que sobre os ombros suportam graves responsabilidades, encargos, obrigações e deveres inerentes ao cargo e estes a mercê de injustas preterições. O caso do 5.º Tabelionato de S. Paulo abona bem esta afirmativa. Os escreventes, geralmente são jovens, com maior capacidade de trabalho e por esses e muitos outros motivos, têm na coluna de haver de sua existência um saldo de tempo que lhes permite sem sacrifício um maior estagio para sua entrada no cordão dos aspirantes a melhoria de condições de vida. Acresce ainda que o seu cansaço vem mais lentamente pela ausência dos

mesmos encargos e imposições legais de seus chefes, fatores que forçosamente pondera na antecipação de desgastes na coluna de resistência destes. No que tange a responsabilidades funcionais, já tratamos do assunto num comentário inserto no boletim n.º 18 da Associação. Traslademos aqui um de seus tópicos. "No exercício de seus cargos, entretanto, de nenhuma punição são passíveis esses auxiliares pelas faltas e irregularidades que cometem, cujas conseqüências somente afetam os serventuários. Tenho exemplos de sobra para afirma-lo. Mais de uma vez, ou melhor, inúmeras vezes respondi por infrações causadas por seus erros e faltas, principalmente na parte fiscal, em virtude de insuficiência ou ausência de selos em atos sujeitos a esse tributo. ora, o titular de um cartório, como o chefe de SEÇÃO nas repartições burocráticas, tem a seu cargo, além da parte administrativa, outras atribuições que lhe são privativas. Agora pergunto: Um ofício como o que dirijo que pelo vulto de seu movimento torna-se necessário grande número de auxiliares, como se pode exercer uma fiscalização rigorosa no serviço de cada um de molde à evitar-se falhas nos atos que praticam? Sem o dom de ambiguidade, não é possível". O escrevente habilitado não se enquadra na classe dos funcionários públicos segundo a definição do art. 82, Título IV da Constituição do Estado, não estando por isso condicionado o seu direito de promoção e remoção à norma fixada no art. 84, dessa lei básica. Dai a liberdade de que se valeu o legislador na elaboração do projeto que lhe concedeu a vantajosa situação linhas atrás apontada e que o coloca em nível superior ao Magistrado, delegado de polícia e outros servidores públicos que para sua ascensão na carreira tem uma escala gradativa a percorrer. A analogia de deveres e prerrogativas supriria a lacuna e homenagearia a Justiça. Sem prejuízo da nossa opinião que nega apoio a concessão da privilegiada situação, falando no nosso nome pessoal, concordaremos de bom grado com a permanência de todos os seus direitos em troca da imposição das mesmas responsabilidades que nos pesam, pelos atos que praticam, inclusive os que se validam com a nossa subscrição cuja fiscalização se torna difícil pelos motivos já apresentados. Temos boa razão, pensamos, esperar da unanimidade dos nossos colegas, aprovação deste ponto de vista. Outro ponto que já abordamos, de cuja divulgação se encarregou o já citado informativo n.º 18, que fatalmente ocasiona sérias dificuldades e quiçá graves prejuízos ao serviço público, é o que respeita a falta de reciprocidade de obrigações. Dor parte do escrevente perante o titular. Julgamos oportuno repeti-lo. "O dec. n.º 5.129 de 23-7-931 em seu § 2.º diz que o número de ajudantes poderá ser aumentado ou reduzido, mas subordina o segundo caso à prova de sensível diminuição da renda do cartório, com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça e o art. 11 outorga ao serventuário o direito de demissão sem declaração do motivo, porém, com a obrigação de durante um ano pagar ao exonerado metade de seus vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade. ora, isto em bom vernáculo quer dizer que a dispensa em a preço não será possível sem obediência a algumas condições impostas pela lei. O reverso da medalha. Quantas vezes justamente no momento de maior aperto de serviço, quando seu concurso é absolutamente imprescindível, tenho sido procurado por ajudantes habilitados para ser avisado de que resolveram deixar o cartório afim de atender a convite para outra comarca, com seus pedidos de exoneração prontos para despacho, resolução a que não se pode impedir por carência de apoio legal, cabendo-nos apenas uma exortação pela desatenciosa. quão ameaçadora atitude. Exige-se tudo dos serventuários mesmo com sacrifício de sua responsabilidade e nada de seus auxiliares. Positivamente não está certo. A quem de direito, não pedimos muito. Somente a fixação de um prazo razoável acompanhado obrigatoriamente de prévio aviso para os que pretenderem deixar o cartório onde trabalham afim de se evitar situações embaraçosas como a que acabamos de ressaltar". - Como pretensa justificativa de seu gesto, poderão alegar os patronos dos nossos auxiliares que o que fizeram em benefício da sua classe e a negação de qualquer favor à nossa, obedeceu ao desejo de equidade ou compensação, frente a disparidades de vencimentos, aceitando como reforço a procedência do falso slogan: - Cartório é uma mina. Mas esse despistamento não logrará resultado e será destruído pelos ponderosos argumentos que com a "devida vênia" por parte dos serventuários do interior, os mais atingidos no caso, desde já apresentamos, os quais não podem deixar de merecer aprovação dos auxiliares que vivem ao par do movimento financeiro dos cartórios onde trabalham. Existe efetivamente a diferença de vencimentos alegada a nosso favor, confessemos. Entretanto a sua extensão não corresponde aos nossos sacrifícios, encargos, obrigações e responsabilidades. Aos olhos de quem apressadamente observar no livro obrigatório de receita e despesa, se afigura alarmante as parcelas que mostram a primeira coluna, mas essa concepção se dissipará com o conhecimento do balanço mensal. O custeio dos anexos de natureza preferencial, urgente e

gratuita absorve inevitavelmente mais ou menos dois terços da renda auferida na parte remunerada que para sua movimentação, além da dispensa de também aproximadamente dois terços de funcionários, possibilitaria considerável redução do que se despende em material hoje caríssimo de expediente. Parece que nada mais necessitamos acrescentar à nossa contradita. O problema de oficialização de cartórios foi objeto de diversas cogitações e até de projetos. Entretanto, de algum tempo para cá dorme Do leito do esquecimento. E porque? Um governo bem orientado como tem sido e continua sendo o nosso, sempre em mãos de autênticos estadistas e administradores, sem prejuízo das normas de honestidade, tudo fará em benefício de seu erário. ora, se a inovação em referência consultasse os seus interesses econômicos, já teria sido aumentado o quadro dos funcionários públicos com a nossa inclusão. É que o cartório não é a mina que aleivosamente se apregoa. Quando foi posta em trânsito na assembléia legislativa o projeto da aposentadoria, não só pelos motivos de ordem política que ditaram o nosso desprezo mas também pela omissão da nossa classe no dispositivo já aludido da Constituição do Estado, apreensões e nervosismo foram nossos companheiros de diversos dias e noites. Diante de tais obstáculos que suponhamos intransponíveis, não esperávamos a nossa inclusão no grupo dos beneficiários. Mas Deus inspirou alguém em cujas mãos repousa a nossa sorte ou a sorte de nossa família. E a grande conquista se estendeu a nós. As nossas graças ao Pai Supremo do Céu e os nossos agradecimentos ao benfeitor da terra. Até quando nos possibilita a nossa pequena bagagem de elementos necessários a uma melhor apreciação, cuidamos de pôr em destaque algumas lacunas, incongruências e outras deficiências prejudiciais aos nossos direitos e interesses, notadas nos três diplomas compulsados. Deixamos aqui o convite que dirigimos aos inúmeros colegas mais esclarecidos, mais cultos e possuidores de melhores conhecimentos para que através de críticas francas, leais e mais objetivas dêem sua valiosa colaboração em pró]. da nossa altiva mas relegada classe. Da lealdade e isenção de ânimo dos nossos auxiliares esperamos acatamento e aprovação dos nossos conceitos que foram emitidos sem qualquer intenção subalterna mas sim no interesse comum de equanimidade. A franqueza da nossa linguagem não oculta nenhuma intenção deliberada de desacato ou quejandas ofensas a quem quer que seja. É apenas uma exortação à guisa de protesto pelo desamparo e injustiças de que temos sido indefesas vítimas.

FORMA DE ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS

Os livros do Cartório do Registro de Imóveis obedecem a modelos oficiais, constantes da lei sobre Registros Públicos, tendo dimensões determinadas nessa mesma lei e deverão ainda conter, no mínimo, 100 folhas cada um e, no máximo, 300 folhas. Todos os livros estão sujeitos à selagem federal e à selagem estadual, referindo-se esta última selagem aos emolumentos devidos ao Estado pela rubrica de todas as suas folhas pelo M. Juiz de Direito (Noções Elementares, de José ,Odilon Araujo).

A HISTÓRIA EVOLUTIVA DO REGISTRO CIVIL

ANTONINO CINTRA

Sta. Adelia

A instituição do Registro Civil das pessoas físicas, repontou no Brasil quando o império já se encontrava nos derradeiros momentos de sua existência. - Reveste-se de melhor regulamentação com o advento da República. - Consolida-se de vez em 1917 pelos dispositivos estabelecidos pelo Código Civil. - Desde então vem sempre passando por reformas à feição de legislações várias, quando não é por esparsos decretos, tudo numa coordenação para melhor corresponder à finalidade para que foi instituído. - Embora já atingisse evolução considerável, o Registro Civil ressentia-se de falhas que muito o desvirtuam em alguns pontos de sua contextura. - Se fossem só pequenas nugas, elas desapareceriam no vórtice de sua perseverante evolução, mas ainda pesa sobre a instituição grandes inconvenientes que só poderão ser demonstrados em capítulos separados e o que faremos de futuro. Mesmo com essas imperfeições, em nada ele

se está desvirtuando de sua proveitosa finalidade. - Em se tratando de uma instituição que se pode dizer a base da regularização civil da família brasileira, deve merecer a melhor atenção aos poderes públicos, que, em hipótese alguma, devem se manter indiferentes. - Seria pueril dizer que o Registro Civil das pessoas físicas, entre outras exigências reclamadas, deve começar pelo seu perfeito funcionamento. - Porém, isso só será possível com corpo de funcionários bem compenetrados; de seu labor. - E bons funcionários não se obtêm com péssimas remunerações, mas com retribuições compensadoras e às exigências da época em que estamos vivendo. Onde se infere que a criação de distritos de paz, deve se inspirar por necessidades prementes em núcleos de habitantes suficientes para as suas manutenções, e não por meras injunções políticas. - Só oficializados poderão se manter distritos de numero insuficiente de habitantes, mas em tal caso, não passariam de cargas pesadas às arcas do Tesouro. - Em função dupla, somos detentores de cartório de Registro Civil, de um distrito, neste município e que há muito tempo foi abandonado pelo seu serventuário, por deficiência de renda. - É a prova concludente de que os distritos de paz, da marca deste que estamos mencionando estão condenados a desaparecer. - E existem dezenas deles espalhados por todo o Estado. - A montagem de um cartório de justiça e seu custeio, e seja ele da categoria que for, requer hoje onerosos dispêndios. - Já é tempo de se tomar sérias providencias sobre o caso ora ventilado, e que o fazemos sem o menor colorido, mas com, rigorosa sinceridade.

Ao Escrivão do Júri compete servir nas sessões do Tribunal do Júri, praticando os atos necessários e lavrando os termos no processo e, finalmente, lavrando a ata de cada sessão, na qual vem, minuciosamente narrado o que se passou durante a reunião de cada dia.

O Tribunal do Júri no interior do Estado de S. Paulo, instala-se periodicamente, cada três meses, em épocas estabelecidas em lei para cada comarca.

A convocação do Tribunal do Júri é feita com antecedência de um mês, quando então se processa o sorteio dos jurados que deverão servir na sessão a instalar se (Noções elementares, de José Odilon de Araujo)

A BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS

ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRÉ

Mais uma vez se agita na Câmara a questão da "oficialização" dos cartórios.

Parece-me que, inicialmente, está ela mal colocada, pelo que tentarei esclarecer a verdadeira situação em que se encontram os auxiliares da Justiça.

O único e frágil argumento, não verdadeiro, com que se pleiteia a "oficialização" é o de que os serventuários ganham ,exageradamente, e os escreventes ganham pouquíssimo, o que é verdade.

Se exata fosse a premissa, os serventuários seriam uns desalmados, cujos atos, por si só seriam suficientes para justificar a mais sublime revolta na Casa da Justiça. Estariam também no banco dos réus todos os secretários da Justiça e os MM. juizes corregedores, pois a lei exige que sejam submetidos àquelas autoridades os contratos de trabalho dos escreventes, os quais não serão homologados se não forem razoavelmente proporcionais às rendas dos cartórios. Sendo porém, os deputados representantes do povo, não devem arvorar-se em "deputados classistas", pois já os houve, de triste memória.

Ampliemos o ângulo de observação, olhando com largueza o interesse publico, onde se situam também os interesse dos serventuários e auxiliares de Justiça. Numa sociedade juridicamente organizada, não é possível legislar sem atender às diversas faces do problema que se quer resolver. Por exemplo, a lei que "concede" aposentadoria aos serventuários e seus auxiliares é inexequível porque não se cuidou, anteriormente à apresentação do projeto e nem durante a discussão, de fazer os estudos necessários para que fosse possível a sua aplicação.

Para desviar a atenção publica da situação de fato criada pelo mostrengo, investe-se violentamente contra s. exa. o secretario da Justiça e o Instituto de Previdência, culpando-os pelo não cumprimento da lei.

A lei que deverá "oficializar" os Cartórios está sendo gerada sem que se cuide da profilaxia pré-natal. Nascerá com as mesmas taras de sua irmã aposentadoria...

E são tão simples as medidas necessárias para evitar o nascimento do mostrengo... Bastará que se atente para a situação de fato; para a situação econômica; para a situação jurídica. Vejamos: 1.º) - A situação de fato: - Existem no foro judicial diversos cartórios "oficializados". Pergunta-se: a) diminuiram as despesas para o publico? Não; b) melhorou o serviço? Não; c) o publico foi beneficiado? Não; d) os escreventes tiveram seus índices de vida melhorados à altura de suas responsabilidades? Não; e) o Estado lucrou? Não.

Então? Qual a conclusão?

II) - A SITUAÇÃO ECONÔMICA:

O Regimento de custas é de 1927. Em 1945 houve pequena alteração do Regimento para pior. De acordo com o anterior, o tabelião, numa escritura de cem mil cruzeiros, fazia jus a Cr\$ 200,00. Pela alteração do regimento, faz jus a Cr\$ 130,00. Parece que a intenção do legislador era acrescentar outras rubricas - indicações, rasa, etc. - porém, não se interpreta o regimento por analogia, e o Egregio Corregedor de Justiça glosou as diversas rubricas que dariam ao Notário mais cento e poucos cruzeiros, porque estavam elas tecnicamente erradas.

Argumentemos, no entanto, somente com o Regimento de custas de 1927, que era bom para a época. Poderá alguém viver hoje com os ordenados de 1927? E com menos, será possível? Por que somente os auxiliares de Justiça não têm direito a que lhes faça JUSTIÇA? No entanto, alegando puerilidades, invocando o Exército Nacional, com risível ênfase, deixam de enfrentar a questão pelos prismas do bom senso.

Sob o aspecto econômico, o Estado será obrigado a aumentar o Regimento de custas de mais quinze vezes, a fim de poder manter o serviço burocratizado, computando-se naturalmente, ordenados dignos, compatíveis com a importância das funções que exercem os auxiliares de Justiça, inclusive sua aposentadoria.

Facilmente, poder-se-á verificar o que afirmo. A Secretaria da Justiça possui todos os dados necessários. De posse desses dados, a secretaria da Fazenda poderá fazer um orçamento para verificar de quanto o governo precisará aumentar as custas para enfrentar os novos encargos, por classificação, de ofícios.

No entanto, esse inquérito não será feito porque não há sinceridade na ofensiva para a "Oficialização". O que se deseja é oprimir os serventuários e seus auxiliares, negando lhes o direito ao preço de seu trabalho, e fazer aparecer logo após projetos salvadores de "Oficialização", jogando as costas do Executivo este pesado encargo sem a renda correspondente, e depois ampliar as injurias contumazes, tentando responsabilizá-lo pela falta de pagamento dos ordenados dos auxiliares de Justiça, por não haver verba, e conseguir votos dos menos avisados.

Se, desmentindo o que se afirma, forem pedidas as informações às referidas Secretarias, ver-se-á que os serventuários pedem muito menos, e se contentariam com o aumento de cinco vezes do Regimento de 1927.

Os serventuários do interior são obrigados a trabalhar gratuitamente para o Estado nos processos eleitorais, Trabalhistas, de assistência social e de alistamento militar. Para manterem tais serviços, praticam outros atos que são "pagos regamente" de acordo com o Regimento de custas.. *

Em que capitulo da moral se encontra a obrigação do indivíduo trabalhar gratuitamente para o Estado? Nem na Rússia há tal exigência. Lá se diz: "Quem não trabalha não come". Aqui poder-se-á dizer: "Serventuário trabalha mas não come".

Para estes trabalhos gratuitos o Estado deve pagar um "prolabore" razoável, digamos de Cr\$ 5.000,00, aos serventuários do interior, que clamam contra a injustiça que se faz aos funcionários da Justiça. Os serventuários e auxiliares de Justiça trabalham diariamente mais de dez horas a fim de conseguir "extras" com que tentam equilibrar os orçamentos domésticos.

Na Capital pagam os impostos dos clientes, requerem e seguem pedidos de certidões, estudam papeis e fazem minutas e para isto prolongam as horas de trabalho.

III) - Vejamos agora a SITUAÇÃO JURÍDICA: Existem dez pareceres de eminentes juristas, todos unânimes em afirmar a inconstitucionalidade da "Oficialização". A situação jurídica já está resolvida por si.

Se, de fato, houver desejos de resolver a, situação econômica da classe, dever-se-á obter os dados necessários, ou simplesmente aumentar o Regimento de 1927, de acordo com a alta geral do custo de vida.

EM TEMPO: Estava já escrito este artigo quando a Comissão de Justiça da Câmara aprovou o parecer Lincon Feliciano, dando praticamente como inexecutável a tão famosa questão da oficialização.

Pela segunda vez os "protetores" dos auxiliares de Justiça são batidos pela Força do Direito, os quais prejudgando o epílogo de seus projetos procuraram lançar a culpa do malogro iminente sobre os ombros dos serventuários, afirmando que nem o Exército teria forças bastantes para enfrentar tão potentes criaturas.

Esqueciam-se eles da nossa sistemática jurídica, que é igual a de todos os países latinos.

Quiseram os fados que o próprio deputado que lançou o "angustiante grito" tivesse a desdita de ser obrigado a dar parecer contrário ao projeto que ajudara a defender, encontrando pela frente força maior, à qual todos os cultores do Direito têm que se render.

E S. Excia. se rendeu, como bom jurista que é.

Se, no entanto, os nobres deputados que defenderam o projeto forem coerentes, devem propor simplesmente, a modernização do Regimento de Custas de 1927, de acordo com o aumento do custo de vida. (O Departamento de Estatística poderá prestar-lhes valioso auxílio).

Pleitearão, outrossim, que o Governo deixe de se locupletar à custa alheia não mais obrigando aos serventuários do interior a trabalhar contra pagamento de meias custas ou mesmo nada lhes pagando pelos seus serviços, o que é imoralíssimo num país onde não ha escravidão.

Na legislatura passada, Do supremo e humano escopo em atender ao brocardo "Mateus primeiro os meus", sob as rançosas alegações de que os serventuários não beneficiariam seus auxiliares se o regimento fosse aumentado, condicionaram tal reforma a obrigação de se estabelecer salários sabidamente inconstitucionais para os escreventes, prestando grande desserviço aos bons auxiliares, porem ganhando muitos Votos.

Também naquele ano sofreram esses deputados a derrota que lhes infringiu a força do direito, embora devessem saber antecipadamente qual o destino do projeto, Dois que bacheis em direito são eles.

No entanto, não se conhece caso algum onde tenha se o serventuário beneficiado e não tenha contemplado os bons escreventes que com ele trabalham, mesmo porque desde 1927 não ha melhoria para a classe, exceto para os distribuidores, que, sem excessão, aumentaram os ordenados de seus escreventes.

Espera-se, que ao invés de invocar a ONU no próximo ano, promovam os nobres representantes

do povo, imediatamente, a atualização do regimento de custas de acordo com a aumento do custo de vida, demonstrando assim sua boa fé, o boa vontade em contribuir para que se faça JUSTIÇA aos homens da Justiça.

Será esta a forma mais justa e econômica de se atender ao interesse do governo do povo, dos serventuários e de seus escreventes.

Mas isto eles não farão. Nas vésperas das eleições investirão novamente em "defesa" da classe que eles, no momento, não tem interesse em atender.

Tribunal do Júri é um tribunal popular que, hoje julga apenas os crimes de homicídio ou, com mais precisão, os crimes dolorosos contra a vida. Os demais crimes ou contravenções são julgados pelo Dr. Juiz de Direito, dando-se a esse julgamento o nome de julgamento singular. O Tribunal do Júri é um órgão de julgamento coletivo. O Código do Processo Penal vigente regula a forma do julgamento perante o Tribunal do Júri. A forma do julgamento singular é regulada por lei estadual (Noções elementares de José Odilon de Araujo).

VELHO TEMA

J. B. PEÇANHA SOBRINHO

A questão da aposentadoria dos serventuários de Justiça tem sido objeto de larga controvérsia, desde o seu advento até agora.

Uns, abroquelados em sólidos argumentos, afirmam que a lei é sábia recaindo, conseqüentemente, a culpa de sua defeituosa aplicação sobre os ombros das entidades encarregadas do seu cumprimento.

Outros, quiçá menos otimistas em relação a ela, apontam a sua imperfeição, espanejando daquelas entidades qualquer desvio malsão de atitudes.

A verdade é que esses bem intencionados observadores, quer deste ou daquele modo, se manifestam, ao certo, se atendo ao regime de maior ou menor irresponsabilidade que, geralmente, tem caracterizado quase todos os meandros da atividade político-social indígena.

A realidade incontestável é que a lei em tela não veio servir a contento aos interessados em geral.

Por fás ou néfas, à boca pequena ou em órgãos de publicidade, é certo que a cada passo se topa com acerbas críticas ao Instituto recém-criado, ressaltando-se a sua inoperância e irritante lentidão de atitudes.

A fila indiana de interessados à espera de sua vez dia a dia se avoluma em frente ao Instituto de Previdência, aguardando os benefícios de direito.

Alguns de seus componentes, identificados com o velho clima de resignação que sublinha a mentalidade cartorária, se conformam com a situação enquanto, muitas vezes, males internos os vão corroendo e aproximando do desenlace final.

Outros, dotados de menor passividade ou acometidos de impulsos peculiares à idade proveta e ao cansaço, debateram ante a lista homeopática com que, cada lua nova, o "Diário Oficial" põe água na boca dos conformados servidores

Para nós, que como interessados acompanhamos paripassu o desenrolar dos acontecimentos, o relativo fracasso da aposentadoria, desprezando-se o pressuposto da má ou boa aplicação da lei por parte do poder público, reside em dois fatores: a elevada taxa da contribuição e a ausência de garantia no que toca à família do servidor.

Quanto ao primeiro, é palpável a ganância do Estado escorrendo o serventuário na cobrança das contribuições.

Para ilustrarmos tal assertiva, basta realçarmos o andamento atual, na Assembléia Legislativa, de um projeto de lei que concede aposentadoria aos advogados, na base (salvo engano) de 8 a 12 mil cruzeiros mensais e mediante a suave e camarada contribuição mensal de Cr\$ 50,00.

Se fixarmos a discrepância de um modo geral, entre as vantagens do ofício de um advogado e um servidor de cartório, conclui-se sem delongas a desigualdade de tratamento no que tange ao "quantum" das taxas e dos proventos existentes no projeto referido e na vigente lei da aposentadoria.

Uma lei de aposentadoria aos funcionários de cartórios, para ser aceitável, justa e viável nos seus objetivos, não pode eximir-se da obrigatoriedade de ser razoável nas contribuições dos interessados.

Exigir demasiado, obrigar taxas de contribuições além das possibilidades dos serventuários, é dar corpo a uma lei que não pode encontrar, com sobejas razões, ressonâncias dentro da classe.

A propósito do assunto é oportuno mencionarmos o seguinte: o mal que tem solapado sempre todas as medidas meritórias, no que tange às reivindicações dos cartorários, é a formação deletéria de "igrejinhas" dentro da classe as quais vivem quebrando lanças em prol de interesses exclusivistas e pessoais.

Tais interesses no afã inglório de vitórias domésticas, condenam ao porão dos trastes inúteis os reclamos da classe em geral.

Daí a estagnação de projetos de largo fôlego e de envergadura que se espojam anos e anos nas gavetas congeladoras, das salas do poder Legislativo.

Quanto ao segundo fator, o Estado cometeu grave falta omitindo o amparo à família do servidor, por morte deste.

Já fomos acusados publicamente de "materialistas" na Assembléia Legislativa, por esposarmos tal ponto de vista.

Alegou-se então em plenário que o servidor não deveria pensar na sua família, ao encarar as vantagens do Instituto, uma vez que, morresse ele antes de lograr os benefícios, as suas contribuições pretéritas tinham contribuído para a reserva destinada aos colegas candidatos à aposentadoria.

Continuamos a pensar do mesmo modo. Estamos absolutamente seguros de que não existe titular de cartório que, sinceramente, não sobreponha os interesses da sua família aos interesses dos seus colegas de classe, por mais respeitáveis que estes sejam.

No balancear dos dois interesses, a Família, para o homem consciente e despojado de tendências imediatistas e inconfessáveis, tem prevalência insofismável.

Dizer o contrário é faltar à verdade com intuitos evidentes de passar, subrepticamente, por abnegado ou altruísta quando, nesse caso, os referidos sentimentos seriam gloriolas inconsistentes.

Auscultando a opinião dos interessados sobre esse ponto de vista de vital importância, concluímos que todos são acordes em proclamar a absoluta rejeição de qualquer lei de aposentadoria que relegue à indiferença a família do servidor, por morte deste, quer o seu desaparecimento ocorra durante a fluência da aposentadoria ou antes de ter direito a ela.

As bases de uma sugestão no que se refere a esse detalhe poderia cifrar-se no seguinte: 75% dos proventos, quando subsistem viúva e filhos menores; 50% quando subsiste somente viúva.

Se a lei futura, aceitando somente em parte a opinião dos interessados, vale dizer, estender as vantagens da aposentadoria à família do titular, tão só na hipótese dele morrer já aposentado, assim mesmo a inscrição no Instituto tornaria um jogo de perde e ganha.

É preciso dizermos isso, sem rebuscos, desassombradamente, pois a questão não comporta mistifório, tal a sua manifesta magnitude.

O que o Estado precisa e deve fazer, mesmo porque é um imperativo constitucional, é garantir de uma maneira cabal e em qualquer situação, a família do contribuinte, como só! acontecer em qualquer Instituto congênere do País.

Não agindo assim, qualquer lei por mais perfeita que seja e mais elevada se apresenta nos seus propósitos, jamais encontrará guarida nos anseios justos e equilibrados da classe dos serventuários.

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

HENRIQUE LONGHI

Conchas

O nobre e ilustre deputado estadual, Dr. Alfredo Farhat, acaba de apresentar na Assembléia Legislativa, novo projeto de lei que recebeu o n.º 386, de 52, sobre a aposentadoria dos Servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos, projeto esse que virá substituir a lei ora em vigor, sanando assim falhas que a mesma apresenta.

Uma das falhas da lei em vigor é, sem dúvida, deixar a viúva e filhos menores do servidor falecido, sem o amparo da aposentadoria. Já o novo projeto n.º 386, prevê o caso, em seu artigo 17. Aliás, o nobre deputado Dr. Farhat, autor também do projeto da lei em vigor, fez constar do mesmo esse dispositivo que, entretanto, não se sabe porque, foi rejeitado quando de sua discussão no Legislativo passado, praticando, assim os que o rejeitaram, a mais clamorosa das injustiças e tornando uma lei de fins tão humanitários, em verdadeiro conto do vigário" para os contribuintes da "Carteira de Aposentadoria." Sim, porque não se concebe o pagamento durante anos e anos, para uma aposentadoria que, falecendo o servidor, a sua família fique "a ver navios", ainda mais empobrecida, pois que o servidor, contribuindo, digamos, durante 20 anos, recolherá a importância de 60 mil cruzeiros, para proventos de 5 mil cruzeiros. E de que lhe valerá? Não se aposentou, sua família ficou sem o chefe que a mantinha e que tirou de suas economias a respeitável soma de 60 mil cruzeiros, deixando-a ainda mais na miséria. Essa importância, pois, depositada em qualquer Banco ou Caixa Econômica, teria ainda rendido juros.

O argumento é claro e irrefutável! Não se pôde admitir uma lei nessas condições.

Perdoem-me os ilustres Srs. deputados que rejeitaram o artigo que passava os proventos para a viúva e filhos menores do servidor falecido; mas mutilaram, irrefletidamente, a lei do Dr. Farhat! E o resultado aí está, muitos servidores deixando de recolher a sua contribuição à "Carteira". De fato, não podem ter nenhum estímulo em pagar essa contribuição, sabendo que, ao faltarem, toda a sua contribuição foi inútil, ficando sua família ao desamparo.

Agora que está para ser posto em discussão o novo projeto de autoria também do Dr. Farhat, é de esperar-se que os seus ilustres pares que integram o atual Legislativo Estadual, dêem integral e unânime aprovação aos termos do mesmo, que melhor atende à questão, sobretudo ao seu artigo 17, que virá tornar humana a nossa lei de aposentadoria e dar assim "A CESAR O QUE É DE CESAR".

Evidentemente, porque a lei em vigor atenta contra os próprios ditames da Lei Divina...

E, a não ser assim, é o caso de dizer-se que os Servidores da Justiça do Estado de São Paulo "foram buscar lã e saíram tosquiados" ...

Quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao, oficial do registro civil, o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requerer ao Sec. da Justiça, nos dez (10) dias seguintes à publicação da Lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita, na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais ofícios criados. - (Art. 38, da Lei 819, de 13 de outubro de 1950).

Corregedoria Geral da Justiça PROVIMENTOS

Proc. G - 3376-DC s/n. - Na representação da 2.a Seção da Diretoria de Contabilidade a propósito dos depósitos efetuados, pelos curadores, na Caixa Econômica Estadual, resolveu o Conselho modificar, em parte, o Provimento n. XIV, artigo 2.º, nos seguintes termos: - As consignações em pagamento e, em geral, as importâncias em dinheiro cujo levantamento ou utilização depender de autorização judicial serão recolhidos ao Banco do Brasil, podendo, entretanto, as pertencentes aos menores tutelados ser recolhidas às Caixas Econômicas Federais e as de outros menores também às Caixas Econômicas Estaduais.

D. J. 28-8-52

Valparaíso n.º. 8.789 - Joaquim Fagundes Marques, para o cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito de Tabajara:

Contrariando o disposto no art. 83 do decreto lei n. 11.058 de 26 de abril de 1940, funcionou irregularmente, como examinador, o oficial maior do cartório do Registro de Imóveis e Anexos. Assim determino a volta dos autos, a comarca de origem para retificação do processado a partir de fls. 12.

São Paulo, 29 de agosto de 1952.

(a) Mareio Munhós.

D. J. 2-9-52.

Nota: Artigo 83, do dec. 11.058, do despacho supra O exame dos candidatos a escrevente será efetuado por uma comissão constituída pelo juiz Corregedor permanente do ofício, como presidente, e por dois examinadores, um deles advogado e outro serventuário de justiça, nomeados pelo mesmo juiz.

N. 8.621 - Dr. Mario Moraes - Sorocaba - "Aprovo inteiramente a decisão proferida, que deverá ser publicada em provimento de ordem geral. São Paulo, 25-8-52.

(a) Marcio Munhós".

Decisão a que se refere o despacho supra: - Vistos, etc. O reclamante. - Dr. Mario Moraes, médico regional do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, alega que o titular do Cartório de Paz e Registro Civil desta cidade não tem fornecido certidões de óbitos dos doentes falecidos neste município.

Exige o aludido serventuário o pagamento dos emolumentos e selos devidos pelas certidões extraídas a pedido da Caixa Beneficente do Sanatório Pirapitinguí.

Informando a este Juízo, a respeito da reclamação, diz o serventuário que os pedidos não fazem referência aos fins que se destinam estas certidões, não se encontrando em nenhum deles qualquer razão que indique serem os mesmos para, "fins de Serviço Público".

Ademais - citando como ex., o ofício n.º 291 daquela instituição beneficente, afirma que nenhuma relação tem o mesmo como "Serviço Público" e, sim - outro fim exclusivamente pessoal, eis que não se compreende o interesse e empenho para não se consignar na certidão

que o ato tenha sido realizado no "Asilo Colônia Pirapitinguí".

Procede a reclamação.

O Decreto n. 7.022 de 22 de março de 1935 instituiu a assistência judiciária aos hansenianos, fixado as atribuições do Procurador da Inspetoria da Lepra, hoje Departamento de Profilaxia da Lepra, a fim de que por intermédio desse órgão do serviço público seja prestada a assistência aos hansenianos internados nos Sanatórios, asilos, Colônias e Preventórios mantidos pelo Estado, extensivos aos filhos e parentes deste quando for ela solicitada pelo citado Departamento.

Na isenção do pagamento de selos, custas, taxas e quaisquer emolumentos de que gozam os hansenianos internados, suas Caixas Benéficas e pessoas similares, em condições de serem assistidas regularmente em juízo e fora dele pelos seus representantes legais, estão compreendidas:

- a) - as certidões e documentos expedidos pelos serventuários e pelas repartições estaduais e municipais;
- b) - os atos de Tabelionato, como sejam, os reconhecimentos de firmas, procurações, extração de traslado e públicas formas.

Ora, desde que o pedido solicitando certidões ou outros documentos sejam feitos por intermédio do Departamento de Profilaxia da Lepra ou instituições benéficas que digam respeito aos interesses dos hansenianos e pessoas similares não compete ao serventuário indagar a razão de ser do pedido, nem tampouco investigar qual a finalidade a que o mesmo se destina, se para fins públicos ou particulares.

Não poderá taxar as custas, emolumentos, selos etc., sob pena de praticar flagrante ilegalidade em face da legislação vigente que regula o assunto.

Impressionou-se o serventuário, com a circunstância de haver pedido a Caixa Benéfica que não se consignasse na certidão a expressão: "o ato foi realizado no Asilo Colônia Pirapitinguí." Ora, tal circunstância é perfeitamente explicável e até certo ponto se reveste de um caráter humano e compreensivo.

O Asilo Colônia Pirapitinguí, localizado no distrito e estação do mesmo nome, apresenta ao conhecimento público em geral um aspecto constrangedor em face da insidiosa moléstia que segrega milhares de criaturas do convívio social.

Quando se comenta qualquer fato relacionado com o nascimento ou falecimento ocorrido em Pirapitinguí, muito embora tenha ocorrido no distrito, acreditam os que dele tomaram conhecimento, que o mesmo se deu no Asilo Colônia. Às vezes - o que é público e notório - nasce uma criança no distrito de Pirapitinguí e seus responsáveis preferem registrá-la na sede do município a fim de não ficar constando do assentamento a palavra "Pirapitinguí".

É a crença popular que tornou lugar indesejável em virtude da instalação naquele local do Asilo Colônia Pirapitinguí.

Entretanto - nem todos os que residem naquele distrito estão atacados do mal de Hansen, fato que ocorre somente em relação aos interessados.

Lugar insalubérrimo bem localizado, servido por estrada de ferro e de rodagem, sofre as consequências dessa circunstância, ocasionando fatos desagradáveis como só acontecer em se tratando de certidões de nascimento, casamentos e óbitos fornecidos pelos cartórios competentes. Força é convir até a propriedade imobiliária sofre as consequências da desvalorização em virtude da localização do aludido Leprocômio.

Em face do exposto - improcedem as razões expedidas pelo serventuário e determino que as certidões solicitadas pelo Departamento de Profilaxia da Lepra sejam fornecidas independente

do pagamento de selos, custas, custas e de mais emolumentos, fazendo constar na coluna de Observações: "Nihil". Decreto n. 2898, de 14-1-1937).

Com essa providência, evita-se que fique constando da certidão qual a instituição requisitante, bem como atende-se ao interesse social, sem prejuízo da verdade judicial. P. e I. Encaminhe-se à apreciação do Exmo. Sr. Dr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, a fim de que S. Ex.a., determine o que for de justiça.

José Bento Cardoso Vidal.

Juiz de Direito

D. J. 27-8-52.

PRESIDÊNCIA CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Proc. n. 37.069 (G-3381) - Novo Horizonte - Correição parcial requerida pelo Dr. promotor publico da comarca e/ despacho do Dr. juiz de direito da comarca.

ACÓRDÃO

Julgaram improcedente o pedido.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura, vistos, relatados e discutidos estes autos de correição parcial da comarca de Novo Horizonte, em que é requerente o promotor público, julgar improcedente o pedido, por não ter havido erro ou abuso a que alude o artigo 25 do decreto n. 14.234, de 16 de outubro de 1944.

1. - Reclama o representante do Ministério Público contra o ato do juiz que tomou em consideração o pedido de Pedro Dias dos Santos no sentido de ser autorizado seu casamento com a menor de quinze anos Clarice Bueno da Cunha, por defeito de idade, a fim de evitar imposição de pena criminal, nos termos do artigo 214 do Código Civil.

Entende o Dr. promotor público que o ofensor, já denunciado pelo crime previsto no artigo 213 do Código Penal, não tem qualidade para formular o pedido, que somente cabia tal direito à vítima, por si, ou representada ou assistida por seu representante legal.

2. - Verifica-se, entretanto, dos autos e informações do juiz, que o casamento já se realizou, com apazimento dos interessados e parecer favorável do representante do Ministério Público. Daí a conclusão de que se erro houvera por parte do magistrado, de modo a ter causado tumulto processual, já estaria fora de apreciação no sentido de ser emendado.

Entretanto, não há dúvida de que, em casos como o subjúdice, é o ofensor diretamente interessado e deve o mesmo ter a iniciativa do pedido, uma vez que, por lei, tem obrigação de casar com a ofendida, segundo o ensinamento do Conselheiro Lafayette.

(Pareceres, v. 1.º p. 306).

E assim se tem praticado conforme se vê em "O Estado Civil" de Galdino Siqueira, onde na página 343, apresenta até modelo de petição dirigida ao juiz pelo contraente culpado O ato do juiz está perfeitamente justificado. sem custas.

São Paulo, 22 de agosto de 1952.

(aa.) Meirelles dos Santos, pte. e relator.

J. C. de Azevedo Marques, vice-presidente.

Márcio Munhós, Corregedor geral da Justiça.

D. J. 22-8-54

Proc. n. 58.886 (G-3253) - Campinas.

Agravo de petição interposto por Antonio Simões de Oliveira da decisão do Dr. juiz de direito da 1.a Vara Cível de Campinas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 58.886, da comarca de Campinas, interposto por Antonio Simões de Oliveira, da decisão do Dr. Juiz de Direito, da 1.ª Vara Cível, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo oficial do Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição daquela comarca, a propósito da escritura de retificação e ratificação de partilha amigável dos bens do espólio de d. Francelina Maria de Oliveira, ACORDA o Conselho Superior da Magistratura em dar provimento ao recurso, e reformar, como reformam, a decisão recorrida, determinando que se proceda à averbação requerida. Assim decidem porque improcedente a dúvida suscitada a respeito da escritura de retificação. O casal João Simões de Oliveira possuía uma casa à rua Saldanha Marinho n. 66 e 70 e um terreno anexo a este imóvel. Ao vender esse terreno reservou uma pequena faixa de 9 metros e 50 centímetros quadrados que ficou incorporada ao terreno da mencionada casa. Com o falecimento de d. Francelina Maria de Oliveira, mulher de João Simões de Oliveira, e maiores os herdeiros, procedeu-se à partilha por escritura pública. Nessa partilha deixou-se de incluir no terreno da casa da Rua Saldanha Marinho a faixa de terreno que lhe fora incorporada; verificada, porém, a omissão lavrou-se uma escritura de retificação e ratificação com a descrição completa do terreno. O serventuário do Registro de Imóveis negou-se a averbar esta última escritura, sem no entanto contestar que a faixa está realmente incorporada ao imóvel partilhado; suscitou a dúvida somente porque o auto de avaliação não se refere à pequena área de terreno, entendendo por isso ser indispensável a reabertura do inventário.

Não tem razão, de que não se levantou a menor objeção sobre a legitimidade da partilha e consequente retificação, ambas realizadas por escritura pública. Si porventura houver diferente de avaliação e eventual prejuízo da Fazenda do Estado, tem esta os meios legais de fazer valer os seus direitos, sem tornar imprescindível a reinstauração do inventário com inúteis gravames dos interessados.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 5 de maio de 1952.

aa) Francisco Meirelles dos Santos J. C. de Azevedo Marques Mareio Munhós
D. J. 27-8-52

Notas Várias

O RECONHECIMENTO DE FIRMA CERTIFICADO DE RESERVISTA

Tendo em vista a consulta formulada pelo chefe da 5.ª Circunscrição de Recrutamento, sobre se pode ser exigido o reconhecimento de firma dos chefes da C. R. para obtenção de fotocópia do certificado de reservista, e considerando que não existe proibição nesse sentido e que este ato deve oferecer maior segurança ao documento como prova para fins diversos, o ministro da

Guerra, em aviso de hoje, declara:

"A autoridade competente pode exigir o reconhecimento de firma em certificado de reservista, desde que assim julgue necessário. "

APOSENTADORIA EX OFÍCIO

De acordo com decisão do Sr. Corregedor Geral da Justiça no proc. C. 3425/DA-R-96, publicada no D. J. de 2-10-52, apenas os serventuários não estipendiados pelos cofres públicos estão isentos da aposentadoria ex officio. - Os serventuários dos cartórios oficializados são considerados funcionários públicos sujeitando-se aos preceitos do art. 91 da Constituição Estadual e dos arts. 10, 14, notadamente no seu inciso VIII 34 e 193 do Estatutos dos funcionários Públicos, que tornaram obrigatória a aposentadoria aos 70 anos.

COMUNICADO

Temos recebido de serventuários do Interior do Estado inúmeras consultas e pedidos de informações sobre a momentosa questão de saber si ha incidência ou não do selo federal proporcional nas escrituras definitivas de venda e compra de imóveis, bem como naquelas em que haja pagamento de sisa, como as permutas, doações, dações em pagamento, etc..

Realmente, o Boletim desta Associação referente ao mês de Julho pp., na sua pagina 16, publicou uma decisão do M. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Capital, de 14 de Julho de 1952, declarando ser indevido esse imposto, baseado no já conhecido Acórdão n.º 33.226 de 25 de Setembro de 1951, proferido pelo 1.º Conselho dos Contribuintes, o órgão máximo, na esfera administrativa, na interpretação das leis fiscais e que foi publicado no Diário Oficial da União de 29-11-1951. Depois, tivemos conhecimento de uma cópia da Circular n.º 50, expedida pelo Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo, datada de 9-10-51, que, pugnando por uma interpretação diferente, dizia que aquela decisão do Primeiro Conselho dos Contribuintes, bem como o despacho do M. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos de São Paulo, "estão alterados pela decisão da Diretoria das Rendas Internas, publicada no Diário Oficial da União de 5-4-52, que elucidou definitivamente o assunto".

Pelo que sabemos, o 1.º Conselho dos Contribuintes é o órgão supremo para decisão administrativa de assuntos fiscais. Logo...

Como vemos a controversa é evidente e embora já tivéssemos solicitado, por mais de uma vez, ao Exmo. Sr. Dr. Diretor da Recebedoria Federal em São Paulo uma solução definitiva, para tranquilidade e segurança das partes e dos tabeliães, respondeu-nos s. s. que já tinha reclamado junto às altas autoridades do Ministério da Fazenda na Capital Federal uma providencia urgente e que estava aguardando a solução.

Assim sendo, por enquanto, é prudente e aconselhável fazer, segundo nos parece, como os tabeliães desta Capital: esclarecer a parte sobre a controversa e lavrada a escritura mencionar nesta porque não ha a incidência do selo, citando a já referida decisão do M. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Capital, ao qual estamos subordinados, e que se apoia no acórdão n. 33.226 de 25-9-1951, do 1.º Conselho de Contribuintes; dentro de oito dias da data do ato fazer a competente consulta à repartição fiscal, nos termos do § único do artigo 66 da Lei do Selo, Decreto n. 4.655 de 3-9-1942, mediante requerimento, juntando uma cópia da escritura, ficando assim resguardados de multa o tabelião e as partes.

Se a decisão à consulta for desfavorável, como é possível, nesta instancia, pôde a parte recorrer da mesma para o 1.º Conselho dos Contribuintes na Capital Federal, depositando o valor correspondente ao selo reclamado, se assim quiser a parte interessada.

Feita a consulta, seja qual for a decisão, está resguardada * responsabilidade do tabelião, pois, se for julgado devido * selo, a Fazenda Federal cobrara diretamente da parte responsável.

Para melhor esclarecimento do assunto publicamos em seguida o já famoso Acórdão n.º 33.226.

DA NÃO INCIDÊNCIA DO SELO FEDERAL PROPORCIONAL NAS ESCRITURAS DE VENDA E COMPRA
ACÓRDÃO N.º 33.226
Recurso n.º 31.708 - Imposto do Selo.

Recorrente: Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul (ex officio).
Recorrido: José Pedro de Moura.

A partir da vigência da Constituição de 1946, não mais pode a União cobrar a Imposto do selo nas escrituras de contrato de compra e venda de bens imóveis, que são instrumentos de atos jurídicos cuja tributação é da competência exclusiva dos Estados.

José Pedro de Moura, serventuário de Justiça, mas não figurando no processo nessa qualidade, tendo comprado um imóvel e pago o imposto estadual de Transmissão intervivos, consultou a Delegacia Fiscal se, face ao que estabelece o art. 15 da Constituição que autoriza a União tributar: "Os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 20" para a lavratura da escritura de compra e venda, era devido a imposto proporcional de que trata o art. 38 da Lei do Selo.

"Contratos de compra e venda de bens imóveis" e o previsto no inciso III do art. 107 da mesma Lei.

É de autoria do agente fiscal Altino Vieira o parecer abaixo que serviu de base ao despacho do Delegado Fiscal reconhecendo a isenção quanto ao artigo 38, negando-a quanto ao art. 107, 111 e recorrendo ex officio.

"Não obstante o acatamento e respeito que me merecem as decisões proferidas na consulta do 2.º Notário desta Capital a que venho de aludir, - o maior respeito que devo aos preceitos da Constituição da República e a obediência moral que devo aos imperativos da minha consciência que não pode estar alheia quando a inteligência se esforça na luta pela melhor compreensão, - levam-me, no alinhavo desta informação, a colocar-me ao lado do consulente por entender, como ele entende e declara, que não podem prevalecer totalmente, as exigências impositivas dos textos em questão da vigente Lei do Selo por gritante antagonismo frente as disposições constitucionais já mencionadas no início.

Isto posto, entendo que, quanto aos Arts. 38 e 117 da Tabela da vigente Lei do Selo, é de se reconhecer a sua revogação ou melhor, revogação por força do disposto no art. 15, parágrafo 5.º, combinados com os arts. 19 e 9 da Constituição de 1946.

Jaime Péricles, - mestre na matéria, escreveu brilhante trabalho a respeito ("Revista Fiscal e de Legislação de Fazenda" n.º 16 de 1949. Seção "Imposto do Selo" - páginas 65 a 68). Desse trabalho, (pedimos licença), transcreveremos os seguintes tópicos:
"Pelo art. 15, n.º VI (da Constituição), acima transcrito, tem a União competência para decretar o imposto do selo sobre atos e instrumentos regulados por lei federal.

Essa regra, entretanto, sofre certas restrições, previstas no parágrafo 5.º do mesmo art. 15. E, assim, o imposto do selo federal não poderá incidir em atos jurídicos e seus instrumentos, quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29, é, na competência tributária dos Estados e Municípios.

Por outras palavras, se o ato jurídico, ou seus instrumentos, coincide com ato também onerado por imposto estadual ou municipal, esse ato não estará sujeito ao imposto federal, e sim ao tributo da competência do Estado ou Município.

Consequentemente, o contrato de compra e venda de imóveis, ato que estaria sujeito ao imposto do selo, da União, por ser ato regulado por lei federal (art. 15, n.º VI) coincidindo com o

ato de transmissão da propriedade imóvel inter-vivos, sujeito ao imposto estadual (artigo 19 n.o III) ficará livre do selo federal".

A opinião é valiosa, pela autoridade de que se reveste, de todos conhecida e por todos proclamada. Nela sentindo-me perfeitamente amparado, é que opino para que seja solucionada a consulta constante deste processo respondendo-se ao consulente que na verdade o ato de que trata, e o seu instrumento, escapam ao imposto do selo federal, face aos preceitos constitucionais já referidos.

A vigente Lei do Selo é anterior a atual constituição. Aquela de 1942; esta, - a Carta Magna, - de 1946. E é o mesmo Jaime Péricles que no mesmo trabalho exemplifica:
No caso, trata-se, apenas de saber se a Constituição de 1946 (lei posterior) tem disposição em contrário a uma lei anterior. Se a Constituição, como lei posterior, estabeleceu norma diferente, esta prevalecerá desde logo, e qualquer autoridade pública, mesmo administrativa, aplicará imediatamente o texto constitucional".

E finalmente, de referência ao art. 107, inciso III da Tabela da Lei do Selo, estou na companhia de Tito Rezende e Jaime Péricles, no sentido de que, face ao art. 19, n.o VI, da Constituição de 1946, somente o registro e averbação nos cartórios de serventuários de ofícios, nos Estados, ficam sujeitos ao selo da União, por isso que não podem ser classificados como "atos" da Justiça, local e não assim quanto aos cartórios dos Escrivães da Justiça, nos Estados".

É o relatório.

Isto posto e considerando que, só tendo recurso ex officio, somente sobre este cabe a esta Instância decidir:

Considerando que sendo da competência da União decretar impostos sobre "negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal" excluiu da regra geral os "atos jurídicos ou seus instrumentos quando incluídos na competência tributária estabelecida nos artigos 19 e 29";

Considerando que é da competência privativa dos Estados a cobrança do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária intervivos e sua incorporação ao capital das sociedades".

Considerando que a escritura pública de compra e venda de imóveis constitui instrumento de ato jurídico sujeito a tributação de competência estadual, imune, portanto, do imposto, - federal, eis que o preceito constitucional "visa também evitar a tributação por meio de dupla incidência de um mesmo imposto, por entidades públicas diversas" (Temistocles Cavalcanti - Constituição Federal Comentada) :

Considerando que, estabelecida a competência dos Estados, restaria examinar se lei posterior a Constituição determina, não obstante, a tributação, o que importaria em conhecer de questão sobre inconstitucionalidade das leis para o que falece autoridade a este Conselho, órgão administrativo que é; mas considerando que isto não se verifica porque a Lei do Selo é anterior a Constituição e os seus dispositivos que com os desta se chocavam ficaram automaticamente revogados, por isso que o novo preceito constitucional extingue as disposições que o contrariam: Acordam os membros do 1.º Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso ex officio.

1.º) Conselho de Contribuintes, em 25 de Setembro de 1951. - Ibsem de Rossi, Presidente e Relator.

Visto: Tito Rezende, Representante da Fazenda Pública.

GRATIFICAÇÃO A SER PAGA AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

Divulgando esta notícia, o fazemos com plena satisfação, pelo conhecimento que temos dos valiosos esforços dependidos pelos servidores em causa: O ministro da Guerra em aviso n.o 700,

de 8 de outubro p/ findo, publicado no "Diário, Oficial" de 10 (dez) do mesmo mês, pag. 15834, cumprindo, o disposto no parágrafo único do art. 144 da Lei do Serviço Militar, resolveu fixar em Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), no corrente ano e a partir da publicação do referido aviso a gratificação por pessoa relacionada ou alistada, a que fazem jus os oficiais do Registro Civil. Como é sabido, cumpre a esses serventuários remeter anualmente às chefias das Circunscrições de Recrutamento interessadas, durante o mês de janeiro, as relações, em modelos regulamentares, dos indivíduos do sexo masculino, que completarem nesse ano a idade de dezessete anos, exaradas as devidas informações e feito o, cancelamento dos que tenham seu óbito registrado no mesmo cartório.

DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO ESTADUAL N.º 16.936 DE 20-2-1947 QUE CRIOU DOIS CARTÓRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO PRÉVIA DAS ESCRITURAS PARA OS REGISTROS DE IMÓVEIS
Seção XII

PRESIDÊNCIA

ACORDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Proc. 59.939 - (G-3416) - São Paulo - Agravo de Petição interposta pelo Dr. Justino Maria Pinheiro.

Reconheceu a inconstitucionalidade do decreto Estadual n. 16.936, de 20 de fevereiro de 1947.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 59.939, da comarca de São Paulo interposto pelo Desembargador Justino Maria Pinheiro, da decisão do Dr. Plínio de Carvalho Pinto, juiz de direito da vara dos Registros Públicos, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo, serventuário da 13.ª Circunscrição Imobiliária.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura em dar provimento ao recurso, a fim de remeter o processo ao Egrégio Tribunal Pleno, nos termos do art. 200 da Constituição Federal, visto reconhecer a inconstitucionalidade do preceito constante do decreto n. 16.936, de 20 de fevereiro de 1947, que subordina à prévia distribuição, para os registros de imóveis, os papéis públicos e particulares destinados à inscrição, transcrição, averbação e cancelamento. O Agravante apresentou ao Registro de Imóveis da 13.ª Circunscrição desta Capital, uma escritura de quitação lavrada nas notas do 22.º Tabelião, em 22 de abril do corrente ano, para efeito de averbação à margem da inscrição hipotecária n. 126, à fls. 52 do Livro n.º 2 e seu consequente cancelamento.

O Oficial do registro, apesar de reconhecer que o título se acha revestido de todos requisitos legais, deixou de averbá-lo, sob o fundamento de não ter sido distribuído pelo cartório do 4.º distribuidor nos termos do decreto-lei estadual n. 16.936, de 20 de fevereiro de 1947. Levantou dúvida sobre essa averbação e o Dr. Juiz de Direito "a quo", julgou-a procedente, considerando indispensável a distribuição prévia e reconhecendo a validade do decreto-lei que a determinou.

Inconformado com essa decisão, o Agravante sustenta que o decreto estadual, além de estabelecer providência inútil, fere norma do Código Civil (art. 816) e notadamente as reguladoras dos registros públicos consubstanciadas no decreto federal n.º 4.857, de 9-11-11939, do qual invoca os arts. 15, 37, 178 e 179 para proclamar: a) nenhuma exigência fiscal obstará a apresentação de um título e seu lançamento no protocolo; b) a averbação por cancelamento dos direitos reais é obrigatória e efetuada no cartório da situação do imóvel. Acrescenta, textualmente: "a apresentação de uma escritura de quitação e autorização de cancelamento de hipoteca não pode ser recusada pelo pretexto de omissão de distribuição, uma vez que o ato é praticado exclusivamente no cartório da situação do imóvel, que é privativo, tem caráter obrigatório e consiste em simples certidão escrita na coluna das averbações, em frente ao registro a que se refere, e que, no caso, é uma inscrição (art. 288) ".

Afirma ainda que o decreto em foco, expedido quando em vigor a Constituição Federal de 1946, violou-a no art. 5.º, n.º 15, letra "e" e no art. 6.º, que estabelecem competir à União legislar sobre registros públicos, excluída até a legislação estadual supletiva, ou complementar.

Têm toda procedência as alegações do Agravante. Não havendo dúvida de que o registro deve sempre corresponder ao lugar onde estiver o imóvel, a distribuição fica sem finalidade: na hipótese do distribuidor remeter o título de acordo com lei, torna-se inócua; se o fizer erradamente, pratica ato inoperante.

A inconstitucionalidade não resulta, porém, da inutilidade da exigência; provem da circunstância de ter ocorrido modificação legislativa sobre registro público da exclusiva competência da União. Se a distribuição representasse uma forma de cobrança de custas, constituiria apenas um meio de beneficiar certos serventuários. - Estabelecida, porém, como condição prévia e indispensável para o registro de todos os papéis públicos e particulares, atenta contra as leis federais, únicas que poderiam cogitar de nova exigência para formalizar os registros.

Os arts. 237, 247, 252, 286 e 296 da lei federal discriminam todas as condições a que estão sujeitos os registros em suas diversas modalidades (transcrição, inscrição, averbação, * cancelamento), e nenhum deles admite, nem podia admitir, * distribuição antecipada. Ao contrário, declaram que cumpridas as formalidades que especificam, o serventuário fica obrigado a fazer o registro. Não era, portanto, lícito ao Estado estabelecer requisito prejudicial aos demais, opondo-se ao critério dominante na legislação competente.

Acontece ainda que, por determinação legal, cabe ao interessado levar o título ao cartório para o respectivo registro. Da interferência do distribuidor, que teria de se encarregar dessa remessa, poderá até advir gravame para as partes, no caso de eventual demora.

Decretada a inconstitucionalidade que o Conselho reconhece pelos motivos expostos, a dúvida levantada perderá sua razão de ser e a pretendida averbação se fará independentemente de distribuição.

Custas na forma da lei.

S. Paulo, 8 de setembro de 1952.

(as) - Meireles dos Santos - presidente. - J. C. de Azevedo Marques, vice-presidente. - Márcio Munhós, Corregedor geral da Justiça.

JULGAMENTO PELO TRIBUNAL PLENO PUBLICADO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA DE 11 DE NOVEMBRO DE 1952

Agravo de petição (Inconstitucionalidade do decreto estadual n. 16.936, de 20-2-1947) - 59.939 - São Paulo Relator, o Sr. des. Mareio Munhos - Agravante - Desemb. Justino Maria Pinheiro. Agravada, 13.^a Circunscrição Imobiliária. O Tribunal declarou inconstitucional o decreto n. 16.936, de 20 de fevereiro de 1947, contra os votos dos Srs. des. Costa Manso, Barbos Monteiro, Silva Lima, Carneiro Lacerda, Paulo Costa, Percival de Oliveira, Pedro Chaves, Marcelino Gonzaga e Gomes de Oliveira.

DIA DO NOTÁRIO

Em comemoração ao Dia do Notário, em 2 de Outubro p. p. realizou-se no Jardim de Inverno Fasano, nesta Capital, um banquete ao qual compareceram inúmeros notários desta Capital, e do Interior do Estado, em uma pujante demonstração da união e da harmonia da classe. - Especialmente convidados, compareceram o Exmo. Sr. Dr. Secretario da justiça, representado pelo Dr. Guilherme Percival de Oliveira, Chefe de seu Gabinete, Dr. Luiz Cavalcante Filho, Diretor de Colégio Notarial do Distrito Federal e o Dr. Francisco Vergueiro Porto, D. D. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo. Saudando os colegas falou o Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial de São Paulo, tendo agradecido o tabelião Luiz Cavalcante Filho, que comunicou, sob aplausos da assistência, a fundação do Colégio Notarial do Distrito Federal, falando por último o Dr. Guilherme Percival de Oliveira, que discorreu sobre a nobre função do notário e a sua relevante missão social.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

Presidente

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNTOU .

Diretor-Secretário

IR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES-Diretor-Tesoureiro

DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL

- Diretor

DR. JOSÉ ATALIBA LEONÊL

- Diretor

DR. JOÃO SILVEIRA PRADO

- Diretor

DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA

- Diretor

DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ

- Diretor

SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO

- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES

- Presidente

DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

DR., BRASÍLIO MACHADO NETTO

SR. IBSEN DA COSTA MANSO

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA

Campinas

MAJOR LEO LERRO

São José do Rio Preto

MANOEL FERREIRA LARANJA

Santos

DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA

-

- Jaú

TRISTÃO CARVALHO

-

Casa Branca

DR. DARIO FERREIRA GUARITA

-

Araçatuba

JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO

-

Olimpia

MILTON DUARTE COELHO

-

Santos

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..

-

Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
COLABORAÇÃO	3
DO CASAMENTO CIVIL NATUREZA JURISDICIONAL DO CASAMENTO	3
RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS AO CASAMENTO RELIGIOSO	5
OS SERVENTUÁRIOS E OS CARTÓRIOS ELEITORAIS	6
UMA ATITUDE EXECRÁVEL	7
COUSAS DO SERVENTUALISMO DA JUSTIÇA	8
FORMA DE ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS	13
A HISTÓRIA EVOLUTIVA DO REGISTRO CIVIL	13
A BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS	14
VELHO TEMA	17
APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	19
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	20
PROVIMENTOS	20
PRESIDÊNCIA	22
ACÓRDÃO	22
ACÓRDÃO	23
NOTAS VÁRIAS	24
O RECONHECIMENTO DE FIRMA CERTIFICADO DE RESERVISTA	24
APOSENTADORIA EX OFÍCIO	24
COMUNICADO	24
GRATIFICAÇÃO A SER PAGA AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL	27
PRESIDÊNCIA	27
DIRETORIA	29
CONSELHO FISCAL	30
SUPLENTE	30
ÍNDICE	31

Nº 036 - Publicação: 01/11/1952

Colaboração

DO CASAMENTO CONTRAÍDO POR VIÚVA

ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA

Oficial do Reg. Civil de Mariapolis

A viúva, e com especialidade a que tiver filhos menores, que pretender contrair novas núpcias, encontrará em dispositivos do Código Civil - (Art. 183 ns. XIII e XIV) - impedimentos, que se não tornam o ato nulo de pleno direito quando realizado com infração desses dispositivos, sujeitam entretanto, os cônjuges à penas civis, impondo-lhes; restrições em relação ao regime de bens - (Art. 226) - e um cerceamento no direito de usufruir os bens dos filhos menores (Art. 225). Esses impedimentos salutaros, visam resguardar os interesses e direitos dos filhos do leito anterior.

Neste despretenso trabalho, iremos, inspirados nos ensinamentos dos Mestres, analisar de modo mais ou menos objetivo, as cautelas a serem tomadas, quando no exercício de nosso cargo, realizamos o casamento de uma viúva.

Entendemos nós que os impedimentos expressos nos incisos XIII e XIV do citado art. 183, podem e devem ser Opostos Pelo Oficial do Registro Civil - (Art. 227 n. III).

Sendo esses impedimentos da classe dos proibitivos, os mesmos, IMPEDEM A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO, mas, uma vez este realizado, NÃO DETERMINAM A SUA NULIDADE, aplicando-se,

entretanto, aos cônjuges, as penas previstas nos artigos 225 e 226 do Cód. Civil.

"Ab initio", a viúva que contrai novas núpcias, perde, quanto aos filhos do leito anterior, os direitos do pátrio poder, (Art. 393), assistindo-lhe, entretanto, o direito de consigo os ter, os quais, só lhe poderão ser retirados, mandando o Juiz e depois de provado que ela, ou o padraсто, não os trate convenientemente. (Art. 329).

No Código Civil, na parte "DO DIREITO DE FAMÍLIA" - Cap. II - "Dos Impedimentos" vamos encontrar o seguinte:

Art. 183 - Não podem casar:

... XIII - o viúvo, ou a viúva que tiver filhos do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal (Art. 225) e der partilha aos herdeiros.

Essa proibição que tanto atinge a viúva como o viúvo, tem a finalidade principal de garantir os "direitos materiais" dos filhos do leito anterior.

Como deve então o Oficial do Registro Civil proceder nesse caso?

Exigir da viúva, (ou do viúvo) atingida por essa proibição, além dos documentos enumerados pelo art. 180 do C.C. e necessários à sua habilitação, mais uma certidão do Escrivão perante o qual correu o inventário e da qual conste de forma expressa que o INVENTÁRIO FOI REALIZADO e os bens foram PARTILHADOS AOS HERDEIROS.

Caso a viúva, (ou o viúvo) não tenha filhos do cônjuge falecido, por coerência, essa prova será desnecessária e ela não estará impedida de casar, mesmo que tendo bens a inventariar, ainda não haja feito o inventário; assim entendemos nós. Tendo, entretanto, filhos do leito anterior, mas sem bens a inventariar, como deverá proceder nesse caso, o Oficial do Registro Civil para ressaltar sua responsabilidade funcional?

Na obra sempre por nós compulsada, "O CASAMENTO SEGUNDO O CÓDIGO CIVIL, do saudoso e culto colega Adolpho Correa de Barros, vamos buscar esclarecimentos para esse particular:

"Entendemos que, desde que não existam bens, não pode haver inventário, e para provar tal fato bastará que, na declaração de que trata o artigo 180 n. IV, - as testemunhas também atestem que: - o viúvo ou viúva deixou de fazer inventário por não existirem bens do extinto casal; . . ."

Sobre essa situação, assim decidiu o Desembargador Bernardes Junior, quando Corregedor Geral da Justiça:

DESPACHO

No processo n. 2.796, tendo por objeto uma consulta do oficial do registro civil de Santa Rita:

Cumpra-se o despacho proferido pelo juiz de paz na petição que se encontra reproduzida a fls. A obrigação de fazer inventário e promover partilha, que o art. 183, n. 13 do Cód. Civil, impõe ao viúvo ou viúva que pretenda contrair novas núpcias, tem como pressuposto a existência de bens e filhos do casamento anterior. A inexistência de bens, como a falta de filhos, torna dispensável o inventário. Lei nenhuma exige que a ausência de bens seja apurada em inventário negativo, Nesse sentido, os julgados que se encontram da Rev. Forense, vol. 79, p. 272, e na Rev. dos Tribunais, vol. 80, p. 45, e vol. 99, p. 174, bem como o despacho publicado na primeira das citadas revistas, vol. 81, p. 272, proferido pelo eminente Desemb. Oldemar Pacheco, como presidente do Trib. de Apelação do Estado do Rio de Janeiro.

No caso sobre que versa a consulta, o nubente, viúvo, com filhos do cônjuge falecido, afirmou que seu extinto casal não possuía bens e, em corroboração dessa afirmativa, ofereceu uma declaração subscrita por duas pessoas, com firmas reconhecidas. Nada mais havia a exigir dele relativamente ao preceito do citado art. 183, n. 13. De notar-se que a afirmação de inexistência de bens não sofreu impugnação de nenhuma das pessoas a que se refere o Cód. Civil no art. 190.

Assim, bem decidiu o juiz admitindo que o casamento se realize e adotem os contraentes o regime de comunhão universal de bens - sem prejuízo, é claro, das penalidades previstas nos arts. 225 e 226 do mesmo código, em caso de verificar-se não terem sido verdadeiras as declarações do nubente e das pessoas que firmaram o documento acima referido. São Paulo, 26 de dezembro de 1942. (a.) Bernardes Junior.

(Publicado no Diário da Justiça do dia 27 de dezembro de 1.942).

O inciso XIV do citado art. 183, está assim redigido:

A viúva, ou mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez; ou da dissolução conjugal, salvo se antes de findo esse prazo, der à luz algum filho.

Atendendo ao disposto no art. 338 do C.C. que estabelece:

... Presumem-se concebidos na constância do casamento:

II - Os nascidos dentro de trezentos dias subseqüentes à dissolução da sociedade conjugal por morte, desquite, ou anulação...

Essa proibição, tem uma dupla finalidade: assegurar a LEGITIMIDADE do filho que porventura haja sido gerado durante convivência conjugal anterior, desfeita pela morte, e ao esmo tempo evitar confusão de sangue.

Não nos afoitaremos a COMENTAR tal dispositivo. Passemos a palavra aos Mestres:

FERREIRA COELHO:

"O impedimento dessa alínea é apenas impeditivo, proíbe o casamento, que, uma vez realizado, não é nulo, nem por esse motivo é anulável; somente, como pena, a separação de bens é obrigatória, e a mulher não poderá frustrar a lei, fazendo doações ao marido.

Essa alínea, baseia-se na Moral principalmente; seria indecente o procedimento da que, grávida do primeiro cônjuge, se unisse a outro a quem pudesse atribuir a paternidade do filho. Haveria no caso a turbatio sanguinis ou a confusão de sangue, que a lei deve evitar. "

CLOVIS BEVILAQUA, assim comenta tal proibição:

"Confusão de sangue (Art. 183, XIV), - O prazo máximo da gestação é, legalmente, de dez meses (Artigo 338, II), embora se apontem raros casos de gestação mais longa. Para evitar a generationis incertitudo, a lei impõe, à viúva, a espera do tempo necessário para que se possa atribuir ao primeiro marido o filho que ela tiver depois de novamente casada. "

EDUARDO ESPINOLA, anotando o inciso XIV do art. 183, tem estas palavras:

"Tem esse impedimento, no sistema de nossa legislação, por fim exclusivamente, evitar o turbatio sanguinis."

JOÃO ARRUDA, assim se expressa:

"Nossa lei, do mesmo modo que o Direito Romano da época clássica, só atendia à conveniência de evitar dúvidas acerca dos direitos sucessórios do filho havido pouco após a dissolução do matrimônio, e, em consequência, faz cessar a proibição, desde que, antes de findos os dez meses, tenha a mulher algum filho.

São ainda de EDUARDO ESPINOLA, estas anotações:

"A decência, entretanto, impõe à mulher grávida o dever de esperar o parto, antes de entrar em novas relações matrimoniais. Ao lado da decência, das conveniências sociais, o cuidado, a proteção dispensada ao conceptus. E nem sempre é fácil. conhecer com segurança se existe, ou não, gravidez.

Por tudo isso, e cortar dúvidas e discussões, fixou o Código o período adotado pelo maior número das mais importantes legislações dos modernos povos cultos. "

As citações supras, foram transcritas do Vol. XII "CÓDIGO CIVIL" de A. Ferreira Coelho. (Pags. 331, 332 e 333).

Deve portanto o Oficial do Registro Civil, acautelar-se, nesse particular, e, caso o casamento

possa ser realizado em virtude da viúva, ter dado à luz um filho, dentro do prazo aludido no dispositivo citado, entendemos nós, que esse fato deve ficar comprovado no processo de habilitação, juntando-se ao mesmo, uma certidão do termo de nascimento desse filho.

Realizado o casamento da viúva, com filhos menores, o Oficial do Registro Civil, dando cumprimento ao disposto no art. 602 do Código de Processo-Civil, deverá remeter ao Juiz competente, uma certidão do termo de casamento, afim de que este promova a nomeação de um tutor para os filhos dada a circunstância da viúva que convolar novas núpcias perder o "pátrio-poder" sobre os mesmos. (Art. 393 C.C.)

Em virtude de estabelecer normas para o exato e fiel cumprimento do art. 602 do C.P.C., vamos aqui, finalizando este nosso trabalho, transcrever um Provimento do Juiz Heraclides Batalha de Camargo e que mereceu integral aprovação da Corregedoria Geral da Justiça, conforme se verifica do Despacho do Desembargador J. M. Gonzaga, publicado no Diário Oficial de 26 de Março de 1949:

DESPACHO proferido no ofício n. 14, de 7 do corrente, do Juízo de Direito de Pirassununga:

"Arquive-se. Para o bom cumprimento do preceito do art. 602 do Código de Processo Civil, parecem-me muito úteis as providências determinadas pelo Dr. Juiz de Direito de Pirassununga no provimento incluso, que mando seja publicado para conhecimento, dos interessados. S. Paulo, 25-3-949. (a.) Gonzaga ~ - P R O V I M E N T O - O Bel. Heraclides Batalha de Camargo, Juiz de Direito e corregedor permanente desta Comarca, usando das atribuições de seu cargo, determina: - Sempre que for realizado casamento de viúva que tiver filhos menores, o Sr. Oficial do Cartório do Registro Civil fará com que a contraente declare, em papel separado, para os fins dos artigos 602 do Código de Processo Civil e 393 do Código Civil, o seguinte: 1.º) - nome dos filhos menores, data e local do nascimento e cartório onde se encontram registrados; 2.º) - bens de propriedade dos menores, e 3.º) - nome do tutor legítimo e, na falta deste, a indicação de pessoa idônea para assumir a tutela, com qualificação e endereço, inclusive dos contraentes. Esta declaração o Sr. Oficial remeterá ao Juiz de Direito, acompanhada de certidão do termo de casamento, de acordo e sob as penas do art. 602 citado. Registe-se e cumpra-se, remetendo-se cópia aos Srs. Oficiais de Registro Civil da comarca. Pirassununga, 7 de março de 1949. O Corregedor Permanente (a.) Heraclides Batalha de Camargo.

ASSINATURA DAS PARTES NOS DOCUMENTOS PÚBLICOS SYLVIO BRANTES DE CASTRO

Sobre como devam as partes lançar as suas assinaturas nos documentos públicos, tem havido dúvidas, que, ao nosso ver, devem desaparecer.

Uns entendem que essas assinaturas podem ser lançadas abreviadamente, substituindo-se apenas por letras certos nomes ou sobrenomes - (prenomes e nomes de família) ; e, outros entendem de modo diferente, isto é, que as assinaturas devem ser lançadas por inteiro, consignando-se os nomes e sobrenomes, por extenso, sem qualquer abreviatura.

Entendemos nós que as assinaturas das partes, nos aludidos documentos, devem ser lançadas por extenso, escrevendo-se os nomes completos das partes que os assinam.

E isto porque:

Todo o indivíduo ao ser registrado o seu nascimento, recebe um nome completo, que é composto do prenome e do sobrenome (nome de família), - arts. 68 e 69 do dec. n. 4.857); nome completo esse que, após o indivíduo ter atingido a sua maioridade civil, poderá ser alterado, desde que essa alteração não prejudique o nome de família - (nome patrimonômico), devendo tal alteração ser averbada no respectivo assento de nascimento. (Arts. 70 e 71 do dec. citado).

Poderá, no entanto, qualquer cidadão usar o nome abreviadamente quando usado como firma

comercial registrada, fazendo, também, nesse caso, a necessária averbação no assento de nascimento - (§ ún. do art. 71 do citado dec.).

Consoante dispõe o art. 47 do referido dec. 4.857, as partes ou seus procuradores e as testemunhas assinarão os assentos, (refere-se aos assentos do registro civil), com os seus nomes por inteiro.

Quer isto dizer, que, mesmo que as partes ou seu procuradores tenham o hábito de assinar abreviadamente, deverão eles, nos assentos do registro civil, lançar as suas assinaturas por extenso.

Se, manda a lei, de modo imperativo, que assim se proceda nos assentos de nascimentos, casamentos e óbitos, porque razão agir de modo diverso, lançando-se abreviadamente as assinaturas nos vários documentos e atos públicos, como nas escrituras, etc., etc.? Em sendo o indivíduo qualificado em qualquer documento ou ato público com o seu nome completo, deve, necessariamente, também assinar o seu nome completo segundo a sua qualificação.

Desejando alguém sempre lançar o seu nome abreviadamente em qualquer documento, que proceda então, primeiramente, a necessária averbação do nome abreviado no assento de nascimento, conforme determina o § único do art. 71 do citado decreto. Também é certo que, o § único do art. 71, acima aludido, se refere, tão somente, ao nome abreviado usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional. Não prevê, por isso mesmo, a hipótese do uso do nome abreviadamente nos atos e contratos públicos. Se não prevê é porque não o permite.

Se não existisse qualquer outra disposição legal senão aquela por nós citada, que obrigue a que todo indivíduo lance, por extenso, a sua assinatura nos atos e contratos públicos, também é certo que a lei não faculta e nem poderia facultar que seja ela lançada, naqueles documentos, abreviadamente e ao bel prazer do interessado.

Sendo certo, como já ficou dito, que todo indivíduo recebe ao ser registrado o seu nascimento, um nome completo, deve ele sempre usar esse mesmo nome completo nos atos e contratos públicos em que tome parte, quer como interessado e quer como testemunha.

As assinaturas das pessoas que intervêm nos atos ou contratos públicos ou particulares devem corresponder exatamente aos nomes dessas mesmas pessoas qualificadas naqueles atos; e, nas qualificações os nomes dessas pessoas não poderão, absolutamente, ser diferentes daqueles constantes do registro civil.

Tanto isso é exato, que, não acreditamos possa existir era nosso país um serventuário competente e zeloso que possa registrar ou lavrar uma escritura pública em que a respectiva assinatura não corresponda ao nome constante da mesma ou do título anterior.

A HISTÓRIA EVOLUTIVA DO REGISTRO CIVIL

ANTONIO CINTRA

Santa Adélia

II

As imperfeições que se notam na prática do Registro Civil das Pessoas Naturais, não é no que diz à sua essência, mas do modo porque vem sendo praticado. Hoje, trataremos do que se refere aos sponsais, aliás, a parte mais importante e por isso mesmo onde pesa mais responsabilidade. Desde o processo de habilitação até a realização do ato matrimonial, há muita coisa que deve ser refundida de acordo com a evolução que se opera em todos os setores do meio social. Não seria curial que, no meio de um mundo evolutivo, onde tudo progride, só o Registro Civil, a instituição nobilitante da família, se deixasse conservar no seu estado primário. O caso que ora passamos a divulgar, se nos antolha que não é destituído de fundamento e o que fazemos como outros casos debatidos aqui nesta seção, sem intuítos secundários. Desde logo

diremos que uma legislação adequada com o objetivo colimado nesta despretensiosa apreciação, se faz mistér. Para que o ato esponsalício esteja à altura de seu merecimento e de sua responsabilidade, não basta que os oficiais do Registro Civil, estejam bem compenetrados de seu papel, o juiz de casamentos deve ser possuidor de idoneidade comprovada e não de uma simples autoridade assessorada pelo escrivão. Com nível cultural capaz de bem e fielmente interpretar todos os dispositivos do Código Civil, pertinentes a ato de suma importância e que por uma única inobservância pode inquinar nulidade do casamento. Nas zonas rurais, onde o elemento para desempenhar essas funções é escasso, é que se nota a grande deficiência. De ordinário são sempre escolhidas as pessoas mais conceituadas do lugar, o que já vale alguma coisa, mas não vale tudo. Seria mais interessante que os atos matrimoniais fossem presididos por juizes togados, a exemplo do que já se faz em alguma parte da União, e quando isso de tudo se tornasse impossível, a substituição por pessoa de real competência. Para que o Registro Civil atinja à sua justa finalidade, demanda mais acurada observância em todos os seus atos e principalmente no que concerne à instituição da família. Outro caso importante e que toca à aberração do processo de habilitação, é o caso que tange o visto passado pelos adjuntos de casamento. Na sua maioria, os adjuntos nada entendem do processo que leva o seu visto. Ora se o adjunto sabe menos do que o escrivão, desnecessário seria essa formalidade, unicamente de feição decorativa.

Argumentar-se-á que para isso os processos de habilitação vão ter às mãos do curador. É verdade. Mas quando isso se dá? Depois de 6 meses que é o prazo que o escrivão tem para levar os processos às mãos do curador de casamentos. E será que alguma irregularidade notada pelo curador nos processos de habilitação, poderia ser concertada ou sanada depois desse longo prazo? São coisas que devem merecer alguma atenção. Para este último caso o remédio que deveria ser aplicado, não há dúvida alguma, é que os processos aludidos, quando não fossem vistoriados por adjuntos de comprovada idoneidade, fossem logo ter às mãos do curador de casamentos Res non verba.

Corregedoria Geral da Justiça PROVIMENTOS

- Piracicaba - "Vistos - No inventário de João! Cândido Ferreira, o Sr. Contador de Piracaia, tendo em vista inúmeras escrituras de cessão de direitos hereditários, efetuou vários cálculos, cobrando emolumentos múltiplos, que orçam em Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) mais ou menos.

O inventariante reclamou e o Dr. Juiz de Direito acolheu a reclamação e, inconformado, o Sr. Contador recorre a esta Corregedoria, com base no art. 18 do decreto-lei 14.978 de 29-8-1945.

Ao contrário do que sustentou o Sr. Contador, é incisivo o art. 20 do decreto-lei 14.978: "não há emolumentos para atos não previstos".

Os dispositivos invocados do Código de Impostos e Taxas relativos ao imposto de transmissão, não se aplicam no que, concerne a emolumentos.

Logo, aplica-se a seção III do item V do art. 2.º da lei n. 632, de 1.º-2-1950.

Pouco importa, outrossim, o fato de, em outro inventário, não ter havido reclamação e decisão sobre os "emolumentos". - Julgo improcedente a reclamação e mantenho a decisão do Dr. Juiz de Direito, por seus jurídicos fundamentos. - São Paulo, 8-11-52. (a) Marcio Munhos".

D. S. 12,11-52.

N. 8.152 - Juízo de Direito - Iguape - "A dúvida deve ser suscitada perante o Dr. Juiz de Direito da comarca, para resolvê-la de acordo com a legislação em vigor. só assim evitar-se-á que seja suprimida uma instância, pois esta Corregedoria só terá de se manifestar em grau de recurso.

Para não haver subversão de atos e termos desse processo em que já se encontra despacho anterior da Corregedoria, não é possível sua devolução a Comarca. Devem, no entanto, ser desentranhados ficando traslado, os documentos de fls. 6 e 7 e remetidos ao oficial maior de Pariqueraçú, para usá-los quando entender conveniente. - São Paulo, 7-11~52. (a) Marcio Munhos".

N. 8.075 - Edgar de Marins e Dias - Itú - "Conhecendo da consulta, pelos motivos aduzidos a fls. 8, esclareço: - O Curador Geral, embora não seja parte no conceito legal, nos processos de inventário e arrolamento em que funcionar, deve tomar conhecimento dos despachos que ordenarem a intimação das partes, ressalvados apenas os casos em que, por força de lei, tenha que receber os autos com "vista", para se manifestar.

É aconselhável essa providência, para que o Curador na sua função fiscalizadora, possa acompanhar o processo em todos os seus trâmites, requerendo, desde logo, o que julgar conveniente aos interesses dos menores ou curatelados.

De acordo com esse critério terá também de ser intimado do despacho que determina a avaliação de bens, nos feitos daquela natureza, uma vez a abertura do termo de "vista" e posterior à realização do ato.

Em tais condições não há motivo para a glosa de custas que deu causa à consulta. - São Paulo, 10 de novembro de 1952. (a) Marcio Munhos".

D. J. 12-11-52.

N. 8.760 - Washington Martins Pinheiro - Jaboticabal "Nos termos genéricos da consulta, improcede a dúvida levantada pelo reclamante. - O disposto no art. 957 do C. P. C. deve ser entendido em consonância com o artigo 125 do Dec. lei 11.058 de 26 de Abril de 1940, que não criou especialmente o cargo de avaliador. - Esse dispositivo apenas atribuiu as funções de avaliador, nas comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias, ao distribuidor, mas tão somente, nos casos que enumera. Assim também entende o respeitável acordam invocado pelo consulente e que o MM. Juiz da Comarca não deixou de acatar. P. - S. Paulo, 11-11-52, (a) Marcio Munhos".

D. J. 13-11-52.

N. 8.584 - Dr. Jairo de Almeida Ramos - Capital "O registro de óbito, não tendo sido providenciado, no prazo legal, depende, para sua efetivação, de prévio despacho do juiz togado competente, que na Capital, é o da Vara de Re. registros Públicos, por força do disposto no art. 5.º letra "a" do Decreto-Lei n. 14.234, de 1610-44. Em tais condições, desentranhem-se as peças do processo e encaminhem-se as mesmas ao Dr. Juiz de Direito competente, para os devidos fins, ficando trasladado, nos autos. São Paulo, 13-11-52. (a) Mareio Munhós".

D. J. 15-11-52.

N. 8.991 - Secretario da Justiça - Capital - "O art. 5.º do dec.lei 12.520 de 22 de janeiro de 1942 só pode ser invocado e ter aplicação relativamente aos cartórios já organizados, em que funcionem Oficial Maior ou escreventes, No caso em apreço, a situação é diversa, por se tratar de cartório recentemente criado, ainda sem serventuário ou escreventes, visto não ter ocorrido , o inscrição para provimento dos cargos postos em concurso. Torna-se impossível cogitar de nomeação interina, de acordo com a discriminação daquele dispositivo legal. Mas, certo é que o cartório não pode continuar acéfalo e não há dúvida de que a nomeação cabe sempre ao Juiz de Direito. Não podendo fazê-la recair em escrevente, fica com a liberdade de nomear pessoa idônea, até se verificar o preenchimento do cargo.

Devolva-se o processo originário da comarca de Mogi das Cruzes, comunicando-se ao Secretário da Justiça a decisão desta Corregedoria. I. São Paulo, 13-11-52. (a) Marcio Munhoz".

Benedito Faria - Santos - "Sim de acordo com os precedentes já admitidos por esta Corregedoria. S. Paulo, 13-11-52. (a) Marcio Munhos".

Publicado novamente por ter saído com incorreções:
D. J. 15-11-52.

N. 8.652 - Francisco Pontes Filho - Capital - "A lei n. 593 de 31 de dezembro de 1949, em situação especial para os oficiais de justiça, no quadro dos serviços forenses, coloca-os sob a égide imediata do Estatuto dos Funcionados Públicos do estado.

O oficial de Justiça Francisco Pontes Filho admitiu, com acerto esse critério, quando interpôs recurso, a princípio, para a Corregedoria Geral do despacho do Dr. Juiz de Direito da 14.^a Vara Cível, que lhe impôs a pena de suspensão por trinta dias. Na petição de fls. 16, invocou expressamente, o artigo 219. 11 do Dec. Est. n. 12.273, de 28 de outubro de 1941. Usou de recurso adequado e dele tomei conhecimento por que a pena fora aplicada por juiz de Direito, na sua função de Corregedor Permanente, subordinado à Corregedoria Geral. Mantida, porém, a decisão recorrida, o recorrente procura agora valer-se de outro recurso, sem aplicação na espécie, querendo colocar-se na posição dos serventuários e escreventes de cartório, sujeitos a leis peculiares, que atualmente não abrangem os oficiais de justiça, no tocante aos recursos relativos às penas disciplinares. O Regimento da Correções, com as modificações do Dec. 6.697-A, de 21 de setembro de 1934, prevê recurso para o Corregedor Geral das penas impostas aos escreventes e para uma das Câmaras Criminais ou para o Tribunal Pleno da punição aos escrivães, conforme a origem e respectiva proveniência de primeira ou segunda instância (artigo 101-III "d"; - 105 "g" e 112-XVI do Regimento Interno do Tribunal).

A situação dos oficiais de justiça não é idêntica a dos escreventes, muito menos à dos escrivães; por força do Estatuto dos Funcionários não lhes cabe recorrer para o Tribunal de Justiça.

Acontece ainda que, na petição de fls. 23, destinada a interposição do último recurso, é invocado o artigo 101-III letra "d" do Regimento Interno do Tribunal, pretendendo-se, seja em Tribunal Pleno. No caso em apreço, entretanto, a suspensão não provem, originariamente, de ato do Corregedor, mas de Juiz de Direito; mesmo que o recorrente se quisesse identificar, injustificadamente, com os serventuários, teria de recorrer para uma das Câmaras Criminais e não o fez tempestivamente. Seria absurdo admitir-se o pretendido recurso de recurso e, pelos motivos expostos, deixo de lhe dar andamento. Publique-se e intime-se. São Paulo, 4 de dezembro de 1952. (a) Marcio Munhos".

N. 9.068 - Joaquim Aguiar - Itapetininga - "Expeçam-se com as cautelas devidas, as certidões para os fins indicados na inicial. S. Paulo, 5-11-52. (a) Mario Munhos".

D. J. 10-12-52.

PRESIDÊNCIA CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Agravo de Petição n. 60.371 - São Paulo - Agravante: Bertha Carolina Joana Schild. - Agravados: Frederico Guilherme Menke e sua mulher e outros. - "Segundo se vê dos termos da inicial, parte final, trata-se de ação de reivindicação proposta pela recorrida, para haver imóvel sujeito antes a simples compromisso de compra e venda, a favor do recorrido e por este transferido, sem o consentimento dela, aos atuais possuidores, que obtiveram do proprietário compromitente vendedor a escritura definitiva. - Entendeu a sentença de primeira instância, confirmada pelo acórdão de fls. 62, que a simples promessa de venda não transfere o domínio, nem confere direito real se não estiver inscrita no Registro de Imóveis. - Assim sendo, o caso não seria de alienação de direito real, que o recorrido não pode fazer sem o consentimento da mulher (artigo 235, n. 1, do C.C.) sim de ato de simples administração. - Portanto, não cabe à autora o direito de demandar, sem o consentimento do seu marido, a nulidade do ato. - Como se vê, trata-se de simples aplicação de dispositivos legais à espécie, não se vislumbrando violação a qualquer

texto de lei. - Denego o recurso de fls. 63. Intimem-se. - S. Paulo, 13-10-1952. Meireles dos Santos". Advogados: José Ribamar Tajar - José Malanga - Anibal E. Giraldes Sobrinho.

D. J. 13-11-52.

- Proc. n. 58.978 (G-3297) - São Paulo - Agravo de petição interposto por João Ramos de Sá da decisão do Dr. juiz de direito da 1.ª Vara de Campinas.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por João Ramos de Sá da decisão do Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Campinas, em processo de dúvida, suscitada ao tempo da inscrição de um compromisso de compra e venda no cartório do Registro de Imóveis e Anexos da 3.ª Circunscrição daquela comarca.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura negar provimento ao recurso e manter a decisão recorrida. Assim decidem, principalmente, por que o título apresentado à inscrição não contém a maioria dos requisitos de um contrato de compromisso de compra e venda, na conformidade do art. 11 do dec. 3.079 de 15-IX-1938, que regulamentou a Lei n. 58 de 10-XII-1937, como esclarece o Sr. Oficial do Registro em sua exposição de fls. 3. Custas legais. P. e I.

São Paulo, 20 de maio de 1952.

(aa) Meirelles dos Santos, Presidente - Gomes de Oliveira, Vice-Presidente - Marcia Munhós, Corregedor-relator.

D. J. 22-10-52.

ACÓRDÃO PROFERIDO PELO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Proc. n. 59.208 (G-3374) - São Paulo - Agravo de petição interposto por Germano Pasquali da decisão do Dr. juiz de direito da Vara dos Registros Públicos.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Germano Pasquali da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, no processo de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 8.ª Circunscrição.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão agravada, por seus jurídicos fundamentos. Não houve cessão de direitos do compromisso de compra e venda, nem transferência da coisa. Os titulares que figuram no registro, na qualidade de devedores e de credores, são os mesmos. Também, não se operou qualquer subrogação subjetiva. É desnecessária a averbação, pela cessão de créditos, já houve notificação dos devedores. Note-se ainda que a averbação à margem da inscrição só poderia trazer confusão e erro no registro imobiliário. Custas de direito. P. e I.

São Paulo, 31 de Julho de 1952.

aa) J. C. de Azevedo Marques, Presidente - Gomes de Oliveira, Vice-Presidente - Marcio Munhós, - Corregedor-relator.

D. J. 14-11-52.

Tribunal de Justiça

JURISPRUDÊNCIA

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 2.365

Relator - O Sr. Desembargador Mem de Vasconcellos Reis.
Agravante Ministério Público.

Agravado Francisco Mainard de Almeida.

ACÓRDÃO DA 6.ª CÂMARA

Não têm os juízes do Registro Civil, antigos juízes de Casamento competência para processar e julgar os pedidos de retificação, anotação e averbação dos assentos do Registro Civil; e sim os juizes das Varas de Família.

Vistos e examinados estes autos de agravo de instrumento n.º 2. 365, em que é agravante o representante do Ministério Público e agravado Francisco Miranda de Almeida; acordam os Juizes da 7.a Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por unanimidade de votos, do mesmo conhecer e dar-lhe provimento para reformando o despacho agravado, julgar incompetente o juiz prolator o mesmo, e em consequência o juiz da Vara de Família para processar e julgar a retificação do assento do registro civil do Agravado. Custas ex-lege.

E, assim, decidem uma vez que a jurisprudência deste Egrégio Tribunal, por acórdão das E. E. Câmaras Cíveis Reunidas, já decidiu que os Juizes do Registro Civil e antigos juizes de Casamento não têm competência para processar e julgar, as retificações, anotações, averbações e restabelecimento dos assentos do Registro Civil e sim o juízo de Família por se tratar de feitos contenciosos "ex-vi" do art. 51 n.º I do Cód. de Org. Jud. (Decreto-lei número 8.527, de 21 de dezembro de 1945), visto serem, aqueles juizes de investidura temporária ou transitória, não sendo magistrados por não gozarem das garantias constitucionais a estes outorgada pela Const. Fed. no seu artigo 95 § 3.º

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1951. - Ary de Azevedo Franco, Presidente interino. - Mem de Vasconcellos Reis, Relator. - Vicente de Faria Coelho.

Registrado em 29 de julho de 1952.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 2.393

Relatar - O Sr. Desembargador Mem de Vasconcellos Reis.

Agravante - Ministério Público.

Agravado - José Augusto de Araújo.

ACÓRDÃO DA 7.ª CÂMARA

Não têm os juizes do Registro Civil, antigos juizes de Casamento, competência para processar e julgar as ratificações, anotações e averbações, dos assentos do Registro Civil das Pessoas Naturais, por não serem magistrados, e sim os juizes das Varas de Família.

Vistos e examinados estes autos de agravo de instrumento n.º 2.393 em que é agravante o representante do Ministério Público e Agravado José Augusto de Araújo acordam os juizes da 7.ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por unanimidade de votos do mesmo conhecer e dar-lhe provimento para reformando o despacho agravado que rejeitou a exceção de incompetência dos juizes do Registro Civil das Pessoas Naturais, para processar e julgar os pedidos de retificação, anotação e averbação dos assentos do Registro Civil e em consequência competente os juizes da Varas ,de Família. Custas ex-lege.

E, assim decidem porque é jurisprudência deste Tribunal em virtude de acórdão das E. E. Câmaras Cíveis Reunidas não terem os juizes do Registro Civil das Pessoas Naturais, antigos Juizes de Casamento competência para processar e julgar as retificações, anotações e averbações dos assentos do Registro Civil e sim os juizes das Varas de Família "ex-vi" do disposto no art. 51 inc. I do Cód. de Org. Jud. (Decreto-lei-n.º 8.527 de 31 de dezembro de 1945), visto não serem aqueles magistrados, por não gozarem das prerrogativas do § 3.º do art. 95 da Constituição Federal e serem juizes de investidura transitória.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1951. - Ary de Azevedo Franco, Presidente interino. - Mem de Vasconcellos Reis, relator. - Vicente de Faria Coelho.
Registrado em 29 de julho de 1952.

Publicado no D. J. do Rio de Janeiro em 13-11-52.

Serviço Militar

ARRIMOS DE FAMÍLIA

Dispõe o Plano Geral de Convocação para o ano de 1953 que serão incluídos no excesso do contingente, além de outros, os convocados que sejam arrimos de família, desde que isso comprovem, devendo os comandantes de Região Militar dar o máximo de publicidade a esta vantagem, com a antecedência necessária, no sentido de evitar recurso ao ministro da Guerra, depois de efetuada a incorporação. Através desta seção estamos tomando conhecimento da ignorância em que se encontram muitos interessados, por falta de divulgação dos precisos esclarecimentos sobre o que lhes cumpre fazer. Nas condições atuais do recrutamento para as nossas forças armadas, ser incluído no excesso do contingente é a garantia de estar livre da prestação inicial do serviço militar e de poder continuar a prover ou a auxiliar a subsistência da pessoa a quem o convocado sirva de arrimo. Pelas disposições em vigor, é considerado arrimo de família quem estiver numa das seguintes situações: .

1.º - filho único de mulher viúva ou solteira, da abandonada pelo marido ou da divorciada às quais sirva de único arrimo ou a que ela escolher quando tiver mais de um, sem direito a outra opção. 2.º - filho de homem fisicamente incapaz para prover seu sustento e a quem sirva de único arrimo. , O - viúvo que tiver filho menor (legítimo ou legitimado), se for o único arrimo. 4.º - casado que tiver filho menor, desde que a mulher seja incapaz física ou mentalmente. 5.º - irmão órfão de pai e mãe, que sustentar irmão menor ou maior inválido ou interdito, ou ainda irmã solteira ou viúva que viva na sua companhia; 6.º - filho órfão de pai e mãe que servir de único arrimo a uma de suas avós, ou avo decrépito e valetudinario, incapaz de prover os meios de subsistência.

A condição de servir de único arrimo só prevalecerá quando o indivíduo não disponha de recursos para efetuar aquela função, caso seja incorporado às fileiras.

Para comprovar a sua condição de arrimo deverá o alistado anexar ao requerimento as seguintes provas:

1 - Atestado de residência passado pela autoridade policial do Distrito onde o convocado residir. 2 - Certidão de nascimento do convocado. 3 - Prova de que os que carecem de arrimo não recebem pensões dos cofres públicos, não ganhem o bastante para o sustento próprio, e que não tem bens de fortuna. 4 - Prova de que o convocado, pelo seu esforço próprio, emprego ou trabalho, tenha vencimentos ou rendas, e que estas sejam destinadas ao arrimo de família. 5 - Declaração da pessoa arrimada, de que realmente o convocado lhe serve de arrimo. 6 - Prova de incapacidade física ou mental do pai (caso n.º 2). 7 - Certidão de óbito do pai do convocado, ou de abandono de sua progenitora (caso n.º 1). 8 - Certidão de óbito da esposa (caso n.º 3) e certidão de nascimento do filho. 9 - Certidão de casamento (caso n.º 4). 10 - Certidão de óbito dos pais do convocado e prova de invalidez do avô (caso do n.º 6.º).

Deve ser gratuito o reconhecimento da firma do escrivão que subscreve certidão de nascimento fornecida gratuitamente para fins de serviço militar - O diretor de Recrutamento declarou recentemente, em solução de consulta que lhe fez o chefe da 10.ª C. R., que de acordo com art. 69 do R. S. M. (dec. n. 15934, de 22 de janeiro de 1923) deve ser gratuito o reconhecimento da firma do oficial do registro civil em certidão de idade para fins de alistamento militar. A decisão se baseou nas seguintes disposições:

"Art. 165 (da vigente Lei do Serviço Militar). Enquanto não for publicado o regulamento desta lei, continuarão em vigor as prescrições, mapas, certidões, atestados e demais documentos atualmente regulamentares".

"Art. 69 (do Regulamento do Serviço Militar). Os documentos para comprovação de idade ou quaisquer reclamações, os quais serão fornecidos gratuitamente e isentos de selo e quaisquer outras taxas ou emolumentos, não serão restituídos, e só terão valor para esse fim especial. A mesma isenção será concedida aos requerimentos a que acompanhem os referidos documentos". A nosso ver, não se pode determinar a obrigação de fazer-se gratuitamente o aludido reconhecimento de firma nos referidos documentos, com base na mencionada disposição regulamentar. Evidentemente é levar muito longe a faculdade de interpretação, considerar reconhecimento de firma como sendo documento para comprovação de idade ou requerimento, únicos papéis que na letra expressa do mesmo art. do R. S. M. devem ser fornecidos gratuitamente e que estão isentos da incidência do imposto do selo e de quaisquer outras taxas ou emolumentos. Não seria o caso de uma consulta ao Corregedor Geral da Justiça? Entre as atribuições que competem ao secretário de Junta de Alistamento Militar, não se inclui a obrigação de fazer requerimentos para os interessados obterem certificados de reservista de 3.^a categoria. Também, para os cidadãos das classes mais jovens, não se admitem mais esses requerimentos, pois tais certificados são expedidos uma vez que as partes se apresentem perante as Juntas com a certidão de nascimento, paguem a taxa militar e multa esta se devida, entreguem três fotografias de 3x4, e, conforme o caso, atestado de residência. Não se tratando desses casos, não cometeria falta o secretário de Junta que se incumbisse de organizar uma petição em que alguém pleiteasse qualquer documento referente ao serviço militar e aceitasse remuneração pelo trabalho realizado. Não o faça, porém, no local e hora em que exerce a função de secretário da Junta, para não dar a impressão de que se aproveita do cargo para se credenciar e obter vantagens financeiras.

Leis e Decretos

LEI N. 1.891, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1952

Isenta de selo estadual os requerimentos e demais papéis apresentados para inscrição em exames e provas, nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.^o - Ficam isentos de selo estadual os requerimentos e demais papéis apresentados para inscrição em exames e provas ou matéria correlata, nos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados.

Artigo 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de novembro de 1952.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Mario Beni

Antonio de Oliveira Costa

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 17 de novembro de 1952.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Substituto.

D. O. 18-11-52.

LEI N. 1.809, DE 7 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre contagem de tempo e respectivo desconto nos atos lavrados pelo Governo do Estado.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os atos do Governo, de qualquer natureza, quando se referirem a prazos, serão lavrados determinando-se a vigência exclusivamente em dias.

Artigo 2.º - Para o fim de se calcularem os descontos em geral, considera-se de 30 (trinta) o número de dias de cada mês, seja este de 28, 29 ou 31 dias.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor no dia primeiro do mês subsequente à decorrência de sessenta dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 7 de outubro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Loureiro Junior

Mario Beni

João Pacheco e Chaves

Nilo Andrade Amaral

Antonio de Oliveira Costa

Elpidio Reali

J. Canuto Mendes de Almeida

José Alves Cunha Lima

Francisco Antonio Cardoso

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 7 de outubro de 1952.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral, Subst.

D. O. DE 8-10-52.

LEI N. 1.819, DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

**Estende às esposas de serventuários de cartórios, nos concursos de -
remoção do ensino primário, as vantagens da união de cônjuges.**

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - São extensivas às esposas de serventuários e escreventes de cartórios, nos concursos de remoção do ensino primário, as vantagens da união de cônjuges, constantes da Lei n. 240, de 16 de fevereiro de 1949, modificada pela Lei n. 994, de 10 de abril de 1951.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1952.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Loureiro Junior

Antonio de Oliveira Costa

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de outubro de 1952.

Carlos de Albuquerque Seifiarth - Diretor Geral, Substitui.

LEI N. 240, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1949

Dispõe sobre o concurso de remoção no magistério primário.

Artigo 7.º - A professora pública primária classificada em concurso de remoção terá preferência para provimento de vaga existente na localidade em que o marido exerça sua profissão.

§ 1.º - Além dos documentos exigidos no artigo 5.º desta lei apresentará a requerente mais as seguintes;

- a) prova de que o marido é titular de cargo público efetivo e se encontra no exercício dele, ou prova bastante de que o marido exerce suas atividades na localidade pretendida, há mais de um ano;
- b) certidão de casamento
- c) atestado fornecido por autoridade escolar, de que a requerente e seu marido vivem em regime matrimonial.

§ 2.º - Para efeito do disposto neste artigo, a requerente mencionará a localidade em que o marido exerce suas funções.

§ 3.º - Para efeito da presente lei considera-se como localidade toda a zona dentro da qual marido e esposa, exercendo suas funções, podem coabitar ou melhorar as condições de sua coabitação.

§ 4.º - Na extensão do termo localidade não se incluirá qualquer município, sempre que unicamente indicado por candidata inscrita nos termos deste artigo, ainda não atendida.

§ 5.º - Havendo duas ou mais candidatas nessas condições e para a mesma localidade, observar-se-á a seguinte ordem de preferência:

- a) esposas de membros do magistério público;
- b) b) esposas de funcionários públicos em geral;
- c) c) as demais inscritas por união de cônjuges.

§ 6.º - Havendo duas ou mais candidatas nas condições de cada letra do parágrafo anterior, observar-se-á o disposto no parágrafo 8.º, do artigo 3.º desta lei.

(Parágrafo 8.º, do artigo 3.º, a que se refere o § 6.º, do artigo n. 7.º).

"§ 8.º - Havendo dois ou mais candidatos com o mesmo número de pontos, a classificação se fará pelo tempo de exercício; se ainda houver empate, pela promoção no último ano, e, permanecendo ainda o empate, pela idade do professor, dando-se preferência ao mais idoso. "

Artigo 8.º - Será publicado no "Diário Oficial" a relação dos pedidos de remoção nos termos do art. 7.º, que vigorarão até 14 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único - As remoções por força do artigo 7.º para as vagas que se derem depois de 30 de setembro, serão lavradas no período decorrente de 15 a 31 de dezembro.

Artigo 9.º - As remoções nos termos de artigo 7.º, durante a fase das chamadas, serão feitas na proporção de uma para três vagas que houver na localidade indicada pela requerente.

Parágrafo único - O disposto no artigo 7.º não se aplica à professora cuja escola ou classe esteja localizada na zona urbana do município em que o marido exerce suas funções.

.....

.....

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 1949.

Lincoln Feliciano - Presidente.

DECRETO N. 21.845-A, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1952
Restabelece o ofício de escrivão de júri e anexos de Cruzeiro.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, item II, do decreto-lei n. 11.464, de 30 de setembro de 1940,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica restabelecido o ofício de escrivão do júri e anexos da comarca de Cruzeiro.

Artigo 2.º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de novembro de 1952.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Loureiro Junior

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 13 de novembro de 1952.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor
Geral, Substituto.

D. O. 14-11-52.

LEI N. 1940, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1952
Dispõe sobre criação de comarcas.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Asdrubal Euritysse da Cunha, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 24, § 2.º, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criadas as comarcas de Dracena (abrangendo os municípios de Gracianópolis e Paulicéia). Fernandópolis (abrangendo o município de Estrela d'Oeste), Pacaembu (abrangendo os municípios de Flórida Paulista e Junqueirópolis), Pedregulho (abrangendo o município de Rifaina), Jales, Mirandópolis (abrangendo o município de Lavinia), Guararapes (abrangendo o município de Rubiácea), Presidente Bernardes, Regente Feijó e Lençóis Paulista.

§ 1.º - As comarcas ora criadas classificam-se entre as de primeira entrância e passam a pertencer aos mesmos distritos judiciais das comarcas de que foram desmembradas.

§ 2.º - Até nova alteração, nas comarcas ora criadas, o Tribunal do Júri reunir-se-á nas mesmas épocas vigentes para as comarcas de que foram desmembradas.

Artigo 2.º - Fica criada mais uma vara, com competência cumulativa, nas comarcas de Piracicaba, Presidente Prudente e Sorocaba.

§ 1.º - A vara já existente será denominada primeira e a ora criada passará a denominar-se segunda, devendo ser apostilado pelo Secretário da Justiça o título do Juiz da primeira.

§ 2.º - A competência das duas varas será cumulativa, cabendo, porém, à primeira as atribuições do Juízo de Menores e, à segunda, o serviço do Júri.

§ 3.º - Os feitos em andamento nas comarcas cujas varas são desdobradas serão redistribuídos, mediante sorteio, eqüitativamente, compensando-se os de competência firmada.

Artigo 3.º - Fica criada uma Promotora nas comarcas a que se refere o artigo 1.º e mais uma nas comarcas referidas no artigo 2.º.

§ 1.º - A Promotoria já existente será denominada primeira e a ora criada passará a denominar-se segunda, cabendo aos seus titulares funcionar no Júri e nos processos que lhe a tocarem segundo a respectiva distribuição.

§ 2.º - O titular primeira Promotoria passará a servir junto à primeira vara com a denominação de primeiro Promotor, devendo o respectivo título ser apostilado pelo Secretário da Justiça.

Artigo 4.º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos, com as atribuições e vencimentos previstos em lei;

I - 10 (dez) cargos de Juiz de Direito, de primeira entrância;

II - 3 (três) cargos de Juiz de Direito, de terceira

III - 10 (dez) cargos de Promotor Público, de primeira entrância;

IV - 3 (três) cargos de Promotor Público, de terceira entrância; e

V - 20 (vinte) cargos de Oficial de Justiça, padrão "C".

Parágrafo único - Os cargos de Juiz de Direito, de Promotor Público e de Oficial de Justiça ora criados serão providos na forma da legislação vigente, e seus titulares terão exercício nas comarcas a que se refere a presente lei.

Artigo 5.º - Nas comarcas criadas por esta lei, haverá os seguintes Ofícios de Justiça:

I - 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos;

II - Registro de Imóveis e Anexos; e

III - Distribuidor, Partidor e Contador com o Anexo de Depositário Público.

Artigo 6.º - Ficará extinta, quando se vagar, a segunda Circunscrição do Registro de Imóveis das comarcas de Lucélia e Araçatuba.

Artigo 7.º - Ao oficial do Registro de Imóveis e Anexos, ao distribuidor contador e partidor, ao depositário público e ao 1.º tabelião de notas e anexos das comarcas que, por força da presente lei, sofrerem redução territorial, será assegurado o direito de opção pelos ofícios da mesma natureza da nova comarca criada, requerendo-o na forma do artigo 38 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, que fica revigorado também na parte referente ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos.

Parágrafo único - Aos serventuários a que se refere este artigo serão também asseguradas todas as vantagens e direitos correspondentes à classificação que tinham anteriormente.

Artigo 8.º - As comarcas e as varas ora criadas serão instaladas dentro em 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência da presente lei.

Artigo 9.º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 10.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1952.

(a) Asdrubal Euritsses da Cunha, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1952.

(a) Oswaldo Pereira da Fonseca, Diretor Geral

Página 30. - (Assembléia Legislativa. Promulgada pelo Sr. Presidente, em virtude de ter passado 10 dias para o Sr. Governador sancionar e o mesmo deixou de fazê-lo.)

D. O. 4-12-52.

Nova Lei do Selo

LEI N.º 1.747 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1952

Altera o Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe o Imposto do Selo:

"Art. 1.º - O Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, e as leis e os decretos-leis que o modificaram passam a ser observados com as seguintes alterações:

PRIMEIRA

São substituídas pelas que se seguem as Observações 1.ª, 2.ª e 3.ª da Tabela:

1.ª - Não havendo indicação de forma, o imposto será pago por estampilha.

2.ª - Não havendo indicação de taxa, o imposto será pago na seguinte base:

Cr\$

I - De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 500,00 2,00

II - De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00 3,00

III - De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00 por 1.000,00 ou fração 4,00

IV - De mais de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 10.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração 5,00

V - De mais de Cr\$ 10.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou Fração 6,00

3.ª - Será devido em dobro o selo de folha, quando esta exceder de 0,33m por 0,22m.

SEGUNDA

Transformada em 1.ª a Nota única do Art. 26 da Tabela é acrescentada ao mesmo a seguinte Nota:

2.ª - As cessões de créditos ou de direitos relativos a bens imóveis ficam sujeitas ao imposto, de acordo com o art. 94 desta Tabela e Notas respectivas.

TERCEIRA

O art. 38 da Tabela fica assim redigido.

Art. 38 - Contratos de compra e venda de bens móveis.

QUARTA

As Notas do art. 49 da Tabela passam a ser observadas com a seguinte redação:

1.ª o imposto será pago no contrato ou nos títulos representativos da dívida, ou, na falta de ambos, em ficha de contabilidade ou no folio do Diário em que a operação foi registrada na escrita do devedor, ou, ainda, na do credor quando o devedor não tiver escrita comercial.

2.ª - Não estão sujeitos ao selo deste artigo os saldos em conta corrente oriundos da movimentação da conta, nem, quando se tratar de estabelecimentos bancários, os saldos de quaisquer contas.

3.ª - Os empréstimos garantidos por hipoteca, anticrese ou penhor, ficam sujeitos ao imposto, de acordo com o art. 94, desta Tabela e Notas respectivas.

QUINTA

O art. 94 e respectiva Nota da Tabela passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. Promessa de compra e venda e de cessão de crédito ou de direitos de bens imóveis e móveis.

Classes	Valor em Cr\$	Taxa
---------	---------------	------

I - até		150.000,00		0, 4 %
II - até		250.000,00		0,5%
III - até		500.000,00		0,7%
IV - até		1.000.000,00		1%
V - até		1.800.000,00		1,4%
VI - até		3.000.000,00		2 %
VII - acima de		3.000.000,00		
pelo que exceder				3%

NOTAS

1.^a - O imposto devido é o resultado da aplicação da taxa correspondente ao valor indicado em cada uma das classes deste artigo.

2.^a - Para o cálculo do imposto sobre os valores compreendidos entre duas classes consecutivas, aplicar-se-á a taxa menor sobre o valor correspondente à classe inferior e a maior sobre a diferença entre o valor da promessa e o indicado na classe inferior. A soma dos dois resultados constituirá, nestes casos, o imposto devido, arredondando-se para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) as frações inferiores a essa quantia.

3.^a - O cálculo do valor será feito na forma do art. 40 das Normas Gerais, considerando-se como principal o total do preço ajustado.

4.^a - O valor de uma loja, de uma sala, de um apartamento ou de outras unidades, bem como o das respectivas frações ideais de terrenos em edifício em condomínio ou em incorporação, para fins de condomínio, não poderá ser subdividido em mais de uma escritura de promessas, desde que se trate de um mesmo promitente comprador ou promitente cessionário.

5.^a - A inobservância do disposto na Nota anterior sujeitará o infrator ao pagamento da taxa máxima prevista neste artigo, sobre o valor total do ato, além da multa prevista no art. 65 das Normas Gerais.

6.^a - O imposto relativo às transações referentes a propriedades rurais será cobrado com o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

7.^a - As procurações em causa própria ou com poderes irrevogáveis, para vender móveis ou imóveis, por prazo indeterminado, ficam equiparadas para efeito fiscais, à promessa de compra e venda, bem como as mesmas por prazo determinado, quando este for superior a doze meses.

8.^a - É isenta do imposto a promessa de compra e venda de bens imóveis quitada e irrevogável, desde que seja a primeira, ou, tratando-se de subsequentes sobre o mesmo objeto, tenha sido pago o imposto de transmissão "inter-vivos", correspondente à anterior.

SEXTA

A tributação prevista no Art. 100 da Tabela fica substituída pela seguinte:

	Cr\$	
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 500,00	0,50	
De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 5.000,00	1,00	
De mais de Cr\$ 5.000,00 por Cr\$ 5.000,00 ou	fração	1,50

SÉTIMA

E' substituída a tributação estabelecida no Art. 109 da tabela pela que se segue:

I. Seguros de vida, pecúlios, rendas, dotes, anuidades, capitalização e congêneres:

	Cr\$	
Até Cr\$ 300,00	1,50	
De mais de Cr\$ 300,00 até Cr\$ 600,00	3,00	
De mais de Cr\$ 600,00 até Cr\$ 1.000,00	4,00	
De mais de Cr\$ 1.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou	fração	4,00

II. Seguros de acidentes pessoais não especificados:

Cr\$

Até Cr\$ 50,00	1,50
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00	3,00
De mais de 100,00 por Cr\$ 100,00 ou fração	3,00
III. Seguros de acidentes pessoais em transportes coletivos	5%
IV. Seguros de acidentes de trabalho:	
Cr\$	
Até Cr\$ 1.000,00	5,00
De mais de Cr\$ 1.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	5,00
V. Seguros não especificados:	
Cr\$	
Até Cr\$ 25,00	2,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00	4,00
De mais de Cr\$ 50,00, por Cr\$ 50,00 ou fração	4,00
VI. Garantias provisórias de seguros, em geral:	
Cr\$	
Por período de validade de 30 (trinta) dias ou fração e de cada Cr\$ 1.000,00 do valor da responsabilidade assumida	0,10

OITAVA

A Nota Geral 2.a do art. 109 da Tabela passa a vigorar com a seguinte redação:

2.ª - O recolhimento do imposto, inclusive o que for devido posteriormente, de acordo com as notas aos números de incidência deste artigo, será feito onde o segurador tiver sede, mediante guia com o "visto" da Fiscalização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 2.º - O imposto incidente sobre contratos de financiamento de atividades rurais, quando feitos diretamente com os produtores, ou suas cooperativas, será cobrado com o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3.º - O Poder Executivo promoverá uma nova publicação, no prazo de 45 dias, do Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, consolidando as alterações feitas por esta lei e por outras, inclusive decretos-lei, cujas disposições não tenham sido revogadas pela presente.

Art. 4.º - VETADO.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário."

Diretoria de Rendas Internas

CIRCULAR N.º 96, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1952

O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, tendo em vista que entrará em vigor no dia 1.º de janeiro próximo a lei n.º 1.747, de 28 de novembro de 1952, publicada no Diário Oficial da mesma data, declara aos Srs. Chefes das repartições subordinadas, para seu conhecimento e devidos fins, o seguinte:

a) que o imposto previsto na nota 2.ª do art. 26 da Tabela deverá ser calculado sobre o valor da cessão se este for superior ao total do preço ajustado na promessa cedida, como ficou dito no número 1 da Circular desta Diretoria, de n.º 162, de 29 de dezembro de 1951 (Diário Oficial de 31);

b) que, face à nova redação do art. 38, os contratos de compra e venda, de permuta e de doação de bens imóveis, a partir de 1.ª de janeiro de 1953, não mais incidem no pagamento do imposto do selo, e conseqüentemente, ficam sem aplicação suas notas 1.ª e 2.ª. Entretanto, suas notas 3.ª, 4.ª e 5.ª ficam mantidas integralmente.

c) que o art. 49 da Tabela, que trata dos empréstimos em geral, garantidos ou a descoberto, deve ser entendido assim:

l) - que estão compreendidos na incidência todos os atos inominados nos quais se consignam a

existência de mútuos ou confissões de dívidas e que o tributo deverá ser pago sobre os respectivos instrumentos ou contratos, ou nos títulos representativos da dívida; na ausência desses papéis, o tributo deverá ser satisfeito em ficha de contabilidade ou no fôlio do "Diário" em que a operação foi registrada na escrita do devedor ou, então, na do credor quando o devedor não tiver escrita comercial;

II - que, quando a obrigação for garantida por fiança ou caução de qualquer espécie, prestada pelos próprios interessados ou por terceiros, cobrar-se-á, além do selo devido pela obrigação, o selo relativo ao valor da caução ou fiança;

III - que nos empréstimos, compreendidas também as confissões de dívida, garantidos, por hipotecas, anticrese ou penhor, será devido, unicamente, o selo previsto no art. 94, da Tabela e respectivas notas;

d) que quanto ao art. 94 da Tabela, o cálculo do imposto será feito sobre o valor total do papel, assim considerado a soma do principal, juros, comissões, vantagens e lucros, atendido o tempo de duração;

e) que para os efeitos da nota 6.^a considera-se como propriedade rural para gozar do abatimento de 50% (cinquenta por cento) nas transações de compra e venda ou de cessão de crédito ou de direito, aquela que pagar o imposto territorial como propriedade rural;

f) que somente as procurações em causa própria ou com poderes irrevogáveis, e seus subestabelecimentos, para vender bens móveis ou imóveis, de prazo indeterminado ou superior a doze meses, equiparam-se, para pagamento do imposto do selo, à promessa de compra e venda, ficando as demais procurações subordinadas à taxação prevista no art. 93 da Tabela. As procurações em causa própria ou com poderes irrevogáveis para a venda de bens móveis ou imóveis, com prazo até doze meses, ficarão sujeitas ao imposto complementar, apurado entre a diferença de taxação prevista nos artigos 93 e 94, se os poderes conferidos continuarem em vigor;

g) que por promessa de compra e venda quitada e irrevogável deve ser considerada aquela que consignar o pagamento integral da operação e que contiver a cláusula de irrevogabilidade da transação firmada; a mesma promessa só poderá ser cedida ou transferida com a isenção prevista se tiver sido pago o imposto de transmissão "Inter-vivos" correspondente, repetido em cada cessão ou transferência. Não havendo o pagamento do imposto de transmissão, cobrar-se-á o imposto do selo correspondente;

h) - que os contratos de compra e venda, ou de permuta ou de doação de bens imóveis ficam sujeitos ao imposto previsto no art. 117 da Tabela;

i) que o imposto devido sobre os contratos de financiamento de atividades rurais será pago com o abatimento de 50% (cinquenta por cento) quando realizados diretamente com os produtores ou com as suas cooperativas;

j) que, a partir da vigência das novas disposições fica revogado o artigo 3.^o e seus parágrafos da Lei n.^o 1.473, de 24 de novembro de 1951.

AVISO A TODOS OS NOSSOS ASSOCIADOS

ASSEMBLÉIA GERAL

No próximo dia 10 de fevereiro, as 10:30 haverá a Assembléia Geral, a fim de conhecer e deliberar sobre os relatórios, balanços e contas correntes da Diretoria, referente ao exercício findo de 1952.

Solicitamos o comparecimento de todos os membros da Diretoria e associados.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR . - Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL

- Presidente

- Diretor-Tes

- Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO

- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor
- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASILIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

EJAINO SILVA	-
Campinas	
MAJOR LÉO LÉRRO	- São
José do Rio Preto	
MANOEL FERREIRA LARANJA	-
Santos	
RICARDO NORMANDIA MOREIRA	- Rio
Claro	
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	- Jaú
TRISTÃO CARVALHO	-
	Casa
Branca	
DR- DARIO FERREIRA GUARITA	-
Araçatuba	
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	-
Olímpia	
MILTON DUARTE COELHO	-
Santos	
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO - Santos	

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
DO CASAMENTO CONTRAÍDO POR VIÚVA	3
DESPACHO	4
ASSINATURA DAS PARTES NOS DOCUMENTOS PÚBLICOS	6
A HISTÓRIA EVOLUTIVA DO REGISTRO CIVIL	8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	8
PROVIMENTOS	8
PRESIDÊNCIA	11

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	11
ACÓRDÃO PROFERIDO PELO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	12
JURISPRUDÊNCIA	12
ARRIMOS DE FAMÍLIA	13
DIRETORIA	25
CONSELHO FISCAL	26
SUPLENTE	26
ÍNDICE	27

Nº 037 - Publicação: 01/01/1953

Colaboração
PONTOS DE VISTA
ABNER BORGES

Oficial do Reg. Civil do J. América

Na legislatura passada, a Assembléia do Estado aprovou e foi sancionado um projeto de lei segundo o qual, somente mediante prova de suficiência de sua renda mínima e significação demográfica, poderão ser elevados os distritos de paz a categoria de municípios, medida que, sob idênticos fundamentos devia o inspirado autor ter estendido à criação de distritos e comarcas. A adoção rigorosa desses requisitos, evitaria sem dúvida os lamentáveis acontecimentos que prosseguindo, vamos comentar e que culminaram na angustiosa situação que hoje aflige inúmeros serventuários de justiça (ofícios de registro civil, tabeliães, etc.). Presumivelmente, mediante informações capciosas de alguém de prestígio e projeção nos meios políticos e sociais, antes e durante a legislatura que acima aludimos, foi criada uma enorme quantidade de comarcas e distritos, em sua maior parte estes, onde nada mais existia que alguns casebres e cerca de meia dúzia de eleitores, Duas hipóteses parece-nos lícito figurar. Ou os legisladores que a patrocinaram foram iludidos, em sua boa fé, ou não quiseram contrariar os interessados era suas pretensões. Quanto a nós, preferimos, optar pela primeira. Em diversas zonas desprovidas de elementos de prosperidade e progresso, onde o movimento comercial e agrícola se apresenta frágil e inexpressivo, situam-se velhos e decadentes distritos cujos, cartórios, a não ser para o serviço de certidões e outros documentos destinados a fins eleitorais, militares, de assistência judiciária e assentamentos de óbitos, conservam-se freqüentemente abandonados, eis que, para manutenção do lar, são forçados os seus, titulares a recorrer a outros misteres muitos dos quais; não coadunam com a posição que lhes empresta a nobre função do cargo. Se, afastadas as hipóteses apontadas, a criação desses distritos obedeceu a conveniência e comodidade de seus habitantes, não regatearemos os nossos aplausos a boa intenção dos autores. Entretanto, sua obra poderia ser completada com a consecução de um auxílio aos desafortunados detentores dos cartórios, representado por ordenados compensadores, tendo em vista a relevância do serviço de natureza, urgente e preferencial que gratuita e obrigatoriamente prestam à causa pública. Na impossibilidade da obtenção (lesse favor por falta de apoio legal, a supressão desses distritos abriria para os serventuários novas perspectivas de melhor futuro, atendendo-se a que com os seus direitos adquiridos, outras possibilidades mais vantajosas poderiam conseguir. Mesmo sem supressão, constata-se atualmente um bom número de cartórios vagos em virtude de desistência de seus titulares por falta absoluta de renda. Conhecemos alguns colegas que tendo como causa seus estágios e o desejo de uma futura e protetora aposentadoria, sacrificam-se na permanência do exercício de suas funções, contando para o custeio de suas despesas com auxílios que buscam em outras fontes. Alguns provimentos que esporadicamente se verificam nos cartórios abandonados, procedem de concurso cuja abertura é solicitada por interessados que se utilizam desse recurso como veículo para altas cavações como sejam remoções, promoções, etc. Nas mesmas condições dos distritos de que nos ocupamos, muitas comarcas há que não podem se manter sem grande sacrifício de seus serventuários, por falta também de amparo essencial à sua vida econômica. Sem o desejo de descer ao terreno patético, não queremos calar o nosso grito de alerta sem levar ao conhecimento dos nossos ledôres esta triste história ouvida de alguns colegas que enfrentam com denôdo e resignação a calamitosa situação em seus paupérrimos

rincões. Disseram eles que a mingua de meios pecuniários, não raras vezes são forçados a receber como pagamento de seus serviços, galinhas, ovos, rapaduras e outras virtualhas de produção local. Pelo contato direto que mantém com os serventuários de justiça do Estado e contando com bem organizado serviço de fichário e outros meios que concernem a todo movimento de sua finalidade, a nossa Associação esta aparelhada para cooperar com os poderes públicos e dar-lhes todas as informações e pareceres em prol dos interesses da classe. Fica, pois, aqui o nosso ponto de vista.

Com a sua divulgação, pensamos justificar o apelo que dirigimos aos encarregados da direção dos nossos destinos, pedindo-lhes a concessão, não de favores mas de remuneração em benefícios a que fazemos jus, frente a valiosíssima colaboração dedicada ao serviço público pela nossa classe, que sem Barnabes e Marias Candelarias em nada onera o erário. É o que confiantes esperamos.

A INSCRIÇÃO DE USUFRUTO NO REGISTRO DE IMÓVEIS

O procurador geral da República, Sr. Plínio de Freitas Travassos, exarando parecer no recurso extraordinário n.º 16.125, do Estado de Goiás, sendo recorrente Alfredo Marques da Silva e recorridos Elisiária Canedo Guimarães e outros, disse que, tendo a doadora falecido antes da inscrição de usufruto no registro de imóveis (artigo 715 do Código Civil), não mais poderia ser feita a transcrição, uma vez que, em tal circunstância, a propriedade e a posse do imóvel transmitiram-se desde logo a seus herdeiros.

ORIGEM E PRÁTICA DO REGISTRO CIVIL

ANTONINO CINTRA

Sta. Adélia

Foi pelo efeito do decreto-Federal n.º 181 de 24 de fevereiro de 1890, que se instituiu no Brasil o Registro Civil das Pessoas Naturais, do qual já nos ocupamos em longo relato aqui neste Boletim em 1.º de maio de 1950. Neste Estado o Registro Civil está regulamentado de maneira a bem corresponder com os requisitos fundamentais da instituição no que concerne à sua legítima finalidade. E porque está adstrito às leis do Estado, a sua função está amparada pelos três poderes: - legislativo, executivo e judicial, que são órgãos harmônicos na marcha processualística dessa instituição. De maneira que embora a lei seja de origem Federal, ela por fás ou por faz se amoldou, se afeioou o se consolidou mediante as leis estaduais. Para comparação mais exata desta digressão, basta se dizer que desde a criação dos distritos de paz até o seu provimento, com sua organização de funcionamento, tudo está obedecendo a regulamentação das leis estaduais. O Registro Civil, por muito tempo esteve anexado a título provisório aos cartórios de paz e somente mais tarde se corporificou e tomou vida própria, neste Estado, mediante leis e regulamentações de que se acha revestido. Hoje, pode se dizer, o Registro Civil se apresenta como uma modelar instituição digna do papel que está representando perante, o conceito publico. Para tanto basta se ter em conta as ultimas leis criadas e todas elas em pleno vigor. A Lei n.º 819 de 31 de outubro de 1950, traz em seu bojo um acervo de medidas tão importantes, que chegou a imprimir uma feição moderna e utilitária em o seu funcionamento. Nela estão estabelecidas condições e deveres, desde a criação de ofícios públicos até o meio do seus provimentos, tendo sempre em vista solucionar os interesses do Estado, do público e possibilitando aos servidores de justiça vantagens e regalias que até então não gozavam. A própria lei da, aposentadoria dos servidores da justiça, foi, não há duvida alguma uma grande conquista dos servidores da justiça e uma alta compreensão dos deveres sociais, patenteados pela clarividência legislativa de nossa digna representação estadual. É óbvio que ela ainda se resente de alguma coisa., como per exemplo o amparo da família do servidor de justiça falecido, mas isso virá a seu tempo. Roma não se fez em um dia. Sejamos mais razoáveis e mais justos para com aqueles que hoje estão fazendo o que podem a uma classe que vivem sempre relegada de sua própria sorte. Os postulados não se improvisam, criam-se com adaptações de medidas obtidas através de observações cuidadosas, de longas

experiências. A redação do art. 180 do Código Civil tem dado margem para se tirar dedução, que se não harmoniza, não coaduna com o modo porque é processada a habilitação e a realização do casamento civil. A habilitação deve ser processada na residência dos contraentes, se habitarem num só distrito ou em um dos distritos de residência de um deles, sendo evidente que em ambos os distritos deverão ser publicados os editais, § 2.º do art. 181. Só a celebração não tem foro obrigatório, não obstante na generalidade o casamento sempre se efetua na residência dos contraentes ou na de um deles. A residência e o domicílio dos contraentes é de suma importância, e tanto é assim que o contraente que houver residido a maior parte do tempo em outro Estado, deverá apresentar prova (de autoridade competente, não diz o Código) de que deixou sem impedimento algum para casar, art. 180 - V - § único. Ora se fosse se cingir pela Portaria n.º 27 de outubro de 1892, do Ministro da Justiça, estabelecer-se-ia uma babel de tão extensa dimensão que redundaria num pandemonium entre os oficiais do Registro Civil, devido a não observância das divisas distritais para 'to mais importante do Registro Civil e que é com o a o casamento. Pela idade avantajada da tal Portaria e por não estar em consonância com a regularização estabelecida neste Estado, é prudente que se evite inovação que não corresponda com a marcha do serviço conforme aqui se pratica.

Este é o nosso ponto de vista e que o expomos sem o intuito de molestar quem quer que seja, sujeitando-nos à crítica a que estejamos passível.

SERVENTUÁRIO, colabore conosco para a confecção de nosso Boletim, que é o orientador da classe.

Provimentos

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

N. 9.184 - Cecim Miguel - Ituverava - "É, afirmativa a resposta A consulta feita. - O Livro Diário (receita e despesa) está sujeito ao pagamento de selo por verba, na base de trinta centavos por folha - Lei 155 de 13-XI-1948, n. 21 letra "d" da Tabela sob o título "por verba" e Provimento n. 4 de 1948 desta Corregedoria.

Os registros de emancipações devem ser selados na forma do artigo 107 - III do Decreto federal 4.655 de 3-IX-1952.

São eles feitos, em regra, a pedido dos interessados, com as cautelas previstas no artigo 102 da Lei de Registros Públicos (Dec. 4.357 de 9-XI-1939. 1.

São Paulo, 19 de janeiro de 1953.

(a) Marcio Munhos"

D. J. 21-1-1953,

N. 8.695 - Marcos Antonio Alves Ribeiro Filho - Capital - "Quanto à preliminar suscitada pelo recorrente Daniel de Arruda Furtado, modifico a sentença, de fls. 86 a 8, na parte em que faz remissão ao art. 11 do Decreto n. 5.129 de 23-7-931, revogado pelo art. 3.º do Decreto n. 6.697-A de 21-9-934, a fim de aplicar, com as respectivas vantagens, este último dispositivo, em plena vigência mesmo na época do fato.

Em relação ao mérito, confirmo a decisão recorrida por seus fundamentos, dada a improcedência das alegações do aludido recorrente.

Não pode ele, evidentemente, beneficiar-se com a estabilidade assegurada pelo art. 5.º da Lei n. 211, de 27-12-948 e pelo art. 28 da Lei n. 819, do 31-10-950, porque esses diplomas legais, somente se aplicam Aqueles que ocupassem cargo, ao tempo em que foi promulgado o Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado.

O recorrente, porém, não exercia, naquela época, qualquer função no Cartório do 11.º Ofício Civil da comarca da Capital. Trabalhava apenas no serviço, de rasa por conta própria (fls. 28-34)

; só, posteriormente, tornou-se escrevente habilitado, quando não lhe era mais assegurada o direito A pretendida estabilidade. Era portanto possível a exoneração do cargo de escrevente, por iniciativa, do respectivo serventuário, e sem declaração de motivo. Nestas condições, fica prejudicado o recurso interposto pelo serventuário, Dr. Marcos Antonio Alves Ribeiro Filho, sem prejuízo da sindicância e processo criminal a que possa ficar sujeito o escrevente exonerado, como salientou o Dr. Juiz de Direito, em sua sustentação de fls. 104. P. I. São Paulo, 30 de janeiro de 1953. (a.) Márcio Munhos".

D. J. 1.2-1953.

PORTARIA N. 59

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Joaquim Cândido de Azevedo Marques - em exercício

Nomeados, que já estão, os Juizes de, Direito das novas comarcas criadas pela Lei n. 1.940, de 3 de dezembro de 1952; compromissados e empossados que sejam eles, poderão essas comarcas, desde então, ser instaladas, com as solenidades de estilo.

Mais crucial seria que somente fossem instaladas após o provimento efetivo, não apenas dos cargos de juiz de direito, mas de todos os demais cargos que integram a organização do serviço público de que se trata, além do implemento de outras condições indispensáveis ao pleno, regular e eficiente funcionamento de uma comarca, inclusive as de ordem material, como seja a existência e aparelhamento de um edifício para o "Fórum" e Cadeia.

Entretanto, uma organização assim completa e definitiva é problema de solução complexa e inevitavelmente morosa, demandando múltiplas e variadas providências, não só por parte do Poder judiciário, como de outros poderes do Estado.

Vai daí a conveniência de se proceder, sem maiores de longas, A instalação das novas comarcas, era face, tão somente, do fato consumado da nomeação dos respectivos Juizes de Direito, aos quais, uma vez empossados, incumbirá prover, provisoriamente, a titulo interino, os demais órgãos necessários a instalação e, em geral, As atividades do serviço judiciário que se segue.

Eis por que, usando da atribuição que me cabe, hei por bem baixar a presente portaria, com as instruções e esclarecimentos que me pareceram úteis, no caso, e são os seguintes:

1 - Os Juizes de Direito nomeados prestarão o compromisso legal, perante esta Presidência, a qual, no mesmo ato, lhes dará posse, considerando-se o Juiz, desde esse momento, no exercício de suas funções ("ad instar" do que dispõe, para os funcionários públicos, o art. 31, parágrafo único, do "Estatuto dos Funcionários públicos Civis do Estado", e o art. 28 do Regimento Interno deste Tribunal) -.

2 - Uma vez empossados, seguirão os Juizes para, as respectivas comarcas, de onde enviarão " autoridades competentes (federais, estaduais e municipais) a devida comunicação de sua posse, passando logo a cuidar das providências e aprestos, que lhes incumbem, para, a instalação solene de suas comarcas;

3 - Quando em condições de ser instalada a comarca comunicará o Juiz esse fato a esta Presidência, a fim de ser designada a data da instalação, com a devida publicidade e comunicações aos demais Poderes do Estado;

4 - No dia designado, para a instalação, em sessão solene, no edifício destinado ao "Fórum" ou outro escolhido para, esse fim, o Juiz de Direito, abrindo a sessão, lerá o teor da Lei que criou a comarca e o decreto que o investiu no cargo declarando, em seguida, instalada a comarca. tomará, ao depois, o compromisso dos serventuários (interinos ou efetivos), dos ofícios de justiça e demais auxiliares, visando os respectivos títulos, lavrando-se de tudo ata especial, que será assinada pelas pessoas presentes;

5 - A respeito de outras providências imediatas, após a instalação da comarca, bem assim, dos livros dos cartórios, exigidos por lei, poderão os Juizes colher informações, se necessárias, na Secretaria deste Tribunal.

São Paulo
Joaquim Cândido de Azevedo Marques
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício.

D. J. 1-2-1963.

CONS. SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Processo n. 60478 (G-3557) - Santos - Agravo de Petição interposto pelo Oficial do Registro Geral e de Hipotecas da 2.ª Circunscrição de Santos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto pelo Oficial do Registro Geral e de Hipotecas da 2.ª circunscrição de Santos da decisão do Dr. Juiz de Direito em exercício na 1.ª Vara Cível, que julgou improcedente a dúvida suscitada.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura dar provimento ao recurso para julgar procedente a dúvida levantada pelo Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 2.ª circunscrição de Santos. As alegações do recorrente merecem acolhida, pois demonstram que não podia ser atendida a pretensão dos interessados. A firma Richter, por escritura pública e com anuência dos promitentes vendedores, fez averbar a construção e as especificações do "Edifício Iporanga", à margem das transcrições aquisitivas do terreno. Por força do art. 43-II do Código Civil, houve acessão física, incorporando-se o edifício ao solo, passando a constituir coisa indivisível, do domínio de todos os proprietários do prédio, na forma do art. 2.º do doc. 5.481 de 25-VI-1928. Portanto, torna-se impossível cindir qualquer transação, para os fins de haver cessão de direitos sobre o terreno e promessa de venda sobre a construção. A admitir-se tal cisão, haverá, averbação da cessão de direitos sobre o terreno em um Livro e inscrição de Promessa de venda em outro Livro, como bem demonstrou o Sr. Oficial do Registro de imóveis, citando os dispositivos da Lei de Registros públicos aplicáveis. Os arts. 178 n. XIV e 253 do dec. 4.857 de 1929 exigem para inscrição número da transcrição anterior e dizer que se pretende apenas a averbação, não havendo interesse na inscrição, é dar valor a escritura para uma finalidade e não lhe dar valor para outra. A fim de ser regularizada a situação, tornando possível a Pretendida averbação, precisa ser outorgada a escritura na forma sugerida pelo Sr. Oficial do Registro de Imóveis onou como melhor convier aos interessados. Custas legais. P. e I.

São Paulo, 26 de Dezembro de 1952.

J. C. de Azevedo Marques, Vice-presidente.

Márcio Munhos, Corregedor relator.

D. J. 13-12-1952.

Processo n. 55.436 - G-3571 - São Paulo - Agravo de petição interposto por Raphael Ezemplari.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto pelo Sr. Rafael Ezemplari da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Capital.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura negar provimento ao recurso e manter a decisão, por seus jurídicos fundamentos. Pretendeu-se averbar um contrato de compromisso de compra e venda de imóvel não loteado. Não era possível atender. P taxativo o artigo 253 do dec. 5.318 de 29 de Fevereiro de 1940, que alterou o dec. 4.857 de 1939: "Será inscrita no Livro 4, para validade quer entre as partes contratantes, quer em relação a terceiros, e com os mesmos

requisitos do artigo 247, a promessa de venda de imóvel loteado".

Em tais casos só é admissível a inscrição (artigo 178 "a" a. XIV do decreto 4.857, citado). - A averbação só é deferida em se tratando de "imóveis loteados" (artigo 287 e 178 "c" n. VI do decreto 4.857, pressupondo a inscrição do loteamento. Custas legais. - P. e I. - São Paulo, 22 de dezembro de 1952.

J. C. de Azevedo Marques, Presidente.

Gomes de Oliveira, vice-presidente.

Márcio Munhos, corregedor.

D. J. 21-1-1953.

Processo n. 37.389 - G-3562 - São Paulo -- Agravo de petição interposto pela Cia. Drogadada Droguista de Expansão Varejista:.

- "Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto pela Cia. Drogadada Droguista de expansão Varejista da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros públicos que julgou improcedente a dúvida levantada pela agravante.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura dar provimento ao recurso, para os fins de acolher a representação da Cia. Drogadada Droguista de expansão Varejista e determinar seja lavrada a escrita na forma requerida, sem o recolhimento do imposto de 4% (quatro por cento). Deixa-se de remeter o processo ao Tribunal Pleno, em vista das reiteradas decisões sobre a efetiva inconstitucionalidade do artigo 23 da Lei 185 de 13 de Novembro de 1948 e da revogação do preceito nele contido. Custas legais. - P. e I. - São Paulo, 22 de Dezembro de 1952. - (aa) - Meireles dos Santos, Presidente - J. C. de Azevedo Marques, Vice-Presidente - Marcio Munhos, Corregedor relator".

D. J. 21-1-1953.

COLÔNIA DE FÉRIAS "SUD MENUCCI"

O Centro Professorado Paulista, pôs a disposição da Associação, para todos os seus associados, as magníficas instalações de sua Colônia de Férias, situada em Mongaguá, na Praia Grande, município de S. Vicente, onde os serventuários encontrarão todo o conforto de um hotel de I.^a classe.

A Colônia possui ótimas acomodações, como água encanada, luz elétrica, além de ficar em local de todos os recursos, inclusive telefone interurbano e um pequeno cinema.

A Praia Grande, é uma das maiores praias do mundo em extensão e beleza, podendo ser proporcionados belíssimos passeios, bem como a outras cidades do litoral.

A Colônia de Férias "Sud Menucci", poderá ser ocupada durante todo o ano - com exceção nos meses de Julho, dezembro e janeiro, que são as férias dos professores.

As diárias são irrisórias - Cr\$40,00 - por pessoa, e os filhos menores de 2 anos não pagarão qualquer taxa.

Os interessados poderão se dirigir diretamente ao Centro Professorado, na Rua da Liberdade, 928, tel 34-6955 ou por Intermédio da Associação.

jurisprudência

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

Compete ao Supremo, Tribunal, como órgão mais alto da supremacia nacional, na ordem judiciária, apreciar os pedidos de execução de sentença estrangeira, mediante a homologação prevista em lei (art. 101, letra "C" da Constituição Federal; art. 785 Cod. Proc. Civil).

A Propósito da necessidade da homologação tem-se discutido se ela é sempre obrigatória, e se ela se estende a todos os casos. Adotando o ponto de vista da sua obrigatoriedade, em qualquer hipótese, um cidadão alemão, casado aqui no Brasil com uma suíça, pediu a anulação do respectivo consorcio, sustentando que a ultima não podia validamente casar, pois, embora divorciada no seu país de origem, não promovera perante o Supremo Tribunal a indispensável homologação das sentença que decretará o seu divorcio. Em consequência, aduziu, para a lei do país o casamento não podia ter sido realizado, sendo nulo de pleno direito, por não ser permitido o matrimonio de pessoas casadas (art. 183, n.º VI Cod. Civil).

O juiz não deu pela nulidade pleiteada, julgando válido o casamento. E o Tribunal de Justiça confirmou a decisão (Art. 178.197), decidindo que a homologação "se requer para aqueles atos que tem por si força executória, que a soberania estrangeira só lhes pode conferir dentro das próprias fronteiras transpostas as quais necessitará do "placet" da soberania nacional, para que aquela força não pareça" (Rev. Direito, 81-175). Efetivamente, é exigida a homologação quando se pretende fazer valer aqui um julgado estrangeiro, mas quando se trata de decisões referentes ao estado e condição de pessoas, não é obrigatória a homologação, para valer em nosso país (§ único do art. 15 Lei de introdução - decreto 4.657 de 4-9-42). Nesse sentido manifestaram-se Beviláqua, Pontes de Miranda, Carvalho Santos, J. A. Nogueira, Ferreira Santos, com o beneplácito da jurisprudência (Rev. Direito, 40-164; 81-174; 86-389; 93-313; Rev. Trib. 145-798). Esse também. o ponto de vista de Espinola (Direito, 20-533), "quando se trate de sentença meramente declaratória do estado das pessoas, seja de dissolução do vínculo matrimonial, ou de qualquer outra natureza", pois segundo Castro Nunes (Do Poder Judiciário, Dag. 247), a homologação somente é exigida no caso em que a sentença tenha de ser executada em país estrangeiro. A questão, porém, não é de todo pacífica, existindo pronunciamentos judiciais em contrário, inclusive do nosso Tribunal de Justiça (Rev. Trib. 1.75-191). Em comentário publicado na FOLHA em 17-9-52 Execução de sentença estrangeira), adotamos um caso no qual a justiça exigiu a homologação da sentença (D. Just. Unido de 5-9-52), mas ali a interessada pretendia sua habilitação em inventario, como herdeira do finado, enquanto que aqui, no caso em exame, a sentença de divórcio da mulher foi apresentada como documento comprobatório comum do novo matrimonio, para provar o seu estado civil, tal como uma certidão de idade ou de óbito, independendo assim de homologação.

- MILTON CASTRO FERREIRA.

OS JUIZES DEVEM SER A FAVOR E NÃO CONTRA O CASAMENTO

- O desembargador corregedor, Guilherme Estelita, apreciando uma reclamação em que é reclamante Lourival José dos Santos e reclamado o juiz da 7.ª zona do Registro Civil das Pessoas naturais, advertiu o juiz, dizendo, entre outras coisas, que a constituição se empenha em facilitar o casamento civil.

E acrescento: "Segundo essa orientação, os juizes de casamento devem ser juizes "a favor" do casamento, e não "contra" o casamento".

A questão se prendia à retificação do nome do reclamante, e o juiz achava que não podia casalo com o nome que usava e que figurava em vários documentos, mas que não era o mesmo do seu registro.

FÓRUM CÍVEL

RETENÇÃO DE AUTOS - Inadmissibilidade Os contadores só tem ação executiva, não podendo reter processos para se cobrar das custas que lhes forem devidas".

EMBARGOS - Não cabem em mandados de segurança.

Na comarca de Jaboticabal determinou o Juiz de Direito ao Distribuidor, Contador e Partidor, que baixasse aos Cartórios de origem os autos que retinha em seu poder. A espera do pagamento de suas custas. Justificou a sua providência dizendo que o serventuário só tem direito à cobrança executiva, logo após a prática do ato, não o de retenção dos processos, porque isso implicaria na dilatação de prazos, que são regulados por lei federal, por se tratar de matéria processual da competência da União. Frisou que se é certo que constitui um absurdo que a cada ato praticado corresponda uma ação executiva autônoma, o absurdo existe, é do Código de Processo Civil e não pode ser eliminado; e observou que, em compensação, mais absurda seria a interpretação de que a cada ato corresponde um direito de retenção, também autônomo como teria Preceituado o legislador estadual ao organizar o atual regimento de custas. O serventuário desobedeceu a ordem judicial e por isso foi suspenso de suas funções. Seu substituto baixou os autos e impetrou um mandado de segurança contra a decisão do magistrado, a fim de que a matéria fosse resolvida de uma vez, passando a vigorar no Estado inteiro. Daí o interesse que a questão despertou e que nos move a fazer a presente publicação.

Ora, acaba o Tribunal de Justiça de se manifestar sobre o caso, deixando de tomar conhecimento dos embargos opostos ao acórdão da Primeira Câmara Civil, que deu ganho de causa ao juiz de Direito. Ficou decidido que não cabem embargos em mandado de segurança, pelo que, os membros integrantes do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis não chegaram a entrar no mérito da questão. - (Processos n.ºs 59.286, 59.079, 57.354, 59.548 e 60.249).

Transitou portanto em julgado o acordo embargado e já agora se justifica a sua publicação, ainda que em resumo, porque nele se contém as razões que alicerçaram a resolução tomada por ocasião do primeiro julgamento na segunda instância.

Depois de historiar o caso, diz o venerando acórdão, lavrado pelo desembargador Azevedo Marques:

"Argumenta o impetrante com o art. 14 do citado decreto 14.978 (Regimento de Custas) que dispõe que, antes da devolução dos autos ou Cartório de origem, deverão ser pagas as custas devidas ao contador ou partidor, inclusive as referentes aos exames do ofício. E alude ao art. 56 do Código de Processo Civil, segundo o qual, logo depois de concluído o ato, o requerente pagará as custas respectivas.

Que se segue daí? O direito ao serventuário cujas custas não foram satisfeitas, desde que exigíveis, de reter os autos em seu poder? Evidentemente não. Os dispositivos em apreço apenas fixam o momento em que as custas se tornam exigíveis. Se a parte, a quem incumbe o pagamento, não o satisfaz desde logo, nasce para o serventuário, delas credor, o direito de exigí-las pela via executiva (Código citado, artigo 298, n. 1 e não o de sustar o andamento dos feitos, disciplinado por disposições processuais, que são leis de ordem pública. Tais disposições excluem, por si o direito de retenção dos autos, cujo exercício se evidencia com elas incompatíveis".

Fica assim resolvida a questão suscitada em Jaboticabal, orientando-se a jurisprudência no sentido de admitir que os escrivães - a não ser nos casos expressamente determinados pelo Código do Processo Civil - não podem reter autos em Cartório à espera do pagamento de suas custas. Devem processar os feitos normalmente, cobrando as partes executivamente, à medida que forem praticando os respectivos atos, ou aguardando determinados instantes para ajuizar as suas próprias ações, quando ocorra o caso de que não recebam dos interessados o pagamento

devido.

(acórdão da Primeira Câmara Civil, de 24 de junho de 1952, no processo de mandado de segurança n. 59.286; os embargos opostos ao acórdão foram decididos pelo Primeiro Grude Câmaras Cíveis, em 27 de janeiro de 1953).

Informações Varias

QUESTÕES JURIDICAS

PROVIMENTO DE CARTÓRIOS

"Em face do decreto n. 11.058, de 26-4-40, artigo 83, e do lei 819, de 31-10-50, artigo 20, VIII, um escrevente, que assumiu interinamente um cartório e, como substituto do serventuário, participou, como examinador, de concurso de habilitação de escrevente, pode beneficiar-se de ponto que a lei 819 manda atribuir? É válido esse concurso?"

Segundo o artigo 83 do decreto n. 11.058, o exame dos candidatos a escrevente será efetuado por uma comissão constituída pelo juiz corregedor e por dois examinadores, um deles advogado e outro serventuário da Justiça, nomeados pelo mesmo juiz. A lei 819, no seu artigo 20, manda compor a banca examinadora com o presidente do Tribunal de Justiça, um desembargador escolhido por esse Tribunal e um serventuário nomeado pelo secretário de Justiça. Tenha o concurso se processado sob o regime da lei vigente, ou do decreto, parece fora de qualquer dúvida que pela expressão "serventuário da Justiça" se deve entender o funcionário efetivo, no cargo, com a prerrogativa constitucional da vitaliciedade. É princípio da Constituição Estadual (artigo 82) que só será considerado funcionário público quem exerça o cargo em caráter efetivo. O escrevente no exercício interino da serventia não é serventuário e, em sendo assim, não podia figurar na banca como, examinador, mesmo porque, em pleno exame, ele podia perder a interinidade, desaparecendo da banca, e deixando a serventia eventual. Logo, se o exame foi feito, por uma banca onde tinha assento escrevente interinamente serventuário, deixou-se de preencher formalidade. essencial, e a prova, é nula, como, nulo há de ser o ponto que ao serventuário interino, em consequência da sua participação na banca, se lhe conferiu, por força do artigo 20, VIII, da lei estadual n. 819.

IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

"Dois irmãos são pais cada qual de um filho e uma filha. Há impedimentos legais, biológicos ou eclesiásticos para que os filhos se casem, sendo primos em primeiro grau? Impedimento legal não existe. Na linha colateral, o Código Civil veda o casamento apenas entre parentes até o terceiro grau inclusive (artigo 180, IV). O decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, derogando o Código nesse ponto, passou a permitir o matrimônio, desde que haja exame pré-nupcial, onde se ateste a inexistência de inconveniente, quer para a saúde dos nubentes, quer da prole.

Mas o parentesco entre os primos é de quarto grau e, nesse caso, não há, na lei, proibição alguma. Se o conúbio é desaconselhável do ponto de vista biológico, somente um médico poderá dizê-lo, após exame dos nubentes.

A Igreja, porém, opõe-se a um casamento em tais condições. O canon 1.042, § 2.º, item 1.º, considera como um dos impedimentos de grau menor a consanguinidade em terceiro grau da linha colateral ("consanguinitas in tertio gradu lineae collateralis"). somente o Sumo Pontífice pode derogar impedimentos, nupciais (canon 1.040). Em direito canônico, impedimento até o terceiro grau compreende não só casamento entre primos em primeiro grau sendo também entre primos em, segundo grau, os quais se encontram, exatamente, no terceiro grau da linha colateral, de que nos fala o decreto eclesiástico.

A discrepância de graduação resulta da diferença de critérios, para o cálculo dos graus, entre a lei civil e a canônica. Quando esta impede o casamento entre consanguíneos até o terceiro grau, lavra proibição muito mais ampla do que o Código Civil, ao vedar, quase com as mesmas

palavras, o casamento entre colaterais, legítimos ou não, até o terceiro grau. É que, na lei civil, os graus de parentesco na linha colateral contam-se pelo número de gerações, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo, depois, até encontrar o outro parente. Na lei canônica, o número de graus corresponde, na linha colateral, ao número de gerações existentes na ramificação mais afastada do tronco ancestral comum.

Assim, os primos em primeiro grau, de que nos fala o consulente, serão perante a lei civil, colaterais do quarto grau. Em face da lei canônica, são colaterais do segundo grau.

O impedimento do artigo 183, IV, do Código Civil, obsta ao casamento entre a sobrinha e o tio irmão do pai ou da mãe, ou entre a tia e o sobrinho. O impedimento do canon 1.042 citado vai mais longe: proíbe (no caso em exame) não só o casamento entre os filhos dos irmãos (primos), mas ainda entre um desses filhos a o neto de outro irmão.

LIMITES DO PODER DE DESAPROPRIAR

"Uma prefeitura decretou a desapropriação de um imóvel, mas por dificuldades financeiras não a cumpriu. Pode o imóvel ser negociado ou hipotecado? O proprietário pode exigir a execução do decreto? O valor do imóvel é calculado na data deste ou no fim da ação? A desapropriação não caduca?"

O decreto da desapropriação caduca em cinco anos. "A desapropriação - diz o art. 10 decr.-lei 3.365, de 21-VI-41 deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará".

Fica respondida a última das suas perguntas. A resposta as demais depende de mais alguma explanação. O decreto-lei citado conferiu ao presidente da República, aos governadores, interventores ou prefeitos, o direito de declarar a utilidade pública do bem privado, para fins de desapropriação. Declarada a utilidade pública, ficavam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial (arts. 6 e 7).

É indissociável o cunho fascista desse dispositivo, que deixa ao alvedrio do Poder Executivo o direito de desapropriar. Sob a égide da Constituição de 1946, a utilização de tais poderes pelo presidente da República, pelo governador, ou pelo prefeito, é puro arbítrio, se não houver autorização legislativa nesse sentido. Os dispositivos citados do decr. lei 3.365 são, pois, inconstitucionais. Fácil é demonstrar os fundamentos dessa doutrina.

Figuram entre as direitos e garantias individuais, asseguradas pela constituição, o de que "ninguém. pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sendo em virtude de lei". Logo somente uma lei - isto é, um decreto votado pelo Poder Legislativo (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Federal) pode compelir alguém a vender a sua propriedade.

Prova de que a desapropriação pelo Poder Executivo é própria dos governos de força, encontramos-na na simples observação de que o proprietário do imóvel deve ser prévia e necessariamente indenizado, e a votação da verba destinada a esse fim compete, com exclusividade, ao Poder Legislativo. Logo, no sistema democrático, a desapropriação pelo Executivo levaria a um impasse, quando não a um conflito de poderes, se a câmara legislativa se recusasse a conceder ao prefeito, governador ou presidente da República, as verbas indispensáveis à desapropriação. Não se compreende que a autoridade possa os fins sem poder os meios. Nos regimes totalitários, em que o Executivo absorve funções legislativas e utiliza a seu talento os dinheiros públicos, o prefeito, o governador do Estado e o presidente da República podem dispor da propriedade alheia porque têm à mão o Erário escancarado. No regime democrático, não o podem. Os norte-americanos dizem isso excelentemente, afirmando que nenhum bem do cidadão pode ser desapropriado sem o competente processo legal (the due process of law).

Por outro lado, a Constituição Federal (art. 141, § 16) garante o direito de propriedade, "salvo o

caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro".

Essa regra deve Presidir a interpretação e aplicação dos dispositivos do decreto-lei ditatorial concernentes ao assunto. Assim, quando ele determina que o valor da indenização seja . a contemporâneo da declaração de utilidade publica (art. 26), fere a Carta Magna de 18 de setembro, pois - é possível que entre a declaração de utilidade pública e a desapropriação, a propriedade tenha valorizado e, nesse caso, o valor contemporâneo àquela declaração não estará sendo justo. Pela mesma razão o critério fixado pelo § único do art. 27, que traga limites à indenização "se a propriedade estiver sujeita ao imposto predial", não pode prevalecer contra a letra da Constituição.

Em face do exposto. respondemos ao nosso consultante as demais questões da seguinte forma:
a) a desapropriação do imóvel somente é válida se de terminada por lei da Câmara Municipal;
b) nesse caso, não será mais possível negociar o imóvel, tampouco exigir o cumprimento da lei, mas tem o interessado direito a reclamar que no cálculo da indenização se inclua a retribuição pelos prejuízos que lhe advierem do atraso da prefeitura na execução da medida;
c) o valor do imóvel, embora sendo o da data da declaração de utilidade publica, i)ode ser reajustado no fim. da ação de desapropriação, para que a indenização seja efetivamente, justa.

QUESTÕES JURÍDICAS MENORES

"No caso de casamento com separação de bens, havendo um filho, quem herda?"
O filho, é sempre o herdeiro legítimo, independentemente do regime matrimonial. O regime de separação, quanto a herança, veda apenas que o conjugue sobrevivente participe, como meeiro, dos bens do outro. Manda o decr. lei n. 3.200, de 19-4-41, que os brasileiros filhos do casal sob regime que exclua a comunhão universal. receberão, em partilha, por morte de qualquer dos conjugues, metade dos bens do conjugue sobrevivente, adquiridos na constância do casamento. São condições necessárias para que um. distrito ou subdistrito se constitua em município: I - população mínima de 5.000 habitantes; II - renda local mínima de Cr\$300.000,00 anuais; III - distar, por todas as vias de comunicações, entre a sua sede e a do município a que pertence, mais de 12 quilômetros, contados dos respectivos pontos centrais. (Lei orgânica dos Municípios (redação dada pela lei n. 2.081, de 27 de dezembro de 1952).

LICENÇA DE SAÚDE

Modelo expedido pela Secretaria da Justiça, com as instruções, a fim de ser solicitada licença de saúde.

JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR DIRETORIA GERAL

O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, a fim de facilitar o processamento das licenças requeridas pelos serventuários de justiça do Estado, resolve baixar as seguintes instruções:

- a) que todos os requerimentos de licença para tratamento de saúde sejam redigidos de acordo com o modelo anexo, e encaminhados diretamente a esta Secretaria, acompanhados de indicação do substituto e informação do Sr. juiz de direito da comarca ou do juiz de casamentos do distrito a que pertencer a serventia;
- b) quando a inspeção de saúde tiver de ser realizada na residência do interessado ou em estabelecimento hospitalar, deverá o pedido vir acompanhado de atestado médico, selado com estampilhas federais de Cr\$ 1,80 e mais o selo de folha no valor de Cr\$ 2,00 estaduais, devidamente inutilizados;
- c) necessitando o interessado de licença em prorrogação, deverá a mesma ser requerida no mínimo 8 dias antes do término da que lhe foi anteriormente concedida;
- d) quando se tratar de licença para interesse, a qual não poderá exceder do prazo de seis meses, deverá o requerimento ser selado com Cr\$ 5,00 em estampilhas estaduais, obedecendo, no mais, A exigência constante do item "a". Deverá, também, o serventuário, encaminhar com o



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

requerimento, respectivamente, as importâncias de Cr\$ 20,00, 40,00 e 80,00 em estampilhas estaduais, quando a licença por ele solicitada. por W 2, 4, ou 6 meses, de acordo com a lei. O interessado terá de aguardar em exercício a concessão da licença, devendo comunicar a esta Secretaria. a data em que iniciar o gozo da mesma.

Secretaria da Justiça. e Negócios do Interior, aos 18 de março de 1949.

CESAR L. DE VERGUEIRO

Secretário do Estado.

MODELO DE REQUERIMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA

(Nome por extenso).....nascido a

de de natural de (cidade e Estado), (estado civil), residentes à Rua n. (cidade e bairro), portador da prova de identidade (declarar a carteira e número), exercendo a cargo do (declarar a ofício) para a qual foi provido (ou nomeado) em de

achando-se enfermo, vem requerer lhe sejam concedidas dias de licença para seu tratamento (" caso, de ser pessoa do sua família, declarar o nome e a parentesco), a partir de..... de.....

Nestes termos

P. Deferimento

(VISTO DO JUIZ DE DIREITO OU DO JUIZ DE CASAMENTOS)

NOTA: a) Em as tratando de licença, em prorrogação, declarar a data do licença inicial:

b) Declarar sempre se a inspeção deve ser feita na cede do S. M., na residência, ou em hospital (rua, número, bairro, cidade e nome do Hospital, se for o caso.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	--	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR		Diretor-Secretário
DR.CELSO DE AZEVEDO MARQUES		Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	-	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	-	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	-	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNEP RIBEIRO BORGES	-	Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA		
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO		
SR. IBSEN DA COSTA MANSO		
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA		

SUPLENTES

ELVINO SILVA	-	Campinas
MAJOR LEO LÊRRO	-	São José do Rio Preto



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

MANOEL FERREIRA LARANJA	-	Santos
RICARDO NORMANDIA MOREIRA ..	-	Rio Claro
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	-	Jaú
TRISTÃO CARVALHO	-	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA	-	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	 -	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO	-	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	-	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
PONTOS DE VISTA	3
ORIGEM E PRÁTICA DO REGISTRO CIVIL	4
PROVIMENTOS	5
HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	9
OS JUIZES DEVEM SER A FAVOR E NÃO CONTRA O CASAMENTO	9
PROVIMENTO DE CARTÓRIOS	11
IMPEDIMENTOS MATRIMÔNIAIS	11
LIMITES DO PODER DE DESAPROPRIAR	12
QUESTÕES JURÍDICAS MENORES	13
LICENÇA DE SAÚDE	13
DIRETORIA	14
CONSELHO FISCAL	15
SUPLENTE	15
ÍNDICE	16

ANO V

Nº 038 - Publicação: 01/03/1953

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANO V MARÇO - ABRIL 1953 N.º 38

Temos a satisfação de assinalar que com o presente número o Boletim desta Associação completa o seu quinto aniversário de publicidade constante e eficiente para gáudio da numerosa classe dos serventuários da justiça do Estado de São Paulo, que nele encontram sempre, além da preciosa e apreciada colaboração de colegas dedicados e competentes, todos os Provimentos da Corregedoria Geral do Estado que interessam a classe, bem como a utilíssima publicação e divulgação de todas as leis fiscais federais, estaduais e outras correlatas que os serventuários de justiça, tem obrigação de conhecer para o bom desempenho das suas funções e perfeita garantia das partes.

No nosso contentamento resulta também da boa compreensão que os serventuários de Justiça

estão demonstrando prestigiando integralmente esta Associação em todas as suas atividades, principalmente na momentosa. questão da Nova Lei de Aposentadoria dos serventuários da Justiça e dos seus escreventes e auxiliares, cujo Projeto, cuidadosamente estudado por uma comissão especial composta de representantes do Estado, do Instituto de Previdência, da Associação dos Serventuários da Justiça e da Associação dos Escreventes de Cartório do Estado de São Paulo foi entregue ao Exmo. Sr. Dr. Loureiro Junior, D. D. Secretário da Justiça, em Outubro de 1952 e que atualmente está na Assessoria Técnica do Palácio do Governo, para ser enviado à Assembléia Legislativa do Estado com mensagem do Exmo. Sr. Dr. Lucas Nogueira Garcez, D. D. Governador do Estado.

Outro assunto palpitante que tem, sido ventilado pelos nossos constantes colaboradores diz respeito a necessidade da reforma do Regimento de Custas e que também foi objeto de consideração na visita oficial que esta Associação fez ao Exmo. Sr. Governador do Estado, conforme vai noticiado em outro tópico deste Boletim.

A IMPORTÂNCIA DO NOTÁRIO NA SOCIEDADE E A QUESTÃO DA BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS.

ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRÉ

Escudados nas suas imunidades, que lhes são atribuídas não para investir impunemente contra qualquer cidadão mas para bem servir ao povo, certos Deputados assacam conceitos desairosos aos Notários, pensando argumentar na defesa de sua tese denominada erroneamente de "Oficialização" dos cartórios ao invés de "burocratização dos Ofícios de Justiça." Se assim procedem por pobreza de entendimento e boa-fé, deles é o Reino dos Céus.

O Notário exerce na sociedade juridicamente organizada as funções de maior relevância entre os seus concidadãos.

É o funcionário de maior responsabilidade na organização social.

Lavrando os contratos perante ele firmados, consolida os direitos das partes, garantindo-lhes a propriedade, os bens em geral bem como as determinações post-mortem.

Até depois da morte do testador, o notário projeta, a confiança que inspirou no De-Cujus.

Seu ato vai, então, produzir efeito, e se falhas houver, não poderá a vontade do morto ser cumprida. Não merecia aquele funcionário a confiança nele depositada! Não pode, portanto, o notário saber apenas "ler e escrever corretamente", ser somente alfabetizado, para ser provido em qualquer "Ofício de Justiça", como estabelece § 2.º do art.º 37 da lei 819 que mercê de Deus, não foi aplicado porque S. Excia. O Governador do Estado é pessoa de grande valor moral e de bom senso.

O Tabelião de Notas deve ser apaixonado cultor da ciência jurídica para que seus atos reproduzam exatamente a vontade das partes sem ofender os princípios gerais de Direito, pois suas funções são mais importantes do que as dos Juízes.

O nobre e pesado encargo de julgar o próximo é de menor responsabilidade do que de CRIAR O DIREITO ENTRE AS PARTES.

Enquanto o Juíz dirime as questões perante eles propostas, recolocando o Direito no seu lugar, o Notário evita as querelas amparando o Direito dos contratantes, criando os vínculos jurídicos entre eles firmado, definindo o contratado, do qual nenhuma das partes poderá se esquivar.

Dias Ferreira bem define as obrigações dos Juízes: " - A lei exige que as decisões sejam fundamentadas, para se poder apreciar se o Juíz julgou bem, com pleno conhecimento de causa,

e se formou sua convicção por motivos legítimos, e não de puro arbítrio, para esclarecer as partes afim de que elas resolvam em presença do julgado, se lhes convém ou não interpor recursos, e para os Tribunais Superiores reconhecerem se lá chegar a causa, das razões da decisão recorrida".

O Juíz justifica sua sentença para provar que distribuiu Justiça e para esclarecer as partes de que agiu de acordo com a lei e o Direito, e poderá, no entanto, ver sua decisão reformada pela Corte Superior. Pode o Juíz errar que o Tribunal consertará seu erro.

Com o Notário não acontece a mesma coisa.

O Tabelião não precisa justificar seu ato para convencer as partes, basta a sua palavra afirmando conter todas as formalidades legais o contrato que redigiu para que esteja ele perfeito e acabado, não concedendo a lei o direito ao recurso contra a lavratura da escritura pública.

Enquanto a sentença está subordinada a Justificação, o ato notarial não o estando, ampara-se exclusivamente na confiança que o Tabelião inspira as partes.

O Juíz repõe o Direito no seu lugar, inclusive o Direito do contratante que viu não cumprido o contratado perante o Notário, e este cria o Direito entre as partes, vinculando-as entre si, quando na sua presença se consolida o negócio contratado.

É o Tabelião de Notas o depositário da confiança do povo; é o esteio da ordem jurídica; é o conselheiro das partes não permitindo que elas contratem mal, e desinteressadamente as guia pelo melhor caminho para a consecução de seus propósitos.

Nos países civilizados merece ele o respeito que seu Ofício impõe, inclusive dos Deputados, que escolhidos por pessoas letradas, representam o grau de cultura de sua gente, elevando sua terra perante o conceito mundial.

Sendo ele escolhido pelos interessados em contratar pela confiança que lhes inspira, não pode estar sujeito a distribuição obrigatória, dos atos que irá lavar. Do contrário seria desservir a sociedade, desamparando seus membros, obrigando-os "ex-officio" a confiar no funcionário, imposto pelo Governo.

Todos os Notários do mundo recebem seus emolumentos diretamente das partes, de acordo com a importância de seu cargo.

Nem poderia ser de outra forma. O Estado pagando seus funcionários, exigirá deles serviços iguais; para cargos iguais afim de que façam jus aos mesmos vencimentos.

Burocratizando-se os cartórios de Notas, a situação será a seguinte: ou haverá distribuição obrigatória, o que não corresponde as exigências da função, ou ficará ao arbítrio das partes a escolha do Notário, de acordo com a confiança que lhes inspire.

Na primeira hipótese todos os Notários perceberiam os mesmos ordenados, porem o publico ficaria prejudicado perdendo a prerrogativa de procurar aquele que lhe demonstrasse maior zelo e competência; no segundo caso, respeitar-se-ia o direito da escolha, pagando-se também os mesmos vencimentos, tanto ao Notário diligente como ao Tabelião sem. clientela, o que redundaria em lamentável injustiça.

Vê-se portanto, que é absurda a proposta de burocratização total, que só poderia partir de quem não entende da matéria.

O problema porém é grave. A maioria dos Serventuários do Justiça vive em regime deficitário, o que torna sua "vitaliciedade" uma balela em virtude da má remuneração que não acompanhou o aumento do custo de vida.

O conceito de "vitaliciedade" pressupõe, EXIGE, a irredutibilidade de vencimentos. A vida encareceu assustadoramente e estes funcionários vitalícios ficaram em situação de inferioridade. Seus vencimentos não correspondem mais a medida da vida econômica que desfrutavam.

Perderam assim a garantia que lhes dá a "vitaliciedade": "TER SEMPRE A MESMA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA".

Se não pode haver, diretamente, irredutibilidade de vencimentos, também não podem os vencimentos ser reduzidos indiretamente pelo aumento das utilidades.

O poder público, que reconhece ser necessário conceder o direito de "vitaliciedade" aos Serventuários, deve zelar para que esta prerrogativa não se desvirtue. Deve aumentar o Regimento de acordo com o aumento do custo de vida afim de que o Serventuário possa ser independente, ter sempre o mesmo nível econômico.

Não vê o poder público esta injustiça que fere indiretamente a Constituição Federal. Não vê porque não quer ver. É muito melhor negócio propor leis absurdas e demagógicas que terão sempre um manancial de recursos para reforma-las, deixando bem vivo na mente dos prejudicados a "vontade de defendê-los", olhando sempre o horizonte das próximas eleições.

É fácil resolver o problema: basta que se conceda uma regimento de custas decente; que se paguem os serviços gratuitos prestados ao Estado e a situação se resolver.

Mas é preferível deixar a classe depender de todo poderoso manipulador de leis.

A prova aí está. Desesperadamente, serventuários e escreventes, suplicam a burocratização, jungidos aos interesses eleitorais de profissionais da política, cujos olhos faiscando cupidez, agitam a classe para alcançar os seus fins, tentando iludi-la como o desalmado tenta iludir a donzela.

Para que tal fato não pudesse acontecer é que a Constituição concedeu "vitaliciedade" aos Servidores da Justiça; para que nenhum poder quer político, quer econômico pudesse reduzir a impotência estes baluartes da manutenção da ordem jurídica.

Não se justifica que se obrigue aos serventuários do interior a prestação de serviços gratuitos para o Estado.

O Estado paga aos funcionários burocratizados pelos serviços que lhes presta, e exige dos funcionários que recebem diretamente das partes que lhes preste serviços de "carona", com a agravante de deixá-los com os encargos das despesas!
Este abuso do Estado é verdadeiro esbulho ao "direito que cada um tem ao fruto de seu trabalho", também garantido pela Constituição.

O regime de pagamento dos servidos das Serventias de Justiça é o de retribuição direta aos serventuários pelos atos lavrados.

É imoral, atenta, contra a Carta Magna, o Estado que pagando aos funcionários de carteira aquilo a que fazem jus pela prestação de seus trabalhos, exige dos outros, que não são pagos pelo Tesouro a lavratura de atos gratuitos, arcando também com os prejuízos da manutenção do serviço!

Em cada entrância, tirada a media dos trabalhos gratuitos prestados pelos Serventuários, poderia o Estado indeniza-los com quotas dignas de serem recebidas sem corar as faces, como se fossem esmolos.

Estabelecida estas quotas, aumentado o Regimento de Custas tantas vezes quanto aumentou o custo de Vida, ESTARIA RESOLVIDO O PROBLEMA.

Urge que a parte sã do Legislativo venha sanar esta insustentável situação que atenta contra o

espírito e a letra da Constituição Federal.

Com ajusta remuneração dos serventuários, sem tentar ditar leis empíricas que evidentemente não darão certo; reconhecendo-se os atributos que acompanham a "vitaliciedade"; reconhecendo-se o "direito ao fruto do trabalho", estarão os serventuários recolocados no lugar impar que lhes reservou a Constituição para que não percam eles sua independência, quer perante os candidatos perpétuos ao Parlamento, quer perante os outros poderosos.

O CERTIFICADO DE RESERVISTA

O CERTIFICADO de Reservista é um título essencial à vida do cidadão. Sem ele muitas prerrogativas lhe são fechadas. É a sua carta de cidadania. Acontece que esse documento é recusado em muitos lugares como prova de identidade e come prova de idade para fins legais. Não se poderia conceber maior absurdo.

Nos processos de habilitação de casamento, os Juízes, sistematicamente, negavam-se a aceitar o Certificado de Reservista como prova de idade. Isso causou muitos aborrecimentos e contrariedades que poderiam ter sido sanados, se houvesse, da parte dos magistrados, uma compreensão mais clara do que representa para o cidadão o referido documento.

O caso, entretanto, acaba de ser definitivamente resolvido pelo corregedor da Justiça. O Certificado de Reservista. "É, sem dúvida alguma, uma das provas admitidas pelo Código Civil como supletiva, para fins de habilitação de casamento de certidão de idade". E acrescenta o corregedor: Aliás, deve ser lembrado que esse mesmo certificado é considerado prova legal de idade para alistar-se eleitor. Consulte-se o Código Eleitoral e ver-se-á que o certificado de reservista militar é admitido como prova "igual" (não simplesmente equivalente) a certidão de idade.

Colaboração REGIMENTO DE CUSTAS JOSÉ CIPRIANI

1.º Tabelião - Pirajui

Parece incrível que, após três anos da apresentação na Assembléia Legislativa Estadual, do projeto n. 1.219, visando a reforma do Regimento, o que se deu em 12-Dezembro-1949, o mesmo não se tenha ainda convertido em lei.

Se em fins de 1949 já se estabelecia a insuficiência do Regimento em vigor, que dizer agora, quando nesse lapso de tempo houve exagerado acréscimo no custo de vida e todas as outras classes obtiveram, de uma maneira ou outra, reajuste em seus proventos.

Flagrante injustiça foi o destaque feito naquela ocasião, atendendo-se pela lei 632, de 1-Fevereiro-1950 - apenas 60 dias após - os Oficiais do Registro Civil, Partidores, Contadores e Avaliadores, reelegendo-se, assim, por mais de três anos, os demais servidores. da Justiça.

Apareceu depois o projeto n. 24 de 1951, com o substitutivo n. 80 da Comissão Especial de Serventias. Mas dali para cá, ao que nos consta, não mais se ventilou o assunto.

Urge, pois, uma frente única dos serventuários, no sentido de conseguir-se a imediata reforma do Regimento, nas bases desse substitutivo n. 80 que estabelece, em princípio, um acréscimo em dobro das atuais rubricas. Entrando-se em uma análise mais pormenorizada, poderemos notar que esse aumento em nada agravará as despesas dos interessados.

É sabido que, no fórum extrajudicial a maioria dos contratos giram em torno da alheação da propriedade. A reforma em tela está regamente compensada pela supressão do selo federal nas escrituras definitivas e compromissos irrevogáveis e do imposto de transmissão nas cessões de compromissos.

Quanto as procurações - pro pudor! - o Regimento de 1874 (leram? - 1874) estabelecia 5\$000, ou. 2\$000, quando em livros impressos. Quantos serventuários não estavam em condições, naquela época, de pagar o aluguel mensal de suas casas com os proventos de uma procuração! As rubricas estabelecidas para os processos judiciais nada tem de descabidas. Resumido como está o processo, as custas só tendem a aumentos nas causas de grandes interesses, o que fica plenamente justificado.

A única inovação, aliás justíssima, é para os inventários. E essa inovação é tanto mais justa e necessária, porquanto não são as custas do escrivão que encarecem esse processo. Há que contar os honorários de advogado, o imposto causa-mortis e as cotas do avaliador, contador e partidor. A situação atual é a mais irônica possível. Recebe o serventuário importâncias avultadas, as vezes de dezenas de milhares de cruzeiros, para atender ao preparo do processo de inventário. Esfalfa-se encaminhando aos interessados as suas. contas e vê restar-lhe nas mãos 300 ou 400 cruzeiros, quando não menos, depois de meses e meses de trabalho.

Serventuário de Notas com Escrivania anexa, faço esta análise sob o ponto de vista dessas funções. Que, os colegas com outras funções demonstrem o que lhes cabe. Assim cada, um terá cumprido o seu dever, colaborando para que toda a classe seja atendida. Uma coisa e que não é possível: cruzar-se os braços, ou lamuriar-se infrutiferamente. Ninguém virá ao nosso encontro, sem tomarmos alguma iniciativa.

Conclamo, pois, todos os colegas para iniciarmos uma campanha afim de sermos atendidos em nossa necessidade máxima: o reajuste de nossos proventos.

Que cada um dê sua colaboração como lhe parecer melhor: pela imprensa, rádio e qualquer outro meio; façamos representações singulares e coletivas à Assembléia e demais entidades governamentais; quem tenha conhecimento pessoal com deputados, procure a oportunidade para expor-lhes verbalmente ou por escrito a necessidade urgente da reforma.

Brevemente a Assembléia iniciará novo período legislativo. Que nossa campanha estabeleça um alerta, para que um dos primeiros objetivos dessa, legislatura seja a reforma do Regimento, procrastinada há três anos.

Prezado colega:

Si es um serventuário pobre, esse o maior motivo para que colabores na campanha pela, reforma do Regimento que te trará os meios de subsistência, em troca do trabalho valioso que prestas à Sociedade.

Si es um serventuário, rico, cujos proventos do ofício te sejam de natureza secundaria, a solidariedade de classe te impõe o dever moral de colaborar e pesar-te-á na consciência, caso venhas a concorrer com tua apatia para que os colegas pobres sejam sacrificados, quando tua colaboração será valiosa para uma, reforma que a todos virá beneficiar.

Esta a minha modesta contribuição inicial.

Não passes a frente, colega, na leitura deste boletim sem o firme propósito de fazer também alguma coisa, em prol da reforma, e quanto mais breve, melhor.

Colégio Notarial

HONROSO CONVITE

O Sr. Presidente da nossa Associação acaba de receber a carta abaixo transcrita que nos apressamos em publicar para conhecimento de todos os nossos associados.

Paris, 3 de fevereiro de 1953.

3.º CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

Senhor Presidente.

Em minha qualidade de Presidente da Comissão Organizadora designada pelo Conselho Superior do Notariado de Franga, e em conformidade com o artigo 10 do Estatuto da União Internacional do Notariado Latino, tenho a honra de convidar a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo para participar do 3.º Congresso Internacional do Notariado Latino que se realizará em Paris, de 29 de abril a 8 de maio de 1954.

Sobre o tema escolhido quando do II Congresso, em Madrid, em Outubro de 1950, o III Congresso estudará "A existência e os limites do Direito Notarial em formação como ramo particular do Direito", comportando este estudo duas partes, a primeira, a do Direito Notarial, direito autônomo da forma, e a segunda, a do Direito Notarial concebido como conjunto de regras que regem a função notarial.

Rogo-lhe o obséquio de transmitir a data da reunião do 3.º Congresso Internacional e o objeto de seus trabalhos, ao conhecimento de todos os Notários de vosso País, afim de lhes permitir estudar desde já sua adesão individual ao Congresso, conforme o artigo 18 dos estatutos da União, e de acordo com o programa. cujos detalhes serão do vosso. conhecimento muito proximamente.

A Comissão Organizadora espera que esta comunicação provocará desde logo o interesse dos Notários de todos os países ligados a União Internacional e a apresentação de indicações e proposições que serão submetidas as deliberações do Congresso, sobre o terna adotado.

Ela não duvida de que o seu convite, endereçado à eminente organização presidida por V. S., encontre em seu seio uma acolhida favorável e provoque sua participação ao III Congresso Internacional do Notariado Latino, e sua colaboração efetiva aos trabalhos dessa Assembléia para o maior progresso da Instituição Notarial e a exaltação dos ideais comuns aos notariados membros da União.

Rogo-vos receber, Sr. Presidente, com a expressão de rainha profunda estima pelo Notariado de vosso País, a segurança de minha elevada consideração pela vossa pessoa e o organismo notarial que presidis.

(a.) CHARLES COLLET
Notário em Paris

N. R. - A Diretoria da Associação designou para, prestar quaisquer informações a respeito do 3.º Congresso Internacional do Notariado Latino, de que dá notícia a carta, acima transcrita, os Drs. Francisco Teixeira da Silva Junior e Antonio Augusto Firmo da Silva, respetivamente 3.º e 4.º Tabeliães de Notas da Capital. Toda correspondência deverá ser enviada para a sede da Associação.

Informações Várias

OS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA EXPÕEM SUAS REIVINDICAÇÕES

Os membros da Associação dos Serventuários da Justiça de São Paulo foram dia 15 de Abril recebidos nos Campos Eliseos, pelo chefe do governo, para tratar de assuntos de interesse da classe, consubstanciados em memorial, entregue ao chefe do Executivo. Dentre esses assuntos, referiram-se os visitantes ao projeto de lei, em elaboração por determinação do governador e que diz respeito a aposentadoria dos escreventes e serventuários. No ato, o chefe do Executivo designou o subchefe da Casa Civil, sr. Marcio Porto, para junto ao órgão técnico, apressar os estudos do aludido projeto.

Foram os seguintes os membros da Associação dos Serventuários da Justiça recebidos pelo governador: Francisco Vergueiro Porto, presidente; Antonio Augusto Firmo da Silva, Francisco Teixeira da Silva Junior, Celso de Azevedo Marques e José Soares de Arruda.

Foi o seguinte o ofício entregue ao sr. Governador:

São Paulo, 15 de Abril de 1953.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede nesta Capital à Rua Senador Feijó, 176, 11.º andar, declarada de utilidade pública pela Lei n.º 464 de 26 de Setembro, de 1949, hora representada por seu Presidente abaixo, assinado, pede vênha para ocupar a atenção de Vossa Excelência, com a atual situação dos seus associados.

Não será necessário dizer a Vossa Excelência, espírito culto que é administrador com conhecimento profundo dos problemas estatais, que os Serventuários da Justiça representam na organização administrativa, papel de relevante importância. Pelas graves responsabilidades que lhes cabem, já foram designados por Egrégio Magistrado como constituindo o Poder Certificante ou da Fé Pública.

É Vossa Excelência conhecedor do grave problema econômico que, em virtude do elevado e sempre crescente custo de vida, aflige a todas as classes sociais. E os Serventuários da Justiça, Excelentíssimo Senhor Governador, não escapam a essa conjuntura.

De 1945 a esta data, apesar de todos os seus esforços não conseguiu a classe qualquer melhoria em seus proventos, em consequência do que, sofre, ainda mais que os Serventuários, a laboriosa e numerosa classe dos escreventes e auxiliares de cartório. A situação chega a ser tão premente que alguns Serventuários, desesperançados de melhoria, pleiteiam a burocratização das serventias, na esperança de que, pertencendo ao quadro, do funcionalismo estipendiado pelo Tesouro do Estado, tenha solução o seu atual problema econômico. Como se a nobre classe dos funcionários públicos também não estivesse a braços com a mesma crise!

É de se notar, Excelentíssimo Senhor Governador, que a necessidade de um urgente aumento no atual regimento de custas já foi reconhecido por todas as classes interessadas, tendo parecer favorável da Ordem dos Advogados, e foi objeto de minucioso estudo feito pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça que, enviado à Assembléia Legislativa, transformou-se no Projeto de Lei n.º 24 de 1951, subscrito por trinta e três Senhores Deputados. Tal projeto foi cuidadosamente estudado pela Comissão Especial de Serventias e Serventuários da Justiça que, após reconhecer a sua necessidade, aprovou-o com pequenas modificações, conforme se verifica do Parecer n.º 80 de 1951 que foi subscrito, entre outros, pelo então Deputado Loureiro Junior, cuja brilhante inteligência e reconhecida cultura se acham atualmente ao serviço do Governo de Vossa Excelência, na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e do Interior.

Apesar de ter chegado tal projeto à terceira discussão não lograram os Serventuários da Justiça, seus escreventes e auxiliares, ver a sua aprovação pela Assembléia Legislativa. No entanto, se a situação já era precária naquela época, que dizer atualmente?

Vêm-se os Serventuários da Justiça em terrível situação, não só com o atual custo de vida pessoal, mas ainda, no setor profissional, com indescritível elevação dos preços do material necessário e dos aluguéis e também com os indispensáveis reajustamentos que lhes tem sido possível fazer nos vencimentos de seus auxiliares, para que estes possam manter, ainda que precariamente, um padrão digno de vida e a altura de suas responsabilidades.

Acresce ainda notar que aumentadas as custas aumentará também a arrecadação do Estado neste setor.

E tal situação, Excelentíssimo Senhor Governador, se assim é na Capital, agravasse ainda mais nas serventias das comarcas do interior do Estado que, além de todos os gravames já expostos e conhecidos, arcam ainda os Serventuários, por conta do Estado, mas sem qualquer indenização, com as pesadas despesas do serviço criminal e de assistência judiciária, para os quais contribuem de sua pequena receita, com todo o material e pessoal necessário. Tais encargos, segundo cálculo feito, representam quarenta por cento (40%) da renda das serventias! Outro assunto que nos traz à presença de Vossa Excelência diz respeito ao projeto de reforma da lei de aposentadoria entregue pela Comissão encarregada de redigi-la ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça, em Outubro passado. Residem nesse projeto as esperanças de centenas de velhos

servidores da Justiça, serventuários, escreventes e auxiliares que, após tanto servirem tem, indiscutivelmente, direito a merecido descanso, sem acarretar ônus algum ao Estado.

É, pois, para solicitar a intervenção pessoal de Vossa Excelência, na solução urgente dos magnos problemas - Regimento de Custas e Aposentadoria - que os Serventuários da Justiça, hora representados por sua Associação de classe, vem a presença de Vossa Excelência, na certeza de que como colaboradores modestos que são de um dos Poderes do Estado, receberão do patriótico Governo de Vossa Excelência, a atenção que realmente merecem.

Aproveitando esta oportunidade apresentamos a Vossa Excelência os nossos protestos de integral solidariedade, elevada estima e distinta consideração.

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lucas Nogueira Garcez, Digníssimo Governador do Estado de São Paulo.

Provimentos

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

**DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO N. 8.250, EM QUE É INTERESSADO
OSÉAS GOMES DE OLIVEIRA**

Modifico, data vênua, o despacho de fls. 11 de meu antecessor, para admitir a contagem de tempo a partir da idade de 14 (catorze) anos.

O critério adotado anteriormente pela Corregedoria, no sentido de estabelecer essa contagem, desde os 16 (dezesseis) anos completos, teve por fundamento o art. 6.º inciso I do Código Civil, que estabelece a incapacidade relativa dos maiores de 16 (dezesseis) e menores de 21 (vinte e um) anos.

Pela própria natureza do preceito, verifica-se que regula a responsabilidade civil, sem no entanto fixar limites para a época de trabalho de menores. Se nos serviços prestados pelo requerente quando menor, estivesse envolvida, mesmo em caráter geral, qualquer responsabilidade de atos que praticava, teria razão de ser o prazo fixado anteriormente. Mas, durante a menoridade, o interessado foi apenas praticante ou fiel de cartório, agindo e sempre sob a exclusiva responsabilidade do serventuário, como determina o art. 21 do dec. 5.129, de 23-6-1931.

Desde que não se tem de procurar, nas normas relativas A capacidade civil, o critério para determinação da idade, outro tem de ser encontrado, também com base em diploma legal.

Tenho para mim que, nessas condições, a situação deverá ser resolvida pela Consolidação das Leis do Trabalho, que em seu art. 403 s6 proíbe o trabalho ao menor de 14 (catorze) anos, salvo exceções especificadas em artigos subsequentes, que não atingem as funções exercidas pelo interessado.

Adotado o preceito trabalhista, na falta de outro que regule especificadamente o assunto, chega-se as seguintes conclusões: os praticantes ou fieis de cartório exercem a partir dos 14 (catorze) anos um trabalho legalmente permitido; devem auferir todas as vantagens provenientes desse exercício; ficam portanto com o direito de obter uma dessas vantagens, consistente na contagem relativa ao tempo em que funcionaram, legítima e legalmente. Expeça-se nova certidão nos termos acima declarados. - Pub. e Int. - São Paulo, 10 de fevereiro de 1953. - (a.) Márcio Munhós.

D. J. 10-2-53.

N. 7987 - Luiz Magalhães - Santos - "O interessado provou ter exercido no período de 18-XI-1910

a 30-XII-1918 o cargo de oficial de justiça e porteiro dos auditórios da comarca de Rio Branco, no Território Federal do Acre. Demonstrou, assim, ter prezado serviços na Justiça, Federal, a qual estão incorporados os territórios sem autonomia. (Decretos leis 2.291 de 8-VI-1940, alterado pelo dec. lei n. 4.365 de 9-VI-1942, dec. lei n. 6.163 de 31-XII-1943, 8.527 de 31-XII-1945 e Lei n. 1.301 de 28-XII-1950). - O art. 192 da Constituição Federal prescreve que "o tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, computar-se-á integralmente para efeito de disponibilidade de aposentadoria". - Não deixa dúvida de que os serviços federais deverão ser computados no tempo a ser contado a favor do serventuário ou funcionário que, no momento da aposentadoria, esteja no exercício de cargo estadual. - Dúvida só pode existir sobre a contagem de exercício num Estado a ser posteriormente computado noutro Estado. - Somente por esse motivo, a Corregedoria em despacho anterior indeferiu o pedido do requerente, baseada em outras decisões que não admitiram a contagem de Estado para Estado. Esse critério não pode, entretanto, prevalecer na espécie; trata-se de serviço federal, que deve ser tomado em consideração conjuntamente com os prestados no Estado em que se processa a contagem. Acresce, também que o pedido se ajusta aos preceitos genéricos de carência, estabelecido nos regulamentos dos Institutos de Aposentadoria. Defiro portanto, o requerimento, reiterando meu despacho de fls. 17. P. e I. - São Paulo, 24 de março de 1953. (a.) Marcio Munhós - Corregedor Geral da Justiça

D. 1 8-4-53,

N. 8860 - Juízo de Direito de Votuporanga - Prov. 1-52

- "Não se vislumbra na legislação citada no provimento que a isenção de selos possa favorecer o interessado nos requerimentos que dirige às autoridades municipais. Apenas estas gozam de benefícios da isenção nos atos oficiais que delas promanam. É o que se encontra no art. 60 do Decreto n. 22.022 de 31 janeiro de 1953: São isentos do imposto n. XI "os atos emanados dos governo da União e dos Municípios e negócios de sua economia regulados por leis federais ou municipais". Não abrange a selagem no reconhecimento de firma em papeis dirigidos As autoridades municipais. - Nessas condições o provimento n. 1-52 do Juíz de Direito não pode prevalecer e deixará de produzir efeitos. - P. int. - São Paulo 20-3-53 (a) Márcio Munhós".

N. 8905 - Antenor Passos Botelho - Capital: - "Não há motivo para modificar meu. despacho anterior. O arquivamento do contrato de vencimentos do cargo de auxiliar de cartório constitui exigência legal. Nessas condições o interessado não se pode eximir da prova exigida conforme orientação firmada por esta Corregedoria. - São Paulo, 25-3-53. (a) Marcio Munhós".

N. 9098 - Henrique de R. Filho - Capital: - "Não cabe à Corregedoria resolver consultas salvo quando se trate de assunto de ordem geral que interesse a serventias de Justiça Na espécie entretanto, a consulta formulada por um funcionário público é disciplinada pelo respectivo estatuto, que, em seu artigo 272, veda, terminantemente, a cumulação de funções. São Paulo, 20 de março de 1953. (a) Márcio Munhós. Corregedor Geral da Justiça".

N. 9.043 - Nemesio Antonio de Silva - Capital - "Cumpre ao interessado fazer prova do arquivamento do contrato de vencimentos, nos termos do Art. 21 § 1.0 do Dec. 5129 de 1931. São Paulo, 3-12-52. (a) Márcio Munhós".

N. 7.407 - Antonio Leal de Mello - Capital - "O Sr. Antonio Leal de Melo reclamou contra o excesso de emolumentos, porquanto pagou Cr\$ 48,50 (quarenta, e oito cruzeiros e cinquenta centavos) ao Sr. Oficial do Registro Civil do 1.º subdistrito de Campinas, por uma certidão de nascimento. - § Encaminhada a reclamação, o Dr. Juíz de Direito, após as informações, mandou devolver o excesso e o Sr. Oficial exibiu o cheque de fls. e recorreu. a esta Corregedoria. Seu recurso esta fundado no art. 18 do dec. lei est. 14.978 de 29-8-1945. A razão está com o recorrente. No caso em espécie, tem ele direito a "busca". A conta apresentada está correta, incluindo, como incluiu, busca, certidão, selo federal e aposentadoria. A certidão é de pessoa nascida em. 13-3-1914. Atingiu o máximo previsto só para busca (Lei de 1-2-1950, art. 1.º, XIII "b"). O argumento contrário baseia-se no fato de ter o interessado feito menção do dia, mês e ano do nascimento. No regime da lei anterior (dec. lei 14.978 cit.) quando havia indicação, eram reduzidos os emolumentos para 0,50 (cinquenta centavos) por ano, a partir do segundo. Não havendo indicação, os emolumentos eram de 1,00 (um cruzeiro), também por ano. Veio, porém a lei 632 e aboliu as distinções. Haja ou noa indicação, o direito a emolumentos pela busca é invariável.

Assim, mesmo fazendo indicação, a parte não logra nenhuma vantagem. - "Ex-positis", dou provimento ao recurso, para reformar a decisão de fls. 11 e reconhecer a correção na cobrança de emolumentos, devolvendo-se ao interessado o cheque de fls. 10. P. e I. São Paulo, 4 de dezembro de 1952. a () Márcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça".

D. J. 8-4-53.

N. 8.800 - João Batista Garcia - Rosa de Viterbo - Santa Adélia - "O pedido de expedição de provimento, formulado pelo Sr. João Batista Garcia, Oficial do Registro Civil do distrito de Santa Rosa de Viterbo, não tem razão de ser. O assunto já está implicitamente compreendido no Prov. 2, de 1949, no qual se reconhece que o Juíz e o cartório competentes para os registros de nascimento fora do prazo comum são os da residência do registrando. Aliás essa orientação já vem das leis anteriores a de n. 765 e provem do despacho proferido no proc. n. 3.231, de Andradina, publicado no Diário da Justiça, de 18-5-1944 pág. 2, onde o Desembargador Amorim Lima, então Cor. Geral da Justiça, decidiu estar "firmado o principio de que, em virtude da nova redação dada pelo Decreto n. 13.556, de 30-9-943, o registro que não houver sido feito dentro dos prazos estabelecidos no art. 63, desse último decreto deve ser realizado no lugar da residência do interessado. São Paulo, 4-12-52. - (a) Márcio Munhós".

D. J. 6-12-53.

N. 9.154 - Diretor do Departamento de Saúde do Estado Divisão do Interior - Capital - O Diretor da Divisão do Serviço do Interior do Departamento de Saúde do Estado solicita determine esta Corregedoria Geral, aos Oficiais dos Cartórios de Registro Civil do interior do Estado "no sentido de ser exigido no ato do registro de nascimento, o atestado de vacinação pelo B.C.G. Nos municípios dotados desse serviço." O artigo 3.º da Lei Federal n. 484 de 13 de novembro de 1948 estatui que " dentro de dois anos" será pedido o certificado de vacinação B.C.G. no registro de nascimento." E mais adiante reza "na falta de sua apresentação, será aconselhada ou facilitada a vacinação referida, sempre que possível." Dai não ter o caráter de obrigatoriedade ou exigência. Nem se poderia exigir esse atestado no ato do registro de nascimento porque este deve ser dado em tempo certo (art. 63 da Lei dos Registros Públicos). Ademais o registro de nascimento é obrigatório e a lei federal em apreço não o subordina a exigência do atestado de vacinação. Verifica-se, portanto, que a representação não poderá. ser acolhida, nos termos em que foi vazada. O que se poderá. fazer e recomendar aqueles serventuários que, quando solicitados, prestem toda colaboração no mencionado serviço médico. É o que deixo decidido e recomendado.

Vale esta recomendação como orientação de caráter geral a todos os oficiais de Registro Civil das comarcas do interior.

São Paulo, 15 de abril de 1953. (a) Márcio Munhós.

N. 8.898 - José da Cunha - Votuporanga - Fernandópolis. - Esclarece a petição de fls. 5, que dois irmãos do consulente foram nomeados, para servir juntamente com ele na mesma comarca e perante a mesma autoridade judicial. Elucida, ainda, ser intenção de sua esposa pleitear a respectiva nomeação, também, para a aludida comarca. Como se trata de caso concreto, respondo a consulta, reafirmando continuar em vigor o preceito do art. 95 n. 3 do Decreto n. 123, de 10-9-1892", segundo o qual ficam, por motivos de suspensão impedidos de servir conjuntamente no. mesmo juízo, dois serventuários de justiça, quando entre eles haja o parentesco declarado no n. 1. É o que ocorre na espécie. O impedimento abrange igualmente a pessoa do cônjuge, embora o citado decreto silenciasse a respeito, o que é explicável pelo fato de na ocasião de sua entrada em vigor, as mulheres não exercerem cargos daquela natureza. Dat São Paulo 17 de abril de 1953. O corregedor Geral da Justiça (a) Marcio Munhós.

N. 8.987 - Juíz de Direito Piratininga. - A sentença com apoio em jurisprudência então dominante na época em que foi formulada a dúvida, resolveu-a com acerto, excluindo a incidência do imposto do selo. Esse ponto de vista é agora corroborado pela nova redação dada ao art. 38 do Dec-Lei n. 4655 de 3 de setembro de 1942, pela Lei n. 1.747 de 29 de novembro de 1952. Tal

dispositivo referindo-se apenas a "contratos de compra e venda, de permuta e de doação de bens imóveis, como aliás, ficou esclarecido em Circular da Diretoria. das Rendas Internas do Tesouro Nacional, publicado no "O Estado de São Paulo" de 31-12-952. São Paulo, 16 de abril de 1953. (a) Márcio Munhós.

D. J. 21-4-53.

Processo n. 62.271 - Correição Parcial requerida por Cortume Pioneiro Ltda. - Comarca, Botucatu.

Não tomaram conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de correição parcial n. 62.271, da comarca de Botucatu, em que é requerente Cortume Pioneiro Ltda, e requerido o Dr. Juíz de Direito da comarca:

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não tomar conhecimento do pedido.

O Dr. Juíz de Direito, na ação intentada por Alvaro Alvarez Rodrigues contra Otorini Pescatori e outros, deferiu as provas requeridas pelo autor, inclusive a avaliação do patrimônio imobilizado. Contra esta diligencia as insurge a requerente, afirmando ser inoportuna e desnecessária a avaliação. No seu entender, a avaliação pretendida só poderá ser exigida pelo autor, quando, por sentença com transito em julgado, lhe for reconhecido o direito de demandar, como sócio retirante, a diferença de valores. Antes disso, o deferimento de semelhante prova constitui tumulto suscetível de ser emendado em correição parcial.

O Dr. Juíz de Direito informa que: "Na demanda anterior, ressalvo o julgado ao autor quanto à valorização dos bens e fundo de provisão e depreciação, - que entendeu não poder ser resolvido de pronto, uma vez que não era aceitável o laudo de avaliação - o direito de discutir a matéria em processo apartado". Esse o objeto da ação; e, assim, trata-se evidentemente, de matéria vinculada ao mérito da demanda, prova de suma importância para a decisão de causa, caso a defesa, afinal não mereça acolhida.

Receia a requerente que a reavaliação deferida envolva pre-julgamento, que acarretaria. tumulto, mas, - prossegue o magistrado - a argumentação é infundada. A cada passo, se ordenam avaliações, e arbitramentos para a instrução das causas, no interesse das partes, sem as cogitar do desfecho da, demanda e tal procedimento é tido como processualmente correto.

Como se vê da exposição feita, trata-se de questão cuja solução compete ao Juíz da causa, a quem, no sistema vigente, a lei atribue o poder e a responsabilidade na direção do processo.

Não é matéria da alçada do Conselho Superior da Magistratura, que possa ser resolvida em processo de correição parcial.

Custas no farma da lei.

São Paulo, 20 de março de 1953.

(a) Manuel Gomes de Oliveira, Presidente.

(a) Manuel Carlos, Vice-Presidente em exercício e relator designado.

(a) Marcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça.

Processo n. 62.030 - (G. 3.604) - Correição Parcial, requerida por Erich Vogel - São Paulo.

Não tomaram conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de correição parcial n. 62.030, da comarca de São Paulo, em que é requerente Erich Vogel:
Acorda o Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, não tomar conhecimento do pedido; e assim julga, porque ao Juíz da causa é que compete arbitrar o salário do perito, e mediante o recurso adequado é que à parte é dado pleitear redução, se foi excessivo. As correições parciais tem por objetivo único a emenda de erros, ou abusos que importem na inversão tumultuária dos atos e formulas da ordem legal do processo, quando para o caso não haja recursos (Decreto-Lei n. 14.234, de 1944, art. 25) - e não é esse o caso dos autos.

Entretanto, só há vantagem em salientar que o arbitramento de salários de peritos é matéria de suma importância, e que, por isso, deve merecer toda a atenção do Juíz, a fim de evitar excessos que onerem injustamente as partes. Na espécie ocorrente, foram os salários do avaliador arbitrados em Cr\$ 10.000,00, sendo de Cr\$ 204.000,00, o valor do imóvel avaliado, ou cerca de 5% desse valor. Não há notícia de que o avaliador, para desempenhar a sua tarefa, tivesse de arcar com trabalhos e despesas incomuns. Foi uma diligência de rotina, cuja remuneração, de acordo com a praxe, referida nas informações de fls. 13, não podia exceder de 1% do valor do imóvel avaliado.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 20 de março de 1953.

(a) Manuel Gomes de Oliveira, Presidente.

(a) Manuel Carlos, Vice-Presidente em exercício e relator designado.

(a) Mário Munhós, Corregedor-Geral da Justiça.

D. J. 25-3-53

PROCESSO N. 62.067 SÃO PAULO **AGRAVO DE PETIÇÃO**

Interposto por Edmundo Alves de Azevedo.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Edmundo Alves de Azevedo da decisão do Dr. Juíz de Direito da Vara dos Registros Públicos da Capital, na dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 1.a Circunscrição.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura dar provimento ao recurso, para os fins de mandar transcrever a escritura de compra e venda em que é outorgante o Sr. Henry Jeanot e outorgado o agravante. A circunstância de ter sido declarado solteiro na escritura, outorgada nos termos da procuração em causa própria exibida ao Escrivão, não tem. o condão de obstar a transcrição. O mandato em causa própria foi outorgado antes do casamento do vendedor, que se consorciou sob o regime de separação de bens, por força do art. 258 - II C. Civil. De fato, o contraente tinha 83 anos e a contraente 73 anos de idade, ao tempo da celebração do casamento (18.v 943 - doc. fls. 35). Tratando-se de ato praticado antes do casamento, independia de outorga uxória da mulher, somente exigível a partir do consórcio (art. 235-I C. Civil). Acresce, ainda, que a contraente faleceu em 1.º de Agosto de 1952 (fls. 35). - Admitindo-se que fosse exigível a outorga uxória, não mais seria possível remediar a falta. Sucede também que, com a morte superveniente, o vendedor readquiriu a plena disponibilidade dos bens, sem necessidade de outorga uxória. As únicas exigências cabíveis dizem respeito as averbações, para que se consignem os sucessivos estados civis do vendedor, alterados em primeiro lugar pelo casamento e depois pela morte da contraente. Não se pode, com. efeito, pelos fatos naturais do casamento

e da viuvez, impedir a transcrição de uma escritura. - Custas legais. - P. e I.

São Paulo, 13 de março de 1953.

(a) Manuel Gomes de Oliveira, Presidente.
Manuel Carlos, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral e Relator.

D. J. 21.3-53.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ACÓRDÃOS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ACORDAM o Conselho Superior da Magistratura julgar-se incompetente para apreciar o caso, ordenando a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal, para serem distribuídos a uma das Câmaras. - Oferecida a impugnação de fls. 68 ao registro de loteamento de fls. 3, o Juíz decidiu, rejeitando "in limite" a impugnação e fazendo sentir que o Oficial do Registro de Imóveis deveria examinar a documentação oferecida, suscitando dúvida em caso de irregularidade na documentação. O impugnante agravou, dirigindo-se expressamente ao E. Tribunal de Justiça. Houve contraminuta, sendo mantida a decisão, entendendo o Dr. Juíz de Direito que o caso é de apelação, sem dizer porém. que a recebia e com que efeitos. Somente em virtude do termo de remessa de fls. 171, vieram os autos para a Corregedoria, sem qualquer despacho nesse sentido. Realmente, a competência para decidir o recurso é do E. Tribunal de Justiça. Trata-se de impugnação, que foi rejeitada pelo Juíz. O recurso seria para o Conselho Superior da Magistratura se houvesse dúvida levantada pelo oficial do Registro de Imóveis, nos precisos termos do art. 2.º, § 2.º, do decreto-lei 58 de 10-12-1937, do art. 25 do decreto-lei 14.234, de 16-10-44 e do art. 108, XII, do Regimento do Tribunal de Justiça. Mas tal não acontece. Como se vê do art. 345 do Cód. de Processo Civil, são distintos os dois procedimentos relativos à dúvida do Oficial do Registro de Imóveis e à impugnação de terceiro. Nesta última hipótese, aplicam-se as normas comuns de processo e o Eg. Tribunal, por uma de suas Câmaras, dirá. se o caso é de agravo ou de apelação. Note-se, de passagem, que a jurisprudência dominante tem sempre admitido a interposição de agravo de petição das sentenças que repelem as impugnações. Custas legais. - Pub. e Int.

São Paulo, 22 de dezembro de 1952.
(aa) Meireles dos Santos, Presidente.

J. C. de Azevedo Marques, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Proc. 61.238 (G-3525) - Ibitinga - Agravo de petição interposto por Carlos Stanzani, nos autos de dúvida, suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da comarca.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Carlos Stanzani da decisão do Dr. Juíz de direito de Ibitinga, nos autos da dúvida suscitada pelo Oficial de Registro de Imóveis e Anexos.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, em votação unânime, negar provimento ao agravo, para os fins de manter a decisão, por seus fundamentos. O Sr. Oficial do Registro de Imóveis bem apontou as falhas e as irregularidades relativas ao instrumento particular apresentado, para inscrição. Está com a razão, como já salientou o Dr. Juíz de Direito. Custas pelo vencido. P. e I.

São Paulo, 26 de dezembro de 1952.
(aa) Meirelles dos Santos, Presidente.

J. C. de Azevedo Marques, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

D. J. 8-1-53.

Proc. 61.298 (G-3560) - São Paulo - Agravo de petição interposto por d. Maria do Nascimento Mendes, nos autos de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 10.a Circunscrição da Capital.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Maria do Nascimento Mendes da decisão do Dr. Juíz de Direito da. Vara dos Registros Públicos da Capital, no processo de dúvida suscita" pelo Oficial do Registro de Imóveis da 10.a Circunscrição da Capital.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, unanimemente, negar provimento ao recurso e manter a decisão por seus fundamentos. Pretende-se transcrever um formal de partilha, cujo objeto é um imóvel compromissado, atribuído em partes ideais ao cônjuge e aos co-herdeiros. Não é possível, porém. O cônjuge e os herdeiros só podiam receber direitos, decorrentes do referido compromisso, cujo contrato não preenche os requisitos legais e nem sequer pode ser inscrito, para os fins previstos nas leis de loteamento. Nessas condições, a adjudicação na partilha compreendeu apenas direitos pessoais, tornando inadmissível o registro nos Livros de "propriedade imobiliária", reservados tão só para os direitos reais. Custas legais. P. e I.

São Paulo, 26 de dezembro de 1952.
(aa) Meirelles dos Santos, Presidente.

J. C. de Azevedo Marques, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça e relator.

D. J. 6-.3-53.

Proc. n. 61.870 - (G-3.609) - Agravo de Petição interposto por Karl Stram - Comarca, Atibaia.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto pelo sr. Karl Stramm da decisão do Dr. Juíz de Direito de Atibaia, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura der provimento ao recurso, para os fins de ser transcrita a escritura de compra e venda outorgada pelo espólio de Paulo de Oliveira Setúbal. A arguição de coisa julgada não tem procedência. Trata-se de processo administrativo e visa-se corrigir erro de um serventuário, erro que é retificável a qualquer tempo. A escritura a ser transcrita data de 30-7-1943, reporta-se a um compromisso de compra e venda de 29-1-1925 e houve alvará judicial para que o espólio pudesse der valia aos atos praticados em vida pelo inventariado, que já tinha recebido todos os pagamentos e só restava a escritura. O contrato era anterior A lei 58 de 10-12-1937 e o próprio vendedor faleceu em 4-5-1937. A legislação em apreço dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamentos em prestações, a partir da vigência. Não abrange as situações anteriores e não podia ter efeito retroativo. Argumenta-se, que, no caso, tem aplicação o artigo 1.º das Disposições Transitórias da lei de loteamento. Não tem cabimento. O artigo citado fala, em "terrenos loteados em curso de venda". Não se provou, nos autos, que aquele loteamento estivesse em. "curso de venda". Tanto é verdade que outros lotes vendidos foram transcritos pelo mesmo escrivão. Por que a disparidade

de tratamento? Note-se ainda, que, se os terrenos estivessem naquelas condições, apenas o vendedor teria incidido nas sanções do aludido artigo 1.º, sem isso importar em qualquer restrição ao direito do comprador. A única obrigação do compromissário comprador seria a do § único do artigo 1.º, se tivesse havido inscrição. Como se vê dos autos, nenhuma providência foi tomada pelo fisco; que também não se interessou em demonstrar que o loteamento estava era curso de venda.

Custas legais. P. a l.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1953.

(aa) J. C. de Azevedo Marques, Presidente.

Gomes de Oliveira, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral e Relator.

D. J. 8-1-53.

Processo n. 61.926 (G-3601) - Agravo de Petição interposto por Francisco Rolim. Gonçalves - Comarca de São Paulo.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Francisco Rolim Gonçalves da decisão do Dr. Juíz de Direito da Vara dos Registros Públicos da Capital, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 7.a Circunscrição.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura negar provimento ao recurso e manter a decisão por seus fundamentos. O Sr. Alfredo Candido, no ano de 1926, firmou um compromisso de compra e venda com o agravante, a quem pagou todas as prestações, não tendo ainda recebido a escritura definitiva. Considerando o comprador em lugar incerto e não sabido, o vendedor pretende cancelar a averbação n. 1.077, relativa ao contrato de promessa e venda, visto como houve rescisão, por falta do pagamento de taxas diversas e impostos atrasados. Não é possível atendei. Como bem salientou o Dr. Juíz de Direito, o agravante não é o único compromitente, em cujo nome, aliás, foi feita a inscrição do loteamento e foi tardia a averbação que se pretende cancelar. (Somente em 12-VIII-1952, através de certidão, possivelmente providenciada por estranho que não o comprador averbou-se a escritura. de 23-XI-1926). Outro é o caminho a seguir. Custas legais. P. e l.

São Paulo, 9 de fevereiro de 1953.

(aa) J. C. de Azevedo Marques, Presidente.

Gomes de Oliveira, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral e Relator.

(Publicado novamente por ter saído com incorreção).

Processo D. J. 61.641 - (G. 3.606) - Agravo de Petição interposto por Geraldo Eurípedes de Menezes - Comarca de Ituverava.

Vistos, relatados; e discutidos os autos de agravo de petição interposto pelo Oficial do Registro de Imóveis de Ituverava da decisão do Dr. Juíz de Direito, ao julgar improcedente a dúvida

suscitada pelo agravante.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, dar provimento ao recurso, para reformar a decisão de primeira instância e mandar que se não transcreva a escritura de doação, senão depois de retificada e ratificada, dando-se curador especial aos menores absolutamente incapazes, tornando possível a aceitação expressa, indispensável à perfeição do ato, como exige o art. 1.166 do Código Civil e como já foi decidido anteriormente por este Conselho, na dúvida 37.936 de Bragança Paulista. Trata-se de doação de pais a filhos, com reserva de usufruto. É aconselhável que os doadores não figurem na dupla qualidade, doando de um lado e aceitando de outro. Deve ser nomeado curador especial, cumprindo-se o art. 387 do C. Civil, pois é de admitir-se a eventual colisão de interesses dos pais e dos filhos. As hipóteses de aceitação tácita dos arts. 1.166 e 1.173 de nosso diploma não se aplicam ao caso, sendo prevalecente o princípio que estatuiu a aceitação expressa (art. 1.165 cit.) O art. 1.170 prevê que podem aceitar doações puras as pessoas que não puderem contratar. Todavia, a exegese desse artigo tem. de ficar condicionada aos preceitos que regulam a incapacidade (arts. 5.º, 6.º, 387, 427-III e 1.165 do Cód. Civil). Na espécie, é necessária a aceitação, devendo ser nomeado curador especial aos menores absolutamente incapazes. Custas legais. P. e I.

São Paulo, 9 de fevereiro de 1953.

(aa) J. C. de Azevedo Marques, Presidente.

Gomes de Oliveira, Vice-Presidente.

Márcio Munhós, Corregedor Geral e Relator.

D. J. 28-2-53.

Processo N. 8695 - S. Paulo

RECURSO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por Daniel de Arruda Furtado da decisão do Sr. Corregedor Geral da Justiça, no processo de demissão movido por Marcos Antonio Alves Ribeiro Filho, escrivão interino do 11.º Ofício Cível da comarca de São Paulo, contra o recorrente.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, unanimemente em deixar de tomar conhecimento do recurso, que não se enquadra nos preceitos invocados pelo recorrente.

O inciso X, do artigo 108 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça confere competência ao Conselho para "julgar os recursos interpostos de atos do Corregedor Geral da Justiça, que determinarem a exoneração de escrevente" Cogita exclusivamente, de atos originários da Corregedoria e não de decisões do Corregedor já em grau de recurso, interposto pelo ora recorrente. Outra interpretação levaria ao absurdo de se admitir recurso, colocando o Egrégio Conselho em terceira instância. O inciso XII, também invocado refere-se às correições parciais, sem. a menor afinidade com o presente recurso. Custa na forma da lei. P. e I.

São Paulo, 24 de abril de 1953

(a) J. C. de Azevedo Marques, Presidente

(a) Manuel Carlos, Vice-Presidente

(a) Márcio Munhós, Corregedor Geral e relator

Consultas

A G E D E

BANCO DO BRASIL, EM SÃO PAULO



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Rua 15 de Novembro, 228-15.º andar

FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR, 3.º Tabelião de Notas a esta Capital, consulta a esta Agência se em virtude da nova lei do Cambio livre, ainda é indispensável o Visto prévio desta Agência para a lavratura de escrituras de pessoas residentes no estrangeiro, como prescrevia o Decreto Lei n.º 9.025 de 27-2-1946, não obstante, - também, já tenha sido decidido pelo M. Juíz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Capital, em processo de dúvida suscitado pelo Oficial do Registro de Imóveis da 15.a. Circunscrição desta Capital, em 25 de abril de 1951, que: "esta fiscalização não tem cabimento nos negócios imobiliários, quando os fundos não sejam os previstos no Dec. Lei n.º 4.166 de 11/3/1942".

Confiando na gentileza de uma solução, assina atenciosamente às ordens
FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR.

São Paulo, 19 de março de 1953.

31-FIBAN-RECAP-37/259.

Ilmos. Srs.

FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR. 3.º Tabelião de Notas.

Rua 3 de Dezembro, 64.

NESTA.

Prezados Srs.:

Referindo-nos à sua carta de 14/3/1953, relativa a lavratura de escrituras de pessoas residentes no exterior, comunicamos que, em face do que dispõe a Lei n.º 1.807, de 7/1/53, que instituiu o mercado de câmbio de taxa livre, regulamentada pelo Decreto n.º 32.285, de 19/2/53, a solução do assunto, independe de autorização deste Órgão. J. Sá.

Pelo BANCO DO BRASIL S. A. - São Paulo

FISCALIZAÇÃO BANCÁRIA

(Operações de Câmbio)

José Benedicto de Castro

Adamor Bezerra da Costa

SECRETARIA DA FAZENDA

ARMAS DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DA RECEITA

SERVIÇO DE CONSULTAS

CONSULTA N.º 9.578

RESPOSTA N.º 8.695

NOTA: As respostas deste "Serviço" são de caráter informativo e se entendem aplicáveis exclusivamente as hipóteses - das consultas, tal como estas sejam formuladas. Aos serviços de fiscalização incumbe verificar em casos concretos, a natureza e a forma das operações ou atividades tributadas.

São Paulo, em 13 de abril de 1953

NOME: 3.º Tabelião de Notas da Capital

Endereço: Rua 3 de Dezembro, 64 (Capital)

ASSUNTO: "Inter-vivos".

CONSULTA:

"1) - Estão sujeitas ao imposto de sisa em face do disposto no n.º 4 - Art. 2.º, Livro 4.º do Decreto n.º 22.022 de 31/1/53, as cessões de direitos de compromisso de venda e compra entre pessoas físicas?

2) - Estão sujeitas ao referido tributo - as cessões de direitos de compromisso de venda e compra realizadas entre pessoas jurídicas que não tenham por objeto social as explorações de bens

imóveis?".

RESPOSTA:

Dispõe o art. 2.º do Livro IV do C. I. T., que incidirá, o imposto:

4) - nas cessões de direitos e ações que tenham por objeto bens imóveis.

O Código Civil caracterizando os bens imóveis, após enumerar os por natureza (Art. 43, n.º I) ; os por ato humano (Art. 43, n.º II) e os por destino (Art. 43, n.º III), diz no Art. 44 que: "Consideram-se imóveis para os feitos legais: I) os direitos reais sobre imóveis, inclusive o penhor agrícola e as ações que os asseguram".

É a esse último dispositivo que se refere o item 4 do Art. 2.º do Livro IV do C. I. T., estando a incidência do imposto, no caso, restrita às cessões de "direitos reais".

O compromisso, no entanto, de compra e venda de um imóvel, é um direito pessoal, segundo tem entendido a maioria de nossos juristas, com o apoio quais unânime dos Tribunais.

Os direitos reais são os que vem descritos no Art. 674 do Cód. Civil (V. Clovis Bevilacqua nos Comentários aos artigos 44 e 674), e nessa enumeração não consta o compromisso de compra e venda de imóveis.

Apenas há referência no decreto lei federal n.º 58 de 1937 ao direito real do compromissário comprador, oponível a terceiros, no sentido de garanti-lo na efetivação da transmissão da propriedade após o cumprimento integral da obrigação assumida, com o promitente vendedor.

Interpretando esse dispositivo assim se pronunciou o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: "O Decreto lei n.º 58 de 1937, e a lei n.º 649 de 1949, não instituíram um direito real sobre imóveis, que se acrescesse aqueles mencionados no Código Civil. Trata-se de direito real "sui-generis", condicional, dependente do adimplemento do contrato; antes desse adimplemento e da transferência da propriedade não há que falar em direito sobre imóveis" (Rev. dos Trib. Vol. 193/827).

O Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo assunto assim já se pronunciou: "Evidentemente o compromisso de vendas não é ato constitutivo ou translativo de propriedade, mas simples convenção de caráter pessoal, que até independe de instrumento público ex-vi dos artigos 129 e 135 do Código Civil, consoante tem proclamado o Supremo Tribunal Federal em muitos acórdãos, valendo mencionar entre outros aqueles proferidos a 12 de abril e 24 de maio de 1948, nos recursos extraordinários ns. 12.137 e 10.944, além do que está publicado na Rev. Forense, vol. 91, pág. 407, relatado a 8 de Janeiro de 1942, pelo eminente Ministro Anibal Freire" (Revista Forense de Novembro de 1949, Pág. 104, Recurso extraordinário n.º 11.534).

Conclui-se que com base no item 4.º do Art. 2.º do Livro IV do Código de Impostos e Taxas não é possível. cobrar-se o imposto de transmissão sobre cessão de direitos de compromisso, por que se traia de uma cessão de direitos pessoais, e não de direitos imediatos sobre imóveis, que é o que caracteriza o direito real (V. Carvalho dos Santos nos comentários ao Art. 674 do Cód. Civil).

Há ainda em prol dessa interpretação outros argumentos tão sólidos, ao nosso ver, como os já expostos.

Assim é que no Art. 28 do referido Art., digo, Livro IV do C. I. T., se esclarece que: "O imposto será pago por inteiro pelos adquirentes dos bens"

O cessionário do compromisso não adquire bens, mas simples direito pessoal. E adquirindo ele esses direitos não pode, ao nosso ver, ser obrigado a pagar imposto o cedente.

As únicas referências existentes no C. I. T., quanto a compromissos de compra e venda de imóveis, se limitam no facultar aos promitentes compradores ou cessionários, a antecipação do pagamento do imposto de transmissão devido na escritura definitiva (Artigos 55 e 56), ou no pagamento do imposto em prestações (Art. 58).

Resta, ainda o argumento histórico, e recente. Pelo artigo 23 da lei n.º 185 de 1948, foi estabelecida a incidência do imposto de transmissão nas cessões de promessas ou compromissos de compra e venda de imóveis, na base de 4%, e a ser pago pelo cedente.

Dados os inconvenientes surgidos com a cobrança desse imposto, foi afinal o dispositivo mencionado revogado pela Lei n.º 1.395 de 21/12/51.

Tendo o Dec. 22.022 de 31/1/53, se limitado a consolidar e regulamentar a legislação tributária do Estado (Art. 1.º da Introd.), consequentemente, não poderia revigorar textos revogados.

Diante de todo o exposto, respondemos as perguntas:

1 e 2) - Não estão sujeitos ao imposto de transmissão "Inter-vivos" as cessões de direitos de compromisso de compra e venda, eis que as mesmas não se enquadram no item 4 do Art. 2.º do Livro IV do Código de Impostos e Taxas, quer a cessão seja feita por pessoa física ou jurídica.

Dada a relevância do assunto, e atendendo ao fato de ultimamente termos sido consultados por várias pessoas, que tem sido obrigadas por Serventuários de Registros de Imóveis ao pagamento do imposto nessas cessões, submetemos a presente à consideração do Sr. Diretor do Departamento da Receita.

(a) MARIA APARECIDA Z. SIMÕES

P. Jorge de Camargo

De acordo:

(a) LABRE DE FRANCA

CHEFE

NOVO PROJETO DE DIVÓRCIO

O deputado Nelson Carneiro, apresentou na Câmara Federal dos Deputados, projeto de lei contendo uma emenda à Constituição Federal, que permite a dissolução do casamento cinco anos após a obtenção pelos cônjuges do divórcio.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	--	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR		Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES		Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	-	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	-	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	-	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES	-	Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA		
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO		
SR. IBSEN DA COSTA MANSO		
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA		

SUPLENTE

ELVINO SILVA		Campinas
MAJOR LEO LÉRRO	-	São José do Rio Preto



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

MANOEL FERREIRA LARANJA	-	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	-	Jaú
TRISTÃO CARVALHO	-	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA	-	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	 -	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO	-	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO	.. -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
A IMPORTÂNCIA DO NOTÁRIO NA SOCIEDADE E A QUESTÃO DA BUROCRATIZAÇÃO DOS	
CARTÓRIOS.	3
O CERTIFICADO DE RESERVISTA	6
COLABORAÇÃO	6
REGIMENTO DE CUSTAS	6
COLÉGIO NOTARIAL	8
HONROSO CONVITE	8
INFORMAÇÕES VÁRIAS	9
OS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA EXPÕEM SUAS REIVINDICAÇÕES	9
ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	15
RECURSO	19
DEPARTAMENTO DA RECEITA	20
SERVIÇO DE CONSULTAS	20
DIRETORIA	22
CONSELHO FISCAL	23
SUPLENTE	23
ÍNDICE	24

Nº 039 - Publicação: 01/05/1953

SEGUNDA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

Recebemos do Colégio dos Tabeliães do Rio de Janeiro a honrosa incumbência de transmitir aos rotários paulistas o convite para participarem da Segunda Jornada Notarial Brasileira, que se realizara na Capital Federal, de 19 a 26 de setembro próximo.

As adesões e quaisquer informações poderão ser enviadas e solicitadas à Secretaria da nossa Associação, ou diretamente ao Tabelião Dr. Luiz Cavalcanti Filho, Rua da Alfândega, D.O 111, Rio de Janeiro.

O programa e o temário estabelecidos, são os que publicamos abaixo.

Já enviamos a todos os colegas paulistas, pelo correio, a carta convite e exemplares do programa, temário, regulamento e ficha de adesão. Chamamos a atenção para o prazo de adesão que terminará em 31 de agosto, e que foi fixado para possibilitar a Comissão Organizadora a necessária reserva prévia dos quartos nos hotéis.

SEGUNDA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

DISTRITO FEDERAL SETEMBRO 1953

PROGRAMA

Dia 19 - 17 horas - Coquetel aos participantes da Segunda Jornada Notarial

21 horas - Sessão Solene de instalação da Segunda Jornada Notarial

Dia 20 - 15 horas - Corridas no Hipódromo da Gávea.

Dia 21 - 14 horas - Visita ao Exmo. Snr. Presidente da Republica.

16 horas - 1.ª Sessão ordinária.

Dia 22 - 14 horas - Visita ao Exmos. Snrs. Ministros da Justiça, Educação e Saúde.

16 - horas - 2.ª sessão ordinária.

Dia 23 - 14 horas - Visita ao Exmo. Snr. Desembargador
Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor da Justiça.

16 horas - 3ª sessão ordinária.

Dia 24 - 16 horas - 4.ª sessão ordinária,
22 horas - Espetáculo num teatro da cidade.

Dia 25 - 10 horas - 5.ª sessão ordinária.

21 horas - Jantar oferecido aos participantes e as autoridades.

Dia 26 - 8 horas - Excursão a Petrópolis, almoço no Hotel Quitandinha e visita ao Museu Imperial.

21 horas - Sessão solene de encerramento da Segunda Jornada Notarial.

NOTA - Todas as despesas com a parte social deste programa estão incluídas na Taxa de Adesão de Cr\$ 500,00.

TEMÁRIO

- a) Caráter da função notarial
- b) Princípio de organização legal do Notariado. Autonomia
- c) Organização gremial profissional do Notariado.
- d) Remuneração.
- C) Aposentadoria.
- f) Unificação da legislação notarial brasileira.
- g) História de Notariado no Brasil.
- h) Representação do Brasil no III Congresso Internacional do Notariado Latino (Paris, 1954),
- i) Brasil, sede do IV Congresso Internacional (1956)
- j) Exame e discussão do tema central do III Congresso Internacional do Notariado Latino - "Existência e limite do Direito Notarial em formação como ramo autônomo do Direito".
- k) Qual o melhor sistema para modificar a legislação anterior, e, principalmente, a atual, ora vigente, seja quanto ao ingresso na carreira de tabelião, seja no tocante à transferência de funcionários da Justiça para as vagas verificadas no notariado público.

MAIS UM PASSO À FRENTE.

ANTONIO A. FIRMO DA SILVA

Foi com a mais viva alegria, com a mais intensa satisfação, que recebemos o convite para participarmos da Segunda Jornada Notarial Brasileira que se realizará de 19 a 26 de setembro, na Capital Federal.

Estão de parabéns os Notários cariocas, e muito especialmente os ilustres membros da Comissão Organizadora. Com a promoção deste certame dão eles, honrosamente, cumprimento a uma das decisões da nossa Primeira Jornada, realizada em nossa Capital em Janeiro de 1952.

Mais uma vez vão se reunir os Notários brasileiros. Mais uma vez teremos a oportunidade de tratar intimamente dos nossos assuntos, de travarmos relações pessoais, de conhecermos legislações diferentes, de procurarmos a nossa maior união cultural e espiritual.

Estamos certos de que o importante temario estabelecido, o magnífico programa organizado e os encantos da Cidade Maravilhosa, atrairão para esta Segunda Jornada, Notários de todo o Brasil. E estamos certos também de que esta aproximação redundará nos mais benéficos resultados, não só para os Notários pessoalmente, mas principalmente para a nossa Instituição Notarial.

Bem sabemos que estamos começando. Devemos ter força de vontade, constância e coragem para manter a luta, alcançando a final, mais dia menos dia, a vitória do ideal que todos defendemos: - uma organização notarial nacional à altura do Notariado Latino.

Bem sabemos, outrossim, de todas as nossas deficiências administrativas e legislativas. Para corrigilas ou pelo menos tentar fazê-lo, aí está a nossa oportunidade. Não devemos e não podemos perdê-la. Unamo-nos, defendamos a nossa honrosa profissão, dando-lhe um pouco de Dos mesmo em retribuição ao muito que ela nos dá.

Aqui fica o nosso veemente apelo a todos os colegas paulistas e aos de todo o Brasil, para que com a sua valiosa presença e o seu imprescindível apoio a Segunda Jornada Notarial Brasileira, ~ ajudem a nossa organização notarial a dar mais este passo a frente.

HOMENAGEM AO DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

Temos a honra de convidar todos os serventuários de justiça do Estado, para um coquetel, a realizar-se no próximo dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, em nossa sede social, em homenagem ao Dr. Francisco Vergueiro Porto, prestigioso e dedicado presidente da nossa Associação, que muito tem feito em prol da nossa classe, em comemoração a sua data natalícia.

Nessa ocasião será inaugurado no salão nobre da Associação, o retrato do homenageado.

Colaboração

MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A DISPENSA DO EDITAL DE PROCLAMAS

ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA

Oficial do Reg. Civil de Mariápolis

Para melhor compreensão do assunto que iremos desenvolver, vamos de início, estabelecer duas modalidades de casamento: - normal e urgente. Ambas acham-se reguladas por dispositivos do Código Civil. A primeira, isto é, o casamento normal, está regulado pelo art. 180 daquele estatuto legal, e a segunda, casamento urgente, há menção expressa no Parágrafo único do art,

182 e Artigo 199 (lis. 1 e II). "Do casamento ",urgente", é que iremos - sempre orientados por Mestres do Direito Pátrio - estuda-lo neste trabalho.

O casamento, perante a lei civil, tem a finalidade específica de estabelecer com firmeza a legitimidade da família. Atendendo à essa finalidade, e que, algumas vezes, eles se realiza preterindo formalidades prescritas em lei, quais sejam, a afixação do edital de proclamas em lugar publico e a sua publicação pela imprensa local, onde houver, (art. - 181), e sua realização antes do decurso dos quinze dias, - contados da afixação do edital em cartório. Chamamo-lo, então, nesse caso de "CASAMENTO URGENTE", e essa denominação, é consequência da redação do Parágrafo único do Art. 182 do Código Civil, que assim está expresso:

A autoridade competente, havendo urgência, poderá dispensar-lhes a publicação, desde que se lhe apresentem os documentos exigidos no art. 180.

O art. 199, reporta-se ao dispositivo citado, pela forma seguinte:

O oficial do registro, mediante despacho da autoridade competente, a vista dos documentos exigidos no art. 180 e independentemente do edital de proclamas (Art. 181), dará a certidão ordenada no art. 181 § 1.º;

I - Quando ocorrer motivo urgente que justifique a imediata celebração do casamento.

II - Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida.

Vemos assim, que o legislador fala em para a dispensa do edital de proclamas, e disso decorre a designação popular de "casamento urgente" quando este se realiza em consequência dos dispositivos citado. Com exceção do inciso II do art. 199 - (iminente risco de vida) - não encontramos no Código Civil menção expressa a outros motivos que possam determinar a celebração urgente do casamento.

Deixou o legislador, ao critério da autoridade competente, - no Estado de São Paulo, o Juiz de Casamentos para decidir sobre os motivos, que, alegados pelos contraentes, possam justificar a dispensa do edital de proclamas. Com raras exceções, sabemos nos o quão infimo é o conhecimento do nosso Direito, da maioria dessas autoridades. Em consequência desse fato", o Oficial do Registro Civil - para a elevação do bom nome de sua classe e cooperando patrioticamente pelo fortalecimento e respeito desse ato jurídico de suma importância, que é o casamento - deve acautelar-se nesse particular e procurar suprir com o seu conhecimento do assunto, o que comumente falta ao Juiz de Casamentos.

Ferreira Coelho, assim comente essa faculdade do, Juiz

"O Código não declara qual o motivo urgente que justifique a imediata celebração do casamento o critério do juiz o suprirá convenientemente."

Clovis Bevilacqua, - comentando o art. 199 assim se expressa:

" Não define a lei o que se deve entender por motivo urgente. O dec. n. 181 de 1.890, art. 36, referia-se ao serviço publico obrigatório. O Código atendendo a que não era somente o serviço publico obrigatório, quer poderia determinar a necessidade de uma ausência precipitada, ou que exigisse a celebração inadiável do casamento, preferiu deixar ao critério do juiz, verificar o motivo, e resolver se justifica a dispensa (da publicação dos proclamas. (O grifo e nosso)" Alias, nesse particular,. o Direito Canônico, como a lei civil, também deixa ao "prudente juízo" do Sacerdote, a dispensa dos proclamas. É o que se desprende da leitura do canon 1.028, § 1. Puede el Ordinario local proprio, según su prudente juicio, dispensar con causa legítima las proclamas,...

(O grifo é nosso)

Se bem que não exista uma delimitação no arbítrio do Juiz, para apreciar os motivos que determinam a celebração urgente do casamento, será de boa prudência, que na apreciação dos motivos alegados pelos contraentes, na obtenção da dispensa do edital de proclamas, o Juiz se atenha, tanto quanto possível, aos casos previstos em leis, decisões e pareceres de nossos Juristas.

Pelo auxilio que traz aos senhores Juizes de Casamentos, não podemos deixar de transcrever um tópico dos "Considerandos" que antecedem o Decreto n.º 481 de 14 de junho de 1.890, pois,

nele vamos encontrar dois motivos que podem ser aceitos como justos e procedentes para a dispensa da publicação do edital de proclamas, motivos esses que vão por nós grifados;
" ... casos ha em que a demora do casamento pode produzir GRAVE, SENÃO IRREPARÁVEL DANO, e outros, em que a exigência dos proclamas será talvez um VEXAME PARA OS CONTRAENTES, podendo, entretanto, ser abreviada a celebração do casamento. . . "
Outro motivo expresso em texto de lei, e o que consta do art. 36 da lei n.º 181 de 1.890,
Art. 36 - Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, ou for obrigado a ausentar-se precipitadamente em serviço publico, obrigatório e notório, o official do Registro, precedendo despacho do presidente, poderá à vista dos documentos exigidos no artigo 1.º e independente dos proclamas, dar a certidão de que trata o artigo 3.º.

É de se notar que a lei refere-se a "serviço publico, obrigatório e notório." O simples motivo de viagem dos contraentes - (como já temos observado na pratica) - não justifica a dispensa do edital. de proclamas.

Uma formalidade prescrita em lei, não pode e não deve ser preterida, atendendo à simples comodidade das partes. No Parágrafo Único do art. 744 do Código de Processo Civil, vamos encontrar um outro motivo a determinar a celebração urgente do casamento. Está assim redigido aquele dispositivo:

Parágrafo Único - Quando o pedido se fundar em crime contra a, honra da mulher, a dispensa dos proclamas, será precedida de audiência dos contraentes, em separado, e em segredo de justiça.

A dispensa dos editais, nesse caso, se impõe por dois relevantes motivos; evitar vexames aos contraentes e suas famílias e impedir ação penal contra o contraente. (Art. 108 - Inciso VIII do Código Penal Brasileiro).

Alem desse motivos aqui por nós enumerados, outros existem. O Juiz de Direito, Doutor Orestes Gomes, em seu trabalho "Da Inspeção a Cartório de Paz as paginas 29 e 30, enumera os casos, que, no seu douto entender, justificam a dispensa do edital de proclamas. São os seguintes:

"I - quando o pai da nubente tem que "se ausentar para fora do País;

"II - quando os nubentes tenham algum filho comum;

"III - quando se verifique probabilidade de parto, provada esta circunstancia por atestado médico ou de parteira;

"IV - quando haja defloramento da nubente, praticado pelo homem que a pretenda desposar, no caso de rapto, pelo seu raptor.

O motivo enumerado em segundo lugar por aquele culto magistrado. é digno de especial atenção.

Também, entendemos que nesse caso, a dispensa do edital de proclamas tem inteira procedência.

Não se alegue que os contraentes que viveram, as vezes, muitos anos em estado de mancebia, possam e devam esperar mais quinze dias para legalizar essa união.

Essa alegação é imoral. O Direito, não pode e não deve prolongar por mais tempo, embora exíguo, uma situação que reprova e condena. A legitimação da prole, a consolidação. da "família legitima", são motivos que justificam plenamente a celebração urgente do casamento.

Na pratica, nunca nos ocorreu um pedido de dispensa de edital. de proclamas, fundamentado nesse motivo. O mais comum, e o que se baseia em crime contra a honra da mulher. Entretanto, se um dia, nos ocorrer um pedido fundamentado na existência de filhos em comum e a serem legitimados, não Teremos duvida em opinar pelo seu deferimento. Assim agindo, ficamos em ótima companhia; um magistrado, Doutor Orestes Gomes.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O ATESTADO DE POBREZA PARA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE SELOS E CUSTAS.

ABNER RIBEIRO BORGES **Oficial do Reg. Civil**

É corrente nesta capital e mais no interior, pessoas não procederem nas devidas épocas ao cumprimento de seus deveres não registrando seus filhos e depois, com a sua prole aumentada recorrerem as autoridades, solicitando o amparo da lei para obtê-los gratuitamente, Ha escritórios que disso cuidam, não com fins altruísticos. Quando não conseguem remuneração pelo seu trabalho o fazem com fins políticos visando eleitores para o partido a que, estão filiados, chegando ao cumulo de fazerem sindicâncias á procura (lesses reincidentes, oferecendo-lhes todas as facilidades a custa do trabalho, despesas e responsabilidade do oficial do Reg. Civil.

Engendram a petição de qualquer jeito, que assinada por 2 testemunhas crônicas ou outras que o fazem de favor, sem nenhum conhecimento da situação ,dos requerentes que nem os viu, assim lidebriam as autoridades com falsas alegações e conseguem o atestado de pobreza.

Muito, embora o art. 40 da Lei dos Registros Públicos taxativamente diga: "Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade competente, passado mediante requisição do juiz togado ou a pedido do oficial do registro civil, são aceitos esses atestados sem aquelas exigências pelas autoridades competentes.

Que não registre um filho, porem 2, 3 ou mais já prova rebeldia e pouco apreço ao cumprimento da lei, tornando-se passível de responsabilidade, maximé quando tem saído muitos decretos com o objetivo de facilitar os registros Dão procedidos dentro dos prazos determinados.

As autoridades policiais de vez em quando deviam chamar à sua presença as partes e Testemunhas para ratificarem os seus atos e inquiri-las afim de verificarem se houve ou não mistificação.

O atestado de pobreza concedido aqueles que de fato o merecem é humano, é justo, justíssimo, em se tratando porem de pessoas sem colocação, doentes sem rendimentos, mas a bessa, bastando que o requeiram não é justo, pois que (leve-se considerar que o cartório do Reg. Civil é mantido pela classe pobre, mais prolifera, cujos emolumentos, pequenos, estão ao seu alcance.

Dispensar essa contribuição é colocar o serventuário em dificuldades de vida, é se esquecer a carestia da vida, o custo da manutenção do cartório, os serviços relevantes gratuitamente prestados à Justiça e aos que na verdadeira acepção da palavra pobreza necessitam, do contrario só deveriam ser cobrados esses emolumentos dos que apresentassem a prova do pagamento do imposto sobre a renda.!

Os cartórios do Reg. Civil das sedes de comarcas. sem outro anexo, que lhes proporcione maior Tenda, mais sobrecarregados de gratuidades, são os mais sacrificados, merecendo portanto mais consideração das autoridades, atendendo as razões expostas defendendo-os de injustas isenções, principalmente sabendo-se que o prazer irraizado na maioria do povo é não pagar custa e lograr os impostos.

CASAMENTO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

Na realização do casamento de estrangeiro, no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração, conforme estaque o § 1.º do art. 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil. 2 Relativamente às provas de nacionalidade e de idade, a consulta encontra resposta no despacho anterior, desta Corregedoria, exarado no Processo n. 9.482, da Capital, datado de 30 de abril do corrente ano e publicado no "Diário da Justiça", de 8 de Maio p. passado.

S. Paulo, 19 de junho de 1953. (a) Mareio Munhos".

(Despacho preferido no processo n. 9.622, da, Corregedoria - D. J. de 24-6-1953)

PRECEITOS DE PUERICULTURA

Incontestavelmente, a inserção dos preceitos de puericultura nos versos das certidões de nascimento,, ~ de uma utilidade extraordinária para os pais, no tratamento dos primeiros meses de vida de seus filhos.

Daí a razão do decreto-lei n.º 9.0179 de 23/Fevereiro/1946, tornando obrigatória essa divulgação, pelos Srs. Oficiais do Registro Civil. Acontece, todavia, que nem todos os cartórios vem atendendo a essa salutar orientação, fato que tenho constatado pela razão de meu cargo, ao lavrar óbitos de crianças registradas em várias outras localidades.

Ora, exatamente por causa desses óbitos, é que ocorreu-me de tecer estas despretensiosas considerações, objetivando evidenciar o assunto à epígrafe.

Seria pueril afirmar-se que, se os pais dessas crianças estivessem cientes desses preceitos, teriam evitado seu falecimento; no entanto - convenhamos não se pode negar que estariam em melhores condições de tentar evitar o desenlace.

De qualquer forma, porém, uma cousa é certa:. todo pai alertado e instruído, está com toda a possibilidade de defender a saúde de seu filho, e essa, sem duvida, a finalidade desses preceitos.

E é isso o que me leva, finalizando, a transcrever os preceitos de referido dec. lei 9.017, crendo estar prestando uma modesta colaboração e contribuindo para a queda do índice da mortalidade infantil neste País.

PRECEITOS DE PUERICULTURA

Elaborados pelo D. N. Cr. do M. E. S., que deverão constar das certidões de Registro Civil (Decreto-lei n.º 9017, de 23-2-1946).

1 - Durante as primeiras 12 horas após o nascimento, a criança não deve mamar, podendo, entretanto, tomar 2 ou 3 colherinhas de água fervida, levemente açucarada, de 3 em 3 horas.

2 - É para a mãe dever sagrado amamentar o filho.

3 - O leite materno é o melhor alimento para a criança até 6 meses de idade.

4 - O peito deve ser dado a criança, regularmente, de 3 em 3 horas; às 6, 9, 12, 15, 18 e 21 horas. Um peito de cada vez.

5 - A criança não deve mamar de noite depois da última mamada, às 21 horas. - Esse descanso é necessário a criança, e concorre também para aumentar a produção de leite materno.

6 - A alimentação, o sono e outros hábitos da criança deve ser regulado pelo relógio.

7 - A melhor posição da mãe dar de mamar ao filho é sentada ou recostada.

8 - A criança deve mamar durante 20 minutos de cada vez,

9 - O meio prático de verificar se a mãe tem leite suficiente para alimentar o filho é pesá-lo antes e depois de mamar.

- 10 - Se faltar o leite de peito, consulte o médico, pois só ele é que deve orientar a mãe.
- 11 - As crianças precisam de todo asseio, banhos diários, roupas leves, ar livre e sol.
- 12 - A criança pequenina deve dormir o mais possível no berço ou na caminha e não na cama dos pais, dos irmãos maiores e de outras pessoas da família.
- 13 - Toda criancinha com febre, vomito, diarréia, tosse ou qualquer sinal de doença ou fraqueza deve ser levada ao médico com urgência.
- 14 - Mesmo com saúde, leve duas vezes por mês a criancinha ao médico para ser pesada, e saber se ela está se desenvolvendo bem, e, obrigatoriamente, depois de completar 6 meses de idade.
- 15 - A mãe que amamenta, se é sadia, não tem dieta; fica, porem, proibida de usar qualquer bebida alcoólica (cerveja preta, vinho quinado, água inglesa). O álcool ingerido pela mãe passa ao leite determinando perturbações ao filho.
- 16 - Enquanto se desenvolve no ventre materno, o ser humano se nutre de sangue; depois que nasce, esse mesmo sangue se transforma em leite para alimentá-lo.
- 17 - Quer durante a gravidez, quer durante a amamentação do filho, a mãe sadia deve fazer uso de leite, frutas, cereais, legumes, manteiga, pão, carne e peixe.
- 18 - O trabalho excessivo ou prolongado da mulher grávida, sobretudo no último mês de gravidez, é prejudicial, pois favorece o nascimento de crianças prematuras ou débeis. Procure portanto, a mulher grávida repousar o mais possível no último mês de gravidez.
- 19 - O repouso é igualmente necessário à mãe que amamenta, pois favorece a produção de leite.
- 20 - Independente disso, o Departamento Nacional da Criança, enviará, a quem solicitar qualquer esclarecimento, bastando escrever para a Av. Rui Barbosa, 716, Botafogo, ou para a Caixa Postal n.º 1.819, Rio de Janeiro, que será prontamente atendido.

DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A criança nasce geralmente com 3 quilos

Com 1 mês deve ter 3 kg. 750

Com 3 meses deve ter 5 kg. 200

Com 6 meses terá 7 kg.

Com 1 anos alcança 9 kg.

Com 2 anos chega a 12 kg.

A criança sustenta a cabeça no 3.º mês.

Senta-se no 6.º mês

Firma-se nas pernas no 9.º mês

E começa a andar com 1 ano.

DENTES

Os primeiros dentes, saem dos 6 aos 8 meses. Com 1 ano devem ter saído 6 dentes, até 1 ano e meio terão saldo 12 dentes e aos dois anos deve haver 16 dentes. Vacine a criança contra varíola (bexiga) entre o 2.º e o 4.º mês e contra a difteria depois de 6 meses de idade.

UM ESCRIVENTE EXONERADO A PEDIDO PODE SER ADMITIDO EM OUTRO CARTÓRIO, INDEPENDENTEMENTE DE EXAME?

No. 9637 - Juízo de Direito - Itapetininga. - "Pergunta o Dr. Juiz de Direito de Itapetininga se, em qualquer tempo, um escrevente exonerado a pedido, pode ser admitido noutra cartório da mesma natureza independentemente de exame.

Respondo afirmativamente, esclarecendo que esta Corregedoria exige depois de decorridos seis meses da exoneração, que o interessado exiba, em processo regular de habilitação, os documentos mencionados nas letras "a", "h" e "c" do art. 5.º § 1.º do dec. n. 5129 de 23 de julho de 1931. V, realmente, dispensável, o exame de matérias do ofício da mesma natureza, mas devem ser atualizados os documentos relativos à situação pessoal do candidato. Acrescento que a posse e o exercício, dependem de homologação. Int.

(Despacho proferido no processo n.o 9.637, da Corregedoria Geral da Justiça).

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.o 1.863 - DE 21 DE MAIO DE 1953

Assegura o direito à habilitação post-mortem, perante o Instituto, de Presidência e Assistência dos Servidores do Estado, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.o 3.347, de 12 de junho de 1941, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao cônjuge ou aos filhos, sucessores sobreviventes dos servidores do Estado, que faleceram até um ano após a vigência do Decreto-lei número 3.347, de 12 de junho de 1941, e que não contribuíram para o pecúlio, a que estavam obrigados, será concedido um auxílio especial de importância correspondente a 80% (oitenta por cento) do pecúlio para o qual deveriam ter contribuído.

Art. 2.º A concessão será feita pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) que efetuará o pagamento por conta da União, atendida a despesa nos termos do disposto nos §§ 1.º e 2.º do Art. 3.º do Decreto-lei n.o 8.768, de 21 de janeiro de 1946.

Art. 3.º O pagamento do auxílio especial será feito ao cônjuge sobrevivente, se houver, pela importância total ou, não havendo, aos filhos, em partes iguais, desde que a concessão numa ou noutra hipótese, seja requerida ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação da presente Lei.

Art. 4.º Para o recebimento do benefício, de que trata esta Lei, não será admitida a intervenção de procurador em qualquer fase do processo, salvo caso de manifesto impedimento, por parte do interessado ou interessados, a juízo exclusivo do presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Art. 5.º O referido Instituto adotará os meios que possam facilitar ao máximo a habilitação ao benefício e o respectivo recebimento, por parte do interessado ou interessados, assistindo-lhes, no que for cabível, para a obtenção de documentos e constituição de tutelas e curatelas legais e descontando qualquer despesa feita, para esse fim, da importância a ser paga.

Art. 6.º As repartições e entidades às quais couber apurar e fornecer os dados necessários à regularização da situação dos servidores falecidos, para o efeito do disposto nesta Lei, adotarão

as providências cabíveis, sob pena de responsabilidades dos respectivos dirigentes por qualquer demora não regulamentar.

Art. 7.º Aplicar-se a esta Lei a todos os casos anteriores à sua vigência, ainda que já tenha sido proferida decisão definitiva na instância administrativa.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de maio de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO
D. O. da União de 29-5-53

Provimentos CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA DESPACHOS PROFERIDOS

N.º 9.550 - Anna Candida S. Pimentel - Monte Aprazível: (Dist. Poloni). "As certidões de fls 3 e 4 foram extraídas por serventuário que é marido da interessada. Embora não haja na lei impedimento para servirem conjuntamente o Oficial do Registro Civil e o Oficial Maior, quando marido e mulher, é evidente que deixará de produzir os efeitos de direito a certidão fornecida por um sobre ato funcional que interesse ao outro. Ocorre então verdadeiro motivo de suspeição, porque o serventuário certificante é particularmente interessado na certidão em causa. Hipótese, que abrange em geral todas as situações idênticas na vida judiciária e nos cartórios denominados extrajudiciais. As certidões oferecidas se revestem de vícios, que põe em dúvida a validade desses documentos, como já teve oportunidades de decidir esta Corregedoria Geral, em caso semelhante (Proc. n.º 7.322 - Capital, in "Diário da Justiça", de 13-12-950). Outras, portanto, devem ser apresentadas por pessoa designada pelo M. Juiz Corregedor Permanente, "ex-vi" do art. 59, parágrafo único do Decreto-lei n.º 11.058, de 26-4-940). Verifico, por fim, que o documento de fls. 4 - nunca poderia vir em forma de certidão passada pelo serventuário do Distrito de Poloni, Comarca de Aprazível, por se tratar de ato relativo à Comarca de Nova Granada. Este despacho vale como instrução a todos os serventuários da Justiça. Publique-se. São Paulo, 1.º de junho de 1953, (a.) Mareio Munhos".

D. J. 11-7-53.

N.º 9.657 - Joffre Teixeira de Carvalho - Município de Ipê - Comarca de Rancharia - "A consulta sobre a aposição dos Selos de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, ia está resolvida no Provimento n.º 5, de 1951, assim redigido: "Relativamente aos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, o selo de aposentadoria deve ser aplicado nos livros de registro de nascimento e óbito, à margem esquerda de cada termo e no processo de habilitação matrimonial, após a conta de custas. - S. Paulo, 7-7-1953. - (a) Mareio Munhos".

D. G. 4-6-53.

ACORDÃOS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Processo n.º 57.269 - São Paulo - Agravo de Petição, interposto por Romiglio Finozzi e outros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto pelo Sr. Romiglio Finozzi e outros da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, ao julgar a duvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 12.ª Circunscrição.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura em votação unanime, por provimento ao recurso para os fins de mandar transcrever as escrituras de aquisição de partes ideais e de divisão amigável. Esta última encerra a partilha dos bens ,de Tereza Finozzi e a divisão do imóvel

originariamente pertencente ao casal Boaventura e Tereza Finozzi. Trata-se de cessão de direitos e os cessionários, legitimamente para todos os efeitos substituíram os herdeiros maiores. Não importa que, no interesse dos contratantes se reunissem para a partilha partes ideais compradas e outras partes adquiridas em inventário. Faleceu o Sr. Boaventura Finozzi 4/8 (quatro oitavos metade) dos bens constituíram a meação e cada um dos quatro filhos recebeu 1/8 (um oitavo), sendo o formal devidamente transcrito sob n.o 28.073. Com a morte da viúva, aberta a sucessão, o Sr. Romiglio Finozzi recebeu mais 1/8 e adquiriu os 2/8 (dois oitavos) do outro herdeiro Aristides Finozzi, que vendeu a parte havida do pai e cedeu os direitos da parte havida da mãe. Podia fazê-lo e o adquirente se tornou proprietário da metade do imóvel. O mesmo sucedeu com o interessado Antonio José de Carvalho que, através das escrituras de fls. 10 e 15, ficou proprietário da outra metade. Nessas condições ante filiação tão claras verifica-se que houve regular sucessão dos bens e não tinha razão o Sr. Oficial do Registro de Imóveis ao levantar a dúvida de fls.

Quando ao argumento da falta de registro do formal não tem procedência, pois, os cessionários regularizaram a situação, por via da escritura de divisão amigável referida.

Custas legais. P. e I.

São Paulo, 3 de Junho de 1953. (a) Gomes de Oliveira.

Vice-Presidente.

Mareio Munhós.

Corregedor Geral e Relator.

O Desemb. Azevedo Marques presidiu o julgamento com voto vencedor.

D. J. 12-6-53.

Jurisprudência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DA NECESSIDADE DA CITAÇÃO NA SEGUNDA PENHORA - ENTENDIMENTO DOS ARTIGOS 946 E 948, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Decidiu há poucos dias o Tribunal de Alçada, na apelação 1.216, de Serra Negra, sobre a citação em segunda penhora por insuficiência dos bens da primeira vez penhorados, e também sobre o direito de o executado de nomear esses bens. Entendeu a Segunda Câmara Civil, por unanimidade de votos, que se deve aplicar no caso o que estatui o artigo 948, do Código de Processo Civil que apenas manda intimar o executado para embargos após a realização da penhora.

Se o fundamento da penhora realizada - disse o relator - "teve por fundamento o artigo 946, n.o I, do Código de Processo Civil, não havia de se cogitar do direito do executado de nomear bens para esse ato processual. A regra a aplicar-se é a do artigo 948 que manda que se intime o executado para embargar a penhora depois que esta se realizar".

Bem acertada foi a decisão, mesmo porque está de acordo com as regras tradicionais de nosso direito em relação ao assunto. Assim é que se lia nas velhas ordenações do Reino, o seguinte: "mandamos que o dito condenado seja outra vez penhorado em tantos bens, que bastem, sem mais ser requerido para a dita penhora" (Ord., liv. 3, t. 86, parágrafo 14). Em ligeiro comentário a esse texto, assim se externou Cândido Mendes de Almeida: "Na segunda penhora não é indispensável citar ou notificar o executado" (Código Filipino, pag. 701).

O ensinamento de João Monteiro era idêntico, pois assim se exprimia o grande mestre de nossa Faculdade de Direito: "A segunda penhora se fará sem dependência de nova citação, quando o

executado ocultou ou negou bens à penhora, ou quando do os nomeou manifestamente insuficientes" (Processo Civil, parágrafo 267).

Dentre os modernos comentadores do vigente estatuto de processo civil, pode ser trazida à baila a opinião do desembargador (Osvaldo Pinto do Amara], que ensina em seu livro que a intimação do executado é necessária após a penhora, para embargá-la no prazo legal, como se infere do artigo 948. E a seguir acrescenta: "O que se dispensa é a previa citação pessoal para a diligencia, visto que o executado já estará ciente da execução" (Código de Processo Civil, vol. V, n.o 247).

A decisão comentada acompanhou portanto os ensinamentos da doutrina processual mais antiga, e ao mesmo tempo se pós em plena harmonia com os preceitos da presente legislação de processo civil. A citação só se exige quando da primeira penhora, e isto porque é aí que se instaura a instancia executora. Já a segunda penhora tem lugar em pleno desenvolvimento do processo de execução, e por isso só se intima o réu e executado para embargá-la, sem que seja necessário cita-lo Existente a relação processual, quando se efetua a segunda penhora, basta que do ato seja cientificado o réu para apresentar os embargos que sejam cabíveis e adequados, no sentido de tornar sem efeito esse ato processual de natureza expropriatoria que é repetido por insuficiência dos bens de início atingidos.

QUESTÕES JURÍDICAS

RECONHECIMENTO DO FILHO ILEGÍTIMO

"Filho ilegítimo de mulher casada, separada do marido, e por ela reconhecido, pode-o ser pelo pai solteira?"

"Ramdol" renovou a sua pergunta, a que já tínhamos respondido, porque, da forma como a redigira, interpretáramos como sinônimo de "desquitada" a sua expressão "separada do marido". E fez bem em repetir a questão, porque os seus novos termos lhe alteram completamente o aspecto. O filho de desquitado é reconhecível. Mas, se não houve dissolução da sociedade conjugal, e os cônjuges estão apenas separados de fato, o filho ilegítimo, havido por qualquer deles, é adulterino e, como tal, não pode ser reconhecido (Cod. Civil, art. 358).

Destarte, na hipótese apresentada, não vale o reconhecimento do filho ilegítimo, realizado pela mulher casada. Visto como não se desquitou, ela não pode reconhecer o filho espúrio, e menos ainda pode fazê-lo o pai.

Perante o Código Civil, a filiação ilegítima ou é natural ou espúria. Ocorre a primeira quando não existe impedimento absoluto ao matrimônio dos pais. Verifica-se a segunda quando há tal impedimento. Os filhos espúrios são adulterinos (nascidos, na constância do casamento, de um dos pais com terceira pessoa), ou incesto" (oriundos de parentes legítimos naturais, afins ou adotivos). Filiação, incestuosa, ou adulterina, não pode ser reconhecida. Dentre os adulterinos, o Código abre apenas exceção para os filhos do cônjuge adúltero com o seu co-réu por tal condenados, ou do cônjuge sobrevivente com o condenado por homicida do consorte, ou tentativa de homicídio contra este (183, VII e VIII). Havendo tais hipóteses, cabe ao adulterino ação contra os pais, para que o reconheçam, verificadas as condições estipuladas pelo código (art. 363).

Na espécie apresentada, a mãe é casada, e a sociedade conjugal subsiste. Ora, o casamento é impedimento dirimente absoluto para que ela se case com o pai ilegítimo, pois não podem casar - diz o Código - "as pessoas casadas" (art. 183, VI). Logo, o filho por ela havido com terceira pessoa é adulterino e não pode ser reconhecido nem pela mãe nem pelo pai. A lei n.O 883, de 21-X-49, permitiu a qualquer dos cônjuges reconhecer o filho havido fora do matrimônio, e concedeu a este a ação declaratória de filiação, desde que "dissolvida a sociedade conjugal". Mas parece-nos que a razão está com Pontes de Miranda, ao considerar esta regra simplesmente interpretativa, pois os, filhos de desquitados não são adulterinos, uma vez que cessa, como desquite, o dever de fidelidade. Já eram reconhecíveis, sem necessidade de nova lei que o dissesse...

Informações Várias

COLÔNIA DE FÉRIAS DO CENTRO PROFESSORADO PAULISTA

Ofício recebido pela Associação nos seguintes termos:
São Paulo, 24 de abril de 1953
Senhor Presidente.

Em aditamento ao nosso ofício, em que punhamos à disposição dos seus associados a Colônia de Férias "Prof. Sud Mennucci" em Mongaguá, comunicamos a V. S. ter sido nossa Diretoria obrigada a alterar as diárias daquele oferecimento.

Assim, a partir de 1.º de maio próximo, serão seguintes os preços:

I	Sócios - cônjuge e parentes que vivam as suas expensas	C\$ 70,00
II	Demais parentes	C\$ 80,00
III -	Menores de 10 com mais de 2 anos de ida de	C\$ 35,00
IV -	Filhos de parentes com menos de 10 e mais de 2 anos de idade	C\$ 40,00

Sendo o que se nos oferece no momento, firmamo-nos ao inteiro dispor de suas ordens.

Atenciosamente
COLÔNIA DE FÉRIAS "PROF. SUD MENNUCCI"
JOSÉ NUNES SARDINHA
Diretor

Ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça SÃO PAULO

NULIDADE DE HIPOTECA

Em parecer dado no recurso extraordinário de São Paulo, sendo recorrente o Banco Lowndes S/A e recorrida Nelly Blumer, o procurador-geral da Republica opinou dizendo que não contrariou a letra dos artigos 1.296, 1.309 e 1.315 do Código Civil, nem divergiu da jurisprudência o acórdão que julgou nula a hipoteca dos bens da autora, uma vez que o mandatário que a representou no contrato não tinha poderes para garantir dividas do terceiros, não valendo para esse fim, o poder de hipotecar outorgado no mandato geral, que somente podia referir-se às dividas da própria mandante, de acordo com a inteligência dos artigos 1.295, § 1.0 do Código Civil e 64 do Código de Processo Civil.

CONTAGEM DE PONTOS RELATIVOS "A CLASSIFICAÇÃO ANTERIORES" DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Proc. D. A. 4.045 - Promoção em que é interessada a 3a. Seção da Diretoria Administrativa - O Conselho, atendendo ao que lhe foi representado pelo Chefe da 3a. Seção da D. A., resolveu determinar sejam cancelados os pontos relativos a "classificações anteriores", toda vez que o candidato tenha formulado pedido de desistência ou declarado "não estar interessado no provimento". Resolveu, outrossim, fosse feita uma revisão geral nas fichas de ponto, tendo em conta as comunicações providas da Secretaria da Justiça.

(publicado no D. J. 16/7/53)

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNTOU .	Diretor-
Secretário	
IR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES	- Diretor-
Tesoureiro	
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	- Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÊL	- Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	- Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	- Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ	- Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO	- Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR., BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTES

ELVIN	Campinas
MAJOR LÉO LÉRRO	São José do
Rio Preto	
MANOEL FERREIRA LARANJA	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA	Jaú
TRISTÃO CARVALHO	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO .. -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE	3
SEGUNDA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA	3
PROGRAMA	3
TEMÁRIO	4
COLABORAÇÃO	5
MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A DISPENSA DO EDITAL DE PROCLAMAS	5
ESCLARECIMENTOS SOBRE O ATESTADO DE POBREZA PARA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE SELOS	

E CUSTAS.	8
CASAMENTO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL	9
PRECEITOS DE PUERICULTURA	9
PRECEITOS DE PUERICULTURA	10
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	11
DENTES	11
LEIS E DECRETOS	12
LEI FEDERAL	12
PROVIMENTOS	13
DESPACHOS PROFERIDOS	13
ACORDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	13
JURISPRUDÊNCIA	14
DA NECESSIDADE DA CITAÇÃO NA SEGUNDA PENHORA - ENTENDIMENTO DOS ARTIGOS 946 E 948, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	14
RECONHECIMENTO DO FILHO ILEGÍTIMO	15
INFORMAÇÕES VÁRIAS	16
COLÔNIA DE FÉRIAS DO CENTRO PROFESSORADO PAULISTA	16
NULIDADE DE HIPOTECA	17
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	17
DIRETORIA	17
CONSELHO FISCAL	17
SUPLENTE	18
ÍNDICE	19

Nº 040 - Publicação: 01/07/1953

ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dia 30 de Julho, p. passado, realizou-se no Palácio da Justiça a eleição do seu presidente.

Para esse alto cargo foi eleito o integro magistrado, o Exmo. Sr. Desembargador Manoel Gomes de Oliveira.

Como sempre, o Egrégio Tribunal de Justiça fez recair a eleição obedecendo ao elevado critério estabelecido para tal fim.

Coube a vez do Desembargador Manoel Gomes de Oliveira. Feliz decisão. A Justiça continua de parabéns, pois que a eleição do integro magistrado patenteou um critério salutar e demonstrou a estima e tributo ao valor de um perfeito Juiz que desde as primeiras nomeações sempre deu as mais sobejas provas de imparcial distribuidor da Justiça.

Nas culminâncias da carreira, sua excelência continuara sendo o mesmo Juiz impoluto, garantidor daqueles que procuram as portas do nosso mais elevado ergam judiciário do Estado, para garantia e segurança dos seus direitos.

A Associação dos Serventuários de Justiça se manifesta como ora o faz pela satisfação de ver a frente do Egrégio Tribunal de Justiça o magistrado, modesto e enérgico a quem, por estas linhas apresenta os seus cumprimentos.

COQUETEL OFERECIDO AO DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

Dia 15 de setembro último em nossa Sede Social, devidamente convocados por uma Comissão especial reuniram-se Diretores, sócios de nossa Associação, autoridades e demais convidados, com o fim de prestar uma homenagem ao Dr. Francisco Vergueiro Porto, ilustre e operoso presidente da Associação, tendo sido nessa ocasião, inaugurado o seu retrato no salão nobre da nossa, Sede, na sua data natalícia.

Foi convidada para descerrar a cortina que cobria o retrato do homenageado, a sua Exma. esposa, o que foi feito debaixo de calorosas palmas.

Falou em nome da Comissão Organizadora, o Sr. Abner Ribeiro Borges, saudando o homenageado.

Em nome do Colégio Notarial do Estado de São Paulo, falou o seu Diretor Presidente, Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, que em expressiva oração ressaltou os grandes serviços prestados à classe pelo homenageado, com a mais integral dedicação e eficiência.

Por último o Dr. Francisco Vergueiro Porto, profundamente sensibilizado pela sinceridade e espontaneidade da mesma, agradeceu a homenagem, prometendo tudo fazer para continuar a merecer a confiança da classe.

SOB O IMPÉRIO DA LUZ E DA VERDADE O APANÁGIO DA JUSTIÇA

ANTONINO C1NTRA

Sta. Adelia

Sente-se que, no requinte da publicidade se estiolam as idéias objetivadas pela manifestação do pensamento. Entretanto para que as idéias se tornem bastante aproveitáveis e acatadas, é mistér que tudo obedeça intrinsecamente a pureza impecável dos assuntos expendidos. O melhor veículo de nossa manifestação de espírito nunca deixará de ser o meio da publicidade, principalmente quando amoldada sob o império de criteriosa retidão.

Todo o indivíduo da espécie humana que vive a vida moderna, jamais prescindirá das boas leituras e pela manhã procura logo o jornal de sua predileção ou revista. E porque assim procede?

Porque é pela publicidade que se toma conhecimento de tudo quanto vai pelo mundo, e porque é o meio também de orientação e de educação. Não existindo mesmo melhor passatempo do que a boa leitura.

E teria sido por todos esses motivos e circunstâncias que a Associação dos Serventuários de Justiça, com o único fito de melhor orientar os seus associados, criou o seu órgão de publicidade.

Boletim que tem sabido expressar com abundância de conceitos meritórios, o fim para que se fez criar e que ninguém de boa fé poderá negar os incontestáveis serviços que tem publicado a bem da, grande classe e da própria justiça. Começou mimiografado, o qual por sua vez e dado a natureza da impressão, nem sempre perfeita, passou a ser tipograficamente impresso. Hoje o Boletim, cuidadosamente impresso, apresentável, está bem correspondendo com a sua missão publicitária e servindo de guia aos servidores de justiça. Para tanto publica na integra todas as leis e portarias, referentes aos trabalhos da justiça e com isso facilitando a todos aqueles que tem obrigação de manusear essas mesmas leis e portarias quotidianamente. Além disso possui um corpo de esforçados colaboradores, todos efeitos à causa comum, procurando cada um por sua vez expor suas idéias com toda a franqueza, e para isso contribuindo para o bem de toda, a classe. E se há uma classe que deve mesmo manter o seu órgão de publicidade, é a dos servidores de justiça, afim de que todos possam prosseguir na senda segura dos atos adestrados ao seu ofício.

Por esse motivo, não deixa de ser lamentável que nem todos os servidores de justiça, notadamente serventuários e escreventes, estejam filiados à Associação dos Serventuários de Justiça, contribuindo cada um com unia pequena parcela material à manutenção dessa útil agremiação e de seu periódico de publicidade.

Revista onde todos podem se manifestar como entender, dentro das normas publicitárias e pertinente a esta ou aquela modalidade e porque se exponha a carreira. Porque, é antes de tudo

um órgão apolítico, visando unicamente o interesse da classe e da justiça.

Mantenha, o servidor de justiça a idéia que entender e quiser, mas seja patriota, levando a sua contribuição aqueles cujo único interesse é servir bem os seus associados, orientando-os nos deveres de sua profissão e livrando-os de incidirem. às vezes, em inadimplemento por desconhecimento de alguns preceitos legais. Levando o seu concurso aqueles que a tudo se sacrificam, por uma causa que é de todos e que infelizmente nem todos estão compreendendo.

Digamos sem subterfúgio de linguagem, que por sermos nós servidores de justiça uma classe desunida, muito temos lutado e sofrido no labutar de nossos ofícios. Hoje parece que nos está acenando uma maré de mais felicidade, mas não é por efeito de nossa união, mas por efeito de ter quem está atendendo à nossa grita.

Aprendamos alguma coisa da boa lição do passado.

Leis e Decretos

LEI N. 2177, DE 23 DE JULHO DE 1953

Regula a concessão de férias aos servidores da Justiça.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os serventuários e escreventes que não percebem vencimentos dos cofres públicos gozarão, obrigatoriamente, por ano, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, observada a escala que for organizada.

§ 1.º - Os fiéis e auxiliares de cartório, em idênticas condições, gozarão, também, obrigatoriamente, 20 (vinte) dias consecutivos de férias anuais.

§ 2.º - É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3.º - É vedada a acumulação de férias.

Artigo 2.º - O serventuário respectivo organizará, no mês de dezembro, a escala de férias do ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço e autorização do Juiz de Direito corregedor permanente do ofício.

Parágrafo único - Organizada a escala, dentro de 10 (dez) dias será ela enviada, com ofício do magistrado de que trata este artigo, à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 3.º - Os cartórios possuirão um livro de "registro de férias", rubricado pelo respectivo Juiz de Direito corregedor permanente, para lançamento do início e término das férias de seus servidores inclusive de serventuário.

Parágrafo único - O lançamento conterà as assinaturas do serventuário e do interessado e será visado pelo mesmo Juiz de Direito.

Artigo 4.º - No dia em que entrar no gozo de férias e ao reassumir o exercício, das suas funções o servidor fará a comunicação à Corregedoria Geral da Justiça, para as competentes averbações no prontuário.

Artigo 5.º - Durante as férias os escreventes, fiéis e demais auxiliares terão direito a todas as vantagens, como se estivessem em exercício.

§ 1.º - Compreendem-se como vantagens os vencimentos, ordenados, comissões, porcentagens,

gratificações e quaisquer outras modalidades de remuneração porventura adotadas no cartório.

§ 2.º - No caso de estipulação de comissão, porcentagem ou gratificação mensal, o respectivo cálculo será efetuado com base na média mensal efetivamente percebida pelo servidor durante os 12 (doze) meses que lhe derem direito às férias.

§ 3.º - O pagamento da quantia apurada será feito ao servidor até a véspera do dia em que tiver de entrar no gozo de férias, do que dará quitação no livro de "registro de férias".

Artigo 6.º - As férias não gozadas no ano imediato será contadas em dobro somente para efeito de aposentadoria.

Artigo 7.º - Durante as férias o serventuário terá direito à renda integral do cartório.

Parágrafo único - O substituto legal do serventuário, durante as férias, será o oficial maior e, na ausência deste, o 1.º escrevente do cartório.

Artigo 8.º - Compete ao Corregedor Geral da Justiça conceder as férias.

Parágrafo único - O ato de concessão de férias independerá de portaria, e o despacho publicado no "Diário da Justiça" produzirá todos os efeitos de direito.

Artigo 9.º - Ficam isentos de selos estaduais e reconhecimento de firma os pedidos de férias.

Artigo 10 - É competente para a concessão de licença especial instituída pela Lei n. 1.177, de 23 de agosto de 1951, o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 11 - Ressalvado o disposto na Lei n. 1.177, de 23 de agosto de 1951, as licenças para tratamento de saúde e para tratar de interesses particulares somente serão concedidas pelo Corregedor Geral da Justiça e por tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

§ 1.º - As licenças para tratamento de saúde estão sujeitas a inspeção médica, que deverá realizar-se em local designado pelo Corregedor Geral da Justiça; poderão ser renovadas sucessivamente, por igual período de tempo, dependendo sempre de inspeção médica.

§ 2.º - As licenças para tratar de interesses particulares, ressalvado o disposto na Lei n. 1.177, de 1951, serão concedidas somente uma vez cada exercício e não poderão ser acumuladas.

Artigo 12 - Ao solicitar licença o serventuário indicará à Corregedoria Geral da Justiça o seu substituto legal, com a prévia aprovação do Juiz de Direito e corregedor permanente do ofício.

§ 1.º - O substituto legal do serventuário licenciado ou impedido por outro motivo será o oficial maior e, na ausência deste, o escrevente mais antigo do mesmo cartório.

§ 2.º - A falta no cartório de oficial maior e escrevente habilitado para substituir o serventuário em licença, férias ou impedido por qualquer outro motivo, o Juiz de Direito corregedor permanente do ofício indicará à Corregedoria Geral da Justiça um escrevente habilitado de outro cartório da mesma comarca para exercer o cargo durante o impedimento do titular.

Artigo 13 - O servidor deverá aguardar em exercício a concessão de férias ou licença, sob pena de responsabilidade.

Artigo 14 - As licenças para tratamento de saúde do servidor ou por motivo de doença em pessoa de sua família, bem como seu afastamento em virtude de nojo desde que não exceda a 8 (oito) dias, poderão ser concedidos, no interior do Estado, pelos respectivos juizes de direito corregedores ,permanentes, os quais expedirão as necessárias portarias isentas de selos e emolumentos estaduais.

§ 1.º - Na concessão dessas licenças observar-se-á o estabelecido no artigo 12 e seus parágrafos.

§ 2.º - A nomeação do substituto legal do serventuário licenciado na forma deste, artigo competirá ao Juiz de Direito corregedor permanente do ofício, obedecido o disposto no artigo 12 e seus parágrafos.

§ 3.º - As licenças concedidas de acordo com este artigo serão comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de 10 (dez) dias, para as necessárias averbações no prontuário.

Artigo 15 - São extensivas aos serventuários, escreventes, fiéis e demais auxiliares de cartório, enquadrados nesta lei, as vantagens decorrentes do artigo 9.º e § 1.º do Decreto n. 6.055, de 19 de Agosto de 1933 desde a vigência do mesmo decreto.

§ 1.º - As licenças-prêmio não gozadas serão contadas em dobro tão só para efeito de aposentadoria.

§ 2.º - A concessão das licenças-prêmio compete ao Corregedor Geral da Justiça.

§ 3.º - O substituto legal do serventuário, durante o gozo de licença-prêmio, será o oficial maior e à sua falta, o escrevente mais antigo do respectivo cartório; na falta de qualquer escrevente habilitado no cartório a substituição efetuar-se-á nos termos do § 2.º do artigo 12.

§ 4.º - O pedido de licença-prêmio subordina-se ao disposto no artigo 13.

Artigo 16 - Ao conceder licença para o serventuário tratar de interesses particulares o Corregedor Geral da Justiça fixará de pleno a porcentagem a que seu substituto legal fará jus.

Parágrafo único - Essa porcentagem não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da renda líquida do respectivo ofício.

Artigo 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de julho de 1953. Lucas Nogueira Garcez
José Loureiro Junior
Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de julho de 1953.

Carlos de Albuquerque Seifarth - Diretor Geral Substituto.
D. O. de 25-7-53.

DECRETO N. 6.055, DE 19 DE AGOSTO DE 1933

a que se refere o artigo 15, da Lei n. 2.177, de 23 de julho de 1953.

Artigo 9.º - Em cada período de dez anos de continuo exercício, o funcionário terá direito, mesmo que não alegue moléstia, a uma licença-prêmio de seis meses, que poderá gozar de uma só vez ou em parcelas. Os funcionários de ensino com direito a licença deste artigo só poderá gozá-la em três períodos iguais ou menos.

§ 1.º - Essa licença, não acarreta desconto algum nos vencimentos, nem será deduzida do tempo de serviço.

Lei Federal

DECRETO N. 33.427 - DE 30 DE JULHO DE 1953

Autoriza as instituições de previdência social a colaborar, através de financiamento e assistência

técnica, com as entidades que menciona, observada a respectiva legislação.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, e Considerando a carência de habitação no País, em virtude do crescimento da população e seus deslocamentos;

Considerando que os financiamentos feitos diretamente pelas entidades governamentais não têm atingido plenamente o objetivo de oferecer residências em número suficiente e ao alcance do poder aquisitivo dos trabalhadores;

Considerando a necessidade de difundir a assistência financeira e técnica federal, sobretudo pelo interior, a fim de combater o êxodo para as grandes cidades:

Considerando que, para atingir os objetivos expostos, é ineficiente a ação centralizada, conforme demonstram a experiência nacional e a que tem sido verificada mesmo em países de menor extensão e melhor rede de transportes e comunicações;

Considerando que a solução do problema da melhoria das condições de habitação popular no Brasil requer a cooperação de todos os setores governamentais e particulares na esfera federal, estadual e municipal, decreta:

Art. 1.º - Ficam. as instituições federais de previdência social, a Fundação da Casa Popular e as Caixas Econômicas Federais, nos termos da respectiva legislação, autorizadas a. colaborar, mediante financiamento e assistência técnica, com as entidades existentes ou que se criarem, sob a jurisdição dos Estados ou das Prefeituras Municipais, dotadas de personalidade jurídica e patrimônio própria, e com as sociedades de economia mista, cooperativas ou outras entidades públicas e privadas sem fins de lucro, quando constituídas, em todos os casos, com qualquer dos seguintes objetivos:

- a) construir ou financiar a construção de habitações do tipo popular ou promover a melhoria das existentes, levando sobretudo em conta as condições de segurança e salubridade;
- b) promover aquisição de terrenos, inclusive por desapropriação, bem como o seu preparo para loteamentos populares e construção de núcleos de casas ou apartamentos proletários;
- e) produzir ou distribuir, a baixo custo, materiais de construção destinados a habitações populares.

§ 1.º As instruções a serem baixadas pelas autoridades competentes, para a concessão de financiamentos de que trata este Decreto, deverão considerar os seguintes fatores:

- a) deficiências locais, levando-se em conta a capacidade de pagamento de amortização ou aluguel;
- b) conveniências sanitárias e sociais da erradicação de habitações insalubres;
- c) capacidade patrimonial das entidades locais para oferecer garantia aos financiadores;
- d) capacidade administrativa da entidade local para realizar seu programa a baixo custo;
- e) efeitos do financiamento sobre a produtividade das populações assistidas.

§ 2.º - O financiamento de que trata este Decreto deve também ser concedido, para o fim de construção ou melhoria das casas localizadas em granjas ou sítios, de modo a contribuir para o melhor abastecimento dos núcleos de população.

Art. 2.º Com o objetivo de realizar em comum operações de compra de terreno e seu preparo, bem assim a construção de conjuntos residenciais de caráter popular, poderão as instituições federais mencionadas no artigo 1.º, estabelecer consórcios, com os Estados, as Prefeituras Municipais e as entidades locais referidas no mesmo artigo.

Art. 3.º- Observada a legislação aplicável, as instituições federais enumeradas no artigo 1.º, reservarão cada sino, nos seus orçamentos de inversões imobiliárias, as verbas destinadas a financiar os programas elaborados pelas entidades locais, com os objetivos previstos neste Decreto e de acordo com as instruções expedidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo único. A reserva de recursos mencionada neste artigo será ampliada progressivamente, à medida que se desenvolverem as entidades locais de que trata o artigo 1.º, levando-se em conta a conclusão 'dos atuais programas de construção dos órgãos de previdência social.

Art. 4.º As entidades pretendentes à colaboração financeira e técnica estabelecida neste decreto deverão satisfazer, sem prejuízo do disposto no artigo 1.º, os seguintes requisitos:
I - oferecer em hipoteca, nos prazos e condições previstos na legislação da instituição credora, os imóveis objeto de cada operação, além de outras garantias que forem necessárias;
II - garantir ao capital emprestado a renda mínima fixa da para o plano de inversões da instituição credora.

Parágrafo único. Será assegurada preferência às entidades que basearem seus planos em pequenos financiamentos, na utilização de materiais locais e no sistema de ajuda, própria.

Art. 5.º Não havendo condições que permitam, com as necessárias garantias, a participação de várias instituições, o financiamento será feito, de preferência, pelo órgão que, na localidade, arrecadar maior receita.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições regulamentares em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1953; 132.º da independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Goulart
Oswaldo Aranha
Diário da União de 5-8-53.

IMPOSTO DE RENDA: -

Na forma do disposto no art. 160 do Regulamento, não cabe recurso "ex-officio" de decisão que reconheça ter a exigência de imposto resultado de engano no controle da declaração de rendimentos, equívoco da fonte informante ou simples erro de fato.

LEI N.O 1.990 - DE 25 DE SETEMBRO DE 1953

Modifica o art. 140 do Código, de Processo Civil (alteração do ato do Registro Civil)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É feita no Código de Processo Civil a seguinte modificação;

O art. 140 passa a conter mais este, parágrafo:

§ 3.º Aplicam-se os parágrafos anteriores aos pedidos de alteração de ato do registro civil, quando envolvam questão de estado ou de capacidade da pessoa.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1953; 132.º da Independência e 65.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Tancredo de Almeida Neves.

D. União de 29-9-53.

NÃO É OBRIGAÇÃO DO TABELIÃO E SIM DAS PARTES Á APRESENTAÇÃO DO CONTRATO, POR TRASLADO.

"A iniciativa de apresentação de contratos de valor estimativa, feitos em notas públicas à repartição para registro, cabe aos signatários e não ao tabelião".

Provimentos
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PORTARIA N. 11-53

O desembargador Marcio Munhos, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista suas atribuições legais,
Atendendo ao que lhe representa o Senhor Secretário de Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, solicitando providências no sentido de serem expedidas instruções aos Oficiais do Registro das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, a fim de fazer constar obrigatoriamente nos atestados de óbito a "causa mortis",
Determina aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas, Naturais do Estado que cumpram a exigência, legal contida do Art. 91 inciso n. 9 do Dec. 4857 de 9 de Novembro de 1931 - Lei dos Registros Públicos, que estabelece contenha o assento de óbito a declaração "se a morte foi natural ou violenta".

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se. São Paulo, 14 de agosto de 193.

(a) Marcio Munhos - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 23-8-53.

PORTARIA N. 9-53

O Desembargador Marcio Munhos, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista suas atribuições legais,
Considerando a necessidade de verificar, diariamente, a remessa das petições iniciais e de outros papéis da distribuição aos cartórios do foro civil da Capital,
Determina:
Que os Srs. Escrivães publiquem diariamente na imprensa oficial, e afixem, após a entrada, em lugar visível do cartório, a relação das petições iniciais e dos demais papéis recebidos da distribuição, indicando apenas os números respectivos e a hora do recebimento, remetendo à Corregedoria Cera], no prazo de 48 horas, cópia dessa relação, assinada pelo Escrivão ou por quem o substitua.

Publ., reg. e cumpra-se.

São Paulo, 8 de agosto de 1953.

(a) Marcio Munhos
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 9-8-53.

PORTARIA N. -13-53

O desembargador Marcio Munhos, corregedor geral da Justiça de São Paulo, tendo em vista suas atribuições legais,
Considerando os termos da lei 1177 de 3 de Agosto de 19.51, que disciplinou as férias, licenças e afastamentos dos servidores de cartórios não estipendiados pelo Estado;
Considerando que foi criado o livro de "registro de férias", o qual deve conter dados certos, inclusive o recibo de pagamento dos salários dos interessados, quando em férias";
Considerando que, nas comarcas do interior e nos cartórios da Capital, deve existir o livro de

"movimento de autoridades e funcionários";

Determina:

1.º - O Livro de "registro de férias" deve ser o mesmo livro de "movimento de autoridades e funcionários" existente no cartório do Júri do Interior e nos vários Cartórios da Capital, ajustado às exigências da nova lei, reservando-se uma folha para os lançamentos referentes a cada funcionário.

2.º - Nos Cartórios do Foro-extra-judicial o livro será simultaneamente registro de férias e de movimento de funcionários - (serventuários, escriturários e demais servidores).

3.º - Esse livro deve ser autenticado e rubricado pelo Corregedor Permanente do Cartório.

Publ., reg. e cumpra-se.

São Paulo, 3 de Setembro de 1953.

(a) Marcio Munhos - Corregedor Geral da Justiça.

Publicado no 1). J. 3-9-53.

DESPACHOS PROFERIDOS

N. 9.660 - Juízo de Direito - Pacaembu - "Consulta o Dr. Juiz de Direito da comarca de Pacaembu, se escrevente interino de sua nomeação, ainda não habilitado, pode escriturar livros oficiais do cartório. Em regra, somente as pessoas legalmente habilitadas, na forma do decreto-lei n. 5.129 de 23-7-1931, podem escrever nos livros oficiais, do cartório, como já salientou o Provimento n. 4 de 1948, desta Corregedoria. Em virtude, porém, do caráter todo especial das comarcas, recém-criadas, nas quais tenham de funcionar os escreventes interinos até a nomeação dos efetivos, como frisou a Portaria n. 59 da Presidência do Tribunal de Justiça, surgem duas situações excepcionais.- a) cabe ao Juiz nomear escreventes interinos; b) ficam estes com a faculdade de escriturar os livros oficiais sem no entanto praticarem atos da exclusiva competência do escrivão. - São Paulo, 14-7-53. (a) Marcio Munhos".

D. J. 16-7-52.

N. 9.448 - Ambrozio de Oliveira - Capital - "O Sr. Escrivão do 14.º Ofício Cível desta Capital entregou autos em confiança, em desacordo com os preceitos legais e as determinações desta Corregedoria. Não logrou, até agora, a despeito dos esforços enviados junto ao advogado, a restituição dos mesmos, obrigando o interessado a reclamar, na forma da petição de fls. 2, alegando uma série de prejuízos motivados pelo extravio.

Nessas condições concedo ao serventuário o prazo de dez dias, para que seja providenciada aquela restituição, sob pena de responsabilidade.

Pub. e int.

S. Paulo, 11 de junho de 1953.

(a) Márcio Munhos".

N. 9.154 - Departamento de Saúde do Estado - Divisão do Serviço do Interior - Capital - "O pedido retro não passa de reiteração de outro que o despacho de fls. 4 deixou de atender.

Embora não encontre motivo para modificar a orientação anterior, - parece-me razoável que a Divisão do Serviço do Interior do Departamento de Saúde do Estado sugira medidas práticas para que venha ter conhecimento imediato dos registros lavrados pelos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do Interior, sem entretanto onerar os respectivos serventuários ou criar

embaraços ao desenvolvimento normal ,dos serviços do cartório.

Oficie-se, remetendo-se cópia autêntica deste despacho ao interessado. Publique-se.

S. Paulo, 12-6-53 - (a) Márcio Munhos".

D. J. 13.15-53.

N. 8.633 - Paulo de Almeida - Bom Jesus dos Perdões - Atibaia - "O Decreto n. 14.718 de 11 de maio de 1945 reclama o exame de sanidade apenas quando se trata de provimento de cargo público. Posteriormente, decreto-lei n. 17.364, de 3 de julho de 1947 mais explicito cogitou de inspeção de saúde somente para fins de ingresso no serviço público e licenciamento. Não discrepa dessa orientação o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (art. 34). Verifica-se, portanto, que a exigência da inspeção de saúde vige tão somente para o ingresso no serviço público ou função. Logo, em se tratando de promoção ou remoção no mesmo quadro dispensável é o exame de sanidade. Ademais, poder-se-á aduzir que a promoção, no mesmo quadro, pode ser equiparada a remoção. E para remoção é desnecessário o aludido exame. Defiro, em consequência, o requerimento de fis. 2. Comprimissem-se o peticionário, sem o exame de sanidade. - P. I. - São Paulo, 13-6-1953 (a) Márcio Munhos.

D. J. 13-6-53.

N. 8.720 - Dr. Juízo de Direito - Igarapava - "A solução do assunto, objeto da consulta, compete, via de regra, aos próprios corregedores permanentes, nas respectivas comarcas. A título de orientação, esclareço, entretanto, ser defeso ao Oficial do Registro Civil consignar, nos assentos de nascimento de filhos adulterinos, os nomes dos supostos pais, não obstante estes solicitem a sua inserção no termo reconhecendo a paternidade. Somente nos casos de dissolução da sociedade conjugal, permite a lei, "a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho havido fora do matrimônio" (art. 1.º da Lei n. 883 de 21-10-949), mas sempre com as cautelas que determina expressamente - São Paulo, 7-5-53. (a) Márcio Munhos".

D. J. 26-"3.

N. 9736 - Federação das Associações Rurais do Estado e São Paulo - Capital:
A Federação das Associações Rurais do Estado e São Paulo representa no sentido de ser admitida a gratuidade do reconhecimento de firma, nas petições de alistamento destinadas às eleições de membros da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café.

O assunto tem de ser resolvido em face da Lei n. 1.779, de 22-12-1952, que criou a aludida entidade autárquica, estabelecendo, no seu artigo 5.º, parágrafo 1.º, que o processo eleitoral em apreço dependeria de regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, no prazo de 120 dias.

Houve, em consequência,, a expedição desse regulamento, sob o n. 32.629, de 27-4-953, com as regras necessárias às eleições, firmando, no seu artigo 17, que "os casos omissos nestas instruções serão disciplinados pelo Código Eleitoral no que couber".

O ato executivo complementar da lei considera-se como norma legislativa pelo seu conteúdo (Seabra Fagundes) e nesta se integra.

Justifica-se, principalmente, - quando se trata de eleições e impostos, segundo as considerações de Carlos Maximiliano, em comentários à Constituição Federal.

Em tais condições, tem inteira aplicação à espécie o disposto no art. 191 do Código Eleitoral (Lei n. 1.164, de 24-7-1950), que sem restrição, estabelece: "são isentos de selo os requerimentos e todos os papeis, destinados a fins eleitorais e é gratuito o reconhecimento de firma pelos tabeliães, para os mesmos fins".

A legislação do Estado completa o princípio genérico do Código Eleitoral, pois, no Decreto n.

22.022, de 31-1-953, art. 60 n. 32, título V, do livro VI (Código de Impostos e Taxas), estabelece estarem isentos do imposto "os papeis relativos ao alistamento e ao processo eleitoral, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o, seu destino".

Os tabeliães devem, portanto, agir de acordo com os preceitos legais, já focalizados, eximindo-se da cobrança de emolumentos e selos, nos reconhecimentos de firmas para as mencionadas eleições.

Vale o presente despacho como recomendação de caráter geral.

Publique-se, remetendo-se à citada Federação cópia autêntica desta decisão.

São Paulo, 8 de agosto de 1953.

(a) Márcio Munhos
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 9-8-53.

N. 9616 - Juízo de Direito da Comarca de - Santa Isabel - "1 - O Corregedor permanente da Comarca de Santa Isabel, pela decisão de fis. 6, aplicou a Alcides Scachetti, escrevente do cartório do 2.º ofício e anexos, a pena disciplinar de suspensão, por um mês. Dessa decisão não pôde ser intimado o ora recorrente, porque se encontrava fora da comarca, como testifica a certidão de fis. 6 v.

Da petição, de fis. 26, infere-se, porém, que o interessado se inteirou da penalidade que lhe foi imposto, em 3-6-953.

Vem daí o pedido de reconsideração de fis. 36. que o Juiz admitiu imprópriamente como recurso, sustentando sua decisão e remetendo os autos para a Corregedoria Geral. Esta, verificando não se tratar de recurso, considerou-o como reclamação e a indeferiu, mantendo a sentença de primeira instância. Originou-se então, o recurso de fis. 61 dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça, por intermédio desta Corregedoria.

II - Indefiro o pedido de fls. 61 e, em consequência, deixo de dar andamento ao recurso.

Mesmo que a decisão fosse de Juiz de Primeira Instância, o recurso nunca seria para o Presidente do Tribunal de Justiça. Isso ocorreria igualmente se tratasse de decisão originária da Corregedoria. Ao examinar o processo n. 9.652, em que é interessado Francisco Pontes Filho, já se ponderou que o Regimento das Correições com as modificações do Dec. 6.697-A, de 21 de setembro de 1934, prevê recurso para o Corregedor Geral, das penas impostas aos escreventes, e para uma das Câmaras Criminais ou para o Tribunal Pleno, da punição aos escrivães, conforme a origem e respectiva proveniência de primeira ou segunda instância - artigo 101 - III, "d"; 105, "g" e 12 - XVI do Regimento Interno do Tribunal).

Vê-se, portanto, que inexistente preceito de lei ou regimental a possibilitar recurso para a Presidência do Tribunal de Justiça.

Nem se poderá admiti-lo como interposto para a Primeira Câmara do mesmo Tribunal (art. 35 da Decreto n. 4.786, de 3-12-1930), porque de há muito se esgotou o prazo legal.

Publique-se.

Braulia Soares de Lima Pires - Juiz de Direito da 4.a Vara da Família e Sucessões - "Deixo de tomar conhecimento do recurso interposto a fls. 121. O disposto no art. 18 do Dec. lei n. 14.978, de 29-8-1945, invocado pelo recorrente, não se aplica à hipótese do Juiz fixar, em razão de suas funções, os salários de avaliador ou perito, como sucedeu com o despacho ora recorrido. Pela exegese daquele inciso legal e notadamente pela análise conjunta dos três períodos nele contidos, verifica-se que teve em mira facultar os meios para coibir abusos praticados pelos

serventuários e auxiliares de Justiça, mediante ação direta dos Corregedores Permanentes dos Cartórios e de cujas decisões estabeleceu recurso para esta Corregedoria Geral. Nem há que invocar a manifestação desta Corregedoria no processo n. 18.558, citada pelos recorrentes para a pertinência do presente recurso, porque, ali apenas se ordenou a publicação do despacho judicioso de interesse Geral". Mesmo em Correição, Parcial o Conselho Superior da Magistratura, julga-se incompetente para modificar decisão de primeira instância, atinente à fixação de salários de avaliador ou perito, entendendo que despacho nesse sentido só poderá ser modificado em recurso ordinário, perante o Tribunal de Justiça. Nada impede, portanto, que oportunamente os interessados lancem mão do recurso conveniente. Publique-se, devolvendo-se os autos ao Dr. Juiz de Direito da 4.^a Vara da Família. S. P., 26-5-53. (a) Marcio Munhos.

N. 8.737 - Afro Fernandes - Capital - "Expeça-se a certidão para efeito de aposentadoria.

São Paulo, 26-5-53. (a) Marcio Munhos".

LICENÇA, EM PRORROGAÇÃO, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

Do Sr. Antonio Nogueira, serventuário do cartório do registro de hipotecas e anexos da comarca de Paraguaçu Paulista: - "Junte atestado da Secretaria da Justiça comprovando a obtenção da licença inicial de 24 meses e declarando que permaneceu no gozo da mesma, até o seu termino.

Encaminhe, outrossim, a importância de Cr\$ 121,00 em estampilhas estaduais e a manifestação do M. Juiz de Direito da comarca sobre o pedido de licença, em prorrogação, e indicação do substituto:"

D. J. de 26-9-53.

Conselho Superior da Magistratura
AGRAVO DE PETIÇÃO
Interposto por Edmundo Alves de Azevedo.

Vistos, relatados e discutidos os autos de agravo de petição interposto por Edmundo Alves de Azevedo da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos da Capital, na dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 15.8 Circunscrição.

ACORDA o Conselho Superior da Magistratura dar provimento ao recurso, para os fins de mandar transcrever escritura de compra e venda em que é outorgante o Sr. Henry Jeanot e outorgado o agravante. A circunstância de ter sido declarado solteiro na escritura, outorgada nos termos da procuração em causa, própria exibida ao Escrivão, não tem o condão de obstar a transcrição. O mandato em causa própria foi outorgado antes do casamento do vendedor, que se consorciou sob o regime de separação de bens, por força do art. 258 - II C. Civil. De fato, o contraente tinha 83 anos e a contraente 73 anos de idade, ao tempo da celebração do casamento (18.v. 943 - doe. fls. 35). Tratando-se de ato praticado antes de casamento, independia de outorga uxória da mulher, somente exigível a partir do consórcio (art. 235-1 C. Civil). Acresce, ainda, que a contraente faleceu em 1.^o de Agosto de 1952 (fls. 35). - Admitindo-se que fosse exigível a outorga uxória, não seria mais possível remediar a falta. Sucede também que, com a morte superveniente, o vendedor readquiriu a plena disponibilidade dos bens, sem necessidade de outorga uxória. As únicas exigências cabíveis dizem respeito às averbações, para que se consignem os sucessivos estados civis do vendedor, alterados em primeiro lugar pelo casamento e depois pela morte da contraente. Não se pode, com efeito, pelos fatos naturais do casamento e da viuvez, impedir a transcrição de uma escritura. - Custas legais. P. e 1.

São Paulo, 13 de março de 1953.

(a) Manuel Gomes de oliveira, Presidente.

Manuel Carlos, Vice-Presidente.

Márcio Munhos, Corregedor Geral e Relator.

D. J. 12-6-53.

Processo n. 57.269 - São Paulo - Agravo de Petição, interposto por Romiglio Finozzi e outros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto pelo Sr. Romiglio Finozzi e outros da decisão do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, ao julgar a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 15.^a Circunscrição.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura em votação unânime, por provimento ao recurso, para os fins de mandar transcrever as escrituras de aquisição de partes ideais e de divisão amigável. Esta última encerra a partilha dos bens de Tereza Finozzi e a divisão do imóvel. originariamente pertencente ao casal Boaventura e Tereza Finozzi. Tratasse de cessão de direitos e os cessionários, legitimamente para todos os efeitos substituíram os herdeiros maiores. Não importa que, no interesse dos contratantes se reunissem para a partilha partes ideais compradas e outras partes adquiridas me inventário. Faleceu o Sr. Boaventura Finozzi. 4/8 (quatro oitavos) metade dos bens constituíam a meação e cada um dos quatro filhos recebeu 1/8 (um oitavo), sendo o formal devidamente transcrito sob n. 28.073. Com a morte da viuva, aberta a sucessão, o Sr. Romiglio Finozzi recebeu mais 1/8 e adquiriu os 2/8 (dois oitavos) do outro herdeiro Aristides Finozzi que vendeu a parte havida do pai e cedeu os direitos da parte havida da mãe. Podia fazê-lo e o adquirente se tornou proprietário da metade do imóvel.

O mesmo sucedeu com o interessado Antonio José de Carvalho que, através das escrituras de fis. 10 e 15, ficou proprietário da outra metade. Nessas condições ante filiação tão clara, verifica-se que houve regular sucessão dos bens e não tinha razão o Sr. Oficial do Registro de Imóveis ao levantar a dúvida de fis.

Quanto ao argumento da falta de registro do formal, não tem procedência, pois, os cessionários regularizaram a situação, por via da escritura de divisão amigável referida.

Custas legais. P. e I.

São Paulo, 3 de Junho de 1953.

(a) Gomes de Oliveira
Vice-Presidente.

Márcio Munhos
Corregedor Geral e Relator

O Desemb. Azevedo Marques presidiu o julgamento com voto vencedor.

D. J. 23-3-53.

IMPOSTO DO SELO

Incidem no pagamento do selo proporcional os papéis não especificados, em que houver promessa ou obrigação de pagamento, de entrega ou transmissão de bens móveis e valores, sob qualquer modalidade, e bem assim, os que contiverem distrato, exoneração, subrogação, caução ou outra garantia, sinal ou liquidação de somas e valores, e, ainda, os que definirem promessa de compra e venda de bens móveis ou imóveis.

Notícias Várias

ESTRANGEIRO QUE FALSAMENTE SE REGISTRA BRASILEIRO

Todo nascimento ocorrido no território nacional deve ser levado a registro no cartório do lugar onde ele se deu (art. B3 decreto 4.857 de 9/11/39 - Registros Públicos). Antes, porém, o decreto 19.710 de 18/2/981 tornou obrigatório o registro civil das pessoas nascidas no território nacional, depois de 1.º/1/889 e de cujo nascimento não existisse registro ou ignorado fosse o local em que teria ele sido feito (art. 1.º).

O estrangeiro não pode promover o respectivo registro de nascimento, providência essa que somente cabe aos brasileiros natos. Contudo, pode ocorrer a circunstância de o estrangeiro, alterando a verdade, promover falsamente o registro, a fim de ser considerado brasileiro, seja porque possa ocorrer impedimento no tocante à obtenção da respetiva naturalização, seja ainda porque tenha interesse em ser considerado brasileiro nato, no intuito de contar com maior liberdade de ação e ser-lhe possível exercer determinadas atividades só permitidas aos aqui nascidos. Prevendo essa possibilidade, ou seja, de praticar o estrangeiro crime de falsidade ideológica, o decreto n. 19.710 citado (art. 8.º) estabeleceu a pena de expulsão do território nacional "dos estrangeiros que se hajam valido da liberdade do presente decreto para obter por meio de declarações falsas, os direitos que a lei só confere aos brasileiros natos." Deixou ainda esclarecido que "para o efeito de prescrição da responsabilidade penal dos declarantes e das testemunhas a que se refere este decreto, considerar-se-ão praticados os delitos de falsas declarações e falsos testemunhos no dia em que forem os mesmos verificados" (art. 9.º). Por seu turno, a respeito do registro civil, o decreto -5.860 de 30/9/43, que modificou o art. 348 do Cód. Civil, dispôs: "Sem prejuízo de outras penas em que haja incorrido, será expulso do território nacional o estrangeiro que fizer falsa declaração perante o Registro Civil das pessoas naturais, para o fim de atribuir-se, ou a seus filhos, a nacionalidade brasileira" (art. 2.º).

Como se vê, fica sujeito à expulsão o estrangeiro que venha a fazer falsas declarações perante o registro civil. Contudo, pela Constituição Federal (art. 143), o estrangeiro não será expulso se o seu conjugue for brasileiro e se tiver filho brasileiro (art. 129, n.ºs I e II) dependente da economia paterna. Nesse sentido a lição dos doutos (Pontes de Miranda, "Comentários", 3.º/385; Maximiliano, "Comentários", 3.º/nº 585 Maciel, "Expulsão de Estrangeiro", pag. 61; Supremo Tribunal Federal - hab. corpus n.º 29.500 e mandado segurança, n.º 978 de 1951). A lei ordinária que cogita da expulsão é o decreto 479 de 8/6/938. Trata-se de ato de competência do presidente da República. Valadão Pareceres, 2.º/178), e o processo inicia-se pelo inquérito policial (art. 1.º decreto 554 de 12/7/938). - MILTON CASTRO FERREIRA.

PREENCHIMENTO DAS CERTIDÕES DE REGISTRO CIVIL

O ministro da, Educação Sr. Antonio Balbino solicitou no seu colega da pasta da Justiça providências no sentido de que todos os cartórios do interior do País deixem de expedir certidões de registro civil de nascimento com as expressões "filho natural" e "filho ilegítimo".

Segundo verificação procedida pelo Departamento, Nacional da Criança, vários cartórios não estão cumprindo o decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, cujo artigo 14, dispõe: "Nas certidões de registro civil não se mencionará a circunstância de ser legítima ou não a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado ou em virtude de determinação judicial".

IMPOSTO DO SELO

"PROMISSÓRIAS DA MESMA DATA AO CONTRATO SUJEITO AO SELO POR VERBA BANCÁRIA"

A Lei do Selo, no seu artigo 45, das Normas Gerais, declara:

"Nos papéis em virtude dos quais se passem, na mesma data, letras de cambio ou notas

promissórias, será levado em conta o selo pago nestes títulos"

E acrescenta no § 1.º do citado dispositivo - a regra complementar, para que se efetive o favor legal:

"No caso de escritura pública, o tabelião deverá declarar qual a importância do selo pago nos títulos, e, no de escrito particular, igual declaração será lançada pela repartição arrecadadora local, a requerimento do interessado, dentro de oito dias da assinatura".

Eis aí a regra geral para que, num contrato em virtude do qual se passem na mesma data, notas promissórias ou letras de câmbio, deixe de ser pago selo em dobro, isto é, selo no contrato e selo nos títulos.

A regra geral manda selar os títulos e declarar no contrato essa ocorrência, declaração que será feita pelo tabelião, no caso de escritura pública, ou pela repartição, no caso de escritura particular.

Isto em regra geral, porque o citado art. 45, no § 4.º, encerra a seguinte exceção: "Quando se tratar de contratos aludidos no inciso 3.º, do art. 26, o selo deverá ser pago por verba bancária, competindo ao estabelecimento arrecadador fazer as devidas declarações nos títulos e nos diversos exemplares do contrato".

(Legislação Federal - órgão de Legislação Fazendária e Trabalhista).

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO - Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNTOU - Diretor-Secretário
IR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES - Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL - Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÊL - Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO - Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA - Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ - Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO - Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANSO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LÉRRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3
COQUETEL OFERECIDO AO DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	3
SOB O IMPÉRIO DA LUZ E DA VERDADE O APANÁGIO DA JUSTIÇA	4
LEIS E DECRETOS	5
LEI N. 2177, DE 23 DE JULHO DE 1953	5
DECRETO N. 6.055, DE 19 DE AGOSTO DE 1933	7
DECRETO N. 33.427 - DE 30 DE JULHO DE 1953	8
LEI N.º 1.990 - DE 25 DE SETEMBRO DE 1953	9
PROVIMENTOS	10
PORTARIA N. 11-53	10
PORTARIA N. 9-53	11
PORTARIA N. -13-53	11
DESPACHOS PROFERIDOS	12
NOTÍCIAS VÁRIAS	17
ESTRANGEIRO QUE FALSAMENTE SE REGISTRA BRASILEIRO	17
PREENCHIMENTO DAS CERTIDÕES DE REGISTRO CIVIL	17
IMPOSTO DO SELO	17
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	18
DIRETORIA	18
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTE	19
ÍNDICE	20

Nº 041 - Publicação: 01/10/1953

Segunda Jornada Notarial Brasileira

Patrocinada pelo COLÉGIO DOS TABELIÃES DO DISTRITO FEDERAL, realizou-se de 19 a 26 de setembro pp., na Capital Federal, a SEGUNDA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA.

A idéia do conagraçamento eficiente da classe dos tabeliães de notas de todo o Brasil foi lançada em São Paulo, em janeiro de 1952 com a auspiciosa realização da Primeira Jornada Notarial Brasileira.

Felizmente os notários do Brasil se encontraram em um certame de elevados objetivos e compreenderam a necessidade imperiosa de se congregarem para pugnar pelo aperfeiçoamento da instituição notarial, procurando criar e desenvolver no Brasil uma consciência notarial.

Encontrando um punhado de idealistas, como o foram os organizadores das duas jornadas notariais já realizadas, a semente lançada em Piratininga floresceu viçosa e assim reuniram-se novamente os notários brasileiros em uma expressiva demonstração de confraternização da classe. Compareceram quarenta e oito notários representando o Distrito Federal, os Estados de

São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Sergipe que foram quarenta e oito vezes entusiásticas e vibrantes, todos interessados vivamente no sucesso da jornada.

Prestigiou a jornada com a sua honrosa presença, mais uma vez, o Exmo. Sr. Presidente da União Internacional do Notariado Latino, José A. Negri, esse infatigável notário argentino cujo espírito de dedicação e devotamento à profissão é qualquer coisa de impressionante, pela sinceridade que deixa extravasar, constituindo assim, mais do que um exemplo, um magnífico estímulo.

Registramos com desvanecimento as prestigiosas adesões de duas figuras exponenciais do notariado europeu, Drs. Rafael Nunes Lagos, de Madrid, e Alessandro Guasti, de Milão, ambos ilustres membros do Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino. Diversas instituições notariais estrangeiras nos honraram com a sua simpática adesão, em uma expressiva demonstração de solidariedade da classe. À Federação Argentina do Colégios de Escribanos, ao Colégio de Escribanos do Buenos Aires e ao Conselho Nacional do Notariado Italiano, os agradecimentos dos notários brasileiros.

As sessões solenes de instalação e de encerramento da jornada foram honradas com a presença pessoal das figuras mais representativas do poder executivo e do poder judiciário da nação, sendo presentes o Exmo. Sr. Dr. Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Dr. J. J. Sá Freire Alvim, digno representante do Exmo. Sr. Presidente da República, o Exmo. Sr. Dr. Tancredo Neves, Ministro da Justiça, o Exmo. Sr. Dr. Antonio, Balbino, Ministro da Educação, o digno representante do Exmo. Sr. Dr. Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores, o Exmo. Sr. Desembargador Emanuel Sodré, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o Exmo. Sr. Dr. Plínio Travassos, Procurador Geral da República, o Exmo. Sr. Desembargador Fernandes Pinheiro, Corregedor Geral da Justiça e o digno representante do General Chefe de Polícia. Dando início a solenidade, o Sr. Ministro José Linhares deu a palavra ao Dr. Antonio Carlos Penafiel, Presidente do Colégio dos Tabeliães do Distrito Federal, o qual em primoroso discurso acadêmico, declarou instalada a Segunda Jornada Notarial Brasileira, sob prolongados aplausos da grande assistência que lotava o moderno auditório do Ministério da Educação, onde se realizaram todas as sessões solenes de instalação, de encerramento e as ordinárias também. Em seguida, o Sr. Ministro José Linhares deu a palavra ao Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial do Estado de São Paulo, que pronunciou o seguinte discurso: Exmo. Sr. Dr. José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Exmo. Sr. Dr. J. J. Sá Freire Alvim, representante do Exmo. Sr. Presidente da República.

Exmo. Sr. Dr. Tancredo Neves, Ministro da Justiça.

Exmo. Sr. Representante do Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Exmo. Sr. Desembargador Emanuel Sodré, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Exmo. Sr. Dr. Plínio Travassos, Procurador Geral da República.

Exmo. Sr. Desembargador Fernandes Pinheiro, Corregedor Geral da Justiça.

Don José A. Negri, ilustre Presidente da União Internacional do Notariado Latino.

Exmo. Sr. Dr. Antonio Carlos Penafiel, Presidente do Colégio dos Tabeliães do Distrito Federal.

Senhoras, senhores, colegas:

O COLÉGIO NOTARIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO acode pressuroso à convocação do seu irmão da Capital Federal para esta reunião que marca a instalação solene da Segunda Jornada Notarial Brasileira.

Bem razão tínhamos quando, em janeiro de 1952, ao realizarmos em São Paulo a Primeira Jornada Notarial Brasileira, fizemos um apelo vibrante aos notários brasileiros dizendo:

"Salve colegas do Brasil, mais uma vez, sejam bem-vindos vós todos que atendestes prazenteiros às primeiras clarinadas desta convocação. - A vossa presença nesta assembléia já represente uma vitória, é o marco inicial desse movimento envolvente que há de se estender promissoramente por todos os rincões do Brasil, levando a todas as suas capitais a semente viçosa do seu proveitoso programa, para que em futuro não muito remoto, tenhamos pelo menos um Colégio Notarial em cada Estado, filiados todos ao Colégio Notarial Brasileiro, essa estupenda aspiração, que, mercê de Deus, haveremos de concretizar, para maior satisfação nossa e grandeza da instituição. - Animados com a vossa fé e o concurso de vossa inteligência, havemos de vencer esta ingente e árdua missão, não medindo sacrifícios nem vigílias para a final consecução dos nossos elevados objetivos. Contamos convosco."

E vós viestes, trazendo os aplausos encorajadores necessários ao sucesso deste movimento de aproximação nacional.

A semente lançada em Piratininga confirmou a profecia de Pero Vaz Caminha, floresceu exuberante, fertilizada pelo orvalho animador dos colegas que lá foram à Primeira Jornada Notarial, levar ao Planalto o alento confortador de sua indispensável solidariedade e de apoio moral, quando o tufão arrasador da demagogia estéril ameaçava, como ainda ameaça a estabilidade e a dignidade da função notarial. - O perigo existe, está a mostra.

Estamos como que sobre um vulcão, com erupções intermitentes, atizadas freqüentemente, ora pela incompreensão de uns, ora pelo exibicionismo de outros, todos, porém revelando um desconhecimento quase total dos inúmeros e complexos problemas e das conseqüências resultantes dessas atitudes menos consentâneas com o bom senso e a razão.

Urge reagir e procedermos a uma intensa campanha de esclarecimento da opinião pública, alertando-a sobre os riscos que corre com a pretendida substituição de um sistema secular, que atende ao interesse público, o que é o mais importante, e nada custa ao Estado, dando-lhe ainda lucro, por outro sistema que constitui uma experiência perigosa, quase impraticável mesmo, em relação aos tabeliães de notas, e onerosíssimo para as partes e principalmente para o Estado. Mudar, só para melhor.

Como os Bandeirantes do passado, animados por um alto ideal, estamos procurando desbravar a mata expeça de incompreensão que nos circunda, pela ignorância ingênua de alguns e simulada de outros, dos benefícios positivos que emanam do exercício livre e consciente da nobre função notarial. Vem dos séculos a lição dos fatos.

Desde o reinado de D. Afonso II, de 1211 a 1223, encontramos em Portugal oficiais públicos com o título de Tabeliães, cuja interferência nos instrumentos de direito privado lhes imprimia o caráter de autenticidade.

Seguindo a tradição judiciária, vemos em janeiro de 1305, el-rei D. Diniz baixar um regimento disciplinando o instituto do tabelionato.

Em 1439, D. João I mandava dar o título de notários aos tabeliães de fora do reino, o que provocou dos tabeliães de Lisboa uma representação, solicitando que por mercê, os autorizasse a chamarem-se de notayros, que lhes parecia mais, "fremoso", além do que era mais próprio a seus ofícios, que eram de notas; - mas não foram bem sucedidos, conforme, conta o grande historiador Henrique da Gama Barros, na sua História da Administração Pública de Portugal, nos séculos XII a XV. - Remontei aos séculos XIII e XIV, apenas para demonstrar a extensão da tradição notarial.

O estudo comparativo das legislações notariais dos vários países, leva-nos à formulação do seguinte princípio: "O regime notarial é fruto da tradição histórico-cultural do País e deve coadunar-se com o sistema político dominante." - Esse princípio tem dois corolários: 1) - dada a importância jurídico-social da instituição, somente o Notariado livre (latino, anglo-saxônico, germânico) é compatível com o regime democrático; 2) - o Notariado profissionalmente subordinado ao poder público realiza a intervenção do Estado nos negócios privados dos cidadãos e abre caminho à limitação da liberdade jurídica pela restrição as vontades individuais.

A singularidade da função notarial está consubstanciada naquele dispositivo constitucional que coloca os titulares de ofício de justiça ao lado dos magistrados, dos Ministros do Tribunal de Contas e dos professores catedráticos, no gozo da regalia da vitaliciedade no cargo. A estes e somente a estes funcionários, di-lo expressamente a carta magna, se confere este privilégio, que é a máxima das garantias outorgadas pela Constituição.

É que o ministério desses funcionários, eximindo-se ao arbítrio dos governos, se deve impregnar de uma grande dose de independência e autonomia, em que reside toda a sua dignidade e toda a sua nobreza. No caso particular do notário, é ele a garantia da estabilidade jurídica, pois aos seus olhos se compõem, tramam ou desatam as relações de direito. Elas nascem, desenvolvem-se ou morrem aos olhos do notário, que as autentica com o timbre da sua fé pública. O que ele faz, portanto é dotar as vontades particulares duma expressão tecnicamente eficaz e isso é a própria base da ordem jurídica: O seu campo de ação é, destarte, o do Direito na sua atuação pacífica. Ninguém pode contestar honestamente a utilidade proveitosa e a necessidade social do notário independente, com a sua intervenção serena, e ponderada na aproximação das partes desavindas, conselheiro das partes e da família, com a suave autoridade da sua função.

Este o grande bem. Autoridade, prestígio, autonomia.

Porém para que assim seja, para que o notário possa efetivamente exercer sua salutar atuação na vida social, atendendo, conciliando, ensinando, aconselhando, mister se torna tenha ele independência e autonomia, além da capacidade funcional. Sem essa segurança, periclita a função, que tem uma certa majestade judicante.

Colhendo alguns dos seus comentários, rendemos aqui as nossas homenagens no grande matutino paulista, o "Estado de São Paulo", que é um dos jornais-tradição do Brasil, o qual, com todo o prestígio da sua indiscutível autoridade e o elevado critério dos seus conceitos, tem, sido na imprensa o paladino ardoroso da nossa causa, na defesa intransigente dos princípios jurídicos que sustentam a continuidade do atual sistema notarial, salientando, em artigos magistrais, a necessidade imperiosa da formação de uma consciência notarial.

Desfraldemos, corajosamente a bandeira de união da classe, conclamando todos para juntarmos nossas forças na defesa da instituição notarial e difusão dos princípios científicos que o norteiam, para seu maior desenvolvimento e gradativa elevação do seu prestígio social e intelectual.

Devemos dar à nossa profissão um pouco do muito que ela nos dá, seguindo o sábio conselho deste mestre do notariado, Don José A. Negri, cuja honrosa presença também nesta Segunda Jornada é mais uma demonstração do seu amor à profissão. Ele não falha nunca. Está sempre presente iluminando-nos com o brilho cintilante das suas lições.

Precisamos de contatos freqüentes, de aproximações continuas, para conhecermos os problemas, uns dos outros, e estudarmos as providências necessárias.

Esta Segunda Jornada Notarial Brasileira é uma brilhante realização dos tabeliães de notas do Rio de Janeiro.

É um acontecimento marcante, promissor, que nos enche de alegria e de orgulho e que muito nos envaidece pelo que já representa, pelo surto admirável que está tomando a idéia da formação de uma nova mentalidade notarial no Brasil."

Em seguida o Ministro José Linhares dou a palavra ao Sr. José A. Negri, Presidente do Conselho Permanente da Unido Internacional do Notariado Latino, que em expressiva oração fez a apologia do notariado autônomo e independente para alcançar o elevado nível que a tradicional instituição reclama para a realização efetiva da sua nobre função, tanto na ordem jurídica, como na ordem social e econômica da nação.

Após o encerramento da sessão solene, realizou-se um elegante coquetel nos confortáveis salões da moderna sede do Clube do Advogado.

Para o estudo e discussão das teses do temário, organizaram-se duas comissões que com

entusiasmo e elevada compreensão deram brilhante desempenho aos seus encargos, propondo resoluções de grande alcance, que vão transcritas mais adiante. Destas, ganham destaque, pela sua relevante importância: a criação da Federação Brasileira de Colégios Notariais e o oferecimento à União Internacional em Paris, em 1954, a cuja aprovação será submetida, a cidade do Rio de Janeiro como sede do IV Congresso Internacional a realizar-se em 1956. Para sede da III Jornada Notarial Brasileira, a realizar-se em 1954, foi eleita a cidade de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais.

Consignamos com viva satisfação a atuação brilhante e destacada da representação de São Paulo em todo o desenvolvimento dos trabalhos da jornada.

Na sessão solene de encerramento, falaram: o Dr. Antonio Carlos Penafiel, pelo Colégio dos Tabeliães do Rio de Janeiro; o Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, pelo Colégio Notarial do Estado de São Paulo e pela Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Alencar Medeiros, pela União Mineira dos Serventuários de Justiça; Don Julio Cesar Fontana, Diretor do Registro Geral de Poderes de Montevideu; Don José A. Negri, de Buenos Aires, Presidente da União Internacional do Notariado Latino, o qual procedeu a entrega dos diplomas aos participantes da Jornada, o que foi feito sob prolongados aplausos, tendo sido nessa ocasião prestada uma expressiva e merecida homenagem ao Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, pela sua incansável e eficiente atuação na Secretaria Geral dos trabalhos da jornada, ao que o homenageado agradeceu visivelmente comovido, demonstrando uma fé inabalável no ideal notarial.

A parte social da Jornada transcorreu agradavelmente, tendo sido cumprido atraente programa, destacando-se: as corridas no Prado da Gavea, onde o Jockey Club homenageou a Jornada, dedicando um grande prêmio a "II Jornada Notarial Brasileira", tendo os participantes da Jornada, assistido as corridas da Tribuna de honra, onde foram cumulados de gentilezas pelo Dr. Mario Ribeiro, distinto e estimado Presidente do Jockey Club Brasileiro; um grande almoço realizado no luxuoso Hotel Quitandinha pelo dinâmico Prefeito de Petrópolis, tendo sido visitado também o tradicional e notável Museu Imperial da linda cidade Serrana.

RESOLUÇÕES APROVADAS

São as seguintes as resoluções aprovadas na Segunda Jornada Notarial Brasileira:

TEMÁRIO - ITEM "A" - CARÁTER DA FUNÇÃO NOTARIAL

Resolução: I - Aprovar a definição dada ao Notário pelo Primeiro Congresso Internacional do Notariado Latino que diz: "O notário é o profissional de Direito encarregado de uma função pública, consistente em receber, interpretar e dar forma legal a vontade das partes, redigindo os documentos adequados para esse fim e conferindo-lhes autenticidade; conservar e expedir cópias que dêem fé de seu conteúdo. Em sua função esta incluída a autenticação de fatos". II - Propugnar para que o caráter e o alcance da função notarial no Brasil tenha a extensão que daquela definição se depreende.

TEMÁRIO - ITEM "B" - PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO LEGAL DO NOTARIADO. AUTONOMIA

Resolução: I - Que se deve propugnar para que o Notário seja considerado, legalmente, como, conselheiro, perito e acessor jurídico: redator dos atos e contritos que deve lavrar e que fique a seu cargo portar por fé os fatos e declarações passados em sua presença. II - Que se deve propugnar como aspiração máxima da classe notarial a sua autonomia institucional com seu governo e disciplina. A cargo dos seus organismos corporativos.

TEMÁRIO - ITEM "C" - ORGANIZAÇÃO GREMIAL PROFISSIONAL DO NOTARIADO

Resolução: I - Recomenda a criação de Colégios Notariais em todos os Estados do Brasil. II - Que nos Colégios Notariais se criem cursos especializados de estudos notariais. III - Cria-se a Federação Brasileira de Colégios Notariais, que fica sujeita à ratificação de cada Colégio Notarial já existente nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

TEMÁRIO - ITEM "D" - REMUNERAÇÃO

Resolução: Recomenda um sistema de remuneração que corresponda as reais necessidades dos

notários em geral, tomando-se em especial consideração a situação daqueles que exercem a função nas comarcas do interior, de modo a proporcionar a todos um regime compatível com a dignidade da função notarial. Quanto ao sistema propriamente dito de remuneração, ficará a cargo dos Colégios Notariais propugnar junto aos governos, pela adoção do melhor critério.

TEMÁRIO - ITEM "E" - APOSENTADORIA

Resolução: I - Recomenda que o Notariado Brasileiro propugne pelo estabelecimento da concessão da aposentadoria e, se possível, de pensões, aos notários e seus escreventes, levando-se em consideração as características regionais. II - Propugnar para que a aposentadoria dos Notários seja facultativa.

TEMÁRIO - ITEM "F" - UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOTARIAL BRASILEIRA

Resolução: Recomenda a elaboração urgente de um anteprojeto de codificação da legislação notarial brasileira, sugerindo à Federação Brasileira de Colégios Notariais a realização desse trabalho com a contratação de um jurista como assessor, trabalho esse que será apresentado à apreciação da III Jornada Notarial Brasileira.

TEMÁRIO - ITEM "G" - HISTÓRIA DO NOTARIADO BRASILEIRO

Resolução: Recomenda à Federação Brasileira de Colégios Notariais a coleta dos elementos necessários para a compilação da história do notariado brasileiro.

TEMÁRIO - ITEM "H" - REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NO III CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO (PARIS, 1954)

Resolução: I - O Notariado Brasileiro se fará representar no III Congresso Internacional do Notariado Latino pela Federação Brasileira de Colégios Notariais. II - Que todos os notários ou entidades corporativas notariais que queiram participar da delegação, devem dar a sua adesão a Federação. III - Que a Federação deverá divulgar e difundir todas as informações e esclarecimentos sobre o III Congresso Internacional.

TEMÁRIO - ITEM "I" - BRASIL, SEDE DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL (1956)

Resolução: oferecer à União Internacional do Notariado Latino por ocasião do III Congresso Internacional, a cuja aprovação fica submetida, a cidade do Rio de Janeiro como sede do IV Congresso Internacional a realizar-se em 1956.

TEMÁRIO - ITEM "J" - EXAME E DISCUSSÃO DO TEMA CENTRAL DO III CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO - "EXISTÊNCIA E LIMITE DO DIREITO NOTARIAL EM FORMAÇÃO COMO RAMO AUTÔNOMO DO DIREITO"

Resolução: Recomenda-se o estudo do Tema central do III Congresso Internacional a todos os notários que venham a constituir a delegação brasileira, e se possível, a execução de trabalhos escritos.

TEMÁRIO - ITEM "K" - QUAL O MELHOR SISTEMA PARA MODIFICAR A LEGISLAÇÃO ANTERIOR E PRINCIPALMENTE A ATUAL, ORA VIGENTE, SEJA QUANTO AO INGRESSO NA CARREIRA DE TABELIÃO, SEJA NO TOCANTE A TRANSFERÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA PARA AS VAGAS VERIFICADAS NO NOTARIA DO PÚBLICO

Resolução: I - Recomenda que somente possam ser providos nos ofícios de notas que se vagarem, os que já estejam na carreira notarial, assim considerados os titulares, os substitutos, os oficiais-maiores e os escreventes. II - Que se considere como título o exercício na função pelo prazo, mínimo de cinco anos. III - Que o ingresso na carreira notarial somente se dê por meio de concurso de provas e de títulos.

TEMÁRIO - ADITAMENTO AO ITEM III DA RESOLUÇÃO APROVADA SOBRE O ITEM "C" DO TEMÁRIO (ORGANIZAÇÃO GREMIAL PROFISSIONAL DO NOTARIADO)

Resolução: I - Fica constituída uma Comissão Provisória para, com urgência, dar redação ao Estatuto da Federação Brasileira de Colégios Notariais, e assumir os encargos atribuídos à Federação pelas resoluções desta Jornada, às quais deverá dar execução na medida do possível. II - Como sede provisória da Federação Brasileira de Colégios Notariais, fica eleito o Distrito Federal. III - Para aprovação do estatuto, da Federação, a Comissão Provisória convocará, por

carta registrada, uma assembléia geral dos Colégios Notariais já existentes e dos que até lá venham a se constituir e tenham dado conhecimento oficial de sua constituição à Comissão. IV - Para constituir a Comissão Provisória ficam eleitos os seguintes Tabeliães: Dr. Fernando de Azevedo Milanez, Dr. José Segadas Viana, Sr. José Cunha Ribeiro, Sr. Themistocles Silva, Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Dr. José Ferreira Alves Cirillo e Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva.

FORA DO TEMÁRIO - SEDE DA III JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

Resolução: I - Fica eleita para sede da III Jornada Notarial Brasileira, a realizar-se em. 1954, a cidade de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais. II - Que ficam encarregados da organização e realização da III Jornada Notarial Brasileira, os Tabeliães: Drs. Astor Viana e José de Alencar Medeiros, aos quais incumbirá constituir a Comissão Organizadora com os elementos que julgarem necessários.

* * *

ELEIÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Foram eleitos, para Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Desembargador Manoel Gomes de Oliveira e para Vice-Presidente, o Desembargador Paulo Colombo de Queiroz.

Esta eleição dos dois ilustres magistrados confirmou a tradição sempre seguida no mais alto tribunal Paulista: - o prêmio ao saber jurídico aliado ao caráter ímpoluto.

Estão de parabéns, a Justiça e o povo, pela segurança que impõe a Força do Direito.

PRÉ-NOMES E NOMES INCONVENIENTES (UM PROBLEMA DE HIGIENE MENTAL E SOCIAL)

Para certos indivíduos a influência psicológica do pré-nome ou do nome de família, quando se prestam ao ridículo ou à zombaria, pode ter sobre a personalidade efeito deprimente ou nocivo.

Urge no presente combater a excentricidade das nomenclaturas condenáveis pela higiene mental e social.

Cumprir evitar os nomes inconvenientes, assim como retificar, criteriosamente, apenas os que devem ser modificados para bem de seus portadores e da coletividade.

A oficialização JOSÉ VENÂNCIO BORGES Serventuário do 1.º ofício do Catanduva

O encanecido caso da oficialização de cartórios continua servindo de condão a campanhas inamistosas e delegantes de seus partidários, e o que é mais lamentável, a exortações injustas de alguns Magistrados aos Serventuários de Justiça. Se como nas contendas judiciais em que a presença do terceiro perito se faz necessária para desempate de laudos divergentes fosse eu chamado como mediador, embora me incluía entre os beneficiários pela inovação, a minha decisão penderia para o lado dos que a combatem. Eis as minhas razões. - O ilustre autor do projeto procura negacear a opinião dos seus opositores com a redação do inciso que fixa um determinado prazo para opção dos que pretendessem a oficialização. - Entrementes, ao elaborar o seu trabalho, S. Excia. não pensou, ao que suponho, na inconveniência da entrosagem dessa válvula no texto da sua proposição. Ora, no caso de sua concretização, em que situação perante seus auxiliares se colocariam os titulares que preferissem a continuação no mesmo statu-quo? É fácil prever-se. Desde que amparados pelas ambições, políticas, para cujo êxito a maioria

logicamente constitui fator preponderante, ou por qualquer outro motivo inconfessável, esses funcionários vem sendo mimosiados com privilégios e prerrogativas que motivam na sua grande parte, o afrouxamento da disciplina que antes mantinham frente aos seus chefes, mesmo não ignorando a fragilidade de sua investidura, eis que, a despeito das formalidades que precedem a sua nomeação, com exceção do oficial maior, nenhuma condição de responsabilidade lhes impõe a lei que somente reconhece a validade de seus atos quando assinados pelo Juiz ou subscritos pelos titulares ou seus substitutos. Como é notoriamente sabido, na sua quase unanimidade, eles se empenham fervorosamente pela medida em causa. Estas ultimas linhas não obrigam, intenção preconcebida de diminuição nos servidores. Elas apenas tem o alcance de mostrar que não se acham os rebeldes credenciados para uso da linguagem desairosa com que tem se referido, aos escrivães na jornada em prol de seu objetivo. - Parece que não foge da lógica a suposição e que esse temerário procedimento tem origem na força que lhes vem do poder competente por intermédio (sempre os intermediários) de seus munificentes benfeitores. E assim sendo, que conjectura se justifica sobre o que ocorreria nos cartórios cujos detentores renunciassem o direito facultado pelo citado dispositivo? Indubitavelmente a de que se instalaria neles uma situação de verdadeiro pandemônio, com grave prejuízo ao serviço publico, deve concordar o leitor. Na. propaganda de sua cansa, os partidários da oficialização se obstinam na declaração de vantagens, facilidades e benefícios que o seu triunfo traria aos interessados. Haverá sinceridade nisso? - Penso, que não. Oficialização é apenas eufemismo de burocratização e só quem teve necessidade de pleitear direitos perante uma repartição burocrática, poderá se iludir e acreditar. Cartório, com a norma de expediente que atualmente lhe estrutura, é ainda dos poucos múnus públicos onde quem o procura é atendido com solicitude e boa vontade, em qualquer dia e horário em atenção às suas alegadas necessidades, bem diferente portanto, do que acontece em outros, cujos servidores, quase sempre mal humorados, lhe negam o menor favor, mesmo que a sua concessão não afete compromissos de ordem funcional ou regulamentar. Não me alongarei mais por desnecessário. Com os argumentos de que me servi, deixo tão somente justificar o meu ponto de vista, pois, segundo diversas opiniões conhecidas e agora reforçadas pelo Emérito Subprocurador Geral da Justiça, a nossa dei das leis decidirá sobre o destino do projeto em transito, negando-lhe acolhimento. No próximo comentário, abordarei outros assuntos pertinentes a esta mesma tese, não perdendo de vista o que concerne aos conceitos nada lisonjeiros formulados por alguns Meritíssimos sobre a conduta dos integrantes da minha classe, um dos quais já foi respondido em tom respeitoso mas energicamente pelo ilustre colega Antonio A. Firmo da Silva desta Capital.

Colaboração

CASAMENTOS DE VIÚVOS

SILVIO LUCIANO CARUSO

Oficial sucessor do Reg. Civil de Nuporanga

Dos impedimentos enumerados no art. 183 do C. C. não podem casar (n.º XIII) o viúvo ou a viúva. que tiver filhos do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; nas disposições penais art. 225, o viuvo, ou a viuva, com filhos do cônjuge falecido, que se casar antes de fazer inventário do casal e dar partilha aos herdeiros, perderá o direito ao usufruto dos bens dos mesmos filhos; e, no art. 393, a mãe, que contrai novas núpcias, perde quanto aos filhos do leito anterior, os direitos do pátrio poder, mas enviuvando os recupera;

Por força desses dispositivos verifica-se que é mister o viúvo ou viúva ao convolar novas núpcias apresentar, além dos documentos exigidos no art. 183, certidão de haver procedido inventário dos bens deixados pelo cônjuge falecido e haver dado partilha aos herdeiros para não sofrer a penalidade inserta no art. 225.

Para ser cumprido fielmente o que preceituam os artigos 393 do C. C. e 602 do C. P. C., ao realizar-se casamento de viuva que tiver filhos menores e, mesmo não havendo bens a inventariar, o Oficial deverá remeter incontinentemente a certidão do ato ao Juiz de Direito acompanhada de uma declaração da contraente que a assinará no dia do casamento em duas vias, ficando a segunda via anexa aos autos de habilitação e, de acordo com o provimento publicado em 25 de março de 1949, no Diário de Justiça, elaboramos o seguinte modelo:

"Declararão. - F, (nome por extenso) brasileira, (profissão), tendo consolado segundas núpcias com F, nesta data, no Cartório de (localidade) e, para os fins dos artigos 602 do Código de Processo Civil e 393 do Código Civil, declara que: de suas primeiras núpcias com o falecido F, tem (tantos filhos) - de nomes (dar nomes, onde nasceram, data do nascimento de cada um, Cartório onde foram registrados, número dos livros, folhas e termos) ; que, (os seus filhos) possuem os seguintes bens: (relacionar esses mesmos bens, no que consistem e onde se encontram) conforme inventário dos bens deixados pelo seu primeiro marido e procedido no (dizer qual o Cartório e data do inventário) ; que, nos termos da Lei, para assumir a tutela de (seu filho ou seus filhos) indica o senhor (nome da pessoa indicada, fazendo a qualificação da mesma e declarar a sua residência) ; que, ela declarante e seu marido vão residir no município de (declarar o endereço completo). Data e assinatura da declarante.

ESCRIVÃO ELEITORAL

Licença, - Seu substituto assume todas as suas funções, inclusive as relativas ao serviço eleitoral. Essa investidura independe de ato do juiz ou do TRE, devendo este ser cientificado apenas para fins administrativos.

O Serviço Eleitoral compete ao OFÍCIO DE JUSTIÇA E NÃO A PESSOA DO SERVENTUÁRIO. Ao substituto do titular, em seus impedimentos, faltas ou afastamentos, cabe o exercício da escrivania eleitoral. Inteligência do art. 18, § 2.º, do Código Eleitoral. (Acórdão proferido no processo n. 1.600 da 109a. Zona (Ribeirão Preto), pelo Tribunal Regional Eleitoral.

O RECONHECIMENTO DE FIRMA EM FACE DAS LEIS FISCAIS.

ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA

1.º Tabelião de Mirandópolis

Ato comum e constante na vida funcional dos senhores Tabeliães, o reconhecimento de firma, exige destes, uma especial atenção, não só em relação a autenticidade da firma a ser reconhecida, como também em relação a selagem do documento, pois agora os tabeliães, - com uma parcela de responsabilidade, na prática desse ato - como verdadeiros agentes "indiretos" do fisco. Neste nosso trabalho, justificando o seu título, iremos estudar o reconhecimento de firma em face das leis fiscais.

RECONHECIMENTO DE FIRMA LEGISLAÇÃO FEDERAL

O art. 78 - (Normas Gerais) - do Dec. Fed. 32.39Z de 9 de março de 1953, é inegavelmente, uma advertência aos senhores serventuários. Está assim redigido àquele dispositivo:

Art. 78 - Incorrem na multa de Cr\$ 200,00: a) os serventuários do ofício que registrarem papéis nos quais se verifique infração a este Decreto-lei ou neles RECONHECEREM FIRMA;
Vemos, assim, que a Tabelião, SÓ DEVE RECONHECER FIRMAS em papéis que estejam devidamente selados, sob pena de incorrer na multa referida no dispositivo transcrito. O citado decreto, em seu art. 106 - (Tabela) - tributa o reconhecimento de firma, pela forma seguinte: Reconhecimento de firmas per notários públicos, de cada firma.....Cr\$ 1,00.

Notas..

2a. - Não incide no selo o reconhecimento de firmas em atestado, certidão, certificado e requerimento isentos do imposto.

Esse dispositivo, comporta uma análise mais detalhada. Iniciemo-la com a transcrição do Acórdão n. 18.464 do 1.º Conselho de Contribuintes. É de se notar que o acórdão faz referência ao dec. 4.655, em vigor quando o mesmo foi publicado, valendo integralmente para o dispositivo

atual, que nada mais é do que uma repetição do anterior.

"Acórdão n. 18.464, Recurso n. 16.825. - Imposto do Selo. (Consulta). Recorrente: Delegacia Fiscal em São Paulo "ex-officio". Recorrida: Associação Comercial e Industrial de Araraquara. Requerimentos endereçados a repartições estaduais e municipais. Selos a que estão sujeitos. A Associação Comercial e Industrial de Araraquara - São Paulo, consultou a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional naquele Estado se os requerimentos e petições dirigidos às repartições estaduais e municipais estão sujeitos ao pagamento do selo federal, como o exigem os cartórios locais, sempre que tais documentos lhes são levados para o RECONHECIMENTO DE FIRMAS. O Delegado Fiscal, tomando conhecimento da consulta, respondeu:

a) que tais papéis não incidem no imposto do selo federal, incidindo, entretanto, no selo de educação e saúde se estiverem estampilhados com formulas estaduais ou municipais;
b) que, em face da nota 2a. do art. 106 da Tabela anexa ao Decreto-lei n. 4.655, de 3-9-42, o RECONHECIMENTO DE FIRMAS em tais papéis está isento de selo federal.

Desta decisão recorreu "ex-officio" para este Conselho. Isto posto, e:

Considerando que a Delegacia Fiscal bem decidiu a matéria constante da consulta, invocada as disposições legais a aplicar nos casos por ela aventada, salvo a parte referente a Taxa de educação e saúde nos papéis sujeitos ao selo estadual que não é devido em face da circular n. 29 de outubro de 1943, do Ministério da Fazenda:

Considerando, entretanto, que esta parte não é objeto do recurso "ex-officio".

ACORDAM os membros do 1.º Conselho de Contribuintes por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso "ex-officio". 1.º Conselho de Contribuintes, em 21 de novembro de 1944. Arthur de Moura - Presidente. João Augusto, Relator - Visto. Tito Rezende. Representante da Fazenda Pública.

Verificamos aqui, que o Delegado Fiscal de São Paulo erradamente entendia ser devida a Taxa de Educação e Saúde, nos papéis "estampilhados com fórmulas estaduais e municipais", taxa essa, que, como ficou perfeitamente esclarecido no Considerando 1.º do Acórdão transcrito, não é devida para tais papéis. Aliás, já em maio de 1943, em notícia divulgada pelo "Diário de São Paulo" do dia 9 daquele mês e ano, o Senhor Presidente da República, solucionando dúvidas suscitadas sobre a incidência da Taxa de Educação e Saúde, em papeis sujeitos exclusivamente ao selo estadual e municipal, e em resposta à consulta formulada pela Interventoria do Estado do Ceará, categoricamente esclarecia o assunto com o seguinte despacho:

"Responda-se que não estão sujeitos ao pagamento da taxa."

Diante da clareza com que está redigido o art. 106 (Tabela) da atual lei do selo, não temos dúvida alguma, de que a importância de Cr\$ 1,00, incide sobre cada firma.

O mesmo entretanto não ocorre com a taxa de educação, que incide somente sobre cada reconhecimento de firma. Assim foi decidido pela Corregedoria Geral da Justiça, no proc. n. 5.005.

" Cada reconhecimento de firma paga o respectivo selo de Educação. São Paulo, 16 de setembro de 1947 (a.) Amorim Lima." (O grifo é nosso.)

Não é demais citarmos aqui, a decisão n. 124 da Diretoria das Rendas Internas, que esclarecendo a aplicação da Taxa de Educação nos reconhecimentos de firmas, assim, se expressa:

"É devida sobre cada reconhecimento de firmas e NÃO SOBRE CADA FIRMA ABRANGIDA POR UM SÓ RECONHECIMENTO." (O grifo é nosso.)

(Manual do Selo 5.º Edição - Tito Rezende e Jaime Pércles. Pág. 700)

Temos verificado na prática, que basta estar o papel isento do selo, para que o notário reconheça a firma nele contida, sem apor o selo federal, fundamentado na nota 2a. do art. 106 (Tabela). Entretanto, a regra expressa naquele dispositivo, isenta do SELO FEDERAL, o reconhecimento de firma, quando retratar somente de "atestado, certidão, certificado e requerimento isentos do imposto". Quando se tratar de qualquer outro documento, que não seja, atestado, certidão, certificado ou requerimento - ainda que nele não seja devido o imposto, o reconhecimento de firma, nesse documento, incide no selo federal de Cr\$ 1,00 por cada. firma

reconhecida. As isenções - como regalia excepcional - não podem. ser extensivas a casos não previstos na lei. Assim. sendo, entendemos nós, para que o reconhecimento possa gozar da isenção prevista na nota 2a. do art. 106, necessário se torna que ocorram estes dois requisitos:

- 1.º - que o reconhecimento se refira a requerimento, certificado, certidão ou atestado e,
- 2.º - que esse atestados, certidões, certificados ou requerimentos, estejam, por lei, isentos do selo federal.

O reconhecimento de firma, em qualquer outro documento, mesmo isento do imposto do selo, levará, necessariamente, Cr\$ 1,00 - de selo federal, por cada firma reconhecida. Assim, interpretamos a nota 2a. do art. 106.

RECONHECIMENTO DE FIRMA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

O reconhecimento de firma, no nosso entender e de acordo com o Código Tributário do Estado, está sujeito a uma "dupla" incidência do imposto. Vamos aqui esclarecer a sua selagem em relação a legislação Estadual, destacando os dois dispositivos do referido código que tributam o reconhecimento de firma.

O primeiro deles é decorrente das custas devidas ao tabelião. Está assim redigido o item VII - Seção I do Dc. lei 14.978 - (Regimento de custas),
De reconhecimento de letra e firma, sinal ou firma somente, além dos selos..... Cr\$ 2,00.
- Este emolumento é devido de cada firma reconhecida não poderá exceder de Cr\$ 150,00, qualquer que seja o número delas.

De acordo com o Livro X - Tabela "D" do C. I. T. (Dec. 22.022), as custas dos Tabeliães, são acrescidas de 15 %, para o Estado.

Assim sendo, cada firma reconhecida, fica sujeita a um acréscimo de Cr\$ 0,30, e que corresponde a 15 %, sobre o que Tabelião percebe por cada firma reconhecida, com. observância do máximo de custas taxado no inciso supra citado.

Além, dessa percentagem, o Código Tributário faz com que o Estado arrecade mais, por cada reconhecimento de firma,
- A metade dos emolumentos, mencionados na Tabela "D", n. 4, item VII, anexa.
O item VII, n. 4 da Tabela "D", referida, nada mais é do que o dispositivo do regimento de custas supra citado.

Assim sendo, arrecadando o Estado, mais a metade dos emolumentos do Tabelião, cada firma reconhecida é tributada pelo Estado em Cr\$ 1,30, sendo 0,30 corresponde a 15% sobre as custas do Tabelião e 1,00 corresponde a metade das mesmas custas.

Para melhor compromisso do assunto, vamos aqui transcrever o art. 15 - Cap. V, Livro X, do C. I. T. - (DOS EMOLUMENTOS DEVIDOS PELOS RECONHECIMENTOS DE FIRMAS.)
Art. 15 - A metade dos emolumentos, mencionados na Tabela "D" n. 4, item VII, anexa, será arrecadada em estampilhas, pelos serventuários que reconhecerem as firmas.

Parágrafo único - A estampilha destinada à sua arrecadação será aplicada e inutilizada no final da respectiva. cota.

TAXA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

A lei n. 465, criando no Estado de São Paulo, a T. A. S. J. tributou o reconhecimento de firma com a taxa-mínima de Cr\$ 0,50. Assim sendo, ao reconhecer uma firma, o Tabelião, além do selo devidos ao Estado e à União, sela, ainda, esse ato, com mais Cr\$ 0,50 daquela Taxa. Entretanto, pela maneira com que está redigido o inciso "D" do art. 12 da citada lei, a importância de Cr\$

0,50, não refere-se a cada firma, e sim é essa importância, a MÍNIMA a ser recolhida, quando os 5 % sobre os emolumentos do serventuário for inferior a cinquenta centavos.

Assim está redigido o inciso "D" do art. 12 da lei citada:

Art. 12 - Os fundos necessários à concessão da aposentadoria serão formados:

d) - com a arrecadação, com o mínimo de Cr\$ 0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" como adicional, a razão de cinco por cento (5 %), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro, Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Desta forma, até 5 firmas, que totalizam a importância de Cr\$ 10,00 de emolumentos do Tabelião, a T. A. S. J. será sempre de Cr\$ 0,50, e a partir de cinco firmas a taxa devida, será de 5 % sobre as custas do serventuário.

Entramos nesse detalhe, porque temos observado. alguns colegas selar com 0,50 de T. A. S. J. por cada firma reconhecida, o que, salvo melhor juízo, julgamos estar errado.

DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES.

O reconhecimento de firmas em papéis e documentos destinados à habilitação de casamento, está isento do selo federal (Art. 52, n. 16 do Dec. 32.392) e do selo estadual (Art. 60, n. 29, Título V, Livro VI do C. I. T.), ficando entretanto sujeito ao pagamento da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, pois, a lei que a criou, não isentou da mesma os papéis destinados a habilitação e celebração de casamento.

Fica, entretanto, o reconhecimento de firma em papeis destinados a habilitação e celebração de casamento, sujeito ao pagamento de custas devidas ao serventuário, tendo em vista o item XIV do art. 1.º da lei n. 632, que assim está expresso:

Pelo reconhecimento de firma, no processo de habilitação de casamento, por firma Cr\$ 2,00.

II

O reconhecimento de firmas em requerimentos e atestados solicitando isenção do imposto territorial rural, nos termos do § 1.º do art. 19 da Constituição Federal, no Estado de São Paulo, regulamentado pelo art. 9.º do Decreto Lei n. 16.970 de 24 de fevereiro de 1947 e pela O. S. n. 41/48 da Diretoria Geral do Departamento da Receita, está isento de selos. (Federal e Estadual). Atendendo, a alta finalidade daquele dispositivo de nossa Carta Magna, na prática, não temos também cobrado custas pelo reconhecimento das firmas em tais documentos.

III

A isenção de custas e selos, nos reconhecimentos de firmas em papeis comumente designados "para fins militares", só se justifica quando forem de interesse do serviço de alistamento e não de interesse particular do alistando.

Chegamos a essa conclusão, tendo em vista um. tópico do Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, Desembargador J. M. Gonzaga, no proc. n. 5.649, que assim esclarece:

"A isenção de selos e emolumentos, no que tange ao recenseamento militar, só se justifica e só existe, em regra, quando está em jogo o interesse do próprio serviço e não o interesse particular do alistando."

Assim finaliza aquele despacho:

"O que tudo vem confirmar aquela primeira conclusão, de que as isenções atendem antes aos interesses do serviço do que aos particulares dos alistantes que, por um motivo ou outro, como acontece no caso, pretendam se eximir do alistamento ou se livrar de responsabilidades que as leis militares impõem aos insubmissos."

IV

Nos precisos termos do art. 191, do Código Eleitoral (Dec. 1.164),

... São isentos de selo os requerimentos e todos os papéis destinados a fins eleitorais, e é

gratuito o reconhecimento de firma pelos. tabeliães para os mesmos fins.

Essa isenção é extensiva aos papéis e requerimentos destinados às eleições dos membros da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, conforme foi decidido em 8 de agosto de 1953 pelo Exmo. Senhor Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcio Munhoz, no proc. 9.736, que após estudar a analisar urna representação da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, determinou:

"Os tabeliães devem, portanto, agir de acordo com os preceitos legais, já focalizados. eximindo-se da cobrança de emolumentos e selo nos reconhecimentos de firmas para as mencionadas eleições. Vale o presente despacho corno recomendação de caráter geral."

V

Baseado no art. 60, Título V, Livro VI do C. I. T. que assim está expresso:

Art. 60 - São isentos do Imposto:

11 - os atos emanados dos governos da União e dos Municípios e negócios de sua economia ou regulados por leis federais ou municipais;

alguns tabeliães deixavam de apor os selos devidos nos reconhecimentos de firmas em papéis dirigidos às autoridades municipais. Entretanto, o despacho do atual Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcio Munhoz, no Proc. 8.860, de forma precisa e categórica, esclarece que essa isenção,

"Não abrange a selagem no reconhecimento de firma em papeis dirigidos As autoridades municipais."

VI

Os emolumentos do Tabelião, em reconhecimento de firmas nos documentos relativos a operações que forem efetuadas por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, dos Bancos oficiais, serão cobrados pela metade, isso em consequência do art. 2.º do Decreto-lei n. 221 de 27-1-1938, que assim está redigido:

... As custas e emolumentos de tabeliães, escrivães, oficiais de registros, hipotecas e protestos em que incidam ou venham a incidir todos e quaisquer documentos relativos a operações que forem efetuadas por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial serão cobrados pela metade dos respectivos regimentos.

VII

Os reconhecimentos firmas em papeis e documentos destinados A realização de plebiscitos nos termos da lei est. 2.081, serão inteiramente gratuitos, tendo em vista o § 2.º do art. 5.º daquela lei, que assim esclarece:

"Tanto o reconhecimento das firmas como os atestados de residência ou domicílio se fardo sem ônus para os interessados, não podendo, quer o tabelião, que as autoridades referidas, negar-se a praticar esses atos, sob pena de responsabilidade."

* * *

Acreditamos ter carreado para este nosso modesto trabalho, se não tudo, pelo menos um parte do que existe em .nossa legislação (Federal e Estadual), em relação ao reconhecimento de firma.

(10 de outubro de 1953)

1.º

P. S. Já havíamos terminado este nosso trabalho, quando lemos no Diário de São Paulo de 14-10-53 a mensagem do Governador do Estado a Assembléia Legislativa propondo alterações na lei tributaria do Estado. Em seu art. 13,

"Os emolumentos devidos pelos reconhecimentos de letra ou firma, ou de sinal ou firma somente, ficam acrescidos da importância fixa de Cr\$ 1,00 que constituirá, integralmente, renda do Estado."

Aceitamos que, em face da situação angustiosa com que se encontra o Tesouro Estadual, situação essa bem descrita nos motivos que justificam Aquela mensagem, venha a mesma, ser aprovada e convertida em lei. Se isso se der, a partir do dia 1.º de janeiro de 1954, cada "reconhecimento de firma" será acrescido de Cr\$ 1,00 de selo Estadual. Observamos que será cada "reconhecimento" e não cada "firma".

2.º

A "Recebedoria do Distrito Federal", em despacho proferido no Proc. 172.495/53 publicado no

Diário Oficial da União, de 12 de outubro, portanto, após havermos terminado este nosso trabalho, decidi um caso de grande importância para os senhores Tabeliães e com referência ao assunto por nós aqui tratado. Acreditamos que a transcrição integral daquele despacho, será de grande utilidade para os senhores Serventuários.

"A Companhia Internacional de Seguros Sociedade Anônima, com sede nesta Capital, a Rua Sete de Setembro número 94, alega que alguns tabeliães desta Capital, se tem recusado a levar a efeito o reconhecimento de firmas nos recibos passados em virtude de indenizações de seguro de vida, sob o fundamento de que esse reconhecimento, sem o Mo respectivo, implica na infração prevista no artigo 78, letra "a" das Normas Gerais da C. L. I. S. (Decreto n. 32.302, de 9 de março. de 1933).

"2. Esclarece a consulente que os recibos em questão, do qual apresentou um modelo, se referem à liquidação de contratos de seguro em grupo, cujo selo está previsto na nota 3a. do item I do artigo 109 da C. L. I. S. (Decreto n. 32.392, de 9 de março de 1953).

"3. Acentua ainda a consulente, que o assunto já foi objeto de regulamentação por parte do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, que sobre a matéria baixou a portaria. n. 4 de 4 de março de 1953. (Diário Oficial de 7 de março de 1953).

"4. Assim exposta a questão, consulta, a requerente se o reconhecimento de firmas nesses recibos, levado a efeito no decurso dos sessenta dias previstos para o recolhimento do imposto, acarreta alguma responsabilidade para o tabelião.

"5. A portaria do D. N. S. P. C. diz respeito a época do recolhimento do imposto e foi baseada em decisão desta Recebedoria, proferida em consulta do próprio D. N. S. P. C., e que mereceu aprovação da D. R. I. do Tesouro Nacional. (Processo n. 37.986 de 1953).

"6. Pelas disposições especiais e expressas, contidas nas Notas Gerais" 1a., 2a. e 3a. do art. 109 da Tabela da C. L. I. S. (Decreto n. 32.392 de 9 de março de 1953), todo e qualquer selo devido em virtude de seguros, capitalização e congêneres, - (seja nos contratos e suas reformas, seja nas apólices ou nas quitações, seja, por fim, em qualquer hipótese) -, será arrecadado em espécie, pela Seguradora, e por ela recolhido aos cofres do Tesouro Nacional per meio de guia, no prazo que a lei estabelece.

"7. Vê-se, pois, que mesmo nos cases de quitações de seguros, o selo não é pago nem por estampilhas apostas no instrumento de quitação, nem por verba lançada nos próprios recibos, mas, isto Sim per meio de guia que abrangerá o selo devido nas diversas operações realizadas durante o mês a que se referir o recolhimento.

"8. Do exposto, o reconhecimento de firmas nos recibos de quitação ou liquidação de seguros, a que se refere a Nota 3a. do item I do artigo 109 da Tabela da C. L. I. S., não está subordinado a prova do pagamento do selo, ainda mesmo que o reconhecimento se processe depois de expirado o prazo para o recolhimento, aos cofres públicos da quantia correspondente ao imposto arrecadado.

"9. Responda-se que, no caso da consulta, o selo não é pago no próprio instrumento de quitação e, assim, o reconhecimento de firmas, nessas quitações, não esta subordinado, em qualquer época, à prova do pagamento do imposto.

"10. Submeto esta decisão à deliberação da D. R. I."
R. D. F. em 21 de agosto de 1953. (a) Janserico de Assis. Diretor.

ENFRENTAM PESADOS ENCARGOS

GRATIFICAÇÃO MENSAL AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL
O DEPUTADO ULISSES GUIMARÃES FALA SOBRE O PROJETO 1846

O deputado Ulisses Guimarães é membro da Comissão Especial da Câmara Federal, incumbida de estudar e relatar o projeto 1846-52, que assegura uma gratificação mensal aos oficiais do Registro Civil. Essa proposição legislativa, está despertando vivo interesse entre os serventuários que ela visa beneficiar e, de um modo geral, entre os que conhecem o seu objetivo, que é o de compensar os; inúmeros encargos que, por força de lei, pesam sobre esses serventuários, sem emolumentos.

Ouvimos, sobre o assunto, o parlamentar paulista, que muito, se tem interessado, como membro da Comissão Especial, pela rápida tramitação do projeto e sua final aprovação. Disse-nos o deputado Ulisses Guimarães: - "Efetivamente, em virtude de leis federais, portarias, circulares e decretos, os oficiais de registro civil são obrigados a prestar vários serviços gratuitos, como por exemplo: certidões para fins eleitorais, para fins militares, para abono familiar, para habilitação ao trabalho de menores nas fábricas; certidões pedidas pela L.B.A., certidões para fins criminais; confecção à sua custa, de impressos contendo preceitos de puericultura, serviço de alistamento militar, registro de nascimento e casamento, e a sua habilitação de pessoas pobres, de óbito de indigentes; atos e documentos em virtude de Justiça gratuita; serviço de escrivania de polícia, nas delegacias e subdelegacias; estatística semanal para a Saúde Pública, estatística mensal para o Conselho Nacional de Estatística, relação mensal de óbito para os Tribunais Eleitorais, para o Ministério Público e a C. do Recrutamento; serviços decorrentes do art. 114 do Decreto-Lei 4857; serviços de audiência do Juiz de Paz, etc.. I

Como se vê são inúmeros e pesados os encargos que a Estado dá a esses serventuários, obrigatoriamente, sem qualquer compensação. Acresce que, por força deles, são obrigados, ainda, a fornecer o necessário material de expediente, inclusive impressos e papel timbrado, que não custa pouco. O Estado impõe o serviço, não o remunera e ainda obriga a despesas com o material de expediente. Já em 1934 se procurou corrigir essa injustiça, quando o constituinte mineiro. Delfim. Moreira Jr. a verberou. O mesmo objetivo teve, na legislatura passada, o deputado Vieira Rezende, com um projeto que não chegou a ser aprovado. E agora o deputado Medeiros Neto reviveu o assunto por meio da proposição que examinamos na Comissão Especial de que faça parte.

Não se levanta contra a proposição, porque é difícil ou mesmo impossível fazê-lo, qualquer contestação ao seu mérito, que envolve não apenas o interesse pessoal dos serventuários, mas também os do serviço público, porque é humano que não se trabalhe com satisfação, quando não se é remunerado, principalmente em um momento em que do alto custo da vida decorrem notórias dificuldades mesmo para os que são remunerados pelos trabalhos que realizam.

Houve objeções no tocante ao vulto da despesa que oneraria o erário federal, si fosse aprovado, nos seus termos originais, o projeto do deputado Medeiros Neto. A despesa anual seria de Cr\$ 667.820.000,00.

A Comissão apresentou um substitutivo que diminui esse encargo para Cr\$ 61.034.400,00. Esse substitutivo classifica os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais em duas categorias, a primeira compreendendo os do Distrito Federal, das capitais dos Estados e de todas as demais comarcas e termos judiciais, a que se atribue uma gratificação mensal de 1.500,00; e a segunda, abrangendo os distritos judiciais, com a gratificação mensal de Cr\$ 600,00. Já é uma conquista e há preocupação em melhorar essa situação, o que fatalmente virá a ser feito, agora ou mais tarde.

Existem no país 100 cartórios de registro civil de pessoas naturais nas Capitais e no Distrito Federal; 1.200 nas sedes de outras comarcas; 674 nos distritos judiciários.

Acredito na aprovação desse substitutivo, com o qual se começa a fazer justiça aos serventuários dos cartórios do registro de pessoas naturais.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

INSTRUÇÕES DA CORREGEDORIA, SOBRE TODOS OS AFASTAMENTOS DOS SERVENTUÁRIOS E DE SEUS AUXILIARES

Publicado no D. O. de 15/10/53.

PROVIMENTO N. 41-53

O Desembargador Marcio Munhos, Corregedor Geral da Justiça, no Estado de São Paulo, no uso de suas legais atribuições, etc.,

Considerando os novos dispositivos contidos na Lei est. n. 2.177 de 23-VII-1953, ampliando as atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, especialmente, no que diz respeito aos afastamentos dos escrivães e servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos estaduais;

Considerando que convém uniformizar, em todas as Comarcas do Estado, a maneira de proceder, em havendo concessão de férias, licenças e outros afastamentos, sem prejuízo dos servidores da Justiça, que não podem sofrer solução de continuidade;

Considerando a conveniência da estabilidade do servidor da Justiça, a fim de que não se desorganizem as atividades do Poder Judiciário e ao contrário cada vez mais se aperfeiçoem:

DETERMINA

1.º

F É R I A S

a) - Até o dia 10 de Dezembro de cada ano, os Escrivães organizarão a "escala de férias" do ano seguinte e relativa a ele próprio, aos escreventes fiéis e auxiliares da Justiça, submetendo-a à aprovação do Juiz corregedor permanente, que enviará, uma das cópias à Corregedoria Geral da Justiça, para reexame e anotações no fichário próprio

b) - O interessado, de acordo com a escala, entrará automaticamente no gozo das férias, sem mais formalidades, bastando comunicar à Corregedoria Geral da Justiça, através do Corregedor Permanente, os dias do início e do término.

c) - Cada cartório terá um livro de "registro de férias", que será simultaneamente o de movimento de autoridades e funcionários (Portaria 13-53 desta Corregedoria), consoante modelo anexo, devendo ser autenticado e rubricado pelo Juiz-corregedor permanente, destinando-se uma folha para cada servidor e adotando-se o sistema de colunas, para registrar o "início" e o "término" das férias e quitação dos salários ou vencimentos percebidos (art. 5.º § 3.º da lei 2.177).

d) - Qualquer alteração da escala depende de autorização do Juiz-corregedor permanente, a quem o interessado deve dirigir requerimento regular com o "acordo do Escrivão" e isento de selos e de reconhecimento de firmas, mostrando a conveniência para o serviço;

e) - As férias individuais devem coincidir, de preferência, com o período de férias coletivas dos Juizes e Tribunais, permanecendo, porém, no cartório, o mínimo de Escreventes e auxiliares necessários ao andamento dos serviços judiciais ou extrajudiciais, a critério do Corregedor Permanente;

f) - As férias são indivisíveis e devem ser obrigatoriamente gozadas em cada ano não podendo ser acumulada;

g) - Todavia, em ocorrendo necessidade, de acordo com as conveniências dos serviços, poderão os Juizes e Corregedores Permanente tomar providências para sustar, excepcionalmente o gozo de férias de Escrivães e servidores da Justiça;

h) - Na hipótese excepcional da letra "g", ficam o Escrivão, Escreventes e os Servidores com direito a contar em dobro o período total ou parcial das férias, para efeito de aposentadoria, na forma do art. 6.º, se não preferir gozá-las, no mesmo ano, quer no inteiro quer pelo restante, promovendo-se então, "alteração da escala" (arts. 1.º e 3.º).

2.º

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (ART. 11, § 1.º)

a) - Para tratamento de sua saúde ou de pessoa de sua família, o interessado encaminhará.

requerimento ao Corregedor Geral da Justiça, por intermédio do Juiz-Corregedor Permanente e anuência do Escrivão, quando não seja ele o requerente selado com Cr\$ 6,00 estaduais, fixando a data a partir da qual desejar afastar-se e a data em a qual voltará a exercício.

b) - Nessas hipóteses, o afastamento não poderá exceder de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

c) - O Escrivão ou o servidor deverão submeter-se a inspeção médica, no local designado e, se seu estado permitir, deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

d) - Se seu estado de saúde não permitir locomoção, poderá afastar-se, desde logo, instruindo, porém, o requerimento com atestado médico probatório, selado e com firma reconhecida, sujeitando-se em seguida a inspeção médica, no local designado ou em sua própria residência ou na conformidade do item "e".

e) - Os "Escrivães e servidores do Interior" poderão requerer, antecipadamente, aos Juizes-Corregedores Permanentes ou ao Diretor do Fórum a "inspeção médica, nas Delegacias de Saúde, nos Centros de Saúde e nos Postos de Assistência Médica na falta dos primeiros e preenchidas as formalidades legais, encaminhando-se o laudo e o requerimento A Corregedoria, por intermédio do Corregedor Permanente, que expressará suas observações pessoais.

f) - Renovando-se os pedidos de licenças, devem ser renovadas, também, as "inspeções médicas", quando encaminhado o requerimento do prorrogações, se possível, 8 (oito) dias antes do término da que lhe foi anteriormente concedidas no mínimo.

3.º

LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES (LEI N. 1.177, DE 23 DE AGOSTO DE 1951 - ARTIGOS 11, § 2.º e 16)

a) - Para tratar de interesses particulares, o Escrivão ou o servidor encaminharão requerimento ao Corregedor Geral da Justiça, por intermédio do Juiz-Corregedor Permanente, com anuência do Escrivão, quando não seja Me o, requerente, selando-o com Cr\$ 6,00 estaduais, instruindo-o com o atestado a que se refere o artigo 4.º da mencionada lei e exibindo estampilhas estaduais no valor de Cr\$ 171,00 (cento e setenta e um cruzeiro), quando a licença for inicial de 730 dias e, no valor de Cr\$ 121,000 (cento e vinte e um cruzeiros), quando se tratar de prorrogações por mais de 365 dias, devendo, nesse último caso, comprovar a concessão e o gozo da licença inicial de 730 dias, juntando certidão da Secretaria da Justiça, se o interessado for Escrivão, e atestado do Juiz Corregedor Permanente, se for escrevente, fiel ou auxiliar de cartório da Capital ou do Interior.

b) - Quando o interessado, com base na Lei n. 2.177, de 23 VII-953, requerer o gozo parcial por 60, 120 ou 180 dias, deve exibir estampilhas nos valores de Cr\$ 21,00, Cr\$ 41,00 e Cr\$ 91,00 (vinte e um, quarenta e um e oitenta e um cruzeiros) respectivamente.

c) - Em caso de desistência do gozo total ou parcial do primeiro período de 24 (vinte e quatro) meses, renunciará, também, ao direito de prorrogação.

d) - O interessado deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

e) - O Corregedor Permanente deverá mandar o Escrivão elaborar dados, sobre a "renda líquida do cartório", enviando-os a Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que, possa fixar a remuneração do substituto legal.

4.º

LICENÇA-PRÊMIO (ARTIGO 15, § 2.º)

a) - O Escrivão ou o servidor que requererem licença-prêmio, ou sua desistência para contagem em dobro para efeito de aposentadoria encaminharão requerimento ao Corregedor Geral da Justiça, por intermédio do Juiz-Corregedor Permanente do cartório, com anuência do Escrivão, quando não seja ele o requerente, selando-o com Cr\$ 6,00 estaduais e instruindo-o com o

comprovante de que a ela tem direito, na forma da legislação em vigor. No caso de desistência, o pedido trará firma reconhecida do requerente.

b) - O interessado deve aguardar em exercício a concessão da licença.

5.º

AFASTAMENTO ATÉ 8 (OITO) DIAS NAS COMARCAS DO INTERIOR

(licença para tratamento de saúde e em virtude de nojo - artigo 14).

a) - No Interior, os requerimentos de licença, para tratamento de saúde, ou por motivo de doença em pessoa da família do Escrivão, ou do servidor, bem como o afastamento em virtude de "nojo", desde que não exceda de 8 (oito) dias, deverão ser encaminhados aos Juizes de Direito e Corregedores Permanentes dos cartórios, com anuência do Escrivão, se não for o requerente.

b) - Só excepcionalmente, ante o conhecimento direto da situação pelo Corregedor Permanente, poderá o interessado renovar o pedido de afastamento por mais 8 (oito) dias e, assim mesmo, se for diverso o motivo que o justifique.

c) - Nesses casos, o Juiz Corregedor permanente mandará expedir portarias, isentas de selos e emolumentos estaduais.

d) - O Corregedor permanente nomeará o "substituto legal" do Escrivão licenciado, comunicando a Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, para as necessárias averbações no prontuário.

6.º

DAS SUBSTITUIÇÕES - ARTIGOS ... § ÚNICO, 12 §§ 1.º E 2.º E 15, § 3.º (REMUNERAÇÃO - ARTIGO 16)

a) - O substituto legal do Escrivão em férias, é o oficial maior e, na ausência ou impedimento deste, o 1.º Escrevente do cartório, independentemente de designação, bastando que, por intermédio do Juízo, sejam expedidas comunicações de "posse" e "exercício" a Corregedoria Geral da Justiça.

b)- O substituto legal do Escrivão licenciado em gozo de licença-prêmio ou impedido por outro motivo será o oficial maior e, na ausência ou impedimento deste, o escrevente mais antigo do mesmo cartório, devendo haver designação pelo Escrivão, e "prévia aprovação do Juiz de Direito, corregedor permanente (artigos 12 §§ 1.º e 2.º e 15 § 3.º) e nomeação pela Corregedoria Geral da Justiça".

c)- No caso de ausência ou de impedimento do Oficial Maior e de todos os escreventes habilitados para substituir o titular em férias, licença ou impedidos por qualquer motivo o Juiz-Corregedor permanente indicará escrevente habilitado de outro cartório da mesma comarca, dependendo a "posse" e o "exercício" de nomeação da Corregedoria Geral da Justiça (artigo 12 § 2.º).

d) - Aplicar-se-á o § único do artigo 59 do dec. lei estadual n. 11.058, de 26 de abril de 1940, na, impossibilidade de observância do item anterior.

e) - Extendem-se aos Escrivães, escreventes, fiéis e auxiliares de cartório as vantagens do artigo 9.º § 1.º do Dec. 6.055, de 19/VIII/1933 e do artigo 9.º § único do dec. n. 17.008, de 5/III/1947.

7.º

NOMEAÇÕES

a) Em caso de nomeações de substitutos, a Corregedoria Geral da Justiça expedirá portarias, as quais estão isentas de selos e emolumentos, devendo ser apresentadas ao Corregedor Permanente, afim de, depois de pago o selo de nomeação de 40% sobre a lotação, tomar posse do cargo e assumir o exercício das funções cumpridas as demais formalidades legais.

8.º

a) - Os casos omissos, serão resolvidos por esta Corregedoria Geral da Justiça.

São Paulo, 12 de outubro de 1953.

(a) Marcio Munhós
Corredor Geral da Justiça

LICENÇA PARA SAÚDE
MODELO DE REQUERIMENTO PARA ESCRIVÃES

Fulano de tal..... nascido a de..... de 1..... (filiação),
(estado civil), em (cidade) residente à rua n (bairro),
portador da prova de identidade (declarar a carteira e número), exercendo o cargo de (escrivão),
do (declarar o cartório) para o qual foi nomeado
em de.....de achando-se enfermo, ver requerer que lhe sejam
concedidos dias de licença, para seu tratamento (ou de pessoa de sua família -
declarar o nome e o parentesco), a contar de . . . de de

Indica para substituí-lo durante o seu impedimento o Sr (mencionar o cargo).

Neste termos,
P. Deferimento.

Selado com Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) est. estaduais.

(Assinatura do interessado)
VISTO

Juiz de Direito

NOTA. - a) - Em se tratando de prorrogação, declarar a data da licença inicial;
b) - Indicar o local de sua preferência, para a inspeção de saúde se estiver acamada ou hospitalizada, deve ser juntado ao requerimento um atestado médico, com firma reconhecida, selado com Cr\$ 1,00 federal, Cr\$ 1,50 educação e saúde e Cr\$ 2,00 de taxa médica, declarando que a mesma está impossibilitada de se locomover.

MODELO DE REQUERIMENTOS PARA ESCRIVENTES - FIÉIS E AUXILIARES

Fulano de tal..... nascido a de..... de 1..... (filiação),
(estado civil), em (cidade), residente à rua n (bairro),
portador da prova de identidade (declarar a carteira e número), exercendo o cargo de
(escrevente, fiel ou auxiliar) do (declarar o cartório) para o qual foi
nomeado em de.....de achando-se enfermo, ver requerer que lhe sejam
concedidos dias de licença, para seu tratamento (ou de pessoa de sua família -
declarar o nome e o parentesco), a contar de . . . de de

Nestes termos,
Selado com Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros est. estaduais).

(Assinatura do interessado)
VISTO

VISTO

Escrivão

Juiz de Direito

NOTA. - a) - Em se tratando de prorrogação, declarar a data da licença inicial;

- b) - Indicar o local de sua preferência, para a inspeção de saúde
- c) - Se a pessoa a ser inspecionada estiver acamada ou hospitalizada, deve ser juntado ao requerimento um atestado médico, com firma reconhecida, selado com Cr\$ 1,00 federal, Cr\$ 1,50 educação e saúde e Cr\$ 2,00 de taxa médica, declarando que a mesma está impossibilitada de se locomover.

PORTARIA A QUE SE REFERE O N. 1, LETRA "C", DO PROVIMENTO N. 41/53.

Publicadas no D. O. de 5/9/53.

PORTARIA N. 13-53

O desembargador Marcio Munhós, corregedor geral da Justiça de São Paulo, tendo em vista suas atribuições legais,

Considerando os termos da lei 1177 de 3 de Agosto de 1951, que disciplinou as férias, licenças e afastamentos dos servidores de cartórios não estipendiados pelo Estado;

Considerando que foi criado o livro de "registro de férias", o qual deve conter dados certos, inclusive o recibo de pagamento dos salários dos interessados, quando em férias;

Considerando que, nas comarcas do interior e nos cartórios da Capital, deve existir o livro de "movimento de autoridades e funcionários"

Determina:

1.º - O Livro de "registro de férias" deve ser o mesmo livro de "movimento de autoridades e funcionários" existente no cartório do Júri do Interior e nos vários Cartórios da Capital, ajustado às exigências da nova lei, reservando-se uma folha para os lançamentos referentes a cada funcionário.

2.º - Nos Cartórios do Fórum-extra-judicial, o livro será simultaneamente registro de férias e de movimento de funcionários - (serventuários, escriturários e demais servidores).

3.º - Esse livro deve ser autenticado e rubricado pelo Corregedor Permanente do Cartório.

Publ., reg. e cumpra-se.

São Paulo, 3 de Setembro de 1953.

(a) Marcio Munhós - Corregedor Geral da Justiça.

ARTIGO 4.º, DA LEI N. 1.177, DE 23 DE AGOSTO. DE 1951, A QUE SE REFERE O PROVIMENTO N. 41/53, DA CORREGEDORIA, N. 3, LETRA "A"

"Art. 4.º - O requerimento de licença deverá ser acompanhado de atestado do Corregedor Permanente da Comarca em se tratando de serventuário ou oficial de justiça, ou do respectivo serventuário ou sucessor, em se tratando de funcionário de cartório, declarando a inexistência de motivos que impeçam a sua concessão".

PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 58, DO DECRETO LEI N. 11.059, DE 26 DE ABRIL DE 1940, A QUE SE REFERE O PROVIMENTO N. 41/53, DA CORREGEDORIA, N. 6.º, LETRA "D"

"Parágrafo único - Os serventuários que não tiverem escreventes juramentados, serão substituídos por pessoa idônea que indicarem a autoridade que tiver de conceder licença ou férias, e nos casos de falta ou impedimento ocasionais, por outro serventuário designado pelo Corregedor Permanente".

DECRETO-LEI N. 6.055, DE 19 DE AGOSTO DE 1933, A QUE SE REFERE O PROVIMENTO N. 41/53, DA CORREGEDORIA N. 6.º, LETRA "E"

Art. 9.º - Em cada período de dez anos de contínuo exercício, o funcionário terá direito, mesmo que não alegue moléstia, a uma licença-prêmio de seis meses, que poderá gozar de uma só vez ou em parcelas. Os funcionários de ensino com direito a licença deste artigo só poderão gozá-la em três períodos iguais, ou menos.

§ 1.º - Essa licença, não acarreta desconto algum nos vencimentos, nem será deduzida do tempo de serviço.

DECRETO-LEI N. 17.008, DE 5 DE MARÇO DE 1947, A QUE SE REFERE O PROVIMENTO N. 41/53, DA CORREGEDORIA, N. 6.º, LETRA "E"

"Art. 9.º - Poderá o funcionário, mediante requerimento, desistir do gozo da licença-prêmio, contando-se-lhe, nesse caso, em dobro, o tempo respectivo, Para os fins do art. 97, do Decreto-Lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941, e para efeito do adicional.

Parágrafo único - A desistência será irretratável, uma vez concedida e somente poderá referir-se ao período total da licença.

ARTIGO 97, DO DECRETO-LEI N. 12.273, DE 28 DE OUTUBRO DE 1941

"Art. 97 - Na contagem de tempo, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

- a) o tempo de serviço em outro cargo ou função pública estadual, anteriormente exercício pelo funcionário;
- b) o período de serviço ativo no Exército, na Armada, nas Forças Aéreas e nas auxiliares, prestado durante a paz, computando-se pelo dobro o tempo em operações de guerra;
- c) o número de dias em que o funcionário houver trabalhado como extra-numerário;
- d) o período em que o funcionário tiver desempenhado, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, cargos ou funções federais, estaduais ou municipais;
- e) o tempo de serviço prestado pelo funcionário às organizações autárquicas.

DESPACHOS PROFERIDOS

Apelação n. 59.342 - Rio Claro - Dr. Augusto Schmidt Filho e sua mulher - apelantes. Manoel Antonio de Carvalho e sua mulher - apelados. - "Denego o recurso extraordinário interposto a fls. 281. O acordo recorrido não deixou nem deixa de aplicar ao caso, dos autos o artigo 505 do Código Civil, parte final". Não se deve, entretanto, julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio". Aplicou-o dando-lhe interpretação consentânea com a primeira parte do dispositivo de que não obsta a manutenção, ou reintegração na posse, a alegação de domínio, ou de outro direito sobre a causa". Segui a opinião dominante na doutrina e na jurisprudência de que a extinção constante da final do preceito legal citado só tem lugar se as duas partes fundam o seu direito a posse do domínio, coisa que se não deu em relação aos autores, ou se a favor da posse dos litigantes é falha ou duvidosa. Acresce que, no caso dos autos, os recorrentes ao adquirirem os terrenos se comprometeram a respeitar o contrato de compromisso de permuta feita pelos vendedores com os autores, em virtude do qual estas entraram na posse da área disputada. O acórdão se baseou em apreciação de prova e numa interpretação jurídica da lei. São Paulo, 1 de Setembro de 1953. (a) Gomes de Oliveira". Advogados: - Drs. A. R. Marinho Jr. - Ruy Cassavia.

D. J. 2/9/68.

De Maria Aparecida Cabral e Silva - Escrevente do cartório do registro de imóveis e anexos da 1.ª circunscrição da comarca de Campinas - Sobre desistência do gozo de férias - "Indefiro. Só pode ser requerida a contagem de férias em dobro, depois de expirado o exercício. Aguarde-se, portanto, oportunidade. Acresce que a regra geral é a "obrigatoriedade do gozo das férias". Trata-se de medida de higiene mental, com o propósito de permitir o justo descanso a quem trabalha, voltando ao serviço com mais disposição, e em condições de maior produtividade. É mais uma razão para se excluir a pretendida contagem de tempo, que se tornará admissível somente em casos excepcionais, de acordo com os; interesses da Justiça e as conveniências do momento. I.

São Paulo, 31 de agosto de 1953. (a) Marcio Munhos".

D. J. 2/9/53.

De Manoel Mendes Silva - Escrevente do 1.º ofício dos feitos da Fazenda Municipal da Capital - Sobre afastamento do cargo de escrevente - "O interessado requer o afastamento, por 2 (dois) anos, alegando ter sido contemplado com uma bolsa de estudos. Em primeiro lugar, o documento de fls. 4, que se refere a esta bolsa, não declara qual o tempo que abrange. Em segundo lugar, o serviço do cartório não ficará prejudicado somente no caso de preencher a falta do requerente, com a nomeação de outro servidor. Deverá, portanto, o escrivão declarar se está disposto a assumir esse encargo. O suplicante, também, deverá provar que a bolsa obtida é pelo prazo de 2 (dois) anos, esclarecendo ainda porque não se socorre dos preceitos da lei 1.177, do 23 de agosto de 1951, vindo pleitear o afastamento não previsto em lei, de modo expresso". I. - São Paulo, 31 de agosto do 1953. (a) Marcio Munhós.

2/9/53.

PROVIMENTO N. XXXVII

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais
Considerando o disposto na lei federal n. 1.869, de 27 de maio de 1953, que permite sejam feitos depósitos nas Caixas Econômicas;
Considerando que, dos entendimentos havidos entre a Presidência e a Corregedoria Geral da Justiça com os Diretores da Caixa Econômica Estadual, ficaram assentadas medidas do ordem geral, consoante anexo, em benefício dos depositantes e de acordo com os interesses da Justiça, havendo capitalização semestral dos juros de 5 %, a serem abonados, indistintamente, em todos os depósitos;
Considerando a conveniência dos depósitos individuais, disposição do Juízo, com emissão de Cadernetas em nome de cada depositante, facilitando sobremaneira a fiscalização, e a contagem dos juros;
Considerando que continuam as fiscalizações de seção, da Contabilidade da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Secretaria da Fazenda, além das dos Juizes respectivos;
Determina
1.º - Doravante, os Drs. Juizes de Direito e os Drs. representantes do Ministério Público, quer da Capital quer do Interior, darão preferência à Caixa Econômica Estadual para os depósitos judiciais, diretos ou por intermédio de depositários públicos, em nome de cada depositante, com emissão da "Caderneta de depósito" correspondente e contagem de juros de 5%, capitalizados semestralmente.

2.º - Paulatinamente ou de acordo com as conveniências da Justiça, os depósitos antigos poderão ser transferidos para o mencionado estabelecimento de crédito, sob as condições constantes do item anterior.

3.º - No tocante aos depósitos propriamente ditos, movimentação e levantamento, sejam obedecidas as determinações constantes de Provimento a ser baixado pela Corregedoria Geral da Justiça, na parte atinente a depósitos de dinheiro.

Pub., reg. e cumpra-se.

São Paulo, 26 de novembro de 1953.

D. J. 1/12/53

PORTARIA N. 16-53

O desembargador Marcio Munhós, Corregedor Geral da Justiça no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a existência de praticantes, auxiliares da justiça e fiéis, em cartórios não

oficializados;

Considerando que é necessário arquivar contrato de vencimentos em juízo, uma vez que os praticantes, auxiliares e fiéis não tem título de nomeação e vencerão o que combinarem com o serventuário (art. 21 § 1.º do dec. 5.129 de 23-VII-1931) ;

Considerando que podem eles inscrever-se na Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça (leis 465 e 507 de 23-IX-1941 e 17-XII-1949, respectivamente e dec. est. 19.365 de 20-IV-1950) ;

Considerando porém, que o "tempo de serviço" só será contado depois do prazo de seis meses do arquivamento do contrato, sendo uma das vias enviadas ao Instituto de Previdência do Estado (artigo 14 § 2.º do dec. 19.365) ;

Considerando a necessidade de se tomarem providências que obstem a prática de abusos e irregularidades;

Determina:

1.º - Que todo serventuário, ao admitir praticante, fiel ou auxiliar de cartório, lavre "contrato escrito", fixando a remuneração e a forma de pagamento, arquivando uma via no cartório da Corregedoria Permanente e enviando duas vias ao Corregedor Geral, para o arquivo da

Corregedoria Geral da Justiça e conseqüente remessa ao Instituto de Previdência. do Estado;

2.º - Que se organize a "folha de pagamento" mensal, consoante modelo anexo, arquivando-se em cartório, depois de visada pelo Corregedor Permanente.

Publ., reg. e cumpra-se.

São Paulo, . . . de Outubro de 1953.

(a) Marcio Munhós
Corregedor Geral da Justiça.

D. O. de 1/11/53.

Jurisprudência

ANOTAÇÕES E COMUNICAÇÕES

SILVIO LUCIANO CARUSO

Oficial Sue. do Reg. Civil de Nuporanga

O art. 114 do Dec. 14.857, declara taxativamente que deve ser anotado nos termos de nascimento, todas as ocorrências relativas e decorrentes daquele, ato, - tais, como casamento, óbito, retificações, emancipação etc. - é de todo conveniente mencionar-se no ato que o originou qualquer alteração nos assentas de nascimentos haver-se cumprido as disposições do art. 114 do Dec. 4857; exemplifiquemos no caso de um casamento em que o contraente é natural de outro distrito e a contraente daquele onde se efetuou o ato, temos que proceder a comunicação e anotação, - feito isso, anotaremos a margem direita do termo de casamento o seguinte: - Comunicado ao Oficial de ?, para anotação no livro ? - as fls.?, termo ?; - anotado neste Cartório no livro A -?, fls.?, termo, - comunicado ao Departamento de Estatística para anotação no Talão? pág.?, termo?, comunicações números: - em caso de óbito proceder-se da mesma forma a margem direita do respectivo termo.

Com essas cautelas, ficará evidenciado haver-se cumprido o disposto no art. 114 do Dec. 4857 e evita-se a remessa de comunicações mais de uma vez de um mesmo ato e também facilitará qualquer referência posterior que se tenha de fazer sobre esses atos.

Nuporanga, 7 de Outubro de 1.953.

Notas Eleitorais

DEVEM SER ACEITAS COMO PROVA DE NACIONALIDADE

RESPONDE O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL A CONSULTA DO JUIZ

Respondendo em sua última sessão a uma consulta formulada pelo juiz eleitoral da 4.a Zona desta Capital, Sr. José Cavalcanti Silva, o TER decidiu que as carteiras de Identidade, fornecidas pelo serviço de identificação do Estado de São Paulo, devem ser aceitas como prova de nacionalidade brasileira adquirida.

O Código Eleitoral estabelece, no § 1.º do art. 33, que o requerimento de alistamento, que dispensa reconhecimento de firma, será instruído com qualquer dos seguintes documentos: "... d) carteira de identidade expedida pelo serviço competente de identificação no Distrito Federal ou por órgão congênere nos Estados e nos Territórios; ... f) documento do qual se infra a nacionalidade brasileira originária ou adquirida, do requerente". Como, porém, alguns juizes eleitorais aceitavam as carteiras de identidade como prova de nacionalidade brasileira adquirida e outros exigiam a apresentação do título declaratório de nacionalidade, o juiz da 4.a Zona consultou o TRE para saber qual a melhor orientação em face dos citados dispositivos da lei eleitoral.

TÍTULO

Ainda em relação aos naturalizados o juiz José Cavalcanti Silva consultou o TRE a respeito dos que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, ns. 4 e 5, da Constituição de 1891. Em face da lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que determina que os que hajam adquirido a nacionalidade brasileira por essa forma poderão requerer, em qualquer tempo, ao juiz de Direito do seu domicílio, o título declaratório, e tendo em vista que a Justiça tem decidido que os que se encontram nessas condições não são obrigados a apresentar o título declaratório para se alistarem, dado que a nacionalidade resultou do próprio dispositivo constitucional, indagou o juiz da 4.a Zona qual a orientação a seguir nesses casos.

Frisou ainda que muitas das pessoas que obtiveram título eleitoral apenas com a comprovação do preenchimento dos requisitos dos ns. 4 ou 5 da Constituição de 1891, conservam, como documento hábil, a carteira modelo "19", que pela lei é dada aos estrangeiros.

PARECER

O TRE, acolhendo as considerações expendidas pelo procurador regional, Sr. I. M. de Goes Calmon, respondeu que o estrangeiro, embora possuindo os requisitos citados da Constituição de 91, para se alistar eleitor precisa apresentar o título declaratório a que se refere a lei n.º 818.

É evidente que se o cidadão já obteve esse título anteriormente, e com a sua apresentação na repartição policial competente obteve carteira de identidade em que conste a sua condição de brasileiro naturalizado, é indispensável a apresentação do título declaratório, de acordo com a decisão acima citada, referente a primeira consulta dirigida ao TRE pelo juiz de 4.a Zona.

Notícias Militares

ARRIMO DE FAMÍLIA

Afim de dirimir dúvidas sobre a comprovação da condição de arrimo de família, a I.ª C. R. esclarece: É arrimo de família o filho único de mulher viúva ou solteira, da abandonada pelo marido ou desquitada, As quais sirva de único arrimo, ou o que ela escolher quando tiver mais que um, sem direito a outra opção; o filho de homem fisicamente incapaz; o viúvo que tiver filho menor (legítimo ou legitimado), se for o único arrimo; o casado que tiver filho menor, desde que seja o único arrimo do casal; o irmão, o órfão de pai e mãe solteira ou viúva que viva em sua companhia; o filho, órfão de pai e mãe, que servir de único arrimo a uma de suas avós ou avô decrépito ou valetudinário, incapaz de prover os meios de sua subsistência; o casado que servir de único arrimo à esposa.

Notas Várias

PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA

Objeto de acentuada divergência tem sido a procuração em causa própria, no tocante a seus aspectos mais essenciais, quando os interessados se valem dela para efetivação de suas transações.

A primeira questão cinge-se a saber se ela é suficiente para transferência de domínio e consequente transcrição no Registro Imobiliário da compra e venda de imóvel. Para a prática de atos especiais, inclusive o de alienação, é necessário que o mandato contenha poderes especiais e expressos (art. 1.295, § 1.º Cód. Civil). Porém, desde que a procuração em causa própria contenha todos os requisitos da compra e venda, revestida das formalidades legais, implica ela numa alienação, constitui cessão de direitos dominiais, é título hábil para a transmissão de direitos reais, podendo ser transcrita no Registro de Imóveis (Mario Ferreira, "Mandato em Causa Própria", pág. 117; Serpa Lopes, "Tratado", 3.º /332; Costa Manso, "Mandato em Causa Própria", Rev. Trib. 162/481; Epinola, "Rev. Forense", 45/18; Candido Oliveira Filho, "Prática Civil", 5.º /216; Rev. Forense, 73/533; 76/336; 100/278; 108/93; 114/392; Rev. Tribunais, 154/747; 143/84, 162/705; 166/147; 104/519, 105/515; 117/159; 132/143; 13/ 662; 106/709; 114/204; 80/479; 151/240; 179/293; Rev. Supremo Tribunal, 68/108; Rev. Direito, 64/308). Tem-se aceito a validade do mandato mesmo na hipótese de não ter sido pago o imposto de transmissão, sob a asserção de que se trata aí de aspecto puramente fiscal, podendo a Fazenda cobrar a sisa a que tem direito (art. 17, livro V, Cód. Imp. Taxas; Rev. Tribunais, 143/84; 179/295).

Outra objeção reside na possibilidade ou não do mandatário vender a ele mesmo o imóvel, figurando ao mesmo tempo como procurador e adquirente. Nada impede que o procurador venda o imóvel a si próprio, comparecendo no ato, simultaneamente, como vendedor e comprador. Não ocorre a proibição contida na lei civil, referente a compra pelo mandatário (art. 1.133, letra "b" Cód. Civil), porque no contrato de compra e venda por via da procuração em causa própria, inexistente conflito de interesses entre mandante e mandatário, (Mario Santos, "Cód. Int.", 16.º /140; Serpa Lopes, "Tratado", 3.º / Ferreira, "Mandato em. Causa Própria", pág. 117; Carvalho 331; Espinola, Rev. Forense, 45/21; Supremo Tribunal, Rev. Forense, 33/361; Rev. Tribunais; 101/583; 117/227), tanto mais quanto a procuração em causa própria pode ser levada diretamente a registro, a fim de ser transcrita, sem necessidade da escritura (Rev. Forense, 100/273; 108/93; 114/392).

O terceiro dissídio surge a propósito da extinção ou não da procuração com a morte do mandante ou do mandatário. Isso porque, é da lei, o falecimento de uma das partes extingue o mandato (art. 1.316, n.º II Cód. Civil). Mas, se ocorre uma cessão de direitos, como acontece com a procuração em causa própria, obriga ela os herdeiros do mandante e aproveita aos sucessores do mandatário. No primeiro caso, ficam os sucessores obrigados a respeitar o ato, por se tratar de condição de um contrato ou meio de uma execução convencionada, subsistindo após o falecimento do vendedor. É irrevogável (art. 1.317 Cód. Civil). Na segunda hipótese, os herdeiros do procurador sucedem a este nos direitos que ao morto competiam. Enfim, são donos do negócio, por direito de sucessão (João Luís Alves, "Código Comentado", art. 1.317; Lafayette, "Pareceres", 1.º/295; Serpa Lopes, "Tratado", 3.º/334; A. Nattini, "La Dottrina Generale Della Procura", pág. 246; Saggese, "La Representada", pág. 359; Rev. Tribunais, 138/605; 113/662; 106/709; 114/204; 80/479; 151/240, Rev. Forense, 99/673; 61/104; 64/140) - MILTON CASTRO FERREIRA.

(Transcrito da "Folha da Manhã", de 4-10-53.)

Notícias Forenses

FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA

No artigo 300, o legislador penal dispôs: "Reconhecer como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja". A pena é aumentada se trata de documento publico. "Falso reconhecimento de firma ou letra" é o "nomen juris" do crime. Define-se aqui um delito

especial, pois pressupõe-se no agente uma qualidade particular: a de reconhecer firma ou letra. Têm-na o tabelião e outros que exercem função tabelioa, como os agentes consulares. Só eles podem incidir na sanção do artigo em exame. O que não, exercer tal função não escapará, todavia, a repressão penal, visto que praticará crime de falso, definido nos arts. 297 e 298 ou outro delito, tal seja a configuração da espécie.

Convém conhecer, entretanto, o alcance da disposição, pois não é qualquer reconhecimento que não corresponda a realidade que corporificará o crime. Neste passo, a lei penal não pode olvidar o direito privado, a fim de que não haja desarmonia entre eles, evitando-se conclusões antinomias.

De acordo com os praxistas, o reconhecimento de firma ou letra pode ocorrer por mais de uma modalidade: autêntico, quando uma ou outra é lançada a vista do tabelião que conhece a pessoa ou vem a conhece-la no ato; semi-autêntico quando escrita longe do oficial público, afirma-lhe, entretanto, o autor ser sua; por semelhança quando resulta do confronto entre a firma apresentada e a que consta de seus arquivos, ou de que se lembra; finalmente, indireto quando duas ou mais pessoas conhecidas do funcionário afirmam por escrito ser a assinatura de determinada pessoa.

O reconhecimento autêntico é também denominado "por certeza" ou "verdadeiro". Evidentemente, é ele o modo mais seguro de reconhecer firma ou letra e porta maior fé. Todavia, não é o mais usado. O vulto dos negócios, as atividades que se multiplicam, as exigências profissionais etc., nos dias que vivemos, fazem com que o meio usual de reconhecimento de firma seja o "por semelhança".

Isso exposto, resta indagar como se configurará o delito definido no art. 300. Cremos não haver lugar discussão, desde que o dispositivo soa: "Reconhecer como verdadeira... firma ou letra". Se o tabelião não o declara expressamente, mas ao revés, limita-se a dizer que reconhece por semelhança ou, simplesmente diz: "Reconheço a firma supra", ele não está dizendo ser a firma autêntica. Para isso é necessária a declaração: "Reconheço verdadeira a firma (ou, letra)". Somente este reconhecimento, como se disse, é que é genuíno, só ele constitui prova plena. O "por comparação" não é certificado propriis sensibus visus et auditus e, assim, contem unicamente valor presuntivo. Consequentemente apenas na primeira modalidade é que se poderá apresentar o crime definido, uma vez que a lei pune o reconhecer como verdadeira firma ou letra que não o seja. Além disso, é mister que o tabelião saiba não haver autenticidade, pois trata-se de crime doloso.

Não concordamos, portanto, com o eminente Bento de Faria quando escreve: "Os notários, ou outros funcionários públicos com funções idênticas são responsáveis não somente pelo dolo, mas também por culpa, sendo que esta na ausência de má fé, há de resultar demonstrada pela falta das referidas cautelas ou por negligência, desde que devem eles, em caso de dúvida, se certificar previamente da individualidade do respectivo subscritor. Não valeria qualquer defesa, quando não foram tomadas as recomendadas precauções ou as medidas aconselhadas pela prudência". (C. Penal Brasileiro, vol. V, pg. 457). Não há responsabilidade criminal no caso de culpa, porque a lei não considerou a forma culposa e o art. 15 § único do Código Penal veda a punição a esse título. O reconhecimento autêntico há de ser feito, pois, dolosamente.

Dir-se-á que se reduz de muito a responsabilidade criminal tabelioa no reconhecimento de firma ou letra. A resposta é simples: é a lei que o quer. Além do mais, subsiste, tal hipótese, a responsabilidade civil e por outro lado se exigem dos particulares e interessados cautela e diligência maiores, sempre que o reconhecimento não for genuíno.

Além disso, força é concluir, diante do art. 25 do estatuto penal, que se com as outras espécies de reconhecimento, o oficial público não pratica o delito do art. 300, poderá conforme as circunstâncias ser co-autor de outro delito, desde que dolosamente com aqueles atos concorreu para o referido crime.

E. MAGALHÃES NORONHA

(Transcrito do "Diário de São Paulo", de 4-10-53.)

NENHUM VALOR LEGAL TRAI OS "CASAMENTOS POR CONTRATO"

Parecer emitido sobre o assunto pelo consultor jurídico do Ministério da Justiça - Pedidas providências da Corregedoria para impedir que os tabeliães lavrem escrituras do gênero.

RIO, 7 (Sucursal) - O ministro da Justiça, Sr. Tancredo Neves, despachou ao corregedor da Justiça do Distrito Federal, para as devidas providências, o parecer que Lhe submeteu o consultor jurídico do Ministro da Justiça, Sr. Anor Butler Maciel, sobre os "casamentos por contrato". O consultor jurídico conclui que o tabelião não pode lavrar tais escrituras, e que urge providências para coibir o abuso. Essas providências são da competência do desembargador-corregedor da Justiça do Distrito Federal.

Reportando-se aos fatos que determinaram seu parecer, o consultor afirma que a escritura de "ajuste para manutenção", lavrado pelo tabelião interino, Mozart Lago Filho, consubstancia um "casamento por contrato", prática que já teve sua voga no país, e que volta a ter curso no Distrito Federal, segundo se afirma. Cita então os dados constantes do ajuste recentemente divulgado pela imprensa em que dois cidadãos, um desquitado e outro divorciado, por escritura, no desejo de uma vida em comum, sob o mesmo teto, contratavam obrigações recíprocas.

Adianta então que a vida em comum, que se pretende ajustada na dita escritura, inclui, é evidente, o convívio a maneira de casados, envolvendo as obrigações de concepção.

A constituição, no artigo 163, dispõe sobre a organização da família, constituída pelo casamento, disciplinado este pelo Código Civil. Outras uniões, que não as instituídas pelo casamento, celebrado na forma do art. 163, se excluem da proteção legal, são situações de fatie, não reguladas pelo direito, nem por ele tuteladas.

Afirma o consultor, em seguida, que embora não proibidas, estão a margem do direito e per isso não podem pretender legalização por qualquer forma jurídica.

Ainda em seu parecer, diz o consultor que o tabelião que lavre contrato sobre a matéria está praticando ato jurídico nulo, por ilicitude do objeto. Compete a tais serventuários lavrar atos que as partes desejam, mas estes subordinados A disciplina jurídica. Praticando atos sem base legal, induzindo as partes ao erro de acreditarem validos ajustes sem consistência jurídica, os referidos serventuários faltam ao seu dever.

Concluiu o consultor salientando, que a falta em que incorrem deve ser levada. ao conhecimento do desembargador-corregedor da Justiça, a quem incumbe a fiscalização dos deveres funcionais dos serventuários de Justiça, que poderá expedir providências para impedir a continuação do abuso.

OS TABELIÃES E AS UNIÕES LIVRES EXTRALEGAIS

RIO, 14 ("Estado" - Pelo telefone) - O desembargador Mario GuimarAes Pinheiro, presidente do Tribunal de Justiça, distribuiu circular proibindo a lavratura de convênios, "qualquer que seja a sua redação, dada a manifesta ilicitude do seu objeto e per consequência a nulidade do ato". E condena "a intervenção do tabelião para regular uniões livres extralegais", cujas escrituras "são nulas quanto ao seu objeto".

DEPARTAMENTO DA RECEITA SERVIÇO DE CONSULTAS

Pergunta n. 10.014:

O consulente recebeu em doação, feita por sua tia, um prédio em Itatiba, deste Estado, com a cláusula, de Usufruto, no valor de Cr\$ 10.000,00, tendo sido posteriormente avaliado pela Fazenda Estadual em Cr\$ 15.000,00.

O imposto de 28 % foi pago integralmente pelo valor de Cr\$ 15.000,00.

Tendo agora, falecido a usufrutuária, foi requerido o cancelamento da referida cláusula.

É devido novamente o imposto com base no § 3.º do Art. 18 do Livro V do Cód. Imp. e Taxas Resposta n. 9.082

Dispõe o Art. 37 do Livro IV do Cód. Imp. e Taxas que: "nas transmissões de propriedade "inter-vivos" a título oneroso ou gratuito em que houver reserva a favor do transmitente do usufruto ou renda, uso e habilitação, sobre o imóvel, o imposto devido pela transmissão será pago sobre o valor integral da propriedade no ato da escritura".

Ao consolidar-se a propriedade plena do imóvel, com o falecimento do usufrutuário, não será devido novamente o imposto, por já ter sido o mesmo pago, no dizer do legislador sobre "o valor integral da propriedade".

A disposição contida no § 3.º do Art. 13 do Livro V do Cód. Imp. e Taxas per testamento, esclarecendo então que o imposto "causa-mortis" será pago tanto pelo usufrutuário, como pelo nu-proprietário. É hipótese diversa da ocorrida na consulta, na qual o usufrutuário não mais existe, consolidando-se a propriedade na pessoa do nu-proprietário.

Jorge de Camargo
De acordo: Labre de França - Chefe.

D. O. de 30/10/53.

Dentre as medidas de caráter financeiro, determinadas pela lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953, que entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1954, constam os seguintes,

LEI N. 2.412, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1953 **Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.**

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.º - Fica instituído o adicional de 10% (dez por cento) sobre o valor integral de todos os impostos devidos a partir de 1.º de janeiro de 1954 a ser arrecadado exclusivamente em moeda corrente.

Artigo 10 - Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1954 a vigência da Lei n. 1.037, de 27 de maio de 1951.

Artigo 11 - Passa a ter a seguinte redação o parágrafo 1.º do artigo 13 do Livro III do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022 de 31 de janeiro de 1953).

"Sempre que se verificarem variações ou alterações apreciáveis nos valores territoriais em geral ou quanto a determinada zona, ou ainda em relação um imóvel isoladamente, serão alterados os lançamentos vigorando a alteração a partir do exercício em curso desde que os róis ou editais sejam publicados ou afixados na forma e no prazo estabelecidos no artigo 18".

Parágrafo único - Acrescente-se ao artigo 13, do Livro III, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953) como § 3.º, o seguinte.

"3.º - Qualquer majoração do imposto territorial rural, resultante da alteração de lançamentos a

que se refere o § 1.º não poderá, em hipótese alguma, exceder de 75% (setenta e cinco por cento) o valor dos lançamentos vigentes, admitindo-se somente uma revisão em cada exercício financeiro".

Artigo 12 - Fica revogado o artigo 30, do Livro IV, do Código de impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953), passando a ter a seguinte redação a alínea "b" da Tabela n. 2 anexa ao mesmo Livro:

"b) - as permutas pagarão de cada imóvel permutado 8% (oito por cento) exceto as permutas de bens imóveis rurais, em que cada um. dos contratantes pagará a metade do imposto devido até concorrente valor, pagando o adquirente do imóvel mais valioso integralmente o imposto devido sobre o excedente".

Artigo 13 - As taxas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" da Tabela n. 3 anexa, ao Livro IV do Código de impostos e Taxas (Decreto n. 22.022 de 31 de janeiro de 1953), ficam aumentadas para 8% (oito por cento).

Artigo 14 - Os emolumentos devidos pelos reconhecimentos de letra ou firma, ou de sinal ou firma somente, ficam acrescidos da importância fixa de Cr\$ 1.00 que constituirá, integralmente, renda do Estado.

Artigo 18 - O artigo 27 do Livro X, do Código de impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953) passa a ter a seguinte redação "revogado o seu parágrafo único:
"Artigo 27 - Os atos de aquisição de bens imóveis pela Fazenda do Estado, inclusive sua transcrição nos registros de imóveis são isentos de custas e emolumentos".

Artigo 25 - Em relação aos contratos de promessa ou compromisso de compra e venda de imóveis, ora em vigor, já quitados e os ainda não vencidos, é facultado ao promitente ou compromissário originário recolher, por antecipação e pelo valor do imóvel a data do contrato, o imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", devido sobre a transmissão, desde que a faça dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da vigência desta lei.

Artigo 28 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCES
Theodoro Quartim Barbosa
Antonio Carlos de Salles Filho

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral substituto.

D. O. de 10/12/53.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	--	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR		Diretor-Secretário
DR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES		Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL	-	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÉL	-	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO	-	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA	-	Diretor



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ -
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO -

Diretor
Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES -
DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO
SR. IBSEN DA COSTA MANZO
DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

Presidente

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO	Olimpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
SEGUNDA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA	3
RESOLUÇÕES APROVADAS	7
ELEIÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9
PRÉ-NOMES E NOMES INCONVENIENTES	9
A OFICIALIZAÇÃO	9
COLABORAÇÃO	10
CASAMENTOS DE VIÚVOS	10
ESCRIVÃO ELEITORAL	11
O RECONHECIMENTO DE FIRMA EM FACE DAS LEIS FISCAIS.	11
LEGISLAÇÃO FEDERAL	11
LEGISLAÇÃO ESTADUAL	13
TAXA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	14
DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES.	14
GRATIFICAÇÃO MENSAL AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL	17
O DEPUTADO ULISSÉS GUIMARÃES FALA SOBRE O PROJETO 1846	17
PROVIMENTOS	18
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	18
PROVIMENTO N. 41-53	19
LICENÇA PARA SAÚDE	22
PORTARIA N. 13-53	23
DESPACHOS PROFERIDOS	25

PROVIMENTO N. XXXVII
PORTARIA N. 16-53
JURISPRUDÊNCIA
ANOTAÇÕES E COMUNICAÇÕES
NOTAS ELEITORAIS
DEVEM SER ACEITAS COMO PROVA DE NACIONALIDADE
TÍTULO
NOTÍCIAS MILITARES
ARRIMO DE FAMÍLIA
NOTAS VÁRIAS
PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA
NOTÍCIAS FORENSES
FALSO RECONHECIMENTO DE FIRMA OU LETRA
NENHUM VALOR LEGAL TRAI OS "CASAMENTOS POR CONTRATO"
OS TABELIÃES E AS UNIÕES LIVRES EXTRALEGAIS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE
ÍNDICE

26
27
28
28
28
28
29
29
29
29
29
30
30
31
32
32
32
34
35
35
36

ANO VI

Nº 042 - Publicação: 01/01/1954

ELEITOS OS NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO, para o triênio de 1954 a 1956

Realizou-se dia 15 de dezembro de 1953, em nossa sede social, a eleição para a renovação dos membros da Diretoria da Associação, 11 qual compareceram inúmeros associados, tanto da Capital como do Interior.

Esta eleição tinha uma grande significação para os serventuários de justiça, eis que a classe tem problemas muito sérios e importantes para enfrentar neste exercício: - Como a Diretoria anterior, que alias muito fez pela classe, alem da, transformação radical deste utilíssimo Boletim, insistiu na renovação total da chapa, para em rodízio democrático atribuir a todos as honras e os onus dos corpos diretivos, foram então eleitos os seguintes diretores, sob a presidência do Dr. Antonio Augusto Firmoda Silva 4.º Tabelião de notas desta Capital, nome esse que se tem destacado pela sua inteligência, tenacidade e capacidade e trabalho.

A nova Diretoria eleita ficou assim constituída:

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA - Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA - Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

BRENO DE TOLEDO LEITE

OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA

SEBASTIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

BILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO - Santos

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO - Santos

ELVINO SILVA - Campinas

AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO - Capital

ABEL DE REZENDE VILARES - São José do Rio Preto

VIRGILIO BAPTISTA CEPellos - Dracena

CASEMIRO PINTO NETO - Capital

ANTONIO FLAQUER - São Caetano do Sul

GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO - Capital

CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO - Capital

Colaborações

EMANCIPAÇÃO E MAIORIDADE

SEBASTIÃO ALMEIDA OLIVEIRA

Oficial do Registro Civil de Tanabí

Aquisição da capacidade civil antes da idade legal é o que se chama de emancipação, isto é, estado daquele que, livre de toda e qualquer tutela, pode administrar livremente os seus bens. Para obtê-la, prescreve o Código Civil, em seu artigo 9.º que, aos vinte e um anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil" e o

parágrafo único, do mencionado artigo, vem assim redigido: "Cessar, para os menores, a incapacidade: I. Por concessão do pai, ou, se fôr morto, da mãe, e por sentença do Juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezoito anos cumpridos. II. Pelo casamento. III. Pelo exercício de emprego público efetivo. IV. Pela colação de grau científico em curso de ensino superior. V. Pelo estabelecimento civil ou comercial, com economia própria".

Das cinco proposições enumeradas, a que menos lógica se nos afigura na prática, por inoperante e, quiçá, inusitada (dado desconhecermos um só caso positivo e real de sua aplicação) é a que vem enunciada em último lugar, origem destes reparos. Segundo cremos, não foi e não está sendo usada e é bem possível tenha sido abrogada por inócua e obsoleta. Por isso mesmo, limitações inibitórias, no trato cotidiano, impedirão o uso legal dessa forma de aquisição da capacidade civil.

Esdrúxula e contraproducente tornar-se-ia sua aplicação, atendendo-se ao fato de que um menor de dezoito anos pudesse adquirir sua emancipação legal pelo simples motivo de estabelecer-se por conta própria, com economias próprias. Fazendo tabula rasa da possibilidade de originar burlas para obviar a lei, dando-se de barato que tal acontecesse, desde quando, e como, se operaria a emancipação, e qual o documento comprobatório de sua existência? O decreto n.º 18.542, de 24 de dezembro de 1928, que instituiu os registros públicos, assim estabelece quanto ao registro de emancipações: este será feito mediante transcrição da sentença oferecida em certidão ou instrumento. Mas, como obter referidas certidões, ou instrumento, no caso do inciso V?

Clovis Beviláqua, douto comentarista de nosso Código, e seu principal codificador, a quem nestas desataviadas linhas rendemos o preito de nossa homenagem de admiração, pelo muito que dignificou as letras jurídicas nacionais, não lhe passou despercebida essa antinomia da lei quando anota em suas observações comentários como estes: "Os outros casos de emancipação, o exercício de função pública, a colação de grau científico, e o estabelecimento civil ou comercial, representam uma ociosa persistência do direito anterior, que se não concilia bem com o art. 391, IL Não os contemplou o Projeto primitivo; introduziu-os, no Código, uma emenda de Fausto Cardoso, contra a qual se opuseram objeções no Em defesa, pág. 349 a 355. Por ocasião de se discutir o Código Civil Português, a mesma questão foi examinada, decidindo-se, com melhor critério, que não tinha razão de ser, na lei nova, a emancipação pela habilitação literária ou pelo exercício de emprego público. Veja-se Dias Ferreira, Código Civil Português, I, ao art. 304".

Consultando o Código do Processo Civil, em seu artigo 621, que trata das emancipações, verificamos: O menor que tiver 18 anos cumpridos poderá emancipar-se por meio de justificação onde, com a presença do órgão do Ministério Público, e do tutor se for o caso, provará o requerente ter a capacidade necessária para reger sua pessoa e administrar seus bens.

A míngua de outras fontes, dado que nossa biblioteca jurídica é incipiente, consultamos o magnífico estudo de Afonso Dionísio da Gama, "Tratado Teórico e Prático do Direito Civil Brasileiro", 1927, e aí nos foi dado ver que seu autor, enumerando as várias modalidades, mediante as quais se opera a alforria do pátrio poder, silencia completamente no que tange à outorga ao menor que se estabelece por conta própria e com suas próprias economias.

Dar-se-a o caso de ter sido abolido o inciso V, da promulgação do Código aos nossos dias? Em caso contrário bom e aconselhável seria disso cuidassem nos legisladores e jurisperitos, para acabar de vez com um das poucas excrescências de nossa lei máxima, com justeza considerada a maior obra legislativa. do parlamento da República.

LEI 819, DE OUTUBRO DE 1950

No próximo número deste Boletim, publicaremos a Lei 819 de 31 de outubro de 1950, com todas as modificações que foram feitas desde a sua vigência.

Prezado consócio.

A todos aqueles que ainda não efetuaram o pagamento do corrente exercício, bem como aos que estão em débito com os anos anteriores, solicitamos, encarecidamente, que enviem a sua contribuição social, pois a manutenção desta revista, depende exclusivamente da pequena parcela que cada serventuário dá de bom grado, para a vida de nossa Associação.

PREDESTINAÇÃO ANGUSTIOSA DE UMA CLASSE

ANTONINO CINTRA

Sta. Adélia

Pela vida tormentosa porque se debatem quase todas as camadas sociais, nem sempre tudo se pode ajustar por uma determinação igualitária. Mas isso não obsta todavia de se concertar alguma coisa desajustada. Tudo depende do motivo exposto com precisão, com exatidão irretorquível.

De boa fé ninguém ignora o que se passa com os cartórios de justiça, relativamente à sua vida e o mesmo acontecendo com o grande número de distritos de paz que não estão correspondendo com a razão de ser de sua criação, tal o número insignificante de habitantes que os mesmos possuem.

E sem a menor relutância de espírito, proclamamos alto e bom som que, distritos de paz que não contiverem pelo menos cinco mil habitantes, não poderão lograr existência por não oferecerem os meios necessários para a manutenção de serventuários de justiça. O seu funcionamento não passará de um entrave às exigências da boa produção de trabalho.

Já nos ocupamos desse caso em trabalho anterior, e somos forçados pelas circunstâncias que se nos impõe a respigar o mesmo assunto, agora, naturalmente, com dados mais condizentes e ao nosso alcance. É indubitável que, com número deficiente de habitantes não se formam distritos, porque ensejariam. cartórios com rendas precaríssimas. E em tal circunstância o único remédio estaria na sua oficialização. Entretanto, resta saber se compensa ao Erário criação de distritos cuja renda não comportem a sua manutenção.

Para melhor elucidação passaremos a fazer uma breve demonstração, com cálculos mais ou menos aproximados e que por sua vez possam bem expressar a razão de nosso sincero objetivo.

Tomaremos por exemplo dois casos: distritos com 5 mil habitantes e distritos com 2.500 habitantes. Vejamos a produção mensal dos distritos do 1.º caso: nascimentos, 20; casamentos, 5 a 6; óbitos, 6

Se o cartório acumular tabelionato: 4 a 5 escrituras; procuração, 1; assim mesmo escrituras de pouco valor, porque as de grande valor, quase sempre canalizam-se aos tabeliães das sedes das comarcas.

Distritos do 2.º caso: nascimentos, 5 a 6; casamentos, 1; ,óbitos, 2. Com anexo de tabelionato, base bem inferior ao 1.º caso. Restam as certidões que são variáveis e que só se recomendam pelo número elevado e busca compensadora. Banalidades, para um e outro caso os reconhecimentos de firmas.

Assim sendo, chegaremos à seguinte conclusão: para o primeiro caso ventilado, renda provável de 3 mil cruzeiros e para o 2.º mil e quinhentos cruzeiros.

E verdade que poderá variar de cartório para cartório e de serventuário para serventuário, porque nem todos observam o regimento de custas, mas não com grande diferença do que fora estabelecido neste pequeno relatório. De sorte que, de tudo quanto alui vai exposto é fácil de se avaliar o que seja a penúria de serventuários que empregam a sua atividade em cartórios, cuja insignificante renda, mal dá para o sustento da família e a educação de seus filhos. É

simplesmente penoso, mas é a realidade do quadro, pungente de infelizes criaturas que um dia erraram o seu meio de subsistência.

Passaremos agora a abordar em separado os distritos baldes de habitantes e de movimentos para cartórios, entre novos e velhos. Esses distritos só poderão ser providos pela facilidade que oferece a nomeação, na conformidade do que dispõe a letra "h" do art. 37 da Lei n.º 919 de 31-10-53. Os candidatos aos cartórios desses distritos, a maioria deles tem, em vista dois objetivos - permutar ou aguardar oportunidade para deixa-los.

Os que são abonados de capital, procuram permutas com colegas da mesma classe que seja detentor de cartório mais rendoso, ajustando a volta da diferença e os que são desabonados, ficam aguardando eventual remoção ou promoção, até que possam livrar-se da pinóia. Na verdade esses distritos estão servindo de trampolim para as negociatas. Seria um ato de moralização da própria classe que, esses falhos distritos fossem extintos.

O TABELIÃO DE NOTAS

O tabelião de notas representa nos países cultos relevante papel na vida da sociedade em virtude dos atos por ele praticados, atos esses que, de acordo com as legislações de todos os países civilizados tem fé pública, como se fossem emanadas dos poderes públicos.

Os atos do tabelião tem fé pública, por isso eles só podem ser invalidados por prova plena e cabal em contrário do que neles se acha declarado. (Rev. Dir., 5/145 e 30/519; Rev. Trib., 15/256 e 96/143. (Novo Manual dos Tabeliães - Sylvio, Brantes de Castro - 3.ª edição).

PRENOMES E NOMES INCONVENIENTES **(Um problema de higiene mental e social)** **RENATO KEHL**

Da Academia Nacional de Medicina

Não poucas criaturas tem aversão ou, mesmo, horror ao prenome ou ao Nome que possuem, e de bom grado os trocariam por outros.

Algumas receberam, realmente, nomes banais ou inexpressivos, quando não, rebarbativos ou chocantes, a ponto de se encalistrarem, quando os ouvem em voz alta ou são obrigados a menciona-los em público.

Para certos indivíduos a influencia psicológica do prenome ou do nome de família, quando se prestam ao ridículo ou à zombaria, pode ter sobre a personalidade efeito deprimente ou, mesmo, nocivo.

Quando procedem de pais de língua exótica, alguns são extravagantes ou dissonantes, outros são cacofônicos; ou dão margem à cacofonias.

Entre nós, progenitores com pretensa originalidade, ignorantes do mal que praticam, pespegam nos filhos designações insensatas, quiçá, estúpidas, que às vezes os tornam infelizes por toda a existência.

Em condições normais de senso e de responsabilidade, ninguém dará aos filhos prenomes que os possam tornar vítimas da risota ou do escarneio dos semelhantes, influndo lhes maléficamente sobre o psiquismo, a ponto de transformar muitos deles em frustrados psicossociais.

Por influxo excêntrico, nimamente psicopático, inúmeros se descuidam da importância desta escolha ou, propositadamente, dão aos pobres rebentos nomes, que desde a escola primaria

provocam chistes ou caçadas, prejudicando o seu portador de forma mais ou menos acentuada ou grave.

Exemplos de nomes nestas condições citam-se aos milhares pela originalidade ou comicidade, como a de um sacerdote pernambucano que se chamava Padre Pedro da Purificação Pais e Paiva, pároco da cidade de Panelas, onde exercia também a função de professor público. A sequência dos "pp" o perseguiu de modo implacável!

Dado, talvez, o acendrado regionalismo de seus progenitores, um grande cientista patricio recebeu, em seguida ao prenome, o nome do país, a designação do Estado e da cidade em que nasceu.

Os nomes cumulativos do sacerdote e do cientista nada apresentam de inconveniente, nem de chocante. São apenas originais. Os de tantos outros, porém, como se diz na gíria carioca, "são de amargar"! Descambam para a estultice e dão margem a troças e a zombaria, às vezes, pesadas e insultantes.

Pode-se bem avaliar o constrangimento de certos indivíduos, sujeitos a chacotas atormentadoras, como os infelizes que receberam nomes como estes. João Colica, João da Mesma Data, Manoela da Hora Pontual, Esburro de Oliveira, Graciosa Rodela e Himeneo das Dores Conjugais!

De uma relação que me forneceram, destaco apenas os seguintes: Chevrolet Ford da Silveira, a do pratico de farmácia, baiano, João Peçanha Farol da Barra e o de João Cara de Jesus.

A excentricidade paterna, com ou sem anuência materna, e tolo de despertar a atenção sobre os próprios progenitores ou concorrer para a popularidade barata e fácil dos filhos, a despeito do prejuízo que lhes possa sobrevir.

Certos nomes, (refiro-me também a nome de família), deviam ser retificados, quando incompatíveis com o meio, com a pronuncia ou com a grafia do país. Os escrivães dos cartórios de registro deveriam estar habilitados a negar a anotação dos mais bizarros ou fantasistas, que possam entrar no roí da vulgaridade ou da insensatez, e capacitados para retificar os nomes de família, com o prévio assentimento do Juiz, quando houver motivo justificado

De longa data é conhecida e assinalada a importância atribuída à escolha dos nomes individuais e de família.

Chamfort, pensador e moralista francês do século XVIII, era filho natural e se chamou, inicialmente, Nicolás. Comeste nome fez os estudos na Universidade de Paris. Desejoso de apresentar-se ao mundo com um nome de relevo, adotou, segundo Saint Bétive, o de Senhor de Chamfort.

Um dia, conta o notável crítico francês, o Marquês de Créqui lhe disse: - "Senhor de Chamfort, parece-me que hoje, um homem de espírito é igual, em qualquer situação, não obstante o nome que tenha". - "Falais bem a vosso gosto, Senhor Marquês", replicou Chamfort. - "Suponde, entretanto, que ao invés do Senhor de Créqui, vosso nome fosse Senhor Criquequet. Entrai num salão e vos certificareis si o efeito é o mesmo!"

Antes de Chamfort, já Voltaire dera acordo da importância psicológica do nome, fato a que certos povos não dão valor, tanto assim que entre eles se apontam nomes estravagantíssimos. Com o uso e a tradição, tornam-se familiares e não provocam estranheza ou gracejo de mau gosto. Voltaire, contudo, não esteve pelos autos, nem pela tradição, e mudou de nome. Aos vinte e quatro anos trocou o nome de família, que era Arouet, para o que adotou e com o qual se tornou célebre.

Os chineses davam aos filhos um "nome de leite", isto é, um primeiro nome que os próprios filhos, mais tarde, poderiam ou não modificar, de acordo com as predileções.

Como não é possível, pelo menos no presente, implantar o sistema de dar aos filhos um prenome provisório, substituível na maioridade, lia o recurso legal de requerer ao Juíz a sua retificação, de acordo com o artigo 72 e o respectivo parágrafo único, do decreto 5.857, de 9-11-1939. Mesmo o nome da família, quando contrario à moral, ou ridículo, pode ser retificado, correção essa que não é difícil, complicada, nem dispendiosa.

Nos Estados Unidos da América do Norte é comum a "americanização" dos nomes de família. Um exemplo expressivo é o do atual presidente, descendente de alemães, instalados no país por volta de 1850. O nome originário era Eisenhouer, modificado para Eisenhower. Os Kehl que para lá imigraram na mesma época, com exceção de alguns, americanizaram" o nome para Kehlin e Kehlen, segundo informação da senhora do cônsul geral americano em Hamburgo, senhor John Kehl, falecido lia poucos anos.

Não ha mal algum nesse processo de nacionalização, quando possível ou ajustáveis, sobretudo dos nomes de família de difícil pronuncia ou de difícil fixação na memória, como sucede com os originários de países nos quais predominam as consoantes ou as formações ortográficas arresvadas.

De acordo com o que me informaram, bastará um requerimento ao Juíz, o qual, diante dos inconvenientes apontados, dará autorização para ser expedido um mandato ao oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, para averbar, à margem do assentamento de nascimento, a retificação solicitada, fazendo-se a devida publicação pela imprensa para conhecimento dos interessados.

Tal é a medida que se poderá denominar "reparadora" para a modificação dos prenomes e, excepcionalmente, para os patronímicos ou nomes de família. A medida profilática, contudo, deve consistir num dispositivo legal que regule, taxativamente, o processo de registro de nascimento, tendo em vista impedir a anotação de nomes de fantasia, quando absurdos, estapafúrdios ou atentatórios ao bom senso, prejudiciais às pobres vítimas de pais bizarros ou inconsequentes.

Com relação aos nomes de família de origem estrangeira, a questão deverá ser cuidada com o máximo rigor, afim de evitar abusos, confusões, apropriações ou caprichos injustificáveis. Admitisse-a apenas a "nacionalização" da pronuncia, por conseguinte, da grafia, como é usual nos Estados Unidos da América do Norte.

O que urge, no presente, é combater a excentricidade das nomenclaturas condenáveis pela higiene mental e social; propagar entre as famílias os inconvenientes das escolhas de nomes que possam prejudicar os seus portadores; divulgar, enfim, entre os interessados, a possibilidade de retificação legal para os casos justificáveis.

O prenome e o nome de família constituem patrimônios sagrados, que se deve resguardar através dos tempos, por todos os modos, impedindo que se tornem simples designações sujeitas a caprichos ou a alterações geradoras de confusão e de desordem.

Assim, pois, cumpre evitar os nomes inconvenientes, assim como retificar, criteriosamente, apenas os que devem ser modificados para bem dos seus portadores e da coletividade.

Leis e Decretos

LEI N. 2.535, DE 13 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre acréscimo de parágrafo ao artigo 33 da Lei n. 819, de 31-19-50.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 33 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - Os serventuários, com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício, poderão inscrever-se em concurso para provimento de ofícios de qualquer classe".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Sales Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 14/1/54.

LEI N. 2410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953

Dispõe sobre as aposentadorias aos serventuários justiça.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As aposentadorias aos serventuários da justiça sucedidos por invalidez, concedida nos termos da Lei n. 889, de 11 de dezembro de 1950, considerar-se-ão definitivas, desde que, decorrido o prazo de 4 (quatro) anos entre a inspeção de saúde para a nomeação do sucessor, prevista no Decreto n. 6986 de 25 de fevereiro de 1935, e a levada a efeito para a concessão da aposentadoria provisória, a que alude a Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, o laudo médico desta última confirme a perdurabilidade da moléstia atestada no laudo inicial.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos, Negócios do Governo, aos 14 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 15/12/53.

LEI N. 2392, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953

Revoga os itens VI, VIII e IX da letra "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31-10-50.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam revogados os itens VI, VIII e IX da letra "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 2.º - O item VII da letra "a" do artigo 20 a que se refere o artigo anterior passa a ter a seguinte redação:

"VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo ao cargo, pelo prazo de dois anos, nos termos do artigo 18, § 2.º, da Lei federal n. 1.164, de 24 de julho de 1950 - 1 ponto".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 10 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D.O. de 11/12/53.

LEI N. 2.656, DE 21 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre provimento de ofícios de justiça não oficializados.

Lucas NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 2.º - Fica acrescentado a letra "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, o seguinte item:

"XI - exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário - 1 ponto".

Artigo 3.º - Vetado.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Sciffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 22/1/54.

LEI N. 2485, DE 5 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre os períodos de férias forenses.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os períodos de férias coletivas a que se referem o artigo 10 do Decreto-lei n. 11.058, de 26 de abril de 1940, o artigo 21 do Decreto-lei n. 14.234, de 16 de outubro de 1944, e o artigo 6.º do Decreto-lei n. 17.274, de 6 de junho de 1947, são os seguintes:

I - de 2 a 31 de janeiro, inclusive;

II - de 2 a 31 de julho, inclusive; e

III - a Semana Santa.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 5 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 6/1/54.

LEI N. 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954

Dispensa de novo exame de suficiência física o funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo, sem interrupção de exercício, não está sujeito a novo exame de suficiência física desde que tenha mais de dez anos de serviço, contados da data da admissão ao serviço público até a do ato que lhe atribui a nova investidura.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ José Ferreira, Keffer

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 15 /1/54.

LEI N. 2.533, DE 13 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre a remuneração dos fiscais nomeados pelos Juízes de Direito, e dá outras providências.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os emolumentos dos fiscais nomeados pelo Juízes de Direito, na conformidade do disposto no artigo 632 do Código de Processo Civil, serão de meio por cento sobre, a importância recebida, não podendo ser inferiores a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) nem superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Artigo 2.º - Quando a nomeação de fiscal recair em membro do Ministério Público, este, ainda que não tenha funcionando no processo, desincumbir-se a do encargo em razão de suas atribuições, sem direito a quaisquer emolumentos.

Parágrafo único - Sómente poderão ser nomeados fiscais os membros do Ministério Público de primeira instância.

Artigo 3.º - Os fiscais são obrigados a, no prazo de quarenta e oito horas, recolher em nome dos

interessados, ao estabelecimento de crédito indicado pelo Juíz e à disposição deste, quantias recebidas de venda de bens inalienáveis e, no de 5 (cinco) dias, prestar contas ao Juíz.

Parágrafo único - Perderá os emolumentos, e ficará sujeito às cominações legais, o fiscal que deixar de cumprir essas obrigações.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 14/1/54.

LEI N. 2.626, DE 20 DE JANEIRO DE 1954

Dispõe sobre remuneração do imposto territorial rural e dá outras providências.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O imposto territorial rural fica majorado, a partir de 1.º de janeiro de 1955, nas seguintes proporções:

- I - no quinquênio de 1955 a 1959 50%
- II - no quinquênio de 1960 a 1964 60%
- III - no quinquênio de 1965 a 1969 70%
- IV - no quinquênio de 1970 a 1974 80%
- V - no quinquênio de 1975 a 1979 90%
- VI - no quinquênio de 1980 a 1984 100%

Artigo 2.º - Será dispensado do pagamento da majoração prevista no anterior o proprietário que provar:

I - que sua propriedade está coberta por florestas nativas ou artificiais, já formadas ou em formação, nas seguintes áreas mínimas: no quinquênio de 1955 a 1959, 10% da área total da propriedade; no quinquênio de 1960 a 1964, 20% e, a partir deste, 30% ;

II - que não obteve, em tempo hábil, do Serviço Florestal do Estado, através do chefe do distrito

florestal respectivo, do engenheiro agrônomo regional ou do viveiro municipal, as necessárias mudas ou sementes para florestamento ou reflorestamento de sua propriedade;

III - que suas terras, tendo em vista as normas técnicas que regem o uso racional do solo, não podem ter florestamento ou reflorestamento nas bases referidas no item I.

Parágrafo único - A prova prevista nos itens I e II será feita por atestado fornecido pelo chefe do distrito florestal ou pelo engenheiro agrônomo regional, gratuitamente, ou ainda pelo Prefeito Municipal juntamente com o Coletor estadual ou com o fiscal de rendas; a prova prevista no item 111 será feita mediante atestado do agrônomo regional.

Artigo 3.º - Nas propriedades rurais com área inferior a 50 hectares, computar-se-á, para efeito do disposto no item 1, do artigo 2.º, além da cobertura florestal de qualquer natureza, também a vegetação de porte arbóreo, seja frutícola, ornamental ou industrial.

Artigo 4.º - As propriedades de área inferior a 10 hectares ficarão isentas da majoração prevista no artigo LO, desde que contenham 1/5 de suas terras com vegetação arbórea de qualquer tipo, mesmo que disposta em renques, grupos esparsos ou pomares.

Artigo 5.º - Ao Serviço Florestal do Estado cabe a indicação das essências florestais mais apropriadas a cada tipo de exploração e do solo, e ainda de acordo com as características regionais, sem prejuízo do disposto no artigo 7.0, do, Decreto-lei federal n. 1.631, de 27 de setembro de 1939.

Artigo 6.º - Anualmente o orçamento do Estado consignará, independentemente da dotação ordinária, verba correspondente ao total obtido com a majoração prevista no artigo 1.º que se destinará ao custeio dos trabalhos de defesa, fomento e pesquisas florestais, e, especialmente, à produção de sementes e mudas para fornecimento gratuito aos proprietários rurais, bem como financiamento, a estes, para florestamento ou reflorestamento.

Artigo 7.º - O Poder Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento da presente lei.

Artigo 8.º - Vetado.

Artigo 9.º - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ Theodoro Quartim. Barbosa

Renato Costa Lima

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 20 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto

D. O. de 21/1/54.

"Os lucros na alienação de imóveis havidos por herança, ou em pagamento de meiação, estão sujeitos à tributação, quando o valor da venda for superior ao laudo de avaliação".

Lei Federal
LEI N.º 2.084 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1953

Dispõe sobre o uso de retratos nos títulos eleitorais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 79 parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os títulos eleitorais, sem o retrato do eleitor, devem ser expedidos com os requisitos do artigo 37, da Lei número 1.164, de 26 de julho de 1950.

Parágrafo único. O retrato do eleitor, no respectivo título, passará a ser exigido no alistamento que se verificar a partir de 1.º de janeiro de 1956.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução do disposto no artigo 1.º ficarão a cargo da Justiça Eleitoral.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1953.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

D. da União de 19/11/53.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA N. 16-53

O Desembargador Mareio Munhós, Corregedor Geral da Justiça no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a existência de praticantes, auxiliares da justiça e fiéis, em cartórios não oficializados;

Considerando que é necessário arquivar contrato de vencimentos em Juízo, uma vez que os praticantes, auxiliares e fiéis não têm título de nomeação e vencerão o que combinarem com o serventuário (art. 21 § 1.º do dec. 5.129, de 23VII-1931) ;

Considerando que podem eles inscrever-se na Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça (leis 465 e 507 de 28-IX-1941 e 17-XI-1949, respectivamente e dec. est. 19.365 de 20-IV-1950-;

Considerando porém, que o "tempo de serviço" só será contado depois do prazo de seis meses do arquivamento do contrato, sendo uma das vias enviadas ao Instituto de Previdência do Estado (art. 14 § 2.º do dec. 19.365) ;

Considerando a necessidade de se tomarem providencias que obstem a prática de abusos e irregularidades;

Determina:

1.º - Que todo serventuário, ao admitir praticante, fiél ou auxiliar de cartório, lavre "contrato escrito", fixando a remuneração e a forma de pagamento, arquivando unia via no cartório da Corregedoria Permanente e enviando duas vias ao Corregedor Geral, para o arquivo e

conseqüente remessa ao Instituto de Previdência do Estado;

2.º - Que se organize a "folha de pagamento" mensal, consoante modelo anexo, arquivando-se em cartório, depois de visada pelo Corregedor Permanente.

Publ., reg. e cumpra-se.

São Paulo, 31 de outubro de 1953.

(a) Mareio Munhós.

Corregedor Geral da Justiça.

FOLHA DE PAGAMENTO

n.o de Contribuição	ESCREVENTE para	Parcela liquido	Gratificações Observação	Comis- sões	Rasas	Total
ordem	Nome	Ass. fixa	mensais fixa			Caixa de
Aposentadoria						
15MM	100 MM 90 mm 40 MM	35 MM 60 MM	35MM		35 MM 35 MM	40MM 35 MM

VISTO MENSAL

Corregedor Permanente

DESPACHOS PROFERIDOS

N. 9.888 - Cia. Nitro Química Brasileira - São Miguel Paulista - "Ocorrendo o falecimento de empregados solteiros da Companhia Nitro Química Brasileira, caso os parentes residam em local distante, não sendo possível a aplicação dos primeiros incisos do art. 90 do decreto n. 4.857 de 9-XI-1939, para fins de assento de óbito, as respectivas declarações poderão ser feitas por pessoa que tiver assistido aos últimos momentos do finado: o médico, ou o sacerdote, ou o vizinho que do falecimento tiver notícia (artigo 90, item 5.º do citado decreto). Em tais hipóteses, bastará que o Escrivão consigne, no corpo do assento, em seguida ao nome do declarante que "compareceu F na falta ou no impedimento de pessoa competente. P. e I. São Paulo, 12 de outubro de 1953

(a) Marcio Munhós".

D. J. 15/10/53.

N. 10.112 - Antonio Ignacio Sobrinho - Alto Porã "Indaga o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Alto Porã: a) se pretendentes habilitados pelo Cartório de Registro Civil, da residência de ambos ou de um deles, na forma do artigo 181, §§ 1.º e 2.º, do Código Civil, estão impedidos de se casar em outro Distrito, que não seja o da sua residência? - h) em caso afirmativo qual a interpretação a ser dada ao artigo 192 e 199, § único do Código Civil e à Lei n. 379, de 16 de janeiro de 1937, que regulam a celebração do casamento civil e religioso?

A representação, de fls. 2, sob a forma consulta envolve assunto de interesse geral e essa circunstância justifica seu conhecimento.

A lei não estabelece a obrigatoriedade da realização do casamento, no distrito da residência dos nubentes. "Para tanto ensina Serpa Lopes - necessário se tornava preceito expresse do Código

Civil, pois a validade de um ato solene não pode ficar à mercê de deduções, mais ou menos ambíguas ("Tratado dos Registros Públicos", 2.ª ed. vol. 1, pag. 227). Macedo Soares manifestou igual opinião, invocando até Avisos do Governo da República assim redigidos: "não sendo os nubentes obrigados a realizar o casamento perante o Juíz do seu domicílio, qualquer Juíz de casamentos tem competência, no seu distrito, para presidir o ato, uma vez que os contraentes, residentes em outro exibam certidão de conformidade com artigo 3.º da Lei n. 181, de 1890 provando acharem-se habitados nos termos do artigo 1.º, observando o caso do artigo 4.º" ("Casamento Civil" 4.i ed., pag. 12).

Acontece, entretanto, que motivos de ordem legal aconselham ser conhecido o distrito em que se vai celebrar o casamento, como salientou a Corregedoria, em despacho proferido pelo eminente Desembargador, J. Marcelino Conzaga, então Corregedor Geral, (no processo n. 9134, da Capital) mostrando que "a lei concede a faculdade para a oposição de impedimento até no ato da celebração do casamento, permitindo, também, que até aquele momento, os pais, autores e curadores retratem seu consentimento - "artigos 187 e 198 do Código Civil).

Torna-se, portanto, necessário conciliar a falta de proibição legal com a vantagem de se acautelar, em todos os momentos, o eventual oferecimento de impugnação nos casos acima mencionados.

Para se chegar a esse resultado conciliatório considero admissível o casamento fora do distrito residencial dos contraentes, mas sujeito às seguintes providências complementares: a) a publicação dos editais de proclamas far-se-á nos termos do artigo 181 e seu § 2.º do citado Código Civil, conforme a hipótese; b) se os nubentes, entretanto, pretenderem contrair núpcias, em distrito diferente do seu domicílio, manifestarão esse desejo, mediante petição dirigida ao Juíz de Casamentos, a fim de que o pedido conste dos autos de habilitação; c) - no edital de proclamas designar-se-á o distrito eleito para o casamento, encaminhando-se uma cópia ao Cartório do respectivo Registro Civil, para ser, ali, publicado e fixado, no prazo legal.

Publique-se como instrução de ordem geral.

São Paulo, 12 de novembro de 1953.

(a) Mareio Munhós".

D. G. J. 17/11/53.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA ACORDÃOS

Processo n. 61.007 - São Paulo - Agravo de Petição

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição interposto por Felicina Lanza da decisão do Dr. Juíz de Direito da Vara dos Registros Públicos, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial da 15.ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Capital.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, por votação unanime, em negar provimento ao recurso para confirmar a sentença recorrida pelos seus fundamentos.

A agravante adquiriu da Monções Construtora e Imobiliária S/A., pela importância de Cr\$ 190.000,00, um apartamento integrante de um prédio objeto de condomínio e pretendeu pagar o imposto de transmissão "inter-vivos" apenas sobre a quantia de Cr\$ 28.650,00, que representaria o valor de uma fração ideal do terreno, no qual a vendedora levantara o edifício, alegando, para tanto, que a construção fora feita mediante contrato de empreitada.

Verifica-se, entretanto, pelos elementos constantes dos autos, que a convenção ajustada

primitivamente entre a aludida empresa construtora e a agravante retrata um contrato típico de compromisso de compra e venda. Nenhuma alusão faz a contrato de empreitada. A chamada "unidade autônoma" é descrita como coisa certa, pertencente à promitente vendedora, tanto que a edificação havia sido averbada à margem das transcrições aquisitivas do terreno. Somente na escritura definitiva, em discordância com o negócio bem definido na promessa de compra e venda, é que surge a tardia referência a "empreitada de construção".

Ademais, o simples fato de ser a construção financiada pela Caixa Econômica Federal, mediante hipoteca global do prédio, exclui a idéia de obra empreitada pela agravante. Assim, procedeu acertadamente serventuário, ao exigir da agravante o pagamento de sisa sobre o preço total da aquisição.

Custas ex-lege. P. e I. São Paulo, 16 de outubro de 1953.

(aa) Paulo Colombo, Presidente.

J. M. Gonzaga, Vice Presidente.

Mareio Munhos, Correg. Geral e Relator.

D. J. 23/10/53.

REGISTRO CIVIL

"O Registro Civil no Brasil, foi instituído pela lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870 e, em virtude da autorização do art. 2, do Dec. 9.886, de 7/3/1888, dando regulamento e instrução para os registros civil de nascimento, casamento e óbitos que ocorressem no então império. - O Decreto n. 10.044, de 22/9/1888, determinou que o registro civil seria obrigatório em "todo o território da nação, do dia 1.º de janeiro de 1889 em diante".

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA - Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA - Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

BRENO DE TOLEDO LEITE

OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA

SEBASFIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTCP

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	- Santos
ELVINO SILVA	Campinas
AFFONSO BOTFLHO DE ABREU SAMPAIO	- Capital
ABEL DE REZENDE VILARES Rio Preto	- São José do
VIRCILIO BAPTISTA CEPellos	- Dracena,
CASEMIRO PINTO NETO	- Capital
ANTONIO FLAQUER Caetano do Sul	- São
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO .. -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO	- Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
DIRETORIA	3
CONSELHO FISCAL	3



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

SUPLENTEs	4
COLABORAÇÕES	4
EMANCIPAÇÃO E MAIORIDADE	4
LEI 819, DE OUTUBRO DE 1950	5
PREDESTINAÇÃO ANGUSTIOSA DE UMA CLASSE	6
O TABELIÃO DE NOTAS	7
PRENOMES E NOMES INCONVENIENTES	7
(UM PROBLEMA DE HIGIENE MENTAL E SOCIAL)	7
LEIS E DECRETOS	9
LEI N. 2.535, DE 13 DE JANEIRO DE 1954	9
LEI N. 2410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953	10
LEI N. 2392, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953	10
LEI N. 2.656, DE 21 DE JANEIRO DE 1954	11
LEI N. 2485, DE 5 DE JANEIRO DE 1954	12
LEI N. 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954	12
LEI N. 2.533, DE 13 DE JANEIRO DE 1954	13
LEI N. 2.626, DE 20 DE JANEIRO DE 1954	14
LEI FEDERAL	16
LEI N.O 2.084 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1953	16
PROVIMENTOS	16
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	16
DESPACHOS PROFERIDOS	17
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	18
ACORDÃOS	18
REGISTRO CIVIL	19
DIRETORIA	19
CONSELHO FISCAL	20
SUPLENTEs	20
INDICE	21

Nº 043 - Publicação: 01/03/1954

Colaborações

PODE O SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA COBRAR IMPORTÂNCIAS POR SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS QUE PRÁTICA A PEDIDO DOS INTERESSADOS? **ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA**

1.º Tabelião da Comarca de Mirandópolis

Em nossos artigos anteriores, temos procurado focalizar assuntos de utilidade prática para nossos colegas.

O assunto que hoje iremos abordar, não foge ainda a essa orientação por nós traçada, ao emprestarmos a nossa modesta e despretensiosa colaboração ao "BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA"; mas, forçoso é confessar, trata-se de assunto "melindroso", e, se não focaliza, como os artigos anteriores, um "caso prático" e que diga respeito a "ato funcional", refere-se, entretanto, justificando o seu título, a uma situação de fato", realmente vivida pela quase totalidade daqueles que mourejam em cartório, tendo na prática desses atos "extra funcional" (se assim podemos chamá-los) - uma compensação material pelos salários irrisórios taxados no nosso obsoleto regimento de custas, que não atende às circunstâncias da vida atual.

Resta-nos saber, se a prática desses atos, e o seu pagamento pelos interessados, constitui ou não ilegalidade.

Propusemos dar resposta à indagação formulada no título deste artigo, analisando-a à luz de nossa legislação e alicerçados em opiniões de nomes respeitáveis e autorizados de nossas letras jurídicas.

O artigo 18 do atual Regimento de Custas - (Dec.-Lei n.º 14.978 - de 29 de Agosto de 1945) - assim está redigido:

Contra a cobrança e percepção indevida despesas e custas atribuídas aos serventuários e auxiliares da Justiça. poderá o interessado reclamar por petição perante o Juiz Corregedor. Ouvido o funcionário, no prazo de quarenta e oito horas, decidirá o Juiz em igual prazo. Da decisão cabe recurso, também em quarenta, e oito horas, e por simples petição, para o Corregedor Geral.

Percebe-se nesse dispositivo, uma distinção clara e precisa, entre CUSTAS e DESPESAS. Na primeira, incluem-se os atos taxados e expressos no referido regimento, e, na segunda, pela interpretação ampla que comporta, incluem-se todos os gastos, - (inclusive pagamento de serviços "extra funcionais" do Serventuário) - que uma das partes tenha de fazer para que se costume o ato público. Pelos atos ou serviços que o Serventuário presta às partes, e a pedido das mesmas, não expressos no Regimento de Custas, fica ele, com a liberdade de valorizá-los- como julgar conveniente, sem que tal prática constitua ilegalidade, pois, esses serviços não lhe são defesos por lei.

É de inteira justiça, a remuneração desses serviços, pois, eles atendem à comodidade das partes, que poderiam, se não fossem feitos pelo Serventuário, encarregar um terceiro de praticá-los.

"SAEPE ENIM OPERA ALICUJUS PRO PECUNIA VALET".

(Muitas vezes o trabalho de alguém vale como dinheiro.)

Pelo dispositivo de lei supra transcrito, percebe-se que o Serventuário, não fica adstrito sómente em receber das partes as suas "custas regimentais", pois, em caso contrário, teria o legislador, suprimido daquele texto de lei, a palavra "despesas".

Para o assunto em tela, vem mesmo a "talho de foice", as considerações oportunas, feitas por Pereira e Souza:

"Custas são as despesas judiciais, feitas com a "expedição e preparo dos feitos e, em geral, de todos "os atos judiciais. (AGUIAR CAMPOLLO, Elementos de Th. e Prat. do Proc., pág. 327). As "despesas" diferem das "custas" como o gênero da espécie. A "palavra - despesas - compreende tudo quanto se "desembolsa por ocasião da causa, inclusivamente o "que a parte vencedora não pode reclamar da vencida. "A palavra - custas - restringe-se àquelas despesas, "que são taxadas por lei, para serem contadas contra "a parte vencida -. (Do vol. Novo Regimento de "Custas Judiciárias do Estado de São Paulo de Afonso "Dionísio Gama - pág. 6).

Não vamos aqui entrar no significado jurídico das expressões, - custas, salários, despesas, emolumentos e outras semelhantes, pois iríamos incorrer em divagações, fugindo assim à finalidade deste nosso trabalho.

Mutatis mutandis, as considerações oportunas de Pereira e Souza, supra transcritas, transportadas para a parte do Tabelionato, reforçará o nosso ponto de vista já exposto.

Mesmo que o art. 18, não fizesse referencia a "despesas", ou, se outra interpretação queira se dar a esse vocábulo ali existente, mesmo assim, repetimos, não estaria o Serventuário, impedido de cobrar importâncias, a título de "custas" para serviços que venha praticar, e não taxados no regimento.

Existem duas espécies de "custas ilegítimas". As excessivas e as indevidas.

DE PLACIDO E SILVA, definindo-as esclarece:

"Indevidas são as custas não autorizadas ou não, "previstas regulamentamente. Excessiva as que ultrapassem as pautas regulamentares. Custas indevidas e custas excessivas, embora ambas ilegítimas, "distinguem-se entre si. A excessiva é custa abusiva "pela majoração; a indevida é a não autorizada. (Com. ao Código Civil - 3.a Edição - Vol. I "Pag. 126).

Por "custas autorizadas", não devemos incluir somente as que estejam expressas em lei, pois, qualquer delas que do regimento não conste, cobradas pelo Serventuário e desde que autorizadas pela parte interessada, passarão a ser legítimas. Essa autorização, tanto pode ser expressa ou tácita. Expressa, se a parte a der por escrito, e tácita, se concordar a pagar a quantia pedida pelo Serventuário em pagamento de serviços previamente ajustados, e que se prendem a um ato que praticou ou irá praticar por força de suas funções.

Desde que a parte não use do direito de reclamação que lhe é concedido pelo art. 18, já transcrito, subentende-se que ela, tacitamente, concordou com a quantia pedida e destinada ao pagamento das "custas regimentais" pelo ato expresso no regimento, e, dos serviços, que poderemos chamá-los de "custas autorizadas" que o Serventuário irá prestar ou já prestou a essa mesma parte, como decorrência daquele ato funcional. O valor de ambas autorizações é idêntico, e a defini-lo existe o brocardo jurídico:

"EADEM EST VI TACITUS ATQUE EXPRESSI CONSENSUS"

(Igual é a força do consentimento tácito e do expresso)

Não podemos dar uma interpretação restrita a essa autorização, e desde que ela exista, de

forma expressa ou tácita, "as custas autorizadas" ou "despesas" passam a ser legítimas, pois a parte, com elas estará perfeitamente acorde. Esposando ponto de vista contrário, seremos mais realistas do que o rei.

É significativa a inexistência, em nossas leis, de um dispositivo que, de forma expressa ou tácita, proíba o Serventuário de praticar e cobrar importâncias por serviços não taxados no Regimento de custas, serviços esses, que, diga-se de passagem, - são praticados com real proveito não só para o Serventuário que os pratica, como também para as partes que deles se beneficiam.

Se recorrermos a título de esclarecimentos para o assunto ora em tela, ao "Estatuto dos Funcionários Públicos do Est. de São Paulo" (Dec. 12.273 de 28-10-1941), pois falta-nos o nosso Estatuto, vamos lá encontrar o art. 272, assim expresso:

"É vedado ao funcionário exercer atribuições diversas das inerentes à carreira a que pertencer ou "do cargo isolado que ocupar, ressalvadas as funções "de chefia e as comissões legais. (O grifo é nosso). O vocábulo inerente, constante do dispositivo transcrito, outras significações não tem se não as seguintes:

"Que pertence a própria constituição ou essência de qualquer coisa. Intimamente ligado por natureza.

Ora, os serviços e despesas "extra regimental", que o Serventuário pratica em favor das partes e a pedido destas, não podem e não devem ser ditas como diversas ou estranhas à sua carreira ou cargo, pois as mesmas nada mais são do que uma consequência das funções que exerce, ou de atos que praticou ou irá praticar, aos quais esses serviços e despesas acham-se intimamente ligados por natureza e inegavelmente à própria constituição ou essência daqueles mesmos atos.

A respeito do assunto em foco, ampara-nos estes dois autorizados pareceres:

(DESPACHO PROFERIDO PELO DOUTOR JOÃO MARCELINO GONZAGA, QUANDO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, NO PROC. N.º 4.822)

Como e de lei, devem os serventuários cotar discriminadamente, a importância dos salários a que tiverem direito à margem, não só dos originais, "como dos traslados, certidões e públicas-formas que expedirem, declarando quem fez o pagamento. (Dec. n.º 3.965, de 1925, artigo 6.º). Caso, como se alega na espécie, além dos salários e custas normais dos atos, EXISTAM OUTROS PROVENIENTES DE SERVIÇOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS, como, por exemplo, o fornecimento de mais de um traslado, diligências, faturas de requerimentos etc., deverão ser destacados na cota as importâncias desses SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS, com a declaração de terem sido especialmente encomendados pelo interessado e COMBINADO O SEU PREÇO, quando este já não esteja previsto no "regimento. Só assim se evitarão mal entendidos, surpresas e prejuízos. São Paulo, 1 de outubro de 1948 (a). Gonzaga.

Quando, também, Corregedor Geral da Justiça, teve o Dr. Joaquim Celidonio Gomes dos Reis oportunidade de abordar o assunto por nós ora focalizado, com estas esclarecedoras palavras:

Quanto aos serviços não compreendidos nas suas funções públicas, poderão os Serventuários, sem prejuízo da correição a que estão sujeitos e dos deveres inerentes aos seus cargos, PROCEDER COMO LHES PARECER CONVENIENTE, observados as Leis e regulamentos em vigor. (São Paulo, 18 de maio de 1931) - (Regimento das Correições de Aristides Malheiros - Pág. 23)

(Os grifos são nossos).

Temos a acrescentar, ainda, que pelo Acórdão n.º 47.643 da Terceira Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - transcrito na entrega no "BOLETIM N.º 25 de Março de 1951.")- ficou definitiva e positivada a responsabilidade civil do Tabelião que se encarrega de providenciar ao registro de escrituras ou títulos de seus clientes.

Com bases naquele mesmo Acórdão, e a fim de definir responsabilidades, foi pelo Desembargador Leme da Silva, quando Corregedor Geral da Justiça, no processo n.o 7.624, determinado, em caráter de provimento, que o cartório receptor dos instrumentos desse ao Serventuário portador de escrituras, "recibo do recebimento dos papéis entregues, mencionando-se data e hora da recepção."

Esse mesmo despacho esclareceu que

...a jurisprudência já se orientou no sentido de responsabilizar o tabelião que se encarregue de levar a registro as escrituras de seus clientes.

Ora, se já se define a responsabilidade do Serventuário por esses serviços, como negar-lhe o direito de cobrar e receber importâncias em paga desses mesmos serviços?

Se a prática desses atos não é ilegal, cumpre, entretanto, ao Serventuário, portar-se com elevação na sua cobrança, e, uma vez ajustados com as partes, desempenhá-los com o máximo de presteza e eficiência, evitando assim mal entendidos, surpresas e prejuízos."

DR. MARCIO RIBEIRO PORTO

Foi nomeado, por Ato do Sr. Governador do Estado, para exercer a alta função de Chefe da Casa Civil do Governador do Estado, o Dr. Mareio Ribeiro Porto. - O Dr. Octavio Uchóa da Veiga, presidente interino, representou a Associação, na solenidade da posse, que foi realizada com a presença do Sr. Governador do Estado, e altas autoridades.

APOSENTADORIAS, MONTE-PIO E PERMUTAS ABNER BORGES

Of. do Reg. Civil de J. América,

São os serventuários de Justiça e todos aqueles que dela fazem parte, pessoas físicas e pertencentes ao gênero humano. Eles se cansam, adoecem e morrem, portanto com direito à aposentadoria nos seus últimos dias de vida.

Se desde o humilde soldado, porteiros, e toda espécie de funcionários públicos, até os de mais altos postos da magistratura, têm esse direito garantido, porque então os serventuários evidentemente não os têm?

Existe uma autarquia a respeito, no Instituto de Previdência do Estado, destinada à carteira dos Serventuários de Justiça, com a finalidade de atender às aposentadorias requeridas. Entretanto um regular número de velhos servidores a requereram sem alcançarem êxito.

Não encontramos lógica na alegação de que, para cada caso de aposentadoria, haja especial reserva técnica, calculada sobre o tempo provável de vida do aposentado.

Demonstremos a nossa razão: - Requerida a aposentadoria por um serventuário, digamos de 52 anos de idade, de comarca de 1.ª entrância, com Cr\$ 5.000,00 mensais, com as suas contribuições em dia, ao em vez de lhe ser concedida a mesma, tomam do lápis, tendo em frente o atestado do estado físico do pretendente, e lhe vaticinam uma duração de 20 anos. Sobre esse tempo multiplicam a sua aposentadoria que irá a Cr\$ 1.200.000,00 e opinam, que para ser deferido o pedido, precisará primeiramente ter em caixa essa importância. E assim em cada caso !

E se esse serventuário, desgastado pelo exercício do cargo, durar apenas 4 anos, ficará condenado a esdrúxula reserva técnica (que aliás não consta da lei), não receberá o seu prêmio

da aposentadoria e terá de continuar contribuindo.

Não é uma iniquidade?

Se fossem exigir reserva técnica de todos os funcionários públicos do Estado. inclusive militares, quantos milhões de cruzeiros seriam necessários? São espadas de 2 gumes.

A aposentadoria dos serventuários foi criada por uma lei devidamente sancionada, portanto com a responsabilidade do Estado na sua execução e garantia. Porque não preservá-la?

As arrecadações em selos e contribuições mensais estão sendo feitas não se justificando indeferimentos e protelações aos pedidos de aposentadorias.

Os poderes superiores deviam conhecer os meandros da vida funcional dos serventuários, a sua preocupação nos trabalhos e responsabilidades, deviam conhecer a contribuição gratuita prestada à Justiça em todos os seus setores; a vida cara também para eles, a representação social que os obriga à decência, a sua apresentação, enfim tantas coisas que só o servidor sabe.

É preciso considerar que tanto falece o funcionário que teve a ventura de conseguir a aposentadoria como o que Dão a conseguiu. E as esposas dos serventuários sem o direito ao montepio?

Elas que também se envelhecem como as dos que obtiveram a aposentadoria, sem esse direito. Elas que passaram grande parte da sua vida consertando as camisas do seu esposo, escovando as suas roupas, auxiliando-os também no cartório, não prestaram também os seus serviços, embora anonimamente à Justiça e ao público. Qual o seu destino?

Na velhice, indistintamente todos almejam seu descanso, seu sossego, sem aborrecimentos, onde possam relembrar a sua hora de saudade, com isso se divertindo com o seu pensamento voltado ao seu passado, como se estivessem assistindo a um filme da sua vida.

Porque não lhes propiciar o montepio, este nem que seja pela metade do valor da aposentadoria do cônjuge falecido, quer ou não tenha sido aposentado.

Muitos tem a concepção de que cartório é mina de rendimentos, e assim todos os serventuários deviam amealhar fortuna desse modo garantindo o futuro dos seus. Puro engano.

Vinte por cento dos cartórios dão rendas ótimas, boas e regulares, e oitenta por cento, dão de regulares para quase nulas.

Alega o Instituto que nem a metade dos servidores, inclusive escreventes e auxiliares se inscreveram, prejudicando assim o atendimento das aposentadorias em maior número. Concordamos com essa alegação, mas o Instituto deveria representar nesse sentido à Secretaria da Justiça para que esta por sua vez encaminhasse a representação a quem de direito, no sentido de obrigar direta e indiretamente à inscrição geral de todos os servidores, de acordo com a lei das aposentadorias, mas aditando-se à mesma lei os seguintes artigos ou parágrafos:

"Não será permitido aos serventuários e escreventes obterem licenças para negócios do seu interesse se não estiverem inscritos no Instituto, de se inscreverem em concursos de remoção e promoção, de permutarem seus cargos e que estejam quites com a respectiva Carteira, facilitando-lhes entretanto de se inscreverem, os que ainda não o fizeram até a aprovação desse aditivo, em prestações mensais com o acréscimo de 20%, e os que não o fizeram nesse prazo, a multa de 30% pagos integralmente, e só podendo requerer inscrições em concurso de remoção e promoção, após 6 meses da sua inscrição.

Aos que estiverem em dia com o Instituto, para remoções e promoções lhes sejam contados 2 pontos nos concursos."

Tomadas essas providências transbordará de dinheiro a carteira dos serventuários.

Em relação às permutas, estamos lendo a miúdo, fazê-las funcionários públicos de todas as repartições, de Juizes, Promotores de todas as idades, entretanto para os serventuários de Justiça está trancado esse direito se faltar 1/5.^o do tempo para se aposentarem.

Em geral há proibição de permutas de cartórios de entrâncias diferentes, leis draconianas que precisam ser revogadas por injustas.

Em abono às razões da revogação dessas leis, por exemplo, um serventuário enfermo que não tenha tempo para se aposentar, um clima mais ameno poderá ser motivo à sua cura, embora em cartório mais fraco, mas para se de maior conveniência.

Porque não lhe permitir?

Todos os serventuários de Justiça são iguais ao bom. cumprimento de seus deveres em qualquer cartório do Estado.

As leis são as mesmas para os de comarcas e distritos. Os concursos são iguais, diferenciando apenas as funções, por isso mesmo só sendo permitidas permutas para ofícios de igual natureza ou quando haja um anexo.

Deveriam portanto ser abolidas as questões de entrâncias, pois que não haverá nenhum prejuízo que o serventuário. A ou seja em Iguale ou Andradina, porque terá ele de bem desempenhar as suas funções em qualquer comarca do Estado. Existem as Corregedorias para fiscalizá-los e puni-los. Não será de estranhar que um servidor da comarca da importância, por exemplo de Campinas, seja menos aplicado e menos cumpridor dos seus deveres funcionais, que um da viela de Tabocas que poderá ser mais cumpridor dos seus deveres, mais esclarecido, mais estudioso, melhor chefe de família, ou que ambos tenham as mesmas qualidades e competência.

Quem teve prejuízo com a permuta?

Acarretou algum prejuízo à justiça ou ao público? Claro que não.

Se algum senhor deputado à Assembléia Legislativa se dispusesse a ler o nosso "Boletim", quem sabe muita coisa seria reparada com Justiça e equidade, mas não lêem infelizmente.

Mas mesmo assim continuaremos a opor nossos pontos de vista às injustiças latentes, para que os nossos colegas se capacitem de que conhecemos, os direitos da classe e que ficaremos sempre na estacada à espera de que por um milagre ,ou acaso, sejam lidos os nossos artigos e tomados na consideração que merecerem.

Enfim a esperança é a última que se acaba. Dizem...

Leis e Decretos

LEI N.º 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950

Dispõe sobre a forma de provimento dos Ofícios de Justiça e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.^o - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas p seu exercício

será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - O provimento e a vacância das serventias de justiça reger-se-ão pelo disposto nesta lei.

Artigo 3.º - a vacância da serventia decorrerá:

a) da desistência, concedida por decreto, após a verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo juiz corregedor respectivo:

b) do falecimento do serventuário;

C) do abandono do exercício verificado em processo regular;

d) de demissão imposta em virtude de sentença judiciária (artigo 189, . 1, da Constituição Federal) ;

e) da remoção ou promoção, nos termos desta lei após a verificação da posse do novo cargo;

f) de aposentadoria.

Parágrafo único - A Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, tornando conhecimento da vaga, dará ciência da mesma, no prazo de quarenta e oito (48) horas à autoridade que deva iniciar o processo de concurso.

Artigo 4.º - O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário vitalício não acarretará a vacância do ofício onde já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados ao serventuário sucedido os direitos adquiridos pelos artigos 9.c e 10.º, do Decreto-lei n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-Lei n. 12.520 de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 5.º - É instituída a carreira dos Servidores da Justiça, na qual ficam enquadrados os serventuários vitalícios e os escreventes habilitados de todos os cartórios do Estado não estipendiados pelos cofres públicos, qualquer que seja a sua natureza. Para esse efeito, as serventias de justiça ficam classificadas da seguinte foi-ma:

A) PRIMEIRA CLASSE

I) os ofícios de registro de imóveis e anexos, os de tabelião de notas com os anexos do cível e do crime, os de distribuidor, partidor e contador e os de depositários público das comarcas de primeira entrância;

II) os ofícios de registro civil das pessoas naturais e anexos dos distritos e subdistritos que não sejam sede de município.

b) SEGUNDA CLASSE

I - os ofícios referidos no n. 1, alínea "a", das comarcas de segunda entrância;

II - os ofícios referidos no n. II, da alínea "a". dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias e das comarcas de 1.ª . 2.ª entrâncias.

c) TERCEIRA CLASSE

I - os ofícios referidos no n. I, alínea "a", das comarcas de terceira entrância;

11 - os ofícios referidos no n. II da alínea "a" dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 4.^a entrância e da sede das comarcas de 3.^a entrância.

d) QUARTA CLASSE

I - os ofícios de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos, de tabelião de notas, de tabelião de protestos, de escrivão do cível, da família e sucessões, da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, de acidentes do trabalho, de registros públicos de justiça gratuita, de menores, do crime, do júri e execuções criminais, de distribuidor e contador do cível e do crime, do partidor e do depositário público, da comarca de São Paulo (4.^a entrância) ;

II - os ofícios referidos no n. I da alínea "d". aglutinada ou separadamente instalados. das comarcas de Santos e Campinas (4.^a entrância) ;

III - os ofícios referidos no n. II da alínea "a", dos distritos e subdistritos da sede das comarcas de 4.^a entrância.

Artigo 6.^o - Nenhuma admissão de serventuário será feita senão para o cargo inicial (artigo 84 da Constituição do Estado).

Artigo 7.^o - As serventias que forem criadas serão sempre providas na forma preceituada nesta lei.

Parágrafo único - Para efeito de provimento, equiparam-se aos ofícios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

Artigo 8.^o - O provimento dos cargos de Serventuário aos cartórios referidos no n. I da alínea "a" do artigo 5.^a uma vez verificada a vacância e a inexistência de candidatos à remoção, será feito mediante concurso de provas e de títulos, ao qual poderão concorrer os escreventes habilitados de ofício da mesma natureza ou com anexo do ofício posto em concurso, que contém mais de 5 anos de efetivo exercício, e os bacharéis em direito.

Artigo 9.^o - Comunicada a vaga, cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 8.^o, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no Diário da Justiça, com prazo de vinte dias, editais de inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 10 - Os pedidos de inscrição serão acompanhados dos documentos a seguir relacionados:

a) Quanto aos Escreventes:

I - certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servirem ou tenham servido e do escrivão da corregedoria permanente.

b) Quanto aos Bacharéis em Direito:

I - certidão de registro de diploma;

II - certidão da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, provando a vigência da inscrição e a existência ou inexistência de faltas disciplinares tornadas públicas;

III - prova de ser brasileiro nato, de maioridade e de estar no gozo de seus direitos civis e políticos;

IV - Prova de quitação ou isenção do serviço militar.

V - laudo de capacidade física e de não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante expedido por Centro de Saúde ou Posto de Assistência Médica Sanitária mantido pelo Estado;

VI - folha corrida das delegacias de polícia no município ou municípios e dos cartórios criminais da comarca ou comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, provada essa circunstância, bem como da Extinta Justiça Federal, provando não estar pronunciado por despacho irrevogável, não estar sujeito a medidas de segurança, não ter sofrido condenação passada em julgado, por crime de furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenha cumprido pena ou dela obtido perdão;

VII - atestado de antecedentes - passado pelo Serviço de Identificação do Estado.

§ 1.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado dois anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juizes perante os quais os candidatos tenham servido.

§ 3.º - A medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça requisitará dos juizes perante os quais tenham servido os requerentes, e à Ordem dos Advogados do Brasil, se for o caso, informações reservadas sobre a sua competência e idoneidade moral.

Artigo 11 - Encerradas as inscrições, constituir-se-á a Comissão Examinadora, composta do Presidente do Tribunal de Justiça, como presidente, o qual, por motivo de serviço público, poderá ser substituído pelos vice presidentes ou pelo Corregedor Geral da Justiça, de um Desembargador escolhido pelo mesmo Tribunal e de um serventuário nomeado pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 12 - Reunida a comissão examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos às inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal com informações, em cada caso, sobre tempo de serviço é cargos exercidos, notas desabonadoras acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1.º - Será eliminado o candidato que não tiver exibido os documentos necessários, assim o que tiver cometido omissão, culposa ou falsidade de declarações.

§ 2.º - Ao candidato não admitido cabe o direito de recurso para o Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias contados, da publicação do ato.

Artigo 13 - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior ou decidido o recurso, serão publicados, nas quarenta e oito (48) horas seguintes, no "Diário da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos e anunciado o dia, local e hora em que deverão comparecer para o início das provas.

Artigo 14 - O concurso será público e constará da apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscritas, datilográficas e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e da apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A comissão adotará critério que impeça a identificação das provas escritas e datilográficas até o momento de seu julgamento.

Artigo 15 - A prova manuscrita cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sobre matéria do ofício em

concurso, formuladas no momento

§ 1.º - Não será permitida a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada, sob pena de exclusão.

§ 2.º - Um dos examinadores, pelo menos, inspecionará continuamente o ato.

Artigo 16 - Seguir-se-á a prova dactilográfica que consistirá na redação de qualquer ato pertinente ao ofício em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever, mediante seu manejo.

Artigo 17 - No julgamento das provas manuscritas e datilográficas atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, à ortografia e à rapidez da escrita.

Parágrafo único - Será considerado inabilitado nas provas manuscrita e datilográficas o candidato que obtiver média de pontos inferiores a 4 (quatro).

Artigo 18 - As arguições orais, no dia e hora previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, em prazo não superior a trinta minutos, findas as quais, cada membro da comissão atribuirá a cada candidato, em lista especial, a respectiva nota, lançando-a ao lado do nome do mesmo.

Artigo 19 - As notas serão sempre atribuídas por extenso com valores que variarão entre 0 (zero) a 10 (dez).

Artigo 20 - Terminadas as provas a comissão, em sessão secreta promoverá:

a) o exame dos títulos apresentados, que receberão os seguintes valores:

I - diploma de bacharel ou doutor em direito - 3 pontos;

II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;

III - certificado de conclusão do curso ginasial, ou documento equivalente, desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 ponto;

IV - obra a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 10 - 2 pontos;

V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto;

VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53).

VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo ao cargo, pelo prazo de dois anos, nos termos do art. 18, § 2.º, da Lei federal n. 1.164, de 24 de julho de 1950 - 1 ponto; (redação, dada pela lei n. 2.392, de 10 de dezembro de 1953) ;

VIII - participação, como examinador, em concurso de habilitação de escrevente ou de provimento de ofício de justiça 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante de "currículam" de curso previsto no n. II - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

X - eficiência de trabalho e boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos 1 ponto;

XI - exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário - 1 ponto (redação dada pela lei n. 2.656, de 21/1/54) ;

b) a apuração das médias resultantes das provas prestadas;

c) a apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nas alíneas 11a11 e "h".

Artigo 21 - Concluída a, apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da comissão, será incorporada pelo seu secretário, à ata final dos trabalhos e publicada no "Diário da Justiça".

Parágrafo único - Admitir-se-á também, com referência ao resultado final, o disposto no § 2.º do artigo 12.

Artigo 22 - Urna vez encerrado o concurso, o presidente comunicará à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior os nomes dos três (3) primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido no ofício

Parágrafo único - Havendo pluralidade de ofícios a serem providos, a lista se comporá de tantos nomes quantos forem as serventias e mais dois.

Artigo 23 - Na classificação observar-se-ão ordinalmente as seguintes condições, caso se verifique empate:

I - inexistência de faltas disciplinares;

II - exercício como oficial maior no cartório vago, na data em que se verificar a vacância;

III - idade;

IV - encargos de famílias;

V - posse de certificado de acordo com a Lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 24 - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere o artigo 22 serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25 - O provimento dos cargos referidos no n. II da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a inexistência de candidato à remoção, será também, feito mediante concurso de provas e títulos, aos quais poderão concorrer os escreventes habilitados de ofícios da mesma natureza ou com anexo do ofício em concurso, que contem mais de cinco anos de efetivo exercício e os bacharéis em Direito, observado o disposto nos artigos 9.º a 24, exceto o artigo 11.

Parágrafo único - A comissão examinadora será constituída do juiz corregedor permanente do cartório vago, que será seu presidente, do promotor público da comarca ou da primeira vara da comarca, quando houver mais de uma, e de um advogado designado pelo presidente da respectiva subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, servindo como Secretário o escrivão da corregedoria permanente.

Artigo 26 - As serventias que se refere o artigo 5.º serão providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em funções da mesma natureza ou corria anexo do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior, que o requererem, aplicando-se no processo de concurso o disposto nos artigos 9.º; 10, letra "a", ns. I e 11 o parágrafos 1º, 2.º e 3.º, 12, 20, alínea "a"; 21; 22; 23 e 24, com as seguintes modificações:

a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pelo Conselho Superior da Magistratura;

b) a lista de classificação (artigo 22) conterá um nome para remoção e dois para promoção. Em caso de pluralidade de ofício vagos haverá multiplicidade correspondente, sendo os dois nomes acrescidos, um para remoção e outro para promoção.

c) é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 27 - Os dispositivos do Decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, bem como os Decretos ns. 6.697 e 6.697-A, ambos de 21 de setembro de 1934, que não colidirem com esta lei, ficam revigorados expressamente.

Artigo 28 - Ficam asseguradas a todos os serventuários escreventes e auxiliares de cartório, as vantagens das Leis os. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, mediante a exibição do competente certificado, passado pela "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado".

Artigo 29 - As férias não gozadas serão contadas em dobro, para efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da justiça.

Artigo 30 - Fica equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção o escrevente que na data da promulgação desta lei, contar:

a) mais de cinco (5) até dez (10) anos de serviço, para os cargos de primeira e segunda classe;

b) mais de dez (10) anos de serviço, para os cargos de terceira e quarta classes.

Artigo 31 - Aos serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de, concursos realizados até esta data e que não tenham sido nomeados, é permitida a inscrição nos concursos para cargos vagos ou que vagarem, com o mesmo direito que então lhes assistia, desde que as vagas correspondam à mesma natureza e classificação estabelecida nesta lei.

Artigo 32 - Ao ex-serventuário que, exonerado a pedido até a data da promulgação da presente lei, fizer a prova determinada no artigo 10 será permitido independentemente de novas provas, inscrever-se nos concursos para os cargos de primeira classe por via do exposto no artigo 26, desde que conte mais de cinco (5) anos de efetivo exercício.

Artigo 33 - Os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir à imediatamente superior.

Parágrafo único - Os serventuários com mais de 25 anos, 5 de efetivo exercício, poderão inscrever-se em concurso para provimento de ofício de qualquer classe; (redação dada pela lei 2.535, de 13 de janeiro de 1954) ,

Artigo 34 - Para os efeitos da presente lei a contagem de pontos provenientes de títulos será reduzida de metade, desprezada a fração inferior a cinco décimos, se já tiver concorrido para nomeação anterior.

§ 1.º - Será computado o tempo de serviço em que o serventuário ou escrevente tiver, permanecido à disposição dos poderes públicos federal, estadual ou municipal.

§ 2.º - Computar-se-á em dobro o tempo decorrente de acumulação de outro ofício que não seja pertinente à própria serventia, excluídos os casos de acumulação estabelecidos pelo regime determinado no Decreto-lei 11.4d4, de 30 de setembro de 1940 e legislação anterior sobre a mesma matéria.

Artigo 35 - O Chefe do Poder Executivo, de posse das listas de classificação, proverá a vaga

dentro de dez (10) dias por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso.

§ 1.º - Será assegurada preferência para nomeação ao candidato que for ou já tiver sido classificado em três listas, desde que por elas não tenha sido beneficiado.

§ 2.º - Os nomes dos candidatos nas condições do parágrafo anterior figurarão obrigatoriamente em lista, com menção expressa da circunstância preferencial, aplicando-se o artigo 23, caso haja mais de um candidato com o mesmo direito.

§ 3.º - O escrevente que figurar mais de três vezes em lista tríplex, terá preferência para provimento no ofício a que concorrer. Será também assegurada preferência para provimento de justiça ao escrevente ou serventuário portador do certificado expedido pela "Comissão do Artigo 30 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual".

Artigo 36 - Os candidatos incluídos em lista e não nomeados poderão, durante o prazo de dois anos, desde que o requeiram, inscrever-se em concurso de provas, dispensados destas, concorrendo à classificação final com a mesma rota anteriormente obtida.

Artigo 37 - O Chefe do Poder Executivo poderá prover livremente os cargos de que trata a presente lei quando, encerrados os concursos de provas, ocorrerem as seguintes hipóteses:

a) - não aceitarem nomeação todos os candidatos classificados ou dela desistirem expressamente;

b) - encerrar-se o concurso sem inscrição de candidatos;

c) - não conseguir classificação nenhum dos candidatos.

§ 1.º - Dar-se-á preferência aos escreventes com qualquer tempo de serviço, exigindo-se no ato de posse a documentação aplicável segundo o disposto no artigo 10.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de existência de candidato que não pertença aos quadros das serventias, far-se-á prova de saber ler e escrever corretamente.

Artigo 38 - Quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao oficial do registro civil de pessoas naturais e anexos o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requerer ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, nos dez dias seguintes à publicação da lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais ofícios criados.

Artigo 39 - Não serão providos ou nomeados os pronunciados por despacho irrevogável em crime contra o patrimônio ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, à penas superior a dois (2) anos de reclusão.

Artigo 40 - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, até a data da promulgação da nova lei que fixar o quadro territorial do Estado, fará publicar, durante três dias, relação das vagas existentes nos cartórios do Registro Civil convocando, com o prazo de vinte dias, que será contado da última publicação, a fim de que declarem se pretendem remoção para os referidos cartórios, os oficiais.

a) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, e desde que não tenham tido compensação por força da lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948;

b) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, por força do Decreto-lei n. 14.334, de 30 de novembro de 1944, desde que comprovem a continuidade do prejuízo após a vigência da lei 233, e 24 de dezembro e 1948.

§ 1.º - A comprovação do desmembramento que tenha havido compensação, será feita mediante prova inequívoca fornecida pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado.

§ 2.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de classe idêntica a do requerente.

§ 3.º - Na remoção serão observados para preferência o tempo no ofícios e os encargos de família.

§ 4.º - Não havendo qualquer pedido e comunicado o fato pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior ao Tribunal de Justiça, o seu presidente fará abrir concurso de títulos, nos termos desta lei. - (redação dada pela lei n. 1.296, de 16 de novembro de 1951). - NOTA: - Este artigo caducou em 31/12/53, em virtude da promulgação da Nova Divisão Territorial, Judiciária e Administrativa do Estado, lei n. 2.456, de 30/12/53.

Artigo 41 - Nenhum serventuário de justiça poderá entrar em exercício do cargo sem que apresente o respectivo título autêntico de nomeação e preste, perante o Corregedor Geral da Justiça, o necessário compromisso de exercer as funções com préstimo e lealdade, sob as penas da lei.

Parágrafo único - Se o provimento, promoção ou remoção se der em virtude de criação de ofício, deverá o titular exibir, também, revestidos das formalidades legais, os protocolos e livros indispensáveis ao exercício do cargo.

Artigo 42 - É de sessenta (60) dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido deverá assumir o exercício de suas novas funções sob pena de caducar o seu direito.

Parágrafo único - A posse será comunicada pelo juiz de direito competente à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 43 - Sempre, que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento de serventuário deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do morto com referência à indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização. Para esse efeito o Juiz de Direito mandará proceder à avaliação por dois serventuários da comarca.

Artigo 44 - Sem prejuízo para o interesse público e ouvidos os respectivos juizes corregedores será permitida a permuta dos ofícios de justiça entre serventuários da mesma natureza e classe, desde que não lhes falte menos de um quinto do tempo que lhes permita obter os benefícios da aposentadoria.

Artigo 45 - A corregedoria Geral da Justiça fará publicar anualmente uma relação dos serventuários e escreventes dos cartórios do Estado, mencionando o tempo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 46 - Aos serventuários e escreventes inscritos em concurso fica assegurado o afastamento necessário à prestação de provas ou à satisfação de formalidades que se tornarem essenciais, não sofrendo quaisquer descontos quer no tempo de serviço, quer em outras vantagens.

Artigo 47 - A contar da promulgação da presente lei, só poderá ser designado Oficial Maior um dos escreventes do mesmo cartório, quando houver, por indicação do respectivo escrivão; (redação dada pela lei n. 1.341, de 11 de dezembro de 1951).

Artigo 48 - Vetado.

Artigo 49 - Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 50 - Vetado.

Artigo 51 - Vetado.

Artigo 52 - Vetado.

Artigo 53 - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares da Justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarca cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei, todas as vantagens e direitos correspondentes à classificação anterior da referida comarca.

Artigo 54 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada aos cartórios vagos, desde que não tenham sido iniciadas as provas de concurso para seu provimento.

Artigo 55 - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimentos de ofício de justiça, com ressalva do disposto nos Decretos-lei n. 5.120, de 21 de julho de 1931, n. 11.464, de 30 de setembro de 1940, e 12.520, de 22 de janeiro de 1942, que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei; (redação dada pela lei 1.340, de 11 de dezembro de 1951).

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synésio Rocha

LEIS E DECRETO-LEIS QUE SE REFERE A LEI 819. LEI N. 211, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1948

Regulamenta as vantagens concedidas pelo artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos participantes atirados da Revolução constitucionais de 1932.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Lincoln Feliciano da Silva, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 24, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Por participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 devem entender-se

I - os voluntários enquadrados em quaisquer unidades ou serviços de guerra criados na vigência do Movimento;

II- os soldados, inferiores e oficiais que compunham unidades do Exército, da Força Pública e da Guarda Civil e que, então, foram mobilizados e prestaram serviços determinados pelos respectivos comandos;

III - os civis que prestaram serviços de retaguarda, tais como de instrução, mobilização e abastecimento de tropas em operações; de propaganda ou direção do movimento revolucionário; de policiamento de cidades e outros serviços a cargo de organizações então fundadas.

Parágrafo único - Essa participação deverá ser satisfatoriamente comprovada e não será reconhecida quando tenha havido capitulação propositada, deserção, condenação por crime praticado, adesão ao inimigo, ou recusa de prestar serviços durante a incorporação, ou ainda, quando durante depois dela haja o interessado praticado atos, ou tornado atitudes incompatíveis

com a sua adesão ao Movimento.

Artigo 2.º - Por componentes da Força Expedicionária Brasileira, de São Paulo, deve entender-se:

I - os que, de qualquer forma, integraram a Força Expedicionária Brasileira em operações no exterior;

II - os componentes da Marinha de Guerra em operações;

III - os componentes da Marinha Mercante, ocupada em transportes de guerra;

IV - os componentes da Força Aérea Brasileira mobilizados em operações de guerra no exterior, no patrulhamento dos mares ou nos serviços de comboio.

DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Artigo 3.º - Para efeito do cumprimento do disposto na alínea "a" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, terão preferência para ingresso no serviço públicos os candidatos enquadrados no disposto nos artigos 1.º e 2.º desta lei.

§ 1.º - rescrevendo-se nos concursos e provas de habilitação realizados para provimento de cargos ou funções de extranumerário no serviço público estadual, os referidos candidatos farão desde logo prova de se encontrarem nas condições mencionadas neste artigo.

§ 2.º - Em caso de igualdade na classificação, terão preferência, obrigatoriamente, os candidatos que tenham feito a prova a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º - Os mutilados da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira terão preferência para ingresso no serviço público, em cargos ou funções compatíveis com as suas aptidões físicas, de acordo com o parecer médico fornecido pelo Serviço Médico da Secretaria do Governo.

DAS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Artigo 4.º - A efetivação a que se refere a alínea "b" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias se dará no cargo ocupado pelo funcionário na data da promulgação da Constituição do Estado, ainda que tenha sido nele provido interinamente.

Parágrafo único - Se o cargo ocupado por funcionário, na data referida no "caput" deste artigo, tiver titular efetivo, não caberá a aplicação do disposto nesse artigo,

Artigo 5.º - Dispensado o decurso de tempo a que se refere o artigo 88 da Constituição do Estado, o funcionário abrangido por esta lei é considerado estável, para todos os efeitos, nos termos da alínea "c" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e 18, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Artigo 6.º - Os funcionários abrangidos por esta lei, que já eram efetivos à data da promulgação da Constituição Estadual, ficam com os seus vencimentos elevados, consoante o disposto na alínea "d" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único - Em se tratando de padrão ou referência final, a elevação será correspondente à diferença entre estes e o imediatamente inferior.

Artigo 7.º - A promoção a que se refere a alínea "e" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será efetivada quando se verificar a reforma, passagem para a reserva ou aposentadoria, ficando, entretanto, ressalvado aos beneficiados o direito de receber

sempre, até que se verifique aquela promoção, os vencimentos correspondentes ao posto imediatamente superior, desde que reconhecida sua participação no Movimento pela Comissão na forma regulada.

§ 1.º - Caso se verifique a morte de elementos que preencham os requisitos estabelecidos neste artigo, quando ainda não promovidos, será feita a promoção póstuma.

§ 2.º - Aos coronéis da Força Pública e aos Chefes de agrupamentos da Guarda Civil os vencimentos previstos neste artigo serão iguais aos subsídios normais e, respectivamente, mais a diferença de proventos que existe entre os postos de coronel e tenente-coronel e entre as graduações de chefe de agrupamento e inspetor-chefe.

§ 3.º - Para os efeitos de que trata o presente artigo, os postos imediatos às graduações de anspeçada, subtenente e aspirante, são, respectivamente, sargento, segundo tenente e primeiro tenente.

§ 4.º - As vantagens acima consignadas não excluem as demais que outras leis regulam.

§ 5.º - O disposto neste artigo se aplica aos agregados, desde que comprovada sua condição de participantes ativos da Revolução Constitucionalista ou componentes da Força Expedicionária Brasileira.

Artigo 8.º - As vantagens a que se referem os artigos 3.º e parágrafo, 4.º "caput", 5.º e 6.º e parágrafo desta lei, e que correspondem às alíneas "a", "b", "c" e "d", do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevêm casos diferentes e não são cumulativas, prejudicando-se, portanto, mutuamente.

DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE A AGRICULTURA

Artigo 9.º - Aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 e aos componentes da Força Expedicionária Brasileira, de que trata esta lei, e que desejarem dedicar-se à agricultura, o Estado doará lotes de terras do seu patrimônio, de área não superior a 50 hectares, localizados em zonas próximas a centros populosos e de vias de comunicação.

§ 1.º - Relativamente aos imóveis a que se refere este artigo, ficam estabelecidas as seguintes condições e vantagens:

a) não poderão ser alienados em vida do donatário;

b) não poderão ser onerados, nem penhorados por dívidas, salvo em garantia das que forem contraídas com entidade oficial autorizada a fazer empréstimos à lavoura e à pecuária, ou por execução provenientes de impostos e taxas.

§ 2.º - O disposto neste artigo não terá aplicação aos que já sejam proprietários de terras e que desejarem cultivá-las.

§ 3.º - O donatário assumirá o compromisso de efetiva e ininterruptamente cultivar pelo menos dois terços da área doada, sob pena de se tornar nula e de nenhum efeito a doação.

§ 4.º - A doação se transmitirá aos herdeiros do beneficiado com as mesmas vantagens e encargos.

§ 5.º - A doação de que trata este artigo é irrevogável, salvo os casos previstos no § 3.º deste artigo.

DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE

Artigo 10 - Por todos os meios ao seu alcance, o Estado dará assistência eficiente aos ex-

combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira, e aos que deles dependem, até que se complete o seu reajustamento à vida civil.

§ 1.º - A assistência referida poderá ser prestada por intermédio da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção de São Paulo, e da Federação dos Voluntários do Estado de São Paulo, bem como por qualquer outra entidade que para tal exista.

§ 2.º - À duas entidades referidas no parágrafo anterior será concedida, no exercício de 1948, uma subvenção de Cr\$ 100.000,00 cem mil cruzeiros) uma vez que os seus estatutos as habilitem cabalmente ao exercício do fito assistencial a que se destinam.

§ 3.º - Nos demais exercícios a subvenção ou outros favores serão concedidos às referidas entidades, satisfeitas que sejam pelas mesmas as exigências legais usuais à concessão de tais favores, mediante prova da aplicação da subvenção anterior aos fins de que trata a letra "h" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DOS MEIOS DE EXECUÇÃO

Artigo II - Para a execução do disposto nesta lei fica criada uma comissão denominada "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias" constituída de três membros nomeados pelo Governador do Estado, e assim indicados: 1 advogado do Departamento Jurídico do Estado, livremente escolhido pelo Governador; 1 funcionário do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; e 1 funcionário da Assembléia Legislativa, indicado pela sua Mesa.

§ 1.º - Os membros da Comissão não serão remunerados, mas seus serviços serão considerados relevantes.

§ 2.º - A nomeação será feita dentro de 15 dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 3.º - O Governador do Estado designará o local de funcionamento e a repartição que se incumbirá do expediente e arquivos da Comissão.

Artigo 12 - A Comissão competirá:

- a) eleger o seu Presidente e elaborar o regimento Interno;
- b) processar os pedidos dos interessados na obtenção dos benefícios de que trata esta lei;
- c) exigir prova documental e apreciar a autenticidade e valor probante da mesma, para os fins previstos nesta lei;
- d) expedir um certificado, que será assinado pelo Presidente, declaratório de que o interessado faz jus às vantagens a que se refere o artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos previstos nesta lei, cabendo ao mesmo interessado requerer a respectiva outorga perante as autoridades competentes;
- e) estudar e sugerir aos poderes competentes sempre que preciso, as medidas necessárias à perfeita e cabal aplicação de todos os itens do referido artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e à execução do disposto nesta lei.

§ 1.º - Funcionará junto à Comissão, na qualidade de Procurador dos interesses da administração, um advogado do Estado, designado pelo Procurador Geral do Departamento Jurídico, com a atribuição de emitir pareceres nos processos submetidos à Comissão.

§ 2.º - É isento de selo, taxa e emolumentos, inclusive dos de reconhecimento de firmas, todo ato, petição, papel ou documento destinado a instruir o processo de que trata a alínea "h" deste artigo.

§ 3.º - Fica fixado o prazo de um ano, a contar da vigência da presente lei, para que os interessados dirijam seus pedidos à Comissão, que se dissolverá depois de decidir todos os pedidos apresentados em tempo oportuno.

§ 4.º - Sempre que houver suspeitas ou denúncia da ocorrência de fatos mencionados no parágrafo único do artigo 1.º a -Comissão procederá a todas as diligências para esclarecimentos, ouvido o requerente.

Artigo 13 - O Chefe do Governo proporá a abertura dos créditos necessários para o cumprimento desta lei.

Artigo 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) LINCOLN FELICIANO, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) OSWALDO P. DA FONSECA, Diretor Geral

LEI N. 646, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1950

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço aos funcionários públicos, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Todo funcionário público, que tenha prestado serviço a Revolução Constitucionalista de 1932, terá esse tempo contado em dobro para todos os efeitos legais, exceto para percepção de vencimentos.

Artigo 2.º - Para efeito desta lei, o tempo de duração da Revolução Constitucionalista será de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Aqueles que já foram beneficiados pelo Artigo 108, da Constituição de São Paulo, de 9 de julho de 1935, terão direito ao ajuste de tempo na forma determinado por este artigo.

Artigo 3.º - Considera-se documento hábil para fazer jús à contagem de tempo, o certificado expedido pela "Comissão" a que alude a letra "d", do artigo 12, da lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 4.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1950.

ADHEMAR DE BARROS. Lineu Prestes.

DECRETO Nº 129 - DE 23 DE JULHO DE 1931.

Dispõe sobre a nomeação, demissão e prerrogativas dos escreventes habilitados, e dá outras providências.

Artigo 1.º - Todos os escrivães, inclusive os escrivães de paz, oficiais de registro de imóveis e de protesto, do registro de títulos, tabeliães, contadores, partidores, distribuidores e depositários públicos podem ter um ou mais escreventes.

Parágrafo 1.º - O número de escreventes de cada cartório ou ofício será fixado pelo juiz a que estiver subordinado (decreto 4.786, de 1930, artigo 2.º), ouvido o respectivo serventuário, e com recurso deste para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 2.º - O número fixado poderá ser aumentado ou reduzido, na forma do parágrafo anterior. Quando, porém, da redução resulte a dispensa de algum escrevente, o juiz só a permitirá mediante prova de sensível diminuição da renda do cartório. Da decisão do juiz haverá recurso, do escrevente dispensado e do serventuário para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 3.º - No caso do parágrafo antecedente, serão dispensados os escreventes mais modernos, sendo-lhes, porém abonados os vencimentos de três meses.

Artigo 2.º - Os títulos dos escreventes, nos cartórios em que houver mais de um, serão numerados ordinalmente, por antiguidade ou merecimento, segundo proposta do serventuário a decisão do juiz.

Artigo 3.º - Os escreventes serão nomeados e demitidos pelo juiz a que estiver subordinado o cartório. Da demissão haverá recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 4.º - A nomeação dependerá de aprovação em exame efetuado perante uma comissão formada, na Capital pelo juiz a que estiver subordinado o cartório e mais dois juizes designados pelo diretor do Palácio da Justiça, no interior, pelo juiz de direito, o substituto do distrito e mais um examinador designado pelo juiz de direito. Nota: Este artigo foi modificado pelo 83, do dec. Lei n.º 11.058, de 26/4/1950, que diz: - "O exame dos candidatos a escreventes será efetuada por uma comissão constituída pelo Juiz Corregedor Permanente do Ofício. como presidente, e por dois examinadores, um deles advogado e outro serventuário de Justiça).

Parágrafo único - Nas comarcas do interior, em que houver mais de uma vara, a Comissão será composta pelos juizes de direito e um dos substitutos, se for necessário.

Artigo 5.º - A inscrição para o exame será requerida em petição assinada pelo candidato e pelo serventuário do cartório.

Parágrafo 1.º - A petição será instruída com os seguintes documentos:

- a) folha corrida;
- b) atestado de capacidade moral, subscrito por duas pessoas abonadas e conhecidas do juiz;
- c) atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante, expedidas pelo médico designado pelo juiz.

Parágrafo 2.º - Ao apresentar-se a exame, os candidatos deverão exhibir caderneta de identidade.

Parágrafo 3.º - Sómente podem inscrever-se para o exame, os cidadãos brasileiros natos,

inclusive os referidos nos ns. 2 e 3 do artigo 69 da Constituição Brasileira, que estiverem no gozo dos direitos civis e políticos, não incursos na proibição do artigo 39, Parágrafo 1.º do decreto n. 123, de 1892.

Artigo 6.º - O exame que será público, constará de uma prova escrita e outra oral.

Artigo 7.º - A prova escrita consistirá na redação de ofícios, editais, certidões, autos, termos e escrituras; na organização de contas, cálculos e rateios e na execução de qualquer outro ato do ofício.

Parágrafo 1.º - Haverá uma prova autográfica ou manuscrita e outra datilográfica.

Parágrafo 2.º - A prova escrita durará no máximo duas horas, e será realizada, independentemente de pontos, na presença da Comissão, que formulará sucessivamente as questões que o candidato deva resolver.

Parágrafo 3.º - No julgamento da prova escrita a Comissão atenderá não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, a ortografia, a rapidez e a redação da escrita.

Parágrafo 4.º - O candidato inabilitado na prova escrita será desde logo excluído do exame.

Artigo 8.º - A prova oral consistirá em arguições, praticas sobre os diversos serviços do cargo e durará meia hora.

Parágrafo único - As questões serão formuladas no momento, independentemente de pontos.

Artigo 9.º - Os autos de exame para nomeação de escrevente são sujeitos à correção do Corregedor Geral da Justiça, que, verificando haver nulidade substancial ou inaptidão notório o candidato aprovado, determinará a exoneração deste. Dessa exoneração haverá recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 10.º - Depois de um ano de exercício, o escrevente não poderá ser demitido, senão nos casos e nos termos do artigo 1.º - parágrafo 3.º e 11 desde decreto, ou a bem do serviço público.

Parágrafo 1.º - A demissão a bem do serviço público será decretada pelo juiz ex-offício, ou sob denúncia do serventuário do cartório, de qualquer prejudicado ou presidente do Instituto dos Advogados.

Parágrafo 2.º - A demissão será precedida de processo disciplinar, iniciado por portaria do juiz ou pela denúncia, tomada por termo, de acordo com o parágrafo anterior.

Parágrafo 3.º - A denúncia deverá ser satisfatoriamente fundamentada, para provocar processo disciplinar.

Parágrafo 4.º - O escrevente arguido poderá apresentar defesa escrita Tio prazo de 10 dias.

Parágrafo 5.º - Se o escrevente arguido não for encontrado na sede da Comarca, para os fins do parágrafo 4.º, será chamado por editais com prazo de 15 dias.

Parágrafo 6.º - Si, notificado da denúncia ou do processo iniciado, e passados os 15 dias, no caso do parágrafo anterior, o escrevente não apresentar, no prazo legal a sua defesa, mandará o juiz lavrar portaria de demissão. Se o arguido acudir com sua defesa, será concedida uma dilação probatória de dez dias, comum às partes seguindo-se logo a decisão do juiz.

Parágrafo 7.º - Da decisão do juiz, demitindo ou não o escrevente, cabe recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 11.º - O escrevente pôde também ser demitido a requerimento do serventuário do cartório, sem declaração de motivo, mas nesse caso, fica, durante um ano, com direito A metade dos vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade.

Artigo 12.º - É facultado aos escreventes de ofícios ou cartórios requerer a sua admissão à Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, nas mesmas condições dos parágrafos seguintes.

Parágrafo 1.º - As contribuições de qualquer natureza, bem como o pecúlio e o auxílio para funerais serão equivalentes a dois terços dos devidos ou do que competir aos serventuários dos ofícios de justiça nos quais servirem.

Parágrafo 2.º - Os atuais escreventes com mais de cinquenta anos de idade poderão requerer a sua inclusão uma vez que sirvam, pelo menos, dez anos, desde que o requeiram dentro dos noventa dias seguintes à vigência do presente decreto. Fora do caso especial do presente parágrafo, nenhum escrevente com mais de cinquenta anos de idade será admitido.

Artigo 13.º - Os escreventes estão sujeitos às penas disciplinares do artigo 34, do decreto 4.786, de 1930, observados os artigos 37, 38 e 39 do mesmo decreto. (Nota: - Este decreto dispõe sobre o regimen de correições).

Artigo 14.º - O escrevente exonerado a pedido seu, ou na forma dos artigos 1.º e parágrafo 3.º e 11, pôde ser nomeado para outro cartório da mesma natureza, independentemente, de novo exame mediante requerimento subscrito pelo candidato e pelo respectivo serventuário.

Parágrafo único - Se o cartório ou ofício for de natureza diversa, o exame versará exclusivamente sobre as matérias estranhas ao antigo serviço.

Artigo 15.º - Os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado serão fixados pelo Secretário da Justiça, mediante proposta dos respectivos serventuário e informação do juiz.

Parágrafo 1.º - Nos trinta dias que se seguirem a vigência deste decreto, os serventuários da Justiça, que tiverem ou desejarem ter escrevente, apresentarão as suas propostas ao juiz, e este as remeterá, informadas, ao Secretário da justiça dentro de 10 dias.

Parágrafo 2.º - A proposta será acompanhada de informações sobre a renda do cartório e o número de escrevente.

Parágrafo 3.º - Os escreventes serão classificados pelo Juiz em categorias, para cada cartório, com vencimentos diferentes, e sob proposta do serventuário, com recurso para o corregedor geral art. 2.º.

Parágrafo 4.º - Na falta de proposta, o juiz prestará ex-offício as informações a que aludem os parágrafos 1.º e 2.º.

Parágrafo 5.º - O Secretário da Justiça uniformizará, tanto quanto possível, os vencimentos dos escreventes de cartórios de natureza e renda equivalentes.

Parágrafo 6.º - A tabela só poderá ser alterada de três em três anos, mediante representação fundamentada e documentada do serventuário ou dos escreventes, e informação do juiz.

Parágrafo 7.º - Quando, durante o rienio, forem criados novos lugares de escreventes, o Secretário da Justiça, fixará os vencimentos na forma dos parágrafos antecedentes, podendo altera-los na primeira revisão da tabela.

Artigo 16.º - Nas licenças que serão concedidas pelo juiz, com audiência do serventuário do cartório, perceberão os escreventes a parte dos vencimentos a que alude o artigo 7.º da lei n. 1.521, de 1916.

Artigo 17.º - O, serventuário do cartório, de acordo com o juiz, poderá distribuir a cada um dos seus escreventes determinados serviços, como o de reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos etc., e, nesse caso, o escrevente será responsável civil e criminalmente pelo ato que subscrever.

Parágrafo 1.º - A distribuição do serviço será publicada por edital e afixada permanentemente e ostensivamente no cartório.

Parágrafo 2.º - O serventuário do cartório não fica impedido de executar cumulativamente o serviço distribuído.

Artigo 18.º - Os escreventes terão direito a quinze dias contínuos de férias em cada ano civil, sem perda de vencimentos. As férias serão concedidas 1)elo juiz, a pedido do escrevente, ouvido o serventuário (Modificado pela lei n.o 2.177, de 23-7-53).

Artigo 19.º - O serventuário que tiver escrevente poderá igualmente gozar de férias até trinta dias, concedidas pelo juiz. O escrevente que o substituir será obrigado a entregar-lhe a renda líquida do cartório, observado o disposto nos parágrafos 2.º e 3.º do artigo 20.

Artigo 20.º - Os escreventes, segundo o lugar que ocuparem (art. 2.º), são os substitutos do serventuário efetivo, nos casos de férias ou licença.

Parágrafo 1.º - O serventuário licenciado terá direito a uma parte da renda líquida do cartório, correspondente às quotas fixadas no artigo 7.º da lei 1.521, de 1916, ou a toda essa renda líquida, quando em férias.

Parágrafo 2.º - O serventuário interino lançará diariamente em livro próprio a receita e a despesa do cartório, e recolherá, até o dia trinta de cada mês, ao estabelecimento, indicado pelo serventuário efetivo a quota pertencente a este, sob pena de ser imediatamente demitido.

Parágrafo 3.º - O serventuário licenciado poderá, até seis meses depois de terminar a licença, reclamar contra qualquer infidelidade das contas do interino, e o juiz decidirá de plano e sem recurso.

Parágrafo 4.º - O serventuário interino antes de assumir o exercício do cargo, dará fiador idôneo que se obrigue pela entrega da renda do cartório referida no parágrafo 2.º se assim o exigir o serventuário efetivo

Artigo 21.º - Os serventuários dos ofícios de justiça podem, sob a sua exclusiva responsabilidade, ter os praticantes e feis que entenderem necessários.

Parágrafo 1.º - Os praticantes e feis não terão titulo de nomeação e vencerão o que combinarem com o serventuário. Os contratos serão arquivados em juízo, e o juiz assegurará a sua execução.

Parágrafo 2.º - Os praticantes e feis não podem escrever nos autos ou fazer intimações, salvo aos advogados e solicitadores, quando estes fizerem declaração, datada e assinada, à margem da sentença, despacho ou quota, de que foram intimados.

Artigo 22.º - A promoção dos escreventes, no mesmo cartório, será feita pelo juiz de direito, sob proposta do serventuário.

Parágrafo único - Se o serventuário declarar preferir admitir novo candidato em vez da promoção de seus escreventes, o juiz ordenará a abertura do exame, para provimento de qualquer dos lugares que se tiver vagado.

Artigo 23.º - O serventuário lançará a receita e a despesa do seu cartório ou ofício, diariamente, em livro próprio, aberto e rubricado pelo juiz de direito.

Artigo 24.º - Este decreto entrou em vigor a 1.º de janeiro, de 1932, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo Provisório do Estado de S. Paulo aos 23 de julho de 1931.

DECRETO N.º 6.697-A, DE 21.9.1934.

Estabelece medidas relativas aos escreventes de cartórios em geral.

Artigo 1.º - Os escreventes de cartório e ofícios, uma vez contem, no mínimo, dez anos de exercício, sendo quatro, pelo menos, no cartório ou ofício em que estiverem servindo, só poderão ser demitidos de acordo com processo disciplinar estabelecido no decreto n.º 5.129, de 28 de julho de 1931.

Artigo 2.º - No caso de redução do número de escreventes, prevista no parágrafo 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, ao escrevente dispensado com menos de dez anos de ofício em que estiver servindo, serão abonados três meses de vencimentos pagos no ato da dispensa, sem prejuízo de recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 3.º - O escrevente que não estiver nas condições estabelecidas no artigo 1.º poderá também ser demitido por iniciativa do serventuário, sem declaração do motivo, mas ficará nessa hipótese, com direito a vencimentos integrais, correspondentes a um ano.

Artigo 4.º - As férias asseguradas pelo artigo 18 do aludido decreto n.º 5.129, serão lançadas em cadernetas especiais, cujo modelo será aprovado pelo corregedor geral da justiça.

Artigo 5.º - Unia comissão de cinco membros, constituída por dois representantes dos escreventes, dois representantes dos serventuários e presidida por quem o Secretário da Justiça indicar, organizará a tabela mínima dos vencimentos dos escreventes de cartórios e ofícios.

Artigo 6.º - Os escreventes são obrigados a contribuir para a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, cabendo aos serventuários descontar as respectivas contribuições na folha de pagamentos recolhendo-as imediatamente à Caixa, acompanhadas de guias discriminadas.

Artigo 7.º - Os auxiliares de cartórios só poderão ser nomeados escreventes habilitados depois de aprovados em concurso, gozando de preferência para nomeação, em igualdade de condições, desde que tenham seus contratos arquivados na forma do parágrafo 1.º do artigo 21 do decreto 5.129, de 23-6-1931.

Artigo 8.º - Os escreventes ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, conforme a maior ou menor gravidade das faltas que cometerem:

- a) Advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão de oito a noventa dias;
- d) demissão.

Artigo 9.º - As penas de advertências e repreensão serão aplicáveis ao escreventes, quando estes:

- 1) Forem omissos no cumprimento de seus deveres;
- 2) deixarem de cumprir qualquer ordem em relação aos serviços;
- 3) perturbarem o silêncio dos ofícios ou cartórios durante as horas de trabalho ou tratarem de

assunto que lhes seja estranho;

4) deixarem de tratar *com a devida delicadeza e urbanidade não só as partes como os auxiliares. ,

Artigo 10.º - A pena de suspensão será aplicada, quando o escrevente:

- a) já tiver sofrido por três vezes a pena de advertência ou repreensão;
- b) desacatar os superiores hierárquicos ou as partes, por gestos ou palavras;
- c) dar informações reconhecidamente inexatas;
- d) ausentar-se do ofício ou cartório por mais de oito dias, sem causa justificada;
- e) tornar-se manifestante relapso no cumprimento dos seus deveres;
- f) cometer qualquer ato ofensivo à moral e aos créditos do ofício ou cartório;
- g) fomentar, entre seus companheiros de trabalho, desarmonia ou inimizades, ou assoalhar, fora do ofício ou cartório, qualquer fato que nele passe e deva permanecer em sigilo;
- h) receber indébitamente gratificações ou propinas por parte dos clientes.

Parágrafo 1.º - A suspensão como pena disciplinar é distinta da que resulta de pronúncia, conforme as leis da República, e da que constitui ato preliminar em processo de responsabilidade.

Parágrafo 2.º - O escrevente suspenso, e com a pena de suspensão confirmada pelo Corregedor, perde a regalia instituída no artigo 3.º.

Artigo 11.º - Aplicar-se-á a pena de demissão:

- a) quando o escrevente já tenha sofrido, por três vezes, a pena de suspensão;
- b) quando, em processo administrativo, se verifique a incapacidade moral ou funcional - do processado.

Parágrafo único - Na hipótese da letra "a", é dispensado o processo administrativo.

Artigo 12.º - As penas que alude o artigo 8.º, letras „a", "b" e "c", são aplicadas pelos serventuários, com recurso para o corregedor respectivo. A pena de demissão é aplicada pelo Corregedor do cartório, com recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Parágrafo único - Os recursos poderão ser interpostos dentro do prazo de dez, dias, a contar da data da imposição da pena.

Artigo 13.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de setembro de 1934.

a) ARMANDO DE SALES OLIVEIRA

Valdomiro Silveira.

DECRETO-LEI N.12.520 DE 22 DE JANEIRO DE 1942

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1932 e nos termos da Resolução n. 2.503, de 1941, do Departamento Administrativo do Estado,

Decreta:

Artigo 1.º - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - a vacância do ofício de justiça decorrerá:

- a) - da desistência, concedida por decreto, após verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo Juiz de Direito Corregedor;
- b) - do falecimento do serventuário;
- c) - do abandono do exercício do cargo fora dos casos em que a lei expressamente o permite, por 30 dias, seguidos ou não, durante o ano;
- d) - da demissão.

Artigo 4.º - O provimentos dos ofícios da justiça, em cada série de nove vagas, far-se-á:

- a) - 1/3 por livre escolha do Chefe do Governo, dentre doutores ou bacharéis em direito e cidadãos de reconhecida idoneidade e competência;
- b) - 1/3 dentre serventuários de justiça com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos em lista tríplice e mediante concurso de títulos;
- c) - 1/3 dentre escreventes habilitados dos cartórios da mesma natureza, com mais de cinco anos de efetivo exercício. escolhidos em lista tríplice e mediante concurso de títulos, observado o disposto no § único do art. 9.º.

Artigo 5.º - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário vitalício, será o ofício provido interinamente pelo oficial maior e, na falta deste, pelo 1.º escrevente, sendo a nomeação feita pelo Juiz Corregedor do Cartório, que fará a devida comunicação à Secretaria da Justiça.

Artigo 6.º - O primeiro provimento dos ofícios que se criarem ou se restabelecerem, será feito livremente pelo Chefe do Governo.

Artigo 7.º - Continua em vigor o disposto no decreto-lei n. 10.464, de 30 de setembro de 1940, que regula o provimento dos ofícios de determinada natureza nas comarcas por ele indicadas.

Artigo 8.º - O prazo para inscrição dos candidatos será de 30 dias, contados da primeira publicação do respectivo edital no Diário Oficial do Estado.

Artigo 9.º - No concurso a que se referem as letras "b" e "c" do art. 4.º somente poderão ser inscritos:

I - no concurso entre serventuários:

- a) - os serventuários da comarca a que pertencer o ofício vago;
- b) - os serventuários de ofícios de igual natureza, da mesma instância ou de instância imediatamente inferior à que pertencer o ofício em concurso.

II no concurso entre escreventes habilitados:

a) os escreventes da mesma comarca;

b) os escreventes de ofício de igual natureza, da mesma entrância ou de entrâncias superiores à que pertencer o cartório em concurso.

Parágrafo único - Para as comarcas de S. Paulo, Santos (4.^a entrâncias), Campinas, Ribeirão Preto e Rio Preto (3.^a entrâncias), só poderão concorrer, nas vagas que lhes competir, escreventes com mais de cinco anos de exercício em qualquer dessas comarcas.

Artigo 10 - Com o pedido de inscrição, devidamente selado e autenticado, deverá o candidato apresentar os seguintes documentos:

I - prova de nacionalidade e de idade;

II - prova de estar em gozo dos direitos civis e políticos;

III - prova de quitação ou isenção do serviço militar;

IV - prova de saúde;

V - carteira de identidade;

VI - folha corrida de polícia, do município ou dos municípios onde tiver residido nos últimos seis meses;

VII - folha corrida dos cartórios criminais da comarca ou das comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, inclusive da extinta Justiça Federal, provando não ter sido definitivamente condenado por qualquer crime;

VIII - título de nomeação de serventuário de justiça, quando se tratar de vaga a ser preenchida por serventuário, ou portaria de nomeação de escrevente habilitado, quando se tratar de vaga a ser preenchida por escrevente.

Artigo 11 - No concurso, além da apreciação dos documentos exigidos, serão levados em consideração os trabalhos ou obras pertinentes ao ofício em concurso, desde que publicados cinco anos, pelo menos, antes da vaga; as informações reservadas prestadas diretamente ao Conselho Superior da Magistratura, pelos juizes perante quem serviram candidatos a classificação em concurso ou concursos anteriores; diploma de bacharel ou de doutor em direito; desempenho de funções relevantes e a antiguidade na comarca ou entrância.

§ 1.º - O candidato deverá mencionar, em relação anexa à petição de inscrição, os nomes dos juizes perante quem tenha servido, devendo o Conselho Superior da Magistratura, à medida que lhe forem sendo apresentadas as petições, solicitar, dos juizes indicados pelo candidato, quando ainda em exercício, e de qualquer outro juiz perante o qual tenha exercido suas funções, e por ele não mencionado, informações reservadas sobre a competência e idoneidade moral do candidato, informações que deverão ser prestadas com a possível urgência.

§ 2.º - As informações serão comunicadas à Comissão Examinadora; em seguida ao julgamento do concurso, serão fechadas, lacradas e arquivadas, só podendo ser reabertas se os candidatos se inscreverem novamente.

§ 3.º - Não serão inscritos os candidatos que não tiverem apresentado os documentos necessários, assim como os que tiverem cometido omissão culposa ou falsidade nas indicações a que alude o parágrafo 1.º deste artigo.

Artigo 12 - Feita a classificação, os autos do concurso serão encaminhados, dentro de quinze dias, ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior. Em igual prazo, a contar do recebimento, o governo proverá na serventia qualquer dos três classificados.

Artigo 13 - Findos os trinta dias, fixados no artigo 8.º, não tendo havido inscrição, o provimento será feito livremente pelo Governo, devendo, entretanto, a nomeação recair em quem satisfaça os requisitos do artigo 10 deste decreto-lei.

Artigo 14 - O ofício será também provido livremente pelo Governo, se os três candidatos classificados no concurso não aceitarem a nomeação.

Artigo 15 - Os ofícios de justiça, atualmente vagos, serão providos por livre escolha do Chefe do Governo, independentemente de concurso, com observância dos requisitos do art. 10 deste decreto-lei.

Artigo 16 - Serão sempre de livre nomeação do Chefe do Governo, os serventuários e escreventes que percebem vencimentos fixos. Excetua-se o escrivão criminal do Tribunal de Apelação, cujo ofício, no caso de vaga será aglutinado aos serviços da Secretaria do mesmo Tribunal, nos termos do decreto n. 5.453, de 31 de março de 1932.

Artigo 17 - Os escreventes dos cartórios do Tribunal de Apelação, dos cartórios do júri e criminais das comarcas da Capital e de Santos, e dos cartórios das Varas de Acidentes do Trabalho, da Capital, poderão ser inscritos no concurso entre escreventes habilitados, para qualquer ofício, excetuados os do Registro Civil, a eles se aplicando o disposto no número 11 e no parágrafo único do art. 9.º.

Artigo 18 - A lista de antiguidade dos serventuários e dos escreventes, na comarca e na entrância, será publicada anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça e ficará sujeita às retificações que, a requerimento dos interessados, ou do Corregedor Geral da Justiça julgar procedentes.

Artigo 19 - O Oficial Maior do Cartório será um dos seus escreventes, indicado pelo serventuário e nomeado a requerimento, pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 20 - A nomeação do oficial maior não implica na mudança de sua classificação no quadro dos escreventes; do cartório. Sem prejuízo dessa classificação e dos direitos que lhe competirem como escrevente, poderá o oficial maior, ser destituído ou substituído, mediante proposta do serventuário.

Artigo 21 - Em suas faltas, impedimentos, férias, licenças e outros afastamentos, serão os serventuários substituídos pelo oficial maior e, em falta deste, pelo escrevente mais graduado.

Artigo 22 - A nomeação de sucessor vitalício poderá ser requerida em qualquer dos casos estabelecidos no art. 1.º, letras "a" e "b" do decreto n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935, e será precedida de concurso de títulos, no qual somente poderão ser inscritos os escreventes do respectivo cartório com três anos, pelo menos, de exercício, observadas as demais regras estatuídas; neste decreto-lei, tendo preferência para a nomeação, em igualdade de condições, o oficial maior.

Parágrafo único - Pelo falecimento do serventuário vitalício não se considerará vago o ofício de justiça para o qual haja sido nomeado sucessor: - ficará este provido em definitivo na serventia, feitas, no título, as necessárias anotações.

Artigo 23 - Os casos omissos regular-se-ão pelas disposições legais anteriores que não colidirem com as presentes.

Artigo 24 - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 21 da lei n. 2.548, de 1936, e o artigo 9.º da lei n.

2.832, de 1937 e o artigo 18 da lei n. 3.049, de 1937.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 22 de janeiro de 1942.

FERNANDO COSTA

Abelardo Vergueiro César.

Publicado na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, aos 22 de janeiro de 1942, depois de aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, por despacho de 16 do corrente, conforme se verifica do processo n. 76.302, da mesma Secretaria.

Fabio Egydio de O. Carvalho,

Diretor Geral.

D. O. de 23/1/1942.

(Nota: Este decreto foi revigorado, naquilo que não colidir com a lei 819).

DECRETO N. 6.986 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1935

"Regula a nomeação de serventuários de justiça e dá outras providências".

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 e

Artigo 9.º - No caso de falecimento do sucessor, outro poderá ser nomeado respeitados os termos e disposições deste decreto, salvo si, sem prejuízo do interesse público, preferir o serventuário vitalício voltar ao exercício do cargo.

Artigo 10 - O serventuário, a quem houver sido nomeado sucessor, poderá voltar ao exercício do cargo e até desistir do pedido de sucessor, desde que haja desaparecido qualquer destas três causas, mencionadas na artigo 1.º, letra "a", cegueira, surdez ou demência.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Valdomiro Silveira.

Lei Federal

LEI N.º 2.196.193-54

Provê sobre a expedição e utilização de títulos eleitorais.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O disposto no § 3.º do art. 197 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral) é extensivo às eleições, inclusive as suplementares, que se realizarem, no país, até o dia 31 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Os títulos eleitorais, expedidos a partir da data da vigência desta lei, não conterão o

retrato do eleitor.

Parágrafo único. O retrato do eleitor, no respectivo título, passará a ser obrigatoriamente adotado no alistamento que se fizer a partir de 1.º de janeiro de 1956.

Art. VI Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de março de 1954. - José Café Filho, Presidente do Senado Federal.

D. O. de 25/3/54.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

N. 10.996 - Juízo de Direito da 15.2- Vara Civil Capital - "Versa a dúvida suscitada pelo Dr. Juiz de Direito da 15.a Vara civil da comarca de São Paulo, Da qualidade de Corregedor Permanente do Registro Civil do 8.0 subdistrito (Sant'Ana), sobre a prova do estado de viuvez. Na espécie, o habilitando alegando ser viúvo, ofereceu como prova certidão de óbito de sua primeira esposa, passada pela Conservatória do Registro Civil de Coimbra, acompanhada por uma declaração do mesmo sentido, do consulado de Portugal em São Paulo.

Entendeu o Dr. Curador de Casamento que dita certidão não estava devidamente legalizada. O M. M. Juiz, acolhendo alegação dos habilitandos de que "inúmeros casamentos com certidões de óbitos vindas de Portugal" têm sido realizados neste Estado, sem outras formalidades, representou a esta Corregedoria Geral, no sentido de ser resolvida a dúvida de modo geral.

Respondo:

O casamento anterior não dissolvido, é impedimento dirimente, na forma do Cód. Civil, art. 183, VI. De acordo com o art. 180, V, do mesmo Código, a prova de inexistência do impedimento se faz com a certidão de óbito do cônjuge falecido ou da anulação do casamento anterior.

Na espécie, não se cogita de falta ou impossibilidade da apresentação da certidão e sim de falta de formalidade do documento exibido. Os atos autênticos passados em País estrangeiro, além da tradução quando necessária, só produzem fé em Juízo, depois de devidamente legalizados pelos cônsules brasileiros, cujas firmas devem ser reconhecidas pela Secretaria do Ministério das Relações Exteriores (Gusmão, Processo Civil, vol. II, pags. 122), ou outra repartição competente, como as Alfândegas e Delegacias Fiscais. A exigência é legal, decorre de princípios de direito internacional privado que estabelece condições para a validade de documentos passados em país estrangeiro, no Estado em que é produzido, entre elas a legalização para tornar certa a autenticidade. (Código Bustamante, art. 402, citado por Espínola em comentários ao art. 13 da Lei de Introdução). Nestas condições, a certidão passada em qualquer País estrangeiro e não devidamente legalizado pelo cônsul brasileiro, cuja firma também deverá ser reconhecida, não faz fé e não pode ser admitida em juízo, na forma do art. 140 do CM. Civil, 228 do Cód. de Processo Civil, art. 125 do Cód. Comercial, 140 § 2.º do Reg. 737, exigência que vem do Reg. de 14 de Abril de 1834, art. 79, apud Morães Carvalho, Praxe, § 434. - Publique-se para observância geral, devolvendo-se. - São Paulo, 27 de janeiro de 1954. (a) Pedro Chaves".

N. 10.302 - Secretaria da Justiça - Antonio Ebram - Capital - "Verifica-se na espécie um caso de "incompatibilidade" expressamente definido em lei.

Efetivamente, o Decreto n. 123 de 10 de novembro de 1932, no art. 95, inciso 3.º, declara impedidos de servir conjuntamente, no mesmo juízo, dois serventuários de justiça, quando entre eles haja parentesco previsto no inciso 1º.

A incompatibilidade, na forma do Art. 99, 6.º, quando o motivo for anterior a nomeação, resolver-

se-á, com a privação do cargo ao último nomeado.

Na forma do § único do art. 38, do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça, que invoco supletivamente, a oportunidade para a solução da incompatibilidade, seria anterior a posse, pois era já então existente.

Entretanto determinou a Corregedoria que o nomeado fosse empossado na serventia, sendo-lhe dado imediatamente sob título, enquanto perdurasse o impedimento, o que foi feito.

Em consequência, o serventuário legalmente provido, foi compromissado e empossado e está afastado do exercício a que não pode e não deve ficar sem solução. Pretende o Sr. Antonio Ebram, que foi o segundo nomeado, em pedido de reconsideração, seja essa situação mantida até que ele possa habilitar-se para uma serventia. Nada há que ser modificado no despacho proferido em 31 de dezembro de 1953, pelo meu antecessor nesta Corregedoria e publicado no Diário da Justiça de 15 de janeiro de 1954. Essa decisão, ao par de sua perfeita legalidade, foi até conciliatória e procurou harmonizar o impeditivo da lei, com o interesse do serventuário. Considerando entretanto que o caso deve ser solucionado, determino, que expirada a licença em cujo gozo se encontra o interessado, voltem-se estes autos concluídos para deliberar o que for de direito.

São Paulo, 3-2-54. (a) Pedro Chaves".

N. 11.144 - Paulo de Tarso da Rocha Lessa - Presidente Prudente - "Informa o Sr. Oficial do Registro de Presidente Prudente, que a Lei n. 2.456, de 31 de dezembro de 1953, elevou à categoria de distrito as localidades de Ameliópolis, Floresta do Sul, Itororó do Paranapanema, Estrela do Norte e Tarabay, todas pertencentes à mencionada Comarca, sem lhes fixar as divisas, nem lhes atribuir o território a qualquer das Circunscrições Imobiliárias existentes. Diante desse fato, consulta o serventuário, sobre a competência para proceder transcrições e inscrições de escrituras relativas a imóveis situados nos referidos distritos.

Não é da competência da Corregedora Geral, responder a consultas. As dúvidas que surjam nos serviços de registro, devem ser suscitadas, objetivamente, solucionadas pelo Juiz competente, com recurso específico para o Egrégio Conselho Superior da Magistratura. Entretanto, como "instrução" de caráter geral, sem prejuízo de decisões que venham a ser tomadas em casos concretos pelas autoridades judiciárias competentes respondendo que as inscrições e transcrições de escrituras referentes, a imóveis situados nos territórios das localidades elevadas à categoria de "distritos" devem continuar a serem feitas nas circunstâncias a que pertenciam anteriormente.

A solução decorre do disposto no art. 179, parágrafo único do decreto n. 4.857 de 1939, última alínea, porque se o desdobramento territorial regularmente processado, não implica na perda de competência do cartório originário, senão depois da instalação do novo com maior razão subsiste a competência do cartório da circunscrição desmembrada quando nem ao menos a lei do desmembramento atribui o território a qualquer outra circunscrição.

Publique-se.

S. P. 26-2-54. (a) Pedro Chaves.

D. J. 6/2/54.

Informações Várias

CIDADES QUE MUDARAM DE NOMES DE ACORDO COM A LEI 2.456 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1954.

Nome atual	Nome antigo
Bacaetava	ex-Varnhagem
Bonfim Paulista	ex-Gaturamo
Divinolândia	ex-Sapecado
Espirito Santo do Turvo	ex-Rio Turvo
Gastão Vidigal	ex-Brioso
Lucianópolis	ex-Gralha
Marabá Paulista	ex-Areia Dourada
Murutinga do Sul	ex-Algodoal
Pedro Barros	ex-Tupiniquins
Riolândia	ex-Veadinho do Porto
São José do Barreiro	ex-Barreiro
Santa Maria do Gurupá	ex-Ipês
Santo Antonio de Pósse	ex-Posse de Ressaca
Tupí Paulista	ex-Gracianópolis

TABELA DE CALCULO DO IMPOSTO
COMPLEMENTAR
**ADOTADO NOVO SISTEMA PARA FACILITAR OS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO DE RENDA
ENCARGOS DE FAMILIA**

Em virtude das dificuldades para o cálculo do imposto complementar progressivo, a que estão sujeitos, na forma do art. 26 do Regulamento, os contribuintes do imposto de renda, foi adotada nova tabela, com as alterações introduzidas pela lei 1.474, de 26-11-51, acrescentando-lhe à direita a "parcela a subtrair" para cada porção de renda.

É a seguinte a tabela:

Porção de renda	Taxa	Parcela a subtrair	
Até Cr\$ 30M0,00			Isento
Entre Cr\$ 30.000,00	e	Cr\$ 60.000,00	3% 900,00
Entre Cr\$ 60.000,00	e	Cr\$ 90.000,00	5% 2.100,00

Entre	Cr\$	90.000,00	e	Cr\$	120.000,00	7%	3.900,00
Entre	Cr\$	120.000,00	e	Cr\$	150.000,00	9%	6.300,00
Entre	Cr\$	150.000,00	e	Cr\$	200.000,00	12%	10.800,00
Entre	Cr\$	200.000,00	e	Cr\$	300.000,00	15%	16.800,00
Entre	Cr\$	300.000,00	e	Cr\$	400.000,00	18%	25.800,00
Entre	Cr\$	400.000,00	e	Cr\$	500.000,00	21%	37.800,00
Entre	Cr\$	500.000,00	e	Cr\$	600.000,00	24%	37.800,00
Entre	Cr\$	600.000,00	e	Cr\$	700.000,00	27%	52.800,00
Entre	Cr\$	700.000,00	e	Cr\$	1.000.000,00	30%	91.800,00
Entre	Cr\$	1.000.000,00	e	Cr\$	2.000.000,00	35%	141.800,00
Entre	Cr\$	2.000.000,00	e	Cr\$	3.000.000,00	40%	241.800,00
Acima	Cr\$	3.000.000,00				50 %	541.800,00

VANTAGENS DA "PARCELA A SUBTRAIR"

Sem a parcela citada, o cálculo exigiria várias operações, conforme a seguinte demonstração:

Suponhamos que determinado contribuinte apure como renda líquida, na sua declaração de rendimentos, a quantia de Cr\$ 195.000,00; para determinar o imposto complementar a que deveria sujeitar-se, de acordo com a tabela, teria ele que praticar as seguintes operações:

pela porção de renda até Cr\$	30.000,00	Isento	
pela porção de renda até entre Cr\$	30.000,00 e 60.000,00	3% =	900,00
pela porção de renda até entre Cr\$	60.000,00 e 90.000,00	5% =	1.500,00
pela porção de renda até entre Cr\$	90.000,00 e 120.000,00	7% =	2.100,00
pela porção de renda até entre Cr\$	120.000,00 e 150.000,00	9% =	2.700,00
pela porção de renda até entre Cr\$	150.000,00 e 185.000,00	12% =	4.200,00

Total do imposto Cr\$ 11.400,00

Aplicando-se entretanto a "parcela a subtrair" que nós acrescentamos à tabela, à direita da mesma, o cálculo tornarse-á mais fácil, pois ficará reduzido o número de operações.

Com efeito, para o exemplo acima, o contribuinte apenas terá que consultar a tabela para verificar aqui a porcentagem a que alcança sua renda-líquida, bem como qual a quantia a deduzir. Feito isso, bastar-lhe-á somente realizar o seguinte cálculo:

Renda líquida X Taxa - parcela a subtrair = imposto

100

ou seja, no caso prático que configuramos:



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

185.000,00 x 12

- 10.800,00 = 11.400,00 (imposto)

100

ENCARGOS DE FAMÍLIA

As deduções relativas aos encargos de família são as seguintes:

Esposa, Cr\$ 30.000,00; filho menor ou inválido, Cr\$ 15.000,00; filha solteira ou viúva, sem arrimo, Cr\$ 15.000,00; menores de 24, embora maiores de 21 anos, cursando estabelecimento de ensino superior - (juntar comprovante), Cr\$ 15.000,00; criança pobre que o contribuinte crie ou eduque (juntar comprovante), Cr\$ 6.000,00; alimentos prestados a ascendentes e a irmão e irmã, por incapacidade de trabalho (juntar comprovante), Cr\$ 10.000,00.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA - Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA - Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

BRENO DE TOLEDO LEITE

OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA

SEBASFIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTCP

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO

- Santos



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO .. - Santos
ELVINO SILVA - Campinas
AFFONSO BOTFLHO DE ABREU SAMPAIO - Capital
ABEL DE REZENDE VILARES - São José do Rio Preto
VIRCILIO BAPTISTA CEPellos - Dracena,
CASEMIRO PINTO NETO - Capital
ANTONIO FLAQUER - São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO .. - Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO - Capital
SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
PODE	0
QUE PRATICA A PEDIDO DOS INTERESSADOS?	3
"SAEPE ENIM OPERA ALICUJUS PRO PECUNIA VALET".	4
APOSENTADORIAS, MONTE-PIO E PERMUTAS	6
LEIS E DECRETOS	9
LEI N.O 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950	9
LEIS E DECRETO-LEIS QUE SE REFERE A LEI 819.	17
LEI N. 211, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1948	17
DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO	18

DAS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	19
DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE A AGRICULTURA	19
DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE	20
DOS MEIOS DE EXECUÇÃO	20
LEI N. 646, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1950	21
DECRETO N.5.129 - DE 23 DE JULHO DE 1931.	22
DECRETO N.º 6.697-A, DE 21.9.1934.	26
DECRETO-LEI N.12.520 DE 22 DE JANEIRO DE 1942	28
DECRETO N. 6.986~ DE 25 DE FEVEREIRO DE 1935	31
LEI FEDERAL	32
LEI N.O 2.196.193-54	32
PROVIMENTOS	32
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	32
INFORMAÇÕES VÁRIAS	34
CIDADES QUE MUDARAM DE NOMES DE ACORDO COM A LEI 2.456 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1954.	34
TABELA DE CALCULO DO IMPOSTO	35
DIRETORIA	37
CONSELHO FISCAL	37
SUPLENTE	38
ÍNDICE	38

Nº 044 - Publicação: 01/06/1954

Colaboração
EMANCIPAÇÃO E MANDATO
SEBASTIÃO ALMEIDA OLIVEIRA
(Especial para o Boletim da Associação.)

No último artigo que escrevemos para este mensário e aproveitamos o ensejo que se nos oferece para, desvanecidos, agradecer à redação o realce que lhe deram - trouxemos à baila casos esporádicos, inusitados e até contraditórios de emancipação, ou, para sermos um pouco mais explícitos, de casos de emancipação de menor com economia própria.

Agora, porém, vamos abordar assunto correlato, aurido em leituras esparsas e apressadas do esplêndido "Código Civil", comentado pelo doutor Clóvis Beviláqua, egrégio cultor do direito pátrio. E o assunto que nos prende a atenção, objeto destes comentários despretensiosos, está

contido no artigo 1298, volume V, página 43, terceira edição. Trata, esse artigo, da permissão dada ao menor de vinte e um anos, maior de dezesseis, não emancipado legalmente, de exercer poderes de representação, isto é, ser mandatário, receber de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses. Ora, como é sabido, não pode o menor, não emancipado, assumir obrigações sem a assistência de seus representantes. Como pode, então, receber mandato que, via de regra, encerra obrigações e conseqüentes responsabilidades?

Antes de tudo cumpre esclarecer: - Que é mandato? É, segundo os tratadistas, um contrato bilateral imperativo. Etimologicamente vem de manum dare, manu data. Em direito romano decorria, realmente, da confiança simbolizada no aperto de mão, manusdatio. (Carvalho de Mendonça, Contratos, § 89). As partes efetuam o contrato com um aperto de mão, e daí o nome mandatium, gesto que ainda perdura, em nossos dias, mormente nas classes populares, quando se quer "fechar um negócio", isto é, firmar ou concluir determinada transação e, também, em caso de apostas, quando é comum efetivá-las com um aperto de mão entre os contratantes.

Retomando o fio da meada, vislumbramos incoerência e até incongruência no texto da lei em apreço e não comporta alegar, em abono de sua legitimidade, que o mandatário é simples intermediário, que o mandato é ato de confiança. A nós se nos afigura que o mandatário exerce função importante e deve estar sempre revestido de capacidade, apto a responder civil e criminalmente por seus atos. E como pode o menor enquadrar-se nesse dilema: ser e não ser - to be or not to be - ao mesmo tempo?

Entretanto a última parte do artigo supra citado trás uma dirimente ao enunciar que "o mandante não tem ação, contra ele (mandatário) senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores."

Mesmo com essa explicação, que bem pouco elucida, ainda não nos conformamos, dado que, da obrigação de cumprir fielmente o mandato não se exime o mandatário e resulta responsabilidade pelos prejuízos provenientes de sua culpa. Como pode, pois, o menor assumir esse encargo, que por sua natureza e condição está impedido de cumprir? Praticar atos jurídicos por conta de outrem só poderá ser atribuído a quem esteja no uso e gozo de sua capacidade civil.

O artigo seguinte, 1299, veda à mulher casada aceitar mandato por sua incapacidade relativa. Só com autorização do marido, a menos que esta exerça a profissão de advogada. Também ao menor, não emancipado, relativamente incapaz, deve ser vedado esse direito, segundo o entende nossa hermenêutica.

Tratando-se de mandato com a cláusula in rem suam, as chamadas procurações em causa própria, de uso freqüente nos meios rurais, nas quais o mandatário exerce o mandato em seu próprio interesse, não vemos como conciliar o impedimento legal com a faculdade de comerciar, tratando-se de menor não emancipado.

Outrossim, cumpre ter em mira que é prescrito no parágrafo II, do artigo 1325: "não podem ser procuradores em juízo os menores de vinte e um anos, não emancipados ou declarados maiores."

Concluindo esta nossa insípida digressão em seara alheia, fazemos nossa a afirmativa do codificador: trata-se de um romanismo que persiste em nosso Código e ao qual acrescentamos nosso pensamento: já era tempo de expungir-lo, por inútil e desnecessário, dado que está em conflito com o direito comercial vigente e com a própria lógica dos fatos.

Tanabí, 15 de abril de 1954

JUSTIFICAÇÃO DE IDADE PARA CASAMENTO
JOSÉ BERNARDO DE MATTOS

1.º Tabelião do Pacaembu e ex-Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais.

A justificação de idade para casamento instituída pelo decreto federal n. 773, de 30 de Setembro de 1890, vinha sendo processada no Brasil, sem restrições, até o aparecimento do decreto n. 7.270, de 29 de Maio de 1941, que revogou pelo o seu art. 2.º, o art. 87 do decreto n. 4857, e de Novembro de 1939. - Pelo artigo revogado, lavrava-se o registro de nascimento de acordo com a justificação. Hoje, raramente se processa justificação desta natureza, porém, em casos especialíssimos, ela é admissível. Vejamos o seguinte extrato do Provimento n. 1, de 1950, do desembargador João Batista Leme da Silva, nas funções de Corregedor Geral da Justiça do Estado de S. Paulo.

"- Para o casamento de pessoas nascidas neste Estado ou Estados vizinhos, não devem os oficiais lançar mão de justificações de idade, recurso somente utilizável quando for difícil a obtenção do assento de nascimento, não havendo, pois, motivo para se recorrer às justificações de idade".

A respeitável recomendação da Egrégia Corregedoria da Justiça do Estado de S. Paulo, interpreta perfeitamente o decreto federal n. 773, de 30 de Setembro de 1890, que não tendo sido revogado, conforme opinião de PONTES MIRANDA citando J. RIBEIRO, não é de ser aplicado em toda a sua extensão, diante das facilidades concedidas pelas leis vigentes, para obtenção da certidão do registro de nascimento.

A revogação do art. 87, do decreto n. 4.957, operada pelo decreto n. 7.270, não extinguiu o estatuto da justificação de idade para fins matrimoniais, mas, mui acertadamente, fez cessar as lavraturas de registro de nascimento com base no processo de justificação. - De fato, o registro de pessoas adultas ou fora do prazo legal, só deve ser feito mediante o pagamento da multa de Cr\$ 10,00 em selos federais, ou sem multa e selos, ex-vi dos itens da lei n. 765, de 14 de Julho de 1949.

É do provimento n. 4, de 1948, do ilustre desembargador paulista João Marcelino Gonzaga: " - Somente é admissível a justificação de idade, quando houver impossibilidade de obtenção da certidão de nascimento. Como prova equivalente da certidão de idade, pôde ser aceito, por exemplo, o título de eleitor, o certificado militar, diploma de escola superior, ou qualquer outro documento, para cuja obtenção, o interessado tenha sido obrigado a apresentar a sua certidão de idade".

Concluí-se afinal, que a justificação de idade nos processos matrimoniais, não caiu, mas somente com muita cautela e escrúpulo, deve ser processada nos Juízos de Paz, com audiência do representante do Ministério Público, nos seguintes casos: - a) quando não for possível ao interessado, obter a prova de idade dentro de um prazo, cujo prolongamento possa acarretar prejuízos ou danos materiais, morais ou sentimentais irreparáveis, e obstar a realização do casamento, e especialmente nos casos urgentes em que a lei permite a dispensa da publicação do edital de proclamas, etc.: - h) e somente quando o interessado já tenha sido registrado com absoluta certeza, fato este que deve ser objeto de prova nas peças principais do respectivo processo, com todas as minúcias indicativas, inclusive da data e do nome, o cartório e lugar onde foi feito, não só para fins de perfeita averiguação dos fatos alegados, como também, para que não fique prejudicado o serviço de comunicações obrigatórias, por insuficiência de dados.

Pacaembú, 2 de Maio de 1954

José Bernardo de Mattos

CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL
ANTONINO CINTRA - STA. ADELIA

II

Já nos ocupamos desse assunto no "Boletim" n.º 16 de 6-1-950. As inovações ciclópicas; que se processam num mundo agitado pelo desentendimento das camadas sociais, constantemente em conflito, é intuitivo que alguma coisa se apresente desajustada da máquina estatal.

- No caso presente, se nos antolha que a inovação introduzida no sistema do casamento civil, não consulta os interesses da justiça social e do direito civil.

- Se se visou com isso acomodar os interesses religiosos, notadamente o católico, não se vê vantagem alguma, como se depreenderá pelo que sucintamente passamos a expor, que o fazemos como católico praticante e com todo o desprendimento da razão de nosso ofício. Vejamos o que transparece no texto da Lei n.º 379 de 16-1-1937 e na Lei n.º 1.110 de 23-5-50. Os dispositivos, principalmente, desta última são falhos e com pontos omissos, e sobretudo em conflito com as leis que regem a instituição neste Estado.

- Sendo certo que a primeira não logrou sobrevivência e pelo que se observa, outro não será o destino da última.

- São Paulo tem organizado um serviço modelar no que concerne o registro civil, notadamente no tocante a habilitação e celebração do casamento, e o mesmo não acontecendo com as citadas leis de cunho federal.

- Termos incompletos, omissos e que não expressam com precisão pontos básicos e por isso desnaturalizando a verdadeira essência do que seja o registro civil do casamento. - E digamos sem rebuços - o casamento civil só se revestirá de sua legítima finalidade pela escrituração e os preceitos contidos pelos cartórios do registro civil.

- O casamento foi elevado pelo cristianismo à dignidade de sacramento, assim comenta Carvalho Santos, Ora como se pode conceber um entrelaçamento de atos dispares, com efeitos diferentes na sua essência? Caldeando-se um ato eminentemente de direito civil como um ato expressamente religioso? - Por aí começa a deturpação de ambos os atos e sem proveito às partes interessadas nesse conúbio sui generis.

- Diz Pontes de Miranda:

- "O Código Civil foi omisso mas a sua omissão, diante do dec. 773 de 20 de setembro de 1890, dá-lhe nova vigência, pois trata da matéria de direito civil não regulada pelo Cód. e deixado em aberto, pressuposto e referido em vários pontos de lei. Tanto a habilitação quanto a celebração do casamento civil, demanda conhecimentos profundos da matéria, que por seu turno deve ser colocada no lugar para que foi instituída. Será essencial a presença do oficial do registro civil? - Diz Carvalho Santos: "Preliminarmente, posso responder com acerto a esta indagação, é preciso esclarecer que função desempenha o oficial do registro civil no ato do casamento. A sua função única, podemos afirmar sem receio de erro, é lavrar o termo de casamento.

- A celebração do casamento onde deve realizar-se, diz C. Santos: na casa das audiências, determina este artigo, como regra, porque aí é o lugar onde normalmente se administra a justiça, na expressão de Clovis Bevilacqua, e onde a realização do ato parece ter toda a sociedade por testemunha. (Cód. Civil art. 193). O mesmo Código em casos especiais permite a celebração do ato em casa de residência particular, com todas as cautelas de que o ato se reveste. - Ensina Spinola que será a mesma autoridade judicial, se for competente, para o casamento; não sendo ela competente, remeterá os autos ao juiz competente para decidir, como expressamente dispunha o dec. 181 e se depreende dos termos do art. 200 § 2.º (obr. cit. por Carvalho Santos). - Isso importa dizer não sendo competente rationae materiae ou rationae personae, remeterá o processo a quem o for para que decida.

- Campos Sales se manifestou sempre austere quanto a fiel execução do casamento civil. Pela

guarda e dignidade de um ato de exclusividade de direito civil. - Venancio Neiva, sociólogo de grande reputação, abordando com precisão o assunto teve desta manifestação pública: - destaco principalmente a substituição do casamento civil pelo religioso, admitido, sob certas condições pela Constituição. Desprestigia-se, assim, a consagração do casamento da Pátria. No entanto essa proteção interesseira do clero não corresponde qualquer fortalecimento na moral ou nas crenças católicas. O governo assim procedendo dessa maneira. fortalece o desenvolvimento do bolchevismo e de outras doutrinas revolucionárias".

- Parece desnecessário aduzir mais pontos divergentes e obsoletos sobre a causa em questão, mas a Lei n.º 1.110, já aludida prescinde do mais comecinho princípio de coordenação nos seus dispositivos e no entrelaçamento de dois atos dispares nas suas legítimas finalidades. A citada lei embora de carácter facultativo, não deixa sempre de estabelecer uma dúvida, quando não urna confusão.

- Depois por que esse caldeamento quando é certo que as pessoas católicas não deixam de casar religiosamente, cujo ato, às vezes, celebrados com toda a pompa? - As pessoas pertencentes a outros credos religiosos que não o católico e as pessoas que para celebração dos esposais tiverem tido especial interferência da justiça, só o poderão fazer por processo todo especial estabelecido pela justiça.

- Ruy Barbosa, Clovis Bevilacqua, Pontes de Miranda, Laudo de Camargo, João Luiz Alves, enfim todos os comentadores do Cód. Civil desenvolveram matéria longa sobre todos os preceitos e pelos quais se deve reger a habilitação e a celebração do casamento civil.

Santa Adelia, 26 de abril de 1954

Antonino Cintra

SERVENTUÁRIOS!

Esta Associação foi criada apenas para orientar e defender os interesses dos seus associados. Esta é a sua missão. A criação de nossa Associação, deve-se a um punhado de serventuários, que enfrentando todos os obstáculos e um grande número de serventuários incompreensíveis, levou avante um sonho. Era de ter uma entidade que os representasse com lealdade, sem visar com isso se levar por paixões de interesses pessoais.

SERVENTUÁRIOS.

É dever defende-la: contra políticos, que querem subir a custa da inquietação da classe, nessa hora que ela precisa de maior união e no momento em que sofre as consequências de um desequilíbrio econômico geral.

Provimentos CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DESPACHOS PROFERIDOS

N. 8.905 - Antenor Passos Botelho - Capital

"Regulamentando as leis n.ºs. 465 de 28 de setembro de 1949 e 507 de 17 de novembro do mesmo ano o dec. 19.365 de 20 de abril de 1950 estatuiu no §1.º, do art. 14, letras "a", "b" e "c", regras gerais para a prova do tempo de serviço e sua liquidação, dispondo no § 2.º, que o tempo de serviço de "fieis e outros auxiliares de cartórios" - somente será contado dentro de prazo de seis meses do arquivamento do contrato a que alude o decreto-lei 5.129 de 1931, art. 21, § 1.º, quando "admitidos desta data em diante".

O arquivamento do contrato a que alude o dec. lei 5.129, foi medida tomada exclusivamente em benefício dos auxiliares praticantes e fieis, para que o juiz pudesse assegurar a sua execução. A obrigatoriedade do contrato e seu arquivamento, só se tornou realidade com a portaria 16-53, baixada pelo meu eminente antecessor.

Nestas condições, se a lei admite a prova do tempo de serviço por meio de certidões e até de justificações, não é justo nem lícito, negar ao fiel, auxiliar ou praticante, a prova do tempo de serviço prestado anteriormente à exigência do arquivamento do contrato, transformando em ônus, em prejuízo, uma medida que foi tomada visando precisamente beneficiar uma classe. Assim, obter-se-á "a desejada uniformidade de orientação quanto à liquidação de tempo" preconizada pelo eminente desembargador Leme da Silva, no processo n. 7.783. - Cumpra-se o despacho de fls. 45. - São Paulo, 22-4-54 (a) Pedro Chaves".

D. J. 24/4/54.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA ACÓRDÃO

Dúvida. Imposto, de transmissão. - Compra e venda de parte ideal de terreno e empreitada de construção de apartamento. Agravo de petição. Negaram provimento com ressalva.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 66.015, da comarca de São Paulo, em que são agravante a Fazenda do Estado e agravado José Mainome Acorda - o Conselho Superior da Magistratura, sem discrepância, negar provimento ao agravo e confirmar a conclusão da decisão agravada. Custas na forma da lei. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial de Registro de Imóveis da 15.a Circunscrição, depois de prenotar escritura de compra e venda levada a registro e que fora outorgada pela Monções Construtora e Imobiliária S. A., a favor de José Mainome. Entendeu o suscitante que o impôsto de transmissão deveria incidir sobre o valor total de Cr\$ 350.000,00, representando a fração ideal do terreno transmitido Cr\$ 50.000,00 mais o valor da empreitada contratada Cr\$ 300.000,00 pela outorgante com o outorgado, para a construção de uma apartamento e não apenas sobre o valor aludido da fração do terreno. Resolvendo a dúvida, julgou-a improcedente o Dr. Juiz de Direito, pela decisão de fls. 34, de que se agravou a Fazenda do Estado. Rejeitando a preliminar de não reconhecimento, suscitada pelo agravado, conheceu o Conselho do recurso e lhe denegou provimento, mantendo a decisão pela sua conclusão. Ao examinar a questão, entendeu o Dr. Juiz de Direito que os fatos apontados pelo Oficial suscitante e pela Fazenda não tinham o alcance de modificar o contrato celebrado pelas partes e decidiu com acerto. Realmente, se a transmissão imobiliária contratada foi apenas do terreno e se o imposto sobre ela devido foi recolhido, o registro deveria mesmo ser completado como foi ordenado, mas os aludidos fatos que a Fazenda entende modificadores de seu direito, podem ainda ser apreciados em procedimento regular que fica ressalvado à agravante. Com essa ressalva, fica mantida a decisão agravada.

São Paulo, 21 de janeiro de 1954

Gomes de Oliveira - Presidente

Paulo Colombo - Vice-Presidente

Pedro Chaves - Corregedor Geral da Justiça" e relator".

D. J. 10/2/54.

Processo n. 62.275 - (G. 3889) - São Paulo - Agravo de Petição - Agvtes, João Lino de Araujo e sua mulher Agvdo., José de Moraes Herling.

ACÓRDÃO

"Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo de petição encaminhados ao Conselho Superior da Magistratura pela 1.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça nos autos da apelação interposta por João Lino de Araujo e sua mulher.

- ACÓRDÃO

Conselho Superior da Magistratura, em votação unânime, remeter o processo ao Tribunal Pleno, nos termos do art. 101 - III letra "e" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. José de Moraes Herling, com fundamento em disposições do Decr. Lei 58 de 10-12-1937 e do dec. 3.079 de 15-9-1938, depositou no cartório da 11.ª Circunscrição do Registro de Imóveis vários documentos a fim de obter a inscrição do loteamento de terreno da "Vila Inglesa", no bairro da Campininha, em Santo Amaro.

Tendo o interessado deixado de juntar determinada certidão fiscal, o serventuário representou ao Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, instaurando-se, assim, um processo de dúvida e ao mesmo tempo, para conhecimento e decisão de três impugnações a pretendida inscrição, apresentadas por terceiros. O requerente da inscrição respondeu as arguições dos impugnantes e apresentou, nessa oportunidade, o documento a que aludiu o oficial suscitante da dúvida. Este, ouvido, declarou que nada mais tinha a opor ao pedido. Depois de haverem dois dos impugnantes desistido das respectivas impugnações emitiu parecer o Dr. Promotor Público e foi novamente ouvido o oficial suscitante, constatando a fls. 128 vs. sua declaração expressa de que não lhe ocorria mais dúvida alguma quanto à inscrição do plano de loteamento em apreço. O Dr. Juiz de Direito julgou prejudicada a dúvida e rejeitou a única impugnação existente.

Os impugnantes João Lino de Araujo e sua mulher apelaram da sentença, fazendo-o no prazo de cinco dias, a fim de que o E. Tribunal conhecesse o, recurso, caso viesse a entender cabível o agravo de petição. Processado como apelação, foi julgado pela 1.ª Câmara Cível, que dele não tomou conhecimento mas afirmou que o caso era de agravo de petição e competente o Conselho Superior da Magistratura, para apreciação da espécie. Arrima-se o julgado no artigo 35 do decr.-lei 14.234 de 16-10-1944, que estabeleceu a competência do Colendo Conselho Superior para, conhecimento do agravo de petição interposto da decisão que julga a dúvida, acrescentando que o art. 34 do citado diploma legal prevê duas modalidades de dúvida, isto é, a suscitada pelo serventuário e a provocada pela parte. O processo, entretanto, não objetiva qualquer dúvida do oficial da 11.ª Circunscrição.

Este, ao contrário, declara expressamente, a fls. 128 vs., que não lhe ocorre mais dúvida quanto à inscrição do plano de loteamento requerida por José de Moraes Herling" ... Não há que falar, portanto, em competência do E. Conselho, Superior para decidir a espécie. O artigo 34 do decr.-lei n. 14.234 cit., a que faz referência o Acórdão da 1.ª Câmara Civil, admite que a parte provoque o processo de dúvida, mas esta será, necessariamente, do serventuário, segundo menção, explícita da cabeça do artigo. - No caso, trata-se de impugnação de terceiro, nos termos do art. 2.º e parágrafos do, decr.-lei 58 de 1937 e dec. 3.079 de 1938.

- Aliás, nessas disposições, com as quais se harmoniza o art. 345 do Cód. De Proc. Civil, há distinção nítida entre as hipóteses de dúvida do serventuário e de impugnação de terceiro. O art. 2.º parágrafo 1.º do decr.-lei 3.079 cogita da "dúvida do serventuário" como decorre de seus termos: "O oficial fará essa verificação no prazo de dez dias e poderá exigir que o depositante ponha seus documentos em conformidade com a lei, concedendo-lhe, para isso, dez dias, no máximo. - Não se conformando o depositante com a exigência do oficial, serão os autos conclusos ao Juiz competente, para decidir da exigência. Já nos parágrafos 2.º e 3.º do mesmo art. dispõe a lei sobre a impugnação de terceiros, "in verbis": Decorridos trinta dias da última publicação e não havendo impugnação de terceiros, que poderá ser oferecida até a expiração daquele prazo, o oficial procederá ao registro, se os documentos estiverem em ordem. Caso contrário, e findo o prazo, os autos serão desde logo conclusos ao juiz competente para conhecer da dúvida ou impugnação".

- "Será rejeitada in limine, remetendo-se o impugnante para o juízo contencioso, a impugnação que não vier fundada num direito real devidamente comprovado de acordo com a legislação em vigor". Como se vê, realmente são diversos os significados das soluções que comportam os casos de dúvida e de impugnação de terceiros, nos processos de inscrição de loteamento.

Nas dúvidas, em que, de um modo geral, se examinam mais os aspectos formais dos autos, pertinentes ao registro público e dos instrumentos a estes sujeitos, há sempre o intuito de uniformização e melhoria dos serviços do foro extrajudicial. Ora nas "impugnações de terceiros" há perquirição em torno do direito real dos interessados. O conteúdo da decisão, em tais circunstâncias, é variável, segundo as particularidades de caso de direito real contestado. Não há preocupação de disciplina e orientação do trabalho do serventuário, no tocante a uniformidade de interpretação dos textos legais reguladores dos registros públicos. Diz bem Serpa Lopes (Tratado de Registros Públicos, v. 3-74 § 338), "é certo que em alguns casos, isso se poderia admitir (a omissão ou defeito dos requisitos legais para a inscrição de loteamento), mas não menos certo é que para pleitear a impugnação, não basta o impugnante apontar o defeito havido, mas é preciso, preliminarmente, provar o interesse legítimo, caracterizado por um direito real, comprovado por um título irrecusável". O E. Conselho Superior da Magistratura já examinou a tese da competência para julgar o recurso interposto da sentença que decide a impugnação de terceiro, nos processos de inscrição de loteamento, e firmou o entendimento de que competente é o E. Tribunal de Justiça. O acórdão respectivo acompanha este julgado (doc. anexo).

E recentemente, por acórdão da 4.^a Câmara Cível, datado de 5 de novembro do ano passado (doc. anexo), sagrou-se vencedor o ponto de vista do E. Conselho. Num caso de recurso de decisão que rejeitou "in limine" impugnação de terceiro a certo registro de imóvel loteado, os autos vieram à Corregedoria Geral, como se se tratasse de processo de dúvida e, devolvidos à Secretaria do Tribunal tocaram à 4.^a Câmara, que aceitou sua competência para o julgamento (acórdão anexo). Verifica-se, diante do pronunciamento da 1.^a Câmara Cível, constante destes autos, que são divergentes as opiniões a respeito da competência para decidir o recurso originado da impugnação de terceiro à inscrição de imóvel loteado.

Para a solução em definitivo do assunto, será oportuno provocar a manifestação do Egrégio Tribunal Pleno, com fundamento no dispositivo do Regimento Interno supra referido, que institui uma foi-ma prática de resolver "dúvida sobre competência", propiciando, por isso mesmo, medida adequada ao estabelecimento de uma orientação uniforme, em hipóteses idênticas à que vem sendo objeto de exame. - São Paulo, 18 de Dezembro de 1953. - Gomes de Oliveira, Presidente. - Paulo Colombo, Vice-Presidente - Márcio Munhos, Corregedor Geral da Justiça o Relator".

Advs.: - Cassio Costa Carvalho - Lamartine Navarro.

Notícias Várias

RELAÇÃO DAS COMARCAS E RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS

4.^a ENTRÂNCIA

CAPITAL

CAMPINAS

SANTOS

SANTO ANDRÉ

3.^a ENTRÂNCIA - São Carlos

Amparo	São João da Boa Vista
Araçatuba	São José do Rio Preto
Araquara	São José dos Campos
Assis	Sorocaba
Avaré	Taubaté
Barretos	Tatuí
Baurú	
Botucatu	2.ª ENTRÂNCIA
Bragança Paulista	Agudos
Catanduva	Americana
Franca	Andradina
Franco da Rocha	Araras
Guaratinguetá	Atibaia
Guarulhos	Batatais
Itapetininga	Birigüi
Itú	Bebedouro
Jaú	Caçapava
Jundiaí	Capivarí
Limeira	Casa Branca
Lins	Garça
Marília	Ibitinga
Mogí das Cruzes	Itapira
Mogi Mirim	Itapolis
Paraguaçu Paulista	Itatiba
Piracicaba	Ituverava
Presidente Prudente	Jaboticabal
Ribeirão Preto	Jacareí
Rio Claro	Lorena
Sta. Cruz do Rio Pardo	Mococa

São Bernardo do Campo	Monte Aprazível
São Caetano do Sul	Olímpia
Orlandia	Jales
Ourinhos	José Bonifácio
Pederneiras	Lençóis Paulista
Penápolis	Lucélia
Pindamonhangaba	Mirandópolis
Pinhal	Martinópolis
Piracaia	Matão
Pirajú	Mirassol
Pirajuí	Monte Alto
Pirassumunga	Monte Azul Paulista
Presidente Venceslau	Nova Granada
Rancharia	Nhandeara
São José do Rio Pardo	Novo Horizonte
São Manoel	Oswaldo Cruz
São Roque	Pacaembú
Santo Anastácio	Palmital
Serra Negra	Paraibuna
Socorro	Patrocínio do Sapucaí
Taquaritinga	Pedregulho
Tietê	Pereira Barrete
Tupã	Piedade
1.ª ENTRÂNCIA Piratininga	
	Pitangueiras
Adamantina.	Pompéia
Apiaí	Porto Feliz
Bananal	Presidente Bernardes
Barirí	Promissão

Brotas	Quatá
Caconde	Queluz
Cafelândia	Regente Feijó
Cajuru	Ribeirão Bonito
Campos de Jordão	Registro
Cananéia	Santa Adelia
Capão Bonito	Santa Branca
Conchas	Santa Cruz das Palmeiras
Cruzeiro	Santa Isabel
Cunha	Santa Risa de Passa Quatro
Descalvado	Santa Rosa de Viterbo
Dracena	São Bento do Sapucaí
Dois Córregos	São Joaquim da Barra
Duartina	São José do Berreiro
Eldorado	São Luiz do Paraitinga
Guararapes	São Pedro
Fernandópolis	São Sebastião
General Salgado	São Simão
Igarapava	Sertãozinho
Getulina	Tanabí
Guaíra	Tupí Paulista
Iguape	Ubatuba
Itapeva	Valparaíba
Itaporanga	Valparaíso
Itararé	Votuporanga

Notícias Eleitorais

ESTRANGEIRO que promoveu seu próprio registro de nascimento, dizendo-se brasileiro nato - Falsidade declarada pela justiça comum - Cancelamento da inscrição eleitoral - Neste processo não cabe a arguição de que o excluindo poderia ser eleitor por possuir os requisitos do art. 129,

III, da Constituição Federal de 1946.

CANCELAMENTO de inscrição eleitoral obtida com base em registro falso de nascimento - Para que seja decretado, é preciso que se prove a averbação, no livro próprio,, da sentença declaratória da nulidade do registro.

ACÓRDÃO N.º 29.318

Processo n.º 24.581, de Presidente Prudente

Classe Terceira.

Vistos, relatados e discutidos estes autos n.º 24.581 da classe terceira, de cancelamento a requerimento, em que é excluído Justino de Andrade, eleitor da 101.ª Zona - Presidente Prudente:

1 - Justino de Andrade inscreveu-se eleitor no município de Presidente Berrardes sob o n.º 9.825, tendo apresentado como prova de sua nacionalidade brasileira, registro do seu nascimento.

2 - Posteriormente, requereu o PTB o cancelamento da inscrição eleitoral de Justino de Andrade, alegando não ser ele brasileiro e, sim, português.

3 - Deferido o pedido por este Tribunal, ordenou o Superior Tribunal Eleitoral a manutenção da inscrição cancelada até que a justiça ordinária se pronunciasse sobre a nulidade do registro de nascimento do eleitor.

4 - A ação de nulidade foi promovida pelo Ministério Público e, agora, com base na sentença declaratória dessa nulidade, confirmada em segunda instância, volta o P.T.B a requerer o cancelamento da inscrição eleitoral n.º 9.825.

5 - Processado o pedido, sofreu ele a impugnação de fls. 21/35.

6 - Alega o impugnante que a sentença de nulidade do registro do seu nascimento não pode ser executada por não haver, ainda, transitado em julgado, visto pender de julgamento o recurso extraordinário dela interposto. Além disso, português que fosse, sendo casado com brasileira, tendo filhos brasileiros e bens de raiz aqui localizados, podia ter requerido sua inscrição eleitoral.

7 - Não cabe, nesta oportunidade, versar a controvertida questão dos efeitos da interposição do recurso extraordinário. Ainda que se considere sem trânsito em julgado a sentença da qual se interpõe recurso extraordinário, como entende Wiebman (R.T. 15890) há que ponderar a possibilidade legal de sua eficácia antes de se tornar irrevogável. E, no caso, não proíbe a lei que se averbe no registro civil a sentença de nulidade, antes que a Suprema Corte decida a respeito do recurso extraordinário que dela se tenha interposto. Tratando da sentença de nulidade ou anulação de casamento, dispõe o decr. 4.857 que a sua averbação, se faça, somente, depois de definitivamente apreciada na instância superior e, tão só no que tange ao registro imobiliário, a disposição é taxativa na proibição do cancelamento em virtude de sentença sujeita a recurso, qualquer que seja seu efeito, mesmo o de extraordinário, interposto para o Supremo Tribunal Federal (art. 294).

8 - A arguição referente à possibilidade de inscrição eleitoral por se tratar de pessoa com direito à nacionalidade brasileira, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal, não pode ser levada a sério. V contraditória com a sustentação que o argüente faz de sua nacionalidade por direito de nascimento e, além do mais, não cabe examiná-la num processo em que se cuida de cancelamento de inscrição eleitoral levada a efeito com base num registro de nascimento nulo.

9 - Improcedentes que são as alegações do impugnante, é de se considerar, porém, que não consta dos autos a prova de averbação, no livro próprio, da sentença declaratória da nulidade de registro de nascimento em questão. Para que se faça como prova,

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por votação unânime, converter o julgamento em diligência.

São Paulo, 11 de janeiro de 1954 - ALMEIDA FERRARI, Presidente - SILOS CINTRA, Relator.

MESÁRIO FALTOSO - Prova de que foi intimado pessoalmente - Há que ser feita pela acusação - O réu não pode provar fato negativo.

MESÁRIO FALTOSO Não comparecimento por falta de intimação pessoal Contra-fé assinada por terceira pessoa - Invalidado, para o efeito de provar aquela intimação.

ACÓRDÃO N.º 29.112

Processo n.º 756, da Capital

Classe Segunda.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Revisão Criminal, da 4.ª Zona, Capital, em que é requerente Eduardo da Rocha Diniz:

Tendo sido condenado a pagar a multa de mil cruzeiros, como incurso no art. 175, n.º 13, do Código Eleitoral, Eduardo da Rocha Diniz pede a revisão do processo, fundado no que dispõe o art. 621, n.º I, do Código do Processo Penal, sustentando que a condenação afronta a evidência dos autos.

Não lhe foi favorável o parecer da douta Procuradoria Regional, como se vê a fls. 12.

Entretanto, o recurso merece provimento, pois, a decisão condenatória assentou na equívoca apreciação de um elemento de convicção.

Com efeito, o peticionário foi nomeado para servir como presidente da 50.ª seção do Tatuapé, na 4.ª zona eleitoral, na eleição de 14 de outubro de 1951 e deixou de comparecer e assumir as funções decorrentes do cargo.

Condenado em 1.ª instância, apelou, sustentando que ignorava a nomeação, resultando daí sua falta ao serviço eleitoral, absolutamente involuntária. Para justificar o alegado, pediu ao Juiz do processo que determinasse ao escrivão eleitoral que fizesse a juntada da certidão de sua intimação para a prestação do aludido serviço.

Esse pedido foi atendido, mas, a forma ambígua em que fora vazada a petição e a circunstância de a certidão ter sido junta logo após as razões do réu, deram a impressão que o documento estava em poder dele mesmo e não em cartório.

Daí a confirmação da condenação por este Egrégio Tribunal, que, sem dúvida, considerou o fato de a aludida certidão ter sido produzida pelo réu, o que fora objeto de ponderação da parte da Procuradoria Regional.

O acórdão foi embargado, dada a existência de votos vencidos, focalizando, então, o condenado o equívoco em que laborara o Tribunal; mas, atendendo ao âmbito restrito do recurso, no julgamento dos embargos não se cogitou senão da classificação da infração, pois que somente a esse respeito surgira divergência entre os Juizes.

No presente recurso de revisão, é possível o reexame da matéria, e, fazendo-a, consideram que a decisão condenatória não deve prevalecer.

Não há dúvida que, de acordo com a jurisprudência consolidada, a convocação dos mesários deve ser feita por meio de intimação pessoal, de tal sorte que saibam eles, inequivocamente, da

obrigação de comparecer a prestar os serviços decorrentes das funções. É evidente que a prova dessa intimação há que ser feita pela acusação, pois que o réu não pode provar um fato negativo.

Na espécie, a prova de intimação assentou na certidão de fls. 31, por via da qual um oficial de justiça afirmou que intimara o peticionário de sua nomeação, cientificando-o mais que deveria comparecer em cartório, no prazo de 48 horas. Entretanto, ao pé dessa certidão encontra-se a assinatura de pessoa inteiramente estranha, Romulo Róssi, sem qualquer explicação para o fato, pois, o natural seria que o intimado apuzesse sua assinatura e não terceira pessoa alheia ao caso.

Como é corrente tomarem os oficiais de justiça a assinatura das pessoas a quem entregam as notificações para comparecimento, a conclusão, que se impõe, é o reconhecimento da procedência da afirmação, várias vezes reiterada pelo peticionário: não foi ele quem recebeu a intimação.

Aceitando estar provada essa circunstância só porque isso vinha afirmado na certidão já mencionada, em verdade, a decisão condenatória assentou seus fundamentos em fato não provado. Decorre daí a procedência do pedido de revisão, pelo que,

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, pelo voto de desempate do Presidente, deferir o pedido para absolver o peticionário.

São Paulo, 4 de janeiro de 1954 - ALMEIDA FERRARI, Presidente - TOMAZ CARVALHAL, Relator - SABINO JÚNIOR, Revisor.

ESCRIVÃO ELEITORAL - Designação - Não é necessário que seja eleitor na zona.

SERVIÇO ELEITORAL - Escrivão que já exerceu a escrivania eleitoral - Remoção para outra zona - Nada obsta a que seja designado o seu cartório para o serviço eleitoral.

Acórdão N.º 27.641

Processo n.º 1746, de Votuporanga

Classe Sétima

Vistos, examinados e relatados estes autos de Representação - Classe Sétima n.º 1746, em que o M. Juiz Eleitoral da 147.8 Zona, Votuporanga, submete à homologação do Tribunal a designação do Sr. Plínio Marin, serventuário do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos local, para desempenhar o cargo de escrivão eleitoral, em substituição do Sr. Antônio Guimarães

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral, homologar por votação unânime, a designação feita.

Os motivos apresentados pelo serventuário como bastantes para dispensá-lo de exercício daquelas funções, não podem ser acolhidos, como bem demonstrou o juiz em sua informação.

mento da procedência da afirmação, várias vês reiterada pelo peticionário: não foi ele quem recebeu a intimação.

Aceitando estar provada essa circunstância só porque isso vinha afirmado na certidão já mencionada, em verdade, a decisão condenatória assentou seus fundamentos em fato não provado. Decorre daí a procedência do pedido de revisão, pelo que,

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, pelo voto de desempate do Presidente, deferir o pedido para absolver o peticionário.

São Paulo, 4 de janeiro de 1954 - ALMEIDA FERRARI, Presidente - TOMAZ CARVALHAL, Relator -*
SABINO JÚNIOR, Revisor.

ESCRIVÃO ELEITORAL - Designação - Não é necessário que seja eleitor na Zona.

SERVIÇO ELEITORAL - Escrivão que já exerceu a escrivania eleitoral - Remoção para outra zona - Nada obsta a que seja designado o seu cartório para o serviço eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 27.641

Processo n.º 1746, de Votuporanga

Classe Sétima

Vistos, examinados e relatados estes autos de Representação - Classe Sétima n.º 1746, em que o M. Juiz Eleitoral da 147.ª Zona, Votuporanga, submete à homologação do Tribunal a designação do Sr. Plínio Marin, serventuário do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos local, para desempenhar o cargo de escrivão eleitoral, em substituição do Sr. Antônio Guimarães

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral, homologar por votação unânime, a designação feita.

Os motivos apresentados pelo serventuário como bastantes para dispensá-lo de exercício daquelas funções, não podem ser acolhidos, como bem demonstrou o juiz em sua informação.

O fato do escrivão, não ser eleitor na zona e já ter exercido as funções eleitorais em data recente em outra zona eleitoral, de onde veio removido para a atual, não obsta ao desempenho do cargo eleitoral na nova serventia.

O mesmo se dirá com respeito à alegação de que em futuro próximo, irá o serventuário concorrer às eleições políticas.

Se tal fato ocorrer, terá na ocasião oportuna a solução cabível.

São Paulo, 9 de setembro de 1953 - JOÃO M. C. LACERDA, Presidente - CELSO LEME, Relator - Fui presente. I. M. DE GÓES CALMON, Procurador Regional.

HIPOTECA E O DEVER DO TABELIÃO DE NOTAS

Ao Tabelião, por dever funcional, cumpre, não só dar forma legal aos "atos jurídicos" que pratica por força do cargo, como também, esclarecer as partes, em relação as consequências futuras que advirão desses mesmos atos. Assim agindo, estará ele, cumprindo uma de suas missões, "agente da paz privada" - a que lhe atribui Oliveira Machado.

"Agente da paz privada, porque, acomodando os direitos de um com o interesse dos outros, previne as contendas forenses, copiosa fonte de ruínas para uns e inquietações para outros".

No que tange à Hipoteca, o Tabelião deverá esclarecer às partes, de todos os dispositivos do Código Civil que regem a espécie, afim de que, os seus interesses e direitos sejam acautelados.

O credor hipotecário, com especialidade, deverá ser esclarecido da necessidade de ser a escritura, inscrita no registro de imóveis da comarca a que pertencer, pois, é a sua inscrição naquele registro, que determina a sua prioridade e validade em relação a terceiros.

("Da Hipoteca Convencional Sobre bens Imóveis" - Anto Albergaria Pereira).

Leis e Decretos

Revogado o parágrafo único do Decreto-lei n. 19.365, de 20 de abril de 1950, que aposentava os serventuários de justiça proporcionalmente, levando em conta o tempo de serviço prestado nas várias comarcas.

DECRETO N. 23.390-D, DE 2 DE JUNHO DE 1954

Revoga o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica revogado o disposto no parágrafo único, do art. 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

Artigo 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 2 de junho de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Ataliba Leonel

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de junho de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Subst.

D. O. 5/6/54.

DECRETO FEDERAL DECRETO-LEI N. 2.612, DE 20 DE SETEMBRO DE 1940

Dispõe sobre o registro do penhor rural

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - O registro de instrumentos públicos ou particulares de contratos de penhor rural, de qualquer valor, e de cédula rural pignoratícia far-se-á na fôrma da Lei n. 492, de 30 de Agosto de 1937.

Art. 2.º - As custas devidas pelo registro de penhor rural, expedição da cédula pignoratícia, averbação dos endossos e cancelamentos não excederão, em hipótese alguma, as importâncias fixadas pelo artigo 34 da Lei n. 492, de 30 de Agosto de 1937; em se tratando de operações efetuadas pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, observar-se-á além destas limitações, a redução determinada pelo art. 2.º do decreto-lei n. 221, de 27 de Janeiro de

1938, de 50% de todas as custas e emolumentos devidos a tabeliães, escrivães, oficiais de registros, hipotecas e protestos, que incidam ou venham a incidir sobre quaisquer documentos a elas relativos, ainda quando cobrados em selos.

Parágrafo 1.º - Os esclarecimentos solicitados pelas partes serão fornecidos em uma única certidão e cobrados como um só ato, em relação a cada operação.

Parágrafo 2.º - As custas percebidas em excesso serão restituídas em tresp dobro sem prejuízo de outras penalidades.

Parágrafo 3.º - Em caso de omissão de lançamento de custas à margem das certidões ou dos atos mencionados neste artigo, a autoridade judiciária competente aplicará ao responsável a pena de suspensão por 30 (trinta) dias.

Art. 3.º - São considerados parte integrante dos contratos de penhor rural decorrentes de financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, e isentos de novos selos, os instrumentos de depósito, feito em mão de terceiros, de produtos gravados pelos ditos contratos.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Souza Costa

Francisco Campos

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO -	Presidente
DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNTOU -	Diretor-Secretário
IR. CELSO DE AZEVEDO MARQUES -	Diretor-Tesoureiro
DR. JOSÉ DO AMARAL GURGEL -	Diretor
DR. JOSÉ ATALIBA LEONÊL -	Diretor
DR. JOÃO SILVEIRA PRADO -	Diretor
DR. ARMANDO FERREIRA DA ROSA -	Diretor
DR. RUY PINHEIRO DE AMORIM CORTEZ -	Diretor
SR. SILVIO BRANTES DE CASTRO -	Diretor

CONSELHO FISCAL

SR. ABNER RIBEIRO BORGES - Presidente



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

DR. BRASÍLIO MACHADO NETTO

SR. IBSEN DA COSTA MANZO

DR. JOSÉ SOARES DE ARRUDA

SUPLENTE

ELVINO SILVA -	Campinas
MAJOR LEO LERRO -	São José do Rio Preto
MANOEL FERREIRA LARANJA -	Santos
DR. JOSÉ PROCÓPIO JUNQUEIRA -	Jaú
TRISTÃO CARVALHO -	Casa Branca
DR. DARIO FERREIRA GUARITA -	Araçatuba
JOÃO BAPTISTA FERREIRA FILHO -	Olímpia
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
EMANCIPAÇÃO E MANDATO	3
JUSTIFICAÇÃO DE IDADE PARA CASAMENTO	4
CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL	5

II	5
PROVIMENTOS	7
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	7
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	7
NOTÍCIAS VÁRIAS	9
RELAÇÃO DAS COMARCAS E RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS	9
NOTÍCIAS ELEITORAIS	13
HIPOTECA E O DEVER DO TABELIÃO DE NOTAS	17
LEIS E DECRETOS	17
DECRETO N. 23.390-D, DE 2 DE JUNHO DE 1954	18
DECRETO FEDERAL	18
DECRETO-LEI N. 2.612, DE 20 DE SETEMBRO DE 1940	18
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	19
DIRETORIA	19
CONSELHO FISCAL	19
SUPLENTE	20
ÍNDICE	20

Nº 045 - Publicação: 01/08/1954

Colaboração

SUBSÍDIOS

ENCAMINHADOS AO DEPUTADO DR. PAES DE BARROS NETTO PELO DR. JOSÉ ODILON DE ARAÚJO, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE MOGI DAS CRUZES

COM REFERÊNCIA AO SUBSTITUTO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 1360 DE 1953

Está tramitando presentemente na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de Lei n.º 1360/53, de autoria do Deputado Derville Alegretti, propondo modificações substanciais a vigente Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950, que regula atualmente o provimento, mediante concurso de remoção ou promoção, das serventias de justiça.

A esse projeto tem sido apresentadas diversas emendas por parte de vários outros Deputados, culminando pela apresentação do substituto n.º 1, de autoria do Deputado Paes de Barros Netto, a quem me permito enviar esta crítica construtiva.

Neste passo, cumpre ponderar, data vênia, que seria de conveniência estabilizar-se a legislação pertinente ao concurso para provimento de ofícios de justiça, de forma a que não, venha essa lei ser tão amiúde modificada, como vem acontecendo.

Impõe-se que, em benefício dos Serventuários e Escreventes de Cartórios, assim como, em benefício do próprio interesse da Justiça, não, sofra, a lei que disciplina o provimento de cartórios; tão frequentes alterações, de forma a pretender-se acomodar situações personalíssimas de cada Serventuário, ou Escrevente toda vez que se abre um concurso, para o que são apresentadas aos Srs. Deputados sugestões as mais dispares por parte de interessados.

Força é convir que, realmente, a lei em apreço tem já sofrido modificações que - diga-se de passagem se impunham, afim de corrigir algumas imperfeições somente verificadas no início de sua aplicação e que, infelizmente, perduraram durante tempo suficiente, para trazer prejuízos irreparáveis a legítimas aspirações e impostergáveis direitos de Serventuários e Escreventes.

Assim, vejamos:

A supressão, de contagem de pontos, por exemplo, por classificação em lista tríplice para concursos anteriores e não nomeação, contagem essa pela maneira ampla e indiscriminada por que era feita, segundo a lei então vigente, foi já, uma das maiores conquistas em benefício da melhor e mais justa, aplicação da lei n.º 819, de 31 de outubro, de 1950, notadamente se for encarada a situação dos Serventuários.

Igualmente sabia e proveitosa foi a supressão de pontos pelo conhecimento (helas!) de taquigrafia, que propiciou a apresentação de documentos muita vez graciosos e adrede obtidos para fazer jus ao ponto que a lei conferia aos portadores de certificados ou diplomas dessa disciplina, o que levou o Egrégio Conselho Superior da Magistratura, antes de operar-se a salutar modificação da lei que suprimiu a contagem desse ponto, a adotar, prudentemente, normas rígidas para a verificação do exato conhecimento de taquigrafia por parte dos concorrentes, submetendo estes a exame prévio perante os Juizes de Direito.

Outras providências modificações foram introduzidas na lei n.º 819, que está hoje, assim, escoimada de suas imperfeições e possíveis cochilos ou inadvertências dos legisladores que a elaboraram.

Acontece, porém, que um novo prurido reformista daquela lei vem, no momento, atuando no espírito de alguns interessados imediatos, os quais encaminham aos Senhores Deputados; novas e incríveis sugestões, no afã de introduzirem modificações na já tão modificada lei n.º 819. Isso faz lembrar-nos, tirante a irreverência, a operação que o Diabo pretendia fazer no olho e que quase o furou...

* * *

Sem embargo do acatamento e do respeito que devem merecer as justificativas apresentadas pelos Senhores Deputados que vem trazendo a sua cooperação para a reforma que, mais uma vez, se pretende fazer da lei n.º 819, quero congratular-me aqui com o eminente Deputado Paes de Barros Netto, a quem tomo a liberdade de encaminhar estes subsídios, pelo magnífico substitutivo que apresentou ao projeto de lei n.º 1360/53, este de autoria do Deputado Derville Alegretti. Esse substitutivo vem, de fato, ao encontro dos desejos e das mais lúdimas aspirações de todos os Serventuários e Escreventes.

Seja-me lícito, no entanto, alguns pequenos reparos que tem apenas o propósito construtivo, como bem há de compreender o ilustrado autor do substitutivo apresentado e tão brilhantemente justificado.

Ao item II (diploma de qualquer curso de nível médio ou secundário arquivado na Secretaria do Tribunal de Justiça ou registrado em repartição pública federal ou estadual - dois (2) pontos)

talvez fosse de conveniência uma conceituação mais explícita do curso de nível médio ou secundário a que alude, de maneira a que não houvesse dúvidas na apreciação pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura. Uma exemplificação desses cursos (notadamente o de nível médio) obviaria as incertezas da conceituação, cumprindo ponderar que mister se faz ainda a referência expressa de que esse diploma ou certificado não será computado se tiver servido para a obtenção do diploma de bacharel em direito, como é óbvio.

Se esse não for, no entanto, o pensamento do legislador, dever-se-á levar em conta que, anteriormente ao curso ginasial ou colegial hoje existente, havia os exames parcelados, com os quais se conseguia o ingresso nas Faculdades Superiores. A conferir-se ponto aos portadores de diploma de curso de nível médio (conviria discriminar quais sejam esses cursos, exemplificadamente - reitero aqui a observação) ou secundário, dever-se-á, também conferi-lo aos que tenham os certificados de exames parcelados ou então esclarecer-se que tais diplomas ou certificados não seriam computados, assim como os de curso médio ou secundário, se forem eles necessários para a obtenção do diploma de bacharel em direito. Aliás, essa restrição consta já da lei n.º 819 e conveniente seria que com ela permanecesse o item a ser substituído.

* * *

Todos os demais itens do substitutivo do Deputado Paes de Barros Netto estão impecavelmente justificados e devem, pois, merecer a aprovação das Comissões a que sejam submetidos.

Faz-se necessário, porém, a esta altura, uma rápida apreciação de emendas apresentadas por outros; Senhores Deputados ao projeto de lei n.º 1360/53.

Assim é:

O Deputado Amaral Lyra apresenta uma emenda conferindo um ponto ao portador de Diploma da "MEDALHA DE GUERRA", por serviços de guerra, prestados, de que trata o art. n.º 100 da Constituição Estadual. Ignoro se houve por força de alguma lei a expedição dessa "MEDALHA" ou Diploma aos que participaram ativamente da Revolução de 1932. Se a emenda a estes pretende atender, o que seria por todos os títulos justo e louvável, bastaria a emenda fazer menção expressa é, participação efetiva naquele movimento constitucionaliza, eis que a "MEDALHA" ou "DIPLOMA" poderia não ter sido por todos os participantes obtida, não sendo razoável conferir-se o ponto a uns, em detrimento de outros que possuem documento autêntico e da época em que seus serviços foram prestados, requisito &se que deveria ser de todos exigido para fazer jus ao ponto que se pretende conferir e não tão somente aos portadores do Diploma ou Medalha de Guerra.

O Deputado Abreu Sobre apresenta emenda conferindo um ponto para cada período de 5 (cinco) anos de antiguidade em ofício de justiça.

Esse período não é o mesmo já constante da vigente lei n.º 819? Porque essa nova redação, que a justificativa apresentada por aquele Deputado não esclarece satisfatoriamente? Não seria preferível deixar com a redação atual que é boa, clara e atende aos interesses gerais, sem quaisquer dúvidas de interpretação?

Pretende também aquele mesmo Deputado a redução para um ponto apenas a publicação de obra ou obras, trabalho de apreciável mérito, cuja publicação date comprovadamente de mais de dois anos.

Razoabilíssima se nos afigura a exigência da comprovação da publicação da obra ou trabalho pelo prazo acima aludido. No entanto, não nos parece razoável a redução para um ponto apenas, quando, a lei vigente confere dois pontos. Aliás, a justificativa oferecida não dá esclarecimentos para a redução que propõe aquele Deputado.

Quanto ao substitutivo apresentado pelo Deputado Cassio Ciampolini, como relator do projeto de lei n.º 1360/53, penso que a adoção do substitutivo do Deputado Paes de Barros, com os reparos

aqui feitos, se impõe, tendo em vista a convincente justificativa, deste Deputado que, de maneira criteriosa, bem apreciou os vários aspectos da questão, sendo de referir-se de uma forma especial a pretendida redução do diploma de Bacharel em Direito para um (1) ponto, o que seria verdadeiramente incompreensível, custando-se mesmo a crer que o Deputado Derville Alegretti, que é também Bacharel em Direito, assim estranhamente entendesse, subestimando o próprio título de que é portador e galhardamente conquistado na nossa tradicional Faculdade de Direito de S. Paulo.

* * *

Finalmente, como remate a estas ligeiras considerações sobre a pretendida reforma da lei n.º 819, desejo ponderar que a lei que regula o provimento de ofícios de justiça, por meio de concurso de provas e títulos, deveria permitir que os Serventuários ou Escreventes que fossem Bacharéis em Direito, há mais de 25 anos, pudessem inscrever-se em concurso para Cartórios de qualquer natureza ou classe, sem acharem-se adstritos tão somente Aqueles de que sejam titulares.

Tramitando também na Assembléia Legislativa e já aprovado mesmo em 1.ª discussão e cuja aprovação final plenamente se justifica, está. um projeto de lei nesse sentido.

Ao invés de fazer-se na lei n.º 819 um substitutivo para atender a situação desses Serventuários e Escreventes, mais prático seria o apressamento do projeto já em trânsito na Assembléia Legislativa sobre o assunto, com o que se evitaria maiores delongas na modificação pretendida para a lei n.º 819.

São essas as ponderações que me pareceram acertadas como contribuição para a modificação pretendida.

FALECIMENTO

Faleceu em junho último, o Dr. João Silveira Prado, Escrivão do 9.º Ofício Cível desta Capital e ex-Diretor desta Associação. O falecido pessoa muito relacionada no fórum de S. Paulo, exercia aquele cargo desde 1942. A família nossas sinceras condolências,

NOMENCLATURA E OUTRAS DISSONÂNCIAS NO REGISTRO CIVIL

ANTONINO CINTRA

Sta. Adelia

Temos assinalados por mais de uma vez que, nem tudo se timbra pelas normas perfeitas no registro civil das pessoas naturais. - O Dr. Renato Kehl focalizou com muita precisão, em. seu trabalho, nomenclaturas absurdas notadas em alguns cartórios do registro civil. - Infelizmente o caso é típico e generalizado.

- As cincadas observadas, vem mais de um passado onde quase tudo se nivelava por uma inconcebível obscuridade das realizações. - Hoje, tudo se afina por um espírito de melhor compreensão, mas nem por isso deixam de existir falhas que só serão corrigidas com o perpassar do tempo. - As extravagâncias de nomes dados aos nascituros, cabem aos pais e alguma culpa aos escrivães incumbidos dos lançamentos dos registros. - Em tais emergências, com boa vontade, os escrivães podem orientar pais, as vezes, analfabetos quando desejam registrar filhos com nomes que se não primam por ética apresentável.

- Com boas maneiras tudo se consegue sem deslustre para ninguém. - Conseguimos uma v& dissuadir um pai que a viva força desejava registrar uma filha com o nome de zebra. E assim outros casos com que tivemos ocasião de defrontar. - Relacionado com o nome a definição sexual é outro caso de capital importância.

- No cartório onde ora estamos funcionando, tivemos só de uma feita a necessidade de retificar três Loendro, por motivo de sexo trocado. - O escrivão, ao fazer o assentamento, provavelmente, só perguntou o nome da criança e o sexo da mesma aplicou ao seu livre arbítrio.

- Consequência: - masculinizar três crianças registradas como mulheres e que sem a necessária retificação poderiam. contrair matrimônio.

- O escrivão deve concorrer para que pais atrasados não dêem aos filhos nomes incompatíveis com o bom senso. Nomes que mais tarde deverão ser repudiados pelos próprios filhos. - Além desses casos escabrosos, existem as manias de comparação e de improvisação. - Funcionávamos em um subdistrito da Capital, depois da revolução do general Izidoro Dias Lopes. Era de se ver quantos Izidoros registramos naquela ocasião, notadamente filhos de italianos. Outros, por sua vez procuram de preferencia dar aos filhos nomes de pessoas em evidência na época, como por exemplo: Ruy, Hermes, Washington Luiz, etc. Assim como ha pais que se deixam influenciar pelos nomes de artistas de cinema, e as vezes até por nome de película de grande publicidade na época. - Neste mesmo cartório foi registrado uma criança com o nome de Ben-Hur, Felizmente, salvou-se o prenome. - Nomes sem significação alguma aqui se encontram, também, registrados nos livros de nascimentos, tais como: - Fotinha, Monito, Virtude, (este ainda serve), Belimio, Jedeon, Sista, Ramore, Granfina, (salvo seja), Bensinho, etc.

- Não cumpre apenas no escrivão fazer o assentamento do registro com as cautelas de ofício, mais, e precipuamente, procurar evitar que no seu cartório sejam registrados nomes que por seu turno venham a servir de risotas e criticas. - Antes da lavratura de um registro de nascimento, quando declarado pelo pai, deve o escrivão perguntar-lhe o seu nome completo. Porque acontece que, as vezes, dão só parte do nome e ao assinarem o fazem com nome completo. Como por exemplo: João da Silva, por João José da Silva. Isso vicia o assentamento, porque já não haverá mais espaço para ressalva, se o livro tem. os termos impressos. E, antes de se perguntar o nome da criança, deve-se informar-se primeiramente do sexo, pelo fato de haver nomes ,que aplicam aos dois sexos. Exemplo: - Darcy, Floripedes, Dinorah, Eurides, Ozirides, e outros que tais. Com especialidade nos termos de nascimentos e de casamentos. Com os nomes estrangeiros, demanda atenção muito, cuidadosa, onde o escrivão deve se cingir pela grafia de que usam os pais.

É muito fácil de se equivocar com nome, principalmente de filhos de japoneses, em atenção a uma pronúncia viciada. Nomes como: Tetsuzo, Takako, Yaehashi, Shichiro, Takahashi. etc. Só em ouvir a pronúncia, quase sempre peculiar e sem vê a grafia das palavras, nenhum escrivão fará o assentamento com toda a precisão. A alteração da grafia, prejudica o registro feito.

Por falta da observação feita, é o motivo que estamos assistindo neste mesmo cartório, os processos de retificação.

- O nosso fito não é dar lições a quem delas não precisa, mas a alguns colegas novatos nas lides de ofício.

Leis Federais

LEI N.º 492, 30 de agosto de 1937

Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO PENHOR RURAL

Art. 1.º - Constitui-se o penhor rural pelo vínculo real, resultante do registro, por via do qual agricultores ou criadores sujeitam suas culturas ou animais ao cumprimento de obrigações, ficando como depositários daquelas ou destes.

Parágrafo único. O penhor rural compreende o penhor agrícola e o penhor pecuário, conforme a natureza da coisa dada em garantia.

Art. 2.º - Contrata-se o penhor rural por escritura pública ou por escritura particular, transcrita no registro imobiliário da comarca em que estiverem situados os bens ou animais empenhados, para valimento contra terceiros.

§ 1.º - A escritura particular pode ser feita e assinada no somente assinada pelos contratantes, sendo subscrita por duas testemunhas.

§ 2.º - A escritura deve declarar:

I - os nomes, prenomes, estado, nacionalidade, profissão e domicílio dos contratantes;

II - o total da dívida ou sua estimação;

III - o prazo fixado para o pagamento;

IV - a taxa dos juros, se houver;

V - as coisas ou animais dados em garantia, com as suas especificações, de molde a individualizá-las;

VI - a denominação, confrontação e situação da propriedade agrícola onde se encontrem as coisas ou animais empenhados, bem assim a data da escritura de sua aquisição, ou arrendamento, e número de sua transcrição imobiliária;

VII - as demais estipulações usuais no contrato mútuo.

Art. 3.º - Pode ajustar-se o penhor rural em garantia de obrigações de terceiro, ficando as coisas ou animais em poder do proprietário e sob sua responsabilidade, não lhe sendo lícito, como depositário, dispor das mesmas, sendo com consentimento escrito do credor.

§ 1.º - No caso de falecimento do devedor ou do terceiro penhorante, depositários das coisas ou animais empenhados, pode o credor requerer ao juiz competente a sua imediata remoção para o poder do depositário, que nomear.

§ 2.º - Assiste ao credor no endossatário da cédula rural pignoratícia direito para, sempre que lhe convier, verificar o estado das coisas ou animais dados em garantia, inspecionando-os onde se acharem, por si ou por interposta pessoa, e de solicitar a respeito informações escritas do devedor.

§ 3.º - A provada resistência no recusa deste ou de quem ofereceu a garantia ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior, importa, se ao credor convier, no vencimento da dívida e sua imediata exigibilidade.

§ 4.º - Em caso de abandono das coisas ou animais empenhados, pode o credor, autorizando o juiz competente, encarregar-se de os guardar, administrar e conservar.

Art. 4.º - Independe o penhor rural do consentimento do credor hipotecário, mas não lhe prejudica o direito de preleção, nem restringe a extensão da hipoteca, ao ser executada.

§ 1.º - Pode o devedor, independentemente de consentimento do credor, constituir novo penhor rural se o valor dos bens ou dos animais exceder ao da dívida anterior, ressalvada para esta a prioridade de pagamento.

§ 2.º - Paga uma das dívidas, subsiste a garantia para a outra, em sua totalidade.

§ 3.º - As coisas e animais dados em penhor garantem ao credor, em privilégio especial, a importância da dívida, os juros, as despesas e as demais obrigações constantes da escritura.

Art. 5.º - Entre os direitos do credor pignoratício especificados na escritura compreendem-se ainda:

I - o valor do seguro dos bens ou dos animais empenhados no caso de seu perecimento;

II - a indenização a que estiver sujeito o causador da perda ou deterioração dos bens ou animais empenhados, podendo exigir do devedor a satisfação do prejuízo sofrido por vício ou defeito oculto;

III - o preço da desapropriação ou da requisição dos bens; ou animais, em caso de utilidade ou necessidade pública.

SEÇÃO I

DO PENHOR AGRÍCOLA

Art. 6.º - Podem ser objeto de penhor agrícola:

I - colheitas pendentes ou em via de formação, quer resultem de prévia cultura, quer de produção espontânea do solo;

II - frutos armazenados, em ser, ou beneficiados e acondicionados para venda;

III - madeira das matas, preparada para a corte, ou em toras, ou já serrada e lavrada;

IV - lenha cortada ou carvão vegetal;

V - máquinas e instrumentos agrícolas.

Art. 7.º (DECRETO-LEI N.º 4.360, DE 5 DE JUNHO DE 1942, ART. 1.º) O prazo do penhor agrícola não excederá de dois anos, prorrogáveis por mais dois devendo ser mencionada, no contrato, a época da colheita da cultura apenhada e, embora vencido, subsiste a garantia enquanto subsistirem as bens que a constituem.

§ 1.º - Sendo objeto do penhor agrícola a colheita pendente ou em via de formação, abrange ele a colheita imediatamente seguinte no caso de frustar-se ou ser insuficiente a dada em garantia. Quando, porém, não quiser ou não puder o credor, notificado com 15 dias de antecedência, financiar a nova safra, fica o devedor com o direito de estabelecer com terceiro nova penhor, em quantia máxima equivalente ao primitivo contrato, considerando-se, qualquer excesso apurado na colheita, apenhado a liquidação da dívida anterior.

§ 2.º - Nesse caso, não chegando as partes a ajustá-lo, assiste ao credor o direito de, exibindo a prova de tanto quanta a colheita se lhe consignou, ou se apurou, ou de ter-se frustado no todo ou em parte, requerer ao juiz competente da situação a propriedade agrícola que faça expedir mandado para a averbação de estender-se a penhor a colheita imediata.

§ 3.º - Da decisão do juiz cabe o recurso de agravo de petição para a Corte de Apelação, interposto pelo credor ou pelo devedor.

§ 4.º - A prorrogado do prazo de vencimento da dívida garantida por penhor agrícola se efetua por simples escrito, assinado pelas partes e averbado a margem da transcrição respectiva.

Art. 8.º - Pode-se estipular, na escritura de penhor agrícola, que os frutos, tanto que colhidos e convenientemente preparados para o transporte, sejam remetidos pelo devedor ao credor, ou para que se torne simples depositário deles, ou para que os venda, por conta e segundo as instruções do devedor ou os usos e costumes da praça, mareando-se os prazos e quantidades das remessas.

Parágrafo único. Nesse caso, o credor, sujeito as obrigações e investido dos direitos de comissário, prestará contas ao devedor de cada venda que for realizando.

Art. 9.º - Não vale o contrato de penhor agrícola celebrado pelo locatário, arrendatário, colono ou qualquer prestador de serviços, sem o consentimento expresso do proprietário agrícola, dado previamente ou no ato da constituição do penhor.

Parágrafo único. Na parceria rural, o penhor somente pode ajustar-se com o consentimento do outro parceiro e recai somente sobre os animais do devedor, salvo estipulação diversa.

SEÇÃO II

DO PENHOR PECUÁRIO

Art. 10.º - Podem ser objeto de penhor pecuário os animais que se criam passando para a indústria pastoril, agrícola ou de laticínios, em qualquer de suas modalidades, ou de que sejam eles simples acessórios ou pertences de sua exploração.

Parágrafo único. Deve a escritura, sob pena de nulidade designar os animais com a maior precisão, indicando o lugar onde se encontrem e o destino que tem, mencionando de cada um a espécie, denominação comum ou científica, raça grau de mestiçagem, marca, sinal, nome, se tiver todos os característicos por que se identifique.

Art. 11.º - É o penhor pecuário ajustável independente mente do penhor agrícola; nada, porém, se opõe a que se celebre conjuntamente com ele, para a garantia da mesma dívida, ficando, neste caso, subordinado a disciplina deste, no qual se integra.

Parágrafo único. Como o agrícola, o penhor pecuário independe de outorga uxória.

Art. 12.º - Não pode o devedor vender o gado, nem qualquer dos animais empenhados, sem prévio consentimento do credor.

§ 1.º - Quando o devedor pretenda vendê-lo ou, por negligente, ameace prejudicar ao credor, pode este requerer se depositem os animais, sob a guarda de terceiro ou exigir que incontinentemente se lhe pague a dívida.

§ 2.º - Os animais da mesma espécie, comprados para substituir os mortos, ficam sub-rogados no penhor, que se estende as crias dos empenhados.

§ 3.º - Esta substituição presume-se, mas não vale contra terceiros se não constar de menção adicional ao respectivo contrato.

Art. 13. (DECRETO-LEI N. 4.360, DE 5 DE JUNHO DE 1942, ART. 2.º). O penhor pecuário não admite prazo maior de três anos, mas pode ser prorrogado por igual período, averbando-se a prorrogação na transcrição respectiva.

Parágrafo único. - Vencida a prorrogação, deve o penhor ser reconstituído, se não executado.

CAPÍTULO II

DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

Art. 14.º - A escritura publica ou particular, de penhor rural deve ser apresentada ao oficial do registro imobiliário da circunscrição ou comarca, em que estiver situada a propriedade agrícola em que se encontrem os bens ou animais dados em garantia, afim de ser transcrito, no livro e pela forma por que se transcreve o penhor agrícola.

Parágrafo único. Quando contraído por escritura particular, dela se tiram tantas vias quartas julgadas convenientes, de modo a ficar uma, com as firmas reconhecidas, arquivada no cartório do registro imobiliário.

Art. 15.º - Feita a transcrição da escritura de penhor rural, em qualquer de suas modalidades, pode o oficial do registro imobiliário se o credor lhe solicitar, expedir em seu favor, averbando-o a margem da respectiva transcrição, e entregar-lhe, mediante recibo, uma cédula rural pignoratícia, destacando-a, depois de preenchida, e por ambos assinada, do livro próprio.

§ 1.º - Haverá, em cada cartório de registro, imobiliário, um livro talão de cédulas rurais pignoratícias, de folhas duplas e de igual conteúdo, de modelo anexo, numerado e rubricado pela autoridade judiciária competente, contendo cada uma:

I - a desinência do Estado, comarca, município, distrito ou circunscrição;

II - o número e data da emissão;

III - os nomes do devedor e do credor;

IV - a importância da dívida, seus juros e data do vencimento;

V - a denominação e individualização da propriedade agrícola em que se acham os bens ou animais empenhados, indicando a data e tabelião em. que se passou a escritura de aquisição ou arrendamento daquela ou o título por que se operou, número da transcrição respectiva, data, livro e página em. que esta se efetuou;

VI - a identificação e a quantidade dos bens e dos animais empenhados;

VII - a data e o número da transcrição do penhor rural;

VIII - as assinaturas, de próprio punho, nas duas folhas, do oficial e do credor;

IX - qualquer comprimento anterior nos casos dos arts. 4.º, § 1.º e 6.º, I.

§ 2.º - Se o credor pignoratício não souber ou não puder assinar, será. o título assinado por procurador, com poderes especiais, ficando a procuração, por instrumento público, arquivada em cartório.

Art. 16.º - A cédula rural pignoratícia é transferível sucessivamente, por endosso em. preto, em. que a ordem de pagamento se acrescente o nome ou firma do endossante, seu domicílio, a data e a assinatura do endossante. O primeiro endossante só pode ser o credor pignoratício.

§ 1.º - O endosso é puro e simples, reputando-se não escrita qualquer cláusula condicional ou restritiva; e investe o endossatário nos direitos do endossante contra os signatários anteriores, solidariamente, e o contra devedor pignoratício.

§ 2.º - O endosso parcial é nulo.

§ 3.º - O endosso cancelado é inexistente, mas hábil, para justificar a série das transmissões do título.

§ 4.º - O endossante responde pela legitimidade da cédula rural pignoratícia da existência das coisas ou animais empenhados.

§ 5.º - O endosso pode ser garantido por aval.

Art. 17.º - Expedindo a cédula rural pignoratícia, dá o oficial, imediatamente, por carta, mediante recibo, aviso, ao credor pignoratício, e os endossatários devem apresentar-lhe para que, averbando o endosso a margem da transcrição, nela o anote.

Parágrafo único. Ao averbar o endosso, o oficial averbará os anteriores ainda não anotados.

Art. 18.º - Emitida a cédula rural pignoratícia, passa a escritura de penhor a fazer parte dela, de modo que os direitos do credor se exercem pelo endossatário, em cujo poder se encontre, e inválido é o pagamento porventura efetuado pelo devedor sem que o título lhe seja restituído ou sem que nele registre o endossatário o pagamento parcial realizado, dando recibo em separado, para o mesmo efeito.

§ 1.º - Quando o empréstimo estabelecido na escritura do penhor rural for entregue em parcelas periódicas ao devedor será permitida a expedição de várias cédulas pignoratícias, conforme as quantias e prazos acordados, devendo, porém, constar nas respectivas cédulas o número da transcrição da escritura e a quantia total do penhor contratado.

§ 2.º - Não podem os bens, nem os animais empenhados ser objeto de penhora, arresto, sequestro ou outra medida judicial, desde que expedida a cédula rural pignoratícia, obrigado o devedor, sob pena de responder pelos prejuízos resultantes, a denunciar aos oficiais incumbidos da diligência, para que a não efetuem, ou ao juiz da causa, a existência do título, juntando o aviso recebido ao tempo de sua expedição.

Art. 19.º - É a cédula rural pignoratícia resgatável a qualquer tempo, desde que se efetue o pagamento de sua importância, mais os juros devidos até ao dia da liquidação; e em caso de recusa por parte do endossatário constante do registro, pode o devedor fazer a consignação judicial da importância total da dívida capital e juros até ao dia do depósito, citado aquele e notificado o oficial do registro imobiliário competente para o cancelamento da transcrição e anotação no verso, da folha do talão arquivando a respectiva contra fé, de que constará o teor do termo de depósito.

Parágrafo único. A consignação judicial libera os bens ou animais empenhados, sub-rogando-se o vínculo real pignoratício na quantia depositada.

Art. 20.º - Tentando o devedor ou o terceiro, como depositário legal, desviar, no todo ou em parte, ou vender, sem consentimento do credor pignoratício ou do endossatário da cédula rural pignoratícia os bens ou animais empenhados tem este direito para requerer ao juiz que os remova para o poder do depositário público, se houver, ou particular, que nomear, correndo todas as custas e despesas per conta do devedor.

Parágrafo único. Desviados ou vendidos, com infração do disposto neste artigo, pode o juiz determinar-lhe o sequestro, cuja concessão importa no vencimento da dívida e sua exigibilidade.

Art. 21.º - Cancela-se a transcrição do penhor rural;

I - a requerimento do credor e do devedor, conjuntamente, se não expedida a cédula rural pignoratícia;

II - pela apresentação da cédula rural pignoratícia, caso em que o oficial, depois de lançar, no verso da primeira via, no livro talão, o cancelamento, a devolverá ao apresentante com anotação idêntica;

III - pela consignação judicial da importância total da dívida, capital e juros, até ao dia do depósito;

IV - por sentença judicial.

CAPÍTULO III

DA EXCUSSÃO PIGNORATÍCIA

Art. 22.º - Vencida e não paga a cédula rural pignoratícia, o seu portador, como endossatário, deve apresentá-la ao devedor, nos três dias seguintes, a fim de ser resgatada.

§ 1.º - A apresentação pode ser feita por via do oficial de protestos, pessoalmente ao devedor, ou por carta mediante recibo, em que lhe dê o aviso de achar-se em seu cartório, a fim de ser resgatada, sob pena de protesto.

§ 2.º - Findo o prazo de três dias, sem pagamento, o oficial tirará nos três dias seguintes, o instrumento do protesto, com as formalidades do protesto cambial, dando-lhe aviso a todos os endossantes, naquele prazo, por carta registada, na impossibilidade ou dificuldade de fazer a notificação pessoal.

§ 3.º - Se o devedor pignoratício, por não encontrado tiver de ser citado por edital, neste não se mencionarão os nomes dos endossantes.

§ 4.º - A falta de interposição do protesto desonera os endossantes de qualquer responsabilidade pelo pagamento da cédula rural pignoratícia.

Art. 23.º - Tirado o protesto, o devedor é citado para no prazo de quarenta e oito horas, que correrá em cartório, a contar do momento da entrega, neste, da fé de citação, efetuar o pagamento ou depositar, em juízo, as coisas ou animais empenhados.

§ 1.º - A petição inicial é instruída com a cédula rural pignoratícia e instrumento de protesto.

§ 2.º - Quando o penhor tiver sido dado por terceiro, será este o citado para efetuar o depósito, em prazo igual, se não tiver sido o pagamento efetuado.

§ 3.º - Não realizado o depósito, pode o credor requerer o sequestro dos bens ou animais empenhados, dando-se-lhes depósito judicial.

§ 4.º - Efetuada a prisão preventiva, o juiz determina ao escrivão que tire, em cinco dias, traslado dos autos e imediatamente o encaminhe ao juiz criminal competente, se também ele não tiver jurisdição criminal e competência para o processo, caso em que o instaurará.

§ 5.º - Recebido e autuado o traslado no juízo criminal, o promotor público oferece a denúncia para o devido processo, na forma da lei.

§ 6.º - O credor pignoratício ou o endossatário pode apresentar queixa, antes de dada a denúncia, e o promotor público aditá-la e promover as diligências que julgar necessárias, sem prejuízo das de iniciativa do queixoso.

§ 7.º - Se o querelante não der andamento ao processo, incumbe ao promotor público dar-lhe movimento.

Art. 24.º - O credor pignoratício, quando não expedida a cédula rural, juntando uma das vias da escritura particular ou certidão da pública, pode praticar as diligências constantes do art. 23 e parágrafos, independentemente, de protesto.

Art. 25 - Feito o depósito ou sequestro, tem. o devedor o prazo de seis dias para defender-se por via de embargos.

§ 1.º - Sendo estes irrelevantes, pode o juiz desprezá-los, condenando o devedor ao pagamento pedido, despesas judiciais e custas.

§ 2.º - Sendo relevantes pode recebê-los e mandar contestar, dando ao processo o curso sumário.

§ 3.º - Nas hipóteses dos parágrafos anteriores, mandará o juiz expedir, incontinentemente, alvará para a venda dos bens ou animais empenhados, insusceptível sob qualquer pretexto ou por qualquer recurso, respondendo ele e o escrivão, solidariamente, pelo retardamento.

§ 4.º - Provado, documentalmente, o pagamento, o juiz julgando extinta a ação mandará, cancelar a transcrição do penhor, condenando o autor nas despesas judiciais e custas.

Art. 26.º - Se tiver sido ajustada a venda amigável, esta se fará nos termos convencionados e sempre que possível. por corretor oficial.

Parágrafo único. A venda judicial se realizará em leilão público, por leiloeiro, ou, onde não existir, pelo porteiro dos auditórios ou quem suas vezes fizer.

Art. 27. - No caso de venda amigável, se o resultado se mostrar insuficiente para o pagamento integral da dívida, assiste ao credor o direito de prosseguir na excussão penhorando tantos dos bens do devedor, quantos bastarem, seguindo-se como na ação executiva.

§ 1.º - Procede-se, nesse caso, ao cancelamento da transcrição, por mandado judicial.

§ 2.º - Se a excussão tiver sido de cédula pignoratícia, c. endossante prestará, em juízo, contas da execução, citando a todos os co-obrigados para a impugnarem se quiserem, por embargos, que serão processados como na ação de prestação de contas.

Art. 28.º - No caso de venda judicial, o prego será depositado em juízo e levantado pelo enxequete, depois de efetuado o pagamento:

I - das custas e despesas judiciais;

II - dos impostos devidos.

§ 1.º - O saldo, se houver, se restitui ao credor.

§ 2.º - Pela importância que faltar para o pagamento, integral da dívida, seus juros, despesas, custas, tem o endossatário ação executiva contra é devedor pignoratício e os endossantes, avalistas ou co-obrigados, todos solidariamente responsáveis; a ação pode ser proposta contra todos conjuntamente ou contra cada um ou alguns separadamente, como lhe convier

§ 3.º - Cada endossatário tem direito de reaver do, seu endossante, por ação executiva, a importância que pagar

§ 4.º - Se os bens, em leilão público, não encontrarem licitastes, é permitido ao credor requerer-lhes a adjudicação, pela avaliação constante do contrato ou pela que, em juízo, se fizer, prosseguindo na ação pelo saldo creditício.

Art. 29 - Perde o direito e ação contra os co-obrigados no pagamento de cédula rural pignoratícia, por efeito de endosso ou de aval, o endossatário último, se não praticar as diligências do art. 23 e seguintes dentro em quinze dias depois de tirado o instrumento do protesto.

Art. 30.º - Não se suspende a execução do penhor pela morte ou pela falência do devedor, prosseguindo contra os herdeiros e o síndico ou liquidatário.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31.º - Aplicam-se ao penhor rural, no que lhe for permitido, as disposições sobre os direitos reais de garantia e os contratos de sua instituição.

Art. 32.º - Não excederão de 8% ao ano os juros de obrigações contraídas para o financiamento de trabalhos agrícolas e pecuários, e para a respectiva compra de maquinismos e utensílios, desde que tenham a garantia do penhor agrícola.

Art. 33.º - A garantia subsidiária de penhor para a cédula rural ou título cujo devedor, aceitante ou emitente exerça a sua atividade na agricultura ou pecuária ou em indústrias derivadas ou conexas, e cujo endossante, seja firma bancária idônea, confere-lhe o direito de redesconto, sem outro limite, em importância ou garantia, que o estabelecimento pelo Conselho da Carteira de Redesconto para as cooperativas e, em um máximo de 50 % dos capitais e fundos de reserva, para cada Banco.

Art. 34. - Pela transcrição do penhor rural as custas do oficial do registro imobiliário são as do regimento em vigor, em hipótese alguma excedente de Cr\$. 50,00; pela expedição da cédula pignoratícia, de Cr\$. 10,00; e pela averbação dos endossos, Cr\$. 5,00, cada vez, cabendo-lhe importância igual pelo cancelamento da transcrição.

Parágrafo único. O oficial não pode, sob pena de responsabilidade, recusar ou demorar a transcrição e a expedição da cédula rural pignoratícia.

Art. 35. - O devedor, ou o terceiro que der os seus bens ou animais em garantia da dívida, que os desviar, abandonar ou permitir que se depreciem ou venham a perecer, fica sujeito as penas de depositário infiel.

Parágrafo único. Pratica o crime de estelionato e fica sujeito as penas do art. 338 da Consolidação das Leis Penais aquele que fizer declarações falsas acerca da quantidade, da qualidade e dos característicos dos bens ou animais empenhados ou omitir, na escritura, a declaração de estarem eles já sujeitos ao vínculo de outro penhor.

Art. 36 - Entrará esta lei em execução trinta dias depois de publicada no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

(MODELO)

a que se refere o § 1.º do art. 15

Estado de.....

Comarca de

Município de

Distrito de

.....Circunscrição.

N.º

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

expedida, nos termos da lei n de de de 195 , em favor de por efeito da transcrição, sob n a pág. do livro n de de de 195 do Cartório do Registro Imobiliário da Comarca de da escritura de de de 195 por via da qual brasileiro, agricultor, domiciliado em constituindo-se-lhe devedor da quantia de contos de réis (Cr\$ 00), se obrigou a fazer-lhe o devido pagamento, com os juros de por cento (.....%) ao ano, no dia de de 195....., dando-lhe em penhor os seguintes:

.....
.....
.....

Os empenhados se acham depositados em poder do devedor, nesta propriedade agrícola denominada situada nesta comarca e município, bairro de distrito de e adquirida por escritura de de de 195 das notas do tabelião (L. N fls.....) desta comarca, transcrita sob N em de de 195.....

O Oficial

O Credor

.....

.....

LEI N.º 2.252 - DE 1 DE JULHO DE 1954

Dispõe sobre a corrupção de menores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Constitui crime, punido com a pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos de e multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a 10.000,00 (dez mil cruzeiros), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando infração penal ou induzindo-a a praticá-la.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Tancredo de Almeida Neves.

NULIDADE DE TESTAMENTO

"Não se anula testamento, quando não se comprova satisfatoriamente a falsificação da assinatura do testador e os demais elementos não convencem a respeito da existência de falsidade. Também não constitui nulidade, mas simples irregularidade, o fato de se lançar o testamento em livro de notas só depois aberto e rubricado pela autoridade judiciária." (O Testamento Público de D. Sadie Brinn Hawker - Defesa de sua validade e autenticidade, pelo advogado Dimas de Oliveira Cesar).

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PROVIMENTO N. 154

O desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições e para fiel observância da lei federal n. 1.869, de 27 de maio de 1953, de acordo com o decreto estadual 12.502, de 8 de janeiro de 1942 e com os "Provimentos" do Egrégio Conselho Superior da Magistratura n. XXXVII de 26 de Novembro de 1953 e XXXIX de 14 de julho de 1954 determina, para melhor inteligência e cumprimento do "Provimento" n. 43/53, na parte referente aos depositários Públicos, o cumprimento das instruções que seguem.

Aos depositários públicos incumbe.

"a" - Recolher a Caixa Econômica do Estado de São Paulo quantias em dinheiro que lhes forem entregues em "caderneta de Depósito Judicial" em seu. nome na forma dos arts. 4.º e 5.º, do decreto 12.502, de 8 de janeiro de 1942;

"b" - Escriturar em seus livros os "depósitos" em contas individuais, para cada depositante computando em favor de cada um os juros que forem abonados pela Caixa Econômica, em proporção sem exceções; deduzidos os emolumentos que lhes couberem na forma do Regimento de Custas.

"c" - De cada depósito ou levantamento a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, expedirá vias que encaminhará ao Juiz para ser junta aos autos), ao Depositário e à Diretoria de Contabilidade.

"d" - Os levantamentos serão feitos por "mandado" ou "ofício" expedidos sempre em duas vias reconhecida na primeira a firma do Juiz;

"e" - A primeira via será entregue ao beneficiário ou seu bastante procurador, de cujo mandato se fará menção no texto, sendo a segunda, junta mediante aos autos.

"f" - Cumprido o "mandado" ou "ofício" o Depositário arquivará a 1.ª via e comunicará em 48 horas ao Juiz do feito o seu cumprimento, fazendo constar da comunicação a quantia paga, o nome de quem recebeu e o número do cheque, se assim se fez o pagamento.

"g" - Poderá o Depositário fazer o pagamento por meio de cheques nominais contra a Caixa Econômica do Estado de São Paulo em favor de quem seja indicado no mandato ou ofício como beneficiária do levantamento, sendo nessa hipótese o cheque visado pela seção de Depósitos Judiciais da Secretaria do Tribunal de Justiça.

"h" - Os depositários públicos comunicarão a Caixa Econômica a seção de Depósitos Judiciais da Secretaria do Tribunal de Justiça o nome dos escreventes sob sua responsabilidade autorizados a subscrever ofícios, mandados e ordens de levantamentos e a emitir cheques, cujas firmas constarão de fichas especiais para confronto tanto na Caixa Econômica como na Secretaria do Tribunal.

"i" - Os depositários públicos enviarão semanalmente à Diretoria de Contabilidade do Tribunal de Justiça e a Contadoria Central do Estado, em três vias, o balancete demonstrativo das entradas e saídas de numerário e do movimento das contas da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, referentes a semana anterior.

"j" - Na semana em que forem escriturados os juros, o balancete será acompanhado da relação

pormenorizada dos lançamentos a eles referentes.

"k" - Verificada a exatidão dos balancetes, uma das vias, com a nota de "conferido" ou outra que a represente, será devolvida ao depositário.

"l" - Nos meses de abril a outubro de cada ano os depositários apresentarão à Diretoria de Contabilidade do Tribunal de Justiça e à Contadoria Central do Estado, relações de todos os depósitos em seu poder, para verificação dos saldos e valores depositados.

"m" - Para cumprimento das obrigações decorrentes dos arts. 9, 18 e 19 do decreto n. 12.502 de 8 de janeiro de 1942, os depositários poderão levantar mediante cheques visados pela seção de Depósitos Judiciais as quantias necessárias.

"n" - Os "balancetes" a que se refere a letra "i", serão publicados no "Diário da Justiça".

São Paulo, 16 de julho de 1954.

(a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 17/7/54.

PROVIMENTO N. XXXIX

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, na conformidade da lei federal n. 1.869, de 27 de maio de 1953, do decreto estadual n. 12.502 de 8 de janeiro de 1942 e do "Provimento n. XXXVII", de 26 de novembro de 1953:

Determina

I - Os depósitos judiciais de quantias em dinheiro, serão recolhidos preferencialmente à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, mediante emissão de "Caderneta de Depósito" com juros de 5% ao ano, capitalizados semestralmente;

II - No tocante aos depósitos em geral, procedimento, movimentação, levantamentos e escrituração, serão observadas as diretrizes constantes do "Provimento" n. 43/53, da Corregedoria Geral da Justiça, com as modificações que forem ordenadas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 14 de julho de 1954.

(aa) Manuel Gomes de Oliveira, Presidente - J. M. Gonzaga, Vice-Presidente - Pedro Chaves, Corregedor da Justiça.

D. O. 15/7/54.

DESPACHOS PROFERIDOS

N. 12.000 - Juízo de Direito - Pitangueiras.

"Aprovo a interpretação dada aos dispositivos da Lei 2.177, em conjunto com os provimentos n. 41-53 e Portaria n. 13.

Simplificando e concentrando o serviço de registro de férias, facilita-se o trabalho e evita-se a dispersão de atos.

Publique-se para orientação geral.

S. Paulo, 13-7-54. (a) Pedro Chaves".

Decisão a que se refere o Despacho supra:

Vistos, etc.

O Sr. Adhemar Guimarães Spinola. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos, desta comarca, consulta esta Corregedoria Permanente sobre o alcance da expressão "cada cartório" contida no V. Provimento n. 41-53, emanado da E. Corregedoria Geral da Justiça.

Alega o consulente que nas comarcas vizinhas os Drs. Juizes corregedores permanentes estão exigindo que cada cartório do 1.º e 2.º Ofício, de Paz, do Júri dos distritos e municípios) possua o seu livro de registro de férias, e não apenas o cartório do Júri, como acontece nesta comarca, e daí a dúvida ora suscitada e que pretende resolvida. Mantendo a minha determinação verbal já conhecida do consulente, isto é, no sentido de que o livro de registro de férias deve ser um único e da responsabilidade do cartório do Júri dispensando-se outros livros para cada cartório. E assim decido pela seguintes razões.

A lei que modificou o regime de férias e licenças para os serventuários limita-se a dizer, de modo genérico, que "os cartórios possuirão um livro de "registro de Férias" rubricado pelo respectivo Juiz de Direito corregedor permanente para lançamento do início e término das férias de seus servidores inclusive do serventuário".

Posteriormente em 3 de setembro de 1953, veio a lume a Portaria n. 13 da E. Corregedoria Geral da Justiça através da qual foi determinado que "o livro de registro de férias deve ser o mesmo livro de "movimento de autoridades e funcionários" existente no cartório do Júri do interior e nos vários cartórios da capital, ajustado as exigências da lei nova, reservando-se uma folha para os lançamentos referentes a cada funcionário ".

Logo no mês seguinte a mesma E. Corregedoria Geral baixou o V. Provimento n. 41-53, ordenando que cada cartório tivesse um livro de "registro de férias" que seria "simultaneamente o de movimento de autoridades e funcionários e fazendo expressa remissão a Portaria n. 13 de 3 de setembro do mesmo ano.

Por isso.

Ora, se a lei 2.177 não desce a minúcias, dispondo apenas que os cartórios possuirão livros próprios para o registro de férias; se a Portaria n. 13, sanando a lacuna ordenou que tal livro fosse o mesmo destinado ao movimento, das autoridades e funcionários, se o V. Provimento n. 41-53 referindo-se a "cada cartório" ainda assim completou que o livro seria simultaneamente o de movimento de funcionários e autoridades existente nos cartórios do Júri das comarcas do interior; se o único cartório, no Interior que possui livro para registro de movimento de autoridades e funcionários é exatamente o cartório do Júri segue-se que o livro de registro de férias é privativo do cartório do Júri, não havendo necessidade de que cada cartório possua, numa mesma comarca, outros livros para o mesmo fim.

Em outras palavras: conjugando-se o que vem disposto na lei n. 2.177 com os termos em que foi vazada a Portaria n. 13 e com. as expressões usadas no V. Provimento n. 41 é como se este último dispusesse da seguinte forma: "cada cartório do júri terá um livro de "registro de férias" que será simultaneamente o de movimento de autoridade e funcionários", etc., etc.

Fica, por essa forma resolvida a dúvida suscitada, devendo o Sr. Escrivão "ad hoc" remeter cópia desta decisão à E. Corregedoria Geral da Justiça que em sua alta sabedoria, dirá a última e definitiva palavra sobre o assunto interno.

Pitangueiras 30 de junho de 1954 (a) João Roberto Martins Juiz Corregedor permanente.

N. 11.504 - Alipio Valente Filho - Votuporanga.

"Não conheço da espécie como recurso que não cabe de solução de consulta dirigida ao Juiz por seu Serventuário, mas como se trata de assunto de interesse geral que deve ser aplicado com igualdade em todo o Estado manifesto-me de inteiro acordo com a decisão dada pelo dr. Juiz de Direito da comarca de Votuporanga. Seja a referida decisão publicada com este despacho, para servir de orientação geral. S. Paulo, 26-6-54. (a) Pedro Chaves".

Decisão a que se refere o despacho supra.

Consulta o Sr. Oficial interino do Registro de Imóveis e anexos com posterior retificação do oficial titular, sobre si deve ou não cobrar custas a que tem direito, com 20 % de abatimento ou integralmente, de acordo com o artigo 21 da Lei n. 2.412, de 15-12-1953; ou com o Regimento de Custas do Estado.

Expõe o consulente que jornais da Capital publicaram a noticia de que teriam sido reduzidos de 50% os emolumentos dos contratos celebrados com o Banco do Brasil S. A., ex-vi do artigo 21 da Lei n. 2.412, de 15-12-53 que estende os benefícios constantes do artigo 32 do Código de Impostos e Taxas (Dec. 22.022, de 21-1-1953) então conferidos as operações efetuadas por agricultores com o Banco do Estado de S. Paulo

A primeira vista, sem maior exame da matéria, é de se supor que as custas e emolumentos percebidos pelos escrivães, tabeliães e oficiais do Registro de Imóveis sofreram um abatimento de 50% mas tal interpretação não pode ser dada porque o Código de Impostos e Taxas rege exclusivamente a arrecadação de impostos e taxas reguladas pela legislação tributária do Estado e não introduziu nenhuma modificação específica no Regimento de Custas de S. Paulo, consequentemente a redução feita só se pode entender concernente a custas e emolumentos pertencente ao Estado, não as custas recebidas pelo serventuário de Justiça não estipendiados pelos cofres públicos, e que são percebidos na modalidade de salário ex-vi do artigo 1.º do decreto n. 3.965 de 21-12-1925.

Ademais a lei n. 2.412 de 15-12-1953, de caráter financeiro, e que elevou de 10% todos os impostos devidos ao Estado, além de não ter alterado o Regimento de Custas, não iria reduzir tabelas de um regimento velho de trinta amos, quando os serventuários estão aguardando um novo Regimento que reajuste os emolumentos ao custo da vida atual.

Refere ainda o consulente, que a lei n. 492 de 30-8-1953 que regula os penhores agrícolas e pecuários estabeleceu para os mesmos custas especiais, as quais porem de acordo com decisões do Egrégio Tribunal de Justiça e Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, passaram a ser cobrados pelo Regimento de Custas do Estado.

Passo a decidir:

A lei de introdução ao Código Civil, Brasileiro (Decreto n. 4.657, de 4-9-1942) estabelece que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare quando seja com aquela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. A lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior. Na aplicação da lei o Juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum (artigo 2.º §§ 1.º e 2.º e artigo 5.º).

O Regulamento de Custas e o Código de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo contém normas da mesma hierarquia e como leis territoriais tem a mesma origem, e não geram problema de prevalência.

O Regimento de Custas e emolumentos dos serventuários de Justiça é o Decreto-lei n. 14.978, de 29-8-1949 que introduziu alterações no Decreto n. 3.965, de 21-12-1925 aprovado pela Lei n.

2.260 de 21-12-1927.

O Código de Impostos e Taxas, Decreto n. 32.022 de 21-1-1953, nada mais é do que a consolidação da legislação fiscal do Estado que andava dispersa e desatualizada.

E essa sistematização em verdade não foi alcançada porquanto se reconhecem que as taxas e contribuições nele não previstas continuarão a ser arrecadadas de acordo com a legislação em vigor, e porque a Lei n. 2.412, de 15-12-1953, introduziu inúmeras alterações naquele código.

Acontece, porém que as custas, porcentagens e emolumentos que constituem renda do Estado ou que por seu intermédio são recebidos, não constam de tabelas do "Regimento de Custas", mas do "Código de Impostos e Taxas". Livro X, o que mostra bem a afinidade de tais leis.

Mas essa afinidade vai mais longe, o legislador não distingue bem os dois corpos de lei, e ao estabelecer medidas de caráter financeiro, engloba dispositivos de Código Tributário com os de custas que constituem renda do Estado, e custas de atos praticados pelos serventuários, cujos cartórios não são oficializados.

Não há dúvida de que todas as disposições da Lei n. 2.412, de 15-12-1953, envolvem medidas de caráter financeiro sejam elas o aumento de 10% de todos os impostos e taxas ou o reexame das isenções, criando umas, suprimindo ou alterando outras, inclusive no setor custas e emolumentos do Estado ou não.

Há que ver nisso, somente uma ausência de técnica legislativa por parte de um órgão competente para legislar sobre aqueles assuntos.

De toda forma, porém não há que dizer-se que o Código de Impostos e Taxas revogou o Regimento de Custas, tanto mais quanto aquele é um decreto executivo, e este uma lei; mas ainda que fossem pesquisar aquelas leis esparsas e codificadas, não se encontraria a revogação, pois que tais disposições, a par das já existentes, nasceram para atuar lado a lado, sem incompatibilidade.

As alterações introduzidas nesta ou naquela tabela de custas neste ou naquele caso de isenção, constituem atualização de política financeira que não revogam nem modificam a lei anterior.

Já se verificou que o Código de Impostos e Taxas não rege exclusivamente a arrecadação de impostos e taxas reguladas pela legislação tributária do Estado nem consolidou todas as leis de arrecadação daqueles impostos e taxas.

No artigo 32 do Livro X, dando concessão de 50% em Custas e emolumentos nas operações efetuadas por agricultores com o Banco do Estado de São Paulo, não o fez somente daquelas pertencentes ao Estado, basta que se leiam os artigos 27 e seguintes. E observem-se, especialmente, o parágrafo único do artigo 27 (já revogado pelo artigo 18 da Lei n. 2.412, de 15-12-53), e o parágrafo único do artigo 29, onde se declara que determinando benefício alcança exclusivamente a parte dos emolumentos devida ao Estado.

A própria redação do artigo 32 o que mais interessa nesta consulta, e claro: "Em se tratando de qualquer operação efetuada no Banco do Estado de São Paulo por agricultores, observar-se-á a redução de 50% (cinquenta por cento) nas custas e emolumentos devidos ao Estado e aos tabeliães escrivães, oficiais do registro e de protestos, que incidam ou venham a incidir sobre quaisquer atos relativos a ditas operações. Ora trata-se de um dispositivo de lei especial (destinada a classe dos agricultores) que não revoga, nenhum dispositivo especial anterior. O Regimento de Custas, que só conterá dispositivos de ordem geral na tabela vigente para os serventuários da Justiça, não foi revogado. A tabela especial, coexiste com a tabela especial, pois ambos são iguais em qualidade e merecimento.

E é essa tabela especial, ou seja, a tabela geral com 50% que foi estendida aos mesmos agricultores nas suas operações com o Banco do Brasil S.A., pelo artigo 21 da Lei 2.412, de 15-

12-1953, que "dispõe sobre medidas de caráter financeiro".

Esta lei, como a própria ementa indica, não teve o escopo único e restrito de aumentar em 10% todos os impostos devidos ao Estado, mas de impor outras medidas de caráter financeiro.

A contradição - só aparente em que, a par de aumento decretado em todos os impostos e taxas sejam concedidas isenções totais ou parciais, por isso que facilitando determinadas operações, o Estado está criando ou desenvolvendo riquezas, concorrendo para aumentar a produção, e consequentemente, o campo de incidência dos impostos.

As medidas de caráter financeiro adotadas por vias diretas ou indiretas, devem trazer ao Estado, os recursos de que ele precisa.

Nem se alegue que os serventuários da Justiça, ficaram necessariamente prejudicados no quantum dos salários que iriam perceber, pois que é de presumir-se que no regime atual tenham multiplicados os seus serviços, e embora prestando-os com menor salário, ainda ficarão atrativamente melhor remunerados, sem qualquer aumento da duração de seus trabalhos. Com tais fundamentos, respondo a consulta, determinando que o consulente dê cumprimento aos artigos 32 do 1.º X. do Decreto 22.022, de 31-1-53 e art. 21 da Lei n. 2.412, de 15-12-53, cobrando as custas a que tem direito, com 50% de redução especial, e calculada pela tabela geral aplicável do Regimento de Custas, nos termos do Provimento vigente - Votuporanga 10 de maio de 1954. (a) Joaquim Francisco de Macedo Costa - Juiz de Direito.

D. O. 1/ 7 /54,

PRESIDÊNCIA

ATO N. 430

Substitui o Ato 1042, de 27-1-1941 dando instruções para o cumprimento do disposto no art. 918 do Código de Processo Civil, (execução de sentença contra a Fazenda Pública) e outras providências.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em exercício des. Paulo Colombo Pereira de Queiroz - Determina, para execução do disposto no art. 918, parágrafo único, do Código de Processo Civil:

1.º) - que os ofícios requisitórios das diversas Varas da Capital e do Interior do Estado, no sentido de serem expedidas ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Estadual e Municipal), em virtude de sentença judicial, contenham os seguintes requisitos, além de outros julgados necessários ou convenientes, pelos MM. Juizes de Direito:

I - que declarem se do quantum da condenação foram intimadas ambas as partes e se estas se manifestarem dentro do prazo legal;

II - que indiquem a quem deve ser paga a quantia requisitada, ou quais os títulos que devem ser depositados, no caso de renda mensal, mencionando que o pagamento, ou o depósito far-se-á mediante termo de quitação nos autos, com a assistência do representante legal da Fazenda;

III - que no caso de pedido de custas acrescidas, declarem se foi intimada e se manifestou a Fazenda Pública.

IV - que, em duas vias, sejam acompanhados das seguintes peças, (também em duas vias), bem como quaisquer outras julgadas necessárias a instrução do processo requisitório.

a) - cópia autêntica ou certidão da sentença condenatória e dos acórdãos que a tenham

confirmado ou reformado;

b) - cópia autêntica ou certidão da conta de liquidar;

c) - cópia autêntica ou certidão na sentença que julgou a referida conta, se houver;

d) - certidão ou traslado de procuração com poderes expressos para receber e dar quitação no caso de pedido de pagamento a procurador.

V - que passem sempre pelo Protocolo Geral, para efeito de data e número, para observância rigorosa. da ordem de entrada no pagamento.

2.º) - que quanto se tratar de execução de sentença com origem em desapropriação movida pela Fazenda Pública (Estadual, Municipal ou DER.), seja a 1.ª via do ofício requisitório enviado diretamente pelo MM. Juiz de Direito ao expropriante, para o pagamento, acompanhado dos requisitos já enumerados, devendo Sua Ex.a. encaminhar a 2.ª via ao Tribunal, para consulta. no caso de posterior pedido de sequestro ou de intervenção federal pela parte.

São Paulo, 18 de junho de 1954.

Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício.

Lei Estadual

LEI N. 2.704, DE 23 DE JULHO DE 1954

Dá nova redação ao item V, da letra "a", do artigo 20, da Lei n. 891, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo. 1.º - O item V da letra "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"V - Cada período de cinco anos de efetivo exercício como serventuário, escrevente, (... vetado...), solicitador ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de julho de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 23 de julho de 1954.

Altino Santarem

Diretor Geral - Substituto.

NOTA: - A palavra vetada pelo Sr. Governador do Estado é a seguinte "auxiliar de cartório".

COLÉGIO NOTARIAL

PORTARIA N.º 118 DE 23 DE JULHO DE 1954

DAS RENDAS INTERNAS DO TESOURO NACIONAL, tendo em vista a autorização concedida, em caráter excepcional, pelo Exmo. Sr. Ministro do Fazenda, através despacho Proferido no processo fichado sob o n.º S. C. 137.866/54, resolve expedir a Recebedoria Federal em São Paulo as seguintes instruções:

I

A R.F.S.P. não mais efetuará a cobrança por verba, em seus guichês, do imposto do selo previsto do Art. 75 da Tabela anexa a Consolidação respectiva (Decreto n.º 32.392, de 9-3-1953, sobre "livros de escrituração ou cópia exigidos ou previstos em lei ou regulamento".

II

O pagamento do tributo, no caso em apreço, passará a ser feito pelo próprio interessado, mediante a colagem das estampilhas correspondentes ao valor do imposto devido, na última página numerada do livro.

III

A aposição e a inutilização das estampilhas deverão ser feitas com integral observância do dispostos nos artigos 17 e 19 das Normas Gerais da Referida Consolidação, verbis:

"Art. 17 - As estampilhas deverão ser coladas seguidamente e sem se sobreporem."

"Art. 19 - A inutilização das estampilhas far-se-á com a indicação do lugar, a data e a assinatura."

" § 1.º. A data que poderá deixar de ser do próprio punho, compreende o dia, mês (por extenso) e ano e deverá ser repetida sobre cada estampilha, em algarismos."

" § 2.º. A assinatura será lançada, parte no papel e parte nas estampilhas, de forma que abranja todas, podendo para isso ser repetida."

IV

Dentro do prazo de oito (8) dias a contar da data da selagem e antes de iniciada a escrituração, os livros fiscais sujeitos a autenticação deverão ser apresentados para a necessária rubrica, cabendo aos funcionários incumbidos desse serviço, sem prejuízo da verificação externa, examinar a exatidão do pagamento do imposto feito em estampilhas e a sua regular inutilização, promovendo a revalidação das mesmas, quando for o caso.

V

Cabe aos funcionários que exercem atividades fiscalizadoras verificar nos estabelecimentos comerciais e industriais a sua fiscalização e exato pagamento do imposto do selo de que trata a presente portaria e se foram observadas as demais formalidades relativas àquele ato, agindo de conformidade com os dispositivos legais em vigor sempre que ocorrer a inobservância das normas ora previstas.

VI

A R.F.S.P. resolverá as dúvidas dos interessados em relação a matéria disciplinada por estas instruções, tendo bem em vista o disposto na Observação 3.^a da Tabela acima mencionada bem como as Notas ao Art. 75, já citado.

VII

A presente portaria entrará em vigor quinze (15) dias após a data de sua publicação.

(a) Orlando B. Villela

A RECEBEDORIA FEDERAL EM SÃO PAULO ESCLARECE O SEGUINTE:

O selo em que incidem os livros está, previsto no art. 75, Tabela da vigente Lei do Selo, que reza:

"Livros de escrituração ou cópias exigidos ou previstos em lei ou regulamento:

Pelos termos de abertura e encerramento Cr\$ 10,00

Por folha Cr\$ 0,20

Quando a folha do livro exceder o tamanho de 0,33 mm x 0,22 mm, o selo será devido em dobro, isto é, Cr\$ 0,40 por folha (Tabela, Obs. 3.^a).

A Recebedoria Federal está a disposição dos interessados para todos os esclarecimentos que forem necessários.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	-	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA	-	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA	-	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA		
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS		
BRENO DE TOLEDO LEITE		
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA		
SEBASTIÃO MEDEIROS		
ALCIDES DE MELO VALE		

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	-	Presidente
----------------------------	---	------------



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO	- Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	- Santos
ELVINO SILVA	- Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	- Capital
ABEL DE REZENDE VILARES	- São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos	- Dracena
CASEMIRO PINTO NETO	- Capital
ANTONIO FLAQUER	- São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO ..	- Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO	- Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11.º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

COLABORAÇÃO

SUBSÍDIOS

DE ARAÚJO, OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE MOGI DAS CRUZES

FALECIMENTO

NOMENCLATURA E OUTRAS DISSONÂNCIAS NO REGISTRO CIVIL

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 492, 30 DE AGOSTO DE 1937

LEI N.º 2.252 - DE 1 DE JULHO DE 1954

PROVIMENTOS

PROVIMENTO N. 154

PROVIMENTO N. XXXIX

DESPACHOS PROFERIDOS

PRESIDÊNCIA

ATO N. 430

LEI ESTADUAL

LEI N. 2.704, DE 23 DE JULHO DE 1954

COLÉGIO NOTARIAL

PORTARIA N.º 118 DE 23 DE JULHO DE 1954

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

SUPLENTE

ÍNDICE

Nº 046 - Publicação: 01/09/1954

Colaboração

LEVES CONSIDERAÇÕES
J. B. PEÇANHA SOBRINHO
(serventuário)

Se bem que não tenha resolvido "in-totum" os velhos problemas que afetam os interesses dos serventuários de justiça, é incontestado que a lei 819 tem contribuído para a moralização do provimento de cartórios.

É verdade que, de vez em quando, vêm à tona da publicidade certos passes de magia de alguns serventuários solertes, acobertados pela lei, que visam, sub-repticiamente, criar para si situações vantajosas em detrimento de colegas de boa fé. Isso, por ocasião das inscrições nos concursos para preenchimento de serventias.

Todavia, a constatação dessas lamentáveis irregularidades não deve levar o observador menos otimista à convicção do fracasso da lei, pois em todos os tempos a malícia humana procurou e

procurará abrir brechas nas legislações as mais provectas e sábias. Onde está o homem aí estará sempre uma imaginação fértil, árdega e ousada para a urdidura de tramas que solapem o plano alto das boas intenções e disposições sadias de bem acertar.

A realidade é que a lei 918, aos poucos, vai se desbastando de certas excrescências que emperram o seu deslizar sereno e escoreito, graças ao descortino de uns e idealismo de outros.

Um das providencias benéficas, oportunas e procedentes encaixadas na lei 819, no seu artigo 44, a que proíbe a permuta entre serventuários com menos de 1/5 de tempo necessário à aposentadoria, tem sofrido, nos últimos tempos, certas investidas que não têm razão de ser.

Para se aquilatar do mérito de um texto legal, é preciso apreciá-lo sob todos os ângulos, pois é possível que só de um deles se desnude o propósito elevado que o referido texto encerra. À primeira vista e sob a injunção de argumentos sofisticados, o observador desprevenido, possivelmente, é evado a tirar conclusões desacertadas e inconsistentes.

É o que deve acontecer com o artigo 44 em apreço.

Aqueles que, com duas pedras nas mãos, têm o mau vizo de malsiná-lo, taxando-o de injusto e nocivo e pugnando pela sua revogação, na quase totalidade das vezes são inspirados por intenções unidas de Boa fé. Não há negá-lo.

Todavia, analisando-se a questão com objetividade, concluiu-se que o artigo 44 abriga salutar medida que beneficia a classe em geral, devendo prevalecer definitivamente. Não fora ele, os princípios esposados pela lei 819 ruiriam por água abaixo, pois a carreira visada pela legislação atual ficaria anulada em cheio.

Duas ordens de considerações estabelecem os que, de vez em quando, dirigem as baterias de suas criticas ao bem avisado artigo 44. Elas dizem respeito: 1.^o) - que em outras classes não existe proibição similar, 2.^o) - que a permuta entre os serventuários, sem a restrição imposta, não afeta os interesses da classe e nem da coletividade.

Quanto à primeira, é preciso, preliminarmente, nos lembrar que os serventuários de justiça constituem uma classe à margem em face dos demais funcionários, no que toca à percepção de proventos. Os titulares de cartórios auferem rendas variáveis, de conformidade com o movimento de seus respectivos cartórios e não vencimentos fixos. Se assim é e fosse abolido o artigo 44, quando ocorresse uma permuta entre um serventuário de largos proventos e um outro de renda exígua, fado levaria a crer que alguma negociata, alguma clandestina compensação, tinham servido de alavanca ao cometimento dos permutantes.

Um serventuário, em vésperas de aposentadoria, titular de um cartório de renda avantajada, mediante permuta, iria para um outro de sofríveis proventos e com as algibeiras recheadas, para logo em seguida requerer a sua aposentadoria.

Nas demais classes, de um modo geral, não é possível tal transação visceralmente imoral, pois nenhum dos permutantes pode acalentar veleidades pecuniárias conseqüentes da troca.

Quanto à segunda, só o conhecimento superficial no que toca ao instinto da carreira é que pode estribar tal consideração.

Extendamo-nos nos nossos argumentos referentes à primeira ordem de considerações. Temos a acrescentar que, feita a permuta figurada acima e requerida a aposentadoria do, serventuário transferido para o cartório de menos importância, a vaga decorrente não poderia atrair candidatos. E quando haveria de aparecer vagas interessantes que desencadeassem remoções e promoções, se o exemplo citado havia de ser reproduzido como praxe normal?

É evidente que só as serventias iniciais da carreira é que seriam objeto de editais de concursos, pois nos cartórios de credenciais apreciáveis jamais surgiria vacância. O instituto da carreira

teria o seu golpe de morte para gáudio dos serventuários bem aquinhoados e desespero dos que, legítima e explicavelmente, ambicionassem melhoria de situação.

Como se vê o artigo 44 da lei 819 ali está como sentinela avançada, atenta, dentro de uma postura altamente recomendável, procedente e salutar. Que ele lá continue, por muitos anos, até que o egoísmo e à incompreensão entre os homens sofram algum impacto que há de vir para reabilitar esta pobre humanidade...

Finalizando estas despretensiosas considerações, queria-mos dizer algo sobre o desinteresse, cada vez crescente, de grande parte dos serventuários no que tange às contribuições para o Instituto de Previdência. Tal desinteresse não pode ser recriminado por quem quer que seja, se considerarmos a grave lacuna constante da lei da aposentadoria que omite benefícios à família do interessado, caso faleça em atividade ou no gozo dos favores do Instituto. Essa falha grave já tem sido suficientemente ventilada, sendo desnecessário repisarmos o assunto. Se essa lei não veio satisfazer aos reais reclamos da classe, como obrigar o serventuário a aceitá-la, a dar-lhe apoio, a contribuir para a sua manutenção?

Se a Assembléia Legislativa foi a autora dessa lei vulnerável a críticas as mais justas e respeitáveis, não será a própria Assembléia o órgão com autoridade moral para vir compelir os interessados a acatarem os seus ditames. Essa que é a verdade.

RELEGADOS AO DESPREZO

JOSÉ VENANCIO BORGES

A lei que disciplina a nossa vida funcional, além das pesadíssimas responsabilidades que nos impõe, anexa às nossas atribuições, sem percepção de custas, diversos ramos de natureza urgente e preferencial. Concomitantemente com a posse e exercício do cargo, resignadamente aceitamos essa incumbência, certos de que o seu desempenho é árduo e sobremaneira oneroso. Pela nossa abnegação e sacrifício, o que temos recebido dos dirigentes dos nossos destinos?

- Menosprezo e mais do que isso, diminuição dos nossos direitos com equiparações que além de colidentes; com a lei do bom senso, desacatam a norma de hierarquia dentro da qual devem ser atendidas as pretensões graduais na carreira, aberram. de todos os princípios de justiça e fogem a grande distancia da lógica. A marcha em demanda do nosso calvário, teve o seu inicio quando o fascínio das posições políticas começou a despertar o desejo de servir a pátria ou servir-se da pátria, conforme as tendências dos pretendentes ao grande sacrifício. Mas, a reforma do regimento de custas?

- A lei de provimentos?

- A lei de aposentadoria?

- Estas interrogações somente por ironia poderiam ser-nos feitas pelos responsáveis pela precariedade da nossa situação. E responderíamos. Quanto a primeira. O nosso atual regimento de custas é ainda o mesmo que em 1945, sem vantagem para a nossa receita, reformou o de 1925. Fugindo a finalidade que lhe devia ser precipua, ai se cuidou da defesa dos interesses das partes. É verdade que houve majoração de alguns atos. Entretanto, quase nada se aproveitou desse aumento pela sua inoportunidade. Os de maior renda como auto de partilha em inventários e divisões, diligencias de avaliações, traslados integrais de processos em grau de recurso, etc., já haviam sido suprimidos pelo Código do Processo Nacional em vigor. Como já dissemos em outro comentário, ficamos na mesma situação do pescador que, munido de anzóis bem iscados, não encontra peixe no poço onde os afunda. Na parte de notas, a predisposição foi a mesma. Além do irrisório aumento de 500 para 1.000 cruzeiros no preço teto para as escrituras, nada em nosso beneficio. Ou melhor. Continuara de parabéns os clientes. Em outro comentário publicado no boletim .n. 35 da nossa associação de classe, já apontamos as faltas e incongruências de que se reveste a tabela em apreço, o que nos dispensa de prosseguir na sua

analise. Quanto a segunda. A lei de provimentos com as modificações que lhe foram introduzidas, não atende a um critério amoldável à sua finalidade, principalmente na parte que instituiu a norma de pontos para os concursos de promoções. O antigo sistema de provas e títulos, hermético a audaciosas e condenáveis tentativas, não daria ensejo a acontecimentos como os que há pouco lamentamos. Quanto a terceira.

- A lei de aposentadoria, que também já pulverizamos através de outro informativo da nossa aludida agremiação, não fornece aos seus destinatários os benefícios que dela lhes era lícito esperar. O sistema fixado para sua concessão, não contou com o auxílio de uma inspiração que lhe ditasse um critério justo e equânime. Exige pesadas contribuições e distribui pecúlios podendo dizer de fome. Ela já foi objeto de judiciosos comentários de diversos colegas mais autorizados, de cujo resultados flui a conclusão de que quase que somente poderá ser aproveitada a sua existência. Afinal, trata-se de um diploma em vigor, o qual, convenientemente reestruturado, poderá servir ao fim colimado. Bem, o que dissemos até aqui, pouco significa frente ao nosso tema. Procuraremos dar-lhe o necessário conteúdo. A obstinação no trato dos interesses dos escreventes em detrimento aos nossos, colocou-os em absoluta igualdade de direitos com os titulares nos concursos de promoções, ou melhor, arrumou-lhes possibilidades de, em rápida corrida sem obstáculos, chegarem onde outros somente atingem por escala, cujo percurso enormes sacrifícios lhes exige. Neste caso estão incluídos os Magistrados e outros altos funcionários que, talvez pelo mesmo motivo que nos condena, jamais mereceram os mesmos favores no seu pleito de ascensão. Sem a posse dos mesmos percalços que nos sujeita a lei, e portanto do mesmo merecimento, foi precipitada a concessão de iguais prerrogativas aos ajudantes de cartório. Não nos furtamos ao dever de encarecer a indispensável colaboração desses auxiliares no limite de suas atribuições como também não lhes negamos o direito de melhoria de suas condições de vida, pois, também enfrentam as mesmas dificuldades que a todos assoberbam. Mas não é por isso que devemos concordar com o rebaixamento que a sua injustificada concorrência ocasiona às nossas possibilidades ascensionais. Uma vez que a validade jurídica de seus atos somente é reconhecida com a autenticação do titular ou seu substituto legal quando os subscreve, ou assinatura do Juiz quando em sua presença oficial, e também, porque, pela responsabilidade de que se revestem, outros há que fogem a sua competência e são privativos do serventuário efetivo, a sua condição no ofício não autoriza a equiparação para fruição de iguais vantagens. A nossa tabela de preços que desde 1945 vem tripudiando sobre o nosso orçamento, unicamente beneficiou os escreventes com a majoração de 50% em seus ordenados, munificência aliás sem apoio legal, eis que, a nossa carreira não subordinada aos Estatutos dos Funcionários Públicos, cujos vencimentos são fixados por esse diploma de acordo com a classificação de cada um e não pode estar na dependência de imposições subjetivas, de vez que na sua parte econômica é regida pelo disposto no artigo 15 do Dec. n. 5.129 de 23/7/931 que textualmente diz:

- Os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado, serão fixados pelo Secretário da Justiça mediante proposta do respectivo serventuário e informação do Juiz. Há cerca de seis meses, mais uma proposição deu sua "filinha" no plenário do Congresso Estadual. Desapareceu logo e até agora não voltou. Tratava ela da criação de alguns cartórios na Capital. Não nos lembramos a que natureza de serviço se destinavam. Lembramos apenas que um de seus dispositivos vedava a inscrição dos serventuários e "escreventes"

- que nos últimos 10 anos de sua concretização houvesse gozado licença para tratamento de negócios de particular interesse. Perceberam?

- Durante cerca de 32 anos de exercício no nosso cargo, conhecemos um único caso de licença desses funcionários e este mesmo motivado por circunstâncias especiais. Muito teríamos ainda a dizer sobre o nosso tema. Todavia, parece-nos que já dissemos o suficiente para urna firme convicção de que como causa do nosso desprezo, responde a inferioridade numérica que apresentamos em face destes cálculos:

- Cada ofício de justiça possui um titular e em média seis escreventes. Como obrigatoriamente somos todos eleitores e nas urnas o que decide é a maioria, temos que nos curvar à evidência. Vem a nossa lembrança neste momento mais um fato cujo conhecimento necessariamente

influirá no julgamento da opinião pública. O projeto da lei de aposentadoria dos servidores de justiça não foi apresentado em plenário com inclusão da nossa classe. Somente mais tarde Deus se apiedou de nós. Aliás, a elaboração da aludida proposição com a nossa omissão amparou-se no art. 10 das Disposições Transitórias da Carta Magna Paulista, o qual, com o devido respeito, supomos deliberadamente, preparado para tão odioso golpe contra os nossos sagrados direitos e interesses. Embora fugindo à nossa tese, não queremos terminar sem algumas considerações sobre um ponto ainda em torno da lei de aposentadoria já tão repetidamente focalizada neste comentário, trata-se da omissão de uma condição de uma importância na constituição de seu patrimônio econômico-financeiro, que é a obrigatoriedade de recolhimento das taxas estabelecidas por todos os servidores de justiça, medida que sem dúvida, deve ser incorporada com aplicação de severas sanções aos sonegadores. A sua concretização não se faria necessária como reforço de recursos para satisfação dos atuais pedidos de aposentadoria, eis que, pelos cálculos baseados na atual arrecadação pelo instituto e pelo tesouro do Estado, incontestavelmente já existe o necessário para sua cobertura, mas serviria para aumento dos pecúlios dos aposentados e também para concessão de razoáveis benefícios aos seus descendentes, atendendo-se a que pela idade em que deixam o cargo, não poderão contar com muito tempo de sobrevivência.

Conquanto em alguns pontos também. participem os nossos colegas da Capital da mesma situação a que nos relegou a subalterna ambição política, a organização dos ofícios do interior explica a razão quase unilateral do nosso pálido comentário. Com a presença da verdade, da sinceridade e de argumentos irrefutáveis, denunciemos fatos e ocorrências cuja Existência justifica plenamente o apelo que dirigimos à nobre diretoria da nossa associação no sentido de pleitear medidas que consigam melhorar a situação cada vez mais aflitiva que enfrentamos, entre as quais, a reforma do regimento de custas que lia muito não atende as nossas necessidades, ou então, o auxílio dos poderes públicos com material para o serviço a que somos obrigados prestar gratuitamente e custeio de ordenados de escreventes necessários a esse mister. Estendemos ;; nosso pedido de socorro aos Exmos. Desembargadores que já exerceram a judicatura no interior e por isso conhecem perfeitamente os nossos cruciantes problemas.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

N. 10.634 - Antônio Raposo de Almeida - Santos.

Atendendo a representação feita pelo Dr. Antonio Raposo de Almeida Filho. Oficial do Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Santos e no sentido de esclarecer e orientar os serviços dos registros públicos criados pelo Código Civil e disciplinados pelo decreto n. 4.857 de 9 de novembro de 1939, determina esta Corregedoria Geral da Justiça aos Serventuários dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, se abstenham de inscrever em seus livros os contratos, atos constitutivos estatutos ou compromissos de sociedades cujas sedes, estejam fora da circunscrição judiciária respectiva.

A existência legal, das pessoas jurídicas, na forma do preceito do artigo 18 do Código Civil Brasileiro tem início com a inscrição do ato de sua constituição no registro que lhe seja peculiar. Do registro, feito na forma do decreto n. 4.857, decorre para a sociedade a aquisição de personalidade jurídica própria e possibilita também a terceiros que com ela contratem a investigação da capacidade e representação.

Tolerar a inscrição em Cartório fora da sede da sociedade, é tirar do sistema de nossos registros públicos o característico indeclinável da publicidade que é uma de suas finalidades e tanto é de se atender a competência territorial no assunto, que o decreto n. 4.857, no artigo 123 respeitando a liberdade dos Estados no tocante a organização judiciária, liberdade já mencionada no artigo 4.º, admitiu que o registro fosse estabelecido em cada comarca em zonas ou somente nas Capitais. Nessas condições havendo em cada comarca de São Paulo, o Registro de Títulos e Documentos como anexo do Registro de Imóveis ou de outro ofício, (em Santos há

serventia privativa, como na Capital) em cada uma dessas serventias se fará apenas os registros das sociedades que nelas tenham sua sede.

São Paulo, 12 de agosto de 1954

(a) Pedro Chaves

Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 13/8/54.

PORTARIAS

PORTARIA N. 11-54

O Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Atendendo a que os serventuários de justiça não vem cumprindo o disposto no § 1.º do art. 3.º do Decreto n. 19.365, de 20-4-1953 e a alínea "d" do art. 12, da Lei n. 465, de 28-9-1949 e

Atendendo à alta finalidade social e com grandes benefícios da aposentadoria, embora o assunto escape as atribuições desta Corregedoria Geral,

Recomenda aos serventuários, o cumprimento das referidas leis, advertindo-os das graves consequências decorrentes da falta de pagamento das contribuições, com o cancelamento da inscrição.

São Paulo, 5 de agosto de 1954.

(a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves - corregedor Geral da Justiça.

D. J. 7/8/54.

PORTARIA N. 13-54

O Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando que o registro civil das pessoas jurídicas é disciplinado pelo decreto-lei n. 4.857 de 9 de Novembro de 1939,

Considerando que a autorização governamental deve preceder ao registro, quando se tratar de sociedades que dela necessitem para funcionar;

Considerando que o exame dos estatutos, contratos ou compromissos são elementos indispensáveis à expedição da autorização,

Considerando que através de reformas ou modificações de seus atos constitutivos as referidas sociedades podem transformar, desfigurar e desvirtuar as finalidades autorizadas:

Determina, aos Srs. Oficiais dos Registros de todo o Estado de São Paulo, que não procedam a qualquer registro de alterações de contratos ou reformas estatutárias das mencionadas sociedades, sem a prévia aprovação desses atos pela autoridade competente.

São Paulo, 5 de agosto de 1954.

(a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves - corregedor Geral da Justiça.

RECOMENDAÇÃO A TODOS SERVENTUÁRIOS E ESCRIVENTES DO ESTADO:

De acordo com a Portaria n. 10/54 publicada no "Diário da Justiça" de 27 de julho p. p., a competência para as alterações dos períodos de férias dos serventuários, escreventes e auxiliares, bem como as nomeações de substitutos dos serventuários por motivo de férias, é dos Juizes de Direito Corregedores Permanentes dos cartórios.

D. J. 7/8/54.

COMUNICADO DA CORREGEDORIA

D. da Justiça de 14/9/1954.

Processo n. 12.126 - Ministério da Fazenda - Leonardo de Barros Carvalho - Diretor - Capital - "Dê-se conhecimento aos Srs. Serventuários, para fiel observância. São Paulo, 31-8-54 (a) Pedro Chaves".

Portaria a que se refere o despacho acima transcrito: "Ministério da Fazenda - Portaria n. 118 de 23 de julho de 1954. O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, tendo em vista a autorização concedida, em caráter excepcional, pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, através despacho proferido no processo fichado sob o n. S. C. 137.866-54, resolve expedir à Recebedoria Federal em São Paulo as seguintes instruções: I - A R.F.S.P. não mais efetuará a cobrança por verba, em seus guichês, do imposto do selo previsto no Art. 75 da Tabela anexa à Consolidação respectiva (Decreto n. 32.392, de 9-3-1953, sobre "livros de escrituração ou cópia exigidos ou previstos em lei ou regulamento". II - O pagamento do tributo, no caso em apreço, passará a ser feito pelo próprio interessado, mediante a colagem das estampilhas correspondentes ao valor do imposto devido, na última página numerada do livro. III - A aposição e a inutilização das estampilhas deverão ser feitas com integral observância do disposto nos artigos 17 e 19 das Normas Gerais da Referida Consolidação, verbis: "Art. 17 - As estampilhas deverão ser coladas seguidamente e sem se sobreporem". Art. 19 - A inutilização das estampilhas far-se-á com a indicação do lugar, a data e a assinatura".

"§ 1.º - A data, que poderá deixar de ser do próprio punho, compreende o dia, mês (por extenso) e ano e deverá ser repetida sobre cada estampilha, em algarismos".

"§ 2.º - A assinatura será lançada, parte no papel e parte nas estampilhas, de forma que abranja todas, podendo para isso ser repetida". IV - Dentro do prazo de oito (8) dias a contar da data da selagem e antes de iniciada a escrituração, os livros fiscais sujeitos à autenticação deverão ser apresentados para a necessária rubrica, cabendo aos funcionários incumbidos desse serviço, sem prejuízo da verificação externa, examinar a exatidão do pagamento do imposto feito em estampilhas e a sua regular inutilização, promovendo a revalidação das mesmas, quando for o caso. V - Cabe aos funcionários que exercem atividades fiscalizadoras verificar nos estabelecimentos comerciais e industriais à sua fiscalização o exato pagamento do imposto do selo de que trata a presente portaria e se foram observadas as demais formalidades relativas aquele ato, agindo de conformidade com os dispositivos legais em vigor sempre que ocorrer a inobservância das normas ora, previstas. VI - A R.F.S.P. resolverá as dúvidas dos interessados em relação à matéria disciplinada por estas instruções, tendo bem em vista o disposto na Observação 3.ª da Tabela acima mencionada bem como as Notas ao Art. 75, já citado. VII - A presente portaria entrará em vigor quinze (15) dias após a data de sua publicação. (a) Orlando 13. Villela.

A Recebedoria Federal em São Paulo esclarece o seguinte: O selo em que incidem os livros está

previsto no art. 75. Tabela, da vigente Lei do Selo, que reza: "Livros de escrituração ou cópias exigidos ou previstos em lei ou regulamento: Pelos termos de abertura e encerramento - Cr\$ 10,00 - Por folha do livro exceder o tamanho de 0,23 rara x 0,22 mm, o selo devido em dobro, isto é, Cr\$ 0,40 por folha (Tabela, Obs. 3.^a). A Recebedoria Federal está a disposição dos interessados para todos os esclarecimentos que forem necessários.

CÓPIA DA MENSAGEM ENVIADA PELO SR. GOVERNADOR DO ESTADO, À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, SOBRE SEU PRONUNCIAMENTO AO PROJETO LEI N. 593, DE 1952, QUE VISA OFICIALIZAR TODAS AS SERVENTIAS DE JUSTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM N. 296-54, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 3 de setembro de 1954

Senhor Presidente

Acuso o recebimento do ofício n. 4.968, de 10 de agosto próximo findo, pelo qual Vossa Excelência, solicita o pronunciamento do Executivo sobre o projeto de lei n. 593, de 1952, em atenção ao requerimento da Comissão de Serviço Civil, dessa egrégia Assembléia, aprovado em reunião de 3 desse mesmo mês.

Dispõe, o referido projeto de lei, sobre a oficialização dos cartórios do Estado.

A matéria vem sendo ventilada, nessa ilustre Assembléia, desde a apresentação do projeto de lei n. 958 de 1950, do nobre deputado Lincoln Feliciano, ao qual se seguiram os de n.ºs. 647, de 1951, do nobre deputado Jânio Quadros, 1334, de 1951, do nobre deputado Cid Franco, 117, de 1952, do nobre deputado Almeida Barbosa e, finalmente, o de n. 593, de 1952, do nobre deputado Alfredo Farhat, que veio a prevalecer e foi objeto de aprovação em 1.^a discussão nessa Assembléia, em 8 de julho do ano findo.

A esse projeto foi apresentado, pelo próprio autor em 30 de julho do mesmo ano, um substitutivo, e em 25 de junho deste ano, um segundo substitutivo, de autoria do nobre deputado Almeida Barbosa, como Relator Especial na Comissão de Serventias e Serventuários de Justiça, e publicado no "Diário Oficial" de 26 de junho último.

O pronunciamento solicitado será feito tomando-se por base o texto do substitutivo apresentado pelo nobre deputado Almeida Barbosa.

2. O problema objetivado no projeto de lei n. 593 é dos mais complexos, não tanto pelo seu ângulo jurídico, mas pelos aspectos, que envolve, da conveniência do interesse público e da administração da justiça.

As Serventias de Justiça, entre nós, posto que consistindo em exercício de função pública, foram sempre sujeitas a regime especial, que as extrema dos cargos públicos comuns, já pela garantia de vitaliciedade, conferida a seus titulares, já pelo sistema próprio de remuneração não proveniente dos cofres públicos, mas diretamente do público.

Remontando às suas origens, vamos encontrar um período em que o ofício era verdadeira propriedade de seu titular, transmissível até por herança. Esse regime do titular proprietário evoluiu, logo, para uma configuração das serventias como propriedade real ficando o titular como um servidor da autoridade, donde a palavra serventuário. A lei de 11 de outubro de 1827 extinguiu, em definitivo, o caráter de propriedade particular das serventias, dando-lhes o de serventia vitalícias a serem exercidas, pessoalmente, por titulares nomeados pelo Governo.

É certo que a garantia de vitaliciedade não implica necessariamente na atual forma de remuneração, senão como resguardo dos atuais titulares, sendo lícito ao Estado, para o futuro, dispor de maneira diferente.

Todavia, em São Paulo, salvante algumas exceções vem se mantendo o regime de remuneração das serventias pelas partes, tido, por muitos, como menos oneroso ao Estado e mais vantajoso aos interesses das partes.

As exceções são principalmente as dos cartórios criminais e de acidentes do trabalho da Comarca da Capital e dos serviços das Secretarias do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, os desta última já oficializados e os da primeira em vias de completa oficialização.

Sem embargo do critério geral acima referido, o qual como se disse, encontra acérrimos defensores, vozes autorizadas reclamam, quer da tribuna parlamentar quer por meio de órgãos de publicidade, a oficialização completa de todos os ofícios de justiça, embora em caráter progressivo.

Por oficialização se entende, no caso, o sistema de criação de cargos, estipendiados pelos cofres públicos e correspondentes as funções dos serventuários e demais auxiliares dos ofícios, passando a constituir renda do Estado as custas ora atribuídas àqueles serventuários.

3. Muitos e ponderáveis são os argumentos a favor da oficialização, como também numerosos e igualmente ponderáveis os que a ela se opõem.

Verifica-se que a matéria é objeto de proposição legislativa, mas que sobre sua conveniência não exararam seus pontos de vista os órgãos representativos do Poder Judiciário, cujo pronunciamento, no caso, parece imprescindível. Além da iniciativa legislativa o assunto só foi examinado pelas partes interessadas numas das soluções ou por comentários da imprensa.

Bem pesando as razões que têm sido aduzidas a favor de um ou de outro ponto de vista, entende o Executivo que a idéia da oficialização merece ser acolhida em tese, condicionada, porém, sua execução, a restrições de três ordens: a primeira a de se expungirem, do projeto atual, as falhas e impropriedade, que serão, a seguir, especificadas; a segunda, de mera conveniência, a de que a oficialização se faça com estrita observância das possibilidades do erário, isto é, progressivamente, de modo a não se agravarem as finanças estaduais e a não se imponham sacrifícios demasiados aos contribuintes; finalmente, a de não se lhe dar aplicação geral, procedendo-se, ao contrário, de modo a distinguir entre os cartórios aqueles que pela sua natureza, comportem a medida, de outros, em relação aos quais o interesse público aconselha a manutenção do regime atual.

4 - A oficialização merece acolhimento em tese diante de circunstâncias relacionadas não só com a natureza do serviço, como de situações de fato já existentes, ou, ainda, com a necessidade de suprimir, dentro do possível, a desigualdade flagrante de proventos auferidos pelos diversos cartórios.

Na verdade, tratando-se de função pública, é natural que seja exercida por órgãos integrados na Administração do Estado, sempre que razões ponderáveis, de interesse do público, não recomendem a manutenção do regime vigente. Além disso, já há cartórios oficializados exercendo funções do foro judicial, o que parece aconselhar a extensão do regime às serventias do mesmo tipo. Finalmente, a oficialização terá mais a vantagem de nivelar, dentro de cada categoria, os proventos dos serventuários.

5 - Passando ao exame do substitutivo, verifica-se, no que toca à extensão da medida, que a oficialização abrange os cartórios a serem criados, os cartórios atualmente vagos ou que vierem a vagar-se, bem como, e principalmente, aqueles cujos serventuários optarem pelo regime de oficialização (artigo 1.º e parágrafos).

Do ponto de vista constitucional, essa orientação parece em principio acertada, pois a

oficialização compulsória encontraria óbices na garantia constitucional da vitaliciedade. Contornando, assim, o impedimento constitucional, traz o projeto, todavia, no terreno prático, a consequência de interessar, apenas, aos oficiais que possuem menores rendas. Receberá, pois, o Estado, de início, todas as serventias nessas condições, ou até mesmo deficitárias, ao passo que as mais rendosas continuarão no regime atual.

Essa é uma consequência de ordem prática, que não pode deixar de receber a necessária consideração, tendo-se em vista a viabilidade do projeto do ponto de vista financeiro.

6 - Da oficialização decorre, como vimos, a necessidade da criação de cargos para exercício nos cartórios.

Neste ponto, surge a questão da inconstitucionalidade do projeto, no que respeita à iniciativa de criação de tais cargos. Esta é privativa do Chefe do Poder Executivo, por força do artigo 22, parágrafo único da Constituição Estadual. Dispondo o substitutivo no artigo 2.º que

"competirá ao Chefe do Poder Executivo propor a organização do Quadro do Pessoal, dos cartórios oficializados e a fixação dos respectivos vencimentos", e ligando-se tal artigo ao disposto no artigo 1.º e parágrafos, segue-se que o substitutivo preordena a ação do Governador, importando em invasão de sua esfera de iniciativa exclusiva.

7 - No que respeita ao problema do pessoal em exercício nos cartórios, o substitutivo não obriga, expressamente, como o fazia o projeto original, ao aproveitamento de todos os servidores.

Mantém, todavia, a imprecisão do projeto quanto à lotação dos mesmos cartórios e é omissos quanto ao critério que presidirá ao aproveitamento do pessoal.

Acresce que o substitutivo manda aplicar ao pessoal o disposto na Lei 819, de 31 de outubro de 1950, e, nos casos omissos, a legislação do funcionalismo (artigo 4.º) e lhes estende, desde logo, antes mesmo da criação de cargos, os benefícios da estabilidade e da inamovibilidade (artigo 5.º).

Tais medidas agravam aquela assinalada imprecisão, criando possíveis direitos a reivindicações de cargos por parte de um número imprevisível de servidores.

Demais, não tendo o substitutivo fixado data anterior em que fosse considerada a lotação real, podem seus dispositivos ensejar abusos na admissão de servidores interessados nos benefícios da oficialização.

Tal omissão é da maior gravidade considerada a ocorrência do inevitável período de transição entre a oficialização decretada e sua regularização posterior, mediante a criação de cargos; e quanto a isso é falha a insatisfatória a orientação do substitutivo, como já o era a do projeto.

8. Outro vício fundamental do projeto consiste em que determina não apenas a criação dos cargos correspondentes às funções dos serventuários e servidores dos cartórios oficializados, mas estende, desde logo, ao pessoal dos cartórios não oficializados, vários direitos e vantagens do funcionalismo público, como afastamentos e aposentadorias. E o faz a expensas do Tesouro, quando os próprios funcionários públicos têm sua aposentadoria a cargo do Instituto de Previdência (com exceção dos nomeados anteriormente à sua criação).

Dai se infere que, mesmo nos cartórios não oficializados (que serão os mais rendosos), o Estado que não terá as vantagens, será obrigado a suportar ônus consideráveis.

Além disso, pelo artigo 10 do substitutivo, os proventos dos serventuários e servidores já aposentados ou afastados, passam, imediatamente, para a responsabilidade do Tesouro.

As providências acima apontadas, se revestem de maior significação e importância, considerando que a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça como é notório, por

insuficiência dos recursos auferidos, ainda não conseguiu colocar-se em dia com as aposentadorias já requeridas. Tal Carteira é extinta pelo projeto (artigo 11).

O Estado receberá assim a sobrecarga imediata dessas aposentadorias, juridicamente já configuradas e ainda não atendidas pela Carteira.

9. Além das observações já feitas quanto a vários inconvenientes do projeto é necessário salientar que o maior óbice à sua execução, reside no vulto dos encargos financeiros que impõe ao Tesouro.

Na atual situação financeira do Estado, que impõe restrições de toda ordem, no que tange às despesas públicas, esse aspecto do projeto adquire tal preeminência, que, não atendido, poderá invalidar as vantagens dele decorrentes.

A avaliação precisa da despesa que o projeto acarretará depende do conhecimento exato do pessoal lotado nos cartórios, bem como do custo das indenizações com móveis e utensílios existentes nos escritórios e ainda dos ônus resultantes de aposentadorias, licenças, salário-família, etc.

Cálculos aproximativos que se fizeram, indicam entretanto, que esse custo será da ordem de quatrocentos milhões de cruzeiros anuais; considerando-se o total de 1.755 serventias, e fazendo-se o cômputo com base no número de escreventes registrados na Secretaria da Justiça, excluídos os escreventes não registrados e os praticantes, fiéis, datilógrafos e demais servidores em exercício naqueles cartórios.

Para fazer face a essas despesas contará o Estado com as custas e emolumentos ora atribuídos aos serventuários e mais o produto da Taxa de Aposentadoria, criada pela Lei n. 465, de 1949.

Relativamente a custas e emolumentos, entretanto, cumpre atentar a que justamente. Os serventuários de cartórios de maior renda não exercerão provavelmente o direito de opção estabelecido no parágrafo 1.º do artigo 1.º do projeto.

Quanto à taxa de aposentadoria tem ela se mostrado insuficiente para ocorrer a essas responsabilidades.

Tais circunstâncias dificultam, pois, o cálculo exato do custo do projeto, a que se não pode chegar senão por insegura aproximação.

Acresce que o cálculo acima apresentado tem em vista, apenas, os vencimentos, nele não se incluindo, como já assinalada, as despesas com aposentadoria, licenças, substituições, salário-família, sexta-parte e, ainda, indenização por moveis e utensílios, alugueis de salas, material de expediente e renovação futura dos móveis e utensílios.

Ao considerar o problema das despesas é necessário ponderar que o Executivo acaba de propor, a essa Colenda Assembléia, a elevação dos vencimentos e salários do funcionalismo público, imposta pelo crescente aumento do custo de vida.

Essa elevação, a que era naturalmente compelido o Governo, representando, já de si, ponderável acréscimo na despesa do Estado, terá repercussões também no custo do projeto, pois os cálculos atuais deste deverão ser ajustados oportunamente às novas bases de retribuição propostas para o funcionalismo.

10. Vê-se, pois, que, embora, em tese, a oficialização possa merecer apoio, nos termos em que a colocou o projeto esbarra com dificuldades e senões que praticamente a invalidam.

A relevância da matéria e as suas repercussões, quer em relação ao erário, quer em relação ao interesse do público, aconselham a que, aceita a tese, se proceda a um estudo mais amplo sobre os meios, modo e limites de sua concretização.

No entendimento do Executivo, a elaboração de novo projeto sobre o assunto poderia orientar-se pelos seguintes princípios que, sem destruir o objetivo da oficialização, asseguram-lhe, ao invés, condições de viabilidade:

a) distinção, em todo o Estado e não apenas na Capital, entre os serviços do foro judicial e os do foro extrajudicial;

b) uniformização do regime dos serviços do foro judicial, oficializando-se os cartórios deles incumbidos, inclusive os da Capital;

c) regulamentação adequada da opção, pelos titulares do interior, entre as serventias judiciais a serem criadas e as extrajudiciais remanescentes;

d) estudo dos serviços do foro extrajudicial, com o objetivo de verificar-se, em face dos interesses das partes, quais as serventias que, pela natureza de seus serviços, sejam compatíveis com a oficialização, instituindo-se, quanto a elas, a oficialização progressiva, somente à medida em que vagarem ou quando criadas.

11. Em consequência ao adotar-se tais normas, examinar-se-ão também as seguintes medidas complementares, compreendendo duas ordens de providências;

a) estudo, em bases atuariais, de um sistema de contribuição, que permite estender, aos servidores dos cartórios não oficializados, o regime de aposentadoria, pecúlios e licenças, vigentes para o funcionalismo;

h) revisão do Regimento de Custas mediante exame analítico de suas rubricas, postas em relação à categoria, número e volume de serviço afeto às várias serventias.

Com isto será o Regimento atualizado nas taxações que se mostrarem insuficientes, com o intuito de ressarcir o Estado dos ônus decorrentes da oficialização e beneficiar aqueles titulares cujas serventias sejam deficitárias. Esta revisão do Regimento se deve fazer, também, objetivando a simplificação das suas tabelas, de modo a permitir mais fácil verificação, por parte do público, do montante das custas a que esteja sujeito.

Nesta mesma ordem de providência, poder-se-á cogitar da viabilidade da concessão de subvenções aos cartórios de pezo, que, apesar do aumento das custas, se mostrarem deficitários.

12. Parece ao Governo que tais normas e providências atenderiam aos justos reclamos da enorme classe de serventuários e servidores da justiça, resguardando, por outro lado, os interesses do erário e das partes.

13. São esses, Senhor Presidente, os esclarecimentos que me cabe prestar em resposta ao ofício de Vossa Excelência, pedindo vênias para ponderar, ainda uma vez, quanto à conveniência de se obter o pronunciamento do Poder Judiciário, sobre tão relevante questão.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Doutor Vicente de Paula Lima, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

D. O. de 4/9/1954

SERVENTUÁRIOS

A Associação publica em seu boletim, qualquer colaboração de seus associados, pois os mesmos são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos seus artigos.

Apenas não aceitamos artigos que se refiram a assunto político, religioso ou de caráter individual.

LEI N. 2.4569 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

"dispõe sobre o quadro territorial. administrativo e judiciário do Estado, para o quinquênio, 1954 a 1958 e dá outras providências".

Artigo 1.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954-1958 é o estabelecido nesta lei.

Artigo 3.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado compreende 167 comarcas, 435 municípios e 813 distritos, conforme os anexos n.ºs. 1 e 2, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 4.º - Os distritos, em qualquer tempo, podem ser, em lei especial, subdivididos em subdistritos para atender às necessidades do serviço público.

§ 1.º - Os subdistritos não poderão ter sede distinta da sede distrital e suas divisas serão fixadas por linhas que por eles distribuam todo o território do distrito, formando área contínua.

§ 2.º - Os subdistritos de um distrito serão numerados seguidamente e designados pela respectiva numeração ordinal.

Artigo 5.º - Para que possa ser instalado o distrito, é necessária a delimitação do quadro urbano da sede, nos termos do artigo 116 e seus parágrafos, da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947, observada a remuneração determinada pelo artigo 2.º da Lei n. 2081 de 27 de dezembro de 1952.

Artigo 6.º - Os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos dos distritos cujos territórios tiverem sofrido desmembramento por força da presente lei, da lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948 ou do decreto-lei n. 14334, de 30 de novembro de 1944, terão direito de preferência no provimento das serventias de igual natureza que se criarem ou se vagarem na vigência da presente lei, desde que da mesma classe e de comarca de igual entrância.

§ 1.º - O direito de preferência a que se refere este artigo só poderá ser exercido uma vez, dele excluídos os que já tiverem sido promovidos ou removidos a título de compensação por anteriores desmembramentos, a menos que haja ocorrido novo desmembramento por força desta lei.

§ 2.º - Ocorrida a vaga, a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior abrirá, pelo prazo de 30 dias a inscrição para os candidatos à remoção, com fundamento neste artigo; para os distritos ou subdistritos criados por esta lei o prazo se contará do início da sua vigência.

§ 3.º - Terminado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior fará, dentro do prazo de 20 dias, a classificação dos candidatos inscritos, em ordem decrescente, tendo em vista a seguinte atribuição de pontos: a) 1 (um) ponto correspondente a cada 5 quilômetros quadrados, ou fração excedente da metade, de território desmembrado, comprovado por atestado ou certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura; b) 1 (um) ponto, correspondente a cada ano, ou fração excedente da metade, decorrido da data do desmembramento sofrido.

§ 4.º - A classificação a que se refere o parágrafo anterior será publicada no "Diário Oficial" e dela caberá reclamação ao Secretário de Estado, dentro do prazo de 10 dias contados da publicação.

§ 5.º - Não havendo reclamação, ou decididas as apresentadas, será nomeado o candidato classificado em primeiro lugar na lista respectiva; em caso de empate na classificação, será nomeado o mais antigo na serventia.

§ 6.º - Se a comarca a que pertencer o cartório que sofreu desmembramento tiver sido elevada de entrância, prevalecerá, para os efeitos deste artigo, a entrância vigente ao tempo do desmembramento.

§ 7.º - A documentação, oferecida com um requerimento de inscrição, será válida para quaisquer outros do mesmo candidato, desde que este a ela se reporte nos seus demais requerimentos.

§ 8.º - Os cartórios a que não concorrerem candidatos nos termos deste artigo serão providos de acordo com a lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 16 - Ficam extintos o distrito de Abaitinga, no município de São Miguel Arcanjo e comarca de Itapetininga, os distritos de Dinisia e Tobiáras, no município e comarca de Promissão, e o distrito de Tatú, no município e comarca de Limeira, passando os seus territórios a integrar os distritos das sedes dos respectivos municípios.

Parágrafo único - Ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito de Tatú, cuja extinção é prevista neste artigo, fica assegurado o direito de remoção para cartório de natureza e classe iguais. com preferência inclusive sobre os casos previstos no artigo 6.º da presente lei.

Artigo 17 - Ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distrito ora elevado à categoria de município e cuja sede municipal seja fixada em outra localidade, fica assegurado o direito de optar, com preferência absoluta, pelo cartório do distrito da sede no novo município, desde que o requeira ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei.

Parágrafo único - O mesmo direito de opção fica assegurado ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do município cuja sede é transferida pela presente lei, desde que o requeira na forma e prazo iguais.

Artigo 18 - As comarcas criadas pela presente lei pertencem aos mesmos distritos judiciais das comarcas de que foram desmembradas e são classificadas da seguinte forma:

a) - em 3.ª entrância as de Franco da Rocha, Guarulhos, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;

h) - em 2.ª entrância a de Americana;

c) - em 1.ª entrância as de Adamantina, Duartina, General Salgado, Getulina, Guaíra, Lençóis Paulista, Matão, Monte Azul Paulista, Nhandeara. Osvaldo Cruz, Presidente Bernardes, Regente Feijó, Registro, Santa Rosa de Viterbo e Tupi Paulista.

Artigo 22 - Aos escreventes dos ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos que, em virtude de criação de comarca, vierem a perder o anexo de tabelionato, fica assegurado o direito de inscrição em concursos para provimento de cartórios de notas.

Artigo 23 - Ao oficial do Registro de Imóveis e Anexos, ao Distribuidor, Contador e Partidor, ao Depositário Público e aos Tabeliães de Notas e Anexos das comarcas que, por força da presente lei, sofrerem redução territorial, é assegurado o direito de opção por ofício da mesma natureza

da comarca criada, respeitado, como preferencial, o direito de opção assegurado pelo artigo 21.

§ 1.º - A opção de que trata este artigo deverá ser requerida, no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei, ao Secretario da Justiça de Negócios do Interior.

§ 2.º - Não exercido esse direito de opção ele se devolverá, dentro de igual prazo e nas mesmas condições, aos serventuários das comarcas que sofreram desmembramento por força da lei n. 1.940, de 3 de dezembro de 1952 desde que não tenha se valido do disposto no artigo 7.º da citada lei.

§ 3.º - Nos casos em que a opção a que se refere este artigo tenha sido exercida, em relação aos serventuários mencionados no parágrafo anterior ela será utilizada para serventias que consequentemente se tiverem vagado, mediante requerimento dentro do prazo de 30 dias seguintes à abertura da vaga.

§ 4.º - Para efeito do disposto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, os serventuários neles referidos serão classificados, pela natureza da função, em ordem decrescente da contagem de pontos, atribuídos estes na proporção de 1 para 5 quilômetros quadrados, ou fração superior à metade, de território desmembrado, feita a respectiva prova através de certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura, fazendo-se a chamada pela ordem da classificação.

Artigo 24 - Nas comarcas criadas por esta lei haverá os seguintes ofícios de justiça:

I - 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos;

II - Registro de Imóveis e Anexos;

III - Distribuidor, Partidor e Contador com o Anexo de Depositário Público.

Artigo 25 - Vetado.

Artigo 26 - Ficam elevadas de entrância as seguintes comarcas :

a) de 2.ª para 3.ª: Amparo, Assis, Avaré, Barretos, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Guaratinguetá, Itú Jaú, Limeira, Lins, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Rio Claro, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos e Tatuí;

b) de 1.ª para 2.ª: Andradina, Birigüi, Garça, Ibitinga, Ituverava, Rancharia, Santo Anastácio, Serra Negra, Socorro e Tupã.

Parágrafo único - A elevação de entrância a que se refere este artigo não importará na promoção dos titulares dos cargos de Juiz de Direito e de Promotor Público das respectivas comarcas.

Artigo 27 - Vetado.

Artigo 28 - As serventias dos distritos criados por esta lei, bem como dos demais em caso de vacância, poderão ser providas interinamente pelo Governador até o provimento regular.

Parágrafo único - O serventuário interino de que trata este artigo será reembolsado pelo titular que o suceder, das despesas de instalação do respectivo cartório.

Parágrafo único - Ficará extinta, na comarca de Araçatuba, a Circunscrição Imobiliária cujo ofício vier a se vagar, passando a remanescente a constituir Circunscrição única, e atribuindo-se-lhe o arquivo daquela.

Artigo 32 - Para os feitos de Registro de Imóveis as zonas urbana e suburbana da cidade - sede da comarca de Presidente Prudente ficam divididas em duas partes pelo eixo da rua Tenente Nicolau Maffei e pelo seu prolongamento em ambos os sentidos; em um sentido até encontrar o



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

eixo do prolongamento projetado da avenida Antonio Prado e por este até atingir a linha perimétrica interna da zona rural decretada pela Prefeitura Municipal; e no outro sentido até encontrar o eixo da rua Marechal Floriano por este até o eixo da rua Sargento Firmino Leão e por este até atingir a linha perimétrica interna da zona rural, referida.

Parágrafo único - Ao serventuário da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis fica assegurado o direito de escolher, dentro do prazo de 30 dias contados da vigência desta lei, uma das partes a que se refere este artigo, cabendo a outra à 2.ª Circunscrição.

Artigo 33 - Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo aos 30 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth,

Diretor Geral Substituto

D. O. de 31/12/53.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA - Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA - Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

BRENO DE TOLEDO LEITE

OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA

SEBASTIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTEs

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
LEVES CONSIDERAÇÕES	3
RELEGADOS AO DESPREZO	5

PROVIMENTOS	6
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	6
PORTARIAS	7
COMUNICADO DA CORREGEDORIA	8
CÓPIA DA MENSAGEM ENVIADA PELO SR. GOVERNADOR DO ESTADO, À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, SOBRE SEU PRONUNCIAMENTO AO PROJETO LEI N. 593, DE 1952, QUE VISA OFICIALIZAR TODAS AS SERVENTIAS DE JUSTIÇA NO ESTADO DE SÃO PAULO	9
SERVENTUÁRIOS	14
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	17
DIRETORIA	17
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTE	18
ÍNDICE	19

Nº 047 - Publicação: 01/10/1954

Colaboração

DELONGA E CONSEQÜÊNCIA PREJUDICIAL

ANTONINO CINTRA

Sta. Adelia

Sem preconceitos inconcebíveis e ante aberrações injustificáveis, o silêncio, comportar-se-ia numa falta de acrimônia.

- Isto, em linguagem forense quer dizer - não pode passar em julgado o que ainda está para ser julgado. - Sem mais preâmbulo, vamos ao caso que nos conduz a esta tirada. Pelo que se infere do concebido, impõe-se medida mais adequada aos provimentos de cartórios, dos ofícios de justiça, porque o que se dá com o atual sistema vigente está longe de consultar os interesses do público em geral e da própria justiça. É grande o número de cartórios do registro civil que estão funcionando sob o prejudicial regime de interinidade.

- Uma radical modificação está exigindo a boa ordem de serviço, tanto no que tange ao prazo estabelecido pela lei para os candidatos nomeados assumirem o exercício, como também, no que diz respeito à faculdade dos mesmos candidatos optarem ou não pela nomeação expedida. - Infelizmente, nem todas as nomeações interinas se acham escoimadas de toda e qualquer impureza. Porque se uns estão capacitados de desempenhar o cargo, outros se apresentam destituídos de capacidade, pelo que se observa em frisantes observações. E porque se dá essa anomalia? Por fatores vários. O prazo de 60 dias que a lei concede ao nomeado para assumir o exercício do cargo não deixa de ser demasiado, e inoperante. E se o nomeado impugna o cargo para o qual se inscreveu e foi nomeado, lá vai outra delonga à escolha de candidatos classificados, até esgotar o último.

- O que em hipótese alguma deve acontecer é que pessoa de toda leiga ao serviço de tanta

responsabilidade, seja nomeada para exercer o cargo mesmo sob o regime de interinidade. - É intuitivo que, o exercício cartorário não se presta para servir de estágio ou de escola de aprendizagem, mas de ação decisiva e seqüente que demanda o trabalho.

- Em tais emergências só advém prejuízos aos interesses públicos e da própria justiça. Se a legislação vigente regulariza o provimento de ofícios de justiça mediante tempo de serviço prestado pelo interessado no provimento, com comprovante judicial ou por concursos de provas, é porque visa com isso prover no cargo pessoa idônea e que possa corresponder com as exigências da lei.

- Entretanto, e por falta de serventuários, nomeiam-se pessoas completamente estranhas aos trabalhos do ofício, e às vezes até incapazes de escreverem o que desejam, segundo observações frisantes que se colhe no dealbar da profissão. - Para cúmulo dos imprevistos, acontece que escrevão que ocupa cargo transitória, seja ele competente ou não, pouco se lhe dá que quem vier atras encontre em boa ou má ordem o serviço de escrituração. O efetivo que vier que se arrume como puder.

Isso não escapa à regra da exceção, mas bem que se pode dar. Para semelhantes interinidades, seria sempre preferível a nomeação de escreventes com algum tirocínio do trabalho, ainda mesmo com pouco tempo de serviço, por exemplo que tivesse dois anos de ofício e que pelo menos tem já noção do que seja o trabalho e a responsabilidade do encargo e, escapariam leigos de até se comprometerem com trabalhos errados.

Colégio Notarial TERCEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

Dando prosseguimento ao programa traçado a Federação Brasileira de Colégios Notariais, sediada na Capital Federal, designou a cidade de Belo Horizonte para sede da 3.ª Jornada Notarial Brasileira. Efetivamente, na última semana de Julho p.p. realizou-se na bela capital mineira a referida jornada que foi mais uma magnífica afirmação do promissor desenvolvimento da idéia da formação de uma consciência notarial no Brasil, pela progressiva evolução do ideal notarial, tantas foram as delegações de Colégios Notariais dos diversos Estados do Brasil que compareceram ao mencionado certamen. O programa delineado foi cumprido com muito brilho e sucesso, com inteiro apoio do Governo do Estado de Minas Gerais presente a todas as solenidades assim como as altas autoridades judiciais, o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Tribunal de Justiça e o Exmo. Sr. Dr. Corregedor Geral. Durante a sessão solene de instalação, discursaram, o Tabelião Everardo Vieira, Presidente do Colégio Notarial do Estado de Minas Gerais, o Tabelião Antonio Augusto Firmo da Silva, Vice-Presidente do Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino, o Tabelião Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial do Estado de São Paulo e o Exmo. Sr. Dr. Secretario da Justiça do Estado de Minas Gerais, todos exaltando a importância e a responsabilidade do notário na vida social, em todos os seus múltiplos aspectos.

Foram as seguintes resoluções da 3.ª Jornada Notarial Brasileira:

3.ª JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA

RESOLUÇÕES

Temário - item "a" - DA FUNÇÃO NOTARIAL NO BRASIL.

I - Ratificar as resoluções anteriores relativas à definição dada ao Notário e ao alcance da função notarial.

Temário - item "b" - SEU EXERCÍCIO.

II - Encarregar o Tabelião Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva de redigir o anteprojeto da "Lei Orgânica do Notariado", que apresentará à apreciação da Federação Brasileira de Colégios Notariais.

Temário - item "c" - LEGISLAÇÕES ESTADUAIS.

III - Que a Federação Brasileira de Colégios Notariais, se encarregue de solicitar aos notários dos vários Estados, pelos meios que entender, a remessa dos textos legais relativos à Organização Judiciária,, reguladores da função notarial, bem como dos que regulam a criação, provimento e vacância dos, ofícios notariais.

Temário - item "d" - PROJETO DE CODIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOTARIAL BRASILEIRA.

O tema deixou de ser debatido por ter a resolução, tomada na 1.ª Sessão Ordinária, relativa ao item "b", de sua agenda de trabalhos, fixado o pensamento do plenário sobre a matéria.

Temário item "e" - O RECONHECIMENTO DE FIRMA EM FACE DAS LEIS FISCAIS.

Recomendar que a FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE COLÉGIOS NOTARIAIS se dirija à Diretoria das Rendas Internas ou a quem de direito, solicitando uma Circular que consolide as decisões e instruções relativas às isenções de selos nos reconhecimentos de firma, para que as flagrantes divergências dos textos de lei sobre a matéria não dificulte aos notários uma identidade de conduta e solicitar, mais, que quaisquer alterações ou isenções futuras sejam comunicadas à mesma Federação, para divulgação à classe.

Temário - item "f" - SEDE DA IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA - TEMÁRIO.

V - Decidir que o Estado do Rio de Janeiro seja sede da IV Jornada Notarial Brasileira, a realizar-se em 1955, devendo ser organizada pelo Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro. Sugerir ao referido Colégio Notarial que inclua na Comissão Organizadora os Colegas Djalma Coutinho, Tarciso José de Almeida e Murilo Augusto Esteves da Costa.

Decidir adotar como temário da IV Jornada Notarial Brasileira o organizado para o 4.º Congresso da União Internacional do Notariado Latino, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1956.

NOTAS

Lembramos aos nossos prezados colegas de todo o Brasil, que o nosso país foi escolhido para sede do 4.º Congresso Internacional do Notariado Latino que será realizado em Agosto de 1956 no Rio de Janeiro, tendo sido organizado o seguinte Comitê Executivo: Presidente, Fernando de Azevedo Milanez, tabelião do Distrito Federal; Vice-Presidente, José Campos de Souza, tabelião em Sergipe; 2.º Vice-Presidente, Temistocles, Silva, tabelião no Estado do Rio; Tesoureiro, Esaú Braga Larangeira, tabelião no Distrito Federal, e Secretario Geral, Antonio Augusto Firmo da Silva, tabelião nesta Capital.

Leis e Decretos

LEI N. 2.757, DE 19 DE OUTUBRO DE 1954

Acrescenta parágrafo ao artigo 30 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ao artigo 30 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, fica acrescentado o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - Ao escrevente será concedida também equiparação a fim de inscrever-se em concurso para provimento de ofício de classe igual ou imediatamente inferior, desde que da mesma natureza ou com anexo do ofício vago".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de outubro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 20 de outubro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subst.

D. O. 21/10/54.

LEI N. 2.7782 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Faculta aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É facultado aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de novembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria 'Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de novembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subst.

D. O. 19/11/54.

LEI N. 2.777, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Dispõe sobre criação da comarca de Paulo de Faria.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É criada a comarca de Paulo de Faria, classificada em 1.º entrância, com sede no município do mesmo nome, pertencendo à seção judiciária da circunscrição de Barretos e abrangendo os distritos de Paulo de Faria, Oriunduva e Riolândia.

Artigo 2.º - Na nova comarca, haverá os seguintes ofícios de justiça:

I - 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos.

II - Registro de Imóveis e Anexos.

III - Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais com os anexos de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público.

Artigo 3.º - Para servirem na comarca a que se refere o artigo 1.º, são criados:

I - um cargo de Juiz de Direito, um de Promotor Público e três de Oficiais de Justiça.

II - dois cargos de Escrivães do Juízo do 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos.

III - um cargo de Oficial de Registro de Imóveis, com os anexos de registro de títulos e documentos, de protesto, de Escrivão de Júri, de Menores e das Execuções Criminais e Corregedoria Permanente.

Artigo 4.º - Fica assegurado ao atual Oficial do Registro Civil da sede o direito de optar, no prazo de trinta dias da vigência desta, por um dos ofícios de Notas e Anexos.

Artigo 5.º - A instalação da Comarca depende de prédio aparelhado para fórum e cadeia, bem assim de casas para residência do Juiz de Direito e do Promotor Público, mediante locação.

Artigo 6.º - As despesas correrão pelas verbas do orçamento, suplementadas, se necessário.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de novembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 18 de novembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subst.

D. O. 19/11/54.

LEI N. 2.779, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Dispõe sobre a unificação do Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Tupã.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A comarca de Tupã passa a ter um só Cartório de Registro Imobiliário.

Artigo 2.º - Fica anexado ao cartório da 2.ª Circunscrição, que terá a denominação de Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, o da 1.ª presentemente vago.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de novembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 18 de novembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subst.

D. O. 19/11/54.

Provimentos
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

N. 12.410 - Juízo de Direito - Caçapava - "O escrevente exonerado de um cartório, pode ser nomeado para outro da mesma natureza, independentemente de novo exame, na forma do art. 14 do Decreto n. 5.129 de 1931 mas é necessário que o processo da nova nomeação siga os tramites legais para ser afinal homologada. Só depois de tudo, na forma da portaria n. 6 de 1949, desta Corregedoria é que poderia ter encaminhado o pedido de nomeação para oficial maior. No presente caso, é necessário assim se proceda para o regular exercício do escrevente. - São Paulo, 4-11-54. (a) Pedro Chaves".

D. O. 6/10/54.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PRESIDÊNCIA

PROVIMENTO N. XXXXI

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Determina aos Srs. Juizes de Direito do Estado: a - que não recebam autos conclusos para despacho ou sentença sem assinar carga no livro competente do cartório;

b) - que enviem até o dia 31 de outubro próximo futuro, uma lista dos autos que se encontram

em seu poder para despacho ou sentença, com indicação do processo e nomes das partes;

c) - que nunca se afastem das comarcas sem prévia comunicação à Presidência do Tribunal; em caso de necessidade urgente do afastamento, a comunicação deverá ser feita dentro de quarenta e oito horas;

d) - que enviem, no prazo de dez dias, o endereço de sua residência, número de telefone próprio ou daqueles em que possam ser chamados;

e) - que comuniquem se os escrivães e mais auxiliares da Justiça moram nas comarcas, assim como os futuros afastamentos deles da mesma.

Publique, registre-se e cumpra-se.

S. Paulo, 27 de setembro de 1954.

Manuel Gomes de Oliveira - Presidente - Paulo Colombo - Vice-Presidente - Pedro Chaves - Corregedor

Geral da Justiça.

PROVIMENTO N. XXXII

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Determina aos Srs. Escrivães do Estado:

a) - que nunca entreguem autos fora do cartório sem, carga no livro competente;

b) - que não se afastem das comarcas, sem prévia comunicação à Corregedoria. Geral da Justiça e licença do Juiz; em caso de urgência, a comunicação deverá ser feita e, a licença pedida no prazo de quarenta e oito horas;

c) - que enviem à Corregedoria Geral da Justiça, no, prazo de 10 dias, a indicação de sua residência, do endereço do cartório, número de seu telefone ou daqueles em que possam ser chamados.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

S. Paulo, 27 de setembro de 1954.

Manuel Gomes de Oliveira - Presidente - Paulo Colombo, - Vice-Presidente - Pedro Chaves - Corregedor Geral da, Justiça.

DESPACHOS PROFERIDOS

N. 12.278 - Juízo de Direito da 14.^a Vara Cível. - Capital - "O despacho de M.M. Juiz da 14.^a Vara Cível de São Paulo, transmitindo a esta Corregedoria por ofício, revela que s. excia., juiz erudito, culto e trabalhador, não descarta da importante tarefa que a lei lhe atribui de exercer severa correção permanente no exame de autos e papeis que lhe passam pelas mãos. Na espécie, aquilo que ficou decidido por s. excia., deve ser atendido como norma geral por todo notariado do Estado, porque atende ao princípio norteador da Corregedoria Geral, no sentido de melhorar e aperfeiçoar todos os serviços - forenses.

O reconhecimento de letra e firma nos documentos particulares, lhes empresta autenticidade decorrente da fé pública dos Tabeliães e assim, devem ser revestidos da maior cautela esses atos notariais. Não é boa a prática de se permitir a apresentação ou abonação da letra e firma do

mandante pelo próprio mandatário, por grande que seja idoneidade moral deste e casos já se verificaram, de abusos e responsabilidades. Acolhendo portanto em espécie a justificativa apresentada pelo Tabelião, determino que o aludido despacho seja publicado ao pé deste, para conhecimento geral e fiel observância.

São Paulo, 26 de novembro de 1954. (a) Pedro Chaves".

Despacho a que se refere o despacho supra:

Copia do despacho de folhas dez: "Junte-se novo mandato, em forma regular. O de fls. 4 não preenche aos requisitos legais, uma vez que o Tabelião, não conhecendo a pessoa do mandante, admitiu como abonador dela, justamente um dos mandatários instituídos no documento cuja firma se pretendia reconhecer. A regra a aplicar-se continua sendo a mesma vigorante nas velhas Ordenações Filipinas. (Liv. 1, tit. 78, par. 6.^o). O abonador da identidade ao tabelião não deve ter interesse algum no negócio. Assim anotou Candido Mendes ao texto das Ordenações. - Se nas procurações por instrumento público, a identidade do mandante, pessoa desconhecida ao notário, não pode ser atestada pelo mandatário (Cfr. Rev. dos Tribs. 1661713), pela mesma razão a firma na procuração em instrumento particular não poderá ser abonada pelo procurador instituído nesse instrumento. Transmita-se copia do presente despacho ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça.

S. P., 31-8-54, (a) L. Salles Jr."

N. 9.157 - Antonio Rodrigues Monge - Garça. - "O cancelamento da pena, não é possível, uma vez que foi imposta por sentença que transitou em julgado, sendo confirmada por esta Corregedoria. Não é oportuno o estudo dos efeitos da aludida penalidade. Em caso concreto será o assunto examinado.

S. P., 29-11-54. (a) Pedro Chaves..

N. 11.720 - Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais - Capital. - "A redistribuição dos fatos às novas varas criminais já está finda e as providências solicitadas já foram tomadas administrativamente. Arquivese.

São Paulo, 29-11-54. (a) Pedro Chaves."

N. 11.964 - Procurador Chefe do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes - Capital - "Nos termos da informação do Dr. Juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda Nacional, verifica-se a procedência da representação do Dr. Procurador Chefe do I. A. P. C. e a solução a adotar, é a que foi sugerido: nomeação de oficiais ad hoc. Fica o Dr. Juiz de Direito autorizado a fazê-las.

São Paulo, 29-11-54. (a) Pedro Chaves."

N. 12.936 - Christiano de Carvalho Menezes - Capital "A consulta formulada a fis. por Christiano de Carvalho Menezes, escrevente do 24.^o Tabelionato de São Paulo, envolve questões de direito, cujo solução escassa à competência da Corregedoria Geral.

Pretende o consulente saber se é admissível a inscrição de contratos por instrumento particular de compromisso irretratável, de compra e venda de imóveis não loteados e de valor superior a dez mil cruzeiros, como vem sendo feito nos cartórios do Registro de Imóveis da Capital.

A solução da consulta, já ficou dito, não pertence à Corregedoria Geral e só poderá ser dada, pelo Colendo Conselho Superior de Magistratura em processo de "dúvida", ou contenciosamente pelo egrégio Tribunal de Justiça.

São Paulo, 29-11-54. (a) Pedro Chaves."

N. 11.820 - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. - "Reitere-se a portaria n. 11.406, anotando-se que o selo de reconhecimento de firma é exigível tantas vezes, quantas as firmas reconhecidas.

S. P., 27-11-54. (a) Pedro Chaves."

D. J. 1.-/12/54.

N. 11.836 - Secretaria da Justiça - Capital - "Os escreventes de cartórios, na forma dos arts. 2.º e 15.º, § 3.º, do decreto n. 5.129 de 23 de Julho de 1931, são classificados em categorias e seus vencimentos fixados pela Secretaria da Justiça, mediante proposta dos respectivos serventuários. No caso deste processo, o Sr. 24.º Tabelião de São Paulo, informou que seu cartório conta com trinta escreventes, indicando a numeração ordinal de cada um e acrescentando que a forma de remuneração adotada é a de porcentagens sobre o serviço, na base de 50% sobre os emolumentos; recolhidos.

Encontra a Secretaria da Justiça dificuldade para fazer a fixação dos vencimentos, dada a forma adotada da remuneração percentual. Esta forma de remuneração não é proibido pela lei, sendo até admitida expressamente pelo art. 5.º, § 1.º da Lei 2.177 de 23 de Julho de 1953, mas não pode ser adotada com exclusividade, sendo indispensável a existência de uma parte fixa, sem o que não poderá ser cumprido o disposto no art. 15 do decreto 5.129. Determino pois ao Sr. 24.º Tabelião que apresente uma proposta de fixação de vencimentos de seus escreventes da qual conste uma parte fixa e outra percentual, dentro do prazo improrrogável de dez dias. Essa fixação é indispensável para efeitos de férias, licença prêmio, etc. e em última hipótese, será feita ex-officio pelo Secretaria da Justiça, baseada no balancete da receita e despesa a que se refere o art. 6.º, parágrafos 2.º e 3.º, do decreto 10.719, de 27 de novembro de 1939.

S. P., 27 de novembro de 1954. (a) Pedro Chaves."

D. J. 1.º/12/54.

Notícias Eleitorais

RESOLUÇÕES, ACÓRDÃOS, ETC.

ESCRIVÃO ELEITORAL - Possibilidade de designação do Oficial do Registro Civil - Este serventuário exerce as funções de escrivão nos processos de habilitação matrimonial (art. 742 e segs. do Código de Processo Civil).

ACÓRDÃO N.º 30.593

PROCESSO N.º 1.222, de BOTUCATU

CLASSE SÉTIMA

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por votação unânime, designar, para o serviço eleitoral, o cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1.0 subdistrito da sede.

As razões de decidir são as seguintes:

Em tese, não se pode negar ao Oficial do Registro Civil qualidade para exercer as funções de escrivão eleitoral.

É que exerce, também, as funções de escrivão nos processos de habilitação matrimonial. (Art. 742, e seguintes, do C. P.C.B.)

No caso concreto, as ponderações do Dr. Juiz Eleitoral convencem de que a designação do titular do Cartório de Registro Civil, do 1.º Subdistrito da sede, para exercer as funções de escrivão eleitoral da 26.ª Zona - Botucatu, melhor servirá aos interesses do serviço eleitoral.

São Paulo, 27 de abril de 1954 - ALMEIDA FERRARI, Presidente - ALCEU CORDEIRO FERNANDES, Relator.

SERVIÇO ELEITORAL - Aplica-se à, escrivania eleitoral o disposto no art. 17 e parágrafos do Decreto Estadual n. 5.129, de 23-7-1931 - Pode o escrivão distribuir serviços aos escreventes de seu cartório - Podem estes funcionar em atos presididos pelo juiz eleitoral, ainda que o escrivão se encontre no exercício do cargo - Essa permissão não se estende aos atos privativos do escrivão.

ACÓRDÃO N.º 29.967

PROCESSO N.º 1.783, DE MONTE APRAZÍVEL

CLASSE SÉTIMA

Vistos, relatados e discutidos estes autos n.º 1.783, da Classe Sétima.

O Dr. Juiz Eleitoral da 77.ª Zona, Monte Aprazível, após ponderar que "vem esse Egrégio Tribunal decidindo que a designação para as funções de escrivania eleitoral envolve a atribuição do encargo não apenas ao serventuário titular do cartório, mas à própria serventia, donde a conclusão de que, no impedimento do escrivão, o serviço eleitoral será, independentemente de novo ato desse Alto Colégio, desempenhado pela pessoa a quem, na conformidade das leis de organização judiciária, incumbir a substituição daquele", consulta;

1 - nos atos que se realizam sob a presidência do juiz eleitoral, pode a função escrivanística ser desempenhada por escrevente do cartório eleitoral, ainda que em efetivo exercício se encontre o Escrivão (tal como se passa no cível e no crime) ?

2 - é aplicável à escrivania eleitoral o disposto no art.

17 e §§ do decreto estadual 5.129, de 23 de julho de 1931, normas que admitem, sob certas formalidades, distribua o escrivão determinados serviços a cada um dos seus escreventes? Se afirmativa a resposta, pode ocorrer a designação de mais de um escrevente para o só serviço eleitoral?

Às perguntas, acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por votação unânime, responder afirmativamente, ressalvando, entretanto, que a permissão é para atos que o escrevente pode praticar e não para os privativos do escrivão eleitoral.

São Paulo, 29 de janeiro de 1954 - ALMEIDA FERRARI, Presidente - CELSO LEME, Relator.

Noticiário

A S. Exa., o Sr. Dr. Deputado Vicente de Paula Lima, M. D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

OFÍCIO N. 121/54, DO SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO, NOS SEGUINTEs, TERMOS:

São Paulo, 20 de novembro de 1954.

Senhor Presidente:

O Instituto dos Advogados de São Paulo, entidade cultural que inscreve entre as suas finalidades a defesa dos, interesses da Justiça e da classe dos advogados, pede vênia a Vossa Excelência para apresentar a propósito dos Projetos de lei relativos a "Oficialização dos Cartórios" e da. "Regimento de Custas dos Escrevães em Geral", ora em trânsito por essa doura Assembléia Legislativa. as seguintes considerações:

I - Como se depreende dos debates havidos na Egrégia Assembléia Legislativa e dos comentários e notícias publicados pela imprensa, em torno do Projeto n. 593/52, dispondo sobre a oficialização dos ofícios de justiça, o principal objetivo visado pelos defensores dessa medida é o de assegurar condigna remuneração dos servidores dos cartórios não, estipendiados pelo Estado, de maneira a proporcionar-lhes; padrões de vencimentos à altura das responsabilidades de suas funções.

Crê, entretanto, este sodalicio, que tal objetivo, de todo justo e humano, poderia ser atingido, sem os percalços acarretados pela imediata burocratização dos cartórios, providência essa que requer os mais acurados estudos, sob pena de ,converter-se em fonte de graves prejuízos para o normal funcionamento do aparelhamento do Poder Judiciário.

A solução preconizada seria a de, a par da fixação de níveis mínimos de vencimentos para as diferentes categorias de servidores, atribuir-lhes uma porcentagem, a título de participação, sobre as custas arrecadadas pelos cartórios, quota essa que seria prevista no próprio Regimento de Custas, de cuja reforma ora se cogita.

Dessa forma, conjugando-se o problema da remuneração dos escreventes e auxiliares dos cartórios não oficializados com o da reforma do sistema de cobrança de custas, será possível encontrar solução adequada para a questão, evitando-se os males decorrentes da pronta oficialização dos cartórios.

I - Por outro lado, evidencia-se a necessidade de uma radical mudança no sistema de cobrança de custas judiciais, adotando-se processo mais simples e racional, de modo a abolir o sistema vigente, que toma por critério para o cálculo das custas a fixação de emolumentos para cada ato ou termo praticado nos autos.

Não merecem nosso aplauso, portanto, os Projetos de lei em andamento nessa Egrégia Assembléia, n.ºs. 1.219149, '24151, 50150 e 496154, que se limitam a propor elevações nas atuais tabelas de custas e emolumentos, constantes do Regimento em vigor, em bases empíricas, sem aventar novos critérios ou soluções para a elaboração do futuro Regimento de Custas.

O sistema vigente, que reputamos inconveniente e obsoleto, apresenta inúmeras desvantagens, dentre as quais sobreleva a impossibilidade, para todos os que recorrem aos serviços da Justiça, de fazer uma estimativa, aproximada, embora, das despesas a serem efetuadas em determinado processo judicial.

III - Muito mais simples, prático e lógico, seria fixar "a forfait", para cada tido de processo, o montante global das custas e emolumentos, incluídos todos os termos e atos até final, estabelecendo-se porcentagens decrescentes calculadas em função do valor da causa, ou seja, adotando-se o sistema de progressão por partes ou categorias, "au rebours".

Tal sistema permitiria distribuir melhor os encargos e despesas com a manutenção do aparelho judiciário, estabelecendo-se a igualdade de taxação nas causas de idêntica natureza e valor, independentemente do número de atos ou termos, tantas vezes - et pour cause - inúteis ou dispensáveis.

Além do mais, o regime vigente no Regimento de Custas onera mais as classes populares, de vez que as despesas judiciais se medem, não pelo valor da causa, mas pelo número de atos praticados, que, em regra, são idênticos nos mesmos tipos de processo, qualquer que seja o

valor da causa. Chega-se, dessa forma, a pagar em custas, em inventários de diminuto monte, em que há herdeiros menores, importâncias quatro vezes maiores do que as contadas em arrolamento de vulto, processados de acordo com o artigo 523 do Código de Processo Civil.

Olvida, o regime vigente, a sábia regra inscrita no artigo 202 da Constituição da República:

"Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte".

Observe-se, aliás, que o sistema por nós preconizado já é o adotado para o pagamento das custas na Justiça do Trabalho, e, no Distrito Federal e nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, para os inventários e arrolamentos, em que as despesas são calculadas com base no valor dos espólios. Em parte, o projeto n. 496-54, adota esse sistema, justamente para os inventários e arrolamentos, nos quais as custas são graduadas em função do valor dos montes respectivos.

IV - A nosso ver, dever-se-ia, cogitar da reforma radical do vigente Regimento de Custas, após detidos estudos, que visariam a uma mudança de sistema, e não apenas à majoração de itens e rubricas das tabelas com maior ou menor fundamento.

A adoção desse novo critério possibilitaria, outrossim, a fixação de percentagem sobre o valor das custas, para atribuição aos escreventes e auxiliares das serventias, o que poderia constituir um meio termo, de transição entre o regime atual e o da oficialização dos cartórios.

No estudo do assunto, conviria que essa Egrégia Assembléia Legislativa considerasse a necessidade de uma reforma de base, e não simplesmente de majoração nas tabelas, pois, caso contrário, em breve haveria novas reclamações, dada a contínua ascensão do custo de vida. E somente a fixação de custas em função do valor das coisas, porcentualmente, poderá obviar a tais inconvenientes.

Que haja, contudo, moderação e critério no estabelecimento dessas porcentagens, é o que espera a coletividade.

V - Estas são as sugestões que INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO submete à apreciação dos ilustres membros do Poder Legislativo do Estado. como sua contribuição ao estudo de dois relevantes problemas que vem preocupando todos quantos almejam o melhor aparelhamento da Justiça, para a consecução de sua elevada missão, essencial na organização do Estado de Direito.

Em reunião realizada a 27 de outubro último, o Conselho deste sodalício aprovou a remessa das considerações supra a essa douta Assembléia, lembrando, outrossim, a oportunidade da audiência dos órgãos competentes dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como das entidades ligadas ao Foro, sobre a conveniência e viabilidade das sugestões oferecidas.

Renovo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de minha elevada consideração e apreço.

a) JOSÉ BARBOSA DE ALMEIDA PRESIDENTE

AVISO

As contribuições sociais, para os serventuários que quiserem ingressar em nosso quadro social, a partir de janeiro de 1955, terão um acréscimo de Cr\$ 50,00, passando de Cr\$ 200,00, para Cr\$ 250,00.

Para os atuais associados, NÃO HAVERÁ AUMENTO.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA - Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA - Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

BRENO DE TOLEDO LEITE

OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA

SEBASTIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

BRASILIO MACHADO NETO

IBSEN DA COSTA MANSO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO - Santos

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO - Santos

ELVINO SILVA - Campinas

AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO - Capital

ABEL DE REZENDE VILARES - São José do Rio Preto

VIRGILIO BAPTISTA CEPellos - Dracena

CASEMIRO PINTO NETO - Capital

ANTONIO FLAQUER - São Caetano do Sul

GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO - Capital



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -

Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
DELONGA E CONSEQUÊNCIA PREJUDICIAL	3
COLÉGIO NOTARIAL	4
TERCEIRA JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA	4
LEIS E DECRETOS	5
LEI N. 2.757, DE 19 DE OUTUBRO DE 1954	5
LEI N. 2.7782 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954	6
LEI N. 2.777, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954	6
LEI N. 2.779, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954	7
PROVIMENTOS	8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	8
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	8
DESPACHOS PROFERIDOS	9
NOTÍCIAS ELEITORAIS	11
RESOLUÇÕES, ACÓRDÃOS, ETC.	11
NOTICIÁRIO	12
ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	14
DIRETORIA	14

CONSELHO FISCAL

15

SUPLENTE

15

ÍNDICE

16

Nº 048 - Publicação: 01/01/1955

Colaborações

QUOSQUE TANDEM...

J. ODILON DE ARAUJO

(Ofic. Reg. de Imóveis de Moei das Cruzes)

Está tramitando na Assembléia Legislativa do Estado, a passos vertiginosos - registre-se - ao apagar das luzes da presente legislatura, o projeto de lei n.º 615 do corrente ano, de autoria dos Deputados Salgado Sobrinho e Luiz Augusto de Oliveira, já aprovado em primeira discussão.

Tive dele conhecimento através da leitura do parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça, publicado no Diário Oficial de 26 do passado de novembro, do qual foi relator o Deputado Arruda Viana. Esse parecer foi aprovado por unanimidade (belas!) naquela Comissão, adotado o substitutivo apresentado pelo nobre Deputado relator.

Cogita o projeto em apreço de atribuir ao Serventuário ou Escrevente que PERMANEÇA AFASTADO DO EXERCÍCIO DE SUAS Funções, afim de ocupar qualquer cargo eletivo, por legislatura ou período governamental, 2 (DOIS) pontos, nos concursos para provimento de Ofícios feios de Justiça.

Trata-se, como está patente, de mais uma tentativa ou melhor dizendo de uma nova investida que se pretende dar no sentido de se modificar a já tão modificada lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950 que, conforme tive já ensejo de referir me em artigo anterior, não deveria estar sofrendo alterações, tão à miude, objetivando exclusivamente acomodar situações personalíssimas de candidatos, em detrimento daqueles que, confiantes, aguardam a oportunidade que, um dia, lhes possa sorrir.

Esse malsinado projeto em tramitação representa um verdadeiro atentado às conquistas já obtidas pelos Serventuários e Escreventes com a vigência da mencionada lei n.º 819 que, como está, sem embargo das recentes modificações sofridas, é, realmente, muito boa. Qualquer alteração que se lhe introduza, como a que ora se projeta, posso adiantar sem receio de errar - virá trazer os maiores dissabores à numerosa classe dos Serventuários e Escreventes, tornando-se necessário assim que uma voz altiva, autorizada, independente e combativa, como muitas há no Legislativo paulista, se erga para focalizar isso que se pretende fazer, evidentemente em benefício de uns poucos em prejuízo de muitos...

Senão vejamos.

A lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950, que regula o provimento de Cartórios, é a lei que instituiu a carreira nas serventias de Justiça. No artigo 20 e seus itens vêm enumerados os pontos a que têm direito os Serventuários e Escreventes para os concursos que se realizam.

Pretende-se agora, com o projeto em apreço, PREMIAR (é esse bem o termo a ser empregado) aqueles que, voluntariamente, venham a afastar-se do exercício de suas funções precípua de Serventuário ou Escrevente para ir ocupar cargos eletivos, muita vez rendosos e sinecurescos, e o que é mais (e este o motivo destas ponderações) dando-lhes em cada legislatura ou período

governamental (DOIS) 2 pontos!

O que ocorrerá, se aprovado em definitivo o projeto, é que todos os Serventuários e Escreventes irão agora, arditosamente, procurar afastar-se de suas funções para OBTER AS VANTAGENS NÃO PEQUENAS que o projeto oferece e isso com grande sacrifício também para os interesses da Justiça, à qual estarão assim desservindo, mantendo-se afastados dos Cartórios de que são titulares e entregando o exercício de suas funções a interinos, nem todos perfeitamente cômicos das graves responsabilidades que lhe são cometidas com a investidura que recebem, o que sabidamente muita vez tem ocorrido.

Dir-se-á, em defesa do projeto, que o pretendido por este é não prejudicar os Serventuários e Escreventes, investidos em funções eletivas, com a redução de seu tempo de efetivo exercício para o cômputo do ponto que a mesma lei n.º 819 lhes confere e que segundo o entender, aliás muito acertado e judicioso do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, acolhido também pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado, é no sentido de CONTAR O TEMPO DE SERVIÇO somente àqueles que, de fato, no exercício de suas funções estejam.

Cumpra, no entanto, neste passo, não confundir as coisas, misturando-se alhos com bugalhos, o que o atabalhoamento dos trabalhos de encerramento de uma legislatura poderia conduzir lamentavelmente, como só acontecer.

Considerar-se como de EFETIVO EXERCÍCIO, para o efeito de contagem de tempo, o afastamento do Serventuário ou Escrevente, quando estejam eles ocupando cargos eletivos, prestando assim um serviço à coletividade - aceitando-o - seria uma coisa. Agora, pretender-se conferir os 2 (DOIS) pontos, por LEGISLATURA OU PERÍODO GOVERNAMENTAL é outra coisa bem diversa, com a qual não poderão conformar-se os Serventuários e Escreventes em geral, excetuados bem de ver aqueles para os quais casuisticamente haja a proposição sido apresentada.

Aliás, nenhum dos itens do art.º 20 da vigente lei n.º 819

- pondere-se bem sobre este aspeto - confere pontos por essa fôrma, digamos, progressiva. Assim é que pelo serviço prestado à Justiça Eleitoral confere a lei apenas 1 (UM) ponto (qualquer que seja o número de vezes que haja o Serventuário prestado esse serviço, sempre muito trabalhoso, não se somando as várias vezes em que haja servido para atribuir um ponto por vês). Igualmente, por obra publicada confere a lei em apreço 2 (DOIS) pontos (qualquer que seja o número de obras, não se atribuindo tantos pontos quantas sejam as obras). Sómente no caso do projeto em crítica é que se pretende estabelecer essa CONTAGEM PROGRESSIVA DE PONTOS ou sejam 2 (DOIS) pontos por legislatura ou período governamental e, talvez ainda, com efeitos retroativos, o que seria uma verdadeira enormidade.

É de notar que da lei n.º 819, aliás muito acertadamente e com todo o fomento de justiça, foram já suprimidos esses pontos assim conferidos progressivamente, em virtude de modificação havida, esta muito salutar, referente a CADA CLASSIFICAÇÃO EM CONCURSOS ANTERIORES EM QUE NÃO TIVESSE SIDO O CANDIDATO NOMEADO. Era essa também uma modalidade de que frequentemente usavam e abusavam - mais abusavam do que usavam os "pretendentes" a Cartórios por eles não desejados, mas que somente a esses Cartórios concorriam para obter aquelas vantagens dos pontos progressivos ou somados que a lei lhes dava e que, providencialmente, foram extirpados da lei por força de modificação havida nesse particular, o que veio trazer um grande desafogo aos da classe, tais foram as clamorosas injustiças que a vigência desse dispositivo legal propiciou. Outro argumento - e este verdadeiramente tranchant - para evidenciar o injusto do projeto em foco, é o que segue. A lei vigente n.º 819, em seu artigo 20, confere ao Serventuário ou Escrevente que esteja à testa de seu cargo, CINCO ANOS de exaustivo e diligente trabalho e - pasmem todos - o projeto em tramitação pretende conferir ao Serventuário ou Escrevente que se MANTÉM AFASTADO DO CARGO, indiferente às ocorrências da serventia de que é titular ou em que trabalha ou deveria trabalhar, numa displicência gritante para a função precípua que deve ter, afastando-se voluntariamente do Cartório para ocupar cargos eletivos; que, via de regra, lhes conferem vantagens econômicas e outras mais - o projeto, repito

- pretende dar assim, como PRÊMIO para esse afastamento condenável, a vantagem de 2 (DOIS) pontos, de cada quatro anos ou seja de cada período governamental ou legislatura. Resumindo-se: por cinco (5) anos de árduos trabalhos, dá-se 1 ponto apenas e por quatro (4) anos de afastamento das funções, dá-se 2 (DOIS) pontos! Não é mesmo engraçado, para não avançar proposição mais causticante ?

Finalmente, há a considerar-se ainda este outro aspeto e este fulmina a meu ver o projeto de inconstitucional, segundo os doutos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, ia expedidos recentemente em casos semelhantes, em que se procurou introduzir modificações na lei sobre provimento de Offícios de Justiça. Entende essa douda Comissão, aliás muito judiciosamente, que a matéria é de organização judiciária e invoca para tanto os sábios ensinamentos do grande João Mendes, para concluir que falece, dessa arte, àquela Assembléia competência para propor alterações, fora dos quinquênios constitucionais, como a que o projeto em critica sugere. Nesse sentido são os pareceres n.os 201, 1761 1834 e outros, recentíssimos, publicados no Diário Oficial do Estado, subscritos todos por uma plêiade de parlamentares cultos, inteligentes e, sobretudo, senhores das responsabilidades que recaem sobre seus ombros ao opinarem com relação a projetos legislativos que lhes são submetidos a exame.

São estas, pois, as ponderações que me permito fazer a propósito em transmissão na Assembléia Legislativa e acredito ter trazido aqui subsídios bastantes e argumentos irresponsáveis para que se possa evitar um mal danoso à classe em geral e apenas gaudioso para poucos.

Seria de mistér que os interessados se dirigissem a Assembléia Legislativa do Estado, através de deputados amigos, protestando contra o atentado que se pretende levar a efeito.

Se forem em vão os nossos esforços nesse sentido - o que não acredito - somente restaria então aquele desabafo que teve Cicero, no Senado Romano: QUOSQUE TANDEM...

A V I S O

Solicitamos encarecidamente a todos os nossos associados, que enviem as suas contribuições relativas ao exercício de 1955.

Como todos sabem, esta Associação é mantida exclusivamente com essas contribuições e delas não pode prescindir.

Com a alta de todas as utilidades esta Associação é obrigada a fazer este apelo sincero aos seus associados.

DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS

SILVIO LUCIANO CARUSO **Of. do Reg. Civil de Nuporanga**

Dos impedimentos relacionados no art. 183 do Código Civil, encontramos o item XIII que diz: O viúvo ou a viúva. que tiver filhos do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros; deduz-se portanto, a obrigatoriedade da apresentação da prova de haver sido procedido o inventário e dado partilha aos herdeiros; no caso porem, em que o casamento se realize com separação de bens, quando ambos ou um dos nubentes estiverem enquadrados no item II do art. 258 do C. C. é cabível ou não a exigência da prova de ter sido procedido o inventário? - a primeira vista parece que não, uma vez que, os nubentes são maiores de 60 e 50 anos de idade, a força do item II, do art. 258 se faz sentir e, os filhos desses nubentes, quando os têm, já atingiram a maioridade, portanto, não estariam mais gozando o

usufruto, que seria o castigo do art. 225 se porventura convolassem novas núpcias sem a apresentação da prova de ter procedido o inventário e dado partilha aos herdeiros; mas, o citado art. 225, não estabelece idade, caso contrário, por certo diria que, os maiores de 60 e 50 anos, estão isentos da apresentação da prova de haver procedido o inventário e dado partilha aos herdeiros; abalei-me em escrever este modesto e despretensioso artigo em virtude de ter em mãos um caso desses, dois viúvos maiores de 60 e 50 anos, vão convocar novas núpcias, exigisses a certidão de que trata o art. 183, item XIII, pois, embora essa certidão, em parte, perde o seu rigor, tem o mérito de forçar a abertura do inventário, si ainda não tiver sido processado. É portanto, aconselhável a exigência desse documento.

AINDA PELA CAUSA DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DO BRASIL

OTÁVIO J. ALVARENGA

(Oficial do Registro Civil de Coqueiral - Sul de Minas)

Reportando-nos ainda aos nossos reiterados apelos consubstanciados em circulares e artigos estampados em jornais do interior e de diversas capitais do país, estamos, de novo, prezados colegas, chamando-lhes a atenção para os projetos 1. 846 e 2.025, respectivamente de autoria dos nobres Deputados Pe. Medeiros Neto e Vasconcelos Costa.

Como já é do seu conhecimento, essas proposições de lei, com as quais se pretende fazer justiça à nossa abandonada classe, gravitando-nos com Cr\$ 2.000,00 mensais pelos numerosos serviços gratuitos que nos são impostos pela legislação federal, tiveram aprovação unânime da douta Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Foi ali relator do projeto 1.846 o ilustre Deputado Antonio Peixoto, que expendeu brilhante e convincente parecer, aprovado por todos os membros presentes da coleada Comissão, na memorável reunião de 23 de Fevereiro último. (1953).

O primeiro Deputado para quem, de início, foi distribuído o referido projeto - Oswaldo Trigueiro - houve por bem solicitar, a respeito do mesmo, audiência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cujo ilustre titular, além de outras Cousas, alegou:

a) Que há outros funcionários estaduais e, até, municipais, aos quais foi cometido igual volume de encargos gratuitos.

b) "Que, remunerados pelos cofres federais, aqueles funcionários ficariam sendo, ao mesmo tempo, funcionários do Estado e da União, com mal disfarçada acumulação de proventos. "

c) Que o autor do projeto se esqueceu do ônus deste decorrente para o Tesouro Nacional, se convertido em lei.

O esclarecido parlamentar mineiro - Dr. Antônio Peixoto -, em seu brilhante e bem fundamentado parecer, destruiu todas as alegações respeitáveis, mas, "data venia", de todo inconsistentes e insustentáveis.

a) Não temos notícia de outros funcionários estaduais ou municipais a quem seja imposto o mesmo acervo de tais serviços gratuitos, e ainda por leis julgadas inconstitucionais. Também, se os houvesse, apesar de já receberem dos cofres públicos pelos serviços inerentes ao cargo (o que não acontece com os Oficiais do Registro Civil, que sómente recebem das partes pelos atos do seu ofício e ainda fixados os emolumentos em Regimentos anacrônicos), que se lhes desse igualmente a gratificação.

Nesta hora em que tanto se fala em justiça social e quejando, o princípio universalmente consagrado, segundo o qual "ninguém é obrigado a trabalhar sem um salário ou gratificação", não pode mais ser desprezado. Tanto é assim, que a Lei n. 1.711, de 28-10-1952 (Estatutos dos

Funcionários Públicos da União), em seu artigo 4.º, veda "a prestação de serviços gratuitos".

No caso em tela, além do fundamento de ordem social, há também o de ordem jurídica, ou, melhor, de ordem constitucional.

Nenhuma dúvida, neste particular, deixa o já por nós citado § 3.º do artigo 18 da Constituição Brasileira: "Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria de sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos, provendo às necessárias despesas. "

Assim tem acontecido com relação a alguns Ministérios, notadamente o da Agricultura, segundo muito bem frisou Temístocles Cavalcanti.

"O que, porém, se vem praticando, no caso dos Oficiais do Registro Civil (diz o Deputado Antônio Peixoto), é que constitui flagrante violação do princípio constitucional consagrado no art. 18, § 3.º, e formal desrespeito à autonomia dos Estados."

Por isso mesmo, não acreditamos estar o ilustre Ministro da Justiça disposto a referendar novos atos em desacordo com os postulados constitucionais vigentes.

b) Não podendo a justa gratificação pleiteada ser equiparada a vencimento, exclui, sem dúvida, no caso em foco, "a suspeita de acumulação remunerada".

c) O respeitável receio do Sr. Ministro, de aumento de despesas para o Tesouro, "data vênua", também não procede, mesmo partisse ele do titular da Fazenda. Temos de nós que não há de ser apenas com relação à nossa sacrificada classe e ainda com inobservância de mandamentos da nossa Carta Magna, que se há de alegar insuficiência do erário.

Estão, agora, os projetos em causa nas doudas Comissões de Serviço Público (relator Armando Correia) e de Finanças da Câmara Federal. Dirijamo-nos, caros colegas, em massa, a esta última, a todos os demais Deputados, aos Senadores e ao Chefe da Nação, que, em face do exposto -, e segundo tantas vezes tem afirmado, não vetará uma lei feita à luz da justiça social, reparadora de gritante injustiça e da falta de observância à Constituição da República.

A pedido nosso, a União Mineira dos Serventuários de Justiça já se dirigiu ao Deputado Alberto Bottino, a quem foi distribuído o projeto 2.025. Também apelamos, de novo, para a egrégia Assembléia Legislativa do Estado, no sentido de que, a mesma, por meio de uma nova indicação, se dirija, em nosso favor, às duas Casas do Poder Legislativo.

Unamo-nos todos. Se continuar, repetimos, a nossa classe apática, inerte, descrente, comodista, desunida, continuará também abandonada, somente lembrada na hora de se lhe cometerem encargos, mas nunca na de "prover às necessárias despesas". Vozes isoladas apenas, embora heróica, como a nosso sacrificado colega da longínqua e calcinada Terra de Iracema, não bastam.

Unidos, seremos uma força em marcha capaz mesmo de pedir que se nos faça justiça e que, também, quanto a nós, se observe o que preceitua o Estatuto magno da República.

DELEDA CARTHAGO DE UMA CLASSE
ANTONINO CINTRA
Sta. Adélia

Surto vertiginoso e ascensional do custo de vida, leva ao sofrimento classes médias e pobres que, dificilmente, podem acompanhar o ritmo da elevação de preços das coisas mais indispensáveis de vida.

- E, nesse cortejo melancólico, bem que se pode alinhar servidores de justiça que estão vivendo sob regime de uma tabela de emolumentos irrisória. Tabela que se não coaduna mais com os dias que passam fustigados, desassombradamente, pela solércia nem sempre justificável da exploração. Por todos os setores das atividades trabalhistas, se ha processado uma majoração de ordenados e salários. O funcionalismo em geral teve o seu aumento condigno. Os operários industriais e agrícolas, tiveram aumentados os seus salários de acordo com o atual padrão de vida. Todos aqueles que se ocupam em qualquer trabalho, aumentaram os preços. Médicos, farmacêuticos, enfim todos que exercem profissões livres, tiveram necessidade de elevarem os seus trabalhos, porém os infelizes serventuários de justiça, continuam sob o regime de uma tabela de emolumentos que não bastando para se, como melhorar os vencimentos de seus pobres fiéis escreventes e auxiliares de cartório? Não pode mais prevalecer essa tabela de emolumentos no seu statu quo, descontrolador e inadmissível!

- E o panorama se torna mais tétrico se confronta com alguma coisa que melhor possa justificar as nossas; afirmativas. Damos por exemplo um único caso dos muitos que temos em vista. Um graxeiro de estrada de ferro Araraquara, percebe mensalmente, quase o dobro do que percebe um infeliz serventuário em conjunto com seu escrevente! Parece uma utopia, mas é uma realidade! E, para mais ainda agravar a situação já calamitosa, a série enorme de serviços gratuitos que tem de arcar o serventuário e seus escreventes.

Serviços gratuitos com fornecimento de materiais de custos elevados. Compreenda-se que não falamos da generalidade da classe dos serventuários de justiça, porém, referimo-nos aqueles destituídos de rendas ou de rendas precaríssimas, e que vem ser a maioria. O desenvolvimento do serviço forense na comarca da Capital do Estado, obrigou o acréscimo de magistrados e que pudesse melhor corresponder com o montante do serviço. Pois bem, a criação de escrivanina privativa do crime e que pode acumular executivo fiscal, eleitoral e assistência gratuita no interior do Estado, é uma medida que se impõe pelo acervo de trabalho que oferece, que ora sobrecarrega um pobre serventuário e que nada lhe rende por um trabalho cheio de responsabilidade. Aos oficiais do registro civil pagasse o erário aquilo que é feito gratuitamente às pessoas pobres e que não é justo que o faça o serventuário. Esses oficiais já prestam Concurso valioso à patria no fornecimento de certidões eleitorais e nas certidões para serviço militar.

- Se a Justiça Trabalhista representa uma vitoria do socialismo, ela então deve-se manifestar em todos os meandros do trabalhismo e seja esse trabalhismo da natureza que for.

Serviço de Consulta do Departamento da Despesa, da Sec. da Fazenda, decidiu que, tratando-se simplesmente de transformação de uma sociedade de uma espécie para outra, não há "intervivos" nessa operação. (D. O. 22-1-55).

Leis e Decretos

LEI N. 2.934, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1954

Dispõe sobre o pagamento do imposto "causa-mortis".

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O pagamento do imposto "causa-mortis" poderá ser feito em doze prestações mensais e consecutivas ... vetado ...).

§ 1.º - O impôsto "causa-mortis" a ser pago em prestações será acrescido dos juros de mora de 6 % ao ano.

§ 2.º - A primeira prestação do Imposto deverá ser recolhida dentro de 30 (trinta) dias da data da homologação do cálculo, por uma gula (... vetado...).

§ 3.º - O não pagamento de qualquer prestação acarretará a exigência do restante do imposto, acrescido da multa de 207c.

Artigo 2.º - O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, regulamentará e aprovará o modelo da guia de que trata o § 2.º do artigo 1.º desta lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de dezembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Sebastião Paes de Almeida

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 29 de dezembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral, Substituto.

D. O. 4/1/55.

LEI N. 2898, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954

Dispõe sobre a contagem de tempo do serviço que especifica.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O tempo de serviço prestado como serventuário, escrevente, fiel, auxiliar ou datilógrafo de cartório será contado ao funcionário público estadual, para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Artigo 2.º - O tempo de serviço referido no artigo anterior será provado com certidão fornecida (... vetado ...)pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de dezembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgar Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de dezembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral, substituto.

D. O. 22/12/54.

LEI N. 2.872, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1954

Acrescenta itens à letra "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A letra "a" do artigo 20 da Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950, é acrescida dos seguintes itens:

"XII - carta ou carteira de solicitador - 2 pontos;

XIII - efetivo exercício, durante 10 (dez) anos, na função de oficial maior - 1 ponto".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de dezembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 18 de dezembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth Diretor Geral, substituto.

D. O. 1912154.

ALGUMAS ALTERAÇÕES SOBRE A "LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA"

LEI N. 2.356, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1954

Pub. D. da União de 29/11/54

LEI N. 2.354, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

Pub. D. da União de 10/1/55

LEI N.º 2.354, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

Altera a legislação do imposto sobre Renda, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Continuam em vigor as leis que se referem ao imposto de renda, consolidadas pelo decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, por força do art. 27 da lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947 e modificadas pelas leis n.º 986, de 20 de dezembro de 1949, n.º 1.473 de 24 de novembro de 1951, n.º 1.474 de 26 de novembro de 1951, n.º 1.474 de 26 de novembro de 1951, n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, n.º 1.772 de 18 de 14 de dezembro de 1953 com as seguintes alterações:

Art. 7.º Suprimam-se na Seção I, do Capítulo II do Título ~I, os artigos 124, 136 (... vetado...) do decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, e acrescentem-se os seguintes:

"Art. A fiscalização do imposto de renda compete às repartições encarregadas do lançamento desse tributo e, especialmente aos agentes fiscais do imposto de renda mediante ação fiscal direta, no domicílio dos contribuintes".

"Art. A ação fiscal direta externa e permanente consiste no Comparecimento do agente fiscal do imposto de renda ao domicílio do contribuinte, para orientá-lo ou esclarecê-lo

no cumprimento dos seus deveres fiscais bem como para verificar a exatidão dos rendimentos sujeitos à incidência do imposto, lavrando quando for o caso, o competente termo".

"Art. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não são obrigadas a prestar as informações e os esclarecimentos exigidos pelos agentes fiscais do imposto de renda no exercício das suas funções, sendo tais declarações tomadas por termo e assinadas pelo declarante."

Art. 9.º Substitua-se o art. 1.º do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), apurada de acordo com este regulamento, são contribuintes do imposto de renda sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão."

Art. 10. Substitua-se o art. 5.º do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte e acrescente-se-lhe o § 7.º:

"Art. 5.º Ressalvado o disposto nos § 4.º e 5.º do art. 24, serão classificados, na cédula "C", os rendimentos do trabalho proveniente do exercício de empregos, cargos e funções, tais como vencimentos, soldos subsídios ordenados, salários, percentagens comissões, gratificações, diárias, quotas-partes de multas, ajudas de custo, representações e quaisquer proventos ou vantagens pagos, sob qualquer título e forma contratual, pelos cofres públicos federais, estaduais ou municipais, pelas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, pelas mista e sociedades ou por particulares."

"§ 7.º Nos casos em que, além de remuneração fixa, perceber o contribuinte rendimentos variáveis especificados neste artigo, prevalecerá, quanto à totalidade desses proventos, o sistema de arrecadação nas fontes, exceto se os mesmos excederem de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensalmente."

Art. 11.º Substitua-se a alínea e do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, modificado pela alínea e do art. 1.º da lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, pelo seguinte:

"e) os encargos de família à razão de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais pelo outro cônjuge, e de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para cada filho menor ou inválido; filha viúva sem arrimo, solteira ou abandonada sem recursos pelo marido; descendente menor ou inválido, sem arrimo de seus pais; obedecidas as seguintes regras:

I - Na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, somente, ao cabeça-de-casal cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 26 e os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos sendo que se forem apresentadas declarações de rendimentos em separado, de acordo com o facultado nos § 1.º e 2.º do art. 67, calcular-se-á porção de renda até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) a taxa de 3% (três por cento) ;

II - No caso de dissolução da sociedade conjugal em virtude de desquite ou anulação do casamento a cada cônjuge cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 26 e o abatimento relativo aos filhos que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do artigo 327 do Código Civil."

Art. 12. Acrescente-se ao art. 24 do Decreto n.o 24.239, de 22 de dezembro de 1947, os seguintes parágrafos:

1 4.º Os rendimentos do trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos e funções, especificados no art. 5.º deste regulamento, quando inferiores a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais, ficarão sujeitos ao desconto de imposto na fonte, no ato do respectivo pagamento de acordo com o disposto no inciso 6.º do artigo 98."

"§ 5.º Serão deduzidas do imposto total, apurado na declaração, as importâncias descontadas pela forma indicada no parágrafo anterior, quando os contribuintes tiverem rendimentos de mais de uma fonte ou de outra natureza que não do trabalho, ou ainda perceberem rendimentos anuais superiores a Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros)."

"§ 6.º Não caberá ao empregador responsabilidade alguma sobre as informações prestadas pelos empregados para controle dos seus rendimentos."

Art. 13. Substitua-se o art. 26 do Decreto n.o 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 26. As taxas progressivas são as seguintes:

Até.....	50.000,00.....	Isento
Entre	50.000,00 e 60.000,00	 3%
Entre	60.000,00 e 90.000,00	 5%
Entre	90.000,00 e 120.000,00	 7%
Entre	120.000,00 e 150.000,00	 9%
Entre	150.000,00 e 200.000,00	 12%
Entre	200.000,00 e 300.000,00	 15%
Entre	300.000,00 e 400.000,00	 19%
Entre	400.000,00 e 500.000,00	 21%
Entre	500.000,00 e 600.000,00	 24%
Entre	600.000,00 e 700.000,00	 27%
Entre	700.000,00 e 1.000.000,00	 30%
Entre	1.000.000,00 e 2.000.000,00	 35%

Entre 2.000.000,00 e 3.000.000,00 40%

Acima de 3.000.000,00.....50%

Art. 23. Substitua-se o § 1.º do art. 63, do Decreto n. 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte, e acrescente-se-lhe um parágrafo:

"Art. 63.....

"§ 1.º Não haverá essa obrigação para as pessoas físicas, salvo exigência de autoridade fiscal:

a) quando a soma dos rendimentos brutos não exceder a Cr\$ 50.000,00 anuais;

b) quando os rendimentos brutos do trabalho, especificados no artigo 5.º, não excederem de Cr\$ 10.000,00 mensais e o contribuinte não perceber rendimento de outra natureza nem de mais de uma fonte pagadora."

"§ 9.º As pessoas físicas que perceberem rendimentos de mais de uma fonte pagadora ou de outra natureza que não do trabalho, ou que tiverem rendimento bruto mensal superior a Cr\$ 10.000,00 em qualquer caso, ficam obrigadas a apresentar declaração dos seus rendimentos quando não ocorrer a hipótese prevista na alínea a do § 1.º deste artigo."

Art. 24. Substitua-se o § 1.º do art. 96 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo abaixo e acrescentasse-lhe um inciso.

"Art. 96. trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos ou funções até Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais."

"§ 1.º As taxas a que se referem os incisos 1º, e 2.º, 3.º, 4.º e 5.º deste artigo, incidirão sobre os rendimentos brutos.,'

Art. 25. Substitua-se o § 3.º do art. 102 do dec. n. 24.239 de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 102

§ 3.º O recolhimento do imposto de :que trata o inciso 6.º do art. 96 será efetuado pela fonte pagadora dos rendimentos global e mensalmente, dentro do mês seguinte àquele em que houver sido efetuado o crédito ou o pagamento ao respectivo beneficiário".

Art. 27. Acrescentem-se ao artigo 85 do dec. n.º 24.239 de 22 de dezembro de 1947 os seguintes parágrafos:

"§ 4.º O pagamento do imposto no ato de entrega da declaração de rendimentos será efetuado na sua totalidade inclusive nos casos de extinção na pessoa jurídica.

§ 5.º Deverá ser efetuado também em sua totalidade o pagamento do imposto devido nos casos de lançamento ex-officio".

Art. 32. Substitua-se o art. 144 do dec. n. 24.239 de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 144. Por infração das disposições do Capítulo I da Parte Quarta do Título I, serão aplicadas as multas:

a) de mora de 1 % ao mês, sobre o imposto devido no caso de apresentação espontânea, mas fora de prazo da declaração de rendimentos;

b) da mora de 1 % ao mês, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, se o contribuinte, espontaneamente, indicar rendimentos que omitira em sua declaração, depois de encerrado o prazo de entrega;

c) de 100% (cem por cento) sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, resultante da reunião de duas ou mais declarações, quando o contribuinte não observar o disposto nos artigos 65, 67 e 69;

d) de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 500,00 às firmas, sociedades que instruírem devidamente as declarações pela forma estabelecida no art. 38, quando remetidas pelo correio."

Art. 33. Substituam-se os arts. 146 e 147 do dec. 24.239 de 22 de dezembro de 1947, pelos seguintes:

"Art. 146. Dos contribuintes que não pagarem o imposto ou qualquer das cotas nos prazos fixados de acordo com o § 1.º do art. 90 será cobrada a multa de mora à razão de 17% (um por cento) ao mês.

"Art. 147. A não observância dos preceitos do Título II será punida:

a) com a multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 2.000,00 quando o contribuinte apresentar a comprovação de que trata o art. 92, fora do prazo estabelecido se não houver imposto a cobrar;

b) com a multa de mora de 1 % ao mês sobre a totalidade ou diferença do imposto devido quando não for apresentada dentro do prazo a comprovação de que trata o art. 92;

e) com a multa de mora de 17% ao mês sobre o imposto devido quando as fontes ou os procuradores do contribuintes domiciliados no estrangeiro efetuarem espontaneamente o recolhimento do imposto fora dos prazos estabelecidos no art. 102 e parágrafos;

d) com a multa de mora de 1% ao mês, sobre a totalidade ou diferença de imposto devido, se as fontes ou os procuradores dos contribuintes domiciliados no estrangeiro não efetuarem o recolhimento do imposto nos prazos marcados, nos casos de exigência de recolhimento pela repartição competente ressalvado o disposto na alínea seguinte;

e) com a multa de 50% sobre o imposto devido, nos casos de exigência do recolhimento pela repartição competente, se a fonte descontar o imposto no ato do crédito ou do pagamento do rendimento não efetuar o recolhimento quando a falta tenha sido apurada mediante ação fiscal direta na fonte pagadora.

§ 1.º Será cobrada multa igual à de mora prevista na alínea de quando esta for superior à multa aplicável, de acordo com a alínea e deste artigo.

§ 2.º Se a falta for imputável a funcionário federal, estadual ou municipal, será levado o fato ao conhecimento do respectivo Governo para efeito da sanção disciplinar.

Art. 34. Acrescente-se ao art. 151 do Decreto n.º 24 de 22 de dezembro de 1947, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Impostas as multas, os infratores terão o prazo de 20 dias para se defenderem perante a autoridade administrativa de primeira instância."

TABELA PARA DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE, SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO (INC. 6.º DO ART. 96)

Valor mensal do desconto do imposto em cruzeiros

Sendimentos mensais VI	I	II	III	IV	V
sujeitos ao desconto Casado com	Solteiro ou Casado com	Solteiro ou	Casado sem	Casado com	
entre Cr\$ filhos Solteiro	e Cr\$ 3 filhos Soutei	viuvo sem filhos viuvo 1 filho	Solteiro ou viuvo 1 filho	Solteiro 2	
viuvo	ro ou viuvo		com 2 filhos	ou viuvo	ou
filhos	com 5 filhos			com 3 filhos	com 4
4.167,00	4.300,00	5			
4.301,00	4.400,00	10	-	-	-
4.401,00	4.500,00	15	-	-	-
4.501,00	4.600,00	20	-	-	-
4.601,00	4.700,00	25	-	-	-
4.701,00	4.800,00	30	-	-	-
4.801,00	4.900,00	35	-	-	-
4.901,00	5.000,00	40	-	-	-
5.001,00	5.100,00	45	-	-	-
5.101,00	5.200,00	50	-	-	-
5.201,00	5.300,00	55	-	-	-
5.301,00	5.400,00	60	-	-	-
5.401,00	5.500,00	65	2	-	-
5.501,00	5.600,00	70	8	-	-
5.601,00	5.700,00	75	13	-	-
5.701,00	5.800,00	80	18	-	-
5.801,00	5.900,00	85	23	-	-
5.901,00	6.000,00	90	28	-	-
6.001,00	6.100,00	95	33		
6.101,00	6.200,00	100	38	-	-
6.201,00	6. 800,00	105	43	-	-

6.301,00	6.400,00	110	48	-	-	-	-
6.401,00	6.500,00	115	53	-	-	-	-
6.501,00	6.600,00	120	58	-	-	-	-
6.601,00	6.700,00	125	63	-	-	-	-
6.701,00	6.800,00	130	68	5	-	-	-
6.801,00	6.900,00	195	73	10	-	-	-
6.901,00	7.000,00	140	78	15	-	-	-
7.001,00	7.100,00	145	83	20			
7.101,00	7.200,00	150	88	25			
7.201,00	7.300,00	155	93	30			
7.301,00	7.400,00	160	98	35			
7.401,00	7.500,00	165	108	40			
7.501,00	7.600,00	170	108	45			
7.601,00	7.700,00	175	113	50			
7.701,00	7.800,00	180	118	55			
7.801,00	7.900,00	185	123	60			
7.901,00	8.000,00	190	128	65			3
8.001,00	8.100,00	195	133	70			8
8.101,00	8.200,00	200	138	75			13
8.201,00	8.200,00	205	143	80			18
8.301,00	8.400,00	210	148	85			23
8.401,00	8.500,00	215	153	100			28
8.501,00	8.600,00	220	158	90			33
8.601,00	8.700,00	225	163	96			88
8.701,00	8.800,00	230	168	105			43
8.801,00	8.900,00	235	173	110			48
8.901,00	9.000,00	240	178	115			53
9.001,00	9.100,00	245	183	120			58
9.101,00	9.200,00	250	188	125			63

9.201,00	9.300,00	255	193	130	68	5
9.301,00	9.400,00	260	198	135	73	10
9.401,00	9.500,00	265	203	140	78	15
9.501,00	9.600,00	270	208	145	83	20
9.601,00	9.700,00	275	213	150	88	25
9.701,00	9.800,00	280	218	155	93	30
9.801,00	9.900,00	285	223	160	98	35
9.901,00	10.000,00	290	228	165	103	40

NOTAS:

I - Não estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte os rendimentos mensais inferiores a Cr\$ 4.167,00. II - Os abatimentos relativos ao outro cônjuge e aos filhos, na constância da sociedade conjugal, cabem somente ao cabeça do casal. No caso da dissolução da sociedade conjugal, em virtude de desquite ou de anulação de casamento a cada cônjuge cabe o abatimento relativo aos filhos que sustentar.

III - Ressalvado o caso previsto na primeira parte da Nota 11, a mulher casada fica equiparada à solteira e à viúva para os efeitos do desconto do imposto na fonte, pela forma estabelecida nesta tabela, sobre os rendimentos do seu trabalho.

IV - Os abatimentos de encargos de família de que trata esta tabela são os definidos na letra e do art. 20.

Art. 35. Substitua-se o art. 152 do Decreto n.º 24.239, de 2 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"Art. 152. Para os efeitos do cômputo mensal da multa de mora prevista nos arts. 144, 146 e 147, será contado com um mês completo qualquer período de tempo inferior a um mês, desde que ultrapasse os prazos marcados nas leis e regulamentos."

"Art. 156. O julgamento das reclamações é da competência exclusiva dos Delegados Regionais e Seccionais do imposto de Renda."

Art. 37. Substitua-se o art. 160 do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte, e acrescente-se-lhe os § 3.º e 4.º:

"Art. 160. Das decisões favoráveis aos contribuintes ou às fontes haverá recurso ex-offício:

a) quando o ato for do Diretor da Divisão do Imposto de Renda, para o Primeiro Conselho de Contribuintes;

b) quando o ato for dos Delegados Regionais e Seccionais do Imposto de Renda, para, o Diretor da Divisão do Imposto de Renda."

§ 3.º Não haverá recurso ex-offício quando a importância em litígio for inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), ou quando houver desclassificação de infração capitulada no processo, ou a exigência do imposto tiver resultado de engano do controle da declaração de rendimentos equivocado da fonte informante ou simples erro de fato.

§ 4.º Das decisões contrárias aos contribuintes ou às fontes, nos casos de provimento de recurso

ex-ofício de que trata a alínea b deste artigo, caberá o recurso voluntário previsto no art. 157."

Art. 41. Acrescente-se ao Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, os seguintes artigos:

"Art. Os contribuintes sujeitos ao regime do art. 96, inciso 6.º consoante os §§ 4.º e 5.º do art. 24, que, no ano de 1954, tiverem percebido rendimentos do trabalho superiores a Cr\$ 120.000,00 ou rendimentos de outra natureza que não do trabalho, apresentarão declaração no exercício de 1955, abatendo da importância devida em função dessa declaração o imposto anual que seria descontado, de acordo com a tabela de que trata o inciso 6.º do art. 96, sobre os rendimentos até Cr\$ 120.000,00.

Art. Continuam em vigor as disposições constantes dos arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Art. Sofrerão o desconto na fonte à razão da taxa de 10% as quotas-partes de multas, recebidas por funcionários em virtude de leis fiscais.

§ 1.º O produto bruto da quota-parte referida nesse artigo será incluído na declaração, para efeito do imposto complementar progressivo, abatendo-se do imposto calculado em função da mesma declaração e que houver sido recolhido na fonte.

§ 2.º A compensação do imposto prevista no parágrafo anterior não permitirá, em nenhuma hipótese, restituição.

Art. O imposto de renda e multa notificados ou vencidos até a data da publicação desta lei poderão ser liquidados dentro do exercício de 1955 em prestações mensais, iguais, embora arredondadas.

§ 1.º O contribuinte que quiser aproveitar-se dos favores desta lei poderá iniciar o pagamento até o fim de junho, desde que pague de uma vez as prestações vencidas.

§ 2.º O não pagamento de duas prestações após os primeiros seis meses importará na perda do favor.

§ 3.º Se a dívida já estiver em cobrança judicial, só se aplicará o disposto nesta lei ao contribuinte que pagar durante o mês de janeiro todas as, despesas judiciais."

Art. 42. O Poder Executivo baixará regulamento de execução desta lei, o qual consolidará toda a legislação do Imposto de Renda.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se as taxas nela previstas aos rendimentos tributáveis a partir de 1 de janeiro de 1955, embora anteriormente produzidos, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1954: 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugênio Gudim.

LEI N.º 2.354 - DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70. § 3.º. da Constituição Federal, o seguintes dispositivos da Lei n.o 2.354, de 29 de novembro de 1954:

Art. 39. Substitua-se o § 1.º do artigo 188 do Decreto n.o 24.239, de 22 de dezembro de 1947, pelo seguinte:

"§ 1.º A faculdade de proceder a novo lançamento ou a lançamento suplementar extingue-se em cinco anos, contados da terminação daquele em que se efetuar o lançamento anterior".

Art. 40. E revogado o § 2.º do artigo 188 do Decreto n.o 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1955; 134.0 da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Provimentos CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Processo n. 69.227 - (G. 4379) - São Paulo - agravo de Petição - Agvte., Benedita Francisca de Sá Barbosa Wanderley - Agvdo., MM. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos.

ACÓRDÃO

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 69.227, em processo de "duvida" da comarca de São Paulo, em que são agravante D. Benedita Francisca de Sã Barbosa Wanderley e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 15.a Circunscrição:

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao agravo, para reformar a decisão agravada e mandar em consequência, seja feita a transcrição do formal de partilha passado a favor da agravante e prenotado sob n.o 36.369. Custas na forma da lei. Verifica-se na espécie que apresentado dito formal a transcrição, o Sr. Oficial levantou dúvida, alegando não poder proceder ao registro porque as certidões negativas de responsabilidades fiscais não eram atuais, tendo sido expedidas em 1952. A duvida foi acolhida pelo MM. Juiz da Vara dos Registros Públicos que na sentença de fis. 47 sustentou que a quitação fiscal deve ser "atual, por ocasião do registro. O agravo interposto pela interessada mereceu o provimento, dado. Trata-se de formal, expedido com todas as formalidades da lei de partilha que foi homologada por sentença de 28 de setembro de 1953, constando do instrumento as certidões negativas de impostos. O Código de Impostos e Taxas, exige é certo a apresentação das certidões negativas, no ato dos registros, quando não estejam elas transcritas e nenhuma lei determina que no título sejam transcritas as certidões atualizadas na época do registro. O aludido Código, no Livro XII, Cap. III, art. 17, é claro quando exige para o registro, que a quitação conste do título e nada mais deve ser exigido, além da observância da lei.

São Paulo, 14 de outubro de 1954.

(aa) Gomes de Oliveira, Presidente.

Foi voto vencedor o do Exmo. Sr. Desembargador Paulo Colombo.

Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e relator.

Advogado: Frederico da Costa Carvalho.

D.O. Justiça 25/11154.

O casamento, de acordo com a legislação brasileira, é um ato que não tem foro obrigatório. É de jurisdição graciosa, o que equivale dizer que as partes tem o direito de preparar os papéis de habilitação e celebrar o ato, onde lhes convier, uma vês que façam perante a autoridade competente. É da mesma opinião o grande processualista italiano Chiovenda, que enquadra o casamento, como um feito de jurisdição graciosa. (Ligeiros comentários sobre o Registro Civil - José S. de Mello).

Noticias Várias

Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Dos Feitos da Fazenda Estadual.

OCTAVIO MACHADO, brasileiro, viúvo, serventuário da Justiça, aposentado, residente e domiciliado nesta Capital, em Santo Amaro, - a Travesso Manoel Borba, n.o 216, vem por seu procurador infra-assinado - (doe. incluso) promover a presente AÇÃO DECLARATORIA, pelo que expõe e requer a V. Excia., o seguinte:

1.^a - Que, contando o suplicante mais de trinta anos de efetivo exercício, como Serventuário da Justiça, sucedeu-lhe no ofício, Oswaldo Machado, o qual vem exercendo as funções no Cartório do Registro Civil do 30.^o subdistrito, Santo Amaro, do Município e Comarca da Capital;

2.^o - Havendo a sucessão, requereu o Suplicante a aposentadoria, pois, a, lei assim o permite, sendo que o pedido processou-se regularmente, tendo sido a mesmo concedida por Decreto de 26 de Agosto de 1952, publicado no D. O. do dia imediato, cujos proventos foram fixados em Cr\$ 11.000,00, mensais;

3.^o - Concedida a aposentadoria, surgiu uma divergência entre o Aposentado e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. - Este no firme propósito de descontar do aposentado, por ocasião dos pagamentos, a taxa de 5% de que fala a letra "a" do art. 12 da Lei 465 de 29 de Setembro de 1949, e aquele protestando contra tal orientação do Instituto, não concordou em receber os seus proventos; com o desconto daquela taxa, por entender não ser a mesma devida, nos termos do art. 17 da Lei 507 de 17 de Novembro de 1949, que modificou a redação da Lei 465 de 28 de Setembro de 1948;

4.^o - Assim, requereu o Suplicante ao Instituto, na esperança de que através de seus órgãos técnicos, estudasse o assunto e ordenasse que se fizesse os pagamentos dos proventos integralmente, isto é, sem o desconto da taxa de 5% já aludida. Concluindo o estudo pelo Instituto, o pedido do Suplicante foi indeferido. Recorre então ao Sr. Secretário do Trabalho que nega-lhe provimento, vendo-se então o suplicante na contingência de receber os proventos, embora com o desconto da taxa de 5%, mas, sob protesto;

5.^o - No entanto, data vênua, parece não ter razão o Instituto ao querer fazer aquele desconto dos proventos do Suplicante, pois, - embora que a lei diga que a contribuição de 5% mensal é obrigatória (art. 12 letra "a" da Lei 465 de 29/9/49), admite exceções, nos regimes de sucessão (art. 17 da Lei 507 de 17/11/49) ;

6.^o - Ora, no caso presente o Suplicante é o Serventuário sucedido, sendo sucessor seu filho Oswaldo de Souza Machado, que está em pleno exercício do ofício;

7.^o - É no sentido do não pagamento daquela taxa o parecer do Dr. Edgard de Toledo Malta, ora oferecido, que confirma a ilegalidade de tal pretensão do Instituto de Previdência do Estado de S. Paulo com referencia ao caso subjudice;

8.^o - Pelo exposto, requer mui respeitosamente a V. Excia., se digne de mandar citar o Instituto de Previdência do Estado de S. Paulo, na pessoa de seu representante legal, para a acompanhar a presente ação que afinal deverá ser julgada procedente e declarada a não obrigação do requerente de pagar a taxa de 5 % que está sendo exigida pelo Instituto, deverá efetuar o

pagamento dos proventos integralmente;

9.º - Nestes termos, D. R. e A. com os inclusos documentos, protesta-se provar o alegado mediante a juntada de documentos, depoimentos, inquirição de testemunhas e demais provas em direito permitidas;

10.º - Da-se à presente o valor de Cr\$ 20.000,00.

E - Deferimento.

S. Paulo, Outubro de 1954

pp. - Octavio Machado

- PEDRO H. PRADO

CÓPIA

PARECER. O Sr. Octavio Machado, serventuário sucedido do ofício do Registro Civil das pessoas naturais do 30.º subdistrito-Santo Amaro - do distrito da sede da Comarca de S. Paulo, foi aposentado com os proventos mensais de Cr\$ 11.000,00, nos termos do Decreto de 26 de Agosto de 1952, contando 35 anos, 7 meses e 10 dias de efetivo exercício. Agora reclama-se do aludido serventuário a regularização do seu pedido de aposentadoria, com o pagamento da porcentagem de 5%, segundo se diz, prevista na alienação do art. 12 da lei 465 de 28 de Setembro de 1949, acrescida da multa de 10% nos termos do art. 14 da referida lei. Acontece, porém, que o artigo 4.º da referida lei 465 estatui que: "O servidor terá direito a aposentadoria com proventos integrais, independente de qualquer formalidade desde que conte trinta anos de efetivo exercício". - Se a própria lei assim determina, põe-se de manifesto que, para o serventuário obter a sua aposentadoria com vencimentos integrais, outra formalidade não se lhe exige a não ser a de haver completado o tempo de 30 anos de serviço efetivo no exercício do cargo. Nada mais exige a lei, razão pela qual nenhuma repartição administrativa pode se sobrepor a lei, para reclamar a satisfação de formalidades outras não previstas na lei, o que constituiria manifesta arbitrariedade e abuso de poder. Demais, a lei 507 de 17 de Novembro de 1949, que fez algumas modificações na lei 465, no seu art. 17, estabelece que: - Nos ofícios de justiça sob o regime de sucessão, apenas o serventuário sucessor pagará a taxa de cinco por cento (5%) de que trata a letra a do art. 12. Em virtude deste dispositivo, redigido com clareza meridiana, o pagamento da taxa de 5% é devida, não pelo serventuário sucedido, mas tão somente pelo seu sucessor. Assim sendo, torna-se ainda mais evidente que o serventuário Sr. O Machado está sendo vítima de uma exigência ilegal e descabida, a que nenhuma lei o obriga, antes pelo contrário, o isenta em termos claros e insofismáveis. E, tanto é verdade, que, o art. 17 da lei 507 diz de modo a não deixar a mais leve estilha de dúvida - apenas o serventuário sucessor pagará a taxa de 5% da letra a do art. 12 da lei 465. Sendo pois o Sr. O. Machado serventuário sucedido e não sucessor, jamais, com fundamento na letra a do art. 12 da lei 465, se poderá exigir dele o pagamento de quaisquer taxas, a menos que se lhe queira fazer uma extorsão, o que não deixa de constituir uma ilegalidade com a qual não se compadecem nem a lei 465, nem a lei 507. Todavia, se o Instituto de Previdência persistir no seu propósito violento, arbitrário e ilegal, poderá o Sr. O. Machado recorrer ao poder judiciário nos termos do § 4.º do art. 141 da Constituição Federal, intentando contra o Instituto uma ação declaratória para ser declarada a sua não obrigação de pagar a taxa que ilegalmente lhe é exigida ou nos termos do § 24 do citado artigo, impetrar um mandado de segurança, de vez que, em face dos dispositivos das leis 465 e 507, é líquido e certo o seu direito ao não pagamento da taxa aludida. Este é o meu parecer o qual submeto aos mais doutos. S. Paulo 9 de Março de 1953. (a.) Edgard de Toledo Malta, Juiz de Direito aposentado da 2.ª Vara da Família e das Sucessões e Corregedor dos Cartórios do Registro de Imóveis da Capital. - Segue reconhecimento de firma.

Santo Amaro, 7 de Dezembro 1954

OCTAVIO MACHADO

DEPARTAMENTO DA RECEITA

SERVIÇO DE CONSULTAS

Pergunta n. 10.620

3) De conformidade com o parágrafo único do art.: 15, do Livro IV do Cod. Imp. e Taxas, conferencia a majoração de 1% sobre imóveis de valor igual ou superior a Cr\$ 100.000,00, ficou determinado que essa majoração somente é devida se o quinhão de cada adquirente, na parte do imóvel pertencente a cada transmitente, for igual ou superior a Cr\$ 100.000,00. Nestas condições, pergunta-se: Na hipótese dos transmitentes serem marido e mulher (dois transmitentes) será devido aquela majoração? Exemplifiquemos: Numa escritura de valor de Cr\$ 100.000,00, na qual figurem como vendedores marido e mulher e apenas um adquirente, estará essa transação sujeita aquela majoração?

b) Estando o Posto Fiscal local exigindo a apresentação de declaração imobiliária em nome do comprador no ato do pagamento do imposto de transmissão devido, pergunta-se: é essa exigência regular, ou essa declaração deverá ser prestada de acordo com o que dispõe o artigo 41, Livro IV do Cod. Imp. e Taas?

Resposta n.o 9.855

a) Segundo dispõe o § único do art. 15 do Livro IV do Cod. Imp. e Taxas "sendo dois ou mais os transmitentes a majoração de que trata este artigo somente será devida se * quinhão de cada adquirente, na parte do imóvel pertencente * cada transmitente for igual ou superior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ".

Quando a transmissão é feita pelo casal, ocorre uma unidade na alienação da propriedade, pois o regime de comunhão se caracteriza justamente pelo fato dos bens de ambos os cônjuges constituírem "uma só massa de que os consortes são co-proprietários e compossuidores indivisamente" - (Pontes de Miranda, Tratado de Direito de Família, 2.º Vol. Pag. 256).

Para o Dr. Washington de Barros Monteiro, ilustrado Juiz do Tribunal de Alçada, o "regime de comunhão universal consiste na comunicação de todos os bens e futuros dos cônjuges, assim como de suas dívidas. Todos os bens do casal seja qual for a sua natureza, móveis e imóveis direitos e ações, passam a constituir uma só massa, um só acervo, que permaneça indivisível até a dissolução da sociedade conjugal. Cada cônjuge tem direito a uma metade ideal dessa massa; ambos formam uma verdadeira sociedade, embora regida por normas especiais". (Curso de Direito Civil - Direito de Família, Pág. 129).

Não existem portanto dois transmitentes na alienação de bens de um casal, de forma que não deve ser bipartida a transmissão para efeito de aplicação da taxa, segundo o nosso entender.

b) Não é regular a exigência de declaração imobiliária no nome do comprador, no ato do pagamento do imposto "intervivos" eis que essa exigência não está prevista em nenhum dos artigos (48, 49, 50 do Livro IV que disciplina o preenchimento das guias.

Este "Serviço de Consultas" já teve oportunidade de esclarecer processo que dizia respeito ao assunto, que "não estão obrigados os adquirentes de imóveis rurais, a fazer declarações prévias do imposto territorial, pois a isso só estão sujeitos após a transmissão, ou seja, depois de pago o imposto "intervivos" (Parecer n. 239-52).

Tendo em vista a relevância dos assuntos tratados na Consulta, submetemos a resposta deste "Serviço à aprovação do Diretor do Departamento da Receita".

D. O. 14/1/55.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Pergunta n. 10.832

Possuindo diversos bens imóveis e pretendendo transformar-se em sociedade anônima, formula a seguinte consulta:

Em face da legislação em vigor, incide imposto de transmissão "intervivos" (sisa) sobre os bens da firma consulente, no caso desta vir a transformar-se em sociedade anônima, sabendo-se, de antemão, que tanto os sócios como o capital serão os mesmos, havendo tão somente modificação na modalidade jurídica da sociedade?

Esclarecimento: - No caso presente não se trata de entrada de bens para formação de capital, nem de transferência de bens a terceiros e, muito menos, de fusão de sociedade.

D. O. 22/1/55.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
IBSEN DA COSTA MANSO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
QUOSQUE TANDEM...	3
DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS	5
AINDA PELA CAUSA DOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL DO BRASIL	6
DELENDIA CARTHAGO DE UMA CLASSE	7
LEIS E DECRETOS	8
LEI N. 2.934, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1954	8
LEI N. 2898, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954	9

LEI N. 2.872, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1954

ALGUMAS ALTERAÇÕES SOBRE A "LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA"

NOTAS:

(*) LEI N.O 2.354 - DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

PROVIMENTOS

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

NOTÍCIAS VÁRIAS

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

SUPLENTE

ÍNDICE

ANO VII

Nº 049 - Publicação: 01/03/1955

Colaborações

DOS "SELOS ESTADUAIS" DEVIDOS EM NOTAS PÚBLICAS

ANTONIO ALBÊRGARIA PEREIRA

1.º- Tabelião da Comarca de Mirandópolis

Arrecadando o Estado, determinadas porcentagens sobre as custas e emolumentos devidos pelas partes ao Serventuário de Justiça por atos que este pratica em decorrência de suas funções, reserva-lhe o Código Tributário - (Dec. 22.022 de 31-1-1953) - a faculdade de, por intermédio de seus fiscais, proceder, sempre que julgar oportuno, a necessária fiscalização, afim de verificar se tais arrecadações estão sendo procedidas em observância às normas estatuídas pela lei tributária, ficando o Serventuário de Justiça responsável pela sua arrecadação. (Art. 37 - Cap. IX - Liv. X do Dec. citado).

Essa fiscalização, é exercida pelos Agentes Fiscais Estaduais e pelo M. Juíz Corregedor, quando Aquela percentagem for recolhida em autos. (Art. 36 § 1.º do Liv. X do dec. cit.). O Código Tributário, comina penas àqueles que infringirem dispositivos nele expressos, penalidades essas que variam de Cr\$.100,00 a Cr\$.500,00, no caso do Serventuário, deixar de recolher as percentagens devidas, resultantes de custas processuais, multa essa que será imposta pelo M. Juíz e dobrada no caso de reincidência, sem prejuízo do que for devido ao Estado. (Art. 36 §§ 2.º e 3.º do Cap. IX - Liv. X do dec. cit.).

É de se frisar, que essa penalidade será imposta pelo M. Juíz, quando verificar a irregularidade na arrecadação dos selos devidos ao Estado, em autos que lhe forem conclusos, sendo que, para os atos que fogem à fiscalização direta e constante do Juíz, como sejam àqueles tomados nos livros de notas e somente examinados em correição, o legislador elevou aquela multa de uma parte fixa, que será no mínimo de Cr\$.200,00 e no máximo de Cr\$.100.000,00, e outra variável, que será no mínimo de duas vezes e no máximo de dez vezes o valor do imposto devido, sendo que, tais multas serão graduadas de acordo com a gravidade da infração e com a importância desta para os interesses da arrecadação devendo ser agravadas nas reincidências. (Arts. 4.º e 5.º Liv. XVI do C.I.T. Dec. cit.).

Os Serventuários de Justiça, são obrigados a facultar aos agentes fiscais o exame de seus livros para que os mesmos constatem, se as percentagens devidas ao Estado, estão sendo ou não arrecadadas. (Art. 38 - Liv.

- X do C.I.T.).

Diante da fiscalização a que nós, Serventuários da Justiça, estamos sujeitos, bem como da responsabilidade que nos toca na arrecadação dessas percentagens, iremos trazer, para este nosso trabalho, da forma mais clara e harmoniosa possível, os dispositivos do C.I.T. (Dec. 22.022) que regulam a arrecadação dessas percentagens devidas ao Estado, sobre os emolumentos do TABELIÃO e do DISTRIBUIDOR, quando a deste último é arrecadada por àquele em seus livros de notas.

As custas e emolumentos devidas ao Tabelião ou ao Oficial do Registro Civil, em atos que este praticar como Tabelião, serão acrescidas de 15% (QUINZE POR CENTO), constituindo esse acréscimo renda do Estado. (Artigo 5.º - Liv. X do C.I.T.).

Essa percentagem, deverá ser calculada "sobre o total dos proventos destinados aos Serventuários e não sobre a parte fixa apenas" (Prov. n.º 44/53 da Corregedoria Geral da Justiça. Cap. III inciso "o").

Recomenda ainda, naquele Provimento, o Senhor Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marcio Munhóz, que os Serventuários deverão, "evitar selagens escassas ou também excessivas, especialmente no tocante aos selos de emolumentos, representativos das rendas dos cartórios".

Esse acréscimo de 15%, será arrecadado por meio de estampilhas do imposto do selo. (Art. 2.1 - Liv. X do C.I.T.).

Em relação às escrituras, procurações e outros atos lavrados em livros, as estampilhas serão aplicadas pelo Tabelião, nos próprios livros, logo em seguida ao ato e na ocasião do encerramento, - (Art. 6.º § 1.º - Liv. X do C.I.T.) podendo o Tabelião, inutilizar essas estampilhas, por meio de carimbos que contenham a designação ou nome e a data, ainda que abreviada, ou indicada por algarismos, sendo que, Dessa hipótese, o carimbo será aplicado de forma que recaia em parte nas estampilhas e em parte no papel. Se a data não recair integralmente em cada estampilha, nela deverá ser reproduzida. (Art. 37 - parágrafo único - Liv. VI, combinado com o art. 3.º do Liv. X ambos do C.I.T.).

Nos primeiros traslados das procurações, escrituras ou de outros atos notariais, neles deverá vir declarada a importância das estampilhas aderidas no livro. (Art. 6.º § 2.º - Liv. X do C.I.T.).

Os emolumentos do DISTRIBUIDOR devidos pela distribuição de escrituras - (Cr\$20,00) - serão acrescidos de 10% (DEZ POR CENTO) - (Art. 7.º - Liv. X do C.I.T.) acréscimo esse que será recolhido em selos pelo próprio tabelião que lavrar a escritura, aplicando este serventuário a estampilha no final do instrumento, em seu próprio livro. (Art. 10 - parágrafo único - Liv. X do C.I.T.). Por força do disposto no art. 1.º da lei n.º 2.412, de 15 de dezembro de 1.953, todos esses acréscimos que constituem renda do Estado, arrecadados como "imposto do selo" serão aumentados, também, de um adicional de 10%, cuja cobrança cessará desde que esteja resgatado o total da dívida não consolidada do Estado, existente por ocasião da promulgação daquela lei. (Art. 1.º § 10 da Lei n.º 2.412).

Sobre o recolhimento desse adicional, foi pela Diretoria Geral da Secretaria da Fazenda, expedida a O.S. n.º 44/53, esclarecendo que, "Nos casos em que os impostos são pagos em "estampilhas, os contribuintes recolherão o adicional mediante a selagem direta dos 10% nos livros "e papéis normalmente usados como veículos do "recolhimento dos tributos."

Em atenção aos dispositivos aludidos e "ad refeiendum" achamos útil encerrar este nosso trabalho, exemplificando a "SELAGEM ESTADUAL", de uma escritura, de uma procuração e de um

registro de procuração, por nós procedida, tanto porque, na prática, já anotamos divergência ao nosso ponto de vista em relação ao assunto.

1.º Exemplo. (PERCENTAGEM DEVIDA AO ESTADO - 15% - EM UMA ESCRITURA NO VALOR DE Cr\$.50.000,00 E NA QUAL FORAM TRANSCRITAS DUAS CERTIDÕES NEGATIVAS).

Da escritura	Cr\$100,00
Transe de 2 documentos	20,00
Rasa da transe. dos documentos	3,00
TOTAL DOS EMOL. DO TABELIÃO	Cr\$.123,00
EMOL. DO DISTRIBUIDOR	20,00
= PARA O ESTADO =	
15% sobre os Emol. do Tabelião- (123,00)	= Cr\$.18,40
10% sobre os Emol. do Distribuidor- (20,00)	= 2,00
S O M A	Cr\$.20,40
10% sobre a "SOMA" dos selos a serem pagos	2,00
Total - (A ser recolhido em selos no livro).	Cr\$.22,40

É de se notar que para o cálculo supra, observa-se o disposto no art. 7.º do Livro XVII do C.I.T. que assim dispõe:

"Nos resultados de cálculos relativos ao pagamento de tributos e à escritura fiscal, assim como "em tudo que se refira às relações dos contribuintes com o Fisco, serão desprezadas as frações iguais "ou inferiores a Cr\$.0,05 - (cinco centavos) e levadas à dezena imediata as frações de Cr\$.0,06 (seis "centavos) a Cr\$.0,09 (nove centavos).

2.º Exemplo. (PERCENTAGEM DEVIDA AO ESTADO EM UMA PROCURAÇÃO COM CINCO OUTORGANTES).

Da procuração	Cr\$.10,00
Acréscimo de 4 outorgantes	12,00
TOTAL DOS EMOL. DO TABELIÃO	Cr\$.22,00
= PARA O ESTADO =	
15% sobre os Emol. do Tabelião- (Cr\$.22,00)	~ Cr\$. 3,30
10% sobre Cr\$.3,30	0,30
TOTAL - (A ser recolhido em selos no Livro).	Cr\$. 3,60

3.º Exemplo (PERCENTAGEM DEVIDA AO ESTADO, EM UM REGISTRO DE PROCURAÇÃO).

Reg. de Proc. (EMOL. DO TABELIÃO)	Cr\$.20,00
= PARA O ESTADO =	
15% sobre os Emol. do Tabelião (Cr\$.20,00)	- Cr\$. 3,00
10% sobre Cr\$.3,00	0,30
TOTAL - (A ser recolhido em selos no Livro).	Cr\$.3,30

Finalizando, queremos frisar, que neste nosso trabalho, não nos referimos à Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça e nem aos selos federais devidos em notas públicas, a cujo recolhimento o Serventuário de Justiça é obrigado a proceder e fiscalizar.

REGISTRO DE NASCIMENTO

Todo o indivíduo ao ser registrado o seu nascimento, recebe um nome completo, que é composto do prenome e do sobrenome - (nome da família) - (arts. 68 e 69 do dec. 4.857) ; nome completo esse que, após o indivíduo ter atingido a sua maioridade civil, poderá ser alterado, desde que a alteração não prejudique o nome de família - (nome patronímico), devendo tal alteração ser averbada no respectivo assento de nascimento (arts. 70 e 71 do citado decreto).

Poderá no entanto, qualquer cidadão usar o nome abreviadamente, quando usado como firma comercial registrada, fazendo também nesse caso, a necessária averbação no assento de nascimento - (§ um, do art. 71 do mesmo decreto). (Novo Manual dos Tabeliães - de Sylvio

Brantes de Castro).

FOCALIZANDO SILVIO LUCIANO CARUSO

Oficial do Registro Civil de Nuporanga.

Diz o rifão popular que, da discussão "nasce a luz", nela, os nossos homens públicos, democraticamente e com equanimidade procuram solver os problemas da coletividade; dela, tiram então, as conclusões da praticabilidade ou não daquilo que originou ou venha a original as discussões.

Trataremos primeiramente em rápidas palavras do palpitante e discutido projeto da "Oficialização dos Cartórios", após uma árdua batalha, "é óbvio a existência de dois campos", nos quais tomam parte os que combatem-no e os que defendem-no; os que militam, no campo "Pró Oficialização" apresentaram argumentos baseados em estudos não só da parte financeira, como também da parte prática e, chegaram a conclusão da sua viabilidade.

O campo contrário alega que, a Oficialização transtornará os serviços cartorários.

Seria por demais longo e até inútil enumerarmos as razões de uns e de outros, porque são elas do conhecimento de todos.

Acreditamos na vitória final dos que defendem a Oficialização, pois é justa e humana e vem de encontro dos justos anseios dessa numerosa e nobre classe dos Servidores de Justiça que muito tem dado e pouco recebido; entretanto, mais algum tempo decorrerá para ser concretizada, até lá, a classe continuará a se debater angustiosamente, mormente aqueles que auferem ínfimas rendas; - é imprescindível, portanto, a reforma do Regimento de Custas, o qual de fôrma alguma condiz com o atual custo de vida, devendo ainda, ser simplificado para a contagem de custas, com preço fixo para cada ato.

Passamos a focalizar a presença do Juíz de Casamentos no ato que une o homem e a mulher.

No sistema vigente, os Juízes de Casamentos são nomeados por indicação dos senhores Prefeitos, por tanto escolhidos por estes, acontece porém, que por qualquer razão que não nos compete discutir, o Juíz e seu suplente pedem conjunta ou separadamente exoneração, surgindo então dificuldades para preenchimento das vagas, mormente nos pequenos municípios, porque as pessoas escolhidas se recusam a aceitar os cargos, alegando falta de tempo e outros motivos imperiosos; e, quando o suplente se exonera e o Juíz tem que se ausentar, ou vice versa, o Oficial é obrigado a correr a sede da comarca sujeitando-se as despesas de viagem a pedir ao MM. Juíz de Direito a nomeação de Juíz de Casamentos ad-hoc.

No caso em foco, para superar essa anomalia, temos duas modalidades a escolher; uma, por eleição, quando se processar a de Prefeito e vereadores, aventaríamos ainda a idéia de ao em vez de dois, fossem três, os eleitos, um Juíz e dois suplentes, 1.º e 2.º. assim dificilmente faltaria um para celebrar os casamentos.

A outra, mais complexa, pois por certo trará maiores controvérsias, é a extinção do cargo; muito embora o C. C. no seu art. 194 diz que o ato, além da presença do Oficial, nubentes e testemunhas, realiza-se com a presença do presidente (Juíz de Casamentos) o qual, após ouvir dos nubentes a afirmação de persistirem no propósito de se casar por livre e espontânea vontade, - proferirá as palavras de praxe.

A primeira vista poderá parecer um absurdo tal inovação; mas, pesando-se bem, verificaremos que, ao Oficial do Registro Civil está afeto o preparo dos papéis, exame metucioso dos documentos apresentados, lavratura do termo com todos os requisitos exigidos por Lei; nas correções, tudo é examinado metuciosamente pelos Exmos Srs. Dr. Juíz de Direito e Dr.

Promotor Público da comarca e, se porventura verificarem alguma irregularidade no processamento das habilitações, nos termos e nos demais atos correlatos, o oficial será advertido; depreende-se portanto, que o único responsável para um ato de tamanha relevância para a sociedade é o Oficial; mesmo porque, os Juízes de Casamentos, cidadãos honestos, de conduta inatacável e conceituados, somente proferem as palavras de praxe, exaram o despacho e assinam o termo.

Uma vez que, o Oficial do Registro Civil é o responsável pelo exame de todos os documentos apresentados, exigindo outros, conforme determina a Lei para cada caso especial, não seria nenhuma incoerência ficar a cargo do próprio Oficial a incumbência de em nome da lei "unir os nubentes".

PENHOR

Penhor é o contrato pelo qual o devedor ou terceiro entrega ao credor um objeto móvel, corpóreo ou incorpóreo, com o fim de lhe conferir o direito de sobre este objeto se pagar do que lhe for devido, de preferência a outros credores.

Os contratos de penhor, anticrese e hipoteca declararão, sob pena de não valerem contra terceiros:

I - O total da dívida ou a sua estimação.

II - O prazo fixado para o pagamento.

III - A taxa de juros, se houver.

IV - A coisa dada em garantia com as suas especificações.

(Novo Manual dos Tabeliães - de Sylvio Brantes de Castro).

COMPENSAÇÃO SEM JUSTIÇA, NÃO É MERITÓRIA

ANTONINO CINTRA

Sta. Adelia

Merece alguns reparos a lei que beneficia serventuários de justiça, que perderam parte territorial de seu distrito por desmembramento.

- Admita-se compensações justas, eqüitativas, mas escudadas no principio da justiça. E é justamente o que se não dá na referida lei, que generalizou todos os casos de desmembramentos sem restrições de espécie alguma.

- Criam-se distritos de paz a granel, nem sempre em núcleos de apreciável densidade, porque o que mais se visa com isso, salvo poucas exceções, não é tanto o interesse coletivo e mesmo da justiça, mas sobretudo a ambição eleitoreira. E, em face desse acontecimento, sobram os casos de desmembramentos territoriais. Consumado que seja o desmembramento, ainda mesmo que seja de uma pequena área, o serventuário do distrito que recebeu o corte, está credenciado a concorrer ao concurso que se abrir, sem mais preâmbulos. Está habilitado sem excesso de concorrentes e livrar-se de um cartório desprovido de rendas compensadoras.

- Isso estaria muito certo se não houvessem serventuários com muitos anos de serviço, aguardando ocasião para melhorar a sua deplorável situação.

- Entretanto, por efeito dessa lei, nulifica-se tempo de serviço e se favorece serventuários que, às vezes, pouco tempo de serviço tem prestado, e que por um golpe da sorte sobrepujam serventuários mais antigos na carreira.

- A referida lei para que exprimisse cunho mais eqüitativo, deveria ser condicionada às

exigências de melhores regulamentações, de maneira que as compensações fossem mais limitadas ou que melhor correspondessem com o objetivo do desmembramento, sem afetar em demasia direitos adquiridos por serventuários antigos no ofício.

- Para mais clareza e compensação mais equânime e sem perda de tempo para publicações de editais de concurso, era bastante que se abonasse serventuários que perderam parte de seu distrito, com mais um ponto na contagem de pontos nos concursos, se exerceram o cargo por mais de 5 anos ou de 2 pontos, se efetivamente, exerceram o cargo por mais de 10 anos. Estaria melhor resolvido o problema que em nada é complexo, porque só assim o páreo aos concursos, não sofreria a distinção de classe e todos os interessados concorreriam mais em igualdade de condições. Ressalta ainda, que além dessa conveniência, haveria outra que consistiria no incurtamento dos prazos para os concursos. Exemplificamos: - Vai um cartório a concurso para efeito de desmembramento. Se por acaso o cartório não oferece boas vantagens aos interessados, por motivo de pouco rendimento, os interessados encolhem-se e ficam aguardando o aparecimento de outros cartórios e que lhes sejam mais convenientes. Vai, então, novamente, em concurso o mesmo cartório. Haja ou não haja concorrentes, o que é verdade é que os prazos; se vão escoando. Esgotados todos os prazos, ainda restam as provas, relatórios, etc. que por diversas circunstâncias não podem ser rápidas. E o que sucede com isso? - Uma longa temporada para ser provido o cartório, quando pelo modo que acabamos de demonstrar em simples sugestão, tudo isso se processaria pela metade do tempo ou menos ainda. Seria medida de alta importância, porque não só simplificaria o tempo estabelecido para os concursos, como ninguém ficaria prejudicado e como ora acontece com o sistema vigente. Seria a maneira melhor de se conferir o prêmio a quem melhor merecesse, pela ordem estabelecida nos provimentos dos ofícios.

- Só mesmo quem não acompanha o curso dos provimentos dos cartórios de justiça, não poderá avaliar a delonga que se dá, e quando tudo poderia ser resolvido sem dano algum à causa da justiça e com grande economia de tempo e até mesmo de despesas com publicações que poderiam ser dispensáveis.

CAMPANHA NACIONAL DE REFLORESTAMENTO INICIATIVA DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Colaborando com a Campanha Nacional de Reflorestamento, patrocinada pela Sociedade Nacional de Agricultura, o boletim da Associação, transcreve uma notícia, que devido a sua importância, deve interessar aos homens de boa vontade de nossa terra.

Essa sociedade, com sede no Rio de Janeiro, iniciou uma campanha para o reflorestamento em todo o Território Nacional.

Aquela entidade dirigiu a todos os prefeitos municipais o seguinte ofício circular:
"A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo presente o grave problema criado para o Brasil, com as queimas e derrubadas de florestas e matas, com efeitos imediatos sobre a economia nacional, vem num sincero apelo ao devotamento do espirito publico de v. exa. pedir-lhe cooperação - e o faz com empenho - para que dentro das possibilidades desse município colabore em sua campanha no sentido de coibir essa prejudicial prática. Certa de que essa Prefeitura não lhe recusará seu apoio, roga-lhe a fineza de responder aos quesitos que a seguir formula:
Seria possível a essa Prefeitura manter em seu município uma gleba, seja para reserva florestal, seja visando o reflorestamento, através da distribuição de mudas e sementes a preços módicos? Em caso afirmativo, qual a área que poderá reservar? No caso de reserva florestal, quais as essências que merecerão preferencia? No caso de reflorestamento, quais as essências que pretende plantar? Haverá facilidades na obtenção de mudas e sementes para quaisquer dos casos? Quais as essências predominantes nas florestas do município? Haveria na hipótese de reflorestamento interesse em ser este subordinado ao governo do Estado ou ao Federal? Há legislação municipal sobre a obrigatoriedade do replantio? Tem havido fiscalização oficial no tocante ás queixas e derrubadas? O município exporta carvão vegetal? Há exploração de madeira de lei? Existem serrarias no Município? Comemora essa Prefeitura o Dia da Árvore?"

"O Estado de S. Paulo" de 20-3-55.

Lembre-se do drama do norte. Terra rica, que outrora era escolhida pelos grandes agricultores europeus, hoje nada mais é que um verdadeiro deserto, onde foram sacrificadas milhares e milhares de vidas, devido a ganância de alguns homens que não hesitaram de derrubar as suas florestas.

A riqueza com que a natureza nos obsequiou não é só para nós. Pertence também as futuras gerações. Não devemos prejudicá-las.

Assim como Deus nos entregou, devemos conservar para que os porvindouros desfrutem do mesmo direito, sem nos taxar de egoístas. desumanos e malvados.

Colégio Notarial de São Paulo
COLÉGIO NOTARIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(ÓRGÃO DOS TITULARES DE OFÍCIO)

Niterói, Fevereiro de 1955

Prezado colega:

Cabendo ao Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro, a organização da IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA, a ser realizada em Niterói, de 9 a 16 de Julho vindouro, estamos vivamente empenhados em reunir, nesse conclave, o maior número de Tabeliães dos diferentes Estados do Brasil, principalmente aqueles mais interessados na ascensão da classe notarial brasileira, preparando, assim, ambiente para o IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) sob os auspícios da Federação dos Colégios Notariais do Brasil.

As I, II e III Jornadas, realizadas, respectivamente, em São Paulo (1952), no Rio de Janeiro (1953) e em Belo Horizonte (1954), alcançaram pleno êxito, a elas comparecendo crescido número de Tabeliães numa aproximação que tornou-se cordial, resultando satisfatórios os seus resultados, pela relevância dos temas ali desenvolvidos.

Considerando, pois, que o assunto aqui mencionado, corresponde a uma aspiração comum do Notariado Brasileiro, qual seja o engrandecimento da Classe pela união de todos os Tabeliães. através a FEDERAÇÃO DOS COLÉGIOS NOTARIAIS DO BRASIL, contamos certo com a colaboração do ilustre e prestimoso colega, incorporando-se ao Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro, para maior brilho da próxima Jornada, a realizar-se em Niterói, de 9 a 16 de Julho de 1955, em local que será previamente anunciado.

Na esperança de ver acolhido este nosso convite, muito grato ficarei ao estimado Colega, pelo favor de uma pronta e formal resposta a esta carta, a fim de melhor orientar as nossas responsabilidades na organização da referida Jornada.

Cordial e atenciosamente,
a) THEMISTOCLES SILVA.

Presidente do Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro.

IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA EM NITERÓI

Prezado Colega:

A Comissão abaixo, organizadora da IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA, sob os auspícios do COLÉGIO NOTARIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, tem a grata satisfação de comunicar a sua próxima realização, em Niterói, neste Estado, de 9 a 16 de Julho vindouro, para a qual foram

organizados o temário e o programa, que a seguir se encontram.

Para o referido certame, temos a satisfação de convidar o esclarecido e prestimoso colega, contando com a sua valiosa e estimada presença aos trabalhos da referida Jornada Notarial, E, sendo desejo da Comissão, reunir um maior número de Tabeliães dos diferentes Estados, para ampla difusão dos objetivos que visam a união do notariado brasileiro, esperamos que o Amigo possa fazer chegar o presente convite a outros colegas do seu Estado, também interessados nessa reunião.

Junto, encontrará o colega uma ficha de inscrição, a qual deverá ser preenchida e devolvida ao Tabelião Manoel Galindo Junior, Palácio da Justiça e Cartório do 7.º Ofício, em Niterói, passando a segunda ficha a um colega do seu Estado, desejoso de participar da nossa Jornada.

Atenciosa e cordialmente,

A COMISSÃO:

Tab. JOUBERT EVANGELISTA DA SILVA Niterói

Tab. JOSÉ IGNACIO DA ROCHA WERNECK Niterói

Tab. TOBIAS BARRETO Niterói

Tab. MANOEL GALINDO JUNIOR Niterói

Tab. HERMES LOYOLA Niterói

Tab. FRANCISCO SCALI Petrópolis

Tab. DJALMA COUTINHO Petrópolis

Tab. TARCISIO JOSÉ DE ALMEIDA Petrópolis

Tab. HERMES CUNHA Nova Iguaçu

Tab. OSCAR PEREIRA GOMES Nova Iguaçu

Tab. RODOLPHO QUARESMA DE OLIVEIRA Nova Iguaçu

Tab. MURILLO ESTEVES DA COSTA S. J. de Meriti

Tab. JOÃO SILVESTRE RIBEIRO DE CASTRO Campos

Tab. EGILIO JUSTI São Gonçalo

PROGRAMA

DIA 9 - 16 horas: SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO, no Salão do júri (Palácio da Justiça), Niterói.

17 horas: Visita ao Esmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel Couto Filho.

DIA 10 - 9 horas: Passeio à cidade de Petrópolis e almoço no "Hotel Quitandinha" com uma visita ao Museu Imperial.

DIA 11 - 15 horas: Visita ao Egrégio Tribunal de Justiça.

16 horas: 1.ª REUNIÃO PLENÁRIA - Designação das Comissões.

DIA 12 - 15 horas: 2.ª REUNIÃO PLENÁRIA - Trabalho das Comissões.

DIA 13 - 15 horas: 3.ª REUNIÃO PLENÁRIA - Discussão dos Temas.

21 horas: ESPETÁCULO OFERECIDO AOS VISITANTES, em um Teatro do Distrito Federal.

DIA 14 - 15 horas: VISITA Ao MUSEU ANTONIO PARREIRAS - Niterói.

16 horas: 4.ª REUNIÃO PLENÁRIA - Discussão dos Temas.

DIA 15 - 15 horas: 5.ª REUNIÃO PLENÁRIA - Leitura das conclusões.

16 horas: ENCERRAMENTO DA JORNADA.

DIA 16 - 20 horas: JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO E DESPEDIDA, no Salão Restaurante da "SEARS", na Praia de Botafogo n.º 400 (Distrito Federal).

TEMÁRIO

I - A INSTITUIÇÃO NOTARIAL: sua posição na sociedade juridicamente organizada.

II - ADAPTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOTARIAL aos princípios do notariado de tipo latino, definido pelas resoluções dos congressos anteriores:

- a) organização corporativa;
- b) formação jurídico - profissional;
- c) competência funcional.

III - INTERVENÇÃO DOS NOTÁRIOS:

- a) nos Testamentos e Sucessões;
- b) nas Sociedades.

IV - DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES:

- a) dos Tabeliães titulares;
- b) dos Tabeliães substitutos;
- c) dos Escreventes e Auxiliares.

V - BRASIL, SEDE DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, EM 1956, NO RIO DE JANEIRO.

VI - SEDE DA V JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA.

NOTA: Os trabalhos sobre o temário devem ser remetidos à Comissão Organizadora, até o dia 15 de Junho de 1955, em três vias, datilografadas, mimeografadas ou impressas.

Sob os auspícios da FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS COLÉGIOS NOTARIAIS, será realizado na cidade do Rio de Janeiro, em Agosto de 1956, o IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, a ele comparecendo cerca de 300 Tabeliães de vários países latinos, segundo estimativa autorizada.

A este Congresso, de resultados positivos para o notariado brasileiro, desejamos concorrer com um número de Tabeliães não inferior àquele que esperamos receber do exterior, para uma demonstração de pujança da nossa classe.

Aos Tabeliães do Brasil, fazemos um apelo no sentido de que, unidos, compareçam ao IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, no Rio de Janeiro, em Agosto de 1956.

Niterói, Fevereiro de 1955.

Leis e Decretos

LEI N. 2.9581 DE 21 DE JANEIRO DE 1955

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas; por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 8.º - Os distribuidores judiciais ficam obrigados a comunicar à Secretaria da Fazenda as distribuições que fizerem, de pedidos de concordatas e de falências.

§ 1.º - As comunicações serão feitas no dia imediato ao da distribuição e dirigidas, na Capital, à Diretoria de Arrecadação do Departamento da Receita e, no Interior, ao Posto de Fiscalização da sede da comarca.

§ 2.º - Das comunicações deverão constar, necessariamente, o nome e o endereço do concordatário ou daquele cuja falência é requerida, assim como o Cartório ao qual for feita a

distribuição.

Artigo 25 - É facultado ao promitente ou compromissário comprador originário, bem como ao primeiro cedente ou cessionário, recolher, por antecipação e pelo valor do imóvel na data do contrato, o imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", devido pela transmissão, desde que o faça dentro de 120 dias a contar da promulgação desta lei:
Artigo 28 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1955, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de janeiro de 1955.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ
Sebastião Paes de Almeida
Edgard Baptista Pereira
Paulo Cesar de Azevedo Antunes
Nilo Andrade Amaral
Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 22 de janeiro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffart
Diretor Geral, Substituto.

D. O. de 23/1/55.

A continuação deste boletim depende exclusivamente das contribuições de nossos associados.

Portanto, apelamos mais' uma vez aos nossos distintos colegas, para enviarem as suas anuidades relativas ao corrente exercício, a fim de que a nossa revista não pare de circular e continue prestando relevantes serviços à classe.

Lei Federal

LEI N.º 2.437, DE 7 DE MARÇO DE 1955

Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. n.ºs. 177, 481, 550, 551, 619, 693, 698, 760, 817, 830, e 1.772, § 2.º, do Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 177. As ações pessoais prescrevem ordinariamente, em vinte anos, as reais em dez, entre presentes e entre ausentes, em quinze, contados da data em que poderiam ter sido propostas.

Art. 481. Vinte anos depois de passada em julgado a sentença, que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

Art. 550. Aquele que, por vinte anos sem interrupção, nem oposição possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título de boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao Juíz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição Do registro de imóveis.

Art. 551. Adquire também o domínio do imóvel aquele que, por dez anos entre presentes, ou quinze entre ausentes, o possuir como seu, continua e incontestadamente, com justo título e boa fé.

Parágrafo único. Reputam-se presentes os moradores do mesmo município e ausentes os que habitem município diverso.

Art. 619. Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião independentemente de título de boa fé.

Parágrafo único. As disposições dos arts. 552 e 553 são aplicáveis ao usucapião das coisas móveis.

Art. 693. Todos os aforamentos, salvo acordo entre as, partes, são resgatáveis vinte anos depois de constituídos, mediante pagamento de vinte pensões anuais pelo foreiro, que não poderá, no seu contrato, renunciar o direito ao resgate, nem contrariar as disposições imperativas deste capítulo.

Art. 693. A posse incontestada e contínua de uma servidão por dez ou quinze anos, nos termos do artigo 551, autoriza o possuidor a transcrevê-la em seu nome no registro de imóveis, servindo-lhe de título a sentença que julgar consumado o usucapião.

Parágrafo único. Se o possuidor não tiver título, o prazo, do usucapião será de vinte anos.

Art. 760. O credor anticrético tem direito a reter em seu poder a coisa, enquanto a dívida não for paga. Extingue-se, porém, esse direito decorridos quinze anos do dia da transcrição.

Art. 817. Mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca até perfazer vinte anos da data do contrato. Desde que perfaça vinte anos, só poderá subsistir o contrato de hipoteca, reconstituindo-se por novo título e nova inscrição; e, neste caso, lhe será mantida a precedência, que então lhe competir.

Art. 830. Vale a inscrição da hipoteca, enquanto a obrigação perdurar; mas a especialização, em completando vinte anos, deve se renovada.

Art. 1.772

§ 2.º Não obsta à partilha o estar um ou mais herdeiros na posse de certos bens do espólio, salvo se da morte do proprietário houver decorrido vinte anos.

Art. 2.º O disposto nesta lei não se aplica aos processos em curso.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1956.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Alexandre Marcondes Filho.

(D. da União de 12-3-55.)

Informações Várias

COBRANÇA DE IMPOSTO EM PARCELAS MENSAS

DEFERIDO PELO MINISTRO DA FAZENDA UM PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, despachando processo de interesse da Associação Comercial de São Paulo, publicado no "Diário Oficial" de ontem: "Do ponto de vista estritamente jurídico não há como divergir do parecer de fls. 11 e 15. O pedido formulado pela Associação Comercial de São Paulo envolve, entretanto, aspectos financeiros, decorrentes da atual conjuntura econômica, que

não podem ser desprezadas. De fato, em se tratando de aumento de capital mediante a mera utilização de fundos de reserva, não há, em verdade, a entrada de novos recursos que se venham a transformar em disponibilidade e permitir assim a imediata liquidação do tributo devido. A satisfação do débito depende, por consequência, do capital de movimento e este se forma substancialmente através do crédito bancário. É de reconhecer-se, portanto, a legitimidade das alegações aduzidas pela requerente, ao menos do ponto de vista financeiro. Exclusivamente por essa razão e atendendo à impossibilidade em que se acham as empresas de recolher, de uma só vez, o elevado montante do imposto devido, em virtude dos aumentos de capital realizados nas condições descritas, resolvo permitir, em caráter excepcional, seja o recolhimento de que se trata feito em cinco parcelas mensais, até junho deste ano, independentemente de multa de mora, que dispenso, por equidade, em face das razões especiais que justificam plenamente a concessão desse favor".

"O Estado de S. Paulo" 20/2/55.

Jurisprudência

ISENÇÃO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA COM FINANCIAMENTO PELO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES E FIRMADO COM SEUS ASSOCIADOS

PROCESSO N.º 204.839-53 - Tabelião do 6.º Ofício de Notas desta Capital - Consulta.

- Despacho: "Aprovo a decisão da Recebedoria do Distrito Federal (fls. 13), por guardar conformidade com a lei reguladora da espécie. Publique-se e, em seguida, restitua-se o processo à repartição de origem".

A decisão a que se refere o presente despacho, foi emitida nos seguintes termos:
"O Tabelião do 6.º Ofício, com apoio no parágrafo único do art. 66 das NN. GG. da C.L.I.S., comunicou ter dúvidas quanto à isenção do selo numa escritura lavrada em notas do seu cartório em 20-8-53, da qual juntou uma certidão.

2. Verifica-se da certidão apresentada, tratar a escritura em apreço da compra e venda de um terreno e financiamento de construção feito pelo I.A.P.C., para um seu associado.

3. Dispõe a alínea "b" do art. 38 do Decreto-lei n. 2.122, de 94-1940, que estão isentos do imposto, do selo.

"os contratos do Instituto, firmados com seus associados ou com terceiros."

4. Essa isenção expressa em lei especial continua assegurada em face do disposto no § 2.º do art. 52 das NN. GG. do Decreto n.º 32.392, de 9-3-53.

5. Responda-se, pois, nesse sentido.

6. Dê-se ciência e publique-se, subindo, em seguida, o processo à D.R.I., a cuja apreciação submeto este despacho."
D. O. 12-10-1954.

ESCLARECIMENTO: - Em resposta à consulta, ficou esclarecido que a isenção para os casos em tela continua a prevalecer em face do atual regulamento do selo.

ILEGAL O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR TABELIÃES

A propósito da publicação efetuada pela imprensa sobre o processo julgado pela Ordem dos Advogados, referente à ilegalidade do exercício da advocacia por tabeliães, os Srs. Francisco Teixeira da Silva Junior e Antonio Augusto Firmo da Silva, respectivamente, presidente e secretário do Colégio Notarial do Estado de São Paulo, enviaram ao professor Noé de Azevedo,

presidente da Ordem, a carta que a seguir transcrevemos:

"Tomamos conhecimento hoje da notícia publicada com destaque, pelos jornais, de que o ilustre Conselho da Ordem dos Advogados, Seção de São Paulo, na sua última reunião, vi em sessão secreta, apreciando o processo n.º 100, decidiu mandar arquivá-lo e pedir às autoridades competentes as necessárias providências para "cessar o exercício ilegal da advocacia pelos tabeliães."

Ainda que desconhecendo os fundamentos do citado processo n.º 100, permita-nos, Senhor Presidente, que manifestemos nossa estranheza a tão grave quanto imerecida acusação à classe dos Tabeliães de Notas. Não temos conhecimento de que qualquer de seus elementos exerça ilegalmente a advocacia.

E, se por acaso existe algum Tabelião de Notas que exerça qualquer profissão incompatível com o seu cargo, deveria ele, e somente ele, ser acusado, e não acusar-se de maneira tão genérica toda uma classe que, sem favor algum, merece o mesmo respeito e consideração que sempre dispensou à nobre classe dos advogados."

"O Estado de S. Paulo" de 14/2/55.

DÚVIDA SOBRE REGISTRO

Suscitante: Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição.

Impugnante: Dr. Edgard Raul Gomes.

PETIÇÃO DA SRA. OFICIAL INTERINA

"Tenho dúvida em transcrever o título junto. Trata-se de escritura de venda e compra, entre partes, como vendedores, Angelina Gomes, desquitada; como compradores Edgard Raul Gomes e s/mulher. Objeto da venda, duas casas - sob n.º 159 e 169 da R. Gral Carneiro, em Sto. Amaro, 30.ª subdistrito da Capital.

O motivo da dúvida reside no fato de ter o serventuário que subscreveu a escritura, aceito, como testemunhas do ato, duas pessoas ali declaradas como tendo dezesseis anos completos, incapazes, portanto. Novidade, em função notarial. Não se diga que foge à competência do oficial do Registro a observação de tal fato "....."

SENTENÇA DO M. JUÍZ EM EXERCÍCIO NA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

"Vistos, etc.

Improcede a dúvida levantada pela of. da 11.ª Circunsc. Imob. e referente ao registro de escritura de compra e venda entre Angelina Gomes e E. Gomes e s/mulher.

Realmente, a dúvida se funda em que as testemunhas instrumentárias são duas pessoas de dezesseis anos de idade, relativamente incapazes. Ocorre, entretanto, o que dispensa a apreciação referente à capacidade ou não das testemunhas, para o ato -, que, na referida escritura está afirmado que outorgante e outorgados são, conhecidos do Tabelião que a lavrou, fato esse que dispensa a intervenção de testemunhas, como tem sido julgado e se vê da Revista dos Tribunais, vol. 125, pag. 523 e Rev. e Jurisprudência Bras., vol. 74, pag. 85.

Nessa conformidade, não procede a dúvida. Custas, como de direito. P. e I. S. Paulo, 13 de Janeiro, 955.

(a) José Cavalcante Silva.

Suscitante: Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição.

Impugnante: A. C. Fernandes Junior.

Vistos.

Não há discutir o mandado de fls. onze. Expedido a fim de ser o roteiro fiscal do notário, não há razão para que deixe de surtir efeito junto ao oficial do Registro de Imóveis. Aquele mandado - que não seria lícito ao tabelião de notas discutir, senão guardar e observar há de receber igual tratamento do oficial do registro imobiliário. Ele é a própria "certidão" de isenção tributária, si et in quantum.

- É o que fica declarado; e, em consequência julgo improcedente a dúvida.

O próprio Juíz desta Vara de Registros Públicos não tem poder para impugnar decisões de outros Juízes (letra "d" e "f" do artigo 5 da lei 14.234, de 1944.

Se fosse passível de discussão o mandado, expedido pelo M. Juíz de Direito Dr. Murilo Matos Faria, caberia aduzir que o imposto de transmissão de imóvel, inter-vivos ou causa mortis, se inclui na isenção da aquisição de "bem de imóvel de seu próprio uso", pelo participante ativo da Revolução Constitucionalista, conforme jurisprudência reiterada. E, na conformidade da mesma jurisprudência, será da Fazenda do Estado o ônus da prova contrária, em ação executiva fiscal, qual de que o imóvel não é do próprio uso da beneficiária da isenção. Se tal prova um dia aparecer, estará elidida a isenção. Por ora, o que se tem a fazer é CUMPRIR O MANDADO com todo o seu alcance e todas as suas lógicas e naturais consequências. P. I. R.

São Paulo, 1.º de Março de 1955.

(a) Augusto Galvão Vaz Cerquinho.

Suscitante: Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição.

Impugnante: Maria da Graça L. Monteiro.

PETIÇÃO DO SR. OFICIAL DO REGISTRO

"Nos termos do art. 345 do Cod. de Proc. faço conclusão destes autos a V. Excia. para conhecer da seguinte dúvida:

a) conforme consta do título de aquisição, a área adquirida por D. Maria da G. Lugó Monteiro, foi de 6.432,50 ms², dos quais alienou 32 mts. 2, estando pois reduzida a 6.400,50 ms². No entanto a área loteada é de 7.102,50 mts. 2, havendo um acréscimo de 702 mts. 2.

b) não ter sido apresentada a certidão negativa de impostos municipais."

DECISÃO DO M. JUÍZ DA VARA DA REG. PÚBLICOS

"Vistos, etc.

Proceda-se ao registro requerido por d. Maria da G. L. Monteiro, suspenso em razão da dúvida levantada pelo Sr. serventuário da 3.ª Circunc., que, entretanto, Improcede, como demonstrado pela interessada.

Efetivamente, trata-se de compra e venda "ad corpus", de modo, que a menção à quantidade dos terrenos é meramente enunciativa e não "ad mensuram".

Quanto à certidão negativa, o mesmo ocorre, e, a alusão é metragem decorre, quase certamente, do fato de constar do título dominai a quantidade enunciada. sabido como é que as transferências de proprietários há de ser anotada no Cadastro da Prefeitura. Custas, como de lei. P. I.

São Paulo, 13 de Janeiro de 1955.

(a) José Cavalcante Silva.

**COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NÃO LOTEADO SEM A
CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO, DEVE SER FEITO POR ESCRITURA PÚBLICA
ACÓRDÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**

Processo n.º 59.515 - (G. 3559) - Campinas - Agravo de Petição - Agvte, Angelo Lefreri - Agvdo.,
M. Dr. Juíz de Direito da 1.ª Vara Cível de Campinas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de Petição n.º 515, da comarca de
Campinas, em que é agravante Angelo Lefreri, e agravado o Dr. Juíz de Direito da 1.ª Vara Cível
de Campinas, que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da
1.ª Circunscrição daquela comarca:

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, negar provimento ao agravo, para confirmar, como
confirmam, a decisão agravada por seus jurídicos fundamentos.

Assim decidem, por ser procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 1.ª
Circunscrição da comarca de Campinas.

O agravante pretendeu inscrever um contrato particular de compromisso de compra e venda de
imóvel sem clausula de arrependimento. O serventuário negou a inscrição e sustentou, com
acerto, que em face dos preceitos da Lei n.º 649 de 11 de março de 1949, conferindo aos
compromissários direito real oponível a terceiro, a formalidade da escritura pública era
indispensável, desde que o valor do contrato excede a mil cruzeiros.

A sentença agravada deu-lhe razão e demonstrou com fundamento no princípio dominante no
art. 134 n.º II do Código Civil, confirmado no regulamento dos Registros Públicos, que a
constituição de direito real não seria admissível, mediante inscrição de contrato particular.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 15 de julho de 1954.

(aa) Gomes de Oliveira, presidente.

J. M. Gonzaga, vice-presidente.

Marcio Munhoz, corregedor geral da Justiça e relator.

Adv. Lauro Pimentel.

(Diário da Justiça de 23-3-55)

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS
BRENO DE TOLEDO LEITE
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA
SEBASTIÃO MEDEIROS
ALCIDES DE MELO VALE

Presidente
Tesoureiro
Secretário

CONSELHO FISCAL



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
BRASILIO MACHADO NETO
IBSEN DA COSTA MANSO
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPELLOS -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
DOS "SELOS ESTADUAIS" DEVIDOS EM NOTAS PÚBLICAS	3
REGISTRO DE NASCIMENTO	6
FOCALIZANDO	6
PENHOR	7
COMPENSAÇÃO SEM JUSTIÇA, NÃO É MERITÓRIA	7
CAMPANHA NACIONAL DE REFLORESTAMENTO	8
COLÉGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO	9
COLÉGIO NOTARIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	9
IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA EM NITERÓI	10
LEIS E DECRETOS	12
LEI N. 2.9581 DE 21 DE JANEIRO DE 1955	12
LEI FEDERAL	14
LEI N.º 2.437, DE 7 DE MARÇO DE 1955	14
INFORMAÇÕES VÁRIAS	15
COBRANÇA DE IMPOSTO EM PARCELAS MENSAIS	15
JURISPRUDÊNCIA	16
ISENÇÃO	16
ILEGAL O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR TABELIÃES	16
DÚVIDA SOBRE REGISTRO	17

COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL NÃO LOTEADO SEM A CLÁUSULA DE
ARREPENDIMENTO, DEVE SER FEITO POR ESCRITURA PÚBLICA

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

SUPLENTE

ÍNDICE

Nº 050 - Publicação: 01/04/1955

Colaboração.

COLEGAS, PARABÉNS!

J. ODILON DE ARAUJO

(Oficial do Registro de Imóveis e anexos de Mogi das Cruzes)

Constituiu indubitavelmente uma grande e magnífica vitória para a nobre classe dos servidores da Justiça a retirada da pauta, pelo seu próprio Autor, do malsinado projeto de lei n.º 615/54, apresentado em fins da legislatura passada a Assembléia Legislativa do Estado pelo Deputado Salgado Sobrinho.

É de recordar aqui - aos que dele não tivessem tornado conhecimento, pois que rapidíssima, "et pour cause", estava sendo a sua tramitação naquela Casa - que esse infeliz projeto cuidava, nada mais, nada menos, de conferir ao Serventuário ou Escrevente que permanecesse afastado de suas funções para ocupar cargos eletivos, 2 (DOIS) pontos, por legislatura ou período governamental!!

Em artigo anterior, publicado nesta mesma Revista, em seu último número, focalizando o aspecto imoral do projeto, acentuei que iria ele PREMIAR (é bem essa a expressão adequada) aqueles que se afastassem voluntariamente de suas funções precípuas de Serventuário ou de Escrevente, em detrimento dos que, cômicos de suas responsabilidades e dos seus deveres para com a carreira que abraçaram, permanecem no exercício ININTERRUPTO de seus cargos.

Para mostrar o injusto da proposição (que custa a crer houvesse sido aprovada em primeira discussão, com pareceres favoráveis e unânimes das Comissões pelas quais transitou), assinalava eu que aqueles Serventuários ou Escreventes que, no cumprimento de suas mais elementares obrigações, se achem no EXERCÍCIO EFETIVO das funções, a lei vigente n.º 819, de 31 de outubro de 1950, confere apenas 1 (UM) ponto por cinco anos de serviços prestados sem interrupção. E pelo projeto de lei em crítica, iriam os felizardos Serventuários ou Escreventes ocupantes de cargos eletivos ter, POR PERÍODO GOVERNAMENTAL OU LEGISLATURA (que é, em regra, de 4 anos) 2 (DOIS) pontos cada quatro anos!!

Não é verdadeiramente incrível, pasmoso, o que se pretendia fazer ?

Foi preciso que uma voz ativa, autorizada, independente, como felizmente as há na Assembléia Legislativa, se erguesse para profligar, com veemência, o esbulho, o atentado, que se perpetrava fazer aos direitos e conquistas dos Serventuários e Escreventes do Estado, em benefício, quiçá, de um reduzido número de interessados imediatos.

Dentre os nobres Deputados que integram, atualmente, a Assembléia Legislativa. do Estado e cuja atenção tem estado invariavelmente voltada a serviço da nossa classe, há a destacar pela sua combatividade e independência, o Deputado Jayme de Almeida Pinto que, a propósito desse famigerado projeto de lei, teve palavras candentes, com as quais pôs a calva a mostra os intuítos menos confessáveis dos que, ardorosamente, pugnavam pela imediata aprovação daquele projeto de lei.

Registro, pois, com sinceridade e ufania, minhas expressões de simpatia e de admiração a esse verdadeiro defensor dos interesses da classe, ao qual me dirigi e atemorizei de admoestar severamente os que, por esta ou aquela razão, procuram em projetos de lei, desvirtuar as finalidades altamente moralizadoras dos concursos para provimento de Cartórios, encaixando na

lei vigente modificações ao sabor das conveniências casuísticas de interessados, a custa de sacrifícios de outrem, que passivamente a elas se submetem, impossibilitados de meios para as combaterem.

Melhor do que as palavras que eu pudesse alinhar aqui, no relato dos fatos ocorridos, é a própria e corajosa oração desse eminente Deputado, proferida ao ensejo da 2a. discussão do malfadado projeto, de que resultou a vitoriosa retirada da pauta e cuja publicação consta do "Diário Oficial" de 18 de março do corrente ano.

Afortunadamente, vozes se levantaram e - estou certo - de novo se levantarão no repúdio a essas tentativas inomináveis, que naquela Casa se pretenda fazer ao arremetidas dos interesses de uma classe, por todos os títulos respeitável.

Na defesa intransigente dos impostergáveis direitos e prerrogativas da classe dos Servidores da Justiça a que me honro de participar, tenho me mantido alerta a todas as arremetidas que, a mude, se pretende fazer a lei n.º 819, que regula o provimento de Ofícios de Justiça.

Malgrado as modificações que lhe tem sido introduzidas, algumas merecedoras dos nossos aplausos e entusiásticos encômios, é a legislação vigente sobre o assunto, boa..

Mister, porém, que se mantenha ela estável, inalterada e não amoldando-se, toda hora, aos interesses personalíssimos de cada um.

Mantenhamo-nos, assim, de atalaia contra todas as investidas que se lhe façam, maximé contra aquelas que, muita vez, vem embuçadas em substitutivos adrede apresentados e que refogem a ementa. principal do projeto inicial, como ocorreu no caso em tela.

Impõe-se, portanto, uma vigilância constante, diuturna, para que não sejamos prejudicados em benefício dos interesses de uns poucos.

Levemos o nosso agradecimento aos representantes do povo que, na Assembléia Legislativa do Estado, estão, como o Deputado Jayme de Almeida Pinto, defendendo os interesses e direitos de uma classe numerosa e tão vilipendiada, não obstante os nobres e elevados encargos que tem.

Conservemo-nos unidos e solertes e só assim teremos conseguido o objetivo comum: a preservação da lei n.º 819 contra as investidas que ostensiva ou subrepticamente, lhe são feitas ou tentadas fazer.

Alerta, pois! SERVENTUÁRIOS e ESCRIVENTES!

CARTA ABERTA AOS MEUS COLEGAS.

ABNER BORGES

Fui eu um dos iniciadores da Associação dos Escrivães de Paz, a qual associou-se mais tarde a Associação dos Serventuários de Justiça.

Dessa época para cá venho sentindo nesta Associação o desejo sincero de todas as diretorias de concretizar a união dos serventuários de Justiça, por considerá-los uma só classe colocados no mesmo pé de igualdade.

Fiz esta preliminar com o fim de esclarecer aos meus colegas que as diretorias passadas e atual jamais cuidaram dos interesses isolados, servindo a uns em detrimento de outros. Tão pouco fez-se distinção entre serventuários da capital e interior.

Lamentavelmente o que tem havido é falta de compreensão, colaboração e união, que sob a égide da Associação poderíamos, se unidos, representar uma força poderosa e respeitada.

Não teve a nossa Associação nenhuma interferência pró ou contra a oficialização dos cartórios como alegam alguns colegas.

Ela simplesmente facultou aos seus associados a defesa dos seus interesses pessoais, deixando que cada qual tomasse o rumo das suas conveniências.

Compreende-se que servidores em cartórios rendosos e importantes não trabalhem contra os seus próprios interesses, o que sucederia também com aqueles que dos maus cartórios passassem para os melhores.

Do mesmo, modo, "mutatis mutandis", os colegas dos maus cartórios que trabalharam e lutam pela oficialização que lhes trará melhores vantagens, sob a forma de vencimentos.

Considere-se ainda que os bons cartórios são em número altamente inferior ao número de pretendentes.

Existem as leis de remoção e promoção que servem de veículo, embora vagaroso, para conduzir os servidores dos cartórios piores para os melhores, levando-se em conta títulos, e tempo de função, que acumulando pontos, facilitará a chegada a sonhada jornada de todos nós. Necessário se torna que estejamos unidos para podermos impor os nossos pontos de vista e direitos, e acima de tudo exigirmos justiça e acatamento as nossas reivindicações.

Tudo aceitamos sem protesto e de cabeça baixa, como escravos amedrontados pelo tanger do chicote. Por que?... Porque somos desunidos e por isso mesmo fracos, e uma associação de fracos e uma poderá ser forte e respeitada.

É preciso que o regimento de custas seja atualizado as condições de vida do momento, que sejam extintos os cartórios nulos quando vagos, que foram criados unicamente com fins políticos, anexando-os aos de menores rendas, dentro dos mesmos municípios e comarcas afim de que, mesmo oficializados, possam manter-se; pouco tem sido feito em nosso benefício e garantia do nosso futuro e das nossas família, ou quase nada digamos, e a culpa nos cabe pela nossa desunião.

O desprestígio nosso é consequência do mesmo desprestígio que os servidores dão a nossa Associação, pois não poderemos exigir dos outros aquilo que nós mesmos negamos a nossa entidade de classe e a. nós próprios: - consideração, compreensão e apoio.

Caros colegas. Aqui, fica, pois, consignado, o meu apelo para o toque de reunir. Que o meu pedido seja ouvido por todos, desde os que vivem sob os céus desta capital, como aqueles que pacatamente cumprem os seus deveres de serventuários nos mais distantes recantos do nosso Estado, é a minha esperança.

Unidos sob a bandeira da nossa Associação tornar-se-á ela forte, consequentemente fortes seremos.

UMA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL.

J. B. PEÇANHA SOBRINHO
(serventuário)

Há situações anômalas dentro da legislação que regula os interesses dos serventuários de Justiça que por razões indesculpáveis, vão se perpetuando.

Não se sabe bem a razão da permanência dessas situações incomodas, quando, hoje em dia, qualquer classe, por ínfima que seja, sempre quebra lanças em prol dos seus próprios reclamos.

A classe dos serventuários constitui um compartimento estanque dentro do quadro do

funcionalismo.

Uns, pela largueza de proventos que o seu ofício confere; outros, pelo conformismo visceral que lhes anula a personalidade; ainda outros, pelo natural egoísmo que lhes encurta o horizonte; a verdade é que a classe só se põe em guarda e em atividade quando o interesse imediato lhes alfineta a sensibilidade.

Para quem observa desde há muito o cenário condizente a conquista de vitórias acalentadas pela grei cartorária, isso sem estreito, particularismo, o que se disse acima representa a crua verdade, sem o disfarce deletério do convencionalismo e da conveniência que nada resolve.

Para o mesmo observador, também não passa despercebido, como contrapartida a observação, o permanentemente movimento de reduzida mas ativa minoria de interessados que vive as portas da Assembléia, pedinchando favores através de projetos e emendas que derrapam flagrantemente na via da constitucionalidade ou da ética.

Infelizmente aquele movimento, mercê da ignorância ou esperteza de certos deputados mancomunados com a frouxidão dos poderes executivos pretéritos, sempre trouxe resultados positivos aos seus executores, como se comprova com o amontoado de absurdas regalias obtidas nos últimos tempos. Leis protecionistas, aos poucos, vão abrindo frestas inconfessáveis dentro da lei da carreira, - (lei 819), para acarinhar alguns em prejuízo da maioria.

Essas considerações mais ou menos amargas que servem de intróito ao presente artigo, vieram a mente do seu autor ao apreciar os efeitos do artigo 6.º da lei 2456 de 30 de dezembro de 1953, que estabeleceu novo quadro territorial do Estado.

Que o citado artigo 6.º é um preceito de largo alcance, elaborado exclusivamente com o fito de resolver, com alta sabedoria e eficiência, uma situação, ninguém discute. Tanto isso é verdade que o problema visado por ele, considerado isoladamente, acha-se plenamente resolvido.

Os oficiais do registro civil, que foram prejudicados por desmembramentos distritais, aos poucos vão se ressarcindo dos danos que lhes mutilaram a área distrital, ressarcimento esse que lhes vai cabendo de uma maneira racional, justa, sem os excessos do direito anterior.

Todavia, malgrado a justeza do artigo 6.º em causa, a sua aplicação veio provocar, paralelamente, o aparecimento de uma situação deveras calamitosa aos serventuários que jamais tiveram retalhamentos territoriais, uma vez que a sua vigência representa um verdadeiro monopólio aos oficiais por ele beneficiados.

Como toda vaga de cartório de registro civil fica reservada aos titulares lesados; por desmembramentos distritais, os serventuários que tem a área intacta ficaram a margem dos concursos, não lhes cabendo o direito de se inscreverem nas vagas que vão surgindo.

O exclusivismo contido no bojo do artigo 6.º, não resta a menor dúvida, merece ser superado pelo advento de uma outra legislação que garanta, também, aos oficiais isentos de prejuízos distritais, a oportunidade de se inscreverem nos concursos, isto é, se beneficiarem da instituição da carreira objetivada pela lei 819.

É bem verdade que os titulares de cartórios de registro civil, com anexos, não foram totalmente prejudicados pelo artigo 6.º em apreço, uma vez que o anexo lhes dá o ensejo de se inscreverem nas vagas a ele correspondentes.

Todavia, pergunta-se: acaso não existem no Estado serventuários cujos cartórios são exclusivamente de registro civil, não existindo aglutinação de qualquer outro ofício? Os titulares de 3.ª e 4.ª entrâncias e muitos de 2.ª não estão nessa hipótese? Esses serventuários, aliados da carreira, é que fazem jus a uma providência da Assembléia, devendo vir esta em socorro dos seus direitos e das suas justas reivindicações.

Não podem eles permanecer estagnados nos seus ofícios, vendo os demais colegas em constante melhoria de situação funcional. A Assembléia Legislativa do Estado cabe uma medida decisiva e urgente, uma vez que o preceito constitucional declara a igualdade dos direitos.

Como mera sugestão, uma vez que o assunto deve ficar ao encargo dos doutos e conhecedores da matéria, queríamos alvitrar uma lei que dividisse os concursos em duas séries: uma destinada aos oficiais prejudicados por danos distritais e outra aos demais que nada sofreram, ou que já foram indenizados pelo poder estatal.

O Estado, no exercício do sagrado dever de ressarcir danos perpetrados, não relegaria, então, a própria sorte, os serventuários que ficaram privados da lei da carreira, em vista dos efeitos do esclarecido e justo artigo 6.º já mencionado.

Um procedimento governamental, visando a correção da lacuna, portanto, se impõe, sem a tardança que costumava sublinhar, paradoxalmente, os atos dos nossos administradores que se diziam destinados a fazer justiça.

A situação atual não pode perdurar, mesmo porque ao Estado não é lícito usar de dois pesos e duas medidas, ao encarar os direitos dos seus cidadãos.

A Assembléia Legislativa do Estado, pondo um hiato, a crescente iniciativa de certos representantes em malsinar a lei 819, engendrando "pontos" por motivos de nonada aos interessados apadrinhados, dirigimos estas linhas, antes que a citada lei 819 fracasse irremediavelmente.

Se algum ilustre senhor deputado já tiver providenciado, tanto melhor. Bastará o apoio dos demais.

DECRETO-FEDERAL N.º 9.3301 DE 10-6-1946.

LUIZ CARLOS DA SILVA

Oficial do Registro Civil e Tabelião de Guará

Relativamente ao Decreto acima, que dispõe quanto ao imposto sobre lucros nas vendas de propriedades imobiliárias, queremos trazer ao conhecimento dos prezados leitores desse "Boletim", nosso ponto de vista acerca de determinações que a Delegacia Seccional do Imposto de Renda vem de fazer aos Cartórios da Região, citando a "obrigatoriedade de comprovante da construção de imóveis e benfeitorias, para o caso de dedução do imposto, (§§ 1.º e 2.º do art. 92) comprovante esse datado da época da construção, com o reconhecimento da firma do construtor também procedido na época em que foi firmada o documento."

Pedimos permissão para declarar que achamos bastante rigorosa essa medida do fisco federal, citando, como exemplo, o caso daqueles que adquirem terrenos e neles constroem: não exigem recibos dos construtores e, quando o fazem, não tem, a cautela de providenciar, a seguir, o reconhecimento da firma respectiva. Resultado: Aquele que comprar, vamos supor, um terreno pelo preço de Cr\$ 2.000,00 e nele construir uma casa, na qual despenderia Cr\$ 70.000,00, estaria obrigado, caso vendesse-a por Cr\$ 90.000,00, a pagar o imposto tomando por base o lucro de Cr\$ 88.000,00, quando esse teria sido realmente de Cr\$ 18.000,00, de vez que provaria, apenas, com a escritura da compra do terreno, a despesa de Cr\$ 2.000,00, não podendo provar a despesa da construção. Estaria, desse modo, o proprietário do imóvel, forçado pelas circunstâncias, a pagar imposto sobre lucro que não auferiu.

Sugeríamos, assim, para que se fosse permitido aceitar o comprovante (ou comprovantes) da construção, concordando em que fosse obtido na época da mesma. Entretanto, o reconhecimento da firma, opinaríamos para que ele pudesse ser feito posteriormente, pois o tabelião não reconheceria firma que não fosse verdadeira. Também achávamos viável, que o imóvel fosse avaliado pelo Sr. Coletor ou por funcionário por ele designado, dispensando-se, no

caso, o comprovante, nem sempre fácil de ser conseguido. Atendendo, o fisco federal, a essas sugestões, faria merecida justiça aos contribuintes do mencionado imposto.

ANEXAÇÃO DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA.

ANTONINO CINTRA

Em sucinta explanação passaremos a fazer um relato sobre o que se tem praticado com referência a anexação do ofício de distribuidor, contador e partidor, ao ofício do registro civil das pessoas naturais.

- A modificação em apreço não deixa de ser um imperativo do bom senso, juntando duas atribuições de justiça desajustadas por falta de consistência, a uma única em caráter consolidado.

Começaremos por abordar os seguintes decretos e todos eles atinentes ao mesmo escopo: - o decreto-lei n.º 11.464 de 30 de setembro de 1940, conceituou com muita propriedade essa admissível junção de ofícios de justiça.

- Vem mais tarde, treze anos depois o decreto n.º 5.393 de 20 de fevereiro de 1953, que por sua vez secundou as mesmas bases porque se aferiu o decreto anterior. Tanto um como outro visavam um único fito-proporcionar mais meios de subsistência aos oficiais do registro civil em distritos de insignificante movimento.

- Realmente, assim acontece.

- Principalmente nos distritos de sede das comarcas de primeira entrância e até mesmo em algumas de segunda entrância, e é para essas mesmas comarcas que se estabeleceu a medida objeto desta simples crônica.

- Para se comprovar tão premente motivo de reajustamento, basta assinalar o índice baixo de registros de nascimentos e de casamentos, que chega ser desalentador, péssimo mesmo nessas comarcas.

- Como se poderão manter serventuários de justiça com a decência que reclama o próprio cargo, quando com seus cartórios nem sequer percebem o mais necessário para a sua subsistência? - São obrigados a viva força, usar de uma ginástica para se poderem contrabalançar.

- Esse fenômeno depressivo, na verdade, não abrange a todas as comarcas de 1.ª entrância, mas se manifesta pesadamente em muitas delas.

- Vem, ainda, em abono dessa discutida e imprescindível anexação, a contribuição valiosa dos maiores expoentes da magistratura que, indubitavelmente, reconhecem e proclamaram o acerto dessa fusão de ofícios de justiça.

- Deduz-se como conclusão que no rol de um reclamado reajustamento geral em todos os setores de vida trabalhista, a anexação do ofício de distribuidor, contador, partidor e mesmo depositário público, ao ofício do registro civil, em distritos já aludidos, se torna da mais importante e inadiável decisão.

- A conjuntura em que se encontram os serventuários desses deficientes distritos, de rendas tão precárias, não comportam delongas e muito menos paliativos.

- Escuda-se na razão do bom senso que, os ofícios de justiça e pertençam eles a categoria a que pertencer, devem se achar cercados de todas as possibilidades existenciais e condignas de maneira a produzirem os frutos seguros de suas produções genéricas. E, para que isso aconteça, os seus servidores que, cotidianamente, se entregam ao labor com tão boa vontade, devem pelo mesmo motivo merecer o amparo da própria justiça.

- Dessa mesma justiça para a qual se voltam todos os mesmos serventuários, com ânimo forte e determinado de bem servir.

- Sendo, também certo que os atuais emolumentos já não estão mais compatíveis com o elevado custo de vida e com as despesas cartorárias.

DEVASTAÇÃO DAS FLORESTAS.

IMPRESSIONANTES OS DADOS FORNECIDOS PELO I.B.G.E.

Nossa riqueza florestal poderá extinguir-se em um prazo mais curto do que aquele que suspeitamos, se a devastação das matas prosseguir em todo o território do Brasil na marcha em que se processa atualmente. A região Sul poderá ser completamente desflorestada em 26 anos, o Leste em 22 e o Nordeste em apenas 15 anos! Estes números, que a primeira vista parecem exagerados provêm dos cálculos efetuados por pessoas especializadas, cujos trabalhos, publicados pelo Conselho de Economia Nacional, se baseiam em observações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo e em dados do Serviço de Estatística da Produção, do Instituto do Pinho e do I. B. G. E.

O total das matas no território nacional reduziu-se de 5.018.833 quilômetros quadrados, existentes; em 1911, a 3.768.151 Km², em 1947, e a 3.567.696 km², em 1953, ou cerca de 357 milhões de hectares. Quer isso dizer que a devastação atingiu, no intervalo de quarenta e poucos anos, a aproximadamente 150 milhões de hectares. E continua numa média de 3,5 milhões de hectares por ano, podendo, como se vê, liquidar em um século todas as nossas reservas florestais, agora concentradas principalmente no Centro-Oeste e Norte do país.

Em todo o Brasil, até hoje, para contrabalançar a exploração predatória das matas, apenas 500 milhões de árvores foram plantadas, das quais 400 milhões em São Paulo. Mas a superfície reflorestada, admitindo-se 4 km², por pé, não ultrapassaria 2.000 quilômetros quadrados, o que é irrisório diante da área desfalcada, pois corresponderia a 0,001% da devastação. Esses dados, que começam a inquietar os técnicos, servem ao debate que se abre na imprensa e cujos resultados serão de indizível importância para o futuro do país.

"A União" de 6-3-55 - J. Pessoa - Est. da Paraíba.

Provimentos.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA.

ACÓRDÃO

Negaram. provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 71.733, da comarca de S. Paulo, em que são, agravantes o Banco F. Munhoz S. A. e Francisco Parlatori e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 8.^a Circunscrição.

Acordam em Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso e confirmar a decisão agravada que julgou procedente a dúvida. Custas pelos agravantes. Trata-se de averbar rescisão consensual de um compromisso de compra e venda de um imóvel para cancelamento da respectiva inscrição. Teve o Oficial dúvida em fazer a averbação, porque do contrato de compromisso consta ser o compromissário comprador casado, enquanto que do instrumento de desistência e rescisão resulta ser ele desquitado. A decisão agravada julgou a dúvida procedente. Muito se discutiu, com especial relevo, as questões referentes a natureza real ou pessoal do contrato de compromisso c a necessidade ou não da

outorga uxória para o distrato, mas para a solução do caso, o que interessa é saber se houve ou não partilha consequente ao desquite, porque real ou pessoal, o compromisso de compra e venda importou em acréscimo, patrimonial para o casal criando urna situação que não pode ser resolvida unilateralmente por um só dos cônjuges. Fica assim mantida a decisão agravada.

São Paulo, 18 de Abril de 1955.

(aa) J. Marcelino Gonzaga, Presidente.

Theodomiro Dias, Vice-Presidente.

Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Advogado: - S. G. Barbosa Duarte.

Processo n.º 44.956 - (G. 4735) - São Paulo - Correição Parcial - Repte. Hipolito Garcia - Reqdo. MM. Juiz de Direito da 10.ª Vara Criminal.

D. J. 3-5-55.

ACÓRDÃO

Deram provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 71.120, da comarca de São Paulo, em que são agravante Joaquim Geronimo e agravado o Oficial do Registro da 3.ª Circunscrição Imobiliária - Acorda o Conselho Superior da Magistratura por votação sem discrepância, dar provimento ao recurso, para reformar a decisão agravada e julgar improcedente a dúvida. Custas na forma da lei. O agravante tendo adquirido um imóvel a d. Laurinda de Oliveira lungano, verificou que o título da alienante não estava devidamente transcrito, levando-o ao registro sofreu impugnação do Oficial que teve dúvida em proceder a transcrição por não estar a escritura acompanhada da primeira guia de pagamento do imposto de transmissão, da certidão negativa de impostos estaduais, e ainda porque o imóvel figurava como compromissado a terceiro, no memorial de certo loteamento. As faltas de natureza fiscal foram supridas pelo interessado, mas a dúvida foi julgada procedente pela decisão agravada por parecer a seu prolator, acolhendo a argumentação do Oficial, necessária a intervenção do terceiro compromissário, para ratificação da alienação. Não se justifica entretanto essa exigência. O compromisso a favor do terceiro (Ernesto B. Carvalho) não estava averbado, tendo sido apenas denunciada sua existência na forma do art. 1.º, das Disposições Transitórias do Decreto Lei n.º 58, não havendo o compromissário apresentado sua caderneta ou contrato para averbação, como determina o parágrafo único do citado dispositivo legal. Não tendo sido averbado, o compromisso não conferiu direito real a compromissário e assim sua intervenção na alienação do imóvel é desnecessária.

São Paulo, 8 de março de 1955.

(aa) Marcelino Gonzaga - Presidente.

- Theodomiro Dias - no exercício da Vice Presidência.

- Pedro Chaves.

- Corregedor Geral e Relator.

- Adv.: Maximiano de Souza Carvalho.

D. J. 3-5-55

DESPACHO DO SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

No processo n. 234.737-55-SJ, em que o Sr. Abilio Ferreira Guarita, escrivão do cartório do 9.º ofício criminal pleiteia contagem em dobro de férias não gozadas para efeito de aposentadoria: "Os serventuários de Justiça, excetuados os de nomeação do Governo com vencimentos pagos pelo Tesouro, não são obrigados ao gozo de férias, observada escala organizada. Essas, as chamadas férias regulamentares, serão as que se contam em dobro quando não gozadas por absoluta necessidade de serviço. Com referência aos serventuários nomeados com vencimentos pelo Tesouro é que se deve entender o disposto no artigo 29 da lei n. 819, de 31 de outubro de 1950 - quando prescreve que as férias não gozadas - isto é - as que deveriam ser gozadas - serão contadas em dobro para efeito de aposentadoria, tanto mais quanto essa lei não traz alteração da legislação sobre férias de serventuários em geral. O requerente - ao passar para o exercício de escrivão criminal desta comarca da Capital - interrompeu o exercício em gozo de férias regulamentares - (e aí já com direito à férias) de 1.º de julho de 1953 a 31 de agosto de 1953 e de 11 de janeiro de 1954 a 10 de fevereiro de 1954.

- Anteriormente, não tinha o requerente como escrivão do 2.º ofício de notas e anexos da comarca de São João da Boa Vista, direito a férias, que eram facultativas e desde que o serventuário contasse com auxílio de escrevente habilitado, a princípio, até 30 dias, nos termos do artigo 19 do decreto n. 5129, de 23 de julho de 1931, depois, por vinte dias contínuos, nos termos do artigo 3.º letra c do decreto 6460 de 25 de maio de 1934. Ora, é claro que não se devem contar em dobro férias que o requerente não gozou porque não as quis, tanto que não as pediu. A informação do escrivão da Corregedoria Geral da Justiça, de que o requerente deixara de gozar férias regulamentares, por conveniência do cartório a seu cargo, colide com a certeza de que férias de serventuários, da classe do requerente, não eram nem foram regulamentares, apenas meramente facultativas, dependendo do seu pedido, que aliás, não alega, o requerente o haja feito. Nestas condições, indefiro o pedido de fls. 7".

D. O. do Executivo do 27-4-55.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.

N. 13.158 - Juízo de Direito da Comarca de S. José do Rio Preto - "Parece-me que o Dr. Juiz de Direito, representante, não está com razão; a distribuição dos serviços de correição permanente da comarca de S. José do Rio Preto, foi feita atendendo-se ao duplo critério das atribuições privativas e da justa repartição dos trabalhos.

- É verdade que a lei atribuiu ao Juízo da 3.ª Vara os serviços atinentes aos registros públicos mas os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, nos Distritos, não são "privativos" desses serviços, sendo também Tabelionato. Assim, se fossemos até as últimas consequências, teríamos que designar para a correição dessas serventias, dois juizes, o da 3.ª vara, para a parte do Registro Civil, o da 1.ª vara para a parte do notariado.

- Tratando-se pois de serventia com serviço junto a mais de uma vara, poderia a Correição Permanente ser atribuída a qualquer delas.

- S. P., 7-3-1955.

(a) Pedro Chaves".

D. J. 9/3/55.

DESPACHO PROFERIDO SOBRE LICENÇA:

N. 9811 - Martinho Alves Porto - Itápolis - "O interessado deveria aguardar a licença, em exercício, na forma do artigo 13 da lei 2.177 de 1953.

- O requerimento de licença foi protocolado nesta Corregedoria em 1.º de Fevereiro de 1955, fora já do período de férias em cujo gozo o serventuário requerente se encontrava. Assim, o período que decorreu entre a data em que deveria o serventuário reassumir o exercício e a concessão da licença deve ser considerado como de "falta" que deve ser justificada.

- S.P., 7-3-955.

(a) Pedro Chaves.

D. J. 9/3/55.

Processo n.º 10.253 - (G. 4569) - Campinas - Despacho do Sr. Presidente proferido na petição de recurso extraordinário, em que é interessado o Dr. Edmundo Barreto, nos autos da dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da comarca: "Há manifesto equívoco no despacho supra, exarado pelo ilustre Presidente a quem, no momento, tenho a honra de substituir. Considero, por isso, sem efeito esse despacho. O que se vê da petição retro é que a parte pretende recorrer extraordinariamente do acórdão de fls. 76, pelo qual o E. Conselho Superior da Magistratura, confirmando a sentença de fls. 53, julgou procedente a dúvida levantada pelo Oficial do Registro de Imóveis, relativa a possibilidade da inscrição, como ônus real, dos recibos de fls. 8 a 10. O acórdão recorrido confirmou a sentença por seus fundamentos, que adotou. Fê-lo, portanto, por dois motivos: a) um de fato: não se encontrar o imóvel, objeto dos recibos, regularmente identificado e transcrito no registro imobiliário; b) outro de direito: a ser imprescindível, no caso, a escritura pública, visto tratar-se de contrato constituído de direito real, de valor superior a dez mil cruzeiros.

O recurso extraordinário, visando apenas este segundo fundamento, não pode ser admitido.

Ao requerente falta legítimo interesse para interpô-lo, porque, julgado que fosse procedente o recurso, o acórdão recorrido subsistiria pelo seu primeiro fundamento. O recurso extraordinário, no caso, teria o mero efeito acadêmico de solver dúvida teórica, sem proveito prático para o recorrente.

Denego-lhe, por isso, seguimento.

São Paulo, 6 de Abril de 1955. (a) J. Marcelino Gonzaga", Adv. Dr. Edmundo Barreto.

D. J. de 13/4/55.

TRIBUNAL PLENO.

A ANEXAÇÃO DE CARTÓRIO DE DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO A CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL.

Sobre a representação feita pelo serventuário vitalício do cartório do Registro Civil de Adamantina sr. Jacintho P. Xavier Ferreira, a Comissão constituída pelos senhores desembargadores Marcio Munhós, Leme da Silva, Amorim Lima, Justino Pinheiro e Vasconcelos Leme, exarou o seguinte parecer, que foi unanimemente aprovado, na sessão plenária de ontem: "De acordo com o critério geral estabelecido no decreto n. 5.393, de 20 de fevereiro de 1953 estabeleceu-se que nas comarcas de 1.ª entrância, com exceção apenas de cinco, os ofícios de distribuidor, contador e partidor ficam anexados aos do escrivão de paz, hoje de registro civil, do distrito da sede da comarca.

No decreto-lei n. 11.464, de 30 de setembro de 1940 adotou-se o mesmo ponto de vista para os casos de vacância dos cartórios já existentes.

Pode-se, portanto, reconhecer que a regra geral consiste na anexação pretendida na representação do serventuário de Adamantina. Aliás, os motivos expostos em sua petição vem

demonstrar que não se justificava a criação autônoma do cartório de distribuição na mencionada comarca.

A insuficiência de renda desse cartório constituirá constantemente um obstáculo para o seu preenchimento.

Sabia, portanto, foi a providência genérica determinando a anexação aos cartórios do registro civil que são os mais prejudicados com as novas criações de comarcas, desde que perdem a função notarial existente antes do aparecimento da comarca.

A comissão é favorável ao pedido. Não constitui obstáculo para seu deferimento, já estar aberto o concurso para preenchimento do cartório cuja anexação se procura obter. Não há impedimento para se sustar esses concursos como aconteceu em outros casos, notadamente o de Tupã, em que o Tribunal Pleno determinou essa suspensão.

Em virtude dessa deliberação modificou-se a distribuição de cartórios na comarca de Tupã, dando como resultado a lei n. 2.777, de 18 de novembro de 1954 que está anexada ao processo. Suspendeu-se o concurso para atender a representação do serventuário lesado e afinal a deliberação do Tribunal prevaleceu na nova lei promulgada exatamente nas mesmas condições ora pleiteadas pelo escrivão de Adamantina.

D. O. J. pe. 31-3-55.

Informações várias.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 593 DE 1952.

MENSAGEM N. 219 DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 29 de abril de 1955.

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que, usando da faculdade que me confere o artigo 24, combinado com o artigo 43, letra "b", da Constituição do Estado, resolvo vetar totalmente o projeto de lei n. 593, de 1952, objeto do autógrafo 3.160, que me foi encaminhado por essa egrégia Assembléia.

A proposição em causa dispõe sobre oficialização dos cartórios do Estado e dá outras providências.

2. Versa, o projeto, tema da mais alta relevância para a administração e para a distribuição de Justiça, constituindo, também, matéria de interesse geral do público, pelas suas repercussões diretas na vida. forense e jurídica do Estado.

Não ignora, o Governo, o largo debate que suscitou o assunto, quer no recesso da Assembléia Legislativa, quer fora dele, extremado-se os partidários e os opositores da tese da chamada oficialização, em justificar os respectivos pontos-de-vista.

Sucede que, nesta oportunidade, ressalvada qualquer opinião pessoal por mim expedida em favor da tese da burocratização, nem mesmo seria dado ao Governo examinar a fundo o assunto, para se definir em face dele, porque o projeto se apresenta estruturado em bases tão onerosas para o Tesouro, que a simples preliminar do seu custo torna-o inaceitável na atual emergência financeira.

Demais, sem prejuízo desse argumento, de caráter geral, releva notar que vários dispositivos do projeto são de todo modo inconvenientes e um deles até mesmo inconstitucional.

Quanto ao custo global do projeto, cabe observar que a oficialização por ele determinada abrange, desde logo, não só os cartórios vagos e os a se vagarem ou a serem criados, como também aqueles cujos serventuários optarem pelo regime da oficialização.

Daí se segue que a fórmula adotada por essa nobre Assembléia torna o projeto de maior atração para os cartórios de menor renda. Passarão, pois, para o Estado, desde logo, todos os ofícios nessas condições, continuando no regime atual exatamente as serventias mais remuneratórias.

Em consequência, é de todo, impossível a exata avaliação das despesas, que exigiria conhecimento preciso do número de cartórios que aceitarão o novo regime e do número de servidores neles em exercício, e ainda do montante das indenizações referentes a móveis e utensílios.

Cálculos aproximados levados a efeito pela administração anterior, e que já são do conhecimento dessa nobre Assembléia, orçam o ônus global na ordem de quatrocentos milhões de cruzeiros anuais, tomando como base o total de 1.755 serventias.

Ressalte-se que esse cálculo apenas considerou o número de escreventes registrados na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior. Há, pois, que atentar, ainda, para a existência de escreventes não registrados e de outros servidores, como praticantes, fiéis e datilógrafos.

E cumpre acentuar que a padronização de salários nas tabelas estaduais exigirá que se pague, em muitos casos senão na totalidade - níveis de retribuição pecuniária superiores aos ora pagos pelos escrivães aos seus auxiliares.

Acrescidas a esse total as indenizações pela transferência dos móveis e utensílios dos cartórios, e a responsabilidade com a concessão de aposentadorias, licenças e outras vantagens pecuniárias dos funcionários, e considerando que, a partir da oficialização, terá o Estado de arcar com os ônus de aluguéis, material de expediente e material permanente, ver-se-á que o montante das despesas cresce de maneira imprevisível.

É verdade que o Estado contará com as custas e emolumentos, hoje pertencentes aos serventuários dos cartórios que forem burocratizados. Mas, já se disse que, justamente os titulares dos cartórios de maior renda, não irão, certamente, exercer o direito de opção estabelecido.

Sem que isto signifique nenhuma restrição à tese, cumpre ainda reconhecer, para os efeitos práticos do momento, que o regime peculiar das serventias de justiça, pelas suas características especiais de economia privatística lhes permite a prestação de um serviço de menor custo, em relação as exigências da burocratização. Esse menor custo decorre, por exemplo, do fato de grande número de cartórios, especialmente no interior, se localizarem em edifícios de residência ou propriedade dos serventuários, e, ainda, das sobrecargas de trabalho que se imponham esses serventuários, afim de não ser aumentado o número de auxiliares, cuja remuneração lhes cabe, e finalmente, da possibilidade de pagarem a esses auxiliares uma remuneração inferior a da padronização que o Estado estabelecer.

Como se disse, este argumento não é voltado contra as razões que militam a favor da burocratização, mas tão somente é lançado para que se possa evidenciar que os ônus imediatos são indiscutíveis e não poderão ser compensados pelas atuais receitas cartorárias, nem dispõe o Estado, nesta conjuntura de recursos capazes de suprir essa diferença.

No que se refere a aposentadoria, há a considerar que o produto da taxa respectiva instituída pela Lei n. 465, de 1949, transferida pelo projeto para o Estado, tem se mostrado insuficiente para atender aos encargos da espécie, não se sabendo se as novas tabelas apresentam bases técnicas satisfatórias para a cobertura dessa despesa.

5 - Passando ao exame dos artigos do projeto, cabem mais as seguintes observações.

O regime de opção preconizado no artigo 1.º, se foi hábil no elidir a inconstitucionalidade que decorreria do não respeito a vitaliciedade dos titulares de serventias, apresenta o inconveniente de não fixar um prazo para o exercício da opção, deixando ao arbítrio do serventuário a escolha do momento em que essa opção deva ser exercida. De tal arte poderá ele usufruir as rendas do cartório, até quando isso lhe convenha e, nas vésperas da aposentadoria, invocar os benefícios da lei.

O artigo 2.º, ligado a instituição do regime a que se refere o artigo 1.º e seus parágrafos, é inconstitucional, porque impõe ao Chefe do Governo o exercício de uma atribuição que lhe é privativa.

O artigo 5.º concede os benefícios da estabilidade e da inamovibilidade aos servidores de cartório, antes mesmo da criação dos cargos respectivos, o que complica, sobremaneira, o problema do seu aproveitamento, e cria, desde logo, responsabilidades para o Estado, na absorção de pessoal, em número e em condições imprevisíveis.

O artigo 7.º estende aos serventuários e servidores dos cartórios não oficializados os benefícios da aposentadoria e afastamento por moléstia, as expensas do Tesouro. Já fiz sentir os ônus que trarão as aposentadorias e licenças dos servidores dos cartórios oficializados. Cresce, de pronto, a inconveniência, no que se tange a este artigo 7.º, pois o Estado, não auferindo as custas referentes a tais cartórios, se verá, porém, obrigado a assumir, desde logo, esses ônus, tendo como contraprestação uma contribuição cuja suficiência não está demonstrada.

Quanto ao artigo 10 - observação que também atinge o artigo 7.º - atribui ele ao Tesouro do Estado o custeio da aposentadoria e afastamento dos servidores já aposentados ou afastados. Atualmente, a responsabilidade por esses encargos está confiada à "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", extinta pelo projeto. É evidentemente desaconselhável tal solução, pois até mesmo os funcionários públicos tem a sua aposentadoria a cargo do Instituto de Previdência, exceção feita, apenas, aos nomeados anteriormente a criação daquele órgão autárquico.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto de lei n.º 593, de 1952, devolvendo assim a matéria a alta consideração dessa nobre Assembléia.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

JÂNIO QUADROS

GOVERNADOR DO ESTADO

À Sua Excelência o Senhor Doutor André Franco Montoro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

* * *

Em sessão ordinária realizada a 25 de Maio p.f., a Assembléia Legislativa do Estado, por 32 votos contra 17, manteve o veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jânio Quadros, ao projeto de lei n.º 593 de 1952, que cuidava da burocratização dos cartórios.

* * *

O Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, D.D. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, enviou ao Exmo. Sr. Dr. Jânio Quadros, D.D. Governador do Estado, um ofício expondo as razões pelas quais pleiteia a atualização do Regimento de custas, como solução para o problema dos cartórios.

CONCURSO DOS CARTÓRIOS

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE S. PAULO

Ofício n. 6028 do Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

Em 28 de abril de 1955.

Aos senhores deputados interessados.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de transmitir a V. Exa. em atenção ao ofício n. 1211, de 4 do corrente, dessa assembléia Legislativa, a inclusa cópia das informações prestadas pela Secretaria deste E. Tribunal de Justiça com referência ao assunto.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos de estima e consideração.

(a) João Marcelino Gonzaga.
Presidente do Tribunal de Justiça em exercício.

À S. Exa. o Senhor Deputado André Franco Montoro, M. D. Presidente da Assembléia Legislativa Estadual.

Informação a que se refere o Ofício do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

SEÇÃO DE CONCURSOS

Exmo. Sr. Desembargador Presidente.

Diversas tem sido as indicações dos Srs. Deputados no sentido de serem apressadas as soluções de concursos para provimento dos ofícios de Justiça.

Como esta seção já teve a oportunidade de se manifestar em reclamações idênticas, mínimo de culpa nos cabe.

Trouxe, é verdade, a mudança de direção nos trabalhos relativos ao processamento das inscrições, um período de menor intensidade no preparo dos papéis dos candidates, para elaboração dos relatórios, serviço que exige extreme cuidado, para reproduzir, fielmente, a situação dos interessados nos provimentos dos cartórios. Serviu, no entanto, tal fase, para darmos à seção a organização que a mesma precisava, com um fichário em rigorosa ordem; estudos necessários e final impressão dos papéis que, preenchidos, demonstrassem o melhor possível o motivo da classificação dos candidates, facilitando-se, dessa maneira, o trabalho dos julgadores; e, enfim, trabalhos outros auxiliares tendentes a demonstrar com a maior exatidão possível o direito dos inúmeros interessados ao também numerosos cartórios vagos, principalmente com a criação de novas comarcas e aposentadoria de serventuários.

Deve-se, ainda, levar em conta que, dada a responsabilidade que pesa sobre a seção, tais serviços tiverem que ser executados, muitos, pela própria chefia e todos com sua orientação.

Essa temporada, felizmente, já passou; boje esta parte da administração está devidamente aparelhada e em condições de fazer frente não só a essas tarefas como às demais que lhes estão afetas, como concursos para ingresso na Magistratura e outros de natureza diversa.

O motivo da demora, assim, para se concluir concursos abertos, e, entre os quais os para provimento dos cartórios retro mencionados, se prende mais aos empecilhos naturais e legais para uma final indicação.

Comum é o fato de mesmos candidatos se inscreverem para diversos cartórios; os documentos que juntam devem ser objeto de um só processo e instruir todas as inscrições; dessa maneira, enquanto se processa um concurso, outros em que estejam inscritos candidatos nessas condições, devam aguardar a solução daquele para poderem ter o devido andamento. Isso, sem

se levar em consideração as frequentes desistências da classificação dos candidatos indicados e não menos frequentes interposições de recursos das decisões do Eg. Conselho Superior da Magistratura, quando, então maior tempo é exigido para o prosseguimento de trabalhos iniciados e que estão presos a necessidade de novas indicações e solução de tais recursos.

Como exemplo podemos citar o concurso para provimento do Registro Geral de Imóveis de Avaré, que, decidido pelo Eg. Conselho, há tempos, ainda não está em termos de indicação dos candidatos classificados, em virtude da desistência dos primeiros colocados e de interposição de recursos, o que impede o julgamento de outros concursos, como, os para provimento dos cartórios de Santos, Campinas, Fazenda do Estado e demais, por se dar a circunstância. acima mencionada, dos candidatos-recorrentes estarem inscritos, também para todos esses ofícios.

Aliás, esses fatos, como se disse, já foram esclarecidos em relações anteriores e são aqui repetidos para justificar a demora que se deu na fase de reorganização dos serviços e que teve como único fito melhor aparelhar a seção para encargos de tão grande responsabilidade e frisar, novamente, para conhecimento de todos, que, por mais boa vontade que se tenha e por maior que seja a capacidade de trabalho dos que aqui labutam temos que nos sujeitar aos empecilhos burocráticos, acima expostos, consequência da própria lei que regula a matéria dando aos interessados a faculdade de se inscrever a diversos concursos ao mesmo tempo e a de batalhar, até a manifestação do E. Tribunal Pleno, pela defesa dos pontos a que se julgam com direito.

Produto assim, essas indicações e reclamações análogas do desconhecimento de todos esses fatos, que nos apressamos explicar com a minúcia necessária, para que bem clara fique a licitude da nossa atuação com relação a matéria e nossa impossibilidade de ultimar os concursos em andamento com mais brevidade; isso, aliás, seria não só o ideal para os interessados como também sincero desejo nosso para evitar declamações dessa ordem.

Estamos cientes do vulto de nossos encargos e compenetrados, também, dos deveres que temos de contribuir com a presteza necessária para o andamento desses processos que como se procurou expor, somente estão parados, não por nossa exclusiva e integral responsabilidade, e sim pelas causas impeditivas de sua solução.

São Paulo, 18 de abril de 1955.

(a) Cicero do A. Palmeira.

Chefe de Seção.

Visto.

(a) Carlos G. de Miranda.

Sub-Secretário-Assistente.

D. J. de 19-5-55

INOVAÇÕES NO SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL

Em mensagem enviada pelo Presidente Café Filho ao Congresso Nacional, acompanhada do respectivo projeto de lei, adota-se novo processo auxiliar de registro civil, denominado "número pessoal", que consiste em atribuir a cada indivíduo registrado em cartório um número único e exclusivo, intransferível e imutável, de maneira a distingui-lo de qualquer outro.

- Além disso cria-se no Ministério da Justiça e Negócios Interiores a Comissão Técnica do Registro Civil das Pessoas Naturais, com o objetivo de orientar o sistema, aperfeiçoá-lo e promover o entrosamento, com os serviços de identificação existentes no País.

- No próximo número deste boletim, iremos transcrever esse projeto na íntegra.

CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL QUE REGULA A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO AOS ESCRIVENTES NÃO SE APLICA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA AOS ESCRIVENTES DE CARTÓRIO

O Tribunal de Justiça reuniu-se ontem, em sessão plenária, para decidir diversos mandados de segurança.

O primeiro deles dizia respeito a constitucionalidade da lei estadual 2.177, de 23 de julho de 1953. Afirmava o impetrante da segurança - serventuário de Lins - que o deferimento da licença-prêmio a escrevente de seu cartório, fundado naquela lei, era manifestamente inconstitucional, e assim sendo era de nenhum valor o ato da Corregedoria Geral da Justiça.

O desembargador Juarez Bezerra acolhendo o pronunciamento anterior do relator, salientou que, além de impertinentes, eram absurdas as considerações expostas pelo serventuário. Não era possível atribuir-se ao escrivão as prerrogativas de patrão, assumindo o escrevente as de empregado. Não havia, pois, cogitar-se da aplicação da legislação trabalhista. Os escreventes, não remunerados pelo Estado, não eram considerados funcionários públicos, mas a eles se assemelhavam. As considerações acima foram adotadas, a seguir, por todos os demais desembargadores, (mandado de segurança da comarca de Lins - número 27.122).

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	- Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA	- Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA	- Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO - Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
BRASILIO MACHADO NETO
IBSEN DA COSTA MANSO
ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO	- Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	- Santos
ELVINO SILVA	- Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	- Capital
ABEL DE REZENDE VILARES	- São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos	- Dracena
CASEMIRO PINTO NETO	- Capital
ANTONIO FLAQUER	- São Caetano do Sul



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO ..

- Capital

CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO - Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11.º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO.	3
COLEGAS, PARABÉNS!	3
CARTA ABERTA AOS MEUS COLEGAS.	4
UMA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL.	5
DECRETO-FEDERAL N.º 9.3301 DE 10-6-1946.	7
ANEXAÇÃO DE OFÍCIOS DE JUSTIÇA.	8
DEVASTAÇÃO DAS FLORESTAS.	8
PROVIMENTOS.	9
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA.	9
DESPACHO DO SECRETÁRIO DA JUSTIÇA	10
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.	11
DESPACHO PROFERIDO SOBRE LICENÇA:	11
TRIBUNAL PLENO.	12
INFORMAÇÕES VÁRIAS.	13
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 593 DE 1952.	13
CONCURSO DOS CARTÓRIOS	15
SEÇÃO DE CONCURSOS	16
INOVAÇÕES NO SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL	17
CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL QUE REGULA A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO AOS	
ESCREVENTES	17
DIRETORIA	18
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTE	18
ÍNDICE	19

Nº 051 - Publicação: 01/07/1955

Colaborações

OS DESMEMBRAMENTOS DISTRITAIS

J. B. PEÇANHA SOBRINHO

(Serventuário)

Já houve alguém que, é guisa de crítica e, talvez, se atendo a um caso concreto, procurou ir de encontro às disposições legais da atualidade que regulam a compensação devida pelo Estado aos oficiais do registro civil lesados por desmembramento distrital.

A questão é simples. A título de melhorar a administração ou pelo interesse em prol da clientela eleiçoeira, os deputados, cada quinquênio resolvem deixar cair uma chuva desatinada de criações de distritos. Pouco importa aos nossos representantes se o cartório lesado continuará a

ter meios para a subsistência do seu titular. A verdade é que criassem cartórios aos montões, empiricamente, desbragadamente, mal sabendo os Srs. deputados que a maior parte deles não rende um vintém de mel coado.

Agora, criado o cartório, o assunto adquire outra feição. É o dever do Estado reparar o dano perpetrado contra o serventuário vítima da extravagância legislativa. E bem de ver o Estado não pode fugir ao seu estrito dever de ressarcir o prejuízo, por ínfimo que seja e com a maior rapidez, causado ao ofício retalhado. Acaso todos não são, ou melhor, não devem ser iguais perante a Lei?

Se o Estado não tem a tendência de melhorar as taxas do regimento de custas, isto é, aprimorar ou reajustar as situações dos serventuários em geral, por que cargas d'água irá ele diminuir a renda de um determinado oficial?

Pouco importa que o prejuízo seja insignificante, porque a questão deve ser encarada pelo prisma moral e a Justiça, deve ser reparada não se medindo o tamanho da arranhadura nela causada.

Só o interesse público não pode prevalecer nessa multiplicação desenfreada, descabelada, de cartórios. Ademais, a rigor, ao interesse público não é lícito, impunemente, calcar interesses privados, sem uma pronta satisfação ao ofendido. E a vitaliciedade do serventuário não colide estrondosamente com a redução de proventos que sempre um fracionamento territorial ocasiona?

Também o critério sugerido na pretensa crítica em apreço, em conceder "pontos" aos titulares prejudicados e encaixa-los nos concursos comuns, isto é, nos estabelecidos pela lei 819, não parece bom. Embora o critério atual possa ser melhorado, tomando-se em consideração o prejuízo distrital em proporção da área do distrito desmembrado ou permitindo a remoção só para distrito de população equivalente, ainda se afigura razoável e digno de apreço.

O critério de dar "pontos" sofreria o primeiro impacto, quando surgisse o caso que exemplificamos adiante.

Um serventuário, de cinco anos de efetivo exercício, por exemplo, teria um prejuízo de 60% na área do seu distrito. Como o cartório somente dava para a sua manutenção, em que situação haveria de ficar com a redução de sua renda, naquelas proporções?

Como o "ponto", á guisa de compensação, de nada lhe valeria nos concursos comuns, pois ele teria que competir com colegas já envelhecidos no ofício e esperar, consequentemente, 30 ou 40 anos até chegar a sua vez. Por aí se vê que o critério apregoadado é inconsciente e não denota muito conhecimento do assunto de parte do seu autor.

Se o Estado resolve desmembrar um cartório, o certo, o certíssimo, é dar a devida compensação, no ato do desmembramento, e não acenar aos prejudicados ressarcimentos que jamais aparecem. Ou se, aparecem, é somente após prejuízos já insanáveis.

Agora, de que modo poderá o Estado compensar os oficiais prejudicados, assim de pronto, isto é, no ato que ocasiona o desmembramento? Essa questão deixamos para os mais entendidos, si bem que podemos garantir, desde já, que não representa ela a pedra filosofal ou quejandos. E questão tão somente de boa vontade e ausência de espírito de deslavado protecionismo, hoje a moeda corrente nesta política de clientela das nossas câmaras legislativas.

CAMPANHA PELO REGIMENTO DE CUSTAS

Está a Associação empenhada na aprovação de um novo Regimento de Custas à altura do atual padrão de vida.

A sua diretoria vem envidando todo o seu empenho nesse sentido, e espera que muito em breve seja uma realidade esse, desejo de toda a classe.

Com o arcaico Regimento de Custas vigente, dia a dia vem se tornando mais difícil a vida dos serventuários e, consequentemente, a de seus auxiliares, pois que subiram vertiginosamente os preços do material e de aluguéis, e outra solução não há senão melhorar o "quantum" dos emolumentos, afim de que haja um reajustamento equitativo.

Pedimos aos nossos associados que apoiem. a Associação nesta campanha, pois sómente assim poderemos alcançar êxito e solução para os nossos problemas.

APOSENTADORIA À PRESTAÇÕES

ANTONINO CINTRA

Sta. ADÉLIA

Está fazendo jus a reparos a lei que instituiu a aposentadoria dos servidores de justiça. Pelo que passaremos a ventilar essa bem intencionada lei, não está correspondendo com a sua finalidade. Ha um entrave na sua estruturação que deve desaparecer porque a deixa inoperante. Para a sua manutenção ficou estabelecido dois meios de arrecadação de numerário: - aplicação de selos adesivos em todos os papéis e livros que estejam sujeitos à selagem em todos os cartórios de justiça e mais a taxa de 5% cobrada dos servidores de justiça, na base da tabela de suas classificações.

- Temos certeza de sua exequibilidade no tocante à selagem. Entretanto, na parte referente à contribuição dos servidores de justiça, nem todos estão contribuindo com suas quotas. E ha razão para essa revelia. Uns porque a renda deficitária de seus cartórios não permitem essa despesa e outros porque alegam não encontrar fundamento básico nessa lei. São os inconformados com a modalidade de aposentadoria provisória, e que por isso pouco interessa aos aposentados. E, realmente, a aposentadoria ou deve ser definitiva ou então deve ser destituída. Aqui cabe a proclamação de Hamlet "ser ou não ser". Como acontece com todos os gêneros de aposentadoria, o que deve prevalecer é o tempo de serviço ou a idade do servidor, mas isso de aposentadoria temporária foge mesmo aos melhores raciocínios. O prêmio final na vida do aposentado deve ser efetivo, porque pouco efetivo será a duração de sua vida de trabalhos.

- As praças de pret com 25 anos de serviço são aposentadas (reformadas) não com os mesmos vencimentos que percebiam na ativa, porém, com vencimentos da promoção que recebem de cabo ou de sargento. O serventuário, o escrevente, o auxiliar de cartório, carcomidos pela idade avançada e com 30 ou 40 anos de serviço, só poderão ser aposentados quando houver fundos matemáticos na "Carteira de Aposentadoria dos Servidores de Justiça". E, enquanto não houver esse fundo monetário, ficam numa fila interminável e por tempo também indeterminado.

- É simplesmente estupendo! - A questão não será de "lana caprina", mas está requerendo profunda reparação! - Ou bem que essa aposentadoria deve prevalecer com a decência que dela deve promanar, ou deve ser destituída afim de que os desiludidos se convençam da inoperosidade de um prêmio que não passou de um sonho.

- Os aposentados continuarão a perceber o que só a selagem dará para cobrir esses pagamentos, e aqueles que contribuíram na suposição de serem também aposentados um dia, deverão receber em devolução da Fazenda do Estado o numerário que distenderam.

- Por qualquer forma, assim como vai, não deve continuar. Que se poupe mais aflições ao grande numero dos aflitos.

CARTEIRA DE IDENTIDADE DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

De acordo com a Portaria n. 2/49, do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, a Carteira de Identidade dos Serventuários da Justiça é um documento obrigatório e nas Correições Gerais, é

exigida a apresentação da mesma.

Leis e Decretos

LEIS FEDERAIS

LEI N. 2.375, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954.

Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.

O Presidente da Republica:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º - A inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe (Código Civil artigo 12 - n. 2) não depende d~ homologação judicial.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, inclusive o parágrafo 2.º, do artigo 16, do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1954, 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Publicado no Diário da União em 24 de dezembro de 1954.

LEI N.º 2.514 - DE 27 DE JUNHO DE 1955

Modifica o artigo 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º art. 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19. Não será instituído em bem de família, imóvel de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros)".

Art. 2.º E revogado o art. 18 do mencionado Decreto-lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

Edmundo Jordão Amorim, do Valle.

Henrique Lott.

Raul Fernandes.

J. M. Whitaker.

Octavio Marcondes Ferraz.

Munhoz da Rocha.

Candido Motta Filho.

Waldyr Niemeyer.

Eduardo Gomes.

Aramis Athayde.
Diário da União de 6/7/55.

LEI N.º 2.505 - DE 11 DE JUNHO DE 1955

Modifica o art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e artigo 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 180 e seu § 3.º do Decreto-lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

§ 3.º No caso do § 1.º, se o criminoso é primário pode juiz, tendo em consideração circunstâncias, deixar de aplicar pena. No caso de receptação dolosa, cabe o disposto na, § 2.º do art. 155".

Art. 2.º art. 208 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944 (Código Penal Militar), passar a ter a seguinte redação:

"Art. 208. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito, próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte:

Pena - reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos".

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Prado Kelly.

Diário da União de 16/6/55.

LEI ESTADUAL

LEI N. 3063, DE 12 DE JULHO DE 1955

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os servidores da Justiça não estipendiados; pelos cofres públicos não podem obter licença, salvo para tratamento de saúde, permutar ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça" criada no Instituto de Previdência do Estado, na qual serão inscritos "ex-offício".

Parágrafo único- Os referidos servidores, ainda não inscritos, terão sua inscrição efetivada dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - O Instituto de Previdência do Estado baixara as instruções que se fizerem necessárias

para a execução da presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de julho de 1955.

JÂNIO QUADROS.

José Adriano Marrey Júnior.

José Adriano Marrey Júnior - Respondendo pelo Expediente da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de Julho de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 14-7-55.

DECRETO ESTADUAL
DECRETO N. 24.537, DE 10 MAIO DE 1955

Dispõe sobre a arrecadação da majoração do imposto territorial rural estabelecida na Lei n. 2.626, de 20 de janeiro de 1954.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições
Considerando que a Lei n. 2.626, de 20 de janeiro de 1954, majorou de 50% o imposto territorial rural, no quinquênio 1955-59;
Considerando que nos atuais avisos recibos não ha espaço para a menção discriminada daquela majoração;
Considerando, face ao regime de compreensão de despesas adotado pela Administração, não ser conveniente a impressão de novos modelos de avisos recibos;
Considerando, finalmente, a necessidade de ser regularizada no presente exercício, a arrecadação da referida majoração.

Decreta:

Artigo 1.º - A importância correspondente a majoração do imposto territorial rural, estabelecida na Lei n. 2.626, de 20 de janeiro de 1954, será arrecadada no presente exercício, de uma só vez, no mês de novembro, pela forma prevista nos artigos 34 e 36, do Livro 111, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953).

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de maio de 1955.

JANIO QUADROS.

Carlos Alberto Carvalho Pinto.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado, dos Negócios do Governo aos 10 de maio de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.
D. O. 11/5/55

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Despacho Proferido no Proc. 10.624 - Secretaria da Justiça e Negócios do Interior - Capital - Publique-se novamente a portaria n. 954, recomendando-se seu fiel cumprimento, para evitar prejuízos as partes, quanto as repartições e bancos e sob pena de responsabilidade - São Paulo 6/5/55 (a) Pedro Chaves.

PORTARIA N. 9-54

O Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Pela presente portaria, usando das faculdades que lhe são conferidas por lei e atendendo ao que foi solicitado pela Secretaria da Justiça na representação que lhe foi dirigida pela Junta Comercial do Estado:

DETERMINA a todos os tabeliães do Estado, que façam constar no reconhecimento de firma o nome ali indicado consoante recomendação em despacho proferido Do processo n. 10624, de 16 de dezembro do ano findo, publicado no Diário da Justiça de 17 e repetido no Provimento n. 44/53 - Título do mesmo ano e publicado a 29.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 30 de junho de 1954.

(a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves.
Corregedor Geral da Justiça.

Proc. 11.449 - Juízo de Direito da Comarca de Itápolis - Esclarecendo o provimento da Corregedoria, responda-se ao consulente que o Cartório que adotara o "livro de registro de inquéritos" poderão usa-lo facultativamente, sem abandonar a obrigatoriedade do "livro de registro de feitos".

- Os Cartórios que não abriram o "livro de registros de inquéritos" deverão continuar com o de "registros de feitos" que é obrigatório.

- São Paulo, 27-6-55.

- (a) Pedro Chaves.

- (Publicado novamente por ter saldo com incorreções).

Proc. 11.509 - Consulta o Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Itapira, sobre a incompatibilidade do exercício simultâneo de suas funções com as de Vereador Municipal, esclarecendo que as seções da Câmara Municipal daquela localidade são noturnas e o cargo de vereador, não remunerado.

Não é possível o exercício cumulativo do cargo de Vereador Municipal com as funções de qualquer serventia de Justiça, por força da proibição resultante da lei orgânica dos Municípios em combinação com as disposições do Estado.

Não é de se considerar o disposto no § único do art. 1.º da Lei n. 1.845, de outubro de 1952, porque esse dispositivo infringe a Constituição do Estado, e versa mais particularmente a compatibilidade de horários e acumulação de proventos, quando na hipótese o que existe é uma incompatibilidade de função dadas as naturezas permanentes de ambas.

Este assunto, já foi aliás, resolvido por decisão do ilustre Desembargador Dr. Mareio Munhóz, no

processo 9.348 desta Corregedoria, publicado como provimento de caráter geral.

Como a matéria é de relevância e atualidade, mando que se publique ao pé deste despacho aquela decisão para conhecimento geral.

São Paulo, 4 de Julho de 1955.

(a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves.

Comunica o Dr. Juiz de Direito de Birigui, que, nos termos do art. 1.º, § único, da Lei n. 1.845, de 27 de outubro de 1952, concedeu a serventuários de sua comarca, vereadores da Câmara Municipal de Birigui, autorização para se afastarem das respectivas serventias, somente nos dias de sessões ordinárias e extraordinárias do aludido órgão legislativo.

Esta Corregedoria já deixou assentado, em despacho constante do Processo n. 8.580, oriundo da comarca, 'de Eldorado Paulista, que não é possível o exercício cumulativo das funções de vereador municipal com as de serventuário de justiça, por força das disposições proibitivas da lei Orgânica dos Municípios (art. 25, letra "b", combinado com o art. 31, § 1.º) regidas, por sua vez, pelos preceitos constitucionais disciplinares da matéria (art. 13, letra "b" e art. 13, em consonância com o art. 77, § 2.º, todos da Constituição do Estado). E por esse motivo, o Dr. Juiz de Direito de Eldorado Paulista, de acordo com a orientação desta Corregedoria, fez o serventuário optar por uma das funções e normalizou a situação, resultante do acúmulo ilegal.

Não se levou em consideração, no caso em apreço, a Lei n. 1.845, de outubro de 1952, nem é possível considerá-la agora, porque os seus dispositivos colidem, flagrantemente, com as citadas regras constitucionais.

Comunique-se e publique-se, valendo o presente como determinação geral para ser observada em casos idênticos.

São Paulo, 20 de março de 1953.

(a) Márcio Munhóz.

D. J. 5/7/55

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA ACORDÃO

Negaram provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 70.443, da comarca de São Paulo, em que são, agravantes o Banco Evolucionista S. A. e Alexandre Perrota e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 9.ª Circunscrição.

ACORDAM, em Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento aos recursos e confirmar a decisão agravada que bem resolveu a espécie. Custas pelos agravantes.

O Banco Evolucionista S. A., em liquidação, por escritura pública de 20 de março de 1954, vendeu a Alexandre Perrota, um imóvel com oitenta mil metros quadrados de superfície, que teria desmembrado de maior área de sua propriedade, conforme transcrição n. 9.095, da 1.ª Circunscrição. Alexandre Perrota levou o título à transcrição na atual Circunscrição Imobiliária, 9ª, onde, feita a prenotação, foi pelo Oficial suscitada a "dúvida" de fis. 2. O apresentante impugnou a dúvida que foi regularmente processada, julgando-a afinal procedente o M. M. Juiz da Vara dos Registros Públicos pela sentença de fis. 163 a 168 - Dessa decisão agravaram o Banco Evolucionista como terceiro interessado e o adquirente apresentante, respectivamente a

fis. 178 e 236. Sustenta o Oficial suscitante, que o Banco Evolucionista não pode alienar e transmitir "coisa certa e determinada" com filiação na transcrição n. 9.095 da 1.ª Circunscrição, uma vez que essa transcrição tem por objeto terras não individuadas e até hoje não apuradas. A "duvida" é realmente procedente, como foi julgada. A transcrição não é simples arquivamento de papéis. Cumpre ao Oficial dos Registros Imobiliários, verificar a legalidade e a validade do título, nos termos do artigo 215 do Decreto n. 4.857 de 9 de novembro de 1939. Na espécie, verificando o Oficial que a transcrição anterior a de n. 9.095, da 1.ª Circunscrição, se referia a "terras devolutas" constantes de um memorial de medição, terras cuja área é incerta e já sofreu as consequências de uma rescisão parcial, teve justificada dúvida de fazer a transcrição de uma alienação de coisa certa e discriminada, baseada em transcrição anterior que embora vigente, não oferece garantia de identidade que influe necessariamente na validade do ato, pois não pode alienar coisa certa aquele que se diz senhor de coisa incerta com relação a sua quantidade e localização. A referência indispensável a transcrição anterior, é uma garantia da transmissão e estabelece o elo da sucessão da propriedade, indispensável até para a observância do dispositivo do art. 246 do citado decreto, e art. 589 n. 1, do Código Civil. Nessas condições, se a transcrição anterior sofreu modificações e sua área é incerta, não deve o Oficial do Registro, fazer novas transcrições nela filiadas de alienações com área certa e determinada, gerando a incerteza nos registros.

Fica assim mantida a sentença agravada.

São Paulo, 28 de fevereiro de 1955.

(aa) Gomes de Oliveira, Presidente - J. Marcelino Gonzaga, Vice-Presidente - Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e Relator".

Adv.

- Jarbas Batista de Oliveira.

Processo n. 71.653 - (G. 4734) - Piracicaba - Autos de Dúvida - Agvte, Mozart Aguiar, Serventuário do 2.º Of. ,de Notas e Anexos - Agvdo., O Oficial do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição.

D. J. 21-5-55.

ACORDÃO

Negaram provimento "Vistos relatados e discutidos estes autos de agravo de instrumento n. 71.658, da comarca de Piracicaba, em que são, agravante Mozart Aguiar e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição:

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, sem discrepância de votos, negar provimento ao recurso para confirmar a decisão agravada, pagas as custas pelo agravante. O agravante que é Tabelião , "apresentou" ao agravado o traslado de uma escritura que lavrara, tendo por objeto a retificação de uma outra de compra e venda, para ser averbada a margem da transcrição. O Oficial do Registro recusou-se a fazer a averbação, por entender que a retificação só poderia ser feita pelo outorgante da compra e venda e não pela sua sucessora. A dúvida foi regularmente processada e julgada procedente por outro fundamento pois ao M. Juiz pareceu que a pretendida retificação envolvia a substituição completa do imóvel objeto da venda feita, por um outro. Dessa decisão agravou Mozart Aguiar, na qualidade de "apresentante" do título e o M. Juiz negou-lhe qualidade e interesse para recorrer, mandando intimar pessoalmente o verdadeiro suscitado. Dessa última decisão, o presente agravo de instrumento. A decisão que denegou o agravo de petição é de ser mantida pelos seus próprios fundamentos e pelos que foram aduzidos no despacho de sustentação. O Tabelião que lavra uma escritura, com a prática do ato e entrega do traslado exaure suas atribuições funcionais e assim se aceita a incumbência da prática de outros, o faz como simples intermediário, gestor encarregado ou mandatário, mas nunca como interessado. Na, espécie, teria havido um mandato verbal com poderes restritos, que não lhe atribuíam qualidade para representar o verdadeiro interessado no processo de dúvida. Alega entretanto o agravante, que não agiu como mandatário e sim por direito próprio, como

"apresentante" do título e com legítimo interesse moral" pela validade do ato que praticou como tabelião, invocando os textos dos arts. 217 do Decreto n. 4.857 e 2.º do Código de Processo Civil, invocando ainda a qualidade de terceiro prejudicado, com fundamento no art. 815 do citado estatuto processual. Falece razão ao agravante. O "apresentante" a que se refere o Decreto 4.857, no art. 217, não pode ser outro que o "interessado" a que alude o mesmo decreto no art. 233, qualidade que o agravante positivamente não tem. Não foi sem razão que o despacho de sustentação, invocou o sempre atual ensinamento de Celso - Scire leges non hoc st, verba earum tenere, sed vin ac potestatern... Quanto ao legítimo interesse moral que justifica a ação, sempre se entendeu deva ele ser atual e direto, tocando diretamente ao autor, como resulta do texto do Código Civil, art. 76 § único, circunstancia que não ocorre no caso. Com relação a qualidade de terceiro prejudicado, em que o agravante se prende como ultima ratio para justificar o recurso denegado, é pacífico que sendo o direito de recorrer uma modalidade do direito de ação quem não tem um não dispõe do outro. O recurso do terceiro prejudicado, só pode visar a defesa do, seu direito, para reparação do seu prejuízo decorrente da sentença. Na espécie a sentença não ofendeu qualquer direito, do agravante e não lhe acarretou prejuízo algum e nessas condições nada justifica sua intervenção e seu pretendido recurso. Bem andou o magistrado denegando o agravo de petição interposto por quem não tinha direito de intervir e fica mantida sua decisão.

São Paulo, 29 de abril de 1955.

(as) J. Marcelino Gonzaga, - Presidente, Theodomiro, Dias, Vice-Presidente, em exercício, Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e relator. Adv. Benedicto Glycerio Teixeira.

D. J. 21-5.55

SECRETARIA DA JUSTIÇA

No processo n. 235.095-55-S.J., em que o Sr. Edgard Vieira Lima, serventuário vitalício do ofício de Distribuidor, da comarca de Santo André solicita a anexação ao Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor daquela comarca, o anexoado Registro e Protesto de Títulos e Documentos: "A lei n. 2420 de 18 de dezembro de 1953, ao criar a comarca de Santo André, determinou que nela haveria, dentre outros ofícios, um Registro de Imóveis e anexos. Desde as primeiras leis de organização judiciária do Estado, ao Registro Geral de hipotecas - que é o Registro de Imóveis - vem cabendo o anexo do Serviço do Júri e o de protesto de letras e títulos (lei n. 94-A de 17 de setembro de 1892, decreto n. 123 de 10 de novembro de 1892) ; e desde a lei n. 938 de 18 de agosto de 1904 - que o criou isolado ou autônomo na Capital - no Interior vem cabendo ao Registro de Hipotecas o registro especial de títulos, contratos e documentos. Assim sendo, o requerente só poderá ser atendido pelo Poder Legislativo".

D. O. 29-5-55.

No processo n. 232.887-II-S. J. relativo à cobrança de balancetes da receita e despesa do exercício de 1954, aos serventuários de São Paulo: "É obrigação dos serventuários da comarca da Capital, firmada pelo § 3.º do artigo 6.º do decreto n. 10719 de 27 de novembro de 1939, enviar diretamente à Secretaria da Justiça os balancetes da receita e despesa relativos ao exercício anterior. Ainda é obrigação do serventuário em geral atender com presteza as requisições de informação, feitas pelo Secretário da Justiça, sob as penas estatuídas no artigo 34 do decreto n. 4786 de 3 de dezembro de 1930, relativo às correições. Nos termos do artigo 7.º do decreto n. 10.719, ficam sujeitos às mesmas penalidades - ex-vi - do disposto no artigo 8.º da lei n. 2821 de 31 de dezembro de 1936 - os serventuários que apresentarem balancetes omissos ou que não traduzam realidade do movimento financeiro da Serventia. É passível, portanto, das mesmas penalidades ou não cumprimento da obrigação de mandar os balancetes, tanto mais quanto por publicação feita pelo Diário Oficial, de 24 de abril deste ano, ficaram os serventuários ali indicados cientes da exigência legal, por mim expressa.

Nestas condições, nos termos das disposições citadas e sem necessidade de outro

esclarecimento, pela simples verdade sabida, imponho a cada um dos serventuários faltosos e relacionados à fls. 11, retro, que rubriquei, em numero de 19, a multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) - Providencie-se na forma legal".

D. O. 29-5-55.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na representação formulada por Joaquim de Brito Pereira Junior relativa a publicações de relação de ofício que tem os anexos de "Serviço de Menores": "A pretensão do requerente não pode ser atendida, conforme bem o demonstra a informação abaixo transcrita. S. P. 3. junho de 1955. a) Gomes de Oliveira". "Seção de concurso. Exmo Sr. Des. Presidente: Representa Joaquim de Brito Pereira Junior escrevente do cartório do 2.º oficia Privativo de Menores da Capital, pleiteando que, quando se expedir editais de abertura de concurso para provimento de ofícios de justiça, faça se constar, também, se tem ou não a seu cargo o "serviço de menores". Pede, também, seja publicada a relação de todos os cartórios do Estado que têm, como anexo, esses serviços. Alega em abono a sua pretensão que muito difícil é obter informação nesse sentido e a prova necessária para que possa concorrer a cartórios que possuam anexo dessa natureza. Cabe-nos esclarecer a essa Eg. Presidência que esta seção quando expede editais, nos termos da lei que regula a matéria, nunca tem especificado quais os anexos que o cartório vago possui. Compete aos candidatos, serventuários da justiça como são, estar a par das leis que regulam o assunto e conhecer suas possibilidades de inscrição. O que pede, portanto, o requerente não tem amparo algum e a satisfação ao que pretende, parece-nos impraticável. Isto porque o "serviço de menores", é uma obrigação, na maioria das comarcas, que o próprio magistrado determina por simples portaria, a qualquer dos serventuários sob sua jurisdição e essa determinação pode ser a título precário, não exigindo mesmo, a prestação de tal serviço por um espaço de tempo certo. Dessa regra geral só fogem os cartórios que foram criados já com essas atribuições, como anexos. Assim, admitindo-se a hipótese de se atender o suplicante, uma relação que fosse publicada em um dia, já poderia não ser exata nos dias subsequentes. E a expedição de editais com esse esclarecimento também nunca foi feita porque isso nunca foi exigido até o momento. Aliás, está sujeita, ainda, à interpretação do Eg. Conselho Superior da Magistratura a hipótese prevista pelo requerente de se considerar oficial e legalmente, como anexo de um cartório e para efeito de inscrição em concurso o "serviço de Menores" quando ele é prestado por ordem do próprio juízo. É o que nos cabe esclarecer para que V. Ex.a. se digne ordenar o que for de direito. S. Paulo, 25 de maio de 1955. a) Cícero do A. Palmeira (Chefe de Seção)".

D. O. 5-6-55.

INOVAÇÕES NO SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL

PROJETO DE LEI ENCAMINHADO AO CONGRESSO PELO CHEFE DO EXECUTIVO - COMISSÃO TÉCNICA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Em mensagem enviada pelo presidente Café Filho ao, Congresso Nacional, acompanha do respectivo projeto de lei, adota-se novo processo auxiliar de registro civil, denominado "numero pessoal" que consiste em atribuir a cada indivíduo registrado em cartório um numero único e exclusivo, intransferível e imutável, de maneira a distingui-lo de qualquer outro. Além disso cria-se no Ministério da Justiça e Negócios Interiores a Comissão Técnica do Registro Civil das Pessoas Naturais, com o objetivo de orientar o sistema, aperfeiçoá-lo e promover o entrosamento com os serviços de identificação existentes no País.

O trabalho teve origem numa sugestão do coronel aviador Antonio Alves Cabral, adido aeronáutico em Buenos Aires, tendo sido estudado por uma comissão especial da qual faziam parte diretores e representantes de serviços de identificação, do Registro de Estrangeiros, do IBGE, da Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça e outros órgãos militares. O ministro Prado Kelly encaminhou ao chefe do Executivo os resultados dos estudos procedidos, manifestando-se favorável à adoção do novo sistema.

O TEXTO DA LEI

Tem a seguinte redação o projeto de lei:

"Artigo 1.º - Além dos requisitos exigidos pelas leis e regulamentos em vigor para o registro civil de nascimento da pessoa natural, dele constará obrigatoriamente a identificação, por meio de uma numeração composta nos termos da presente lei, que se consignará ao respectivo assento de nascimento e nos demais livros que forem criados para esse fim.

§ único, - O número pessoal não exclui a exigibilidade do nome como atributo da personalidade e condição indispensável para a validade da realização de todo e qualquer ato jurídico.

Artigo 2.º - O "numero pessoal" referido no artigo ,antecedente será constituído de duas ordens, com os seguintes elementos:

a) - a primeira ordem compõe-se de cinco índices referentes ao "ano", "mês", "dia", "sexo" e numero de ordem no cartório de registro civil. O "ano" será representado pelos três ultimes algarismos do ano. O "mês" será representado por dois algarismos. O "dia" será representado por dois algarismos. O "sexo" será representado pelas letras M ou F. O "numero de ordem" será representado pela serie natural dos numeres inteiros correspondentes à sequência de inscrição no cartório no dia em que o cidadão é registrado;

b) - a segunda ordem compõe-se de seis índices, referentes às coordenadas geográficas do cartório de registro, com aproximação de segundos.

§ único - No caso de existir mais de um cartório em cada localidade, as suas posições serão definidas em se, aumentando ou diminuindo de uma unidade os minutos das coordenadas geograficas da respectiva localidade.

Artigo 3.º - O numero pessoal terá uma versão alfabética em código que estabelecerá a correspondência dos algarismos arábicos, com as letras do alfabeto latino, desta forma: a - 1, e - 2, e - 3, d - 4, e - 5, f - 6, g - 7, h - 8, i - 9, o - 0.

§ único - A regulamentação da presente lei disporá sobre o uso do numero pessoal e da versão alfabética a que se refere o presente artigo.

Artigo 4.º - Os atuais livros de registro civil das pessoas naturais serão adaptados aos requisitos da presente lei nos termos da respectiva regulamentação.

Artigo 5.º - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística providenciará sobre a determinação das coordenadas geográficas das localidades onde existam cartório de registro civil e, à medida que as for obtendo, fará publicá-las.

Artigo 6.º- O ministro da Justiça e Negócios Interiores publicará, zelando pela sua atualização, a lista dos cartórios de registro indicando de cada um as coordenadas geográficas, endereço e nome do serventuário responsável.

Artigo 7.º - No ato do registro de nascimento é fornecido pelo respectivo cartório ao declarante uma carteira contendo a numeração prescrita no artigo 1.º, e sendo de uso obrigatório pelas pessoas maiores de 18 anos até que seja substituída pela carteira de identidade.

Artigo 8.º - As certidões de registro civil e todo e qualquer documento pessoal de identificação conterão obrigatoriamente o numero pessoal do registrando ou identificando.

Artigo 9.º - Fica criada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores a Comissão Técnica do Registro Civil das Pessoas Naturais a qual terá por finalidade: 1) elaborar o anteprojeto de regulamentação da presente lei; 2) orientar a implantação das medidas e princípios nela consagrados; 3) sugerir medidas em proveito da eficácia dos serviços do registro civil, das pessoas naturais; .4) sugerir normas e provimento dos serviços de registro civil das pessoas naturais e os de identificação pessoal.

Artigo 10.º - O órgão a que se refere o artigo anterior será composto, mediante designação do presidente da República por oito membros a saber: dois juristas, uma pessoa notoriamente conhecedora de assuntos relativos ao registro civil das pessoas naturais e representantes dos serviços militares de identificação, do Instituto Felix Pacheco e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Artigo 11.º - O presidente da Comissão Técnica do Registro Civil das Pessoas Naturais será designado pelo presidente da República dentre os juristas que a compõem.

Artigo 12.º - O Poder Executivo proporcionará à Comissão a que se refere o artigo 9.º, os meios indispensáveis ao seu funcionamento e aprovará o respectivo regimento dentro, de 90 dias a partir da aprovação desta lei.

Artigo 13.º - Revogam-se as disposições em contrário".

Notas sobre o Serviço Eleitoral REQUISIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

CIRCULARES DA PRESIDÊNCIA

SERVIÇO ELEITORAL - Requisição de funcionário - Requisitos para o pedido dirigido ao T. R. E.

- Circular GP-21, de 16-2-1955, da Presidência do T. R. E.

"senhor Juiz Eleitoral.

Nos pedidos de requisição de funcionário, endereçados a este Tribunal, esse Juízo deverá indicar o nome do servidor, função, vencimentos, repartição a que pertence e se houve ou não entendimento com a chefia da dependência a que o mesmo está diretamente subordinado.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a V. Exa. os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração - JOSÉ RABELO DE AGUIAR VALIM, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral."

RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS VAGOS MENSAGEM N. 6379, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 25 de julho de 1955

Senhor Presidente:

Em resposta ao ofício R.G. 1.820/55, n. 2.108, de 28 de abril último, cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento dessa Augusta Assembléia Legislativa, cópias das informações prestadas pela Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, a propósito da Indicação n. 358/55, do Senhor Deputado Alfredo Farhat.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os meus protestos do profundo respeito.

JÂNIO QUADROS

Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado André Franco Montoro, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE A MENSAGEM

SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

Relação dos Cartórios vagos e cujas vacâncias já foram comunicadas ao Tribunal de Justiça e dos que estão providos interinamente segundo os Assentamentos da Secção.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E ANEXOS

Classe - Interinos

- 1.^a Águas Clara do Sul
 - 2.^a Águas de Lindoia
 - 1.^a Água da Rosa
 - 1.^a Agulha
 - 2.^a Águas de São Pedro
 - 1.^a Água Vermelha
 - 1.^a Aldeia - José Rodolfo Semmler
 - 1.^a Alto Porá
 - 8.^a Alvares Florence
 - 2.^a Álvaro de Carvalho - Iberê Prado do Val
 - 1.^a Amamdaba
 - 1.^a Ameliópolis - Sebastião Coutinho
 - 2.^a Analândia
 - 1.^a Arabela - João Evangelista Santana
 - 1.^a Araçaiíba
 - 1.^a Arandú
 - 1.^a Arcadas
 - 2.^a Arealva,
 - 1.^a Ariri - Urbano Coelho Filho
 - 2.^a Balbinos - José Atayde Alves
 - 1.^a Barão de Geraldo - Guido Camargo Penteado Sobrinho
 - 1.^a Barrânia
 - 1.^a Batatuba - Nilda Maria Mendes Rebouças
 - 2.^a Bento de Abreu
 - 1.^a Botelho
 - 1.^a Boturuna
 - 1.^a Braço
 - 1.^a Brejo Alegre
 - 2.^a Buritama
 - 1.^a Campo Limpo
 - 1.^a Cândida - Antonio Jacinto de Castro Neves
 - 1.^a Capela do Alto - Heleno Lopes Plens
 - 1.^a Capivarí da Mata - João Batista de Barros
 - 1.^a Caramurú
 - 1.^a Cardeal - Alfredo João Lison
 - 2.^a Clementina,
 - 2.^a Coroados
 - 2.^a Corumbatal
 - 1.^a Costa Machado
 - 1.^a Cruzália - Nilza Ribeiro dos Santos
 - 1.^a Cuiabá Paulista
 - 1.^a Domélia - Henrique Dira Filho
 - 1.^a Engenheiro Paldino - Walter Boschesi
 - 1.^a Esperança D'Oeste
 - 2.^a Fernando Prestes
 - 1.^a Floresta do Sul - Anita Marin! Mendes
 - 1.^a Frutal do Campo - Sergio Benedito de Oueiroz Assis
 - 2.^a Gastão Vidigal - Clovis Gomes de Oliveira
 - 1.^a Guachos
 - 1.^a Guariranga
 - 1.^a Guaraciaba d'Oeste, - Alcebiades Silveira Castilho
 - 1.^a Guarani d'Oeste - Benedito Ignacio de Oliveira
 - 1.^a Guarapiranga
 - 1.^a Guaricanga
 - 1.^a Hortolândia
 - 1.^a IACRI!
 - 1.^a Ibioporanga
 - 1.^a Icatuçu
-

- 1.ª Igaçaba - Adolfo Borges Figueiredo
 - 1.ª Indaia do Aguapéi - Jeovah Godoy Costa
 - 1.ª Ingás
 - 2.ª Irapuã
 - 1.ª Itaquerí da Serra - Olavo Baldi8sera
 - 1.ª Itoror6 do Paranapanema - Joaquim Francisco Gomes de Andrade
 - 1.ª Itupeva
 - 1.ª Iubatinga
 - 1.ª Iupeba
 - 1.ª Jafa
 - 1.ª Jamaica - Balbino Benjamin Nogueira
 - 1.ª Juquiratiba
 - 1.ª Jurupema
 - 1.ª Lácio
 - 1.ª Lagoa Azul - Rubens Trabaldi Camargo
 - 1.ª Lauro Penteado - Josepha Simon Mendes Pereira
 - 2.ª Lavinia - Candido Alves Vilas Boas
 - 1.ª Louveira
 - 1.ª Mangaratú
 - 2.ª Mariápolis
 - 1.ª Meridiano - Margarida Abdo
 - 1.ª Monte Verde Paulista
 - 1.ª Nantes
 - 2.ª Nipoã
 - 1.ª Nova Guataporanga - Antonio Carmona Ferreira
 - 1.ª Nova Lusitânia - Jovelino José Francisco
 - 1.ª Novo Cravinhos - Ricardo Augusto Soares Filho
 - 1.ª Onda Branca
 - 1.ª Parnaso - Viriato Soares Albergaria
 - 1.ª Palmeira d'Oeste - Carlos José da Graça Veiga Calrson
 - 1.ª Paranabí
 - 1.ª Paríri
 - 1.ª Parnaso - Viriato Soares Albergaria
 - 2.ª Paulicéia - Isaías Mesquita
 - 2.ª Pereira
 - 1.ª Picinguaba
 - 1.ª Pioneiros
 - 2.ª Piracaia
 - 2.ª Planalto - Noraldo Pereira da Silva
 - 1.ª Pontalina - Alcides da Cunha
 - 1.ª Porto Martins
 - 1.ª Quadra - Alexandrina Romenda de Figueiredo
 - 2.ª Reginópolis
 - 2.ª Rizeira
 - 1.ª Ribeiro do Vale
 - 1.ª Roteiro
 - 1.ª Rubinéa
 - 1.ª Sandovalina - Antonio Narciso Sandoval
 - 1.ª Santa Albernita - Yvone Scarlate Cunha
 - 2.ª Santa Barbará do Rio Pardo - Augusto de Godoy Bueno
 - 1.ª Santa Clara d'Oeste - Lourdes Izilda Fidelis,
 - 1.ª Santa Maria do Gurupá - Alzira América de Faria,
 - 1.ª Santana da Ponte Pensa - Saul Fernades de Souza
 - 1.ª Santa Rita d'Oeste
 - 1.ª Santópolis de Aguapei - Angelina Morangueira Siriano
 - 1.ª São Benedito da Cachoeirinha - Epaminondas Duarte
 - 1.ª São Berto
 - 1.ª São João de Itaguaçu
-

- 1.ª São João do Pau D'Alho - Aderso Pursino Ferreira
 - 1.ª São Lourenço da Serra
 - 1.ª São Martinho d'Oeste - João Miguel Soler Tones
 - 2.ª Sarapuí
 - 1.ª Sebastianópolis do Sul - Deoquisia Ferreira Chibebe
 - 1.ª Sebastianópolis do Sul - Deoquisia Ferreira Chibebe
 - 1.ª Secundino Veiga
 - 1.ª Simões
 - 1.ª Simonsen
 - 1.ª Taboão da Serra
 - 1.ª Tapinas
 - 1.ª Tarabai
 - 1.ª Terra Nova d'Oeste
 - 2.ª Terra Rosa
 - 1.ª Tone de Pedro
 - 1.ª Trabiú
 - 1.ª Três Fronteiras - Adayl
 - 1.ª Ubarana - Olmino Verginio dos Santos
 - 1.ª Urânia
 - 1.ª Vicente de Carvalho - André Rodrigues Rodrigues
 - 1.ª Vista Alegre do Alto
 - 1.ª Vitória Brasil - Nersilio Alves
 - 1.ª Zacarias - Aparecido Alves da Fonseca
 - 1.ª ONCIO DE NOTAS E ANEXOS
 - Classe - Interinos
 - 1.ª Adamantina, - Wilson Justino
 - 1.ª Duartina - Sebastião Franchim
 - 3.ª Franco da Rocha
 - 1.ª General Salgado
 - 1.ª Guará
 - 3.ª Guarulhos
 - 3.ª Jaú
 - 1.ª Lençóis Paulista
 - 1.ª Lucélia
 - 1.ª Matão
 - 2.ª Mocóca - Paulo Rezende de Carvalho
 - 1.ª Monte Azul Paulista - Eduardo Roberto Bastos
 - 1.ª Nhandeára, - Pedro Ayub
 - 1.ª Oswaldo Cruz - Antonio Ferraz de Arruda
 - 1.ª Paulo de Faria - José Correia Primo
 - 2.ª Pindamonhangaba - Paulo A. Guisard de, Camargo
 - 2.ª Pinhal - Anésio Miranda
 - 1.ª Pitangueiras
 - 1.ª Presidentes Bernardes
 - 1.ª Regente Feijó
 - 1.ª Santa Rosa de Viterbo
 - 1.ª Sertãozinho - Cesar Vassimon
 - 1.ª Tupi Paulista
 - 1.ª Valparaíso - Braz Martinez Fernandez
 - 2.ª OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS
 - Classe - Interinos
 - 1.ª Adamantina - Edite Oliveira Costa
 - 2.ª Americana - Albery Silveira Ribeiro
 - 1.ª Bariri
 - 1.ª Duartina - Lazaro Evangelista Celli Ramalho
 - 1.ª Eldorado
 - 3.ª Franco da Rocha
 - 1.ª General Salgado
-

1.^a Getulina
1.^a Guaira
1.^a Iguape - José Itiberê Rebello
3.^a Jaú - Agrício Braga Negrão
1.^a Lençóis Paulista
2.^a Lorena
1.^a Lucélia
1.^a Matão
3.^a Mogi Mirim
1.^a Monte Azul Paulista - Eduardo Roberto Bastos
1.^a Nhandeára - Alcindo Pedrazzoli
1.^a Oswaldo Cruz - Joaquirn Masano Sampaio
1.^a Palmital - Adão Pires da Cruz
1.^a Patrocínio Paulista - Hélio Moreira
1.^a Paulo de Faria - José Correia Prime
1.^a Presidente Bernardes
1.^a Regente Feijó
1.^a Registro
1.^a Santa Rosa de Viterbo n.º São Jogo da Boa Vista
3.^a São José do Rio Preto - Cicero Guimarães
1.^a Tupi Paulista
1.^a Valparaíso - Helio Leme Kosaki
3.º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS
3.^a Ribeirão Preto - João Castanheira Braga
5. OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS,
4.^a Campinas - Sebastiana Pimentel Tavares
8.º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS
4.º Santos - Aguardando certidão de 6bit do ex-titular
REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS
Classe - Interinos
1.^a Adamantina - Cristovam Goulart Marmo
2.^a Agudos - José Henrique de Azevedo .

2.^a Americana
1.^a Eldorado
3.^a Franco do Rocha
1.^a General Salgado
1.^a Getulina
3.^a Guarulhos
3.^a Jaú (1.º circunscrição) - Targino Melgach
1.^a Lençóis Paulista - Luiz Vicente Rossi
2.^a Lorena - Geraldo do Nascimento
1.^a Matão
1.^a Monte Azul Paulista - Benedito Silveira
1.^a Nhandeára, - Paulo Laurito Basso
1.ª Oswaldo Cruz - Luiz Conzaga de Godoy Rosa
1.^a Paulo de Faria, - Mario Ferreira Gameiro
1.^a Presidente Bernardes - Milton Mencaroni
1.^a Regente Feijó
1.^a Registro
1.^a Ribeirão Bonito
1.^a Santa Rosa de Viterbo
4.^a Santo André - Djalma Rodrigues Pinto
2.^a Socorro
1.^a Tupi Paulista
1.^a Valparaíso
DISTRIBUIDOR CONTADOR E PARTIDOS COM OS ANEXOS DE
Classe - Depositário - Interinos

- 1.ª Adamantina - com anexo - Idílio Soares de Almeida
- 2.ª Americana - com anexo - Waldomiro Aranha Neto
- 3.ª Araçatuba - Sem anexo
- 1.ª Campos do Jordão
- 2.ª Casa Branca - Sem anexo
- 1.ª Duartina - com anexo
- 3.ª Franco do Rocha - com anexo
- 1.ª General Salgado - com anexo
- 1.ª Getulina - com anexo
- 1.ª Guaira - com anexo
- 3.ª Guarulhos - com anexo
- 1.ª Lençóis Paulista - com anexo
- 1.ª Mato - com anexo
- 1.ª Monte Azul Paulista - com anexo - José Caldeira Cardoso
- 1.ª Mirandópolis - com anexo
- 1.ª Nhandeára - com anexo - Amin Trabelssi
- 1.ª Oswaldo Cruz - com anexo - Aristides Fornazari
- 1.ª Palmital - sem anexo
- 1.ª Piratininga - sem anexo
- 1.ª Pitangueiras - sem anexo
- 1.ª Pompéia - sem anexo - Miguel Fournier Vasques
- 1.ª Presidente Bernardes - com anexo
- 2.ª Rancharia - sem anexo
- 1.ª Regente Feijó - com anexo
- 1.ª Registro - com anexo
- 1.ª Santa Rosa de Viterbo - com anexo
- 1.ª Tanabí - sem anexo
- 1.ª Tupi Paulista.

- com anexo

- 1.ª Valparaíso - sem anexo - Braz Martinez Fernandes

DEPOSITARIO PÚBLICO

Classe - Interinos

- 3.ª Amparo
- 3.ª Araçatuba - Esther Abreu Hildebrand
- 2.ª Atibaia
- 3.ª Avaré
- 3.ª Barretos
- 3.ª Baurú
- 2.ª Bebedouro
- 3.ª Botucatu
- 1.ª Campos do Jordão
- 2.ª Capivari
- 1.ª Conchas
- 3.ª Guaratinguetá
- 2.ª Ibitinga - (livre provimento)
- 3.ª Itapetininga
- 2.ª Itapeva
- 2.ª Itápolis
- 3.ª Itú
- 2.ª Jaboticabal
- 3.ª Jau
- 3.ª Jundiaí
- 3.ª Limeira
- 1.ª Martinópolis
- 1.ª Mirassol
- 2.ª Mococa
- 3.ª Mogi das Cruzes

3.^a Mogi Mirim.

2.^a Olímpia.

2.^a Orlândia

1.^a Palmital

2.^a Pederneiras

2.^a Penápolis

1.^a Pereira Barreto

3.^a Piracicaba

2.^a Pirajú

1.^a Promissão

1.^a Quitá

2.^a Rancharia

3.^a Rio Claro

3.^a Santa Cruz do Rio Pardo

3.^a São João da Boa Vista

2.^a São José do Rio Pardo

3.^a São José dos Campos - Leoncio Eras Porto

1.^a Tanabi - José Cardoso de Toledo

3.^a Sorocaba

2.^a Taquaritinga

3.^a Tatuí

3.^a Taubaté

2.^a Tietê

1.^a Votuporanga,

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E ANEXOS

Classe

2.^a Avai - Dependendo de mandado de segurança

4.^a Santo André - Dependendo de mandado de Segurança

1.^a Bagaçú - Aguardando resposta do candidato remanescente classificado pelo Tribunal de Justiça

1.^a Eleutério - Idem

1.^a Jupiuba - Idem

1.^a Miraluz - Idem

1.^a São Roque da Fartura - Idem

2.^a Iporanga - Aguardando certidão de óbito do ex-titular

1.^a Tejuapá - Aguardando decisão do Tribunal de Justiça sobre nomeação de um dos classificados

CARTÓRIOS VAGOS DA CAPITAL

Classe - Interinos

4.^a 2.^o Contador e 4.^o Partidor - Daniel Giorgi

AVISO IMPORTANTE

Tendo em vista o que dispõe a Lei n. 3.063, de 12 de julho de 1955, chamamos a atenção de nossos prezados associados, que há necessidade da apresentação de uma certidão, provando que este quites com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, em casos de inscrição nos concursos dos cartórios, nas permutas dos ofícios, para obter licenças, salvo quando é para tratamento de saúde. O Instituto de Previdência só fornece essa prova mediante requerimento selado e com a firma reconhecida. A certidão deverá ser requerida na época em que o servidor fará uso dela.

AVISO AOS SOCIOS

Solicitamos encarecidamente a todos os nossos prezados, associados, que se encontram com



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

suas contribuições em atraso, e especial gentileza de regularizarem, o mais breve possível, esses pagamentos, pois, dependemos exclusivamente dessas contribuições para a manutenção de nossa sede social e da continuação deste boletim.

Estamos, nesta data, enviando cartas de cobranças a todos os que se encontram nessa situação e aqueles que quiserem. atender o presente apelo muito facilitarão o nosso, trabalho.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	-	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA	-	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA	-	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA		
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS		
BRENO DE TOLEDO LEITE		
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA		
SEBASFIÃO MEDEIROS		
ALCIDES DE MELO VALE		

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO	-	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTCP		
BRASILIO MACHADO NETO		
IBSEN DA COSTA MANSO		
ABNER RIBEIRO BORGES		

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO	-	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	-	Santos
ELVINO SILVA	-	Campinas
AFFONSO BOTFLHO DE ABREU SAMPAIO	-	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES	-	São José do Rio Preto
VIRCILIO BAPTISTA CEPellos	-	Dracena,
CASEMIRO PINTO NETO	-	Capital
ANTONIO FLAQUER	-	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO ..		
-		Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO	-	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
COLABORAÇÕES	3

OS DESMEMBRAMENTOS DISTRITAIS	3
CAMPANHA PELO REGIMENTO DE CUSTAS	4
APOSENTADORIA À PRESTAÇÕES	4
CARTEIRA DE IDENTIDADE DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	5
LEIS E DECRETOS	5
LEIS FEDERAIS	5
LEI ESTADUAL	7
DECRETO ESTADUAL	8
PROVIMENTOS	9
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	9
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	10
SECRETARIA DA JUSTIÇA	12
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	13
INOVAÇÕES NO SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL	13
NOTAS SOBRE O SERVIÇO ELEITORAL	15
REQUISICÃO DE FUNCIONÁRIOS	15
RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS VAGOS	16
AVISO IMPORTANTE	29
DIRETORIA	29
CONSELHO FISCAL	30
SUPLENTE	30
ÍNDICE	31

Nº 052 - Publicação: 01/09/1955

IBSEN DA COSTA MANSO

A Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, que congrega quase todos os serventuários do Estado, vem trazer ao seu inolvidável ex-presidente, uma palavra de afeto e de saudade.

Não podíamos ficar indiferentes ante o impacto brutal e imprevisto que nos surpreendeu.

Ibsen morrera no cumprimento do dever. Há criaturas predestinadas em que, até na morte, são diferentes.

Este moço, que pontilhou a sua vida profissional numa linha reta, impecável, sempre foi um perfeito servidor da Justiça.

Mercê da lhaneza do seu trato e da sua inteligência sutil, quer ante magistrados, autoridades, advogados e partes, cumpriu integralmente esta norma admirável de desprendimento e de abnegação, sempre - "deu mais de si do que pensou em si". E assim - chegou à Presidência da Associação dos Serventuários de Justiça, onde a, sua notável eficiência e espírito de organização transformaram a nossa Associação em um, grande órgão de Classe. Tal foi a projeção de seu nome e de sua ação que a Justiça Eleitoral reclamou os seus serviços e ele como bom patriota, para lá foi e graças a sua extraordinária capacidade de organização e de execução transformou o nosso, Tribunal Eleitoral em modelo para todo o país, sendo a sua palavra autorizada ouvida sempre com acatamento, tanto na televisão como no rádio e na imprensa, sempre concorrendo com a luz da sua inteligência para orientar e esclarecer as sutilezas da lei eleitoral.

E assim foi que, em uma tarde cinzenta de sábado, em pleno vôo, como que buscando no encantamento do infinito azul a paz de espírito de que a Brasil tanto necessita, ele tombou como um Bandeirante do dever cumprido.

A saudade é a presença dos ausentes.

Você Ibsen, estará sempre presente.

PASCUAL QUAGLIATA

Cumprimos o penoso dever de comunicar aos nossos associados o infausto falecimento, em Montevideu, aos 9 de Agosto p.p. do nosso distinto colega, Don PASCUAL QUAGLIATA, que exerceu a sua profissão na cidade de Montevideu, Capital da República Oriental do Uruguai e foi um dos maiores propulsores do progresso da instituição notarial de seu país e um dos mais eficazes colaboradores da União Internacional do Notariado Latino.

Professor e ex-conselheiro da Faculdade de Direito e Ciências Sociais e posteriormente da Faculdade do Notariado de seu país, interveio decisivamente na reforma dos planos de estudo para a carreira do Notariado, à qual procurou dar todo o conteúdo jurídico requerido por essa especialização.

Desempenhou diversos cargos na Comissão Diretora da Associação dos Escrivães do Uruguai, da qual foi presidente, assinalando, a todo momento, sua atuação por uma série de iniciativas que contribuíram notavelmente para o aperfeiçoamento da instituição notarial e ao prestígio e máxima autoridade da entidade que dirigiu.

Presidiu a delegação uruguaia ao Primeiro Congresso Internacional do Notariado Latino, no qual teve uma destacada atuação sendo designado Tesoureiro do Primeiro Comitê Permanente e mais tarde Presidente da Oficina Permanente de Intercâmbio Internacional.

Dirigiu com o maior acerto a "Revista da Associação de Escrivães do Uruguai" e suas inquietudes profissionais ficaram refletidas em numerosos artigos, publicações, discursos, conferências e livros especializados. Entre as obras publicadas merecem destaque as seguintes: "Regime do Notariado Nacional" (1932) "Protestos" (1934) "La Propriedade Industrial" (1937) "Registros" (1948) e "Lei de Direitos Civis" (1949), todas elas de ampla difusão. Os restos mortais do ilustre extinto foram velados na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Montevideu, e o ato do sepultamento constituiu uma sentida demonstração de dor de todo o notariado uruguaio, ao qual aderiu o Conselho Permanente da União, que designou seu representante ao Vice Presidente Honorário, escrivão Don Adhemar H. Carámbula.

Colaboração

IBSEN DA COSTA MANSO (UM AMIGO)

Está de luto a Associação dos Serventuários da Justiça. O nosso queridíssimo amigo e admirável colega deixou, prematura e repentinamente, de fazer parte do nosso convívio, ficando, por isso mesmo, a nossa Associação privada do insubstituível. companheiro. O nosso Ibsen não é só insubstituível na nossa classe, como o é também, o que é de todos sabido, na Secretaria do Tribunal Regional da Justiça Eleitoral.

A grande amizade que dedicávamos ao Ibsen era tal que será difícil e mesmo impossível descrever.

Em afirmativa dessa asserção convém narrar o seguinte fato : Certa ocasião, estávamos nós insatisfeitos com a relativa inatividade da nossa Associação. Resolvemos então nos demitirmos do seu quadro social. Manifestamos nossa intenção aquele nosso colega, num dos nossos encontros na sede social. Aconselhou-nos, então, a que desistíssemos da nossa intenção e que, se, porventura, fosse ela efetivada, não seria aceita. Ao que, respondemos-lhe que era firme o nosso propósito de pedir demissão e que, caso ela não fosse aceita, deixaríamos de pagar as mensalidades para sermos demitidos por falta de pagamento das mesmas. Ibsen então nos afirmou: "se você deixar de pagar as mensalidades eu

as pagarei por você, porque eu em aqui estando, você não poderá, absolutamente deixar de fazer parte da Associação". Diante de tal resposta emudecemos e desistimos do nosso intento.

Mas, porque assim agimos? Não foi porque não tivéssemos razão para aquele nossos procedimento. Não foi porque tivesse Ibsen qualquer ascensão espiritual sobre nós. Não foi por espírito de gratidão a qualquer favor ou obséquio que, porventura, lhe devêssemos. Foi tão só e exclusivamente devido a grande, a imensa amizade que lhe dedicávamos.

Não desmerecendo a extraordinária cooperação que à nossa Associação dedicaram os incansáveis colegas Brasílio Machado Neto, Arnaldo Leal, Francisco Porto Junior, Abner Borges, Antonio Augusto Firmo da Silva e Francisco Teixeira da Silva Junior e outros, afirmamos convictos que Ibsen da Costa Manso foi a vida, foi a alma da nossa Associação de classe.

Existiu em São Paulo, um serventuário da justiça: Climaco Cesar de Oliveira, que foi o maior amigo da classe dos advogados.

Ibsen da Costa Manso foi, em São Paulo, pela sua inteligência, pela sua competência, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu espírito de organização, pela sua franqueza e lhaneza no trato o serventuário mais querido e de maior prestígio, não só entre os seus colegas, como também na classe dos advogados.

Ao querido Ibsen, pois, esta ultima e sincera homenagem.

Colégio Notarial de S. Paulo **IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA**

Sob os auspícios do Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro, realizou-se de 10 a 17 de setembro p. p., na cidade de Niterói, a IV Jornada Notarial Brasileira.

Mais uma vez, reuniram-se os tabeliães do Brasil para estudo e discussão de diversos temas de relevante importância para a classe.

O grande número de notários presentes vindos de diversos Estados e o entusiasmo com que se discutiram as teses, demonstram o interesse que no seio da classe vêm despertando esses conclave.

Dedicam-se os tabeliães do Brasil ao estudo de interessantes assuntos jurídico-notariais que tendem a elevar o nível cultural da classe, colocando-a à altura do prestígio e relevância da Instituição Notarial.

À sessão inaugural compareceram o representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, o Exmo. Sr. Desembargador Horácio Braga, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio, o Exmo. Sr. Desembargador Miguel Maria de Serpa Lopes, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Sr. Dr. Thomé Tostes Machado, Presidente da Seção Fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil, o Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, Vice-Presidente do Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino e seu representante no conclave, o Dr. Luiz Cavalcanti Filho representando a Federação Brasileira de Colégios Notariais e o Colégio dos Tabeliães do Distrito Federal, os Drs. Francisco Teixeira da Silva Junior, Antonio Tupinambá Vampré e Álvaro Pinto da Silva Novais Filho representando o Colégio Notarial do Estado de São Paulo, o Dr. Themístocles Silva, Presidente do Conselho Diretor do Colégio Notarial do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. José Campos de Souza, representando o Colégio Notarial do Estado de Sergipe, o Dr. Jacinto Vasconcellos Moreira de Castro, representando os tabeliães do Estado do Pará, grande número de notários, senhoras e pessoas gradas.

Desenrolou-se o programa estabelecido em ambiente de grande cordialidade, coroando-se de pleno êxito os esforços despendidos pelos ilustres membros da Comissão Organizadora.

merecendo todos eles os mais francos elogios pelo seu magnífico trabalho, tornando-se credores da gratidão da classe notarial brasileira pela grande dedicação e carinho que demonstraram ter pelos nossos problemas e pela nossa causa. Sem desmerecer a qualquer um deles, acreditamos cumprir um dever de justiça salientando, em merecida homenagem, os nomes de Themístoeles Silva, José Ignácio da Rocha Werneck, Murilo Augusto Esteves da Costa e Hermes Loyola. Foram eles, sem dúvida, os principais baluartes da IV Jornada Notarial Brasileira.

Como representante da União Internacional do Notariado Latino, o nosso companheiro Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva pronunciou na sessão inaugural o seguinte discurso: "Cumprindo o seu objetivo precípua, a União Internacional do Notariado Latino que, como Vice Presidente do seu Conselho Permanente, tenho a honra de representar nesta solenidade, traz aos ilustres colegas participantes desta Jornada, o seu apoio incondicional e a solidariedade de notários dos vinte e sete países que congrega.

É realmente expressivo, meus senhores, que contando somente sete anos de existência, no interregno dos quais realizou apenas três congressos internacionais, na verdade de invulgar sucesso e ampla repercussão, possa a União Internacional do Notariado Latino, tendo por objetivos a defesa de princípios tradicionais, de união espiritual, de elevação cultural, congregar quase todo o notariado do mundo latino.

Esse movimento institucional que nasceu na Argentina por iniciativa de seus notários, tendo à frente essa figura ímpar do notariado universal que é José Adrian Negri, alastrou-se rapidamente por todos os quadrantes. O brado de alerta na defesa de uma instituição básica na organização jurídica do Estado, fez-se ouvir em todo o mundo. Mais do que os interesses pessoais dos profissionais, muito acima deles, iniciou-se em Buenos Aires, no ano de 1948, a pregação dos princípios jurídicos da instituição notarial que na confusão, de idéias novas e esdrúxulas, se procurava relegar, se não ao esquecimento, pelo menos a um plano inferior. Dai a reação, que, por ter a instituição notarial o fim social e jurídico de criar, prevenir, defender e extinguir direitos e obrigações, outra fôrma não poderia ter senão a de união espiritual, de elevação cultural, para a maior difusão de uma verdadeira ciência jurídica.

Os mais eminentes tratadistas da ciência notarial de há, muito vinham em suas obras estimulando essa reação. O Dr. Fernando Tavares de Carvalho, ilustre jurista e notário português, como argumento para o seu magnífico trabalho "A dupla figura moral e jurídica do notário", escolheu o seguinte trecho de um artigo publicado em 1906 na revista "Evolución Notarial", de Tortosa: "Qual é a nossa missão social? Dar fé dos contratos e demais atos extrajudiciais. A isto nos autoriza a lei que nos atribui o caráter de funcionários. Pois bem: entre que função das de Estado pode categorizar-se a de dar fé? Sabe-o alguém? Sabe-o a lei que não o disse Sabem-o os que escrevem sobre estas questões? Trataram de averiguá-lo uns e outros? E contudo, se isso soubéssemos, se, sabendo-o, pudéssemos fazê-lo compreender ao poder legislativo, ao poder executivo, ao público, aos próprios notários, saberíamos tudo e poderíamos tudo; não haveria receio de que a órbita da nossa função se confundisse com qualquer outra; não existiriam, como existem na atualidade, múltiplos organismos para uma função única, e teríamos assentado para sempre a pedra miliária em que se havia de basear, sem temor de anteriores cerceamentos, o edifício da nossa instituição".

No velho continente europeu os problemas institucionais, do notariado resolveram-se pela adoção de leis orgânicas, entre as quais deve-se citar a espanhola que é considerada. uma das mais perfeitas da civilização - jurídica atual.

Em nosso continente, o notariado da maioria dos países,. acompanhando a evolução da moderna ciência notarial, depois, de passar por várias dificuldades institucionais, já conseguiu a necessária compreensão dos poderes competentes, obtendo leis próprias para a sua organização.

José Adrian Negri, em seu livro "O problema notarial" editado em 1932, demonstrava as dificuldades de organização por que passava o notariado argentino. Corno mal básico indicava a indiferença de próprios e estranhos, a despreocupação, o anacronismo - da lei orgânica do

notariado ali vigente.

Também o Dr. Hector Gerona, ilustre professor de Prática Notarial, na Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração de Montevideu, ao tratar dos problemas institucionais do notariado uruguaio em seu livro "La reforma notarial", editado em 1934, mostrava a importância das questões de ordem notarial, dizendo que pelos valores morais e patrimoniais que representam, são sempre de caráter principal, desempenhando um papel transcendente na vida da sociedade moderna. Mas, afirmava o eminente professor, tais questões não conseguem interessar senão a um número muito limitado de pessoas e não - logram atrair a atenção geral. E conclui dizendo que, por isso, para se obter nessa matéria uma reforma ou uma conquista qualquer, se fazia necessário realizar um esforço heróico, rompendo-se de início o círculo de indiferença glacial que a envolve e imprimir movimento, calor e vida ao que tem permanecido, ordinariamente, em um quietismo estéril e infecundo, próximo do nada.

Os resultados de tão elevada pregação não se fizeram esperar. Realizado o I Congresso Internacional do Notariado Latino, surgem como órgãos da União Internacional, a "Oficina Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional", com sede em Montevideu e a "Revista Internacional do Notariado", com sede em Buenos Aires e uma versão francesa publicada em Paris. Essas organizações, como veículos de doutrina, de leis, de jurisprudência e das mais variadas notícias sobre o que possa importar ao notariado e aos notários, se incumbem de manter com as instituições e com os profissionais um contato direto, trazendo-os permanentemente informados de tudo o que se passa no mundo relativamente ao campo da ciência jurídico-notarial. Organizam-se em vários países congressos e jornadas nacionais para discussão dos problemas internos e debate de teses jurídicas. O movimento cresce. Estimulados por tão grande solidariedade internacional, saem de seus gabinetes de estudos os líderes intelectuais proclamando suas idéias, suas convicções e suas conclusões. Surgem as mais variadas obras sobre a ciência jurídico-notarial, escreve-se sobre a importância da identificação dos contratantes, publicam-se compêndios sobre o instrumento público notarial, justifica-se a aplicação de meios mecanizados e modernos ao tradicional processo notarial, empenha-se em definir exatamente o notário, dando-lhe o conceito e as atribuições que lhe competem, localiza-se com exatidão a instituição, Notarial na organização jurídica e social do Estado. E por esse caminho ascendente chega-se ao III Congresso Internacional do Notariado Latino que em 1954 se realiza na França. E no berço da mais tradicional legislação notarial, pelas mais, categorizadas vozes da ciência jurídico-notarial, proclama-se a existência do Direito Notarial como ramo autônomo do, Direito. Resolve a Assembléia onde se acham reunidos representantes de 19 países, que a etapa de investigação quanto à existência do Direito Notarial está superada, graças aos trabalhos anteriores e que é necessário prosseguir na sua elaboração sistemática e científica.

E neste ponto culminante, meus senhores, nos encontramos às vésperas do IV Congresso Internacional do Notariado. Latino que no próximo ano se realizará na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro.

É que o notariado brasileiro recebendo os influxos dessa reação cultural, a ela aderiu de corpo e alma. Temos a certeza de que em todos os Estados do Brasil a realização destas Jornadas Notariais recebe ampla adesão, pois que a todos eles se tem feito chegar a voz da União Internacional do Notariado Latino com a elevada pregação dos princípios que defende.

Com a realização destas Jornadas, rompe o notariado brasileiro aquele círculo de indiferença glacial de que nos fala Gerona, e começa a dar movimento, vida e calor aos seus objetivos. Demonstram os notários do Brasil que estão dispostos a defender e elevar a instituição a que pertencem, e a não se deixar vencer pela indiferença ou pela despreocupação profissional, atitudes suicidas, para usar a expressão de Negri. Soaram também para o notariado brasileiro os clarins da reação.

É para este movimento espiritual, de cultura e de inteligência, que hoje aqui nos reunimos. E é para apoiá-lo que aqui está a União Internacional do Notariado Latino trazendo a sua mais cordial saudação aos notários do Brasil."

Transcrevemos a seguir as

RESOLUÇÕES DA IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA, REALIZADA EM NITERÓI DE 10 A 17 DE SETEMBRO DE 1955.

RESOLUÇÕES:

I - A INSTITUIÇÃO NOTARIAL: sua posição na sociedade juridicamente organizada.

Reconhece o plenário a importância social e jurídica da instituição notarial na organização do Estado e declara ser o maior desejo de todos que a ela servem mantê-la na prestigiosa e relevante posição que sempre desfrutou, propugnando pela sua crescente elevação cultural.

II - ADAPTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOTARIAL aos princípios do notariado de tipo latino, definido pelas resoluções dos congressos anteriores:

- a) organização corporativa;
- b) formação jurídico-profissional;
- c) competência funcional.

Resolve o plenário adotar o projeto de lei dispondo sobre o exercício da função notarial aprovado pela Federação Brasileira dos Colégios Notariais, onde, na medida das atuais possibilidades para a organização notarial brasileira, se encontram adaptados os princípios do Notariado de tipo latino relativamente a organização corporativa formação jurídico-profissional e competência funcional.

III - INTERVENÇÃO DOS NOTÁRIOS:

- a) nos Testamentos e Sucessões;
- b) nas Sociedades.

Dada a limitação da intervenção dos notários brasileiros nos testamentos, sucessões e sociedades, limitação que se restringe à lavratura dos instrumentos públicos quando por lei exigidos ou facultados, resolve o plenário aguardar os conhecimentos mais amplos que dessa matéria advirão da realização do IV Congresso Internacional do Notariado Latino.

IV - DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES:

- a) dos Tabeliães titulares;
- b) dos Tabeliães substitutos;
- c) dos Escreventes e Auxiliares.

Declara o plenário que este item foi examinado sob o ponto de vista da responsabilidade civil, criminal e fiscal e resolve:

- a) que caiba ao tabelião titular ou substituto que tenha subscrito o ato, a responsabilidade civil pela indenização a terceiros prejudicado por erro, dolo ou culpa;
- b) que o tabelião titular, o substituto, bem como o escrevente e auxiliar, na parte criminal e fiscal, responda cada um pessoalmente pelo ato que praticar;
- C) que, quanto à responsabilidade civil pela indenização de prejuízos a terceiros, caiba ao tabelião titular ou substituto, ação regressiva contra escreventes, auxiliares ou terceiros que, de forma direta ou indireta, a ela tenham dado causa.

V - BRASIL, SEDE DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO EM 1956, NO RIO DE JANEIRO.

Faz o plenário um apelo a todos os notários brasileiros para que dêem toda a colaboração aos trabalhos da Comissão Organizadora, concitando-os a prestigiar o conclave com a sua presença.

VI - SEDE DA V JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA.

Por unanimidade de votos foi eleita a cidade da Fortaleza, Estado do Ceará, como sede da V Jornada Notarial Brasileira, a realizar-se em 1957, em época a ser escolhida e com temário e programa a serem organizados pela Comissão Organizadora que se constituir.

RESERVAS FLORESTAIS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO FLORESTAL FEDERAL SOBRE O REFLORESCIMENTO EM NOSSO PAIS

Cada vez mais o problema do reflorestamento e da proteção às matas naturais vem preocupando o governo. E com muita razão, pois são conhecidas as inúmeras e funestas conseqüências que a destruição indiscriminada das florestas acarreta para a vida do País.

No Brasil, onde a opinião publica ainda não compreendeu e acatou de maneira irrestrita princípios conservacionistas que garantam a continuidade de suas riquezas, assistimos freqüentemente a cenas dolorosas de destruição.

É necessário reagir contra a ignorância e a indiferença. É preciso que o governo, as entidades privadas e cada um dos habitantes desta terra compreendam o alcance de todas as medidas sãs adotadas visando reflorestar certas áreas e proteger as matas ainda existentes.

Sobre o problema do reflorestamento no País, o Sr. Cunha Bayma, presidente do Conselho Florestal Federal, falando à nossa reportagem afirmou que o numero de arvores plantadas é inexpressivo "em face da impressionante derrubada de matas a que se procede no Brasil, para a crescente produção anual de madeira, lenha e carvão". E acrescentou: "Só em relação ao pinho, o agrônomo Koscink, do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, demonstra que deveríamos já ter plantado seiscentas vezes mais do que o fizemos".

Destacou ainda que a situação decorre de causas diversas, entre as quais citou as seguintes: inexistência de mentalidade florestal; falta de recursos materiais e humanos para os órgãos competentes fazerem cumprir o Código Florestal vigente, ou formarem grande florestas nacionais; capacidade financeira dos particulares para efetuarem reflorestamento; falta de crédito adaptado às condições de empreendimento a longo prazo e ausência de medidas estimulantes, prêmios, isenção de impostos sobre a terra florestada e sobre as matas.

Depois de citar o exemplo de países como a Inglaterra, França e Estados Unidos, disse que no Brasil o fundo florestal previsto no Código Florestal vigente, "nunca teve sequer um princípio de realidade, apesar das tentativas do Conselho Florestal Federal, de vez que a DASP achou que o mesmo implicava em dualidade orçamentaria proibida pela Constituição". Observou ainda que o Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, apenas nos últimos anos tem tido uma dotação irrisória de cinco milhões de cruzeiros, para trabalhos de reflorestamento em todo o País. "Só muito recentemente - frisou pôde realizar acordos com os Estados, cujo valor global não atinge a Cr\$ 14.000.000,00. E desse total, destinado a vários encargos, a parte para reflorestamento é relativamente reduzida".

**Colégio Notarial de São Paulo
ARMAS DA REPÚBLICA
Ministério da Fazenda
Ofício N.º 1.709**

Em 19 de Setembro de 1955
Do Diretor da Recebedoria Federal em São Paulo Ao Sr. Presidente do Colégio Notarial desta Capital ,Assunto - Encaminha cópia de portaria.

Sr. Presidente:

Passo às vossas mãos a inclusa cópia da Portaria n. 1.009, de 16 de setembro corrente, desta Recebedoria que transcreve a Circular n. 82, da Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional, de 3 deste mês, publicada no Diário Oficial de 12 seguinte.

Referida Circular consolidando decisões do Exmo. Senhor Ministro da Fazenda é do Poder Judiciário, além do que já vem declarado na Circular n. 162/51 da mesma Diretoria, declara que as autarquias, os serviços patrimoniais descentralizados e entidades paraestatais não gozam da imunidade tributária outorgada pelo art. 15 § 5.º da Constituição Federal.

Assim sendo, solicito vossas providências no sentido do que sejam remetidas cópias da mesma Portaria aos Senhores Tabeliães desta Capital, facilitando-lhes a resolução dos casos que lhes são apresentados diariamente, e, evitando o vultoso número de consultas que surgem sobre assunto já solucionado.

Saudações.

(a) Leonardo de Barros Carvalho.

DIRETOR.

ARMAS DA REPÚBLICA

Ministério da Fazenda

PORTARIA N.º 1009 DE 16 DE SETEMBRO DE 1955.

O Diretor da Recebedoria Federal em São Paulo, no uso, de suas atribuições transcreve para conferimento da Repartição a "CIRCULAR N.º 82", de 3 de setembro corrente, publicada no Diário Oficial de 12 do mesmo mês, do Diretor das Rendas internas do Tesouro Nacional, consubstanciada nos seguintes termos:

"O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista recentes decisões proferidas pelo Senhor Ministro da Fazenda nos processos fichados neste Ministério sob 159.958-52, 166.906-52, 183.986-52 - os números 233.829-51 - 3&.455-52 - 82.872/52 159.958-52 - 166.906/52 - 183.986/52 - 218.364/52 - 220.916/52 - 237.652/52 - 265.337/52 278.467/52 - 18.753/53 - 81.422/53, dando provimento a Recursos do Representante da Fazenda junto ao 1.º Conselho de Contribuintes, e Considerando que esta Diretoria bem interpretando a lei, declarou pela Circular número 162, de 1951, no seu item 2.º:

"A imunidade tributária prevista no artigo, 15 § 5.º da Constituição Federal, só alcança os atos e contratos em que figurem diretamente a União, os Estados ou Municípios, pelos seus representantes legais, ficando, em consequência, sujeitas ao tributo as autarquias, e serviços patrimoniais descentralizados, salvo se gozarem de isenções outorgadas por leis especiais, caso em que terá aplicação o preceito do artigo 2.º, § 3.º, da lei do selo vigente";

Considerando ter esse entendimento merecido aprovação de autoridade máxima em matéria de interpretação fiscal que é o Senhor Ministro da Fazenda;

Considerando que o Poder Judiciário através do Tribunal Federal de Recursos, decidindo o agravo em Mandado de Segurança originado de São Paulo, em Tribunal Pleno, reconheceu não gozarem as autarquias da imunidade constitucional, lastrando, desta forma, o decidido por este Ministério (Diário da Justiça de 16 de agosto de 1955) ;

Considerando constituir, hoje, ponto de vista incontroverso o disposto naquela Circular;

Declara aos senhores chefes das repartições subordinadas, para seu conhecimento e devidos fins, que as autarquias, os serviços patrimoniais descentralizados e entidades paraestatais não gozam da imunidade tributária outorgada pelo artigo 15, § 5.º, da Constituição Federal, ficando destarte, sujeitas ao imposto do selo nos atos e contratos por si celebrados salvo se gozarem de isenção expressa concedida pelas suas leis institucionais, caso em que terá aplicação o disposto no artigo 2.º, § 3.º, da atual Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953.

As entidades previdências que gozarem da isenção do imposto nos atos e contratos firmados com seus associados e outorgada por suas leis não poderão estender esse favor a terceiros, a menos que as mesmas leis expressamente o declarem.

- AUGUSTO DE BULHÕES".

a) Leonardo de Barros Carvalho,

Leis e Decretos

PAGAMENTO ANTECIPADO DE SISA

LEI N.3.143, DE 6 DE SETEMBRO DE 1955

Revigora, com nova redação, o artigo 25 da Lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É revigorado, com a seguinte redação, o artigo 25 da Lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953:

"Artigo 25 - Em relação aos contratos de promessa ou compromisso de compra e venda de imóveis, ora em vigor, já quitados e os ainda não vencidos, é facultado ao promitente ou compromissário originário, bem como ao primeiro cedente ou cessionário, recolher, por antecipação e pelo valor do imóvel à data do contrato, o imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", devido sobre a transmissão, desde que o faça dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da promulgação desta lei".

Artigo 2.º - Vetado.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, (... vetado...) revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

José Adriano Marrey Júnior

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 6 de setembro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 7-9-55.

LEI N. 3108, DE 23 DE AGOSTO DE 1955

Eleva de primeira para segunda entrância a comarca de Campos do Jordão.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, em exercício no cargo de Governador:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica elevada de primeira para segunda entrância a comarca de Campos do Jordão:

Parágrafo único - O disposto neste artigo não importará na promoção dos ocupantes dos cargos de Juiz de Direito e de Promotor Público da comarca.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de agosto de 1955.

JOSÉ PORPHYRIO DA PAZ

José Adriano Marrey Jnior

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de agosto de 1955.

Carlos de Albuquerque Seifarth - Diretor Geral.

D. O. 25-8-55.

Provimentos

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PROCESSO N. 71.979 - (G. 4852) - PIEDADE

Agravo de Petição - Agvte., Luiz Diniz e Irmãos - Agvdo.,
O Oficial do Registro de Imóveis.

Negaram provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 71.979, da comarca de Piedade, em que são, agravante Luiz Diniz e Irmão e agravado o Oficial do Registro de Imóveis: Acorda o Conselho Superior da Magistratura sem discrepância de votos, negar provimento ao recurso e confirmar a decisão agravada que bem decidiu a espécie. Custas pelo agravante. Ao Oficial do Registro de Imóveis, foi apresentada para transcrição, uma escritura de compra e venda de certo imóvel em que figura como outorgada a firma agravante; para o efeito da indispensável continuidade do registro, foi também apresentada para o mesmo fim o título de aquisição do alienante, escritura pública lavrada nas notas do Tabelião do Distrito de Pilar do Sul. O oficial recusou a prática do ato e suscitou "dúvida" por não constar dessa escritura a participação de testemunhas instrumentárias. Foi a dúvida impugnada e o M. M. Juiz de Direito julgou-a procedente. Não mereceu provimento o agravo interposto. Embora seja discutível a exigência da presença de testemunhas nas escrituras públicas, presença sempre recomendável, existe no caso falta muito mais grave que é a falta de assinatura das pessoas que deveriam assinar a rogo dos outorgantes analfabetos. Essa circunstancia importa na falta de assinatura dos próprios outorgantes o que torna o título imperfeito para transcrição.

São Paulo, 2 de junho de 1955.

(aa) Gomes de Oliveira, Presidente
Marcelino Gonzaga, Vice-Presidente

Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e Relatar. Adv.: Hélio Rosa Baldy.

D. J. 19-7-55.

ACÓRDÃO

Deram provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 73.048, da comarca de São Paulo, em que são agravante Oswaldo Magalhães e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 15.^a Circunscrição.

Acordam em Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao agravo e reformar a decisão agravada para ordenar seja feita a transcrição com a averbação necessária. O agravante adquiriu um imóvel (terreno sem benfeitorias) onde anteriormente existira uma casa. Essa circunstâncias consta da escritura e os alienantes autorizaram qualquer averbação que se fizesse necessária para a transcrição. Levada dita escritura ao registro entendeu o Oficial que era necessária a averbação da demolição, mas que essa averbação só poderia ser feita à vista de certidão fornecida pela Municipalidade, prenotando o título e

suscitando "dúvida". O M. M. Juiz da Vara dos Registros Públicos julgou a dúvida procedente e o interessado agravou hábil e oportunamente. O agravo mereceu o provimento dado. A averbação pode ser feita independentemente da certidão exigida, porque a demolição consta da própria escritura, porque existe nos autos prova de certidão negativa de imposto predial sobre o imóvel, e ainda, porque a certidão exigida pelo Oficial é impossível, uma vez que em se tratando de edifícios construídos fora do alinhamento da rua, sua demolição não exigia alvará, como informou a Prefeitura Municipal por ofício constante dos autos. Custas na forma da lei.

São Paulo, 9 de Agosto de 1955.

(as) Gomes de Oliveira, Presidente.

Paulo Colombo, Vice-Presidente.

Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e Relator. Advogado: - Mario Manoel Rey.

Processo n. 72.080 (G-499) - São Paulo - Agravo de Petição Agvte. Joaquim Caruso.

D. J. 13-9-55
ACÓRDÃO
Deram provimento.

"Vistos, relatado se discutidos estes autos de agravo de petição n. 72.080, da comarca de S. Paulo, em que são agravantes Joaquim Caruso e agravado o Oficial da 7.^a Circunscrição: Acordam em Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso e reformar a decisão agravada para julgar improcedente a dúvida e mandar seja feita a inscrição requerida. Castas na forma da lei. Por escritura pública Matahei Harada e sua mulher prometeram vender a Joaquim Caruso um determinado lote de terreno. O outorgado compromissário comprador levou o título para registro e o Oficial teve dúvida em fazer a inscrição, porque em planta que se encontra arquivada em seu cartório o aludido terreno figura como já alienado, muito embora não seja objeto de registro algum a não ser em nome do alienante. Foi a dúvida impugnada e afinal o M. M. Juiz julgou-a procedente. Inconformado agravou o compromissário comprador e seu recurso mereceu o provimento dado. O imóvel está transcrito em nome do promitente vendedor e dentro das suas disponibilidades. A planta levantada em outro processo com o fito de esclarecer dúvidas, não constitui impedimento para o registro e ficou suficientemente esclarecido que a referência feita nela ao terreno como alienado, provinha de um compromisso anterior, por documento particular e já declarado sem efeito. Assim revestindo o documento levado a registro de todas as formalidades legais, verificada a transcrição em nome do alienante, a disponibilidade do imóvel e a ausência de qualquer outro registro anterior, nada impedia se fizesse a inscrição agora ordenada.

São Paulo, 9 de agosto de 1955.

(aa) Gomes de Oliveira, Presidente.

Paulo Colombo, Vice-Presidente.

Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça e Relator.
Adv.

- Afonso Caruso.

Processo n. 73.470 - (G.-025.

- São Paulo - Correição Parcial.

- Reqte, Mario Sergio Cardim Filho.

D. J. 13-9-55

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA

PROCESSO 11.751 - Secretaria da Justiça e Negócios do Interior - Capital - Esta Corregedoria é contrária à reforma parcial do Regimento de Custas.

O atual Regimento precisa ser atualizado por inteiro para atender à necessidade do pessoal do serviço forense e evitar a exigência de pagamento ilegal que escapa a qualquer vigilância. Quero acrescentar que já foi remetido a ilustre Assembléia Legislativa um projeto de reforma do Regimento de Custas, elaborado pela Corregedoria Geral, na gestão de um dos meus antecessores.

É o que me cumpre informar a V. Exa. a quem mais uma vez reitero os protestos de elevada consideração. São Paulo, 27-8-55. (a) P. Chaves.

D. J. 20-8-55.

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS **IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS"**

PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA - caracterização da existência de procuração em causa própria. Mandato que equivale à cessão de direitos reais, apresentando todas as características necessárias: acordo entre as partes, individuação dos imóveis, preço da transferência, isenção de prestações de contas etc. Aplicação do art. 27 da lei n. 185148.

A. L. G. e sua mulher contrataram os serviços de K. A. para lotear e vender uma gleba de sua propriedade, cedendo-lhe, em pagamento parcial desses serviços, créditos seus decorrentes de compromissos de compra e venda já existentes e referentes a lotes da mesma gleba. Na mesma escritura, constituíram K. A. seu procurador, em caráter irrevogável e sem qualquer obrigação de prestar contas, "para fazer cumprir pelos compromissários compradores, em todas as suas cláusulas e condições, os respectivos compromissos", inclusive: receber e dar quitação; outorgar escrituras definitivas; anuir a cessões ou transferências de ditos compromissos; compromissar de novo ou revender os mesmos lotes, a quem entender e pelo preço que quiser, no caso de rescisão dos compromissos etc.

Entendeu o Fisco tratar-se de mandato em causa própria, previsto no art. 27 de lei 185/48 e intimou o procurador a recolher o imposto devido, acrescido de 20% de multa de mora.

Defendeu-se a parte, sustentando tratar-se de simples cessão de direitos creditórios; não ter aplicação ao caso o texto legal invocado; que aquela procuração era um mero pacto acessório de garantia" e que não se pode confundir mandato em causa própria, que é sempre obrigação principal, com simples procuração em caráter irrevogável, que funciona:, única e exclusivamente como garantia acessória.

Vistos e examinados os autos na 3.ª Câmara do Tribunal de Impostos e Taxas, para a qual foram distribuídos, o juiz relator Mauro Brandão Lopes estudou, detidamente, a questão, opinando pela procedência da ação fiscal e, portanto, pela caracterização da existência de procuração em causa própria.

Com a procuração tornou-se o "dono do negocio", sub-rogou-se em todos os direitos e obrigações dos proprietários, em caráter irrevogável e ainda sem qualquer obrigação de prestar contas dos seus atos. Exame demorado da escritura demonstra que o contrato principal é o mandato, que equivale à cessão de direitos reais, apresentando todas as características necessárias, desde o acordo até a isenção de prestação de contas. E esse ponto é de importância capital; o preço pelo qual recebeu os imóveis independe do preço mediante o qual, usando o mandato, poderá transferir afinal os mesmos a terceiros, ficando com todas as

prerrogativas dos proprietários.

Por esses fundamentos, negou o relator provimento ao recurso, no que foi acompanhado pelos juizes Manoel de Siqueira e Octavio Sampaio Viana. Foi voto vencido o do juiz Luiz Arruela Filho.

Decisão da 3.^a Câmara, em 8-1-55; proc. R-25524/51, Capital; relator, Mauro Brandão Lopes.

FATOR DESVALORIZANTE

Ocorrendo mais de um fator desvalorizante, deve ser considerado apenas aquele que representa maior desconto.

(Decisão da 7.^a Câmara, 12-3-55; proc. R-40774/53; relator, Mario Tavares Neto.

NOTIFICAÇÃO

Tratando-se de notificação expedida por via postal, o prazo conta-se da data do respectivo registro, nos termos da alínea "e", § 2.º art. 3.º, L. XVIII do C. I. T.

Decisão unânime. 1.º Câmara, 22-1-55; proc. R,50038/53. Relator, Rafael Giusti.

AVALIAÇÃO JUDICIAL

Aquisição, em 1951, de quinta parte ideal de imóvel situado no Pátio do Colégio, por Cr\$ 1.300.000,00. Avaliação do Fisco em Cr\$ 3.100.000,00, já descontado o fator desvalorização referente à existência de condomínio. Recurso em prazo ao T.I.T, baseando-se em avaliação judicial feita em 1950. Mantida a estimativa fiscal, isso porque - segundo o critério adotado pelo Tribunal - as avaliações judiciais tem valor meramente subsidiário e o laudo fiscal estava bem fundamentado.

Decisão unanime, 1.^a Câmara, 29-1-55; proc. R-3680,153, Capital; relator, Américo Oswaldo Campiglia.

CONDOMÍNIO

Imóvel rural em comum, num todo de maior porção. Fator desvalorizante que equivale a 20% do valor, conforme critério

Decisão unanime, 1.^a Câmara, 18-1-55; proc. R-21173/53; relator, Rafael Giusti.

Jurisprudência

HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO DE NUBENTES ESTRANGEIROS DISPENSA DE PROVA DE REGISTRO - O PRONUNCIAMENTO DO CORREGEDOR PERMANENTE

Os nubentes Felipe Carbone e Assumpta Cavalo, no respectivo processo de habilitação para casamento, ofereceram justificação, conforme permissão legal e independentemente das providencias do art. 87 do dec. fed. 4.857 de 9-11-1939. O curador de casamentos competente impugnou, implicitamente, essa prova supletiva das certidões de idade, sob a alegação de que os nubentes, sendo estrangeiros, devem exhibir prova de registro nos termos do dec. 3.010 de 20-8-1938.

Inconformados com essa exigência, requereram os nubentes o pronunciamento do juiz corregedor permanente. Conhecendo o pedido, assim decidiu o Dr. José Cardoso Filho:
" ... as justificações em apreço são permitidas e há provimento expresso no sentido dessa permissão, nos casos de dificuldades na obtenção das certidões de nascimento (Prov. n.º 4.948, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça) ". "Esse mencionado Provimento torna facultativa e não obrigatória a exibição de carteira especial para os estrangeiros". E, com efeito, o n.º 1 do art. 180 do Cod. Civil não especifica a qualidade da prova equivalente à certidão de idade exigida. Estabelece, então, esse provimento que, na falta dessa os nubentes poderão fazer justificação no caso especificado, e "Os estrangeiros poderão fazer essa prova (de idade) mediante a caderneta especial ou passaporte". Por esse provimento se vê que o art. 180 do Cod.

Civil, não foi modificado ou revogado pelo Dec. 3.010, citado. Nem o poderia ser porque uma lei vige enquanto não modificada ou revogada por outra lei (Art. 2.º da Lei de Introdução ao Cod. Civil) e, a despeito do Dr. Curador mencionar dito 3.010 como decreto-lei, ele é mero decreto, sem força para modificar ou revogar, apesar da disposição, até certo ponto permissiva, do art. 84 do dec. lei 406 de 4-5-1938, do qual se originou o malsinado regulamento.

É verdade que, durante o período discricionário, em cujo clima foram expedidos esse dec. lei e seu regulamento, a volúpia legisferante misturava uma coisa com outra. Cumpre, entretanto, aos que velam pelo regime legal, aplicar a lei na conformidade dos salutareis princípios normativos de disciplina jurídica ou de defesa do sistema geral de direito". "A vigorar a interpretação dada pelo Dr. Curador ao art. 157 do dec. 3.010 citado, os alienígenas não poderão casar-se, no Brasil, mesmo com certidão de idade, sem exhibir, também, prova de seu registro como estrangeiro! Sim, porque se a "prova equivalente", quando desacompanhada de tal registro, não satisfaz, o mesmo há de acontecer com a certidão de idade. Isto porque esta e aquela "prova equivalente" são colocadas em pé de igualdade no inc. I do art. 180 do Cod. Civil, que contém uma alternativa expressa, visível e inequívoca: ou! Deve-se ter em vista, ainda que o nubente varão, como já acentuado acha-se em estado precário de saúde. Menciona essa situação e consta dos autos que os nubentes vivem amancebados há mais de quarenta anos, objetivando, agora, legitimar esse estado de fato. É impossível esquecer, então, o disposto no art. 5.º da mencionada lei de introdução do Código Civil: "Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige, e as exigências do bem comum".

"É bem de ver-se, na espécie, que os nubentes querem contribuir espontaneamente para o anseio ético-moral que palpita na alma de toda a nação civilizada: A consolidação do instituto legal da família (art. 229 do Cod. Civil) ". "Como, porque e para que há de um juiz aferrar-se à letra fria de um dispositivo de exceção (Art. 157 do dec. 3010) contra o direito positivo salutar, vigente e sancionado ao tempo de um regime da legalidade e de paz social". "Os nubentes invocam o art. 199 do Cod. Civil e fazem prova que justifica a invocação. O apoio tem base, também no dec. lei estadual 13.856 de 28-2-1944. Assim andaram bem no peticionar e eu os atendo, dispensando a exigência feita pelo Dr. Curador, e ordenando que a habilitação se processe sem aquela exigência, observadas as demais formalidades legais".

- O Estado de São Paulo", de 28-8-55.

UMA INTERESSANTE QUESTÃO LEGISLATIVA O QUADRO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO SÓ PODE SER MODIFICADO NOS ANOS DE MILÉSIMOS 3 E 8 - DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tem constituído matéria de inúmeras proposições na Assembléia Legislativa Estadual a alteração do quadro territorial administrativo e judiciário do Estado. Por motivos vários, inclusive proteção a correligionários e perseguição a inimigos políticos, os deputados apresentam projetos visando a alteração de comarcas, municípios, distritos, subdistritos e circunscrições imobiliárias e se empenham junto aos seus pares para a sua aprovação. Entretanto, a competência plena da Assembléia para legislar sobre esse assunto apenas se reabre de 5 em 5 anos, por ocasião das chamadas leis quinquenais, de acordo com os dispositivos constitucionais. Fora desse prazo, somente mediante solicitação do Poder Judiciário, quanto à alteração da divisão e organização judiciárias, pode o Poder Legislativo encaminhar projetos com esse objetivo.

Recentemente esse assunto foi objeto de importante decisão do plenário do Tribunal de Justiça do Estado, que, uma vez por todas, firmou jurisprudência sobre a matéria. Essa decisão foi proferida num mandado de segurança impetrado, por intermédio do seu advogado, Dr. Joviro Foz, pelo titular do cartório de registro de imóveis da Segunda Circunscrição de Presidente Prudente, que viu o território da sua circunscrição totalmente alterado, em benefício da primeira, por urna lei estadual que tinha o n.º 2.879, de 21 de dezembro de 1954. O impetrante apresentou sólidos fundamentos para demonstrar que a referida lei era duplamente inconstitucional, ferindo dispositivos da Constituição Federal e Estadual. Aquela, firmando que

"serão inalteráveis a divisão e a organização judiciais, dentro de 5 anos da data da lei que a estabelecer, salvo proposta motivada do Tribunal de Justiça" (art. 124) - e esta, que "o quadro territorial administrativo e judiciário do Estado será fixado em lei quinquenal, baixada nos anos de milésimos 3 e 8" (art. 151) serviram de fundamento para o pedido.

No âmbito da organização judiciária ficou estabelecido, nessa decisão, que ela consiste na nomenclatura, enumeração, disposição, competência material e territorial, tanto dos juizes como dos órgãos auxiliares do Juízo, de acordo com a conhecida lição de João Mendes. Assim, estão sob o amparo desse dispositivo constitucional não só os juizes, como todos aqueles que prestam o seu auxílio à distribuição da justiça, tais como membros do ministério público, tabeliães, oficiais do registro civil e de imóveis e outros. Não só as suas atribuições e competência não podem ser alteradas por disposições legislativas, fora das leis quinquenais, a não ser no caso de provocação do Poder Judiciário, como igualmente os territórios, dentro dos quais praticam os seus atos de ofício, também não podem ser alterados.

Admitindo-se que todo o território do Estado esteja dividido em quadros administrativo e judiciário, conclui-se que nenhuma alteração nele poderá ser produzida, a não ser nos anos de milésimos 3 e 8, por ato de iniciativa própria do Poder Legislativo. E nesse quadro ficam incluídas desde as células de maior extensão, como as comarcas, como igualmente aquelas de menor, como os distritos e subdistritos.

Assim, em face dessa decisão, ficaram os deputados bem esclarecidos sobre os limites das suas atribuições. Inútil será tentar fazer passar lei que infrinja dispositivos legais, porque isso, além de demonstrar o precário conhecimento dos ilustres mandatários do povo, principalmente dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, nos quais se presumem ditos conhecimentos, irá fatalmente encontrar pela frente o Poder Judiciário, que, cioso das suas prerrogativas, não dará vida legal ao diploma legislativo.

Juntamente com essa decisão, o Tribunal de Justiça, também por maioria esmagadora, decidiu duas preliminares interessantíssimas. A primeira delas referia-se ao caso da possibilidade de atacar-se a lei em tese pelo mandado de segurança - reconhecendo o Tribunal que, em se tratando de leis auto executórias, é de se admitir esse recurso. Ficou estabelecido "que ao princípio que se veda conhecer da lei em tese, para lhe proclamar a inconstitucionalidade, se deve admitir temperamento, nos casos em que a lei dispensa ato posterior, para que se individualize o sujeito passivo da sua aplicação" - segundo o ensinamento de Seabra Fagundes.

A segunda tese preliminar foi a de que, em casos tais, mesmo que o governador não tenha sancionado a lei visada, será ele sempre, e não a Assembléia Legislativa, cujo presidente fez promulgar o decreto legislativo, o réu nesses processos, em face do dispositivo constitucional estadual que reza verificar-se, no caso, sanção implícita por parte do governador, tornando-se, portanto, responsável pela executoriedade da lei.

"O Estado de São Paulo" de 3-9-55

REGISTRO DE NASCIMENTO

O oficial do registro civil do 3.º subdistrito recusou-se a proceder ao registro de nascimento de uma criança do sexo feminino a quem o pai pretendia dar o nome de Dínasaura.

Em face, porém, da insistência do interessado, nos termos do artigo 69, parágrafo único, do decreto 4.857, de 9 de fevereiro de 1939, encaminhou o caso ao juiz de direito da 1.ª Vara da Família e Sucessões, competente para decidir a matéria.

O Magistrado, Dr. José Cardoso Filho, apreciando a espécie afirmou que a razão estava com o serventuário, que se acha impedido, por lei, de registrar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Teceu, s. exa., considerações, que, pela sua oportunidade, não podem deixar de ser repetidas.

Visando resguardar o futuro social da criança - disse o ilustre juiz - o legislador sobrepôs a sua autoridade à paterna. E assim convém que seja. Os pais, que escolhem os nomes de seus filhos, não podem esquecer que a criança de hoje é o homem de amanhã. A criança, no recesso do lar, onde impera a harmonia, cordialidade, o puro amor não estará exposta ao ridículo, aos vexames e aos apodos. Amanhã, porém, pertencerá a sociedade, não mais contando com aquele apoio; e não faltará quem, no campo de competições desleais, que o mundo oferece, invista sem piedade contra o protegido de ontem, apegando-se à tudo quanto possa servir para espesinha-lo. Ora, o prenome Dinasauro, pela sua semelhança com o fóssil, poderá, de futuro, servir a esses propósitos.

Em suma - finalizando o despacho - o ser humano não ,é, apenas, individual, mas sobretudo social, modificando até pela sociedade no que tem de mais íntimo. Convém, assim, prevenir o futuro do ser que, em razão de sua idade, possa ser considerado, hoje, apenas, como individual.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
IBSEN DA COSTA MANSO	3
PASCUAL QUAGLIATA	3
COLABORAÇÃO	4
IBSEN DA COSTA MANSO	4
COLÉGIO NOTARIAL DE S. PAULO	5
IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA	5
RESOLUÇÕES DA IV JORNADA NOTARIAL BRASILEIRA, REALIZADA EM NITERÓI DE 10 A 17 DE SETEMBRO DE 1955.	7
RESERVAS FLORESTAIS	9
COLÉGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO	10
ARMAS DA REPÚBLICA	10
ARMAS DA REPÚBLICA	10
PORTARIA N.º 1009 DE 16 DE SETEMBRO DE 1955.	10
LEIS E DECRETOS	11
PAGAMENTO ANTECIPADO DE SISA	11
PROVIMENTOS	13
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	13
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA	15
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS	15
JURISPRUDÊNCIA	16
HABILITAÇÃO PARA CASAMENTO DE NUBENTES ESTRANGEIROS	16
UMA INTERESSANTE QUESTÃO LEGISLATIVA	17
REGISTRO DE NASCIMENTO	18
DIRETORIA	19
CONSELHO FISCAL	19
SUPLENTE	20
ÍNDICE	21

Nº 053 - Publicação: 01/12/1955

DA FISCALIZAÇÃO NA VENDA DE BENS INALIENÁVEIS SYLVIO BRANTES DE CASTRO

De conformidade com o artigo 632 do Código do Processo Civil brasileiro, quando for concedida a autorização para a venda de bens inalienáveis e esta tiver de se verificar, o Juiz nomeará um fiscal, que receberá o respectivo preço procedendo, a seguir, a compra de bens, nos quais será transferido o ônus.

Em cumprimento, a esse dispositivo, nas comarcas do interior do Estado, eram sempre nomeados fiscais os promotores públicos, os quais percebiam uma determinada porcentagem sobre o valor da transação então efetuada, a título de emolumentos, iguais aqueles estabelecidos pelo Regimento de Custas, para os depositários judiciais.

Atualmente, porém, isto é, a partir de 13 de janeiro de 1954, data da promulgação da Lei n. 2.533, não tem os referidos membros do Ministério Público, direito a percepção de quaisquer emolumentos pelos encargos decorrentes daquelas funções.

Apesar do que expressamente dispõe o artigo 2.º da Lei n. 2.533, de 13 de janeiro de 1954,

ainda existem tabeliães no interior do Estado que irregularmente, exigem das partes, com ciência dos respectivos membros do Ministério Público, talvez por desconhecimento da citada lei, o depósito, em cartório, da importância correspondente a dita porcentagem, destinada ao fiscal nomeado.

Se tal afirmamos, o fazemos em consequência de fato concreto, no qual fomos parte interessada.

Os membros do Ministério Público em primeira instância que são nomeados fiscais nas vendas de bens inalienáveis, não tem, como já ficou dito, direito a percepção de quaisquer emolumentos decorrentes da fiscalização a que alude o citado artigo 632 do Código do Processo, consoante prescreve à supra citada Lei n. 2.533, cujos dispositivos, a fim de evitar futuras dúvidas a respeito, aqui transcrevemos.

ART.º 1.º - Os emolumentos dos fiscais nomeados pelos Juizes de Direito, na conformidade do disposto no artigo 632 do Código do Processo Civil, serão, de meio por cento sobre a importância recebida, não podendo ser inferior a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), nem superiores a 1.000 cruzeiros.

ART.º 2.º - Quando a nomeação de fiscal recair em membro do Ministério Público, este, ainda que não tenha funcionado no processo, desincumbir-se-á do encargo em razão de suas atribuições, sem direito a quaisquer emolumentos.

§ único - Somente poderão ser nomeados fiscais os membros do Ministério Público de primeira instância.

ART.º 3.º - Os fiscais são obrigados a, no prazo de 48 horas, recolher em nome dos interessados, ao estabelecimento de crédito indicado pelo Juiz e a disposição deste, quantias de venda de bens inalienáveis e, no de cinco dias, prestar contas ao Juiz.

§ único - Perderá os emolumentos e ficará sujeito as cominações legais, o fiscal que deixar de cumprir essas obrigações.

ART.º 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APOSENTADORIA A PRESTAÇÕES

ANTONINO CINTRA

Sta. ADÉLIA

II

Em continuação a trabalho anterior, passaremos a aduzir mais alguns dados, com outra coordenação sobre o mesmo tema ventilado na primeira publicação. Procuraremos analisar friamente a matéria que está servindo a nossa observação e estudo metuculoso e que o fazemos escoimados de todo e qualquer preconceito. Porque entendemos que a aposentadoria dos servidores de justiça deve passar por uma completa reforma no legislativo, de maneira que possa corresponder com a finalidade para que foi instituida numa hora tão louvável. Quando e como foi instituida essa criação humanitária? A princípio pela lei n.º 465 de 28 de outubro de 1.946. Modificada posteriormente em alguns de seus incisos pela lei n.º 507 de 17 de novembro de 1949.- Lei, que se diga de passagem, vem, desde o início de sua vigência sofrendo, obstinadamente, o impacto de sua evolutiva distribuição. Porque as aposentadorias concedidas até o presente, tem sido parceladamente esparsas e após longas intermitências.- Pelo que se infere das aposentadorias concedidas e pelo que se depreende de publicação feita num matutino da Capital em data de 3 de agosto do ano corrente, nem todo o numerário carreado ao Instituto de Previdência foi aplicado as aposentadorias. A referida publicação ainda traz em seu bojo o montante de numerário que foi aplicado a outras distribuições pela Secretaria da Fazenda, escapando assim a sua justa finalidade. Pois não é de justiça que se lance mãos de verbas

destinadas exclusivamente as referidas aposentadorias, quando é sabido que essas verbas ainda são insuficientes para se fazer face a um grande encargo, qual seja de aposentar o maior número de servidores de justiça.- Que esperança poderão alimentar dezenas de servidores que há muito tempo permanecem em longa fila aguardando o prêmio de sua longa jornada. de trabalho?- Na sua maioria, servidores velhos, alquebrados e muitos doentes, que por isso já deviam estar há muito tempo aposentados, e não obstante continuam nutrir alguma esperança, embora um tanto desalentados por se manterem carpindo amarguras num prolongado "dolce far niente".- O caso ainda se apresenta mais lastimável aqueles que chegam a sucumbir na espera, deixando viúva ao desamparo, ao léo da sorte. A lei estabeleceu idade e tempo de serviço para as aposentadorias, mas por motivos vários, nem idade e nem tempo de serviço estão sendo observados.- E, porque achamos que para tudo há remédios neste mundo, apresentamos, a guisa de fraca sugestão, um meio de ser sanado o grande mal que está afetando a lei em apreço. A atual taxa de 5% nas selagens, passaria a 10%. As contribuições de servidores de justiça, passariam ser pelas modificações seguintes:- os serventuários, escreventes e auxiliares com renda mensal inferior a mil cruzeiros mensais, nada pagariam; servidores que percebem vencimentos ou rendas até 5 mil cruzeiros: 2, ½ %. De 5 até 10 mil cruzeiros: 5% ; de 10 mil até 50 mil cruzeiros: 7, ½ %. Finalmente, de 50 mil cruzeiros para cima: 15%. O critério adotado nesta tabela experimental é que a tributação seja aplicada na conformidade do que percebe o servidor no desempenho de suas funções. Porque a contribuição "per capita", não ficará sobrecarregada a quem menos percebe e nem a quem mais percebe. Na logicidade do equilíbrio financeiro do servidor ai repousará a estabilidade de uma lei, que digamos de passagem, se acha num beco sem saída. Argumentar-se-á, como saber da renda dos serventuários e de seus axiliares de cartório? - Facilmente comprováveis, embora com alguma inexatidão. Senão vejamos: os auxiliares e escreventes, tem os seus vencimentos ou ordenados registrados na Corregedoria Geral de Justiça e os serventuários, mantêm, obrigatoriamente um "Diário" para ser lançado diariamente todo o movimento de seus cartórios. Haverá sempre alguma sonegação, mas não será de monta. Ora, desde que a selagem e as contribuições se afinem mais ou menos pelo que aqui expusemos, com toda a sonegação que por ventura haja, mesmo assim dará para se fazer face a todas as aposentadorias requeridas. Em suma, o alvitre aqui fica lançado até que outros colegas mais cultos e mais credenciados apresentem melhor sugestão. A conclusão a se tirar de todo este arrazoado é que a aposentadoria dos servidores de justiça, não pode permanecer mais nesse "statu quo" indefinido.- E se tudo isso não for verdade, que digam melhor "os sábios da escritura".

AVISO IMPORTANTE

Quitação com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça".

Chamamos a atenção de todos os nossos associados, que o Instituto de Previdência do Estado só fornece a certidão de quitação da Carteira, mediante requerimento selado com Cr\$ 59,00 estadual e com a firma devidamente reconhecida. Além desse selo, deverá ser pago pela certidão, mais 20,00. A certidão deverá ser solicitada na época em que for utilizada.

Tendo o Instituto de Previdência, facilitado o pagamento em prestações aqueles que se encontram com suas contribuições atrasadas, informamos que só será fornecida a certidão, se forem pagas todas de uma só vez.

A DISPENSA DE PROCLAMAS E SUA INTERPRETAÇÃO SEBASTIÃO EMYGDIO MONTEIRO

Escrevente habilitado do Cartório do Registro Civil do 27.º Subdistrito (Vila Prudente) da Capital.

Dentre as complexas atribuições impostas ao Registro Civil destaca-se sobremaneira a "dispensa da publicação de edital para casamento".

Embora tal faculdade esteja consagrada em um dispositivo legalmente reconhecido e comprovado pelo Art. 182 § único do Código Civil Brasileiro, consubstanciado, ainda, no Art. 744

do Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro, ela suscita, frequentemente, em nossos meios profissionais, intensa dúvida quanto a interpretação de seu objetivo. Uma vez apresentados em cartório os documentos exigidos pelo Art. 180 do Código Civil, e desde que seja integralmente comprovada a urgência, justificando-se portanto a imediata celebração do matrimônio, estão os nubentes no direito de expor, em recurso os relevantes motivos existentes para tal fim, dando, posteriormente, ciência ao poder competente, que deferirá, ou não a pretensão formulada. É nesta fase que esporadicamente surgem as mais variadas e controvertidas opiniões quanto a objetividade da solicitação.

Não fosse o leal cumprimento, das normas legais, tão bem desempenhado pela augusta e eficaz competência dos nossos dignos órgãos representantes do Ministério Público, e estaria completamente esfacelado o organismo que regula e orienta as normas do "casamento civil".

Todavia, casos há em que se faz mister tal dispensa, produzindo sua recusa grave ou mesmo irreparável dano aos contraentes. Aliás, tal prática tem sido seguida desde épocas antigas, pois nos termos do Dec. 181 de 24-1-1890, os Juizes Privativos dos casamentos, além das provas documentárias, exigiam, em todos os casos, o depoimento de três pessoas maiores. Analisando também as recomendações sobre esse fato, aos juizes de paz, nas correições efetuadas nas comarcas do interior do Estado, pelo então D. D.Desembargador Dr. Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz, em 15-6-1935, em que os advertiu sobre a necessária cautela na execução dessa particularidade, concluiremos pelo que acima se diz. Em diversos países é igualmente adotada essa precaução disciplinar, e isso se comprova pelo Art. 109 do Cód. Nap.; pelo Art. 78 do Cód. Ital.; pelo Art. 27 do Cód. Belga; pelo Art. 5 do Cód. Alemão, etc.

Pelo exposto, deduziremos que não obstante tantas formalidades, e principalmente tantos requisitos a serem observados e cumpridos fielmente, cabe ao Serventuário o papel principal para solucionar, com decidido acerto, e de maneira expressiva, a questão ora focalizada, que afeta tão de perto a vida social.

Publicaremos em um dos próximos números do nosso boletim, a lei que regula a carreira dos servidores da justiça, lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, com todas as suas modificações.

- Na mesma oportunidades, iremos apresentar um trabalho sobre as leis que regulam a aposentadoria, reunindo em um único boletim, todas as leis.

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.º 2.620 - DE 4 DE OUTUBRO DE 1955

Estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do art 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O disposto no § 5.º do artigo 15 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Altera a Lei do Inquilinato), é extensivo à locação de imóveis rurais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1955: 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Prado Kelly.

D. da União de 7/10/55

IMPOSTO DE RENDA

DECRETO N.º 36.773 - DE 13 DE JANEIRO DE 1955.

Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do art. 42 da Lei n.º 2.354, de 20 de novembro de 1954, decreta:
Artigo único. Fica aprovado o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Eugenio Gudín

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 36.773, DE 13 DE JANEIRO DE 1955

TÍTULO I

Da Arrecadação por Lançamento

PARTE PRIMEIRA

Tributação das pessoas físicas

CAPÍTULO I

DOS CONTRIBUÍNTES

Art. 1.º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil que tiverem renda líquida anual superior a Cr\$.. 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), apurada de acordo com este regulamento, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão. (Lei n.º 2.354).

Parágrafo único. São também contribuintes as que perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse, como se lhes pertencessem, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS

Art. 2.º Para os fins do imposto, os rendimentos serão classificados em oito cédulas, que se coordenam e denominam pelas primeiras letras do alfabeto. (Lei n.º 154).

Art. 6.º Na cédula D serão classificados os rendimentos do trabalho não compreendidos na cédula anterior, tais como: (Lei n.º 154)

- a) honorários do livre exercício das profissões de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador e de outras que se lhes possam assemelhar; (Lei n.º 154)
- b) proventos de profissões, ocupações e prestação de serviços não comerciais;
- c) remunerações dos agentes, representantes e outras pessoas que, tomando parte em atos de comércio, não os pratiquem, todavia, por conta própria;
- d) emolumentos e custas dos serventuários, oficiais públicos e outros, quando não forem remunerados exclusivamente pelos cofres públicos;
- e) corretagens e comissões dos corretores, leiloeiros e despachantes, seus prepostos e adjuntos;
- f) lucros da exploração individual de contratos de empreitada unicamente de labor, qualquer que seja a natureza, quer se trate de trabalhos arquitetônicos, topográficos, terraplanagem, construções de alvenaria e outras congêneres, quer de serviços de utilidade pública, tanto de estudos como de construções;
- g) ganhos da exploração de patentes de invenção, processos ou fórmulas de fabricação quando o possuidor auferir lucros sem as explorar diretamente. (Lei n.º 154)

CAPÍTULO III

DO RENDIMENTO BRUTO

Art. 11. Constituem rendimento bruto em cada cédula, os ganhos derivados do capital, do trabalho ou da combinação, de ambos, e demais proventos previstos neste regulamento.

§ 1.º Entrarão no cômputo do rendimento bruto, nas cédulas em que couberem:

- a) a importância com que for beneficiado o devedor, nos casos de perdão ou cancelamento de dívida, em troca de serviços prestados;
- b) as importâncias originais dos títulos que tocarem ao meeiro, herdeiro ou legatário, ainda que correspondam a período anterior à data da partilha ou adjudicação dos bens, excluída a parte já tributada em poder do espólio;
- c) as importâncias recebidas para custeio de viagem e estada e as de contribuições para a constituição de fundos de beneficência.

§ 2.º Não entrarão no cômputo do rendimento bruto:

- a) o capital das apólices de seguro ou pecúlio, pago por morte do segurado;
- b) o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;
- c) os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;
- d) o valor locativo do prédio construído, quando ocupado pelo seu proprietário;
- e) as importâncias recebidas pelos assalariados, a título de indenização, nos casos de rescisão de contrato de trabalho; (Lei n.º 154)
- f) as importâncias relativas aos proventos de aposentadoria ou reforma, quando motivada por tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia. (Lei n.º 154)

§ 3.º Nos casos das alíneas a, b, c, e e f do § 2.º deste artigo, os juros ou qualquer outro interesse desses capitais serão incluídos na declaração de rendimentos. (Lei n.º 154)

CAPÍTULO IV

DAS DEDUÇÕES CEDULARES

Art. 12. Poderão ser deduzidas, em cada cédula, as despesas referidas neste capítulo, necessárias à percepção dos rendimentos, inclusive os impostos específicos relativos ao exercício da profissão. (Lei n.º 154)

§ 1.º As deduções permitidas serão as que corresponderem a despesas efetivamente pagas.

§ 2.º As despesas deduzidas numa cédula não o serão noutras.

§ 3.º Todas as deduções estarão sujeitas a comprovação ou justificação a juízo da autoridade lançadora.

§ 4.º Se forem pedidas deduções exageradas em relação ao rendimento bruto declarado, ou se tais deduções não forem cabíveis, de acordo com o disposto neste capítulo, poderão ser glosadas sem audiência do contribuinte.

§ 5.º As deduções glosadas por falta de comprovação ou justificação, exigidas na forma deste regulamento não poderão ser restabelecidas depois que o ato se tornar irrecorrível na órbita administrativa.

§ 6.º As deduções de aluguel, comissões, corretagens, salários, ordenados e gratificações, referidas neste capítulo, só serão admitidas quando forem indicados os nomes e residências das pessoas que os receberem, bem como as importâncias pagas.

Art. 15. Na cédula D será permitida a dedução das seguintes despesas:

- a) de viagem e estada, atendido o disposto na letra a do artigo anterior;
- b) de expediente, correspondência e publicidade;
- c) de contribuições às associações científicas, aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos e compra, ou aluguel de materiais, instrumentos e utensílios, indispensáveis ao exercício profissional;
- d) de aluguel do imóvel destinado ao exercício da atividade produtora do rendimento;
- e) de água, luz, força e telefone, quando realizadas no local destinado ao exercício da atividade produtora do rendimento;
- f) de prêmios de seguro contra fogo e outros riscos das instalações destinadas ao exercício da

atividade produtora do rendimento;

g) de salário, ordenados, gratificações e outras remunerações por serviços recebidos em razão da profissão;

h) de aluguel ou custeio de veículos usados pelos médicos ou seus auxiliares, quando em serviço profissional;

i) de impostos relativos ao exercício da profissão, inclusive o imposto sindical. (Lei n.º 154)

j) de contribuições de empregador a Institutos de Previdência Social; (Lei n.º 154)

k) de taxas, emolumentos e custas processuais, somente quando cobrados englobadamente, com os honorários. (Lei n.º 154)

§ 1.º Além das enumeradas neste artigo, poderão ser concedidas as seguintes deduções:

a) as cotas razoáveis de depreciação do capital do primeiro estabelecimento, fixadas em relação ao valor de aquisição das instalações e à sua duração;

b) as quotas-partes de lucros distribuídos a terceiros, quando indicados os nomes e as residências das pessoas e as quantias pagas.

§ 2.º Quando for utilizada, para o exercício da atividade, a casa alugada de moradia particular, será permitido deduzir a quinta parte do aluguel, desde que não tenha sido concedida a dedução da letra d deste artigo, pelo exercício da profissão em outro local.

CAPÍTULO V

DO RENDIMENTO LÍQUIDO

Art. 18. Constitui rendimento líquido, em cada cédula, a diferença entre o rendimento bruto e as deduções cedulares.

Parágrafo único. Quando não for solicitada dedução ou quando esta não tiver cabimento, tomar-se-á como líquido o rendimento bruto declarado.

CAPÍTULO VI

DA RENDA BRUTA

Art. 19. Considera-se renda bruta a soma dos rendimentos líquidos das cédulas.

Parágrafo único. Havendo rendimento apenas de uma cédula, considerar-se-á, a importância líquida correspondente como renda bruta.

CAPÍTULO VII

DOS ABATIMENTOS DA RENDA BRUTA

Art. 20. Da renda bruta, observadas as disposições dos §§ 1.º, 3.º e 5.º do art. 12, será permitido abater:

a) os juros de dívidas pessoais, quando indicados o nome e a residência do credor, o título da dívida e a importância paga, excetuados os decorrentes de empréstimos contraídos para a manutenção ou desenvolvimento de propriedade agrícola, no caso do art. 57;

b) os prêmios de seguros de vida pagos a Companhias nacionais ou autorizadas a funcionar no país, quando forem indicados o nome da Companhia e o número da apólice, até o limite máximo de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), não podendo ultrapassar, em cada caso, a 1/6 (um sexto) da renda bruta declarada, nem ser incluído na dedução o prêmio de seguro total a prêmio único; (Lei n.º 1.474)

c) as perdas extraordinárias, quando decorrerem exclusivamente de casos fortuitos ou de força maior, como incêndio, tempestade, naufrágio ou acidentes da mesma ordem, desde que não compensadas por seguros ou indenizações;

d) as contribuições e doações feitas as instituições filantrópicas de existência legal no país, desde que seja apresentado, com a declaração de rendimento documento comprobatório fornecido pela instituição;

e) os encargos de família à razão de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) anuais pelo outro cônjuge, de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para cada filho menor ou inválido; filha viúva sem arrimo solteira ou abandonada sem recursos pelo marido; descendente menor ou inválido, sem arrimo de seus pais obedecidas as seguintes regras: (Lei n.º 2.354)

I - Na constância da sociedade conjugal, qualquer que seja o regime de bens, somente ao cabeça do casal cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 16 e os abatimentos

relativos ao outro cônjuge e aos filhos, sendo que se forem apresentadas declarações de rendimentos em separado, de acordo com o facultado nos §§ 1.º e 2.º do art. 67, calcular-se-á o imposto complementar, quanto ao outro cônjuge, aplicando-se a porção de renda até Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) a taxa de 3% (três por cento) ;

II - No caso de dissolução da sociedade conjugal em virtude de desquite ou anulação de casamento, a cada cônjuge cabe a isenção de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) do art. 26 e o abatimento relativo aos filhos que sustentar, atendido, também, o disposto no parágrafo único do art. 327 do Código Civil;

f) os pagamentos feitos a médicos e dentistas pelo contribuinte ou pessoas compreendidas como encargos de família neste artigo, desde que tais pagamentos sejam especificados e comprovados, a juízo da autoridade lançadora, com indicação do nome e endereço de quem os recebeu; (Lei n.º 1.474)

g) os alimentos prestados em virtude de sentença - judicial, ou admissíveis em face da lei civil, desde que comprovadamente prestados a ascendentes e a irmão ou irmã, por incapacidade de trabalho, a prudente critério da autoridade lançadora; (Lei n.º 154)

h) a importância de Cr\$ 6.000,00 a cada criança pobre que o contribuinte comprovadamente crie e eduque, desde que não refina as condições jurídicas para adotá-la; (Lei n.º 154)

i) as despesas de hospitalização do contribuinte, seu cônjuge e filho menor ou filha solteira. (Lei n.º 1.474)

§ 1.º Os juros em conta corrente debitados pelas pessoas jurídicas serão considerados como efetivamente e pagos;

a) na data do débito dos juros e pelo valor que o saldo comportar no caso de ser credor o saldo da conta;

b) na data do crédito da importância que for depositada ou entregue, após o lançamento dos juros, e pelo valor que esse crédito comportar, caso seja devedor o saldo da conta;

§ 2.º Para efeito da letra e deste artigo, só se computarão os filhos legítimos, legitimados, naturais reconhecidos e adotivos, que não tiverem rendimentos próprios, ou, se os tiverem, desde que tais rendimentos estejam incluídos na declaração do contribuinte.

§ 3.º Aos filhos menores a que se refere a letra e deste artigo se equiparam os maiores, até 24 anos de idade, que ainda estejam cursando estabelecimentos de ensino superior, salvo quando possuam rendimentos próprios. (Lei n.º 1.474)

§ 4.º Na hipótese da letra g deste artigo, abater-se-á a importância respectiva no caso de o juiz a ter fixado, ou à razão de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais, nos demais casos.

CAPÍTULO VIII

DA RENDA LÍQUIDA

Art. 21. Considera-se renda líquida a diferença entre a renda bruta e os abatimentos de que trata o capítulo anterior.

Art. 91. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se imediatamente a cobrança judicial da dívida.

TÍTULO II

Da Arrecadação nas Fontes

PARTE PRIMEIRA

Tributação dos lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO

Art. 92. O lucro apurado pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias está sujeito ao pagamento do imposto à razão da taxa de 10% (dez por cento). (Lei n.º 1.473)

§ 1.º O imposto de que trata este artigo somente se aplica as vendas de bens imóveis corpóreos (art. 43 do Código, Civil) e incide sobre a diferença entre o valor da venda e o do custo do imóvel para o vendedor, permitidas as seguintes deduções; (Lei n.º 154)

a) imposto de transmissão pago pelo vendedor, quando da aquisição do imóvel; (Decreto-lei n.º 9.330)

b) benfeitorias e juros dos empréstimos contraídos para a sua realização; (Decreto-lei n.º 9.330)

c) comissões pagas para a realização da venda. (Decreto-lei n.º 9.330)

§ 2.º Além das deduções permitidas no parágrafo anterior, poderá o vendedor abater as seguintes percentagens, calculadas sobre a diferença entre o valor da venda e o do custo do imóvel e das benfeitorias, quando houver: (Lei n.º 154)

10% (dez por cento), quando o imóvel tiver sido adquirido dentro do prazo de dois anos anteriores à realização da venda;

15% (quinze por cento), quando esse prazo for superior a dois anos, não excedendo, porém, de cinco anos;

25% (vinte e cinco por cento), quando esse prazo for superior a cinco anos, não excedendo, porém de dez anos;

30% (trinta por cento), quando esse prazo for superior a dez anos.

§ 3.º Estão sujeitos a comprovação do valor do custo do imóvel e as deduções de que trata este artigo, admitindo-se, para suprir a comprovação do custo das benfeitorias, na época em que foram feitas, a avaliação judicial.

§ 4.º A avaliação judicial a que se refere o parágrafo anterior processar-se-á perante o juízo competente para conhecer as causas em que a União é interessada, devendo sempre funcionar, em qualquer hipótese, e perito avaliador louvado pelo representante da União. (Decreto n.º 36.597)

§ 5.º Nos casos de venda de imóveis havidos por herança, será considerado como valor de custo o que constar do laudo de avaliação nos autos de inventário, e nos de venda de imóveis havidos por doação, o valor que tenha servido de base para efeito de pagamento de imposto de transmissão.

§ 6.º Na impossibilidade de ser feita, no ato do recolhimento do imposto, a comprovação exigida no § 3.º deste artigo, serão aceitos os valores indicados na respectiva guia, ficando o vendedor obrigado a comprová-los dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data daquele recolhimento.

§ 7.º Findo esse prazo, a juízo dos chefes das repartições lançadoras do imposto de renda, poderá ser prorrogado, mediante requerimento, serão glosadas as deduções e porcentagens não comprovadas.

§ 8.º As deduções e porcentagens glosadas na forma do parágrafo anterior não poderão ser restabelecidos depois que o ato se tornar irreversível na órbita administrativa.

CAPÍTULO II DAS ISENÇÕES

Art. 93. Estão, isentas do imposto referido no artigo anterior a vendas de imóveis rurais, de valor até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). (Lei n.º 154)

CAPÍTULO III

DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

Art. 94. Os tabeliães de notas ou os serventuários que exerçam função de notário público, federal ou estadual, não poderão, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), lavrar escritura de compra e venda de propriedades imobiliárias, sem que seja feita, pelo vendedor, prova do recolhimento do imposto, mediante exibição da guia prevista no art. 95, com o respectivo recibo, cujo número e data dever o ser indicados na mesma escritura. (Decreto n.º 9.330)

§ 1.º Quando a transação não proporcionar lucro tributável, será admitida, em substituição a prova exigida neste artigo, a guia negativa, que será visada pelos chefes das repartições lançadoras do imposto de renda ou pelos exatores federais.

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior, deverão constar da escritura o número e a data da guia negativa e a repartição em que foi visada, bem como a declaração de que o vendedor se compromete a, no prazo de dez dias, contado da ciência do débito fiscal, recolher o imposto que porventura as repartições do Imposto de Renda venham a apurar na revisão dessa guia.

§ 3.º Os tabeliães e serventuários referidos neste artigo não poderão lavrar a escritura por valor

superior ao constante da guia de que trata o art. 95.

CAPÍTULO IV

DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 95. O recolhimento do imposto compete ao vendedor do imóvel e será feito por meio de guia própria, fornecida pela repartição. (Decreto-lei n.º 9.330).

Parágrafo único. São competentes para receber o imposto, em dinheiro ou por cheque, as Recebedorias Federais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias Federais. (Lei n.º 154) Diário da União de 17/1/55.

DECRETO N. 25.017, DE 14 DE OUTUBRO DE 1955

Traça normas para a concessão de licença nos termos da lei n.º 250, de 1949.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando que a Lei n. 250, de 3 de março de 1949, cuja vigência foi prorrogada pela Lei n. 2.747, de 29 de setembro de 1954, instituiu uma licença especial de vinte e quatro (24) meses, prorrogável por mais doze (12) meses, aos funcionários públicos civis efetivos para tratar de interesses particulares, com perda total dos vencimentos, remunerações, gratificações ou quaisquer outras vantagens do cargo;

Considerando que a referida Lei teve por finalidade desafogar os quadros do funcionário público, dando aos servidores beneficiados a possibilidade de se iniciarem em outra atividade e prevenindo a extinção dos cargos, se seus ocupantes não reassumissem o exercício;

Considerando, por outro lado, que a referida lei subordina a concessão do afastamento a determinadas condições, entre elas a de que não estejam afastados de seus cargos mais da metade dos ocupantes de cargos da mesma carreira;

Considerando que essa condição deve ser aferida tendo-se em vista os funcionários em exercício em cada repartição, de maneira a manter a necessária proporcionalidade, sem o que poderia ocorrer o colapso dos trabalhos pertinentes a qualquer delas;

Considerando que o afastamento por licença, nos termos da Lei n. 250, de 1949, de professores primários de escolas isoladas, em que há um só professor, ou de professores secundários de estabelecimentos de ensino médio em que exista um só titular para cada disciplina, com funções distintas traz graves prejuízos para o ensino;

Considerando que o funcionário durante os 2 (dois) primeiros anos de exercício é demissível independentemente de processo, constituindo assim esse período a fase de estágio probatório, em que não se justifica a concessão de licença nos termos da Lei n. 250, de 1949;

DECRETA:

Artigo 1.º - Na concessão de afastamentos nos termos do artigo 1.º da Lei n. 250, de 1949, deverão ser atendidas as seguintes condições:

- a) tempo de exercício de maneira que caiba o afastamento ao funcionário que tenha maior tempo de exercício, nunca inferior a dois anos;
- b) possibilidade de concessão do afastamento, sem que seja afetado o serviço normal da repartição em que o funcionário se encontrar lotado e em exercício;
- c) a existência de candidato à substituição, devidamente habilitado, de maneira a que não fiquem prejudicadas as funções do cargo, se for de natureza docente, ou de direção e chefia;
- d) oportunidade, de sorte que os afastamentos não sejam concedidos em ocasião que possa prejudicar o andamento normal dos trabalhos afetos a repartição.

Artigo 2.º - Os funcionários e docentes em gozo de licença, nos termos da mesma lei, sofrerão prejuízo de todas as vantagens do cargo, inclusive os de promoção, remoção e permuta.

Artigo 3.º - Os funcionários e docentes que requererem licença, de acordo com a aludida Lei n. 250, de 1949, terão canceladas suas inscrições em concurso.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo as autoridades escolares fardo a devida comunicação às comissões de concurso, dos nomes dos funcionários ou professores em gozo dessa licença, ou que a requererem.

Artigo 4.º - O disposto no artigo anterior não se aplica aos funcionários e professores atualmente em gozo de licença nos termos da Lei 250, de 1949, que reassumirem o exercício de seus cargos no prazo de quinze (15) dias a partir da data da vigência deste decreto, dela desistindo.

Artigo 5.º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 14 de outubro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Carolina Ribeiro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de outubro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral

D. O. de 15/10/55.

DESPACHOS DO SR. SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Do sr. Manoel Marques de Oliveira, Escrivão do 16.º Ofício Criminal da comarca de São Paulo, que solicita mais a sexta parte de seus vencimentos:

"Segundo as informações da Fazenda (fls. 10), o requerente Manoel Marques de Oliveira, escrivão do 16.º Ofício Criminal da comarca da Capital, foi escrevente habilitado, e posteriormente com o encargo de oficial maior, desde 4 de maio de 1918 a 30 de setembro de 1954; e é escrivão efetivo desde 1.º de outubro desse último ano.

A Fazenda contou-lhe, pois, para obtenção da 6.ª parte o período de trinta e seis anos, cinco meses e doze dias de exercício, incluindo quinze dias de exercício no cargo de escrivão. Nesse cargo, até o presente, conta o requerente um. ano e doze dias de exercício.

Com base na certidão da Fazenda, quer o requerente a concessão da 6.ª parte, nos termos do art. 98 da Constituição do Estado. Solicitados esclarecimentos, prestou-os a Fazenda, dizendo que o requerente, até ser nomeado escrivão, fora apenas escrevente.

O funcionário público - que ora é o requerente - nos termos da lei n. 2.888 de 21 de dezembro de 1954 - pode contar o tempo de escrevente - para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

A Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, regulando a aposentadoria dos escreventes, concede-lhes, aos trinta anos, de efetivo exercício, com proventos integrais (art. 4.º) e manda contar-lhes integralmente - para dito efeito de aposentadoria - o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, como o de qualquer trabalho, em cartório, ainda que a título de interinidade.

A meu ver, portanto, ao escrevente que passou a ser escrivão não se conta o tempo de exercício anterior, senão para disponibilidade ou aposentadoria. Até ser nomeado escrivão o escrevente não exerceu cargo público; foi mero empregado do serventuário, com vencimentos pagos por ele, apenas com direito a férias, e, após a Lei n. 465 à aposentadoria. A sexta parte de vencimentos será, entretanto, deferida ao funcionário efetivo, que completar vinte e cinco anos de efetivo exercício, nos termos expressos do art. 98 da Constituição do Estado.

Nestes termos, parecendo-me não haver disposição em contrário, indefiro o pedido do escrivão do 16.º Ofício Criminal - Manoel Marques de Oliveira.

Comunique-se à Fazenda, para os devidos fins e considerações que merecer".

D. O. de 14/10/55.

De Abílio Ferreira Guarita, escrivão do 9.º Ofício Criminal da Capital, sobre pedido de mais a

sexta parte de seus vencimentos:

"Indeferido o pedido de concessão da sexta parte, feito pelo escrivão do 9.º Ofício Criminal desta comarca da Capital - que, nos termos do artigo 98, da Constituição do Estado, cabe tão somente ao funcionário com vinte e cinco anos de efetivo exercício. O referido serventuário é de nomeação pode-se dizer recente. A meu ver não se lhe poderá, contar o tempo de serviço como tabelião de notas e anexos em São João da Boa Vista, porque esse só poderá socorrê-lo para o fim de disponibilidade ou aposentadoria, nos termos da Lei n. 2.888, de 21 de dezembro de 1954. Igualmente dispõe a Lei n. 465, de 1949, no artigo 6.º e, embora não admitindo a acumulação de férias, a Lei n. 2.177, de 1953, determina que se contém em dobro - somente para aposentadoria - as férias não gozadas no ano anterior. Não há a meu ver, disposição em contrário".

D. O. de 15/10/55

Nos processo ns. 230, 728-54 e 233, 637-55, em que o sr. Justiniano Alves Delfino, escrivão do 18.º Ofício Criminal da Comarca de São Paulo, requer, respectivamente, concessão da sexta parte de vencimentos e aposentadoria: "Lavre-se decreto de aposentadoria - à consideração do Senhor Governador - do escrivão do 18.º Ofício Criminal desta Comarca da Capital, nos termos do art. 91, da Constituição do Estado, e com vencimentos integrais, porque, segundo informação da Fazenda - que expediu o respectivo título de liquidação do tempo de serviço - o aludido serventuário sr. Justiniano Alves Delfino, conta, para aposentadoria, até 19 de agosto de 1954, quarenta e um anos, onze meses e vinte e oito dias.

Indefiro-lhe, porém, o pedido de aumento e incorporação da sexta parte, formulado no processo anexo de n. 230.728-51. porque, nos termos do art. 98, da Constituição do Estado, essa gratificação só cabe ao funcionário que tenha vinte e cinco anos de efetivo exercício. O escrivão do 18.º Ofício Criminal - para essa serventia - foi nomeado a 19 de agosto de 1954, já as vésperas da compulsória, tendo exercido anteriormente cargo e serventias não remunerados pelo Estado. Assim esse tempo - que lhe foi contado - só o favorece para a aposentadoria, nos termos do art. 6.º, da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949 e do art. 1.º, da Lei n. 2.888, de 21 de dezembro de 1954".

D. O. de 16/10/55

Provimentos

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Processo n. 72.299 - (G. 4979) - São Paulo - Agravo de Petição - Agvte, Auto Diesel Importadora S/A - Agvdo, O Oficial do Registro de Imóveis da 12.ª Circunscrição.

ACÓRDÃO.

Deram provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 72.299, da comarca de São Paulo, em que são agravante Auto Diesel Importadora S. A. e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 12.ª Circunscrição.

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, sem discrepância de votos, dar provimento ao agravo, para reformar a decisão recorrida, nos termos e para os efeitos que seguem. Por escritura pública de 23 de abril de 1953, João Franco e sua mulher, outorgaram a favor da Auto Diesel Importadora S. A., compromisso de compra e venda de um imóvel. A compromissoria compradora levou o título ao Cartório da 12.ª Circunscrição Imobiliária para inscrição e teve o Oficial "dúvida" em praticar o ato por entender que havia falhas na filiação, reconhecidas pelos próprios por meio de ação de usucapião, com o que se dispuseram a saná-las por meio de ação de usucapião, como se vê da escritura, exigindo a apresentação da respectiva sentença. Prenotado o título e suscitada a dúvida, foi ela regularmente processada e o M. M. Juiz da Vara de Registros Públicos proferiu a decisão de f1s. 26 verso e 27, julgando-a procedente. Agravou a apresentante hábil e oportunamente o seu recurso mereceu o provimento dado. Entendeu o

magistrado que a inscrição do compromisso não podia ser feita sem que previamente fosse transcrita a sentença obtida na ação de usucapião promovida pelos promitentes vendedores, acrescentando que dada a inércia dos promitentes vendedores e a recusa da compromissária compradora ao pagamento dos tributos para transcrição da aludida sentença, surgia um impasse que obstava a prática do ato, para o qual não concorrera o Oficial do Registro. A questão não foi bem posta na decisão e assim não foi bem resolvida. A escritura de compromisso de compra e venda foi apresentada para "inscrição", no livro 4. Ao levantar a dúvida, entendeu o Oficial de exigir a apresentação da sentença proferida na ação de usucapião. Com a resposta de fls. 16, juntou a apresentante a certidão da sentença a fls. 20/23. Falando a fls. 24, o dr. Representante do Ministério Público, opinou pela inscrição do compromisso, "urna vez que a dúvida suscita pelo sr. Oficial do Registro da 12.^a Circunscrição, se prendia unicamente "apresentação" da certidão da sentença. O oficial, por sua vez, a fls. 24 verso e 25, disse que a apresentação da certidão era o bastante para a inscrição do compromisso e que considerava suplantada a sua dúvida. Acrescentou o Oficial, que para a transcrição da escritura definitiva a que se refere o compromisso, era necessário o pagamento do imposto de transmissão. Esse acréscimo de matéria estranha à dúvida, de matéria cujo objeto fora de discussão não devia influir na prática do ato solicitado que era pura e simplesmente uma "inscrição", nem podia ser objeto da decisão. A dúvida foi suscitada ante um pedido de "inscrição" e o Oficial suscitante declarou por escrito que considerava suplantada. sua dúvida com a apresentação da certidão da sentença. Nessas condições cumpria ao Juiz mandar fazer a inscrição, sem resolver sobre transcrição que não fora solicitada, nem impugnada. Pelo exposto, fica provido o agravo e reformada a decisão agravada para que seja feita a inscrição da mencionada escritura da compromisso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 26 de julho de 1955

(aa) Gomes de Oliveira - Presidente.

Foi veto vencedor o Exmo. sr. Desembargador J. Marcelino Gonzaga, Vice-Presidente.

Pedro Chaves - Corregedor Geral da Justiça e Relator".

Advogado: A. Lopes Casali.

D. J. 13/8/55.

Processo n. 71.412 - (G. 5.003) - São Simão - Agravo de Petição - Agvte., Agro-Industrial Amália S. A.

ACÓRDÃO.

Negaram provimento.

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 71.412, da Comarca de São Simão, em que são, agravante a Agro-Industrial Amália S. A. e agravado o Oficial do Registro de Imóveis,

Acordam em Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso e confirmar por seus próprios fundamentos a decisão agravada. Custas pela agravante. Trata-se de processo de dúvida que teve o Oficial do Registro de Imóveis relativamente a transcrição da escritura de constituição da agravante. Um dos acionistas, para realização de parte de suas quotas de subscrição, conferiu três glebas de terras, com as respectivas benfeitorias. Entendeu o Oficial que cada uma das glebas deveria ser objeto de uma transcrição em separado e que para as transcrições faltava o valor separado de cada uma. Entendeu ainda que não podia fazer as transcrições, por não ter sido pago o selo federal devido pelo ato. A dúvida foi impugnada e afinal julgada procedente apenas em parte. Agravou a interessada, mas seu recurso não mereceu provimento. A dúvida do Oficial, na parte que foi julgada procedente, realmente era justificada. Desmembrando de maior área, três glebas distintas e separadas e transferindo-as para a sociedade, o acionista transferiu na verdade três imóveis, devendo cada

um deles constituir o objeto de uma transcrição diferente, sendo o seu valor representado pelo valor do terreno e de suas respectivas benfeitorias. Se para que se cumpra a exigência legal, ficar a agravante onerada com vultosas despesas decorrentes de retificações, a culpa não é do Oficial, que cumpriu o seu dever. Quanto ao "elevado custo das transcrições", a agravante pagará apenas o que for legalmente devido e reclamará, querendo, contra qualquer exigência descabida que porventura lhe for feita.

São Paulo, 9 de agosto de 1955.

(aa.) Gomes de Oliveira, Presidente - Paulo Colombo, Vice-Presidente - Pedro Chaves, Corregedor Geral da Justiça, e Relator."
Advogado: Carlos de Brito Pereira.

D. J. de 16/9/55.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DESPACHOS DO CORREGEDOR

Proc. 11.207 - Capital - Interessado: Corregedoria Geral da Justiça: Vistos. Dos autos de sindicância mandada fazer pela portaria de 23 de abril de 1955, nas comarcas de Santos e de São Paulo, verifica-se que a certidão passada pelo 11.º Ofício Cível da Comarca de São Paulo em 28 de maio de 1951, com relação ao tempo de serviço do escrevente Daniel de Arruda Furtado não esta, de acordo com a realidade. Consta dessa certidão que o referido escrevente trabalhou no aludido cartório, como "auxiliar" desde 1.º de junho de 1930 até 12 de agosto de 1948, data em que foi nomeado quarto escrevente habilitado da mesma serventia. A prova colhida nos autos da sindicância, infirma a aludida certidão. Existe prova documental em sentido contrário ao que consta da certidão. Em novembro de 1931, Daniel de Arruda Furtado residia em Santos e era sócio da Associação Mútua dos Funcionários e Auxiliares do Fórum, sendo auxiliar da cobrança dos sócios (docs. 13 e 14) ; em 24 de janeiro de 1938 era estabelecido a Rua 11 de Agosto n. 60 como datilógrafo, como se vê do documento emanado de seu próprio punho a fls. 15, da sindicância feita em Santos, documento confirmado pelo de fls. 16 do processo 11.207, do qual consta estar estabelecido desde 1934, na Rua 11 de Agosto, por conta própria (fls. 12). Outros documentos emanados do próprio interessado e constantes dos autos, provam que os serviços por ele prestados ao Cartório do 11.º Ofício Cível, não eram em caráter efetivo, antes de sua nomeação para o cargo de escrevente, pois desde 1937, até 1947 prestou serviços de datilografia e raza, em caráter permanente ao 6.º Ofício Criminal (fls. 14) - não sendo admissível que ao mesmo tempo fosse ele auxiliar efetivo de dois cartórios. Não há entretanto dos autos, elementos positivos, que autorizem a retificação certa do tempo de serviço do escrevente Daniel Arruda Furtado, mas dúvida não existe quanto a inexistência da certidão cuja cópia consta do processo. Assim, para melhor apuração dos fatos e apuração da possível responsabilidade criminal, determino a remessa destes autos à douta Procuradoria Geral da Justiça. São Paulo, 26 de dezembro de 1955. (a) Pedro Chaves.

Prot. 70.854 - Juízo do Direito da Comarca de São Simão: - Interessado Newton Roque Monteiro: O período de férias é indivisível, sob a necessidade do serviço público a critério do juiz em caso concreto. S. P. 17-12-1955. (a) Pedro Chaves.

D. Justiça, 21.12.55.

Informações várias

INSCRIÇÃO NA "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA" INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO PORTARIA N. GP-52-55

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, dando cumprimento, ao disposto no artigo 2.º da Lei n. 3.063 de 12-7-55, relativamente à inscrição dos serviços da justiça não estipendiados pelos cofres públicos, na Carteira de Aposentadoria de Servidores da

Justiça, baixa as seguintes instruções:

I - Serão obrigatoriamente inscritos na Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça, todos os servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos.

II - Compreende-se sob a designação genérica de servidores os serventuários, escreventes, auxiliares e fiéis.

III - A inscrição, será efetuada ex-offício, se até a presente data, o servidor não tiver providenciado o preenchimento do formulário próprio e juntado um comprovante de idade, com firma reconhecida.

IV - Efetuada a inscrição ex-offício, a Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça providenciará a cobrança judicial das contribuições previstas no artigo 12 da Lei n. 465 de 28-9-49, e artigo 22, redação dada pela Lei n. 507 de 17 de novembro de 1949, acrescidas da multa estabelecida no artigo 14 da mesma Lei n. 465, enviando relação à Associação Jurídica do Instituto, desde que não sejam elas recolhidas no prazo determinado pelo artigo 13 da citada Lei n. 465-49.

V - É devido o pagamento das contribuições pelos serventuários:

- a) - a partir de abril de 1950 se o provimento no ofício foi anterior àquela data, desde que o serventuário não tenha solicitado cancelamento da inscrição na vigência da Lei n. 751, de 11-3-1950;
- b) - a partir da data do provimento, quando este for posterior a abril de 1950 e anterior a 11-3-50, desde que o, interessado não tenha solicitado o cancelamento da inscrição na vigência da Lei n. 751 de 11-8-1950;
- c) - a partir da data de inscrição facultativa feita na vigência da Lei 751-50;
- d) - a partir da vigência da Lei n. 3.063, de 12 de julho de 1955, nos demais casos.

VI - Para os demais servidores as contribuições são devidas a partir da data da posse no cargo ou a partir de abril de 1950 se anterior a essa data.

VII - A prova de quitação prevista no artigo 1.º da Lei n. 3.063 de 11-7-55, deve ser feita com certidão fornecida pela Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

A referida Certidão será fornecida mediante requerimento da parte interessada, selado com Cr\$ 8,00 de estampilhas estaduais e firma reconhecida, dirigido ao Sr. Diretor Geral do Instituto, devendo ser paga ainda a taxa de emolumentos do Instituto à razão de Cr\$ 20,00.

São Paulo, em 10 de novembro de 1955.

Francisco Morato de Oliveira - Presidente.

D. O.11/11/55.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Em representação do Serviço Florestal, solicitando, em caráter excepcional, aprovação para que os atestados que serão expedidos na conformidade do modelo e aviso abaixo transcritos, produzam os mesmos efeitos que os concedidos de acordo com a legislação em vigor, para fins de isenção da majoração do imposto territorial rural, no exercício de 1955, o Governador proferiu o seguinte despacho: "De acordo. 22-11-55.

(24-25-26-27-29-30)

AVISO

O Diretor do Serviço Florestal, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 14 da Portaria do Secretário da Agricultura, sob n. 4.837, de 28 de julho de 1955, afim de prevenir o direito daqueles que, dentro do prazo legal e na forma da Lei n. 2.626 de 20 de janeiro de 1954 e

sua regulamentação requereram vistoria para obter isenção do aumento do Imposto Territorial Rural estabelecido pelo artigo 1.º da lei referida e cujos requerimentos já se encontram em poder das autoridades encarregadas de proceder a vistorias, mas que, por motivo de absoluta falta de tempo, não tiveram a vistoria realizada, avisa as autoridades antes mencionadas de que exclusivamente a esses deverão ser expedidos atestados segundo o modelo adiante transcrito, até o dia 30-11-1955.

P. S. F., São Paulo, 14 de novembro de 1955 - Eng. Agr. Ismar Ramos - Diretor do Serviço Florestal".

ATESTADO

ATESTADO que requereu, em tempo hábil, vistoria da área de de sua propriedade denominada e situada..... declarada sob n e inscrita sob n no lançamento de Imposto Territorial Rural, afim de obter os benefícios de isenção da majoração do imposto territorial, conforme artigo 1.º da Lei n. 2.626, de 20 de janeiro de 1954, regulamentada pelo Decreto 24.543, de 11 de maio de 1955, vistoria essa que não foi realizada até a presente data, mas que será oportunamente feita..... de 19
(24, 25, 26, 27, 29, 30)
D. O. de 25/11/55.

**IV CONGRESO INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO
SU REALIZACION EN RIO DE JANEIRO EN AGOSTO DE 1956**

La Comisión Organizadora del IV Congreso Internacional del Notariado Latino ha continuado con todo interés las gestiones relacionadas con la preparación del citado certamen adoptando una serie de medidas tendientes al mayor éxito del propósito perseguido.

Podemos adelantar que ya ha quedado esbozado el programa del Congreso, que dará comienzo probablemente el día 8 de agosto de 1956 con la recepción de las delegaciones, y finalizará alrededor del día 22 del mismo mes con el habitual banquete de despedida.

La magnífica ciudad de Rio de Janeiro, tan atrayente por su naturaleza. su grandiosidad y su excepcional posición geográfica, servirá de marco a las deliberaciones del Congreso, que tendría lugar en las magníficas instalaciones del Hotel Copacabana, de renombre mundial por su magnificencia y an espléndida ubicación a orillas del mar, frente a una de las playas más hermosas.

Prescindimos del programa de trabajo que comprenderá, como es de práctica en nuestras asambleas internacionales, una solemne sesión de apertura y diversas sesiones plenarias con sus previas reuniones de comisión, para todo lo cual el hotel mencionado cuenta con excelentes dependencias fácilmente adaptables al propósito perseguido. En cuanto al programa de agasajos, proyécense una serie de excursiones y distracciones que favorecerán la más estrecha confraternización de los congresistas.

En nuestra próxima edición daremos una información detallada del programa preparado por la Comisión Organizadora, que tanto en éste como en todo sentido está actuando en contacto ininterrumpido con la Mesa Directiva del Consejo Permanente, con miras al mayor brillo del certamen a que nos referimos.

(Revista Internacional del Notariado Latino - n.º 24).

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA - Presidente



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

OSCAR DE BARROS PEREIRA	-	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA	-	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA		
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS		
BRENO DE TOLEDO LEITE		
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA		
SEBASTIÃO MEDEIROS		
ALCIDES DE MELO VALE		

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO	-	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO ..	-	Santos
ELVINO SILVA		Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	-	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES	-	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos		Dracena
CASEMIRO PINTO NETO	-	Capital
ANTONIO FLAQUER	-	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital	

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11.º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
DA FISCALIZAÇÃO NA VENDA DE BENS INALIENÁVEIS	3
APOSENTADORIA A PRESTAÇÕES	4
AVISO IMPORTANTE	5
A DISPENSA DE PROCLAMAS E SUA INTERPRETAÇÃO	5
LEIS E DECRETOS	6
LEI FEDERAL	6
IMPOSTO DE RENDA	6
REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 36.773, DE 13 DE JANEIRO DE 1955	7
DESPACHOS DO SR. SECRETÁRIO DA JUSTIÇA	15
PROVIMENTOS	16
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	16
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	18
DESPACHOS DO CORREGEDOR	18
INFORMAÇÕES VÁRIAS	18
INSCRIÇÃO NA "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA"	18
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	19

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO
DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE

20
21
21
21

ANO VIII

Nº 054 - Publicação: 01/01/1956

Colégio Notarial S. Paulo

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

Realiza-se em Agosto próximo, na Capital Federal, o 4.º Congresso Internacional do Notariado Latino, em cumprimento a resolução tomada no 3.º Congresso Internacional efetuado em Maio de 1954, em Paris.

Sendo, como é, uma distinção e homenagem ao Brasil a designação da nossa Capital para a sede e realização de um certame de tal magnitude, não podemos deixar de nos esforçar e empregar o máximo de nossas atividades para corresponder plenamente a essa significativa diferencia, tudo fazendo para que o referido Congresso se desenvolva satisfatoriamente, não só sob o ponto de vista social, como principalmente sob o aspecto científico.

Felizmente, temos no Brasil inúmeros notários inteligentes, capazes, com ótima cultura jurídica, com longa experiência notarial, versados em leis e cultos, que não só podem, mas devem mesmo cooperar eficientemente, apresentando trabalhos, monografias, pareceres e estudos que versem sobre os diversos assuntos contidos no Temário do mencionado Congresso e que vai publicado neste Boletim.

Fazemos um apelo aos distintos colegas brasileiros para nos enviarem com antecedência os seus trabalhos afim de poder ser providenciada a sua impressão e distribuição, eis que faltam apenas cinco meses.

Temos a grata satisfação de comunicar que o IV Congresso da União Internacional do Notariado Latino está definitivamente marcado para o período de 20 a 31 de agosto do corrente ano.

Sua realização será nas dependências do majestoso Hotel Quitandinha, onde poderão se alojar todos os congressistas nacionais e estrangeiros, e onde terão lugar as sessões solenes e ordinárias.

Os colegas nacionais que queiram tomar parte no conclave, e que não tendo subscrito quotas do Fundo Patrimonial não participam consequentemente da Comissão Organizadora, deverão pagar a taxa de adesão e preencher a respectiva ficha que poderá ser solicitada e deverá ser devolvida à Secretaria Geral (Rua da Quitanda 86, São Paulo) até o dia 30 de Junho próximo, impreterivelmente, onde também poderão obter quaisquer informações.

IV CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO-BRASIL PROGRAMA

Mês de Agosto de 1956

Dia 20 - 2.ª feira - chegada das delegações.

Dia 21 - 3.ª feira.

11 horas - coquetel de confraternização.

16 horas - visitas às autoridades pelos membros do Conselho Permanente e Presidentes de Delegações.

Dia 22 - 4.ª feira.

10 horas - reunião do Conselho Permanente.

15 horas - Sessão solene de instalação.

Dia 23 - 5.ª feira.

10 horas - 1.ª sessão plenária.

15 horas - reunião plenária.

15 horas - reunião de comissões.

Dia 24 - 6.ª feira. Reunião de Comissões. Inauguração da Exposição do Livro Notarial.

Dia 25 - Sábado. Excursão a Teresópolis. Almoço.

Dia 26 - Domingo. Excursão ao Rio de Janeiro. Almoço. Corridas no Jockey Clube.

Dia 27 - 2.ª feira.

9 horas - Reunião de comissões.

16 horas - 2.ª sessão plenária.

Dia 28 - 3.ª feira.

9 horas - Reunião de comissões.

16 horas - 3.ª sessão plenária.

Dia 29 - 4.ª feira - dia livre.

Dia 30 - 5.ª feira.

9 horas - Reunião de comissões.

16 horas - 4.ª sessão plenária.

Dia 31 - 6.ª feira.

10 horas - 5.ª e última sessão plenária.

16 horas - Sessão solene de encerramento.

20 horas - Banquete de despedida.

Excursões extras - A partir do dia 1.º de setembro a Exprinter organizará excursões a São Paulo, Bala, Amazonas, e outros recantos pitorescos do País, bem como a Buenos Aires, Montevideu, etc. por preços a serem combinados com os Srs. Congressistas.

TEMÁRIO

I - A instituição notarial, sua posição na sociedade juridicamente organizada.

II - Adaptação da legislação notarial aos princípios do notariado de tipo latino, definidos pelas resoluções dos congressos anteriores:

a) organização corporativa:

b) formação jurídico-profissional:

c) competência funcional:

III - Intervenção dos notários:

a) nos testamentos e sucessões:

b) nas sociedades:

LEIS DA APOSENTADORIA E A CARREIRA

Como prometemos, no próximo numero deste boletim, publicaremos na integra, todas as leis que regem a aposentadoria dos servidores da justiça e a lei 819, com todas as suas modificações. Também será incluída nesse número, a relação de todas as comarcas do Estado,

com as respectivas entrâncias.

Esse número do boletim será uma verdadeira jóia e deverá ser guardado para todos os momentos de consulta, pois nele constarão todas as leis que regem a vida da classe.

Convém notar, que o mesmo será enviado, apenas aos sócios que pagaram suas contribuições até dezembro de 1955 inclusive.

Colaboração

A EXCEPCIONAL ACOLHIDA AO DECRETO

N.º 4.857 DE 9-11-1939

SEBASTIÃO EMYGDIO MONTEIRO

(Escrevente do Registro Civil de Vila Prudente - Subdistrito de S. Paulo)

Após longa expectativa em nossos meios profissionais, foi revogado, como se fazia mister, o decreto 18.542-1.928 pelo de n.º 4.857, de 9-11-1.939, com algumas modificações de caráter essencial à plena consecução dos fins por ele colimados.

O novo diploma legal veio proporcionar, aos laboriosos da classe dos Serventuários, um elemento básico para a sua eficaz aplicação. É incontestável a sua aceitação, pois em seus 121 artigos encerra sábia e sinteticamente tudo o que pelo bem comum geral podíamos almejar. Se hoje a classe se mantém firme, isso se deve a essa auspiciosa reforma, não obstante o respectivo decreto diferir minuciosamente do anterior, por estar redigido de forma clara e suscetível de aprovação unânime.

Como observamos, a intenção do Governo, ao alterá-lo, não foi outra senão a de harmonizar os dispositivos legais ao atual tipo de vida, consequência natural do progresso social. Dentre os inúmeros aperfeiçoamentos, cumpre ressaltar o acréscimo do parágrafo único ao Art. 5, que nos faculta o uso de livros impressos. Ora, sobre as vantagens desta prática é desnecessário fazer comentários; limitamo-nos somente a ressaltar dois fatores reais - economia de tempo e facilidade de trabalho dois fatores reais - economia de tempo e facilidade de trabalho; o § único ao art. 69, que dá aos Oficiais do Registro Civil poderes para recusar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, além de outros, de largo alcance.

Estamos certos de que o organismo administrativo da classe se escuda num regime ideológico e enobrecedor, graças à precaução dos nossos legisladores governamentais, que sem esmorecer tudo fizeram para que o nosso objetivo fosse coroado de pleno êxito!

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.º 2.666 - DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955

Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º Independe de tradição efetiva o penhor mercantil dos produtos agrícolas existentes em estabelecimentos destinados ao seu benefício ou transformação.

§ 1.º Em caso de dúvida quanto à identificação do produto apenhado em face de outros da mesma espécie existentes no local, o vínculo real incidirá sobre a quantidade equivalente de bens da mesma natureza de propriedade e em poder de estabelecimento que responderá como fiel depositário sob as penas da lei.

§ 2.º Aplicam-se ao penhor constante deste artigo as disposições que regem o penhor rural, inclusive os atos de registro.

Art. 2.º O benefício ou a transformação dos gêneros agrícolas, dados em penhor rural ou mercantil, não extinguem o vínculo real que se transfere para os produtos e subprodutos resultantes de tais operações.

Art. 3.º - A validade do penhor celebrado pelo arrendatário, comodatário, parceiro agricultor, condômino, usufrutuário ou fiduciário independe da anuência do proprietário, consorte, nu-proprietário ou fideicomissário do imóvel de situação dos bens dados em garantia.

§ 1.º Em caso de arrendamento ou comodato, o prazo do penhor só poderá ultrapassar o da locação, se nisso aquiescer o locador ou comodante.

§ 2.º O penhor outorgado pelo parceiro agricultor só incidirá sobre a parte dos frutos ou bens que lhe couberem pelo contrato de parceria, admitida a sua constituição apenas, quando não houver no citado contrato expressa proibição à sua outorga, ou exigência de prévia anuência de parceiro proprietário.

§ 3.º Se o imóvel estiver indiviso o penhor só incidirá sobre os bens correspondentes à parte ideal do apenhante.

§ 4.º Se o usufruto ou fideicomisso cessarem antes de paga a dívida, existindo a garantia, o nu-proprietário ou fideicomissário só terão direito a esta se resgatarem a obrigação.

Art. 4.º Os frutos pendentes em formação ou percebidos de imóveis clausulados de inalienabilidade ou impenhorabilidade poderão ser dados em penhor rural.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

NEREU RAMOS.

Eduardo Catalão.

D. da União de 13-12-55.

LEI N.º 2.597 - DE 12 - SETEMBRO DE 1955

Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º- É vedada, nos termos do art. 180 da Constituição, nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à concessão de terras, à abertura de vias de comunicação, à instalação de meios de transmissão; à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da nação sem o prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

§ único - As autorizações poderão ser a qualquer tempo - modificada ou cassadas pelo referido Conselho.

Artigo 2.º - É considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação.

§ único - O Congresso Nacional, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá, a qualquer tempo, incluir novas zonas ou modificar a estabelecida neste artigo.

Artigo 6.º - São consideradas de interesse para a segurança nacional:

- a) as indústrias de armas e munições;
- b) a pesquisa, lavra e aproveitamento de reservas minerais;
- c) a exploração de energia elétrica, salvo a de potência inferior a 150 kw;
- d) as fabricas e laboratórios de explosivos de qualquer substância que se destine a uso bélico;
- e) os meios de comunicação com rádio, televisão, telefone e telégrafo.

§ 1.º - O funcionamento de outras indústrias e do comércio, salvo se disciplinadas por lei especial, independem de assentimento prévio.

§ 2.º - Não está sujeita à autorização exigida nesta lei a exploração de energia elétrica - quando feita diretamente pelos Estados e Municípios, os quais remeterão ao Conselho de Segurança Nacional os elementos estatísticos informativos de suas instalações.

Artigo 7.º - Nas industrias e atividades enumeradas no artigo anterior é obrigatório:

I - que 51% do capital das empresas, no mínimo, pertença a brasileiros;

II - que o quadro de pessoal seja constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores nacionais;

III - que a administração ou gerencia caiba a brasileiros ou à maioria de brasileiros, assegurados a estes poderes predominantes.

§ único - Na falta de trabalhadores brasileiros, poderá o Conselho de Segurança Nacional permitir, em casos especiais, a admissão de trabalhadores estrangeiros, até 49% do pessoal empregado na empresa por tempo limitado.

Artigo 8.º - A concessão de terras públicas não poderá exceder de 2.000 hectares e são consideradas como uma só unidade as concessões a empresas que tenham administradores comuns a parentes até 2.º grau, ressalvados os maiores de 18 anos e com economia própria.

Artigo 9.º - As transações de terras contidas na zona definida no art. 2.º (150 km) tais como alienações, transferência por enfiteuse, anticrese, usufruto e transmissão de posse a estrangeiros, dependem de autorização prévia do Conselho de Segurança Nacional.

§ único - Os notários, escrivães e os oficiais de registro de imóveis são obrigados a comunicar a transação de que trata este artigo ao Conselho de Segurança Nacional dentro dos 30 - (trinta) dias seguintes ao da lavratura do ato, salvo quando se tratar de terrenos urbanos destinados a edificação ou se o adquirente for brasileiro.

Artigo 15.º - As autoridades, entidades e serventuários públicos devem exigir prova de assentimento do Conselho de Segurança Nacional para a prática de ato regulado por esta lei.

Artigo 16.º - A infração do disposto nos arts. 1.º, 7.º e 9.º desta lei sujeitará os responsáveis à multa de Cr\$1.000,00 a Cr\$25.000,00 e ao dobro na reincidência.

§ 1.º - A comissão Especial de Faixa de Fronteiras ou órgão que a substitua na organização do Conselho de Segurança Nacional instaurará o respectivo inquérito, assegurada ampla defesa ao interessado.

§ 2.º - Da decisão da Comissão, reconhecendo a infração e cominando a multa, haverá recurso necessário para o Conselho de Segurança Nacional abrindo-se prazo ao interessado para razão de defesa.

LEI N. 2.168, DE 11 DE JANEIRO DE 1954.

"estabelece normas para instituição de seguro agrário".

Artigo 1.º - É instituído o seguro agrário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra eventualidade de risco que lhes são peculiares, na forma da presente lei.

Artigo 6.º - Os documentos e atos relativos às operações de seguros agrários ficam isentos de selos, impostos e taxas federais.

Artigo 21 - É o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro destinada a desenvolver progressivamente operações de seguros agropecuários, sob a denominação de "Companhia Nacional de Seguro Agrícola".

Artigo 25 - A Sociedade gozará de isenção tributária ampla e irrestrita de quaisquer impostos e taxas e emolumentos federais, inclusive do selo federal exigível em apólices, papeis e documentos em que a Sociedade seja parte interveniente.

LEI ESTADUAL

LEI N. 3.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1955

Revoga o artigo 11 e seu parágrafo único da Lei n. 2.412 de 15-12-53, e restabelece a vigência, com nova redação, do § 1.º do artigo 13 do Livro III do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31-1-53).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam revogados o art. 11, e seu parágrafo único, da Lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953.

Artigo 2.º - Fica restabelecida a vigência do § 1.º do art. 13 do Livro III do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953) com a seguinte redação:

"§ 1.º - Sempre que se verificarem variações ou alterações apreciáveis nos valores territoriais em geral ou quanto a determinada zona, ou ainda com relação a um imóvel isoladamente, serão alterados os lançamentos, vigorando a alteração a partir do exercício seguinte".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de dezembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

D. O. de 31-12-55.

LEI N. 3.329, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955

Dispõe sobre os serviços estaduais de energia elétrica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 3.º - Fica elevado a 13,7517o (treze e setenta e cinco centésimos por cento) o adicional criado no artigo 1.º, "caput", da Lei n. 2412, de 15 de dezembro de 1953.

Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de dezembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto A. Carvalho Pinto Maria Lopes Ledo,
Respondendo pelo expediente da Secretaria da Viação.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral
D. O. de 31-12-55.

LEI N. 3.330, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 5.º - Passa a ter a seguinte redação o item 6, do artigo 36. Livro IV do Código de Impostos e Taxas;

"6) o valor da propriedade separada do direito real de usufruto, uso ou habitação, será igual a 2/3 (dois terços) do valor total do imóvel;"

Artigo 6.º - Acrescente-se, ao artigo 37 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas, o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - Quando a nova propriedade e qualquer dos direitos reais a que se refere este artigo forem, no mesmo ato, transmitidos a pessoas diversas, o imposto será pago da proporção estabelecida nos itens 5 e 6 do artigo anterior".

Artigo 7.º - As guias de pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" serão assinadas pelos serventuários que as expedirem e pelos adquirentes dos imóveis.

Artigo 8.º - Acrescente-se, como § 3.º, ao art. 43 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas:

"§ 3.º - A 5.ª via das guias de recolhimento do imposto, da qual constará o abono do recolhimento por parte das repartições arrecadoras, será conservada no cartório, em ordem cronológica, à disposição do Fisco, prazo de 3 anos".

Artigo 9.º - Passa a ter a seguinte redação a alínea "g", do art. 50, do Livro IV do Código de Impostos e Taxas:

"g) na cessão de direitos hereditários: o autor da herança, o lugar e a data da abertura da sucessão".

Artigo 10 - Fica revogado o artigo 51 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas.

Artigo 11 - Passa a vigorar com a seguinte redação o § 1.º do artigo 67 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas;

."§ 1.º - Quando se constatar a existência de recolhimento do imposto, feito com atraso, sem a multa moratória, será o contribuinte notificado a pagá-la, dentro de 15 (quinze) dias, na base de 20% (vinte por cento) sobre a importância total do imposto, sob pena de, vencido aquele prazo, ser a dívida cobrada executivamente".

Artigo 20 - Ficam isentos de pagamento do selo de folha as notificações e avisos, de natureza fiscal, que instruírem reclamações ou recursos administrativos e, bem assim os documentos juntados aos processos fiscais a pedido de qualquer repartição.

Artigo 62 - Fica prorrogado, até 30 de abril de 1956, o prazo a que se refere o art. 25, da lei 2.412, de 15 de dezembro de 1953, com a redação alterada pelo artigo 1.º, da lei 3.143, de 6 de

setembro de 1955.

Artigo 65 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1956, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Est. São Paulo, aos 30 de dezembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto de Carvalho Pinto.

Publicado no D. O. de 31/12/1955.

LEI N. 3.331, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955

Dispõe sobre, a oficialização dos cartórios judiciais da Comarca da Capital, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os cartórios judiciais da Comarca de São Paulo, de qualquer natureza, que se acharem vagos ou que vierem a se vagar, ficam automaticamente oficializados, passando a constituir renda do Estado as custas e emolumentos aos mesmos devidos.

Artigo 2.º - Fica facultado aos atuais serventuários dos cartórios judiciais da Comarca de São Paulo a opção pelo regime estabelecido no artigo anterior.

Artigo 3.º - Os serventuários que optarem pelo regime de oficialização dirigir-se-ão à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, remetendo os seus títulos de nomeação, atos de nomeação de seus escreventes e auxiliares, bem como certidões do tempo de serviço prestado pelos mesmos em seus cartórios.

Artigo 4.º - Ficam criados, na Parte Permanente, do Quadro da Justiça, os seguintes cargos, com as atribuições e vencimentos previstos em lei:

16 (dezesseis) de Escrivão do Cível e Comercial

10 (dez) de Escrivão da Família e das Sucessões

2 (dois) de Escrivão da Fazenda Nacional

3 (três) de Escrivão da Fazenda Estadual

2 (dois) de Escrivão da Fazenda Municipal

3 (três) de Escrivão dos Cartórios de Contador, com anexo de Partido

3 (três) de Escrivão dos Cartórios de Distribuidor, com o anexo de Partido

1 (um) de Escrivão do Cartório de Distribuidor e Contador da Fazenda Nacional

2 (dois) de Escrivão dos Cartórios de Depositário Público

1 (um) de Escrivão do Cartório da Portaria dos Auditórios

82 (oitenta e dois) de 1.º Escrevente, padrão "O"

87 (oitenta e sete) de 2.º Escrevente, padrão "N"

150 (cento e cinquenta) de 3.º Escrevente, padrão "K"

43 (quarenta e três) de Fiel, padrão "D".

Artigo 5.º - Passa a per a seguinte a lotação dos cartórios de que trata esta lei:

I - Nos cíveis e comerciais

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

2 (dois) 2.º Escrevente

4 (quatro) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

II - Nos de família e das sucessões:

1 (um) Escrivão .

2 (dois) 1.º Escrevente

2 (dois) 2.º Escrevente

3 (três) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

III - Nos da Fazenda Nacional:

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

2 (dois) 2.º Escrevente

2 (dois) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

IV - Nos da Fazenda Estadual:

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

3 (três) 2.º Escrevente

4 (quatro) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

V - Nos da fazenda municipal:

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

3 (três) 2.º Escrevente

7 (sete) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

VI - Nos de contadores e partidores:

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

2 (dois) 2.º Escrevente

3 (três) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

VII - Nos de distribuidores e partidores:

1 (um) Escrivão

2 (dois) 1.º Escrevente

2 (dois) 2.º Escrevente

4 (quatro) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

VIII - No de distribuidor e contador da fazenda nacional:

1 (um) Escrivão

1 (um) 1.º Escrevente

1 (um) 2.º Escrevente

1 (um) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

IX - Nos de depositários públicos:

1 (um) Escrivão

1 (um) 1.º Escrevente

1 (um) 2.º Escrevente

2 (dois) 3.º Escrevente

1 (um) Fiel

X - No de Portaria dos Auditórios:

1 (um) Escrivão

1 (um) 1.º Escrevente

1 (um) 2.º Escrevente

1 (um) Fiel

Artigo 6.º - Serão providos nos cargos de Escrivão, criados por esta lei, os serventuários já nomeados para os ofícios ora oficializados, apostilando-se os respectivos títulos.

Parágrafo único - Os atuais escrivães sucessores do 6.º Ofício Cível e Comercial, do 1.º Ofício da Família e das Sucessões, do 1.º Distribuidor e 2.º Partidor e de 2.º Distribuidor e 3.º Partidor, serão nomeados para os cargos que atualmente exercem, e os respectivos escrivães sucedidos serão aposentados pelo Estado.

Artigo 7.º - Os cargos de Escrevente (1.º, 2.º e 3.º) serão providos por nomeação dos atuais escreventes habilitados dos cartórios de que trata esta lei e, sempre que possível, nos cartórios em que estiverem servindo.

§ 1.º - Após o cumprimento deste artigo, serão aproveitados nos cargos de Escrevente restantes os atuais auxiliares de cartórios.

§ 2.º - O atual ajudante de porteiro passará a exercer o cargo de 1.º Escrevente, no cartório da Portaria dos Auditórios.

Artigo 8.º - Os cargos de Fiel serão providos nela nomeação dos fieis ou outros auxiliares em serviços nos cartórios de que trata esta lei.

Artigo 9.º - O Tribunal de Justiça, pela sua Secretaria, procederá à avaliação dos móveis utensílios e material de expediente dos cartórios ora oficializados, necessários aos seus serviços, e que devam ser transferidos ao Estado, mediante indenização aos respectivos escrivães.

Artigo 10 - Aplicam-se aos cartórios oficializados as disposições do art. 5.º da Lei n. 2.420 de 18 de dezembro de 1953 e dos arts. 6.º, 7.º e 9.º e seus parágrafos, da Lei n. 2.602, de 16 de janeiro de 1954.

Artigo 11 - O provimento dos cargos criados no art. 4.º, bem como a execução do disposto nos arts. 5.º a 10 serão feitos à medida que se processar a oficialização, nos termos dos arts. 1.º e 2.º.

Artigo 12 - Ficam majorados os emolumentos atribuídos aos juizes de direito da primeira instância e que constituem integralmente renda do Estado constante da Tabela "B" do Livro X, Capítulo X, do Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953 (Código de Impostos e Taxas), os quais passam a vigorar de acordo com a Tabela seguinte:

TABELA "B"

DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS ATRIBUÍDOS AOS JUIZES DE DIREITO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E QUE CONSTITUEM INTEGRALMENTE RENDA DO ESTADO

Emolumentos

1 - no Cível (inclusive Varas Privativas da Fazenda, Registro Público e Acidentes do Trabalho)

Cr\$

1 - De Diligência:

a) na sede, dentro da povoação ou fora desta 150,00

b) estada em cada dia que acrescer, o dobro do emolumento taxado.

II - De emenda de partilha ou sobre-partilha, ainda que determinada por embargo à sentença, não se repetirá o emolumento.

III - De homologação de partilha ou sobre-partilha extrajudiciais quando retificadas por termos em cartório ou reduzidas a auto com assistência do juiz, metade dos emolumentos taxados no item V.

IV - De cada objeto ou lote arrematado adjudicado ou remido:

de mais de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$

50.000,00 50,00

de mais de Cr\$ 50.000,00 até Cr\$

100.000,00.....200,00

de mais de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 500,00

200.000,00 de mais de Cr\$ 200.000,00 até

Cr\$ 500.000,00 1.000,00

acima de Cr\$ 500.000,00, Cr\$ 3,00 em

cada mil cruzeiros, ou fração, sendo emolumento máximo 5.000,00

V - De partilha e sobre-partilha feita e processada judicialmente:

até Cr\$ 50.000,00 50,00

acima de Cr\$ 50.000,00, Cr\$ 3,00 em cada mil cruzeiros ou fração, sendo emolumento máximo 5.000,00

VI - De rubrica ou assinatura de:

a) alvará de autorização 50,00

b) auto e exame, avaliação, vistoria ou arbitramento a que presidirem 50,00

c) carta de legitimação ou adoção 50,00

d) carta de sentença ou executória de arrematação, adjudicação ou remissão, formal de partilha 50,00

e) compromisso que não seja para inquirição de testemunhas ou depoimento pessoal 20,00

f) depoimento de testemunha ou de parte 30,00

g) folha de livros de notas, de protesto, de letras e títulos e do registro de imóveis, excetuados os livros dos escritórios e distribuidores que perante eles servirem, cuja rubrica será gratuita, cada uma 1,00

h) mandato que não seja de solvendo ou executivo 10,00

i) - precatória, edital, mandato executivo ou de solvendo 20,00

j) - provisão de "opere demoliendo" e quaisquer outras, concessão as partes para advogar em causa própria ou a procuradores particulares na falta de advogados 50,00

k) Termo nos livros comerciais sujeitos a rubrica, cada um 30,00

VII - De sentença definitiva sobre o ponto principal da causa, qualquer que seja a natureza desta quando não estiver taxado expressamente emolumento diverso, considerando-se como definitiva a que julgar exceção peremptória ainda que o processo não termine o julgamento dela, ou embargos de terceiros, ou concurso creditório:

até Cr\$ 50.000,00 50,00

de mais de Cr\$ 50.000,00 até Cr\$

100.000,00 200,00

acima de Cr\$ 100.000,00, em cada mil cruzeiros ou fração, Cr\$ 3,00, sendo o emolumento máximo 5.000,00

VIII - De sentença proferida em causa inestimável 50,00

IX - De sentença proferida em processo preventivo, preparatório ou incidente 50,00

X - De sentença que homologa justificação, desistência, composição amigável, fiança, protesto, que absolve o réu de instância, quando não importa em perempção de ação, que condena de preceito, qualquer que seja a quantia confessada; que seja de simples homologação salvo o caso do item III 50,00

XI - De sentença que profira como árbitro:

a) se o compromisso excluir recurso 50,00

h) se não excluir recurso, de acordo com o item VII.

XII -- De sentença que somente julga a partilha 50,00

XIII - De sustentação de agravo ou decisão que o repare 50,00

Observação: - O emolumento taxado no item IV será pago pelo arrematante, adjudicatário ou remissor.

2 - No Comercial

I - De atos de instrução criminal de falência, o mesmo que vai taxado no n. 3 desta Tabela.

II - De despacho de qualificativo na falência o mesmo emolumento do item VII, do n. 1 desta Tabela.

III - De presidência de reunião de credores 200,00

IV - De sentenças declaratórias de falências 100,00

V - De despacho que conceder adiamento de assembléia de credores 200,00

VI - Dos demais atos que pratiquem e sentenças que profiram em qualquer causa ou processo comercial, compreendido o de falência, o mesmo que vai taxado no n. 1 desta Tabela.

3 - No Criminal

I - De assistência à formação do corpo de delito ou outro qualquer exame ou busca .

a) dentro da povoação 100,00

b) fora, qualquer que seja a demora e distância o dobro; entendendo-se que nas diligências a requerimento de parte, deverá esta fornecer a condução, desde que exija a distância.

II - De assinatura de mandado, precatória, edital ou alvará, exceto a de mandato de soltura, o que será gratuita 20,00

III - De compromisso que não seja de testemunha 20,00

IV - De concessão de fiança 50,00

V - De decisão sobre a prescrição, perempção ou outra que ponha termo ao processo 50,00

VI - De inquirição de testemunhas ou interrogatório de réu 20,00

VII - De Julgamento:

a) de contravenção ou crime não sujeito a júri 50,00

b) de suspeição 50,00

VIII - De presidência a julgamento perante o júri, inclusive os atos que nele pratiquem. 200,00

IX - De pronúncia ou não pronúncia 50,00

X - De sustentação ou revogação dos recursos "strieti-juris" 50,00

4 - Na Família e Sucessões

I - De assinatura de alvará de suprimimento de licença para casamento, salvo no caso de ser miserável o órfão ou menor, caso em que o suprimimento será concedido gratuitamente 200,00

II - De assinatura de carta de emancipação ou suprimimento de idade 50,00

III - De compromisso deferido a tutor ou curador de incapaz que não seja miserável, excluído o compromisso dos tutores e curadores "ad-hoc" ou "in-litem" . 50,00

IV - De julgamento de conta de tutela ou curatela:

até Cr\$ 1.000,00 20,00

de mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00 . 50,00

acima de Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 2,00 em cada mil cruzeiros, ou fração, sendo o emolumento máximo 1.000,00

V - De abertura, despacho e "cumpra-se" de testamento ou codicilo 50,00

VI - De julgamento de contas testamentárias 100,00

VII - De sentença de redução de testamento à pública forma 100,00

VIII - Em tudo mais, o que está marcado no n. 1 desta Tabela.

5 - Das Rubricas

I - Rubrica em balanço de livros comerciais. 100,00

II - Rubrica de livros comerciais, por folha . 1,00

Artigo 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, ao Palácio da Justiça, um crédito de Cr\$ 40.004.400,00 (quarenta milhões e quatro mil e quatrocentos cruzeiros), (... vetado...) suplementar às verbas próprias do orçamento.

§ 1.º - Vetado

§ 2.º - Vetado

Artigo 14 - Esta lei entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês seguinte, à sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de dezembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Lincoln Feliciano da Silva

Carlos Alberto A. Carvalho Pinto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

D. O. de 31-12-55.

Decretos Estaduais

DECRETO N. 25.077, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1955
Regulamenta a Lei 2934, de 28 de dezembro de 1954.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR, DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - O pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" poderá ser feito em prestações mensais, até o máximo de doze. ,

§ 1.º - A primeira prestação será recolhida dentro de trinta dias da data da homologação do cálculo, mediante a guia referida no artigo 33, do Livro V, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n.º 22.022, de 31 de janeiro de 1953), que será extraída em 4 vias.

§ 2.º - A importância das prestações será acrescida dos juros de mora de 6% ao ano.

§ 3.º - Em petição ao juiz do inventário, também assinada pelo representante da Fazenda, o interessado declarará o número de prestações em que avançou pagar o imposto de transmissão "causa mortis".

Artigo 2.º - No ato do recolhimento da primeira prestação, os interessados assinarão um termo de pagamento em 3 vias, do qual constarão o número de prestações, as suas importâncias e a data do vencimento de cada uma.

§ 1.º - A primeira via do termo será entregue aos interessados, a segunda juntada aos autos do inventário pelo representante da Fazenda; e a terceira ficará arquivada na repartição.

§ 2.º - Os termos serão assinados;

a) - na Capital, na Procuradoria Fiscal;

b) - no Interior:

I - nas Sub-procuradorias Regionais, quando o inventário se processar nas comarcas de suas sedes;

II - nas Coletorias, nos demais casos.

Artigo 3.º - O não recolhimento de qualquer prestação no prazo fixado no termo de pagamento acarretará a exigência do restante do imposto, acrescido da multa de 20%.

Artigo 4.º - As repartições arrecadoras darão recibos dos pagamentos parciais, que serão anotados no verso do termo de pagamento ou em fichas especiais.

Artigo 5.º - Nos inventários em que o imposto, for pago em prestações, será sobrestada a partilha até o pagamento integral do imposto, salvo se forem separados bens que, a juízo do representante da Fazenda, garantam plenamente o débito, fiscal.

Artigo 6.º - Este decreto entrará em vigor na data de, sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo. aos 3 de novembro de 1955.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto Carvalho Pinto José Adriano Marrey Júnior.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado de Negócios do Governo, aos 3 de novembro de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor-Geral.

D. O. 4-11-55.

Provimentos
DESPACHO DO SECRETÁRIO, DE 6 DO CORRENTE

No processo n. 238.849-55-SJ.

- contendo expediente n. G. E.

- 3.510-55 em que é interessado Alcides Schachetti, de Santa Isabel - sobre emolumentos por parte dos escrivães dos cartórios oficializados da comarca de São Paulo: "Os processualistas brasileiros, no que diz com as despesas do Juízo, sempre fizeram distinção entre custas e emolumentos. As custas destinam-se à cobertura das despesas relativas a atos da instância. Os emolumentos destinam-se a cobrir as despesas relativas a atos de ofício. João Mendes Junior, em sua obra clássica, assinala essa distinção, aliás, citada nas informações constante deste processo. Acrescente-se que, já a lei de 18 de setembro de 1928 dizia, em seu artigo 45, que seriam pagos pelo cofre dos emolumentos todas as despesas miúdas, como são: papel, penas, lacre, tinta, areia, obras, lastro ou fitilho. Trasladem-se, em cópia para o processo anexo GE 3.510-55, as informações que estão a fls. 4-10 e o presente despacho, ficando assim o assunto perfeitamente esclarecido, devolvendo-se à Casa Civil do Senhor Governador o mesmo processo n. GE.

- 3.510-55, cumprido que está o respeitável despacho de Sua Excelência".

D. O. de 7/2/56.

Corregedoria Geral da Justiça

Proc. 13.384 - Campinas - Elvino Silva Filho: O Sr. Oficial de Justiça do Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da comarca de Campinas, reclama contra o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Americana, alegando que este último, na prática dos atos que lhe competem, não está observando as determinações desta Corregedoria constantes de Edital publicado no "Diário Oficial" de 10 de agosto de 1940, e que, cuidando de bem atender ao fiel cumprimento do disposto no art. 214 do Decreto n. 4.857 de 9 de novembro de 1939, manda aos Srs. Oficiais do Registro de Imóveis, sempre que o registro anterior tenha sido feito em outra circunscrição, que exijam a prova, mediante certidão, de continuar o imóvel em nome do outorgante, sem ter sofrido qualquer alteração. Ouvido o Sr. Oficial do Registro de Imóveis de Americana declara que, na realidade, assim tem procedido, em alguns casos, por se tratar de títulos emanados do Juízo, e nos demais por já constar das escrituras referência expressa à transcrição, anterior. Além disso, na conformidade de provimento baixado pelo Juízo quando da instalação da comarca, determinou-se, para a continuidade do registro, que dos títulos constasse, sempre, o número de ordem das transcrições anteriores. Posteriormente, em abono de sua tese, trás à baila o art. 8.^o do Decreto n. 544, de 5 de julho de 1890. O M. Juiz Corregedor Permanente da comarca decidiu pela improcedência da reclamação, sob o fundamento de que, constando das escrituras a origem da transcrição, o que não ocorria ao tempo do Edital desta Corregedoria, "tal exigência não tem mais razão de ser", mesmo porque se não apoiava em qualquer dispositivo legal (fls. 14). Entretanto, a razão está com o Sr. Oficial do Registro de Imóveis de Campinas. O Edital da Corregedoria Geral da Justiça de 10 de agosto de 1940, publicado em plena vigência do Decreto n. 4.857, não refoge aos princípios que norteiam as leis dos registros públicos. Seu escopo precípua foi o de resolver as questões concernentes à matéria quando dos desdobramentos territoriais, zelando por aquilo que constitui o principal objetivo da lei e que é garantir a autenticidade, a segurança e a validade dos atos jurídicos o que jamais se conseguirá se não houver a continuidade do registro. Nem preciso é mesmo texto expresso que disponha sobre a necessidade de certidão. A exigência decorre de todo o sistema legal atinente à espécie, e a sua inobservância fulminará de morte toda a garantia pretendida pela Lei dos Registros Públicos.

Do próprio decreto citado pelo reclamado, já não mais em vigor, infere-se que a certeza do domínio e a continuidade do registro foram preocupação do legislador de 1890, muito embora o artigo 8.º do decreto n. 544 somente fizesse menção aos imóveis hipotecados ou gravados de ônus reais. Acresce que a determinação contida no Edital pré-citado foi reiterada por esta Corregedoria, a 5 de Março de 1942, em caso concreto submetido à sua apreciação, o processo n. 2.245. Vale ressaltar que outro não é o entendimento do douto Serpa Lopes, em seus comentários ao artigo 179 do decreto n. 4.857. Obedecida é de ser, pois, a determinação desta Corregedoria, contida no Edital de 1 de agosto de 1940. São Paulo, 14 de Dezembro de 1955. (a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves.

D. J. de 21-12-55.

Jurisprudência

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

USUFRUTO COMO FATOR DESVALORIZANTE - QUESTÃO CONTROVERTIDA que tem dividido ao meio o Tribunal de Impostas e Taxas. Decidem as Câmaras Reunidas, apenas pelo voto de qualidade, que a reserva de usufruto constitui fator desvalorizante equivalente a 30% do valor da propriedade plena. "Valor integral", plena propriedade" e o antigo "critério dos dois terços ".Projeto de lei do Governo visando reforçar os fundamentos dos votos vencidos. Protesto de associações de classe.

Não tem decidido de modo uniforme o Tribunal de Impostos e Taxas sobre o valor, para efeito tributário, da propriedade transmitida com reserva de usufruto. Dividiu-se aquela Corte em duas correntes, igualmente respeitáveis, defendendo ambas, com a mesma veemência, as suas teses diametralmente opostas.

Sustenta a primeira corrente que o tributo deve ser pago, em ultima analyse, sobre o valor da plena propriedade, enquanto que a segunda, considerando a reserva do usufruto fator desvalorizante estimado em 30%, manda que o imposto seja calculado somente sobre os restantes 70%, o que importa dizer (também em ultima analyse) somente sobre o valor da nua propriedade.

Aquela corrente se baseia nos expressos termos do art. 37 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas e, esta, interpretando citado dispositivo, afirma encontrar também nele fundamento para a sua orientação.

Diz, em verdade, mencionado art. 37, que foi o art. 7 da Lei 936 de 1950:

"Nas transmissões de propriedade "inter vivos" a titulo oneroso ou gratuito, em que houver reserva a favor do transmitente, do usufruto ou renda, uso e habitação, sobre o imóvel, o imposto devido pela transmissão será pago sobre o valor integral da propriedade, no ato da escritura".

Não pode este Tribunal negar aplicação a qualquer texto de lei - dizem os primeiros juizes - e este é de absoluta clareza. Determina, pura e simplesmente, que nas transmissões com reserva de usufruto o "imposto seja pago sobre o valor integral da propriedade".

Sim, sobre o valor integral da propriedade - redargue a outra parte - mas sobre o valor integral da propriedade transmitida, e o que se transmite é apenas a nua propriedade.

Cinco juizes integram aquela corrente e, cinco outros, defendem este critério. Três da 1.ª Câmara (Cicero Augusto Vieira, presidente do T. I. T., Americo Osvaldo Campiglia e Milton Improtá) e dois da 3.ª (Roberto Bastos Thompson e o Luiz Arruda Filho) admitem a existência do "fator desvalorizante". Os juizes José Babil Passarela, diretor do Tribunal, e Raphael Giusti, da 1.ª Câmara, e Mauro Brandão Lopes, Octavio Sampaio Vianna e Manoel de Siqueira, da 3.ª, sustentam o pagamento sobre o "valor integral".

Assim, toda vez que qualquer daquelas Câmaras tem julgado, isoladamente, processo envolvendo esta matéria, a decisão tem sido tomada apenas pela diferença de um voto: a 1.^a Câmara favorável ao contribuinte e, a 3.^a, favorável à Fazenda.

Diante da divergência de critério, o Representante Fiscal Arrigo Domingos Falcone pediu revisão de julgados, pleiteando fossem reformadas as decisões da 1.^a Câmara para ser adotado unicamente o critério da 3.^a. Em sessão de Câmaras Reunidas, os dez juizes mantiveram os seus pontos de vista e, verificado o empate, a questão foi resolvida pelo voto de qualidade, desempatando o Presidente Cicero Augusto Vieira coerente com os fundamentos de suas decisões anteriores.

Até o advento da Lei 936 de 1950 o Tribunal vinha decidindo, uniforme e pacificamente, que nas transmissões com reserva de usufruto o imposto seria pago sobre 2/3 do valor da propriedade.

Citada lei trouxe, além do dispositivo inicialmente transcrito e que hoje constitui o art. 37 do Livro IV do C.I.T., estes dois outros, que passaram a ser os atuais ns. 5 e 6 do art. 36, que estabelece normas para verificação do valor dos bens e direitos, quando a Fazenda não concordar com o fixado nos atos e contratos:

5) - o valor dos direitos reais de usufruto, uso e habitação vitalícios ou temporários será igual a 1/3 do valor do imóvel;

6) - o valor da propriedade separada do direito real de usufruto será igual a 2/3 do valor total do imóvel.

Sustentam os primeiros juizes que estas normas confirmam a jurisprudência antiga, enquanto afirmam os segundos que elas só se aplicam quando as transmissões, do direito real e da nua propriedade, são feitas, no mesmo ato, a pessoas diversas. E invocando o art. 37, não vêem como deixar de cobrar-se o tributo sobre o valor integral da propriedade, quando o transmitente se reserva o direito de usufruto (ou uso e habitação).

Repugna-me adotar esse critério - assevera o juiz Roberto Bastos Thompson. Não é concebível que uma mesma propriedade, transmitida com reserva de usufruto, tenha idêntico valor se adquirida sem esta cláusula.

Por todas as razões e também pela sistemática da lei argumenta o Sr. Cicero Augusto Vieira - há de prevalecer o critério dos 2/3. O imposto, em geral, "será calculado sobre o valor dos bens ou direitos transmitidos" diz o Código tributário; o imposto intervivos, pelo mesmo Código, incide sobre "todos os atos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis", inclusive sobre o usufruto, que é também um direito real; estabelece a lei que ele equivale a 1/3 do valor do imóvel e, não sendo transmitido, o imposto incidirá somente sobre os 2/3 restantes, apenas sobre o valor da propriedade que se transmite.

Justificando o art. 37, disse o legislador nas considerações que acompanharam o projeto de lei: que sendo o usufruto, uso e habitação direitos reais sobre a coisa alheia, é obvio que não pode o alienante instituí-lo sobre a propriedade enquanto em seu poder; logo, a reserva não se configura como constitutiva do direito real, mas simplesmente como retenção do exercício desse direito que se transmitiu com a propriedade. Trata-se, em tal caso, de transferencia de propriedade plena. O gozo da coisa passa, por morte do transmitente, ao adquirente, não porque lhe seja transmitido, mas pela "vis atrativa" do domínio. A cláusula de reserva de usufruto, enquanto viver o transmitente, é, pois, um termo a cujo evento se subordina o exercício desse direito. E "o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito".

Acontece, entretanto - observa o juiz Americo Oswaldo Campiglia - que a retenção ou aquisição do usufruto não constitui "termo inicial", enquanto que a aquisição da nua propriedade pode, ela sim, ser caracterizada como tal.

Não há duvida - acentua este juiz - que o legislador visou realmente cobrar o tributo sobre o

valor da propriedade plena, mas não teve o desassombro de usar a terminologia já consagrada pela tradição jurídica, substituindo "plena propriedade" por "valor integral". E' evidente que houve problema de consciência jurídica, pois seria flagrante a falta de lógica e de Ética estabelecer-se a cobrança sobre a "plena propriedade", quando o que se transmite é apenas a "nua propriedade".

E argumentando que só pela interpretação histórica pode ser defendido o objetivo da Fazenda; e analisando o problema sob o ponto de vista econômico, e invocando os mesmos motivos que têm levado o Tribunal a admitir a ocorrência de fator desvalorizante, sempre que a propriedade esteja sujeita a vínculos, limitações, litígios, condomínios, etc., votou pela admissão da reserva do usufruto como fator desvalorizante estimado em 30%, dizendo que dessa forma não se feria a lei. Estava sendo apenas contornada.

O presidente Cicero Augusto Vieira também acabou concordando com este voto, "em face das conseqüências econômicas e praticas preconizadas voto esse que afinal foi vitorioso, na forma exposta. Assim, as Câmaras Reunidas, pelo voto de qualidade, decidiram que "a reserva de usufruto constitui fator desvalorizante equivalente a 1/3 do valor total do imóvel, devendo o imposto ser pago apenas sobre os 2/3 restantes".

Mas isso não é possível - sustenta o advogado da Fazenda Arrigo Domingos Falcone. Não cabe ao interprete, sob o pretexto de interpretar, negar sentido e aplicação a qualquer texto de lei. Isso contraria todos os princípios de hermenêutica.

A decisão, como se vê, não é uniforme, e está muito longe de ser mansa e pacífica.

CASAMENTO DE ESTRANGEIROS

Foi noticiada, nesta seção, uma sentença que, sobre o assunto epigrafiado, proferiu o juiz de direito então em exercício na 1.ª Vara da Família e Sucessões da Capital.

O mesmo juiz, voltando a exercer a jurisdição dessa Vara, teve a oportunidade de, como corregedor permanente do Cartório do Registro Civil do Subdistrito da Liberdade, apreciar novamente a matéria, em processo de habilitação de casamento de contraente estrangeiro, refutando as objeções levantadas pelo curador de casamentos oficiante.

Nesse processo, o contraente Rada Faraj ofereceu, como supletiva da certidão de idade, justificação processada nos autos respectivos.

Pronunciando-se a respeito, o representante do Ministério Público opôs-se a esse documento, dizendo que a lei brasileira não admite justificação para o fim pretendido, tanto que o artigo 87 do decreto federal n. 4.857, de 9-11-1939, foi revogado pelo artigo 2.º, do decreto 7.270, de 29-5-1941. Disse mais que, em se tratando como no caso se trata, de estrangeiro, o único documento aceitável, para a celebração do casamento, será a carteira modelo 19.

Inconformado com essa oposição, o contraente pediu o pronunciamento daquele corregedor permanente.

Da decisão então proferida, deve ser destacado o seguinte:

O artigo 2.º, do decreto federal 7.270, de 29-5-1941, não foi destinado a revogar o decreto 4.857 citado, no sentido de abolir as justificações como supletivas das certidões de idade, para fins de habilitação de casamento.

O seu objetivo, aliás de caráter disciplinar, foi simplesmente o de não permitir mais que as justificações se fizessem nos próprios autos da habilitação. Nada mais. Tanto assim que aquele magistrado, no processo em questão, determinou, à guisa de provimento, na mesma decisão, que o oficial do referido subdistrito observasse o Provimento n. 4, de 1948, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, pois, ao contrario do que nele se contém a respeito, a justificação

em causa processou-se nos próprios autos da habilitação e não em apartado, não obstante revogado o disposto na letra "b" do mencionado artigo 87, do decreto 4.857, que assim dispunha: "determinará o juiz de casamentos que a justificação se processe, independentemente de outras formalidades, nos próprios autos da habilitação".

No mais, depois de assim esclarecer o objetivo do decreto federal 7.270, adiantou o juiz que as justificações para fins de casamento são permitidas. É preciso, neste particular, assinalou s. exa., não sair do domínio da lei, para o domínio de meros decretos, quais sejam os invocados pelo órgão do Ministério Público.

De acordo com o artigo 180, inciso I, do Código Civil, as justificações podem ser e sempre foram consideradas provas equivalentes às certidões de idade. Velo depois o Código de Processo Civil, que também é lei, e, dispondo sobre a habilitação para casamento, não só previu, como regulou o processo das "justificações requeridas" (artigo 743). Essas leis não foram, nem poderiam ser revogadas por meros decretos (artigo 1.º, da Lei de Introdução ao Código Civil).

Sobre o mais que constituiu o fundamento da oposição do Dr. curador de casamentos, observou, ainda, o magistrado:

"Quanto à afirmativa de que, sendo o contraente estrangeiro, "o único documento válido para o caso em apreço seria a carteira de identidade modelo 19% também não é aceitável.

Em matéria de casamento, os estrangeiros devem ser tratados como verdadeiros nacionais, ex vi do artigo 7.º, da Lei de Introdução ao Código Civil: "A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família". Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração (parágrafo 1.º).

Isto quer dizer, sem sombra de duvida, que não se pode exigir de estrangeiros, em processos de casamento, mais do que se exige de brasileiros. A regra locus regit actum tem aqui inteira aplicação.

Impossível esquecer, neste passo, o já citado Provimento n. 4, que torna facultativa e não obrigatória a exibição de carteira especial para os estrangeiros."

Com esses fundamentos foi atendido o apelo do contraente Rada Faraj, dispensado de satisfazer a exigência do Ministério Público e ordenado que a habilitação se processasse normalmente, observadas as formalidades comuns.

Informações Várias

SERVIÇO MILITAR

A Associação expediu ao Chefe da 4.a C. R. de S. Paulo, o seguinte telegrama:

Ilmo Sr. Chefe da 4.ª C. R.

Rua São Joaquim, 329
CAPITAL

Em nome oficiais registro civil desta Capital vg esta Associação pede V. S. se digne informar se os oficiais registro civil estão desobrigados de remeter à Junta de Alistamento Militar a relação dos nascimentos ou seja vg as listas militares pt Se possível informar qual o despacho e data publicação pt

(a) ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA. Presidente

É a seguinte a resposta dada pelo Cel. Chefe da 4.ª C. R. de S. Paulo:

OF. N.º 2.284-S/1-A

São Paulo - E. de S. Paulo, 20 dez 55 Do Cel. Chefe da 4.ª C. R.

Ao Sr. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo

Assunto: Informação (presta)

1 - Em resposta ao telegrama n.º 523077 de 17 do corrente, esta Chefia informa a essa

Associação, as ordens revogadas, e as que estão em vigor atualmente, em virtude do Aviso n.º 929-D/1-C de 16 de setembro, publicada em Bol. Inf. de 15 de outubro desta C R, tudo do corrente ano, determinando que os Delegados de Recrutamento, Juntas de Alistamento, e Representantes Militares, tomem conhecimento, fazendo com que as mesmas sejam fielmente cumpridas, providenciando cada qual, dentro da esfera de suas respectivas atribuições.

2 - Para melhor governo dessa Associação, o Aviso acima referido, diz o seguinte: a remessa de relações de cidadãos que completaram 17 anos, previstas no art.º 19 da Lei do Serviço Militar, de fato, não mais interessam ao serviço das Circunscrições de Recrutamento, sobrecarregando inutilmente os Oficiais do Registro Civil, e onerando os cofres públicos, sem qualquer benefício para aquelas Repartições, na execução das tarefas que lhe são inerentes. Ao contrário a remessa das relações de óbitos, previstas no Art. 30 da mesma Lei, continua a ser necessária, a fim de poderem as Circunscrições manter em dia os seus fichários de reservistas.

3 - Em consequência, verifica-se que o Aviso 929-D/1-C, revogou a ordem sobre o Art.º 29, e restabeleceu a do Art.º 30 e arbitrou para o corrente ano, o valor de Cr\$. 1,00 a gratificação por óbitos relacionado, de acordo com o que estabelece o Art.º 144 e seu parágrafo único, tudo da Lei do Serviço Militar.

(a) JOSÉ SOLEDADE NEVES Cel. Chefe da 4.ª C R

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO -	Capital
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLÉGIO NOTARIAL S. PAULO	3
IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO	3
IV CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO-BRASIL PROGRAMA	3
LEIS DA APOSENTADORIA E A CARREIRA	5
COLABORAÇÃO	5
A EXCEPCIONAL ACOLHIDA AO DECRETO	5
LEIS E DECRETOS	6
LEI FEDERAL	6
LEI ESTADUAL	9
LEI N. 3.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1955	9
LEI N. 3.329, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955	9
LEI N. 3.330, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955	10
LEI N. 3.331, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1955	11
EMOLUMENTOS	15
DECRETOS ESTADUAIS	19
DECRETO N. 25.077, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1955	19
PROVIMENTOS	20
DESPACHO DO SECRETÁRIO, DE 6 DO CORRENTE	20
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	21
JURISPRUDÊNCIA	21
TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS	21
CASAMENTO DE ESTRANGEIROS	23
INFORMAÇÕES VÁRIAS	25
SERVIÇO MILITAR	25
DIRETORIA	26
CONSELHO FISCAL	26
SUPLENTES	26
ÍNDICE	27

Nº 055 - Publicação: 01/04/1956

LEVANTAMENTO DE DÚVIDA NOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS

ARMANDO COSTA MAGALHÃES

(Oficial de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição)

O decreto n.º 370, de 2 de maio de 1890, o decreto n.º 18.542, de 24 de dezembro de 1928 e o decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, decretos Esses que, desde a proclamação da República, regularam o processo, a execução dos atos no antigo registro geral e de hipotecas, hoje registro de imóveis, não consignaram disposição alguma obrigando o oficial do registro a fornecer recibo da apresentação de título a ser registrado.

Estabeleceram esta obrigação tão só quando da publicidade dos atos já praticados ou não ao determinarem que, para a comprovada demora na expedição de certidão, o oficial dará à parte uma nota de entrega do pedido em cartório. (Arts. 86, do dec. 370, art. 24 do dec. 18.542 e art. 24 do decreto 4.857).

Não houve nesses decretos a repetição de uma omissão mais sim a cautela em evitar qualquer possível conflito de prova, resultante de recibos contraditórios.

O interessado, no registro do título (art. 233) tem o direito de exigir o lançamento no Protocolo, com o respectivo número de ordem, nos casos em que, dessa formalidade decorram direitos de prioridade para, ele, não obstante haja exigências a satisfazer (artigo 15).

E única e exclusivamente o número de ordem. do lançamento no Protocolo, da prenotação, provará a prioridade. A comprova desta s6 por certidão da classificação ordinal no Protocolo. Dai a importância da escrituração este livro e incumbir tal serviço, pessoalmente, ao oficial do registro.

Recusada a prenotação pelo oficial o interessado deve recorrer imediatamente ao Juiz Corregedor do Ofício. É o seu recurso.

Prenotado o título tem o oficial prazo de 5 dias para verificar a legalidade e a validade do título, procedendo ao seu registro se o mesmo estiver em conformidade com a lei. (§ 1.º do art. 215).

A prenotação só é útil quando dela decorrer prioridade e admitir o interessado na promoção do registro a preterição do seu direito por qualquer outro ato ou fato superveniente.

Não há tal decorrência quando o registro tem tão só o efeito de permitir a disponibilidade do imóvel (arts. 242 e 243), entendendo-se por disponibilidade a faculdade de registrar alienações ou onerações (art. 244 in fine).

Medeia sempre entre a lavratura do título, seja público ou particular e a sua apresentação nos escritórios de registro um decurso de tempo mais ou menos longo. Se o interessado na promoção do registro tiver receio de alguma preterição se cercará da cautela de obter o título o mais depressa possível para solicitar ao oficial do registro competente a sua prenotação.

Depois desta, já com as garantias da prioridade, se procederá ao exame do título e se cuidará da solução de qualquer divergência ou complementação de documentação.

Não sendo o registro obrigatório nada impede o recebimento do título sem prenotação, quando a parte não a exigir ou dela declinar, para ser examinada a conformidade daquele com a lei e o quanto dos emolumentos a que terá direito o oficial a perceber antes da prática do registro (artigo 17).

Nada impede que o portador de um título queira tão só se inteirar de estar ou não o mesmo em ordem e em quanto importariam as despesas se o interessado (artigo 233) julgar conveniente registrá-lo.

Tal exame e cálculo, sem prazo fixado em lei, independente da prova de ser o portador do título pessoa que possa promover o registro (arts. 233, 266, § 3.º do art. 266, 267, 268, 269 e § 2.º do art. 274).

Do exame do título, com. prenotação ou sem ela, pode ocorrer a dúvida.

Dispunha o decreto 370 no art. 66"...o oficial, duvidando da legalidade do título, pode recusar-lhe o registro..."

Hoje, a dúvida é recurso cabível para, dirimir as causas do adiamento da prática do ato nos registros públicos. Não surge tão só quando o oficial. duvide da legalidade ou da validade do instrumento mas também da não conformidade com a lei ou mais exigências, até as de caráter fiscal.

Surge a dúvida até quando o adiamento se der por disposição legal como nas hipóteses dos §§ 2º do art. 266 e único do art. 267.

É possível pois ocorrer a suscitação de dúvida sem o oficial ter dúvida alguma quanto A legalidade ou validade do documento e também não a ter quanto A necessidade da

comprovação do cumprimento de qualquer exigência legal. Embora com todas essas certezas, tendo o interessado solicitado a prenotação, o oficial terá que levantar dúvida e remeter o título a Juízo.

Ocorrerá dúvida da certeza de caber tal exigência. O próprio interessado, mesmo sem discordar do oficial, mas diante da impossibilidade de satisfazer o exigido terá de recorrer ao processo de dúvida corno a (única solução, jurídica aplicável ao impasse em que se encontra.

Tendo solicitado o exame do título sem prenotação e tendo sido formuladas exigências que o interessado considere sem fundamento legal ou impossíveis de satisfazer, poderá promover o processo de dúvida perante o Juiz Corregedor do ofício. Tocar a ele o ônus das custas (dec. 14.234, de 16-10-44. art. 34, § 1.º).

DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA IRRETRATÁVEL

ANTONIO VAMPRE

Certa pessoa comprometeu-se a adquirir um imóvel com a cláusula de não arrependimento, tendo inscrito a escritura em tempo hábil, no competente registro imobiliário.

Posteriormente, o comprometente vendedor hipotecou o imóvel, e após receber todo o prego da venda, desapareceu.

O promissário comprador requereu, então, a adjudicação, de acordo com o art. 346 do Código do Processo Civil e Comercial.

Obtida a transcrição para, o seu nome, foi o comprador notificado pelo credor hipotecário para, saldar o débito proveniente da hipoteca, que fora, inscrita depois do compromisso.

O comprador alegando que seu compromisso tinha sido inscrito anteriormente, e por isso nada devia, negou-se a pagar.

O Tribunal de Justiça, no entanto, entendeu que o credor tinha o direito de seqüela (Rev. Trib. de Novembro de 1954, fls. 335). "O compromisso e a hipoteca constituem direitos reais, sacramentados como se acham pela inscrição imobiliária. Todavia, como todo o direito real, a hipoteca tem um caráter absoluto, vigora contra todos e enquanto não se extingue, acompanha a coisa pelas mutações por que passa". " * * * O Direito Romano e as velhas Ordenações também exprimiam que, se o devedor, que obrigou alguma sua coisa se seu credor, a vendeu a outrem, passará a coisa com seu encargo da obrigação e poderá. o credor demandar o possuidor dela. Daí é que vem o "jus pignus persequenti" ou seja o direito do credor de penhorar o imóvel em poder de quem quer que o detenha e de excutá-lo, no ensinamento do civilista pátrio, que acrescenta: o direito de seqüela e o de preferência são a virtude, a força da hipoteca. A penhora não pode ser havida por nula, portanto. Em face do exposto, dar-se provimento ao agravo para que o executivo hipotecário prossiga até final. "

Por esta decisão, que foi unânime, o infeliz comprador teve que pagar o prego da compra e mais a hipoteca, não lhe restando sequer o consolo de por na cadeia o vendedor, pois não se enquadra no conceito de estelionato a esperteza que ele praticou.

Os leigos em direito, ao receberem uma escritura com cláusula de irretratabilidade tem a ilusão de que estão plenamente garantidos.

Esta garantia, porém, é relativa. Estão garantidos apenas com referência à alienação posterior.

O tabelião de Notas tem a obrigação moral de alertar o promissário comprador, e se ele desejar se garantir com referência á possíveis hipotecas posteriores, deve aconselhá-lo a exigir que o vendedor lhe hipoteque o mesmo imóvel, como garantia do compromisso.

INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

ARMANDO LORENA

A feliz iniciativa da Federação das Indústrias fazendo elaborar pela sua Assessoria Jurídica um substitutivo ao, projeto de lei que regula as incorporações imobiliárias, enseja aos estudiosos da matéria, que é relevante, oportunidade para sobre ela se manifestarem, como contribuição para o encaminhamento, do debate em torno do importante problema.

Com este propósito de contribuir e após detido exame do substitutivo divulgado, tecemos algumas reconsiderações sobre ele e sugerimos duas alterações no seu texto, dentro da ordem de idéias que em seguida expomos.

Todos quantos aplicam boa vontade em procurar solução para a questão das, incorporações de condomínios, acordam inicialmente em. dois pontos essenciais: a necessidade de ser regulamentada a legislação específica; o imperativo do sentido moralizador da regulamentação.

Tragos evolucionais da comunidade brasileira, preocupando sociólogos e economistas, em digressões das quais nem. sempre se alheiam cogitações de ordem política, o "loteamento" e o "condomínio" revestem-se de características semelhantes, permitindo a ação de indivíduos inescrupulosos, os quais, aqui como alhures, não resistem á tentação do ganho fácil que um. negocio ilícito lhes pode proporcionar. Vendedores de terrenos imaginários, incorporadores de edifícios de ficção, surgem sempre que acontecimentos de ordem econômico-social aguçam desejos de rápido enriquecimento; dão eles o testemunho da evolução social-econômica e da involução moral correspondente, próprias de tais eventos.

A lesão á economia popular é tão frequente nos loteamentos de terrenos para vendas a prestações como nas incorporações para edificação de prédios em. condomínio, agravada nesta ultima modalidade de especulação imobiliária em decorrência do maior vulto dos valores nela aplicados. Da conexão resulta que o legislador naturalmente busca encontrar a solução para o problema das incorporações nas mesmas fontes procuradas para resolver os loteamentos. O trabalho em análise o confirma.

Mas a legislação vigente sobre o loteamento, desde o Decreto-Lei n.º 58 até o mais recente ato que regula a matéria, é falha como legislação moralizadora, pela omissão de medidas repressivas, de disposições punitivas para os transgressores de suas normas, pela ausência de sanção, em suma. Já em 1951, alarmado com a ineficácia da lei de loteamento, quanto ao seu alcance disciplinador, o autor de projeto apresentado A Câmara Federal propunha a adoção de sanções aos que não observam os preceitos que regulam a venda de terrenos em lotes, a prestações.

Não logrou êxito a proposição, entendendo a douta Comissão de constituição e Justiça que há na lei sanções explícitas a respeito, quando alude á modalidade de estelionato definida no artigo 171 do Código Penal..

Considerada a complexidade da matéria, não podemos negar mérito ao substitutivo, que representa apreciável esforço, assim considerado em suas linhas gerais. Com o subsidio que seguramente receberá de outros setores de atividade também interessados na relevante matéria em estudo, esse trabalho muito poderá contribuir para satisfatória solução do grave problema.

Todavia o substitutivo em análise incorre em falta sensível, da qual deve ser escoimado.

Pelo confronto das disposições contidas nos artigos primeiro, sétimo e undécimo do texto divulgado, vê-se que os contratos aos quais se referem são os que tiverem por objeto a incorporação para construção de edifício em condomínio ou a venda de apartamento ou conjuntos (sic) em condomínio (unidades autônomas), em edifício já construído, desde que para

pagamento em prestações, em qualquer dos dois casos previstos.

Para garantir o direito do "promitente comprador" (assim genericamente chamado o prestamista em qualquer dos dois casos que prevê), o respectivo contrato deverá ser obrigatoriamente averbado no Registro de Imóveis com observância do mesmo processo que é regulado pelo Decreto-Lei n.º 58, o que vale dizer que a averbação do contrato será essencial para a constituição do direito real, "sui-generis" embora, em garantia do prestamista. Os contratos a que o substitutivo, se refere serão, pois, instrumentos de atos jurídicos para os quais a lei (Código Civil art. 134 - II) impõe a forma substancial de escritura pública, observado o limite legal do valor.

Como se sabe, duas correntes interpretam de modo diverso o artigo 11 do Decreto-lei n.º 58: - a primeira entende que a lei, não estabelecendo distinção entre promessa de compra e venda por instrumento publico e por instrumento particular, modificou a regra do Código sem atender ao valor do contrato, ao passo que a segunda orienta-se no sentido da confirmação do preceito do Código Civil, pois o Decreto-lei n.º 58, acolhendo a promessa de compra e venda de lote de terreno a prestações, tanto formalizada em escritura pública como constante de instrumento particular, nada mais fez do que respeitar a regra do direito substantivo, que também aceita qualquer daquelas formas, mas conforme o valor do contrato.

Assim, para a segunda das mencionadas correntes de opinião, o Decreto-Lei n.º 58 não alterou o disposto no inciso segundo do artigo 134 do Código Civil, aplicável aos contratos de promessa de venda e compra de terreno loteado para pagamento a prestações: a forma substancial da escritura pública para o contrato de valor superior a Cr\$ 10.000,00 (lei 1.768 de 1952) ; a forma facultativa de instrumento particular para o contrato de valor igual ou inferior ao limite fixado.

Seguimos a segunda corrente de opinião, desde o início da controvérsia hoje praticamente dirimida pela jurisprudência, cujos pronunciamentos vêm se firmando no sentido de considerar da substancia do ato a escritura pública na promessa de compra e venda de imóvel de valor acima de Cr\$ 10.000,00.

O substitutivo, entretanto, excede ao próprio Decreto-Lei n.º 58, como se 16 no artigo sétimo do texto publicado, que soa: - "Os contratos feitos por instrumento particular, de acordo com a presente lei, e revestidos das formalidade previstas no artigo 135 do Código Civil, tendo força de escritura pública". (O prífo é nosso).

A prevalecer tal disposição, a lei projetada, derogando o preceito do Código Civil, tornará inoperante qualquer outra medida que adote e isto por ferir de morte a principal preocupação dessa mesma lei: o sentido moralizador da regulamentação das incorporações imobiliárias.

Já o legislador de 1937, por meio da redação que adulterou o inciso undécimo do projeto, tornou baldado o intuito da lei expresso no preambulo desse mesmo Decreto-lei n.º 58: - acautelar o compromissário, praticamente sem amparo e tendo por exclusiva garantia a seriedade e boa fé e a solvabilidade das empresas vendedoras", de vez que amputou as medidas que para tal amparo adotou.

Confiamos em que o legislador de hoje não reincidirá, no vicio congênito do Decreto-Lei n.º 58, não obstante permaneçam ativas as mesmas forcas interessadas em debilitar a objetividade sadia da lei em projeto. Reconhecemos isenção nos propósitos que animaram a ilustre assessoria autora do substitutivo, mas alerta-la é nosso dever que a experiência recomenda.

Não apenas os argumentos jurídicos, dos quais acima indicamos somente os principais, condenam o dispositivo incriminado, mas também considerações de ordem pratica.

Dir-se-á que dando ao instrumento particular força de escritura pública, a lei facilitará a contratação, diminuirá o encargo que incumbe, ao prestamista, auxiliará as operações visadas.

Mas não se poderá contestar que muito maior será o dano resultante do afastamento do Oficial

Público, da instrumentação dos contratos de incorporações de imóveis e de vendas de unidades em condomínio, a prestações. A importância social das funções do tabelião, que age como depositário da confiança das partes, regulador da vontade destas, não é para ser desprezada quando se cuida exatamente de moralizar determinadas operações imobiliárias. É com razão que Oliveira Machado afirma ser o Tabelião o conselheiro das partes "porque indica o caminho lícito que lhes compete tomar, esclarece os efeitos próximos ou remotos do ato, aponta, as precauções necessárias para, evitar o sofisma, a tergiversação. . . ". A simples consideração da relevância da função notarial na apreciação de um dos requisitos fundamentais A validade do ato jurídico: a capacidade das partes para, contratar, demonstra a fragilidade de ajustes, despidos de tal formalidade, maximé em se tratando de avenas complexas como estas.

Mantendo para os contratos a que se refere a essencialidade da forma pública, a lei assegurará aos contratantes a garantia dos seus direitos e afirmará o propósito de moralizar as operações que objetiva. Foi assim considerando que propusemos as seguintes alterações no substitutivo: - ao artigo terceiro, letra "b"; - "memorial mencionando o prazo máximo para terminação da obra, as penalidades a serem aplicadas em caso de infração, o custo do terreno, a margem de lucro do incorporador, o valor da contribuição ou prego e a forma de pagamento". O artigo, sétimo passa a ter a seguinte redação: - "Os contratos serão formalizados em escritura pública, desde que de valor superior a Cr\$ 10.000,00, com liberdade contratual, mas respeitadas as normas da presente lei específica".

Tanto nas incorporações para edificação, como nas vendas de unidades autônomas de edifícios em condomínio, para pagamento a prestações, é inadmissível o contrato-tipo, e pré-contrato, adrede preparado.

(Transcrito do Diário Comercio e Industria, de 6 de abril do 1956.)

O PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS DE JUSTIÇA

ANTONINO CINTRA

Sta. Adélia

A Lei n.º 819 de 31 de outubro de 1950, trouxe em seu conteúdo um repositório de disposição legislativas, uniformizando uma carreira, amoldando-a à sua legítima finalidade. Regularizando-a em tudo quanto se refere à formação e o provimento das serventias de justiça. Até então, tudo se cingia por apanhados de decretos, leis e portarias esparsas, e que já não estavam mais correspondendo com o meio evolutivo da coletividade e muito menos com os interesses de uma, grande classe de servidores públicos. Classe (e isto é sintomático) para a qual o direito de equidade era frouxo aos escreventes e até mesmo a infortunados serventuários de justiça. Servidores de justiça que mourejavam quotidianamente, sem nunca ter direito de melhorar na carreira, porque as nomeações e promoções só gravitavam em torno de boas acomodações políticas. Só conseguiam bons cartórios quem podia comprá-los e que contavam antecipadamente, com o beneplácito, dos chefões políticos. A referida Lei 819 moralizou profundamente o sistema quanto ao provimento das serventias da justiça, criando disposições taxativas e estabelecendo o princípio igualitário da carreira. E, assim possibilitando o acesso a mesma carreira, indistintamente, a todos que militam nos ofícios de justiça. De modo que, hoje, aos servidores da mesma, classe é encontrado guarida aos seus justos anseios, às suas louváveis pretensões, porque a justiça só reconhece o mérito dos indivíduos concorrentes ao provimento das serventias, bastando para isso que os candidatos se encontrem habilitados para se inscreverem aos concursos, em conformidade do que exige a Lei em vigor. Não é desconhecido de quem quer que seja o peso extraordinário de trabalhos que sobrecarregam o nosso Tribunal de Justiça, e aí reside a razão porque nem tudo que dali promana possa ser feito sem alguma delonga. E é precisamente, por essa única circunstância porque os provimentos das serventias de justiça não podem ser feitos sem. muita tardança. É de se esperar, entretanto, que essa anomalia não permaneça por muito tempo sem os cuidados necessários, mesmo porque o maior interesse da justiça este em que todos os trabalhos de sua alçada obedeçam o critério da mais rápida decisão. Outra circunstância também imperiosa pelo retardamento dos provimentos

das serventias de justiça, sente-se pelo desassossego dos candidatos inscritos e que ficam aguardando o desfecho de suas inscrições. Porque desde que se inscrevem só se preocupam sobre o resultado de suas inscrições, no cômputo das classificações. O tempo decorre, e depois de intranquila espera vem a publicação dos relatórios com os pontos obtidos pelos candidatos concorrentes ao concurso. Seque depois a fase dos recursos, que por sua vez demandam estudos e prazos indispensáveis para serem resolvidos, e, só depois de apreciados e julgados pelo Conselho da Magistratura, é que os papéis são encaminhados ao Governo do Estado para as respectivas nomeações. E, uma vez efetuadas as nomeações, surgem quase sempre candidatos que desistem das nomeações, e antes mesmo de assumirem o exercício das serventias para as quais foram nomeados. Os motivos podem ser vários para essas impugnações, mas quase sempre são ocasionados pelas rendas precárias das serventias rejeitadas. Em tais circunstâncias preferem continuar trabalhando onde se acham colocados, embora saibam que perdem um ponto nas futuras classificações. Afim, de evitar decepções e penalidades, devem os candidatos, antes de requerer as inscrições, conhecer dos meios e vida dos cartórios visados, e ao mesmo tempo deixariam de concorrer para que o provimento efetivo das serventias se prolongue ainda mais com a chamada, de outros candidatos menos classificados. Conforme tem acontecido, é um Deus nos acuda quando os provimentos ainda se tornam dependentes de recursos, não pelos casos justos porque é um direito de quem se sente prejudicado em alguma coisa, mas pelos casos que deixam de ser oportunos. Vem daí o motivo porque de início dissemos que a Lei 819 está carecendo de uma remodelação, com medidas suplementares e que melhor corresponda com a finalidade para que fora instituída.

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR PARA VENDA DE IMÓVEIS - ANTONIO ALBERGARIA PEREIRA

1.º Tabelião de Mirandópolis

Na prática de atos decorrentes de suas funções, o tabelião, além das cautelas impostas por dispositivos legais relacionados com os atos, deve, também, dispensar sua atenção aos documentos que se prendam a esses atos.

A representação das partes em transações imobiliárias efetuadas em notas públicas, suscita divergências, pois, é de se indagar, se podem as mesmas serem representadas por procura-lo outorgada mediante instrumento particular.

Exigem alguns Tabeliães e algum Magistrados, que a representação nessas circunstâncias, se efetive através de procuração outorgada em notas públicas.

Acatamos as opiniões divergentes da nossa, pois, o assunto, além de controvertido, oferece ensejo para a defesa deste ou daquele ponto de vista.

Resulta essa divergência do § 3.º do art. 1.289 do Código Civil, assim redigido:

Para o ato que não exigir instrumento público, o mandato, ainda quanto por instrumento público seja outorgado, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

CLOVIS BEVILAQUA, com sua autoridade de Mestre, antes a qual nos curvamos respeitosos, interpretando aquele texto, esclarece:

"O parágrafo terceiro, do artigo 1.289, não quer dizer, portanto, senão que o sub-estabelecimento pode ser feito por instrumento particular, ainda que a procuração tenha revestido a forma de instrumento público, se este não era exigido para o mandato."

A respeito do texto citado, temos ainda os esclarecimentos do Prof. De Plácido e Silva:

". . a disposição em referência alude ao sub-estabelecimento, meio de se transferirem poderes da procuração, não à procuração."

O nosso ponto de vista a respeito do assunto, já está firmado e, se algumas vezes nos curvamos ante determinações em contrário, resulta essa atitude, de um respeito devido aos superiores hierárquicos, que - frisamos - também não deixam de apresentar argumentos em abono de suas opiniões. A nossa, quando a externamos, não o fazemos com ares de doutrinador e muito menos com a intenção de impor o nosso ponto de vista; antes sim, o fazemos, conscientes de nossos

parcos conhecimentos, pois, os 17 anos de profissão, deu-nos esta convicção do quanto são controvertidos os assuntos jurídicos.

O Direito, não pode permanecer estagnado como as águas de uma lagoa. Ligado a vida humana, ele, com ela evolui e se transforma, adaptando-se as novas situações criadas pelo homem em suas múltiplas relações.

Quando o legislador tarda em objetivar essas novas relações, socorre-nos a jurisprudência. Fruto que é do pensamento humano, é ela também variável e diversa.

Essa multiplicidade de opiniões a respeito de fatos e normas jurídicas, levou alguém a afirmar que a jurisprudência é como a Bíblia, onde até o Diabo encontra argumentos.

O nosso ponto de vista a respeito do assunto é o seguinte:

As partes podem ser representadas em notas públicas por procuração outorgada mediante instrumento particular. Essa afirmação, fazemos, arrimados na clareza do art. 1.289 do Código Civil:

"Todas as pessoas maiores ou emancipadas, no gozo dos direitos civis, são aptas para dar procuração mediante instrumento particular do próprio punho."

Segundo o artigo 129 do Código Civil:

"A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir."

Por acaso exige o Código Civil ou outra lei qualquer, procuração outorgada em. notas públicas, para as transações imobiliárias quando uma das partes é representada por procuração?

Passemos a palavra ao grande RUI BARBOSA, para que ele, com sua autoridade, responda a essa indagação:

"A lei não assinala os casos em que se possam. exigir mandatos por instrumento público e nem lhe dá forma. "

Esclarece-nos ainda, o Prof. De Plácido e Silva:

"E, em verdade, não há no Código Civil nem em qualquer lei posterior, preceito que determine a concessão do mandato por escritura ou instrumento publico, quando o ato a praticar somente se possa considerar perfeito quando dado por esta forma."

Torna-se incontestável para nós, a validade da procuração outorgada por instrumento particular, em face destas abalizadas e eruditas opiniões:

"O mandato para que a venda se efetue por procurador (momento da delegação), não exige essa forma (instrumento público), porque é um contrato, que apenas cria relações pessoais entre o mandante e mandatário, que não constitui nem transfere direitos reais." (CLOVIS BEVILAQUA)

"Temos como incontestável que, ainda que o ato, para o qual é outorgada a procuração, exija escritura pública, pode a procuração ser dada em instrumento particular." (CARVALHO DOS SANTOS)

"Não foi o pensamento da lei exigir instrumento público para as procurações que autorizam atos que somente por escritura pública dever ser promovidos." (MELCHIADES PICANÇO)

Diante da clareza meridiana do art. 1.289 do Código Civil e frente a essas autorizadas opiniões, o nosso ponto de vista, firma-se e consolida-se.

Em Zeferino Ribeiro, vamos ainda haurir estes preciosos esclarecimentos a respeito do assunto em tela:

"A meu ver, só é necessária a procuração por instrumento público nos casos expressamente previstos por lei, entre outros: para, os analfabetos, para, os relativamente incapazes, para, a mulher autorizar o marido a praticar os atos que este não pode realizar sem a sua outorga etc.

Assim, podemos concluir: qualquer pessoa, capaz sabendo ler e escrever, pode, de próprio punho, outorgar procuração por instrumento particular, inclusive para, a venda de imóveis, qualquer que seja o valor destes.

Agora, é de se indagar:

Será válida uma procuração datilografada e somente assinada pelo mandante?

Objetivamos com essa indagação, a representação em notas públicas, especialmente para as

transações imobiliárias, e não a representação judicial, pois, para, esta, o Código de Processo Civil, mais liberal e adaptando-se às contingências da vida moderna, faculta e reconhece a procuração datilografada ou escrita por outra pessoa. (Art. 107 do C.P.C.)

Para as transações imobiliárias de valor inferior a Cr\$ 10.000,00 entendemos ser perfeitamente válida a procuração outorgada naquelas circunstâncias, tanto porque, segundo o art. 134 do Código Civil, podem as partes, mediante instrumento particular datilografado, transacionar imóveis de valor inferior Aquela importância.

É claro que quem pode o mais pode o menos, e não encontramos ainda, argumentos convincentes para contestar a validade dessas procurações, desde que se apresentem revestidas dos demais requisitos exigidos pelo Código Civil. Estaremos errados? Que digam os mais entendidos.

Não podíamos deixar de focalizar neste nosso trabalho a prerrogativa que os comerciantes devidamente matriculados, tem de outorgar procurações datilografadas, direito esse extensivo às Sociedades Anônimas.

Essa faculdade, acha-se expressa no art. 21 do Código Comercial Brasileiro:

"As procurações bastantes dos comerciantes, ou sejam feitas pela sua própria mão ou por eles somente assinadas, tem a mesma validade que se fossem feitas por tabeliães públicos.

A jurisprudência e a doutrina existente a respeito desse texto legal, é abundante e convincente:

"As procurações bastantes dos negociantes matriculados, feitas por outrem, ou a máquina, e por mês somente assinadas, tem a mesma validade que se fossem feitas por tabeliães públicos. As sociedades anônimas não necessitam da matrícula para gozarem dos favores que as leis concedem aos negociantes matriculados, e, assim, podem também constituir o mandato por instrumento somente sobrescrito pelos seus órgãos ou representantes estatucionais. (CARVALHO DE MENDONÇA)

"Assim, podem passar procuração feitas, outrem:

- a) Os comerciantes matriculados;
- b) Os corretores;
- c) As sociedades anônimas, cujo instrumento será assinado por seus representantes legais. (DE PLÁCIDO E SILVA)

"As firmas comerciais matriculadas, como os representantes das sociedades anônimas, podem escrever A máquina as suas procurações referentes aos negócios da firma (Acórdão da Corte de apelação do Rio de Janeiro de 25/ 10/1933 - Rev. de Jurisprudência Brasileira, Vol. 24 - pag. 53).

Na abalizada opinião de Didimo da Veiga,

"A disposição do art. 21 tem aplicação a todos os atos da vida civil, não sofre limitações aos atos comerciais. ."

É bastante claro este julgado, inserto na Revista, Forense Vol. LXI - Pág. 397:

O C. Civil não alterou com seu art. 1.289 as normas, usos e costumes concernentes ao direito comercial. As firmas comerciais matriculadas, como, os representantes das sociedades anônimas, podem escrever a máquina as suas procurações, referentes aos negócios da firma.

Nos argumentos que deveríamos alinhar em abono da validade da procuração outorgada mediante instrumento particular para a venda de imóveis, escapou-nos um julgado, que pela sua clareza e precisão, não podemos deixar de transcreve-lo;

"O mandato para alienar ou gravar imóveis dispensa forma pública. O instrumento particular é suficiente. (BRASIL - ACÓRDÃO N.º 21.138).

Para o embasamento deste nosso trabalho, fomos buscar opiniões de Mestres respeitáveis de nossas letras jurídicas. Talvez tenhamos incorridos em erro quando ousamos interpretar os textos legais e as opiniões daqueles juristas, já que nos falta cultura e conhecimentos jurídicos para Aquele mister.

Confessamos a nossa ignorância confortados com este pensamento de Fénelon:

"Já é saber muito, quando se sabe que não se sabe nada"

(Janeiro de 1956)

LEIS QUE REGULAM A CARREIRA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA - BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Leis e Decretos -LEI N.º 8197 DE 31 DE OUTUBRO DE 1950

Dispõe sobre a forma de provimento dos Ofícios de Justiça e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - O provimento e a vacância das serventias de justiça reger-se-ão pelo disposto nesta lei.

Artigo 3.º - a vacância da serventia decorrerá:

- a) da desistência, concedida por decreto, após a verificação dos regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo juiz corregedor respectivo;
- b) do falecimento do serventuário;
- c) do abandono do exercício verificado em processo regular;
- d) de demissão imposta em virtude de sentença judiciária (artigo 189, . 1, da Constituição Federal) ;
- e) da remoção ou promoção, nos termos desta lei após a verificação da posse do novo cargo;
- f) de aposentadoria.

parágrafo único - A Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, tomando conhecimento da vaga, dará ciência da mesma, no prazo de quarenta, e oito (48) horas à autoridade que deva iniciar o processo de concurso.

Artigo 4.º - O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário vitalício não acarretará a vacância do ofício onde já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados ao serventuário sucedido, os direitos adquiridos pelos artigos 9.º e 10.º, do Decreto-lei n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-Lei n. 12.520 de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 5.º - É instituída a carreira dos Servidores da Justiça, na qual ficam enquadrados os serventuários vitalícios e os escreventes habilitados de todos os cartórios do Estado não estipendiados pelos cofres públicos, qualquer que seja a sua natureza. Para esse efeito, as serventias de justiça ficam classificadas da seguinte forma:

A) PRIMEIRA CLASSE

I) os ofícios de registro de imóveis e anexos, os de tabelião de notas com os anexos do crível e do crime, os de distribuidor, partidor e contador e os de depositários público, das comarcas de primeira entrância;

II) os ofícios de registro civil das pessoas naturais anexos dos distritos e subdistrito que não sejam sede de município.

b) SEGUNDA CLASSE

I - os ofícios referidos no n. I alínea "a", das comarcas de segunda entrância;

II - os ofícios referidos no n. II, da alínea "a", dos distritos e subdistrito de sede de município pertencentes às comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias e das comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias.

c) TERCEIRA CLASSE

I - os ofícios referidos no n. I da alínea "a", das comarcas de terceira entrância;
II - os ofícios referidos no n. II da alínea "a" dos distritos e subdistrito de sede de município pertencentes as comarcas de 4.ª entrância e da sede das comarcas de 3.ª entrância.

d) QUARTA CLASSE

I - os ofícios de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos, de tabelião de notas, de tabelião de protestos, de escrivão do cível, da família e sucessões, da Fazenda pública Federal, Estadual e Municipal, de acidentes do trabalho, de registros públicos de justiça gratuita, de menores, do crime, do júri e execuções criminais, de distribuidor e contador do cível e do crime, do partidor e do depositário público, da comarca de São Paulo (4.ª entrância)

II - os ofícios referidos no n. I da alínea "d", aglutinada ou separadamente instalados, das comarcas de Santos e Campinas (4.ª entrância) ;

III - os ofícios referidos no n. II da alínea "a", dos distritos e subdistrito da sede das comarcas de 4.ª entrância.

Artigo 6.º - Nenhuma admissão de serventuário será feita senão para, o cargo inicial (artigo 84 da Constituição do Estado).

Artigo 7.º - As serventias que forma criadas sendo sempre providas na forma preceituada nesta lei.

Parágrafo único - Para efeito de provimento, equiparam-se aos ofícios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

Artigo 8.º - O provimento dos cargos de Serventuário aos cartórios referidos no n: I da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a vacância e a inexistência de candidatos à remoção, será feito, mediante concurso de provas e de títulos, ao qual poderão concorrer os escreventes habilitados de ofício da mesma natureza ou com anexo do ofício posto em concurso, que contém mais de 5 anos de efetivo exercício, e os bacharéis em direito.

Artigo 9.º - Comunicada a vaga, cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 8.º, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no Diário da Justiça, com. prazo de vinte dias, editais de inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 10 - Os pedidos de inscrição serão acompanhados dos documentos a seguir relacionados:

a) Quarto aos Escreventes:

I - certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servirem ou tenham servido e do escrivão da Corregedoria permanente.

b) Quanto aos Bacharéis em Direito:

I - certidão de registro de diploma;

II - certidão da Secretaria da Ordem. dos Advogados do Brasil, provando a vigência da inscrição e a existência ou inexistência de faltas disciplinares tornadas públicas;

III - prova de ser brasileiro nato, de maioridade e de estar no gozo de seus direitos civis e políticos;

VI - Prova de quitação ou isenção do serviço militar.

V - laudo de capacidade física e de não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante expedido per Centro de Saúde ou Posto de Assistência Médica Sanitária mantido pelo Estado;

VI - folha corrida das delegacias de polícia no município ou municípios e dos cartórios criminais da comarca ou comarcas onde tiver residido nos dois seus anteriores, provada essa circunstância, bem como da Extinta Justiça Federal, provando não estar pronunciado per despacho irrevogável, não estar sujeito a medidas de segurança, não ter sofrido condenação passada em julgado, por crime de furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenha cumprido pena ou dela obtido perdão;
VII - atestado de antecedentes - passado pelo Serviço de identificação do Estado.

§ 1.º - Poderá o candidate apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado anteriormente ao concurso.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juizes perante os quais os candidatos tenham servido.

§ 3.º - A medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça requisitará dos juizes perante os quais tenham servido os requerentes, e à Ordem dos Advogados do Brasil, se for o caso, informações reservadas sobre a sua competência e idoneidade moral.

Artigo 11 - Encerradas as inscrições, constituir-se-á a Comissão Examinadora, composta do Presidente do Tribunal de Justiça, como presidente, o qual, por motivo de serviço público, poderá ser substituído pelos vice-presidente ou pelo Corregedor Geral da Justiça, de um Desembargador escolhido pelo mesmo Tribunal e de um serventuário nomeado pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 12 - Reunida a comissão examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos As inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal com informações, em cada caso, sobre tempo de serviço e cargos exercidos, notas desabonaras acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1.º - Será eliminado o candidate que não tiver exibido os documentos necessários, assim como o que tiver cometido omissão culposa ou falsidade de declarações.

§ 2.º - Ao candidate não admitido cabe o direito de recurso para o Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias contados da publicação do ato.

Artigo 13 - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior ou decidido o recurso, serão publicados, nas quarenta e oito (48) horas seguintes, no "Diário da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos e anunciado o dia local e hora em que deverão comparecer para o início das provas.

Artigo 14 - O concurso será, público e constará da apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscritas, dactilográficas e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e da apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A comissão adotará critério que impeça a identificação das provas escritas e dactilográficas até o momento de seu julgamento.

Artigo 15 - A prova manuscrita cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sobre matéria do ofício em concurso, formuladas no momento.

§ 1.º - Não será permitida a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada, sob pena de exclusão.

§ 2.º - Um dos examinadores, pelo menos, inspecionará continuamente o ato.

Artigo 16 - Seguir-se-á a prova datilográfica que consistirá na redação de qualquer ato pertinente ao ofício em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever, mediante seu manejo.

Artigo 17 - No julgamento das provas manuscritas e datilográficas atender-se-á não somente aos

conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, à ortografia e à rapidez da escrita.

parágrafo único - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e datilográficas o candidato que obtiver média de pontos inferiores a 4 (quatro).

Artigo 18 - As arguições orais, no dia e hora previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, em prazo não superior a trinta minutos, findas as quais, cada membro da comissão atribuirá a cada candidato, em lista especial, a respectiva nota, lançando-a ao lado do nome do mesmo.

Artigo 19 - As notas serão sempre atribuídas por extenso com valores que variarão entre 0 (zero) a 10 (dez).

Artigo 20 - Terminadas as provas a comissão, em sessão secreta promoverá:

a) o exame dos títulos apresentados, que recebendo os seguintes valores:

I - diploma de bacharel. ou doutor em direito - 3 pontos;

II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;

III - certificado de conclusão do curso ginasial, ou documento equivalente, desde que não ocorram. as hipóteses anteriores - 1 ponto;

IV - obra a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 10 - 2 pontos;

V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente ou outra função relacionada com O Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto;

VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53).

VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo ao cargo, pelo prazo de dois anos, nos termos do art. 18, § 2.º, da Lei federal n. 1.164, de 24 de julho de 1950 - 1 ponto; (redação dada pela lei n. 2.392, de 10 de dezembro de 1953) ;

VIII - participação, como examinador, em concurso de habilitação de escrevente ou de provimento de ofício de justiça 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante de "currículum" de curso previsto no n. II - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

X - eficiência de trabalho e boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos - 1 ponto;

XI - exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário - 1 ponto (redação dada pela lei n. 2.656, de 21/1/54) ;

XII - Carta ou carteira de solicitador - 2 pontos; (redação dada pela lei 2.872, 18/12/54) ;

XIII - efetivo exercício, durante 10 (dez) anos, na função de oficial maior - 1 ponto (redação dada pela lei 2.872, de 18/12/54);

b) a apuração das médias resultantes das provas prestadas;

c) a apuração da nota final, que será. a soma dos pontos obtidos por força do disposto nas alíneas "a" e "b".

Artigo 21 - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da comissão, será incorporada pelo seu secretário, à ata final dos trabalhos e publicada no "Diário da Justiça".

Parágrafo único, - Admitir-se-á também, com referência ao resultado final, o disposto no § 2.º do artigo 12.

Artigo 22 - Uma vez encerrado o concurso, o presidente comunicará à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior os nomes dos três (3) primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um. deles seja provido no ofício.

Parágrafo único - Havendo pluralidade de ofícios a serem providos, a listas, se comporá de tantos nomes quantos forem as serventias e mais dois.

Artigo 23 - Na classificação observar-se-ão ordinalmente as seguintes condições, caso se verifique empate:

- I - inexistência de faltas disciplinares;
- II - exercício come, oficial maior no cartório vago, na data em que se verificar a vacância;
- III - idade;
- IV - encargos de famílias;
- V - posse de certificado de acordo com a Lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 24 - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere o artigo 22 serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25 - O provimento dos cargos referidos no n. II da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a inexistência de candidato à remoção, será também, feito mediante concurso de provas e títulos, aos quais podendo concorrer os escreventes habilitados de ofícios da mesma natureza ou com. anexo do ofício em concurso, que contem mais de cinco anos de efetivo exercício e os bacharéis em Direito, observado o disposto nos artigos 9.º a 24, exceto o artigo 11.

Parágrafo único - A comissão examinadora será constituída do juiz corregedor permanente do cartório vago, que será seu presidente, do promotor público da comarca ou da primeira vara da comarca, quando houver mais de uma, e de um advogado designado pelo presidente da respectiva subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, servindo como, Secretário o escrivão da corregedoria permanente.

Artigo 26 - As serventias que se refere o artigo 5.º serão providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em funções da mesma natureza ou com anexo do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior, que o requererem, aplicando-se no processo de concurso o disposto nos artigos 9.º; 10, letra "a", ns. I e II e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, 12, 20, alínea "a"; 21; 22, 23 e 24, com. as seguintes modificações:

- a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pelo Conselho Superior da Magistratura;
- b) a lista de classificação (artigo 22) conterà um nome para remoção e dois para promoção. Em caso de pluralidade de ofícios vagos haverá multiplicidade correspondente, sendo os dois nomes acrescidos, um para remoção e outro para promoção.

c) é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 27 - Os dispositivos do Decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, bem como os Decretos ns. 6.697 e 6.697-A, ambos de 21 de setembro de 1934, que não colidirem com esta lei, ficam revigorados expressamente.

Artigo 28 - Ficam asseguradas a todos os serventuários escreventes e auxiliares de cartório, as vantagens das Leis ns. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, mediante a exibição do competente certificado passado pela "comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado".

Artigo 29 - As férias não gozadas serão contadas em dobro, para efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da justiça.

Artigo 30 - Fica equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção o escrevente que na data da promulgação desta lei, contar:

- a) mais de cinco (5) até dez (10) anos de serviço, para os cargos de primeira e segunda classe;
- b) mais de dez (10) anos de serviço, para os cargos de terceira e quarta classes.

Parágrafo único - Ao escrevente será concedida também equiparação a fim de inscrever-se em concurso para provimento de ofício de classe igual ou imediatamente inferior, desde que da mesma natureza ou com anexo do ofício vago (redação dada pela lei n. 2.757, de 19/10/1954).

Artigo 31 - Aos serventuários e escreventes classificados em listas provenientes de concursos realizados até esta data e que não tenham sido nomeados, é permitida a inscrição nos concursos para cargos vagos ou que vagarem, com o mesmo direito que então lhe assistia, desde que as vagas correspondam á mesma natureza e classificação estabelecida nesta lei.

Artigo 32 - Ao ex-serventuário que, exonerado, a pedido até a data da promulgação da presente lei, fizer a prova determinada no artigo 10 será permitido independentemente de novas provas, inscrever-se nos concursos para os cargos de primeira classe por via do exposto no artigo 26, desde que conte mais de cinco (5) anos de efetivo exercício.

Artigo 33 - Os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir imediatamente superior.

parágrafo único - Os serventuários com mais de 25 anos de efetivo exercício, poderão inscrever-se em concurso para provimento de ofícios de qualquer classe; (redação dada pela lei 2.535, de 13 de janeiro de 1954).

Artigo 34 - Para os efeitos da presentes lei a contagem de pontos provenientes do títulos será reduzida de metade, desprezada a fração inferior cinco a décimos, se já tiver concorrido para nomeação anterior.

§1.º - Será computado o tempo de serviço em que o serventuário ou escrevente tiver permanecido á disposição dos poderes públicos federal, estadual ou municipal.

§ 2.º - Computar-se-á em dobro o tempo decorrente de acumulação de outro ofício que não seja pertinente á própria serventia, excluídos os casos de acumulação estabelecidos pelo regime determinado no Decreto-lei 11.464, de 30 de setembro de 1940 e legislação anterior sobre a mesma matéria.

Artigo 35 - O Chefe do Poder Executivo, de posse das listas de classificação, proverá a vaga dentro do dez (10) dias por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso.

§ 1.º - Será assegurada preferência para nomeação ao candidato que for ou já, tiver sido classificado em três listas, desde que por elas não tenha sido beneficiado.

2.º - Os nomes dos candidatos nas condições do parágrafo anterior figurarão obrigatoriamente em lista, com menção expressa da circunstancia preferencial, aplicando-se o artigo 23, caso haja mais de um candidato com o mesmo direito.

§ 3.º - O escrevente que figurar mais de três vezes em lista tríplex, terá preferência para provimento no ofício a que concorrer. Será também assegurada preferência para provimento de justiça ao escrevente ou serventuário portador do certificado expedido pela "comissão do Artigo, 30 do Ato das Disposições Transitórias da constituição Estadual".

Artigo 36 - Os candidatos incluídos em lista e não nomeados poderão, durante o prazo de dois anos, desde que o requeiram, inscrever-se em concurso de provas, dispensados destas, concorrendo à classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 37 - O Chefe do Poder Executivo poderá prover livremente os cargos de que trata a presente lei quando, encerrados os concursos de provas, ocorrerem as seguintes hipóteses:

- a) - não aceitarem. nomeação todos os candidatos classificados ou dela desistirem expressamente;
- b) - encerrar-se o concurso sem inscrição de candidatos;
- c) - não conseguir classificação nenhum. dos candidatos.

§ 1.º - Dar-se-á preferência aos escreventes com qualquer tempo de serviço, exigindo-se no ato de posse a documentação aplicável segundo o disposto no artigo 10.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de existência de candidato que não pertença aos quadros das serventias, far-se-á prova de saber ler e escrever corretamente.

Artigo 38 - Quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao oficial do registro civil de pessoas naturais e anexos o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requerer ao secretário da Justiça e Negócios do Interior, nos dez dias seguintes à publicação da lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais ofícios criados.

Artigo 39 - Não será providos ou nomeados os pronunciados por despacho irrevogável em crime contra o patrimônio ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, à pena superior a dois (2) anos de reclusão.

Artigo 40 - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, até a data da promulgação da nova lei que fixar o quadro territorial do Estado, fará publicar, durante três dias, relação das vagas existentes nos cartórios do Registro Civil convocando, com o prazo de vinte dias, que será contado da última publicação, a fim de que declarem se pretendem. remoção para os referidos cartórios, os oficiais:

a) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, e desde que não tenham tido compensação por força da lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948;

b) dos cartórios de Registro Civil que sofreram. desmembramento do distrito em. que exerciam o cargo, por força do Decreto-lei n. 14.334, de 30 de novembro de 1944, desde que comprovem a continuidade do prejuízo após a vigência da lei 233, de 24 de dezembro de 1948.

§ 1.º - A comprovação desmembramento que tenha havido compensação, será feita mediante prova inequívoca fornecida pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado.

§ 2.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de classe idêntica a do requerente.

§ 3.º - Na remoção serão observados para preferência o tempo no ofícios e os encargos de família.

§ 4.º - Não havendo qualquer pedido e comunicado o fato pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior ao Tribunal de Justiça, o seu presidente fará abrir concurso de títulos, nos termos desta lei - (redação dada pela lei n. 1.296, de 16 de novembro de 1951).

- NOTA: - Este artigo caducou em 31/12/53, em virtude da promulgação da Nova Divisão Territorial, Judiciária e Administrativa do Estado, lei n. 2.456, de 30/12/53.

Artigo 41 - Nenhum serventuário de justiça poderá entrar em exercício do cargo sem que apresente o respectivo título autêntico de nomeação e preste, perante o Corregedor Geral da Justiça, o necessário compromisso de exercer as funções com préstimo e lealdade, sob as penas da lei.

Parágrafo único - Se o provimento, promoção ou remoção se der em virtude de criação de ofício, deverá o titular exibir, também, revestidos das formalidades legais, os protocolos e livros indispensáveis ao exercício do cargo.

Artigo 42 - A de sessenta (60) dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido deverá, assumir o exercício de suas funções sob pena de caducar o seu direito.

Parágrafo único - A posse será comunicada pelo juiz de direito competente Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e á Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 43 - Sempre que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento de serventuário

deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do morto com referência á indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização. Para Esse efeito o Juiz de Direito mandará proceder á avaliação por dois serventuários da comarca.

Artigo 44 - Sem prejuízo para o interesse público e ouvidos os respectivos juizes corregedores será permitida a permuta dos ofícios de justiça entre serventuários da mesma natureza e classe, desde que não lhes falte menos de um quinto do tempo que lhes permita obter os benefícios da aposentadoria.

Artigo 45 - A Corregedoria Geral da Justiça fará publicar anualmente uma relação dos serventuários e escreventes dos cartórios do Estado, mencionando o tempo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 46 - Aos serventuários e escreventes inscritos em concurso fica assegurado o afastamento necessário á prestação de provas ou á satisfação de formalidades que se tornarem essenciais, não sofrendo quaisquer descontos quer no tempo de serviço, quer em. outras vantagens.

Artigo 47 - A contar da promulgação da presente lei, só poderá ser designado Oficial Maior um dos escreventes do mesmo cartório, quando houver, por indicação do respectivo escrivão; (redação dada pela lei n. 1.341, de 11 de dezembro de 1951).

Artigo 48 - Vetado.

Artigo 49 - Vetado. § 1.º - Vetado. § 2.º - Vetado.

Artigo 50 - Vetado.

Artigo 51 - Vetado.

Artigo 52 - Vetado.

Artigo 53 - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares da Justiça, lotados em. cartórios pertencentes a comarca cujas entrâncias foram rebaixadas, tendo assegurados, para os efeitos desta lei, todas as vantagens e direitos correspondentes á classificação anterior da referida comarca.

Artigo 54 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada aos cartórios vagos, desde que não tenham sido iniciadas as provas de concurso para seu provimento.

Artigo 55 - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimentos de ofício de justiça, com ressalva do disposto nos Decretos-lei n. 5.120, de 21 de julho de 1931, n. 11.464, de 30 de setembro de 1940, e 12.520, de 22 de janeiro de 1942, que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei; (redação pela lei 1.340, de 11 de dezembro de 1951).

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synesio Rocha

Publicado no D. O. de 1.0/11/1950.

LEI N. 2.778, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Faculta aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas per lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - 1~ facultado aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de novembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de novembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Gera], Subst.

D. O. 19/11/54.

LEI N. 2888, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954

Dispõe sobre a contagem de tempo do serviço que especifica.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O tempo de serviço prestado como serventuário, escrevente, fiel, auxiliar ou datilógrafo de cartório será contado ao funcionário público estadual, para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Artigo 2.º - O tempo de serviço referido no artigo anterior será provado com certidão fornecida (... vetado ..) pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de dezembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado, dos Negócios do Governo, aos 21 de dezembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral, substituto.

D. O. 22/12/54.

LEI N. 3063, DE 12 DE JULHO DE 1955

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos não podem obter licença, salvo para tratamento de saúde, permutar ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", criada no Instituto de Previdência do Estado, na qual serão inscritos "ex-officio".

Parágrafo único - Os referidos servidores, ainda não inscritos, terão sua inscrição efetivada dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - O Instituto de Previdência do Estado baixará as instruções que se fizerem necessárias para a execução da presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de julho de 1955.

JÂNIO QUADROS.

José Adriano Marrey Júnior.

José Adriano Marrey Júnior - Respondendo pelo Expediente da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ao 13 de julho de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D.º. 14-7-55.

LEI N. 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954

Dispensa de novo exame de suficiência física o funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo, sem interrupção de exercício, não está sujeito a novo exame de suficiência física desde que tenha mais de dez anos de serviço, contados da data da admissão ao serviço público até a do ato que lhe atribui a nova investidura.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Ferreira Keffer

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto
D.O. de 15/1/54.

LEI N. 2.456 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953

"dispõe sobre o quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado, para o quinquênio 1954 a 1958 e dá outras providências".

Artigo 1.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954-1958 é o estabelecido nesta lei.

Artigo 3.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado compreende 167 comarcas, 435 municípios e 813 distritos, conforme os anexos ns. 1 e 2, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 4.º - Os distritos, em qualquer tempo, podem ser, em lei especial, subdivididos em subdistrito para atender às necessidades do serviço público.

§ 1.º - Os subdistrito não poderão ter sede distinta da sede distrital e suas divisas serão fixadas por linhas que por eles distribuam todo o território do distrito, formando área contínua.

§ 2.º - Os subdistrito de um distrito serão numerados seguidamente e designados pela respectiva numeração ordinal.

Artigo 5.º - Para que possa ser instalado o distrito, é necessária a delimitação do quadro urbano da sede, nos termos do artigo 116 e seus parágrafos, da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947, observada a remuneração determinada pelo artigo 2.º da Lei n. 2.081 de 27 de dezembro de 1952.

Artigo 6.º - Os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos dos distritos cujos territórios tiverem sofrido desmembramento por força da presente lei, da lei n. 233, de 24 de dezembro de 1948 ou do decreto-lei n. 14334, de 30 de novembro de 1944, terão direito de preferência no provimento das serventias de igual natureza que se criarem ou se vagarem na vigência da presente lei, desde que da mesma classe e de comarca de igual entrância.

§ 1.º - O direito de preferência a que se refere este artigo só poderá ser exercido uma vez dele excluídos os que já tiverem sido promovidos ou removidos a título de compensação por anteriores desmembramentos, a menos que haja ocorrido novo desmembramento por força desta lei.

§ 2.º - Ocorrida a vaga, a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior abrirá, pelo prazo de 30 dias a inscrição para os candidatos à remoção, com fundamento neste artigo; para os distritos ou subdistritos criados por esta lei o prazo se contará do início da sua vigência.

§ 3.º - Terminado o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior fará, dentro do prazo de 20 dias, a classificação dos candidatos inscritos, em ordem decrescente, tendo em vista a seguinte atribuição de pontos: a) 1 (um) ponto correspondente a cada 5 quilômetros quadrados, ou fração excedente da metade, de território desmembrado, comprovado por atestado ou certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura; b) e (um) ponto, correspondente a cada ano, ou fração excedente da metade, decorrido da data do desmembramento sofrido.

§ 4.º - A classificação a que se refere o parágrafo anterior será publicada no "Diário Oficial" e dela caberá reclamação ao Secretário de Estado, dentro do prazo de 10 dias contados da publicação.

§ 5.º - Não havendo reclamação, ou decididas as apresentadas, será nomeado o candidato

classificado em primeiro lugar na lista respectiva; em caso de empate na classificação, será nomeado o mais antigo na serventia.

§ 6.º - Se a comarca a que pertencer o cartório que sofreu desmembramento tiver sido elevada de entrância, prevalecerá, para os efeitos deste artigo, a entrância vigente ao tempo do desmembramento.

§ 7.º - A documentação, oferecida com um requerimento de inscrição, será válida para quaisquer outros do mesmo candidato, desde que este a ela se reporte nos seus demais requerimentos.

§ 8.º - Os cartórios a que não concorrerem candidatos nos termos deste artigo serão providos de acordo com a lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 16 - Ficam extintos o distrito de Abaitinga, no município de São Miguel Arcanjo e comarca de Itapetininga, os distritos de Dinisia e Tobiáras, no município e comarca de Promissão, e o distrito de Tatu, no município e comarca de Limeira, passando os seus territórios a integrar os distritos das sedes dos respectivos municípios.

Parágrafo único - Ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Distrito de Tatu, cuja extinção é prevista Deste artigo, fica assegurado o direito de remoção para cartório de natureza e classe iguais, com preferência inclusive sobre os casos previstos no artigo 6.º da presente lei.

Artigo 17 - Ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distrito ora elevado à categoria de município e cuja sede municipal seja fixada em outra localidade, fica assegurado o direito de optar, com preferência absoluta, pelo cartório do distrito da sede no novo município, desde que o requeira ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei.

Parágrafo único - O mesmo direito de opção fica assegurado ao oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do município cuja sede é transferida pela presente lei, desde que o requeira na forma e prazo iguais.

Artigo 18 - As comarcas criadas pela presente lei pertencem aos mesmos distritos judiciais das comarcas de que foram desmembradas e são classificadas da seguinte forma:

- a) - em 3.º entrância as de Franco da Rocha, Guarulhos, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;
- b) - em 2.º entrância a de Americana;
- c) - em 1.º entrância as de Adamantina, Quartinha, General Salgado, Getulina, Guaíra, Lençóis Paulista, Matão, Monte Azul Paulista, Nhandeara, Oswaldo Cruz, Presidente Bernardes, Regente Feijó, Registro, Santa Rosa de Viterbo e Tupi Paulista.

Artigo 22 - Aos escreventes dos escritórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos que, em virtude de criação de comarca, vierem a perder o anexo de tabelionato, fica assegurado o direito de inscrição em concursos para provimento de cartórios de notas.

Artigo 23 - Ao oficial do Registro de Imóveis e Anexos, ao Distribuidor, Contador e Partidor, ao Depositário Público e aos Tabeliães de Notas e Anexos das comarcas que, por força da presente lei, sofrerem redução territorial, é assegurado o direito de opção por ofício da mesma natureza da comarca criada, respeitado, como preferencial, o direito de opção assegurado pelo artigo 21.

§ 1.º - A opção de que trata este artigo deverá ser requerida, no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei, ao Secretário da Justiça de Negócios do Interior.

§ 2.º - Não exercido esse direito de opção ele se devolverá, dentro de igual prazo e nas mesmas condições, aos serventuários das comarcas que sofreram desmembramento por força da lei n. 1.940, de 3 de dezembro de 1952 desde que não tenha se valido do disposto no artigo 7.º da citada lei.

§ 3.º - Nos casos em que a opção a que se refere este artigo tenha sido exercida, em relação aos serventuários mencionados no parágrafo anterior ela será utilizada para serventias que consequentemente se tiverem vagado, mediante requerimento dentro do prazo de 30 dias seguintes à abertura da vaga.

§ 4.º - Para efeito do disposto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, os serventuários neles referidos serão classificados, pela natureza da função, em ordem decrescente da contagem de pontos, atribuídos estes na proporção de 1 para 5 quilômetros quadrados, ou fração superior à metade, de território desmembrado, feita a respectiva prova através de certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura, fazendo-se a chamada pela ordem da classificação.

Artigo 24 - Nas comarcas criadas por esta lei haverá os seguintes ofícios de justiça:

I - 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos;

II - Registro de Imóveis e Anexos;

III - Distribuidor, Partidor e Contador com o Anexo de Depositário Público.

Artigo 25 - Vetado.

Artigo 26 - Ficam elevadas de entrância as seguintes comarcas:

a) de 2.ª para 3.ª: Amparo, Assis, Avaré, Barretos, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Guaratinguetá, Itú, Jaú, Limeira, Lins, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Rio Claro, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos e Tatuí;

b) de 1.ª para 2.ª: Andradina, Birigui, Garça, Ibitinga, Ituverava, Rancharia, Santo Anastácio, Serra Negra, Socorro e Tupã.

Parágrafo único - A elevação de entrância a que se refere este artigo não importará na promoção dos titulares dos cargos de Juiz de Direito e de Promotor Público das respectivas comarcas.

Artigo 27 - Vetado.

Artigo 28 - As serventias dos distritos criados por esta lei, bem como dos demais em caso de vacância, poderão ser providas interinamente pelo Governador até o provimento regular.

Parágrafo único - O serventuário interino de que trata este artigo será reembolsado pelo titular que o suceder, das despesas de instalação do respectivo cartório.

Parágrafo único - Ficará extinta, na comarca de Araçatuba, a Circunscrição Imobiliária cujo ofício vier a se vagar, passando a remanescente a constituir Circunscrição única, e atribuindo-se-lhe o arquivo daquela.

Artigo 32 - Para os feitos de Registro de Imóveis as zonas urbana e suburbana da cidade - sede da comarca de Presidente Prudente ficam divididas em duas partes pelo eixo da rua Tenente Nicolau Maffei e pelo seu prolongamento em ambos os sentidos; em um sentido até encontrar o eixo do prolongamento projetado da avenida Antonio Prado e por este até atingir a linha perimétrica interna da zona rural decretada pela Prefeitura Municipal; e no outro sentido até encontrar o eixo da rua Marechal Floriano por este até o eixo da rua Sargento Firmino Leão e por este até atingir a linha perimétrica interna da zona rural referida.

Parágrafo único - Ao serventuário da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis fica assegurado o direito de escolher, dentro do prazo de 30 dias contados da vigência desta lei, uma das partes a que se refere este artigo, cabendo a outra à 2.ª Circunscrição.

Artigo 33 - Esta lei entrará em vigor a 1.ª de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo aos 30 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral Substituto

D.O. de 31/12/53.

NOTA: - Os demais artigos omitidos nesta publicação da lei 2.456, não são de interesse da classe, mas se referem apenas a numeres de vereadores nos municípios, etc.. . .

RELAÇÃO DAS COMARCAS E RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS

4.ª ENTRÂNCIA

CAPITAL

SANTOS

CAMPINAS

SANTO ANDRÉ

3.ª ENTRÂNCIA São Caetano do Sul

Amparo	São Carlos
Araçatuba	São João da Boa Vista
Araraquara	São José do Rio Preto
Assis	São José dos Campos

Sorocaba

Avaré	Taubaté
Barretos	Tatuí

Bauru

Botucatu

Bragança Paulista

Catanduva

Franca

Franco da Rocha

Guaratinguetá

Guarulhos

Itapetininga

Itú

Jaú

Jundiaí

Limeira

Lins

Marília

Mogi das Cruzes

Mogi Mirim

Paraguaçu Paulista

Piracicaba

Presidente Prudente

Ribeirão Preto

Rio Claro

Sta. Cruz do Rio Pardo

São Bernardo do Campo

Mococa

Monte Aprazível

Olimpia

Orlandia

2.ª ENTRÂNCIA

Agudos

Americana

Andradina

Araras

Atibaia

Batatais

Birigui

Bebedouro

Caçapava

Campos do Jordão

Capivarí

Casa Branca

Garça

Ibitinga

Itapira

Itapólis

Itatiba

Ituverava

Jaboticabal

Jacará

Lorena

Itararé

Jales

José Bonifácio

Lençóis Paulista,

Ourinhos	Lucélia
Pederneiras	Mirandópolis
Penapolis	Martinópolis
Pindamonhangaba	Matão
Pinhal	Mirassol
Piracaia	Monte Alto
Pirajú	Monte Azul Paulista
Pirajuí	Nova Granada
Pirassimunga	Nhandeara
Presidente Venceslau	Novo Horizonte
Rancharia	Oswaldo Cruz
São José do Rio Pardo	Pacaembú
São Manoel	Palmital
São Roque	Paraibuna
Santo Anastácio	Patrocínio do Sapucaí
Serra Negra	Pedregulho
Taquaritinga	Pereira Barreto
Tietê	Piedade
Tupã	Piratininga
	Pitangueiras
	Pompéia.

1.ª ENRÂNCIA

Adamantina	Porto Feliz
Apiáí	Presidente Bernardes;
Bananal	Promissão
Bariri	Quatá
Brotas	Queluz
Caconde	Regente Feijó
Cafelândia	Ribeirão Bonito
Cajurú	Registro
Cananéia	Santa Adelia
Capão Bonito	Santa Branca
Conchas	Santa Cruz das Palmeiras
Cruzeiro	Santa Izabel!
Cunha	Santa Rita de Passa Quatro
Descalvado	Santa Rosa de Viterbo
Dracena	São Bento do Sapueaí
Dois Corregos	S. Joaquim da Barra
Duartina	São José do Barreiro
Eldorado	São Luiz do Paraitinga
Guararapes	São Pedro
Fernandópolis	São Sebastião
General Salgado	São Simão
Igarapava	Sertãozinho
Getulina	Tanabí
Guaíra	Tupí Paulista
Iguape	Ubatuba
Itapeva	Valparaíba
Itaporanga	Valparaizo
	Votuporanga

LEIS E DECRETO-LEIS QUE SE REFERE A LEI 819.

LEI N. 211, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1948, QUE SE REFERE O ARTIGO 29, DA LEI 819

Regulamenta as vantagens concedidas pelo artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Lincoln Feliciano da Silva, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 24, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Por participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 devem entender-se: I - os voluntários enquadrados em quaisquer unidades ou serviços de guerra criados na vigência do Movimento;

II - os soldados, inferiores e oficiais que compunham unidades do Exército, da Força Pública e da Guarda Civil e que, então, foram mobilizados e prestaram serviços determinados pelos respectivos comandos;

III - os civis que prestaram serviços de retaguarda, tais como de instrução, mobilização e abastecimento de tropas em operações; de propaganda ou direção do movimento revolucionário; de policiamento de cidades e outros serviços a cargo de organizações então fundadas.

Parágrafo único - Essa participação deverá ser satisfatoriamente comprovada e não será reconhecida quando tenha havido capitulação propositada, deserção, condenação por crime praticado, adesão ao inimigo, ou recusa de prestar serviços durante a incorporação, ou ainda, quando durante e depois dela haja o interessado praticado atos, ou tomado atitudes incompatíveis com a sua adesão ao Movimento.

Artigo 2.º - Por componentes da Força Expedicionária Brasil ira, de São Paulo, deve entender-se: I - os que, de qualquer forma, integraram a Força Expedicionária Brasileira em operações no exterior;

II - os componentes da Marinha de Guerra em operações;

III - os componentes da Marinha Mercante, ocupada em transportes de guerra;

IV - os componentes da Força Aérea Brasileira mobilizados em operações de guerra no exterior, no patrulhamento dos mares ou nos serviços de comboio.

DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

Artigo 3.º - Para efeito do cumprimento do disposto na alínea "a" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, terão preferência para ingresso no serviço público os candidatos enquadrados no disposto nos artigos 1.º e 2.º desta lei.

§ 1.º - Inscrevendo-se nos concursos e provas de habilitação realizados para provimento de cargos ou funções de extra numerário no serviço público estadual, os referidos candidatos farão desde logo prova de se encontrarem nas condições mencionadas neste artigo.

§ 2.º - Em caso de igualdade na classificação, terão preferência, obrigatoriamente, os candidatos que tenham feito a prova a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º - Os mutilados da Revolução Constitucionalista, de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira terão preferência para ingresso no serviço público, em cargos ou funções compatíveis com as suas aptidões físicas, de acordo com o parecer médico fornecido pelo Serviço Médico da Secretaria do Governo.

DAS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Artigo 4.º - A efetivação a que se refere a alínea "b" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias se dará no cargo ocupado pelo funcionário na data da promulgação da Constituição do Estado, ainda que tenha sido nele provido interinamente.

Parágrafo único - Se o cargo ocupado por funcionário, na data referida no "caput" deste artigo, tiver titular efetivo, não caberá a aplicação do disposto nesse artigo.

Artigo 5.º - Dispensado o decurso de tempo a que se refere o artigo 88 da Constituição do

Estado, o funcionário abrangido por esta lei é considerado estável, para todos os efeitos, nos termos da alínea "e" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e 18, parágrafo único, das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Artigo 6.º - Os funcionários abrangidos por esta lei, que já eram efetivos à data da promulgação da Constituição Estadual, ficam com os seus vencimentos elevados, consoante o disposto na alínea "d" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único - Em se tratando de padrão ou referência final, a elevação será correspondente à diferença entre estes e o imediatamente inferior.

Artigo 7.º - A promoção a que se refere a alínea "e" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será efetivada quando se verificar a reforma, passagem para a reserva ou aposentadoria, ficando, entretanto, ressalvado aos beneficiados o direito de receber sempre, até que se verifique aquela promoção, os vencimentos correspondentes ao posto imediatamente superior, desde que reconhecida sua participação no Movimento pela Comissão na forma regulada.

§ 1.º - Caso se verifique, a morte de elementos que preencham os requisitos estabelecidos neste artigo, quando ainda não promovidos, será feita a promoção póstuma.

§ 2.º - Aos coronéis da Força Pública e aos Chefes de agrupamentos da Guarda Civil os vencimentos previstos neste artigo serão iguais aos subsídios normais e, respectivamente, mais a diferença de proventos que existe entre os postos de coronel e tenente-coronel e entre as graduações de chefe de agrupamento e inspetor chefe.

§ 3.º - Para os efeitos de que trata o presente artigo, os postos imediatos às graduações de anspeçada, subtenente e aspirante, são, respectivamente, sargento, segundo tenente e primeiro tenente.

§ 4.º - As vantagens acima consignadas não excluem as demais que outras leis regulam.

§ 5.º - O disposto neste artigo se aplica aos agregados, desde que comprovada sua condição de participantes ativos da Revolução Constitucionalista ou componentes da Força Expedicionária Brasileira.

Artigo 8.º - As vantagens a que se referem os artigos 3.º e parágrafo, 4.º "caput", 5.º e 6.º e parágrafo desta lei, e que correspondem às alíneas "a", "b", "c" e "d", do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prevêm casos diferentes e não são cumulativas prejudicando-se, portanto, mutuamente.

DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE A AGRICULTURA

Artigo 9.º - Aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932 e aos componentes da Força Expedicionária Brasileira, de que trata esta lei, e que desejarem dedicar-se à agricultura, o Estado doará lotes de terras do seu patrimônio, de área não superior a 50 hectares, localizados em zonas próximas a centros populosos e de vias de comunicação.

§ 1.º - Relativamente aos imóveis a que se refere este artigo, ficam estabelecidas as seguintes condições e vantagens:

- a) não poderão ser alienados em vida do donatário;
- b) não poderão ser onerados, nem penhorados por dívidas, salvo em garantia das que forem contraídas com entidade oficial autorizada a fazer empréstimos à lavoura e à pecuária, ou por execução provenientes de impostos e taxas.

§ 2.º - O disposto neste artigo não terá aplicação aos que já sejam proprietários de terras e que desejarem cultivá-las.

§ 3.º - O donatário assumirá o compromisso de efetiva e ininterruptamente cultivar pelo menos

dois terços da área doada, sob pena de se tornar nula e de nenhum efeito a doação.

§ 4.º - A doação se transmitirá aos herdeiros do beneficiado com as mesmas vantagens e encargos.

§ 5.º - A doação de que trata este artigo é irrevogável, salvo os casos previstos no § 3.º deste artigo.

DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE

Artigo 10 - Por todos os meios ao seu alcance, o Estado dará assistência eficiente aos ex-combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Força Expedicionária Brasileira, e aos que deles dependem, até que se complete o seu reajustamento à vida civil.

§ 1.º - A assistência referida poderá ser prestada por intermédio da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção de São Paulo, e da Federação dos Voluntários do Estado de São Paulo, bem como por qualquer outra entidade que para tal exista.

§ 2.º - Às duas entidades referidas no parágrafo anterior será concedida, no exercício de 1948, uma subvenção de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) unia vez que os seus estatutos as habilitem cabalmente ao exercício do fito assistencial a que se destinam.

§ 3.º - Nos demais exercícios a subvenção ou outros favores serão concedidos às referidas entidades, satisfeitas que sejam pelas mesmas as exigências legais usuais à concessão de tais favores, mediante prova da aplicação da subvenção anterior aos fins de que trata a letra "h" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DOS MEIOS DE EXECUÇÃO

Artigo 11 - Para a execução do disposto nesta lei fica criada uma comissão denominada "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias" constituída de três membros nomeados pelo Governador do Estado, e assim indicados: 1 advogado do Departamento Jurídico do Estado, livremente escolhido pelo Governador; 1 funcionário do Poder Judiciário, indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça; e 1 funcionário da Assembléia Legislativa, indicado pela sua Mesa.

§ 1.º - Os membros da Comissão não serão remunerados, mas seus serviços serão considerados relevantes.

§ 2.º - A nomeação será feita dentro de 15 dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 3.º - O Governador do Estado designará o local de funcionamento e a repartição que se incumbirá do expediente o arquivos da Comissão.

Artigo 12 - A Comissão competirá:

a) eleger o seu Presidente e elaborar o Regimento Interno.

b) processar os pedidos dos interessados na obtenção dos benefícios de que trata esta lei;

c) exigir prova documental e apreciar a autenticidade e valor probante da mesma, para os fins previstos nesta lei;

d) expedir um certificado, que será assinado pelo Presidente, declaratório de que o interessado faz jus às vantagens a que se refere o artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos previstos nesta lei, cabendo ao mesmo interessado requerer a respectiva outorga perante as autoridades competentes;

e) estudar e sugerir aos poderes competentes sempre que preciso, as medidas necessárias à perfeita e cabal aplicação de todos os itens do referido artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e à execução do disposto nesta lei.

§ 1.º - Funcionará junto à Comissão, na qualidade de Procurador dos interesses da administração, um advogado do Estado, designado pelo Procurador Geral do Departamento Jurídico, com a atribuição de emitir pareceres nos processos submetidos à Comissão.

§ 2.º - É isento de selo, taxa e emolumentos, inclusive dos de reconhecimento de firmas, todo ato, petição, papel ou documento destinado a instruir o processo de que trata a alínea "b" deste artigo.

§ 3.º - Fica fixado o prazo de um ano, a contar da vigência da presente lei, para que os interessados dirijam seus pedidos à Comissão, que se dissolverá depois de decidir todos os pedidos apresentados em tempo oportuno.

§ 4.º - Sempre que houver suspeitas ou denúncia da ocorrência de fatos mencionados no parágrafo único do artigo 1.º a Comissão procederá a todas as diligências para esclarecimentos, ouvido o requerente.

Artigo 13 - O Chefe do Governo proporá a abertura dos créditos necessários para o cumprimento desta lei.

Artigo 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) LINCOLN FELICIANO, Presidente

Pública na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de dezembro de 1948.

a) Oswaldo P. da Fonseca, Diretor Peral

LEI N. 646 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1950, A QUE SE REFERE O ARTIGO 28, DA LEI 819

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço aos funcionários públicos, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Todo funcionário público, que tenha prestado serviço à Revolução Constitucionalista de 1932, terá esse tempo contado em dobro para todos os efeitos legais, exceto para percepção de vencimentos.

Artigo 2.º - Para efeito desta lei, o tempo de duração da Revolução Constitucionalista será de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Aqueles que já foram beneficiados pelo Artigo 108, da Constituição de São Paulo, de 9 de julho de 1935, terão direito ao ajuste de tempo na forma determinado por este artigo.

Artigo 3.º - Considera-se documento hábil para fazer jús à contagem de tempo, o certificado expedido pela "Comissão" a que alude a letra "d", do artigo 12, da lei n. 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 4.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1950.

ADHEMAR DE BARROS.
Lineu Prestes.

DECRETO N. 5.129 - DE 23 DE JULHO DE 1931~ A QUE SE REFERE O ARTIGO 27, DA LEI 819

Dispõe sobre a nomeação, demissão e prerrogativas dos escreventes habilitados, e dá outras providências.

Artigo 1.º - Todos os escrivães, inclusive os escrivães de paz, oficiais de registro de imóveis e de protesto, do registro de títulos, tabeliães, contadores, partidores, distribuidores e depositários públicos podem ter um ou mais escreventes.

Parágrafo 1.º - O número de escreventes de cada cartório ou ofício será fixado pelo juiz a que estiver subordinado (decreto 4.786, de 1930, artigo 2.º), ouvido o respectivo serventuário, e com recurso deste para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 2.º - O número fixado poderá ser aumentado ou reduzido, na forma do parágrafo anterior. Quando, porém, da redução resulte a dispensa de algum escrevente, o juiz só a permitirá mediante prova de sensível diminuição da renda do cartório. Da decisão do juiz haverá recurso, do escrevente dispensado e do serventuário para o corregedor geral da justiça.

Parágrafo 3.º - No caso do parágrafo antecedente, serão dispensados os escreventes mais modernos, sendo-lhes, porém abonados os vencimentos de três meses.

Artigo 2.º - Os títulos dos escreventes, nos cartórios em que houver mais de um, serão numerados ordinalmente, por antiguidade ou merecimento, segundo proposta do serventuário a decisão do juiz.

Artigo 3.º - Os escreventes serão nomeados e demitidos pelo juiz a que estiver subordinado o cartório. Da demissão haverá recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 4.º - A nomeação dependerá de aprovação em exame efetuado perante uma comissão formada, na Capital pelo juiz a que estiver subordinado o cartório e mais dois juizes designados pelo diretor do Palácio da Justiça, no interior, pelo juiz de direito, o substituto do distrito e mais um examinador designado pelo juiz de direito. Nota: Este artigo foi modificado pelo 83, do dec. Lei n.º 11.058, de 26/4/1950, que diz: - "O exame dos candidatos a escreventes será efetuada por uma comissão constituída pelo Juiz Corregedor Permanente do Ofício, como presidente, e por dois examinadores, um deles advogado e outro serventuário de Justiça).

Parágrafo único - Nas comarcas do interior, em que houver mais de uma vara, a Comissão será composta pelos juizes de direito e um dos substitutos, se for necessário.

Artigo 5.º - A inscrição para o exame será requerida em petição assinada pelo candidato e pelo serventuário do cartório.

Parágrafo 1.º - A petição será instruído com os seguintes documentos:

- a) folha corrida;
- b) atestado de capacidade moral, subscrito por duas pessoas abonadas e conhecidas do juiz;
- c) atestado de capacidade física e de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou repugnante, expedidas pelo médico designado pelo juiz.

Parágrafo 2.º - Ao apresentar-se a exame, os candidatos deverão exhibir caderneta de identidade.

Parágrafo 3.º - Somente podem inscrever-se para o exame, os cidadãos brasileiros natos, inclusive os referidos nos ns. 2 e 3 do artigo 69 da Constituição Brasileira, que estiverem no gozo dos direitos civis e políticos, não incursos na proibição do artigo 39, Parágrafo 1.º do decreto n. 123, de 1892.

Artigo 6.º - O exame que será público, constará de uma prova escrita e outra oral.

Artigo 7.º - A prova escrita consistirá na redação de ofícios, editais, certidões, autos, termos e escritura; na organização de contas, cálculos e rateios e na execução de qualquer outro ato do ofício.

Parágrafo 1.º - Haverá uma prova autográfica ou manuscrita e outra datilográfica.

Parágrafo 2.º - A prova escrita durará no máximo duas horas, e será realizada, independentemente de pontos, na presença da Comissão, que formulará sucessivamente as questões que o candidato deva resolver.

Parágrafo 3.º - No julgamento da prova escrita a Comissão atenderá não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, a ortografia, à rapidez e à redação da escrita.

Parágrafo 4.º - O candidato inabilitado na prova escrita será desde logo excluído do exame.

Artigo 8.º - A prova oral consistirá em arguições, praticas sobre os diversos serviços do cargo e durará meia hora.

Parágrafo 9.º - Os autos de exame para nomeação de escrevente são sujeitos à correção do Corregedor Geral da Justiça, que, verificando haver nulidade substancial ou inaptidão notória do candidato aprovado, determinará a exoneração deste. Dessa exoneração haverá recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 10 - Depois de um ano de exercício, o escrevente não poderá ser demitido, senão nos casos e nos termos do artigo 1.º - parágrafo 3.º e 11 deste decreto, ou a bem do serviço público.

Parágrafo 1.º - A demissão a bem do serviço público será decretada pelo juiz ex-ofício, ou sob denúncia do serventuário do cartório, de qualquer prejudicado ou presidente do Instituto dos Advogados.

Parágrafo 2.º - A demissão será precedida de processo disciplinar, iniciado por portaria do juiz ou pela denúncia, tomada por termo, de acordo com o parágrafo anterior.

Parágrafo 3.º - A denúncia deverá ser satisfatoriamente fundamentada, para provocar processo disciplinar.

Parágrafo 4.º - O escrevente arguido poderá apresentar defesa escrita no prazo de 10 dias.

Parágrafo 5.º - Se o escrevente arguido não for encontrado na sede da Comarca, para os fins do parágrafo 4.º, será chamado por editais com prazo de 15 dias.

Parágrafo 6.º - Se, notificado da denúncia ou do processo iniciado, e passados os 15 dias, no caso do parágrafo anterior, o escrevente não apresentar, no prazo legal a sua defesa, mandará o juiz lavrar portaria de demissão. Se o arguido acudir com sua defesa, será concedida uma dilação probatória de dez dias, comum às partes seguindo-se logo a decisão do juiz.

Parágrafo 7.º - Da decisão do juiz, demitindo ou não o escrevente, cabe recurso para o Conselho Disciplinar da Magistratura.

Artigo 11 - O escrevente pode também ser demitido a requerimento do serventuário do cartório, sem declaração de motivo, mas nesse caso, fica, durante um ano, com direito à metade dos vencimentos, salvo se antes obtiver outra colocação com renda equivalente a essa metade.

Artigo 12 - É facultado aos escreventes de ofícios ou cartórios requerer a sua admissão à Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, nas mesmas condições dos parágrafos seguintes.

Parágrafo 1.º - As contribuições de qualquer natureza, bem como o pecúlio e o auxílio para funerais serão equivalentes a dois terços dos devidos ou do que competir aos serventuários dos escritórios de justiça nos quais servirem.

Parágrafo 2.º - Os atuais escreventes com mais cinquenta anos de idade poderão requerer a sua inclusão uma vez que sirvam, pelo menos, dez anos, desde que o requeiram dentro dos noventa dias seguintes à vigência do presente decreto. Fora do caso especial do presente parágrafo, nenhum escrevente com mais de cinquenta anos de idade será admitido.

Artigo 13 - Os escreventes estão sujeitos às penas disciplinares do artigo 34, do decreto 4.786, de 1930, observados os artigos 37, 38 e 39 do mesmo decreto. (Nota: - Este decreto dispõe sobre o regime de correições).

Artigo 14 - O escrevente exonerado a pedido seu, ou na forma dos artigos 1.º e parágrafo 3.º e 11, pode ser nomeado para outro cartório da mesma natureza, independentemente, de novo exame mediante requerimento subscrito pelo candidato e pelo respectivo serventuário.

Parágrafo único - Se o cartório ou escritório leio for de natureza diversa, o exame versará exclusivamente sobre as matérias estranhas ao antigo serviço.

Artigo 15 - Os vencimentos dos escreventes de todos os cartórios do Estado serão fixados pelo Secretário da Justiça, mediante proposta dos respectivos serventuário e informação do juiz.

Parágrafo 1.º - Nos trinta dias que se seguirem a vigência deste decreto, os serventuários da Justiça, que tiverem ou desejarem ter escrevente, apresentarão as suas propostas ao juiz, e estas serão remetidas, informadas, ao Secretário da Justiça dentro de 10 dias.

Parágrafo 2.º - A proposta será acompanhada de informações sobre a renda do cartório e o número de escrevente.

Parágrafo 3.º - Os escreventes serão classificados pelo juiz em categorias, para cada cartório, com vencimentos diferentes, e sob proposta do serventuário, como recurso para o corregedor geral (art. 2.º.)

Parágrafo 4.º - Na falta de proposta, o juiz prestará ex-offício as informações a que aludem os parágrafos 1.º e 2.º.

Parágrafo 5.º - O Secretário da Justiça uniformizará, tanto quanto possível, os vencimentos dos escreventes de cartórios de natureza e renda equivalentes.

Parágrafo 6.º - A tabela só poderá ser alterada de três em três anos, mediante representação fundamentada e documentada do serventuário ou dos escreventes, e informação do juiz.

Parágrafo 7.º - Quando, durante o triênio, forem criados novos lugares de escreventes, o Secretário da Justiça, fixará os vencimentos na forma dos parágrafos antecedentes, podendo alterá-los na primeira revisão da tabela.

Artigo 16 - Nas licenças que serão concedidas pelo juiz, com audiência do serventuário do cartório, perceberão os escreventes a parte dos vencimentos a que alude o artigo 7.º da lei n. 1.521, de 1916.

Artigo 17 - O serventuário do cartório, de acordo com o juiz, poderá distribuir a cada um dos seus escreventes determinados serviços, como o de reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos etc., e, nesse caso, o escrevente será responsável civil e criminalmente pelo ato que subscrever.

Parágrafo 1.º - A distribuição do serviço será publicada por edital e afixada permanentemente e ostensivamente no cartório.

Parágrafo 2.º - O serventuário do cartório não fica impedido de executar cumulativamente o serviço distribuído.

Artigo 18 - Os escreventes terão direito a quinze dias contínuos de férias em cada ano civil, sem perda de vencimentos. As férias serão concedidas pelo juiz, a pedido do escrevente, ouvido o serventuário. (Modificado pela lei n.º 2.177, de 23-7-53).

Artigo 19 - O serventuário que tiver escrevente poderá igualmente gozar de férias até trinta dias, concedidas pelo juiz. O escrevente que o substituir será obrigado a entregar-lhe a renda líquida do cartório, observado o disposto nos parágrafos 2.º e 3.º do artigo 20.

Artigo 20 - Os escreventes, segundo o lugar que ocuparem (art. 2.º), são os substitutos do serventuário efetivo, nos casos de férias ou licença.

Parágrafo 1.º - O serventuário licenciado terá direito a uma parte da renda líquida do cartório, correspondente às quotas fixadas no artigo 7.º da lei 1.521, de 1916, ou a toda essa renda líquida, quando em férias.

Parágrafo 2.º - O serventuário interino lançará diariamente em livro próprio a receita e a despesa do cartório, e recolherá, até o dia trinta de cada mês, ao estabelecimento, indicado pelo serventuário efetivo a quota pertencente a este, sob pena de ser imediatamente demitido.

Parágrafo 3.º - O serventuário licenciado poderá, até seis meses depois de terminar a licença, reclamar contra qualquer infidelidade das contas do interino, e o juiz decidirá de plano e sem recurso.

Parágrafo 4.º - O serventuário interino antes de assumir o exercício do cargo, dará fiador idôneo que se obrigue pela entrega da renda do cartório referida no parágrafo 2.º se assim o exigir o serventuário efetivo.

Artigo 21 - Os serventuários dos ofícios de justiça podem, sob a sua exclusiva responsabilidade, ter os praticantes e fiéis que entenderem necessários.

Parágrafo 1.º - Os praticantes e fiéis não terão título de nomeação e vencerão o que combinarem com o serventuário. Os contratos serão arquivados em juízo, e os juiz assegurará a sua execução.

Parágrafo 2.º - Os praticantes e fiéis não podem escrever nos autos ou fazer intimações, salvo aos advogados e solicitadores, quando estes fizerem declaração, datada e assinada à margem da sentença, despacho ou quota, de que foram intimados.

Artigo 22 - A promoção dos escreventes, no mesmo cartório, será feita pelo juiz de direito, sob proposta do serventuário.

Parágrafo único - Se o serventuário declarar preferir admitir novo candidato em vez da promoção de seus escreventes, o juiz ordenará a abertura do exame, para provimento de qualquer dos lugares que se tiver vagado.

Artigo 23 - O serventuário lançará a receita e a despesa do seu cartório ou ofício, diariamente, em livro próprio, aberto e rubricado pelo juiz de direito.

Artigo 24 - Este decreto entrou em vigor a 1.º de janeiro, de 1932, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo Provisório do Estado de S. Paulo aos 23 de julho de 1931.

DECRETO N.º 6.697-A~ DE 21.9.1934, A QUE SE REFERE O ARTIGO 21 DA LEI 819

Estabelece medidas relativas aos escreventes de cartórios em geral.

Artigo 1.º - Os escreventes de cartório e ofícios, uma vez contem, no mínimo, dez anos de exercício, sendo quatro pelo menos, no cartório ou ofício em que estiverem servindo, só poderão ser demitidos de acordo com processo disciplinar estabelecido no decreto n.º 5.129, de 23 de Julho de 1931.

Artigo 2.º - No caso de redução do número de escreventes, prevista no parágrafo 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 5.129, de 23 de Julho de 1931, ao escrevente dispensado com menos de dez anos de ofício em que estiver servindo, serão abonados três meses de vencimentos pagos no ato da dispensa, sem prejuízo de recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 3.º - O escrevente que não estiver nas condições estabelecidas no artigo 1.º poderá também ser demitido por iniciativa do serventuário, sem declaração do motivo, mas ficará nessa hipótese, com direito a vencimentos integrais, correspondentes a um ano.

Artigo 4.º - As férias asseguradas pelo artigo 18 do aludido decreto n.º 5.129, serão lançadas em cadernetas especiais, cujo modelo será aprovado pelo corregedor geral da justiça.

Artigo 5.º - Uma comissão de cinco membros, constituída por dois representantes dos escreventes, dois representantes dos serventuários e presidida por quem o Secretário da Justiça indicar, organizará a tabela mínima dos vencimentos dos escreventes de cartórios e ofícios.

Artigo 6.º - Os escreventes são obrigados a contribuir para a Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos, cabendo aos serventuários descontar as respectivas contribuições na folha de pagamentos recolhendo-as imediatamente à Caixa, acompanhadas de guias discriminadas.

Artigo 7.º - Os auxiliares de cartórios só poderão ser nomeados escreventes habilitados depois de aprovados em concurso, gozando de preferência para nomeação, em igualdade de condições, desde que tenham seus contratos arquivados na forma do parágrafo 1.º do artigo 21 do decreto 5.129, de 23-6-1931.

Artigo 8.º - Os escreventes ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, conforme a maior ou menor gravidade das faltas que cometerem:

- a) Advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão de oito a noventa dias;
- d) demissão.

Artigo 9.º - As penas de advertências e repreensão serão aplicáveis aos escreventes, quando estes:

- 1) Forem omissos no cumprimento de seus deveres;
- 2) deixarem de cumprir qualquer ordem em relação aos serviços;
- 3) perturbarem o silêncio dos ofícios ou cartórios durante as horas de trabalho ou tratarem de assunto que lhes seja estranho;
- 4) deixarem de tratar com a devida delicadeza e urbanidade não só as partes como os auxiliares.

Artigo 10 - A pena de suspensão será aplicada, quando o escrevente:

- a) já tiver sofrido por três vezes a pena de advertência ou repreensão;
- b) desacatar os superiores hierárquicos ou as partes, por gestos ou palavras;
- c) dar informações reconhecidamente inexatas;
- d) ausentar-se do ofício ou cartório por mais de oito dias, sem causa justificada;
- e) tornar-se manifestante relapso no cumprimento dos seus deveres;
- f) cometer qualquer ato ofensivo à moral e aos créditos do ofício ou cartório;
- g) fomentar, entre seus companheiros de trabalho, desarmonia ou inimizades, ou assoalhar, fora do ofício ou cartório, qualquer fato que nele passe e deva permanecer em sigilo;
- h) receber indebitamente gratificações ou propinas por parte dos clientes.

Parágrafo 1.º - A suspensão como pena disciplinar é distinta da que resulta de pronúncia,

conforme as leis da República, e da que constitui ato preliminar em processo de responsabilidade.

Parágrafo 2.º - O escrevente suspenso, e com a pena de suspensão confirmada pelo Corregedor, perde a regalia instituída no artigo 3.º.

Artigo 11 - Aplicar-se-á a pena de demissão:

- a) quando o escrevente já tenha sofrido, por três vezes, a pena de suspensão;
- b) quando, em processo administrativo, se verifique a incapacidade moral ou funcional - do processado.

Parágrafo único - Na hipótese da letra "a", é dispensado o processo administrativo.

Artigo 12 - As penas que alude o artigo 8.º, letras "a", "b" e "c", são aplicadas pelos serventuários, com recurso para o corregedor respectivo. A pena de demissão é aplicada pelo Corregedor do cartório, com recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Parágrafo único - Os recursos poderão ser interpostos dentro do prazo de dez dias, a contar da data da imposição da pena.

Artigo 13 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de setembro de 1934.

- a) ARMANDO DE SALES OLIVEIRA Valdomiro Silveira.

DECRETO-LEI N.12.520 DE 22 DE JANEIRO DE 1942

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, de conformidade com o art. 6.º, n. IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1932 e nos termos da Resolução n. 2.503, de 1941, de Departamento Administrativo do Estado, Decreta:

Artigo 1.º - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - O provimento e vacância das serventias de justiça e as substituições das respectivas serventias, rege-se-ão pelo disposto neste decreto-lei.

Artigo 3.º - A vacância do ofício de justiça decorrerá:

- a) - da desistência, concedida por decreto, após verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo Juiz de Direito Corregedor;
- b) - do falecimento do serventuário;
- c) - do abandono do exercício do cargo fora dos casos em que a lei expressamente o permite, por 30 dias, seguidos ou não, durante o ano;
- d) - da demissão.

Artigo 4.º - Os provimentos dos ofícios da justiça, em cada série de nove vagas, far-se-á:

- a) - 1/3 por livre escolha do Chefe do Governo, dentre doutores ou bacharéis em direito e cidadãos de reconhecida idoneidade e competência;
- b) - 1/3 dentre serventuários de justiça com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos em lista triplíce e mediante concurso de títulos;
- c) - 1/3 dentre escreventes habilitados dos cartórios da mesma natureza, com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos em lista triplíce e mediante concurso de títulos, observado o disposto no § único do art. 9.º.

Artigo 5.º - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário vitalício, será o ofício

provido interinamente pelo oficial maior e, na falta deste, pelo 1.º escrevente, sendo nomeação feita pelo Juiz Corregedor do Cartório, que fará devida comunicação à Secretaria da Justiça.

Artigo 6.º - O primeiro provimento dos ofícios que se criarem ou se restabelecerem, será feito livremente pelo Chefe do Governo.

Artigo 7.º - Continua em vigor o disposto no decreto-lei n. 11.464, de 30 de setembro de 1940, que regula o provimento dos ofícios de determinada natureza nas comarcas por ele indicadas

Artigo 8.º - O prazo para inscrição dos candidatos será de 30 dias, contados da primeira publicação do respectivo edital no Diário Oficial do Estado.

Artigo 9.º - No concurso a que se referem as letras "b" e "c" do art. 4.º somente poderão ser inscritos:

I - no concurso entre serventuários:

a) - os serventuários da comarca a que pertencer o ofício vago;

I - no concurso entre escreventes habilitados:

a) - os escreventes da mesma comarca;

b) - os escreventes de ofício de igual natureza, da mesma entrância ou de entrâncias superiores à que pertencer o cartório em concurso.

Parágrafo único - Para as comarcas de S. Paulo, Santos (4.ª entrâncias), Campinas, Ribeirão Preto e Rio Preto (3.ª entrâncias), só poderão concorrer, nas vagas que lhes competir, escreventes com mais de cinco anos de exercício em qualquer dessas comarcas.

Artigo 10 - Com o pedido de inscrição, devidamente selado e autenticado, deverá o candidato apresentar os seguintes documentos:

I - prova de nacionalidade e de idade;

II - prova de estar em gozo dos direitos civis e políticos;

III - prova de quitação ou isenção do serviço militar;

IV - prova de saúde;

V - carteira de identidade;

VI - folha corrida de polícia, do município ou dos municípios onde tiver residido nos últimos seis meses;

VII - folha corrida dos cartórios criminais da comarca ou das comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, inclusive da extinta Justiça Federal, provando não ter sido definitivamente condenado por qualquer crime;

VIII - título de nomeação de serventuário de justiça, quando se tratar de vaga a ser preenchida por serventuário, ou portaria de nomeação de escrevente habilitado, quando se tratar de vaga a ser preenchida por escrevente.

Artigo 11 - No concurso, além da apreciação dos documentos exigidos, serão levados em consideração os trabalhos ou obras pertinentes ao ofício em concurso, desde que publicados cinco anos, pelo menos, antes da vaga; as informações reservadas prestadas diretamente ao Conselho Superior da Magistratura, pelos juizes perante quem serviram candidatos a classificação em concurso ou concursos anteriores; diploma de bacharel ou de doutor em direito; desempenho de funções relevantes e a antiguidade na comarca ou entrância.

§ 1.º - O candidato deverá mencionar, em relação anexa à petição de inscrição, os nomes dos juizes perante quem tenha servido, devendo o Conselho Superior da Magistratura, à medida que lhe forem sendo apresentadas as petições, solicitar, dos juizes indicados pelo candidato, quando ainda em exercício, e de qualquer outro juiz perante o qual tenha exercido suas funções, e por ele não mencionado, informações reservadas sobre a competência e idoneidade moral do candidato, informações que deverão ser prestadas com a possível urgência.

§ 2.º - As informações serão comunicadas à Comissão Examinadora; em seguida ao julgamento do concurso, serão fechadas, lacradas e arquivadas, só podendo ser reabertas se os candidatos se inscreverem novamente.

§ 3.º - Não serão inscritos os candidatos que não tiverem apresentado os documentos necessários, assim como os que tiverem cometido omissão culposa ou falsidade nas indicações a que alude o parágrafo 1.º deste artigo.

Artigo 12 - Feita a ela classificação, os autos do concurso serão encaminhados, dentro de quinze dias, ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior. Em igual prazo, a contar do recebimento, o governo proverá na serventia qualquer dos três classificados.

Artigo 13 - Findos os trinta dias, fixados no artigo 8.º, não tendo havido inscrição, o provimento será feito livremente pelo Governo, devendo, entretanto, a nomeação recair em quem satisfaça os requisitos do artigo 10 deste decreto-lei.

Artigo 14 - O ofício será também provido livremente pelo Governo, se os três candidatos classificados no concurso não aceitarem a nomeação.

Artigo 15 - Os ofícios de justiça, atualmente vagos, serão providos por livre escolha do Chefe do Governo, independentemente de concurso, com observância dos requisitos do art. 10 deste decreto-lei.

Artigo 16 - Serão sempre de livre nomeação do Chefe do Governo. os serventuários e escreventes que percebem vencimentos fixos. Excetua-se o escrivão criminal do Tribunal de Apelação, cujo ofício, no caso de vaga, será aglutinado aos serviços da Secretaria do mesmo Tribunal, nos termos do decreto n. 5.453, de 31 de março de 1932.

Artigo 17 - Os escreventes dos cartórios do Tribunal de Apelação, dos cartórios do júri e criminais das comarcas; da Capital e de Santos, e dos cartórios das Varas de Acidentes do Trabalho, da Capital, poderão ser inscritos no concurso entre escreventes habilitados, para qualquer ofício, excetuados os do Registro Civil, a eles se aplicando o disposto no número 11 e no parágrafo único d art. 9.º.

Artigo 18 - A lista de antiguidade dos serventuários e dos escreventes, na comarca e na entrância, será publicada anualmente pela Corregedoria Geral da Justiça e ficará sujeita às retificações que, a requerimento dos interessados, ou do Corregedor Geral da Justiça julgar procedentes.

Artigo 19 - O Oficial Maior do Cartório será um dos seus escreventes, indicado pelo serventuário e nomeado a requerimento, pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 20 - A nomeação do oficial maior não implica na mudança de sua classificação no quadro dos escreventes do cartório. Sem prejuízo dessa classificação e dos direitos que lhe competirem como escrevente, poderá o oficial maior ser destituído ou substituído, mediante proposta do serventuário.

Artigo 21 - Em suas faltas, impedimentos, férias, licenças e outros afastamentos, serão os serventuários substituídos pelo oficial maior e, em falta deste, pelo escrevente mais graduado.

Artigo 22 - A nomeação de sucessor vitalício poderá ser requerida em qualquer dos casos estabelecidos no art. 1.º, letras "a" e "b" do decreto n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935, e será precedida de concurso de títulos, no qual somente poderão ser inscritos os escreventes do respectivo cartório com três anos, pelo menos, de exercício, observadas as demais regras estatuídas neste decreto-lei, tendo preferência para a nomeação, em igualdade de condições, o oficial maior.

Parágrafo único - Pelo falecimento do serventuário vitalício não se considerará vago o ofício de justiça para o qual haja sido nomeado sucessor: - ficará este provido em definitivo na serventia, feitas, no título, as necessárias anotações.

Artigo 23 - Os casos omissos regular-se-ão pelas disposições legais anteriores que não colidirem

com as presentes.

Artigo 24 - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 21 da lei n.º 2.548, de 1936, o artigo 9.º da lei n.º 2.832, de 1937 e o artigo 18 da lei n.º 3.049, de 1937.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 22 de janeiro de 1942.

FERNANDO COSTA
Abelardo Vergueiro Cesar.

Publicado na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, aos 22 de janeiro de 1942, depois de aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, por despacho de 16 do corrente, conforme se verifica do processo n. 76.302, da mesma Secretaria.

Fábio Egydio de O. Carvalho,
Diretor Geral.
D. O. de 23/1/1942.

(NOTA: Este decreto foi revigorado, naquilo que não colidir com a lei 819).

DECRETO N. 6.986~ DE 25 DE FEVEREIRO DE 1935, A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 4.º DA LEI 819

"Regula a nomeação de serventuários de justiça e dá outras providências".

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930 e

Artigo 9.º - No caso de falecimento do sucessor, outro poderá ser nomeado respeitados os termos e disposições deste decreto, salvo si, sem prejuízo do interesse público, preferir o serventuário vitalício voltar ao exercício do cargo.

Artigo 10 - O serventuário, a quem houver sido nomeado sucessor, poderá voltar ao exercício do cargo e até desistir do pedido de sucessor, desde que haja desaparecido qualquer destas três causas, mencionadas no artigo 1.º, letra "a", cegueira, surdez ou demência.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Valdomiro Silveira.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL A QUE SE REFERE O ARTIGO 3.º, LETRA "D" DA LEI 819

Artigo 189 - Os funcionários Públicos perderão os cargos:

1 - Quando vitalícios, somente em virtude de sentença judiciária.

LEI FEDERAL N. 1.164, DE 24/7/50, A QUE SE REFERE O ITEM VII, DO ARTIGO 20 DA LEI 819

Substitui o Código Eleitoral

Art. 18 - Cabe a jurisdição de cada uma das zonas eleitorais a um juiz de direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal que goze das prerrogativas do art. 95 da Constituição.

§ 1.º - Onde houver mais de uma vara, o Tribunal designará aquela, ou aquelas, a que incumbe o serviço eleitoral.

§ 2.º - O juiz indicará o escrivão para o serviço eleitoral nas varas em que houver mais de um

ofício, devendo, porém, cada um servir por dois anos rotativamente.

§ 3.º - Não podem servir como escrivães eleitorais os candidatos a cargos eletivos.

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.º 2.752 - DE 10 DE ABRIL DE 1956

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º - É permitida aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social com os proventos de disponibilidade, aposentadoria ou reforma (Decreto-lei n.º 2.004, de 7 de fevereiro de 1940, e Decreto-lei n.º 8.821, de 24 de janeiro de 1946), sem qualquer limite ou restrição.

Parágrafo único. As vantagens desta lei beneficiarão aos que não perderam a condição de servidor ou funcionário público ao ser instalado o regime autárquico.

Art. 2.º - Os funcionários e servidores públicos que contribuam para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, poderão optar por um deles, requerendo a transferência das contribuições para a instituição em que permanecerem.

Art. 3.º - Os proventos retidos ou cujo pagamento tenha sido suspenso pelo Tesouro Nacional deverão ser pagos aos aposentados ou inativos pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta lei.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1956; 135.0 da Independência e 68.0 da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

D. União de 10/4/56.

LEI ESTADUAL

DECRETO N.º 25.586, DE 8 DE MARÇO DE 1956

Dá nova redação à letra "a" do artigo 103 e parágrafo único do artigo 115 do Decreto n. 12.762, de 18 de junho de 1942.

JANIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º - Passam a ter a seguinte redação a letra "a" do artigo 103 e o parágrafo único do artigo 115 do Decreto n. 12.762, de 18 de junho de 1942:

"a) de propriedade, com a transcrição do título no Registro de Imóveis e das anteriores transcrições, dentro dos últimos quinze anos;"

"parágrafo único - as mensalidades em mora vencerão juros de um por cento (1%) ao mês, salvo comprovação de recebimento normal dos vencimentos, pelos servidores públicos, em dias posterior ao prazo acima, e desde que efetuado o recolhimento da prestação dentro das vinte e



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

quatro (24) horas seguintes. "

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de março de 1956.

JANIO QUADROS

José Adolpho Chaves de Amarante

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 8 de março de 1956.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

D. O. de 9/3/56.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
LEVANTAMENTO DE DÚVIDA NOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS	3
DO COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA IRRETRATÁVEL	4
INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	5
O PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS DE JUSTIÇA	8
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PARTICULAR PARA VENDA DE IMÓVEIS	9
LEIS E DECRETOS	12
LEI N.º 8197 DE 31 DE OUTUBRO DE 1950	12
LEI N. 2.778, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954	21
LEI N. 2888, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954	22
LEI N. 3063, DE 12 DE JULHO DE 1955	22
LEI N. 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954	23
LEI N. 2.456 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953	23
RELAÇÃO DAS COMARCAS E RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS	27
LEIS E DECRETO-LEIS QUE SE REFERE A LEI 819.	30
DO INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO	31
DAS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	32
DOS QUE DESEJAM DEDICAR-SE A AGRICULTURA	32
DA ASSISTÊNCIA AOS EX-COMBATENTE	33
DOS MEIOS DE EXECUÇÃO	33
DECRETO-LEI N.12.520 DE 22 DE JANEIRO DE 1942	41
LEIS E DECRETOS	45
LEI FEDERAL	45
LEI ESTADUAL	46
DIRETORIA	47
CONSELHO FISCAL	47
SUPLENTE	47
ÍNDICE	48

Nº 056 - Publicação: 01/07/1956

Colaborações

A SOLENIDADE DO CASAMENTO CIVIL

J. B. PEÇANHA SOBRINHO

O Sr. governador, entrando em minúcias, houve por bem determinar maior solenidade no ato do casamento. É bem de ver que o cometimento governamental cifra-se numa intenção, elevada e digna de encômios. Como o casamento é um ato legal que merece o máximo respeito, pois dele advêm serias responsabilidades aos nubentes, o Sr. governador, nos seus cuidados, só faz jus a louvores.

Todavia, a solenidade em apreço, já prevista no artigo 193 do Código Civil Brasileiro, tem sido preservada integralmente desde a instituição do casamento civil no país. Maior realce no ato, não é possível. Desde os vilarejos que se engravam nos rincões da nação, até as capitais dos Estados, todos eles testemunham a solenidade com que se encara o preceito legal atinente ao casamento.

Todos os dispositivos do Código são observados, a rigor. O juiz de casamentos, por modesta que seja a sua situação social, sempre se investe de maior respeitabilidade ao proferir o "conjugovobis".

Reportemo-nos a uma repartição do registro civil de qualquer cidadezinha, por ocasião da celebração do casamento. Serventuário a postos, testemunhas, nubentes, o juiz de casamentos cumpre o seu mister debaixo do maior acatamento dos presentes. Dir-se-ia que modesto cidadão, oriundo da gleba rural ou do comércio varejista da cidade, de sua simplicidade inata se alcandora a respeitabilidade de um desembargador de Tribunal, em hora de votação no plenário. Uma centelha de espiritualidade, ao que parece desviada de um egrégio pretório, adentra a saleta do cartório e o ato do casamento se efetiva ungido por um ritual que diz bem de perto as coisas da Justiça.

Por uma circunstância talvez estranha, atendo-se a que a nomeação dos juizes de casamentos se prende ao critério político, a quase totalidade dos juizes de casamentos congrega cidadãos probos, bem intencionados, cuja vida privada sobrepõe a qualquer prevenção da coletividade. São homens dignos, despojados de ambições, que levam a sério o seu mister de "fazedores" de casamentos. Seja ele culto, oriundo de cursos universitários, ou unicamente prendado das primeiras letras, o certo é que o público os acata e os reverencia através de indeléveis homenagens.

Dentro da repartição, ele é a autoridade suprema e o público sente-se bem em apreciar-lhe a investidura e a verticalidade no desempenho da função.

O futuro par, "marido e mulher", ao ouvir-lhe a palavra que sacramenta o ato do casamento, queda-se respeitoso, como se um veredicto patriarcal ecoasse por entre a majestade de quatro paredes de um templo cerimonioso. Há exageros, acaso, nessa assertiva? A solenidade do casamento, como é óbvio, assenta-se na gravidade do ato, mas quando ele tem a chancela de um cidadão conspícuo que reúne em si as boas virtudes que exornam e engrandecem uma figura da multidão.

Poder-se-ia pensar em dar maior realce a solenidade, prodigalizando-se maior aparato a repartição onde o casamento é celebrado. Mas todo o mundo sabe que o regime atual de cartórios não o permite, pois o Estado se coloca alheio ao aparelhamento e manutenção das repartições de casamento, salvo exceções no tocante a cidades que possuem o seu palácio de Justiça. Se assim é, como se exigir mais? Há casos em que o juiz de casamento, na vida particular, exerce o mais modesto mister. E então é de vê-lo dentro de uma quitanda qualquer ou atrás de balcões de um desfalcado "secos e molhados", manobrando a clientela dentro do "deve e haver". Mas todo aquele prosaísmo se evapora como por encanto, quando a repartição de casamentos o convoca para o aperto do lago que há de prender, por todo o sempre, um suspiroso casal de nubentes...

Como se vê, a solenidade do casamento já está sendo observada rigorosamente pelos seus encarregados.

Desde a capital do Estado até o mais reles burgozinho todos eles emprestam-lhe inequívocas homenagens e respeito, por ocasião da celebração do ato civil.

Vista-se a noiva de sedas ou cubra-se de tules os mais transparentes; apresentem-se os noivos como campônios que trabalham a terra; o certo é que, na hora designada, o ambiente em geral se reveste da mais comovente solenidade.

O juizado de casamentos é, e continua a ser, irretorquivelmente, uma instituição que merece, não só dos nubentes interessados, mas do povo em geral, a melhor consideração e a mais prestigiosa homenagem.

RETIFICAÇÃO

LEI N. 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950.

No item V, da letra "a", do artigo 20, leia-se:

"V - Cada período de cinco anos de efetivo exercício como serventuário, escrevente, solicitador

ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto." (redação dada pela lei n. 2.704, de 23 de julho de 1954).

AS APOSENTADORIAS PELA CARTEIRA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA
ABNER BORGES
Of. Reg. Civil de J. America.

Está em discussão na Assembléia Legislativa o aumento das aposentadorias dos servidores de Justiça.

Não podia ser por menos. Dia a dia a vida torna-se mais cara com a depreciação da nossa moeda aquisitiva, motivado por uma desorganização geral, quase mundial.

Os nossos aplausos e agradecimentos aos dignos autores do aumento que espontaneamente o fizeram por sua alta clarividência.

Compreenderam a Justiça e equidade, uma vez que outros do nosso mesmo ofício vão sendo melhorados para suportarem as dificuldades do momento.

Entendemos que a aposentadoria aos servidores da Justiça da capital, última entrância da carreira (pagos pelo Instituto de Previdência do Estado), deveria ser equiparada a dos titulares dos cartórios oficializados.

Somos todos da mesma categoria, também nomeados por concursos, prestamos os mesmos serviços à Justiça e ao público, com as responsabilidades inerentes aos nossos respectivos cargos, porque não iguais vencimentos e 6.ª parte?

É portanto justa, justíssima a equiparação na capital, que na realidade representa o final da carreira, ambicionada pelos serventuários das outras comarcas da mesma entrância e que aqui chegando por acesso, terão as vantagens da máxima aposentadoria.

Terão como nós, de enfrentar maiores despesas e padrão de vida mais oneroso que em outra qualquer comarca do interior.

Ainda o nosso reconhecimento, pela pensão lembrada as viúvas e filhos menores dos servidores de Justiça. Embora pequena como disse o eminente deputado Alfredo Farhat, entretanto é um auxílio. Só assim haveria possibilidade desse amparo que está dentro das forças da carteira dos serventuários de Justiça.

Devemos nos empenhar para que esse justo projeto tenha rápido andamento.

Dado o espírito de Justiça do Exmo. Sr. Governador do Estado, será por certo, sem restrição, convertido em lei tão justo e humano decreto.

ESCRITURAÇÃO NOS LIVROS PELOS SERVENTUÁRIOS AFASTADOS EM CUMPRIMENTO A MANDATOS ELETIVOS

Tendo esta Associação, feito uma representação ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, afim de que seja facultado aos serventuários afastados em cumprimento a mandatos eletivos escriturar nos livros e em todos os atos, com a responsabilidade direta de quem os subscreve, foi exarado o seguinte despacho:

Proc. 13.703 - Capital - Associação dos Serventuários de Justiça do Estado: Se a Constituição Federal, em seu art. 50, determina imperativamente o afastamento, do exercício do cargo aos funcionários que exercem cargos eletivos, não há como permitir-lhes, se trata de serventuário, que escrevem nos livros de cartório, embora sob responsabilidade direta, segundo pretenda a digna Associação dos Serventuários de Justiça. O dispositivo constitucional é claro e, não

obstante ponderosos os motivos alegados, não é de atender-se a representação - São Paulo, 22-8-1956 - (a) Pinto do Amaral.

UMA PÁGINA DO "MANUAL DO SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA"
JOSÉ BERNARDO DE MATTOS
RECONHECIMENTO DE FILHOS ILEGÍTIMOS

Pode ser feito pelos pais, conjunta ou separadamente - art. 355 do C. Civil.

Pode fazer-se no próprio termo de nascimento, ou mediante escritura pública, ou por-testamento - art. 357 do C. Civil.

Quando pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento - parág. único do art. 357 do C. Civil.

Não pode ser feito o de filhos incestuosos ou adulterinos - art. 358 do C. Civil.

Comentário: São incestuosos, os filhos de pessoas impedidas de casar, por parentesco.

São adulterinos, os filhos de homem solteiro com mulher casada, ou vice-versa; os filhos de homem e mulher casados, não sendo cônjuges entre si e não desquitados.

"Dissolvida a sociedade conjugal, será permitido a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho havido fora do matrimônio, e, ao filho a ação para que se lhe declare a filiação".

- Art. 1.º da Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949.

Comentário: O art. 358 do C. Civil, foi alterado em virtude do art. acima transcrito, e expressamente pelo art. 6.º da citada lei. Ficou assim decidida a controvérsia sobre os filhos dos desquitados, os quais não são considerados adulterinos, mas simplesmente naturais, e mesmo que os sejam, podem ser reconhecidos, porque o desquite, de acordo com o inciso III do art. 315 do C. Civil, dissolve a sociedade conjugal.

Não é admissível sob condição - art. 361 do Código Civil.

O de filho maior, não pode ser feito sem o seu consentimento, e o de filho menor, quando pode ser impugnado art. 362 do C. Civil.

Será averbado no registro civil das pessoas naturais arts. 39, § 1.º, inciso IV. e 110.

RETIFICAÇÕES

No registro civil das pessoas naturais - Só poderão ser feitas mediante sentença do juiz togado.

- Arts. 117 a 120 - Código do Proc. Civil e Comercial, arts. 595 a 599.

No Registro de Imóveis: Só por meio de processo contencioso - arts. 227, 228 e 231.

RESOLUÇÕES, ACÓRDÃOS, ETC.

ESCRIVÃO ELEITORAL - A função eleitoral compete ao ofício de justiça e não à pessoa do serventuário - Escrivão interino pode ser designado para o serviço eleitoral.

ESCRIVÃO ELEITORAL - Pode ser nomeado para as funções a oficial de cartório do Registro Civil.

ACÓRDÃO N.º 38.314 - PROCESSO N.º 2.008, DE GETULINA CLASSE SÉTIMA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos n.º 2.008 da Classe Sétima, em que o Juiz Eleitoral da 160.ª Zona, Getulina, consulta:

1.º - Se o oficial interino do Cartório do 1.º Ofício de Notas e Anexos pode ser designado para as funções de escrivão eleitoral, em virtude de licenciamento para tratar de interesses particulares, do titular efetivo.

2.º - Se inexistindo escrivão do cartório do ofício, efetivo, pode ser designado o oficial efetivo do cartório do Registro Civil do distrito-sede da comarca.

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por votação unânime, responder afirmativamente a ambas as indagações.

Assim decidem, visto que a função eleitoral compete mais propriamente ao ofício de justiça do que ao respectivo serventuário, pouco importando esteja o cartório a cargo deste ou daquele servidor, nem tampouco a natureza da investidura, se efetiva ou interina.

Aliás, idêntica decisão já foi proferida na consulta formulada pelo Juízo da 109.ª Zona, Ribeirão Preto, no V. Acórdão n.º 26.987, Processo n.º 1.600, da classe sétima. ("Boletim Eleitoral" de São Paulo, 107/1.880.)

São Paulo, 6 de junho de 1955 - JUSTINO PINHEIRO, Presidente - VASCO CONCEIÇÃO, Relator - Presente. JOAQUIM JUSTINO RIBEIRO, Procurador Regional.

Leis e Decretos

DECRETO ESTADUAL

DECRETO N.º 25.639, DE 20 DE MARÇO DE 1956

Regulamenta a Lei w.0 3.331, de 31 de dezembro, de 1955.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - As custas e emolumentos devidos aos serventuários pelos serviços dos cartórios abrangidos pela lei n.º 3.331, de 31 de dezembro de 1955, passam a constituir renda do Estado, a partir:

- a) - de 1.º de Janeiro do corrente ano, dos cartórios já vagos na data de sua promulgação;
- b) - da data da vacância, para os que se vagarem posteriormente;
- c) - da data do deferimento do pedido de opção nos demais casos.

Artigo 2.º - Os vencimentos dos funcionários nomeados para os cargos criados pela lei n.º 3.331, em cada cartório que seja efetivamente oficializado, serão de responsabilidade do Estado a partir de uma das oportunidades fixadas no inciso anterior, conforme a alínea em que o cartório se enquadra.

Artigo 3.º - Os cargos de escrivão dos cartórios indicados no artigo 1.º da lei ora regulamentada serão providos na forma da legislação em vigor.

Artigo 4.º - Os cargos de ESCRIVENTE criados pela mesma lei serão providos, em cada cartório, pelos respectivos escreventes habilitados nele nomeados com homologação da Corregedoria Geral da Justiça e que estiverem ocupando o cargo:

- a) - em 1.º de janeiro do corrente ano nos cartórios vagos na data da promulgação da mencionada lei n.º 331;
- b) - na data da vacância para os que se vagarem na vigência da lei citada;
- c) - na data do deferimento do pedido de opção, quando este for o caso da oficialização;

§ 1.º - Persistindo vagos cargos de escrevente em cartório oficializado por força da lei n. 3.331, sendo preenchidos mediante nomeação de escreventes habilitados excedentes, mais antigos, em outros cartórios também oficializados com fundamento na referida lei, dando-se preferência, em igualdade de condições, aos de cartórios de igual natureza.

§ 2.º - Case ainda subsistam vagos cargos de escrevente, serão eles, então, providos, no cartório

das vacâncias, pelos respectivos auxiliares na ordem de antigüidade na serventia, respeitadas as condições legais, inclusive a idade mínima de 18 anos cumpridos para o ingresso no funcionalismo público.

Artigo 5.º - Em cada cartório que seja oficializado, o cargo de fiel será provido pelo servidor de justiça de igual denominação mais antigo no mesmo, e, no caso de persistir vago o cargo, será preenchido por um auxiliar na forma do § 2.º do artigo 4.º deste decreto.

Artigo 6.º - Os escreventes em gozo de aposentadoria provisória, a cargo da "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", do Instituto de Previdência do Estado, que forem aproveitados para es cargos criados pela lei ora regulamentada, deverão submeter-se, dentro de trinta dias, a exame de saúde no Departamento Médico do Serviço Civil do Estado, e, se for o caso, afastados nos termos do artigo 94 da Constituição Estadual.

Artigo 7.º - Para o efeito dos provimentos de que cogita este regulamento, serão títulos hábeis os documentos regularmente expedidos ou autenticados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

Artigo 8.º - Os cartórios judiciais de que trata a lei ora regulamentada deverão enviar até o décimo dia a partir da publicação deste decreto, ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior os documentos solicitados pelo Titular da mesma Pasta em sua Circular n. 1.045, de 6 de fevereiro do corrente ano, devidamente autenticados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 9.º - Os cartórios referidos no parágrafo único do artigo 6.º da Lei n. 3.331, se incluem entre os de que trata o seu artigo 2.º, dependendo de opção dos serventuários sucedidos e sua oficialização.

Artigo 10 - É vedada a nomeação para os cargos de escrevente ou de fiel, nos cartórios oficializados pela lei n. 3.331, de qualquer servidor parente, até segundo grau, do escrivão provido na mesma serventia por força da citada lei.

Artigo 11 - No caso de admissões irregulares nos cartórios, visando ao provimento nos cargos criados pela lei ora regulamentada, serão apuradas as responsabilidades para os efeitos das sanções legais cabíveis.

Artigo 12 - As normas constantes deste decreto, referentes ao provimento dos cargos de escrevente e fiel, de que cuida este diploma legal, valerão apenas para o primeiro provimento dos citados cargos.

Artigo 13 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de março de 1956.

JÂNIO QUADROS.

Lincoln Feliciano da Silva

Público na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 20 de março de 1956.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

(*)Público novamente por ter saído com incorreção.

D. O. de 22-3-56.

DECRETO N. 25.9795 DE 8 DE A JUNHO DE 1956

Altera dispositivos do decreto n. 25.639, de 20 de março de 1956.

JOSÉ PORPHYRIO DA PAZ, VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7.º da lei n. 3.331, de 30 de dezembro de 1955,

Decreta:

Artigo 1.º - A alínea "c" do artigo 4.º do decreto n. 25.639, de 20 de março de 1956, passa a ter a seguinte redação:

"c - na data da vigência da mesma lei nos casos de deferimento do pedido de opção".

Artigo 2.º - Os serventuários, sucessores vitalícios, escreventes e fiéis, nomeados em razão do estabelecido nos artigos 6.º e § único, 7.º e 8.º da lei n. 3.331, de 30 de dezembro de 1955, farão jus aos vencimentos dos respectivos cargos:

- a) - a partir da vigência da lei n. 3.331, de 30 de dezembro de 1955, quanto aos ofícios vagos nessa data;
- b) - a partir da vacância do ofício, se esta ocorreu ou vier a ocorrer após a data fixada no item anterior;
- c) - a partir da publicação do despacho que deferiu a opção do serventuário ou sucessor vitalício.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de junho de 1956.

JOSÉ PORPHYRIO DA PAZ

Lincoln Feliciano da Silva

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 8 de junho de 1956.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
- Diretor Geral.

D. O. de 9-6-56.

Leis Federais

LEI N.º 2.816 - DE 6 DE JULHO DE 1956

Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os arts. 517 e 523 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil), passam a ter a seguinte redação:

"Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), o processo de inventário e partilha far-se-á de acordo com as regras deste Capítulo, aplicadas, quanto ao mais, as estabelecidas nos Capítulos anteriores".

Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário de valor superior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), se as partes forem capazes de transigir e nele convierem, em termo judicial, assinado por todas."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

D. União de 9/7/56.

LEI N.º 2.786 - DE 21 DE MAIO DE 1956

Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica revogado o Decreto-lei n.º 9.811, de 9 de setembro de 1946.

Art. 2.º Fica revogado o parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentando-se-lhe os seguintes parágrafos:

"Art. 15

§ 1.º. A emissão provisória poderá ser feita, independentemente da citação do réu, mediante o depósito:

- a) do preço oferecido, se este for superior a 20 (vinte) vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial;
- b) da quantia correspondente a 20 (vinte) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido;
- c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior;
- d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso e, o juiz fixará, independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originariamente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel.

§ 2.º. A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o ex-proprietário a requerer a emissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3.º. Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior não será concedida a emissão provisória."

Art. 3.º. O art. 26 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado.

Parágrafo único - Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do ex-proprietário."

Art. 4.º. Fica revogado o parágrafo único do art. 27 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentando-se-lhe os seguintes parágrafos:

"Art. 27.....

§ 1.º. A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido, condenará o desapropriante a pagar honorários de advogado, sobre o valor da diferença.

§ 2.º. A transmissão da propriedade decorrente de desapropriação amigável ou judicial, não ficará sujeita ao imposto de lucro imobiliário."

Art. 5.º O art. 32 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32. O pagamento do preço será prévio e em dinheiro." -

Art. 6.º. O parágrafo único do artigo 33 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passará a constituir § 1.º, acrescentando-se-lhe um parágrafo:

"Art. 33

§ 2.º. O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou do fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34."

Art. 7.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicável aos processos em curso.

Art. 8.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

D. Oficial da União de 24/5/56.

LEI N.º 2.756 - DE 17 DE ABRIL DE 1956

Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

O Presidente da República:

Faço - Saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional do Serviço Social.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

D. da União, 20/4/56.

LEI N. 2.168, DE 11 DE JANEIRO DE 1954.

Estabelece normas para instituição de seguro agrário.

Art. 1.º. É instituído o seguro agrário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra a eventualidade de risco que lhes serão peculiares, na forma da presente lei.

... Art. 6.º. Os documentos e atos relativos às operações de seguros agrários ficam isentos de selos, impostos e taxas federais.

... Art. 21 - É o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, destinada a desenvolver Progressivamente operações de seguros agropecuários, sob a denominação de Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

... art. 25 - A Sociedade gozará de isenção tributária ampla e irrestrita de quaisquer impostos e taxas e emolumentos federais, inclusive do selo federal exigível em apólices, papeis e documentos em que a Sociedade seja parte ou interveniente.

Provimentos

PROVIMENTO N. 1-56

Prazo para lavratura dos assentos de óbitos que especifica.

O Desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, Resolve, atendendo aos termos de representação que lhe foi dirigida pelo Serviço de Verificação de óbitos, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo, autorizar os Oficiais do Registro Civil da Capital a receber para os devidos fins, com a tolerância de prazo até quarenta e cinco dias (Art. 63, a que faz remissão o art. 89, ambos do Dec. Federal 4.857, de 9-11-1939), os atestados de óbito expedido pelo referido Serviço, na conformidade do § 2.º do art. 3.º do Decreto Estadual n. 10.139, de 18-4-1939.

R. e publique-se para conhecimento dos M.M. Juizes Corregedores Permanentes, dos Oficiais do Registro Civil a que se destina e de todos os interessados, fornecendo-se cópia ao Serviço de Verificação de Óbitos.

Cumpra-se.

São Paulo, 26 de maio de 1956.

O Corregedor Geral da Justiça.

Distribuições de 28 de maio de 1956.

D. J. de 31/5/56.

CÓPIA AUTENTICA DE FLS. PORTARIA N. 16/54

O Desembargador Pedra Rodovalho Marcondes Chaves, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,
ATENDENDO

a que os serventuários de justiça não vêm cumprindo o disposto no § 1.º do art. 3.º do Decreto n. 19.365, de 20-4-1950 e a alínea "d" do art. 12, da Lei n. 465, de 28/9/1949 e

ATENDENDO

a alta finalidade social e com grandes benefícios da aposentadoria, embora o assunto escape às atribuições desta Corregedoria Geral,

RATIFICA A RECOMENDAÇÃO

constante da Portaria n. 11/54, de 5 de Agosto do corrente ano, para que os serventuários cumpram as referidas leis, advertindo-os das graves consequências decorrentes da falta de pagamentos das contribuições, com o cancelamento da inscrição.

RECOMENDA,

em aditamento àquela portaria, que o selo de reconhecimento de firma é exigível tantas vezes quantas forem as firmas reconhecidas. ,

P. CUMPRA-SE.

São Paulo, 7 de Dezembro de 1.954.

(a.) PEDRO RODOVALHO MARCONDES CHAVES.
Corregedor Geral da Justiça.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS NA CAPITAL FEDERAL

Regulando o reconhecimento de firmas nos diferentes ofícios de Notas da Justiça local, o desembargador Frederico Sussekind, corregedor de Justiça, acaba de baixar oportuna portaria, que está vazada nos seguintes termos: "Atendendo a que a Portaria n.º 557 de 1955; determinou aos senhores tabeliães que - "nos instrumentos de reconhecimento de firma se declare, sendo essa de pessoa conhecida, esta circunstância, e, não o sendo, que no mesmo se declare ser feita por semelhança"; Atendendo a que a declaração - "por semelhança" - tem motivado a recusa do documento e sua não aceitação, tida como de presunção e não de autenticidade da firma do seu

signatário; Atendendo a que o art. 215 do Código de Organização Judiciária dispõe que o reconhecimento, como ato pessoal do tabelião ou de seu substituto, deverá ser feito - "pelo confronto com a previamente depositada em cartório"; Atendendo a que, para esse confronto possuem os cartórios o livro próprio e, também, os cartões de fichas, com as respectivas assinaturas: Atendendo a que há necessidade de ser procedida, com toda a cautela a esse confronto, mesmo porque, negligenciando no reconhecimento, ficam os tabeliães responsáveis pelos danos causados a terceiros; Resolve revogar a dita Portaria n.º 557 de 1955 e restabelecer a Circular n.º 199, de 11 de dezembro de 1951, e determinar, em consequência, aos senhores tabeliães de Notas que o reconhecimento de firma obedeça aos disposto no artigo 215 do Código de Organização Judiciária, limitando-se a declarar reconhecida a firma no documento apresentado sem referência à maneira com que o reconhecimento é feito, por desnecessária".

Proc. 13612 - Campinas - Egon Ernest Zink e Ingeborg Singendonk: Vistos, etc. Dou provimento ao recurso, para determinar que o Oficial do Registro Civil do 2.º Subdistrito de Campinas, realize o casamento dos recorrentes, que se habilitaram em Santa Catarina. O provimento citado na decisão recorrida tem a sua vigência limitada ao território deste Estado, como é óbvio, e, pois, não se aplica ao presente caso, em que a habilitação foi processada em outro Estado obedecendo às prescrições do Código Civil, que não se aplica ao presente caso, em que a habilitação foi processada em outro Estado, obedecendo às prescrições do Código Civil, que não impõe qualquer condição para a realização do casamento em outra circunscrição judiciária. Ademais, querem os recorrentes realizar o seu casamento no lugar de residência dos pais de um deles, o que justifica o ato nas condições pretendidas. Comunique-se a presente decisão ao Oficial do Registro Civil de Campinas. São Paulo, 27 de julho de 1956. (a) Pinto do Amaral.

D. J. de 29-7-56.

Jurisprudência

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Um dos escreventes do 7.º Ofício da comarca de Santos, criminosamente, mediante ofícios requisitórios ideologicamente falsos, obtidos por via de ardis e artifícios, conseguiu levantar, em parcelas diversas, depósito em dinheiro, recolhido à agência local do Banco do Brasil, cuja administração e responsabilidade cabia à Fazenda do Estado. Resgatou ele a sua falta, com o sacrifício máximo, cometendo suicídio, tornando-se o fato público e notório. Esse depósito referia-se a quantia pertencente a menor havida em inventário dos bens deixados por seu pai.

Propôs o menor uma ação como objetivo de obter a reparação do dano causado pelo funcionário da justiça, que consiste na restauração integral do depósito, inclusive juros e a acrescer até a sua integração.

Situando a questão no tempo, objeta a Fazenda que o escrevente, submetido ao regime do decreto n.º 5129, de 23 de julho de 1931, não passava de preposto de escrivão, não se aplicando ao caso o disposto no artigo 15 do Código Civil, regulando-se a espécie pelo artigo 1521, n.º III, do mesmo diploma legal.

A causa foi decidida pelo juiz Joaquim Bandeira de Melo, que asseverou:
"O tema da responsabilidade civil do Estado, assinala Aguiar Dias, tem inspirado vasta literatura, na justa medida das incertezas e variações que suscita. A causa principal dessa situação, que os juristas desejam ardentemente modificar, como o testemunha o renovado esforço dedicado a clarear o problema, está, em grande parte, no fato de contemplar a responsabilidade do Estado como instituto de direito Civil, pois é certo que a tal anseio não satisfaz a simples transposição para o seu domínio, dos princípios da responsabilidade do direito privado. A responsabilidade civil do Estado é matéria de direito administrativo. ('Da Responsabilidade Civil', vol. II, pag. 142).

Travaram-se eruditas controvérsias e de tal modo divergiram os juristas que suas opiniões, pelas analogias e antinomias, se agrupam em três correntes definidas e básicas: a teoria da irresponsabilidade, a teoria da responsabilidade geral ou a de sistema misto, magnificamente

exposta e estudadas pelo, eminente Amaro Cavalcanti na sua obra clássica, "Responsabilidade Civil do Estado".

Definitivamente arredada a da irresponsabilidade, a doutrina da culpa, enfaticamente resumida por Von Thering, na formula "sem culpa nenhuma reparação", torna-se insuficiente em face das necessidades criadas pela vida moderna, quer no âmbito das relações privadas, quer no domínio do direito administrativo, pelo continuado alargamento das funções do Estado, progressiva e acentuadamente intervencionistas. Os escritores franceses, com Salleilles a frente, abriram larga brecha nesse principio, introduzindo no campo de tão acirradas controvérsias, o conceito de culpa objetiva, ou a teoria do risco.

A responsabilidade sem culpa, ou objetiva, *in ré ipsa*, ou a teoria do risco, sintetizada por Salleilles, na pitoresca formula "qui casse les verres les payes", já foi introduzida na nossa legislação positiva, sem nenhuma sombra de dúvida, na lei de acidentes no trabalho; artigo 96 e seguintes do Código Brasileiro do Ar; arts. 1.519, 1.520, parágrafo único do Código Civil; arts. 16, n.º VII e.34, n.º XV, do Código de Minas.

Transpondo o problema para a esfera administrativa, antes de quaisquer outras considerações, não podíamos deixar passar *in albis*, o que escreveu Aguiar Dias na sua conceituada obra já citada: "Devemos reconhecer que, sem encarar com alguma audácia - que consideramos um dos melhores atributos do juiz - o art. 15 do Código Civil, é na doutrina da falta de serviço público que se deve buscar a ação de responsabilidade do Estado. Confessamos, entretanto, do mesmo, passo, nossa preferência pela doutrina objetiva, também chamada do risco administrativo, cujo alcance foi nitidamente esboçado em luminosos votos dos ministros Orozimbo Nonato e Filadelfo de Azevedo. A opinião do ministro Orozimbo Nonato, em profissão de fé objetivista, que marca, iniludivelmente, novo rumo na orientação dos nossos juizes a respeito da responsabilidade do Estado, foi expressa, ao que julgamos, pela primeira vez, no julgamento de uma ação de ressarcimento de danos resultantes de deterioração de mercadoria em virtude de longa permanência na Alfândega". (pag. 158). A teoria do risco ganha força e expressão ainda, nas lições de Alvino Lima e Menegalle.

Em que pesem duntas opiniões em contrario, os debates travados em torno da matéria repercutiram no seio da Assembléia Constituinte e a teoria do risco administrativo foi erigida em cânon constitucional, em face do artigo 194 da Carta Magna que dispõe: "As pessoas jurídicas de direito público interno são civicamente responsáveis pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros.

'Parágrafo único - Caber-lhes-á ação regressiva contra os funcionários causadores do dano, quando tiver havido culpa destes".

Vê-se, com toda a clareza, que o dispositivo constitucional, não estabelece responsabilidade solidaria do Estado e, sim, primária e direta, haja ou não culpa do funcionário. O objetivismo e o subjetivismo harmonizam-se nessa regra fundamental. A entidade pública, criando um risco, é obrigada a ressarcir os danos decorrentes, corolária dos direitos subjetivos assegurados pelo art. 141 da Constituição Federal. Responsabilidade distinta da definida no Código Civil, que é anterior, com relação ao patrão, amo ou comitente, singulares ou coletivos, por ato de seus empregados, serviços ou prepostos, em relação aos quais, salvo as exceções expressas, não se presumem a culpa *in eligendo*, ou a *in vigilando*.

Nesse passo, oportuna é a lição de Sourdat: o comitente ou mandante nomeia prepostos ou mandatários para a gerência dos seus interesses próprios, mas o Estado ou o poder público tem funcionários, conforme o disposto na lei, para a gestão dos interesses gerais ou comuns; enquanto as pessoas privadas escolhem livremente os seus auxiliares, o Estado não pode sequer conhecer a todos os seus, cuja nomeação e promoção dependem, às vezes, só de concurso ou de antiguidade. Finalmente, os comitentes ordinários podem e devem fiscalizar todos os atos de seus prepostos e mandatários, ao passo que o Estado é obrigado a proceder por via de instruções e regulamentos gerais, sob a sanção de penas disciplinares; não pode propor fiscais a todos os serviços e quando o fizesse, por quem seriam os próprios fiscais fiscalizados? Quis

custodiet custodes? ('Traité de la Responsabilité', pág. 189).

Para que houvesse responsabilidade da Fazenda Pública, com base no direito anterior à atual Constituição, escreve Seabra Fagundes, era preciso que se somassem as seguintes condições: a) - ter o representante praticado o ato no exercício da função ou a pretexto de exercê-la; b) - ser ilegal o ato por omissão de dever expressamente prescrito, ou por violação ativa do direito; c) - do ato advir dano a alguém.

"Do segundo desses requisitos já não é de cogitar, em face do artigo 194 da Constituição. Adotada, como foi nesse texto, a teoria do risco criado, já não importa a ilegalidade do ato, conquanto, via de regra, a responsabilidade decorra de atos ilegais. Desde que haja um dano, haverá lugar a indenização, resulte este de violação da lei ou não. Salvo, é claro, as exceções que possam ter raízes na própria Constituição." ('O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário', pags.222,1223).

Não há impunidade para o autor do dano. A Fazenda Pública, uma vez condenada, se atribui ação regressiva contra o funcionário, culpado de fatos que deram margem à indenização. São remédios processuais, atribuídos a pessoas distintas e com fundamento diverso. No primeiro, legitima-se ativamente aquele que sofreu o prejuízo ou o dano e passivamente, a pessoas jurídicas de direito público interno, tendo por base o risco administrativo. Condenada, poderá lançar mão da ação regressiva contra o servidor, cuja culpa deverá ser cabalmente demonstrada. Inadmissível é o litisconsórcio passivo da entidade jurídica com funcionários reais ou supostos; salvo melhor juízo, em tal hipótese, não ocorre litisconsórcio necessário, como pretendeu a Fazenda ré nestes autos. Questão que menciono apenas incidentalmente, considerando a sua afinidade com a ordem geral de idéias expostas, uma vez que, por via de agravo no auto do processo, será superiormente examinada, como preliminar, pelo Egr. Tribunal, no caso de apelação, o que é muito provável.

Trata-se de depósito judicial, a cargo da Fazenda ré e que por isso mesmo, de acordo com as regras gerais que regem a matéria, assumiu o encargo de guardá-lo e restitui-lo oportunamente. Conforme se lê na obra citada de Amaro Cavalcanti, mesmo autores partidários da doutrina da culpa subjetiva, então dominante, entendiam que a responsabilidade do Estado devia, neste caso, ser primária, e, não, subsidiária, como em geral (págs. 127 e 133). Em face dos dispositivos do Código Civil relativos ao depósito, especialmente o necessário e a teoria do risco administrativo, inteiramente vitoriosa, não há como pôr em dúvida a responsabilidade da Fazenda Pública pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros e, em particular, ao titular da coisa depositada, qualquer que seja a natureza do bem ou bens depositados.

Decorre da responsabilidade sem culpa, ou objetiva noção extremamente lata e justa do que se deve entender por funcionário, não sendo lícito restringir somente aqueles que pertencem aos quadros efetivos criados por lei. Além destes, abrange, a meu ver, os que o Código Penal, no artigo 327, considera como tal, para os devidos efeitos. Isto é, "quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública". Se o Estado lhes atribui uma função pública, assume, de imediato, a responsabilidade civil pelos danos que causarem a terceiros no exercício dessa mesma função. Se essa especial conceituação atende necessidade de defesa da ordem jurídica, para o fim de responsabilidade criminal, seria um contra-senso puni-los o Estado pelos crime que cometerem e, não obstante, eximir-se de reparar o dano causado sob pretexto de transitoriedade, ou ausência de remuneração. Em face da orientação tomada pelos legisladores constituintes pouco importa a categoria do funcionário. Seja ele efetivo, ou não; remunerado pelos cofres públicos, ou nada perceber. O que interessa é se exerce cargo, emprego ou função pública. Categoria, remuneração, ou transitoriedade são expressões sem conteúdo jurídico no que tange à responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno.

O decreto estadual 5.129, de 23 de julho de 1931, além de estabelecer exigências típicas de ingresso no funcionalismo em geral, erigiu em verdadeiro emprego publico, embora típico e sui-generis, o cargo dos escreventes habilitados, que vêm desempenhando funções junto aos juizes

de direito. Não lhes falta mesmo nomeação pela autoridade competente e fixação de vencimentos, ainda que não atendíveis pelos cofres do Estado. Leis posteriores estabeleceram uma verdadeira carreira, direitos e vantagens foram assegurados, ocorrendo, finalmente, a oficialização dos cartórios. Desempenham funções administrativas, de natureza pública, junto aos juízos a que servem".

Concluindo, pois, que o Estado é civicamente responsável pelos danos ou prejuízos que essa categoria de funcionários. causar, no exercício de suas funções, julgou o magistrado procedente a ação proposta para condenar a Fazenda do Estado a integrar totalmente o depósito, juros e demais consectários legais.

Transcrito do "O Estado de São Paulo" de 28 de março de 1956.

ACÓRDÃO N. 44988

Processo n. 2.382, da classe sétima.

Vistos, etc.

O Prefeito Municipal de Conchas consulta sobre a documentação necessária à qualificação eleitoral.

Ouvido o Procurador Regional, emitiu nos autos o seguinte parecer:

"À consulta retro, que pode ser conhecida por ser formulada por autoridade pública, propõe esta Procuradoria sejam dadas as seguintes respostas:

Item 1.º - "Quais os documentos que o eleitor é obrigado a apresentar como requerimento de qualificação?"

A resposta está contida nos arts. 33, § 1.º do Código Eleitoral, 70 da Lei n. 2.550 e 7.º das Res. n. 5.235 do T.S.E.

Item 2.º - "O qualificando é obrigado a fazer prova de seu estado civil ou apenas terá que juntar certidão de nascimento ou casamento, indistinta e independentemente de sua qualidade de estado?"

O alistando deve, apenas, declarar seu estado civil ao portador ao preencher a fórmula oficial de inscrição. No caso de mulher casada, cujo nome tenha sido alterado em razão do casamento, é obrigatória a exibição da certidão de casamento. Parece-nos que também deva ser exigida certidão ou outro documento hábil quando o alistando apresente título antigo e seu estado civil tenha sido alterado em virtude de casamento ou desquite ou, ainda, por falecimento do cônjuge.

Item 3.º - "Os que possuem título de eleitor, cuja validade se extinguiu em 30 de junho último, para obtenção do novo título terão que apresentar algum documento além de seu título de eleitor?"

Sim, no caso do art. W, § 3.1 da mencionada Resolução n. 5.235, isto é, quando o título antigo houver sido expedido em zona diversa da em que pretende alistar-se seu portador.

Item 4.º - "De acordo com as novas instruções, os documentos essenciais ao qualificando podem ou não ser desentranhados do processo?"

A resposta está contida nos arts. 36 do Código Eleitoral e 11, § 2.º da Resolução n. 5.235.

Item 5.º - "De acordo com o que dispõe o art. 38 da Resolução n. 5.235 (sobre alistamento eleitoral), os interessados estão sujeitos aos emolumentos para obtenção de certidões de casamento ou de óbito?"

Sim. O mencionado artigo, assim como o art. 34 do Código Eleitoral, apenas obrigam ao fornecimento gratuito de certidões de nascimento. A lei é omissa no que concerne às outras certidões, mencionadas na consulta, e parece-nos que sem expressa determinação legislativa não podem os Oficiais do Registro Civil ser compelidos a fornecê-las gratuitamente.

Item 6.º - "Não estando explícito no citado art. 38, quanto às certidões de casamento e de óbito, o Cartório do Registro Civil está cobrando emolumentos para o fornecimento desses documentos. Pergunta-se é legal essa cobrança?"

Não se deve tomar conhecimento da questão, por versar caso concreto. Se assim não o entender o Tribunal, está prejudicada a pergunta, face à resposta proposta para o item anterior".

Assim, acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, por votação unânime, responder nos termos do parecer da ilustrada Procuradoria Regional.

São Paulo, 19 de julho de 1956.

Justino Pinheiro - Presidente.

- Paulo Bonilha - Relator.

- Presente: - Alberto Brandão Muylaert - Proc. Reg.

D. O. de 28/7/56.

DA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS DA HERANÇA

Para aquilatarmos da necessidade, ou não, da autorização judicial para a pratica de atos que importem em alienação ou em oneração de bens do espólio, devemos, liminarmente, distinguir os espólio em função dos interessados ou da intervenção do Ministério Público, e as fases processuais do inventario. Assim, os espólios podem apresentar-se sob dois aspectos: a) Espólios em que há interessados incapazes, ou, em que há intervenção do Ministério Público; b) Espólios em que todos os interessados são capazes, ou, em que os órgãos do Ministério Público não intervêm. No primeiro caso os inventários se processam perante o Juízo da Família e das Sucessões e no segundo, perante o Juízo Cível. Quanto ao processo de inventario - que há de ser sempre judicial, uma vez que foram banidos da legislação os inventários administrativos - flui ele, de um modo geral, por duas fases: a primeira, que se inicia com o pedido de abertura do inventário e termina com o passamento em julgado da sentença que julgar a liquidação; e a segunda, que se inicia com o pedido de quinhões formulado pelos interessados e termina com o trânsito em julgado da sentença que julgar a partilha. Evidente, entretanto, que estas duas fases - que nas questões contenciosas correspondem à ação e à execução, respectivamente - não são rígidas e admitem, em seu bojo, fases intermediárias, balizadas pelas "últimas declarações", pelo "esboço de partilha" etc., ponderando-se, no entanto, que o inventário em si, segundo os termos do art. 499 do diploma processual, finda-se com as "últimas declarações".

Relativamente à primeira espécie, podemos dizer que, aqueles inventários em que há interessados incapazes, ou, em que funciona o Ministério Público, terminam com o trânsito em julgado da sentença que julgar a partilha; os em que os interessados são capazes, estão acordes, e os órgãos do Ministério Público não intervêm, vencido o prazo para interposição de recurso contra a sentença que julgar a liquidação, exaurem-se na esfera judicial. Ainda em relação à primeira espécie, isto é, aos processos em que há interessados incapazes, ou em que há intervenção do Ministério Público, toda e qualquer alienação ou oneração de bens do espólio, depende sempre de previa autorização judicial, e a razão é óbvia ante a incapacidade dos herdeiros para a pratica de tais atos, ou a necessidade de audiência dos órgãos do Ministério Público. No segundo caso, não. Não há disposição alguma de lei, nem razão de ordem jurídica que condicione a alienação ou a oneração de bens do espólio - após recolhido o imposto devido e sendo capazes todos os interessados - à previa autorização do juiz; e isto, porque, uma das razões precipuas de serem os inventários, obrigatoriamente, judiciais, reside justamente na maior garantia do Fisco, e este já se encontra satisfeito.

Ainda recentemente se deu um caso bastante ilustrativo: uni cidadão havia prometido a outrem, a venda de um imóvel que possuía; mas antes que outorgasse a escritura definitiva, ocorreu o seu falecimento. Aberto o inventário, esse seu credito decorrente da promessa de venda, foi

atribuído, da partilha, a um herdeiro. Tendo o compromissário comprador liquidado o preço e exigido a escritura definitiva, aquele herdeiro titular do respectivo crédito, requereu ao juiz do inventário a expedição de um alvará para que fosse outorgada, pelo espólio, a escritura reclamada; e isto, segundo alegara, porque o tabelião se recusava a lavrá-la, tendo em vista a anterior negativa, já verificada em casos análogos, do oficial do Registro de Imóveis em transcrever tais escrituras. O magistrado indeferiu o pedido, por entender, com razão jurídica, ser dispensável tal autorização, visto tratar-se de pessoa maior, plenamente capaz, e na livre administração e disposição de seus bens. Para honrar o prometido pelo "de cujus", deveria ser outorgada, em nome do espólio, pela inventariante e demais herdeiros, a escritura de venda. A intervenção judicial, em tal hipótese, só teria cabimento se algum herdeiro recusasse sua outorga ou estivesse impossibilitado de dá-la. Hodienamente é praxe requerem-se alvarás para a prática de tais atos em nome do espólio; entretanto, esta usança - fruto da pusilanimidade característica dos excessivamente escrupulosos que procuram dar de ombros com a responsabilidade profissional, atribuindo-a ao juiz que conceda tal ordem - não tem nenhum fomento legal ou jurídico; constitui até, verdadeira "capitis diminutio", atentatória dos direitos e garantias individuais, sujeitem-se à tutela do juiz, pessoas maiores, capazes, e na livre administração e disposição de seus bens. Condicionarem-se tais atos à autorização judicial, importa numa restrição de direitos, e as disposições de ordem pública, de caráter proibitivo, não de ser expressas e, segundo as regras hermenêuticas, interpretadas restritivamente. (Cl. Carlos Maximiliano - Hermenêutica - n. 266). Inexistindo lei expressa, vedando, e ao reverso, permitindo a lei, expressamente, possam os interessados, se capazes e após o pagamento do imposto devido, fazer a partilha do acervo hereditário, independentemente de autorização do juiz do inventário, é evidente que, em idênticas condições e independente de autorização judicial, poderão também eles comparecer ao tabelião e outorgar, em nome do espólio que representam, escritura de venda, de dação em pagamento, de hipoteca, em suma, praticar qualquer ato que importe em alienar ou em onerar tais bens. Não há disposição legal alguma que vede a prática de tais atos, e segundo os ditames constitucionais, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, e. "legem non habemus".

- J.R.A.V.

LEIS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RELAÇÃO DAS LEIS E DECRETOS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS
SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N. 465, de 28 de setembro de 1949.

Regula a aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

LEI N. 507, de 17 de novembro de 1949.

Modifica a redação da lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

DECRETO N. 19.365, de 20 de abril de 1950.

Dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

DECRETO N. 19.379, de 27 de abril de 1950.

Dispõe sobre a forma da arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

DECRETO N. 19.444-A, de 30 de maio de 1950.

Aprova o orçamento para o exercício de 1950 da Carteira de Servidores da Justiça.

DECRETO N. 19.441-13, de 29 de maio de 1950.

Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

LEI N. 751, de 11 de agosto de 1950.

Altera a redação do artigo 16, da lei n. 465, de 23 de setembro de 1949.

LEI N. 889, de 11 de Dezembro de 1950.

Extende aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a lei n. 507, de 17 de novembro de 1949 outorgou aos sucedidos em virtude da sucessão por tempo de serviço.

DECRETO N. 20.201, de 11 de janeiro de 1951.

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LEI N. 2.410, de 10 de dezembro de 1953.

Dispõe sobre as aposentadorias dos serventuários sucedidos por invalidez.

DECRETO N. 23.390-D, de 2 de Junho de 1954.

Revoga o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LEI N. 3.063, de 12 de julho de 1955.

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça, na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.

LEI N. 4657 DE 28 DE SETEMBRO DE 1949

Regula a~ aposentadoria dos escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os escreventes, fiéis auxiliares de cartório e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão aposentados "ex-officio" quando atingirem sessenta e oito (68) anos de idade e nos casos das letras "b", "c" e "d" do artigo 3.º e, a pedido, em caso de invalidez comprovada ou quando atingir o interessado trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 2.º - Os funcionários aposentados "ex-officio", por terem atingido sessenta e oito (68) anos de idade, terão direito a proventos integrais se contarem vinte anos de serviço efetivo e proporcionais a vinte anos se contarem tempo menor.

Artigo 3.º - O servidor que em virtude de moléstia se incapacitar para o desempenho da função terá direitos a proventos integrais nos seguintes casos:

- a) quando contar mais de quinze anos de serviço;
- b) quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia-maligna ou lepra;
- c) quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;
- d) quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;
- e) quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço.

§ 1.º - O servidor que, em virtude das moléstias especificadas neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado provisoriamente até o prazo máximo de quatro anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 2.º - Fora dos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "e", os servidores incapacitados para o serviço que contarem menos de quinze anos de atividade serão aposentados com proventos na proporção de 1/15 por ano de atividade, não recebendo, qualquer que seja o tempo de serviço, menos da metade da remuneração-padrão adiante estipulada.

Artigo 4.º - O servidor terá direito à aposentadoria com proventos integrais, independente de qualquer formalidade, desde que conte trinta anos de efetivo exercício.

Artigo 5.º - A aposentadoria será concedida com proventos proporcionais ao tempo de serviço nos demais casos.

Parágrafo único - A proporção terá por base 1/30 por ano de exercício.

Artigo 6.º - Para os efeitos da aposentadoria computar-se-á integralmente o tempo de serviço público estadual, federal e municipal, assim como todos os serviços prestados em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, mesmo em caráter interino.

Artigo 7.º - A apuração do tempo far-se-á inicialmente perante o Corregedor Geral da Justiça, o qual apreciará as provas apresentadas e fornecerá uma certidão ao interessado.

Parágrafo único - O tempo de serviço poderá ser provado, perante a Corregedoria, por certidão do cartório ou repartição onde servir ou houver trabalhado o servidor, ou por justificação feita em Juízo. O processo seguirá depois, por intermédio da Secretaria da Justiça, quanto à concessão da aposentadoria e cálculo de proventos, ou trâmites legais observados para a aposentadoria dos funcionários públicos civis do Estado.

Artigo 8.º - A invalidez ou moléstia do servidor será verificada em inspeção de saúde exigida para os funcionários públicos em geral.

Artigo 9.º - O servidor que se julgar com direito à aposentadoria deverá requerê-la ao Secretário da Justiça, instruindo o pedido com certidão do tempo de serviço.

Artigo 10.º - Compete ao Governador do Estado conceder e determinar a aposentadoria do servidor, em seguida à qual se expedirá o respectivo título, do qual deverão constar o dispositivo legal em que se fundar o tempo de serviço do servidor aposentado e os proventos a que terá direito.

Artigo 11.º - Fica instituída a "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que será arrecadada pelo Estado em estampilhas emitidas pelo Tesouro com valor mínimo de Cr.\$0,10 e o máximo de Cr.\$100,00.

Artigo 12.º - Os fundos necessários à concessão da aposentadoria serão formados:

a) com a contribuição mensal e obrigatória de cinco por cento (5%) paga pelos escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça de que trata o artigo 1.º da presente lei, em relação aos proventos que lhes competirem para aposentadoria, de acordo com a remuneração base estabelecida no artigo 22;

b) com a arrecadação, em estampilhas, da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria", na seguinte conformidade:

I - Sem valor declarado e de valor até

Cr.\$5.000,00, inclusive Cr\$	5,00
II - De Cr.\$5.000,00 até Cr.\$20.000,00, inclusive	10,00
III - De Cr.\$20.000,00 até Cr.\$50.000,00 inclusive	15,00
IV - De Cr.\$50.000,001 até Cr.\$100.000,00, inclusive	25,00
V - De Cr.\$100.000,00 até Cr.\$200.000,00, inclusive	35,00
VI - De Cr.\$200.000,00 até Cr.\$300.000,00, inclusive	50,00

VII - De Cr.\$300.000,00 até Cr.\$500.000,00, inclusive 75,00

VIII - De Cr.\$500.000,00 até Cr.\$1.000.000,00 inclusive 100,00

IX - De valor superior a Cr.\$1.000.000,00 200,00

c) com a arrecadação de Cr.\$3,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", que passa a ser devida nas certidões e públicas - formas extraídas pelos serventuários de justiça dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil;

d) com a arrecadação, com o mínimo de Cr.\$0,50 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" como adicional, à razão de cinco por cento (5%), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões do Registro Civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único - A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda em título especial.

Artigo 13.º - As contribuições a que se refere a letra "a" do artigo anterior - serão recolhidas, na Capital, ao Instituto de Previdência do Estado, e no interior às coletorias estaduais, ou a outras estações arrecadadoras, até o dia 5 do mês seguinte ao vencido, segundo as instruções que forem expedidas.

Artigo 14.º - O não pagamento das contribuições nos prazos prefixados sujeita os contribuintes à multa de dez por cento (10%) sobre as quantias a recolher.

Artigo 15.º - Fica facultado ao servidor interessado recolher suas contribuições adiantadamente, desde que o faça por trimestre ou semestre e nunca por período superior a um ano.

Artigo 16 - Vetado.

Artigo 17 - Vetado. Parágrafo único - Vetado.

Artigo 18 - Vetado. Parágrafo 1.º - Vetado. Parágrafo 2.º - Vetado. Parágrafo 3.º - Vetado.

Artigo 19.º - Aplicam-se todas as vantagens dos artigos 4.º e 6.º da presente lei aos serventuários seus escreventes e aos oficiais de justiça, estipendiados pelo Estado.

Artigo 20.º - Os proventos da aposentadoria dependem da natureza dos cartórios em que trabalham OS servidores, da categoria de cada um e da classe das comarcas a que pertençam.

Artigo 21.º - Vetado.

Artigo 22.º - Vetado.

Artigo 23.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 24.º - Vetado.

Artigo 25.º - Vetado.

Artigo 26.º - A todos os contemplados por esta lei fica assegurado o direito de, facultativamente, se inscreverem no Instituto de Previdência do Estado, instituindo um pecúlio nunca inferior a Cr. \$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 27.º - Fica criada, no Instituto de Previdência do Estado, uma carteira denominada "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" destinada a atender às aposentadorias

previstas nesta lei.

§ 1.º - As despesas de manutenção da carteira ora criada, e bem assim os encargos das aposentadorias previstas nesta lei, correrão exclusivamente à conta das contribuições instituídas e da taxa de aposentadoria referida no artigo 11.

§ 2.º - O Instituto de Previdência somente iniciará o pagamento das aposentadorias concedidas depois que tiver em seu poder os fundos necessários à solução de tais obrigações.

§ 3.º - Vetado.

§ 4.º - Vetado.

Artigo 28.º - O Instituto de Previdência do Estado baixará instruções para a execução desta lei, as quais deverão ser aprovadas por decreto do Governador do Estado.

Artigo 29.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS.

Cesar Lacerda de Vergueiro.

(Publicada no D. O. de 29/9/49)

(Boletim de novembro de 1949)

LEI N. 507, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1949

Modifica a redação da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Brasílio Machado Neto, na qualidade de seu presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 16, o artigo 17 e seu parágrafo único, o artigo 18 e seus parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, o artigo 21 e * artigo 22 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 16.º - As vantagens da aposentadoria previstas na presente lei são extensivas a todos os serventuários de justiça, sujeitos a mesma contribuição mensal de cinco por cento (5%) a que se refere o artigo 12.

Artigo 17.º - Nos ofícios de justiça sob o regime de sucessão, apenas o serventuário sucessor pagará a taxa de cinco por cento (5%) de que trata a letra "a" do artigo 12.

Parágrafo único - O serventuário sucedido só ficará sujeito ao pagamento da referida taxa na hipótese de verificar-se o desaparecimento da sucessão, pela forma prevista nos artigos 9.º e 10 do Decreto-lei n. 6.986, de 25 de fevereiro de 1935.

Artigo 18.º - Os benefícios constantes da presente lei estendem-se aos serventuários sucedidos que voltarem ao exercício do cargo e também aqueles que requerem sucessão quando já contavam vinte e cinco anos ou mais de efetivo exercício.

§ 1.º - Poderão também adquirir direito à aposentadoria, nos termos desta lei, os serventuários sucedidos que voltarem ao desempenho da função.

§ 2.º - Estendem-se ainda os referidos benefícios aos serventuários sucedidos que ao requerem a

sucessão contavam mais de vinte anos de serviço efetivo, em ofício de justiça, e que vivem exclusivamente da renda do cartório, o que será provado por atestado do Juiz de Direito Corregedor Permanente do Cartório.

§ 3.º - Fica facultativo aos serventuários sucedidos requererem sua aposentadoria, sendo o sucessor provido automaticamente na serventia em caráter vitalício.

Art. 21 - Para os eleitos de aposentadoria dos serventuários, escreventes, auxiliares de cartório e oficiais de justiça, ficam as comarcas do Estado assim classificadas:

1.ª Classe - Comarcas de 4.ª entrância.

2.ª Classe - Comarcas de 3.ª entrância.

3.ª Classe - Comarcas de 2.ª entrância.

4.ª Classe - Comarcas de 1.ª entrância.

Art. 22 - Para efeito do pagamento dos proventos da aposentadoria e do recolhimento de contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e às estações arrecadoras, da percentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12, ficam arbitradas como remunerações-bases, as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categorias dos servidores:

A - 1.ª CLASSE

I - Cartórios de Registros de Imóveis de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Escrivânias do Cível, da Família e Sucessões, da Fazenda Pública, Escrivânias de Paz e Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários	11.000,00
Escreventes	4.500,00
Fiéis e Auxiliares	2.000,00
Oficiais de Justiça	4.000,00
Porteiro dos Auditórios	7.000,00
Ajudantes de Porteiro dos Auditórios	4.500,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Contadores, Partidores e Distribuidores:

Cr\$

Serventuários	11.000,00
Escreventes	4.500,00
Fiéis e Auxiliares	2.000,00

III - Cartórios de Escrivânias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sedes de municípios, que não sejam sede de comarca:

Cr\$

Serventuários	8.800,00
Escreventes	2.500,00

IV - Cartórios de Escrivânias de Paz e de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de município:

Cr\$

Serventuários	3.000,00
Escreventes	1.500,00

B - 2.ª CLASSE

I - Cartórios de Registros de Imóveis, Tabelionatos, Escrivânias e Registro Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos de Subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários	8.000,00
Escreventes	3.000,00
Fiéis e Auxiliares	1.500,00
Oficiais de Justiça	2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

Cr\$

Serventuários	8.000,00
---------------	----------

Escreventes 2.200,00

III - Cartórios de Escrivânias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos das sedes de municípios que não sejam sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 6.400,00

Escreventes 2.000,00

IV - Cartórios de Escrivânias de Paz e Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.600,00

Escreventes 1.500,00

C - 3.ª CLASSE

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivânias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexo de Subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 6.000,00

Escreventes 2.600,00

Fiéis e Auxiliares 1.500,00

Oficiais de justiça 2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores.

Cr\$

Serventuários 6.600,00

Escreventes 1.800,00

III - Cartórios de Escrivânias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de sede de município que não seja sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 4.800,00

Escreventes 1.800,00

IV - Cartórios de Escrivânias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito que não seja sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.200,00

Escreventes 1.500,00

D - 4.ª CLASSE

I - Cartórios de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Escrivânias e Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos de subdistrito de sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 5.000,00

Escreventes 2.200,00

Fiéis e Auxiliares 1.500,00

Oficiais de justiça 2.000,00

II - Cartórios de Depositários Públicos, Distribuidores, Contadores e Partidores:

Cr\$

Serventuários 5.000,00

Escreventes 1.500,00

III - Cartórios de Escrivânias de Paz e Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de sede de município que não seja sede de comarca:

Cr\$

Serventuários 4.000,00

Escreventes 1.500,00

IV - Cartórios de Escrivânias de Paz e Registro de Pessoas Naturais e Anexos de distrito que não seja sede de município:

Cr\$

Serventuários 2.200,00

Escreventes 1.500,00

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de novembro de 1949.

Brasílio Machado Neto - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos 17 de novembro de 1949.

Oswaldo Pereira da Fonseca - Diretor

(Publicada no Diário oficial de 18 de novembro de 1949). (Boletim de novembro de 1949).

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA DECRETO N.º 19.365, DE 20 DE ABRIL DE 1950.

"Dispõe sobre inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei n.ºs. 465, de 23 de setembro de 1949 e 507, de 17 de novembro de 1949, e de conformidade com as instruções baixadas pelo Instituto de Previdência do Estado.

Decreta:

Artigo 1.º - Os serventuários, escreventes, fieis, auxiliares de cartórios e oficiais de justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos, serão inscritos na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" criada pelas Leis n.ºs. 465, de 28.9.1949 e 507, de 17.11.49.

Artigo 2.º - Cada interessado deverá, na ocasião em que se inscrever, declarar:

- a) nome, filiação, data e lugar do nascimento;
- b) cartório onde tiver lotado e sua classificação;
- c) data da admissão ao serviço e classificação da comarca;
- d) categoria do servidor;
- e) remuneração - base da aposentadoria, valor da contribuição mensal e exatória onde será recolhida;
- f) situação de vitaliciedade ou sucessão.

§ único - As declarações serão visadas pelo serventuário, a que estiverem os inscritos diretamente subordinados, e acompanhadas de certidão de idade ou documento que o supra, exceto pública forma.

Artigo 3.º - As guias de recolhimento das contribuições mensais serão extraídas em cinco (5) vias, uma das quais enviada diretamente ao Instituto de Previdência do Estado, pela exatória estadual que proceder ao recolhimento, exceto as contribuições que forem recolhidas diretamente ao Instituto, que serão acompanhadas de 3 (três) vias.

§ 1.º - Os serventuários recolherão em guia comum a sua contribuição, bem como as contribuições de seus escreventes e demais funcionários de seu cartório, que serão descontadas, - compulsoriamente dos vencimentos ou ordenados destes.

§ 2.º - Os serventuários, tanto os da Capital, como os do interior, poderão recolher diretamente as contribuições por meio de cheque nominativo, a favor do Instituto, pagável em 540 Paulo e expedido em carta registrada.

Artigo 4.º - Os serventuários escreventes e demais funcionários que, por qualquer motivo, deixarem as serventias de justiça, é facultado manter a sua inscrição na "Carteira de Aposentadoria", desde, que o requeiram em 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade.

Parágrafo único - Na falta de pagamento, durante 6 (seis) meses contados da primeira contribuição mensal devida, será cancelada a inscrição, cessando toda e qualquer

responsabilidade para a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça" sem direito a qualquer devolução.

Artigo 5.º - A Secretaria da Fazenda recolherá ao Instituto de Previdência as importâncias arrecadadas pela venda das estampilhas da Taxa de Aposentadoria e as correspondentes aos pagamentos das contribuições mensais efetuadas pelos interessados, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte.

Artigo 6.º - As estampilhas da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça serão aplicadas nos documentos originais e logo após a lavratura do ato.

§ 1.º - Nos executivos fiscais da Fazenda Pública a importância devida será recolhida pelas estampilhas junto com as demais custas, na forma da legislação vigente.

§ 2.º - Nenhum processo poderá ser mandado arquivar, por despacho do juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria.

Artigo 7.º - A aplicação das estampilhas será fiscalizada pelo juiz Corregedor Permanente em todos os cartórios sob sua jurisdição, o qual aplicará as multas correspondentes às eventuais infrações e comunicará ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 8.º - As aposentadorias serão processadas somente depois de 12 (doze) meses, a partir do início da instalação e funcionamento da "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça", e à medida em que forem efetivamente recolhidos os recursos financeiros.

Artigo 9.º - O servidor aposentado provisoriamente, na forma do § 1.º, do artigo 3.º, da Lei n. 465, fica obrigado a se submeter, anualmente, a inspeção de saúde.

§ 1.º - Os prazos para a inspeção de saúde anuais serão contados a partir da data da concessão da aposentadoria provisória.

§ 2.º - Não se realizando a inspeção de saúde na época própria será suspenso o pagamento dos proveitos até que se efetive a exigência.

Artigo 10.º - As aposentadorias serão pagas na base em que o servidor estiver inscrito.

§ único - No caso de passar o servidor para classes cuja remuneração-base seja superior à que esteve originariamente inscrito, ou na hipótese inversa, será levado em conta o tempo de todas as classes, observando-se estrita proporcionalidade.

Artigo 11.º - O servidor com direito à aposentadoria aguardará no exercício do cargo ou na situação em que se encontre, até que a "Carteira" fique habilitada em concedê-la, de acordo com os fundos.

Artigo 12.º - Na concessão das aposentadorias terão preferência os que contarem maior tempo de serviço e os enquadrados no artigo 3.º da Lei n. 465.

Artigo 13.º - Com a concessão das aposentadorias não cessam os pagamentos das contribuições mensais, que serão descontados dos proventos.

Artigo 14.º - O servidor, inclusive o sucedido, que estiver nas condições de receber os benefícios da aposentadoria, fica obrigado a apresentar ao Instituto, dentro de 12 (doze) meses, a contar da vigência deste decreto prova de seu tempo líquido de efetivo exercício.

§ 1.º - Serão observadas, na liquidação do tempo de serviço, as regras gerais para esse fim estabelecidas para os funcionários civis do Estado, devendo essa prova ser feita:

a) por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de serventuário titular de ofício de justiça ou sucedido;

b) por certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, quando se tratar de escrevente;
c) por certidão, quando constar do arquivo do próprio cartório ou do cartório da Corregedoria Permanente, ou ainda por justificação em Juízo, com citação da entidade de classe, que poderá se fazer representar por advogado.

§ 2.º - O tempo de serviço de fiéis e outros auxiliares de cartórios admitidos desta data em diante somente será contado dentro do prazo de seis (6) meses do arquivamento do contrato que trata o parágrafo 1.º do artigo 21, do decreto n. 5.129, de 23 de Julho de 1931, sendo unia das vias enviada ao Instituto.

§ 3.º - O juiz Corregedor Permanente consignará anualmente e no fim de cada ano, no livro de visitas do cartório a circunstância de se encontrarem, ou não, durante o ano, no efetivo exercício de suas funções o serventuário, escrevente, fiéis e demais auxiliares, comunicando o ocorrido ao Corregedor Geral da Justiça e ao Instituto, para os fins legais.

Artigo 15.º - O tempo de efetivo exercício dos serventuários, em função fora de seu cargo efetivo, somente será contado para efeito de aposentadoria, quando for feita prova perante o Instituto do efetivo exercício da função para a qual tenha sido nomeado ou designado.

Artigo 16.º - As importâncias necessárias à concessão de cada aposentadoria serão calculadas atuarialmente, constituindo a reserva matemática para a solução de tais obrigações.

§ único - As reservas matemáticas constituídas serão escrituradas analiticamente no Serviço de Contabilidade da Carteira para facilidade de controle e revisão.

Artigo 17.º - Anualmente, ou toda vez que for exigida, os aposentados deverão apresentar prova de vida passada pelo Juiz de Direito Corregedor Permanente da Comarca da residência.

Artigo 18.º - Os exames de inspeção de saúde, serão procedidos pelos médicos oficiais do Instituto.

Artigo 19.º - Os fundos acumulados em virtude de execução das Leis n.ºs. 465, de 28.9.1949 e 507, de 17.11.1949, serão administrados pelo Instituto de Previdência do Estado, sem qualquer prejuízo para a concessão das aposentadorias.

Artigo 20.º - A prova produzida pelo Instituto ou por qualquer interessado de que o servidor aposentado, na forma do parágrafo 2.º, do artigo 18, da Lei n. 507, de 17.11.1949, usufrua, na época de sua concessão, outra renda além da que obtenha do cartório, anula a aposentadoria concedida e obriga à devolução das importâncias recebidas.

Artigo 21.º - Fica subordinado à Diretoria de Seguros do Instituto de Previdência do Estado a "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 22.º - Os casos omissos no presente decreto serão resolvidos pelo Presidente do Instituto, ouvido o Conselho Fiscal.

Artigo 23.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS
Cesar Lacerda de Vergueiro José João Abdalla
(Publicado no D. O. de 20 de abril de 1950).

(Boletim de maio de 1950).

DECRETO N. 19.379, DE 27 DE ABRIL DE 1950.

Dispõe sobre a forma de arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Enquanto não forem emitidas as estampilhas especiais da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", deverá ser feita por verba, mediante guia em 5 vias, a arrecadação devida em todos os atos sujeitos à incidência dessa taxa, na forma do disposto nas Leis n.ºs. 465, de 28 de setembro de 1949, e 507, de 17 de novembro desse mesmo ano, observado o seguinte:

I - Nas escrituras públicas e mandatos em causa própria referidos na alínea "b" do art. 12 da Lei n. 465/49, e nos executivos fiscais, na mesma guia de recolhimento dos tributos, em item especial sob a rubrica "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

II - Nos demais casos da alínea "c" e "d" do referido artigo 12 da Lei n. 465/49, mediante guia especial, diária, anexa a qual sejam relacionados todos os atos sobre os quais é recolhida a taxa;

III - Dos livros, autos e demais papéis com relação aos quais a taxa seja recolhida pela forma estabelecida no item precedente constará que o recolhimento se fará mediante guia geral, numerada, expedida na mesma data;

IV - Uma das vias de cada guia emitida será enviada ao Instituto de Previdência do Estado, ao fim de cada mês pela exatória onde tiver sido efetuado o recolhimento.

Artigo 2.º - Fica alterada a redação do § 2.º do artigo 6.º do Decreto n. 19.365/50, pela forma seguinte:

"§ 2.º - Nenhum processo em que haja pagamento do principal ou custas poderá ser mandado arquivar, por despacho do juiz competente, sem estar paga a Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 27 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS.
João Pacheco Fernandes.

(Publicado no D. O. em 29/4/1950).

(Boletim de maio de 1950).

DECRETO N. 19.444-A, DE 30 DE MAIO DE 1950.

Aprova o orçamento para o exercício de 1950, da Carteira de Servidores da Justiça.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica aprovado de acordo com o estabelecido no artigo 1.º, parágrafo 4.º do decreto n. 8.499, de 20 de agosto de 1937, o orçamento para o exercício de 1950 da Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça, anexo a este Decreto.

Artigo 2.º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de maio de 1950.

ADHEMAR DE BARROS José João Abdalla

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado, dos Negócios do Governo aos 31 de maio de 1950.

Cassiano Ricardo - Diretor Geral

(Publicado no Diário Oficial em 1.º de junho de 1950).

(Boletim de Junho de 1950).

DECRETO N. 19.441-13, DE 29 DE MAIO DE 1950.

"Aprova os modelos de estampilhas para arrecadação da Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

ADHEMAR DE BARROS GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovados os modelos de estampilhas cujos "fac-símiles" figuram em anexo, devidamente rubricados pelo Secretario da Fazenda, emitidas para a arrecadação da taxa de aposentadoria de servidores da justiça, instituída pelo artigo 12, da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, e dos seguintes valores: dez centavos (Cr\$ 0,10), vinte centavos (Cr.\$ 0,20) cinquenta centavos (Cr.\$ 0,50), um cruzeiro (Cr.\$ 1,00), dois cruzeiros (Cr.\$ 2,00), cinco cruzeiros (Cr.\$ 5,00), dez cruzeiros (Cr.\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr.\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr.\$ 50,00) e cem cruzeiros (Cr.\$ 100,00).

Artigo 2.º - As estampilhas de que trata o artigo anterior, terão o formato de um retângulo com treze milímetros (13) de largura, por trinta e dois (32) milímetros de altura sendo picotadas em todos os seus lados, impressas sobre papel especialmente fabricado para tal fim, contendo em sua massa fibras de linho verdes e vermelhas e de cor verde para as estampilhas dos valores de dez centavos (Cr.\$ 0,10), vinte centavos (Cr.\$ 0,20), cinquenta centavos (Cr.\$ 0,50), um cruzeiro (Cr.\$ 1,00), dois cruzeiros (Cr.\$ 2,00) e cinco cruzeiros (Cr.\$ 5,00) e de cor branca para as estampilhas dos valores de dez cruzeiros (Cr.\$ 10,00), vinte cruzeiros (Cr.\$ 20,00), cinquenta cruzeiros (Cr.\$ 50,00), e cem cruzeiros (Cr.\$ 100,00).

O colorido da impressão de cada estampilha é o seguinte: dez centavos, verde-escuro; vinte centavos, rosa; cinquenta centavos sépia; um cruzeiro, laranja; dois cruzeiros, verde claro; cinco cruzeiros, amarelo ocre; dez cruzeiros, sépia; vinte cruzeiros, violeta; cinquenta cruzeiros azul ultramar e cem cruzeiros verde.

Parágrafo único - São os seguintes as características do desenho das estampilhas distribuídas em quatro campos distintos descritas de cima para baixo: - ao alto o primeiro campo, compreende uma meia lua com o diâmetro com base, ladeada de desenho floreado, em fundo escuro, no qual se acham inscritas, em caracteres maiúsculos e negativo as palavras "SECRETARIA DA FAZENDA" em semicírculo, e "DO ESTADO DE SÃO PAULO", dispostas essas em duas linhas sobre postas, sendo a expressão "EST", abreviatura da palavra "ESTADO". No campo seguinte, o segundo, logo abaixo, vê-se, também em meia lua ocupando dois terços da arca total do campo e preenchido o espaço lateral restante com desenho floreado, o emblema do escrivinato, que se constitui de um livro aberto, tendo à sua sinistra a tinteiro no qual está embebida uma pluma de escrever; segue-se abaixo o terceiro campo com sua metade superior em fundo escuro no qual vem indicadas, em letras maiúsculas e em negativo, disposta em três linhas, a finalidade da estampilha, representada pelas palavras "APOSENTADORIA" na primeira linha, "DE SERVIDORES" na segunda linha "DA JUSTIÇA, na terceira e última linha, seguido, abaixo, pelo valor da estampilha, em algarismos árabes, disposto no centro num escudo de fundo claro e ladeado de arabesco, seguindo, abaixo, em caracteres maiúsculos cujas letras centrais se acham reduzidas no tamanho, o designativo da moeda divisionária do país e equivale ao valor da estampilha, ou seja "CENTAVOS" "CRUZEIRO" ou "CRUZEIROS"; segue-se o último e quarto campo, de fundo estriado, para preenchimento da data de utilização da estampilha,

abreviadamente, no qual se vem duas linhas pontilhadas, a primeira interrompida no centro pela preposição "DE", em letras maiúsculas, e a segunda, abaixo, iniciada pela mesma preposição "DE" em letras maiúsculas, seguida dos algarismos árabes "195" e de linha pontilhada, para, indicação do ano.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 29 de maio de 1950.

ADHEMAR DE BARROS

(publicado no Diário Oficial em 31.5.1950).

(Boletim de junho de 1950).

LEI N. 751, DE 11 DE AGOSTO DE 1950.

Altera a redação do artigo 16 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 16 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 16 - Os Serventuários de Justiça não estipendiados pelos cofres públicos poderão requerer os benefícios da presente lei, que lhes serão concedidos, nos casos e formas previstos, desde que se sujeitem à mesma contribuição mensal de 5% a que se refere o artigo 12, ficando, porém, excluídos da aposentadoria "ex-officio".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de agosto de 1950.

ADHEMAR DE BARROS Synesio Rocha

(Publicado no Diário Oficial em 12 de agosto de 1950).

(Boletim de Setembro de 1950).

LEI N. 889, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1950.

"Extende aos serventuários de Justiça sucedidos por invalidez, as vantagens que a Lei n. 507 de 17/11/49 outorgou aos sucedidos em virtude de sucessão por tempo de serviço".

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas. por lei.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam extensivas aos serventuários de justiça sucedidos por invalidez as mesmas vantagens que a lei n. 507 de 17 de novembro de 1949, outorgou aos sucedidos em virtude de sucessão por tempo de serviço.

Artigo 2.º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta de verba própria do orçamento do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de dezembro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synesio Rocha

(Publicado no Diário Oficial do Executivo em 12 de dezembro de 1950).

(Boletim de Janeiro de 1951).

DECRETO N. 20.201 DE 11 DE JANEIRO DE 1951.

Derroga o artigo 8.º, do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Decreta:

Art. 1.º - Fica derogado o artigo 8.º do Decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950, que dispõe sobre a inscrição na "Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça".

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 11 de janeiro de 1951.

ADHEMAR DE BARROS. Synesio Rocha.

Publicado no Diário Oficial de 12 de Janeiro e no Boletim de fevereiro de 1951).

As férias não gozadas serão contadas em dobro para o efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da Justiça. (Artigo 29, da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950 - publicada no Diário Oficial de 1.º de novembro de 1950 e no Boletim de Dezembro do mesmo ano).

LEI N. 2410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953.

Dispõe sobre as aposentadorias aos serventuários da justiça.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As aposentadorias aos serventuários da justiça sucedidos por invalidez, concedida nos termos da Lei n. 889, de 11 de dezembro de 1950, considerar-se-ão definitivas, desde que, decorrido o prazo de 4 (quatro) anos entre a inspeção de saúde para a nomeação do sucessor, prevista no Decreto n. 6986 de 25 de fevereiro de 1935, e a levada a efeito para a concessão da aposentadoria provisória, a que alude a Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, o laudo médico desta última confirme a perdurabilidade da moléstia atestada no laudo inicial.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de dezembro de 1953.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ Antonio Carlos de Salles Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de dezembro de 1953.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto
D. O. de 15/12/53.

DECRETO N. 23.390-D, DE 2 DE JUNHO DE 1954.

Revoga o disposto no parágrafo único, do artigo 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica revogado o disposto no parágrafo único, do art. 10, do decreto n. 19.365, de 20 de abril de 1950.

Artigo 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 2 de junho de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ José Ataliba Leonel

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de junho de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral - Subst.

D. O. 5/6/54.

LEI N. 3063, DE 12 DE JULHO DE 1955

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos não podem obter licença, salvo para tratamento de saúde, permutar ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", criada no Instituto de Previdência do Estado, na qual serão inscritos "ex-officio".

Parágrafo único- Os referidos servidores, ainda não inscritos, terão sua inscrição efetivada dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - O Instituto de Previdência do Estado baixará as instruções que se fizerem necessárias para a execução da presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de julho de 1955.

JÂNIO QUADROS.

José Adriano Marrey Júnior.

José Adriano Marrey Júnior - Respondendo pelo Expediente da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de Julho de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 14-7-55.

INSCRIÇÃO NA "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA"
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO
PORTARIA N. GP-52-55

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. dando cumprimento ao disposto no artigo 2.º da Lei n. 3.063 de 12-7-56, relativamente à inscrição dos servidores da justiça não estipendiados pelos cofres públicos, na Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça, baixa as seguintes instruções:

I - Serão obrigatoriamente inscritos na Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça, todos os servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos.

II - Compreende-se sob a designação genérica de servidores os serventuários, escreventes, auxiliares e fiéis.

III - A inscrição será efetuada ex-ofício, se até a presente data, o servidor não tiver providenciado o preenchimento do formulário próprio e juntado um comprovante de idade, com firma reconhecida.

IV - Efetuada a inscrição ex-ofício, a Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça providenciará a cobrança judicial das contribuições previstas no artigo 12 da Lei n. 465 de 28-9-49, e artigo 22, redação dada pela Lei n. 507 de 17 de novembro de 1949, acrescidas da multa estabelecida no artigo 14 da mesma Lei n. 465, enviando relação à Associação Jurídica do Instituto, desde que não sejam elas recolhidas no prazo determinado pelo artigo 13 da citada Lei n. 465-49.

V - É devido o pagamento das contribuições pelos serventuários:

- a) - a partir de abril de 1950 se o provimento no ofício foi anterior àquela data, desde que o serventuário não tenha solicitado cancelamento da inscrição na vigência da Lei n. 751, de 11-3-1950;
- b) - a partir da data do provimento, quando este for posterior a abril de 1950 a anterior a 11-3-50, desde que o interessado não tenha solicitado o cancelamento da inscrição na vigência da Lei n. 751 de 11-8-1950;
- c) - a partir da data de inscrição facultativa feita na vigência da Lei 751-50;
- d) - a partir da vigência da Lei n. 3.063, de 12 de julho de 1955, nos demais casos.

VI - Para os demais servidores as contribuições são devidas a partir da data da posse no cargo ou a partir de abril de 1950 se anterior a essa data.

VII - A prova de quitação prevista no artigo 1.º da Lei n. 3.063 de 11-7-55, deve ser feita com certidão fornecida pela Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça.

A referida Certidão será fornecida mediante requerimento da parte interessada, selado com Cr\$ 58,90 de estampilhas estaduais e firma reconhecida, dirigido ao Sr. Diretor Geral do Instituto, devendo ser paga ainda a taxa de emolumentos do Instituto à razão de Cr\$ 20,00.

São Paulo, em 10 de novembro de 1955.

Francisco Morato de Oliveira - Presidente.

D. O. 11/11/55.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
A SOLENIDADE DO CASAMENTO CIVIL	3
RETIFICAÇÃO	4
AS APOSENTADORIAS PELA CARTEIRA DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA	4
ESCRITURAÇÃO NOS LIVROS PELOS SERVENTUÁRIOS AFASTADOS EM CUMPRIMENTO A	
MANDATOS ELETIVOS	5
UMA PÁGINA DO "MANUAL DO SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA"	5
RESOLUÇÕES, ACÓRDÃOS, ETC.	6

LEIS E DECRETOS	7
DECRETO ESTADUAL	7
DECRETO N. 25.9795 DE 8 DE A JUNHO DE 1956	9
LEIS FEDERAIS	10
LEI N.º 2.816 - DE 6 DE JULHO DE 1956	10
LEI N.º 2.786 - DE 21 DE MAIO DE 1956	10
LEI N.º 2.756 - DE 17 DE ABRIL DE 1956	12
LEI N. 2.168, DE 11 DE JANEIRO DE 1954.	12
PROVIMENTOS	13
PROVIMENTO N. 1-56	13
CÓPIA AUTÊNTICA DE FLS. PORTARIA N. 16/54	13
RECONHECIMENTO DE FIRMAS NA CAPITAL FEDERAL	14
JURISPRUDÊNCIA	14
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	14
ACÓRDÃO N. 44988	17
DA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA ALIENAÇÃO DE BENS DA HERANÇA	18
LEIS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	19
RELAÇÃO DAS LEIS E DECRETOS QUE REGULAM A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	20
LEI N. 4657 DE 28 DE SETEMBRO DE 1949	21
LEI N. 507, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1949	24
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE APOSENTADORIA	29
DECRETO N. 19.379, DE 27 DE ABRIL DE 1950.	32
DECRETO N. 19.444-A, DE 30 DE MAIO DE 1950.	33
DECRETO N. 19.441-13, DE 29 DE MAIO DE 1950.	33
LEI N. 751, DE 11 DE AGOSTO DE 1950.	34
LEI N. 889, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1950.	35
DECRETO N. 20.201 DE 11 DE JANEIRO DE 1951.	35
LEI N. 2410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953.	36
DECRETO N. 23.390-D, DE 2 DE JUNHO DE 1954.	36
LEI N. 3063, DE 12 DE JULHO DE 1955	37
DIRETORIA	38
CONSELHO FISCAL	39
SUPLENTE	39
ÍNDICE	40

Nº 057 - Publicação: 01/10/1956

Colaborações.

SINFONIA DESCOMPASSADA

Nada se deve julgar pelas doces miragens, para se não incorrer em equívocos, porque são quase sempre enganadoras, ilusórias, mas tomar as coisas como devem ser julgadas pelo prisma da realidade objetiva, desde pelo menos que haja boas intenções do julgamento. Sendo acertado que toda a exposição ou mesmo doutrinação deva versar sob ponto básico de justiça como meio de se evitar as controvérsias.

- Não nos insurgimos contra uma proposição que foi ventilada na Assembléia Legislativa, cuja tramitação ou paradeiro também ignoramos, em absoluto, mas sobre a forma generalizada. A proposição em apreço tinha ou tem por fim beneficiar serventuários de justiça, em detrimento porém, dos serventuários do registro civil dos distritos de sedes de todas as comarcas, porque não se abriu exceção, são todos excluídos do aludido benefício, porque se alegou que os serventuários dessa categoria e de todas as comarcas já gozavam de muito benefício. O dilema bem que se configura - que nem tudo que brilha é ouro. Estamos frente a esse dilema. É preciso se ignorar o muito de realístico o que existe nessa classe ou categoria de servidores de justiça para assim se sentenciar.

- Foi até bom que se fizesse essa injusta apreciação, porque assim ensejou motivo a uma crônica que há muito tempo se fazia sentir.

- Não ignoramos que as sedes das grandes comarcas velhas e algumas mesmo novas, propicie aos servidores de justiça dessa categoria fonte rendosa de proventos, mas em hipótese alguma podem ser comparadas àquelas cujos distritos de sedes os serventuários vivem em penúria de rendas. Notadamente as comarcas velhas de primeira entrância que estão sofrendo o êxodo dos trabalhadores rurais que se emigraram às zonas novas de nosso mundo agrícola.

- Na generalidade são comarcas que no passado possuíram uma vida florescente agrícola e hoje reduzidas a pastagens, embora com terras férteis. Tornando-se comarcas despovoadas, com o descalabro de muitas delas não atingirem a cinco ou seis mil habitantes, os seus distritos. As grandes comarcas, com suas grandes e bem organizadas cidades, o despovoamento do solo agrícola, pouco ou nada lhes afeta, porque de ordinário possuem vida industrial desenvolvida e com capacidade para emprego de muitos operários, mas as pequenas vivem em completo contraste. Por essa circunstância, não pode nunca serem todas as comarcas niveladas num único padrão de vida, consistindo despautério que os servidores de justiça que militam nessas comarcas em decadência sejam beneficiados em alguma coisa.

- Para melhor se aquilatar daquilo que aqui estamos ventilando, basta só a vontade de ir ao Departamento de Estatística do Estado e lá compulsar o movimento estatístico do Estado, referente a todas as comarcas e o resultado incontestado do que afirmamos ali se encontrará. Sempre, também, tivemos por norma traçada obedecer a mais rigorosa linha de conduta nos trabalhos enviados ao "Boletim" de nossa Associação de Serventuários de Justiça, por sabê-lo órgão que expressa toda a vida de uma coletividade afeita aos interesses da justiça.

- Finalmente, quando um dia se estabelecer uma classificação em regra de todas as serventias de justiça e pertençam elas a categoria a que pertencer, mas à medida de sua justa posição, de seu justo equilíbrio, tudo se aprumará com a mais decidida perfeição, no tocante às suas atribuições e nas compensações.

- Porque tudo será observado pelos dados básicos da estatística e não pelas falsas roupagens de uma dialética desamparada da razão.

- E chegaremos à conclusão que, no toque desta sinfonia descompassada ou tarantella desafinada, se esboça a reflete o drama de pseudos beneficiados que já nem sabem a quem apelar de seu vanglorioso infortúnio.

ANTONINO CINTRA

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

Realizou-se em 12 de dezembro de 1956, em nossa sede social, com a presença de grande número de associados, uma Assembléia Geral, com a finalidade de eleger os novos membros da Diretoria, para o triênio de 1957-1959. A Diretoria ficou assim constituída:

DIRETORIA

Antonio Augusto Firmo da Silva -
Oscar de Barros Pereira -
Francisco Gonçalves Pereira -
Otávio Uchôa da Veiga
Antonio Luiz Teixeira de Barros
Armando Costa Magalhães
Luiz de Toledo Mendes Pereira
Sebastião Medeiros

Presidente
Tesoureiro
Secretário

Alcides de Melo Valle

CONSELHO FISCAL

Hildeberto Vieira de Mello
Francisco Vergueiro Porto
José Odilon de Araujo - Mogi das Cruzes
Álvaro Pinto da Silva Novais Filho - Santos
Abner Ribeiro Borges

SUPLENTES

Cássio Dias de Toledo -	Santos
Mario Ignácio -	Ribeirão Preto
Elvino Silva -	Campinas
Afonso Botelho de Abreu Sampaio -	Capital
Milton Duarte Coelho -	Santos
José Spinola de Melo -	Birigui
Virgílio Batista Cepellos -	Dracena
Abel de Rezende Villares -	S. José do Rio Preto
José Vasconcellos -	Capital.

FALECIMENTOS

Passamos às páginas deste "Boletim" três falecimentos recentemente ocorridos, de três dignos exemplares serventuários de justiça.

São eles: - José Venâncio Borges, João Batista da Rocha e José Spinola Castro, respectivamente 1.º Tabelião de Catanduva e oficiais do Registro de Imóveis de Olímpia e São José do Rio Preto.

Esses três serventuários de justiça nobremente exerceram suas funções com o mais alto critério de probidade e capacidade.

O primeiro nomeado, José Venâncio Borges, foi um esforçado colaborador deste "Boletim", onde sua pena fulgurante traduziu seu pensamento em ótimos artigos em prol da classe com a máxima elevação e critério.

Contribuíram os três servidores incansavelmente pela prosperidade desta Associação, onde desfrutavam de grande apreço.

Pela sua inteligência, caráter e trabalho honesto e profícuo, se impuseram à estima pública, Nas cidades onde desempenharam seus elevados cargos por mais de trinta anos, lhes foram prestadas as máximas homenagens de solidariedade ao luto das respectivas famílias, prova da grande amizade e conceito em que eram tidos pela linha reta que se traçaram como serventuários, cidadãos e exemplares chefes de família.

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado, solidariza-se também ao luto das famílias dos pranteados servidores, às quais envia por este "Boletim" as suas sinceras condolências.

Provimentos.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Proc. 14.049 - Sta. Rita do Passa Quatro - Victor Annibal Rosim: Respondo à consulta do Sr. Tabelião do 2.º Ofício de Notas de Santa Rita do Passa Quatro, sobre se é legítima a não

aceitação por parte de estabelecimento de ensino daquela cidade, de públicas-formas extraídas pelo Serventuário de diplomas de curso primário e certidões de idade, para instruir pedidos de exames de admissão. Conquanto se deva aceitar a pública-forma, em juízo, como capaz de fazer prova, uma vez revestida dos requisitos previstos em lei (Código de Processo, artigo 225), no campo administrativo é mister atender a circunstâncias especiais de cada caso. No caso em foco, o estabelecimento referido na consulta se nega a aceitar as públicas-formas como documento e nisso não merece censura, desde que interpreta portaria ministerial e obedece a proibição expressa, contida em circulares de autoridades superiores segundo demonstra. Por outro lado, a proibição é justificável, dado que muito difícil para o serviço do ensino se tornaria a conferência dos documentos originais com as públicas-formas, nos termos do Código de Processo para a legislação de tais documentos - São Paulo, 12 de dezembro de 1956 - (a) Pinto do Amaral.

"D. O." de 14-42-56.

PROVIMENTO DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

"Diário da Justiça" de 28-12-1956 (pág. 6).

Proc. 14.076 - CAPITAL - Interessado: Colégio Notarial: O Colégio Notarial do Estado de São Paulo, por seu presidente, representou a esta Corregedoria, pleiteando revogação da disposição do provimento 1/49, que proíbe o uso de papel carbono, para a extração de várias cópias simultâneas, que servirão de certidões. Pretende o órgão de classe que as cópias sejam obtidas por duplicadores a álcool, citando mesmo o de marca "BANDA", pela segurança que oferece, impossibilitando o uso de borracha e resultando em escrita escura e indelével. Ressalta a representação que, à segurança oferecida pelo duplicador, se alia a facilitação dos serviços dos cartórios na reprodução de atos notariais, dado o volume de serviço e necessidade de presteza em sua conservação. E instruída a petição com exemplares de procuração, por certidão extraída, com papel carbono e pelo processo de duplicador. Merece acolhimento a pretensão do Colégio Notarial. Na parte que interessa à justiça verifiquei a segurança das certidões extraídas com as cópias que não admitem rasuras ou emendas, dada a coloração especial da tinta, dificilmente conseguida por outros meios, além de sua fixidez. Autorizo, pois, o uso dos duplicadores nos termos do pedido, expedindo-se provimento. São Paulo, 26 de Dezembro de 1956. (a) PINTO DO AMARAL.

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 18 DO CORRENTE

No processo n. 226.484-54-SJ., relativo à remoção do Sr. Clóvis Navarro da Cruz, para o cargo de serventuário do ofício do registro civil das pessoas naturais e anexos de Amandaba, comarca de Valparaíso:

- "O Sr. Clóvis Navarro da Cruz, serventuário do ofício do registro civil das pessoas naturais e anexos de Amandaba - comarca de Valparaíso, foi removido, mediante concurso, e por ato publicado no "Diário Oficial" de 5 de outubro de 1954, para o cargo do 2.º ofício de notas e anexos da comarca de Pedregulho, não tendo, porém, assumido o respectivo exercício dentro do prazo de 60 dias, previsto no art. 42 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Expirado esse prazo, o Governo houve por bem expedir novo decreto de remoção do mesmo serventuário, o que ocasionou o ofício de fls. 22, do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca de Pedregulho, em que S. Exa. pede informações, tendo em vista o mencionado art. 42 da Lei n. 819. Já a fls. 27, o mesmo magistrado oficia novamente, para declarar sua estranheza pela nova nomeação do serventuário referido, "de vez que, sendo o último remanescente da lista no concurso de remoção e tendo deixado caducar a sua nomeação, deveria ser o cargo provido por novo concurso de provas e títulos, inicial de carreira que é".

A Consultoria Jurídica desta Secretaria opinou (fls. 29 e segs.) no sentido da nulidade do segundo ato de remoção, alegando que, sendo de caducidade o prazo estabelecido pelo art. 42 da Lei n. 819, havia impossibilidade jurídica de expedição do segundo ato de nomeação do mesmo serventuário, o que o tornava nulo de pleno direito (Cód. Civil, art. 145, n. V.).

Não me parece, porém, nulo o referido ato de remoção. O art. 42 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, diz que "é de sessenta dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido, deverá assumir o exercício das suas funções, sob pena de caducar o seu direito".

Que direito caduca, na hipótese desse inciso legal? Naturalmente, o do serventuário nomeado. E que direito desse serventuário caducará, nessa mesma hipótese? É evidente, o que decorre da nomeação.

De fato, nomeado por ato publicado no órgão oficial de 5 de outubro de 1954, a partir dessa data passou a fluir o prazo de 60 dias para a assunção do exercício. Decorrido esse, caducou para o serventuário o seu direito à posse, com apoio no título então expedido.

É claro, todavia, que o mencionado art. 42 da Lei n. 819 não implica em nenhuma restrição à faculdade do Estado nomear. Esta continua incólume, intacta.

Disse o ilustre Dr. Juiz de Direito que, expirado o prazo do aludido art. 42, deve a administração pôr novamente a serventia em concurso. Porque? A Lei n. 819 diz que o ,concurso será realizado mediante comunicação da Secretaria da Justiça ao Egrégio Tribunal, quando se verificar vaga de serventia. Essa declaração, que constitui o parágrafo único do art. 3.º da lei, só pode ser entendida em consonância com o corpo do artigo, segundo os melhores ensinamentos da hermenêutica. Ora, o corpo do art. 3.º é que relaciona as hipóteses de vacância das serventias, e entre elas se vê a decorrente da caducidade do direito do serventuário acaso nomeado, na forma do art. 42. Não se trata, portanto, em face da Lei 819, de um caso de vacância da serventia, para o efeito da abertura de concurso.

Ao meu ver, a caducidade referida importa em anulação do ato de nomeação, ficando o mesmo sem qualquer ressonância jurídica. Mas o processo do concurso só se esgota com o provimento da serventia, que é a sua finalidade precípua. Inexistente ou anulado o ato da nomeação, nem por isso fica prejudicada a faculdade da administração, de completar o processo do concurso, efetivando o provimento do cargo, mediante expedição de título de nomeação de qualquer dos candidatos habilitados e em condições de ser aproveitado, inclusive do próprio nomeado anteriormente, que deixou caducar seu direito preexistente.

Portanto, nada há a providenciar neste processo, uma vez que segundo consta a fls., o nomeado já assumiu o exercício de seu cargo perante a Corregedoria Geral da Justiça e na sua comarca.

Lincoln Feliciano - Secretário da Justiça e Negócios do Interior".

"D. O." 21-7-56.

IMPORTANTE

O próximo boletim da Associação, será de grande valia. Publicaremos a tabela do imposto do selo, em um trabalho realizado pela Secretaria da Fazenda, bem como outras leis de interesse geral, além do relatório sobre o IV Congresso Internacional do Notariado Latino.

Jurisprudência.

RECONHECIMENTO DE FIRMA

Parecer do 1.º Curador de Massas Falidas

DR. J. NETTO ARMANDO

Em recente parecer, proferido num processo de concordata preventiva, o Dr. J. Netto Armando, 1.º Curador Fiscal de Massas Falidas desta Capital, examinou a necessidade de, na primeira via de declaração de crédito em falência ou em concordata, ser reconhecida a firma de quem a assina, ainda que o seja pelo advogado do credor, tendo, também, destacado as irregularidades praticadas por alguns tabeliães, que não consignam, nos reconhecimentos de firmas, os nomes

das pessoas a quem pertencem as assinaturas reconhecidas.

Do referido parecer destacamos os seguintes trechos, de grande utilidade:

"O reconhecimento das firmas, nas primeiras vias das declarações de créditos, quer nas falências, quer nas concordatas preventivas, é imposto pelo artigo 32 - "caput" da Lei Falencial, aplicável às concordatas pelo seu artigo 173. Não se alegue ter sido a declaração assinada pelo Dr. Advogado do credor-declarante, e que, assim, havendo procuração deste àquele, não se faz mister tal reconhecimento. Não: o art. 82 "caput" - do vigente diploma falimentar, - à semelhança do art. 82 do dec. 5.746, de 9-12-1929 (que exigia o reconhecimento nas duas vias) e do art. 82 da lei 2.024, de 17-12-1908 (que o exigia na única via imposta), - impõe-se na primeira via, sem distinguir esteja assinada pelo próprio credor, por seu representante ou procurador: em qualquer das três hipóteses é essencial haja aquele reconhecimento na primeira via. Essa, a "communis opinio doctorum".

"A declaração será assinada pelo credor, SEU PROCURADOR, ou representante, COM A FIRMA RECONHECIDA...".

(CARVALHO DE MENDONÇA - "Tratado de Direito Comercial Brasileiro" - 2.^a ed., de 1934 - vol. 8.^o - p. 112 - n. 735).

"... manda a lei que a declaração seja feita por escrito," "e em duas vias, assinadas pelo credor, seu representante," "ou PROCURADOR, e com a firma reconhecida, por tabelião, no original ou primeira via"

(MIRANDA VALVERDE - "Comentários à Lei de Falências" - ed. de 1955 - vol. 2.^o - p. 227 - n. 555).

Não se diga, - como o acatado CÂNDIDO DE ALMEIDA LEITE ("Lei de Falências" - vol. 2.^o - p. 28), cujo escólio foi aceito pelo Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia (acórdão unânime de 30-7-1929, relatado por ARISTIDES DE QUEIROZ, in "Rev. de Dir. Com." - vol. 3.^o ps. 17/20), - que a lei, exigindo o reconhecimento, tem por objeto afirmar a responsabilidade do promovente, de tal maneira que se torna dispensável se a firma do credor já está reconhecida na procuração por instrumento particular, ou se foi esta passada por instrumento público. Não, data vênua: é que, além da vigente Lei Falencial, a semelhança das pretéritas, não distinguir se a declaração de crédito é assinada pelo próprio credor, ou se por seu representante ou PROCURADOR, a responsabilidade, objetivada pelo referido dispositivo, permanece, ainda, em relação ao profissional que representa o credor (art. 31 da L. F.), pois poderá o procurador (isso, em tese) exceder-se no cumprimento do mandato, bem como aproveitar-se dos poderes "ad judicium" (parágrafo 2.^o do cit. art. 31) e habilitar um crédito não verdadeiro (art. 189-11 - da Lei de Falências).

Assim, tão necessário é o reconhecimento da firma, na primeira via, quando assinada pelo credor ou por seu representante, quanto essencial é se assinada por profissional advocatício.

A segunda consideração, que se nos impõe, consiste em haver, nestes autos, muitos reconhecimentos de firmas em contrário às acatadas recomendações da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, pois deles não constam os nomes das pessoas cujas assinaturas estão reconhecidas.

É necessário que o tabelião consigne, expressa e claramente, tais nomes, consoante iterativas recomendações daquele respeitável órgão da Justiça Paulista, constantes dos provimentos, despachos e portarias infra-relacionadas:

- Provimento 1.^o, de 3-3-49 (in "Diário da Justiça", de S. Paulo, de 4-3-49; "Rev. dos Tribs."; - vol. 182 -

p. 929, e "Repertório das Correções", de Nelson Nogueira, ed. de 1953 - p.213)

- Despacho no processo n. 10.642, de 16-12-1953 (in "Diário da Justiça" S. P. de 17-12-53)

- Provimento n. 44, de 28-12-53, em que está expresso:

"Nos reconhecimentos de firmas, indicar os nomes das pessoas a quem pertencem as assinatura constituindo FALHA ABUSIVA E CONDENÁVEL a referência - "reconheço as firmas supra".

("Diário da Justiça" S.P., de 29-12-53, e "Rev. dos Tribs." - v. 220 - p. 589)
Portaria n. 9-54, de 30-6-54 (in "Boletim da Associação dos Serventuários da Justiça do Est. de S. Paulo" - n. 51, de julho-agosto de 1955 p. 11).

Estas, as constantes recomendações da Egrégia e sábia Corregedoria Geral da Justiça, no sentido de os Tabeliães mencionarem, expressamente, nos reconhecimentos de firmas, para qualquer fim, os nomes das pessoas cujas assinaturas reconhecem, constituindo "FALHA ABUSIVA E CONDENÁVEL" o clássico "reconheço as firmas supra".

Leis e Decretos.

LEI FEDERAL

LEI N.º 2.970 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Modifica o art. 875, "caput", do Código, de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 875, caput, do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 - Código de Processo Civil - passa a ter a seguinte redação:

"Art. 875. Na sessão de julgamento, feita a exposição dos fatos e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não for de embargos declaratórios, dará sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze minutos a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acordo com o regimento interno do Tribunal, depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor no data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBISTSCHEK

Nereu Ramos

"D. União" de 27-11-56.

(*) Reproduz-se por ter saído com incorreções no Diária Oficial, Seção I, de 27-11-56.

ARTIGOS DA LEI N. 3.688 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1956

que dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências, que interessam aos serventuários de justiça:

"O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As taxas estabelecidas na Tabela I, anexa ao Livro IV, do Código de Impostos e Taxas, e referidas no artigo 18, desse Livro, serão aplicadas, nas doações em linha reta, desde que não clausuladas, até o limite máximo de 8% (oito por cento), acrescidas das majorações e adicionais devidos.

Artigo 5.º - São isentos de todos os tributos estaduais os atos, bens e serviços objetos do acordo celebrado pela União com o "The Institute of Inter-American Affaire", a que se refere o Decreto Legislativo Federal n. 1, de 1951.

Artigo 23 - O imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis", nos inventários que não foram requeridos dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data da abertura da sucessão, será calculado com o acréscimo da multa de 10% (dez por cento).

Artigo 30 - É facultado ao promitente ou compromissário comprador originário, bem como ao

primeiro cedente ou cessionário, recolher, por antecipação e pelo valor do imóvel na data do contrato, o imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", devido pela transmissão, desde que o faça dentro de 120 dias a contar da promulgação desta lei.

Artigo 31 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 32 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de Dezembro de 1956.

JANIO QUADROS
Carlos Alberto Carvalho Pinto

DECRETO-LEI N.º 11.464 DE 30 DE SETEMBRO DE 1940

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições de conformidade com o artigo 6.º n. IV, do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de Abril de 1939, e nos termos da Resolução n. 1.590, de 1940, do Departamento Administrativo do Estado:

DECRETA:

Artigo 1.º - As anexações de ofício de justiça, estabelecidas pelo Decreto n. 5.898, de 29 de Fevereiro de 1932, passou a reger-se pelos preceitos deste decreto-lei.

Artigo 2.º - No caso de vaga, já existente ou superveniente proceder-se-á.

I - Nas comarcas de Cananéia, Ubatuba, Barreiro, Xiririca, Bananal, Patrocínio do Sapucaí, Santa Rita, Paraibuna, Santa Branca, Palmeiras, São Pedro, Santa Isabel, Queluz, S. Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Itararé e Brotas:

a) - vagando o ofício de escrivão de paz do distrito da sede da comarca, será nele provido o distribuidor, contador e partidor e reciprocamente.

b) - vagando um dos ofícios de tabelião de notas e anexos, será nele provido o escrivão do júri,, distribuindo-se as atribuições desta escrivânia e seus anexos pela forma estatuída na letra seguinte:

c) - vagando a escrivânia do júri e anexos, os ofícios de escrivão do júri das execuções criminais e do registro de imóveis ficam aglutinados ao 1.º tabelionato e os de protestos de títulos e registro de documentos serão anexados ao 2.º Tabelionato.

II - Nas comarcas de Itatiba, Caçapava, Itapira, Piracaia, Mocóca, São Roque, Atibaia, Pinhal, Capivari, Araras, Jacaré, Pindamonhangaba e Lorena, vagando o ofício de escrivão de paz do distrito da sede da comarca, no mesmo será provido o distribuidor, contador e partidor, e reciprocamente.

Artigo 3.º - Consideram-se mantidas as aglutinações decorrentes da execução do Decreto n. 5.398, de 29 de Fevereiro de 1932, operadas em algumas das comarcas referidas no artigo anterior.

Artigo 4.º - Ficam igualmente mantidas as anexações e adaptações de ofícios levadas a efeito de conformidade com o Decreto n. 5.398, em outras comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias a saber: - Apiaí, Araras, Bariri, Bebedouro, Cafelândia, Cachoeira, Cananéia, Cruzeiro, Cunha, Garça, Dois Córregos, Itapeva, Itaporanga, Itatiba, Jacaré, Lorena, Patrocínio do Sapucaí, Palmeiras, Paraibuna, Piedade, Pindamonhangaba, Pirassununga, Pôrto Feliz, Queluz, Santo Anastácio, Santa Isabel, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Ubatuba e Xiririca.

Artigo 5.º - No caso da vaga de serventia nas comarcas indicadas no artigo precedente, com exclusão do artigo 2.º proceder-se-á:

I - Se se referir a escrivânia de paz do distrito da sede, será restabelecido o ofício de distribuidor, contador e partidor;

II - tratando-se de um dos tabelionatos, restabelecer-se-á o ofício de escrivão do júri e anexos,

reconhecendo-se ao tabelião remanescente o direito de optar pelo cartório novo.

Parágrafo único - Esta opção deverá ser exercida dentro de 10 dias subsequentes à publicação do decreto de restabelecimento da serventia, mediante requerimento endereçado ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 6.º - Os ofícios restabelecidos ou os que resultarem do direito de opção ora conferido, serão de livro provimento do Chefe do Governo.

Artigo 7.º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 30 de Setembro de 1940.

(a) ADHEMAR DE BARROS
José de Moura Resende.

(Publicado na Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, aos 30 de Setembro de 1940, depois de aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Fabio Egydio de O. Carvalho
Diretor-Geral.

NOTA: Este decreto foi revigorado pela lei N.º 819 de 31-10-1950 (Art. 55) naquilo que não colidir com a mesma.

COMUNICAÇÃO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A Diretoria da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, em reunião de 18 de setembro de 1956, nos termos do artigo 5.º, do Estatuto vigente, fixou as seguintes contribuições para o próximo biênio de 1957-1958.

Serventias de 1.ª entrância:	Cr\$
Tabeliães de notas	600,00
Registros de Imóveis	600,00
Registro Civil	300,00
Demais	250,00
Serventias de 2.ª entrância:	
Tabeliães de notas	720,00
Registro de Imóveis	720,00
Registro Civil	480,00
Demais	360,00
Serventias de 3.ª entrância:	
Tabeliães de notas	840,00
Registro de Imóveis	840,00
Registro Civil	600,00
Demais	480,00
Serventias de 4.ª entrância:	
Tabeliães de notas	3.000,00
Registro de Imóveis	3.000,00
Registro de Títulos	3.000,00
Protestos	3.000,00
Demais	2.400,00



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **DIRETORIA**

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES.	3
SINFONIA DESCOMPASSADA	3
ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO	4
DIRETORIA	4
CONSELHO FISCAL	4
SUPLENTES	4
FALECIMENTOS	5
PROVIMENTOS.	5
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	5
PROVIMENTO DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	6

JURISPRUDÊNCIA.	7
RECONHECIMENTO DE FIRMA	7
LEIS E DECRETOS.	9
LEI FEDERAL	9
DECRETO-LEI N.º 11.464 DE 30 DE SETEMBRO DE 1940	10
COMUNICAÇÃO	11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	11
DIRETORIA	13
CONSELHO FISCAL	13
SUPLENTE	13
ÍNDICE	14

Nº 058 - Publicação: 01/01/1957

Redação

CESAR LACERDA VERGUEIRO

Era uma vez um homem bom. Não sabia dizer não a ninguém. Tão solícito em servir a todos indistintamente, Cesar Vergueiro era procurado constantemente por amigos, por conhecidos e até por desconhecidos, de todas as classes sociais, ricos e pobres, pretos e brancos, patrões e empregados, industriais e operários, lavradores e colonos, funcionários públicos civis e militares, para um conselho, para um auxílio, para a solução de um problema, para o encaminhamento de uma pretensão ou para o atendimento de um assunto de interesse público ou coletivo.

E para todos ele tinha uma palavra de atenção, de ânimo, de carinho, não deixando nunca de anotar e providenciar os inúmeros pedidos que recebia. A sua casa estava sempre aberta e a sua mesa simples e farta servia a todos que chegassem e não eram poucos os comensais.

Cesar Lacerda Vergueiro era um homem imam, dotado de notável espírito público, que com a sua bondade e extraordinária serenidade, polarizava todas as atenções e sempre semeando o Bem.

As instituições de caridade e de assistência social não só deste Estado mas de todo o Brasil, notadamente de Santos, sua cidade natal, tinham nele um defensor permanente e desinteressado que resolvia todas as suas dificuldades de administração, providenciando diligentemente junto às autoridades e poderes competentes não à auxílios e favores mas também agindo pessoalmente nas respectivas repartições, nos meandros burocráticos, o andamento mais rápido e satisfatório dos seus processos de pagamentos de subvenções e auxílios.

O título Benemérito de quase todas as casas de filantropia e benemerência é a consagração melhor e insuspeita do quanto ele era estimado e considerado. Ele era o símbolo da bondade e da eficiência a serviço das boas causas. Com a sua suave serenidade e constância, aluía resistências empedernidas. Era a força invencível da Bondade desinteressada na sua caminhada benéfica pela estrada da vida.

Político, no bom sentido, com o seu enorme prestígio pessoal, iluminado por um acendrado espírito público, conquistou facilmente os mais elevados postos no cenário nacional, tendo sido eleito inúmeras vezes sucessivas, deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado e ultimamente, senador da República, posto em que faleceu, e sempre como um dos candidatos mais votados, tal era a sua notória penetração e força eleitoral.

Talvez anda seja cedo para se aquilatar o alcance social da obra nacionalista de Cesar Lacerda Vergueiro, que frequentemente trazia da Capital Federal grupos de parlamentares de outros Estados, principalmente do Norte, para, a pretexto de lhes convidar para assistir às inaugurações das grandes usinas do progresso paulista, mostrava-lhes as mais aperfeiçoadas fábricas, os modernos institutos científicos, os soberbos salões de arte, as maravilhosas fazendas modelos,

as esplendidas rodovias Anchieta e Anhanguera, e assim, de uma maneira sutil e delicada exhibia, aos nossos patrícios de outros Estados a pujança do progresso material e do desenvolvimento cultural de São Paulo, proporcionando-lhes também, festas cordialíssimas, conquistando-lhes a simpatia e a afetividade fraternal que deve haver entre todos os brasileiros, incutindo-lhes assim imperceptivelmente, unia idéia diferente daquela que porventura tivessem a nosso respeito.

E essa obra de verdadeira catequese disfarçada, porém proveitosa, Cesar fazia sozinho e às suas expensas exclusivamente, pagando de seu bolso liberalíssimo as despesas de viagem e dos hotéis. Essa tarefa de aproximação nacional ele sabia porque fazia, tinha um sentido mais alto de brasilidade. Cesar era o Senador de todos os Estados. O volume de sua correspondência no Congresso Nacional era maior do que o de qualquer outro parlamentar, sendo mesmo sabido que grande parte dela era procedente dos outros Estados, tal o prestígio da sua eficiência junto aos poderes da República.

Era um homem útil à sociedade que ele amou e serviu.

Titular do cartório do Registro de Imóveis da 4.a circunscrição desta Capital, era um colega exemplar e amigo dedicado da classe, que muito lhe deve pela vigilante defesa de seus interesses.

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo rende ao seu pranteado e desditoso companheiro a homenagem sincera da sua gratidão e imperecível saudade.

"ONOMÁSTICA BRASILEIRA"

Recebemos com atenciosa dedicatória do nosso prezado associado Sr. Lourival de Oliveira, DD. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Botucatú, neste Estado, um volume magnificamente, encadernado do seu esplêndido trabalho - "ONOMÁSTICA BRASILEIRA" -, com minuciosa relação dos prenomes em uso no Brasil, além de judiciosas observações hauridas no exercício criterioso de suas funções.

Faz o Autor uma análise interessante do uso indiscriminado dos prenomes em geral, inclusive dos prenomes de procedência estrangeira e dos neologismos sugeridos e criados pela mania do modernismo imperante. Além das inteligentes considerações do Autor sobre o assunto, face a lei dos Registros Públicos, a "Onomástica Brasileira" é um livro de grande utilidade para os Oficiais do Registro Civil, pela boa orientação ali constante e pelo estudo paciente e ponderado revelado pelo estudioso serventuário, cujo exemplo deve frutificar para o enriquecimento de nossas letras jurídicas.

Colaborações

AUTORIDADE COMPETENTE PARA ORDENAR RETIFICAÇÃO NO REGISTRO CIVIL SYLVIO BRANTES DE CASTRO

O artigo 598 do Código do Processo Civil e Comercial dispõe que "quando de sentença resultar a mudança de estado civil de qualquer das partes, o juiz expedirá mandado para a necessária averbação no registro civil".

E o parágrafo 1.º do mesmo artigo prescreve que "se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao juiz sob a jurisdição do qual estiver o cartório do registro civil, e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á".

Com fundamento nesses dispositivos sempre entendemos que a autoridade competente para ordenar a retificação de assento no registro civil, tanto pode ser aquela a que estiver subordinado o respectivo cartório,, onde consta o assento a ser retificado, como aquela da residência do interessado na retificação. Na hipótese de ter o processo referente ao pedido de retificação de correr perante a autoridade da residência do interessado, o mandado expedido para a retificação, deverá, como manda o dispositivo supra transcrito, ser remetido, por ofício,

ao juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório; e, após esta autoridade apor a ele o seu "cumpra-se", será feita a retificação ordenada.

Foi nesse sentido que decidiu a 1.ª Câmara Civil do nosso Tribunal de Justiça, em acordam unânime proferido na apelação n.º 78.151, da Capital.

Fundou-se o julgado não só naqueles dispositivos do Código do Processo, como ainda na circunstância de que a justificação no juízo da residência do interessado não oferece maiores riscos, porque também é processada perante um juiz togado, que se presume tão exigente e rigoroso como o do lugar em que tiver sido feito o assentamento. E acrescenta ainda: - "determinar que seja competente, unicamente, o juiz do lugar onde foi feito o registro seria, num país de vastidão continental do Brasil, dificultar, senão impossibilitar a correção dos erros sobre a identidade da pessoa, que é o fim colimado pela lei. Ademais, é de se atender a que na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, como prescreve o artigo 5.º da lei de Introdução do Código Civil".

REGIMENTO DE CUSTAS.

JOSÉ BERNARDO DE MATTOS

Escrevo este artigo especial para o "BOLETIM" de nossa Associação, quando a Assembléia Legislativa do Estado, após calorosos debates, rejeita o projeto de lei n. 877/55, mantendo o veto do executivo, sobre o assunto que agitou novamente a classe depois da malograda campanha da oficialização dos cartórios.

O despacho final foi bom e também foi mau. Bom, porque o novo estatuto que havia de regular nossa vida econômica, não correspondia aos anseios reivindicatórios da classe em geral. As majorações pouco significavam para o registro de imóveis, tabelionatos, títulos e documentos, escrituras civis e criminais. Mau, diante da situação insustentável dos servidores da justiça que viam no projeto um paliativo, não sabendo agora o fim da "via dolorosa" da nova etapa de começar de novo.

Há quase um decênio, os militantes nos cartórios do maior Estado brasileiro, pleiteiam a substituição do inútil regimento de custas de 1945, considerada mais penosa do que o "parto da montanha", não obstante os inauditos esforços de vários deputados, cujos nomes guardamos na lembrança. Disse decênio: porque, o movimento se iniciará pouco depois do "nati-morto" decreto-lei n. 14.978, de 29 de agosto de 1945, quando já estava em vertiginosa ascensão a espiral inflacionária emergida dos escombros da segunda guerra mundial, até hoje em evolução contínua, e, paralelamente, o índice de custo de vida, na razão de um mil e duzentos a um mil e setecentos por cento, acarretando as consecutivas altas de salários, e já por três vezes os aumentos nos vencimentos dos funcionários públicos. Os serventuários da justiça, estipendiados pelas partes, ficaram desprezados, sem qualquer aumento em suas tabelas. O velho regimento de custas ficou criando musgos nas águas estagnadas do passado e das "priscas eras que bem longe vão".

A situação é gravíssima. Mais grave ainda para os ofícios de notas e anexos de sede das comarcas do interior, com a imensa carga de serviços gratuitos, sendo dentre eles, mais pesado e volumoso, o criminal, do qual o escrivão é um vassalo, tudo despendendo para os outros ganharem. Às suas expensas correm as despesas totais de escreventes, papéis, máquinas, tintas, carbonos, fitas, impressos, tarifas postais nas intimações e comunicações obrigatórias, e muitas vezes, viagens de automóveis para intimações de réus presos em cadeias distantes, até de outras cidades, quando só acontecer, não existir presídio na sede da comarca. Depois, a assistência judiciária. Entre os feitos onerosos, relacionamos os de acidentes do trabalho e reclamações trabalhistas, com tão iníquas custas, que com elas não se conta, - Se o escrivão acumula a escrituração eleitoral, os serviços se multiplicam assombrosamente, durante o período preparatório das eleições, o então não se cuida de mais nada, mas as despesas estão correndo.

Falemos do ramo civil. Família e Sucessões, por exemplo. Alguém já imaginou o que é preparar

autos de inventário de um, dois ou mais milhões de cruzeiros, lavrando-se termos judiciais a Cr\$ 1,50, preço de uma refeição comercial na cidade de São Paulo, no ano de 1930, com uma tabela daquele tempo acrescida somente de Cr\$ 0,50 no ano de 1945

- Ou então manusear durante anos, uma ação possessória de cem milhões de cruzeiros, cotando custas pelo atual regimento caduco, sabendo que o procurador ficou rico, presenciando a festa do multi-milionário vitorioso na causa, e o escrivão catando as migalhas legais que a conta de custas lhe consignou?

É sabido que o tabelionato constitui a fonte básica da receita dos ofícios de sede de comarca do interior. Também ninguém ignora que quase todas as escrituras públicas do interior são de valores inferiores a Cr\$ 200.000,00: - vendas de sítios, chácaras, lotes urbanos, locações, arrendamentos, etc.

- Vamos provar que a tabela de escrituras do ano de 1945 é inferior e mais baixas que a de 1927, em todas as escrituras de valor superior a Cr\$ 30.000,00 e inferior a Cr\$ 230.000,00. Isso decorre do erro cometido na elaboração de tabela vigente, pela qual somente inicia-se a contagem do acréscimo de Cr\$ 2,50 em cada mil cruzeiros, depois de Cr\$ 100.000,00, enquanto que, pelo regimento de 1927, o acréscimo de Cr\$ 2,00 por Cr\$ 1.000,00, é contado depois de Cr\$ 10.000,00, com muito mais vantagem para os tabeliães.

Exemplifiquemos com uma escritura do valor de Cr\$ 100.000,00.

- Pelo regimento de 1927 contava-se os proventos da seguinte forma: - ".....de mais de Cr\$ 2.000,00 até Cr\$ 10.000,00 Cr\$ 20,00" "de mais de Cr\$ 10.000,00, mais Cr\$ 2,00 por Cr\$ 1.000,00 ou fração,.....Assim, em uma escritura de Cr\$ 100.000,00 - o tabelião percebia Cr\$ 200,00. Pelo regimento de 1945 em vigor, contam-se os proventos da seguinte forma: f) de mais de Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00 Cr\$ 130,00 -g) de mais de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 200.000,00, mais Cr\$ 2,50 por um mil cruzeiros ou fração g) e a mesma escritura de Cr\$ 100.000,00 - dá para o tabelião atualmente, só Cr\$ 130,00, ou seja Cr\$ 70,00 menos que em 1927, mesmo com o aumento do acréscimo de Cr\$ 0,50 por um mil cruzeiros ou fração.

Portanto, já há doze anos, as finanças do tabelião vêm correndo na ordem invertida! ... As custas de reconhecimento de firma, raza e rubrica estabelecida nos albores da República foram duplicadas em 1927 e nunca mais reformadas.

- Nas certidões de procurações, deram como presente de grego, um aumento de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 8,00 e a eliminação da busca e aza.

- Afinal chegamos a um tal estado de coisas, que para o provimento de dezoito ofícios de notas e anexos de sede de comarca, no ano de 1954, verificou-se uma única opção a que têm direito, em virtude do desdobramento das serventias, os serventuários do registro civil das pessoas naturais.

As seções de Registro de Imóveis, Protestos, Títulos e Documentos, foram virtualmente desprezadas na reforma de 1945, face a tão irrisórias majorações em suas tabelas.

Os serventuários do Registro Civil das Pessoas Naturais, foram contemplados com alterações menos mesquinhas em 1945. O casamento, de Cr\$ 30,00 passou a Cr\$ 80,00. O nascimento e óbito de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 10,00, com direito ao dobro no registro de adultos e mais Cr\$ 5,00 para as anotações à margem dos assentos.

- Contudo não chegaram à metade de suas necessidades.

Em 1949, travou-se novamente a luta de reivindicações reclamando outro regimento, devido às bruscas elevações de preços de todas as utilidades. Desse, saíram vencedores somente os serventuários do Registro Civil das Pessoas Naturais, e em parte, os contadores, distribuidores, partidores e avaliadores.

- De fato, a lei n. 632 de fevereiro de 1950, vetada pelo Executivo, e promulgada em boa hora, pelo presidente do Legislativo, Dr. Brasília Machado Neto, desafogou merecidamente, os titulares

dos Cartórios de Paz, naquela época desesperadora, para todos, permanecendo os demais abandonados à sua própria sorte.

As taxas de alterações das rubricas básicas do regimento de custas do ano de 1927, são as seguintes: REGISTRO DE IMÓVEIS ... Escritura de Cr\$ 50.000,00 - mais 11,7%, ; Certidão menos 28%; - TABELIÃES ... Escritura de Cr\$ 100.000,00 - menos 35%; certidão inclusive relatório ... menos 28%.

- Procuração mais 66,6%.

- Reconhecimento de Firmas 0 (zero) 7%.

- Registro de procuração mais 33%. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: - casamento mais 378%; nascimento e óbito mais 200%; certidão mais 333%; DISTRIBUIDOR mais 210%.

- PARTIDOR mais 250%.

- ESCRIVÃES EM GERAL - Termos mais 50%.

- Raza e rubrica 0 (zero) por cento. Inquirições mais 40%.

- Autuação mais 12%,--- - Informação 0 (zero) por cento.

O índice de custo de vida atingiu a dois mil (2.000) por cento, a partir de 1927, e a 1.500% a partir do ano de 1945.

Diante desta explanação objetiva e real, conclui-se que se o projeto rejeitado fosse convertido em lei, pouquíssimo ou quase nada viria melhorar a situação financeira dos cartórios do Estado. O aumento proposto não atingiu a 150%, em geral. O aumento deve aproximar-se ao índice de alteração no custo de vida. Do contrário a classe dos servidores da justiça continuará como ovelha expiatória dos males do mundo.

AINDA E SEMPRE OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS.

J. B. PEÇANHA SOBRINHO

Serventuário

Em que pése o aprimorado cabedal jurídico do ilustrado deputado Camilo Ashear, não podemos concordar com a tese defendida por S. Excia., no parecer emitido a propósito do projeto 380/52. S. Excia., em quem reconhecemos lídima vocação política, avança de mais no seu pronunciamento, pondo à parte o lado humano das coisas como também a igualdade dos direitos consagrada pelo preceito constitucional.

O deputado Camilo Aslicar é peremptório no seu ponto de vista, afirmando que ao Estado, nos desmembramentos territoriais, somente deve caber a faculdade de permitir a remoção do titular lesado para cartório sito na mesma comarca onde operou-se o fracionamento. Fora daí, mais nada.

Essa opinião do ilustrado e operoso parlamentar, que achamos inconsistente, todavia, não contém uma inovação no assunto pertinente ao ressarcimento ao dano territorial sempre em foco por ocasião das novas divisões quinquenais.

A lei 233, de 24 de dezembro de 1948, que tratou da penúltima divisão, no seu artigo 6.º, procurando indenizar os oficiais do registro civil prejudicados distritalmente, condicionava a remoção dos mesmos somente para os cartórios recém-criados em virtude do desmembramento.

Não é preciso se dizer que a faculdade constante do artigo 6.º em questão, foi obra da miopia dos nossos representantes no Palácio 9 de Julho, pois qualquer criatura dotada de mediano bom-

senso havia de concordar com a inocuidade da medida prevista pelo mesmo dispositivo.

A lógica mais comezinha nos levaria ao raciocínio: se uma "fração" é menor que um "todo", como poderia a remoção para o cartório recém-criado, (a fração), representar uma justa compensação ao titular prejudicado que tinha direitos sobre o "todo", isto é, sobre o novo e o antigo distrito ?

Se o oficial preferisse ficar no seu cartório desmembrado, sentir-se-ia prejudicado. Se optasse pelo novo cartório, do mesmo modo ficaria com prejuízos, o que demonstrava à sociedade que o legislador, no que tange ao artigo 6.º em tela, fora de uma inocência palmar, inconcebível num cidadão com direitos à manipulação das leis que norteiam os bons ou maus destinos de uma coletividade.

Para se comprovar o teor simplista e danoso do malfadado artigo 6.º, basta dizer que durante a vigência da lei 233, que se saiba, não houve remoção de oficiais do registro civil, tendo eles de recalcar o prejuízo que lhes ocasionara o Estado até o advento da lei 2456 de 30 de dezembro de 1953.

Pois o parecer n. 1946, do douto deputado Camilo Aslicar, no que se refere ao projeto n. 380/52, traz no seu bojo a mesma substância que deu forma a) artigo 6.º da lei 233.

Um dos postulados mais lembrados após a vigência da atual Constituição é o referente à igualdade dos direitos dos cidadãos, contudo essa Igualdade é pisoteada a cada momento, como vivêssemos numa "junglé", onde o mais forte tem direitos inconcussos sobre o mais fraco.

Na questão dos desmembramentos, invoca-se sempre a prevalência do interesse, público sobre o privado, esquecendo-se lamentavelmente a obrigação do Estado em compensar o prejuízo logo após a vigência do ato que gerou o retalhamento territorial.

Condicionar a remoção do serventuário prejudicado: restringir o seu direito incontestado a uma remoção justa e compensatória, é ofender a igualdade tão decantada pelos líricos do Direito, mas que jamais sentiram na própria pele a lesão a que se propõem dar o remédio adequado.

Limitar a remoção a cartório da mesma classe do cartório desmembrado, pois, não nos parece acertado. Ainda menos para cartório conseqüente do fracionamento.

Figuremos um cartório bem aquinhoado, com movimento acima de qualquer outro da mesma classe e situado nas proximidades da Capital. Sendo esse cartório fracionado, por artes do demo da politiquice e da perseguição de aldeia, onde poderia o serventuário prejudicado descobrir, dentro da mesma classe a que pertence, cartório que representasse um ressarcimento?

Por aí se vê que a vantagem à remoção, na hipótese, de e abranger cartório da mesma natureza do Estado, da mesma classe ou imediata do cartório retalhado, pois, caso contrário, o Estado estará estrangulando os direitos de cidadãos sob o amparo de uma Constituição.

O princípio constante do parecer do digno deputado Camilo Ashear, data vênica, não pode, pois, servir de timoneiro à legislação futura que irá servir de anteparo aos serventuários objeto dos botes dos nossos políticos sem entranhas.

UM VETO INJUSTO AMELETO MARINO

Recebendo o autógrafo n. 4014, de 1956, concernente, ao Projeto de Lei n. 877/55, que visava modificar o Regimento de Custas, resolveu o Sr. Governador do Estado vetá-lo intotural por considerá-lo contrário ao interesse público. Entre outras razões, embora alegue e reconheça a necessidade de se atualizar o referido Regimento (coisa já sedida), o Sr. Governador quer demonstrar que dito projeto se ressentia da falta de unidade de critério na fixação de remuneração de diversos atos, e, concomitantemente, majorou, demasiadamente certos emolumentos, produzindo um injustificado encarecimento da justiça, com evidente prejuízo para

a coletividade em geral. Ao mesmo tempo, para salvaguardar aparências, declara que o Governo nomeará uma comissão para estudar o assunto (!), a fim de resolvê-lo tendo em vista os interesses em jogo. Com a devida vênia, entendemos que esse veto é o mais injusto que se possa imaginar. Ao contrário. Desde 1945, há 11 anos portanto, que a classe dos serventuários de justiça não recebe nenhum amparo governamental. Ao contrário. Compulsando toda a legislação que se refere às serventias, de justiça, verificasse que a lei 819, de 30-10-1951, que dispõe sobre a forma de provimento dos ofícios de justiça, hoje não passa de uma colcha de retalhos, tantos e tamanhos foram os cortes e abusos ali introduzidos, pela demagogia, personalismo e favoritismo. Favores sem conta para bacharéis, solicitadores, portadores de diplomas, etc., ao passo que antigos serventuários, encanecidos a serviço da justiça, continuam por esse interior a fora, sem qualquer remota possibilidade de melhoria. As leis que regulam a aposentadoria estão mal elaboradas, sem nenhum critério e cheias de falhas e imperfeições. Para conseguir-se uma aposentadoria é preciso que o interessado se muna de uma paciência de Jó. E quando vem o benefício, o interessado de há muito já passou para a eternidade, como aconteceu com um escrevente do cartório de que sou serventuário. Não tem fundamento o argumento de que o Regimento, constante do Projeto 877, vem encarecer sobremodo a distribuição, pois ainda agora o Sr. Governador acaba de sancionar a Lei do Selo, verdadeiramente leonina, tanto que, em certas rubricas, majora de 300, 400 e até 1.000 por cento diversas taxas. Para beneficiar o Estado, o Sr. Governador não se recordou desse, argumento. Aliás, por esse chavão de encarecimento do serviço da justiça não tem cabimento o veto, pois que, há um ano atrás, o mesmo Sr. Governador, quando promulgou a lei que oficializou os cartórios do cível da Capital, aumentou extraordinariamente as custas dos Juizes da 1.ª instância. Esse aumento, que abrange o Estado todo, é de pasmar. Basta apenas atentar-se para estas rubricas: Nas arrematações ou adjudicações, cujo máximo antes era de Cr\$ 300,00, passou a ser de Cr\$ 5.000,00. Na partilha processada judicialmente, o que ocorre frequentemente dado que em sua maioria nos inventários existem herdeiros menores e incapazes, cujo máximo era também de Cr\$ 300,00, passou a ser de Cr\$ 5.000,00. A rubrica nos livros em geral, o que é fabuloso, que era de Cr\$ 0,20, por folha, passou a ser Cr\$ 1,00 por folha. E assim por diante. Ora, é evidente que se o Estado, para a satisfação de seus encargos, tem necessidade de aumentar, de modo calamitoso, as verbas referentes à distribuição da justiça, não pode argumentar por esse prisma, nem tem autoridade para fazê-lo, em relação aos serventuários de justiça. Além do mais, e isto então é inconcebível, ainda quer o Governo exigir, conforme projeto em andamento pela Assembléia, aluguel dos próprios estaduais onde estiverem instaladas serventias, esquecido de que tais serventias lhe prestam, gratuitamente, em desacordo com preceito constitucional, imensos serviços, tais como os de assistência judiciária, criminais, menores, cobrança de dívida ativa e outros. Quer dizer que, além de não procurar solucionar essa momentosa questão que se arrasta há tantos anos, ainda deseja sacrificar mais os serventuários de justiça, que constituem a peça fundamental do setor judicial, cobrando-lhes aluguel pelas dependências onde executam, além de outros. aquela imensa massa de serviço gratuito.

Não temos esperança alguma de que, neste Governo, a situação dos serventuários de justiça melhore, a não ser fazendo o mesmo que os escreventes da Capital quiseram fazer há pouco tempo, e com cuja atitude o Executivo não teve outra alternativa senão a oficialização, embora parcial.

Que os colegas atentem para isso e se unam, urgentemente, sob pena de verem cair por terra todas as suas mais sagradas e legítimas aspirações.

JUIZ DE CASAMENTOS

LUIZ CARLOS DA SILVA

Guará

É a autoridade acima, a competente para celebrar os casamentos regulados pelo Código Civil Brasileiro. Na Sua falta ou impedimento, é substituída pelo suplente, ambos nomeados na forma que dispõe o Decreto Estadual n.11 5.338, de 1932, art. 2.º, dispondo o artigo 13, do citado Decreto, que o "juiz de paz será substituído pelo respectivo suplente, nas suas faltas e impedimentos, e, na falta deste, ou se também estiver impedido, por um suplente interino ou ad-

hoc, nomeado pelo Juiz de direito da comarca." No distrito onde o autor deste trabalho exerce as funções de oficial do registro civil, estão, no momento, preenchidos os cargos de juiz e suplente. Entretanto, pela razão de haver o juiz titular assumido as funções de vereador no município, ficou afastado temporariamente, por não poder acumular ambas as funções, estando o suplente agora substituindo-o. Desse modo, caso se verificar o impedimento ou falta do juiz (suplente) em exercício, necessária se fará a nomeação do suplente ad-hoc ou interino, pelo MM. Dr. Juiz de Direito da comarca. Isso acarreta a procura da pessoa que aceite as funções, que precisará ir à sede da comarca, a fim de que assine o compromisso perante a autoridade nomeante. Embora se resolva esse problema sempre satisfatoriamente, pois se encontra a qualquer hora boa vontade da pessoa procurada, entendemos que conviria evitar-se, quando possível, tal medida, razão porque o fito deste trabalho é sugerir aos poderes competentes, modificar-se o Decreto n.º 5.338, aumentando o número de suplentes, sem precisar de revogar, porém, o art. 13 do citado Decreto, pois poderá acontecer de faltarem ou estarem impedidos os suplentes em exercício ou seus eventuais substitutos. Aí fica a sugestão, que esperamos servirá para o estudo sobre o assunto.

Leis e Decretos

LEI N. 3.7699 DE 24 DE JANEIRO DE 1957

Dá nova redação ao artigo 53 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 53 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, passa a ter a seguinte direção:

"Artigo 53 - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares de Justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei e de aposentadoria, todas as vantagens e direitos correspondentes à classificação anterior da referida comarca".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São, Paulo, 24 de janeiro de 1957.

JÂNIO QUADROS

Lincoln Feliciano da Silva

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de janeiro de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

D. O. 27-1-57.

LEI N. 3836, DE 11 DE ABRIL DE 1957

Altera o artigo 30 da Lei n. 819 de 31-10-50 e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Ruy de Almeida Barbosa, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O art. 30 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 30 - Fica equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção, respeitada a natureza do ofício o escrevente que, na data da abertura do concurso, contar:

I - mais de cinco (5) anos de efetivo exercício no cargo, para os ofícios de primeira e segunda classes;

II - mais de dez (10) anos de efetivo exercício no cargo, para os ofícios de terceira e quarta classes.

Parágrafo único - Aos escreventes será concedida, também, equiparação para o fim de inscrever-se em concurso para provimento de ofício de clame igual ou imediatamente inferior".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de abril de 1957.

(a) Ruy de Almeida Barbosa, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de abril de 1957.

(a) Jean Passos, Diretor Geral Substituto

D. O. 12-4-57.

DECRETO N. 27.327, DE 23 DE JANEIRO DE 1957

Dispõe sobre a assistência aos necessitados no interior do Estado, a ser prestada pelo Promotor de Justiça.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista o disposto no artigo 5.º § 1.º, da Lei Federal n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 e considerando ainda o dever e a obrigação que tem o Estado de proporcionar assistência jurídica a todos os necessitados cada vez mais rápida e eficiente,

Decreta:

Artigo 1.º - Nas comarcas do Interior do Estado, onde não houver Subprocuradoria do Departamento Jurídico do Estado, terão os necessitados a assistência jurídica gratuita prestada pelo Promotor de Justiça, ressalvados os casos de impedimento legal.

Artigo 2.º - A assistência jurídica a que se refere o artigo anterior deverá efetivar-se através de tentativas de conciliação, estudos, pareceres e instruções, bem como providências para que obtenham os necessitados assistência judiciária, na forma da legislação processual.

Artigo 3.º - O Promotor de Justiça dará aos assistidos informações sobre o andamento dos processos, para providências capazes de evitar eventuais retardamentos.

Artigo 4.º - Para o fiel cumprimento deste decreto o Procurador Geral da Justiça baixará, dentro de 30 (trinta) dias os atos que julgar necessários.

Artigo 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º - Fica revogado o decreto n. 27.112, de 26 de dezembro de 1956 e outras disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 2 de janeiro de 1957.

Lincoln Feliciano da Silva

JÂNIO QUADROS

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 23 de janeiro de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral.

LEI FEDERAL

LEI N.º 3.123 - DE 16 DE ABRIL DE 1957

Modifica disposições da Lei n.º 1.580, de 20 de março de 1952.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 1.580, de 20 de março de 1952, passa a ter a seguinte redação:
"Art. 1.º As provisões para advocacia e as cartas de solicitador, de que tratam os arts. 3.º 4.º e 5.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, serão concedidas por 5 (cinco) anos e renováveis, segundo as necessidades dos respectivos conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. As provisões abrangerão 3 (três) comarcas, no máximo, e as cartas apenas 1 (uma) comarca.

§ 1.º As provisões concedidas ou renovadas no último triênio vigorarão por 5 (cinco) anos, a partir da respectiva data, ficando assegurado aos respectivos titulares o direito à renovação da provisão, independentemente das necessidades do serviço forense local.

§ 2.º Requerida a renovação em tempo hábil ficará, automaticamente, prorrogado o prazo da provisão até a decisão do Conselho da Ordem dos Advogados".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos
D. União de 17-4-57.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PORTARIA N. 8-57

O Desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

Atendendo a que os processos de habilitação de escreventes de cartório, nos termos do art. 9.º do Decr. 5.129, de 23 de junho de 1931, estão sujeitos a exame e correição do Corregedor Geral da Justiça;

Atendendo a que, por esse motivo, no interesse dos serviços judiciários, no do próprio cartório, bem assim do escrevente, a Corregedoria traçou normas que vêm sendo executadas com uniformidade e resultados satisfatórios, no processamento da habilitação e nomeação dos candidatos a cargos de escreventes;

Atendendo a que a fixação dos vencimentos dos escreventes é da competência da Secretaria da Justiça, (art. 15 do citado decr. 5.129), cabendo à Corregedoria exigir a prova dessa fixação, para ficar constando dos registros e dos assentamentos de cada interessado:

Determina: além dos documentos exigidos por lei, nos processos de habilitação de escreventes para os cartórios Dão oficializados, deverá constar a proposta de fixação dos vencimentos endereçada ao Sr. Secretário da Justiça. O original do pedido, acompanhado de uma cópia da portaria de nomeação e com os requisitos exigidos nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 15 do decreto já mencionado, deverá subir com o processo de habilitação, para ser encaminhado à Secretaria da Justiça, por intermédio da Corregedoria Geral, tão logo se conclua o processo, pela homologação da nomeação.

Fixados os vencimentos do escrevente, juntar-se-á aos autos a prova da fixação.

P. e Comunique-se.

São Paulo, 1.1 de março de 1957.

Oswaldo Pinto do Amaral
Corregedoria Geral da Justiça.

D. J. de 3-3-57.

PORTARIA N. 14-57

O desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das suas atribuições e,

Considerando que, nas Comarcas do interior do Estado, não vem sendo cumprido o disposto no parágrafo único do art. 1.16 do Decreto Estadual n. 10.424, de 11 de agosto de 1939;

considerando o que representou a Junta Comercial de São Paulo, no sentido de se exigir cumprimento do art. 116 do Decreto Estadual n. 10.424 de 11 de agosto de 1939;

Recomenda aos Srs. Juizes de Direito e Oficiais do Registro de Hipotecas, das Comarcas do interior do Estado, que enviem mensalmente à Junta Comercial do Estado de São Paulo, urna relação nominal e quantitativa dos livros comerciais rubricados e das firmas registradas, mencionando endereço, capital e gênero de negócio.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 18 de março de 1957.

(a) Oswaldo Pinto do Amaral
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. de 20-3-57.

PROVIMENTO N. 1-57

O Desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e,

Considerando, nos termos da legislação de seguros vigentes, a necessidade de resguardar os interesses dos segurados, evitando atos que importem em alienação ou oneração de bens e imóveis pertencentes a sociedades que operem em seguros,

Determina: Os Srs. tabeliães do Estado não deverão Lavrar escrituras, que importem em alienação ou oneração de bens, pertencentes a sociedades que operem em seguros, sem fazer constar o seguinte:

a) certidão passada pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização de que os bens, objeto do ato, não estão inscritos no aludido Departamento como garantia de reserva técnica da sociedade;

b) ou autorização expressa do mesmo Departamento permitindo sejam os bens aludidos alienados ou onerados.

Cumpra-se.

São Paulo, 4 de janeiro de 1957.

Oswaldo Pinto do Amaral.

Corregedor Geral da Justiça.

Publicado novamente por ter saído com incorreções.

10-1-57.

Proc. 13.483 - Campinas - Jair Cruz Fernandes (Ex-Auxiliar do Cartório do 4.º Ofício) : Nego provimento ao recurso do Sr. Serventuário do 4.º Ofício de Notas de Campinas. Embora tendo sido pedida sem vencimentos, pelo auxiliar de cartório, a licença para prestação de serviço militar, o certo é que, por motivo de tal serviço, tem o mesmo auxiliar direito a perceber dois terços de seus vencimentos, enquanto permanecer incorporado, nos termos do artigo 147 do Decreto-Lei n. 9.500, de 23 de Julho de 1946. Assim não pode o serventuário alegar como o faz, que não tem de onde descontar a contribuição. Aliás as contribuições poderão ser cobradas atual ou futuramente, como se acentua no final do parecer de fls. 8, uma vez que a licença para prestação de serviço militar não pôde ser interrompida. Vê-se que o pedido de licença foi inadvertidamente, feito sem vencimentos. Poderá, entretanto, o interessado regularizar a sua situação, pedindo que a licença seja posta nos termos da lei, desde que cientificado do presente despacho, o que determino seja feito. São Paulo, 22-8-1956 - (a) Pinto do Amaral.

Proc. 13.696 - Capital - Alberto Baptista de Aguiar Queiroz. Expeça-se a certidão observando-se as formalidades legais. São Paulo, 22-8-1956 - (a) Pinto do Amaral.

D. J. 20-3-57.

Proc. 10.489 - Araçatuba - Dario Ferreira Guarita: Deixo de atender o pedido de afastamento do serventuário Dario Ferreira Guarita, para exercer o mandato de Vereador à Câmara Municipal de Araçatuba, tendo em vista que o E. Tribunal de Justiça, em sessão plena de 26 de dezembro p. findo, deu pela constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1.º, da Lei Estadual n. 1.845 de 27 de outubro de 1952 e, nessa conformidade, o afastamento do servidor dar-se-á tão somente nos dias de sessão na Câmara.

- Comunique-se e archive-se.

- São Paulo, 24-4-1957.

- (a) Pinto do Amaral.

D. J. 26-4-57.

PORTARIA N.º 5-57

(Reconhecimento de firmas)

Considerando que, - consoante reiteradas recomendações da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, é essencial que, nos reconhecimentos de firmas, sejam consignados, expressa e claramente, os nomes das pessoas cujas; assinaturas estão reconhecidas (Provimento I, de 3-3-49, in "Diário de Justiça" S. P., de 4-3-49).

Conselho Superior da Magistratura

ACÓRDÃO

(Fl. 23)

PROCESSO N. 78.613 (G-5821) - S. PAULO

Correição Parcial - Rqte. Dr. 3.º Curador de Casamentos - Reqdo. MM. Juiz de Direito em exercício na 5.ª Vara da Família e Sucessões.

- ACÓRDÃO Julgaram improcedente o pedido de correição parcial. "Vistos, relatados e discutidos estes autos de correição parcial n. 78.613, da comarca de S. Paulo, em que é requerente o Dr. 3.º Curador de Casamentos, sendo requerido o Dr. Juiz de Direito em exercício na 5.ª Vara da Família e Sucessões da Capital: ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, julgar improcedente o pedido, por estar a decisão do magistrado de acordo, com o direito. Bem acentua o seu prolator que de nenhum modo se pode restringir o direito natural que, à falta de impedimento expresso, têm o homem e a mulher de se unirem pelo

matrimônio. Se o requerente varão ainda não tem legalizada a sua situação definitiva no país, força é convir que, de acordo com a lei, tal anomalia só sujeita o mencionado requerente aos efeitos da multa e prisão. Nem o recurso ao Juiz Corregedor foi interposto fora do prazo legal, como demonstrou o magistrado. Custas na forma da lei. S. Paulo, 30 de Outubro de 1956.

- (aa) - Amorim Lima, presidente. J. M. Gonzaga, vice-presidente, e Pinto do Amaral, corregedor geral da justiça e relator.

NADA MAIS se continha em dito Acórdão para aqui bem e fielmente transcrito do que dá fé.

- São Paulo, vinte e três (23) de Abril de mil novecentos e cinqüenta e sete (1957). EU, Mario Augusto Fernandes Panfidos, Chefe da Seção de Expediente do Gabinete da Presidência e do Conselho Superior da Magistratura, datilografei e conferi a presente certidão.

- EU, Alberto Cunha subsecretário do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo, pelo Secretário, subscrevi.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DO CARTÓRIO

Relativo ao exercício de 195.. ., organizado de acordo com o disposto no § 1.º, art. 2.º do Decreto n.º 12.364, de 3 de Dezembro de 1941.

Renda bruta	Cr\$	
DESPESAS		
Vencimentos de empregados	Cr\$	
Aluguel do prédio	Cr\$	
Livros e Impressos	Cr\$	
Utensílios de escritório (não incluindo as despesas com a aquisição de móveis e máquinas de escrever)	 Cr\$	
Total	Cr\$	Cr\$
Renda líquida		Cr\$

O SERVENTUÁRIO

Nota: - O Balancete deve indicar EXCLUSIVAMENTE as despesas acima referidas.

LEI 3.672, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956.

(TABELA ORGANIZADA PELA SECRETARIA DA FAZENDA)

Art. 1.º Art. 3.º Lei n. Lei n.

Discriminação Imposto 2.412-53 3323-55 Total
(10%) (3,75%)

8 - Busca:

em arquivos ou livros de repartições públicas estaduais, de autarquias e de estabelecimentos de empresa do Estado.

I - quando houver indicação do ano e se passar a certidão:

a) até 5 anos por ano	10,00	1,00	0,40	11,40
b) pelo que exceder de 5 anos até				
10 anos - por ano	8,00	0,80	0,30	9,10
C) pelo que exceder de 10 anos				
até 20 anos - por ano	...	6,00	0,60	0,20 6,80
d) pelo que ultrapassar de 20 anos				
- mais, por ano	4,00	0,40	0,10	4,50

II - quando não houver indicação do ano e se passar a certidão:

a) até 5 anos - por ano 12,00 1,20 0,40 13,60

b) pelo que exceder de 5 anos até

10 anos - por ano 10,00 1,00 0,40 11,40

c) pelo que exceder de 10 anos

até 20 anos - por ano 8,00 0,80 0,30 9,10

d) pelo que ultrapassar de 20 anos

- mais, por ano 5,00 0,50 0,20 5,70

11 - Certidão:

Extraída de livros, processos e documentos existentes nos tabelionatos e cartórios de registros públicos em geral - por folha, 5,00 0,50 0,20 5,70

FOLHAS - que se seguirem a primeira de requerimento ou petição dirigido às autoridades administrativas ou judiciais, inclusive as autarquias, estabelecimentos e empresas de propriedade do Estado.

- por folhas

a) até 23 x 22 cms. 4,0 0,40 0,10 4,50

Art. 1.º Art. 3.º

Lei n. Lei n.

Discriminação Imposto 2.412-53 332,9-55 Total

(10%) (3,75%)

23 - Portaria:

I - de licença a servidores públicos não estipendiados pelos cofres do Estado, salvo a relativa a tratamento de saúde ou de pessoa de sua família e à licença prêmio:

a) até 2 meses 50,00 5,00 1,90 56,90

b) até 4 meses 100,00 10,00 3,70 113,70

c) até 6 meses 150,00 15,00 5,60 170,60

d) até 12 meses 200,00 20,00 7,50 227,50

e) Por mais de 12 meses 250,00 25,00 9,40 284,40

II - de licença a intérpretes e leiloeiros 150,00 15,00 5,60 170,60

III - de licença para venda de estampilhas 200,00 20,00 7,50 227,50

30 - Traslado:

extraído de livros, processos e documentos existentes nos tabelionatos e cartórios de registros públicos em geral - por folha 5,00

RUBRICA DE LIVROS

De cartório, cujo serventuários não sejam estipendiados pelos cofres do Estado

- por folha:

a) medindo até 35 x 25 cms. 1,00 0,10 0,03 1,10

b) ultrapassando dessa medida 2,00 0,20 0,10 2,30

14 - NOMEAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA NÃO ESTIPENDIADOS PELO ESTADO:

a) vitalícias ou efetivas 14%

b) interinas ou provisória 4%

NOTA: 1.ª) A incidência do imposto alcança os aumentos de lotação de cartórios resultantes de revisões trienais feitas na forma prevista pelo Decreto n.º 10.719, de 27 de novembro de 1939, alterado pelo Decreto n.º 12.364, de 3 de dezembro de 1941, até o limite de Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros) e, bem assim, a diferença para mais nas lotações de cartórios em casos de permuta, remoção, ou transferência de servidor de um para outro cartório de lotação mais elevada.

2.ª) O imposto será calculado sobre a lotação regularmente arbitrada.

Nas nomeações interinas ou provisórias, inferiores a um (1) ano, o imposto será proporcional ao tempo.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
REDAÇÃO	3
CESAR LACERDA VERGUEIRO	3
"ONOMÁSTICA BRASILEIRA"	4
COLABORAÇÕES	4
AUTORIDADE COMPETENTE PARA ORDENAR RETIFICAÇÃO NO REGISTRO CIVIL	4
REGIMENTO DE CUSTAS.	5
AINDA E SEMPRE OS DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS.	7
UM VETO INJUSTO	8
JUIZ DE CASAMENTOS	9
LEIS E DECRETOS	10
LEI N. 3.7699 DE 24 DE JANEIRO DE 1957	10

LEI N. 3836, DE 11 DE ABRIL DE 1957
DECRETO N. 27.327, DE 23 DE JANEIRO DE 1957
LEI FEDERAL
LEI N.º 3.123 - DE 16 DE ABRIL DE 1957
PROVIMENTOS
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
PROCESSO N. 78.613 (G-5821) - S. PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR
BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DO CARTÓRIO
LEI 3.672, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956.
DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE
ÍNDICE

ANO IX

Nº 059 - Publicação: 01/04/1957

ALUGUEL, INFLAÇÃO E CUSTAS DR. ALCEBIADES GALVÃO CESAR

Guaratingueta

Caiu como uma flecha em nossas frentes a Lei Estadual n.º 3867 de 28 de maio do corrente ano que autoriza o Poder Executivo a cobrar aluguel das Serventias de Justiça não oficializadas.

Em vão tentaríamos conter a justa mágoa senão profundo descontentamento que esse ato governamental provocou em nosso espírito.

O Estado tem construído prédios no interior, precisamente para neles instalar os tribunais de júri, com salas para os Srs. Juizes, os Srs. Promotores, os Srs. Advogados e os Cartórios Eleitorais.

As Serventias de Justiça que se acham colocadas nas dependências inferiores desses prédios, para aí foram transferidas obrigatoriamente em benefício da boa distribuição da Justiça e não em seus próprios benefícios.

A maior parte delas nenhum aluguel pagava antes, por funcionarem nas residências de seus próprios titulares.

Precisamente os trabalhos de Justiças Gratuitas, Serviços Crimes e de Menores, entre outros, que constituem um pesadíssimo fardo às sacrificadas Serventias Interioranas, que reclamaram nossa transferência para esses próprios do Estado.

Chegamos assim por esta Lei 3867, à injustíssima situação de sermos obrigados a pagar aluguel ao Estado, inclusive para executarmos um vasto serviço gratuito que absorve cerca de 40% das parcas rendas das nossas serventias.

No momento que esperávamos uma lei pela qual o Estado se dispusesse, com justiça, a nos auxiliar na enorme despesa de material de escritório e pessoal que dispendemos com aqueles trabalhos, recebemos com uma punhada a citada Lei 3867.

Em vez de um Simão Cirineu que nos ajude a levar tão, pesada cruz querem-nos impor mais um madeiro aos ombros exaustos.

Já levamos nossa queixa ao ilustre Sr. Secretário da Justiça assim como a nobres representantes

do povo na Assembléia Legislativa do Estado.

Esperamos que a injustiça seja reparada pela nossa Assembléia Estadual e pelo Sr. Governador.

Nos últimos tempos, está imperando no País, a infeliz praxe de só se conseguir a reivindicação de um direito mediante greves.

As classes que não se organizam e não promovem greves, são postergadas.

A nós que, não nos unimos convenientemente, para defesa dos nossos direitos justos e objetivos, veja-se o que está se sucedendo.

Ainda recentemente a Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, posto que tardiamente, houve por bem votar modesta melhoria ao nosso antiquíssimo regimento de custas.

Qual foi o resultado?

Apenas este:

O ilustre Sr. Governador Jânio Quadros, certamente absorvido por excesso de trabalho que o assoberba, não tendo facilidade para conhecer a situação econômica-financeira difícilíssima em que nos achamos, devido à elevação astronômica do, custo da vida, exarou respeitável veto ao malfadado projeto de melhoria referido, sob o fundamento de que dois ou três dispositivos do mesmo não eram de ser aprovados.

O projeto era justo, mas porque continha dois ou três dispositivos injustos vetou-se o todo em vez de se vetar apenas esses dispositivos injustos.

Uma comissão, nomeada pelo Sr. Governador para elaborar novo projeto, já transpôs de há muito o prazo mais do que suficiente que lhe foi dado, sem se desempenhar da incumbência e sem levar em conta nossa aflitiva situação econômica-financeira que é insustentável.

Note-se que o índice de custo de vida passou como sabemos, de 1939 de Cr\$100,00 a Cr\$1.252,30, isto é se elevou de 1.152,3%.

Concomitantemente o poder de compra do dinheiro, de Cr\$100,00 que era em 1939 se aviltou praticamente para Cr\$8,00 em 1.956.

Todos os servidores da União, dos Estados, dos Municípios, Autarquias e operários em geral foram várias vezes reajustados, nesse período de tempo, enquanto que a classe dos serventuários dos Cartórios não oficializados e conseqüentemente seus auxiliares que só podem ganhar mais quando aqueles também ganham, acham-se todos inexplicavelmente abandonados.

O Estado acaba de elevar para si astronomicamente as suas custas nos processos.

Os Srs. advogados vêm cobrando seus honorários de acordo com a elevação do custo de vida.

Só às Serventias de Justiça se tem negado sistematicamente o direito a um reajustamento até o presente.

Parece que, os principais responsáveis pela nossa situação acham que os deuses revogaram em benefício dos serventuários todas as inelutáveis leis que regem as ciências econômicas e financeiras.

Debalde vínhamos há muito lançando S.O.S., sem que lobrigássemos o aproximar de frágil batel que singrasse águas em Socorro nosso.

O pequenino barco que nos enviou a Assembléia despedaçou-se no rochedo inexorável dos Campos Elisios.

Com a comissão nomeada para apresentar o novo projeto sentimo-nos desesperançados.

Pensamos que vamos soçobrar mesmo.

Achamos que só nos resta repetir com o Apóstolo: Domine salva nos perimus! Salva nos Senhor que perecemos!

A PHOÊNIX QUE RETORNA DAS CINZAS...

ANTONINO CINTRA

Ribeirão Pires

Imperativo de magna importância e que em absoluto não deve permanecer na obscuridade que tem permanecido desde o seu evento, é, sem duvida, o que se refere ao registro civil das pessoas naturais.

- A modelar instituição que começou por um simples decreto, corporificou-se e se concretizou com os dispositivos estabelecidos pelo Código Civil. Regras e deveres passaram a regularizar a vida civil brasileira, revestindo de preceitos que a elevaram ao seu justo merecimento e posição social.

- No caso ora ventilado, pouco importa que a oficialização global de todas as serventias de justiça que, chegou a movimentar toda uma Assembléia Legislativa; que chegou a movimentar a gregos e a troianos, se tivesse desmoronada como um edifício de vulnerável consistência, edificado num terreno movediço. Pouco importa isso no caso vertente, desde que haja oportunidade de se reparar uma grande falta. Está em causa um ato de suma importância, de alta significação social, qual seja a oficialização das serventias que se destinam ao cômputo demográfico da nacionalidade.

- Toca à vista, ao próprio raciocínio, a razão direta e insofismável desse amparo leal. É certo que, enquanto perdurar o sistema antiquado dessa instituição, com todas as suas lacunas imperdoáveis, jamais poderemos obter uma estatística, perfeita, condensada em dados perfeitos, e isso tanto no que tange ao registro de nascimento, quanto ao que se refere ao registro de casamento.

- Ha uma série de ocorrências em torno desses registros e que por esse motivo não exprimem o verdadeiro censo demográfico da nação. Acontece que por incúria ou mesmo pobreza muitos pais deixam de registrar o nascimento de seus filhos na época oportuna, assim como muitos namorados menosprezando os - deveres conjugais, se unem, livremente, pelos laços do amor pecaminoso. Neste Estado, o número de indiferentes aos preceitos legais ainda não é tão desalentador como em algumas unidades da federação, de onde partem muitos casais, casados só religiosamente e que aqui vêem regularizar civicamente os seus esponsais. Oficializada esta categoria de serventia, com legislação bem adequada, onde se estabeleceria regalias e deveres, com penalidades aos infratores, tudo se modificaria sem relutância, sensivelmente, aos interesses da nacionalidade. Tabela de custas para o Estado, acondicionada sob às exigências do trabalho, cobrado em selos adesivos e com celebração de atos gratuitos às pessoas legitimamente pobres e estaria de vez resolvido esse magno problema, que nem por isso o é complexo. Com serventuários estipendiados pelo Estado, à altura de seus legítimos vencimentos, tudo se nivelaria a um plano clarividente e necessário e que requer essa instituição modelar. Nos casos de ofícios. de registro civil com anexo de funções tabelioas ficaria a oficialização apenas adstrita ao registro civil.

- A inovação seria tão grandiosa ao interesse coletivo, mesmo que acarretasse algum ônus para o Estado.

NOMES EXTRAVAGANTES

Em relatório apresentado à Procuradoria Geral do Estado, em Minas - conta uma folha de Belo

Horizonte - o promotor da comarca de Manhuaçu chama a atenção das autoridades superiores para a situação de diversos cartórios do Registro de Pessoas Naturais, no interior mineiro, principalmente para o fato de escrivães registrarem recém-nascidos sem ligar importância aos nomes escolhidos pelos pais, dando aso a que extravagâncias incríveis sejam oficialmente consagradas, comprometendo a própria personalidade futura dos registrados.

O referido representante do Ministério Público desaprova, a displicência desses oficiais do Registro Civil, entendendo que eles "infringem a lei e deturpam a própria organização da família brasileira, citando, entre outras aberrações observadas durante sua viagem de inspeção pelos cartórios do Interior do, vizinho Estado, estes prenomes e nomes lançados nos livros de assentamentos: "Dorremi Façolaci", "Um Dois Três de Oliveira Quatro", "Amanhecer da Luz do Dia" "José dos Anzóis Carapuça", "Marimbondo", "Pardal", "Cedilha", "Cifrão", "Til", "Virgula", "Ponto e Virgula", "Bonjur", "Morim Santamaria", "João Bispo Doutor da Igreja" "Parizarda", "Izabela Rainha de Portugal", "Evaristo Cristo Rei da Nação" e "Tachpenes". Uma lista deveras estarrecedora.

Entretanto, aqui em São Paulo também se pode enumerar uma série vasta de prenomes e nomes dessa espécie, comprovando que o mal já se espalhou, infelizmente, pelo país, como, se não bastassem as mazelas de que este padece sob outros pontos de vista. Quem lê as listas de nomeações, licenças, intimações, etc. publicadas no "Diário Oficial" do Estado, depara, de vez em quando, com coisas assim: "Alma Piedosa de Tal" "Oriouthenéia", "Rovil", "Rodail", "Moadir" e outros muitos, que mais parecem pasteis tipográficos do que nomes de gente.

O promotor mineiro acha que tais nomes expõem as pessoas do ridículo e sugere maior assistência aos escrivães de paz, de modo a esclarece-los sobre a necessidade de impedir essas extravagâncias, resultantes, quase sempre, de incultura de seus autores. Pois não houve um pai, no Rio, que pretendia dar a uma filha o nome de "Autonomia", para materializar sob essa forma sua orientação na política do Distrito?

(Transcrito do "Correio Paulistano" de 22-7-56)

Leis e Decretos

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 3.133, DE 8 DE MAIO DE 1957

Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Os artigos 368, 369, 372, 374 e 377 do Capítulo V - Da Adoção - do Código Civil, passarão a ter a seguinte redação:

Art. 368. Só os maiores de 30 (trinta) anos podem adotar.

Parágrafo único. Ninguém pode adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento.

Art. 369. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho que o adotado.

Art. 372. Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se for incapaz ou nascituro.

Art. 374. Também se dissolve o vínculo da adoção:

I. Quando as duas partes convierem.

II. Nos casos em que é admitida a deserção.

Art. 377. Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de

adoção não envolve a de sucessão hereditária.

Art. 2.º. No ato da adoção serão declarados quais os apelidos da família que passará a usar o adotado.

Parágrafo único. O adotado poderá formar seus apelidos conservando os dos pais de sangue; ou acrescentando os do adotante; ou, ainda, somente os de adotante, com exclusão dos apelidos dos pais de sangue.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
José Carlos de Macedo Soares.

D. da União de 9/5/57.

LEI N.º 3.186 - DE 24 DE JUNHO DE 1957

Revoga o Decreto-lei n.º 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências e revigora o art. 945 do Código de Processo Civil).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1.º. É revogado o Decreto-lei n.º 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências).

Art. 2.º. É revigorado o art. 945 do Código de Processo Civil.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Nereu Ramos.

D. União de 28/6/57.

LEI N.º 3.238 - DE 1 DE AGOSTO DE 1957

Altera disposições da Lei de Introdução ao Código Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1.º. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2.º. Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-

estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3.º. Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso." Art. 2.º. O § 2.º do art. 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil - (Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.0

§ 2 .º. O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes."

Art. 3.º. O art. 18 da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18. Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado."

Art. 4.º. É acrescentado à Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942), o seguinte artigo:

"Art. 19. Reputam-se válidos todos os atos indicados no artigo anterior e celebrados pelos cônsules brasileiros na vigência do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que satisfaçam todos os requisitos legais.

Parágrafo único. No caso em que a celebração desses atos tiver sido recusada pelas autoridades consulares, com fundamento no artigo 18 do mesmo Decreto-lei, ao interessado é facultado renovar o pedido dentro em 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei."

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

D. União de 3/8/57.

Leis Estaduais

LEI N. 3.867, DE 28 DE MAIO DE 1957

Dispõe sobre cobrança de alugueres das serventias da Justiça não oficializadas.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar alugueres das serventias de justiça não oficializadas.

Parágrafo único - O aluguel será devido pela instalação em próprios estaduais ou em imóveis para esse fim tomados em locação pelo Estado.

Artigo 2.º - A fixação do aluguel o prazo da locação e as condições gerais reguladoras dos contratos ficarão a critério do Poder Executivo, servindo como normas subsidiárias o' disposto nas leis vigentes.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de maio de 1957.

JÂNIO QUADROS.

Antonio Queiroz Filho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 28 de maio de 1967.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. de 30/5/57.

LEI N. 3.913, DE 22 DE JUNHO DE 1957

Dispõe sobre isenção de imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" e dá outras providências.

Retificação

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica isenta do imposto transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" e aquisição de imóvel, para residência própria, feita por participantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (... Vetado...) .

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se uma única vez a cada interessado.

Artigo 2.º - Vetado.

Artigo 3.º - O benefício a que se refere o artigo 1.º e extensivo à família dos mortos em ação ou em consequência do torpedeamento de navios brasileiros.

Artigo 4.º - A isenção recairá sobre imóveis de valor até Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), sendo devido o imposto sobre o excedente quando o valor ultrapassar esse limite.

Artigo 5.º - Vetado.

Artigo 6.º - Fica a Caixa Econômica do Estado de São Paulo autorizada a conceder empréstimo para aquisição de casa própria, até Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), (... Vetado ...) e prazo máximo de 20 (vinte) anos para amortização, aos beneficiados pela presente lei.

Artigo 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo. aos 21 de junho de 1957.

JÂNIO QUADROS.

Antonio Queiroz Filho.

Sebastião Meirelles Teixeira.

Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Fazenda.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de junho de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 23/6/57.

LEI N. 3.933, DE 3 DE JULHO DE 1957

Anexa aos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos das sedes das comarcas de Campos do Jordão, Getulina, Palmital, Santa Rosa do Viterbo e Tupi Paulista, os cartórios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público das referidas comarcas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam anexados aos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos das sedes das comarcas de Campos do Jordão, Getulina, Palmital, Santa Rosa do Viterbo e Tupi Paulista, os cartórios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público das referidas comarcas.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de julho de 1957.

JÂNIO QUADROS.

Antonio Queiroz Filho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de junho de 1957,
Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. de 5/7/57.

Provimentos
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Proc. 14.786 - Capital - Ministério da Fazenda - Delegado Regional do Imposto de Renda: Dê-se ciência da representação de fls. 2 aos Srs. Tabeliães de Notas desta Capital. São Paulo, 1.º de julho de 1957. (a) Pinto do Amaral. "Representação de fls. 2 a que se refere o despacho supra". Ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça no Estado de São Paulo: Consoante dispõem os §§ 1.º e 2.º do art. 94 e Art. 95 e § único do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto 40.702 de 31-12-56, o recolhimento do imposto de renda sobre lucro apurado na venda de imóveis pelas pessoas físicas (Art. 92 do aludido Regulamento) compete ao vendedor assim como a apresentação da guia negativa apropriada, quando a operação não proporciona lucro. Por outro lado, e por força do estatuído no Art. 171 e parágrafos do Art. 175 do mesmo Regulamento, o recolhimento do imposto devido ou a apresentação da guia indicativa da inexistência de lucro deve ser feita à repartição do domicílio do vendedor, repartição essa que, no caso da Capital de São Paulo, e em se tratando de imposto a recolher é a Recebedoria, Federal setor anexo à Delegacia Regional do Imposto de Renda em São Paulo, e, em caso de guia negativa, a própria Delegacia Regional referida. Sucede, todavia, que numerosos são os casos em que as partes vendedoras no intuito de subtraírem a transação a um controle mais eficiente e presto satisfazem o tributo ou a apresentação da guia negativa em repartição outras, sediadas no interior. Como essa pratica acarreta dificuldades aos serviços de fiscalização desta Delegacia e prejuízos ao interessado da Fazenda Federal - adotamos providências acauteladoras, a respeito inclusive junto aos Cartórios da Capital. Para conseguirmos o completo êxito dessas medidas, necessitamos, entretanto da inestimável cooperação de Vossa Senhoria, no sentido de fazer com que os Cartórios da Capital cumpram com presteza as notificações que lhes estamos fazendo, para que até o dia 15 de cada mês remetam a esta Delegacia uma relação das guias em trato no presente, correspondentes a

escrituras lavradas no mês anterior e que, devendo ser apresentadas nas repartições desta Capital, segundo a explicação já dada precedentemente o foram em repartições diversas. Eis porque vimos solicitar o obséquio dos bons ofícios de Vossa Senhoria, sobre o particular exposto. Para o que possam ser útil, juntamos exemplar das notificações expelidas aos cartórios. Antecipadamente agradecidos a Vossa Senhoria, valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhes os protestos de estima e consideração. (a) Mário Boarti Tamassia, Delegado Regional.

PORTARIA N. 8/57

O desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Atendendo a que os processos de habilitação de escreventes de cartório, nos termos do art. 9.º do Decreto 5.129 de 23 de julho de 1931, estão sujeitos a exame e correição do Corregedor Geral da Justiça;

Atendendo a que, por esse motivo, no interesse dos serviços judiciários, no do próprio cartório, bem assim de escrevente, a Corregedoria traçou normas que vêm sendo executadas com uniformidade e resultados satisfatórios, no processamento da habilitação e nomeação dos candidatos a cargos de escreventes;

Atendendo a que a fixação dos vencimentos dos escreventes é da competência da Secretaria da Justiça (art. 15 do citado decreto 5.129), cabendo à Corregedoria exigir a prova dessa fixação, para ficar constando dos registros e dos assentamentos de cada interessado:

Determina: além dos documentos exigidos por lei, nos processos de habilitação de escreventes para os cartórios não oficializados, deverá constar a proposta de fixação dos vencimentos endereçados ao Sr. Secretário da Justiça. O original do pedido, acompanhado de uma cópia da portaria de nomeação e com os requisitos exigidos nos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 15 do decreto já mencionado, deverá subir com o processo de habilitação, para ser encaminhado à Secretaria da Justiça, por intermédio da Corregedoria Geral, tão logo se conclua o processo, pela homologação da nomeação.

Fixados os vencimentos do escrevente, juntar-se-á aos autos prova da fixação.

P. e Comunique-se.

São Paulo, 1.º de março de 1957. (a) Oswaldo Pinto do Amaral - Corregedor Geral da Justiça.

D. Justiça de 28/7/57.

PODER JUDICIÁRIO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

N. 801/BSP.

Proc. 14.075

Em 23 de Fevereiro de 1957

Senhor Presidente

Por determinação do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça e para providências a serem tomadas, constantes do despacho abaixo transcrito, cumpre-me encaminhar a VS. a inclusa cópia de fls. 2, do processo n.11 14.075, em que é interessado o Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível desta Capital, que encaminha pelo referido ofício, ponderações apresentadas nos autos da concordata de IRMA STOPPEL:

"Oficie-se aos serventuários mencionados no ofício de fls. 2, remetendo-se-lhes cópias da representação.

Outrossim, remeta-se também à Associação dos Serventuários da Justiça uma cópia da representação, afim de que essa entidade, que tem procurado colaborar com a Corregedoria, o faça junto aos seus associados, no intuito de alertá-los da falta de cumprimento das normas estabelecidas para o reconhecimento de firmas".

São Paulo, 2 de Janeiro de 1957.

(a) Pinto do Amaral

Aproveito o ensejo para apresentar a V.S. os protestos do, meu elevado apreço e distinta consideração.

ADRIANO DE CAMARGO LOPES

Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça

A Sua Senhoria, o Senhor Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA - CAPITAL.

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA CAPITAL

São Paulo, 4 de Dezembro de 1956

Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça

Tenho a honra de transmitir a V. Excia., a requerimento do Dr. 1.º Curador de Massas Falidas, as ponderações a seguir transcritas, apresentadas nos autos da concordata de Irma Stoppel, pelo referido órgão do M. Publico:

"A segunda consideração que se nos impõe, neste item I, consiste em que das fls. 42, 59 e 64 destes autos consta o reconhecimento da firma do ilustre Dr. Advogado de credores, mas contrariamente às recomendações da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça Paulista, que tem determinado ao "tabelião mencionar o nome da pessoa cuja assinatura reconhece". Tal recomendação tem sido feita reiteradamente pela Colenda Corregedoria: Provimento 1/1949, de 3/3/49 (diário da Justiça) S.P., de 4/3/49 - Rev. dos Tribs.

- vol. 182 - p. 929 Repertório das Correições - Nelson Nogueira - ed. de 1953 - pg. 213) ; Despacho no processo n. 10.624, de 16/12/1953 (Diário da Justiça, S.P. de 17/12/53); Provimento 44/53, de 28/12/53, em cujo capítulo 5.º item III - letra "d" - está determinado: - "Nos reconhecimentos de firma, indicar os nomes das pessoas a quem pertencem as assinaturas, constituindo falha abusiva e condenável a referência "reconheço a firma supra." (Diário da Justiça, de S.P. de 29/12/53) (revista do Tribs. vol. 220 p. 589, alto-) ; Portaria n.º 9/54, de 30/6/54 (Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo - n. 51 Julho/agosto de 55, pag. 11). Assim, M. Juiz, tem a Egrégia e respeitabilíssima Corregedoria Geral da Justiça recomendado, iterativamente, insistentemente, repetidamente, que o tabelião, nos reconhecimentos de firmas, consigne o nome da pessoa a quem pertence a firma reconhecida, constituindo "falha abusiva e condenável a referência, reconheço a firma supra", conforme está a fls. 42 (em 15/9/55, fls. 59 (em 19/9/55) e 64 (em 15/9/55), destes autos. Dá o requerer a Curadoria, como ora requer, digne-se V. Excia. de determinar envie-se cópia desta cota (apenas a letra "b" do presente item I), à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado, consignando quais os Tabelionatos (fls. 42, 59 e 64) que desrespeitaram as recomendações do eminente e acatado Doutor Desembargador Corregedor Geral da Justiça."

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Excia. os protestos da minha mais alta estima e consideração.

(a) Otto de Souza Lima

Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível

Jurisprudência **DIREITO E JUSTIÇA**

O SOLICITADOR SOMENTE PODE EXERCER ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA COMARCA EM QUE TEM SEDE A FACULDADE DE QUE É ALUNO

Decisão do Conselho Secional da Ordem - Uma questão de grande interesse: recebimento de procurações para substabelecimento a advogados

O Conselho Secional da Ordem dos Advogados tomou decisão de importância, referente aos solicitadores-acadêmicos. Entendeu o Conselho que a inscrição se faz apenas para a comarca em que tem sede a faculdade de que é aluno o interessado. Assim, vedado é a ele exercer atividades profissionais em outras comarcas. Essa decisão tem maior significação porque vem

alterar uma antiga orientação do conselho, consubstanciada num provimento, e em conformidade com a qual a inscrição poderia ser estendida a todo o Estado.

RECEBIMENTO DE PROCURAÇÕES PARA SUBSTABELECÊ-LAS A ADVOGADOS

O Conselho Secional da Ordem dos Advogados, em sua ultima reunião, iniciou o exame de questão de grande interesse, tanto para a classe dos advogados como para o público em geral. Prende-se a questão a uma consulta, formulada ao Conselho Secional pelo presidente da 12.^a Subseção, com sede em Ribeirão Preto, o qual indagou se é permitido a qualquer pessoa receber procurações, para substabelecê-las a advogados. A indagação envolve, como se sabe, o propósito de cortar uma das válvulas, de que se utilizam certas pessoas, para desenvolverem, em detrimento dos legítimos profissionais, atividades relacionadas com a advocacia. A matéria foi examinada, no Conselho, pelo Sr. Celso Neves, o qual, na qualidade de relator, concluiu pela ilegalidade das procurações recebidas na forma indicada. Em seu parecer diz o relator: "Opera-se o mandato - diz o art. 1.288 do Código Civil - quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos, ou administrar interesses. Mas, no que tange à representação judicial, a regra genérica do art. 1.288 sofre restrições: ~'O mandato judicial pode ser conferido por instrumento público ou particular, devidamente autenticado, à pessoa que possa procurar em juízo." (art. 1.324). De outro lado, a par da habilitação legal e sem embargo dela, há, ainda, as restrições do art. 1.325, decorrentes de idade, exercício de certas funções, dos efeitos de sentenças e de relações de parentesco. Quanto à habilitação, o art. 22 do nosso Regulamento é norma cogente: "Em qualquer juízo, contencioso ou administrativo, Cível ou criminal, salvo quanto a habeas-corpus, o exercício das funções de advogado, provisionado ou solicitador, somente será permitido aos inscritos no quadro da Ordem e no gozo de todos os direitos decorrentes, de acordo com este Regulamento". Todavia, o § 1.º do art. 106, do Cod. de Proc., abriu exceção, "no caso de falta de advogado no lugar, ou recusa ou impedimento dos que houver". A relação de mandato é direta, entre mandante e mandatário. O substabelecimento é descarga de obrigações que não desvincula o mandatário, a não ser quando tem poderes para substabelecer e o faz sem reserva. Tal descarga há de ser de poderes que o mandatário tem, por ele exercitáveis. Se não os puder exercer, não os poderá receber, nem, portanto, substabelecer. Em verdade, a procuração ad judicium conferida a quem não tem habilitação legal para postular em juízo é nula, por ilicitude de objeto. (Cod. Civ., 145-11). Não sendo lícita a representação judicial por leigo, ilícito é o ato que a objetiva."

Não houve ainda, porém, decisão do Conselho, a respeito do assunto, pois a votação da matéria foi adiada, em virtude de pedido de vista.

Transcrito da "Folha da Manhã".

DIFERENÇA DE SISA

Uma sociedade adquiriu, mediante compromisso, uma grande gleba de terras, tendo em seguida requerido avaliação, segundo o disposto no art. 38, § 1.º, do Livro IV do Código de Imposto e Taxas. Estimado o valor do imóvel foi recebida a escritura definitiva, recolhendo-se o imposto pelo valor da estimativa Fazendária, não obstante constasse da escritura que o preço da compra era superior. Em face dessa situação, veio a Fazenda do Estado pleitear o recebimento de diferença de sisa, entre o valor da estimativa por ela feita e o preço da aquisição. Por sentença do Sr. Francisco Negrisola foi julgado improcedente o executivo. Decidiu o juiz que "a avaliação previa requerida pela embargante encontra o seu fundamento nas disposições do art. 38, § 10.º, e art. 39, parágrafo único, ambos do Livro IV, do Código de Impostos e Taxas, tendo a sisa sido, ademais, recolhida de acordo com o disposto nos arts. 32, 33 e 55, parágrafo único, do Livro IV, do Código de Impostos e Taxas. Assim, desde que o imposto foi pago, em obediência a determinações da lei então vigente, ou seja, sobre a importância que o próprio Fisco convencionou, não há diferença alguma de sisa a ser recolhida". A Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, confirmou essa decisão. Tomaram parte no julgamento os des. J. C. Ferreira de Oliveira, relator, Samuel Francisco Mourão e Justino Pinheiro. (Agravado de petição n.º 83.158, da capital).

Transcrito da "Folha da Manhã".

OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEIS NÃO LOTEADOS

Dirimindo, definitivamente, controvertida jurisprudência, resolveu o Supremo Tribunal Federal considerar necessária a escritura pública para que os compromissos de venda e compra de imóveis não loteados possam ser registrados e valer como ônus real.

Eis a ementa do respectivo acórdão, publicada em "O Estado de São Paulo", de 10-9-1957:

JURISPRUDÊNCIA

"COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA Terrenos não loteados: Inscrição no Registro de Imóveis: Requisitos em face à Lei 649, de 11 de Março de 1949.

Compromisso de compra e venda de terrenos não loteados: - sendo seu valor superior a mil cruzeiros, é da essência do ato, para que como ônus real sobre o imóvel seja inscrito no respectivo registro, conste de escritura pública, contendo a mais a outorga uxória.

(Recurso extraordinário n.º 30.752, de Santa Catarina, acórdão unânime da 2.ª Turma Julgadora, em 30 de Outubro de 1956, do Supremo Tribunal Federal, relator Edgard Costa).

2.ª VARA DOS EFEITOS DA FAZENDA NACIONAL CARTÓRIO DO 2.º Ofício

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL MANDADO DE SEGURANÇA N.º 3337 **Relator: Afrânio Antônio da Costa.**

RELATÓRIO

A Caixa Econômica Federal de São Paulo, realizou um empréstimo à Cristaleira Americana. A recebedoria Federal cobrou o imposto do Selo Sobre o empréstimo. Foi impetrado, então, o presente mandado de segurança, fundado no artigo 15, § 5.º da Constituição, pleiteando a isenção por ser a mutuante uma autarquia estadual.

- A segurança foi concedida em 1.º instância e cassada pelo Tribunal Federal de Recursos, sob o fundamento de que as autarquias não se confundiam com a União. Estados ou Municípios, a quem o preceito constitucional concede a isenção. Veio o recurso ordinário, opinando o Dr. Procurador Geral pelo não provimento. É o relatório. A. Costa.

VOTO

Dou provimento para conceder a segurança. Não pode sofrer dúvidas que as autarquias exercendo atividade descentralizadas da Administração, nem por isso adquirem autonomia completa de modo a desintegrar-se da máquina administrativa do Estado. São serviços públicos, cuja concessão não convindo ao Estado, mas, por outro lado, envolvendo interesse público especializado, são entregues a uma direção aparte e sob a vigilância do Estado, que lhes nomeia os administradores e fixa as normas de administração. Não é possível à União, Estado ou Municípios estarem a morder-se na própria carne, exigindo impostos que a Constituição isenta no artigo 15, § 5.º.

ACÓRDÃO

"Autarquia": - exercendo atividade descentralizada de Administração Pública, nem por isso adquirem tal autonomia. Não estão sujeitos aos impostos (art.º 15, § 5.º da Constituição).



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

- Vistos, etc. Acordam os juizes do Supremo Tribunal Federal, a unanimidade dar provimento ao recurso, para conceder a segurança, conforme o relatório e notas taquigráficas. Custas da lei. Rio, 6 de Julho de 1956. A.) Orozimbo Nonato - presidente. a.) Afrânio Antonio da Costa - relator".

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPELLOS -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
ALUGUEL, INFLAÇÃO E CUSTAS	3
A PHOENIX QUE RETORNA DAS CINZAS...	5

NOMES EXTRAVAGANTES	5
LEIS E DECRETOS	6
LEIS FEDERAIS	6
LEIS ESTADUAIS	9
LEI N. 3.867, DE 28 DE MAIO DE 1957	9
LEI N. 3.913, DE 22 DE JUNHO DE 1957	9
LEI N. 3.933, DE 3 DE JULHO DE 1957	10
PROVIMENTOS	11
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	11
PODER JUDICIÁRIO	12
JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA CAPITAL	13
JURISPRUDÊNCIA	13
DIREITO E JUSTIÇA	13
RECEBIMENTO DE PROCURAÇÕES PARA SUBSTABELECÊ-LAS A ADVOGADOS	14
DIFERENÇA DE SISA	14
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL MANDADO DE SEGURANÇA N.º 3337	15
DIRETORIA	16
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16
ÍNDICE	17

Nº 060 - Publicação: 01/09/1957

Colaboração
DE JUSTIÇA HABILITAÇÃO DE ESCRIVENTES AOS OFÍCIOS
ANTONINO CINTRA
Ribeirão Pires

A Lei n.º 819 de 19 de outubro de 1950, veio, preencher uma lacuna irreparável atinente à regulamentação e provimento das serventias de justiça. Isso não só quanto aos provimentos como nos casos referentes à ordem estabelecida a tudo quanto concerne aos deveres e regalias das referidas serventias. Ficando tudo ajustado com clarividência e precisão, numa coordenação justa porque equacionou com insuperável equidade a carreira dos servidores de justiça.

- Não tendo deixado válvula escapatória à intromissão apadrinhadora da política, algumas vezes indébitas contra os interesses de candidatos com mais merecimentos.

- E, era infelizmente, o que se dava com leis anteriores.

- Hoje, tempora mutandur, galgam promoção à carreira aqueles que se encontram escudados com todas as exigências da justa lei. De tudo se infere que, seria de alto alcance aos jovens que se dedicam ao ofício da carreira, que os mesmos houvessem pelo menos concluído o curso ginasial, mediante apresentação de diplomas.

- Isso seria de suma importância aos novatos do ofício e ainda mais com o desvêlo da própria justiça.

- Agora, o porque desta pequena recomendação.

- Acontece, muitas vezes, que jovens nem sequer chegaram a concluir o curso, de grupo escolar, quase que destituídos, portanto, de curso primário, se abalançam aprendizagem nos cartórios de ofício de justiça.

- Evitando prolixidade do assunto, que aqui não comporta, diremos com experiência de ofício - tudo quanto se faz com falta de base, nunca poderá lograr bons resultados. É muito natural que se tenha em consideração o direito evocacional de jovens que se dispõem a encarrear-se em alguma coisa útil. Porém, esse direito deve subordinar-se a elementos de que os mesmos jovens

jamais poderão prescindir-se, a não ser com gravoso inconveniente à carreira escolhida.

- Deve-se considerar que o escrevente de hoje, ontem foi praticante e será mais tarde o titular do cartório em cujo ofício praticou. E, pela analogia desta ligeira explanação, subtede-se atribuição, aqui feita a todas as categorias de ofício, indiscretamente, porque em todos eles existem praticantes e escreventes.

- É verdade que para os concursos de serventias de justiça, nada mais se exigiu a não ser as disposições constantes dos arts. 16, 17 e 18 da referida lei 819, aos que dependem de provas. Entretanto, isso não deve obstar de maneira alguma que, praticantes e escreventes de qualquer categoria de ofício de justiça iniciem a carreira destituídos de conhecimentos didáticos mais completos. Complemento que deveria ser exigível a todos que iniciam toda e qualquer carreira, independente de capacidade escrita.

- Mais do que os escreventes é a responsabilidade que exerce o serventuário em todas as dependências do seu oficialato. O escrevente é auxiliar de confiança do titular do cartório, mas não deixa, também, de ter responsabilidade em todos os atos que pratica, principalmente, quando está substituindo, o serventuário do ofício.

- E, pela razão de não haver regra sem exceção, existem até escreventes dotados de boa cultura, algumas vezes, demonstrando mais prática e conhecimentos do que o próprio serventuário. Pela mesma razão, existem praticantes e escreventes que, conscioso de sua insipiência escolar, procuram suprir essa falta, valendo-se de escolas noturnas públicas ou particulares, dest'arte precavendo-se contra sua deficiente aprendizagem escolar. São dignos de nota jovens que assim. procedem, porque em tempo souberam compreender a grande missão que de futuro lhes estará reservada.

- Existem jovens indiferentes, porém, o numero já não é alarmante e tudo, faz crer que aos poucos irá desaparecendo essa anormalidade.

- Hoje, já não constitui problema o curso ginasial, visto, ,estar difundido por todo o país, notadamente neste Estado, essa categoria de instituto educacional.

- Vê-se, portanto, que se não cogita aqui do impossível, porém, daquilo que é muito possível e tem cabimento no meio evolutivo em que todos estamos vivendo.

Leis e Decretos

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 3..359 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada, no País e sobre a abolição do registro, policial de estrangeiros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Todo brasileiro pode ser admitido a exercer emprego ou atividade remunerada quando não possua carteira profissional, mediante apresentação ao empregador de qualquer dos seguintes documentos de identidade: carteira de identidade, expedida por autoridade policial, certidão de reservista, título de eleitor ou certidão de idade.

Art. 2.º O estrangeiro, residente em caráter permanente no território nacional, titular de passaporte do qual conste carimbo e assinatura de autoridade imigratória que prove a sua entrada regular no país, pode ser admitido ao trabalho com a apresentação desse documento ao empregador, enquanto não obtiver a carteira profissional de trabalho.

Art. 3.º O brasileiro ou estrangeiro empregado que não possua carteira profissional deve obtê-lo

da repartição competente, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua admissão, ao serviço.

Parágrafo único. A concessão da carteira profissional, estabelecida na consolidação das Leis do Trabalho, não dependerá da prova da prestação de serviço militar.

Art. 4.º Ao ser admitido ao trabalho o brasileiro ou o estrangeiro que não possua carteira profissional receberá do empregador no ato de sua admissão um documento por ele assinado, no qual figure, pelo menos, a natureza do emprego e salário respectivos.

§ 1.º Uma segunda via do documento fornecido ao empregado nas condições acima, será, pelo padrão remetida à Delegacia Regional do Trabalho da Região onde ocorrer o ato, a fim de acautelar os interesses das partes.

§ 2.º A comprovação, por parte da autoridade, da admissão ao emprego, sem o fornecimento, pelo empregador ao empregado, do documento comprovador do ato, e, também da sua não remessa à Delegacia do Trabalho da Região onde se efetiva o contrato de trabalho, origina as mesmas e iguais penas, em que incidem os empregadores que admitem ao seu serviço, pessoa que não seja portadora de carteira profissional.

Art. 5.º - VETADO.

Art. 6.º - VETADO.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas nos Decretos-lei ns. 406, de 4 de maio de 1938, 7.967, de 18 de setembro de 1945, e 5.452, de 1 de maio de 1943 (consolidação das Leis do Trabalho).

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1957: 136.º da independência e 69, da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Eurico de Aguiar Salles
D. União 24/12/57.

LEI N.º 2.931 - DE 27 DE OUTUBRO DE 1956

Dispõe sobre o penhor industrial de veículos automotores, equipamentos para a execução de terraplanagem e pavimentação e quaisquer viaturas de tração mecânica usadas nos transportes de passageiros e carga, e de outras providências.

Art. 1.º - São susceptíveis do penhor industrial os veículos automotores e os equipamentos para a execução de terraplanagem e pavimentação, bem como quaisquer viaturas de tração mecânica, usadas nos transportes de passageiros e cargas e, ainda, nos serviços dos estabelecimentos industriais.

§ 1.º - O penhor industrial de que trata este artigo pode abranger os equipamentos, instalações, oficinas com seus aparelhamentos mecânicos, ferramentas e acessórios ligados à exploração de atividade financeira.

§ 2.º - Aplicam-se a esse penhor as disposições do Decreto-lei número 1.271 (*), de 16 de maio de 1939, com exceção do § 1.º inciso VI, o § 2.º do seu art., efetuando-se porém, a transcrição e o arquivamento do contrato no Registro de Imóveis da comarca do domicílio do devedor.

§ 3.º - Efetuado o registro será o penhor anotado nos assentamentos próprios da repartição competente para expedição dos veículos.

Art. 2.º - O registro e anotações previstos no artigo anterior, valerão contra terceiros, desde a sua data.

Art. 3.º - As dragas e os implementos destinados à limpeza e desobstrução de portos, rios e canais podem ser objeto do penhor naval a que se refere o art. 265 do regulamento baixado pelo decreto n.º 24.288, de 24 de maio de 1934, observadas as formalidades de registro previstas nesse dispositivo.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leis Estaduais

LEI N. 4.129, DE 12 DE SETEMBRO DE 1957

Dispõe sobre extinção dos Cartórios de Assistência Judiciária, criados pelo Decreto-lei n. 14.969, de 27 de agosto de 1945, assim como dos cargos de Escrivão, de Escrevente e de Auxiliar, neles lotados, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam extintos os Cartórios de Assistência Judiciária, criados pelo Decreto-lei n. 14.969, de 27 de agosto de 1945, assim como os cargos de Escrivão, de Escrevente e de Auxiliar, neles lotados.

Parágrafo 1.º --Os titulares desses ofícios de justiça ficam (... vetado...) aproveitados como serventuários, (...vetado ...) em outros cartórios judiciais, independente de concurso.

Parágrafo 2.º - Vetado

Parágrafo 3.º - Os escreventes e auxiliares estáveis ficam (... vetado...) aproveitados, obrigatoriamente, em outros cargos de natureza e vencimentos compatíveis com os anteriormente ocupados.

Artigo 2.º- A distribuição dos feitos novos voltará a ser feita de acordo, com o sistema que vigorava antes da criação dos Cartórios Privativos de Assistência Judiciária.

Parágrafo único - Os feitos em andamento, bem como os processos findos desses cartórios, serão redistribuídos, equitativamente, aos cartórios das Varas a que pertencerem.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de setembro de 1957.

JÂNIO QUADROS

Antonio de Queiroz Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 12 de setembro de 1957.

Carlos de Albuquerque

Seiffarth - Diretor Geral

D. D. 13/9/57.

LEI 4.342, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1957

Altera dispositivo da lei 819, de 31-10-1950.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, RUY DE ALMEIDA BARBOSA, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica acrescido ao artigo 26, da lei 819, de 31 de outubro de 1950, um parágrafo, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - No caso das letras "a", "h" e "f", do artigo 3.º, havendo na serventia vaga escrevente, com mais de 12 anos de efetivo exercício, que exerça o cargo de seu oficial maior há mais de 3 anos, seja bacharel em direito ou haja substituído interinamente o serventuário, embora alternadamente, nela será provido, expedindo o Poder Executivo o decreto de nomeação a requerimento do interessado".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada às serventias vagas e às que ainda não tenham sido definitivamente providas.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de novembro de 1957.

a) Ruy de Almeida Barbosa, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de novembro de 1957.

a) Darcy Anthero Bloem, Diretor Geral, substituto

Publicado no Diário Oficial de 9 de novembro de 1957.

LEI N. 4.424, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre isenção de custas, emolumentos e selos em certidões solicitadas pelo Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.

- As certidões solicitadas pelo Estado, visando acautelar e defender seus interesses e direitos, são isentas de custas, emolumentos e selos.

Artigo 2.º - As certidões devem ser entregues dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), que será aplicada pelo Juiz Corregedor do cartório, à vista de representação escrita da autoridade requisitante, encaminhada através do Departamento Jurídico do Estado.

Artigo 3.º - Nos casos de urgência, o pedido de certidão deve ser atendido dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Artigo 4.º - A multa, não paga dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do despacho que ordenar o pagamento, exarado pelo Juiz Corregedor, será inscrita como dívida ativa do Estado, para cobrança executiva.

Artigo 5.º - A autoridade requisitante passará recibo das certidões no próprio ofício de requisição.

Artigo 6.º - Os cartórios não podem, sob pretexto algum, recusar ao Estado a consulta de quaisquer processos, livros e documentos existentes em seus arquivos, sob pena da multa prevista nesta lei.

Artigo 7.º - Os pedidos de certidões devem ser feitos por ofício numerado, datado e assinado pela autoridade requisitante, entregue mediante carga em livro próprio.

Artigo 8.º - Quando se tratar de consulta nos termos do art. 6.0 da presente lei, o representante do Estado será apresentado, por ofício da autoridade requisitante, ao cartório competente.

Artigo 9.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 10 de dezembro de 1957.

JÂNIO QUADROS

Antonio de Queiroz Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 10 de dezembro de 1957

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

D. O. de 11/12/57

LEI N. 4.461, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1957

Modifica dispositivo da Lei n. 3.467, de 4 de setembro de 1945, e do Decreto-lei n. 16.484, de 17 de dezembro de 1946.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º.

- Passam a vigorar com a seguinte redação os arts. 2º. e 3º. da Lei n. 3.467, de 4 de setembro de 1956.

"Artigo 2º.

- São de férias coletivas o período da Semana Santa e o de 2 a 31 de janeiro.

Artigo 3.º - As férias individuais, de 30 (trinta) dias, terão início no primeiro dia do mês e serão gozadas de acordo com escala aprovada pelo Tribunal, em sessão plenária que se realizará na segunda quinzena de dezembro de cada ano.

Parágrafo único - A organização da escala obedecerá às seguintes normas:

I - não poderá gozar férias, ao mesmo tempo, mais de um desembargador de cada Câmara. O total correspondente ao número de Câmaras, havendo vaga, poderá ser completado por desembargadores da Seção Civil, desde que nunca se afastem simultaneamente mais de dois da mesma Câmara. Naquele cômputo não se compreenderão os que terminarem a 1.º ou 2 de março o gozo de férias iniciado em fevereiro;

II - atender-se-à a escolha de mês feita pelos desembargadores, dando-se preferencia aos mais antigos no Tribunal e no caso de exceder ela ao número permitido;

III - É admitida, no correr do ano, a permuta de período de férias;

IV - serão excluídos da escala o Presidente do Tribunal, o Primeiro Vice-Presidente e o Corregedor Geral da Justiça".

Artigo 2º.

- O parágrafo único do art. 8º. da Lei n. 3.467, de 4 de setembro de 1956, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único - As férias dos juizes substitutos de segunda instância serão concedidas de acordo com as escalas que o Presidente do Tribunal de Justiça organizará, depois de aprovada a dos desembargadores, tendo em vista a conveniência do serviço".

Artigo 3º.

- Passa a ter a seguinte redação e art. 2º. do Decreto-lei n. 16.424, de 17 de dezembro de 1946: "Artigo 2º.

- O substituto do desembargador afastado do exercício por qualquer motivo será juiz certo nos recursos ou processos originários que lhe forem distribuídos ou passados para revisão durante a substituição; e, ainda, quando esta não for de 15 (quinze) dias, nos mais processos, à razão de um por dia de substituição, dentre os que lhes forem passados pelo substituído ou a este já houverem sido distribuídos, salvo a hipótese prevista no art. 5º da Lei n.º 3.467, de 4 de setembro de 1956.

§ 1º.

- Em qualquer caso, dará o substituto preferência aos feitos de mais antiga conclusão e deverá finda a substituição, devolver ao substituto tantos processos, dentre os mais recentes, quantos houver recebido em excesso.

§ 2º - Se o substituto for juiz de primeira instância e a sua convocação cessar antes de 15 (quinze) dias, os autos sem visto passarão a outro substituto, que for designado, sem prejuízo da regra estabelecida na cabeça deste artigo.

§ 3º - Os processos da competência originária do Tribunal serão processados pelo relator ou por quem o estiver substituindo; e, quando se acharem em termos de julgamento, deles será juiz certo o relator sorteado, salvo se afastado do exercício. Nesta hipótese, far-se-á novo sorteio dentre os juízes substitutos de segunda instância, se a substituição estiver a cargo de juiz de direito de primeira instância.

Artigo 4º.

- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º.

- Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de dezembro de 1957.

JÂNIO QUADROS

Antonio de Queiroz Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de dezembro de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral.

D. O. 28/12/57.

LEI 4.507, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1957.

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.

Artigo 1.º

Artigo 7.º - Ficam isentas do pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" as , heranças até o valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), quando sejam sucessores "ab intestato" descendentes, ascendentes ou cônjuge.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também às heranças nas condições nele previstas cujo imposto não tenha sido pago à data da vigência desta lei.

Artigo 8.º - Ficam isentos do imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" os vencimentos, salários, proventos de aposentadoria e bem assim quaisquer vantagens pecuniárias decorrentes do exercício de cargo, emprego ou função, até o limite de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), observado, ainda o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Artigo 9.º

- Passam a ter a seguinte redação o art. 1.º e seus §§ 1.º e 2.º, da Lei n. 2.934, de 28 de dezembro de 1954, mantido o § 3.º desse artigo:

"Artigo 1.º - O pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" poderá ser feito em prestações mensais não excedentes a vinte e quatro, a critério do Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal, se não houver no monte importância suficiente em dinheiro, títulos ou ações negociáveis, para a satisfação do encargo fiscal.

§ 1.º - A primeira prestação será recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da homologação do cálculo, mediante a guia a que se refere o artigo 33, do Livro V, do Código de Impostos e Taxas.

§ 2.º - O saldo da dívida será acrescido dos juros de seis por cento ao ano, se as prestações não excederem de doze; e de doze por cento, se excederem esse número. Os juros serão pagos juntamente com as prestações."

Artigo 10 - Passa a ter a seguinte redação o parágrafo único do artigo 21, da Lei n. 3.672, de 29 de dezembro de 1956:

"Parágrafo único - Quando se tratar de aumento de lotação, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação expedida pela repartição competente da Secretaria da Fazenda, ou ciência do interessado no processo."

Artigo 18 - E' vedado encaminhar, despachar ou juntar a autos, papéis sujeitos ao imposto do selo, sem estarem devidamente selados, ainda que sob a alegação de selagem a final.

Artigo 19 - O juiz, chefe de repartição pública ou qualquer autoridade estadual, a quem forem presentes processos - administrativos ou judiciais em que haja papéis que não tenham pago o imposto do selo devido nos prazos legais ou que estejam irregularmente selados, exigirá por despacho no mesmo processo, antes de lhe dar andamento, seja a falta suprida.

Artigo 20 - Passa a ter a seguinte redação o art. 1.º, da Lei n. 3.049 de 10 de setembro de 1937:

"Artigo 1.º - Passam a constituir renda do Estado as custas e emolumentos que competem aos escrivães criminais da Capital e aos do crime, júri e execuções criminais de Santos."

Artigo 21 - As taxas dos serviços prestados pela Diretoria do Serviço de Trânsito, a que se refere o art. 16, da Lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953, passam a ser as constantes da Tabela anexa à presente lei.

Artigo 22 - Ficam canceladas as dívidas fiscais decorrentes de impostos e multas, exceto as resultantes de infrações às leis de trânsito, relativas ao exercício de 1957, e anteriores, desde que não ultrapassem a importância de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Artigo 52 - Fica substituída pela tabela anexa, a tabela -que se refere o artigo 7.0, do Livro IV do Código de Impostos e Taxas.

Artigo 53 - Passa a ter a seguinte redação o § 1.º do artigo 58 do Livro IV do Código de Impostos e Taxas:

"§ 1.º - Os valores a que se refere este artigo são os seguintes:

	Cr\$
Na capital e em Santos	800.000,00
Nas cidades de mais de 25.000 habitantes, exceto Capitais e Santos	640.000,00

Nas cidades de mais de 15.000 até 25.000 habitantes 480.000,00
Nas cidades de 5.000 até 15.000 habitantes 320.000,00
Nas cidades de menos de 5.000 habitantes 270. 000,00".

Artigo 54 - O inciso I do artigo 2.º da Lei n. 3.557, de 26 de outubro de 1956, passa a ter a seguinte redação:

"I - o pagamento do preço ajustado deverá ser feito no prazo máximo de 15 (quinze) anos, com termo inicial na data da assinatura da competente escritura".

Artigo 55 - Ficam canceladas as multas aplicadas sobre débitos fiscais em atraso, desde que o contribuinte realize o pagamento do principal dentro de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta lei ou, no mesmo prazo, proponha acordo à Fazenda Estadual para efetuar esse pagamento parceladamente, até o máximo de 10 (dez) prestações mensais.

Artigo 76 - E' facultado ao compromissário comprador, bem como ao primeiro cessionário, ainda que esteja quitado ou vencido o compromisso, recolher, por antecipação e pelo valor do imóvel na data do contrato, o imposto sobre transmissão de propriedade imobiliário "inter -vivos", devido pela transmissão, desde que o faça dentro de 120 dias a contar da vigência desta lei.

Artigo 77 - Fica elevada para Cr\$ 3,00 a "Taxa de Assistência aos Médicos" criada pelo artigo 2.º, da Lei n. 610, de 2 de janeiro de 1950.

Parágrafo único - A elevação determinada por este artigo entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1953.

Artigo 81 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1958.

Artigo 82 - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 30 de ,dezembro de 1957.

(a.) Ruy de Almeida Barbosa - Presidente.

(a.) Francisco Franco - 1.º Secretario.

(a.) Abreu Sodré - 2.º Secretario.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 52 DA LEI N. 4.597, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1957

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Excepção Total	Term. de 3%Cr\$	Term. de 4%Cr\$	Term. de 5%Cr\$	Term. de 6%Cr\$	Term. de 7%Cr\$
Na Capital e Santos ..	até 100.000,00	de 100.000,00 até 200.000,00	de 200.000,00 até 300.000,00	de 300.000,00 até 400.000,00	de 400.000,00 até 500.000,00	de 500.000,00 até 600.000,00
Nas cidades de mais de 25.000 habitantes, exceto Capital e Santos	até 50.000,00	de 50.000,00 até 100.000,00	de 100.000,00 até 200.000,00	de 200.000,00 até 300.000,00	de 300.000,00 até 400.000,00	de 400.000,00 até 500.000,00
Nas de mais de 15.000 até 25.000 habitantes	até 00.000,00	de 00.000,00 até 100.000,00	de 100.000,00 até 200.000,00	de 200.000,00 até 300.000,00	de 300.000,00 até 400.000,00	de 400.000,00 até 500.000,00
Nas de mais de 5.000 até 15.000 habitantes	até 40.000,00	de 40.000,00 até 80.000,00	de 80.000,00 até 120.000,00	de 120.000,00 até 160.000,00	de 160.000,00 até 200.000,00	de 200.000,00 até 240.000,00
Nas de 5.000 habitantes ou menos	até 30.000,00	de 30.000,00 até 60.000,00	de 60.000,00 até 90.000,00	de 90.000,00 até 120.000,00	de 120.000,00 até 150.000,00	de 150.000,00 até 180.000,00

D.O. de 31/12/57

Jurisprudência

SECRETARIA DA JUSTIÇA

No Processo n. 256.579-57-SJ. em que o Juiz de Direito da comarca de Pederneiras comunica que o sr. Bernardino Pereira Mauro, não assumiu o exercício do cargo de serventuário do ofício do registro civil das pessoas naturais e anexos do distrito de Vanglória, daquela comarca, o Secretário proferiu o seguinte despacho: "O serventuário nomeado, por permuta, não assumiu o exercício das funções; desinteressou-se do cargo e a nomeação, assim, caducou. Para o provimento da serventia não bastava o ato de nomeação. Este é apenas o título que habilita o nomeado à investidura do cargo. Assim, a conclusão a que chego é a de que o cartório está vago. E a vacância deverá ser comunicada ao Tribunal de Justiça. Esta decisão não colide com o texto constitucional que assegura ao titular dos ofícios de justiça vitaliciedade e, de consequência, a perda do cargo somente em virtude de sentença judicial. E não colide porque, no caso, não se completou a investidura - o nomeado desistiu da posse. E nem do abandono do cargo se pode cogitar. Só é possível configurar-se o abandono criminal de uma função pública por parte do funcionário que a exerce e não do servidor que, implicitamente, desiste do cargo e nem chega a exercê-lo".

No Processo n. 259.356-57-SJ. em que é interessado Brenno de Toledo Leite escrivão, lotado no Cartório do 2.º Ofício da Família e das Sucessões da comarca de São Paulo, sobre contagem de tempo de serviço, o Secretário proferiu o seguinte despacho:

"I - Como decorrência da oficialização das serventias de justiça, e respectivo regime jurídico, surgem problemas principalmente relacionados com a contagem de tempo de serviço de serventuários, escreventes e auxiliares do cartório.

O serventuário, estipendiado ou não pelo Estado, exerce inquestionavelmente, função pública até mesmo com o caráter de vitaliciedade.

O escrevente já tem sua função pública prevista em lei, entre nós, desde a Ordenação Liv. 1.ª, Tít. 24, parágrafo 3.º e 97 parágrafo 10 e ainda pelas Leis de 6 de dezembro de 1612, parágrafo 22, e 22 de setembro de 1823, art. 2.º, parágrafo 1.º.

Como demonstra Tavares Bastos - os escreventes para serem admitidos deveriam "exibir provas de habilitação intelectual", tinham direito "à quarta parte da rasa ou a um salário pago pelo respectivo serventuário". O escrevente "adjuva com o serventuário confere e conserta traslados, e substitue, em certos impedimentos, o escrivão" ("Empregos e Ofícios de Justiça" - 1886).

II - Como decorrência de complexidade dos trabalhos, nos cartórios, o escrevente foi ganhando atribuições e responsabilidades.

- "Os escreventes habilitados de hoje não são o mesmo "escrevente maior de 14 anos" a que se refere a, Ord. L. I, tit. 97, e sim "os escreventes castigados pelos erros que fizeram, como os próprios escrivães" - pois devem ser maiores de 21 anos (Dec. 9.420, de 28-4-1885), pelo que já não havia mais razão para manter certas funções personalíssimas do escrivão, e em consequência, entre outras atribuições, "veio o poder legislativo permitir que os escreventes habilitados funcionem nas inquirições e diligências cíveis". E, posteriormente, na lei e na praxe forense, no civil e no crime, as atribuições do escrevente foram se ampliando, sempre como coadjuvante legal do serventuário, seu substituto ocasional e temporário (João Mendes Junior, J. R. Azevedo Marques e Henrique José Coelho - "Plano de Organização Judiciária" (1901) "Das atribuições dos funcionários dos ofícios e dos empregados de justiça" - pag. 132-135 - e "Plano de Reforma Judiciária" (1912), 3.ª Seção, - "Ofícios e Empregos de Justiça", pages. 46-51).

As leis de organização judiciária sempre atribuíram função, de ofício, ao escrevente habilitado, ou juramento.

III - "O serventuário é hoje, em nosso direito, um funcionário como qualquer outro". Do mesmo modo quanto ao escrevente - "desde que foi provido por ato público e não submetido apenas ao alvedrio, à simples escolha do escrivão, porque, então, seria um simples secretário deste".

(Anibal de Mello Couto "Rev. de Direito Administrativo", 37-509, n. 3). O Supremo Tribunal Federal já teve ocasião de decidir na espécie:

"Funcionário Público - Escrevente Juramentado

- Escrevente juramentado é funcionário público e tem as vantagens asseguradas por esta qualidade, como a estabilidade após o decurso de dez anos de exercício no cargo, quando assim dispõe a lei de Organização Judiciária em relação aos funcionários da Justiça.

- O serventuário da Justiça é um funcionário como qualquer outro. Escrevente é serventuário desde que provido por ato público e não submetido à simples escolha do escrivão".

IV - Também o Tribunal de Justiça, de São Paulo, tem tido várias oportunidades de se definir, na hipótese.

- "É funcionário o escrevente, porque, embora sem remuneração direta do Estado "exerce função efetiva, de cargo criado por lei, mediante nomeação por autoridade competente e prova de habilitação e saúde. É de se notar, por outro lado, que no campo da responsabilidade criminal ele é e sempre foi considerado funcionário público, qualidade essa também que nunca se lhe recusou para o efeito do Estado responder por todo seu ato ilícito. A forma de remuneração não importa. Os vencimentos do escrevente, pagos embora pelo serventuário perante quem ele serve, são fixados pelo Estado". (Rev. Trib.

- vol. 184-86/88).

"A Fazenda do Estado é, civilmente, responsável, por ato ilícito praticado por escrevente de cartório, que é funcionário, público" (Apelação Cível. N.º 77.878, de S. Paulo).

"Os escreventes juramentados ou habilitados são considerados funcionários públicos". (Rev. dos Tribunais", 157/ 203).

V. Indicadas, assim, quanto a serventuários e escreventes, as fontes de convicção relativas às suas situações jurídicas, resta examinar, em face da legislação estadual, a situação dos demais auxiliares de cartório, como sejam os fieis e copistas.

Em completo Acórdão, o Tribunal de Justiça de São Paulo teve ensejo de bem distinguir as situações, ao repelir pretendida contagem de tempo, relativa a serviço prestado como de fiel de cartório, para todos os efeitos, porque prestado antes da lei n. 2.888, de dezembro de 1954.

"O autor não tem razão. Aplicação alguma poderia ter, ao seu caso, a lei n. 2039. Fiel de cartório não se confundia com ajudante ou escrevente; não desempenhava qualquer função pública e não prestava serviços à administração como contratado, colaborador extra-numerário, comissionado ou interino.

O ajudante ou escrevente desempenhava, realmente, funções públicas. O § 49 do Regimento do Desembargo do Paço, acorde com o disposto na Ord. do L. I., Tit. 97 § 10, autorizava a tabeliães e escrivães terem seu ajudante, desde que para isso impetrassem provisão. O ajudante seria juramentado, e licenciado o tabelião para o ter. E a lei de 22 de setembro de 1828 expressamente determinava que o ajudante seria um, somente, para cada tabelião.

Dadas as funções restritas inicialmente permitidas a esse escreventes, como notam Teixeira de Freitas (Tabelionato) e Serrão (Manuel), os serventuários não cuidavam de tê-los. Não possuíam, assim, auxiliares juramentados, que desempenhassem, portanto função pública. Limitavam-se o pagar copistas ou auxiliares, posto que subscreviam todos os atos e por estes se responsabilizavam. A lei n. 2033, de 20 de setembro de 1871, e seu regulamento, de n. 4.842, do mesmo ano, permitiam que, com as cautelas neste previstas, os escreventes juramentados lavrassem escrituras. Inconfundíveis eram, assim, as funções de escreventes juramentados e as de simples auxiliares de cartório. Aqueles exerciam funções públicas, mediante regular investidura nos cargos. Estes auxiliavam materialmente os serviços atribuídos aos serventuários, sem desempenho de qualquer função pública e sem regular investidura. Na órbita estadual,

também o decreto n. 5129, de 1931, atribuiu a escreventes funções públicas, sem confundir-las com praticantes e fiéis. Estes não eram nomeados e não se lhes autorizava o exercício de qualquer função pública de autenticação ou documentação. Eram, realmente, simples empregados dos serventuários, para a prática de atos que estes, unicamente, cancelavam com a sua responsabilidade". (Apelação Cível n. 78.058, de S. Paulo) - Acórdão de 19-2-57).

VI. É verdade que a Lei n. 2.888, de 21 de dezembro de 1954 definiu os efeitos da contagem do tempo de serviço "prestado como serventuário, escrevente, fiel auxiliar ou datilógrafo de cartório": "será contado ao funcionário público estadual para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade".

- (art. 1.º). Essa lei veio trazer uma restrição, a partir da data da sua vigência, quanto à contagem do tempo de serviço prestado como serventuário e escrevente, até então contado para todos os efeitos, em face da legislação anterior, especialmente do disposto na lei n. 2.039, de 31 de dezembro de 1924, e principalmente segundo a caracterização desse serviço como função pública, como já ficou demonstrado. E a mesma lei n. 2.888 foi, quanto aos demais auxiliares de cartório, que enumerou mais generosa pois permitiu a contagem desse tempo para os fins de aposentadoria e disponibilidade, quando, pela legislação geral anterior, para nenhum efeito deveria ser computado esse serviço, dada a sua caracterização negativa de função pública.

A citada lei n. 2.888, que é de 21 de dezembro de 1954, entrou em vigor nessa data. Não pode ter efeito ~ retroativo e prejudicar os atos jurídicos perfeitos, que geraram direitos adquiridos (Constituição Federal, art. 141 § 3.º).

VII. Para os funcionários públicos estaduais que, com tempo de serviço prestado como serventuário ou escrevente juramentado, tenham completado os 25 (vinte e cinco) anos de exercício antes da vigência da lei n. 2.888, de 21-12-1954, esse tempo de serviço deverá ser computado, sem restrições, para todos os efeitos, inclusive para o do adicional previsto no art. 98 da vigente Constituição do Estado. Aliás, é esse o entendimento dado, à hipótese, pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda, em parecer subscrito pelo Sr. Advogado Chefe, e aprovado pelo Senhor Secretário da Fazenda "como norma para casos idênticos" e com o qual também me manifesto de acordo, pelos fundamentos aqui expendidos (Processo G. 12575-49, em nome de Silvio Aranha - junto, por cópia, a fis. 25 deste Processo G. 16.854-56).

VIII. Quanto à contagem do tempo de serviço prestado como "fiel, auxiliar ou datilógrafo de cartório" a simplicidade da matéria dispensa explanações: só depois da vigência da Lei n. 2.888, de 21-12-1954 pode ser considerado como exercício capaz facultar diretamente a contagem de tempo em benefício do funcionário, e assim mesmo "para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria" (art. 1.º), pois se trata de inovação legal, expressa nos termos de sua concessão.

Devolva-se, com esta 'manifestação, o processo à Secretaria da Fazenda, devendo as suas conclusões servir de norma também nesta Secretaria da Justiça, aos casos em que tenha aplicação".

D. O. 27/7/57.

TÓPICOS DE UMA PUBLICAÇÃO FEITA PELO SR. JOSÉ MARIA RUBIO,

Distribuídos, Contados e Partidos de Guarulhos.

"Dúvidas e Colaboração em Matéria Cartorária"

RECONHECIMENTO DE FILHOS ADULTERINOS

Quando é legal

Na vigência integral do artigo trezentos e cinquenta e oito do Código Civil Brasileiro, ou seja até a publicação do Decreto Lei 4737 de 21 de Setembro de 1942, o filho adulterino não podia ser reconhecido em nenhuma circunstância de Direito.

Com a publicação, porém, daquele decreto-lei, houve alteração do artigo 358 referido, de maneira que "O filho havido pelo cônjuge fora do matrimônio podia, depois do desquite, ser reconhecido ou demandar que se declarasse sua filiação".

Esse decreto-lei foi revogado pela Lei 883 de 24 de Outubro de 1949 - vide apêndice número sete - que manteve, porém, alteração do citado artigo 358 possibilitando o reconhecimento quando, no artigo 1.º declara "Dissolvida a sociedade conjugal será permitido a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho havido fora do matrimônio e, ao filho a ação para se lhe declare a filiação".

SOBRE NOMES DIFERENTES DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

Admissibilidade

Essa questão foi esclarecida e resolvida pela Corregedoria Geral da Justiça no despacho proferido no processo número seis mil quatrocentos e quarenta e dois em que foi interessado o oficial do 18.0 subdistrito, Bela Vista, Capital e cuja decisão reconheceu ser possível e permitida essa diferença ou modificação, sendo, conforme publicação feita no Diário da Justiça do dia 19 de Outubro de 1949, do seguinte teor: "Consulta o Oficial do Registro Civil da Bela Vista, desta Capital, se é lícito aos pais de nome estrangeiro dar aos filhos sobrenomes nacionais, como por exemplo: Paulo Hoffmann; mãe - Maria von. Bergman; filho - Artur Almeida Leme. Não vejo na Lei impedimento algum contra isso. O que a Lei exige, para evitar dúvidas futuras, é que o assento de nascimento contenha, entre outros dados: a) o nome e o prenome que forem postos à criança (sem restrições) ; b) os nomes e prenomes, a naturalidade e profissão dos pais e os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos. (Dec. n.º 4.857 de 1939, art. 68). Além disso, segundo o artigo 69, sómente quando o declarante não indicar o nome completo do registrado é que o oficial lançará adiante do prenome escolhido, o nome do pai e, na falta, * da mãe, se forem conhecidos. Em regra, é lícito tudo quanto * lei não veda expressamente, salvo em se tratando de atos imorais ou que atentem contra a ordem pública. A mudança ou a tradução dos nomes dos filhos de estrangeiros não atenta contra estas condições e as vezes se justifica, para evitar ao registrado vexames oriundos do fato do nome estrangeiro soar ridícula ou obscenamente em nossa língua. São Paulo, 18-10-1949. (a) J. M. Gonzaga".

APÊNDICE NÚMERO UM LEI 765 DE 14 DE JULHO DE 1949

Dispõe sobre o registro civil de nascimento.

Art. 1.º - Os brasileiros, de um e outro sexo, ainda não inscritos no registro civil de nascimentos serão registrados independente do pagamento da multa regulamentar, mediante petição isenta de selos, taxas, emolumentos e custas, despachada pelo Juiz competente e apenas atestada por duas testemunhas idôneas, na forma e sob as penas da lei;

§ 1.º - Se o registrado for maior de dezoito anos de idade ou menor de 21 anos, ou nascidos anteriormente a obrigatoriedade do registro civil;

§ 2.º - Se o registrado for maior de dezoito anos e durante o período do alistamento eleitoral ou se maior de dezessete anos durante o período do alistamento militar determinados em lei;

§ 3.º - Se o registrado for menor de dezoito anos ou maior de vinte e um, quando apresentado atestado firmado por autoridade competente, desde que considerado pessoa pobre, dispensada, para os menores de doze anos de idade, a petição de que trata este artigo, porém, com

atestação de duas testemunhas idôneas.

Art 2.º - As custas dos registros lavrados nos termos desta lei, serão cobrados apenas sobre os atos taxados nos regimentos respectivos para inscrição do nascimento e sua primeira certidão no talão, excluídas quaisquer outras previstas nos mesmos regimentos de custas dispensados do pagamento destas custas mínimas os que apresentarem atestados de pobreza extrema nos termos do art. 40 do Decreto número 4.857 de 9 de Novembro de 1939.

Art. 3.º - O Juiz terá o prazo de quarenta e oito horas para despachar a petição respectiva.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	-	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA	-	Diretor-Secretário
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA	-	Diretor-Tesoureiro
OCTAVIO UCHOA DA VEIGA	-	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	-	
ARMANDO COSTA MAGALHÃES	-	
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA		
SEBASTIÃO MEDEIROS		
ALCIDES DE MELO VALE		

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAUJO	
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAES FILHO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO	-	Santos
MARIO IGNACIO	-	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA	-	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	-	Capital
MILTON DUARTE COELHO	-	Santos
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos	-	Dracena
CASEMIRO PINTO VILARES	-	S, José do Rio Preto
JOSÉ VASCONCELOS	-	Capital
JOSÉ SPINOLA DE MELLO	-	Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
ANO IX	3
COLABORAÇÃO	3
DE JUSTIÇA HABILITAÇÃO DE ESCRIVENTES AOS OFÍCIOS	3
LEIS E DECRETOS	4
LEIS FEDERAIS	4
LEIS ESTADUAIS	6
LEI N. 4.129, DE 12 DE SETEMBRO DE 1957	6
LEI 4.342, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1957	7
LEI N. 4.424, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1957	8
LEI N. 4.461, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1957	9
LEI 4.507, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1957.	10
JURISPRUDÊNCIA	13
SECRETARIA DA JUSTIÇA	13
RECONHECIMENTO DE FILHOS ADULTERINOS	16
Quando é legal	16
SOBRE NOMES DIFERENTES DO PATRIMÔNIO FAMILIAR	17
Admissibilidade	17
APÊNDICE NÚMERO UM	17
LEI 765 DE 14 DE JULHO DE 1949	17
DIRETORIA	18
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTE	19

ANO X

Nº 061 - Publicação: 01/01/1958

Colégio Notarial de S. Paulo.

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

Realizou-se em 22 de agosto de 1956, na Capital Federal, no Palácio Itamaraty, gentilmente cedido pelo Exmo. Sr. Dr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, DD. Ministro das Relações Exteriores, a sessão solene da instalação do IV Congresso Internacional do Notariado Latino, ao qual compareceram dezesseis delegações estrangeiras com mais de cem delegados, além de centenas de delegados nacionais, tabeliães de quase todos os Estados do Brasil. Presentes inúmeras autoridades civis, militares, embaixadores, magistrados, advogados, delegados, tabeliães, senhoras e senhorinhas, o Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares convidou o Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos, DD. Ministro da Justiça e Negócios do Interior e ex-presidente da República para assumir a presidência da mesa diretora da sessão inaugural, sentando-se ao seu lado também o Exmo. Sr. representante do Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República, o Exmo. Sr. representante do Exmo. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maitre Henri Maigret, DD. Presidente da União Internacional do Notariado Latino, Dr. Fernando de Azevedo Milanez, DD. Presidente da Federação Brasileira de Colégios Notariais, Drs. Antonio Augusto Firmo da Silva e Fernando Tavares de Carvalho, DD. vice-presidente da União Internacional do Notariado Latino e Srs. Renê Deschamps e Albert Brauen, DD. Secretário e Tesoureiro, respectivamente, da União Internacional do Notariado Latino. Assumindo a presidência, o Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos agradeceu a honra da distinção que lhe era conferida e deu a palavra ao Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente do Colégio Notarial do Estado de São Paulo e Presidente da Delegação Brasileira ao IV Congresso

Internacional do Notariado Latino, o qual proferiu o seguinte discurso:
Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos DD. Ministro da Justiça e Negócios do Interior.

Exmo. Sr. Dr. Embaixador José Carlos Macedo Soares DD.

Ministro das Relações Exteriores.

Exmo. Sr. Maitre Henri Maigret; DD. Presidente da União Internacional do Notariado Latino.

Exmos. Embaixadores. Exmas. Senhoras. Senhores Delegados.

O destino, no seu curioso fatalismo, já pela segunda vez me proporciona a honra de falar na sessão inaugural de um Congresso Internacional do Notariado Latino.

Assim foi em 1950, na acolhedora e inesquecível capital madrilena, por ocasião da sessão solene de instalação do Segundo Congresso Internacional do Notariado Latino, naquela memorável comemoração em que a fidalguia da velha e generosa Espanha honrava brilhantemente a secular tradição mourisca ensejando aos afortunados notários do mundo latino presentes, as mais extraordinárias homenagens que refletiam não só o calor, o entusiasmo e a espontaneidade das suas atitudes, como, principalmente, a modelar organização do notariado espanhol.

Fora convencionado que em nome das delegações da língua portuguesa falasse, na sessão inaugural do Congresso, o nosso eminente e culto colega lisboeta, o Dr. Fernando Tavares de Carvalho, porém, uma afonia súbita e passageira, se não me engano, nos privou do encantamento de ouvi-lo, razão pela qual eu tive então a honra de substituí-lo na tribuna naquela brilhante sessão inaugural.

E agora, aqui em nossa casa, que também é vossa, acontece quase a mesma cousa, repetindo-se a história.

Devia estar aqui, neste lugar, nesta delicada missão, o nosso estimadíssimo e acatado colega, Dr. Fernando de Azevedo Milanez, DD. Presidente da Federação Brasileira de Colégios Notariais e Presidente da Comissão Organizadora, porém, outra afonia súbita e passageira, impossibilitou-o de desempenhar com o costumeiro brilho, os múltiplos encargos da Chefia da Delegação Brasileira a este Congresso que ora se inaugura, e por isto, determinou-me ele, com aquela sua suave e incontestável autoridade, fosse eu o seu substituto, razão única pela qual estou eu agora vos dirigindo a palavra.

Como soldado voluntário de uma cruzada tão nobre e bela, não me cabia o comodismo de uma retirada estratégica.

E assim, pela segunda vez, o destino, pela voz de mando do nosso dileto Presidente, me colocou na primeira linha de uma posição honrosa, porém, cheia de responsabilidades. Alguém devia estar aqui.

Bem sabemos o peso desse encargo e justamente por sabê-lo, procuramos nos esforçar para tentar corresponder à confiança depositada.

Caros colegas

Atendendo ao imperativo da resolução tomada por ocasião da realização do Terceiro Congresso Internacional do Notariado Latino reunido em Paris, em abril e maio de 1954, que determinou fosse o Brasil a sede do Quarto Congresso Internacional do Notariado Latino, estamos no momento realizando a sua sessão solene de abertura, para recepção das Delegações visitantes e dos prezados colegas brasileiros, obedecendo assim ao disposto nos artigos 5 e 21 do nosso Estatuto.

Dito assim nesta singeleza de palavras, parece que terá sido tudo tão fácil de concretizar uma

resolução, de transformar uma idéia numa realização.

Realmente, presente que fomos à Delegação do Brasil ao Terceiro Congresso de Paris, somos testemunhas das gestões e demarques que antecederam tal resolução, porque, se a honrosa designação de nosso país para a sede de um Congresso Internacional do Notariado Latino era grande, como de fato o é, muito maior ainda era, como é, a responsabilidade da sua normal realização.

E justificava-se o nosso receio. Vínhamos de três grandes etapas na vida do Notariado Internacional: Buenos Aires, em 1948; Madrid, em 1950 e Paris, em 1954, cada qual mais brilhante e expressiva como demonstração de organização e de maturidade notarial.

Podemos afirmar agora que a Delegação do Brasil àquele Terceiro Congresso viveu momentos dramáticos naquela radiosa tarde de maio, em Paris, porque, se muito nos desvanecia a distinção da designação da nossa bela Capital Federal, nós não nos iludíamos quando considerávamos a precariedade de nossos recursos para enfrentar dignamente um acontecimento de tal magnitude, principalmente no terreno científico, onde ainda estamos ensaiando os primeiros passos.

Por circunstâncias todas nossas, ainda estamos nos primórdios do Notariado e pouco temos nesse campo para vos mostrar.

Estamos aqui para aprender convosco e como a notários com fé pública não fica bem faltar à verdade, registramos aqui essa confissão sincera, confiando na vossa benevolência, na apreciação do nosso esforço para apresentar o que estamos apresentando.

Tivemos de enfrentar grandes dificuldades e ainda superar obstáculos imprevisíveis. Basta frisar que tivemos de lutar contra a incompreensão de muitos dos nossos próprios colegas, indiferentes uns, outros pessimistas e alguns totalmente descrentes. E não terá sido por ignorância que estes; assim procederam; talvez seja mesmo por displicência, o que aliás não deixa de ser lamentável, pela ausência absoluta de espírito de classe.

Enfim, como em todas as batalhas os tímidos ficam para trás, nós deixamo-los com suas agoniadas conjecturas e injustificados complexos e partimos resolutos para frente, para a grande campanha que representa a realização deste Congresso Internacional do Notariado Latino, estimulados pelo apoio das vossas adesões, que a princípio chegavam escassas, deixando-nos apreensivos, mas que aos poucos foram crescendo e se avolumando, a ponto de nos tornar possível a efetivação daquilo que nos parecia uma fantasia, e, no entanto, como estamos vendo, deslumbrados, neste recinto nobre e austero, é uma expandida realidade. As boas causas sempre encontram bons advogados!

E por uma simpática coincidência, devida mesmo ao gesto altamente cativante e compreensivo do Exmo. Sr. Dr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ilustre Ministro das Relações Exteriores, que nos honra com a sua prestigiosa presença, e que teve a amável fidalguia de oferecer este belíssimo salão para a sessão de instalação solene do IV Congresso Internacional do Notariado Latino, concorrendo assim para o maior brilhantismo de sua festa inaugural, possibilitando a todos nós congressistas o prazer de nos sentirmos ufanos pela honra de iniciarmos o nosso Congresso em um salão de tão ricas e nobres tradições, onde pontificou o gênio singular do Barão do Rio Branco, aquele admirável diplomata que com a sua argúcia e tenacidade, a serviço de um patriotismo exemplar, mais parecia um bandeirante incansável estendendo as nossas lindas territoriais, porém, sempre, através pacíficos tratados de paz que são verdadeiros contratos internacionais, o que parece explicar o fato de ter sido ele certa vez chamado, Notário Internacional, tantos os tratados internacionais que ele elaborou e que foram outras tantas vitórias de diplomacia brasileira.

O Brasil tem desde o Império urna política enraizada no povo e como disse há dias o erudito José Lins do Rego, o Grande Rio Branco, homem de formação européia, no momento de decidir-se fez-se pelo pan-americanismo com Nabuco à frente do Movimento que foi consagrado pelo país inteiro. O Itamarati tem urna consciência política que não se derruba com interesses

demagógicos.

Pouco depois, Ruy Barbosa, o paladino da liberdade, jurista emérito, que na constituição da Corte Permanente da Justiça Internacional os votos da Liga das Nações fizeram de Ruy o "Juiz mais votado entre todos", o que equivaleu a uma verdadeira consagração internacional, e que mais tarde, em Buenos Aires, em plena guerra, definiu com aquela sua inquebrantável bravura cívica a nossa posição política no cenário internacional, na famosa oração denominada "Declaração de Direitos" que empolgou o mundo civilizado pelo brilho, segurança, justeza e elevação da conceituação jurídica e política dos povos. Sempre a constante da liberdade humana e consequentemente a defesa dos direitos do homem.

Há precisamente um mês, no cáldo Panamá, na Conferência dos Presidentes de todas as repúblicas do continente americano, o nosso eminente Presidente da República, interpretando fielmente a tradição do nosso povo, partidário extremado da mais absoluta liberdade de pensamento e de opinião, firmou a notável "Declaração do Panamá" cujos cinco pontos vitais não significam apenas que a América seja o baluarte da liberdade humana e da independência nacional, num mundo em que a dignidade do indivíduo, seus direitos fundamentais e valores espirituais da humanidade estão seriamente ameaçados pelas forças totalitárias estranhas às tradições de nossos povos e instituições, mas também que a América unida, forte e magnânima, promoverá não só o bem estar do continente, mas contribuirá, também, para que todo mundo usufrua os benefícios da paz baseada na Justiça e na Liberdade, dentro da qual, todos os povos sem distinção de raça ou credo, podem trabalhar condignamente e confiantes no futuro.

Das constantes afirmações dos Direitos do Homem resultam fortalecimento da sua liberdade e portanto a valorização, da sua individualidade, da sua personalidade, ou como muito bem o afirmou o preclaro Primeiro Magistrado da Nação há dias, por ocasião da posse do ilustre e valeroso Professor da Faculdade de Direito de Recife, Dr. Nehemias Gueiros, na Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dizendo que "sua principal função era a da luta pelos direitos dos cidadãos, preservando a Democracia e o respeito pela liberdade humana".

As manifestações reiteradas de reconhecimento dos direitos do homem criam no indivíduo o sentimento da autoconfiança na sua independência, na segurança da sua liberdade, propiciando assim o desenvolvimento da sua consciência política para melhor servir a sociedade.

E, na sociedade, quem enquadra os interesses e direitos das partes dentro das normas jurídicas, preservando-lhes garantia e segurança?

É o notário, com a sua autoridade funcional e moral, qual um magistrado sem toga, quem legaliza imparcial e reto, a consagração do ato jurídico.

Já muito sabeis da instituição notarial e da sua posição na sociedade juridicamente organizada, para que eu me alongue em digressões sobre esse palpitante tema, que aliás constitui o primeiro capítulo do temário que vai ser debatido neste Congresso com os preciosos subsídios que a vossa colaboração vai emprestar aos nossos trabalhos, partilhando-os com o brilho marcante da vossa ilustração. Estes acontecimentos são necessários e utilíssimos, pois deles resultam benefícios incontestáveis.

Ainda em 1954, em São Paulo, em importante reunião internacional de advogados, foi recomendada a convocação de juristas de todas as Américas para, em Dallas, no Texas, estudar a possibilidade da unificação do Direito neste continente e de fato, nesse conclave dos estudiosos do Direito reunidos agora em maio de 1956, foram ventilados os pontos essenciais para essa admirável aspiração, tendo como ponto de interesse imediato para todos os juristas americanos a unificação das normas jurídicas no Direito Comercial, por ser na realidade, um terreno praticamente internacionalizado, ao passo que, o Direito Civil é quase baseado nos usos e costumes dos respectivos povos, naturalmente melhorado naquilo que as exigências da civilização e da guarda das comunidades impõem. E recomendaram inicialmente cuidar da definição dos termos técnicos para evitar interpretações na execução dos contratos bem como cuidar da unificação da nomenclatura.

E, considerando a necessidade de facilitar a prática das normas jurídicas com um maior intercâmbio entre os povos do mundo latino, aqui estamos reunidos para tentar realizar algo que justifique e compense os vossos esforços e talvez. mesmo sacrifícios, de vos abalancar de vossos países, de vossos lares, de vossas oficinas de trabalho, transpondo mares e varando ares, para, num nobilitante movimento de solidariedade de classe e de confraternização humana, escrever esta página eloqüente e assas expressiva nos anais do Notariado Latino.

Mais um Congresso Internacional realizado!

E porque está acontecendo?

Porque há um jovem notário brasileiro que, tendo participado de todos os Congressos Internacionais do Notariado Latino, ficou sinceramente entusiasmado com o adiantamento e o prestígio dos notários nesses países e desejando fazer algo pela sua profissão, tornou-se "crente" da mística notarial. Essa a razão pela qual Antônio Augusto Firmo da Silva, com a sua fé, a sua tenacidade e o seu dinamismo tão característicos, teimou em realizar este Congresso. Reconhecidos lhe somos todos nós, notários latinos, pela sua dedicação ímpar e sacrifícios incontáveis, ao mesmo tempo que o felicitamos desde já pelo sucesso indiscutível desta festa de cordialidade e amizade e de cunho científico que reúne notários de todo o mundo latino, irmanados na mesma fé realizadora.

Há, um nome, também, que não pode ser esquecido, ao contrário, ele está bem vivo no pensamento de todos nós, está presente nos nossos corações, porque ele sempre compareceu a todas as jornadas e Congressos. Onde havia uma reunião de classe lá estava ele infalivelmente.

Alto, esguio, na sua elegância sóbria, atraindo simpatias através do sorriso perene e causando admiração pela sua cultura notarial, pelo seu espírito multiforme, sempre hábil e cavalheiresco na solução dos problemas que os acontecimentos e as circunstâncias criavam imprevisivelmente, sereno, José Adrian Negri domina o ambiente pelo respeito que a sua personalidade impõe. Uma enfermidade, que infelizmente parece grave impede a presença física hoje, aqui, desse nosso querido companheiro de tantas lutas desse fecundo notário argentino que é Presidente da União Internacional do Notariado Latino.

As nossas homenagens portanto ao "grande ausente" que certamente, neste momento, lá na quietude tranqüila de seu lar feliz em Buenos Aires, há de estar com o seu pensamento voltado para nós, tão identificado ele sempre viveu com os problemas e as atividades da classe, habituado que está a prestar a cooperação espontânea da sua experiência e da sua lúcida inteligência, tornando-se, assim, sem favor, pela sua fé e pela tenacidade da sua pregação, um verdadeiro apóstolo da cruzada do Notariado Latino.

Sede bem vindos, colegas.

Que as vossas esperanças se confundam com as nossas esperanças no anseio incontido de realizarem algo de belo e grandioso em prol na nossa profissão.

Que os nossos pensamentos, conjugados no mesmo ideal, se evoluem em espirais de sonho e fantasia, buscando no encantamento azul do infinito a inspiração sublime da Felicidade.

Em seguida, falou o Presidente da Delegação Portuguesa, Dr. Fernando Tavares de Carvalho, que pronunciou o seguinte discurso:

DISCURSO DO DR. FERNANDO TAVARES DE CARVALHO

Mesmo que o Conselho Permanente não me tivesse designado, como designou, para responder, em nome das delegações estrangeiras, ao discurso do Presidente da Comissão Organizadora, eu nunca me perdoaria, como português e como representante oficial do Notariado lusitano, não usar da palavra na sessão solene de abertura deste Congresso; como português, porque vir ao Brasil e abraçar os meus irmãos brasileiros é, para mim, como ir a Portugal e abraçar-me no espelho de minha própria imagem; como representante oficial do Notariado do meu País, porque desempenhar-me de tão honroso mandato é, para mim, como que anunciar, com o maior dos

orgulhos, os altos sentimentos de amor e solidariedade que unem, e hão de unir para todo o sempre, as duas inseparáveis verdades da nossa eterna verdade.

Sou um homem simples - de palavras simples; mas, talvez por isso, encanta-me sobremaneira tudo quanto é nobre e digno, tudo quanto é construtivo e levado, tudo, enfim, quanto, nas conturbadas horas de incerteza em que vivemos, me deixa uma sensação de vitalidade criadora, de persistência aprumada, de reação progressiva. Nada me impressiona mais, sob este aspecto do que um Congresso de notários, e nada me impressiona mais, neste momento, do que saber que este se realiza sem a presença do meu querido e velho amigo, Don José Negri - verdadeira alma do notariado latino de todos os tempos. Não ignoro que a nossa profissão ainda não se afeiçoou inteiramente ao sentir das coletividades e até mesmo no de alguns dos seus serventuários, e que se nos abre ainda um longo caminho a percorrer para convenceremos certos departamentos dos vários meios sociais de que o notariado não constitui um simples processo formulário e representa antes uma intervenção de certeza e autenticidade - certeza, como se esta não fosse a dogmática dos deuses, autenticidade, como se esta não constituísse o privilégio dos eleitos. Pois tudo isto temos que ser e nos é exigido, ao mesmo tempo que nos comportamos como os mais diretos obreiros da conciliação entre os interesses desavindos. De aí o dizer-se, como já o tenho dito diversas vezes, que poderá e deverá a Humanidade contar com o nosso exemplo para solução de alguns dos seus problemas.

Por um lado, infiltramos idéias de pacificação nas relações patrimoniais dos indivíduos, e, por outra, em lugar de contribuirmos para um entendimento ocasional que amanhã se designará por História, escrevemos para a infinita consumação dos séculos a que já hoje apelidamos de posteridade. É esta, afinal, a diferença entre o que se lê nas páginas da História e o que se escreve nos protocolos do notariado." interpreta-se, porque a escrita é posterior aos fatos, e aqui; documenta-se porque os fatos são anteriores a escrita, Eu não sei, com franqueza, de profissão que mais ilustre a evolução histórica dos povos.

Não poderia este país ser mais bem escolhido para nele se realizar o IV Congresso da União Internacional do Notariado Latino. Aqui se respira uma atmosfera de libertação mental que só favorece a ação profissional dos notários e só propicia o seu melhor enquadramento no meio social com vistas às mais vitoriosas conquistas no futuro. Ainda agora me acode a lembrança a prestigiosa figura do vosso Presidente Kubitschek de Oliveira, cuja passagem pela minha terra, não deixou de inculcar, no coração de todos os portugueses, a par, de uma impressão de irresistível simpatia pessoal, uma nota de reconfortado contentamento pelas perspectivas de restabelecimento de uma política posta em desuso pela insaciável cupidez dos homens: a da grandeza nacional de uns ao serviço da grandeza universal de todos; e, neste clima de civismo puro e elegante com que o vosso Presidente acaba de dar ao inundo uma lição de cristandade refletida, eu pondero como é, na realidade, feliz esta Pátria, que tem, na temperança firme dos que nela mandam e na sublime confiança dos que a ela obedecem, toda a euforia verde desta paisagem para inspirar os que pensam, e toda a magia de ouro desta língua para imortalizar os que escrevem.

Saudemos, pois, o Notariado Latino como um dos grandes precursores de amor e de caridade, que, um dia, hão de reinar, sem reticências, em todas as forças vivas das sociedades civilizadas - e saudemos o Brasil, esta terra irmã da minha, onde os homens de amanhã, nossos filhos de hoje, virão beber o exemplo do amor do próximo como a mais poderosa arma para a salvação definitiva da Humanidade.

Vou acabar; e vou fazê-lo porque nunca sei o menor número de palavras que me será dado utilizar para não me tornar molesto, nem o maior número delas que me seria necessário entregar para não parecer desrespeitoso. O meio termo, que tanto apeteço, é sempre cousa em que muito hesito. Sejam excessivas as palavras que já proferi ou manifestamente insuficientes as que ainda me restam, um fato porém, existe, uma grande pequena coisa se deu, que profundamente me emocionou: ao descer na aeronave que a esta Santa Pátria me conduziu, deparou-se-me, no alto do Corcovado, a figura do Redentor, cujo rosto sereno e doce e cujos braços abertos em forma de cruz se me gravaram no coração como se me quisessem proteger e me dissessem: bem vindo sejas. Impus-me então corresponder a saudação divina que este

carinhoso Povo colocou às portas de sua casa - imagem primeira de generosidade com que recebe e agasalha os que chegam e última expressão da comovedora saudade com que se despede dos que partem. Mas não o consegui. A voz se entorpeceu e os olhos se embaciaram. Apenas agora, envolvido pelo calor de vosso acolhimento, que reconhecidamente agradeço, me apercebo da impressionante singularidade que então furtivamente me escapara: a de que sois o único povo abaixo do azul do firmamento que tem o direito de rezar:
- Padre Nosso, que estais no Céu e na Terra...

Depois falou o Exmo. Sr. Henri Maigret (França), Presidente do Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino, que proferiu o seguinte discurso, em francês, assim traduzido: Presidente do Conselho, Permanente da União Internacional do Notariado Latino.

O SR. HENRI MAIGRET (frança) - Exmo. Sr. Dr. Nereu, Ramos, DD. Ministro de Estado da Justiça e Negócios de Interior; - Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, DD. Ministro de Estado das Relações Exteriores; Sr. Representante do Exmo. Sr. Presidente da República; Sr. Representante- do Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmos. Srs. Embaixadores; Dignas Autoridades; Exmas. senhoras; Senhores delegados: Seria mal reconhecer a honra que nos faz o Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil assim como as altas autoridades governamentais que estão representadas ou assistem pessoalmente a esta Sessão solene de instalação do IV Congresso da União Internacional do Notariado Latino, se não exprimisse convenientemente os sentimentos do Conselho Permanente da União e dos representantes dos 17 países que participam do Congresso.

Peço-lhes permissão, pois, Excelências, Senhoras e Senhores, de usar o meu idioma materno, o francês.

A representação do Sr. Presidente da República brasileira nesta cerimônia, manifesta a estima na qual S. Exa. mesmo o as altas autoridades brasileiras têm a instituição notarial o o favor que elas outorgam à empresa generosa e obstinada do Notariado brasileiro, de se organizar corporativamente e de se aperfeiçoar mais ainda profissionalmente.

A União Internacional do Notariado Latino sente-se profundamente reconhecida por esta deferência e solicita ao Sr. representante do Chefe do Governo transmitir a S. Exa. a homenagem que, por meu intermédio, a União presta à grande nação brasileira e ao eminente Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Minhas senhoras; meus senhores:

A honra que me coube de presidir o IV Congresso da União Internacional do Notariado Latino não é devida nem aos méritos de quem lhes fala, nem à vossa escolha. Fui chamado a desempenhar essa função por força do artigo 12 dos Estatutos da União, pela ausência involuntária do Presidente em exercício Sr. José A. Negri.

O Sr. José A. Negri, que presidiu brilhantemente, corno os Srs. sabem, os três primeiros congressos internacionais, Negri, que foi o inspirador da idéia de um congresso internacional do notariado, magnificamente realizado pelo Colégio de Escrivães de Buenos Aires, Negri, que representa e ilustra o notariado internacional e cujo nome permanecerá para todo o sempre ligado à obra e aos fastos da União Internacional do Notariado Latino, viu-se impedido, por motivo de doença, de estar aqui entre nós e de ocupar o lugar de que lhes falo neste momento.

Estou certo, senhores, que será julgado favoravelmente este primeiro ato do nosso Congresso de exprimir ao Presidente da União a nossa simpatia, os nossos votos de restabelecimento e a nossa gratidão, antes mesmo, que o Congresso esteja oficialmente reunido a partir desta Sessão solene de instalação.

O Sr. Presidente da Comissão Organizadora, Dr. Fernando de Azevedo Milanez, no banquete de encerramento de, III Congresso Internacional realizado em Paris, a 8 de maio de 1954, dizia-nos, aludindo à escolha feita na véspera, da cidade do Rio de Janeiro para sede do IV Congresso:

"Nós não vos dizemos adeus, mas tão somente até logo, eis que esperamos ter o prazer de receber-vos, a todos, em 1956, no Rio de Janeiro.

E quando estiverdes próximos dessa cidade, erguei os vossos olhos e olhai, no alto do Corcovado, o Cristo Redentor, com seus braços abertos para acolher-vos. Mais distantes, baixando o vosso olhar, nos encontrareis, também com os braços abertos para vos abraçar a todos, num fraternal aperto".

Efetivamente, chegando pelos ares, pelo mar, do Oriente - daquele que é o "vosso" Oriente para com os europeus ocidentais - do Norte e da profundidade do continente americano, nós vos encontramos, nossos companheiros brasileiros, tendo-nos preparado a acolhida e a morada, oferecendo-nos, inclusive, o calor afetuoso da vossa recepção.

A União Internacional vos é imensamente grata, senhores notários brasileiros, por terdes assumido o pesado encargo de organizar o IV Congresso.

Tendes um merecimento particular por tê-lo aceito. A vossa Federação de Colégios Notariais veio à luz somente em 1952. O Brasil é um país imenso (oito milhões de quilômetros quadrados) ; as comunicações, difíceis por essa razão e pela natureza agreste de grande parte do país, que tornam mais difíceis as relações e os agrupamentos. Não obstante, aqui compareceram numerosos notários brasileiros para receber os notários estrangeiros, que responderam ao vosso convite, numerosos também, Muito mais eles teriam feito, se o tivessem podido.

A distância, o preço elevado da viagem, a ausência prolongada impediram a muitos dos que o teriam desejado, de participar deste Congresso.

Todavia, fizestes o máximo para facilitar as adesões:
A escolha de um hotel esplendido e próprio para serem realizadas reuniões e alojar os congressistas...

A determinação de um plano de estada relativamente módico, se comparado ao luxo e abundância das vantagens proporcionadas, que eliminam dos congressistas todos os cuidados materiais.

As instalações das salas das sessões e de trabalho.

A feliz distribuição dos dias e horas de trabalho e ... o tempo livre oferecido aos viajantes.

O atrativo dessa Exposição de Livros e Documentos Notariais que tivestes a iniciativa louvável de organizar.

Tudo isso, representa um esforço feliz da Comissão Organizadora, que merece um louvor e um agradecimento que nós lhe tributamos largamente.

Porém, seria exagero pretender que o sucesso de afluência conseguida pelo Congresso do Rio de Janeiro seja devido inteiramente ao trabalho admirável da Comissão Organizadora.

Não me julgueis com severidade por dizê-lo, Srs. membros da Comissão: Se por acaso podeis sentir-vos diminuídos em vossa função de organizadores - e sabe Deus que a homenagem que acabo de vos prestar é sincera e merecida - não deixareis de vos sentir exaltados em vossa personalidade de brasileiros. O que nos atraiu a vós, brasileiros, é o Brasil.

O Brasil! Esse continente dentro de um continente, que além do Equador, ao Norte, até além do Trópico, ao Sul, e do Atlântico à Cordilheira, estende suas terras vermelhas e sua floresta verde, seus afluentes, a grande selva profunda e virgem, o Brasil dos seringueiros e dos cangaceiros, o Brasil com o qual as crianças dos velhos países da Europa sonham na idade em que se acredita na aventura!

E não somos nós todos, a esse respeito... velhas crianças?

O Brasil também das grandes cidades da costa oriental. Rio de Janeiro, o Corcovado, o Pão de Açúcar, a baía de Guanabara (onde uma pequena ilha ainda conserva o nome de um meu compatriota, Villegagnon, que aqui desembarcou há quatro séculos), São Paulo e o Serpenteiro do Butantan; Santos, a capital do café; Bahia, das cem igrejas; Ouro Preto, a pérola das cidades coloniais; Belo Horizonte, a capital criada pelo homem... e tantas outras cidades curiosas ou magníficas.

Mas o Brasil, não é só esse Brasil pitoresco contido nos livros de exploração.

O Brasil, é também o país dessas metrópoles mundiais que erguem suas construções de vinte andares à beira do Flamengo e de Copacabana e do coração fremente das ruas de São Paulo. Este país onde em cada cidade, diariamente, é erguido um edifício, um hectare de terra insalubre é tornado habitável, uma vitória é ganha para a civilização contra o clima, contra a natureza hostil. Este país onde se constroem casas, usinas, barragens, centrais elétricas, segundo a mais moderna técnica, onde o avião é de uso tão familiar como a pequena estrada de ferro de interesse local na Europa.

O Brasil é isto também: uma grande nação moderna que se equipa, se industrializa e, a passos largos, sobrepuja em suas realizações atuais os nossos lentos progressos de países do Velho Mundo.

Mais, talvez, que as pepitas do Eldorado e as florestas de pau-brasil, isso nos fascina, a nós, velha gente dos "velhos países".

É esta, de fato, uma linda expressão da qual se servem os nossos amigos canadenses. Os "velhos países"! Aqueles de onde vieram antigamente os nossos antepassados. Mas, também, (o dito é usado com afetuosa indulgência, que se tem pelos caprichos, manias e hábitos um pouco fora de uso dos anciãos) os países onde conservam ainda hábitos arcaicos e métodos ultrapassados, mas que são amados por isso mesmo, pois que representam a tradição... E quanta grandeza nos fastos da tradição, e que sustentáculo, que encorajamento para as obras do futuro!

Se nossos sentimentos, ao virmos da Europa até vós, são essa curiosidade de viajante e esse desejo de desfrutar os esplendores e os ensinamentos da vossa vitalidade nacional, imagino que os vossos sentimentos a respeito das pessoas dos velhos países, trazem, por sua vez, essa reverência pelo nosso passado e essa certeza que, de uma permuta entre nós, nem um nem outro terão nada a perder.

Estejais seguros, Srs. notários brasileiros, que os hóspedes de um congresso no Brasil, trarão de volta, por sua vez, mais instruções do que as que terão trazido e deixado atrás de si.

O estudo feito por um dentre vós dos temas do Congresso, é a prova disso.

Os temas são três e obedecem a uma tríplice intenção.

Um deles (é o segundo na ordem do temário, se falo dele em primeiro lugar é porque a preocupação que provocou a sua escolha, é, de todas, a mais frisante) é O seguinte: "A adaptação da legislação notarial aos princípios do notariado de tipo latino, definidos pelas resoluções dos congressos anteriores, em matéria de:

- a) Organização corporativa;
- b) Formação Jurídico-profissional;
- c) Competência funcional.

O objetivo visado, desde que esse assunto foi escolhido quando do Congresso de Paris, foi o de colocar em evidência os princípios sobre os quais estamos todos de acordo e que desejamos ver prevalecer na legislação de todos os países aderentes à União - e mesmo naqueles que ainda não fazendo parte da mesma, poderão nela se integrar mais tarde.

É esta a nossa profissão de fé, se assim podemos dizer. Ainda que o crente se confirme em sua crença através da repetição diuturna do Credo, não há mal nenhum em que a União (e os membros da União) reafirmem periodicamente os seus dogmas.

O primeiro item do temário é a instituição notarial, sua posição na sociedade juridicamente organizada.

Esse assunto permite e tem permitido aos autores eminentes que dele cuidaram, de extrair da filosofia do Direito e da filosofia da Política, idéias aplicáveis especialmente na instituição notarial.

É o notariado uma questão de Direito Público, ainda que os notários exerçam sua atividade na esfera do Direito Privado?

Ou, ao contrário, são eles agentes de instrumentação nascidos espontaneamente de uma necessidade de ordem privada e consagrados pelo Poder Público?

O que prevalece nas suas funções? O caráter de funcionário público? Ou aquele de mandatário escolhido pela vontade das partes?

Em que medida e até que ponto dependem eles da autoridade governamental? Em que posição eles; se situam perante o Poder Judiciário: subordinada ou autônoma, complementar, subsidiária ou paralela e equivalente?

Todas essas questões se apresentaram aos autores dos sábios trabalhos que teremos oportunidade de examinar e em função dos quais o Congresso terá que definir sua doutrina.

Pode-se formular contra esse primeiro item do temário - e não se deixou de fazê-lo - a objeção de que a União Internacional foi de modo constante condescendente e que, notadamente a Revista Internacional do Notariado se dedicou em demasia aos assuntos de ordem teórica e especulativa.

O notário é, acima de tudo, um prático do direito. Sua aplicação diária se dirige a problemas práticos. O essencial do ensinamento das escolas de notariado é a prática notarial. E, como disse o grande escrivão francês Molicre, "o homem vive de boa sopa e não de bonita linguagem".

De que vale um médico prático que não se utiliza senão de receitas e fórmulas sem compreender o seu sentido profundo, ou melhor, o sentido mesmo de sua atividade prática? Imagino um prático que ignora tudo exceto a prática e não faz caso senão da prática, semelhante a esses homens da caverna de Platão, que associam uma idéia de realidade àqueles que eles vêem esquivar-se, fugitivos e sem corpo, no teto de sua estreita prisão.

O mundo moderno se utiliza da técnica com habilidade e eficiência magistrais; ele é, talvez, muito propenso a exaltar a técnica às custas da cultura. Técnicos práticos e praticistas vão pelo mundo gritando: "Os antigos deuses morreram", e erguem o totem bárbaro da Técnica tão somente sobre os altares profanados dos deuses da Inteligência.

Não somos daqueles. Entretanto, sabemos dar às questões práticas aquilo que lhes toca. A escolha do terceiro item do nosso temário é uma prova do que afirmamos:

"Intervenção dos notários:

- a) Nos testamentos e sucessões;
- b) Nas sociedades".

Duas intenções presidiram a escolha desse tema.

Uma delas é, precisamente, a preocupação de ventilar um assunto que é praticado constantemente na instrumentação profissional dos notários de certos países da União, A outra deriva, justamente, da constatação que somente em certos países da União - e não em outros - os notários participam do regulamento das sucessões testamentárias ou "ah intestat" e intervêm na constituição, administração, liquidação e partilha das sociedades, seja obrigatoriamente, em virtude de uma prescrição legal imperativa, seja facultativamente, mas frequentemente, eis que a sua intervenção é considerada como útil, verdadeiramente

indispensável à perfeição das operações sociais, no seu próprio interesse.

Nisso, manifesta-se essa vontade de evolução da boa doutrina ou do bom método, esse espírito de proselitismo para a boa causa, que é a própria raiz da criação da União Internacional.

Nenhum dos notários aqui presentes pode pretender ter atingido a perfeição, de estar certo da permanência de seus métodos e de não ter jamais necessidade de modificar-se ou de progredir. Cada um de nós pode encontrar - e deve procurar entre os demais, ensinamentos, exemplos geradores de progresso e de melhoria para si próprio.

E faz parte do dever daqueles que dispõem de instituições mais sólidas, de métodos mais proveitosos, de maior evolução, de recursos mais extensos, expor aos outros o benefício...

Como é do interesse daqueles que ainda não conhecem, aprender - através dos primeiros quanto eles podem aumentar o domínio de sua atividade, seu valor profissional, sua utilidade, social... melhor dizendo, eles próprios e melhor servir a sociedade e a nação.

Três temas, três florões à coroa da União Internacional:

Uma soma de princípios do Direito Notarial e da Legislação notarial;

A exaltação da função profissional no quadro jurídico e no meio social;

Enfim, a assistência dos interesses materiais e morais dos notários pessoalmente.

Foi esse o programa de ontem da União; será o programa de amanhã e o programa de sempre.

Às vezes, é difícil manter o equilíbrio entre a serventia coletiva e o interesse individual. Mas, para nós, notários, talvez menos que para os outros, pois que em nossa profissão isso é um dogma que não admite heresias: em nossa casa e por nós próprios, a honra prevalece sobre o proveito.

É necessário uma grande fé e muito desinteresse para colaborar na obra internacional sem dela retirar nenhuma vantagem pessoal imediata. Não obstante, durante muitos anos ainda, é a essa fé, a esse desinteresse que se torna preciso apelar a fim manter o futuro da União, garantido por oito anos de existência, mas sujeita ainda a essas doenças de crescimento de que sofrem as instituições como os seres.

Uma árvore jovem cresce, é vigorosa e promete flores e frutos. Em seguida, de súbito, um vento de seca a ataca e ela se definha.

O vento de seca que ameaça as instituições humanas é o desânimo, o afrouxamento das boas-vontades, a ausência de esforço.

A nossa União é uma criação constante. Dois congressos sucessivos após aquele de seu nascimento, manifestam a sua vitalidade.

Esses congressos periódicos são necessários não somente pelas informações e aperfeiçoamentos que eles trazem, mas também, sobretudo, talvez pela comunhão que eles possibilitam aos partidários de uma mesma fé.

Eis-nos reunidos no IV Congresso. Façamo-lo - vós o desejais? - à imagem da cidade da qual ele traz o nome e da nação que nos abriga.

Quando o viajante chega no Rio de Janeiro pelos ares e vê desenvolver-se ante seus olhos maravilhados a mais bela baía do mundo, engastada na cintura de colinas que a circundam, ele vê, ao mesmo tempo, os picos elevados e o denso arvoredo de uma planície que não se situa fora da cidade, que cercam a cidade (mas não é fora da cidade que eles; a invadem?) e as construções audaciosas que circundam a praia e as avenidas principais. E a gente se pergunta o que prevalece em uma natureza exuberante e rebelde submetida aos empreendimentos humanos, decididos, obstinados, mais numerosos, mais perfeitos cada dia que passa.

E se o olhar pudesse abraçar na mesma visão este Brasil imenso - mas isso se consegue através do pensamento, lendo as descrições dos viajantes, consultando as memórias e as estatísticas - experimentar-se-ia a mesma complexidade de impressões entre as quais a que evoca uma natureza próxima dos primeiros dias de sua criação, e uma sociedade distinta, resolutamente moderna e à frente do requinte e do progresso.

Que a obra deste congresso una da mesma maneira as riquezas da tradição notarial secular e as realizações de um modernismo ousado, porém refletido!

Não abandonemos nada daquilo que seja ainda válido - das lições do passado, mas não nos esqueçamos que se o espírito e o coração humano permanecem semelhantes ao próprio homem, no decorrer dos séculos os meios de ação e de expressão se transformam.

São esses os cuidados que submeto à vossa reflexão e ao vosso zelo, senhores, na hora de se iniciar em terra brasileira, entre um notariado inovador e na atmosfera de um acolhimento comovedor, o IV Congresso Internacional da União Internacional do Notariado Latino. (Palmas prolongadas).

Por fim, levantou-se o Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos que pronunciou o seguinte e expressivo discurso, pela autoridade que dele emana:

DISCURSO PRONUNCIADO POR S. EXA. O SR. DR. NEREU RAMOS, DD. MINISTRO DE ESTADO DE JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR, NA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO IV CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, EM 22 DE AGOSTO DE 1956

Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares; Ministro de Estado das Relações Exteriores; Sr. Representante do Exmo. Sr. Presidente da República; Exmo. Sr. Maigret. DD Vice-Presidente da União Internacional do Notariado Latino; Sr. Representante do Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmos. Srs. Embaixadores; dignas autoridades; Exmas. senhoras; Srs. delegados:

Este é o IV Congresso Internacional do Notariado Latino. Após o de Buenos Aires, donde partiu a idéia dessas reuniões periódicas, e os de Madrid e Paris, congregam-se, hoje, aqui, os notários de várias nações, dominados do pensamento construtivo da elevação cultural da classe, da divulgação e estudo comparativo das normas que, especialmente no mundo latino, regulam e disciplinam a função pública exercida.

Os objetivos orientadores de vossa ação haviam de merecer, como efetivamente merecem, as simpatias francas e os aplausos dos poderes públicos. Dai a presença, nesta solenidade, dos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, como evidência de compreensão da importância de vossa nobre função.

ALDO MORO, Ministro da Justiça da República Italiano, na solenidade do dia internacional do Notariado Latino, disse, com justeza irrecusável, que "o notário representa no seu exercício profissional o ponto de união do público com o privado, da vontade coletiva, do ordenamento jurídico com a vontade do agente, dos interesses com os direitos na vida social".

"Além da posição formal que o notário assume, de mediador entre o público e o privado, é ele também o conselheiro equilibrado e responsável das partes na formação e expressão de sua vontade jurídica".

De mais disso, cumpre não esquecer, antes ressaltar, que os cartórios guardam, conservam e perpetuam a história e costumes dos povos.

As teses sobre as quais devem versar os vossos trabalhos, dizem bem da importância deste conclave para cuja solene instalação me destes a honra de expressivo convite. São teses que, todas elas, servem de evidência o relevo que dia a dia assume na vida social e jurídica a função notarial. A despeito de investi-la de fé pública, não lhe deu ainda o Estado brasileiro a

organização avançada de outros povos. Merece, portanto, o assunto ser estudado com especial cuidado.

Havendo por instalado o IV Congresso Internacional do Notariado Latino, faço votos pelo seu êxito e por que contribua decisivamente para dar a função notarial o relevo que reclama a sua finalidade jurídica e social. (Palmas)

E assim, de uma fôrma brilhante e solene foi instalado oficialmente o IV Congresso Internacional do Notariado Latino, que se realizou entre 21 e 31 de Agosto de 1956, nas magnificas dependências do belíssimo Hotel Quitandinha, em Petrópolis e ao qual compareceram dezessete delegações, adiante relacionadas com os seus respectivos presidentes: Argentina, Esc. Alberto R. Wille Bille; Brasil, Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior; Bélgica, Me. Willen Janssens; Canadá, Me. Emile Delage; Chile, Dr. Rafael Zaldivar Diaz; Espanha, Dr. Julio Albi Agero; Franga, Me. Henri Maigret; Guatemala, Dr. Carlos E. Peralta Mendez; Holanda, Mr. Willen Groen Itália, Dr. Silvio Mandelli; México, Dr. Guillermo Haroy Cueto; Paraguai, Dr. Vicente Gadea; Porto Rico, Dr. Felix Ochotkeo Junior; Portugal, Dr. Fernando Tavares de Carvalho; São Marino, Dr. Alessandro Guasti; Suíça, Dr. Albert Brauen; Uruguai, Dr. Adhemár H. Carátibula.

- Pede-se afirmar conscientemente que este Congresso esteve perfeitamente à altura dos demais anteriormente realizados, em Paris em 1954, em Madrid em 1950 e em Buenos Aires em 1948. Concomitantemente com os trabalhos das reuniões das comissões e das sessões plenárias, foi desenvolvido também um interessante programa social, com um concorrido coquetel de confraternização em Quitandinha, elegantes recepções nas embaixadas da França e da Itália, baile da gala em Quitandinha, almoço às Delegações no Hotel Miramar, em Copacabana e no Club Hípico da Gávea, corridas no Jockey Club Brasileiro e um grande banquete de encerramento e despedida em Quitandinha, além das clássicas visitas às autoridades.

Na primeira sessão plenária foi prestada uma merecida homenagem ao ilustre notário argentino, Don José A. Négri, inspirador e animador máximo da União Internacional do Notariado Latino, o qual, pela primeira vez deixou de comparecer a um Congresso Notarial devido ao seu delicado estado de saúde.

- Em seguida foi prestada uma homenagem ao Doutor Don Carlos A. Petrarchi, que ha oito anos vem dirigindo com notável eficiência, brilho e regularidade, a magnifica Revista Internacional do Notariado Latino.

TEMÁRIO

O temário aprovado na reunião de Paris e tomado em consideração e discutido no IV Congresso foi o seguinte: I - A instituição notarial, sua posição na sociedade juridicamente organizada. II - Adaptação da legislação notarial aos principios do notariado latino, definidos pelas resoluções dos congressos anteriores: a) organização corporativa; b) formação jurídica e profissional; e) competência funcional. III - Intervenção dos notários: a) nos testamentos e sucessões; h) nas sociedades.

Resoluções

Foram as seguintes as conclusões das comissões assessoras aprovadas pelo Congresso:

A instituição notarial; sua posição na sociedade juridicamente organizada

Depois de ampla troca de idéias chegou-se às seguintes conclusões:

1 - O notário latino, encarregado de aplicar a lei nos contratos que autentica é um orientador desta lei para as partes; alem disto, diante da obscuridade, contradições ou mesmo omissões da lei, cumpre-lhe esclarece-la e interpretá-la. A pratica notarial é, por conseguinte, uma fonte de direito complementar à obra do legislador.

2 - O notário latino desempenha um papel essencial de conciliador e de árbitro entre as partes, papel este que lhe advém de sua jurisdição voluntária.

3 - O notário latino dá à lei uma fôrma viva cuja expressão corresponde quer a vontade do

legislador quer a vontade das partes e o notário deve saber se adaptar tanto aos casos particulares como às situações criadas pela evolução econômica e social do país onde ele exerce a sua função.

4 - A estabilidade do notário latino, enquanto não a tiver desmerecido, é um fator constante de permanência e de paz.

5 - Finalmente, por exercer uma função pública em que é obrigado a prestar seus serviços quando lhes sejam exigidos, o notário latino confere aos atos que recebe bem como aos fatos, relatados nesses atos, uma força, um poder que provêm do "Impérium" do qual ele é investido. Dai provêm a segurança das partes e, por conseguinte, também a tranqüilidade social.

Devido às características acima definidas da instituição notarial, o Congresso propõe a seguinte voto:

1 - Que não somente pela formação profissional que o notário recebe, mas também pelos conhecimentos de legislação, jurisprudência e doutrina que, dia a dia, durante o exercício de sua profissão vai acumulando, o notário deve estar ao corrente da evolução jurídica que se processa em seu redor, de maneira a poder refletir constantemente em seus atos o "status" de direito em cada etapa de seu desenvolvimento.

2 - Que, tendo em vista o eminente papel social do notário latino, a organização profissional do notariado em cada um dos países da União seja tal que permita a todos o fácil e livre acesso aos serviços do notário.

3 - Que, em toda parte, a matéria notarial fique reservada integralmente ao notariado, ao abrigo de tudo quanto possa limitar o seu alcance.

Adaptação da legislação notarial aos princípios do notariado latino definidos pelos Congressos anteriores

a) Organização corporativa.

Reafirma este Congresso o deseja já expresso de que o governo, a disciplina e a assistência social dos notários estejam regulados e controlados pelos colégios e corporações notariais com a máxima autonomia.

b) Formação jurídico-profissional.

Reitera o IV Congresso Internacional que o notário deve capacitar-se tecnicamente para o desempenho de sua função, mediante estudos universitários que abranjam a totalidade das disciplinas jurídicas, sem prejuízo da especialização necessária e obrigatória para tudo quanto seja de aplicação ao exercício da profissão.

c) Competência funcional.

Particularmente, insiste este Congresso na aspiração de que todos os atos de jurisdição voluntária, no sentido dado a essa expressão pelos países de língua espanhola, sejam atribuídos exclusivamente à competência notarial.

Recomendação.

O IV Congresso recomenda aos países aderentes da União:

- a) Que se adotem, o mais breve possível, pelos meios ao seu alcance nas legislações dos respectivos países, os princípios estabelecidos pelos Congressos anteriores e pelo presente;
- b) Que, por intermédio do Escritório Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional (O.N.P.I.) e da "Revista Internacional do Notariado", publiquem-se e difundam-se todas as decisões anteriores para informação de todos os países da União, como também, que estes, ao término de seis meses antes de cada Congresso estabelecidos pelos estatutos, façam chegar à "Revista Internacional" todos os estudos, trabalhos e proposições que se relacionem com o

desenvolvimento do notariado em sua jurisdição;

c) Devem reiterar os postulados a resolução sobre a inamovibilidade e a independência do notário no desempenho de suas funções em especial a resolução do Congresso de, Madrid, o qual manifestou: "Que se requer uma especial vocação profissional e uma real independência, incompatível com as nomeações a prazo e com a submissão ao arbítrio governamental.

Intervenção do notariado latino nos testamentos e sucessões

Tendo em vista os trabalhos apresentados e considerando as diferenças existentes nos países da União no que diz respeito às formalidades do testamento e às transmissões sucessórias:

1 - Afirma que a assistência do notário, na redação do testamento, constitui elemento fundamental para assegurar a livre manifestação de sua vontade e o exato conhecimento e aplicação da lei nas disposições e eliminando, na medida do possível, os motivos de controvérsias entre terceiros.

2 - Fórmula o desejo que as legislações dos países da União consigam a unificação das fôrmas de testamentos.

3 - Declara que a constatação da transmissão de bens "causa-mortis" é uma função específica do notário. Consequentemente, emite o voto de que as sucessões devem ocorrer ante o notário, o qual terá plena intervenção nas mesmas até sua liquidação definitiva. Nos casos em que, para resolver controvérsias, recorram os interessados à autoridade judicial, esta, após a decisão, devolverá o assunto ao notário, para completar as demais fases da transmissão.

4 - Aspira a extensão, a todos os países da União, de um registro dos atos da última vontade que assegure, ao mesmo tempo, o segredo e a certeza da existência deles.

5 - Recomenda também a organização de um registro internacional de atos de última vontade.

Intervenção do notário latino nas sociedades

Tendo tomado conhecimento da natureza jurídica das sociedades nos países de direito latino e dos diferentes regimes em vigor relativos à intervenção dos notários na vida das sociedades comerciais, e após ter reconhecido

a) Que a intervenção do notário na constituição e redação dos estatutos constitui uma das garantias mais importantes, seja para os associados, seja para terceiros;

b) que a importância desta intervenção varia de país a país, mas que nas legislações mais evoluídas tal intervenção tende a se tornar cada vez mais importante;

c) Que esta tendência é plenamente justificada pela necessidade da proteção à economia pública, como é provado pelo fato de, em certos países, os legisladores terem feito apelos ao notariado várias vezes e em seguida à crises financeiras;

Afirma que: Somente a intervenção do notário é capaz de assegurar a todos os contratos de sociedades a perfeição jurídica indispensável ao bom funcionamento da sociedade;

E emite o voto que:

Em todos os países filiados à União Internacional do Notariado Latino, as legislações reconhecem a necessidade da fôrma notarial para a constituição e a modificação de todos os atos de sociedades, afim de lhes assegurar a perfeição jurídica indispensável ao bom funcionamento da sociedade; outrossim, opina que, para todos os efeitos, deve ser reservada ao notário a exclusividade da constituição e modificação de todas as sociedades nas quais a responsabilidade dos associados seja limitada em relação a terceiros.

No transcurso das sessões do Congresso foram consideradas e aprovadas varias resoluções de grande importância para o desenvolvimento e evolução jurídica da atividade notarial no mundo latino, para a intensificação e regularização das relações notariais. e consultas internacionais e para a aperfeiçoamento dos organismos da União Internacional, cuja simples enunciação dá idéia de seu valor e das conseqüências favoráveis que resultarão de sua aplicação: criação de um código internacional de legislação notarial; organização em cada país de comissões de notários para trocar consultas internacionais; estímulo para a organização de congressos nacionais com participação internacional; reforma do estatuto e regulamento da União Internacional do

Notariado Latino e financiamento da mesma.

TEMÁRIO DO V CONGRESSO EM ROMA - 1958.

O Congresso fixou a cidade de Roma para sede do V Congresso em 1958 e Montreal, no Canadá, para sede do VI Congresso em 1960, devendo pois instalar-se na histórica e belíssima capital italiana, em dois de Outubro próximo, o V Congresso Internacional do Notariado Latino, cujo temário é o seguinte:

1 - O segredo profissional do Notário e de seus auxiliares.

2 - Adaptação dos métodos e processos técnicos modernos à atividade profissional do Notário, especialmente no que se refere:

- a) identificação dos comparecentes aos atos notariais;
- b) constatação autêntica das declarações de vontade e de fatos;
- e) fôrma gráfica para a lavratura e reprodução dos atos notariais.

Conselho Permanente

Na última sessão plenária foi eleito o Conselho Permanente da União Internacional do Notariado Latino para o período de 1956/1958, organismo que ficou assim constituído: Presidente - Dr. Rafael Núñez Lagos (Espanha). Vice-Presidente - Me. Renê Dechamps, (Bélgica). Vice-Presidente - Esc. Alberto H. Wuille-Bille (Argentina). Vice- Presidente - Dr. Silvio Mandelli (Itália). Vice-Presidente - Dr. Félix Ochotéco (h) - (Porto-Rico).

- Secretário - Dr. Enrique Giménez Arnau (Espana). Secretário Dr. Carlos E. Peralta Méndez (Guatemala).

- Tesoureiro - Dr. Albert Brauen (Suíça).

Sessão solene de encerramento

Realizou-se no Hotel Quitandinha, em 31 de Agosto, a sessão solene de encerramento do Congresso, com a presença de todas as Delegações e numerosos notários dos diversos Estados do Brasil, tendo sido proferidos brilhantes discursos pelo Dr. Fernando de Azevedo Milanez, Presidente da Comissão Organizadora, Dr. Silvio Mandplli, Presidente da Delegação Italiana, Dr. Rafael Nunes Lago, novo Presidente da União Internacional do Notariado Latino e Me. Henri Maigret, Presidente do Congresso.

Exposição do Livro Notarial

Como rota curiosa do Congresso, foi inaugurada uma interessantíssima exposição do Livro Notarial, com elevada e variada quantidade de livros, documentos e escrituras originais muito antigos, além de outros elementos relativos ao exercício da função notarial nos diversos países aderidos, assim como algumas peças da característica indumentária dos respeitáveis notários de outrora, inclusive dois elegantes e vistosos fardões típicos do notário francês do século XVIII.

Banquete de despedida

O banquete com que tradicionalmente se encerram os atos oficiais dos Congressos Internacionais, foi realizado com toda a solenidade no belíssimo salão de festas do Hotel Quitandinha, decorado com fino gosto e originalidade com frutas e plantas tropicais, em um ambiente da mais fraternal cordialidade e simpatia, de envolta com números de canto e música, o que lhe emprestou ainda um cunho de afetuosa confraternização e elevada espiritualidade. Fizeram. uso da palavra para as saudações do estilo os seguintes Delegados: Alberto H. Wuelle-Bille, Lucas Bravo Jofré, Bernard Robineau, Willem Janssens, Silvia Betancor Ortiz, Henri Maigret e por ultimo, em nome da Comissão Organizadora do IV Congresso Internacional do Notariado Latino, falou o Dr. Francisco Teixeira da Silva Junior, Presidente da Delegação Brasileira ao mesmo Congresso, agradecendo o comparecimento e a cooperação dos colegas estrangeiros e dos nacionais para o indiscutível sucesso do referido Congresso, concitando a todos para o próximo, em 1958, na Cidade Eterna.

Não podemos encerrar o rápido relatório deste Congresso sem assinalar de fôrma positiva a valiosa e insuperável atuação do nosso infatigável companheiro, Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo e atual Presidente da Federação Brasileira de Colégios Notariais, a cuja dedicação e esforços devemos a brilhante realização deste Congresso. A ele pois, todos os cumprimentos e a gratidão de toda a classe.

Leis e Decretos

LEI N.º 4.571, DE 3 DE JANEIRO DE 1958

Introduz modificações na Lei Orgânica dos Municípios.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 1.º e seus parágrafos, e o artigo 20 e seu parágrafo único, da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947 alterados pela Lei n. 2.081, de 27 de dezembro de 1952, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1.º - São condições necessárias para que o distrito ou subdistrito se constitua em município:

I - população mínima de 4.000 habitantes;

II - renda local mínima de Cr\$ 500.000,00 anuais;

III - distar, por todas as vias de comunicação, entre a sua sede e a do município a que pertence, mais de 10 quilômetros, contados dos respectivos pontos centrais.

§ 1.º - O limite de renda estabelecido no inciso II deste, artigo reduzir-se-á para Cr\$ 300.000,00 nas seguintes hipóteses:

a) quando a sede do distrito ou subdistrito distar da sede do município mais de 30 quilômetros por estrada de rodagem estadual ou federal e mais de 20 quilômetros por ferrovia;

b) quando, havendo apenas uma dessas vias de comunicação, a distância entre as duas sedes ultrapassar os limites, fixados na alínea anterior.

§ 2.º - O distrito ou subdistrito, cuja sede se localize numa faixa de 4 quilômetros contados da linha limítrofe do Estado, ou situado a mais de 10 quilômetros da sede do município e a ela ligado exclusivamente por estrada municipal ou caminho vicinal, poderá ser elevado a município desde que possua no mínimo 4.000 habitantes e Cr\$ 300.000,00 de renda local.

§ 3.º - Para efeitos deste artigo apura-se a renda tomando-se por base a arrecadação no distrito ou subdistrito, no último exercício encerrado ou a sua receita orçada para o ano seguinte, computando-se exclusivamente a renda proveniente de impostos e taxas municipais.

§ 4.º - A restrição constante do inciso III deste artigo será dispensada no caso de distrito ou subdistrito:

a) que apresente índices de população e renda superiores, respectivamente a 8.000 habitantes e Cr\$ 1.000.000,00;

b) que esteja em qualquer dos casos do § 2.º deste artigo.

§ 5.º - Nenhum subdistrito poderá ser elevado a município se não apresentar solução de continuidade entre o seu perímetro urbano e o do município a que pertence, salvo:

a) se possuir população superior a 50.000 habitantes e renda não inferior a Cr\$ 50.000.000,00;

b) si se localizar em território com a área mínima de 20 quilômetros quadrados, separada por divisas naturais, pontes ou estradas de ferro.

§ 6.º - Sempre que o distrito ou subdistrito possuir mais de uma povoação a sede do município a que der origem será fixada na de população e renda maiores.

Artigo 20 - Qualquer território que tenha mais de 1.000 moradores poderá ser anexado a município vizinho, já existente ou a se criar na mesma lei quinquenal desde que pelo, menos 50

eleitores o requeiram observado o disposto nos arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º da presente lei.

Parágrafo único - A incorporação de que trata este artigo dependerá de aprovação por lei do município incorporador, dispensada esta exigência quando se tratar de município a ser criado simultaneamente na mesma lei quinquenal".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Antonio de Queiroz Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 5/1/58.

LEI N. 4.595, DE 3 DE JANEIRO DE 1958

Dispõe sobre isenção de imposto de transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", aos militares, nas condições que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam isentas, uma única vez, do pagamento de imposto de transmissão, o de propriedade imobiliária "inter vivos" as aquisições de imóveis para residência própria feitas pelos militares que prestaram - serviço na zona de guerra definida pelo Decreto federal n. 10.490-A de 25 de setembro de 1942 e estejam amparados pela Lei federal n. 1156 de 12 de julho de 1950.

Artigo 2.º - Para gozar dos favores desta lei deverão os interessados apresentar certidão ou fotocópia devidamente autenticada, de que em seus assentamentos está averbada a prestação do serviço de que trata o artigo anterior.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 3 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor geral.

D. O. 5/1/58.

LEI N. 4.633, DE 14 DE JANEIRO DE 1958

Dá nova redação ao artigo 5.º, do Decreto-lei n. 12.520, de 22 de janeiro de 1942.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 5.º, do Decreto-lei n. 12.520, de 22 de janeiro de 1942:

"Artigo 5.º - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário vitalício, será designado para responder pelo expediente do respectivo ofício o Oficial Maior e, na falta deste, o escrevente mais graduado.

Parágrafo único - A designação será feita mediante Portaria expedida pelo Juiz Corregedor do Cartório, que solicitará, incontinenti, à Secretaria da Justiça, a homologação desse seu ato pelo Chefe do Poder Executivo".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Antônio de Queiroz Filho

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral.

D. O. 16/1/58.

LEI N. 4.639, DE 14 DE JANEIRO DE 1958

Dispõe sobre o pagamento, em prestações, do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", nas aquisições de imóveis feitas por entidades sindicais e associações profissionais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As entidades sindicais e associações profissionais, devidamente registradas no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderão, nas aquisições de imóveis destinados à sua sede ou seus serviços, efetuar o pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" em prestações mensais, até o máximo de 12 (doze).

§ 1.º - O favor previsto neste artigo será concedido pelo Diretor da Diretoria de Impostos e Taxas sobre a Riqueza Imobiliária, na Capital, e pelos Delegados Regionais de Fazenda, no Interior, mediante requerimento das entidades ou associações interessadas, instruído com a prova de seu registro, no órgão competente.

§ 2.º - A primeira prestação será paga quando da lavratura da escritura de aquisição do imóvel e as demais, sucessivamente, nos 30 (trinta) dias seguintes à data do pagamento da anterior.

Artigo 2.º - A falta de pagamento de qualquer prestação no prazo fixado acarretará a exigência do restante do imposto, acrescido da multa de 20% (vinte por cento).

Artigo 3.º - O Poder Executivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente lei, expedirá regulamento para a sua execução.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffartk

Diretor Geral.

D. O. 16/1/58.

LEI N. 4.649, DE 16 DE JANEIRO DE 1958

Dispõe sobre concessão de licença à funcionária gestante.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - À funcionária pública gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de 120 (cento e vinte) dias com vencimentos integrais.

Parágrafo único - o disposto neste artigo estende-se, nas mesmas condições, às servidoras extra-numerárias (mensalistas, diaristas, contratadas e tarefeiras), às ocupantes interinas de cargos públicos e às servidoras das autarquias e dos serviços industriais do Estado.

Artigo 2.º - Salvo prescrição médica em contrário a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

Artigo 3.º - Vetado.

Artigo 4.º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Francisco Carlos de Castro Neves

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 16 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffart

Diretor Geral.

D. O. 17/1/58.

DECRETO N. 30.894, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1958

Regulamenta a Lei n. 4.639, de 14 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1.º - As entidades sindicais e as associações profissionais que pretenderem gozar do favor concedida pela Lei n. 4.639, de 14 de janeiro de 1958, deverão requerer ao Diretor da Diretoria de Impostos e Taxas sobre a Riqueza Imobiliária, na Capital, e aos Delegados Regionais de Fazenda, no Interior, declarando o preço pelo qual vai ser adquirido o imóvel e juntando prova de seus respectivos registros no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Artigo 2.º - Dentro do prazo máximo de 30 dias, contados da data da entrada do requerimento, o Fisco procederá à avaliação do imóvel, por cujo valor, assim apurado, será efetuado o parcelamento.

Artigo 3.º - O despacho que conceder o parcelamento terá validade por 180 dias, contados da data da respectiva notificação ao contribuinte.

Artigo 4.º - Por ocasião da lavratura da escritura de aquisição do imóvel, será expedida a guia a que se refere o artigo 43, do Livro IV, do C. I. T. (Decreto n. 22022, de 31 de janeiro, de 1953) para pagamento da primeira parcela, no verso da qual deverá ser anotado pela fiscalização:

- a) o número do processo em que foi concedido o parcelamento;
- b) o valor total atribuído pelo Fisco ao Imóvel e o montante do imposto;
- c) o número de prestações em que se dividir o pagamento, o valor de cada uma delas e seus respectivos vencimentos.

Artigo 5.º - As guias para pagamento das parcelas subsequentes serão fornecidas, mediante solicitação verbal dos contribuintes, pela repartição fiscal.

Artigo 6.º - A falta de pagamento de qualquer das prestações, acarretará o vencimento das demais, e o saldo devido será exigido, imediatamente e por inteiro, acrescido da multa de 20% (vinte por cento).

Artigo 7.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 13 de fevereiro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Carlos Alberto Carvalho Pinto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado, dos Negócios do Governo, aos 13 de fevereiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth 4 Diretor Geral.

D. O. 14/2/58.

Provimentos

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

SERVIÇO DE FOTOCÓPIA NOS CARTÓRIOS JUDICIAIS

Criando o serviço de fotocopia para os cartórios judiciais, o Desembargador Marcelino Gonzaga presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, baixou a seguinte portaria:

"O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador João Marcelino Gonzaga, usando de suas atribuições determina:

I - Fica a Secretaria do Tribunal autorizada a extrair fotocopias para os cartórios judiciais da capital.

II - Os escrivães enviarão as peças a serem copiadas à seção encarregada do serviço.

§ 1.º - Poderá também o advogado, assinando carga, quando se tratar de autos civis ou criminais findos, retirar e, processo do cartório para encomendar a fotocopia na seção. Tratando-se de processo Cível em andamento, à faculdade só será concedida aos advogados da causa.

§ 2.º - No caso do parágrafo anterior, a carga será assinada em talão destacável, para que o funcionário da seção de fotcópias, ao devolver os autos ao cartório, possa recolher esse talão,

que será devolvido ao interessado pela 6.ª Recebedoria, juntamente com a fotocópia.

III - Ao ser encomendada a fotocópia pelo advogado, ser-lhe-á entregue um talão numerado destinado a facilitar a procura do documento na 6.ª Recebedoria.

IV - Extraída a fotocópia a seção anotarà nela que o serviço foi executado em aparelho próprio da Secretaria e marginará os emolumentos, acrescidos da sobretaxa correspondente ao material empregado.

V - Em seguida serão os autos devolvidos ao cartório de origem devendo o funcionário da seção recolher o talão de carga, que será anexado à fotocópia, entregando ambos mediante carga no funcionário da secretaria destacado junto à 6.ª Recebedoria.

VI - Procurado o documento, o referido funcionário passá-lo-á ao guichê de arrecadação onde, depois de pagas as custas e sobretaxas margeadas, será entregue ao interessado.

VII - As fotocópias serão autenticadas pelo chefe da seção.

VIII - A seção de fotocópias registrará a entrada dos processos, com a indicação do nome do advogado que encomendou o serviço, anotando o número do negativo da fotocópia tirada.

IX - Deverá também a seção anotar no documento fotocopiado o numero negativo arquivado.

X - Quando se tratar de pedido de documento já fotocopiado pela seção bastará a indicação do número do negativo, sendo desnecessária a retirada dos autos. Cumpra-se. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 14 de março de 1958. O presidente do Tribunal de Justiça. (a) JOÃO MARCELINO GONZAGA.

PRESIDÊNCIA PROVIMENTO N. LV

O Conselho Superior da Magistratura,
Considerando a obrigatoriedade do registro de nascimento nos termos do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939 ' com as modificações introduzidas pelo Decreto n. 5.318, de 29-21940; levada em consideração também, a facilidade que a lei n. 765, de 14-7-1949, trouxe aos retardatários no cumprimento da determinação legal do registro;
Considerando que os benefícios decorrentes das facilidades do registro tardio têm levado pessoas menos escrupulosas, de nacionalidade brasileira e até estrangeiros a burlarem a lei inscrevendo no registro menores com aumento de idade muitas vezes para fins ilícitos;
Considerando ainda que a permissão contida no artigo 1.º da Lei n. 765 de admitir o registro, mediante petição "despachada pelo Juiz competente e apenas atestada por duas testemunhas idôneas, na forma e sob as penas da lei", não exclui 4.ª competência que as normas de organização judiciária conferem ao Juiz de fiscalizar o cumprimento da lei.

Recomenda aos Srs. Juizes de Direito que, ao despacharem pedidos de abertura de registro de nascimento nos termos da lei n. 765, procurem certificar-se, pessoalmente, da idade dos registrados, exigindo, quando for caso, a apresentação dos mesmos. E de parte, os Srs. oficiais do registro civil deverão também agir com a máxima cautela nos casos em questão, levando suas dúvidas aos respectivos Corregedores Permanentes, para a devida apreciação, na forma da lei.

Cumpra-se.

São Paulo, 12 de fevereiro de 1958.

(a) - J. Marcelino Gonzaga, Presidente.

Thrasylbulo de Albuquerque, Vice-Presidente.

Vasconcellos Leme, Corregedor Geral da Justiça.

(14-15)
D. J. 14/2/58.

JULGAMENTOS

Processo n. 85.744 - (G-6752) - Eldorado Paulista Agravo de Petição - Agvte.: Edgard Alves de Oliveira.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 85.744 da comarca de Eldorado Paulista, em que é agravante Edgard Alves de Oliveira e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da mesma Comarca:

Acorda o Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao agravo, confirmada assim, por seus fundamentos, a decisão recorrida.

Posta a questão nos termos em que foi colocada, em face de dispositivos legais expressos, é evidente que ao Oficial agravado não seria mesmo possível fazer a inscrição pretendida pelo agravante.

O art. 22 do Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação que lhe foi dada pela lei n.649 de 11 de março de 1949, firma, e bem, a impugnação.

É verdade que o título do agravante é uma escritura de compra e venda, sujeita a transcrição, ao passo que a de Clemente Ferreira dos Santos e sua mulher o é de simples compromisso.

Mas, estabelecendo o citado art. 22 que os contratos sem cláusula de arrependimento, de imóveis dessa espécie, cujo preço tenha sido pago no ato de sua constituição, desde que inscritos, em qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiros, e lhes confere o direito de adjudicação, compulsória, nos termos do art. 16 da mesma lei e do art. 346 do Código de Processo Civil, e nessa linha de considerações atendendo à lição de Serpa Lopes de que "identificasse a inscrição e a transcrição porque na maioria dos casos atuam como elementos constitutivos de direito real", é claro que a prioridade do registro, no cartório competente, afasta a pretensão do agravante.

Não será assim possível a transcrição almejada, de vez que iria colidir frontalmente com a inscrição anterior.

Nem se diga que, tendo o agravante feito a transcrição no cartório da comarca de Cananéia, esse ato é o que deve prevalecer.

Aquela transcrição - como transcrição - não tem valor porque operada em circunscrição que não é sede dos imóveis alienados.

Influirá, certamente, para positivar a boa fé do agravante, a ser aferida em outras oportunidades.

Aliás, como se vê das certidões oferecidas, já se movimenta, no Distrito Federal, uma ação ordinária, objetivando as terras em questão, envolvendo o agravante, os compromissários. vendedores e compradores e terceiros (inicial e contestação, a fls. 26 e 29).

Custas na forma da lei.

São Paulo, 4 de março de 1958. (as) J. M. Gonzaga, Presidente.

Thraysbulo de Albuquerque, Vice-Presidente.

Vasconcellos Leme, Corregedor Geral da Justiça.

Advogado: Djalma Rubens Lofrano.

D. O. J. 23/3/58

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

JULGAMENTO

Proc. 15.589 - Mogi das Cruzes - Juízo de Direito O Dr. Juiz da 2.^a Vara da comarca de Mogi das Cruzes, representa a esta Corregedoria, no sentido de ser regulada, por portaria, a competência dos Juizes que devem despachar os pedidos de registro extemporâneo de nascimento, de que cogita a lei n. 765. Alega a mesma autoridade que está exigindo dos interessados, a fim de evitar os abusos noticiados pela imprensa, que eles instruem o pedido com certidão de batismo e com negativa do cartório do Registro Civil, onde tenha nascido o registrando. Finaliza dizendo que, embora Corregedor Permanente do Cartório do Registro Civil, não tem meios de manter aquelas exigências, uma vez que o Dr. Juiz da 1.^a Vara dispensa aquelas certidões nos casos submetidos a seu despacho, e daí a necessidade de o assunto ser objeto de uma portaria, Resolvo:

1.^o) Não se trata propriamente de regular competência, matéria que só pode ser objeto de lei, nunca de portarias desta Corregedoria. Sendo assim, é claro que nas comarcas onde exerçam função dois ou mais Juizes, a autoridade competente para apreciar os pedidos de registro extemporâneo é aquela a quem a lei atribui tais funções. Entretanto, nas comarcas, em que mais de um Juiz exercem jurisdição cumulativa e tal é o caso de Mogi das Cruzes (Lei 2.456, de 30 de dezembro de 1953), é conveniente que a competência para apreciar tais pedidos seja exclusivamente do Juiz Corregedor Permanente do Cartório do Registro Civil (v. distribuição dos Corregedores Permanentes pelas comarcas do Estado, publicada no Diário Oficial da Justiça, de 30 de dezembro de 1957). É isso pela razão óbvia de que só o Corregedor Permanente, está em condições de orientar e fiscalizar o Oficial do Cartório quanto ao cumprimento, não só das disposições expressas na própria lei 765, como ainda das recomendações contidas no Provimento n. 2, de 1949, desta mesma Corregedoria.

2.^o) - Recomenda-se ao Dr. Juiz signatário da representação não exigir, em qualquer caso e indiscriminadamente, que os interessados juntem negativa de registro anterior ou certidão de batismo. Outrossim, deverá ter presente a recomendação ditada pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura, através do Provimento n. LV, publicado no Diário da Justiça de 13 de fevereiro de 1958. Afora isso, e - sempre no intuito louvável de coibir abusos - poderá a mesma autoridade valer-se da faculdade conferida pelo art. 55, parágrafo 3.^o da lei de Registros Públicos (com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto 16.146, de 20-7-1944) e recomendar ao Oficial do Cartório a estrita observância do disposto no artigo 66, parágrafo único do mesmo Decreto n. 4.857. São Paulo, 1.^o de abril de 1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. 3/4/58.

RECONHECIMENTO DE FIRMA

REPRESENTAÇÃO DE TABELIÃES

Proc. 15.203 - Capital - Tabeliães de Notas da Capital: Representam alguns Tabeliães de Notas desta Capital a esta Corregedoria, quanto à possibilidade de ser simplificado o serviço de reconhecimento de firmas, na parte em que são obrigados a reproduzir e indicar os nomes das pessoas cujas firmas devem ser reconhecidas. Alegam, mais, que essa reprodução específica do nome do interessado é que causa a morosidade no serviço. Sugerem, finalmente, seja-lhes permitido "fazer os reconhecimentos com indicações de sinais, acompanhados de números, de sorte a não sofrer o ato qualquer confusão ou dúvida". Resolvo: Em que pese à boa vontade dos signatários da representação, querendo colaborar com esta Corregedoria na simplificação de

determinado serviço, a sugestão não é de ser atendida. É do Provimento n. 1-49 a determinação de que os tabeliães, no reconhecimento de firma, principalmente quando de documento assinado por mais de uma pessoa, deverão mencionar o nome da pessoa, cuja assinatura reconhecem. Esse provimento, diga-se de passagem, foi reforçado por um despacho proferido no processo n. 10.624, em data de 16-12-53, quando então Corregedor o Desembargador Márcio Munhoz, e pela Portaria n. 9-54, expedida em 30 de junho desse ano pelo então Corregedor Pedro Rodovalho Marcondes Chaves. O alcance dessa medida tantas vezes reiterada é tão curial, que os próprios signatários da presente solicitação são os primeiros a reconhecer "os altos objetivos do respeitável provimento". Sendo assim, não há razão, pelo menos por enquanto, para que se altere aquela orientação: 1.º) - porque a substituição de nomes por sinais ou números não apresenta obviamente a mesma garantia que a reprodução daqueles nomes por extenso; 2.º) - porque a morosidade, a que se faz alusão (e quanto a essa demora, principal interessado em reclamar contra ela seria o público, mais que os Tabeliães) não é resultante apenas da menção aos nomes das pessoas cujas firmas se reconhecem, mas (se existente), de outros fatores. criados pelo próprio "mecanismo" do reconhecimento em si (y.g. a aposição e inutilização de selos). Em suma: desatendendo à pretendida simplificação, como ora o faço, aproveito para recomendar uma vez mais, a todos os Tabeliães do Estado, a estrita observância do Provimento n. 1-49 na parte que respeita à indicação dos nomes das pessoas cujas firmas são levadas a reconhecimento. São Paulo, 24 de março de 1958. (a) Sebastião de Vasconcelos Leme.

D. O. 26/3/58.

Proc. 15.375 - Santo André - Bernardino do Nascimento Moura: Publique-se a decisão do magistrado, para o conhecimento de terceiros. São Paulo, 9 de Janeiro de 1958 (a) Sebastião de Vasconcelos Leme. "Decisão a que se refere o despacho supra": - O Sr. Oficial do Registro Civil do 2.º Sub-Distrito deste Município e comarca de Santo André, representa a este Juízo no sentido de lhe ser reconhecido o direito de conservar o anexo de Tabelionato, no referido Cartório, para o qual foi provido por decreto de 4 de Julho de 1957. Argumenta o representante que, na qualidade de Oficial do Registro Civil do Sub-Distrito de Barra Funda, comarca da Capital, inscreveu-se no concurso aberto para o provimento do cargo de serventuário do cartório do Registro Civil do 2.º Sub-Distrito, do Município de Santo André (Utinga), inclusive para "o anexo de Tabelionato", mas, ao tomar posse do cargo, em 17 de Julho do corrente ano de 1957, verificou que o aludido Cartório embora tendo o anexo de notas, e possuindo os livros de escrituras, não estavam os mesmos em uso desde 8 de abril de 1954, data da instalação da comarca de Santo André, conforme anotações neles existentes, subscritas pelo signatário na sua qualidade anterior, de Juiz Titular da Comarca. E sustenta que dito Cartório foi criado em 1944, com o anexo de Tabelionato, pelo que a criação da comarca de Santo André, não poderia afetar tal anexo, que deve permanecer íntegro, porque não foi extinto por qualquer lei e ainda porque a extinção desse Tabelionato vem prejudicar a população do Sub-Distrito de Utinga, cujos habitantes, para reconhecerem uma firma, outorgarem uma procuração ou lavrarem uma escritura, têm que gastar tempo e dinheiro, dirigindo-se ao centro do Município de Santo André, distante cinco quilômetros do cartório de Utinga. Para ilustrar seu ponto de vista, o Sr. Oficial do Registro Civil de Utinga, junta certidão expedida pelo cartório da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, e pela qual se verifica que os Cartórios do Registro Civil dos 4.º, 14.º, 23.º e 31.º Sub-Distritos da comarca de São Paulo, (Nossa Senhora do Ó, Osasco, Tucuruvi e Ibirapuera), continuam até hoje com os seus anexos de Tabelionato. 2 - Parece-nos, e assim decidimos, que assiste razão ao representante. De fato, a Lei Estadual n. 2.420, de 18 de Dezembro de 1953, que criou a comarca de Santo André, não determina a extinção do anexo de Tabelionato, existente no cartório do registro civil de Utinga, ao tempo de sua criação. Nenhuma lei posterior isso dispõe. Inexiste, por outro lado, Provimento ou deliberação, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, extinguindo tal anexo. Nem mesmo Portaria deste Juízo. O representante salienta ainda que possui os arquivos de Tabelionato - que ao seu cartório pertencem indubitavelmente - o que constitui mais um motivo para que continue a ser Tabelião por lei, a fim de poder fornecer certidões, aos interessados, e referentes aos atos do Tabelionato que integrava aquele Ofício de Justiça. 3 - Na conformidade do expostos, decido que o Sr. Oficial do Registro Civil do 2.º Sub-Distrito, de Utinga, do Município e comarca de Santo André, tem direito a conservar o anexo de Tabelionato, podendo voltar a praticar os atos concernentes a tal anexo. Submeto - data vênua - esta decisão, à homologação do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, para

quem determino sejam enviados êstes autos, com as cautelas do estilo. Santo André, 26 de Dezembro de 1.951. (a) Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello Filho, Juiz Titular da 1.^a Vara da ,comarca de Santo André.

D. O. J. 12/1/58.

Proc. 15.460 - Capital - Rebucci e Pinheiro Ltda. (Firma) : O pedido é muito vago e não pode ser respondido em tese. Se é verdade que existe um regimento de custas para os atos praticados pelos serventuários, entretanto, cada caso concreto pode acarretar mais ou menos despesas. Para a intimação de um devedor haverá ocasião de se fazer por carta, ou pessoalmente, ou por Oficial de Justiça ou por outros meios. Em outros casos haverá necessidade de condução etc. Assim, as diligências e os atos dos Oficiais de protestos podem sofrer modificações para mais ou para menos. O requerente deve dirigir-se aos respectivos Juizes de direito das comarcas em, que tiverem casos para solucionar. São Paulo, 10 de fevereiro de 1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. 13/2/58.

Proc. 15.638 - Jales - Reinaldo Mantovani Filho: O Dr. Juiz Corregedor Permanente concluiu acertadamente, entendendo não ocorrer a alegada incompatibilidade. Cuida-se de duas pessoas, no caso marido e mulher, que são oficiais do Registro Civil de Santa Fé do Sul e de Três Fronteiras, respectivamente, ambos distritos da mesma comarca de Jales. o que o decreto 123, de 10 de setembro de 1892, proíbe é que pessoas impedidas por laços de parentesco, quando serventuários da justiça, sirvam conjuntamente no mesmo Juízo. A origem de tal proibição remonta ao tempo das "Ordenações" que vedavam servissem parentes conjuntamente nas cidades, vilas e conselhos. Ora, conforme foi salientado em despacho desta mesma Corregedoria, proferido no processo n. 5.380, da comarca de Serra Negra, quando Corregedor Geral o eminente desembargador Marcelino Gonzaga, o que a lei visa é impedir é que dois serventuários sirvam, a um só tempo, no mesmo foro. (Diário da Justiça de 7 de março de 1958). Sendo assim, não ocorre, no caso concreto em exame, a alegada incompatibilidade, pois embora marido e mulher sirvam em distrito da mesma comarca, não exercem eles seus cargos no mesmo Juízo ou no mesmo Foro, ficando subordinados ao Dr. Juiz de Direito da comarca de Jales apenas e tão somente por força das funções de Corregedor Permanente exercidas por essa mesma autoridade. Em suma: não há nenhuma providência a ser tomada por esta corregedoria, pelo que determino o arquivamento do presente processo. São Paulo, 10 de abril de 1958 - (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. 1214159.

Jurisprudência

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NÃO É DEVIDO O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO NOS COMPROMISSOS IRRETRATÁVEIS
RIO, 13 ("Estado" - Pelo telefone) - Não é devido o imposto de transmissão de propriedade na promessa irretratável de compra e venda do imóvel. Foi esta a tese de direito constitucional mais uma vez proclamada pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar hoje o recurso ordinário n. 4.539, do Estado do Rio. Fora o caso em que o fisco estadual pretendeu cobrar executivamente aquele imposto com multa avultada, porque não havia sido pago numa escritura de promessa, naquelas condições de compra e venda de um imóvel, em Petrópolis.

Entretanto, como o promitente comprador cedera os seus direitos a terceiros na respectiva escritura de cessão, o fisco cobrava imposto de cessão. E depois cobrava imposto de transmissão de propriedade na escritura definitiva de compra e venda entre a mesma promitente vendedora e o cessionário do mesmo promitente comprador.

Contra a cobrança do imposto de transmissão na escritura de promessa os promitentes vendedores e comprador pediram mandado de segurança que foi concedido pelo juiz de direito

de Petrópolis. O Tribunal de Justiça do Estado, porém, cassou a segurança.

Na sessão de oito do corrente teve início o julgamento do recurso e o relator, ministro Vilasboas, negou-lhe provimento, por entender que tais promessas de venda equivaliam à própria venda, sendo acompanhado pelo ministro Afranio Costa. Tendo pedido vistas dos autos o ministro Ary Franco, o Tribunal pelos votos deste e dos ministros Nelson Hungria, Ribeiro da Costa, Luiz Galotti e Barros Barreto, contra aqueles dois acima referidos ministros, reafirmou mais uma vez o princípio acima exposto. O ministro Ary Franco ainda disse que além da duplicidade de cobrança que estava revogada, conforme se via pelos votos vencidos do acórdão recorrido, havia a lei estadual em que se fundava o fisco fluminense.

"O Estado de S. Paulo", de 14/1/58.

PRISÃO ESPECIAL PARA OS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

RIO, 29 (ULTIMA HORA) - O privilégio de "prisão especial" para os serventuários da Justiça acaba de ser reconhecido pelo Corregedor da Justiça, desembargador Henrique Fialho, ao concordar com o entendimento dado pelo juiz Alcino Pinto Falcão, da 24.^a Vara Criminal, a dispositivo da Lei 1.313, de novembro do ano passado, que inovou essa concessão aos funcionários da Polícia.

O titular da 24.^a Vara Criminal reconhecendo que militam a favor dos serventuários da Justiça razões análogas às apresentadas para conceder aos servidores do D.F.S.P. dirigiu-se ao Corregedor solicitando fosse, por analogia, estendida a medida ao chefe da Portaria do Foro, Herminio José Antunes, preso preventivamente, aguardando julgamento, no que o desembargador Henrique Fialho concordou, fixando de agora em diante essa norma para todos os funcionários da Justiça.

"Ultima Hora" de 29/3/58.

Notícias Várias

DIREITO E JUSTIÇA

O TRIBUNAL NÃO TOMOU CONHECIMENTO DO PEDIDO DE SEGURANÇA CONTRA A APLICAÇÃO DA LEI 4.342 FOI IMPETRADO O MANDADO POR SERVENTUÁRIOS DO INTERIOR

O Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar o Mandado de Segurança n.º 82.013, da Comarca de Ituverava, em sessão plenária, assim decidiu (Rel. Des. J. G. R. Alekmin); por maioria de votos: "Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato do Exmo. Sr. Governador do Estado, que promoveu ao cargo de serventuário do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Igarapava o escrevente habilitado desse cartório, Paulo Balieiro. Alega o impetrante que, vago o mencionado cartório, a Presidência do E. Tribunal de Justiça fez publicar, em 8 de fevereiro de 1956, edital de concurso de remoção, referindo-se erradamente, ao art. 26 da lei n.º 819 e esclarecendo que em tal concurso poderiam inscrever-se, unicamente, serventuários de ofício da mesma natureza ou com anexos do ofício em concurso, desde que pertencentes à mesma classe, de qualquer natureza, que eram bacharéis em direito em 18 de novembro de 1954 e que contassem mais de vinte anos de efetivo exercício. Escreventes habilitados, portanto, não poderiam inscrever-se no concurso, que era, apenas, de remoção. Deveria abrir-se, a seguir, mediante novo edital, concurso de provas e de títulos, no qual se inscreveriam escreventes habilitados que preenchessem os requisitos legais. Mas isso não foi feito. No concurso de remoção se inscreveu, indevidamente, um escrevente habilitado, que foi indicado para promoção: o escrevente Paulo Balieiro. Consequentemente, a nomeação deste escrevente se baseou em concurso irregular, ilegal. Feriu direito líquido e certo do impetrante e de todos aqueles que, na qualidade de escreventes habilitados, quisessem participar do concurso de provas e títulos.

Dai a impetração da segurança para que se anule a nomeação irregular. O pedido não merece conhecimento. O provimento das serventias de justiça se faz, comunicada a existência de vaga,

mediante concurso, perante o Poder Judiciário, cabendo ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura as atribuições de comissão examinadora, nos casos previstos no art. 26 da lei n.º 819. Feita a classificação dos candidatos, a lista de classificação se encaminha ao Chefe do Poder Executivo que, dentro de dez dias, proverá a vaga "por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso" (art. 35 da lei n.º 819). São, portanto, atos distintos, a classificação e a nomeação. Na espécie, o próprio impetrante sustenta que a ilegitimidade, no provimento do cartório de Igarapava, estaria na realização do concurso, em que se admitiu, irregularmente, a inscrição de um escrevente. Mas este ato não corre à conta do Exmo. Sr. Governador do Estado, que poder algum tem de aprovar ou alterar a decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, quanto à classificação dos candidatos. Portanto, se o impetrante entendia violadora de direito seu, líquido e certo, aquela classificação, contra o ato do Egrégio Conselho, dentro do prazo de cento e vinte dias e demonstrando a legitimidade de seu interesse, com a comprovação de reunir os requisitos exigidos por lei para inscrever-se em concurso de provas e títulos, é que devia pedir a medida. Dirigindo o pedido contra o Exmo. Sr. Governador do Estado, para impugnar o ato de nomeação com fundamento em ilegalidade na realização do concurso, é evidente que o impetrante reclama a segurança contra quem não tem qualidade para responder pela ilegalidade argüida. Caso é, assim, de se não tomar conhecimento do pedido, "Os casos em que o suplicante carece do "writ", não permitem a denegação no seu próprio significado; esta pressupõe o exame do mérito e desde que qualidade não tenha quem impetra uma segurança, nem a possui aquele a quem se dirige, não é a denegação que se impõe, e sim o não conhecimento, porquanto denegação implica em exame do mérito, e não há falar em mérito quando falta qualidade ao impetrante ou ao impetrado". (v. "Rev. de Direito", da Proc. Geral do D. Federal, vol. 3, pag. 339). Pelo exposto, Acordam em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça, por maioria do. votos, não tomar conhecimento do pedido".

OS CARTÓRIOS EXISTENTES EM TODO O PAÍS

RIO, 12 ("Estado" - Pelo telefone) - Somam pouco mais de doze mil os cartórios existentes no território nacional. Dados relativos a dezembro de 1955 e divulgados pelo "Anuário Estatístico" do IBGE, edição de 1957, indicam a existência de 12.258 cartórios, sendo 8.424 municipais e 3.834 distritais. Desse total, 6.378 eram de registro civil (2.489 exclusivos e 3.889 acumulando outros ofícios), dividindo-se os 5.880 restantes em escriturarias, tabelionatos e outras espécies.

Minas Gerais é o Estado que possui maior número de cartórios: 2.603 (em 1955), dos quais 1.193 de registro civil. Seguem-se a Bahia, com 1.637, São Paulo, com 1.615, e o Rio Grande do Sul, com 1.086. Goiás surge em quinto lugar, com 669, acima do Paraná, 591, Estado do Rio, 541, Pernambuco, e 525, o Ceará, 495. Mais de 200 possuem Santa Catarina (371), Paraíba (280), Espírito Santo (279), Pará (264) e Maranhão, (257).

Das capitais brasileiras é São Paulo a que detém a rede mais extensa: 169 cartórios em 1955. O Distrito Federal tinha, então, um pouco menos, 166, inclusive 10 sucursais. Vêm depois Salvador (72), Recife (55), Porto Alegre (44), Curitiba (43), Belo Horizonte (34), Belém (31) e Niterói (30).

No cômputo geral, as capitais abrangem menos de 8 por cento dos cartórios existentes no País (863 em 12-2-58) (IBGE).

"O Estado de S. Paulo", 13/4/58.

ESCREVENTES IMPETRAM SEGURANÇA CONTRA O GOVERNADOR

Vários escreventes de cartórios desta capital ingressaram ontem, por intermédio do advogado Omar Afonso de Almeida, com um pedido de segurança contra o ato do governador do Estado, que nomeou o Sr. Orlando Gulo, escrevente habilitado e oficial maior do 2.º Ofício de Notas e Anexos da comarca de Limeira, para o cargo de serventuário do mesmo cartório. O provimento se verificou com base no parágrafo único do art. 26, da lei 819, alterada pela lei n.º 4.342, de

1957.

Acentuam os impetrantes que a lei 4.342 estabeleceu forma inconstitucional de provimento de serventias. Sustentam que a Constituição de 47 aboliu a sucessão nos cartórios e ofícios de justiça. E como a Constituição previa, foi editada a lei 819, regulamentando o preceito constitucional. No art. 3.º, o diploma legal estabeleceu o sistema de concurso para provimento dos cargos. A lei 4.342 veio, porém, revogar esse sistema, contrariando o preceito constitucional. Por isso mesmo, a lei em apreço não tem validade.

Sustentam os impetrantes, ademais, que o projeto em que se transformou a lei 4.342, na época em que foi apresentado, somente o poderia ter sido mediante proposta do Judiciário. E isso porque importa em alteração da organização judiciária. Assim, houve, por meio do diploma, indevida interferência do Legislativo em esfera do Judiciário.

Lembram, ademais, os impetrantes que apropria Assembléia já tomou a iniciativa de revogar o diploma, por considerá-lo inconstitucional.

Os impetrantes afirmam estar inscritos em concurso para provimento da serventia a que se referem, sendo líquido e certo o seu direito a concorrer ao cargo. Daí o pedido de segurança, para que a nomeação seja invalidada.

"Folha da Noite" de 17/4/58.

PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo

(À margem) : Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda - SÃO PAULO

(Emblema de São Paulo) CÓPIA

SERVIÇO DE CONSULTAS

INTERESSADO: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (incluso, proc. 15258 em nome do Tabelião Vampré).

ASSUNTO: Custas. Incidência prevista no item 4, da Tabela D, do Livro X, do Código de Impostos e Taxas. Inclusão dos juros no valor dos contratos respectivos.

PARECER R-6, 82/58

É solicitado no processo a manifestação deste Departamento sobre a dúvida argüida pelo 14.º Tabelião desta Capital, onde se procura saber se, nos negócios a prazo e nos contratos de mútuo, devem ser incluídos os juros estipulados, no respectivo valor, para efeito da incidência - constante do item 4, da Tabela D, do Livro X, do Código de Impostos e Taxas.

Os órgãos técnicos desta Secretaria, examinando o assunto com sua peculiar atenção, unanimemente, opinaram pela inclusão desses juros nos respectivos contratos, o que já se vem fazendo, em consonância com a sábia orientação do Poder Judiciário.

A nosso ver, efetivamente, tais juros devem ser incorporados no valor dos respectivos contratos para o cálculo das custas e emolumentos a que alude o mencionado item 4, da Tabela B, tudo, aliás, data vênua, com os jurídicos fundamentos que apoiam o venerando pronunciamento do Exmo. Sr. Dr. Corregedor, a fls. 5 e 6 do Processo 15.358, em apenso.

É o nosso parecer, s.m.j.

R-6, em 31 de março de 1958.

(a) José Rocha Pinto

(a) Jorge de Camargo - Chefe.

AFIRMA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 4.342

O Tribunal de Justiça, pelo sua 4.^a Câmara Cível, proclamou a constitucionalidade da discutida lei 4.342, de 1957, que modificou o sistema de provimento dos cartórios oficializados. A manifestação aludida foi motivada por um pedido de segurança, formulado contra a nomeação do Sr. Orlando Gulo para o 2.^o ofício da comarca de Limeira. Embora se referisse o pedido exclusivamente à nomeação do aludido serventuário, na verdade estavam em jogo várias outras nomeações ultimamente feitas, inclusive algumas para cartórios desta capital, com base naquele diploma legal.

O pronunciamento da corte se baseou em voto proferido pelo des. Humberto Junqueira, que divergiu do relator do feito, des. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, que considerava a lei inconstitucional e conseqüentemente inválidas as nomeações feitas com base nela. O Sr. Humberto de Andrade Junqueira contestou todos os argumentos expedidos pelos impetrantes, para concluir pela constitucionalidade do diploma.

Afirmara-se, primeiramente, que a lei era inconstitucional, porque, ditando normas referentes à organização judiciária, em face do disposto no art. 124 da Constituição Federal, somente o Judiciário poderia, na época em que foi editada, tomar a iniciativa de modificação nela contida. O Sr. Humberto Junqueira acentuou, porém, que essa alegação era desprovida de amparo jurídico, pois a matéria regulada na lei não diz respeito à organização judiciária. A organização judiciária diz respeito à divisão judiciária do Estado em comarcas e distritos e aos cartórios lotados em cada comarca e cada distrito. Para que o Poder Judiciário funcione - se mantenha independente não há necessidade de que exerça controle sobre os próprios funcionários, no que se refere ao provimento dos cargos e à promoção dos servidores. A lei 4.342 refere-se à forma de preenchimento de cargos no funcionalismo, matéria que nada tem que ver com organização judiciária.

A lei, por outro lado, não fere o disposto no art. 186 da Constituição Federal, que prevê a realização de concurso para a primeira investidura em cargo de carreira. O escrevente de cartório - salientou ainda o Sr. Humberto de Andrade Junqueira - já é funcionário público, conforme a Justiça o tem proclamado, em várias oportunidades. Assim, quando ele disputa uma serventia, e é nomeado, essa nomeação não ocorre pela primeira vez, não se trata de primeira investidura na carreira.

Poderia porém - é essa a indagação que se faz, a essa altura - passar o escrevente a serventuário, independentemente de concurso? Para responder a essa questão, o Sr. Humberto Junqueira examinou o alcance do art. 9.^o, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A norma em apreço, conforme acentuou, tem caráter transitório e portanto a sua vigência se exaure com o cumprimento do que nele vem disposto. No momento em que a Assembléia regulou em definitivo o provimento das serventias, bem como a matéria de promoção e aposentadoria dos servidores da justiça, o que fez mediante a lei 819, nesse momento o art. 9.^o teve a sua vigência encerrada. Passou a vigorar, de então em diante, a legislação editada, e esta instituiu a carreira. Dispositivo algum, de natureza constitucional, existe, determinando que as serventias da justiça sejam providas tão somente mediante concursos de títulos e provas. Assim já entendeu o próprio Supremo Tribunal Federal, que acentuou que a vigência do art. 9.^o ficara vinculada à promulgação de lei ordinária a respeito da matéria. Demais, a própria redação do dispositivo não deixa margem a dúvida, quanto à exatidão do entendimento indicado.

Salientou, ademais, o magistrado, que o que o dispositivo proibiu foi a nomeação sem concurso, fato que era comum ao período que se estendeu até 1947. Outra, bem diferente, é porém a situação do escrevente. Ele ingressa na carreira mediante concurso. No caso, não se cogita de ingresso, mas sim de promoção, e para promoção, em caso algum, se exige concurso. Mesmo que se admitisse que o art. 9.^o ainda continua a operar efeitos, ainda assim não seria possível vislumbrar colidência entre ele e a lei 4.342. Aquele exige o concurso para ingresso na carreira; esta instituiu um sistema para avaliação de pontos, para efeito de promoção. São coisas

inteiramente diferentes, portanto.

Desde que não havia preceito constitucional a impedir a instituição de semelhante sistema, nada obstava que o legislador ordinário estabelecesse normas como as que se contêm na lei 4.342.

O Sr. Humberto de Andrade, Junqueira, por último, acentuou que, não obstante a lei questionada contenha defeitos, é fora de dúvida que também contém grandes vantagens. O que ela fez foi estabelecer um sistema de preferência, tendo em vista a capacidade pessoal, a experiência, o tirocínio para o exercício da função. Correspondeu, assim, a um legítimo interesse da coletividade, para a qual o funcionamento eficiente das serventias de justiça é da maior relevância.

Manifestaram-se inteiramente de acordo com as razões acima registradas os des. Sousa Nogueira e Pedro Chaves, ficando vencido o relator, des. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, que entendia que a lei 4.342 colidia com a norma do art. 9.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e conseqüentemente era inconstitucional.

A segurança foi assim denegada, proclamando o Tribunal a validade do diploma e também das nomeações feitas com base nele.

"Folha da Manhã" 6-9-58

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
ARMANDO COSTA MAGALHÃES	
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO	
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAES FILHO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
MARIO IGNACIO -	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
JOSÉ VASCONCELOS -	Capital
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -	Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLÉGIO NOTARIAL DE S. PAULO.	3
IV CONGRESSO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO	3
DISCURSO DO DR. FERNANDO TAVARES DE CARVALHO	7
DISCURSO PRONUNCIADO POR S. EXA. O SR. DR. NEREU RAMOS, DD. MINISTRO DE ESTADO DE JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR, NA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO IV CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO, EM 22 DE AGOSTO DE 1956	14
RESOLUÇÕES	15
TEMÁRIO DO V CONGRESSO EM ROMA - 1958.	18
LEIS E DECRETOS	19
LEI N.º 4.571, DE 3 DE JANEIRO DE 1958	19
LEI N. 4.595, DE 3 DE JANEIRO DE 1958	21
LEI N. 4.633, DE 14 DE JANEIRO DE 1958	21
LEI N. 4.639, DE 14 DE JANEIRO DE 1958	22
LEI N. 4.649, DE 16 DE JANEIRO DE 1958	23
DECRETO N. 30.894, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1958	24
PROVIMENTOS	25
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	25
PRESIDÊNCIA	26
PROVIMENTO N. LV	26
JULGAMENTOS	26
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	27
RECONHECIMENTO DE FIRMA	28
JURISPRUDÊNCIA	30
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30
PRISÃO ESPECIAL PARA OS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	30
NOTÍCIAS VÁRIAS	31
DIREITO E JUSTIÇA	31
O TRIBUNAL NÃO TOMOU CONHECIMENTO DO PEDIDO DE SEGURANÇA CONTRA A APLICAÇÃO DA LEI 4.342	31
OS CARTÓRIOS EXISTENTES EM TODO O PAÍS	32
ESCREVENTES IMPETRAM SEGURANÇA CONTRA O GOVERNADOR	32
PODER JUDICIÁRIO	33
SERVIÇO DE CONSULTAS	33
AFIRMA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 4.342	33
DIRETORIA	35
CONSELHO FISCAL	35
SUPLENTE	36
ÍNDICE	36

REGIMENTO DE CUSTAS
LEI N. 4.831, DE 28 DE AGOSTO DE 1958

Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos Judiciais e extrajudiciais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As custas e emolumentos pela expedição e preparo dos feitos judiciais, como pelos atos notariais e extrajudiciais, serão cobrados de acordo com este Regimento e Tabelas anexas.

Parágrafo único - Continua em vigor a legislação que dispõe sobre isenção, redução, pagamento a final e fiscalização da cobrança de custas e emolumentos.

Artigo 2.º - As custas judiciais serão exigíveis no tempo e pelo modo determinados nas Tabelas respectivas. Quando não houver prazo estabelecido para o seu pagamento, serão exigíveis logo depois de concluído o ato.

Parágrafo único - Nos casos em que o pagamento se fizer em prestações e o feito for abandonado pelas partes ou paralisado mais de noventa dias, o autor será responsável pela prestação correspondente à fase em que se verificar o abandono.

Artigo 3.º - Os emolumentos relativos aos atos notariais e extrajudiciais serão exigíveis logo que concluídos.

Artigo 4.º - O pagamento das custas judiciais independe de conta nos autos.

§ 1.º - A conta de custas será feita, na ação, após a sentença, e na execução, para liquidação da responsabilidade do vencido.

§ 2.º - Na conta de custas serão incluídas também as despesas de condução, de publicação de editais e avisos, de documentos, o selo das petições e folhas e quaisquer outras despesas processuais.

Artigo 5.º - As despesas de condução dos oficiais de justiça, dos peritos, dos oficiais de protestos e de registro de títulos e documentos e outros serventuários e auxiliares, quando devidas, serão tabeladas anualmente pela autoridade judiciária da comarca, do Interior, e pelo Corregedor Geral da Justiça, na Capital, tendo em vista o custo médio do transporte adequado à prática do ato e à distância a ser percorrida.

§ 1.º - Da fixação das despesas de condução, nas comarcas do Interior poderão as partes, serventuários e auxiliares da Justiça reclamar, no prazo de dez dias, ao Corregedor Geral da Justiça, que decidirá em definitivo.

§ 2.º - Nas comarcas do Interior onde houver mais de uma vara, a atribuição prevista neste artigo compete ao juiz diretor do fórum.

Artigo 6.º - Para os atos que se houverem de praticar fora do auditório ou cartório, a parte que tiver requerido ou promovido a diligência fornecerá condução aos juizes, serventuários e auxiliares da Justiça.

§ 1.º - Quando não for fornecida condução, será cobrada a respectiva despesa, juntando-se aos autos o recibo correspondente.

§ 2.º - Se a diligência se realizar fora do município e se prolongar por mais de um dia, os serventuários e auxiliares terão, também, direito às despesas de estada, que consistirão numa diária estimada segundo o custo de vida nos locais a que se refira, nas bases fixadas, de dois em dois anos, pelo Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 7.º - Nas certidões, alvarás, ofícios, cartas de sentença e outras peças extraídas de autos, livros ou documentos, em que as custas e emolumentos são cobrados por folha ou página, a primeira folha deverá ter no mínimo cinquenta e cinco linhas e as páginas seguintes trinta e três linhas.

§ 1.º - As linhas datilografadas deverão conter cinquenta letras e as manuscritas quarenta, no mínimo.

§ 2.º - Serão devidos custas e emolumentos pela primeira folha e última página, ainda que tenham sido utilizados somente em parte.

Artigo 8.º - Sob pena de desobediência e multa os serventuários e oficiais de justiça cotarão as custas e emolumentos a que tiverem direito, inclusive os pertencentes ao Estado, à margem das certidões, traslados, cartas de, sentença, formais, precatórias e quaisquer peças que fornecerem às partes ou interessados.

Parágrafo único - Os oficiais de justiça cotarão também as despesas de condução e outras indispensáveis ao cumprimento do mandado, cujas despesas serão glosadas se inúteis ou excessivas; quando glosadas, o oficial as restituirá à parte que as houver pago, no prazo de três dias, sob pena de suspensão.

Artigo 9.º - Independente da cota a que se refira o artigo anterior, os serventuários e auxiliares da Justiça darão recibo às partes, discriminando as parcelas correspondentes às importâncias recebidas para pagamento e custas, emolumentos e despesas.

Parágrafo único - Além do recibo fornecido, os serventuários certificarão nos autos o pagamento das custas judiciais, mencionando quem o efetuou.

Artigo 10 - Sempre que algum interessado o exigir, far-se-á depósito prévio, em mãos do escrivão, da importância necessária para garantia das despesas de qualquer diligência, conforme arbitrar o juiz do feito.

Artigo 11 - Os serventuários poderão exigir depósito prévio de metade das custas e emolumentos relativos às cartas ,de sentença, formais de partilha, traslados, certidões, públicas-formas e outras peças avulsas que lhe forem solicitadas, fornecendo aos interessados o respectivo recibo.

Artigo 12 - Os atos previstos em lei ou decorrentes dos ,estilos do foro, não taxados nas tabelas anexas, considerar-se-ão gratuitos.

Parágrafo único - Não constitui obrigação dos tabeliães e escrivães efetuar o recolhimento de tributos relativos a atos que praticarem, nem diligenciar registros ou extração de certidões fora dos respectivos cartórios.

Artigo 13 - As dúvidas suscitadas sobre a aplicação das Tabelas que acompanham esta lei serão resolvidas pelo juiz corregedor.

Artigo 14 - A parte que não se conformar com a fixação de salários de peritos, pelo juiz do feito, poderá reclamar desde logo ao Conselho Superior de Magistratura. A reclamação, sem efeito suspensivo do feito, será processada e decidida como a correição parcial de que trata o art. 25 do Decreto-lei n. 14.234, de 16 de outubro de 1944. A falta de reclamação não obsta à revisão do arbitramento pela instância superior quando apreciar qualquer recurso ou "ex-offício".

Parágrafo único - Não será exigível o pagamento enquanto pendente reclamação ou recurso contra fixação de salários.

Artigo 15 - Contra a cobrança de custas, emolumentos e despesas indevidos poderá o

interessado reclamar por petição ao juiz corregedor.

§ 1.º - Ouvido o serventuário no prazo de quarenta e oito horas, o juiz, em igual prazo proferirá decisão.

§ 2.º - Da decisão do juiz cabe recurso, no prazo de cinco dias, ao Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 16 - Sem prejuízo de outras penalidades disciplinares previstas em lei, os serventuários e auxiliares da Justiça que receberem custas e emolumentos indevidos ou excessivos, ou infringirem as disposições desta lei e das Tabelas anexas, serão punidos com multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), imposta "ex-offício" ou a requerimento de qualquer interessado pelo juiz do feito ou pelo corregedor permanente, além da obrigação de restituir em triplo a importância cobrada em excesso ou indevidamente.

Parágrafo único - A multa constituirá renda do Estado, devendo o seu pagamento, bem como a restituição prevista neste artigo, ser efetuado no prazo de cinco dias, pelo serventuário ou auxiliar da Justiça sob pena de suspensão do exercício de suas funções.

Artigo 17 - Os juizes corregedores fiscalizarão o cumprimento das disposições desta lei, e das Tabelas anexas, pelos serventuários e auxiliares da Justiça, aplicando aos infratores, ex-offício as penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Sem prejuízo da fiscalização prevista neste artigo, continuam em vigor as disposições relativas à competência da Fazenda Estadual para assegurar o recolhimento das importâncias que constituem renda do Estado, bem como o regime de obrigações e responsabilidades dos serventuários, auxiliares de justiça, funcionários públicos e das demais pessoas que tomem parte na prática de qualquer ato sujeito à tributação.

Artigo 18 - A forma de arrecadação das custas e emolumentos que constituem renda do Estado e dos pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo será estabelecida em decreto do Poder Executivo.

Artigo 19 - As custas e emolumentos remuneratórios dos atos praticados nos cartórios oficializados e nos Tribunais de Justiça e de Alçada constituem integralmente renda do Estado, além do previsto na Tabela "O".

Artigo 20 - Serão subvencionados os cartórios do registro civil que não realizarem, num semestre, pelo menos seis casamentos e cem assentos de nascimento ou óbito. A subvenção consistirá no pagamento, pelo Estado, da importância taxada na Tabela "N" para cada casamento ou assento efetivamente realizado no semestre.

Parágrafo único - O pagamento será feito mediante atestado do juiz corregedor do cartório, instruído com a relação dos atos praticados, mencionando data e número do assento e nomes das partes.

Artigo 21 - Para atender à despesa decorrente do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, um crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), com vigência até 31 de dezembro de 1958.

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do saldo disponível apurado no Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1956.

Artigo 22 __ Considera-se já incluído nas importâncias que constituem renda do Estado, estabelecidas na Tabela "O", o adicional instituído pelo art. 1.º da Lei n. 2.412, de 15 de dezembro de 1953, e elevado para 13,75% (treze e setenta e cinco centésimos por cento), pelo art. 3.º, da Lei n. 3.329, de 30 de dezembro de 1955.

Artigo 23 - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta lei, os serventuários afixarão em cartório, em lugar bem visível e franqueado ao público, a respectiva tabela de custas e emolumentos.

Artigo 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único: - O presente Regimento será aplicado desde logo aos feitos judiciais em andamento, ainda não sentenciados na primeira instância, como também às execuções de sentença não encerradas. As quantias porventura pagas ou adiantadas em tais feitos, a título de custas e emolumentos, inclusive do Estado, serão imputadas na aplicação das Tabelas deste Regimento.

Artigo 25 - Revogam-se as disposições em contrário.

TABELA A

Dos Escrivães

I - Ações ordinárias, divisórias, demarcatórias, processos de acidente do trabalho, embargos de terceiro, executivos e outros processos que, contestados, tomam o rito ordinário as custas serão calculadas sobre o valor da causa:

a) valor até Cr\$ 20.000,00	4%;
b) pelo que exceder de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 50.000,00, mais	3%;
c) pelo que exceder de Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00, mais	1%;
d) pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 200.000,00 mais	0,5%;
e) pelo que exceder de Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00, mais	0,2%;
f) pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000,00 - mais	0,1%.

Emolumento mínimo Cr\$ 400,00

Emolumento máximo Cr\$ 15.000,00

Notas:

1.^a - nos processos de acidente do trabalho quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária, as custas serão calculadas na base de 1,5% sobre o valor total da indenização paga em dinheiro pelo empregador.

2.^a - Nós executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, as custas serão cobradas da forma seguinte:

- a) valor até Cr\$ 100,00 - Cr\$ 40,00;
- b) valor superior a Cr\$ 100,00 até Cr\$ 300,00 - Cr\$ 70,00;
- c) Valor superior a Cr\$ 300,00 até Cr\$ 500,00 - Cr\$ 100,00;
- d) valor superior a Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00 - Cr\$ 150,00;
- e) valor superior a Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00 - Cr\$ 200,00;
- f) valor superior a Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 10.000,00 - Cr\$ 300,00;
- g) valor superior a Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 20.000,00 - Cr\$ 400,00;
- h) valor superior a Cr\$ 20.000,00 - as custas previstas na alínea anterior e mais Cr\$ 5,00 em cada Cr\$ 1.000,00 ou fração que acrescer, sendo o emolumento máximo de Cr\$ 1.000,00.

II - Ações e processos especiais em que haja instrução sumária, tais como venda de imóveis a prestações, venda de quinhão em coisa comum, remoção de tutor ou curador, curatela dos incapazes, dissolução e liquidação de sociedade, arbitramento de aluguel - a metade do taxado no item anterior, sendo o mínimo de Cr\$ 400,00 e o máximo de Cr\$ 6.000,00.

III - Ações e processos especiais não incluídos em qualquer outro item - a terça parte do taxado no item 1, sendo o mínimo de Cr\$ 400,00 e o máximo de Cr\$ 4.000,00.

VI - Retificações e averbações do registro civil, processos acessórios, preventivos e incidentes, a quarta parte do taxado no item 1, sendo o mínimo de Cr\$ 400,00 e o máximo de Cr\$ 3.000,00;

V - Despejos.

- a) quando contestados, tomarem o rito ordinário - o mesmo taxado no item I;
- b) quando julgados sem contestação - a metade do taxado no item I;
- e) quando houver purgação da mora - a terça parte do taxado no item I.

Em qualquer dos casos, o mínimo será de Cr\$ 400,00.

VI - Mandados de segurança:

- a) sem valor determinado ou inestimável - Cr\$ 1.000,00;
 - b) com valor determinado - a metade do taxado no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 1.000,00;
- VII - Inventários, arrolamentos, arrecadação de herança jacente e bens de ausente ou vagos - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mor ou dos bens arrecadados:**
- a) - valor até Cr\$ 100.000,00 - 1%;
 - b) - pelo que exceder de Cr\$ 100. 000,00 até Cr\$ 200.000,00, mais 0,5%;
 - c) - pelo que exceder de Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 500.000,00, mais 0,4%;
 - d) - pelo que exceder de Cr\$ 500. 000,00 até Cr\$ 1.000.000,00, mais 0,3%;
 - e) - pelo que exceder de Cr\$ 1. 000. 000,00 até Cr\$ 5.000.000,00, mais 0,1%;
 - f) - pelo que exceder de Cr\$ 5.000.000,00, mais 0,05%; sendo o mínimo de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 15.000,00.

NOTAS:

1.^a - Nas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e pagamentos do imposto de transmissão de propriedade "causa mortis", as custas serão calculadas sobre o valor dos bens e cobradas pela metade do taxado neste item, observado, porém, o mínimo.

2.^a - Se o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, as custas serão cobradas pela metade observando, porém, o mínimo.

3.^a - Nos inventários negativos as custas serão cobradas pelo mínimo.

VIII - Desquites:

- a) amigável Cr\$ 600,00.
- b) litigioso Cr\$ 1.500,00.

Nota:

Havendo partilha de bens, mais a metade das custas dos inventários, calculadas sobre o valor dos bens.

IX - Falências e concordatas preventivas - as custas serão calculadas sobre o valor do ativo apurado e cobradas de acordo com o previsto no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 2.000,00 e o máximo de Cr\$ 15.000,00.

1 - Processos de habilitação retardatária de crédito e de restituição de mercadorias em falência ou concordata as custas serão calculadas da forma seguinte:

- a) valor do crédito ou das mercadorias até Cr\$ 20. 000,00 - Cr\$ 300,00;
- b) valor superior a Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 400,00;
- c) valor superior a Cr\$ 50.000,00 - Cr\$ 500,00.

2 - Processos de impugnação de crédito em falência ou concordata - Cr\$ 350,00.

3 - Processos de extinção de obrigações - as custas serão calculadas na base de 1% sobre, o valor dos credits reconhecidos, sendo o mínimo de Cr\$ 500,00 e o máximo de Cr\$ 5. 000,00.

X - Protestos, interpelações e notificações sem valor declarado - Cr\$ 300,00.

XI - Processo de registro de testamento - Cr\$ 300,00.

XII - Processo de naturalização - Cr\$ 300,00.

XIII Execuições de sentenças:

a) nas execuções de sentenças ilíquidas, as custas serão cobradas na base de dois terços das custas da ação;

b) nos demais casos, na base de um terço das custas da ação.

Nota:

Nas execuções contra a Fazenda Pública, as custas fixadas neste item remuneram inclusive o ofício requisitório e o traslado das peças que o acompanharem.

XIV - Precatórias, rogatórias e cartas de ordem recebidas pelo escrivão para cumprimento, salvo as previstas na nota 1.^a do item V:

a) para fins de citação, intimação ou notificação Cr\$ 200,00;

b) para outros fins - Cr\$ 500,00.

XV - Exceções processadas em autos apartados - Cr\$ 300,00.

XVI - Recurso de terceiro prejudicado - Cr\$ 200,00.

XVII - Agravo de instrumento, além das custas dos; traslados Cr\$ 100,00.

XVIII - Processamento de alvarás, mandados e ofícios, em feitos findos - Cr\$ 100,00.

XIX - Desentranhamento de documentos:

a) sem traslado:
um documento - Cr\$ 20,00

por documento que acrescer - Cr\$ 5,00

b) com traslado; o taxado na alínea anterior e mais as custas dos traslados.

XX - Certidões extraídas de autos, livros ou documentos, em breve relatório ou "verbo ad verbum":

pela primeira folha - Cr\$ 60,00

pela página que acrescer - Cr\$ 30,00.

XXI - Traslados de documentos ou de peças de processos: por página - Cr\$ 30,00. .

XXII - Auto de arrematação ou adjudicação - as custas, serão calculadas sobre o valor da arrematação, ou adjudicação, na base de 1%

Emolumento mínimo - Cr\$ 200,00

Emolumento máximo - Cr\$ 2.000,00.

XXIII - Processos criminais - as custas serão cobradas, de acordo com o número de folhas do processo por folha.

Cr\$ 5,00

Emolumento mínimo - Cr\$ 400,00

Emolumento máximo - Cr\$ 4.000,00.

Nota:

Não serão computadas as folhas correspondentes ao inquérito policial e ao processo nas instâncias superiores e nem as de simples juntada.

XXIV - Habeas-corpus e incidentes nos processos criminais em autos apartados - o mesmo taxado no item XXIII.

XXV - Resposta em folha corrida:

De cada pessoa nela designada, sem direito a quaisquer outras custas - Cr\$ 30,00.

Nota:

Na Capital será cobrado o emolumento fixo de Cr\$ 300,00 compreendendo todos os cartórios criminais, o qual será recolhido antecipadamente pelo interessado, na exatoria competente.

Notas Genéricas:

1.^ª - As custas desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo processo, inclusive mandados e precatórias de citação, intimação e notificação, editais para citação inicial, e, nos mandados de segurança, o ofício requisitando informações à autoridade coatora; são excluídos, porém, as precatórias para prova e execução, alvarás, ofícios, cartas de sentença; formais de partilha, editais que não sejam para citação inicial, e outras peças extraídas dos autos, que serão pagos à razão de Cr\$ 60,00 a primeira folha e de Cr\$ 30,00 as páginas seguintes.

2.^ª - As custas fixadas as ações ou processos não compreendem a execução da sentença e serão pagas em duas prestações iguais, salvo nos feitos referidos nos itens VI, VII, IX, X, XI, XII e XIV.

A primeira prestação corresponde aos atos e termos iniciais do processo e é exigível em, seguida à expedição do mandado ou edital de citação.

A segunda corresponde à fase probatória e decisória e é exigível, nos processos contenciosos, depois da sentença e antes da interposição do recurso ou da execução, e, nos demais processos, antes da sentença, ou de despacho que lhes ponha termo.

As custas da execução também serão pagas em duas prestações: a primeira após a expedição do mandado ou edital de citação e a segunda depois da sentença que julgar a defesa do executado.

3.^ª - Nos inventários e arrolamentos, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará as custas mínimas, completando o pagamento depois do cálculo do imposto, de transmissão de propriedade "causa mortis".

4.^ª - Na arrecadação de herança jacente, de bens vagos e de ausente, o pagamento das custas será feito em seguida à apuração do respectivo valor.

5.^ª - Nas falências e concordatas preventivas, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará Cr\$ 1.000,00. Após a apresentação do relatório do síndico ou do comissário será paga outra parcela de Cr\$ 1.000,00 e o restante completado nas falências, antes do pagamento dos credores, e, nas concordatas, no prazo que a lei de Falências determinar.

Nos processos de habilitação retardatória e de impugnação de crédito e de restituição de mercadorias, as custas serão pagas de uma só vez, no início e, nos processos de extinção de obrigações, em duas prestações, de acordo com o disposto na nota 2.^ª.

6.^ª - Nos processos referidos nos itens VI, X, XI, XII e XIV, as custas serão pagas de uma só vez, em seguida ao despacho de petição inicial, da precatória, rogatória ou carta de ordem.

7.^ª - Havendo reconvenção, as custas serão majoradas de um terço. O pagamento desta majoração será feito pelo reconvinte, pelo modo determinado para o pagamento das custas da ação, mas a responsabilidade dos litigantes será fixada no julgado.

8.^ª - No caso de nova distribuição do feito, por incompetência do juízo, caberá ao cartório que o processou a parcela de custas já exigível.

9.^ª - O abandono ou desistência do feito, ou transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não exonera da obrigação de pagar as custas já exigíveis nem dá direito à restituição.

10.^ª - Quando os autos do processo excederem de 500 folhas, as custas serão majoradas de um quinto.

11.^ª - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, será feito o reajustamento das custas com 'base no valor a final apurado ou resultante de condenação

definitiva.

12.^a - Nos atos requisitados por telegrama, radiograma ou telefone, o escrivão terá direito, também, à importância correspondente às despesas a serem efetuadas.

13.^a - Nos processos criminais intentados mediante queixa, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará as custas mínimas, sendo o restante completado a final. Não sendo o processo iniciado mediante queixa, as custas serão pagas a final.

TABELA B

Dos Distribuidores

I - Distribuição de qualquer espécie, inclusive lançamento de nome dos interessados nos livros índices 50,00

II - Anotação de cancelamento ou retificação de distribuição, ordenada pelo juiz 10,00

III - Certidão de distribuição

a) período até 5 anos:

Uma pessoa 50,00

Por pessoa que acrescer na mesma certidão 15,00

b) período superior a 5 até 10 anos:

Uma pessoa 80,00

Por pessoa que acrescer na mesma certidão 30,00

c) período superior a 10 até 20 anos:

Uma pessoa 100,00

Por pessoa que acrescer na mesma certidão 60,00

d) período superior a 20 anos:

Uma pessoa 150,00

Por pessoa que acrescer na mesma certidão 100,00

Notas:

1.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, as custas serão calculadas pela média de todos os períodos.

2.^a - As custas previstas neste item correspondem à primeira folha das certidões, sendo pelas páginas seguintes cobrado o taxado para os escrivães.

3.^a - Pela informação verbal, quando o interessado dispensar a certidão, cobrar-se-á terça parte do taxado neste item.

4.^a - Não se tratando de distribuição, as custas de certidões serão cobradas de acordo com o taxado para os escrivães.

TABELA C

Dos Contadores

Cr\$

I - Conta de custas, em qualquer processo:

a) causas de valor até Cr\$ 50.000,00 e de valor inestimável 30,00

b) de valor superior a Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00 50,00

c) de valor superior a Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00 100,00
d) acima de Cr\$ 1.000.000,00 mais Cr\$ 10,00 em cada Cr\$ 100.000,00 ou fração. Emolumento máximo

500,00

II - Conta de liquidação, inclusive juros e rateio - as custas serão calculadas sobre o valor total da liquidação:

Cr\$

por mil cruzeiros ou fração 2,00

emolumento mínimo 50,00

Emolumento máximo 1.000,00

III - Cálculo de imposto sobre transmissão de propriedade "inter-vivos" ou "causa mortis" em qualquer processo, e de liquidação em arrolamentos e inventários, sejam quantas forem as sucessões, inclusive todos os cálculos necessários à formação do ativo e passivo - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mór:

por mil cruzeiros ou fração:

Cr\$

a) até o valor de Cr\$ 400.000,00 3,00

b) pelo que exceder de Cr\$ 400.000,00 1,00

Emolumento mínimo 80,00

Emolumento máximo 3.000,00

IV - Emenda ou reforma de cálculo, ou quando o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, metade das custas do item anterior, salvo se a emenda ou reforma resulta do erro ou culpa do contador, caso em que nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de créditos e contas em falências, concordatas, concursos creditários, prestações de contas em geral - as custas serão calculadas sobre o valor total dos créditos:

Cr\$

por mil cruzeiros ou fração 1,00

Emolumento mínimo 50,00

Emolumento máximo 500,00

VI - Redução de cada papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de estabelecimentos bancários ou de crédito e de moeda estrangeira à moeda nacional e vice-versa 30,00

VII - Certidões - o mesmo taxado para os escrivães.

TABELA D

Dos Partidores

1 - Esboço de partilha ou sobre partilha - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mór:

por mil cruzeiros ou fração:

Cr\$

a) até o valor de Cr\$ 400.000,00 3,00

b) pelo que exceder de Cr\$ 400.000,00 1,00

Emolumento mínimo 80,00

Emolumento máximo 3.000,00

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobre partilha - a metade das custas do item anterior, salvo se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, caso em que nada receberá.

III - Se o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, a metade das custas do item 1.

IV - Certidões - o mesmo taxado para os escrivães.

TABELA E

Dos Depositários

I - Títulos de qualquer natureza, compreendendo apólices da dívida pública, ações de companhias, letras hipotecárias, debêntures e outras obrigações as custas serão cobradas sobre, o valor verificado na arrematação ou adjudicação, na base de
0,5%

Notas:

Não havendo arrematação e nem adjudicação, o cálculo se fará pela cotação do dia da entrada do depósito, e não existindo cotação, pelo valor nominal do título.

II - Móveis, artigos de comércio e quaisquer objetos corruptíveis - as custas serão cobradas sobre o valor apurado em arrematação ou adjudicação ou determinado por avaliação na base de
2%

III - Dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas - as custas serão cobradas sobre o valor ao tempo em que foi feito o depósito ou o apurado por avaliação, arrematação ou adjudicação, na base de
1%

IV - Imóveis urbanos ou rurais - as custas serão cobradas sobre, o valor apurado em arrematação ou adjudicação, ou determinado por avaliação, na base
de
1%

V - Certidões - o mesmo taxado para os escrivães.

Notas:

1.^a - Sobre o rendimento bruto produzido pelos imóveis além das custas devidas, mais
5%

2.^a Nos executivos fiscais, quando houver depósito efetivo, mesmo de imóveis urbanos ou rurais, as custas serão cobradas sobre o valor da dívida fiscal:

Cr\$

a) nos de valor até Cr\$ 100,00
20,00

b) nos de valor superior a Cr\$ 100,00 até Cr\$ 1.000,00 sobre o excesso, mais
7%

c) de valor superior a Cr\$ 1.000,00 até Cr\$2.000,00 sobre a excesso, mais
5%

d) de valor superior a Cr\$ 2.000,00 sobre o excesso, mais
2%

e) quando o objeto do depósito for imóvel que exija administração do depositário, embora sem rendimento, o triplo das custas; se der rendimento, além das custas previstas, sobre a renda líquida, mais
5%

3.^a - Quando sobre o mesmo objeto depositado recaírem várias penhoras, perceberá o depositário, além das custas referentes à primeira, mais a metade das que competirem pelas demais.

4.^a - As custas que competem ao depositário não excluem a indenização das despesas justificadas e comprovadas com a guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

5.^a - Para ocorrer às despesas com os serviços de expediente, guarda, fiscalização e movimentação dos depósitos em dinheiro, perceberá o depositário, dos depósitos já existentes e dos que vierem a ser feitos, por ano ou fração, desde a data da sua entrada, dois milésimos do seu valor.

6.^a - Nos casos em que for obrigatório o recolhimento do objeto depositado a estabelecimento de crédito, o depositário perceberá a terça parte das custas taxadas.

7.^a - As custas do depositário são exigíveis no ato do levantamento da penhora. Quando o valor do objeto depositado não estiver determinado nos autos, nem seja possível determiná-lo pelos

modos acima indicados, as custas serão calculadas sobre o valor da dívida a que se refira a penhora, com a redução de 50%.

8.ª - Não será cumprido mandado de levantamento de penhora e depósito sem que tenham sido pagas ao depositário as custas a que tiver direito, bem como as despesas feitas com os bens depositados.

TABELA F

Dos Oficiais de Justiça

I - Citação, notificação ou intimação de uma pessoa:

	Cr\$	
a) no perímetro urbano ou suburbano		100,00
b) no perímetro rural		120,00
Por pessoa que acrescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto, mais		15,00

Notas:

1.ª - Se a citação, intimação ou notificação for com hora certa, as custas serão acrescidas de 50%.

2.ª - Nas causas de valor superior a Cr\$ 500.000,00, as custas serão acrescidas de 50%.

II - Auto de penhora, sequestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares:

	Cr\$	
a) no perímetro urbano ou suburbano		250,00
h) no perímetro rural		300,00

Notas:

1.ª - O Oficial nada perceberá pela intimação da penhora ou de outro auto que dê lugar a embargos ou defesa.

2.ª - Nas causas de valor superior a Cr\$ 500.000,00, as custas serão acrescidas de 50%.

3.ª - Quando o ato, por determinação legal, deva ser praticado por dois oficiais, cada um dos signatários do auto terá direito às custas taxadas neste item.

III - as custas referentes à prática do ato não compreendem as despesas com a condução do oficial. O interessado poderá fornecer condução, não tendo o oficial, no caso, direito a qualquer importância a esse título.

TABELA G

Dos Peritos

I - Os salários dos peritos, salvo o disposto no item VII, serão fixados pelo juiz do feito, até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do, trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.

II - Avaliação de ações de companhias, debêntures e títulos semelhantes e aluguéis ou rendas: por mil cruzeiros ou fração até

Emolumento máximo

III - Avaliação de imóveis e outros bens:

a) valor até Cr\$ 100.000,00 até	1,5 %
b) pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00 até o valor de Cr\$ 200.000,00 até	1%
c) pelo que exceder de Cr\$ 200.000,00 até o valor de Cr\$ 1.000.000,00 até	0,5%
d) pelo que exceder de Cr\$ 1. 000. 000,00 até	0,1%

Emolumento máximo 15.000,00
Notas: Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados. Excedendo de cinco o número desses bens, as porcentagens estabelecidas poderão ser aumentadas até o dobro, bem como o emolumento máximo.

IV - Arbitramento: o mesmo taxado no item anterior.

V - Exames, vistorias e outras perícias, de qualquer, natureza - até o máximo de Cr\$ 25.000,00.

Notas:

1.^a - Nos feitos de valor até Cr\$ 100.000,00, o salário do perito não poderá exceder de 5% do valor da causa.

2.^a - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes comporte, o juiz poderá fixar os salários do perito até o dobro do previsto neste Item.

VI - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à condução, se os interessados não a fornecerem.

VII - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código de Processo Civil.

TABELA H

Dos Porteiros

Cr\$	
I - Do pregão em audiência, qualquer que seja o número de apregoados	
20,00	
II- Da afixação do editais de qualquer natureza a respectiva certidão	50,00
III - De intimação, ou notificação que realizarem, inclusive a certidão	50,00
IV - De arrematação de bens em hasta pública sobre o valor por que forem os bens arrematados, vendidos ou arrendados:	
a) até Cr\$ 20.000,00	
1%	
b) sobre o que exceder de Cr\$ 20. 000,00 até Cr\$ 200. 000,00, mais	0,75%
c) sobre o que exceder de Cr\$ 200.000,00, mais	
0,25%	
Sendo o máximo - Cr\$ 5.000,00	
Nota: Havendo remissão ou adjudicação os emolumentos serão devidos pela metade.	

TABELA I

Dos Tribunais de Justiça e de Alçada

Cr\$	
I - Agravo de instrumento	250,00
II - Agravo de petição e apelação (inclusive apelação ex-offício" em desquite amigável):,	
a) até o valor de Cr\$ 30.000,00	300,00
b) de valor superior a Cr\$ 30. 000,00 até Cr\$ 60. 000,00	400,00
c) de valor superior a Cr\$ 60. 000,00 até 500,00	
d) de valor superior a Cr\$ 100.000,00 até 600,00	
Cr\$ 100. 000,00	
Cr\$ 500. 000,00	

e) de valor superior a Cr\$ 500. 000,00 até Cr\$ 1. 000. 000,00	800,00
f) de valor superior a Cr\$ 1. 000. 000,00 . .	1.000,00
g) de valor inestimável	300,00
III - Apelação criminal	300,00
IV - Carta testemunhável	250,00
V - Conflito de jurisdição	200,00
VI - Correição parcial	200,00
VII - Embargos e revista:	
a) nos feitos de competência do Tribunal de Alçada	250,00
b) nos feitos de competência do Tribunal de Justiça	400,00
VIII - Exceção de suspensão	250,00
IX - Habeas-Corpus	250,00
X - Mandado de segurança:	
a) nos feitos de competência do Tribunal de Alçada	1.000,00
b) nos feitos da competência do Tribunal de Justiça	1.500,00
XI - Queixa crime	1.000,00
XII - Recurso extraordinário	200,00
XIII - Rescisória - sobre o valor da ação	2%
Emolumento mínimo	500,00
Emolumento máximo	10.000,00
XIV - Processo ou recurso não previsto em outro item	300,00
XV - Certidões, alvarás, ofícios, editais, traslados o mesmo taxado para os escrivães.	

XVI - Outros atos previstos na tabela dos ,escrivães - o mesmo taxado para esses serventuários
Nota:

As custas serão pagas antecipadamente, salvo nos casos excluídos de preparo prévio, de acordo com os Regimentos dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

TABELA J

Dos Tabeliões de Notas

I - De escritura com valor declarado:

a) até Cr\$ 100.000,00 (ou Cr\$ 13,00 por Cr\$ 1. 000,00)

1,3%

b) entre Cr\$ 100. 000,00 e Cr\$ 500. 000,00 mais (ou Cr\$ 4,00 por Cr\$ 1.000,00)

0,4%.

c) entre Cr\$ 500. 000,00 e Cr\$ 1. 000. 000,00, mais (ou Cr\$ 2,00 por Cr\$ 1.000,00)

0,2%

d) entre Cr\$ 1. 000. 000,00 e Cr\$ 5. 000. 000,00, mais (ou Cr\$ 1,20 por Cr\$ 1.000,00)

0,12%

e) acima de Cr\$ 5 - 000. 000,00, mais (ou Cr\$ 1,00 por Cr\$ 1. 000,00)

0,1%

Cr\$

II -Escritura de emancipação 500,00

III - Escrituras de pacto antenupcial e autorização para comerciar 1.000,00

IV - Escritura de testamento público ou aprovação de testamento cerrado 2.000,00

V - Escritura de convenção ou especificação de condomínio em planos horizontais ou suas modificações:

a) pela convenção 1.000,00

b) por unidade autônoma constante da especificação

300,00

VI - Escritura sem Valor declarado, não prevista em outro dispositivo deste Regimento

500,00

VII - Procuração ou substabelecimento em livro especial ou comum

60,00

De cada outorgante que acrescer, não sendo cônjuge

15,00

VIII - Reconhecimento do sinal, letra e firma ou firma somente

5,00

IX - Certidão ou traslado pela primeira folha por página seguinte

60,00

por página seguinte

30,00

X - Pública-forma ou qualquer ato fora das notas - pela primeira folha

60,00

por página seguinte

30,00

XI - Registro de procuração ou de outro documento em livro especial - por

página de original

40,00

Notas:

1.^a - O emolumento mínimo será de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 20.000,00.

2.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, contar-se-á por inteiro o emolumento de contrato de maior valor e pela quarta parte os demais contratos, não podendo exceder o máximo fixado na nota anterior. As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimos de emolumentos.

3.^a - Nas permutas o emolumento será contado sobre o maior valor com o acréscimo de um quarto.

4.^a - As escrituras de quitação pagarão a terça parte dos emolumentos acima fixados, sendo o mínimo de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 5. 000,00.

5.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes será devida a terça parte do emolumento taxado, sendo o mínimo de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 5.000,00.

6.^a - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do emolumento taxado.

7.^a - O emolumento das procurações em causa própria será o mesmo das escrituras com valor declarado,

8.^a - O emolumento da escritura, procuração ou substabelecimento compreende o primeiro traslado.

9.^a - Os atos lavrados depois do horário normal de expediente ou fora de cartório terão os respectivos emolumentos acrescidos de metade.

10.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias para o recolhimento de tributos relativos às escrituras.

TABELA K

Dos Oficiais de Registro de Imóveis

I - De inscrição ou transcrição, incluindo buscas, indicações reais e pessoais e fornecimento da certidão - talão, sendo o emolumento mínimo de Cr\$ 300,00 e o máximo de Cr\$ 15. 000,00:

a) até 100. 000,00 (ou Cr\$ 10,00 por Cr\$ 1.000,00).

1 %

b) entre Cr\$ 100. 000,00 e Cr\$ 500. 000,00, mais (ou Cr\$ 3,00 por Cr\$ 1. 000,00).

0,3%

c) entre Cr\$ 500. 000,00 e Cr\$ 1. 000. 000,00, mais (ou 1,50 por Cr\$ 1. 000,00).

0,15%

d) entre Cr\$ 1. 000. 000,00 e Cr\$ 5. 000. 000,00, mais (ou Cr\$ 1,00 por Cr\$ 1. 000,00)	
0,10%	
e) acima de Cr\$ 5.000.000.000,00, mais (ou Cr\$ 0,50 por Cr\$ 1.000,00).	0
,05%	
f) sem valor declarado	Cr\$ 300,00
II - De averbação, inclusive buscas, indicações o certidão-talão sendo o mínimo de Cr\$ 200,00 e o máximo de Cr\$ 2. 000,00:	
até Cr\$ 100.000,00 (ou Cr\$ 3,00 por Cr\$ 1.000,00).	0,3%
b) acima de Cr\$ 100.000,00, mais (ou Cr\$ 1,00 por Cr\$ 1.000,00).	
0,10%	
c) sem valor declarado	Cr\$ 200,00

III - Loteamento Cr\$

a) inscrição de memorial de loteamento urbano, além das despesas de publicação pela imprensa, por lote	20,00
b) idem, loteamento rural, por gleba	50,00
c) de averbação à margem de inscrição, o mesmo taxado no inciso II	
d) de intimação, além das despesas de condução ou publicação pela imprensa	100,00
O emolumento mínimo será de Cr\$ 3.000,00 e o máximo de Cr\$ 10.000,00.	

A qualificação do loteamento como rural ou urbano dependerá da destinação ou utilização do imóvel.

IV - Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum", por pessoa, ainda que se refira ao nome por extenso e abreviado, ou se trate de espólio ou massa falida:

	Cr\$
a) até 5 anos	60,00
b) até 10 anos	100,00
c) até 20 anos	150,00
d) até 30 anos	200,00
e) mais de 30 anos	250,00

Nota:

Os emolumentos previstos compreendem a primeira folha da certidão, sendo devidos mais Cr\$ 30,00 por página que crescer.

V - Pela informação verbal, quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a metade do taxado no item IV.

VI - Havendo adiamento do registro para satisfação de exigência legal, e o interessado pedir a prenotação do título, pagara o emolumento mínimo, sendo a respectiva importância deduzida do devido quando o título voltar a registro.

TABELA L

Dos Oficiais do Registro de Títulos, e Documentos

	Cr\$
I - Do registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado ou para notificação, até uma página	80,00
II- Do registro integral de contrato, título ,ou documento com valor declarado:	
a) até Cr\$ 1.000,00	80,00
h) de mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00	100,00
c) de mais de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 10.000,00	150,00
d) acima de Cr\$ 10. 000,00, mais Cr\$ 2,00 por Cr\$ 1.000,00 ou fração, sendo o emolumento máximo	
2.000,00	
III - Do registro resumido ou do registro de penhores, cauções e parcerias, até uma página - os emolumentos; de registro integral com a redução de 25%.	

IV - De averbação	50,00
V - De notificação, inclusive a respectiva certidão a margem do registro e no documento, além da condução:	
a) no perímetro urbano	100,00
b) no perímetro rural	120,00
VI - Da matrícula de oficinas impressoras, jornais e outros periódicos	1.000,00
VII - Da inscrição de pessoas jurídicas de fins científicos, culturais beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento	500,00
VIII - Da inscrição de pessoas jurídicas de fins econômicos incluindo todos os atos do processo, registro e arquivamento, sobre o capital:	
a) até Cr\$ 100.000,00	600,00
b) até Cr\$ 500.000,00	1.000,00
c) até Cr\$ 1.000.000,00	1.500,00
c) acima de Cr\$ 1.000.000,00, mais Cr\$ 100 por Cr\$ 1.000,00, sendo o máximo	Cr\$ 3.000,00
IX - Das certidões, o mesmo taxado para os oficiais do Registro de Imóveis.	

Notas:

1.^a - Quando o documento levado a registro contiver mais de uma página, os emolumentos serão majorados de Cr\$ 30,00 por página acrescida.

2.^a - Pelo cancelamento de inscrição de pessoa jurídica, de fins econômicos será devida a terça parte dos emolumentos. do item VIR. Nos demais cancelamentos, os emolumentos serão os do item IV.

TABELA M

Dos oficiais de protestos de letras e títulos

I - Da apresentação, protesto e registro do instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação, pessoal ou por edital, além das despesas de edital e condução sobre o valor do título:

	Cr\$	Cr\$
a) até	1.000,00	60,00
b) de Cr\$ 1.000,00 até	5.000,00	100,00,
c) de Cr\$ 5.000,00 até	10.000,00	200,00
d) demais de	10.000,00	

o mesmo fixado na letra "e" mais Cr\$ 2,00 por mil cruzeiros ou fração - máximo Cr\$ 2.000,00.

II - De certidão de protesto, por pessoa, ainda que se refira ao nome por extenso e abreviado:

	Cr\$
a) até 5 anos	60,00
b) mais de 5 anos	100,00

Notas:

1.^a - Os emolumentos previstos compreendem a primeira folha da certidão, sendo devidos mais Cr\$ 30,00 por página que crescer.

2.^a - Quando a certidão, referir-se a mais de uma pessoa, os emolumentos previstos serão majorados de Cr\$ 20,00 por pessoa.

III - De certidão de outra natureza, que não a referida no item II:

	Cr\$
pela primeira folha.	60,00
por página seguinte	30,00

IV - Pela informação verbal, quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a terça parte do taxado no item II.

TABELA N

Dos oficiais do registro civil das pessoas naturais

1 - Dos atos que lhes sejam permitidos praticar como tabeliães. de notas, o taxado para estes.

II - Do casamento:

a) pela habilitação de casamento, inclusive o preparo de papéis, ou mesmo quando apresentados já preparados; lavratura do assento e certidão extraída do livro talão, excluídas as despesas de publicação pela imprensa - Cr\$ 500,00; b) pela dispensa total ou parcial do prazo dos proclamas - Cr\$ 200,00.

III - Dos assentos, inclusive a certidão talão fornecido à parte:

Cr\$

a) de nascimento e óbito	50,00
b) de casamento, a vista de certidão de habilitação de outro cartório	200,00

IV - Do Registro ou inscrição de emancipação, interdição, ausência e aquisição definitiva de nacionalidade brasileira e da transcrição de registro, de nascimento, casamento ou óbito verificados no estrangeiro, inclusive a certidão fornecida à parte - Cr\$ 200,00.

V - De retificação ou averbação de assento Cr\$ 50,00.

VI - De afixação de edital de proclamas de outro cartório, inclusive o registro e a certidão fornecida à parte Cr\$ 100,00.

VII - De Certidão:

1 - em breve relatório:

Cr\$

a) até 20 anos	50,00
b) acima de 20 anos	70,00

2 - do inteiro teor do assento, inclusive averbações existentes:

a) até 20 anos	70,00
b) de mais de 20 anos	100,00

Notas:

1.^a - As taxas constantes deste item remuneram somente a primeira folha da certidão, sendo que pelas páginas seguintes será cobrada a importância de Cr\$ 30,00 por página.

2.^a - As certidões fornecidas para fins de alistamento militar, eleitoral, para assistência judiciária e, bem assim, em virtude de requisição de autoridade judicial ou policial, são isentas de custas e de selos, não podendo ser usadas para fins diversos do indicado.

VIII - De traslado de documentos desentranhados dos autos de habilitação de casamento - por página Cr\$ 30,00.

IX - De diligência para a realização de casamento fora do cartório, excluída a condução, que será fornecida pelo interessado - Cr\$ 300,00.

TABELA O

Do Estado

I - Constituem renda do Estado os seguintes acréscimos às custas e emolumentos atribuídos aos serventuários nas respectivas Tabelas:

a) nos feitos judiciais, importância igual a metade das custas taxadas na Tabela "A" - (Dos Escrivães);

b) nos atos dos tabeliães de notas e protestos, oficiais de registro de imóveis e títulos e documentos, importância correspondente a 15% (quinze por cento) das respectivas custas e emolumentos taxados nas Tabelas "J", "K", "L" e M;

c) no reconhecimento de cada sinal, letra e firma Cr\$ 3,00;

d) nas certidões passadas por qualquer serventuário, salvo os oficiais do registro civil,

importância correspondente a 15% (quinze por cento) das respectivas custas e emolumentos.

Nota: - A renda estabelecida em todas as alíneas independe das custas e emolumentos taxados para os serventuários.

II - Nos feitos judiciais a arrecadação do devido ao Estado será procedida nas épocas marcadas; na Tabela "A" para pagamento das custas do Escrivão, salvo quanto a prestação inicial, que será recolhida antes da distribuição. Fazer-se-á também, o recolhimento antes da distribuição nos casos em que as custas do escrivão são exigíveis no início do processo.

III - Nada será devido ao Estado, com base no item I, alínea "a", desta Tabela, nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora; na homologação de acordo em acidente do trabalho; nos "Habeas-corpus"; nos desentranhamentos de documentos; nos atos em que as custas e emolumentos dos escrivães são cobrados por folha ou página, tais como alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença e traslados.

IV - nos atos mencionados na alínea "b", a arrecadação será feita imediatamente após o encerramento da respectiva escritura ou instrumento; e nos indicados nas alíneas "c" e "d" em seguida à prática dos atos e antes da entrega, aos interessados, do papel a que se refiram.

TABELA P

Da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo

I - As custas pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil Seção de São Paulo - serão devidas nos feitos processados em primeira e segunda instância na base de 10% das custas taxadas nas Tabelas "A" (Dos Escrivães) e "I" (Dos Tribunais de Justiça e de Alçada).

II - As custas referidas no item anterior não incidem nos atos em que as custas são cobradas por folha ou página, tais como alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença, certidões e outras peças extraídas dos autos; em desentranhamento de documentos; em acordos homologados por autoridade judiciária, nos processos de acidente de trabalho; e em executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora.

III - As custas pertencentes à Ordem, dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - serão arrecadadas no tempo e pelo modo estabelecidos para o pagamento das custas que constituem renda do Estado.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de agosto de 1958.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 29 de Agosto de 1959.

Altino Santarém - Diretor Geral, Substituto

Notícias Várias

PODER JUDICIÁRIO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO SÃO PAULO

N. 976/BSP.

Proc. 15358

Ilmo. Sr

Em 30 de abril de 1958

ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRÉ,
14.º Tabelião da Comarca da Capital.

Por determinação do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, encaminho a V.S. as inclusas cópias de fls. 9 a 11, do processo em que é interessado V.S., sob n.º 15.358, em consulta sobre custas, bem assim como transcrevo abaixo o despacho exarado a fls. do mesmo processo, sobre, o assunto:

"A representação de fls. 2, outra coisa não é que uma consulta sobre interpretação de dispositivos legais, quando a esta Corregedoria compete resolver casos concretos.

Em todo caso, encaminhe-se ao Sr. Tabelião cópia da manifestação de fls. 9 a 11, emanada do Departamento de Receita do Estado.

Feitas as anotações devidas archive-se."
São Paulo, 16 de abril de 1958 (a) Vasconcelos Ume.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.S. minhas
Atenciosas Saudações
ADRIANO DE CAMARGO LOPES
Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça
SECRETARIA DA FAZENDA
(Emblema de São Paulo)
Estado de São Paulo
Ofício DR-155/58 São Paulo, 10 de abril de 1958.

Dp/.

Prezado Senhor,
Em atenção ao solicitado por V.S., em seu ofício n.º 184/AM (Proc. 15.358), de 31 de janeiro de 1958, esclarecemos que o nosso ponto de vista a respeito do assunto em lide é aquele espelhado pelos órgãos e seções técnicas deste Departamento da Receita, cujos pronunciamentos estamos encaminhando por cópia.

Aproveitamos a oportunidade para restituir-lhe o processo n.º 15.358, em nome do Tabelião Vampré, onde é feita a consulta.

Sendo só o que se nos oferece nesta oportunidade, apresentamos-lhe os protestos de nossa elevada consideração.

JOÃO PENXA MALTA
Diretor

(À margem): Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda - SÃO PAULO
(Emblema de São Paulo)
CÓPIA

Informações prestadas em atenção ao solicitado no ofício n.º 184/AM, de 31-1-58, da Corregedoria Geral da Justiça.

7.ª Inspeção Fiscal da Capital

Na cobrança e recolhimento das custas e emolumentos seguimos sempre a orientação do Judiciário, aplicando o regimento de acordo com as interpretações ou instruções baixadas pelo órgão competente.

No caso em apreço, entendemos que a manifestação de fls. 5 e 6, do MM. Juiz Corregedor, em exercício, define bem to que deve ser seguido pelo tabelião e também pelo Fisco, interessado como é naquela cobrança.

7.ª 1. F. C., em 24 de fevereiro de 1958
(a) João Nassif - Ene. do S. F. C.

(a) Antonio Sciamarelli - Ene. da 7.^a I.F.C.

Diretoria de Fiscalização

Partindo do princípio que a "escritura pública é o testemunho autêntico de qualquer contrato, ou convenção extrajudicial, outorgado pelas partes e lavrado por oficial público em seu livro de notas", temos que um de seus requisitos é 2ª declaração do valor consignado no texto, quer da coisa em si, quer do que lhe é acessório ou abjeto e, neste caso, as obrigações assumidas - fiança, penhor, hipoteca, prestações, juros, etc.

- fazem parte integrante da mesma.

Daí, as custas e emolumentos devidos recaíram sobre o total - principal e acessórios - em acordância com o Regimento de Custas (Decreto-lei n.º 14.978, de 29/8/45).

Quanto ao a , crésimo de 15%, que pertence ao Estado, também deverá ser calculado sobre o total e recolhido na forma estipulada pelos artigos 2.º, 5.º, 6.º e seu § 1.º e a Tabela "D" , em seu item 4, do Livro X do Código de Impostos e Taxas (Decreto n.º 22.022/53).

É o que pensamos.

R-4 2.º Setor, em 3 de março de 1958

(a) Lauro R. de A. Vasconcelos Filho

Delegado Regional de Fazenda na Capital

(Dirigindo o 2.º setor da R4)

(À margem): Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda - SÃO PAULO

(Emblema de São Paulo)

CÓPIA

INTERESSADO: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (incluso, proc. 15358 em nome do Tabelião Vampré).

ASSUNTO: Custas. Incidência prevista no item 4, da Tabela D, do Livro X, do Código de Impostos e Taxas. Inclusão dos juros no valor dos contratos respectivos.

PARECER R-6, 82/58

É solicitado no processo a manifestação deste Departamento sobre a dúvida argüida pelo 14.º Tabelião desta Capital, onde se procura saber se, nos negócios a prazo e nos contratos de mútuo, devem ser incluídos os juros estipulados, no respectivo valor, para efeito da incidência - constante do item 4, da Tabela D, do Livro X, do Código de Impostos e Taxas.

Os órgãos técnicos desta Secretaria, examinando o assunto com sua peculiar atenção, unanimemente, opinaram pela inclusão desses juros nos respectivos contratos, o que já se vem fazendo, em consonância com a sábia orientação do Poder Judiciário.

A nosso ver, efetivamente, tais juros devem ser incorporados no valor dos respectivos contratos para o cálculo das custas e emolumentos a que alude o mencionado item 4, da Tabela 13, tudo, aliás, data vênua, com os jurídicos fundamentos que apoiam o venerando pronunciamento do Exmo. Sr. Dr. Corregedor, a fls. 5 e 6 do Processo 15.368, em apenso.

É o nosso parecer, S.m.j.

R-6, em 31 de março de 1958.

(a) José Rocha Pinto

(a) Jorge de Camargo - Chefe.

LOCAÇÃO - Tributos - Majoração - Se pode ser cobrada ao Locatário, cujo contrato por prazo certo expirou e não continha cláusula a respeito de exigência de impostos.

Tendo-se findado um contrato de locação, e prorrogado por força da lei do inquilinato, pretendeu o locador receber do locatário a majoração dos tributos. O inquilino recusou-se efetuar tal pagamento. Ingressou o autor em Juízo e obteve condenação do locatário no pagamento pretendido. Essa decisão foi confirmada por votação unânime da egrégia Primeira Câmara Civil do Tribunal de Alçada. Decidiram os Julgadores; que "terminado o prazo contratual e caindo a locação sob o império da Lei do Inquilinato, assiste ao locador o direito assegurado pelo respectivo artigo 8.º (Lei n.º 1.300, de 1950), ainda que o contrato extinto não encerrassem qualquer cláusula referente a exigência dos impostos". Se assim não fosse ficaria o senhorio prejudicado com o desfalque do aumento do tributo. Assim já tem sido decidido, conforme acórdão na Rev. dos Tribunais, vol. 254/394 e Arquivo Judiciário 115/310. Tomaram parte no julgamento os juizes Washington de Barros Monteiro, relator, Young da Costa Manso e Paulo Otaviano. (Apelação civil n.º 23.971, de São Paulo - Julgamento em 28-5-58) - O.F.V

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
BRENO DE TOLEDO LEITE	
OCTAVIO GODOY VAZ DE OLIVEIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
BRASILIO MACHADO NETO	
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -	Santos
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAIS FILHO -	Santos
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
VIRGILIO BAPTISTA CEPellos -	Dracena
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ANTONIO FLAQUER -	São Caetano do Sul
CID BIERREMBACH DE CASTRO PRADO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
REGIMENTO DE CUSTAS	3
LEI N. 4.831, DE 28 DE AGOSTO DE 1958	3
TABELA A	6
TABELA B	11
TABELA C	12
TABELA D	13
TABELA E	14
TABELA F	15
TABELA G	16
TABELA H	17
TABELA I	18
TABELA J	19
TABELA K	21
TABELA L	22
TABELA M	23
TABELA N	24
TABELA O	25
TABELA P	26
NOTÍCIAS VÁRIAS	27
PODER JUDICIÁRIO	27
DIRETORIA	30
CONSELHO FISCAL	30
SUPLENTE	30
ÍNDICE	31

Nº 063 - Publicação: 01/10/1958

Colaborações

REQUISITOS DA FOTOCÓPIA

DR. J. NETTO ARMANDO

1.º Curador Fiscal de Massas Falidas da Comarca de São Paulo

No tocante aos requisitos legais, essenciais à validade da FOTOCÓPIA, em Juízo ou fora dele, é necessário frisarmos as hipóteses em que basta a simples autenticação pela autoridade competente, e as hipóteses em que, além dessa autenticação, tornam-se imprescindíveis a prévia transcrição, no Registro de Títulos e Documentos, da peça a ser fotocopiada, e a conferência da cópia com o original.

A

A simples autenticação da fotocópia, pela autoridade competente, é o suficiente quando se trata de cópia fotostática do ORIGINAL (mas não de certidão ou traslado) de documentos públicos, ou sejam, instrumentos administrativos e instrumentos do foro judicial ou extrajudicial. Ao propósito, consigna o artigo 2.º do decreto-lei federal n.º 2.148, de 25 abril de 1940 (in "Revista dos Tribunais" - vol. 126 - págs. 344/345) :

"As certidões de inteiro teor, bem como as "públicas-formas de qualquer natureza podem ser extraídas por meio de reprodução fotostática, devendo as cópias conter, para possuírem valor probante em juízo ou fora dele, a autenticação da, "AUTORIDADE COMPETENTE, que certificará, "em declaração expressa, se acharem iguais ao original"

Qual, então, aquela AUTORIDADE COMPETENTE para a referida autenticação? É necessário distinguirmos, como o fez o eminente DESEMBARGADOR MARCELINO GONZAGA, quando

Corregedor Geral da Justiça deste Estado, em despacho de 27/8/1949, no processo n.º 6.196 (in "Diário da Justiça", S.P., de 31/8/49; "Revista dos Tribunais" - vol. 182 - ps. 931/933, e "Repertório das Correções" de Nelson Nogueira, ed. 1953, ps. 139/142), - despacho a que, "veniam petimus", algo acresceremos:

Tratando-se de instrumento administrativo, a autenticação da fotocópia do seu ORIGINAL deverá ser feita pela autoridade ou pelo funcionário sob cuja responsabilidade imediata está o documento original, ou, ainda, pelo funcionário a quem compete por lei expressa, essa autenticação. Assim, são competentes para autenticar fotocópias de ORIGINAIS de tais instrumentos os ministros e secretários de Estado, os ministros plenipotenciários, os cônsules, os diretores de secretarias, etc., tratando-se de original de documento atinente aos respectivos setores; o chefe da seção respectiva, quando se trata de fotocópia do original de documento da Junta Comercial deste Estado (art. 132 do seu Regulamento, aprovado pelo dec. est. n.º 10.424, de 11/8/1939, in "Revista dos Tribunais" vol. 121 - ps. 803/832) ; os corretores oficiais, relativamente às transações de que, nessa qualidade, tiverem participado, etc.. São os chamados "tabeliães subsidiários".

Se, porém, tratar-se de instrumento do foro judicial, a autenticação da fotocópia de seu original compete ao escrivão do cartório respectivo, ou a quem estiver, para tanto, legalmente designado, como está ocorrendo com o chefe da seção encarregado do Serviço de Fotocópias da Secretaria do Tribunal de Justiça deste Estado, - magnífico e utilíssimo serviço criado pela Egrégia Presidência do Colendo Pretório Paulista, através da Portaria n.º 532, de 14 de março do corrente 1959 (in "Revista dos Tribunais" - vol. 270 - ps. 872/873 e ps. 866/867).

Se, à derradeira, tratar-se de instrumento de foro extrajudicial (Tabelionatos e Cartórios de Registros de Imóveis ou de Registro Civil), os titulares de uns e outros, ou quem as suas vezes fizer, farão aquela autenticação nas fotocópias que extraírem de suas notas ou de seus registros.

Em qualquer dessas hipóteses suso e retro examinadas, quer se trate de fotocópias de ORIGINAIS de instrumentos administrativos, quer se trate de reproduções fotostáticas de ORIGINAIS de instrumentos de foro judicial ou extrajudicial, - é necessário apenas, só e só, haja a respectiva autenticação pela autoridade competente, conforme discriminação ora feita.

B

Examinemos, agora, as hipóteses em que, além daquela autenticação (e pelo Tabelião), tornam-se, também, necessárias a prévia transcrição, no Registro de Títulos e Documentos, da peça a ser fotocopiada, E a conferência da cópia com o original, na presença da parte contrária que, para isso, será, notificada, bem como as hipóteses em que, a par da aludida autenticação, deva haver, apenas, o próprio registro, ou, apenas, a referida conferência:

1.ª

Prévia transcrição- Autenticação - Conferência

Para que possam valer no Juízo Cível, é necessário que as reproduções fotostáticas dos documentos PARTICULARES obedeçam o seguinte:

a) É essencial que esses documentos particulares, a serem fotocopiados, sejam previamente transcritos no Registro de Títulos e Documentos, face ao art. 137 da Lei de Registros Públicos (dec. n.º 4.857, de 9/11/39, in "Revista dos Tribunais" - vol. 123 - ps. 786/835, com as modificações oriundas do dec. n.º 5.318, de 29/11/40, in "Revista dos Tribunais" - vol. 125 - ps. 322/330, e do dec. 13.556, de 30/9/43, in "Revista dos Tribunais" - vol. 146 - ps. 916/918), dispositivo esse no sentido de que, "os documentos fotostáticos só farão prova em juízo, quando acompanhados de certidão da transcrição do original no registro de títulos e documentos". Dispositivo que está em pleno vigor (cf. SERPA LOPES, in. "Trotado de Registros Públicos" - 3.ª ed., de 1955 - vol. II - ps. 91/92 - n.º 211 - letra "a").

b) Desde que esteja o original do documento particular transcrito no Registro de Títulos e Documentos, na conformidade do art. 137 supra aludido, - CONDIÇÃO ESSENCIAL para a validade jurídica de sua fotocópia, - esta poderá ser extraída pelo Tabelião ou por particulares, devendo, entretanto, ser AUTENTICADA pelo primeiro, que é o "órgão de fé pública por excelência".

c) Se essa fotocópia de documento particular for valer no Juízo Cível, é, ainda, necessário que seja conferida com o original, na presença da parte contrária que, para tanto, será notificada; é o que preceitua o art. 225 do Código de Processo Civil Brasileiro: "dependerão de conferência com o original, na presença da parte contrária, as cópias, os extratos ou as públicas-formas de documentos. A conferência poderá ser feita pelo escrivão do processo, ou por outra, para esse fim nomeado, notificada a parte contrária".

Assim, pois, tratando-se de fotocópia de documento PARTICULAR, destinada a produzir efeitos em processo civil, deverá, previamente, registrar-se, aliás, transcrever-se o respectivo original no Registro de Títulos e Documentos (art. 137 da Lei de Registros Públicos), depois do que poderá ser extraída a sua fotocópia, quer pelo tabelião, quer por particular, devendo essa ser autenticada pelo Notário e ser, na Juízo Cível, conferida com o original (art. 225 do Código de, Processo Civil Brasileiro). Três, portanto, os requisitos: prévia transcrição do original, autenticação de sua fotocópia e conferência desta com aquele.

2.^a

Prévia transcrição e autenticação

Tratando-se de fotocópia de original de documento PARTICULAR, que não se destinar ao Juízo Cível ou que destinar-se à Justiça Criminal, - não é necessária a sua conferência com o original, bastando a prévia transcrição deste e a autenticação da cópia, pelo Tabelião. Induvidoso:

a) Se a fotocópia tiver outro destino que não o de fazer prova na Justiça Civil, evidentemente não se lhe aplica o art. 225 do Estatuto Processual Civil.

b) Se essa fotocópia destinar-se a inquérito policial ou a processo criminal, não é, igualmente, necessária a sua conferência com o original, segundo se deduz do parágrafo único do art. 232 do Código de Processo Penal Brasileiro:

"A fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original". A conferência é, sim, necessária quando se tratar de públicas-formas (art. 237 do aludido Código). De dizer-se, ao propósito, que o ínclito DESEMBARGADOR VASCONCELOS LEME, atual Corregedor Geral da Justiça do Estado de S. Paulo, recomenda aos Juizes Criminais exijam, "sempre que possível", a juntada dos originais, só admitindo fotocópias quando o interessado estiver impossibilitado de juntar o original e der as razões dessa impossibilidade, conforme, aliás, preceitua o art. 249 do Código Processual Penal Português (r. despacho de 23 de julho retro, no processo n.º 15.899, in "Diário da Justiça" de S.P., de 26/7/1958 - p. 7).

Em suma, pois: tratando-se de fotocópia de documento PARTICULAR, que não se destinar a feito Cível, são necessárias, apenas: a prévia transcrição do original no Registro de Títulos e Documentos (art. 137 da Lei de Registros Públicos) e a autenticação da cópia fotostática, pelo Tabelião, seja extraída por este, seja-o por particular.

3.^a

Autenticação e conferência, ou, apenas, autenticação

a) Dispensável se torna a prévia transcrição do original, aludida no citado art. 137, quando se trata de fotocópia de certidões, traslados, etc. (não de original, já examinado no item A retro) de documentos públicos, ou quando se trata de via de documento particular registrado em repartição pública, com a declaração, naquela, de que houve tal registro (como, por exemplo, via de contrato social ou de inscrição de firma, na Junta Comercial). E é desnecessária essa transcrição, não só porque as certidões e traslados têm por si a presunção de autenticidade (art. 226 do C.P.C.), como também porque "os instrumentos de atos da administração pública têm o seu próprio registro e arquivo", consoante realçou o Excelso Pretório, em unânime acórdão de sua Segunda Turma, de 26/7/49, no rec. ext. n.º 14.593, relatado por HAHNEMANN GUIMARÃES (in "Diário da Justiça", União, de 22/6/51 - apenso ao n.º 141 - pág. 1.520). Essenciais, portanto, são a autenticação dessa fotocópia pelo Tabelião, quer tenha sido extraída por este, quer por particular, e, - destinando-se a prova em processo civil -, a sua conferência com a peça fotocopiada (art. 225 do C.P. C.). Se, pois, tal destino não tiver aquela fotocópia, ser-lhe-á suficiente a referida autenticação.

b) Outro caso existe em que se dispensa, também, a prévia transcrição aludida no art. 137 da Lei

de Registros Públicos: é quando a fotocópia não for constituir prova em qualquer juízo, pois esse dispositivo só a exige em relação ao, original de documento particular, cuja reprodução fotostática for provar em juízo, qualquer seja este. Basta-lhe, então, a AUTENTICAÇÃO legal.

Face ao quanto exposto está em linhas que acima e atrás ficaram, - podemos da seguinte maneira sintetizar os REQUISITOS DA FOTOCÓPIA:

I) DOCUMENTOS PÚBLICOS (Instrumentos administrativos e instrumentos do foro judicial e do foro extrajudicial).

a) Se a fotocópia é de ORIGINAL de documento PÚBLICO, só é necessária a sua AUTENTICAÇÃO pela autoridade competente, qualquer que seja a finalidade da reprodução fotostática (item "A" retro). Nem transcrição, nem conferência.

b) Se a fotocópia é de CERTIDÃO, TRASLADO, ETC. (não de original) de documento PÚBLICO, ou de documento PARTICULAR já arquivado em repartição pública, com a declaração, na via fotocopiada. de que o foi, - são essenciais a sua AUTENTICAÇÃO pelo Tabelião, quer extraída por este, quer por particular, e, - destinando-se a processo civil.

- a sua CONFERÊNCIA com a peça fotocopiada (item "R" 3.ª - "a"). Se a fotocópia não for constituir prova em processo civil, basta-lhe aquela AUTENTICAÇÃO. Em qualquer destas hipóteses, não é necessária a transcrição.

II) DOCUMENTOS PARTICULARES.

a) Se a fotocópia é de documento PARTICULAR e destina-se a processo civil, são essenciais a PRÉVIA TRANSCRIÇÃO do original, no Registro de Títulos e Documentos; a AUTENTICAÇÃO pelo Tabelião, quer tenha a fotocópia sido extraída por este, quer por particular, e a sua CONFERÊNCIA com o original, previamente transcrito (item "B" - 1.ª).

b) Se a fotocópia é de documento PARTICULAR, mas não se destina a processo civil e, sim, a outro Juízo, são, necessárias, só, a PRÉVIA TRANSCRIÇÃO supra e a AUTENTICAÇÃO já referida (item "B" - 2.ª).

c) Se a fotocópia é de documento PARTICULAR, mas não se destina a constituir prova em qualquer Juízo, não é necessária a prévia transcrição do original no Reg. de Títulos e Documentos, bastando-lhe, só e só, a AUTENTICAÇÃO por Tabelião, quer extraída por este, quer por particular (item "B" - 5.ª - "b").

De dizermos, à derradeira, que tudo quanto consignamos segue os sulcos traçados não só pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de S. Paulo, como pela Jurisprudência remansosa, sem disceptações, dos Tribunais pátrios, ornando e rimando com os prestigiosos sufrágios daquela e destes. É o que passaremos a demonstrar:

I

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE S. PAULO

a) Despacho do DESEMBARGADOR CORREGEDOR VASCONCELLOS LEME, em 2317158, no processo n.º 15.899, in "Diário da Justiça", de S. Paulo, de 26/7/58, pág. 7.

b) Despacho do DESEMBARGADOR CORREGEDOR LEME DA SILVA, no processo n.º 7.119, em 30/10/50, in "Diário da Justiça", de S. Paulo, de 31/10/50.

c) Despacho do DESEMBARGADOR CORREGEDOR MARCELINO GONZAGA, em 27/8/49, no processo n.º 6.196, in "Diário da Justiça", de S. Paulo, de 31/8/49; "Revista dos Tribunais" - vol. 182 - ps. 391/953, e "repertório das correções", de Nelson Nogueira, ed. de 1953, ps. 139/142.

d) Provimento n.º 1/49, de 3/3/49, do DESEMBARGADOR CORREGEDOR MARCELINO GONZAGA, in

"Diário da Justiça" S. Paulo, de 4/3/49; "Revista dos Tribunais" - vol. 182 - ps. 921/922, e citado "Repertório das Correções" - ps. 142/143.

e) Despacho do DESEMBARGADOR CORREGEDOR MARCELINO GONZAGA, em 30/9/48, no processo n.º 5.384, in "Diário da Justiça" S. Paulo, de 2/10/48, e "Revista dos Tribunais" - vol. 176 - ps. 870/871.

II

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal:

6a) Ac. unânime da 2.ª Turma, de 26/7/49, relatado por HAHNEMANN GUIMARÃES, no rec. ext. n.º 14.593, in "Diário da Justiça" União de 22/6/51, apenso ao n.º 141, p. 1.520.

Tribunal de Justiça de S. Paulo:

a) Ac. unânime da 6.ª Câmara Civil, de 11/12/53, relatado por HEROTIDES DA SILVA LIMA, na apelação n.º 64.942, in "Revista dos Tribunais" vol. 221 - ps. 196/197.

b) Ac. unânime da 6.ª Câmara Civil, em 2818153, relatado por ISNARD DOS REIS, na apelação n.º 62.721, in "Revista dos Tribunais" - vol. 217 - ps. 179, 183, estando na pág. 181 o tópico atinente ao assunto ora localizado.

c) Ac. unânime da 2.ª Câmara Civil, de -95,19151, relatado por OLIVEIRA LIMA, na apelação n.º 56.366, in "Revista dos Tribunais" - vol. 196 - ps. 278/280, e "Revista Forense" - vol. 143 - ps. 293/294.

d) Ac. unânime (quanto ao mérito) da 1.ª Câmara Civil, de 11/11/46, relatado por MARCELINO GONZAGA, na apelação n.º 29.921, in "Revista dos Tribunais" - vol. 165 - pág. 762.

e) Ac. unânime da 2.ª Câmara Civil, de 20/8/46, relatado por OLIVEIRA LIMA, na apelação n.º 29.516, in "Revista dos Tribunais" - vol. 164 - ps. 726/727.

Tribunal de Alçada de S. Paulo:

a) Ac. unânime da 1.ª Câmara Civil, de 612157, relatado por BATALHA DE CAMARGO, na apelação n.º 17.754, in "Revista dos Tribunais" - vol. 263 - ps. 518/519.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

a) Ac. unânime da 5.ª Câmara Civil, de 11/10/46, relatado por SERPA LOPES, na apelação n.º 8.455, in "Revista Forense" - vol. CX - ps. 124/125.

Tribunal de Justiça do Paraná:

a) Ac. unânime da 1.ª Câmara Civil, de 8/5/56, sob o n.º 26.858 relatado por LEOPOLDO DOS SANTOS, in "Revista dos Tribunais" - vol. 259 - ps. 515/516.

b) Ac. unânime, em sessão plenária, de 2112156, sob o n.º 26.557, relatado por LEOPOLDO DOS SANTOS, in "Revista dos Tribunais" - vol. 256 - ps. 527/528. C

c) Ac. unânime da 2.ª Câmara Civil, de 21/11/54, no mandado de segurança n.º 6.340, relatado por GUIMARÃES CÔRTEZ, in "Paraná-Judiciário" - vol. 60 - pág. 179.

d) Ac. unânime da 1.ª Câmara Civil, de 20110153, na apelação Cível n.º 5.946, relatado por ISAIAS BEVILÁQUA, in "Diário da Justiça" do Paraná, de 27/1/54.

Não obstante esse rol de acórdãos unânicos; não obstante aquelas iterativas recomendações da Colenda Corregedoria Geral da Justiça do Estado de S. Paulo; não obstante os textos claríssimos do art. 137 da Lei de Registros Públicos e do art. 225 do Estatuto Processual Civil nosso, desnublados, ambos de dois, de qualquer dúvida, - raras são, em nosso Foro, as fotocópias que não tenham tratado os dispositivos suso citados, motivo por que, no exercício de nossas funções,

na 1.a Curadoria Fiscal de Massas Falidas desta Capital, temos confutado o valor probatório das reproduções fotostáticas que se apresentam ao arrepio dessa jurisprudência, dessas contínuas e uniformes recomendações, e descintadas das formalidades impostas, de maneira induvidosa e incontendível, pelos textos legais examinados.

S. Paulo, outubro de 1958.

COLÉGIO NOTARIAL

PALAVRAS PRONUNCIADAS PELO DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA NA REUNIÃO PROMOVIDA PELO COLÉGIO DOS TABELIÃES DO DISTRITO FEDERAL AOS 21 DE NOVEMBRO DE 1958.

Há um velho ditado espanhol citado pelo eminente mestre Rafael Nunes Lagos que diz que ao homem enamorado nunca falta uma palavra para a sua amada. E amor que dedico à instituição notarial e ao desempenho da nossa nobre profissão encoraja-me a dizer-vos algumas palavras, ainda que quase improvisadamente, dada a carência de forças e de tempo para melhor fazê-lo.

Devo, desde logo, cumprimentar efusivamente ao Conselho Diretor do Colégio de Tabeliães do Distrito Federal por ter tomado esta iniciativa. E de forma muito particular ao seu ilustre presidente, o eminente colega, o companheiro de lutas e lutador de primeira linha, o entusiasta, o idealista, o grande e querido amigo Luiz Cavalcanti Filho.

Sem a intenção de invocar títulos quero dizer que o faço em nome da União Internacional do Notariado Latino, como membro honorário do seu Conselho Permanente, como presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Colégios Notariais e, modestamente, por mim mesmo como colega e companheiro de ideal.

As honrosas presenças do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor da Justiça, do Sr. Procurador da República, desembargadores, juizes e advogados, presenças que por certo muito nos desvanecem, nos dá o ensejo de divulgar, ainda que em rápida síntese, a um auditório tão seletivo e tão culto, o que é a União Internacional do Notariado Latino e o que objetivamos com a realização periódica dos nossos congressos.

Data do século XIII o nascimento em Bolonha da organização notarial de tipo latino. Apesar do transcorrer dos séculos, refletem-se ainda hoje nas atuais organizações notariais os ensinamentos do extraordinário notário Rolandino Passageri, consubstanciados na sua "Aurora" ou "Suma da Arte Notarial". Seria por demais longo relatar a evolução do notariado latino, passando pelo código espanhol das Sete Partidas, de Afonso X, o Sábio, pela Lei de 25 do Ventoso do ano XI, ou seja de 16 de março de 1803, pelo Código de Napoleão, para chegarmos às atuais leis de organização notarial.

Apesar dessa raiz comum, latina, viviam os notários completamente isolados. Com o correr do tempo, com a intensificação das relações comerciais entre os povos, com as maiores facilidades de comunicação e transporte, com o maior entrelaçamento de relações pessoais, surgiram novos problemas de ordem jurídica, problemas esses que leis esparsas, tratados internacionais e até os usos e costumes, vêm procurando resolver.

Todos esses fatores de progresso da civilização não poderiam deixar de influir no campo de ação do notariado.

O instrumento notarial não se cinge mais a produzir efeito nos limites da ação territorial do notário. Ele hoje atravessa fronteiras, a sua ação é internacional. As formas e as formalidades legais, entretanto, variam de país para país, de organização para organização.

Começou-se a sentir a necessidade de uma aproximação, de tomada de contato, de troca de idéias, de conhecimentos recíprocos de legislações e das respectivas leis orgânicas de cada país

e de cada organização notarial. Dessa necessidade surge por parte do notariado argentino, encabeçado pela figura ímpar de notário, de mestre e de amigo que é José Adrian Negri, a idéia de um encontro internacional. E, em 1948 realiza-se em Buenos Aires o Primeiro Congresso Internacional do Notariado Latino com a presença de representantes de dezenove países. Por tratar-se do primeiro congresso, os temas foram escolhidos entre os problemas fundamentais do notariado moderno. Foram os seguintes os pontos principais do temário: 1.º) Formação do direito notarial e elementos essenciais do mesmo. 2.º) Fixação de normas sobre matéria de estudos notariais e cultura jurídica e especializada do notário. 3.º) Normas em que deve basear-se o sistema de inscrição em matéria de direitos reais. Existência e funcionamento dos registros de propriedade e outros direitos reais. Sistema de publicidade, efeitos da inscrição, processo, organização. 4.º) Valor internacional da escritura pública. Formas. Capacidade. Legalizações. 5.º) Fixação do caráter e alcance da função notarial e delimitação da órbita de suas atribuições. 6.º) Fixação dos princípios em que deve basear-se toda boa organização legal do notariado. 7.º) Autonomia e organização corporativa do notariado na ordem interna de cada país. Criação de colégios, academias, institutos, seminários. Necessidade e conveniência da autonomia corporativa. Seu caráter e alcance.

Na última sessão plenária deste Congresso foi designada a cidade de Madrid como sede do II Congresso Internacional que efetivamente se realizou em 1950 com a presença de delegados de vinte e seis países. O temário dividiu-se em dois pontos principais: 1.º) Organização Notarial, e 2.º) Documento Notarial. Na primeira parte foram discutidas as condições necessárias para o ingresso no notariado, tais como os estudos * títulos universitários exigíveis, a inamovibilidade do cargo, a organização corporativa, a criação de um registro de atos de última vontade e a organização de um sistema corporativo, notarial de caráter internacional relativo a legalizações, capacidade civil, vigência e conteúdo das leis, regimens matrimoniais, justificação ou prova do título sucessório, com ou sem testamento. Na segunda parte foram discutidos os sistemas de fé de conhecimento e do critério sobre a capacidade dos outorgantes, e outros pontos de grande relevância. Mas, o ponto culminante deste congresso foi a criação da nova entidade a União Internacional do Notariado Latino que, nos termos dos seus estatutos, representa a união espiritual de todos os notariados latinos e tem como objetivos precípuos o estudo e sistematização da legislação notarial, a difusão de idéias, estudos, projetos e iniciativas destinadas ao maior progresso, estabilidade e elevação do notariado latino.

Assim constituídos e com tais objetivos, realizou-se em 1954, em Paris, o III Congresso Internacional. Compareceram representantes de dezoito países e o temário escolhido alcança alto nível científico. O tema central era "A existência e os limites do Direito Notarial em formação como ramo particular do Direito" e como sub-temas "O Direito Notarial, Direito autônomo da forma" e "O Direito Notarial concebido como e, conjunto das regras que regem a função notaria".

Apesar de não possuímos no Brasil uma lei orgânica regulamentando o exercício da função notarial, e justamente, para que da melhor forma pudéssemos difundir os elevados objetivos da nossa União Internacional e, particularmente, os princípios e as características básicas da organização do notariado de tipo latino, num supremo esforço, com sacrifícios de toda ordem, um reduzido número de notários brasileiros, tendo, à frente essa figura simpática e respeitável por todos os títulos que é o Dr. Fernando de Azevedo Milanez, fez realizar em 1956, em Quitandinha, o IV Congresso Internacional do Notariado Latino. Contamos com a presença de delegados de dezoito países e como temas tivemos os seguintes: - I.

- A Instituição Notarial, sua posição na sociedade juridicamente organizada. II.

- Adaptação da legislação notarial aos princípios do notariado latino definidos pelos congressos anteriores, quanto a organização corporativa, a formação jurídico-profissional e a competência funcional. III - Intervenção do notário latino nos testamentos e sucessões e nas sociedades.

Por mercê de Deus podemos dizer e afirmar que este congresso em nada desmereceu os anteriores.

Decorridos rapidamente dois anos, chegamos a 1958 e vamos à Roma, centro e berço da

latimidade, para participar do V Congresso Internacional, ao qual comparecem cerca de dois mil representantes provenientes de vinte e três países. Três temas foram discutidos: I A eficácia do documento notarial nas relações internacionais. II - O segredo profissional do notário e de seus colaboradores. III - Adaptação da atividade profissional do notário aos métodos e processos técnicos modernos, especialmente no que se refere a identificação dos comparecentes aos atos notariais, à constatação autêntica das declarações de vontade das partes, e à forma gráfica para a lavratura e reprodução dos atos notariais.

Como nota emocionante deste congresso temos a relatar a recepção que o Papa Pio XII dispensou aos congressistas, no dia 5 de outubro, poucos dias antes de falecer. Nessa ocasião, dando mais uma demonstração de sua cultura enciclopédica, pronunciou um discurso onde não só emitiu com a maior propriedade profundos conceitos sobre a instituição notarial, como discorreu sobre cada um dos temas que iam ser discutidos, com espantoso conhecimento de causa.

Em todos esses congressos e para todas essas teses foram apresentados inúmeros e interessantes trabalhos que constam dos respectivos Anais, sendo que os do Congresso de Quitandinha estão reunidos em um volume com 576 páginas. Não caberia nesta simples exposição uma dissertação sobre elas. Mas acredito que somente a enunciação que foi feita bastará para demonstrar a importância de todas elas.

Aqui está, meus senhores, em rápida síntese, quase feita pelo moderno meio de propulsão a jato, a atividade neste dez anos da União Internacional do Notariado Latino. Por esta singela exposição podeis verificar as preocupações espirituais dos notários latinos, os seus anseios, o seu grande desejo de dar hierarquia à profissão que exercem, e especialmente, que não mais existe entre os notários e os notariados de tipo latino o isolamento em que viviam, pois hoje, não só pela correspondência pessoal, como por intermédio da Revista Internacional do Notariado e do Escritório Notarial Permanente de Intercâmbio Internacional, ambos órgãos da nossa União, mantêm-se um estreito contato com o que há de mais recente na legislação, na jurisprudência e na doutrina jurídico-notarial. E o notariado brasileiro participa intensamente dessas preocupações espirituais e desses anseios de hierarquia porque sente a necessidade em que está de progredir organicamente. Para isso devemos ter presentes estas palavras de José Negri: "O notariado não deve esperar nunca, como vindos do céu, os elementos legislativos e regulamentares que lhe devam dar prestígio e hierarquia. A obra do notariado é e deve ser exclusivamente dos notários. E que, segundo a afirmação de Luiz Carral, "a função notarial é um fato histórico e uma aspiração, da consciência jurídica. Por isso não existe país nem civilização que a desconheça."

Nada mais nos resta senão agradecer a vossa atenção e a vossa honrosa presença a esta reunião.

Leis e Decreto.

LEIS FEDERAIS

LEI N.O 3.403 - DE 12 DE JUNHO DE 1958

Modifica o parágrafo único do art. 509 do Código de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O parágrafo único do artigo 509 do Código de Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 509

Parágrafo único. O formal de partilha poderá ser substituído por simples certidão de pagamento da legítima, se esta não exceder de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). Nesse caso, transcrever-se-á na certidão a sentença final da partilha, transitada em julgado".

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1958; 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK
Eurico de Aguiar Salles
D. União de 13/6/58.

LEI N.º 3.396, DE 2 DE JUNHO DE 1958
Altera a redação dos arts. 864 e 865 do Código do Processo civil.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal das decisões proferidas, em única ou última instância, pelos Tribunais e Juizes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos casos previstos na Constituição Federal,

art. 2.º. O recurso extraordinário será interposto dentro de dez (10) dias, depois de intimada a parte da decisão recorrida, ou de publicadas as suas conclusões no órgão oficial e, se for baseado no art. 101, III, d, da Constituição, deverá ser feita a prova da decisão divergente mediante certidão ou indicação do número e página do jornal ou repertório de jurisprudência que a houver publicado.

Art. 3.º O recurso será interposto perante o presidente do Tribunal recorrido, e, nas causas de alçada, perante o próprio juízo prolator da decisão da qual se recorre.

§ 1.º. Recebida a petição, publicar-se-á aviso do seu recebimento e ficará ela na Secretaria do Tribunal ou no cartório do Juízo, à disposição do recorrido, que poderá examiná-la e impugnar o cabimento do recurso dentro em três (3) dias, a contar da publicação do aviso.

§ 2.º. Findo esse prazo, serão os autos, com ou sem impugnação, conclusos ao presidente do Tribunal ou ao juiz, que deferirá ou não o seguimento do recurso no prazo de cinco (5) dias.

§ 3.º Será sempre motivado o despacho pelo qual o Presidente do Tribunal ou o juiz admitir o recurso ou denegar a sua interposição.¹

Art. 4.º Admitido o recurso, mandará o presidente do Tribunal, ou o juiz, abrir vista dos respectivos autos, sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, para que cada um, no prazo de dez (10) dias, apresente as suas alegações escritas.

Art. 5.º Apresentado ou não a defesa, os autos serão entregues, dentro de quinze (15) dias, à Secretaria do Supremo Tribunal Federal, ou postos no correio sob registro, dentro do mesmo prazo, se originários dos Estados ou dos Territórios.

Art. 6.º Denegado o recurso, poderá o recorrente, dentro em cinco (5) dias, interpor, agravo de instrumento para o Supremo Tribunal Federal. Esse recurso subirá instruído com as peças que forem indicadas pelo agravante e, obrigatoriamente, com a certidão do despacho de negatória.

Art. 7.º O recurso extraordinário será processado e julgado no Supremo Tribunal Federal de acordo com o respectivo regimento interno.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os arts. 863 e 864 do Código de Processo Civil e 632 a 636 do Código de Processo Penal.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1958; 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Eurico de Aguiar Salles
D. União de 4/6/58.

LEIS ESTADUAIS
LEI 4.102, DE 4/9/57

Artigo 1.º - O tempo de mandato legislativo estadual e municipal, o de prefeito, o de serviço público federal ou municipal, ou em autarquias ou serviços industriais estaduais, desde que, um a outros, prestados no Estado, o de representação do Estado no Congresso Federal, bem assim o considerado, por lei, de caráter relevante, ainda que gratuito, são contados para efeito de percepção de vantagens pecuniárias e para fins de aposentadoria, reforma, estabilidade, disponibilidade e estágio probatório.

Artigo 2.º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos aos que estavam em atividade na data da publicação da Lei n. 3.107, de 23 de agosto de 1955.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

DECRETO ESTADUAL
DECRETO N. 33.473 DE 23 DE AGOSTO DE 1958

Altera o § 3.º do artigo 1.º do Decreto n. 27.092 de 24 de dezembro de 1956 que dispõe sobre a arrecadação das custas, porcentagens e emolumentos que constituem renda do Estado, ou que por seu intermédio são recebidas nos cartórios judiciais da Comarca da Capital.

JÂNIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1.º - As guias de recolhimento das custas, porcentagens e emolumentos que constituem renda do Estado ou que por seu intermédio são recebidas nos cartórios judiciais da Comarca da Capital, serão extraídas em 3 vias, que terão o seguinte destino: a primeira via será juntada, pelo escrivão aos autos; a segunda via, entregue ao interessado, como comprovante do pagamento; a terceira via, ficará na repartição arrecadadora, para fins de prestação de contas à seção competente.

Artigo 2.º - Relativamente às custas da Ordem dos Advogados, a estação arrecadadora comunicará àquela entidade, mensalmente, por escrito, o montante da arrecadação.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de agosto de 1958.

JÂNIO QUADROS

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

Oscar Pedrosa Horta

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 23 de Agosto de 1958.

Altino Santarem - Diretor Geral, Substituto.

D. O. 24/8/58.

Provimentos
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PORTARIA N.º 8-58

O desembargador Sebastião de Vasconcellos Leme, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Recomenda aos Oficiais dos Cartórios do Registro Civil, em todo o Estado, quando lhes for apresentada para inscrição a prova de casamento religioso, para fins de sua equivalência no casamento civil, rigorosa observância dos preceitos contidos na lei n. 1.110, de 23 de maio de 1950, principalmente quando se tratar de hipótese regida pelo artigo 4.º do mencionado diploma legal em que a habilitação se faz posteriormente ao matrimônio religioso, hipótese essa em que o pedido de inscrição deve ser apresentado por ambos os nubentes.

P. e cumpra-se.

S. Paulo, 17 de novembro de 1958.

Sebastião de Vasconcellos Leme
D. O. J. 18/11/58.

Proc. 16.440 - Lins - Juízo de Direito: A decisão do M. Juiz da comarca de Lins, está certa, em parte. Podem os oficiais do cartório de Registro Civil, quando exercem cumulativamente as funções de tabelião, extrair públicas-formas (art. 142, n. 5, da lei n. 123, de 1.892 e despacho desta Corregedoria proferido no processo n. 6.813, da Capital, "in" Diário da Justiça de 28-4-1950). Sucede, no entanto, que a lei n. 632, de 1.º às fevereiro de 1950, ao modificar a seção V do art. 2.º do decreto n. 14.978, previa como ato do escrivão (note-se bem) ,os emolumentos de Cr\$ 30,00 para a extração de pública-forma "de carteiras de identidade, de reservistas, título eleitoral, etc., apresentados como prova de idade, para casamento civil" (art. 1.º, inciso XVIII).

- Já agora, entretanto, o atual Regimento de Custas (lei n. 4.831, de 28-8-1958) somente permite a cobrança de emolumentos pela extração de pública-forma, no caso restrito dos oficiais de cartórios do Registro Civil, apenas quando tais serventuários praticam o ato dentro das funções de tabelião (Tabela "N", item 1). Segue-se que a extração de pública-forma, como ato de escrivania (tal como era prevista na lei n. 632) não foi contemplada na Tabela "N", sendo, portanto gratuita, por força do art. 12. É bem de ver, finalmente, que se trata de pública-forma para efeito de desentranhamento de documentos dos autos da habilitação, pode o oficial, em vez disso, deixar traslado nos autos, como pode por esse traslado cobrar emolumentos na base de Cr\$ 30,00 por página, pois isso mesmo está expressamente previsto na Tabela "N", item VIII do atual Regimento de Custas. Anote-se e archive-se, São Paulo, 19 de novembro de 1958.

(a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. O. 22/11/58.

Proc. 15.867 - Mogi Mirim - Juízo de Direito (Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos) : Agiu acertadamente o Dr. Juiz Corregedor, com a ressalva ao final deste despacho. A recente lei 4.633, de 14 de janeiro do corrente ano, prevê a "designação" do Oficial Maior e, na falta deste, do escrevente mais graduado, para responder pelo expediente do cartório vago, até o seu provimento efetivo. Ora, se o escrevente único do cartório não aceitou a designação, a hipótese deixa de ser regida pela referida lei 4.633, pois esta regula apenas e expressamente o caso de cartório vago que tenha em seu quadro Oficial Maior ou escreventes.

Pois bem: se para o caso de o cartório não ter escreventes ou de estes recusarem o encargo não existe lei ordinária regulando a espécie (art. 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Estadual de 1946), segue-se que ao Juiz incumbe nomear interinamente pessoa idônea que responda pela serventia até o seu efetivo provimento.

Caso análogo - se bem que não idêntico - já foi solicitando por esta Corregedoria no processo n. 8.891, da comarca de Mogí das Cruzes, onde se decidiu que "o cartório não pode continuar acéfalo e não há dúvida que a nomeação interina cabe sempre ao Juiz de Direito".

Como, neste caso concreto, foi escolhido um Oficial do Cartório do Registro Civil, estranho portanto ao quadro de funcionários da serventia vaga, e aqui vai a ressalva mencionada de início - não seria o caso de simples "designação", mas sim de verdadeira, "nomeação" interina.

Devolva-se, pois, o presente processo ao Dr. Juiz de Mogí Mirim, a fim de ser expedida nova portaria de nomeação com pedido de oportuna devolução a esta Corregedoria, para fins de anotação.

São Paulo, 31 de maio de 1958.

(a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. O. J. de 5/6/57.

Proc. 15.631 - Santa Cruz das Palmeiras - Interessado: Milton Ramos da Silva - Uma vez que a nomeação já é do conhecimento da Secretaria da Justiça, anote-se e archive-se.

O caso presente, com efeito, não dependia de homologação por parte do Poder Executivo, já que a ele não se aplica o artigo 5.º do Decreto 12.520, com a nova redação que foi dada a esse dispositivo pela Lei 4.633, de 14 de janeiro deste ano.

Esse recente diploma legal só prevê designações para o caso de a serventia contar em seu quadro com Oficial Maior ou escrevente, sendo somente nessa hipótese indispensável a homologação pela Secretaria da Justiça.

Não regulando nenhuma lei ordinária a hipótese de o cartório não ter escrevente - como sucedeu neste processo em exame - segue-se que ao Dr. Juiz competia, o que acertadamente fez, "nomear" interinamente um serventuário (argumento tirado ao art. 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Estadual, de 1946).

Foi o que já decidiu esta Corregedoria em processo análogo ao presente, da comarca de Mogí das Cruzes e que tomou o número 8.891, mesmo porque o cartório não pode continuar acéfalo e, nessa conjuntura, ao Juiz é dada a liberdade de nomear pessoa idônea, até se verificar o preenchimento do cargo.

São Paulo, 3 de maio de 1958.

(a) Sebastião de Vasconcellos Leme

Proc. 15.782 - Capião - Recebedoria Federal: 1.º) Dê-se ciência da portaria aos Srs. Oficiais de Cartório, através do Dr. Juiz Corregedor Permanente, a quem se remeterá o processo com pedido de oportuna devolução. 2.º) - Quanto ao Provimento a ser expedido, a pretensão não pode ser atendida porque a matéria diz respeito a interpretação de leis. São Paulo, 6 de maio de 1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme. "Portaria a que se refere o despacho supra"; Portaria n. 330 de 22 de abril de 1958: O Diretor da Recebedoria Federal em São Paulo, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Capítulo XV, Seção 1.ª, do Decreto n. 24.036, de 26-3-1934, combinado com os artigos 66, parágrafo único e 100 das Normas Gerais da vigente lei do selo (Consolidação das Leis do Imposto do Selo a que se refere o Decreto n. 32.392, de 9-3-1953), e Considerando que é da competência privativa desta Recebedoria, no âmbito de sua jurisdição resolver em primeira instância as questões entre a Fazenda e os contribuintes, "originadas de interpretação de lei, de cobrança de impostos, taxas e emolumentos, de infração ou de dívida fiscal",

Considerando que, no tocante às consultas relativas ao imposto do selo, essa competência está expressamente consignada em dispositivo da respectiva lei de regência;

Considerando que, as questões suscitadas pelos interessados, no uso da faculdade que lhes

concede o instituto fiscal da consulta, devem ser expostas com toda a clareza e versar assunto certo e definido;

Considerando mais que se impõe, em defesa dos altos interesses do Fiscal e da eficiência dos trabalhos desta Repartição, sejam estabelecidas medidas disciplinadoras do exercício do direito que a Lei do selo confere aos Notários Públicos, de, após a lavratura do ato em seus livros, levarem ao conhecimento da repartição fiscal qualquer dúvida existente quanto à selagem; Considerando que a repartição congênere da Capital da República, através da sua Portaria n. 691, de 6-12-1957, publicada no Diário Oficial da União de 16 do mesmo mês, já adotou, relativamente ao assunto em causa, providências de alto interesse administrativo;

Resolve:

I - A comunicação de dúvida, feita por Tabelião de Notas, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 66, da citada Consolidação das Leis do Imposto do Selo, deverá ser clara e circunstanciada, e conter a indicação do ato ou fato que lhe deu origem;

II - A dúvida, assim caracterizada expressamente e com toda a precisão, só poderá ser suscitada pelo próprio Tabelião titular de Ofício de Notas, ou, não estando este em exercício, pelo seu substituto legal;

III - A comunicação de dúvida não será admitida quando o Tabelião já tenha tido ciência de seu esclarecimento em casos idênticos ou semelhantes;

IV - Se a dúvida suscitada tiver conexão com outro ato, público ou particular, este deverá também instruir a respectiva petição, por traslado ou no original, conforme o caso;

V - Se, sobre o ato ou instrumento suscetível de dúvida, tiver havido algum recolhimento de imposto do selo, a petição deverá também ser acompanhada de cópia da respectiva guia de recolhimento ou da indicação precisa do número e data do conhecimento de receita;

VI - Não serão recebidas como dúvidas as comunicações de falta de selagem de contratos em que forem partes entidades autárquicas; neste caso, se a lavratura do contrato tiver sido autorizada pelo Poder Judiciário, deverá o fato ser comunicado a esta Recebedoria, instruída a petição com traslado da escritura respectiva;

VII - Fica estabelecido que a inobservância das presentes instruções terá como consequência imediata o não conhecimento do processo como "comunicação de dúvida", passível, portanto, o Tabelião do competente processo fiscal, para imposição da penalidade prevista na lei, por falta ou insuficiência de pagamento do imposto do selo;

VIII - Nos processos entrados nesta Repartição até a presente data, serão intimados os Tabeliães consulentes a satisfazerem às exigências acima no prazo de 30 (trinta) dias, importando o seu desentendimento na aplicação das sanções fiscais respectivas.

Cumpra-se e transmita-se cópia ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça e ao Sr. Presidente do Colégio Notarial desta Capital.

(a) Leonardo de Barros Carvalho.

D. O. J. 8/5/58.

ÚLTIMOS JULGADOS

DOAÇÃO - Adiantamento de legítima - Liberdade dos pais a filhos - Reserva pretendida de usufruto pelos doadores com reversão a favor do cônjuge sobrevivente Condição inadmissível - Decisão mantida.

Um casal pretendeu doar a seus filhos, como adiantamento de legítima, determinada propriedade, fazendo a reserva de usufruto vitalício, com a reversão do mesmo a favor do cônjuge sobrevivente. O Dr. Curador de órfãos e Ausentes opinou contrariamente ao pedido, com ele estando de acordo o Dr. Curador Especial nomeado. O magistrado de primeira instância indeferiu o requerimento, o que motivou a interposição de apelação pelo casal. A egrégia Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, confirmou a decisão apelada, negando, assim, provimento ao recurso. Decidiu a maioria, formada pelos desembargadores Andrade Junqueira, relator, e Frederico Roberto, que tratando-se "de adiantamento de legítima, o doador não pode impor a condição, segundo a qual, pelo seu falecimento, o usufruto dos bens

caiba a outrem, que não o donatário. Com a morte do doador, a propriedade se consolida na pessoa do donatário descendente, de modo que a este cabe o usufruto dos bens, integralmente, sem restrições". Em sentido contrário, vencido, votou o des. Pinheiro Machado. S. exa. entendia que não havia mal em atender-se ao pedido, pois a qualquer tempo os filhos, donatários, poderiam pleitear a nulidade do ato com infração dos arts. 1.576 e 1.170 do Código Civil. Haveria, assim, a vantagem de que, com a doação, os filhos estariam ao abrigo de um fracasso econômico dos pais. (Apelação Cível n.º 89.181, de São Paulo Julgamento em 19-8-58) - O. F. V.

Jurisprudência

LUCRO DECORRENTE DA CESSÃO DE DIREITO SOBRE IMÓVEL

A Divisão do Imposto de Renda vem de tomar importante decisão relacionada com a tributação de lucro decorrente da cessão de direito de aquisição de imóvel, mandando adotar para o caso diretriz uniforme. Esta decisão teve origem no processo n.º 218.559/55, em que é interessado César Gebara, que fez a D.I.R. consulta sobre o assunto. Alega o consulente que prometeu comprar certo imóvel e, depois de pago, o respectivo preço, cedeu o seu direito (da compra) com obtenção de lucro; na sua opinião, como promitente comprador e cedente, ante a quitação plena do preço do imóvel, parece tratar-se de "transação sujeita ao imposto do art. 92, do regulamento vigente" e invoca várias decisões da D.I.R. em outros processos sobre o mesmo assunto. Este órgão, no caso em apreço, havia decidido pela tributação do rendimento como lucro da cessão de direito (cédulas na declaração de pessoa física). No entanto, face à necessidade de melhor esclarecimento, foi sugerida nova audiência da Procuradoria da Fazenda Nacional, que já havia se pronunciado uma vez sobre o caso, para uma definição expressa da matéria. Atendendo ao pedido, a Procuradoria se manifestou, formalmente, pela conclusão de que o caso em exame traduz pura cessão de direito cujo lucro sofre a incidência do imposto de renda pela forma prevista no art. 10, letra "f", do Regulamento em vigor (cédula H de pessoa física) e afirmando não ter cabimento a cobrança do tributo com base no art. 92 do mesmo estatuto.

Apoiada nesse jurídico parecer, a Divisão do Imposto de Renda estabeleceu que, na vigência da lei atual, o lucro decorrente da cessão do direito de aquisição de imóvel pelo promitente comprador, está sujeito ao imposto na declaração de pessoa física do cedente, conforme a norma estabelecida na letra "f" do art. 10 do Regulamento em vigor, quaisquer que sejam as cláusulas e condições da promessa de compra e venda, inclusive quando é irrevogável e há quitação do preço estabelecido.

A decisão normativa foi transmitida pela D.I.R., através da circular n. 23, a todos os delegados regionais, seccionais e inspetores do Imposto de Renda.

ATIVIDADES JURÍDICAS E FORENSES

SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA, PARENTES EM GRAU PROIBIDO, NÃO PODEM FUNCIONAR NA MESMA COMARCA

RECONHECIMENTO DA INCOMPATIBILIDADE PREVISTA NO ART. 95, § 3.º, DO DEC. 123, DE 1892 - CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO - DISTINÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado, em sessão plenária, por maioria de votos, proferiu o acórdão a seguir transcrito, ao, julgar o Mandado de Segurança n. 82.911, da comarca da Capital (Des. Minhoto Júnior, relator designado) :

Acordam os juizes do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria de votos, em conhecer do pedido e em denegar a segurança.

1 - O impetrante, após, submeter-se a concurso regular, foi nomeado para o cargo de serventuário do Segundo Ofício de Notas e Anexos da comarca de Sertãozinho. No entanto s. excl. o Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça entendeu que, estando já naquela mesma comarca um irmão do impetrante; ocupando o cargo de serventuário do Cartório do Registro de Imóveis, ocorria a incompatibilidade prevista no artigo 95, par. 3.º do Decreto n. 123, de 1892. Por isso, denegou-lhe compromisso e posse. Inconformado com esse

entendimento, o interessado impetrou mandado de segurança. Foi-lhe recusada a medida liminar pleiteada, por entender o desembargador relator que o seu direito não sofreria caducidade. O impetrante comunicou então a s. excia. o Sr. Secretário da Justiça quanto ocorria, requerendo, em consequência, prorrogação do prazo para entrar no exercício do cargo. No entanto, o Governador do Estado, tomando conhecimento da, opinião manifestada pelo Corregedor Geral, tornou sem efeito o decreto de nomeação. O impetrante desistiu então do primeiro mandado, substituindo-o pelo presente dirigido contra o ato do Governador do Estado. 2 - A incompatibilidade divisada pelo exmo. Sr. Corregedor Geral realmente ocorre. O decreto n. 123, de 1892, ainda vige, não foi revogado pela Lei n. 819, de 1950, nem pelo decreto n. 5.120, de 1931. Tais diplomas legislativos, reguladores do provimento de ofícios de justiça, apenas inovaram quanto à realização dos concursos, criando aliás novos impedimentos. 3 - Mas, objetiva-se, se tal incompatibilidade realmente existisse, o impetrante não deveria ter sido submetido a concurso. Faz-se mister distinguir, aqui, entre condição de habilitação e condição, de exercício. Cuida-se de distinção corriqueira, familiar ao direito administrativo como ao direito constitucional. Em matéria constitucional, pode o cidadão inscrever-se como candidato a deputado ou senador, ainda quando seja proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica do direito público, ou ocupe cargo público do qual possa ser demitido ad nutum, ou exerça outro mandato legislativo. No entanto, eleito, não poderá exercer o novo mandato, sem antes afastar a circunstância impeditiva. De tal ordem é essa distinção entre condição de habilitação e condição de exercício, tão marcante é ela, que, para o seu reconhecimento, diversa é a competência dos órgãos judiciários. No que concerne às condições de habilitação, competente é a Justiça Eleitoral. Para decidir das condições de exercício, competente é a Justiça Comum. O mesmo se dá em direito administrativo. Pode o candidato habilitar-se ao concurso, embora ocorram motivos de incompatibilidade para o exercício da função a que se propõe. Mas, nomeado, há de elidir a circunstância impeditiva, sob pena de não poder tomar posse do cargo.

No caso presente, o impetrante podia participar do concurso, embora seu irmão já fosse serventuário na comarca. Mas, nomeado para a função pretendida, nela só poderia investir-se depois de afastada a causa impeditiva, criada pelo mencionado decreto n. 123. O despacho, prolatado a respeito pelo desembargador Corregedor Geral da Justiça, junto a fls. 19, merece acolhida. 4 - Mas, que tivesse sido erroneamente admitido a concurso o impetrante. Obviamente não lhe teria nascido daí, desse erro, qualquer direito. Alega-se que o impetrante, quando obstado de tomar posse, dirigira a Sr. excia. o Sr. Secretário da Justiça um pedido de prorrogação do prazo para entrar no exercício da função. Obviamente, não lhe resultou daí nenhum direito líquido e certo. O seu pedido poderia ter sido acolhido. Mas, também, poderia ter sido indeferido, como foi. 6 - Demais, cumpre lembrar que à administração é dado declarar sem efeito o ato de nomeação que expede, enquanto o escolhido ainda não tenha tomado posse do cargo. É pacífico o entendimento a respeito. Nem precisa o Poder Executivo indicar por que o faz. No caso, o impetrado preferiu apontar o motivo determinante do ato, invocou s. mencionada incompatibilidade. Já se viu que essa incompatibilidade realmente ocorria. Mas que não ocorresse. Quide inde?"

"Reconhecimento da incompatibilidade prevista no artigo 95, § 3.º, do Dec. n. 123, de 1892: não podem funcionar na mesma comarca, como serventuários de Justiça, parentes em grau proibido. Condição de habilitação e condição de exercício. Distinção".

AFIRMA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSTITUCIONAL A LEI QUE ALTEROU O SISTEMA DE PROVIMENTO DOS CARTÓRIOS OFICIALIZADOS

O Tribunal de Justiça, pela sua 4.ª Câmara Cível, proclamou ontem a constitucionalidade da discutida lei 4.342, de 1967, que modificou o sistema de provimento dos cartórios oficializados. A manifestação aludida foi motivada por um pedido de segurança, formulado contra a nomeação do Sr. Orlando Gulo para o 2.º ofício da comarca de Limeira. Embora se referisse o pedido exclusivamente à nomeação do aludido serventuário, na verdade estavam em jogo várias outras nomeações ultimamente feitas, inclusive algumas para cartórios desta capital, com base naquele

diploma legal.

O pronunciamento da corte se baseou em voto proferido pelo des. Huniberto Junqueira, que divergiu do relator do feito, des. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, que considerava a lei inconstitucional e consequentemente inválidas as nomeações feitas com base nela. O Sr. Humberto de Andrade Junqueira compendidos pelos impetrantes, para concluir pela constitucionalidade do diploma.

Afirmara-se, primeiramente, que a lei era inconstitucional, porque, ditando normas referentes à organização judiciária, em face do disposto no art. 124 da Constituição Federal, somente o Judiciário poderia, na época em que foi editada, tomar a iniciativa de modificação nela contida. O Sr. Humberto Junqueira acentuou, porém, que essa alegação era desprovida de amparo jurídico, pois a matéria regulada na lei não diz respeito à organização judiciária. A organização judiciária diz respeito à divisão judiciária do Estado em comarcas e distritos e aos cartórios lotados em cada comarca e cada distrito. Para que o Poder Judiciário funcione e se mantenha independente não há necessidade de que exerça controle sobre os próprios funcionários, no que se refere ao provimento dos cargos e à promoção dos servidores. A lei 4.342 refere-se à forma de preenchimento de cargos no funcionalismo, matéria que nada tem que ver com organização judiciária.

A lei, por outro lado, não fere o disposto no art. 186 da Constituição Federal, que prevê a realização de concurso para a primeira investidura em cargo de carreira. O escrevente de cartório - salientou ainda o Sr. Humberto de Andrade Junqueira - já é funcionário público, conforme a Justiça o tem proclamado, em várias oportunidades. Assim, quando ele disputa uma serventia, e é nomeado, essa nomeação não ocorre pela primeira vez, não se trata de primeira investidura na carreira.

Poderia porém - é essa a indagação que se faz, a essa altura - passar o escrevente a serventuário, independentemente de concurso? Para responder a essa questão, o Sr. Humberto Junqueira examinou o alcance do art. 9.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A norma em apreço, conforme acentuou, tem caráter transitório e portanto a sua vigência se exaure com o cumprimento do que nele vem disposto. No momento em que a Assembléia regulou em definitivo o provimento das serventias, bem como a matéria de promoção a aposentadoria dos servidores da justiça, o que fez mediante a lei 819, nesse momento o art. 9.º teve a sua vigência encerrada. Passou a vigorar, de então em diante, a legislação editada, e esta instituiu a carreira. Dispositivo algum, de natureza constitucional, existe, determinando que as serventias da justiça sejam providas tão somente mediante concursos de títulos e provas. Assim já entendeu o próprio Supremo Tribunal Federal, que acentuou que a vigência do art. 9.º ficara vinculada à promulgação de lei ordinária a respeito da matéria. Demais, a própria redação do dispositivo não deixa margem a dúvida,, quanto à exatidão do entendimento indicado.

Salientou, ademais, o magistrado, que o dispositivo proibiu foi a nomeação sem concurso, fato que era comum ao período que se estendeu até 1947. Outra, bem diferente, é porém a situação do escrevente. Ele ingressa na carreira mediante concurso. No caso, não se cogita de ingresso, mas sim de promoção, e para promoção, em caso algum, se exige concurso. Mesmo que se admitisse que o art. 9.º ainda continua a operar efeitos, ainda assim Dão seria possível vislumbrar colidência entre ele e a lei 4.432. Aquele exige o concurso para ingresso na carreira; esta instituiu um sistema para avaliação de pontos, para efeito de promoção. São coisas inteiramente diferentes, portanto.

Desde que não havia preceito constitucional a impedir a instituição de semelhante sistema, nada obstava que o legislador ordinário estabelecesse normas como as que se contêm na lei 4.342, O Sr. Humberto de Andrade Junqueira, por último, acentuou que, não obstante a lei questionada contenha defeitos, é fora de dúvida que também contem grandes vantagens. O que ela fez foi estabelecer um sistema de preferência, tendo em vista a capacidade pessoal, a experiência o tirocínio para o exercício da função. Correspondeu, assim, a um legítimo interesse da coletividade, para a qual o funcionamento eficiente das serventias de justiça é da maior relevância.

Manifestaram-se inteiramente de acordo com as razões acima registradas os des. Sousa Nogueira e Pedro Chaves, ficando vencido o relator, des. Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, que entendia que a lei 4.342 colidia com a norma do art. 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e conseqüentemente era inconstitucional.

A segurança foi assim denegada, proclamando o Tribunal a validade do diploma e também das nomeações feitas com base nele.

NOTA: Este acórdão foi confirmado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

CONFIRMADO PELA JUSTIÇA ATO DO GOVERNADOR PAULISTA

Rio, 26 (Sucursal) - O Supremo Tribunal Federal, por 7 votos contra 2, declarou constitucional a lei paulista n.º 4.342, de 1957, relativa a provimento de ofícios de justiça. Votaram contra, os ministros Luiz Galotti, relator, e Ribeiro Costa. Foi vencedor o voto do ministro Ari Franco, que afirmou não ter havido desrespeito à lei de organização judiciária. Não houve alteração de comarca, de juizes, nada disso. A forma de provimentos dos cargos não importa em invasão da seara do tribunal paulista.

A matéria foi apreciada através de recursos contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que negou mandado de segurança a Eurídice de Toledo e outros, escreventes de cartórios da Justiça de São Paulo. Estes alegaram a inconstitucionalidade da lei 4.342, em que se baseou o governador de São Paulo para nomear Orlando Gulo, escrevente do 2.º Ofício da Comarca de Limeira.

Informações Várias.

FRANQUIA POSTAL

Carta enviada pelo Sr. Sylvio Guimarães, Oficial do Registro Civil de Rancharia, ao Diretor Geral dos Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro.

"Rancharia, São Paulo, 5 de fevereiro de 1958.

Exmo. Sr. Dr. Diretor Geral de Correios e Telégrafos Rio de Janeiro.

- Dirijo-me a V. Excia., com a devida vênia, para formular a seguinte consulta: De acordo com o Decreto 6.109, de 13/8/1949 e Circular n.º 177, de 13/10/1949, da D. R. São Paulo, as comunicações ex-officio, que nós Oficiais do Registro Civil, somos, por lei, obrigados a comunicar as ocorrências havidas no Registro Público das Pessoas Naturais, de acordo com o artigo 114, do Decreto Federal n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, gozavam da franquia postal, por se tratar de assunto de interesse do País. Nessas condições, nós Oficiais do Registro Civil, ao enviarmos ao Sr. Agente do Correio tais comunicações, as relacionávamos, protocolando-as; devidamente, sem ter havido qualquer reclamação por parte dos Srs. Agentes de Correio. Acontece, entretanto, que ultimamente, certos Agentes de Correio tem devolvido ditas comunicações, alegando que deixaram de entregar aos destinatários, Oficiais do Registro Civil, porque as mesmas estão sujeitas a taxa de Cr\$ 2,50. Verificando que é apenas um número muito pequeno de Agentes de Correio que assim tem procedido, quando a sua maioria continua entregando ditas comunicações aos seus destinatários, lembrei-me de formular a V. Excia. a presente consulta, única autoridade capaz de resolver o impasse criado por essa minoria de Agentes de Correio, a fim de que fique solucionado essa pendência, que como vê V. Excia. é de caráter geral e assim sendo, a sua decisão resolverá o problema criado. Aguardando a resposta, aproveito do ensejo, para reiterar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. O Oficial do Registro Civil, (as.) Sylvio Guimarães ".

Cópia do ofício, resposta:

"Ministério da Viação e Obras Públicas - Departamento dos Correios e Telégrafos - Diretoria de Correios - 2.ª DC 4.091 - Em 11 de abril de 1958 - Do Diretor de Correios ao Sr. Sylvio Guimarães, Oficial do Registro Civil de Rancharia, Est. São Paulo - Assunto: - Em referência ao ofício de 5-2-58, desse cartório, em que é feita consulta se a correspondência postada pelos Cartórios do Registro Civil gozam da franquia postal, cumpre-me informar-vos de que a correspondência para fins militares, eleitorais e estatísticos, procedente de Cartórios de Registro Civil, só está isenta de franquiamento quando for endereçadas as autoridades encarregadas dos respectivos serviços. Cordiais saudações. (as) Joaquim Viana - Diretor de Correios - Proc. 9 022/58 18-13-3 - SA/MFS".

PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE RURAL

A Secretaria da Fazenda informa:

Na escritura de aquisição de pequena propriedade rural, cujo valor não exceda de Cr\$ 200.000,00, o imposto de transmissão pode ser pago em prestações.

É o seguinte o dispositivo do Código de Impostos e Taxas que outorga esse direito:

"Livro IV

"Artigo 58 - Nas promessas ou compromissos de compra e venda de imóveis de residência, cujos valores não excedam aos mencionados no § 1.º deste artigo, para morada do promitente comprador ou compromissário com sua família, desde que estes não sejam proprietários de outro imóvel urbano no lugar de seu domicílio, estipulado o pagamento do preço em prestações, poderá o imposto devido ser pago em parcelas proporcionais a essas prestações."

.....

.....

§ 3.º - A faculdade prevista neste artigo se estende às promessas ou compromissos de compra e venda de terras rurais, de valor não superior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), compromissário que não possua outro imóvel no lugar de seu domicílio.

§ 4.º - Aplica-se ao cessionário dos direitos decorrentes da promessa ou compromisso de compra e venda o disposto neste artigo.

"Para obtenção desse benefício, é indispensável que seja feito requerimento à autoridade competente, já tendo sido dadas instruções às Coletorias, Postos de Arrecadação e Postos Fiscais do Estado que, forneçam aos interessados, com rapidez e eficiência os esclarecimentos que lhes forem solicitados, bem como a assistência que for necessária.

DOS LEITORES

Do Sr. Armando Costa Magalhães, diretor da Associação dos Serventuários da Justiça, recebemos a seguinte carta:

Sr. redator. Sob o título "Loteamentos clandestinos" publicou "O Estado de S. Paulo" considerações sobre providências solicitadas pela Comissão do "Plano Diretor da Cidade" ao exmo. Sr. desembargador corregedor geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Se antes do "exame do recente levantamento aerofotogramétrico da área urbana da Capital" tivesse a Municipalidade cumprido o seu dever de fiscalização da fiel aplicação das exigências da legislação municipal e organizado os seus serviços administrativos de publicidade (fornecimento pronto, perfeito e completo das mudanças de denominação de logradouros públicos, suas alterações de numeração e desmembramentos) não se encontraria a Capital no estado em que está.

Mas é de praxe transferir para os Cartórios a responsabilidade de tudo o que acontece de mal,

quer tenham ou não que. ver com o assunto, quer exista ou não o fato, como os denominados loteamentos clandestinos, que na realidade não existem.

Senão vejamos: se antes do exame do levantamento aerofotogramétrico tivesse a ilustre Comissão do "Plano Diretor da Cidade" examinado o texto da lei, verificaria que só há obrigatoriedade de inscrição pelos seus proprietários no livro 8 (Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e seu regulamento) nos termos dos seus considerandos a serem vendidos por oferta pública, mediante pagamento do preço a prazo em prestações sucessivas e periódicas.

Convém reproduzir aqui o art. 1.º: "Os proprietários ou co-proprietários de terras rurais ou terrenos urbanos, que pretendam vendê-los, divididos em lotes e por oferta pública, mediante pagamento do preço a prazo em prestações sucessivas e periódicas, são obrigados, antes de anunciar a venda, a depositar no cartório do registro de imóveis da circunscrição respectiva. " Logo, os loteamentos sem oferta pública e mediante o pagamento do preço à vista não estão obrigados à inscrição e nem por isso são clandestinos ...

Outra circunstância que não deve ser omitida é a de que a inscrição dos loteamentos para venda a prestações e por oferta pública se iniciou em 1938 e para os loteamentos que então estavam em curso de venda não existe a obrigatoriedade da aprovação municipal.

Se decidia houve foi da Municipalidade que nunca aplicou as suas posturas pela fiscalização, que expede alvarás para conservação de obras clandestinas e outorga anistia aos infratores, por interesses políticos.

Os oficiais dos registros de imóveis nada têm com a fiscalização dos loteamentos e, sujeitos à legislação federal, aplicam-na, na sua limitação.

A lei federal regulou as exigências da inscrição e dos contratos e os direitos de obrigações dos contratantes. O mais incumbe às municipalidades, aos seus serviços de urbanismo, de fiscalização e publicidade.

Tente o amigo redator obter da Prefeitura uma certidão, seja ela de impostos, de mudança de denominação ou de numeração e então poderá constatar a que percalços estará sujeito o interessado para obtê-la e se sempre a obterá?

Não deve ainda passar sem reparo que nada têm os serventuários também com os grilos e com os loteamentos das terras devolutas.

A própria lei do loteamento no seu art. 12 prevê e regula a condição resoluta da legitimidade e validade do título de domínio.

E, finalmente, ainda estão sujeitos no seu procedimento os oficiais dos registros de imóveis às sentenças judiciais resultantes das dúvidas suscitadas pelas suas exigências, decisões essas que têm caráter normativo para todos os casos idênticos e em todos os ofícios.

Como vê, a raiz do mal é outra e, consequentemente, outro é culpado: o próprio Município, por seus representantes.

Grato pela divulgação desta, na mesma seção, subscrevo-me etc..".

"O Estado de S. Paulo", 2/7/58.

JUÍZO DE DIREITO DA 20.ª VARA CRIMINAL
AUTORA - A Justiça Pública - RÉU Daniel de Arruda Furtado
SENTENÇA

A peça acusatória imputa a MARCOS ANTÔNIO ALVES, RIBEIRO FILHO e DANIEL DE ARRUDA FURTADO o delito previsto no art. 299 c/c. o art. 25 do Código Penal. Em relação ao segundo

nomeado também o delito previsto no art. 304 do mesmo Código.

Menciona-se que a certidão de fls. 11-12, então 4-5, foi fornecida pelo primeiro nomeado em 28 de Maio de 1951, e utilizada pelo segundo para efeito de contagem de tempo de serviço. Em seguida passa a denúncia a mencionar a decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Dr. Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, concluindo por afirmar que dita decisão, demonstra a falsidade da certidão aludida.

A denúncia conclui afirmando que o acusado Marcos Antônio Alves Ribeiro Filho, praticou o crime de falsidade ideológica e Daniel de Arruda Furtado participou da falsificação, cooperando na feitura de dito documento.

Foi a denúncia recebida (fls. 2).

Os acusados foram regularmente citados, conforme se vê no mandado de fls. 119.

A fls. 117, o acusado Antônio Alves Ribeiro Filho, pediu que fosse adiado o seu interrogatório por pretender impetrar ao Egrégio Tribunal de Justiça um "habeas-corpus", visando sua exclusão da denúncia. Esse pedido foi deferido pelo M. Juiz em exercício (fls. 118). O outro acusado, dirigiu pedido idêntico, ou seja, adiamento, alegando que deferido o outro pedido seria de conveniência para a Justiça processar os dois interrogatórios no mesmo dia. Esse pedido foi deferido na própria petição pelo M. Juiz em exercício.

Feita nova designação, não se fizeram os interrogatórios no dia designado. O despacho de fls. 121-122, acentua que os acusados não foram citados.

A fls. 123, o acusado Antônio Alves Ribeiro Filho pede seja novamente adiado o seu interrogatório, provando haver impetrado a ordem de "habeas-corpus" e pretendendo aguardar a decisão superior. O M. Juiz em exercício deferiu esse pedido (fls. 126). O outro acusado Daniel de Arruda Furtado, por força da ausência do outro réu, pediu para não ser interrogado. O M. Juiz em exercício, mandou juntar essa petição, sem contudo examinar o mérito. É certo, porém, que o interrogatório não foi feito.

A fls. 129, consta pedido de informação do exmo. Sr. des. Presidente do Egrégio Tribunal, tendo em vista o "habeas-corpus" impetrado pelo denunciado Marcos Antônio Alves Ribeiro Filho. A cópia das informações enviadas constam a fls. 147-148.

A fls. 149, consta ofício do exmo. Sr. desembargador, requisitando o processo. Com as cautelas precisas foi o processo enviado à Superior Instância.

Na Superior Instância, foi junto ao processo a cópia autêntica do v. acórdão proferido. FOI CONCEDIDA A ORDEM POR QUATRO VOTOS CONTRA QUATRO, ficando pois, excluído da denúncia o acusado Marcos Antônio Alves Ribeiro Filho.

O processo foi enviado a este Juízo e, em consequência, cumprido o v. acórdão.

O despacho de fls. 153, designou dia e hora para a intimação, ou melhor, citação do acusado Daniel de Arruda Furtado. Esse mandado foi regularmente cumprido e o acusado interrogado (fls. 155).

Designado o prosseguimento, foi também expedida carta precatória para a comarca de Santos, onde deviam ser ouvidas três testemunhas.

Em consequência da representação e despacho de fls. 159, organizou-se o segundo volume.

Em apenso ao primeiro volume está a sindicância levada a efeito na comarca de Santos por determinação do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

O 2.º volume se inicia com um pedido do acusado para se oficial ao Instituto de Previdência do Estado. A fls. 162, há outro pedido no sentido de se oficial ao exmo Sr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior e a fls. 63 outro pedido no sentido de se oficial à Corregedoria Geral da Justiça. Esses pedidos foram deferidos.

A fls. 164-165, está a defesa prévia. Oito testemunhas - foram arroladas. Pediu-se também se oficiasse a vários magistrados, inclusive ao prolator desta, na ocasião em gozo de licença-prêmio.

Com a defesa prévia vieram para os autos os documentos de fls. 166-236.

A fls. 249, consta ofício do I.P.E. e, a fls. 255, ofício da Secretaria da Justiça.

A fls. 254, pede o acusado permissão para mandar tirar fotocópia do processo do I.P.E. Esse pedido foi deferido, estando a fotocópia a fls. 259.

Consta a fls. 257, ofício do M. Juiz da 1.8 Vara dos Feitos da Fazenda Estadual.

A fls. 262, pede o acusado sejam ouvidas testemunhas referidas, estando o depoimento da primeira testemunha, a fls. 251-252 v. O despacho de fls. 265, relegou para ocasião oportuna o exame do pedido de fls. 262.

Na comarca de Santos foram ouvidas três testemunhas (fls. 276-277 v.)
O depoimento da segunda testemunha, consta a fls. 263-264 v.

Terminada a prova de acusação, foram expedidos ofícios aos magistrados arrolados como testemunhas. Houve entendimento pessoal do prolator desta com os magistrados, ficando acertado dia e hora para a prestação de tais depoimentos. Também se providenciou a comunicação a um ilustre advogado arrolado como testemunha, bem como ao Sr. Escrivão de Corregedoria Geral da Justiça.

De fls. 282 "usque" 284 v., consta o dito de três testemunhas. Segue-se requerimento de defesa no sentido de ouvir as demais testemunhas. Esse requerimento foi deferido.

A fls. 290-291, consta o depoimento de mais duas testemunhas, e a fls. 293-295, o dito de mais duas testemunhas, num total de sete.

As testemunhas arroladas pela defesa foram em número de oito. Foram ouvidas sete. Não se insistiu em relação a outra que se diga estaria impedida de depor por ser o prolator, desta que também deixou de se manifestar a respeito quando solicitado, por dever reassumir o exercício breve.

No prazo do art. 499 do C.P. P., foram requisitadas certidões referentes ao acusado. As respostas estão a fls. 298 e 299.

As alegações do Dr. Promotor estão a fls. 300. Sua Senhoria se limitou a dizer que parecia provada a responsabilidade do acusado, pedindo assim a sua condenação.

A defesa falou a fls. 301-357. A fls. 258, consta um recorte do Diário da Justiça da União. Segue-se um documento em fotocópia do I. P. E. S. P. e três certidões de nascimentos de filhos do acusado.

A defesa foi longa. Consta de cinquenta e sete páginas datilografadas em um só lado. Inicia com uma explicação preliminar, passando em seguida a examinar o caso dos automóveis da Praça Clóvis Beviláqua para, em continuação, abordar o verdadeiro motivo da demissão do denunciado. Em seguida, aborda a infração e o seu autor, a sindicância, a denúncia que examina sob três tópicos. Passa em seguida a mencionar a estada em Santos. Em seguida vem outro título mencionado "como se desmascara o impostor". Estuda a seguir o depoimento dos

magistrados, escrivão e advogado para. concluir com jurisprudência que cita e conclui dirigindo um resumo da defesa ao julgador para demonstrar que não houve o delito. Conclui citando o jurista FRANCISCO LUIZ.

O caso dos autos é simples, embora estejamos diante de um processo em dois volumes e com alegações de defesa longas historiando os fatos.

À acusação pública cabe provar o delito e a responsabilidade criminal de seu autor. No caso dos autos, entretanto, a acusação, ao arrazoar o processo, disse, apenas, que parecia provada a acusação. Nesses termos pediu a condenação.

Ocorrendo com o julgador aquilo que ocorreu à acusação, é bem de ver que jamais poderia ser o acusado condenado. Uma sentença condenatória se assenta sobre um fato que não paira dúvida e na certeza da responsabilidade do seu autor.

Nos autos, entretanto, os fatos se esclareceram. O processo nasceu em consequência da sindicância. A processada na Comarca de Santos e nesta Capital e constante dos autos, se verifica que o acusado não compareceu para assistir os depoimentos. Não foi, aliás, determinada a sua presença. O sindicato só se manifestou posteriormente ao despacho do exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça. Sua Excelência disse em resumo que não havia elementos positivos que autorizassem a retificação certa do tempo de serviço do acusado, afirmando que a certidão é inexata. Em seguida foi determinada a remessa dessa sindicância ao Procurador Geral para melhor apuração dos fatos e possível responsabilidade criminal de quem forneceu dita certidão e também de quem a usou.

Como bem acentua a defesa, não há nos autos prova alguma de que o acusado Daniel de Arruda Furtado houvesse participado da feitura da certidão incriminada, como sendo inexata. Essa certidão, que seria inexata, também não foi utilizada pelo acusado. Foi ela encaminhada à Corregedoria para fins de direito. Viria a ser eventualmente usada pelo acusado quando pretendesse ele obter a contagem de tempo de serviço.

A certidão mencionada será ideologicamente falsa? Não. Ela menciona que o acusado exerceu as funções de auxiliar-rasista em 1.º de Junho de 1930, até 12 de Agosto de 1948. No final do documento se menciona que o serviço era externo. É bem de ver que o acusado podia trabalhar neste ou naquele lugar, podendo pois desenvolver essa atividade no cartório ou fora dele. Tendo presente, porém, a referência feita sobre serviço externo, só se pode concluir que o acusado desempenhava esse serviço fora do cartório. Não estava por força desse trabalho, que era um trabalho de tarefa como bem se acentua, impedido de trabalhar para terceiros, nesta ou naquela comarca, como fez o acusado, trabalhando também na vizinha comarca de Santos, que sempre se atingiu com maior rapidez do que o extremo do bairro da Penha nesta Capital. O dever do acusado seria cumprir a tarefa confiada, E não consta que isso deixasse de fazer.

No tocante à essa atividade, informa o ex-escrivão e hoje juiz do Tribunal Militar do Estado, de que o acusado trabalhava em serviço de datilografia desde o tempo do seu antecessor, Dr. Paulo Campos Sales, ou seja, há mais ou menos 18 anos.

O acusado excluído do processo informa, a fls. 294 v.-295, que o acusado teria sido recomendado a ele, funcionário do cartório, pelo então juiz da 6.ª Vara Cível, hoje correspondente à 11.ª. O acusado, segundo esse informe, teria iniciado sua atividade em Junho de 1935.

Perante o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, fez o escrivão Dr. Valdomiro Lobo da Costa comunicação de que o acusado, então escrevente habilitado e isso em 4 de Maio de 1950 iniciou a sua atividade no cartório em 1.º de junho de 1930 (v. fls. 259).

Como se acentuou, há nos autos elementos para se afirmar que a certidão, nas condições em que está vazada, não contém Inexatidão. Haja vista o que afirmou o ex-escrivão e hoje magistrado, Dr. Valdomiro Lobo da Costa, já citado. Declara ao Instituto de Previdência já

referido, como data no início da atividade do réu, 1.º de Junho de 1930 (fls. 259). No documento de fls. 211 declara que o acusado presta serviços ao cartório desde o tempo do então escrivão Dr. Paulo de Campos Sales, declarando em seguida que esse tempo é de mais ou menos dezoito anos. Em Juízo afirma que, ao assumir o cargo de escrivão, no ano de 1940, ali encontrou o acusado trabalhando como copista e rasista. A certidão que seria inexata está em harmonia com os informes e dados fornecidos.

Não paira, dúvida, atendendo ao que consta, haver o acusado desempenhado a função de auxiliar-rasista no cartório do 11.º Ofício Cível desde o 1.º de Junho de 1930 até 12 de Agosto de 1948, em cuja data foi nomeado escrevente juramentado e de cujo cargo foi posteriormente exonerado, dando causa à ação cível proposta e que o acusado logrou vencer em toda a linha. Isso consta dos autos.

Os depoimentos colhidos no processo, evidenciam atividade do acusado para terceiros, o que não estava impedido de fazê-lo mercê de suas funções. Os ilustres magistrados ouvidos, inclusive o Escrivão da Corregedoria Geral, fazem referências à competência e dedicação do acusada como escrevente, desconhecendo a existência de fato ou ato que possa desabonar a conduta do mesmo.

As test. de acusação, permitiram que se esclarecesse o contrário do que diz a acusação, que dita certidão não é ideologicamente falsa. O que consta de dito documento foi afirmado pelo magistrado Dr. Valdomiro Lobo da Costa ao Instituto de Previdência e em resposta a uma carta que lhe foi dirigida pelo Dr. Jugurtha Pereira de Artiaga. Em Juízo esse ilustre magistrado confirmou a atividade do acusado ao tempo do Dr. Campos Sales como escrivão, de onde se obtém a, data através do tempo em que esse magistrado assumiu a serventia do cartório. O outro ex-acusado fala da recomendação que lhe fizera o então Juiz da 11.ª Vara, em Junho de 1935. Aqui, seria o caso de se dizer que a recomendação feita só pode abonar o acusado que já desempenhava a função de rasista. Esse ilustre magistrado, que hoje ornamenta a Superior Instância, outra coisa não fez senão procurar permitir que o acusado recebesse mais serviço, já que havia no cartório um copista e rasista interno.

A exoneração do acusado, já foi reparada com a sentença proferida no Cível. A dúvida que pesava sobre, a certidão ficou esclarecida. Ela declara aquilo que o ex-escrivão informou por escrito e verbalmente. É a palavra do então, titular do cartório, hoje pertencente à magistratura militar. O acusado, por força desse serviço, não estava impedido de trabalhar para terceiros, como efetivamente trabalhou.

Ressalta do processo uma inimizade entre o ex-acusado e o réu. Isso resultou o pedido de exoneração, que se diga, foi também formulado pelos demais funcionários do cartório sem propósito. Isso consta dos autos. É patente o estado de ojeriza que se criou contra o acusado. Os autos mencionam atitudes do denunciado em benefício da classe a que pertence, censuras a colegas seus, objeto de apreciação superior e louvada. Outros títulos apresentou o acusado, demonstrando uma vida de trabalho e dignidade com serviços prestados à classe e ao próprio Estado por ocasião da Revolução Constitucionalista.

O documento incriminado não se apresenta com o vício apontado. Ainda que tal ocorresse, não teria o acusado dele feito uso e não consta haja colaborado nessa feitura.

Nada mais seria preciso dizer para afirmar que o delito imputado não existiu. A própria acusação, ao arrazoar o feito, não afirmou a sua existência. Disse apenas parecer provada a acusação. A decisão proferida pelo exmo. Sr. desembargador Corregedor Geral da Justiça não afirmou que a certidão estaria eivada da falsidade ideológica. Disse apenas que tal certidão seria inexata porque ficara provada atividade do acusado em Santos, por períodos que mencionou. Daí a providência para se apurar possível responsabilidade criminal. Os autos esclareceram que essa atividade, que se desenvolveu pelo tempo mencionado na certidão, não estava proibida ao acusado, que assim poderia servir a terceiros por se tratar de serviço de tarefa como é a do rasista. O acusado provou que, embora exercesse atividade em Santos, não interrompeu a que exercia resta Capital e em cuja cidade não residiu e para onde ia e voltava com a facilidade que



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

todo mundo sabe.

NÃO PROVADA POIS A ACUSAÇÃO, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA PARA ABSOLVER, COMO ABSOLVO, O ACUSADO DANIEL DE ARRUDA FURTADO DA INCRIMINAÇÃO FEITA, pagas as custas na forma da lei.

Comunique-se.

P., I., R., e Cumpra-se.

Datilografei.

São Paulo, 12 de Dezembro de 1957.

JOÃO EVANGELISTA FRANÇA LEME

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS
ARMANDO COSTA MAGALHÃES
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA
SEBASTIÃO MEDEIROS
ALCIDES DE MELO VALE

Presidente
Tesoureiro
Secretário

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO -
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAES FILHO
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -
MARIO IGNACIO -
ELVINO SILVA -
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
ABEL DE REZENDE VILARES -
JOSÉ VASCONCELOS -
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Santos
Ribeirão Preto
Campinas
Capital
Santos
Capital
São José do Rio Preto
Capital
Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
REQUISITOS DA FOTOCÓPIA	3
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE S. PAULO	6
JURISPRUDÊNCIA	7
COLÉGIO NOTARIAL	8
PALAVRAS PRONUNCIADAS PELO DR. ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA NA REUNIÃO	
PROMOVIDA PELO COLÉGIO DOS TABELIÃES DO DISTRITO FEDERAL AOS 21 DE NOVEMBRO DE 1958.	8
LEIS E DECRETO.	10
LEIS FEDERAIS	10
LEIS ESTADUAIS	12
DECRETO ESTADUAL	12
PROVIMENTOS	13
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	13
ÚLTIMOS JULGADOS	16
JURISPRUDÊNCIA	17
LUCRO DECORRENTE DA CESSÃO DE DIREITO SOBRE IMÓVEL	17
ATIVIDADES JURÍDICAS E FORENSES	17
AFIRMA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA	18
CONFIRMADO PELA JUSTIÇA ATO DO GOVERNADOR PAULISTA	20
INFORMAÇÕES VÁRIAS.	20
FRANQUIA POSTAL	20
PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE	21
DOS LEITORES	21
JUÍZO DE DIREITO DA 20.ª VARA CRIMINAL	23
SENTENÇA	23
DIRETORIA	27
CONSELHO FISCAL	27
SUPLENTE	28
ÍNDICE	28

ANO XI

Nº 064 - Publicação: 01/01/1959

Colaborações

O MICROFILME NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

JOSÉ AUGUSTO MEDEIROS

Oficial Interino do 4.º Registro de Títulos e Documentos da Capital

A adoção do MICROFILME, pelo cartório do 4.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS de São Paulo, constitui, verdadeiramente, notável aperfeiçoamento e no que há de mais moderno em matéria de registro, arquivamento e conservação de documentos, já muito generalizado, com grande êxito, nas principais cortes judiciais norte-americanas.

O novo processo, sem prejuízo da sistemática legal vigente, consiste em se fotografar, em filme de 16 mm..., todos os documentos apresentados a registro, através de um aparelho especial, com capacidade para até 200 fotos por minuto. Depois de revelado, poderá o microfilme ser

examinado pelas partes em outro aparelho especial, dotado de tela ampliadora na qual o documento microfotografado aparece em tamanho duas vezes maior que o original. Desta maneira poderão ser facilmente observadas todas as minúcias, confrontadas as assinaturas, descobertas as falhas ou rasuras que por ventura contiver o documento original. Se a parte, assim o desejar, o cartório fornecerá, sob a forma de certidão, cópia fotográfica ampliada do documento registrado, à semelhança de uma fotocópia, a qual terá a força de prova documental direta.

A iniciativa que teve o cartório do 4.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS de adotar esse moderníssimo sistema de registro, não veio em nada alterar o tradicional processo regulamentar, nem contrariar a nenhum dispositivo de lei; antes, pelo contrário, encontrou pleno apoio em nossa legislação sobre registros públicos e em especial no art. 168, § 1.º, do Decr. Fed. 4857 de 9/11/1939, que faculta às partes deixarem arquivado em cartório o documento original, "ou a sua fotografia, autenticada pelo oficial". Tudo isto foi muito bem compreendido pelo exmo. Sr. Desembargador SEBASTIÃO DE VASCONCELOS LEME, digno Corregedor Geral da Justiça do Estado, o qual, em despacho publicado no "Diário Oficial" de 26 de outubro de 1958, aprovou plenamente p, adoção, feita pelo citado cartório, da microfilmagem como, complementarão, aperfeiçoamento e um subsídio a mais do registro de títulos e documentos.

As vantagens que a aplicação da microfilmagem oferece, como subsidiário, complementação e aperfeiçoamento do registro público, são inúmeras, particularmente quando se considera que um dos principais objetivos do registro, além da publicidade e da autenticação de datas dos documentos, é a perpetuidade e conservação deles. Cabe aqui, entretanto, indagar qual o valor que a certidão do registro integral de títulos e documentos, uma vez impugnada, terá, por si só, desacompanhada do original; se, uma vez perdido ou deteriorado o original, tal certidão do registro de títulos e documentos terá o mesmo valor que esse original. Se se ponderar que a força probante dos documentos particulares deriva essencialmente da assinatura das partes (art. 135 do Código Civil) e que o oficial público não viu as partes lançarem as assinaturas no escrito, não podendo atestar-lhes a autenticidade, esta deve ser verificada na instância pela exibição do original, de nada valendo a certidão senão como prova do registro feito. Assim, o verdadeiro sentido em que devem ser entendidos os artigos 137 e 138 do Código Civil e o art. 168 do Decr. 4857 de 9/11/39 é que as certidões extraídas por oficiais públicos dos seus livros de nota ou registro fazem a mesma prova que os originais, isto é, que seus livros. Logo, entenda-se: pelo sistema tradicional de registro, segundo o qual é feita simplesmente a transcrição do documento apresentado, quando se diz que a certidão tem o mesmo valor que o original, está-se referindo à transcrição nos livros de onde for extraída, aos quais o oficial se reporta, mas nunca do mesmo valor que o próprio documento original, na quase totalidade dos casos inexistentes no cartório, porque já restituído ao interessado após o registro. Assim, também, entende Carvalho Santos (Código Civil Brasileiro Interpretado, Vol. III pág. 190), que diz:

"... se o original do documento não foi feito pelo notário, nem em presença dele, de modo que isso possa certificar, a certidão ou traslado não pode merecer fé, porque o notário não pode atestar e fazer plena fé senão naquilo que ele ouve, ou vê ou no que ele próprio fiz. Quando ele faz o registro, o que ele percebe é que existe um documento, que lhe foi naquela hora apresentado, mas absolutamente ele não viu o devedor assinar, e, nem ouviu dele ou das testemunhas que subscreveram o documento que realmente assinaram aquele documento. De sorte que a certidão poderá merecer fé que houve o registro do documento, mas nunca que o documento é verdadeiro. . . "

"A jurisprudência francesa está firmada no sentido de que a certidão do registro não pode substituir o título original, nem mesmo para servir de começo de prova por escrito (Dalloz, Recueil, 1896 pág. 347)". Eduardo Espínola (Manual do Código Civil, vol. III parte 3.1, pág. 342) também entende que: "... quando contestada a assinatura, elemento fundamental dos atos diretamente constitutivos das obrigações, indispensável se faz a apresentação do documento particular que foi registrado para que se faça o respectivo exame".

Em julgado do Tribunal de Relação de Minas (Rev. Forense, vol. 39, págs. 268 e 269), citado por Serpa Lopes (Tratado dos Registros Públicos, vol. II, pág. 115), confirma-se que:

"... certidão extraída do registro de um documento particular e avulso não merece a mesma fé

nem goza da mesma força probante que esse documento - Ponthier, Obrigações, vol. II, n.º 732; Planiet, D. Civil, n.º 112 Brandry, das Obrigações, n.º 2468".

Com a adoção da microfotografia a situação transformar-se-á por completo. As certidões fornecidas pelo oficial público, neste caso, terão o mesmo valor probante que os DOCUMENTOS ORIGINAIS, pois o oficial disporá de elemento, em cartório, para certificar a identidade perfeita entre o original registrado e a certidão que expedir, podendo esta ainda ser fornecida sob a forma de foto autenticada, reprodução exata e retrato fiel do original.

A respeito do assunto é elucidativo citar e transcrever o que diz o ilustre hoje desembargador Dr. MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES e, ao tempo, Juiz da vara de Registros Públicos do Distrito Federal, em seu Tratado dos Registros Públicos, obra cujo valor, pela sua consagração, não é preciso ressaltar, (pág. 115, 3.ª edição) :

"222. CASOS EM QUE A CERTIDÃO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CONTÉM O MESMO VALOR PROBANTE QUE OS ORIGINAIS - Dispõe o § 1.º do art. 168: "o apresentante de título para registro integral, poderá também deixá-lo arquivado em cartório, ou sua fotografia autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões". Em casos tais, é inegável o valor da certidão, com a mesma força probante das certidões expedidos nos termos do art. 138 do Código Civil. óbvia a razão.

O arquivamento do original ou da sua fotografia autenticada pelo oficial do registro transforma completamente a situação da certidão expedida pelo oficial do Registro de Títulos e Documentos, tonando-a idêntica à dos instrumentos e documentos lançados em notas do oficial público. No nosso entender essa exceção impõe-se lógica é intuitivamente".

Com tudo isso não se deseja afirmar que, uma vez adotado o microfilme, as certidões do registro de títulos passarão a fazer prova absoluta. O oficial não indagará da autenticidade das assinaturas, ou da validade dos documentos a serem registrados, pois isto não lhe compete, salvo suspeita de falsidade, caso em que levantará a competente dúvida. Com o novo sistema, as certidões do registro de títulos e documentos passarão a valer tanto quanto os documentos originais, nem mais nem menos. Assim o registro de títulos e documentos alcançará sua máxima expressão. A publicidade será perfeita, pois possibilitará a terceiros interessados examinar em cartório o documento na sua expressão mais autêntica, viva, como só a reprodução fotográfica pode oferecer.

Pelo sistema até aqui em vigor, toda realidade e vida dos documentos encontra-se asfixiada nos livros, descrita em palavras, que por mais precisas que sejam, nunca podem reproduzir fielmente aquilo que verdadeiramente é o documento na sua originalidade. Ocorre ainda que o atual processo é de interpretação, principalmente quando manuscritos os documentos, cabendo ao escrevente transpor do papel para o livro aquilo que ele supõe ver, aquilo que ele pensa existir. Quantas vezes a falta de uma vírgula, de uma letra ou palavra, muda completamente toda uma situação. Com o microfilme tudo isto seria corrigido, pois, ao lado da transcrição, completando-a, existirá sempre a cópia autêntica e exata daquilo que se encontra friamente descrito.

Quanto à perpetuidade e conservação dos documentos, o ,que já foi dito é mais do que elucidativo. Tudo o que até agora se fez, nada representa. Verdadeiramente até hoje não houve coisa que se pudesse chamar de perpetuidade. As partes mesmas, registrando seus mais raros e importantes documentos, não podiam descansar despreocupadas, pois, se os perdessem, poderiam ver-se prejudicadas, de pouco lhes valendo o registro feito.

A IMPORTÂNCIA DAS COMUNICAÇÕES E ANOTAÇÕES

SILVIO LUCIANO CARUSO

Nuporanga - Oficial do D. Civil

O art. 114 do Dec. n.º 4.857,, de 9 de novembro de 1939, dispõe o seguinte: Sempre que fizer o Oficial algum registro ou averbação. deverá obrigatoriamente, anotá-lo nos atos anteriores, se lançados em seu cartório; em caso contrário, fará comunicação com o resumo do assento ao

oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre a forma prescrita no art 107.

O art. 116, do mesmo Decreto, diz: Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, serão responsabilizados civil e criminalmente nos termos dos arts. 207, n.º 4, e 210, do Código Penal, pela omissão ou atraso da remessa das comunicações a outros cartórios.

Não é necessário dizer-se das consequências que advirão do atraso ou a não remessa das comunicações. Entretanto, para demonstrar a importância na regularidade do cumprimento do que dispõe o art. 114 do citado Decreto, relatarei um fato que há tempos ouvi num programa radiofônico, Salvo engano, intitulava-se "Encontro com a Justiça", e em resumo é o seguinte: Um cidadão perdeu a certidão de nascimento. Meses depois dirigiu-se ao Cartório onde havia sido registrado afim de obter outra, necessitando que estava desse documento, para se casar; qual porém, não foi seu espanto ao ouvir a informação do Oficial de que à margem do termo constava ser casado. Isto, o deixou aturdido. Casado?! Mas, como!

... Se era solteiro e, só agora pretendia contrair matrimônio. Suspeitou, então, de que outro se servira de sua certidão e contraíra matrimônio, o que na verdade acontecera, conforme confirmação posterior.

Este fato vem provar a grande importância das comunicações e anotações. Em virtude delas, descobriu-se um crime. Se houvesse atraso ou omissão na remessa da mesma, o fato ficaria encoberto, mesmo porque, outra certidão teria sido extraída sem a anotação, e duas pessoas estariam casadas com uma mesma certidão, o que vale dizer, com o mesmo nome - idade - filiação - naturalidade - data de nascimento, - registradas sob o mesmo número, livro e folhas, o que seria um absurdo, mesmo sendo gêmeas.

As remessas das comunicações, não só à outros cartórios, como também ao Departamento do Arquivo do Estado devem ser feitas logo após o ato, e, não meses depois, conforme as vezes acontece. Para completar-se é de toda conveniência que se faça constar à margem dos termos que deram origem as comunicações e anotações, o seguinte: Comunicado ao Oficial do R. Civil para anotação no livro às filhas termo a realização do casamento de F. com A. (ou o falecimento de D.). Comunicado ao Departamento do Arquivo do Estado de . . . para anotação no talão etc.. . . Comunicações números Ou então, quando for o caso", anotado neste cartório no livro tal, as filhas ... termo ... a realização do casamento de F. com F., etc.

Nuporanga, 6-1-59.

REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTOS

ANTONINO CINTRA

Ribeirão Pires

A matéria não é nova, e temos em causa Uma das partes fundamentais da instituição que criou o Registro Civil das Pessoas Naturais. Parte que ainda não está correspondendo aos ditames de sua justa finalidade, havendo muita coisa para se pôr no eixo, porque nem tudo está correndo em mar de rosas. Pode-se mesmo afirmar, e isto sem o menor prazer de crítica, mas de simples reparo que, na ordem do serviço, não há uniformidade em alguns cartórios, que não passa de casos esporádicos, é certo, mas em desacordo com as exigências estabelecidas pela lei conforme passaremos a demonstrar, sucintamente, nestas simples notas. Pois não obstante as instruções contidas nos Provimentos da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, dos postulados do Código Civil e mesma da lei de Registros Públicos, que são grandes fontes subsidiárias, muita coisa há a acertar quanto aos assentos dos registros de nascimentos. Felizmente o caso não é generalizado, pelo menos assim parece, mas há casos de tremendo dislate, notadamente no que se refere a legitimidade e ilegitimidade das crianças levadas a registro. É intuitivo que todo registro levado a cartório não deve nunca exceder às três classificações seguintes: filiação legítima, ilegítima e exposta. Entretanto se há excedido em alguns casos, destas três classificações, pontuando-se com termos não mais existentes. Pelo casamento civil dos pais, na vigência do registro civil, os filhos serão sempre legítimos. Os pais casados anteriormente à lei

do registro civil, religiosamente, os filhos são legítimos, quando então a certidão de batismo é que servia para comprovar a idade. Filhos ilegítimos, são todos aqueles que tiveram a infelicidade de nascerem provenientes de uniões ilegítimas. Serão considerados ilegítimos filhos de pais casados na vigência da lei civil, excetuados aqueles onde houve a interferência da lei 379 de 16-1-37 ou da lei do mesmo gênero n.º 1.110 de 23-5-50. (Sobre estas duas leis escrevemos trabalho que foi publicado no "Boletim" n.º 44, para o qual estamos enviando este pequeno trabalho). Com referência aos filhos adulterinos e incestuosos, que são ilegítimos, ouçamos o que dizem os mestres mais autorizados de nossa Jurisprudência. Antes, porém, passamos a revelar uma nota interessante: pais de uniões livres, solteiros, viúvos, e comprovadamente adulterinos, teimosamente, se empenham para que o escrivão ou oficial que fizer a lavratura do termo, faça consignar que eles pais consideram legítimos os filhos! Estes casos se repetem muito, de preferência na zona rural. Cremos impossível que escrivão bem alerta do que tem a fazer vá cair numa esparrela deste quilate. E, a propósito aqui vem bem à pêlo a luminar resposta para o caso do imortal codificador de nosso Código Civil, Clóvis Beviláqua: "O nosso Código pela sua aparente severidade, não pode a lei conestar uniões incestuosas, adulterinas, criminosas, tismadas ou poluídas pela má fé de ambos os contraentes, que não trepidam em transpor audazmente as barreiras da moral, embora acomodados a um simulacro de casamento". Tivemos ocasião de constatar registro de nascimento, dando-se ao registrando a denominação de filho "adulterino", quando é certo que no assentamento não comporta mais esse qualificativo. Assim como tivemos em mãos uma certidão de dois gêmeos que foram registrados num só assentamento, quando é caso de registros separados, e seja quanto for o número de gêmeos. Com referência ainda aos filhos incestuosos e adulterinos, vejamos o que diz Washington de Barros Monteiro: "excluiu o Código de modo expresso, do reconhecimento art. 358) com o tempo, entretanto, foi se abrandando o rigor do texto em questão. Assim é que, primeiramente o decreto-lei n.º 4.737 de 27 de setembro de 1942, veio permitir o reconhecimento dos filhos de cônjuges desquitados. Realmente, o aludido diploma consentiu que o filho havido fora do matrimônio pudesse, depois do desquite, ser reconhecido ou demandar que se declarasse a sua filiação". "Direito da Família" do mesmo catedrático". Conclui-se desta luminar exposição, que não havendo dissolução da sociedade conjugal pelo desquite, todo o filho havido fora do legítimo matrimônio, é adulterino, e portanto ilegítimo. Para não alongarmos o presente trabalho, deixamos de transcrever sobre o mesmo assunto manifestações de Serpa Lopes e de outros autores. Entendemos que para os oficiais menos avisados, não cometerem confusão no serviço, devem seguir à risca as instruções contidas a respeito do assunto nos Provimentos das Egrégias Corregedorias de Justiça, tendo sempre também em vista a lei 883 de 21-10-1949. E, assim fazendo, estarão seguindo os trâmites legais e sem desdouro às incorreções e incongruências que por seu turno desnaturara a limpidez dos trabalhos. Quanto ao registro de nascimento fora do prazo conforme dispõe a lei n.º 765 de 14 de julho de 1949, o oficial do registro nunca deve prescindir dos despachos dos Juizes de direito, Corregedores Permanentes da comarca, quando o registrando for maior de 12 anos. Já anotamos no caso uma inobservação. Mesmo os casos que o escrivão lavrar desnecessários de despachos da autoridade referida, não se esquecer de lavrar uni atestado que deve ser assinado por duas testemunhas qualificadas, à parte e de preferência aquelas que assinaram no termo do registro. A margem dos assentamentos a necessária anotação que comportam os casos referidos.

Levamos ao conhecimento dos senhores associados que a d. Dulce Bittencourt Cintra, funcionária da Secretaria da Justiça, organizou uma coletânea de leis e decretos, contendo matéria - que é de grande interesse dos servidores da justiça e cuja renda será empregada em obras assistências.

Esse folheto poderá ser procurado nesta Associação ou com a interessada, a partir do mês de agosto.

UM ABSURDO A CONTAGEM DE PONTOS

J. SOARES

É um absurdo, podemos dizer sem receio de erro, a lei que especifica a contagem de pontos para concurso do serventuário em exercício de cargo eletivo. A lei em referência somente conta pontos para aposentadoria, não o fazendo para concurso de remoção e promoção.

Estará isto certo? Lógico que não. Os pontos deverão valer em todo o sentido, na sua plenitude, isto é, para aposentadoria, promoção e remoção. Devem ser considerados como outros quaisquer, e não devem ter ou deixar de ter valor para determinadas circunstâncias.

Por um princípio de igualdade ser-nos-á difícil concordar com o espírito estabelecido na lei em causa, e temos certeza de que os nossos colegas também estarão conosco, neste momento, protestando contra esse mandamento, que não corresponde à realidade dos fatos.

Se no Judiciário, o Serventuário luta em benefício da sociedade, mais ainda estará lutando em outro setor para o engrandecimento da Pátria, como no Legislativo ou Executivo. Se assim é, não há razão plausível para contar pontos em determinado ângulo. Valem ou não valem os pontos? Nós achamos que sim e neste caso, deverão ser computados com seu valor exato e não condicional como se procede.

Se o nosso Estado é líder de federação, se é o que tem a mais bem organizada lei dos Serventuários (embora com falhas), desejamos que estas falhas sejam sanadas, que não perdurem eternamente, em detrimento de interesses de milhares de funcionários, para podermos gozar plenamente dos direitos e sermos o melhor entre os melhores, pois, como está, não é possível continuar, senhores.

Em tudo, o que se verifica, é uma discriminação ilógica, sem o espírito geral próprio da lei. Por acaso, o Serventuário, que exerce cargo eletivo, não presta também um serviço público relevante, como o faz à testa de uma serventia de Justiça?

Se o povo o escolhe para uma Casa Legislativa, não é essa escolha um reflexo concreto de seus serviços prestados ao público como Serventuário? Aí não se poderá negar a verdade. Porque então os pontos só são acolhidos em caso de aposentadoria e não de promoção ou remoção? Esse critério não nos parece legal, para não dizer, injusto.

As leis precisam ser revisonadas e adaptadas à realidade.

Se a lei é a fonte da justiça, não devem os funcionários da Justiça ser os mais prejudicados.

Além do mais, convém ressaltar, que na maioria dos municípios, os vereadores não são remunerados, exercendo um "munus" público gratuitamente, defendendo os direitos de uma comunidade, com sacrifício, muita vez, de seus próprios interesses.

Certas leis clamam por reformas. E esta é uma delas.

Que os pontos sejam pontos para todos os efeitos, ou então não o sejam para coisa alguma.

Discriminações incoerentes é que não podem existir. Daqui fazemos um apelo veemente aos Poderes competentes, para o que acabamos de expor.

Justiça para os da Justiça.

Leis e Decretos.

- LEIS FEDERAIS - LEI N.º 3.494 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 1958

Prorroga a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo de vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, referido no art. 1.º da Lei n.º 3.336, de 10 de dezembro de 1957, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1960, com as

alterações constantes deste último diploma e da presente lei.

Art. 2.º Os contratos de locações residenciais com a cláusula de aumento periódico do aluguel não poderão, em hipótese nenhuma, fixar percentagem de acréscimo superior a 5% (cinco por cento), por ano de vigência.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no presente artigo às locações residenciais de aluguel superior a Cr\$.... 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) mensais.

Art. 3.º Vetado.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1958, 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK,
Cyrillo Júnior.

D. União 22/12/58.

LEI N.º 3.519 - DE 30 DE DEZEMBRO DE 1958 - Modifica a Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art, 1.º A Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953, e modificada pelas Leis números 2.916, de 13 de outubro de 1956, e 2.930, de 27 de outubro de 1956, passa a vigorar com as seguintes alterações.

NAS "NORMAS GERAIS"

Alteração 1.ª:

É acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 2.º:

"§ 4.º (vetado).

Alteração 2.ª:

É substituído pelo seguinte o parágrafo único do art. 3.º: "Parágrafo único - Os papéis em idioma estrangeiro deverão ser traduzidos para o vernáculo, por tradutor público, antes do pagamento do imposto, excetuados os cheques, notas promissórias e letras de câmbio e ressalvada a faculdade constante do § 5.º do art. 83".

Alteração - 3.ª:

Ficam incluídas, entre aqueles que poderão vender estampilhas, de acordo com o art. 14, as "entidades representativas do comércio e da indústria", e elevada para 2% (dois por cento) a comissão prevista no mesmo artigo e na letra "a" do seu § 6.º.

Alteração 4.ª:

São substituídos pelos seguintes os parágrafos do art. 22: "§ 1.º Nos contratos realizados por meio de correspondência epistolar ou telegráfica, inutiliza a estampilha:

- a) o aceitante - no documento de aceitação, quando o proponente for comerciante, industrial ou produtor, ou na segunda via desse documento ou na minuta telegráfica, nos demais casos;
- b) o proponente - no documento de aceitação, quando este for expedido do estrangeiro.

"§ 2.º Quando o imposto for pago na segunda via da aceitação, na hipótese prevista, a emissão dessa segunda via será obrigatória, e caberá ao próprio contribuinte declarar no documento

original a importância e a data do selo pago, ficando este também sujeito ao imposto, como papel autônomo, se a declaração for emitida".

§ 3.º Nos atos realizados por escritura pública, inutiliza a estampilha, no livro do tabelião, a parte que assinar em primeiro lugar.

§ 4.º Nos papéis passados no estrangeiro (art. 3.º), inutiliza a estampilha a repartição arrecadadora local, salvo os casos previstos nos parágrafos anteriores ou quando se tratar de cheques, notas promissórias, letras de câmbio e outros papéis que forem indicados em circular pelo Ministro da Fazenda".

Alteração 5.ª:

É elevado para Cr\$ 100,00 o limite de que trata o art. 23.

Alteração 6.ª:

O art. 26 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Pagarão selo por verba ainda que prevista outra forma na Tabela:

- 1.º os papéis decorrentes das operações de compra e venda de câmbio;
- 2.º os saques (letras de câmbio, cheques ou outros papéis equivalentes), girados do exterior, para cobrança a cargo de estabelecimentos bancários;
- 3.º os papéis por escrito particular firmados ou emitidos pelos estabelecimentos bancários e companhias de seguros e de capitalização;
- 4.º os papéis por escrito particular firmados ou emitidos pelos estabelecimentos ou empresas de que trata o art. 29, letras "c" e "d", quando autorizados;
- 5.º outros papéis do interesse dos estabelecimentos ou empresas de que tratam os incisos 3.º e 4.º, que forem indicados pelo Ministro da Fazenda mediante expedição de circular;
- 6.º os papéis em que o selo devido exceder a importância de Cr\$ 5.000,00;
- 7.º os papéis a que se refere o artigo 47, quando se tratar de repetição anual do imposto.

Parágrafo único. O Diretor das Rendas Internas baixará instruções regulando o pagamento do selo incidente nos papéis relativos a recebimento de quantias devidas aos estabelecimentos autorizados a recolher o imposto por "verba especial" quando dito recebimento for efetuado por intermédio de seus agentes ou prepostos".

Alteração 7.ª:

Substitua-se pelo seguinte o inciso 2.º do art. 27, das Normas Gerais, da vigente Consolidação das Leis do Imposto do Selo:

"2.º - quando o selo devido exceder de Cr\$ 1.000,00".

Alteração 8.ª:

A Seção 1 do Capítulo IV passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO I

Da verba especial

Art. 28. Denominar-se-á "verba especial" a que for feita fora das repartições arrecadadoras, pelas entidades referidas no art. 29, obedecidas as normas desta Seção.

Art. 29. Pagarão selo por "verba especial":

- a) os estabelecimentos bancários;
- b) as companhias de seguros e de capitalização;
- c) as sociedades comerciais e industriais de reconhecida idoneidade que possuam capital registrado e integralizado não inferior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), mediante autorização, a título precário, dos delegados fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados, e dos diretores de recebedorias federais, na respectiva jurisdição;
- d) outros estabelecimentos ou empresas de comprovada idoneidade e capacidade financeira, a critério do Diretor das Rendas Internas.

§ 1.º As sociedades ou empresas de que tratam as alíneas c e d deverão, ao requererem autorização para usar o processo de "verba especial", oferecer prova de sua constituição,

integralização do capital mínimo exigido e quitação dos tributos federais e ainda cópia autenticada do último balanço.

§ 2.º O Diretor das Rendas Internas, resguardados os interesses do Tesouro Nacional, poderá alterar o limite de capital de que trata este artigo.

Art. 30. O pagamento do imposto por "verba especial" nos estabelecimentos bancários, e nos demais estabelecimentos ou empresas a que alude o artigo anterior, quando autorizados, será obrigatório e deverá ser feito pelo respectivo estabelecimento ou empresa, sob sua exclusiva responsabilidade, mediante registro em livro próprio, para recolhimento ao Banco do Brasil S.A., a crédito da conta "Receita da União".

§ 1.º. O registro de que trata este artigo será feito obrigatoriamente dentro de três dias úteis, contados da data da operação, e o recolhimento da importância total de cada quinzena do mês se fará nos oito primeiros dias da quinzena seguinte, ressalvado o caso previsto no art. 109 da Tabela.

§ 2.º. Quando na localidade não existir agência do Banco do Brasil, o recolhimento será feito à repartição arrecadadora local, ou, se também não existir, à agência do Banco do Brasil ou repartição arrecadadora mais próxima, da respectiva zona fiscal. Nesses casos, o prazo para o recolhimento de que trata o parágrafo anterior será de 15 dias.

§ 3.º. A Diretoria das Rendas Internas expedirá modelo do livro, que terá as indicações indispensáveis à identificação dos papéis.

§ 4.º. Poderão ser adotados livros auxiliares, correspondentes às várias seções do estabelecimento arrecadador.

§ 5.º. Nesse último caso, o livro principal registrará, diariamente, apenas as importâncias totais, discriminadas por Seções.

Art. 31. Os estabelecimentos ou empresas referidos no art. 29 declararão, nas diversas vias dos papéis que expedirem, bem como nas fichas ou registros em seu poder, a importância do selo pago.

Alteração M:

É acrescentado ao art. 32 o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda poderá autorizar a selagem por verba mediante processo mecânico, baixando as necessárias instruções.

Alteração 10.ª:

Fica suprimido o § 2.º do art. 33, passando o atual § 1.º a parágrafo único.

Alteração 11.ª:

O art. 34 fica substituído pelo seguinte:

Art. 34. O selo por verba, quando devido nos atos lavrados em livros das repartições públicas e cartórios, será pago mediante guia.

§ 1.º. Quando se referir a atos realizados em notas públicas, a guia deverá ser numerada e extraída em três vias (A, B e C) pelo serventuário de ofício, com as especificações necessárias e na mesma data da escritura.

§ 2.º. O serventuário entregará ao contribuinte, mediante recibo, as vias A e B, na data da escritura, sob pena de ficar responsável solidariamente pelo imposto e ainda sujeito à multa do art. 66, igualmente aplicável no caso de guia expedida com insuficiência do imposto ou sem as especificações necessárias.

§ 3.º. O contribuinte pagará o selo no prazo do art. 38, contado da data da escritura, sob pena da

multa do art. 65, salvo se o fizer antes de procedimento fiscal, caso em que será aplicada a revalidação do art. 62, letra b, n.º 5.

§ 4.º. Após o recolhimento do selo, a via B, com as anotações feitas pela repartição, será restituída ao contribuinte, que a entregará ao serventuário de ofício.

§ 5.º. Ao serventuário compete anexar a via B à respectiva escritura e anotar o pagamento do imposto com indicação da importância, data e número da verba, na via C e no traslado e certidões que expedir.

§ 6.º. Até o dia 15 de cada mês, o serventuário entregará à repartição arrecadadora local todas as vias C das guias expedidas no mês anterior.

§ 7.º. De posse das vias C, de que trata o parágrafo antecedente, incumbe à repartição organizar e manter perfeito serviço de catalogação e revisão das guias e do controle dos recebimentos, procedendo imediatamente contra os faltosos, quando verificar infração desta lei.

§ 8.º. No caso de dúvida quanto ao cálculo ou incidência do imposto, o serventuário entregará ao contribuinte uma cópia autenticada do ato lavrado, justificando na guia a dúvida suscitada, para que a repartição calcule o imposto. A repartição anotará na guia a apresentação da cópia do ato, a importância paga e o número da respectiva verba.

§ 9.º. Quando ocorrer a hipótese de dúvida, prevista no parágrafo anterior, em papéis sujeitos à selagem por estampilha, o imposto poderá ser pago por verba, na forma deste artigo e seus parágrafos.

§ 10. Na hipótese do § 8.º, se o contribuinte não se conformar com o cálculo ou incidência do imposto, poderá reclamar, no prazo de oito dias, contados da data da apresentação da guia e mediante depósito da quantia exigida, para a autoridade a que estiver subordinada a que fez a exigência. O depósito será feito por meio da própria guia expedida pelo cartório, na qual a repartição fará as anotações necessárias.

Alteração 12.ª:

É acrescentado ao art. 40 o seguinte parágrafo:

§ 4.º. Nos contratos de valor determinado em que houver cláusula adjeta de pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria ou prêmios de seguro, de valor ainda não conhecido, será o papel, dispensado das exigências dos §§ 1.º e 2.º deste artigo, se também for pago o selo correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da obrigação principal.

Alteração 13.ª:

O art. 45 passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os parágrafos:

Art. 45. Nos papéis em virtude dos quais, se passem, na mesma data, letras de câmbio ou notas promissórias, será levado em conta o selo pago nesses títulos, desde que tais títulos não sejam de emissão de terceiros e não tenham vencimento em branco ou posterior ao termo de vigência dos papéis.

Alteração 14.ª:

O art. 51 das Normas Gerais da Consolidação das Leis do Imposto do Selo, aprovada pelo decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953 passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o respectivo parágrafo único:

Art. 51. Não sofrem a tributação do imposto do selo os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os Municípios, ou quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29 da Constituição (§ 5.º do art 15 da Constituição).

Alteração 15.ª:

Art.

- Fica acrescentado ao artigo 52 do Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953, o seguinte item:

"Art. 52

35) Contratos e recibos relativos a direitos de autor.

Alteração 16.^a:

O § 3.º do art. 52 das Normas Gerais da Consolidação das Leis de Imposto do Selo passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º. O imposto do selo não incide sobre vencimento, remuneração, salário, gratificação, indenização ou outro provento individual do funcionário público, do extra-numerário e do empregado em atividades privadas, bem como sobre atos ou títulos referentes à sua vida funcional, inclusive recibos e certidões

Alteração 17.^a:

O art. 55 fica substituído pelo seguinte.

"Art. 55. O Banco do Brasil remeterá quinzenalmente à repartição arrecadadora local as folhas destacáveis do livro de registro de "verba especial" que deverão acompanhar as guias de recolhimento de imposto de selo arrecadado na quinzena anterior, de acordo com o art. 30.

Parágrafo único. As repartições arrecadadoras fiscalizarão a regularidade da cobrança da "verba especial" examinando, para esse fim, as listas de compra e venda de câmbio e registros, livros, fichas e mais papéis dos estabelecimentos responsáveis".

Alteração 18.^a.

Fica substituído pelo seguinte o artigo 58 e acrescentado ao mesmo artigo o § 3.º, como abaixo se lê

"Art. 58. As firmas individuais e as sociedades comerciais e industriais, os bancos e casas bancárias, as empresas de seguros e de capitalização, as sociedades civis que revestirem a fôrma comercial, as cooperativas, os leiloeiros e todos os que são obrigados a manter escrituração, não poderão escusar-se, sob pretexto algum, de exhibir aos encarregados da fiscalização dos selos os papéis e livros de sua escrituração e arquivo, ainda que guardados em armários, estantes, gavetas, cofres, casas-fortes, etc.".

"§ 3.º. Ainda no caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos onde possivelmente estejam os papéis e livros exigidos, lavrando termo desse procedimento, do qual deixará cópia com o contribuinte, não podendo a interdição ultrapassar de 72 horas".

Alteração 19.^a:

O art. 60 e seu parágrafo são substituídos pelos seguintes:

"Art. 60. Nenhum procedimento haverá contra o contribuinte que, com fundamento em interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância e no período em que prevalecer essa interpretação, tiver agido, pago ou deixado de pagar o selo.

§ 1.º. Não será passível de penalidade o contribuinte que, com fundamento em decisão de primeira instância, proferida pela autoridade fiscal da jurisdição do seu domicílio, e no período em que prevalecer dita decisão, tiver agido, pago ou deixado de pagar o selo.

§ 2.º. Ressalvados os casos de omissão de declaração ou de dolo, por parte do contribuinte, não cabe aplicação de penalidade quando a selagem do papel houver sido feita em virtude de classificação fiscal 'ou cálculo do imposto procedidos pela repartição arrecadadora, ou quando o ato houver sido praticado perante repartição pública federal".

Alteração 20.^a:

Fica substituído pelo seguinte o artigo 61:

Art. 61. O procedimento fiscal para imposição de penalidades prescreve em cinco anos, contados da data da infração.

Parágrafo único. Em se tratando de papel cujo prazo de vigência for superior a cinco anos, o

prazo de prescrição a que se refere este artigo terminará juntamente com o da vigência do papel.

Alteração 21.^a:

É acrescentada, no artigo 65, entre as expressões "ficarão sujeitas" e "à multa", a palavra "solidariamente" e elevado para Cr\$ 500,00 o mínimo da multa prevista no mesmo artigo e seu § 2.^o suprimidos os §§ 3.^o e 4.^o.

Alteração 22.^a:

Ficam substituídos pelo seguinte o artigo 66 e seu parágrafo.

"Artigo 66 - A falta ou insuficiência do imposto, quanto aos papéis passados em notas públicas, sujeita o serventuário de ofício à multa de duas vezes o valor do selo devido, a qual não será inferior a Cr\$ 500,00, além da indenização do imposto simples pelo contribuinte, ressalvados os casos previstos nos §§ 2.^o e 3.^o do artigo 34.

Parágrafo único - Os que nos registros de comércio, de imóveis, de títulos e documentos, de hipotecas ou nos registros marítimos, arquivarem, registrarem ou mandarem arquivar ou registrar papéis em que se verifique infração a esta lei, bem como os leiloeiros que não arquivarem as segundas vias de suas contas de venda, ficarão sujeitos à multa deste artigo".

Alteração 23.^a:

Passa a vigorar com a seguinte redação o artigo 67, mantidos os parágrafos:

"Art. 67 - A falta ou insuficiência do imposto quanto aos papéis em que o mesmo deva ser pago por "verba especial" (Artigo 26, incisos 1.^o a 5.^o) sujeita o estabelecimento ou empresa responsável à multa de três vezes o valor do selo devido, a qual não será inferior a Cr\$ 500,00, além da indenização do imposto.

Alteração 24.^a:

Fica elevado para Cr\$ 1.000,00 o mínimo da multa prevista no art. 70.

Alteração 25.^a:

O art. 72 fica substituído pelo seguinte:

"Art. 72 - A falta de apresentação do papel à repartição arrecadadora, para registro, no prazo a que alude o artigo 40, § 2.^o, letra a, sujeita os infratores, solidariamente, à multa de importância igual ao valor do imposto devido, assim considerando o correspondente à estimativa feita nesse papel ou, no caso de operações já iniciadas, o que houver sido apurado pelo fisco, se mais elevado, multa nunca inferior a Cr\$ 500,00.

§ 1.^o. Os que não apresentarem o papel à repartição arrecadadora no prazo de que trata o artigo 40, § 2.^o, letra b, ficarão sujeitos, solidariamente, à multa de cinco vezes o valor da diferença verificada, multa nunca inferior a Cr\$ 500,00. Se não houver diferença a cobrar, a multa será de Cr\$ 500,00.

§ 2.^o. Nas hipóteses deste artigo e do seu § 1.^o. se não houver sido pago o selo correspondente à estimativa feita, a multa será de cinco vezes o valor desse selo, ou do que for apurado pelo fisco, se mais elevado, multa nunca inferior a Cr\$ 1.000,00. Se não tiver sido feita a estimativa e não houver elementos para apurar o imposto devido, a multa será de Cr\$ 1.000,00.

§ 3.^o. Se a apresentação de que tratam este, artigo e seus §§ 1.^o e 2.^o se der fora do prazo, mas espontaneamente, a multa respectiva será reduzida de 50% (cinquenta por cento).

§ 4.^o. Se, instaurado processo e após a intimação para defesa, os infratores não apresentarem o papel registrado e a demonstração do seu valor, ficarão sujeitos, solidariamente, à multa de dez vezes a importância do selo pago por ocasião do registro, multa nunca inferior a Cr\$ 1.000,00, salvo se a repartição tiver elementos para, de acordo com o § 1.^o, aplicar multa maior.

§ 5.^o. O papel sujeito a registro, na forma do artigo 40, quando levado à repartição para outro

fim, antes de findo o prazo de oito dias, será registrado ex-officio, ficando o contribuinte isento de penalidade, salvo se, intimado a recolher, no prazo de oito dias, o imposto devido, deixar de fazê-lo, caso em que terá aplicação o disposto neste artigo ou no seu § 1.º.

§ 6.º. Na hipótese do parágrafo anterior, se o papel estiver fora do prazo de oito dias, aplicar-se-á o disposto no § 3.º.

Alteração 26.ª:

O artigo 74 fica substituído pelo seguinte:

"Artigo 74 - Ficam sujeitos à multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00, independentemente do pedido de exibição judicial e de qualquer penalidade que no caso venha a caber depois do exame, os que, previamente intimados por escrito, em prazo nunca inferior a 48 horas, se recusarem a apresentar livros ou papéis exigidos pela fiscalização."

Alteração 27.ª:

Fica substituído pelo seguinte o artigo 77.

"Artigo 77 - Incorrem na multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00 os que sob qualquer forma, embarçarem impedirem ou iludirem a ação fiscal.

Alteração 28.ª:

O artigo 78 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 78 - Incorrem na multa de:

I - Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00:

a) Os serventuários de ofício que deixarem de cumprir as disposições do artigo 34 e seus parágrafos, desde que não prevista multa mais elevada.

b) os que derem quitação em papel no qual não esteja declarado o valor recebido, sem indicar esse valor.

c) os que cometerem infração a esta lei para a qual não haja penalidade especial.

d) os que desobedecerem as formalidades prescritas nos artigos 29, 30 e 31 das Normas Gerais, e no artigo 109, da Tabela, desde que não cominada outra penalidade.

e) os que deixarem de prestar informações para fins estatísticos.

f) os funcionários públicos em geral que atenderem, informarem ou encaminharem papéis, sem que promovam a cobrança do imposto devido ou representem nesse sentido, ou no caso de qualquer outra irregularidade.

g) os que infringirem o disposto no artigo 57.

h) os licenciados para a venda de estampilhas que não mantiverem em ordem, sem rasura ou emenda, o livro previsto no artigo 14 § 6.º alínea "g"

II - Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00: os serventuários de ofício que deixarem de calcular, na guia de recolhimento, o imposto devido, com fundamento em dúvida sem justificação, ou descabida por versar assunto já resolvido pela repartição em guia anterior de sua expedição.

III - Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 4.000,00: os serventuários de ofício que deixarem de cumprir o disposto no § 6.º do artigo 34 "

Alteração 29.ª:

É acrescentado ao art. 83 o seguinte parágrafo:

§ 5.º. No caso de ação fiscal relativa a papel em idioma estrangeiro, este será traduzido para o vernáculo pelo próprio autor do procedimento, por funcionário da repartição arrecadadora local ou pessoa que esta designar. Se o acusado não aceitar como boa a tradução, poderá requerer seja feita às suas expensas, por tradutor público.

Alteração 30.^a.

Fica restabelecido o art. 85, com a seguinte redação:

"Art. 85. Julgado o processo em primeira instância, o contribuinte, conformando-se com a decisão, gozará da redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor da multa aplicada, se efetuar o pagamento das importâncias devidas no prazo de vinte dias úteis, contados da intimação, caso em que o processo considerar-se-á findo administrativamente.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o pagamento será feito mediante requerimento-guia, cujo modelo será expedido pela Diretoria das Rendas Internas".

Alteração 31.^a:

É acrescentado ao art. 91 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Tratando-se de responsabilidade solidária, será aplicada uma única penalidade, podendo o processo correr somente contra um dos responsáveis, assegurado ao que pagar o direito regressivo contra os demais".

Alteração 32.^a:

Redija-se, assim o art. 94, acrescentando-se-lhe o seguinte parágrafo:

Art. 94. Os processos instaurados contra a mesma pessoa e referentes à mesma infração serão reunidos em um só, para efeito de julgamento".

"§ 3.º. Verificado pela escrita comercial ou documento do contribuinte, a existência de contrato ou título sujeito a selo e cuja posse, pela própria natureza dos papéis, lhe caiba, exigir-se-á do mesmo contribuinte o pagamento do imposto respectivo e da multa que no caso couber, se intimado a fazê-lo em prazo nunca inferior a 72 horas, não apresentar ditos papéis à fiscalização ou não comprovar o pagamento do tributo".

Alteração 33.^a:

Ficam suprimidos os incisos 3.º e 5.º do art. 25, bem como o artigo 75, o parágrafo único do artigo 112 e o artigo 113, e redigido como segue o artigo 111, suprimidos os parágrafos:

"Art. 111. O disposto no art. 14 é extensivo ao "Selo Penitenciário" e demais taxas cobradas por meio de estampilhas".

NA "TABELA":

Alteração 34.^a:

A tarifa constante da observação 2.^a passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 1.000,00	3,00
II - De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	4,00
III - Demais de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 10.000,00 ou fração	6,00
IV - De mais de Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 100.000,00 por Cr\$ 1.000,00 ou fração	7,00
V - De mais de Cr\$ 100.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	8,00

Alteração 35.^a:

O art. 2.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º. Alfândegas (taxas relativas aos serviços de corretores de navios) :

I - Arquivamento de livros e papéis	20,00
II - Busca nos livros findos ou papéis arquivados:	
De mais de 6 meses até um ano	10,00
De mais de um até cinco anos	20,00
De mais de cinco anos, por quinquênio ou fração	20,00
III - Certidão de qualquer livro findo ou documento arquivado, por folha, além da busca	20,00
IV - Registro:	
a) de comunicação do exercício de agência de navios	20,00
b) de laudo de vistoria	20,00

NOTA

Se for indicado o ano, a cobrança da busca será feita com o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

Alteração 36.^a:

Fica elevado para Cr\$ 5.000,00 o limite de que trata a nota 4.^a do art. 4.^o.

Alteração 37.^a:

Os artigos 7.^o e 8.^o passam a vigorar como um só artigo, com a seguinte redação:

"Art. 7.^o - Autenticação de documentos, inclusive cópias de plantas ou mapas e reprodução fotográfica, nas repartições públicas, por documento - Cr\$ 10,00".

Alteração 38.^a:

A nota do art. 11 fica substituída pela seguinte: "O selo deste artigo será pago por "verba especial". (Cap. IV, Sec. 1, das Normas Gerais), nas listas diárias das operações cambiais de compra e venda, onde será discriminado o imposto devido em cada operação".

Alteração 39.^a:

O art. 12 fica substituído pelo seguinte:

"Art. 12 - Capitâneas dos Portos (taxas especiais)

Averbação lançada na provisão ou título de inscrição de embarcação - Cr\$ 5,00. II - Certificado. de arqueação - Cr\$ 20,00.

internacional de borda livre -

Cr\$ 15,00.

III - Inscrição de embarcação nacional de menos de 20 toneladas brutas - Cr\$ 5,00.

IV - Inscrição em exames a serem prestados para o exercício de profissão que exija a expedição de título, carta ou diploma - Cr\$ 20,00.

V - Licença:

anual, concedida a embarcação inscrita: Até 10 toneladas líquidas de arqueação - Cr\$ 10,00.

De mais de 10 até 25 toneladas -

Cr\$ 20,00.

De mais de 25 até 50 toneladas - 30,00.

Cr\$

De mais de 50 até 75 toneladas - 40,00.

Cr\$

De mais de 75 até 100 toneladas - 60,00.

Cr\$

Por tonelada que exceder de 100, líquidas, de arqueação

Cr\$ 0,50.

anual, concedida a embarcação registrada: Até 30 toneladas líquidas de arqueação - Cr\$ 20,00.

De mais de 30 até 50 toneladas - 30,00.

Cr\$

De mais de 50 até 75 toneladas - 40,00.

Cr\$

De mais de 75 até 100 toneladas - 60,00.

Cr\$

Por tonelada que exceder de 100, líquidas, de arqueação

Cr\$ 0,50.

anual, concedida a estaleiros de construção naval

Cr\$

200,00.

anual, concedida a oficinas de construção naval

Cr\$

100,00.

e) não especificada - Cr\$ 10,00. VI - Passes de saída a embarcações de cabotagem e longo curso - Cr\$ 20,00.

VII - Registro:

a) de embarcação nacional de mais de 20 toneladas brutas -

Cr\$ 40,00.

b) de título, carta ou diploma -

Cr\$ 5,00.

VIII - Revalidação de título, carta ou documento expedidos por escola estrangeira -

Cr\$

200,00.

IX - Termo:

a) de abertura nos livros de embarcação -

Cr\$

10,00.

b) de encerramento nos mesmos, por folha -

Cr\$ 0,50.

c) de vistoria, procedida em embarcações -

Cr\$

50,00.

NOTA

Está isento o termo de vistoria em embarcações empregadas na pequena cabotagem.

Alteração 40.^a:

Os artigos 20 e 23 passam a vigorar como um só artigo, assim redigido:

"Art. 20 - Certidões:

I - De quitação de impostos ou taxas federais -

Cr\$ 50,00.

II - Não especificadas, expedidas por repartições públicas, por folha -

Cr\$ 20,00.

NOTAS

1.^a Nenhuma certidão deve ser dada pelas repartições federais, sem prévio requerimento.

2.^a Estão isentas:

a) as certidões de depósito (uma para o Departamento do Trabalho e outra para o empregador), expedidas por força do art. 36, parágrafo 5.^o primeira parte, do Decreto n.^o 24.637, de 10 de julho de 1934;

b) as certidões "ex-officio" para aposentadoria e pensões;

C) as certidões "ex-officio" passadas no interesse da Justiça e da Fazenda Federal;

as certidões para habilitação de herdeiros de praças à pensão instituída pelos Decretos-leis n.^{os} 4.819, de 8 de outubro de 1942, e 4.839, de 16 de outubro de 1942".

Alteração 41.^a:

Os artigos 29, 30 e 31 passam a vigorar como um só artigo, com a seguinte redação:

"Art. 29 - Concessões (Verba)"

I - De entrepostos particulares e de trapiches alfândegados -

Cr\$ 1.000,00.

II - De privilégios, que não forem de invenção, por decênio -

Cr\$ 2.000,00.

III - De regalias de pacote:

Até 3.000 toneladas líquidas -

Cr\$ 1.000,00.

De mais de 3.000 até 5.000 toneladas líquidas -

Cr\$ 2.000,00.

De mais de 5.000 até 10.000 toneladas líquidas -

Cr\$ 3.000,00.

De mais de 10.000 toneladas líquidas -

Cr\$ 4.000,00.

NOTA

O selo de que trata o item III será pago em dobro no caso previsto no art. 5.^o, § 1.11, do Decreto-lei n.^o 5.406, de 14 de abril de 1943".

Alteração 42.^a:

Fica substituído pelo seguinte o artigo 38:

Art. 38. Contratos de compra e venda de bens móveis, excetuados os realizados entre comerciantes e produtores, inclusive industriais, para fins mercantis.

NOTAS

1.^a Se não for firmado contrato na venda de mercadoria a prestação, o selo será devido e pago na segunda via dos recibos, a qual ficará arquivada em poder do vendedor para fins de fiscalização.

2.^a No caso da nota anterior, se não houver recibo ou quando a quitação for passada em duplicata de fatura ou outro papel representativo da venda, o selo será pago na ficha de lançamento ou no fólio do "Diário", da escrita do vendedor.

3.ª O vendedor declarará nas vias das quitações expedidas a importância do selo pago na segunda via ou no lançamento de contabilidade, sem o que ficarão aquelas também sujeitas ao imposto.

4.ª Na permuta, o selo será calculado sobre o bem de maior valor; se não for declarado o valor, o selo será pago por estimativa.

5.ª Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical ou das entidades aludidas entre si.

6.ª Estão isentos:

- a) os contratos de compra e venda de mercadorias celebrados, sob a forma de pedidos, orçamentos, propostas ou ofertas, aceitos ou confirmados, entre comerciantes, industriais ou agricultores, para fins mercantis, desde que tais papéis não contenham condições ou obrigações outras que não as necessárias à determinação da mercadoria, preço, condições de pagamento e prazo de entrega, exceto quando ajuizados ou registrados no Registro de Títulos e Documentos;
- b) os contratos de compra e venda de mercadorias celebrados, sob a forma de pedidos, orçamentos, propostas ou ofertas, aceitos ou confirmados, entre construtores e firmas fornecedoras, observadas as mesmas restrições e exceção da alínea anterior;
- c) os pedidos de mercadorias encaminhados pelos viajantes ou representantes aos estabelecimentos comerciais ou industriais que representam;
- d) as operações de compra e venda de pedras preciosas entre garimpeiro matriculado e comprador autorizado;
- e) as escrituras ou termos de incorporação ou doação de bens às universidades oficiais ou equiparadas".

alteração 43.ª:

Ficam substituídos pelos seguintes o art. 40 e suas notas:

"Art. 40 Contratos de construção, sob qualquer modalidade.

NO TA B

1.ª O imposto será também devido quando se tratar de contrato verbal ou de acréscimo ao valor ajustado, sobre as importâncias recebidas ou creditadas.

2.ª No caso da nota 1.ª, o selo será pago na segunda via das quitações, que ficará arquivada em poder do construtor para fins de fiscalização, ou, não havendo quitação, na ficha do lançamento ou no fôlio do "Diário", da escrita do construtor.

3.ª O construtor declarará nas vias das quitações expedidas a importância do selo pago na segunda via, sem o que ficarão aquelas também sujeitas ao imposto.

4.ª É isento o contrato de construção em que o construtor (pessoa física) apenas forneça o próprio trabalho.

5.ª Nos contratos de construção por administração, o selo incidirá sobre as importâncias efetivamente entregues, pagas ou creditadas ao construtor pelo proprietário".

Alteração 44.ª:

Os artigos 41 e 42 passam a vigorar como um só artigo, assim redigido:

"Art. 41 Contratos:

I - De operações a prazo, de compra e venda de títulos públicos ou não, cotados em bolsa, e de metais preciosos por Cr\$ 1.000,00 ou fração, 2,00.

II - De operações a termo, de mercadorias, quando realizados por intermédio de corretor - por Cr\$ 1.000,00 ou fração, 2,00.

NOTAS

1.^a No caso do item I, o imposto será pago pelo corretor, no ato da lavratura do termo, na margem do protocolo.

2.^a No caso do item II, o imposto será pago pelo vendedor, no respectivo contrato, devendo o corretor certificar no protocolo o pagamento do gelo.

3.^a Os arrecadadores do imposto de operações a termo (art. 5.^o do Decreto n.^o 17.537, de 10 de novembro de 1926) comunicarão à Diretoria das Rendas Internas, para fins estatísticos, até o dia 10 de cada mês, o total do selo pago nos contratos realizados no mês anterior".

Alteração 45.^a:

Fica substituído pelo seguinte o art. 45.

"Art. 45 - Departamento Nacional de Saúde (taxas especiais):

I - Anotações:

a) de firmas - Cr\$ 100,00.

c) de qualquer natureza, não especificadas - Cr\$ 200,00.

II - Autorização:

a) para fabrico e venda de produtos oficinais, equiparados a oficinais e químicos - Cr\$ 1.000,00.

b) para funcionamento de consultório de cirurgião dentista e dentista prático licenciado - Cr\$ 500,00.

III - Concessão de modificação de fórmula, forma farmacêutica e nome de produto - Cr\$ 300,00.

IV - Exame médico em estrangeiros (Dec. n.^o 3.010, de 20 de agosto de 1938), por pessoa examinada - Cr\$ 200,00.

V - Licença:

a) inicial para funcionamento de laboratório de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e de toucador Cr\$ 1.000,00.

b) inicial para funcionamento de laboratório de anti-sépticos, desinfetantes e produtos de higiene - Cr\$ 600,00.

c) inicial para funcionamento de depósitos de especialidades ou produtos referidos nas alíneas a e b supra - Cr\$ 1.500,00.

d) inicial para funcionamento de farmácia - Cr\$ 1.000,00.

e) inicial para funcionamento de drogaria - Cr\$ 2.000,00.

f) inicial para funcionamento de oficinas de prótese Cr\$ 500,00.

g) inicial para funcionamento de depósito, escritório ou qualquer estabelecimento que negocie com artigos odontológicos - Cr\$ 1.000,00.

h) inicial a laboratório para manipular produtos com substâncias entorpecentes - Cr\$ 1.000,00.

i) inicial para importar, exportar ou reexportar substâncias entorpecentes ou produtos que as contenham - Cr\$ 2.000,00.

j) inicial para fabricar, extrair, transformar ou purificar substâncias entorpecentes - Cr\$ 3.000,00.

k) de especialidade farmacêutica - Cr\$ 1.500,00.

l) de ligas e metais não preciosos para o uso em odontologia - Cr\$ 1.000,00.

m) para funcionamento de gabinete de aparelhos de Raios-X e laboratórios de pesquisas e análises clínicas relacionadas com os casos específicos da profissão odontológica Cr\$ 500,00.

VI - Pedidos:

a) da autorização a que se refere a alínea a do inciso II - Cr\$ 500,00.

b) de autorização para fabrico e venda de anti-sépticos, desinfetantes, produtos químicos, de higiene e de toucador Cr\$ 500,00.

e) de licenciamento de especialidade farmacêutica de qualquer natureza - Cr\$ 500,00.

d) de licenciamento de ligas e metais não preciosos para uso em odontologia - Cr\$ 500,00.

e) de revalidação de licença de especialidade farmacêutica de qualquer natureza - Cr\$ 300,00.

f) de revalidação de licença de qualquer outra natureza - Cr\$ 500,00.

g) de modificação de fórmula, forma farmacêutica e nome de produto - Cr\$ 500,00.

VII - Revalidação:

a) de licença para funcionamento de ervanária - Cr\$ 500,00.

b) da licença referida na alínea a do inciso V - Cr\$ 500,00.

C) da licença referida na alínea b do inciso V - Cr\$ 300,00.

d) da licença referida na alínea c do inciso V - Cr\$ 1.000,00.

e) da licença referida na alínea d do inciso V - Cr\$ 500,00.

f) da licença referida na alínea e do inciso V - Cr\$ 1.000,00.

g) anual da autorização prevista na alínea b do inciso II - Cr\$ 300,00.

h) anual da licença referida na alínea f do inciso V - Cr\$ 300,00.

i) anual da licença referida na alínea g do inciso V - Cr\$ 500,00.

j) anual da licença referida na alínea h do inciso V - Cr\$ 500,00.

k) anual da licença referida na alínea i do inciso V - Cr\$ 1.000,00.

l) anual da licença referida na alínea i do inciso V - Cr\$ 1.500,00.

VIII - Rubrica em livros:

a) de até 200 folhas - Cr\$ 100,00.

b) de mais de 200 folhas - Cr\$ 200,00.

IX - Transferência:

a) de responsabilidade de qualquer estabelecimento	Cr\$ 300,00.
b) de propriedade de qualquer estabelecimento	Cr\$ 500,00.
c) de responsabilidade de fabricação de qualquer produto -	Cr\$ 200,00.
d) de propriedade da licença de qualquer produto	Cr\$ 300,00.
e) de local de laboratório ou drogaria -	Cr\$ 1.000,00.
f) de local de outros estabelecimentos -	Cr\$ 500,00.

X - Visto:

a) em guias de embarque -	Cr\$ 5,00.
b) em relação de especialidades farmacêuticas licenciadas -	Cr\$ 20,00.

XI - Vistoria ou conferência de substâncias entorpecentes, ou produtos que as contiverem, importadas, exportadas ou reexportadas em armazéns alfandegários -
Cr\$ 300,00.

NOTA

- A estampilha será utilizada.

- a) nos atos referidos no inciso VII, pelo interessado, no próprio requerimento;
- b) nos demais atos, pelo funcionário ou autoridade competente para emití-los".

Alteração 46.^a:

Os artigos 51, 52, 53 e 54 passam a vigorar como um só artigo com a seguinte redação:

"Art. 51 - Endossos:

I - De cheques, letras de câmbio, notas promissórias e outros títulos em moeda estrangeira.

II - De quaisquer títulos depois do vencimento.

III - De conhecimento, de carga com valor declarado.

IV - De Warrants, quando destacados do conhecimento de depósito.

NOTAS

1.^a O selo de que trata o item IV é devido sempre que o endosso, embora em branco, houver sido feito, para garantia de empréstimo, desconto ou outra operação de crédito, ainda que o conhecimento não tenha sido separado do Warrant.

2.^a Estão isentos:

a) no caso do item I, o primeiro endosso de título que tenha pago selo proporcional, desde que não seja feito em branco, e o endosso feito pelo estabelecimento bancário comprador, das cambiais emitidas pelos exportadores;.

b) no caso do item II, o endosso mandato.

Alteração 47.^a:

Fica substituído pelo seguinte o artigo 68:

"Art. 68. Junta de Corretores de Mercadorias do Distrito Federal (taxas especiais) :

I - Arquivamento de qualquer documento ou livro	Cr\$ 20,00.
---	-------------

II - Buscas nos livros findos ou papéis arquivados: de mais de 6 meses até 1 ano - Cr\$ 10,00; de

mais de 1 até 5 anos - Cr\$ 20,00. de mais de 5 anos, por quinquênio ou fração -
Cr\$ 20,00.

III - Certidão:

a) de cotação média semanal, por semana e por espécie de mercadoria:

Até 6 meses - Cr\$ 10,00.

De mais de 6 meses, por semana - Cr\$
20,00.

b) De qualquer cotação.

Registrada dentro de um período de 12 meses - Cr\$
10,00.

De mais de 12 meses - Cr\$ 20,00.

c) Extraída de qualquer livro findo ou documento arquivado na Junta (Seção Administrativa dos Corretores de Mercadorias do Departamento Nacional de Indústria e Comércio), por folha - Cr\$ 20,00.

d) não especificada, por folha - Cr\$ 20,00.

IV - Certificados:

a) de classificação de mercadorias em solução dos contratos de operações a termo - Cr\$ 5,00.

b) de qualidade, procedência e peso de qualquer espécie de mercadorias - Cr\$
10,00.

e) de termo de compromisso de corretor de mercadorias e. de aprovação e nomeação de prepostos - Cr\$ 30,00.

V - Laudo de verificação de qualidade de mercadorias pela confrontação com tipos oficiais devidamente arquivados, de operações não realizadas por intermédio de corretor de mercadorias por espécie de mercadorias -

Cr\$ 50,00.

VI - Portarias de licença concedida aos corretores de mercadorias, por período de 3 meses ou fração -

Cr\$ 20,00.

VII - Registro do laudo da comissão de vistorias Cr\$
10,00.

NOTA

Se for indicado o ano, a cobrança da busca de que trata o item 11 será feita com o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

Alteração 48.^a:

São acrescentadas ao art. 69 as seguintes notas:

"3.^a Na hipótese da letra "a" da nota 2.^a e quando não houver interferência de estabelecimento bancário, o imposto será pago na ficha de contabilidade ou no fólio do "Diário" da escrita do importador, salvo se se tratar de particular ou importador não registrado na repartição aduaneira, caso em que o selo será pago na fatura ou outro documento recebido do exterior que declare o valor líquido da importação (via destinada à repartição aduaneira)".

"4.^a Para efeito de cálculo do selo, no caso da letra a da nota 2.^a a conversão em cruzeiros do valor em moeda estrangeira será feita com base na taxa média de câmbio do mês anterior, na

categoria e moeda respectivas, incluídos quaisquer ágios e sobretaxas apurados pela Superintendência da Moeda e do Crédito".

Alteração 49.^a:

É substituída pela seguinte a nota 1.^a do art. 81:

"1.^a O imposto será pago pelo beneficiário na própria ordem, ao ser cumprida, ou pelo creditor, na ficha de contabilidade ou no fôlio do "Diário", quando a importância for creditada em conta".

Alteração 50.^a:

Acrescente-se à nota 1.^a do art. 82 a seguinte alínea:

"d) quando se tratar de lançamento referente a importação de mercadoria, cujo ato e valor já estejam compreendidos na tributação do art. 69".

Alteração 51.^a.

Acrescente-se à Nota 2.^a do art. 83 da Tabela da Lei do Selo:

t) (VETADO).

u) as autorizações ou pedidos de inserção de publicidade em jornais, revistas, estações de rádio, de televisão e semelhantes".

Alteração 52.^a:

O art. 93 passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 93. Procurações e substabelecimentos, com a cláusula "in ren propriam" ou cláusula equivalente.

NOTAS

1.^a Equipara-se a procuração em causa própria, para efeito da incidência do imposto, a que conferir poderes irrevogáveis fora dos casos previstos nos itens II e III do artigo 1.317 do Código Civil.

2.^a As procurações em causa própria ou com poderes irrevogáveis para vender móveis ou imóveis, por prazo indeterminado, ficam equiparadas, para efeitos fiscais, à promessa de compra e venda, bem COMO as mesmas, por prazo determinado, quando este for superior a 12 meses".

Alteração 53.^a:

O art. 99 passa a vigorar COM a seguinte redação, mantidas as respectivas notas e

acrescentadas à nota 5.^a as alíneas h e i:

"Art. 99. Recebimentos superiores a Cr\$ 100,00, feitos por estabelecimento bancário - Cr\$ 3,00.

NOTAS

.....

.....

5.^a Estão isentos:

h) os recebimentos e lançamentos relativos à cobrança de contas, desde que nos mesmos já tenha sido pago o selo previsto no art. 100 desta Tabela.

i) os recebimentos e lançamentos relativos a depósitos em conta corrente e ordem de pagamento, de valor até Cr\$ 2.000,00.

Alteração 54.^a.

Ficam substituídas a tarifa do artigo 100, a nota 10.^a e sua letra "a", e restabelecida a letra "m" da nota 8.^a e acrescentadas à mesma nota as alíneas "r" e "s", tudo como se segue: "De mais de

Cr\$ 100,00 até Cr\$ 500,00 - Cr\$ 2,00. De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 5.000,00 - Cr\$ 3,00. De mais de Cr\$ 5.000,00, por Cr\$ 5.000,00 ou fração Cr\$ 2,00".

10.^a - A título de quitação de despesa de hospedagem, será cobrado o selo de Cr\$ 3,00, atendido o seguinte.

a) o selo será devida pelos proprietários das hospedarias (hotéis, pensões e estabelecimentos semelhantes) - relativamente a cada salda de hóspede, quando a despesa exceder de Cr\$ 100,00".

m) os recibos passados em papéis nos quais tenha sido pago o selo proporcional, bem como as quitações decorrentes de contratos em que tenha sido pago o mesmo selo, desde que tais quitações declarem essa circunstância."

r) vias de recibo, excedentes da primeira, passado a repartições públicas, desde que o funcionário nelas anote que o pagamento do selo foi feito na 1.^a via.

"s) os recibos decorrentes de pagamento de contribuições, subvenções e auxílios consignados nos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

Alteração 55.^a:

O artigo 102 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. Recibos ou declarações equivalentes de mercadorias recolhidas a armazéns de depósitos com valor declarado. "

NOTAS

1.^a O selo deste artigo será pago na segunda via do recibo ou papel equivalente, a qual ficará arquivada no armazém para efeito de fiscalização.

2.^a O responsável pelo armazém declarará nas vias dos papéis expedidos a importância do selo pago na segunda via, sem o que ficarão aquelas também sujeitas ao imposto."

Alteração 56.^a:

É acrescentada ao artigo 108 a seguinte nota, passando a atual a nota 1.^a:

"2.^a Quando se tratar de aumento de capital, o imposto será calculado sobre o valor do aumento."

Alteração 57.^a:

Ficam substituídas pelas seguintes as notas gerais 2.^a e 4.^a e as tarifas e taxas dos itens I, II e V, do artigo 109:

"2.^a O recolhimento do imposto, inclusive o que for devido posteriormente, de acordo com as notas aos números de incidência deste artigo, será feito onde o segurador tiver sede, por "verba especial", na forma do artigo 30 das Normas Gerais, devendo as folhas destacadas do livro próprio ser visadas, antes do recolhimento, pela Fiscalização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização."

"4.^a Para obtenção do "visto" referido na nota 2.^a, as folhas destacadas do livro de "verba especial" deverão ser apresentadas à Fiscalização até 15 dias antes de expirar o prazo aludido na nota 3.^a."

"I - Seguros de vida, pecúlios, rendas, dotes, anuidades, capitalização e congêneres:

Até Cr\$ 300,00 -

Cr\$ 3,00.

De mais de Cr\$ 300,00 até Cr\$ 600,00 -

Cr\$ 4,50,

De mais de Cr\$ 600,00 até Cr\$ 1.000,00 -

Cr\$ 5,50.

De mais de Cr\$ 1.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração -

Cr\$ 5,00.

II - Seguros de acidentes pessoais, não especificados: Até Cr\$ 50,00 -

Cr\$ 3,00.

De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00 -

Cr\$ 4,50.

De mais de Cr\$ 100,00, por Cr\$ 100,00 ou fração

Cr\$ 3,30.

.....

.....

V - Seguros não especificados:

Até Cr\$ 25,00 -

Cr\$ 3,50.

De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00 -

Cr\$ 5,50.

De mais de Cr\$ 50,00. por Cr\$ 50,00 ou fração -

Cr\$ 4,50.

Alteração 58.^a:

Substituam-se no art. 110, a nota 1.^a e a alínea "a" da nota 5.^a pelas seguintes:

"1.^o O selo será calculado, de acordo com o art. 40 das Normas Gerais.

a) na constituição da sociedade - sobre o capital;

b) no distrato, liquidação ou dissolução - sobre a quantia que se repartir pelos sócios ou acionistas;

c) na alteração ou prorrogação - sobre qualquer entrada ou aumento e sobre qualquer retirada de capital;

d) na fusão - sobre o capital da nova sociedade;

e) na incorporação - sobre o capital incorporado;

f) na amortização de ações (artigo 18 do Decreto-lei n.º 2.627, de 1940) - sobre o valor das ações amortizadas".

"a) nos casos de aumento de capital e de amortização de ações, antes do arquivamento da ata da assembléia que aprovou o aumento ou a amortização."

Alteração 59.^a:

Ficam suprimidos os artigos 3.^o - 5.^o - 6.^o - 9.^o - 10 - 13 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 21 - 22 - 24 - 25 - 32 - 33 - 34 - 37 - 46 - 47 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 61 - 62 - 65 - 66 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 95 - 96 - 97 - 98 - 101 - 103 - 105 - 106 - 107 - 111 - 112 - 113 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 121 e 123 da Tabela e respectivas notas.

Art. 2.^o Fica abolido o uso do papel selado instituído pelo Decreto número 5.049, de 22 de dezembro de 1939.

Art. 3.^o É suprimido o art. 3.^o do Decreto-lei n.º 1.726, de 1.^o de novembro de 1939.

Art. 4.^o Fica extinta a taxa de Educação e Saúde criada pelo Decreto n.º 21.335, de 29 de abril de 1932, alterado pela legislação posterior.

§ 1.^o Da arrecadação total do imposto do selo são reservados 10% (dez por cento) para constituição do fundo especial de Educação e Saúde a que se refere o art. 2.^o do Decreto n.º 21.335, citado, mantida a anterior proporcionalidade para a distribuição das quotas destinadas às entidades até então atendidas com os recursos da taxa extinta.

§ 2.^o No exercício de 1959, as dotações orçamentárias decorrentes da vinculação da extinta taxa de Educação e Saúde, serão suplementadas na proporção da vinculação anterior, até o montante da arrecadação do fundo a que se refere o parágrafo 1.^o deste artigo.

Art. 5.^o Os que na data da vigência desta lei possuírem estampilhas da taxa de Educação e Saúde e do Selo Penitenciário da taxa de Cr\$ 0,10 (dez centavos), poderão utilizá-las até cento e vinte dias do início da vigência desta lei, no estampilhamento de papéis sujeitos ao imposto do selo.

Parágrafo único - Decorrido o prazo fixado neste artigo, as coletorias federais trocarão os papéis selados, os selos penitenciários e de Educação e Saúde por selos comuns.

Art. 6.^o Os artigos 8.^o, 12 e 14 e seus §§ 1.^o e 3.^o, do Decreto-lei número 607, de 10 de agosto de

1938, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º O prazo para pedidos de reconsideração a qualquer dos Conselhos será de vinte dias, contados da data da intimação dos interessados".

"Art. 12. A decisão de primeira instância favorável às partes, ou que desclassifique a infração capitulada no processo, qualquer que seja a lei ou regulamento fiscal, obriga a recurso ex-officio, salvo se a importância total em litígio não exceder Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), ou se a decisão for proferida, em Comissão de Tarifa, sobre desclassificação ou valor de mercadorias".

"Art. 14. Sob pena de perempção, o recurso voluntário será interposto dentro de vinte dias úteis, contados da intimação mediante prévio depósito da quantia exigida.

§ 1.º Quando a importância total em litígio exceder de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), permitir-se-á, para interposição do recurso voluntário, fiança idônea, cabendo ao chefe da repartição julgar da idoneidade do fiador. O despacho que autorizar a lavratura do termo mareará o prazo, entre cinco e dez dias, para a sua assinatura.

.....

§ 3.º Se o primeiro fiador não for julgado idôneo, o contribuinte poderá, depois de devidamente intimado e dentro de prazo igual ao que restava quando protocolada a respectiva petição indicar mais um segundo e um terceiro fiadores, não se admitindo, depois dessas, nova indicação.

Art. 7.º Considerar-se-ão sem efeito os recursos ex-officio já interpostos pelas autoridades julgadoras de primeira instância em razão de decisão favorável às partes, nos processos cujo valor em litígio não atinja o limite de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e que ainda não tenham sido objeto de julgamento dos Conselhos.

Art. 8.º Os recursos interpostos à instância superior contra decisão proferida em 'processos fiscais poderão versar apenas sobre parte da quantia exigida, desde que o interessado o declare, em requerimento à repartição arrecadadora local.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o contribuinte deverá pagar no prazo legal a parte não litigiosa, cabendo, quanto à quantia objeto de discussão, o depósito ou fiança obedecidas as exigências legais.

Art. 9.º Os débitos resultantes de processos instaurados por infração de regulamentos dos impostos internos, e superiores a Cr\$ 100.000,00, poderão ser pagos em parcelas mensais, iguais e sucessivas, até o máximo de seis desde que os interessados o requeiram à repartição arrecadadora local dentro do prazo previsto para o cumprimento da decisão de primeira instância.

Parágrafo único - Desatendido o pagamento de duas prestações sucessivas vencer-se-ão automaticamente as demais devendo a repartição providenciar a cobrança executiva do restante do débito, na forma da legislação em vigor.

Art. 10. Aplicam-se a todos os tributos, excetuados aqueles que possuam disposição semelhante em sua legislação específica, as normas e sanções estabelecidas na Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, relativas à inscrição e cobrança das dívidas fiscais cujo valor não tenha sido pago ou depositado nos prazos legais.

Art. 11. São dispensados do pagamento de qualquer penalidade e do imposto respectivo aqueles que, em qualquer instância, respondam a processos fiscais, pendentes de solução ou já julgados, instaurados por infração de dispositivos de incidência da Consolidação das Leis do Imposto do Selo, ora suprimidos.

Parágrafo único. Os processos a que se refere este artigo deverão ser restituídos à repartição de origem para fim de arquivamento.

Art. 12. O Poder Executivo dará nova publicação à Consolidação das Leis do Imposto do Selo, com as disposições desta lei e outras em vigor, podendo, para esse fim reagrupar os artigos, rever as remissões em geral, bem como adotar as providências necessárias à harmonização dos textos legais consolidados e a consolidar.

Art. 13. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1959.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1958; 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Lucas Lopes
D. União em 30/12/58.

LEI N.º 3.447 - DE 23 DE OUTUBRO DE 1958 **Altera disposições do Código Civil.**

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Dê-se ao art. 649 e seus parágrafos do Código Civil a seguinte redação:

"Art. 649. Ao autor de obra literária, científica ou artística pertence o direito exclusivo de reproduzi-la.

§ 1.º. Os herdeiros e sucessores do autor gozarão desse direito pelo tempo de 60 (sessenta) anos, a contar do dia de seu falecimento.

§ 2.º. Se morrer o autor, sem herdeiros ou sucessores até o 2.º grau, a obra cairá no domínio comum.

§ 3.º. No caso de caber a sucessão aos filhos, aos pais ou ao cônjuge do autor, não prevalecerá o prazo do § 1.º e o direito só se extinguirá com a morte do sucessor".

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1958; 137.º da Independência e 70.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Cyrillo Júnior.

D. União em 25/10/58.

LEIS ESTADUAIS

LEI N. 5.129, DE 5 DE JANEIRO DE 1959

Dispõe sobre a cobrança - das custas e emolumentos devidos aos depositários públicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Ruy de Almeida Barbosa, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - A Tabela "E" da Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, passa a ter a seguinte redação:

Tabela "E"

Dos Depositários

1 - De papéis de crédito, nos quais se compreendem títulos da Dívida Pública, ações de companhias, letras hipotecárias, debêntures e quaisquer obrigações por somas ou valores

nominativos ou ao portador, sobre o seu valor nominal - 0,5%.

2 - De móveis, artigos de comércio e quaisquer outros objetos corruptíveis, sobre o seu valor - 2%.

3 - De dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas, sobre o seu valor - 1%.

4 - De imóveis urbanos ou rurais, sobre o seu valor - 1%.

5 - Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados, além dos emolumentos a que tiver direito por esta Tabela, mais - 5%.

6 - Nos executivos fiscais propostos pela Fazenda do Estado e pelas municipalidades, quando houver depósito os emolumentos do depositário serão calculados sobre o valor da dívida fiscal,, observadas as disposições seguintes:

a) nos de valor até Cr\$ 100,00 - Cr\$ 10,00.

b) de mais de 100 até Cr\$ 1.000,00 sobre o excesso mais - 7%..

c) de mais de 1.000 até Cr\$ 2.000,00, sobre o excesso mais - 5%.

d) de mais de Cr\$ 2.000,00 sobre o excesso - 2%.

e) quando o objeto do depósito for imóvel rural ou urbano, que exija administração do depositário, embora sem rendimento, o triplo dos emolumentos estabelecidos no dispositivo anterior;

f) sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados mais - 5%.

7 - Quando sobre os mesmos bens depositados recaírem várias penhoras, perceberá o depositário, além dos emolumentos integrais referentes à primeira, metade dos que lhe competirem pelas demais.

8 - Os emolumentos que competem ao depositário não excluem a indenização das despesas justificadas com a guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

a) para ocorrer as despesas com os serviços de expediente, guarda, fiscalização e movimentação dos depósitos em dinheiro, perceberá o depositário, dos depósitos já existentes e dos que vierem a ser feitos, por ano ou tração, desde a data da sua entrada, dois milésimos do seu valor.

9 - Não será cumprido mandado de levantamento da penhora e depósito sem que tenham sido pagos ao depositário os emolumentos taxados nesta Tabela e as despesas feitas com os bens depositados.

10 - O Juiz do feito determinará a avaliação dos bens depositados se o seu valor não puder ser apurado nos autos e não houver acordo entre a parte interessada no levantamento e o depositário.

11 - Pela rasa e certidões que passar, terá o depositário os mesmos emolumentos taxados aos escrivães em geral.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de janeiro de 1959.

(a) Ruy de Almeida Barbosa, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 5 de janeiro de 1959.

(a) Francisco Carlos, Diretor Geral, substituto.

D. O. 6/1/59.

LEI N. 5.239, DE 15 DE JANEIRO DE 1959

Dispõe sobre a fixação de vencimentos dos escreventes, auxiliares e fiéis dos cartórios judiciais não oficializados, da comarca da Capital, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os vencimentos dos escreventes dos cartórios judiciais não oficializados, da Comarca da Capital, serão fixados pelo Secretário da Justiça, mediante representação dos interessados, e não poderão ser inferiores aos que perceberem os escreventes dos cartórios oficializados, da mesma natureza, de acordo com a sua categoria.

Artigo 2.º - Os auxiliares e fiéis dos cartórios não oficializados, da Comarca da Capital, não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário mínimo vigente na Capital.

Artigo 3.º - Os vencimentos do pessoal dos cartórios do Registro Civil, da Comarca da Capital, serão fixados com base no salário mínimo vigente na Capital.

Artigo 4.º - Os vencimentos dos atuais escreventes, auxiliares e fiéis dos cartórios não oficializados, da Comarca da Capital, serão revistos e fixados pelo Secretário da Justiça, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, observados os limites mínimos a que se referem os artigos 1.º o 2.º.

Artigo 5.º - Em virtude da presente lei, obriga-se o Secretário da Justiça a promover novas fixações dos vencimentos dos escreventes dos cartórios não oficializados, tantas e quantas vezes forem reestruturados os vencimentos dos escreventes dos cartórios oficializados, equiparando-os ao mesmo nível de vencimentos.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo aos 15 de janeiro de 1959.

JÂNIO QUADROS

Oscar Pedroso Horta

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 16 de janeiro de 1959.

Fioravante Zampol

Diretor Geral

D. O. 17/1/59.

LEI N. 5.301, DE 14 DE ABRIL DE 1959

Modifica as Leis n.ºs. 465, de 28-9-49, e 507, de 17-11-49.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Ruy de Mello Junqueira, na

qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O art. 12 da Lei n. 465, de 28-9-1949 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 12 - Os Fundos necessários à concessão de aposentadoria serão formados:

a) - com a contribuição mensal e obrigatória de cinco por cento (5%) paga pelos serventuários, escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça, em relação aos proventos que lhes competem para a aposentadoria de acordo com a remuneração base - estabelecida no artigo 22 da Lei n. 507, de 17 de novembro de 1949:

b) - com a arrecadação em estampilhas, da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria" na seguinte conformidade:

I - sem valor declarado e de valor até Cr\$

5.000,00 inclusive . 10,00

II - de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 20.000,00 inclusive 17,00

III - de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 50.000,00 inclusive 25,00

IV - de Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00 inclusive 45,00

V - de Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 200.000,00 inclusive 65,00

VI - de Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 300.000,00 inclusive 85,00

VII - de Cr\$ 300.000,00 até Cr\$ 500.000,00 inclusive 100,00

VIII - de Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00 Inclusive 180,00

IX - de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 350,00

c) - com a arrecadação de Cr\$ 5,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" que passa a ser devida nas certidões e públicas formas extraídas pelos serventuários de Justiça, dos livros, autos e demais papéis, exclusive as de Registro Civil:

d) - com a arrecadação, cora o mínimo de Cr\$ 1,00 em estampilhas de "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" como adicional à razão de oito por cento (8%), sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de justiça, em todos os feitos, registros, certidões de registro civil, reconhecimento de firmas e quaisquer outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único - A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda, em título especial".

Artigo 2.º - O art. 22 da Lei n. 507, de 17 de novembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 22 - Para efeito de pagamento dos proventos de aposentadoria e do recolhimento de contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e às estações arrecadoras, da percentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12, ficam arbitradas como remunerações - bases, as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categoria dos servidores:

A - Primeira Classe (Comarca da 4.ª Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e Protestos, Escrivâneas de Cível da Família e das Sucessões, das Fazendas Públicas, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores, Porteiros dos Auditórios e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de Distritos e Subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas;

Cr\$

Serventuários 20.000,00

Oficiais Maiores 15.000,00

Escreventes 10.000,00

Fiéis e Auxiliares 6.000,00

Porteiro dos Auditórios 12.000,00

Ajudante de Porteiro dos Auditórios 8.000,00

Auxiliares de Porteiro dos Auditórios 4.000,00

II - Registros das Pessoas Naturais e Anexos da Sede de Municípios que não sejam sede de comarcas:

Cr\$

Serventuários 15.000,00

Oficiais Maiores 10.000,00

Escreventes 8.000,00

Fiéis e Auxiliares 4.000,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$	
Serventuários	10.000,00
Oficiais Maiores	7.000,00
Escreventes	5.000,00
Fiéis e Auxiliares	3.000,00

B - Segunda Classe: (Comarcas; de 3.ª Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de Distritos e Subdistritos de Municípios que sejam sede de comarca:

Cr\$	
Serventuários	15.000,00
Oficiais Maiores	10.000,00
Escreventes	8.000,00
Fiéis e Auxiliares	5.000,00

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da Sede de Municípios que não sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	11.000,00
Oficiais Maiores	7.000,00
Escreventes	5.000,00
Fiéis e Auxiliares	3.500,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de Municípios:

Cr\$	
Serventuários	8.000,00
Oficiais Maiores	5.000,00
Escreventes	4.000,00
Fiéis e Auxiliares	3.000,00

C - Terceira Classe (Comarcas de 2.ª Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de Distritos e Subdistritos de Municípios que sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	12.000,00
Oficiais Maiores	7.000,00
Escreventes	5.000,00
Fiéis e Auxiliares	3.500,00

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da Sede de Municípios, que não sejam sede de comarca:

Cr\$	
Serventuários	9.000,00
Oficiais Maiores	6.000,00
Escreventes	4.500,00
Fiéis e Auxiliares	3.000,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$	
Serventuários	6.000,00
Escreventes ou Oficiais Maiores	4.000,00
Fiéis e Auxiliares	2.500,00

D - Quarta Classe: (Comarcas de 1.ª Entrância)

I - Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de Distritos e Subdistritos de Municípios que sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	10.000,00

Oficiais Maiores 6.000,00

Escreventes 4.500,00

Fiéis e Auxiliares 3.000,00

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da Sede de Municípios que não sejam sede de comarcas:

Cr\$

Serventuários 7.000,00

Oficiais Maiores 5.000,00

Escreventes 4.000,00

Fiéis e Auxiliares 3.000,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de Distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$

Serventuários 4.000,00

Oficial Maior ou Escrevente 3.000,00

Fiéis ou Auxiliares 2.000,00

§ 1.º - Os padrões-bases fixados neste artigo somente poderão ser alterados, após o decurso de cinco (5) anos de vigência desta lei, salvo imperativo de ordem geral no País.

§ 2.º - Logo após a promulgação da presente lei, serão reajustadas as aposentadorias até então concedidas, aos padrões-bases estabelecidos no artigo 2.º desta lei".

Artigo 3.º - Os servidores de Justiça que, ainda não se inscreveram ou estejam em atraso, com a Carteira de Aposentadoria, poderão pagar o seu débito em doze (12) prestações mensais independente do pagamento de multa e juros, desde que requeiram, dentro de 30 (trinta) dias, após entrar em vigor a presente lei, ao Senhor Presidente do Instituto de Previdência do Estado.

Parágrafo único - Não terá direito às vantagens acima, o servidor que estiver em atraso, com as contribuições, há mais de um ano.

Artigo 4.º - No caso de falecimento do servidor da Justiça os proventos da aposentadoria reverterão ao cônjuge sobrevivente, enquanto perdurar o estado de viuvez.

Parágrafo único - Na falta do cônjuge os proventos serão atribuídos aos filhos do casal enquanto menores.

Artigo 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de abril de 1959.

(a) Ruy de Mello Junqueira - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de abril de 1959.

(a) Paulo de Castro Vianna - Subdiretor Geral, respondendo pelo expediente da Diretoria Geral.

LEI N. 5299, DE 14 DE ABRIL DE 1959

Estabelece medidas relativas aos escreventes, auxiliares e fiéis dos cartórios não oficializados.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Ruy de Mello Junqueira, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25 parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os escreventes, os auxiliares e os fiéis dos cartórios não oficializados que contem, no mínimo cinco anos de exercício no mesmo cartório, não poderão ser dispensados senão por

motivo de sensível diminuição da renda da serventia ou demitidos senão em virtude de falta grave, devidamente comprovada.

Artigo 2.º - Quando da redução da renda resulte a dispensa de algum servidor, o Juiz-Corregedor do cartório somente a permitirá mediante prova de que a redução é sensível.

§ 1.º - Da decisão do Juiz caberá recurso do serventuário e do servidor para o Corregedor Geral da Justiça.

§ 2.º - No caso deste artigo serão dispensados os servidores admitidos por último, sendo-lhes, porém, pagos os vencimentos, inclusive comissões porcentagens e gratificações, correspondentes a três meses.

Artigo 3.º - Os escreventes, os auxiliares e os fiéis ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares:

- I - Advertência;
- II - repreensão;
- III - suspensão; e
- IV - demissão.

Artigo 4.º - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço cartorário.

Artigo 5.º - A pena de advertência será aplicada verbalmente, em caso de negligência.

Artigo 6.º - A pena de repreensão será aplicada, por escrito, nos casos de desobediência e falta de cumprimento dos deveres.

Artigo 7.º - A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada em caso de reincidência na falta de cumprimento dos deveres.

Parágrafo único - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

Artigo 8.º - Será aplicada a pena de demissão se forem cometidas as seguintes faltas:

- I - abandono do cargo ou da função;
- II - uso do cargo ou da função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função;
- III - ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de sessenta dias interpoladamente, durante o ano;
- IV - insubordinação grave em serviço;
- V - ofensa física em serviço, contra outro servidor, ou particular, salvo em legítima defesa;
- VI - revelação de segredo que conheça em razão do cargo ou da função, desde que seja feita dolosamente; e
- VII - incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriagues habitual.

Parágrafo único - Considera-se abandono do cargo ou da função a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de trinta dias consecutivos.

Artigo 9.º - O servidor acusado de falta grave pode ser suspenso.

Artigo 10 - As penas referidas nos n.ºs. I, II e III do art. 3.º serão aplicadas pelo serventuário, com recurso para o Juiz-Corregedor do cartório.

Artigo 11 - A pena de demissão é aplicada pelo Juiz Corregedor do cartório, mediante denúncia do serventuário, de qualquer prejudicado ou do presidente da Ordem dos Advogados.

Artigo 12 - A demissão será procedida de processo administrativo instaurado por portaria do Juiz-

Corregedor, que, para esse fim, designará comissão composta de três funcionários do Juízo.

Artigo 13 - A denúncia deverá ser satisfatoriamente fundamentada para provocar a instauração do processo administrativo.

Artigo 14 - O prazo para o inquérito será de sessenta dias, prorrogável por mais trinta, pelo Juiz Corregedor, nos casos de força maior.

Artigo 15 - Ultimada a instrução, citar-se-á o indiciado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, sendo-lhe facultada ou ao seu defensor vista do processo.

§ 1.º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de vinte dias.

§ 2.º - Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado, por edital, com prazo de quinze dias.

§ 3.º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas imprescindíveis.

Artigo 16 - Será designado "ex - officio", sempre que possível, servidor da mesma categoria para defender o indiciado revel.

Artigo 17 - Concluída a defesa, a comissão remeterá o processo à autoridade competente, acompanhado de relatório, no qual concluirá pela inocência ou responsabilidade do acusado, indicando, se a hipótese for esta última, o dispositivo legal transgredido.

Artigo 18 - Recebido o processo, o Juiz Corregedor proferirá a decisão no prazo de vinte dias.

Parágrafo único - Não decidido o processo no prazo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo ou função, aguardando aí o julgamento.

Artigo 19 - Da decisão do Juiz Corregedor, demitindo ou não o servidor, cabe recurso para o Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 20 - Reconhecida a inexistência de falta grave imputada ao indiciado, fica o serventuário obrigado a pagar-lhe, quando da volta ao serviço, a remuneração integral a que teria direito no período da suspensão.

Artigo 21 - Em qualquer fase do processo é permitida a intervenção do defensor constituído pelo indiciado.

Artigo 22 - Os escreventes, os auxiliares e os fiéis que não estiverem nas condições mencionadas no artigo 1.º poderão ser demitidos pelo serventuário, sem declaração de motivo, mas ficam, nessa hipótese, com direito a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses, paga na base mais alta, incluindo comissões, porcentagens e gratificações, que tenham percebido no mesmo cartório.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que cometerem quaisquer das faltas constantes do artigo 8.º.

Artigo 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 24 - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de abril de 1959.

(a) Ruy de Melo Junqueira - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de abril de 1959.

(a) Paulo de Castro Vianna, Subdiretor Geral respondendo pelo expediente da Diretoria Geral.

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.

Proc. 16.439 - Garça - Juiz de Direito (João Fonseca Negrão Júnior) : O artigo 27 da lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, revigorou expressamente os dispositivos dos decretos 5.129 e 6.697-A. O artigo 3.º do decreto 5.129 de 23 de julho de 1931, prescreve que os escreventes serão nomeados e demitidos pelo Juiz a que estiver subordinado o cartório dessa demissão cabendo recurso para o Corregedor Geral. Por seu turno o decreto 6.697-A, de 21 de setembro de 1934, dispõe que em relação aos escreventes, "a pena de Demissão é aplicada pelo Corregedor do cartório, com recurso para o Corregedor Geral da Justiça" completando o parágrafo único desse artigo que "os recursos poderão ser interpostos dentro do prazo de dez dias a contar da data da imposição da pena" (artigo 12). Finalmente: tanto o artigo 3.º do decreto 5.129, como o artigo 12 do decreto 6.697 - A completam-se com a disposição contida no artigo 10.º, parágrafo 7.º do mesmo decreto 5.129, que diz: "Da decisão do Juiz, demitindo ou não o escrevente, cabe recurso para, o Conselho Disciplinar da Magistratura". A primeira vista, parecem antagônicos esses dispositivos legais, mas o antagonismo é apenas aparente. De fato, os decretos 5.129, e 6.697 - A conferem recurso a Corregedoria apenas quando - "imposta" a demissão ao escrevente. Quando, - como sucede no presente caso - o Juiz desatende ao pedido de demissão, o recurso cabível é para o E. Conselho Superior da Magistratura (artigo 10.º parágrafo 7.º do decreto 5.129), a quem determino sejam encaminhados estes autos, depois de feitas as devidas anotações, São Paulo 10 de Dezembro de 1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. 121V59.

Proc. 16.107 - São Paulo - 10.º Tabelião de Notas: Consulta sobre recolhimento do imposto do selo federal nas escrituras de compromisso de venda e compra, onde figuram a Caixa Econômica de São Paulo ou o Instituto de Previdência: A esta Corregedoria falece competência para decidir a hipótese sub judice, neste ou naquele sentido, quer baixando provimento para que todos os Tabeliães lavrem as escrituras de compromisso, sem o recolhimento do imposto devido em selo federal, quer para obrigatoriedade exigirem esse recolhimento, como condição sine qua non para a lavratura da mesma escritura. Não ignora esta Corregedoria os inconvenientes que essa disparidade de entendimento dos M.M. Juizes da Capital pode acarretar às partes e à Fazenda Federal. Mas a verdade é que isso decorre do entendimento de cada magistrado que deve deliberar como melhor entender os dispositivos legais aplicáveis, a começar pelo § 5.º do Constituição. Orientar-se num sentido ou noutro, entender devido ou não o selo federal nesses compromissos, está adstrita a função jurisdicional de cada magistrado, sem embargo das interpretações favoráveis ou adversas que a respeito possa ter a Fazenda Federal. De modo que não cabendo impor orientação alguma muito a contragosto a questão fica em aberto. Só mercê de mandado de segurança, por parte dos interessados, ou de ação competente por parte do Fisco, se resolverá cada caso em concreto. São Paulo, 7 de março de 1959. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. 1.º/4/59.

Proc. 16.368 - Capital - Colégio Notarial de São Paulo: Informe-se ao Colégio Notarial de São Paulo que:

1.º) a conferência e conserto de pública-forma não foram previstos especificamente pelo novo Regimento de Custas, pois a Tabela "J" item X fere-se tão somente à "extração" das públicas-formas, não ao seu conserto. Logo, a conferência posterior, por não contemplada em tabela alguma da nova lei, considerar-se-á gratuita - (art. 12) ;

2.º) o emolumento devido pela "autenticação de fotocópias" é o previsto, em termos genéricos ("ou qualquer outro ato fora das notas" - como diz a lei), na Tabela "J", item X, ou seja, Cr\$ 60,00 pela 1.ª folha e Cr\$ 30,00 por página seguinte;

3.º) pela "revogação ou renúncia de procuração ou sub-estabelecimento à margem do livro" não é devido qualquer emolumento. A nova lei taxou apenas, em Cr\$ 60,00, o devido pela procuração ou sub-estabelecimento, deixando de repetir aquele "revogação à margem a que se referia o decreto n. 14.973, ao modificar a Tabela "F" anexa ao decreto n. 8.965 (seção I, inciso II, parte final) ;

4.º) o emolumento cobrável por um ato lavrado depois do horário normal do expediente, porém fora de cartório" é o previsto em tabela, acrescido de 5096 (Tabela "J", nota 9.ª), a interpretação no sentido de se permitir duas vezes esse acréscimo da metade repugna ao bom senso, mesmo porque tal acréscimo é concedido por lei em termos alternativos: "depois do horário normal de expediente ou fora de cartório";

5.º) o emolumento máximo de um ato notarial é de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), conforme vem expresso na Tabela "J", nota 1.ª. Quando o novo Regimento fixa um emolumento máximo, este não pode, em hipótese alguma, ser ultrapassado (regra geral), a menos que a própria lei abra uma exceção expressa a respeito. É o que sucede, p. ex., com a tabela "G" (salários dos peritos), onde consta que "os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados" com a ressalva explícita de que "excedendo de cinco o número, desses bens, as porcentagens estabelecidas poderão ser aumentadas até o dobro, bem como o emolumento máximo". Publique-se, anote-se e archive-se. São Paulo, 22-10-1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

Proc. 16.375 - Juízo de Direito - O M. Juiz da comarca enviou à Imprensa Oficial, para fins de publicação, um edital de citação de determinado réu processado como incurso no art. 214 da Lei Penal. O referido edital transcrevia a denúncia oferecida pelo M. Público, que por sua vez continha com, detalhes a descrição do fato criminoso (alguns deles escabrosos) praticados contra uma menor. O Sr. Gerente da Imprensa Oficial, devolveu ao Juízo da comarca o mencionado edital, recusando-se a publicá-lo, sob a alegação de "estar o mesmo vazado em termos pouco indicados para uma publicação oficial", ressaltando o mesmo funcionário que "existe um provimento do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça proibindo a enumeração nos editais de fatos cuja revelação pública possa criar situações desagradáveis às pessoas nele citadas". Em virtude dessa devolução o M. Juiz pede providências a esta Corregedoria, não só no sentido de que o edital seja publicado, mas também para que seja determinado à Imprensa Oficial não mais agir por essa maneira, pois "não compete a nenhum funcionário daquela repartição pública arvorar-se em censor dos atos praticados pelos membros do Poder Judiciário" (fls. 3). Esses fatos em resumo. Resolvo: As providências solicitadas pelo M. Juiz não podem ser atendidas por esta Corregedoria, já que o Sr. Gerente da Imprensa Oficial agiu acertadamente. Pelo Provimento n. II de 15 de março de 1945, não desta Corregedoria (como informa aquele funcionário) mas do E. Conselho Superior da Magistratura, já tinha sido recomendado aos Srs. Juizes de Direito que não permitissem, nos editais de citação de réus acusações dos crimes previstos nos títulos VI e VII do Código Penal, a menção aos nomes das vítimas. Posteriormente, quando então Corregedor Geral o Desembargador Pedro Chaves, a Imprensa Oficial consultou a Corregedoria sobre a maneira de proceder em casos semelhantes a este, tendo S. Exa. determinado que não devem esses editais de citação conter a narrativa dos fatos, devendo, pelo contrário, cingir-se exclusivamente ao disposto no artigo 360 do Código de Processo Penal, n.ºs. I, II, III, IV e V". Continha esse despacho, em sua parte final, mais estas palavras textuais: Oficie-se também ao Sr. Diretor da Imprensa Oficial agradecendo e louvando-lhe o zelo demonstrado com a consulta que proporcionou esta decisão e impediu a publicação do edital inconveniente (despacho de 19 de maio de 1954), proferido no processo 11.692, desta Corregedoria). Sendo assim o caso não é inédito, como pensa o M. Juiz a quem se remeterá uma cópia desta decisão - tendo aquele funcionário agido em estrita obediência a determinações anteriores, seja do Egrégio Conselho, seja desta Corregedoria. Deve, pois, o Dr. Juiz ordenar a expedição de novo edital, com as cautelas recomendadas no invocado despacho. Remeta-se cópia outrossim, à direção da Imprensa Oficial. Publique-se por ser matéria que a todos interessa, anote-se e archive-se. São Paulo, 24 de outubro de 1958 (a) Sebastião de Vasconcellos Lemes.

Proc. 16.372 - São Luiz do Paraitinga - Interessado: Benedicto de Souza Pinto: Para os fins de direito encaminhe-se o processo à Secretaria da Justiça. São Paulo, 25 de outubro de 1958. (a) Sebastião de Vasconcellos Leme.

D. J. de 26/10158.

Proc. 16.620 - Americana - Associação dos Contabilistas: Noticiando que o doutor Juiz de direito, da comarca de Americana, baixou portaria exigindo, quando da apresentação, dos livros comerciais para rubrica, a prova de que a firma interessada se acha inscrita no cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, a Associação dos Contabilistas daquela cidade, requereu à esta Corregedoria, seja dada interpretação ao Provimento n. 4/48, no sentido de ficar firmado entendimento de que a inscrição de firmas comerciais se pode fazer indiferentemente, tanto na Junta Comercial como nos cartórios do Registro de Hipotecas, "sem quaisquer exclusividade destes últimos". O doutor Juiz de direito nomeado prestou informações, remetendo cópia de sua decisão em idêntico requerimento que lhe foi dirigido, na qual sustentou estar seu ponto de vista, conforme o Decreto n. 916, de 24 de outubro de 1890 e, ainda em estrita consonância com o disposto no Provimento n. 4/48, desta Corregedoria. "A inscrição é, na letra da lei, facultativa, mas sem tal formalidade a firma não goza a tutela ou proteção jurídica". E, "se o comerciante não satisfaz a exigência legal, a sua situação torna-se difícil. Assim sem a firma devidamente inscrita, ele está inibido de: 1.º - ter livros revestidos das formalidades extrínsecas. . . " (ef. Carvalho de Mendonça Tratado, vol. II, n. 198, ed. 1945). Portanto, tem fundamento a exigência formulada pelo doutor Juiz de Americana. O item "a" do Provimento n. 4/48, não se me afigura passível de duas interpretações. Seu texto é claro, editando que a inscrição das firmas comerciais, se efetua na sede do principal estabelecimento: será feita nas Juntas Comerciais, nas comarcas-sedes destas repartições; perante os oficiais do registro de hipotecas, nas outras comarcas. Aliás, essa disposição manteve-se fiel à sua fonte, o artigo 1.º do Decreto n. 916, de 1890. Logo, não se pode cogitar da alegada obrigatoriedade de dupla inscrição. Na sede do principal estabelecimento, ou existe, ou não existe Junta Comercial. Em havendo, aí se fará a inscrição; caso contrário, o ato será confiado ao oficial do registro de hipotecas. O que pode acontecer é uma segunda inscrição, a exclusivo critério dos interessados, de acordo com o artigo 5.º do estatuto legal de 1890. O item "b" do Provimento n. 4/48, citado na representação de fls., alude ao arquivamento dos atos constitutivos das sociedades comerciais, das suas alterações e dissolução. São atos que não se confundem com o regulado no item "a". Em compêndio: Não é exato que, nos termos do Provimento n. 4/48, a inscrição de firmas comerciais pode ser feita, indiferentemente, tanto nas Juntas Comerciais como nos cartórios do Registro de Hipotecas. A competência se relaciona com o local onde se encontra instalada a sede do principal estabelecimento. A interpretação pretendida pela Associação dos Contabilistas de Americana, não pode ser adotada. São Paulo, 20 de março de 1959. (a) Alexandre Delfino de Amorim Lima.

Proc. 16.907 - Rancharia - Adão Vieira de Carvalho: O r. despacho do doutor Juiz da comarca de Rancharia, bem apreciou a espécie e, esta Corregedoria, coerente com suas decisões anteriores, o mantém. O parágrafo único do artigo 24 do Regimento de Custas vigente, editando que as disposições desse diploma legal devem ser aplicadas desde logo, aos feitos judiciais em andamento, ainda não sentenciados em primeira instância, tem que merecer interpretação adequada, somente objetivando as custas devidas aos escrivães, que recebem por todos os termos e atos do processo; os que recebem pelos atos praticados, como os avaliadores, tendo sido pagos pelo Regimento anterior, não podem pretender a majoração posteriormente promulgada. Com., anote-se e archive-se. São Paulo, 21 de março de 1959. (a) Alexandre Delfino de Amorim, Lima.

D. J. 2413159.

PORTARIA N. 8-58

O Desembargador Sebastião de Vasconcellos Leme, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, recomenda aos Oficiais dos Cartórios do Registro Civil, em todo o Estado, quando lhes for apresentada para inscrição a prova de casamento civil, rigorosa observância dos preceitos contidos na lei n. 1.110, de 23 de maio de 1950, principalmente quando se tratar de hipótese regida pelo artigo 4.º do mencionado diploma legal em que a habilitação se faz posteriormente ao matrimônio religioso, hipótese essa em que o pedido de inscrição deve ser apresentado por ambos os nubentes.

P. e cumpra-se.

São Paulo, 17 de novembro de 1958.

Sebastião de Vasconcellos Leme - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 2911159.

PROVIMENTO N. 3-595

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atendendo ao que ocorre com referência, ao pagamento de imposto de selo federal, em contratos aos quais uma das partes é a União, o Estado ou Município, ou ainda simples autarquias federais ou estaduais, resolve recomendar aos Drs. Juizes de Direito Corregedores; Permanentes dos Tabelionatos, em todo o Estado, que se abstenham de reconhecer desde logo a imunidade, em processo de simples correição, sem forma ou figura de Juízo, merecendo o assunto ser relegado para discussão, entre as partes interessadas, pelas vias judiciais competentes. Tal recomendação é aconselhável, face à jurisprudência flutuante que impera a propósito de benefício tributário, inclusive no Egrégio Supremo Tribunal Federal. Recentes são dois pronunciamentos dispares de Pretório Excelso, a propósito. UM, da Egrégia Primeira Turma, favorável ao alívio fiscal (caso Afonso Lopes Freire, in "O Estado de São Paulo", de 30 de maio último). Outro, em rumo oposto, do Egrégio Tribunal Pleno (Noreno do Brasil S/A., in "O Estado de São Paulo" de 4 de junho corrente). Aliás, a manifestação dos Tribunais, a respeito da matéria, sempre se manteve hesitante, ora aprovando uma diretiva, ora outra (cf. Revista de Direito Administrativo, vol. 14, págs. 382, 387, 388, 390, 392 e 467 Jurisprudência, do Diário da Justiça, da União, de 2-11-1949, pág. 497 - Arquivo Judiciário, vol. 91, pág. 102). Quanto às autarquias, então, a repulsa à fuga à obrigação é patente, a esta altura. "A imunidade conferida pelo artigo 15 parágrafo 5.º da Constituição não se estende às autarquias...% resolveu o Egrégio Supremo Tribunal, em plenário, no mandado de segurança n. 3.294, em 25 de maio de 1957. "As autarquias não se confundem com os Estados, a União e os Municípios. As leis de favor são de interpretação restrita..." (acórdão do Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário n. 30.419, in Diário da Justiça, da União, de 19-VIII-1957, pág. 2079 - cf. mais Revista Trimestral de Jurisprudência, do Supremo Tribunal Federal, vol. 1.º pág. 473, vol. 2.º págs. 220 e 378). Melhor, portanto, que não se retire da autoridade competente, após o necessário contraditório ainda que sumário (mandado de segurança), a oportunidade de se pronunciar sobre a discutida imunidade, ou mesmo simples insenção.

P. e Cumpra-se.

São Paulo, 16 de junho de 1959.

Cantidiano Garcia de Almeida - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 17-6-59.

PROVIMENTO N. 4-59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça de São Paulo, atendendo que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, após ligeira hesitação, a princípio (acórdão no recurso extraordinário n. 32.967, do Distrito Federal, in Revista Trimestral de Jurisprudência, do Supremo Tribunal Federal, vol. 1.º, pág. 537), mansa e pacificamente firmou o princípio de que não é devido o imposto federal, sobre o lucro imobiliário (decreto-lei n. 9.330, de 1946), quando das vendas de imóveis havidos causa mortis: Resolve recomendar a todos os Drs. Juizes de Direito Corregedores Permanentes de Tabelionatos, no Estado, que dispensem, desde logo, quando provocados, o pagamento do tributo, nas vendas de imóveis havidos por herança. Assim procedendo, afastará dos

interessados, com evidente economia de tempo, dinheiro e esforços, qualquer inútil empecilho, sem qualquer dano ao fisco, já considerada exorbitante a exigência, em casos tais, conforme, entre outros, OS julgamentos seguintes:

Recurso extraordinário 23.214, do Distrito Federal, de 1.º de janeiro de 1943:

"Não ofende o artigo 1.º do decreto n. 9.330, de 1.º de junho de 1946, a decisão que entende não devido, o imposto sobre lucro imobiliário de pessoa física, quando se tratar de venda, por ela realizada, de imóvel havido por sucessão causa mortis" (Revista dos Tribunais, vol. 274, pág. 875).

Recurso extraordinário n. 29.701, do Distrito Federal, de 9 de dezembro de 1955:

"O Decreto-lei n. 9.330, de 1946 criando o imposto sobre lucros apurados na venda de propriedades imobiliárias (artigo 1.º), estabeleceu entre as normas de acordo com as quais. seria cobrado tal imposto, a fixada inicialmente no artigo 2.º, qual a de que ele seria devido pelas pessoas físicas à razão da taxa de 8% sobre a diferença entre o valor da venda e o custo do imóvel para o vendedor. Saber se esse dispositivo visa apenas, relativamente ao segundo elemento - "o custo do imóvel para o vendedor" - estabelecido para base de imposto devido, as aquisições inter vivos, ou se abrange também as havidas causa-mortis, é uma questão de interpretação. E a que exclui essas últimas ajustar-se à própria finalidade do decreto que instituiu o imposto, qual a da participação do fisco nas especulações imobiliárias, que não se pode de regra enxergar na venda de imóveis havidos por herança como na espécie. Arquivo Judiciário, vol. 120, pág. 387).

Recurso extraordinário n. 37.119, do Distrito Federal, de 17 de julho de 1958:

"Este recurso extraordinário interposto pela União, tem por base a alínea "a" do permissivo constitucional, porque a decisão recorrida do E. Tribunal Federal de Recursos teria contrariado o disposto no art. 1.º e o no art. 2.º do Decreto-lei n. 9.330, de 1946, por força dos quais ficaram os lucros apurados nas vendas imobiliárias, sujeitos a tributação então criada, devida sobre a diferença entre o valor da operação e o custo do imóvel para vendedor. A ementa do acórdão que motivou o recurso é a seguinte: "Imposto de lucro imobiliário: sua não incidência na revenda de bens adquiridos por herança; concessão do mandato." As partes arrazoaram. A Procuradoria Geral opinou pelo conhecimento e provimento do recurso. É o relatório: Voto preliminar: O recurso é pela letra "a" do permissivo constitucional, por isso dele não conheço, de conformidade com os meus votos anteriores, por não haver no caso violação da lei federal, a decisão recorrida entendendo que o tributo em apreço não incide sobre bens havidos por herança, não violou lei federal alguma. "Jurisprudência, do Diário da Justiça, da União, de 20-IV-1959, pág. 1767).

Recurso extraordinário n. 36.997, do Distrito Federal, de 28 de janeiro de 1958.

Relatório - O Sr. Ministro Ribeiro da Costa - Recorre a União Federal extraordinariamente, do acórdão de fls. 65, da lavra do eminente Sr. Ministro Henrique D'Avilla que, provendo recurso de agravo, em decisão denegatória de mandado de segurança, o fez para conceder o remédio legal porquanto, essa espécie não é incidente o imposto sobre o lucro imobiliário de que trata o Decreto-lei n. 9.330, de 1946, visto cogitar-se de bens havidos "causa mortis". Funda-se o apelo extremo na alínea "a", infringência à letra do referido Decreto-lei n. 9.330. As partes arrazoaram. A Procuradoria Geral da República oficia, à fls. 78. É o relatório. Voto Preliminar: Não conheço do recurso na conformidade de decisão proferida por este Egrégio Tribunal, no recurso de mandado de segurança n. 3.966 do D.F., onde proferi voto após pedido de vista, reiterando o voto proferido no recurso extraordinário n. 36.400." Jurisprudência do Diário de Justiça, da União, de 30-III-1959, pág. 1385."

Recurso extraordinário n. 36.917, do Distrito Federal, de 9 de junho de 1958:

"O Senhor Ministro Luiz Galloti - Trata-se da questão relativa à incidência, ou não, do imposto de lucro imobiliário sobre bens havidos causa-mortis. Pela negativa, decidiu o Tribunal Federal de Recursos. Recorreu extraordinariamente a União invocando a alínea "a". A Procuradoria Geral opinou pelo conhecimento e provimento do recurso. É o relatório. Voto: Conheço do recurso, conforme se decidiu hoje em caso de que foi o relator o eminente Ministro Ary Franco, em face do dissídio jurisdicional. Mas, lhe nego provimento' de acordo com a jurisprudência do Diário da Justiça, da União, de 30-III-1959, pág. 1381).

Recurso extraordinário n. 36.918, do Distrito Federal, de 28 de janeiro de 1958:

"O Sr. Ministro Ribeiro da Costa - A União Federal interpõe recurso extraordinário contra o acórdão do Tribunal Federal de Recursos, exarado a fls. 61, que, concedendo mandado de segurança impetrado por Idalina Mendes e outros, os isentou do pagamento do imposto sobre lucros imobiliários por se tratar, na espécie, de imóvel adquirido por herança. Funda-se o recurso na alínea "a", por infringência à letra do Decreto-lei n. 9.330, de 1946. Os recorridos não arrazoaram.

A Procuradoria Geral da República opina pelo conhecimento e provimento do recurso. É o relatório. Voto: Não conheço do recurso na conformidade da decisão proferida por este Egrégio Tribunal no recurso de mandado de segurança n. 3.966, do Distrito Federal, onde proferi voto, após pedido de vista, reiterando no julgamento de recurso, extraordinário n. 36.400". (Jurisprudência, do Diário da Justiça, da União de 30-III-1959, pág. 1382).

P. e cumpra-se.

São Paulo, 16 de junho de 1959.

(a) Cantidiano Garcia de Almeida - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 17-6-59.

PROVIMENTO N. 5-59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atendendo a que para perfeita compreensão e execução merecem maiores esclarecimentos as derradeiras recomendações desta Corregedoria Geral (provimento n.ºs. 34, de 1959) ;

Atendendo a que na verdade já estabeleceu a jurisprudência, a esta altura um rumo a palmilhar, em casos semelhantes, merecendo ser trilhado em princípio, para evitar desgastes desnecessários, na defesa dos respectivos direitos, tanto ao lado da Fazenda Pública como de parte dos contribuintes:

Atendendo mais a que não veio modificar a situação, em termos irretorquíveis, o disposto no artigo 7.º da lei n. 3.470, de 28 de novembro de 1958, simples reprodução, salvo pequenos retoques, de texto anterior, oriundo do decreto n. 36.773, de 13 de janeiro de 1955, máxime quando permanece inalterada a fonte de imposição (decreto-lei n. 9.330, artigos 1/2), que continua a aludir a lucros com exclusividade, decorrendo eles, consoante manifestação contínua do Pretório Excelso (cf. acórdão "in" Arquivo Judiciário, vol. 120, págs. 386-387), unicamente de atos a título oneroso, onde inexistente oportunidade para enquadramento das doações, heranças ou legados;

Atendendo ainda a que surgem ocorrências que não se inscrevem em nenhuma das acima citadas, envolvendo de parceria questões outras (compromissos do "de cujus", Quinhões de meeiros, etc.) não resolvidas pacificamente até este instante;

Atendendo, entretanto, a que em nenhuma delas nada "decidem" os aludidos provimentos nem poderiam "decidir", a respeito dos assuntos em foco onde despontam interesses da União, que só se sujeitam, para o deslinde definitivo, ao Juízo próprio, de origem constitucional (constituição, art. 201). Somente proporcionam um rápido trâmite de questões que, assim não fosse, se tornariam de difícil consecução, com evidente injustiça. Ou em outras palavras: unicamente se relega a solução das pendências "a posteriori", sempre colocada a iniciativa, em uma e outra hipótese, a cargo da parte cujo direito aparece menos qualificado:

Atendendo finalmente a que, dessa forma, acautelam-se situações análogas, sem prejuízo ao erário público e sem impor ao contribuinte "si et in quantum" perdas irreparáveis de tempo e esforços, quando já reputada inviável a tributação pelos julgados do Egrégio Supremo Tribunal Federal:

Resolve recomendar em aditamento aos provimentos n.ºs. 3-4 do corrente ano, que as dispensas exigíveis sempre sem exceção alguma, do pagamento inicial do imposto a que aludem, só efetivem os casos apontados (doação, herança ou legado), remetendo-se para debate posterior

todos os outros a propósito da matéria em causa. E, para resguardo dos direitos fiscais porventura atingidos sejam comunicadas todas aquelas (dispensas), semanalmente ao Sr. Diretor da Recebedoria Federal de São Paulo, encaminhando-se, outrossim, cópia dos avisos a esta Corregedoria Geral que deverá ser inteirada do que ocorrer mesmo em não se lavrando qualquer ato, no período em exame.
P. e cumpra-se.

São Paulo, 24 de junho de 1959.

(a) Cantidiano Garcia de Almeida - Corregedor Geral da Justiça.

1.º.07-59.

Jurisprudência

ÚLTIMOS JULGADOS

SISA - Escritura definitiva outorgada catorze meses após o vencimento de compromisso - Aumento de 70% do tributo, com base no art. 26 do Livro IV do C. I. Taxas Inconstitucionalidade desse dispositivo.

Moveu a Fazenda do Estado um executivo fiscal para cobrança de diferença de sisa, em compromisso de compra e venda de imóvel, após a outorga da escritura definitiva, 14 meses além do vencimento desse compromisso. Os executados declararam expressamente que aceitavam o valor que o fisco atribuiu ao imóvel, insurgindo-se, contudo, contra o aumento de 70% proveniente do alegado atraso de 14 meses (art. 26 do Livro IV do C. I. T.), contra a multa moratória de 20%, e contra o cálculo dos adicionais. O Juiz acolheu essa defesa e recorreu de ofício, inexistindo recurso voluntário das partes. Encontrando-se entre os fundamentos da sentença o referente à inconstitucionalidade do mencionado aumento de 70% do imposto, e que é cobrado nos termos do citado art. 26 do Código referido, inconstitucionalidade que ela decretou, houve por bem a turma julgadora, que se pronunciou da mesma forma, remeter o feito a plenário, no Tribunal de Justiça, tendo este decretado a inconstitucionalidade. Inconstitucional, sem dúvida, é o art. 26 do C. I. T. (Livro IV) que reproduziu o art. 28 da lei n.º 185, de 1948, e tal vício já foi proclamado por duas vezes (R.T. 258/287 e ag. 85.956). O dispositivo em apreço manda cobrar a taxa adicional de 5% por semestre vencido a partir do termo do 6.º mês, contado da data em que vencer o prazo do compromisso. Da taxa, porém, não se pode cogitar porque esta pressupõe a prestação de serviço pelo Estado, o que na espécie não ocorre, e, desse modo, a conclusão é que se trata, iniludivelmente, de aumento do imposto de transmissão, para hipóteses excepcionais, de caráter manifestamente penal e com base num pretendido atraso no pagamento dele. Atraso, porém, inexistente, por isso que a sisa só se torna devida quando da escritura definitiva ou seja, quando o imóvel é de fato alienado. De sorte que o artigo de lei em exame pune o contribuinte por um retardamento imaginário, por mora não verificada ainda, exigindo-lhe um tributo maior, e progressivamente aumentado com o decorrer dos meses, quando o valor normal desse tributo é menor. Relatou o feito o des. Samuel Mourão, no julgamento pelo plenário. (Rec. 89.730, de Rápolis, 26-11-58.) - L. M.

Transcrito da "Folha da Manhã" de 5/3/59.

DECIDE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: SISA PELO VALOR DO IMÓVEL NA DATA DO COMPROMISSO

Decisão de grande interesse, proferida há alguns meses, pela 1.ª Turma do Supremo Tribunal Federal, mas somente agora conhecida na íntegra, pela sua divulgação no órgão oficial da Justiça, veio focalizar mais uma vez o problema do pagamento da sisa, ou melhor, qual devesse ser o valor desta quando existe escritura anterior de compromisso. O caso julgado pela Corte Suprema é oriundo de São Paulo, figurando como parte interessada e recorrente Alexandre Eduardo Dias de Moraes.

Segundo o voto do relator, ministro Ari Franco, unanimemente acompanhado pelos demais membros da Turma, a Justiça de São Paulo resolvera que a sisa deve ser paga de acordo com a lei vigente ao tempo da lavratura definitiva e não da do compromisso. Reconhecendo a existência de dissídio jurisprudencial e acolhendo, assim, o recurso extraordinário pela letra "a" do inciso constitucional, o ministro Ari Franco declarou que lhe dava provimento para atender ao pensamento do Supremo Tribunal Federal, através de diversos julgados, no sentido de que o imposto de transmissão inter vivos, com referência a imóveis, se calcula pelo valor do imóvel não na lavratura da escritura definitiva, mas na do compromisso (Rec. Extr. n, 38.182 - S.T.F.).

Transcrito da "Folha da Manhã" de 22/2/59.

ACUMULAÇÃO DE SERVENTIA DE JUSTIÇA COM MANDATO ELETIVO

No processo n.º 15.977, de Apiaí o corregedor-geral da Justiça, des. Vasconcelos Lerne, proferiu despacho, no qual acentua que o serventuário da Justiça não pode continuar no exercício do cargo e de mandato eletivo. Essa orientação é inadmissível atualmente, depois que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1.º da lei 1.945.

Transcrito da "Folha da Manhã" de 4/7/58.

SERVENTUÁRIO DE CARTÓRIO

Faltas cometidas - Responsabilidade solidária do escrevente, do Oficial Maior e do serventuário.

Nos casos de infração cometida por escrevente ou Oficial Maior de cartório, responde solidariamente, o serventuário. (Recurso ex-officio n. 21.335 de Serra Negra, acórdão unânime da 2.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, relator Ulysses Dóris).

Transcrito do "O Estado de S. Paulo" de 27/1/59.

SISA REFERENTE À AQUISIÇÃO DE COTAS DE SOCIEDADE CONSTRUTORA

No agravo de petição n.º 28.306, a 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada afirmou não ser devida a sisa sobre a compra de ações ou cotas sociais de sociedades anônima, construtora de imóveis. "As ações ou cotas representam o capital social e não o patrimônio da sociedade. Basta o fato de não estar sujeita a transcrição, no Registro de Imóveis, a venda de ações ou cotas, para se concluir que, realmente, a sua alienação não importa na transmissão do patrimônio social adquirente, ainda que em proporção, ao número ou valor delas."

Transcrito da "Folha da Manhã" de 11/6/59.

AVISO IMPORTANTE

Avisamos aos nossos associados que para requererem a inscrição em concursos, aposentadorias, permutas e licenças, há necessidade da apresentação da certidão de quitação com as contribuições da "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça".

- O último recibo da contribuição, não constitui prova de quitação, especialmente para fins de concursos.

Os requerimentos solicitando certidão, deverão ser selados com Cr\$ 114,00 estadual, com a firma reconhecida e será paga, no ato da entrega do mesmo a importância de Cr\$ 20,00.

Nos casos em que os pagamentos das contribuições sejam feitos nas coletorias estaduais do interior, o Instituto solicita, a fim de facilitar o fornecimento da certidão, a apresentação dos



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

últimos recibos.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DIRETORIA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS
ARMANDO COSTA MAGALHÃES
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA
SEBASTIÃO MEDEIROS
ALCIDES DE MELO VALE

Presidente
Tesoureiro
Secretário

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO -
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO
ALVARO PINTO DA SILVA NOVAES FILHO
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTE

CASSIO DIAS DE TOLEDO -
MARIO IGNACIO -
ELVINO SILVA -
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
ABEL DE REZENDE VILARES -
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Santos
Ribeirão Preto
Campinas
Capital
Santos
Capital
São José do Rio Preto
Capital
Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÕES	3
O MICROFILME NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	3
A IMPORTÂNCIA DAS COMUNICAÇÕES E ANOTAÇÕES	5
REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTOS	6
UM ABSURDO A CONTAGEM DE PONTOS	7
LEIS E DECRETOS.	8

LEIS FEDERAIS	8
LEIS ESTADUAIS	32
PROVIMENTOS	42
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.	42
PORTARIA N. 8-58	44
PROVIMENTO N. 3-595	45
PROVIMENTO N. 4-59	45
PROVIMENTO N. 5-59	47
JURISPRUDÊNCIA	48
ÚLTIMOS JULGADOS	48
DECIDE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: SISA PELO VALOR DO IMÓVEL NA DATA DO	
COMPROMISSO	48
ACUMULAÇÃO DE SERVENTIA DE JUSTIÇA COM MANDATO ELETIVO	49
SERVENTUÁRIO DE CARTÓRIO	49
SISA REFERENTE À AQUISIÇÃO DE COTAS DE SOCIEDADE CONSTRUTORA	49
AVISO IMPORTANTE	49
DIRETORIA	50
CONSELHO FISCAL	50
SUPLENTE	50
ÍNDICE	51

Nº 065 - Publicação: 01/08/1959

Colaboração

O MICROFILME E O REGISTRO DE DOCUMENTOS ESTRANGEIROS

JOSÉ AUGUSTO MEDEIROS

Oficial interino do 4.º Registro de Títulos e Documentos.

A adoção do sistema de microfilmagem sistemática dos documentos apresentados a registro, no cartório do 4.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS da comarca da capital, veio solucionar, de maneira notável, o problema de registro de documentos estrangeiros e sua tradução.

Estipula o art. 136 do Decreto Federal 4.857, de 9 de novembro de 1939: "Estão sujeitos à transcrição, no registro de títulos e documentos, para valerem contra terceiros, todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, quando têm que produzir efeitos em repartição da União, dos Estados e dos Municípios, ou em qualquer instância, juízo ou tribunal". O texto em questão é de clareza absoluta: o que deve ser registrado é o documento estrangeiro principalmente, e a sua tradução, pois esta, obrigatoriamente, deverá ser feita por tradutor público juramentado, portador também da fé pública, nada recomendando um registro, que não aumentaria em nada a fé que a tradução já possui. O registro do original e da tradução, o duplo registro, este sim é compreensível, útil e tem sua verdadeira razão de ser. Traduzir é interpretar e podem ocorrer e, efetivamente, ocorrem enganos nessa interpretação. O tradutor pode não penetrar no espírito daquilo que o autor quis transmitir. Palavras existem que permitem diversas traduções, todas elas cabíveis, mas de sentido diferente. O que o nosso legislador pretendeu, ao exigir o registro dos documentos estrangeiros, acompanhados da respectiva tradução, no registro de títulos e documentos, foi possibilitar às partes e a terceiros, em qualquer época, particularmente, a aferição da fidelidade da tradução.

Na prática porém, o que se tem observado é a impossibilidade, na maioria dos casos, do cumprimento deste dispositivo pela incapacidade do escrevente em transcrever documentos em língua estrangeira, a qual ele ignora e nem tem obrigação legal de conhecer, mormente aqueles documentos em que os caracteres são diferentes dos por nós usados. O uso do microfilme suprirá, entretanto, neste caso de documentos estrangeiros, a impossibilidade de registro do original, permitindo que unia disposição tão salutar da nossa legislação sobre registros públicos seja plenamente observada, coisa que até agora foi praticamente impossível.

Deve-se assinalar ainda que do registro de títulos e documentos derivam três efeitos principais:

a autenticidade da data, a publicidade ou validade contra terceiros e a perpetuidade e conservação. No que se refere à transcrição de documentos estrangeiros, todos os três efeitos são de grande importância. A autenticidade de data importa principalmente quando se trate de saber da vigência do documento registrado no que diz respeito a terceiros. A publicidade é um dos fatores mais importantes no registro de documentos estrangeiros. Via de regra quase todos os documentos levados a registro destinam-se a produzir efeito perante terceiros, os quais devem, por direito, ter a possibilidade de aferir a tradução feita. Possível é não haver concordância entre a tradução feita pelo tradutor público e a interpretação dada pelas partes ou por qualquer terceiro. Neste caso é sempre possível, a qualquer interessado pedir, em juízo, a retificação que couber, munido de uma certidão ou foto, fornecida pelo cartório de registro, do inteiro teor do original e da tradução. No sistema vigente nos cartórios de registro de títulos e documentos tradicionais isto é impossível, pois por impossibilidades técnicas a lei é obedecida apenas em parte, transcrevendo-se a tradução e fazendo-se referência apenas ao original estrangeiro. Por outro lado, o original, que não foi transcrito integralmente, permanecerá nas mãos do apresentante, impossibilitando aos demais interessados examiná-lo e confrontá-lo com a tradução feita. Se considerarmos, ainda, a natureza dos documentos estrangeiros que geralmente são levados a registros, tais como, mandatos, contratos, revogação de procurações, certidões de nascimento, casamento, etc., veremos que a transcrição dos originais ou seu arquivamento em cartório sob a forma de fotografia (melhor ainda microfotografia) é absolutamente necessária para sua perfeita validade contra terceiros.

Igualmente, menor não é a importância da transcrição de tais documentos, no que se refere à sua perpetuidade e conservação. Considerando-se a regra de direito internacional privado de que "locus regit actum", importará aos interessados saber se a forma extrínseca dos documentos estrangeiros, públicos ou privados, obedeceu a essa regra ou pelo menos se o aspecto formal deles é legal e aceito no Brasil. Isto só é possível com a transcrição do original ou seu arquivamento e da respectiva tradução sob a forma fotográfica, donde mais uma grande vantagem do sistema da microfilmagem.

Temos o prazer de comunicar a todos os nossos colegas que o livro elaborado pela dona Dulce Bittencourt, funcionária da Secretaria da Justiça, já se acha a venda, pelo preço de Cr\$650,00.

Trata-se de um trabalho muito bem feito, contendo leis de interesse da Magistratura, do Ministério Público e dos Servidores da Justiça do Est. de São Paulo, bem como acórdãos do Tribunal de Justiça de S. Paulo e do Supremo Tribunal, provimentos da Corregedoria da Justiça etc.

Os interessados poderão se dirigir à referida senhora ou para esta Associação, enviando a importância acima e mais Cr\$50,00 para as despesas do correio.

Esse livro é indispensável na biblioteca do serventuário.

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.º 3.696 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 1959.

Dispõe sobre naturalização de estrangeira casada com brasileiro que exerça função permanente no exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso, Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aplicado o disposto no art. 11 da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, à naturalização de estrangeira casada há mais de cinco anos com brasileiro que estiver exercendo função pública permanente fora do país.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Armando Ribeiro Falcão
Horacio Lafer
D. U. de 22/12/59.

LEI DO QUADRO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIO DO EST. S. PAULO
LEI N. 5.285, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1960

Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1959-1963 e dá outras providências.

Artigo 1.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1959-1963, é o estabelecido Desta lei.

Artigo 2.º - Os atos que disserem respeito à interpretação das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se tornarem necessários à sua perfeita caracterização, atendendo às conveniências de ordem geográfica ou cartográfica, poderão ser executados a qualquer tempo.

Artigo 3.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado compreende 195 comarcas, 505 municípios e 841 distritos, conforme os anexos ns. 1 e 2, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

§ 1.º - No anexo n. 1 é feita a relação sistemática e ordenada de todas as circunstâncias administrativas e judiciárias da divisão territorial, com indicação da categoria das respectivas sedes, que têm a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º - O anexo n. 2 descreve sistematicamente as divisas intermunicipais e as divisas interdistritais e, bem assim, consigna o ano da criação de cada município.

§ 3.º - Além dos anexos referidos, fica também fazendo parte integrante desta lei o anexo n. 3, que contem a descrição sistemática das divisas intersubdistritais.

Artigo 4.º - Os distritos em qualquer tempo, podem ser em lei especial, subdivididos em subdistritos para atender às necessidades do serviço público.

§ 1.º - Os subdistritos não poderão ter sede distinta da sede distrital e suas divisas serão fixadas por linhas que por eles distribuam todo o território do distrito, formando área continua.

§ 2.º - Os subdistritos de um distrito serão numerados seguidamente e designados pela respectiva numeração ordinal.

Artigo 5.º - Para que possa ser instalado o distrito, e necessária a delimitação do quadro urbano da sede nos termos do artigo 116 e seus parágrafos, da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947, observada a remuneração determinada pelo artigo 2.º da Lei n. 2.081, de 27 de dezembro de 1952.

Artigo 6.º - Os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distritos cujos territórios tiverem sofrido desmembramento ou que perderam o anexo de tabelionato por força da presente lei ou da Lei n. 2.456 de 30 de dezembro de 1953, terão direito de preferência no

provimento das serventias de igual natureza ou de tabelionatos de notas e anexos atualmente vagos, que se criarem ou se vagarem na vigência da presente lei, desde que da mesma classe respeitando o direito de opção a que se refere o artigo 22.

§ 1.º - O direito de preferência a que se refere este artigo só poderá ser exercido uma vez, dele excluídos os que já tiverem sido promovidos ou removidos a título de compensação por anteriores desmembramentos, a menos que haja ocorrido novo desmembramento por força desta lei.

§ 2.º - Ocorrido a vaga, a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior abrirá pelo prazo de 30 dias, a inscrição para os candidatos a remoção com fundamento neste artigo; para os distritos ou subdistritos criados por esta lei o prazo se contará do início da sua vigência.

§ 3.º - Terminado o prazo a que se refere o parágrafo anterior a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior fará, dentro do prazo de 20 dias, a classificação dos candidatos inscritos, em ordem decrescente, tendo em vista a seguinte atribuição de pontos: a) 1 (um) ponto correspondente a cada 5 quilômetros quadrados, ou fração excedente da metade de território desmembrado, comprovado por atestado ou certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura; b) 1 (um) ponto, correspondente a cada ano ou fração excedente da metade, decorrido da data do desmembramento sofrido.

§ 4.º A classificação a que se refere o parágrafo anterior será publicada no "Diário Oficial" e dela caberá reclamação ao Secretário de Estado, dentro do prazo de 10 dias contados da publicação.

§ 5.º - Não havendo reclamação, ou decididas as apresentadas, será nomeado o candidato classificado em primeiro lugar na lista respectiva; em caso de empate na classificação, será nomeado o mais antigo na serventia.

§ 6.º - Se a comarca a que pertencer o cartório que sofreu desmembramento tiver sido elevada de entrância, prevalecerá, para os efeitos deste artigo, a entrância vigente ao tempo de desmembramento.

§ 7.º - A documentação oferecida com um requerimento de inscrição, será válida para quaisquer outros do mesmo candidato, desde que este a ela se recorre nos seus demais requerimentos.

§ 8.º - Os cartórios a que não concorreram candidatos nos termos deste artigo, serão providos de acordo com a Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 7.º - As primeiras eleições para Prefeito, VicePrefeito e Vereadores dos municípios criados pela presente lei realizar-se-ão concomitantemente com as primeiras eleições municipais que se seguirem e a posse se dará no dia 1.º de janeiro do ano imediato, data em que se realizará a instalação dos novos municípios.

Parágrafo único - Os novos municípios serão administrados, até a sua instalação, pelos prefeitos dos municípios de que foram desmembrados.

Artigo 8.º - A legislação dos municípios de que se desmembraram vigorará nos novos municípios, até que estes tenham legislação própria.

Parágrafo único - Compreende-se no disposto neste artigo a lei orçamentária na parte correspondente ao distrito ou distritos de que se tenha constituído novo município, a qual ficará prorrogada para o exercício de 1960.

Artigo 9.º - Instalado o município, deverá o Prefeito, no prazo de 30 dias remeter à Câmara o Projeto de lei dispondo sobre a organização do quadro dos funcionários municipais.

Artigo 10.º - Até que seja votado o seu regimento interno, a Câmara do novo município aplicará , no que for cabível, o da Câmara do município de que foi desmembrado.

Artigo 11 - Enquanto não for instalado o novo município a contabilização de sua receita e despesa será feita em separado pelos órgãos competentes da Prefeitura do município de origem.

§ 1.º - Dentro de 30 dias após a instalação a Prefeitura a que se refere este artigo deverá enviar a do novo município, os livros de escrituração e a competente prestação de contas, devidamente documentada.

§ 2.º - Por esse serviço poderá a Prefeitura do município de origem exigir do novo município importância equivalente a 10% do total da receita arrecadada.

Artigo 12 - O novo município responderá por uma quota-parte das dívidas contraídas pelo município de que se desmembrou, correspondente à metade da renda arrecadada no respectivo território, e bem assim pelos encargos de manutenção do Quadro de funcionários do município, quer aproveitando parte dos funcionários, mediante acordo, quer responsabilizando-se por uma quota-parte proporcional dos vencimentos dos não aproveitados e declarados, consequentemente, em disponibilidade remunerada.

§ 1.º - Para efeito do disposto na primeira parte deste artigo não se computarão as dívidas contraídas para execução de obras e prestação de serviços que não tenham beneficiado o território desmembrado.

§ 2.º - As quotas de responsabilidade serão apuradas por peritos indicados pelos Prefeitos dos municípios interessados, um para cada um, dentro de seis meses contados da data da instalação do novo município; não havendo acordo, serão determinadas por via judicial.

§ 3.º - Fixada a responsabilidade, consignará o novo município, em seus orçamentos, verbas próprias para ocorrer às respectivas despesas dentro do primeiro quinquênio, em prestações anuais e iguais.

Artigo 13 - Os próprios municipais situados em territórios desmembrados passarão, independentemente de indenização, à propriedade do novo município.

Parágrafo único - Quando os próprios municipais constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelo restante do município de origem, proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 74 da Constituição Estadual.

Artigo 14 - Aplicado o critério estabelecido pelo art. 2.º e seu parágrafo único da Lei n. 1.174, de 21 de agosto de 1951, o número de vereadores dos municípios criados por esta lei, é fixado, para a primeira legislatura, da seguinte forma:

a) - 23 (vinte e três) para Osasco.

b) - 11 (onze) para Inúbia Paulista, Itapevi, Mairinque, Nova Odessa e Santa Albertina.

c) - (nove) para Adolfo, Altair, Alvinlândia, Areiópolis, Arujá, Barbosa, Bom Jesus dos Perdões, Boracéia, Borboleta, Caieiras, Cajamar, Cândido Rodrigues, Cassia dos Coqueiros Catiguá, Cesário Lange, Colômbia, Diadema, Dolcinópolis, Embu, Floreal, Gabriel Monteiro, Guapuã, Guarani d'Oeste, Iacri, Itobi, Jaci, João Ramalho, Luís Antonio, Luiziana, Mendonça, Meridiano, Mirassolândia, Mongaguá, Nova Guataporanga, Ocaçu, Palmeira d'Oeste, Pardinho, Peruibe, Pirapora do Bom Jesus, Populina, Pradópolis, Rafard, Roseira, Sagres, Sales, Salmorão, Sandovalina, Santa Lúcia, Santa Maria da Serra, Santo Antônio do Pinhal, Santo Expedito, Santópolis do Aguapei, São João do Pau d'Alho, Sarutaiá, Sete Barras, Sud Menucci, Taboão da Serra, Taguaí, Tapirai, Tarabai, Três Fronteiras, Turiúba, Urânia e Vista Alegre do Alto.

Artigo 15 - Cabe ao Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura:

a) - organizar os mapas dos novos municípios, bem como os daqueles que sofreram alteração em seus territórios.

b) - proceder à demarcação das divisas fixadas nesta lei sempre que necessário.

§ 1.º - Na organização dos mapas, serão interpretadas as divisas descritas no anexo n. 2.

§ 2.º - Os nomes dos acidentes geográficos fixados por esta lei uma vez registrados nas cartas topográficas do Estado serão definitivos, não podendo ser mudados senão por nova lei.

Artigo 16 - Ficam extintos os seguintes distritos:

I - Pontana, no município de Quintana e comarca de Pompéia, devendo seu território ser incorporado ao distrito da sede do referido município.

II - Porto Martins no município e comarca de Botucatu, devendo seu território ser incorporado ao distrito de Vitoriana;

III - Caramuru, no município de Rubiacea e comarca de Guararapes, devendo seu território ser incorporado ao distrito da sede do referido município;

IV - Tapinas, no município e comarca de Itápolis, devendo parte do seu território ser incorporada ao distrito de Nova América a parte ao distrito da sede do referido município e comarca;

V - Varjão, no município e comarca de Brotas, devendo seu território ser incorporado ao distrito da sede do referido município e comarca;

VI - Águas Claras do Sul, no município e comarca de Pacaembu, devendo seu território ser incorporado ao distrito da sede do referido município e comarca;

VII - Aparecida do Monte Alto, no município e comarca de Monte Alto, devendo parte do seu território ser incorporada ao distrito da sede do referido município e comarca e parte ao município de Vista Alegre do Alto;

VIII - Boturuna, no município de Palestina e comarca de Nova Granada, devendo parte de seu território ser incorporada ao distrito da sede do referido município e parte ao distrito de Duplo Ceu.

Parágrafo único - Aos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos dos distritos cuja extinção é prevista neste artigo fica assegurado o direito de remoção para cartório de igual natureza ou tabelionato, desde que da mesma classe, com preferência inclusive sobre os casos previstos no artigo 6.º da presente lei, e respeitado o direito de opção a que se refere o artigo 22, desta lei.

Artigo 17 - Ao Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito ora elevado à categoria de município e cuja sede municipal seja fixada em outra localidade, fica assegurado o direito de optar com preferência absoluta, pelo cartório do distrito da sede do novo município desde que o requeira ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei.

Artigo 18 - As comarcas criadas pela presente lei pertencem aos mesmos distritos judiciais das comarcas de que fora desmembradas e são classificadas da seguinte forma:

a) - em 3.ª entrância a de São Vicente;

b) - em 2.ª entrância a de Itanhaen;

c) - em 1.ª entrância as de Altinópolis, Angatuba, Aparecida, Barueri, Bilac, Caraguatatuba, Cerqueira Cesar, Cravinhos, Flórida Paulista, Guariba, Ibiúna, Itapeceira da Serra, Jardinópolis, Junqueirópolis, Leme, Miguelópolis, Porto Ferreira, Presidente Epitácio, Rinópolis, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Suzano, Tambaú, Urupês e Vargem Grande do Sul.

Artigo 19 - A instalação das comarcas a que se refere o artigo anterior somente se dará depois de se provar estarem preenchidas todas as condições legais e disporem as mesmas comarcas dos meios materiais imprescindíveis para o seu efetivo funcionamento.

§ 1.º - Compreende-se entre os meios materiais a que se refere este artigo a construção ou aquisição, na sede da comarca, de edifícios adequados para o fórum e cadeia pública.

§ 2.º - A medida que forem atendidas as exigências deste artigo, em relação a cada comarca, o Tribunal de Justiça providenciará a sua instalação dentro do prazo de 90 dias.

Artigo 20 - Nas comarcas criadas por esta lei, e até nova alteração, o Tribunal do Júri reunir-se-á nas mesmas épocas vigentes para as comarcas de que foram desmembradas.

Artigo 21 - Aos escreventes dos escritórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos que, em virtude de criação de comarca vierem a perder o anexo de tabelionato fica assegurado o direito de inscrição em concursos para provimento de cartório de notas.

Artigo 22 - Ao oficial do Registro de Imóveis e Anexos, ao Distribuidor, Contador e Partidor, ao Depositário Público e aos Tabeliães de Notas e Anexos das comarcas que, por força da presente lei, sofrerem redução territorial, e assegurado o direito de opção por ofício da mesma natureza da comarca criada.

§ 1.º - A opção de que trata este artigo deverá ser requerida, no prazo de 30 dias a contar da vigência desta lei, ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

§ 2.º - Não exercido este direito de opção, ele se devolverá, dentro de igual prazo e nas mesmas condições, aos serventuários da comarca que sofreu desmembramento por força da Lei n. 2.777 de 18 de novembro de 1954.

§ 3.º - Nos casos em que a opção a que se refere este artigo tenha sido exercida em relação aos serventuários mencionados no parágrafo anterior ela será utilizada para serventias que consequentemente se tiverem vagando, mediante requerimento dentro do prazo de 30 dias seguintes à abertura da vaga.

§ 4.º - Para efeito do disposto nos §§ 2.º e 3.º deste artigo, os serventuários neles referidos serão classificados, pela natureza da função, em ordem decrescente da contagem de pontos, atribuídos estes na proporção de 1 para 5 quilômetros quadrados, ou fração superior à metade, de território desmembrado, feita a respectiva prova através de certidão do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura, fazendo-se a chamada pela ordem da classificação.

Artigo 23 - Nas comarcas criadas por esta lei haverá os seguintes escritórios de justiça:

I - 1.º e 2.º Escritórios de Notas e Anexos;

II - Registro de Imóveis e Anexos;

III - Distribuidor, Partidor e Contador com o Anexo de Depositário Público.

Parágrafo único - Nas comarcas de 1.ª e 2.ª entrância, criadas por esta lei, o 1.º Escritório de Notas terá os anexos da escrivania do júri, do crime, das execuções criminais e do Registro de Imóveis; o 2.º Escritório de Notas terá os anexos de protesto de títulos, de registro de documentos, de registro de comércio e o da escrivania civil; o Registro Civil das Pessoas Naturais terá os anexos de distribuidor, contador, partidor e de depositário.

Artigo 24 - Nas comarcas; de Lucélia, Oswaldo Cruz e Pereira Barreto, fica anexado ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito da sede o Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor.

Artigo 25 - Ficam elevadas de entrância as seguintes comarcas:

a) - de 3.ª para 4.ª: Araraquara, Bauru, Jundiaí, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José do Rio Preto e Sorocaba;

b) - de 2.ª para 3.ª: Batatais, Garça, Olímpia, Ourinhos e Tupã;

c) - de 1.ª para 2.ª: Adamantina, Cajuru, Conchas, Cruzeiro, Dracena, Getulina, Guaíra, Guararapes, Jales, Lucélia, Martinópolis, Mirassol, Nova Granada, Novo Horizonte, Oswaldo Cruz, Pacaembu, Pitangueiras. Pompéia, Porto Feliz, Sertãozinho, Tanabi e Votuporanga.

Artigo 26 - A elevação de qualquer comarca a outra entrância não confere promoção ao respectivo juiz.

Parágrafo único - Quando promovido o juiz da comarca cuja entrância tiver sido elevada poderá pedir, no prazo de 10 dias, que, ouvido o Tribunal de Justiça, sua promoção se efetive na comarca onde se encontre. Se deferida a pretensão, expedirá o Governo o competente decreto; e, independentemente da abertura de novo concurso, será organizada outra lista de juizes para o preenchimento do cargo que continuou vago.

Artigo 27 - As serventias dos distritos criados por esta lei, bem como os demais em caso de vacância, poderão ser providas interinamente pelo Governador até o provimento regular.

Parágrafo único - O serventuário interino de que trata este artigo será reembolsado, pelo titular que o suceder, das despesas de instalação do respectivo cartório.

Artigo 28 - Nas comarcas elevadas de 3.^a para 4.^a entrância, continuarão os Distribuidores com as atribuições de Avaliador Judicial.

Artigo 29 - Ficam criadas as seguintes Varas:

a) - nas comarcas de Araçatuba, Araraquara, Assis, Barretos, Bauru, Catanduva, Franca, Jundiaí, Marília, Mogi Mirim, São Caetano do Sul, São Carlos, Taubaté e Tupã, uma Vara, que será denominada Segunda, passando a já existente a denominar-se Primeira, devendo os títulos dos juizes destas comarcas ser apostilados pelo Secretario da Justiça e Negócios do Interior;

b) - na comarca de Jundiaí, mais uma Vara, que será a Terceira, com competência privativa para o processo e julgamento dos acidentes do trabalho e das contravenções penais e para processar as execuções criminais e respectivos incidentes, Serviço de Júri (inclusive de imprensa e para os crimes contra a economia), Serviço de Menores, bem como o de cumprimento das precatórias criminais.

c) - na comarca de Piracicaba, uma Vara com competência privativa para o processo e julgamento dos acidentes do trabalho, das questões trabalhistas e das contravenções penais e para processar as execuções criminais e respectivos incidentes, Serviço do Júri (inclusive de imprensa e para os crimes contra a economia), Serviço de Menores, bem como o de cumprimento das precatórias criminais.

d) - Na comarca de Santo André, duas Varas Criminais, com as designações da Primeira e Segunda.

§ 1.º - A competência das duas Varas a que se refere a alínea "a" deste artigo será cumulativa, cabendo, porém, à Primeira as atribuições do Juízo de Menores e à Segunda, o Serviço do Júri.

§ 2.º - A Primeira Vara Criminal da Comarca de Santo André caberá privativamente a presidência do júri, execuções criminais e delitos de imprensa, à Segunda Vara Criminal da referida comarca caberá privativamente o Serviço de Menores.

§ 3.º - Os feitos em andamento nas comarcas cujas Varas são desdobradas serão redistribuídos, sendo que entre as duas Varas das comarcas mencionadas na alínea "a" deste artigo a redistribuição se fará mediante sorteio, equitativamente, compensando-se os de competência firmada.

Artigo 30 - Fica criada, na comarca de Ribeirão Preto, mais uma Vara, que será a Terceira, com competência privativa para os Serviços do Júri de Menores, de Registros Públicos e de acidentes do trabalho.

Artigo 31 - Fica criada, na comarca de Sorocaba, mais uma Vara, que será a Terceira, com competência privativa para o Serviço de Menores, Serviço do Júri e Registros Públicos.

Artigo 32 - Fica criado, na comarca de Piracicaba, um Cartório Criminal que funcionará junto à 3.^a Vara criada pela presente lei.

Artigo 33 - Ficam criados, na comarca de Jundiaí:

a) - um Cartório Criminal, que funcionará junto à 3.ª Vara ora criada.

b) - o Cartório do 3.º Ofício que funcionará junto às duas Varas de competência cumulativa.

Artigo 34 - Fica criado na comarca de São José do Rio Preto um Cartório dos Serviços Criminais, do Júri de Menores. Corregedoria Permanente e Serviços Eleitorais da sede.

§ 1.º - O cargo de Escrivão será provido nos termos da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

§ 2.º - Nos cargos de Escrevente serão aproveitados, obrigatoriamente, os atuais que servem nos Cartórios da própria comarca, obedecendo-se o critério dos títulos apresentados em concurso, feito perante o Juízo da 3.ª Vara, nos termos do artigo 20, letra "a", da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 35 - Ao Juiz de Direito da 3.ª Vara da Comarca de São José do Rio Preto, além das, atribuições mencionadas no artigo 29, letra "a", da Lei n. 2.456, de 30 de dezembro de 1953, compete:

- a) processar e julgar os inventários e arrolamentos, bem como as divisões e demarcações deles decorrentes;
- b) exercer todas as atribuições relativas ao registro civil;
- c) processar e julgar os desquites por mútuo consentimento e litigiosos;
- d) processar e julgar as interdições;
- e) nomear e remover tutores e curadores;
- f) processar e ordenar o cumprimento de testamentos e codicilos;
- g) processar e julgar os pedidos de sub-rogação de vínculos e questões referentes a bem de família;
- h) autorizar a venda, arrendamento, hipoteca de bens de menores e incapazes;
- i) processar e julgar as arrecadações de bens de ausentes e heranças jacentes;
- j) processar e julgar os crimes e contravenções praticados por menores de 21 anos.

Artigo 36 - Fica extinto o cartório do 3.º Ofício de Notas e Anexos da Comarca de Monte Aprazível

Artigo 37 - Passa a ser de 20 anos o tempo de efetivo exercício em função pública, para os efeitos do artigo 11 do Decreto lei n. 15.551, de 23 de Janeiro de 1946.

Artigo 38 - As dividas das Circunscrições do Registro de Imóveis das comarcas de Presidente Prudente e São José do Rio Preto passam a ser as descritas no anexo n. 4, que fica fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 39 - Esta lei entrará em vigor a 1 de Janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.

LEI N. 5.113, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providencias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

"Artigo 1.º - Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1959, a vigência da Lei n. 1.037, de 23 de maio de 1951, com a alteração introduzida pelo artigo 2.º da Lei n. 2.958, de 21 de janeiro de 1955.

Artigo 2.º - O pagamento do imposto sobre vendas e consignações devido pela venda de gado a marchantes e açougueiros deverá ser por estes comprovado por ocasião do abate dos animais.

Parágrafo único - A falta dessa prova, o tributo será exigido pelo modo previsto no artigo 26 da Lei n. 3.688, de 31 de dezembro de 1956.

Artigo 3.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 8.º da Lei n. 3.684, de 31 de dezembro de 1956:

Artigo 8.º - Ressalvada a hipótese do artigo 13 nas vendas efetuadas por produtores (criadores, recriadores e agricultores), diretamente a produtores e particulares, o pagamento será feito mensalmente mediante guia especial, sobre o total do mês nos prazos fixados em regulamento".

Artigo 4.º - Nas vendas de máquinas, aparelhos, equipamentos e conjuntos industriais de qualquer natureza, em cujo contrato o vendedor assuma a obrigação de proceder à montagem ou instalação, o imposto sobre vendas e consignações será pago dentro de 3 (três) dias contados da emissão de cada fatura relativa aos pagamentos globais ou parcelados.

§ 1.º - Ainda que o contrato preveja pagamento a prazo a contar da conclusão da montagem ou instalação, o imposto devido sobre a totalidade do preço contratado deverá ser recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da conclusão.

§ 2.º - Quando a coisa for entregue antes de concluída a montagem ou instalação o prazo para o pagamento, que será o do parágrafo anterior, contar-se-á da data da entrega.

Artigo 5.º - Fica revogado o artigo 6.º da Lei n. 2.013, de 20 de dezembro de 1952.

§ 1.º - Ficam cancelados os débitos do imposto sobre transações as respectivas multas e acréscimos moratórias, anteriores à data da vigência desta lei, relativos às atividades mencionadas no artigo 6.º da Lei n. 2.013, de 20 de dezembro de 1952, quando exercidas nas condições previstas nas alíneas "a" e "b" do mesmo dispositivo, ainda que os materiais aplicados na execução dos serviços tenham sido fornecidos por quem os prestou.

§ 2.º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição das quantias pagas.

§ 3.º - O cancelamento das dívidas ajuizadas dependerá do pagamento pelo executado, das custas e demais despesas do processo judicial.

Artigo 6.º - Passa a ter a seguinte redação o item II, da Tabela "O" anexa à Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958:

"II - Nos feitos judiciais, as custas que constituem renda do Estado serão arrecadadas pelo modo estabelecido na Tabela "A" para pagamento das custas do escrivão, sendo a primeira prestação recolhida em seguida do despacho da petição inicial".

Artigo 7.º - Ficam cancelados todos os débitos do imposto territorial rural, relativos a lançamentos anteriores ao ano de 1941.

Artigo 8.º - Ficam revogados o artigo 28 e seus parágrafos, da Lei n. 185 de 13 de novembro de 1948.

Artigo 9.º - É facultado ao compromissário comprador, bem como aos cessionários, ainda que esteja quitado ou vencido o compromisso recolher por antecipação e pelo valor do imóvel à data do compromisso originário, o imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos", devido pela transmissão, desde que o faça até 30 de abril de 1959.

Artigo 10 - Ficam cancelados os débitos fiscais decorrentes da aplicação do artigo 23 da Lei n. 185, de 13 de novembro de 1948, revogado pelo artigo 1.º da Lei n. 1.395, de 21 de dezembro de 1957.

Artigo 11 - Ficam isentas do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" as doações de imóveis para a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, destinados à execução do plano de construção da rede de armazéns e silos.

Artigo 12 - Acrescente-se ao artigo 27 da Lei 11. 3.672 de 29 de dezembro de 1956, o seguinte item,

"56 - os alvarás anuais e mensais, para funcionamento de cinemas e realização de bailes, desde

que sem fito de lucro e sem cobrança de entrada".

Artigo 13 - Passa a ter a seguinte redação a letra "f" do item 18 do artigo 27 da Lei n. 3.672, de 29 de dezembro de 1956:

"f - quando tendo sido expedido o certificado de propriedade ou licenciado o veículo em outro Estado, o seu proprietário faça prova idônea de que, sendo ali domiciliado por período nunca inferior a 6 (seis) meses passou a ter domicílio neste Estado";

Artigo 14 - Fica acrescentado à Tabela "J" "Dos Tabeliães de Notas", anexa à Lei 11. 4.831, de 28 de agosto de 1958, o seguinte item:

"XII - autenticação de fotocópia de conferência e conserto de instrumentos fora das notas - Cr\$ 15,00".

Artigo 15 - Fica revogado o artigo 3.º da Lei n. 593, de 31 de dezembro de 1949.

Artigo 16 - Fica revigorado o disposto no artigo 62 e seu parágrafo único, da Lei n. 3.684, de 31 de dezembro de 1956 e prorrogado até 31 de dezembro de 1959, o prazo ali previsto.

Artigo 17 - Além dos pedidos de vista para recorrer ao Tribunal de Impostos e Taxas, já previstos na legislação vigente, e facultado ainda à parte, quando o processo estiver em tramitação em localidade diversa da do seu domicílio, solicitar vista no local do domicílio, desde que o faça por petição apresentada dentro do prazo próprio para a interposição do recurso.

Parágrafo único - Aos pedidos de vista de que trata este artigo aplicam-se as normas constantes dos parágrafos 2.º, 3.º e 4.º do artigo 28 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957, e serão despachadas no interior do Estado, pelos Delegados Regionais de Fazenda.

Artigo 18 - Inclui-se na competência do Tribunal de Impostos e Taxas o julgamento, em grau de recurso de questões relativas a multas moratórias e acréscimos adicionais.

Artigo 19 - Passa a ter a seguinte redação o item n. 4 da Tabela prevista no artigo 21 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957:

"4 - Estadia de veículos motorizados na D.S.T., pelo que exceder de 15 (quinze) dias - por dia Cr\$ 100,00".

Artigo 20 - As diferenças do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" e as importâncias reclamadas em virtude de levantamento fiscal dos impostos, sobre vendas e consignações e sobre transações, quando recolhidas dentro do prazo cominado na notificação inicial, serão recebidas com o abatimento de 10%(dez por cento).

Parágrafo único - O pagamento efetuado nas condições deste artigo implicará na concordância do débito.

Artigo 21 - Ficam revogados os artigos 51, 52 e 53 da Lei n. 3.330, de 30 de dezembro de 1955.

Artigo 22 - Fica acrescido ao artigo 26 da Lei n.º 936, de 30 de dezembro de 1950, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - Em situações especiais, tendo em vista determinadas atividades e as circunstâncias em que se desenvolvem, o Diretor do Departamento da Receita poderá, de ofício ou mediante representação fundamentada do Diretor da Divisão Fiscalizadora ou de Delegado Regional de Fazenda, dispensar a lavratura de auto de infração".

Artigo 23 - São isentos de todos os tributos estaduais os atos, bens e serviços objeto do acordo celebrado pela União com o Governo dos Estados Unidos da América, a que se refere o Decreto Legislativo Federal n. 20, de 8 de maio de 1956.

Artigo 24 - O parágrafo 1.º acrescentado ao artigo 95 da Lei n. 2.844, de 7 de janeiro de 1937, pelo artigo 24 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º - Excetuam-se da regra desse artigo os débitos referentes ao imposto territorial rural e as

taxas dos serviços de esgotos de Santos, São Vicente e Guarujá".

Artigo 25 - Ficam excluídos do acréscimo de 20%, previsto no artigo 95, da Lei n. 2.844, de 7 de janeiro de 1937, modificado pelo artigo 24 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957, os débitos referentes às taxas dos serviços de esgotos das cidades de Santos, São Vicente e Guarujá, relativos ao exercício de 1958.

Parágrafo único - Não será restituído o acréscimo de que trata o artigo quando já pago.

Artigo 26 - Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1959 a vigência do crédito de que trata o artigo 63, da Lei n. 3.684, de 31 de dezembro de 1956.

Artigo 27 - Nos resultados de cálculos relativos ao pagamento de tributos e à escrituração fiscal, assim como em tudo que se refira às relações dos contribuintes com o Fisco, serão desprezadas as frações inferiores a Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) e elevadas à dezena imediata as frações iguais ou superiores a Cr\$ 0,50.

Artigo 28 - Podem dar-se por ajustadas as diferenças acusadas em recebimentos e pagamentos que representam quantia inferior a Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Artigo 29 - O artigo 6.º da Lei n. 2.031, de 24 de dezembro de 1952, passa a ter a seguinte redação, acrescentando-se-lhe um parágrafo:

" O Departamento da Receita, da Secretaria da Fazenda, manterá junto ao Tribunal 8 (oito) representantes, designados entre funcionários da mesma Secretaria, bacharéis em direito e especializados em matéria fiscal, com as atribuições conferidas em regulamento".

"Parágrafo único - As designações serão feitas mediante indicação do Diretor do Departamento da Receita, com audiência do Coordenador da Receita e parecer do Diretor Geral, ficando lotados naquele Departamento os funcionários designados".

Artigo 30 - Fica elevado para 8 (oito) o número de funções gratificadas instituídas pelo artigo 10, alínea "a", da Lei n. 2.031, de 24 de dezembro de 1952.

Artigo 31 - Passa a vigorar com a seguinte redação o parágrafo único do artigo 60 da Lei n. 3.684, de 31 de dezembro de 1956:

"Parágrafo único - Para o desempenho das funções a que se refere o presente artigo, serão designados exatores, no máximo 3 (três), para cada região fiscal".

Artigo 32 - Ficam instituídas mais 6 (seis) funções gratificadas das mencionadas no artigo 11 da Lei n. 988, de 12 de fevereiro de 1951, das quais uma se destina a atender às necessidades da fiscalização exercida pelos auxiliares de fiscal de rendas.

Artigo 33 - Ficam revigorados, com vigência até 31 de dezembro de 1959, os créditos especiais de que tratam o artigo 1.º da Lei n. 1.670, de 31 de julho de 1952 e a Lei n. 3.804, de 5 de fevereiro de 1957, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 1958 pelo artigo 130 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957.

Artigo 34 - A gratificação a que se refere o artigo 1.º da Lei n. 2.618, de 20 de janeiro de 1954, passa a ser de Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por assinatura, correndo a despesa pela verba própria do orçamento

Artigo 35 - As despesas decorrentes da execução dos artigos 31, 32 e 33 desta lei, serão atendidas, no exercício de 1959, com os recursos a que se refere o artigo 26.

Artigo 36 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1959.

Artigo 37 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de dezembro de 1958.

JÂNIO QUADROS

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1958.

Altino Santarem

Diretor Geral, Substituto.

D. O. 16/1/59.

Informações

RELAÇÃO DAS COMARCAS COM AS RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS

4.ª ENTRÂNCIA:

- | | |
|---------------------|----------------------------|
| 1 - Araraquara | 10 - Santo André |
| 2 - Bauru | 11 - Santos |
| 3 - Campinas | 12 - São Bernardo do Campo |
| 4 - Judiaí | 13 - São Caetano do Sul |
| 5 - Marília | 14 - São José do Rio Preto |
| 6 - Mogi das Cruzes | 15 - S. Paulo |
| 7 - Piracicaba | 16 - Sorocaba |

8 - Presidente Prudente

9 - Ribeirão Preto

3.ª ENTRÂNCIA:

- | | |
|-----------------------|-----------------------------|
| 1 - Amparo | 18 - Limeira |
| 2 - Araçatuba | 19 - Lins |
| 3 - Assis | 20 - Mogímirim |
| 4 - Avaré | 21 - Olímpia |
| 5 - Barretos | 22 - Ourinhos |
| 6 - Batatais | 23 - Paraguaçu Paulista |
| 7 - Botucatu | 24 - Rio Claro |
| 8 - Bragança Paulista | 25 - Sta. Cruz do Rio Pardo |
| 9 - Catanduva | 26 - São Carlos |
| 10 - França | 27 - São João da Boa Vista |
| 11 - Franco da Rocha | 28 - São José dos Campos |
| 12 - Guaratinguetá | 29 - S. Vicente |
| 13 - Garça | 30 - Taubaté |
| 14 - Guarulhos | 31 - Tatuí |
| 15 - Itapetininga | 32 - Tupã |

16 - Itú

17 - Jaú

2.ª ENTRÂNCIA:

- | | |
|-----------------------|----------------------|
| 1 - Adamantina | 33 - Mirassol |
| 2 - Agudos | 34 - Mococa |
| 3 - Americana | 35 - Monte Aprazível |
| 4 - Andradina | 36 - Nova Granada |
| 5 - Araras | 37 - Novo Horizonte |
| 6 - Atibaia | 38 - Orlandia |
| 7 - Birigui | 39 - Oswaldo Cruz |
| 8 - Bebedouro | 40 - Pacaembú |
| 9 - Caçapava | 41 - Pitangueiras |
| 10 - Cajurú | 42 - Pompéia |
| 11 - Campos do Jordão | 43 - Porto Feliz |
| 12 - Capivari | 44 - Pederneiras |
| 13 - Casa Branca | 45 - Penápolis |

14 - Conchas	46 - Pindamonhangaba
15 - Cruzeiro	47 - Pinhal
16 - Dracena	48 - Piracaia
17 - Getulina	49 - Pirajú
18 - Guaira	50 - Pirajuí
19 - Guararapes	51 - Pirassununga
20 - Ibitinga	52 - Presidente Venceslau
21 - Itapeva	53 - Rancharia
22 - Itapira	54 - S. José do Rio Pardo
23 - Itanhaem	55 - São Manoel
24 - Itapolis	56 - São Roque
25 - Itatiba	57 - Socorro
26 - Ituverava	58 - Sto. Anastácio
27 - Jales	59 - Serra Negra
28 - Jaboticabal	60 - Taquaritinga
29 - Jacaré	61 - Tanabí
30 - Lorena	62 - Tietê
31 - Lucélia	63 - Sertãozinho
32 - Martinópolis	64 - Votuporanga
1.ª ENTRÂNCIA:	
1 - Altinópolis	5 - Bananal
2 - Apiaí	6 - Bariri
3 - Angatuba	7 - Bilac
4 - Aparecida	8 - Barueri
9 - Brotas	50 - Pedregulho
10 - Cachoeira Paulista	51 - Pereira Barreto
11 - Caraguatatuba	52 - Piedade
12 - Cerqueira Cesar	53 - Piratininga
13 - Cravinhos	54 - Pres. Bernardes
14 - Caconde	55 - Promissão
15 - Cafelândia	56 - Quatá
16 - Cananéia	57 - Queluz
17 - Capão Bonito	58 - Regente Feijó
18 - Cunha	59 - Rinópolis
19 - Descalvado	60 - Ribeirão Bonito
20 - Dois Córregos	61 - Registro
21 - Duartina	62 - Sta. Barbara d'Oeste
22 - Eldorado	63 - Santa Fé do Sul
23 - Florida Paulista	64 - Suazano
24 - Fernandópolis	65 - Santa Adélia
25 - Guariba	66 - Santa Branca
26 - General Salgado	67 - Santa Cruz das Palmeiras
27 - Ibiúna	68 - Santa Izabel
28 - Itapeçerica da Serra	69 - Santa Rita do Passa Quatro
29 - Igarapava	70 - Santa Rosa de Viterbo
30 - Iguape	71 - São Bento do Sapucaí
31 - Itaporanga	72 - São Joaquim da Barra
32 - Itararé	73 - São José do Barreiro
33 - Junqueirópolis	74 - São Luiz do Paratinga
34 - Jardinópolis	75 - São Pedro
35 - José Bonifácio	76 - São Sebastião
36 - Leme	77 - São Simão
37 - Lençóis Paulista	78 - Tambaú
38 - Miguelópolis	79 - Tupí Paulista
39 - Mirandópolis	80 - Ubatuba
40 - Matão	81 - Urupês
41 - Monte Alto	82 - Valparaíba
42 - Monte Azul Paulista	83 - Valparaizo,



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

43 - Nhandeara

84 - Vargem Grande do Sul Grande do Sul.

44 - Paulo de Faria

45 - Porto Ferreira

46 - Pres. Epitácio

47 - Palmital

48 - Paraibuna

49 - Patrocinio do Sapucaí

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -

Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA -

Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -

Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA

SEBASTIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -

Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

JOSÉ ODILON DE ARAUJO

ALVARO PINTO DA SILVA NOVAES FILHO

ABNER RIBEIRO BORGES

SUPLENTES

CASSIO DIAS DE TOLEDO -

Santos

MARIO IGNACIO -

Ribeirão Preto

ELVINO SILVA -

Campinas

AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -

Capital

MILTON DUARTE COELHO -

Santos

CASEMIRO PINTO NETO -

Capital

ABEL DE REZENDE VILARES -

S. José do Rio Preto

JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -

Capital

JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:

RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar

Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209

Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

1

2

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
O MICROFILME E O REGISTRO DE DOCUMENTOS ESTRANGEIROS	3
LEIS E DECRETOS	4
LEI FEDERAL	4
LEI DO QUADRO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIO DO EST. S. PAULO	5
INFORMAÇÕES	16
RELAÇÃO DAS COMARCAS COM AS RESPECTIVAS ENTRÂNCIAS	16
DIRETORIA	20
CONSELHO FISCAL	20
SUPLENTE	21
ÍNDICE	21

ANO XII

Nº 066 - Publicação: 01/03/1960

LEIS QUE REGULAM A CARREIRA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

LEI N.º 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950

Dispõe sobre a forma de provimento dos Offícios de Justiça e dá outras providências.

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Nenhum ofício de justiça será provido a título de propriedade, mas o seu exercício será atribuído em serventia vitalícia.

Artigo 2.º - O provimento e a vacância das serventias de justiça reger-se-ão pelo disposto nesta lei.

Artigo 3.º - a vacância da serventia decorrerá:

- a) da desistência, concedida por decreto, após a verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo juiz corregedor respectivo;
- b) do falecimento do serventuário;
- c) do abandono do exercício verificado em processo regular;
- d) de demissão imposta em virtude de sentença judiciária (artigo 189, n.º 1, da Constituição Federal) ;
- e) da remoção ou promoção, nos termos desta lei após a verificação da posse do novo cargo;
- i) de aposentadoria.

Parágrafo único - A Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, tomando conhecimento da vaga, dará ciência da mesma, no prazo de quarenta e oito (48) horas à autoridade que deva iniciar o processo de concurso.

Artigo 4.º - O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário vitalício não acarretará a vacância do ofício onde já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados ao serventuário sucedido os direitos adquiridos pelos artigos 9.º e 10.º, do Decreto-lei n.º 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-Lei n.º 12.520 de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 5.º - É instituída a carreira dos Servidores da Justiça, na qual ficam enquadrados os

serventuários vitalícios e os escreventes habilitados de todos os cartórios do Estado não estipendiados pelos cofres públicos, qualquer que seja a sua natureza. Para esse efeito, as serventias de Justiça ficam classificadas da seguinte forma:

a) PRIMEIRA CLASSE

I) os escritórios de registro de imóveis e anexos, os de tabelião de notas com os anexos do cível e do crime, os de distribuidor, partidor e contador e os de depositários público das comarcas de primeira entrância;

II) os escritórios de registro civil das pessoas naturais e anexos dos distritos e subdistritos que não sejam sede de município.

b) SEGUNDA CLASSE

I - os escritórios referidos no n.º I, alínea "a", das comarcas de segunda entrância;

II - os escritórios referidos no n.º II, da alínea "a", dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias e das comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias.

c) TERCEIRA CLASSE

I - os, escritórios referidos no n.º 1 da alínea "a", das comarcas de terceira entrância;

II - os escritórios referidos no n.º II da alínea "a" dos distritos e subdistritos de sede de município pertencentes às comarcas de 4.ª entrância e da sede das comarcas de 3.ª entrância.

d) QUARTA CLASSE

I - os escritórios de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos, de tabelião de notas, de tabelião de protestos, de escrivão do cível, da família e sucessões, da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, de acidentes do trabalho, de registros públicos de justiça gratuita, de menores, do crime, do júri e execuções criminais, de distribuidor e contador do cível e do crime, do partidor e do depositário público, da comarca de São Paulo (4.ª entrância);

II - os escritórios referidos no n.º 1 da alínea "a", aglutinada ou separadamente instalados, das comarcas de Santos e Campinas (4.ª entrância);

III - os escritórios referidos no n.º II da alínea "a", dos distritos e subdistritos de sede das comarcas de 4.ª entrância.

Artigo 6.º - Nenhuma admissão de serventuário será feita senão para o cargo inicial (artigo 84 da Constituição do Estado).

Artigo 7.º - As serventias que forem criadas serão sempre providas na forma preceituada nesta lei.

Parágrafo único - Para efeito de provimento, equiparam-se aos escritórios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

Artigo 8.º - O provimento dos cargos de Serventário aos cartórios referidos no n.º I da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a vacância e a inexistência de candidatos a remoção, será feito mediante concurso de provas e de títulos, ao qual poderão concorrer os escreventes habilitados de ofício da mesma natureza ou com anexo do ofício posto em concurso, que contém mais de 5 anos de efetivo exercício, e os bacharéis em direito.

Artigo 9.º - Comunicada a vaga, cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 8.º, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no Diário da Justiça, com prazo de vinte dias, editais de inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 10.º - Os pedidos de inscrição serão acompanhados dos documentos a seguir relacionados:

a) Quanto aos escreventes:

I - certidão de tempo de serviço passada pelo escrivão encarregado do serviço de anotações, ou pela Corregedoria Geral da Justiça;

II - certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares dos cartórios em que servirem ou tenham servido e do escrivão da corregedoria permanente.

b) Quanto aos bacharéis em Direito:

- I - certidão de registro de diploma;
- II - certidão da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, provando a vigência da inscrição e a existência ou inexistência de faltas disciplinares tornadas públicas;
- III - prova de ser brasileiro nato, de maioridade e de estar no gozo de seus direitos civis e políticos;
- IV - Prova de quitação ou isenção do serviço militar.

- V - laudo de capacidade física e de não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante expedido por Centro de Saúde ou Posto de Assistência Médica Sanitária mantido pelo Estado;
- VI - folha corrida das delegacias de polícia do município ou municípios e dos cartórios criminais da comarca ou comarcas onde tiver residido nos dois anos anteriores, provada essa circunstância, bem como da Extinta Justiça Federal, provando não estar pronunciado por despacho irrevogável, não estar sujeito a medidas de segurança, não ter sofrido condenação passada em julgado, por crime de furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, falsidade ou moeda falsa, ainda que já tenha cumprido pena ou dela obtido perdão;
- VII - atestado de antecedentes - passado pelo Serviço de Identificação do Estado.

1.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente ao ofício, desde que publicado títulos pelo menos, anteriormente ao concurso.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juizes perante os quais os candidatos tenham servido.

§ 3.º - À medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça requisitará dos juizes perante os quais tenham servido os requerentes, e à Ordem dos Advogados do Brasil, se for o caso, informações reservadas sobre a sua competência e idoneidade moral.

Artigo 11.º - Encerradas as inscrições, constituir-se-á Comissão Examinadora, composta do Presidente do Tribunal de Justiça, como presidente, o qual, por motivo de serviço público, poderá ser substituído pelos vice-presidente ou pelo Corregedor Geral da Justiça, de um Desembargador escolhido pelo mesmo Tribunal e de um serventuário nomeado pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 12.º - Reunida a Comissão examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos às inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal com informações, em cada caso, sobre tempo de serviço e cargos exercidos, notas desabonadoras acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1.º - Será eliminado o candidato que não tiver exibido os documentos necessários, assim como o que tiver cometido omissão culposa ou falsidade de declarações.

§ 2.º - Ao candidato não admitido cabe o direito de recurso para o Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias contados da publicação do ato.

Artigo 13.º - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior ou decidido o recurso, serão publicados, nas quarenta e oito (48) horas seguintes, no "Diário da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos e anunciado o dia, local e hora em que deverão comparecer para o início das provas.

Artigo 14.º - O concurso será público e constará da apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscritas, datilografadas e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e da apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A comissão adotará critério que impeça a identificação das provas escritas e

datilografadas até o momento de seu julgamento.

Artigo 15.º - A prova manuscrita cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sobre matéria do ofício em concurso, formuladas no momento.

§ 1.º - Não será permitida a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada sob pena de exclusão.

§ 2.º - Um dos examinadores, pelo menos, inspecionará continuamente o ato.

Artigo 16.º - Seguir-se-á a prova datilográfica que consistirá na redação de qualquer ato pertinente ao ofício em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever, mediante seu manejo.

Artigo 17.º - No julgamento das provas manuscritas e datilográficas atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, à ortografia e à rapidez da escrita.

Parágrafo único - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e datilográficas o candidato que obtiver média de pontos inferiores a 4 (quatro).

Artigo 18.º - As arguições orais, no dia e hora previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, em prazo não superior a trinta minutos, findas as quais, cada membro da comissão atribuirá a cada candidato, em lista especial, a respectivas, notas lançando-as ao lado do nome do mesmo.

Artigo 19.º - As notas serão sempre atribuídas por extenso com valores que variarão entre 0 (zero) a 10 (dez).

Artigo 20.º - Terminadas as provas a comissão, em sessão secreta promoverá:

a) o exame dos títulos apresentados, que receberão os seguintes valores:

I - diploma de bacharel ou doutor em direito - 3 pontos;

II - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 pontos;

III - certificado de conclusão do curso ginásial, ou documento equivalente, desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 ponto;

IV - obra a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 10 - 2 pontos;

V - cada período de cinco anos de efetivo exercício, como serventuário, escrevente, solicitador ou outra função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia, arredondando-se para mais o último período, se exceder de metade - 1 ponto; (redação dada pela lei n.º 2.704, de 23 de julho de 1954.)

VI - cada classificação em lista para nomeação em concursos anteriores - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53).

VII - serviço à Justiça Eleitoral, como anexo ao cargo, pelo prazo de dois anos, nos termos do art. 18, § 2.º, da Lei federal P. 1.164, de 24 de julho de 1950 - 1 ponto; (redação dada pela lei n.º 2.392, de 10 de dezembro de 1953) ;

VIII - participação, como examinador, em concurso de habilitação de escrevente ou de provimento de ofício de justiça 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

IX - conhecimento de taquigrafia, quando essa matéria não for integrante de "currículum" de curso previsto no n.º 11 - 1 ponto (revogado pela lei 2.392, de 10/12/53) ;

X - eficiência de trabalho e boa cooperação verificada através das informações reservadas e dos documentos - 1 ponto;

XI - exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário - 1 ponto (acrescido pela lei 2.656 de 21/1/54).

XII - Carta ou carteira de solicitador - 2 pontos; (acrescido pela lei 2.872, de 18/12/54) ;

XIII - Efetivo exercício durante 10 (dez) anos na função de Oficial Maior - 1 ponto; (acrescido pela lei 2.872, de 18/12/54).

- b) a apuração das médias resultantes das provas prestadas;
- c) a apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nas alíneas "a" e "b".

Artigo 21 - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da comissão, será incorporada pelo seu secretário, à ata final dos trabalhos e publicada no "Diário da Justiça".

Parágrafo único - Admitir-se-á também, com referência ao resultado final, o disposto no § 2.º do artigo 12.

Artigo 22 - Unia vez encerrado o concurso, o presidente comunicará à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior os nomes dos três (3) primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido no ofício.

Parágrafo único - Havendo pluralidade de ofícios a serem providos, a lista se comporá de tantos nomes quantas forem as serventias e mais dois.

Artigo 23 - Na classificação observar-se-ão ordinalmente as seguintes condições, caso se verifique empate:

- I - inexistência de faltas disciplinares;
- II - exercício como oficial maior no cartório vago, na data em que se verificar a vacância;
- III - idade;
- IV - encargos de famílias;
- V - posse de certificado expedido de acordo com a Lei n.º 211, de 7 de dezembro de 1948.

Artigo 24.º - Os processos de habilitação candidatos classificados na lista a que se refere o artigo 22 serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25.º - O provimento dos cargos referidos no n.º II da alínea "a" do artigo 5.º, uma vez verificada a inexistência do candidato à remoção, será também, feito mediante concurso de provas e títulos, aos quais poderão concorrer os escreventes habilitados de ofícios da mesma natureza ou com anexo do ofício em concurso, que contem mais de cinco anos de efetivo exercício e os bacharéis em Direito, observado o disposto nos artigos 9.º a 24, exceto o artigo 11.

Parágrafo único - A comissão examinadora será constituída do juiz corregedor permanente do cartório vago, que será seu presidente, do promotor público da comarca ou da primeira vara da comarca, quando houver mais de uma, e de um advogado designado pelo presidente da respectiva subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil, servindo como Secretário o escrivão da corregedoria permanente.

Artigo 26.º - As serventias que se refere o artigo 5.º serão providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em funções da mesma natureza ou com anexo do ofício vago, da mesma classe ou da imediatamente inferior, que o requererem, aplicando-se no processo de concurso o disposto nos artigos 9.º; 10, letra "a", ns. I e II e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, 12, 20, alínea "a"; 21; 22, 23 e 24, com as seguintes modificações:

- a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pelo Conselho Superior da Magistratura;
- b) a lista de classificação (artigo 22) conterà um nome para remoção e dois para promoção. Em caso de pluralidade de ofícios vagos haverá -multiplicidade correspondente, sendo os dois nomes acrescidos, um para remoção e outro para promoção.

- c) é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

"Parágrafo único - No caso das letras "a", "b" e "f", do artigo 3.º, havendo na serventia vaga escrevente, com mais de 12 anos de efetivo exercício, que exerça o cargo de seu oficial maior há

mais de 3 anos, seja bacharel em direito ou haja substituído interinamente o serventuário, embora alienadamente, nela será provido, expedindo o Poder Executivo o decreto de nomeação a requerimento do interessado (acrescido pela lei 4.342, de 5/11/57) ".

Artigo 27.º - Os dispositivos do Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, bem como os dos Decretos ns. 6.697 e 6.697-A, ambos de 21 de setembro de 1934, que não colidirem com esta lei, ficam revigorados expressamente.

Artigo 28.º - Ficam asseguradas a todos os serventuários escreventes e auxiliares de cartório, as vantagens das Leis ns. 211, de 7 de dezembro de 1948 e 646, de 24 de fevereiro de 1950, mediante a exibição do competente certificado passado pela "Comissão do Artigo 30 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado".

Artigo 29.º - As férias não gozadas serão contadas em dobro, para efeito de aposentadoria, aos serventuários, escreventes e auxiliares da justiça.

Artigo 30.º - Fica equiparado a serventuário e com direito a inscrição em concurso de promoção, respeitada a natureza do ofício o escrevente que, na data da abertura do concurso, contar:

I - mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo, para os ofícios de primeira e segunda classes;

II - mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício no cargo, para os ofícios de terceira e quarta classes.

Parágrafo único - Ao escreventes será concedida também, equiparação para o fim de inscrever-se em concurso para provimento de ofício de classe igual ou imediatamente inferior (redação dada pela lei 3.836 de 11 de abril de 1957).

Artigo 31.º - Aos serventuários e escreventes classifica. dos em listas provenientes de concursos realizados até esta data e que não tenham sido nomeados, é permitida a inscrição nos concursos para cargos vagos ou que vagarem, com o mesmo direito que então lhes assista, desde que as vagas correspondam à mesma natureza e classificação estabelecida nesta lei.

Artigo 32.º - Ao ex serventuário que, exonerado a pedido até a data da promulgação da presente lei, fizer a prova determinada no artigo 10 será permitido independentemente de novas provas, inscrever-se nos concursos para os cargos de primeira classe por via do exposto no artigo 26, desde que conte mais de cinco (5) anos de efetivo exercício.

Artigo 33.º - Os serventuários que tiverem mais de quinze (15) anos de efetivo exercício poderão inscrever-se em concurso para a classe que se seguir à imediatamente superior.

Parágrafo único - Os serventuários com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício, poderão inscrever-se em concurso para provimento de ofícios de qualquer classe; (redação dada pela lei 2.535, de 13 de janeiro de 1954).

Artigo 34.º - Para os efeitos da presente lei a contagem de pontos provenientes de títulos será reduzida de metade, desprezada a fração inferior a cinco décimos, se já tiver concorrido para nomeação anterior.

§ 1.º - Será computado o tempo de serviço em que o serventuário ou escrevente tiver permanecido à disposição dos poderes públicos federal, estadual ou municipal.

§ 2.º - Computar-se-á em dobro o tempo decorrente de acumulação de outro ofício que não seja pertinente à própria serventia, excluídos os casos de acumulação estabelecidos pelo regime determinado no decreto-lei 11.464, de 30 de setembro de 1940 e legislação anterior sobre a mesma matéria.

Artigo 35 - O Chefe do Poder Executivo, de posse das listas de classificação, proverá a vaga dentro de dez (10) dias por qualquer dos candidatos classificados no respectivo concurso.

§ 1.º - Será assegurada preferência para nomeação ao candidato que for ou já tiver sido classificado em três listas, desde que por elas não tenha sido beneficiado.

§ 2.º - Os nomes dos candidatos nas condições do parágrafo anterior figurarão obrigatoriamente em lista, com menção expressa da circunstância preferencial, aplicando-se o artigo 23, caso haja mais de um candidato com o mesmo direito.

§ 3.º - O escrevente que figurar mais de três vezes em listas tríplexes, terá preferência para provimento no ofício a que concorrer. Será também assegurada preferência para provimento de justiça ao escrevente ou serventuário portador do certificado expedido pela "Comissão do Artigo 30 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual".

Artigo 36.º - Os candidatos incluídos em lista e não nomeados poderão, durante o prazo de dois anos, desde que o requeiram, inscrever-se em concurso de provas, dispensados destas, concorrendo à classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 37.º - O Chefe do Poder Executivo poderá prover livremente os cargos de que trata a presente lei quando, encerrados os concursos de provas, ocorrerem as seguintes hipóteses:

- a) - não aceitarem nomeação todos os candidatos classificados ou dela desistirem expressamente;
- b) - encerrar-se o concurso sem inscrição de candidatos;
- c) - não conseguir classificação nenhum dos candidatos.

§ 1.º - Dar-se-á preferência aos escreventes com qualquer tempo de serviço, exigindo-se no ato de posse a documentação aplicável segundo o disposto no artigo 10.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de existência de candidato que não pertença aos quadros das serventias, far-se-á prova de saber ler e escrever corretamente.

Artigo 38.º - Quando o provimento decorrer da criação da comarca, será assegurado ao oficial do registro civil de pessoas naturais e anexos o direito de opção por um dos novos ofícios de escrivão e tabelião de notas, se lhe convier a transferência e a requerer ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, nos dez dias seguintes à publicação da lei, devendo, nesse caso, a nomeação ser feita - na mesma ocasião em que o forem a dos serventuários dos demais ofícios criados.

Artigo 39.º - Não serão providos ou nomeados os pronunciados por despacho irrevogável em crime contra o patrimônio ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, à pena superior a dois (2) anos de reclusão.

Artigo 40.º - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, até a data da promulgação da nova lei que fixar o quadro territorial do Estado, fará publicar, durante três dias, relação das vagas existentes nos cartórios do Registro Civil convocando, com o prazo de vinte dias, que será contado da última publicação, a fim de que declarem se pretendem remoção para os referidos cartórios, os oficiais:

- a) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, e desde que não tenham tido compensação por força da lei n.º 233, de 24 de dezembro de 1948;
- b) dos cartórios de Registro Civil que sofreram desmembramento do distrito em que exerciam o cargo, por força do Decreto-lei n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, desde que comprovem a continuidade do prejuízo após a vigência da lei 233, de 24 de dezembro de 1948.

§ 1.º - A comprovação do desmembramento que tenha havido compensação, será feita mediante prova inequívoca fornecida pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado.

§ 2.º - A remoção só poderá ser requerida para cartório de classe idêntica a do requerente.

§ 3.º - Na remoção serão observados para preferência o tempo no ofício e os encargos de família.

§ 4.º - Não havendo qualquer pedido e comunicado o fato pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior ao Tribunal de Justiça, o seu presidente fará abrir concurso de títulos, nos termos desta lei - (redação dada pela lei n.º 1.296 de 16 de novembro de 1951).

- NOTA: - Este artigo caducou em 31/12/53, em virtude da promulgação da Nova Divisão Territorial, Judiciária e Administrativa do Estado, lei n.º 2.456, de 30/12/63.

Artigo 41.º - Nenhum serventuário de justiça poderá entrar em exercício do cargo sem que apresente o respectivo título autêntico de nomeação e preste, perante o Corregedor Geral da Justiça, o necessário compromisso de exercer as funções com préstimo e lealdade, sob as penas da lei.

Parágrafo único - Se o provimento, promoção ou remoção se der em virtude de criação de ofício, deverá o titular exibir também, revestidos das formalidades legais, os protocolos livros indispensáveis ao exercício do cargo.

Artigo 42.º - É de sessenta (60) dias o prazo no qual o nomeado, removido ou promovido deverá assumir o exercício de suas funções sob pena de caducar o seu direito.

Parágrafo único - A posse será comunicada pelo juiz de direito competente à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 43.º - Sempre que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento de serventuário deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do morto com referência à indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização. Para esse efeito o Juiz de Direito mandará proceder à avaliação por dois serventuários da comarca.

Artigo 44 - Sem prejuízo para o interesse público e ouvidos os respectivos juizes corregedores será permitida a permuta dos ofícios de justiça entre serventuários da mesma natureza e classe, desde que não lhes falte menos de um quinto do tempo que lhes permita obter os benefícios da aposentadoria.

Artigo 45.º - A Corregedoria Geral da Justiça fará publicar anualmente uma relação dos serventuários e escreventes dos cartórios do Estado, mencionando o tempo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 46.º - Aos serventuários e escreventes inscritos em concurso fica assegurado o afastamento necessário à prestação de provas ou à satisfação de formalidades que se tornarem essenciais, não sofrendo quaisquer descontos quer no tempo de serviço, quer em outras vantagens.

Artigo 47.º - A contar da promulgação da presente lei, só poderá ser designado Oficial Maior um dos escreventes do mesmo cartório, quando houver, por indicação do respectivo escrivão; (redação dada pela lei n.º 1.341, de 11 de dezembro de 1951).

Artigo 48.º - Vetado.

Artigo 49.º - Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 50.º - Vetado.

Artigo 51.º - Vetado

Artigo 52.º - Vetado.

Artigo 53.º - Os serventuários, escreventes e demais auxiliares de Justiça, lotados em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias foram rebaixadas, terão assegurados, para os efeitos desta lei, e de aposentadoria todas as vantagens e direitos correspondentes à classificação anterior da referida comarca (redação dada pela lei 3.769 de 24/1/57).

Artigo 54.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo aplicada aos cartórios vagos, desde que não tenham sido iniciadas as provas de concurso para seu provimento.

Artigo 55.º - Revogam-se todas as disposições anteriores referentes a provimento de ofício de justiça, com ressalva do disposto nos Decretos-leis n.º 5.120, de 21 de julho de 1931, n.º 11.464, de 30 de setembro de 1940, e 12.520, de 22 de janeiro de 1942, que ficam expressamente revigorados naquilo que não colidirem com a presente lei; (redação dada pela lei 1.340, de 11 de dezembro de 1951).

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 31 de outubro de 1950.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Synésio Rocha

Publicado no D. O. de 1.º/11/4950

LEI N.º 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954

Dispensado novo exame de suficiência física o funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo, sem interrupção de exercício, não está sujeito a novo exame de suficiência física desde que tenha mais de dez anos de serviço, contados da data da admissão ao serviço público até a do ato que lhe atribui a nova investidura.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

José Ferreira Keffer

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de janeiro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor-Geral - Substituto

D. O. de 15/1/54.

LEI N.º 2.778, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Faculta aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n.º 819 de 31 de outubro de 1950.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições

que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É facultado aos atuais serventuários e escreventes da justiça, bacharéis em direito e com mais de 20 (vinte) anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 18 de novembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo, aos 18 de novembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral, Subst.

D. O. 19111/54.

LEI N.º 2.888, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954

Dispõe sobre a contagem de tempo do serviço que especifica.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta o eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O tempo de serviço prestado como serventuário, escrevente, fiel, auxiliar ou datilógrafo de cartório será contado ao funcionário público estadual, para os efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Artigo 2.º - O tempo de serviço referido no artigo anterior será provado com certidão fornecida (... vetado ...pela Corregedoria Geral da Justiça.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de dezembro de 1954.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Edgard Baptista Pereira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de dezembro de 1954.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral, substituto.

D. O. 22/12/54.

LEI N.º 3.063, DE 12 DE JULHO DE 1955

Dispõe sobre inscrição de Servidores da Justiça na Carteira de Servidores da Justiça do Instituto de Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos não podem obter licença, salvo para tratamento de saúde, permutar ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira de Aposentadoria dos Servidores da

Justiça", criada no Instituto de Previdência do Estado, na qual serão inscritos ex-offício".

Parágrafo único - Os referidos servidores, ainda não inscritos, terão sua inscrição efetivada dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - O Instituto do Previdência do Estado baixará as instruções que se fizerem necessárias para a execução da presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de julho de 1955.

JÂNIO QUADROS.

José Adriano Marrey Júnior.

José Adriano Marrey Júnior - Respondendo pelo Expediente da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de julho de 1955.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. 14-7-55.

LEI N.º 3.867, DE 28 DE MAIO DE 1957

Dispõe sobre cobrança de alugueis das serventias da Justiça não oficializadas.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar alugueres estaduais das serventias de justiça não oficializadas.

Parágrafo único - O aluguel será devido pela instalação em próprios estaduais ou em imóveis para esse fim tomados em locação pelo Estado.

Artigo 2.º - A fixação do aluguel o prazo da locação e as condições gerais reguladoras dos contratos ficarão a critério do Poder Executivo, servindo como normas subsidiárias o disposto nas leis vigentes.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 28 de maio de 1957.

JÂNIO QUADROS.

Antônio de Queiróz Filho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 28 de maio de 1957.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

D. O. de 30/5/57.

LEI N.º 4.633, DE 14 DE JANEIRO DE 1958

Dá nova redação ao artigo 5.º, do decreto-lei 12.520, de 22 de janeiro de 1942.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 12.520, de 22 de janeiro de 1942:

"Artigo 5.º - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário vitalício, será designado para responder pelo expediente do respectivo ofício o Oficial Maior e, na falta deste, o escrevente mais graduado.

Parágrafo único - A designação será feita mediante Portaria expedida pelo Juiz Corregedor do Cartório que solicitará, incontinenti, à Secretaria da Justiça, a homologação desse seu ato pelo Chefe do Poder Executivo".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1958.

JÂNIO QUADROS.

Antônio de Queiroz Filho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de janeiro de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth - Diretor Geral.

Publicado no Diário Oficial em 16 de janeiro 58

LEI N.º 4.102, DE 4 DE SETEMBRO DE 1957

Artigo 1.º - O tempo de mandato legislativo estadual e municipal, o de prefeito, o de serviço público federal ou municipal, ou em autarquias ou serviços industriais estaduais, desde que, um a outros, prestados no Estado, o de representação do Estado no Congresso Federal, bem assim o considerado, por lei, de caráter relevante, ainda que gratuito, são contados para efeito de percepção de vantagens pecuniárias e para fins de aposentadoria, reforma, estabilidade, disponibilidade e estágio probatório.

Artigo 2.º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos aos que estavam em atividade na data da publicação da lei 3.107, de 23 de agosto de 1955.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Corregedoria Geral da Justiça
PROVIMENTO N.º 8-59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atendendo ao que lhe foi representado pelo Banco do Estado de São Paulo S. A.; Atendendo a que por força do disposto no parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, continuam em vigor os dispositivos dos decretos ns. 12.282, de 30 de outubro de 1941 (artigos 4/5) e 12.561 de 25 de fevereiro de 1942 (artigos 1/2), consolidados no vigente Código de Impostos e Taxas (artigos 31-32), que isentam ou reduzem os emolumentos devidos por agricultores, nos contratos mantidos com o Banco do Estado de São Paulo; Atendendo mais a que a Tabela K, do Regimento de Custas, ora vigente, tem em conta, para a respectiva aplicação, o importe do principal do ajuste, e, não esse mesmo importe acrescido dos juros pactuados;

Recomenda que, nas bases acima, sejam cobrados os emolumentos, pelos Srs. oficiais do Registro de Imóveis, do Estado, nos contratos entabulados por agricultores com o Banco do Estado de São Paulo. O cancelamento, que decorrerá, de futuro, por força de lei (Decreto n.º 4.857, de 9-11-939 - artigo 178, letra "c" n.º IV), de averbação do ato, tendente à extinção dos direitos reais, importará na satisfação de novos emolumentos, relativos a esse derradeiro registro (averbação do cancelamento). Para facilidade de entender-se o assunto, por parte dos interessados, em anexo vai publicada uma tabela que prevê o "quantum" a ser satisfeito, em contratos cujo valor varia de Cr\$ 50.000,00 a Cr\$ 1.000.000,00. Desse "quantum" somente se admite mais a cobrança da taxa de aposentadoria, na base de 8% sobre o total antes apurado.

P. e Cumpra-se.

São Paulo, 28 de agosto de 1959.

CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA
Corregedor Geral da Justiça

Anexo N.º 1

LEI 4.831, DE 28-8-58
DEC.-LEI 12.561, DE 1942 (arts. 1 e 2)
CÓDIGO DE IMPS. E TAXAS (arts. 31 e 32, do Livro X)
Penhores agrícolas - Penhores Pecuários e Hipotecas.

Da inscrição - inclusive buscas, indicações reais e pessoais e fornecimento de certidão talão.

Valor do empréstimo ex- juros	Emolumentos do Oficial	Quota do Est. 15%	Total	C/50%
50.000,00	500,00	75,00	575,00	287,50
100.000,00	1.000,00	150,00	1.150,00	575,00
150.000,00	1.150,00	172,50	1.322,50	661,30
200.000,00	1.300,00	195,00	1.495,00	747,50
250.000,00	1.450,00	217,50	1.667,50	833,80
300.000,00	1.600,00	240,00	1.840,00	920,00
350.000,00	1.750,00	262,50	2.012,50	1.006,30
400.000,00	1.900,00	285,00	2.185,00	1.092,50
450.000,00	2.050,00	307,50	2.357,50	1.178,80
500.000,00	2.200,00	330,00	2.530,00	1.265,00
550.000,00	2.275,00	341,30	2.616,30	1.308,20
600.000,00	2.350,00	352,50	2.702,50	1.351,30
650.000,00	2.425,00	363,80	2.788,80	1.394,40
700.000,00	2.500,00	375,00	2.875,00	1.437,50
750.000,00	2.575,00	386,30	2.961,30	1.480,70
800.000,00	2.650,00	397,50	3.047,50	1.523,80
850.000,00	2.725,00	408,80	3.133,80	1.566,90

900.000,00	2.800,00	420,00	3.220,00	1.610,00
950.000,00	2.875,00	431,30	3.306,30	1.653,20
1.000.000,00	2.950,00	442,50	3.392,50	1.696,30

São Paulo, 28 de agosto de 1959
CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA
Corregedor Geral da Justiça

Anexo N.º 2

LEI 4.831, DE 28-8-58

DEC.-LEI 12.561 DE 1942 (arts. 1 e 2)

CÓD. IMPS. TAXAS - (arts. 31 e 32, do Livro X)

Penhores Agrícolas - Penhores Pecuários e Hipotecas

(averbação, inclusive buscas, indicações, certidão, talão - mínimo de Cr\$200,00 e máximo de Cr\$ 2.000,00).

Valor do empréstimo	Emolumentos do Oficial	Estado. 15%	Total	Abat. 50%
50.000,00	200,00 (mínimo)	30,00	230,00	115,00
100.000,00	300,00	45,00	345,00	172,50
150.000,00	350,00	52,50	402,50	201,30
200.000,00	400,00	60,00	460,00	230,00
250.000,00	450,00	67,50	517,50	258,80
300.000,00	500,00	75,00	575,00	287,50
350.000,00	550,00	82,50	632,50	316,30
400.000,00	600,00	90,00	690,00	345,00
450.000,00	650,00	97,50	747,50	373,80
500.000,00	700,00	105,00	805,00	402,50
550.000,00	750,00	112,50	862,50	431,30
600.000,00	800,00	120,00	920,00	460,00
650.000,00	850,00	127,50	977,50	488,80
700.000,00	900,00	135,00	1.035,00	517,50
750.000,00	950,00	142,50	1.092,50	546,30
800.000,00	1.000,00	150,00	1.150,00	575,00
850.000,00	1.050,00	157,50	1.207,50	603,80
900.000,00	1.100,00	165,00	1.265,00	632,50
950.000,00	1.150,00	172,50	1.322,50	661,30
1.000.000,00	1.200,00	180,00	1.380,00	690,00

São Paulo, 28 de agosto de 1959

CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA
Corregedor Geral da Justiça

AVISO AOS SERVENTUÁRIOS

Informa a Corregedoria Geral da Justiça, que não está mais atendendo aos pedidos de liquidação de tempo de serviço, para fins de concursos. A prova poderá ser feita com certidões dos cartórios do júri das comarcas onde o serventuário tenha trabalhado.

Apenas expede liquidação de tempo de serviço, quando:

a) atingir a 30 anos de serviço e desejar requerer a aposentadoria, independente de qualquer formalidade e



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

b) tiver mais de 25 anos de serviço e necessitar dessa contagem para obter a aposentadoria compulsória.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA	
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS	
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA	
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA	
SEBASTIÃO MEDEIROS	
ALCIDES DE MELO VALE	

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAUJO	
CASSIO DIAS DE TOLEDO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA -	Campinas
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -	Capital
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES	S. José do Rio Preto
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -	Capital
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -	Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
LEIS QUE REGULAM A CARREIRA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	3
LEI N.º 819, DE 31 DE OUTUBRO DE 1950	3
LEI N.º 2576, DE 14 DE JANEIRO DE 1954	12
LEI N.º 2.778, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1954	13
LEI N.º 2.888, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954	13
LEI N.º 3.063, DE 12 DE JULHO DE 1955	14

LEI N.º 3.867, DE 28 DE MAIO DE 1957	14
LEI N.º 4.633, DE 14 DE JANEIRO DE 1958	15
LEI N.º 4.102, DE 4 DE SETEMBRO DE 1957	16
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	16
PROVIMENTO N.º 8-59	16
ANEXO N.º 1	17
ANEXO N.º 2	18
AVISO AOS SERVENTUÁRIOS	19
DIRETORIA	20
CONSELHO FISCAL	20
SUPLENTE	20
ÍNDICE	21

Nº 067 - Publicação: 01/07/1960

Colégio Notarial de São Paulo

Proc. 18.089 - Capital - Colégio Notarial - Despacho:

Li, com a máxima atenção, a representação retro e não me convenci do desacerto de que deixei determinado no provimento n.º 1 deste ano, nem de que deva revogá-lo ou modificá-lo.

Percebi, entretanto, que ele não está sendo corretamente interpretado e, por isso, cumpre-me esclarecê-lo convenientemente.

Efetivamente: quando declarei que as petições dos interessados deveriam apenas ser despachadas pelo Juiz com os dizeres "Sim, em termos" e caber ao Tabelião a verificação a que se refere a representação não quis forçar nem recomendar aos magistrados o deferimento obrigatório dos pedidos (seria então, inútil o requerimento), mas apenas ditar uma modalidade de solução para aqueles casos (e que são os que reclamavam a providência tomada), em que o juiz perfilhe a interpretação dos que entendem existir isenção do tributo nas situações em foco, isto é, vendas de imóvel, adquirido pelo vendedor em virtude de doação, herança ou legado, dispensando o mandado ou ofício até então exigido.

Naquelas hipóteses entretanto, em que o Corregedor Permanente do Tabelionato seja de opinião que o tributo é devido, evidentemente que tal julgador limitar-se-á a despachar o requerimento indeferindo-o.

Em suma: Se o Juiz entende que o imposto não é devido, defere-o em termos, resolvendo, desse modo, exclusivamente, a questão do direito; a apuração da questão de fato, tocará ao Tabelião, isto é, a verificação da exatidão daquilo que o interessado requereu, se se trata, realmente, de imóvel adquirido por uma daquelas três modalidades, se corresponde ao que os contratantes querem concretizar na escritura etc. Ficaram, portanto, perfeitamente distribuídas as atribuições: a do julgador quanto à simples questão de direito, indicada, e só ela, e à do tabelião quanto as restantes, respondendo este perante o Fisco, pela rigorosa conformidade entre o que foi requerido, provado e deferido e o consubstanciado na escritura. Não me foi possível manter os provimentos anteriores porque, "data vênica", tenho opinião diferente da do meu digno antecessor quanto a isenção discutida e não lhe ser lícito impor qualquer delas aos magistrados.

Estes continuarão resolvendo a controvérsia de acordo com a interpretação que abraçaram, deferindo os pedidos em termos ou indeferindo-os, segundo seu convencimento.

Dê-se conhecimento aos interessados, remetendo-se cópia desta e da representação de fls. 2 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo.

São Paulo, 15 de fevereiro de 1960. a) Samuel Francisco Mourão - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. .16/2/59.

Leis e Decretos

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 3.653 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1959

Altera o art. 221 do Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 221 (caput) do Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941), alterado pela Lei n.º 1.907, de 17 de outubro de 1953, passa a ter a seguinte redação: "Art. 221. O Presidente e o Vice-Presidente da República os Senadores e Deputados Federais, os Ministros de Estado, os Governadores de Estado e Territórios, os Secretários de Estado, os Prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os Deputados às Assembleias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os Ministros e Juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o Juiz."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Armando Falcão

D. J. 18/6/59.

LEI N.º 1.768, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Altera o art. 141 e o item II do art. 134 do Código Civil brasileiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 141 e o item II do Art. 134 do Código Civil brasileiro passam a ter a seguinte redação:

Art. 141. Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não passe de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) ".

"Art. 134

I

II. Nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais - sobre imóveis de valor superior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), excetuado o penhor agrícola."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República. Getúlio Vargas.

Francisco Negrão de Lima.

D. O. da União de 23/11/52.

LEIS E DECRETO ESTADUAIS

LEI N.º 5.753, DE 30 DE JUNHO DE 1960

Isenta do imposto sobre transmissão de propriedades imobiliária "inter vivos" as aquisições de imóveis feitas por sindicatos, federações, confederações de empregados e associações de servidores públicos e de militares, nas condições que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As aquisições de imóveis feitas por sindicatos, federações e confederações de trabalhadores, para construção ou instalação de suas sedes ou serviços, ficam isentas do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", na extensão em que as áreas e construções sejam necessárias ou utilizadas no cumprimento, pela instituição, de suas finalidades específicas.

§ 1.º - As construções ou instalações a que se refere este artigo deverão ter início no prazo de 12 (doze) meses, contados da aquisição, e prosseguimento regular, sob pena de cassação do benefício.

§ 2.º - O imposto será exigido a qualquer tempo, se for verificado que foi dado ao imóvel, ainda que parcialmente, destino diverso daquele que motivou a isenção, salvo a alienação para a aquisição simultânea de outro, destinado ao mesmo fim.

§ 3.º - Em hipótese do parágrafo anterior, o imposto será devido com o acréscimo moratório de 20% (vinte por cento), salvo se o recolhimento for espontâneo, quando o acréscimo será de 10% (dez por cento), calculados, em qualquer hipótese, sobre o valor do imóvel à época do pagamento.

Artigo 2.º - O disposto no artigo anterior aplica-se às associações de servidores públicos e de militares devidamente registrados no Serviço Social do Estado.

Artigo 3.º - Os favores previstos nesta lei poderão ser reconhecidos a qualquer tempo, desde que a entidade faça a prova do direito à época da aquisição, não se restituindo, porém, as importâncias porventura já pagas.

Parágrafo único - O disposto no presente artigo aplicar-se-á, também, aos débitos já encaminhados à cobrança executiva, pagas as custas e demais despesas.

Artigo 4.º - Os débitos anteriores à data da vigência desta lei, oriundos da aquisição ora considerada isenta, serão cancelados mediante requerimento apresentado dentro de 90 (noventa) dias, a contar da vigência do regulamento, pagas as custas e demais despesas, quando for o caso.

Artigo 5.º - O Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, regulamento à presente lei.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data da expedição do regulamento a que se refere o artigo anterior.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de - junho de 1960.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Francisco de Paula Vicente de Azevedo
Paulo Marzagão.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de junho de 1960.

João de Siqueira Campos

Diretor Geral, Substituto
D. O. 1.º/7/60.

LEI N.º 5.440, DE 23 DE OUTUBRO DE 1959

Concede isenção e outros favores fiscais para pequena propriedade agrícola rural.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A aquisição de imóvel rural de valor não excedente a Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), destinado à exploração direta pelo adquirente, gozará de isenção e redução do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", dentro dos limites fixados na seguinte tabela:

isenção total	Taxa de 3%	Taxa de 5%	Taxa de 6%
Imóvel de valor	De mais de	De mais de	De mais de
Até	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Cr\$	200.000,00	350.000,00	500.000,00
até Cr\$		até Cr\$	até Cr\$
200.000,00	350.000,00	500.000,00	600.000,00

§ 1.º - As vantagens estabelecidas neste artigo somente serão concedidas se o adquirente não possuir outro imóvel e não se houver beneficiado, anteriormente, de idêntico favor.

§ 2.º - O benefício será concedido após avaliação do imóvel pela autoridade fiscal e mediante requerimento do interessado acompanhado de declaração de que preenche as condições estabelecidas no parágrafo anterior.

§ 3.º - Se nos 5 (cinco) primeiros anos da aquisição o adquirente arrendar ou alienar o imóvel, o benefício será cassado e o imposto exigido integralmente à taxa vigente à data da aquisição, acrescido da multa de 30% (trinta por cento), dentro de 15 (quinze) dias contados da notificação.

Artigo 2.º - Fica isento do imposto territorial o imóvel rural de área não excedente a 48,40 hectares (20 alqueires), desde que nele resida o proprietário e seja utilizado na exploração agropecuária, na forma que o regulamento determinar.

§ 1.º - O proprietário que se considerar favorecido pelo disposto neste artigo requererá o reconhecimento do benefício instruindo o seu pedido com um atestado subscrito por dois contribuintes do imposto territorial rural, lançados no mesmo distrito fiscal, declarando que o interessado satisfaz às condições exigidas por esta lei. Caberá ao Fisco a verificação, a todo o tempo, de qualquer dúvida relativa ao preenchimento dessas condições.

§ 2.º - Os requerimentos e atestados para obtenção dos favores estabelecidos nesta lei estão sujeitos ao reconhecimento de firma, mas dispensados do imposto do selo e de quaisquer emolumentos, devendo ser apresentados, na Capital, ao Departamento da Receita, e, no interior aos Postos de Fiscalização.

Artigo 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de outubro de 1959.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Francisco de Paula Vicente de Azevedo
José Bonifácio Coutinho Nogueira

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 23 de outubro de 1959.

João de Siqueira Campos
Diretor Geral, Substituto
P. O. 24/10/59

DECRETO N.º 34.829, DE 14 DE ABRIL DE 1959
Regulamenta o artigo 18, da Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, e da outras providências.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,
Decreta:

Artigo 1.º - As custas e emolumentos que constituem renda do Estado e as pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - serão arrecadados:

- a) - nos cartórios judiciais de primeira instância da comarca da Capital, excetuados os da Vara Privativa de Menores, mediante a selagem por processo mecânico, de que trata o Livro XIII, do Código de Impostos e Taxas (Decreto n.º 22.022 de 31 de janeiro de 1953) ;
- b) - nos cartórios judiciais das comarcas do interior, nos cartórios extrajudiciais (tabelionatos, - registros de imóveis, registros de títulos e documentos e cartórios de protestos de letras e títulos), nos da Vara Privativa de Menores da Capital e nos Tribunais de Justiça e Alçada, mediante as estampilhas do imposto do selo e as especiais de "Castas da Ordem dos Advogados".

§ 1.º - A arrecadação das custas e emolumentos que constituem renda do Estado, devidos nos executivos fiscais do Estado continua a ser feita de acordo com o disposto no artigo 41, do Livro XI, do Código de Impostos e Taxas.

§ 2.º - Poderá ser adotada nos Tribunais de Justiça e Alçada e na Vara Privativa de Menores da Capital, de acordo com a conveniência do serviço, a selagem por processo mecânico.

Artigo 2.º - A arrecadação das custas e emolumentos mediante a selagem por processo mecânico será feita:

- a) - quando devidos em processos - por estampagem da importância recolhida em guia segundo modelo aprovado pela Secretaria da Fazenda, expedida pelo escrivão do cartório por onde se processar o feito;
- b) - quando devidos em certidões e outros documentos expedidos pelos serventuários - por estampagem, no próprio documento, da importância recolhida.

§ 1.º - Na hipótese da letra "a", o escrivão entregará a guia ao interessado para efetuar o pagamento na repartição arrecadadora competente da Secretaria da Fazenda. O funcionário encarregado da arrecadação procederá à estampagem da importância recolhida na primeira via da guia, apondo nas demais a declaração do recebimento mediante chancela.

§ 2.º - As guias serão extraídas em três vias, que terão o seguinte destino: a primeira via será juntada pelo escrivão, aos autos; a segunda entregue ao interessado como comprovante do pagamento, e a terceira ficará retida na repartição arrecadadora para controle da arrecadação.

§ 3.º - Na hipótese da letra "b", os serventuários, sob sua responsabilidade cotarão as custas e emolumentos devidos ao Estado à margem dos documentos que expedirem, entregando-os antes de assinados, ao interessado para efetuar o pagamento na repartição arrecadadora competente. Se o documento contiver mais de uma folha, a estampagem da importância recolhida far-se-á na última folha.

Artigo 3.º - Quando a arrecadação das custas e emolumentos que constituem renda do Estado e que pertencem à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo se fizer por meio de estampilhas, serão estas aplicadas pelo serventuário, conforme o caso, nos autos judiciais, ou no

documento que o mesmo expedir ou devolver ao interessado e antes da sua entrega à parte.

§ 1.º - Em relação às escrituras, procurações e outros atos lavrados em livros nos tabeliães de notas aplicarão as estampilhas nos próprios livros em seguida ao ato e imediatamente após o seu encerramento.

§ 2.º - Sendo o ato praticado em livros, sem o fornecimento de documento ao interessado, neles será aplicada, pelo serventuário a estampilha imediatamente após a assinatura do ato.

§ 3.º - A inutilização das estampilhas far-se-á na forma estabelecida na legislação atinente ao imposto do selo.

Artigo 4.º - Na arrecadação das custas de que trata o artigo 1.º devidas em processos, os escrivães observarão os prazos previstos na Tabela "A", anexa à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, salvo quanto ao pagamento inicial, que obedecerá o disposto no § 1.º deste artigo.

§ 1.º - As custas correspondentes à primeira prestação, ou quando pagas de uma só vez, serão arrecadadas logo em seguida ao despacho da petição inicial, devendo o escrivão expedir a guia referida no artigo 2.º, ou aplicar as estampilhas aos autos antes da extração do mandado de citação, ou da entrega da petição ao oficial de justiça.

§ 2.º - As custas acrescidas que se tornarem devidas em razão do reajustamento do valor da causa do número de folhas dos autos ou por qualquer outra circunstância serão arrecadadas antes do encerramento do feito ou do seu arquivamento.

Artigo 5.º - Constituem renda do Estado, além do previsto na Tabela "0" anexa a Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958 as custas e emolumentos remuneratórios dos atos praticados nos cartórios oficializados e nos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Parágrafo único - Considera-se já incluído nas importâncias que constituem renda do Estado o adicional instituído pelo artigo 1.º da Lei n.º 2.412, de 15 de dezembro de 1953 e elevado para 13,75% (treze e setenta e cinco centésimos por cento) pelo artigo 3.º da Lei n.º 6.329 de 30 de dezembro de 1955.

Artigo 6.º - Findos ou abandonados os processos sem o pagamento das custas e emolumentos que constituem renda do Estado, os escrivães dos cartórios judiciais oficializados extrairão certidões das importâncias devidas, para o efeito de inscrição da dívida.

§ 1.º - As certidões serão extraídas em duas vias, sendo a primeira remetida à Procuradoria Fiscal da Secretaria da Fazenda, e a segunda juntada aos autos.

§ 2.º - A extração das certidões far-se-á antes do arquivamento dos feitos e a remessa das primeiras vias à Procuradoria Fiscal, até o dia 15 do mês subsequente àquele em que forem extraídas.

Artigo 7.º -,Continuam em vigor as disposições do Livro X do Código de Impostos e Taxas, que não colidirem com este decreto.

Artigo 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 14 de abril de 1959.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Francisco de Paula. Vicente de Azevedo

José Ávila Diniz Junqueira

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de abril

de 1959.

Fioravante Zampol
Diretor Geral.

D. O. 15/4/59.

PROVIMENTOS
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PORTARIA N.º 1-59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, atendendo às dúvidas surgidas, perante esta Corregedoria Geral, no que tange ao cômputo do tempo de serviço prestado por fiéis ou auxiliares de cartório não oficializado, para os fins previstos na Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, resolve determinar que, mantida a idade mínima de 14 anos, como marco inicial da contagem (ef. processo n.º 8.250/51), só sejam, a propósito, acolhidas certidões que indiquem, especificamente a fonte da matéria certificada, como, aliás, se impõe, às certidões, em geral. "Deve... o escrivão, para satisfazer a exigência de lei, declarar na certidão que a passa revendo os autos tais ou o livro tal, ou tal documento, mencionando mesmo a folha em que se encontra o que ela vai certificar, para evitar que sua certidão não seja crida" (Carvalho Santos, Código Civil Interpretado, vol. 3.º, págs. 184/185). Na ausência de indicações de tal natureza, o documento hábil, para a mostra pretendida, só poderá ser justificação judicial acerca dos alegados fatos (Lei n.º 465, de 28/9/1949, art. 7.º, parágrafo único).

P. e Cumpra-se.

São Paulo, 4 de setembro de 1959.

D. 1. 5/9/59

PORTARIA N.º 4-59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista as instruções contidas na portaria n.º 574 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, a respeito das comunicações de exercício dos serventuários, escrevente habilitados e auxiliares dos cartórios oficializados do foro judicial e extrajudicial do Estado; e atendendo a que o tempo de serviço daqueles servidores, para fins de aposentadoria ou para inscrição em concursos de provimento de cartórios deve conter dados claros e positivos:

Determina a expedição de certidão de tempo de serviço a favor dos serventuários de Justiça, escreventes habilitados e auxiliares de cartórios não oficializados, a partir da vigência da portaria n.º 574 do E. Conselho Superior da Magistratura, fica condicionada aos elementos de prova constantes dos documentos arquivados na Corregedoria, com observância da citada portaria.

P. e cumpra-se.

São Paulo, 29 de dezembro de 1959.

Cantidiano Garcia de Almeida
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 1.º/1/60.

PROVIMENTO N.º 12/59

O Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Atendendo a que vários pedidos foram endereçados a esta Corregedoria, solicitando esclarecimentos a propósito do livro "Cofre de órfãos", exigido em Provimento anteriores, desta mesma Corregedoria;

Atendendo a que as determinações últimas não fizeram senão reproduzir exigências externadas em Provimento para as comarcas de Votuporanga, de 17 de junho de 1958), de Dracena (de 19 de junho de 1958), de Tupi Paulista de 20 de junho de 1958), de Capão Bonito (de 22 de setembro de 1958), e de Itapeva (de 23 de outubro de 1958), todas mais ou menos nos seguintes termos. Fica recomendada aos cartórios da escrituração judiciária a adoção, com as formalidades legais, do livro de Cofre de órfãos, para registro do movimento de ,dinheiro de órfãos interditos e incapazes em geral.

Processos nomes dos interessados, depósitos, levantamentos ordens judiciais etc.) ";
Resolve recomendar a adoção do livro aludido a todas comarcas do Estado, nos moldes do modelo já aprovado por esta Corregedoria é publicado em anexo, facultando-se, outrossim, para tanto o aproveitamento de livros sem uso, depois de autorizada a providência se for o caso pelo Dr. Corregedor Permanente do Cartório.

P. e cumpra-se.

São Paulo, 6 de novembro de 1959.

D. J. 7/11/59

NOME.....

FILIAÇÃO.....

PROCESSO DE.....FEITO N.º.....CADERNETA N.º.....

PARTES.....

.....

PROVIMENTO N.º 1/60

O Desembargador Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista os esclarecimentos e recomendações constantes dos provimentos n.ºs. 3, 4 e 5 ultimamente baixados a respeito da dispensa da exigência do imposto de lucros nas transações imobiliárias; Atendendo, por outro lado, consoante já estabelecido, a "que se relega a solução das pendências, a posteriori, sempre colocada, a iniciativa, a cargo da parte cujo direito aparece menos qualificado"; Atendendo ainda a que o exame dos casos concretos para a dispensa imediata do tributo não pode sujeitar-se a uma verificação precipitada por parte do magistrado a que estiver subordinado o cartório que vai lavrar a escritura; Atendendo a que é do nosso dever circunscrever, na medida do possível as omissões e falhas que possam concorrer para a evasão de rendas, no setor dos servidores da Justiça;

E, finalmente, atendendo a que os próprios tabeliães devem colaborar na fiscalização da veracidade dos pedidos de dispensa do pagamento antecipado do imposto de lucros, quando da lavratura dos instrumentos a seu cargo, resolve: a) as dispensas do pagamento antecipado do imposto de lucros independem de ofício do juiz corregedor do cartório, servindo de documento a própria petição despachada em termos para que o notário, conferindo a exatidão do contexto, em face dos títulos exibidos pelas partes responda assim perante o Fisco pela sua veracidade, e para que mencione na escritura a dispensa autorizada, arquivando o documento, ficando bem esclarecido que a isenção, nos precisos termos dos provimentos n.ºs. 3, 4 e 5, deve referir-se exclusivamente a imóveis em primeira transação; b) continua em vigor a exigência da

comunicação semanal à Corregedoria, das escrituras lavradas com isenção do pagamento antecipado do imposto, ampliada agora com a relação nominal das partes e data dos instrumentos,

P. dando conhecimento a todos os Juizes Corregedores, dos Tabelionatos de Notas da Capital e do interior do Estado.

Cumpra-se.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1950.

a) Samuel Francisco Mourão
Corregedor Geral da Justiça
D. J. 7/2/60.

PROVIMENTO N.º 2/60

O Desembargador Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

Atendendo a que a numeração dos processos judiciais e os de rito administrativo sujeitos a registro em livro próprio dos cartórios (Livro de Registro de feitos), deve ser uniforme em todos os setores da Justiça;

Atendendo a que nos provimentos números 18, 19, 22, 31 e outros, expedidos em 1953, estabeleceu-se a norma da numeração dos autos por ano, facilitando a pronta verificação da quantidade de processos em andamento ou arquivados, para o resumo anual estatístico dos feitos que passam para o ano seguinte;

Atendendo ainda a que conflitam as determinações dos citados provimentos com as consignadas a tal respeito no provimento n.º 40-53 por forma a cindir a orientação de uniformidade que a Corregedoria tem procurado imprimir aos serviços sob sua fiscalização;

Atendendo, finalmente, a que o Juízo de Menores consultou e sugeriu para aplicar no setor daquela Vara o sistema da numeração nova com o sufixo do ano em curso, no intuito do previsto linhas acima:

Determina: a partir de 1.º de janeiro findo a numeração dos autos será reiniciada apondo-se-lhe o sufixo do ano; em frente a numeração existente até hoje, o escrivão aporá o número ordinal do ano (ex. 30.000 - 1-60; 30.001 - 2-60; 30.002 - 3-60, etc.), até alcançar o último registrado pelo sistema anterior, prosseguindo daí em diante de acordo com as normas deste provimento. Em consequência, ficam revogados os dispositivos sobre o assunto existentes no provimento 40-53 e em qualquer outro isoladamente expedido em correição ou resolvendo consultas.

Publique-se para conhecimento de todos os serventuários dos cartórios do Estado, fazendo-se as devidas averbações nos provimentos anteriores.

Cumpra-se.

São Paulo, 12 de fevereiro de 1960.

a) Samuel Francisco Mourão
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. de 16/2/60.

PROVIMENTO NS. 12/60

O desembargador Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, atendendo à representação que lhe foi dirigida pelo Juizado de Menores da comarca da Capital e orientação adotada pela Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, recomenda e determina aos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais que relativamente a

peçoas adotadas, poderão ser concedidas certidões com o patronímico exclusivo derivado da adoção se neste ato tiver sido declarada a opção por esses apelidos de família. Com isso dar-se-á efetividade prática ao sentido da lei e facilitar-se-á a integração do adotado no lar adotante, evitando-se a dualidade da patronímico, o que dá causa a evidentes constrangimentos. P. e cumpra-se.

- São Paulo, 18 de agosto de 1960. (a) Samuel Francisco Mourão.

D. J. 20/8/60.

Proc. 17.270 - Capital - 1.º Depositário Público Judicial da Comarca da Capital - Despacho

Manifesto-me de inteiro acordo com o pronunciamento último. Seja publicado para conhecimento dos interessados. Quanto à sugestão contida no item 7.º oportunamente se externará esta Corregedoria Geral da Justiça.

- São Paulo, 27 de outubro de 1959. (a) - Cantidiano Garcia de Almeida. Pronunciamento a que se refere ao despacho supra - Subsecretaria Contabilidade 2.ª Seção - Processo n.º G - 7815-CG - 17.270 - Informação n.º 816-59 - Interessado - Paulo Novaes de Barros 1.º Depositário Público Judicial - Assunto - Consulta sobre interpretação a ser dada ao Provimento n.º 1-54, baixado pela Corregedoria Geral da Justiça. 1.

- Por determinação do Senhor Secretário foi o presente encaminhado a esta Subsecretaria - Contabilidade a fim de se manifestar quanto aos pagamentos, em dinheiro, efetuados pelo 1.º Depositário Público, bem como sobre a necessidade de serem selados os recibos relativos a custas a que faz jus a escritã do 1.º Ofício da Vara dos Feitos da Fazenda Nacional, tendo-se em vista a representação do MM. Juiz de Direito daquela Vara, constante de fls. 5 a 7 do presente e o constante do apenso, 2 - Encaminhado o assunto a esta Seção e a nós distribuído, passamos a informar: 3.

- Com referência aos pagamentos efetuados, em dinheiro pelo 1.º Depositário Público, parece-nos que o Provimento n.º 1-54 baixado pela Corregedoria Geral da Justiça não obriga taxativamente, sejam os pagamentos efetuados através de cheques à Caixa Econômica Estadual. Esse entendimento resulta do disposto nas letras " f " e " g " do referido Provimento cujo teor é o seguinte: Letra "f" - Cumprido o "mandado" ou "ofício" o Depositário arquivará a 1.ª via e comunicará em 48 horas ao juiz do feito o seu cumprimento fazendo constar da comunicação a quantia paga, o nome de quem recebeu e o número do cheque, se assim se fez o pagamento, O grifo é nosso. Letra "g" - Poderá o Depositário fazer o pagamento por meio de cheques nominiais contra a Caixa Econômica do Estado de São Paulo em favor de quem seja indicado no mandado ou ofício como beneficiária do levantamento, sendo nessa hipótese o cheque que visado pela Seção de Depósitos Judiciais da Secretaria do Tribunal de Justiça. (Os grifos são nossos). 4.

- Outrossim, nos termos do Provimento n.º XXXIX do Conselho Superior da Magistratura e do Decreto n.º 12.502-42, os Depositários deverão recolher à Caixa Econômica Estadual as importâncias arrecadadas, até o seguinte dia útil, não podendo reter consigo importância superior a Cr\$ 20.000,00. 5.

- Nestas condições possuindo o Depositário numerário recebido no dia em que deve efetuar o pagamento de determinado mandado, pelo acima exposto, parece-nos que lhe é facultado o pagamento em dinheiro. Esse tem sido o entendimento desta Seção ao analisar os balancetes que lhe são enviados pelos Depositários, bem como vem sendo orientado o funcionário encarregado da fiscalização junto aos mesmos. 6.

- Quanto a incidência do Imposto do Selo nos recibos relativos aos recebimentos de custas, parece-nos que estão isentos, à vista do que dispõe a Consolidação das Leis do Imposto do Selo

atualmente em vigor. Na parte Segunda da Tabela - item 4) - Nota 8.^a Letras "f" e "g", lê-se o seguinte: Parte Segunda Tabela - "Item 40 - Recibos

Comuns.....Notas - 8.^a - Estão isentos: Letra "f" - Os recibos de vencimentos ajuda de custo, diárias e quaisquer remunerações percebidas pelos funcionários civis e militares; de salários de extranumerários; de proventos de disponibilidade e de aposentadoria; Letra "g" - Os recibos de custas, emolumentos, impostos e taxas, passados à margem dos autos judiciais e ,dos instrumentos públicos em geral" 7.

- "Data vênua", sugerimos seja obrigatório que todos os pagamentos efetuados pelos Depositários Públicos se façam através de cheques nominais, tendo-se em vista a segurança que este apresenta não só para os Senhores Depositários bem como para as partes beneficiárias. A consideração superior. C-2, em 29 de setembro de 1959. (a) - Jayme Vello Mendes.

D. J. 13/11/59.

LEI DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 142 - As empresas abrangidas por esta Lei não poderão receber qualquer subvenção ou participar de qualquer concorrência promovida pelo Governo ou autarquias federais, nem alienar, ceder, transferir ou, onerar bens imóveis, embarcações ou aeronaves, sem que provem a inexistência de débito com a instituição de previdência social a que estejam ou tenham estado vinculadas, sob pena de nulidade do ato e do registro público a que estiverem sujeitas.

Parágrafo único - As autoridades e serventuários que infringirem o disposto neste artigo incorrerão em multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), que será aplicada pela instituição de previdência social interessada e cobrada na forma dos artigos 84 e 85, sem prejuízo da pena de responsabilidade que no caso couber.

Art. 4.^o - Para os efeitos desta lei considera-se:

a) empresa - o empregador, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as repartições públicas, autárquicas e quaisquer outras entidades públicas ou serviços administrativos, incorporados ou concedidos pelo Poder Público, em relação ao respectivos servidores no regime desta lei.

(Lei n.^o 3.807, de 26/8/60 - publicada no D. O. da União em 5/9/60).

Este dispositivo foi regulamentado pelo artigo 253 do Decreto n.^o 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, publicado no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 1960.

§ 3.^o Somente valerão como prova negativa, para os fins do presente artigo, as certidões expedidas pela instituição ou instituições de previdência social em que esteja ou tenha estado matriculada a empresa (arts. 31 a 34), ou, no que se refere à quota de previdência, o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 4.^o As certidões referidas no parágrafo 3.^o deverão ser fornecidas, as empresas interessadas, no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da data da entrada no órgão próprio, de requerimento do qual constem com clareza o objeto do pedido, a natureza do ato e a autoridade perante a qual vai ser praticado, dando-se à requerente recibo especial com menção da data e do assunto.

§ 5.^o Caso não seja fornecida a certidão no prazo indicado no parágrafo 4.0, poderá a empresa habilitar-se à prática do ato respectivo, mediante a apresentação do recibo especial, facultado no órgão próprio impugnar até a data de sua realização, a prática do ato, mediante comunicação da existência de débito impeditivo, nos termos do presente artigo.

PORTARIA 229

"O ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, usando da atribuição que lhe confere o art. 91, item 2, da Constituição, e tendo em vista a necessidade de regular o fornecimento das certidões a que se referem os §§ 3.º e 4.º do art. 253 do Regulamento Geral da Previdência Social, expedido pelo decreto n.º 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, a fim de que, sem embargo da obtenção do fim visado pelo artigo não se oponham entraves excessivos ao movimento normal das transações ali referidas, notadamente no setor imobiliário, dada sua peculiaridade, resolve expedir as seguintes instruções especiais a respeito:

1 - As certidões negativas a que se refere o § 3.º do art. 253 do Regulamento Geral da Previdência Social serão expedidas pelo órgão local do instituto em que for matriculada a empresa e valerão pelo período de 30 dias, contados da data da sua emissão.

2 - A mesma certidão, durante o período de sua validade, poderá servir para mais de uma transação;

3 - A certidão poderá ser sucessivamente revalidada por iguais períodos de 30 dias, mediante declaração nela feita com a necessária autenticidade pelo mesmo órgão local do instituto, uma vez que permaneça o estado de inexistência de débito por parte da empresa nos termos dos §§ 1.º e 2.º do art. 253, acima referido, previamente verificado nos registros próprios;

4 - Enquanto o instituto não tiver modelo especial para o "recibo especial" a que alude o § 4.º do mencionado artigo 253, poderá ser este suprido pelo próprio cartão de protocolo do recebimento do pedido de certidão, uma vez que dele constem com clareza os elementos exigidos pelo referido § 4.º, a saber: data da entrada do requerimento e menção expressa ao assunto do requerimento;

5 - Os institutos deverão aparelhar com a maior urgência os respectivos serviços locais para o fornecimento rápido das certidões de que tratam estas instruções, tendo bem presente o sentido dos dispositivos legais e regulamentares em causa, que é essencialmente o de assegurar-lhes a regular arrecadação das contribuições pelas empresas vinculadas.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS -	Diretor
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Diretor
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA -	Diretor
SEBASTIÃO MEDEIROS -	Diretor
ALCIDES DE MELO VALE -	Diretor

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO	
CASIO DIAS DE TOLEDO	
ABNER RIBEIRO BORGES	

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA -	Campinas

AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
ABEL DE REZENDE VILARES -
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Capital
Santos
Capital
São José do Rio Preto
Capital
Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLÉGIO NOTARIAL DE SÃO PAULO	3
LEIS E DECRETOS	4
LEIS FEDERAIS	4
LEIS E DECRETO ESTADUAIS	5
PROVIMENTOS	10
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	10
LEI DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14
DIRETORIA	16
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTES	16
ÍNDICE	17

Nº 068 - Publicação: 01/11/1960

Colaboração

DOAÇÃO DE IMÓVEIS DE PAIS A FILHOS MENORES

ELVINO SILVA FILHO

(Oficial do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição de Campinas)

No exame da doação de bens imóveis de pais a filhos menores, a primeira questão que aflora é a de se saber se essa doação necessita ser aceita.

A questão não é nova, e já tem sido versada por inúmeros civilistas do mais alto coturno, tanto nacionais como estrangeiros. Mas, pelo interesse prático que desperta, e, pela frequência com que é versada nos tabelionatos, e algumas vezes nos tribunais, vamos novamente abordá-la.

Se examinarmos a definição legal da doação, veremos que a aceitação é um dos requisitos essenciais para que ela se aperfeiçoe e se conclua. Com efeito, diz o legislador no art. 1.165 do 'Código Civil: "Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio, bens ou vantagens para o de outra, que os aceita."

Seguiu o nosso legislador a orientação das legislações que entenderam a doação como um contrato (C. Civil alemão art. 516; C. Civil português - art. 1.452; C. Civil espanhol art. 618; atual C. Civil italiano - art. 769, etc.), e não a daqueles que a consideram como um ato (C. Civil francês art. 894 e antigo C. Civil italiano - art. 1.050). Sendo um contrato, é indispensável, portanto, o "acordo de vontades" a oferta daquele que doa e a aceitação daquele que recebe a doação

(invito beneficium non datur). E, sendo necessária a aceitação para que a doação se complete, indaga-se: como se efetua a aceitação nas doações de imóveis de pais a filhos menores? O legislador não exige que a aceitação seja momentânea, na própria escritura, em que os doadores se despojam de bens de seu patrimônio para enriquecerem o patrimônio de seus filhos. Permite que ela seja feita posteriormente. Mas, a doação só existirá, só se aperfeiçoará com a aceitação do donatário. Antes da aceitação, o que existe é apenas uma proposta, revogável a qualquer tempo, perdendo eficácia com a morte do doador ou do donatário.

Mas, ao doarem bens imóveis aos seus filhos, o que os pais querem e porfiar é que a doação se aperfeiçoe no ato da oferta, na própria escritura. Pergunta-se, então: Os filhos menores poderão aceitar essa doação?

Acesa, e das mais vivas, tem sido a divergência a respeito, tanto doutrinária como jurisprudencial.

Entende uma primeira corrente, que os menores impúberes (menores de 16 anos), sendo absolutamente incapazes não podem manifestar aceitação válida na escritura. Somente os maiores de 16 e menores de 21 anos, relativamente incapazes, poderão nela comparecer e aceitar as doações que lhes fazem os pais. E tiram esse entendimento os autores filiados a esta corrente, diante do que dispõe o artigo 1.170 do Código Civil. "As pessoas que não puderem contratar é facultado, não obstante, aceitar doações puras".

CARVALHO SANTOS ao comentar esse artigo alerta o intérprete: "Precisa-se entender inteligentemente o texto legal. Quando o Código permite que as pessoas que não podem contratar possam, todavia, aceitar doações puras, sem intervenção dos representantes legais respectivos, compreende-se facilmente a razão disso, que consiste precisamente em ser a doação pura um ato que somente vantagens pode trazer ao beneficiado por ela. Mas, apesar disso, não é possível admitir-se a regra com uma amplitude exagerada, por isso não se compreenderia como fosse a lei tolerar, por exemplo, que um louco ou uma criança de cinco anos pudesse assinar uma escritura, aceitando a doação". (Código Civil Interpretado - 4.a Edição vol. XVI - Coment. ao art. 1.170, pág. 362).

JOÃO LUIZ ALVES segue a mesma opinião: "Para que o incapaz possa aceitar, diz ele, é preciso que possa manifestar o seu assentimento. Por isso, parece-nos que o texto se refere somente aos relativamente incapazes".

O E. Tribunal de Justiça do nosso Estado seguiu quase que sem discrepância essa orientação. Nas doações puras de bens imóveis de pais a filhos menores, para que possam se aperfeiçoar e concluir na própria escritura, mister se faz que, aos absolutamente incapazes, seja dado um curador especial para aceitar, por eles, a liberalidade que os seus progenitores lhes fazem, eis que os pais não podem figurar na doação na dupla qualidade de doadores e representantes dos donatários. A nomeação desse curador especial, argumentam, é de rigor, sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os dos filhos (art. 387 do Cód. Civil). Sem esse curador especial, nem o Tabelião poderá aceitar a doação pelos menores, como antigamente se fazia, porque o preceito permissivo da aceitação do Tabelião pelos menores, existente nas Ordenações Filipinas (Livro IV - Tít. 63, princ.), não foi reproduzido pelo Código Civil.

Nesse sentido são as decisões uniformes do E. Conselho Superior da Magistratura do Estado proferidas: no Ag. de Petição n. 37.936 da comarca de Bragança Paulista, publicada no D. da Just. de 16-Julho-1948; no acórdão inserto na Rev. dos Trib. Vol. 186/338; no Ag. de Petição n. 61.641 da comarca de Ituverava publicada no D. Just. de 27 de Fevereiro de 1.953 - pág. 3. Seguem também a mesma orientação as decisões das diversas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de S. Paulo contidas nos acórdãos publicados na Rev. dos Trib. vol. 180/288 - vol. 195/227 - vol. 232/98 - vol. 254/332.

Levou o nosso E. Tribunal a situações extremas essa sua orientação. Concluiu pela anulação de uma doação feita a um menor que falecera sem aceitá-la, quer por intermédio de um curador especial, quer pessoalmente, uma vez que a morte o colheu antes de ter atingido a idade pela

qual, sozinho, pudesse ter manifestado o seu assentimento à liberalidade. Determinou, em consequência, a 2.^a Câmara Cível, o cancelamento da transcrição do imóvel efetuada em nome do menor. (Rev. dos Trib. vol. 187/805).

E, firmando cada vez mais esse ponto de vista, de molde a espantar quaisquer dúvidas a respeito as Câmaras Cíveis Reunidas desse E. Tribunal, em recurso de revista, por maioria de votos, decidiram: "A aceitação, mesmo nas doações puras não se presume; os que não puderem contratar hão de aceitar o contrato, representados pelo seu tutor com autorização do juiz." (Rev. dos Trib. vol. 208/360).

Entendemos, porém, com a devida vênia, que o E. Tribunal de Justiça não acertou, e, enveredou pelo pior caminho. A interpretação dada pela Alta Corte da Justiça Paulista ao artigo 1.170 do Código Civil, esposando o pensamento de CARVALHO SANTOS e JOÃO Luiz ALVES, é cerebrina. Não há como se distinguir, nesse dispositivo, os absolutamente incapazes dos relativamente incapazes. O preceito é claro: - "As pessoas que não puderem contratar" - e aqui não se faz distinção alguma - "é facultado, não obstante, aceitar doações puras".

- Ubi lex non distinguit, nec interpres distinguere debet.

E, se se fizer essa distinção, para se dar um curador especial aos absolutamente incapazes a fim de aceitar as doações puras a eles feitas, o art. 1.170 redundará em uma desnecessidade. Será um dispositivo completamente inútil e supérfluo. Com efeito, de acordo com a regra do artigo 84 do Código Civil os incapazes podem participar de todos os atos jurídicos. Se forem absolutamente incapazes serão representados pelos pais, tutores ou curadores, e, se forem relativamente incapazes, participarão pessoalmente dos atos jurídicos, mas serão assistidos por aquelas pessoas. Ora, impor-se a interpretação do art. 1.170 do C. Civil, de acordo com o pensamento daqueles civilistas e da corrente vencedora do E. Tribunal de Justiça, será considerar-se esse dispositivo completamente supérfluo e inútil, porque a situação já estava perfeitamente prevista no artigo 84 do Código Civil. E, não é lícito a qualquer intérprete, dentro de um corpo de leis, e de acordo com os melhores princípios da hermenêutica, considerar um dispositivo legal sem finalidade, com caráter apenas de superfetação. Se o preceito legal existe, é para ter uma finalidade.

Mas, é o caso de se indagar, agora, como aceitarão as doações puras os menores de 16 anos, absolutamente incapazes? Comparecendo ao ato, à escritura, para manifestarem o seu assentimento à liberalidade? Evidentemente, não. Os menores de 16 anos não possuem discernimento suficiente para declararem sozinhos a sua vontade em qualquer ato jurídico, mesmo nas doações puras.

É noção rudimentar que, nos contratos, a aceitação não precisa ser sempre expressa. Há a aceitação tácita ou a presumida, (art. 1.079 do Cód. Civil). E, dentro do próprio capítulo da doação, o legislador nos dá um exemplo de aceitação tácita, ao declarar, no art. 166, que o doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita, ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça dentro nele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo.

Ora, o legislador no artigo 1.170 do C Civil facultando às pessoas que não puderem contratar aceitar doações puras, não quis, à toda evidência, que uma criança de 2 ou 5 anos comparecesse em uma escritura pública e declarasse aceitar a doação. Nem, por outro lado, impôs que, nessas doações, fosse dado ao menor um curador especial, pois a exigência do art. 387 não é de se aplicar às doações puras onde não há qualquer colisão de interesses entre pais e filhos. Determinou, tão só, que os absolutamente incapazes (remissão ao art. 5.º existente no art. 1.170) pudessem aceitar as doações puras, sem impor qualquer formalidade para essa aceitação. É que, essa aceitação, para os menores de 16 anos, é naturalmente tácita.

E, esse é, exatamente, o pensamento e a interpretação cristalina que nos dá o extraordinário jurista CLÓVIS BEVILÁQUA, nestas palavras: "A doação pura é ato essencialmente benéfico, somente proveito leva ao donatário: entende-se aceita, sem a intervenção do representante

legal do donatário... E este é o pensamento do nosso art. 1.170. A lei, facultando a aceitação aos incapazes, relativamente a doações puras, quer dizer que essas liberalidades produzem efeito, consideram-se aceitas, desde que o doador as realiza. É o poder social que se manifesta na lei suprimindo a incapacidade do donatário, tornando a doação perfeita, não obstante a incapacidade do donatário, e afastando, neste caso, a interferência do representante legal, que somente aparecerá depois, como administrador do patrimônio do incapaz (Código Civil Comentado - vol. IV - Obsrs. 2.^a ao art. 1.170).

A fonte do art. 1.170 do Código Civil Brasileiro foi inegavelmente o art. 1.478 do Código Civil Português, assim redigido: "As pessoas, que não podem contratar, não podem aceitar, sem autorização das pessoas a quem pertencem concedê-las, doações condicionais ou onerosas. Porém, as doações puras e simples, feita a tais pessoas, produzem efeito, independentemente de aceitação, em tudo o que aproveitar aos donatários". E, esclarece o notável civilista lusitano, CUNHA GONÇALVES: "A doação pura a favor de incapazes nem por isso é ato unilateral como o testamento e não cessa de ser contrato; somente a aceitação dela pelo incapaz ou pelo seu representante legal é subentendida ou presumida pela lei portuguesa, como a presume a lei brasileira, art. 1.166, no caso neste declarado". (Princípios de Direito Civil, - Vol. 2.^o, págs. 945/946).

O Supremo Tribunal Federal, em embargos ao recurso extraordinário n. 3.983, de São Paulo, chamado a manifestar-se sobre a questão, declarou, peremptoriamente: "Na faculdade dos incapazes aceitar doações puras, não se distingue entre os absolutamente incapazes dos relativamente incapazes". (Rev. dos Trib. Vol. 191/399).

E, felizmente, o próprio Tribunal de Justiça de São Paulo está mudando de orientação, começando a se bitolar pelo caminho certo. Na apelação Cível n. 85.248 de Bragança Paulista, a 3.^a Câmara Cível, por votação unânime, assim se manifestou: "Exigir-se aceitação expressa de quem não pode contratar para a validade de ato do qual só benefícios lhe advêm, como da doação pura e simples, é, em realidade, faltar à proteção que o estatuto civil tem levantado sobre os privados da razão ou que ainda não se podem dirigir". (Rev. Trib. vol. 277/ pág. 309).

EM CONCLUSÃO, podemos convictamente afirmar: a) - as doações puras e simples de imóveis podem ser efetuadas pelos pais aos seus filhos menores de 16 anos, sem qualquer interferência de curador especial para aceitá-las, pois a aceitação desses menores é naturalmente tácita. O art. 1.170 do Código Civil é de caráter excepcional, pelos próprios termos em que está redigido, e em confronto com o art. 84 do mesmo estatuto legal. Essas doações considerar-se-ão perfeitas e acabadas no momento da celebração da escritura. Os maiores de 16 anos comparecerão pessoalmente no ato para aceitar a liberalidade; a) - Consideram-se doações puras e simples as que não estão subordinadas a condições, encargos ou vínculos. Ressalte-se, porém, que estão incluídas entre as doações puras as doações feitas pelos pais aos filhos com reserva de usufruto a favor dos doadores (Rev. dos Trib. vol. 103/577; vol 109/668; vol. 117/136; vol. 118/624; vol. 124/709; vol. 128/182; vol. 178/136; Rev. Forense vol. 68/137; vol. 78/528; vol. 80/156; vol. 126/491). c) - Essas doações puras e simples podem ser transcritas no Registro de Imóveis sem a prova de aceitação de donatário exigida pelo art. 857, n. III do Cód. Civil e § único do art. 233 do Decreto n. 4.857, de 9 de Novembro de 1939 (Reg. Públicos), porque já estão naturalmente aceitas, pela aceitação tácita ou presumida do donatário.

Leis e Decretos

LEI ESTADUAL

LEI N. 5.817, DE 16 DE AGOSTO DE 1960

Isenta do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" às aquisições de imóveis feitas por clubes e entidades esportivas, nas condições que especifica, e da outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.^o - As aquisições de imóveis feitas por clubes e entidades esportivas, para a construção

ou instalação de suas sedes, ou para a prática das modalidades esportivas, previstas em seus estatutos, ficam isentas do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "Inter vivos" na extensão em que as áreas e construções sejam necessárias ou utilizadas no cumprimento pela instituição, de suas finalidades específicas.

§ 1.º - As construções ou instalações, destinadas à sede ou à prática das modalidades esportivas, deverão ter início no prazo de 12 (doze) meses contados da aquisição e prosseguimento regular sob pena de cassação do benefício.

§ 2.º - O imposto será exigido se, dentro de 10 (dez) anos da data da aquisição, for dado ao imóvel, ainda que parcialmente, destino diverso daquele que motivou a isenção, ressalvada apenas a alienação por aquisição simultânea de outro, destinado ao mesmo fim.

§ 3.º - Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto será devido com o acréscimo moratório de 20% (vinte por cento), salvo se o recolhimento for espontâneo, quando o acréscimo será de 10% (dez por cento), calculado, em qualquer hipótese, à época do pagamento.

§ 4.º - O benefício de que trata este artigo poderá ser reconhecido a qualquer tempo desde que as entidades interessadas façam a prova de que a ele faziam jus quando da aquisição, não se restituindo, porém, as importâncias já pagas.

§ 5.º - O cancelamento dos débitos já encaminhados à cobrança executiva dependerá do pagamento de custas e demais despesas.

§ 6.º - Os débitos anteriores a data da vigência desta lei, desde que oriundos de aquisição por ela considerada isenta, serão cancelados, a requerimento dos interessados, apresentado no prazo de 90 (noventa) dias da vigência do regulamento, observado o disposto nos parágrafos anteriores.

Artigo 2.º - O Executivo expedirá, dentro de 90 (noventa) dias, regulamento à presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data da expedição do regulamento a que se refere o artigo anterior.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de agosto de 1960.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO Francisco de Paula Vicente de Azevedo

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 17 de agosto de 1960.

João de Siqueira Campos Diretor Geral, Substituto D. O. 18/8/60

LEI FEDERAL

LEI N. 3.836 - 14 DE DEZEMBRO DE 1960

Dispõe sobre a entrega de autos aos advogados, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Ao advogado, mediante a apresentação da carteira profissional expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, é assegurado o direito de examinar processo de qualquer natureza, em Cartório de Justiça, Secretarias de Tribunais.

- Vetado.

Parágrafo único. Ficam excluídos do exame referido neste artigo os processos que correm em

segredo de Justiça.

- Vetado.

Art. 2.º. Quando os processos se encontrarem em Cartório ou Secretarias de Tribunais, de qualquer espécie, é facultado ao advogado, constituído procurador de uma das partes, retirá-los pelo prazo de três dias, desde que não prejudique o andamento do processo, mediante assinatura de carga no livro competente.

Art. 3.º. Sempre que o advogado deva falar nos autos, por determinação judicial ou nos casos previstos em lei, ser-lhe-á facultado retirar o processo dos respectivos Cartórios ou Secretarias, pelo prazo legal, mediante carga assinada em livro próprio.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo se o prazo for comum às partes, salvo se os respectivos procuradores efetuarem em conjunto a retirada dos autos.

Art. 4.º - Vetado.

Art. 5.º. Sem prejuízo das demais sanções definidas em lei, aplica-se o disposto no art. 36 e seus parágrafos do Código de Processo Civil ao advogado que não devolver, no prazo, processo judicial retirado de acordo com esta Lei.

- Vetado.

Art. 6.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1960; 139.º da Independência e 72.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Armando Ribeiro Falcão
D. União de 14/12/60.

Provimentos CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Provimento n. 10-60, referente às Correições Gerais Ordinárias realizadas nas comarcas de Ubatuba, São José dos Campos, Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes.

O des. Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo procedido, durante o semestre findo, às Correições Gerais Ordinárias supra, nos termos do Decreto estadual n. 4.786, de 3 de dezembro de 1930, e leis subsequentes, resolveu baixar o seguinte provimento, com as instruções que se seguem, restritas às falhas verificadas nas inspeções respectivas.

I) INSTRUÇÕES DE CARÁTER GERAL

As placas indicativas dos cartórios, colocadas do lado de fora dos mesmos, conterão dizeres que esclareçam as atribuições respectivas e de acordo com a legislação em vigor: Cartório do 1.º Ofício Judicial e Notas (não se justificando menção apenas ao Tabelionato) ; Cartório do Registro de Imóveis e Anexos (e não mais Cartório do Registro Geral e de Hipotecas).

A parte reservada ao público, nos cartórios, será separada por gradil, ou balcão, da parte interna onde os funcionários trabalham e onde se encontram os livros, arquivos, papéis, etc.

Naquela primeira parte, reservada ao público, será afixada a Tabela de Custas relativa às atribuições do cartório, escolhendo-se, para tanto, lugar acessível e preocupando-se o serventuário com a boa visibilidade dessa Tabela por parte dos interessados.

Todos os livros de escrituração obrigatórios devem ser, antes de escriturados, submetidos à formalidade da rubrica do Juiz Corregedor respectivo. Os termos de abertura e encerramento então necessários, especificando o primeiro a finalidade do livro, o número de suas folhas e contendo a rubrica do Juiz, constarão da primeira e da última página útil. Outrossim, esses termos precisam ser destacados na página que ocupam, não se justificando fiquem confundidos no corpo da escrituração que os circunda, a ponto de dificultar o exame de seus requisitos. Finalmente: Tais livros, quer no setor civil, quer no setor criminal, hão de ser preparados antes de submetidos àquela rubrica, isto é, pagarão, antes, o imposto de selo estadual estabelecido na Lei n. 3.672, de 29-12-1956 (Tab. 13, n. 17, e artigo 45). Não há mais pagar selo federal nessa oportunidade, tendo em vista a Lei n. 3.519, de 30-12-1958, que suprimiu o artigo 75 da Tabela anexa à chamada "Lei do Selo", de 1942 (V. alteração n. 58 e artigo 11 da citada lei atual, de 1958).

Quanto aos livros de escrituração dos cartórios dos Registros Públicos, a redução do número de suas folhas, estabelecido no decreto n. 4.857, de 9-11-1939, só é regular se observado o disposto no artigo 8.º desse decreto.

Na escrituração dos livros em geral, devem ser evitados borrões, emendas, entrelinhas, rasuras. Quando isto não tenha sido possível, tais anomalias da escrituração precisam ser ressalvadas antes da subscrição do ato pelo serventuário e pelas partes, e testemunhas, quando por essas for assinado dito ato. Também devem ser evitados espaços em branco em páginas utilizadas desses livros, ainda que nos claros deixados sejam colados selos. Estes hão de ser inutilizados na finalização do ato correspondente. As impressões digitais, colhidas em livros e papéis em geral, devem ser nítidas, em ordem a possibilitar exame papiloscópico, caso venha a ser necessário para identificação da pessoa que as houver deixado. Quando mais de uma dessas impressões for colhida em referência a um mesmo ato, cada uma delas será circundada pelo nome ou pelas iniciais do nome da pessoa a que pertencer.

Os índices obrigatórios devem destinar-se às séries dos livros, pois se cada um desses tiver um índice, a busca tornar-se-á quase tão difícil como se índices não existissem. Cada série de livros (Exemplo: Escrituras) deverá ter um índice geral, que abranja o maior número possível de livros da mesma espécie.

II) ESCRIVÂNIA JUDICIÁRIA

A numeração no livro Registro de Feitos não será seguida indefinidamente e sim relativa a cada ano, separadas a designação desse e a do feito pela barra usual. No fim de cada ano, será feito um balanço, excluindo-se os feitos findos e transportando-se os demais para o ano seguinte.

Deverá ser aberto, em todos os cartórios, o livro Cofre de órfãos, de acordo com modelo organizado por esta Corregedoria Geral.

Também serão abertos os livros Diário da Receita e Despesa, escriturado diariamente e com balanço mensal, Registro de Executivos Fiscais e Carga de Mandados a Oficiais de Justiça, Avaliadores e Peritos. Esse último livro destina-se a registrar a carga dos mandados em geral e não apenas dos expedidos em executivos fiscais, como erroneamente vem entendendo o pessoal de certo cartório inspecionado.

No livro destinado aos Termos de Tutelas e Curatelas, será anotado, à margem de cada termo, o processo respectivo.

O livro de Registro e Averbação de "Sursis" deverá ser escriturado nos moldes do Rol de Culpados, conforme modelo adotado por esta Corregedoria Geral (V. Provimento n. 40/53).

Devem ser mensalmente visados pelo Juiz Corregedor o livro de Cargas de Mandados, acima mencionado, e o de Comunicações ao Gabinete de Investigações.

Sobre a importância da fiança criminal arbitrada, será cobrada a taxa penitenciária de 10%,

apondo-se o selo respectivo no termo e não nos autos (Dec. lei federal n. 1.726, de 1-11-939 - Artigos 2.º, II e 12).

Os pedidos de assistência judiciária, ainda que formulados no curso da ação, devem ser autuados em separada, "apensando-se os respectivos autos aos da causa principal, depois de resolvido o incidente" (artigo 6.º da lei federal n. 1.060, de 5-2-1950).

Recomenda-se a observância do § 1.º do artigo 14 do Código de Processo Civil, quanto aos autos suplementares. Isto é, serão organizados na forma dessa disposição legal, sem qualquer omissão. Em certo cartório inspecionado foi verificada a falta de peças essenciais, como despachos e sentenças.

III) TABELIONATO

As contas marginais de emolumentos, deverão discriminar: a) Ditos emolumentos; b) o acréscimo ou selo do Estado (Tabela O do Regimento de Custas) ; e) a taxa de aposentadoria respectiva; d) o selo federal apostado, quando seja pago. No caso de escrituras, tais cotas discriminarão, também os emolumentos do distribuidor e a taxa de aposentadoria correspondente, cujo selo será posto no livro de notas usado. Não se justifica pague a parte o chamado selo do Estado referente à distribuição, pois o citado Regimento interpreta-se restritivamente (Cf. Tab. O, a "contraria sensu").

É preciso que se observe realmente o disposto no artigo 1.632 do Código Civil, na lavratura de testamentos. Não basta que se diga que dito dispositivo legal foi observado. O ato deverá ser encerrado com a subscrição e assinatura do Tabelião.

Adotado que seja o sistema de fichas para registro de firmas sujeitas ao reconhecimento notarial, aquelas deverão conter claros relativos à identidade não só do apresentado, mas também relativos à identidade do apresentante ou apresentantes (Nomes, estados civis, profissões, residências). Em cartórios inspecionados foram examinadas fichas com esses requisitos. Todavia, os claros não se achavam devidamente preenchidos. Tal omissão, no tocante à identidade do apresentante, somente se compreende quando seja exibida Carteira de Identidade expedida por serviço autorizado. É preciso abolir a praxe de tais omissões em referência a pessoas conhecidas do serventuário. O registro pertence ao cartório, que poderá ser provido por serventuário estranho. Tenha-se, pois, sempre em vista o disposto no artigo 1.º da lei 819, de 31-10-1950, c/c o artigo 3.º.

Quanto a borrões, emendas, entrelinhas, rasuras, índices e outras particularidades da escrituração dos livros obrigatórios, hão de ser sempre lembradas as "Instruções de Caráter Geral" deste provimento".

IV) CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL

Os livros de escrituração principais desses cartórios recebem designação por letras. Assim, os números que designarem a ordem de abertura dos vários livros da mesma série devem ser postos depois e não antes da letra correspondente.

As anotações feitas em obediência ao artigo 114 do decreto federal 4.857, de 1939, serão sempre averbadas à margem do assento atual, com expressa remissão ao anterior. À margem deste, será também averbado o assento novo, com dados expressos (artigo 107 do referido decreto). Quanto às comunicações, serão averbadas à margem dos assentos feitos no Cartório, com indicação do protocolo ou registro postal correspondente àquelas.

Duas anotações se fazem necessárias nos processos de habilitação para casamento: a) Na capa de cada processo, serão anotadas o número do livro Registro de Feitos, o número de ordem correspondente aos autos, a data e a folha do registro em causa; h) No final de processo (além da certidão relativa ao livro, folha e número do assento do casamento), o Oficial declarará quem fez o pagamento dos emolumentos cotados à margem.

Quando os pretendentes (ou um deles) forem analfabetos e alguém assinar a petição a rogo

deles, essa será assinada não apenas pela pessoa rogada, mas também por duas testemunhas que tenham presenciado o pedido de assinatura assim por terceiros. Todos devem ser devidamente qualificados então, a pessoa que assinou a petição e as testemunhas, esclarecendo-se os dados qualificativos necessários (Nomes, estados civis, profissões, residências). Assim também quanto à declaração dos nubentes.

- Quando os pais dos pretendentes (ou um deles) forem analfabetos, o consentimento dos mesmos, desde que exigido, far-se-á através do termos presidido pelo Juiz de Casamentos, assinado por este e pelo Oficial. Outrossim, colher-se-á, no termo, a impressão ou impressões digitais (Polegar direito) dos pais.

Na contagem de prazo dos editais de proclama, exclui-se o dia da afixação deles em cartório e inclui-se, portanto, o décimo quinto dia contado a partir do seguinte ao da afixação. Isto é, esse décimo quinto dia computa-se no prazo. Semente, então, no dia seguinte poderá ser fornecida a certidão de habilitação.

Quanto aos editais de proclamo expedidos no interesse de outro cartório, fica esclarecido o seguinte: Findo o prazo, o Oficial remeterá àquele, onde se realizará o casamento, certidão de que correram os editais sem oposição de impedimentos e de que não tem ele o que declarar de ofício a esse respeito. Não lhe compete expedir certidão de habilitação. A expedição desta compete ao Oficial do cartório onde o casamento irá realizar-se.

Os autos das habilitações de casamento deverão ser organizados de acordo com o andamento dos papéis ou os atos realizados. Não se compreende que aqueles somente sejam assinados pelos Juizes de Casamentos e Oficiais, ou mesmo pelas testemunhas, na oportunidade de serem examinados pelo Doutor Curador, nos termos do artigo 51 do decreto lei estadual n. 11.058, de 26-4-1940.

V) CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

O Protocolo deverá ser encerrado diariamente, haja ou não apontamentos, e somente poderá ser escriturado pelo Serventuário, observado o disposto no artigo 201, do decreto 4.857 citado.

Os livros talões, antes de escriturados, devem ser submetidos a rubrica de Juiz Corregedor, observadas as formalidades legais.

- Ainda assim quando seja autorizado e adotado, o sistema de livros talões em folhas soltas.

Torna-se indispensável, porque exigido no mencionado decreto, a existência, no cartório, do livro Auxiliar (artigos 182, parágrafo único, e 197 desse diploma).

Recomenda-se, quanto as transcrições das transmissões, fiel observância dos artigos 214 e 244 de referido decreto 4.857, esse, último dispositivo modificado pelo decreto 5.318, de 29-2-1940. Quando nenhum título anterior exista transcrito após a vigência do Código Civil, cumpre seja registrado, para filiação do atual oferecido a registro, "o último anterior ao Código Civil", observado o disposto nos artigos 233, 236 e 237 (este constituindo restrição) do decreto federal 370, de 2-5-1890. Mesmo no caso de título remoto ser daqueles que não estejam sujeitos a registro, "segundo o direito então vigente", deverá ser examinado pelo Oficial, na oportunidade da transcrição atual, consignado nesta os dados essenciais desse exame. Não se pode esquecer que o Registro de Imóveis é regido por disposições que, no todo, formam um sistema. A transcrição só estará completa quando houver passado por todos os livros atinentes ao ato, desde o Protocolo até o Livro 6. Ora, as indicações nesse último livro devem remontar aos títulos anteriores (pelo menos até certa data) ainda, àqueles que não estivessem sujeitos a registro segundo a legislação anterior, desde que seja aplicável o disposto no citado artigo 244.

O Indicador Real precisa ser escriturado de acordo com o artigo 188 do decreto 4.857. As indicações farão referências, tais sejam as mutações relativas aos imóveis, aos livros 2, 4 e 8, e não somente ao livro 3. Ademais, "cada indicação, segundo a terceira alínea do referido , artigo 188, destina-se a um só imóvel, registrando-se, no espaço-sexto respectivo, não apenas as

transmissões relativas ao mesmo, mas também, os ônus que recaiam sobre ele e tudo quanto possa afetar o registro em causa.

Acentua-se a necessidade de ser observado, paralelamente, o disposto no artigo 189 do mesmo decreto 4.857.

Quanto aos livros e escrituração respectiva, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, recomenda-se fiel observância dos artigos 122-ss. e 134-ss., destacando-se o disposto nos artigos 124, 126, 128, 130, 140 e 143-ss., do decreto 4.857.

O Livro de Apontamento de Letras e Títulos para protesto, no qual, à guisa de protocolo, anotar-se-ão a hora, o dia, o mês e o ano da apresentação, deverá ser autenticado com as formalidades legais da rubrica do juiz. No caso do n. IV, fim, do artigo 29 da Lei Cambial, o prazo relativo ao protesto conta-se a partir da afixação da intimação em cartório. Recomenda-se a abertura, com observância das formalidades legais, do livro de protestos para fins falimentares (artigo 10 da Lei de Falências).

Recomenda-se a abertura, no setor do Júri, dos livros de Revisão e Sorteio de Jurados e de Atas de Julgamento relativamente aos Crimes contra a Economia Popular. Tais livros não se confundem com os do Júri propriamente dito, como se vê, claramente, do artigo 22 da lei federal 1.521, de 26-12-1951.

Recomenda-se a abertura do livro especial mencionado no § 4.º do artigo 5.º do decreto lei federal 6.023, de 23-11-1943.

O Livro de Férias da Corregedoria Permanente destina-se a registrar as férias de todo o pessoal do juízo e não apenas do pessoal do cartório, que, assim, centraliza ou deve centralizar as particularidade da administração funcional da comarca.

VI) DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIAS PÚBLICAS

Foram visitadas, em todas as comarcas, e inspecionadas. As recomendações que se fizeram necessárias foram consignadas em termos nos livros examinados ou no termo de visita respectivo.

Cumpra-se.

Publique-se, remetendo-se cópia aos M.M. Juizes de Direito Corregedores Permanentes das comarcas visitada, para que façam transcrever este nos livros competentes dos cartórios respectivos na parte que interessa a cada um e integralmente nos cartórios das Corregedorias Permanentes.

São Paulo, 20 de julho de 1960.

Samuel Francisco Mourão

Publicado no D. J. de 22/7/60

Proc. 18.702 - Oswaldo Cruz - Luiz Pires de Moraes Há equivoco do M. Juiz. A função privativa de avaliador foi cometida ao distribuidor por lei, e dessa função só poderá ser privado em virtude de outra lei. Se o serventuário cometer erro grosseiro ou incidir em falta grave, a ser apurada regularmente, poderá ser punido com as penas prevista em lei, nunca destituído da função. Não tendo havido recurso do despacho proferido nestes autos, (há um outro processo) nada há que se providenciar no momento, devendo aguardar-se a volta do outro processo, para ser apensado ao presente. Dê-se conhecimento ao magistrado e ao reclamante.

- São Paulo, 3 de agosto. de 1960. (a) Samuel Mourão.

D. J. 5/8/60

PROVIMENTO N. 13-60

O desembargador Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, resolve:

- 1) Nenhum escrevente de cartório poderá ser posto à disposição da Corregedoria Geral sem prévia autorização desta, precedida de consulta em que sejam expostas as razões da medida solicitada e que só poderá ser encaminhada pelo respectivo Corregedor Permanente com suas informações.
- 2) Fica terminantemente proibida a ingerência nos serviços de qualquer escrivânia judiciária de pessoas estranhas ao quadro de cada cartório, como tal se considerando os serventuários e escreventes aposentados no mesmo ou em outro ofício, e os parentes dos servidores mencionados.
- 3) Não poderão ser nomeados auxiliares contratados pelos escrivães sem prévia autorização do juiz corregedor permanente da respectiva serventia e imediata comunicação à Corregedoria Geral com exposição dos motivos que justifiquem a nomeação.
- 4) Deverá ser denunciada a esta Corregedoria Geral, para audiência dos juizes competentes (quando não sejam os comunicantes) e providências cabíveis, a prática, nos Cartórios, pelos escreventes ou quaisquer funcionários, de serviço equiparados, assemelhados ou denominados de despachantes, ações relativas a avaliações prévias perante o Fisco e, em geral, quaisquer atos que excedam os limites definidos de suas atribuições normais.
- 5) Os Cartórios ficam obrigados a prestar, por escrito, todas as informações que lhe forem solicitadas pelos advogados e interessados e que se relacionem com a movimentação das causas, localização dos autos e outras que possam ser fornecidas, devendo a informação ser assinada por um funcionário de serventia que será responsabilizado em caso de inexactidão da mesma.

P. e cumpra-se.

São Paulo, 14 de setembro de 1960.

Samuel Francisco Mourão
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 16/9/60

REQUERIMENTO N. 14-60

O desembargador Samuel Francisco Mourão Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, considerando que o provimento n. 11-60 baixado em 11 de agosto último resolveu que as petições de retificação de registro, para os fins da lei federal n. 3.764 de 25 de abril de 1960, devem ser registradas no "Livro de Registro de Feitos" existente no cartório; considerando também que deve ser esclarecido a que autoridade superior o processo será concluso para os fins do art. 2.º da citada lei n. 3.764, antes da ocorrência do disposto no art. 4.º;

Resolve: Aditar o provimento n. 11-60, esclarecendo que a petição em que se pleiteie a retificação deve ser dirigida ao Juiz Corregedor Permanente do cartório em que se encontre o assento retificado independente de distribuição e também de despacho do magistrado que tomará conhecimento do pedido e decidirá quando os autos lhe forem conclusos (art. 2.º).

Na comarca de São Paulo, o Corregedor Permanente é o Juiz da Vara dos Registros Públicos, para os fins da citada lei n. 3.764 (Provimento n. 11-60) e no interior o Juiz Corregedor do cartório.

P. Cumpra-se - SE.

São Paulo, 7 de outubro de 1960.

Samuel Francisco Mourão
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 9/10/60

Informações Várias

**DIREITO DE OPÇÃO À SERVENTIA DE JUSTIÇA
DESMEMBRAMENTO DE ÁREA TERRITORIAL - DIREITO DE CONCORRER À
TRANSFERÊNCIA E NÃO DE OBTER PROMOÇÃO - INTERPRETAÇÃO DOS
ARTIGOS 6.º E 22 DA LEI N. 5.121-58**

A Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, ao julgar o mandado de segurança n.º 96.547, da Comarca de -5. Paulo (Rei., Des. O. A. Bandeira de Mello), por votação unânime, assim decidiu:

"Acordam, em Quarta Câmara Civil de Tribunal de Justiça do Estado, reportando-se ao relatório constante do acórdão de fls. 43, por votação unânime, negou a segurança. O des. relator assim decidiu pelos fundamentos constantes da sua declaração de voto vencido, inserta a fls. 54, no pré-julgado suscitado pela Colenda Quarta Câmara Civil e tido como improcedente pela Egrégia Seção Civil, consoante acórdão de fls. 46. Assim, no seu modo de ver, os artigos 22 e 6.º combinados, da Lei Estadual n.º 5.121-58, relativamente de cartórios de comarcas, que tiveram suas áreas desmembradas, autoriza o seguinte entendimento: a) a serventuário da comarca, cujo território foi desmembrado para a formação de outra comarca, está assegurado o direito de opção para serventia de igual natureza na nova comarca; b) não usada essa preferência, devolve-se aos serventuários das demais comarcas, em que, outrossim, se reduziram áreas territoriais, o direito de concorrerem a ela, respeitado, neste caso, a respectiva classe de natureza e as condições estabelecidas para a contagem de pontos, na apuração de a quem deve caber o provimento; e) ao serventuário, cuja comarca foi desmembrada, se assegura a situação mais ou menos equivalente à que até então usufruía, jamais se lhe confere a vantagem de auferir promoções em detrimento de outros. Acontece que a comarca de São Vicente, de 3.ª Entrância, é de classe diferente da de Presidente Venceslau, de 1.ª Entrância, bem como a de Nova Granada, de 2.ª Entrância. Portanto, nenhum nem outro, pode a ela concorrer se não nos termos da Lei Geral que regula o preenchimento mediante promoção das serventias vagas, isto é, da Lei 819-50. O direito dos serventuários de Presidente Venceslau como de Nova Granada só pode se concretizar na entrância respectiva. Constituiu uma compensação, jamais um prêmio. Visou salvaguardar os seus eventuais prejuízos, nunca derrogar normas de promoção nas serventias vitalícias em detrimento de outros em situação igual à sua. Assegurou o direito preferencial de transferência, e não o de promoção. Aliás, entendimento em contrário traria como consequência o reconhecimento da inconstitucionalidade da lei, por admitir promoção, em desrespeito ao princípio da insonomia do artigo 141, parágrafo 1.º da Constituição Federal, em oposição ao regime de acesso aos cargos públicos estaduais, previsto pelo artigo 86 da Constituição Paulista. Já os demais julgadores deixaram de examinar o problema relativo à exigência de igual classe, para provimento de cartórios de outras comarcas desmembradas, em que se reduziram áreas territoriais, por entenderem o direito dos serventuários se reduzia tão somente ao de comarca da qual se desmembrou a sua. Custas na forma da lei".

"A Gazeta" 5 de 13/7/60

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -

Presidente
Tesoureiro
Secretário



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA -
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS -
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA -
SEBASTIÃO MEDEIROS -
ALCIDES DE MELO VALE -

Diretor
Diretor
Diretor
Diretor
Diretor
Diretor

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO -
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO
CASIO DIAS DE TOLEDO
ABNER RIBEIRO BORGES

Presidente

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -
ELVINO SILVA -
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
ABEL DE REZENDE VILARES -
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Ribeirão Preto
Campinas
Capital
Santos
Capital
São José do Rio Preto
Capital
Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
COLABORAÇÃO	3
DOAÇÃO DE IMÓVEIS DE PAIS A FILHOS MENORES	3
LEIS E DECRETOS	6
LEI ESTADUAL	6
LEI FEDERAL	7
PROVIMENTOS	8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	8
I) INSTRUÇÕES DE CARÁTER GERAL	8
II) ESCRIVANIA JUDICIÁRIA	9
III) TABELIONATO	10
IV) CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL	10
V) CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	11
VI) DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIAS PÚBLICAS	12
PROVIMENTO N. 13-60	12
REQUERIMENTO N. 14-60	13
INFORMAÇÕES VÁRIAS	14
DIREITO DE OPÇÃO À SERVENTIA DE JUSTIÇA	14



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

DIRETORIA
CONSELHO FISCAL
SUPLENTE
ÍNDICE

14
15
15
16

ANO XIII

Nº 069 - Publicação: 01/01/1961

ABNER RIBEIRO BORGES

Temos a lamentar o passamento de nosso colega e amigo ABNER RIBEIRO BORGES, Oficial do Registro Civil do subdistrito de Jardim América, ocorrido no dia 19 de abril último.

Sócio fundador da Associação ocupava, ultimamente, o cargo de membro do Conselho Fiscal.

ABNER RIBEIRO BORGES, sempre atento aos problemas da nossa classe, foi um batalhador incansável.

Nascido a 6 de novembro de 1888, deixa uma larga folha de serviços, muitos amigos e unia grande saudade.

Aviso Importante

Ofício enviado pelo Senhor Diretor da "CARTEIRA DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA", ao Presidente da Associação dos Serventuários, nos seguintes termos:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTEIRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA
RUA BRÁULIO GOMES, 139 - 7.º ANDAR - SALA 702
IP-35/243/61 São Paulo, 4 de julho de 1961

SENHOR PRESIDENTE

A CARTEIRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA, vem solicitar a colaboração dessa prestigiosa Associação no sentido de que haja determinação especial dos Srs. Serventuários na aplicação devida das estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça", (Lei n.º 5.301).

Além de outras irregularidades temos encontrado selagem incompleta no reconhecimento de firmas. O Sr. Corregedor Geral da Justiça, pela portaria n.º 16/54 de 7 de dezembro de 1954, esclareceu que a selagem é devida por firma, e temos constatado em documentos onde se reconheceram três firmas a aposição de uma única estampilha de Cr\$ 1,00.

A evasão da renda pela falta de selagem é ainda agravada pela falta de cooperação dos interessados no pagamento de suas contribuições, o que impedirá a concessão e aumento dos benefícios.

Certos de que V.S. através do órgão próprio dessa Associação faça com que as exigências legais sejam cumpridas, aproveitamos a oportunidade para apresentar os protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente

a) CLEMENTE SAMPAIO VIANNA

Diretor

ILMO. SR. DR. ARMANDO COSTA MAGALHÃES

DD. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça.

Leis e Decretos

DECRETO N. 38.193, DE 13 DE MARÇO DE 1961

Regulamenta a Lei n. 3.867, de 28 de maio de 1957, que dispõe sobre cobrança de alugueres das serventias da Justiça não oficializadas.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO usando de suas atribuições legais,
Decreta:

Artigo 1.º - O Estado cobrará alugueres das serventias de Justiça não oficializadas, pela sua instalação em próprios estaduais ou em imóveis para esse fim tomados em locação, nos termos da Lei n. 3.867, de 28 de maio de 1957.

Artigo 2.º - Cabe privativamente à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Departamento Jurídico do Estado a fixação do valor locativo e do aluguel dos imóveis de que trata este decreto.

§ 1.º - Sempre que necessário, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário solicitará colaboração dos órgãos fiscais estaduais, para a fixação do valor locativo e do aluguel dos imóveis situados em sua jurisdição.

§ 2.º - A fixação do valor locativo e do aluguel será atualizada em cada período de 5 (cinco) anos.

Artigo 3.º - Nos imóveis tomados em locação pelo Estado, o aluguel das dependências utilizadas pelas serventias será proporcional à área ocupada e à situação delas no prédio.

Parágrafo único - Em relação aos imóveis locados ao Estado pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, serão obedecidas as disposições constantes do Decreto n. 27.167, de 4 de janeiro de 1957.

Artigo 4.º - Os alugueres dos imóveis de propriedade do Estado serão arbitrados na base de 10,5% (dez e meio por cento) para o valor atual da construção e 5,5% (cinco e meio por cento) para o terreno situado na zona central e 4,51% (quatro e meio por cento), quando localizado na zona urbana.

Parágrafo único - O resultado final do arbitramento, incluídas as despesas de operação, não será inferior aos juros correspondentes a 11% (onze por cento) ao ano, no mínimo, sobre o valor total do imóvel.

Artigo 5.º - Os contratos de locação ou sublocação obedecerão a condições uniformes, em consonância com as formalidades previstas no Regulamento de Contabilidade Pública e legislação pertinente.

Artigo 6.º - A locação ou sublocação serão contratadas por prazo indeterminado.

Parágrafo único - Rescindida, ou finda, a locação de imóveis de terceiros alugados pelo Estado, resolver-se-ão automaticamente as sublocações.

Artigo 7.º - Os contratos de locação ou sublocação lavradas na conformidade deste decreto terão, para qualquer efeito, força de escritura pública.

Artigo 8.º - Os contratos serão lavrados pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e os aluguéis recolhidos na exatoria estadual com jurisdição na localidade do imóvel.

Artigo 9.º - O serventuário é obrigado a zelar pela conservação das dependências que, ocupar, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nelas tenha causado.

Artigo 10 - As dependências locadas ou sublocadas nos termos deste decreto deverão ser utilizadas estritamente para os fins prescritos, sendo proibida a sublocação ou empréstimo pelos

serventuários, no todo ou em parte.

Artigo 11 - A transferência da locação ou da sublocação somente será admitida na hipótese de mudança do titular da serventia, mediante termo aditivo lavrado na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

Artigo 12 - Nos termos da legislação vigente, considera-se dívida ativa da Fazenda Estadual a proveniente dos alugueres referidos neste Decreto, a sua cobrança judicial será feita por ação executiva.

Artigo 13 - Os alugueres devidos pelas serventias de Justiça poderão ser reduzidos até 50% (cinquenta por cento) do valor locativo da parte do imóvel ocupado.

Parágrafo único - Em nenhuma hipótese o aluguel poderá ultrapassar a percentagem de 20% (vinte por cento), calculada sobre a renda da serventia.

Artigo 14 - A redução dos alugueres arbitrados será concedida tendo em vista a proporção que, no movimento total do cartório, representem os serviços não remunerados pelas partes, a saber, os do crime, de menores e de assistência judiciária.

Artigo 15 - O pedido de redução será dirigido pelo serventuário ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, acompanhado de elementos que comprovem a veracidade do alegado.

§ 1.º - O pedido deverá ser formulado dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação, no "Diário Oficial" do arbitramento a que se refere o artigo 17 deste decreto.

§ 2.º - Ouvida a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, o Secretário da Justiça decidirá, dentro de trinta dias, concedendo ou não a redução solicitada, e fixando a proporção da redução concedida.

§ 3.º - A decisão concessiva da redução do aluguel será comunicada, em inteiro teor, à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, valendo como termo aditivo ao contrato de locação.

Artigo 16 - Imediatamente após a publicação deste decreto, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário solicitará à Secretaria do Tribunal de Justiça uma relação dos imóveis de propriedade do Estado ou por este locados para a instalação de Fóruns, com a indicação, no segundo caso dos respectivos alugueres.

Artigo 17 - Dentro de noventa (90) dias, contados da publicação da relação a que refere o artigo anterior, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário promoverá o arbitramento dos alugueres dos locais ocupados por serventias de Justiça, publicando-o na imprensa oficial.

Artigo 18 - Os alugueres a que se refere este decreto serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1961.

Artigo 19 - O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, por proposta da Procuradoria do Patrimônio, baixará as instruções necessárias à execução das medidas previstas neste decreto.

LEI N.º 6.057, DE 24 DE MARÇO DE 1961

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e da outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÊ, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 1219, de 1960, de que resultou a Lei n. 6.055, de 28 de fevereiro de 1961, promulga com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243 parágrafo 2º O do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 9.º - Acrescentem-se ao artigo 7.º da Lei n.º 3.738, de 18 de janeiro de 1957 os seguintes parágrafos:

"§ 1.º - Se, no mesmo ato, forem transmitidos vários imóveis, considerar-se-á, para fins de cobrança do adicional, o valor de cada imóvel isoladamente.

§ 2.º - Sendo dois ou mais os transmitentes, o adicional de que trata este artigo somente será devido se o quinhão de cada adquirente, na parte do imóvel pertencente a cada transmitente, for superior a Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ".

Artigo 10 - As aquisições de imóveis rurais destinados ao aproveitamento hidro-agrícola a que se refere o Decreto n. 36.887, de 4 de julho de 1960, desde que previstas na redistribuição de áreas, projetada pelo Serviço do Vale do Paraíba, nos termos do artigo 12 do decreto citado, ficam isentas do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter-vivos" e bem assim do imposto do selo, custas e emolumentos, que incidam sobre quaisquer atos relativos a essas operações.

Artigo 42 - Fica atribuída ao Secretário da Justiça e Negócios do interior competência para:

I - remover serventuário de justiça, por permuta;

II - nomear juiz e suplente de juiz de casamento;

III - nomear adjunto de curador de casamento;

IV - nomear estagiário do Ministério Público; e

V - homologar portarias de designação de escreventes para responderem pelo expediente de cartório vago.

Artigo 43 - O artigo 5.º do Decreto-Lei n. 12.520, de 22 de janeiro de 1942, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5.º - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário vitalício, será designado para responder pelo expediente do respectivo ofício o Oficial Maior e, na falta deste, o escrevente mais graduado.

Parágrafo único - A designação será feita mediante portaria expedida pelo Juiz Corregedor do Cartório, que solicitará, incontinenti, ao Secretário da Justiça, sua homologação".

Artigo 99 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos, no que não dispõe em contrário a 1.º de janeiro de 1961.

Artigo 100 - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 24 de março de 1961.

(a) Roberto Costa de Abreu Sodré - Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos de março de 1961.

(a) Francisco Carlos - Diretor Geral Substituto.

Deverá constar, das certidões sobre tempo de serviço dos servidores da justiça, expedidas pelos cartórios do Júri das comarcas do Interior, o VISTO DO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA, bem como o reconhecimento das firmas dos que as subscrevem.

Provimentos CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Proc. 19.356 - São Simão - Luiz Carlos Borges: Nos termos da informação retro. São Paulo, 20 de

fevereiro de 1961. (a) Samuel Mourão. Informação a que se refere o despacho supra: O interessado tem na Corregedoria sem homologação um processo sob n. 18.933-60, referente à sua 2.^a nomeação (da 1.^a investidura em 1959, foi exonerado a pedido). Em consequência da falta de homologação e nos termos da Portaria n. 6-49 da Corregedoria, o escrevente não poderia ter assumido o exercício do cargo e por isso inócua a portaria de exoneração n. 17.60, com a qual instruiu o pedido da sua nomeação para o cartório da comarca de São Simão. Esclarecidas as irregularidades e alertado o M. Juiz de Direito da comarca de São Simão sobre a exigência da Portaria 6-49, da qual se lhe remeterá uma cópia, ouvindo também o M. Juiz da comarca de Santa Rosa do Viterbo, poderá ter andamento o atual processo n. 19.356-61. São Paulo, 20 de fevereiro de 1961. (a) Adriano

Proc. 19.353 - Campinas - Juízo de Direito da Comarca de Campinas - Assunto: Envia cópia do provimento baixado por aquele Juízo relativo à proibição da lavratura em notas dos cartórios da comarca supra, referente aos chamados "Casamento por Contrato".

- Despacho: Publique-se o provimento, para conhecimento dos demais tabelionatos e esclarecendo-se que a Corregedoria está de acordo com o mesmo.

- São Paulo, 20 de fevereiro de 1961 - (a) Samuel Mourão - Provimento que se refere o despacho supra: Provimento - O Doutor Antonio Carlos Alves Braga, Juiz de Direito, em exercício nas Três Varas Cíveis, e Corregedoria Permanente desta Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, etc. Considerando ter chegado ao seu conhecimento que Tabeliães desta comarca vêm lavrando em suas notas os chamados "casamentos por contrato" quer sob a forma de sociedades universais, quer sob a forma de comunhão ou locação de serviços em que um homem e uma mulher impedidos ou não de contraírem casamento se obrigam a viver juntos e em comum. Considerando que tais contratos são absolutamente nulos pela ilicitude e pela imoralidade do seu objeto (art. 145, n. II do Código Civil). Considerando que a família só se constitui pelo casamento de vínculo indissolúvel (art. 163 da Constituição Federal), e que se celebra de acordo com as formalidades do Código Civil e nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais. Considerando que a intervenção do Tabelião em contratos daquela natureza concorre para iludir as pessoas incautas e desconhecedoras da organização judiciária e da qualidade do funcionário que os lava no livro dando assim aspecto externo de legalidade a um ato nulo. Considerando que ao Tabelião não compete apenas lavrar em suas notas o que as partes lhe declaram mas deve orientá-las e zelar pelo cumprimento exato da lei e da moralidade dos atos em que participe. Pelo presente Provimento, determina: 1.^o) - Ficam todos os Tabeliães da Comarca, quer os da sede quer os dos distritos, expressamente proibidos de lavrarem em suas notas os chamados "casamentos por contrato" em que um homem e uma mulher impedidos ou não de contraírem casamento se obriguem a viver juntos, prestando serviços recíprocos e colocando em comunhão os seus bens quer esses contratos revistam a forma de sociedade universal (art. 1.368 do Código Civil), quer a de locação de serviços sob desobediência e aplicação da pena de suspensão, conjuntamente ao escrevente e ao Tabelião que lavrar e subscrever essas escrituras.

- 2.^o) - Ficam, igualmente, expressamente proibidos os Oficiais de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de transcreverem em seus livros contratos dessa mesma natureza por instrumento particular sob as mesmas penalidades do item 1.^o.

- 3.^o) - Este Juízo e seus auxiliares nas correições periódicas que procederão nos cartórios examinarão uma a uma as escrituras lavradas, a fim de verificarem se foi dado integral cumprimento às determinações contidas neste provimento. Cumpra-se dando-se ampla divulgação inclusive pela imprensa, por se tratar de ordem que visa o interesse geral remetendo-se cópia ao Exmo.

Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos vinte e um dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e um, pelo Cartório da Corregedoria Permanente. Eu, (a) Bel. Elvino Silva Filho, Escrivão, que datilografei - (a) Antonio Carlos Alves Braga, o Juiz de Direito.

D. J. 21/2/61.

Proc. 19.351 - São Paulo - Decio Goulart Penteado. Acolho as sugestões dos Srs. Curadores de Casamento (fls. 15) nesse sentido respondendo-se ao ofício de fls. 2. São Paulo, 22 de março de 1961. (a) Samuel Mourão. Informação ao que se refere o despacho supra: Em atenção ao r. despacho de V. Exa., constante de fls. 12, as Curadorias de Casamentos, tendo presente os termos da representação feita pelo Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do Nono Subdistrito de Vila Marrana, bem assim a sugestão contida a fls. 3 "in finis" e referendada a fls. 10 usque 11, tem a dizer que, realmente, de forma geral, a solução preconizada oferecerá melhores informações aos Curadores na apreciação das habilitações submetidas a sua consideração. Sugerem data vênua, e com o fito de evitar proliferação de atestados nas habilitações (decorrentes das "facilidades" que se vêm concedendo nos casamentos), que a atestação da residência e domicílio seja feita no próprio atestado das testemunhas, visto que estas, por serem conhecidas das partes e por elas trazidas; estão em condições, não só de afirmar a inexistência de impedimentos, como também de atestar a residência efetiva declarada pelos contraentes no memorial. A admissão da sugestão, nos termos retro não poderá afetar a faculdade conferida aos Curadores pelo artigo 742 do Código de Processo Civil, eis que a prática tem evidenciado, em determinadas oportunidades maxime em relação ao casamento de pessoas estrangeiras) a necessidade de mais efetiva fiscalização no sentido de se coibirem abusos e mesmo fraudes que por vezes, passam despercebidas aos Senhores Oficiais dos Registros. Sua aplicação, será feita, é óbvio, restritamente. Assim, embora sucintamente expostas as razões, julgamos imprescindível, caso sejam aceitas as ponderações feitas, a expedição de Provimento pela insigne Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que a medida preconizada se torne geral e seja uniformemente cumprida pelos Oficiais dos Registros Cíveis e Pessoas Naturais. São Paulo, 15 de março de 1961. (a) Pedro Nunes Gusmão - 1.º Curador de Casamentos, em exercício. (a) Cesar Crissiuma de Figueiredo - 2.º Curador de Casamentos (a) Renato Hoeppner Dutra - 3.º Curador de Casamentos.

Proc. 19.087 - São José do Rio Preto - Abel Rezende Villares.

- Mantenho a decisão desta Corregedoria, de 24-5-50, por cópia de fls. 15. São Paulo, 25 de fevereiro de 1961. (a) Samuel Mourão. Informação ao que se refere o despacho supra: Cópia do Despacho referido no processo n. 6758-50, da Comarca de Ourinhos.

Interessado: Hugo Pires, distribuidor contador e partidor.

Fls.- 10.

"Mantenho a decisão inferior, bem sustentada a fls. 7 a 9 cujos fundamentos subsistem.

- O disposto no art. 1.º da Lei Estadual n. 109 de 16 de Julho de 1948, só tem aplicação nos casos que enumera.

- Reza esse dispositivo. "Nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, o Distribuidor exercerá as funções de avaliador judicial nos processos de inventários, arrolamentos, pedidos de alvará para venda ou subrogação de bens, precatórias, avaliatórias e arrecadação de bens de ausentes e de herança jacente".

- A locução - precatória avaliatória, está inserta entre os processos especificados e só a eles se prende.

- Assim o distribuidor só atua como avaliador nos processos administrativos já especificados, pelo que é possível afirmar que não existem avaliadores judiciais nas comarcas do interior. Aplica-se pelo exposto, nos processos contenciosos o que está expresso no art. 957 do Cog. do Processo.

- A circunstância da avaliação ser pedida por meio de precatória, não altera nem dilata a competência atribuída ao distribuidor.

- São Paulo, 22 de abril de 1950. (a) Leme da Silva". Nada mais, no referido despacho,

datilografado conferido por Lourival Santos Ramos, funcionário da Corregedoria. Visto - (a) Adriano.

D. J. 24/3/81.

INTIMAÇÃO DE DESPACHOS

S. S. Judiciária - Sala 623.

1.ª Subsecretária Auxiliar da 2.ª
Apelação no Civil - 103.617 - São Paulo.

Apelante: Anita Moraes Comodo.

Apelados: Espólio de Vicente Comodo e Rosário Martino.

1. Vicente Cômado autorizou em agosto de 1948, Antônio Peduti a vender, com exclusividade, um terreno loteado, mediante condições e pelo prazo de 20 anos 2. Logo no ano seguinte, a avença foi rescindida mediante sentença proferida em ação para a qual se convocou apenas Antônio Peduti. 3. Não obstante o cancelamento da autorização que tinha Antônio Peduti para vender o terreno loteado de Vicente Comodo, compromissos de venda ele assinou, tendo sido averbados à margem da inscrição do loteamento os respectivos contratos. 4. Os compromissários compradores como lhes fosse recusado o recebimento das prestações, que desejavam pagar, ajuizaram ação consignatória de pagamento. 5. Tendo falecido Vicente Comodo sua filha Anita Moraes Comodo, contestou os pedidos formulados na consignatória, alegando a invalidade das promessas de venda avençadas quando a autorização dada a Peduti já era objeto de ação revocatória. 6. Os pagamentos consignados foram acolhidos, uma vez que deviam prevalecer as promessas de venda registradas enquanto não fossem invalidadas em ação própria. 7. A apelação da ré foi negado provimento, surgindo, então, a interposição de recurso extraordinário arrimado no art. 101, III letras "a" e "d" da Constituição Federal, 8. Alega a recorrente que por não haver acolhido a sua defesa referente a invalidade das vendas realizadas mediante autorização dada por instrumento particular quando os contratos eram superiores à taxa legal, a decisão recorrida teria ofendido os artigos 316, 11 do C. Processo Civil 134 11 e 1289 do C. Civil. 9. No tocante a tese da inadmissibilidade da amplitude da defesa nas ações de consignação e à prevalência dos compromissos inscritos, enquanto não cancelados mediante ação própria, teria havido dissídio jurisprudencial. 10. A impugnação ao recurso está a fls. 109. 11. A decisão recorrida, a toda evidência, não violou os textos legais apontados pela recorrente e, também não entrou em dissídio jurisprudencial com os acórdãos que foram indicados. Foi admitida a ampla defesa na ação de consignação proposta contra o espólio de Vicente Comodo. Considerou-se todavia, que não havia prova convincente da invalidade das vendas. Para essa invalidade seria imprescindível a demonstração que o comprador sabia por ocasião do negócio realizado, que a autorização com que se apresentava o vendedor estava sendo judicialmente rescindida. 12. Denego seguimento ao recurso. São Paulo 14 de Abril de 1961 (a) J. de Sylos Cintra - Vice-Presidente do Tribunal, no exercício da Presidência". Advs.:Drs.: Gaspar E. Passos Angelo de Vita.

D. J. 2514161.

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

O doutor Raul da Rocha Medeiros Júnior, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14 do Decreto n. 4.786, de 3 de dezembro de 1930, tendo em vista as observações feitas durante as visitas em correição procedidas nos cartórios de Registro de Imóveis desta comarca, a necessidade de corrigir erros e a conveniência de

padronizar, quanto possível, os serviços de cartórios do mesmo gênero resolve baixar, em complementação às observações e instruções deixadas em cada termo de visita, o presente provimento, com instruções gerais a serem observadas pelos Oficiais dos Registros de Imóveis desta comarca.

1.º) - Todos os cartórios devem ser instalados em cômodos suficientemente amplos, bem iluminados e arejados, que ofereçam aos funcionários e às partes perfeitas condições de higiene salubridade, comodidade e segurança. Por igual, os seus arquivos hão de ser bem resguardados. (Dec. n. 4.786, de 3-12-1930, art. 11, ns. V e VI). Os serventuários que receberam observações sobre este item, nos seus termos de visita, devem providenciar suas mudanças até o dia 31 de janeiro de 1962, impreterivelmente.

2.º) - Nenhum serventuário escrevente ou oficial maior pode entrar no exercício de suas funções sem haver assinado o compromisso legal. (Lei n. 819, de 31-10-1950, arts. 41 e 42; Decreto n. 123, de 10-11-1892, art. 100. Decreto n. 12.273, de 28-10-1941 arts. 30 e 32, comb. c/ o art. 1.º, § único; Decreto n. 26.544, de 5-10-1956, arts. 200 e 202, comb. c/ o art. 1.º, § único; Portaria 6-A de 30-6-1949, da Corregedoria Geral da Justiça).

3.º) - Nenhum escrevente ou serventuário pode deixar o cargo sem obter férias, licença ou exoneração, concedida pela autoridade competente, sob pena de demissão por abandono e incidência no crime definido pelo art. 323 do Código Penal.

4.º) - A admissão de auxiliares e praticantes deve obedecer as normas do art. 21 do Decreto n. 5.129, de 23 de julho de 1931, e do Provimento n. 18,53 da Corregedoria Geral da Justiça. Dentro do prazo de três meses, a contar da data deste provimento, todos os serventuários devem comprovar perante este Juízo o cumprimento desse preceito.

5.º) - Todos os serventuários são obrigados a possuir e a trazer atualizada a sua coleção de leis, regulamentos regimentos, instruções e ordens de serviços atinentes às funções de seus cargos (Decr. n. 26.544, de 5-10-1956 art. 597, n. XII). Entre as mencionadas instruções, incluem-se as decisões de dúvidas, que têm efeito normativo.

6.º) - Os livros e papéis findos ou em andamento hão de ser bem conservados, encadernados, classificados e catalogados. Dec. 4.786, de 3-12-30 art. 11, ns. II e III) A rencadernação há de ser feita em cartório mesmo, de onde os livros não devem sair.

7.º) - Na escrituração há que se evitar as emendas, rasuras, borrões e entrelinhas. Quando ocorram, devem ser ressalvadas. Não se admitem espaços em branco intercalados, senão os que devem ser deixados entre um e outro assento. (Cód. Proc. Civ., art. 15 Lei de Registros Públicos, art. 45).

8.º) - De todos os papéis entrados em cartório, darão os oficiais recibo aos apresentantes, pelos quais se comprove a data do recebimento, ainda que a apresentação tenha sido apenas para exame e cálculo de emolumentos. Com o recibo a parte poderá exigir a devolução do documento ou reclamar contra a eventual morosidade de seu andamento. Por outro lado, os próprios cartórios ficarão livres da importunação daqueles que tendo deixado seus títulos em mãos de interpostas pessoas, vão procurá-los no cartórios, obrigando seus funcionários a demoradas e improfícuas buscas. Esta recomendação encontra apoio legal no art. 14 da Lei de Registros Públicos, onde diz que "os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar as partes a procedência da apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre o número de ordem geral". Como nos cartórios de grande movimento é impraticável a prenotação imediata dos títulos apresentados, tanto mais em comarca como esta em que a competência para o registro se divide entre dezesseis cartórios, cumpre adotar o mencionado recibo ou "talão de exame" que eventualmente servirá de prova de precedência da apresentação. Se até quanto aos pedidos de certidão, a lei assegura aos interessados a possibilidade de reclamar contra a demora de sua expedição (art. 24), quanto mais não se há de assegurá-los quanto à pronta efetuação dos registros, que são atos de mais relevantes consequências!

9.º) - No arquivo, os cartórios se absterão de reter quaisquer papéis, desde que o arquivamento

não seja expressamente determinado por lei. Observe-se neste particular a decisão proferida no processo de dúvida n. 430-61, publicada no Diário Oficial de 13 deste mês e ano.

10.º) - A prática de compor o extrato do título, antes de efetuar o seu registro, adotada pela maior parte dos cartórios ainda que não seja obrigatória é muito louvável, pois que dá certa segurança ao serviço. No extrato se registram todas as buscas efetuadas para a execução do registro, como se anotam todas as referências aos registros, averbações e indicações concernentes ao título extratado. Recomenda-se que se faça extrato pelo menos dos títulos que forem prenotados e devolvidos às partes para a satisfação de exigências, ou encaminhados a juízo para solução de dúvida. Junto ao extrato ficará cópia da exigência feita ou da dúvida suscitada. Em qualquer margem do título, far-se-á referência à sua apresentação em cartório, por onde, na sua volta, o oficial localize o extrato e verifique se a exigência foi satisfeita.

11.º) - Quanto à escrituração de cada um dos livros em particular, cumpre observar na do Protocolo, o seguinte:

a) O provimento 1/50 da Corregedoria Geral da Justiça, na parte em que diz: "a escrituração do Protocolo consoante determina a lei dos registros públicos, é privativa do Oficial, e somente em seus impedimentos legais poderá ser feita pelo seu substituto ou Oficial Maior. De há muito vem esta Corregedoria recomendando a observância desse preceito legal, sendo visceralmente errada a prática em uso, consistente em ser o Protocolo escriturado, concomitantemente pelo Oficial e pelo Oficial Maior ou somente por este, sem que se verifique impedimento ou afastamento do Oficial".

b) Não se admitem aspas nem abreviaturas nos nomes dos apresentastes. Quando muito, se dispensa a repetição da data - mês e dia - uma vez lançada na primeira prenotação do dia e no termo de encerramento diário.

c) Na coluna referente à qualidade do título há que se mencionar se o documento é público ou particular, obedecendo-se a nomenclatura do art. 237. Sendo público, o oficial mencionará a sua espécie: escritura, formal, carta de sentença, etc.

d) Como apresentante não figurará o mero portador do título, mas sim a parte a quem o título pertencer - outorgante - ou outorgado, etc.

e) A qualidade do lançamento será uma das três: inscrição, transcrição ou averbação. No caso de transmissão e hipoteca simultânea, sob a mesma prenotação far-se-ão os dois lançamentos: transcr. e insc.

f) Efetuado o registro, mencionar-se-á, na coluna das anotações, o número com que foi lançado, o livro e folha do lançamento, seguindo-se a data abreviada e a rubrica do oficial. O Regulamento dos Registros Públicos é sistemático; por isso, deve-se procurar na parte referente ao Registro de Títulos e Documentos aquelas regras necessárias de escrituração, que foram omitidas na parte do Registro de Imóveis. Observe-se, pois, o preceituado no art. 157. Entretanto a exigência da data, linha por linha anotação por anotação, pode ser dispensada desde que, no termo de encerramento diários, se declare que foram registrados no mesmo dia os títulos protocolados sob números tais e tais.

g) O encerramento diário do Protocolo deve ser feito por termo e não por certidão. "Termos de encerramento diário do protocolo" são expressões usadas pela lei, nomeada mente nos arts. 163, 215 § 2.º e 224. Encerramento, como foram encontrados com estes dizeres. "Certifico as prenotações ns. tal, a tal, Dou Fé. (Data e assinatura) " - são absolutamente inexpressivas e não satisfazem à exigência legal. A lei não estipula uma fórmula, por assim dizer, sacramental. Nesse caso, deve ser observada a regra geral do art. 15 do Cód. Proc. Civil - "Quando a lei não prescrever forma determinada, os termos e atos processuais conterão somente o indispensável à realização de sua finalidade, não sendo admissíveis espaços em branco nem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas. Não se usarão abreviaturas e serão escritos por extenso os números e as datas". Pode-se pois, adotar a fórmula seguinte, como termo de encerramento: "Aos ... de... de mil novecentos e sessenta e um, à hora regulamentar, encerrei o expediente,

havendo registrado... (mencionar o número) títulos prenotados de número tal a tal. (Assinatura) ".

h) Havendo adiamento de algum registro, para preenchimento de exigência fiscal, por dúvida ou outro qualquer motivo, deixam-se algumas linhas em branco, na coluna das anotações ao lado da prenotação, e declara-se no termo de encerramento diário do Protocolo mais o seguinte: "Adiei o registro do título prenotado sob n.... por (declarar o motivo). Devolvi-o ao apresentante e concedi-lhe o prazo de... dias para o suprimento da falta. Deixei... linhas em branco, na coluna das anotações, para ulterior lançamento". Ou, ainda: Adiei o registro do título prenotado sob n.º. . . . por ... Suscitei dúvida, que encaminhei ao juízo, após haver intimado o apresentante, na pessoa do portador".

i) Decorrido o prazo concedido ao apresentante para o suprimento da exigência legal, sem que dentro dele, o título seja representado, a prenotação será cancelada. No cancelamento declarar será esse. motivo.

j) Todavia, se houver sido suscitada dúvida, a prenotação não se cancela enquanto o oficial não receber comunicação de sua decisão pelo juiz. Se a decisão for proferida após o prazo de trinta dias, ao receber sua comunicação, oficial cancela a primitiva prenotação e, sendo caso, abre outra.

k) Enquanto a prenotação estiver em aberto, todas as certidões que digam respeito ao imóvel a que ela se refere, devem mencioná-la. Para isso, é preciso que seja anotada no Indicador Real ou Pessoal.

l) V vedado mencionar fatos estranhos aos objetivos do registro, em qualquer de seus livros, nomeadamente no Protocolo, como, por exemplo, homenagens a pessoas vivas ou falecidas, por mais respeitáveis que tenham sido.

m) O encerramento do Protocolo há que fazer-se diariamente todos os dias úteis, ainda que não tenha havido prenotação alguma. O oficial deve coleccionar os decretos de Pontos facultativos e feriados esporádicos, podendo mesmo mencioná-los no termo de encerramento do dia útil subsequente.

n) Os números de ordem dos lançamentos no protocolo há de ser seguidos, um para cada título e objeto. As exceções vêm mencionadas na lei: 1) "na permuta haverá duas transcrições com referências recíprocas e números de ordem seguidos no protocolo ... (art. 203) ; II) "havendo transmissão e hipoteca, simultâneas, de um imóvel, com o mesmo número de ordem, se fará duplo registro com referências recíprocas" (art. 204) ; III) se os títulos se referirem ao mesmo objeto, terão o mesmo número de ordem, seguido de letras (art. 202). Exemplo: escrituras que se completam, como a originária e a de retificação e ratificação apresentadas concomitantemente; IV) um mesmo instrumento pode conter vários contratos, como a compra e venda de vários imóveis ou várias compras e vendas de imóveis. Ou, pode conter uma compra e venda, com anuência do anterior compromissário comprador, e promessa de venda subsequente a este mesmo anuência como sucede com frequência nos negócios dos Institutos de Previdência. Nesse caso, o mesmo instrumento dá entrada no Protocolo duas ou três vezes, uma para averbação da cessão (se não se trata de mera indicação), outra para a transcrição e a terceira para a inscrição do novo compromisso, sob número de ordem diferentes.

12.º) - As condições dos contratos não de ser registradas na coluna própria, com detalhes, não obstante se trate de registro por extrato, sendo inaceitável a prática de mencionar-se simplesmente. "As do contrato". O registro há de ser completo, o que não significa que seja integral. Para o registro integral há o Livro Auxiliar. Mas, quem o consultar precisa ter idéia segura e completa do direito do adquirente ou do credor, consignado no registro.

13.º) - As remissões de uns a outros lançamentos do mesmo cartório são atos obrigatórios, exigidos por lei para maior segurança e facilidade das informações e certidões que o oficial está obrigado a fornecer. Mas não dão direito a custas. A renda do cartório será auferida apenas das

transcrições, inscrições, averbações, prenotações em casos de adiamento do registro, intimações, certidões e informações verbais que exigirem buscas.

14.º) - A subscrição dos registros pelo oficial será feita na linha imediata à última escriturada da coluna mais avançada (art. 225). Recomenda-se o fechamento de todas as colunas por um traço em seguida ao ponto.

15.º) - Na escrituração por extrato - livros 2, 3, 4 e 5 - cada requisito deve ser lançado na sua própria coluna, não se permitindo o aproveitamento de espaços em branco de outras colunas senão na transposição da página como preceitua o art. 184, alínea "d": "Se todos, ou alguns dos requisitos, tiverem de ocupar mais de uma página serão transportados para a seguinte: quando, porém, somente um dos requisitos da inscrição tiver de continuar no verso da folha seguinte, prosseguirá o respectivo lançamento, ocupando toda a largura disponível da mesma folha, até se completar, deixando-se, em todo o caso, livre a coluna destinada às averbações".

16.º) - Não se admitem remissões a lápis. Toda a escrituração há de ser feita com tinta escura e indelével. (Observe-se, a propósito, o Provimento 15-60 da Corregedoria Geral da Justiça).

17.º) - A escrituração dos livros não deve fazer por certidão. Trata-se de registrar, tão só, os títulos ou documentos apresentados, e que se comportarem nas atribuições do cartório.

18.º) - Quanto ao "Livro Auxiliar" sua transformação em livro de registro de documentos constitui falta grave, reveladora de ignorância do ofício. Como o seu próprio nome indica, esse livro é auxiliar dos demais livros do cartório (2, 3, 4, 5 e 8). Nele só poderão ser registrados, verbo adverbium, os títulos registrados por extrato nos outros livros, pois não é um livro autônomo, mas auxiliar. O que não puder ser registrado por extrato nos demais livros, não poderá, consequentemente, ser registrado verbo adverbium no Livro Auxiliar. Daí dizerem, o art. 213, "sem prejuízo daquelas" e o art. 197, "independentemente do que couber em outros livros". Assim, se a escritura, cujo registro integral foi solicitado, não se referir a nenhum ato cujo registro por entretanto caiba em outros livros, quer por não ser objeto pertinente ao Registro de Imóveis (como a venda de um caminhão, a transferência de uma posse, etc.), quer por faltar ao título requisito essencial ao registro por extrato (como a individualização do imóvel, a qualificação do outorgante, ausência de outorga uxória ou do seu suprimento, etc.), também o registro integral desse título não poderá ser feito. Tanto é certo, que a lei exige a referência do registro integral ao registro por extrato e vice-versa (arts. 197 e 213).

19.º) - Os pactos antenupciais serão registrados nos cartórios dos domicílios conjugais. Use registro só se efetuará após a realização do casamento, comprovada pela respectiva certidão. E depende de requerimento escrito, uma vez que será nesse requerimento que as partes indicarão o domicílio do casal e as transcrições ou inscrições a cujas margens devem ser averbadas.

20.º) - Quanto à inscrição de bem de família, observe-se o seguinte: a) apresentada, será a escritura prenotada e autuada; b) no termo de encerramento diário do protocolo, mencionar-se-á o número de linhas deixadas em branco, ao lado da prenotação, para a ulterior anotação do registro; c) no processo, expedir-se-á edital, com observância do preceituado no art. 649 do Código do Processo Civil, ficando cópia nos autos; d) sendo de trinta dias o prazo do edital, é óbvio que a vigência da prenotação será maior que esse prazo. O preceituado no artigo 231 da L.R.P. quanto à nova prenotação, não terá lugar se não for impugnado o registro; e) nos autos, certificará o oficial a data da expedição e da publicação do edital, o transcurso do seu prazo; a ocorrência ou não de reclamação; f) anexará aos autos a folha do jornal que houver publicado o edital; g) decorrido o prazo sem reclamação, efetuará o registro, anotar no protocolo, certificará no processo que o registro foi feito e devolverá ao apresentante a escritura, com as devidas anotações; h) ocorrendo reclamação, anexá-la-á ao processo e devolverá o título ao apresentante com uma cópia da reclamação; fará a devida anotação da ocorrência no protocolo; e arquivará o processo; i) a inscrição do bem de família faz-se no livro 4, como manda o art. 277 do Regulamento de Registros Públicos e, em seguida, será a mesma escritura transcrita verbo do verbum no "Livro Auxiliar" em obediência ao art. 650 do C.P.C. combinado com a alínea do art.

197 daquele Regulamento, onde diz que o registro no Livro Auxiliar "só se fará em casos expressos em lei, ou a requerimento da parte, etc."

21.º) - Quanto ao processo de inscrição de loteamento a escrituração do Livro 8, cumpre observar o seguinte: a) processo obedecerá às formalidades do processo judicial, com autuação, prenotação no protocolo, termos e certidões de andamento, numeração e rubrica de suas folhas, como determina o art. 2.º do Decreto n. 3.079, de 15-9-38; b) as notificações dos prestamistas em atraso devem ser autuadas em apartado; c) as inscrições, entre outros requisitos, mencionarão as datas dos respectivos memoriais, que são justamente os títulos que se inscrevem. A menção dessa data é requisito essencial, pois que a escrituração do Livro 8 é idêntica à do Livro Auxiliar. Observe-se, pois, o preceituado no art. 198; d) as vendas a vista, de imóveis loteados, não estão sujeitas a averbação. As averbações que a lei determina são dos contratos de compromisso, de financiamento, suas transferências e rescisões - (Dec. Lei n. 58, art. 4.º, b) - Entretanto, como essa transcrição importa em desmembramento do imóvel originário, como desmembramento averbar-se-á no Livro 8, e anotar-se-á no respectivo índice, em observância ao preceituado no art. 285; e) transcrito o contrato definitivo de compra e venda de terreno loteado, cancela-se a averbação do contrato de compromisso (dec. Lei n. 58, art. 7.º, item c). Tal cancelamento é obrigatório; f) os nomes dos compromissários compradores de terrenos loteados também estão sujeitos a lançamento no Livro 7; para cada loteamento, organizarão os cartórios um esquema de quadros e lotes, à guisa de indicador real, onde anotem os números das averbações de compromissos, cessões e transmissões definitivas e quaisquer outras averbações referentes a cada lote.

22.º) - Os indicadores real e pessoal são livros obrigatórios, que não podem ser substituídos por fichários. Os fichários, entretanto, são realmente úteis e facilitam e abreviam sobremaneira as buscas, desde que convenientemente escriturados e manejados,

23.º) - Na escrituração do Indicador Real foram encontrados inúmeros erros. Para que se atenda à intenção da lei e se obtenha desse livro o máximo de utilidade a que é destinado a dar, é preciso que se observe o seguinte: O Indicador Real, como diz o art. 188, será o repertório de todos os imóveis. Dividido em partes, tantas quantas forem as divisões administrativas da circunscrição, - subdistrito, distritos, municípios - reservar-se-á um espaço (um sexto da página) para cada imóvel. Pelo desmembramento, têm nascimento outros imóveis, que, no livro, irão ocupar outros espaços, sob números diversos. Sob o número primitivo permanece apenas o remanescente do imóvel que sofreu o desmembramento. Sendo transmitido esse remanescente, lança-se o nome do novo proprietário na primeira ilha inteiramente em branco, abaixo do primeiro ou anterior proprietário. O desmembramento, pelo contrário, é consignado na coluna das anotações, pela remissão ao número de ordem que tomar o imóvel desmembrado. Se o remanescente, ou mesmo o imóvel originário, é aglutinado a outro do mesmo dono e transferido conjuntamente a novo adquirente, surge um imóvel novo, com outras características, que será lançado sob novo número de ordem no indicador Real, fazendo-se as devidas remissões aos números precedentes e cessando, daí para a frente, a escrituração referente aos dois imóveis anteriores, que deixaram de existir.

24.º) - O Indicador Real sem o índice determinado pelo art. 189 é, a bem dizer, inútil. O mencionado índice é obrigatório. Os cartórios que ainda não o possuem devem fazê-lo e completá-lo até a correção do início do próximo ano. Para esse índice, o melhor método, por ser o mais simples, mais econômico, quer na sua feitura, quer na sua guarda, quer na quantidade de material que exige, e o mais eficaz porque apresenta todos os imóveis da circunscrição numa posição esquemática, é o de folhas destacáveis reunidas em pastas grampeadas ou parafusadas. Para cada rua destina-se uma folha ou mais, com tantas linhas numeradas quantos forem os metros lineares de seu comprimento. Sendo métrica a numeração adotada na cidade, o imóvel será procurado na linha correspondente ao seu número; se tratar de terreno, a indicação será colocada em qualquer dos números correspondentes ao seu afastamento do ponto inicial da rua, o que será fácil de verificar, através dos; mapas com indicação de escala; se o prédio mudar de numeração, ou, na reconstrução, receber duas numerações, é só acrescentar mais uma indicação na linha correspondente. A indicação será apenas para o número de ordem do Indicador Real. As ruas designadas por números ou letras serão melhor determinadas pela menção daquelas outras de onde partem ou pela adjunção do nome do loteamento a que pertençam. Quando a rua mudar de denominação, é só mencionar o fato no alto da página,

indicando também o decreto que determinou a mudança. No índice geral das ruas, entretanto, figurarão os nomes todos, com remissão dos mais antigos ao atual. Quanto aos imóveis rurais, serão agrupados por bairros com seus respectivos nomes, ou, não tendo nomes, pelos de seus proprietários, da melhor forma que sugerir a inteligência e imaginação de cada serventuário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo. 19 de maio de 1961.

Raul da Rocha Medeiros Júnior.

D. J. 24/5/61.

Jurisprudência

O juiz da 2.ª Vara da Fazenda Estadual, Sr. Francisco Negrisoló, acaba de proferir decisão que se reveste do maior interesse para a classe dos serventuários da Justiça. Refere-se a sentença a mandado de segurança impetrado por da. Ivone Aparecida Mungali Catelli contra ato do presidente do Instituto de Previdência. Alegou ela que foi casada com o Sr. Mario Catelli, escrevente do Cartório do Registro Civil do Subdistrito do Ipiranga e oficial maior desde 13 de maio de 1935 até 14 de dezembro de 1959, quando faleceu, após 33 anos de efetivo exercício. Era o escrivão contribuinte da Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça a sua criação. Pleiteou, por isso, a viúva, junto ao Instituto, lhe fossem pagos os benefícios previstos no art. 4.º, da lei 5.301, mas não obteve deferimento.

O juiz Francisco Negrisoló, na sentença que proferiu, salientou que o Instituto se recusou a pagar o benefício porque o falecimento do marido da impetrante ocorrera antes da aposentadoria. Entendeu o Instituto que, embora o servidor tivesse prestado mais de 30 anos de serviços, como não requererá a aposentadoria, não fazia jus ao recebimento de proventos da Carteira de Aposentadoria.

O juiz, todavia, salientou que a tramitação do projeto de lei n.º 346, de 1960, favorece a pretensão da impetrante. "Com efeito - acentuou - o projeto de lei em questão, que modifica o art. 4.º, da lei 5.301, visou exatamente corrigir uma injustiça contida na lei. O projeto parte, todavia, da suposição de que o direito, apesar da imperfeição da lei, jamais poderá ser negado ao funcionário que ao falecer já contava mais de trinta anos de serviço, porque o seu direito está implícito na faculdade que tinha de requerer a aposentadoria ainda em vida.

"A lei 5.301 - é uma lei de caráter previdenciário e não comporta interpretação restrita, como se pretende. Antes, deve ela ser interpretada com sentido de humanidade, mormente em se tratando, como no caso, de pensão requerida por uma viúva. Se ao julgador dá à lei o direito de decidir por equidade, com maior razão a equidade deve ser aplicada pelos administradores, notadamente em casos como o que aqui estamos examinando. Equidade quer dizer igualdade. Assim, uma vez que o servidor já contava mais de 30 anos e estava em dia com as suas contribuições, não vejo como negar à viúva do direito à pensão, pois que a sua aposentadoria não se verificou por um desses acidentes naturais, no caso a morte do escrevente, pois que já há três anos fazia ele jus a esse merecido descanso. Não importa alegar que a Carteira é de aposentadoria. Não é ela só de aposentadoria, pois que concede pensão às viúvas dos serventuários já aposentados".

Pondera o juiz que, ao aceitar a contribuição do serventuário, a Administração obrigou-se por um verdadeiro contrato de adesão e, estabelecido o direito à aposentadoria, negar não se pode o direito à pensão aos seus sucessores, sob pena de uma interpretação imperfeita da lei. "E o juiz, na aplicação da lei, deve ter em vista os fins sociais a que ela se dirige e as exigências do bem comum, consoante, aliás, determina o ar. 5.º da Lei de Introdução ao Código Civil." Por esses motivos, o magistrado concedeu a segurança.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

(Transcrito da "Folha de S. Paulo").

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA
SEBASTIÃO MEDEIROS
ALCIDES DE MELO VALE

Presidente
Tesoureiro
Secretário

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
JOSÉ ODILON DE ARAUJO
CASSIO DIAS DE TOLEDO
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO

Presidente

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -
ELVINO SILVA -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
ABEL DE REZENDE VILARES -
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -

Ribeirão Preto
Campinas
Santos
Capital
S. José do Rio Preto
Capital
Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMISSÃO DE REDAÇÃO:
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ABNER RIBEIRO BORGES
AVISO IMPORTANTE
LEIS E DECRETOS
DECRETO N. 38.193, DE 13 DE MARÇO DE 1961
LEI N.º 6.057, DE 24 DE MARÇO DE 1961
PROVIMENTOS

1
2
3
3
3
4
4
6
7

COREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	7
INTIMAÇÃO DE DESPACHOS	9
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS	10
JURISPRUDÊNCIA	15
DIRETORIA	16
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16
ÍNDICE	17

Nº 070 - Publicação: 01/08/1961

Leis e Decretos

LEI FEDERAL

LEI N.º 3.942 - DE 21 DE AGOSTO DE 1961

Facilita as hipotecas até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 8.º do Decreto n.º 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei da Usura), o seguinte:

Parágrafo único. Quando se tratar de empréstimo até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e com garantia hipotecária, as multas ou cláusulas penais convencionadas reputam-se estabelecidas para atender, apenas, a honorários de advogados, sendo as despesas judiciais pagas de acordo com a conta feita nos autos da ação judicial para cobrança da respectiva obrigação.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de agosto de 1961; 140.º da Independência e 73.º da República.

D. União 22/8/61

LEIS ESTADUAIS

LEI N. 6.300, DE 14 DE SETEMBRO DE 1961

Isenta do imposto do selo os atos e papéis relativos à obtenção do salário-família.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Ficam isentos do imposto do selo os atos e papéis relativos a obtenção do salário-família.

Artigo 2.º - Vetado.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de setembro de 1961.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Gastão Eduardo Bueno Vidigal

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de setembro de 1961.

Luiz Gianezezza Netto
Diretor Geral, Substituto

LEI N. 6.301, DE 14 DE SETEMBRO DE 1961

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos servidores do Estado, inclusive de seus serviços industriais, autarquias e autonomias administrativas (... vetado ...), contar-se-á, para efeito de aposentadoria, o tempo do serviço público prestado.

Artigo 2.º - Para o fim do disposto no artigo anterior, considerar-se-á o tempo de serviço federal, estadual ou municipal, inclusive nas respectivas autarquias, autonomias administrativas e serviços industriais, e ainda o prestado às sociedades de economia mista.

Artigo 3.º - Vetado.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de setembro de 1961.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Antônio Queiroz Filho

Gastão Eduardo Bueno Vidigal

José Bonifácio Coutinho Nogueira

Francisco de Paula Machado de Campos

Luciano Vasconcellos de Carvalho

Virgílio Lopes da Silva

Márcio Ribeiro Pôrto

Paulo Marzagão

Fauze Carlos

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de setembro de 1961.

Luiz Gianezezza Netto
Diretor Geral, Substituto
D. O. 16/9/61

LEI N. 6.290, DE 13 DE SETEMBRO DE 1961

Dispõe sobre reajustamento de proventos de servidores da justiça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os serventuários, escreventes, fiéis e auxiliares de cartório não oficializados, já aposentados, terão os seus proventos reajustados nas mesmas bases dos que estão na atividade quando, em virtude de elevação de entrância da comarca ou de passagem do distrito à categoria de sede de município, o cartório no qual se aposentaram subir de classe.

Artigo 2.º - A despesa com a execução desta lei correrá à conta das contribuições e da taxa de aposentadoria devidas à Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, criada junto ao Instituto de Previdência.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de setembro de 1961.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Antonio Queiroz Filho

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de Setembro de 1961.

Luiz Giancesella Netto

Diretor Geral, Substituto

D. O. 15/9/61

LEI N. 6.533, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1961

Dispõe sobre modificação das Leis ns. 465 de 28 de setembro de 1949 e 5.301, de 14 de abril de 1959, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 12 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pela Lei n. 5.301, de 14 de abril de 1959, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 12 - Os fundos necessários à concessão de aposentadoria serão formados:

- a) - com a contribuição mensal e obrigatória de 6% (seis por cento) pagos pelos serventuários, escreventes, oficiais de justiça e demais auxiliares de justiça, em relação aos proventos que lhes competem para a aposentadoria de acordo com a remuneração-base estabelecida no artigo 22, alterado pelo artigo 1.º da Lei n. 507, de 17 de novembro de 1949;
- b) - com a arrecadação em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores de Justiça" que passa a ser devida nas escrituras públicas e mandatos em "causa própria", na seguinte conformidade:

	Cr\$	
I - sem valor declarado e de valor até Cr\$ 5.000,00 inclusive.....	50,00	
II - de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 20.000,00 inclusive	100,00	III - de
Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 50.000,00 "	120,00	IV - de
Cr\$ 50.000,00 até Cr\$ 100.000,00 "	130,00	V - de
Cr\$ 100.000,00 até Cr\$ 200.000,00 "	140,00	VI - de
Cr\$ 200.000,00 até Cr\$ 300.000,00 "	150,00	VII - de
Cr\$ 300.000,00 até Cr\$ 500.000,00 "	200,00	VIII - de
Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00 "	300,00	IX - de valor
superior a Cr\$ 1.000.000,00	500,00	

c) - com a arrecadação de Cr\$ 15,00 em estampilhas da "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça" que passa a ser devida nas certidões e públicas formas extraídas pelos serventuários de Justiça, dos livros, autos e demais papéis, inclusive as de Registro Civil;

d) - com a arrecadação, com o mínimo de Cr\$ 1,00 em estampilhas de "Taxa de Aposentadoria de Servidores da Justiça, como adicional à razão de dez por cento (10%) sobre os emolumentos dos serventuários e auxiliares de Justiça, em cada firma reconhecida, registro, certidão de Registro Civil e em todos os feitos e outros atos praticados por servidores beneficiados pela aposentadoria constante desta lei.

Parágrafo único.

- A receita da taxa criada neste artigo será escriturada pela Secretaria da Fazenda, em título especial".

Artigo 2.º - O artigo 22 da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º da Lei n. 507, de 17 de novembro de 1949 e pelo artigo 1.º da Lei n. 5.301, de 14 de abril de 1959,

passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 22 - Para efeito de pagamento dos proventos de aposentadoria e do recolhimento de contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e às estações arrecadadoras da percentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12, ficam arbitradas como remunerações-bases as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categoria dos servidores:

A - Primeira Classe (Comarca de 4.^a Entrância)

I - Registro de Imóveis, do Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e Protestos, Escrivânias do Cível, da Família e das Sucessões, das Fazendas Públicas, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores, Porteiros dos Auditórios e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e sub-distritos de municípios que sejam sede de comarcas:

Cr\$		
Serventuários.....	40.000,00	
Oficiais Maiores.....	30.000,00	
Escreventes.....	20.000,00	
Fiéis e Auxiliares.....		
13.000,00		Porteiro dos Auditórios.....
25.000,00		Ajudante de Porteiro dos
Auditórios	15.000,00	Auxiliares de
Porteiro dos Auditórios	10.000,00	

II - Registros das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de Comarcas:

Cr\$		
Serventuários.....	30.000,00	
Oficiais Menores	20.000,00	
Escreventes	15.000,00	
Fiéis e Auxiliares	10.000,00	

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$		
Serventuários	20.000,00	
Oficiais Maiores	15.000,00	
Escreventes	12.000,00	
Fiéis e Auxiliares	10.000,00	

B - Segunda Classe (Comarcas de 3.^a Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e sub-distritos de municípios que sejam sede de comarca:

Cr\$		
Serventuários	30.000,00	
Oficiais Maiores	20.000,00	
Escreventes	15.000,00	
Fiéis e Auxiliares	10.000,00	

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

Cr\$		
Serventuários	20.000,00	
Oficiais Maiores	15.000,00	
Escreventes	10.000,00	
Fiéis e Auxiliares	8.000,00	

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$		
Serventuários	15.000,00	
Oficiais Maiores	10.000,00	
Escreventes	8.000,00	
Fiéis e Auxiliares	6.000,00	

C - Terceira Classe (Comarca de 2.^a Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e sub-distritos de municípios que sejam sede de comarca:

Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Serventuários	Cr\$ 25.000,00	
Oficiais Maiores	15.000,00	
Escreventes		12.000,00
Fiéis e Auxiliares		

8.000,00

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios, que não sejam sede de comarca:

Serventuários	Cr\$ 18.000,00	
Oficiais Maiores	12.000,00	
Escreventes		
Fiéis e Auxiliares		

10.000,00

7.000,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

Serventuários	Cr\$ 13.000,00	
Escreventes ou Oficiais Maiores		10.000,00
Fiéis e Auxiliares		

6.000,00

D - Quarta Classe (Comarcas de 1.ª Entrância)

I - Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e sub-distritos de municípios que sejam sede de comarca:

Serventuários	Cr\$ 20.000,00	
Oficiais Maiores	13.000,00	
Escreventes	10.000,00	
Fiéis e Auxiliares		7.000,00

II - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

Serventuários	Cr\$ 15.000,00	
Oficiais Maiores		10.000,00
Escreventes		
Fiéis e Auxiliares		

8.000,00

6.000,00

III - Registros Cíveis das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

Serventuários	Cr\$ 10.000,00	
Oficial Maior ou Escreventes		7.000,00
Fiéis ou Auxiliares		

5.000,00

Parágrafo único.

- Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta lei serão reajustados os proventos às novas remunerações-bases.

Artigo 3.º - Ocorrendo o falecimento do servidor em exercício, a seu cônjuge, enquanto viúvo, ou na falta deste, aos filhos do casal enquanto menores, será paga uma pensão mensal calculada sobre a remuneração-base correspondente a inscrição do servidor, na proporção de 1/30 (um trinta avos) por ano de contribuição, não podendo essa importância ser superior a remuneração-base e nem inferior a sua metade desprezando-se as frações de um cruzeiro.

Parágrafo Único.

- O direito a pensão do que trata este artigo somente será conferido se falecido o servidor após dois anos da data da efetivação de sua inscrição na Carteira de Aposentadoria dos Servidores de

Justiça.

Artigo 4.º - Os servidores de justiça que ainda não se inscreveram ou esteiam em atraso com a Carteira de Aposentadoria poderão pagar o seu débito em 12 (doze) prestações mensais (... vetado...) multa e juros, desde que o requeiram, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da promulgação desta lei, ao Presidente do Instituto de Previdência do Estado.

Parágrafo único - Não terá direito as vantagens referidas neste artigo o servidor que estiver em atraso com as contribuições há mais de 1 (um) ano.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 30 de novembro de 1961.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Antônio Queiroz Filho

Paulo Marzagão

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de novembro de 1961.

João de Siqueira Campos

Diretor Geral, Substituto

Texto do telegrama enviado ao Presidente da Associação, pelo Chefe da Casa Civil do Sr. Governador do Estado, comunicando a promulgação do Projeto de lei n.º 792/60, que dispõe sobre o aumento dos proventos da aposentadoria.

"Dr. Armando Costa Magalhães

DD. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo.

Satisfação comunicar de ordem senhor Governador vg acaba sua excelência de sancionar lei referente projeto n.º 792/60 vg para cuja aprovação essa entidade muito se empenhou pt congratulando-me com dignos serventuários justa conquista vg envio cordiais saudações

a) AMERICO PORTUGAL GOUVÊA

Chefe da Casa Civil."

Provimentos

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CORREIÇÕES GERAIS ORDINÁRIAS NAS COMARCAS DE SOCORRO, SERRA NEGRA, AMPARO, ITATIBA E SÃO ROQUE.

Provimento referente as Correições Gerais Ordinárias realizadas em maio e junho de 1961, nas comarcas de Socorro, Serra Negra, Amparo, Itatiba e São Roque.

O Desembargador Samuel Francisco Mourão, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo tendo procedido às Correições Gerais supra, nos termos do Decreto 4.786, de 3 de dezembro de 1930, e leis subsequentes, resolveu baixar o presente provimento pela forma seguinte.

Instruções de caráter geral

Nos títulos de nomeação dos funcionários de ofícios da justiça, constará não apenas certidão relativa aos compromissos, sendo necessário certificar as datas de início do exercício dos cargos. No caso dos escreventes, será certificada, ainda e antes de tudo, a homologação do ato de nomeação pela Corregedoria Geral da Justiça.

O Juiz de Casamentos, diversamente do que ocorre com a maioria de nomeados, deverá prestar compromisso no prazo de quinze (15) dias após a publicação do ato de nomeação (Decreto Estadual n. 5.338 de 6-1-932 - artigo 8.º).

Na parte reservada ao público, no interior de cada cartório, será afixada ostensiva e permanentemente uma cópia da Tabela de Custas em vigor e relativa aos serviços respectivos.

Todos os livros de uso obrigatório devem ser abertos, rubricados e encerrados pelo Juiz Corregedor Permanente, depois de preparados com o pagamento dos selos devidos. Assim há de ser mesmo no caso de adoção do sistema de livros em folhas soltas. A selagem em questão obedecerá ao disposto na Lei Estadual n. 3.672, de 29-12-56 (Tab. B, n. 17, e artigo 45). Isto é, os selos devidos são de Cr\$ 1,00 por folha de 35 x 25 cms. (ou o dobro se ultrapassadas essas medidas) e mais o adicional mantido pelo artigo 45 da citada Lei 3.672. Quanto aos termos de abertura e encerramento não de ser lavrados na primeira e na última folhas numeradas do livro. A rubrica do juiz será de próprio punho, não sendo admitido o sistema de chancela.

Não vige mais o artigo 75 da Tabela anexa ao Decreto-lei n. 4.655, de 3-9-1942, porque suprimido pela Lei n. 3.519, de 30-12-1958 (V. "Alteração 58.^a "). Desta forma, o único imposto de selo pago em referência à rubrica dos mencionados livros é estadual, não sendo devido mais o federal.

Tais livros devem ser escriturados por funcionários devidamente habilitados e sua escrituração não poderá ser desvalorizada por anotações feitas a lápis.

O livro Diário da Receita e Despesa será escriturado diariamente, como o exige o artigo 23 do Decreto estadual n. 5.129, de 23-6-1931. Far-se-á, nele, o balanço mensal e o anual.

As pessoas que assinam a rogo devem ser qualificadas no termo respectivo, do qual constará, outrossim, que o interessado pediu à mesma, na presença de duas testemunhas, que lançasse por ele a sua assinatura em tais condições.

Cartório do Distribuidor e Anexos

Os selos relativos a Taxa de Aposentadoria serão aplicados quanto as distribuições, das seguintes formas: a) no tocante as distribuições de feitos, os selos serão apostos no livro respectivo, podendo a sua aplicação ser calculada em conjunto e feita na oportunidade da escrituração da derradeira linha de cada página; b) no tocante as distribuições de escrituras, tais selos de aposentadoria serão cotados e aplicados no livro de notas do tabelião respectivo.

(C. I. Taxas - Livro X, artigo 10, parágrafo, e remissão ao artigo 8, parágrafo 3.^o).

Não é mais devido, nas distribuições, o acréscimo do Estado, como se vê da Tabela O do Regimento de Custas atual que não faz referência às custas do Distribuidor.

Deve ser adotado, nos laudos de avaliação, o sistema legal de unidades de medidas. (Decreto-lei n. 592, de 4-8-1938, e seu regulamento - Decreto n. 4.257, de 16-6-1939). Não mais se justifica a menção (em declarações de inventário, laudos de avaliação, autos do partilha), a alqueire, litros, quartas, cumprindo exprimir aquele e as medidas derivadas como múltiplas do metro quadrado (24.200 m², ou 2 ha., 42 a., 00 centiares, representam um alqueire).

Cartório de Notas

Entrelinhas não de ser evitadas na escrituração dos livros desse cartório. Quando não seja possível evitá-las, serão ressalvadas no final do ato, antes da sua subscrição pelo tabelião, devendo ser reproduzidas por inteiro, entre aspas. Qualquer aditamento dos atos notariais (após assinados estes), ainda que para ressalvas não feitas no texto, será subscrito e assinado pela mesma forma que o ato original. Não de ser evitadas, também, emendas e rasuras, cumprindo resolvê-las pela mesma forma. Cumpre evitar, ainda, claros ou espaços em branco em folhas utilizadas desses livros.

Os índices dos livros de notas (Escrituras, Procurações e Registro de Procurações) devem abranger outorgantes e outorgados.

Nas procurações para fins de inventário, desde que o outorgante deva ou pretenda exercer o

cargo de inventariante, devem ser expressos os poderes para prestar compromissos e declarações legais (artigos 108 e 472 do código processual).

Não é permitido que se inicie o registro de uma procuração em determinado livro para que seja concluído em outro (a proibição abrange os atos em geral). O notário precisa ter previsão relativa a extensão do ato, para evitar que se inicie num livro a findar-se e com folhas, páginas ou partes de páginas insuficientes para a sua lavratura ou registro.

O livro de Registro de Procurações tem finalidade específica, come, se vê da sua própria denominação. Nele somente serão registradas procurações lavradas em outros cartórios e para utilização em atos daquele que as registra. Não é permitido o registro, em tal livro, portanto, de alvarás e documentos outros, que não se confundem com procurações.

As cotas marginais dos atos notários devem discriminar as despesas a cargo do interessado (Emolumentos - de acordo com a Tab. J. do Registro, de Custas; "selo de emolumentos", que é renda ou acréscimo do Estado - de acordo com a Tab. O do mesmo Regimento; a "Taxa de Aposentadoria"). Nos casos de escrituras, além dessas discriminações, outras serão feitas (Emolumentos do Distribuidor Tab. B. n. I, do Regimento mencionado; "Taxa de Aposentadoria" respectiva).

Quanto a referida taxa de aposentadoria, há de ser consultada sempre a lei estadual 5.301, de 14-4-959.

Não devem ser cotados os selos relativos a traslados senão nesses e não nos livros de notas.

Fica esclarecido, por derradeiro, neste particular, que não mais se justifica, nas cotas marginais de custas e emolumentos, o adicional de 13,75%, porque se considera incluído nos acréscimos da Tabela O do Regimento de Custas, como se vê do artigo 22 desse.

Quando o tabelião lançar em folhas de livro a declaração "Sem efeito", deve esclarecer, nela, o motivo disso, bem como lhe cumpre datar e assinar dita declaração.

Nas fichas de firmas para reconhecimento notarial, o interessado assinará abaixo do seu nome datilografado ou bem caligrafado duas vezes pelo menos e a sua qualificação precisa ser a mais completa possível. Outrossim, se ele, para dispensa de apresentante, exibir cédula de Identidade ou documento equivalente, serão esclarecidos na ficha respectiva os dados essenciais do título exibido.

(N. do Registro Geral, com especificação do Serviço de Identificação respectivo; n. da inscrição eleitoral, com especificação do Juízo que a houver feito, etc.). No caso de apresentante sempre (conhecido do tabelião e com firma já registrada no cartório), faz-se necessário esclarecer também, os dados qualificativos dele, uma vez que casos de homônimos e de assinaturas assemelhadas tem gerado confusões.

Cartório da Escrivânia Judiciária

A numeração de ordem no livro de Registro de Feitos encerrar-se-á anualmente. Cada número será separado pela barra comum da designação final do ano em curso. No fim de cada ano judiciário será feito o balanço entre os processos registrados e os findos, em ordem a ficar esclarecido o número dos feitos transportados para o ano seguinte.

Os executivos fiscais serão registrados em livro próprio, ainda que o sejam ou tenham sido feitos no livro de Registros de Feitos Geral.

Recomenda-se a abertura do livro Cofre de Órfãos, de acordo com Provimento de junho de 1958 desta Corregedoria Geral.

Há de existir, em cada cartório mais de um livro de Protocolo de Audiências, um para as cíveis, outro para as criminais, um terceiro para as da Justiça do Trabalho.

A margem dos termos de tutelas e curatelas devem ser anotados os processos respectivos.

Receberão o "visto mensal" do M. Juiz corregedor permanente o livro de Comunicações ao Gabinete de Investigações e o de Carga de Mandados a Oficiais de Justiça.

As fianças criminais estão sujeitas ao pagamento (em estampilhas aplicadas nos termos respectivos) do imposto de selo penitenciário (decr. lei federal 1.726, de 1-9-939 artigo 2.º, III) e do imposto do selo estadual (lei 3.672, de 29-12-956 - n. 27, I, da Tab. A). O primeiro imposto é devido porque a fiança é regulada por lei federal e o segundo porque o ato se executa como um dos serviços da justiça estadual.

Na capa dos autos deverão constar o número do livro de Registro de Feitos e o número de ordem do processo registrado, bem como a natureza da infração e o artigo do Código Penal, respectivo (de acordo com a capitulação da denúncia). Serão juntada aos autos os, originais datilografados do traslado dos termos de audiência e não as cópias (carbono) dos mesmos termos (Provimento n. 159). Nos termos de conclusão e de vista, em todos os feitos devem ser esclarecidos, por extenso, os nomes do juiz do órgão do Ministério Público ou do advogado, esclarecendo-se, ainda, quando a este, se o procurador do autor ou do réu.

Os livros da Escrivânia Judiciária obedecerão os modelos do Provimento n. 40/53, seguindo-se a escrituração sugerida por eles.

Recomenda-se abertura, nos cartórios em que faltar, do livro de registros postais afim de ser evitada a prática condenável de serem engrossados os livros de Carga com recibos de correspondência com notificações ou intimações de advogados residentes fora da sede da comarca.

Cartório do Registro Civil

Sendo os livros desse cartório designados por letras, os números de ordem que se seguirem ao primeiro de cada série (A, por exemplo) serão necessariamente colocados depois e não antes da letra correspondente. Todos os termos serão assinados pelo Oficial, que ressaltará entrelinhas, emendas ou quaisquer circunstâncias que possam gerar dúvidas, fazendo-o antes da subscrição e das assinaturas.

Sempre que um ato se relacione com outro registrado no mesmo cartório anteriormente, fará o Oficial a devida anotação no primeiro e, reciprocamente, a desse no anterior. Assim, o casamento será anotada à margem do assento de nascimento do contraente nascido na mesma localidade. Se, porém, o nascimento a considerar ocorreu em outro cartório, fará o Oficial a devida comunicação do casamento ao da localidade onde o contraente houver nascido, para que seja feita lá a anotação respectiva (artigo 114 do decreto 4.857, de 1939). Para as comunicações, o Oficial terá necessariamente um livro de registros postais, no qual ficarão registradas as expedições correspondentes. Hão de ter, outrossim, arquivados em ordem as comunicações recebidas de outros cartórios, para fins de conferência, se necessária. O suprimimento de capacidade núbil, para casamento de menores que não tenham atingido ainda a idade legal, não dispensa consentimento de seus representantes legais, no processo de habilitação, uma vez que são formalidades legais distintas (Código Civil - artigo 183, XII, c/c. o artigo 214) (artigo, 183, XI, c/c. o artigo 185). A menos que tenham sido requeridos, para o mesmo processo de habilitação, tanto o suprimimento de capacidade, como o do consentimento. Ao Oficial solicitado para publicar edital do proclama relativo a casamento que irá realizar-se em outro cartório, não cabe certificar que os pretendentes estão habilitados para casar. Cabe-lhe, apenas, certificar que, durante o prazo do edital, não foi oposto impedimento, não lhe constando algum dos que lhe cumpre declarar de ofício. Se de outro passo, houver qualquer impedimento, certificará-lo-á apenas, também.

Não devem ser omitidas, em termos, assinaturas do Oficial, dos interessados, dos declarantes, de testemunhas. Essas, bem como todas as pessoas que figuram em ditos termos e as que assinam a rogo devem ser qualificadas com os dados completos de sua identidade.

(V. Instruções de Caráter Geral - última alínea).

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS

"Apresentante" (artigo 183 do decreto 4.857, supra) não é o mero portador do título levado a registro. É o adquirente, ou o transmitente, seus sucessores, ou seus representantes, o interessado, em suma, no registro, como o credor hipotecário, etc. (V. decreto federal 370, do 2-5-890 - artigos 63, 211, 244; Código Civil - artigos 838, 839, 857.).

O livro auxiliar do Registro de Imóveis (artigo 182, parágrafo único, fim do mencionado decreto 4.857) há de ser rigorosamente escriturado somente de acordo com os artigos 197 e 198 desse decreto.

Assim como no Indicador Pessoal cada indicação se reserva para "uma só pessoa", variando a escrituração dentro dela apenas em referência aos demais elementos ou requisitos legais, o mesmo se há de observar quanto ao Indicador Real. Isto é, cada indicação desse se reserva para "um só imóvel", variando a escrituração somente nas condições supra. Não importa, ao Indicador Real, que o "proprietário" do imóvel tal (objeto este da indicação) adquira outro imóvel, senão para que "nova indicação" seja considerada (se já feita) ou aberta (em caso contrário).

- Errada, assim, a prática de fazer-se, numa só indicação só indicação real, lançamento de mais de um imóvel na segunda coluna de linhas perpendiculares do livro 6 ("denominação do imóvel". . .), tão só porque o primeiro proprietário, ou qualquer outro que ali figure tenha adquirido novo imóvel. Isto que foi verificado, aliás, importa em desvirtuar o Indicador Real, livro que se deve considerar o cerne do registro imobiliário, "o repertório de todos os imóveis". Será transformá-lo em Indicador Pessoal desordenado.

Existem cartórios que só se utilizam do Indicador Real para referências exclusivas ao livro 3.

- Não é assim. O artigo 188 do decreto 4.857, mencionado, esclarece que, numa das colunas deste livro, serão feitas "referências aos demais livros" (2, 4, e 8), conforme vem impresso nos melhores livros do gênero. Assim, se o proprietário, cujo nome veio esclarecido pela referência ao livro 3 da indicação, hipotecar o imóvel, cumpre ao Oficial consignar, em seguida àquela referência a relativa ao livro 2, seguida do número de ordem da inscrição respectiva. O mesmo há de fazer se dito proprietário prometer vender o imóvel. Inscrevendo-se o título respectivo (livro 4, seguido do número de ordem respectivo) - se inscrever, acaso, loteamento da mesma propriedade...

- Tudo isso convém repetir) será feito dentro da mesma indicação, salvo transporte por esgotado o espaço correspondente a ela. Por tudo se explica a razão pela qual o decreto 4.857 exige que para cada indicação, no livro 6, seja reservado pelo menos um sexto da página e, no livro 7, um oitavo (artigo 188 e 190). Não obstante a clareza dos textos, ainda existem cartórios em que não são observadas essas disposições legais. E é preciso que observem.

Outra recomendação se impõe - As referências aos demais livros devem remontar a aquisição de vinte ou mais anos, seguindo-se a filiação até a última transcrição, em vigor. Uma indicação bem feita fornecerá de imediato elementos para certidão "vintenária" por si só, bastando conferência com os demais livros objeto das referências. Nela devem estar esclarecidos aquisições, outros direitos reais (lei federal 649, de 1949, por exemplo), ônus.

Se o indicador Real, centro do Registro de Imóveis, (como está a revelar a sua objetiva) é reservado à "denominação de Imóveis", ou à "menção de rua e número", conforme seja a propriedade rural ou urbana, é evidente que o sistema legal em que se enquadra não poderá funcionar bem se não for observado o disposto no artigo 189 do mencionado decreto 4.857. O índice exigido por esse artigo e o Indicador Real hão de ser bastantes em si. Imperdoável que certos Oficiais tenham que recorrer a outros livros (3, 7 etc.) para poderem encontrar uma indicação real determinada. Se soubessem dar ao livro 6 o seu valor real, conjugado com o

índice respectivo, não perderiam tanto tempo em busca de indicações e revelariam o necessário conhecimento do sistema em destaque.

No anexo de Protesto de Letras e Títulos, não de existir os livros de protestos para fins falimentares (artigo 10 da lei de Falências) e o de Apontamentos. Embora se considere este dispensado pela Lei Cambial, a Corregedoria Geral da Justiça o exige para fins correccionais e outros de interesse dos portadores, co-obrigados, etc. Por esse livro será verificado que foram observados prazos fatais e que o Oficial pode cumprir ou cumpriu, com efeito a observância da lei, as cautelas e determinações dela, que são a garantia da regularidade do protesto (artigos 32, 33 daquela lei). Tal livro servirá, "v. gratia", para provar por meio de certidão, que um título, embora não protestado, passou pelo cartório, o que pode interessar ao portador eventualmente, como já ocorreu. em caso levado à apreciação do Egrégio Conselho da Magistratura.

No setor do Júri, devem existir o livro de "Revisão e sorteio de Jurados" e o de "Atas para Julgamentos", ambos referentes aos crimes contra a Economia Popular.

No anexo da Corregedoria Permanente, recomenda-se que, no livro de "Movimento de Funcionários", seja anotada, em cada caso, a data e comunicação da entrada em exercício do funcionário em causa.

Este provimento deverá ser transcrito no livro de Visitas e Correições do Cartório da Corregedoria Permanente da comarca a que se refere e nele arquivado, depois de extraída cópia do mesmo para trânsito pelos outros cartórios, cujos Serventuários transcreverão, nos livros próprios, a parte de seu interesse.

P. e Cumpra-se.

São Paulo, 3 de julho de 1961
Samuel Francisco Mourão
Corregedor Geral da Justiça
D.O. de 4/7/61.

Jurisprudência

SERVENTIAS DE JUSTIÇA, INSTALADAS EM PRÓPRIOS DO ESTADO DECISÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA

O abaixo-assinado, na qualidade de serventuário vitalício do cartório do distribuidor e segundo partidor da comarca, instalado no primeiro andar - lado da rua José Paulino - do Palácio da Justiça, vem, mui respeitosamente, formular a V. Excia. a seguinte consulta: a possibilidade de lhe ser permitida a transferência das instalações do cartório a seu cargo do Palácio da Justiça para a sua residência, ou para qualquer outro local fora do edifício do Fórum.

Outrossim, pede vênha para sugerir o encaminhamento desta consulta ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça ou a qualquer outra autoridade que da mesma deva competir o seu conhecimento, - na eventualidade de não poder V. Excia. decidi-la, em não se enquadrando o assunto entre os poderes atribuídos ao Diretor do Fórum.

Motiva essa consulta o Decreto Estadual n. 38.193 de 13 deste mês, que dispõe sobre a cobrança de alugueres das serventias da Justiça não oficializadas.

E o que preocupa o ora consulente, são as bases ali articuladas para o efeito de cobrança de ditos alugueres, e mormente porque já estarem os mesmos sendo devidos desde janeiro do corrente ano (art. 18).

- Teme, pois, o arbitramento de um valor que não venha a ser suportado dentro de seu orçamento, ou melhor, da renda de seu cartório, apesar de limitado - ao máximo de 20% (art. 13 § único) a percentagem calculada sobre a renda da serventia.

E o dilema é fácil de ser explicado, face a renda atual de seu cartório. Tanto é que, nesse sentido, ainda este mês, solicitou por intermédio de V. Excia. o encaminhamento de uma representação ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente daquele Egrégio Tribunal, pleiteando a restauração da função de avaliador judicial, ante a renda insuficiente que ora está auferindo.

Pois, apesar do movimento do cartório a seu cargo e de sua complexidade, o que torna indispensável o concurso de, no mínimo três escreventes juramentados, a renda que esse serviço todo lhe proporciona não dá margem a remuneração condigna sequer de um escrevente, como exige a responsabilidade do cargo e a situação atual de padrão de vida, sobejamente notório.

M. Juiz, a soma de mais uma preocupação, como seja a do um aluguel que poderá ser legal e justo aos cofres do Estado, mas que também poderá ser por demais oneroso ao consulente, aliado ainda mais a exigência do débito dos mesmos alugueres a partir de janeiro p. findo, compelindo ainda o consulente a uma situação assaz constrangedora, eis que se vê forçado a deixar de atender aos militantes e aos que se servem da Justiça, num meio próprio e único para o seu funcionamento, na casa mesma onde ela é distribuída e é aplicada.

Respeitosamente, subscreve
(a) Alberto Fco. Naccarato.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício C - 1658
Proc. C - 1177/61
São Paulo, 7 de agosto de 1961
Senhor Juiz de Direito

De ordem superior e em resposta ao ofício n. 129/61 de 20 de março p. p., tenho a honra de transmitir a V. Exa. cópia da informação prestada por esta Secretaria a respeito da consulta formulada pelo Sr. Alberto Francisco Naccarato, Distribuidor e Partidor dessa Comarca, no sentido de se transferir do edifício do Fórum para outro local, tendo em vista o decreto n. 38.193, de 13 de março p.p. que regulamentou a cobrança de alugueres das serventias da Justiça não oficializadas.

Reitero a V. Exa. meus protestos de distinta consideração.

(a) Carlos Guilherme de Miranda
Secretário do Tribunal Substituto
A S. Exa. o Sr. Dr. João Mendes
MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível e Diretor do Fórum de Campinas

DESPACHO

Dê-se ciência ao Sr. Distribuidor e archive-se.

C. 16/8/61

(a) J. Mendes

III.ª SUB-SECRETARIA AUXILIAR DA CONTABILIDADE

CÓPIA

INTERESSADO: Cartório do Distribuidor e Partidor da Comarca de Campinas

ASSUNTO: Transferência do cartório para outro prédio

Nos termos da informação

São Paulo, 31-7-961

as) Alberto de Oliveira Lima

Pelo ofício n. 129/61 o MM. Juiz de Direito - Diretor do Fórum de Campinas transmite consulta formulada pelo Sr. Alberto Francisco Naccarato - Serventuário do Cartório do Distribuidor e 2.ª

Partidor daquela comarca, a respeito do decreto n. 38.193, de março pp. que regulamenta a cobrança de alugueres das serventias de Justiça não oficializadas instaladas em próprios do Estado.

Solicita o interessado a transferência das instalações do Cartório a seu cargo, do Palácio da Justiça para sua residência ou qualquer outro local fora do edifício do Fórum em virtude das bases previstas para a cobrança do aluguel, bem como, pelo fato dos mesmos, segundo o art. 18 do citado decreto, serem devidos, após o arbitramento, a contar de Janeiro do corrente ano. Teme o Serventuário, entre outros motivos, que a exígua renda cartorária não venha a comportar o valor do arbitramento, muito embora limitado no máximo de 20% sobre a renda da serventia (art. 13 - § único).

* * *

Cumpre-nos informar que da Lei e Decreto respeitantes ao assunto não se vislumbra nenhuma obrigatoriedade das serventias de Justiça não oficializadas em permanecerem em prédio próprio do Estado, ou naqueles tomados pelo Estado em locação. Enquanto permanecerem, porém, serão obrigados ao pagamento do aluguel a ser arbitrado pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

Muito embora, por razões óbvias, o ideal seja a permanência daquela serventia no edifício do Palácio da Justiça, parece-nos, s.m.j., que ante o manifesto desejo do Serventuário em se transferir para outro local, este Tribunal não teria elementos para opor-se a essa pretensão.

Parece-nos, também, que tendo em vista a retroatividade dos efeitos do Decreto n. 38.193 a 1/1/1961, a presente consulta deva ser transmitida à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário a quem, na conformidade do art. 2.º cabe, privativamente, a fixação do valor locativo e do aluguel dos imóveis objetos desse Decreto.

À apreciação superior
Em 26 de maio de 1961
as) Fiel Manso Teixeira Neto
Sub-Secretário Assistente Subst.

NOTAS VÁRIAS

A lei 6.626, de 30 de dezembro de 1961, publicada no "Diário Oficial de 31 de dezembro de 1961", substituiu por outras as tabelas a que se refere a lei 3.672, de 29 de dezembro de 1956 - Imposto do Selo - (DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Consequência, não incidem mais em selo:

- a) as petições dirigidas aos serventuários do fórum extra-judicial;
- b) as folhas dos traslados;
- c) as folhas das certidões;

- d) a certidão-talão dos registros públicos; e,
- e) as nomeações de serventuários da Justiça não estipendiados pelo Estado, quer vitalícias, efetivas, ou provisórias, não incidem o imposto do selo.

* * *

- As custas e emolumentos constantes da Tabela "N", anexa a lei 4.831, de 28 de agosto de 1958 (REGIMENTO DE CUSTAS), foram reajustadas conforme dispõe o artigo 67 da Lei 6.626, acima referida.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO **DIRETORIA**



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -	Presidente
OSCAR DE BARROS PEREIRA -	Tesoureiro
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -	Secretário
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA -	Diretor
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS -	Diretor
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA -	Diretor
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA -	Diretor
SEBASTIÃO MEDEIROS -	Diretor
ALCIDES DE MELO VALE -	Diretor

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAÚJO	
CASSIO DIAS DE TOLEDO	
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA -	Campinas
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
ABEL DE REZENDE VILARES -	São José do Rio Preto
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -	Capital
JOSÉ SPINOLA DE MELLO -	Campinas

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
LEIS E DECRETOS	3
LEI FEDERAL	3
LEIS ESTADUAIS	3
PROVIMENTOS	10
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	10
CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS	14
JURISPRUDÊNCIA	15
SERVENTIAS DE JUSTIÇA, INSTALADAS EM PRÓPRIOS DO ESTADO	15
NOTAS VÁRIAS	17
DIRETORIA	18
CONSELHO FISCAL	18
SUPLENTES	19
ÍNDICE	20

ANO XIV

Nº 071 - Publicação: 01/01/1962

Leis e Decretos

GRATIFICAÇÃO AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL

LEI N.º 4.071-A - DE 15 DE JUNHO DE 1962

Dispõe sobre gratificação mensal, aos Oficiais do Registro Civil, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É assegurada, mensalmente, aos Oficiais do Registro Civil, uma gratificação de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) que correrá a conta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1.º Orçamento Federal consignará, anualmente, na rubrica própria, a verba correspondente e mais a que se fizer necessária ao pagamento dessa despesa.

§ 2.º pagamento se efetuará por intermédio das Coletorias de Rendas Federais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves Alfredo Nasser Walther Moreira Salles

LEI N.º 4.072 - DE 16 DE JUNHO DE 1962

Acrescenta parágrafo único ao art. 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Ao art. 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, é acrescentado o seguinte parágrafo único.

"Art.

4.º

Parágrafo único - Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (VETADO) ... e por motivo de acidente do trabalho".

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

D. União 18/6/62

Provimentos
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PROVIMENTO N.º 1, DE 24.1.1962

O desembargador Euclides Custódio da Silveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo:

Atendendo a deliberação do E. Conselho Superior da Magistratura em sessão de 15 do corrente, ao apreciar a Portaria n. 1-62 da Corregedoria e o assunto ali tratado, no que se refere à rubrica de livros dos cartórios e a entrega de escrituras e outros documentos nos cartórios de registros; Atendendo a que, no tocante a determinados aspectos do serviço cartorário, as velhas leis e regulamentos pedem revisão interpretativa capaz de amoldá-las, na medida do possível, às necessidades do momento atual;

Atendendo a que os artigos 6 e 199 do Regulamento dos Registros Públicos (Dec. 4.857, de 9.11.39) exigem a rubrica dos livros de uso obrigatório nos cartórios "pela autoridade judiciária competente", sem precisar à forma ou modo;

Atendendo, por último, ao que expressamente estatui o art. 5.º letra "g" do Decreto lei n.º 14.234 de 16 de outubro de 1944.

Determina: o Provimento n.º 6-61 passa a vigorar com a seguinte redação:

RUBRICA DE LIVROS

I - É facultado o uso da rubrica do Juiz competente, por meio de chancela, nos livros de cartórios, em geral, salvo nos termos de abertura e encerramento, que serão rubricados de próprio punho; do termo de abertura constará o nome do serventuário encarregado da aposição da chancela judicial e responsável pela verificação da regularidade da paginação do livro.

II - Tal faculdade é extensiva ao Juízo da Vara dos Registros Públicos da Capital (Dec. Lei n.º 14.234, de 16.10.1944, art. 5.º, letra "g"), cabendo a Juíz ou Juízes Auxiliares que lhe forem designados, rubricar os livros dos tabelionatos e dos Registros Públicos nos termos do item n.º 1, assim como inspecionar os respectivos cartórios, ressalvada a competência relativa do titular da Vara quanto a aplicação de penas disciplinares e a expedição de provimento.

III - Nenhum livro deverá ser rubricado sem a exibição, ao Juiz Corregedor, do anterior findo, observando-se o art. 7.º do Decreto n. 4.857, de 1939, sempre que o movimento do cartório o exija.

ENTREGA DE ESCRITURAS NOS CARTÓRIOS

IV - A entrega de escrituras e outros documentos para registro, nos cartórios competentes, far-se-á pelo método mais prático possível, sem entraves inúteis, a critério dos respectivos serventuários, mediante recibo em forma regular, com os esclarecimentos e dizeres do modelo em uso, passado pelo próprio serventuário, pelo oficial maior ou por escreventes habilitados, que os receber, com sua assinatura legível a tinta e aposição do carimbo usual do cartório no recibo, no livro de cargas ou no papel avulso em que os documentos estiverem relacionados.

V - A mesma regra deve ser aplicada quanto à entrega de autos, requerimentos e outros papéis nos cartórios em geral.

CORREGEDORIA PERMANENTE

Tendo em vista o disposto no art. 5.º, letra "g" do Decreto n. 14.234 de 16 de outubro de 1944, a correição permanente dos cartórios dos tabeliães e oficiais dos Registros Públicos, na comarca da Capital, compete ao Juízo da Vara de Registros Públicos.

Em consequência, a fim de se adaptar o edital de designação de corregedores permanentes para o corrente ano de 1962, à exigência da lei citada, corrigindo-se qualquer outra anomalia porventura existente, determina venham conclusos os autos respectivos.

P. e Cumpra-se.

Euclides Custódio da Silveira

Corregedor Geral da Justiça

D. V. J. -95/1/62

INTERPRETAÇÃO DO PROVIMENTO 1-62

A fim de evitar errônea interpretação do Provimento n.º 1-62, em que já incorreu artigo publicado por certo vespertino desta Capital, esclareço que o Provimento n.º 6-61, desta Corregedoria Geral, só foi revogado na parte referente rubrica de livros (item III) e explicitado na concernente entrega de escrituras e outros documentos para registro. No mais, continua em vigor o Provimento n.º 6-61.

D. J. 15/2/62.

PROC. 19.891 - SÃO PAULO

Roberto Gomes Soares e Dilza Amaral. A questão ventilada neste processo tem dado margem a controvérsias. Entendem uns, efetivamente, que não é possível celebrar-se o casamento civil perante Juiz que não o do domicílio dos nubentes, mas outros sustentam que só é necessário processar-se nesse domicílio a habilitação, podendo o enlace realizar-se em Juízo diverso. Carvalho Santos, por exemplo, em comentário ao art. 192 do código civil (vol. 4.º, págs. 87 a 88, da 1.ª ed.) assim se pronuncia: "Neste artigo (192) o código, a nosso ver, fornece os elementos para resolver a questão. E a resolve no sentido do casamento só poder ser celebrado nas circunscrições do registro civil em que um ou outro nubentes residirem. De fato se o código permitisse que o casamento pudesse ser celebrado em outro lugar que não o da residência de um dos nubentes, exigiria necessariamente que a publicação dos editais neste lugar também fosse feita, porque não seria possível que o casamento se celebrasse sem que o oficial do registro estivesse de posse dos autos da habilitação. Ainda mais: dispõe o Código no artigo 182 que o registro dos editais se faça no cartório do Oficial que os houver publicado, dando-se deles certidão a quem pedir, o que mostra igualmente que o código não permite que o casamento se realize em outro lugar que não o da residência de um dos nubentes. Por isso que não seria possível que justamente no lugar em que se celebrasse o casamento não fossem registrados os editais e nem fossem estes também ali publicados. Compreende-se facilmente que assim seja porque para haver a celebração do casamento é imprescindível que haja a publicação dos editais dos proclamas e esta publicação deve ser feita nos lugares em que os nubentes sejam conhecidos, o que não acontece, em regra, naqueles lugares em que nenhum deles tem a sua residência". O grande Juiz, ministro Laudo de Camargo, também pensa do mesmo modo e quando Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo teve oportunidade de proferir voto anulando um casamento realizado nas condições indicadas, isto é, fora da residência dos nubentes e, aliás, no mesmo Estado. (Aqui pretende-se celebrar um casamento, em São Paulo, de noivos que moram, os dois, em Belo Horizonte). Esse voto encontra-se publicado na "Rev. Trib." 79-159. Lidio Mariano, em seu livro "Lei do Casamento Civil", sustenta idêntica afirmação dizendo que o domicílio de qualquer dos nubentes é que é o competente tanto para a habilitação como para o casamento. Fora desse domicílio não é possível. Outros, porém, entre os quais Macedo Soares (Casamento Civil), Lafaiete e o acórdão em que foi proferido o citado voto de Laudo de Camargo que nela figurou como vencido, entendem que a celebração do ato em questão pode ser feita em qualquer circunscrição desde que os noivos tenham se habilitado regularmente no distrito onde residem. Em face dessa divergência o mais acertado é autorizar o casamento dos requerentes nesta Capital, mas processando-se pelo Cartório escolhido nova publicação de editais e audiência do Ministério Público que não pode evidentemente, em assunto de tão alta importância, ser dispensada. É que, como bem referiu o Desembargador Marcelino

Gonzaga, no processo indicado na informação de fls. 5 "a lei concede a faculdade para oposição de impedimentos até o ato da celebração do casamento, permitindo, também, que até aquele momento, os pais, tutores e curadores retratem seu consentimento (art. 187 e 189 Cód. Civil). Na conformidade do exposto autorizo a celebração do casamento dos requerentes perante o Juízo do 29.º subdistrito (Jardim Paulista), dando-se conhecimento desta decisão em sua integra, aos respectivos Juiz de Casamento e escrivão.

- São Paulo, 26 de junho de 1961 (a) Samuel Mourão.

PROCESSO N.º 153/62

Dúvida - 15.º Registro de Imóveis - Coluna Sociedade Editora Ltda.

- Vistos, etc. I - O Oficial do 15.º Registro de Imóveis suscitou dúvida quanto ao registro da escritura de fls. 4-6, lavrada aos 23 de novembro de 1961, por ter sido pago o imposto de transmissão "inter-vivos" ao Estado, e não ao Município, em face da emenda constitucional de 21 de novembro de 1961.

O suscitado, impugnando a dúvida, diz falecer competência ao Oficial do Registro para tomar posição na controvérsia da titularidade do imposto referido. Ao demais só a 28 de novembro de 1961, é que foi promulgada a lei municipal regulando a espécie.

O parecer da Curadoria é pela improcedência da dúvida.

Isto posto:

II - A dúvida é improcedente. Se o imposto de transmissão "inter-vivos" foi recolhido, com a transcrição da respectiva guia na escritura registrada, está satisfeita a exigência legal, pouco importando que o recolhimento tenha sido feito à Fazenda Estadual, e não à Municipal. É que à época de seu recolhimento ainda pairava dúvida a quem competia recolhê-lo e a Lei Municipal regulando a espécie só foi promulgada a 28 de novembro de 1961, quando a escritura é de 23 do referido mês e ano.

Caso a Prefeitura se julgue prejudicada, deverá voltar-se contra a Fazenda Estadual para receber, no Juízo próprio, o que entender de direito.

III - Pelo exposto, julgo improcedente a dúvida, a fim de que se faça o registro da escritura de fls. 4-6, uma vez, é lógico, satisfaça ela os demais requisitos de lei.

Devolvam-se os documentos ao suscitado. Sem custas.

P. R. Int. São Paulo, 19 de fevereiro de 1962. Advogado: Roger de Carvalho Mange.

Publicado:

No Diário Oficial de 8/3/62, pág. 33.

Vara de Registros Públicos.

(Diário Oficial da Justiça.)

PROC. 19.834 - ESTADOS DE SÃO PAULO E MATO GROSSO

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - 6.ª Região.

- Acolho a informação e sugestão do Dr. Corregedor Permanente à fls. 26 e em consequência, determino o arquivamento do presente processo.

- Publique-se para conhecimento dos interessados.

- São Paulo, 27 de junho de 1962.

- a) Alexandre Delphino de Amorim Lima, Corregedor Geral da Justiça em exercício.

- Despacho a que se refere a informação Supra: Em observância ao despacho de fls. 32 v., do qual se infere, pela correlação com despachos anteriores, que V. Exa. quer o parecer desta Corregedoria Permanente sobre a representação de fls. 2 do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - 6.ª Região, tenho a dizer a V. Exa. que subscrevo a manifestação do ilustre e zeloso presidente do Colégio Notarial do Estado de São Paulo lançada às fls. 26. A lei se presume conhecida e respeitada por todos, especialmente por aqueles a quem especialmente se dirige e que não incumbidos de executá-la. Ora, a Reparte, faz uma acusação generalizada e vaga de transgressão das leis que regulam o exercício da profissão de engenheiro por parte dos tabeliães de notas e oficiais de registro de títulos, documentos e pessoas jurídicas, ao mesmo tempo que propugna por uma interpretação inaceitável das mencionadas leis. Assim, sou de parecer que não tem cabimento nenhuma recomendação de V. Exa. para que os mencionados serventuários observem deste ou daquele modo ditas leis, sem que primeiro se provasse que as têm infringido. Essa, com todo o respeito, a minha opinião, s.m.j. de V. Exa.

- São Paulo, 9 de junho de 1962.

- (a) Raul da Rocha Medeiros Junior, Juiz da Vara de Registros Públicos.

D. J. 29/6/62

Informações Várias

RELAÇÃO DAS COMARCAS, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

4.ª ENTRÂNCIA:

Araraquara	Ribeirão Preto
Bauru	Santo André
Campinas	Santos
Jundiaí	São Bernardo do Campo
Marília	São Caetano do Sul
Mogi das Cruzes	São José do Rio Preto
Piracicaba	São Paulo
Presidente Prudente	Sorocaba.

3.ª ENTRÂNCIA:

Amparo	Jaú	Limeira
Araçatuba		Lins
Assis		Mogi Mirim
Avaré		Olímpia
Barretos		Ourinhos
Batatais		Paraguaçu Paulista
Botucatu		Rio Claro
Bragança Paulista		Sta. Cruz do Rio Pardo
Catanduva		São Carlos
Franca		São João da Boa Vista
Franco da Rocha		São José dos Campos
Garça		São Vicente
Guaratinguetá		Tatuí
Guarulhos		Taubaté
Itapetininga		Tupã
Itú		

2.ª ENTRÂNCIA:

Adamantina	Mirassol
Agudos	Mococa
Americana	Monte Aprazível
Andradina	Nova Granada
Araras	Novo Horizonte
Atibaia	Orlândia
Bebedouro	Oswaldo Cruz
Birigui	Pacaembú
Caçapava	Pederneiras
Cajurú	Penápolis
Campos do Jordão	Pindamonhangaba
Capivarí	Pinhal
Casa Branca	Piracaia
Conchas	Pirajú
Cruzeiro	Pirajui
Dracena	Pirassununga,
Getulina	Pitangueiras
Guaíra	Pompéia
Guararapes	Porto Feliz
Ibitinga Presidente	Venceslau.
Itanhaém	Lancharia
Itapeva	Sto. Anastácio
Itapira	S. José do Rio Pardo
Itapólis	S. Manoel
Itatiba	S. Roque
Ituverava	Serra Negra
Jaboticabal	Sertãozinho
Jacareí	Socorro
Jales	Tanabí
Lorena	Taquaritinga
Lucélia	Tietê
Martinópolis	Votuporanga

1.ª ENTRÂNCIA:

Altinópolis	Bilac
Angatuba	Brotas
Apiáí	Cachoeira Paulista
Aparecida	Caconde
Bananal	Cafelândia
Barirí	Cananéia
Baruerí	Capão Bonito
Caraguatatuba	Piedade
Cerqueira Cesar	Piratiníngua,
Cravinhos	Porto Ferreira
Cunha	Presidente Bernardes
Descalvado	Presidente Epitácio
Dois Córregos	Promissão
Duartina,	Quatá
Eldorado	Queluz
Flórida Paulista	Regente Feijó
Fernandópolis	Registro
General Salgado	Ribeirão Bonito
Guariba	Rinópolis
Ibiúna	Sta. Adélia

Igarapava	Santa Barbara D'Oeste
Iguape	Sta. Branca
Itapecerica da Serra	Sta. Cruz das Palmeiras
Itaporanga	Sta. Fé do Sul
Itararé	Sta. Izabel
Jardinópolis	Sta. Rita do Passo Quatro
José Bonifácio	Sta. Rosa do Viterbo
Junqueirópolis	São Bento do Sapucaí
Leme	São Joaquim da Barra
Lençóis Paulista	S. José do Barreiro
Matão	S. Luiz do Paraitinga
Miguelópolis	S. Pedro
Mirandópolis	São Sebastião
Monte Alto	São Simão
Monte Azul Paulista	Suzano
Nhandeara	Tambaú
Palmital	Tupi Paulista
Paraibuna	Ubatuba
Patrocínio Paulista	Urupês
Paulo de Faria	Valparaíso
Pedregulho	Vargem Grande do Sul
Pereira Barreto	

Jurisprudência

PRÁTICA DE ATOS FORA DA ÁREA TERRITORIAL DO TABELIÃO DE NOTAS E DO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE DISTRITO OU MUNICÍPIO

"A competência do Tabelião de Notas para lavrar os atos e contratos que lhes são solicitados pelas partes está restrita aos limites da comarca para a qual foi nomeado. Essa competência territorial vem fixada na lei de organização judiciária que desde os primórdios da República (Decreto Estadual, n.º 123 de 10 de novembro de 1892) até a atual legislação (Lei n.º 5.285 de 18 de fevereiro de 1959), para efeito de administração da Justiça, divide o Estado em comarcas, municípios e distritos.

Quanto ao Oficial do Registro Civil que por força da lei pode exercer a função notarial em determinados casos, a sua competência é limitada ao distrito a que pertence e também à restrição estabelecida no art. 3.º do Decreto Estadual n.º 5.204 de 22 de setembro de 1931.

Assim, uma vez que o Tabelião declare na escritura que as partes compareceram em seu cartório, não pode colher as assinaturas fora dele. As diligências devem constar expressamente da escritura e restringir-se aos limites da comarca ou distrito a que pertença o serventuário.

A prática de atos em contrário constituirá falsidade ideológica e as escrituras lavradas fora da área territorial da competência do Tabelião são nulas de pleno direito e, portanto, irratificáveis (Revista dos Tribunais, vol. 31, pág. 189)."

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -
OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

Presidente
Tesoureiro
Secretário



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA
SEBASTIÃO MEDEIROS
ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -	Presidente
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO	
JOSÉ ODILON DE ARAUJO	
CASSIO DIAS DE TOLEDO	
AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO	

SUPLENTES

MARIO IGNACIO -	Ribeirão Preto
ELVINO SILVA -	Campinas
MILTON DUARTE COELHO -	Santos
CASEMIRO PINTO NETO -	Capital
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -	Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
LEIS E DECRETOS	3
GRATIFICAÇÃO AOS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL	3
PROVIMENTOS	4
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	4
INFORMAÇÕES VÁRIAS	7
RELAÇÃO DAS COMARCAS, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	7
JURISPRUDÊNCIA	12
PRÁTICA DE ATOS FORA DA ÁREA TERRITORIAL DO TABELIÃO DE NOTAS E DO OFICIAL DO	
REGISTRO CIVIL DE DISTRITO OU MUNICÍPIO	12
DIRETORIA	12
CONSELHO FISCAL	13
SUPLENTES	13
ÍNDICE	13

Nº 072 - Publicação: 01/07/1962

Leis e Decretos

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 4.121 - DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 6.º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil e 469 do Código do Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

I

1 - Código Civil.

"Art. 6.º São incapazes relativamente a certos atos (art. 147, n.º I), ou à maneira de os exercer:
- Os maiores de 16 e os menores de 21 anos (arts. 154 e 156).

II - Os pródigos.

III - Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

II

"Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I - A representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9.º, n.º 1, e, 274, 289, n.º I e 311) ;

III - o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277".

III

"Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta".

IV

"Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251) :

I - praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher (art. 235) ;

II - Alienar ou gravar de ônus, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, ns. II, III e VIII, 269, 275 e 310) ;

III - Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal".

V

"Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo, pelas dividas, do marido, exceto as contraídas em benefício da família".

VI

"Art. 248. A mulher casada pode livremente:

I - Exercer o direito que lhe competir sobre as pessoas * os bens dos filhos de leito anterior (art.

393) ;

II - Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que * marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1) ;

III - Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285;

IV - Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato;

V - Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis;

VI - Promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem;

VII - Praticar quaisquer outros atos não vedados por lei ".

VII

"Art. 263. São excluídos da comunhão:

I - As pensões, meios soldos, montepios, tenças, e outras rendas semelhantes;

II - Os bens doados ou legados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;

III - Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizar a condição suspensiva;

IV - O dote prometido ou constituído a filhos de outro leito;

V - O dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum;

VI - As obrigações provenientes de atos ilícitos (art. 1.518 e 1.532) ;

VII - As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;

VIII - As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade (art. 312) ;

IX - As roupas de uso pessoal, as jóias esponsalícias dadas antes do casamento pelo esposo, os livros e instrumentos de profissão e os retratos da família;

X - A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher (artigos 178, § 9.º, n.º I, alínea b, e 235 n.º III) ;

XI - Os bens da herança necessária, a que se impuser a cláusula de incomunicabilidade (art. 1.723) ;

XII Os bens reservados (art. 246, parágrafo único) ;

XIII Os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge ou de ambos".

VIII

"Art. 269. No regime de comunhão limitada ou parcial, excluem-se da comunhão:

I - Os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do matrimônio por doação ou por sucessão;

II - Os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;

III - Os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder;

IV - Os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal".

IX

"Art. 273. No regime da comunhão parcial presume-se adquiridos na constância do casamento os móveis, quando não se provar com documento autêntico, que o foram em data anterior".

X

"Art. 326. Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente.

§ 1.º Se ambos os cônjuges forem culpados ficarão em poder da mãe os filhos menores, salvo se

o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

§ 2.º Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai, deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges ainda que não mantenha relações sociais com o outro, a quem entretanto, será assegurado o direito de visita".

XI

"Art. 380. Durante o casamento, compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência.

XII

"Art. 393. A mãe que contrai novas núpcias não perde, quanto aos filhos de leito anterior os direitos ao pátrio poder, exercendo-os sem qualquer interferência do marido.

XIII

"Art. 1.579. Ao cônjuge sobrevivente, celebrado sobre regime da comunhão de bens, cabe continuar até a partilha na posse da herança com o cargo de cabeça do casal.

§ 1.º Se porém, o cônjuge sobrevivo for a mulher, será mister, para isso que estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte, salvo prova de que essa convivência se tornou impossível sem culpa dela.

§ 2.º Na falta de cônjuge sobrevivente, a nomeação de inventariante, recairá no co-herdeiro, que se achar na posse corporal e na administração dos bens. Entre co-herdeiros a preferência se graduará pela idoneidade.

§ 3.º Na falta de cônjuge ou de herdeiro, será inventariante o testamenteiro".

XIV

"Art. 1.611. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se, ao tempo da morte do outro, não estavam desquitados.

§ 1.º cônjuge viúvo se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filhos deste ou do casal, e à metade, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes do "de cujus".

§ 2.º Ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal, enquanto viver e permanecer viúvo, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habilitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único bem daquela natureza a inventariar".

II - Código do Processo Civil.

XV

"Art. 469. A nomeação de inventariante recairá:

I - No cônjuge sobrevivente quando da comunhão o regime do casamento, salvo se, sendo a mulher, não estivesse por culpa sua, convivendo com o marido ao tempo da morte deste.

II - No herdeiro que se achar na posse de administração dos bens, na falta de cônjuge sobrevivente ou quando este não puder ser nomeado;

III - No herdeiro mais idôneo, se nenhum estiver Da posse dos bens;

IV - No testamenteiro, quando não houver cônjuge ou herdeiro, ou quando o testador lhe

conceder a posse e a administração da herança por não haver cônjuge ou herdeiro necessário; V - Em pessoa estranha, na falta de cônjuge, herdeiro ou testamenteiro onde não houver inventariante judicial".

Art. 2.º. A mulher, tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigado, como no regime da separação de bens (art. 277 do Código Civil), a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.

Art. 3.º Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um só dos cônjuges, ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART.

Francisco Brochado da Rocha.
Cândido de Oliveira Neto.

D. U. de 3/9/62.

LEI N.º 4.133 - DE 10 DE SETEMBRO DE 1962
Altera o inciso I do artigo 945, do Código de Processo Civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º n.º I do art. 945 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil) passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - No Banco do Brasil, na Caixa Econômica, ou nos Bancos em que a União e os Estados sejam os maiores acionistas, ou, à falta de agências no lugar, em qualquer estabelecimento congênere acreditado, as quantias de dinheiro, as pedras e metais preciosos e os papéis de crédito".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

João GOULART. Francisco Brochado da Rocha.
Cândido de Oliveira Neto.

D. União 3/11/62.

LEI N.º 4.132 - DE 10 DE SETEMBRO DE 1962
Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da

Constituição Federal.

Art. 2.º Considera-se de interesse social:

II - o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II - a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, VETADO;

III - o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola;

IV - a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V - a construção de casas populares;

VI - as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII - a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais.

§ 1.º O disposto no item I deste artigo só se aplicará nos casos de bens retirados de produção ou tratando-se de imóveis rurais cuja produção, por ineficientemente explorados, seja inferior à média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e sua situação em relação aos mercados.

§ 2.º As necessidades de habitação, trabalho e consumo serão apuradas anualmente segundo a conjuntura e condições econômicas locais, cabendo o seu estudo e verificação às autoridades encarregadas de velar pelo bem-estar e pelo abastecimento das respectivas populações.

Art. 3.º O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4.º Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhos a destinação social prevista.

Art. 5.º No que esta lei for omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por unidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de setembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART.

Francisco Brochado da Rocha.

Hermes Lima. Renato Costa Lima.

D. União de 7/11/62.

LEIS ESTADUAIS

LEI N.º 6.861, DE 9 DE AGOSTO DE 1962

Assegura aos membros da Magistratura a aposentadoria com vencimentos integrais, aos 25 (vinte e cinco) anos de função pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica assegurada aos membros da Magistratura a aposentadoria com vencimentos integrais, aos 25 (vinte e cinco) anos de função pública.

Artigo 2.º - Para gozar da vantagem de que trata o artigo anterior, deverão os interessados requerê-la ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Conceição da Costa Neves, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de agosto de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral, substituto.

D. O. As.

- 10/8/62.

LEI N.º 6.882, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Faculta a serventuários e escreventes da justiça inscrição em concurso de remoção e promoção para as serventias referidas no artigo 5.º da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica facultado aos serventuários e escreventes da justiça, com mais de 25 anos de efetivo exercício, inscreverem-se em concurso de remoção ou promoção para quaisquer das serventias referidas no artigo 5.º da Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950.

Parágrafo único - O serventuário vitalício, com o mesmo tempo de efetivo exercício mencionado neste artigo, tendo ingressado na carreira dos Servidores da Justiça, mediante concurso regular de provas e títulos, fica creditado com mais três pontos, além dos que lhe forem atribuídos nos termos da legislação vigente, desde que não possua nenhum dos títulos a que se referem os itens I, II e III da alínea "a" do artigo 20 da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de agosto de 1962.

Conceição da Costa Neves, Presidente em exercício

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de agosto de 1962.

Francisco Carlos, Diretor Geral substituto.

D. O.

- 29/8/62.

LEI N.º 6.945, DE 6 DE SETEMBRO DE 1962

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado por servidores da Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Conceição da Costa Neves, na qualidade de seu Presidente, em exercício, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O tempo de serviço prestado como serventuário e como escrevente de cartório, não, oficializado, será contado ao funcionário público estadual, para todos os efeitos legais, inclusive para percepção da sexta parte dos vencimentos.

Parágrafo único - Nos termos deste artigo, o tempo de serviço cartorário prestado como fiel e auxiliar ou datilógrafo será contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Artigo 2.º - O disposto nesta lei aplica-se ao pessoal dos cartórios que foram oficializados.

Artigo 3.º - O tempo de serviço cartorário será provado com certidão fornecida pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 4.º - As despesas com a execução, da presente lei correrão por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1962.

a) Conceição da Costa Neves, Presidente em exercício.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de setembro de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral substituto.

D. O. 7/9/62.

LEI N.º 7.187, DE 19 DE OUTUBRO DE 1962

Dá nova redação ao item III, da Tabela "O", anexa à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o item III da Tabela "O", anexa à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958:

"III - Nada será devido ao Estado, com base no item I, alínea "A", desta Tabela, tanto em primeira como em segunda instância, nos feitos cíveis de valor inferior a Cr\$ 20.000,00; nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora; na homologação de acordo em acidente do trabalho; no "Habeas-corpus"; nos desentranhamentos de documentos; nos atos em que as custas e emolumentos dos escrivães são cobrados por folha ou página, tais como alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença e traslados".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de outubro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Justino Maria Pinheiro.

Luciano Vasconcelos de Carvalho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 22 de outubro de 1962.

Fioravante Zampol.

Diretor Geral
D. O. 23/10/62.

LEI N.º 7.238, DE 24 DE OUTUBRO DE 1962
Dá nova redação do artigo 7.º e seu parágrafo único, da Lei n.º .4.507, de 31 de dezembro de 1957.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passam a ter a seguinte redação o artigo 7.º e seu parágrafo único da Lei n.º 4.507, de 31 de dezembro de 1957;

Artigo 7.º - Ficam isentos do imposto sobre transmissão de propriedade "causa-mortis" os quinhões hereditários até o valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), quando sejam sucessores descendentes, ascendentes ou cônjuge.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também aos quinhões hereditários nas condições nele previstas cujo imposto não haja sido pago à data da vigência desta lei".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 24 de outubro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Luciano Vasconcelos de Carvalho.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de outubro de 1962.

Fioravante Zampol, Diretor Geral.

LEI N.º 7.487, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1962
Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 2.888, de 21 de dezembro de 1954.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Roberto, Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 1.º da Lei n.º 2.888, de 21 de dezembro de

1954:

"Artigo 1.º - O tempo de serviço prestado como serventuário, escrevente, fiel, auxiliar ou datilógrafo de cartório, será contado ao funcionário público estadual para todos os efeitos".

Artigo 2.º - A despesa decorrente da execução da presente lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 23 de novembro de 1962.

Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 23 de novembro de 1962.

Francisco Carlos, Diretor Geral substituto.

LEI N.º 7.503, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1962
Dispõe sobre estabilidade de Oficiais Maiores dos cartórios não oficializados.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Oficial Maior dos cartórios não oficializados, que conte ou venha a contar 10 (dez) anos de efetivo desempenho da função, não poderá ser destituído ou substituído, salvo se cometer as faltas previstas no artigo 8.º da, Lei n. 5.299, de 14 de abril de 1959, e desde que observado o procedimento instituído nos artigos 11 e 21 desse mesmo diploma legal.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1962.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ - Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1962.

Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto.

LEI N.º 7.565, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1962
Assegura o direito de opção aos serventuários de ofícios de justiça que sofreram desmembramentos territoriais anteriores à Lei n.º 5.285, de 1959.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ao Oficial do Registro de Imóveis e Anexos, ao Distribuidor, Contador e Partidor, ao Depositário Público e aos Tabeliães de Notas e Anexos, das comarcas que, por força da Lei n.º

5.285, de 18 de fevereiro de 1959, e de leis anteriores sofreram desmembramentos territoriais, sem que lhes haja sido proporcionada compensação, é assegurado o direito de opção por ofício da mesma natureza, vago ou que venha a se vagar.

Artigo 2.º - Na execução desta lei aplicam-se, no que couber, as normas constantes do artigo 22 e parágrafos da Lei n.º 5.285, de 18 de fevereiro de 1959.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1962.

a) ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1962.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto.

D. O. 4/12/62.

LEI N.º 7.582, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1962

Dispõe sobre inscrição dos Servidores da Justiça na Carteira Predial do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É facultada a inscrição dos serventuários, escreventes, fiéis e demais auxiliares dos cartórios não oficializados, mesmo que inativos, na Carteira Predial do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º - O pedido de inscrição, obedecidas as mesmas condições para os demais funcionários públicos será instruído com certidão que prove ser o interessado contribuinte da Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, e estar em dia com suas contribuições.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de dezembro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO
Justino Maria Pinheiro.

Paulo Marzagão.

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 5 de dezembro de 1962.

Luiz Ganesella Netto.

Diretor Geral, Substituto.

D. O. 6/12/62.

LEI N.º 7.510, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre instituição de licença especial a funcionários públicos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Sem prejuízo da prevista no artigo 172 do Decreto-lei n. 12.273, de 28 de outubro de 1941, fica instituída uma licença especial de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais 12 (doze), aos funcionários públicos civis efetivos, para tratar de interesses particulares, com perda total dos vencimentos, remunerações, gratificações ou quaisquer outras vantagens do cargo.

Parágrafo único - A licença concedida somente uma vez e deverá ser requerida dentro de 5 (cinco) anos, a partir da publicação desta lei, aguardando o interessado em exercício o despacho do pedido, o qual deverá ter lugar até 60 (sessenta) dias após a entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição a que estiver servindo.

Artigo 2.º - Fica restabelecida a vigência do artigo 58 da Lei n. 569, de 29 de dezembro de 1949, com a redação dada pelo artigo 3.º da Lei D. 2.946, de 4 de janeiro de 1955.

Parágrafo único - Perderá o direito ao benefício assegurado pela disposição ora revigorada o funcionário que aceitar outro cargo público.

Artigo 3.º - Fica revogado, em todos os seus termos, o artigo 44 da Lei n. 4.507, de 31 de dezembro de 1957.

Parágrafo único - Serão aproveitados, nos cargos de Tesoureiro que se vagarem, do Quadro da Secretaria da Fazenda, os atuais tesoueiros substitutos.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1962.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ - Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de novembro de 1962.

Francisco Carlos - Diretor Geral, Substituto.

D. O. 28/11/62.

LEI N.º 7.489, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1962

Dispõe sobre remuneração, pelo Estado, de advogados dativos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu, Roberto Costa de Abreu Sodré, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - A partir de 1.º de janeiro de 1963, os advogados que, por nomeação do juiz, funcionarem em processos civis ou criminais, na qualidade de dativos, para assistência ou defesa de pessoas pobres, serão remunerados pelo Estado.

§ 1.º - A remuneração de que trata este artigo será fixado pelo juiz, após transitar em julgado a sentença final, observada a tabela de honorários elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

§ 2.º - Somente fará jús à remuneração o advogado dativo que acompanhar o processo em todos os seus termos e se conduzir com zelo e diligência no desempenho do encargo.

§ 3.º - Em caso de substituição do advogado dativo, por motivo de justo impedimento, sua remuneração e a do que houver substituído serão fixadas de acordo com os serviços que cada qual tiver prestado.

§ 4.º - Para efeito do disposto neste artigo, deverá ser comprovada, a critério do Juiz, a pobreza da parte assistida pelo advogado dativo.

Artigo 2.º - A remuneração do advogado dativo, fixada na forma do artigo 1.º, ser-lhe-á paga, mediante ofício do juiz do feito, pela repartição competente da Secretaria da Fazenda na respectiva comarca.

Artigo 3.º - Não se aplica o disposto nesta lei às comarcas em que funcionem serviços de assistência judiciária do Estado, com procuradores postos à disposição dos respectivos Juízes.

Artigo 4.º - O orçamento do Estado a partir do exercício de 1963, consignará verba destinada a ocorrer às despesas com a execução desta lei.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor Da data de sua publicação.

Artigo 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de novembro de 1962.

Roberto Costa de Abreu Sodré, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de novembro de 1962.

Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto.

D. O. 27/11/62.

PROVIMENTOS
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
PORTARIA N.º 4/62

O Corregedor Geral da Justiça do Estado de São, Paulo, Desembargador Euclides Custódio da Silveira.

Atendendo ao que pleiteia o Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, a respeito da extinção do expediente nos cartórios de protestos aos sábados, a fim de possibilitar aos bancários gozarem dos benefícios da semana de cinco dias, "a exemplo do que vem acontecendo nos órgãos de administração federal, estadual e municipal e em vários setores da administração privada";

Considerando a conveniência da uniformidade de orientação no que tange à competência dos órgãos do Poder Judiciário em cada setor da sua administração;

Considerando que o decreto n.º 40.684 de 5 de setembro de 1962, dispondo sobre a supressão do expediente aos sábados nas repartições públicas estaduais, estabelece algumas medidas exequíveis tão somente nas dependências administrativas do Poder Executivo;

Considerando que a Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça já se manifestou contrariamente à supressão do expediente aos sábados nas repartições e serviços judiciários, devendo entender-se tal negativa como aplicável aos serviços do foro judicial;

Considerando que na Capital do Estado e na comarca de Santos existem cartórios privativos para

protestos de títulos, mesmo não acontecendo nas demais comarcas do Estado onde serviço dessa espécie é cumulativo com outras funções das serventias de justiça;
Considerando haver o Egrégio Conselho Superior de Magistratura, em sessão realizada aos 18 de outubro último, cometido à Corregedoria o estudo e deliberação sobre a proposta do Sindicato dos Bancos;

Determina:

A - O expediente nos cartórios privativos de Protesto de Títulos da Capital e de Santos, ficará suspenso aos sábados, por aplicação extensiva do citado decreto estadual;

B - Nas demais comarcas o serviço de protesto de títulos constitui anexo de serventias de Justiça, a suspensão do expediente sabatino, atingirá exclusivamente o referido serviço;

C - A presente Portaria tem caráter provisório e experimental, por sessenta dias, a partir desta data.

Publicada, cumpra-se.

S. Paulo, 29 de outubro de 1962.

(a) Euclides Custódio da Silveira.

Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 30/10/62.

São Paulo - Juízo de Direito do Vara de Registros Públicos. O MM. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos da Capital, encaminhando representação do Oficial do 4.º Registro de Títulos e Documentos, com seu pronunciamento favorável, solicita seja o referido cartório autorizado a adotar, na escrituração de seus livros, o sistema denominado "fide-cópia", mediante o emprego de aparelhagem adequada, acrescentando que, para isso, necessário será o uso de livros de dimensões diversas das atuais. Desde que sejam respeitados os requisitos fundamentais prescritos na lei, autorizo a adoção do sistema preconizado. Trata-se, como se infere dos esclarecimentos prestados, de providências que atendem a melhoria dos serviços. Dessarte, o MM. Juiz Corregedor Permanente do Cartório cuidará do exato cumprimento das exigências legais, o que poderá ser mais detidamente observado em fase de experimentação. Publique-se, inclusive para conhecimento de terceiros interessados.

- Anote-se no setor de jurisprudência desta Corregedoria archive-se São Paulo, 17 de julho de 1962. (a) Alexandre Delphino de Amorim Lima, Corregedor Geral da Justiça em exercício.

D. O. 19/7/62.

JURISPRUDÊNCIA

OS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA E A ARRECADAÇÃO DA SISA ISAAR CARLOS DE CAMARGO

Como decorrência da nova discriminação de rendas, resultante da emenda constitucional numero 5, foram adotadas pelas comunas paulistas as normas estaduais que regulavam a arrecadação dos respectivos tributos. Assim no caso da transferencia da sisa para o município, surgiram dificuldades no que concerne à sua arrecadação, porquanto o tributo passou a ser regido pela legislação municipal, mas os atos próprios da translação da propriedade imobiliária continuam a ser realizados por serventuários da justiça, sujeitos às normas estaduais. Alegando que a simples adoção pelo município das normas disciplinadoras da matéria até então vigentes no Estado não obriga os agentes estaduais que participam da arrecadação, entendem alguns que existe necessidade de que o Estado promulgue lei disciplinando a conduta dos tabeliães, escrivães, oficiais do registro de imóveis nos atos de transmissão de bens sujeitas à sisa.

Entendemos que já existe imposição para que os serventuários de justiça colaborem com os municípios, na arrecadação de tributos que envolvam a participação desses agentes estaduais.

De início, lembramos que já o artigo 1.137 do Código Civil estabelece "verbis": "Em toda escritura de transferência de imóveis, serão transcritas as certidões de se acharem eles quites com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, de quaisquer impostos a que possam estar sujeitos". Existem, portanto, obrigações que o direito substantivo impõe aos serventuários. Mas não é só isso. Existe imposição mais precisa, no artigo 113 da Lei Orgânica dos Municípios, quando dispõe: "Até o dia 15 de cada mês, os oficiais de registro de imóveis enviarão aos prefeitos a relação completa das transmissões de imóveis sites nos municípios, efetuados no mês anterior, nela mencionando o nome das partes, a rua e o número ou a especificação de cada imóvel, bem como o valor da transmissão". E para que não se alegue referir-se a obrigação apenas aos oficiais de registro de imóveis, existe o parágrafo 3.º desse mesmo artigo, dispondo: "Os serventuários e órgãos referidos nos parágrafos anteriores também são obrigados a fornecer, gratuitamente, à Câmara e ao Prefeito, todas as informações solicitadas e referentes à matéria de sua competência".

Neste ponto é de salientar que a não obediência ao preceito acarretará correição em Cartório, providência administrativa de caráter disciplinar, que deverá ser reclamada ao Prefeito à autoridade judicial da comarca. O não atendimento pelo M. Juiz de Direito determinará, para serem satisfeitas as necessidades da Administração e salvaguardados os interesses da Fazenda Municipal, representação do Sr. Prefeito ao Conselho Superior da Magistratura, que deverá decidir a fim de que os serventuários, sob as penas da lei, cumpra o seu dever de ofício.

Assim sendo, o que nos pareceria mais indicado seria uma atualização do artigo 113, adaptando-o às novas circunstâncias decorrentes da nova discriminação de rendas.

Por outro lado, poderia a Corregedoria Geral da Justiça baixar provimento determinando que os oficiais de serventais de Justiça cumpram para com os municípios as obrigações estabelecidas no Código de Impostos e Taxas, no que tange à arrecadação tributária.

"Correio Paulistano" 18/10/62.

LEGISLAÇÃO SOBRE FÉRIAS FORENSES

- V. Cod. de Proc. Civil, arts. 39 e 10; Cod. de Proc. Penal, art. 797.

LEI ESTADUAL N.º 6.142, DE 27 DE JULHO DE 1961

(Dispõe sobre o ingresso na Magistratura, estabelece normas atinentes aos Juízes Substitutos, altera a organização judiciária do interior e dá outras providências).

Art. 34 - Durante as férias e nos dias feriados não se praticarão atos judiciais.

§ 1.º - Excetuam-se os que possam ficar prejudicados com o adiamento, como sejam:

- a) Os atos probatórios "ad perpetuam rei memoriam";
- b) as citações, que, no entanto, para a fluência dos prazos delas decorrentes e para os efeitos do comparecimento do citado em Juízo, se houverão como feitas no primeiro dia útil imediato; e
- e) os arrestos, penhoras, sequestros, arrecadações, buscas e apreensões, depósitos, detenções pessoais, separação de corpos, abertura de testamentos, embargos de obra nova e atos análogos.

§ 2.º - Além dos atos enumerados no parágrafo, anterior, podem ser processados e julgados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas:

- a) os mandados de segurança;
 - b) os despejos por falta de pagamento, quando não contestada a ação, os pedidos de alimentos provisionais, desapropriações, impedimentos matrimoniais, acidentes do trabalho, executivos fiscais, soldadas, os pedidos de reintegração ou manutenção liminar nas ações possessórias, ações reservatórios, arrolamentos, inventários e partilhas, falências e concordatas;
 - c) a dação e remoção de tutores e curadores;
 - d) as ações prescrites em tempo não superior a 2 (dois) meses;
-

e) os atos de jurisdição voluntária, sempre que as partes, por conveniência própria, provoquem o andamento dos respectivos feitos;

f) os processos criminais falimentares e de réus presos, de fiança e de "Habeas-corpus"; e

g) todos os atos necessários à conservação de direitos que forem requeridos pelas partes.

FERIAS EM SEGUNDA INSTANCIA - "São, de ferias coletivas o período da Semana Santa e o de 2 a 31 de janeiro" (Redação dada ao art. 2.º da Lei estadual n.º 3.467, de 4-9-56, pelo art. 1.º da Lei estadual n.º 4.461, de 20-12-57).

FERIAS EM PRIMEIRA INSTANCIA - Na Capital: de 2 a 31 de janeiro, inclusive; de 2 a 31 de julho, inclusive; e a Semana Santa (art. 1.º da Lei n.º 2.485, de 5-1-54).

No Interior: de 2 a 31 de janeiro, inclusive, e a Semana Santa (art. 1.º da Lei n.º 2.485, de 5-1-54, combinado com o art. 31 da Lei n. 6.142, de 27-6-61, que assim dispõe: "Nas Comarcas do Interior, os Juizes de Direito e os promotores de Justiça gozarão de 30 dias de ferias coletivas no mês de janeiro e 30 dias de ferias individuais").

PROCESSOS CÍVEIS QUE, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL, DEVEM CORRER EM FÉRIAS

- Ações renovatorias. de locação e ações revisionais (art. 35 do Decreto n.º 24.150, de 20-4-34).

- Desapropriações (art. 39 do Dec. Lei n.º 3.365, de 21-6-41).

- Executivos fiscais (art. 61 do Dec. Lei n.º 960, de 17-11-38).

- Falências e concordatas (art. 304 do Dec. Lei n.º 7.661, de 21-6-45).

- Mandados de segurança (art. 16 da Lei n.º 191, de 16-1-36).

- Moratória aos pecuaristas (art. 30 da Lei n.º 209, de 2-1-48).

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES -

Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA -

Tesoureiro

FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA -

Secretário

OCTAVIO UCHÔA DA VEIGA

ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DE BARROS

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA

SEBASTIÃO MEDEIROS

ALCIDES DE MELO VALE

CONSELHO FISCAL

HILDEBERTO VIEIRA DE MELLO -

Presidente

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

JOSÉ ODILON DE ARAUJO

CASSIO DIAS DE TOLEDO

AFFONSO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO

SUPLENTES



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

MARIO IGNACIO -
ELVINO SILVA -
MILTON DUARTE COELHO -
CASEMIRO PINTO NETO -
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO -

Ribeirão Preto
Campinas
Santos
Capital
Capital

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
LEIS E DECRETOS	3
LEIS FEDERAIS	3
LEIS ESTADUAIS	9
PROVIMENTOS	17
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	17
JURISPRUDÊNCIA	18
OS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA E A ARRECADAÇÃO DA SISA	18
LEGISLAÇÃO SOBRE FÉRIAS FORENSES	19
DIRETORIA	20
CONSELHO FISCAL	21
SUPLENTE	21
ÍNDICE	21

ANO XV

Nº 073 - Publicação: 01/01/1963

O REGISTRO DE IMÓVEIS NO PROJETO DE BUROCRATIZAÇÃO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA

ARMANDO COSTA MAGALHÃES

No projeto de oficialização dos ofícios de Justiça, apresentado pela comissão designada pelo Exmo. Snr. Governador do Estado, é instituído um registro de imóveis único na comarca, sem entretanto, serem extintos os já existentes, que abrangem, como não poderia deixar de ser, toda a comarca. O registro de imóveis único tem e não tem circunscrição, pois não praticará de início nenhum dos atos pertinentes ao registro de imóveis. Se limitará a receber e classificar as indicações pessoais enviadas pelos oficiais dos registros de imóveis que registram. Será um centralizador de indicações pessoais. Com que utilidade? Se no ofício a indicação pessoal é uma só, o registro de ato em que figure, ativa ou passivamente pessoa que já tiver figurado em transação anterior registrada, na indicação pessoal aberta quando da prática do primeiro ato é que será lançada a referência ao novo ato. Sendo assim, o que adianta remeter cópia das novas si um grande número de atos é lançado nas indicações anteriores à criação do registro único? O seu autor parece não ter avaliado o trabalho de concentrar as indicações pessoais recebidas pelo "registro único" num único indicador e ignorou, também, a ocorrência dos homônimos. E qual o objetivo desta duplicidade de indicador pessoal? Fornecer certidão ou informação não o poderá o registro único fazer, eis que o veda o artigo 33 do Doe. 4.857, de 3/11/1939.

Este decreto também limita a competência legislativa estadual em matéria de registros públicos, no seu artigo 4.º, à discriminação dos direitos e deveres dos serventuários, sua subordinação administrativa e judiciária, as substituições, os auxiliares, as horas de serviço e os emolumentos que lhes competirão e o autor do projeto atribuía regulamentação do funcionamento ao Poder Judiciário Estadual. A matéria, salvo o disposto no citado artigo 4.º, é de exclusiva competência legislativa federal.

A impossibilidade de funcionamento de um registro único é além disso material, é impraticável eis que, nos termos do artigo 201 do Dec. 4.857 incumbe pessoal e exclusivamente ao oficial a escrituração do livro Protocolo. A atual e toda a legislação anterior - o Dec. 18.542 e o regulamento 370 - impõem ao oficial este serviço. Não admitem nem recibo da apresentação de título a registro - o Protocolo é o livro chave, Pergunto, como poderia o oficial do registro único prenotar e anotar todos os títulos que lhe forem apresentados diariamente? Mesmo abandonando todos os demais encargos de orientação do ofício, sem se preocupar com a execução dos demais atos, sem suscitar qualquer dúvida, enfim, ficando limitado a só prenotar e anotar mecanicamente títulos já examinados por outrem e com extratos onde já figuram os itens do Protocolo o oficial do registro único, se tiver grande prática, poderá, no máximo, executar uma média de 50 títulos nas primeiras horas e 45 nas demais. Sendo assim, trabalhando ininterruptamente as 6 horas do expediente protocolará 100 títulos nas primeiras duas horas e 180 nas 4 restantes. Ao todo 280 títulos, digamos 300, mas sem parar um minuto durante as 6 horas o que é convenhamos humanamente impossível. Pois bem, quando irá protocolar o excedente?

A lei federal que regula a execução dos serviços atinentes aos registros públicos previu, sabiamente, o desmembramento dos registros imobiliários e regulou o seu processo. Diante do sistema adotado o previsível seria o desmembramento afim de ser exequível o registro face ao desenvolvimento do país. Jamais se admitiu a concentração, por impraticável.

LEIS E DECRETOS

LEIS FEDERAIS

LEI N.º 4.160 - DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962

Prorroga à vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato), e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada, até 30 de junho de 1963, a vigência da Lei número 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores e as constantes da presente lei.

Art. 2.º O locador, nas locações de Imóveis residenciais, poderá cobrar, do locatário, além das taxas dos serviços municipais as contribuições referentes ao fornecimento de luz, água e saneamento, a majoração dos tributos havida posteriormente a 31 de dezembro de 1942, bem como as cotas imputadas ao condomínio, nas despesas de condomínio, desde que exibidos os respectivos comprovantes.

Art. 3.º Nas locações para fins comerciais ou industriais, o locador poderá cobrar do locatário, além das contribuições de luz, água e saneamento, as despesas de condomínio, e prêmio de seguro contra fogo e os tributos que incidam sobre o imóvel mediante prévia comprovação.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
D.O. U. 10/12/62.

LEI N.º 4.166 - DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962

Modifica a redação do parágrafo único do artigo 6.º e do inciso 1 do artigo 7, tudo da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que altera disposições do Código do Processo Civil relativas ao mandado de segurança.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 6.º e o inciso 1 do artigo 7.º da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6.º

Parágrafo único. No caso em que o documento necessário à prova de alegado se acha em repartição ou estabelecimento público, ou em poder de autoridade que recusa fornecê-lo por certidão, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e mareará para o cumprimento da ordem o prazo de dez dias. Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação. O escrivão extrairá cópias do documento para juntá-las à segunda via da petição.

Art. 7.º

I - que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que, no prazo de quinze dias, preste as informações que achar necessárias.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de dezembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
D. O. U. 10/12/62.

LEI N.º 4178 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os estabelecimentos de crédito não funcionarão aos sábados, em expediente externo ou interno.

Art. 2.º As obrigações em cobrança cujos vencimentos estiverem marcados para um sábado serão pagáveis no primeiro dia útil imediato.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1962; 141.º da Independência e 74.º da República.

João GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
D. O. U. 24/12/62.

LEIS ESTADUAIS

LEI N.º 1 7.582, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1962

Dispõe sobre inscrição dos Servidores da Justiça na Carteira Predial do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É facultada a inscrição dos serventuários, escreventes, fiéis e demais auxiliares dos cartórios não oficializados, mesmo que inativos, na Carteira Predial do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º - O pedido de inscrição, obedecidas as mesmas condições para os demais funcionários públicos, será instruído com certidão que prove ser o interessado contribuinte da Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, e estar em dia com suas contribuições.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 5 de dezembro de 1962.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Justino Maria Pinheiro

Paulo Marzagão

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 5 de dezembro de 1962.

Luiz Ganesella Netto

Diretor Geral, Substituto

D.O. 6/12/62.

LEI N.º 7.693, DE 14 DE JANEIRO DE 1963

Altera disposições da Lei Orgânica dos Municípios.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os artigos 3.º e 5.º da Lei n. 1, de 18 de setembro de 1947 (Lei Orgânica dos Municípios), alterados pelas leis ns. 2.081 e 4.571, de 27 de dezembro de 1952 e 3 de janeiro de 1958, respectivamente, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3.º - Na toponímia de municípios e distritos é vedado o emprego de nomes de mais de quatro palavras, designações de datas e nomes de pessoas vivas.

Parágrafo único - Não se contarão para os efeitos deste artigo as partículas gramaticais.

Artigo 5.º - A criação do município será provocada por representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada no mínimo por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados no distrito há mais de dois anos, com as respectivas firmas reconhecidas.

§ 1.º - A residência ou domicílio dos signatários será atestado pelo tabelião do distrito, ou, no

impedimento justificado deste, pelo juiz de paz ou pela autoridade policial.

§ 2.º - A qualidade dos signatários, como eleitores, será provada por meio de certidão fornecida pelo escrivão eleitoral da comarca.

§ 3.º - Tanto o reconhecimento das firmas como os atestados de residência ou domicílio e a certidão do escrivão eleitoral se farão sem ônus para os interessados, não podendo, quer o tabelião, quer as autoridades referidas, negar-se a praticar esses atos sob pena de responsabilidade.

§ 4.º - A representação deverá vir instruída com os documentos que comprovem estar o distrito nas condições estabelecidas nesta lei, podendo a Assembléia permitir a sua complementação oportuna.

§ 5.º - Sempre que a prova dos requisitos mínimos exigidos pela presente lei se fizer difícil ou impossível, por circunstâncias independentes da vontade dos subscritores da representação a que se refere este artigo, determinará a Assembléia, pelo órgão competente, as providências necessárias para a devida apuração desses requisitos.

§ 6.º - A representação deverá ser entregue à Assembléia Legislativa até o dia 30 de abril do ano da lei quinquenal, não podendo ser considerada a que der entrada depois desse prazo.

Artigo 2.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 3.º - A subdivisão de distrito só poderá ser objeto de lei que disponha sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, e desde que possua mais de 100.000 (cem mil) habitantes.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1963.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

Justino Maria Pinheiro

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 15 de janeiro de 1963.

Fioravante Zampol - Diretor Geral

D. O. 16/1/63.

LEI N.º 7.830, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1963

Dispõe sobre a cobrança das custas e emolumentos constantes das tabelas anexas à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958; e dá outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição, em parte, do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n.º 128, de 1961 de que resultou a Lei n.º 7.748, de 24 de janeiro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º - As custas e emolumentos constantes das tabelas "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H",

"I", "J", "K", "L" e "M", anexas à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, serão cobrados em dobro.

Parágrafo único - Os vencimentos dos escreventes, auxiliares e fiéis dos cartórios não oficializados serão revistos e fixados pelo Secretário da Justiça dentro de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, não podendo ser inferiores ao salário mínimo local.

Artigo 2.º - O item 1 da tabela "B" da Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, passa a ser de Cr\$ 400,000 (quatrocentos cruzeiros).

Artigo 3.º - Mantido o veto.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 1963.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ - Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 1963.

Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

LEI N.º 1 7.844, DE 11 DE MARÇO DE 1963

Modifica as Leis ns. 465, de 28-9-1949, 5.301, de 14-4-1959 e 6.533, de 30-11-1961.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição, em parte, do veto aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei n.º 94, de 1962, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Mantido o veto.

Parágrafo único - Mantido o veto.

Artigo 2.º - O artigo 22, da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pela Lei n.º 507, de 17 de novembro de 1949, pela Lei n.º 5301, de 14 de abril de 1959 e pela Lei n.º 6533, de 30 de novembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 22 - Para efeito de pagamento dos proventos de aposentadoria e do recolhimento de contribuições ao Instituto de Previdência do Estado e às estações arrecadoras, da percentagem estabelecida na letra "a" do artigo 12, ficam arbitradas como remunerações bases as seguintes, de acordo com a classificação das comarcas e categoria dos servidores:

A - PRIMEIRA CLASSE - (COMARCA DE 4.ª ENTRÂNCIA)

1 - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e Protestos, Escrivanias do Cível, da Família e das Sucessões, das Fazendas Públicas, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores, Porteiros dos Auditórios e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	82.000,00
Oficiais Maiores	58.000,00
Escreventes	42.000,00
Fiéis e Auxiliares	20.000,00
Porteiro dos Auditórios	44.000,00
Ajudantes de Porteiro dos Auditórios	20.000,00
Auxiliar de Porteiro dos Auditórios	17.000,00

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

	Cr\$
Serventuários	50.000,00
Oficiais Maiores	35.000,00
Escreventes	25.000,00
Fiéis e Auxiliares	17.000,00

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr\$
Serventuários	35.000,00
Oficiais Maiores	25.000,00
Escreventes	18.000,00
Fiéis e Auxiliares	17.000,00

B - Segunda Classe - (Comarcas de 3.ª Entrância)

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas:

	Cr\$
Serventuários	68.000,00
Oficiais Maiores	50.000,00
Escreventes	36.000,00
Fiéis e Auxiliares	16.000,00

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

	Cr\$
Serventuários	40.000,00
Oficiais Maiores	30.000,00
Escreventes	20.000,00
Fiéis e Auxiliares	15.000,00

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr\$
Serventuários	30.000,00
Oficiais Maiores	20.000,00
Escreventes	16.000,00
Fiéis e Auxiliares	14.000,00

C - Terceira Classe - (Comarcas de 2.ª Entrância)

1 Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e subdistritos de municípios, que sejam sede de comarcas:

	Cr\$
Serventuários	60.000,00
Oficiais Maiores	44.000,00
Escreventes	24.000,00
Fiéis e Auxiliares	13.500,00

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios, que não sejam sede de comarcas:

	Cr\$
Serventuários	35.000,00
Oficiais Maiores	25.000,00
Escreventes	18.000,00
Fiéis e Auxiliares	14.000,00

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

	Cr\$
Serventuários	25.000,00
Oficiais Maiores e Escreventes	16.000,00
Fiéis e Auxiliares	12.000,00

D - Quarta Classe - (Comarcas de 1.ª Entrância)

1 Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	40.000,00
Oficiais Maiores	26.000,00
Escreventes	18.000,00
Fiéis e Auxiliares	13.500,00

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

Cr\$	
Serventuários	30.000,00
Oficiais Maiores	20.000,00
Escreventes	16.000,00
Fiéis e Auxiliares	13.000,00

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e anexos de distritos que não sejam sede de municípios:

Cr\$	
Serventuários	22.000,00
Oficiais Maiores e Escrevente	15.000,00
Fiéis e Auxiliares	11.000,00

Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta lei serão reajustados os proventos".

Artigo 3.º - Mantido o veto.

Artigo 4.º - Mantido o veto.

Artigo 5.º - Mantido o veto.

Artigo 6.º - Mantido o veto.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 março de 1963.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de março de 1963.

Francisco Carlos

Diretor Geral Substituto

D. O.12/3/63.

LEI N.º 7.847, DE 11 DE MARÇO DE 1963

Dispõe sobre prova do pagamento do imposto de transmissão imobiliária "inter-vivos", atribuído aos municípios pela Emenda Constitucional n.º 5, de 21 de novembro de 1961, e dá outras providências.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista a rejeição do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n.º 204 de 1962, de que resultou a Lei n.º 7.713, de 16 de janeiro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos, os atos e termos a seu cargo, atinentes à constituição ou translação de direitos reais sobre imóveis, sem a prova do pagamento do imposto de transmissão da propriedade imobiliária "inter-vivos", atribuído aos municípios pela Emenda Constitucional n.º 5, de 21 de novembro de 1961.

Parágrafo único - Em qualquer caso de incidência será o conhecimento obrigatoriamente transcrito na escritura ou documento.

Artigo 2.º - Os serventuários de justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização tributária municipal, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do imposto.

Artigo 3.º - Os tabeliães e escrivães que lavrarem escrituras, atos ou termos que fizerem cessar a indivisão de bens imóveis, expedirão, previamente, quando não haja reposição, guias negativas do imposto, citando o número do contribuinte na Prefeitura e individualizando o imóvel que ficará pertencendo a cada condômino e a sua parte na comunhão, e transcreverão literalmente o conhecimento do imposto na escritura ou termo.

Artigo 4.º - Dentro de 15 (quinze) dias da lavratura da escritura ou termos de cessão de promessa ou compromisso de venda e compra de imóveis, havendo sido pago por antecipação o imposto, os tabeliães e escrivães comunicarão, por escrito, à repartição municipal competente, a sub-rogação nos direitos e obrigações decorrentes do pagamento antecipado do imposto.

§ 1.º - Quando a cessão se fizer por instrumento particular, a comunicação será feita pelo cedente ou proprietário do imóvel, no caso de ser exigida a sua anuência para a cessão, no dia da assinatura do contrato.

§ 2.º - Ficam os tabeliães obrigados, em igual prazo, a comunicar aos órgãos competentes das Prefeituras todos os atos translativos de domínio imobiliário, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e demais elementos necessários ao cadastro tributário das comunas.

"Artigo 5.º - O Cartório do Registro Civil das Pessoas aturais e anexo de Tabelionato, dos distritos de Comarcas de 4.ª entrância, poderá sofrer desanexação do Tabelionato, de Notas, passando a constituir, observada a numeração ordinal, Cartório distinto na sede da Comarca, desde que:

- I - mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do movimento de escrituras lavradas em suas notas se refiram a imóveis situados fora do território do distrito a ser desmembrado;
- II - o anexo de Notas, no quinquênio de 1.º -7-1957 a 30-6-1962, não tenha um movimento maior de 30 escrituras, por ano, referentes a imóveis sítios no território do distrito;
- III - os Serventuários, abrangidos por este artigo, se pronunciem no prazo de 30 dias, após a publicação desta lei, favor da desanexação, optando pelo provimento no cartório ser desanexado.

Parágrafo único - O requerimento de opção será dirigido ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, instruído com certidão sobre o movimento do cartório visada pelo Juiz Corregedor Permanente da Comarca, abrangendo o período de 1.º 7-1957 a 30-6-1962.

Artigo 6.º - Na inobservância de quaisquer das disposições desta lei, oficiará o Município ao Juiz competente, que determinará a exibição necessária e, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, imporá ao serventuário a multa de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), elevada ao dobro nas reincidências.

Artigo 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de março de 1963.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de março de 1963.

Francisco Carlos - Diretor Geral, Substituto
D. O. 14/3/63.

LEI N.º 7.852, DE 20 DE MARÇO DE 1963

Acrescenta itens à letra "a" do artigo 20 da Lei de 819, de 31 de outubro de 1950.

CYRO DE ALBUQUERQUE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista a rejeição em parte, do veto aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n.º 353, de 1962, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Mantido o veto.

Artigo 2.º - O parágrafo único do artigo 26 da Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950, acrescido pelo artigo 1.º da Lei n.º 4.342 de 5 de novembro de 1957, passa a ter a seguinte redação: "Parágrafo único - No caso das letras "a", "b" e "f" do artigo 3.º, havendo, na serventia vaga, escrevente, com mais de 12 (doze) anos de efetivo exercício, ou com mais de 15 (quinze) anos de serviço público, que exerça o cargo de seu oficial maior há mais de 3 (três) anos, seja bacharel em direito ou haja substituído interinamente o serventuário, embora alternadamente, nela será provido, expedindo o Poder Executivo o decreto de nomeação a requerimento do interessado".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CYRO ALBUQUERQUE - Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de março de 1963.

Francisco Carlos - Diretor Geral.

D. O. 21/3/63.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA

HENRIQUE BASTOS FILHO -
ARMANDO COSTA MAGALHÃES -
OSCAR DE BARROS PEREIRA -
ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE FILHO
CARLOS ALBERTO BUENO NETO
GUILHERME DE ABREU CASTELO BRANCO
LAURO SOARES DE MENDONÇA
JOÃO ALBERTO CAIADO DE CASTRO

Presidente
Presidente
Tesoureiro

CONSELHO FISCAL

FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO
JOSÉ AUGUSTO LEITE DE MEDEIROS
BRANCA REGINA MARTINS FORSTER
FRANCISCO T. DA SILVA JUNIOR

SUPLENTES

ELVINO SILVA -

Campinas



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

BENTO MASCARENHAS -
MILTON DUARTE COELHO -
ARMANDO VERIDIANO LARANJA -
WALTER DE LIMA LEAL DE BARROS -
ANTONIO GUILHERME DE PAULA LEITE -
LINCOLN DE OLIVEIRA MENEZES -
ANTONIO OLINTO NOGUEIRA -
MARIO PRESTES ASSUNÇÃO -

Sorocaba
Santos
Santos
São Vicente
Campinas
Barretos
Barretos
Limeira

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888
SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
O REGISTRO DE IMÓVEIS NO PROJETO DE BUROCRATIZAÇÃO DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA	3
LEIS E DECRETOS	4
LEIS FEDERAIS	4
LEIS ESTADUAIS	6
DIRETORIA	14
CONSELHO FISCAL	15
SUPLENTE	15
ÍNDICE	16

Nº 074 - Publicação: Mai/63 a Fev/1964

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

DR. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR

DR. SEBASTIÃO MEDEIROS

DR. ANTONIO TUPINAMBÁ VAMPRÉ

Toda a colaboração deve ser remetida à sede da Associação à rua Senador Feijó 176, 11º andar, nesta Capital, até o dia 10 de cada mês, devendo vir datilografada de um só lado e assinada pelo seu autor.

A não ser quando se trate de artigo da redação, a Associação não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nos artigos publicados, reservando-se o direito de recusar ou protelar a publicação do que assim julgar necessário

As colaborações devem referir-se a matéria técnico-profissional, sendo expressamente vedado tratar de assunto político religioso ou de caráter individual.

A distribuição deste Boletim é gratuita nos associados e às Associações de classe do país e do exterior

SUMÁRIO:

Redação

Colaboração

Colégio Notarial de São Paulo

Leis e decretos

Provimentos

Jurisprudência
Informações Várias
Seção Social

Armando Costa Magalhães

A cidade de São Paulo amanheceu surpresa com uma notícia dolorosa: Armando Costa Magalhães, digníssimo oficial do Registro de Imóveis da 3.^a circunscrição desta Capital, que se internara em uma casa de saúde para uma intervenção cirúrgica que parecia simples, falecera. Irmão exemplar, amigo fiel e colega dedicado, o impacto emocional foi enorme. Sereno, porém enérgico, ele era um serventuário da justiça que honrava a classe pela sua notória inteligência e perspicácia, conhecendo como poucos os complexos problemas da serventia que ele dignificava com uma probidade inatacável. Tanta experiência e conhecimentos acumulava, que só tornara um conselheiro natural e afável não só dos seus colegas e demais serventuários da justiça, como também de advogados e partes interessadas na solução das intrincadas subtilezas dos registros. Tendo sido Presidente e diretor, por mais de uma vez, da associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, Armando Costa Magalhães foi um lutador incansável na defesa dos direitos e interesses da classe que ele tão dignamente representava, muito lhe devendo os serventuários da justiça, os escreventes e demais auxiliares dos cartórios de todo o Estado de São Paulo pela sua ação vigilante e coordenadora junto aos poderes públicos, demonstrando sempre uma notável eficiência construtiva e realizadora em benefício de todos indistintamente. Perde o serviço público um grande servidor e os serventuários da justiça um grande condutor. Os funerais foram realizados no Cemitério da Consolação com extenso acompanhamento, tendo falado por ocasião do enterramento, o Dr. Garibaldi do Mello Carvalho, pelos seus colegas de turma da Faculdade de Direito de São Paulo e o Dr. Francisco Teixeira da Silva Júnior, pela associação dos serventuários de Justiça do Estado de São Paulo e também pelo Colégio Notarial do Estado de São Paulo, os quais proferiram as derradeiras mensagens de saudade no querido morto.

LEI X. 8.040, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1963 altera a redação dos artigos 25 a 28 do Decreto-lei n. 14.234, de 16 de outubro de 1944, e da outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Vetado.

Artigo 2.º - Os artigos 25 a 28 do Decreto-lei n. 14.234, do 16 de outubro de 1944, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 25 - caberá correção parcial, para emenda de erros ou abusos que importem na inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal dos processos, quando para o caso não haja recurso.

Artigo 26 - Cabe originariamente às Câmaras Isoladas dos Tribunais de Justiça e de Alçada julgar as correções parciais, feitas as distribuições segundo a competência para a causa principal.

Artigo 27 - E' de cinco dias o prazo para requerer correção parcial, contado a partir da intimação, ou do conhecimento, do ato impugnado.

§ 1.º - Observar-se-á o processo dos artigos, 844 e 845 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil.

§ 2.º - E' de cinco dias o prazo para o estudo dos relatores, que mandarão os autos à mesa, para julgamento preferencial, respeitadas as precedências constantes das leis federais.

§ 3.º - O acórdão será concedido até a sessão seguinte à do julgamento e remetido, por cópia, ao

Juízo de origem, dentro de 48 horas, para os fins de direito.

Artigo 28 - Cumpridas as disposições anteriores, serão os autos encaminhados ao Conselho Superior da Magistratura, para a aplicação das penalidades disciplinares, se for caso, arquivando-se em seguida".

Artigo 3.º - Passam para a competência das Câmaras Isoladas dos Tribunais de Justiça e de Alcáida os julgamentos das exceções de suspeição opostas aos Juizes, feita a distribuição segundo a competência para a causa principal.

Artigo 4.º - Ficam sujeitos às regras dos artigos 25 a 28 do Decreto-lei n. 14.234, de 16 de outubro de 1944, com a redação ora dada, à do artigo anterior, os feitos ainda não distribuídos na data desta lei, assim como aqueles cuja distribuição for cancelada por motivo superveniente.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de dezembro de 1963.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Miguel Reale

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de dezembro de 1963.

Miguel Sansigolo - Diretor Geral - Substituto.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PROVIMENTO 2-62

O desembargador Euclides Custódio da Silveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de S. Paulo,

Considerando que se tornou praxe o encaminhamento, por intermédio da Corregedoria Geral, de Cartas precatórias Criminais nas comarcas do Estado e de solicitações de diligência atinente a processos da Vara Privativa de Menores da Capital, ante o freqüente descaso no atendimento por parte de muitos juízos deprecados ou solicitados;

Considerando que a reiteração, por duas ou mais vezes, de determinadas precatórias ou solicitações; encaminhadas através da Corregedoria Geral, além de indicar a ocorrência de injustificado retardamento processual e até mesmo de eventuais prescrições, revela a negligência de certos serventuários e a falta de fiscalização judicial:

Recomenda aos Srs. juizes a adoção de adequada medida fiscalizadora do cumprimento oportuno das referidas precatórias e solicitações, como, por exemplo, a já adotada por alguns, da anotação em agenda especial, no ensejo do despacho que ordenar o cumprimento, com a exigência complementar de urna relação quinzenal ou mensal fornecida pelo cartório do Distribuidor.

P. e cumpra-se,
São Paulo, 1.º de fevereiro de 1962.

(a) Euclides Custódio da Silveira
Corregedor Geral da Justiça
D. O. 1/7/63.

PROC. 21.752 - SÃO PAULO

Procuradoria Fiscal do Estado. A Procuradoria Fiscal do Estado pretende que esta Corregedoria Geral baixe provimento autorizando os Juizes de Direito do Interior "a confiar a um funcionário

das Coletorias Estaduais (devidamente escolhido e credenciado) e encargo de distribuir e contratar os mandados a serem cumpridos". Esclarece que os mandados de citação, nos executivos fiscais, são distribuídos pelo serventuário do cartório aos oficiais de Justiça e, freqüentemente, as diligências não se cumpre, ou são tardia ou irregularmente cumpridas. A Procuradoria Geral da Justiça concorda com a sugestão. Em que pese a boa intenção da proponente, parece-nos que não pode ser atendida. A Fazenda do Estado, como parte autora nos executivos fiscais, dispõe de meios legais para contratar ou fiscalizar a distribuição e o cumprimento dos mandados citatórios. Há prazo legal para o serventuário do Cartório cumprir o despacho inicial, extraíndo o mandado e distribuindo-o a um dos oficiais de Justiça (Dec. Lei n. 960/38 art. 65 e §; C. P. Civil, art. 23 e §). Por seu turno, o oficial encarregado da diligência deveria efetua-la dentro de dez dias, e, "senão o fizer, devera disto cientificar a parte, pena de responsabilidade" (Dec. Lei cit., art. 66). Vale dizer que o representante da Fazenda exeqüente pode fiscalizar e exigir o cumprimento da lei, reclamando perante o Juiz de Direito, quando houver omissão, retardamento ou irregularidade. Nestas condições, não se justifica que, por meio de provimento, se permita a transferência da atribuição distribuidora do serventuário da Justiça para um funcionário estranho ao serviço Judiciário, pertencente ao quadro da Fazenda exeqüente. Parece que a pretensão primordial da Procuradoria Fiscal e que os seus Procuradores ou representantes, nas comarcas do interior, tenham conhecimento da distribuição dos mandados aos diversos oficiais, a fim de que uma fiscalização mais prática e eficiente possa ser exercida, assim é, a solução do problema poderia ser a seguinte: um ou mais funcionários da Coletoria, devidamente credenciados, seriam autorizados pelo Juiz de Direito a extrair, diária ou periodicamente, nos respectivos a relação das distribuições de mandados aos diversos oficiais de Justiça. Para isso, contudo não há necessidade de urna autorização especial do Corregedor Geral da Justiça aos Srs. Juizes de Direito, que são Corregedores Permanentes, nas suas comarcas. Remeta-se copia do presente despacho & Procuradoria Fiscal do Estado.

- São Paulo, 5 de Fevereiro de 1963.

(a) Euclides Custódio da Silveira.

D. J., 9/2/63.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
COMUNICAÇÕES DIVERSAS
Provimento N. I-64
O Conselho Superior da Magistratura.

Considerando que a lei n. 8.051 de 31 de dezembro de 1963, em seu art. 86, atribui ao Tribunal de Justiça, segundo for estabelecido em seu Regimento Interno, a livre movimentação dos escrivães, escreventes, fiéis e oficiais de justiça dos cartórios oficializados e dá à Correg. Geral a faculdade de impor-lhes penas disciplinares; e

Considerando que, enquanto o Tribunal de Justiça, presentemente em férias, não dispuser a respeito, se torna absolutamente necessário regular o assunto e outras matérias a ele ligadas, Resolve, "ad referendum" do Tribunal de Justiça:

1.º) - Compete ao Conselho Superior da Magistratura lotar e relatar os escrivães dos cartórios oficializados, segundo as conveniências do serviço e da disciplina forense.

2.º) Compete ao Presidente do Tribunal conceder férias, licenças e afastamentos, adicionais por tempo de serviço, salário família e quaisquer outros direitos e vantagens aos escrivães, escreventes, fiéis e oficiais do justiça dos mesmos cartórios, bem como dar-lhes substitutos naquelas circunstâncias, ouvida a Corregedoria Geral.

3.º) - Compete ao Corregedor Geral da Justiça: a) de acordo com as conveniências do serviço e da disciplina forense, lotar e relatar os escreventes, fiéis e oficiais de justiça e classificar pelas diversas Varas e cartórios oficializados do Estado os oficiais judiciários e oficiais de justiça, bem como os contínuos, serventes e menores admitidos ou nomeados pelo Presidente do Tribunal; b)

impor penas disciplinares aos funcionários do seu gabinete, e, na forma do Regimento das Correições, a todos os serventuários e demais funcionários, efetivos ou extranumerários, dos cartórios oficializados ou não do Estado; e) fixar e estabelecer os horários e normas gerais de trabalho de todo o pessoal dos cartórios oficializados, observadas as prescrições legais vigentes. Publique-se, registre-se e cumpra-se. São Paulo, 2 de janeiro de 1964.

(aa) Euclides Custódio da Silveira Presidente.

Raphael de Barros Monteiro Vice-Presidente.

Olavo Lima Guimarães - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 8/1/64.

NOTA.

No próximo número, publicaremos, na íntegra, as leis ns. 8.050, de 31 /12/63, que dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado e 8.051, de 31/12/63, que reorganiza o serviço judiciário do Estado.

CERTIDÃO PARA SALÁRIO-FAMÍLIA NOTIFICAÇÃO

Laurenço Chonfi, s/m. e outros - Sebastião Pereira de Souza - Fls. 31 verso: - "Atenda-se ao requerido pelo Dr. Curador".

- Advogado: José Geraldo Ferreira de Castilho.

1 - Os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais do 7.º, 11.º, 16.º, 19.º e 28.º Subdistrito desta Capital, argüindo a inconstitucionalidade do § 3.º do art. 4.º da Lei Federal n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, representaram a este Juízo. pedindo esclarecimentos e instruções.

2 - Cabe aos Estados, pela Constituição Federal (art. 124), organizar a sua Justiça e nessa competência está incluída a de definir as atribuições dos serventuários e de criar condições para sua subsistência, fixando vencimentos e proventos. Reservou a eles a Constituição, por isso mesmo, o poder de decretar tributos sobre os atos do serviço de sua Justiça. Art. 19, n. VI). As custas e emolumentos são taxas sobre esses atos e não perdem esse caráter pelo fato de serem percebidos pelos serventuários, como proventos das serventias.

Paralelamente, criou o Estado de São Paulo, dentro de sua competência constitucional (art. 30, n. II), a "Taxa de Aposentadoria de Servidores de Justiça" Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, art. 11), que é um tributo para fiscal de previdência social, destinado à formação do fundo de amparo aos servidores aposentados.

3 - Ressalvada a hipótese de serviços públicos federais concedidos (§ único do art. 31), não pode a união estabelecer isenção de tributos criados pelos Estados, no uso dos poderes, explícitos ou implícitos, a eles conferidos pela Constituição.

O poder de isentar pressupõe o de tributar, princípio que se tem proclamado como essencial à manutenção, da própria Federação. A isenção só pode "emanar do próprio poder que impõe o tributo, porque, só ele é o juiz da possibilidade da redução de seus recursos fiscais e pode conhecer a sua capacidade financeira para atender As despesas e compromissos assumidos". (Themistoclos Cavalcanti, "A constituição Federal Comentada" vol. I, p. 411). Como observou o Ministro Mário Guimarães, em voto proferido no Supremo Tribunal Federal, "do contrário, todo o sistema tributário que o art. 19 estabeleceu - sistema de discriminação de rendas que é basilar para o regime federativo, aluiria sempre que à União aprovasse eliminar este ou aquele imposto, favorecer a esta ou aquela classe de cidadãos, tudo a expensas, não suas, mas de outras

entidades de Direito Público. O poder que tributa é o poder que dispensa". (Rev. Trib., 228-569).

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência. (Sup. Trib. Fed., R. D. Administrativo, 36-62, Jurisprudência, I-44 e 84-86, Rev. Trib., 228-567; T. Justiça de S. Paulo, Rev. Trib., 238-285 e 286-431; T. Alçada, R. D. Administrativo, 62-67 e 66-74).

Não foi sendo orientado por essa doutrina que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em face da lei federal que havia limitado as custas de registro do penhor rural (n. 492, de 1937, art. 34), decidiu, em Tribunal Pleno: "Ainda que fixadas as custas de registro de penhor rural em lei federal, pode o serventuário cobrar aquelas fixadas pelo regimento, baixado pelo Estado, por ser matéria de competência deste último". (Rev. Trib., 182-917).

4 - A lei federal n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, isentou "de selo, taxas ou emolumentos de qualquer espécie" as certidões de nascimento expedidas para a obtenção de benefício. (§ 3.º do art. 4.º). Por contrariar a Constituição, a isenção não atinge o imposto do selo, taxas e emolumentos decretados pelos Estados e somente tem aplicação no Distrito Federal e nos Territórios.

Assim sendo, os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais continuarão a cobrar pelas certidões de nascimento, ainda que solicitadas para aquele fim, os emolumentos fixados pelo Regimento de Custas do Estado (Lei n. 4.831, de 1958, modificada pelo art. 67 da Lei n. 6.786, de 6-4-1962), mais a "Taxa de Aposentadoria de Servidores de justiça".

- O mesmo farão os Tabeliães nos reconhecimentos de firmas.

- P. e int.

- São Paulo, 10 de dezembro de 1963.

- Sílvio da Costa Lima - Juiz de Direito.

D. O. 12/12/63.

FIXAÇÃO DE, SALÁRIO DOS ESCRIVENTES E DEMAIS AUXILIARES DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADOS
ATO N. 14, DE 26 DO CORRENTE

RETIFICAÇÃO

O secretário da Justiça e Negócios do Interior, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no artigo 1.º, da Lei n. 7.830, de 15 de fevereiro, de 1963, determina:

Artigo 1.º - O nível mínimo do salário dos Escreventes, Auxiliares e Fieis dos cartórios não oficializados passa a ser o fixado por este Ato.

Artigo 2.º - Os Escreventes e os Fies da comarca da Capital perceberão salários pelo menos equivalentes aos vencimentos legalmente atribuídos As categorias correspondentes, dos cartórios oficializados.

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, os Auxiliares ficam equiparados aos Fiéis.

§ 2.º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores dos cartórios dos distritos de Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus, São Miguel Paulista, Cajamar, Cotia, Caucaia do Alto, Jandira, Itapevi, Mairiporã, Osasco, Pirapora do Born Jesus e Santana de Parnaíba, os quais

terão seus vencimentos fixados nas bases previstas no artigo 3.º, deste Ato.

Artigo 3.º - Para os demais casos, ficam fixadas as seguintes bases:

Primeira Classe (comarcas de 4.ª entrância, inclusive os seguintes distritos da comarca da Capital: Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus, São Miguel Paulista, Cajamar, Cotia, Caucaia do Alto, Jandira, Itapevi, Mairiporã, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba) :

I - Registro de Imóveis, de Mulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e Protestos, Escriturais do Cível, da Família e das Sucessões, das Fazendas Públicas, depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores, Porteiros dos Auditórios e Registros Cíveis das Pessoas Naturais, de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarca:

a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 507c (cinquenta por cento) ; e b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local, mais 10% (dez por cento).

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de municípios que não sejam sede de comarcas: a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o *salário mínimo local, mais 307o (trinta por cento) ; e b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.

III - Registro Civil das Pessoas Naturais, de distritos que não sejam sede de municípios:

a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 20% (vinte por cento) ; e b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.

Segunda Classe (comarcas de 3.ª entrância) :

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais, de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas:

**a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 35% (trinta e cinco por cento) ; e
b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

**a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 25% (vinte e cinco por cento) ; e
b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de distritos que não sejam sede de municípios:

**a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 15% (quinze por cento) ; e
b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

Terceira Classe (comarcas de 2.ª entrância) ;

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais, de distritos e subdistritos de

municípios que sejam sede de comarcas:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 307c (trinta por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 207o (vinte por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de distritos que não sejam sede de municípios:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 10% (dez por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

Quarta Classe (comarcas de 1.ª entrância) :

I - Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Notas e de Protestos, Depositários Públicos, Contadores, Partidores, Distribuidores e Registros Cíveis das Pessoas Naturais, de distritos e subdistritos de municípios que sejam sede de comarcas:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 257o (vinte e cinco por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

II - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, da sede de municípios que não sejam sede de comarcas:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 15% (quinze por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

III - Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, de distritos que não sejam sede de municípios:

- a) - Escreventes de menor graduação no cartório: o salário mínimo local, mais 107e (dez por cento) ; e**
- b) - Fiéis e Auxiliares: o salário mínimo local.**

Artigo 4.º - Entre os escreventes de um mesmo cartório, segundo a graduação hierárquica, a diferença dos respectivos salários Não poderá ser inferior a 20%c (vinte por cento) do salário mínimo vigente na região.

Artigo 5.º - Dentro de 15 (quinze) dias contados da publicação deste Ato, os serventuários de todos os cartórios não oficializados deverão enviar à Secretaria da Justiça, para fins de estudo, relação completa dos respectivos Escreventes, Auxiliares e Fiéis, com as seguintes indicações:

- a) - salários mensais pagos a partir de 15-2-63;**
- b) todo o tempo de serviço público de cada Escrevente, Auxiliar ou Fiel, inclusive o prestado em outras serventias ou repartições, com indicação das funções exercidas e data do início e fim dos respectivos exercícios; e**
- c) - quais os contratos de trabalho dos servidores relacionados, não encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça; bem como a razão desse não**

encaminhamento.

Parágrafo único - As relações de que trata este artigo deverão ser encaminhadas com o "ciente" expresso dos servidores interessados.

Artigo 6.º - Os servidores de cartórios não oficializados não poderão perceber, em seu conjunto, quantia inferior a 25% (vinte cinco por cento) da renda líquida média mensal da serventia, apurada no exercício anterior.

Artigo 7.º - Oportunamente esta Secretaria fará a revisão dos critérios estabelecidos neste Ato.

Publique-se e Cumpra-se.

Miguel Reale, Secretário de Estado.

29-31-8-3/)

Despacho do Secretário de 4 do corrente

No processo n. 328.233-63: "Tendo surgido dúvidas quanto à inteligência do art. 4.º do Ato n. 14, de 26 de agosto último, publicado no "Diário Oficial" de 27 do mesmo mês, tomo a iniciativa de fixar o exato alcance do dispositivo em apreço. De acordo com o referido artigo "entre os escreventes de um mesmo cartório, segundo a graduação hierárquica, a diferença dos respectivos salários não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigorante na região". Consoante se depreende das manifestações comunicadas a esta Secretaria, as dúvidas decorrem do fato de insistir, nos cartórios não oficializados, graduação hierárquica legalmente instituída.

É de ver, porém, que o objetivo do dispositivo foi possibilitar uma estruturação do pessoal em consonância com a que vigora nas serventias oficializadas. Tomou-se como modelo a gradação hierárquica oficial em três categorias de escreventes, o que importa em dizer que, para a fixação dos salários dos servidores; deverá o responsável por cada serventia ter em conta ditas categorias funcionais. Por conseguinte, não se aplica o preceito, evidentemente, à simples numeração ordinal dos escreventes, prevista em lei que atende a outros fins. Assim sendo, para os efeitos do escalonamento dos salários, devem os auxiliares de cartórios ser discriminados em três categorias, abrangendo um ou mais auxiliares, só entre aquelas prevalecendo a diferença prevista no artigo 4.º do Ato n. 14."

Miguel Reale - Secretário da Justiça.

D. O. 5/9/63.

PORTARIA

O Doutor Sílvio da Costa Lima, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos, no uso das atribuições do seu cargo.

DETERMINA aos Senhores Serventuários dos Cartórios extrajudiciais desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo (Tabelionatos de Notas, Registros de Imóveis, Registros de Títulos e Documentos, Tabelionatos de Protestos, Ofícios Distribuidores e de Registro Civil das Pessoas Naturais) que, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação desta Portaria, apresentem a este Juízo propostas fundamentadas de modo sucinto, para a classificação de seus escreventes

em três categorias, à semelhança do regime existente nos cartórios judiciais e nos termos do § 3.0 do artigo 15 do Decreto n.º 5.129 de 23 de julho de 1931.

P. R. e Cumpra-se.

São Paulo, 2 de outubro de 1963.

Sílvio da Costa Lima
Juiz de Direito.

D. O. 8110/63.

São Paulo, 7 de Novembro de 1963.

Excelentíssimo Senhor Secretário.

Respeitosas saudações.

A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo vem apresentar, por escrito, conforme entendimento na última entrevista que nos concedeu, as ponderações feitas relativamente ao ato n.º 14, de 26 de agosto p. findo.

Conforme salientamos à Vossa Excelência, mais que o quantum, nos preocupa a equiparação dos vencimentos dos escreventes e auxiliares do foro extrajudicial da Capital aos percebidos pelos titulares desses cargos nos ofícios judiciais, eis que qualquer majoração dos vencimentos destes importaria nos daqueles gerando além de uma situação insustentável aos serventuários uma desigualdade chocante com os dos escreventes e auxiliares do interior.

Acresce ainda a possibilidade de pretenderem as demais vantagens que os escreventes e auxiliares judiciais têm eis que o ato se refere a vencimentos "legalmente" percebidos.

Assim também a fixação dos vencimentos dos escreventes e auxiliares do interior com base no salário mínimo igualmente poderá impor acréscimo de despesa com a alteração daquele sem ser, como os da Capital, acompanhado de majoração de custas.

Outro aspecto que requer revisão é relativo aos vencimentos dos escreventes e auxiliares do Registro Civil da Comarca da Capital. A distinção estabelecida no § 2 do art.º 2 não atendeu à situação dos Snrs. Oficiais do Registro Civil, Cumpre estatuir uma única fixação para esses servidores do Registro Civil e em nível inferior ao estabelecido pelo Ato.

Impõem-se também esclarecer que os vencimentos fixado deve corresponder prestação de serviço e não só a simples presença, sem produção.

Como tivemos oportunidade de salientar a Vossa Excelência a disparidade de situação, resultantes da natureza dos ofícios, da situação geográfica e até dos regimes vigentes de pagamentos diversos em serventias da mesma natureza e classe está a requerer uma providencia que permita uma fixação justa para cada ofício.

Permita-nos sugerir a solicitação de propostas pelos serventuários.

A classificação por categorias vem sendo processada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Corregedoria Permanente do Foro Extrajudicial da Capital, nos termos da Determinação de 4/10/1963.

Quanto ao disposto no art.º 6.º do Ato ternos a ponderar que na quase totalidade dos ofícios a percentagem fixada é excedida, mas o que importa é que o dispositivo será uma fonte de atritos entre os serventuários e escreventes e estes entre si.

Confiantes no alto critério e espírito de justiça de Vossa Excelência aguardamos, nos termos do disposto no art.º 7.º do referido Ato uma revisão do mesmo.

Sem mais, sinceramente agradecidos subscrevemo-nos com elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

ARMANDO COSTA MAGALHÃES

Diretor-secretário

A Sua Excelência o Senhor Professor Miguel Reale.

Digníssimo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

CAPITAL

Egrégio Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado.

A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE S. PAULO e o COLÉGIO NOTARIAL DO ESTADO DE S. PAULO, pelos seus representantes abaixo assinados, vêm mui respeitosamente pedir a valiosa intervenção de V. Excia. junto a S. Excia. o Snr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior do Estado, no sentido de ser sustada a aplicação do seu ATO N.O 14, de 26 de agosto p.p, pela impossibilidade subjetiva do seu atendimento por parte dos Serventuários da Justiça do Estado.

I

O aludido Ato, no seu Art. 2.º, determina os salários, aos Escreventes e Fiéis da Capital, equivalentes aos vencimentos legalmente atribuídos às categorias correspondentes dos Cartórios Oficializados.

Mas, que "categorias correspondentes", - se os Cartórios não oficializados não possuem "graduação hierárquica legalmente instituída", conforme S. Excia. reconheceu no Processo n.º 328.233/63?

Como nivelar, v.g. um escrevente de Tabelionato de Notas, com um de Títulos e Documentos, quando as suas atribuições, capacidades e habilitações são tão diferentes?

E como equipará-los aos dos cartórios oficializados, que são os judiciais?

Cada qual tem a sua natureza diversa,

As mesmas dificuldades surgem aos serventuários do interior do Estado, para atenderem ao Art. 3.º do mesmo Ato.

II

O Ato no seu Art. 4.º, estabelece entre os escreventes do mesmo cartório, segundo a graduação hierárquica, diferença mínima salarial não inferior a 20% do salário mínimo vigente.

Como estabelecer essa diferença, - se não ha graduação hierárquica nos cartórios extrajudiciais? Porventura nos cartórios oficializados existe essa diferença de 20 To?

III

Não cogita o Art. 6.º do Ato matéria ainda em discussão no Congresso Nacional, qual seja a da participação nos lucros?

IV

Terá a Lei n.º 7.830 de 15 de Fevereiro de 1963, da qual é originário o referido Ato, - revogado a Lei n.º 5.239, de 15 de Janeiro de 1959 e anteriores?

V

Refere-se a citada Lei 5. 39 apenas aos cartórios judiciais como consta do seu preâmbulo? É de notar que até hoje (quatro anos depois) ainda não foi a mesma aplicada aos cartórios extrajudiciais.

VI

Se a Lei n.º 5.239 não se aplica aos cartórios extrajudiciais, - como o Ato poderia entendê-la aos mesmos cartórios?

VII

O sistema de pagamento pretendido pelo Ato vem subverter radicalmente o antigo e satisfatório método vigente em cada tipo de serventia, pois cada uma tem as suas peculiaridades, adotando modos diversos de pagamento.

Tal subversão fatalmente atingiria não só a ordem de trabalhos, como a disciplina, e também viria desestimular a produção de serviços em detrimento do público em geral.

VIII

Essas, algumas das inúmeras considerações a fazer ao referido Ato sem embargo de sua discutível constitucionalidade.

As entidades suplicantes estão certas de que as considerações ora feitas com todo o respeito, hão de merecer a melhor acolhida por parte de S.Excia. o Sr. Secretário da Justiça.

Nestes termos,
EE. R. M.

São Paulo, 10 de Setembro de 1963.

HENRIQUE BASTOS FILHO

p. Associação dos Serventuários da Justiça
do Estado de São Paulo.

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

p. Colégio Notarial do Estado de São Paulo.

ATO N. 19, DE 20 DE, JANEIRO DE 1964

O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, usando de suas atribuições e;

Considerando que o conhecimento exato do movimento forense, em cada comarca, é imprescindível para a racionalização dos serviços cartorários;

Considerando que qualquer planejamento, no que se refere a organização judiciária do Estado, exige o exame de dados estatísticos seguros e atualizados concernentes ao volume de feitos, origem e valor;

Considerando que os dados referidos são essenciais, igualmente, a qualquer objetivo de reforma processual,

Determina:

Artigo 1.º - Os Oficiais dos Cartórios de Distribuidor, Contador e Partidor e os das serventias judiciais da Capital enviarão à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, até o dia 15 de cada mês, relação dos feitos judiciais distribuídos no mês anterior, visada pelo juiz de Direito Corregedor Permanente do Ofício.

Artigo 2.º - Da relação a que alude o artigo anterior deverão constar, obrigatoriamente, indicações quanto ao local de residência dos autores e réus, natureza dos feitos, situação dos imóveis e valor da causa.

Artigo 3.º - Também serão indicados os feitos que foram objeto de recursos, em cada mês, e os que foram concluídos, sem qualquer apelo à superior instância, discriminando-se os que mereceram sentença e os que foram simplesmente arquivados.

Artigo 4.º - A falta de remessa da relação no prazo legal, ou em desacordo com as normas estabelecidas, serão devidamente anotadas no prontuário do serventuário, para serem



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

considerados negativamente nos casos de promoção que dependam de livre escolha do Executivo, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

Artigo 5.º - O disposto no artigo anterior será também observado nos casos de não atendimento da exigência contida no artigo n. 5 do Ato n. 14.

Artigo 6.º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 20 de janeiro de 1964.

Miguel Reale, Secretário da Justiça.

D. O. 21/1/64.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA

HENRIQUE BASTOS FILHO

Presidente

OSCAR DE BARROS PEREIRA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA
FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE FILHO
LAURO SOARES DE MENDONÇA

CARLOS ALBERTO CAIADO DE CASTRO

..

CONSELHO FISCAL
FRANCISCO VERGUEIRO PORTO
ELVINO SILVA FILHO

-

Campinas

JOSÉ AUGUSTO LEITE DE MEDEIROS
BRANCA REGINA MARTINS FORSTER
FRANCISCO T. DA SILVA JÚNIOR

SUPLENTES

BENTO MASCARENHAS

-

Sorocaba

MILTON DUARTE COELHO

-

Santos

ARMANDO VERIDIANO LARANJA

Santos

WALTER DE LIMA LEAL DE BARROS

São Vicente

ANTONIO GUILHERME DE PAULA LEITE
LINCOLN DE OLIVEIRA MENEZES

Campinas

ANTONIO OLINTO NOGUEIRA

Barretos

MARIO PRESTES ASSUNÇÃO

Baretos

Limeira

SEDE SOCIAL E REDAÇÃO:
RUA SENADOR FEIJÓ N.º 176 - 11º Andar
Salas 1109 a 1113 - Caixa Postal, 7.209
Telefone 33-3888

SÃO PAULO

ÍNDICE

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1
COMISSÃO DE REDAÇÃO:	2
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	3
ARMANDO COSTA MAGALHÃES	3
LEI E DECRETOS	3
LEI ESTADUAL	3
PROVIMENTOS	4
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	5
PROC. 21.752 - SÃO PAULO	5
CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	6
COMUNICAÇÕES DIVERSAS	6
INFORMAÇÕES VÁRIAS	7
CERTIDÃO PARA SALÁRIO-FAMÍLIA	7
FIXAÇÃO DE, SALÁRIO DOS ESCRIVENTES E DEMAIS AUXILIARES DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADOS	8
ATO N. 14, DE 26 DO CORRENTE	8
PORTARIA	11
ATO N. 19, DE 20 DE, JANEIRO DE 1964	14
DIRETORIA	15
CONSELHO FISCAL	16
SUPLENTE	16
ÍNDICE	16

Nº 075 - Publicação: Mar/Jul 1964

LEI N. 8101, DE 16 DE ABRIL DE 1964

Reorganiza o serviço judiciário do Estado, especialmente na comarca da Capital, e dá outras providências.

CYRO ALBUQUERQUE, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição em parte, do veto parcial oposto pelo Governador do Estado ao Projeto de lei n. 2, de 1962, de que resultou a Lei n. 8.051, de 31 de dezembro de 1963, promulga, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º - A administração da Justiça no Estado de São Paulo rege-se pela presente lei, mantidas, no que não tiver sido revogado, as demais disposições pertinentes ao assunto

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E DAS FÉRIAS FORENSES

APÍTULO I

Da Classificação da Comarca da Capital e dos Juizes

Artigo 2.º - A comarca da Capital, abrangendo exclusivamente o município de São Paulo, passa a ser de entrância especial.

Artigo 3.º - Os juizes de direito e os membros do Ministério Público são classificados segundo a entrância da comarca de que são titulares.

§ 1.º - Excetuam-se os juizes e promotores substitutos das circunscrições judiciárias do Estado, a que se refere o artigo 16 da Lei n. 6.142, de 27 de junho de 1961.

§ 2.º - Os atuais juizes de direito substitutos de 23 instância, juizes e membros do Ministério Público de 43 entrância, da Capital e do Interior, (mantido o veto), ficam classificados como juizes, promotores e curadores de entrância especial.

Artigo 4.º - A promoção por antiguidade para o Tribunal de Justiça será feita dentre os juízes do Tribunal de Alçada, sem prejuízo de igual direito reconhecido aos atuais juízes de 43 entrância, à data da promulgação desta lei.

Artigo 5.º - A antiguidade dos Ministros do Tribunal de Alçada e dos juízes de direito, contar-se-á da posse no Tribunal ou na entrância. Se de igual data, terá precedência quem tiver maior antiguidade na entrância anterior.

Parágrafo único - A nomeação para o cargo de Procurador de Justiça do Estado, será feita, dentre os membros do Ministério Público de entrância especial, sem prejuízo de igual direito reconhecido aos atuais titulares de 4.ª entrância, da Capital e do interior, à data da promulgação desta lei.

Artigo 6.º - Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz de direito ser promovido.

Parágrafo único - Não havendo juízes com estágio, ou não sendo classificados os que o tiverem, a vaga não será preenchida por promoção.

CAPÍTULO II

Das férias forenses

Artigo 7.º - São de férias forenses em todo o Estado de São Paulo, tanto em primeira como em superiores instâncias, os seguintes períodos:

I - de 2 a 31 de janeiro;

II - os dias da Semana Santa;

III - de 2 a 31 de julho.

Artigo 8.º - Durante as férias, serão praticados nos Tribunais todos os atos que não implicarem fluência de prazo para recurso ou para dizer nos autos.

Parágrafo único - A citação realizada em segunda instância, no período de férias, considerar-se-á feita, para a fluência dos prazos dela decorrentes e para o efeito de comparecimento do citando no primeiro dia útil imediato.

Artigo 9.º - Podem ser processados e julgados durante as férias de segunda instância, não se suspendendo pela sua superveniência:

I - os recursos interpostos nos feitos que, em primeira instância, correrem nas férias;

II - as exceções de suspeição, correições parciais, conflitos de jurisdição, "habeas corpus" e mandados de segurança originários, as revisões criminais em favor de réu preso, as fianças, os arrestos, seqüestros e medidas requeridas com fundamento no artigo 682, segunda parte, do Código de Processo Civil.

Artigo 10 - Quanto às férias dos titulares e substitutos de 23 instância serão observadas as seguintes normas:

I - os desembargadores Presidente, 1.º Vice Presidente, e Corregedor Geral da Justiça que não gozarão das férias de que trata o artigo 7.º, terão férias individuais de 60 (sessenta) dias, em qualquer época do ano civil, menos nos períodos e férias forenses, e poderão gozá-las parcelada, porém não simultaneamente;

II - o desembargador 2.º Vice Presidente gozará férias individuais pelos dias que não houver gozado das coletivas, por se achar no exercício da Vice Presidência;

III - o Presidente e o Vice Presidente do Tribunal de Alçada, que também não gozarão das férias de que trata o artigo 7.º, terão férias individuais de 60 (sessenta) dias, em qualquer época do ano civil, podendo tirá-las em 2 (dois) períodos, porém não simultaneamente;

IV - os integrantes da Seção Civil gozarão férias coletivas, durante os períodos referidos no artigo 7.º;

V - os integrantes da Seção Criminal gozarão férias coletivas na Semana Santa e de 2 a 31 de janeiro e mais 30 (trinta) dias de férias individuais em cada ano civil, mediante escala, não

podendo ficar afastado simultaneamente mais de um componente de cada Câmara Criminal. A escala de férias será aprovada pelo Tribunal respectivo, em sessão plenária realizada na primeira - quinzena de dezembro de cada ano, tendo preferência na escolha os juízes mais antigos; e

VI - os juízes substitutos de 2.^a instância gozarão férias coletivas na Semana Santa e de 2 a 31 de janeiro e mais 30 (trinta) dias de férias individuais em cada ano civil, mediante escala organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 11 - Ressalvados os casos de impedimento ou suspeição, o juiz de 2.^a instância será juiz certo nos processos que lhe forem distribuídos ou passados, não podendo passá-los ao substituto ao entrar em gozo de férias ou de licença.

Parágrafo único - No caso de licença para, tratamento de saúde que somente será concedida mediante exame no Departamento Médico do Serviço Civil do Estado, o juiz de 2.^a instância passará os processos em seu poder ao substituto; ao reassumir o exercício do cargo, receberá, em devolução, os processos em que o substituto não houver apostado o "visto" e, em compensação, na primeira distribuição e nas subseqüentes se necessário, processos bastante para completar com os devolvidos, o número dos que houver passado.

Artigo 12 - Durante as férias individuais, o juiz de 2.^a instância poderá ser convocado para, julgar os processos que tiver relatado ou nos quais tenha posto o seu visto, sem direito a restituição dos dias de comparecimento decorrente da convocação.

Artigo 13 - Quando, por motivo de serviço público, o juiz titular de 2.^a instância deixar de gozar as férias que lhe cabem, terá direito de usufruí-las a qualquer tempo, desde que autorizado pelo Tribunal. Em caso algum, porém, poderá permanecer em férias por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Artigo 14 - Durante as férias e nos dias feriados não se praticarão atos judiciais em primeira instância.

§ 1.º - Excetuam-se os que possam ficar prejudicados com o adiamento, como sejam;

1 - os atos probatórios "ad perpetuam rei memoriam";

2 - as citações, que, no entanto, para a fluência dos prazos delas decorrentes e para os efeitos do comparecimento do citado em juízo, se houverão como feitas no primeiro dia útil imediato.

3 - os arrestos, penhoras, seqüestros, arrecadações, buscas e apreensões, depósitos, detenções pessoais, separação de corpos, abertura de testamento, embargos de obra nova e atos análogos.

§ 2.º - Além dos atos enumerados no parágrafo anterior, podem ser processados e julgados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas:

1 - os mandados de segurança;

2 - os despejos, ações renovatórias, pedidos de alimentos provisionais, ações de alimentos, desapropriações, impedimentos matrimoniais, executivos fiscais, acidentes do trabalho, questões trabalhistas, arrolamentos, inventários e partilhas, falências e concordatas, bem como os pedidos de reintegração ou manutenção liminar, nas ações possessórias;

3 - a dação e remoção de tutores e curadores;

4 - as ações prescritíveis em tempo não superior a dois meses;

5 - os atos de jurisdição voluntária, sempre que os interessados, por conveniência própria, provocarem o andamento dos respectivos feitos.

6 - os processos criminais falimentares e de réus presos, de fiança, e de "habeas corpus";

7 - todos os atos necessários à conservação de direitos que forem requeridos pelas partes.

Artigo 15 - Não serão realizadas audiências de instrução e julgamento, assim no cível como no crime, de 23 a 31 de dezembro de cada ano, salvo quando indispensável para evitar o perecimento de direitos.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA COMARCA DA CAPITAL

CAPÍTULO I

Do Território

Artigo 16 - A comarca da Capital abrange exclusivamente o município de São Paulo.

Artigo 17 - Quanto à justiça de Menores, a comarca se subdivide em quatro regiões: Norte, Sul, Leste e Oeste, cujos limites serão fixados em decreto do Executivo, ouvido o Tribunal de Justiça.

Artigo 18 - Além das Varas com jurisdição em todo o território da Capital (artigo 20 n. I) haverá Varas distritais, numeradas de 1.^a a 10.^a, com jurisdição limitada nos termos da presente lei, em:

I - Santo Amaro, compreendendo o subdistrito de igual nome, o distrito de Parelheiros e o subdistrito de Capela do Socorro (mantido o veto) ;

II - São Miguel Paulista;

III - Itaquera, abrangendo o distrito de igual nome bem como o de Guaianazes;

IV - Santana, que compreende o subdistrito de igual nome, bem como o de Tucuruvi;

V - Lapa, compreendendo o subdistrito de igual nome, assim como o de Nossa. Senhora do Ó;

VI - Pirituba, abrangendo o subdistrito de igual nome e os distritos de Perus e Jaraguá;

VII - Penha, compreendendo, o subdistrito de igual nome, bem como o de Vila Matilde;

VIII - Tatuapé;

IX - Vila Maria;

X - Casa Verde.

Parágrafo único - Os limites territoriais dessas Varas só poderão ser alterados mediante lei.

CAPÍTULO II

Da Composição da Justiça da Capital

Artigo 19 - A Justiça na comarca da Capital compreende:

I - Os jurados dos Tribunais do Júri, dos Tribunais de Imprensa e dos Tribunais de Crimes contra a Economia Popular;

II - Os Juízes de direito vitalícios, compondo:

a) o quadro dos Auxiliares da Capital;

b) o quadro dos Juízes distritais da Capital;

c) o quadro dos Substitutos da Capital;

d) o quadro dos Titulares de Varas.

III - Os Juízes auxiliares de investidura temporária (Constituição Federal, artigo 124, XI).

Artigo 20 - Compõem a magistratura da comarca da Capital 137 Magistrados, sendo:

I - 78 (setenta e oito) juízes de entrância especial, titulares das Varas mencionadas nos itens I a XI do artigo 21;

II - 10 (dez) juízes distritais de 3.^a entrância;

III - 32 (trinta e dois) Juízes de direito substitutos, de 3.^a entrância;

IV - 5 (cinco) Juízes auxiliares de 3.^a entrância;

V - 12 (doze) Juízes auxiliares de investidura temporária.

Parágrafo único - Extinguir-se-ão, ao se vagarem, os cargos de Juiz de Direito Auxiliar da Vara de Feitos da Fazenda Municipal, de Juiz Auxiliar do Júri, de Auxiliar do Juiz de Menores e de Auxiliar da Vara das Execuções Criminais, cujos atuais titulares conservam as suas atribuições, servindo junto a Vara já existente e às da mesma categoria ora criadas.

Artigo 21 - Passam a ser 88 (oitenta e oito) as Varas da Comarca de São Paulo, a saber:

I - 20 Varas Cíveis, numeradas de 1.^a a 20.^a;

II - 5 Varas da Fazenda Nacional, numeradas de 1.^a a 5.^a;

III - 5 Varas da Fazenda Estadual, numeradas de 1.^a a 5.^a;

IV - 4 Varas da Fazenda Municipal, numeradas de 1.^a a 4.^a;

V - 10 Varas da Família e das Sucessões, numeradas de 1.^a a 10.^a;

VI - 4 Varas de Acidentes do Trabalho, numeradas de 1.^a a 4.^a;

- VII - 1 Vara de Registros Públicos;
- VIII - 24 Varas Criminais, numeradas de 1.^a a 24.^a;
- IX - 2 Varas do Júri, numeradas de 1.^a a 2.^a;
- X - 2 Varas de Execuções Criminais, a 1.^a e a 2.^a;
- XI - 1 Vara de Menores;
- XII - 10 Varas Distritais (artigo 20).

Parágrafo único - Salvo as varas referidas no item XII supra, classificadas em 3.^a entrância, as demais são de entrância especial.

Artigo 22 - As Varas da Comarca de São Paulo são agrupadas nas seguintes Seções, para efeito de substituição:

- I - 1.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Cíveis;
- II - 2.^a Seção - 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Varas Cíveis;
- III - 3.^a Seção - 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Cíveis;
- IV - 4.^a Seção - 13.^a, 14.^a, 15.^a e 16.^a Varas Cíveis;
- V - 5.^a Seção - 17.^a, 18.^a, 19.^a e 20.^a Varas Cíveis;
- VI - 6.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas da Fazenda Nacional;
- VII - 7.^a Seção - 5.^a da Fazenda Nacional e 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas da Fazenda Estadual;
- VIII - 8.^a Seção - 4.^a e 5.^a da Fazenda Estadual e 1.^a e 2.^a da Fazenda Municipal;
- IX - 9.^a Seção - 3.^a e 4.^a da Fazenda Municipal e 1.^a e 2.^a Varas da Família e das Sucessões;
- X - 10.^a Seção - 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a da Família e das Sucessões;
- XI - 11.^a Seção - 7.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a Varas da Família e das Sucessões;
- XII - 12.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas de Acidentes do Trabalho e Vara dos Registros Públicos;
- XIII - 13.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Criminais;
- XIV - 14.^a Seção - 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Varas Criminais;
- XV - 15.^a Seção - 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Criminais;
- XVI - 16.^a Seção - 13.^a, 14.^a, 15.^a e 16.^a Varas Criminais;
- XVII - 17.^a Seção - 17.^a, 18.^a, 19.^a e 20.^a Varas Criminais;
- XVIII - 18.^a Seção - 21.^a, 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Criminais;
- XIX - 19.^a Seção - 1.^a e 2.^a Varas do Júri e 1.^a e 2.^a Varas das Execuções Criminais;
- XX - 20.^a Seção - As Varas numeradas de I a V no artigo 18;
- XXI - 21.^a Seção - As Varas numeradas de VI a X no artigo 18.

Artigo 23 - Passam a denominar-se 1.^a Vara da Fazenda Municipal a atual Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Municipal; Vara de Menores e Vara Privativa de Menores; e 1.^a Vara do Júri e Vara Privativa do Júri.

Artigo 24 - Os juízes de direito residirão obrigatoriamente no território das respectivas comarcas.

Artigo 25 - Os juízes de direito substitutos da Comarca da Capital, que passam a se denominar Substitutos de 3.^a entrância, numerados ordinalmente de 1.^a a 32.^a, serão indicados, de preferência, mediante remoção, e assumirão, com idênticas funções, a designação numérica do substituto.

§ 1.^o - A designação numérica dos Substitutos de 3.^a entrância poderá ser alterada anualmente por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.^o - Mediante apostila no respectivo título, o Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido previamente o interessado, designará a seção em que deverão funcionar os atuais juízes de direito de 3.^a entrância da comarca da Capital.

§ 3.^o - Os atuais Juízes de Direito Auxiliares da Fazenda Municipal da Vara do Júri e da Vara de Menores poderão, mediante requerimento ao Presidente do Tribunal de Justiça e apostila de seu título de nomeação, optar pela sua designação, respectivamente, como 8.^o, 19.^o e 22.^o substitutos de 3.^a entrância.

Artigo 26 - Os Juízes Auxiliares da Vara de Menores são numerados ordinalmente de 1.^a a 5.^a,

podendo a sua designação numérica ser alterada anualmente, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 27 - Os Juízes Distritais da Capital, numerados ordinalmente de 1.^a a 10.^a são titulares das varas discriminadas no artigo 18, com. a competência conferida pelos artigos 48, e seguintes, desta lei.

Artigo 28 - Os jurados dos dois Tribunais do Júri serão escolhidos nos termos da legislação vigente, constituindo um quadro único para ambas as varas, em número de quinhentos, no mínimo e de dois mil e quinhentos no máximo.

§ 1.^o - A seleção dos jurados será feita de comum. acordo pelos titulares das Varas dos Tribunais do Júri, distribuindo-se em dois grupos iguais, um para cada vara, obedecida a ordem alfabética dos nomes.

§ 2.^o - No processo de recrutamento, os juízes diligenciarão no sentido de que se representem, tanto quanto possível, diferentes classes e profissões sociais, arrolando, notadamente, os pais de família.

Artigo 29 - Junto a cada Vara do Júri funcionarão um Tribunal de Imprensa e um Tribunal de Crimes contra a Economia Popular, sob a presidência, respectivamente, do 19.^o e 20.^o substitutos de 3.^a entrância.

CAPÍTULO III

Da competência das Varas de Entrância Especial

Artigo 30 - Ressalvadas as modificações constantes da presente lei, fica mantida a competência das atuais varas da comarca da Capital, sendo idêntica a das varas ora criadas com a mesma denominação.

Parágrafo único - Havendo mais de uma vara com a mesma denominação, fixar-se-á a competência por distribuição, mediante sorteio.

Artigo 31 - Passam para a competência dos Juízes da Família e das Sucessões:

I - Inventários e arrolamentos entre herdeiros maiores e capazes, bem como a divisão geodésica ou demarcação de quinhões e partilhas;

II - suprimentos judiciais de consentimento, inclusive outorga marital e uxória;

III - extinção de usufruto e fideicomisso, ainda que resultante de ato inter-vivos, e sub-rogação destas cláusulas;

IV - causas sobre fundações e adoção.

CAPÍTULO IV

Da Verba dos Registros Públicos

Artigo 32 - Compete ao Juiz da Vara dos Registros Públicos:

I - processar e julgar as ações e procedimentos administrativos referentes aos registros públicos, loteamento de imóveis, bem de família, usucapião e hipoteca legal, exceto as que interessarem à Fazenda Pública.

II - processar medidas preventivas, preparatórias ou incidentes em matéria de sua competência;

III - exercer a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais da comarca da Capital, rubricar-lhes os livros e aplicar penas disciplinares aos serventuários e escreventes, nos termos das leis vigentes;

IV - decidir as dúvidas dos oficiais de registros e tabeliães quanto aos atos de seu ofício;

V - decidir, sem ofensa à coisa julgada, as dúvidas suscitadas por oficiais de registro em caso de execução de sentença proferida em outro juízo;

VI - decidir as reclamações formuladas e ordenar a pratica ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito a sua disciplina e inspeção, salvo quando se tratar de matéria submetida a outro juízo.

VII - processar e julgar as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhe estão subordinados;

VIII - processar a matrícula de jornais, revistas e outros periódicos e das oficinas impressoras.

Artigo 33 - O Presidente do Tribunal de Justiça designará um dos substitutos de 3.^a entrância para as funções de auxiliar da Vara de Registros Públicos, com as seguintes atribuições:

I - processar as notificações, protestos, interpelações, justificações precatórias e vistorias "ad perpetuam" em matéria de competência da Vara;

II - processar e julgar os pedidos de abertura, retificação, averbação ou cancelamento de assento do registro civil das pessoas naturais;

III - proceder a correições nos cartórios extrajudiciais da comarca, por delegação do juiz titular;

IV - auxiliar o juiz titular nas correições que fizer;

V - substituir o juiz titular nos casos de suspeição, impedimento ou ausência ocasional.

CAPÍTULO V

Dos Tribunais do Júri

Artigo 34 - A competência das Varas do Júri será determinada pela distribuição alternada dos processos por crimes da mesma natureza.

Artigo 35 - Caberá aos Substitutos de 3.^a entrância, designados para servir junto as Varas do Júri, o preparo dos processos de competência das mesmas.

Artigo 36 - Os processos já preparados e pendentes de primeiro julgamento do atual Tribunal do Júri serão redistribuídos por sorteio entre ambas as varas.

CAPÍTULO VI

Das Varas Criminais

Artigo 37 - Ressalvadas as atribuições dos Juízes Distritais, fica mantida a competência de 11.^a e 12.^a Varas Criminais, estabelecidas no artigo 2.^o, letra. "a", do Decreto-lei n. 16.153, de 27 de setembro de 1946.

Parágrafo único, - A competência, para o cumprimento das cartas precatórias e rogatórias, a que se refere o Decreto-lei n. 16.153, de 27 de setembro de 1946, deixa de ser privativa das atuais 11.^a e 12.^a Varas Criminais, passando a distribuição das mesmas a ser feitas equitativamente entre as 24 Varas Criminais existentes.

Artigo 38 - As Varas de Execuções Criminais processarão:

I - a 1.^a, as execuções da comarca da Capital, com o anexo da corregedoria dos presídios e da Polícia Judiciária do Município da Capital;

II - a 2.^a, as execuções das demais comarcas do Estado, com o anexo da Corregedoria dos presídios fora do município da Capital.

CAPÍTULO VII

Dos Juízes Auxiliares da Vara de Menores

Artigo 39 - Os Juízes de direito auxiliares da Vara de Menores (artigo 20, n. IV) classificados de 1.0 a 4.0, exercerão, em caráter auxiliar, nas zonas Norte, Sul, Leste e Oeste do Juízo de Menores, todas as funções pertinentes a este, excetuados os atos de julgamento.

Parágrafo único - As designações dos auxiliares da Vara de Menores, serão feitas mediante portaria expedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 40 - Ao Juiz de Direito da Vara de Menores caberá tragar o plano geral de ação na comarca, bem como imprimir unidade de orientação quanto as normas executivas.

Parágrafo único - Os juízes auxiliares da Vara de Menores reunir-se-ão, mensalmente, na sede do Juizado de Menores, a fim de sugerirem providências e debaterem com o titular da vara os problemas atinentes as suas funções.

Artigo 41 - O 5.º Juiz de Direito auxiliar da Vara de Menores substituirá os demais de sua categoria, em suas faltas, afastamentos, férias ou licenças, e auxiliará o juiz da Vara nas funções judiciais que lhe forem especificamente cometidas pelo Juiz Titular.

CAPÍTULO VIII

Dos Juízes de Direito Substitutos

Artigo 42 - Os substitutos de 3.ª entrância, numerados ordinalmente de 1.º a 19.º, substituirão os juízes titulares pertencentes a Seções de igual numeração, nas suas férias, licenças, afastamentos, faltas, impedimentos, suspeições, e bem assim no caso de vacância do cargo (artigo 22).

Artigo 43 - O 20.º e 21.º substitutos de 3.ª entrância serão os juízes preparadores, respectivamente, da 1.ª e da 2.ª Vara do Júri, com as atribuições fixadas no artigo 1.º, letra "c", do Decreto-lei n. 15.551, de 23 de janeiro de 1946; o 22.º substituto de 3.ª entrância desempenhará as funções atualmente atribuídas ao juiz auxiliar da Vara de Menores pelo artigo 3.º da Lei n. 495, de 28 de outubro de 1949, e substituirá o Juiz de Menores titular, em suas férias, licenças, afastamentos, faltas, impedimentos e suspeições.

Parágrafo único - Enquanto não se vagarem os cargos de juiz de direito auxiliar da Vara da Fazenda Municipal, da Vara do Júri e da Vara de Menores, não serão providos os cargos de 8.º, 19.º e 22.º substitutos de 3.ª entrância.

Artigo 44 - Compete aos substitutos de 3.ª entrância designados ordinalmente de 23.º a 32.º:

I - substituir, à falta do substituto seccional correspondente, os juízes titulares de vara;

II - substituir os substitutos de 3.ª entrância, numerados ordinalmente de 20.º a 22.º, nas funções a estes atribuídas pelo artigo 43;

III - funcionar como auxiliar de juiz titular de vara, na forma do artigo 45; .

IV - substituir os juízes substitutos seccionais referidos no artigo 42;

V - presidir às bancas examinadoras de concursos para ingresso na carreira de escrevente do Fórum de São Paulo.

§ 1.º - As atribuições deste artigo serão desempenhadas por designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º - A escala de substituição disposta nos artigos anteriores poderá ser excepcionalmente alterada por motivo de relevante interesse judicial, mediante ato expresse do Presidente do Tribunal de Justiça, em cada caso. Nesta hipótese, serão preferencialmente designados os substitutos de 3.ª entrância a partir da 22.ª Seção.

Artigo 45 - Se assim o exigir a conveniência do serviço poderá o Presidente do Tribunal de Justiça designar Substituto de 3.ª entrância para, auxiliar os titulares da entrância especial (artigo 44, item III).

§ 1.º - Na portaria de designado, o Presidente determinará a forma que não poderá ser alterada, de distribuição e redistribuição dos feitos aos dois juízes.

§ 2.º - O juiz designado nos termos deste artigo terá competência igual a do respectivo juiz titular, nos atos de instrução e julgamento.

Artigo 46 - Ao Corregedor Geral da Justiça caberá convocar até 3 (três) Auxiliares dentre os Juízes da Capital, para servirem, rotativamente, como Auxiliares da Corregedoria Geral, pelo prazo de 1 ano, podendo ser reconduzidos por mais 1 ano somente.

§ 1.º- Terminado o prazo da convocação, os juízes convocados voltarão a exercer as suas funções normais.

§ 2.º - As atribuições dos substitutos convocados serão fixadas mediante provimento do Corregedor Geral

§ 3.º - Quando o juiz convocado pelo Corregedor Geral da Justiça for de 4.ª ou 3.ª entrância, perceberá a diferença entre os seus vencimentos e vantagens e os correspondentes ao cargo do juiz de entrância especial.

CAPÍTULO IX

Das Varas Distritais

Artigo 47 - As Varas Distritais da Capital, referidas no artigo 18, serão exercidas por juízes de direito de 3.ª entrância, indicados, de preferência, mediante remoção.

Artigo 48 - Os Juízes Distritais, dentro do respectivo território, tem competência para julgar:

I - todas as causas civis e comerciais de valor até 5 (cinco) vezes ao salário, mínimo, vigente na Capital, quando domiciliado o réu no distrito ressalvado o previsto nos itens II e III deste artigo;

II - até o valor supra-indicado, as ações cuja competência na forma da lei processual civil seja determinada pela situação do imóvel;

III - até o valor indicado no item I, supra as ações relativas a locações de imóveis, quando situado no distrito o imóvel locado;

IV - executar as sentenças proferidas nas ações de sua competência;

V - processar e julgar as medidas preparatórias, preventivas e incidentes relativas às ações de sua competência;

VI - determinar diretamente a efetivação de atos e diligências judiciais em todo o território da comarca da Capital desde que vinculados ao impulso, movimentação e solução dos feitos sob sua competência, podendo ordenar, inclusive, que a sua presença compareça, sob as penas da lei, qualquer pessoa residente na Comarca;

VII - processar e julgar as contravenções penais e os crimes sujeitos a pena de detenção até 1 ano.

Artigo 49 - São excluídos da competência das Varas Distritais todos os feitos de interesse da Fazenda Pública.

CAPÍTULO X

Dos Juízes Auxiliares de Investidura Temporária

Artigo 50 - Os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária (artigo 20, n. V) serão nomeados por dois anos. podendo ser reconduzidos.

Artigo 51 - A nomeação far-se-á por decreto do Executivo, mediante indicação, pelo Tribunal de Justiça, sempre que possível em lista tríplice.

Artigo 52 - A indicação far-se-á dentre os candidatos inscritos e aprovados, na forma da legislação em vigor, em concurso para ingresso na magistratura vitalícia, e que não tenham sido nomeados para o cargo de juiz substituto, de circunscrição.

Artigo 53 - Os juízes auxiliares de investidura temporária só perderão os seus cargos, durante o biênio, mediante processo administrativo, instaurado pelo Corregedor Geral e julgado pelo Tribunal de Justiça, garantida a amplitude da defesa.

Artigo 54 - A recondução de juiz auxiliar de investidura temporária será feita por decreto do Poder Executivo, mediante indicação do Tribunal de Justiça.

Artigo 55 - Os juízes auxiliares de investidura temporária, em exercício na Comarca da Capital, terão vencimentos correspondentes aos dos juízes substitutos de circunscrição.

Artigo 56 - Mediante portaria expedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, os juízes auxiliares de investidura temporária serão designados para exercer suas funções junto as Varas Distritais, da Capital, competindo-lhes:

I - substituir os titulares das Varas Distritais nas suas faltas, licenças, férias e impedimentos;

II - auxiliar o juiz titular das Varas Distritais, em competência igual a deste se assim for determinado pelo Conselho Superior da Magistratura que, em tal caso, regulará a forma de distribuição e, redistribuição dos feitos entre ambos.

Artigo 57 - Quando não designados para as funções acima enumeradas, os juízes auxiliares de investidura temporária exercerão as funções judiciais que lhe forem especificamente cometidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou as de auxiliares de correição quando requisitados pelo Corregedor Geral.

CAPÍTULO XI

Das férias dos juízes

Artigo 58 - No período de férias coletivas, os juízes substitutos das 11 primeiras Seções (artigo 22) deixarão qualquer substituição ou função que estejam exercendo e automaticamente passarão a substituir, em caráter cumulativo, os juízes de direito da respectiva Seção.

Artigo 59 - A escala de férias dos juízes da Comarca da Capital será organizada até 15 de dezembro de cada ano, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1.º - Não poderão entrar simultaneamente em férias dois ou mais juízes titulares ou substitutos da mesma Seção.

§ 2.º - Quando mais de um juiz da mesma Seção pretender período idêntico de férias, dar-se-á preferência ao que tiver filhos em idade escolar, depois ao de entrância mais elevada e, dentre os de igual entrância, ao mais antigo. A preferência será, porém, alternada, se no ano seguinte persistir a mesma escolha de período.

§ 3.º - As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 60 - A escala de férias, dos juízes das Varas Distritais e do 5.º juiz auxiliar da Vara de Menores, será organizada com observância do disposto no artigo anterior.

Artigo 61 - Os substitutos de 3.ª entrância, após haverem substituído, por trinta dias ou mais e fora do período de férias coletivas, os juízes titulares das Seções 1.ª e 2.ª, ficarão afastados de qualquer função, durante quinze dias, para ultimar os processos a que estiverem vinculados e receberão vencimentos como se estivessem na substituição.

§ 1.º - Após o mencionado período, o substituto de 3.ª entrância oficiará ao Presidente do Tribunal de Justiça enviando-lhe relação dos processos que deixou de ultimar e expondo os motivos do atraso.

§ 2.º - O Conselho Superior da Magistratura, por provocação do Presidente, poderá conceder afastamento, até um mês, ao juiz em atraso, para que atualize o seu serviço.

§ 3.º - Se o atraso, a critério do Conselho Superior da Magistratura, não foi justificado, deixará o juiz de direito de fazer jus, durante o afastamento, à diferença de vencimentos.

Artigo 62 - Os juízes convocados para assumir o exercício de qualquer Vara ou para auxiliar o seu respectivo titular, perceberão a diferença entre os seus vencimentos e vantagens e os correspondentes ao cargo do substituído.

CAPÍTULO XII

Dos novos cargos da Magistratura e do Ministério Público

Artigo 63 - Ficam criados os seguintes cargos de Juiz de Direito na comarca da Capital:

I - 12 (doze) cargos de Juiz Auxiliar de investidura temporária, padrão "A";

II - 6 (seis) cargos de Juiz Auxiliar da Vara de Menores, de 3.ª entrância, padrão "D";

III - 10 (dez) cargos de Juiz Distrital da Capital, de 3.ª entrância, padrão "D", que correspondem aos territórios distritais e subdistritais discriminados no artigo 18;

IV - 12 (doze) cargos de Juiz Substituto de 3.ª entrância, padrão "D";

V - 21 (vinte e um) cargos de Juiz de entrância especial, padrão "F", para atender ao determinado no artigo 21, ns. I a XI, desta lei.

Artigo 64 - Ficam criados no Ministério Público da comarca da Capital os seguintes cargos:

I - 5 (cinco) cargos de Curador Geral de Órfãos, de entrância especial, padrão "F", designados ordinalmente de 6.º a 10.º, cujos ocupantes funcionarão junto as Varas da Família e Sucessões de igual numeração;

II - 2 (dois) cargos de Curador de Acidentes do Trabalho, designados ordinalmente como 3.º e 4.º, de entrância especial, padrão "F", cujos ocupantes funcionarão, respectivamente, junto as 3.ª e 4.ª Varas de Acidentes do Trabalho.

III - 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça de 3.ª entrância, padrão "D", cujos ocupantes funcionarão junto as Varas Distritais da Capital, obedecida a ordem numérica de 1.º a 10.º;
IV - 5 (cinco) cargos de Curador Auxiliar da Vara de Menores da comarca da Capital, designados ordinalmente de 1.º a 5.º e classificados como de 3.ª entrância, padrão "T", cujos ocupantes terão a atribuição de funcionar nos processos de competência dos juízes de direito auxiliares da Vara de Menores, sendo o 1.º na Região Norte, o 2.º na Região Sul, o 3.º na Região Leste, o 4.º na Região Oeste e o 5.º para substituir os demais ou auxiliar o 3.º Curador, quando não estiver exercendo funções de substituição;

V - 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça substituto da comarca da Capital, padrão "A", cujos ocupantes substituirão os promotores designados nos dois incisos anteriores;

VI - 4 (quatro) cargos de Promotores de Justiça, entrância especial, padrão "F", designados ordinalmente como 57.º, 58.º, 59.º e 60.º, da Capital;

VII - 2 (dois) cargos de Curador Judicial de Incapazes e Ausentes, de entrância especial, padrão "F", designados ordinalmente, como 4.º e 5.º Curadores, com atribuições já fixadas para as demais existentes, incumbindo a estes e aqueles oficiar, também, junto as Varas de Família e Sucessões.

CAPÍTULO XIII

Dos Ofícios de Justiça da Comarca da Capital

Artigo 65 - São criados na comarca da Capital os seguintes cartórios oficializados que servirão junto as Varas de igual denominação e numeração:

I - 4 (quatro) Ofícios Cíveis, numerados de 17.º a 20.º;

II - 3 (três) Ofícios da Fazenda Nacional, de 3.º a 5.º;

III - 2 (dois) Ofícios da Fazenda Estadual, o 4.º e o 5.º;

IV - 2 (dois) Ofícios da Fazenda Municipal, o 3.º e o 4.º;

V - 2 (dois) Ofícios de Acidentes do Trabalho, o 3.º e o 4.º;

VI - 1 (um) Ofício do Júri, o 2.º;

VII - 1 (um) Cartório da Corregedoria dos Presídios do Estado e da Polícia Judiciária da Capital, que servirá junto a 1.ª e 2.ª Vara das Execuções Criminais;

VIII - 4 (quatro) Cartórios Regionais do Juízo de Menores, respectivamente, nas zonas Norte, Sul, Leste e Oeste do Município de São Paulo;

IX - 10 (dez) Cartórios das Varas Distritais da Capital.

§ 1.º - A cada uma das 10 (dez) Varas da Família e das Sucessões corresponderá um dos 10 (dez) Ofícios da Família e das Sucessões já existentes, obedecida a respectiva ordem numérica, devendo o Presidente do Tribunal de Justiça baixar portaria para disciplinar a redistribuição dos feitos.

§ 2.º - O atual Cartório do 2.º Ofício dos Feitos da Fazenda Municipal passa a funcionar junto a 2.ª Vara da Fazenda Municipal, ora criada.

Artigo 66 - A lotação dos Ofícios de que trata o artigo anterior será estabelecida no artigo 5.º da Lei n. 3331, de 30 de dezembro de 1955, salvo:

I - os Ofícios de Acidentes do Trabalho que terão a lotação estabelecida para os Ofícios dessa natureza pela tabela anexa ao Decreto-lei n. 12.421, de 22 de dezembro de 1941;

II - o Cartório da Corregedoria dos Presídios do Estado e da Polícia Judiciária da Capital e o 2.º Ofício do Júri, que terão, respectivamente, 1 escrivão, 2 primeiros escreventes, 2 segundos escreventes e 1 fiel;

III - os Cartórios Regionais do Juízo de Menores, cuja lotação será, para cada um, de 1 escrivão, 1 primeiro escrevente, 2 segundos escreventes, 3 terceiros escreventes e 1 fiel;

IV - os Cartórios da Fazenda Municipal, no atinente ao número de terceiros escreventes que

passa a ser de 4, relatados os 6 excedentes dos atuais Ofícios da Fazenda Municipal para o 3.º e 4.º Ofícios da mesma categoria;

V - os Cartórios das Varas Distritais da Capital, que terão 1 escrivão, 1 primeiro escrevente, 1 segundo escrevente, 4 terceiros escreventes e 1 fiel.

Artigo 67 - A cada Vara ora criada correspondem 4 cargos de oficial de justiça, exceto nos Cartórios Regionais do Juizado de Menores, onde haverá três; no 3.º e 4.º Ofício do Júri, onde haverá, dois; e nas Varas Distritais, onde haverá três.

Artigo 68 - Compete ao Cartório da Corregedoria, dos Presídios do Estado e da Polícia Judiciária da Capital:

I - funcionar nas correições levadas a efeito nos Presídios do Estado e nas Delegacias de Polícia do Município de São Paulo;

II - processar as sindicâncias sobre irregularidades nos serviços da polícia, judiciária do Município de São Paulo e no funcionamento dos presídios de todo o Estado;

III - organizar e manter sempre atualizado um fichário dos presos recolhidos aos presídios de todo o Estado;

IV - verificar diariamente, pelos editais constantes do "Diário da Justiça" do Estado, os réus que estão sendo citados, intimados ou notificados por meio daquelas publicações, dando buscas no fichário dos presos para o fim de eventual comunicação ao Juízo que ordenou a citação, intimação ou notificação;

V - providenciar a apresentação dos réus presos às Varas Cíveis e Criminais da Capital, atendendo com presteza às requisições que lhe forem feitas;

VI - organizar a estatística criminal de todo o Estado;

VII - processar os pedidos de exame de sanidade mental dos réus presos no Município de São Paulo;

VIII - receber das Varas Criminais os alvarás de soltura e providenciar seu imediato cumprimento nos presídios;

IX - receber e registrar as cópias de autos de prisão em flagrante efetuadas no município de São Paulo;

X - remeter, no encerramento do expediente forense da véspera de dia em que haja Plantão Judicial, ao Escrivão designado para servir junto a esse Plantão, as cópias dos autos de prisão em flagrante dos últimos 2 (dois) dias, e providenciar sua restituição no primeiro dia útil imediato, antes da abertura do expediente.

Artigo 69 - Para a lotação prevista nos artigos 66 e 67 desta lei, ficam criados os seguintes cargos:

I - 15 (quinze) cargos de Escrivão do Fórum da Capital, referência "89";

II - 10 (dez) cargos de Escrivão de Vara Distrital da Capital, referência "70";

III - 4 (quatro) cargos de Escrivão Regional da Vara de Menores, referência "70" ;

IV - 44 (quarenta e quatro) cargos de Escreventes; 56 (cinquenta e seis) de 2.º Escreventes; 88 (oitenta e oito) de 3.º Escrevente e 27 (vinte e sete) de Fiel, com vencimentos fixados, respectivamente, nas referências "46", "45", "43" e "10".

V - 87 (oitenta e sete) cargos de Oficial de Justiça, sendo 54 (cinquenta e quatro) da referência "38", e 33 (trinta e três) da referência "36", estes últimos para os ofícios das Varas Distritais e Auxiliares da Vara de Menores.

§ 1.º - Os cargos ora criados serão providos na forma da legislação em vigor.

§ 2.º - Aos cargos de 1.º e 2.º escreventes dos ofícios ora criados poderão concorrer os 2.ºs e 3.ºs escreventes do cartórios oficializados da mesma natureza.

§ 3.º - Terão preferência para a nomeação de escreventes dos cartórios criados no item II do artigo 65, os escreventes em exercício nos ofícios dos Feitos da Fazenda Nacional do Estado, oficializados ou não, respeitados para essa nomeação a ordem de antiguidade e o tempo de serviço prestado por esses escreventes.

Artigo 70 - Passa a ser a seguinte a lotação do Cartório da Portaria dos Auditórios:

- 1 (um) Escrivão
- 2 (dois) 1.º Escrevente
- 2 (dois) 2.º Escrevente
- 2 (dois) 3.º Escrevente
- 1 (um) Fiel.

Parágrafo único - Para atender a lotação estabelecida neste artigo, ficam criadas, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, com as atribuições e vencimentos previstos em lei, os seguintes cargos: 1 (um) de 1.º Escrevente, 1 (um) de 2.º Escrevente e 2 (dois) de 3.º Escrevente.

Artigo, 71 - Os níveis dos vencimentos do cargo de Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça da P. P. do Quadro da Justiça, fixados em igualdade com os dos escrivães de cartórios oficializados das comarcas de São Paulo, Santos e Campinas, ficam acrescidos de 10% (dez por cento).

TÍTULO III DAS COMARCAS DA PERIFERIA DA CAPITAL CAPÍTULO I

Do território e categoria das comarcas periféricas

Artigo 72 - Aplica-se à comarca de Osasco o disposto no artigo 23 da Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, e a de Cotia o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 23.

Artigo 73 - Ficam reestruturadas, com municípios e distritos retirados à de São Paulo, as comarcas de:

I - Franco da Rocha, criada pela Lei n. 2.456, de 30 de dezembro de 1953, classificada em 2.ª entrância, que compreende o município de igual nome e o de Caieiras;

II - Itapequerica da Serra, criada pela Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, e não instalada, que terá classificação de 2.ª entrância e abrangerá o município de igual nome e os de Embu, Taboão da Serra, Embu Guaçu e Juquitiba.

III - Barueri, criada pela Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959 e não instalada, que será classificada em 2.ª entrância, abrangendo o município de igual nome e os de Carapicuíba, Santana do Parnaíba, Cajamar e Pirapora do Bom Jesus.

Parágrafo único - A classificação de entrância constante dos itens II e III, deste artigo, não prejudica direitos já assegurados a serventuários de Justiça em decorrência da Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959.

Artigo 74 - A comarca de Osasco terá os ofícios de Justiça previstos no artigo 5.º, letra "d", da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

Artigo 75 - As comarcas de Cotia e Mariporã, terão os ofícios de Justiça fixados no parágrafo único do artigo 23 da Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959.

CAPÍTULO II

Dos cargos criados nas comarcas periféricas

Artigo 76 - Ficam criados os seguintes cargos de Juiz:

I - 1 (um) cargo de 4.ª entrância, padrão "E", destinado à comarca de Osasco;

II - 2 (dois) cargos de 2.ª entrância, padrão "C", destinados às comarcas de Itapequerica da Serra e Barueri;

III - 2 (dois) cargos de 1.ª entrância, padrão "B", destinados às comarcas de Cotia e Mariporã.

Artigo 77 - Ficam criados os seguintes cargos de Promotor de Justiça:

I - 1 (um) cargo de 4.ª entrância, padrão "E" destinado à Comarca de Osasco;

II - 2 (dois) cargos de 2.ª entrância, padrão "C", destinados às comarcas de Barueri e Itapequerica da Serra;

III - 2 (dois) cargos de 1.ª entrância, padrão "B", destinados às comarcas de Cotia e Mariporã.

Artigo 78 - Ficam criados os seguintes cargos de Oficial de Justiça:

I - 4 (quatro) da referência "41", para a comarca de Osasco;

II - 4 (quatro) da referência "39", destinados 2 a cada uma das Comarcas de Barueri e Itapeverica da Serra;

III - 2 (dois) da referência "38", para as comarcas de Cotia e Mairiporã.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Disposições Gerais

Artigo 79 - Os mandados de segurança contra atos de autoridades sediadas fora da comarca de São Paulo serão processados e julgados pelo Juiz local salvo se houver interesse da União ou de entidade autárquica federal.

Artigo 80 - As funções de natureza administrativa atribuídas por esta lei ao Presidente do Tribunal de Justiça podem, por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, publicada no "Diário da Justiça", ser confiadas, no todo ou em parte, ao 1.º Vice Presidente.

Artigo 81 - O artigo 31 da Lei n. 6142, de 27 de junho de 1961, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 31 - Nas comarcas do Interior, os Juizes de Direito e Promotores de Justiça gozarão férias coletivas de 2 de janeiro a 31 de janeiro, e mais 30 dias de férias individuais.

§ 1.º - Para os Juizes, o Presidente do Tribunal de Justiça organizará a tabela de férias individuais no começo de cada ano, observando-se o seguinte:

1 - os juizes de direito remeterão suas sugestões ao Diretor do Fórum da sede da circunscrição até 30 de novembro;

2 - até 15 de dezembro o Diretor do Fórum, por sua vez, enviará ao Presidente do Tribunal de Justiça o plano organizado, juntamente com as sugestões recebidas;

3 - quando dois ou mais juizes de uma circunscrição preferirem mês idêntico, dar-se-á preferência aos que tiverem filhos em idade escolar, depois ao de entrância mais elevada e, dentre os de igual entrância, ao mais antigo. A preferência será, porém, alternada, se no ano seguinte persistir a mesma escolha do mês;

4 - as dúvidas e casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º - Para os Promotores e Curadores, a tabela será organizada pelo Procurador Geral da Justiça, que resolverá as dúvidas e casos omissos e observará o disposto nos incisos anteriores, no que for aplicável."

Artigo 82 - Os membros do Ministério Público que funcionarem junto às Varas Distritais, referidas no artigo 18 desta lei, residirão obrigatoriamente no território respectivo.

Artigo 83 - Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público são os seguintes:

	Cr\$
Padrão A - Juiz Substituto de Circunscrição e Promotor de Justiça Seccional	150.000,00
Padrão B - Juiz de Direito e Promotor de Justiça de 1.ª Entrância	190.000,00
Padrão C - Juiz de Direito e Promotor de Justiça de 2.ª Entrância	205.000,00
Padrão D - Juiz de Direito e Promotor de Justiça de 3.ª Entrância	220.000,00
Padrão E - Juiz de Direito e Promotor de Justiça e Curador de 4.ª Entrância ...	250.000,00
Padrão F - Juiz de Direito, e Promotor de Justiça e Curador de Entrância Especial; Auditor e Promotor de Justiça Militar	272.000,00
Padrão G - Ministro do Tribunal de Alçada e Procurador da Justiça; Ministro do Tribunal de Justiça Militar e Procurador da Justiça Militar	300.000,00
Padrão H - Desembargador do Tribunal de Justiça, Ministro do Tribunal de Contas e Procurador Geral da Justiça	

315.000,00

Parágrafo único - O disposto neste artigo estende-se nas mesmas bases, aos inativos.

Artigo 84 - Será concedida ajuda de custo ao magistrado e promotor que, em virtude de promoção, passar a ter exercício em nova sede.

§ 1.º - A ajuda de custo destina-se a indenizar o magistrado das despesas de viagem, abrangendo o transporte do magistrado e de sua família.

§ 2.º - O "quantum" da ajuda de custo não poderá exceder de um mês do padrão alfabético dos vencimentos do magistrado.

§ 3.º - Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça arbitrar a ajuda de custo tratado neste artigo, à vista dos comprovantes oferecidos. No tocante a ajuda de custo aos Promotores, arbitramento competirá ao Procurador Geral da Justiça.

Artigo 85 - O ingresso na carreira de Escrevente dos cartórios oficializados da comarca da Capital, far-se-á, mediante concurso de provas e de títulos realizado pelo Poder Judiciário com a colaboração da classe dos advogados, mediante instruções baixadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 86 - Os escrivães, escreventes e fiéis dos cartórios oficializados, bem como os oficiais de justiça, serão nomeados, promovidos, aposentados, exonerados ou demitidos, pelo Poder Executivo, mas a sua movimentação será feita livremente, na forma do seu regimento interno, pelo Tribunal de Justiça, que é também competente para conceder-lhes férias, licenças e afastamentos, adicionais por tempo de serviço, salário família e quaisquer outros direitos e vantagens, bem como, por intermédio da Corregedoria Geral da Justiça, para impor-lhes penalidades e exercer sobre eles ação disciplinar.

Artigo 87 - Passa a denominar-se Escrivão do Fórum de São Paulo o cargo de escrivão dos cartórios oficializados da comarca de São Paulo, junto as Varas de entrância especial.

Artigo 88 - As promoções de escrevente obedecerão as mesmas normas estabelecidas, na legislação vigente, para as do funcionalismo público civil do Estado.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Artigo 89 - Enquanto não houver sala própria para o funcionamento do 2.º Tribunal do Júri, este funcionará pela manhã, até as 13,00 (treze) horas, na primeira quinzena de cada mês, e de 13,00 (treze) horas em diante, nas segundas quinzenas, alternando com o 1.º Tribunal do Júri nos mesmos horários.

Parágrafo único - Os juízes titulares das Varas do Júri entrarão em entendimento para evitar, quanto possível, a desnecessária convocação de sessão para o período da tarde, quando se possa prever que até as 13,30 (treze e trinta) horas não esteja concluído o julgamento do Tribunal que funcionar pela manhã.

Artigo 90 - Enquanto não forem regularmente promovidos, os atuais juízes e membros do Ministério Público de quarta entrância terão direito a perceber, a título de substituição, a diferença entre os vencimentos de entrância especial e os do cargo de que são titulares.

Artigo 91 - Aos atuais juízes de direito de 3.ª entrância fica assegurado o direito de se inscreverem, completado o estágio respectivo, para promoção, por merecimento ou antiguidade, aos cargos de juízes de entrância especial, ressalvado o direito de juízes titulares de 4.ª entrância.

Artigo 92 - A elevação da comarca a outra entrância não confere promoção aos respectivos juiz de direito e promotor de justiça.

Parágrafo único - Todavia, fica-lhes assegurado o direito de perceber, a título de substituição, a diferença entre os vencimentos e vantagens da entrância a que foi elevada a comarca e os do seu cargo.

Artigo 93 - O juiz de direito de comarca cuja entrância tiver sido elevada poderá, quando promovido, pedir no prazo de dez dias que, ouvido o Tribunal de Justiça, sua promoção se efetive na comarca onde se encontra. Se deferida a pretensão, expedirá o Governo o competente decreto; e, independentemente da abertura de novo concurso será organizada outra lista de juízes para o preenchimento de cargo que continuou vago.

Parágrafo único - O disposto neste artigo é extensivo aos membros do Ministério Público.

Artigo 94 - Dentro dos oito dias seguintes ao da instalação das Varas da Família e das Sucessões ora criadas, ser-lhes-ão remetidos, pelos atuais Juízes do Cível, mediante distribuição, os processos da respectiva competência, nos termos da presente lei, continuando nas atuais Varas Cíveis até final sentença e execução, as ações cuja instrução houver sido iniciada em audiência.

Artigo 95 - Nos seis meses seguintes a instalação das Varas ora criadas, abrangidas pelo artigo 21, ns. I a XI, desta lei, tocará a cada uma delas, em distribuição, o dobro do número de feitos que couber a cada uma das já existentes.

Parágrafo único - Para esse efeito, far-se-á a distribuição por todas as Varas e, a seguir, depois de completa a casa, somente para as Varas novas, sempre que tiver sido criada mais uma se tiver sido criada apenas uma Vara esta concorrerá duas vezes ao sorteio.

Artigo 96 - O prazo de validade, atualmente em vigor, dos concursos para Escrevente e Oficial de Justiça, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1964.

Artigo 97 - Enquanto não instaladas as Varas Distritais, subsistirá em toda a sua integridade a competência das Varas de entrância especial da Comarca da Capital.

Artigo 98 - Dentro de 20 (vinte) dias da vigência desta lei, o Secretário da Justiça e Negócios do Interior designará comissão para elaborar um anteprojeto de Código de Organização Judiciária do Estado, assim constituída: um Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, que a presidirá; um Ministro do Tribunal de Alçada de São Paulo; um representante da Associação dos Magistrados de São Paulo; um Procurador da Justiça do Estado; um representante da Associação Paulista do Ministério Público; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo; um representante da Associação dos Advogados de São Paulo; um representante do Instituto dos Advogados de São Paulo; um representante da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior; um representante da Secretaria da Fazenda; um representante da Secretaria do Tribunal de Justiça de São Paulo; um representante da Secretaria do Tribunal de Alçada de São Paulo; um Escrivão do Fórum de São Paulo; um representante do Departamento Estadual de Administração; um jurista, de livre nomeação do Secretário da Justiça e Negócios do Interior; e dois Escreventes, sendo um da Capital e um do Interior.

Parágrafo único - A Comissão a que alude o presente artigo deverá concluir os seus trabalhos no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da promulgação desta lei e entregá-lo imediatamente para ser elaborada a mensagem ao Poder Executivo.

Artigo 99 - O Regimento de Custas do Estado, Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, com as modificações posteriores, será revisto, no sentido de tornar mais barata a Justiça nas causas de pequeno valor.

Artigo 100 - Os Juízes do Tribunal de Alçada passam a denominar-se Ministros do Tribunal de Alçada.

Artigo 101 - Mantido o veto.

Artigo 102 - Para atender as despesas decorrentes da execução dos artigos anteriores, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito até o limite de Cr\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), suplementar às verbas próprias do orçamento para 1964.

Parágrafo único - O crédito autorizado no presente artigo será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar de conformidade com a legislação vigente.

TÍTULO V

Disposições referentes a elevação de entrância de comarcas, à criação de varas, a serventuários e serventias de Justiça

Artigo 103 - Ficam elevadas de entrância as seguintes comarcas:

- a) de 3.^a para 4.^a Araçatuba, Assis, Barretos, Botucatu, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Guarulhos, Jaú, Limeira, Lins, Mogi Mirim, Rio Claro, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Taubaté e Tupã;
- b) de 2.^a para 3.^a: Adamantina, Americana, Andradina, Araras, Bebedouro, Birigui, Caçapava, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Itapeva, Itápolis, Jaboticabal, Jacareí, Jales, Lorena, Mococa, Monte Aprazível, Oswaldo Cruz, Penápolis, Pindamonhangaba, Piraçununga, Piraju, Pirajuí, Pompéia, Santo Anastácio, São José do Rio Pardo, São Roque, Sertãozinho, Taquaritinga e Votuporanga;
- c) de 1.^a para 2.^a: Aparecida, Apiaí, Bariri, Brotas Cachoeira Paulista, Caconde, Cafelândia, Caçã Bonito, Flórida Paulista, Ibiúna, Igarapava, Itararé, Leme, Mirandópolis, Monte Alto, Palmital, Pereira Barreto, Piedade, Promissão, Registro, Ribeirão Bonito, Santa Adélia, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Joaquim da Barra, Suzano, Tupi Paulista e Valparaíso.

Artigo 104 - Ficam criadas as seguintes Varas:

- a) Nas comarcas de Americana, Amparo, Avaré, Birigui, Bragança Paulista, Cruzeiro, Fernandópolis, Guaratinguetá, Guarulhos, Jaboticabal, Jales, Jaú, Ourinhos, Penápolis, Santa Cruz do Rio Pardo e Santo Anastácio, uma Vara, que será denominada Segunda, passando a já existente a denominar-se Primeira, devendo os títulos dos Juízes destas comarcas ser apostilados pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior;
- b) Nas comarcas de Araraquara, Catanduva e São José dos Campos, mais uma Vara, que será a Terceira, com competência privativa para o processo e julgamento das contravenções penais e para processar as execuções criminais e respectivos incidentes, Serviço de Júri, inclusive de Imprensa e para os crimes contra a economia, bem como o de cumprimento de precatórias criminais, Serviço de Menores, Registros Públicos, Corregedoria Permanente e Serviço Eleitoral;
- c) Na comarca de Presidente Prudente, mais uma Vara, que será a Terceira, com competência privativa para os Serviços de Júri, de Menores, processar e julgar as contravenções penais, processar as cartas de ordem e precatórias e seus incidentes, determinar a abertura dos assentos de nascimento e exercer a Corregedoria Permanente do Fórum extrajudicial, inclusive da Polícia judiciária;
- d) Na comarca de Ribeirão Preto, mais uma Vara, que será a Quarta, com idêntica competência das Primeira e Segunda Varas;
- e) Na comarca de São Caetano do Sul, mais uma Vara, que será a Terceira, à qual caberá privativamente a Presidência do Júri, Serviços de Menores e Criminais;
- f) Na comarca de Sorocaba, mais uma Vara, que será a Quarta, com competência privativa para o processo e julgamento dos Acidentes do Trabalho.

§ 1.º - A competência das duas Varas a que se refere a alínea "a" deste artigo será cumulativa, cabendo, porém, à Primeira, as atribuições do Serviço de Júri e Corregedoria Permanente, e, à Segunda, o Serviço de Menores.

§ 2.º - Os efeitos em andamento nas comarcas cujas Varas são desdobradas serão redistribuídos, sendo que entre as duas Varas das comarcas mencionadas na alínea "a" deste artigo, a redistribuição se fará mediante sorteio, eqüitativamente, compensando-se os de competência firmada.

Artigo 105 - Fica criada, na comarca de Campinas:

- a) Mais uma Vara Criminal, que será a Terceira, com competência igual a da Segunda Vara Criminal;
- b) Mantido o veto.
- c) Mantido o veto.
- d) Mantido o veto.
- e) o 2.º Cartório Criminal;
- f) Mantido o veto.

Artigo 106 - Fica criada, na comarca de Santo André:

- a) mais uma Vara Cível, que será a Terceira, com competência idêntica as da Primeira e Segunda;
- b) mais uma Vara Criminal, que será, a Terceira, (Mantido o veto).

Artigo 107 - Mantido o veto.

Artigo 108 - Ficam criadas, na comarca de Santos, as seguintes Varas:

- a) Uma Vara Cível, que será a Quinta;
- b) uma Vara Privativa dos Feitos das Fazendas Públicas e de Acidentes do Trabalho;
- c) Uma Vara Criminal, que será a Quinta.

§ 1.º - Mantido o veto.

- a) Mantido o veto.
- b) Mantido o veto.
- c) A Vara Privativa de Menores.

§ 2.º - A jurisdição das Varas ora criadas (mantido o veto) será a seguinte:

- a) A da 5.ª Vara Cível: jurisdição ampla, idêntica a jurisdição das demais Varas Cíveis;
- b) a da Vara Privativa dos Feitos das Fazendas Públicas e de acidentes do Trabalho: todas as ações em que for parte a Fazenda Pública (exceto os casos em que ela gozar de fórum privilegiado) e ações de Acidentes do Trabalho;
- c) As (mantido o veto) Varas Criminais terão jurisdição comum;
- d) Mantido o veto.

- e) A Vara Privativa de Menores: todos os casos abrangidos pela legislação especial de menores;
- f) Passam a ser da competência das cinco Varas Criminais os processos relativos as contravenções penais.

Artigo 109 - A Curadoria das Massas Falidas, na comarca de Santos, passa a ser exercida pelos Curadores Gerais, ficando o atual Curador de Menores, que assim passa a denominar-se, com a atribuição específica de servir perante a Vara Privativa de Menores (mantido o veto).

Artigo 110 - Mantido o veto.

Artigo 111 - Mantido o veto.

Artigo 112 - Mantido o veto.

Artigo 113 - Mantido o veto.

Artigo 114 - Mantido o veto.

Artigo 115 - Fica criado, na comarca de Santos, o Cartório do Quinto Ofício Criminal que funcionará junto a Quinta Vara Criminal.

Artigo 116 - Mantido o veto.

Artigo 117 - Uma vez instalada a 5.ª Vara Cível da comarca de Santos, serão a ela distribuídos, durante 120 (cento e vinte) dias, pela metade, os feitos cíveis novos, efetuando-se a distribuição da outra metade dentre as quatro Varas Cíveis existentes, observada rigorosa igualdade entre elas.

Artigo 118 - Mantido o veto.

Artigo 119 - Ficam criadas, na comarca de São Vicente, mais duas Varas, que serão a Segunda e a Terceira, com competência cível e criminal cumulativamente; cabendo, privativamente, à Primeira Vara, os serviços administrativos atinentes a direção do Fórum e Corregedoria Permanente dos cartórios da comarca, os relativos ao processo e julgamento dos crimes de alçada do Júri, os de Imprensa, os de Economia Popular, as Execuções Criminais e os Serviços de Menores.

Artigo 120 - Mantido o veto.

Artigo 121 - Nas comarcas elevadas de 3.ª para 4.ª entrância, continuarão os Distribuidores com as atribuições de Avaliador Judicial.

Artigo 122 - Ficam criadas, na comarca de São Bernardo do Campo mais duas Varas:

a) Mantido o veto.

b) Mantido o veto.

c) Mantido o veto.

Artigo 123 - Ficam criadas, na comarca de São José do Rio Preto:

a) a 4.ª Vara Criminal, com competência idêntica a da 2.ª Vara Criminal, e mais os feitos do júri (mantido o veto).

b) A 5.ª Vara Cível, com competência idêntica a 1.ª Vara Cível.

Artigo 124 - Os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos, dos distritos elevados a sede de comarca, por força da lei quinquenal, a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1964, ficam com o direito de optar por um dos dois ofícios (1.º e 2.º) que forem criados na sede da mesma comarca, mediante requerimento ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta lei.

Artigo 125 - Nas comarcas criadas pela lei quinquenal a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1964, haverá os seguintes ofícios de justiça:

I - 1.º e 2.º Ofícios de Notas e Anexos.

II - Registro de Imóveis e Anexos.

III - Distribuidor, Partidor e Contador com o Anexo de Depositário Público.

Artigo 126 - Fica criado, como serventia autônoma, o Cartório do Registro de Imóveis e Anexos na comarca de Suzano.

Parágrafo único - Ao atual Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito da sede da referida comarca fica assegurada prioridade absoluta de opção para esse cartório, como compensação pela perda do anexo de tabelionato decorrente da criação da comarca, devendo

requerer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência desta lei, ao Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Artigo 127 - Mantido o veto.

Artigo 128 - Os juízes do quadro de substitutos da Capital, quando no exercício da substituição, perceberão a diferença entre os seus vencimentos e os do substituído.

Artigo 129 - O expediente dos cartórios privativos de protesto de títulos da Capital e de Santos ficará suspenso aos sábados.

§ 1.º - Nas demais comarcas, onde o serviço de protesto de títulos constitui anexo de serventias de justiça, a suspensão do expediente sabatino atingirá exclusivamente o referido serviço.

§ 2.º - Na supressão do expediente aos sábados será respeitado o número de horas semanais de trabalho, previsto para os seus servidores na legislação vigente.

Artigo 130 - Ficam criadas duas Varas na comarca de Bauru, que terão a denominação de 3.ª Vara e 4.ª Vara.

§ 1.º - A terceira vara terá competência privativa de processar os crimes de competência do Tribunal do Júri, processar e julgar as contravenções e crimes contra a economia popular, acidentes do trabalho e registros públicos.

§ 2.º - A quarta vara terá competência idêntica a da 1.ª
Artigo 131 - Mantido o veto.

Artigo 132 - O parágrafo único do artigo 26 da Lei n. 819 de 31 de outubro de 1950, acrescido pelo artigo 1.º da Lei n. 4.342, de 5 de novembro de 1957, e ainda acrescido pelo artigo 2.º da Lei n. 7.852, de 20 de março de 1963 passa a ter a seguinte redação:

" Nos casos das letras "a", "b" e "f", do artigo 3.º havendo na serventia, vaga, escrevente com mais de 12 anos de efetivo exercício ou com mais de 15 anos de serviço público e que exerça o cargo de seu Oficial Maior, há mais de 3 anos, seja bacharel em direito ou haja substituído interinamente o serventuário, embora alternadamente, nela será provido expedindo o Poder Executivo o decreto de nomeação a requerimento do interessado.

No caso do Oficial Maior ser bacharel em Direito, o prazo de 12 anos de efetivo exercício fica reduzido para cinco (5), com prioridade sobre os serventuários que sofreram redução territorial por esta lei e leis anteriores."

Artigo 133 - Os ocupantes de cargo de Fiel de Cartório referência "10" com mais de 3 (três) anos de exercício, serão aproveitados nas funções de 3.º Escrevente, desde que haja vaga e demonstrem, perante banca, examinadora, estarem habilitados.

Parágrafo único - A banca examinadora prevista, neste artigo compor-se-á de um Juiz de Direito, do Escrivão da respectiva Vara e de um advogado do Estado.

Artigo - 134 - O Juiz de Direito só poderá permutar de Comarca na mesma entrância, após dois anos de efetivo exercício na Comarca onde tem jurisdição.

Artigo 135 - Passa a ter a seguinte redação o artigo 75 da Lei n. 6.626, de 30 de dezembro de 1961 e da Lei n. 6.786, de 6 de abril de 1962:

"Artigo 75 - Ficam acrescidas de 40% (quarenta por cento) as importâncias previstas nas tabelas referidas no artigo 8.º desta lei.

§ 1.º - O produto da arrecadação do acréscimo a que se refere este artigo terá a seguinte destinação:

- a) 50% (cinquenta por cento) à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) ao Fundo de Assistência ao Menor - "FAM"; e

c) 15% (quinze por cento) para a construção de equipamento de leitos e hospitais para doentes crônicos (Lei n. 5.442, de 6 de novembro de 1959).

§ 2.º - O Estado poderá destinar, ainda, às mesmas entidades mencionadas no parágrafo anterior e nas proporções indicadas, 20 % (vinte por cento) da receita obtida na cobrança de outros tributos arrecadados sob a forma de imposto do selo, de acordo com a legislação em vigor, e não incluídos nas tabelas referidas neste artigo.

§ 3.º - O adicional de que trata este artigo não onerará as incidências "ad valorem" do imposto do selo."

Artigo 136 - Para atender o disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a proceder as necessárias alterações na receita e na despesa do orçamento, para o exercício de 1964, majorando-se, compensadamente, na importância de Cr\$ 771. 100. 000,00 (setecentos e setenta e um milhões e cem mil cruzeiros).

Artigo 137 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 138 - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 1964.

CYRO ALBUQUERQUE - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do São Paulo, aos 16 de abril de 1964.

Francisco Carlos - Diretor Geral Substituto

LEI N. 8.092 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1964

Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado

Cyro Albuquerque, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tendo em vista a rejeição, em parte, do veto parcial aposto pelo Governador do Estado ao Projeto do lei n. 3.423, de 1963, de que resultou a Lei n. 8.050, de 31 de dezembro de 1963, promulga, com.

fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Constituição do Estado e de acordo com o artigo 243, § 2.º, do Regimento Interno, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1964-1968, é o estabelecido nesta lei.

Artigo 2.º - Os atos que disserem respeito a interpretação das linhas divisórias intermunicipais e interdistritais, que se tornarem necessários à sua perfeita caracterização, atendendo as conveniências de ordem geográfica ou cartográfica, poderão ser executados a qualquer tempo.

Artigo 3.º - O Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado compreende 242 comarcas, 573 municípios e 871 distritos, conforme os anexos ns. 1 e 2, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

§ 1.º - No anexo n.º 1 é feita a relação sistemática e ordenada de todas as circunscrições administrativas e judiciárias da divisão territorial, com indicação de categoria das respectivas sedes, que tem a mesma denominação da própria circunscrição.

§ 2.º - O anexo n.º 2 descreve sistematicamente as divisas intermunicipais e as divisas interdistritais e, bem assim, consigna o ano da criação de cada município.

§ 3.º - Além dos anexos referidos, fica também fazendo parte integrante desta lei o anexo n. 3, que contém a descrição sistemática das divisas intersubdistritais.

Artigo 4.º - Os subdistritos não poderão ter sede distinta da sede distrital e suas divisas serão

fixadas por linhas que por eles distribuam todo o território do distrito formando área contínua.

Parágrafo único - Os subdistritos de um distrito Sérgio numerados seguidamente e designados pela respectiva numeração ordinal.

Artigo 5.º - Os novos municípios serão administrados, até a sua instalação, pelos prefeitos dos municípios de que foram desmembrados.

Artigo 6.º - A legislação dos municípios de que se desmembraram vigorará nos novos municípios, até que estes tenham legislação própria.

Parágrafo único - Compreende-se no disposto neste artigo a lei orçamentária na parte correspondente ao distrito ou distritos de que se tenha constituído novo município.

Artigo 7.º - Instalado o município, deverá o Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias, remeter à Câmara o Projeto de lei dispondo sobre a organização do quadro dos funcionários municipais.

Artigo 8.º - Até que seja votado o seu regimento interno, a Câmara do novo município aplicará, no que for cabível, o da Câmara do município de que foi desmembrado.

Artigo 9.º - Enquanto não for instalado o novo município, a contabilização de sua receita e despesa será feita em separado pelos órgãos competentes da Prefeitura do município de origem.

§ 1.º - Dentro de 30 (trinta) dias após a instalação, a Prefeitura a que se refere este artigo deverá enviar, à do novo município, os livros de escrituração e a competente prestação de contas, devidamente documentada.

§ 2.º - Por esse serviço poderá a Prefeitura do município de origem exigir do novo município importância equivalente a 10% do total da receita arrecadada.

Artigo 10 - O novo município responderá por uma quota-parte das dívidas contraídas pelo município de que se desmembrou, correspondente a metade da renda arrecadada no respectivo território, e bem assim pelos encargos de manutenção do Quadro de funcionários do município, quer aproveitando parte dos funcionários, mediante acordo, quer responsabilizando-se por uma quota-parte proporcional dos vencimentos dos não aproveitados e declarados, consequentemente, em disponibilidade remunerada.

§ 1.º - Para efeito do disposto na primeira parte deste artigo não se computarão as dívidas contraídas para execução de obras e prestação de serviços que não tenham beneficiado o território desmembrado.

§ 2.º - As quotas de responsabilidade serão apuradas por peritos indicados pelos Prefeitos dos municípios interessados, um para cada um, dentro de seis meses contados da data da instalação do novo município; não havendo acordo, serão determinadas por via judicial.

§ 3.º - Fixada a responsabilidade, consignará o novo município, em seus orçamentos, verbas próprias para ocorrer as respectivas despesas dentro do primeiro quinquênio, em prestações anuais e iguais.

Artigo 11 - Os próprios municipais situados em territórios desmembrados passarão, independentemente de indenização, à propriedade do novo município.

Parágrafo único - Quando os próprios municipais constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelo restante do município de origem, proceder-se-á de acordo com o disposto no artigo 74 da Constituição Estadual.

Artigo 12 - O número de vereadores dos municípios de: Américo Brasiliense, Aparecida d'Oeste, Aramina, Arandu, Barão de Antonina, Barra do Turvo, Biritiba Mirim, Borá, Brás Cubas, Campo

Limpo, Capela do Alto, Carapicuíba, Coronel Macedo, Cruzália, Dobrada, Dumont, Embu-Guaçu, Estrela do Norte, Francisco Morato, Guzolândia, Iperó, Ipeúna, Itapura, Itupeva, Jandira, Jariquera, (mantido o veto), Juquitiba, (mantido o veto), Lindóia, Louveira, Macedonia, Marinópolis, Mira Estrela, Mombuca, Monções, Morungaba, Narandiba, Nova Independência, Nova Luzitania, Onda Verde, Orindiuva, Palmares Paulistas, Paranapuã, Paulínia, Pedra Bela, Pedranópolis, Pinhalzinho, Pontes Gestal, Praia Grande, Queiroz, Rafard, Restinga, Ribeirão Corrente, Ribeirão do Sul, Rio Grande da Serra, Roseira, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Ernestina, Santa Rita d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, Sebastianópolis do Sul, Tarabaí, Tejupá, Teodoro Sampaio, Tumulina, Vargem, Várzea Paulista, União Paulista e Votorantim, criados por esta lei, é fixado em 9 (nove).

Artigo 13 - Cabe ao Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura:

- a) organizar os mapas dos novos municípios, bem como os daqueles que sofreram alteração em seus territórios;
- b) proceder a demarcação das divisas fixadas neste lei, sempre que necessário.

§ 1.º - Na organização dos mapas, serão interpretadas as divisas descritas no anexo n. 2.

§ 2.º - Os nomes dos acidentes geográficos fixados por esta lei, uma vez registrados nas cartas topográficas do Estado, serão definitivos, não podendo ser mudados senão por nova lei.

Artigo 14 - As comarcas criadas pela presente lei pertencem aos mesmos distritos judiciais das comarcas de que foram desmembradas e são classificadas da seguinte forma:

- a) em 4.ª entrância a de Osasco;
- b) em 2.ª entrância as de Guarujá, Mauá, Moji Guaçu e Ribeirão Pires; e
- c) em 1.ª entrância as de Aguai, Auriflama, Barra Bonita, Buritama, (mantido o veto), Cândido Mota, Cardoso, Cotia, Diadema, (mantido o veto), Estrela d'Oeste, Fartura, Iepê, Indaiatuba, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Laranjal. Paulista, Macauba, Mairiporã, Maracá, Miracatu, Mirante do Paranapanema, Monte-Mor, Morro Agudo, Nova Aliança, Nuporanga, (mantido o veto), Palestina, Palmeira d'Oeste, Panorama, Pedreira, Piquete, Pirapozinho, Poá, Pontal, Salto, Salto Grande, (mantido o veto), Sumaré, (mantido o veto), Taquarituba, Uchôa, Valinhos, Vera Cruz, Vinhedo e Viradouro.

Artigo 15 - A instalação das comarcas a que se refere o artigo anterior somente se dará depois de se provar estarem preenchidas todas as condições legais e disporem as mesmas comarcas dos meios materiais imprescindíveis para o seu efetivo funcionamento.

Parágrafo único - Compreende-se entre os meios materiais a que se refere esse artigo a construção ou aquisição, na sede da comarca, de edifícios adequados para o fórum e cadeia pública.

Artigo 16 - Nas comarcas criadas por esta lei, e, até nova alteração, o Tribunal do Júri reunir-se-á nas mesmas épocas vigentes para as comarcas de que foram desmembradas.

Artigo 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a importância de Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), em partes iguais, a título de auxílio, aos municípios criados nesta lei, para efeitos de sua instalação.

§ 1.º - Para ocorrer as despesas com a execução do disposto neste artigo, é o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, crédito especial na importância de Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros).

§ 2.º - O valor do presente crédito será coberto com o produto de operações de crédito que a mesma Secretaria fica autorizada a realizar, nos termos da legislação vigente.

Artigo 18 - Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1964.

Artigo 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 1964.

Presidente - CYRO ALBUQUERQUE

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 28 de fevereiro de 1964.

Diretor-Geral - Francisco Carlos

LEI N. 8.199, DE 2 DE JULHO DE 1964

Considera de efetivo exercício para fins de aposentadoria as faltas do serviço por motivo de doença

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Cyro Albuquerque, na qualidade de seu Presidente promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Serão considerados de efetivo exercício para fins de aposentadoria, o período em que o servidor público ou autárquico esteve ou estiver em licença para tratamento de saúde e as faltas dadas ou que vier a dar por motivo de doença, abonadas ou justificadas, desde que devidamente comprovadas.

Artigo 2.º - A despesa, com a execução do disposto nesta lei correrá por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 1964.

Cyro Albuquerque - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 1964.

Francisco Carlos - Diretor Geral substituto
(D. O. 3/7/64).

LEI N. 8.200 DE 2 DE JULHO DE 1964

Dispõe sobre anexação de cartórios

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Cyro Albuquerque, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica anexado ao Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor do distrito da sede da Comarca de Promissão o Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da mesma Comarca.

Artigo 2.º - Fica anexado ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Rancharia o Cartório do Distribuidor, Partidor, Contador e Avaliador da sede da mesma Comarca.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 1964.

Cyro Albuquerque - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 2 de julho de 1964.

Francisco Carlos - Diretor Geral substituto

Nº 076 - Publicação: Ago/64 a Fev 1965

LEI N. 4.335 - DE 1.º DE JUNHO DE 1964
Altera o art. 870 do Código do Processo Civil

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 870 do Código do Processo Civil (Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 870. Os processos remetidos ao Tribunal serão registrados no protocolo no mesmo dia do recebimento, ou no dia útil imediato, correndo, da data da publicação do registro no órgão oficial, o prazo para o respectivo preparo.

§ 1.º. Em se tratando de recursos interpostos nos Estados para o Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Federal de Recursos, o preparo poderá ser feito, antes de sua remessa, no próprio Juízo ou Tribunal "a quo".

§ 2.º. Na hipótese prevista no parágrafo anterior a contar do preparo será feita, no prazo improrrogável de 3 (três) dias, pelo contador do Tribunal ou Juízo, correndo, da devolução dos autos, o prazo para o pagamento do mesmo o que se fará mediante entrega ao funcionário competente da Secretaria do Tribunal ou ao escrivão de uma ordem de pagamento, bancária ou postal do valor da conta, em favor da Secretaria do Tribunal "ad quem", e que será reunida aos autos.

§ 3.º. Reunida a ordem de pagamento, serão os autos remetidos ao Tribunal "ad quem" dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4.º. Para a execução do disposto nos parágrafos 1.º e 2.º as Secretarias dos Tribunais nos Estados farão publicar pelo menos 2 (duas) vezes por ano, nos respectivos órgãos oficiais, as tabelas para cobrança de preparo organizadas pelo Supremo Tribunal Federal de Recursos.

§ 5.º. Considerar-se-á deserto o recurso não preparado no prazo legal".

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de junho de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
(D. U. 4/6/64).

LEI N.º 4.336 - DE 1.º DE JUNHO DE 1964
Altera dispositivos do Código do Processo Penal

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É acrescentado ao art. 600 do Código do Processo Penal, como § 4.º, o seguinte parágrafo:

"§ 4.º. Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na Superior Instância serão os autos remetidos ao Tribunal ad quem onde será aberta vista as partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial".

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de junho de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos

LEI N.º 4.348 - DE 26 DE JUNHO DE 1964
Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Nos processos de mandado de segurança serão observadas as seguintes normas:

a) é de dez dias o prazo para a prestação de informações de autoridade apontada como coatora (VETADO)

b) a medida liminar somente terá eficácia pelo prazo de (90) noventa dias a contar da data da respectiva concessão, prorrogável por (30) trinta dias quando provadamente o acúmulo de processos pendentes de julgamento justificar a prorrogação.

Art. 2.º Será. decretada a perempção ou a caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, deixar de promover, por mais de (3) três dias os atos e diligências que lhe cumprirem, ou abandonar a causa por mais de (20) vinte dias.

Art. 3.º. As autoridades administrativas, no prazo de (48) quarenta e oito horas da notificação da medida liminar, remeterão ao Ministério ou ao órgão a que se acham subordinadas e ao Procurador-Geral da República ou a quem tiver a representação, judicial da União, do Estado, do Município ou entidade apontada como coatora, cópia autenticada do mandado notificatório, assim como indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.

Art. 4.º. Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso (VETADO) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença; dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo no prazo de (10) dez dias, conta dos da publicação do ato.

Art. 5.º. Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

Parágrafo único. Os mandados de segurança a que se refere este artigo serão executados depois de transitada em julgado a respectiva sentença.

Art. 6.º. (VETADO)

Art. 7.º. O recurso voluntário ou ex officio, interposto de decisão concessiva de mandado de segurança que importe outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Art. 8.º. Aos magistrados, funcionários da Administração Pública e aos serventuários da Justiça que descumprirem os prazos mencionados nesta lei aplicam-se as sanções do Código de Processo Civil e do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 9.º. Esta lei entrará. em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
Ernesto de Mello Baptista
Arthur da Costa e Silva
Vasco da Cunha
Octávio Bulhões
Juarez Távora
Hugo de Almeida Leme
Flávio Lacerda
Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira
Nélson Freire Lavenère Wanderley
Raimundo Brito
Daniel Faraco
Mauro Thibau
Roberto de Oliveira Campos
Osvaldo Cordeiro de Farias
(D. U. 3/7/64).

LEI N.º 4.451 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 1964
Altera a redação do artigo 281 do Código Penal

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O artigo 281 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 281. Plantar, importar ou fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar a consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa de dois a dez mil cruzeiros.

§ 1.º. Se o agente é farmacêutico, médico ou dentista: Pena - reclusão de dois a oito anos e multa de três a doze mil cruzeiros.

§ 2.º. Incorre em detenção, de seis meses a dois anos, e multa de quinhentos a cinco mil cruzeiros, o médico ou dentista que prescreve substâncias entorpecentes fora dos casos indicados pela terapêutica ou em dose evidentemente maior do que a necessária, ou com infração de preceito legal regulamentar.

§ 3.º. As penas do parágrafo anterior são aplicadas àquele que:

I - Instiga ou induz alguém a usar entorpecente;

II - Utilizar local, de que tem a propriedade, posse, administração ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que a título gratuito, para uso ou guarda ilegal de entorpecente;

III - Contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso de substância entorpecente.

§ 4.º. As penas aumentam de um terço, se a substância entorpecente é vendida, aplicada, fornecida ou prescrita a menor de dezoito anos."

Art. 2.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Campos
(D. U. 6/11/64).

LEI N.º 8.373, DE 28 DE OUTUBRO DE 1964
Dispõe sobre concessão de auxílio-funeral

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ao cônjuge ou, na falta deste à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento de servidor público estadual, ainda que em disponibilidade, ou do aposentado, será concedida, a título de auxílio para funeral e luto, importância correspondente a 1 (um) mês de vencimento, remuneração, salário ou provento a que fazia jus.

§ 1.º - O pagamento do auxílio-funeral obedecerá, na respectiva repartição pagadora, a processo sumaríssimo que será concluído no prazo de 5 (cinco) dias fiteis, contados da data da apresentação do atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expansas houver sido efetuado o funeral, ou por procurador legalmente habilitado, feita a prova de identidade.

§ 2.º - Em caso de acumulação, o auxílio-funeral será pago somente em razão do cargo ou função de maior vencimento do servidor falecido.

Artigo 2.º - No provimento de cargo vago, ou na nova admissão à função, em virtude do falecimento do servidor, o exercício do novo titular dar-se-á somente após um mês da data do óbito.

Artigo 3.º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta das verbas do orçamento do Estado que se destinavam ao pagamento do vencimento, remuneração, salário ou provento da pessoa falecida.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 28 de outubro de 1964.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

José Adolpho da Silva Gordo

Publicada na Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo do Estado, aos 29 de outubro de 1964.

Miguel Sansigolo,
Diretor Geral, Substituto
(D. O. 30/10/64).

LEI N. 8.406, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1964
Altera a organização do serviço judiciário do Estado,
especialmente na comarca da Capital, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os cargos de Juiz Substituto de 2.ª instância são classificados na entrância especial.

Artigo 2.º - Os cargos de Juiz Distrital, de Juiz Substituto da comarca da Capital, de Juiz Auxiliar da Vara de Menores, de Promotor de Justiça e de Curador Auxiliar da Vara de Menores, de que tratam, respectivamente, os artigos 20, itens II, III e IV e 64, itens III e IV da Lei n. 8.101, de 16 de abril de 1964, são classificados na 4.ª entrância.

Artigo 3.º - Os artigos 18, 41, 61, 72, 73, 74, (vetado), 125 e 133 e seu parágrafo único da Lei n. 8.101, de 16 de abril de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 18 - Além das Varas com jurisdição em todo o território da Capital (art. 20, n. I) haverá. Varas. distritais numeradas de 1.ª a 10.ª, com jurisdição limitada nos termos da presente lei, em:

I - Santo Amaro, compreendendo o subdistrito de igual nome, o distrito de Parelheiros e o subdistrito de Capela do Socorro;

II - São Miguel Paulista, compreendendo o distrito de igual nome;

III - Itaquera, abrangendo o distrito de igual nome, bem como o de Guainazes;

IV - Santana, que compreende o subdistrito de igual nome, bem como o de Tucuruvi;

V - Lapa, compreendendo o subdistrito de igual nome, assim como os de Nossa Senhora do Ó e de Brasilândia;

VI - Pirituba abrangendo o subdistrito de igual nome e o de Jaguará, bem como os distritos de Jaraguá e Perus;

VII - Penha de França, compreendendo o subdistrito de igual nome, bem como os de Vila Matilde e Cangaíba;

VIII - Tatuapé, compreendendo o subdistrito de igual nome e o de Vila Formosa;

IX - Vila Maria, abrangendo o subdistrito de igual nome e o de Vila Guilherme;

X - Casa Verde, compreendendo o subdistrito de igual nome, bem como os de Limão e Vila Nova Cachoeirinha.

Artigo 41 - O 5.º juiz de direito auxiliar da Vara de Menores substituirá os demais de sua categoria, em suas faltas, afastamentos, férias ou licença e auxiliará o juiz titular nas funções judiciais que lhe forem especificamente cometidas por ele, mediante aprovação do Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 61 - Os substitutos de 3.ª entrância, após haverem substituído, por trinta dias ou mais e fora do período de férias coletivas, os juízes titulares das Seções 1.ª até 11.ª, ficarão afastados de qualquer função, durante quinze dias, para ultimar os processos a que estiverem vinculados e receberão vencimentos como se estivessem na substituição.

Artigo 72 - As comarcas de Cotia e Mairiporã aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo 23, da Lei n. 5296, de 18 de fevereiro de 1959.

Artigo 73 - Ficam reestruturadas, com. municípios e distritos retirados à de São Paulo, as comarcas de:

I - Franco da Rocha, criada pela Lei n. 2456, de 30 de dezembro de 1953, que fica classificada em 2.ª entrância, compreendendo o município de igual nome e os de Caieiras e Francisco Morato;

II - Itapeverica da Serra, criada pela Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, que terá a classificação de 2.ª entrância e abrangerá o município de igual nome e os de Embu, Embu-Guaçu, Juquitiba e Taboão da Serra.

III - Barueri, criada pela Lei n. 5.285, de 18 de fevereiro de 1959, que será classificada em 2.ª entrância, abrangendo o município de igual nome e os de Cajamar, Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

§ 1.º - A Classificação de entrância constante dos itens deste artigo não prejudica direitos já assegurados a serventuários de Justiça em decorrência da Lei n. 5.295, de 18 de fevereiro de

1959.

§ 2.º - A comarca de Franco da Rocha terá o regime cartorário referido no artigo 125 da presente lei, facultada ao atual serventuário do Registro de Imóveis a opção por um dos dois ofícios de notas.

Artigo 74 - A comarca de Osasco terá os seguintes ofícios de Justiça:

I - Distribuidor, Contador e Partidor, com. Anexo de Depositário Público;

II - 1.º Ofício de Notas, com os anexos de escrivania do júri do crime, das execuções criminais;;

III - 2.º Ofício de Notas, com o Anexo de escrivania do cível;

IV - Protesto de Títulos, com os anexos de registro de títulos e documentos, de registro de comércio: V - Registro e Imóveis e Anexos.

Artigo 84 - Vetado

§ 1.º - Vetado

§ 2.º - Vetado

Artigo 125 - As comarcas de 1.ª e 2.ª entrância a que se refere o artigo 14 da Lei n. 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, contarão com os seguintes ofícios de Justiça:

I - 1.º Ofício de Notas, com os anexos da escrivania do júri, do crime, das execuções criminais e do registro de imóveis;

II - 2.º Ofício de Notas, com os anexos de protestos de títulos, de registro de documentos, de registro de comércio e de escrivania do cível.

Parágrafo único - O ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, do distrito da sede da comarca, terá os. anexos de Distribuidor, Contador e Partidor e o de Depositário Público.

Artigo 133 - Os ocupantes de cargo de Fiel, referência "10", com mais de 3 (três) anos de exercício, serão aproveitados nos cargos de 3.º Escrevente, desde que haja vaga e demonstrem estarem habilitados para o seu exercício.

Parágrafo único - A aferição dessa capacidade competirá ao Poder Judiciário, através de banca examinadora composta, de um Juiz de Direito, do escrivão da respectiva Vara e de um advogado militante".

Artigo 4.º - Ficam revogados os artigos 10 e 81, da Lei n. 8.101, de 16 de abril de 1964, restaurada a legislação anterior, concernente as férias forenses em segunda instância, ficando revogados, ainda, os artigos 75 (... vetado...) da mesma lei.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 5.º - Vetado.

Artigo 6.º - Os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais dos subdistritos da Capital tem competência para reconhecer firmas e lavrar procurações.

Artigo 7.º - As despesas decorrentes desta. lei correrão por conta da verba própria do orçamento.

Artigo 8.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 13 de novembro de 1964.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Ernesto de Moraes Leme

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 13 de novembro de 1964.

Miguel Sansigolo,
Diretor Geral, Substituto.

(D. O. 14/11/64).

LEI N. 8.435, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1964

Altera a redação do artigo 8.º e § único da Lei n. 560, de 27-12-1949, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n. 4.269, de 22-10-1957

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu Cyro Albuquerque, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passam a ter a seguinte redação o artigo 8.º e seu parágrafo único da Lei n. 560, de 27 de dezembro de 1949, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n. 4.269, de 22 de outubro de 1957:

"Artigo 8.º - Em se tratando de colocação remunerada, o Juiz, atendendo ao custo de vida na região e as condições especiais de cada caso, fixará o auxílio a ser pago às pessoas que receberem as menores, entre o mínimo de um décimo (1/10) e um terço (1/3) do salário mínimo vigente na região, por menor.

Parágrafo único - Em casos excepcionais de moléstia grave ou falta de vestuário, ou em se tratando de menor problema, devidamente verificados, o juiz poderá conceder auxílio extraordinário não excedente de um quarto (1/4) do salário mínimo vigente na região".

Artigo 2.º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1964.

CYRO ALBUQUERQUE, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1964.

Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto
(D. J. 4/12/64).

LEI N. 8.635, DE 13 DE JANEIRO DE 1965

Dispõe sobre cancelamento de penalidade a servidores do Estado, e de suas autarquias

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Cyro Albuquerque, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam canceladas, para todos os efeitos, exceto para o de percepção de vencimentos, salários ou proventos atrasados, as penas disciplinares de advertência, repreensão e suspensão até 5 (cinco) dias, em que hajam incorrido até a data da vigência desta lei, os servidores do

Estado e de suas autarquias.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 1965.

CYRO ALBUQUERQUE, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 13 de janeiro de 1965.

Francisco Carlos, Diretor Geral, Substituto

LEI N. 8.662, DE 21 DE JANEIRO DE 1965

Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

.....
.....
Artigo 6.º - Passa a ter a seguinte redação o parágrafo único do artigo 16 da Lei n. 593, de 31 de dezembro de 1949:

"Parágrafo único - As custas de condução devidas aos Oficiais de Justiça privativos, da Fazenda do Estado poderão ser fixadas de dois em dois anos pelo Corregedor Geral da Justiça, mediante representação do Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado, atendendo as conveniências do serviço e às necessidades da época".

.....
.....
Artigo 8.º - São revogados os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 7.498, de 27 de novembro de 1962.

Artigo 9.º - São canceladas as dívidas originadas de custas judiciais (criminais ou cíveis) iguais ou inferiores a Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros), excluídos os acréscimos legais, referentes a 1963 e exercícios anteriores, encaminhadas à Procuradoria Fiscal do Estado para cobrança executiva, nos termos do artigo 6.º e §§, do Decreto n. 34.829, de 14 de abril de 1959.

Artigo 10 - São cancelados os débitos dos impostos territorial rural e sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos", de importância inferior a Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros).

§ 1.º - Considerar-se-á, para efeito do cancelamento, o valor originário do débito, não se levando em conta as multas moratórias, juros e outros acréscimos que tenham concorrido para aumentar a dívida.

§ 2.º - Não mais se lançará o imposto territorial rural nos casos em que os lançamentos, por qualquer motivo, não se processarem no devido tempo.

.....
.....
Artigo 31 - Ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza os atos contratos e outros papéis das sociedades de economia mista de que o Estado seja acionista majoritário.

Artigo 32 - Ficam isentos de todos os impostos e taxas estaduais os bens e serviços do Instituto de Café do Estado de São Paulo.

.....

Artigo 50 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com exceção dos artigos 8.º, 9.º e 10 cujos efeitos retroagem a 1.º de janeiro de 1964.

Artigo 51 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, 21 de janeiro de 1965.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

José Adolpho da Silva Gordo

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 21 de Janeiro de 1965.

Miguel Sansigolo, Diretor Geral, Substituto

(D. O 23/1/65)

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PROVIMENTO N. XIII

O Conselho Superior da Magistratura, nos autos do processo de n. G-11.647 e visando disciplinar as designações de defensores dativos de réus, pobres e o pagamento, dos respectivos honorários, de conformidade com a Lei Federal de n. 1. 060, de 5-2-50 e com a Lei Estadual de n. 7.489 de 26-11-62,

Resolve:

Artigo 1.º - A designação de defensores dativos nos processos de qualquer natureza, quando a parte for declarada pobre, deve recair de preferência sobre advogado pertencente aos quadros do Departamento de Assistência Judiciária do Estado, nas comarcas onde funcionar esse serviço, (Capital, Santos e Campinas), mediante prévia solicitação do juiz da causa.

Artigo 2.º - Nos processos criminais, citado o réu por edital e não comparecendo para interrogatório, ou, comparecendo mais deixando de oferecer defesa prévia, o juiz, ao designar dia para a inquirição, mandará oficiar ao Departamento de Assistência Judiciária solicitando a indicação de advogado para acompanhar o processo até final.

Artigo 3.º - Só se nomeará advogado dativo quando não for possível a indicação de advogado do Departamento de Assistência Judiciária ou para evitar adiamento de atos processual a que estejam presentes partes e testemunhas.

Artigo 4.º - Somente terá direito a remuneração paga pelo Estado, na forma da lei 5.489, os defensores dativos que funcionarem em processos crimes contra réus considerados pobres por despacho dos juízes após as necessárias verificações. A nomeação de dativo, para substituir procurador constituído que não compareça a determinados atos do processo ou em casos de abandono da ação, não dará aquele direito de receber remuneração do Estado, cabendo ao próprio réu pagar os seus honorários § único do artigo 263 do Cód. Proc.).

Artigo 5.º - O defensor dativo que deixar de comparecer a outro atos do processo não fará jus a remuneração paga pelo Estado, salvo justo impedimento, hipótese em que uma única remuneração será rateada entre todos os que servirem.

Artigo 6.º - Não se pagarão honorários por conta do Estado, ainda que fixados no processo, quando forem superiores as tabelas organizadas pela Ordem dos Advogados (Diário Oficial do Estado de 19-3-63) ou quando desatenderem à lei 7.489 e a este Provimento.

Artigo 7.º - Os pagamentos serão processados pela Contabilidade da Secretaria do Tribunal (decreto 43.209 de 13-4-64) à vista de mapas mensais, passados pelos cartórios e visados pelos juízes, acompanhados de certidões em duas visa referentes a cada advogado e a cada processo

(modelos constantes de (ns. 276 e 277).

Art. 8.º - A Contabilidade, sempre que, nos processos de pagamento de honorários aos defensores dativos, verificar a infringência das regras da lei 7.489 e deste Provimento, representará ao Presidente do Tribunal para dirimir as dúvidas surgidas.

Art. 9.º - As designações de defensores dativos, nas hipóteses expressamente previstas neste Provimento, deverão recair em advogado inscrito na Ordem dos Advogados. Recomenda-se aos Juízes evitem nomeações seguidas dos mesmos profissionais, distribuindo-se equitativamente entre todos os advogados que militem nas respectivas Varas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de janeiro de 1965.

(ãa) Euclides Custódio da Silveira - Presidente - Raphael de Barros Monteiro - Vice Presidente - Olavo Lima Guimarães - Corregedor Geral da Justiça.

(D. J. 4/2/65).

SALÁRIOS DOS ESCRIVENTES

ATO N. 2, DE 29 DE JANEIRO DE 1965

O Secretário da Justiça e Negócios do Interior, usando de suas atribuições, e Considerando que a lei n. 7.830, de 15 de fevereiro de 1963, estabeleceu, em seu art. 1.º, parágrafo único, ser da competência do Secretário da Justiça a fixação dos vencimentos dos escreventes, auxiliares e fiéis de cartórios não oficializados, sendo que tal remuneração não poderia ser inferior ao salário mínimo local;

Considerando que essa fixação foi efetuada pelo titular da Pasta, no Ato n. 14, de 26 de agosto de 1963, publicado no "Diário Oficial" a 29, em bases diversas, atendendo à categoria dos cartórios em apreço e à classificação desses servidores;

Considerando que aos escreventes e fiéis da Comarca da Capital, ressalvado o disposto no art. 2.º, § 2.º, foram estabelecidos salários "pelo menos equivalentes aos vencimentos legalmente atribuídos às categorias correspondentes, dos cartórios oficializados";

Considerando que, nessa fixação, não se levou em conta a diferenciação de funções entre os cartórios, equiparando, para efeito de remuneração aos escreventes, auxiliares e fiéis, os Registros de Imóveis, os Registros de Títulos e Documentos, os Tabelionatos de Notas, os Registros Cíveis de Pessoas Naturais e Anexos;

Considerando que, em especial, os serventuários dos Ofícios de Registro Civil e Pessoas Naturais são obrigados por lei à prática de atos de natureza gratuita, como em referência às certidões para fins militares e eleitorais;

Considerando que, havendo reconhecido a impossibilidade do cumprimento efetivo do Ato n. 14, por parte de muitos serventuários, visto existirem cartórios cuja renda não seria suficiente sequer para pagamento aos escreventes e auxiliares, resolveu o Secretário da Justiça suspender por noventa dias a vigência do Ato mencionado, publicando o Ato n. 24, de 2 de outubro de 1964;

Considerando que, uma das razões dessa providência foi o fato de se encontrar em discussão, na Assembléia Legislativa, projeto de lei fixando novos níveis de cobrança das custas e emolumentos;

Considerando que, encerrada a sessão legislativa de 1964, não ultimou a Assembléia o estudo do problema, havendo necessidade, assim, de se estabelecerem normas provisórias, que possibilitem o cumprimento da vontade do legislador, enquanto a Reforma do Regimento de Custas não for efetuada,

Determina:

Artigo 1.º - Os vencimentos dos escreventes, auxiliares e fiéis de cartórios não oficializados constarão de uma parte fixa, correspondente ao salário mínimo local, acrescida de um adicional,

na base de acordo fixado por escrito, entre o serventuário e seus auxiliares.

Parágrafo 1.º - Tais acordos salariais serão comunicados à Secretaria da Justiça, no prazo de quinze dias, para os fins de direito.

Parágrafo 2.º - Na falta de acordo entre os interessados, esses vencimentos, na parte adicional, serão estabelecidos pelo juiz corregedor, na forma regulada pelo desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 2.º - A vigência desses acordos retrotrairá a 3 de outubro de 1964, data em que foi publicado o Ato n. 24, que suspendeu por noventa dias a vigência do Ato n. 14, de 26 de agosto de 1963.

Artigo 3.º - Tão logo seja promulgado o novo Regimento de Custas, cujo projeto se encontra, em discussão na Assembléia Legislativa, o Secretário da Justiça expedirá novo Ato, fixando, em definitivo, as bases da remuneração dos servidores dos cartórios não oficializados.

Artigo 4.º - Os interessados recorrerão ao juiz corregedor do cartório, solicitando as providências adequadas, para, que os serventuários cumpram as obrigações que lhes são impostas por lei e por este Ato, o qual entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(D. J. 30/1/65).

PORTARIA N. 10-65

O desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, considerando a necessidade de complementar o Ato n.º 2, de 29 de janeiro do corrente ano, do sr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior, publicado no "Diário Oficial" de 30 de janeiro de 65,
Resolve:

Artigo 1.º - Se não houver o acordo de que trata o artigo 1.º do Ato n. 2 da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, que poderá ser individual ou por grupos de escreventes, auxiliares ou fiéis, a parte interessada, até o dia 20, inclusive, deste mês de janeiro, dirigirá representação escrita ao Juiz corregedor permanente do cartório solicitando a fixação da parte adicional dos vencimentos.

§ 1.º - Autuado o pedido pelo cartório da Corregedoria, o Juiz concederá à outra parte o prazo de três dias para manifestar-se, com apresentação facultativa de documentos. Sem mais outras diligências, o Juiz decidirá em igual prazo, improrrogável, dentro do qual, a seu prudente critério, poderá colher informações verbais de quaisquer dos interessados e examinar, independentemente de termo, todo o arquivo e papéis da serventia.

§ 2.º - Determinada por despacho a parte adicional de vencimentos, que retroagirá a 3 de outubro de 1964 (artigo 2.º do Ato n. 2), os interessados poderão recorrer, dentro de três dias, ao Corregedor Geral da Justiça. O Juiz, ouvida no mesmo prazo a outra parte, manterá ou reformará o seu despacho em 48 horas.

Art. 2.º - Se a representação for do serventuário ou servidores do cartório da corregedoria permanente, o processo correrá pelo cartório que o Juiz designar, arquivando-se, todavia, afinal, naquele cartório.

Art. 3.º - Os auxiliares de cartório, menores entre 14 e 18 anos de idade, poderão ter os vencimentos reduzidos segundo os critérios fixados pela legislação trabalhista.

Art. 4.º - O acordo ou despacho vigorarão até que novas disposições legais sejam baixadas fixando em definitivo os vencimentos dos servidores dos cartórios não oficializados.

Art. 5.º - O juiz corregedor permanente e o Corregedor Geral da Justiça imporão a pena de suspensão disciplinar ao serventuário que não obedecer as determinações do Ato n. 2 ou não cumprir o acordo ou despacho de fixação da parte adicional de vencimentos.

Publique-se por três vezes.

São Paulo, 1.º de fevereiro de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. J. 3/2/65).

ANO XVI

Nº 077 - Publicação: Mar/Jul 1965

PROVIMENTO N. 1/65

O Doutor Antônio Macedo de Campos, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que Lhe são conferidas por lei, e atendendo as dúvidas e dificuldades suscitadas na aplicação da lei federal n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e do decreto n. 55.815 de 6 de março do corrente ano, que estabeleceu normas para a escrituração dos registros criados pela referida lei; e atendendo à conveniência de adotar-se orientação uniforme quanto a esses registros;

RECOMENDA aos Srs. Oficiais de Cartórios de Registros de Imóveis desta Capital o seguinte.

1. Recebidos o memorial e documentos a que se refere o art. 1.º do decreto n. 55.815, o Oficial de Registro de Imóveis os fará, autuar e dará recibo deles ao apresentante, protocolando a seguir o processo (decreto n. 55.815, art. 2.º).
2. Autuará o Oficial de Registro de Imóveis em separado com a indicação de tratar-se de segunda via do processo, as outras vias autenticadas com as firmas devidamente reconhecidas dos documentos enumerados nas alíneas c - d - e - g - h - i - j - l - m - n - e do artigo 1.º do decreto n. 55.815 (decreto n. 55.815, art. 8.º), podendo o Oficial dar certidão ou fornecer a quem o solicitar cópia fotostática, heliográfica-microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos a que se refere o mencionado art. 1.º ou autenticar cópia apresentada pela parte interessada (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 4.º).
3. Protocolado o processo, terá o Oficial o prazo de, quinze, dias para o exame da documentação, apresentando por escrito, todas as exigências que entenda necessárias ao registro, fixando prazo razoável para que sejam satisfeitas decreto n. 55.815, art. 1.º § 6.º e art. 2.º § 1.º.
4. Se o interessado não se conformar em atender as exigências apresentadas, o Oficial suscitará dúvida segundo as normas procedimentais aplicáveis (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 6.º e art. 2.º, § 2.º).
5. A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos da alienação, não impede o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos extraídos dos registros, a existência e extensão dos mesmos (decreto n. 55.815, art. 1.º § 5.º).
6. Se os documentos estiverem em. ordem, se, forem satisfeitas as exigências, ou se for julgada improcedente a dúvida, o Oficial no prazo de 15 (quinze) dias, inscreverá a incorporação do Livro, e arquivando a primeira via do processo em cartório e, devolverá a segunda via do processo ao interessado, com certidão, em que relacionará a documentação apresentada de ter

feito o registro (decreto n. 55.815, art. 1.º § 6.º, e art. 4.º, "a").

No livro de transcrição e à margem do registro da propriedade edificanda, averbará a inscrição assim que efetuada (decreto n. 65.815, art. 12).

7. Julgada procedente a dúvida, o Oficial cancelará a apresentação do memorial e dos documentos devolvendo-se ao apresentante, e declarando em certidão, que a dúvida foi julgada, procedente, arquivando o mandado judicial (decreto n. 55.815, art. 3.º).

8. O Oficial de Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou se der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos, cabendo-lhe fiscalizar o cumprimento dos requisitos e exigências legais (decreto n. 55.815, art. 1.º § 7.º).

9. Enquanto não averbada a construção das edificações (Lei n. 4.591, de 16-12-64, art. 44), os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão desta ou de promessa de cessão serão averbadas à margem da, inscrição da incorporação à averbação atribui direito real do oponível a terceiros e será efetuada, à vista do instrumento do contrato, no qual o Oficial lançará nota indicativa do Livro, página e data do assento (decreto n. 55.815, art. 5.º).

10. Também serão averbadas à margem da, inscrição da propriedade edificanda, as cartas-propostas ou documentos de ajuste preliminar, no caso do art. 35, § 4.º da Lei n. 4.591, de 16-12-64, e para os efeitos previstos na mesma lei.

11. A inscrição da incorporação será cancelada.

a) em cumprimento de sentença;

b) a requerimento do incorporador, enquanto nenhuma unidade for objeto de compromisso devidamente averbado, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou seus cessionários, expresso em documento por eles assinado ou por procuradores com poderes especiais (decreto, n. 55.815, art. 6.º).

c) pela desistência da, incorporação, mediante denúncia, por parte do incorporador ou do outorgante do mandato de que trata o § 1.º do art. 31 da Lei n. 4.591, de 16-12-64, nos casos previstos nos arts. 34, §§ 4.º e 5.º, e 35, § 3.º, da mesma Lei.

Cancelada a inscrição, o documento que determinou o cancelamento será arquivado, juntando-se ao processo de incorporação (decreto n. 55.815, art. 6.º e 9.º; Lei n. 4.591, art. 34, §§ 4.º e 5.º e art. 35, § 3.º).

12. O cancelamento da averbação dos contratos de compra e venda, de promessa de venda, cessão desta ou promessa de cessão, a que se refere o art. 5.º do decreto n. 55.815, será feito;

a) por mandado judicial;

b) a requerimento dos contratantes do compromisso;

c) pela resolução do contrato;

d) pela transcrição da escritura de compra e venda; (decreto n. 55.815, art. 11).

13. O registro instituído pela Lei n. 4.591, de 16-12-64, tanto por inscrição como por averbação, não substitui o dos atos constitutivos ou translativos de direitos reais, na forma e para os efeitos das leis e regulamentos dos registros público que continuam em vigor (decreto n. 55.815, art. 7.º). Averbada a construção das edificações (Lei n. 4.591, art. 44, decreto n. 55.815, art. 13), o registro dos contratos de compra e venda de promessa de venda, cessão desta ou promessa de cessão atenderão ao disposto nessas leis e regulamentos.

14. A convenção de condomínio será inscrita no Livro 8, dela devendo constar os requisitos previstos no art. 9.º, § 3.º, da Lei n. 4.591, de 16-12-64 e averbando-se suas eventuais alterações (Lei n. 4.591, art. 9.º, § 1.º e decreto n. 55.815, art. 14).

15. Instituído o condomínio por unidades autônomas em edificações existentes, por ato entre vivos ou por testamento, será a instituição obrigatoriamente inscrita no livro 8 (Lei n. 4.591, art. 7.º; decreto n. 55.815, art. 14).

16. A adjudicação liminar de que trata o art. 15 § 2.º, da Lei n. 4.591, de 16-12-64, será inscrita no Livro 8, cancelando-se a inscrição pela transcrição da sentença definitiva (Lei n. 4.591, art. 15, § 7.º) ou mediante mandado judicial.

17. As incorporações iniciadas antes da publicação do decreto n. 55.815, não se aplicarão obrigatoriamente as regras sobre os registros especiais por ele regulados.

Publique-se.

São Paulo, 30 de junho de 1965. Antonio Macedo de Campos - Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos, e das Corregedores Permanentes.

(Publicado no Diário de Justiça 7/7/65.)

LEI N. 4.686 - DE 21 DE JUNHO DE 1965

Acrescenta parágrafo ao art. 26 do Decreto-lei n. 8.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O atual parágrafo único do art. 26 do Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei de Desapropriação por Utilidade Pública) passará a ser o § 1.º, acrescentando-se ao mesmo artigo a seguinte disposição:

" § 2.º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado".

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
(D. U. 23/6/65).

LEI N. 4.673 - DE 15 DE JUNHO DE 1965

Aplica aos bens penhorados em execuções fiscais as normas de impenhorabilidade do art. 942 do Código do Processo Civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Nas execuções fiscais promovidas nos termos do Decreto-lei n. 960, de 1939, aplicam-se, quanto aos bens e direitos objeto de penhora, as cláusulas de impenhorabilidade prevista no art. 942 do Código do Processo Civil.

Art. 2.º. O executado nomeará bens à penhora, obedecendo-se à gradação prevista no Código do Processo Civil.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

LEI N. 4.674 - DE 15 DE JUNHO DE 1965

Prorroga, por um dia útil, os prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 3.º da Lei n. 1.408, de 9 de agosto de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º. Os Prazos judiciais que se iniciarem ou vencerem aos sábados serão prorrogados por um dia útil".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de junho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
(D. U. 18/6/65).

LEI N. 4.672 - DE 12 DE JUNHO DE 1965

Modifica o inciso IV do art. 842 do decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O inciso IV do art. 842 da decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939 - Código de Processo Civil - passa a ter a seguinte redação:

"Art.

842
.....

IV - que receberem ou rejeitarem "in limine" os embargos de terceiro".

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
(D. U. 15/6/65).

LEI N. 4.655 - DE 2 DE JUNHO DE 1965

Dispõe sobre a legitimidade adotiva

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A permitida a legitimação adotiva do infante exposto, cujos pais sejam desconhecidos ou hajam declarado por escrito que pode ser dado, bem como do menor abandonado propriamente dita até 7 (sete) anos de idade, cujos pais tenham sido destituídos do pátrio poder; do órfão da mesma idade, não reclamado por qualquer parente por mais de um ano; e, ainda do filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitado de prover a sua criação.

§ 1.º. Será também permitida a legitimação adotiva em favor do menor com mais de 7 (sete) anos, quando à época em que completou essa idade já se achava sob a guarda dos legitimantes, mesmo que estes não preenchessem então as condições exigidas.

§ 2.º. A legitimação só será deferida após um período mínimo de 3 (três) anos de guarda do menor pelos requerentes. Para esse efeito, será computado qualquer período de tempo desde que a guarda se tenha iniciado antes de completar o menor 7 (sete) anos.

Art. 2.º. Somente poderão solicitar a legitimação adotiva dos menores, referidos no artigo anterior os casais cujo matrimônio tenha mais de 5 (cinco) anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tenha mais de 30 (trinta) anos de idade, sem filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos.

Parágrafo único. Será dispensado o prazo de 5 (cinco) anos de matrimônio, provada a esterilidade de um dos cônjuges, por perícia médica, e a estabilidade conjugal.

Art. 3.º. Autorizar-se-á, excepcionalmente a legitimação ao viúvo ou viúva, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, provado que o menor esteja integrado em seu lar e onde viva há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 4.º. Os cônjuges desquitados, havendo começado a guarda do menor, no período de prova, na constância de matrimônio e concordando sobre ela após a terminação da sociedade conjugal podem requerer a legitimação; obedecido, quanto à guarda e proteção, o disposto nos arts. 325, 326 e 327, do Código Civil.

Art. 5.º. Com a petição serão oferecidos certidão de casamento, atestado de residência, folha de antecedentes, prova de idoneidade moral e financeira, atestado de inexistência de filhos, prova de abandono do menor e destituição do pátrio poder, bem como atestado de sanidade física, provando que nenhum dos requerentes sofre de moléstia contagiosa.

§ 1.º. O Juiz, tendo em vista as conveniências do menor, o seu futuro, e bem-estar, ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, as diligências e sindicâncias que julgar necessárias, correndo, contudo, o processo em segredo de justiça.

§ 2.º. Feita a prova e concluídas as diligências, o Juiz, ouvido o Ministério Público, proferirá sentença da qual caberá recurso de reexame para o Tribunal de Justiça, com efeito suspensivo.

Art. 6.º. A sentença deferindo a legitimação terá efeitos constitutivos devendo ser inscrita, mediante mandado no Registro Civil, como se tratasse de registro fora do prazo, no qual se consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidões.

§ 1.º. Nas certidões do registro nenhuma observação poderá constar sobre a origem do ato.

§ 2.º. O registro original do menor será anulado, também por mandado do Juiz, o qual será arquivado. VETADO.

§ 3.º. Feita a inscrição, cessam os vínculos da filiação anterior, salvo para os efeitos do art. 283 do Código Civil.

Art. 7.º. A legitimação adotiva é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos

legítimos, aos quais estão equiparados os legitimados adotivos, com os mesmos direitos e deveres estabelecidos em lei.

Art. 8.º. A violação do segredo estabelecido neste capítulo, salvo decisão judicial, sujeitará o funcionário responsável às penas do art. 325 do Código Penal.

Parágrafo único. VETADO. A critério do juiz, para salvaguarda de direitos ... VETADO... poderão ser fornecidas certidões ... VETADO...

Art. 9.º. O legitimado adotivo tem os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorrer com filho legítimo superveniente à adoção. (Cód. Civ. § 2.º do art. 1.605).

§ 1.º. O vínculo da adoção se estende à família dos legitimantes, quando os seus ascendentes derem adesão ao ato que o consagrou.

§ 2.º. Com a adoção, cessam os direitos e obrigações oriundos da relação de parentesco do adotado com a família de origem.

Art. 10. A decisão confere ao menor o nome do legitimante e pode determinar a modificação do seu prenome, a pedido dos cônjuges.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos
(D. U. 3/6/65).

LEI N. 4.632 - DE 18 DE MAIO DE 1965

Altera o art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 64 do Código de Processo Civil (Decreto-lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 64. A sentença final na causa condenará a parte vencida ao pagamento dos honorários do advogado da parte vencedora, observado no que for aplicável, o disposto no art. 55.

§ 1.º. Os honorários serão fixados na própria sentença, que os arbitrar com moderação e motivadamente.

§ 2.º. Se a sentença se basear em fato ou direito superveniente, o juiz levará em conta essa circunstância para o efeito da condenação nas custas e nos honorários".

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

(D. J. 9/3/65).

LEI N. 4.380 - DE 21 DE AGOSTO DE 1964

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 62 - Os Oficiais do Registro de Imóveis inscreverão obrigatoriamente, os contratos de promessa de venda, promessa de cessão ou de hipoteca celebrados de acordo com a presente lei, declarando expressamente que os valores deles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos os saldos devedores, assim como as prestações mensais, às correções do valor, determinadas nesta Lei.

LEI N.º 4729 - DE 14 DE JULHO DE 1965

Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso, Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Constitui crime de sonegação fiscal:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interne, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento, de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo, das sanções administrativas cabíveis.

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

§ 1.º Quando se tratar de criminoso primário a pena será reduzida à multa de 10 (dez) vezes o valor do tributo.

§ 2.º Se o agente cometer o crime prevalecendo-se do cargo público que exerce, a pena será aumentada da sexta parte.

§ 3.º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização, de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena, deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

Artigo 2.º - Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos nesta Lei quando o agente promover o recolhimento do tributo devido, antes de ter início, na esfera administrativa, a ação fiscal própria.

Parágrafo único. Não será punida com as penas cominadas nos arts. 1.º e 6.º a sonegação fiscal anterior a vigência desta Lei.

Artigo 3.º - Somente os atos definidos nesta lei poderão constituir crime de sonegação fiscal.

Artigo 4.º - A multa aplicada nos termos desta Lei será computada e recolhida, integralmente, como receita pública extraordinária.

Artigo 5.º - No art. 334, do Código Penal, substituam-se os §§ 1.º e 2.º, pelos seguintes:

§ 1.º Incorre na mesma pena quem:

- a) pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;
- b) pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho;
- c) vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina: no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;
- d) adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2.º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3.º A pena, aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho 6 praticado em transporte aéreo.

Artigo 6.º Quando se tratar de pessoa jurídica, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.

Artigo 7.º As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento criminal cabível.

§ 1.º Se os elementos comprobatórios forem suficientes, o Ministério Público oferecerá, desde logo, denúncia.

§ 2.º Sendo necessários esclarecimentos, documentos ou diligências complementares, o Ministério Público os requisitará, na forma estabelecida no Código do Processo Penal.

Artigo 8.º Em tudo o mais em que couber e não contrariar os arts. 1.º e o 7.º desta Lei, aplicar-se-ão o Código Penal e o Código do Processo Penal.

Artigo 9.º O lançamento ex officio relativo às declarações de rendimentos, além dos casos já especificados em lei, far-se-á arbitrando os rendimentos, com base na renda presumida, através da utilização dos sinais exteriores de riqueza que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Artigo 10 O Poder Executivo procederá às alterações do Regulamento do Imposto de Renda decorrentes das modificações constantes desta Lei.

Artigo 11 Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Artigo 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de Julho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. Castello Branco
Milton Soares Campos
e
Octávio Bulhões.

Diário Oficial da União de 19/7/65.

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
PORTARIA N. 28/65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, considerando que, com a instalação das cinco novas Varas da Família. e Sucessões, o Cartório do 2.º Distribuidor Cível tem recebido e continua a receber milhares de processos de inventários para redistribuição e considerando que, sem a adoção de medidas extraordinárias, tal diligência durará meses, com evidente prejuízo para as partes e para o Fisco.

Resolve:

1 - Os livros de carga, abertos especialmente para a entrega dos processos aos Cartórios das Varas da Família e Sucessões ficam substituídos por relações feitas à máquina, em triplicata, contendo o número de ordem, número do processo, natureza do feito e os nome das partes. Cada grupo de processos será remetido com as duas primeiras vias, passando o novo escrivão recibo numa delas e ficando com a outra para o seu controle e arquivo. A 3.ª via em hipótese alguma sairá do cartório do distribuidor.

2 - O serviço de redistribuirão dos processos passa a ser feito exclusivamente nas salas 620 e 622 do sexto andar do Fórum João Mendes, que ficam, pelo prazo estritamente necessário, sob a responsabilidade direta do 2.º distribuidor cível, providenciando a Secretaria do Tribunal a sua entrega e a do mobiliário indispensável.

3 - O 2.º distribuidor procederá de modo a que a redistribuição e a entrega dos autos se façam com toda a presteza, dentro do prazo de vinte dias, ficando autorizado o trabalho, porém sem ônus para o Estado, no período da manhã.

4 - Ficam, pelo prazo de vinte dias, a contar de 9 do corrente, à disposição do 2.º distribuidor cível, que atestará a sua frequência, os seguintes servidores: Daiese Flora Ungaretti do 1.º Ofício da Família; Rosette Rezende Mendes, do 2.º Ofício da Família; José Antônio de Souza, do 3.º Ofício da Família; Deborah Carlini, do 4.º Ofício da Família; Leopoldina Pereira de Souza Puga, do 6.º Ofício da Família; Suzana da Conceição Homem de Bittencourt, do 7.º Ofício da Família; Jenny Junqueira Soares, do 8.º Ofício da Família; Antônio Reis Lorangeira, oficial de justiça da 9.ª Vara da Família; e Ivone Barbutti, do 10.º Ofício da Família.

5 - Os funcionários postos à disposição do 2.º Distribuidor Cível, pela portaria de n. 16-65, retornarão aos seus cartórios, findo o prazo nela marcado, e serão substituídos, de 13 até o dia 28 de março corrente, pelos seguintes servidores: José Augusto Menezes Vieira, escrevente extranumerário do Cartório do Júri; Eduardo Ribeiro de Mendonça, escrevente extranumerário do 6.º Ofício Criminal; Jethro Pires, 3.º escrevente efetivo do 7.º Ofício Criminal; Vercingetorix de Castro Garms Júnior, oficial judiciário extranumerário mensalista, do 17.º Ofício Criminal; Letícia Eduarda de Cerqueira Leite Maffei, escrevente extranumerária do 18.º Ofício Criminal; Beatriz de Moraes Biondi, 1.º escrevente efetiva do 24.º Ofício Criminal. Oficie-se aos MM. Juízes de Direito e façam-se as devidas anotações.

Publique-se,
São Paulo, 8 de março de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. U. 9/5/65).

PORTARIA N. 72-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho proferido no processo n. 25.26265,

Resolve:

Art. 1.º - Todos os Tabelionatos do Estado de São Paulo e os cartórios que tiverem o anexo de tabeliões de Notas são obrigados a manter o livro de "Registro do Imposto do Selo", de conformidade com os arts. 28, 60 e 61 do Regulamento baixado com o dec. federal n. 55.852 de 22 de março de 1965.

§ único - A obrigatoriedade do registro do pagamento do imposto do selo deverá retroagir, pelo menos, à data de 1.º de julho de 1965.

Art. 2.º - Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e outras serventias em que, eventualmente, haja imposição de multas pagas em selo federal, expedirão as guias previstas no art. 35 do citado Regulamento, ficando uma das vias, após o pagamento, na repartição arrecadadora, arquivada em pasta especial e anotando-se, à margem do assento ou do ato de imposição de multa, o seu número e data.

Art. 3.º - Quando se tratar de cartório do registro Civil das Pessoas Naturais com o anexo de Tabelionato, o regime único de pagamento do imposto do selo é o do registro no livro a que se refere o art. 1.º desta portaria.

Publique-se remetam-se cópias ao Juízo dos Registros Públicos e aos de todas as comarcas do Estado, bem como aos chefes das Repartições Federais competentes sediadas nesta Capital.

São Paulo, 15 de julho de 1965.

a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PR 19.139-60 - N. 136-H, de 26 de janeiro de 1965.

"Aprovo. Em 94-65" (Fnc. ao M. J. N. I. em 20-4-65).

- Assunto: O Estatuto dos Funcionários Públicos só é aplicável aos serventuários da Justiça "no que couber". Havendo legislação especial - como no caso da aposentadoria dos Avaliadores Judiciais - esta deve ser aplicada.

- O precedente administrativo não é fonte geradora de direito.

PARECER

JAIME MARINHO, Avaliador de Justiça, aposentado de acordo com o decreto de 13 de abril de 1960, publicado no Diário Oficial da mesma data, postula o pagamento da vantagem de 20% sobre seus proventos, com fundamento no art. 184, item II, da Lei n. 1.711-52, alegando que contava mais de 35 anos de serviço público, à época de sua aposentadoria.

2. Submetida a matéria aos órgãos competentes do Ministério da Justiça, dividiram-se as opiniões.

3. Entenderam uns que a pretensão era de ser regada, em face das disposições do Código de Organização Judiciária (Decreto-lei n. 8.527-45, alterado pela Lei número 1.301-50) segundo as quais a aposentadoria dos serventuários de justiça, não remunerados pelos cofres públicos, se regeria pela Lei n. 1.711 (Estatuto dos Funcionários) "fora dos casos em que seja regulada. por lei especial". Há, na espécie, legislação especial. Deste modo, não seria de se aplicar o Estatuto dos Funcionários. Ademais, este, no art. 252, II, in fine, ao estabelecer a extensão de sua aplicabilidade aos serventuários da Justiça, fê-lo com a ressalva "no que couber".

4. Outros, todavia, opinaram pelo deferimento do pedido, alegando a equidade, tendo em vista os precedentes administrativos.

5. Finalmente, o último pronunciamento da Consultoria Jurídica do Ministério foi no sentido de deferir-se o pedido, por ser incontestável o direito do requerente, isto é, a aposentadoria de que se trata é regida pelo Estatuto dos Funcionários, nos termos do art. 154, inciso II

6. Como se vê, gira a política em torno de dois aspectos capitais:

a) é a aposentadoria, em apreço, regida pela Lei número 1.711?

b) o precedente administrativo deve ser respeitado por medida de equidade?

Carlos Medeiros Silva, quando de sua marcante passagem por este órgão, ao afirmar:

"Ao elaborar as leis especiais, para benefícios dos que prestaram. 'serviços de guerra, o legislador não podia ignorar a situação dos que se encontravam no último posto ou classe. Se não previu a situação, possibilitando-lhes acesso inviável ante as leis ordinárias, e vigentes, é porque entendeu que a posição atingida já representava para eles a satisfação completa dos interesses materiais legítimos em face das organizações existentes. Supor o intérprete, que a lei, ou o legislador, quis que se fizessem promoções ou se concedesse acesso a postos ou cargos que não existem, é que me parece, data vênua, exorbitância de sua missão". (Parecer n. 1-T).

A tese é válida para o presente caso. Se o legislador não amparou os que ocupavam a última classe de sua carreira, permitindo-lhe promoção ou acesso, ou ainda, concedendo-lhe vantagem especial, como a de que se cogita (acréscimo de 20%), fê-lo conscientemente, eis que, na realidade, não podia desconhecer a situação de tais servidores, como assinala o renomado jurisconsulto.

13. Quanto ao paradigma invocado, isto é, a concessão da vantagem pelo Decreto n. 36.911, de 1962, já tive oportunidade de me pronunciar sobre o assunto (Parecer n. 130-H, de 14-1-65, in D. O. de), ocasião em que sustentei ser o referido ato destituído de suporte legal, eis que exorbitou de sua competência regulamentar, estabelecendo regras e disciplinando matéria não prevista na lei.

14. O art. 184, do Estatuto dos Funcionários (Lei n. 1.711-52) não pode servir de argumento, em defesa da pretensão em estudo. O acréscimo de 20%, prescrito no item II, daquele dispositivo, tem sua concessão assegurada, quando o ocupante da última classe, ao ser aposentado, contar 35 anos de serviço. A condição temporal é relevante para o deferimento do benefício.

15. Se a aposentadoria ocorrer antes de o servidor ter completado aquele tempo de serviço (35 anos), a vantagem do acréscimo não pode ser concedida.

16. Ante o exposto, considero incabível a regulamentação pretendida, para o fim colimado, por não existir amparo legal.

Salvo melhor juízo.

Brasília, 28 de janeiro de 1965.

- Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor Geral da República.

(D. U. 20/4/65).

CERTIDÕES NEGATIVAS RUY ALTENFELDER SILVA

Há vinte e quatro anos, mais precisamente no dia 6 de abril de 1941, este jornal publicou artigo no qual chamava a atenção das autoridades para o grave problema, do encalhe das escrituras de compra e venda nos cartórios, em virtude de exigência para registro de certidões negativas

de débitos fiscais.

Não obstante o decurso do tempo e os esforços, dos serventuários, particularmente do Sr. Júlio Simões, titular do Tabelionato de Ibirapuera, nada de positivo e prático foi feito visando resolver o problema.

Como é sabido, mais de cem mil escrituras, encontram-se há meses aguardando registro à espera de certidões negativas de débitos, que demoram um bom tempo para serem fornecidas.

A morosidade além de entravar as transações imobiliárias, traz grande prejuízo aos cofres públicos que deixam de perceber os impostos respectivos

Não se justifica a exigência de exibição de certidões negativas para efeito de registro das escrituras.

O certo seria tomar a exibição das certidões facultativa, pois mesmo que se venda um imóvel sem a certidão negativa de impostos, não há prejuízo para o Fisco, pois pela lei, o adquirente do imóvel é responsável pelo imposto que houver em débito e o próprio imóvel responde por ele em qualquer tempo.

A exigência das certidões negativas vem ocasionando um inútil encalhe de escrituras nos cartórios da Capital, é, espera de registro, acarretando a maior insegurança para as transações imobiliárias.

O certo seria a adoção da idéia, preconizada pelo Sr. Júlio Simões: proceder o registro ou melhor transcrever as escrituras de compra e venda mediante a apresentação somente das certidões negativas de executivos fiscais, fornecidas pelos Distribuidores.

Tal medida, se colocada em prática, não só resguardará os interesses daqueles que por escrituras de compra adquirem imóveis na Capital, como também poderiam os tabeliães ou mesmo as partes, interessadas dentro de um prazo de pelo menos 72 horas após a lavratura das Escrituras, remetê-las ao Registro acompanhadas das certidões negativas de executivos fiscais, que então, dentro daquele prazo lhes seriam fornecidas pelos Distribuidores competentes, evitando-se, assim que ditas escrituras, depois de lavradas e trasladadas, fiquem a espera de certidões negativas atualmente exigidas e que se eternizam, não nas mãos dos serventuários mas das partes ou dos tabeliães que as lavraram, por falta das atuais e demoradas certidões.

A idéia do Sr. Júlio Simões nos parece precisa e digna de reestudo pela Corregedoria Geral da Justiça.

(D. S. P. 27/4/65).

**RELAÇÃO DAS COMARCAS
ENTRÂNCIA ESPECIAL.**

SÃO PAULO

4.ª ENTRÂNCIA.

- | | |
|------------------------|----------------------------|
| 1 - Araçatuba. | 18 - Mogi Mirim. |
| 2 - Araraquara. | 19 - Osasco |
| 3 - Assis. | 20 - Piracicaba |
| 4 - Bauru. | 21 - Presidente Prudente |
| 5 - Barretos | 22 - Ribeirão Preto |
| 6 - Bragança Paulista. | 23 - Rio Claro |
| 7 - Botucatu. | 24 - Santos |
| 8 - Campinas | 25 - Santo André |
| 9 - Catanduba. | 26 - São Bernardo do Campo |
| 10 - Franca. | 27 - São Caetano do Sul |
| 11 - Guarulhos. | 28 - São Carlos |
| 12 - Jau. | 29 - São José dos Campos |
| 13 - Jundiaí | 30 - São José do Rio Preto |
| 14 - Limeira | 31 - São João da Boa Vista |
| 15 - Lins | 32 - Sorocaba |
| 16 - Taubaté | |
| 17 - Mogi das Cruzes | 34 - Tupã |

3.ª ENTRÂNCIA

- | | |
|---------------------|----------------------------|
| 1 - Adamantina. | 22 - Jales. |
| 2 - Americana. | 23 - Lorena |
| 3 - Andradina. | 24 - Mococa |
| 4 - Amparo. | 25 - Monte Aprazível |
| 5 - Araras. | 26 - Olímpia. |
| 6 - Avaré. | 27 - Osvaldo Cruz |
| 7 - Bebedouro. | 28 - Ourinhos |
| 8 - Birigui. | 29 - Paraguaçu Paulista. |
| 9 - Batatais. | 30 - Penápolis. |
| 10 - Caçapava. | 31 - Pirajui |
| 11 - Cruzeiro. | 32 - Pindamonhangaba. |
| 12 - Dracena. | 33 - Pirapungua. |
| 13 - Fernandópolis. | 34 - Pompéia. |
| 14 - Gurya. | 35 - Sertãozinho. |
| 15 - Guaratinguetá | 36 - Santo Anastácio. |
| 16 - Itapeva. | 37 - Santa Cruz do Rio |
| 17 - Itápolis. | Pardo |
| 18 - Itapetininga. | 38 - São José do Rio Pardo |

19 - Itu.	39 - São Roque.
20 - Jacaré	40 - São Vicente
21 - Jaboatã	41 - Taquaritinga

42 - Tatuí	43 - Votuporanga
------------	------------------

2.ª ENTRÂNCIA

1 - Agudos	36 - Mirandópolis
2 - Aparecida.	37 - Mirassol
3 - Apiaí	38 - Monte Alto
4 - Atibaia.	39 - Nova Granada.
5 - Bariri.	40 - Novo Horizonte.
6 - Barueri	41 - Orlandia.
7 - Bebedouro	42 - Pacaembu
8 - Birigui	43 - Palmatã
9 - Batatais	44 - Pedernheiras.
10 - Conchas	45 - Pereira Barreto.
11 - Cachoeira Paulista.	46 - Piedade
12 - Cajuru	47 - Pirangueiras
13 - Campos do Jordão	48 - Pinhal
14 - Capão Bonito	49 - Piracicaba
15 - Capivari	50 - Promissão
16 - Casa Branca.	51 - Porto Feliz
17 - Flórida Paulista.	52 - Presidente Venceslau
18 - Franco da Rocha	53 - Rancheira
19 - Getulina	54 - Ribeirão Pires
20 - Guaiara.	55 - Registro
21 - Guarapetes	56 - Ribeirão Bonito
22 - Guarujá	57 - Socorro
23 - Itatinga.	58 - Suzano
24 - Itina.	59 - St.ª Adélia
25 - Igarapava.	60 - St.ª Bárbara.
26 - Itapira.	61 - St.ª Fé do Sul
27 - Itatiba	62 - St.ª Rita do Passa
28 - Itatiré	Quatro
29 - Ituverava	63 - São Manuel
30 - Itanhaém.	64 - São Joaquim da Barra
31 - Leme.	65 - Serrana
32 - Lucélia.	66 - Tanabi
33 - Mauá.	67 - Tietê
34 - Martinópolis.	68 - Tupi Paulista

1.ª ENTRÂNCIA

1 - Alinópolis.	12 - Cardoso.
2 - Auriflama	13 - Cravinhos.
3 - Aratuba.	14 - Cananéia
4 - Aguiar	15 - Cunha.
5 - Elic.	16 - Cotia.
6 - Baranã.	17 - Descalvado.

8 - Barra Bonita.	19 - Duartina
9 - Cândido Mota.	20 - Dois Córregos
10 - Cerqueira César.	21 - Eldorado
11 - Caraguatatuba.	22 - Estrela do Oeste.
23 - Itatinga	58 - Pontal
24 - General Salgado.	59 - Pôrto Ferreira
25 - Guara.	60 - Poá.
26 - Ipe.	61 - Pedregulho.
27 - Iguape.	62 - Presidente Bernardes.
28 - Indaítuba.	63 - Presidente Epitácio.
29 - Iraporanga.	64 - Piquê
30 - Itariri	65 - Pirapozinho.
31 - Jacupiranga.	66 - Piratininga.
32 - Jardinópolis.	67 - Quatá.
33 - Juquiá.	68 - Queluz.
34 - Junqueirópolis	69 - Regente Feijó.
35 - José Bonifácio	70 - Rionópolis.
36 - Lençóis Paulista.	71 - Salto.
37 - Laranjal Paulista	72 - Salto Grande
38 - Macaúba	73 - Santa Branca
39 - Maracá.	74 - Santa Cruz das Palmeiras.
40 - Mariporã	75 - Santa Isabel.
41 - Maracatu.	76 - Santa Rosa do Viterbo.
42 - Miguelópolis.	77 - São Bento do Sapucaí.
43 - Mirante do	78 - São José do Barreiro.
Parapanema	79 - São Luiz do Paraitinga
44 - Morro Agudo.	80 - São Pedro.
45 - Monte Azul Paulista.	81 - São Simão.
46 - Monte Mór.	82 - São Sebastião.
47 - Matão.	83 - Sumaré.
48 - Nova Aliança.	86 - Tambuí.
49 - Nuporanga.	87 - Taquaritinga
50 - Nhandeara.	88 - Ubatuba
51 - Pedreira.	89 - Uchoá
52 - Palmeira do Oeste.	90 - Urupês
53 - Parabuna.	91 - Valinhos
54 - Patrocínio Paulista.	92 - Valparaíso
55 - Palestina.	93 - Vera Cruz
56 - Paulo de Faria	94 - Vinhedo
57 - Panorama	95 - Viradouro

Nº 078 - Publicação: Ago/Dez 1965

LEI N. 4.729 - DE 14 DE JULHO DE 1965

Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Constitui crime de sonegação fiscal:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;

IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Pena: Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.

§ 1.º Quando se tratar de criminoso primário, a pena será reduzida à multa de 10 (dez) vezes o valor do tributo.

§ 2.º Se o agente cometer o crime prevalecendo-se do cargo público que exerce, a pena será aumentada da sexta parte.

§ 3.º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo, aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

Art. 2.º Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos nesta Lei quando o agente promover o recolhimento do tributo devido, antes de ter início, na esfera administrativa, a ação fiscal própria.

Parágrafo único. Não será punida com as penas cominadas nos arts. 1.º e 6.º a sonegação fiscal anterior à vigência desta Lei.

Art. 3.º Somente os atos definidos nesta Lei poderão constituir crime de sonegação fiscal.

Art. 4.º A multa aplicada nos termos desta Lei será computada e recolhida, integralmente, como receita pública extraordinária.

Art. 5.º No art. 334, do Código Penal, substituam-se os §§ 1.º e 2.º pelos seguintes:

"§ 1.º Incorre na mesma pena quem:

- a) pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei;
- b) pratica fato assimilado, em lei especial, a contrabando ou descaminho;
- c) vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem;
- d) adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal, ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos.

§ 2.º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências.

§ 3.º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em transporte aéreo".

Art. 6.º Quando se tratar de pessoas jurídicas, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados à mesma, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.

Art. 7.º As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento

criminal cabível.

§ 1.º Se os elementos comprobatórios forem o Ministério Público oferecerá, desde logo, denúncia.

§ 2.º Sendo necessários esclarecimentos, documentos ou diligências complementares, o Ministério Público os requisitará, na forma estabelecida no Código do Processo Penal.

Art. 8.º Em tudo o mais em que couber e não contrariar os arts. 1.º a 7.º desta Lei, aplicar-se-ão o Código Penal e o Código do Processo Penal.

Art. 9.º O lançamento ex officio relativo às declarações de rendimentos, além dos casos já especificados em lei, far-se-á arbitrando os rendimentos, com base na renda presumida; através da utilização dos sinais exteriores de riqueza que evidenciem a renda auferida ou consumida pelo contribuinte.

Art. 10. O Poder Executivo procederá às alterações do Regulamento do Imposto de Renda decorrentes das modificações constantes desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de julho de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Octavio Bulhões

(D. U. 19/7/65).

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA N. 70-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o que consta do proc. G. 12.270 e o que foi deliberado pelo Conselho Superior da Magistratura, em sessão de 13-7-65,

Resolve:

Art. 1.º - A expedição de certidões, para fins criminais e destinados a réus pobres internados em estabelecimentos penais, com isenção de emolumentos devidos ao Estado e aos serventuários de justiça não estipendiados pelos cofres públicos, processar-se-á de acordo com a presente portaria.

Art. 2.º - As certidões serão unicamente passadas pelos próprios cartórios em que os processos se encontrarem arquivados, mediante solicitação do Diretor Geral do Departamento de Institutos Penais, do Diretor da Divisão Judiciária do mesmo Departamento, do Presidente do Conselho Penitenciário, do Chefe da Procuradoria de Assistência Judiciária do Departamento Jurídico do Estado ou dos Juizes de Direito sob cuja jurisdição se acharem os réus.

§ 1.º - Quando se tratar de cartório da capital do Estado, a solicitação será feita à Corregedoria Geral da Justiça, que a encaminhará marcando prazo razoável para atendimento. O cartório da Corregedoria, ao remeter ou entregar as certidões, fará OS registros e anotações devidas para evitar repetições desnecessárias.

§ 2.º - Nas demais comarcas, ao receber a Solicitação, os Juizes de Direito também fixarão prazo razoável para o atendimento, que não deverá exceder de 30 dias.

Art. 3.º - Não serão atendidos os pedidos de cópia integral dos processos e tão somente

passadas as certidões das peças especialmente indicadas. Sempre que for possível ou quando expressamente pedidas, as certidões serão expedidas com cópia a carbono, autenticadas, remetendo-se ambas as vias à autoridade solicitante. O Ofício será junto aos autos nele certificando-se a expedição, o número de vias é a data de sua remessa ou entrega, mediante recibo, a quem de direito.

Art. 4.º - A autoridade solicitante deverá declarar os fins a que se destinam as certidões, e, em se tratando de pedido de revisão criminal, o cartório certificará apenas o inteiro teor da sentença ou acórdão condenatório e a data do seu trânsito em julgado.

Art. 5.º - Os pedidos de certidões já visados pelo Juízo das Execuções Criminais e que se encontram retidos na Diretoria Geral dos Institutos Penais, após a triagem devida, serão entregues ao cartório da Corregedoria Geral nos termos e para os fins previstos no § 1.º do art. 2.º desta portaria.

Art. 6.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo atendidos com prioridade, segundo a ordem de entrada no protocolo, os pedidos mencionados no art. 5.º.

Publique-se e remetam-se cópias mimeografadas a todos os Juízos Criminais da Capital e das demais comarcas do Estado.

São Paulo, 14 de julho de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. O. 17/7/65).

PORTARIA N. 72-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho proferido no processo n. 25.26265,

Resolve:

Art. 1.º - Todos os Tabelionatos do Estado de São Paulo e os cartórios que tiverem o anexo de tabeliões de Notas são obrigados a manter o livro de "Registro do Imposto do Selo", de conformidade com os arts. 28, 60 e 61 do Regulamento baixado com o dec. federal n. 55.852 de 22 de março de 1965.

§ único - A obrigatoriedade do registro do pagamento do imposto do selo deverá retroagir, pelo menos, à data de 1.º de julho de 1965.

Art. 2.º - Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e outras serventias em que, eventualmente, haja imposição de multas pagas em selo federal, expedirão as guias previstas no art. 35 do citado Regulamento, ficando uma das vias, após o pagamento na repartição arrecadadora, arquivada em pasta especial e anotando-se, à margem do assento ou do ato de imposição de multa, o seu número e data.

Art. 3.º - Quando se tratar de cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais com o anexo de Tabelionato, o regime único de pagamento do imposto do selo é o do registro no livro a que se refere o art. 1.º desta portaria.

Publique-se e remetam-se cópias ao Juízo dos Registros Públicos e aos de todas as comarcas do Estado, bem como aos chefes das Repartições Federais competentes sediadas nesta Capital.

São Paulo, 15 de julho de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães

Corregedor Geral da Justiça
(D. O. 16/7/65).

PORTARIA N. 74-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o processo de n. 25.250 e o que foi deliberado pelo Conselho Superior da Magistratura, em sessão de 19-7-65.

Determina:

Art. 1.º - As arrematações em hasta pública de conformidade com o que dispõe o art. 965 do Cód. do Processo Civil, serão obrigatoriamente realizadas pelo porteiro dos auditórios, com os emolumentos fixados no Regimento de Custas e em se tratando de serventia oficializada, mediante o seu recolhimento aos cofres do Estado.

Art. 2.º - Se os bens não forem arrematados (art. 972 do Cód. de Processo Civil) a venda em leilão caberá sempre a leiloeiro oficial onde houver observadas as regras constantes da portaria de n. 646 de 23 de março de 1963, do Conselho Superior da Magistratura.

Publique-se por duas vezes e remetam-se cópias a todos os juizes Cível, da Família e Sucessões e das Fazendas.

São Paulo, 19 de julho de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. O. J. 23/6/65).

PORTARIA N. 90-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, tendo em vista o despacho proferido no processo de n. 25.547 e CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os registros imobiliários determinados pela Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e decreto n. 55.815, de 8 de março de 1965, RECOMENDA aos oficiais dos cartórios de Registro de Imóveis de todo o Estado, o seguinte:

- 1 - Observar, no que for aplicável, as normas do Provimento 1-65 da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital, publicado no "Diário da Justiça" de 7-7-1965;
- 2 - Ter presente que as incorporações iniciadas antes da publicação do Decreto n. 55.815-1965 não se aplicarão obrigatoriamente as regras sobre os registros especiais por ele regulados;
- 3 - Ser permitido o desdobramento do Livro 8, ficando um deles para os loteamentos e o outro para os condomínios;
- 4 - Exigir os atestados de idoneidade financeira em termos que correspondam ao empreendimento lançado (dec. 55.815-1965, art. 1.º letra "O" e lei 4.591-1964, art. 32, letras "H", e "O".)

Publique-se e registre-se.

São Paulo, 19 de agosto de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. J. 24/8/65).

PORTARIA N. 93-65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que se torna inadiável a necessidade de real e efetiva averiguação da freqüência dos serventuários dos cartórios não oficializados, de seus escreventes e dos auxiliares com contrato arquivado na Corregedoria Geral;

CONSIDERANDO que se têm verificado casos em que serventuários, escreventes e auxiliares contratados não comparecem nos cartórios ou raramente o fazem, contando todavia tempo de serviço;

CONSIDERANDO que, em face da legislação vigente, o tempo de serviço prestado em cartório por uns e outros vale para efeito de aposentadoria a cargo do Instituto de Previdência e produz efeitos nos concursos para serventias de justiça: e

CONSIDERANDO que, oficializado o cartório ou ingressando o funcionário no serviço público mantido pelo Estado, o tempo anterior será computado para todos os efeitos de direito, resultando em consequência ônus para o erário público, cujos interesses devem ser resguardados,

RESOLVE:

Art. 1.º - A partir de 1.º de outubro de 1965 a freqüência dos serventuários de Justiça dos cartórios não oficializados de todo o Estado, bem como dos seus escreventes habilitados ou auxiliares com contratos arquivados na Corregedoria Geral e no Instituto de Previdência, para efeitos de contagem de tempo de serviço público, será regulada na forma e condições estabelecidas nesta portaria.

Art. 2.º - As certidões de freqüência dos escreventes e auxiliares contratados existentes no cartório (modelo anexo), de preferência impressas ou mimeografadas, serão expedidas em duplicata, menos na Capital, mensalmente, uma para cada servidor, assinadas exclusivamente pelo titular da serventia ou pelo interino, que responderão disciplinar e criminalmente pela sua veracidade, nelas mencionando-se expressamente a freqüência total ou as faltas abonadas, justificadas ou injustificadas, bem como as licenças ou férias concedidas pela autoridade competente.

§ 1.º - Compete ao serventuário, observados os limites e as regras da Consolidação das Leis dos Funcionários Públicos Civis, aplicadas subsidiariamente, abonar ou justificar as faltas dadas pelos escreventes ou auxiliares contratados.

§ 2.º - O controle da freqüência dos escreventes e dos auxiliares contratados deverá ser feito por meio de livro de ponto (modelo anexo) ou, a critério do titular, por relógios registradores. O serventuário encerrará diariamente o livro de ponto e o juiz corregedor permanente nele passará o seu visto mensal ou, se o entender conveniente, em períodos de tempos menores.

§ 3.º - Se o cartório, excepcionalmente e com autorização do Juízo corregedor, mantiver seções em edifícios separados (tabelionatos ou escrivânias), a freqüência será registrada em livros ou relógios distintos.

Art. 3.º - A freqüência dos serventuários titulares e dos interinos será dada mensalmente pelo juiz corregedor permanente por meio de atestados (modelo anexo), de preferência impressos ou mimeografados, em duplicata, menos na Capital, neles mencionando-se expressamente a freqüência total ou as faltas abonadas, justificadas ou injustificadas, bem como os afastamentos por férias ou licenças.

§ único - Compete ao juiz corregedor permanente, observados os limites e regras da Consolidação das Leis dos Funcionários Públicos Civis, aplicadas subsidiariamente, abonar ou

justificar as faltas dos serventuários e conceder-lhes, nos termos da lei 2.177 de 23 de julho de 1953, afastamentos por motivo de nojo e licenças para tratamento de sua saúde ou de pessoa de sua família e que não excedam de oito (8) dias.

Art. 4.º - No interior e no litoral do Estado, as certidões e atestados de freqüência, tanto dos servidores da sede da comarca como dos distritos, visadas pelo juiz corregedor, serão obrigatoriamente entregues no cartório da Corregedoria permanente até o dia 10 do mês seguinte, sendo as 1.ªs. vias logo remetidas à Corregedoria Geral da Justiça e permanecendo as 2.ªs. vias no arquivo.

Art. 5.º - Na comarca da Capital, as certidões de freqüência dos escreventes e auxiliares contratados de todas as serventias de Justiça, independentemente de visto, bem como os atestados de freqüência dos serventuários, passados pelo juiz corregedor permanente, serão diretamente entregues à Corregedoria Geral acompanhadas de uma relação em duplicata, até o dia 10 do mês seguinte, sendo uma das vias devolvidas como recibo.

§ único - Ao assinar os atestados de freqüência do serventuário, o juiz corregedor permanente visará obrigatoriamente o livro de ponto dos escreventes e dos auxiliares contratados do cartório na página referente ao último dia útil do mês. Se o controle da freqüência se fizer por meio de relógio, o juiz corregedor, a qualquer tempo, poderá efetuar as verificações necessárias diretamente ou por intermédio de funcionário do Juízo.

Art. 6.º - O cartório da Corregedoria Geral da Justiça arquivará as, certidões e atestados de freqüência nos prontuários de cada servidor e organizará mapas ou quadros pelos quais se possa, de pronto, controlar as remessas, comunicando ao Corregedor Geral as falhas para as providências necessárias.

Art. 7.º - As certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria, para inscrições em concurso e para outros de direito, serão expedidas pela Corregedoria Geral somente em conformidade com os atestados e certidões de freqüência existentes no seu arquivo, desde que se refiram a tempo de serviço posterior a outubro de 1965.

Art. 8.º - Os livros de ponto dos escreventes e auxiliares contratados, onde ainda não existir, serão abertos pelo juiz corregedor permanente e rubricados facultativamente por meio de chancela. Neles não poderão, em hipótese alguma, assinar os praticantes e auxiliares sem contrato, cuja freqüência o serventuário controlará pelo modo que mais conveniente lhe parecer.

Art. 9.º - Ficam revogadas as portarias do Juízo corregedor permanente dos cartórios não oficializados da Capital e que disciplinam o controle da freqüência dos escreventes e auxiliares contratados.

Publique-se, registre-se e remetam-se cópias mimeografadas a todas as comarcas para distribuição aos cartórios.

São Paulo, 27 de agosto de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça

FECHAMENTO DOS TABELIONATOS DE SÃO PAULO (CAPITAL) AOS SÁBADOS.

Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça
Atendendo à representação de fls.3, com a qual se manifestou de acordo o Colégio Notarial de São Paulo, e nos termos do art. 22 da lei 2548, de 10 de janeiro de 1936, autorizo o fechamento dos tabelionatos desta Capital, que não tenham o anexo do Registro Civil das Pessoas Naturais, aos sábados, permanecendo abertos para o público das 12 às 18 e meia horas nos dias úteis.

Publique-se e oficie-se ao Juízo Corregedor Permanente.

São Paulo, 16 de outubro de 1965.

(a) Olavo Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
(D. O. 21/10/65).

PORTARIA N. 94-65

O Desembargador Corregedor Geral da Justiça, Doutor Olavo Lima Guimarães, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e
Atendendo a representação que lhe foi endereçada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em São Paulo,
Determina, considerando o disposto nos artigos 29, VII, da lei 4.505 de 30-11-1964 e 67, VII do Decreto 55.852 de 22 de março de 1965, aos Serventuários dos Cartórios de Protestos da Capital e do Interior, que remetam, mensalmente à Recebedoria Federal de São Paulo e às Coletorias Federais locais, respectivamente, relação dos cheques protestados por falta de fundos, para eventual punição dos faltosos, especificando os nomes dos emitentes, os valores e os estabelecimentos sacados.

Publique-se e Cumpra-se.

São Paulo, 28 de agosto de 1965.

(a) Olavo Lima Guimarães.
Corregedor Geral da Justiça
(D. J. 2/9/65).

COMUNICADO N.º 8

O Desembargador Corregedor Geral da Justiça, a fim de desfazer algumas dúvidas quanto a determinados pontos da portaria n. 93-65, que estabeleceu a obrigatoriedade da verificação da frequência nos cartórios não oficializados de todo o Estado, torna público o seguinte:

a) somente assinarão o livro oficial de ponto, uma única vez em cada dia útil, os escreventes habilitados e os auxiliares com contrato registrado na 'Corregedoria Geral (arts. 1.º, 7.º e 8.º).

b) os auxiliares sem contrato escrito e os praticantes, ainda que tenha havido acordo salarial entre eles e os respectivos serventuários, Dão poderão de modo algum assinar o livro oficial de ponto do cartório (art. 8.º, parte final).

c) das relações previstas no art. 5.º, referentes à comarca da Capital, só constarão os nomes dos escreventes habilitados e dos auxiliares com contrato registrado, não sendo recebidas na Corregedoria Geral aquelas que contenham outros nomes.

d) os serventuários deverão providenciar com urgência, pura o devido registro, a apresentação na Corregedoria Geral dos contratos porventura já existentes ou por fazer com os seus auxiliares, a fim de que estes se possam beneficiar da contagem de tempo de serviço, na forma do § 2.º do art. 14 do decreto 19.365, de 20 de abril de 1950.

(D. J. 2/10/85).

PORTARIA N. 100/65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, tendo em vista o despacho proferido no processo de n. 25.622 e Considerando a representação que lhe foi dirigida pelo Banco Central da República do Brasil, assim como o parecer do Juízo Auxiliar,
Determina aos Oficiais dos Registros Públicos de todo o Estado que obstem o registro, formulando exigências ou suscitando dúvidas, quando for o caso, de qualquer sociedade que tenha por objeto, mesmo de maneira acessória, a prática das operações aludidas no art. 17 da lei n. 4.595, de 31-12-1964, e nos arts. 8, 11 e 12 da lei n. 4.728, de 14-7-65, a menos que exibam os interessados expressa autorização expedida pelo Banco mencionado.

Publique-se e registre-se.

São Paulo, 20 de setembro de 1965.

a) Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
Publicado no diário oficial da justiça de 24/9/65.

LEGISLAÇÃO A QUE SE REFERE O PROVIMENTO 100/65.

LEI N. 4.595 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe Sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias, e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

DA CARACTERIZAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se as instituições financeiras às pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

ARTS. 8, 11 E 12 DA LEI N. 4.728 DE 14/7/65

Disciplina o mercado de capitais, e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Art. 8.º A intermediação dos negócios nas Bolsas de Valores será exercida por sociedades corretoras membros da Bolsa, cujo capital mínimo será fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1.º A participação societária conjunta dos administradores das sociedades corretoras não poderá ser inferior à metade do capital votante.

§ 2.º As sociedades referidas neste artigo somente poderão funcionar depois de autorizadas pelo Banco Central, e a investidura dos seus dirigentes estará sujeita às condições legais vigente para os administradores de instituições financeiras.

§ 3.º Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, a sociedade corretora poderá ser membro de mais de uma Bolsa de Valores.

§ 4.º Os administradores das sociedades corretoras não poderão exercer qualquer cargo administrativo, consultivo, fiscal ou deliberativo em outras empresas cujos títulos ou valores mobiliários sejam negociados em Bolsas.

§ 5.º As sociedades referidas neste artigo, ainda que não revistam a forma anônima, são obrigadas a observar as normas de que trata o art. 20, § 1.º alíneas a e b.

§ 6.º O Conselho Monetário Nacional assegurará aos atuais Corretores de Fundos Públicos a faculdade de se registrarem no Banco Central, para intermediar a negociação nas Bolsas de Valores, sob a forma da firma individual, observados os mesmos requisitos estabelecidos para as sociedades corretoras previstas neste artigo, e sob a condição de extinção da firma, por morte do respectivo titular, ou pela participação deste em sociedade corretora.

.....
.....
Art. 11 . Depende de prévia autorização do Banco Central, o funcionamento de sociedades ou firmas individuais que tenham por objeto a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Parágrafo único - Depende igualmente de aprovação pelo Banco Central:

- a) a modificação de contratos ou estatutos sociais das sociedades referidas neste artigo;
- b) a investidura de administradores, responsáveis ou prepostos das sociedades e empresas referidas neste artigo.

.....
.....
Art. 12. Depende de prévio registro no Banco Central o funcionamento de sociedades que tenham por objeto qualquer atividade de intermediação na distribuição, ou colocação no mercado de títulos ou valores mobiliários.

Art. 20.

§ 1.º Caberá ainda ao Conselho Monetário Nacional expedir normas a serem observadas pelas pessoas jurídicas referidas neste artigo, e relativas a:

- a) natureza, detalhe e periodicidade da publicação de informações sobre a situação econômica e financeira da pessoa jurídica, suas operações, administração e acionistas que controlam a maioria do seu capital votante;
- b) organização do balanço e das demonstrações de resultado, padrões de organização contábil, relatórios e pareceres de auditores independentes registrados no Banco Central;

Nº 079 - Publicação: Jan/Mar 1966

VISITA AO NOVO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

A Diretoria da Associação, juntamente com elevado número de serventuários desta Capital, esteve, dia 19 de Janeiro último, em visita ao Exmo. Sr. Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, a fim de cumprimentá-lo pela sua eleição para o alto cargo de Corregedor Geral da Justiça de nosso Estado.

Amavelmente recebidos por sua Excia., foi o ilustre Magistrado saudado, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, que, em rápidas palavras, assim se expressou: "Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CORDEIRO FERNANDES.

Aqui estou para proferir algumas palavras em nome dos Serventuários da Justiça de São Paulo, que aqui vieram afim de cumprimentar Vossa Excelência pela sua investidura no alto cargo de Corregedor Geral da Justiça em nosso Estado.

Sem qualquer intuito de lisonja, posso adiantar-lhe que todos nos regozijamos com a distinção que lhe foi conferida pelos seus eminentes pares do Egrégio Tribunal de Justiça. escolhendo-o para o desempenho de tão elevadas funções, em substituição ao preclaro e grande amigo da classe Desembargador Olavo Lima Guimarães.

É que, tendo conhecimento não só dos dotes de inteligência e de cultura que exornam o seu espírito, como também dos predicados morais que marcam a sua personalidade, sabemos que ninguém melhor do que Vossa Excelência estaria em condições de compreender as dificuldades que a nossa classe de há muito já vem enfrentando.

Vários, realmente, são os problemas que estio dificultando a nossa missão, entre os quais avultam, pela gravidade de que se revestem, os relativos à atualização do Regimento de Custas e da Aposentadoria dos Servidores da Justiça.

Quanto ao primeiro, para demonstrar a sua chocante inadequação à realidade econômica da hora presente, basta dizer-se que durante a sua vigência o custo de vida se elevou a mais de 2.000% (dois mil por cento). E com relação à segunda, são de tal forma irrisórios seus atuais proventos, que até nos causa vergonha enunciar-lhes o valor.

Tem, porém, os Serventuários da Justiça de São Paulo a certeza de que Vossa Excelência, tomando conhecimento das exatas dimensões desses problemas, não lhes negará o apoio de que necessitam na luta que vem mantendo para alcançar a sua solução, dentro dos princípios de equanimidade e da Justiça, pois outra coisa não almejamos senão a obtenção de um regimento de custas que nos permita viver humana e honestamente em face da realidade econômica atual.

Termino, fazendo os melhores votos, em nome de toda a nossa classe, para que Vossa Excelência alcance o mais completo êxito em sua gestão, que sabemos trabalhosa e árdua, afixando-lhe, ainda, que para levá-la a bom termo, poderá Vossa Excelência contar, em toda e qualquer emergência, com a colaboração decidida, leal e franca de todos nós.

Deus guarde Vossa Excelência".

Agradecendo a manifestação de apreço que lhe era tributada, usou da palavra o Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, o qual, após discorrer sobre as limitações de ordem institucional a que estavam adstritas as funções do cargo em que fora investido, prometeu, entretanto, fazer tudo quanto lhe fosse possível para que as justas reivindicações da classe fossem atendidas, pois não desconhecia a extensão dos problemas que a mesma vem enfrentando.

A oração de Sua Excelência, foi longamente aplaudida por todos os presentes, tendo o novo Corregedor Geral mantido, em seguida, ligeira palestra com os visitantes, durante a qual teve a oportunidade de lhes apresentar seus auxiliares, os distintos Juízes doutores: Maercio Frankel de Abreu Sampaio e Edgard Aparecido de Sousa.

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

Teve lugar, no dia 16 de dezembro do ano findo, a eleição da nova Diretoria de nossa Associação.

O pleito, realizado em sua sede social, transcorreu normalmente, tendo sido sufragados, por unanimidade, todos os nomes que integravam a única chapa, concorrente, assim constituída.

Presidente - Júlio de Oliveira Chagas Neto

Diretores: Mário da Cunha Rangel, Oscar de Barros Pereira, Antônio Augusto Firmo da Silva, Carlos Alberto Bueno Netto, Jether Sottano, Sérgio Salles, Branca Regina Martins Forster e João Alberto Caiado de Castro. Conselho Fiscal, como Presidente Francisco Vergueiro Porto e seguintes membros: Fernando de Almeida Nobre Filho, Oscar Fontes Torres, Luiz de Toledo Mendes Pereira e Simas Pompeu de Toledo. Suplentes: Elvino Silva Filho, Bento Mascarenhas, Casimiro Pinto Neto, Armando Veridiano Laranja, Antônio Bueno da Rocha, Marcelo Muller, Ernani de Barros Morgado, Augusto Viccario, Alceu Cardoso Machado e Múcio Manoel Noraes.

A posse da nova Diretoria, que deverá reger os destinos da Associação durante o triênio 1966/1968, verificou-se no dia 1.º de janeiro último.

II CONVENÇÃO NOTARIAL SUL-AMERICANA

Realizar-se-á nesta Capital, de 24 a 29 de maio próximo, a II Convenção Notarial Sul-Americana, com a participação de Tabeliães da Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Brasil.

Além de outras teses, durante a Convenção será discutida a organização do Notariado de tipo latino.

REAL HOTEL

Temos a satisfação de comunicar aos nosso colegas, principalmente do interior, que o REAL HOTEL, um dos mais categorizados estabelecimentos do seu gênero nesta Capital, se prontificou a conceder, em suas diárias, o abatimento de 15% a todos os servidores da Justiça que nele se hospedarem.

O REAL HOTEL, que dispõe de amplas e confortáveis instalações, está localizado à rua dos Timbiras n.º 621, telefone n. 35-2171.

SEGURO DE VIDA

Conforme tivemos a oportunidade de comunicar aos nossos prezados colegas, através da circular que acompanhou o último número de nosso Boletim, a Associação entrou em entendimento com a Companhia Bandeirantes de Seguros, para a realização de um seguro, de vida em grupo, do qual, poderão participar todos os servidores da Justiça de nosso Estado, compreendendo serventuários, escreventes e auxiliares, por entender tratar-se de iniciativa de longo alcance social.

Para melhor conhecimento de nossos colegas a respeito, reproduzimos, abaixo, os tópicos principais da circular aludida:

SEGURO DOS ASSOCIADOS

Poderão participar do seguro todos os serventuários e seus funcionários em serviço ativo.

Após 90 dias do início da Apólice, somente poderão participar do seguro os serventuários com idade não superior a 50 anos.

Pago por morte, qualquer que seja a causa.

Sem período de carência.

Pagamento imediato, no momento em que a família mais necessita de recursos urgentes.

SEGURO GRATUITO NA APOSENTADORIA

O serventuário-segurado que vier a se aposentar após um período mínimo de 12 contribuições para o seguro, continuará com o seu seguro em vigor SEM MAIS PAGAMENTO DE PRÊMIOS.

SEGURO DAS ESPOSAS

Sem exame médico quando as inscrições forem feitas conjuntamente com a do marido.

As inscrições de esposas, quando em estado de gravidez, terão cobertura somente 90 dias após o parto.

Os serventuários solteiros poderão inscrever suas esposas no seguro dentro de 30 dias seguintes a data do matrimônio.

As inscrições serão limitadas à idade de 50 anos.

Os capitais segurados serão de 50% do capital segurado do marido.

O seguro da esposa será cancelado quando da saída do marido do grupo principal.

GARANTIAS DO SEGURO

Por morte - Qualquer que seja a causa - no trabalho ou fora dele - pagamento integral do capital segurado aos beneficiários designados.

Por invalidez total e permanente - em consequência das seguintes causas, exclusivamente produzidas por doença ou acidente: perda total e definitiva da vista de ambos os olhos; perda total dos dois pés acima dos tornozelos por amputação; perda de ambas as mãos acima dos punhos; perda de um pé inteiro e uma das mãos inteira; e alienação mental total e incurável em consequência de acidente, pagamento de 50% do valor do seguro pagável ao próprio segurado, sendo os restantes 50% pagáveis por seu falecimento aos seus beneficiários.

ESCALA DE VALORES SEGURADOS

Serventuários	-	seguro de 3.000.000, desconto mensal de 3.000	
Oficiais maiores	-	" " 2.500.000, desconto mensal de 2.500	
Escreventes	-	" " 2.000.000, desconto mensal de 2.000	
Auxiliares com salários acima de 100.000	-	" " 1.000.000, desconto	mensal de 1.000
abaixo de 100.000	-	" " 500.000, desconto	mensal de 500.

É condição indispensável, exigível, apenas, dos serventuários que sejam sócios de nossa Entidade, para que possam participar do Grupo segurado.

Contando, pois, com o integral apoio da classe para levar a bom termo mais esta profícua iniciativa da atual Diretoria de nossa Associação, aguardamos que os prezados colegas nos enviem sem tardança a sua adesão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

A Associação está interessada em proporcionar, a todos os servidores da Justiça do Estado, compreendendo serventuários, escreventes e auxiliares, um modelar serviço de assistência médico-hospitalar, tendo já para tal fim, entrado em contato com algumas das organizações especializadas na prestação desses serviços.

Reputamos semelhante iniciativa de extraordinária utilidade, uma vez que, pelo convênio, que vier a ser firmado, tanto nós individualmente, como nossos familiares, poderemos contar, mediante uma contribuição de todo médica, com uma eficiente assistência médica hospitalar, utilizável sempre que dela tivermos necessidade.

O plano escolhido será, oportunamente, levado ao conhecimento de todos os nossos colegas, - os quais, entretanto, poderão enviar-nos, desde já, a sua adesão à iniciativa ora tomada pela Associação em tal sentido.

PORTARIA N. 5, DE 2 DE MARÇO DE 1966

Dispõe sobre a coleta de dados estatísticos nos cartórios não oficializados estaduais, para o estudo fundamentado de sua oficialização.

O Secretário de Estado da Justiça e Negócios do Interior, usando de suas atribuições legais, e

Considerando que a questão da oficialização dos cartórios constitui problema dos mais

intrincados e relevantes, que tem desafiado a sua solução pelos Titulares desta Pasta e Governadores do Estado;

Considerando que essa solução deve ser encontrada mediante estreita cooperação entre os três Poderes do Estado;

Considerando que negar, peremptoriamente, a oficialização, ou outorgá-la abruptamente, constituem duas situações impossíveis de serem admitidas no trato de matéria de tanta transcendência e agudas implicações;

Considerando que o maior óbice à concretização da providência reside no desconhecimento, que até agora não se procurou sanar, dos elementos estatísticos atinentes aos cartórios não oficializados;

Considerando que o Governo não pode outorgar a oficialização dos cartórios sem previamente saber das suas consequências e implicações nos vários planos administrativos que serão afetados;

Considerando que, se a coleta dos referidos dados estatísticos, sua seleção, coordenação e avaliação forem devidamente efetivados, ficará estabelecida a base realística em que se assentarão os estudos relativos a oficialização;

Considerando que vários órgãos e serviços, estaduais existem disseminados por todo o Estado, os quais poderão coligir, inclusive nos mais longínquos lugares, os dados imprescindíveis à pesquisa da realidade cartorária pelo órgão central abaixo instituído;

Considerando que o Senhor Governador, no processo n. 31.716/65, desta Secretaria de Estado, aprovou parecer do respectivo Titular no sentido da instituição de comissão, composta dos elementos abaixo indicados, e com os objetivos retro expostos;

Determina

Artigo 1.º - Fica instituída uma Comissão composta de elementos altamente credenciados, indicados (um de cada) pelas seguintes entidades: Corregedoria Geral da Justiça; Ministério Público; Secretaria da Fazenda; Instituto Geográfico e Geológico; Departamento de Estatística.

Artigo 2.º - A comissão, depois de reunida, trará as instruções a serem enviadas aos órgãos e servidores do Estado componentes das entidades que representam, com os esclarecimentos sobre os dados estatísticos requisitados, forma e prazo de seu fornecimento, e demais diretivas julgadas úteis.

Artigo 3.º - A medida que os referidos dados forem chegando a sede da Comissão, ela os irá ordenando, analisando e arquivando, até que, recebidos os elementos de todo o território do Estado, possam ser extraídas suas conclusões.

Artigo 4.º - O trabalho de pesquisa da Comissão abrangerá todos os aspectos que julgue útil para a construção das bases necessárias ao estudo da oficialização cartorária, como o financeiro, o de pessoal, o de serviço, o do meio ambiente de cada serventia, seu "modus vivendi", e outros, de modo a habilitar o Governo a conhecer a real situação das serventias não oficializadas e dos serviços respectivos.

Artigo 5.º - Ao cabo de sua tarefa, a Comissão apresentará seu relatório-parecer final, em que, inclusive, dará sua opinião e fará as sugestões cabíveis em benefício de uma posterior solução técnico-administrativa, econômica, social e justa do problema da oficialização.

Artigo 6.º - Poderá a Comissão solicitar outras Portarias complementares, oferecendo as respectivas minutas à consideração do Titular desta Pasta.

Artigo 7.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

D. O. 2/3/66.

O PROBLEMA DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

Como não se ignora, a aceleração do processo inflacionário que vem desgastando, continuamente, o poder aquisitivo de nossa moeda, teve início, precisamente, em 1958, quando entrou em vigor o atual Regimento de Custas e Emolumentos. Tanto isso é exato que, pouco tempo depois, já se tornava imperiosa a revalorização de suas taxas, para fazer face ao crescente aumento do custo da vida, que daquele ano até os fins de 1962, conforme consta dos próprios anais da Assembléia Legislativa do Estado, havia atingido a mais de 250%.

A despeito, porém, de tal circunstância, a revalorização aludida, levada a efeito por aquela mesma Assembléia em princípios de 1963, não foi além de 100%, daí resultando continuarem, os pregos de nossos serviços, ainda de todo desatualizados, e isso, como se vê, numa proporção verdadeiramente chocante.

O reconhecimento de semelhante anomalia não passou, entretanto, despercebido no seio daquele nosso Parlamento, - pois, no mesmo ano de 1963, ali dava entrada um novo Projeto de lei, através do qual se intentava solucionar, por forma adequada, o já então tormentoso problema.

A sua aprovação, contudo, - por motivos dificilmente compreensíveis, - não logrou até hoje ser obtida, criando, essa lamentável omissão, para todos nós, servidores da justiça, uma situação de tal modo crítica, que só a costa de repetidos sacrifícios, inclusive de ordem moral, nos tem sido possível suportar.

Felizmente, temos contado, em tão iníqua conjuntura, com a estimável compreensão de nossas autoridades judiciárias, as quais, não desconhecendo a extensão da crise por que passamos, tudo tem feito, dentro de suas possibilidades, para auxiliar-nos a obter um Regimento que atenda, realmente, às exigências da época presente.

Com efeito, sabem elas, tanto quanto nós, que é de todo injusto continuarmos obrigados, por força de uma lei totalmente divorciada da realidade econômica atual, a cobrar os nossos serviços pelos pregos vigentes há oito anos atrás, acrescidos de apenas 100%, - quando o índice do custo da vida, nesse interregno, se elevou a mais de 2.000%, - conforme se vê dos últimos coeficientes de correção monetária publicados pelo Conselho Nacional de Economia.

Estamos, porém, já agora, convencidos de que, no ano em curso, essa legítima reivindicação, pelo atendimento da qual nos vimos batendo há quatro longos e sofridos anos, será finalmente alcançada, - graças, principalmente, ao interesse com que o eminente Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, atual Corregedor Geral da Justiça do Estado, decidiu tomar pela solução imediata do problema, conforme se verifica do ofício abaixo transcrito, - por S. Excia. enviado ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça:

São Paulo, 22 de Março de 1966

Senhor Secretário:

Apraz-me devolver a V. Exa. o processo n.º 28.356/65, enviado ao Tribunal de Justiça com o ofício n.º 1.624, de 16 de fevereiro último, protocolado sob n.º G-12.636 no Gabinete da Presidência, e recebido por esta Corregedoria Geral, exatamente quando aqui eram realizados estudos para a atualização do Regimento de Custas, tendo em vista os vários projetos surgidos, visto como o Regimento em vigor já não corresponde, de modo algum, à realidade econômica.

De tais estudos concluiu-se a impossibilidade de uma solução definitiva, em breve prazo.

Impõe-se, contudo, uma revalorização tarifária imediata, a fim de impedir abusos na cobrança de custas, ou, por outro lado, a exigência de cumprimento de uma lei manifestamente inadequada à época e à situação econômica.

Assim, considerando-se que, em 28 de agosto de 1958, data do Regimento vigente, o salário mínimo na Capital era de Cr\$ 5.900 e que, atualmente, é de Cr\$ 84.000 por mês, entende esta Corregedoria que as Tabelas "A" a "M" poderiam sofrer majoração de catorze vezes. Em 6 de abril de 1962, data do reajustamento das custas dos oficiais do registro civil, o salário mínimo era de Cr\$ 9.440; atualmente está majorado de mais de oito vezes e nessa proporção deveria ser o aumento das custas da Tabela "N".

Verificou-se que o anteprojeto apresentado pela Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, pelas razões já expostas no processo, que ora é devolvido a essa Pasta, não poderia ser acolhido.

Após novos e acurados estudos, esta Corregedoria resolveu apresentar a V. Ex.a. novas Tabelas, incluídas todas as do Regimento, mesmo as omitidas no anteprojeto daquela Associação. O aumento era proposto por esta Corregedoria não atinge os índices de elevação do salário mínimo e é bem menor que aquele proposto pela Associação dos Serventuários da Justiça, mas é o aumento que a Corregedoria Geral reputa justo, sem sobrecarga excessiva para o povo.

Não haverá, como é evidente, novos ônus para o Estado, porquanto a Tabela "O" também é atualizada. Além disso, maior será a arrecadação para o Estado, relativamente As custas dos Cartórios oficializados.

Foi mister acrescentar poucos itens (Tabelas, "A", "D" e "K"), necessários à correção das Tabelas vigentes.

Não será mais conveniente a distinção entre feitos do Tribunal de Justiça e feitos do Tribunal de Alçada, em face da recente modificação da competência dos dois tribunais, que sugere a uniformização das custas.

Em face dos disposto no art. 53 da Lei de Acidentes do Trabalho e precedentes judiciais, será conveniente manter a taxa de 1,5%, relativa às custas nos processos de acidentes do trabalho, quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária (nota 1.ª, da Tabela "A").

Cumprir revogar o art. 67, da Lei n.º 6.626, de 30-12-1961, e o art. 67, da Lei n.º 6.786, de 6-4-1962, que reajustaram a Tabela "N", bem como o art. 1.º, da Lei n.º 7.748, de 24-1-1963 e os arts. 1.º e 2.º, da Lei n.º 7.830, de 15-2-1963, dispositivos que mandaram cobrar em dobro as custas e emolumentos das Tabelas "A" a "M" e aumentaram as do item I da Tabela "B" do Regimento.

Outrossim, deverá ser feita a adequação do art. 16, do Regimento, A majoração das custas ora proposta.

Acompanham este ofício as Tabelas corrigidas.

Estas, Senhor Secretário, as sugestões que a Corregedoria Geral da Justiça do Estado apresenta a V. Ex.a., confiando em que a matéria, será dinamizada e solucionada em curto prazo, colocando-se um ponto final na tormentosa questão, mesmo porque, de modo contrário, poderão surgir sérios prejuízos ao prestígio dos poderes constituídos, com manifestações de descontentamento geral.

Assim, não é necessária nem compatível com a exigida urgência na solução do assunto a constituição de comissão para tratar da matéria.

Renovo a V. Ex.a. os protestos da mais elevada estima e alta consideração.

ALCEU CORDEIRO FERNANDES

Corregedor Geral da Justiça

A Sua Excelência Senhor Desembargador JÚLIO D'ELBOUX GUIMARÃES D.D. Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

É de esperar-se, pois, já agora, - ante a iniciativa adotada por tão alta quão respeitável autoridade judiciária, que tanto o Poder Executivo como o Legislativo se convençam, finalmente, da gravidade da situação que vimos defrontando e se resolvam, em consequência, a pôr-lhe quanto antes o necessário fim.

PORTARIA N. 147/65

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e tendo em vista o ofício de n.º G /2040, de 13-12-1965, do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

RECOMENDA aos MM. Juízes que façam cumprir e de termina aos serventuários e escreventes dos cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais que obrigatoriamente façam constar das certidões de registro de nascimento, ainda que não sejam de inteiro teor, os nomes, prenomes, a profissão e residência das testemunhas do assento, nos termos do artigo 68 do Decreto-Lei n.º 4.857, de 9-11-1939.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 28 de dezembro de 1965.

(a), Olavo Lima Guimarães
Corregedor Geral da Justiça
D. O. 30/12/65.

Proc. 26.155 - Socorro Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Socorro - Aprovo o parecer. São Paulo, 8 de fevereiro de 1966. (a) Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça - Parecer: Senhor Desembargador Corregedor: 1 - Oficial do Registro Civil de Socorro, consulta sobre a possibilidade de ser dispensada a publicação de editais, de proclamas no jornal local, dadas as razões econômicas da excessiva elevação dos preços, no único periódico daquela cidade. Pretende que idêntica medida do dispensa já fora tomada quanto aos Cartórios do Registro Civil da Capital, através de provimento anterior, cuja data vem referida. Trata-se, entretanto, de equívoco do interessado. 2 - Por despacho do então Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Leme da Silva, permitiu-se a dispensa da publicação de proclamas em jornais desta Capital, uma vez que decretos estaduais ordenaram tal publicação no Diário Oficial (dec. 4.961, de 10-4-61 - dec. 6.100, de 20-9-33; dec. 7.342, de 5-7-35). Destarte, tinha-se por cumprida a exigência do art. 181, do Código Civil, que quer a publicação pela imprensa, "onde houver". 3 - A despeito da doutrina e da jurisprudência entenderem que a omissão de publicação constitui mera irregularidade, que não acarreta a nulidade ou anulabilidade do casamento, e se não ocorrerem impedimentos que tragam essa consequência, a verdade é que a publicidade dos proclamas constitui a segurança da não realização de casamentos com vícios que possam fulminá-lo. Por isso mesmo, a lei deve ser cumprida, ainda que com prejuízos econômicos para os nubentes, prejuízos esses, aliás, que não chegam ao ponto de lhes causar impossibilidade econômica absoluta. É o parecer, s.m.j.

- São Paulo, 4 de fevereiro de 1966 (a) Maércio Frankel de Abreu Sampaio, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

D. O. 11/2/66.

AVISO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Comunicamos ao Srs. Serventuários em geral, bem como aos seus Escreventes e Auxiliares, - a pedido do Sr. Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça, - que todos os pedidos e comunicações que tiverem de encaminhar a este Órgão do Poder Judiciário, deverão ser visados, previamente, pelos MM. Juízes Corregedores Permanentes a que estiverem subordinados.

LEI N.º 4.829 - DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do § 3.º, do art. 70, da Constituição Federal, as seguintes partes mantidas pelo Congresso Nacional após veto presidencial do Projeto que se transformou na Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural.

Art. 14 - ...

"Parágrafo único. As taxas das operações, sob qualquer modalidade de crédito rural, serão inferiores, em pelo menos 1/4 (um quarto), às taxas adotadas para as operações bancárias de crédito mercantil."

Art. 15 - ...

"n) recursos nunca inferiores a 10% (dez por cento) dos depósitos de qualquer natureza dos bancos privados e das sociedades de crédito, financiamento e investimentos."

Art. 34 (caput) ". . . e comissões. . . "

Brasília, 6 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

D. O. U. 7/12/65.

LEI N.º 4.893 - DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Dá nova redação ao art. 91 do Código do Processo Penal

(Decreto-lei número 3.693, de 3 de outubro de 1941)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 91 do Código do Processo Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. Quando incerta e não se determinar de acordo com as normas estabelecidas nos arts. 89 e 90, a competência se firmará pela prevenção."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Magalhães

D. O. U. 12/12/65.

NOTAS SOBRE OS EMPRÉSTIMOS POR DEBÊNTURES

OSCAR FONTES TORRES

Oficial do Registro de Imóveis da 8.ª Circunscrição da Capital

I - LEIS REGULADORAS

Os empréstimos por meio de obrigações ao portador, chamadas "debêntures", contraídas, pelas sociedades anônimas (assim como pelas demais, previstas na lei), são regulados pelos seguintes diplomas legais:

- a) Decreto n.º 177-A, de 15 de Setembro de 1893;
- b) Decreto n.º 5.746, de 9 de Dezembro de 1929;
- c) Decreto-lei n.º 781, de 12 de Outubro de 1938;
- d) Decreto-lei n.º 2.267, de 26 de Setembro de 1940; e
- e) Decreto-lei n.º 9.783, de 6 de Setembro de 1946, sendo a sua inscrição, no Registro Imobiliário, pautada pelos artigos 178, letra "a", n.º IV, 185, 251, 252, 257, 275 e 276 do decreto n. 4.857, de 9 de Novembro de 1939.

II - DO SEU LANÇAMENTO

A iniciativa dos lançamentos de empréstimos por debêntures cabe, ordinariamente, às diretorias das sociedades interessadas na sua emissão, as quais, para tanto, deverão:

1.º - Obter a sua aprovação em assembléia geral extraordinária, constituída por tantos sócios quantos representem, pelo menos, a metade do capital social e a reunião seja assistida por um número de acionistas correspondente a 3/4, no mínimo, do mesmo capital (Dec. 177-A, art. 1.º, parágrafo 5.º).

2.º - Uma vez aprovado pela assembléia, nos moldes acima indicados, proceder-se-á à lavratura da respectiva ata, que será assinada por todos os presentes, ou por tantos deles quantos bastem para perfazer a metade do capital social (dec. 177-A, art. 1.º, parágrafo 5.º), - dela devendo constar:

- a) A fixação do total do empréstimo (que não poderá ser superior ao capital declarado nos estatutos, salvo as exceções legais) ;
- b) o número, valor nominal, tipo e série das debêntures;
- c) os juros correspondentes a cada debênture e a época de seu pagamento;
- d) a época e a forma de amortização das debêntures;
- e) o estado de comunhão entre debenturistas, caso tenha sido liberado o seu estabelecimento;
- f) a forma de subscrição e
- g) as garantias especiais, caso tenha sido convencionado oferecê-las. (Serpa Lopes, Trat. dos Reg. Púb. Vol. II, ns.º 393 e 394).

3.º - Depois de redigida e assinada pela forma prevista no inciso anterior, deverá a ata ser publicada no "Diário Oficial", bem como em qualquer outro jornal de grande circulação no lugar em que a emissão houver de ser feita. (dec. 177-A, art. 1.º, parágrafo 5.º).

III - DA INSCRIÇÃO ESPECIAL DO EMPRÉSTIMO

Efetuada a publicação da ata, e caso o empréstimo não seja abonado por garantias reais, nem esteja condicionado à comunhão de interesses entre os futuros portadores de debêntures, a sociedade requererá a sua inscrição no Registro imobiliário competente, - que é aquele em cuja circunscrição se encontrar a sua sede, - e promoverá, após essa inscrição, a publicação do manifesto de seu lançamento; sendo que,

1.º - para que tal requerimento possa ser admitido a registro, deverá conter:

- a) o nome, objeto e a sede da sociedade;
- b) a data da publicação, no "Diário Oficial", de seus estatutos, bem como das alterações por que tiverem passado;
- c) a data da publicação da ata da assembléia geral que autorizou a emissão e lhe fixou as condições, com a indicação, outrossim, dos jornais em que se fez essa publicação;
- d) o importe dos empréstimos acaso anteriormente emitidos pela sociedade;

e) o número e o valor nominal das obrigações cuja emissão se pretenda, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições da amortização, ou resgate, e do pagamento do juro. (Waldemar Ferreira, Trat. dos Debêntures, vol. I, n.º 79).

2.º - Dito requerimento será apresentado ao Registro acompanhado, ainda, dos seguintes documentos:

- a) uma certidão, em duplicata, fornecida pela Junta Comercial, da ata da assembléia que autorizou o lançamento do empréstimo; e
- b) dois exemplares de cada um dos jornais em que essa mesma ata foi publicada. (Waldemar Ferreira, Trat. das Debêntures, vol. I, n.º 90).

3.º - A inscrição do empréstimo, em tal caso, se fará apenas no livro 5, por meio de extrato, que será confeccionado com base na certidão da ata apresentada. Efetuado o registro, arquivar-se-á o requerimento, juntamente com uma das vias de cada documento, devolvendo-se, as demais, aos interessados, com a certidão do ato praticado.

4.º) Os empréstimos por debêntures devem ter sempre por fiança todo o ativo e bens das sociedades que os contraírem (dec. 177-A, art. 1.º, parágrafo 1.º). Além dessa fiança, de caráter obrigatório, - podem eles ser ainda abonados, facultativamente, pelas garantias especiais seguintes:

- a) hipoteca;
- b) penhor; e
- c) anticrese,

(Dec. 177-A, art. 1.º, parágrafo 2.º), sendo a primeira delas, isto é, a hipoteca, a de uso mais comum.

IV - DA INSCRIÇÃO DAS GARANTIAS ESPECIAIS

Para inscrição, entretanto, de tais garantias, - e a menos que ela deva ser feita a título provisório, é de exigir-se a escritura pública, o mesmo acontecendo quando se tratar de empréstimo sem o abono das garantias aludidas, mas condicionado à comunhão de interesses entre os futuros portadores de debêntures. Assim,

1.º - No caso da hipoteca já vir definitivamente constituída, deverá a escritura respectiva mencionar:

- a) a denominação, objeto e sede da sociedade;
- b) a declaração de que os credores serão os subscritores do empréstimo a ser lançado, ou os portadores de debêntures em virtude dele emitidas, sendo a comunhão deles, quando haja sido convencionada;
- c) - a data da ata da assembléia geral extraordinária que autorizou o empréstimo e dos jornais em que ela for publicada;
- d) o valor do empréstimo;
- e) o número e o valor nominal das debêntures;
- f) o valor dos bens dados em garantia (por estimativa)
- g) o prazo do empréstimo;
- h) os juros e mais condições necessárias, como época do pagamento dos juros, forma e prazo de amortização ou resgate das debêntures;
- i) situação e descrição dos imóveis objeto da garantia. e o número das respectivas transcrições aquisitivas (arts. 258, 259 e 275 do Dec. 4.857).

2.º - Tratando-se, porém, de hipoteca, provisória, - ou promessa de hipoteca, - a sua formalização poderá ser feita por instrumento particular, com os mesmos requisitos mencionados no inciso anterior, devendo tal instrumento ser apresentado ao oficial do Registro juntamente com os documentos exigidos para a inscrição especial do empréstimo no livro 5, - caso os bens oferecidos em garantia estejam localizados na mesma Circunscrição imobiliária.

3.º - Se os bens aludidos estiverem situados em Circunscrição diversa, - a inscrição da hipoteca deverá ser feita no Cartório de Registro de Imóveis a ela correspondente.

4.º - Far-se-ão, em tal hipótese, duas inscrições: uma, que será definitiva, no livro 5 do Cartório da Circunscrição da sede da Sociedade, e outra, no caso de hipoteca, no livro 2 do Cartório da Circunscrição onde se localizem os bens hipotecados. Para a conversão desta em definitiva, os lançadores do empréstimo terão a prazo de 6 meses, dentro do qual deverá o mesmo ser subscrito. Essa conversão se fará por meio de escritura pública, a qual, depois de aceita, será averbada à margem da inscrição provisória, que, assim, se tornará definitiva. Se, porém, a hipoteca não for constituída dentro de 6 meses, a inscrição ficará perempta. (É desnecessário esclarecer-se que, no caso do empréstimo ser abonado por anticrese ou penhor, a inscrição será feita no livro 4).

5.º - A escritura definitiva será aceita:

- a) pelo banqueiro ou banqueiros tomadores do empréstimo;
- b) pelo corretor que tiver intervindo na operação, mas por conta e em nome dos futuros portadores, sem assumir qualquer responsabilidade pessoal;
- c) por um dos subscritores do empréstimo, autorizado pelos outros, ou mesmo sem autorização ou por conta e em nome destes (Serpa Lopes, Trat. dos Reg. Publ. vol. II).

V - DO MANIFESTO

Realizada a inscrição do empréstimo, - quer se trate, apenas, da inscrição comum, feita no livro 5, quer desta e mais da relativa às garantias especiais oferecidas, se houver, - a sociedade interessada fará publicar um manifesto de seu lançamento nos mesmos jornais atrás referidos, do qual deverá constar:

- a) o nome, objeto e sede da sociedade;
- b) a data da publicação, no Diário Oficial, de seus estatutos, bem como das alterações por que tiverem passado;
- c) a data da publicação oficial da ata da assembléia que autorizou a emissão e fixou as respectivas condições, indicando-se os jornais onde se fez essa publicação;
- d) o importe dos empréstimos anteriormente emitidos pela sociedade;
- e) o número e o valor nominal das obrigações cuja emissão se pretenda, com os juros correspondentes a cada um, assim como a época e as condições de amortização ou do resgate, e do pagamento dos juros;
- f) o ativo, e o passivo atual da sociedade;
- g) a condição da comunhão de interesses entre os futuros portadores das debêntures, - caso tenha sido estabelecida;
- h) o número da inscrição especial do empréstimo, no Registro de imóveis competente;
- i) o número da inscrição provisória, ou definitiva, se for o caso, das garantias reais que abonam o empréstimo, se porventura tiverem sido oferecidas (Waldemar Ferreira, Tra. dos Debêntures, vol. I, ns. 94 a 114).

VI - DOS IMPOSTOS

Sobre o valor dos empréstimos por meio de obrigações ao portador, ou debêntures, incide o imposto de 1%, - de conformidade com o disposto nos itens 1-2 da alínea I da Tabela do Regulamento do Imposto de Selo (Decreto n.º 55.852, de 22 de março de 1965, que regulamentou a Lei n.º 4.505, de 30 de novembro de 1964).

VII - DO RESGATE DO EMPRÉSTIMO

Dispõe o art. 289 do Decreto n.º 4.857, de 1939, que os cancelamentos devem ser promovidos pelos interessados, mediante sentença definitiva ou documento hábil, ou a requerimento de ambas as partes, se capazes e conhecidas do Oficial. Como, entretanto, em face da natureza do empréstimo em causa, não é possível a utilização deste último recurso, daí se conclui que o cancelamento de suas inscrições só poderá ser feito mediante autorização judicial. Para tanto, deverá a sociedade:

- a) apresentar, ao Juiz competente, as debêntures que houverem sido lançadas em circulação, pedindo-lhe a publicação de editais pelo prazo de 10 dias, para que, dentro dele, qualquer interessado possa oferecer reclamação ou oposição, observando-se o processo previsto nos arts.

396 a 398 do Reg. 737, de 1850 (O atual Código de Processo é omissivo a respeito).

b) Obtida a sentença definitiva, será ela, por certidão ou mandado, apresentada ao Oficial do Registro, para o cancelamento da inscrição, ou inscrições.

c) O Juiz poderá, no caso, ordenar as diligências que julgar necessárias para se certificar da verdade ou validade do pedido.

d) Sendo muitas as debêntures, a sociedade poderá deixar de as apresentar com o requerimento, em o qual, todavia, pedirá uma vistoria ou perícia, a fim de apurar a veracidade de sua existência.

e) Se nem todos os portadores se apresentarem para receber, nas épocas marcadas, as quantias que lhes forem devidas, a sociedade requererá, previamente, o seu depósito, por conta daqueles a quem pertencerem (Serpa Lopes, Trat. dos Reg. Publ. vol. II, n.º 398).

NOTA FINAL

Já se achava concluído o presente trabalho, quando foi publicada a Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o Mercado de Capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

Contém ela várias disposições relativas as debêntures, tais como as constantes de seus arts. 26, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 43 e 44, - nos quais é previsto o lançamento dessas obrigações com a cláusula de correção monetária, bem como o endosso das emitidas ao portador pelas sociedades anônimas e o direito de sua conversão em ações do capital destas mesmas sociedades.

Assim, entendemos ser de todo aconselhável o conhecimento do inteiro teor dessas disposições, não só por parte das sociedades interessadas na emissão das obrigações aludidas, como também dos srs. Serventuários do Registro Imobiliário.

Nº 080 - Publicação: Abr/Dez 1966

Redação

Em face do enorme trabalho empreendido pela Diretoria da. Associação, no sentido de obter dos Poderes competentes a solução dos principais problemas enfrentados pela nossa classe, - não lhe foi possível manter este ano, com a regularidade desejável, a publicação do presente "Boletim".

Tal falha foi, porém, largamente compensada pelos resultados já colhidos em decorrência daquele trabalho, e os quais se acham consubstanciados na Lei n.º 9.531, de 6 de Outubro último, que reajustou as taxas do antigo Regimento de Custas e Emolumentos.

É certo que esse reajustamento, considerado na sua média, não foi além da metade do aumento sofrido pelo custo de vida de 1958 até hoje, nem pôs a salvo, como devia, a economia das Serventias da Justiça contra efeitos defraudantes da inflação, que continua desvalorizando a nossa moeda.

Cumpr, todavia, se reconheça expressar ele o máximo que foi possível conseguir na presente conjuntura, - e que, a despeito de suas proporções modestas, não deixará de contribuir, apreciavelmente, para a restauração da economia aludida, embora a sua preservação dependa de novas medidas tendentes a assegurar-lhe a necessária estabilidade.

Ante a boa vontade demonstrada pelo atual Governo na equação desse já crônico problema, - é de esperar-se que o mesmo devote igual interesse ao atendimento da maior das reivindicações em que nos temos empenhado, consistente na outorga, a todos os servidores da Justiça de uma

aposentadoria em condições verdadeiramente humanas.

A Diretoria da Associação, através dos esforços desenvolvidos pelo seu Presidente, tudo vem fazendo para que, na vigência, ainda, da atual Administração do nosso Estado, todos aqueles servidores se tornem beneficiários de uma lei que preencha integralmente a objetivo citado, e ponha termo, finalmente, à situação de verdadeira indigência em que se encontram os já aposentados.

Além do trabalho empreendido para solução de tão momentosas questões, - a Diretoria tomou, conforme já sabem os nossos colegas, a iniciativa de instituir um seguro de vida em grupo, para os consócios que dele quisessem participar, e a qual, desde os primeiros instantes, se tornou plenamente vitoriosa, dada a grande aceitação que teve essa modalidade de previdência. Pretende ela agora, no próximo ano, promover outra, também de grande alcance social, qual seja a de proporcionar, aos vossos colegas e suas famílias, um modelo de serviço de assistência médico-hospitalar, cujo plano já se encontra em estudos e que na devida oportunidade levaremos ao seu conhecimento.

Encerramos, com este "Boletim", a publicação de suas edições, atinentes ao corrente ano. E como estamos, praticamente, no limiar de 1967, aprez-nos aproveitar o ensejo que tal fato nos concede para augurar a todos os nossos colegas e demais servidores da Justiça do Estado, um Ano-Novo próspero e feliz.

AUDIÊNCIA A SERVENTUÁRIOS

O Governador LAUDO NATEL recebeu em audiência, no Palácio Bandeirantes, a Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, que em companhia de outros membros da mesma entidade ali foi visitá-lo, a fim de agradecer-lhe a atenção que tem dispensado aos problemas que afetam a classe e a boa vontade posta no trabalho que está desenvolvendo no sentido de equacioná-los.

Na ocasião, foi o Chefe do Executivo saudado pelo Presidente da referida Associação, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, que ressaltou a alta compreensão e o espírito público com que o atual Governo se está avindo no trato das questões relativas aos servidores da Justiça do Estado, entre as quais avulta, pela importância de que se reveste, a que diz respeito a aposentadoria dos que exercem a sua atividade nos Cartórios não oficializados, e cujos proventos, atualmente, são de tal modo exíguos, que chegam a atingir as raias da miserabilidade.

Agradecendo a visita disse, em síntese, o Sr. Laudo Natel que no exercício do Governo, pouco lhe seria possível fazer se não contasse, como conta, com uma equipe de colaboradores altamente credenciados pela sua capacidade e devotamento ao trabalho que vem revelando no trato das questões administrativas, e entre as quais destacava o titular da Pasta da Justiça, Sr. Oswaldo Muller da Silva, ali presente, razão pelo qual lhes transferia, na pessoa deste, a homenagem que lhe estava sendo prestada.

Adiantou, ainda, que havia remetido, conforme, aliás, já fora noticiado, à Secretaria da Fazenda e ao Instituto de Previdência do Estado, para a devida apreciação, o ante projeto de nova lei sobre a aposentadoria aludida, elaborado pela Comissão para tal fim nomeada, - e que não obstante se encontrar, praticamente, no término de seu mandato, tudo, faria, quanto lhe fosse possível, para que, ainda na vigência este, fosse atendida essa justa reivindicação dos Servidores da Justiça.

VISITA AO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Numeroso grupo de serventuários esteve em visita ao Corregedor Geral da Justiça do Estado, Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, a fim de agradecer o valioso trabalho empreendido

por Sua Excelência, no sentido de obter dos Poderes competentes, com a urgência que se vinha impondo, o reajustamento das custas e emolumentos, remuneratórios dos serviços prestados pelos Cartórios Judiciais e extrajudiciais.

Saudado, na ocasião, em nome da classe, pelo Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo - Sua Excelência usou, em seguida, da palavra, para adiantar que, ante a gravidade da situação em que encontrara as serventias da Justiça, outra alternativa não tivera sendo a de tomar a iniciativa de procurar uma rápida solução para o problema.

- Esta, felizmente, fora afinal encontrada, graças a boa vontade demonstrada pelo atual Governo, que reconheceu não ser possível, com efeito, a manutenção de um regimento de custas totalmente desatualizado, como era o que vigia, desde 1958.

Após tecer mais algumas considerações a respeito e sobre vários dos problemas que vem enfrentando a justiça do nosso Estado, Sua Excelência terminou agradecendo a visita dos Serventuários, aos quais prometeu interessar-se também para que lhes seja concedida, ainda no atual Governo, uma aposentadoria verdadeiramente condigna.

VISITA AO SECRETARIO DA JUSTIÇA

A Diretoria da "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, acompanhada de inúmeros associados, esteve em visita ao titular da Pasta da Justiça, Dr. OSWALDO MULLER DA SILVA, a fim de agradecer-lhe, em nome da classe, o reajustamento das custas e emolumentos, objeto de lei recentemente promulgada pelo Governador do Estado.

Usou da palavra, na ocasião, o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente da entidade aludida, para dizer do alívio que a medida proporcionara aos titulares das serventias da Justiça, pois embora o reajustamento, concedido seja sensivelmente inferior ao aumento do custo de vida verificado nos três últimos anos, veio contribuir, em boa parte, para a restauração de sua economia.

Salientou ainda o orador que, desde 1963, os serventuários se vinham batendo por uma remuneração adequada dos serviços cartorários, em face do aviltamento cada vez maior do valor da nossa moeda, - sem que, entretanto, tivessem merecido qualquer atenção dos Poderes competentes.

Fora necessário, - acrescentou - que uma personalidade dotada de verdadeiro espírito público, como é o Governador Laudo Natel, assumisse a suprema direção do Estado e entregasse os negócios da Justiça à supervisão de um jurista da envergadura do atual Secretário dessa Pasta, para que tão justa reivindicação pudesse, a final, ser atendida.

Terminando, frisou, ainda, o Presidente da Associação dos Serventuários, que, ante a demonstração de tão boa vontade por parte do Chefe do Executivo e do seu Secretário da Justiça, a classe estava certa de que o atual Governo não deixaria de solucionar, também, o mais grave problema de todos quantos tem enfrentado, como é o relativo à aposentadoria dos servidores da justiça, - cuja concessão, em termos verdadeiramente humanos constitui a aspiração maior de todos eles.

Agradecendo a manifestação de apreço que lhe era tributada pelos visitantes, falou, em seguida, o Secretário da Justiça, adiantando, em síntese, que recebia a homenagem em nome do Governador Laudo Natel, a quem, na verdade, os serventuários deviam o atendimento daquela mais que justa reivindicação, - tanto que a mesma havia contado com o integral apoio do próprio Corregedor Geral da Justiça, a cujos esforços se deve, por igual, o apressamento da solução, por ela requerida.

Prosseguindo, salientou reconhecer que o reajustamento concedido, é inferior, realmente, ao aumento até agora atingido pelo custo de vida, - constituindo, porém, o primeiro passo para uma melhor reformulação do problema em futuro próximo.

Quanto a aposentadoria dos servidores da justiça, disse reconhecer, igualmente, a gravidade da situação em que se encontram todos quantos dela dependem para viver, pois são de tal modo exíguos os atuais proventos, que ele próprio se sente verdadeiramente constrangido toda vez que é levado a assinar decretos relativos a sua concessão.

Afirmou, entretanto que, a despeito da carência de tempo com que luta o atual Governo, e da complexidade que envolve o trato do momentoso problema.

- envidará todos os esforços no sentido de resolvê-lo o mais adequadamente possível na vigência, ainda, de sua gestão.

Ao terminar suas palavras, foi o Secretário da Justiça longamente aplaudido por todos os visitantes.

LEIS E DECRETOS REFERENTES AOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

Em separata do nosso "Boletim", vimos de publicar uma coletânea das leis e decretos referentes aos Servidores da Justiça do Estado, editados a partir de 1931, com as respectivas disposições devidamente atualizadas, consolidando, por tal forma, toda matéria objeto dessa legislação especializada, cujo conhecimento é de permanente interesse para todos nós.

Tal separata, está sendo vendida pelo prego do custo, ou seja à razão de Cr\$ 5.000, o exemplar, devendo os interessados na sua aquisição, formular, quanto antes, os respectivos pedidos à Secretaria da Associação, pois trata-se de uma edição reduzida, que pode esgotar-se prontamente, dado o número de solicitações, que temos recebido, para reserva dos volumes que enfeixam esse trabalho editorial.

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Desembargador Raphael de Barros Monteiro - Presidente.
Desembargador Márcio Martins Ferreira - Vice-Presidente.
Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da Justiça.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
Corregedor Geral: Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes

JUÍZES AUXILIARES:
Dr. Edgard Aparecido de Souza
Dr. João Penido Burnier Júnior

Escrivão: Ézio Donati

CORREGEDORIA PERMANENTE - dos Cartórios do Fórum extrajudicial da Capital:

Corregedor: Dr. Antônio Macedo de Campos
Curador: Dr. Nicolau Zarif
Escrivão: Carlos Oswaldo Martins

LEI N.º 5.043 - DE 21 DE JUNHO DE 1966

Estabelece isenção do Imposto do Selo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no n.º IV, artigo 8.º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São isentos do Imposto do Selo, os atos jurídicos e seus instrumentos, em que forem partes as entidades a que se refere o art. 8º, número IV, da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e as Caixas Econômicas Federais em suas operações imobiliárias.

Art. 2.º Esta lei abrangerá os atos já praticados pelas referidas entidades ainda carentes do recolhimento do Imposto do Selo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Publicado no "Diário da União" de 23/6/66.

LEI N.º 5.143 - DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

Institui o Imposto sobre Operações Financeiras, regula a respectiva cobrança, dispõe sobre a aplicação das reservas monetárias oriundas de sua receita, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Imposto sobre Operações Financeiras incide nas operações de crédito e seguro, realizadas por instituições financeiras e seguradoras, e tem como fato gerador:

I - no caso de operações de crédito, a entrega do respectivo valor ou sua colocação à disposição do interessado;

II - no caso de operações de seguro, o recebimento do prêmio.

Art. 2.º Constituirá a base do imposto:

I - nas operações de crédito, o valor global dos saldos das operações de empréstimos, de abertura, de crédito, e de desconto de títulos, apurados mensalmente;

II - nas operações de seguro, o valor global dos prêmios recebidos em cada mês.

Art. 3.º O imposto será cobrado com as seguintes alíquotas:

I - empréstimos sob qualquer modalidade, às aberturas de crédito, e os descontos de títulos - 0,3 % ;

II - seguro de vida e congêneres e de acidentes pessoais e do trabalho - 1,0 % ;

III - seguros de bens, valores, coisas e outros não especificados, excluídos o resseguro, o seguro de crédito a exportação e o de transporte de mercadorias em viagens internacionais: - 2,0 %.

Art. 4.º É contribuinte do imposto:

I - no caso, do inciso I do artigo 1.º, a instituição financeira, referida no artigo 17 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que realiza a operação como supridora de valores ou crédito, ou efetua o desconto;

II - no caso do inciso II do artigo 1.º o segurador.

Art. 5.º O imposto será recolhido mensalmente, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, ao Banco Central da República do Brasil ou a quem este determinar, nas datas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 6.º Será prejuízo da pena criminal que couber; serão punidos com:

I - multa de 30 a 100 % do valor do imposto devido, a falta de recolhimento do imposto no prazo fixado;

II - multa de trinta milhões de cruzeiros, a falsificação ou adulteração da guia, livro ou outro papel necessário ao registro ou ao recolhimento do imposto ou a co-autoria na prática de qualquer dessas faltas;

III - multa de dez milhões de cruzeiros, o embaraço ou impedimento da ação fiscalizadora, ou a recusa de exibição de livros, guias ou outro papel necessário ao registro ou ao recolhimento do imposto, quando solicitados pela fiscalização;

IV - multa de duzentos mil cruzeiros, qualquer outra infração prevista no regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III será imposta cumulativamente a penalidade que couber, se for apurada a prática de outra infração.

Art. 7.º. O contribuinte que, antes de qualquer procedimento fiscal, recolher espontaneamente o imposto fora do prazo previsto, ficará sujeito a multa de 20 % (vinte por cento), do imposto, a qual será recolhida na mesma guia correspondente ao tributo, sem necessidade de despacho ou autorização.

Parágrafo único. Continuarão sujeitos a multa deste artigo os contribuintes que deixarem de computá-la na guia de recolhimento.

Art. 8.º. A fiscalização da aplicação desta lei caberá ao Banco Central da República do Brasil, que poderá delegá-la, no todo ou em parte, ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização do Ministério da Indústria e do Comércio no que respeita as operações previstas nos incisos II e III do artigo 3.º, ou a outros órgãos ou autoridades em todo o País ou apenas em certas regiões, segundo entenda conveniente.

Art. 9.º. As normas, processuais da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicar-se-ão as controvérsias que ocorram a respeito do imposto a que esta lei se refere.

Parágrafo único. O julgamento dos processos contraditórios caberá:

I - em primeira instância, ao órgão ou autoridade que o Conselho Monetário Nacional designar;

II - em segunda instância, no Terceiro Conselho de Contribuintes.

Art. 10. O Conselho Monetário Nacional poderá desdobrar as hipotecas de incidência, modificar ou eliminar as alíquotas e alterar as bases de cálculo do imposto, observado no caso de aumento, o limite máximo do dobro daquela que resultar das normas desta lei.

Art. 11. Do produto da arrecadação do imposto será destacada uma parcela, não superior a 2%, destinada às despesas de custeio do Banco Central da República do Brasil na substituição da taxa de fiscalização referida no § 1.º do artigo 16 da. Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que fica extinta.

Art. 12. Deduzida a parcela de que trata o artigo anterior, a receita líquida do imposto se destinará à formação de reservas monetárias, as quais serão aplicadas, pelo Banco Central da República do Brasil na intervenção dos mercados de câmbio, e de títulos, na assistência a instituições financeiras, particularmente ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e em outros fins, conforme estabelecer o Conselho Monetário Nacional.

Art. 13. As vinculações da receita do Imposto do Selo, de que tratam o artigo 4.º da Lei n.º 3.519, de 30 de dezembro de 1958, e o artigo 6.º da Lei n.º 3.736, de 22 de março de 1960, passarão a ser feitas com base na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados correspondente a posição n.º 24.02 da Tabela anexa a Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Art. 14. Os casos omissos nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 15. São revogadas as leis relativas ao Imposto do Selo e as disposições em contrário, e o art. 11 da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, observado o seguinte:

I - aplicar-se-á a legislação vigente à época em que se constituiu a obrigação tributária, no caso de exigência do imposto cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 1966.;

II - a complementação periódica do Imposto do Selo deixará. de ser obrigatória a partir de 1.º de janeiro de 1967, ainda que a ocorrência do respectivo fato gerador, seja anterior à vigência desta lei;

III - as sanções previstas na Lei n.º 4.505, de 30 de novembro de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 55.852, de 22 de março de 1965, aplicam-se às infrações das respectivas normas ocorridas durante a sua vigência, ainda que se relacionem com hipóteses de incidência que esta lei revoga.

Art. 16. A partir da data da publicação desta lei, o Ministro da Fazenda, por proposta do Conselho Monetário Nacional, poderá; reduzir ou suprimir o Imposto do Selo sobre operações de câmbio.

Art. 17. O Conselho Monetário Nacional poderá permitir que a assinatura no cheque seja impressa por processo mecânico, atendidas as cautelas que estabelecer.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1967, salvo quanto aos artigos 16 e 17, que vigorarão a partir da data de sua publicação.

Brasília, em 20 de outubro de 1965; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões

Paulo Egydio Martins

Publicado no "Diário da União" de 24/10/66.

LEI N.º 5.145 - DE 20 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3.º, 4.º e 8.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei n.º 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 3.º, 4.º e 8.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º A opção, a que se referem os arts. 1.º, n.º II, e 2.º, constará do termo assinado pelo optante, ou seu procurador, no Registro Civil de nascimento.

§ 1.º A lavratura do termo será requerida ao juízo competente do domicílio do optante, mediante petição instruída com documento comprobatório da nacionalidade brasileira de um dos pais do optante, na data de seu nascimento.

§ 2.º Ouvido o representante do Ministério Público Federal no prazo de cinco dias, decidirá o juiz, em igual prazo, e recorrerá de ofício, na hipótese de autorizar a lavratura do termo.

Art. 4.º O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro e cujos pais ali não estejam a serviço do Brasil, poderá após a sua chegada ao País, para nele residir, requerer ao juízo competente do seu domicílio, fazendo-se constar deste e das respectivas certidões que o mesmo o valerá, como prova de nacionalidade brasileira, até quatro anos depois de atingida a maioridade.

§ 1.º O requerimento será instruído com documentos comprobatórios da nacionalidade brasileira de um dos genitores do apelante, na data de seu nascimento, e de seu domicílio do Brasil.

§ 2.º Ouvido o representante do Ministério Público Federal, no prazo de cinco dias, decidirá o juiz em igual prazo.

§ 3.º Da decisão que autorizar a transcrição do termo recorrerá o juiz de ofício.

.....
.....
.....

Art. 8.º São condições para naturalização:

I - capacidade civil do naturalizado segundo a lei brasileira;

II - residência continua no Território Nacional pelo prazo mínimo de cinco anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

III - Ler e escrever a língua portuguesa, levada em conta a condição do naturalizando;

IV - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

V - bom procedimento;

VI - ausência de pronúncia ou condenação no Brasil, por crime cuja pena seja superior a um ano de prisão;

VII - sanidade física

§ 1.º A estrangeira casada com brasileiro, e aos portugueses não se exigirá o requisito do n.º IV, bastando aos últimos, quanto aos dos números II e III, a prova de residência ininterrupta durante um ano e o uso adequado da língua portuguesa.

§ 2.º Não se exigirá a prova de sanidade física a nenhum estrangeiro, quando o prazo de residência for superior a um ano.

§ 3.º Aos filhos menores de brasileiros naturalizados que residam no Brasil, nascidos antes da naturalização do pai ou da mãe, é permitido requerer naturalização desde que atinjam a idade de 18 anos, dispensada, ainda, para os que vivem na dependência paterna, a condição do art. 8.º, n.º IV, e concedida ao requerimento prioridade sobre todos os outros."

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário e a Lei n.º 4 404, de 14 de setembro de 1964.

Brasília, em 20 de outubro de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. CASTELLO BRANCO.

Carlos Medeiros Silva.

Publicado no "Diário da União" de 24/10/66.

LEI N. 9.327, DE 16 DE MAIO DE 1966

Revoga as disposições legais sobre contagem em dobro ou com acréscimo do tempo de serviço público estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 3.º e 5.º do artigo 22 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam revogadas as disposições de leis, gerais e especiais, relativas aos servidores públicos civis e militares do Estado, que permitam o cômputo de tempo em dobro ou com acréscimo de 1/5, para quaisquer efeitos, ressalvada a contagem, nos termos da legislação ora revogada, do tempo de serviço prestado anteriormente à presente lei.

Parágrafo único - Exclui-se do disposto neste artigo a contagem em dobro do período em que o

funcionário prestar serviços de guerra ou de defesa da população em caso de calamidade pública para todos os efeitos legais.

Artigo 2.º - Fica revogada a Lei n.º 4.102, de 4 de setembro de 1957, ressalvada a contagem do tempo de serviço prestado anteriormente a presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 1966.

ADHEMAR PEREIRA DE BARROS

Júlio D'Elboux Guimarães

José Adolpho da Silva Gordo

André Broca Filho

Alberto De Zagottis

Dagoberto Salles

José Carlos de Ataliba Nogueira

Cantídio Nogueira Sampaio

Juvenal Rodrigues de

Benedito

Moraes

Matarazzo

Paulo Galvão de Andrade Coelho, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Saúde

José Blota Júnior

Humberto Reis Costa

Luiz Antônio da Gama e Silva, Reitor

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 16 de maio de 1966.

Miguel Sansígolo, Diretor Geral Substituto.

D. O. de 17/5/66.

LEI N.º 9.499, DE 24 DE AGOSTO DE 1966

Dispõe sobre isenção de reconhecimento de firmas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - São isentos do reconhecimento das firmas. os requerimentos e demais papéis apresentados pelos alunos aos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de agosto de 1966.

LAUDO NATÉL

Oswaldo Muller da Silva

Carlos Pasquale

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de agosto de 1966.

Dr. Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

D. O. de 25/8/66.

LEI N.º 9.502, DE 26 DE AGOSTO DE 1966

Estabelece nova Tabela em substituição a que se refere o artigo 11 do Livro V do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022, de 31 de janeiro de 1953) e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A Tabela a que se refere o artigo 11 do Livro V do Código de Impostos e Taxas, aprovado pelo Decreto n.º 22.022, de 31 de janeiro de 1953, passa a ser a anexa a esta lei.

Artigo 2.º - O imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" incidirá sobre o valor dos bens à data da abertura da sucessão.

Artigo 3.º - O disposto nos artigos anteriores aplica-se também às sucessões cujo imposto não tenha sido pago à data da publicação desta lei.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de agosto de 1966.

LAUDO NATEL

Antônio Delfim Netto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 26 de agosto de 1966.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 27/8/66.

LEI N. 9508, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966

Altera a redação do artigo 48 da Lei n. 8.101 de 16 de abril de 1964 e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 48 da Lei n. 8.101, de 16 de abril de 1964:

"Artigo 48 - Compete ao Juiz Distrital:

I - processar e julgar todas as causas cíveis e comerciais de valor até 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente na Capital, quando versarem sobre imóvel situado no distrito ou subdistrito, ou quando o réu for domiciliado no território do juízo distrital ou subdistrital;

II - processar e julgar as ações de despejo de qualquer espécie e valor, bem como as conexas, inclusive as consignatárias, quando o imóvel for situado no distrito ou subdistrito;

III - executar as sentenças proferidas nas ações de sua competência;

IV - processar e julgar as medidas preparatórias, preventivas e incidentes relativos às ações de sua competência;

V - processar e julgar os pedidos de outorga judicial de consentimento, bem como os de suprimento de idade de pessoas domiciliadas no distrito ou subdistrito, inclusive quando houver

interesse de menor abandonado;

VI - processar e julgar as arrecadações e os arrolamentos inventários e partilhas, em que não houver testamento, bem como as divisões e demarcações complementares de partilha de bens deixados por pessoa cujo último domicílio foi no distrito ou subdistrito;

VII - autorizar a venda ou arrendamento e hipoteca de bens de incapazes domiciliados no território distrital;

VIII - nomear tutor e curador aos menores e incapazes domiciliados no distrito;

IX - autorizar a abertura de assentos de nascimento de pessoas domiciliadas no distrito, bem como processar e julgar as causas relativas ao registro civil, dentro, de sua competência territorial, embora exista interesse de incapazes ou de menor abandonado;

X - processar e julgar a extinção de usufruto ou de fideicomisso, quando provier de ato, "inter-vivos" (artigo 552 do Código de Processo Civil Brasileiro), dentro de sua competência territorial;

XI - cumprir as precatórias rogatórias e cartas de ordem, dentro de sua competência territorial;

XII - determinar diretamente a efetivação de atos e diligências judiciais em todo o território da comarca da Capital, desde que vinculados ao impulso, movimentação e solução dos feitos sob sua competência, podendo ordenar, inclusive, que à sua presença compareça, sob as penas da lei, qualquer pessoa residente na comarca;

XII - exercer as funções de corregedor permanente dos cartórios, delegacias, postos policiais e cadeias públicas existentes no território distrital ou subdistrital, tudo em conformidade com o Regimento das Correições e leis subseqüentes;

XIV - Processar e julgar as contravenções penais e os crimes sujeitos a pena de detenção, inclusive os "habeas-corpus" concernentes aos processos de sua competência.

Artigo 2.º - Vetado.

Artigo 3.º- São classificadas em Entrância Especial as Varas Distritais da comarca da Capital.

Artigo 4.º - Vetado

Artigo 5.º - Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 6.º - Vetado.

Artigo 7.º - Vetado.

Artigo 8.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 9.º - É extinta a Vara Distrital de Pirituba e incorporado o seu Território a Vara Distrital da Lapa.

Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de setembro de 1966.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva

Publicada a Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 14 de setembro de 1966.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

D. O. 15/9/66.

LEI N.º 9.531, DE 6 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que, nos termos dos §§ 4.º e 5.º do artigo 22 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As tabelas de custas e emolumentos pela expedição e preparo dos efeitos judiciais, como pelos atos notoriais e extrajudiciais, de que trata o artigo 1.º da Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, passam a ser as anexas a esta lei.

Artigo 2.º - Os artigos 16 e 20 e seus parágrafos únicos, da Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 16 - Sem prejuízo de outras penalidades disciplinares previstas em lei, os serventuários e auxiliares da justiça que receberem custas e emolumentos indevidos ou excessivos, ou infringirem as disposições desta lei e das tabelas anexas, serão punidos com multa de Cr\$ 4.000 (quatro mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros), impostas "ex-officio" ou a requerimento de qualquer interessado pelo juiz do feito ou pelo corregedor permanente, além da obrigação de restituir em triplo a importância cobrada em excesso ou indevidamente.

Parágrafo único - A multa constituirá renda do Estado, devendo seu pagamento, bem como a restituição prevista neste artigo, ser efetuada no prazo de 5 (cinco) dias, pelo serventário ou auxiliar da justiça, sob pena de suspensão do exercício de suas funções."

"Artigo 20 - Poderão ser subvencionados os cartórios do Registro Civil que não realizarem, num semestre, determinado número de casamentos, assentos de nascimento ou de óbito, a ser fixado pela Corregedoria Geral do Justiça. A subvenção consistirá no pagamento, pelo Estado, da importância taxada na Tabela "N", para cada casamento ou assento efetivamente realizado no semestre.

Parágrafo único - Por proposta do Tribunal de Justiça será prevista, anualmente, no orçamento, dotação para atender as subvenções de que trata este artigo, e o pagamento será feito mediante atestado do juiz corregedor do cartório, instruído com a relação dos atos praticados, mencionando data e número do assento e a nome das partes."

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário, e, especialmente, os artigos 67, da Lei n.º 6.626, de 30 de dezembro de 1961; 67, da Lei n.º 7.786, de 6 de abril de 1962; 1.º, da Lei n.º 7.748, de 24 de janeiro de 1963, e 1.º e 2.º da Lei n.º 7.830, de 15 de fevereiro de 1963.

Palácio dos Bandeirantes, aos 6 de outubro de 1966.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva

Antônio Delfim Netto

Vicente Cecchia, Diretor Geral, Substituto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 7 de outubro

de 1966.

TABELAS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DA LEI N. 9.531 DE 6 DE OUTUBRO DE 1966

TABELA "A"

Dos Escrivães

I - Ações ordinárias, divisórias, demarcatórias, processos de acidente do trabalho, embargos de terceiros, executivos e outros processos que, contestados, tomam, o rito ordinário as custas serão calculadas sobre o valor da causa:

a) valor até Cr\$ 200.000	4 %
b) pelo que exceder de Cr\$ 200.000 até Cr\$ 500.000, mais	3 %
c) pelo que exceder de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 1.000.000, mais	1 %
d) pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 2.000.000, mais	0,5 %
e) pelo que exceder de Cr\$ 2.000.000 até Cr\$ 10.000.000, mais	0,2 %
f) pelo que exceder de Cr\$ 10.000.000, mais	0,1 %
de Cr\$ 7.000.	Emolumento mínimo
máximo de Cr\$ 150.000.	Emolumento

Notas:

1.ª - Nos processos de acidente do trabalho, quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária, as custas serão calculadas na base de 1,5% sobre o valor total da indenização paga em dinheiro pelo empregador.

2.ª - Nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, as custas serão cobradas da forma seguinte

a) valor até 1.000	Cr\$ 400
b) valor superior a Cr\$ 1.000 até Cr\$ 3.000	700
c) valor superior a Cr\$ 3.000 até Cr\$ 5.000	1.000
d) valor superior a Cr\$ 5.000 até Cr\$ 10.000	1.500
e) valor superior a Cr\$ 10.000 até Cr\$ 50.000	2.000
f) valor superior a Cr\$ 50.000 até Cr\$ 100.000	3.000
g) valor superior a Cr\$ 100.000 até Cr\$ 200.000	4.000
h) valor superior a Cr\$ 200.000 - as custas previstas na alínea anterior e mais Cr\$ 50 em cada Cr\$ 10.000 ou fração que acrescer, sendo o emolumento máximo de Cr\$ 30.000.	

II - Ações e processos especiais em que haja instrução sumária, tais como venda de imóveis a prestação, venda de quinhão em coisa comum, remoção de tutor ou curador, curatela dos incapazes, dissolução e liquidação de sociedade, arbitramento de aluguel - a metade do taxado, no item anterior, sendo o mínimo de Cr\$ 7.000 e o máximo de Cr\$ 75.000.

III - Ações e Processos especiais não incluídos em qualquer outro item - a terça parte do taxado no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 7.000 e o máximo de Cr\$ 60.000.

IV - Retificações e averbações do registro civil, processos, acessórios preventivos e incidentes, a quarta parte do taxado, no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 7.000 e o máximo de Cr\$ 40.000.

V - Despejos:

- a) quando contestados, tomarem o rito ordinário - o mesmo taxado no item I;
 - b) quando julgados sem contestação - a metade do taxado no item I;
 - c) quando houver purgação da mora - a terça parte do taxado no item I.
-

Em qualquer dos casos o mínimo será. de Cr\$ 7.000.

VI - Mandados de segurança:

a) sem valor determinado e inestimável - Cr\$ 10.000;

b) com valor determinado - a metade do taxado no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 10.000.

VII - Inventários, arrolamentos, arrecadação, de herança jacente e bens de ausentes ou vagos - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mor ou dos bens arrecadados:

a) valor até Cr\$ 1.000.000	1,5 %
b) pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 2.000.000, mais	0,77 %
c) pelo que exceder de Cr\$ 2.000.000 até Cr\$ 5.000.000,	
mais	0,4 %
d) pelo que exceder de Cr\$ 5.000.000 até	
Cr\$ 10.000.000, mais ...	0,3%
e) pelo que exceder de	
Cr\$ 10.000.000 até Cr\$ 50.000.000, mais ..	0,1%
f) pelo	
que exceder de Cr\$ 50.000.000, mais	0,05 %
sendo o mínimo de Cr\$ 7.000 e o máximo de Cr\$ 150.000.	

Notas:

1.^a - Nas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e pagamentos de imposto de transmissão de propriedade "causa mortis", as custas serão calculadas sobre o valor dos bens e cobradas pela metade do taxado neste item, observado, porém, o mínimo.

2.^a - Se o passivo absorver 80 % ou mais do valor ativo, as custas serão cobradas pela metade, observando, porém, o mínimo.

3.^a - Nos inventários negativos as custas serão cobradas pelo mínimo.

VIII - Desquites:

Cr\$

a) amigável 6.000

b) litigioso 20.000

Notas:

Havendo partilha de bens, mais a metade das custas dos inventários, calculados sobre o valor dos bens.

IX - Falências e concordatas preventivas - as custas serão calculadas sobre o valor do ativo apurado e cobradas de acordo com. o previsto no item I, sendo o mínimo de Cr\$ 20.000 e o máximo de Cr\$ 150.000.

1 - Processos de habilitação retardatária de crédito e de restituição de mercadorias em falência ou concordata, as custas serão calculadas da forma seguinte:

Cr\$

a) valor do crédito ou das mercadorias até Cr\$ 200.000 3.000

b) valor superior a 200.000 até Cr\$ 500.000 4.000

c) valor superior a Cr\$

500.000 5.000

2 - Processos de impugnação de crédito em falências ou concordata - Cr\$ 3.500.

3 - Processos de extinção de obrigações - as custas serão calculadas na base de 1% sobre o valor dos créditos reconhecidos, sendo o mínimo de Cr\$ 7.000 e o máximo de Cr\$ 50.000.

X - Protestos, interpelações e notificações sem valor declarado - Cr\$ 5.000.

XI - Processo de registro do testamento - Cr\$ 5.000.

XII - Processo de naturalização - Cr\$ 5.000.

XIII - Execuções de sentenças:

- a) nas execuções de sentenças ilíquidas, as custas, serão cobradas na base de dois. terços das custas da ação;
b) nos demais casos, na base de um terço das custas da ação.

Nota:

Nas execuções contra a Fazenda Pública, as custas fixadas neste item remuneram inclusive o ofício requisitório e o traslado das pegas que o acompanharem.

XIV - Precatórias, rogatórias e cartas de ordem recebidas pelo escrivão para cumprimento, salvo as previstas na nota 1.^a do item VII;

Cr\$

- a) para fins de citação, intimação ou notificação 3.000
b) para outros

fins 7.000

XV - Exceções processadas em, autos apartados - Cr\$ 5.000.

XVI - Recurso de terceiro prejudicado - Cr\$ 3.000.

XVII - Agravo de instrumento, além das custas dos traslados - Cr\$ 1.500.

XVIII - Processamento de alvarás, mandados e ofícios, em feitos findos - Cr\$ 1.500.

XIX - Desentranhamento de documentos:

Cr\$

a) sem traslado:

um documento 200
por documento que acrescer 50

b) com traslado: o taxado na alínea anterior e mais as custas dos trabalhos.

XX - Certidões extraídas de autos, livros ou documentos, em breve relatório ou "verbo ad verbum":

Cr\$

pela primeira folha 800
pela página que acrescer 300

XXI - Traslados de documentos ou de pegas de processos: por página - Cr\$ 300.

XXII - Auto de arrematação ou adjudicação - as custas serão, calculadas sobre o valor da arrematação, ou adjudicação, na base de 1 % :

Emolumento mínimo - Cr\$ 2.000.

Emolumento máximo - Cr\$ 20.000.

XXIII - Processos criminais - as custas serão cobradas de acordo com o número de folhas do processo - por folha - Cr\$ 300;

Emolumento mínimo - Cr\$ 7.000.

Emolumento máximo - Cr\$ 50.000.

Nota:

Não serão computadas as folhas correspondentes ao inquérito policial e ao processo nas instâncias superiores e nem as de simples juntada.

XXIV - "Hábeas corpus" e incidentes nos processos criminais em autos apartados - o mesmo taxado no item XXIII.

XXV - Resposta em. folha corrida:

De cada pessoa nela designada, sem direito a quaisquer outras custas - Cr\$ 300.

Nota:

Na Capital será cobrado o emolumento fixo de Cr\$ 3.000, compreendendo todos os cartórios criminais, o qual será recolhido antecipadamente pelo interessado, na exatoria competente.

XXVI - Preparo pelo cartório para autenticação judicial dos livros fiscais e mercantis, inclusive todas as diligências - Cr\$ 3.500.

XXVII - Preparo para "visto" em balanço - Cr\$ 500.

Notas Genéricas:

1.^a - As custas desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo, processo, inclusive mandados e precatórias de citação, intimação e notificação, editais para citação inicial e, nos mandados de segurança, o ofício requisitando, informações à autoridade coatora; são excluídos, porém, as precatórias para prova e execução, alvarás, ofícios, cartas de sentença, formais de partilha, editais que não sejam para citação inicial, e outras pegadas extraídas dos autos, que serão pagos à razão de Cr\$ 600 a primeira folha e de Cr\$ 300 as páginas seguintes, 2.^a - As custas fixadas para as ações ou processos não compreendem a execução da sentença e serão pagas em duas prestações iguais, salvo nos feitos referidos nos itens VI, VII, IX, X, XI, XII e XIV.

A primeira prestação corresponde aos atos e termos; iniciais do processo e é exigível em seguida à expedição do mandado ou edital de citação.

A segunda corresponde a fase probatória e decisória e é exigível, nos processos contenciosos, depois da sentença e antes da interposição do recurso ou da execução, e, nos demais processos, antes da sentença, ou de despacho que lhes ponha termo.

As custas da execução também serão pagas em duas prestações: a primeira após a expedição do mandado ou edital de citação e a segunda depois da sentença que julgar a defesa do executado.

3.^a - Nos inventários e arrolamentos, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará as custas mínimas, completando o pagamento depois do cálculo do imposto de transmissão de propriedade "causa mortis".

4.^a - Na arrecadação de herança jacente, do bens vagos e de ausentes, o pagamento das custas será feito em seguida à apuração do respectivo valor.

5.^a - Nas falências e concordatas preventivas, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará Cr\$ 10.000. Após a apresentação do relatório do síndico ou do comissário será paga outra parcela de Cr\$ 10.000 e o restante completado, nas falências, antes do pagamento dos credores, e nas concordatas, no prazo que a lei de falências determinar. Nos processos de habilitação retardatária, de impugnação de crédito e de restituição de mercadorias, as custas serão pagas de uma só vez, no início e, nos processos de extinção de obrigações, em duas prestações, de acordo com o disposto na nota 2.^a.

6.^a - Nos processos referidos nos itens VI, X, XI, XII e XIV, as custas serão pagas de uma só vez, em seguida ao despacho da petição inicial, da precatória, rogatória ou carta de ordem.

7.^a - Havendo reconvenção, as custas serão majoradas de um terço. O pagamento desta majoração será feito pelo reconvinte, pelo modo determinado para o pagamento das custas da ação, mas a responsabilidade dos litigantes será fixada no julgado.

8.^a - No caso de nova distribuição do feito, por incompetência do juízo, caberá ao cartório que o processou a parcela de custas já exigível.

9.^a - O abandono ou desistência do feito, ou transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não exonera da obrigação de pagar as custas já exigíveis nem dá direito à restituição.

10.^a - Quando os autos do processo excederem de 500 folhas, as custas serão majoradas de um quinto.

11.^a - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, será feito o reajustamento das custas com base no valor a final apurado ou resultante de condenação definitiva.

12.^a - Nos autos requisitados por telegrama, radiograma ou telefone e nas intimações por carta, o escrivão terá o direito, também, a importância correspondente às despesas a serem efetuadas.

13.^a - Nos processos criminais intentados mediante queixa, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará as custas mínimas, sendo o restante completado a final. Não sendo o processo iniciado mediante queixa, as custas serão pagas a final.

TABELA "B"

Dos Distribuidores

I - Distribuição de qualquer espécie, inclusive lançamento de nome dos interessados nos livros índices - Cr\$ 500.

II - Anotação de cancelamento ou retificação de distribuição, ordenada, pelo juiz: - Cr\$ 100.

III - Certidão de distribuição.

a) período até 5 anos:	Cr\$	
Uma pessoa.....	500	
Por pessoa que crescer na mesma certidão		150
b) período superior a 5 e até 10 anos:		
Uma pessoa		800
Por pessoa que crescer na mesma		
certidão	300	
c) período superior a 10 e até 20 anos:		
Uma pessoa		1.000
Por pessoa que crescer na mesma		
certidão	600	
d) período superior a 20 anos:		
Uma pessoa	1.500	
Por pessoa que crescer na mesma certidão	1.000	

Notas:

1.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, as custas serão calculadas pela média de todos os períodos.

2.^a - As custas previstas neste item correspondem a primeira folha das certidões, sendo pelas páginas seguintes cobrado o taxado para os escrivães.

3.^a - Pela informação verbal , quando o interessado dispensar a certidão, cobrar-se-á a terça parte do taxado neste item.

4.^a - Não se tratando de distribuição, as custas de certidões serão cobradas de acordo com o taxado para os escrivães.

TABELA "C"

Dos Contadores

I - Conta de custas, em qualquer processo:

a) causas de valor até Cr\$ 500.000 e de valor inestimável	Cr\$	300
b) de valor superior a Cr\$ 500.000 até Cr\$		
1.000.000	500	
1.000.000 até Cr\$ 10.000.000	2.000	
		c) de valor superior a Cr\$
		d) acima

de Cr\$ 10.000.000 mais Cr\$ 100 em cada Cr\$ 1.000.000 ou fração

Emolumento máximo

7.000

II- Conta de liquidação, inclusive juros e rateio - as custas serão calculadas sobre o valor total da liquidação:

	Cr\$	
por dez mil cruzeiros ou fração	100	
Emolumento mínimo		800
Emolumento máximo		10.000

III - Cálculo de imposto sobre transmissão de propriedade "inter-vivos" ou "causa mortis" em qualquer processo, e de liquidação em arrolamentos e inventários, sejam quantas forem as sucessões, inclusive todos os cálculos necessários à formação do ativo e passivo - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mor:

Cr\$

por dez mil cruzeiros ou fração:

a) até o valor de Cr\$ 1.000.000	100
b) pelo que exceder de Cr\$	
1.000.000	10
Emolumento mínimo	1.000
Emolumento máximo	30.000

IV - Emenda ou reforma de cálculo, ou quando o passivo absorver 80% ou mais do valor ativo, metade das custas do item anterior, salvo se a emenda ou reforma resulta do erro ou culpa do contador, caso em que nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de créditos e contas em. falências, concordatas, concursos creditórios, prestações de contas em geral - as custas serão calculadas sobre o valor total dos créditos:

	Cr\$	
por dez mil cruzeiros ou fração	100	
Emolumento mínimo		500
Emolumento máximo		10.000

VI - Redução de cada papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de estabelecimentos bancários ou de crédito e de moeda estrangeira a moeda nacional e vice-versa - Cr\$ 200.

VII - Certidões - o mesmo taxado para os escrivães.

TABELA " D "

Dos Partidores

I - Esboço de partilha ou sobrepartilha - as custas serão calculadas sobre o valor do monte mor:

	Cr\$	
por dez mil cruzeiros ou fração		
a) até o valor de Cr\$ 1.000.000	100	
b) pelo que exceder de 1.000.000		10
Emolumento		
mínimo		1000
Emolumento máximo		30.000

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobre partilha - a metade das custas do item anterior, salvo se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, caso em que nada receberá.

III - Se o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, a metade das custas do item I.

IV - Certidões - o mesmo taxado para os escrivães.

TABELA "E"

Dos Depositários

I - De papéis de crédito, nos quais se compreendem títulos da dívida pública, ações de companhia, letras hipotecárias, debêntures e quaisquer obrigações por somas ou valores nominativos ou ao portador, sobre o seu valor nominal - 1%.

II - De móveis, artigos de comércio e quaisquer outros objetos corruptíveis, sobre o seu valor - 4%.

III - De dinheiro, peças de ouro, prata, jóias e pedras preciosas, sobre o seu valor - 2%

IV - De imóveis urbanos ou rurais, sobre o seu valor - 2%.

V - Sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados, além dos emolumentos a que tiver direito por esta Tabela, mais - 10%.

VI - Nos executivos fiscais propostos pela Fazenda do Estado e pelas municipalidades, quando, houver depósito, os emolumentos do depositário serão calculados sobre o valor da dívida fiscal, observadas as disposições seguintes:

a) nos de valor até Cr\$ 1.000 - Cr\$ 150.

b) de mais de Cr\$ 1.000 até Cr\$ 2.000 sobre o excesso mais - 10%.

c) acima de Cr\$ 2.000 sobre o excesso mais - 4%.

d) quando o objeto do depósito for imóvel rural ou urbano que exija administração do depositário, embora sem rendimento, o triplo dos emolumentos estabelecidos no dispositivo anterior;

e) sobre os rendimentos brutos produzidos pelos bens depositados mais - 10%.

VII - Quando sobre os mesmos bens depositados recaírem virias penhoras, perceberá o depositário, além dos emolumentos integrais referentes A primeira, a metade dos que lhe competirem pelas demais.

VIII - Os emolumentos que competem ao depositário não excluem a indenização das despesas justificadas com a guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

Para ocorrer as despesas com os serviços de expediente, guarda, fiscalização e movimentação dos depósitos em dinheiro, perceberá o depositário, dos depósitos já existentes e dos que vierem a ser feitos, por ano ou fração, desde a data da sua entrada, dois milésimos do seu valor.

IX - Não será cumprido, mandado de levantamento da penhora e depósito, sem que tenham sido pagos ao depositário os emolumentos taxados nesta Tabela e as despesas feitas com os bens depositados.

X - O juiz do feito determinará a avaliação dos bens depositados se o seu valor não puder ser apurado nos autos e não houver acordo entre a parte interessada no levantamento e o depositário.

XI - Pela rasa e certidões que passar terá o depositário os mesmos emolumentos taxados aos escrivães em geral.

TABELA "F"

Dos Oficiais de Justiça

Cr\$

I - Citação, notificação ou intimação, de uma pessoa:

a) no perímetro urbano ou suburbano 1.500

b) no perímetro rural 2.000

Por pessoa. que crescer, residente ou encontrada abaixo

do mesmo teto, mais 200

Notas:

1.^a - Se a citação, intimação ou notificação for com mora certa, as custas serão acrescidas de

50%.

2.^a - Nas causas de valor superior a Cr\$ 5.000.000 as custas serão acrescidas de 50%.

II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares:

	Cr\$	
a) no perímetro urbano ou suburbano	3.000	
b) Do perímetro rural		3.500

Notas:

1.^a - O oficial de justiça nada perceberá pela intimação da penhora ou de outro auto que dê lugar a embargos ou defesa.

2.^a - Nas causas de valor superior a Cr\$ 5.000.000, as custas serão acrescidas de 50%.

3.^a - Quando o ato, por determinação legal, deva ser praticado por dois oficiais, cada um dos signatários do auto terá direito as custas taxadas neste item.

III - As custas referentes a prática do ato não compreendem as despesas com a condução do oficial. O interessado poderá fornecer condução, não tendo o oficial, no caso, direito a qualquer importância a esse título.

TABELA "G"

Dos Peritos

I - Os salários dos peritos, salvo o disposto no item Vil, serão fixados pelo Juiz do feito até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo a relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.

II - Avaliação de ações de companhias, debêntures e títulos semelhantes e alugueis ou rendas, conforme for arbitrado pelo juiz de direito.

por dez mil cruzeiros ou fração até	Cr\$ 200	
Emolumento máximo		10.000
III - Avaliação de imóveis e outros bens:		
a) valor até Cr\$ 200.000	3%	
b) pelo que exceder de Cr\$ 200.000 até		
o valor de 500.000	2%	
c) pelo que exceder de Cr\$ 500.000 até o		
valor de Cr\$ 2.000.000		
1%	d) pelo que exceder de Cr\$ 2.000.000 até	
o	valor de	
10.000.000	0,5%	e)
pelo que exceder de Cr\$ 10.000.000	0,1%	
Emolumento máximo		150.000

Notas: Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados. Excedendo de cinco o número desses bens, as porcentagens estabelecidas, bem como o emolumento máximo, poderão ser aumentados até o dobro.

IV - Arbitramento: o mesmo taxado no item anterior.

V - Exames, vistorias e outras perícias, de qualquer natureza até o máximo de Cr\$ 250.000.

Notas:

1.^a - Nos feitos de valor até 1.000.000, o salário do perito não poderá exceder de 5% do valor da causa.

2.^a - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação

demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes comporte o juiz poderá fixar os salários do perito até o dobro, do previsto neste item.

VI - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito a condução se os interessados a não fornecerem.

VII - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no "Código de Processo Civil".

TABELA "H"

Dos Porteiros

	Cr\$
I - Do pregão em audiência qualquer que seja o número de apregoados 200	
II - Da afixação dos editais de qualquer natureza a respectiva certidão 250	
III - De intimação ou notificação que realizarem, inclusive a certidão 500	
IV - De arrematação de bens em hasta pública sobre o valor por que forem os bens arrematados, vendidos ou arrendados:	
a) até Cr\$ 200.000	2%
b) sobre o que exceder de Cr\$ 200.000 até Cr\$ 500.000, mais	
0,75% c) sobre o que exceder de Cr\$ 500.000 até Cr\$ 2.000.000,	
mais 0,50% d) sobre o que exceder de Cr\$ 2.000.000,	
mais 0,25% Emolumento	
máximo 50.000	

Nota: Havendo remissão ou adjudicação os emolumentos serão divididos pela metade.

TABELA "I"

Dos Tribunais de Justiça e de Alçada

	Cr\$	
I - Agravo de instrumento	2.500	
II - Agravo de petição e apelação (inclusive apelação "ex-officio" em desquite amigável) :		
a) até o valor de Cr\$ 300.000	3.000	
b) de valor superior a Cr\$ 300.000 até Cr\$ 600.000	4.000	
c) de valor superior a Cr\$ 600.000 até Cr\$ 1.000.000 5.000		
d) de valor superior a Cr\$ 1.000.000 até Cr\$ 5.000.000 6.000		
e) de valor superior a Cr\$ 5.000.000 até Cr\$ 10.000.000 ... 8.000		
f) de valor superior a Cr\$ 10.000.000	10.000	
g) de valor inestimável	3.000	
III - Apelação criminal	3.000	
IV - Carta testemunhável	2.500	
V - Conflito de jurisdição	2.000	VI
- Correição parcial	2.000	
VII - Embargos e revistas	4.000	
VIII - Exceção de suspeição	2.500	
IX - "Habeas-Corpus"	2.500	
X - Mandado de segurança	15.000	
XI - Queixa-crime	10.000	
XII - Recurso extraordinário	2.000	
XIII - Rescisória - sobre o valor da ação	2 %	

Emolumento mínimo 5.000

Emolumento máximo 100.000

XIV - Processo ou recurso não previsto em outro item Cr\$ 3.000.

XV - Certidões, alvarás, ofícios, editais, traslados, o mesmo taxado para os escrivães.

XVI - Outros. atos previstos na tabela dos escrivães, o mesmo taxado para esses serventuários.

Nota:

As custas serão pagas antecipadamente, salvo nos, casos excluídos de preparo prévio, de acordo com os Regimentos dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

TABELA "J"

Dos Tabeliães de Notas

I - De escritura com valor declarado:

a) até Cr\$ 1.000.000 3%

b) entre Cr\$ 1.000.000 e Cr\$ 5.000. 000, mais 1%

c) entre Cr\$ 5.000.000 e Cr\$ 10.000.000, mais 0,4%

d) acima de Cr\$ 10.000.000, mais 0,3%

II - Escritura de Emancipação Cr\$ 10.000

III - Escritura de pacto antenupcial e autorização para comerciar ... Cr\$ 10.000

IV - Escritura de testamento público ou aprovação para comerciar

. Cr\$ 10.000

condomínio em

modificações:

a) pela convenção Cr\$ 15.000

b) por unidade autônoma constante da especificação Cr\$ 3.000

VI - Escritura sem valor declarado, não prevista em outro dispositivo

deste Regimento Cr\$ 10.000

VII - Procuração ou subestabelecimento em livro, especial ou

comum:

a) com poderes "ad judicia" somente Cr\$ 1.000

b) outras procurações Cr\$ 1.500

c) revogação feita a margem da

procuração Cr\$ 600

Em qualquer hipótese
não

de cada outorgante que crescer,

sendo cônjuge Cr\$ 200

VIII - Reconhecimento do sinal, letra e firma ou firma somente Cr\$ 80

IX - Certidão ou traslado pela primeira folha Cr\$ 800
por página

seguinte Cr\$ 500

X -

Pública-forma de qualquer ato fora das notas:

pela primeira folha Cr\$ 800

por página seguinte Cr\$ 300

XI - Registro de procuração ou de outro documento em livro

especial - por página de original Cr\$ 400

XII - Autenticação de plantas, mapas e documentos

semelhantes, de

fotocópias e outras

reproduções fotográficas, conferências e

certo de instrumentos fora das notas, por folha Cr\$ 200

Notas:

1.ª - O emolumento mínimo de qualquer escritura será de Cr\$ 10.000 e o máximo de Cr\$ 200.000.

2.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato ainda que entre, as mesmas partes, contar-se-á por inteiro o emolumento de contrato de maior valor e pela quarta, parte os dos demais contratos, não podendo exceder o máximo fixado na nota anterior. As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimos de emolumentos.

3.^a - Nas permutas o emolumento será contado sobre o maior valor com o acréscimo de um quarto.

4.^a - As escrituras de quitação pagarão a terça parte dos emolumentos acima fixados, sendo o mínimo de Cr\$ 5.000 e máximo de Cr\$ 50.000.

5.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes será devida a terça parte do emolumento taxado, sendo o mínimo de Cr\$ 5.000 e o máximo de Cr\$ 50.000.

6.^a - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do emolumento taxado.

7.^a - O emolumento das procurações em causa própria será o mesmo das escrituras com valor declarado.

8.^a - O emolumento da escritura procuração ou substabelecimento compreende o primeiro traslado.

9.^a - Os atos lavrados depois do horário normal de expediente ou fora do cartório terão os respectivos emolumentos acrescidos da metade.

10.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários a perfeição do ato, nem pela expedição de guias para o recolhimento de tributos relativos as escrituras.

TABELA "K"

Dos Oficiais do Registro do Imóveis

I - De inscrição ou transcrição, incluindo buscas, indicações reais e pessoais e fornecimento da certidão-talão, sendo o emolumento mínimo de Cr\$ 8.000 e o máximo de Cr\$ 150.000:

a) até Cr\$ 1.000.000.....	1,5%
b) entre Cr\$ 1.000.000 e Cr\$ 5.000.000, mas	0,5%
c) entre Cr\$ 5.000.000 e Cr\$ 10.000.000, mais	0,2%
d) entre Cr\$ 10.000.000 e Cr\$ 50.000.000,	
e) acima de Cr\$ 50.000.000, mais	
f) sem valor	
mas	0,1%
.....	0,05%
declarado	Cr\$ 10.000

II - De averbação, inclusive buscas, indicações e certidão-talão, sendo o mínimo de Cr\$ 4.000 e o máximo de Cr\$ 20.000:

a) até Cr\$ 1.000.000	0,4%	
b) acima de Cr\$ 1.000.000, mais	0,2%	
c) sem valor declarado		Cr\$ 4.000

III - Loteamento:

a) inscrição de memorial de loteamento urbano, além das despesas.

de publicação pela imprensa, por lote	Cr\$ 200
b) idem, loteamento, rural por gleba	500
c) de averbação a margem da inscrição, o mesmo taxado no item II;	
d) de intimação, além das	
despesas de condução	ou publicação

pela imprensa 2.000
 O emolumento mínimo será de Cr\$ 30.000 e o máximo de Cr\$ 100.000.

A qualificação do loteamento como rural ou urbano dependerá da destinação ou utilização do imóvel.

IV - Certidão em breve relatório ou "Verbo ad verbum" por pessoa, ainda que se refira ao nome por extenso e abreviado ou se trate de espólio ou massa falida:

Cr\$
 a) até 5 anos 600
 b) até 10 anos 1.000
 c) até 20 anos 1.500
 d) até 30 anos 2.000
 e) mais de 30
 anos 2.500

Nota:

Os emolumentos previstos compreendem a primeira folha de certidão, sendo devidos mais Cr\$ 300 por página que acrescer.

V - Pela informação verbal, quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á, a metade do taxado, no item IV

VI - Havendo adiamento do registro para a satisfação exigência legal e o interessado pedir a prenotação do título, pagará o emolumento mínimo, sendo a respectiva importância deduzida do devido, quando o título voltar a registro.

VII - Condomínio:

a) pela inscrição de memorial de incorporação da instituição ou da convenção de condomínio em planos horizontais, o mesmo taxado no item I:

Cr\$
 b) por unidade autônoma 2.600

TABELA "L"

Dos Oficiais do Registro de Títulos e Documentos

I - Do registro integral do título, documento ou papel sem valor declarado ou para notificação até uma página Cr\$ 1.000.

II - Do registro integral de contrato, título ou documento com valor declarado:

Cr\$
 a) até 50.000 2.000
 b) de mais de Cr\$ 50.000 até Cr\$ 100.000 3.000
 c) de mais de Cr\$ 100.000 até Cr\$ 1.000.000
 d) acima de Cr\$ 1.000.000, mais Cr\$ 300 por Cr\$
 ou fração sendo o emolumento
 5.000
 100.000
 máximo 30.000

III - Do registro resumido ou do registro, de penhoras, cauções e parcerias, até uma página - os emolumentos de registro integral com a redução de 25%.

Cr\$
 IV - De averbação 1.000

V - De notificação, inclusive a respectiva certidão a margem do registro e no documento, além da condução:

Cr\$
 a) no perímetro urbano 2.000
 b) no perímetro rural 3.000

VI - Da matrícula de oficinas impressoras, jornais e outros
 periódicos 10.000

VII - Da inscrição de pessoas jurídicas de fins científicos, culturais, beneficentes, ou religiosos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento		5.000
VIII - Da inscrição de pessoas jurídicas de fins econômicos incluindo todos os atos do processo, registra e arquivamento, sobre o capital:		
a) até Cr\$ 1.000.000	Cr\$	6.000
b) até Cr\$ 5.000.000		10.000
c) até Cr\$ 10.000.000		15.000
d) acima de Cr\$ 10.000.000, mais Cr\$ 100 por Cr\$ 100.000, sendo a máximo de		40.000

40.000

IX - Das certidões, a mesmo taxado para as oficiais do Registro de Imóveis.

Notas:

1.^a - Quando a documento levado a registro contiver mais de uma página, as emolumentos; serão majorados de Cr\$ 300 por página acrescida.

2.^a - Pelo cancelamento de inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos será devida a terça parte dos emolumentos do item VIII. Nos demais cancelamentos, as emolumentos serão as do item IV.

TABELA "M"

Dos Oficiais de Protestos de Letras e Títulos

I - Da apresentação, protestos e registro do instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação pessoal ou par edital, além das despesas de edital e condução, sobre o valor do título:

	Cr\$
a) até 10.000	600
b) de 10.000 até 50.000	1.000
c) de 50.000 até 100.000	2.000
d) de mais de 100.000 o mesmo fixado na letra mais Cr\$ 40 por Cr\$ 10.000 ou	

"C"

fração.

Máximo 30.000

II - De certidão de protesto, por pessoa ainda que se refira ao nome por extenso ou abreviado:

	Cr\$
a) até 5 anos	600
b) mais de 5 anos	1.000

Notas:

1.^a - Os. emolumentos previstos compreendem a primeira folha da certidão, sendo devidos mais Cr\$ 300 por cópia que crescer.

2.^a - Quando a certidão se referir a mais de uma pessoa os emolumentos previstos serão majorados de Cr\$ 200 por pessoa.

III - De certidão de outra natureza, que não a referida no item II:

pela primeira folha	600
por página seguinte	300

IV - Pela informação verbal, quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a terça parte do taxado no item II.

TABELA "N"

Dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais

I - Dos atos que lhes sejam permitidos praticar como escrivães, em geral ou como tabeliães de notas, o taxado para os mesmos.

Cr\$

II - Do casamento:

a) pela habilitação do casamento, inclusive o preparo de papéis, ou mesmo quando apresentados já preparados, lavratura do assento e certidão extraída do livro-talão, excluídas as despesas de publicação pela imprensa 14.000

b) pela dispensa total ou parcial do prazo dos proclamas, mais 5.000

c) pelo traslado de documento desentranhado dos autos, de cada um 750

d) pela lavratura de assento de casamento, a vista de certidão, fornecida per outro cartório, inclusive a certidão do livro-talão 4.000

e) pela diligência para realização do casamento fora do cartório, excluídas as despesas com a condução, que será fornecida pelo interessado 7.500

f) pelo registro e afixação de edital de proclamas, recebido de outro cartório, inclusive a certidão fornecida 1.500

III - Dos assentos de nascimento e óbito:

a) quando feitos no prazo legal, inclusive a certidão do livro-talão 2.000

b) quando feitos mediante petição ou mandado, ou lei de exceção 2.000

IV - Do registro ou inscrição de emancipação, interdição, ausência e aquisição definitiva de nacionalidade brasileira e da transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito verificados no estrangeiro, inclusive certidão fornecida a parte 4.000

V - De averbação ou retificação de assento:

a) quando lavradas a margem do assento 2.500

b) sendo necessário transporte para outra folha, mais 1.000

c) quando referente a anulação de casamento, desquite, ou restabelecimento de sociedade conjugal 3.000

VI - De certidão de registro civil:

a) em breve relatório:

1 - até 10 (dez) anos 750

2 - de mais de 10 (dez) anos 1.250

b) em inteiro teor, no todo ou em parte, além do acima tachado, mais 500

VII - Das buscas:

a) nos livros e papéis, referentes ao registro civil, mesmo quando não for encontrada, e se não for solicitada certidão:

1 - até dez (10) anos 500

2 - de mais de dez (10) anos, Cr\$ 50 por ano, sendo o máximo 1.000

VIII - Do processo para retificação de registro:

Pelo processo estabelecido pela Lei federal n. 3.764, de 25 de abril de 1960, excluídos os emolumentos devidos no item V desta Tabela e, quando deferida a retificação, pela sua lavratura no livro:

a) quando se tratar de um só assento 4.000

b) por assento excedente 1.500

TABELA "O"

Do Estado

I - Constituem renda do Estado os seguintes acréscimos às custas e emolumentos atribuídos aos serventuários nas respectivas Tabelas:

a) nos feitos judiciais, importância igual à metade das custas taxadas na Tabela "A" (Dos

Escrivães) ;

- b) nos atos dos tabeliães de notas e protestos, oficiais de registro de imóveis e títulos e documentos, importância correspondente a 15% (quinze por cento) das respectivas custas e emolumentos taxados nas Tabelas "J", "K", "L" e "M";
- c) no reconhecimento de cada sinal, letra e firma Cr\$ 30;
- d) nas certidões passadas por qualquer serventuário, salvo os oficiais do registro civil, importância correspondente a 15% (quinze por cento) nas respectivas custas e emolumentos.

Nota: A renda estabelecida em todas as alíneas independem das custas e emolumentos taxados para os serventuários.

II - Nos feitos judiciais, as custas que constituem renda do Estado serão arrecadadas pelo modo estabelecido na Tabela "A" para pagamento das custas do escrivão, sendo a primeira prestação recolhida em seguida ao despacho da petição inicial.

III - Nada será devido ao Estado, com base no item I, alínea "a" desta Tabela, nos executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora; na homologação de acordo em acidente do trabalho; nos "habeas corpus"; nos desentranhamentos de documentos; nos atos em que as custas e emolumentos dos escrivães são cobrados por folha ou página, tais alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença e traslados.

IV - Nos atos mencionados na alínea "b", a arrecadação será feita imediatamente após o encerramento da respectiva escritura ou instrumento; e nos indicados nas alíneas "c" e "d" em seguida à prática dos atos e antes da entrega, aos interessados, do papel a que se refiram.

TABELA "P"

Da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo

I - As custas pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - serão devidas nos feitos processados em primeira e segunda instâncias na base de 10% das custas taxadas nas Tabelas "A" (Dos Escrivães) e "I" (Dos tribunais de Justiça e de Alçada).

II - As custas referidas no item anterior não incidem nos atos em que as custas são cobradas por folha ou página, tais como alvarás, ofícios, editais, cartas de sentença, certidões e outras peças extraídas dos autos; em desentranhamento de documentos; de acordos homologados por autoridade judiciária, nos processos de acidente do trabalho; e em executivos fiscais, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora.

III - As custas pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - serão arrecadadas no tempo e pelo modo estabelecidos para o pagamento das custas que constituem renda do Estado.

Publicado no "Diário Oficial" 8/10/66
Retificação em 20/10/66.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PROVIMENTO N. 20-66

Dispõe sobre cobrança de autos em poder de advogados.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso das atribuições que a lei lhe confere, considerando a necessidade de disciplinar e uniformizar o sistema de cobrança de autos, que ficam fora de Cartório, em poder de advogados e fora dos prazos legais; considerando as sugestões apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, no processo n.º 12.658; considerando, finalmente, as várias disposições atinentes à matéria, constantes da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963,

Recomenda aos Srs. Juízes de Direito da Capital e do interior a observância das seguintes normas:

1 - Escoado o prazo legal de devolução dos autos, será feita intimação de caráter pessoal, para que o advogado, no prazo que lhe for assinado pelo juiz, providencie a sua devolução voluntária.

2 - Não observado esse último prazo, será promovida a necessária cobrança, através de mandado e para a imediata devolução ao oficial de justiça encarregado de cumprir tal diligência.

3 - Ao advogado que houver deixado de restituir os autos no prazo legal, assim se entendendo o já existente ao tempo da sua retirada de Cartório (Lei n. 4.215, de 1963, art. 89, incisos; XVI, XVII e XVIII), e só o fizer depois de intimado, não será permitida vista nos mesmos autos, até o encerramento do processo (idem, art. 89, parágrafo 2.º, inciso IV).

Nesse caso, oficiar-se-á ao Presidente da O.A.B., para as demais sanções cabíveis (idem, art. 89, inciso XVIII, "b").

São Paulo, 5 de julho de 1966.

(aa) RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO
Presidente

MÁRCIO MARTINS FERREIRA
Vice-Presidente

ALCEU CORDEIRO FERNANDES
Corregedor Geral

Publicado no "D. J." 6/7/66.

PROVIMENTO N. 23-66

Dispõe sobre a extração de formais de partilha e demais cartas de sentença.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições e à vista do que ficou resolvido no processo n. G.S. 3-66, do Gabinete do Secretário do Tribunal de Justiça, determina o seguinte:

1.º - Os formais de partilha e cartas de sentenças a serem expedidos pelos Cartórios das Varas da Família e das Sucessões conterão, mediante fotocópias, as peças exigidas por lei, cumprindo aos escrivães lavrar os termos de abertura e encerramento, numerar, autenticar e rubricar todas as folhas.

2.º - As fotocópias serão extraídas somente, pelo Setor de Fotocópias da Secretaria do Tribunal de Justiça.

3.º - Os cartórios acima mencionados enviarão os autos àquele Setor com relação das peças a serem fotocopiadas, devendo a parte interessada pagar os emolumentos diretamente ao mesmo Setor, não sendo devida qualquer outra taxa, emolumento ou custas, pelo formal ou carta de sentença.

4.º - Somente os formais de partilha e cartas de sentença de interesse de beneficiário da justiça gratuita continuarão a ser datilografados inteiramente, salvo se a parte se dispuser a pagar os emolumentos devidos ao Setor de Fotocópias.

5.º - Este provimento entrará em vigor em 15 de setembro de 1966.

São Paulo, 26 de agosto de 1966.

(aa) RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Presidente

MÁRCIO MARTINS FERREIRA

Vice-Presidente

OCTÁVIO GUILHERME LACORTE

Corregedor Geral da Justiça, em exercício.

Publicado no "D. J." 7/9/66.

PROVIMENTO N. 24-66

O Conselho Superior da Magistratura, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando que, apesar de seu ato anterior, no sentido de recomendar que, em face da Lei número 9.508, de 13 de setembro p.p., seja feita a remessa às varas distritais somente dos feitos distribuídos após a instalação de cada uma delas, permanece, ainda, uma certa dúvida sobre o assunto;

Considerando, outrossim, a representação da Associação dos Advogados de São Paulo, invocando precedente ocorrido com a redistribuição de inventários às varas da Família e Sucessões, a fim de que continuem nas varas centrais todos os feitos distribuídos anteriormente à vigência da aludida Lei n. 9.508;

Considerando, mais, que, segundo a lição de eméritos processualistas, a competência do juiz, já definitivamente fixada no ato da citação, segundo a lei anterior, em virtude da perpetuatio jurisdictionis, não desaparecerá com a superveniência de uma nova lei de competência;

Considerando, assim, que a matéria deverá passar, sempre, pelo crivo do despacho judicial:

Determina que, sem prejuízo da recomendação anterior e seu cumprimento, não se remetam "ex officio", administrativamente, às varas distritais os feitos já distribuídos às varas centrais, antes da vigência da Lei n. 9.508; tal remessa só poderá ser feita pelos senhores escrivães dos cartórios centrais quando determinada por despacho nos autos, proferidos pelo juiz da respectiva vara, independentemente de passagem pelos Distribuidores, cabendo aos senhores escrivães distritais fazer a devida comunicação, oportunamente, àqueles órgãos, para a devida anotação.

São Paulo, 4 de outubro de 1966.

MÁRCIO MARTINS FERREIRA

Presidente

JOAQUIM DE SYLOS CINTRA

Vice-Presidente

ALCEU CORDEIRO FERNANDES

Corregedor Geral da Justiça

Publicado no D. J. 6/10/66.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA.

PORTARIA N.º 149/64

O Desembargador Olavo Lima Guimarães, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições e atendendo ao que consta do processo de n.º 24.347, Resolve estabelecer o seguinte horário obrigatório, a partir de 14 do corrente mês, para o funcionamento dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais da comarca da Capital: dias úteis, inclusive os sábados, das 9,30 às 11,30 e das 13,30 às 17 horas; domingos, feriados e os dias 29 de junho, 15 de agosto, 1.º de novembro, 8 de dezembro, 2.ª e 3.ª feiras de carnaval, 6.ª feira e sábado da Semana Santa; das 9 às 12 horas. Aos domingos, feriados, sábados à tarde e nos demais dias atrás mencionados, os cartórios funcionarão com pessoal reduzido, a critério do escrivão, mas de modo a assegurar, por meio de rodízio, pelo menos duas folgas mensais, completas, a cada escrevente ou auxiliar.

Nas demais comarcas do Estado vigorará o mesmo horário ou outro que, por portaria do Juízo corregedor for mais consentâneo com as necessidades e costumes locais.

Publique-se e oficie-se ao Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, devendo os serventuários providenciar a afixação do horário em lugar visível do cartório.

São Paulo, 8 de setembro de 1964.

(a) OLAVO LIMA GUIMARÃES
Corregedor Geral da Justiça

Publicada no Diário Oficial do dia 9/9/1964.

PORTARIA N. 54-66

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça, usando da faculdade prevista no Art. 5.º da Lei Estadual n. 4.831 de 28 de agosto de 1958, e Atendendo as ponderações dos Tabeliães de Protestos desta Capital: Resolve, fixar a seguinte tabela de despesas de condução para esses serventuários e seus auxiliares:

A - Zona Urbana Cr\$ 400

B - Zona Suburbana Cr\$ 600

C - Zona Rural Cr\$ 800

Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o serventuário só terá direito ao reembolso de uma verba.

Publique-se, anote-se e archive-se.

São Paulo, 23 de junho de 1966.

ALCEU CORDEIRO FERNANDES
Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 7/66

Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Regimento de Custas e dá outras providências.

O Desembargador ALCEU CORDEIRO FERNANDES, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
1.º - Determina a todos os serventuários dos cartórios judiciais e extrajudiciais que afixem, até o dia 5 de novembro próximo futuro, em cartório, em lugar visível e franqueado ao público, a respectiva tabela de custas e emolumentos, anexa à Lei n.º 9.531, de 6 do corrente mês de outubro, publicada no Diário Oficial do dia 8 e republicada no dia 20.

2.º - Os MM. Juízes competentes fiscalizarão o cumprimento da determinação supra e das disposições do Regimento de Custas e tabelas vigentes, aplicando aos infratores "ex officio" as penalidades cabíveis.

Publique-se e remeta-se cópia à Secretaria da Justiça exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

São Paulo, 21 de outubro de 1966.

ALCEU CORDEIRO FERNANDES
Corregedor Geral da Justiça

JURISPRUDÊNCIA

PERITO

Servidor da justiça - Os serventuários da justiça, escreventes e mais empregados de cartório, não poderão servir como peritos salvo em se tratando de inventários, arrolamentos e arrecadações de bens de ausentes e heranças jacentes, quando os respectivos processos não correrem nos ofícios em que se encontrem servindo (TJSP - 6.ª Cam. Civ.; ag. pet. 141.722 - Araçatuba; rel. Des. Isnard dos Reis: j. 22-4-65 v. u.).

PRAZO

Matéria falimentar - Os prazos que correm em cartório, independentemente de sua publicação ou intimação, nos precisos termos do art. 204 da Lei de Falências, são os relativos ao andamento do processo falimentar. Não se referem aos demais, que a própria lei, no art. 206 § 1.º, determina quando e como devam ser intimados às partes e seus representantes (TJSP - 4.ª Cam. Civ.; ag. pet. 151.491 - SP; rel. Des. Ferreira de Oliveira; j. 13-5-66; v. u.).

TRANSCRIÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO

Decisão do Juiz da Vara de Registros Públicos

Dr. Antônio Macedo de Campos

Certo casal requereu ao Juízo da Vara de Registros Públicos, nos termos da Lei de Registros Públicos, combinado com a Lei n.º 4.404, de 14-9-1964, a transcrição do registro de nascimento de sua filha, ocorrido em cidade do estrangeiro.

Examinando o pedido o eminente titular da Vara de Registros Públicos de São Paulo, dr. ANTÔNIO MACEDO DE CAMPOS, diz, inicialmente, que o indeferimento do pedido inicial poderia parecer à primeira vista contrário aos próprios interesses nacionais, pois apesar de adotar o Brasil como critério absoluto o princípio do "jus solis", em sendo como é País de imigração, justo seria até certo ponto que fosse propiciado aos adventícios todas as regalias possíveis, extensivas estas com maior força a seus descendentes, que vindo para o Brasil ainda menores aqui veriam enraizar-se em suas consciências cívicas o amor pela Pátria que os acolheu e deu o que de mais sagrado tem um brasileiro: mais que a simples cidadania, a nacionalidade.

Entretanto - pondera o juiz -, o exmo. ar. consultor-Geral da República em seu Parecer de n.º 236-H, de 11-8-1965, opinou pela inconstitucionalidade da Lei n.º 4.404, sendo o parecer aprovado pelo exmo. sr. presidente da República, segundo se depreende da leitura do "Diário Oficial" da União de 23-8-65.

Alegou, naquela oportunidade o ilustre procurador ser demasiadamente ampla a expressão "brasileiro para todos os efeitos", pois poderia o registrando alcançar inclusive elevados cargos públicos tais como deputado federal, vice-presidente e presidente da República, os quais pela nossa Constituição somente são acessíveis a brasileiros natos.

Contudo, entende este Juízo que se determinadas prerrogativas só podem ser concedidas a brasileiros natos e lei existe que equipara para todos os efeitos, filhos de estrangeiros naturalizados a brasileiros natos, não se vislumbra, só por isso, inconstitucionalidade da lei que fez, certa ou errada, a equiparação.

Entretanto, a simples aprovação por parte do exmo. sr. presidente da República de parecer declarando inconstitucional este ou aquele texto da lei, não tem o condão de suspender sua execução, nos expressos termos do artigo 64, da Constituição Federal, ainda em pleno vigor.

O juiz de Direito não pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas pode negar pura e simplesmente, aplicação a textos legais que considere inconstitucionais. E a Lei n.º 4.404 é, "permissa máxima vênia", não pelos motivos apontados no venerando parecer aprovado pelo exmo. sr. presidente da República, mas única e exclusivamente porque fere o art. 129 e seus incisos, da Constituição Federal, que esclarece quais as pessoas que podem ser consideradas brasileiras.

Não se enquadrando o estrangeiro, menor, filho de pais naturalizados brasileiros em nenhum dos quatro incisos do art. 129 já citado é óbvio que só por isso, e não pelos cargos que possa no futuro ocupar, não pode ser considerado brasileiro para todos os fins.

Assim - finaliza o ilustre juiz dr. Antônio Macedo de Campos - , embora discordando, quanto ao fundamento, dos termos do parecer do exmo. sr. consultor-Geral da República. nego cumprimento à Lei n.º 4.404, indeferindo o pedido inicial.

Transcrito do "Diário Comercio & Industria" de 24/julho/1966.

GALERIA...

Nos múltiplos, retangulares espaços, em tintas multicores, berrantes, vivas,
uma congérie de abstrusos traços
vagas formas esboçam, indecisas...
São pastosas, equívocas figuras,
ora angulosas, hirtas, duras,
ora rotundas, assimétricas,
traduzidas num caos
de diabruras geométricas...
Afirmam, uns, que são
abstratas, profundas ideações
alegorias modelares,
precisas,
de esquisitas visões introspectivas...
Outros, porém, sustentam
ser meras alucinações,
fantásticas e esdrúxulas imagens
de paranóicas concepções,
alvares,
vertidas em estranhas
rebeldias lineares...

FONTES TORRES
(do livro "Miragem")

SOBRE A PRÁTICA DOS REGISTROS INSTITUÍDOS PELA LEI N.º 4.591, DE 1964, QUE TRATA DO CONDOMÍNIO EM EDIFÍCIOS E DAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS.

OSCAR FONTES TORRES
Oficial do Registro de Imóveis da
8.ª Circunscrição - Capital

SUMÁRIO
PRIMEIRA PARTE

- I - Do Condomínio especial, item 1
- II - Requisitos para a sua formação, itens 2 a 4.
- III - Constituição do Condomínio, itens 5 e 6.
- IV - Registro do Condomínio, itens 7 a 13.

SEGUNDA PARTE

- V - Das incorporações, itens 14 a 16.
- VI - Documentação, itens 17 a 23.
- VII - Autuação, itens 24 a 26.
- VIII - Exame dos documentos, itens 27 a 36.
- IX - Inscrição do Memorial, itens 37 e 38.
- X - Prazo de validade da inscrição, itens 39 e 40.
- XI - Período de carência, itens 41 e 42.
- XII - Cancelamento da inscrição, itens 43 a 46
- XIII - Documentos de ajuste preliminar, itens 47 e 49.
- XIV - Outorga dos contratos definitivos, itens 49 a 51.
- XV - Exame dos contratos, itens 52 a 59.
- XVI - Registro dos contratos, itens 60 a 70.
- XVII - Observações especiais sobre o registro dos contratos, itens 71 a 79.
- XVIII - Cancelamento das averbações, itens 80 e 81.
- XIX - Construção do edifício, itens 82 a 86.
- XX - Garagens, itens 87 a 94.
- XXI - Incorporações já iniciadas, itens 95 a 98.
- XXII - Convenção de Condomínio, itens 99 a 104.
- XIII - Habitações isoladas, itens 105 e 106.
- XXIV - Acidentes com a construção, item 107.
- XXV - Das infrações, itens 108 a 110.
- XXVI - Relação das leis, decretos e provimentos consultados.

TERCEIRA

Texto das seguintes leis, decreto e provimento:

- a) Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964
- b) Decreto 55.815, de 8 de março de 1965
- c) Lei 4.864, de 29 de novembro de 1965; e
- d) Provimento n 1. de 1965. do Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Capital.

PRIMEIRA PARTE

I - DO CONDOMÍNIO ESPECIAL

1 - O chamado condomínio por andares, ou em planos horizontais, pode ser simplesmente definido como aquele que tem por objeto um edifício (ou conjunto de edifícios, segundo a nova lei), no qual se encontram conjugadas, por forma inseparável, duas espécies de propriedade: a individual, constituída pelas unidades autônomas de que se compõe; e a coletiva, referente às partes do mesmo edifício consideradas de uso comum a todos os condôminos.

II - REQUISITOS PARA A SUA FORMAÇÃO

2 - De acordo com os princípios adotados pela legislação que regula, atualmente, a instituição desse tipo especial de condomínio, para que "as edificações ou conjunto de edificações de mais de um pavimento possam ser alienadas no todo ou em parte, torna-se necessário:

- a) que sejam construídas sob a forma de unidades isoladas entre si, de modo a poder, cada qual, constituir uma propriedade autônoma, utilizável tanto para fins residenciais, como não residenciais;
- b) que, cada uma dessas unidades, se encontre assinalada por uma designação especial, numérica ou alfabética, para fins de identificação e discriminação; e
- c) que tenha sido atribuída, ainda, a cada uma, como parte inseparável dela, uma fração ideal do terreno e das coisas comuns, expressa sob a forma decimal ou ordinária (art. 1.º, § 1.º e 2.º, da lei 4.591).

3 - Outrossim, cada uma das mencionadas unidades, "cuja saída para a via pública poderá verificar-se diretamente ou por meio de passagem comum" - será tratada sempre como objeto de propriedade exclusiva, seja qual for o número de suas peças e a destinação que lhe for reservada, inclusive as integrantes dos chamados edifícios-garagem (art. 2.º, da lei 4.591).

4 - Segundo preceitua, ainda, a nova lei, quando, em terreno onde não houver construção, o proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste ou o promitente cessionário, sobre ele desejar erigir mais de um edifício, deverá observar o seguinte:

- a) com referência às unidades autônomas que se constituírem. em casas térreas ou assobradadas, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação, bem como a eventualmente reservada para sua utilização exclusiva (como jardim, quintal, etc.), e a fração ideal do todo do terreno e das partes comuns que corresponderá a cada unidade;
- b) em atinência às unidades autônomas que constituírem edifícios de dois ou mais pavimentos, será discriminada, igualmente, a parte do terreno ocupada pela edificação; aquela outra que, eventualmente, for reservada como de utilização exclusiva, correspondente a ditas unidades, - e, bem assim, a fração ideal do todo do terreno e das partes comuns que deverá caber, também, a cada uma delas;
- c) por fim, se fará, identicamente, a discriminação das partes da totalidade do terreno que poderão ser utilizadas em comum pelos titulares dos direitos sobre os vários tipos de unidades, bem como das áreas que se constituírem em passagem comum para as vias públicas ou para as unidades entre si (art. 8.º, da lei 4.591).

III - CONSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO

5 - Estabelece a Lei 4.591, em seu artigo 7.º, que o condomínio nos edifícios de unidades autônomas, se constituirá por ato entre vivos ou por testamento. Dentre as formas pelas quais a

sua constituição por ato entre vivos pode verificar-se, o Pref. Caio Mário da Silva Pereira, autor do anteprojeto de que resultou a mencionada lei, destaca as seguintes:

- a) pela alienação que o proprietário exclusivo de um edifício faça desmembrando-o em unidades autônomas;
- b) pela divisão que os co-proprietários de um edifício façam, entre si, das unidades que o constituem, com a instituição do regime de propriedade horizontal;
- c) pela venda, em hasta pública, das unidades de um edifício;
- d) pela construção direta, quando vários indivíduos, proprietários do solo, neste resolvem edificar um prédio de apartamentos;
- e) pela incorporação de um prédio, nos termos do disposto no Título II, da mencionada Lei 4.591 (Cf. Caio Mário da Silva Pereira - "Condomínio e Incorporações n.º 48).

6 - A propriedade horizontal pode originar-se, ainda, da vontade do "de cujus", que haja estabelecido em testamento a instituição do regime em apreço para um edifício de que seja proprietário exclusivo. "Aberta a sucessão, esclarece o mesmo autor, o cumprimento do testamento importará na criação do condomínio especial, em que cada legatário ou herdeiro testamentário receberá a propriedade individual da unidade autônoma, mantida a comunhão sobre o que será necessariamente indiviso" "Ibidem).

IV - REGISTRO DO CONDOMÍNIO

7 - Determina, ainda, o citado artigo 7.º, que o condomínio, unia vez constituído por qualquer das formas indicadas nos itens anteriores, seja inscrito, obrigatoriamente, no Registro de Imóveis, devendo constar de tal inscrição a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal do terreno e das partes comuns que lhe forem atribuídas, dispensando-se, todavia, a sua descrição interna.

8 - Pela lei anterior, a submissão de um edifício ao regime de condomínio da espécie ora em exame, se operava mediante a- simples averbação, à margem de sua transcrição aquisitiva, da especificação das partes por ela consideradas inalienáveis e de uso comum a todos os condôminos, - bem como das unidades autônomas que o constituíam, esta última para fins, apenas, de identificação e discriminação. E era quanto bastava.

9 - O novo diploma legal quer, entretanto, que o ingresso naquele regime se faça por meio de inscrição, com a observância dos requisitos a que alude o mencionado artigo, - devendo esse registro ser levado a efeito no livro 8, consoante o disposto pelo artigo 4.º do decreto n.º 55.815. Não há, pois, como deixar de se cumprir tal preceito, - embora tenhamos para nós que os mesmos resultados poderiam ser obtidos pelo processo, bem mais simples, anteriormente adotado.

10 - Mas não é só. Uma vez realizada a inscrição acima noticiada, dever-se-á, ainda, fazer constar, por averbação, lançada à margem da transcrição aquisitiva do edifício, o fato deste haver sido submetido ao regime aludido, mencionando-se a natureza do título pelo qual se operou a instituição e o número correspondente ao seu registro no livro 8.

11 - Parece-nos oportuno esclarecer, a propósito de tal assunto, que não tem cabimento a averbação, à margem da transcrição aquisitiva a que nos referimos, das unidades autônomas integrantes da edificação, para fins de sua individualização. Constando esta, bem como a sua discriminação e identificação, da inscrição correspondente ao condomínio instituído, a sua reprodução à margem da transcrição aludida constituirá, a nosso ver, uma superfluidade.

12 - A argumentação, que porventura seja oposta, no sentido de que a mencionada averbação se torna necessária à vista do disposto no artigo 13 do decreto 55.815, não terá qualquer fundamento. Com efeito, não passando, o preceito constante desse artigo, de uma cópia daquele outro, que informa o artigo 44 da Lei n.º 4.591, e encontrando-se este inserto na parte em que a mesma lei regula o processamento das incorporações, tal fato nos leva a concluir que somente nas inscrições a estas relativas se justifica a sua aplicação. Isso pela circunstância da lei não exigir, quando da realização dessas inscrições, que nelas se faça a descrição das unidades citadas, para os fins previstos nos dispositivos legais referidos.

13 - Observe-se, outrossim, que, no caso, ainda, dessas incorporações, tal averbação só poderá ser efetuada depois de concluída a construção dos prédios respectivos, - isto é, após a concessão do "habite-se" a que alude o citado artigo 44 da Lei 4.591. Antes disso, é totalmente inadmissível, pois destinando-se ela a tornar conhecida a existência das unidades em causa, - é evidente que, enquanto estas não forem construídas, nada haverá que averbar. Por outro lado, pode acontecer que o incorporador desista de levar a cabo o empreendimento, ou que o projeto de construção venha a ser alterado, - tudo isso depondo, como é de ver-se, contra a promoção antecipada da averbação aludida.

SEGUNDA PARTE

V - DAS INCORPORAÇÕES

14 - A incorporação imobiliária, consoante já deixamos consignado no item 5, é uma das formas pelas quais o condomínio em apreço pode ser constituído. Segundo a nova lei, e para os seus efeitos, consiste essa operação "na atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial de edificações, ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas" (art. 28, da Lei 4.591).

15 - A iniciativa, porém, de semelhante atividade, não pode ser tomada por qualquer - mas, tão somente, pelas pessoas indicadas no art. 31 do diploma legal citado, e que são as seguintes:

- a) o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste, ou, ainda, o promitente cessionário, desde que o seu título satisfaça os requisitos previstos no artigo 32, alínea "a", da Lei 4.591;
- b) o corretor (Lei n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962) ; e
- c) o construtor (decretos ns. 23.569, de 11 de novembro de 1933; 3.995, de 31 de dezembro de 1941; e decreto-lei n.º 8.620, de 10 de janeiro de 1946).

16 - Tais pessoas, que tanto podem ser físicas como jurídicas - são inteiramente responsáveis pela iniciativa da incorporação, estando os seus direitos e obrigações regulados no Título II, Capítulo II, da Lei 4.591. (Cf. itens 108, 109 e 110).

VI - DOCUMENTAÇÃO

17 - Para que, entretanto, o incorporador possa negociar sobre unidades autônomas, deverá depositar previamente, no Registro de Imóveis competente, os seguintes documentos:

- a) título de propriedade do terreno, ou de promessa, irrevogável e irretratável, de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta, do qual conste cláusula de imissão na posse do imóvel, não haja estipulações impeditivas de sua alienação em frações ideais e inclua consentimento para demolição e construção, devidamente registrado;
- b) certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais, de protesto de títulos, de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;
- c) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;
- d) projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;
- e) cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global, a das partes comuns, e indicando cada tipo de unidade e respectiva metragem de área construída;
- f) certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições;
- g) memorial descritivo das especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do art. 58 da Lei 4.591;
- h) avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, calculada de acordo com a norma do inciso III, do art. 53, com base nos custos unitários referidos no art. 54, discriminando-se, também, o custo de construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;
- i) discriminação das frações ideais de terreno com as unidades autônomas que a elas corresponderão;
- j) minuta da futura Convenção de Condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;

- l) declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o inciso II, do art. 39;
- m) certidão do instrumento público de mandato, referido no § 1.º do art. 31;
- n) declaração expressa em que se fixe, se houver, o prazo de carência (art. 34) ;
- o) atestado de idoneidade financeira, fornecido por estabelecimento de crédito que opere no país há mais de cinco anos;
- p) declaração, acompanhada de plantas elucidativas, sobre o número de veículos que a garagem comporta e os locais destinados à guarda dos mesmos (§ único do art. 10 da Lei 4.864/65).

18 - Além dos documentos relacionados no item anterior, é de aconselhar-se que o incorporador apresente, também, o contrato padrão que tiver adotado, e ao qual se refere o artigo 67, § 4.º, da Lei 4.591 - afim de que os interessados na aquisição das unidades a serem construídas possam tomar conhecimento. desde logo, de seus termos e condições (Cf. itens 66, 67 e 68).

19 - Os documentos referidos nas alíneas "c", "d", "e", "g", "h", "i", "j", "l", "n", e "o", do item 17, deverão ser apresentados em duas vias, autenticadas pelo incorporador e com as firmas reconhecidas, nos termos do disposto pelo artigo 8.º, do decreto n.º 55.815 (Ver item 25).

20 - O arquivamento dessa documentação, - para facilidade de cuja conferência convirá seja relacionada pelo incorporador em duas vias - será feito à vista de requerimento por ele assinado, com firma devidamente reconhecida.

21 - Ainda nesse requerimento, o incorporador fará constar todos os dados relativos ao empreendimento, - não só para conhecimento dos eventuais pretendentes à compra das unidades a serem construídas, - como também, e principalmente, para que possam ser utilizados pelo Registro de Imóveis para complementação do respectivo memorial, caso este, omitindo esses dados, não satisfaça os requisitos exigidos para a sua inscrição.

22 - O artigo 32, § 7.º, da Lei 4.591, estabelece mais, a respeito, que o oficial do mencionado Registro responderá. civil e criminalmente, pelo arquivamento de documentação contraveniente à lei, ou der certidão sem que tenha sido efetuado o arquivamento de todos os documentos por ela exigidos. Há de ter-se, pois, sempre em vista tal advertência.

23 - Não caberá, porém, responsabilidade alguma ao oficial quanto à exatidão dos documentos referidos nas alíneas "e", "g", "h" e "p", daquele mesmo artigo, que lhe forem apresentados, desde que eles contenham a assinatura do profissional responsável pela execução da obra (§ 9.º, acrescentado ao artigo 32 pelo artigo 10, da Lei 4.864).

VII - AUTUAÇÃO

24 - Depois de verificar que os documentos correspondem aos constantes da relação apresentada, o oficial passará recibo na segunda via desta, que devolverá ao incorporador, promovendo, após, a sua autuação, e, em seguida, a prenotação, no Protocolo, do memorial correspondente à incorporação objetivada (artigo 2.º, do decr. 55.815).

25 - Essa autuação será feita em duplicata, destinando-se, os autos de uma, ao arquivamento dos documentos originais; e os de outra, ao das respectivas segundas vias, - as quais deverão, oportunamente, ser devolvidas ao incorporador, consoante o disposto no artigo 32, § 6.º, parte final da Lei 4.591 (Prov. n.º 1, de 1965, do Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos).

26 - O oficial poderá fornecer, desde logo, a quem o solicitar, certidão dos documentos autuados, bem como cópia fotostática, heliográfica, microfilmada ou outra equivalente, e autenticar, outrossim, cópias dos mesmos documentos que para tal fim lhe forem apresentadas (art. 1.º, § 4.º, do decr. 55.815).

VIII - EXAME DOS DOCUMENTOS

27 - Prenotado o memorial, o oficial terá o prazo de 15 dias para examinar os documentos e promover o registro da incorporação, caso os mesmos se encontrem em conformidade com a lei (art. 1.º, § 6.º do decr. 55.815).

28 - Tal não acontecendo, apresentará, então, por escrito, - dentro, ainda, daquele período - as exigências que entender necessárias, concedendo ao incorporador um prazo razoável para que as satisfaça (art. 1.º, § 6.º, do decr. 55.815).

29 - Se o apresentante se conformar com as exigências aludidas, o oficial terá mais 15 dias de prazo, - contados da data em que elas forem atendidas - para efetuar o registro da incorporação (art. 1.º, § 6.º do decr. 55.815).

30 - Uma vez efetuado esse registro, dele o oficial fará extrair certidão, na qual relacionará a documentação apresentada (cf. item 38). Dita certidão será entregue, após, ao incorporador, juntamente com as segundas vias daquela documentação, exceto as referentes à que tenha sido oferecida por instrumento público. De tal devolução exigir-se-á recibo, que ficará arquivado (art. 1.º, § 6.º, do decr. 55.815).

31 - Se, todavia, o apresentante não se conformar com as exigências citadas, o oficial suscitará dúvida, que remeterá ao Juízo, utilizando, para tanto, as normas previstas nos artigos 215 e seguintes da Lei dos Registros Públicos (art. 2.º, § 1.º e 2.º, do decreto 55.815).

32 - Decidindo o Juiz pela procedência da dúvida, o oficial cancelará a prenotação do memorial, declarando, por certidão lançada à margem desta, que a dúvida foi julgada procedente, e devolverá ao interessado, mediante recibo, os documentos depositados, arquivando, nos autos, a decisão judicial respectiva (art. 3.º do decr. 55.815), bem como o mencionado recibo.

33 - Caso, entretanto, a dúvida seja julgada improcedente, o oficial terá o prazo de 15 dias, contado da data em que lhe for apresentada certidão da sentença respectiva, para efetuar o registro pleiteado e adotar, bem assim, as providências subseqüentes, indicadas no item 25.

34 - É de se advertir que; a inobservância, pelo oficial, dos prazos acima referidos, o sujeitará a penalidade imposta pela autoridade judicial competente, consistente no pagamento de importância igual ao montante dos emolumentos devidos pelo registro da incorporação, aplicável por quinzena ou fração de quinzena de superação dos mesmos (§ adicionado ao artigo 32 da Lei 4.591, pelo artigo 10, da Lei 4.864).

35 - A respeito de tais prazos, convém, na oportunidade, esclarecer que o disposto nos § 11.º e 12.º daquele artigo 32 - e que a este foram acrescentados pelo mesmo artigo 10 da Lei 4.864, não mais se acha em vigor, de vez que os seus efeitos cessaram em 30 de junho de 1966, conforme se conclui dos dizeres expressos no primeiro dos referidos incisos.

36 - Quanto, ainda, ao exame dos documentos em apreço, deve ter-se em vista que a existência de ônus fiscais ou reais, - salvo, no tocante a estes, os impeditivos de alienação - não impedem o registro, que será feito sempre, em cada caso, com as devidas ressalvas, mencionando-se, tanto nas certidões como em quaisquer outros documentos expedidos pelo Cartório, a sua exata extensão (art. 1.º, § 5, do decr. 55.815).

IX - INSCRIÇÃO DO MEMORIAL

37 - Constatado que a documentação apresentada se encontra em conformidade com a lei, o oficial promoverá, dentro dos prazos referidos nos itens 27, 29 e 33 (consoante for o caso), o registro do memorial da incorporação, que será feito por inscrição no livro 8, sem prejuízo das anotações e referências que devam ser efetuadas nos demais livros (art. 4.º do decr. 55.815).

38 - Realizada tal inscrição, proceder-se-á, quanto à certidão a ela correspondente, bem como às segundas vias dos documentos depositados, de acordo com o que deixamos consignado no item 25. A propósito, desejamos salientar que nos parece excessiva a exigência da lei, quando determina o relacionamento de tais documentos na certidão referida. A nosso ver, bastará se faça constar desta que os mesmos foram apresentados. Afinal, a circunstância da inscrição ter sido efetuada, prova não só que essa apresentação se verificou, como também que eles se encontram em conformidade com a lei.

X - PRAZO DE VALIDADE DA INSCRIÇÃO

39 - Dita inscrição será válida pelo prazo de 180 dias, findo o qual, se o empreendimento não tiver sido concretizado, o incorporador deverá promover a sua revalidação por igual período, bem como a atualização dos documentos depositados, - sem o que não poderá continuar negociando as unidades do edifício objeto da incorporação (art. 33, da Lei 4.591, modificado pelo artigo 12, da Lei 4.864).

40 - Em razão de semelhante impedimento, convirá que a revalidação seja promovida dentro, ainda, daquele prazo inicial. O incorporador deverá requerê-la ao oficial do Registro de Imóveis, por meio de petição com a firma reconhecida, devidamente instruída com os documentos atualizados, que serão anexados aos autos respectivos, depois de averbado tal pedido à margem da inscrição referida.

XI - PERÍODO DE CARÊNCIA

41 - O incorporador poderá estabelecer, para efetivação da incorporação, um período de carência, dentro do qual lhe será lícito desistir do empreendimento. A fixação do prazo correspondente ao mesmo será feita na declaração a que se refere a alínea "n" do artigo 32 da Lei 4.591, - não podendo, entretanto, esse prazo ultrapassar o da validade do registro ou de sua revalidação, se esta houver ocorrido (art. 34, § 1.º, 2.º e 3.º da Lei 4.591).

42 - Outrossim, se o prazo de carência tiver sido previsto, deverá ele ser mencionado, obrigatoriamente, em todos os documentos preliminares de ajuste, inclusive para os efeitos atinentes ao pagamento do imposto do selo, de que trata o artigo 45 da Lei n.º 4.591 (art. 34, desta mesma lei).

XII - CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

43 - A inscrição do memorial de incorporação só poderá ser cancelado:

- a) em cumprimento de sentença;
- b) a requerimento do incorporador, enquanto nenhuma unidade for objeto de compromisso devidamente averbado;
- c) mediante o assentimento de todos os compromissários ou seus cessionários, expresso em documento por eles assinado, ou por procurador com poderes especiais;
- d) pela desistência da incorporação, apresentada pelo incorporador, ou pelo outorgante do mandato a que se refere o art. 31, § 1.º da Lei 4.591, nos casos previstos pelo artigo 34, § 4.º e 5.º, e pelo artigo 35, § 3.º, do mesmo diploma (art. 6.º do decreto n.º 55.815).

44 - Na hipótese prevista na alínea "d" do item anterior, a desistência da incorporação será denunciada por escrito ao oficial do Registro de Imóveis, e comunicada, por igual forma, a cada um dos adquirentes ou candidatos à aquisição das unidades autônomas, sob pena de responsabilidade civil e criminal (art. 34, § 4.º, da Lei 4.591).

45 - Está claro que tal desistência só poderá ter lugar quando a incorporação estiver sujeita a prazo de carência. Se, entretanto, dentro desse prazo, o incorporador a não houver denunciado, poderá essa denúncia, - conforme acentuamos na alínea "d" do item 43, - ser feita pelo outorgante do mandato de que trata o art. 35, § 3.º da Lei 4.591.

46 - O cancelamento da inscrição, em qualquer dos casos previstos no mencionado item 43, será efetuado por meio de averbação, da qual deverão constar os motivos que determinaram a prática do ato e o título em virtude do qual foi ele autorizado, - arquivando-se, após, o documento respectivo (arts. 6.º e 9.º do decr. 55.815).

XIII - DOCUMENTOS DE AJUSTE PRELIMINAR

47 - No curso do prazo de validade da inscrição provisória, concedido ao incorporador para concretização do empreendimento, poderá ele celebrar ajustes preliminares com os interessados na aquisição das unidades a serem construídas.

48 - Os documentos relativos a esses ajustes, - que poderão ser efetivados tanto no caso das incorporações; sujeitas a carência, como no daquelas em que esta não haja sido prevista - só

serão admissíveis a registro se os contratos definitivos, a eles correspondentes, não forem outorgados dentro dos prazos fixados, para tal fim, no artigo 35 da Lei 4.591. (Ver itens 49,50 e 51).

XIV - OUTORGA DOS CONTRATOS DEFINITIVOS

49 - Assim, caso a incorporação não seja denunciada, o incorporador terá o prazo de 60 dias, a contar do termo final do período de carência, para outorga dos contratos referentes à fração ideal do terreno, à construção e à Convenção de Condomínio, de acordo com a discriminação constante da alínea "i" do artigo 32 da Lei 4.591 (art. 35, desta lei, com a modificação que lhe foi introduzida pelo artigo 13 da Lei 4.864).

50 - Se a obrigação dessa outorga for, entretanto, descumprida pelo incorporador, ou pelo outorgante do mandato a que alude o artigo 31 da Lei n.º 4.591, - as cartas-proposta, ou documentos outros de ajuste preliminar, acaso existentes, poderão ser averbados à margem do registro da incorporação, conferindo tal averbamento direito real oponível a terceiros, bem como direito à adjudicação compulsória do contrato respectivo (art. 35, § 4.º, da Lei 4.591).

51 - Em se tratando, porém, de incorporações não sujeitas a período de carência, - os documentos pré-contratuais referidos só poderão ser averbados após o transcurso daquele mesmo prazo de 60 dias, que será contado, em tal caso, a partir da data em que cada qual tenha sido lavrado (art. 35, § 1.º, da Lei 4.591).

XV - EXAME DOS CONTRATOS

52 - No exame dos contratos apresentados para registro, dever-se-á atentar, quanto ao imóvel objeto da incorporação:

a) se ele está, ou não, gravado de ônus reais ou fiscais, e, bem assim, se existe, contra o alienante, qualquer ação que possa comprometê-lo. No caso afirmativo, devem tais fatos constar, obrigatoriamente, em todos os documentos de ajuste, com a indicação da respectiva natureza e das condições de sua liberação (art. 37, da Lei 4.591) ; e
b) ainda, se o mesmo está ocupado. Se tal acontecer, o fato deve, também, vir mencionado, obrigatoriamente, nos referidos documentos, com o esclarecimento, inclusive, sobre a que título se operou essa ocupação e das condições mediante a satisfação das quais poderá ele ser desocupado (art. 38, da Lei n.º 4.591).

53 - Ter-se-á mais em vista que, nas incorporações em que a aquisição do terreno se fizer mediante o pagamento total ou parcial em unidades a serem construídas, deverá, por igual, ficar constando de todos os documentos de ajuste:

a) a parcela que, se houver, será paga em dinheiro;
b) a quota-parte da área das unidades a serem entregues em pagamento do terreno e que corresponderá a cada uma delas, devidamente expressa em metros quadrados; e
c) se o alienante do terreno ficou, ou não, sujeito a qualquer prestação ou encargo (art. 39, da Lei 4.591).

54- Quando, outrossim, as unidades habitacionais forem contratadas pelo incorporador por preço global, compreendendo a quota de terreno que lhes corresponder e a construção respectiva, - inclusive com pagamento após a sua entrega - serão discriminados, no contrato, os preços da quota aludida e da construção (art. 41, da Lei 4.591).

55 - Os contratos em apreço poderão consignar, apenas, as cláusulas, termos ou condições variáveis, ou específicas. pois as comuns a todos os adquirentes já constam do contrato-padrão que, conforme frisamos no item 18, convém seja apresentado pelo incorporador juntamente com a documentação ali mencionada, para os fins indicados no mesmo item.

56 - Em tal caso, os contratos deverão conter a declaração de que, os citados adquirentes, têm conhecimento do inteiro teor das cláusulas gerais aludidas e de que se obrigam a cumpri-las em todos os seus termos (art. 67, da Lei 4.591).

57 - Cumpre, ainda, no exame de que vimos tratando, apurar se ditos contratos estão, ou não.

sujeitos a correção monetária, e, no caso afirmativo, observar o que, sobre a sua aplicação, dispõem as leis n.º 4.380, de 1964; 4.728 e 4.864, de 1965 e, também, o decreto-lei n.º 19, de 1966.

58 - Finalmente, verificar-se-á se foram pagos os impostos devidos, - tanto o de selo como o de lucro imobiliário pagamento esse que deverá ser efetuado de acordo com as normas previstas, respectivamente, nos artigos 45, 46 e 47 da Lei 4.591; - alínea IV, da Lei 4.505, de 1964; artigos 18 e 19 da Lei 4.864, de 1965; e no capítulo II, do decreto n.º 58.400, de 1966.

59 - Prescreve o artigo 8.º, § único, do decreto 55.815, que, se o vendedor for casado, a outorga uxória se torna indispensável. Entendemos, porém, que a exigência dessa outorga não deve limitar-se aos casos de alienação, - mas abranger, também, os de promessa de cessão, uma vez que a averbação dos contratos respectivos confere, aos seus titulares, direito real oponível a terceiros (art. 5.º do decr. 55.815).

XVI - REGISTRO DOS CONTRATOS

60 - Os contratos de compra e venda, cessão desta ou de promessa de cessão, assim como as suas transferências e rescisões, serão averbados; no livro 8, à margem da inscrição da incorporação. Essa averbação, conforme já se disse, atribui aos titulares de tais contratos direito real oponível a terceiros e deverá ser realizada à vista dos instrumentos respectivos, nos quais será lançada a nota indicativa do livro, página e data do assentamento (art. 1.º, § 2.º; art. 4.º, alínea "b", e art. 5.º, do decr. 55.815).

61 - Quanto à forma revestidora de tais contratos, está claro que os de compra e venda deverão ser celebrados por instrumento público, observado o disposto, a respeito, no artigo 134, n.º II, do Código Civil. No tocante aos demais, isto é, de promessa de compra, cessão desta ou promessa de cessão, tanto podem ser celebradas por instrumento público como particular, conforme vem sendo admitido (Ac. do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, publicado no "Diário Oficial" de 14 de outubro de 1965).

62 - Estando os contratos de compra e venda, a que nos referimos no início do item 55, sujeitos a transcrição no livro 3, pode parecer estranho que a nova lei determine a sua averbação no livro 8, à margem da inscrição da incorporação. Ela tem, entretanto, a sua razão de ser, à vista do disposto no artigo 29, § único da Lei 4.591, que presume a vinculação entre a alienação das porções do terreno e o negócio da construção, quando verificada a condição ali prevista.

63 - Evidentemente, essa averbação não dispensa a prévia transcrição de semelhante contratos, à margem da qual se averbará, por sua vez, a construção da unidade autônoma que lhe corresponder, quando a edificação do respectivo prédio ficar concluída, consoante o disposto no artigo 13 do decr. 55.815. (Cf. itens 82, 83, 84, 85 e 86).

64 - É de atentar-se, ainda, em que o registro dos citados contratos (item 60), não substituirá o dos atos constitutivos e translativos de direitos reais (tal como o indicado no item anterior), - o qual continuará sendo levado a efeito nos livros próprios, de conformidade com as normas constantes do decr. 4.857, de 1939 (art. 7.º, do decr. 55.815).

65 - Assim, para que os instrumentos relativos a tais atos possam ser averbados à margem da inscrição da incorporação a que disserem respeito, deverão, primeiramente, ser registrados nos livros que lhes competirem, pela forma prevista na mencionada lei dos Registros Públicos.

66 - Determina o artigo 67, § 2.º, da Lei 4.591, conforme vimos nos itens 55 e 56, que as cláusulas comuns a todos os adquirentes não precisam figurar nos contratos, devendo, entretanto, quando tal acontecer, ser transcritas "verbo ad verbum" no respectivo cartório ou ofício, mencionando-se, inclusive nos instrumentos correspondentes, o número do livro e das folhas desse registro.

67 - Qual será, porém, esse cartório, ou ofício, em que a transcrição das citadas cláusulas deverá ser efetuada? A lei nenhum esclarecimento nos fornece a respeito. Como, todavia, o

procedimento ordenado pelo dispositivo em exame é de todo semelhante, se não idêntico, ao previsto no artigo 61, da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, entendemos que:

- a) se o contrato-padrão for celebrado por instrumento público, não haverá problema, pois tal cartório será, obviamente, o das notas que o tiver lavrado;
- b) se, contudo, ele for celebrado por instrumento particular, estamos em que o cartório ou escritório competente para a sua transcrição, só poderá ser o de Registro de Títulos e Documentos.

68 - De forma alguma, pois, dito contrato deverá ser transcrito no livro Auxiliar do Registro de Imóveis, conforme, erroneamente, se poderia pretender. É que, como se sabe, nesse livro só podem ser lançados, "verbo ad verbum", os títulos cujo registro, por extrato, já tenha sido feito nos de números 2, 3, 4, 5 e 8, - o que, evidentemente, não é o caso do contrato-padrão aludido. (Cf. item 18 do Provimento da Vara de Registros Públicos, de 19 de maio de 1961, baixado pelo então Juiz titular da mesma Vara, e hoje Ministro do Tribunal de Alçada, Dr. Raul da Rocha Medeiros Júnior, e publicado no Diário Oficial de 24 de Maio daquele mesmo ano).

69 - De acordo, outrossim, com o que preceitua a respeito o § 3.º do mesmo artigo 67, na ocasião em que os adquirentes receberem os instrumentos relativos aos contratos citados, dever-lhes-á também ser entregue, obrigatoriamente, pelo incorporador, uma cópia impressa ou mimeografada, devidamente autenticada, do contrato-padrão referido, contendo as cláusulas, termos e condições a que se refere o mencionado artigo. (Cf. item 18).

70 - Com relação, pois, as cláusulas contratuais,

- a) ou os contratos contêm, apenas, as variáveis, e nessa caso devem ser apresentados a registro acompanhados do contrato-padrão respectivo, já devidamente transcrito (item 67, alíneas "a" e "b") ; ou,
- b) então, além daquelas, contêm, por igual, as demais, comuns a todos os adquirentes, - caso em que a apresentação do contrato-padrão se torna totalmente dispensável, como escusada se faz, também, a sua transcrição.

XVII - OBSERVAÇÕES ESPECIAIS SOBRE O REGISTRO DOS CONTRATOS

71 - Quanto ao que expusemos nos itens 47, 48, 49, 50 e 51 das presentes notas, parece-nos aconselhável chamar, mais uma vez, a atenção para o fato de que, os pré-contratos, ou documentos de ajuste preliminar, a que ali fizemos referência, só poderão ser admitidos a registro após o transcurso do prazo de 60 dias, que será contado, conforme for o caso:

- a) a partir da data que assinalar o término do período de carência, quando esta houver sido prevista; e
- b) a partir da data em que cada qual tenha sido lavrado, quando a incorporação não estiver sujeita à carência aludida.

72 - Nos casos, ainda, em que tal carência haja sido adotada, - como o incorporador fica com o direito de desistir do empreendimento, desde que o faça dentro do prazo a ela correspondente - os contratos definitivos só deverão ser acolhidos pelo Registro de Imóveis, para averbação, após o decurso daquele prazo, - isso, naturalmente, se a incorporação não tiver sido denunciada.

73 - Se, todavia, a incorporação não houver sido subordinada a período algum de carência, - o que geralmente ocorre quando o incorporador conta com os recursos necessários para levar a bom termo o empreendimento, - tal fato indica que ele assumiu, desde logo, inteira responsabilidade pela sua execução. Ora, como, nesse caso, ele responde pelas eventuais perdas e danos que ocasionar aos adquirentes, - daí se infere que os citados contratos definitivos poderão ser averbados na vigência do próprio período de validade da inscrição, ou seja, a partir do momento em que esta haja sido efetuada.

74 - Vemos, pois, quanto ao registro dos documentos de ajuste preliminar, que nenhum problema se apresenta, uma vez que a mesmo só poderá ser feito pela forma e nos casos indicados no item 70. Como, entretanto, proceder-se, quando for apresentado, para aquele mesmo fim, algum contrato definitivo, cuja celebração tenha ocorrido em data posterior a do término do prazo de validade da inscrição aludida?

75 - A indagação tem a sua razão de ser, em face do que dispõe o artigo 66, n.º III, da Lei 4591,

e o qual inscreve, no rol das contravenções relativas à economia popular, o fato do incorporador deixar, gera justa causa, de promover a outorga dos contratos atinentes à fração ideal do terreno, à construção e à Convenção de Condomínio, dentro do prazo fixado no artigo 35 da mesma lei, com ressalva da hipótese prevista em seus §§ 2.º e 3.º,

76 - Em outras palavras, quer isso dizer que o incorporador, - tendo o prazo de 180 dias, ou de 360, no caso de prorrogação, para negociar as unidades objeto da incorporação, - está obrigado a promover, dentro dos 60 dias a que nos referimos no item 70, a outorga dos contratos definitivos acima mencionados, sob pena de, não o fazendo, incidir na contravenção referida e arrostar as consequências daí advindas (Ver Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951).

77 - Nessas condições, - e em resposta à indagação formulada no item 74, - estamos em que os contratos definitivos, celebrados após o transcurso do mencionado prazo de 60 dias, poderão, não obstante o disposto no citado artigo 66, n.º III, da Lei 4591, ser perfeitamente admitidos a registro, uma vez que se comprove que os mesmos se prendem a ajustes preliminares realizados dentro do período de validade da inscrição provisória.

78 - Realmente, se a denúncia relativa à incidência na contravenção em apreço, só interessa, como é óbvio, ao adquirente prejudicado pela desídia ou omissão do incorporador, parece-nos, salvo melhor entendimento a respeito, - que o fato dele haver assinado, nas circunstâncias apontadas, o contrato em que é interessado, implica na renúncia à faculdade que a lei lhe outorga de incriminá-lo pela falta aludida. Ora, sendo assim, não vemos em como se possa opor qualquer dificuldade ao averbamento, no Registro, de instrumentos contratuais nas condições referidas.

79 - Parece-nos, ainda, cabível, na presente oportunidade, - tendo em vista, principalmente, o enquadramento das construções a que alude o artigo 68 da Lei 4.591 (Cf. itens 95 e 96) no Sistema Financeiro da Habitação, - esclarecer que todos os contratos, públicos ou particulares, celebrados nos termos do mencionado Sistema, devem ser obrigatoriamente transcritos, no Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 dias, a contar da sua assinatura, devendo tal obrigação figurar nos mesmos como cláusula contratual - (Lei n.º 5.649, de 1966).

XVIII - CANCELAMENTO DAS AVERBAÇÕES

80 - As averbações dos contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão desta e de promessa de cessão, realizadas à margem da inscrição da incorporação, somente poderão ser canceladas:

- a) por mandado judicial;
- b) a requerimento de ambos os contratantes;
- c) pela resolução do contrato (Ver, sobre esta o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 63 da Lei 4.591) ; e
- d) pela transcrição da escritura definitiva.

81 - Nos casos das alíneas "a" e "b", do item anterior, os documentos por meio dos quais for autorizado o cancelamento, ficarão arquivados no cartório, o mesmo acontecendo se a resolução tiver sido feita por instrumento particular.

XIX - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO

82 - Uma vez concluídas as obras de edificação do prédio objeto da incorporação, e expedido, pela autoridade competente o respectivo "habite-se", o incorporador deverá promover a averbação de sua construção não só à margem da transcrição aquisitiva do terreno ao mesmo correspondente, - como, também, da inscrição do memorial, - esta última para fins de individualização, discriminação e identificação das unidades autônomas que o integrarem (art. 44 da Lei n.º 4.591).

83 - Está claro que, ocorrendo a circunstância dos condôminos haverem adquirido de per si as frações ideais no terreno, idêntica averbação deverá ser feita à margem de cada uma das respectivas transcrições aquisitivas, - a fim de ali ficar consignada a edificação do prédio, bem como a individualização, discriminação e identificação da unidade autônoma à qual dita fração corresponder (conforme, aliás, já assinalamos no item 63), - igual ato devendo ser praticado à

margem das inscrições relativas aos compromissos de venda e compra porventura existentes (art. 13 do decr. 55.815).

84 - Se, todavia, o incorporador não promover tal averbação, deverá ela ser requerida pelo construtor do edifício, sob pena de ficar solidariamente responsável, com aquele, perante os adquirentes, sendo que, no caso de omissão, por parte tanto de um corno do outro, poderá a mesma ser requerida por qualquer dos adquirentes aludidos (art. 44, §§ 1.º e 2.º da Lei 4591).

85 - Em face do exposto no item 80, se infere que, mesmo após a construção do edifício, os efeitos da inscrição, no tocante aos contratos ali referidos, subsistirão em toda sua plenitude, cessando, apenas, quando forem canceladas as averbações a eles correspondentes, nos casos e pela forma prevista em dito item e no seguinte.

86 - Transcritas, porém, que sejam as escrituras relativas à aquisição definitiva das unidades autônomas, os efeitos da mencionada inscrição, com relação a essas unidades, cessam de uma vez por todas, - passando, daí por diante, a ser regulado, pelo direito comum, o registro dos atos negociais de que as mesmas vierem a ser objeto.

XX - GARAGENS

87 - Estabelece a nova lei que o direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a tal fim destinados nos edifícios ou conjunto de edifícios, será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que lhe sejam impostas por instrumentos contratuais adequados, - e será vinculado à unidade habitacional a que corresponder - quando não lhe for atribuída fração ideal específica no terreno (Art. 5.º da Lei 4.864).

88 - Esse direito poderá ser transferido a outro condômino, independentemente da alienação da unidade habitacional a que corresponder, - sendo vedada, porém, a sua transferência a pessoas estranhas ao condomínio (art. 5.º da Lei 4.864).

89 - Nos chamados "edifícios garagem", serão atribuídas, às vagas neles existentes, destinadas à guarda de veículos, frações ideais específicas no terreno (art. 5.º da Lei 4.864).

90 - Do exposto nos itens 87 e 88, se conclui que, a proibição relativa à transferência do direito ali mencionado a pessoas que não participem do condomínio, somente prevalece quando se verifica a existência da vinculação a que alude o primeiro de tais itens, - limitando-se, assim, aos casos em que, as vagas nas garagens, não tenha sido atribuída fração ideal específica no terreno.

91 - Com relação, ainda, ao direito em apreço, não se desconhece que, a propriedade das garagens, tanto pode ser deferida a todos os condôminos, como apenas a alguns, ou simplesmente, a um só deles, - tudo dependendo do que, a respeito, estabelecerem as Convenções de Condomínio.

92 - No registro das transferências do citado direito, dever-se-á, pois, ter em vista não só a sua validade, - em face do que ficou exposto nos referidos itens 87 e 88 - como também se os contratos respectivos satisfazem os requisitos exigidos pela lei para tal fim, - inclusive os relativos aos característicos e confrontações quando os mesmos tiverem por objeto vagas especificamente determinadas, vulgarmente conhecidas pela denominação de "boxes".

93 - Para efeito, ainda, do citado registro, é de se atentar em que a garagem:

a) pode estar incluída entre as partes consideradas de uso comum a todos os condôminos, - caso em que o direito ao seu uso não deverá ser alienado independentemente da unidade que estiver vinculado;

b) pode não estar incluída entre as mencionadas partes, - caso em que o direito ao seu uso fica vinculado ao da unidade habitacional a, que corresponder, quando não lhe for atribuída fração ideal específica no terreno, - só podendo, em tal hipótese, ser transferido a outro condômino (itens 87 e 88) ;

c) pode constituir, ela própria, uma unidade autônoma e a sua propriedade pertencer a um só

condômino, ou a vários deles, em comum; e

d) pode estar dividida, no todo ou em parte, em espaços determinados, cada um deles considerado, por igual, como se fosse uma unidade autônoma, - tal como acontece, principalmente, no caso dos "edifícios-garagem" (item 89).

94 - Os casos indicados no item anterior, são os que ocorrem mais freqüentemente, havendo, porém, outros, como o relativo às servidões, que podem ter por objeto garagens localizadas no mesmo edifício ou em prédios diferentes (cf. Pontes de Miranda, Trat. de Dir. Predial, vol. II, § 60).

XXI - INCORPORAÇÕES JÁ INICIADAS

95 - As disposições constantes do artigo 28 e seguintes da Lei 4.591, não se aplicam às incorporações iniciadas antes de 10 de março de 1965 (art. 9.º da Lei 4.864). Caracteriza o início da incorporação a venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de quota ideal de terreno vinculada a projeto de construção, ou o contrato de construção assinado pelo incorporador ou adquirente (art. 9.º, § 1.º, da lei 4.864).

96 - Os instrumentos de contrato referidos no item anterior, somente farão prova de início de execução da incorporação, quando o respectivo imposto de selo tiver sido pago até a data da mencionada lei, a qual, como é sabido, foi editada em 29 de novembro de 1965 (art. 9.º, § 3.º, da Lei 4.864).

97 - Para que, pois, as incorporações em andamento possam subtrair-se aos efeitos da nova lei, necessário se torna:

- a) que a sua execução se tenha iniciado antes de 10 de março de 1965, - o que se provará pela data de qualquer dos documentos indicados no item 95; e, ainda,
- b) que o selo devido por esses contratos haja sido pago até o dia 29 de novembro daquele mesmo ano.

98 - Vê-se, pois, que embora a incorporação tenha sido iniciada anteriormente àquela primeira data, - ficará, não obstante, sujeita aos efeitos da nova legislação se a selagem dos referidos contratos houver sido efetuada na vigência da lei n.º 4.864, ou seja, depois de 29 de novembro de 1965.

XXII - CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO

99 - Prescreve o artigo 9.º da Lei 4.591, que os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários de direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas em edifícios a serem construídos, em construção ou já construídos, deverão elaborar, por escrito, a Convenção de Condomínio, a qual será inscrita no Registro de Imóveis competente.

100 - Tal Convenção, - que se considerará aprovada e de cumprimento obrigatório desde que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, dois terços das frações ideais que compõem o condomínio, deverá conter, além de outras normas que os condôminos hajam resolvido adotar:

- a) a discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas;
- b) o destino das diferentes partes;
- c) o modo de usar as coisas e serviços comuns;
- d) encargos, forma e proporção das contribuições dos condôminos para as despesas de custeio e para as extraordinárias;
- e) o modo de escolher o síndico e o Conselho Consultivo;
- f) as atribuições do síndico, além das legais;
- g) a definição da natureza gratuita ou remunerada de suas funções;
- h) o modo e o prazo de convocação das assembléias gerais dos condôminos;
- i) o "quorum" para os diversos tipos de votações;
- j) a forma de contribuição para constituição de fundo de reserva;
- l) a forma e o "quorum" para as alterações de convenção; e
- m) a forma e o "quorum" para a aprovação do Regimento Interno quando não incluídos na

própria Convenção.

101 - Segundo o disposto no artigo 14 do decreto n.º 55.815, o registro das Convenções será levado a efeito por inscrição no livro 8, averbando-se, posteriormente, à sua margem, as alterações que lhe vierem a ser introduzidas. (Art. 9.º, § 1.º, da Lei 4.591).

102 - Vimos que a lei exige, para validade das Convenções, sejam elas assinadas pelos titulares de dois terços, no mínimo, das frações ideais do condomínio. Nada impede, conseqüentemente, que o proprietário exclusivo de um prédio, depois de o haver submetido ao regime instituído pela nova lei, elabore e promova, desde logo, a Convenção que regulará o condomínio, como titular que é da totalidade de suas frações ideais. É evidente que esse procedimento em nada afetará o direito que a lei confere aos futuros condôminos de lhe introduzirem as modificações ou acréscimos que entenderem convenientes.

103 - Em que momento, porém, deverá ter lugar a inscrição de tais Convenções? Estamos em que, nos casos de incorporação, cumpre que a mesma seja promovida dentro, também, do prazo de 60 dias, a que alude o artigo 35 da lei 4.591, modificado pelo artigo 13 da lei 4.864. Para que, entre tanto, possa ser efetuada, indispensável se torna que os contratos celebrados pelos condôminos que a tenham subscrito, representando, pelo menos, dois terços das frações ideais do prédio incorporado - já se encontrem devidamente registrados. Nos demais casos, deverá ela ser levada a efeito na mesma ocasião em que se promover a inscrição relativa ao condomínio, determinada pelo artigo 7.º da referida lei n.º 4.591.

104 - A propósito, ainda, da inscrição de tais Convenções, - embora a mesma possa ser realizada por meio de extrato, - dela devem constar, obviamente, não só as cláusulas previstas no artigo 9.º, § 3.º e respectivas alíneas, da lei 4.591, como também as demais condições ou normas reguladoras da vida do condomínio, entre si acaso avençadas pelos condôminos do prédio em causa.

XXIII - HABITAÇÕES ISOLADAS

105 - Estabelece a Lei 4.591, em seu artigo 68, que os proprietários ou titulares de direitos aquisitivos sobre terras rurais ou terrenos nos quais pretendam construir, ou mandar construir, habitações isoladas, afim de aliená-los antes de construídas mediante o pagamento a prazo do respectivo preço, deverão, previamente, satisfazer as exigências constantes do artigo 32 daquela mesma lei, ficando sujeitos ao regime nela instituído para os incorporadores, naquilo que lhes for aplicável.

106 - Não se encontram, assim, subordinados às exigências previstas no inciso legal acima referido, os prédios que, - embora edificadas para fins de alienação mediante o pagamento a prazo de seu preço, sejam lançadas à venda depois de construídas. Apenas, em tal caso, deverá a construção dos mesmos ser previamente averbada no Registro imobiliário, consoante o disposto nos artigos 285 e 286 do decreto n.º 4.857, de 1939.

XXIV - ACIDENTES COM A CONSTRUÇÃO

107 - No tocante aos acidentes de que trata o Título I, Capítulo IV, da Lei 4.591, - urna vez verificada a hipótese prevista no artigo 15, § 2.º, do mesmo diploma, - a adjudicação liminar ali mencionada, será inscrita no livro 8, promovendo-se, posteriormente, o cancelamento dessa inscrição pela transcrição da sentença definitiva, ou mediante mandado judicial (Cf. item 16, do Provimento n.º 1, de 1965, expedido pelo M. M. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Capital, Dr. Antônio Macedo de Campos).

XXV - DAS INFRAÇÕES

108 - Encerrando estas notas, cuja elaboração teve por escopo facilitar, quanto possível, não obstante suas evidentes limitações, a prática dos registros instituídos pela Lei 4.591 e regulamentados pelo Decreto 55.815, - parece-nos aconselhável aproveitar a oportunidade que tal fato nos oferece para chamar a atenção de seus eventuais leitores, porventura interessados no lançamento de incorporações imobiliárias, para as sérias responsabilidades que envolvem a execução de semelhantes empreendimentos.

109 - Essa responsabilidade, é não só de ordem civil, mas também criminal, - encontrando-se definida, principalmente, no Título II, Capítulo IV, da Lei 4.591, cujas disposições os incorporadores devem procurar conhecer em toda a sua extensão, afim de evitar que, por negligência ou omissão, incorram na infração das normas por elas estabelecidas.

110 - Para melhor ilustração de quanto ficou dito a respeito, transcrevemos, abaixo, os dois últimos artigos do referido Capítulo, cujo inteiro teor é o seguinte:
"Art. 65 - É crime contra a economia popular promover incorporação, fazendo, em proposta, contratos, prospectos ou comunicação ao público ou aos interessados, afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais do terreno ou sobre a construção das edificações.

"PENA - reclusão de um a quatro anos e multa de cinco a cinquenta vezes o maior salário-mínimo legal vigente no País.

"§ 1.º - Incorrem na mesma pena:

"I - o incorporador, o corretor e o construtor, individuais, bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva incorporadora, corretora ou construtora que, em proposta, contrato, publicidade, prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou aos condôminos, candidatos ou subscritores de unidades, fizerem afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais ou sobre a construção das edificações;
"II - o incorporador, o corretor e o construtor, individuais, bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva incorporadora, corretora ou construtora que usar, ainda que a título de empréstimo, em proveito próprio ou de terceiro, bens ou haveres destinados a incorporação contratada por administração, sem prévia autorização dos interessados.

"§ 2.º - O julgamento destes crimes será da competência de Juízo singular, aplicando-se os artigos 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

"§ 3.º - Em qualquer fase do procedimento criminal objeto deste artigo, a prisão do indiciado dependerá sempre de mandado do Juízo referido no § 2.º (inciso acrescentado pelo artigo 11 da Lei 4.864, de 1965).

"Art. 66 - São contravenções relativas à economia popular, puníveis na forma do artigo 10 da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951:

"I - negociar o incorporador frações ideais de terreno, sem previamente satisfazer as exigências constantes desta Lei;

"II - omitir o incorporador, em qualquer documento de ajuste, as indicações a que se referem os artigos 37 e 38, desta Lei;

III - deixar o incorporador, sem justa causa, no prazo do artigo 35 e ressalvada, a hipótese de seus §§ 2.º e 3.º, de promover a celebração do contrato relativo à fração ideal do terreno, do contrato de construção ou da Convenção do condomínio;

"IV - VETADO;

"V - omitir o incorporador, no contrato, a indicação a que se refere o § 5.º do artigo 55, desta Lei;

"VI - paralisar o incorporador a obra, por mais de 30 dias, ou retardar-lhe excessivamente o andamento sem justa causa.

"PENA - Multa de 5 a 20 vezes o maior salário-mínimo legal vigente no País.

"§ único - No caso de contratos relativos a incorporações, de que não participe o incorporador, responderão solidariamente pelas faltas capituladas neste artigo o construtor, o corretor, o proprietário ou titular de direitos aquisitivos do terreno, desde que figurem no contrato, com direito regressivo sobre o incorporador, se as faltas cometidas lhe forem imputáveis. "

XXVI - LEGISLAÇÃO

111 - Relação das leis, decretos e provimentos citados no texto do presente trabalho:

a) Lei n.º 3.071, de 1.º de Janeiro de 1916, que instituiu o Código Civil Brasileiro;

b) Decreto-lei n.º 23.569, de 11 de Novembro de 1933, que estabeleceu normas para o exercício

das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor;

c) Decreto n.º 4.857, de 9 de Novembro de 1939, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos instituídos pelo Código Civil;

d) Decreto-lei n.º 3.9951 de 31 de Agosto de 1941, que estatui normas relativas aos Conselhos Regionais de Engenharia;

e) Decreto-lei n.º 8.620, de 10 de Janeiro de 1946, que dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Agrimensor;

f) Lei n.º 1.521, de 26 de Dezembro de 1951, que alterou dispositivos da legislação referente aos crimes contra a economia popular;

g) Provimento de 19 de Maio de 1961, baixado pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, contendo instruções atinentes à execução dos serviços no Registro Imobiliário;

h) Lei n.º 4.116, de 27 de Agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Corretor de Imóveis;

i) Lei n.º 4.505, de 30 de Novembro de 1964, que dispõe sobre a cobrança do Imposto do Selo;

j) Lei n.º 4.380, de 21 de Agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos de interesse social;

k) Lei n.º 4.591, de 16 Dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edifícios, e as incorporações imobiliárias;

l) Decreto n.º 55.815, de 8 de Março de 1965, que estabelece normas para a execução dos registros criados pela Lei n.º 4.591, de 1964;

m) Provimento n.º 1, de 30 de Junho de 1965, expedido pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Capital, contendo instruções sobre o cumprimento do disposto no Decreto 55.815, de 1965;

n) Lei n.º 4.728, de 14 de Julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais;

o) Lei n.º 4.864, de 29 de Novembro de 1965, que adotou medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil;

p) Decreto n.º 58.400, de 10 de Maio de 1966, que aprovou o Regulamento destinado à cobrança e fiscalização do Imposto de Renda;

q) Lei n.º 5.649, de 29 de Junho de 1966, que introduziu modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação; e

r) Decreto-lei n.º 19, de 30 de Agosto de 1966, que obriga a adoção da cláusula de correção monetária nas operações do Sistema Financeiro de Habitação.

TERCEIRA PARTE

Para eventual consulta dos interessados, publicamos, na íntegra, em aditamento às notas objeto do presente trabalho, - as leis, decreto e provimento seguintes:

a) Lei n.º 4.591, de 16-12-64;

b) Decreto n.º 55.815, de 8-3-65;

c) Lei n.º 4.864, de 29-11-65; e

d) Provimento n.º 1, de 1965, do Juízo de Direito da Vara dos

Registros Públicos desta Capital.

LEI N.º 4.591 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Condomínio

Art. 1.º As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.

§ 1.º Cada unidade será assinalada por designação especial, numérica ou alfabética, para efeitos de identificação e discriminação.

§ 2.º A cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária.

Art. 2.º Cada unidade com saída para a via pública, diretamente ou por processo de passagem comum será sempre tratada como objeto de propriedade exclusiva, qualquer que seja o número de suas peças e sua destinação, inclusive (VETADO) edifício-garagem, com ressalva das restrições que se lhe imponham.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 3.º O terreno em que se levantam a edificação ou o conjunto de edificações; e suas instalações, bem como as fundações, paredes externas, o teto, as áreas internas de ventilação, e tudo o mais que sirva a qualquer dependência de uso comum dos proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades ou ocupantes, constituirão condomínio de todos, e serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade. Serão, também, insuscetíveis de utilização exclusiva por qualquer condomínio. (VETADO)

Art. 4.º A alienação de cada unidade, a transferência de direitos pertinentes à sua aquisição e a constituição de direitos reais sobre ela independem do consentimento dos condomínios. (VETADO)

Parágrafo único. O adquirente de uma unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas.

Art. 5.º O condomínio por meação de parede, soalhos, e tetos das unidades isoladas, regular-se-á pelo disposto no Código Civil, no que lhe for aplicável.

Art. 6.º Sem prejuízo do disposto nesta Lei, regular-se-á pelas disposições do direito comum o condomínio por quota ideal de mais de uma pessoa sobre a mesma unidade autônoma.

Art. 7.º O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóveis, dele constando: a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.

Art. 8.º Quando, em terreno onde não houver edificação, o proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste ou o promitente cessionário sobre ele desejar erigir mais de uma edificação, observar-se-á também o seguinte:

- a) em relação às unidades autônomas que se constituírem em casa térreas ou assobradadas, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação e também aquela eventualmente reservada como de utilização exclusiva dessas casas, como jardim e quintal, bem assim a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá às unidades;
- b) em relação às unidades autônomas que constituírem edifícios de dois ou mais pavimentos, será discriminada a parte do terreno ocupada pela edificação, aquela que eventualmente for reservada como de utilização exclusiva, correspondente às unidades do edifício, e ainda a fração ideal do todo do terreno e de partes comuns, que corresponderá a cada uma das unidades;
- c) serão discriminadas as partes do total do terreno que poderão ser utilizadas em comum pelos titulares de direito sobre os vários tipos de unidades autônomas;
- d) serão discriminadas as áreas que se constituírem em passagem comum para as vias públicas ou para as unidades entre si.

CAPÍTULO II

Da Convenção de Condomínio

Art. 9.º Os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas, em edificações a serem construídas, em construção ou já construídas, elaborarão, por escrito, a Convenção de condomínio, e deverão, também, por contrato ou por deliberação em assembléia, aprovar o Regimento Interno da edificação ou conjunto de edificações.

§ 1.º Far-se-á o registro da Convenção no Registro de Imóveis, bem como a averbação das suas eventuais alterações.

§ 2.º Considera-se aprovada, e obrigatória para os proprietários de unidades, promitentes compradores, cessionários e promitentes cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, a Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, 2/3 das frações ideais que compõem o condomínio.

§ 3.º Além de outras normas aprovadas pelos interessados, a Convenção deverá conter:

- a) a discriminação das partes de propriedade exclusiva, e as de condomínio, com especificações das diferentes áreas;
- b) o destino das diferentes partes;
- c) o modo de usar as coisas e serviços comuns;
- d) encargos, forma e proporção das contribuições dos condomínios para as despesas de custeio e para as extraordinárias;
- e) o modo de escolher o síndico e o Conselho Consultivo;
- f) as atribuições do síndico, além das legais;
- g) a definição da natureza gratuita ou remunerada de suas funções;
- h) o modo e o prazo de convocação das assembleias gerais dos condôminos;
- i) o quorum para os diversos tipos de votações;
- j) a forma de contribuição para constituição de fundo de reserva;
- l) a forma e o quorum para as alterações da convenção;
- m) a forma e o quorum para a aprovação do Regimento Interno quando não incluídos na própria Convenção.

Art. 10. É defeso a qualquer condômino:

I - alterar a forma externa da fachada;

II - decorar as partes e esquadrias externas com tonalidades ou cores diversas das empregadas no conjunto da edificação;

III - destinar a unidade à utilização diversa de finalidade do prédio, ou usá-la de forma nociva ou perigosa ao sossego, à salubridade e à segurança dos demais condôminos;

IV - embaraçar o uso das partes comuns.

§ 1.º O transgressor ficará sujeito ao pagamento de multa prevista na convenção ou no regulamento do condomínio, além de ser compelido a desfazer a obra ou abster-se da prática do ato, cabendo, ao síndico, com autorização judicial, mandar desmanchá-la, à custa do transgressor, se este não a desfizer no prazo que lhe for estipulado.

§ 2.º O proprietário ou titular de direito à aquisição de unidade poderá fazer obra que modifique sua fachada, se obtiver a aquiescência da unidade dos condôminos.

Art. 11. Para efeitos tributários, cada unidade autônoma será tratada como prédio isolado, contribuindo o respectivo condômino, diretamente, com as importâncias relativas, aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais, na forma dos respectivos lançamentos.

CAPÍTULO III

Das Despesas do Condomínio

Art. 12. Cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio, recolhendo, nos prazos previstos na Convenção, a quota-parte que lhe couber em rateio.

§ 1.º Salvo disposição em contrário na Convenção, a fixação da quota no rateio corresponderá à fração ideal do terreno de cada unidade.

§ 2.º Cabe ao síndico arrecadar as contribuições, competindo-lhe promover, por via executiva, a cobrança judicial das quotas atrasadas.

§ 3.º O condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito ao juro moratório de 1 % ao mês, e multa de até 20 % sobre o débito, que será atualizado, se o estipular a Convenção, com a aplicação dos índices de correção monetária levantados pelo Conselho Nacional de Economia, no caso da mora por período igual ou superior a seis meses.

§ 4.º As obras que interessarem à estrutura integral da edificação ou conjunto de edificações, ou ao serviço comum, serão feitas com o concurso pecuniário de todos os proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades, mediante orçamento prévio aprovado em assembleia-geral, podendo incumbir-se de sua execução o síndico, ou outra pessoa, com aprovação da assembleia.

§ 5.º A renúncia de qualquer condômino aos seus direitos, em caso algum valerá como escusa para exonerá-lo de seus encargos.

CAPÍTULO IV

Do Seguro, do Incêndio, da Demolição e da Reconstrução Obrigatória

Art. 13. Proceder-se-á ao seguro da edificação ou do conjunto de edificações, neste caso, discriminadamente, abrangendo todas as unidades autônomas e partes comuns, contra incêndio ou outro sinistro que cause destruição no todo ou em parte, computando-se o prêmio nas despesas ordinárias do condomínio.

Parágrafo único. O seguro de que trata este artigo será obrigatoriamente feito dentro de 120 dias, contados da data da concessão do "habite-se", sob pena de ficar o condomínio sujeito à multa mensal equivalente a 1/12 do imposto predial, cobrável executivamente pela Municipalidade.

Art. 14. Na ocorrência de sinistro total, ou que destrua mais de dois terços de uma edificação, seus condôminos reunir-se-ão em assembleia especial, e deliberarão sobre a sua reconstrução ou venda do terreno e materiais, por quorum mínimo de votos que representem metade mais uma das frações ideais do respectivo terreno.

§ 1.º Rejeitada a proposta de reconstrução, a mesma assembleia, ou outra para este fim convocada, decidirá, pelo mesmo quorum, do destino a ser dado ao terreno, e aprovará a partilha do valor do seguro entre os condôminos, sem prejuízo do que receber cada um pelo seguro facultativo de sua unidade.

§ 2.º Aprovada, a reconstrução será feita, guardados, obrigatoriamente, o mesmo destino, a mesma forma externa e a mesma disposição interna.

§ 3.º Na hipótese do parágrafo anterior, a minoria não poderá ser obrigada a contribuir para a reedificação, caso em que a maioria poderá adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, feita em vistoria.

Art. 15. Na hipótese de que trata o § 3.º do artigo antecedente, à maioria poderão ser adjudicadas, por sentença, as frações ideais da minoria.

§ 1.º Como condição para o exercício da ação prevista neste artigo, com a inicial, a maioria oferecerá e depositará, à disposição do Juízo, as importâncias arbitradas na vistoria para avaliação, prevalecendo as de eventual desempatador.

§ 2.º Feito o depósito de que trata o parágrafo anterior, o Juiz, liminarmente, poderá autorizar a adjudicação à maioria, e a minoria poderá levantar as importâncias depositadas; o Oficial de Registro de Imóveis, nestes casos, fará constar do registro que a adjudicação foi resultante de medida liminar.

§ 3.º Feito o depósito, será expedido o mandado de citação, com o prazo de dez dias para a contestação, VETADO.

§ 4.º Se não contestado, o Juiz, imediatamente, julgará o pedido.

§ 5.º Se contestado o pedido, seguirá o processo o rito ordinário.

§ 6.º Se a sentença fixar valor superior ao da avaliação feita na vistoria, o condomínio em

execução restituirá à minoria a respectiva diferença, acrescida de juros de mora à razão de 1 % ao mês, desde a data da concessão de eventual liminar, ou pagará o total devido, com os juros de mora a contar da citação.

§ 7.º Transitada em julgado a sentença, servirá ela de título definitivo para a maioria, que deverá registrá-la no Registro de Imóveis.

§ 8.º A maioria poderá pagar e cobrar da minoria, em execução de sentença, encargos fiscais necessários à adjudicação definitiva a cujo pagamento se recusar a minoria.

Art. 16. Em caso de sinistro que destrua menos de dois terços da edificação, o síndico promoverá o recebimento do seguro e a reconstrução ou os reparos nas partes danificadas.

Art. 17. Em caso de condenação da edificação pela autoridade pública, ou ameaça de ruína, pelo voto dos condôminos que representem mais de dois terços das quotas ideais do respectivo terreno poderá ser decidida a sua demolição e reconstrução.

Parágrafo único. A minoria não fica obrigada a contribuir para as obras, mas assegura-se à maioria o direito de adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, aplicando-se o processo previsto no art. 15.

Art. 18. Em caso de desapropriação parcial de uma edificação ou de um conjunto de edificações, serão indenizados os proprietários das unidades expropriadas, ingressando no condomínio a entidade expropriante, que se sujeitará às disposições desta Lei e se submeterá às da Convenção do condomínio e do Regulamento Interno.

Parágrafo único. VETADO.

CAPÍTULO V

Unificação da Edificação ou do Conjunto de Edificações

Art. 19. Cada condômino tem o direito de usar e fruir, com exclusividade, de sua unidade autônoma, segundo suas conveniências e interesses, condicionados, umas e outros às normas de boa vizinhança, e poderá usar as partes e coisas comuns, de maneira a não causar dano ou incômodo aos demais condôminos ou moradores, nem obstáculo ou embaraço ao bom uso das mesmas partes por todos.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 20. Aplicam-se ao ocupante do imóvel, a qualquer título, todas as obrigações referentes ao uso, fruição e destino da unidade.

Art. 21. A violação de qualquer dos deveres estipulados na Convenção sujeitará o infrator a multa fixada na própria Convenção ou no Regimento Interno, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que, no caso, couber.

Parágrafo único. Compete ao síndico a iniciativa do processo e a cobrança da multa, por via executiva, em benefício do condomínio, e, em caso de omitir-se ele, a qualquer condômino.

CAPÍTULO VI

Da Administração do Condomínio

Art. 22. Será eleito na forma prevista pela Convenção. um síndico do condomínio, cujo mandato não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

§ 1.º Compete ao síndico:

a) representar ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns, nos limites das atribuições conferidas por esta Lei ou pela Convenção;

b) exercer a administração interna da edificação ou do conjunto de edificações, no que respeita à

sua vigilância, moralidade e segurança, bem como aos serviços que interessam a todos os moradores;

c) praticar os atos que lhe atribuírem as leis, a Convenção e o Regimento Interno;

d) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regimento Interno;

e) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regimento Interno, bem como executar e fazer executar as deliberações da assembléia;

f) prestar contas à assembléia dos condôminos.

§ 2.º As funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de confiança do síndico, e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembléia geral dos condôminos.

§ 3.º A Convenção poderá estipular que dos atos do síndico caiba recurso para a assembléia, convocada pelo interessado.

§ 4.º Ao síndico, que poderá ser condômino ou pessoa física ou jurídica estranha ao condomínio, será fixada a remuneração pela mesma assembléia que o eleger, salvo se a Convenção dispuser diferentemente.

§ 5.º O síndico poderá ser destituído, pela forma e sob as condições previstas na Convenção, ou, no silêncio desta, pelo voto de dois terços dos condôminos presentes, em assembléia-geral especialmente convocada.

§ 6.º A Convenção poderá prever a eleição de subsíndicos, definindo-lhes atribuições e fixando-lhes o mandato, que não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Funcionará o Conselho como órgão consultivo do síndico para assessorá-lo na solução dos problemas que digam respeito ao condomínio, podendo a Convenção definir suas atribuições específicas.

CAPÍTULO VII

Da Assembléia Geral

Art. 24. Haverá, anualmente, uma assembléia geral ordinária dos condôminos, convocada pelo síndico na forma

prevista na Convenção, à qual compete, além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar, por maioria dos presentes, as verbas para as despesas de condomínio, compreendendo as de conservação da edificação ou conjunto de edificações, manutenção de seus serviços e correlatas.

§ 1.º As decisões da assembléia, tomadas, em cada caso, pelo quorum que a Convenção fixar, obrigam todos os condôminos.

§ 2.º O síndico, nos oito dias subsequentes à assembléia, comunicará aos condôminos o que tiver sido deliberado, inclusive no tocante à previsão orçamentária, o rateio das despesas, e promoverá a arrecadação, tudo na forma que a Convenção previr.

§ 3.º Nas assembléias gerais, os votos serão proporcionais às frações ideais do terreno e partes comuns, pertencentes a cada condômino, salvo disposição diversa da Convenção.

Art. 25. Ressalvado o disposto no § 3.º do art. 22, poderá haver assembléias gerais extraordinárias, convocadas pelo síndico ou por condôminos que representem um quarto, no mínimo do condomínio, sempre que o exigirem os interesses gerais.

Parágrafo único. Salvo estipulação diversa da Convenção, esta só poderá ser modificada em assembléia geral extraordinária, pelo voto mínimo de condôminos que representem 2/3 do total das frações ideais.

Art. 26. VETADO.

Art. 27. Se a Assembléia não se reunir para exercer qualquer dos poderes que lhe competem, 15 dias após o pedido de convocação, o Juiz decidirá a respeito, mediante requerimento dos interessados.

TÍTULO II

Das Incorporações

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 28. As incorporações imobiliárias, em todo o território nacional, reger-se-ão pela presente Lei.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas, VETADO.

Art. 29. Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, VETADO em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega, a certo prazo, preço e determinadas condições, das obras concluídas.

Parágrafo único. Presume-se a vinculação entre a alienação das frações do terreno e o negócio de construção, se, ao ser contratada a venda ou promessa de venda ou de cessão das frações de terreno, já houver sido aprovado e estiver em vigor, ou pender de aprovação de autoridade administrativa, o respectivo projeto de construção, respondendo o alienante como incorporador.

Art. 30. Estende-se a condição de incorporador aos proprietários e titulares de direitos aquisitivos que contratem a construção de edifícios que se destinem a constituição em condomínio, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

Art. 31. A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que somente poderá ser:

- a) o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário com título que satisfaça os requisitos da alínea a do art. 32;
- b) o construtor (Decreto número 23.569, de 11-12-33, e 3.995 de 31 de dezembro de 1941, e Decreto-lei número 8.620, de 10 de janeiro de 1946) ou corretor de imóveis (Lei n.º 4.116, de 27-8-62).

§ 1.º No caso da alínea b, o incorporador será investido, pelo proprietário de terreno, o promitente, comprador e cessionário deste ou o promitente cessionário, de mandato outorgado por instrumento público, onde se faça menção expressa desta Lei e se transcreva o disposto no § 4.º do art. 35, para concluir todos os negócios tendentes à alienação das frações ideais de terreno, mas se obrigará pessoalmente pelos atos que praticar na qualidade de incorporador.

§ 2.º Nenhuma incorporação poderá ser proposta à venda sem a indicação expressa do incorporador, devendo também seu nome permanecer indicado ostensivamente no local da construção.

§ 3.º Toda e qualquer incorporação, independentemente da forma por que seja constituída terá um ou mais incorporadores solidariamente responsáveis, ainda que em fase subordinada a período de carência, referido no art. 34.

CAPÍTULO II

Das Obrigações e Direitos do Incorporador

Art. 32. O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado no cartório competente de Registro de Imóveis, os seguintes documentos:

- a) título de propriedade de terreno, ou de promessa' irrevogável e irrevogável de compra e venda ou de cessão de direitos ou de permuta do qual conste cláusula de imissão na posse do imóvel, não haja estipulações impeditivas de sua alienações em frações ideais e inclua consentimento para demolição e construção, devidamente registrado;
- b) certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais de protesto de títulos de ações cíveis e criminais e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;
- c) histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;
- d) projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;
- e) cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global, a das partes comuns, e indicando, cada tipo de unidade a respectiva metragem de área construída;
- f) certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições;
- g) memorial descritivo das, especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do art. 53, desta Lei;
- h) avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, calculada de acordo com a norma do inciso III, do art. 53 com base nos custos unitários referidos no art. 54, discriminando-se, também, o custo de construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;
- i) discriminação das frações ideais de terreno com as unidades autônomas que a elas corresponderão;
- j) minuta da futura Convenção de condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;
- l) declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o inciso II, do art. 39;
- m) certidão do instrumento público de mandato, referido no § 1.º do artigo 31;
- n) declaração expressa em que se fixe, se houver, e, prazo de carência (art. 34) ;
- o) atestado de idoneidade financeira, fornecido por estabelecimento de crédito que opere no País há mais de cinco anos.

§ 1.º A documentação referida neste artigo, após o exame do Oficial de Registro de Imóveis, será arquivada em cartório, fazendo-se o competente registro.

§ 2.º Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas, serão também averbáveis à margem do registro de que trata este artigo.

§ 3.º O número do registro referido no § 1.º, bem como a indicação do cartório competente, constará, obrigatoriamente, dos anúncios, impressos, publicações, propostas, contratos, preliminares ou definitivos, referentes à incorporação, salvo dos anúncios "classificados".

§ 4.º O Registro de Imóveis dará certidão ou fornecerá, a quem o solicitar, cópia fotostática, heliográfica, termofar, microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos especificados neste artigo, ou autenticará cópia apresentada pela parte interessada.

§ 5.º A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos, extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.

§ 6.º Os Oficiais de Registro de Imóveis terão 15 dias para apresentar, por escrito, todas as exigências que julgarem necessárias ao arquivamento, e, satisfeitas as referidas exigências, terão o prazo de 15 dias para fornecer certidão, relacionando a documentação apresentada, e devolver, autenticadas, as segundas vias da mencionada documentação, com exceção dos documentos públicos. Em casos de divergência, o Oficial levantará a dúvida segundo as normas processuais aplicáveis.

§ 7.º O Oficial de Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão ... VETADO... sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.

Art. 33. O registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação a que se refere o artigo anterior, revalidando o registro por igual prazo.

Art. 34. O incorporador poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência, dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento.

§ 1.º A fixação do prazo de carência será feita pela declaração a que se refere a alínea "n", do art. 32 onde se fixem as condições que autorizarão o incorporador a desistir do empreendimento.

§ 2.º Em caso algum poderá o prazo de carência ultrapassar o termo final do prazo de validade do registro ou, se for o caso, de sua revalidação.

§ 3.º Os documentos preliminares de ajuste, se houver, mencionarão, obrigatoriamente, o prazo de carência, inclusive para efeitos do art. 45.

§ 4.º A desistência da incorporação será denunciada, por escrito, ao Registro de Imóveis ... VETADO... e comunicada, por escrito, a cada um dos adquirentes ou candidatos à aquisição, sob pena de responsabilidade civil e criminal do incorporador.

§ 5.º Será averbada no registro da incorporação a desistência de que trata o parágrafo anterior arquivando-se em cartório o respectivo documento.

§ 6.º O prazo de carência é improrrogável.

Art. 35. O incorporador terá o prazo máximo de 45 dias, a contar do termo final do prazo de carência, se houver, para promover a celebração do competente contrato relativo à fração ideal de terreno, e, bem assim, do contrato de construção e da Convenção do condomínio, de acordo com discriminação constante da alínea "i", do art. 32.

§ 1.º No caso de não haver prazo de carência, o prazo acima se contará da data de qualquer documento de ajuste preliminar.

§ 2.º Quando houver prazo de carência, a obrigação somente deixará de existir se o incorporador tiver denunciado, dentro do mesmo prazo e nas condições previamente estabelecidas, por escrito, ao Registro de Imóveis, a não concretização do empreendimento.

§ 3.º Se, dentro do prazo de carência, o incorporador não denunciar a incorporação, embora não se tenham reunido as condições a que se refere o § 1.º, o outorgante do mandato de que trata o § 1.º do art. 31, poderá fazê-lo nos cinco dias subseqüentes ao prazo de carência, e nesse caso ficará solidariamente responsável com o incorporador pela devolução das quantias que os adquirentes ou candidatos à aquisição houverem entregue ao incorporador, resguardado o direito de regresso sobre eles, dispensando-se, então, do cumprimento da obrigação fixada no caput deste artigo.

§ 4.º Descumprida pelo incorporador e pelo mandante de que trata o § 1.º do art. 31 a obrigação de outorga dos contratos referidos no caput deste artigo, nos prazos ora fixados, a carta-resposta ou o documento de ajuste preliminar poderão ser averbados no Registro de Imóveis, averbação que conferirá direito real oponível a terceiros, com o conseqüente direito à obtenção compulsória do contrato correspondente.

§ 5.º Na hipótese do parágrafo anterior, o incorporador incorrerá também na multa de 50% sobre a quantia que efetivamente tiver recebido, cobrável por via executiva, em favor do adquirente ou candidato à aquisição.

§ 6.º Ressalvado o disposto no artigo 43, do contrato de construção deverá constar

expressamente a menção dos responsáveis pelo pagamento da construção de cada uma das unidades. O incorporador responde, em igualdade de condições, com os demais contratantes, pelo pagamento da construção das unidades que não tenham tido a responsabilidade pela sua construção assumida por terceiros e até que o tenham.

Art. 36. No caso de denúncia de incorporação, nos termos do art. 34, se o incorporador, até 30 dias a contar da denúncia, não restituir aos adquirentes as importâncias pagas, estes, poderão cobrá-la por via executiva, reajustado o seu valor a contar da data do recebimento, em função do índice geral de preços mensalmente publicado pelo Conselho Nacional de Economia, que reflita as variações no poder aquisitivo da moeda nacional, e acrescido de juros de 6 % ao ano, sobre o total corrigido.

Art. 37. Se o imóvel estiver gravado de ônus real ou fiscal ou se contra os alienantes houver qualquer ação que possa comprometê-lo, o fato será obrigatoriamente mencionado em todos os documentos de ajuste, com a indicação de sua natureza e das condições de liberação.

Art. 38. Também constará, obrigatoriamente, dos documentos de ajuste, se for o caso, o fato de encontrar-se ocupado o imóvel, esclarecendo-se a que título se deve esta ocupação e quais as condições de desocupação.

Art. 39. Nas incorporações em que a aquisição do terreno se der com pagamento total ou parcial em unidades a serem construídas, deverão ser discriminadas em todos os documentos de ajuste:
I - a parcela que, se houver, será paga em dinheiro;
II - a quota-parte da área das unidades a serem entregues em pagamento do terreno que corresponderá a cada uma das unidades, a qual deverá ser expressa em metros quadrados.

Parágrafo único. Deverá constar, também, de todos os documentos de ajuste, se o alienante do terreno ficou ou não sujeito a qualquer prestação ou encargo.

Art. 40. No caso de rescisão de contrato de alienação do terreno ou de fração ideal, ficarão rescindidas as cessões ou promessas de cessão de direitos correspondentes à aquisição do terreno.

§ 1.º Nesta hipótese, consolidar-se-á, no alienante em cujo favor se opera a resolução, o direito sobre a construção porventura existente.

§ 2.º No caso do parágrafo anterior, cada um dos ex-titulares de direito à aquisição de unidades autônomas haverá do mencionado alienante o valor da parcela de construção que haja adicionado à unidade, salvo se a rescisão houver sido causada pelo ex-titular.

§ 3.º Na hipótese dos parágrafos anteriores, sob pena de nulidade, não poderá o alienante em cujo favor se operou a resolução voltar a negociar seus direitos sobre a unidade autônoma, sem a prévia indenização aos titulares, de que trata o § 2.º.

§ 4.º No caso do parágrafo anterior, se os ex-titulares tiverem de recorrer à cobrança judicial do que lhes for devido, somente poderão garantir o seu pagamento a unidade e respectiva fração de terreno objeto do presente artigo.

Art. 41. Quando as unidades imobiliárias forem contratadas pelo incorporador por preço global compreendendo quota de terreno e construção, inclusive com parte do pagamento após a entrega da unidade, discriminar-se-ão, no contrato, o preço da quota de terreno e o da construção.

§ 1.º Poder-se-á estipular que, na hipótese de o adquirente atrasar o pagamento de parcela relativa a construção, os efeitos da mora recairão não apenas sobre a aquisição da parte construída, mas também, sobre a fração ideal de terreno, ainda que esta tenha sido totalmente paga.

§ 2.º Poder-se-á também estipular que, na hipótese de o adquirente atrasar o pagamento da parcela relativa à fração ideal de terreno, os efeitos da mora recairão não apenas sobre a aquisição da fração ideal, mas, também, sobre a parte construída, ainda que totalmente paga.

Art. 42. No caso de rescisão do contrato relativo à fração ideal de terreno e partes comuns, a pessoa em cujo favor se tenha operado a resolução sub-rogar-se-á nos direitos e obrigações contratualmente atribuídos ao inadimplente, com relação a construção.

Art. 43. Quando o incorporador contratar a entrega da unidade a prazo e preços certos, determinados ou determináveis, mesmo quando pessoa física, ser-lhe-ão impostas as seguintes normas:

I - informar obrigatoriamente aos adquirentes, por escrito, no mínimo de seis em seis meses, o estado da obra;

II - responder civilmente pela execução da incorporação devendo indenizar os adquirentes ou compromissários, dos prejuízos que a estes advierem do fato de não se concluir a edificação ou de se retardar injustificadamente a conclusão das obras, cabendo-lhe ação regressiva contra o construtor, se for o caso e se a este, couber a culpa;

III - em caso de falência do incorporador, pessoa física ou jurídica, e não ser possível à maioria prosseguir na construção das edificações, os subscritores ou candidatos à aquisição de unidades serão credores privilegiados pelas quantias que houverem pago ao incorporador, respondendo subsidiariamente os bens pessoais deste;

IV - é vedado ao incorporador alterar o projeto, especialmente no que se refere à unidade do adquirente e às partes comuns, modificar as especificações, ou desviar-se do plano da construção, salvo autorização unânime dos interessados ou exigência legal;

V - não poderá modificar as condições de pagamento nem reajustar o preço das unidades, ainda no caso de elevação dos preços dos materiais e da mão-de-obra, salvo se tiver sido expressamente ajustada a faculdade de reajustamento, procedendo-se, então, nas condições estipuladas;

VI - se o incorporador, sem justa causa devidamente comprovada paralisar as obras por mais de 30 dias, ou retardar-lhes excessivamente o andamento, poderá o Juiz notificá-lo para que no prazo mínimo de 30 dias as reinicie ou torne a dar-lhes o andamento normal. Desatendida a notificação, poderá o incorporador ser destituído pela maioria absoluta dos votos dos adquirentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal que couber, sujeito à cobrança executiva das importâncias comprovadamente devidas, facultando-se aos interessados prosseguir na obra (VETADO).

Art. 44. Após a concessão do "habite-se" pela autoridade administrativa, o incorporador deverá requerer, (VETADO) a averbação da construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades, respondendo perante os adquirentes pelas perdas e danos que resultem da demora no cumprimento dessa obrigação.

§ 1.º Se o incorporador não requerer a averbação (VETADO) o construtor requerê-la-á (VETADO) sob pena de ficar solidariamente responsável com o incorporador perante os adquirentes.

2.º Na omissão do incorporador e do construtor, a averbação poderá ser requerida por qualquer dos adquirentes de unidade.

Art. 45. É lícito ao incorporador recolher o imposto do selo devido, mediante apresentação dos contratos preliminares, até 10 dias a contar do vencimento do prazo de carência a que se refere o art. 34, extinta a obrigação se, dentro deste prazo, for denunciada a incorporação.

Art. 46. Quando o pagamento do imposto sobre lucro imobiliário e respectivos acréscimos e adicionais for de responsabilidade do vendedor do terreno, será lícito ao adquirente reter o pagamento das últimas prestações anteriores à data-limite em que é lícito pagar, sem reajuste, o referido imposto e os adicionais, caso o vendedor não apresente a quitação até 14 dias antes do vencimento das prestações cujo pagamento torne inferior ao débito fiscal a parte do preço a ser ainda paga até a referida data-limite.

Parágrafo único. No caso de retenção pelo adquirente, esse ficará responsável, para todos os efeitos, perante o Fisco, pelo recolhimento do tributo, adicionais e acréscimos, inclusive pelos reajustamentos que vier a sofrer o débito fiscal, (VETADO).

Art. 47. Quando se fixar no contrato que a obrigação do pagamento do imposto sobre lucro imobiliário, acréscimos e adicionais devidos pelo alienante é transferida, ao adquirente, deverá-se explicitar o montante que tal obrigação atingiria, se sua satisfação se desse na data da escritura.

§ 1.º Neste caso, o adquirente será tido, para todos os efeitos, como responsável perante o Fisco.

§ 2.º Havendo parcela restituível, a restituição será feita ao adquirente, e, se for o caso, em nome deste serão emitidas as obrigações de Tesouro Nacional a que se refere o art. 4.º da Lei n.º 4.357, de 16-7-64.

§ 3.º Para efeitos fiscais, não importará em aumento do preço de aquisição a circunstância de obrigar-se o adquirente ao pagamento do imposto sobre lucro imobiliário, seus acréscimos e adicionais.

CAPÍTULO III

Da Construção de Edificação em Condomínio

SEÇÃO I

Da Construção em Geral

Art. 48. A construção de imóveis, objeto de incorporação nos moldes, previstos nesta Lei, poderá ser contratada sob o regime da empreitada ou de administração, e poderá estar incluída no contrato com o incorporador (VETADO), ou ser contratada diretamente entre os adquirentes e o construtor.

§ 2.º O Projeto e o memorial descritivo das edificações farão parte integrante e complementar do contrato;

§ 3.º Do contrato deverá constar o prazo da entrega das obras e as condições e formas de sua eventual prorrogação.

Art. 49. Os contratantes da construção, inclusive no caso do art. 43, para tratar de seus interesses, com relação a ela, poderão reunir-se em assembléia, cujas deliberações, desde que aprovadas por maioria simples dos votos presentes, serão válidas e obrigatórias para todos eles, salvo no que afetar ao direito de propriedade previsto na legislação.

§ 1.º As assembléias serão convocadas, pelo menos, por 1/3 (um terço) dos votos dos contratantes, pelo incorporador ou pelo construtor, com menção expressa do assunto a tratar, sendo admitido comparecimento de procurador bastante.

§ 2.º A convocação da assembléia será feita por carta registrada ou protocolo, com antecedência mínima de 5 dias para a primeira convocação, e mais 3 dias para a segunda, podendo ambas as convocações ser feitas no mesmo aviso.

§ 3.º A assembléia instalar-se-á, no mínimo, com metade dos contratantes, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda, sendo, porém, obrigatória a presença, em qualquer caso, do incorporador ou do construtor, quando convocantes, e, pelo menos, com metade dos contratantes que a tenham convocado, se for o caso.

§ 4.º Na assembléia, os votos dos contratantes serão proporcionais às respectivas frações ideais de terreno.

Art. 50. Será designada no contrato de construção, ou eleita em assembléia especial, devidamente convocada antes do início da obra, uma Comissão de Representantes, composta de 3 membros, pelo menos, escolhidos entre os contratantes, no caso do art. 43, em tudo que interessar ao bom andamento da obra.

§ 1.º Uma vez eleita a Comissão, cuja constituição se comprovará com a ata da assembléia, devidamente inscrita no Registro de Títulos e Documentos, esta ficará, de pleno direito, investida dos poderes necessários para exercer todas as atribuições e praticar todos os atos que esta Lei e o contrato de construção lhe deferirem, sem necessidade de instrumento especial outorgado pelos contratantes ou se for caso, pelos que se sub-rogarem nos direitos e obrigações destes.

§ 2.º A assembléia poderá revogar, pela maioria absoluta dos votos dos contratantes, qualquer decisão da Comissão, ressalvados os direitos de terceiros quanto aos efeitos já produzidos.

§ 3.º Respeitados os limites constantes desta Lei, o contrato poderá discriminar as atribuições da Comissão e deverá dispor sobre os mandatos de seus membros, sua destituição e a forma de preenchimento das vagas eventuais, sendo lícita a estipulação de que o mandato conferido a qualquer membro, no caso de sub-rogação de seu contrato a terceiros, se tenha por transferido, de pleno direito, ao sub-rogatário, salvo se este não o aceitar.

§ 4.º Nas incorporações em que o número de contratantes de unidades for igual ou inferior a 3, a totalidade deles exercerá, em conjunto, as atribuições que esta Lei confere à Comissão, aplicando-se, no que couber, o disposto dos parágrafos anteriores.

Art. 51. Nos contratos de construção, seja qual for seu regime, deverá constar expressamente a quem caberão as despesas com ligações de serviços públicos, devidas ao Poder Público, bem como as despesas indispensáveis à instalação funcionamento e regulamentação do condomínio.

Parágrafo único. Quando o serviço público for explorado mediante concessão, os contratos de construção deverão também especificar a quem caberão as despesas com as ligações que incumbam às concessionárias, no caso de não estarem elas obrigadas a fazê-las, ou, em o estando, se a isto se recusarem ou alegarem impossibilidade.

Art. 52. Cada contratante da construção só será imitado na posse de sua unidade se estiver em dia com as obrigações assumidas, inclusive as relativas à construção, exercendo o construtor e o condômino, até então, o direito de retenção sobre a respectiva unidade; no caso do art. 43, este direito será exercido pelo incorporador.

Art. 53. O Poder Executivo, através do Banco Nacional de Habitação, promoverá a celebração de contratos com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T), no sentido de que esta, tendo em vista o disposto na Lei n.º 4.150, de novembro de 1962, prepare, no prazo máximo de 120 dias, normas que estabeleçam, para cada tipo de prédio que padronizar:

I - critérios e normas para cálculo de custos unitários de construção, para uso dos sindicatos, na forma do art. 54;

II - critérios e normas para execução de orçamentos de custo de construção, para fins de disposto no artigo 59;

III - critérios e normas para a avaliação de custo global de obra, para fins da alínea h, do art. 32;

IV - modelo de memorial descritivo dos acabamentos de edificação, para fins do disposto no art. 32;

V - critério para entrosamento entre o cronograma das obras e o pagamento das prestações, que poderá ser introduzido nos contratos de incorporação, inclusive para o efeito de aplicação do disposto no § 2.º do art. 48.

§ 1.º O número de tipos padronizados deverá ser reduzido e na fixação se atenderá primordialmente:

- a) o número de pavimentos e a existência de pavimentos especiais (subsolo, pilotis etc) ;
- b) o padrão da construção (baixo, normal, alto), tendo em conta as condições de acabamento, a qualidade dos materiais empregados, os equipamentos, o número de elevadores e as inovações de conforto;
- c) as áreas de construção.

§ 2.º Para custear o serviço a ser feito pela A.B.N.T., definido neste artigo, fica autorizado o Poder

Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), em favor do Banco Nacional de Habitação, vinculado a este fim, podendo o Banco adiantar a importância à A.B.N.T., se necessário.

§ 3.º No contrato a ser celebrado com a A.B.N.T., estipular-se-á a atualização periódica das normas previstas neste artigo, mediante remuneração razoável.

Art. 54. Os sindicatos estaduais da indústria da construção civil ficam obrigados a divulgar mensalmente, até o dia 5 de cada mês, os custos unitários de construção a serem adotados nas respectivas regiões jurisdicionais, calculados com observância dos critérios e normas a que se refere o inciso I, do artigo anterior.

§ 1.º O sindicato estadual que deixar de cumprir a obrigação prevista neste artigo deixará de receber dos cofres públicos, enquanto perdurar a omissão, qualquer subvenção ou auxílio que pleiteie ou a que tenha direito.

§ 2.º Na ocorrência de omissão de sindicato estadual, o construtor usará os índices fixados por outro sindicato estadual, em cuja região os custos de construção mais lhe pareçam aproximados dos da sua.

§ 3.º Os orçamentos ou estimativas baseados nos custos unitários a que se refere este artigo só poderão ser considerados atualizados, em certo mês, para os efeitos desta Lei, se baseados em custos unitários relativos ao próprio mês ou a um dos dois meses anteriores.

SEÇÃO II

Da Construção por Empreitada

Art. 55. Nas incorporações em que a construção seja feita pelo regime de empreitada, esta poderá ser a preço fixo, ou a prazo reajustável por índices, previamente determinados.

§ 1.º Na empreitada a preço fixo, o preço da construção será irrevogável, independentemente das variações que sofrer o custo efetivo das obras e quaisquer que sejam suas causas.

§ 2.º Na empreitada a preço reajustável, o preço fixado no contrato será reajustado na forma e nas épocas nele, expressamente previstas, em função da variação dos índices adotados, também previstos obrigatoriamente em contrato.

§ 3.º Nos contratos de construção por empreitada, a Comissão de Representantes fiscalizará o andamento da obra e a obediência ao Projeto e às especificações, exercendo as demais obrigações inerentes à sua função representativa dos contratantes e fiscalizadora da construção.

§ 4.º Nos contratos de construção fixados sob regime de empreitada, reajustável, a Comissão de Representantes fiscalizará, também, o cálculo do reajustamento.

§ 5.º No contrato deverá ser mencionado o montante do orçamento atualizado da obra, calculado de acordo com as normas do inciso III, do art. 53, com base nos custos unitários referidos no art. 54, quando o preço estipulado for inferior ao mesmo.

§ 6.º Na forma de expressa. referência, os contratos de empreitada entendem-se como sendo a preço fixo.

Art. 56. Em toda a publicidade ou propaganda escrita, destinada a promover a venda de incorporação com construção pelo regime de empreitada reajustável, em que conste preço, serão discriminados explicitamente o preço da fração ideal do terreno e o preço da construção, com indicação expressa da reajustabilidade.

§ 1.º As mesmas indicações deverão constar em todos os papéis utilizados para a realização da incorporação, tais como cartas, propostas, escrituras, contratos e documentos semelhantes.

§ 2.º Esta exigência será dispensada nos anúncios "classificados" dos jornais.

Art. 57. Ao construtor que contratar, por empreitada a preço fixo, uma obra de incorporação, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos itens II, III e IV (VETADO) e VI, do art. 43.

SEÇÃO III

Da Construção por Administração

Art. 58. Nas incorporações em que a construção for contratada pelo regime de administração, também chamado "a preço de custo", será de responsabilidade dos proprietários ou adquirentes o pagamento do custo integral da obra, observadas as seguintes disposições:

I - todas as faturas, duplicatas, recibos e quaisquer documentos referentes às transações ou aquisições para construção, será emitidos em nome do condomínio dos contratantes da construção;

II - todas as contribuições dos condôminos para qualquer fim relacionado com a construção serão depositadas em contas abertas em nome do condomínio dos contratantes em estabelecimentos bancários, as quais, serão movimentadas pela forma que for fixada no contrato.

Art. 59. No regime de construção por administração, será obrigatório constar do respectivo contrato o montante do orçamento do custo da obra, elaborado com estrita observância dos critérios e normas referidos no inciso II, do art. 53 e a data em que se iniciará efetivamente a obra.

§ 1.º Nos contratos lavrados até o término das fundações, este montante não poderá ser inferior ao da estimativa atualizada, a que se refere o § 3.º, do art. 54.

§ 2.º Nos contratos celebrados após o término das fundações, este montante não poderá ser inferior à última revisão efetivada na forma do artigo seguinte.

§ 3.º As transferências e sub-rogações do contrato, em qualquer fase da obra, aplicar-se-á o disposto neste artigo.

Art. 60. As revisões da estimativa de custo da obra serão efetuadas, pelo menos semestralmente, em comum entre a Comissão de Representantes e o construtor. O contrato poderá estipular que, em função das necessidades da obra sejam alteráveis os esquemas de contribuições quanto ao total, ao número, ao valor e à distribuição no tempo das prestações.

Parágrafo único. Em caso de majoração de prestações, o novo esquema deverá ser comunicado aos contratantes, com antecedência mínima de 45 dias da data em que deverão ser efetuados os depósitos das primeiras prestações alteradas.

Art. 61. A Comissão de Representantes terá poderes para, em nome de todos os contratantes e na forma prevista no contrato:

- a) examinar os balancetes organizados pelos construtores, dos recebimentos e despesas do condomínio dos contratantes, aprová-los ou impugná-los, examinando a documentação respectiva;
- b) fiscalizar concorrências relativas às compras dos materiais necessários à obra ou aos serviços a ela pertinentes;
- c) contratar, em nome do condomínio, com qualquer condômino, modificações por ele solicitadas em sua respectiva unidade, a serem administradas pelo construtor, desde que não prejudiquem unidade de outro condômino e não estejam em desacordo com o parecer técnico do construtor;
- d) fiscalizar a arrecadação das contribuições destinadas à construção;
- e) exercer as demais obrigações inerentes à sua função representativa dos contratantes e fiscalizadora da construção, e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular do condomínio.

Art. 62. Em toda publicidade ou propaganda escrita destinada a promover a venda de incorporação com construção pelo regime de administração em que conste preço, serão discriminados explicitamente o preço da fração ideal de terreno e o montante do orçamento

atualizado do custo da construção, na forma dos artigos 59 e 60, com a indicação do mês a que se refere o dito orçamento e do tipo padronizado a que se vincule o mesmo.

§ 1.º As mesmas indicações deverão constar em todos os papéis utilizados para a realização da incorporação, tais como cartas, propostas, escrituras, contratos e documentos semelhantes.

§ 2.º Esta exigência será dispensada nos anúncios "classificados" dos jornais.

CAPÍTULO IV

Das Infrações

Art. 63. É lícito estipular no contrato, sem prejuízo de outras sanções, que a falta de pagamento, por parte do adquirente ou contratante, de 3 prestações do preço da construção, quer estabelecidas; inicialmente, quer alteradas ou criadas posteriormente, quando for o caso, depois de prévia notificação com o prazo de 10 dias, para purgação da mora, implique na rescisão do contrato, conforme nele se fixar, ou que, na falta de pagamento, pelo débito respondem os direitos à respectiva fração ideal de terreno e à parte construída adicionada na forma abaixo estabelecida, se outra forma não fixar o contrato.

§ 1.º Se o débito não for liquidado no prazo de 10 dias, após solicitação da Comissão de Representantes, esta ficará, desde logo, de pleno direito, autorizada a efetuar, no prazo que fixar, em público leilão anunciado pela forma que o contrato previr, a venda, promessa de venda ou de cessão, ou a cessão da quota de terreno e correspondente parte construída e direitos, bem como a sub-rogação do contrato de construção.

§ 2.º Se o maior lance obtido for inferior ao desembolso efetuado pelo inadimplente, para a quota do terreno e a construção, despesas acarretadas e as percentagens expressas no parágrafo seguinte, será realizada nova praça no prazo estipulado no contrato. Nesta segunda praça, será aceito o maior lance apurado, ainda que inferior àquele total, VETADO.

§ 3.º No prazo de 24 horas após a realização do leilão final, o condômino, por decisão unânime da Assembléia-Geral em condições de igualdade com terceiros, terá preferência na aquisição dos bens, caso em que serão adjudicados ao condomínio.

§ 4.º Do preço que for apurado, no leilão, serão deduzidas as quantias em débito, todas as despesas ocorridas, inclusive honorário de advogado e anúncios, e mais 5% a título de comissão e 10% de multa compensatória, que reverterão em benefício do condomínio de todos os contratantes, com exceção do faltoso, ao qual será entregue o saldo, se houver.

§ 5.º Para os fins das medidas estipuladas neste artigo, a Comissão de Representantes ficará investida de mandato irrevogável, isento do imposto do selo, na vigência do contrato geral de construção da obra, com poderes necessários para, em nome, do condômino inadimplente, efetuar as citadas transações, podendo para este fim fixar preços, ajustar condições, sub-rogar o arrematante nos direitos e obrigações decorrentes do contrato de construção e da quota de terreno e construção; outorgar as competentes escrituras e contratos, receber preços, dar quitações; emitir o arrematante na posse do imóvel; transmitir domínio, direito e ação; responder pela evicção; receber citação, propor e variar de ações; e também dos poderes ad juditia, a serem subestabelecidos a advogado legalmente habilitado;

§ 6.º A morte, falência ou concordata do condômino ou sua dissolução, se tratar de sociedade, não revogará o mandato de que trata o parágrafo anterior, o qual poderá ser exercido pela Comissão de Representantes até a conclusão dos pagamentos devidos, ainda que a unidade pertença a menor de idade.

§ 7.º Os eventuais débitos, fiscais ou para com a Previdência Social, não impedirão a alienação por leilão público. Neste caso, ao condômino somente será entregue o saldo, se houver, desde que prove estar quite com o Fisco e a Previdência Social, devendo a Comissão de Representantes, em caso contrário, consignar judicialmente a importância equivalente aos débitos existentes dando ciência do fato à entidade credora.

§ 8.º Independentemente das disposições deste artigo e seus parágrafos, e como penalidades preliminares, poderá o contrato de construção estabelecer a incidência de multas e juros de mora em caso de atraso no depósito de contribuições sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

§ 9.º O contrato poderá dispor que o valor das prestações pagas com atraso, seja corrigível em função da variação do índice geral de preços mensalmente publicado pelo Conselho Nacional de Economia, que reflita as oscilações do poder aquisitivo da moeda nacional.

§ 10. O membro da Comissão de Representantes que incorrer na falta prevista neste artigo, estará sujeito a perda automática do mandato e deverá ser substituído segundo dispuser o contrato.

Art. 64. Os órgãos de informação e publicidade que divulgarem publicidade sem os requisitos exigidos pelo § 3.º do artigo 32 e pelos artigos 56 e 62, desta Lei, sujeitar-se-ão à multa em importância correspondente ao dobro do preço pago pela anunciante, a qual reverterá em favor da respectiva Municipalidade.

Art. 65. É crime contra a economia popular promover incorporação, fazendo, em proposta, contratos, prospectos ou comunicação ao público ou aos interessados, afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais do terreno ou sobre a construção das edificações.

PENA - reclusão de um a quatro anos e multa de cinco a cinquenta vezes o maior salário-mínimo legal vigente no País.

§ 1.º Incorrem na mesma pena:

I - o incorporador, o corretor e o construtor, individuais, bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva incorporadora, corretora ou construtora que, em proposta, contra, to, publicidade, prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou aos condôminos, candidatos ou subscritores de unidades, fizerem afirmação falsa sobre a constituição do condomínio, alienação das frações ideais ou sobre a construção das edificações;
II - o incorporador, o corretor e o construtor individuais, bem como os diretores ou gerentes de empresa coletiva, incorporadora, corretora ou construtora que usar, ainda que a título de empréstimo, em proveito próprio ou de terceiro, bens ou haveres destinados a incorporação contratada por administração, sem prévia autorização dos interessados.

§ 2.º O julgamento destes crimes será de competência de Juízo singular, aplicando-se os artigos 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 66. São contravenções relativas à economia popular puníveis na forma do artigo 10 da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951:

I - negociar o incorporador frações ideais de terreno, sem previamente satisfazer às exigências constantes desta Lei;

II - omitir o incorporador, em qualquer documento de ajuste, as indicações a que se referem os artigos 37 e 38, desta Lei;

III - deixar o incorporador, sem justa causa, no prazo do artigo 35 e ressalvada a hipótese de seus §§ 2.º e 3.º, de promover a celebração do contrato relativo à fração ideal de terreno, do contrato de construção ou da convenção do condomínio;

IV - VETADO.

V - omitir o incorporador, no contrato, a indicação a que se refere o § 5.º do artigo 55, desta Lei;

VI - paralisar o incorporador a obra por mais de 30 dias, ou retardar-lhe excessivamente o andamento sem justa causa.

PENA - Multa de 5 a 20 vezes, o maior salário-mínimo legal vigente no País.

Parágrafo único. No caso de contratos relativos a incorporações, de que não participe o

incorporador, responderão solidariamente pelas faltas capituladas neste artigo o construtor, o corretor, o proprietário ou titular de direitos aquisitivos do terreno, desde que figurem no contrato, com direito regressivo, sobre, o incorporador, se as faltas cometidas lhe forem imputáveis.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os contratos poderão consignar exclusivamente as cláusulas, termo ou condições variáveis ou específicas.

§ 1.º As cláusulas comuns a todos os adquirentes não precisarão figurar expressamente nos respectivos contratos.

§ 2.º Os contratos no entanto, consignarão obrigatoriamente que as partes contratantes, adotem e se comprometam a cumprir as cláusulas, termos e condições contratuais a que se refere o parágrafo anterior, sempre transcritas, verbo ad verbum no respectivo cartório ou ofício, mencionando, inclusive, o número do livro e das folhas do competente registro.

§ 3.º Aos adquirentes, ao receberem os respectivos instrumentos, será obrigatoriamente entregue cópia, impressa ou mimeografada, autenticada, do contrato-padrão, contendo as cláusulas, termos e condições referidas no § 1.º deste artigo.

§ 4.º Os cartórios de Registro de Imóveis, para os devidos efeitos, receberão dos incorporadores, autenticadamente, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 68. Os proprietários ou titulares de direito aquisitivo sobre as terras rurais ou os terrenos onde pretendam construir ou mandar construir habitações isoladas para aliená-las antes de concluídas, mediante pagamento do preço a prazo, deverão, previamente, satisfazer às exigências constantes no art. 32, ficando sujeitos ao regime instituído nesta Lei, para os incorporadores, no que lhes for aplicável.

Art. 69. O Poder Executivo baixará no prazo de 90 dias, regulamento sobre o registro no Registro de Imóveis VETADO.

Art. 70. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 5.481, de 25 de junho de 1928 e quaisquer disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Milton Soares Campos

Publicado no "Diário Oficial da União" de 21/12/64.

LEI N.º 4.864 - DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965

Cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Sem prejuízo das disposições da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964 os contratos que tiverem por objeto a venda ou a construção de habitações com pagamento a prazo poderão prever a correção monetária da dívida, com o conseqüente reajustamento das prestações mensais de amortização e juros, observadas as seguintes normas:

I - Somente poderão ser corrigidos os contratos de venda, promessa de venda, cessão e promessa de cessão, ou de construção, que tenham por objeto imóveis construídos ou terrenos cuja construção esteja contratada, inclusive unidades autônomas e respectivas quotas ideais de terreno em edificação ou conjunto de edificações incorporadas em condomínio.

II - A parte financeira, sujeita à correção monetária, deverá ser paga em prestações mensais de igual valor, incluindo amortização e juros convencionados à taxa máxima fixada pelo Conselho Monetário Nacional, admitida a fixação em contrato das prestações posteriores à entrega da unidade autônoma em valor diverso do das anteriores à entrega, sendo vedada a correção do valor de prestações intermediárias, se houver, e do saldo devedor a elas correspondente, exceção feita à prestação vinculada à entrega das chaves, desde que não seja superior, inicialmente, a 10% (dez por cento) do valor original da parte financiada.

III - O saldo devedor e as prestações serão corrigidos em períodos não inferiores a 6 (seis) meses com base em índices de preços apurados pelo Conselho Nacional de Economia, ou pela Fundação Getúlio Vargas, e o contrato deverá indicar em detalhe as condições do reajustamento e o índice convencionado.

IV - O reajustamento das prestações não poderá entrar em vigor antes de decorridos 60 (sessenta) dias do término do mês da correção.

V - Nas condições previstas no contrato, o adquirente, poderá liquidar antecipadamente a dívida ou parte da mesma.

VI - A rescisão do contrato por inadimplemento do adquirente somente poderá ocorrer após o atraso de, no mínimo, 3 (três) meses do vencimento de qualquer obrigação contratual ou de 3 (três) prestações mensais, assegurado ao devedor o direito de purgar a mora dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do vencimento da obrigação não cumprida ou da primeira prestação não paga.

VII - Nos casos de rescisão a que se refere o item anterior, o alienante poderá promover a transferência para terceiro dos direitos decorrentes do contrato, observadas, no que forem aplicáveis, as disposições dos §§ 1.º a 8.º do art. 63 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ficando o alienante, para tal fim, investido dos poderes naqueles dispositivos conferidos à Comissão de Representantes.

VIII - VETADO ...

IX - VETADO ...

§ 1.º Os contratos de aquisição de imóveis a que se refere o art. 63 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, poderão prever a correção monetária nos termos do item III deste artigo.

§ 2.º As diferenças nominais no principal dos contratos referidos neste artigo e seus parágrafos, resultantes da correção monetária, não constituirão rendimento tributável para efeitos do imposto de renda.

§ 3.º Nos casos e nas condições aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, as entidades integrantes do sistema financeiro de habitação poderão operar com as cláusulas de correção previstas neste artigo, quer nas obrigações ativas, quer nas passivas.

Art. 2.º Quando o valor do imóvel, nos contratos a que se refere o artigo anterior, não exceder a 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, será obrigatória a contratação, nos moldes preconizados pelo Banco Nacional de Habitação, como parte integrante dos contratos e durante sua vigência, do seguro de vida de renda temporária em nome e benefício do adquirente.

Parágrafo único. Nos contratos com valor superior a 200 (duzentas) e até 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, será facultativo, a critério do adquirente, o cumprimento do disposto neste artigo, quando do contrato constar o compromisso expresso do alienante em oferecer ao espólio do adquirente a opção, por 90 (noventa) dias, entre continuar com a unidade nas condições do contrato ou receber, em prazo igual ao de sua vigência, a devolução de todas

as prestações pagas, com a respectiva correção monetária e juros à taxa que for convencionada.

Art. 3.º Nos casos de rescisão, por culpa do alienante, dos contratos a que se refere o art. 1.º, a indenização a que o adquirente tiver direito será corrigida monetariamente até o seu efetivo pagamento segundo os mesmos índices de correção fixados no contrato rescindido.

Art. 4.º Os itens I, II e III do art. 12 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a ter a seguinte redação:

"I - no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos deverão estar aplicados em habitações de valor unitário inferior a 300 (trezentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;

II - no máximo 20% (vinte por cento) dos recursos poderão estar aplicados em habitações de valor unitário superior a 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País;

III - serão vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 500 (quinhentas) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País."

Art. 5.º O art. 2.º da Lei n.º 4.591, de 16 de setembro de 1964, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 1.º. O direito à guarda de veículos nas garagens ou locais a isso destinados nas edificações ou conjuntos de edificações será tratado como objeto de propriedade exclusiva, com ressalva das restrições que ao mesmo sejam impostas por instrumentos contratuais, adequados, e será vinculada à unidade habitacional a que corresponder, no caso de não lhe ser atribuída fração ideal específica de terreno.

§ 2.º O direito de que trata o § 1.º deste artigo poderá ser transferido a outro condômino, independentemente da alienação da unidade a que corresponder, vedada sua transferência a pessoas estranhas ao condomínio.

§ 3.º Nos edifícios-garagem, às vagas serão atribuídas frações ideais de terreno específicas".

Art. 6.º No caso de um conjunto de edificações a que se refere o artigo 8.º da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, poder-se-á estipular o desdobramento da incorporação em várias incorporações, fixando a convenção de condomínio ou contrato prévio, quando a incorporação ainda estiver subordinada a períodos de carência, os direitos e as relações de propriedade entre condôminos de várias edificações.

Art. 7.º O art. 9.º da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 4.º No caso de conjunto de edificações, a que se refere o art. 8.º, a convenção de condomínio fixará os direitos e as relações de propriedade entre os condôminos das várias edificações, podendo estipular formas pelas quais se passam desmembrar e alienar porções do terreno, inclusive as edificadas".

Art. 8.º O art. 18 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A desapropriação de edificações ou conjuntos de edificações abrangerá sempre a sua totalidade, com todas as suas dependências, indenizando-se os proprietários das unidades expropriadas".

Art. 9.º As disposições dos arts. 28 e seguintes, da Lei n.º 4.591, de 18 de dezembro de 1964, não se aplicam às incorporações iniciadas antes de 10 de março de 1965.

§ 1.º Caracteriza o início da incorporação, para o efeito deste artigo, a venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de quota ideal de terreno vinculada a projeto de construção, ou o contrato de construção assinado pelo incorporador, ou por adquirente.

§ 2.º Os instrumentos de contrato referidos no parágrafo anterior somente farão prova de início da execução da incorporação, quando o respectivo imposto do Mo tiver sido pago antes da data desta Lei.

Art. 10. O art. 32 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"§ 8.º O Oficial do Registro de Imóveis que não observar os prazos previstos no § 6.º ficará sujeito a penalidade imposta pela autoridade judiciária competente em montante igual ao dos emolumentos devidos pelo registro de que trata este artigo, aplicável por quinzena ou fração de quinzena de superação de cada um daqueles prazos.

§ 9.º O Oficial do Registro de Imóveis não responde pela exatidão dos documentos que lhe forem apresentados para arquivamento em obediência ao disposto nas alíneas e, g, h, l, e p deste artigo, desde que assinados pelo profissional responsável pela obra.

§ 10. As plantas do projeto aprovado (alínea d deste artigo) poderão ser apresentadas em cópia autenticada pelo profissional responsável pela obra, acompanhada de cópia da licença de construção.

§ 11. Até 30 de junho de 1966 se, dentro de 15 (quinze) dias da entrega ao Cartório do Registro de Imóveis da documentação completa prevista neste artigo, feita por carta enviada pelo Ofício de Títulos e Documentos, não tiver o Cartório de Imóveis entregue a certidão de arquivamento e registro, nem formulado, por escrito, as exigências previstas no § 6.º, considerar-se-á de pleno direito completado o registro provisório.

§ 12. O registro provisório previsto no parágrafo anterior autoriza o incorporador a negociar as unidades da incorporação, indicando na sua publicação e número do Registro de Títulos e Documentos referente à remessa dos documentos ao Cartório de Imóveis, sem prejuízo, todavia, da sua responsabilidade perante o adquirente da unidade e da obrigação de satisfazer às exigências posteriormente formuladas pelo Cartório, bem como de completar o registro definitivo".

Parágrafo único. Às alíneas do art. 32 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescida a seguinte:

"p) declaração, acompanhada de plantas elucidativas, sobre o número de veículos que a garagem comporta e os locais destinados à guarda dos mesmos".

Art. 11. O art. 65 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo: .

"§ 3.º Em qualquer fase do procedimento criminal objeto deste artigo, a prisão do indicado dependerá sempre de mandado do Juízo referido no § 2.º".

Art. 12. Fica elevado para 180 (cento e oitenta) dias o prazo de validade de registro da incorporação a que se refere o art. 33 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 13. É de 60 (sessenta) dias o prazo máximo concedido ao incorporador, no art. 35 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 14. Até 31 de dezembro de 1966, os sindicatos da indústria da construção civil, nas suas respectivas bases territoriais, atenderão ao disposto no art. 54 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, com base em critérios, normas e tipos de prédios padronizados que adotarem, mediante estudos próprios ou contratados.

Parágrafo único. O incorporador, ao elaborar a avaliação do custo global da obra para atendimento do disposto na alínea h do art. 32 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, utilizará a custo unitário, divulgado pelo sindicato na forma deste artigo, referente ao tipo de prédio padronizado que mais se aproxime do prédio objeto da incorporação.

Art. 15. O Banco Central manterá um fundo de compensação de variações cambiais e monetárias relativas a empréstimos externos para financiamento de projetos ou planos de construção e

venda de habitações no País.

§ 1.º Compete ao Banco Central a prévia aprovação dos contratos de empréstimos externos para as finalidades previstas neste artigo.

§ 2.º O Banco Central poderá assegurar aos mutuários dos empréstimos externos aprovados nos termos do parágrafo anterior a aquisição de câmbio para liquidação dos encargos de amortização e juros a taxas contratadas, atualizadas, monetariamente segundo os mesmos índices e condições de correção previstos na Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nesta Lei.

§ 3.º As eventuais diferenças entre as taxas de câmbio resultantes da atualização referida no parágrafo anterior e as taxas efetivamente pagas para liquidação das obrigações externas serão compensadas no fundo previsto neste artigo, e o saldo final existente pertencerá ao Tesouro Nacional, ou será de responsabilidade deste.

§ 4.º Os empréstimos, objeto deste artigo, que se destinarem às entidades integrantes do sistema financeiro de habitação, serão submetidos ao Banco Nacional de Habitação e, somente após o pronunciamento deste, apresentados ao Banco Central para os fins do § 1.º.

§ 5.º Os bancos de investimento a que se refere o art. 29 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, poderão repassar, na moeda de origem ou mediante cláusula de paridade cambial, os empréstimos que contratarem no exterior registrados no Banco Central.

§ 6.º Todas as transferências financeiras resultantes do disposto neste artigo não estão sujeitas a quaisquer encargos financeiros ou empréstimos compulsórios.

Art. 16. O art. 13 e seus parágrafos, da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à razão de 10% (dez por cento), as importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a pessoas físicas, a título de juros, cujo montante exceda, em cada semestre, a Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros).

Parágrafo único. As importâncias retidas nos termos deste artigo serão abatidas do imposto apurado na declaração anual da pessoa física".

Art. 17 - Não se aplica a Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, às locações dos imóveis cujo "habite-se" venha a ser concedido após a publicação desta Lei, sendo livre a convenção entre as partes e admitida a correção monetária dos aluguéis, na forma e pelos índices que o contrato determinar.

Parágrafo único. Findo o prazo de locação do imóvel a que se refere este artigo, ou em caso de sua locação por tempo indeterminado, o locatário, notificado para sua entrega, por não convir ao locador continuar a locação, terá o prazo de 3 (três) meses para o desocupar, se for urbano.

Art. 18. Na construção de imóveis, o imposto do selo será recolhido no mês subsequente ao término de cada semestre civil, calculado sobre o montante recebido pelo construtor durante o semestre civil encerrado, a título de pagamento do preço da obra ou de remuneração pelos serviços ajustados.

§ 1.º Os contratos de construção por administração, para os efeitos do imposto no selo, são equiparados aos de empreitada de mão-de-obra.

§ 2.º O disposto na letra K da nota 7.ª da alínea I do Anexo I da Lei n.º 4.505, de 30 de novembro de 1964, aplica-se ao financiamento da venda de bens móveis destinados à construção de imóveis em que o adquirente for o condômino a que se refere o inciso I do art. 58 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

§ 3.º Não incidirá o imposto do selo sobre as obrigações a que se refere o inciso II do art. 58 da

Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, inclusive sobre o pagamento das penalidades aplicadas na forma do disposto nos §§ 8.º e 9.º do art. 63 da mesma Lei, bem como sobre a utilização desses recursos em pagamento dos débitos de responsabilidade do condomínio, quer feito diretamente pela Comissão de Representantes, quer não.

§ 4.º As sub-rogações, cessões ou transferências de contratos de construção serão tributadas sobre o montante recebido pelo construtor desde o término do semestre civil anterior até a data da sub-rogação, cessão ou transferência.

Art. 19. Nos contratos de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de imóveis para pagamento em prazo superior a dois anos será responsável pelo pagamento do imposto do selo o vendedor, cedente, promitente vendedor ou cedente, sempre que for pessoa jurídica.

§ 1.º Nos contratos imobiliários a que se refere o art. 63 da Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965, será responsável pelo pagamento do imposto a sociedade imobiliária adquirente.

§ 2.º Nos contratos referidos neste artigo e seu § 1.º, o imposto de selo será recolhido no mês seguinte ao término de cada semestre civil, calculado à taxa de 1% (um por cento) sobre o montante total das prestações efetivamente líquidas no semestre vencido.

Art. 20. O Banco Central poderá autorizar as sociedades de crédito e financiamento a se transformarem em sociedades de crédito imobiliário, com as características que lhes atribui a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, ou a manterem carteira especializada nas operações próprias das sociedades de crédito imobiliário.

§ 1.º Compete ao Conselho Monetário Nacional disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado de capitais ou financeiro e fixar as condições que deverão observar nas suas operações ativas e passivas.

§ 2.º Compete ao Banco Central o registro, a autorização para funcionamento, a fiscalização e todas as demais medidas previstas na Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, para o funcionamento das sociedades de crédito imobiliário.

§ 3.º Quando o Conselho Monetário Nacional se reunir para as finalidades a que se refere o § 1.º, participará da reunião, com direito a voto, o Presidente do B.N.H.

§ 4.º Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as entidades financeiras de que trata este artigo poderão operar em um sistema integrado de acumulação de poupanças e empréstimos, aplicando-se o disposto no § 1.º do art. 7.º da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. 21. Nas suas operações de crédito imobiliário, as Caixas Econômicas, ouvido o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, darão preferência ao financiamento de projetos de iniciativa privada para a construção e venda a prazo, em edificações, ou conjunto de edificações, de unidades habitacionais de interesse social, ou destinadas às classes de nível médio de renda.

§ 1.º Nas operações previstas neste artigo, as Caixas Econômicas poderão financiar, mediante abertura de crédito a ser utilizado pelo empresário, à medida da entrega das unidades habitacionais, admitido o contrato prévio de promessa de financiamento.

§ 2.º Nas condições que o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais fixar, poderá ser permitida a utilização, antes da entrega das unidades e em função da execução da obra, de até 60% (sessenta por cento) do financiamento contratado.

§ 3.º Nas operações a que se referem os §§ 1.º e 2.º deste artigo, poderá ser previsto que o valor nominal dos desembolsos ajustados seja atualizado monetariamente à data de sua efetiva entrega ao financiado.

§ 4.º Nas operações previstas nos §§ 1.º e 2.º deste artigo, a correção monetária do débito e os juros cobrados incidirão apenas sobre o saldo devedor da parcela do financiamento que tenha sido efetivamente realizada.

§ 5.º O disposto neste artigo e seus parágrafos poderá ser aplicado nas operações contratadas diretamente com pessoas físicas.

Art. 22. Os créditos abertos nos termos do artigo anterior pelas Caixas Econômicas, bem como pelas sociedades de crédito imobiliário, poderão ser garantidos pela caução, a cessão parcial ou a cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de alienação das unidades habitacionais integrantes do projeto financiado.

§ 1.º Nas aberturas de crédito garantidas pela caução referida neste artigo, vencido o contrato por inadimplemento da empresa financiada, o credor teia o direito de, independentemente de qualquer procedimento judicial e com preferência sobre todos os demais credores da empresa financiada, haver os créditos caucionados diretamente dos adquirentes das unidades habitacionais, até a final liquidação do crédito garantido.

§ 2.º Na cessão parcial referida neste artigo, o credor é titular dos direitos cedidos na percentagem prevista no contrato, podendo, mediante comunicações ao adquirente da unidade habitacional, exigir, diretamente, o pagamento em cada prestação da sua percentagem nos direitos cedidos.

Art. 23. Na cessão fiduciária em garantia referida no art. 22, o credor é titular fiduciário dos direitos cedidos até a liquidação da dívida garantida, continuando o devedor a exercer os direitos em nome do credor, segundo as condições do contrato e com as responsabilidades de depositário.

§ 1.º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o credor fiduciário poderá, mediante comunicação aos adquirentes das unidades habitacionais, passar a exercer diretamente todos os direitos decorrentes dos créditos cedidos, aplicando as importâncias recebidas no pagamento do seu crédito e nas despesas decorrentes da cobrança, e entregando ao devedor o saldo porventura apurado.

§ 2.º Se a importância recebida na realização dos direitos cedidos não bastar para pagar o crédito do credor fiduciário, bem como as despesas referidas no parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo remanescente.

§ 3.º É nula a cláusula que autoriza o cessionário fiduciário a ficar com os direitos cedidos em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 4.º A cessão fiduciária, em garantia somente valerá contra terceiros depois que o seu instrumento público ou particular, qualquer que seja o seu valor, for arquivado por cópia no Registro de Títulos e Documentos.

Art. 24. Nas condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, as sociedades de crédito imobiliário poderão operar nas modalidades do financiamento referida nos arts. 21 e 22, mediante aceite de letras de câmbio reajustáveis sacadas pela empresa financiada, cujos valores e vencimentos, correspondentes aos direitos caucionados, tenham sido cedidos parcialmente, ou cedidos fiduciariamente em garantia.

Art. 25. O art. 11 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista de que o Poder Público seja majoritário, distribuir-se-ão, permanentemente, da seguinte forma:

I - em habitações de valor unitário inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo mensal, vigente no País, uma percentagem mínima dos recursos a ser fixada, bianualmente, pelo Banco

Nacional de Habitação, em função das condições do mercado e das regiões, e por instituição ou tipo da instituição.

II - em habitações de valor unitário compreendido entre 300 (trezentas) e 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo, vigente no País, no máximo, 20% (vinte por cento) dos recursos, vedadas as aplicações em habitações de valor unitário superior a 400 (quatrocentas) vezes o maior salário-mínimo citado.

§ 1.º Dentro do limite de recursos obrigatoriamente aplicados em habitações de valor unitário inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo do País, o Banco Nacional - de Habitação fixará, para cada região ou localidade, a percentagem mínima de recursos que devem ser aplicados no financiamento de projetos destinados à eliminação de favelas, mocambos e outras aglomerações em condições sub-humanas de habitação.

§ 2.º Nas aplicações a que se refere o inciso II, a parcela financiada do valor do imóvel não poderá ultrapassar 80 % (oitenta por cento) do mesmo.

§ 3.º Os recursos aplicados ou com aplicação contratada, no setor habitacional, na data da publicação desta Lei, pelas entidades estatais, inclusive sociedades de economia mista, não serão computados nas percentagens de aplicação a que se refere este artigo.

§ 4.º O disposto neste artigo não se aplica aos processos das Caixas Econômicas Federais, Caixas Militares e IPASE, já deferidos pelos órgãos e autoridades competentes, na data da publicação desta Lei.

§ 5.º Em função das condições de mercado e das regiões, o Banco Nacional de Habitação poderá alterar os critérios de distribuição das aplicações previstas no inciso II deste artigo".

Art. 26. O art. 23 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a ter a seguinte redação: "Art. 23. A construção de prédios residenciais, cujo custo seja superior a 850 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, considerado esse custo para cada unidade residencial, seja em prédio individual, seja em edifícios de apartamentos ou vilas, fica sujeita ao pagamento de uma subscrição pelo proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário do respectivo terreno, de letras imobiliárias emitidas pelo Banco Nacional de Habitação, com as características do art. 45 desta Lei.

§ 1.º O montante dessa subscrição será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da construção, quando esta estiver entre os limites de 850 e 1.150 vezes o maior salário-mínimo vigente no País à época da concessão do respectivo "habite-se" e de 10% (dez por cento) sobre o que exceder de tal limite.

§ 2.º As autoridades municipais, antes de concederem o "habite-se" para os prédios residenciais, exigirão do construtor uma declaração do seu custo efetivo e, quando for o caso, do proprietário comprovação do cumprimento do disposto no presente artigo.

§ 3.º Só poderão gozar dos benefícios e vantagens previstos na presente Lei os municípios que obedecerem ao disposto neste artigo".

Art. 27. Os §§ 2.º e 3.º do art. 52 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a ter a seguinte redação:

"§ 2.º O valor em cruzeiros correntes da Unidade-Padrão do capital será reajustado semestralmente, com base nos índices do Conselho Nacional de Economia, referidos no art. 5.º, § 1.º, desta Lei.

§ 3.º Os reajustamentos entrarão em vigor 60 (sessenta) dias após a publicação dos índices referidos no parágrafo anterior".

Art. 28. O § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar desdobrado em §§ 2.º e 3.º e com a seguinte redação:

"§ 2.º Esta Lei não se aplica às locações para fins não residenciais as quais se regerão pelo Código Civil ou pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, conforme o caso, admitida a correção monetária dos alugueis na forma e pelos índices que o contrato fixar, ou na falta de estipulação, por arbitramento judicial, de dois em dois anos.

§ 3.º Na hipótese de não ser proposta ação renovatória de locações regidas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, no prazo legal, as condições da renovação, bem como a fixação e a revisão do aluguel se subordinarão ao Código Civil, caso o locador não pretenda a retomada do imóvel".

Art. 29. As modificações, os acréscimos e os melhoramentos de edifício em construção, bem como os acabamentos especiais e partes complementares das respectivas unidades autônomas, inclusive decoração permanente, serão consideradas partes integrantes da obra, para efeito de tributação. quando executados, em cada unidade, antes da respectiva entrega.

Art. 30. Todas as aplicações do sistema financeiro de habitação, inclusive entidades estatais, paraestatais e sociedades de economia mista em que haja participação majoritária do Poder Público, em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente feitas com estipulação de correção monetária de acordo com os arts. 5.º e 6.º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, e § 3.º do art. 1.º desta Lei.

Parágrafo único. Incide nas penalidades aplicáveis à ação ou omissão praticada no exercício de cargos ou funções públicas, capituláveis entre as responsabilidades administrativas. conforme estipula o Estatuto dos Funcionários Públicos, o funcionário ou autoridade que descumprir o disposto neste artigo.

Art. 31. Ficam isentas do imposto de consumo as casas e edificações pré-fabricadas, inclusive os respectivos componentes quando destinados a montagem, constituídos por painéis de parede, de piso e cobertura, estacas, baldrame, pilares e vigas, desde que façam parte integrante de unidade fornecida diretamente pela indústria de pré-fabricação e desde que os materiais empregados na produção desses componentes, quando sujeitos ao tributo, tenham sido regularmente tributados.

Art. 32. VETADO...

Parágrafo único. VETADO.

Art. 33. VETADO...

Art. 34. Não incidirá o imposto do selo sobre as seguintes obrigações relativas a transações imobiliárias:

- a) contratos de promessa de financiamento em que uma das partes seja instituição financeira;
- b) cartas de intenção de financiamento em que uma das partes seja instituição financeira;
- c) cessão de direitos que constitua cumprimento de promessa de cessão de direitos já tributada;
- d) opção de compra ou venda de bens imóveis;
- e) os adiantamentos ou reembolsos efetuados pelo proprietário ao construtor para pagamento de débitos de sua responsabilidade.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Magalhães

Bulhões

Publicado no "Diário Oficial da União" - 30/11/65

Juracy
Octávio

CONDOMÍNIOS E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS

DECRETO 55.815, DE 8-3-1965

"Art. 1.º - Os incorporadores sujeitos ao regime da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ficam obrigados, em todo o território nacional, antes de anunciar a venda, a depositar no cartório de Registro de Imóveis, da respectiva circunscrição, os seguintes documentos:

- a) Título de proprietário do terreno ou promessa de compra e venda, irrevogável e irretratável, ou de cessão de direitos ou de permuta, no qual conste cláusula de imissão de posse do imóvel, e não haja estipulações impeditivas de sua alienação em frações ideais e inclua consentimento para demolição e construção, devidamente registrado;
- b) Certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais, de protestos de títulos, de ações cíveis e criminais, e de ônus reais relativamente ao imóvel, aos alienantes do terreno e ao incorporador;
- c) Histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos vinte anos, acompanhado de certidão dos respectivos registros;
- d) Projeto de construção devidamente aprovado pelas autoridades competentes;
- e) Cálculo das áreas das edificações, discriminando, além da global, a das partes comuns e indicando cada tipo de unidade e respectiva metragem da área construída;
- f) Certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições;
- g) Memorial descritivo das especificações da obra projetada, segundo modelo a que se refere o inciso IV, do artigo 58, da Lei número 4.591, de 16-12-1964;
- h) Avaliação do custo global da obra, atualizada à data do arquivamento, calculada de acordo com a norma do inciso. III, do artigo 53, da Lei número 4.591, com base no custo unitário, referido no artigo 54, da mesma Lei, discriminando-se, também, o custo construção de cada unidade, devidamente autenticada pelo profissional responsável pela obra;
- i) Discriminação das frações ideais de terreno com as unidades autônomas que a elas corresponderão;
- j) Minuto da futura Convenção de condomínio que regerá a edificação ou o conjunto de edificações;
- l) Declaração em que se defina a parcela do preço de que trata o inciso II, do artigo 39, da Lei número 4.591, citada;
- m) Certidão do instrumento público de mandato, referido no § 1.º do artigo 31, da Lei número 4.591;
- n) Declaração expressa em que se fixe, se houver, o prazo de carência (artigo 34) ;
- o) Atestado de idoneidade financeira do incorporador, fornecida por estabelecimento de crédito, que opere no País há mais de cinco anos.

§ 1.º - A documentação referida neste artigo, após exame do oficial do Registro de Imóveis, será arquivada em cartório, fazendo-se o competente registro.

§ 2.º - Os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas, serão averbados à margem do registro de que trata este artigo.

§ 3.º - O número do registro referido no parágrafo 1.º, bem como a indicação do cartório competente, constará, obrigatoriamente, dos anúncios, impressos e publicações, propostas, contratos preliminares ou definitivos, referentes à incorporação, salvo os anúncios "classificados".

§ 4.º - O Registro de Imóveis dará certidão ou fornecerá, a quem o solicitar, cópia fotostática, heliográfica, microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos especificados neste artigo, ou autenticará cópia apresentada pela parte interessada.

§ 5.º - A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos da alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos, extraídos do registro, a existência e extensão dos mesmos.

§ 6.º - Os oficiais do Registro de Imóveis terão 15 dias para apresentar, por escrito, todas as

exigências que julgarem necessárias ao registro e arquivamento, e, satisfeitas elas, terão o prazo de 15 dias para fornecer certidão, relacionando a documentação apresentada, e devolver, autenticadas, as segundas vias da mencionada documentação, com exceção dos documentos públicos. Em caso de divergência, o oficial levantará dúvida, segundo as normas processuais aplicáveis (Decreto número 4.857, de 1939, artigo 215 e seguintes).

§ 7.º - O Oficial do Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à Lei, eu ter certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos, cabendo-lhe fiscalizar o cumprimento dos requisitos e exigências legais.

Art. 2.º - Recebido o memorial e os documentos mencionados no artigo anterior, o Oficial do Registro de Imóveis, depois de autuá-los, dará recibo ao apresentante, procedendo à seguir no exame dos mesmos, observados os prazos estabelecidos no parágrafo 6.º do artigo 1.º.

§ 1.º - O Oficial procederá ao registro se os documentos estiverem em ordem. Caso contrário, o apresentante será notificado para atender as exigências da Lei dentro de prazo razoável que lhe será concedido.

§ 2.º - Não se conformando o apresentante, o Oficial suscitará dúvida e os autos serão, desde logo, conclusos ao juiz competente para conhecer da impugnação.

Art. 3.º - Decidindo o juiz pela procedência da dúvida, o Oficial cancelará a apresentação do memorial e dos documentos, devolvendo-os ao apresentante, e declarando, em certidão, que a dúvida foi julgada procedente e arquivado o mandado judicial.

Art. 4.º - Os registros instituídos pela Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, serão escriturados no Livro 8 - Registro Especial - sem prejuízo das anotações e referências aos demais livros do cartório:

- a) Por inscrição, o memorial da propriedade edificada;
- b) Por averbação, os contratos de compromisso de venda, suas transferências e rescisões.

Art. 5.º - A averbação dos contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão desta ou de promessa de cessão, aludidos no parágrafo 2.º do artigo 1.º, atribui aos compromissários direito real oponível a terceiros e far-se-á à vista do instrumento de compromisso, em o qual o Oficial lançará a nota indicativa do livro, página e data do assento.

Art. 6.º - A inscrição não pode ser cancelada senão:

- a) Em cumprimento de sentença;
- b) A requerimento do incorporador, enquanto nenhuma unidade for objeto de compromisso devidamente averbado, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou seus cessionários, expresso em documento por eles assinado ou por procuradores com poderes especiais.

Art. 7.º - O registro, instituído pela Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, tanto por inscrição, quanto por averbação, não substitui o dos atos constitutivos ou translativos dos direitos reais, na forma e para os efeitos das leis ou regulamentos dos registros públicos, que continuam em vigor (decretos 4.857, de 9 de novembro de 1939, e número 5.318, de 29 de fevereiro de 1940).

Art. 8.º - Toda a documentação manuscrita, datilografada ou impressa enumerada nos incisos "c", "d", "e", "g", "h", "i", "j", "l", "n", e "o", do artigo 1.º será apresentada a cartório em duas vias, autenticadas pelos incorporadores, devidamente reconhecidas as firmas.

Parágrafo único - É indispensável a outorga uxória quando seja casado o vendedor.

Art. 9.º - Será averbada no respectivo registro a desistência da incorporação, após a mesma ser denunciada ao oficial na forma do artigo 33, parágrafos 4.º e 5.º, da Lei número 4.591, de 16-12-

64, no prazo de carência, fixado nos termos do artigo 32, alínea "n", arquivando-se o documento.

Art. 10 - O falecimento do contratante não resolve o contrato, que se transmitirá aos herdeiros.

Art. 11.º - Cancela-se a averbação:

- a) a requerimento dos contratantes do compromisso;
- b) pela resolução do contrato;
- c) pela transcrição da escritura de compra e venda;
- d) por mandado judicial.

Art. 12.º - No livro de transcrição, e à margem do registro de memorial de propriedade edificada, averbar-se-á a inscrição assim que efetuada.

Art. 13.º - Será averbada, mediante requerimento, a construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades autônomas.

Art. 14.º - Far-se-á o registro da Convenção do Condomínio no Registro de Imóveis, bem como a averbação de suas eventuais alterações e, instituído o condomínio por unidades autônomas a inscrição contera a individualização, identificação e discriminação de cada uma, bem como a fração ideal do terreno e partes comuns correspondentes.

Art. 15.º - Pelas buscas que efetuar e pelos registros que fizer, decorrentes da Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, o Oficial do Registro de Imóveis terá direito aos emolumentos fixados no Regimento de Custas para procedimentos análogos.

Art. 16.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

PROVIMENTO N. 1/65

O Doutor Antônio Macedo de Campos, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e atendendo às dúvidas e dificuldades suscitadas na aplicação da lei federal n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e do decreto n. 55.815 de 8 de março do corrente ano, que estabeleceu normas para a escrituração dos registros criados pela referida lei; e atendendo a conveniência de adotar-se orientação uniforme quanto a esses registros, RECOMENDA aos Srs. Oficiais de Cartórios de Registros de Imóveis desta Capital o seguinte.

1. Recebidos o memorial e documentos a que se refere o art. 1.º do decreto n. 55.815, o Oficial de Registro de Imóveis os fará autuar e dará recibo deles ao apresentante, protocolando a seguir o processo (decreto n. 55.815, art. 2.º).

2. Autuará o Oficial do Registro de Imóveis em separado com a indicação de tratar-se de segunda via do processo, as outras vias autenticadas com as firmas devidamente reconhecidas dos documentos enumerados nas alíneas c - d - e - g - h - i - j - l - m - n - o do artigo 1.º do decreto n. 55.815 (decreto n. 55.815, artigo 8.º), podendo o Oficial dar certidão ou fornecer a quem o solicitar cópia fotostática, heliográfica-microfilmagem ou outra equivalente, dos documentos a que se refere o mencionado art. 1.º ou autenticar cópia apresentada pela parte interessada (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 4.º).

3. Protocolado o processo, terá o Oficial o prazo de quinze dias para o exame da documentação, apresentando por escrito, todas as exigências que entenda necessárias ao registro, fixando prazo razoável para que sejam satisfeitas (decreto n. 55.815, art. 1.º § 6.º e art. 2.º § 1.º).

4. Se o interessado não se conformar em atender às exigências apresentadas, o Oficial suscitará dúvida, segundo as normas procedimentais aplicáveis (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 6.º e art. 2.º,

§ 2.º).

5.º A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos da alienação, não impede o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos extraídos os registros, a existência e extensão dos mesmos (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 5.º).

6.º Se os documentos estiverem em ordem, se forem satisfeitas as exigências, ou se for julgada improcedente a dúvida, o Oficial no prazo de 15 (quinze) dias, inscreverá a incorporação no Livro e arquivando a primeira via do processo em cartório devolverá a segunda via do processo ao interessado, com certidão, em que relacionará a documentação apresentada de ter feito o registro (decreto n. 55.815 art. 1.º § 6.º, e art. 4.º "a").

No livro de transcrição e à margem do registro da propriedade edificanda, averbará a inscrição assim que efetuada (decreto n. 55.815, art. 12).

7. Julgada procedente a dúvida, o Oficial cancelará a apresentação do memorial e dos documentos devolvendo-se ao apresentante, e declarando em certidão, que a dúvida foi julgada procedente, arquivando o mandado judicial (decreto n. 55.815, art. 3.º).

8. O Oficial de Registro de Imóveis responde, civil e criminalmente, se efetuar o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou se der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos, cabendo-lhe fiscalizar o cumprimento dos requisitos e exigências legais (decreto n. 55.815, art. 1.º, § 7.º).

9. Enquanto não averbada a construção das edificações (Lei n. 4.591, de 16/12/64, art. 44), os contratos de compra e venda, promessa de venda, cessão desta ou de promessa de cessão serão averbados à margem da inscrição da incorporação. A averbação atribui direito real do oponente a terceiros e será efetuada à vista do instrumento do contrato no qual o Oficial lançará nota indicativa do Livro, página e data do assento (decreto n. 55.815, art. 5.º).

10. Também serão averbadas à margem da inscrição da propriedade edificanda, as cartas-propostas ou documentos de ajuste preliminar, no caso do art. 35, § 4.º da Lei n. 4.591, de 16/12/64, e para os efeitos previstos na mesma lei.

11. A inscrição da incorporação será cancelada.

- a) em cumprimento da sentença;
- b) a requerimento do incorporador, enquanto nenhuma unidade for objeto de compromisso devidamente averbado, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou seus cessionários, expresso em documento por eles assinado ou por procuradores com poderes especiais (decreto n. 55.815, art. 6.º) ;
- c) pela desistência da incorporação, mediante denúncia por parte do incorporador ou do outorgante do mandato de que trata o § 1.º do art. 31 da Lei n.º 4.591, de 16/12/64, nos casos previstos nos arts. 34, §§ 4.º e 5.º, e 35, § 3.º, da mesma Lei.

Cancelada a inscrição, o documento que determinou o cancelamento será arquivado, juntando-se ao processo de incorporação (decreto n.º 55.815, art. 6.º e 9.º; Lei n.º 4.591, art. 34, § 4.º e 5.º e art. 35, § 3.º).

12. O cancelamento da averbação dos contratos de compra e venda, de promessa de venda, cessão desta ou promessa de cessão, a que se refere o art. 5.º do decreto n. 55.815, será feito;

- a) por mandado judicial;
- b) a requerimento dos contratantes do compromisso;
- c) pela resolução do contrato;
- d) pela transcrição da escritura de compra e venda; (decreto n.º 55.815, art. 11).

13. O registro instituído pela Lei n.º 4.591, de 16/12/64, tanto por inscrição como por averbação, não substitui o dos atos constitutivos ou translativos de direitos reais, na forma e para os efeitos

das leis e regulamentos dos registros públicos, que continuam em vigor (decreto n. 55.815, art. 7.º). Averbada a construção das edificações (Lei n.º 4.591, art. 44, decreto n.º 55.815, art. 13), o registro dos contratos de compra e venda, de promessa de venda, cessão desta ou promessa de cessão atenderão ao disposto nessas leis e regulamentos.

14. A convenção de condomínio será inscrita no Livro 8, dela devendo constar os requisitos previstos no art. 9.º, § 3.º, da Lei n.º 4.591, de 16/12/64 e averbando-se suas eventuais alterações (Lei n.º 4.591, art. 9.º, § 1.º e decreto n.º 55.815, art. 14).

15. Instituído o condomínio por unidades autônomas em edificações existentes, por ato entre vivos ou por testamento, será a instituição obrigatoriamente inscrita no livro 8 (Lei n. 4.591, art. 7.º; decreto n.º 55.815, art. 14).

16. A adjudicação liminar de que trata o art. 15 § 2.º, da Lei n. 4.591, de 16/12/64, será inscrita no Livro 8, cancelando-se a inscrição pela transcrição da sentença definitiva (Lei n. 4.591, art. 15, § 7.º) ou mediante mandado judicial.

17. Às incorporações iniciadas antes da publicação do decreto n.º 55.815 não se aplicarão obrigatoriamente as regras sobre os registros especiais por ele regulados. Publique-se.

São Paulo, 30 de junho de 1965.

ANTÔNIO Antônio MACEDO DE CAMPOS
Juiz de Direito da Vara de Registros
Públicos, e da Corregedoria
Permanente.

ANO XVII

Nº 081 - Publicação: Jan/Jun 1967

Redação

No presente numero de nosso "BOLETIM", está incluída a matéria que deveria sair estampada na edição correspondente ao primeiro trimestre do ano em curso, - edição essa que deixou de ser publicada por motivos alheios à nossa vontade.

Podemos assegurar, todavia, que os nossos leitores em nada foram prejudicados com semelhante ocorrência, uma vez que o numero atual, pelo volume e qualidade do material que encerra, vale por três ou quatro das edições costumeiras.

Cumpre-nos, nesta oportunidade, levar ao conhecimento de nossos colegas que a Diretoria da Associação continua empenhando seus melhores esforços junto aos Poderes competentes do Estado, no sentido de obter, para este ano ainda, a total reformulação da lei de aposentadoria dos servidores da Justiça.

A execução de tal medida não comporta, em verdade, maiores dilações, - e os ilustres representantes daqueles Poderes sabem perfeitamente disso, pois não ignoram a situação de verdadeira indigência em que se encontram os servidores aludidos já aposentados.

Promessas solenes, têm por eles sido feitas, de que o problema gravíssimo será solucionado a contento e com a urgência que se impõe, - restando-nos, assim, aguardar confiantes o seu cumprimento, mesmo porque nenhum motivo temos para pôr em duvida a honestidade dos pronunciamentos emitidos a respeito pelos atuais membros dos referidos Poderes.

Consoante os prezados consócios já devem ter tido conhecimento, através da circular que lhes foi remetida, o problema da assistência médico-hospitalar, a que nos referimos em nossa edição anterior, está praticamente resolvido, em face da ultimação das negociações entabuladas para tal fim com a sociedade "CLINICA OSWALDO CRUZ LTDA.", uma das mais idôneas organizações desta Capital especializadas na prestação da assistência aludida.

A Secretaria da Associação organizou um quadro destinado à inscrição dos consócios que, nos termos das condições propostas pela citada organização, desejarem tornar-se beneficiários de seus serviços assistências, - sendo certo, ainda, que dita inscrição está aberta não só aos serventuários, como também aos seus escreventes e auxiliares, conforme, aliás, já foi esclarecido na circular referida.

Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa de grande alcance social, em boa hora adotada pela atual Diretoria da Associação, que não tem medido esforços no sentido de tudo fazer que possa contribuir para beneficiar a nossa classe.

VISITA AO SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO esteve, incorporada, em visita ao titular da Secretaria da Justiça do novo Governo, Dr. Anésio de Paula e Silva, pelo qual foi gentilmente recebida, tendo S. Excia., na ocasião, sido saudado pelo nosso Presidente. Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, nos seguintes termos:

"SR. SECRETÁRIO

A Diretoria da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo tomou a deliberação de vir à presença de V. Excia., não só para cumprimentá-lo pela escolha com que foi distinguido para ocupar o alto cargo em que vem de ser investido, - como também para dizer-lhe que a nossa entidade, louvada no conhecimento que tem dos superiores atributos que caracterizam a sua personalidade, - confia em que V.Excia, não deixará de se interessar pela solução definitiva de um dos mais graves problemas que há muito já vem enfrentando a numerosa classe que representa.

Referimo-nos, Sr. Secretário, ao problema da aposentadoria dos servidores da Justiça, cujos atuais proventos constituem um verdadeiro escárnio, se considerarmos o absurdo de que os mais elevados não chegam, sequer, a igualar o valor de um simples salário mínimo.

Criou-se, assim, para os já aposentados, uma situação que atinge as raias da dramaticidade, pois a grande maioria deles, já velhos e sem forças para tentar novas atividades, se acham reduzidos à condição de autênticos indigentes, - eis que a ninguém é possível sobreviver com a receita de 11.000 a 82.000 cruzeiros velhos, como tais são, em média, as migalhas que percebem após dezenas de anos de trabalho exaustivo.

A nossa entidade, conforme dissemos, de há muito já se vem batendo, junto aos Poderes competentes, para que se ponha termo a tão deplorável quanto degradante situação, mas só o Governo anterior teve a sensibilidade necessária para reconhecer a justeza de seus reclamos e adotar as providências iniciais, indispensáveis ao seu atendimento.

Com efeito, o ilustre antecessor de V. Excia.

- que se revelou, na oportunidade, um verdadeiro e nobre amigo de nossa classe, - tão logo tomou conhecimento do problema e chocado com a injustiça que o caso envolvia, não teve dúvida em nomear, de imediato, uma Comissão para estudá-lo e propor as medidas que julgasse aconselháveis no sentido de lhe dar uma pronta e adequada solução.

Tal Comissão, constituída, aliás, de elementos os mais representativos do nosso Funcionalismo, após dois meses de acurados estudos, houve por bem elaborar um anteprojeto, refundindo, "in totum", a lei vigente, - e o qual, em suas linhas gerais, não pôde deixar de merecer o apoio de

todos os servidores da Justiça.

Infelizmente, - a despeito dos esforços expendidos pelo ilustre antecessor de V. Excia., não lhe foi possível, por escassez de tempo, transformá-lo em mensagem e submetê-lo à aprovação da Egrégia Assembléia Legislativa, na vigência, ainda, do Governo Laudo Natel.

Estamos certos, porém, de que V. Excia.

- dotado, como é, da mesma alta compreensão, e igualmente sensível aos problemas humanos, - não deixará que se perca o trabalho já iniciado, - mas determinará, pelo contrário, as providências que se fizerem mister, no sentido de intimá-lo quanto antes, de modo a que os servidores da Justiça aposentados, sob a égide de V. Excia., obtenham, finalmente, do Governo Abreu Sodré a carta de libertação da miséria que os escraviza. Termino, Sr. Secretário, renovando-lhe os nossos cumprimentos, de envolta com os votos, que fazemos, pelo inteiro êxito de sua gestão, - ao mesmo tempo que pedimos licença para lhe hipotecar a integral solidariedade de toda a classe que temos a honra de representar".

Em resposta à saudação acima transcrita, usou da palavra S. Excia., para dizer da satisfação com que recebia os visitantes, - salientando, outrossim, não desconhecer os problemas da classe, entre os quais avulta, pela sua importância, o relativo à aposentadoria a que o nosso Presidente vinha de referir-se, razão pela qual já se havia disposto a fazer tudo quanto estivesse ao seu alcance para resolvê-lo satisfatoriamente, dentro do mais breve prazo possível, - pois não ignorava a situação aflitiva em que se encontram os servidores da Justiça aposentados em face dos ínfimos proventos que a lei atual lhe concede e cuja reformulação há muito já deveria ter sido empreendida. Adiantou, ainda, S. Excia. contar com a colaboração de nossa classe para solução dos problemas em apreço, terminando por agradecer a visita com que o distinguira a Diretoria do seu órgão representativo.

COMUNICADO

O Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça, comunica aos Srs. Serventuários dos Cartórios extrajudiciais do Estado de São Paulo, que não enviem ao Cartório desta Corregedoria as freqüências mensais e sim a freqüência anual de cada servidor, como determina a R. Portaria 92/66, publicada no Diário da Justiça de 22/12/1966.

- (a)ÉZIO DONATI.

HOMENAGEM AO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Promovida pela Diretoria da Associação, realizou-se dia 20 do mês de Março ultimo, no salão nobre do Jockey Club de São Paulo, um banquete em homenagem ao Exmo. Sr. Desembargador ALCEU CORDEIRO FERNANDES, Corregedor Geral da Justiça do Estado, - homenagem essa que, pelo brilho de que se revestiu, assumiu as proporções de um verdadeiro acontecimento social.

Participaram, do ágape, inúmeros serventuários, não só desta Capital como do Interior, além de expressivo número de colegas e amigos de S. Excia., que, assim, tiveram a oportunidade de render, mais uma vez, ao ilustre homenageado, o preito de sua admiração e do alto apreço em que o têm.

Os Srs. Governador do Estado e Presidente da Assembléia Legislativa, ali se fizeram representar, respectivamente, pelo Secretário da Justiça, Dr. Anésio de Paula e Silva, e Deputado Dr. Camillo Ashear, - tendo ainda distinguido o homenageado, com a sua honrosa presença, o Desembargador Raphael de Barros Monteiro, Presidente do Tribunal de Justiça e outras altas autoridades.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes foi saudado, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, - que, na sua alocução, disse das razões superiores que tinham levado a nossa entidade a homenagear S. Excia., pondo em destaque, ao mesmo tempo, não só as notáveis qualidades de inteligência e de cultura que exornam o espírito do eminente Magistrado, bem como a nobreza de sentimentos que caracteriza a sua personalidade.

Agradecendo, a distinção que lhe era tributada, falou, em seguida, S. Excia., pronunciando brilhante oração, finda a qual foi longamente aplaudido por todos os presentes. Pouco depois, terminou o banquete, que, repetimos, pelo brilho alcançado, constituiu um acontecimento do mais alto e marcante relevo social.

HOMENAGEM AO DR. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO

Tendo o Dr. Francisco Vergueiro Porto, titular do Cartório do 2.º Ofício de Protestos desta Capital, - após longos anos de trabalho dedicados aos serviços da Justiça, - encerrado suas atividades funcionais para poder gozar de merecido repouso, - foi o ilustre Serventuário homenageado com um jantar que se realizou no salão nobre do Jockey Clube de São Paulo, e ao qual compareceu grande numero de colegas e amigos de S. S.

O Dr. Francisco Vergueiro Porto, que por duas vezes consecutivas dirigiu e engrandeceu, como Presidente, a nossa Associação, há muito já se havia tornado um legítimo expoente da classe, que sempre soube dignificar, não só pela elevação com que exercia as suas funções, como também pelo brilho de sua inteligência e pela bondade congênita que caracteriza o seu espírito invulgar.

Foi, assim, das mais justas a homenagem tributada a esse serventuário exemplar, - a qual serviu, ainda, para dar-lhe, de público, o testemunho de que, - embora afastado do cargo em que tanto se destacou - continuará a merecer, como sempre mereceu, de todos os seus colegas e amigos, a mesma admiração e o mesmo apreço de que se tornou credor.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS

O Serviço de Identificação, por intermédio do Setor de Relações Públicas, da Secretaria da Segurança Pública, esclarece o critério que vem adotando após a vigência do art. 16, da Lei Estadual n.º 9.589, de 30 de dezembro de 1966:

São os seguintes os casos de isenção: nos requerimentos de Cédula de Identidade, Carteira de Identidade Modelo 19, Atestado de Antecedentes Criminais e Folha, Corrida, nos termos do Decreto Estadual n.º 31.758, de 14 de abril de 1958, critério esse que já vinha sendo adotado antes.

Após a vigência do art. 16 da referida Lei o Serviço de Identificação também desobrigou tal procedimento nos pedidos de Carteira Passaporte e nas petições dirigidas àquela Diretoria.

Atualmente é obrigatório: a) o reconhecimento da firma do pai, mãe, ou tutor do menor de 16 anos, que consente que seu filho ou tutelado requeira Cédula de Identidade pela primeira vez, desde que o anuente do menor impúbere não seja identificado naquela Repartição e não exiba sua Cédula de Identidade; h) idêntica exigência é feita aos que assinam à rogo do requerente de Cédula de Identidade que é analfabeto, ocorrendo também a isenção de reconhecimento da firma do assinante, desde que este exiba sua Cédula de Identidade; e) nos requerimentos de Carteira Passaporte de menor de idade, exige-se o reconhecimento da firma do pai que autoriza a obtenção de tal documento; d) o reconhecimento de firma das Certidões de nascimento ou casamento, das traduções de passaporte de estrangeiro e da Certidão de Nascimento também é obrigatório, porque são desses documentos que são extraídos os dados a serem escriturados nas Cédulas e Carteiras de Identidade Modelo 19,

D. O . 29/4/67

UM MUNDO SÓ FONTES TORRES

Quando já se aproximava o fim da última guerra, Wendel Wilkie, então Vice-Presidente dos Estados Unidos, teve a oportunidade de fazer uma excursão por vários países aliados, havendo chegado, mesmo, a visitar o teatro das operações e a assistir, na frente teuto-russa, aos combates que então ali se travavam.

Vivamente impressionado com a destruição que por toda parte presenciara e meditando, depois, sobre as proporções atingidas pelo conflito, - que arrastou em sua voragem nações de todos os continentes - resolveu aquele estadista, logo após o seu regresso, escrever um livro ao qual deu o título de "Um Mundo Só".

Pretendeu Wilkie, através dessa obra, chamar a atenção dos povos para o fato de que, fossem quais fossem suas origens étnicas ou as áreas geográficas em que habitassem, eles constituíam, em última instância, uma só família destinada a viver no mesmo e limitado espaço.

Cumpria, portanto, às suas elites dirigentes atentar no significado dessa realidade, pois só mediante a compreensão de suas implicações e o atendimento dos problemas que elas suscitassem, seria possível edificar-se um novo mundo, onde os homens de todos os quadrantes pudessem conviver para sempre em paz.

Como já acontecera ao tempo de Wilson, nos idos de 1918, - e ao calor de cujo idêntico apelo nascera a Liga das Nações - aquelas elites também se decidiram, desta feita, a corporificar o ideal de Wilkie, fundando a Organização das Nações Unidas.

Mas, assim como o sonho acalentado por Wilson ao fim de poucos anos se desfez, sucumbindo ao entrechoque dos interesses privatistas dos países que então se defrontavam, assim também ao sonho de Wilkie parece estar reservado o mesmo trágico destino.

Realmente, a despeito da sobrevivência, até os nossos dias, dessa nova sociedade de povos, que é a O. N. U.

- nunca os seres humanos atravessaram, no curso de sua história, uma época como a atual, de tão profundos desentendimentos e sombrias perspectivas.

Conquanto seja certo que a Humanidade, biologicamente, constitui uma só família, cujos interesses fundamentais são unos e indivisíveis; e embora, fisicamente, tenha por hábitat um mundo só, - a verdade é que os indivíduos vivem, psicologicamente, em mundos diferentes, e impedidos, por conseguinte, de visualizar e atender a tais interesses.

De fato, conforme observa notável pensador contemporâneo, nossos educadores, tanto no lar como na escola, ao em vez de nos ensinarem a pensar, instruem-nos, apenas, sobre o que devemos pensar; - e, assim, somos condicionados, desde o nascimento, por inúmeros padrões de idéias e princípios em obediência aos quais nos comportamos e agimos.

Adquirindo, por força desse condicionamento, uma visão deformada do mundo e de seus problemas, - é natural que a nossa reação ao seu desafio cotidiano se processe inadequadamente e sintamos, na própria carne, as conseqüências desastrosas dessa inadequação.

Enquanto, pois, mentalmente, vivermos isolados em nossos mundos particulares, preocupados, apenas, com nossos problemas pessoais ou da grei a que pertencemos, ignorantes de que os interesses primaciais dos indivíduos em nada se diferenciam, - o ideal de Wilkie e de tantos outros visionários não passará, jamais, de uma esplendida utopia.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

Porque, a final, conforme salienta, ainda, aquele mesmo pensador, a guerra mais não é que a projeção exterior, em forma espetacular, dos conflitos que lavram interiormente, em nossas próprias almas.

DECRETO-LEI N.O 167 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA

N.º..... Vencimento em de de 19

Cr\$

A de

de 19 pagar por esta cédula rural pignoratícia
rural e hipotecária a

..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de

e que será utilizado do seguinte modo:



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

.....
.....
.....
.....

Os juros são devidos à taxa de ao ano

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

sendo de a comissão de fiscalização

.....

O pagamento será efetuado na praça de

.....

Os bens vinculados são os seguintes:

.....
.....
.....
.....
.....

NOTA DE CRÉDITO RURAL

N.º Vencimento em de de 19

Cr\$

A de

de 19 pagar por esta Nota de Crédito Rural



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

..... a

..... ou à sua ordem, a quantia de

.....

em moeda corrente, valor do crédito deferido para financiamento de

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

e que será utilizado do seguinte modo:

.....

.....

.....

.....

.....

Os juros são devidos à taxa de ao ano

.....

.....

sendo de a comissão de fiscalização

.....

.....

O pagamento será efetuado na praça de

.....

.....

(Local e data)

.....

(Assinatura do vendedor)

Reconheço- (emos) a exatidão desta duplicata rural, na importância acima,
que pagarei (emos) a

ou à sua ordem na praça de

.....

(Local e data)

.....

(Assinatura do comprador)

D. O. de 15/2/67

DECRETO-LEI N.º 271 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9.º, § 2.º, do Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

Art. 1.º O loteamento urbano rege-se por este, decreto-lei.

§ 1.º Considera-se loteamento urbano a subdivisão de área em lotes destinados à edificação de qualquer natureza que não se enquadre no disposto no § 2.º deste, artigo.

§ 2.º Considera-se desmembramento a subdivisão de área urbana em lotes para edificação na qual seja aproveitado o sistema viário oficial da cidade ou vila sem que se abram novas vias ou logradouros públicos e sem que se prolonguem ou se modifiquem os existentes.

§ 3.º Considera-se zona urbana, para os fins deste decreto-lei, a da edificação contínua das povoações, as partes adjacentes e as áreas que, a critério dos Municípios possivelmente venham a ser ocupadas por edificações contínuas dentro dos seguintes 10 (dez) anos.

Art. 2.º Obedecidas as normas gerais de diretrizes, apresentação de projeto, especificações técnicas e dimensionais e aprovação a serem baixadas pelo Banco Nacional de Habitação dentro do prazo de 90 (noventa) dias, os Municípios poderão, quanto aos loteamentos:

I - obrigar a sua subordinação às necessidades locais, inclusive quanto a destinação e utilização das áreas, de modo a permitir o desenvolvimento local adequado; ,
II - recusar a sua aprovação ainda que seja apenas para evitar excessivo número de lotes com o conseqüente aumento de investimento subutilizado em obras de infra-estrutura e custeio de serviços.

Art. 3.º Aplica-se aos loteamentos a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1954, equiparando-se o loteador ao incorporador, os compradores de lote aos condôminos. e as obras de infra-estrutura à construção da edificação.

§ 1.º O Poder Executivo, dentro de 160 dias, regulamentará este decreto-lei, especialmente quanto à aplicação da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, aos loteamentos, fazendo inclusive as necessárias adaptações.

§ 2.º O loteamento poderá ser dividido em etapas discriminadas, a critério do loteador, cada uma das quais constituirá um condomínio que poderá ser dissolvido quando da aceitação do

loteamento pela Prefeitura.

Art. 4.º Desde a data da inscrição do loteamento passam a integrar o domínio público de Município as vias e praças e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

Parágrafo único. O proprietário ou loteador poderá requerer ao Juiz competente a reintegração em seu domínio das partes mencionados no corpo deste artigo quando não se efetuarem vendas de lotes.

Art. 5.º Nas desapropriações, não se indenizarão as benfeitorias ou construções realizadas em lotes ou loteamentos irregulares, nem se considerarão como terrenos loteados. ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas como loteamentos urbanos ou para fins urbanos.

Art. 6.º O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com as restrições urbanísticas do loteamento ou contrárias a quaisquer outras normas de edificação ou de urbanização referentes aos lotes.

Art. 7.º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de interesse, social: § 1.º A concessão de uso poderá ser contratada por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2.º Desde a inscrição da concessão de uso, o concessionário fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3.º Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4.º A concessão de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência.

Art. 8.º É permitida a concessão de uso do espaço aéreo sobre a superfície de terrenos públicos ou particulares, tomada em projeção vertical, nos termos e para os fins do artigo anterior e na forma que for regulamentada.

Art. 9.º Este decreto-lei não se aplica aos loteamentos que na data da publicação deste decreto-lei já estiverem protocolados ou aprovados nas prefeituras municipais para os quais continua prevalecendo a legislação em vigor até essa data.

Parágrafo único. As alterações de loteamentos enquadrados no "caput" deste artigo estão, porém, sujeitas ao disposto neste decreto-lei.

Art. 10. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidos o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e o Decreto número 3.079, de 15 de setembro de 1938, no que couber e não for revogado por dispositivo expresso deste decreto-lei, da Lei mo 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e dos atos normativos mencionados no art. 2.º deste decreto-lei.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Jogo Gonçalves de Souza

D. União de 2812167

LEI N.º 3.764 DE 25 DE ABRIL DE 1960

Estabelece rito sumaríssimo para retificações no Registro Civil.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - A retificação do Registro de pessoa natural poderá ser processada no próprio cartório onde se encontra o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, ou procurador, independentemente do pagamento de selos e taxa,

Art. 2.º - Recebida a petição, protocolada e autuada, o oficial do registro a submeterá com documentos ao órgão do Ministério Público e fará os outros conclusos ao Juiz togado da circunscrição que despachará em quarenta e oito horas.

§ 1.º - Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos.

§ 2.º - A identidade do requerente e a veracidade de suas declarações poderão ser atestadas pelo próprio oficial ou por duas testemunhas idôneas.

Art. 3.º - Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à margem do registro, mencionado o número do protocolo a data da decisão e seu trânsito em julgado.

Art. 4.º - Entendendo o Juiz que o pedido exige maiores indagações, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público mandará distribuir os autos a um dos cartórios judiciais da circunscrição procedendo-se a retificação na forma da lei processual, assistida por advogado.

Art. 5.º - Os autos praticados no cartório do registro vencerão emolumentos, conforme o regimento de custas, dispensando delas o requerente reconhecidamente pobre.

Parágrafo único - Quando o erro do registro for atribuível ao ofício, não lhes serão devidos emolumentos pela retificação.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1960, 139.º da Independência e 72.º da República.

Juscelino Kubitschek
Armando Ribeiro Falcão.

D. União de 28/4/1960

LEI N.º 5.199 - DE 12 DE JANEIRO DE 1967

Altera a redação do art. 6.º parágrafo único, da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, que dispõe sobre "Obrigações do Reaparelhamento, Econômico".

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O parágrafo único do art. 6.º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952 passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A entrega das obrigações respectivas só poderá ser feita ao próprio contribuinte, aos seus sucessores causa mortis, inclusive o inventariante de seu espólio, ao síndico de sua massa falida, ou a procurador constituído por instrumento público".

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

H. CASTELLO BRANCO OCTÁVIO Bulhões Roberto Campos
D. O. União de 13/1/67

LEI N.º 109, DE 17 DE JULHO DE 1948..

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu Francisco Alvares Florence, na qualidade de seu Presidente promulgo nos termos do artigo 29, parágrafo único da Constituição Estadual a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Nas comarcas de primeira, segunda e terceira entrância, o Distribuidor exercerá as funções de avaliador judicial nos processos de inventários, arrolamentos, pedidos de alvarás para venda ou sub-rogação de bens, precatórias, avaliatórias e arrecadações de bens de ausentes e de heranças jacentes.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de julho de 1948.

Francisco Alvares Florence Presidente.

Publicado na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 17 de julho de 1948.

Oswaldo Pereira da Fonseca
Diretor Geral.

LEI N. 9.578, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Dispõe sobre a cobrança da contribuição de melhoria.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A contribuição de melhoria prevista no artigo 19 da Emenda Constitucional n. 18, de 1.º de dezembro de 1965, será cobrada para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Artigo 2.º - A contribuição de melhoria recairá sobre imóveis de propriedade privada situados na área direta ou indiretamente beneficiada pela obra, excluídos os templos de qualquer culto e os imóveis que constituam patrimônio de partidos políticos, ou de instituição de educação ou de assistência social.

Artigo 3.º - A contribuição de melhoria será lançada pelas entidades públicas estaduais que executarem direta ou indiretamente a obra, pelas bases e formas estabelecidas em regulamento, com a publicação prévia dos seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da zona beneficiada; e

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Parágrafo único - No custo da obra ou melhoramento, serão computadas todas as despesas de estudos e administração, fiscalização, riscos, desapropriações e financiamentos, inclusive comissões, diferenças de tipos de empréstimos ou prêmios de reembolso e outras de praxe.

Artigo 4.º - As impugnações a quaisquer dos elementos referidos no artigo anterior deverão ser apresentadas à autoridade indicada em regulamento, por qualquer interessado ou entidade que o represente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação efetuada no Diário Oficial do Estado.

Artigo 5.º - Dos atos que rejeitem as impugnações aludidas no artigo anterior, caberá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação no Diário Oficial do Estado, recurso ao órgão competente definido em regulamento.

Artigo 6.º - A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, a que se refere o item III do artigo 3.º, pelos imóveis situados na zona beneficiada, em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

Artigo 7.º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integraram o respectivo cálculo conforme for disposto em regulamento.

§ 1.º - O contribuinte poderá apresentar reclamação, sem efeito suspensivo, contra o lançamento da contribuição de melhoria, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do regulamento previsto neste artigo.

§ 2.º - Não será feito lançamento de contribuição de melhoria de importância inferior a um quarto do maior salário mínimo vigente no Estado.

Artigo 8.º - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, com igual responsabilidade dos adquirentes ou sucessores a qualquer título.

§ 1.º - No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.

§ 2.º - O pagamento da contribuição de melhoria não confere a quem o fizer a presunção de proprietário ou possuidor do imóvel respectivo.

Artigo 9.º - Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1967.

Artigo 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1966.

Vicente Checchia - Diretor Geral, Substituto
D. O de 31/12/1966.

LEI N.º 9.589, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966
Dispõe sobre a criação da Taxa de Fiscalização e Serviços
Diversos e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Artigo 1.º - Fica criada a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, que será devida e arrecadada nos termos desta lei o de acordo com as Tabelas anexas, em razão dos serviços públicos e das atividades relacionadas com o poder de polícia nas mesmas especificados.

§ 1.º - O tributo é devido por quem solicitar a prestação do serviço ou a prática do ato formal pressuposto da atividade do poder de polícia, ou for o beneficiário direto do serviço ou da atividade.

§ 2.º - O servidor público, inclusive o serventuário de ofício, que prestar o serviço, realizar a atividade, ou formalizar o ato pressuposto do fato gerador do tributo, sem o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente, com o sujeito passivo tributário, pela taxa não recolhida, bem assim, pela multa cabível.

§ 3.º - O recolhimento da taxa far-se-á antes da prestação do serviço ou da ocorrência do respectivo fato gerador, mediante guia de modelo oficial, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento,

§ 4.º - No caso de ser facultado o recolhimento Parcelado da taxa com referência aos alvarás, que forem especificados, o recolhimento espontâneo de qualquer parcela fora dos prazos fixados ficará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) de seu valor e, constatado pelo órgão competente o não recolhimento de qualquer parcela até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo, considerar-se-ão vencidas também as demais, aplicando-se ao total da dívida a multa referida e promovendo-se a sua remessa para cobrança executiva.

Artigo 2.º - O tributo recolhido não será restituível, salvo se as autoridades se negarem a praticar o ato solicitado ou a prestar o serviço relacionado com o pagamento.

Artigo 3.º - A regularização da situação do contribuinte ou da parte interessada, perante as repartições públicas, antes de qualquer procedimento do Fisco, só será possível mediante o recolhimento em dobro das taxas devidas

Parágrafo único - Se a importância devida for superior à recolhida, a diferença será paga em dobro.

Artigo 4.º - Sempre que seja exercida atividade sujeita à prévia expedição de alvará ou vistoria, sem a sua obtenção, as autoridades competentes para a sua expedição, seja por conhecimento direto, ou seja mediante representação da fiscalização, poderão determinar o fechamento do estabelecimento ou a cessação da atividade.

Parágrafo único - A medida só será suspensa após o fornecimento do respectivo alvará ou prova de vistoria, o que se dará mediante o pagamento da respectiva taxa, acrescida da multa punitiva correspondente a 2 (duas) vezes o valor do tributo devido.

Artigo 5.º - Todos os que adulterarem ou falsificarem estampilhas ou guias de recolhimento ou contribuir para a sua adulteração ou falsificação, ou ainda, fizerem nesses documentos declarações falsas, ficarão sujeitos à multa de 10 (dez) vezes o valor da taxa devida, multa que não será inferior a Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - Incorrerão na mesma penalidade, os que conservarem, por mais de 8 (oito) dias, guias de recolhimento falsas ou adulteradas ou com declarações falsas, tendo, em qualquer caso, conhecimento dessa circunstância.

Artigo 6.º - Sem prejuízo da fiscalização exercida pelos funcionários do Quadro da Secretaria da Fazenda, incumbe, também, a fiscalização da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, na parte que lhes for atinente, às autoridades judiciárias, ao serventuário da justiça e aos servidores

públicos estaduais em geral.

Artigo 7.º - São obrigados a exibir os documentos e livros relacionados com este tributo, a prestar as informações solicitadas pelo Fisco e a não embaraçar a ação dos funcionários fiscais:

- I - os contribuintes e todos os que tomarem parte nos atos sujeitos ao tributo;
- II - os serventuários de justiça;
- III - os servidores públicos estaduais em geral.

Parágrafo único - Em caso de recusa ou embaraço à ação fiscal por parte de serventuários de justiça, o funcionário fiscal solicitará ao juiz corregedor competente as providências necessárias ao desempenho de suas funções.

Artigo 8.º - O Poder Executivo poderá alterar, no interesse do contribuinte ou do próprio Fisco, a forma de pagamento da taxa a que se refere o artigo 1.º e disciplinar os respectivos processos de arrecadação e fiscalização desse tributo.

Artigo 9.º - São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos:

- I - as certidões fornecidas pelos serventuários da justiça, que comprovem o direito a recolhimento de custas a serem adiantadas pela Fazenda, ou que em seus cofres estejam depositadas;
- II - os atos relativos à situação dos servidores públicos em geral;
- III - os atos de interesse de hansenianos, seus filhos e dependentes, bem como de suas Caixas de Beneficência;
- IV - os certificados de propriedade de veículos motorizados, quando estes pertencerem a consulados ou representantes consulares devidamente credenciados, cujos países concedem reciprocidade de tratamento aos representantes brasileiros;
- V - os atos referentes a cooperativas devidamente registradas no Departamento de Assistência ao Cooperativismo;
- VI - os atos destinados a fins militares, desde que neles venha declarado ser essa, exclusivamente, sua finalidade;
- VII - os atos relativos ao alistamento e ao processo eleitoral, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;
- VIII - os atos relativos à vida escolar, com referência aos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;
- IX - os alvarás para porte de arma solicitados por autoridades e servidores públicos em razão do exercício de suas funções;
- X - os alvarás para funcionamento de cinemas e realização de bailes, desde que sem fito de lucro e sem cobrança de entradas;
- XI - os alvarás para funcionamento de cinemas instalados em clubes, associações, entidades religiosas e outras, estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais, desde que os espetáculos sejam destinados exclusivamente à recreação de seus associados ou assalariados;
- XII - os atos relativos aos presos pobres;
- XIII - os atos relativos às sociedades de economia mista das quais o Estado seja acionista majoritário.

Artigo 10 - as taxas dos serviços de justiça, inclusive custas e emolumentos, continuarão a ser arrecadadas na forma da legislação em vigor.

§ 1.º - Nos casos em que o regulamento estabeleça que o recolhimento se faça em estampilhas, serão utilizadas estampilhas especiais, sem prejuízo da adoção, pelo Poder Executivo, quando haja possibilidade e conveniência, de recolhimento mediante guia de modelo oficial ou outra forma de arrecadação.

§ 2.º - Enquanto não impressas as estampilhas especiais a que se refere o parágrafo anterior ou dentro do prazo que for fixado pelo Poder Executivo, poderão ser utilizadas no pagamento das taxas de que trata este artigo, as estampilhas do atual imposto de selo, reimpressas, se necessário.

§ 3.º - Às estampilhas especiais de que trata o § 1.º aplicam-se as disposições legais e regulamentares referentes às estampilhas do imposto de selo, notadamente os artigos 5.º, 11, 30, 31 e 33 a 36, da Lei n. 3.672, de 29 de dezembro de 1956.

Artigo 11 - Poderá o Poder Executivo autorizar a utilização das estampilhas do imposto de selo, até que se esgote o saldo existente ou dentro do prazo que fixar, no recolhimento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, com referência às incidências previstas na Tabela "A".

Artigo 12 - O disposto no § 3.º do artigo 10, aplica-se também às estampilhas do atual imposto do selo utilizadas no recolhimento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e das taxas dos serviços de justiça, bem como a outras taxas recolhidas por meio de estampilhas.

Artigo 13 - Expirado o prazo que for fixado pelo Poder Executivo para a utilização das estampilhas do imposto de selo, na forma dos artigos 10 e 11, os que ainda possuírem as estampilhas referidas poderão recolhê-las, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, à repartição arrecadadora local, mediante guia, para exame de sua legitimidade e posterior restituição de seu valor, mediante anulação da receita.

Artigo 14 - Enquanto não estabelecida a tabela de taxas e emolumentos, inclusive forma de arrecadação, devidas pelo registro do comércio e afins, a que se refere o artigo 11, item II, letra "h", da Lei Federal n. 4726, de 13 de julho de 1965, serão cobrados àquele título os tributos previstos no item "I" e outros aplicáveis da Tabela "A" anexa à Lei n. 6.626, de 30 de dezembro de 1961, sendo os seus valores os correspondentes às bases previstas nas leis referidas, acrescidos da majoração legal.

Parágrafo único - A arrecadação das taxas e emolumentos a que se refere este artigo será processada na mesma forma prevista no artigo 11 para a taxa ali mencionada, no caso de utilização de estampilhas, ou conforme estabelecer o Poder Executivo.

Artigo 15 - As taxas não referidas expressamente nesta lei continuarão a ser arrecadadas, observada a legislação em vigor, com a modificação constante dos parágrafos seguintes:
§ 1.º - Fica fixada em Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros) o valor mínimo das taxas a que se refere o artigo 11 e tabela anexa, da Lei n. 6.626, de 30 de dezembro de 1961.

§ 2.º - A Taxa de Fiscalização de Armazéns Gerais, cuja arrecadação atualmente processada na forma prevista no artigo 2.º, da Lei n. 3.688, de 31 de dezembro de 1956, deixará de vigorar na data da vigência da tabela a que se refere o artigo 11, item 11, letra "h", da Lei Federal n. 4726, de 13 de julho de 1965.

Artigo 16 - Salvo em casos excepcionais ou naqueles em que a lei imponha, explicitamente, esta condição, não será exigido o reconhecimento de firmas em petições dirigidas aos órgãos da administração pública direta ou indireta, podendo, todavia, a repartição requerida, quando tiver dúvida sobre a autenticidade da assinatura do requerente ou quando a providência servir ao resguardo do sigilo, exigir antes da decisão final a apresentação de prova de identidade do requerente.

Artigo 17 - Poderá o Poder Executivo aplicar às taxas em geral, o disposto no artigo 31, da Lei n. 3330, de 30 de dezembro de 1955, ou os índices de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia, quanto aos valores limites e multas, expressos em cruzeiros.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo será considerada a data da mais recente fixação dos valores, limites e multas das taxas respectivas, podendo, nos resultados de cálculo, ser desprezadas as frações inferiores a Cr\$ 1.000 (um mil cruzeiros).

Artigo 18 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1967.

Artigo 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1966.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS
TABELA "A"

Cr\$

1 - Auto de Exame Pericial:

a requerimento das partes e referente a impressões
digitais.....2.000

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de identificação.

2 - Atestados:

I - de antecedentes criminais:

a - para pessoa já
identificada.....1.000

b - para pessoa não
identificada.....1.500

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

II - de antecedentes

políticos.....5.000

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social.

3 - Carteira de Identidade:

modelos 19 e 19-

A 5.000

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

4 - Carteira Passaporte:

I - Individual:

a - 1.^a
via 20.000

b - por
prorrogação 10.000

II - com acompanhante:

a - 1.^a
via 30.000

b - por
prorrogação.....15.000

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

5 - Cédula de Identidade:

a - 2.^a via e demais
subsequentes.....3.000

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

6 - Censura Prévia:

a - de filmes nacionais ou estrangeiros por metro linear
b - de peça

teatral	5.000
c - de "Sketches", diálogos, monólogos e semelhantes.....	3.000

Nota: Efetuada pela Secretaria da Segurança Pública.

7 - Certidão:

I - de sesmaria e registro paroquial, fornecida pelo Departamento de Arquivo do Estado.....5.000

II - negativa, de tributos estaduais:

a - requerida por um só interessado, referindo-se a um só tributo.....2.000

b - requerida por um só interessado, referindo-se a mais de um tributo, cobrar-se-á, além da taxa da letra "a", por tributo que acrescer.....1.000

c - requerida por vários interessados e referindo-se o pedido a um só tributo, por interessado..... 2.000

Nota: A certidão requerida por vários interessados e referindo-se o pedido a mais de um tributo, aplicar-se-á a taxa que resultar da combinação das letras "b" e "c".

d - além das taxas que couberem de acordo com as letras anteriores, se o pedido se referir a mais de cinco imóveis, serão também devidos, por imóvel excedente.....1.000

e - requerida no interesse de condôminos e com relação a imóveis possuídos em comum, ou requerida por várias pessoas e versando sobre o mesmo objeto.....2.000

Nota: Quando a certidão for positiva, poderá o interessado, saldando o débito dentro de 30 (trinta) dias de sua data obter certidão negativa, independentemente de novo pagamento da taxa e no mesmo processo.

III - negativa, de multas de veículos motorizados.....2.000

IV - de antecedentes políticos 5.000

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social.

V - não especificada, expedida por repartições públicas estaduais, autarquias, estabelecimentos, empresas e corporações militares do Estado:

pela primeira folha.....800

pela página que acrescer.....300

8 - Certificado:

I - de propriedade de veículos motorizados.....30.000

II - de propriedade de motocicletas e similares 15.000

III - de censura de letras, para efeito de gravação.....1.000

mais Cr\$ 200 por letra.

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social.

9 - Concurso

inscrição em concurso para ingresso no serviço público estadual e

autarquias 1.000

10 - Ficha de Inscrição de Contribuinte:

1.^a

via 10.000

2.^a via 30.000

Nota: Folha corrida expedida pela Secretaria da Fazenda.

11 - Folha corrida.....2.000

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

12 - Fotocópia ou semelhantes:

I - por folha, até 22 x 33 em	2.000
II - por área igual ou fração que exceder.....	1,000
13 - Identificação domiciliar.....	15.000
NOTA: Procedida pela Secretaria da Segurança - Serviço de Identificação	
14 - Retificação.....	2.000
Nota: Promovida pela Secretaria de Segurança Pública - Serviço de Identificação -, no prontuário do interessado, a seu requerimento, em virtude de retificação judicial.	
15 - Registro: de qualquer arma	1,000
NOTA: Procedido pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social.....	
	1.000
16 - Serviço Policial prestado pela Guarda Civil de São Paulo.	
I - policiamento ornamental, de caráter particular, como o efetuado em casamentos, batizados, festas comemorativas e outros;	
II- policiamento em residências, como o efetuado em casos de moradores ausentes, preservação de patrimônio e outras, quando isto se der por solicitação do interessado;	
III - policiamento em estabelecimentos comerciais, industriais, bancários e semelhantes, por solicitação da empresa interessada.	
Taxa devida, referente aos itens I a III acima, por turno de serviço e por policial empregado, independentemente da classe a que pertencer o designado.....	
	3.500
17 - Títulos de propriedades de terras devolutas e de lotes em núcleos coloniais por Cr\$ 1.000 ou fração.....	70
18 - Títulos da Dívida Pública do Estado:	
I - segunda via ou outra que seguir, sobre o valor nominal, por Cr\$ 1.000 ou fração	
	10
cada título substituído	
	300
II - novas vias de títulos inutilizados ou extraviados - para TABELA "A"	
1 - Alvará para porte de arma (de defesa ou caça - válido por um ano).....	10.000
2 - Alvará anual:	
I - Armas, munições, explosivos, inflamáveis, produtos químicos, agressivos ou corrosivos:	
a) para fabrico, importação e expedição para fora do Estado.....	120.000
b) para comércio: por estabelecimento aberto ao público.....	40.000
	por depósito fechado..... 20.000
c) para fina industriais	40.000
II - Fogos:	
a) para fabrico.....	60.000
b) para comércio:	
na Capital:	
Zona urbana ou suburbana	15.000
Zona rural	8.000

No Interior:

Zona urbana ou suburbana.....10.000
Zona rural.....5.000

III - para cinema:

a) - na Capital:

Com lotação até 400 lugares, até 3 sessões por dia 100.000
Com lotação até 800 lugares, até 3 sessões por dia 200.000
Com lotação até 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 300.000
Com lotação superior a 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 400.000

b) Em Araçatuba, Araraquara, Bauru, Botucatu, Campinas, Guarujá, Jundial, Limeira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba e Taubaté.

Com lotação até 400 lugares, até 3 sessões por dia 70.000
Com lotação até 800 lugares, até 3 sessões por dia 140.000
Com lotação até 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 210.000
Com lotação superior a 1.200 lugares, 3 sessões por dia 280.000

Nota: Para os cinemas que realizam mais de 3 sessões diárias, a taxa é devida com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

c) Nas demais cidades, sem número de sessões prefixadas:

com lotação até 400 lugares 40.000
com lotação até 800 lugares 80.000
com lotação até 1.200 lugares 120.000
com lotação superior a 1.200 lugares 160.000

IV - Para cabaré, "dancing", "taxi-dance", "boîte", "grill-room", ou similares:

a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá 900.000
b) Nas demais cidades 300.000

V - Para corridas de cavalo, de trote e similares com cobrança de ingresso, ou de que se auferam lucros direta ou indiretamente;

a) de cavalos:

Na Capital 12.000.000
Nas demais cidades 3.000.000

b) de trote e similares:

Na Capital 4.000.000
Nas demais cidades 1.000.000

VI - De registro de hotéis, pensões, hospedarias, casas de cômodos ou semelhantes:

a) até 5 quartos 6.000
b) de 6 até 10 quartos 12.000
c) de 11 até 25 quartos 18.000
d) de 26 até 50 quartos 24.000
e) de 51 até 100 quartos 36.000
f) de mais de 100 quartos 48.000

VII - Para jogos carteados permitidos em associação, agremiação, clube, ou sociedade recreativa, e outros que, também, tenham finalidade recreativa:

a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá, de:

1.ª categoria 900.000
2.ª categoria 600.000
3.ª categoria 350.000
b) Nas demais cidades 300.000

Notas: Os alvarás constantes deste número serão expedidos pelos órgãos competentes da Secretaria da Segurança Pública, que baixará determinações definindo

as categorias e os jogos neles previstos:

VIII - Para empresa, organização, entidade que promova bailes

públicos, mediante pagamento de entrada:

a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá, de:

1.ª categoria.....300.000

2.ª categoria 200.000

3.ª categoria.....150.000

b) Nas demais cidades.....150.000

Nota: Os alvarás constantes deste número serão expedidos pelos órgãos competentes da Secretaria da Segurança Pública, que baixará determinações definindo as categorias neles previstas.

IX - Para restaurantes, bares, confeitarias e outras empresas

Congêneres que promovam almoços, chás ou jantares dançantes

a) Na

Capital 300.000

b) Em Santos, São Vicente e Guarujá.....150.000

c) Nas demais cidades.....100.000

X - Para bar ou restaurante com serviços nos veículos estacionados

junto ao estabelecimento ("drive-in-bar") :

a) Na Capital 500.000

b) Em Santos, São Vicente e Guarujá.....300.000

c) Nas demais cidades.....150.000

XI - Para estabelecimentos que possuam pistas de boliche ("bowling")

Com cobrança por tempo ou por bola:

a) Na Capital, por pista 50.000

b) No Interior, por pista 25.000

XII - Para parques de diversões, tiro ao alvo e semelhantes:

a) Na

Capital.....100.000

b) No

interior.....50.000

XII - Para bares com garçonetes (funcionando ou não com música);

bares que funcionam exclusivamente à noite com música de qualquer espécie:

a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá 300.000

b) Nas demais

cidades 100.000

3 - VISTORIA:

Prévia para autorização de funcionamento de:

a) cabaré, "dancing", "taxi-dance", "boite", "drive-in-bar",

"grill-room" ou similares:

Na capital, Santos, São Vicente e Guarujá 75.000

Nas demais cidades.....50.000

b) cinemas e salões de bailes:

Na Capital 50.000

Nas demais cidades 30.000

c) estabelecimentos que promovam almoços, chás ou jantares

dançantes, salões de festas ou similares:

Na Capital.....30.000

Nas demais cidades 15.000

d) parques de diversões, tiro ao alvo e semelhantes:

Na Capital 30.000

Nas demais cidades.....15.000

e) bares com garçonetes (funcionando ou não com música) ;

bares que funcionam exclusivamente à noite com música de

qualquer espécie:

Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá	50.000
Nas demais cidades.....	30.000

D. 0. de 31112/66.

LEI N.º 9.591, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1966

Dispõe a respeito do imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO 1

Da Incidência

Artigo 1.º - O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos incide:

I - sobre a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, como definidos na lei civil;

II - sobre a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia e as servidões;

III - sobre a cessão de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.

Artigo 2.º - Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a sucessão legítima ou testamentária, inclusive a sucessão provisória, nos termos da lei civil;

II - a doação;

III - a compra e venda;

IV - a dação em pagamento;

V - a permuta, inclusive nos casos em que a co-propriedade se tenha estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos;

VI - a aquisição por usucapião;

VII - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de imóveis e respectivos sub-estabelecimentos;

VIII - a arrematação, e adjudicação e a remissão;

IX - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

X - o valor dos bens imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges desquitados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão;

XI - a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda;

XII - a cessão de direitos à sucessão aberta de imóveis situados no Estado;

XIII - a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio, exceto, a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

XIV - todos os demais atos translativos de imóveis por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Artigo 3.º - Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos no artigo 1.º:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra;

III - aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.,

Artigo 4.º - O disposto no artigo anterior não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§ 1.º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois)

anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2.º - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3.º - Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4.º - A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Artigo 5.º - Não é devido o imposto:

I - nas transmissões de imóveis para a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectiva autarquias, quando destinados aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II - nas transmissões de imóveis para partidos políticos, instituições de educação, religiosas e de assistência social;

III - na renúncia pura e simples à sucessão aberta;

IV - no subestabelecimento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes que se fizer, para o efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;

V - na retrovenda, preempção ou retrocessão, bem como nas transmissões clausuladas com pacto de melhor comprador ou comissário, quando voltem os bens ao domínio do alienante por força de estipulação contratual ou falta de destinação do imóvel desapropriado, não se restituindo o imposto pago;

VI - nas heranças, consideradas a parte de cada herdeiro, até o valor de Cr\$ 500,000 (quinhentos mil cruzeiros).

VII - na primeira aquisição de imóvel, de valor não superior a 300 (trezentos) salários mínimos, para residência própria, feita por participantes da Força Expedicionária Brasileira.

Parágrafo único - O disposto no item II é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

1, não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

2. aplicarem integralmente, "no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

3. Manterem escrituras de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Artigo 6.º(vetado).

§ 1.º(vetado).

§ 2.º(vetado).

§ 3.º(vetado).

§ 4.º(vetado).

§ 5.º(vetado).

Artigo 7.º(vetado).

Artigo 8.º(vetado).

Artigo 9.º(vetado).

Parágrafo único - (vetado).

Artigo 10 -(vetado).

CAPÍTULO II

Da Alíquota do Imposto

Artigo 11 - O imposto será arrecadado de acordo com a alíquota máxima que for fixada em Resolução do Senado Federal, nos termos do § 4.º, do artigo 9.º, da Emenda Constitucional n. 18, de 1.º de dezembro de 1965.

Parágrafo único - Nas transmissões "causa mortis", e doações "inter vivos", entre ascendentes e descendentes, inclusive os filhos adotivos, ou entre cônjuges, o imposto será pago com a redução de 30% (trinta por cento).

CAPÍTULO III

Dos Contribuintes

Artigo 12 - São contribuintes do imposto:

I - nas transmissões "causa mortis" - os herdeiros ou legatários, conforme o caso;

II - nas transmissões "inter vivos", exceto a hipótese prevista na alínea seguinte - os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

III - nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda - os cedentes.

Parágrafo único - Nas permutas, cada contratante pagará o imposto sobre o valor do bem adquirido.

CAPÍTULO IV

Do valor dos bens e direitos transmitidos

Artigo 13 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

Artigo 14 - O valor venal será previamente fixado pelas repartições fiscais do Estado, com base nos valores constantes de cadastro.

Parágrafo único - A atribuição do valor do imóvel, para efeitos fiscais, far-se-á no ato da apresentação da guia de recolhimento ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 15 - Nas transmissões "causa mortis", o valor será o que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana ou sobre a propriedade territorial rural, conforme se trata respectivamente, de imóvel urbano ou rural, ressalvado aos interessados o direito de requererem avaliação judicial,

§ 1.º - Os valores de que trata este artigo serão considerados à data da abertura da sucessão.

§ 2.º - Para cálculo do imposto devido pelo fideicomissário, o valor será o do tempo em que este entrar na posse dos bens legados.

Artigo 16 - Quando se tratar de imóveis compromissados à venda pelo "de cujus", o imposto será calculado sobre o crédito existente à data da abertura da sucessão.

Artigo 17 - Nas arrematações o valor será o correspondente ao preço do maior lance e nas adjudicações e remissões o correspondente ao maior lance ou à avaliação nos termos do disposto na lei processual, conforme o caso.

Artigo 18 - Na apuração do valor dos direitos adiante especificados, serão observadas as seguintes normas:

I - o valor dos direitos reais de usufruto, uso e habitação será o de 1/3 (um terço) do valor da propriedade;

II - o valor da nua-propriedade será o de 2/3 (dois terços) do valor do imóvel;

III - na constituição de enfiteuse e transmissão do domínio útil, o valor será de 80% (oitenta por cento) do valor da propriedade;

IV - o valor do domínio direto será de 20% (vinte por cento) do valor da propriedade.

Artigo 19 - Nas transmissões "intervivos" em que houver reserva em favor do transmitente do usufruto, uso ou habitação sobre o imóvel, o imposto será recolhido na seguinte conformidade:

I - no ato da escritura, sobre o valor da nua-propriedade:

II - por ocasião da consolidação da propriedade plena, na pessoa do nu-proprietário, sobre o valor do usufruto, uso ou habitação.

Parágrafo único - Fica facultado o recolhimento, no ato da escritura, do imposto sobre o valor integral da propriedade.

Artigo 20 - Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, será deduzida do valor tributável a parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Artigo 21 - Não serão abatidas do valor base para o cálculo do imposto quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido, nem as dívidas do espólio.

CAPÍTULO V

Da arrecadação do imposto

Artigo 22 - Nas transmissões "intervivos", excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de efetivar-se o ato ou contrato sobre o qual incide, se por instrumento público, e no prazo de 30 (trinta) dias de sua data, se por instrumento particular.

Artigo 23 - Na arrematação, adjudicação ou remissão o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias desses atos, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que esta não seja extraída.

Parágrafo único - No caso de oferecimento de embargos o prazo se contará da sentença transitada em julgado, que os rejeitar.

Artigo 24 - Nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, ou fora do Estado o imposto será pago dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do termo, do trânsito em julgado da sentença ou da celebração do ato ou contrato, conforme o caso.

Artigo 25 - Nas transmissões "cansa mortis", o imposto será recolhido no prazo de 60 (sessenta) dias da data da intimação da homologação do cálculo ou do despacho que determinar o seu pagamento.

Artigo 26 - No fideicomisso, o imposto será pago pelo fiduciário, com a redução de 50% (cinquenta por cento), ao tempo da abertura da sucessão; e pelo fideicomissário, também com a mesma redução, quando entrar na posse dos bens.

§ 1.º - Se o fideicomisso caducar pela renúncia ou morte do fideicomissário consolidando-se a propriedade do fiduciário. pagará este o restante do imposto devido.

§ 2.º - Na hipótese do parágrafo anterior, se a extinção do fideicomisso não for requerida dentro de 60 (sessenta) dias da morte ou renúncia do fideicomissário, o imposto será pago com o acréscimo da multa de 10% (dez por cento).

Artigo 27 - Nos inventários que não forem requeridos dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da abertura da sucessão, o imposto será calculado com acréscimo da multa de 10% (dez por cento).

Parágrafo único - Se o atraso for superior a 180 (cento e oitenta) dias, a multa será de 20% (vinte por cento).

CAPÍTULO VI

Das Multas de Mora

Artigo 28 - As importâncias do imposto, não pagas nos prazos estabelecidos, serão acrescidas da multa moratória de 10% (dez por cento), se o recolhimento não se fizer até 30 (trinta) dias, contados da data de seu vencimento.

Parágrafo único - Quando se apurar recolhimento de imposto, feito com atraso, sem a multa moratória, será o contribuinte notificado a pagá-la dentro de 30 (trinta) dias, na base de 50% (cinquenta por cento) sobre a importância total do imposto.

CAPITULO VII

Da Restituição do Imposto

Artigo 29 - O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

CAPITULO VIII

Das Reclamações e Recursos

Artigo 30 - O contribuinte que não concordar com o valor previamente fixado poderá apresentar reclamação contra a estimativa fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - A reclamação não terá efeito suspensivo e deverá ser instruída com a prova do pagamento do imposto.

Artigo 31 - Da decisão proferida na reclamação apresentada caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 32 - Reduzida a estimativa fiscal, proceder-se-á à restituição da diferença do imposto paga em excesso.

Artigo 33 - As reclamações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria da Fazenda, observadas as normas pertinentes à matéria.

CAPITULO IX

Das Obrigações dos Serventuários da Justiça

Artigo 34 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto.

Artigo 35 - Os serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização, em cartório, o exame dos livros, autos e papeis, que interessem à arrecadação do imposto.

Artigo 36 - Os oficiais de registro civil remeterão mensalmente às repartições fiscais de sede das comarcas relação completa, em forma de mapa, de todos os óbitos registrados no cartório, com a declaração da existência ou não de bens a inventariar.

Artigo 37 - Ao cumprirem o disposto no artigo 478 do Código de Processo Civil, os escrivães de inventários, arrolamentos e arrecadações de bens remeterão aos representantes fiscais, cópia autêntica do auto das declarações preliminares, na hipótese da existência de bens imóveis e direitos a eles relativos sujeitos no imposto.

Artigo 38 - Os serventuários de justiça que infringirem as disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), respondendo solidariamente pelo imposto não arrecadado.

Parágrafo único - As penas deste artigo serão também aplicáveis aos tabeliães e escrivães, quando os dizeres constantes das guias de recolhimento não corresponderem aos dados da escritura ou termo.

CAPITULO X

Disposições Especiais

Artigo 39 - As precatórias de outros Estados, para avaliação de bens aqui situados, não serão devolvidas sem o pagamento do imposto.

Artigo 40 - Continuam em vigor o disposto no artigo 1.º da lei n 2.934, de 28 de dezembro de 1954, com redação alterada pelo artigo 9.º da Lei n. 4507, de 31 de dezembro de 1957, e as disposições do Capítulo V, do Livro V do Código de Impostos e Taxas (Decreto n. 22.022 de 31 de janeiro de 1953).

CAPITULO XI

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 41 - ... (vetado).

Artigo 42 -... (vetado).

Artigo 43 -... (vetado).

Artigo 44 -... (vetado).

Artigo 45 -... (vetado).

Artigo 46 - Enquanto não definitivamente organizado o cadastro imobiliário do Estado, referido no artigo 14, o imposto será recolhido de acordo com o preço ou valor constante da escritura ou do instrumento particular, conforme o caso.

§ 1.º - O valor tributável não poderá ser inferior ao que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana ou sobre a propriedade territorial rural no último exercício em que tais impostos tenham sido efetivamente lançados e, quando do lançamento não constar o valor venal da propriedade, o valor tributável será igual a 10 (dez) vezes o valor locativo anual que de tal lançamento constar.

§ 2.º - Provado, em qualquer caso, que o preço ou valor constante do instrumento de transmissão foi inferior ao realmente contratado, será aplicada a ambos os contratantes multa equivalente a duas vezes a diferença do imposto não recolhido, sem prejuízo do pagamento desta.

Artigo 47 - . . . (vetado).

Artigo 48 - Até que sejam fixados pelo Senado Federal os limites a que se refere o artigo 39 da Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, para a cobrança do imposto de que trata esta leis, são estabelecidas as seguintes alíquotas:

I - 0,5% (meio por cento) nas transmissões compreendidas no sistema financeiro da habitação a que se refere a Lei federal n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e legislação complementar;

II - 1% (um por cento) nas demais transmissões a título oneroso; e

III - 2 % (dois por cento) em quaisquer outras transmissões.

Artigo 49 Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1967.

Artigo 50 - Revogam-se as disposições em contrário".

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 30 de dezembro de 1966.

Vicente Checchia

Diretor Geral, Substituto
D. O . 81112/67

LEI N. 9631, DE 18 DE JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a alteração dos artigos 11, 12, § 2.º 22 e 26, alínea "a", da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo único - Passam a ter a seguinte redação o artigo 11, o § 2.º do artigo 12, o artigo 22, "caput", e a alínea "a" do artigo 26, todos da Lei n. 819, de 31 de outubro de 1950:

"Artigo II - Encerradas as inscrições, serão elas apresentadas, à Comissão Examinadora, compostas do 2.º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, como seu Presidente efetivo, o qual, por motivo de serviço público ou impedimento será substituído nas funções segundo o disposto no art. 58 do Regimento Interno do Tribunal; de um Advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo; e de um Serventuário indicado pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior. Estes dois últimos servirão por dois anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez.

Parágrafo único - A Comissão reunir-se-á obrigatoriamente, duas vezes por mês ou quando convocada por seu Presidente.

Artigo

12
.....

§ 2.º - Ao candidato não admitido cabe o direito de recurso para o Conselho Superior da Magistratura, interposto por petição, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato".

"Artigo 22 - Uma vez encerrado o concurso, o Presidente do Tribunal de Justiça comunicará à Secretaria da Justiça os nomes dos 3 (três) primeiros classificados em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido no ofício".

"Artigo

26.
.....

a) as atribuições da comissão examinadora serão exercidas pela mesma Comissão instituída no artigo 11.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de janeiro de 1967.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 18 de janeiro de 1967.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto

D. O . 19/1/67.

LEI N. 9.673, DE 24 DE JANEIRO DE 1967

Dispõe sobre a elevação de Taxa de Assistência aos Médicos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É elevada para Cr\$ 100 (cem cruzeiros) a Taxa de Assistência aos Médicos, criado pelo artigo 2.º da Lei n. 610, de 2 de janeiro de 1950, e alterada pelo artigo 65 da Lei n. 6.626, de 30 de dezembro de 1961.

Artigo 2.º - A Associação Paulista de Medicina indenizará o Estado pelas despesas efetuadas com a arrecadação da Taxa a que se refere esta lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 24 de janeiro de 1967.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Mario Machado de Lemos

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 24 de janeiro de 1967.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto
D. O . 25/2/67.

LEI N. 9.737, DE 3 DE MARÇO DE 1967

Dá nova redação a item de Tabela da Lei n. 9.531, de 6/10/1966.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, decreta e eu Francisco Franco, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - O item I da Tabela "B", a que se refere o artigo 1.º da Lei n. 9.531, de 6 de outubro de 1966 passa a ter a seguinte redação:

"I - Distribuição de qualquer espécie, por via ou traslado inclusive lançamento de nome dos interessados nos livros índices - Cr\$ 1.500".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de março de 1967.

FRANCISCO FRANCO, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa de São Paulo, aos 3 de março de 1967.

Lafayette Soares de Paula, Diretor Geral, Substituto.

D. O . 4/3/67.

DECRETO N. 47.672, DE 27 DE JANEIRO DE 1967

Regulamenta a arrecadação do imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos, de que trata a Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legal, Decreta:

Artigo 1.º - O imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos será arrecadado mediante guia segundo modelo aprovado pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 2.º - Nas transmissões "inter vivos" os tabeliães ou escrivães que tiverem de lavrar instrumentos, termos ou escrituras preencherão as guias para o pagamento do imposto e transcreverão literalmente o respectivo recibo no instrumento, termo ou escritura.

§ 1.º - As guias serão expedidas ainda que se trate de caso de isenção ou não incidência, devendo ser assinadas pelos serventuários que as emitirem e pelos contribuintes.

§ 2.º - Quando se trata de transmissão por instrumento particular, as guias serão preenchidas e assinadas pelos contribuintes.

§ 3.º - A primeira via da guia e o respectivo recibo de recolhimento do imposto acompanharão os primeiros traslados dos instrumentos, escrituras ou termos aludidos neste artigo.

§ 4.º - O prazo de utilização do recibo de pagamento do imposto será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do recolhimento, podendo ser revalidado mediante requerimento do interessado.

Artigo 3.º - O imposto será recolhido de acordo com o preço ou valor constante da escritura, termo ou instrumento particular, observado o disposto nos parágrafos deste artigo.

§ 1.º - Se o adquirente for cessionário de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, o preço de que trata este artigo será o da respectiva cessão.

§ 2.º - Para efeito de recolhimento do imposto, o valor do imóvel não poderá ser inferior ao que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade predial, territorial urbana ou rural no último exercício em que tais impostos tenham sido efetivamente lançados, conforme o caso.

§ 3.º - Para os fins do disposto no parágrafo anterior, lançamento do exercício somente se considera efetivado após vencimento do prazo, constante do respectivo aviso, para pagamento da primeira prestação do imposto, sem acréscimo ou multa.

§ 4.º - Se não houver lançamento especificado quanto ao imóvel transmitido não se aplicará a disposição do parágrafo 2.º, ficando obrigados transmitentes e adquirentes a declarar tal circunstância na guia de recolhimento do imposto.

§ 5.º - Quando não houver lançamento no exercício em que ocorrer a transmissão, na guia de recolhimento do imposto deverá ser declarado, pelos transmitentes e adquirentes, o exercício do último lançamento.

§ 6.º - Se for verificada a inexatidão da declaração referida nos parágrafos 4.º e 5.º será exigida a diferença de imposto, acaso devida, sem prejuízo da multa prevista no artigo 28 da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966, e de outras sanções cabíveis, inclusive das estabelecidas na Lei Federal n.º 4.729, de 14 de julho de 1965.

Artigo 4.º - Provado, em qualquer caso, que o preço ou valor constante do instrumento de transmissão foi inferior ao realmente contratado, será aplicada a ambos os contratantes multa equivalente a duas vezes a diferença do imposto não recolhido, sem prejuízo do pagamento desta e de outras sanções cabíveis, inclusive as previstas na Lei Federal n.º 4.729, de 14 de julho de 1965.

Artigo 5.º - Quando do lançamento referido no parágrafo 2.º do artigo 10, não figurar o valor venal da propriedade, o valor tributável será igual a dez vezes o valor locativo anual que de tal lançamento constar.

Artigo 6.º - O benefício previsto no inciso II do artigo 5.º da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966, será concedido mediante requerimento da entidade interessada, instruído com prova de sua regular constituição e do cumprimento dos requisitos estabelecidos no parágrafo único do

mesmo artigo.

Artigo 7.º - Para obtenção do favor de que trata o inciso VII do artigo 5.º da Lei ti. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, deverá o interessado apresentar requerimento instruído com

- a) - prova hábil de sua participação na Força Expedicionária Brasileira;
- b) - declaração de que o imóvel se destina a residência própria e de que não gozou anteriormente de idêntico benefício;
- c) - declaração do preço pelo qual será adquirido o imóvel e prova do lançamento referido no parágrafo 2.º deste artigo.

§ 1.º - Não estão abrangidas pela isenção de que trata este artigo as aquisições cujo preço ou valor do imóvel exceda a trezentos salários mínimos.

§ 2.º - Se o preço for inferior ao limite referido no parágrafo anterior, o valor do imóvel, para efeito de concessão do benefício, será apurado nos termos do parágrafo 2.º do artigo 3.º, com base no lançamento do exercício relativo à transmissão ou do exercício anterior, se ainda não efetivado o lançamento de conformidade com o disposto no parágrafo 3.º do mesmo artigo.

§ 3.º - Verificada a inexistência das declarações do interessado, será exigido o imposto, acrescido da multa prevista no artigo 28 da Lei n. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, inclusive das estabelecidas na Lei Federal n. 4.729, de 14 de julho de 1965.

Artigo 8.º - O contribuinte que se julgar favorecido pela aplicação da alíquota prevista no inciso do artigo 48, I da Lei D. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, deverá apresentar requerimento instruído com prova de que a transmissão está compreendida no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei Federal n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, e legislação complementar.

§ 1.º - Se o pedido não for solucionado no prazo de 15 (quinze) dias, o interessado poderá recolher o imposto com base na alíquota de 1% (um por cento), ressalvada a restituição do excesso pago, se reconhecido afinal o seu direito.

§ 2.º - Poderá também o interessado, desde logo, recolher o imposto com base na alíquota de 1% (um por cento), requerendo posteriormente a restituição da importância paga a maior.

Artigo 9.º - Nas transmissões "cansa mortis", relativas a sucessões abertas a partir de 1.º de janeiro de 1967, serão observadas, na arrecadação do imposto, as disposições do artigo 15 da Lei n. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, e do artigo 5.º deste decreto.

§ 1.º - Se, na data do óbito, ainda não estiver efetivado o lançamento, conforme previsto no parágrafo 3.º do artigo 3.º, será adotado o lançamento do exercício anterior. A inexistência de lançamento no exercício deverá ser mencionada pelos interessados, quando da apresentação das primeiras declarações de que trata o artigo 471 do Código de Processo Civil.

§ 2.º - Se não houver lançamento especificado quanto ao imóvel transmitido ou inexistir lançamento no exercício em que ocorrer a transmissão ou no anterior, os avisos de lançamentos mencionados no parágrafo seguinte poderão ser substituídos por declaração do valor do imóvel fornecida pela Prefeitura Municipal ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, conforme o caso.

§ 3.º - Se a declaração a que alude o parágrafo anterior não for juntada aos autos pelo interessado no prazo de 30 (trinta) dias contados da prestação das primeiras declarações, o valor será fixado mediante avaliação.

§ 4.º - Deverão ser juntados com as primeiras declarações os avisos de lançamento ou respectivas fotocópias autenticadas.

§ 5.º - Para o recolhimento do imposto, os escrivães dos juízos perante os quais se processarem

os inventários ou arrolamentos expedirão guias contendo o nome do falecido, data do falecimento, o valor dos bens da herança ou legado sujeitos ao imposto, a declaração do grau de parentesco do herdeiro ou legatário, data em que passou em julgado a decisão que homologou o cálculo ou determinou o pagamento do imposto, data da intimação da referida decisão e a importância do imposto devido.

§ 6.º - Nos casos de isenção, serão expedidas guias em separado, com as mesmas formalidades.

§ 7.º - Na hipótese de o imposto ser pago em conjunto pelos herdeiros, será expedida apenas uma guia.

§ 8.º - Os herdeiros poderão pagar o imposto correspondente ao valor das partes ideais que lhes tocarem na propriedade "pró indiviso".

§ 9.º - Visadas as guias pelo representante da Fazenda, o imposto será recolhido, na Capital, à Recebedoria competente, e, nas outras comarcas, às respectivas repartições arrecadoras.

Artigo 10 - Para verificação do valor estabelecido no artigo 5.º, inciso VI, da Lei n. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, serão considerados apenas os imóveis ou direitos a eles relativos compreendidos na incidência do imposto.

Artigo 11.

- Os recolhimentos do imposto sobre transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" efetuados, por antecipação, ao Estado ou às Prefeituras Municipais, anteriormente a 1.º de janeiro de 1967, prevalecerão para efeito de quitação correspondente à aquisição do imóvel descrito na respectiva guia de pagamento.

Parágrafo único - Nas cessões dos compromissos de compra e venda ocorridas a partir de 1.º de janeiro de 1967, será devido pelos cedentes o imposto correspondente à cessão, beneficiando-se o adquirente, na escritura definitiva, pelo pagamento antecipado do que trata este artigo.

Artigo 12 - O disposto no "caput" do artigo anterior aplica-se também aos demais recolhimentos efetuados até 31 de dezembro de 1966 às Prefeituras Municipais, desde que a escritura relativa à aquisição do imóvel seja lavrada dentro de 90 (noventa) dias contados da publicação deste decreto, sem direito à revalidação de prazo.

Artigo 13 - O disposto nos artigos 3.º, 4.º, 5.º e 9.º vigorará até que seja definitivamente organizado o cadastro de valores do Estado, previsto no artigo 14 da Lei n. 9.591, de 30 de dezembro de 1966, ocasião em que será expedido novo decreto regulamentando a matéria.

Artigo 14 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de janeiro de 1967.

LAUDO NATEL

Antonio Delfim Netto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo aos 27 de janeiro de 1967.

Vicente Checchia, Diretor Geral, Substituto.

D. O . 28/1/67.

País é tão estranho
que muitos dos habitantes,
por sua conduta exótica,
nos iludem na medida
de seu exato tamanho,
- de suas reais dimensões...
É que os mais importantes
pelas suas posições,
- contra todos os princípios
que regem as leis da Ótica
longe, parecem gigantes,
- mas, de perto, são anões ...

IMUTABILIDADE ...

Desde as Idades Primárias
unia contínua mudança,
através de formas várias,
visando, segundo dizem,
as mais altas perfeições
- em muitas coisas se opera:
Mudam as Leis, os Costumes,
mudam as Instituições,
mudam Seitas, mudam Credos,
mudam a Moral, muda a Moda,
- tudo, enfim, constantemente,
- desde o começo das Eras,
se renova e se transmuda...

Mas, o Homem, não há meio,
- esse nunca, nunca muda...

Fontes TORRES
(do Livro "Miragem")

Corregedoria Geral da Justiça PROVIMENTO N.º 9/66

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e considerando que se torna inadiável a necessidade de real e efetiva averiguação da frequência dos serventuários dos cartórios não oficializados, de seus escreventes e dos auxiliares com contrato arquivado na Corregedoria Geral; considerando que se tem verificado casos em que serventuários, escreventes e auxiliares contratados não comparecem nos cartórios ou raramente o fazem, contando, todavia, tempo de serviço; considerando que, em face da legislação vigente, o tempo de serviço prestado em cartórios por uns e outros vale para efeito de aposentadoria a cargo do Instituto de Previdência e produz efeitos nos concursos para serventias de justiça; e considerando que, oficializado o cartório ou ingressando o funcionário no serviço público mantido pelo Estado, o tempo anterior será computado para todos os efeitos de direito, resultando em consequência ônus para o erário público, cujos interesses devem ser resguardados, Resolve:

Art. 1.º - A partir de 1.º de janeiro de 1967, a frequência dos serventuários de justiça dos

cartórios não oficializados de todo o Estado, bem como dos seus escreventes habilitados ou auxiliares com contratos arquivados na Corregedoria Geral e no Instituto de Previdência, para efeitos de contagem de tempo de serviço público, será regulada na forma e condições estabelecidas nesta portaria.

Art. 2.º - As certidões de freqüência dos escreventes e auxiliares contratados, de preferência impressas ou mimeografadas, serão expedidas em duplicata, anualmente, para cada servidor, assinadas exclusivamente pelo serventuário vitalício ou interino, ou por quem estiver respondendo pelo expediente do cartório, os quais responderão disciplinar e criminalmente pela sua veracidade, nelas mencionando, expressamente, a freqüência total e as faltas abonadas, justificadas. ou injustificadas, bem como os afastamentos, licenças ou férias concedidas durante o período pela autoridade competente, mencionando, outrossim, as penalidades aplicadas ou a inexistência delas.

§ 1.º - Compete, ao serventuário, ou a quem estiver respondendo pelo expediente, observados os limites e as regras da Consolidação das Leis dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, aplicadas subsidiariamente, abonar ou justificar as faltas dadas pelos escreventes ou auxiliares contratados.

§ 2.º - O controle da freqüência dos escreventes e dos auxiliares contratados deverá ser feito por meio de livro de ponto já existentes no cartório ou, a critério do serventuário, por relógios registradores.

Art. 8.º - A freqüência dos serventuários vitalícios ou interinos será dada, anualmente, pelo respectivo Juiz Corregedor permanente por meio de atestados, de preferência impressos ou mimeografados, em duplicata, neles mencionando-se expressamente a freqüência total ou as faltas abonadas, justificadas ou injustificadas, bem como os afastamentos, licenças férias concedidas pela autoridade competente, mencionando-se, outrossim, as penalidades aplicadas, ou a inexistência delas.

§ 1.º - Compete ao Juiz Corregedor permanente, observados os limites e regras da Consolidação das Leis dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, aplicada subsidiariamente, abonar ou justificar as faltas dos serventuários e conceder-lhes, bem como aos escreventes e auxiliares dos cartórios, afastamentos por motivo de nojo e licenças para tratamento de saúde do servidor ou por motivo de doença em pessoa de sua família. desde que não excedam a oito (8) dias (lei n.º 2.177, de 23 de julho de 1953, art. 14 e §§) .

§ 2.º) - Os juízes corregedores, a fim de melhor cumprirem no determinado no "caput" deste artigo, passarão os respectivos atestados de freqüência à vista da assinatura no livro de ponto, a que ficam obrigados também os serventuários, embora não tenham escreventes ou auxiliares, bem como à vista de informações do escrivão da corregedoria permanente de cada comarca, os quais ficarão responsáveis pela veracidade das informações que prestarem. Para tal desideratum poderão ainda os MM. Juízes corregedores determinar, em provimento, o que for hábil para que a freqüência seja atestada regularmente.

Art. 4.º - O serventuário encerrará diariamente o livro de ponto e o apresentará pessoalmente, para o visto mensal, ao Juiz corregedor permanente, que, se entender conveniente, determinará a apresentação em período de tempo menor. A assinatura do Juiz será aposta na página referente ao último dia do mês. Se o controle da freqüência se fizer por meio de relógio de ponto, o Juiz corregedor, a qualquer tempo, poderá efetuar as verificações necessárias, diretamente ou por intermédio de funcionário do Juízo.

§ 1.º - Se o cartório, excepcionalmente e com autorização do Juiz corregedor, mantiver seções em edifícios separados (tabelionatos ou escrivânias), a freqüência será registrada em livros ou relógios distintos.

§ 2.º - Sempre- que o Juiz corregedor permanente verificar que algum servidor excedeu o limite legal de faltas, de forma a caracterizar abandono de cargo, determinará, de ofício, a abertura de

sindicância ou procedimento administrativo, conforme o caso, para aplicação das sanções cabíveis.

Art. 5.º - As certidões e atestados de frequência, inclusive dos servidores da Comarca da Capital, visados pelo Juiz Corregedor, serão obrigatoriamente entregues no cartório da Corregedoria permanente até o dia 10 do mês de janeiro, devendo o respectivo escrivão remetê-los à Corregedoria Geral da Justiça até o dia 20 daquele mês de janeiro, permanecendo as segundas vias no arquivo da Corregedoria Permanente.

Art. 6.º - O Cartório da Corregedoria Geral da Justiça arquivará as certidões e atestados de frequência nos prontuários de cada servidor e organizará mapas ou quadros pelos quais se possa, de pronto, controlar as remessas comunicando ao Corregedor Geral ou falhas para as providências necessárias.

Art. 7.º - As certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria, de inscrição em concurso e para outros fins de direito, serão expedidas pela Corregedoria Geral somente em conformidade com os atestados e certidões de frequência existentes no seu arquivo, desde que se refiram a tempo de serviço posterior a outubro de 1965.

Art. 8.º - Os livros de ponto, onde ainda não existir, serão abertos pelo Juiz corregedor permanente e rubricado facultativamente por meio de chancela. Neles não poderão, em hipótese alguma, assinar os praticantes e auxiliares sem contrato arquivado no cartório da Corregedoria Geral da Justiça (Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, art. 21; Decreto n.º 19.365, de 20 de abril de 1950, art. 14, § 2.º; Portaria n.º 16, de 31 de outubro de 1953, da Corregedoria Geral da Justiça). A frequência desses auxiliares será controlada pelo modo que mais conveniente lhes parecer. O tempo de serviço prestado nessas condições não poderá ser contado, nos termos do art. 14, § 2.º, do Decreto n.º 19.365, de 20 de abril de 1950.

Art. 9.º - Ficam revogadas a Portaria n.º 93/65, desta Corregedoria Geral e as portarias e provimentos que contrariem estas disposições.

Publique-se, registre-se e remeta-se cópias mimeografadas a todas as comarcas para distribuição aos cartórios.

São Paulo, 22 de dezembro de 1966.

Alceu Cordeiro Fernandes,
Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 27/12/66.

PORTARIA n.º 113/66

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o que consta do proc. n.º G-12.270 e no processo C. G. 27.216/66 e o que foi deliberado pelo Conselho Superior da Magistratura, em sessão de 9 de dezembro de 1966.

RESOLVE

Art. 1.º - A expedição de certidões, para fins criminais e destinadas a réus pobres internados em estabelecimentos penais, com isenção de emolumentos devidos ao Estado e aos serventuários de justiça não estipendiados pelos cofres públicos, processar-se-á de acordo com a presente portaria.

Art. 2.º - As certidões serão unicamente passadas pelos próprios cartórios em que os processos se encontrarem arquivados, mediante solicitação do Diretor Geral do Departamento de Institutos Penais, do Diretor da Divisão Judiciário do mesmo Departamento, do Presidente do Conselho Penitenciário, do Chefe da Procuradoria de Assistência Judiciária do Departamento Jurídico do

Estado, do Diretor da Casa de Detenção ou dos Juízes de Direito sob cuja jurisdição se acharem os réus.

§ 1.º - Quando se tratar de cartório da capital do Estado, a solicitação será feita à Corregedoria Geral da Justiça, que a encaminhará marcando prazo razoável para o atendimento. O cartório da Corregedoria, ao remeter ou entregar as certidões, fará os registros e anotações devidas para evitar repetições desnecessárias.

§ 2.º - Nas demais comarcas, ao receber a solicitação, os Juízes de Direito também fixarão prazo razoável para o atendimento que não deverá exceder de 30 dias.

Art. 3.º - Não serão atendidos os pedidos de cópia integral dos processos e tão somente passadas certidões das peças especialmente indicadas. Sempre que for possível ou quando expressamente pedidas as certidões serão expedidas com cópia a carbono, autenticada, remetendo-se ambas as vias à autoridade solicitante. O ofício será junto aos autos nele certificando-se a expedição, o número de vias e a data de sua remessa ou entrega mediante recibo, a quem de direito.

Art. 4.º - A autoridade solicitante deverá declarar os fins a que se destinam as certidões, e, em se tratando de pedido de revisão criminal, o cartório certificará apenas o inteiro teor da sentença ao acórdão condenatório e a data do seu trânsito em julgado.

Art. 5.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e remetam-se cópias mimeografadas a todos os Juízes Criminais da Capital e das demais comarcas do Estado.

São Paulo, 27 de dezembro de 1966.

(a) Alceu Cordeiro Fernandes.

Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 31/12/66.

PROVIMENTO N. 1-67.

Fixa o número de casamentos e assentos de nascimentos ou óbitos, para os fins do artigo 20 do Regimento de Custas.

O desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista o que consta no processo n. GG. 26.322-66, e do uso de suas atribuições legais.

Resolve fixar em dez (10) casamentos e cento e cinquenta (150) assentos de nascimento ou óbito, por semestre, para efeito de subvenção, o número a que se refere o artigo 20 da Lei n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, com a redação dada pelo artigo 2.º da Lei n. 9.531, de 6 de outubro de 1966.

Publique-se e remeta-se cópia à Secretaria da Justiça e ao desembargador Presidente do Egrégio Tribunal da Justiça.

São Paulo, 2 de março de 1967.

(a) Alceu Cordeiro Fernandes.

D. O. J. 8/3/67.

PROVIMENTO N.º 2-67

Dispõe sobre tabela de condução prevista no artigo 5.º do Regimento de Custas.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5.º da Lei estadual n. 4.831, de 28 de agosto de 1958, e considerando o que ficou decidido a folhas 92 do Processo n. GG. 21.677-62 e a folhas 37 do GG. 27.120-56,

Resolve fixar a seguinte tabela de despesas de condução dos oficiais de justiça de todas as Varas (cíveis, criminais, da família e das sucessões, das Fazendas Públicas, dos registros públicos), bem assim dos oficiais de protestos e de registro de títulos e documentos e outros serventuários e auxiliares, da Comarca da Capital:

- a) para o primeiro perímetro da zona urbana 0,23
 - b) para os km restantes da zona urbana 0,47
 - c) para a zona suburbana 0,94
 - d) para a zona rural 1,50
- e mais NCr\$ 0,19 por km que exceder a vinte (20).

Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso apenas de uma condução, o oficial fará jus ao reembolso de uma só verba.

Publique-se, anote-se e arquite-se.

São Paulo, 3 de março de 1967.

(a) Alceu Cordeiro Fernandes
Corregedor Geral da Justiça.

D. O. J. 8/3/67.

PROVIMENTO n.º 4/67

O Desembargador Octávio Guilherme Lacôrte, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o que ficou resolvido no processo CG-n.º 27.930/67 e

- a) considerando que o Decreto-Lei Federal n.º 167, de 14-2-1967, instituiu a obrigatoriedade da inscrição das células de crédito rural, no Cartório do Registro de Imóveis, para que tenham validade contra terceiros;
- b) considerando que as diferentes modalidades de cédula de crédito rural, enumeradas no art. 9.º do referido Decreto-Lei e definidas em seus art. 14, 20, 25 e 27, serão inscritas em livro próprio, denominado "Registro de Cédulas de Crédito Rural", a ser aberto em cada Cartório de Registro de Imóveis;
- c) considerando que têm surgido dúvidas a respeito da cobrança das custas e emolumentos para os atos de ofício a serem praticados, no interesse do sistema de registro criado;
- d) considerando que as disposições a respeito da cobrança e atribuições de custas e emolumentos contidos nos art. 34 e seguintes do Decreto-Lei n.º 167 somente se aplicam aos Cartórios do Distrito Federal e Territórios, mesmo - porque, nos termos da vigente Constituição Federal, aos Estados compete legislar em matéria de organização judiciária e, por via de consequência, elaborar seu regimento de custas;
- e) considerando que o entendimento manifestado no item "d" supra está em consonância com a jurisprudência do E. Tribunal Pleno (Acórdão proferido no mandado de segurança n.º 44.165, da Comarca da Capital) ;
- f) considerando, finalmente, a necessidade de padronização do livro de "Registro de Células do Crédito Rural", bem como a de uniformização de suas escrituração e cobrança de emolumentos,

DETERMINA:

- 1.º) Em cada Cartório de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo será aberto um livro destinado ao "Registro de Cédulas de Crédito Rural", numerado em série crescente, a começar de 1 (Hum) ;
- 2.º) Os livros terão 300 (trezentas) folhas, com 59 cm de altura por 42 cm de largura, divididas em colunas, com as denominações e dimensões do modelo anexo;
- 3.º) Os emolumentos devidos aos escrivães serão os da tabela "K", nos. I e II da Lei Estadual n.º 9.531, de 6/10/1966, sobre os quais incidirão ainda as percentagens instituídas pela mesma lei e taxa de aposentadoria.

Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia aos M.M. Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Registro de Imóveis.

São Paulo, 23 de maio de 1967.

(a) OTÁVIO GUILHERME LACÔRTE
Corregedor Geral da Justiça em exercício.

Letras Jurídicas

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DESEMBARGADOR CORDEIRO FERNANDES, EM SESSÃO PLENÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO DIA 22 DE FEVEREIRO PRÓXIMO PASSADO, POR OCASIÃO DA VISITA DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, DOUTOR ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

É com real júbilo que esta mais alta Corte de Justiça do Estado de São Paulo recebe Vossa Excelência, Senhor Governador, no momento preciso em que a nossa terra, qual nau solta em mar intranquilo, carece de um timoneiro sereno, lúcido e eficiente.

Melhor oportunidade do que esta - um cordial encontro de dois Poderes - não poderia surgir, a fim de aflorar alguns aspectos da tessitura judiciária, de magna importância para a vida pública do Estado de São Paulo e, portanto, de toda a Nação.

Como já tive ensejo de acentuar, relatando proposta de reforma judiciária, em 1961, a tardança da lei que Shakespeare, através de Hamlet, incluiu entre as enfermidades públicas, em sua breve lista, não é privilégio de uma época, nem tampouco de um lugar geográfico.

Esta verdade, aliás, foi acentuada em interessante trabalho de Lewis Mayers, Professor de Direito do "City College" de Nova York, intitulado "O Sistema Legal dos Estados".

Nem por isso, ou por isso mesmo, esta Corte de Justiça permaneceu tranqüila, inerte, omissa no exercício de suas atribuições constitucionais. para a proposta de medidas legislativas tendentes a solucionar o problema, que, por exclusivo floreio literário e impulso emocional, foi batizado, indevidamente, de crise da justiça.

O insigne Desembargador João Marcelino Gonzaga presidia os destinos da instituição, quando o mal começara a revelar sintomas de agravamento.

Por tal motivo, nomeou uma comissão de juízes para o exame do assunto. Apresentada a proposta de reforma, esta Corte, após amplos debates, deixou de aprová-la.

Foi nomeada, a seguir, outra comissão composta dos eminentes Desembargadores Djalma Pinheiro Franco, José Frederico Marques, Odilon da Costa Manso, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e Trasíbulo Pinheiro de Albuquerque.

Sobreveio a aposentadoria do eminente Desembargador Trasíbulo Pinheiro de Albuquerque e fui designado para ocupar o seu lugar.

Após a colheita de dados e maduras reflexões, verificou-se a invalidade de uma reforma judiciária global, de uma só vez, para todo o Estado.

O plano teria que se desdobrar em três fases. A primeira parte cuidaria do ingresso na magistratura, juízes substitutos de circunscrição, férias, comarcas do interior e disposições correlatas. A segunda fase enquadraria a comarca de São Paulo e, por derradeiro, a terceira parte visaria a solução do problema da segunda instância.

A primeira fase foi cumprida rapidamente pelo Tribunal de Justiça.

O respectivo anteprojeto foi enviado à Assembléia Legislativa em princípio de 1960 e, apesar dos aplausos gerais, só se transformou na Lei n.º 6.142, em junho de 1961 ...

Na tramitação surgiram percalços vários que, embora sem caráter fundamental, dificultaram sobremaneira a aprovação do Projeto.

Nesse interregno, a comissão trabalhava intensamente na proposta relativa à comarca da Capital.

No lugar do eminente Desembargador Pinheiro Franco, que se afastara voluntariamente, passou a funcionar o eminente Desembargador Custódio da Silveira.

E para a maior eficiência dos trabalhos foi designado seu Presidente o ilustre Desembargador Joaquim de Sylos Cintra. Era Presidente do Tribunal o então Desembargador Pedro Chaves, ora um dos ornamentos da Suprema Corte do País.

O problema da comarca de São Paulo, contudo, era mais complexo.

O município tornava-se cada vez mais habitado, por uma população que, na maioria, vinha em busca de melhores condições de sobrevivência. A indústria e o comércio atingiam um grau de desenvolvimento extraordinário. A cidade crescia espantosamente, dando origem a graves problemas administrativos, desafiando técnicos, políticos e administradores. O fenômeno repercutia na área da administração da justiça.

A par disso, a inflação evoluía em progressão geométrica, gerando problemas de toda a sorte. À inflação, no campo financeiro, acrescentava-se a tendência no sentido de solucionar problemas econômicos e sociais, que dependiam, antes, de ação e meios materiais, com, apenas, leis e decretos, versando sobre institutos jurídicos.

Esse era o panorama que se descortinava, sem carregar nas tintas mais sombrias...

A América do Norte, na sua fase de contínuo e extraordinário desenvolvimento foi obrigada a enfrentar o problema.

O crescimento das cidades americanas complicou a equação. E veio a solução simplista, com a criação de maior número de tribunais, intensificando-se este sistema de fragmentação. O resultado foi inteiramente negativo, segundo informa Lewis Mayers. Ganhou força, então, a exigência de uma racionalização na estrutura das organizações judiciárias.

Foi sob esse impulso, também, que o Tribunal de Justiça de São Paulo elaborou o anteprojeto de descentralização, que constituiu novidade, entre nós.

Realmente, conquanto o Decreto n.º 4.524, de 22 de novembro de 1871, em seu art. 2.º, estabelecesse que os Juízes de Direito que não tivessem funções criminais específicas .exercessem a jurisdição criminal em distritos policiais da respectiva comarca, podendo, indistintamente, ordenar as prisões e todas as diligências em qualquer parte da comarca, e o Decreto n.º 123, de 1892, estatuiu-se, em seu art. 7.º, que as comarcas em que

houvesse mais de um juiz de direito deveriam ser subdivididas em tantos distritos criminais quantos fossem aqueles juízes, servindo cada um deles, de preferência, em distrito determinado, o certo é que se cuidava de inovação em outros moldes e com maior profundidade.

Aliás, o princípio vinha ganhando terreno.

Assim, o Instituto dos Advogados Brasileiros, em sessão de 22 de setembro de 1949, aprovara a indicação do Professor Haroldo Valadão, advogado dos mais eminentes e jurista de projeção internacional, acerca da, criação de tribunais para pequenas causas e pequenos delitos, no Rio de Janeiro. E, em 1954, o Ministro da Justiça encarregara o Professor Hélio Tornaghi de elaborar um projeto de descentralização; e se a idéia não vingou foi por falta de continuidade política e administrativa.

A propósito, é interessante lembrar as palavras daquele ilustre advogado e insigne jurista em discursos pronunciados no Instituto dos Advogados e transcritos em seu livro "Paz - Direito - Técnica": - "Considere-se a descentralização verificada em todos os serviços, quer públicos e quer privados, das atividades espirituais e materiais que se irradiam pelos bairros e subúrbios à procura do povo, ao contrário da justiça, que foge das populações locais e rurais e se encastela, toda orgulhosamente concentrada, num congestionamento logradouro, que não chega mesmo a ser o centro real do Distrito Federal". E prossegue: " ... a concentração de todos, Juízes e Tribunais e dos respectivos órgãos auxiliares, enfim, de todo o aparelho judicial e extrajudicial num só prédio ou mesmo palácio compreende-se apenas em uma cidade pequena, mas nunca numa grande metrópole, qual Londres, Nova York, Buenos Aires ou Rio de Janeiro... À consideração de que com a dificuldade de transporte e a distância entre os vários bairros seria difícil a locomoção do advogado que teria de atender a várias audiências num só dia, retruco que diz respeito aos restritos causídicos de numerosas causas e que mui mais penosa será tal locomoção para as partes, as testemunhas, os peritos, os oficiais de justiça". "Ao argumento de que o interesse do advogado para facilitar o acompanhamento de muitas causas, é todo o serviço judiciário, até o mais insignificante, concentrado num só prédio, respondo que o interesse da justiça e das populações prima sobre o de qualquer classe social, inclusive de advogados, juízes, serventuários, promotores ou agentes de papéis de casamento." E mais, esclarece o mestre: "Quanto à necessidade de algumas alterações no processo para melhor funcionamento de certos juízos e de pequenos litígios, estou de acordo, pois, sempre me bati, inclusive em livro, contra, no cível, o processo único, sendo favorável a volta, para as pequenas causas, ao processo sumaríssimo, sem distribuição, sem mandados, sem selos, sem custas e até sem a presença obrigatória de advogados".

A descentralização "se identifica com a democratização da Justiça, pois atende diretamente aos interesses da população, da unanimidade, no registro civil, da grande maioria, nos pequenos delitos e causas, dos habitantes do Distrito Federal".

Essas foram as palavras repassadas da mais alta compreensão técnica e elevado espírito público de um grande e experiente advogado, pronunciadas no Instituto dos Advogados Brasileiros, que as consagrou.

Havia, ainda, a lição do notável João Mendes, a quem não se pode negar escrúpulo científico. Dizia João Mendes: "em relação à Divisão Territorial, perante a doutrina, dois são os princípios que legitimam a divisão territorial judiciária: 1.^o) a necessidade de tomar o Poder Judiciário operativo, em todo o território; e 2.^o) colocar as autoridades judiciárias ao alcance das partes, de sorte a não forçá-las a viagens dispendiosas e a grande perda de tempo o que equivaleria a negar-lhes justiça".

Ademais, além de outros, havia o exemplo da França e da Inglaterra.

Na recente reforma realizada na França, a justiça de paz, em princípio, uma por cantão, fora substituída pelo tribunal de instância, em princípio, um por "arrondissement", que, além de circunscrição judiciária, é, também, circunscrição administrativa, a do subprefeito (Waline).

Esse tribunal, que vive à margem dos tribunais de grande instância, compreende um juiz único, que passou a exercer a competência da justiça de paz e uma parte da pertencente aos tribunais de primeira instância.

Em escalão superior, o tribunal de grande instância, um pelo menos por departamento e vários nos departamentos mais importantes, conserva, em matéria civil e penal, a parte da competência dos antigos tribunais de primeira instância que não foi atribuída aos tribunais de instância.

Na Inglaterra, havia o exemplo das "Petty Sessions" e das "County Courts".

"Petty Session" é corte criminal, presidida, em regra, por não menos do que dois magistrados locais denominados "Justices of the Peace", e julga transgressões menos graves.

Nas cidades maiores, um "barrister" conhecido por "Stipendiary Magistrate", é nomeado para funcionar como magistrado singular e permanente. Em Londres, os magistrados dessa espécie, conhecidos como "Metropolitan Magistrates", substituíram os "Justices of the Peace" nos distritos mais densamente populosos.

A denominação correta de tais cortes é, aliás, "Cortes de Jurisdição Sumária" e não tribunais de polícia, como é usual entre o povo e a imprensa.

É conhecido, também, por "Magistrates", a jurisdição de "Magistrates, Courts" e, na verdade, uma genuína corte do povo.

Por seu turno, o "County Courts Act", de 1846, estabeleceu um sistema de cortes locais, com jurisdição civil, abrangendo, presentemente, um vasto número de ações, principalmente relativas às obrigações de pequenas quantias: são as "County Courts".

A jurisdição de uma "County Court" é limitada a causas surgidas em seu distrito e limitada, também, pelo valor, a menos que ambas as partes prefiram seja o caso ouvido ali, em vez de perante a Alta Corte.

O juiz da "County Court" é nomeado mediante recomendação do Lord Chanceler e deve ser um "barrister" de sete anos de reputação. Em Londres, há diversas cortes dessa natureza, que funcionam regularmente.

Lidando, diariamente, com uma grande massa de litígios civis, informa James Avery, são consideradas as "poor men's courts", isto é, tribunais dos pobres.

E existe um Inspetor ou Visitante encarregado oficialmente de inspecionar as cortes de sumária jurisdição, com o fito de providenciar todos os meios para a mais eficiente administração da justiça.

Portanto, nos grandes centros civilizados, a tendência era e é para descongestionar a justiça, atendendo às peculiaridades locais, com o fim de torná-la mais acessível, mais próxima do povo.

Com apoio em seguros dados estatísticos e com a cooperação da Polícia, representada pelo Delegado Dr. Guilherme Pires e Albuquerque, da Sociedade dos Engenheiros Municipais de São Paulo, representada pelo Dr. Luiz Gomes Cardim Sangirardi, e do Dr. Francisco Whitaker Ferreira, componente do Grupo de Planejamento do Governo do Estado, de então, foi estruturado o anteprojeto e sujeito à ampla discussão no Plenário deste Tribunal, do qual, como é sabido, fazem parte, obrigatoriamente, elementos oriundos da advocacia e do Ministério Público, que aqui estão pelo seu notório merecimento e reputação ilibada.

Em 30 de maio de 1961 a proposta era encaminhada ao Governo do Estado.

Em 3 de janeiro de 1962, o então Governador Professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto acolhia

o trabalho e o remetia à Assembléia Legislativa, uma vez que, na proposta, havia, também, matéria de atribuição constitucional privativa do Executivo.

Todavia, a proposta foi congelada, mediante substitutivo e uma saraivada de emendas.

Somente mais tarde, o ilustre Professor Miguel Reale, com a clarividência que lhe é peculiar, deu impulso à idéia, surgindo, a final, a Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, que não só consagrou o princípio da descentralização como várias outras inovações, inclusive a criação de doze cargos de juízes de investidura temporária, com competência para substituir e auxiliar nas varas distritais, bem como para exercer atribuições judiciais especificamente cometidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

A lei produziu, desde logo, magníficos resultados, principalmente no que toca à vara piloto que foi a da Lapa.

A competência dada, porém, era por demais restrita.

O Tribunal resolveu, por isso, propor a sua ampliação e instalar maior número de varas.

A proposta de ampliação foi aprovada e foram instaladas no curso de 1966 as varas de São Miguel, Santo Amaro, Penha e Santana.

Por outro lado, cuidou-se de tresdobrar o Tribunal de Alçada para maior eficiência dos serviços judiciários de segunda instância.

Houve, novamente, percalços, mas, por fim, o impasse foi solucionado e em breve deverá ser instalado o Tribunal de Alçada Criminal, de forma a tornar os julgamentos mais rápidos, menos exaustivos para os Juízes e eliminar os inconvenientes de um tribunal numeroso.

Iria muito longe se pretendesse enumerar as atividades administrativas e de colaboração legislativa desta Corte.

A proposta de descentralização formulada pelo Tribunal de Justiça foi enviada em maio de 1961, com a previsão do que poderia acontecer se os outros Poderes não cooperassem.

A reforma surgiu, porém, somente três anos depois, quando a conjuntura econômica e financeira apresentava graves sintomas de deterioração com indiscutíveis repercussões no setor judiciário.

O poder aquisitivo diminuído, a alta do material de construção, as leis de inquilinato e outras dificuldades aumentaram os litígios, encontrando um aparelhamento deficiente. Daí consequências desastrosas na dinâmica forense.

A par disso, as dificuldades de ordem material. Verbas insuficientes para as instalações de cartórios e varas. Haja vista o caso do "Fórum João Mendes", ainda inacabado, e já obsoleto. Falta de pessoal habilitado, em número suficiente, para o serviço cartorário, culminando com o visível declínio de vocação para a magistratura. Tudo isso concorreu para as dificuldades atuais.

Alguns dados poderão ser trazidos à colação, a fim de, sumariamente, elucidar o problema.

No tocante à magistratura, a Constituição de 1946 exige o estágio de dois anos para a promoção de entrância para entrância. Com o aumento do número de comarcas e varas, a elevação de entrância de muitas comarcas, a pletora de aposentadorias e o número reduzido dos que se apresentavam, em concurso, agravou-se a situação.

A Lei n.º 8.101, de 1964, criou trinta e dois cargos de juízes substitutos, classificados em 4.a entrância, e mais cinco cargos de auxiliares, igualmente de 4.a entrância, para exercerem as funções na comarca da Capital, e, segundo dispõe o art. 44, III, dessa mesma Lei, os juízes substitutos designados ordinalmente de 23.º a 32.º, quando não estiverem substituindo os

titulares, poderão servir como auxiliares nas varas.

Se esses cargos estivessem preenchidos, a situação seria bem melhor, porque importaria, na verdade, em desdobramento do serviço, para dois juízes, em, pelo menos, dez varas cíveis.

Acontece, porém, que somente doze desses cargos estão preenchidos, em virtude da falta de juízes, dada a exigência constitucional do estágio.

Nesse particular, aliás, a situação do interior era muito mais grave, havendo comarcas da importância de Assis, Mogi das Cruzes, Barretos, Ourinhos, São João da Boa Vista e muitas outras que ficaram sem juiz titular, durante muito tempo.

Era uma situação catastrófica.

E o atual Conselho Superior da Magistratura resolveu, como medida heróica, indicar juízes sem o devido estágio, na ausência de magistrado com tal condição, para o preenchimento das vagas. O Egrégio Tribunal Pleno, por seu turno, aprovou tal orientação, consagrada, também, felizmente, pelo Poder Executivo Estadual.

E quando se cogitava da reforma constitucional que acabou de se concretizar, esta Corte não ficou inerte. Reuniu-se e estudou emendas à nova Carta, que foram entregues aos congressistas por uma comissão composta dos eminentes Desembargadores Martins Ferreira e Ferreira de Oliveira. E quase todas, visando assegurar a solidez da nossa instituição e o aperfeiçoamento do aparelhamento judiciário, para a salguarda dos altos interesses públicos, vingaram. Entre elas está a que redundou na letra e, inciso II, do art. 136, da Nova Carta, assim redigida: "somente após dois anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago".

Foi essa uma das mais relevantes contribuições desta Corte para a solução das dificuldades.

No que respeita à plethora de demandas no Fórum da Capital, basta salientar que, durante o ano de 1966, uma das varas cíveis, que pode constituir um padrão comparativo, recebeu 4.982 processos, em distribuição, sendo que, nesse número, estão incluídos 1.971 ações de despejo por falta de pagamento, 429 ações de despejo de outras espécies, 518 ações executivas e 1.010 notificações, interpelações e protestos. Resultado nítido da precária situação econômica e índice da necessidade de um aparelhamento cartorário eficiente.

Agora, assim mesmo, com a instalação das varas de São Miguel, Santo Amaro, Penha e Santana e aumento da competência das distritais, acentuou-se a queda das distribuições nas varas centrais, durante os últimos meses, ria base de 35%.

Se forem instaladas mais duas varas já criadas, Tatuapé e Vila Maria, se for criada e instalada a vara de Pinheiros, abrangendo Butantã, com o aumento do salário mínimo já anunciado, bem corno se forem providas as vagas de 4.^a entrância na Capital, para o auxílio das varas mais atrasadas, o desafio será maior ainda.

Mas, a situação cartorária não é das melhores.

Cada cartório, principalmente das varas cíveis, de acidentes do trabalho e da fazenda pública, recebe um grande número de processos, exigindo um imenso trabalho, que é de alta responsabilidade e deve ser eficiente.

Acontece, entanto, que existem 143 cargos de escreventes a serem providos mediante promoção e 128 a serem providos por concurso. Os cargos criados existentes atingem a 787 e a necessidade atual do quadro é de 1.723 cargos. Há, por conseguinte, um "déficit" de mais de 800 cargos, excluindo-se os cartórios da Fazenda Nacional.

Medida adequada consistiria, pois, na criação de tantos cargos de escreventes quantos

necessários ao bom andamento dos serviços forenses, para os quais poderiam ser aproveitados, desde logo, os remanescentes do concurso determinado pelo Tribunal de Justiça e que ora se aproxima de seu término.

No interior, a situação não é, igualmente, alentadora.

São lamentáveis, por exemplo, as condições dos edifícios destinados ao Fórum, em comarcas como Jundiaí, Piracicaba, São Vicente, Santo André, Guarulhos, Limeira, Itanhaem e muitas outras. A situação dos presídios e cadeias é, igualmente, lastimável. Haja vista o que se passa em Ubatuba, Caraguatatuba, Santo André, São Vicente, Ribeirão Preto, Santos e tantas outras comarcas.

E muitos juízes estão impossibilitados de residir na sede da comarca porque ou não existe prédio para a locação ou porque o valor locativo é exagerado para as suas possibilidades econômicas.

Dentro de nossa ordem constitucional, o Poder Judiciário de São Paulo tem procurado cumprir a sua missão. Mas, para que a sua tarefa, fora do plano jurisdicional propriamente dito, possa atingir seus altos objetivos depende da cooperação dos demais poderes.

E aqui vêm a calhar as lições de Madison e Hamilton, contidas no "The Federalist Papers".

A acumulação de todos os poderes, legislativo, executivo e judiciário, nas mesmas mãos, quer de um, poucos ou muitos, quer em caráter hereditário, auto-escolhido, ou eletivo, pode ser considerada, com razão, como a perfeita definição da tirania.

Se todo o poder de um departamento é exercido pelas mesmas mãos que possui todo o poder de outro departamento, os princípios fundamentais de uma constituição livre ficam subvertidos.

E num governo em que os poderes são separados um do outro, o judiciário, pela natureza de suas funções, é o último a se tornar perigoso para os direitos políticos constitucionais; porque é o último em capacidade para molestá-los. O judiciário, disse-o Hamilton, não tem influência sobre a força e o dinheiro. "The judiciary has no influence over either the sword or the purse".

É, assim, a mais fraca das expressões do poder.

Certamente, a interpretação das leis é própria e peculiar província das cortes. A constituição é, de fato, e deve ser considerada pelos juízes como lei fundamental. Portanto, se há conflito entre o ato legislativo do Parlamento e a constituição, esta deve prevalecer sobre aquele. Não leva isso à conclusão de superioridade do Judiciário, porque, na verdade, o poder do povo é superior a ambos; quando a vontade legislativa conflita com a do povo, declarada na Constituição, os juízes devem ser governados por esta e não por aquela.

Focalizando, não há muito, o espírito da constituição britânica, Sir Alfred Denning, um dos "Lords Justices" da "Court of Appeal" da Inglaterra, após citar Macaulay, reconheceu que, no último século, houve uma grande mudança, sem precedentes. Houve uma revolução social acompanhada de uma revolução constitucional. Dicey, em 1885, assinalava a soberania do parlamento e a "rule of law" como feições cardiais da constituição inglesa. Agora, mais de meio caminho do século XX, a "emphasis" mudou.

Todavia, apesar de todas as mutações, perdura o mesmo espírito da constituição. E isso é mais fácil reconhecer do que definir.

Qual seria esse espírito?

A crença na justiça e não no poder; o instinto de liberdade; o equilíbrio de direitos e obrigações.

E o instinto de justiça encontra a sua expressão na "rule of law"; na ausência de governo arbitrário, no princípio da legalidade; e a chave desse princípio está, precisamente, na independência dos juízes. Somente a esse respeito, reconhece o insigne magistrado e jurista

britânico real separação de poderes.

Outro não é o ensinamento de modernos constitucionalistas como Wade e Phillips.

Entre nós, não obstante o desenrolar da evolução social, política e constitucional, mantém-se o princípio da independência e harmonia de Poderes, consagrado no art. 36 da Constituição vigente, e conservado no art. 6.º da Nova Constituição, que veda a delegação de atribuições, ressalvadas as hipóteses taxativamente previstas.

Outrossim, pela Nova Carta, em seu art. 55, não poderá ser delegada a legislação sobre a organização de juízos e tribunais, assim como sobre as garantias da magistratura.

De outra parte, predominará, ainda, a doutrina da supremacia da lei e da igualdade perante a lei, não sendo lícito excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

E continuará a vigorar a norma de que somente de cinco em cinco anos, salvo proposta do Tribunal de Justiça, poderá ser alterada a organização judiciária.

A regra, portanto, será, ainda, a inalterabilidade. A alteração é e continuará a ser exceção, e isso corno notava Carlos Maximiliano, a fim de evitar reformas inoportunas e sem legítimo escopo.

No decurso dos quinquênios, esta Corte, exercendo suas atribuições constitucionais privativas, tem procurado, mediante propostas motivadas, solicitar aos outros Poderes todas as medidas indispensáveis à manutenção e melhoria da estrutura judiciária. E, agora mesmo, no curso do presente quinquênio, funciona ativamente a comissão de organização judiciária, composta dos eminentes Desembargadores Sylos Cintra, Dantas de Freitas e Almeida Bicudo, visando um plano de reestruturação das entrâncias.

Ocorre, porém, que, na sua grande maioria, as propostas de maior alcance, no interesse do serviço público, têm sido entravadas por óbices de várias espécies, principalmente de caráter financeiro.

E terapêutica restardada, é óbvio, dá maior ensejo à vitória da enfermidade.

De nada vale fazer leis e decretos, sem os meios de execução. Não basta planificar ou projetar reformas.

É mister elemento humano qualificado. É mister a construção de edifícios, realizar obras adequadas e capazes de criar ambiente favorável ao trabalho. É mister racionalização e mecanização dos serviços. Mas, para isso, são necessários os meios financeiros.

A reforma projetada por esta Corte, em três fases, já se operou, no plano legislativo.

Alguns defeitos foram corrigidos através de novas propostas. E talvez outros surgirão, sujeitos a emendas.

Apesar de tudo, a força criadora, o desenvolvimento, o progresso continuam, em nosso Estado, em ascensão e, muitas vezes, as previsões são superadas pelos fatos.

Por isso mesmo, é mister contínua adaptação.

E este Tribunal tem permanecido atento, ativo.

Isso, aliás, o jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 18 de setembro do ano próximo passado, o reconhecia, expressamente, em uma de suas bem lançadas "Notas": - "Sem dúvida, esquematizado como um dos Poderes do Estado, o Judiciário, no exercício das funções que a Constituição lhe atribui, tem uma posição bem definida, cabendo-lhe papel tão decisivo, que é considerado, na doutrina constitucional mais moderna, como a, própria pedra de toque do

regime democrático, pois a ele cabe, em última análise, tornar efetiva toda a carta de garantia dos direitos individuais. Mas a verdade é que o Poder Judiciário de São Paulo jamais se negou a cooperar com o Executivo ou com o Legislativo. . . " " ... se a máquina judiciária se encontra emperrada, isto se deve, exclusivamente, às omissões dos governos anteriores, que, salvo exceções raríssimas, não se deram conta das necessidades do Poder Judiciário, deixando de equipá-lo convenientemente para o desempenho de suas importantes tarefas." É mister, na verdade, que haja uma efetiva, decisiva e real colaboração dos outros Poderes.

Vossa Excelência, Senhor Governador, pelo seu passado, desde os tempos acadêmicos, e pelo seu presente, tem fornecido mostra de cidadão devotado à vitória dos legítimos ideais democráticos e cristãos.

Vossa Excelência exerceu, durante anos, mandatos legislativos e conservou os altos ideais caldeados e consolidados em lutas memoráveis, com o risco da própria vida, bem de valor inestimável.

Vossa Excelência sempre foi, continua sendo e, certamente, o será no futuro, um lidador, um defensor dos direitos e garantias individuais, cuja sobrevivência depende, fundamentalmente, de um Poder Judiciário solidamente constituído com uma magistratura independente e de alto gabarito.

Esta Corte está, por tudo isso, plenamente convencida de que Vossa Excelência saberá compreender os problemas da Justiça em todo o Estado de São Paulo, e, dentro do princípio da independência e harmonia de poderes, emprestará todo o apoio do Executivo para o seu deslinde.

É, pois, com a alma impregnada das mais vivas e justificadas esperanças que o Tribunal de Justiça de São Paulo fórmula a Vossa Excelência votos de uma profícua administração, digna de seus altos méritos e dos valores tradicionais da gente paulista, tão ansiosa por melhores dias, com paz, trabalho e progresso.

Jurisprudência

III

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E ELEITORAL

SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA Previdência - Falecimento - Viúva beneficiária Proventos da aposentadoria, mesmo que o serventuário ainda não se tivesse aposentado. mas que se encontrava nas condições de obtê-la - Artigo 4.º da lei 5.301, de 1959.

"- 8) Não há dúvida de que uma interpretação literal do artigo 4.º da lei 5.301 pode conduzir à solução advogada pelo impetrado, no sentido de que a expressão proventos de aposentadoria supõe o ato de concessão desta. Tal interpretação, porém, se afasta dos pressupostos e objetivos das normas de previdência que se destinam não só a amparar o servidor, como seus dependentes 9). As leis 465, de 28/9/1949, e 507, de 17/11/1949, ao disciplinarem a aposentadoria dos servidores de justiça não estipendiados pelos cofres públicos, restringiam os seus benefícios à aposentação desses servidores, não contendo disposição de amparo aos seus dependentes, em caso de falecimento do contribuinte, a não ser a permissão defluente do artigo 26 da lei 465, de estabelecer um pecúlio facultativo, com o mínimo de Cr\$ 50.000. Observe-se, que, a esse tempo, o regime do pecúlio era o vigorante para o funcionalismo público, em geral, mas posteriormente esse regime evoluiu para o de pensão mensal, traduzido na lei 4.832, de 4/9/1958, e leis posteriores.

- 10) Desse modo, o artigo 4.º da lei 5.301 foi o primeiro passo no sentido de estender essa proteção previdenciária aos dependentes do servidor falecido na esteira da tendência da legislação de previdência social.

- 11) Ao que parece, a redação do artigo 4.º, citado, não se pautou pela melhor técnica ao determinar que os proventos da aposentadoria passem ao cônjuge supérstite. Na sistemática previdenciária, que se reflete - citamos por exemplo na Lei Orgânica da Previdência Social, aposentadoria é o benefício que cabe ao segurado e pensão, o benefício que toca aos seus dependentes. Mas, a pensão é um direito autônomo que não depende da existência prévia da aposentadoria, nem resulta de conversão desta (conforme artigos 36 e 37 da Lei Orgânica).
- 12) Todavia, possível defeito técnico de redação da norma não permite esquecer ou diminuir o alcance de seus objetivos assistenciais, no caso o amparo da família do contribuinte, tão necessário à luz dos princípios previdenciários, quanto o amparo do próprio trabalhador. Dentro desse espírito, verifica-se que as expressões usadas pelo artigo 4.º da lei 5.301 admitem um entendimento mais amplo do que o invocado pelo Instituto, uma vez que ali não se fala em falecimento do servidor aposentado, mas, sim, no falecimento do servidor da justiça, em virtude do qual os proventos da aposentadoria passarão ao cônjuge.
- 13) Portanto, é admissível entender que os proventos da aposentadoria não são apenas aqueles já efetivamente percebidos pelo contribuinte, mas também aqueles a que ele tinha direito, porque satisfazia as condições da aposentadoria, que não chegou a requerer ou não chegou a lhe ser concedida, ainda que requerida. Ora, se esta interpretação mais ampla é possível dentro da letra da lei e está mais conforme aos pressupostos e objetivos da norma, deve ela ser preferida.
- 14) A superveniência do artigo 3.º da lei 6.533, de 30/11/1961, não altera a conclusão supra. Esta lei, mais adequadamente, veio assegurar pensão aos dependentes do servidor falecido em exercício, abrangendo não só os que tinham como os que não tinham, ao falecer, direito à aposentadoria. Não se está porém, emprestando efeito retroativo à lei 6.533, mas tão só dando ao dispositivo do artigo 4.º da lei 5.301 todo o alcance que ele pode ter, no período que precedeu ao da vigência da lei 6.533.
- 15) No sentido desta decisão, já julgou esta mesma Egrégia Câmara no acórdão que se vê na Revista dos Tribunais 3481469, que por sua vez se reporta a outro julgado, a saber o do recurso 45.421, também no mesmo sentido" (Agravado de petição 75.777, de São Paulo, T. de A.
- 3.ª Câmara, 12 de outubro de 1965. Ass. YOUNG DA COSTA MANSO, presidente com voto; HÉLIO HELENE relator; CARMO PINTO, 3.º juiz).

"Tribuna da Justiça" - 22/1/66.

APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ESTATUTO DA TERRA

EM APENSO:
EXIGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

OSCAR FONTES TORRES
Oficial do Registro de Imóveis da 8.ª Circunscrição da Capital
SUMÁRIO:

I. DO ESTATUTO DA TERRA - seus objetivos, item 1.

II. DA REFORMA AGRÁRIA - em que consiste, item 2.

III. DA POLÍTICA AGRÍCOLA - suas finalidades, item 3.

IV. DOS MEIOS DE EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÍCOLA - quais são, item 4.

DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS - a) da Reforma Agrária; b) da Política Agrícola.

VI. DO ZONEAMENTO - seus objetivos, item 7.

VII. DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS - sua caracterização, item 8 - fatores determinantes de sua seleção, item 9 - limitação de suas dimensões, item 10.

VIII. DOS IMÓVEIS RURAIS - sua definição, item 11 - classificação: a) Propriedades Familiares, item 12; b) Minifúndios, item 12; c) Latifúndios, itens 12 a 15.

IX. DOS MÓDULOS RURAIS - sua definição, item 16 - seu dimensionamento, itens 18 e 20 - sua relação com as propriedades familiares, itens 18 e 19 - observações sobre o seu dimensionamento, item 21.

DA COLONIZAÇÃO - em que consiste, item 22 - definição de Parceleiro, item 23 - idem, de Cooperativa Integral de Reforma Agrária, idem 23.

XI. DA ORGANIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO - objetivo de seus programas, item 24 - definição dos lotes de Colonização: a) Parcelas, item 24; b) Urbanos, item 24.

XII. DO CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS - sua finalidade, item 25 - extensão de sua implantação, item 26 - Certificado do Cadastro, itens 26 e 27 - dados necessários à caracterização dos imóveis, itens 27 a 29 - obrigações dos proprietários, quanto ao fornecimento dos dados para a confecção dos Cadastros, item 30 - obtenção do Certificado de Cadastro, item 31.

XIII. DA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE CADASTRO obrigatória, a partir da Janeiro de 1967, nos casos de: a) desmembramento, item 32, b) arrendamento, item 32, c) hipoteca, item 32, d) compra e venda, item 32, e) promessa de venda, item 32, f) partilha amigável, item 34, g) partilha judicial, item 34, h) registro de projetos de Colonização, item 33, i) aprovação de projetos de loteamentos, item 33.

- Prova de quitação do pagamento do Imposto Territorial Rural: a) quando deve ser feita, item 35; b) prazo de sua validade, item 36.

XIV. DO ACESSO À PROPRIEDADE RURAL - como se opera, item 37.

XV. DOS LOTEAMENTOS RURAIS - sua consideração como formas complementares de acesso à terra, item 38 - obrigatoriedade de sua aprovação pelo IBRA, item 39 - em que áreas devem ser executados, item 40 - quando é vedada a sua inscrição no Registro Imobiliário, item 41 - quando é vedada a alienação de lotes remanescentes de loteamentos já inscritos, item 42 - obrigatoriedade de comunicação de sua inscrição aos órgãos competentes pelos Registros de Imóveis, item 43 sua inscrição, nos termos do Decreto-lei n.º 58, de 1937, item, 44 - indivisibilidade dos lotes e áreas inferiores à do módulo de propriedade rural, item 44.

XVI. DOS SÍTIOS DE RECREIO - quando os imóveis rurais são considerados como tais, item 45 - natureza do imposto a cujo pagamento estão sujeitos, item 46 - submissão, pelas Prefeituras Municipais, ao exame, e aprovação do IBRA, dos projetos de sua formação, item 47.

XVII. DOS DESMEMBRAMENTOS - casos em que são proibidos, item 48 - nulidade dos atos infringentes dessa proibição, item 48 - casos não abrangidos pela proibição, item 48 - responsabilidade, em tais casos, dos Tabeliães, item 48 - idem, dos Oficiais de Registro de Imóveis, item 48 - obrigações a que estão sujeitos os Cartórios de Notas, itens 49 e 51 - idem, a que estão sujeitos os Registros de Imóveis, itens 50 e 51.

XVIII. DA CORREÇÃO MONETÁRIA - casos em que é permitida, item 52 - prazos e índices, itens 53 e 54 - obrigações a que estão sujeitos os oficiais de Registros de Imóveis, item 55 - averbação das correções nos Registros de Imóveis, item 56 - casos em que o promitente comprador, ou mutuário, se recusa a assinar o requerimento de averbação das correções monetárias, item 57.

XIX. OBSERVAÇÕES ESPECIAIS - a) quanto aos Tabelionatos de Notas, item 58; b) quanto aos Registros de Imóveis, item 59.

XX. Nota final.

XXI - Legislação.

I. DO ESTATUTO DA TERRA

1. O ESTATUTO DA TERRA, criado pela Lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964, tem por objeto, segundo o disposto no seu artigo 1.º, regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

II. DA REFORMA AGRÁRIA

2. Tem esta por fim, além da melhor distribuição da terra, - o estabelecimento de um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso dessa mesma terra, que atendam não só aos princípios da justiça social, como também ao aumento da produtividade, garantindo, por essa forma, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento do País - com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (Art. 1.º, do Dec. 55.891, de 1965).

III. DA POLÍTICA AGRÍCOLA

3. Quanto à POLÍTICA AGRÍCOLA, visa ela, especialmente, a promoção de medidas destinadas ao amparo da propriedade rural, objetivando orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País (Ibdem)

IV. MEIOS DE EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÍCOLA

4. Os meios a serem utilizados pelo Poder Público para a consecução dos objetivos previstos nos itens anteriores, são:

- a) a TRIBUTAÇÃO, compreendendo a cobrança do IMPOSTO TERRITORIAL progressivo, o imposto sobre o rendimento e exploração agrícola-pastoril e das indústrias extrativas vegetal e animal, bem como da contribuição de melhoria;
- b) a ASSISTÊNCIA e proteção à economia rural, consubstanciando medidas de caráter social, técnico, fomentista e educacional, de acordo com as normas previstas no artigo 73 do ESTATUTO DA TERRA;
- c) a DESAPROPRIAÇÃO, que poderá ser feita por interesse social ou utilidade pública, dentro das normas constitucionais legais e regulamentos em vigor;
- d) a COLONIZAÇÃO, oficial e particular, que será realizada de conformidade com o disposto no ESTATUTO DA TERRA e de sua regulamentação específica; e, ainda,
- e) os demais atos complementares, previstos na legislação em vigor (art. 2.º, do Decreto n.º 55.891 de 1965).

V. DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS

5. O órgão competente para promover e coordenar a execução da Reforma Agrária, é o INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA (IBRA), que atuará:

- a) nas áreas declaradas prioritárias, em conformidade com o disposto no artigo 43, parágrafo 2.º, do Estatuto, da Terra, diretamente, ou através das Delegacias Regionais (IBRAR), executando o Plano Nacional e os Planos Regionais da reforma Agrária e seus respectivos projetos; e
- b) em todo território nacional, também diretamente ou através do órgão específico previsto em seu regulamento, traçando o zoneamento do País e fazendo convênios para efetuar e manter o cadastramento dos imóveis rurais, - bem como promovendo as medidas relativas ao lançamento e à arrecadação dos tributos que lhe sejam atribuídos em legislação própria ou através de convênios (Art. 2.º, do Decreto n.º 55.891, de 1965).

6. Os órgãos competentes para promover a Política Agrícola, - cuja coordenação geral da execução respectiva cabe ao Ministério da Agricultura, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas pelo Ministério do Planejamento, - são:

- a) O INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (INDA), que promoverá as medidas

ligadas à colonização, à extensão rural, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de comunidades, à revenda, às obras de infra estrutura, inclusive as de eletrificação rural, e à prestação de serviços;

- b) o INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA (IBRA), naquilo em que as suas atividades contribuam para a consecução dos objetivos da política agrícola;
- c) O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, através de seus órgãos ligados à pesquisa, ao fomento e à defesa sanitária animal e vegetal;
- d) o BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO;
- e) as CARTEIRAS DE COLONIZAÇÃO e de CRÉDITO AGRÍCOLA, do Banco do Brasil;
- f) o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
- g) a COORDENAÇÃO NACIONAL DE CRÉDITO RURAL;
- h) a COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA;
- i) os órgãos vinculados ao SETOR DE ABASTECIMENTO sob a coordenação da CONSELHO SUPERIOR DE ABASTECIMENTO, e, em especial, a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), a Companhia Brasileira de Armazéns (Cibrazem) ; a Companhia Brasileira de Alimentação (Cobal) e a Comissão de Financiamento e Produção (C.F.P.);
- j) os órgãos de valorização econômica regional, referidos na alínea "c", do parágrafo 2.º, do art. 73, do Estatuto da Terra;
- k) os demais órgãos de administração centralizada e descentralizada federais, interessados nos problemas do desenvolvimento rural ou do abastecimento, que se vinculem, com ação supletiva, aos Planos da Política Agrícola; e
- l) as entidades e fundações, nacionais e estrangeiras, de assistência técnica e financeira, que atuem no Setor da Política Agrícola (art. 4.º, do Dec. 55.891, de 1965).

VI. DO ZONEAMENTO

7. O zoneamento do País, previsto nos artigos 43 a 45 do ESTATUTO DA TERRA, será promovido pelo IBRA e terá por fim delimitar regiões homogêneas, tanto sob o ponto de visto sócio-econômico, como das características de sua estrutura agrária, com o objetivo de definir:

- a) as regiões críticas que estão exigindo a reforma agrária, com a progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios;
- b) as regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tensões sociais;
- c) as regiões já economicamente ocupadas, nas quais predomine uma economia de substância e cujos agricultores careçam de assistência adequada; e
- d) as regiões ainda em fase de ocupação econômica e carentes de programas de desenvolvimento, de povoamento e de colonização em áreas pioneiras (arts. 26 e 27, do Dec. 55.891, de 1965).

VII - DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

8. São consideradas prioritárias as áreas que tenham sido selecionadas em virtudes de incluírem regiões críticas do zoneamento, caracterizadas pelos índices admitidos como definidores de ocorrência de tensões nas estruturas demográficas e agrárias, geradoras de condições determinantes da necessidade de reforma agrária, nos termos do Estatuto da Terra (art. 39, do Dec. 55.891, de 1965).

9. As áreas prioritárias serão declaradas como tais por decreto do Presidente da República, levando-se em conta, na seleção das mesmas, os fatores seguintes:

- a) os índices mais elevados que caracterizam as regiões críticas ;
- b) a ocorrência de fatores de ordem sócio-política que tendam a agravar a situação crítica evidenciada no zoneamento;
- c) as possibilidades de caráter técnico, financeiro e administrativo correntes nas áreas, que permitam uma ação conjugada dos respectivos órgãos regionais do IBRA e dos órgãos federais e estaduais de administração centralizada ou descentralizada, atuantes nas mencionadas áreas;
- d) a existência de acordos internacionais, já firmados ou em andamento, para financiamento ou prestação de assistência técnica visando a solução de problemas direta ou indiretamente ligados à reforma agrária em ditas áreas;
- e) a proximidade dos grandes centros de concentração demográfica e dos principais centros consumidores do País, que determinem a exigência de mais intensiva exploração dos recursos

da terra (art. 39, parágrafo 1.º, do dec. 55.891/65).

10. A delimitação das áreas prioritárias far-se-á levando em conta a área necessária para localizar os minifundiários, arrendatários, parceiros e trabalhadores rurais que se achem instalados nas áreas críticas e sejam candidatos a unidades a serem criadas (art. 39, parágrafo 2.º, do dec. 55.891/65).

VIII. DOS IMÓVEIS RURAIS E SUA CLASSIFICAÇÃO

11. É considerado Imóvel Rural, - segundo a definição constante do Estatuto da Terra, - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, isto é, situado em perímetros urbanos, suburbanos ou rurais dos municípios, que se destine a exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através da iniciativa privada, (art. 5.º, do Dec. : 55.891/65).

12. O imóvel rural, para os efeitos do ESTATUTO DA TERRA, classifica-se como:

- a) PROPRIEDADE FAMILIAR, quando, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com áreas fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros. Dita área constitui o módulo rural, e será determinada nos termos do artigo 5.º do Estatuto da Terra;
- b) MINIFÚNDIO, quando tiver área agricultável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração;
- c) EMPRESA RURAL, quando o imóvel constituir objeto de um empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que o explore econômica e racionalmente, dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situe, e cujas dimensões não excedam as referidas na alínea seguinte;
- d) LATIFÚNDIO, quando exceda, na dimensão de sua área agricultáveis, a seiscentas vezes o módulo médio rural, definido no artigo 5.º do Estatuto da Terra, ou a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona (Cf. itens 16 a 20).

13. É também considerado latifúndio o imóvel que, não excedendo o limite acima referido, mas tendo área agricultáveis igual ou superior à dimensão do módulo do imóvel rural na respectiva zona, - seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação como Empresa Rural, nos termos da alínea "c" do presente item (art. 6.º, do Dec. 55.894/65).

14. Não se considera latifúndio:

- a) o imóvel rural, ainda que tenha dimensão superior à mencionada na alínea "d" do item 12, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico-econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;
- b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais, haja sido considerado e reconhecido, para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública (art. 6.º, parágrafo 1.º, do Dec. 55.891/65).

15. Vê-se, pelo que ficou dito acima, que a lei considera latifúndio, não apenas as grandes propriedades territoriais, conforme o termo é definido pelos léxicos, - mas todas aquelas que, "tendo área agricultável igual ou superior à dimensão do módulo na respectiva zona, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades a que alude a mesma lei.

IX. DOS MÓDULOS RURAIS

16. O MÓDULO RURAL, definido no inciso III, do art. 4.º, do Estatuto da Terra, - tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida, que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais, e a forma e condições do seu aproveitamento econômico (art. 11, do Dec. 55.891/65).

17. A fixação do dimensionamento econômico do imóvel que, para cada zona de características ecológicas e econômicas homogêneas, bem como para os diversos tipos de exploração,

representará o módulo, será feita em função:

- a) da localização e dos meios de acesso do imóvel em relação aos grandes mercados;
- b) das características ecológicas das áreas em que se situem;
- c) dos tipos de exploração predominante na respectiva zona (art. 11, parágrafo 1.º, do Dec. n.º 55.981/65) ;

18. O dimensionamento do módulo define a área agricultável que deve ser considerada, em cada região e tipo de exploração, para os imóveis rurais isolados, os quais constituirão propriedades familiares se, nos termos do inciso II, do artigo 4.º, do Estatuto da Terra,

- a) forem direta e pessoalmente exploradas pelo agricultor e sua família, admitida a ajuda de terceiros em caráter eventual;
- b) absorverem, na sua exploração, toda a força de trabalho dos membros ativos do conjunto familiar; e
- c) garantirem à família a subsistência e o progresso social e econômico (art. 12, do Decreto n.º 55.891/65).

19. Tal dimensionamento será feito para zonas típicas, em cada uma das quais serão considerados os tipos de exploração de maior significação econômica, especificadas no artigo 14 do Decreto 55.891 de 1965, sob a seguinte classificação geral:

- a) Explorações horti-granjeiras;
- b) lavouras permanentes e temporárias;
- c) pecuária de animais de médio e grande porte; e
- e) explorações de florestas naturais e cultivadas.

20. Os módulos serão dimensionados para cada uma das referidas zonas típicas, com valores médios relativos aos tipos de exploração nela dominantes, e com discriminação das dimensões específicas para as classes e subclasses cujas atividades agropecuárias se incluam naquelas explorações, de acordo com critérios que serão fixados em Portaria a ser baixada pelo Ministério do Planejamento (cf. art. 14, do Dm 55.891/65).

21. Pelo exposto nos itens 16 a 19, se verifica, quanto ao módulo rural,

- a) que o mesmo tem por finalidade determinar a menor área em que é permitida a divisão dos imóveis rurais, e a qual, na classificação destes, a que aludimos no item 12, corresponde à chamada PROPRIEDADE FAMILIAR;
- b) que, as dimensões da área de tais módulos, variam, entretanto, de região para região, dependendo, a fixação do respectivo quantum, dos fatores que para tanto devem ser considerados e se acham previstos, conforme vimos, na própria lei;
- c) que o número de módulos dos imóveis rurais, bem como a determinação da área que lhes tiver sido atribuída, deve figurar no Certificado expedido pelo IBRA, correspondente ao cadastro de cada qual; e, finalmente,
- d) que nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado, partilhado ou dividido em áreas inferiores a constitutiva de seu respectivo módulo.

X. DA COLONIZAÇÃO

22. Entende-se por COLONIZAÇÃO, toda atividade, oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, através da sua divisão em propriedade familiares, destinadas a parceiros, ou sob a forma de cooperativas, obedecendo a regulamentação própria, estabelecida no Capítulo II, do Título III, do Estatuto da Terra (art. 9.º, do Dec. 55.891/65).

23. Segundo o mesmo Estatuto, são definidos:

- a) Como PARCELEIRO, todo aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em áreas destinada à Reforma Agrária, bem como à colonização pública ou privada; e
- b) Como COOPERATIVA Integral de Reforma Agrária (CIRA) toda sociedade cooperativista mista, de natureza civil, criada nas áreas prioritárias de reforma agrária e contando, temporariamente, com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente (arts. 7.º e 8.º, do Dec. 55.891/65).

XI. DA ORGANIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO

24. Para atender ao objetivo da lei da Reforma Agrária e garantir as melhores condições de fixação do homem à terra, bem como seu progresso social e econômico, os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os agrupamentos de lotes em núcleos de colonização, assim como os destes em distritos, - e a associação dos parceleiros em cooperativas. Os lotes de colonização podem ser:

- a) PARCELAS, quando se destinem ao trabalho agrícola do parceleiro e de sua família, cuja moradia, se não for no próprio local, ha de ser no centro da comunidade a que elas corresponderem;
- b) URBANOS, quando se destinem a constituir o centro da comunidade, incluindo as residências dos trabalhadores dos vários serviços implantados nos núcleos ou distritos; eventualmente, a dos próprios parceleiros e as instalações necessárias à localização dos serviços administrativos assistenciais, bem como das atividades cooperativas, artesanais e industriais (art. 63 e 64 do Dec. n.º 55.891, de 1965).

XII. DO CADASTRO DOS IMÓVEIS RURAIS

25. O Cadastro dos imóveis rurais, a que alude o artigo 46 do Estatuto da Terra, tem como finalidade:

- a) o levantamento dos dados necessários à aplicação dos critérios de lançamentos fiscais atribuídos ao IBRA e a concessão de isenções a eles relativos, previstas na Constituição Federal e na legislação específica;
- b) o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País, com o objetivo de fornecer elementos de orientação da Política Agrícola a ser promovida pelos órgãos referidos no artigo 4.º do decreto n.º 55.891, de 1965, e à formulação dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária;
- c) o levantamento de dados necessários às análises microeconômicas e às amostragens em várias regiões do País, para fixação dos índices previstos nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do parágrafo 1.º, do artigo 46, do Estatuto da Terra;
- d) a obtenção de dados que orientem os órgãos de assistência técnica e creditícia aos lavradores e pecuaristas, nas tarefas de formulação dos respectivos planos assistenciais; e
- e) o conhecimento das disponibilidades de terras públicas, para fins de colonização e regularização da situação dos posseiros (art. 45, do Dec. 55.891/65).

26. O Cadastro será implantado para todos os imóveis rurais do País, de forma a permitir a obtenção de dados capazes de classificá-los para fins de emissão do Certificado a que se refere o parágrafo 3.º, do art. 46, do Estatuto da Terra, e o qual será expedido e entregue aos respectivos proprietários, de acordo com a Instrução a que se refere o parágrafo 3.º, do artigo 14, do Dec. n.º 55.891, de 1965. Serão ainda cadastrados as terras públicas e as de posseiros para caracterização de sua utilização, bem como as terras devolutas (art. 48, do Dec. 55.891/65).

27. Os dados cadastrais necessários à caracterização dos imóveis, incluem as indicações seguintes:

- a) do proprietário e sua família;
- b) dos títulos de domínio, da natureza da posse e da forma de administração;
- c) da localização geográfica;
- d) da área, com descrição das linhas de divisas e nome dos respectivos confrontantes;
- e) das dimensões das testadas para as vias públicas;
- f) do valor das terras, das benfeitorias, dos equipamentos e das instalações existentes, discriminadamente.

28. Esses dados devem, ainda, mencionar a natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos mais próximos com população:

- a) até 5.000 habitantes;
- b) de mais de 5.000 até 10.000 habitantes;
- c) de mais de 10.000 até 20.000 habitantes;
- d) de mais de 20.000 até 50.000 habitantes;
- e) de mais de 100.000 habitantes.

29. As condições de exploração e do uso da terra, devem ser igualmente informadas, mencionando-se:

- a) a porcentagem da superfície total em cerrados, matas, pastagens, glebas de cultivo (especificadamente em exploração e inexploradas), e em áreas aproveitáveis;
- b) os tipos de cultivo e criação, as formas de proteção e comercialização dos produtos;
- c) os sistemas de contrato de trabalho, com discriminação dos arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais;
- d) as práticas conservacionistas empregadas e o grau de mecanização;
- e) os volumes e os índices médios, relativos à produção obtida; e
- f) as condições para o beneficiar dos produtos agropecuários (art. 46, do Dec. n.º 4504, de 1964).

30. Os proprietários são obrigados a fornecer os dados e a documentação referidos nos itens 27, 28 e 29 (cf. a Instrução a que alude o art. 14, parágrafo 3.º, do dec. 55.891/65), a preencher os formulários e questionários respectivos, nos prazos indicados naquela Instrução (art. 49, do Dec. 55.891/65).

31. Contra a entrega da documentação aludida, será fornecido um recibo ao proprietário, com o qual deverá obter, nas épocas fixadas na instrução a que nos referidos no item anterior, o CERTIFICADO CADASTRAL do respectivo imóvel (art. 49, parágrafo único do Dec. 55.891/65).

XIII. DA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE CADASTRO

32. A partir de 1.º de Janeiro de 1967, somente mediante a apresentação do Certificado de Cadastro, expedido pelo IBRA e previsto na Lei número 4504, de 1964, - poderão os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer a venda de imóveis rurais.

33. Sem a apresentação, ainda, do mesmo Certificado, não poderá o proprietário de qualquer imóvel rural obter a inscrição, aprovação e registro de projeto de colonização particular, no IBRA ou no INDA, ou a aprovação de projetos de loteamentos.

34. Em caso de sucessão causa mortis, nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem a apresentação do Certificado de Cadastro, a partir da data referida no item 32.

35. A apresentação do Certificado de Cadastro, exigida nos casos indicados nos itens anteriores, far-se-á, sempre, acompanhada da prova de quitação do pagamento do Imposto Territorial Rural, relativo ao último lançamento expedido pelo IBRA (cf. art. 22, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º da Lei n.º 4.947 de 6 de Abril de 1966).

36. Salvo determinação em contrário do IBRA, o Certificado de Cadastro, emitido num exercício, consoante o disposto no parágrafo 1.º, do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 57, de 18-11-66, terá validade até 31 de Dezembro do exercício seguinte (art. 5.º, do Dec. 5.900, de 30-12-66).

XIV. DO ACESSO À PROPRIEDADE RURAL

37. O acesso à propriedade rural será promovido mediante a distribuição ou redistribuição de terras, pela execução de qualquer das seguintes medidas:

- a) desapropriação por interesse social;
- b) doação;
- c) compra e venda;
- d) arrecadação de bens vagos;
- e) reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; e
- f) herança ou legado (art. 17, da Lei 4.504, de 1964).

XV. DOS LOTEAMENTOS RURAIS

38. São consideradas formas complementares de acesso à propriedade de terra:

- a) os loteamentos rurais destinados à urbanização, industrialização e formação de "sítios de recreio";
- b) os loteamentos rurais destinados à utilização econômica da terra através da exploração agrícola, pecuária, extrativa ou agroindustrial.
- c) as áreas resultantes do desmembramento de imóveis rurais, cuja transferência a terceiros seja financiada pelo IBRA, na forma da lei;
- d) as novas parcelas, resultantes do processo de remembramento de minifúndios (art. 13, do Dec. 59.428, de 27 de Outubro de 1966;
39. O proprietário de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessado em loteá-las para fins de urbanização, industrialização ou formação de "sítios de recreio", deverá submeter o respectivo projeto à aprovação do IBRA ou do INDA, conforme o caso (art. 95, do Dec. 59.428, de 1966).
40. Os projetos de loteamentos rurais, com vistas à urbanização, industrialização e formação de "sítios de recreio", para serem aprovados deverão ser executados em área que:
- a) por suas características e desenvolvimento da sede municipal, já seja considerada urbana ou esteja incluída em planos de urbanização;
- b) seja oficialmente declarada zona de turismo ou caracterizada como estância hidromineral ou balneária;
- c) tenha perdido, comprovadamente, suas características produtivas, tornando antieconômico o seu aproveitamento (art. 96, do Dec. 59.428, de 1966).
41. É vedada a inscrição de loteamentos rurais no Registro de Imóveis, sendo nulas todos os atos dela decorrentes, quando os mesmos não tenham sido aprovados pelos órgãos referidos no item 39 (art. 95, parágrafo 1.º, do Dec. 59.428/ 66).
42. Nos loteamentos já inscritos, é vedada a alienação dos lotes rurais remanescentes, quando tiverem área inferior a do módulo fixado para a respectiva região (art. 95, parágrafo 2.º, do Dec. 59.428).
43. A fim de possibilitar o Cadastro, o controle e a fiscalização dos loteamentos rurais, os Cartórios de Registro de Imóveis são obrigados a comunicar aos órgãos competentes os registros efetuados nas respectivas circunscrições, informando-os sobre:
- a) nome do proprietário;
- b) a denominação do imóvel, sua área e localização;
- c) o número de lotes; e
- d) a data do registro nos referidos órgãos (art. 61, parágrafo 3.º, da Lei n.º 4.504/64).
44. Nenhuma parcela poderá ser vendida, em projeto de colonização, sem que a empresa tenha inscrito o loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, de acordo com o Decreto lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, depois de cumpridas as formalidades do registro da empresa e do projeto, nos termos do disposto pelo Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966.
- XVI. DOS SÍTIOS DE RECREIO**
45. O imóvel situado na zona rural, pertencente a pessoa física ou jurídica, será considerado como "Sítio de Recreio", quando:
- a) a sua produção não seja comercializada;
- b) sua área não seja superior à do módulo relativo a exploração não definida da zona típica em que estiver localizado;
- c) tenha edificação e o seu uso seja reconhecido como para fins de recreio (art. 13, do Dec. 5.900, de 30 de Dezembro de 1966).
46. O Imposto Territorial Rural, a que se refere o artigo 29, da Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1966, não abrange o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado como "Sítio de Recreio", e no qual a eventual produção não se destine ao comércio, incidindo, assim, sobre o mesmo o imposto Predial ou Territorial Urbano, a que se refere o artigo 32 da mesma Lei (art. 14 da Lei n. 57, de 18 de Novembro de 1966).
-

47. Para aplicação do disposto no artigo mencionado no fecho do item anterior aos imóveis situados fora da zona urbana e cadastrados como imóveis rurais, as Prefeituras submeterão, obrigatoriamente, ao exame e aprovação do IBRA, a comprovação e caracterização desses imóveis como "Sítios de Recreio", para que seja dada baixa dos mesmos no Cadastro do IBRA (art. 14, do Dec. n. 5900/66).

XVII. DOS DESMEMBRAMENTOS

48. Para fins de transmissão a qualquer título, na forma do disposto no artigo 65 da Lei n.º 4.504 de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em áreas de tamanho inferior ao quociente da área total dividida pelo número de módulos constante do Certificado do Cadastro, sendo que:

a) São considerados nulos, e de nenhum efeito, quaisquer atos que infrinjam o disposto acima, não podendo, os Cartórios de Notas, lavrar escrituras dessas áreas, nem ser tais atos transcritos no Cartório de Registro de Imóveis, sob pena de responsabilidade de seus respectivos titulares.

b) Tal proibição, porém, não abrange os casos em que a alienação da área objetiva, comprovadamente, a sua anexação ao prédio rústico confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior à do seu módulo (art. 11 do Dec. Lei n. 57, de 1966).

49. Para melhor controle da aplicação do disposto no art. 11, do decreto-lei n.º 57, de 1966, os Cartórios de Notas deverão incluir, nas escrituras públicas, os seguintes dados, constantes do Certificado de Cadastro do imóvel parcelado ou alienado:

- a) número do imóvel;
- b) área em hectares;
- c) número de Módulos; e
- d) fração mínima do parcelamento (art. 15 do Dec. 59.900 de 30-12-66).

50. Os dados enumerados nas alíneas do item anterior, deverão constar, também, do Registro de Imóveis, por ocasião da transcrição das referidas escrituras (Ibidem).

51. Outrossim, - nos casos de desmembramento para fins de anexação (previstos no parágrafo 2.º do art. 11, do Decreto-lei 57, e aos quais nos referimos no item 48), - as escrituras deverão consignar expressamente esta circunstância, e tal fato ser mencionado, por igual, no Registro de Imóveis competente.

XVIII. DA CORREÇÃO MONETÁRIA

52. Será permitido o reajustamento das prestações mensais de amortização de juros e dos saldos devedores nos contratos de venda a prazo de:

- a) lotes de terra, com ou sem benfeitorias, em projetos de Reforma Agrária e em núcleos de colonização;
- b) máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, a cooperativas agrícolas ou entidades especializadas na prestação de serviços e assistência à mecanização;
- c) instalação de indústrias de beneficiamento, para Cooperativas Agrícolas ou Empresas Rurais (art. 109, da Lei 4.504/64).

53. O reajustamento a que alude o item anterior, será feito em intervalos não inferiores a um ano, proporcionalmente aos índices gerais de preços fixados pelo Conselho Nacional de Economia (art. 109, parágrafo 1.º, da Lei n.º 4.504/64).

54. Os contratos relativos às operações referidas na alínea "a", do item 52, serão limitados ao prazo máximo de vinte anos; os relativos às da alínea "b", ao prazo máximo de cinco anos; e os referentes às da alínea "c", ao prazo máximo de quinze anos (art. 209, parágrafo 2.º da Lei 4.504/64).

55. Os Ofícios de Registro de Imóveis inscreverão, obrigatoriamente, os contratos de promessa de venda ou de hipoteca celebrados de acordo com o disposto no Estatuto da Terra, declarando,

expressamente, que os valores deles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos, bem como as prestações mensais, às correções de valor determinados no mesmo Estatuto (art. 111, da Lei 4.504/64).

56. Mediante simples requerimento, firmado por qualquer das partes contratantes, acompanhado da publicação oficial do índice de correção aplicado, os oficiais do Registro de Imóveis averbação, à margem das respectivas inscrições, as correções de valor referidas no item anterior, com indicação do novo valor do preço ou da dívida, do saldo respectivo e da nova prestação contratual (art. 111, parágrafo 1.º, da Lei 4.504/64).

57. Se o promitente comprador, ou mutuário, se recusar a assinar o requerimento de averbação das correções verificadas, ficará, não obstante, obrigado ao pagamento da nova prestação, podendo a entidade financeira, se lhe convier, rescindir o contrato, com notificação prévia, no prazo de noventa dias (art. 111, parágrafo 2.º, da Lei 4.504/64).

XIX. OBSERVAÇÕES ESPECIAIS

A) Quanto as Tabelionatos de Notas

58. Devem os mesmos atentar em

- a) que não deve ser lavrada escritura alguma, tendo por objeto o desmembramento, arrendamento, hipoteca, compra e venda, promessa de venda, divisão ou partilha amigável de imóveis rurais, sem a apresentação do respectivo Certificado de Cadastro, expedido pelo IBRA;
- b) que, para fins de transmissão a qualquer título, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado, dividido ou partilhado em áreas de tamanho inferior a constitutiva do seu módulo (itens 42 a 48) ;
- c) que os atos que praticarem, infringentes das disposições legais que vedam a transmissão de áreas rurais nas condições previstas na alínea anterior, são nulos de pleno direito (item 48) ;
- d) que não devem deixar de ser incluídos, nas escrituras que lavrarem, tendo por objeto a alienação ou parcelamento de imóveis rurais, os dados constantes do respectivo Certificado de Cadastro, (itens 49 e 51) ;
- e) que, para lavratura das escrituras mencionadas na alínea "a", deve ser também exigida a prova de quitação do pagamento do Imposto Territorial Rural relativo ao último lançamento (item 35) ;
- f) que, o Certificado de Cadastro aludido, emitido num exercício, terá a sua validade prolongada até 31 de Dezembro do exercício seguinte, - salvo determinação em contrário, adotada pelo IBRA - (item 36).

B) Quanto aos Registros de Imóveis

59. Devem os mesmos, por igual, ter em vista:

- a) que nenhum dos atos referidos na alínea "a" do item anterior, formalizado quer por escritura pública, quer por instrumento particular, pode ser admitido a registro sem a prova de que o imóvel respectivo está devidamente cadastrado, e se acha quite com o Imposto Territorial Rural relativo ao último lançamento;
- b) que, em se tratando de instrumento particular, o Certificado aludido deverá ficar arquivado no Cartório, com uma das vias do mesmo instrumento (art. 211, do Dec. 4.857, de 1939) ;
- c) que, nos títulos submetidos a registro, tendo por objeto os atos indicados na alínea "b" do item anterior, deve ser verificado se não houve infração do disposto no artigo 65 do Estatuto da Terra, quanto ao tamanho do módulo rural;
- d) que, de acordo com a lei, o registro dos atos apontados na alínea "b" do item anterior, são igualmente nulos e sem nenhum efeito;
- e) que nenhum imóvel rural poderá ser loteado sem que o respectivo plano tenha sido aprovado pelo IBRA (item 41) ;
- f) que, nos loteamentos já inscritos, é vedada a alienação dos lotes rurais remanescentes, quando de área inferior a do módulo fixado para a respectiva região (item 42) ;
- g) que, para possibilitar o cadastro, o controle e a fiscalização dos loteamentos rurais, devem ser comunicados aos órgãos competentes os registros efetuados nas respectivas Circunscrições (item 43) ;
- h) que, no tocante ao loteamento dos imóveis rurais em "Sítios de Recreio", as Prefeituras devem submeter os respectivos projetos ao exame e aprovação do IBRA (item 47) ;

i) que, uma vez legalmente reconhecidos como tais, os "Sítios de Recreio" ficam sujeitos ao pagamento do Imposto Predial, quando contenham edificações, e do Imposto Territorial Urbano, no caso contrário (item 46) ;

j) que, para inscrição das promessas de cessão de direitos, quando estas versarem sobre a totalidade dos imóveis compromissados, não é exigível a apresentação do Certificado de Cadastro.

NOTA FINAL

Já estávamos procedendo à revisão das provas tipográficas do presente "Boletim", quando recebemos, - assinados pelo Sr. Antero Carvalho, Chefe do Centro Regional de Cadastro e Tributação de São Paulo, - um atencioso ofício pelo qual esse alto funcionário do INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA se dignou encaminhar-nos um exemplar do MANUAL INFORMATIVO N.º 1, confeccionado pelo Sr. CÉSAR CANTANHEDE, Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação do IBRA, ministrando esclarecimentos sobre a matéria objeto da legislação referente ao Estatuto da Terra.

Trata-se de uma publicação oficial, elaborada para fins idênticos aos que objetivamos em nosso trabalho, - mas contendo subsídios extraídos de Instruções baixadas pelo IBRA cujo teor desconhecíamos, e aos quais, por isso, não nos foi possível fazer qualquer referência. Sendo assim, parece-nos de todo aconselhável divulgar-lhe o texto integral, aditando-o, "data vênia", ao trabalho aludido, para melhor esclarecimento de seus eventuais leitores, - o que, aliás, fazemos com satisfação.

MANUAL INFORMATIVO

Na forma do disposto na Lei n.º 4.504, de 30-11-64 Estatuto da Terra - entendemos imprescindível informar às Prefeituras Municipais, Cartórios e Registro de Imóveis e demais autoridades competentes, sobre a legislação complementar específica da Reforma Agrária, bem como da sistemática que regerá o processamento dos desmembramentos, arrendamentos, hipotecas, vendas, loteamentos e partilhas amigáveis ou judiciais de Imóveis Rurais, em todo o Território Nacional.

Dispõe o artigo 61 e seus parágrafos I, II e III, da Lei número 4.504 - Estatuto da Terra - de 30-11-64:

Art. 61 - Os projetos de colonização particular, quanto à metodologia, deverão ser previamente examinados pelo IBRA, que inscreverá a entidade e o respectivo projeto em registro próprio. Tais projetos serão aprovadas pelo Ministério da Agricultura, cujo órgão próprio coordenará a respectiva execução.

§ 1.º - Sem. prévio registro da entidade colonizadora e do projeto e sem a aprovação deste, nenhuma parcela poderá ser vendida em programas particulares de colonização.

§ 2.º - O proprietário de terras próprias para a lavoura ou pecuária, interessado em loteá-las para fins de urbanização ou formação de sítios de recreio, deverá submeter o respectivo projeto à prévia aprovação e fiscalização do órgão competente do Ministério da Agricultura ou do IBRA, conforme o caso.

§ 3.º - Afim de possibilitar o cadastro, o controle e a fiscalização dos loteamentos rurais, os CARTÓRIOS DE REGISTROS DE IMÓVEIS são obrigados a comunicar aos órgãos competentes, referidos no parágrafo anterior, eis registros efetuados nas respectivas circunscrições, nos termos da legislação em vigor, informando o nome do proprietário, a denominação do imóvel e sua localização, bem como a área, o número de lotes e a data do registro nos citados órgãos.

Complementando, a Lei n.º 4.947, de 6-4-66, publicada no Diário Oficial da União em 11-4-66, estabelece:

Art. 10 - Fica vedado a inscrição de loteamentos rurais no registro de imóveis, sem prova de prévia aprovação pela autoridade pública competente, a que se refere o art. 61 da Lei n.º 4.504, de 30-11-64.

§ 1.º - São nulos de pleno direito a inscrição de todos os atos, dela decorrentes, quando praticados com infração do disposto neste artigo.

§ 2.º - Nos loteamentos já inscritos fica vedada a alienação dos lotes rurais remanescentes, quando estes tiverem área inferior a do módulo fixado para a respectiva região.

§ 3.º - Ao fim de cada exercício, para fins estatísticos, o IBRA enviará ao Tribunal de Contas relação pormenorizada das alienações efetuadas.

Esclarecendo o § 2.º acima, a Instrução n.º 12, expedida pelo IBRA, em 27-2-67, dispõe em seus itens 64 e 65:

64 - A pessoa física ou jurídica de direito privado que puder comprovar ter firmado compromisso de compra e venda de parcela de imóvel situado em zona rural, de área inferior à exigida, decorrente de desmembramento ou de plano de loteamento, aprovado e registrado de conformidade com a legislação vigente até a data da publicação, da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, poderá ultimar tal transação, lavrando a respectiva escritura definitiva e registrando-a em Cartório de Registro de Imóveis.

65 - As demais parcelas de área inferior a exigida somente poderão ser transferidas ou alienadas quando, comprovadamente, se destinarem à anexação a outra, parcela, ou a prédio rústico confrontante.

Cumpra ressaltar aqui o disposto, no artigo 22 e seus parágrafos, da Lei n.º 4.947, de 6/4/1966: Art. 22 - A partir de 1.º de janeiro de 1967 somente mediante apresentação do CERTIFICADO DE CADASTRO, expedido pela IBRA e previsto na Lei n.º 4.504, de 30-11-64, poderá o proprietário de qualquer imóvel rural pleitear as facilidades proporcionadas pelos órgãos federais de administração centralizada ou descentralizada, ou por empresas de economia mista, de que a União possua a maioria das ações, e, bem assim, obter inscrição, aprovação e registro de projetos de colonização particular, no IBRA ou no INDA, ou aprovação de projetos de loteamento.

§ 1.º - Sem apresentação do CERTIFICADO DE CADASTRO, não poderão os proprietários, a partir da data a que se refere este artigo, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais.

§ 2.º - Em caso de sucessão "causa mortis", nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem apresentação do CERTIFICADO DE CADASTRO, a partir da data referida neste artigo.

§ 3.º - A apresentação do CERTIFICADO DE CADASTRO, exigida neste artigo e nos parágrafos anteriores, far-se-á, sempre, acompanhada da prova de quitação do pagamento do Imposto Territorial Rural, relativo ao último lançamento expedido pelo IBRA.

Com relação às transmissões de propriedades a qualquer título - sucessão "causa mortis", partilhas judiciais ou amigáveis, venda ou desmembramento de qualquer natureza, dispõe o artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964:

Art. 65 - O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior a constitutiva do módulo de propriedade rural.

§ 1.º - Em caso de sucessão "causa mortis" e nas partilhas judiciais ou amigáveis, não se poderá dividir os imóveis rurais em áreas inferiores as da dimensão do módulo de propriedade rural.

§ 2.º - Os herdeiros ou legatários, que adquirirem por sucessão, o domínio de imóveis rurais, não poderão dividi-los em outros de dimensão inferior as de módulo rural.

§ 3.º - No caso de um ou mais herdeiros ou legatários desejar explorar as terras assim havidas, o IBRA poderá prover, no sentido de o requerente ou requerentes obterem financiamentos que lhes facultem o numerário para indenizar os demais condôminos.

O Decreto-Lei n.º 57, de 18-11-66, publicado no Diário Oficial da União em 21-11-66, complementa e esclarece ao dispor que:

Art. 11 - Para fins de transmissão a qualquer título, na forma do artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30-11-64, "nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em áreas de tamanho inferior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes de CERTIFICADO DE CADASTRO".

§ 1.º - São considerados nulos e de nenhum efeito quaisquer atos que infrinjam o disposto no presente artigo, não podendo os Cartórios de Notas lavrar escrituras dessa áreas nem serem tais atos transcritos nos CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS sob pena de responsabilidade dos seus titulares.

§ 2.º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a alienação da área se destine comprovadamente à sua anexação ao prédio rústico confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior ao seu módulo.

NOTA: - O módulo referido no parágrafo 2.º acima, é o módulo médio, constante do CERTIFICADO DE CADASTRO.

Art. 12 - Os tabeliães e oficiais de registro de imóveis franquearão seus livros, registros e demais papéis do IBIRA, por seus representantes devidamente credenciados, para a obtenção de elementos necessários ao Cadastro de Imóveis Rurais.

Também a Instrução Especial IBIRA n.º 4, aprovada pela Portaria número 1.104, de 29-12-66, do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica publicada no Diário Oficial da União em 12-1-67, regula o assunto, complementando:

Art. 18 - No caso de transmissão de propriedade, a qualquer título, o adquirente, dentro do ano da transação, deverá apresentar a Declaração de Propriedade de Imóvel Rural, da qual constará obrigatoriamente, o nome do transmitente e o número do imóvel constante do CERTIFICADO DE CADASTRO, e que servirá de base para o lançamento do ITR e da Taxas de Serviços Cadastrais do exercício seguinte.

§ 1.º - A obrigatoriedade de nova DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE estende-se à área remanescente, devendo, também, ser consignado o número do imóvel constante do CERTIFICADO DE CADASTRO do imóvel desmembrado, e nomes e endereços dos adquirentes do restante da área primitiva.

§ 2.º - A falta de informações dos dados exigidos neste artigo, os quais deverão ser consignados no espaço reservado a "Observações sobre documento de posse", importará em que o imóvel seja considerado como não cadastrado e sujeito às cominações legais (Instrução IBRA N.º 3, art. 2.º, § 1.º).

Art. 20 -- Para os fins do disposto no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 57, de 18-11-66, salvo determinação em contrário, o CERTIFICADO DE CADASTRO emitido em cada exercício terá validade até 31 de dezembro do exercício seguinte.

Art. 21 - O documento emitido conforme o art. 20 constituirá prova hábil para todos os efeitos legais e regulamentares.

Art. 22 - A emissão do CERTIFICADO DE CADASTRO será feita juntamente com o Recibo, uma única vez no exercício, baseada nos dados fornecidos e aceitas pelo IBRA até 31 de dezembro do exercício anterior.

Art. 23 - Enquanto não for emitido novo CERTIFICADO DE CADASTRO, para os imóveis oriundos de parcelamento ou desmembramento a pública-forma, integral ou a fotocópia autenticada do CERTIFICADO DE CADASTRO em vigor, acompanhada do título de aquisição, servirá como documento hábil para os fim previstos nos artigos 55 e 56 do Decreto n.º 56.792, de 26-8-65, respeitado o respectivo prazo de validade.

Entendemos indispensável enfatizar o art. 15 e seus parágrafos 1.º e 2.º do Decreto n.º 59.900, de 30-12-66, publicado no Diário Oficial da União, em 30-11-66, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 57, de 18-11-66 e dá outras providências.

Art. 15 - Para melhor controle da aplicação de que dispõe o artigo 11 do Decreto-Lei n.º 57, de 18-11-66, os Cartórios de Notas deverão fazer constar das escrituras públicas os seguintes dados constantes do CERTIFICADO DE CADASTRO do Imóvel parcelado ou alienado:

I - número do imóvel

II - área em hectares

III - número de módulos

IV - fração mínima de parcelamento

§ 1.º - Os dados enumerados nos incisos deste artigo deverão constar, também, do Registro de Imóveis por ocasião da transcrição das escrituras.

§ 2.º - No caso de desmembramento para fins de anexação prevista no parágrafo 2.º do art. 11 do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, as escrituras deverão consignar expressamente estas circunstâncias e tal fato, também levado a registro no Cartório de Imóveis competente.

Finalmente, cabe mencionar o disposto no artigo 111, da Lei n.º 4.564, de 30 de novembro de 1964:

Art. 111 - Os oficiais de Registro de Imóveis inscreverão obrigatoriamente os contratos de venda ou de hipoteca celebrados de acordo com a presente Lei, declarando expressamente que os valores deles constantes são meramente estimativos, estando sujeitos, como as prestações mensais, às correções de valor determinadas nesta Lei.

§ 1.º - Mediante simples requerimentos, firmado por qualquer das partes contratantes, acompanhado da publicação oficial do índice de correção aplicado, os oficiais de Registro de Imóveis averbarão à margem das respectivas inscrições, as correções de valor determinadas por esta Lei, com indicação do novo valor do preço ou da dívida e do saldo respectivo, bem como da nova prestação contratual.

§ 2.º - Se o promitente comprador ou mutuário se recusar a assinar o requerimento de averbação das correções verificadas, ficará, não obstante, obrigado ao pagamento da nova prestação, podendo a entidade financiadora, se lhe convier, rescindir o contrato com notificação prévia no prazo de noventa dias.

DA SISTEMÁTICA DE DESMEMBRAMENTO

PRINCÍPIO GERAL:

1 - A área mínima desmembrável de um imóvel rural por transmissão a qualquer título é a que resulta da divisão da área total do imóvel pelo número de Módulos constante do CERTIFICADO DE CADASTRO. (Art. n.º 11, da Lei 4.947).

2 - Somente podem ser desmembradas do imóvel rural frações de área inferior ao quociente da área total pelo número de módulos, quando a alienação, venda, permuta ou qualquer outra forma de transmissão se destine à sua anexação a um imóvel rural confrontante ou confinante. (Artigo 11, § 2.º da Lei número 4.947).

3 - A área remanescente do imóvel rural nos casos de desmembramentos ou divisão não poderá resultar inferior ao Módulo Médio da propriedade constante do CERTIFICADO DE CADASTRO. (§ 2.º do art. 1 da Lei n.º 4.947).

4 - A venda, alienação, permuta ou qualquer outra forma de transmissão do imóvel rural, quando abrange a totalidade do imóvel, não está sujeita a qualquer restrição ou limitação prevista nesta instrução, e na legislação aqui referida.

EXEMPLOS:

1 - imóvel rural com área inferior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes

do CERTIFICADO DE CADASTRO.

Área total	n.º de Módulos	Módulo Médio
24 ha	0,8	30 ha

SOLUÇÕES:

- a) Pode ser vendida integralmente a um só comprador;
- b) pode ser vendida em frações a proprietários de imóveis confrontantes para ser anexada a estes imóveis, desde que a operação se realize num só ato;
- c) fora das hipóteses acima o imóvel não pode ser desmembrado, ou dividido.

2 - imóvel rural com área superior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes do CERTIFICADO DE CADASTRO

Quociente

Área total	N.º de Módulos	Mód. Médio	AT/n.º M
110 ha	3	30 ha	36,6

SOLUÇÕES:

- a) - pode ser vendido a um só comprador;
- b) - pode ser vendido em frações mínimas de 36,6 ha - quociente da AT/n.º M - a qualquer comprador;
- c) - pode ser vendida em frações inferiores a 36,6 ha - quociente de AT/n.º M - quando se destinem a anexação a imóveis rurais, confrontantes e confinantes desde que o imóvel fique com área remanescente igual ou superior a 30 ha - Módulo Médio da propriedade, constante do CERTIFICADO DE CADASTRO.

d) - o imóvel rural, quando desmembrado ou vendido em fração superior ou inferior a 36,6 ha, como referências nos itens anteriores, não poderão, em nenhuma hipótese ficar com área remanescente inferior a do Módulo Médio constante do CERTIFICADO DE CADASTRO, no caso de 30 ha.

CESAR CANTANHEDE

Diretor do Departamento de Cadastro e Tributação do IBRA

XX. LEGISLAÇÃO

60. As presentes notas constituem, apenas, o resumo de algumas das principais disposições da legislação referente ao Estatuto da Terra. Assim, os interessados num melhor conhecimento da matéria objeto dessa legislação, poderão obtê-lo consultando, para tanto, as seguintes leis e decretos:

- a) Lei n. 4.504, de 30 de Novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra;
- b) Decreto n.º 55.286, de 24 de Dezembro de 1964, que estabelece normas gerais para a regulamentação do Estatuto da Terra;
- c) Decreto n.º 55.869, de 31 de Março de 1965, que aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) ;
- d) Decreto n.º 55.890, de 31 de Março de 1965, que aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) ;
- e) Decreto n.º 55.891, de 31 de Março de 1965, que regulamenta o Capítulo I, do Título I, e a Seção III, do Capítulo IV, do Título II, do Estatuto da Terra;
- f) Decreto n.º 56.792, de 26 de Agosto de 1965, que regulamenta o Capítulo 1, do Título II, do Estatuto da Terra;
- g) Lei n.º 4.947, de 6 de Abril de 1966, que fixa normas de Direito Agrário e dispõe sobre o funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) ;
- h) Decreto n.º 58.197, de 15 de Abril de 1966, que regulamenta a criação e funcionamento das Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRA), a que se refere o artigo 79, do Estatuto da Terra;
- i) Decreto n.º 58.380, de 10 de Maio de 1966, que aprova o regulamento da Lei n.º 4.829, de 5 de Novembro de 1965, que institucionaliza o Crédito Rural;
- j) Decreto n.º 58.382, de 10 de Maio de 1966, que dispõe sobre a coordenação das atividades de extensão rural;
- k) Lei n.º 5.172, de 25 de Outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios;

- 1) Decreto n.º 59.443, de 1.º de Novembro de 1966, que regula a emissão dos títulos de dívida agrária, autorizados pelo artigo 105 da Lei n.º 4304 de 1964 (Estatuto da Terra) ;
m) Decreto n.º 59.456, de 4 de Novembro de 1966, que aprova os Planos Nacional e Regional de Reforma Agrária;
n) Decreto n.º 59.566, de 14 de Novembro de 1966, que regulamenta as Seções I, II e III, do Capítulo IV, do Título III, da Lei 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra) e o Capítulo III da Lei n. 4.947, de 6 de Abril de 1966;
o) Decreto-lei n.º 57, de 18 de Novembro de 1966, que altera dispositivos sobre o lançamento e a cobrança do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre a arrecadação da Dívida Ativa correspondente e adota outras providências;
p) Decreto n.º 59.900, de 30 de Dezembro de 1966 que regulamenta o Decreto-Lei n.º 57, de 1966; e
q) Decreto-Lei n.º 167, de 14 de Fevereiro de 1967, que dispõe sobre as cédulas de crédito rural e dá outras providências.

EXIGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

I. CERTIFICADO DE QUITAÇÃO

- atos para a prática dos quais é exigível a sua apresentação, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e"
- prazo de sua validade, - nota 1.ª
- exigibilidade de sua transcrição nos instrumentos públicos, nota 1.ª, alínea "a"
- obrigatoriedade de sua apresentação ao Cartório em que tiver de ser feito o registro dos atos celebrados por instrumento particular, nota 1.ª, alínea "b"
- nulidade dos atos e do seu respectivo registro, quando praticados sem a observância de sua apresentação - nota 1.ª, alínea "b".

II. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO.

- fins para os quais se torna exigível a sua apresentação, - alíneas "a", "b" e "c".
- prazo de sua validade, - nota 1.ª.
- segurado autônomo: sua definição, - nota 2.ª.
- obrigatoriedade de seu traslado em instrumentos públicos, nota 3.ª.
- demais providências que devem ser adotadas quando de sua apresentação para a prática dos atos em que esta é exigível, - alínea 3.ª.

III - Penalidade em que incorrem os serventuários da justiça, no caso de descumprimento das exigências relativas à apresentação dos Certificados referidos nos itens I e II

APONTAMENTOS SOBRE AS NOVAS EXIGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

De acordo com o disposto no artigo 25 do Decreto-lei n.º 68, de 23 de Novembro de 1966 - que alterou a redação dos artigos 141, 142, 155, 157, 160 e 161 da Lei n.º 3.807, de 26 de Agosto de 1960, verifica-se

I - que as Empresas vinculadas à Previdência Social, são obrigadas, doravante, a apresentar um "CERTIFICADO DE QUITAÇÃO", expedido pelos órgãos competentes da Previdência aludida, quando tiverem de praticar os seguintes atos:

- a) alienação, ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis;
 - b) cessão e transferência ou promessa de cessão e transferência de direitos;
 - c) pagamento de haveres nas liquidações e dissoluções de sociedades;
 - d) expedição de Cartas de adjudicação e arrematação de bens; assim como
 - e) os atos relativos à primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária,
-

constituídos a partir da vigência do decreto lei referido, sejam eles de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão de direitos aquisitivos.

N O T A S

1.^a O "CERTIFICADO DE QUITAÇÃO" tem o prazo de sua validade limitado a 30 dias, contados da data de sua emissão; sendo que,

- a) quando os atos para a prática dos quais é exigível a sua apresentação forem celebrados por instrumento público, neste deverá o mesmo ser transcrito, promovendo-se, depois, o seu arquivamento pela ordem de lavratura desses instrumentos;
- b) e quando por instrumento particular, será ele apresentado, juntamente com este, ao Cartório em que tiver de ser feito o registro daqueles atos, onde deverá, por igual, ficar arquivado.

2.^a Os atos praticados e os instrumentos assinados sem a observância ou o atendimento das exigências acima indicadas, são considerados nulas de pleno direito, para todos os efeitos, o mesmo acontecendo com os registros públicos a que tiverem sido submetidos.

II - Por força, ainda, das alterações sofridas pelos citados artigos, as referidas Empresas, bem como os SEGURADOS AUTÔNOMOS da Previdência Social, são obrigados a exibir um "CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO", fornecido, igualmente, pelos órgãos competentes desta, para que possam

a) obter a concessão de financiamento, empréstimos e ajuda financeira das entidades a que alude o inciso em exame, bem como efetuar o pagamento de parcelas atinentes a essas obrigações, etc.

- b) promover a averbação de construções ou a incorporação de prédios no Registro de Imóveis;
- c) transcrever quaisquer instrumentos no Registro de Títulos e Documentos.

N O T A S

1.^a - O "CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO" é válido até o dia 28 de Fevereiro do ano seguinte ao de sua expedição.

2.^a - Por segurado autônomo, segundo nos parece, deve ser entendido o trabalhador autônomo a que se refere o artigo 4.^o, letra "d", da Lei 3.807 de 1960, ou seja, todo aquele "que exercer, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada".

3.^a - Tal certificado "deverá ser trasladado no instrumento pelo servidor público ou escrevente juramentado (?), juntado por cópia autenticada ao processo ou pedido inicial da Empresa, ou, ainda, caracterizado pelo seu número e data de emissão, mediante certidão passada no documento fornecido à Empresa, conforme for o caso.

III - Estabelece, ainda, o mesmo diploma que "os servidores, serventuários da justiça, autoridades e órgãos que infringirem o artigo 141 desta lei (isto é, da Lei n. 3.807, com as modificações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-lei n.^o 68), - incorrerão em multa correspondente a um salário-mínimo de maior valor vigente no País, imposta e cobrada pela Previdência Social, sem prejuízo da responsabilidade que no caso couber".

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" S.A.

Rua Conde de Sarzedas n. 38 - S. Paulo - Brasil - em 1967.

Nº 082 - Publicação: Jul/Dez 1967

Redação

Até que enfim, dignou-se o Poder Público de nosso Estado, através de seus órgãos competentes - reformular a lei de aposentadoria dos servidores da justiça dos cartórios não oficializados.

Tratando-se de uma reivindicação pelo atendimento da qual há muito já nos vínhamos batendo, todos esperávamos que aquele Poder a solucionasse em termos adequados e definitivos.

Infelizmente tal não se verificou, pois até agora nem sequer nos foi dado saber quais os proventos a que teremos direito.

De fato, tendo a lei n.º 9.858, de 4 de Outubro de 1967, reservado ao Executivo a faculdade de fixá-los por meio de decreto. dentro do prazo de sua regulamentação, - a verdade é que vimos de assistir ao transcurso deste sem que nada acontecesse a respeito.

Semelhante ocorrência demonstra que o problema, lamentavelmente, não está sendo encarado, pelo Poder aludido, com a compreensão que merece e a justiça devida à classe daqueles servidores.

Não desconhecemos que a luta pelo Direito é árdua e pontilhada, não raro, de chocantes decepções.

Confiamos, entretanto, em que os Céus nos hão de poupar à ultima deste embate que vimos travando pela conquista de uma velhice mais tranqüila e digna, - fazendo com que o Governo, levando em conta a realidade da situação econômica que atravessamos, nos conceda, a final, uma aposentadoria, que seja de todo em todo com ela condizente.

Tais são os votos que sinceramente formulamos, ao mesmo tempo que auguramos a todos os colegas, e demais servidores da justiça, um Ano Novo próspero e feliz.

CONCORDATA PREVENTIVA EXIGÊNCIA DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE PROTESTO MOACYR DE BARROS MELLO

Em 1947, um dos brilhantes membros do Ministério Público Paulista, junto a uma das Curadorias Fiscais de Massas Falidas, sempre que se pronunciava em pedidos de concordata preventiva, exigia a juntada de certidões negativas de protesto,

Como amigos que éramos então e que ainda somos, não obstante encontrar-se esse ilustre jurista aposentado. há mais de 15 anos, fiz ver a ele que tal exigência não tinha fundamento legal e não beneficiava a ninguém e era inútil, além de atrasar o deferimento do pedido de concordata,

Disse-me ele que escrevesse um artigo a respeito. Então, modestamente e jornalisticamente fiz o comentário que adiante transcrevo, da edição do "Diário Comercio & Industria" de 15 de maio de 1947 (há 20 anos, portanto - Edição esgotada).

"O comerciante que impetra concordata preventiva está obrigado, entre outras coisas, a declarar que não teve títulos protestados por falta de pagamento.

--- Assim, porém, não têm entendido os representantes das Curadorias de Massas Falidas, os quais exigem, para o deferimento da concordata preventiva, que o devedor exhiba, nos autos, certidões de que não tivera títulos protestados.

"Essa exigência, além de não encontrar apoio em nosso diploma falimentar, é infundada e, podemos afirmar, inútil, como provaremos mais adiante.

"O Decreto 2.024, a lei elaborada pelo insigne Carvalho de Mendonça, no seu art. 149, § 2.º, n.º 2, exigia, muito sabiamente, que o devedor juntasse ao seu pedido de concordata, uma declaração de que não foram levados a protestos títulos de sua responsabilidade. O mesmo princípio foi consagrado na Lei 5.746, de 1929. "O atual decreto falimentar, no seu artigo 158 diz que o devedor deverá "satisfazer varias condições---, entre as quais a de não ter títulos protestados por falta de pagamento.

--Comovemos, a lei atual, a exemplo das anteriores não determina que o devedor, para obter o favor da concordata preventiva, DEVA PROVAR QUE NÃO TEM TÍTULOS PROTESTADOS POR FALTA DE PAGAMENTO, exibindo, nos autos, certidões dos cartórios de protestos.

"Ainda que tais certidões fossem juntas aos autos, perguntamos, estaria provado o que desejam os ilustres Curadores? Não. Absolutamente não.

"Em São Paulo temos atualmente quatro cartórios. Aprova feita com certidões desses cartórios - se tal exigência fosse razoável - era bastante para o deferimento da concordata?

- A maioria das firmas comerciais compra e vende em todas as praças do Brasil. Quer dizer, essas firmas transacionam aqui e ali. Se comprem de uma firma estabelecida em Santos, lá se dará o protesta, caso a obrigação não venha a ser cumprida no seu vencimento. "Se compra em Campinas ou Minas ou Mato Grosso, a prazo, para lá remetem as duplicatas assinadas. Nessas cidades, portanto, nos respectivos cartórios é que provavelmente, seus títulos serão protestados, como já tem acontecido várias vezes.

"Foi, naturalmente, por esse motivo que os legisladores anteriores exigiam, como o atual exige, que o devedor declare nos autos que não tem título protestado por falta de pagamento.

"Tanto isso é certo que a mesma lei condiciona no seu artigo 161 (como as anteriores) que o juiz decretará a falência, dentro de 24 horas, se, em qualquer momento do processo, ficar provado que o devedor faltou à verdade, quanto à inexistência de qualquer dos documentos oferecidos.

"O mais importante para o deferimento de uma concordata preventiva é, a nosso ver, o exame feito por um perito de confiança do juiz, se o devedor tem, de fato um ativo que corresponda a mais de 50% do seu passivo quirografário.

"Um descuido, a negligência de um empregado, muitas vezes pode ocasionar o protesto de um título para uma firma, fato esse menos relevante, a nosso ver, do que a falta de bens que garantam aos credores, o cumprimento da concordata preventiva.

Para a nossa satisfação, logo após a publicação da nota acima, o insigne Curador de Massas Falidas, entendeu que, de fato, a exigência podia ser dispensada, pois assim, haveria mais celeridade no despacho de deferimento do processamento da concordata preventiva, tendo-se como boa, até provar em contrário, a declaração do devedor por ocasião do impetramento do favor legal.

Segundo tradição do direito, o fato negativo é insusceptível de prova. O que deve ser provado é o fato positivo, isto é, cumprirá ao credor ou interessado demonstrar a existência de protesto.

Publicado no "Diário Comércio & Indústria" de 5/10/67.

HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Promovida por um grupo de colegas da Capital, foi prestada, no dia 27 de dezembro, uma expressiva homenagem ao Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, em sinal de reconhecimento pelos excelentes serviços que tem prestado à Classe, no exercício da Presidência de nossa Associação.

Constou ela de um jantar, que lhe foi oferecido no "Restaurante D. Fabrizio", e ao qual compareceu elevado número de Serventuários, inclusive da vizinha Cidade de Santos, tendo o mesmo transcorrido num ambiente de grande cordialidade.

O homenageado foi saudado pelo Dr. Simas Pompeu de Toledo, Tabelião do 6.^o Ofício de Notas da Capital, que lhe dirigiu as seguintes palavras:

"Prezado Presidente Júlio de Oliveira Chagas Neto.

Caros Colegas.

Se venci a empedernida resistência de meus hábitos e acedi em falar, antes o fiz tendo em vista a pessoa homenageada, nosso presidente Júlio Chagas.

É verdade que os associados todos esperávamos de Júlio uma gestão profícua. Já quando o elegemos pela unanimidade dos votos, guardávamos a certeza de que fora guindado ao posto o homem adequado. Não é menos verdade, contudo, que Júlio foi além. Desde a primeira hora foi um real presidente: atuante, dinâmico, conciliador. Tudo isso em grau maior do que o esperado. É fim de ano, é tempo de balanços. Não fugirei à regra, enumerando algumas das realizações do seu período presidencial. Não para lembrar, que nada foi esquecido. Mas para revivermos; juntos algumas das medidas que nos deram e têm dado a segurança e a união necessárias a todos os que estão firmemente integrados em uma classe. Advirto que minha enumeração não será taxativa. Aqui vai uma mera exemplificação do trabalho da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo. Em uma casa em reformas, Júlio foi colocando pedras novas e seguras, quais sejam....

- ...o atual regimento de custas; a aproximação cordial do judiciário e da Associação;
- ...a participação na elaboração de ótimo projeto de aposentadoria, ainda que não aproveitado pelo Executivo;
- ...a luta pela não aprovação da atual lei de aposentadoria (principalmente no que onera os Serventuários);
- ...igual luta junto às repartições públicas e ao INPS, no sentido de conseguir melhoria e rapidez na expedição de certidões;
- ...a sua contribuição nos provimentos emanados da Corregedoria Geral da justiça, notadamente os que dizem respeito ao aperfeiçoamento e modernização do serviço cartorário.

Enquanto essas pedras contribuíam para o aspecto externo da casa, outras cuidavam do interior. Assim, Júlio trabalhava também no setor interno de nossa Associação. Houve aperfeiçoamento flagrante dos boletins, com coletâneas de leis. Houve campanha de aumento do quadro social. Tem havido assistência aos associados, particularmente os do interior, com respostas rápidas a consultas e encaminhamentos de papeis na capital. Tem havido solução aos problemas trabalhistas dos funcionários.

A Associação dos Serventuários de justiça do Estado de São Paulo é agora uma casa conhecida em todo o Estado e até fora dele. É ouvida e respeitada. O judiciário já a conhece, aceita a sua colaboração e a prestígia.

Cumprir lembrar os demais membros da diretoria, e a eles também dirigir o agradecimento. Na composição da diretoria, ainda aqui foi feliz o presidente Júlio. Desnecessário declinar nomes, todos os conhecemos e reconhecemos o valor.

Olhando agora para o futuro, lembremo-nos que 1968 é o ano da reforma judiciária. É preciso que estejamos atentos aos interesses da classe, mais do que nunca precisaremos do presidente. E redobrada confiança depositamos nele, agora que bem conhecemos sua capacidade. Que o ano novo seja fértil ao presidente Júlio e feliz ao homem Júlio é o desejo com que encerro estas palavras.

Muito Obrigado."

Usou ainda da palavra, na ocasião, o Senhor Ézio Donati, Escrivão do Cartório da Corregedoria Geral da justiça, para cumprimentar o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto não só em seu nome, como também no do Corregedor Geral da justiça, Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, - havendo o orador, na oportunidade, ressaltado, por forma destacada, o espírito de proveitos a colaboração que, graças ao trabalho desenvolvido pelo homenageado na Presidência de nossa entidade, se estabeleceu entre esta e aquela Corregedoria.

Agradecendo, emocionado a demonstração de apreço que lhe estava sendo tributada, falou em

seguida o Presidente da Associação, pronunciando o seguinte discurso:

"Meus caros colegas e prezados amigos:

Antes de mais nada, devo confessar-vos que, ao tornar conhecimento da honrosa homenagem com a qual neste momento me distingues, - fiquei verdadeiramente surpreso.

É que, por mais que de mim indagasse, naquela ocasião, dos motivos que pudessem justificá-la, devo dizer-vos, sem falsa modéstia, que não me foi possível encontrar nenhum.

Manifestando, por isso, aos prezados colegas que me transmitiram a notícia de sua realização, a minha surpresa a respeito. por eles fui informado de que a mesma havia sido deliberada com o propósito de testemunhar-me o vosso apreço pela ação que tenho desenvolvido no exercício da Presidência da entidade que nos congrega.

Lisonjeado. embora, com semelhantes razões, - que expressavam mais a altitude do vosso afeto do que as dimensões de minha valia, - não me foi lícito, entretanto, admiti-las como legítimas, - eis que, empenhando-me, quanto pude, na defesa dos interesses de nossa classe, nada mais fiz do que cumprir o meu dever.

É fato que assumi a Presidência de nossa Associação numa quadra extremamente difícil para todos nós, em face dos graves problemas com os quais nos defrontávamos.

Todos vós sabeis dos esforços tremendos que tiveram de ser despendidos para que pudéssemos obter dos Poderes competentes o atual Regimento de Custas e Emolumentos, que se não satisfizes plenamente a todos, e já se está divorciando, cada vez mais, da realidade econômica presente, representou, entretanto, na oportunidade em que foi promulgada a lei que o instituiu, um verdadeiro alívio para todos nós,

Não ignoreis, por igual, a luta titânica que travamos, e ainda estamos sustentando, para conseguir daqueles mesmos Poderes, uma aposentadoria era termos justos e humanos, condizentes, afinal, com a dignidade das elevadas funções que exercemos.

E não vos são estranhas, outrossim, as atividades, por assim dizer de ordem diplomática, que empreendemos, no sentido de elevar, ainda mais, o prestígio da Associação, - e graças às quais pudemos estabelecer as melhores relações com o Poder judiciário, do qual temos recebido constantes provas de consideração e apreço.

Não desconheceis, também, o trabalho que temos desenvolvido no setor administrativo, propriamente dito, de nossa entidade, trabalho esse que nos permitiu a solução de vários problemas e a execução de iniciativas de todo úteis, tais como: a instituição do seguro de vida em grupo, que tão larga aceitação teve entre os nossos consócios; o aumento de nosso quadro social, enriquecido com o ingresso de mais de 150 novos sócios; a ampliação dos textos do nosso "Boletim", embora com a redução provisória do número de suas edições; a dinamização do trabalho de Secretaria, de modo a torná-la apta a atender, com a eficiência e presteza desejadas, aos pedidos de variada espécie, que nos chegam diariamente, formulados pelos nossos Colegas do Interior; a regularização da situação dos funcionários dessa mesma Secretaria, perante o Departamento do Trabalho e Instituto Nacional de Previdência Social, etc.

É evidente, porém, que todo esse trabalho, por vezes realmente exaustivo, não foi só por mim executado, mas também por todos os meus admiráveis companheiros de Diretoria e do Conselho Fiscal, sem a ajuda dos quais e a colaboração que todos vós me prestastes, nada me teria sido possível, em verdade, realizar.

Por isso, recusando-me a aceitar com válidas as razões com as quais pretendeis justificar esta honrosa e brilhante homenagem que houvestes por hera tributar-me, - tenho a certeza de que só posso atribuí-la à magnanimidade de vossos corações, ante cuja imposição só me resta curvar-me, agradecido pela prova de confiança e amizade de que, publicamente, me dais testemunho.

Termino, agradecendo, do fundo de minh'alma, as palavras gentilíssimas que me dirigiram, em suas brilhantes saudações, os prezados colegas e queridos amigos, Dr. Simas Pompeu de Toledo

e Ézio Donati, - ao mesmo tempo que, valendo-me da oportunidade, tenho a satisfação de formular os melhores votos para que todos vós tenhais um Ano Novo próspero e feliz."

VISITA AO DESEMBARGADOR ALCEU CORDEIRO FERNANDES

A Diretoria da "Associação", acompanhada de inúmeros Serventuários da Capital, esteve em visita ao eminente Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça, a quem foi agradecer não só a alta compreensão, por ele revelada, dos problemas de nossa classe, senão também pelo valiosíssimo auxílio que prestou a esta, no sentido de ajudá-la a solucioná-los, durante todo o tempo em que exerceu as funções daquele alto cargo.

Sua Excelência foi saudado, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, - que tornou extensivos os agradecimentos da classe aos ilustres juízes Auxiliares da Corregedoria, Dr. Edgard Aparecido de Souza, Dr. João Penido Burnier Júnior e Dr. Tito de Oliveira Heskett, bem como ao escrivão Sr. Ézio Donati, pelas atenções com que distinguiram a nossa entidade, havendo o Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, ao final, dito da satisfação que lhe causava a visita dos presentes, terminando por desejar a todos um feliz Ano Novo.

PODER JUDICIÁRIO - ELEIÇÕES

Em sessão realizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, para escolha dos novos membros que deverão constituir o seu corpo dirigente no biênio 1968/1969, foram eleitos: Presidente: Desembargador Mareio Martins Ferreira. Vice-Presidente: Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida. 2.º Vice-Presidente: Desembargador Tácito Morbach de Góes Nobre. Corregedor Geral da justiça: Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas.

Na oportunidade, não podemos deixar de nos congratular com Suas Excelências pela merecida escolha com que foram enobrecidos para dirigir, naquele biênio, os destinos do Poder judiciário de nosso Estado, ao mesmo tempo que formulamos os melhores votos pelo integral êxito da alta missão que lhes foi confiada pelos seus eminentes pares.

OBSERVAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL

1 - De acordo com o disposto nos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807, de 26 de Agosto de 1960, com a nova redação que lhes foi dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de Novembro de 1966, - e o estabelecido, ainda, no Decreto n.º 60.368, de 11 de Março de 1967, que regulamentou a matéria objeto dos mencionados incisos, - o INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL fornecerá às Empresas, bem como às pessoas a elas equiparadas, quando for o caso, os documentos seguintes:

- a) - CERTIFICADO DE MATRICULA, para servir de prova de sua vinculação à Previdência aludida (cf. item 2);
- b) - CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO, válido até 28 de Fevereiro do ano seguinte ao de sua emissão, para prova de que o contribuinte se acha em situação regular perante o referido Instituto (cf. itens 3 a 9);
- c) - CERTIFICADO DE QUITAÇÃO, válido por 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição, - indispensável para que as citadas Empresas e pessoas e elas assemelhadas possam praticar os atos enumerados nos itens 10 e 11;
- d) - ALVARÁ DE OUTORGA DE CONTRATO, para autorizar a Empresa e as pessoas e elas equiparadas, conquanto devedoras da Previdência Social, a lavrar instrumentos relativos a atos de alienação ou oneração de imóveis, ou de bens moveis incorporáveis ao seu ativo imobilizado (cf. itens 23 a 25).

I - DO CERTIFICADO DE MATRICULA

2 - O CERTIFICADO DE MATRICULA, deverá ser obrigatoriamente apresentado pelas Empresas e

peessoas a elas assemelhadas:

- a) - à autoridade competente, para licenciamento de obras ou construções, reforma ou acréscimo de prédios, - cabendo essa apresentação ao responsável direto pela execução das citadas obras; e
- b) - aos órgãos do INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, bem como aos arrecadadores das contribuições a ele: devidas, para identificação do contribuinte e dos elementos cadastrais de sua inscrição.

II - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO

3 - O CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO será obrigatoriamente exigido das Empresas e, quando for o caso, das pessoas a elas equiparadas,

- a)
- b)

c)

d) para averbação de construção ou de incorporação de prédios no Registro de Imóveis,

- e)
- f)

g)

h) para transcrição de quaisquer documentos no Registro de Títulos e Documentos.

4) - Será igualmente obrigatória a consignação de que foi feita a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação:

- a)
- b)

c) pelo Registro de Imóveis, mediante declaração expressa e formal, contendo código emissor, número e data de sua emissão, passada na respectiva certidão, nos casos de averbação de construção e de incorporação de prédios;

- d)
- e)

f) pelo Registro de Títulos e Documentos, mediante a declaração do Serventuário, lançada na respectiva certidão ou no próprio instrumento, de que a exigência legal foi satisfeita, seja porque conste declaração expressa e formal em tal sentido no instrumento a ser registrado, seja porque, no caso de inexistência desse assentamento, tenha sido apresentado o referido Certificado, - caso em que a declaração do Serventuário deverá consignar o código do órgão emissor, bem como o número e a data da emissão (cf. art. 2.º e 3.º do Dec. 60.368).

5 - Conforme se constata do disposto no art. 141 da Lei em exame, a exigência do Certificado de Regularidade de Situação se aplica não somente às Empresas, mas também às pessoas a elas equiparadas. Quais; são, porém, essas pessoas? A resposta nos é dada pelo artigo 4.º da mesma lei, - a qual, para os seus efeitos, considera:

- a) - como EMPRESAS, o empregador, - tal como é definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como as repartições públicas, autarquias e quaisquer outras entidades ou serviços administrados, incorporados ou concedidos pelo Poder Público, no que tange aos seus respectivos servidores, quando subordinados ao regime da mencionada lei;
- b)
- c)

d) - como trabalhador autônomo, - o que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada.

6 - Segundo preceitua, ainda, o citado artigo 141, além das Empresas e pessoas a elas assemelhadas (alínea "a" do item anterior), os "SEGURADOS AUTÔNOMOS" estão também

obrigados a apresentar o Certificado de Regularidade de Situação, quando tenham de praticar os atos referidos nas alíneas "d" e "h" do item 3. Sendo de acrescentar-se, para melhor esclarecimento, que tais segurados são aqueles mesmos trabalhadores autônomos, a que alude, em sua alínea "d", o artigo 4.º da Lei 3.807 (cf. item anterior).

7 - Em face, pois, das disposições constantes da mencionada lei, poder-se-ia inferir que, tanto as pessoas físicas sem qualquer vinculação com a Previdência Social, como aquelas outras que, embora vinculadas, não sejam responsáveis pelo recolhimento ao Instituto de suas contribuições (empregados em geral), - estão desobrigadas de apresentar o Certificado em apreço, quando pretendam averbar a construção ou a incorporação de prédios no Registro de Imóveis e transcrever quaisquer documentos no Registro de Títulos e Documentos.

8 - Advirta-se, entretanto, não ser esse o entendimento do Instituto aludido, o qual, - segundo esclarecimentos que se dignou prestar à nossa Associação um de seus assessores jurídicos, - tem por assente, em definitivo, que o referido documento é sempre exigível para à prática dos atos indicados no item anterior, estejam as pessoas neles interessadas vinculadas, ou não, à Previdência Social.

9 - De qualquer modo, - e a despeito do Instituto se haver firmado no entendimento de que, no caso das citadas averbações, deve-se ter em vista apenas o imóvel e não a pessoa de seu proprietário, - parece-nos altamente aconselhável exigir-se de todos quantos as requeiram, que esclareçam, tanto nas escrituras públicas como nos instrumentos particulares, qual a respectiva situação perante a mencionada Previdência.

III - DO CERTIFICADO DE QUITAÇÃO

10 - Quanto ao CERTIFICADO DE QUITAÇÃO, estabelece o mesmo artigo 141, que o Serventuário deverá registrá-lo e arquivá-lo pela ordem de lavratura dos instrumentos públicos ou da transcrição dos instrumentos particulares para os quais haja sido emitido e tenham por objeto.

- a) - a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis;
- h) - a alienação ou promessa de alienação, oneração, ou disposição de bens moveis incorporáveis ao ativo imobilizado;
- c) - a cessão e transferência ou a promessa de cessão e transferência de direitos;
- d) - o pagamento de haveres nas liquidações e dissoluções de sociedades; a expedição de Cartas de adjudicação ou arrematação de bens; e
- e) - a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após a sua construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão e transferência de direitos aquisitivos, - isso em se tratando de imóveis construídos a partir de 22 de Novembro de 1966 (Arts, 7.º e 8.º do Decreto n.º 60.368).

11 - Assim, verifica-se que o Certificado de Quitação deverá ser exigido das Empresas e das pessoas a elas assemelhadas, quando for o caso:

- a) - na promessa de compra e venda;
- b) - na promessa de cessão e transferência de direitos aquisitivos;
- c) - na cessão e transferência de direitos aquisitivos:
 - d) - na compra e venda;
- e) - na permuta;
- f) - na retrovenda;
- g) - na dação em pagamento;
- h) - na venda a contento;
- i) - na hipoteca;
- j) - na doação;
- k) - na anticrese;
- l) - na incorporação ao patrimônio da sociedade;
- m) - no usufruto;
- n) - na instituição de bem de família;
- o) - na constituição de renda;
- p) - na instituição de habitação

- q) - nas cauções de hipoteca e penhor (Decreto n.º 24.278, de 14-7-34);
- r) - no penhor de máquinas e aparelhos utilizados na indústria (Decreto-lei n.º 1.271, de 16-5-39);
- s) - no penhor industrial e de veículos automotores, equipamentos para execução de terraplanagem e pavimentação, bem como de quaisquer viaturas de tração mecânica, usadas no transporte de passageiros e cargas (Lei n.º 2.931, de 27/10/56); e
- t) - na alienação fiduciária em garantia (art. 66 da Lei n.º 4.728, de 14-7-65).

12 - O artigo 12 do Decreto n.º 60.368, estabelece, outrossim, que o Certificado de Quitação deverá ser arquivado pelo Tabelião que lavrar a escritura, ou pelo Oficial do Registro de Títulos e Documentos perante o qual o documento vier a ser apresentado para transcrição, observando-se, em ambos os casos, a ordem cronológica dos atos. Está claro que o mesmo procedimento devem ter os Oficiais do Registro Imobiliário, no tocante aos contratos celebrados por instrumento particular, atinentes aos atos referidos no item anterior, que forem apresentados para transcrição, inscrição ou averbação, conforme o caso.

13 - Ante o exposto se conclui, pois,

- a) - que nenhuma escritura publica, ou contrato particular, que tenha por objeto a formalização de qualquer dos atos relacionados no item 11, deverá ser lavrada ou registrada, sem que as Empresas e pessoas a estas equiparadas, que em tais instrumentos figurem como interessadas, apresentem o Certificado de Quitação;
- b) - que, a circunstância de tal apresentação, deve ser mencionada, obrigatoriamente, tanto nos instrumentos públicos como particulares;
- c) - que, em se tratando de instrumentos particulares, destinados a transcrição, inscrição ou averbação, conforme for o caso, - só poderão ser admitidos a registro quando acompanhados do referido Certificado.

14 - Não são, porém, apenas as Empresas e os Segurados Autônomos (isto é, os empregadores em geral e as demais pessoas que, estando vinculadas à Previdência Social, são diretamente responsáveis pelo recolhimento ao Instituto de suas contribuições), que se acham obrigados a apresentar tal documento. De fato, conforme se vê do exposto no item 10, alínea "a", toda pessoa física, embora sem qualquer vinculação com a Previdência aludida, está sujeita à apresentação do Certificado em apreço, quando da primeira operação que realizar com prédio ou unidade imobiliária de que seja proprietária e cuja construção tenha sido ultimada na vigência do Decreto-lei n.º 66, ou seja depois de 22 de Novembro de 1966 (Decreto n.º 60.368, artigos 7.º e 8.º).

15 - Abrangerá, todavia, semelhante exigência, a todas e quaisquer operações que pela primeira vez sejam realizadas? O artigo 141, n.º II, parágrafo 4.º da Lei n.º 3.807, indica, apenas, como tais, as que tenham por objeto

- a) - promessas de venda;
- b) - compra e venda;
- c) - cessão e transferência de direitos aquisitivos; e
- d) - promessas de cessão e transferência daqueles mesmos direitos.

16 - Todavia, o Decreto n.º 60.368, consoante se verifica do disposto na letra "e" de seu artigo 4.º, estende a mencionada exigência, praticamente, a todas as operações, ao adiantar que não importa a forma de que as mesmas se revistam. Não estará dito decreto, assim dispondo, atribuindo ao citado inciso da lei previdenciária uma extensão maior do que a que ela realmente tem? O Instituto, segundo tivemos a oportunidade de saber, acha que não, - entendendo, antes pelo contrário, que a referida exigência enquadra a toda e qualquer operação (cf. relação constante do item 11).

17 - Para concluir dessa maneira, funda-se aquela autarquia no disposto não só pelo artigo 4.º do precitado decreto, como também pelo artigo 176, parágrafo V, do Regulamento Geral da Previdência Social (Dec. n.º 60.501, de 14-3-67), - que torna o proprietário, dono da obra, ou condômino de unidade imobiliária, solidariamente responsável com o construtor pelo débito deste ao Instituto. Se tais dispositivos legais autorizam, ou não, as ilações que deles extrai

aquela entidade, para sustentar a validade da exigência em questão, - é problema cuja apreciação não cabe, evidentemente, aos Serventuários, mas, sim, às autoridades judiciárias competentes, que eventualmente possam ser instadas a se pronunciar a respeito.

18 - Como saber, porém, que se trata da primeira de tais operações? Não será difícil apurá-lo. Em primeiro lugar, dever-se-á verificar se a construção do prédio ou da unidade imobiliária está ou não averbada, e em que data essa averbação foi promovida.

19 - Se estiver, e o averbamento houver sido efetuado antes de 22 de Novembro de 1966, - a apresentação do Certificado é totalmente dispensável. Caso, entretanto, tiver sido realizado posteriormente, só pela data do "habite-se" que instruiu o seu pedido se poderá verificar se o Certificado é exigível ou não. Assim, será exigível, se o "habite-se" (ou qualquer documento hábil que o tenha suprido) houver sido expedido após aquela data; e não o será, se a sua expedição for de data anterior.

20 - Se a averbação, todavia, não tiver sido feita, está claro que o registro dos contratos atinentes a tais operações só poderá ser efetuado mediante a sua prévia realização. Nesse caso, a exigibilidade: do Certificado dependerá, igualmente, da data do "habite-se" que for apresentado como comprovante da construção respectiva para fins daquela averbação.

21 - Em semelhante circunstância, conhecida que seja a referida data, de pronto se concluirá se o Certificado é ou não exigível. E tal como ocorre no exemplo que demos no ultimo tópico do item 19, selo-a, se posterior a 22 de Novembro de 1966; e deixará de sê-lo, se expedido anteriormente.

IV - DO ALVARÁ DE OUTORGA DE CONTRATO

22 - Segundo prescreve o artigo 23 do Decreto n.º 60.368, quando a Empresa contribuinte da Previdência Social não puder pagar sua dívida, poderá ser dada autorização para a lavratura das escrituras previstas no mesmo decreto, desde que fique assegurado o pagamento, mediante confissão de dívida, com o oferecimento de garantia de natureza real.

23 - A autorização para lavratura da escritura, na hipótese do artigo referido no item anterior, será dada mediante a expedição do competente alvará, que estará também sujeito As mesmas disposições gerais dos artigos 15 a 19 do mencionado decreto, e será passado em impresso próprio, segundo o modelo constante do anexo 5, daquele diploma legal (art. 24 do Decreto n.º 60.368).

24 - Vê-se, pois, que os atos para a prática dos quais é obrigatória a apresentação do Certificado de Quitação, poderão ser executados, quando for o caso, mediante a exibição do ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO referido, devendo os Serventuários, em tal circunstância, proceder com relação a esse documento nos moldes indicados nos itens 10 e 12.

25 - Cumpre-nos, ainda, na presente oportunidade, alertar não só os Oficiais dos Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos, como também os snrs. Tabeliães, para o disposto no artigo 142 da Lei n.º 3.807, - segundo o qual,

a) - os atos praticados e os instrumentos assinados ou lavrados sem a observância do estipulado no artigo 141 da mesma lei, são considerados nulos de pleno direito, para todos os efeitos, assim como os respectivos registros a que estiverem sujeitos (caput do artigo);

b) - os servidores, serventuários da justiça, autoridades e órgãos que incidirem na infração das disposições daquele mesmo artigo, incorrerão em multa correspondente a um salário mínimo de maior valor vigente no País, imposta e cobrada pela Previdência Social, sem prejuízo da responsabilidade que no caso couber (parágrafo 2.º do mesmo artigo). Convindo verificar, igualmente, o que dispõem, a respeito, os artigos 185 e 338 do Regula. mento Geral da Previdência Social (Decreto n.º 60.501, de 14-3-67).

V - INSTRUÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

26 - Transcrevemos, a seguir, para maior divulgação, o texto da circular pela qual a Associação dos Serventuários nos deu conhecimento das instruções que, sobre a matéria em exame,

recebeu da Superintendência Regional em São Paulo do Instituto Nacional de Previdência.

"CIRCULAR"

"A pedido do Snr. Superintendente Regional em São Paulo do INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, levamos ao conhecimento do prezado Colega

1.º) - que foi dispensada, nos certificados de quitação (Decreto n.º 60.368 de 11 de Março de 1967), a indicação do nome do interessado nas negociações imobiliárias; devendo, porém, os mesmos certificados, quanto à respetiva finalidade, indicar em cada caso a sua validade,

a) para todos os apartamentos, salas, conjuntos, boxes etc., quando se tratar de prédios em condomínio;

b) para todos os lotes, quando se tratar de loteamentos de terrenos;

c) para todas as residências, quando se tratar de conjunto residencial; e

d) para todas as partes ideais, quando se tratar de incorporação de terrenos em condomínio.

Desse modo, basta um só certificado de quitação, em cada um dos referidos casos, assim considerados o prédio em condomínio, o conjunto residencial, o terreno em incorporação e outras formas semelhantes.

(Nos casos de prédio em condomínio, esclarece o Instituto que exigirá da empresa o recolhimento de suas próprias contribuições e comprovação das relativas à respectiva construção civil executada por outras empresas),

2º) - Que a apresentação, por parte de empresas interessadas na prática de quaisquer atos em Cartório, do CERTIFICADO DE QUITAÇÃO previsto no artigo 4º do Regulamento aprovado pelo citado Decreto n.º 60.368, dispensa a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, referido no artigo 1.º daquele mesmo diploma, dado tratar-se de documento mais completo, que espelha definitivamente a situação da empresa.

3.º) - que os Serventuários dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos casos de transcrição de contratos de compra e venda de máquinas ou veículos, quando estes constituírem mercadoria do negócio da empresa vendedora, deverão exigir, unicamente, o Certificado de Regularidade de Situação, previsto no Capítulo I do mesmo Decreto n.º 60.368."

Tais são as observações que nos despertou o rápido exame que fomos levados a fazer dos dispositivos da lei e decretos citados, não só para nosso governo, como também para facilitar, quanto possível, seu melhor estudo por parte dos demais interessados no conhecimento da matéria que eles envolvem.

São Paulo, Dezembro de 1967

OSCAR FONTES TORRES

MODIFICADA PORTARIA PELO INPS

O Instituto Nacional de Previdência Social do Estado de São Paulo, resolveu algum tempo atrás, baixar uma Portaria, modificando o sistema anterior, que concedia validade de 30 dias para as certidões negativas expedidas pela mesma entidade, dando-lhe apenas validade para uso imediato. Essa Portaria, criou um problema entre os associados do Sindicato de Compra e Venda de Imóveis, e da Associação dos Serventuários de justiça.

O caso se tomou cada vez mais grave, que o presidente da Associação dos Serventuários de Justiça, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, e o presidente do Sindicato de Compra e Venda de Imóveis, Sr. Geraldo Marcondes, resolveram se dirigir até ao Dr. Péricles Sampaio, superintendente do Instituto de Previdência Social, a fim de solucionar o problema.

Depois da reunião que mantiveram e das conversações mantidas, o superintendente do Instituto, resolveu o seguinte: Todas as agências do INPS, foram instruídas para dispensar nos certificados de quitação (Decreto 60.368), a indicação do nome do interessado nas negociações imobiliárias. Os cartórios deverão também indicar a finalidade e a validade do certificado, para cada caso, Exemplos: Para apartamentos, salas, conjuntos, boxes, etc., quando se tratar de prédios em

condomínios; para todos os lotes. quando se tratar de loteamentos de terrenos; para todas as residências, quando for conjunto residencial e, para todas as partes ideais, quando se tratar de incorporação de terrenos em condomínio.

Assim, cada caso considerado, necessitará somente de um certificado de quitação. Para os casos de prédios em condomínio em residências em conjunto, o Instituto exigirá da empresa prova de recolhimento dessas próprias distribuições e comprovação dos relativos a respectiva construção civil executada por outras empresas. O superintendente do INPS, solicitou também do Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, que transmitisse essa nova regulamentação a todos os cartórios de Registros de Imóveis de São Paulo.

Publicado no "Diário da Noite" de 20/10/67.

DEPARTAMENTO DA RECEITA
INSTRUÇÕES G.R. n.º 21-67, de 22 DE JUNHO DE 1967

"Custas e emolumentos. Recolhimento mediante guia".

O Diretor do Departamento da Receita no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da Lei n. 3.703, de 7 de janeiro de 1957 e tendo em vista o estatuído no artigo 3.º do decreto n. 47.762, de 17 de fevereiro de 1967, resolve, objetivando dirimir dúvidas quanto ao recolhimento das custas e emolumentos, em face da momentânea insuficiência de estampilhas, expedir as seguintes instruções:

1. As custas e emolumentos, que, nos termos da legislação em vigor, devem ser arrecadados por estampilhas, poderão, a título precário, ser recolhidos mediante a guia modelo 3, numeradas em ordem crescente.
 2. O recolhimento relativo aos atos praticados no dia, poderá ser efetuado através de um só guia, desde que sejam indicados os seguintes elementos:
 - a) a natureza do ato e a data;
 - b) os nomes das partes:
 - a) a importância correspondente a cada um;
 - d) a importância total a recolher;
 - e) o livro e a folha, quando for o caso.
 3. O recolhimento poderá também, ser efetuado individualmente para cada ato, indicando-se:
 - a) a natureza do ato e a data;
 - b) o nome das partes;
 - c) a importância correspondente;
 - d) o livro e a folha, quando for o caso.
 4. O número da guia e a importância correspondente serão anotados à margem do ato.
 5. Quanto aos atos previstos nos itens VII a XII da Tabela anexa à lei n.º 9.531-66, não é necessária individualização de cada ato, indicando-se, apenas, a quantidade, a denominação dos atos, o montante devido em relação a cada item e o total a recolher.
 6. O recolhimento será efetuado até o primeiro dia útil seguinte à prática do ato. Os recolhimentos feitos fora do prazo serão comunicados ao MM. Juiz Corregedor para os fins de direito.
 7. Na Capital, a comunicação será elaborada pelo G.R.3 e, no Interior, pelo Chefe da repartição arrecadadora, devendo neste último caso, ser confeccionada em duas vias, a fim de que a 2.º via acompanhe as contas do respectivo dia para conhecimento do Delegado Regional de Fazenda.
 8. O recolhimento relativo aos atos já praticados poderá ser feito até o dia 26 do corrente,
-

dispensada a comunicação prevista nos números anteriores.

9. As 1.ª vias das guias serão arquivadas em ordem numérica em pasta especial para pronta exibição, quando necessário,
Departamento da Receita, em 22 de junho de 1967.

João Alfaro, Soto, Diretor Substituto
Publicado no "Diário Oficial da União de 23/6/67.

DECRETO N.º 61.606 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1967

Concede novo prazo para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, respectiva Taxa de Cadastro quando incidente e a Contribuição ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário; devidas pelos proprietários de imóveis rurais.

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o art. 83, inciso II da Constituição, decreta:

Art. 1.º . O prazo para pagamento sem multa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, da respectiva Taxa de Cadastro, quando incidente e da Contribuição devida ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, pelos proprietários de imóveis rurais, relativos ao exercício de 1967 terminará no dia vinte e nove de dezembro de 1967.

Art. 2.º . Contra a cobrança do ITR Taxa de Cadastro e Contribuição ao INDA, neste exercício, caberá reclamação ao IBRA, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação deste Decreto, independente do pagamento ou de depósito do valor desses tributos.

Art. 3.º . A reclamação de que trata o art. 2.º deverá ser dirigida ao Presidente do IBRA e entregue diretamente, ou por via postal registrada, nas Circunscrições do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária localizadas no Estado em que se situa o imóvel.

§ 1.º . A reclamação será instruída com o Aviso para pagamento do ITR devendo constar a qualificação do reclamante, o código do imóvel, o endereço postal para recebimento da notificação ou avisos e a exposição dos fatos devidamente comprovados, em que se fundamenta o pedido.

§ 2.º . A reclamação terá efeito suspensivo da cobrança do ITR, respectiva Taxa de Cadastro e Contribuição ao INDA, até notificação ao reclamante da decisão prolatada.

Art. 4.º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1967. 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA
Ivo Arzua Pereira
Hélio Beltrão
Publicado no Oficial da União" de 7/10/67.

LEI N.º 5.345 - DE 3 DE NOVEMBRO DE 1967

Dispõe sobre a justiça Federal de primeira instância, alterando a Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966 modificada pelo Decreto-lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º . São introduzidas na Lei número 5.010 de 30 de maio de 1966, que organizou a Justiça Federal de primeira instância, alterada pelo Decreto-lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967, as seguintes modificações:

a) o item IX do art. 13 da Lei número 5.010, de 30 de maio de 1966, introduzido pelo item II do art. 1.º do Decreto-lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

"IX - requisitar força federal ou estadual necessária ao cumprimento de suas decisões;"

b) a alínea 2 do item XIII do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com o seguinte texto:

"2) Nas Seções judiciárias do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe, um cargo de Distribuidor - Contador;"

c) a modificação do art. 36 da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do final do item IV do art. 1.º do Decreto-lei n.º 253, de 28 de fevereiro de 1967, constitui o item V do referido art. 1.º .

d) o item sobre a 3.ª Região judiciária Nordeste, constante do art. 2.º da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"3.ª. Nordeste: Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território de Fernando de Noronha, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Art. 2.º . A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º . Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1967: 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Publicado no "Diário Oficial da União" de 7/11/67.

LEI N.º 5.346 - DE 3 DE NOVEMBRO DE 1967

Altera dispositivos do Código Penal, visando proteger serviços de utilidade pública.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º . O item III do parágrafo único do art. 163 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista".

Art. 2.º . É acrescentado ao art. 180 do Código Penal o seguinte parágrafo:

"§ 4.º . No caso dos bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista adquiridos dolosamente: Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos do maior vigente no País."

Art. 3.º . É acrescentado ao art. 265 do Código Penal o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços."

Art. 4.º . A presente Lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 5.º . Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1967: 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Publicado no "Diário Oficial da União" de 7/11/67.

LEI N.º 5.349 - DE 3 DE NOVEMBRO DE 1967

Dá nova redação ao Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo único. O Capítulo III do Título IX do Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 passa a ter a seguinte redação:

CAPITULO III

DA PRISÃO PREVENTIVA

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria.

Art. 313. A prisão preventiva poderá ser decretada:

I - nos crimes inafiançáveis;

II nos crimes afiançáveis, quando se apurar no processo que o indiciado é vadio ou quando, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la;

III - nos crimes dolosos, embora afiançáveis, quando o réu tiver sido condenado por crime da mesma natureza, em sentença transitada em julgado.

Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, ris. I, II ou III do Código Penal.

Art. 315. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado.

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem",

Brasília, 3 de novembro de 1967; 146.º da Independência e 79.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Publicado no "Diário Oficial da União" de 7/11/67.

LEI N.º 9.855, DE 2 DE OUTUBRO DE 1967

Dispõe a respeito da alíquota do imposto sobre transmissão "causa-mortis"

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A alíquota do imposto sobre transmissão "causa-mortis" prevista no inciso, III do

artigo 48 da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966, aplica-se às sucessões cujo imposto não tenha sido pago à data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de outubro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arrôbas Martins

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 2 de outubro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 3110167.

LEI N.º 9.858, DE 4 DE OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre a reorganização da Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça e dá outras providências

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - A Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça criada pelas Leis n.ºs. 465, de 28 de setembro de 1949 e 507, de 17 de novembro de 1949, com as alterações das leis posteriores, passa a denominar-se "Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas na Justiça do Estado", regendo-se pelas normas e condições estabelecidas na presente lei.

Artigo 2.º - Os servidores da Justiça terão direito à aposentadoria e os seus beneficiários à pensão mensal, nos termos e condições desta lei.

TÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

Artigo 3.º - São contribuintes obrigatórios da Carteira todos os servidores dos cartórios da Justiça do Estado não oficializados, dos Registros de Imóveis ou de Títulos e Documentos, de Tabelionatos de Notas, de Protestos, de Depositários Públicos, de Contadores, de Distribuidores, de Partidores e de Registro Civil das Pessoas Naturais e respectivos anexos, estejam na atividade ou inatividade.

Artigo 4.º - Ao contribuinte obrigatório que tenha perdido essa qualidade, por qualquer motivo, é facultado manter a sua inscrição, desde que o requeira em 6 (seis) meses.

§ 1.º - Os pagamentos feitos com mora, depois do último dia do mês vencido, ficam sujeitos aos juros de 1% (um por cento) ao mês, cobráveis juntamente com o principal.

§ 2.º - Na falta de pagamento, durante 6 (seis) meses, contados da primeira contribuição mensal vencida, caducará o direito aos benefícios previstos na presente lei, cessando para a Carteira toda e qualquer responsabilidade.

Artigo 5.º - As inscrições de contribuintes far-se-ão de acordo com as normas a serem estabelecidas em regulamento.

Artigo 6.º - As contribuições dos servidores de que trata o artigo 3.º serão devidas em mensalidades integrais, mensais, correspondentes a 8% (oito por cento), calculadas sobre a remuneração-base.

§ 1.º - Os níveis de remuneração-base, estabelecidos em função dos salários mínimos vigentes no Estado de São Paulo, e de acordo com a classificação das comarcas e categoria dos servidores, serão fixados por decreto executivo.

§ 2.º - Além da contribuição de 8% (oito por cento), os servidores inscritos a partir desta lei pagarão, durante 1 (um) ano, uma jóia à razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre sua remuneração-base.

§ 3.º - A elevação de entrância da comarca, ou a passagem de distrito à categoria de sede de município, em que estiver lotado e inscrito, determinará, obrigatoriamente, aumento dos benefícios e das contribuições, observado o disposto neste artigo.

§ 4.º - Observar-se-á o disposto no parágrafo anterior, se o inscrito for transferido para comarca de remuneração-base mais elevada,

§ 5.º - Os servidores, lotados em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias forem rebaixadas, poderão requerer, a qualquer tempo, correspondente diminuição da contribuição e dos benefícios, sem direito à devolução de diferença paga à maior.

Artigo 7.º - Aposentado o inscrito, as contribuições ficam reduzidas a 5% (cinco por cento).

TÍTULO II

FONTES DE RECEITA

Artigo 8.º - Constituem fontes de receita da "Carteira":

I - as contribuições dos servidores da Justiça de que trata o artigo 6.º ;

II - as contribuições dos serventuários da justiça, titulares de cartórios, de que trata o artigo 9.º ;

III - a contribuição obrigatória dos inscritos aposentados e pensionistas na base de 5% (cinco por cento) sobre o percebido como proventos ou pensão;

IV- o rendimento dos seus bens e haveres;

V- as doações e legados que lhe forem feitos;

VI - as suas receitas eventuais; e

VII- subvenção do Estado não inferior ao produto da arrecadação da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça de que trata o artigo 12, da Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º , da Lei n.º 6.533, de 30 de novembro de 1961, e pela presente lei, perdendo aquela taxa a destinação específica que lhe foi atribuída pela primeira dessas leis.

Artigo 9.º - Os titulares das serventias da justiça contribuirão para a receita da Carteira, obrigatoriamente, com quantia igual à totalidade das contribuições devidas, na forma do artigo 6.º , pelos servidores dos seus cartórios.

Artigo 10 - A Carteira de Previdência fiscalizará a fiel execução desta lei, na forma do regulamento, podendo verificar os livros, arquivos, fichas e quaisquer outros registros ou documentos do cartório, pelos quais possa ajuizar da regularidade da arrecadação das contribuições.

Parágrafo único - No caso de recusa do serventuário na fiscalização de que trata este artigo, a Carteira procederá à responsabilidade administrativa, civil ou criminal imputável, na forma do Regulamento desta lei.

Artigo 11 - O titular do cartório arrecadará obrigatória e mensalmente dos seus subordinados, mediante desconto em folha de salários, as contribuições, juros de mora e multas devidas. e os recolherá diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, destinados à "Carteira", 'em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez), impreterivelmente, de cada mês seguinte ao dos salários pagos ou vencidos.

§ 1.º - A inobservância do disposto neste artigo, sem prejuízo do pagamento dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sujeitará o infrator à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das importâncias devidas, além das sanções previstas na legislação vigente, administrativa, civil

ou penal.

§ 2.º - O serventuário recolherá, com as contribuições do pessoal de seu cartório, a própria, e a de que trata o artigo 9.º vinculado aos mesmos prazos, acréscimos, sanções e demais consequências dispostas nesta lei para a falta ou atraso desse recolhimento.

§ 3.º - A multa prevista no § 1.º será recolhida à Tesouraria do Instituto de Previdência e a favor da Carteira.

TÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS E DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO 1

DA APOSENTADORIA

Artigo 12 - O servidor terá direito à aposentadoria com proventos fixados nos termos do § 1.º do artigo 6.º, combinado com os prazos de carência fixados nesta lei, desde que conte 35 (trinta e cinco) anos, de efetivo exercício, se for homem, e 30 (trinta anos), se mulher.

Parágrafo único - A quantia mensal da aposentadoria corresponderá à média mensal da contribuição-base dos dois últimos anos.

Artigo 13 - O servidor que, em virtude de moléstia, se incapacitar para o desempenho da função terá direito a proventos integrais calculados sobre a média da remuneração-base dos 12 (doze) últimos meses, nos seguintes casos:

I - quando contar mais de 15 (quinze) anos de serviço;

II - quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna ou lepra;

III - quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;

IV - quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;

V - quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço.

§ 1.º - O servidor que, em virtude dos casos especificados neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado, provisoriamente, até o prazo máximo de 4 (quatro) anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 2.º - Aplica-se aos serventuários sucedidos, invalidez, o disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º - Ressalvadas as hipóteses previstas nos itens II, III, IV e V, deste artigo, os servidores incapacitados para o serviço, que contarem menos de 15 (quinze) anos de atividade, serão aposentados com proventos proporcionais, na base de 1/15 (um quinze avos) por ano de serviço, calculados sobre: a remuneração, base dos 12 (doze) últimos meses.

§ 4.º - Qualquer que seja o tempo de serviço os proventos. não serão inferiores à metade da remuneração-base do servidor.

Artigo 14 - O servidor será aposentado aos 70 (setenta) anos de idade, se o requerer.

Artigo 15 - Aposentado o servidor nos termos do artigo anterior, seus proventos será integrais se contar no mínimo 35 (trinta e cinco) anos, se for homem e 30 (trinta) anos se for mulher, e proporcionais se contar tempo menor.

§ 1.º - Os proventos de que trata este artigo serão equivalentes à média da remuneração-base dos 2 (dois) últimos anos.

§ 2.º - Os proventos não poderão ser, em qualquer hipótese, superiores à média da remuneração-base do servidor.

Artigo 16 - O Corregedor Geral da justiça poderá, se julgar conveniente para os interesses

judiciários, determinar, sempre que cuidar necessário, se proceda, no servidor com 70 (setenta) ou mais anos de idade, exame médico, perante junta Médica Oficial, constituída de 3 (três) médicos do Instituto de Previdência de São Paulo.

Parágrafo único - Se em qualquer dos exames médicos for verificada a inaptidão ou incapacidade física ou mental do servidor, para permanecer no desempenho de suas funções, será ele aposentado, nos termos desta lei.

Artigo 17 - O tempo de serviço público, federal, estadual, ou municipal, e o de serviço prestado em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, ainda que em caráter interino, computar-se-á integralmente para efeitos da aposentadoria prevista nesta lei.

Parágrafo único - Far-se-á a apuração do tempo de serviço perante o Corregedor Geral da justiça.

Artigo 18 - A incapacidade ou invalidez será sempre verificada mediante inspeção por uma junta de médicos do Instituto de Previdência do Estado.

CAPÍTULO II

DA PENSÃO

Artigo 19 - O benefício da pensão compete aos dependentes do contribuinte da Carteira, no caso de seu falecimento.

§ 1.º - A importância da pensão devida ao conjunto dos dependentes do inscrito será constituída de uma parcela familiar, de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre a média da remuneração-base pela qual o servidor estiver contribuindo nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, mais tantas parcelas iguais, cada uma, a 5% (cinco por cento) do valor da mesma pensão, quantos forem os dependentes do inscrito, até o máximo de 5 (cinco).

§ 2.º - A importância total obtida nos termos do parágrafo anterior, será rateada em cotas iguais entre todos os dependentes com direito à pensão.

§ 3.º - A cota da pensão se extinguirá nos termos dos artigos 20 e 21.

§ 4.º - Quando se extinguir uma cota de pensão se procederá a novo cálculo e novo rateio do benefício, considerados apenas os pensionistas remanescentes.

Artigo 20 - São beneficiários obrigatórios:

I - o cônjuge sobrevivente;

II - os filhos menores de idade, os incapazes e os inválidos;

III - os pais que vivam sob a dependência econômica dos contribuintes solteiros, desquitados ou viúvos, que não possuam filhos e desde que não tenha havido instituição de beneficiários nos termos deste capítulo.

§ 1.º - Os filhos legitimados, e os naturais e reconhecidos, equiparam-se aos legítimos.

§ 2.º - Atingindo os filhos a idade de 21 (vinte e um) anos, ou de 25 (vinte e cinco) anos, se estiverem freqüentando curso de nível superior, cessa o seu direito à pensão. Cessará, igualmente, o direito à pensão, antes do prazo fixado, no caso do casamento do dependente.

§ 3.º - A pensão atribuída ao incapaz ou inválido será devida enquanto durar a incapacidade ou invalidez.

Artigo 21 - O cônjuge sobrevivente que contrair novas núpcias perderá o direito à pensão.

Parágrafo único - A viuvez subsequente não restabelece o direito à pensão do cônjuge do inscrito.

Artigo 22 - Não tem direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do inscrito, estava

dele desquitado, ou havia abandonado o lar há mais de 6 (seis) meses, promovida a exclusão neste caso, pelos interessados, por ação judicial.

§ 1.º - Não perderá, porém, o cônjuge sobrevivente, o direito à pensão:

1. se, no desquite judicial, for declarado inocente;
2. se, no desquite por mútuo consentimento, prestava-lhe o inscrito pensão alimentícia;
3. se foi justo o abandono do lar.

§ 2.º - Caduca em 6 (seis) meses, contados da morte do inscrito, a ação dos interessados para excluir o cônjuge supérstite, por abandono do lar.

Artigo 23 - Fica facultado ao contribuinte instituir como beneficiários os enteados e adotivos.

§ 1.º - Nos benefícios, os enteados e adotivos concorrerão, com os filhos do inscrito, em igualdade de condições, ou em menor parte.

§ 2.º - Aplicam-se aos enteados e adotivos o disposto para os filhos do contribuinte e a faculdade concedida ao inscrito pelo § 3.º, do artigo 25.

§ 3.º - A instituição de beneficiários na forma deste artigo e a atribuição do benefício em menor parte, que lhes for concedida, serão feitas mediante testamento ou simples declaração de vontade, devidamente testemunhada e registrada.

Artigo 24 - Não existindo filhos de leitões anteriores, o inscrito poderá destinar ao seu cônjuge a totalidade da pensão devida, pela forma determinada no § 19, do artigo anterior.

Artigo 25 - O contribuinte solteiro, viúvo, ou desquitado, poderá instituir beneficiário, pela forma estabelecida no § 3.º do artigo 23, desta lei à companheira que viva sob sua dependência econômica, ressalvado, na razão da metade, o direito que competir a seus filhos,

§ 1.º - Ao contribuinte desquitado admitir-se-á instituir beneficiários, se for inaplicável o parágrafo 1.º, números 1.º e 2.º, do artigo 22.

§ 2.º - Será automaticamente cancelada a inscrição de beneficiários, se o inscrito vier a contrair núpcias, ou, se desquitado, restabelecer a sociedade conjugal.

§ 3.º - Fica facultado ao contribuinte, a todo o tempo, revogar a inscrição de beneficiários.

Artigo 26 - Não terá direito à pensão o dependente de contribuinte com menos de 24 meses de inscrição na Carteira.

Artigo 27 - Nenhum beneficiário, poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes de casal contribuinte.

Artigo 28 - O direito à pensão surge na data do falecimento do inscrito.

Artigo 29 - As pensões devidas aos beneficiários do contribuinte falecido serão sempre reajustáveis aos novos mínimos da remuneração-base correspondente aos servidores de igual categoria do inscrito, observado o disposto no artigo 39.

Artigo 30 - Decorridos 90 (noventa) dias da data do falecimento do inscrito, e não tendo havido habilitação dos dependentes, as pensões mensais a favor dos beneficiários obrigatórios ou instituídos serão devidas, apenas, a contar da data da entrega de seus pedidos no protocolo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, sem direito a atrasados.

Artigo 31 - A pensão é mensal e extingue-se com a morte, casamento, cessação da incapacidade ou invalidez do beneficiário.

Artigo 32 - A incapacidade ou invalidez, para os fins do artigo 20, desta lei, será verificada

mediante inspeção por uma junta de médicos do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 33 - As pensões não são possíveis de penhora, arresto, nem estão sujeitas a inventário e partilha judiciais, e são livres de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, considerando-se nula toda a venda ou cessão de que sejam objeto, bem assim a constituição de qualquer ônus que sobre elas recaia, defesa a outorga de poderes para percepção das respectivas importâncias.

Parágrafo único - Excetuam-se da proibição deste artigo o desconto previsto no artigo 8.º, item III e os que corresponderem a quantias devidas à própria Carteira.

TÍTULO IV

Da Perempção, da Prescrição e da Caducidade

Artigo 34 - A exigência formulada no processo de aposentadoria ou pensão deverá ser satisfeito dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da publicação do despacho respectivo no "Diário Oficial" do Estado, prorrogável, a critério da autoridade, no máximo por igual período, se o interessado o requerer e houver deferimento.

§ 1.º - O requerimento de prorrogação deve dar entrada, antes de findo o prazo inicial, no Protocolo do órgão da exigência.

§ 2.º - O não cumprimento da exigência no prazo fixado, ou no de sua prorrogação, acarretará a perempção do processo.

§ 3.º - A pensão, operando-se a perempção passa a ser devida, se este for o caso, a partir da data da entrada do novo pedido no Protocolo do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 35 - O direito à pensão não está sujeito à prescrição ou decadência, observado, porém, o disposto no artigo 30, desta lei.

TÍTULO V

Dos deveres para com a "Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado"

Artigo 36 - São deveres dos titulares das serventias da Justiça para com a "Carteira":

I - descontar, mensalmente, na folha de pagamento dos servidores, seus subordinados no cartório, as contribuições e demais quantias por eles devidas à "Carteira";

II - recolher à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, juntamente com as contribuições do pessoal do seu cartório, a sua própria contribuição e demais quantias devidas, dentro do prazo legal;

III - recolher diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez) de cada mês, as quantias descontadas dos salários do mês imediatamente anterior, bem como as contribuições de que trata o artigo 9.º ;

IV - colar nos livros, certidões, formais, instrumentos e demais papéis, antes ou imediatamente após seu pagamento, pela parte ou interessado, as estampilhas da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da justiça" de que trata a Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer dos deveres, constitui falta disciplinar específica, sujeito o infrator às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou criminais cabíveis em cada caso.

TÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 37 - Em nenhuma hipótese poderá haver proventos ou pensões superiores a 10 (dez) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Artigo 38 - O débito do servidor, na data da entrada em vigor da presente lei, poderá ser liquidado, desde que o requeira, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, de igual valor, acrescidas dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pagáveis juntamente com a sua

contribuição mensal.

Parágrafo único - Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados, da vigência da presente lei, para o recolhimento do débito em atraso, na forma deste artigo.

Artigo 39 - Sempre que houver, por decreto executivo, alteração dos níveis de remuneração-base, de que trata o § 1.º do artigo 6.º serão reajustadas as aposentadorias e pensões de acordo com limites a serem estabelecidos em decreto condicionada tal alteração às possibilidades financeiras da "Carteira".

Artigo 40 - As aposentadorias e pensões concedidas antes da vigência desta lei terão sua quantia mensal majorada de 4 (quatro) vezes o seu valor a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

§ 1.º - Para atender à despesa decorrente da majoração de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, ao Instituto de Previdência do Estado, destinado à "Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da justiça do Estado", crédito especial do valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos).

§ 2.º - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da redução, em igual quantia, da dotação consignada ao Código Local n. 184-A, Categoria Econômica 4.3.0.0 - 4.3.6.0 - 4.3.6.2, do orçamento vigente.

§ 3.º - A partir de 1968, conforme as disponibilidades financeiras da Carteira, as pensões de que trata o artigo poderão ser majoradas através de ato do Chefe do Poder Executivo, respeitado o limite a que se refere o artigo 37.

Artigo 41 - A Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado adotará o regime financeiro atuarial fixado em Regulamento.

Artigo 42 - Salvo para tratamento de saúde, os servidores não poderão obter licença, permutas de ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira".

Artigo 43 - Os contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado, abrangidos por esta lei, poderão gozar dos mesmos serviços de assistência médico-hospitalar dispensados pelo Instituto de Assistência Médica dos Servidores Públicos, aos Servidores da justiça dos Cartórios Oficializados, desde que pague, a essa autarquia, as contribuições que por ela lhes forem fixadas, além de outras condições que forem estabelecidas no Regulamento da presente lei.

Artigo 44 - Dos futuros orçamentos do Estado constarão recursos para ocorrer aos reajustes de aposentadoria e pensões concedidos na forma do artigo 40.

Artigo 45 - A "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", de que trata a letra "b" do artigo 12, da Lei n. 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º da Lei n. 6.533, de 30 de novembro de 1961, será arrecadada, a partir de 1.º de janeiro de 1968, na seguinte conformidade:

	NCr\$
I - sem valor declarado ou até 100,00	0,20
II - de 100,01 até 500,00	0,30
III - de 500,01 até 1.000,00.....	0,50
IV - de 1000,01 até 5.000,00	1,00
V - de 5.000,01 até 10.000,00	2,00
VI - de 10.000,01 até 20.000,00	4,00
VII - superior a 20.000,01.....	6,00

§ 1.º - A arrecadação mencionada na letra "c", do artigo 12, referido neste artigo, é fixada em NCr\$ 0,02 (dois centavos).

§ 2.º - O mínimo mencionado na letra "d", do mesmo artigo 12, fica elevado para NCr\$ 0,01 (um centavo) e o adicional, nele referido, passa a ser de 15% (quinze por cento), arredondando-se para mais os resultados inferiores a NCr\$ 0,01 (um centavo).

Artigo 46 - A subvenção de que trata o. n.º VII, do artigo 8.º, será concedida a partir do 1.º de janeiro de 1968.

Artigo 47 - Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá o seu regulamento.

Artigo 48 - Esta lei entrará em vigor em 1.º de outubro do corrente ano.

Artigo 49 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de outubro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Ciro de Albuquerque

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de outubro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 5/10/67.

LEI N.º 9.884, DE 31 DE OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre forma de provimento de cargo de Oficial de Justiça

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os cargos de Oficial de Justiça serão providos por concurso de provas e de títulos.

Artigo 2.º - A inscrição em concurso dependerá do atendimento dos seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de conclusão de curso colegial ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado;

II - ter-se alistado para o serviço militar, ser reservista ou gozar de isenção do mesmo;

III - estar no gozo dos direitos políticos; e

IV - ter bons antecedentes, comprovados mediante folha corrida da Polícia e da justiça estaduais ou da Polícia e da Justiça do último domicílio, quando o candidato residir fora do Estado.

Parágrafo único - Ficam isentos da exigência contida no item I os atuais extranumerários.

Artigo 3.º - O concurso será feito:

I - na comarca da Capital, por uma comissão composta de um Juiz de Direito, um Promotor de Justiça, um Advogado e um Oficial de justiça, designados, respectivamente, pelo Presidente do Tribunal de justiça, pelo Procurador Geral da justiça, pela Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Associação dos Oficiais de Justiça; e

II - nas comarcas do Interior, pelo juiz Corregedor Permanente, um membro do Ministério Público e um Advogado.

Artigo 4.º - Não serão permitidas admissões para fins de prestação, sem ônus para o Estado, de serviço correspondente às atribuições do cargo de Oficial de Justiça.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de outubro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 31 de outubro de 1967.

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 1.º/11/67.

LEI N.º 9.887, DE 31 DE OUTUBRO DE 1967

Dá nova denominação a distrito do Município de Ribeirão Pires

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Ouro Fino Paulista" o distrito de Iuapeba, do município de Ribeirão Pires..

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de outubro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 31 de outubro de 1967.

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 1.V/1/67.

LEI N. 9.895, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1967

Altera as Tabelas "K" e "O", anexas à Lei n.º 9.531, de 6 de outubro de 1966.

O Vice-Governador do Estado de São Paulo, em Exercício no cargo de Governador:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - São acrescidos à Tabela "K", anexa à Lei n.º 9.531, de 6 de outubro de 1966, dois incisos, sob ns. VIII e IX, com a seguinte redação:

"VIII - De inscrição de Cédula de Crédito Rural, sendo o emolumento máximo o correspondente a

1/4 (um quarto) do salário mínimo da região:

a) até NCr\$ 500,00..... isento

b) de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 1.000,00..... 0,5%

c) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 2.000,00 0,6%

d) acima de NCr\$ 2.000,00..... 1%

IX - De averbações à margem de inscrições de Cédulas de Crédito Rural 10% (dez por cento) do taxado para as respectivas inscrições.

Artigo 2.º - A acrescido à Tabela "O", anexa à Lei n.º 9.531, de 6 de outubro de 1966, um

inciso, sob n.º V, com a seguinte redação:

"V - Os emolumentos fixados nesta tabela não são devidos nos atos de inscrição de Cédula de Crédito Rural e respectivas averbações, de que tratam os incisos VIII e IX da Tabela "K".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de novembro de 1967.

HILÁRIO TORLONI

Anésio de Paula e Silva

Luís Arrôbas Martins

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 8 de novembro de 1967.

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 9/11/67.

LEI N.º 7.047, DE 6 DE SETEMBRO DE 1967

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - Fica revogado o artigo 7.º do Ato n.º 1.327, 5 de janeiro de 1938.

Art. 31 - Para o efeito de se expedirem certidões necessárias à celebração de escrituras de alienação, será considerado, à vista dos registros cadastrais e financeiros, a posição fiscal do imóvel até o exercício imediatamente anterior àquele em que der entrada o pedido de certidão.

Art. 32 - A seção de Expedição de Certidão Negativas. do Departamento do Tesouro, passa a denominar-se "SEÇÃO DE CERTIDÕES SOBRE TRIBUTOS".

Publicada no "Diário Oficial do Município" de 7/9/67.

PROVIMENTO N.º XXVIII

Dispõe sobre o recolhimento do selo penitenciário, em virtude do art. 14, IV do Decreto-lei Federal n. 9 34, de 18 de novembro de 1966.

O Conselho Superior da Magistratura, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei: Considerando que pelo art. 14, IV, do Decreto-Lei Federal n.º 34, de 18 de novembro de 1966, foi extinto o selo penitenciário, sem que se extinguissem as multas e demais receitas não tributárias cobradas através daquele veículo, ex-vi do Decreto n.º 24.797, de 14 de julho de 1934 e do Decreto-lei n.º 1.726, de 1.º de novembro de 1939; Considerando que o referido Decreto-lei n.º 34, estabeleceu que as multas e demais receitas não tributárias, cobradas através do veículo extinto, seriam arrecadadas sob classificação orçamentária própria e, até hoje, o Governo da União não disciplinou a matéria; Considerando que as multas impostas em sentenças criminais condenatórias devem ser pagas pelos condenados no prazo legal, pena de sofrerem consequências civis e criminais; Considerando as sugestões encaminhadas à Corregedoria Geral da justiça pelo M.M. juiz da 1.ª Vara das Execuções Criminais; Considerando, finalmente, o que ficou decidido pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura do processo GG-27.527 e G-13.829, delibera determinar aos Srs. Magistrados do Estado que cumpram e façam cumprir o seguinte Provimento:

1.ª) Portanto o interessado selo penitenciário correspondente ao valor da multa, será admitido a pagá-la através desse meio;

2.ª) Em não havendo selo penitenciário, os escrivães da execução receberão o valor em dinheiro, providenciando seu recolhimento junto ao órgão arrecadador próprio, em 48 horas e, em caso de recusa destes, farão o recolhimento, no mesmo prazo, em estabelecimento federal de crédito, onde houver ou em estabelecimento bancário de indicação do Corregedor Permanente, em conta vinculada do juízo, só movimentável para oportuna arrecadação aos cofres federais, através de classificação orçamentária a ser elaborada na forma do art. 14, § 1.º, do Decreto-lei n.º 34, de 18 de novembro de 1966;

3.ª) No livro especial criado pelo artigo 19, do Decreto-lei n.º 1.726, de 1.º de novembro de 1939, continuarão a ser registrados os pagamentos efetuados, quer em selos, quer em dinheiro, indicando-se o número do processo, nome do réu, data do pagamento, valor recebido e nome do estabelecimento bancário em que foi recolhido.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 15 de junho de 1967.

- (a) Raphael de Barros Monteiro, Presidente.
- (a) Tácito Morbach de Goes Nobre, Vice-Presidente.
- (a) Octávio Guilherme Lacorte, Corregedor Geral da justiça.

Publicado no "Diário da Justiça" de 12/7/67.

PROVIMENTO N.º XXIX-67

Dispõe sobre a arrecadação do selo penitenciário em virtude do Decreto-Lei federal n.º 34, de 18 de novembro de 1966, e sobre finanças criminais e dá outras providências.

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições legais e considerando as dúvidas manifestadas por juízes, escrivães e Polícia judiciária, bem assim o que ficou decidido nos processos ris. GG-27.527 e GG-28.256-67 e G-13.829-67, a respeito da arrecadação do "selo penitenciário", em virtude do disposto no art. 14, n.º IV, e § 1.º, do Decreto-lei federal n.º 34, de 18 de novembro de 1966; considerando que o art. 35 do Código Penal dispõe que "a pena de multa consiste no pagamento, em selo penitenciário, da quantia fixada na sentença"; considerando que, na Lei estadual n.º 9.589, de 30 de dezembro de 1966, e seu regulamento aprovado pelo Decreto estadual n.º 47.761, de 17 de fevereiro de 1967, ou nas respectivas Tabelas, não está prevista a "taxa de fiscalização e serviços diversos", pelo fato da prestação de fiança criminal;

Determina e esclarece o seguinte:

1.º - As multas penais impostas pelos juízes e tribunais criminais, cru consequência de infrações penais ou de faltas disciplinares ou de falta de comparecimento de jurados ou peritos, nos processos criminais, assim como a taxa penitenciária que por ventura seja imposta, nos termos do art. 2.º n.º II, do Decreto-lei n.º 1.726, de 1.º de novembro de 1939, pelos mesmos juízes e tribunais em sentenças condenatórias, serão recebidas em dinheiro pelo escrivão das execuções, na comarca da Capital, ou pelo escrivão do processo, nas demais comarcas, para serem recolhidos por verba ría repartição arrecadadora local, do Tesouro Nacional, em 48 horas. Em caso de recusa daquela repartição, o escrivão fará o recolhimento, no mesmo prazo, em estabelecimento bancário de indicação do corregedor permanente, em conta do Juízo, vinculado, só movimentável para oportuna arrecadação aos cofres federais através de classificação orçamentária a ser elaborada na forma do art. 14, § 1.º, do Decreto-lei federal n.º 34, de 18 de novembro de 1966.

2.º - Se o interessado portar as estampilhas do "selo penitenciário, correspondente ao valor da multa ou taxa, será admitido a pagã-las através desse meio.

3.º - O disposto no item 1.º se aplicará ao recolhimento dos saldos que, nos termos dos arts. 346 e 347 do Código de Processo Penal, se apurarem nos casos de perda ou quebraimento de fiança criminal, se a repartição arrecadadora federal se recusar a receber tais saldos.

4.º - No livro especial criado pelo art. 19 do Decreto-lei federal n.º 1.726, de 1939, continuarão a ser registrados os pagamentos do "selo penitenciário", efetuados, quer em estampilhas, quer por verba, ou em dinheiro, indicando-se o número do processo, nome do réu, data do pagamento, valor recebido, repartição federal arrecadadora ou nome do estabelecimento bancário em que provisoriamente foi feito o recolhimento.

5.º - Não é mais devido o "selo penitenciário", nem o "imposto do selo estadual", sobre o valor

das fianças criminais arbitradas pelas autoridades policiais ou juízes competentes.

6.º - O valor em que consistir a fiança, será recolhido à repartição arrecadadora federal ou estadual, ou entregue ao depositário público, juntando-se aos autos os respectivos conhecimentos de depósito. Se o recolhimento não puder ser feito de pronto, o valor será entregue ao escrivão, ou pessoa abonada, a critério da autoridade, dando-se ao valor, dentro de três dias, o destino assinalado no art. 331 do Código de Processo Penal, o que tudo constará do termo de fiança. Assim, no livro onde for lavrado esse termo não serão coladas estampilhas correspondentes ao valor da fiança, porque, se for declarada sem efeito, ou passar em julgado a sentença que houver absolvido o réu ou declarada extinta a ação penal, o valor que a consistir será restituído, salvo o disposto no parágrafo único do art. 336 do mesmo Código.

7.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e o Provimento n.º XXVIII, de 15 de junho último.

Publique-se e remeta-se cópia aos MM. juízes das Execuções Criminais, à Secretaria da Segurança, Pública, à Delegacia Auxiliar da 1.4 Divisão Policial, à Secretaria da Fazenda e à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo.

São Paulo, 3 de agosto de 1967.

(ãa) Samuel Francisco Mourão - Presidente.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Vice-Presidente em exercício.

Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º XXXI-67

Dispõe-se sobre a assinatura de carga no livro competente.

O Conselho Superior da Magistratura; considerando o disposto no art. 89, n.º XVIII, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei federal n.º 4.215, de 27 de abril de 1963), no art. 800, § 4.º do Código de Processo Penal, e no art. 23, § 3.º do Código de Processo Civil; considerando que a assinatura de carga no livro de carga e descarga de autos, é exigência imprescindível e insubstituível; considerando que não basta a assinatura do termo de conclusão ou de vista ao órgão do Ministério Público, mas é necessário também o efetivo envio dos autos e juiz ou promotor de justiça; considerando que não vêm sendo bem interpretado os Provimentos ris. LXVI-63 e XX-66, do Conselho Superior da Magistratura ("Rev. dos Tribs.", 333/633 e 369/352).

Determina aos escrivães dos cartórios, da Capital e do interior do Estado sob as penas da lei, o seguinte:

1.º Nenhum processo será entregue com termo de vista, a promotor de justiça ou a advogado, sem prévia assinatura no livro de carga e descarga.

2.º Será feita carga, igualmente, dos autos conclusos ao juiz e que não receberem despacho ou não forem sentenciados até o final do expediente do dia.

3.º O escrivão enviará os autos ao juiz ou ao órgão do Ministério Público no dia em que assinar o termo de conclusão ou de vista, não sendo permitida, sob qualquer pretexto, a permanência dos autos em cartório com tais termos, mencionando-se nestes, sempre, o nome do magistrado ou o do representante do Ministério Público.

4.º Se o juiz se recusar a assinar, ficará isto consignado no assentamento de carga, comunicando-se o fato ao Conselho Superior da Magistratura.

5.º Far-se-á a anotação, na capa dos autos, do n.º do livro de carga e a respectiva folha, ao serem entregue os autos.

6.º A descarga, igualmente obrigatória, será feita na presença do interessado que o exigir, e o serventuário certificará nos autos o dia e hora em que os recebeu.

7.º Os autos que, escoado o prazo legal, não foram devolvidos pelos advogados, serão cobrados pela forma disciplinada pelo Provimento n.º XX/66, do Conselho Superior da Magistratura.

8.º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o de n.º LXVI/63 e as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 25 de agosto de 1967.

Samuel Francisco Mourão, - Presidente.

Márcio Martins Ferreira - Vice-Presidente.

Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da justiça.

(Publicado novamente por ter saldo com incorreção).

Publicado no "Diário da justiça" de 6/9/67.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PROVIMENTO N.º 4-67

O desembargador Octávio Guilherme Lacôrte, Corregedor Geral da justiça do Estado de São Paulo, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o que ficou resolvido no processo CG n.º 27.930-67 e

a) considerando que o Decreto-Lei Federal n.º 167, de 14~2-1967, instituiu a obrigatoriedade da inscrição das cédulas de crédito rural, no Cartório do Registro de Imóveis, para que tenham validade contra terceiros;

b) considerando que as diferentes modalidades de cédula de crédito rural, enumeradas no art 9.º do referido Decreto-Lei e definidas em seus arts. 14, 20, 25 e 27, serão inscritas em livro próprio, denominado "Registro de Cédulas de Crédito Rural", a ser aberto em cada Cartório de Registro de Imóveis;

c) considerando que têm surgido dúvidas a respeito da cobrança das custas e emolumentos para os atos de ofício a serem praticados, no interesse do sistema de registro criado;

d) considerando que as disposições a respeito da cobrança e atribuições de custas e emolumentos contidos nos arts. 34 e seguintes do Decreto-Lei n.º 167 somente se aplicam aos Cartórios do Distrito Federal e Territórios, mesmo porque, nos termos da vigente Constituição Federal, aos Estados compete legislar em matéria de organização judiciária e, por via de consequência, elaborar seu regimento de custas;

e) considerando que o entendimento manifestado no item "d" supra está em consonância com a jurisprudência do E. Tribunal Pleno (Acórdão proferido no mandado de segurança n.º 44.165, da Comarca da Capital);

f) considerando, finalmente, a necessidade de padronização do livro de "Registro de Cédulas do Crédito Rural", bem como a de uniformização de sua escrituração e cobrança de emolumentos.

Determina:

1.º) Em cada Cartório de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo será aberto um livro

destinado ao "Registro de Cédulas de Crédito Rural" numerado em série crescente, a começar de 1 (um);

2.º) Os livros terão 300 (trezentas) folhas, com 59 cm de altura por 42 cm de largura, divididas em colunas, com as denominações e dimensões do modelo anexo;

3.º) Os emolumentos devidos aos escrivães serão os da tabela "K", ns. I e II da Lei Estadual n.º 9.531, de 6-10-1966, sobre os quais incidirão ainda as percentagens instituídas pela mesma lei e taxa de aposentadoria.

Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia aos M.M. juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Registro de Imóveis.

São Paulo, 23 de maio de 1967.

Octávio Guilherme Lacôrte - Corregedor Geral da justiça, em exercício.

PROVIMENTO N.º 5/67

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da justiça, no uso das suas atribuições;

considerando que o Ministério Público do Estado, nos termos do artigo 26 do Código Civil, 653 do Código de Processo Civil, e 59, n.º 11, do Decreto Estadual n.º 10.000, de 24 de Fevereiro de 1939, é órgão incumbido de fiscalizar as Fundações;

considerando, mais, que os requisitos legais para a instituição, elaboração dos estatutos, alterações, obrigações, onerações, etc. das Fundações devem merecer a aprovação do Ministério Público;

considerando, que procedem os termos e sugestões da representação da 3.º Curadoria de Resíduos e Fundações, remetida a esta Corregedoria Geral;

considerando, finalmente, o que ficou decidido pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura, em sessão de 30 de junho de 1967 (processo n.º CG~27.762).

RESOLVE:

Art. 1.º - Os Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Estado não registrarão nem farão averbar qualquer título ou documento em que sejam interessadas Fundações, sem a intervenção do Ministério Público.

Parágrafo único - Nos casos deste artigo os Srs. Oficiais encaminharão ao órgão do Ministério Público encarregado da fiscalização das Fundações, os títulos e documentos que receberem, se o apresentante concordar, e, em caso de sua não aprovação, não efetuarão o registro, suscitando a dúvida, se o for o caso.

Art. 2.º - Os Srs. Tabeliães não farão lavrar qualquer escritura de instituição de Fundação, ou de seu interesse seja outorgante ou interveniente, sem intervenção do Ministério Público.

São Paulo, 10 de julho de 1967.

Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da justiça.

PROVIMENTO N.º 8/67

Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

a) Considerando que, baixado o Provimento n.º 4/67, persistiram algumas dúvidas entre os serventuários do Estado de São Paulo, no tocante à aplicação do Decreto Lei Federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967;

b) Considerando que o "Registro de Cédulas de Crédito Rural- é um livro do "Registro de

Imóveis";

c) Considerando que o Regimento de Contas do Estado de São Paulo não consigna qualquer percentagem nos emolumentos em favor dos juízes;

d) Considerando, finalmente, o que ficou resolvido nos processos CG- n.º 27.930/67 e 28.246/67.

DETERMINA

1.º) As cédulas de crédito rural, inclusive hipotecárias, serão inscritas, apenas, no livro de "Registro de Cédulas de Crédito Rural", dispensada sua inscrição no Livro n.º 2 do "Registro de Imóveis", observando-se, porém, o disposto nos art. 188 e 190 do Regulamento dos Registros Públicos.

2.º) Aos juízes de direito estaduais não se aplicam os preceitos do § único do art. 34 e do § 2.º do art. 36 do Decreto-Lei Federal n. 167, de 14 de fevereiro de 1967. Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 21 de julho de 1967.

Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 9/67

Dispõe sobre: o uso de fotocópias e outros processos análogos nas certidões, traslados e cópias, e dá outras providências.

Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista o que ficou decidido nos processos n.ºs CG-5.384/48, CG-6.076/49, CG-6.196/49, CG-14.073/56, CG-21.161/62, e especialmente no processo n.º CG-15.899/58,
RESOLVE

1.º - Autorizar os tabeliães e demais titulares de ofícios de Justiça do Estado de São Paulo, não estipendiados pelos cofres públicos, a extraírem certidões dos atos praticados em seus livros e autos mediante os processos de fotocópia ou xerocópia.

2.º - Autorizar os tabeliães de notas do Estado a extraírem cópias de documentos públicos, ou particulares, mediante reprodução por um daqueles processos.

3.º - Esclarecer que compete exclusivamente aos tabeliães de notas a autenticação das cópias de documentos particulares e a autenticação de cópias de simples certidões ou traslados de instrumentos administrativos ou de instrumento do foro judicial, extra das mediante reprodução por um daqueles processos. Tratando-se de fotocópias ou xerocópia do original (não de certidão, traslado ou cópia) de instrumentos administrativos ou de instrumento do foro judicial deverá a autenticação ser feita pela autoridade ou funcionário a cujo cargo se encontra o original.

4.º - Determinar aos tabeliães de notas que, ao autenticarem fotocópias ou xerocópias, não se restrinjam à mera conferência dos textos ou ao aspecto morfológico da escrita, mas verifiquem, com cautela, se o documento copiado contém rasuras ou quaisquer outros sinais suspeitos indicativos de possíveis fraudes.

5.º - Em qualquer dos casos, os tabeliães e demais serventuários de justiça declararão expressamente, que as cópias se acham iguais ao original ou ao documento copiado.

6.º - Recomendar aos MM. juízes de Direito de todo o Estado: a) no campo do processo civil, que dêem cumprimento ao disposto no art. 255 do Código de Processo Civil, exigindo a conferência de cópias com os originais, inclusive em se tratando de documentos públicos, e que zelem pela observância do art. 137 do Decreto n.º 4.857, de 1939, no que se refere a documentos particulares; b) no campo do processo penal, que exijam sempre que possível (art. 232. § único) em inquérito e processos criminais, a juntada de documentos originais, admitindo fotocópias e

xerocópias quando o interessado não possa juntar o original (dando as razões da impossibilidade).

7.º - Fica ratificada a autorização para o, uso do "sistema fidei-cópia" já concedida pelo MM. juiz Corregedor Permanente da Vara de Registros Públicos a vários serventuários, da justiça, para registro de documentos e lavratura de procurações e suas cópias e lavratura de registro de procurações e suas cópias, conforme n.º 21.161, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19-7-1962, e Portarias posteriores expedidas, entendendo-se a autorização também para a lavratura de escrituras e suas cópias.

8.º - Continua em vigor o Provimento n.º 2/57, de 10 de janeiro de 1957. a respeito do uso de duplicadores a álcool.

Publique-se e cumpra-se

São Paulo, 28 de julho de 1967

Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da justiça.

Publicado no "Diário da justiça" de 3/8/67.

PROVIMENTO n.º 10-67

Fixa as atribuições dos juízes Auxiliares da Corregedoria Geral e dá outras providências.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, de acordo com o artigo 46, parágrafo 2.º da Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, Resolve:

Artigo 1.º - São as seguintes as atribuições dos Juízes Auxiliares convocados:

- a) examinar os autos de habilitação de escrevente dos cartórios não oficializados e homologar a nomeação, quando estiver em termos;
 - b) dar posse a titulares de ofícios de Justiça de todo o Estado, a escreventes e fiéis de todos os cartórios oficializados e oficiais de justiça da comarca da Capital;
 - c) eventualmente designar, lotar, relotar, classificar, reclassificar e remover escreventes, fiéis, oficiais judiciários e demais auxiliares dos cartórios oficializados e oficiais de justiça do Estado;
 - d) Conceder férias, licenças e outros afastamentos ao pessoal dos cartórios oficializados ou não, e oficiais de justiça de todo o Estado: e dar substitutos, nesses casos, aos serventuários e escrevões;
 - e) mandar contar em dobro o tempo de licença-prêmio, ou convertê-la em pecúnia, e mandar contar as férias não gozadas ao pessoal mencionado na alínea anterior;
 - f) tomar as providências necessárias para o cumprimento das determinações legais e regulamentares a respeito do ponto do pessoal mencionado na alínea "d";
 - g) rever os casos de cancelamento, abonação, justificação ou compensação de faltas ao serviço, que não estiverem de acordo com a Portaria n.º 92-66, de 1.º de novembro de 1966, da Corregedoria Geral, ou dispositivos da C. L. F., C. L. E. ou R. G. S., relativamente ao mesmo pessoal;
 - h) conceder ou negar salário-esposa, salário-família e adicionais por tempo de serviço ao pessoal dos cartórios oficializados e oficiais de justiça do Estado;
 - i) conceder as vantagens previstas no artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado, de 1947 (Revolução de 1922); ao pessoal referido na alínea "d";
 - j) examinar as provas nos processos de contagem de tempo de serviço prestado em cartórios não oficializados, bem como os de tempo de serviço de oficiais de justiça anteriormente à lei n.º 593, de 31 de dezembro de 1949; determinar as providências necessárias para a conclusão de tais processos e mandar expedir a respectiva certidão, quando estiverem em termos de deferimento ou oferecer parecer, em caso contrário;
-

- k) examinar os relatórios anuais das correções e cópias dos termos de visita apresentados pelos juízes corregedores permanentes; dar conhecimento ao Corregedor Geral, das circunstâncias de relevo, organizar a relação das comarcas que deixaram de cumprir a determinação legal;
- l) presidir a sindicâncias e processos administrativos e efetuar correções parciais que não digam respeito a atuação de juízes de direito, sempre por ordem, em cada caso, do Corregedor Geral;
- m) por ordem do Corregedor Geral, visitar, para efeito de fiscalização, os cartórios oficializados ou não, judiciais ou extrajudiciais, podendo em casos especiais a seu critério, proceder independentemente de autorização;
- n) acompanhar o Corregedor Geral, nas correções;
- o) atender às partes, assim como funcionários e extranumerários, quando estiverem autorizados a se dirigir à Corregedoria Geral, encaminhando os casos que escaparem às suas atribuições à consideração de quem de direito;
- p) assinar o expediente referente a essas atribuições e mais os de simples rotina, por ordem do Corregedor Geral.

Art. 2.º - As comunicações de interrupção de exercício ou substituição, em casos de licenças e afastamentos, assim como as escalas e alterações de escala de férias do pessoal de cartórios não oficializados serão anotadas no prontuário e arquivadas devidamente pelo Escrivão da Corregedoria Geral, que submeterá ao exame dos juízes auxiliares somente os casos que não estiverem em conformidade com a lei, regulamentos ou instruções.

Art. 3.º - O Corregedor Geral, sempre que entender conveniente, praticará direta e pessoalmente os atos e funções mencionados nos artigos anteriores.

Art. 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, assim como as Portarias os. 25-64, 155-64, 20-65, 38-66, 39-66, 93-66 e 43-67. São Paulo, 7 de agosto de 1967.

(a) Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da justiça.

Publicado no "Diário da justiça" de 9/8/67.

PROVIMENTO N.º 11-67

Delega atribuições à Subsecretaria - Assistente do Pessoal da Corregedoria Geral.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1.º - São delegados à Subsecretaria Assistente do Pessoal da Corregedoria Geral (SAP - Corregedoria) e, em seus afastamentos legais, ao funcionário que a estiver substituindo, as seguintes atribuições, em relação ao pessoal dos cartórios oficializados e oficiais de justiça de todo o Estado;

- a) resolver os pedidos de licença para tratamento de saúde;
- b) aprovar, alterar ou retificar escala de férias, quando houver pronunciamento favorável dos juízes de direito;
- c) deferir os pedidos de gozo de férias atrasadas.

Artigo 2.º - Serão submetidos à revisão do juiz auxiliar os casos de cancelamento, justificação ou abonação de faltas ao serviço dos referidos servidores, inclusive por motivo de nojo ou gala, quando infringirem disposições legais ou regulamentares, assim como os que figurem à rotina.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e as Portarias n.ºs. 39-66, 93-66 e 43-67. São Paulo, 7 de agosto de 1967.

(a) Alceu Cordeiro Fernandes - Corregedor Geral da Justiça.

Publicado no "Diário da justiça" de 9/9/67.

PROVIMENTO N.º 12-67

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando a representação que lhe foi dirigida pela Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, pleiteando autorização para transcrever títulos translativos da propriedade imobiliária mediante simples apresentação do recibo correspondente ao pagamento da última prestação dos impostos devidos; considerando o disposto no art. 205, parágrafo único, da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, que concedeu às repartições públicas o prazo de dez dias para fornecimento de certidões negativas fiscais, sempre que devam servir de prova da quitação de impostos; considerando o que ficou resolvido pelo E. Conselho Superior da Magistratura no processo n.º CG-13.940/67 e CP-27.800/67.

Determina:

1.º - Os oficiais dos Cartórios de Registros de Imóveis somente farão a transcrição de títulos translativos da propriedade imobiliária mediante apresentações das certidões negativas de ônus fiscais sobre o imóvel.

2.º - Esta exigência somente será dispensada se o apresentante exhibir;

- a) declaração escrita, com firma reconhecida, de que se responsabiliza por todos os débitos de impostos que gravem o imóvel;
- b) recibo de pagamento de todos os impostos que recaiam sobre o imóvel, devidos no exercício anterior e no exercício corrente;
- c) protocolo, com anotação do órgão competente para o fornecimento da certidão negativa, que comprove não ter sido ela expedida no prazo de dez dias, embora reclamada.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 5 de setembro de 1967.

Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da justiça.

Publicado no "Diário da Justiça- de 9/8/67.

PROVIMENTO N.º 13-67

Dispõe sobre férias do pessoal dos cartórios oficializados e oficiais de justiça de todo o Estado.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o resolvido no processo N.º 6-66, da Subsecretaria Assistente do Pessoal da Corregedoria Geral, determina que seja observado o seguinte, em relação às férias do pessoal dos cartórios oficializados da Capital e do Interior e de todos os oficiais de justiça do Estado, sejam funcionários, sejam extranumerários:

1.º - Os escrivães enviarão à Corregedoria Geral, até o dia 15 de dezembro de cada ano, a escala de férias para o exercício seguinte, com o visto do juiz Corregedor permanente, e que conterà dia e mês em que o escrivão, escrevente, fiel, demais servidores em exercício no cartório, inclusive extranumerário, bem assim os oficiais de justiça, entrarão em férias.

2.º - As escalas serão organizadas de modo a não prejudicar o serviço, sendo obrigatório que os oficiais de justiça gozem as férias nos meses de janeiro ou julho, de férias forenses.

3.º - Aprovada a escala pela Corregedoria Geral, deverá o servidor entrar, automaticamente, em

férias na data marcada, bastando para tanto fazer a comunicação do fato, através do Juiz Corregedor permanente, à Subsecretaria do Pessoal, na data do início e da reassunção. Se não for aprovada a escala, a Corregedoria Geral comunicará por escrito ao Juiz, indicando a retificação ou solicitando a designação de outro período para o gozo das férias.

4.º - Somente por motivo justo, devidamente fundamentado, em requerimento no qual se pronunciarão o escrivão e o juiz corregedor permanente, a Corregedoria Geral autorizará o adiamento ou antecipação do início das férias. Nesse caso, a alteração da escala só será apreciada se requerida com a antecedência mínima de 15 dias, cumprindo ao servidor, em qualquer hipótese, aguardar em exercício a autorização.

5.º - Ressalvados os casos já decididos, é proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo máximo de dois anos consecutivos, dependendo, em cada caso, de apreciação da Corregedoria Geral.

6.º - Até o dia 15 de janeiro, a Subsecretaria Assistente do Pessoal informará aos escrivães, ou ao juiz corregedor permanente, ou diretor do Fórum conforme a hipótese, quais os funcionários que, por haverem ultrapassado o limite de faltas, poderão gozar apenas 20 (vinte) dias de férias, segundo o disposto no artigo 447, § 4.º da C. L. E.

7.º - As férias deverão ser gozadas por inteiro, no exercício, o que significa que não poderão passar de um ano para outro. O último período de férias, portanto, será o de 2 a 31 de dezembro.

8.º - Não poderão ser interrompidas as férias. Uma vez iniciadas, deverão ser gozadas até o final, perdendo o funcionário o direito aos dias restantes se reassumir antecipadamente.

9.º - As férias atrasadas somente poderão ser deferidas, após ter o servidor fruído as regulamentares correspondentes ao exercício em curso, excetuando-se o saldo de férias regulamentares de outros exercícios, a que tiver direito.

10.º - As férias deixadas de gozar não serão contadas em dobro, mesmo para aposentadoria, por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 9.327, de 16 de maio de 1966, e no artigo 92, n.º XI, da Constituição do Estado de São Paulo.

11.º - Aos contínuos e porteiros das Varas e aos servidores da Subsecretaria Assistente do Pessoal, do Cartório da Corregedoria Geral e de outras seções diretamente subordinadas a esta aplica-se o regime de férias estabelecido para a Secretaria do Tribunal de Justiça.

12.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 19 de outubro de 1967

Alceu Cordeiro Fernandes

Corregedor Geral da justiça.

publicado no "Diário da justiça" de 24/10/67.

VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS

DUVIDA

7.º Registro de Imóveis - Fany Nadler - Vistos, etc... O Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 7.ª Circunscrição da Capital suscitou dúvida em proceder à transcrição da escritura lavrada em 29 de junho de 1967, nas notas do 9.º Tabelionato local, onde figuram como outorgantes

vendedores Orlando Barros do Nascimento e sua mulher e como outorgada compradora Fanny Nadler, menor impúbere, que foi representada por seus progenitores, Abrahão Nadler e sua mulher, com a anuência de Icek Fajwel Krawczyk e do espólio de Malka Laja Frawczyk. Em síntese, informou o serventuário que o alvará exibido autorizava a menor, representada por seu pai a receber a escritura definitiva de compra e venda somente da metade do imóvel e não do todo. A disponibilidade feita pelo anuente, de forma imprecisa como está na escritura, como se demonstrou, somente poderá ser consagrada no Registro após a averbação da partilha dos bens deixados pela finada Malka Laja Krawczyk juntou à inicial os documentos que se encontram à fls. 4/11. Manifestou-se, oportunamente, a suscitada juntando a peça de fls. 3, acompanhada de dois documentos, quando contrariou o alegado no intróito. Sobre a prova carreada aos autos, pronunciou-se o suscitante (fls. 22), seguindo-se a promoção do Sr. Curador de Registros, pela procedência da dúvida (fls. 23. Com esse relatório, decidido. A objeção levantada pelo senhor oficial do Registro de Imóveis da 7.^a Circunscrição da Capital é inteiramente procedente. De fato, o alvará expedido pela 1.^a Vara da Família e das Sucessões autorizou a menor Fanny Nadler devidamente representada por seu pai, Abrão Nadler "a receber escritura definitiva de compra e venda da metade ideal do imóvel sito à rua Serra do Jairé n.º 1.562, casa 4" (fls. 10). Conseqüentemente não poderia ter sido a escritura lavrada, corno o foi, relativamente a todo o imóvel.

- Isto posto e acolhendo os motivos deduzidos na peça inicial e no parecer do Dr. Curador, julgo procedente a dúvida. Custas. na forma da lei. P. e 1.

- Advogado: Urley Francisco Bueno de Souza.

Publicado no "Diário da justiça" de 14/11/67.

CONSULTA

Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo - Vistos, etc.

- Intenta a "Associação dos Serventuários da justiça do Estado de São Paulo", na consulta objeto do presente processo, saber qual o critério que deve ser adotado pelos Srs. Tabeliães e Oficiais do Registro Imobiliário, para cobrança dos emolumentos; correspondentes à lavratura e ao registro dos contratos atinentes aos atos previstos no artigo 2.º da Lei n.º 9.591, de 3012-66, regulamentada pelo Decreto n.º 47.672, de 27-1-67. A consulta tem a sua justificação no fato, alegado pela entidade consulente, de continuarem sendo freqüentes os casos de transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos, em que as partes interessadas na sua transação atribuem a estes, nos contratos respectivos, um valor muito abaixo do fixado pelas Repartições Fiscais, para cobrança do chamado imposto de sisa. Assim, ante essa duplicidade de valores, existente nos contratos aludidos, muitos daqueles serventuários, segundo assevera a consulente, ficam em dúvida sobre qual deles deve ser tomado por base, para cálculo dos emolumentos; e que têm direito pela prática dos respectivos atos.

- Cumpre-me adiantar, desde logo, que tal dúvida, a rigor não deveria existir. Realmente, conforme ressalta de seu texto, a lei n.º 9.591, teve por objetivo eliminar, de uma vez por todas, a sonegação do citado imposto, que na vigência do regime anterior era praticado às escancaras, como é público e notório, mediante a atribuição de valores fictícios aos bens e direitos transacionados. E para que a consecução de tal objetivo pudesse ser atingida, reservou-se o Estado, conforme se verifica do disposto no Capítulo IV daquele diploma, - o direito de fixar, previamente, o valor venal desses mesmos bens, tomando como base, para tanto, os valores constantes de seu próprio cadastro. Assim, embora as partes interessadas nas transações relativas a tais bens e direitos, não estejam impedidas de lhes atribuir o valor que entenderem, - a verdade é que, em tudo quanto disser respeito aos interesses do Estado, só o valor por este fixado é que deve prevalecer em todas as circunstâncias. Ora, tendo o Estado interesse na cobrança dos referidos emolumentos, uma vez que lhe cabe uma parte dos mesmos, é evidente que o seu cálculo só pode ser feito com base no valor dos bens e direitos aludidos, que por ele for fixado através das Repartições competentes e nos termos da legislação em vigor. Em face, pois, da dúvida apontada na consulta em apreço, - e tendo em vista que os ilustres prolores dos pareceres e decisões constantes deste processo, não discrepam deste meu entendimento a

respeito - é de se alertar os Srs. Tabeliães e Oficiais do Registro Imobiliário desta Capital, para o fato de que, tendo o Estado parte nos emolumentos em questão, deve a sua cobrança ser efetuada sempre com base no valor fiscal atribuído aos bens e direitos objetos dos contratos que tenham respectivamente de lavrar a registrar.

- Outrossim, determino que se oficie à entidade consulente, dando-lhe conhecimento do inteiro teor desta decisão, em resposta à consulta por ela formulada. Publique-se e intime-se. Devolvam-se os autos à E. Corregedoria Geral da justiça, para os devidos fins.

- São Paulo, 7 de novembro de 1967. (a): Antônio Macedo de Campos juiz de direito da Vara dos Registros Públicos.

Publicado no "Diário da justiça" de 14/11/67.

" TURRIS EBÚRNEA"

É simples consequência,
- não causa inconfessável,
escopo subalterno,
interesseiro fim,
- o refugio a que busco
na Torre de Marfim...

Caprichosa, a Natureza
me fez do olfato
um mimo de delicadeza.. .

E como a putrefação
ambiente é total,
se de seus mefíticos odores,
enojado, me afasto,
não é por motivo de odiosos preconceitos
ou desprezível tibieza,
- mas, tão somente,
por desejar viver decentemente,
num mundo de higiene e de limpeza...

PAULO D'URZE

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

1. Rescisão pretendida pelo promitente vendedor fundada no atraso no pagamento de prestações pelo promitente comprador - Contrato não regulado pelo Decr. Lei n.º 58, de 1937.

- Carência da ação - Necessidade de interpelação através do Cartório do Registro de Imóveis a fim de constituir o devedor em mora. 2. "Não se justifica a propositura de rescisão de compra e venda pelo promitente vendedor, certo que inobservado o pressuposto da averbação de seu contrato no Registro de Imóveis e não havendo, pois, interpelação consoante estatui o art. 14 e seu parágrafo 1.º, do Dec. Lei n.º 58, de 10-12-1937 inadmissível seria a pretensão de contribuir o devedor em mora.

DESERÇÃO. O decreto de deserção não é automático, e exige processamento regular.

"1. Trata-se de ação rescisória de compromisso de compra e venda de um lote de terreno situado na Praia Grande. A R. decisão recorrida deu pela improcedência da ação porque haveria tolerância no recebimento das prestações com atraso, a exigir notificação prévia para que a

cláusula contratual pudesse ser convalidada. Daí o apelo da autora, seguido de pedido de decreto de deserção do recurso em primeira instância, não apreciado pelo juízo "a quo". 2. O pedido de deserção não A objeto de mínima atenção do digno magistrado de primeira instância. Todavia, estava a exigir processamento regular com a audiência do recorrente, para que pudesse fazer, se fosse o caso, a prova do "justo impedimento" a que alude o art. 828 do Código de Processo Civil. Isso porque, segundo o melhor entendimento, o decreto de deserção não é automático (cf. PONTES DE MIRANDA, Comentários, vol. V, pág. 144; ODILON DE ANDRADE, Comentários; vol. IX, pág. 185; acórdão do S. T. F. "in" D. J. 1.1. de 12-2-51, pág. 307). Salientou o Pretório Excelso que, se o juiz determinou a subida dos autos à Segunda Instância, não obstante o excesso de prazo, já não é lícito desconhecer do recurso pelo mesmo motivo ("Minas Forense", 15-208). Assim, não cabe a esta Câmara pronunciar-se sobre deserção em primeira instância, a respeito da qual não houve decisão do juiz competente nem a interposição do recurso competente do art. 842, n.º IX, como já decidiu este E. Tribunal (Rev. Tribs. 264-227). 3. No mérito nega-se provimento à apelação, substituída a conclusão da sentença pela carência e não improcedência da ação. Realmente, o loteamento do Balneário Samas deveria ser necessariamente inscrito de acordo com o decreto n.º 58 de 1937, regulamentado pelo decreto n.º 3.097 de 1938, por enquadrar-se em suas disposições. A Lei de Loteamentos é de ordem pública, dada a sua finalidade eminentemente social de proteção à economia popular. E tem força coativa tão intensa que a própria parte interessada, e a quem se destina a proteção, não lhe pode renunciar (cf. SERPA LOPES, "Tratado dos Registros Públicos", vol. III, ed. 1955). Assim, a constituição do devedor em mora deveria ser feita na conformidade do disposto no art. 14 e seus parágrafos (através de cartório. com o prazo de trinta dias para pagamento das prestações em atraso, e não por simples carta com prazo menor). Não impressiona dispusesse o contrato de forma diversa, nem o acordo apostado pelo devedor nesse documento. A esse propósito adverte PONTES DE MIRANDA: "Exigível qualquer das prestações que incumbiam ao pré-contraente comprador, tem de ser constituído em mora: e o legislador teve suas razões "delege ferenda", para evitar que se adotasse o "Dias interpellat pro homine". A primeira observação que se há de fazer é que essa exceção é de direito cogente, e não de direito dispositivo: os pré-contraentes não podem dispensá-la. Nem sempre ela o é; porém, nos casos do decreto-lei n.º 58, art. 14, o legislador evidentemente concebeu a regra como "ius cogens". Seria sem validade a cláusula do plano, dos anúncios ou do pré-contrato, que estabelecesse a interpelação pela data da exigibilidade, isto é, a mora sem interpelação, ou no dizer do brocardo em virtude de interpelação pelo 'dia, ou automática (Tratado de Direito Predial-Loteamento, parágrafo 64, n.º 2). Não vale, ainda, o argumento de que o loteamento não está inscrito na conformidade do decreto-lei n.º 58. Se deveria ser inscrito por enquadrar-se na lei (e isso não contesta a apelante), certamente agiu em fraude à lei e não pode invocar essa fraude para beneficiar-se. Daí o desprovimento do recurso". T.J.S.P.

- Ap. Cível n.º 138.356 - Capital - já em 24 de fevereiro de 1966 - VIEIRA NETO, Presidente com voto - CICERO TOLEDO PIZA, Relator - RODRIGUES DE ALCKMIN, Revisor vencido na preliminar, digo, no julgamento do agravo no auto do processo, pois era o agravo que devia ser provido para ter a autora como carecedora da ação, pelos motivos constantes do próprio v. acórdão. Isto porque foi o saneador que repeliu a arguição de que a espécie se regia pelo decreto-lei n.º 58. Conseqüentemente, o recurso contra o saneador é que havia de ser provido.) Acórdão não publicado.

APONTAMENTOS SOBRE A LEGISLAÇÃO ATINENTE ÀS "CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL".

OSCAR FONTES TORRES

Oficial do Registro de Imóveis da 8.ª Circunscrição da Capital.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

1 - DO CRÉDITO RURAL

a) - Lei que o institucionalizou e fins a que se destina, item 1; b) - Em que consiste e quais os

seus objetivos específicos, itens 2 e 3.

II - DA DISCIPLINA DO CRÉDITO RURAL

a) - Órgão competente para fixar as normas a serem adotadas para tal fim. item 4; b) - Instituição encarregada de coordenar, dirigir e fiscalizar as suas deliberações, item 5; c) ~~~ Medidas que deve por em prática para consecução desse objetivo, item 6.

III - DO SISTEMA DE CRÉDITO RURAL

a) - Relação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural, item 7; b) - Idem, dos órgãos vinculados ao mesmo Sistema e dos que poderão, também, articular-se com este, itens 8 e 9.

IV - DAS GARANTIAS DO CRÉDITO RURAL

a) - Em que poderão consistir, item 10; b) - Legislação a que deverá obedecer a sua constituição, item 11; c) - Validade entre as partes, independentemente de registro, dos contratos com garantia real, item 11; d) Exceção quanto à hipoteca, item 11; e) - Vinculação dos bens adquiridos e das culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural, item 12; f) - Dispensabilidade da prova de quitação fiscal, item 12; 9) Legislação extensiva às instituições que integram basicamente o Sistema de Crédito Rural. item 13.

SEGUNDA PARTE

V - DO FINANCIAMENTO RURAL

a) - Sua concessão por meio de Cédulas de Crédito Rural, item 14; b) - Obrigações a que fica sujeito o emitente da Cédula de Crédito Rural, item 15; c) - Utilização do crédito no caso de pluralidade de emitentes, item 15; ti) - Como proceder nos casos de aplicação do financiamento a orçamentos, item 16; e) - Financiamento para utilização parcelada. item 17; f) - juros, respectivas taxas, datas de seu pagamento e mora, item 18; g) - Obrigações a que está sujeito o financiado para com o financiador, item 19; h) - Despesas de fiscalização, item 20.

VI - DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL

a) - Sua definição e denominação de suas diferentes modalidades; item 21; b) - Exigibilidade do pagamento do seu valor, inclusive nos casos de endosso, item 22; c) - Seu vencimento no caso de inadimplência de qualquer obrigação convencional ou legal, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial. item 23; d) - Casos de aditamento. retificação e ratificação, item 24; e) - Ajustamentos quanto às prorrogações e amortizações periódicas, item 24;

VII - DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

a) - Requisitos que deve conter, item 25; b) - Observações quanto à exigência da individualização do imóvel em que se encontram os bem empenhados, item 26; c) - Cláusulas "Forma de Pagamento" e "Ajuste de Prorrogação", item 27; d) - Como proceder quando a descrição dos bens vinculados à garantia for efetuada em documento à parte, item 28; e) - Bens que podem ser objeto de penhor cedular, item 29; f) - Penhor rural por obrigação de terceiro, item 30; g) - Posse dos bens empenhados, item 30; h) Solidariedade do emitente da cédula com o terceiro empenhador, pela guarda e conservação do bens apenados item 30; i) - Observação sobre a constituição do penhor por obrigação de terceiro, item 31; j) - Proibição de remoção dos bens apenados, antes da liquidação da cédula, item 32; k) - Legislação aplicável ao penhor constituído pela cédula rural pignoratícia, item 32.

VIII - DA CÉDULA RURAL HIPOTECARIA

a) - Requisitos que o seu contexto deverá conter, item 33; b) - Aplicação das disposições do artigo 14, da Lei 167, referidas nos itens 27 e 28, item 34; c) - Como proceder nos casos em que a descrição dos imóveis hipotecados pode ser substituída pela anexação à cédula dos títulos correspondentes à respectiva aquisição, item 35; d) - Quais os demais bens e benfeitorias abrangidos pela hipoteca, item 36; e) - Averbção, a margem da inscrição principal, dos bens adquiridos e benfeitorias executadas ou acrescidas ao imóvel hipotecado com o produto do financiamento, item 37; f) Imóveis que podem ser objeto de hipoteca cedular, item 38; g) - Penalidades a que ficam sujeitos aqueles que fizerem declarações falsas, acerca dos imóveis objeto de hipoteca cedular. item 39.

IX - DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECARIA

a) - Requisitos que deverá apresentar, item 40; b) - Outras disposições legais aplicáveis ao penhor constituído pela cédula em epígrafe, item 41.

X - DA NOTA DE CRÉDITO RURAL

a) - Requisitos a que deverá atender, item 42; b) - Prazos, item 43; c) - Seu caráter privilegiado, item 43

XI - DA INSCRIÇÃO E AVERBAÇÃO DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

a) - Cartórios em que as cédulas devem ser inscritas, para terem eficácia contra terceiros, item 44; b) - Livro em que a inscrição deve ser levada a efeito, item 45; c) - Desnecessidade da inscrição, no livro 2, das cédulas rurais hipotecárias, item 46; d) - Observações quanto à legalização e utilização do livro de Registro de Cédulas de Crédito Rural, itens 47 e 48; e) Idem, sobre o modelo desse mesmo livro, item 49; f) - Requisitos a que deve obedecer a inscrição, item 50; g) - Obrigatoriedade de apresentação, com o original da cédula, da 2.^a via não negociável, item 51; h) - Arquivamento das respectivas cópias em Cartório, item 52; i) - Idem, de outros documentos, quando for o caso, item 53; j) - Quando e onde deve ser mencionada, pelo Oficial, a existência de documentos anexados à cédula, item 54; k) - Anotações que deverão ser feitas, item 55; l) - Caso em que deverá ser recusada a inscrição, item 56; m) Averbações que devem ser feitas à margem da inscrição, item 57; n) Prazo em que deverão ser feitas as inscrições e averbações posteriores, item 58; o) - Consequências que poderão advir ao Oficial do Registro de Imóveis, pela transgressão do prazo referido na alínea anterior, itens 59 e 60.

XII - DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL

a) - Quais os documentos que a autorizam, item 61; b) - O que se deverá fazer constar da averbação de cancelamento, item 62; c) - Arquivamento, no Cartório, dos documentos que autorizam o cancelamento, item 63.

XIII - DAS GARANTIAS DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

a) - O que pode ser objeto de penhor cedular, itens 64 e 65; b) Repartições em que o penhor deve ser anotado, item 66; c) - Observação quanto ao registro de novo penhor constituído mediante garantia de bem já apenhadados, item 67; d) - Idem, nos casos de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens apenhadados, item 68; e) - Anuência do credor, para venda dos bens apenhadados, item 69; f) - Casos de aplicação das normas de direito cambial, item 69; g) - Dispensa do protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas, inclusive nos casos da nota promissória rural e duplicata rural, item 69.

XIV - DOS PRAZOS E PRORROGAÇÕES DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

a) - Prazos dos penhores agrícola e pecuário, bem como de sua prorrogação, item 70; b) - Reconstituição dos penhores, após o vencimento do prazo das respectivas prorrogações, caso não tenham sido executados, item 71; c) - Anotação, nas cédulas, das prorrogações e sua averbação à margem das inscrições respectivas, a requerimento do credor, item 72; d) - Exigência da lavratura de aditivos, nos casos de prorrogação, item 73.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) - Autorização para que o emitente possa dispor dos bens empenhados, item 74; b) - Despesas pelas quais respondem os bens, item 75; c) - Casos de reforço da garantia, item 76; d) - Substituição de animais, item 77; e) - Obrigações do emitente, nos casos de penhor de animais, itens 78 e 79; f) - Assinatura do título, pelo terceiro empenhador, item 80; g) - Dívidas do emitente e do terceiro, empenhador ou hipotecante, item 81; h) - Encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, item 82; i) - Multas, item 83; j) - Redesconto das cédulas, da nota promissória e da duplicata rural, item 84; k) - Competência para fixação das taxas de desconto, item 85; l) - Casos de nomeação de depositário dos bens empenhados, item 86; m) - Seguro dos bens, item 87; n) - Modelos a que devem obedecer as cédulas a promissória e a duplicata rural item 88; o) - Inaplicabilidade da exigência constante do artigo 32 da Lei n., 4.497. de 1966, item 89; p) - Impedimento da concessão de crédito rural, item 90.

XVI - DOS EMOLUMENTOS

a) - Seu lançamento na cédula, item 91; b) - Taxas e percentagens, fixadas pelo Decreto-lei n., 167, item 92; c) - Inaplicabilidade, nos Estados, das disposições a respeito, itens 93 e 94; d) - Projeto de lei, elaborado pelo Governo do Estado sobre tal matéria, item 95.

XVII OBSERVAÇÕES QUANTO AOS REGISTROS DE IMÓVEIS

a) Livro de REGISTRO DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, itens 96 e 97; b) - Cartórios nos quais deve ser feita a inscrição, item 98; c) - Arquivamento das cédulas, item 99; d) - Documentos complementares, item 100; e) Anotações nas cédulas e recusa oposta pelo Oficial à inscrição, item 101; f) -Averbações posteriores ao registro, item 102; g) Prazo para efetivação dos registros, item 102; h) - Penalidades, item 103; i) - Cancelamento das inscrições, item 104; i) - Prazos de vencimento e sua prorrogação, item 105; k) - Utilidade da consulta a este sumário, item 107.

TERCEIRA PARTE

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS E DECRETOS ATINENTES A MATÉRIA OBJETO DO PRESENTE TRABALHO

PRIMEIRA PARTE

I - DO CRÉDITO RURAL

1. O crédito rural foi institucionalizado pela Lei n.º 4.829, de 5 de Novembro de 1965, a fim de ser distribuído e aplicado, segundo o disposto no seu artigo 1.º, de acordo, com o desenvolvimento da produção rural do País, tendo em vista o bem estar do povo.

2. Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares, a produtores rurais ou as suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadram nos objetivos indicados na legislação em vigor (art. 2.º, da Lei 4.829).

3. São objetivos específicos do crédito rural:

a) - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.

b) - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;

c) - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; e

d) - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo (art. 3.º, da Lei n.º 4.829).

II - DA DISCIPLINA DO CRÉDITO RURAL

4. O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, de acordo com as atribuições estabelecidas na Lei n.º 4.595, de 31 de Dezembro de 1964, disciplinará o crédito rural do País, e estabelecerá, com exclusividade, normas operativas traduzidas nos seguintes tópicos:

a) - Avaliação, origem e dotação dos recursos a serem aplicados no crédito rural;

b) - diretrizes e instruções com a aplicação e controle do crédito rural;

c) - critérios seletivos e de propriedade para a distribuição do crédito rural; e

d) - fixação e ampliação dos programas de crédito rural abrangendo todas as formas de suplementação, de recursos, inclusive refinanciamento (art. 4.º da Lei 4.829).

5 - O cumprimento das deliberações do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, aplicáveis ao crédito rural, será dirigido, coordenado e fiscalizado pelo BANCO CENTRAL da República do Brasil. (Art. 5.º da Lei 4.829).

6 - Compete ao Banco Central da República do Brasil, como órgão de controle do sistema nacional do crédito rural:

a) - sistematizar a ação dos órgãos financiadores e promover a sua coordenação com os que prestam assistência técnica e econômica ao produtor rural;

b) - Elaborar planos globais de aplicação do crédito rural conhecer da sua execução, tendo em

vista a avaliação dos resultados para introdução de correções cabíveis.

- c) - determinar os meios adequados de seleção e prioridade na distribuição de crédito rural e estabelecer medidas para o zoneamento dentro do qual devem atuar os diversos órgãos financiadores, em função dos planos elaborados;
- d) - incentivar a expansão da rede distribuidora do crédito rural, especialmente através de cooperativas; e
- e) - estimular a ampliação dos programas de crédito rural, mediante financiamento dos órgãos participantes da rede distribuidora de crédito rural, especialmente dos Bancos com sede nas áreas de produção e que destinem ao crédito rural mais de 50% de suas aplicações (art. 6.º, da Lei 4.829).

III - DO SISTEMA DE CRÉDITO RURAL

7) - Integrarão, basicamente, o Sistema Nacional de Crédito Rural:

- a) - O Banco Central da República do Brasil, com as funções indicadas no item anterior;
- b) - O Banco do Brasil S.A. através de suas carteiras especializadas;
- c) - O Banco de Crédito da Amazônia S.A., e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. através de suas carteiras ou departamentos especializados; e
- a) - O Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

8 - Serão vinculados ao sistema:

I - de conformidade com o disposto na lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964 (Estatuto da Terra):

- a) - O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA);
- b) - O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); e
- c) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

II - como órgãos auxiliares, desde que operem em crédito rural, dentro das diretrizes fixadas pela lei n.º 4.829:

- a) - Bancos de que os Estados participem com a maioria das ações;
- b) - Caixas Econômicas;
- c) - Bancos privados;
- d) - Sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- e) - Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural (Art. 7.º, parágrafo 1.º da Lei n. 4.829).

9 - Poderão articular-se no sistema mediante convênios, órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica e econômica ao produtor rural, cujos serviços sejam passíveis de utilização em conjunção com o crédito, além de outras, que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir (Art. 7.º -, parágrafos 2.º e 3.º da Lei 4.829).

IV - DAS GARANTIAS DO CRÉDITO RURAL

10 - Poderão constituir garantias dos empréstimos rurais, de conformidade com a natureza da operação creditícia em causa:

- a) - penhor agrícola;
- b) - penhor pecuário;
- c) - penhor mercantil;
- d) - penhor industrial;
- e) - bilhete de mercadoria;
- f) - "Warrants"
- g) - caução;
- h) - hipoteca
- i) - fidejussória; e
- j) - outros, que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir (art. 25, da Lei 4829).

11 - A constituição das garantias previstas no item anterior, de livre convenção entre financiado e financiador, observará a legislação própria de cada tipo, bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar, - sendo que, com exceção da hipoteca, as demais garantias reais oferecidas valerão entre as próprias partes,

independentemente de registro, com todos os direitos e privilégios (Arts. 26 e 28 da Lei 4.829).

12 - Os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural em que couber garantia, serão vinculadas ao respectivo instrumento contratual como garantia especial.

Outrossim, a concessão do crédito rural em todas as suas modalidades, bem como a constituição de suas garantias pelas instituições de crédito, tanto públicas como privadas, independerá da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais ou da previdência social, declaração de bens ou certidão negativa de multas por infringência do Código Florestal (Arts. 29 e 37).

13 - Estendem-se às instituições financeiras que integram basicamente o Sistema de Crédito Rural, as disposições constantes do artigo 4.º, da Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937; do art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de Setembro de 1940; do art. 3.º, do Decreto-lei n.º 2.612, também de 20 de Setembro de 1940 e dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 1.003, de 29 de Dezembro de 1938.

SEGUNDA PARTE

V - DO FINANCIAMENTO RURAL

14 - O financiamento rural, concedido por órgãos integrantes do sistema de crédito rural a pessoa física ou jurídica, poderá também ser efetuado por meio das CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL previstas no Decreto-lei n.º 167, de 14 de Fevereiro de 1967, conforme se verifica do disposto em seu artigo 1.º.

15 - Em tal caso, o emitente da cédula fica obrigado a aplicar o financiamento aos fins ajustados, devendo comprovar essa aplicação no prazo e na forma exigidos pela instituição financiadora; - sendo que, havendo pluralidade de emitentes e não constatando da Adula designação em contrário, a utilização do crédito poderá ser feita por qualquer um dos financiados, sob a responsabilidade solidária dos demais (art. 2.º).

16 - A aplicação do financiamento poderá ajustar-se em orçamento assinado e autenticado pelo financiador, dele devendo constar expressamente qualquer alteração que convencionarem. Nessa hipótese, far-se-á, na cédula, menção a dito orçamento, que a ela ficará vinculado (art. 3.º).

17 - Quando for concedido financiamento para utilização parcelada, o financiador abrirá, com o valor do financiamento, conta vinculada à operação, que o financiado movimentará por meio de cheques, saques, recibos, ordens, cartas ou quaisquer outros documentos, na forma e tempo previstos na cédula ou no orçamento (art. 4.º).

18 - As importâncias fornecidas pelo financiador, vencerão juros às taxas que o Conselho Monetário Nacional fixar e serão exigíveis em 30 de junho e 31 de Dezembro, ou no vencimento das prestações, se assim for acordado entre as partes; no vencimento o título e na liquidação, ou por outra forma que vier a ser determinada por aquele Conselho, - podendo o financiador, nas datas previstas, capitalizar tais encargos na conta vinculada à operação. Em caso de mora, a taxa de juros, constante da cédula, será elevável de 1% ao ano (art. 5.º).

19 - O financiado facultará ao financiador a mais ampla fiscalização Abre a aplicação da garantia financiada, exibindo, inclusive, os elementos que lhe forem exigidos. Outrossim, poderá o credor, sempre que julgar conveniente e por pessoa de sua indicação, não só percorrer todas e quaisquer dependências dos imóveis referidos no título, como verificar o andamento dos serviços neles existentes (arts. 6.º e 7.º).

20 - Para ocorrer às despesas com os serviços de fiscalização, poderá ser ajustado na cédula uma taxa para tal fim, exigível na forma do disposto no artigo 5.º do diploma legal em exame (Cf. item 18), - a qual será calculada sobre os saldos devedores da conta vinculada à operação, respondendo ainda o financiado pelo pagamento de quaisquer despesas que se verificarem com vitorias frustradas, ou que forem efetuadas em consequência de procedimento seu que possa

prejudicar as condições legais e cedulares (Art. 8.º).

VI - DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL

21 - A cédula de crédito rural é promessa de pagamento em dinheiro, sem ou com garantia real cedularmente constituída, sob as seguintes denominações ou modalidades:

- a) Cédula Rural Pignoratícia;
- b) Cédula Rural Hipotecária;
- c) Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária;
- d) Nota de Crédito Rural (art. 9.º).

22 - Cédula de crédito rural é título civil, líquido e certo, exigível pela soma dele constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório: Sendo que,

- a) se o emitente houver deixado de levantar qualquer par, ceda do crédito referido ou tiver feito pagamentos parciais, o credor descontá-las-á da soma declarada na cédula, tornando-se exigível apenas o saldo; e
- b) se não constar do endosso, o valor pelo qual se transferiu a cédula, prevalecerá o da soma declarada no título, acrescido dos acessórios, deduzido o valor das quitações parciais passadas no próprio título (art. 10, parágrafos 1.º e 2.º).

23 - Importa vencimento da cédula de crédito rural, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, a inadimplência de qualquer obrigação convencional ou legal do emitente do título, ou, sendo o caso, do terceiro, prestante da garantia real. Verificado o inadimplemento, poderá ainda o credor considerar vencidos, antecipadamente, todos os financiamentos reais concedidos ao emitente e dos quais seja credor (art. 11.º).

24 - A cédula de crédito rural poderá ser aditada, ratificada e retificada por meio de menções adicionais e de aditivos, datados e assinados pelo emitente e pelo credor. Se não bastar, para tal fim, o espaço existente, continuar-se-á em folha do mesmo formato, que fará parte integrante do documento cedular. Dita cédula admite, ainda, amortizações periódicas e prorrogações de vencimento, que sebo ajustadas mediante a inclusão na mesma das respectivas cláusulas (arts. 12 e 13).

VII - DA CÉDULA RURAL E PIGNORATÍCIA

25 - A cédula rural pignoratícia conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

- a) Denominação "Cédula Pignoratícia".
- b) data e condições de pagamento; havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula Forma de pagamento, abaixo", ou, "nos termos da cláusula Ajuste de Prorrogação, abaixo";
- c) nome do credor e a cláusula à ordem;
- d) valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido, bem como a forma de sua utilização;
- e) descrição dos bens vinculados em penhor, que se indicarão pela espécie, qualidade, quantidade, marca ou período de produção, se for o caso, além do local ou depósito em que os mesmos bens se encontrarem;
- f) taxa dos juros a pagar, e da comissão de fiscalização, se houver e o tempo do seu pagamento;
- g) praça do pagamento;
- h) data e lugar da emissão;
- i) assinatura do próprio punho do emitente ou de seu representante, com poderes especiais (art. 14).

26 - Embora o artigo 14 do Decreto-lei ora em exame silencie quanto à descrição do imóvel em que se encontrarem os bens apenhados, entendemos dever o mesmo ser individualizado, mediante a enunciação de seus característicos e confrontações da natureza e data do título correspondente à sua aquisição e o número da respectiva transcrição no Registro imobiliário, - isso à vista do preceituado no artigo 15, parágrafo 1.º, da Lei n.º 492, de 30 de Agosto de 1937, cujas disposições aquele decreto manda aplicar ao penhor constituído pela cédula rural

pignoratícia, naquilo em que não colidirem com as normas por ele estabelecidos (V. tem 32).

27 -- As cláusulas "Forma de Pagamento" ou "Ajuste de Prorrogação", referidas no item anterior, quando cabíveis, serão incluídas logo após a descrição da garantia, estabelecendo-se, na primeira, os valores e datas das prestações, e na segunda, as prorrogações previstas e as condições a que está sujeita a sua efetivado (as. 14 parágrafo 1.º)

28 - A descrição dos bens vinculados à garantia poderá ser feita em documento à parte, em duas vias, assinadas pelo emitente e autenticadas pelo credor, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância, logo após a indicação do grau do penhor e de seu valor global (art. 14, parágrafo 2.º).

29 - Podem ser objeto de penhor censual nas condições previstas no Decreto-lei em apreço, os bens suscetíveis de penhor rural e penhor mercantil. Outrossim, os bens adquiridos ou pagos com o financiamento, serão incluídos na garantia, fazendo-se a respectiva averbação, nos termos indicados pelo mesmo diploma legal (artigos 15 e 16).

30 - Os bens apenados continuam na posse imediata do emitente ou do terceiro prestatante da garantia real, que responderá pela sua guarda e conservação como fiel depositário, seja pessoa física ou jurídica. Cuidando-se de penhor constituído por terceiro, o emitente da cédula responderá solidariamente com o empenhador pela guarda e conservação dos bens aludidos (art. 17).

31 - Pelo disposto no artigo 17, referido no item anterior, verifica-se que o emitente da cédula, ou seja o devedor ou financiado, não precisará ser, necessariamente, o proprietário dos bens empenhados. Estes poderão pertencer a outra pessoa, que os cede em garantia do crédito concedido àquele pelo financiador. Trata-se, aliás, de modalidade de obrigação já prevista em nossa legislação, consoante se vê do estatuído, a respeito, no artigo 3.º da Lei n.º 492, de 1937.

32 - Antes da liquidação da cédula, não poderão entretanto, os bens apenados ser removidos das propriedades neles mencionados, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, sem o prévio consentimento escrito do credor. Outrossim, aplicam-se ao penhor constituído pela cédula rural pignoratícia as disposições dos Decretos-lei ns. 1.271, de 16 de Maio de 1939; 1.625, de 23 de Setembro de 1939; 4312, de 20 de Maio de 1942, e das Leis 492, de 30 de Agosto de 1937; 2.666, de 6 de Dezembro de 1965 e 2.931, de 27 de Outubro de 1956, bem como os preceitos legais vigentes relativos ao penhor rural e mercantil, no que não colidirem com o Decreto-lei 167 (arts. 18 e 19).

VIII - DA CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA

33 - A cédula rural hipotecária conterá os seguintes requisitos, lançados no respectivo contexto:

a) Denominação "CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA".

b) data e condições de pagamento; havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: - "nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, abaixo"; ou " nos termos da cláusula AJUSTE DE PRORROGAÇÃO, abaixo";

c) nome do credor e a cláusula à ordem;

d) valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização;

e) descrição do imóvel hipotecado, com indicação do nome, se houver, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de sua aquisição e anotações (número, livro e folha) do registro imobiliário;

f) taxa dos juros a pagar e a da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento;

g) praça do pagamento;

h) data e lugar da emissão;

i) assinatura do próprio punho do emitente ou de seu representante com poderes especiais (art. 20).

34 - Aplicam-se, à Cédula rural hipotecária, as disposições do artigo 14, mencionados nos itens 27 e 28. Todavia, se a descrição do imóvel hipotecado se processar em documento à parte, deverão constar também da cédula todas as indicações referidas na alínea "e" do item 25, exceto as confrontações e benfeitorias (art. 20, parágrafos 1.º e 2.º).

35 - A especificação dos imóveis hipotecados, pela sua descrição pormenorizada, poderá ser substituída pela anexação à cédula dos títulos correspondentes à sua aquisição. Em tal caso, deverão constar da cédula, além das indicações referidas no item anterior, menção expressa dos títulos de propriedade aludidos, e a declaração de que eles farão parte integrante da cédula, até sua final liquidação (art. 20, parágrafos 3.º e 4.º).

36 - São abrangidos pela hipoteca constituída as construções, respectivos terrenos, maquinismos, instalações e benfeitorias (art. 21), - bem como as máquinas, aparelhos, instalações e construções adquiridas ou executadas cora o crédito, e, ainda, quaisquer outras benfeitorias acrescidas aos imóveis na vigência da cédula, as quais, uma vez realizadas, não poderão ser tiradas, alteradas ou destruídas sem o consentimento do credor, por escrito (art. 22).

37 - Faculta-se ao credor exigir que o emitente faça averbar, à margem da inscrição principal, a constituição do direito real o sobre os bens e benfeitorias a que alude a última parte do item anterior, - isto é, que forem adquiridos ou executados com o crédito e os acrescidos aos imóveis na vigência da cédula (art. 22, parágrafo único).

38 - Podem ser objeto de hipoteca cedular tanto os imóveis rurais como os urbanos (art. 23); - aplicando-se, à hipoteca cedular, os princípios da legislação ordinária sobre hipoteca no que não colidirem com as normas estabelecidas no decreto-lei em exame (art. 24).

39 - Pratica crime de estelionato, e fica sujeito às penas do artigo 171 do Código Penal, aquele que fizer declarações -falsas ou inexatas acerca da área dos imóveis hipotecados, de suas características, instalações e acessórios, da pacificidade de sua posse ou omitir, na cédula, a declaração dê já estarem eles sujeitos a outros ônus ou responsabilidades de qualquer espécie, inclusive fiscais (art 21, parágrafo único).

IX - DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECARIA

40 - A cédula rural pignoratícia e hipotecária, conterà os seguintes requisitos, lançados no contexto:

- a) Denominação "CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECARIA";
- b) data e condições de pagamento. Havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, abaixo"; ou "nos termos da cláusula AJUSTE DE PRORROGAÇÃO, abaixo";
- c) nome do credor e a cláusula à ordem;
- d) valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização;
- e) descrição dos bens vinculados em penhor, os quais serão indicados pela espécie, qualidade, quantidade, marca ou período de produção, se for o caso, além do local ou depósito em que os mesmos se encontrem;
- f) descrição do imóvel hipotecado, com indicação do nome, se houver, dimensões, confrontações, benfeitorias, título e data de aquisição e anotações (número, livro e folha) do registro imobiliário;
- g) taxas dos juros a pagar e da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento; h) praça do pagamento;
- i) data e lugar da emissão;
- j) assinatura do próprio punho do emitente ou de seu representante com poderes especiais (art. 25).

41 - Aplica-se à hipoteca e ao penhor constituídos pela cédula pignoratícia e hipotecária, o disposto no Capítulo II, Seções II e III, do Decreto lei 167, ou seja, quanto expusemos nos itens 25, 26, 27, 28, 29, 31 e 32, no tocante à cédula rural pignoratícia; e nos itens 33, 34, 35, 36, 37,

38 e 39, referentes à cédula rural hipotecária (art. 26).

X - DA NOTA DE CRÉDITO RURAL

42 - A nota de crédito rural conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

a) Denominação "NOTA DE CRÉDITO RURAL:

b) data e condições de pagamento. Havendo prestações periódicas ou prorrogações de vencimento, acrescentar: "nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, abaixo; ou "nos termos da cláusula AJUSTE DE PRORROGAÇÃO, abaixo;

c) nome do credor e a cláusula à ordem;

d) valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, com indicação da finalidade ruralista a que se destina o financiamento concedido e a forma de sua utilização;

e) taxa dos juros a pagar e da comissão de fiscalização, se houver, e tempo de seu pagamento;

f) praça do pagamento;

g) data e lugar da emissão;

h) assinatura do próprio punho do emitente ou de seu representante, com poderes especiais (art. 27).

43 - O crédito objeto da nota de crédito rural tem privilégio especial dos bens discriminados no art. 1.563 do Código Civil, (art. 28). Dita nota terá o prazo mínimo de três meses e o máximo de três anos (art 29).

XI - DA INSCRIÇÃO E AVERBAÇÃO DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

44 - As cédulas de crédito rural, para terem eficácia contra terceiros, inscrevem-se no Cartório de Registro de Imóveis, a saber:

a) - a cédula rural pignoratícia, no da Circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenados;

h) - a cédula rural hipotecária, no da Circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado;

c) - a cédula rural pignoratícia e hipotecária, no da circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenados, - e no da circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado,

d) - a nota de crédito rural, no da Circunscrição em que esteja situado o imóvel a cuja exploração se destine a financiamento respectivo.

e) - Sendo, porém, a nota de crédito rural emitida por cooperativa, a inscrição será feita no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente (art. 30).

45 - A inscrição far-se-á na ordem de apresentação da cédula ou da nota a registro, em livro próprio, denominado "REGISTRO DE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, observado o disposto nos artigos 183, 188, 190, 196-A e 302 do Decreto n.º 4.857 de 9 de Novembro de 1939 (as. 31, do Decreto-lei n.º 167, alterado pelo artigo 2 do Decreto n.º 61.132, de 3 de Agosto de 1967).

46 - Cumpre esclarecer que as hipotecas constituídas por meio das cédulas rurais mencionadas nas alienas "b" e "c" do item 44 (art. 30), deverão ser inscritas apenas no livro de REGISTRO DE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, - não tendo, assim, cabimento a sua inscrição também no livro 2, conforme, aliás, já foi esclarecido pela Egrégia Corregedoria Geral da justiça em seu Provimento n.º 8/67, cujo item 1.º está assim redigido: "As cédulas de crédito rural, inclusive hipotecárias, serão inscritas, apenas. no livro de Registro de Cédulas de Crédito Rural, dispensada a sua inscrição no livro n.º 2 do Registro de Imóveis, observando-se, porém, o disposto nos artigos 188 e 190 do Regulamento dos Registros Públicos".

47 - O livro destinado ao registro das cédulas de crédito rural, - que passou a ter o n.º 9, por força do disposto no Decreto n.º 61.132, de 3 de Agosto de 1967, - conterá os termos de abertura e encerramento assinados pelo juiz de Direito da Comarca, que rubricará tidas as suas folhas; (ad. 31, parágrafo 1.º , com as alterações introduzidas pelo citado decreto).

48 - Em cada Cartório haverá em uso apenas um livro de "Registro de Cédulas de Crédito Rural, que obedecerá ao modelo publicado em anexo aquele mesmo decreto.

49 - Conforme se verifica do disposto no artigo 31, parágrafo 1.º, os livros de REGISTROS DE CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, deveriam ser numerados em série crescente, a começar de 1. Para evitar, ao que supomos, confusão do primeiro livro de tal série com o de Protocolo, que também tem, como se sabe, o n.º 1, o decreto 61.132 modificou em tal ponto aquele parágrafo, atribuindo a dito livro, conforme dissemos, o n.º 9. Assim, os Cartórios em que o mesmo já se encontrar legalizado com o número primitivo, deverão declarar, à margem de seu termo de abertura, ter ele sido substituído pelo n.º 9. nos moldes previstos pelo citado decreto.

Cumpra ainda observar, com relação a tal livro, que o seu modelo, publicado em anexo ao decreto aludido, apresenta duas falhas, que deveriam ser corrigidas. A primeira, consiste no fato de não dispor da coluna destinada ao lançamento dos números; correspondentes à ordem de apresentação das cédulas. E a segunda, reside na circunstância de conter impressa a denominação de CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA, em lugar de CÉDULA DE CREDITO RURAL, como tal é a adotada pelo Decreto-lei n.º 167.

50 - A inscrição consistirá na anotação dos seguintes requisitos; cedulares:

- a) - Data do pagamento. Havendo prestações periódicas, ou ajuste de prorrogação, consignar, conforme o caso, a data de cada uma delas ou as condições a que está sujeita a sua efetivação;
- b) - o nome do emitente;
- c) - o nome do endossatário, se houver;
- d) - o valor do crédito deferido e o de cada um dos pagamentos parcelados, se for o caso;
- e) - a praça do pagamento;
- f) - a data e o lugar da emissão (art. 32).

51 - Para a inscrição, o apresentante do título oferecerá, com o original da cédula, cópia tirada em impresso idêntico ao da cédula, com a declaração "Via não Negociável", impressa em linhas paralelas transversais, - cópia essa cuja exatidão será conferida pelo Cartório e autenticada (art. 32, parágrafos 1.º e 2.º).

52 - Cada grupo de 200 (duzentas) cópias será encadernada na ordem cronológica do seu arquivamento, em livro que o Cartório apresentará, no prazo de quinze dias da completação do grupo, ao Juiz de Direito da Comarca, para abri-lo e encerrá-lo, rubricando as respectivas folhas, que serão numeradas em série crescente, a começar de 1 (um) (art. 32, parágrafo 3.º).

53 - Será anexada à via da cédula destinada a arquivamento no Cartório, - nos casos do parágrafo 3.º do artigo 20 (Ver item 32) cópia dos títulos de domínio, salvo se os imóveis hipotecados se acharem registrados no mesmo Cartório (art. 32, parágrafo 4.º).

54 - Ao efetuar a inscrição ou qualquer averbação, o Oficial do Registro Imobiliário mencionará, no respectivo ato, a existência de qualquer documento anexo à cédula e nele: aporá sua rubrica, independentemente de outra qualquer formalidade (art. 33).

55 - Outrossim, o Cartório anotará a inscrição, com indicação do número de ordem, livro e folhas, bem como o valor dos emolumentos cobrados, no verso da cédula, além de mencionar, se for o caso, os anexos apresentados (art. 34).

56 - O Oficial recusará, entretanto, efetuar a inscrição, se já houver registro anterior, no grau de prioridade, declarado no texto da cédula, considerando-se nulo o ato que infringir este dispositivo (art. 35).

57 - Para os fins previstos no artigo 30 (ver item 44), averbar-se-ão, à margem da inscrição da cédula, os endossos posteriores à inscrição, as menções adicionais, aditivos, avisos de prorrogações e qualquer ato que promova alteração da garantia ou nas condições pactuadas (art. 36); - dispensando-se, entretanto, a averbação dos pagamentos parciais e do endosso das instituições financiadoras em operações de redesconto ou de caução (art. 36, parágrafo 1.º).

58 - As inscrições das cédulas e as averbações posteriores, serão efetuadas no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da apresentação do título, sob pena de responsabilidade funcional do Oficial

encarregado de promover os atos necessários (art. 38).

59 - A transgressão do disposto no artigo referido no item anterior, poderá ser comunicada ao Juiz de Direito da Comarca pelos interessados ou por qualquer pessoa que tenha conhecimento do fato (?), sendo que, recebida a comunicação, o juiz instaurará imediatamente inquérito administrativo (art. 38, parágrafos 1.º e 2.º).

60 - Apurada a irregularidade indicada nos dois itens anteriores, o Oficial pagará multa de valor correspondente aos emolumentos que seriam cobrados, por dia de atraso, aplicado pelo juiz de Direito da Comarca, devendo a respectiva importância ser recolhida, dentro de 15 dias, a estabelecimento bancário, que a transferirá ao Banco Central da República do Brasil, para crédito do Fundo Geral para a Agricultura e Indústria - FUNAGRI, criado pelo Decreto n.º 56.835 de 3 de Setembro de 1965 (art. 38, parágrafo 3.º).

XII - DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA CÉDULA DE CREDITO RURAL.

61 Cancela-se a inscrição mediante a averbação, à sua margem, da ordem judicial competente ou da prova de quitação da cédula, lançada no próprio título ou passada em documento separado, com força probante. (art. 39).

62 - Da averbação do cancelamento da inscrição constarão as características do instrumento de quitação, - ou a declaração, sendo o caso, de que a quitação foi passada na própria cédula, indicando-se, em qualquer hipótese, o nome do emitente e a data da quitação. A ordem judicial de cancelamento será também referida na averbação, pela indicação da data do Mandado respectivo, o Juízo de que procede, nome do Juiz que a subscreve e demais características ocorrentes (art. 39, parágrafo 1.º).

63 - Arquivar-se-se-á, no Cartório, a ordem judicial de cancelamento da inscrição ou uma das vias do documento particular de quitação da cédula, procedendo-se, a respeito, pela forma indicada no item 48; - aplicam-se, outrossim, ao cancelamento da inscrição em apreço as disposições legais a que fizemos referência nos itens 54, 55 e 56 (art. 39, parágrafos 2.º e 3.º).

XIII - DAS GARANTIAS DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

64 - Podem ser objeto de penhor cedular, os gêneros oriundos da produção agrícola, extrativa ou pastoril, ainda que destinadas ao beneficiamento ou transformação (art. 55).

65 - De igual modo, podem ser objeto do mesmo penhor os seguintes bens e respectivos acessórios, quando destinados aos serviços das atividades rurais.

- a) - caminhões, camionetes de carga, furgões, jipes e quaisquer outros veículos automotores ou de tração mecânica;
- b) - carretas, carroças e carroções de quaisquer veículos não automotores;
- c) - canoas, barcos, balsas e embarcações fluviais, com ou sem motores;
- d) - máquinas e utensílios destinados ao preparo de rações ou do beneficiamento, armazenagem, - industrialização, frigorificação, conservação, acondicionamento e transporte de produtos e subprodutos agropecuários ou extrativos, ou utilizados nas atividades rurais, bem como bombas, motores, canos e demais pertences de irrigação;
- e) - incubadoras, chocadeiras, criadeiras, pinteiros, galinheiros desmontáveis ou moveis, gaiolas, bebedouros, campânulas e quaisquer máquinas e utensílios usados nas explorações avícolas e agropastáveis (art. 56).

66 - O penhor será anotado nos assentamentos próprios da Repartição competente para expedição de licença dos aludidos veículos, quando for o caso (art. 56 parágrafo único).

67 - Os bens apenhados poderão ser objeto de novo penhor cedular, e o simples registro da respectiva cédula equivalerá à averbação, na anterior, do penhor constituído em grau subsequente (art. 57). Vê-se, pois, não haver necessidade de fazer constar por averbação, à margem da inscrição preexistente, o fato relativo à constituição do novo penhor, uma vez que a

simples inscrição deste, segundo determina a lei, eqüivale a essa averbação.

68 - Em caso de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens apenhados, - poderá estender-se aos financiamentos subseqüentes o penhor originariamente constituído, mediante menção dessa extensão nas cédulas posteriores, representando um só penhor com cédulas rurais distintas. Sendo que,

a) - dita extensão, será apenas averbada à margem da inscrição anterior e não impede que sejam vinculados outros bens à garantia;

b) - no caso, porém, de vinculação de novos bens, além da averbação referida na alínea anterior, far-se-á, também, a inscrição da cédula no Cartório de Registro de Imóveis;

c) - não será, todavia, possível a extensão da garantia em apreço, se tiver havido endosso, ou se os bens vinculados já houverem sido objeto de nova gravação para com terceiros (art. 58 e seus parágrafos).

69 - A venda dos bens apenhados ou hipotecados pela cédula de crédito rural, depende da prévia anuência do credor, por escrito (art. 59), - aplicando-se a dita cédula, bem como à nota promissória rural e à duplicata rural, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, inclusive quanto ao aval, dispensado, porém, o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas (art. 60).

XIV - DOS PRAZOS E PRORROGAÇÕES DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL.

70 - O prazo do penhor agrícola não excederá de três anos, prorrogável até mais três, e o penhor pecuário não admitirá prazo superior a cinco anos, prorrogável até mais três, - sendo que, embora vencidos tais prazos permanecerá a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem (art. 61).

71 - Vencidos, porém os prazos de seis anos para o penhor agrícola, e de oito anos para o penhor pecuário, - devem esses penhores ser reconstituídos, mediante a lavratura de novo aditivo, se não tiverem sido executados (art. 61, parágrafo único).

72 - As prorrogações de vencimento acima referidas (ver, também, a respeito a parte final do item 24), serão anotadas na cédula pelo próprio credor, - devendo ser averbadas à margem das respectivas inscrições. E seu processamento, quando cumpridas regularmente todas as obrigações cedulares e legais, se fará a simples requerimento do credor ao Oficial do Registro de Imóveis competente (art. 62).

73 - Somente , entretanto, exigirão lavratura de aditivo, as prorrogações que tiverem de ser concedidas sem o cumprimento das condições a que se subordinarem, ou após o término do período estabelecido na cédula (art. 62, parágrafo único).

XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

74 - Dentro do prazo da cédula, o credor, se assim o entender, poderá autorizar o emitente a dispor de parte ou de todos os bens da garantia, na forma e condições que convencionarem (art. 63).

75 - Os bens dados em garantia assegurará o pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais, com as preferências estabelecidas na legislação em vigor (art. 64).

76 - Se baixar no mercado o valor dos bens da garantia, ou se se verificar qualquer ocorrência que determine diminuição ou depreciação da garantia constituída, o emitente reforçará essa garantia dentro do prazo de quinze dias da notificação que o credor lhe fizer por cada enviada pelo Correio, sob registro, ou pelo Oficial do Registros de Titules e Documentos da Comarca (art. 65).

77 - No caso de substituição de animais, por morte ou inutilização, assiste ao credor o direito de exigir que os substitutos sejam da mesma espécie e categoria dos substituídos (art. 65,

parágrafo único).

78 - Quando o penhor for constituído por animais, o emitente da cédula fica obrigado a manter todo o rebanho, inclusive os animais adquiridos com o financiamento, se for o caso, protegidos pelas medidas sanitárias e profiláticas recomendadas em cada caso, contra a incidência de zoonoses, moléstias infecciosas ou parasitárias, de ocorrência freqüente na região (art. 66).

79 - Nos financiamentos pecuários, poderá ser convencionado que o emitente se obriga a não vender, sem autorização por escrito do credor, durante a vigência do título, crias fêmeas ou vacas aptas à procriação, assistindo ao credor, na hipótese de não observância dessas condições, o direito de dar por vencida a cédula e exigir o total da dívida resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial (art. 67).

80 - Se os bens vinculados em penhor ou em hipoteca à cédula de crédito rural pertencerem a terceiros, estes subscreverão também o título, para que se constitua a garantia (art. 68). Vê-se, do disposto no artigo 68 do Decreto-lei em apreço, que o emitente da cédula não precisa de ser, necessariamente, proprietário dos bens oferecidos em garantia, quer se trate de penhor ou hipoteca. Estes, podem, assim, pertencer a terceiros, os quais, em tal caso, ficam obrigados a assinar também o título, sem o quê a garantia não será constituída.

81 - Os bens objeto de penhor ou de hipoteca, constituídos pela cédula de crédito rural, não serão penhorados, arrestados ou seqüestrados, por outras dívidas do emitente, ou do terceiro, empenhador ou hipotecante, cumprindo ao emitente ou ao terceiro, empenhador ou hipotecante, denunciar a existência da cédula às autoridades incumbida da diligência, ou a quem a determinar, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão (art. 69).

82 - O emitente da cédula de crédito rural, com ou sem garantia real, manterá em dia o pagamento dos tributos e encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de sua responsabilidade, inclusive a remuneração dos trabalhadores rurais, exibindo ao credor os respectivos comprovantes, sempre que lhe forem exigidos (art. 70).

83 - Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito rural, da nota promissória rural, ou o aceitante da duplicata rural, responderá, ainda, pela multa de 10% (dez por cento) sobre a principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente, na petição de cobrança ou de habilitação de crédito (art. 71).

84 - As cédulas de crédito rural, a nota promissória rural e a duplicata rural, poderão ser redescontadas no Banco Central da República do Brasil, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (art. 72).

85 - É também da competência do Conselho Monetário Nacional a fixação das taxas de desconto da nota promissória rural e da duplicata rural, que poderão ser elevadas de 1% (um por cento) no caso de mora (art. 73). Sendo que, dentro do prazo da nota promissória rural e da duplicata rural, poderão ser feitos pagamentos parciais (art. 74). Ocorrida tal hipótese, o credor declarará, no verso do título, sobre a sua assinatura, a importância recebida e a data do recebimento, tornando-se exigível apenas o saldo (art. 74, parágrafo único).

86 - Na hipótese de nomeação, por qualquer circunstância, de depositário para os bens apenados, instituído judicial ou convencionalmente, entrará ele também na posse imediata das máquinas e todas as instalações e pertences acaso necessários A transformação dos referidos bens nos produtos a que se tiver obrigado o emitente na respectiva cédula (art. 75).

87 - Serão segurados, até final resgate da cédula, os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguro obrigatório (art. 76).

88 - De acordo com o disposto no artigo 77, as cédulas de crédito rural, a nota promissória rural e a duplicata rural, deverão obedecer aos modelos publicados em anexo ao Decreto lei n.º 167, -

sendo que, sem caráter de requisição essencial, as referidas cédulas poderão conter as disposições que resultem das peculiaridades do financiamento rural (Parágrafo único do mesmo artigo).

89 - Outrossim, a exigência constante do artigo 22, da Lei n.º 4.947, de 6 de Abril de 1966, não se aplica às operações de crédito rural propostas por produtores rurais e suas cooperativas, de conformidade com o disposto no artigo 37 da Lei 4.829, de 5 de Novembro de 1965 art. 78).

90 - Ainda, a comunicação ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, do ajuizamento da cobrança de dívida fiscal ou de multa, impedirá a concessão de crédito rural ao devedor, a partir da data do recebimento da comunicação pela instituição financiadora, salvo se for depositado em juízo o Valor do débito em litígio (Parágrafo único do artigo 78).

XVI - DOS EMOLUMENTOS

91 - Dispõe o artigo 34 do Decreto-lei em apreço, que a Cartório anotar a inscrição da cédula de crédito rural, com a indicação do numero de ordem, livro e folhas, devendo o valor dos emolumentos cobrados ser lançado no verso da mesma cédula, onde se mencionarão, se for o caso, os anexos apresentados.

92 - O parágrafo único do referido artigo 34 por sua vez, fixa o quantum dos emolumentos aludidos, estabelecendo, ainda, as percentagens a que sobre eles terão direito o Oficial do Registro e o Juiz de Direito da Comarca, determinando que a parcela atribuída a este seja recolhida ao Banco do Brasil, de onde será retirada quando das correções previstas no artigo 40.

93 - Pareceu, entretanto, a muitos serventuários que a cobrança de tais emolumentos de conformidade com as taxas estabelecidas pelo Decreto-lei em exame, tinha a sua aplicação restrita ao Distrito Federal e aos Territórios sob a jurisdição da União, havendo esse entendimento, aliás, sido confirmado pela Egrégia Corregedoria Geral da justiça, conforme se verifica do Provi. mento n.º 4/67, por ela baixada a respeito:

O DESEMBARGADOR OCTÁVIO GUILHERME LACÔRTE, Corregedor Geral da justiça do Estado de São Paulo, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o que ficou resolvido no processo CG -n.º 27.930/67 e

a) considerando que o Decreto-Lei Federal n.º 167, de 14-2-1967, instituiu a obrigatoriedade da inscrição das cédulas de crédito rural, no Cartório do Registro de Imóveis, para que tenham validade contra terceiros;

b) considerando que as diferentes modalidades da cédula de crédito rural, enumeradas no art. 9.º do referido Decreto-Lei e definidas em seus art. 14, 20, 25 e 27, serão inscritas em livro próprio, denominado "Registro de Cédulas de Crédito Rural", a ser aberto em cada Cartório de Registro de Imóveis;

c) considerando que têm surgido dúvidas a respeito da cobrança das custas e emolumentos para os atos de ofício a serem praticados, no interesse do sistema de registro criado;

d) considerando que as disposições a respeito da cobrança e atribuições de custas e emolumentos contidos nos art. 34 e seguintes do Decreto-Lei n.º 167 somente se aplicam aos Cartórios do Distrito Federal e Territórios, mesmo porque, nos termos da vigente Constituição federal aos Estados compete legislar em matéria de organização judiciária e, por via de consequência, elaborar seu regimento de custas;

e) considerando que o entendimento manifestado no item "d" supra está em consonância com a jurisprudência do E. Tribunal Pleno (Acórdão proferido no mandado de segurança n.º 44.165, da Comarca da Capital);

f) considerando, finalmente, a necessidade de padronização do livro de "Registro de Cédulas de Crédito Rural", bem como a de uniformização de sua escrituração e cobrança de emolumentos, DETERMINA

1.º) - Em cada Cartório de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo será aberto um livro destinado ao "Registro de Cédulas de Crédito Rural", numerado em série crescente, a começar de 1 (Um);

2.º) - Os livros terão 300 (trezentas) folhas, com 59 cm de altura por 42 cm de largura, divididas em colunas, com as denominações e dimensões do modelo anexo;

3.º) - Os emolumentos devidos aos escrivães serão os da tabela "K", ns. I e II da Lei Estadual n.º

9.531, de 6/10/66, sobre os quais incidirão ainda as percentagens instituídas pela lei e taxa de aposentadoria.

Publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópia aos MM. Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Registro de Imóveis.

São Paulo, 23 de Maio de 1967

(a) OCTÁVIO GUILHERME LACÔRTE

Corregedor Geral da Justiça em exercício".

NOTA: O Decreto n.º 61.132, que alterem a numeração do livro de REGISTRO DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, é de data posterior à do Provimento acima transcrito, razão pelo qual este, ao mencioná-lo, ainda lhe atribui o n.º 1 (Ver, a respeito, quanto 'dissemos nos itens 47, 49 e 96).

94 - Como, entretanto, não tivesse sido ventilado, no Provimento acima transcrito, o problema das percentagens atribuídas aos M.M. juiz de Direito das Comarcas pelos artigos 34 e 36 do Decreto-lei em exame, foi o mesmo solucionado ulteriormente pelo Provimento na 8/67, em cujo artigo 2.º vem esclarecido que, "Aos Juízes de Direito estaduais, não se aplicam os preceitos do parágrafo único do artigo 34, e do parágrafo 2.º, do artigo 36, do Decreto-lei na 167, de 14 de Fevereiro de 1967.

95 - Alguns interessados na obtenção do crédito em apreço, não se conformando, entretanto, com os termos do referido Provimento (item 93), resolveram pleitear do Governo do Estado a equiparação dos citados emolumentos aos fixados pelo Decreto-lei na 167, no que foram atendidos, consoante se verifica da Lei n.º 9.895 de 8 de Novembro de 1967, cujo texto é o seguinte:

Artigo 1.º - São acrescidos à Tabela "K", anexa a Lei n.º 9.531, de 6 de Outubro de 1966, dois incisos sob ns. VIII e IX, com a seguinte redação:

"VIII - De inscrição de Cédula de Crédito Rural, sendo o emolumento máximo o correspondente a 1/4 (um quarto) do salário mínimo da região:

a) até NCr\$ 500,00	isento
b) de NCr\$ 500,00 a NCr\$ 1.000,00.....	0,5%
c) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 2.000,00	0,67%
d) de acima de NCr\$ 2.000,00	1 %

IX - De averbações à margem de inscrições de Cédulas de Crédito Rural, 10% (dez por cento) do taxado para as respectivas inscrições".

Artigo 2.º - É acrescido à Tabela M anexa a Lei n.º 9.531, de 6 de Outubro de 1966, um inciso sob n. V, com a seguinte redação:

"V - Os emolumentos fixados nesta tabela não são devidos nos atos de inscrição de Cédula de Crédito Rural e respectivas averbações, de que tratam os incisos VIII e IX da Tabela "K".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário".

XVII - OBSERVAÇÕES QUANTO AOS REGISTROS DE IMÓVEIS

96 - já vimos, pelo que nos foi dado expor no item 49, que o livro de REGISTRO DAS CÉDULAS DE CREDITO RURAL, teve mudado, de 1 para 9, o número de ordem de sua classificação, devendo, por isso, tal circunstância ser consignada naqueles que já se encontravam em uso quando se operou essa mudança, o que poderá ser feito pela forma indicada no citado item.

97 - Atente-se, outrossim, em que todas as Cédulas de Crédito Rural devem ser inscritas apenas no citado livro, com a inteira observância dos requisitos correspondentes, o mesmo devendo acontecer com a Nota de Crédito Rural. Sendo assim, não terá cabimento algum a repetição dessa inscrição no livro 2, no caso das Cédulas Rurais Hipotecárias e Pignoratícias Hipotecárias, conforme deixamos esclarecido no item 46.

98 - Quanto ao Cartório de Registro de Imóveis em que ,deve ser feita a inscrição das Cédulas e da Nota aludidas, observar o que a mosto, deixamos consignado no item 44.

99 - Tenha-se presente, ainda, que as segundas vias das cédulas devem ser arquivadas em grupos de duzentas e enfeixadas, depois, em livro próprio, que será apresentado ao juiz de Direito da Comarca dentro do prazo de 15 dás, para os fins indicados no item 52.

100 - Não esquecer de arquivar, juntamente com as segundas vias das cédulas, os documentos complementares que forem apresentados, nem de mencionar nas inscrições e averbações respectivas, quando tal fato ocorrer, a existência desses documentos, consoante deixamos esclarecido nos itens 53 e 54.

101 - Atentar no que expusemos no item 55, quanto às anotações que devem ser feitas nas cédulas, quando do seu registro, e no item 56, sobre a recusa que deverá ser oposta pelo Oficial à inscrição da cédula, quando existir registro anterior com grau de prioridade, declarado no texto da respectiva cédula.

102 - Verificar. outrossim, quanto dissemos no item 57 no tocante às "mações posteriores, e no item 58, sobre o prazo dentro do qual deverão ser feitas as inscrições e averbações referidas.

103 - Nos itens 59 e 60, dissemos quais as penalidades a que está sujeito o Oficial do Registro, no caso de transgressão do dispositivo referente ao prazo a que aludimos no item anterior.

104 - O cancelamento das inscrições encontra-se devidamente explicado nos itens 61 a 63, e na parte relativa às garantias da Cédula de Crédito Rural, de que tratamos no Capítulo XIII, convém atentar no que, a respeito, se acha esclarecido nos itens 67, 68 e 69.

105 - O Capítulo XVI, trata dos Prazos e Prorrogações da Cédula de Crédito Rural, convindo, igualmente, ter presente o exposto sobre: tal assunto nos itens 71, 72 e 73. No Capítulo XV, atinente às Disposições Gerais, pedimos atenção para o que é dito nos itens 76, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89 e 90. E no Capítulo XVI, esclarecemos quanto ocorre no tocante aos Emolumentos, 106 - Eis, aí, uma rápida resenha dos principais pontos do Decreto-lei n.º 167, de 1967, para os quais julgamos aconselhável chamar a atenção dos Srs. Oficiais do Registro imobiliário, a quem a sua leitura eventualmente possa interessar.

107 - Pelo sumário, entretanto. da matéria abordada, que publicamos abrindo o presente trabalho, fácil lhes; será, segundo acreditamos, apreendê-la em seus mínimos; detalhes, razão pela qual reputamos de todo proveitosa a sua consulta para tal fim.

Cumpre-nos esclarecer que deixamos de estampar, em anexo, o texto integral do mencionado Decreto-lei, em virtude de já haver sido publicado no ultimo número deste Boletim.

TERCEIRA PARTE

RELAÇÃO

DAS PRINCIPAIS LEIS E DECRETOS ATINENTES A MATÉRIA OBJETO DO PRESENTE TRABALHO.

- a) - Lei n. 3.071, de 1.º de janeiro de 1916 (Código Civil)
- b) - Lei n.º 454, de 9 de julho de 1937;
- c) - Lei n.º 492, de 20 de Agosto de 1937;
- d) - Decreto-Lei n.º 1003, de 29 de Dezembro de 1938;
- e) - Decreto-lei n.º 1.271, de 16 de Maio de 1939;
- f) - Decreto-lei n.º 1.625, de 23 de Setembro de 1939;
- g) - Decreto-lei n.º 1.697, de 23 de Outubro de 1939;
- h) - Decreto~lei n.º 4.857, de 9 de Novembro de 1939;
- i) - Decreto-lei n.º 2.611, de 20 de Setembro de 1940;
- j) - Decreto-lei n.º 2.612, de 20 de Setembro de 1940;
- k) - Decreto-lei n.º 4.312, de 20 de Março de 1942;
- l) - Decreto-lei n.º 4.360, de 5 de Junho de 1942;

- m) - Lei n.º 2.66, de 6 de Dezembro de 1955;
- n) - Lei n.º 2.931, de 27 de Outubro de 1956;
- o) - Lei n.º 3.253, de 27 de Agosto de 1957;
- p) - Lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964;
- q) - Lei n.º 4.595, de 31 de Dezembro de 1964;
- r) - Lei n.º 4.829, de 5 de Outubro de 1965;
- s) - Lei n.º 4.947, de 6 de Abril de 1966;
- t) - Decreto-lei n.º 167, de 14 de Fevereiro de 1967;
- u) - Decreto-lei n.º 61.132, de 3 de Agosto de 1967;
- v) - Lei Estadual n.º 9.895, de 8 de Novembro de 1967.

ANO XVIII

Nº 083 - Publicação: Jan/Jun 1968

Redação

No dia 8 de julho próximo, completa a nossa Associação quarenta anos de existência.

Não podíamos, evidentemente, deixar de assinalar tal acontecimento, que bem demonstra não só o acerto da iniciativa de que resultou a fundação de nossa entidade, como também o fato de continuarem inteiramente válidas razões que a ditaram.

Realmente, tudo tem ela feito ao longo dessas quatro décadas de permanente vigília, em defesa dos legítimos interesses, da classe que representa, - embora nem sempre os seus esforços tenham sido compensados como deveriam ser.

Conforme, entretanto, já tivemos a oportunidade de afirmar aqui mesmo, nesta coluna, - reproduzindo, aliás, uma velha e conhecida expressão - a luta pelo direito é sempre difícil e pontilhada, não raro, das mais chocantes decepções.

A constatação, porém, de semelhante verdade, jamais serviu de pretexto a qualquer das ilustres personalidades que lhe dirigiram os destinos, para se furtar ao cumprimento de sua missão, - de propugnar, sempre que necessária, pela melhoria das condições de existência da classe a que pertencemos.

Ao ensejo, assim, do transcurso de seu quadragésimo aniversário, é com satisfação que relembramos os nomes de seus antigos Presidentes, para render-lhes as homenagens a que fazem jus, pelo muito que contribuíram para a grandeza a que ela atingiu.

Foram eles: Dr. Aureliano da Silva Arruda, Dr. Alfredo Firmo da Silva, Dr. Gastão Vidigal, Dr. Brasílio Machado Netto, Sr. Ibsen da Costa Manso, Dr. Francisco Vergueiro Porto, Dr. Antonio Augusto Firmo da Silva, Dr. Armando Costa Magalhães, Sr. Henrique Bastos Filho e Dr. Carlos Alberto Bueno Netto.

Infelizmente, desses ilustres expoentes de nossa classe, foram roubados pela morte, à intimidade do nosso convívio amigo, o Dr. Aureliano da Silva Arruda, Dr. Alfredo Firmo da Silva, Dr. Gastão Vidigal, Sr. Ibsen da Costa Manso, Dr. Armando Costa Magalhães e o Sr. Henrique Bastos Filho, - os quais, entretanto, permanecerão sempre vivos em nossa admiração e nossa saudade.

Não podíamos, outrossim, na oportunidade que a passagem da mencionada data nos oferece, omitir o nome de nosso atual Presidente, sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, que tanto se tem destacado no exaustivo trabalho, que vem desenvolvendo, em favor da classe, e graças a cujos esforços pode ela ver atendida, pelos nossos Poderes Públicos, algumas de suas mais legítimas e urgentes reivindicações.

A ele rendemos, por igual, as homenagens de que se tornou credor, tanto pelo que já fez, como pelo muito que, por certo, ainda poderá fazer em prol do prestígio, cada vez maior, da entidade que nos congrega.

VISITA AO EXMO. SR. CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

A fim de cumprimentar o eminente Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS por

motivo de sua eleição para o cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado, a Diretoria de nossa Associação, logo após haver o mesmo assumido o exercício de suas novas funções, esteve em visita a S. Excia. - tendo sido saudado, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, que lhe dirigiu as seguintes palavras:

"A ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, representada pelos membros de sua Diretoria e demais serventuários que aqui se encontram, não podia deixar de vir à sua presença a fim de exprimir-lhe a satisfação de nossa classe pela merecida escolha com que V. Excia. foi distinguido para ocupar o elevado cargo de Corregedor da Justiça do Estado.

Tal satisfação, - permita-nos dizer-lhe, se justifica plenamente, isso por que, conhecendo-o, como todos o conhecemos, de há longa data, não só como juiz insigne, que sempre foi, senão também pela alta compreensão que caracteriza a sua personalidade invulgar, - temos a certeza de que ninguém, melhor do que V. Excia., poderia ter sido escolhido para suceder ao ilustre e grande amigo de nossa classe, que é o eminente Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, no elevado e espinhoso cargo em que acaba de ser investido.

Assim, renovando-lhe as felicitações que, por ocasião de sua posse, teve o prazer de lhe endereçar, - a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo se coloca, por inteiro, à disposição de V. Excia., para servi-lo em tudo quanto, eventualmente, lhe possa ser útil, - ao mesmo tempo que, em nome da classe que temos a honra de representar, formulamos os mais sinceros votos pelo êxito integral de sua missão."

O Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, agradecendo a visita, disse da satisfação que a mesma lhe causava, terminando - após tecer várias considerações sobre os problemas atinentes às suas novas funções, por adiantar que contava com a colaboração de todos os serventuários, certo de que tudo eles fariam para facilitar o cumprimento da missão que lhe fora confiada.

SOCIEDADES SEGURADORAS

Julgamos aconselhável chamar a atenção de nossos colegas para o Capítulo VII do Decreto-lei n.º 72, de 21 de Novembro de 1966, que dispõe sobre o funcionamento das Sociedades Seguradoras.

Com efeito, tais Sociedades, para garantia de suas obrigações, estão sujeitas à constituição de reserva técnicas, fundos especiais e provisões, de conformidade com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, além das reservas e fundos determinados em leis especiais.

Acontece que, segundo estabelece o artigo 85 do mesmo diploma legal, os bens pertencentes às referidas Sociedades, que tenham sido destinados a garantir as mencionadas reservas, fundos e provisões, não poderão ser alienados, prometidos alienar ou de qualquer forma gravados, sem prévia autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep), - sendo nulas, de pleno direito, as alienações realizadas ou os gravames constituídos com violação do disposto no citado artigo.

Preceitua, ainda, o parágrafo único deste mesmo artigo que, quando as garantias oferecidas recaírem em bens imóveis, serão elas inscritas, obrigatoriamente, no Registro imobiliário competente, - o que deverá ser feito mediante simples requerimento firmado pela Sociedade Seguradora e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL

Noutro local da presente edição de nosso "Boletim" publicamos o inteiro teor do Decreto n.º 62.141, de 18 de Janeiro do corrente ano, que dispõe sobre modalidades de garantias instituídas pelo Decreto-lei n.º 167, de 14 de Fevereiro de 1967, bem como sobre os emolumentos devidos pela inscrição das Cédulas de Crédito Rural e as penalidades a que ficam sujeitas os Oficiais dos Cartórios do Registro de Imóveis, pela não observância dos artigos 34 a 40 do mesmo diploma legal.

Recomendamos, assim, a leitura de seu texto a todos quantos não tenham, ainda, tomado conhecimento de suas disposições.

VISITA AO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Diretoria da Associação, acompanhada de elevado número de Serventuários desta Capital, esteve em visita ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR MÁRCIO MARTINS FERREIRA, a fim de cumprimentá-lo pela sua eleição para o cargo de Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Gentilmente recebidos por S. Excia., foi o novo Presidente da nossa mais alta Corte judiciária saudado, na ocasião, pelo Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, que lhe disse, em breves palavras, da grande satisfação sentida pela nossa classe, pela sua merecida escolha para o elevado cargo em que acabava de ser investido.

Adiantou, ainda, o Presidente de nossa entidade, que S. Excia. podia contar com a leal e decidida colaboração desta, em tudo quanto julgasse ser ela aproveitável, para facilitar-lhe o desempenho da alta missão que lhe fora confiada pelos seus eminentes colegas daquele Egrégio Tribunal.

O DESEMBARGADOR MÁRCIO MARTINS FERREIRA usou em seguida da palavra, para externar os seus agradecimentos pela visita com que fora distinguido, - terminando, depois, por abraçar, pessoalmente, cada um dos presentes.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

OBSERVAÇÕES SOBRE A LEI N.º 5.432, DE 1968

1. A prova de quitação para com a Previdência Social foi tornada exigível pela Lei n.º 3.807, de 26 de Agosto de 1960, que em seu contexto original assim dispunha a respeito:

"Art. 142 - As empresas abrangidas por esta lei, não poderão receber qualquer subvenção ou participar de qualquer concorrência promovida pelo Governo ou autarquias federais, nem alienar ou onerar bens imóveis ... sem que provem a inexistência de débito para com a instituição de previdência social a que estejam ou tenham estado vinculadas, sob pena de nulidade do ato e do registro público a que estiverem sujeitas.

2. Tal matéria foi, entretanto, posteriormente reformulada pelo Decreto-lei n.º 66, de 21 de Novembro de 1966, que deu nova redação a vários artigos da citada lei, dentre os quais se destaca o de n.º 141, que em seu parágrafo 3.º passou a exigir das referidas empresas como instrumento daquela prova o Certificado de Quitação, nos casos de:

- a) alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis; e
- b) alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens móveis incorporáveis do Ativo Imobilizado;
- c) cessão e transferência ou promessa de cessão e transferência de direitos; e
- d) pagamento de haveres nas liquidações e dissolução de sociedades e para a expedição de Cartas de Adjudicação ou Arrematação de bens.

3. Vê-se, pois, que até a data da publicação do Decreto-lei n.º 66, apenas as empresas, bem como as pessoas a elas equiparadas, estavam obrigadas a exhibir a prova de se acharem quites com a Previdência Social aludida quando tivessem de praticar os atos referidos no mencionado artigo 142 da Lei n.º 3.807, o que agora é feito, conforme dissemos, por meio daquele Certificado, na forma prevista pelo citado artigo 141, parágrafo 3.º, da mesma Lei.

4. Ocorre, entretanto, que segundo o disposto no parágrafo 4.º desse mesmo artigo 141 (a este acrescentado pelo Decreto lei n.º 66), tal prova foi também tornada exigível.

"para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após a sua construção, seja de promessa de venda, compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão e transferência de direitos aquisitivos".

5. Verifica-se, assim, que a exigência em apreço transbordou de seus primitivos limites, inicialmente fixados pelo artigo 142 da Lei n.º 3.807, para se estender, depois, às pessoas físicas sem qualquer vinculação com a Previdência Social, nos casos e com relação aos imóveis de sua propriedade acima indicados.

6. Dá-se, ainda, que, para reforço do cumprimento dessa exigência, - o Decreto-lei n.º 66 acrescentou mais um item ao artigo 79 da Lei n.º 30.807, ou seja o de n.º VI, - no qual vem estabelecido que

"O proprietário, dono da obra, ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo de imóvel, é

solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Lei, ressalvado o seu direito regressivo contra o construtor ou contratante das obras e admitida a retenção de importâncias a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do Certificado de Quitação previsto no item II do artigo 141".

7. Da leitura do preceituado em tal item se conclui, pois, que, embora a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações para com a Previdência Social caiba, em princípio, ao construtor, fica o proprietário da obra, não obstante, com ele solidário na mesma, até a expedição do Certificado de Quitação referido.

8. Não há, pois, dúvida que dito Certificado é, na circunstância apontada, sempre exigível, conforme ressalta claro, ainda, do disposto pelo artigo 7.º do Decreto n.º 60.368, de 11 de Março de 1967, - que regulamentou a expedição dos documentos previstos nos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807, - e a qual estatui que

"Os proprietários de prédios ou de unidades imobiliárias, mesmo que particulares, na primeira transação realizada após a sua construção, desde que tenha sido terminada depois de 22 de Novembro de 1966, também devem apresentar a Certificado de Quitação, não só quando realizadas as transações imobiliárias especificadas no artigo 4.º, como ainda nos casos de

- a) instituição de bem de família;
- b) constituição de renda; e
- c) instituição de habitação".

9. De quanto acima expusemos se infere, portanto:

- a) que a apresentação do Certificado de Quitação, por parte dos proprietários de prédios e unidades imobiliárias cuja construção tenha sido ultimada após 22 de Novembro de 1966, é sempre obrigatória quando da primeira operação que realizarem, tendo por objeto tais imóveis;
- b) que, enquanto esse Certificado não for expedido, a lei os declara solidariamente responsáveis, com o respectivo construtor, pelo pagamento da contribuição por este devida à Previdência Social em razão, naturalmente, das obras por ele executadas.

10. Acontece, porém, que a recente Lei n.º 5.432, de 7 de Maio de 1968, voltando ao trato da matéria ora em exame, preceitua, em seu artigo 8.º, que

"Ao proprietário, dono de obra, ou condômino de unidade imobiliária que tenham contratado e iniciado obras de imóveis até 20 de Novembro de 1966, não se aplica o disposto no item VI, do artigo 79, da Lei n.º 3.807, de 26 de Agosto de 1960".

11. Interpretando o texto de tal artigo, pretendem alguns que os proprietários aludidos estão dispensados da apresentação do Certificado de Quitação em apreço, quando a construção dos imóveis ali mencionados tenha sido contratada e iniciada anteriormente à vigência do Decreto-lei n.º 66, ou seja, até 20 de Novembro de 1966. Não nos parece correta, entretanto, semelhante interpretação. Com efeito, o que o item VI, do artigo 79, da Lei n.º 3.807, tornou impositiva, não foi a apresentação do Certificado aludido, - cuja exigência tem a sua origem no artigo 141, parágrafo 4.º, da mesma lei, - mas, isto sim, a solidariedade dos proprietários para com os construtores.

12. Desse modo, quando o citado artigo 8.º da Lei n.º 5.432 declara que, aos proprietários de prédios e unidades imobiliárias, cuja construção haja sido contratada e iniciada até 20 de Novembro de 1966, não se aplica o disposto no artigo 79, item VI, da Lei n.º 3.807, - só pode estar se referindo, logicamente à solidariedade que lhes foi imposta em tal inciso, - de vez que é unicamente dela que no mesmo se cogita.

13. Tanto isso é certo que, se em face do que dispõe aquele artigo da Lei n.º 5.432, passarmos a considerar como inexistente o mencionado item VI, verificaremos que os demais incisos da Lei 3.807 e do Decreto n.º 60.368, que tornaram obrigatória e apresentação do referido Certificado, continuam inteiramente de pé e a produzir, consequentemente, os seus efeitos.

14. Por outro lado, é de ponderar-se que, se a intenção do legislador fosse a de liberar, também, ditos proprietários da apresentação de tal documento, ele o faria, certamente, não reportando-se àquele item do artigo 79, mas ao parágrafo 4.º do artigo 141, por ser precisamente através dele que a lei impôs a sua exibição.

15. Claro está que, concluindo como concluímos, não pretendemos defender, de maneira alguma, a validade jurídica da exigência relativa à apresentação do Certificado em apreço por parte das pessoas físicas sem qualquer vinculação com a Previdência Social, - mas, apenas, dar das disposições atinentes à espécie a versão interpretativa que nos parece verdadeira, à luz dos termos que as informam.

16. Tendo em vista tal circunstância e a menos que a autoridade judiciária competente, - se

instada a fazê-lo - venha a pronunciar-se contrariamente a respeito, - entendemos que, enquanto isso não acontecer, nos é totalmente defeso deixar de exigir a apresentação daquele documento em todos os casos, inclusive, por conseguinte, no do mencionado artigo 8.º, da Lei 5.432.

OSCAR FONTES TORRES

São Paulo, 10 de junho de 1968.

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

O juiz Cid Flaquer Scartezini, da 2.ª Vara Federal, mantendo liminar, concedeu recentemente segurança em favor da Imobiliária OCIAN contra ato do delegado regional do INPS, para o fim de obrigá-lo a fornecer-lhe o certificado de quitação de débito fiscal, para que possa outorgar escrituras de prédios construídos mediante financiamento, independentemente de garantia real exigida pelo impetrado. Afirmar estar com sua situação regularizada perante o INPS, tendo confessado sua dívida e obtido o recolhimento de seus débitos previdenciários mediante parcelamento garantido por notas promissórias avalizadas, mas, não obstante, o impetrado se nega a fornecer-lhe aludidos certificados, contrariando, com isso, o disposto no parágrafo 2.º do art. 186 do regulamento geral da Previdência Social, bem como a portaria n.º 464, de 1967, expedida em função do art. 191 do citado Regulamento.

As Varas Federais, por seus juizes, vem julgando uniformemente a matéria em tela, contrariamente à pretensão do INPS, tendo o "Estado", ainda recentemente, publicado a respeito decisão do ilustre magistrado José Américo de Souza.

Em sua decisão, o juiz Scartezini pondera de início que o fulcro do problema versado reside, de um modo geral, em saber-se o que fixa a qualidade de uma lei, quanto à anterioridade ou à posterioridade, se, primeiramente, a data em que foi baixada ou promulgada, ou a data em que foi publicada. Assim, regulando o assunto, há o decreto n.º 60.368, baixado em 11-3-67, e o decreto n.º 60.501, baixado em 14-3-67: o primeiro foi publicado em 30-3-67 e o segundo, apesar de baixado posteriormente, foi publicado em 28-3-67.

Caberia indagar a esta altura - continua - qual a intenção do legislador, isto é, manter as disposições contidas naquela anteriormente baixada e publicado posteriormente (decreto n.º 60.368) ou se naquela baixado posteriormente e publicado em data anterior (decreto n.º 60.501). Parece-nos - acrescenta - que, ao promulgar o novo decreto, nele procurou a pessoa jurídica de direito público caracterizar o seu ponto de vista mais atual. Tanto assim é que a portaria n. 464/67, baixada em 1-6-67, pelo ministro do Trabalho e Previdência Social e publicada a 8 do mesmo mês, apoia-se no decreto n.º 60.501, de 14-3-67, não fazendo o citado diploma referência ao decreto n.º 60.368, de 11-3-67. Afirmar Clóvis, em comentário ao art. 2.º da antiga Lei de Introdução ao Código Civil, o seguinte:

"A promulgação é ato governamental, que declara a existência da lei e ordena a sua execução".

Desta forma - prossegue o juiz - o decreto n.º 60.501 teve a sua existência e ordenação declarada em data posterior ao decreto n.º 60.368, revogando-o naquilo que o contrariasse. Assim, entendemos que vige plenamente o decreto n.º 60.501, de 14-3-67, não se podendo, portanto, falar em revogação do parágrafo 2.º do seu art. 186 pelo art. 23 do decreto n.º 60.368, de 11-3-67; quando muito, este revogaria o art. 253, parágrafo 2.º do decreto n.º 48.959-A, de 19-9-60, logo após revigorado o já citado art. 186, parágrafo 2.º, que define o que seja débito quanto à Previdência Social. Mas nem isso aconteceu, pois o decreto n.º 60.368 não se preocupou em definir o que fosse "débito", mantendo a disposição de 1960, consolidada no decreto n.º 60.501, de 14-3-67.

Não entendemos também - aduz a seguir - que o parágrafo 2.º do art. 186, pela remissão que faz ao art. 184, torna-se frontalmente conflitante com o art. 25 do decreto-lei n.º 66. O art. 25 deste decreto dá nova redação aos arts. 141, 142, 155, 160 e 165 da lei n.º 3.807, enquanto o art. 184 do decreto n.º 60.501 regulamento, já com nova redação, o citado art. 141, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º e em nada fere as disposições do decreto-lei n.º 66 a remissão efetuada pelo art. 186 em seu parágrafo 2.º, pois esta teve o condão de evitar repetição; assim, enquanto o art. 184 estabelece os certificados que deverão ser apresentados, o art. 186, definindo o conceito do "débito", determina as penalidades para as empresas devedoras.

Deste modo - pondera em continuação o juiz - chegamos a conclusão, pela análise dos autos, de que a impetrante, estribada em disposição legal e na portaria ministerial, entrou em composição com a impetrada e vem dando cumprimento ao acordo, na forma preceituada no art. 191 do

decreto n.º 60.501, de 14-3-67; assim, pelas disposições contidas no já citado decreto, não está em débito para com a Previdência Social. Ainda para argumentar, se efetivamente tivesse o decreto n.º 60.368 (anterior) revogado o decreto n.º 60.501 (posterior), o que já demonstramos não ter ocorrido, mesmo assim, a razão persistiria com a impetrante, na forma do art. 23:

"Art. 23 - Quando a empresa contribuinte da previdência social não puder pagar a sua dívida, poderá ser dada autorização para a lavratura das escrituras previstas neste decreto, desde que fique assegurado o pagamento, mediante confissão de dívida com o oferecimento de garantia de natureza real".

Em sua primeira parte - conclui - fala em "dívida", que não pode ser paga. Ora, se ela foi objeto de acordo, não mais pode ser considerada como tal, não podendo constituir "débito" impeditivo do fornecimento do "certificado de quitação".

(Transcrito da "Tribuna da Justiça")

HOMENAGEM AO DESEMBARGADOR MÁRCIO MARTINS FERREIRA

Pelo povo da cidade de Franca, sua terra natal, foi prestada ao Exmo. Sr. Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA uma expressiva homenagem, por motivo de sua eleição para a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado.

Do banquete, que então lhe foi oferecido, participou elevado número de pessoas, não só daquela cidade como de outros centros da mesma região, - além das provenientes desta Capital, entre as quais se destacavam vários dos ilustres colegas do homenageado, Juízes, Promotores, Serventuários da Justiça, autoridades locais, etc.

Usaram da palavra, na ocasião, diversos oradores para saudar o eminente jurista, cuja personalidade exaltaram, pondo em relevo não apenas os dotes de inteligência e cultura que o distinguem como um dos mais notáveis expoentes da Magistratura paulista, senão também as qualidades afetivas que caracterizam seu espírito, tornando-o um verdadeiro "gentleman".

S. Excia, agradeceu, em brilhante discurso, a homenagem que lhe fora tributada, - a qual transcorreu num ambiente festivo, tendo marcado, por certo, nos anais da bela e progressista cidade de Franca, um dos pontos mais altos de sua história cívica.

Associando-se à justa e merecida homenagem, nossa entidade nela se fez representar pelo seu Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto.

AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO

DOCUMENTOS HÁBEIS PARA PROVA DA EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇÃO E DA DATA EM QUE ESTA FOI CONCLUÍDA.

Certo cidadão, tendo deliberado comprar determinado pré. dio para sua residência, situado em subdistrito desta Capital pertencente ao Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição, verificou, ao examinar a prova de propriedade que lhe fora apresentada pelos vendedores, serem eles titulares, apenas, do terreno em que o mesmo se encontrava edificado.

Ocorreria, no caso, que os transmitentes, havendo mandado construir tal prédio há mais de quinze anos, deixaram, por omissão ou negligência, de requerer a sua averbação à margem da transcrição aquisitiva do referido terreno, - providência cuja execução, a essa altura, se tornava imprescindível, para que o título de transmissão do imóvel pudesse ser admitido a registro no Cartório aludido.

Assim, ao ser lavrada a escritura respectiva, convieram as partes em que nela se autorizasse o sr. Oficial do citado Registro a promovê-la, juntando ao título, que posteriormente lhe encaminharam, certidão relativa à quitação do imposto predial respectivo, a fim de comprovarem a ocorrência, nos termos exigidos pelo artigo 285 do Decreto n.º 4.857 de 1939. Em face, outrossim, do disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 60.368, de 11 de Março de 1967, - que regulamentou a expedição dos documentos a que alude o artigo 141 da Lei n.º 3.807, de 1964, alterado pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de Novembro de 1966 - ditas partes instruíram, ainda, a mesma escritura com o recibo atinente ao pagamento do citado imposto no ano de 1965, para prova de que dita construção fora terminada antes daquela última data, não estando, portanto, os transmitentes, obrigados à apresentação do certificado de quitação com a Previdência Social, previsto no primeiro dos aludidos decretos.

Ao examinar, porém, tal escritura, entendeu o zeloso Serventuário do 4.º Registro que, tanto a

certidão como o recibo apresentados, não constituíam documentos hábeis para consecução dos fins objetivados pelas referidas partes, - adiantando que, só mediante a exibição do "habite-se" do prédio em causa, lhe seria lícito efetuar a averbação pretendida, bem como a consequente transcrição da mesma propriedade.

Não se havendo, entretanto, o apresentante conformado com semelhante entendimento, não teve aquele digno Serventuário outra alternativa senão suscitar dúvida a respeito, - a fim de que o M.M. juiz da Vara dos Registros Públicos, melhor apreciando a espécie, sobre ela pudesse decidir como julgasse de direito.

Contestando as razões com as quais dito Oficial procurou fundamentar a dúvida em questão, - o suscitado alinhou vários argumentos, no sentido de demonstrar a validade dos documentos para os fins a que haviam sido destinados, - sustentando não se justificar, assim, a exigência do suscitante quanto à apresentação do citado "habite-se".

Prosseguindo, salientou que o problema relativo aos instrumentos de prova para efeito de averbação das construções, há longos anos já fora posto em discussão e resolvido, com a probidade intelectual que lhe é peculiar, pelo eminente Desembargador Justino Maria Pinheiro, ao tempo em que S. Excia, exerceu, nesta Capital, as funções de Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro Imobiliário, Conforme se verifica da decisão de 9 de Março de 1940, por ele proferida em dúvida então levantada pelo sr. Oficial da 7.^a Circunscrição.

Com efeito, - continuou o suscitado, - deixou aquele ilustre jurista esclarecido, em tal decisão, que

"Os Oficiais dos Registros de Imóveis não devem interpretar ao pé da letra os dispositivos legais, nem sempre muito claros, - mas atender, antes, aos fins que visem. Ora, a prova de construção, que nos termos da lei deve ser feita com certidão da Prefeitura Municipal, pode ser feita, igualmente, com outros documentos hábeis, inclusive o que é oferecido pelo interessado, que é também documento da Prefeitura. Desde que a prova seja feita por meio hábil ou idôneo não deve ser recusada. Não se dificultem, aos interessados, os meios para que eles satisfaçam as exigências da lei".

Terminando a sua impugnação, ponderou o suscitado que a decisão acima transcrita se ajustava perfeitamente ao caso em tela, asseverando, ainda, não ter conhecimento de que os seus efeitos normativos houvessem sofrido, de então para cá, a mais leve restrição por parte dos insígnies Juízes que passaram pela referida Vara.

Ouvido no processo, o ilustrado Dr. Curador de Registros manifestou-se pelo não acolhimento da dúvida em apreço, adiantando que, embora, como tese, fosse ela sustentável, a juntada, entretanto, dos documentos oferecidos pelo suscitado superava as objeções formuladas pelo suscitante.

Finalmente, apreciando as razões apresentadas pelo impugnante e o parecer emitido pelo Dr. Curador, o M.M. juiz houve por bem julgar improcedente a dúvida, confirmando, assim, implicitamente, a subsistência dos efeitos normativos daquela decisão de 1940.

À vista, pois, do desenlace que teve o caso ora noticiado, é de considerar-se por assente, em definitivo, que tanto as certidões de quitação do imposto predial, como os recibos de pagamento desse mesmo imposto, podem ser admitidos, pelo Registro Imobiliário, como documentos hábeis para prova não só da existência da construção, como também da data em que esta foi concluída. Oscar Fontes Torres.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO NÃO INCIDE SOBRE A CESSÃO DE DIREITOS RELATIVOS AS PROMESSAS DE CESSÃO

Tendo em vista dissipar a dúvida provocada por disposições contraditórias constantes de Instruções expedidas pelo Departamento da Receita sobre a cobrança de imposto em epígrafe, o Sr. LINDOLPHO CAMARGO DA SILVEIRA, Oficial Maior do 23.^o Tabelionato desta Capital, procurou obter, do Gabinete Técnico de Estudos Tributários e Orientação Fiscal, esclarecimentos a respeito, através de ofício que lhe dirigiu e pela resposta ao qual se verifica que o citado imposto não incide sobre as cessões das promessas de cessão de direitos.

Para conhecimento dos nossos leitores publicamos, abaixo, o inteiro teor do referido ofício, bem como a resposta que lhe foi dada por aquele Órgão técnico: AO GABINETE TÉCNICO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E ORIENTAÇÃO FISCAL - (G.T.E.T.O.F). -

LINDOLPHO CAMARGO DA SILVEIRA, Oficial Maior do 23.º Tabelionato desta Capital, vem à presença desse digno órgão - Técnico, solicitar os seguintes esclarecimentos:

I

Em 20 de Fevereiro de 1967, foram baixadas pelo Departamento da Receita, as Instruções G.8/67, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 21 do mesmo mês e ano, para serem dirimidas Dúvidas quanto à aplicação das disposições da Lei n.º 9.591, de 30 de Dezembro de 1966, no que diz respeito ao recolhimento do Imposto sobre determinados atos "Inter Vivos", ficando, assim, por essas Instruções, dirimidas, de vez, as controvérsias ou Dúvidas existentes.

II

Entretanto, as aludidas Instruções em seu item "I", assim dispõem: - NÃO INCIDE O IMPOSTO: ... N.º 3 - "Sobre cessão de Direitos de promessa de Cessão de Direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.

No item III, na parte final da Segunda Hipótese aventada em ditas Instruções, existe o seguinte tópico: - "Se ceder seus direitos de promitente cessionário do terreno, e os direitos relativos à construção o imposto será assim cobrado; ... B) - O cedente NÃO PAGARA qualquer imposto visto que há incidência do imposto pela Cessão de Direitos de promessa de Cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.

III

Não obstante, apesar do tempo decorrido, surgiu agora nova Dúvida em virtude da flagrante Contradição existente entre os dois tópicos das Instruções, retro citados, pois, enquanto um tópico afirma que não há incidência "Sobre a cessão de direitos de promessa de cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, o outro tópico dispõe: "que o cedente não pagará qualquer Imposto visto que há incidência do Imposto sobre a cessão de direitos de promessa de Cessão de Direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.

IV

Tão flagrante contradição entre os dois tópicos citados das Instruções, só pode ser atribuído a erro de impressão ou revisão, o que tem causado aos interessados sérios aborrecimentos e transtornos.

V

Por esses motivos, o Requerente vem pelo presente solicitar desse órgão Técnico os necessárias e elucidativos esclarecimentos a fim de que, diante das aludidas Instruções, DÚVIDA alguma possa pairar sobre a não incidência de Imposto sobre a Cessão de Direitos decorrentes de Compromisso de compra e venda.

São Paulo, 6 de Março de 1.968.

COORDENADOR DA RECEITA

GABINETE TÉCNICO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E ORIENTAÇÃO FISCAL (G.T.E.T.O.F.).

NOTA: As respostas deste GABINETE são de caráter informativo e se entendem aplicáveis exclusivamente às hipóteses das consultas, tal como estas sejam formuladas. Aos serviços de fiscalização incumbe verificar em casos concretos, a natureza e a forma das operações ou atividades tributadas.

São Paulo, em 11 de março de 1968

Nome: LINDOLPHO CAMARGO DA SILVEIRA

Endereço: 23.º Tabelionato desta Capital.

Assunto: Inter vivos

RESPOSTA:

As Instruções GR n.º 8/67, publicada no D. O. do Estado de 21-2-67, foi retificada por publicação de 23-2-67, determinando, entre outras corrigendas:

"No item III, da 2.ª hipótese, letra "b", onde se lê: visto que há incidência leia-se visto que não há incidência

Prejudicadas pois as indagações formuladas.

a) ÁLVARO DE SÁ

RES

De acordo:

a) JOSÉ L. DE FRANÇA

C h e f e
Imv/.

REGISTRO DE NASCIMENTO

27.230 - Capital - Ministério Público do Estado de São Paulo - Parecer: É de toda a procedência a representação do Dr. Promotor de Justiça da Comarca de Cajuru. Como já assinalara Philadelpho Azevedo, "a expansão do registro civil terá de decorrer normalmente da necessidade, cada vez maior, do documento, a um só tempo comprobatório de nacionalidade, filiação e idade, de sorte que, na complexidade da vida moderna, em que o homem está sujeito a múltipla fiscalização do Estado, sua exigência crescerá geometricamente". E como o nascimento, no futuro, terá de ser o único critério diretor de uma organização aperfeiçoada do registro civil, o respectivo assento deverá corresponder, com a segurança possível, à realidade jurídica e legal, no momento em que foi efetivado. Na hipótese, cuida-se do problema do registro de nascimento de filho adulterino "a matre". A problemática da filiação adulterina "a matre" é complicada, apresentando vários aspectos que nem sempre encontram solução adequada. Na França, onde a legislação a respeito é semelhante à nossa, a "Revue trimestrielle de Droit Civil", publicou, recentemente, um excelente trabalho de Michele Laure Rassat, assistente da Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas de Paris, sob o título "Père de droit et père de fait", onde se tornam bem nítidas as dificuldades do assunto. Mas, de qualquer forma, entre nós, conforme tive oportunidade de salientar em trabalho publicado sob o título "Reforma do Código Civil", predomina, como na França, a proibição de investigar a filiação adulterina "a matre", ressalva a ação de recusa atribuída privativamente ao marido da mãe. E o art. 344, do Código Civil, foi mantido, expressamente, pela Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949, em seu art. 6.º, porque, sem dúvida, como assinala Caio Mário da Silva Pereira, "as presunções de legitimidade são princípios sobre os quais repousam a tranqüilidade familiar e a paz social, que a lei resguarda e tem de resguardar, atribuindo-lhes valor soberano".

Nesse sentido, aliás, já se manifestaram o Pretório Excelso e o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (Boletim de Jurisprudência da Biblioteca do Tribunal de Justiça de São Paulo, vol. 5, pág. 266). Por conseguinte, quaisquer reconhecimento de filiação adulterina "a matre", inexistindo contestação de legitimidade formulada pelo marido da mãe, é nulo, sem eficácia jurídica. Só depois da impugnação do "pai de direito" é que poderá surgir a condição de filho adulterino (cfr. Boletim cit., vol. 1, p. 39 recurso de revista). Daí a conclusão irretorquível de que, não sendo lícito tal reconhecimento, não poderá figurar, no assento de nascimento, o nome do suposto "pai de fato". E seria ilógico acrescentar ao prenome do registrando o nome de quem não pode ser considerado, jurídica e legalmente, seu pai, embora o possa ser "de fato". Aliás, os termos do art. 69, do Decreto federal n.º 4.857, de 1939, são precisos: "Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato". O que vale dizer: no caso de filiação ilegítima, só poderá ser acrescentado ao prenome do filho o nome do pai ilegítimo, quando houver reconhecimento. E, como no caso de filiação adulterina "a matre" não pode haver reconhecimento, é evidente que, ao prenome do registrando, não se pode acrescentar o nome do suposto "pai de fato", salvo se houver contestação de legitimidade por parte do marido da mãe (art. 344, do Código Civil). Por derradeiro, cumpre acentuar que se o reconhecimento depende da vontade das partes, o registro do ato está sujeito ao controle estatal. Em suma: a prática apontada pelo Dr. Promotor de Justiça é contrária à lei e deve ser coibida pelos juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Registro Civil. Publique-se e registre-se. São Paulo, 29 de dezembro de 1967. Publicado no "Diário da Justiça" de 1.º/2/68.

LIVROS NOVOS "MANUAL DAS CORREIÇÕES"

Vem de ser editado pela "Revista dos Tribunais", importante trabalho da autoria do Dr. ENNIO BASTOS DE BARROS, intitulado "MANUAL DAS CORREIÇÕES", cuja leitura, por parte principalmente dos srs. Serventuários e Escreventes, reputamos sobremaneira útil, em face do amplo conhecimento que proporciona de toda matéria relacionada com suas atividades

funcionais.

O Dr. ENNIO BASTOS DE BARROS, - que é um dos mais diligentes e cultos Magistrados de Nosso Estado, exerceu, no penúltimo biênio, o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, quando teve o ensejo de estudar a fundo a matéria aludida, da qual nos dá agora, naquele seu livro, completa resenha, enriquecida de inúmeras notas elucidativas, que muito contribuem para facilitar a compreensão do respectivo texto.

Entendemos que não podia ser mais oportuna a publicação desse valioso trabalho do ilustre juiz, - uma vez que, há cerca, já, de 30 anos, nenhum outro semelhante, ao que saibamos, foi dado a lume entre nós. Com efeito, versando idêntico assunto, parece-nos existir, apenas, a coletânea de Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça, organizada por Aristides Malheiros e publicada sob o título de "REGIMENTO DAS CORREIÇÕES". Trata-se, porém, de obra editada nos idos de 1939, cujo contexto, por isso mesmo, se encontra inteiramente desatualizado.

Não há dúvida, pois, que "MANUAL DAS CORREIÇÕES", vem preencher uma lacuna que de há longa data se vinha fazendo sentir, tanto em nosso Fórum judicial como extrajudicial, razão pela qual não podemos deixar de louvar o Dr. ENNIO BASTOS DE BARROS pela feliz iniciativa, que tomou, de nos brindar com a publicação de tão utilíssimo trabalho.

NO JARDIM DE ACADEMUS...

Não passará, jamais,
de um sonho em vão,
pretenderes que um dia,
nas Humanas Colméias,
frutifiquem as áureas,
nobilíssimas Idéias,
que expões em tua augural filosofia ...
- Dizes que a Idade de Ouro,
o predomínio universal
dos Puros, dos Melhores,
há de, por fim, surdir na Terra
para ventura da Espécie Humana...
Mas, como e onde achar
tão sublimes, tão miraculosos
Seres superiores,
se na mais requintada Sociedade
é total a mediocridade,
e estamos todos cada vez piores?!

ELEGIA DOS PASSOS PERDIDOS

Extingue-se a Presença
que o Tempo revelara
sem claro sentido.
Subsiste, apenas,
na lembrança de alguns,
o nome que a distingue.
Nítido, a princípio.
vai, porém, se diluindo aos poucos
na memória de todos ...
Extingue-se a presença ...
E com ela o drama de ser
o que sendo não fora...
Nos caminhos inúteis
com afan perseguidos,
- só os rastros ficaram
de seus passos perdidos.

FONTES TORRES

LEI N.º 5.049 - DE 29 DE JUNHO DE 1966

Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O art. 61 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

" § 5.º. Os contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou entidades que integrem o Sistema Financeiro da Habitação, bem como as operações efetuadas por determinação da presente Lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, os quais poderão ser impressos, não se aplicando aos mesmos as disposições do art. 134, II, do Código Civil, atribuindo-se o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, aos contratos particulares firmados pelas entidades acima citados até a data da publicação desta Lei.

§ 6.º. Os contratos de que trata o parágrafo anterior serão obrigatoriamente rubricados por todas as partes em todas as suas folhas.

§ 7.º. Todos os contratos, públicos ou particulares, serão obrigatoriamente transcritos no Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua assinatura, devendo tal obrigação figurar como cláusula contratual".

Art. 2.º ... vetado ...

Art. 3.º. O art. 30 da Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Todas as operações do Sistema Financeiro de Habitação, a serem realizadas por entidades estatais, paraestatais e sociedades de economia mista, em que haja participação majoritária do Poder Público, mesmo quando não integrante do Sistema Financeiro de Habitação em financiamento de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, serão obrigatoriamente corrigidas de acordo com os índices e normas fixados na conformidade desta Lei, revogadas as alíneas a e b do art. 6.º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1.º. Incorrerá nas penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União o funcionário ou autoridade que, por ação ou omissão, no exercício das funções de seu cargo, não cumprir o disposto neste artigo.

§ 2.º. Os índices e critérios de correção monetária mencionados neste artigo e fixados pelo Conselho Nacional de Economia, segundo normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Habitação, aplicam-se aos §§ 2.º e 3.º do art. 52 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 3.º ... vetado ...

Art. 4.º. O art. 35 da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 8.º. Para os efeitos da contribuição de que trata este artigo, considera-se empresa o empregador como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, bem como repartições públicas, autárquicas, quaisquer outras entidades públicas ou sociedades incorporadas, administradas ou concedidas pelo Poder Público, em relação aos respectivos servidores que sejam contribuintes de Institutos de Aposentadoria e Pensões".

Art. 5.º. O art. 34 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

"Art. 34. O Banco Nacional de Habitação, por seu Conselho de Administração, fixará o prazo de resgate, os juros e demais características das Letras Imobiliárias de sua emissão".

Art. 6.º. O Banco Nacional de Habitação e as autarquias bancárias, cujo regime de pessoal os filie à Consolidação das Leis do Trabalho, terão a remuneração e os salários de seus dirigentes, conselheiros e servidores, submetidos à aprovação do Conselho Monetário Nacional e seu regime de trabalho fixado pelo respectivo Conselho de Administração, não se lhes aplicando as disposições da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, e a legislação subsequente sobre vencimentos e vantagens dos servidores públicos civis da União.

Art. 7.º. São canceladas, e conseqüentemente devem ser arquivadas pela autoridade judiciária competente, as ações de despejo movidas por Instituto de Aposentadoria e Pensões contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino, desde que não motivadas por falta de pagamento do aluguel convencionado.

Art. 8.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,
Art. 9.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 29 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.
H. CASTELLO BRANCO
Octávio Bulhões
Walter Peracchi Barcellos

LEI N.º 5.433 - DE 8 DE MAIO DE 1968
Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É autorizada, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, estes de órgãos federais, estaduais e municipais.

§ 1.º. Os microfilmes de que trata esta Lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dele.

§ 2.º. Os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração.

§ 3.º. A incineração dos documentos microfilmados ou sua transferência para outro local far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio.

§ 4.º. Os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, vedada sua saída sob qualquer pretexto.

§ 5.º. A eliminação ou transferência para outro local dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio pela autoridade competente.

§ 6.º. Os originais dos documentos ainda em trânsito, microfilmados não poderão ser eliminados antes de seu arquivamento.

§ 7.º. Quando houver conveniência, ou por medida de segurança, poderão excepcionalmente ser microfilmados documentos ainda não arquivados desde que autorizados por autoridade competente.

Art. 2.º. Os documentos de valor histórico não deverão ser eliminados podendo ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos mesmos.

Art. 3.º. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias, a presente Lei, indicando as autoridades competentes, nas esferas federais, estaduais e municipais para a autenticação de traslados e certidões originárias de microfilmagem de documentos oficiais.

§ 1.º. O decreto de regulamentação determinará, igualmente, quais os cartórios e órgãos públicos capacitados para efetuar a microfilmagem de documentos particulares, bem como os requisitos que a microfilmagem realizada por aqueles cartórios e órgãos públicos devem preencher para serem autenticados, a fim de produzirem efeitos jurídicos em juízo ou fora dele, quer os microfilmes, quer os seus traslados e certidões originárias.

§ 2.º. Prescreverá também o decreto as condições que os cartórios competentes terão de cumprir para a autenticação de microfilmes realizados por particulares, para produzir efeitos jurídicos contra terceiros.

Art. 4.º. É dispensável o reconhecimento da firma da autoridade que autenticar os documentos oficiais arquivados, para efeito de microfilmagem e os traslados e certidões originais de microfilmes.

Art. 5.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

Luis Antonio da Gama e Silva

A. COSTA E SILVA

Publicado no "Diário Oficial da União" de 10/5/68.

LEI N.º 5.439 - DE 22 DE MAIO DE 1968

Altera a Lei n.º 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores

de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Os arts. 1.º, 2.º, 4, 6 e 15, § 2.º, da Lei n.º 5.258, de 10 de abril de 1967, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º. Os menores de 18 anos ficarão sujeitos, pela prática de fatos considerados infrações penais, às normas estabelecidas nesta Lei".

"Art. 2.º. São as seguintes as medidas aplicáveis aos menores de 14 a 18 anos:

I - se os motivos e as circunstâncias do fato e as condições do menor não evidenciam periculosidade, o juiz poderá deixá-lo com o pai ou responsável, confiá-lo a tutor ou a quem assuma a sua guarda, ou mandar interná-lo em estabelecimento de reeducação ou profissional e, a qualquer tempo, revogar ou modificar a decisão;

II - se os elementos referidos no item anterior evidenciam periculosidade, o menor será internado em estabelecimento adequado, até que, mediante parecer do respectivo diretor ou do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o juiz declare a cessação da periculosidade.

§ 1.º. Completada a maioria sem que haja sido declarada a cessação da periculosidade, observar-se-ão os §§ 2.º e 3.º do art. 7.º do Decreto-lei número 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

§ 2.º. O juiz poderá sujeitar o menor desligado, em virtude de cessação de periculosidade à vigilância, nas condições e pelo prazo que fixar, e cassar o desligamento no caso de inobservância das condições ou de nova revelação de periculosidade".

"Art. 4.º. Quando se tratar de menor de 14 anos, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da ocorrência, fará apresentar o menor e as testemunhas ao juiz competente que procederá, sem juízo do disposto nesta Lei, na forma dos artigos 68 e seus parágrafos e 79 do Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), com audiência do Ministério Público".

"Art. 6.º. A decisão definitiva do Juiz ficará sujeita a reexame do Conselho de justiça do Distrito Federal, ou de órgão judiciário correspondente nos Estados, a pedido do Ministério Público, ou do pai ou responsável.

Parágrafo único. O pedido de reexame terá efeito devolutivo e será apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação, devendo os autos subir no prazo de 5 (cinco) dias, após ouvidos, em tríduo o Ministério Público, e, quando for o caso, o pai ou responsável. O órgão revisor poderá determinar as diligências que entender convenientes para seu esclarecimento".

"Art.

15
.....
.....

§ 2.º. Da decisão do juiz, caberá reexame nos termos do art. 6.º, quando a multa for superior a 2 (dois) salários-mínimos vigentes na região".

Art. 2.º. O valor da multa referida no art. 128, § 7.º, do Decreto número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, não poderá ser inferior à metade nem superior ao dobro do salário-mínimo vigente na região, por menor admitido, aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1968, 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antonio da Gama e Silva

Publicado no "Diário Oficial da União" de 23/5/68.

DECRETO N.º 62.504 - DE 8 DE ABRIL DE 1968

Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 83, item II, da Constituição:

Considerando que o Artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e o Artigo 11 e

parágrafos do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, tem o objetivo precípuo de evitar a proliferação de novos minifúndios; proibindo os desmembramentos de imóveis rurais quando esses resultem na criação de novas propriedades minifundiárias;

Considerando que a legislação acima referida não está regulamentada, de modo a permitir o desmembramento do imóvel rural em parcela de área inferior à exigida, quando essa se destinar a obras de necessidade ou utilidade pública, obras de infra-estrutura ou atividades outras de interesse para as comunidades;

Considerando que as obras da espécie acima referida retiram a condição de imóvel rural das áreas em que são executadas;

Considerando, ademais, que a execução de tais obras virá possibilitar o efetivo desenvolvimento do meio rural, contribuindo para seu desenvolvimento econômico e seu progresso social, decreta:

Art. 1.º. Os desmembramentos disciplinados pelo Art. 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, e pelo Art. 11 do Decreto-Lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, são aqueles que implicam na formação de novos imóveis rurais.

Art. 2.º. Os desmembramentos de Imóvel rural que visem a constituir unidades com destinação diversa daquela referida no Inciso I do Artigo 4.º da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, não estão sujeitos as disposições do Art. 65 da mesma lei e do Art. 11 do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, desde que, comprovadamente, se destinem a um dos seguintes fins:

I - Desmembramentos decorrentes de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, na forma prevista no Artigo 590, do Código Civil Brasileiro, e legislação complementar.

II - Desmembramentos de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, tais como:

a) Os destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:

- 1 - postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, garagens e similares;
- 2 - lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
- 3 - silos, depósitos e similares.

b) os destinados a fins industriais, quais sejam:

- 1 - barragens, represas ou açudes;
- 2 - oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
- 3 - extrações de minerais metálicos ou não e similares;
- 4 - instalação de indústrias em geral.

c) os destinados à instalação de serviços comunitários na zona rural, quais sejam:

- 1 - portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares;
- 2 - colégios, asilos, e creches, casas de patronatos, centros de educação física e similares;
- 3 - centros culturais, sociais, recreativos, assistências e similares;
- 4 - postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares;
- 5 - igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, santuários ou campos santos e similares;
- 6 - conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas;
- 7 - Áreas de recreação públicas, cinemas, teatros e similares.

Art. 3.º. Os desmembramentos referidos no inciso I do Artigo ... desse decreto independem de prévia autorização do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, devendo o desapropriado:

- a) apresentar nova Declaração de Propriedade de Imóvel Rural referente a área remanescente;
- b) juntar à nova Declaração, aptidão atualizada da transcrição mobiliária, em que conste a averbação do ato expropriatório, referindo, expressamente, a área desmembrada.

Art. 4.º. Os desmembramentos resultantes de transmissão a qualquer título, de frações ou parcelas de imóvel rural para os fins especificados no inciso II do Artigo 2.º do presente Decreto, serão necessariamente limitados à área que, comprovadamente, for necessária à realização de tais objetivos e dependerão de prévia autorização, por parte do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Parágrafo único. A autorização de que trata o presente artigo será concedida mediante requerimento firmado pelo proprietário e instruído com os seguintes documentos:

- a) Recibo Certificado de Cadastro do Imóvel referente ao último exercício fiscal, no original por fotocópia autenticada ou pública-forma;

- b) certidão atualizada da transcrição imobiliária, referente ao imóvel que se pretende desmembrar;
- c) planta da área do imóvel rural, identificando e localizando a área da parcela a ser desmembrada;
- d) declaração, fornecida pelo Prefeito do município onde se localiza o imóvel, com firma reconhecida, expressando a concordância do Poder Público Municipal com o desmembramento pretendido e especificando o fim a que se destina a parcela a ser desmembrada;
- e) declaração, com firma reconhecida, do pretendente à aquisição da parcela a ser desmembrada, comprometendo-se, no caso de ser autorizada a transação, a adquiri-la e destiná-la aos fins previstos.

Art. 5.º. O instrumento público ou particular relativo à transmissão, a qualquer título, de parcela do imóvel rural, efetuada com base neste Decreto, deverá consignar, expressamente, o inteiro teor da autorização emitida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, devendo esta ser igualmente averbada à margem da transcrição do título no Registro de Imóveis.

Art. 6.º. A autorização a que se refere o Art. 5.º deste Decreto, conterá:

- a) nome e qualidade do alienamento e do adquirente;
- b) número do Recibo-Certificado de Cadastro do Imóvel;
- c) cartório, livro e folhas da transcrição imobiliária do imóvel a ser desmembrado;
- d) fração do imóvel cujo desmembramento é autorizado, mencionando suas divisas e confrontações;
- e) os fins específicos a que se destina a fração objeto do desmembramento;
- f) área remanescente do imóvel desmembrado.

Art. 7.º. O IBRA, através de seus órgãos específicos, baixará as instruções e normas necessárias à execução do presente Decreto.

Art. 8.º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1968;

147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Ivo Arzua Pereira

Publicado no "Diário Oficial da União" de 9/4/68.

DECRETO N.º 62.141 - DE 18 DE JANEIRO DE 1968

Dispõe sobre modalidades de garantias instituídas pelo Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967; - os emolumentos devidos pela inscrição das Cédulas de Crédito Rural e as penalidades a que se sujeitam os Oficiais dos Cartórios do Registro de Imóveis pela não observância dos artigos 34 a 40 do mesmo diploma legal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição e considerando a conveniência de melhor especificar a natureza e o alcance do penhor e da hipoteca cedular, considerando que os emolumentos fixados pelo art. 34 e seguintes do Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, devem ser rigorosa e uniformemente observados pelos Cartórios de todo o território nacional; considerando que a fixação de tais emolumentos, além de visar aos aspectos de ordem econômica e social relacionados com o desenvolvimento rural do País, resultou, também, da justa avaliação da remuneração dos serventuários, já que o processo de inscrição das Cédulas de Crédito Rural, é extremamente simplificado, pois apenas requer a transcrição sumária dos requisitos essenciais, única e exclusivamente no Livro n.º 9, instituído pelo Decreto n.º 61.132, de 3 de agosto de 1967, e a segurança do ato é completada com o simples arquivamento, em Cartório, de cópia autenticada da cédula levada a registro, considerando que, em se tratando de cédulas de crédito rural, o que se inscreve é a própria cédula e não a garantia de per si; considerando que é inalienável a quota de remuneração do juiz de Direito da Comarca, por seus trabalhos de correção dos livros e inscrição nas Cédulas de Crédito Rural; considerando a necessidade de disciplinar, em todas as unidades da Federação, a cobrança dos emolumentos estipulados em lei federal, para não sujeitar o ruralista as tabelas regimentais, que encarecem sobremodo o crédito rural;

considerando que, nos termos do artigo 78 do Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, a inscrição da cédula de crédito rural independe da apresentação do Certificado de Cadastro expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária decreta:

Art. 1.º. O penhor e a hipoteca criados pelo Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, nascem com a descrição, nas Cédulas de Crédito Rural, dos bens oferecidos em garantia das dívidas a que lhes correspondem, e produzem todos os efeitos decorrentes de sua constituição, a partir da assinatura delas pelo emitente e pelo terceiro prestatante da garantia, se for o caso.

Art. 2.º. Perante terceiros, a eficácia do penhor e da hipoteca constituídos na forma do art. 1.º depende da inscrição da cédula, apenas no livro n.º 9, a que se refere o Decreto n.º 61.132, de 3 de agosto de 1967.

Art. 3.º. Na descrição do imóvel em que se acham os bens objeto do penhor a que se refere o inciso V dos artigos 14 e 25 do Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, dispensa-se qualquer referência a títulos de domínio e confrontações.

Art. 4.º. Os emolumentos devidos pelos atos de inscrição, averbação e cancelamento das Cédulas de Crédito Rural, regem-se, em todo o território nacional, pelas normas dos arts. 34 a 40 do Decreto-lei n.º 167 e do Decreto n.º 61.132, e não excederão em hipótese alguma, das percentagens fixadas pelos arts. 34 e 36 do mesmo Decreto-lei.

§ 1.º. Os emolumentos cobrados em excesso serão restituídos em dobro, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis ao serventuário responsável.

§ 2.º. A restituição a que se refere o parágrafo anterior destinar-se-á, em partes iguais, ao apresentante do título e ao Fundo Geral para Agricultura e Indústria FUNAGRI, do Banco Central do Brasil, observados, quanto a este, os termos do parágrafo 3.º do art. 38, do Decreto-Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 5.º. A aplicação das multas e penalidades estabelecidas neste Decreto e atribuição do Juiz de Direito da Comarca ou de seu substituto legal.

Art. 6.º. A inscrição da cédula de crédito rural independe da apresentação do Certificado de Cadastro expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 7.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de janeiro de 1968;

147.º da Independência e 80.º da República.

ESTADUAIS

LEI N.º 9.939, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1967

Autoriza o servidor público a gozar férias em um ou dois períodos.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As férias a que têm direito os servidores poderão ser gozadas em um ou dois períodos, de acordo com a conveniência do serviço público.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de dezembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

José Henrique Turner

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 6 de dezembro de 1967.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 9/12/67.

LEI N.º 10.027, DE 11 DE JANEIRO DE 1968

Dispõe sobre a criação da Vara Distrital de Pinheiros, da 2.ª Vara da Comarca de Osasco e dá outras providências.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - É criada a Vara Distrital de Pinheiros, com competência prevista no artigo 48 da Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 9.508, de 13 de setembro de

1966, e pelo artigo 12 desta lei.

Parágrafo único - A Vara Distrital criada por este artigo abrange os subdistritos de Pinheiros, Butantã e Vila Madalena.

Artigo 2.º - É criada a 2.ª Vara da Comarca de Osasco, classificada em 4.ª Entrância e com jurisdição cumulativa com a 1.ª Vara dessa comarca, cabendo a Presidência do Tribunal do Júri e a Corregedoria Permanente à 1.ª Vara e o Serviço de Menores e as Execuções Criminais à 2.ª.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 3.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 4.º - É criado 1 (um) cartório para servir a Vara Distrital de Pinheiros.

Artigo 5.º - São criados, na Parte Permanente, do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - destinados à Vara Distrital de Pinheiros:

1. 1 (um) cargo de juiz de Direito de Entrância Especial, padrão "F";
2. 1 (um) cargo de Promotor de Justiça de Entrância Especial, padrão "F";

II - destinados à lotação do cartório criado artigo anterior:

1. Vetado.
2. 1 (um) cargo de Primeiro- Escrivente, referência "73";
3. 1 (um) cargo de Segundo Escrivente, referência "72";
4. 2 (dois) cargos de Terceiro Escrivente, referência "70";
5. 2 (dois) cargos de Oficial de Justiça, referência "36".

Artigo 6.º - São criados, na Parte Permanente, do Quadro da Justiça, 1 (um) cargo de juiz de Direito de 4.ª Entrância, padrão "E", e 1 (um) de Promotor de Justiça de 4.ª Entrância, padrão "E", destinados à 2.ª Vara da Comarca de Osasco.

Artigo 7.º - Vetado.

Artigo 8.º - Vetado.

Artigo 9.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 10 - O Tribunal do Júri, nas comarcas de Osasco, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Barueri, Cotia e Mairiporã, reunir-se-á nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Artigo 11 - As 11.ª e 12.ª Varas da Comarca da Capital, privativas das contravenções e demais matérias referidas no artigo 2.º, letra "a", do Decreto-lei n.º 16.153, de 27 de setembro de 1946, passam a ter competência em todos os processos criminais, exceto os do Tribunal do Júri, distribuindo-se, também, entre as demais varas criminais, os processos que são de sua competência privativa.

Artigo 12 - Vetado.

Artigo 13 - Vetado

Artigo 14 - As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.

Artigo 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de janeiro de 1963.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 11 de janeiro de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

Publicado no "Diário Oficial" de 12/1/68

LEI N.º 10.034, DE 26 DE JANEIRO DE 1968

Dispõe sobre a revogação da Lei n.º 7.503, de 27 de novembro de 1962.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que, nos termos; do artigo 24 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica revogada a Lei n.º 7.503, de 27 de novembro de 1962, que assegura ao Oficial Maior dos Cartórios não oficializados, que conte mais de 10 (dez) anos de serviço, o direito à estabilidade na função.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de janeiro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 26 de janeiro de 1968

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 7/2/68.

LEI N.º 10.043, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1968

Dispõe sobre dispensa do limite de idade em concurso público.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam dispensados do limite de idade para inscrição em concurso público de provas ou de provas e títulos, para provimento de cargo público, os serventuários, escreventes, fiéis e demais auxiliares de cartório não oficializados.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 6 de fevereiro de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 7/2/1968.

LEI N.º 10.069, DE 9 DE ABRIL DE 1968

Da nova redação ao artigo 13 da Lei n.º 560, de 27 de dezembro de 1949

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 13 da Lei n.º 560, de 27 de dezembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 13 - O juiz poderá estender os benefícios previstos no artigo 8.º desta lei à própria família do menor necessitado, preenchidos os requisitos do artigo 3.º.

Parágrafo único - O juiz poderá, também, de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Conselho Superior da Magistratura, beneficiar instituições que se destinem ao acolhimento de menores necessitados e que adotem o regime de semi-internato".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de abril de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva - Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 9 de abril de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 10/4/68.

LEI N.º 10.070, DE 9 DE ABRIL DE 1968

Dispõe sobre pagamento de licença-prêmio em pecúnia

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que, nos termos § 1.º do artigo 24 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Somente o funcionário efetivo, que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de serviço, poderá optar pelo gozo da metade do período de licença-prêmio a que tiver direito, recebendo, em dinheiro, importância equivalente aos vencimentos correspondentes à outra metade.

Parágrafo único - Para o fim previsto no presente artigo, levar-se-á em consideração todo o tempo de serviço prestado a qualquer título, pelo funcionário efetivo, desde que atendidas as condições estabelecidas para obtenção da vantagem.

Artigo 2.º - O cálculo, a que se refere o artigo 1.º, será efetuado com base na referência ou padrão de vencimentos à época da opção.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor da data da sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis ns. 2.069, de 24 de dezembro de 1952, 2.225 de 10 de agosto de 1953, 2.340, de 20 de outubro de 1953, 2.776, de 17 de novembro de 1954, e 6.862, de 9 de agosto de 1962.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de abril de 1968.

ROBERTO DA COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arrôbas Martins - Secretário da Fazenda

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 9 de abril de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto.

LEI N.º 10.079, DE 24 DE ABRIL DE 1968

Dispõe sobre o direito de opção por ofício vago ou que venha a vagar, para os serventuários, nos casas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Nelson Pereira, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do § 3.º do artigo 26 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos serventuários que sofreram, sem que lhes haja sido proporcionada compensação, ou vierem a sofrer perda de anexo de tabelionato, em virtude de criação e instalação de comarca, é assegurado o direito de opção por ofício vago ou que venha a se vagar.

Parágrafo único - Terá preferência para provimento da vaga existente, ou que vier a se verificar na respectiva comarca, o serventuário que nela tiver sofrido a perda a que se refere o presente artigo.

Artigo 2.º - Os serventuários de que trata o artigo anterior terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para requerer ao Secretário da Justiça a opção para a serventia vaga, que deverá ser da mesma classe do ofício em que atualmente exercem o cargo.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos 24 de abril de 1968.

Nelson Pereira. Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 24 de abril de 1968.

Lafayette Soares de Paula, Diretor Geral Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 24/4/68.

LEI N.º 10.095, DE 3 DE MAIO DE 1968

Dispões sobre o Serviço de Verificação de Óbitos do Município de São Paulo e dá outras providências.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Serviço de Verificação de óbitos do Município da Capital (S.V.O.C.), anexado pelo Decreto n.º 10.139, de 18 de abril de 1939, ao Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, fica reorganizado nos termos da presente lei.

Artigo 2.º - O Serviço de que trata o artigo anterior prestará colaboração técnica, didática e científica ao Departamento de Anatomia Patológica, participando de seus trabalhos e funcionando nas suas dependências e instalações.

Artigo 3.º - O Professor Catedrático do Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo é o Diretor do S.V.O.C. e será auxiliado, na execução dos serviços técnicos, pelos Assistentes do mesmo Departamento.

Parágrafo único - Não serão remunerados pelas atividades que exercerem no S.V.O.C., o Professor Catedrático e os Assistentes do mencionado Departamento.

Artigo 4.º - Compete ao S.V.O.C.:

I - realizar as necropsias dos indivíduos falecidos de morte natural no Município da Capital, sem atestado médico ou com atestado de moléstia mal definida, inclusive dos que lhe forem encaminhados pelo Instituto Médico-Legal do Estado, da Secretaria da Segurança Pública;

II - expedir atestados de óbito pós-necropsia e proceder ao seu registro em Cartórios de Registro Civil quando se tratar de corpos não reclamados;

III - expedir ordens para sepultamentos dos corpos não reclamados;

IV - comunicar ao Instituto Oscar Freire os casos suspeitos de morte não natural;

V - remover para o Instituto Oscar Freire os casos previstos no item anterior, ou permitir que o médico-legista do referido Instituto complete a necropsia no próprio S.V.O.C. e redija o respectivo laudo;

VI - fazer as necessárias comunicações ao Serviço de Estatística Demógrafo-Sanitária;

VII - fiscalizar o embarque de cadáveres, ossadas ou restos exumados para fora do Município da Capital, expedindo os competentes livre-trânsitos;

VIII - exigir estrita obediência à legislação sanitária e às convenções internacionais nas formalizações e embalsamentos;

IX - lacrar as urnas funerárias que se destinem ao Exterior.

Artigo 5.º - Os Oficiais do Registro Civil, dos municípios onde haja Serviço de Verificação de Óbitos legalizado, não registrarão atestados de óbitos com moléstia mal definida, encaminhando os interessados ao S.V.O.C. que providenciará a necropsia. Se, após esta, a moléstia não for esclarecida, os Cartórios de Registro civil registrarão o atestado expedido pelo S.V.O.C.

Parágrafo único - Os Cartórios de Registro Civil não cobrarão emolumentos pelo registro dos atestados de óbito expedidos pelo S.V.O.C.

Artigo 6.º - As ordens de sepultamento serão expedidas pelos Cartórios de Registro Civil mediante apresentação do atestado de óbito.

Artigo 7.º - Os corpos entregues pela Polícia ao S.V.O.C. desacompanhados do atestado de óbito somente serão restituídos às famílias após necropsia recusando-se atestados exibidos depois daquela entrega.

Parágrafo único - No caso de apresentação de dois atestados de óbito para o mesmo corpo, será aceito o do médico que assistiu o doente nos últimos momentos de vida.

Artigo 8.º - Fica o S.V.O.C. autorizado a sepultar, após 48 (quarenta e oito) horas da entrega, os corpos não reclamados.

Artigo 9.º - Quando, após exame Histopatológico, forem substancialmente modificados ou completados os diagnósticos macroscópicos da causa de morte e doença, o S.V.O.C. retifica-os-á através de ofício ao Serviço de Estatística Demógrafo-Sanitária.

Artigo 10.º - O transporte de cadáver somente poderá ser efetuado se obedecidas as seguintes condições:

I - até o máximo de 24 (vinte e quatro) horas entre o falecimento e o sepultamento, sem conservação a critério do S.V.O.C.;

II - no prazo previsto no item anterior, exigindo-se caixão funerário com fundo metálico, caso o corpo tenha sido necropsiado;

III - quando o falecimento decorreu de moléstia infecto-contagiosa, o sepultamento será feito em urna metálica soldada;

IV - será exigida formolização simples do cadáver ou sua colocação em urna metálica soldada, quando se tratar de sepultamento a ser feito em território nacional entre 24 (vinte e quatro) e 72 (setenta e duas) horas após o falecimento;

V - para prazo maior do que o estabelecido no item anterior e sempre que se tratar de remoção para o Exterior, exigir-se-á embalsamamento completo, adotadas as convenções, lei e regulamentos sanitários estabelecidos pelo Acordo Internacional relativo ao transporte de corpos, assinado em Berlim em 10 de fevereiro de 1937 e publicado no "Office International d'Hygiène Publique", 1.º semestre de 1937; e

VI - o transporte de ossada será feito em urnas metálicas soldadas, aplicando-se, no caso de remoção para o Exterior, as disposições do item anterior.

§ 1.º - Serão fornecidos ao S.V.O.C., respectivamente, atestados selados e atas das formalizações e embalsamentos de que tratam os itens IV e V deste artigo, dispensando-se a selagem nos atestados de formolização expedidos por serviços oficiais.

§ 2.º - Aos médicos do S.V.O.C. caberá lacrar as urnas funerárias que se destinem ao Exterior. Serão impugnados os embalsamentos e as embalagens que não observarem os requisitos do Acordo Internacional, mencionado no item V deste artigo.

§ 3.º - Qualquer transporte de corpos de indivíduos falecidos de morte violenta somente será permitido com autorização policial e atestado de óbito assinado por médico-legista do Estado.

11 - Aplicar-se-ão, no que couber, aos corpos em trânsito pelo Município da Capital, as

exigências, contidas no artigo anterior.

Artigo 12.º - As atribuições de que tratam os itens I, II, e III do artigo 4.º poderão ser, subsidiariamente delegadas às seguintes instituições:

I - ao Hospital de Isolamento "Emílio Ribas", para a realização de necropsias de indivíduos falecidos no próprio Hospital;

II - à Diretoria de Patologia do Instituto "Adolfo Lutz", para a realização de necropsias de indivíduos falecidos no Hospital de Isolamento "Emílio Ribas", quando solicitadas pelo Diretor deste último Hospital; e

III - à Escola Paulista de Medicina, os corpos dos falecidos no Hospital São Paulo, bem como os cadáveres que lhe forem encaminhados de acordo com o parágrafo único do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 15.373, de 26 de dezembro de 1945.

§ 1.º - As instituições a que se referem os itens I e II deste artigo comunicarão ao Instituto Médico-Legal do Estado os casos em que haja suspeita de morte não natural.

§ 2.º - As necropsias dos falecidos no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo serão realizadas exclusivamente pelo Departamento de Anatomia Patológica da mesma Faculdade.

§ 3.º - As necropsias dos falecidos nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, localizados no Município da Capital só poderão ser realizadas pelo Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Ciências Médicas dos Hospitais daquela Santa Casa.

§ 4.º - Os serviços de verificação de óbitos de interior do Estado, nos termos do estabelecido na presente lei, só poderão ser executados, nas cidades onde funcionarem Faculdades de Medicina oficiais ou reconhecidas, pelos respectivos Departamentos de Anatomia Patológica.

§ 5.º - Será permitida a realização de necropsias em hospitais particulares da Capital, mediante autorização do Governo do Estado, ouvido previamente o S.V.O.C.

Artigo 13.º - É revogado o artigo 8.º da Lei n.º 990, de 12 de fevereiro de 1951.

Artigo 14.º - O orçamento do Estado consignará à Universidade de São Paulo, de forma específica, recursos necessários ao funcionamento do S.V.O.C., correndo, no exercício de 1968, as despesas do S.V.O.C., de acordo com as dotações orçamentárias próprias e já previstas.

Parágrafo único - A Universidade respeitará a destinação dos recursos consignados nas condições deste artigo, reservando, para o S.V.O.C., os saldos que porventura foram apurados para abertura de créditos aos exercícios subsequentes.

Artigo 15.º - Esta lei, será regulamentada pelo Poder Executivo dentro de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Artigo 16.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 17.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, aos 3 de maio de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva, Secretário da Justiça.

Walter Sidnei Pereira Lese, Secretário da Saúde.

Hely Lopes Meirelles, respondendo pelo expediente da Secretaria da Segurança Pública.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de maio de 1968.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

LEI N.º 10.117, DE 16 DE MAIO DE 1968

Dispõe sobre a jurisdição das varas distritais que especifica e dá outras providências.

O governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica anexado à Vara Distrital de Santo Amaro o território do Subdistrito de Ibirapuera (Brooklin Paulista).

Artigo 2.º - A Vara Distrital de Casa Verde compreenderá subdistrito de igual nome e os de Limão, Cachoeira e Vila Nova Cachoeirinha.

Artigo 3.º - O território do distrito de Emerlino Matarazzo passa à jurisdição de Vara Distrital de São Miguel Paulista.

Artigo 4.º - A jurisdição das varas distritais, nas vias públicas que delimitam seu território, abrange todo o leito dessas ruas e os imóveis que lhes sejam fronteiras.

Artigo 5.º - É criado na Parte Permanente do Quadro da justiça 1(um) cargo de Promotor de Justiça Substituto, padrão "A", destinado à XXXVI Circunscrição Judiciária.

Artigo 6.º - A despesa decorrente desta lei será atendida pelas dotações próprias do orçamento.

Artigo 7.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva - Secretário da Justiça.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 16 de maio de 1968.

Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo Substo.

Publicado no "Diário Oficial" de 17/5/1968.

DECRETO N.º 49.153, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1967

Aprova o Regulamento da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, criada pela Lei 9.589, de 30 de dezembro de 1966

Roberto Costa de Abreu Sodré, governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - A arrecadação da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos reger-se-á pelas normas do Regulamento que acompanha o presente Decreto e que substitui o aprovado pelo Decreto n.º 47.761, de 17 de fevereiro de 1967.

Artigo 2.º - Este Decreto entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1968.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luís Arrôbas Martins

Publicado na Casa Civil, aos 28 de dezembro de 1967.

Marcelo A. Monteiro de Oliveira, Responsável pelo S.N.A.

REGULAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

CAPÍTULO I

Da incidência e do contribuinte

Artigo 1.º - A Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, criadas pela Lei n.º 9.589, de 30 de dezembro de 1966, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9.996, de 20 de dezembro de 1967, incidirá sobre os atos, serviços e atividades decorrentes de serviços públicos ou do poder de polícia, constantes das Tabelas anexas, e será arrecadada nos termos deste Regulamento.

Artigo 2.º - O tributo é devido por quem solicitar a prestação do serviço ou a prática do ato formal pressuposto da atividade do poder de polícia, ou for o beneficiário direto do serviço ou da atividade.

Parágrafo único - O servidor público, inclusive o serventuário de ofício, que prestar o serviço, realizar a atividade ou formalizar o ato pressuposto do fato gerador do tributo, sem o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente com o sujeito passivo tributário, pela taxa não recolhida, bem assim pela multa cabível.

CAPÍTULO II

Dos prazos e da Forma de Recolhimento

Artigo 3.º - Salvo as hipóteses previstas nos parágrafos seguintes, o recolhimento da taxa far-se-á antes da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 1.º - O pagamento de tributo devido pelos alvarás anuais de que tratam os números 2, 3 e 4 da Tabela "B", deverá ser efetuado, de uma só vez, até o último dia do mês de fevereiro do ano a que disserem respeito, sendo facultado, quanto aos alvarás anuais a que se refere o número "3", de valor igual ou superior a NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos), o recolhimento em duas parcelas semestrais, da seguinte forma:

a) 1.ª parcela - até o último dia do mês de fevereiro;

b) 2.ª parcela - até 30 de junho.

§ 2.º - Em qualquer caso, quando se tratar de estabelecimento novo, o pagamento parcelado ou

total do tributo deve preceder ao início da atividade, sendo devido proporcionalmente a partir do semestre em que este ocorrer.

§ 3.º - Na expedição de certidões a que se refere o número 6, inciso VII, da Tabela "A", o pagamento antecipado da taxa referir-se-á apenas ao devido relativamente à primeira folha, cobrando-se posteriormente, antes do efetivo fornecimento, o tributo devido pelas páginas subsequentes.

Artigo 4.º - O tributo será recolhido, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, mediante guia, às repartições arrecadadoras da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º - Em relação às incidências previstas na Tabela "A", de números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10 e 12, o recolhimento será feito mediante estampilhas especiais, que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a emitir.

§ 2.º - A Secretaria da Fazenda poderá estender a forma de recolhimento, a que se refere o parágrafo anterior, a outras incidências da Tabela "A", bem como limitá-la ao número menor que o previsto.

§ 3.º - O recolhimento mediante guia ou estampilhas, a que se refere este artigo e os parágrafos 1.º e 2.º, poderá se substituindo pelo processo de selagem ou autenticação mecânica, nas guias, formulários ou requerimentos, a critério da Secretaria da Fazenda, na forma das instruções que forem expedidas.

§ 4.º - Sempre que o interesse: do serviço o aconselhar, poderá a Secretaria da Fazenda determinar que as guias destinadas ao recolhimento do tributo sejam previamente visadas por órgão fiscal,

Artigo 5.º - A guia de recolhimento do tributo, para ser admitida pela Secretaria da Fazenda, deve, obrigatoriamente, obedecer a modelo por ela aprovado.

Parágrafo único - O número de vias em que cada modelo deverá ser impresso e o respectivo destino serão também estabelecidos pela Secretaria da Fazenda.

Artigo 6.º - O requerimento do interessado, solicitando a prática do ato, a prestação do serviço ou o exercício da atividade, será instruído com a prova do pagamento do tributo, sempre que este seja exigido antes da ocorrência do fato gerador.

§ 1.º - A prova do pagamento do tributo será feita:

a) mediante a apresentação da guia, de recolhimento do tributo indicada pela Secretaria da Fazenda, a qual será arquivada pela repartição ou órgão incumbido de praticar ou processar o ato tributado, ou instruirá, sendo o caso, o respectivo processo;

b) mediante a utilização de estampilhas especiais, em relação aos atos da Tabela "A" a que se refere o artigo 4.º, §§ 1.º e 2.º, ressalvada a permissão de recolhimento por guia.

§ 2.º - No caso de recolhimento por guia, deverão ser transcritos, sempre que possível, no contexto do documento que formalizar o ato, os elementos essenciais da guia quitada, notadamente o nome do órgão arrecadador e a data do recolhimento.

Artigo 7.º - Em se tratando de recolhimento mediante estampilhas, com referência aos números 1, 3, 5, 6, 8, 9 e 12, da Tabela "A", estas serão aderidas e inutilizadas no requerimento ou formulário solicitando a prática do ato ou serviço e, quanto aos números 2 e 10 da mesma Tabela, no documento a ser fornecido.

Parágrafo único - A secretaria da Fazenda, no interesse dos serviços, poderá disciplinar de forma diversa o disposto neste artigo.

CAPÍTULO III

Das Isenções

Artigo 8.º - São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos:

I - as certidões fornecidas pelos serventuários da Justiça, que comprovem o direito a recolhimento de custas a serem adiantadas pela Fazenda ou que em seus cofres estejam depositadas.

II - os atos relativos à situação dos servidores públicos em geral, ativos e inativos;

III - os atos de interesse de hansenianos seus filhos e dependentes, bem como de suas Caixas de Beneficência;

IV - os certificados de propriedade de veículos motorizados quando estes pertencerem a consulados ou representantes consulares devidamente credenciados, cujos países concedem reciprocidade de tratamento aos representantes brasileiros;

V - os atos referentes a cooperativas devidamente registradas no Departamento de Assistência ao Cooperativismo;

VI - os atos destinados a fins militares, desde que nelas venha declarado ser essa,

exclusivamente, sua finalidade;

VII - os atos relativos ao alistamento e ao processo eleitoral, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;

VIII - os atos relativos à vida escolar, com referência aos estabelecimentos de ensino oficiais ou oficializados, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;

IX - os alvarás para porte de arma solicitados por autoridades e servidores públicos em razão do exercício de suas funções;

X - os alvarás para funcionamento de cinemas e realização de bailes, desde que sem fito de lucro e sem cobrança de entradas;

XI - os alvarás para funcionamento de cinemas instalados em clubes, associações, entidades religiosas e outras, estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais, desde que os espetáculos sejam destinados exclusivamente à recreação de seus associados ou assalariados;

XII - os atos relativos aos presos pobres;

XIII - os atos relativos às sociedades de economia mista das quais o Estado seja acionista majoritário.

XIV - os atos relativos às companhias teatrais que gozarem da isenção prevista na Lei n.º 9.835, de 28 de agosto de 1967.

CAPÍTULO IV

Das Restituições

Artigo 9.º - O tributo recolhido não será restituível, salvo se as autoridades se negarem a praticar o ato solicitado ou a prestar o serviço relacionado com o pagamento.

CAPÍTULO V

Das Infrações e das Penalidades

Artigo 10 - A regularização da situação do contribuinte ou da parte interessada, perante as repartições públicas, antes de qualquer procedimento do Fisco, só será possível:

a) quando o tributo não for pago no tempo devido mediante o pagamento do dobro do valor fixado na Tabela;

b) quando for pago valor inferior ao devido mediante o recolhimento do dobro da diferença entre a taxa paga e a que deveria pagar de acordo com a Tabela.

Artigo 11 - Sempre que seja exercida atividade sujeita à prévia expedição de alvará ou vistoria, sem a sua obtenção, as autoridades competentes para a sua expedição, seja por conhecimento direito da irregularidade, seja mediante representação da fiscalização, poderão determinar o fechamento do estabelecimento ou a cessação da atividade.

Parágrafo único - A determinação somente será suspensa após o fornecimento do respectivo alvará ou prova de vistoria, o que se dará mediante o pagamento da respectiva taxa, acrescida de multa punitiva correspondente a 2 (duas) vezes o valor do tributo devido.

Artigo 12 - No caso de recolhimento parcelado da taxa, a que se refere o § 1.º do artigo 3.º, o recolhimento espontâneo da 2.ª parcela fora do prazo fixado ficará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) de seu valor e, constatado pelo órgão competente o não recolhimento dessa parcela até 30 (trinta) dias após o vencimento do prazo, será promovida a remessa da dívida para cobrança executiva, com acréscimo da referida multa e sem prejuízo de outras combinações legais ou regulamentares cabíveis.

Artigo 13 - Sem prejuízo da ação penal cabível, ficarão sujeitos à multa de 10 (dez) vezes o valor da taxa devida, multa essa que não será inferior a NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) :

a) os que adulterarem ou falsificarem guias de recolhimento ou contribuir para a sua adulteração ou falsificação, ou ainda, fizerem nesses documentos declarações falsas;

b) os que conservarem, por mais de 8 (oito) dias, guias de recolhimento falsas ou adulteradas ou com declarações falsas, tendo, em qualquer caso, conhecimento dessa circunstância.

Artigo 14 - O titular de cartório responderá pelas infrações deste Regulamento, praticadas em suas notas, ainda que pelo seu substituto ou outro serventuário ou preposto.

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização

Artigo 15 - Sem prejuízo da fiscalização exercida pelos funcionários do quadro da Secretaria da Fazenda, incumbe, também, a fiscalização da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, na parte que lhes for atinente, às autoridades judiciárias, aos serventuários de justiça, e aos servidores públicos estaduais em geral, notadamente aqueles incumbidos da prática do ato ou da prestação do serviço a que a taxa se referir.

Artigo 16 - São obrigados a exibir os documentos e livros relacionados com este tributo, a

prestar as informações solicitadas pelo Fisco e a não embaraçar a ação dos funcionários fiscais:

a) os contribuintes e todos os que tomarem parte nos atos sujeitos ao tributo;

b) os serventuários de justiça;

c) os servidores públicos estaduais em geral.

Parágrafo único - Em caso de recusa ou embaraço à ação fiscal por parte de serventuários de justiça, o funcionário fiscal solicitará ao juiz corregedor competente as providências necessárias ao desempenho de suas funções.

Artigo 17 - As autoridades judiciárias, os serventuários de justiça e os servidores públicos em geral, desde que lhes seja presente qualquer papel em que haja estampilhas com sinais de falsidade ou de já terem sido utilizadas noutro documento, e bem assim, com guia de recolhimento falso, remeterão o papel ao chefe da repartição fiscal ou a quem competir proceder sobre o caso, acompanhado de auto de apreensão. Não sendo possível a remessa, será a irregularidade comunicada por escrito.

Parágrafo único - Os funcionários fiscais apreenderão todos os papéis que encontrarem nas condições deste artigo. Não sendo possível a apreensão será o fato comunicado ao chefe imediato para as providências cabíveis.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Artigo 18 - Nas transmissões de propriedade de veículos motorizados usados, efetuadas por particulares, as repartições estaduais encarregadas dos serviços de trânsito e do registro de veículos, não expedirão certificado de propriedade em nome do adquirente, se este não instruir seu pedido com "Declaração de Venda" devidamente preenchida e assinada pelo vendedor.

Parágrafo único - A "Declaração de Venda" referido neste artigo, em duas vias, obedecerá ao modelo aprovado pela Secretaria da Fazenda e conterá os dados nele estabelecidos, devendo a firma do vendedor ser reconhecida em ambas as vias, que terão o seguinte destino:

a) 1.ª via - será entregue pelo interessado à repartição expedidora do certificado de propriedade, que juntará ao processo respectivo;

b) 2.ª via - será retida pela repartição fiscal no momento da apresentação da guia destinada ao recolhimento do tributo.

Artigo 19 - Na utilização e venda de estampilhas a que se refere o artigo 4.º, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes, notadamente os artigos 5.º a 11 e 33, da Lei n.º 3.672, de 29 de dezembro de 1956.

Artigo 20 - A Secretaria da Fazenda expedirá as instruções complementares que se tornarem necessárias para a execução neste regulamento.

Artigo 21 - Este regulamento entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1968.

Artigo 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Arrôbas Martins

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

TABELA "A"

Atos de Serviços Diversos

1 - AUTO DE EXAME PERICIAL:

a requerimento das partes e referente a impressões digitais
5,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

As estampilhas serão aderidas ao requerimento.

2 - ATESTADO

I - de antecedentes criminais
3,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

As estampilhas serão aderidas ao atestado.

II - de antecedentes policiais
3,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Delegacias de Polícia do

Interior do Estado. As estampilhas serão aderidas ao atestado.

III - de antecedentes políticos
10,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social. As estampilhas serão aderidas ao atestado.

3 - CARTEIRA DE IDENTIDADE
modelo 19 e 19-

A 5,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação.

As estampilhas serão aderidas ao requerimento,

4 - CARTEIRA PASSAPORTE:

I - Individual:

a) 1.^a

via 20,00

b) por prorrogação
10,00

II - com acompanhante:

a) 1.^a

via 30,00

b) por prorrogação
15,00

NOTA (Incisos I e II): Expedida pela Secretaria Pública - Serviço de Identificação. Recolhimento mediante guia.

5 - CÉDULA DE IDENTIDADE

I - 1.^a via sem cobrança de taxa

II - 1.^a via e

subseqüentes 6,00

NOTA (Incisos 1 e II): Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação. As estampilhas serão aderidas ao requerimento.

6 - CERTIDÃO

I - Fornecida pelo Departamento de Arquivo do Estado.

a) de "Sesmaria" e Inventário e Testamento 30,00

b) de "Registro Paroquial", "Aviso Prévio" e "Núcleo Colonial" 10,00

c) de outros documentos arquivados em sua Seção Histórica 10,00

NOTA (Inciso I) : As estampilhas serão aderidas ao requerimento.

II - Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Cartório de Delegacia Especializada de Estrangeiros do Departamento de Ordem Política e Social
5,00

NOTA (Inciso II) : As estampilhas serão aderidas ao requerimento.

III - De Registro de

Animais 2,00

NOTA: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - Delegacia de Registros

Policiais na Capital e Delegacia de Polícia no Interior, nos termos do artigo

5.º do Decreto-lei n.º 13.239, de 16-2-1943. As estampilhas serão aderidas
ao requerimento.

IV - Negativa, de tributos estaduais:

a) requerida por um só interessado, referindo-se a um só tributo 5,00

b) requerida por um só interessado, referindo-se a mais de um tributo,
cobrar-se-á, além da taxa da letra "a" por tributo que acrescer 2,00

c) requerida por vários interessados e referindo-se o pedido a um só tributo,
por interessado 5,00

NOTA: A certidão requerida por vários interessados e referindo-se o pedido a mais de um tributo, aplicar-se-á a taxa que resultar da combinação das letras "b" e "c".

d) requerida no interesse de condôminos e com relação a imóveis possuídos em comum, ou requerida por várias pessoas e versando sobre o mesmo objeto 5,00

e) além das taxas que couberem de acordo com as letras anteriores, se o pedido

se referir a mais de 5 (cinco) imóveis, serão também devidos, por imóvel	
excedente	2,00
NOTA: Quando a certidão for positiva, poderá o interessado, saldando o débito dentro de 30 (trinta) dias de sua data, obter certidão negativa, independente de novo pagamento da taxa e no mesmo processo. As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
V - Negativa, de multas de veículos	
motorizados	5,00
VI - de acontecimentos	
políticos	10,00
NOTA: (Inciso) : Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Departamento de Ordem Política e Social. As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
VII - não especificada, expedida por repartições públicas estaduais, autarquias, estabelecimentos, empresas e corporações militares do Estado:	
a) pela primeira	
folha	5,00
b) pela página que	
acrescer	1,00
NOTA: (Inciso VII): As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
7 - CERTIFICADO:	
I - de propriedade de veículos	
motorizados	40,00
II - de propriedade de motocicleta motonetas e similares	
15,00	
NOTA: (Incisos I e II) : Expedido pela Secretaria da Segurança Pública - na Capital Departamento Estadual de Trânsito. Recolhimento mediante guia.	
8 - CONCURSO:	
Inscrição em concurso para ingresso no serviço público estadual e autarquias	
5,00	
NOTA: As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
9 - FOLHA	
CORRIDA	
5,00	
NOTA: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação na Capital e Delegacias de Polícia no Interior. As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
10 - FOTOCÓPIA OU SEMELHANTE:	
I - por folha, até x 33	
cm	5,00
II - por área igual ou fração que	
exceder	2,00
NOTA: As estampilhas serão aderidas ao documento.	
11 - IDENTIFICAÇÃO	
DOMICILIAR	
20,00	
NOTA: Procedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação. Recolhimento mediante guia.	
12 - RETIFICAÇÃO:	
no prontuário do interessado, a seu requerimento, em virtude de retificação judicial	
5,00	
NOTA: Procedida pela Secretaria da Segurança Pública - Serviço de Identificação. As estampilhas serão aderidas ao requerimento.	
13 - SERVIÇO POLICIAL:	
prestado pela Guarda Civil e pela Força Pública:	
I - policiamento ornamental, de caráter particular, como o efetuado em casamentos, batizados, festas comemorativas e outros;	
II - policiamento em residências, como o efetuados em casos de moradores ausentes, preservação de patrimônio e outros, quando solicitado pelo interessado;	
III - policiamento em estabelecimentos comerciais, bancários e semelhantes,	

por solicitação da empresa interessada.

Taxa devida, referente aos itens I a III acima, por turno de serviço e por policial empregado, independentemente da classe a que pertencer o

designado
10,00

NOTA (numero 13): Recolhimento mediante guia

14 - TÍTULOS:

I - de propriedade de terras devolutas e de lotes em núcleos coloniais, por NCr\$ 1,00 ou fração
0,07

II - da Dívida Pública do Estado

a) segunda via ou outra que seguir, sobre o valor nominal, por NCr\$ 1,00 ou fração 0,01

b) novas vias de títulos inutilizados ou extraviados - para cada título substituído 0,30

NOTA (número 14): Recolhimento mediante guia.

TABELA "B"

Atos decorrentes do Poder de Polícia

NOTA (Tabela "B") : Recolhimento mediante guia. Prazo quanto aos alvarás a que se referem os ns. 2,3 e 4 - art. 3.º §§ 1.º e 2.º do Regulamento.

1 - ALVARÁ PARA PORTE DE ARMA

(de defesa ou de caça - válido por um

ano) 20,00

2 - ALVARÁ DE LICENÇA ANUAL:

I - Armas, munições, explosivos, inflamáveis, produtos químicos agressivos ou corrosivos:

a) para fabrico, importação e expedição para fora do Estado
250,00

b) para comércio:

por estabelecimento aberto ao público 100,00
por depósito

fechado 50,00

c) uso para fins

industriais 60,00

uso para fins

comerciais 30,00

d) vistorias em

geral 20,00

e) manipulação de produtos químicos em

farmácias 20,00

II - Fogos

a) para

fabrico 200,00

b) para comércio:

Na Capital:

Zona urbana ou

suburbana 50,00

Zona

rural 20,00

Zona urbana ou

suburbana 30,00

Zona

Rural 15,00

c) licença especial para transporte de armas e

munições 5,00

NOTA: (Incisos I e II): O registro e os alvarás de explosivos, armas, munições produtos químicos agressivos ou corrosivos e inflamáveis, são expedidos pela Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e

Munições, do Departamento de Ordem Política e Social - Secretaria da Segurança Pública.

3 - ALVARÁ DE LICENÇA ANUAL PARA:

Funcionamento de:

I - Cinema

a) Na Capital:

Com lotação até 800 lugares, ate 3 sessões por dia 800,00

Com lotação ate 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 1.200,00

Com lotação superior a 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 1.800,00

b) Em Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial:

Com lotação até 800 lugares, até 3 sessões por dia 600,00

Com lotação até 1.200 lugares,, até 3 sessões por dia 1.000,00

Com lotação superior a 1.200 lugares, até 3 sessões por dia 1.500,00

NOTA (Letras "a" e "b"): Para os cinemas que realizarem mais de 3 sessões diárias, a taxa e devida com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

c) Nas demais cidades do Estado, sem número de sessões pré-fixadas:

Com lotação até 800 lugares 200,00

Com lotação até 1.200 lugares 400,00

Com lotação superior a 1.200 lugares 600,00

d) cinema ambulante - no Estado 100,00

e) espetáculos cinematográficos em bar, restaurante, confeitaria e estabelecimento comercial similar - no Estado 100,00

f) cinema "drive-in" espetáculos cinematográficos inclusive de variedades - no Estado 500,00

II - Corridas de cavalos de trote e similares, com cobrança de ingresso ou de que se auferam lucros direta ou indiretamente:

a) de cavalos:

Na Capital 50.000,00

Em Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial 15.000,00

Nas demais cidades do Estado 7.000,00

b) de trote e similares:

Na Capital 10.000,00

Em Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial 5.000,00

Nas demais cidades do Estado 2.000,00

c) de cães - no Estado 8.000,00

III - "Grill-Room" - No Estado 2.000,00

IV - "Music-Hall", "Taxi-Girls" ou "Taxi-Dance", "Cabaré", "Dancing", "Boite" e similares:

a) Na

Capital	2.500,00
b) Em Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades; enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial	1.000,00
c) Nas demais cidades do	
Estado	600,00
V - "Drive-In" - Bar ou restaurante com música, com serviço nos veículos estacionados junto ao estabelecimento:	
a) Na	
Capital	1.500,00
b) Em Santos, São Vicente. Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial	1.000,00
c) nas demais cidades do	
Estado	600,00
VI - Bailes Públicos - Firma, apreça, organização ou entidade que promova bailes públicos, mediante pagamento de entradas	
a) Na Capital, Santos, São Vicente e	
Guarujá	300,00
b) Nas demais cidades do	
Estado	200,00
VII - Boliche - Estabelecimentos que possuem pista de boliche (bowling), com cobrança por tempo ou por bola:	
a) Na Capital, por	
pista	100,00
b) Nas demais cidades do Estado, por pista	50,00
VIII - Parque de Diversões - Fixo ou ambulante - no Estado	200,00
IX - Tiro ao Alvo (exclusivo) - Fixo ou ambulante - no Estado	100,00
X - Ringue de Patinação - Fixo ou ambulante - no	
Estado	200,00
XI - Piscinas Públicas e Barcos para Passeio a Título de Recreação - no Estado	100,00
XII - Música - Orquestra, conjunto musical, vitrola, eletrola ou música mecânica, a título de recreação, atração ou diversão, em casa de chá, confeitaria, sorveteria, leiteria, recreio, cantina, bar ou restaurante com funcionamento normal e dentro do horário comercial:	
a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá	100,00
b) Nas demais cidades do	
Estado	50,00
XIII - Eletrola, Vitrola ou Aparelho de Música Mecânica e de Jogo de Habilidade, com inserção de ficha ou esfera - no Estado	100,00
XIV - Música em Geral - em bar ou restaurante noturno ou estabelecimento equivalente com funcionamento fora do horário comercial:	
a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá	500,00
b) Nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de grupo especial.	400,00
c) Nas demais cidades do	
Estado	250,00
XV - Almoço, chá, aperitivos ou jantares dançantes, com ou sem numero de variedades, em bar, confeitaria, restaurante, cantina, recreio ou estabelecimento comercial semelhante:	
a) Na Capital, Santos, São Vicente e Guarujá	200,00
b) Nas demais cidades do Estado	100,00
XVI - Aulas Práticas de Danças - no	
Estado	50,00
XVII - Jogo de Bilhar (Carambola). Snooker, Bilhar (Universal), Bilhar "IV Centenário", Bilhar "Miniatura" ou jogo de bilhar semelhante aos indicados - 25	

espécies com denominação diversa:

- a) Na Capital, Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número- (3) como de grupo especial por mês a (1 unidade) 50,00
- b) Nas demais cidades do

Estado 30,00

XVIII - Aparelho de Jogo de Futebol de Mesa, "Futebol em Miniatura", "Futebol Esportivo", "Futebol Manual", ou "Futebol Esporte", mais conhecido por "Pebolim" - por aparelho ou por unidade - no Estado 50,00

XIX - Jogo Carteadado Permitido - em associação, agremiação, clube ou sociedades recreativa ou sociedade mista recreativa: recreativa-esportiva, recreativa-cultural, recreativa-literária, recreativa-beneficente e outra sociedade que da letra dos seus estatutos constem finalidades recreativas:

- a) Na Capital, Santos, São Vicente, Guarujá e nas cidades enumeradas em nota a este número (3) como de especial:

1.ª

Categoria 2.000,00

2.ª

Categoria 1.500,00

3.ª

Categoria 1.000,00

b) Nas demais cidades do Estado 700,00

NOTA (Número 3): Por força da Lei (art. 1.º do Decreto-lei n.º 16.724, de 10-1-1947), a expedição de Alvará de Licença Anual para

Funcionamento compete exclusivamente à Divisão de Diversões

Públicas da Secretaria da Segurança Pública, que definirá as categorias previstas no inciso XIX deste número.

As cidades consideradas como de grupo especial para os efeitos dos incisos I, II, IV, V, XIV, XVII e XIX, são as seguintes:

Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Campinas, Jundiaí, Limeira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté.

4 - ALVARÁ ANUAL:

De registro de hotéis, pensões, hospedarias, casas de cômodos ou semelhantes - no

Estado:

a) até 5 quartos ou

apartamentos 20,00

b) de 6 até 10 quartos ou

apartamentos 30,00

c) de 11 até 25 quartos ou

apartamentos 50,00

d) de 26 até 50 quartos ou

apartamentos 100,00

e) de 51 até 100 quartos ou

apartamentos 300,00

f) de mais de 100 quartos ou

apartamentos 800,00

5 - FICHA DE INSCRIÇÃO DE CONTRIBUINTE:

a) pela 1.ª

Expedição 10,00

b) pela 2.ª

Expedição 30,00

NOTA: Expedida pela Secretaria da Fazenda.

A 2.ª Expedição ocorre nos casos de perda, extravio ou dilaceração da ficha original inscrição inicial). Os demais casos são considerados como expedição de ficha original 1.ª Expedição.

6 - REGISTRO DE ANIMAIS:

Nos termos do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 13.239, de 16-2-

1943 2,00

NOTA: Secretaria da Segurança Pública - De, legacia de Registros Policiais na Capital e Delegacias de Polícia nas demais cidades do Estado.

7 - REGISTRO DE ARMA:

Registro de qualquer

arma 5,00

NOTA: Precedido pela Delegacia de Explosivos do Departamento de Ordem Pública e Social, da Secretaria da Segurança Pública.

8 - REGISTRO DE DIVERSÕES PÚBLICAS:

Atos praticados pela Divisão de Diversões Públicas da Secretaria da Segurança Pública:

I - Registro de composição musical - letra e música - que se destinam a execução pública

no território do Estado, sob o controle de associação, agremiação, união, coligação, liga, aliança, sociedade ou qualquer outra entidade arrecadadora, defensora e fiscalizadora de direito autoral no Estado de São Paulo, para efeito de controle geral:

Por composição musical - letra e música - por unidade ou seja cada uma 1,00

II - Registro de filme cinematográfico de origem estrangeira destinado à exibição pública no Estado de São Paulo, por metro linear 0,01

III - Registro de filme publicitário, filmelete e similares, destinados à exibição pública no Estado de São Paulo, por metro linear 0,50

IV - Registro de associação, agremiação, união, coligação, liga, aliança, sociedade ou qualquer entidade arrecadadora, defensora e fiscalizadora de direito autoral no Estado de São Paulo 50,00

50,00

V - Registra de agência, agente, firma ou intermediário de colocação ou ajuste de trabalho de dançarina de salão de casa de diversão, artista, atriz, ator, cantor, músico, cantora, figurante, extra e comparsas de representação teatral ou de trabalho cinematográfico, ou conjuntos teatrais. musicais, ou artísticos 50,00

VI - Registro de laboratórios cinematográficos: revelação, sonorização, cortes, montagem e outros misteres referentes a filmes cinematográficos, com ou sem filmagem própria ou sala para exibição especial 100,00

VII - Registro de produtora cinematográfica, com ou sem estudo ou laboratório próprio; filmagem cinematográfica em geral 100,00

VIII - Registro de sala, salão ou auditório onde se realizam projeções cinematográficas, com ou sem finalidade de debates de assuntos ligados à cinematografia em geral 100,00

IX - Registro de distribuidora, redistribuidora, vendedora, alugadora, ou arrendatária de filmes cinematográficos em geral, quer com essa única atividade, quer inclusive com outras bem diversas à espécie 100,00

X - Registro de firma, empresa, organização ou entidade que explora ou aluga salão para festas ou bailes 100,00

XI - Registro de orquestras que atuam em bailes públicos 50,00

XII - Registro de conjuntos musicais até seis figurantes que atuam em bailes públicos .. 20,00

9 - RUBRICA:

Aposta, obrigatoriamente, nos Livros de Registro de Hóspedes, de hotéis, pensões, hospedarias, casas de cômodos ou semelhantes:

I - Livro contendo até 100

folhas	2,00
II - Livro contendo mais de 100 até 200	
folhas	4,00
III - Livro contendo mais de 200	
folhas	6,00
NOTA (Número 9): Secretaria da Segurança Pública.	
10 - VISTO:	
I - Concessão de visto de saída do País em passaportes brasileiros e estrangeiros, exceto diplomáticos	
15,00	
II - Concessão de visto de saída do País em cédula de identidade (Convênio Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e	
Chile)	10,00
NOTA (Incisos I e II) : Secretaria da Segurança Pública - Delegacia de Estrangeiros, Departamento de Ordem Política e Social.	
11 - VISTORIA: ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS:	
Vistorias em geral, efetuadas pela Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, do Departamento de Ordem Política e Social, da Secretaria da Segurança Pública	20,00
12 - VISTORIA: DIVERSÕES PÚBLICAS:	
Vistoria prévia para obtenção de alvará de Licença Anual de Funcionamento, expedido pela Divisão de Divisões Públicas, da Secretaria de Segurança Pública:	
I - Cinema, cinema sistema "drive-in", "grill-room", "drive-in bar" com música, bar ou restaurante noturno com música, "cabaré", "boate", "music-hall", "taxi-girls" ou "taxi-dance" ou estabelecimentos semelhantes;	
Na Capital, Santos, São Vicente, Guarujá e cidades enumeradas em nota a este número (12) como de grupo especial	
100,00	
Nas demais cidades do	
Estado	50,00
II - Espetáculos cinematográficos em bar, confeitaria, sorveteria, restaurante e outros estabelecimentos congêneres, chás, aperitivos, almoços ou jantares dançantes em estabelecimentos comerciais já especificados, boliche, "sooker", jogo de bilhar seja qual for a modalidade ou denominação, salões de festas ou de bailes, piscinas públicas, barcos a motor para passeio a título de recreação, música em geral e local de funcionamento de jogos carteados permitidos em sociedades recreativas ou sociedades mistas recreativas;	
Na Capital, Santos, São Vicente, Guarujá e cidades enumeradas em nota a este número (12) como de grupo especial	
50,00	
Nas demais cidades do	
Estado	30,00
III - Eletrola, Vitrola ou Aparelho de Música Mecânica, com inserção de ficha ou esfera; parque de diversões; futebol de mesa, futebol em miniatura - pública - seja qual for a denominação da diversão: fixo ou ambulante, válida por um ano, sujeito a alteração de local - no Estado	
30,00	
IV - Local, diversão ou atração não especificados, quando couber, na forma de legislação em vigor, a juízo do Diretor da Divisão de Diversões Públicas ou da autoridade policial no Litoral e Interior do Estado	
30,00	
NOTA (Número 12): Na Capital a vistoria é procedida pela Divisão de Diversões Públicas e nas demais cidades do Litoral e do Interior do Estado pela autoridade policial da localidade.	
As cidades enumeradas como de grupo especial, para os efeitos dos incisos I e II são as seguintes: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Campinas, Jundiaí, Limeira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté.	

13 - VISTORIA - SERVIÇO DE POLICIAMENTO DA ALIMENTAÇÃO PÚBLICA:

Vistoria para expedição do Alvará a que se refere o artigo 847 e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 15642, de 9-2-1946:

1.ª	
Categoria	900,00
2.ª	
Categoria	500,00
3.ª	
Categoria	200,00
4.ª	
Categoria	100,00
5.ª	
Categoria	20,00

NOTA (Número 13): - Não há cobrança de taxa para expedição de Alvará para o qual foi procedida a vistoria, a que se refere este número, que é realizada na Capital pelo Serviço de Policiamento da Alimentação Pública e no Litoral e no Interior do Estado pelos Centros de Saúde. A classificação dos estabelecimentos ou locais por categorias obedecerá às especificações estabelecidas pelo Serviço de Policiamento da Alimentação Pública com a aprovação da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social. Publicado no "Diário Oficial" de 29/12/67.

JURISPRUDÊNCIA

COMPRA E VENDA - Nulidade - Venda por ascendente a descendente sem o consentimento dos outros descendentes - Inteligência e aplicação do art. 1.132 do Código Civil. Padece de nulidade a venda feita por ascendente a descendente sem o consentimento dos outros descendentes, desde que prejudicial à igualdade das legítimas.

"ACORDAM, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de justiça, por votação unânime, negar provimento ao apelo para que subsista a decisão apelada pelos seus próprios fundamentos. Os apelados, que são filhos e nora de AMBROZINA ALVES DA COSTA, falecida no estado de viuvez aos 4 de janeiro de 1966, ajuizaram a presente ação em que pediram a declaração de nulidade das escrituras públicas de venda e compra de um imóvel agrícola outorgada pela extinta a LÁZARO FERNANDES e da que foi outorgada por este e sua mulher, a JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, sob o fundamento de que ocorreu na espécie venda de ascendente a descendente por interposta pessoa, sem o consentimento dos outros descendentes. Os réus contestaram afirmando que o negócio realizado entre Ambrozina Alves da Costa e Lázaro Fernandes constituiu-se como uma transação real e verdadeira, perfeita e acabada, não tendo havido simulação como pretendem os autores ou venda de ascendentes e descendentes sem o consentimento dos demais descendentes, sendo certo que os compradores Lázaro e José eram pessoas abonadas, possuidoras de recursos para a realização do negócio. Realizada a instrução da causa, a sentença concluiu pela procedência da ação com fundamento nos arts. 1.132 e 145 n. III, do Código Civil, reconhecendo o magistrado que o reconhecimento da nulidade do ato praticado com infração do disposto no art. 1.132, independe do reconhecimento da existência, ou não, de simulação. A prova os autos demonstrou que, realmente, por escritura pública de 30 de junho de 1964, Ambrozina Alves da Costa, mãe do autor João de Souza Campos (fls. 94), e do réu José de Souza Campos (fls. 92), vendeu a Lázaro Fernandes, um imóvel agrícola, com catorze alqueires, com as divisas devidamente descritas na mencionada escritura (fls. 10/11) pelo preço de Cr\$ 300.000, (trezentos mil cruzeiros antigos), cujo pagamento foi mencionado como tendo sido feito no ato. Pouco depois, por escritura de 27 de julho, do mesmo ano, do mesmo tabelionato, Lázaro, Fernandes e sua mulher Lucila Vilas Boas Fernandes, venderam o mesmo imóvel a JOSÉ

DE SOUZA CAMPOS, irmão do autor varão, também pelo preço de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros antigos). Segundo afirmou, José de Souza Campos em seu depoimento pessoal, o negócio foi realizado por quinhentos mil cruzeiros antigos, embora o imóvel não valesse mais de trezentos mil cruzeiros antigos, "porque já possuía uma área de quatro alqueires anexa, resultando-lhe uma questão de comodidade" (fls. 92), sendo o referido preço confirmado pelo vendedor Lázaro Fernandes (fls. 933). As circunstâncias e condições em que se realizaram as duas vendas, com espaço de curso lapso de tempo, as explicações dadas pelos vendedores e compradores sobre a posse do dinheiro relativo ao preço da propriedade, evidenciam que houve, na realidade, uma venda de ascendente a descendente, por interposta pessoa, sem o consentimento dos outros descendentes. O próprio José de Souza Campos confirmou que "o depoente tinha conhecimento de que sua mãe pretendia vender a propriedade, mas sabia que ela não queria vender aos filhos e sim a estranhos", tendo Lázaro afirmado que - "O depoente já tinha um entendimento anterior com José de Souza Campos, mas "não era nada em cartório", o que evidencia que houve entre ambos um conluio para a transmissão de propriedade àquele, servindo Lázaro como interposta pessoa. Embora o magistrado não tenha considerado como necessária a ocorrência da simulação, para declarar a nulidade das duas escrituras, com fundamento nos arts. 1.132 e 145 n. III do Código Civil, é certo que a simulação também ocorreu na espécie. A venda de ascendente a descendente, por interposta pessoa, sem o consentimento dos demais descendentes, caracteriza, por si mesma, a simulação. Observa Clóvis Beviláqua, que a razão da proibição contida no art. 1.132 - "é evitar que, sob color de venda se façam doações, prejudicando a igualdade das legítimas". O preceito, segundo Cunha Gonçalves, teve por fonte a Ord. Filipina, Liv. IV, tit. XII, que a justificava com o argumento de "evitar muitos enganos e demandas". É, pois, um preceito de caráter preventivo; mas a sua maior utilidade é a de evitar doações inoficiosas, acobertadas pela compra e venda, para fim de não serem reduzidas" (Trat. de Dir. Civ. Português, 2.^a ed. vol. VIII, T. II, pág. 638). A razão principal da proibição legal da venda de ascendente a descendente sem o consentimento dos outros descendentes, ressalta W. Barros Monteiro, reside na possibilidade de a venda encobrir uma doação, acentuando que - "A doação disfarçada é uni ato dissimulado, que deve ser punido: é preciso derrubá-lo, dizia Troplong ("Donatits Entre Vifs et Testaments" 4/596), como armadilha estendida à boa-fé" (Curso de Dir Civ. 2.^o Vol. pág. 102). Entende João Luiz Alves que o principal fundamento da proibição contida no art. 1.132, é a possibilidade de a venda envolver uma doação simulada, em prejuízo dos outros herdeiros, pois que a coisa doada vem à colação, ao passo que não vem a coisa vendida" (Cód. Civ. Com. - art. 1.132). Dessa forma, por disposição legal, referendada pela doutrina.

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E ELEITORAL
MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA - O funcionário aposentado também tem direito aos benefícios da Lei Estadual n.º 211, de 1948.

"O agravo no auto do processo de fls. funda-se em que os autores seriam carecedores da ação, porque não pleitearam administrativamente, nos termos do artigo 221 do Estatuto dos Funcionários Públicos, o que pretendem; por não terem requerido à Comissão do art. 30 o certificado de participação no Movimento Constitucionalista; por não terem participado de combates; por serem alguns aposentados. Ora, o artigo 141, parágrafo 4.º, da C. Federal de 1946, assentava que a lei não pode excluir da apreciação do judiciário qualquer lesão de direito individual, pelo que improcedem os dois primeiros fundamentos. Quanto ao terceiro, a lei n.º 211, de 1.948, definindo o que considerava por participante ativo da Revolução, expressamente assenta em seu artigo 1.º, inciso III, que entre os participantes estavam - "os civis que prestaram serviços de retaguarda, tais como de instrução, mobilização e abastecimento de tropas em operações: de propaganda ou direção do Movimento Revolucionário; de policiamento da cidade ou outros serviços a cargo de organização então fundada". Assim sendo, não importa que não se tenha participado de combates, para ser participante da Revolução de 1932. Finalmente, quanto ao último fundamento o de serem aposentados alguns dos autores, também não colhe. Na técnica de nossa legislação administrativa, a expressão efetiva, utilizada na alínea "a" do artigo 30, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947, não corresponde a ativo, nem a antônimo de inativo. Efetivo corresponde a titular de cargo, em contraposição a interino, contratado, extranumerário: aposentando-se o funcionário titular de cargo efetivo, não perde a efetividade de sua situação de funcionário regular, apenas retirado da atividade por

aposentadoria.

Quanto ao mérito, dá-se provimento em parte aos recursos oficial e voluntário da Fazenda do Estado, apenas para condenar os autores que não obtiveram ganho de causa em honorários de advogado, fixados em vinte por cento do que obteriam se vencedores, bem assim para determinar que as custas sejam pagas nesta proporção: à Fazenda do Estado ficam carregadas as custas referentes aos autores que venceram a causa, em número de oito; e aos autores que perderam, em número de vinte e quatro, fica carregada o restante. Em outros termos, pagará a Fazenda um quarto das custas, enquanto os autores que perderam pagarão os restantes três quartos. No mais fica confirmada a sentença por seus fundamentos. Os oito autores vencedores comprovaram satisfatoriamente sua participação no Movimento Constitucionalista. O autor Mariano Pereira manifestou embargos infringentes à sentença, que não foram solucionados, naturalmente porque havia o recurso de ofício, competindo a esta instância, consequentemente, a sua apreciação. O interessado não apelou. Nada obstante, fica declarado que a sua promoção, na Guarda Civil, se fará nos termos da lei n.º 211, de 1948, com a modificação introduzida pela lei n.º 3.558, de 1956. Quanto à prescrição intercorrente argüida pela Fazenda do Estado, em relação aos herdeiros de Oscarlito Alves Ferreira, não ocorreu. Realmente, o dispositivo invocado, artigo 3.º do Decreto-lei n.º 4.597, de 1942, assenta que a prescrição nas causas contra a Fazenda Pública só pode ser interrompida uma vez, e recomeçar a correr pela metade do prazo, da data do ato que a interromper, ou do último ato do processo para a interromper; consumir-se-á a prescrição no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela preferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio. Ora, na espécie, a causa veio se desenvolvendo numa sucessão de atos, nenhum dos quais atingiu tal prazo. É certo que Oscarlito faleceu em 1960; mas além de outros atos, foi requerido em 1962, às fls. 119 se solicitasse informações ao Diretor da Penitenciária do Estado, sobre a situação funcional desse autor, o que se fez, vindo as informações às fls. 151, em data de 22-11-1962, inclusive indicando o falecimento. Em face disso, o despacho de fls. 161, de dezembro de 62, ordenou se procedesse à habilitação dos herdeiros, efetivada a 11-2-1963. Nessa conformidade, não houve nenhum interstício que atingisse a dois e meio anos, incorrendo, portanto, prescrição intercorrente. (T.J.S.P. - Apelação Civil n.º 163.398 - Comarca de São Paulo - 2.ª C.C. - unânime - São Paulo, 29 de agosto de 1967 - Presidente, ALMEIDA BICUDO - Relator, J. CAVALCANTI SILVA - CARMO PINTO - PAULO OTAVIANO).

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

SEÇÃO XXII

AGRAVO DE PETIÇÃO - DJ-167.002 - Marília - Agvte.: Elysio dos Reis Cerqueira.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 167.002, da Comarca de Marília, em que é agravante Elysio dos Reis Cerqueira e agravado o Serventuário do Cartório da 1.ª Circunscrição Imobiliária.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

I - Cuida-se de dúvida oposta pelo oficial da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Marília, relativamente à transcrição da carta de arrematação expedida pelo r. juízo da 2.ª Vara, a favor de Antonio Moreira, nos autos do executivo fiscal n.º 13.075, sob a alegação de que o imóvel, caracterizado no título, conforme transcrição aquisitiva n.º 15.520, não pertencia exclusivamente ao executado, senão na parte ideal corresponde a 1/4.

Julgada procedente, fls. 26/28, foi interposto o presente recurso, sendo mantida a decisão ao ensejo da sustentação de fls. 41.

Subindo os autos, manifestou-se a Procuradoria Geral da Justiça, fls. 43-44, opinando no sentido na confirmação da sentença.

II - A dúvida inteiramente procedente, por isso que o agravante pretende efetuar a transcrição de título oriundo de venda judicial ao arrepio do direito resultante da transcrição n.º 12.520, com quebra do princípio de prioridade e solução de continuidade da filiação das transmissões o que afetaria a certeza resultante do registro imobiliário.

Com efeito, o agravante é titular de direito na qualidade de arrematante, assim, a parte ideal do

imóvel pertencente a outrem não pode ser transferida, pois não se admite que a penhora precedente possa alcançar indevidamente quinhão de terceiros que não figuraram como parte no executivo fiscal de onde se originou a arrematação.

Não se perca de vista que "a venda judicial é um título para aquisição do domínio; a transcrição é o próprio título da propriedade" (Serpá Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos", 4.^a ed., vol. IV, pág. 84-89; Rev. Trib. 361-209). Do cotejo entre ambos, prepondera a transcrição já existente.

Sobre ser prova de domínio, a transcrição é elemento de publicidade: daí a impossibilidade de se fazer recair a penhora em parte de imóvel de terceiro, no curso da ação executiva fiscal, como na hipótese vertente, com a consequência de não ser viável o registro pretendido, dada a prioridade existente.

Ademais, a presunção legal contida no artigo 859 do C. Civil favorece a posição do terceiro e legítima a providência adotada pelo oficial do Registro.

Nem se diga que, na espécie, ocorreu verdadeira "sententia addictions", fortalecida pela "res judicata", com validade "erga omnes", uma vez que "a carta de arrematação não adquire eficácia de transmitir o domínio antes da transcrição" (v. acórdão de S.T.F. no rec. extr. n.º 8.952, de Minas Gerais, 2.^a Turma, Rel. Min. Ozimbo Nonato, in D.J.U., 13-2-50, pág. 216-217). Sobre o tema, adverte Liebman (in "Processo de Execução", 2.^a ed., pág. 111), ao analisar os efeitos da arrematação, relativamente à transferência de bens:

"É preciso a este propósito distinguir entre causa ou título e modo de aquisição do domínio: causa ou título da transferência da propriedade é a arrematação; mas o arrematante só adquire a propriedade com a transcrição dos móveis (art. 620 do Cód. Civil) e com a transcrição da carta de arrematação no registro imobiliário, quanto aos imóveis (arts. 530, inciso I e 532, 111, do Cód. Civil). Ato translativo de domínio, o ato de desapropriação tem neste aspecto efeitos análogos aos de qualquer outro ato deste conteúdo. Este efeito sofre, entretanto, uma limitação, porque a arrematação transmite ao arrematante apenas os direitos que tinha sobre os bens o executado: quer dizer que se a propriedade da coisa cabia a terceira, este não perde seu direito".

E mais adiante, pág. 112: "O processo e a arrematação que dele é parte nunca poderiam prejudicar terceiro estranho à relação processual: para ele é "res inter alios acta", e, portanto, insuscetível de diminuir seus direitos".

Em consequência, merece confirmação a r. sentença recorrida, que bem apreciou a questão, conforme amplamente demonstrado no lúcido parecer do dr. Procurador Geral da Justiça, fls. 43-44.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 4 de abril de 1968.

Márcio Martins Ferreira, Presidente - Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça e relator - Cantidiano Garcia de Almeida, vice-presidente. - Adv. dr. Antonio Cardoso.

Publicado no "Diário da Justiça" de 18/4/68.

AGRAVO DE PETIÇÃO - DJ-164.890 - Capital - Agvte.

Gabriel Capistrano Goulart - Agvdo.: Oficial da 4.^a Circunscrição Imobiliária - Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 164.890, da Comarca da Capital, em processo de dúvida suscitada pelo oficial da 4.^a Circunscrição Imobiliária, em que é agravante Gabriel Capistrano Goulart: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls. 12, negar provimento ao recurso, para efeito de manter a decisão agravada, pagas as custas como de direito. Á regra do art. 1.137 do Código Civil exige a exibição de certidões negativas fiscais, por ocasião da lavratura de escrituras de transferência de imóveis. Tal regra se harmoniza com a do art. 205 da Lei federal n.º 5.172, de 25-10-66, pois enquanto a última estabelece a possibilidade de a lei determinar que a prova de quitação de um tributo, quando exigível, seja feita por via de certidão negativa, a primeira estabelece exatamente essa exigência. A afirmativa de que só se exigem certidões negativas fiscais nos casos especificados nos arts. 191 e 193 da referida Lei n.º 5.172 improcede, porque esse diploma acrescentou mais três aos já existentes e não restringiu a três as hipóteses da exigência de prova de quitação de impostos por meio de certidões negativas. - O que se percebe do texto legal é ter este admitido outros casos paralelos, não conflitantes com suas normas, como, por exemplo, o do já citado artigo 1.137 do Código Civil e a de prova de quitação de débitos do

imposto sobre a renda, para a obtenção de passaporte e outros benefícios. Dispensável, portanto, a discussão sobre se os Atos Complementares ns. 24 e 27 revogam ou não a legislação estadual sobre o assunto. Na realidade, não a revogaram, limitando-se a estabelecer prazo para que as legislações dos Estados se adaptassem à nova ordem imposta. Aliás, a questão central não é esta, mas é muito mais simples, versando, apenas sobre a aplicação do art. 1.137 do Código Civil. Finalmente, é preciso lembrar que o art. 222 do Regulamento dos Registros Públicos é expresso ao sujeitar o registro à satisfação dos encargos fiscais, definidos em lei, encargos estes que são os previstos no art. 1.137, sem dúvida alguma. A sentença agravada, conseqüentemente, bem apreciou a espécie, achando-se em consonância com o Provimento n.º 12/67, da Corregedoria Geral da justiça, pelo que fica mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. São Paulo, 22 de janeiro de 1968. Márcio, Martins Ferreira, Presidente - Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça e relator - Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente. - Adv. Dr. Mario Calazans Machado. Publicado no "Diário da Justiça" de 31/1/68.

Acórdão:

Agravo de petição DJ-164.821 - Jundiaí - Agvtes.: Hermes Baldasso e Durval Robbi - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 164.821, da Comarca de Jundiaí, em que são agravantes, Hermes Baldasso e Durval Robbi, e, agravado, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. - I - Cuida-se de dúvida oposta pelo Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí à transcrição das cartas de adjudicação passadas em favor de Hermes Baldasso e Durval Robbi, com fundamento na falta de apresentação de certidão negativa de débito e nos termos do artigo 142 da Lei n.º 3.807 de 26 de agosto de 1960. Julgada procedente (fls. 15 e 16) e mantida a decisão ao ensejo da sustentação de fls. 25, subiram os autos. O parecer de fls. 34 foi pela improcedência da dúvida. - II - O recurso merece provimento. Os imóveis objeto da adjudicação se encontram transcritos em nome de pessoa física, no caso não sujeita à obrigação de exibir "certificado de quitação", requisito mencionado no parágrafo 3.º do artigo 141 da Lei de Previdência Social, com a redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966. Com efeito, a exibição da negativa fiscal mencionada somente cabe quando se trata de transação na qual figura empresa vinculada, não sendo válida a exigência perante particulares não inscritos na instituição providenciária. Na espécie, se a dívida era de responsabilidade de pessoa jurídica, cujo representante figurava como titular do domínio dos imóveis de fls. 4, v.º, 21/22 e 40, a alienação se efetuou em resultado de penhora em imóvel deste e não daquela. O proprietário se prontificou a garantir a dívida da empresa, reclamada em juízo pelos operários da mesma, mas só esse fato não obrigava os adquirentes dos bens à comprovação da inexistência de débito junto ao Instituto de Previdência Social, para fins de registro. Custas na forma da lei. São Paulo, 22 de janeiro de 1968 Márcio Martins Ferreira Presidente - Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça e relator Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente. - Ativ. Dr. Wellington Barbosa Martins.

Agravo de Petição - DJ-163.854 - Capital - Agvte.: Giuseppe Silvestre - Agvdo. Oficial do Registro de Imóveis da 14.ª Circ. Imobiliária - Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 163.854, da Comarca da Capital, em processo de duvida, em que é agravante Giuseppe Silvestre: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls. 15, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso, levantada em contraminuta pelo Dr. Curador e, no mérito, negar provimento ao agravo, para efeito de manter a decisão recorrida, pagas as custas como de direito. Rejeita-se a preliminar. É da jurisprudência do E. Conselho Superior da Magistratura que a provocação, pelo interessado, do processo de dúvida, não o desnatura, implicando a resposta do oficial imobiliário, tal como ocorreu em fls. 11, em suscitar a dúvida. Finalmente, o magistrado "a quo", ao indeferir o pedido do interessado, nada mais fez que acolher as objeções do oficial, ou seja, julgou procedente a dúvida. Nesse sentido a decisão proferida no agravo de petição numero 161.403, de São Vicente ("in" D.J. de 9-9-67, pág. 9). - No mérito, a decisão é mantida porque a regra do art. 1.137 do Código Civil, que exige a exibição de certidões negativas fiscais, por ocasião da lavratura de escrituras de transferência de imóveis, se harmoniza com a do art. 205 da Lei Federal n.º 5.172, de 25-10-1966. - Enquanto esta última estabelece a possibilidade de a lei determinar que a prova de quitação de um tributo, quando exigível, seja feita por via de certidão negativa, a primeira estabelece exatamente tal exigência. A afirmativa de que só se exigem certidões

negativas fiscais nos três casos especificados nos arts. 191 a 193 da Lei n.º 5.172 citada improcede. A lei em tela, na realidade, acrescentou mais três hipóteses de exigência de certidões negativas fiscais às já existentes, não contendo a restrição pretendida. Disponível é a discussão sobre se os Atos Complementares ns. 24 e 27 revogaram ou não a legislação estadual a respeito do assunto. Efetivamente, nada revogaram, limitando-se a estabelecer prazo para que as legislações dos Estados se adaptassem à nova ordem imposta. Ademais, a questão central não é esta, mas muito mais simples, versando, apenas, sobre a aplicação do art. 1.137 do Código Civil. - Finalmente, é preciso lembrar que o art. 222 do Regulamento dos Registros Públicos é expresso ao sujeitar o registro à satisfação dos encargos fiscais, definidos em lei, encargos estes que são os previstos no citado art. 1.137, sem dúvida alguma. Logo, o título não poderia ser registrado sem o cumprimento das exigências legais e o juízo de 1.ª instância bem apreciou a espécie, em consonância, aliás, com o Provimento n.º 12-67, da Corregedoria Geral da justiça. - São Paulo, 22 de janeiro de 1968. - Márcio Martins Ferreira, Presidente - Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça, Relator - Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente. - Adv. Dr. Fabio Saboya Salles.
Publicado no "Diário da Justiça" de 31/1/68.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA PROVIMENTO N.º 15/67

Dispõe sobre férias, licenças e outros afastamentos dos servidores da Justiça de cartórios não oficializados, e dá outras providências.

O Desembargador Alceu Cordeiro Fernandes, Corregedor Geral da Justiça, no uso das suas atribuições legais.

considerando a necessidade de uniformizar o processamento dos pedidos de férias, licenças e outros afastamentos e o da nomeação dos substitutos dos serventuários da justiça que não percebem vencimentos dos cofres públicos.

DETERMINA:

I - FÉRIAS

1.º) Compete ao Corregedor Geral da justiça conceder as férias aos servidores da Justiça, de cartórios não oficializados.

2.º) Até o dia 10 de dezembro de cada ano, os serventuários de Justiça não estipendiados; pelos cofres públicos organizarão, em três vias, a escala de férias do ano seguinte, relativa a eles próprios, aos escreventes, fiéis e auxiliares do cartório, submetendo-a à aprovação do juiz corregedor permanente, o qual enviará uma das cópias à Corregedoria Geral, ficando uma via arquivada no cartório do escrivão da corregedoria permanente de cada comarca e outra no cartório a que se referir a escala.

3.º) Se do reexame, houver necessidade de retificação da escala, a Corregedoria Geral fará a devida publicação no Diário da Justiça ou solicitará informações do juiz corregedor permanente. A falta de tais providências, entende-se que a escala foi aprovada e que foram concedidas as férias (Lei n.º 2.177, de 23-7-1953, art. 8.º e parágrafo único).

4.º) O interessado, de acordo com a escala, entrará automaticamente no gozo das férias, sem mais formalidades, bastando fazer as comunicações de estilo ao corregedor permanente, nos dias em que deixar e em que reassumir o exercício. O corregedor permanente fará uma só comunicação à Corregedoria Geral, ao término das férias, indicando o dia do início delas e da reassunção do exercício, separadamente, em relação a cada servidor.

5.º) Qualquer alteração da escala depende de autorização do corregedor permanente, a quem o interessado deve dirigir requerimento, no qual se manifestará o serventuário, se não for ele próprio o requerente, mostrando as conveniências para o serviço. A alteração deverá ser proposta em três vias, para as providências mencionadas nos itens anteriores.

6.º) As férias individuais devem coincidir, de preferência, com o período de férias dos juizes e tribunais, permanecendo no cartório, porém, o mínimo de escreventes e auxiliares necessários ao andamento dos serviços judiciais ou extrajudiciais, a critério do corregedor permanente.

7.º) As férias são obrigatórias e não podem ser acumuladas. Serão usufruídas em dias consecutivos e, portanto, são indivisíveis, não devendo ser interrompidas.

8.º) Todavia, em ocorrendo necessidade do serviço, poderão os corregedores permanentes sustá-las, excepcionalmente, caso em que os serventuários e demais servidores terão de gozá-

las, se possível, no mesmo ano, quer por inteiro, quer pelo restante, fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral.

II - LICENÇAS E AFASTAMENTOS DA COMPETÊNCIA DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

a) Licença para tratamento de saúde:

9.º) Para tratamento de sua saúde ou de pessoa de sua família, o servidor encaminhará requerimento ao Corregedor Geral da Justiça, por intermédio do corregedor permanente, com manifestação do serventuário, se não for ele o requerente, fixando a data a partir da qual deseja afastar-se e o tempo de duração da licença.

Parágrafo único - Tratando-se de licença solicitada por serventuário, o requerimento indicará o substituto (itens 14 e 27).

10.º) Se o estado de saúde do servidor não permitir locomoção ou o exercício do cargo, poderá afastar-se desde logo, mencionando esse fato no requerimento, instruindo-o, porém, com atestado médico comprobatório dessa circunstância.

11.º) A inspeção médica será feita, na comarca da Capital, pelo Departamento Médico do Serviço Civil, e no interior do Estado, pelas Delegacias de Saúde, Centros de Saúde ou Postos de Assistência Médico-Sanitária, encaminhando-se o laudo ou parecer de uma daquelas repartições juntamente com o requerimento, se possível, ou posteriormente, ficando o deferimento do pedido dependendo de tal providência. Para isso, poderá ser expedidas pelo próprio corregedor permanente as guias necessárias.

12.º) Em qualquer dos casos supra, deverá o servidor, se não puder locomover-se, indicar a residência ou o hospital onde estiver, para que o corregedor permanente ou a Corregedoria Geral providenciem o exame domiciliar.

13.º) Renovando-se os pedidos de licença, devem ser renovadas também as inspeções médicas, sendo encaminhado o requerimento de prorrogação oito (8) dias antes do término da que houver sido anteriormente concedida.

14.º) Ao encaminharem os requerimentos, os juízes corregedores permanentes expressarão as suas observações pessoais sobre o pedido, inclusive quanto à indicação do substituto do serventuário.

15.º) Na hipótese prevista no item 10, o corregedor permanente designará desde logo o substituto do serventuário, baixando a competente portaria, o que fará constar ao encaminhar o requerimento.

b) Licença-prêmio:

16.º) A concessão de licença-prêmio é da competência exclusiva do Corregedor Geral da Justiça, a ela não se aplicando, pois, o disposto no art. 14 da Lei n.º 2.177, de 1953.

17.º) O serventuário ou qualquer servidor que requerer licença-prêmio, para gozo, ou a sua desistência e contagem em dobro do período correspondente, ressalvado o disposto no item 34, encaminhará requerimento ao Corregedor Geral da Justiça, por intermédio do corregedor permanente, com a anuência do serventuário, quando não for ele o requerente, indicando a época em que pretende gozar a licença e instruindo o pedido com certidão de contagem de tempo expedida pela Corregedoria Geral.

Parágrafo único - Tratando-se de licença requerida por serventuário, o requerimento indicará o substituto (itens 14 e 27).

18.º) Se ainda não houver sido feita a contagem de tempo pela Corregedoria Geral, os interessados, preliminarmente, solicitarão essa contagem, instruindo o pedido com as provas que tiverem e esclarecendo que a certidão se destina à obtenção de licença-prêmio.

19.º) O requerimento da licença deverá vir acompanhado da manifestação do corregedor permanente, que, tendo em vista as razões de ordem pública, concordará ou não com a data indicada para o início do gozo da licença, e informará se poderá ser gozada por inteiro ou parceladamente, em períodos não inferiores a trinta (30) dias, além de se manifestar sobre a indicação do substituto.

c) Licença para tratar de interesses particulares:

20.º) A concessão de licença para tratar de interesses particulares é da competência exclusiva do Corregedor Geral, a ela não se aplicando, portanto, o disposto no art. 14 da Lei n.º 2.177, de 1953. Somente serão concedidas por tempo não superior a cento e oitenta (180) dias consecutivos, uma vez em cada exercício, e não poderão ser acumuladas.

21.º) O requerimento deverá trazer a manifestação do serventuário, se não for ele o requerente. Indicará o início do gozo da licença e será encaminhada pelo corregedor permanente, que se manifestará sobre: as conveniências para o serviço, e sobre a indicação do substituto. O

requerimento, outrossim, será acompanhado de certidão de quitação para com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP).

Parágrafo único - Tratando-se de licença requerida por serventuário, o requerimento indicará o substituto (itens 14 a 27).

22.º) Fixará o Corregedor Geral, de plano, a percentagem a que o substituto legal do serventuário fará jus, não excedente a cinquenta por cento (50%) da renda líquida do respectivo ofício.

d) Outras licenças ou afastamentos:

23.º) Outras licenças ou afastamentos, mesmo para exercício de mandato eletivo, ressalvado o disposto nos itens 24 e 25, são da competência exclusiva do Corregedor Geral da justiça. Os pedidos serão encaminhados através do Corregedor permanente, que expressará o seu parecer sobre o caso e serão acompanhados dos documentos comprobatórios do que for alegado e da manifestação do serventuário, se tratar de escrevente, fiel ou auxiliar.

III - LICENÇAS OU AFASTAMENTOS NO INTERIOR DO ESTADO, DA COMPETÊNCIA DO CORREGEDOR PERMANENTE (LEI N.º 2.177, DE 1953, ART. 14 e §§)

24.º) Nas comarcas do interior do Estado, poderão ser concedidos pelo corregedor permanente licenças para tratamento de saúde do servidor ou por motivo de doença em pessoa de sua família, bem como o seu afastamento em virtude de nojo, desde que não excedam a oito (8) dias, observadas as normas supra, no que couberem.

25.º) Só excepcionalmente, ante o conhecimento direto da situação pelo corregedor permanente, poderá ser renovado o pedido de licença, nos termos do item anterior, e, mesmo assim, se for diverso o motivo que o justifique.

26.º) Nos casos previstos nos itens 10, 15, 24 e 25, o corregedor permanente mandará expedir portarias, inclusive de nomeação do substituto, se tratar de afastamento do titular da serventia, comunicando o fato à Corregedoria Geral no prazo de dez (10) dias, para as necessárias averbações no prontuário.

IV - DAS SUBSTITUIÇÕES DO SERVENTUÁRIO

27.º) O serventuário será substituído, nas férias, licenças, afastamentos impedimentos ou faltas, pelo oficial maior e, na falta deste, pelo 1.º escrevente do cartório, segundo a graduação estabelecida de acordo com o art. 2.º do Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931. Inexistindo, oficial maior ou escrevente no cartório, será designado para a substituição escrevente habilitado ou serventuário de outro cartório da mesma comarca. Não sendo possível a observância dessa ordem de substitutos, o serventuário será substituído por pessoa idônea que indicar (Decreto-lei n.º 11.058, de 26-4-1940, art. 59, parágrafo único).

28.º) Somente no caso de férias, independência a substituição de ato de designação do substituto, assim mesmo se tratar de oficial maior ou escrevente do cartório cujo titular se afastou.

Portanto, se for designado escrevente ou serventuário de outro cartório, ou pessoa estranha à carreira dos servidores de Justiça será baixada a respectiva portaria, pelo corregedor permanente, ou pelo Corregedor Geral, conforme a hipótese.

29.º) Em qualquer caso, será enviada à Corregedoria Geral certidão do termo de posse, ou seja, do compromisso prestado pelo substituto, e que deverá ser lavrado no livro próprio da corregedoria permanente, mencionando-se na certidão também a data do início da substituição.

30.º) No caso de licença para tratamento de saúde, ressalvado o disposto nos itens 10 e 15, e nos casos de licença-prêmio, de licença para tratar de assuntos particulares, ou dos outros afastamentos de que trata o item 23, a portaria de designação do substituto será baixada pelo Corregedor Geral. Nos demais, pelo corregedor permanente, que enviará cópia da portaria à Corregedoria Geral.

31.º) Não haverá substituição na função de oficial maior.

V - DA DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA SERVENTIA, NO CASO DE VAGA

32.º) Em caso de vaga, até provimento e posse do titular do ofício de Justiça, será designado pelo corregedor permanente, para responder pelo expediente do respectivo cartório, o oficial maior, e, na falta deste, o escrevente mais graduado, devendo a portaria expedida pelo corregedor permanente ser enviada à Secretaria da Justiça, para homologação. Uma cópia será enviada à Corregedoria Geral, esclarecendo-se foi cumprido o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 12.520, de 22-1-1942, com a redação dada pelo art. 43 da Lei n.º 6.057, de 24-3-1961, que determina aquela homologação.

33.º) Na falta de oficial maior ou escrevente habilitado e não tendo sido feito o provimento interinamente pelo Governo do Estado, designará o corregedor permanente escrevente

habilitado ou serventuário de outro cartório da mesma comarca, para, cumulativamente, responder pelo expediente do ofício vago. E ainda não sendo possível tal providência, designará para aquele mister pessoa idônea, cuja qualificação deverá constar na portaria. Em qualquer caso, enviará uma cópia do ato à Corregedoria Geral e outra à Secretaria da justiça, com os devidos esclarecimentos.

VI - DISPOSIÇÕES GERAIS

34.º) Estão revogadas as disposições de leis, gerais e especiais, relativas aos servidores públicos, que permitam o cômputo de tempo de serviço em dobro para quaisquer efeitos, ressalvada a contagem, nos termos da legislação revogada pela Lei n.º 9.327, de 16-5-1966, do tempo de serviço prestado anteriormente à mencionada lei (Constituição do Estado, art. 92, item XI).

35.º) O servidor deverá aguardar em exercício a concessão de férias e licença, qualquer que seja a natureza desta, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único - No caso de licença-prêmio, a concessão caducará quando o servidor não iniciar o gozo da licença, dentro em trinta (30) dias, se não tiver sido fixada data para esse fim.

36.º) Em cada cartório haverá um único livro para os fins de registro de movimento de autoridades e funcionários, penas disciplinares, férias, licenças e outros afastamentos, nos quais se lançará também o recibo de quitação dos salários ou vencimentos percebidos pelos escreventes, fiéis e auxiliares, durante as férias ou licenças remuneradas.

37.º) O escrivão da Corregedoria permanente, além de fazer os registros mencionados no item anterior, relativamente aos servidores do seu cartório, registrará, igualmente, no mesmo livro, todas as ocorrências com a vida funcional dos demais servidores da Justiça e autoridades da comarca.

38.º) Serão sumariamente arquivados, sem deles se tomar conhecimento, os pedidos de licenças ou afastamentos que não vierem acompanhados dos documentos exigidos, não contiverem a manifestação do serventuário, quando se tratar de pedidos de escreventes, fiéis e auxiliares, e quando não vierem com a manifestação favorável ou contrária do corregedor permanente.

39.º) Os escreventes somente poderão tomar posse e entrar em exercício do cargo após a homologação da nomeação pela Corregedoria Geral. Para tal homologação, os autos do respectivo processo de habilitação, após o pagamento das custas, serão remetidos à Corregedoria Geral. Publicada a homologação, será enviada à Corregedoria Geral, certidão do termo de posse, no qual se mencionará o início do exercício.

§ 1.º - Na portaria de nomeação serão averbados, pelo escrivão da corregedoria permanente, a homologação, a posse e o início do exercício.

§ 2.º - Os serventuários e escreventes não deverão enviar a comunicação da posse e do início do exercício diretamente à Corregedoria Geral. Isso será feito por ofício do corregedor permanente, acompanhado da certidão mencionada no parágrafo anterior.

40.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogados, sobre a mesma matéria, o Provimento n.º 41-53 e as disposições em contrário.

Publique-se e envie-se cópia aos corregedores permanentes de cartórios não oficializados e serventuários de Justiça, para que estes dêem conhecimento aos escreventes, fiéis e auxiliares. São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

a) ALCEU CORDEIRO FERNANDES

Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 16/67

Referente às correições gerais nas comarcas de Porto Ferreira, Descalvado, Mogi-Guaçu, Itararé, Angatuba, Osvaldo Cruz, São José do Rio Preto e José Bonifácio.

1. Em obediência ao Regimento das Correições, cumpre-me baixar o presente provimento, a fim de dar publicidade ao resumo dos trabalhos efetivados no segundo semestre do corrente ano, com referência às correições gerais realizadas, bem como estabelecer normas diretivas para o aperfeiçoamento dos serviços cartorários.

2. Em companhia dos ilustres magistrados Drs. Edgard Aparecido de Souza, João Benido Burnier Júnior e Tito de Oliveira Hesketh, Juízes Auxiliares, e do digno escrivão da Corregedoria Geral, Sr. Ezio Donati, visitei, em correição geral, no período compreendido entre 17 de agosto e 25 de novembro, sete (7) comarcas do interior do Estado: Porto Ferreira, Descalvado, Mogi-Guaçu,

Itararé, Angatuba, Osvaldo Cruz, São José do Rio Preto e José Bonifácio. Dessas comarcas, Porto Ferreira, Mogi-Guaçu e Angatubas foram visitadas pela primeira vez.

3. Na oportunidade, não obstante o mau estado das estradas, na maioria de terra, visitei, pessoalmente, todos os municípios e distritos das comarcas de OSVALDO CRUZ, compreendendo Lagoa Azul, Sagres e Salmorão, de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, abrangendo Engenheiro Schmidt, Ipiruá, Bady Bassitt, Cedral, Talhado, Nova Aliança, Uchôa, Mendonça, Guapiaçu, Adolpho, Potirendada e Nova Itapirema, e de JOSÉ BONIFÁCIO, compreendendo Ubarana.

4. Para o efeito do cômputo previsto na lei, a correição geral na comarca de São José do Rio Preto, em virtude da sua extensão e importância, equivale a três (3) correições.

5. As irregularidades e defeitos encontrados em alguns cartórios foram anotados nos respectivos livros de visitas, recomendando-se, conforme o caso, ao Dr. juiz de Direito Corregedor Permanente que dê melhor orientação, no sentido de regularizar e aperfeiçoar os serviços.

6. Os edifícios destinados aos trabalhos forenses algumas das comarcas visitadas estão exigindo urgentes providências para que possam atingir a sua finalidade.

Assim, o "Fórum" de Mogi-Guaçu está pessimamente instalado; o de Porto Ferreira, embora instalado em edifício novo, funciona conjuntamente com a administração municipal.

De outra parte, o "Fórum" de Descalvado está interditado e o de Osvaldo Cruz, conquanto funcione em prédio novo e de boa aparência, apresenta defeitos de construção que estão exigindo medidas urgentes para a sua eliminação.

7. Os edifícios das cadeias, também, de um modo geral, não alcançam seus objetivos.

Há contraste como o de São José do Rio Preto, cujo Palácio da Justiça está magnificamente instalado, ao passo que a Cadeia Pública, apinhada de presos, não apresenta condições para um funcionamento adequado.

A propósito, foram solicitadas providências do Poder competente.

8. Durante a visita às prisões, verifiquei, pessoalmente, a situação processual de cada um dos presos, determinando as providências cabíveis.

Na cadeia de São José do Rio Preto, p.e., havia cerca de 49 presos, - alguns em situação irregular sendo que, na de José Bonifácio, estavam recolhidos vários réus sujeitos a processo em São José do Rio Preto.

Ainda em São José do Rio Preto, visitei o "Instituto Penal Agrícola", que, em virtude de sua direção e ótimas instalações, vem colhendo bons resultados.

O seu digno Diretor, Dr. Rubens Cardoso Machado, vem revelando grande dedicação e interesse na solução dos problemas do Presídio.

9. Os serviços afetos aos magistrados estavam, de um modo geral, em ordem. Nas comarcas de maior importância, como, p.e., São José do Rio Preto e Osvaldo Cruz, os juizes mantinham os seus serviços atualizados. Cumpre notar que o titular da comarca de Osvaldo Cruz estava afastado, por motivo de moléstia, e à frente de sua jurisdição se achava o M.M. juiz de Direito da 1.ª vara da comarca de Tupã, Dr. Paulo Lúcio Nogueira, que acumulava as funções.

10. Como foi assinalado no item 5 deste Provimento, no curso de exame de livros, papéis e documentos, foram observados erros, irregularidade e omissões, que deverão ser emendados e supridas.

Para tal fim, além das recomendações e determinações consignadas nos termos lavrados nos livros de visitas, com a fixação de prazos para a regularização de livros e papéis, determino a observância dos Provimentos baixados pela Corregedoria Geral, especialmente os de n.ºs 3/66, 8/66 e 7/67, relativos às correições anteriores. É oportuno, outrossim, esclarecer que os livros obrigatórios dos cartórios são os relacionados a seguir. Na primeira parte são discriminados os livros que cada cartório deverá possuir, independentemente dos anexos que tenha. A seguir, são enumerados os livros referentes a cada um dos anexos: escritania, distribuidor, contador, partidor, depositário público, tabelionato de notas e de protestos de títulos e registros públicos. LIVROS OBRIGATÓRIOS EM CADA CARTÓRIO QUAISQUER QUE SEJAM AS SUAS ATRIBUIÇÕES

Visitas e correições (para lavratura dos termos de audiências, visitas e inspeções e para a transcrição dos provimentos do corregedor - Decreto estadual n.º 4.786, de 3-12-1930, art. 6.º; Registro diário da receita e despesa (Decreto estadual n.º 5.129, de 23-7-1931); Protocolo de autos e papéis, para o registro, nos casos de entrega ou remessa que não implique devolução;

Classificadores (um para cópia dos ofícios - expedidos, outro para ofícios recebidos e não entranhados - nos autos e outro para classificação dos provimentos, portarias, circulares e instruções, com índices);

Ponto dos servidores (Provimento n.º 9/66, da Corregedoria Geral, "in" D. J. de 27-12-1966, quanto a cartórios não oficializados);

Registros de férias e penas disciplinares dos servidores da Justiça e de movimento dos mesmos servidores e autoridades judiciais (Provimento n.º 15/67, da Corregedoria Geral);

NOTA: Os cartórios oficializados não precisam ter o registro diário da receita e despesa e o registro de férias, movimentação e penas disciplinares.

ESCRIVANIA EM GERAL

(cível, de acidentes do trabalho, de executivos fiscais, trabalhistas e criminal) :

Registro geral de feitos (cíveis, de acidentes do trabalho, de executivos fiscais, trabalhistas e criminais), com índice (Decreto estadual n.º 4.786, de 3-12-1930, art. 40, § 5.º; Cód. de Proc. Civil, art. 50);

Carga e descarga de autos e papéis, em geral (Lei estadual n.º 2.421, de 14-1-1930, art. 136; Provimento - n.º XX/66, do Conselho Superior da Magistratura, "in" D. J. de 6-7-1966);

Carga e descarga de autos para juiz, promotor de justiça e advogados (Provimento n.º XXI/67, do Conselho Superior da Magistratura, -in- D.J. de 1-9-1967);

Carga e descarga de mandados entregues aos Oficiais de justiça, peritos e avaliadores,

NOTAS: 1 - Os livros de carga, conforme o movimento do cartório, poderão ser distintos, um para juiz, um para promotor e outro para advogados.

2 - No livro de carga e descarga de mandados entregues aos oficiais de justiça, anotar as custas por eles percebidas, para os feitos do art. 7.º da Lei estadual n.º 593, de 31-12-1949.

ESCRIVANIA CÍVEL

Registro de testamentos (Cód. de Proc. Civil, art. 526);

Protocolo de audiências (idem, art. 272);

Registro de sentenças (cíveis, de executivos fiscais, de acidentes do trabalho e trabalhistas);

Termos de compromisso de tutores e curadores (Cód. de Proc. Civil, art. 601);

Cofre de Órfãos (Provimento n.º 12/59, da Corregedoria Geral, "in" D.J. de 7-11-1960);

Registro de inquéritos judiciais falimentares (Provimento n.º 43/53, da Corregedoria Geral, "in" "Rev. dos Tribs.", 219/610) ;

Registro de executivos fiscais estaduais (Lei estadual n.º 2.844, de 7-1-1937, art. 88; C.I.T., Liv. XI, art. 11);

NOTA: Poderá haver, ainda, o registro de audiência e atas da justiça do Trabalho (C. L. T., arts. 817 e 851), se não forem lançadas no livro de que trata o art. 272 do Cód. de Proc. Civil.

ESCRIVANIA CRIMINAL COMUM

Protocolo de audiência (Cód. de Proc. Penal, art. 538);

Registro de sentenças criminais (idem, art. 389);

Fianças criminais, com índice (idem, art. 329);

Rol dos culpados, com índice (idem, art. 393, n.º II, Lei estadual n.º II, Lei estadual n.º 3.049, de 19-9-1937, art. 11);

Registro de "sursis", com índice (Cód. Proc. Penal, art. 709);

Registro do selo penitenciário, com índice (Decreto-lei federal n.º 1.726, de 1-11-1939, art. 19; Provimento n.º XXIX/67, do Conselho Superior da Magistratura, "in" D.J. de 11-8-1967);

Registro de Comunicações ao Departamento de Investigações, constando os seguintes dados: n.º de ordem, destinatário, réu, n.º de registro e do processo, resumo do assunto, devendo os escrivães apresentar o livro, mensalmente e dentro dos cinco primeiros dias, ao "visto" do juiz competente (Decreto estadual n.º 11.285, de 5-8-1940, arts. 6.º e 7.º).

NOTA: O rol dos culpados, o registro de "sursis" e o registro do selo penitenciário poderão ser feitos num único livro apropriado para todas as anotações, conforme modelo elaborado pela Corregedoria Geral da Justiça.

ESCRIVANIA DO JÚRI E DA CORREGEDORIA PERMANENTE

Alistamento anual dos jurados (Cód. de Proc. Penal, art. 439);

Atas do júri (idem, arts. 494, 698, 704 e 705);

Sorteio dos jurados (idem, art. 428);

Registro de sentenças;

Fianças, com índices;

Rol dos culpados, com índice;

Registro de "sursis", com índices;

Registro do selo penitenciário, com índice;

Registro de comunicações ao Departamento de Investigações;

Registro de inquéritos policiais (Provimento n.º 1/47, da Corregedoria Geral da Justiça, "in" D.J. de 23-1-47);

Registro de comunicações de acidentes do trabalho;

Compromisso de autoridades e servidores da Justiça, com índice;

Registro de portaria de nomeação;

Registro de férias e penas disciplinares dos servidores da Justiça e de movimento dos mesmos servidores e autoridades judiciais (Provimento n.º 15/67, da Corregedoria Geral da Justiça);

Tombo dos objetos, móveis e pertences do Estado;

Ponto dos oficiais de justiça (Portaria n.º 170/64, da Corregedoria Geral, "in" D.J. de 10-11-1964).

NOTAS: 1 - O escrivão do júri é o escrivão das correições, nas comarcas do interior do Estado (Decreto estadual n.º 4.786, de 3-12-1930, art. 5.º, n.º III).

2 - O registro dos provimentos dos corregedores deve ser feito no livro de visitas e correições.

3 - Ver notas anteriores e citações, na parte referente a escrivania criminal comum.

4 - O alistamento semestral dos jurados e o sorteio mensal dos jurados do Júri Economia Popular, assim como as atas de julgamento desse Júri poderão ser feitos nos livros do Júri comum.

ESCRIVANIA DE MENORES

Registro de decisões definitivas sobre menores de 18 anos de idade (Lei federal n.º 5.258, de 10-4-1967, art. 5.º);

Registro de menores empregados (idem, art. 12; C.L.T., arts. 415 e segs.);

Registro de entregas de menores para guarda e responsabilidade (Cód. de Menores, art. 55); de sujeição de menor a liberdade vigiada (Decreto federal n.º 17.943-A, de 12-10-1927); de colocação de menor sob soldada (Decreto citado, arts. 27 e 49); de colocação de menores em família (Lei estadual n.º 560, de 27-12-1949);

DISTRIBUIDORES

Registro de feitos cíveis, com índice;

Registro de feitos criminais, com índice;

Registro de executivos fiscais, com índice, distinguindo-se, em casas próprias, os executivos federais, estaduais e municipais;

Registro de feitos trabalhistas;

Registro de livros comerciais;

Registro de escrituras;

Classificadores (pastas), para o arquivo das cópias autenticadas dos cálculos, liquidação, partilhas e avaliações, se o distribuidor tiver algum dos anexos de contador, partidor ou for também avaliador.

DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

Decreto estadual n.º 1.118, de 31-3-1903, art. 16):

Registro diário, para escrituração dos depósitos;

Registro de contas-correntes - rendimentos, com índice;

Balanço de entrada e saída de dinheiro;

Registro de imóveis, com índice;

Registro de imóveis, com índice;

Registro de semoventes, com índice;

Registro de papéis de crédito, com índice;

Registro de jóias, pedras e metais preciosos, com índice;

Registro de aluguéis de prédios urbanos, com índice;

Registro de aluguéis de prédios rústicos, com índice;

NOTAS: 1 - De acordo com o movimento do cartório, poderá o corregedor permanente autorizar a abertura de apenas os livros indispensáveis a medida que surgir a necessidade.

2 - Observar as instruções do item VI do Provimento n.º 7/67, da Corregedoria Geral (D.J. de 8-8-1967) e bem assim as do Provimento n.º XXXIII/67, do Conselho Superior da Magistratura).

TABELIONATO DE NOTAS

Notas, em geral;

Procurações;

Substabelecimento de procurações (permitindo-se o substabelecimento no livro de procurações, ou no de notas em geral);

Pasta para o arquivamento das procurações (por instrumento público ou escrito particular), nos termos do item IV, letras "a" e "b", do Provimento n.º 7/67, da Corregedoria Geral, "in" D.J. de 8-8-1967);

Índices de cada um dos livros supra e organizados pelos nomes dos outorgantes e outorgados, inclusive dos de suas esposas, quando intervieram nos atos (autoriza-se o uso de fichário, para esses fins);

Registro de firmas-padrão, para serem confrontadas por ocasião do reconhecimento de firmas, podendo o livro ser substituído por fichas;

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Apontamento das letras e títulos apresentados, com índice (Provimento n.º 2/61, da Corregedoria Geral, "in" D.J. de 4-7-1961);

Registro dos instrumentos de protestos e índice respectivo (Decreto federal n.º 2.044, de 31-12-1908, art. 29, parágrafo único);

Registro dos instrumentos de protestos para fins falimentares, com índice (Decreto-lei federal n.º 7.661, de 21-6-1945, art. 10);

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Registro de feitos;

Livro A - de nascimentos, com 300 folhas (Decreto federal n.º 4.857, de 9-11-1939, art. 43);

Livro B - de casamentos, com 300 folhas (idem);

Livro C - de óbitos, com 300 folhas (idem);

Livro D - de registro de editais de proclamas, com 300 folhas (idem);

Livro E - de inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, com 150 folhas, somente para os cartórios da sede da comarca (no cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária), podendo o juiz competente autorizar o seu desdobramento em livros especiais de emancipações, interdições e ausências (idem).

NOTAS: 1 - Todos os livros deverão dispor de índice alfabético,

2 - A cada um dos livros A, B, C e E, corresponde um livro-talão (Decreto n.º 4.857, de 1939, arts. 31 e 53).

3 - No livro de registro de feitos, registrar os processos de habilitação para casamento, justificações, editais de proclamas vindos de outros cartórios, mandados judiciais, petições de abertura de assento de nascimento e de retificação de registro pelo rito sumaríssimo.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Livro A - para os fins indicados nos n.ºs I e II, do art. 122, do Decreto federal n.º 4.857, de 1939, com 300 folhas;

Livro B - para a matrícula das oficinas impressoras, jornais e periódicos, com 150 folhas.

NOTA: 1 - Os registros deverão ser anotados em livro de protocolo, que poderá ser próprio ou a destinado ao registro de títulos e documentos (Decreto n.º 4.857, art. 140).

2 - Os índices serão feitos de acordo com o art. 126 do mencionado Decreto.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Livro A - Protocolo;

Livro B - Transcrição integral;

Livro C - Registra por extrato;

Livro D - Registro de penhores, cauções e contratos de parcerias;

Livro E - Indicador Pessoal (Decreto cit., art. 147).

(Os livros A, B, C, D e E deverão conter, cada qual, 300 folhas).

Livro de registro de firmas ou razões comerciais (Decreto federal n.º 916, de 24-9-1890, art. 11).

REGISTRO DE IMÓVEIS

Livro n.º 1 - Protocolo, com 300 folhas;

Livro n.º 2 - Inscrição hipotecária, com 300 folhas;

Livro n.º 3 - Inscrição das transcrições das transmissões, com 300 folhas;

Livro n.º 4 - Registros diversos, com 300 folhas;

Livro n.º 5 - Emissão de debêntures, com 150 folhas;

Livro n.º 6 - Indicador real, com 300 folhas;

Livro n.º 7 - Indicador pessoal, com 300 folhas;

Livro n.º 8 - Registro especial, com 300 folhas;

Livro n.º 9 - Registro de cédulas de crédito rural, com 300 folhas (Provimentos n.ºs 4/67 e 8/67, da Corregedoria Geral, "in" D.J. de 30-5-1967 e 26-7-1967; Decreto-lei federal n.º 167, de 14-1-1967; Decreto federal n.º 61.132, de 3-8-1967, que modificou os arts. 182 e 188 do Decreto federal n.º 4.857, de 1939, e lhe acrescentou o art. 196-A);

LIVRO AUXILIAR

Livro de registro de bens de família (Cód. de Proc. Civil, arts. 650 e seg.), de uso facultativo,

porque os registros poderão ser feitos no livro n.º 4.

NOTAS: 1 - Além dos livros relacionados, haverá o livro-talão, para lançamento resumida de todos os atos de registro (Decreto n.º 4.857, de 1939, art. 182, parág. único).

2 - As custas pela inscrição e respectivas averbações da cédula de crédito rural são as previstas pela Lei estadual n.º 9.895, de 8-11-1967, que acrescentou os itens VIII e IX a Tabela K, do Regimento de Custas.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Delegacias de Polícia:

Visitas e correções;

Registro geral de presos;

Registro de inquéritos e processos sumários, com índice;

Registro de criminosos foragidos e índice;

Termos de fianças criminais, com índice;

Carga e descarga de autos e papéis;

Registro de queixas (Decreto-lei estadual n.º 11.285, de 5-8-1940, art. 15);

Registro de prisões com algemas (Decreto estadual n.º 19.903, de 30-1-1950, art. 3.º);

Registro de visitas do Ministério Público;

Prisões:

Visitas e correções;

Registro de entradas e saídas de presos, com índice;

Registro de óbitos ocorridos nas prisões;

Registro de ordens das autoridades;

Registro de objetos e valores dos presos;

Registro médico (Decreto estadual n.º 24.688, de 28-6-1955, art. 5.º);

Registro de visitas do Ministério Público.

11. Para os devidos fins, é expedido o presente Provimento, que deverá ser transcrito integralmente no livro de visitas do cartório da corregedoria permanente e, na parte que interessar, nos livros de visitas dos demais cartórios, das comarcas de Porto Ferreira, Descalvado, Mogi-Guaçu, Itararé, Angatuba, Osvaldo Cruz, São José do Rio Preto e José Bonifácio. Registre-se, publique-se e afixe-se no edifício do "Fórum" de cada uma dessas comarcas, remetendo-se cópia às demais comarcas do Estado.

São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

a) ALCEU CORDEIRO FERNANDES

Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 2/68

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que ficou decidido no Processo n.º CG-29.389/68.

Determina aos Oficial dos Registros de Imóveis de todo o Estado que façam afixar nos cartórios, em lugar bem visível e franqueado ao público, juntamente com as Tabelas estabelecidas pelo Regimento de Custas, os incisos acrescidos pela Lei estadual n.º 9.895, de 8 de novembro de 1967 (publicada no D.O.E. de 9-11-1967), sublinhando-se, outrossim, a necessidade da rigorosa observância do disposto nos artigos 8.º "caput" e 9.º da Lei estadual n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958.

Competirá aos juízes Corregedores Permanentes a fiscalização do cumprimento das presentes instruções.

Registre-se e publique-se.

São Paulo, 18 de abril de 1968.

(a) HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS

Corregedor Geral da Justiça

Publicado no "Diário da Justiça" de 23/4/68.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

N.º 699/IBP

São Paulo, 12 de fevereiro de 1968

Proc. CG-27.925/67

Sr. Serventuário do Cartório do Registro de imóveis e Anexos

Por determinação do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça e para as providências que se fizerem necessárias, encaminho a V. Sa. as inclusas cópias das manifestações de fls. 23 e 70/71, extraídas do processo n.º CG-27.925/67, em que é interessado o Dr. Juiz de Direito da Comarca de Jales, à vista da consulta relativa à exigência de certificado de cadastro do IBRA e da certidão negativa de débito para com a Previdência Social.

Saudações

Ezio DONATI

Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA-IBRA

CENTRO REGIONAL DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO DE SÃO PAULO

OF. N.º CR-4/1 160/67

Em São Paulo, 15 de junho de 1967

Meritíssimo juiz:

Em atenção à consulta desse juízo, formulada no Of. N.º 2.303/IBP, Proc. 27.925, datado de 22 de maio próximo passado, sobre a possibilidade de ser o certificado de cadastro expedido pelo IBRA substituído pelo recibo de entrega da declaração de propriedade informamos não ser possível tal providência em face da existência de dispositivos legais em sentido contrário. As dificuldades decorrentes da falta do certificado podem ser contornadas mediante requerimento para o pagamento do ITR à vista, o que permite a expedição desse documento em prazo relativamente curto.

Sendo o que se nos apresenta firmamo-nos,

Atenciosamente

(a) HÉLCIO GONÇALVES

Chefe CRCT/SP

Exmo. Sr.

Dr. Edgard A. de Souza

MM. Juiz Auxiliar

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo

CAPITAL

CCR/im

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SPRP - Setor Técnico de Consultoria e Contratos, em 7-11-1967

Processo: Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo

Pt. 21-0/434.458/67.

Ref.: PARECER N.º 21-137/67

1. Ao meu ver, o art. 142 da lei n.º 3.807/60 - não se aplica à previdência rural, submetida que é esta à lei 4.214/63 e o decreto-lei 276, de 28/2/67.

2. Assim sendo, não se estende aos produtores-agrícolas o disposto no art. 142 da referida lei, os quais ficam, no entanto, sujeitos ao que dispõe o art. 61 do decreto n.º 53.154, de 10/12/63.

3. Nestas condições, os mencionados produtores, para praticarem os atos de que trata aquele art. 61, deverão apresentar a prova da matrícula exigida pelo art. 48 do decreto 53.154.

4. Ao Senhor Coordenador das Procuradorias

(a) LUIZ MARCONDES ROCHA

Chefe do Serviço do Setor

Técnico de Consultoria e Contratos

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

INPS - Coordenação das Procuradorias-SP, em 14-11-67

1. De acordo com o pronunciamento de fls. 31.

2. Realmente, a Previdência Social Rural, tem estatuto próprio (Lei 4.214, de 1963 e seu Regulamento-Decreto 53.154, de 10-12-63; Decreto-Lei 276, de 28-2-67 e Decreto 61.554/67). E o art. 61 do Decreto 53.154 dispõe expressamente a respeito das exigências feitas "aos produtores compreendidos no regime deste Regulamento", sendo certo que, "desses

contribuintes só é exigida prova de matrícula para a prática dos atos nele mencionados. Cuide-se de salientar, porém, que o Decreto 61.554, de 1967, exige das "empresas vinculadas ao regime da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) que sejam igualmente sujeitas ao regime deste Regulamento" prova de quitação de contribuições para com o FUNRURAL.

Ao Sr. Superintendente Regional.

(a) JOSÉ LOBATO

Procurador Assistente da PE em São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS

DECISÕES

Dúvida - 7.º Registro de Imóveis - Fany Nadler - Vistos, etc ... O sr Oficial do Registro de Imóveis da 7.ª Circunscrição da Capital suscitou dúvida em proceder à transcrição da escritura lavrada em 29 de junho de 1967, nas notas do 9.º Tabelionato local, onde figuram como outorgantes vendedores Orlando Barros do Nascimento e sua mulher e como outorgada compradora Fanny Nadler, menor impúbere, que foi representada por seus progenitores, Abrahão Nadler e sua mulher, com a anuência de Icek Fajwel Krawczyk e do espólio de Malka Laja Frawczyk. Em síntese, informou o serventuário que o alvará exibido autorizava a menor, representada por seu pai, a receber a escritura definitiva de compra e venda somente da metade do imóvel e não do todo. A disponibilidade pelo anuente, de forma imprecisa como está na escritura, como se demonstrou, somente poderá ser consagrada no Registro após a averbação da partilha dos bens deixados pela finada Malka Laia Krawcyk. juntou à inicial os documentos que se encontram à fls. 4/11. Manifestou-se, oportunamente, a suscitada, juntando a peça de fls. 3, acompanhada de dois documentos, quando contrariou o alegado no intróito. Sobre a prova carreada aos autos, pronunciou-se o suscitante (fls. 22), seguindo-se a promoção do sr. Curador de Registros, pela procedência da dúvida (fls. 23). Com esse relatório, decido. A objeção levantada pelo sr. Oficial do Registro de Imóveis da 7.ª Circunscrição da Capital é inteiramente procedente. De fato o alvará expedido pela 1.ª Vara da Família e das Sucessões autorizou a menor Fanny Nadler, devidamente representada por seu pai, Abrão Nadler, "a receber escritura definitiva de compra e venda da metade ideal do imóvel sito à rua do Jairé n.º 1.562, casa 4" (fls. 10). Consequentemente não poderia ter sido a escritura lavrada, como o foi, relativamente a todo o imóvel. - Isto posto e acolhendo os motivos deduzidos na peça inicial e no parecer do dr. Curador, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei. P. e I. - Advogado: Urley Francisco Bueno de Souza.

Dúvida - 3.º Registro de Imóveis - Sidônio Antero Marques - "Vistos, etc ... O Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Capital informou ter adiado o ato requerido com o título prenotado sob o número 253.992, A e B, página 170 do Protocolo n.º 1-J, pelos motivos deduzidos na peça de fls. 2, que foi acompanhada dos documentos de fls. 3/12. Respondeu o suscitado, rebatendo as objeções levantadas contra o registro do título. - Disse que Guadalupe Pereira era a mesma Guadalupe Pereira de Luque: que o erro no sobrenome do marido desta resultou do erro do sr. Escrevente; e que o reconhecimento das firmas consulares foi providenciado. - juntou, com a peça, dois documentos. - Houve a manifestação do Sr. Serventuário, reiterando os termos da inicial. (fls. 22) Oficiou o dr. Curador de registros, opinando pela procedência da dúvida (fls. 27). Com esse relatório, decido. Inteiramente procedente a objeção levantada pelo sr. Oficial do Registro de Imóveis; em que pesem os argumentos em contrário alinhados pelos suscitados. Com efeito, impõe-se, de início, a retificação da transcrição existente, substituindo-se Guadalupe por Guadalupe; impõe-se, também, como bem assinalou a douta Curadoria, a retificação da escritura, eliminando-se os erros referentes ao sobrenome do marido (de Camerero para Carnerero) e ao nome da mulher (de Guadalupe Pereira para Guadalupe Pereira de Luque). Enquanto tais providências a parte interessada não tomar é impossível a transcrição no Registro de Imóveis. Por tais fundamentos, julgo procedente, a dúvida, determinando sejam as custas pagas na forma da lei. P. e I. - Advogada: Helena Maria Abrahão.

Publicado no "Diário da Justiça" de 14/11/67

Redação: ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO

Transcorreu, no dia 8 de julho último, o 40.º aniversário de nossa Associação, tendo a passagem da grata efeméride sido dignamente comemorada pela sua atual Diretoria, que não mediu esforços para que a celebração do acontecimento correspondesse, como aconteceu, a uma verdadeira confraternização de nossa classe.

As festividades tiveram início às 10 horas e meia da manhã. com a realização de UMA missa, em ação de Graças, na Igreja de Nossa Senhora do Brasil, cerimônia essa que foi assistida por elevado número de associados e suas Exmas. Famílias.

A noite, nos salões do Esporte Club Pinheiros, realizou-se concorridíssimo jantar, no qual tomou parte expressivo número de Serventuários, tanto desta Capital como do Interior, havendo o ágape transcorrida num ambiente de grande cordialidade. A sobremesa, o Presidente da Associação, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, justificando a comemoração da data, prenunciou as seguintes palavras, ao término das quais foi longamente aplaudido.

-Exmas. Senhoras, - meus prezados Colegas:

Permiti que vos dirija algumas palavras, a fim de dizer-vos que a atual Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS. SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO", não podia deixar transcorresse em silêncio a data de hoje, em que a nossa entidade completa 40 anos de existência pródica. Legítimo órgão representativo da classe que nos congrega, tudo ela tem feito, ao longo dessas quatro décadas de permanente vigília, não só em defesa de seus direitos, como também pela consecução de suas aspirações mais justas,

É certo que nem sempre os seus esforços lograram alcançar plenamente o êxito por todos nós desejado. Cumpre-nos, todavia, reconhecer que se tal por vezes aconteceu, foi devido a contingências insuperáveis, - e nunca, jamais, a quaisquer omissões de seus dirigentes. Correspondendo, na época em que foi constituída, a uma necessidade que de há muito já se fazia sentir, a existência de nossa Associação contínua, hoje como ontem, inteiramente válida em sua missão, que outra não é senão a fortalecimento da união da classe a que pertencemos e a defesa de seus legítimos interesses.

Não podemos, assim, nesta oportunidade, deixar de render as nossas homenagens aos seus ilustres fundadores, bem como a todos os nobres colegas que depois a dirigiram, sem medir esforços para elevá-la, cada vez mais, no conceito geral e granjear-lhe o prestígio de que vem desfrutando.

Terminando, desejamos, agradecer aos prezados consócios e suas Exmas. Esposas aqui presentes, a gentileza de seu comparecimento a esta festa de confraternização de nossa classe, ao mesmo tempo que apelamos a todos os colegas para que continuem prestigiando nossa entidade, a fim de que ela possa cumprir cada vez melhor, nos anos vindouros, os objetivos de sua Missão.

Tenho dito".

Usaram, ainda, da palavra, nossos colegas Dr. Antônio Augusto Firmo da Silva, ex-presidente da Associação e Fernando de Barros Silveira, o primeiro para destacar a importância das funções do Serventuário da Justiça, e o segundo para pôr em relevo o trabalho que, em defesa dos interesses: da classe, vêm sendo executado, com notável entusiasmo e dedicação, pelo atual Presidente da entidade, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, tendo ambos os oradores recebido fartos aplausos.

Findo o jantar, foram encerradas as festividades comemorativas, que constituíram uma demonstração eloquente da vitalidade de nossa Associação.

LEI N.º 10.219, DE 12 DE SETEMBRO DE 1968 **Código Judiciário do Estado de São Paulo.**

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - Este Código organiza a justiça Comum do Estado de São Paulo e regula o funcionamento de seus órgãos.

Artigo 2.º - São órgãos da Justiça Comum do Estado:

I - O Tribunal de justiça;

II - Os Tribunais de Alçada;

III - Os Tribunais do júri e os de Economia Popular;

IV - Os Juízes de Direito;

V - Os juízes Substitutos;

VI - Os juízes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 3.º - O quadro judiciário será fixado, com observância das disposições deste Código, pelas leis quinquenais promulgadas nos termos do artigo 143.º da Constituição do Estado e a qualquer tempo, por proposta do Tribunal de justiça.

Artigo 4.º - Os serviços auxiliares de justiça compreendem as Secretarias dos Tribunais de justiça e Alçada, os offices de justiça e cartórios do foro judicial e extrajudicial, as atividades do Juizado de Menores e as desempenhadas por aqueles que, na forma da lei, participam da administração da Justiça.

§ 1.º - Compete ao Tribunal de justiça e aos Tribunais de Alçada organizar suas Secretarias (Constituição do Estado artigos 53, III, "b" e 55, 111).

§ 2.º - Compete privativamente ao Tribunal de Justiça organizar os serviços auxiliares de Juizado de Menores.

Artigo 5.º - Os atos do processo, os extra-processuais e os do foro extrajudicial estão sujeitos ao pagamento de custas e demais despesas, a cargo dos interessados, ressalvados os beneficiários da assistência judiciária e as isenções concedidas, por lei.

Artigo 6.º - O Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada organizarão "sumulas" de sua jurisprudência, aprovadas pelo seu plenário e que serão publicadas pelo órgão da Imprensa Oficial.

livro I

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I

DO QUADRO JUDICIÁRIO

CAPÍTULO I

DA DIVISÃO TERRITORIAL

Artigo 7.º - O território do Estado, para a administração da justiça, divide-se em circunscrições, comarcas e distritos, constituindo, porém, uni só todo, para os efeitos da jurisdição dos Tribunais de Justiça e Alçada.

Artigo 8.º - A circunscrição judiciária será constituída da reunião de comarcas contíguas da mesma região, uma das quais será a sua sede.

Parágrafo único - A comarca da Capital constituirá entrância especial, sem integrar qualquer das circunscrições judiciárias.

Artigo 9.º - A comarca compreenderá um ou mais municípios formando área contínua e terá a denominação da respectiva sede.

Artigo 10.º - O distrito será a menor unidade judiciária e terá denominação e limites correspondentes aos de divisão administrativa.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS

Artigo 11.º - As comarcas do Estado são classificadas em quatro entrâncias, sendo três numeradas ordinalmente e especial a da Capital.

Artigo 12.º - A classificação ou reclassificação de cada comarca será feita em função dos dados referentes ao número de eleitores, receita tributária e movimento forense dos municípios que a compõem, atendidos, os seguintes índices mínimos: 1.ª entrância - 100; 2.ª entrância - 300; 3.ª entrância - 600.

§ 1.º - Os dados referidos neste artigo serão apurados no ano anterior ao da promulgação da lei quinquenal ou da proposta modificativa do Tribunal de justiça.

§ 2.º - Os municípios localizados há mais de 60 Km (sessenta quilômetros) da sede da comarca terão o coeficiente reduzido à metade para sua elevação à categoria de comarca de primeira entrância, como também poderão solicitar anexação à comarca mais próxima.

§ 3.º - Os municípios localizados a menos de 15 Km (quinze quilômetros) da sede da comarca terão o coeficiente duplicado para sua elevação à categoria de comarca de primeira entrância.

Artigo 13.º - Os índices resultarão das somas dos coeficientes relativos ao número de eleitores, receita tributária e movimento forense na proporção seguinte: 1 (um) por centena de eleitores; 1 (um) NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) de receita tributária; 2 (dois) por dezena de feitos

judiciais.

§ 1.º - Considera-se receita tributária a totalidade dos tributos recebidos pelos municípios que compõem a comarca.

§ 2.º - Serão computados, para efeito deste artigo, apenas os processos de qualquer natureza que exijam sentença de que resulte coisa julgada, formal ou material.

CAPÍTULO III

DA CRIAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU EXTINÇÃO DE COMARCAS

Artigo 14.º - É requisito indispensável para a criação de comarca apresentarem os municípios que a irão compor, em conjunto, os índices mínimos referidos no artigo 12.º.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 15.º - A extinção de comarca será obrigatoriamente determinada nas leis quinquenais, sempre que, no ano anterior à promulgação dessas leis, os municípios que a compõem não tiverem atingido os índices mínimos do artigo 12.º.

Artigo 16.º - A extinção de Varas ou ofícios de justiça, ou cartórios, bem como a modificação da competência de Varas existentes, em qualquer comarca, dependerá sempre de proposta motivada do Tribunal de justiça, quando se der fora da lei quinquenal.

Artigo 17.º - A instalação de comarca dependerá da existência, em sua sede, de edifício adequado para o Fórum, cadeia pública e acomodações para os ofícios de justiça.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO 1

DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Artigo 18.º - As circunscrições judiciárias, o número de seus juízes substitutos e as respectivas sedes constarão da Tabela "A" da lei de Organização Judiciária.

Artigo 19.º - O Diretor do Fórum da Comarca-sede será também o da Circunscrição judiciária.

Artigo 20.º - Ao diretor da circunscrição compete:

I - designar, quando houver mais de um juiz substituto na circunscrição, um deles para assumir a jurisdição da vara ou comarca cujo titular se tenha afastado por motivo de licença, férias, promoção ou remoção, observadas as seguintes regras:

a) as designações serão feitas em rodízio, pela ordem de antiguidade;

b) se o Diretor verificar, porém, que um dos Juízes Substitutos não está em condições de ser convocado para determinada comarca ou vara, poderá, alterar o rodízio, dando ciência ao Conselho Superior da Magistratura.

II - solicitar ao Presidente do Tribunal de Justiça a convocação de juiz substituto de outra circunscrição, quando não for possível a designação nos termos do inciso anterior;

III - distribuir as comarcas e varas que cada juiz substituto deverá atender durante as férias coletivas.

Artigo 21.º - Na sede de cada circunscrição poderá ser criado um cartório de cadastro judiciário.

CAPÍTULO II

DA COMARCA DA CAPITAL

Artigo 22.º - A comarca da Capital abrange exclusivamente o município de São Paulo.

Artigo 23.º - São órgãos da justiça, na comarca da Capital-

I - os Tribunais do Júri e os de Economia Popular;

II - Os Juízes de Direito vitalícios, compondo:

a) o Quadro dos Titulares;

b) o Quadro dos Substitutos;

c) o Quadro dos Auxiliares,.

III - Os juízes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 24.º - A comarca da Capital terá varas especializadas, e distritais.

§ 1.º - As varas especializadas, cujo número constará da Tabela 13 da lei de Organização judiciária, terão competência plena sobre todo o território da comarca.

§ 2.º - Quanto ao Juizado de Menores, a Comarca será subdividida em zonas, conforme dispuser a Lei de Organização Judiciária.

§ 3.º - As varas distritais, cujo número e limites territoriais constarão da Tabela C da Lei de Organização judiciária, terão competência restrita em razão do território e da matéria.

Artigo 25.º - Para o efeito de substituição de seus titulares, as varas da Capital serão agrupadas em seções, conforme a Tabela 13 da Lei de Organização judiciária,

Artigo 26.º - A direção dos Fóruns da Capital caberá à Presidência do Tribunal de justiça, que

poderá delegá-la a outros membros do Poder Judiciário.

Artigo 27.º - As varas especializadas serão:

I - No ramo criminal:

- a) Varas Criminais;
- b) Varas do Júri e de Economia Popular;
- c) Varas das Execuções Criminais e Corregedorias dos Presídios e da Polícia judiciária.

II - No ramo civil:

- a) Varas Cíveis;
- b) Varas da Fazenda do Estado;
- c) Varas das Execuções Criminais e Corregedorias
- d) Varas da Família e Sucessões;
- e) Varas de Registros Públicos;
- f) Varas de Menores; e
- g) Varas de Acidentes do Trabalho.

seção 1 - Da Competência das Varas Especializadas

Artigo 28.º - Aos juízes das Varas Criminais compete, ressalvados os casos de competência específica;

I - processar e julgar as ações penais e seus incidentes, por crimes e contravenções;

II - conhecer e decidir as questões relativas a "habeas-corpus", prisão em flagrante, prisão preventiva e liberdade provisória, não abrangidas no número anterior;

III - praticar todos os demais atos atribuídos pelas leis processuais penais a juiz de primeira instância.

Artigo 29.º - Nas Varas de júri, compete:

I - aos Juízes Titulares:

- a) presidir o Tribunal do júri, cuja organização, funcionamento a competência são regulados pela legislação federal;
- b) preparar os feitos para julgamento, conhecendo e decidindo os incidentes posteriores à pronúncia.

II - aos juízes Auxiliares:

- a) processar os feitos de competência do Tribunal do júri e seus incidentes, até a pronúncia inclusive;
- b) conhecer e decidir as questões relativas a "habeas-corpus", prisão em flagrante, prisão preventiva e liberdade provisória, nos crimes de competência do Júri;
- c) presidir os Tribunais de Economia Popular, cuja organização, funcionamento e competência são regulados pela legislação federal, processando os respectivos feitos conhecendo e decidindo seus incidentes.

Artigo 30.º - Os Tribunais do Júri funcionarão permanentemente, salvo nos domingos e feriados, nas férias da Semana Santa e no período de 23 de dezembro a 2 de janeiro.

Artigo 31.º - Os Tribunais de Economia Popular reunir-se-ão sempre que houver processo a julgar.

Artigo 32.º - Os jurados dos Tribunais do júri serão escolhidos nos termos da legislação vigente, constituindo um quadro único para as varas, em número de 500 (quinhentos), no mínimo, e de 2.500 (dois mil e quinhentos, no máximo).

§ 1.º - A seleção dos jurados será feita de comum acordo pelos titulares das Varas dos Tribunais do júri, distribuindo-se em grupos iguais para cada Vara, obedecida a ordem alfabética dos nomes.

§ 2.º - No processo de recrutamento, os juízes diligenciarão no sentido de que se representem, tanto quanto possível, diferentes classes e profissões sociais, arrolando, notadamente, os pais de família.

Artigo 33.º - Aos juízes das Varas das Execuções Criminais compete:

I - a execução da pena e seus incidentes na Comarca da Capital e nas demais do Estado onde não houver juiz especial;

II - a correição permanente dos Presídios do Estado e da Polícia judiciária da comarca da Capital.

Artigo 34.º - Aos juízes das Varas Cíveis compete, ressalvados os casos de competência específica:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou administrativos, de natureza civil ou comercial, bem como seus respectivos incidentes; ,

II - conhecer e decidir os processos acessórios, contenciosos ou não de natureza civil ou

comercial;

III - praticar todos os demais atos atribuídos pelas leis processuais civis a juiz de primeira instância.

Artigo 35.º - Aos juízes das Varas da Fazenda do Estado compete:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou não, principais, acessórios, e seus incidentes, em que o Estado e respectivas entidades autárquicas ou para estatais forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuados:

a) os de falência;

b) os mandados de segurança contra atos de autoridades estaduais sediadas fora da Comarca da Capital; e

c) os de acidentes do trabalho.

II - conhecer e decidir as ações populares que interessem ao Estado ou às autarquias e entidades para estatais e

III - cumprir cartas precatórias e rogatórias em que seja interessado o Estado.

Parágrafo único - As causas propostas perante outros juízes, desde que o Estado nelas intervenha como litisconsorte, assistente ou oponente, passarão à competência das Varas da Fazenda do Estado.

Artigo 36.º - Aos juízes das Varas da Fazenda Municipal compete:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou não, principais, acessórios, e seus incidentes, em que o Município da Capital e respectivas entidades autárquicas ou para estatais forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuados:

a) os de falência; e

b) os de acidentes do trabalho.

II - conhecer e decidir as ações populares que interessem ao Município da Capital, suas autarquias e entidades para estatais; e

III - cumprir cartas precatórias e rogatórias em que seja interessado o Município da Capital.

Parágrafo único - As causas propostas perante outros juízes, desde que o Município da Capital nelas intervenha como litisconsorte, assistente ou oponente, passarão à competência das Varas da Fazenda Municipal.

Artigo 37.º - Aos juízes das Varas da Família e Sucessões compete:

I - processar e julgar:

a) processar, julgar e executar, nos termos da legislação são, seus acessórios e incidentes;

b) os inventários, arrolamentos e partilhas, bem como a divisão geodésica das terras partilhadas e a demarcação dos quinhões.

II - conhecer e decidir as questões relativas a:

a) capacidade, pátrio poder, tutela e curatela, inclusive prestação de contas;

b) bens de incapazes;

c) registro e cumprimento de testamentos e codicilos;

d) arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos;

e) suprimimento de idade e consentimento, inclusive outorga marital e uxória;

f) vínculos, usufruto e fideicomisso;

g) adoção e legitimação adotiva, ressalvados os casos de competência das Varas de Menores;

h) fundações instituídas por particulares e sua administração.

Artigo 38.º - Aos juízes das Varas dos Registros Públicos, ressalvada a jurisdição das Vara Distritais, compete:

I - processar e julgar os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos, inclusive os de loteamento de móveis, bem de família, casamento nuncupativo e usucapião.

II - dirimir as dúvidas dos oficiais de registro e tabeliães, quanto aos atos de seu ofício e as suscitadas em execução de sentença proferida em outro juízo, sem ofender a coisa julgada;

III - decidir as reclamações formuladas e ordenar a prática ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito à sua disciplina e inspeção, salvo matéria da competência específica do outro juízo;

IV - processar e julgar as suspensões opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados;

V - processar a matrícula de jornais revistas e outros periódicos e das oficinas impressoras;

VI - decidir os incidentes nas habilitações de casamento. Artigo 39.º - Nas Varas de Menores compete: 1 - ao Juiz Titular:

- a) processar, julgar e executar, nos termos da legislação federal, as questões relativas ao abandono de menores de 18 anos e às infrações por eles praticadas e seus incidentes;
- b) conhecer e decidir as questões de registro civil capacidade, pátrio poder, tutela, suprimentos de idade e consentimentos adoção e legitimação adotiva, alimentos e soldadas, relativas aos menores abandonados ou infratores;
- c) estabelecer as normas e ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda e educação dos menores abandonados ou infratores.
- d) processar e julgar as infrações do Código de Menores, leis, portarias e regulamentos de proteção aos menores de 18 anos.
- e) processar as cartas precatórias e atender às requisições em matéria de sua competência;
- f) exercer a direção dos serviços auxiliares da Vara e a Corregedoria Permanente dos estabelecimentos do Estado, destinados ao recolhimento ou internação de menores ainda que situados fora da Capital, visitando-os pelo menos uma vez por ano;
- g) conceder autorização a menores de 18 anos, para quais quer atos ou atividades nos casos previstos na legislação federal;
- h) conceder alvarás para representações festas ou reuniões em que se encontrem menores, ou para sua participação em espetáculos de qualquer natureza;
- i) organizar e dirigir o "Serviço de Colocação Familiar";
- j) participar da administração do Fundo de Assistência ao Menor", como membro-nato de seu Conselho Diretor;
- l) determinar, de ofício ou por provocação do Ministério Público, a apreensão de impressos que ofendam a moral e aos bons costumes;
- m) representar ao Ministro da justiça para a suspeição de concessão ou permissão de serviços de telecomunicações nos casos de ofensa à moral ou aos bons costumes;
- n) expedir provimentos, portarias ou outros atos para proteção e assistência aos menores;
- o) fiscalizar o trabalho dos menores, as casas de diversões e quaisquer outros estabelecimentos onde se encontrem menores;
- p) fiscalizar os estabelecimentos públicos ou particulares, de proteção a menores, tais como asilos, creches e internatos, visitando-os e adotando, quanto a eles, as medidas que julgar convenientes.

II - Vetado.

III - aos juízes Auxiliares designados para as zonas em que se subdividir o Juizado de Menores substituir os demais de sua categoria e exercer as atribuições que lhes são fixadas em lei.

Parágrafo único - O juiz Titular poderá evocar os processos de competência do Juiz Auxiliar.

Artigo 40.º - Aos Juízes das Varas de Acidente do Trabalho compete processar, julgar e executar as questões relativas a acidente do trabalho, previstas na legislação federal, e seus incidentes, inclusive cumprir precatórias expedidas em causas dessa natureza.

Seção II - Da Competência das Varas Distritais

Artigo 41.º - Aos juízes das Varas Distritais compete: I - processar e julgar:

- a) as causas civis e comerciais da espécie e valor estabelecidos na Lei de Organização judiciária quando o réu for domiciliado no território do Juízo ou versarem sobre imóvel nele situado bem como as conexas de qualquer valor;
 - b) os crimes sujeitos à pena de detenção e às contravenções penais;
 - c) as medidas preparatórias, preventivas e incidentes, relativas às ações de sua competência.
- II - conhecer e decidir as questões que lhes forem atribuídas pela Lei de Organização judiciária;
- III - executar as sentenças proferidas nas ações civis e comerciais de sua competência;
- IV - determinar diretamente a efetivação de atos e diligências judiciais em todo o território da comarca da Capital, nos feitos de sua competência.

Parágrafo único São excluídos da competência das Varas Distritais todos os feitos de interesse da Fazenda Pública, as ações de estado, os processos de natureza alimentar e os de acidentes do trabalho.

Seção III - Dos juízes Auxiliares da Capital

Artigo - 42.º Os juízes Auxiliares da Capital, classificados em 3.ª entrância e cuja competência vem definida neste Código, terão o seu número e distribuição fixados na Tabela E da Lei de Organização Judiciária.

Seção IV - Dos Juízes Substitutos da Capital

Artigo 43.º - Os Juízes Substitutos da Capital, classificados em 3.ª entrância, terão o seu número fixado na Tabela F da Lei de Organização Judiciária, e sua designação, para as seções, feita

anualmente pelo Presidente do Tribunal de justiça, de acordo com as necessidades do serviço.

Artigo 44.º - Aos juízes Substitutos da Capital designados para as seções (artigo 25.º) compete substituir os juízes Titulares e Auxiliares, dentro das respectivas seções, nas suas férias, licenças, afastamentos, faltas, impedimentos e suspensões, bem como nos casos de vacância de cargo.

Parágrafo único - As substituições automáticas, resultantes do disposto neste artigo, poderão ser por motivo de relevante interesse judicial, alterada, em cada caso, mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 45.º - Aos Juízes Substitutos da Capital não designados para as seções compete, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça:

I - substituir, na falta do substituto seccional correspondente, os Juízes Titulares ou Auxiliares de Varas;

II - funcionar como auxiliar de Juiz Titular de Vara, exercendo as funções que por este lhes forem cometidas, com aprovação do Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 46.º - Os juízes Substitutos da Capital, no exercício das atribuições a eles conferidas nesta seção, terão competência igual à dos juízes Titulares ou Auxiliares.

CAPÍTULO III

DAS DEMAIS COMARCAS

Artigo 47.º - São órgãos da Justiça, em cada comarca:

I - Os Tribunais do Júri e os de Economia Popular;

II - os Juízes de Direito.

Artigo 48.º - Em cada comarca, as Varas cujo número e natureza constarão da Tabela H da Lei de Organização Judiciária terão competência igual à atribuída aos juízes das Varas Especializadas da Comarca da Capital, obedecidos os seguintes critérios:

I - comarcas com duas Varas - competência comum e cumulativa, cabendo, porém, à 1.ª Vara, os serviços dos Tribunais do Júri e de Economia Popular, bem como a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais e da Polícia Judiciária, e à 2.ª Vara as funções de Juízes de Menores;

II - comarcas com três Varas - competência comum e cumulativa, cabendo à 1.ª Vara os serviços dos Tribunais do Júri e da Economia Popular à 2.ª Vara a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais e da Polícia judiciária, e à 1.ª Vara as funções de juiz de Menores;

III - comarcas com quatro Varas - competência idêntica à estabelecida no item II, exceto quanto à Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária, que caberá à 4.ª Vara;

IV - nas comarcas em que houver Varas especializadas cíveis e criminais, caberá à 1.ª Vara Cível a Corregedoria Permanente de seu Cartório e respectivos anexos, do Registro de Imóveis do Cartório do Distribuidor; à 2.ª Vara Cível a Corregedoria Permanente do seu Cartório e do Registro Civil; à 1.ª Vara Criminal os Serviços de Menores, dos Tribunais do Júri e de Economia Popular; à 2.ª Vara Criminal e Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária e Execuções Criminais;

V - na comarca de Santos e em outras de grande movimento bem como nas de 5 (cinco) ou mais varas, a competência será distribuída de acordo com o que dispuser a Lei de Organização Judiciária.

Artigo 49.º - O Tribunal de Júri, em cada comarca, realizará 4 (quatro) reuniões por ano, no meses de março, junho, setembro e dezembro, exceto na comarca de Santos, na qual haverá (seis) reuniões nos meses pares.

Parágrafo único - Os Tribunais de Economia Popular reunir-se-ão sempre que houver processo a julgar.

CAPÍTULO IV

DA CORREGEDORIA PERMANENTE E DA ADMINISTRAÇÃO DO FORO

Artigo 50.º - A correição permanente consiste na atividade fiscalizadora dos órgãos da justiça sobre todos os seus serviços auxiliares, a Polícia Judiciária e os presídios, e será exercida nos termos do Regimento próprio.

Artigo 51.º - A corregedoria permanente dos ofícios caberá aos juízes titulares das varas a que pertencerem; a dos cartórios não subordinados a qualquer das varas, a do foro extrajudicial e a dos presídios aos juízes a que este Código especificamente comete essas atribuições.

Parágrafo único - O Juiz Corregedor permanente será competente para aplicar penas disciplinares aos serventuários, escreventes, fiéis, porteiros e oficiais de justiça, com recurso para a Corregedoria Geral da justiça, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 52.º - Na comarca onde houver mais de uma vara, as atribuições de Diretor do Fórum caberão ao juiz que for designado pelo Presidente do Tribunal de justiça.

Parágrafo único - As atribuições do Diretor do Fórum serão estabelecidas, em provimento, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo 53.º - O Tribunal de justiça compõe-se de 36 (trinta e seis) desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo Estado.

§ 1.º - O número de desembargadores só poderá ser modificado por propostas motivadas do Tribunal.

§ 2.º - Ao Tribunal é atribuído o tratamento de "Egrégio" e aos seus membros o de "Excelência". Nas sessões usam beca e capa.

Artigo 54.º - Os cargos de Presidente, 1.º e 2.º Vice-Presidente e o de Corregedor Geral da justiça serão exercidos por Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno, na forma do Regimento Interno.

§ 1.º - O Presidente, o 1.º Vice Presidente e o Corregedor Geral da justiça constituem o Conselho Superior da Magistratura,

§ 2.º - O Conselho Superior da Magistratura funcionará com a presença de todos os seus membros e suas reuniões serão secretas, salvo no julgamento de recursos de dúvidas dos serventuários.

Artigo 55.º - As substituições de desembargadores far-se-ão de acordo com o disposto no Regimento Interno observadas as disposições deste Código.

§ 1.º - Essas substituições serão de um por outro desembargador, por juiz substituto de segunda instância, ou por juízes de entrância especial, para esse fim convocados.

§ 2.º - Os juízes substitutos de Segunda Instância serão designados pelo Conselho Superior da Magistratura, no início de cada ano judiciário, para servirem em um só Tribunal e, se possível, em uma mesma Seção.

§ 3.º - O substituto, durante a substituição, terá o mesmo tratamento e competência atribuídos ao substituído, não podendo, todavia, tomar parte nas sessões que objetivar eleições, indicações de juízes e matérias de natureza administrativa.

Artigo 56.º - O tribunal de justiça divide-se em duas seções: uma criminal e outra civil.

§ 1.º - A Seção Criminal subdivide-se em 3 (três) Câmaras e a Civil em 3 (três) Grupos, de 2 (duas) Câmaras cada um, todos ordinalmente numerados.

§ 2.º - As Câmaras Criminais são constituídas de 3 (três) desembargadores e as civis de 4 (quatro), sendo cada uma delas presidida por um de seus membros, eleito de conformidade com o Regimento Interno do Tribunal, cabendo sua substituição, em impedimentos ou ausências, ao desembargador mais antigo da Câmara.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Seção I - De Tribunal Pleno

Artigo 57.º - Compete ao Tribunal, em sessão plenária:

I deliberar sobre assuntos de ordem interna;

II processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Governador, os Secretários de Estado, o Procurador Geral da Justiça, os Ministros dos Tribunais de Alçada, os juízes de Direito e os membros do Ministério Público;

b) as ações rescisórias de seus acórdãos;

c) os mandados de segurança contra atos do Governador, da Assembléia Legislativa, de sua Mesa ou de seu Presidente, do próprio Tribunal, de suas Seções, do Conselho Superior da Magistratura, do Presidente do Tribunal e do Corregedor Geral da justiça.

d) os conflitos de jurisdição entre as Seções, ou entre Câmaras ou Desembargadores de Seções diferentes;

e) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem interessados Governadores e Secretários de Estado, juízes, autoridades legislativas estaduais ou o Procurador Geral da justiça;

f) as revisões criminais, quando a sentença condenatória for do Tribunal Pleno;

g) as exceções de suspeição opostas a desembargadores;

h) os embargos infringentes, de nulidade e de declaração opostos aos seus acórdãos.

III - julgar:

- a) a incapacidade dos magistrados;
- b) as reclamações sobre concursos para nomeação de juízes substitutos;
- c) os agravos interpostos dos despachos do Presidente;
- d) os recursos contra a imposição de penas disciplinares pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Presidente do Tribunal, ou pelo Corregedor Geral da Justiça;
- e) as dúvidas, que não se manifestarem em forma de conflito, sobre distribuição, prevenção, competência e ordem de serviço, em matéria de suas atribuições;
- f) as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público;
- g) outros processos que, por lei federal sejam de sua competência.

Seção II - Da Seção Civil

Artigo 58.º - A Seção Civil compete julgar:

I - os conflitos entre os respectivos Grupos. Câmaras ou seus juízes;

II - as dúvidas, não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuição, prevenção, competência e ordem de serviço em matéria de suas atribuições;

III - as dúvidas de competência entre o Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada Cíveis;

IV - as revistas, depois de reconhecida pelo Grupo a existência de divergência quanto à interpretação do direito em tese;

V - os mandados de segurança contra atos de suas Câmaras, Grupos de Câmaras, de seu Presidente ou de seus juízes;

VI - as ações rescisórias de seus acórdãos;

VII - os embargos infringentes, de nulidade ou de declaração, opostos aos seus julgados.

Seção III - Dos Grupos de Câmara,

Artigo 59.º - A cada um dos Grupos de Câmaras da Seção Civil compete processar e julgar:

I - os embargos infringentes ou de nulidade opostos a acórdãos das suas Câmaras;

II - os agravos do despacho do relator, que rejeitar, "in limine", embargos opostos a esses acórdãos;

III - as revistas, quanto a questões preliminares ou prejudiciais, inclusive a verificação da existência de divergência jurisprudencial;

IV - os agravos de decisões que indeferirem recurso de revista ou o declararem deserto;

V - as ações rescisórias de seus acórdãos ou de acórdãos das respectivas Câmaras;

VI - os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos.

Seção IV - Das Câmaras Cíveis

Artigo 60.º - Compete a cada uma das Câmaras da Seção Civil processar e julgar:

1 - originariamente:

a) os mandados de segurança contra atos dos Secretários de Estado, do Prefeito da Capital, do Tribunal de Contas e dos juízes de primeira instância, sempre que, quanto a estes, os atos impugnados não relacionem com causas da competência recursal de outro Tribunal;

b) os conflitos de competência;

c) as ações rescisórias de sentença;

d) as exceções de suspeição opostas aos juízes;

e) as correções parciais.

II - em grau de recurso:

a) os agravos;

b) as cartas testemunháveis;

c) os recursos "ex-offício" e as apelações;

d) os agravos de decisões do relator;

e) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

f) os recursos de reexame.

Seção V - Da Seção Criminal

Artigo 61.º - A Seção Criminal compete processar e julgar:

I - originariamente:

a) os conflitos entre as respectivas Câmaras ou seus juízes;

b) as dúvidas, não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuições, prevenção, competência e ordem de serviço, em matéria de suas atribuições;

c) as dúvidas de competência entre o Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada, em matéria criminal;

d) os mandados de segurança contra atos de seu Presidente, de suas Câmaras ou seus juízes;

e) os "habeas-corpus", podendo concedê-los de ofício;

f) as revisões criminais;

II - em grau de recurso:

a) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

b) os recursos de despacho do relator que indeferir, "in limine", os pedidos de revisão; O os embargos infringentes e de nulidade opostos aos seus acórdãos.

Seção VI - Das Câmaras Criminais

Artigo 62.º - Compete a cada uma das Câmara da Seção Criminal julgar:

I - os mandados de segurança impetrados contra atos dos juízes de primeira instância em matéria criminal;

II - os conflitos de competência;

III - os desaforamento;

IV - os recursos e apelações;

V - as cartas testemunháveis;

VI - os embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

VII - as correções parciais;

VIII - as exceções de suspeição;

IX - as revogações de medida de segurança;

X - os recursos de inclusão e exclusão de jurados.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 63.º - Ao Tribunal Pleno, Seções, Grupos de Câmaras ou Câmaras compete ainda, nas matérias de suas atribuições:

I - decidir os incidentes dos processos que não forem da competência do presidente ou dos relatores;

II - comunicar ao Conselho da Ordem dos Advogados as faltas dos inscritos em seus quadros;

III - mandar cancelar dos autos ou petições as palavras, expressões ou frases desrespeitosas, inclusive mandar que o requerente volte em termos próprios, ou que seja desentranhada a peça dos autos;

IV - determinar o pagamento de tributos omitidos;

V - propor a abertura de sindicância e correções extraordinárias.

CAPITULO IV

DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Artigo 64.º - Compete ao Conselho Superior da Magistratura, além de outras atribuições que decorram do Regimento Interno do Tribunal:

I - exercer a inspeção superior da Magistratura, cumprindo-lhe obstar que juízes de qualquer instância negligenciem no cumprimento de suas obrigações, excedam prazos injustificadamente, ou comentam arbitrariedades no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - mandar proceder a correções e sindicâncias quando constar que, em algum juízo, se pratique abuso que prejudique a distribuição da Justiça;

III - promover a remoção compulsória, a disponibilidade e a declaração da incapacidade de magistrados;

IV - conhecer, em segredo de justiça, da suspeição declarada por motivos íntimos;

V - julgar os recursos de candidatos aos concursos para provimento de cargos de serventuário da justiça;

VI - julgar o agravo de petição interposto de decisão sobre dúvida de serventuário, de Registros Públicos;

VII - julgar os pedidos de reexame dos processos de menores;

VIII - movimentar os escritórios dos cartórios oficializados em todo o Estado, segundo as conveniências do serviço e da disciplina forense.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Seção I - Presidente do Tribunal

Artigo 65.º - Ao Presidente do Tribunal compete:

I - funcionar como relator nas exceções de suspeição de desembargadores, nos conflitos entre Câmaras ou desembargadores, nas reclamações sobre antiguidade de membros do Tribunal e nos processos de incapacidade, remoção compulsória e disponibilidade de magistrados;

II - processar e julgar pedidos de absolvição de instância, formulado antes da distribuição, e de assistência judiciária, e quando tiver cessado a atribuição do relator;

- III - homologar desistência de recursos, formuladas antes da distribuição, ou depois dela, nos impedimentos ocasionais ou definitivos dos relatores;
- IV - decidir sobre pedidos de deserção de recursos por falta de preparo;
- V - processar, até a distribuição, os pedidos de "habeas corpus";
- VI - promover a execução das decisões do Tribunal, em processos de sua competência originária, e resolver-lhe os incidentes;
- VII - admitir, nos casos legais, os recursos interpostos para o Supremo Tribunal Federal, de decisões do Tribunal, e resolver as questões que forem suscitadas;
- VIII - suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar e de sentença em mandado de segurança, nos casos previstos na legislação federal;
- IX - designar o Diretor do Fórum de comarcas nas quais exista mais de um juiz;
- X - executar quaisquer outras atribuições que decorram do Regimento Interno do Tribunal ou de deliberação do Tribunal Pleno.

Seção II - Dos Vice Presidentes do Tribunal

Artigo 66.º - Compete ao 1.º Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente;

II - mandar processar ou indeferir, "in limine", o recurso de revista, ou o declarar deserto, funcionando como relator nos agravos desses despachos;

III - exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas pela Presidência, ou atribuídas pelo Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 67.º - Compete ao 2.º Vice-Presidente substituir o 1.º Vice-Presidente, em suas faltas e impedimentos, presidir os concursos para provimento dos cargos de serventuário da justiça e exercer as atribuições que lhe forem cometidas no Regimento Interno do Tribunal.

Seção III - Do Corregedor Geral da justiça

Artigo 68.º - Compete ao Corregedor Geral da justiça, além de outras atribuições constantes do Regimento Interno:

I - proceder a correções periódicas gerais, visitando, no correr de cada ano, 10 (dez) comarca do interior do Estado e 10 (dez) varas da Capital, pelo menos, e extraordinariamente, sempre que necessário, por deliberação própria, ou do Tribunal ou do Conselho Superior da Magistratura, quando constar a prática de abusos que prejudiquem a distribuição da justiça;

II - determinar, independentemente de reclamação, a restituição de custas e salários, impondo as penas legais sempre que notar abusos;

III - presidir a inquéritos administrativos em matéria de sua competência;

IV - funcionar como relator nos agravos de petição, no caso de dúvida de serventuário extrajudicial;

V - decidir os recursos de imposição por juiz de Direito, aos serventuários da Justiça, de pena disciplinar de suspensão, multa Ou prisão.

TÍTULO IV

DO PROCESSO E JULGAMENTO

CAPÍTULO I

Seção 1 - Dos Atos, Termos e Prazos Judiciais

Artigo 69.º - Nos atos, termos e prazos judiciais atender-se-ão, além das disposições das leis processuais vigentes, as enunciadas nos artigos seguintes.

Artigo 70.º - Os atos determinados pelo Presidente do Tribunal ou pelo relator do feito poderão ser executados em todo o Estado, por mandado, por carta de ordem, simples ofício, ou mediante a devolução dos autos à comarca ou vara de origem segundo convier.

Parágrafo único - Proceder-se-á, mediante mandado, sendo o caso:

I - à averbação, nos registros públicos, de decisões do Tribunal;

II - à cobrança de custas, quando não tiverem de ser incluídas na execução principal.

Artigo 71.º - Os autos não serão retirados da Secretaria, sob pena de responsabilidade do Secretário, salvo nos casos previstos na lei federal e no Regimento Interno.

Parágrafo único - No caso de retenção indevida dos autos, o advogado ou membro do Ministério Público faltoso será notificado pessoalmente, mediante mandado, para restituir o processo sob as penas previstas em lei.

Seção II - Da Apresentação

Artigo 72.º - Os feitos serão apresentados em segunda instância nos prazos processuais, considerando-se remetido tempestivamente todo recurso que, até o último dia do prazo, for registrado no correio local.

Parágrafo único - Não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão de funcionários, não forem apresentados dentro do prazo.

Seção III - Da Distribuição

Artigo 73.º - Pagas as custas devidas, ou verificada a dispensa de seu pagamento, serão os autos conclusos ao Presidente para designação, de relator, na primeira audiência de distribuição, exceto os recursos criminais, nos quais far-se-á a distribuição após juntada do parecer da Procuradoria Geral da justiça. Nesta última hipótese, até a distribuição, funcionará como preparador o Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - As distribuições far-se-ão conforme o disciplinar o Regimento Interno do Tribunal.

Seção IV - Da Suspensão. Absolvição e Cessação da Instância

Artigo 74.º - Os pedidos de suspensão, absolvição e cessação da instância serão decididos pelo Presidente do Tribunal, quando formulados antes da distribuição e depois dela, pelo relator.

Artigo 75.º - Não terá eficácia o ato processado no período de suspensão da instância, mas, quando o motivo da suspensão for denunciado depois de enviados os autos à mesa para julgamento este se efetuará.

Seção V - Da Instrução e julgamento

Artigo 76.º - Distribuído o feito, competirá sua instrução ao respectivo relator, na forma regimental abrindo a Secretaria, se for o caso, vista aos curadores nomeados e ao Procurador Geral da justiça.

Parágrafo único - O prazo para o Procurador Geral da justiça e os curadores nomeados se manifestarem será de 10 (dez) dias, salvo se a lei federal dispuser diferentemente.

Artigo 77.º - Até o julgamento do feito, o relator mandará preencher as lacunas verificadas e, com o relatório, se for o caso, passará o processo ao revisor.

Artigo 78.º - As passagens de autos e as pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial, mediando entre a data da publicação destas e a da sessão pelo menos 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 79.º - Independentemente de despacho, os feitos apresentados para julgamento serão inscritos e julgados na forma do Regimento Interno.

Parágrafo único - Durante o julgamento, será assegurado aos advogados das partes o uso da palavra, nos casos determinados na legislação federal e na forma regimental.

Seção VI Do Conflito de Jurisdição ou de Atribuição

Artigo 80.º Os conflitos de jurisdição ou de atribuição serão processados na conformidade do Regimento Interno do Tribunal.

CAPITULO II

DOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Seção I - Dos processos penais em virtude de prerrogativa de funções

Artigo 81.º - Nos processos por delitos comuns e funcionais da competência originária dos Tribunais, a instrução e o julgamento far-se-ão de acordo com a legislação federal e com o que dispuser o Regimento Interno do Tribunal de justiça.

Seção II - Do "habeas corpus"

Artigo 82.º - Os "habeas corpus" serão processados e julgados na forma que dispuser o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Seção III - Do mandado de segurança

Artigo 83.º - Os mandados de segurança serão processados e julgados na conformidade da legislação federal e do Regimento Interno.

Artigo 84.º - Vetado.

Seção IV - Da revisão dos processos criminais

Artigo 85.º - A revisão será processada e julgada na forma estabelecida no Regimento Interno.

Seção V - Dos conflitos de jurisdição ou de atribuições

Artigo 86.º - Os conflitos de jurisdição ou de atribuição serão processados e julgados na conformidade do Regimento Interno do Tribunal.

Seção VI - Da ação rescisória

Artigo 87.º - A ação rescisória será julgada em única instância.

I - pelo Tribunal Pleno a dos seus acórdãos;

II- pela Seção Civil a dos seus acórdãos;.

III - pelos Grupos de Câmaras Cíveis, quando versarem sobre acórdãos de Câmaras Cíveis isoladas ou de seus Grupos;

IV - pelas Câmaras isoladas quando tiverem por objeto sentença de primeira instância.

Seção VII - Da execução

Artigo 88.º - Cabe ao Tribunal nas causas de sua competência originária a execução de seus acórdãos.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS E PROCESSOS INCIDENTES

Seção I - Disposição geral

Artigo 89.º - Observada a legislação federal aplicável, os recursos e processos incidentes serão processados na conformidade do disposto neste Código e no Regimento Interno.

Seção II - Da revista e de prejudgado

Artigo 90.º - O recurso de revista será interposto perante o presidente da Seção Civil, o qual poderá indeferi-lo se a petição não preencher os requisitos de sua admissão inclusive a n- da tese sobre: a qual versar a divergência.

Parágrafo único - Do despacho que rejeitar liminarmente a revista ou a declarar deserta, caberá agravo para o Grupo de Câmaras a que pertencer a turma prolatora do acórdão recorrido.

Artigo 91.º - As revistas serão julgadas:

I - quanto às questões preliminares ou prejudiciais, inclusive a verificação da existência da divergência jurisprudencial, pelo Grupo de Câmaras a que pertencer a turma prolatora do acórdão recorrido com a presença mínima de 6 (seis) juízes desimpedidos, não podendo servir como relator os que o tenham subscrito. Em caso de, empate, desempatará o presidente do Grupo;

II - Quanto à interpretação do direito em tese, pela Seção Civil, à qual serão os autos remetidos, independentemente de acórdão, mediante: simples despachos do relator, uma vez reconhecida pelo Grupo a existência da divergência.

Artigo 92.º - As revistas serão julgadas pelo relator, revisor e demais juízes do Grupo ou de Seção competente observado o que dispuser o Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 93.º - Mediante provocação de qualquer de seus juízes, poderá a Câmara Julgadora promover o pronunciamento prévio da Seção Civil sobre a interpretação de qualquer norma jurídica, se reconhecer que, a seu respeito, ocorre ou poderá ocorrer divergência de interpretação entre Câmaras, Grupos, Seção e o Tribunal Pleno.

Parágrafo único - Proferido pela Câmara o acórdão que, no caso deste artigo, tiver reconhecido a possibilidade ou a existência da divergência, irão os autos ao presidente da Seção Civil para designar o dia do julgamento, que será feito como nos demais, julgamentos de revistas, servindo, porém, o mesmo relator.

Seção III - Das Correições Parciais

Artigo 94.º - Compete às Câmaras isoladas do Tribunal proceder a correições parciais em autos para emenda de erro, ou abusos, que importarem inversão tumultuária dos atos e fórmulas de ordem legal do processo, quando para o caso não houver decurso.

Artigo 95.º - Observar-se-á, no processo de correição parcial, o rito do agravo de instrumento, ouvindo o Ministério Público.

Artigo 96.º - Julgada a correição, será o acórdão conferido até a sessão seguinte à do julgamento e remetido, por cópia, ao Juízo de origem, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para os fins de direito.

Artigo 97.º - Cumpridas as disposições anteriores, serão os autos encaminhados ao Conselho Superior da Magistratura para aplicação das penalidades disciplinares, se for o caso.

Seção IV - dos Recursos - Incidentes

Artigo 98.º - A parte que se considerar agravada por decisão do relator, terminativa do feito, e especialmente nos casos previstos no Código de Processo Penal, artigos 557.º, parágrafo único, e 625, § 3.º, poderá requerer, dentro de 5 (cinco) dias, que se apresentem os autos em mesa, para ser a decisão confirmada ou alterada, independentemente de revisão e inscrição.

§ 1.º - Igual recurso poderá ser interposto, mas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação no órgão, oficial:

I - do despacho do presidente que decretar deserção de recurso;

II - do despacho do presidente da Seção Civil que não admitir recurso de revista ou de relator que rejeitar, "in limine", embargos.

§ 2.º - O relator ou o presidente, na primeira sessão, relatará o feito, sem tomar parte no julgamento que se seguir lavrando se, a final, o acórdão.

§ 3.º - No caso de empate, haver-se-á por confirmada a decisão gravada.

Seção V - Dos Processos Incidentes

Artigo 99.º - Vetado.

TÍTULO V

DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA

Artigo 100.º - Os Tribunais de Alçada com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, ou com sede em comarca do interior e jurisdição limitada a determinada região do Estado, poderão ser criados por lei ordinária, mediante proposta do Tribunal de justiça (Constituição do Brasil, artigo 136.º, § 1.º).

Artigo 101.º - Compete exclusivamente ao Tribunal de Justiça propor a alteração do número dos juízes dos Tribunais de Alçada, de sua jurisdição e competência.

Artigo 102.º - Aos Tribunais de Alçada é atribuído o tratamento de "Egrégio" e aos Ministros o de "Excelência. Nas sessões usam beca e capa.

Artigo 103.º - O preenchimento das vagas dos Tribunais de Alçada será feito nos textos dos incisos III e IV do artigo 136.º, da Constituição do Brasil, apurada a antiguidade entre os juízes de direito da mais alta entrância.

Parágrafo único - Para efeito de promoção para o Tribunal de Justiça, os Ministros dos Tribunais de Alçada são considerados da mais alta entrância e a sua antiguidade contar-se-á da posse do Tribunal.

Artigo 104.º - Os ministros dos Tribunais de Alçada serão processados e julgados, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, pelo Tribunal de justiça, segundo a forma estabelecida para o processo e julgamento dos juízes de direito.

Artigo 105.º - Os Tribunais de Alçada não terão ação administrativa e disciplinar sobre os juízes de direito, cumprindo-lhes, todavia, comunicar ao Presidente do Tribunal de justiça, para os devidos fins as faltas que observarem.

Artigo 106.º - Os Tribunais de Alçada compor-se-ão do número de Ministros que a lei ordinária estabelecer e dividir-se-ão em Câmaras e Grupos de Câmaras.

§ 1.º - O Presidente não fará parte das Câmaras, mas presidirá, com voto de desempate, às Sessões Plenárias, e às da Câmaras Reunidas ou Grupo de Câmaras, e somente intervirá nos julgamentos das Câmaras Isoladas, quando convocado para proferir voto de desempate.

§ 2.º - Compete ao Vice-Presidente eleito na forma regimental, substituir o Presidente e exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas pela Presidência, ou atribuídas pelo Regimento Interno do Tribunal.

§ 3.º - O Vice-Presidente será o Presidente nato da Câmara na qual tiver assento.

Artigo 107.º - Compete aos Tribunais de Alçada:

I - processar e julgar originariamente:

- a) as ações rescisórias nos processos de sua competência;
- b) os mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal, Grupos de Câmaras, Câmaras, Presidente ou Ministros bem como dos juízes de primeira instância sempre que, quanto a estes, os atos impugnados se relacionem com as causas da sua competência recursal;
- c) os conflitos de jurisprudência, correições; parciais e as exceções de suspeição opostas aos juízes, que surjam em causas de sua competência recursal;
- d) as revisões criminais de seus acórdãos e das sentenças, dentro de sua competência recursal;
- e) os "habeas corpus" contra atos de autoridades, relacionados com as causas de sua competência recursal;
- f) os pedidos de revogação de medida de segurança, nos processos de sua competência recursal;

II - julgar, em grau de recurso: a) em matéria civil:

- 1 - as ações relativas à empreitada e à locação de coisas e serviços;
- 2 - as ações de consignação em pagamento de aluguéis e as consignatórias correlatas com as causas de sua competência recursal;
- 3 - as ações renovatórias e as revisionais relativas aos contratos de locação;
- 4 - as ações relativas a parceria rural;
- 5 - as ações desapropriatórias e a de indenização por apossamento administrativo;
- 6 - as ações relativas à venda, locação e administração da coisa comum, bem como as relativas à venda do quinhão em coisa comum;
- 7 - as ações executivas;
- 8 - as ações executivas fiscais e outras de natureza fiscal;
- 9 - os mandatos de segurança em matéria fiscal;

- 10 - as ações de dissolução e liquidação de sociedade;
 - 11 - as ações de recuperação de título ao portador;
 - 12 - as ações de vendas a crédito com reserva de domínio;
 - 13 - as ações de loteamento e venda de imóveis a prestações;
 - 14 - as ações de acidentes do trabalho;
 - 15 - as reclamações trabalhistas da competência da Justiça Comum;
- b) em matéria criminal: os processos e seus incidentes, por crimes ou contravenções, a que sejam cominadas penas de multas, prisão simples ou detenção, isoladas, alternadas ou acumuladas, e ainda os relativos aos crimes enumerados nos artigos 129, § 1.º e 2.º, 155 e § 3, 180 e 329, § 1.º do Código Penal, bem como no artigo 1.º da Lei federal n.º 2.252, de 1.º de julho de 1954 e mais os previstos na Lei Federal n.º 4.729, de 14 de julho de 1965, subsistindo tal competência, ainda que a lei ulterior venha a modificar, nas infrações acima mencionadas, a natureza da pena.
- III - por deliberação administrativa:
- a) eleger seus respectivos presidentes e demais órgãos de direção;
 - b) elaborar seus regimentos internos;
 - c) organizar seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei, e bem assim propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
 - d) conceder, nos termos da lei, licenças e férias a seus ministros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados (Constituição Estadual, artigo 55.º).
- Artigo 108.º - As dúvidas de competência entre os Tribunais de Alçada, bem como as que se verificarem entre Câmaras, ou Grupos de um e outro, serão dirimidas pelo Tribunal de justiça, conforme dispuser o seu Regimento Interno.
- Artigo 109.º - As dúvidas de competência entre Câmaras dos Tribunais de Alçada e Câmaras do Tribunal de justiça, serão solucionadas pela Seção Civil ou Criminal do Tribunal de justiça, conforme a natureza de matéria e mediante provocação da Sessão Plenária do Tribunal de Alçada a que pertencer a Câmara suscitante.
- Artigo 110.º - Aos Ministros dos Tribunais de Alçada é assegurado o direito de remoção de um Tribunal para outro, mediante prévia aprovação do Tribunal de justiça.
- Parágrafo único - Poderão os Ministros transferir-se de Câmaras, no caso de vaga ou permuta, a pedido seu e com a aprovação do respectivo Tribunal.
- TÍTULO VI**
- FÉRIAS FORENSES**
- Artigo 111.º - São de férias forenses coletivas em 1.ª instância em todo o Estado, os períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho, de cada ano, e os dias da Semana Santa, compreendidos de 2.ª feira a sábado.
- Artigo 112.º - São feriados, para efeitos forenses, os domingos e dias de festa nacional, os que forem especialmente decretados e aqueles que a lei estadual assim o declarar.
- Artigo 113.º - Durante as férias, poderão ser praticados nos Tribunais todos os atos que não implicarem fluência de prazo para dizer nos autos.
- Parágrafo único - A citação realizada em segunda instância, no período de férias, considerar-se-á feita, para a fluência dos prazos dela decorrentes e para o efeito de comparecimento do citado, no primeiro dia útil imediato.
- Artigo 114.º - Podem ser processados e julgados durante as férias de segunda instância, não se suspendendo pela sua super-veniência:
- I - os recursos interpostos nos feitos que, em primeira instância, correrem nas férias;
 - II - as exceções de suspeição, correições parciais, conflitos de jurisdição, habeas corpus" e mandados de segurança originários, as revisões criminais em favor do réu preso, as fianças, os arrestos, seqüestres e medidas requeridas, com fundamento no artigo 682, segunda parte do Código de Processo Civil.
- Artigo 115.º - Durante as férias e nos dias feriados não se praticarão atos judiciais em primeira instância,
- § 1.º - Excetuam-se os que possam ficar prejudicados com o adiamento, como sejam:
- I - os atos probatórios "ad perpetuam sei memoriam";
 - II - as citações que, no entanto, para a fluência dos prazos delas decorrentes e para os efeitos do comparecimento do citado em juízo, se houverão como feitas no primeiro dia útil imediato;
 - III - os arrestos, penhoras, seqüestres, arrecadações, buscas e apreensões, depósitos, detenções

personais, separações de corpos, abertura de testamento, embargos de obra nova e atos análogos.

§ 2.º - Além dos atos enumerados no parágrafo anterior, podem ser processados e julgados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas;

I - os mandados de segurança;

II - os despejos, ações renovatórias, pedidos de alimentos provisionais, ações de alimentos, desapropriação, impedimentos matrimoniais, executivos fiscais, acidentes do trabalho, questões trabalhistas, arrolamentos, inventários e partilhas, falências e concordatas bem como os pedidos de reintegração ou manutenção liminar nas ações possessórias;

III - a dação e remoção de tutores e curadores;

IV - as ações prescritíveis em tempo não superior a 2 (dois) meses;

V - os atos de jurisdição voluntária, sempre que os interessados, por conveniência própria, provocarem o andamento dos respectivos feitos;

VI - os processos criminais falimentares e de réus presos, de fiança, e de "habeas corpus";

VII - todos os atos necessários à conservação de direitos que forem requeridos pelas partes.

Artigo 116.º - Não serão realizadas audiências de instrução e julgamento, assim no cível como no crime, de 23 de dezembro a 2 de janeiro de cada ano, salvo quando indispensável para evitar o perecimento de direitos.

Artigo 117.º - Os magistrados, os serventuários e os servidores da justiça terão direito ao gozo de férias, em cada ano, de acordo com o que determinar a Lei de Organização judiciária.

LIVRO II

DA MAGISTRATURA

TÍTULO 1

DOS MAGISTRADOS

Artigo 118.º - São magistrados os Desembargadores do Tribunal de Justiça, os Ministros dos Tribunais de Alçada, os juízes Substitutos de segunda instância, os Juízes de Direito os juízes Substitutos, os juízes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 119.º - Os magistrados, nomeados, promovidos ou removidos pelo Governador do Estado, na conformidade das leis em vigor, tomarão posse do cargo e entrarão no exercício de suas funções no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do decreto respectivo.

§ 1.º - Não se verificando a posse e o exercício no prazo determinado, será feita ao Poder Executivo nova indicação.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 120.º - O Desembargador, Ministro ou juiz, no ato da posse, deverá apresentar o título de nomeação e a declaração pública de seus bens, prestando o compromisso de desempenhar com retidão as funções do cargo,

TÍTULO II

DOS JUÍZES DE SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DOS DESEMBARGADORES

Seção I - Da Nomeação

Artigo 121.º - A nomeação de desembargadores será feita em termos dos incisos III e IV do artigo 136 da Constituição do Brasil, apurada a antiguidade entre os juízes de direito da mais alta entrância.

Parágrafo único - A antiguidade dos juízes dos Tribunais de Alçada e dos juízes de direito contar-se-á da Posse do Tribunal ou na entrância. Se de igual data, terá preferência quem tiver maior antiguidade na entrância anterior.

Artigo 122.º - O novo desembargador, antes de tomar assento, prestará, perante o Presidente, compromisso formal de desempenhar com retidão os deveres de seu cargo, considerando-se, desde esse momento, no exercício de suas funções.

Parágrafo único - O compromisso lavrar-se-á, em livro especial, termo que será devidamente assinado,

Seção II - Da Posse e do Exercício

Artigo 123.º - Ao ser dada a posse, no caso do artigo 136.º, IV, da Constituição do Brasil, o Presidente verificará se foram satisfeitas as exigências legais.

Parágrafo único - O desembargador deverá apresentar ao Presidente do Tribunal os elementos necessários à abertura do assentamento individual.

Artigo 124.º - O prazo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do

decreto de nomeação no Diário Oficial.

Artigo 125.º - O novo desembargador tomará assento na Câmara onde houver ocorrido a vaga.
Parágrafo único - Se for removido algum desembargador para a Câmara onde se deu a vaga o preenchimento se fará na Câmara deixada pelo desembargador removido.

Artigo 126.º - O desembargador que deixar o cargo de Presidente ou de 1.º Vice-Presidente do Tribunal ou o de Corregedor Geral da justiça tornará assento em uma das Câmaras, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - O Corregedor Geral da justiça continuará, interinamente, no exercício do cargo, até a posse do seu Sucessor.

Artigo 127.º - Os desembargadores, a pedido seu, com a aprovação do Tribunal, poderão ser removidos de uma para outra Câmara da mesma ou da outra Seção, no caso de vaga ou mediante permuta.

Artigo 128.º - Salvo no caso de condenação criminal, o desembargador que deixar o cargo conservará o título e as honras a ele inerentes.

Seção III - Da Incompatibilidade

Artigo 129.º - Não poderão ter assento, simultaneamente, no Tribunal, parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente e, na colateral, os consangüíneos até o 3.º grau e afins até o 2.º.

§ 1.º - Os colaterais por afinidade em 3.º grau, contudo, não terão assento, conjuntamente, na Seção Criminal.

§ 2.º - A incompatibilidade resolver-se-á de acordo com o que dispuser o Regimento Interno.

Seção IV - Da Antiguidade

Artigo 130.º - Regular-se-á a antiguidade dos desembargadores:

I - pela data em que se iniciou o exercício;

II - pela nomeação se os exercícios tiverem tido início na mesma data;

III - pela idade, quando coincidirem as datas mencionadas nos incisos anteriores.

Artigo 131.º - As questões sobre antiguidade dos desembargadores serão resolvidas pelo Tribunal Pleno, sob informação oral do Presidente, ficando a deliberação consignada em ata.

Seção V - Das Licenças, Afastamentos, Férias e Interrupções de Exercício

Artigo 132.º - As licenças aos desembargadores; serão concedidas pelo Tribunal, em sessão plenária, mediante pedido escrito encaminhado por intermédio do Presidente.

Parágrafo único - As licenças para tratamento de saúde serão concedidas, até 90 (noventa) dias, mediante exame por facultativo designado pelo Presidente do Tribunal, e, por tempo maior, mediante inspeção, por junta médica nomeada pelo mesmo Presidente. O desembargador licenciado poderá ser convocado para julgar os processos em que houver lançado o seu visto, interrompendo para esse efeito a licença, durante os dias que forem necessários, e que lhe serão restituídos a final.

Artigo 133.º - Poderão os desembargadores gozar a licença-prêmio a que tiveram direito, em períodos não inferiores a um.

Artigo 134.º - Qualquer interrupção de exercício será comunicada, por escrito, ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - O Presidente do Tribunal fará, por ofício, à Secretaria da Fazenda, as comunicações referentes ao exercício dos desembargadores.

CAPÍTULO II

DOS MINISTROS DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA

Artigo 135.º - Aplicam-se aos Ministros dos Tribunais de Alçada as disposições concernentes aos desembargadores, com relação a nomeação, compromisso, posse, exercício, remoção, permuta, incompatibilidade, antiguidade, licenças, afastamentos e interrupções de exercício.

TÍTULO III

DOS JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Artigo 136.º - O ingresso na magistratura vitalícia do Estado dependerá de concurso de provas e de títulos.

Artigo 137.º - O concurso de provas será realizado pelo Tribunal de Justiça, com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do regimento próprio, observados os seguintes requisitos:

I - ser o candidato brasileiro e achar-se em gozo e exercício de seus direitos civis e políticos;

II - estar quites com o serviço militar;

III - estar domiciliado no Estado há mais de 5 (cinco) anos, embora não consecutivos;

IV - ser portador de diploma registrado de bacharel em direito por faculdade oficial ou reconhecida;

V - Haver exercido, durante 2 (dois) anos, no mínimo, a advocacia, cargo de servidor da justiça, de Delegado de Polícia, ou de membro do Ministério Público.

VI - contar pelo menos, 25 (vinte e cinco) anos de idade e não ser maior de 40 (quarenta);

VII - não registrar antecedentes criminais;

VIII - estar em condições de sanidade física e mental.

Parágrafo único - No caso do item VI, será de 45 (quarenta e cinco) anos o limite máximo de idade, em se tratando de candidato funcionário público estadual.

Artigo 138.º - A Comissão examinadora do concurso será composta de um membro do Conselho Superior da Magistratura que a presidirá, de dois desembargadores eleitos pelo Tribunal de justiça e de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Artigo 139.º - Os classificados no concurso de provas serão indicados ao Poder Executivo pelo Tribunal de justiça, obedecida a ordem de classificação, em lista que compreenderá o número de vagas e mais dois, para nomeação como juiz substituto, por dois anos, findos os quais proceder-se-á ao concurso de títulos.

Artigo 140.º - A classificação no concurso será válida por um ano. Dentro desse período se ocorrerem novas vagas, serão indicados, salvo os excluídos pelo Tribunal de justiça, os remanescentes aprovados na forma do artigo anterior, até que o seu número se reduza a dois.

Artigo 141.º - O concurso de títulos constará da apreciação, pelo Tribunal de Justiça, em sessão secreta, e, por maioria dos Desembargadores presentes, da conclusão da Comissão constituída pelo Conselho Superior da Magistratura, com participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, relativa à capacidade, aptidão e adequação ao cargo demonstrados pelo juiz substituto.

Parágrafo único - A conclusão da Comissão fundar-se-á ao prontuário organizado com referência a cada juiz substituto, do qual constarão.

I - documentos encaminhados pelo próprio interessado, inclusive e obrigatoriamente as decisões por ele proferidas;

II - as referências consignadas no 'concurso de provas;

III - as informações colhidas durante a biênio pelo Conselho Superior da Magistratura, junto aos desembargadores ou aos ministros dos Tribunais de Alçada;

IV - as referências ao juiz substituto, constantes de acórdãos ou declarações de votos, enviados pelos respectivos prolocores;

V - as informações reservadas sobre conduta moral e a competência funcional dos juízes substitutos, obrigatoriamente remetidas, em cada semestre, pelos juízes de direito das sedes das circunscrições judiciárias;

VI - as informações da mesma índole que as precedentes, obrigatoriamente enviadas pelos juízes de direito, sempre que em suas respectivas varas ou comarcas, o juiz substituto tenha tido exercício;

VII - quaisquer outras informações idôneas.

Artigo 142.º - Aprovado no concurso de títulos, será o candidato nomeado para o cargo de juiz substituto, em caráter vitalício por decreto do Executivo, prestando novo compromisso perante o Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - Os nomes não indicados a nomeação serão remetidos também ao Executivo, com ofício reservado, para que se considere findo o exercício ao término do biênio.

CAPÍTULO II

DA MATRICULA E ANTIGUIDADE

Artigo 143.º - Logo que for comunicada a posse de juiz de direito ao juiz substituto, a Secretaria do Tribunal abrirá a competente matrícula em livro especial. Nesse livro serão anotadas as remoções, licenças, interrupções de exercício e quaisquer ocorrências que puderem interessar à verificação da antiguidade.

Parágrafo único - Todo juiz de direito ou substituto, ao se afastar da sua comarca, vara ou cargo, assim como ao assumir jurisdição cumulativa ou substituição de outra vara ou comarca, deverá dar ciência de fato ao Presidente do Tribunal de justiça se ao diretor do Fórum da sede da circunscrição judiciária.

Artigo 144.º - Anualmente na primeira quinzena de janeiro, a Secretaria organizará dois quadros.

um ria ordem de antiguidade na carreira, outro na ordem de antiguidade na entrância, com os nomes dos juízes, inclusive os que se acharem em disponibilidade ou sem exercício, tendo em vista as regras seguintes:

I - será contado unicamente o tempo de serviço efetivo no cargo:

II - por exceção, será também contado:

a) o tempo aprazado ao juiz removido para entrar em exercício na outra comarca, se não for excedido;

b) o tempo da suspensão por processo criminal em que o juiz for absolvido;

III - aos juízes em disponibilidade e aos juízes sem exercício, em virtude de remoção compulsória será contado o tempo decorrido, como sendo do serviço ativo.

IV - se diversos juízes contarem o mesmo tempo de serviço terá precedência o primeiro nomeado; se o empate for na entrância, o mais antigo na entrância anterior no quadro;

V - diante de cada nome será declarado o número de anos, meses e dias de serviços na magistratura e na entrância, até 31 de dezembro do ano anterior mencionando-se, também, a comarca onde o juiz esteve servindo, ou onde servia quando foi declarado em disponibilidade ou compulsoriamente removido;

VI - declarar-se-á, igualmente, a entrância de cada comarca, ou a que compelia ao juiz quando deixou o exercício;

VII - no quadro de antiguidade dos juízes substitutos serão separados os em estágio e os vitalícios.

Parágrafo único - Os quadros serão publicados no Diário da justiça Superior da Magistratura.

Artigo 145.º - Os juízes que se considerarem prejudicados poderão reclamar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação dos quadros.

§ 1.º - O Conselho Superior da Magistratura poderá sujeitar, desde logo a reclamação se manifestamente infundada ou mandar ouvir os juízes cuja antiguidade puder ser prejudicada pela decisão, marcando-lhes prazo razoável e remetendo-lhes cópia da reclamação e dos documentos.

§ 2.º - Findos os prazos com ou sem as respostas a reclamação será julgada mediante relatório verbal do Presidente depois de informada pela Secretaria e de ouvido Procurador Geral da Justiça.

Artigo 146.º - Se os quadros sofrerem alguma alteração, serão reorganizados e publicados, depois de decididas todas as reclamações.

Artigo 147.º - Cada juiz terá o seu nome inscrito numa ficha da qual constarão as referências boas ou más que a respeito de seu merecimento, forem mandadas consignar pelo Conselho.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO, PROMOÇÃO E PERMUTA

Seção I - juízes substitutos

Artigo 148.º - A remoção do Juiz Substituto de uma para outra circunscrição será feita a pedido ou por determinação do Tribunal de Justiça.

1.º - A remoção a pedido depende de requerimento ao Presidente do Tribunal, protocolado na Secretaria antes da indicação de remanescentes de concurso para cargo vago ou inexistindo eles, até 30 (trinta) dias após a abertura da vaga. Ouvido o Conselho, o Presidente encaminhará o requerimento ao Tribunal Pleno que decidirá em sessão secreta. Havendo mais de um pedido, o Tribunal poderá indicar ao Poder Executivo até 3 (três) nomes.

§ 2.º - A remoção compulsória dar-se-á por proposta do Conselho e deliberação do Tribunal Pleno, em sessão secreta.

Artigo 149.º - Para a permuta de cargos, o Tribunal Pleno decidirá em sessão secreta, depois de ouvido o Conselho.

Artigo 150.º - Aprovada a remoção ou a permuta pelo Tribunal, far-se-á a comunicação ao Poder Executivo, para os fins de direito.

Artigo 151.º - Somente serão promovidos ao cargo de juiz de direito de 1.º entrância os juízes substitutos vitalícios, obedecido o critério do artigo 136, 11, da Constituição do Brasil.

Artigo 152.º - Inexistindo juiz substituto vitalício em condições de promoção, o cargo vago de 1.º entrância não será preenchido, convocando o Presidente do Tribunal de justiça juiz para assumi-lo.

§ 1.º - Sempre que possível, a convocação recairá em substituto da circunscrição a que pertencer a comarca vaga, ou de circunscrição a ela vizinha.

§ 2.º - Se o juiz substituto for de outra circunscrição, a substituição será pelo prazo máximo de

(seis) meses, findo o qual outro juiz substituto deverá ser convocado.

Seção II - juízes de Primeira Instância

Artigo 153.º - Vagando o cargo de juiz de direito, o Conselho Superior da Magistratura verificará a existência de juiz da mesma entrância, em disponibilidade ou sem exercício por motivo de remoção compulsória, e examinará a conveniência de serem eles aproveitados. Deliberado pelo Tribunal, em sessão secreta, o aproveitamento, será o nome encaminhado ao Poder Executivo, para a lavratura do decreto. Se a deliberação for negativa, os motivos serão consignados na ata.

Artigo 154.º - Não havendo juiz em disponibilidade ou juiz sem exercício na forma do artigo anterior, ou decidindo o Tribunal não aproveitá-lo, o Presidente fará pública a existência de vaga para remoção e promoção, por meio de edital, com o prazo de 10 (dez) dias. Nesse prazo, poderão os juízes da mesma entrância da comarca ou cargo vago e os de entrância imediatamente inferior manifestar seus pedidos de remoção e promoção, respectivamente.

Artigo 155.º - Quando, entre os candidatos, houver juízes da mesma entrância do cargo vago, será organizada além da lista de promoção, outra de remoção.

Parágrafo único - A juízo do Tribunal poderá, em cada caso, ser remetida ao Poder Executivo apenas a lista tríplice, referente aos candidatos inscritos para a remoção.

Artigo 156.º - Encerrado o prazo para inscrição, será publicada, no dia seguinte, a lista dos inscritos.

§ 1.º - Dentro de 5 (cinco) dias a contar da publicação, poderá o juiz reclamar a inclusão de seu nome, provando a remessa pelo correio, até o último dia de prazo, do seu requerimento de inscrição, apresentando novos documentos, no caso de extravio.

§ 2.º - Em seguida, será o processo encaminhado à Seção do Expediente do Conselho Superior da Magistratura, emitindo este o parecer a respeito e seguindo-se, no que for aplicável, o disposto no artigo 153.º.

Artigo 157.º - Poderão concorrer aos cargos vagos de juiz de direito os titulares de mesma entrância e os de entrância inferior. Para promoção ao cargo de juiz de direito de primeira entrância, consideram-se da entrância inferior os juízes substitutos vitalícios.

Parágrafo único - As promoções far-se-ão de entrância para entrância por antiguidade e por merecimento, alternadamente.

Artigo 158.º - Ao inscrever-se em concurso de promoção ou remoção, o juiz deve afirmar se tem ou não, fora dos prazos legais, autos para despacho ou sentença.

Artigo 159.º - São necessários os seguintes estágios:

I - 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo de juiz substituto, para a promoção a juiz de direito de 1.ª entrância, podendo ser reduzido ou dispensado o estágio a critério do Conselho Superior de Magistratura, conforme as circunstâncias e mediante aprovação do Tribunal;

II - 2 (dois) anos de efetivo exercício na entrância, para a promoção de juiz de direito à entrância imediata.

Parágrafo único - Não havendo Juízes com estágio, ou não havendo, com esse requisito, que aceite a vaga, a classificação para promoção far-se-á dentre os que se hajam inscrito.

Artigo 160.º - Se não houver inscrição para o provimento de comarca de 1.ª entrância o Tribunal fará indicação de Juízes substitutos vitalícios para a promoção.

Artigo 161.º - Nos casos de promoção por antiguidade decidirá preliminarmente o Tribunal, em escrutínio secreto, se deverá ser proposto o juiz mais antigo. Se este for recusado pela maioria absoluta dos desembargadores, repetir-se-á a votação, relativamente ao imediato, e assim por diante.

Parágrafo único - A antiguidade é contada na entrância.

Artigo 162.º - Para a promoção por merecimento, serão indicados os 3 (três) nomes que houverem obtido a melhor classificação.

Parágrafo único - No caso de empate será incluído o que tiver mais tempo de serviço no quadro da magistratura.

Artigo 163.º - Para apurar-se a melhor classificação, será considerada preliminarmente a situação resultante da classificação do juiz em lista anterior de merecimento, observando-se o seguinte:

I - se entre os candidatos indicados pelo Conselho Superior da Magistratura, ou por emenda, houver remanescentes da lista anterior em número igual ou inferior ao dos lugares por preencher, na lista a ser formada, o Tribunal, preliminarmente deliberará, mediante consulta, se devem tais remanescentes permanecer na lista, considerando-se incluídos os que obtiverem mais da metade dos votos dos desembargadores presentes;

II - se o número dos remanescentes, nas condições acima, for superior ao de lugares por preencher, far-se-á preliminarmente, escrutínio global em relação a eles, considerando-se incluídos, na ordem da votação, os que obtiverem a maioria acima referida;

III - no caso do número II, se a lista ficar completa, os que não tenham obtido a votação necessária para integrá-la não perderão a qualidade de remanescentes para a lista que se tenha de formar para a vaga seguinte:

IV - em todos os casos em que a lista não se complete nesta apuração preliminar relativa aos remanescentes, por não alcançarem estes a maioria exigida, concorrerão, eles com os outros candidatos, em igualdade de condições, no escrutínio que em seguida se realizar segundo a regra geral do artigo 159.º.

V - para os fins da apuração acima, na lista dos inscritos, apresentada aos desembargadores, constará, ao lado do nome do concorrente, a circunstância de ser ele remanescente de qualquer lista anterior.

Artigo 164.º - Quando promovido, o juiz da comarca cuja entrância tiver sido elevada, poderá pedir, no prazo de 10 (dez) dias, que sua promoção se efetive na comarca onde se encontra, caso a ela tenha direito.

§ 1.º - Ouvido o Conselho, deliberará o Tribunal, por maioria de votos dos presentes, em sessão secreta. Se a pretensão for atendida, o Presidente fará comunicação ao Executivo para a expedição de competente decreto e, independentemente de abertura de novo concurso, será organizada outra lista de juízes, para o preenchimento do cargo que continuou vago.

§ 2.º - A opção de que trata este artigo será manifestada perante o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 3.º - Sempre que ocorrer a elevação de entrância, de que trata este artigo, as providências constantes dos artigos serão retardadas pelo tempo concedido para a manifestação da opção.

§ 4.º - Opinando favoravelmente o Conselho proporá, concomitantemente, a nova lista de promoção ao cargo que continuou vago, para que o Tribunal a vote na mesma sessão em que deferir a opção.

Artigo 165.º - Depois de empossado, o magistrado vitalício não perderá o cargo senão por sentença, proferida em ação judicial ou em processo por incapacidade moral.

Seção III - Juízes substitutos de Segunda Instância

Artigo 166.º - Os cargos de juízes substitutos de segunda instância são classificados na mais elevada entrância e serão provados mediante remoção, proposta pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - Se não houver juízes que a desejem, ou ao Tribunal parecer inconveniente a remoção, abrir-se-á então concurso para promoção, na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DISPONIBILIDADE

Artigo 167.º - A remoção ou disponibilidade de magistrado nos casos previstos em lei, será proposto pelo Conselho Superior da Magistratura de ofício ou mediante representação de desembargador.

§ 1.º - A proposta será apresentada ao Tribunal Pleno, em sessão secreta, que deliberará preliminarmente sobre: o seu recebimento. A indicação oral ficará consignada em ata, autuando-se um extrato relativo à questão.

§ 2.º - O Presidente terá voto nessa deliberação.

§ 3.º - Da resolução que for tomada será lavrado acórdão nos autos.

Artigo 168.º - Decidindo-se pelo recebimento, mandará o Presidente remeter ao magistrado cópia da representação ou da ata e relação dos documentos oferecidos, para que ele alegue e aprobe no prazo de 15 (quinze) dias, o que julgar conveniente a bem dos seus direitos.

§ 1.º - Dentro desse prazo, poderão os documentos que instruírem a representação ser examinados, na Secretaria do Conselho, pelo magistrado ou seu procurador. Para esse efeito, poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento do magistrado, conceder-lhe autorização para afastar-se do exercício de seu cargo pelo tempo necessário.

§ 2.º - O magistrado poderá arrolar até 10 (dez) testemunhas e pedir a sua inquirição no Tribunal ou no lugar onde estiverem.

§ 3.º - Finda a instrução do processo, que será presidida por um dos membros do Conselho, ou magistrado por ele designado, ou terminado o prazo de defesa sem que o indiciado a apresente, proceder-se-á ao julgamento mediante relatório verbal, em sessão secreta. Aplicam-se a este julgamento as disposições dos §§ 2.º e 3.º do artigo anterior.

§ 4.º - Para que se considere aprovada a proposta de disponibilidade ou de remoção será

necessário que reúna os votos de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do Tribunal.

Artigo 169.º - Tratando-se de juiz substituto vitalício, a indicação será encaminhada ao Conselho Superior da Magistratura, perante o qual processar-se-ão as providências determinadas no artigo anterior. A presidência de, atos de instrução a serem realizados fora do Tribunal poderá ser delegada a juiz de direito. Finda a instrução, o Conselho proporá o arquivamento, a disponibilidade ou a remoção compulsória e o Tribunal Pleno deliberará em sessão secreta, com aplicação do disposto nos § 2.º e 3.º do artigo 167.º, e § 4.º do artigo anterior.

Artigo 170.º - Resolvendo-se propor a disponibilidade ou a remoção, oficial-se-á a respeito ao Executivo para os fins de direito.

Artigo 171.º - Verificando-se que o magistrado se acha incurso em alguma disposição de lei penal, remeter-se-ão cópias das peças necessárias ao Procurador Geral da Justiça, sem prejuízo da proposta de remoção.

Artigo 172.º - O magistrado removido compulsoriamente aguardará, sem exercício com as vantagens integrais do cargo, a designação, pelo Tribunal, de nova comarca ou vara, considerado, para todos os efeitos, em trânsito, vedada toda e qualquer atividade proibida aos magistrados.

CAPÍTULO V

DA INCAPACIDADE DOS MAGISTRADOS

Artigo 173.º - O processo para verificação da incapacidade dos magistrados será iniciado por ordem do Presidente do Tribunal, por indicação do Conselho Superior da Magistratura, ou a requerimento do Procurador Geral da Justiça.

§ 1.º - Considerar-se-á incapaz o magistrado que, por qualquer causa, física ou moral, se achar permanentemente inabilitado ou incompatibilizado para o exercício do cargo.

§ 2.º - Da decisão contrária à instauração do processo caberá reexame pelo Tribunal Pleno, mediante a vocação, por maioria de votos, ou recurso do Procurador Geral da Justiça se este for o requerente, interposto no prazo de 5 (cinco) dias e, desde logo, fundamentado.

Artigo 174.º - Como preparador do processo funcionará o Presidente do Tribunal até as razões finais, inclusive, efetuando-se depois delas, a distribuição.

Artigo 175.º - O paciente será intimado por ofício do Presidente, para eleger, em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez), o que entender a bem dos seus direitos, podendo juntar documentos. Com o ofício, será remetida cópia do requerimento ou de ordem inicial.

Artigo 176.º - Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará, desde logo, um curador idôneo, que representará o paciente e por ele responderá.

Artigo 177.º - Decorrido o prazo do artigo 175.º, com a resposta ou sem ela, o Presidente do Tribunal nomeará uma junta de 3 (três) médicos para proceder ao exame do paciente e ordenará as demais diligências necessárias para completa averiguação do caso.

Parágrafo único - Quando se tratar de incapacidade mental, serão nomeados, de preferência, médicos especialistas para o exame, podendo os interessados requerer a audiência do médico assistente do paciente, sempre que ele não tiver funcionado como perito.

Artigo 178.º - Achando-se o paciente fora da Capital, mas no território do Estado, os exames e outras diligências poderão, por ordem do Presidente, ser efetuados sob a presidência do juiz de direito do lugar.

§ 1.º - Tratando-se de juiz de direito que se achar na própria comarca, a presidência caberá ao de uma das comarcas vizinhas, que se transportará para a do paciente, por ordem do Presidente do Tribunal.

§ 2.º - Tratando-se de incapacidade moral, a presidência será exercida pelo Presidente do Tribunal ou pelo membro do Conselho por ele designado.

§ 3.º - Servirá no processo o escrivão de júri da comarca em que se realizarem as diligências.

Artigo 179.º - Se o paciente estiver fora do Estado, os exames e diligências serão deprecados à autoridade judiciária local que for competente.

Artigo 180.º - Aos exames e outras diligências assistirão o Procurador Geral da Justiça, o paciente e o curador, que poderão requerer o que for a bem da Justiça.

Parágrafo único - No caso do artigo 173.º, o Procurador Geral poderá delegar ao Procurador da Justiça as funções que lhe competem.

Artigo 181.º - Não comparecendo, ou recusando o paciente a submeter-se ao exame ordenado, será marcado novo dia; se o fato se repetir, o julgamento será baseado em qualquer outra prova legal.

Artigo 182.º - Concluídas todas as diligências, poderá o paciente ou o curador apresentar

alegações no prazo de 10 (dez) dias. Ouvido, a seguir, o Procurador Geral, serão os autos distribuídos e julgados em sessão plenária do Tribunal, depois de previstos.

Parágrafo único - Aplicam-se a este julgamento as disposições dos §§ 2.º e 3.º do artigo 167.º e do § 4.º do artigo 168.º.

Artigo 183.º - Concluída a decisão do Tribunal pela incapacidade do magistrado, será feita comunicação ao Poder Executivo.

Parágrafo único - Verificando-se a hipótese do artigo 171.º, o acórdão determinará a providência no mesmo indicada.

Artigo 184.º - Correrão por conta do Estado todas as despesas do processo, salvo as das diligências requeridas pelo paciente, se a decisão lhe for desfavorável.

TÍTULO IV

DOS JUÍZES AUXILIARES DE INVESTIDURA TEMPORÁRIA

Artigo 185.º - Os juízes auxiliares de investidura temporária serão nomeados por 2 (dois) anos, mediante indicação do Tribunal, sempre que possível em lista tríplice podendo ser reconduzidos.

Artigo 186.º - A indicação far-se-á dentre os candidatos inscritos e aprovados em concurso para o ingresso na magistratura vitalícia e que não tenham sido nomeados juiz substituto de circunscrição.

Artigo 187.º - Os juízes auxiliares de investidura temporária só perderão os seus cargos, durante o biênio, mediante processo administrativo instaurado pelo Corregedor Geral e julgado pelo Tribunal de Justiça garantida a amplitude de defesa.

Artigo 188.º - Os juízes Auxiliares de Investidura Temporária, cujo número constará da Tabela G da Lei de Organização judiciária, serão designados mediante portaria do Presidente do Tribunal de justiça, para exercer suas funções junto às Varas Distritais da Capital, competindo-lhes:

I - auxiliar o respectivo juiz Titular com competência para processar e julgar as causas de valor até 5 (cinco) vezes o salário mínimo local excluídas as que não comportem recurso a superior instância, ou com competência igual à do juiz Titular, se assim for determinada em lei;

II - substituir os Juízes Titulares nas suas faltas, licenças, férias e impedimentos.

Artigo 189.º - Quando não designados para as funções de que trata o artigo anterior os juízes auxiliares de investidura temporária exercerão as funções judiciais que lhes forem especificamente atribuídas em lei.

TÍTULO V

DAS GARANTIAS, DIREITOS, DEVERES E IMPEDIMENTOS DOS MAGISTRADOS

CAPÍTULO I

DAS GARANTIAS E DIREITOS

Artigo 190.º - Os magistrados gozam das garantias expressas e implícitas na Constituição do Brasil.

Parágrafo único - As garantias de vitaliciedade e inamovibilidade não se estenderão aos juízes substitutos, durante o prazo de estágio inicial, nem aos juízes auxiliares de investidura temporária.

Artigo 191.º - Vetado.

Artigo 192.º - Gozam os magistrados, além dos conferidos aos servidores públicos, em geral, e não incompatíveis com o seu status", do seguintes direitos;

I - Vetado;

II - Vetado;

III - receber o tratamento de "Excelência", na conformidade das normas protocolares.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Artigo 193.º - São deveres específicos dos magistrados:

I - residir na sede de sua comarca;

II - comparecer, nos dias de atividade forense, ao Fórum, e aí permanecer durante o expediente, salvo quando em cumprimento de diligência judicial;

III - usar toga, durante o expediente, conforme o modelo aprovado pelo Tribunal de justiça;

IV - permanecer na sede do território sob sua jurisdição, comunicando sempre seu afastamento ao Presidente do Tribunal de justiça

V - tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da justiça, e atender, a qualquer momento, quando se trate de assunto urgente aos que o procurarem;

VI - presidir pessoalmente às audiências e aos atos para os quais a lei exige a sua presença;

VII - exercer assídua fiscalização sobre os seus subordinados, especialmente no que se refere a

cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes;
VIII - não frequentar lugares onde a sua presença possa diminuir a confiança pública na justiça.

CAPÍTULO III

IMPEDIMENTOS

Artigo 194.º - Ao magistrado é vedado, sob pena de perda do cargo judiciário:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo do magistério; e nos casos previstos na Constituição do Brasil;

II - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;

III - exercer atividade político-partidárias;

IV - Vetado;

V - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista.

VI - exercer função de árbitro ou juiz fora dos casos previstos em lei.

Artigo 195.º - O magistrado é considerado suspeito de parcialidade em razão de parentesco, amizade íntima ou inimizade capital e interesse, na forma da lei processual.

Livro III

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

TÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA

Artigo 196.º - Os serviços auxiliares da justiça são realizados através de Ofícios de justiça e de Cartórios.

Artigo 197.º - Aos Ofícios de justiça competem os serviços do foro judicial, atribuindo-se-lhes a numeração ordinal e a denominação da respectiva vara, onde houver mais de uma.

Artigo 198.º - Aos Cartórios competem os serviços do foro extrajudicial.

Artigo 199.º - São Cartórios, para efeito de aplicação deste Código:

I - os Cartórios de Notas;

II - os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais;

III - os Cartórios dos Registros Públicos.

Parágrafo único - Na Comarca da Capital, os Cartórios de Registros Públicos são desdobrados em Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e de Protesto de Títulos.

Artigo 200.º - Nas comarcas onde o serviço não for oficializado, o Ofício de Justiça é mantido como anexo dos respectivos Cartórios, com as atuais numerações ordinais e com a denominação de "Cartório de Notas e Ofício de Justiça".

Artigo 201.º - Os atuais registros de imóveis e circunscrições imobiliárias passam a se denominar "Cartórios dos Registros Públicos", procedido da numeração ordinal, onde houver mais de um, mantida a situação atual dos seus anexos.

§ 1.º - Onde houver mais de um cartório especial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas ou de Protesto de Letras e Títulos, serão eles, também, procedidos de numeração ordinal.

§ 2.º - São vedados os anexos e as anexações entre cartórios de notas e cartórios dos registros públicos e, os que se acharem nessa situação, serão desanexados mediante proposta do Tribunal de Justiça.

§ 3.º - Vetado.

Artigo 202.º - Na comarca da Capital e nas sedes das Circunscrições judiciais poderá ser criado, por proposta do Tribunal de justiça, um Cartório de Cadastro judiciário.

Artigo 203.º - São também Ofícios de justiça, para os fins deste Código, além dos mencionados no artigo 199, os do Distribuidor, do Contador, do Partidor e do Depositário Público, enquanto mantidos no interesse do serviço.

§ 1.º - Atendendo às conveniências da justiça e ao pequeno movimento da comarca, poderão esses Ofícios funcionar anexados um ao outro.

§ 2.º - As funções de depositário poderão, onde não houver ofício judicial dessa natureza, ou quando, na vacância, for extinto, ser confiadas a pessoas físicas, observadas as cautelas das leis processuais e os requisitos estabelecidos em provimento da Corregedoria Geral de justiça.

§ 3.º - Vetado.

Artigo 204.º - Os Ofícios de Justiça e os Cartórios ficam assim classificados:

I - Ofícios de Justiça e Cartórios da Capital;

II - Ofícios de Justiça e Cartórios do Interior.

Artigo 205.º - Os Ofícios de Justiça e os Cartórios não oficializados são classificados em quatro classes:

I - de Primeira Classe, os cartórios dos distritos, dos municípios e os Ofícios de Justiça e Cartórios da sede das comarcas de primeira entrância.

II - de Segunda Classe, os cartórios dos distritos, dos municípios e os Ofícios de Justiça e Cartórios da sede das comarcas de segunda entrância.

III - de Terceira Classe, os cartórios dos distritos, dos municípios e os Ofícios de Justiça e cartórios da sede das comarcas de terceira entrância.

IV - de Quarta Classe, os cartórios dos distritos, dos municípios e os ofícios de justiça e cartórios da sede da comarca da Capital.

Artigo 206.º - Os Ofícios de justiça e os Cartórios adaptar-se-ão à estrutura estabelecida neste Código, se vierem a ser oficializados.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA

Artigo 207.º - Aos Ofícios de Justiça são atribuídos, de acordo com suas respectivas varas, os serviços do Cível, do Crime, do Júri, da Fazenda Pública, das Execuções Criminais, da Corregedoria Permanente, de Menores, de Acidentes do Trabalho e dos Juízes Distritais, bem como de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público e outros que forem criados por lei.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARTÓRIOS

Artigo 208.º - Os Cartórios de Notas exercerão funções notariais.

Artigo 209.º - Os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais exercerão as funções que lhes são atribuídas pela lei dos Registros Públicos.

Artigo 210.º - Aos Cartórios dos Registros Públicos competirá a prática dos atos regidos pela Lei dos Registros Públicos quanto às pessoas jurídicas, aos imóveis, aos títulos e documentos, bem como o protesto de títulos, na forma que a lei dispuser.

Artigo 211.º - Aos Cartórios de Cadastro Judiciário caberá cadastrar, mediante organização de índices convenientes, os dados referentes à distribuição judicial e atos praticados nos Cartórios de Notas, de Registros Públicos e Registro Civil de Pessoas Naturais das comarcas que compõem a circunscrição ou da comarca da Capital, na forma que a lei estabelecer.

Livro IV

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 212.º - Os serviços auxiliares da Justiça, no foro judicial e extrajudicial, serão executados:

I - por servidores integrados no quadro do funcionalismo público;

II - por serventuário;

III - por auxiliares eventuais, nomeados na forma das leis e provimentos próprios.

Parágrafo único - O provimento e a vacância dos cargos de servidores e serventuários da justiça será feito por ato do Poder Executivo, atendida, quanto ao provimento, a classificação em concurso de provas e títulos, que contará com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, realizado na forma do Regimento próprio, elaborado pelo Tribunal de Justiça.

Artigo 213.º - Não será atribuído em caráter vitalício o exercício de cargo ou função em qualquer ofício ou cartório.

Artigo 214.º - Compete ao Poder Judiciário, quanto aos servidores da Justiça, na forma estabelecida em provimento do Tribunal de Justiça:

I - lotá-los, relotá-los, classificá-los e reclassificá-los pelas diversas varas e cartórios oficializados do Estado, segundo as conveniências do serviço e da disciplina forense;

II - conceder-lhes afastamento, licenças de qualquer natureza e férias;

III - conceder-lhes salário-família, adicionais por tempo de serviço e quaisquer outras vantagens de ordem pecuniária previstas em lei;

IV - impor-lhes penas disciplinares, exceto a de demissão.

TÍTULO II

DOS OFÍCIO DE JUSTIÇA OFICIALIZADOS

CAPÍTULO I

DAS CARREIRAS

Artigo 215.º - Todos os cargos de cartórios ou ofícios de foro judicial e extrajudicial oficializados serão organizados em carreiras, na forma que dispuser a lei ordinária, vedada a transferência de ofícios ou cartórios não oficializados.

Parágrafo único - Em todo ofício e cartório haverá um cargo de Oficial Maior, de provimento em comissão, exercido por indicação do Escrivão, dentre os primeiros escreventes, com aprovação do juiz Corregedor Permanente, cabendo àquele substituir o escrivão, nas suas ausências e impedimentos, e auxiliá-lo na direção dos serviços.

CAPÍTULO II

DO CONCURSO

Artigo 216.º - O ingresso nas carreiras de Servidor da Justiça do foro judicial e extrajudicial far-se-á sempre no cargo inicial, após concurso de provas ou de provas e títulos, realizado pelo Poder Judiciário, com a participação do representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, na forma prevista no Regimento próprio.

Artigo 217.º - Para inscrever-se no concurso, o candidato fará prova de:

I - ser brasileiro;

II - ter mais de 18 (dezoito) anos e menos de 40 (quarenta), na data da inscrição;

III - quitação ou isenção do serviço militar;

IV - inscrição eleitoral em vigor;

V - idoneidade moral;

VI - não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime contra o patrimônio, a administração e a fé pública;

VII - ser portador de carteira de identidade.

§ 1.º O Tribunal de justiça baixará regimento para o concurso, obedecidas as seguintes normas:

1 - as provas serão de datilografia, caligrafia, português, noções de direito e conhecimentos gerais;

II - a matéria das provas constará de programa específico.

§ 2.º - O regimento poderá determinar, ainda, que a realização do concurso, bem como a classificação dos habilitados, seja feita por circunscrição ou comarca.

Artigo 218.º - Realizado o concurso, a relação dos aprovados será remetida ao Poder Executivo para nomeação, segundo a ordem rigorosa de classificação.

Artigo 219.º - Das decisões que indeferirem inscrição e julgarem as provas caberá recurso para o Presidente do Tribunal de justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação de ato no órgão oficial.

Artigo 220.º - As vagas que se verificarem durante o prazo de validade do concurso serão comunicadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ao Poder Executivo, para que sejam providas, desde que haja candidato habilitado não nomeado.

CAPÍTULO III

DO ACESSO

Artigo 221.º - Os cargos de Escrivão dos ofícios de justiça no foro judicial e extrajudicial oficializados serão providos mediante acesso, por titulares de cargos de primeiro escrevente, na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e da Lei de Paridade.

Artigo 222.º - É condição essencial para o provimento do cargo de Escrivão que o candidato tenha capacidade de direção, a ser apurada na forma que for estabelecida pela Corregedoria Geral da justiça.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES E DIREITOS

Artigo 233.º - Aos servidores dos ofícios de justiça do foro judicial e extrajudicial oficializados, caberão os deveres e direitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, no que não colidirem com as disposições específicas deste Código.

TÍTULO III

DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADOS

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO, REMOÇÃO E PROMOÇÃO

Artigo 224.º - Nenhum provimento de cargo de Escrivão será feito, senão na classe inicial da carreira.

§ 1.º - Opera-se o provimento, no cargo inicial, não havendo pedidos de remoção, mediante concurso de provas e títulos, ao qual somente poderão concorrer os escreventes com, pelo

menos, 2 (dois) anos de efetivo exercício.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de não haver candidatos nos termos do parágrafo anterior, será aberto novo concurso, no qual poderá inscrever-se qualquer cidadão brasileiro no gozo dos seus direitos civis e políticos e que satisfaça as demais exigências do regulamento do concurso.

Artigo 225.º - A remoção ou promoção será processada por concurso de títulos entre serventuários que tenham, pelo menos, 3 (três) anos de efetivo exercício em serventia, respectivamente, da mesma ou de classe inferior.

Artigo 226.º - Para inscrição em concurso de provas e de títulos serão exigidos, além dos documentos previstos no artigo 217.º, mais os seguintes:

I - certidão de tempo de serviço expedida pela Corregedoria Geral da justiça;

II - certidão relativa a faltas disciplinares.

§ 1.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto cartorário, desde que publicado 2 (dois) anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos juízes perante os quais os candidatos tenham servido.

§ 3.º - Encerradas as inscrições, constituir-se-á a comissão examinadora, composta de 2 (dois) membros do Poder judiciário, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, além de um Serventuário designado pelo Secretário da Justiça.

Artigo 227.º - Encerrado o concurso, o Presidente da comissão comunicará à Secretaria da Justiça o nome dos 3 (três) primeiros classificados, a fim de que um deles seja nomeado, por ato do Poder Executivo.

Artigo 228.º - Será permitida a permuta, entre Serventuários, de ofícios da mesma natureza e da mesma classe, ouvidos os respectivos juízes Corregedores e desde que os permutantes contem 5 (cinco) anos, pelo menos, no exercício dos respectivos cargos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 229.º - Compõem o pessoal dos ofícios ou dos cartórios não oficializados os escreventes e auxiliares necessários à execução dos serviços. Em todo ofício ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do Escrivão, indicado, de preferência, entre os primeiros escreventes, com aprovação do juiz Corregedor Permanente, incumbido de substituir o titular, nas suas ausências se impedimentos, e auxiliá-lo na direção do serviço.

Artigo 230.º - Os escreventes serão habilitados perante o juiz a que estiver subordinado o cartório, por indicação do respectivo serventuário, uma vez aprovados em exame, habilitação essa que será submetida à apreciação e homologação da Corregedoria Geral da justiça.

Artigo 231.º - O processo de habilitação será público e realizado perante Comissão Examinadora presidida pelo juiz Corregedor Permanente e integrada por representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, além de um Serventuário da justiça.

Parágrafo único - A Comissão Examinadora poderá inabilitar o candidato, à vista dos elementos apresentados e das conclusões sobre sua conduta moral, apurada por qualquer forma de investigação.

Artigo 232.º - A inscrição para o exame será requerida pelo serventuário conjuntamente com o candidato, que deverá apresentar os documentos referidos no artigo 217.º.

Artigo 233.º - O exame constará de provas manuscritas, datilográfica e oral, versando sobre matéria atinente à serventia.

§ 1.º - No julgamento da prova escrita a Comissão atenderá não só aos conhecimentos revelados pelo candidato como também à redação e apresentação do trabalho.

§ 2.º - A prova escrita terá caráter eliminatório.

§ 3.º - Quando se tratar de exame para candidato já habilitado em serventia de outra natureza, as provas versarão apenas sobre matéria da serventia para a qual se candidata.

Artigo 234.º - Os escreventes serão classificados em cada ofício, em três categorias numeradas ordinalmente: de 1.ª a 3.ª com salários diferentes, correspondentes à sua ordem hierárquica, por proposta do serventuário, homologada pelo juiz Corregedor Permanente,

Parágrafo único - Os salários, nunca inferiores ao mínimo legal, serão ajustados entre os serventuários e os escreventes, atendidos os critérios fixados em provimento da Corregedoria Geral da justiça e homologada pelo juiz a que estiver subordinado o respectivo ofício.

Artigo 235.º - Todos os atos e decisões dos juízes Corregedores Permanentes, relativos ao pessoal dos órgãos a eles subordinados, serão obrigatoriamente comunicados à Corregedoria Geral da justiça.

CAPÍTULO III

REGIME DISCIPLINAR

Artigo 236.º - Os Serventuários dos órgãos e cartórios não oficializados ficam sujeitos, no que couber, ao regime disciplinar dos Serventuários dos órgãos e cartórios oficializados.

Parágrafo único - Os escreventes e auxiliares dos Cartórios não oficializados que contem, no mínimo, 5 (cinco) anos de exercício no mesmo Cartório só poderão ser dispensados por motivo de sensível diminuição da renda da serventia, ou em razão de falta grave, devidamente comprovada perante o juiz Corregedor Permanente do Cartório.

Artigo 237.º - Os escreventes e auxiliares ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - dispensa.

Artigo 238.º - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos de ordem moral ou material que dela resultarem.

Artigo 239.º - A pena de advertência será aplicada verbalmente, nos casos de negligência.

Artigo 240.º - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos em que não couber a suspensão ou a dispensa.

Artigo 241.º - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

Parágrafo único - Enquanto perdurar a suspensão, o punido perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício de suas funções.

Artigo 242.º - Será aplicada a pena de dispensa se for cometida qualquer das seguintes faltas:

I - abandono do exercício das respectivas funções por mais de 30 (trinta) dias;

II - comprometimento da dignidade da função em proveito próprio ou alheio;

III - insubordinação grave em serviço;

IV - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa;

V - revelação dolosa de segredo que conheça em razão da função;

VI - incontinência pública, vício de jogos proibidos e embriagues habitual;

VII - condenação criminal, nos termos das leis penais que enseje a perda da função pública.

Artigo 243.º - As penas serão aplicadas pelo serventuário, com recurso para o juiz Corregedor do Cartório, salvo quanto à dispensa, que será precedida de sindicância, na forma do artigo seguinte.

Artigo 244.º - A sindicância será determinada pelo juiz Corregedor, de ofício ou mediante proposta do serventuário, e será realizada perante uma comissão integrada por um representante do Ministério Público, que a presidirá, um serventuário da justiça, e um escrevente de categoria igual ou superior à do sindicado.

§ 1.º - Instaurada a sindicância, será o servidor afastado de suas funções.

§ 2.º - No curso da sindicância, será ouvido o sindicato, facultando-se-lhe defesa, limitado a 3 (três) o número de testemunhas.

Artigo 245.º - Reconhecida a inexistência de falta grave imputada ao sindicato fica o serventuário obrigado a pagar-lhe quando de sua volta ao serviço, o salário integral, correspondente ao período do afastamento.

Artigo 246.º - Os escreventes e auxiliares que contêm menos de 5 (cinco) anos de exercício no mesmo cartório poderão ser dispensados pelo respectivo serventuário, sem declaração de motivo, mas ficam, em tal hipótese, com direito a indenização correspondente a 1 (um) mês de salário por ano de serviço efetivo, ou fração superior a 6 (seis) meses.

Artigo 247.º - Os escreventes e auxiliares de cartório terão direito a 30 (trinta) dias de férias por ano, concedidas pelo serventuário, com salários integrais, devendo a escala de férias ser comunicada, para os devidos efeitos, ao juiz Corregedor Permanente.

Artigo 248.º - A aposentadoria e pensão dos Escrivães, Escreventes e Auxiliares dos órgãos de Justiça do foro judicial e extrajudicial, não oficializados, serão regidos por lei própria.

Artigo 249.º - De todos os atos e decisões dos Juízes Corregedores Permanentes sobre matéria administrativa ou disciplinar, caberá recurso voluntário para o Corregedor Geral da justiça, interposto ao prazo de 15 (quinze) dias, por petição fundamentada contendo as razões do pedido

de reforma da decisão.

TÍTULO IV

DOS AUXILIARES PERMANENTES DA JUSTIÇA

Artigo 250 .º- Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 251.º - Vetado.

I - Vetado;

II - Vetado.

Artigo 252.º - Vetado.

Artigo 253.º - Vetado.

TÍTULO V

DOS AUXILIARES EVENTUAIS DA JUSTIÇA

Artigo 254.º - Haverá, para os serviços eventuais de justiça, um corpo de auxiliares destinados a funcionar nos feitos, quando nomeados pelos juízes.

Artigo 255.º - Os integrantes do corpo de auxiliares eventuais da justiça exercerão as funções de perito e avaliador e não gozarão das prerrogativas e direitos dos servidores da Justiça nem serão estipendiados pelos cofres públicos.

§ 1.º - Só será permitida ao juiz a nomeação de perito ou avaliador não pertencente ao corpo de auxiliares eventuais, quando este inexistir ou os inscritos não tenham a especialização necessária ou houver indicação pelas partes,

§ 2.º - Vetado.

Artigo 256.º - Fica instituída, na comarca da Capital, uma Comissão Mista de organização e fiscalização do Corpo de Auxiliares Eventuais da justiça, integrada por um Desembargador, designado pelo Presidente do Tribunal de justiça, um Procurador da justiça, designado pelo Procurador Geral da Justiça, e um advogado militante, designado pela Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, com a atribuição de promover a inscrição e a exclusão dos interessados no exercício dessas funções, bem como organizar subcomissões nas sedes das circunscrições judiciárias.

§ 1.º - O mandato dos membros da Comissão será gratuito, por 1 (um) ano, permitida sua recondução.

§ 2.º - A Comissão elaborará o Regimento que se aplicará, ao que couber, a todas as subcomissões.

§ 3.º - A Comissão poderá solicitar funcionários da Justiça para os seus serviços.

Artigo 257.º - A inscrição será requerida pelo interessado ao Presidente da Comissão, indicando a sua especialidade e juntando fotocópia de carteira profissional, o seu "curriculum vitae" e folha corrida criminal.

Parágrafo único - A Comissão decidirá sobre a inscrição do interessado ou sua exclusão, à vista dos elementos apresentados e das conclusões sobre a sua conduta moral, apurada por qualquer forma de investigação ou pela verdade sabida.

Livro V

DAS CUSTAS, DESPESAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

TÍTULO I

DAS CUSTAS E DESPESAS JUDICIAIS

Artigo 258.º - Todos os atos judiciais serão pagos pelas partes ou interessados salvo quando beneficiados pela Assistência Judiciária ou isentos por lei.

Artigo 259.º - As custas e despesas judiciais em geral ficam a cargo:

I - do autor, nos feitos contenciosos;

II - do requerente, nos feitos não contenciosos;

III - do recorrente, nos recursos voluntários;

IV - dos litisconsortes e assistentes, em partes iguais, sendo o primeiro postulante responsável pelo pagamento de sua totalidade;

V - das partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios;

VI - do vencido, nos termos da decisão que o condenar, ou daquele que der causa ao procedimento judicial.

Artigo 260.º - As custas serão fixadas em proporção ao valor da causa, ou segundo a natureza do feito, ou a espécie do recurso, em tabelas aprovadas por decreto, ouvido o Tribunal de justiça e observadas as seguintes normas:

I - na distribuição do feito contencioso o autor pagará metade das custas tabeladas, sendo paga a outra metade pelo decorrente, por ocasião do recurso da sentença, sob pena de deserção;
II - se não houver recurso, só será devida a outra metade pelo vencido, quando este oferecer defesa à execução;

III - cumprido o julgado sem apresentação de defesa, o vencido apenas reembolsará o autor das custas e honorários e demais despesas da ação, comprovadas nos autos;

IV - na distribuição dos feitos não contenciosos, o requerente pagará a totalidade das custas tabeladas;

V - nos recursos relativos a incidentes da ação ou da execução, o recorrente pagará as custas relativas à sua interposição e complementará o pagamento das despesas do instrumento, quando for o caso, dentro de 5 (cinco) dias de sua formação;

VI - O recorrente pagará as despesas com o traslado das peças indicadas pelo Ministério Público ou pelo juiz, pagando o recorrido as despesas das peças que solicitar;

VII - se o recurso for do Ministério Público, o pagamento será efetuado, a final, pelo vencido;

VIII - o pagamento das custas, fixadas na tabela para os respectivos feitos abrange todos os atos judiciais do processo, publicações de intimação em primeira e segunda instância, remessa, distribuição e julgamento, porte e baixa dos autos ao juízo originário, excluídas as despesas com diligências fora do Cartório, perícias e avaliações, editais na imprensa, cartas de sentenças e de arrematação, formais de partilha, precatórias e certidões em geral, sendo estes instrumentos pagos por folha datilografada, fotocopiada ou reproduzida por qualquer meio admitido em juízo.

Artigo 261.º - As tabelas discriminarão as custas e os demais preços dos atos e documentos judiciais, incluindo as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e às Carteiras de Previdência dos Servidores da justiça e dos Advogados, e outras que a lei ordinária criar.

Parágrafo único - Do que for depositado à conta de "Custas judiciais do Estado", a Secretaria da Fazenda entregará, na forma regulamentar, as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e às Carteiras de Previdência referidas neste artigo.

Artigo 262.º - Nos processos e atos judiciais a cargo de cartórios não oficializados o pagamento das custas e demais despesas será feito diretamente ao serventuário, a quem incumbirá recolher na conta "Custas judiciais do Estado", quando devida, a parte do Estado e as contribuições da Ordem dos Advogados do Brasil e das Carteiras de Previdência referida no artigo anterior, juntando aos autos os respectivos comprovantes.

Artigo 263.º - Os recursos dependentes de instrumento pagarão as custas constantes da respectiva tabela, além das despesas próprias. Os que se processam nos autos não ficam sujeitos a qualquer pagamento, desde que as custas devidas na ação e na execução estejam pagas, conforme o caso.

Artigo 264.º - Nos feitos criminais de ação privada aplicam-se as mesmas normas estabelecidas para os processos civis. Nos feitos criminais de ação pública as custas serão pagas a final pelo réu, se condenado, ou suportadas pelo Estado, nos demais casos.

Parágrafo único - O modo e a forma de pagamento da parte das custas devida pelo Estado aos escrivães dos Cartórios não oficializados, nos processos referidos neste artigo, serão estabelecidos no decreto que baixar as respectivas tabelas.

TÍTULO II

DAS DESPESAS EXTRAJUDICIAIS

Artigo 265.º - Todo os atos extrajudiciais a cargo dos Cartórios não oficializados serão pagos diretamente ao serventuário que os praticar, segundo a tabela baixada por decreto, ressalvados os casos de dispensa legal de pagamento.

Parágrafo único - As peças tabeladas deverão incluir as contribuições devidas às Carteiras de Previdência dos Servidores da justiça e dos Advogados, e outras que a lei criar incumbindo aos serventuários o seu recolhimento na forma regulamentar.

Artigo 266.º - Todos os atos extrajudiciais terão seu preço cotado ao final de acordo com a respectiva tabela.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 267.º - Fica assegurado aos Juízes de Direito e Promotores de justiça, titulares de comarcas que sofrerem alteração de entrância em razão deste Código, a situação de entrância a que pertenciam.

Parágrafo único - Aplica-se a norma deste artigo, no que couber, aos Escrivães, Escreventes e demais auxiliares de cartórios e ofícios.

Artigo 268.º - Todos os titulares de ofícios e cartórios do foro judicial e extrajudicial, oficializados

ou não, passam a denominar-se "Escrivão".

Artigo 269.º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 270.º - Vetado.

Artigo 271.º - Ficam extintos todos os cartórios de depositário público, oficializados ou não, que estejam vagos ou que se vagarem.

Artigo 272.º - A distribuição de escrituras aos Cartórios de Notas e de Registros de Imóveis é extinta nos Cartórios vagos, oficializados ou não, e será extinta nos demais, quando se vagarem.

Parágrafo único - Serão extintos, na vacância, os Cartórios, oficializados ou não, cuja atribuição seja apenas a de distribuir escrituras na forma deste artigo.

Artigo 273.º - A lei quinquenal de organização judiciária ou a de iniciativa do Tribunal de justiça fará a reclassificação das comarcas, o remanejamento das circunscrições, visando a maior proximidade das comarcas com a da sede, a unificação dos cartórios de registros públicos e demais adaptações ao sistema deste Código, que dependerem de lei.

Parágrafo único - O Tribunal de justiça e os Tribunais de Alçada proporão a reorganização de seus próprios serviços e farão, regimentalmente, as adaptações de sua competência às situações novas resultantes deste Código.

Artigo 274.º - Vetado.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

Artigo 275.º - Os municípios que desejarem mudar de comarca proporão a modificação ao Tribunal de justiça, dentro de trinta dias da publicação deste Código.

Artigo 276.º - Este Código entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1969.

Artigo 277.º - Revogam-se as disposições em contrário".

Palácio dos Bandeirantes, 12 de setembro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da justiça.

Publicado na Assessoria Técnico Legislativa, aos 12 de setembro de 1968,

Nelson Petensen da Costa, Diretor Administrativo Substituto.

Publicado no "Diário Oficial" de 13/9/68.

LEI N.º 10.219, DE 12 DE SETEMBRO DE 1968

Partes vetadas pelo Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei n.º 10.219, de 12 de setembro de 1968, que dispõe sobre a Código judiciário do Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Nelson Pereira na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do § 3.º do artigo 26.º, da Constituição do Estado, os seguintes dispositivos da Lei n.º 10.219, de 12 de setembro de 1968 da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 251.º - O provimento dos cargos de Oficial de Justiça, cujos candidatos deverão ser portadores de diploma de conclusão do curso colegial ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado (Lei n.º 9.884 de 31 de outubro de 1967), será feito mediante concurso de provas ou de provas e títulos a ser realizado:

I - Na Comarca da Capital, perante o Tribunal de Justiça, na forma do artigo 216.º; e

II - nas demais comarcas, pelo juiz de Direito ou pelo Diretor do Fórum, onde exista esta função, com a colaboração do órgão de classe dos advogados, na forma do regimento próprio;

Artigo 255.º - Os integrantes do corpo de auxiliares eventuais da justiça exercerão as funções de perito e avaliador e não gozarão das prerrogativas e direitos aos servidores da justiça nem serão estipendiados pelos cofres públicos,

§ 1.º - Só será permitida ao ' juiz a nomeação de perito ou avaliador não pertencente ao corpo de auxiliares eventuais, quando este inexistir ou os inscritos não tenham a especialização necessária ou houver indicação pelas partes.

§ 2.º - Nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, onde os cartórios ou ofícios não são oficializados, as funções de avaliador continuarão a ser exercidas pelos distribuidores.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de outubro de 1968.

NÉLSON PEREIRA

Presidente,

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de outubro de 1968.

LAFAYTTE SOARES DE PAULA

Diretor Geral, substituto

DIREITOS REAIS - NOÇÕES

Dr. JETHER SOTTANO

Oficial do 6.- Registro de Imóveis da Capital

A finalidade do presente trabalho é apresentar um estudo prático e objetivo da promessa de venda e compra, através de vários artigos a serem publicados. Isso, no entanto, não seria possível sem que fizéssemos antes umas considerações gerais e teóricas a respeito dos direitos reais. Acompanhar-nos-á durante todo este capítulo a asserção de Lysippo Garcia (A transcrição - Vol. I, pág. 252):

"Grande tem sido o esforço para fixar com precisão os caracteres dos direitos reais, e muito se tem discutido sobre a natureza de tais direitos".

O Direito Civil divide-se em dois grandes grupos: a) Um destina-se a regular as relações entre duas ou mais pessoas, vinculadas por um ato ou contrato, que obriga umas a prestação ou omissão, em favor de outras. Esse grupo é denominado direito das obrigações ou também direitos pessoais b) O outro grupo tem por finalidade regular a atividade humana "direta e imediatamente sobre as coisas corpóreas, consideradas como objeto de relações jurídicas, fixando na coisa o direito, ora abrangendo todas as relações a que se prestam as suas utilidades, como a propriedade; ora limitando-se a uma parte dessas utilidades, como os direitos reais em coisa alheia". Denomina-se este grupo direito das coisas ou direitos reais, e é o que nos interessa. Que é DIREITO REAL?

"Direito real é o poder jurídico da pessoa sobre uma coisa determinada, aderindo a ela, enquanto perdura e prevalecendo contra todos". (Clóvis Beliláqua - Direito das Coisas - Título III § 62 - 1.ª Vol. 2.ª edição, pág. 301).

Dessa definição de Clóvis decorrem como características principais dos direitos reais o direito de seqüela, que é a aderência imediata do direito à coisa, seguindo-a por toda parte e vinculando-a diretamente ao titular, ou, no dizer de Lafayette:

"é o direito que se cria independentemente de tradição e ocupação conserva a coisa sujeita à dívida, ainda quando posta fora do domínio do devedor e em poder de terceiro". (Lafayette - Direito das Coisas - pág. 98 - Vol. II);

é o direito de reaver a coisa onde ela estiver e com quem estiver ou de exercer o direito sobre a mesma contra quem quer que seja ou a detenha.

O direito real é ainda um direito exclusivo de uma ou mais pessoas sobre uma coisa determinada, não podendo haver coexistência de mais de um direito real da mesma espécie relativamente a uma só coisa, é um direito absoluto, prevalecendo erga omnes, isto é, contra todos.

Lafayette, ao estudar o assunto do direito das coisas, diz que o direito real distingue-se pelas peculiaridades seguintes:

"a) Tem por objeto imediato coisa corpórea, móvel ou imóvel.

b) Põe a coisa que é seu objeto em relação imediata com o sujeito do direito, sem dependência de ato ou prestação de pessoa determinada, isto é: a existência e o exercício do direito, real pressupõe tão somente o sujeito ativo do direito e a coisa sobre que recai.

c) Por parte de terceiros corresponde-lhe, não a obrigação positiva de dar ou fazer, mas a obrigação negativa e geral de respeitar o exercício, obrigação comum a todos os direitos e que se traduz na inviolabilidade que o reveste.

d) Da aderência direta e absoluta do direito real à coisa resulta que as ações criadas para protegê-lo podem ser intentadas contra quem quer que o usurpe ou ofenda". (Direito das Coisas - 5.ª Edição - Vol. I pág. 22).

O direito de propriedade é o direito real por excelência, e o domínio, é o poder jurídico exercendo-se sobre a coisa como unidade - jus in re propria. É o conjunto de todos os direitos reais admissíveis jungidos na coisa e no seu titular. Esse direito real, o domínio, pode

desmembrar-se em vários direitos reais, que de uma forma imperfeita mas esclarecedora, poder-se-ia dizer em várias parcelas desse direito. E assim acontecendo, seu titular deixa de ter o domínio pleno por ter instituído a outrem uma parcela desse conjunto de todos os direitos reais, criando, assim, a um novo titular um direito em coisa que não lhe pertence, é o jus in re aliena. Lafayette acha que o domínio "é susceptível de se dividir em tantos direitos elementares quantas são as formas por que se manifesta a atividade do homem sobre as coisas corpóreas. E cada um dos direitos elementares do domínio constitui em si um direito real". (Lafayette R. Pereira - Direito das Coisas - 5.ª Edição - Vol. 1 - págs. 24/25),

E aqui surge um problema que tem sido muito discutido não só entre nós como também no direito alienígena, ou seja: o da limitação ou não dos direitos reais pelas leis. juristas há que consideram que os direitos reais são sempre limitados nas legislações e por isso mesmo sempre enumerados taxativamente por elas; no entender de outros, as legislações os enumeram exemplificativamente e admitem além dos enumerados outras modalidades de direitos reais. Essas duas correntes de opinião se fazem sentir, entre nós, principalmente, no estudo e interpretação do artigo 674 do Código Civil Brasileiro, muito embora, antes da promulgação deste, a questão já fosse ventilada e debatida; assim é que o próprio Lafayette, que considera o domínio suscetível de se dividir em tantos direitos elementares quantas são as formas por que se manifesta a atividade do homem sobre as coisas corpóreas, admite depois de comentários de ordem econômica e de ordem pública, que

"é mais razoável a opinião de que o proprietário não pode constituir direitos ou ônus reais que não se acham estabelecidos e regulados pelas leis". (Lafayette obra citada - pág. 25 - Vol. 1 - 5. edição).

Affonso Fraga, depois de fazer um estudo comparativo entre várias legislações de diversos países cultores do direito, chega à conclusão de que não há uniformidade entre elas ao enumerar os direitos reais. E a respeito tece as seguintes e oportunas considerações: "Na classe de legislações que acolhe o princípio da enumeração meramente enunciativa, não obstante a opinião em contrário de Dídimo da Veiga, apresentada, aliás, sem o amparo de um só argumento próprio ou alheio, coloca-se sem dúvida o direito pátrio vigente que, sábia e propositadamente, altera a concepção limitativa do direito anterior.

Por este direito, condensado então na Lei 1.237, de 27 de setembro de 1864, o dispositivo legal era terminante:

"Art. 6.º - Somente se consideram ônus reais, a servidão, o uso, a habitação, a anticrese, o usufruto, o foro, o legado de prestação ou alimentos expressamente consignados no imóvel".

O Decreto n.º 169-A, de 19 de janeiro de 1.890, reproduzindo literalmente o preceito do artigo 6.º da citada Lei, e o Decreto n.º 370, de 2 de maio de 1890, declarando que o artigo 370.º (sic) que a lei não reconhece outros ônus senão os que enumera, evidentemente excluíram outros quaisquer direitos da classe dos reais.

Nesse mesmo sentido fora redigido o artigo 775.º do Projeto do Código Civil, apresentado pelo exímio civilista Clóvis Beviláqua, que textualmente dispunha:

"somente se consideram direitos reais além da propriedade, a enfiteuse, as servidões prediais, o usufruto, o uso, a habitação, as rendas constituídas sobre imóveis, o penhor, a anticrese e a hipoteca".

Mas, não só o projeto adotado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados (art. 680), como o próprio Código Civil (art. 674), suprimiram dos respectivos textos a locução adverbial somente, supressão feita mui de indústria, pois, certamente ela se não verificaria se a intenção do legislador fora manter o caráter limitativo ou taxativo da enumeração do direito anterior e do Projeto Clóvis.

A disposição, pois, do Código, é sem dúvida meramente enunciativa, e nem podia deixar de ser, porque, o domínio sendo suscetível de se decompor em tantos direitos quantas; as frações de utilidade econômica que dele se desmembram, é claro que é de todo impossível enumerar com rigor científico o número desses direitos. (Afonso Fraga - Direitos Reais de Garantia - parágrafo 6).

Inseri aqui essas considerações porque a elas me filio, considerando, ainda mais, que o Decreto-lei 58 poderia incluir o compromisso de venda e compra entre os direitos reais enumerados pelo artigo 674.º do Código Civil, acrescendo assim ao artigo mais um direito real, muito embora ele tenha o caráter de "sui generis", e se o legislador não o fez foi porque considerou meramente enunciativa a disposição do Código ao enumerar os direitos reais.

Pelo exposto verifica-se, ainda, que o conceito do direito, real em nossa legislação através dos

tempos, vem se modificando, isso porque as modalidades das relações jurídicas entre os indivíduos que formam a comunhão social e entre estes e as coisas, vão surgindo sob novas formas, exigindo, por vezes, até um instituto jurídico próprio.

As hipotecas feitas pelos Institutos e Caixas Econômicas e outros estabelecimentos de crédito que operam a 10, 15 e até 19 anos de prazo (atualmente, depois que passou a vigorar a Lei 2.437, de 7 de março de 1955, que modificou entre outros e, artigo 830.º do Código Civil, as instituições citadas passaram a efetuar hipoteca com o prazo máximo para seu vencimento de 19 anos e meses), hipoteca essas feitas sob a forma de pagamento mensal de juros e amortização de capital (tabela Price), e que constitui nos nossos dias uma transação comum e que no entanto, no começo deste século, era uma forma contratual de mútuo praticamente inexistente ou senão raríssima.

E a maior evidência dessa evolução constituem as promessas de venda e compra de imóveis para pagamento a prestação a longo prazo e sem juros, ou com juros e correção monetária, as promessas de venda e compra de imóveis sob a forma de apartamentos em condomínios horizontais, também, a prestações a longo prazo e sem despesas na sua manutenção, e atualmente com juros e correção monetária, ou ainda a preço de custo. E o mais extraordinário ainda, a promessa de venda e compra de terrenos loteados com o adicional de empréstimo em dinheiro ou fornecimento de material para construção, feito pelo compromitente vendedor aos compromissários compradores para que estes efetuem construções nos terrenos compromissados à venda, e tudo a longo prazo, fórmula contratual esta juridicamente enquadrada no artigo 18.º do Decreto-lei 58, de 10 de dezembro de 1937, tudo isso deu ensejo à formação de relações jurídicas comuns nos dias atuais e raríssimas a pouco mais de três décadas de anos.

Finalmente, para completar as noções gerais e teóricas contidas neste capítulo e à guisa de esclarecimento, que em páginas vindouras será interessante conhecermos, damos a divisão dos direitos reais segundo a sua natureza:

Os direitos reais estão divididos em dois grupos:

1) Direitos reais civis;

2) Direitos reais administrativos.

O primeiro grupo é que nos interessa. Os direitos reais civis subdividem-se em:

a) Direitos reais principais ou de uso e gozo;

b) Direitos reais acessórios ou de garantia, ou sejam, penhor, anticrese e a hipoteca.

Os direitos reais principais ou de uso e gozo compreendem o domínio, condomínio, usufruto, uso ou habitação, servidão, enfiteuse, e, sob uma forma especial, o compromisso de venda e compra.

Os nossos juristas ainda não incluíram o compromisso de venda e compra no quadro dos direitos reais, todavia, em face da atual legislação (Dec. lei 58, Decreto n.º 3.079 e Lei 649), o compromisso, sem grande margem de erro, pode perfeitamente figurar entre os direitos reais de uso e gozo, pelo menos como um direito real sui generis.

Fazemos essas considerações, embora sejam do nosso conhecimento estes conceitos de Pontes de Miranda, quando trata da promessa de venda e compra. (Tratado de Direito Predial - Vol. I pág. 137):

"A alusão a direito real nasceu em quase todos os escritores menos espertos, de confusão entre o direito, que se quer adquirir com o contrato, e o direito, que se adquire com o pré-contrato. Põe-se no presente. como se realizado estivesse, o que é apenas fim, "profecia". Real vai ser a transformação, porém não há ainda transformação. Apenas há "germe" de direito real. Ainda não há direito real; há, apenas, a pretensão a ele, que a averbação assegura (= dá eficácia) perante terceiros.

É pretensão à modificação do direito, à constituição do direito real, - não o próprio direito real".

E nós argumentamos:

- Que é isso tudo senão um "direito real sui generis".

Apesar dos conceitos de Pontes de Miranda, vamos encontrar em Serpa Lopes (Tratado dos Registros Públicos, III Volume (1940), pág. 195):

"A situação jurídica resultante da legislação de loteamento, e a que vimos de aludir no n.º 387 supra, modificou-se, no sentido de levar o caráter real desse contrato a um aspecto mais profundo e mais enérgico".

Julgamos interessante, ainda, como nota explicativa, e academicamente, fazer a distinção entre direito real e ônus real.

Ônus real, no seu verdadeiro sentido, significa todo gravame que inserindo à coisa restringe o domínio ou o direito de propriedade. Assim é que, a locação nos termos do artigo 1.197 do Código Civil, direito de escoamento natural das águas, direitos de vizinhança em geral, dívida ativa da Fazenda, etc., constituem ônus reais, porque delimitam o domínio, não obstante não constituírem direito real, propriamente dito, enquanto que direitos reais são os enumerados pelo código e por leis posteriores,

VETADO DISPOSITIVO DO CÓDIGO JUDICIÁRIO SOBRE DESANEXAÇÃO DE OFÍCIOS DA JUSTIÇA

Promulgando a Lei n.º 10.219, de 12-9-68, que institui o Código Judiciário do Estado, houve por bem o Exmo Sr. Governador, Dr. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÊ, vetar alguns de seus dispositivos, dentre os quais se destaca o constante do parágrafo 3.º do artigo 203.º, que determinava a desanexação dos ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais. Dignou-se, por essa forma, o ilustre Chefe do Governo, reconhecer como de todo justas as ponderações feitas pela nossa Associação sobre a inconveniência da manutenção de tal dispositivo em dita lei, - na representação por ela endereçada, na devida oportunidade, ao Exmo. Sr. Secretário da justiça, Dr. Luiz Francisco da Silva Carvalho, redigida nos seguintes termos:

Exmo Sr.

DR. LUIZ FRANCISCO DA SILVA CARVALHO

DD. Secretário da justiça do Estado.

Nesta

A "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO", pelo seu Presidente infra assinado, tem a honra de vir à presença de V. Excia a fim de lhe expor e solicitar o seguinte:

1 - Conforme, por certo, já é de conhecimento de V. Excia. o projeto de lei que institui o Código Judiciário do Estado, já aprovado pela Douta Assembléia Legislativa, determina, no parágrafo 3.º de seu artigo 203.º, a desanexação dos ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

2 - Acontece que esta Associação vem recebendo instantes pedidos dos Serventuários cujos Cartórios se acham ameaçados de mutilação pelo dispositivo aludido, para que interceda junto a V. Excia. no sentido de não permitir que tal medida venha a ser convertida em lei.

3 - Alegam os interessados que aquelas serventias, dentre todas as demais que integram o nosso aparelho judiciário, são as que menor renda proporcionam, levando os seus titulares, em muitos casos, a exercer atividades outras para poderem atender condignamente à sua subsistência, - de tal modo exíguos se revelam os proventos que auferem.

4 - Está claro que, a desanexação prevista no mencionado inciso do Código Judiciário, virá agravar, ainda mais, a situação em que já se encontram os referidos Serventuários, - sem que de tal sacrifício possa resultar qualquer melhoria para os serviços que lhes estão afetos, ou vantagem alguma para o público a que os mesmos se destinam.

5 - Reconhecendo a inteira procedência de tais ponderações, esta Associação não podia deixar de atender ao aflitivo apelo daqueles Serventuários, - razão pela qual toma a liberdade de vir, "data venia", à presença de V. Excia., não só para lhe dar conhecimento delas, como também para lhe solicitar a finesa de seus bons ofícios, no sentido de encarecer, junto ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a necessidade de vetar o dispositivo em apreço, por ser de todo inconveniente aos interesses da Justiça. Certos da atenção que se dignará dispensar à presente, aproveitamo-nos do ensejo

para reiterar a V. Excia. as expressões de nossa elevada consideração e subido apreço,
(a) JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETTO - Presidente

SECRETARIA DA JUSTIÇA

A propósito, ainda, do veto apostado pelo Chefe do Governo a dispositivo do novo Código Judiciário do Estado, que determinava a desanexação de ofícios da Justiça e ao qual nos referimos em outro local deste BOLETIM - recebeu, a nossa Associação, de S. Excia. o Sr. Secretário da Justiça, Dr. JUIZ FRANCISCO DA SILVA CARVALHO, o ofício que temos a satisfação de transcrever a seguir, comunicando ter sido atendida a representação que por ela lhe foi dirigida, solicitando do Governo a adoção daquela medida.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário

São Paulo, 25 de setembro de 1968.

Senhor Presidente:

Em atenção ao ofício, em que a Associação superiormente dirigida por V. S. encarece providências desta Pasta com referência ao § 19, do artigo n.º 203, do projeto de lei que institui o Código judiciário do Estado, cumpra-me informar que a solicitação foi devidamente considerada, tendo sido submetida imediatamente à apreciação do Exmo. Senhor Governador, com parecer favorável à medida, havendo Sua Excelência, por sua vez, através da Mensagem n.º 208, de 12-9-68, apostado veto parcial ao referido dispositivo legal.

Atenciosamente,

(a) Luiz FRANCISCO DA SILVA CARVALHO

Secretário da justiça

Ao Senhor

Dr. Júlio de Oliveira Chagas Neto

M. D. Presidente da Associação dos Serventuários de justiça do Estado de São Paulo CAPITAL".

PODE O SERVIDOR DA JUSTIÇA EXERCER A PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS?

A resposta é pela negativa, conforme se verifica do parecer abaixo transcrito, emitido pelo M.M. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da justiça, Dr. Márcio Martins Bonilha, devidamente aprovado pelo Exmo Sr. Corregedor Geral, Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, - na consulta formulada a respeito pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo:

Senhor Corregedor Geral,

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo, por seu Presidente, solicita informação da Corregedoria Geral sobre a existência de eventual impedimento para o registro, objetivando o exercício da profissão de Corretor de Imóveis, de Servidor da Justiça, em razão do seu cargo ou função.

1 - Parece-me que a consulta pode ser respondida, dada a repercussão da decisão na disciplina do pessoal lotado nos Cartórios não oficializados do Estado, subordinado às normas de orientação desta Corregedoria Geral.

2 - A regulamentação do exercício da profissão de Corretor de Imóveis foi estabelecida pela Lei federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962, cujo artigo 3.º dispõe:

"Não podem ser Corretores de Imóveis:

a) os que não podem ser comerciantes;

b)

c)

d).....

Corretor é o indivíduo que, profissionalmente, participa como mediador entre duas ou mais pessoas, objetivando a efetivação de um contrato ou a realização de um negócio.

É reputado comerciante, porque a lei considera o ato de corretagem como ato de comércio.

3 - Ora, no sistema legal brasileiro, aos proibidos de comerciar, embora capazes juridicamente, pois aceitam, emitem e endossam títulos de crédito, compram, vendem, subscrevem ações e praticam atos de comércio, "lícito não lhes é estabelecerem-se comercialmente ou

comparticiparem, como solidários, de sociedades mercantis. A pena, a que ficam sujeitos, infringindo o preceito, é de ordem administrativa e até penal". (Waldemar Martins Ferreira, em Instituições de Direito Comercial, 1.º volume, ed. Freitas Bastos, 1951, pág. 159/160).

No rol dos impedidos, figuram os funcionários públicos, em virtude de disposição legal, da esfera federal à municipal, dentro das limitações impostas pelo Estatuto respectivo.

Justifica-se a proibição, porque, para a perfeita regularidade do serviço público, a obediência a um regime disciplinar próprio é indeclinável, mesmo porque a submissão às normas relativas a deveres e obrigações inerentes às funções correspondem aos benefícios e direitos estatuídos por outras, dentro do mesmo diploma legal.

Na verdade, os funcionários públicos estão impedidos de comerciar, salvo como acionistas ou sócios comanditários. (De Plácito e Silva, em Noções Práticas de Direito Comercial, ed. Guaíra, 10.ª ed., pág. 82),

4 - Nem se diga que o escrevente não é funcionário público. De há muito vem sendo considerado como tal, em sentido amplo, a ponto de ser admitida a aplicação das regras cabíveis da Consolidação das Leis Referentes aos Funcionários Públicos Civis do Estado - artigo 1.º, parágrafo 1.º, em caráter subsidiário.

De resto, tal qualidade foi proclamada no v. acórdão proferido nos Embargos Infringentes; n.º 120.920, da Capital, pelo Egrégio Tribunal de Alçada, confirmado pelo Pretório Excelso. (José Maria D'Avila, no trabalho publicado pela Associação de Escreventes e Auxiliares de Justiça do Estado).

Assim, se não pode ser corretor quem não tem condições para ser comerciante, seque-se que o escrevente, funcionário público em sentido lato, impedido de exercer o comércio, não pode praticar atos de corretagem.

Em conseqüência, o registro no órgão competente não é admissível, mas não cabe à Corregedoria Geral decidir a questão, como é óbvio, senão transmitir esse entendimento ao interessado e ao Serventuário do Cartório referido, para o devido conhecimento, evitando se ocorrência que possa acarretar medida disciplinar eventualmente aplicável pelo MM. Juiz Corregedor Per manente.

Assim opino, s, m. i.

São Paulo, 15 de julho de 1968.

MÁRCIO MARTINS BONILHA

Juiz Auxiliar

Encaminha-se cópia do parecer. S. P. 17-7-1969.

(a) HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS

CARTÓRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA: UMA ENTIDADE MODELAR

São freqüentes, entre nós, as críticas que se fazem aos órgãos de administração pública, quer exprobrando, em muitos casos, as deficiências do seu aparelhamento, quer invectivando, em outros, a mentalidade burocrática que apregoam dominá-los.

Embora não possamos deixar de reconhecer a procedência, em parte, de semelhantes diatribes, entendemos, entretanto, constituir uma flagrante injustiça a sua generalização, tornando-as extensivas, indistintamente, a todas as nossas Repartições estatais.

Realmente, muitas há que primam e se destacam não só pela excelente organização que possuem, como também pelo notável devotamento ao exercício de suas funções por parte de todos aqueles a quem incumbe a execução dos serviços que elas prestam.

Como exemplo destas, podemos citar, sem favor algum, o Cartório da Corregedoria Geral da justiça, que recentemente tivemos a oportunidade de visitar, graças a atencioso convite com que fomos distinguidos pelo seu dinâmico Escrivão, Sr. EZIO DONATI.

Estruturado em moldes racionais, - conforme nos foi dado observar - constitui esse departamento do nosso aparelho judiciário um verdadeiro modelo de eficiência, isso não obstante o enorme volume de serviço que ali é diariamente atendido, e o número de funcionários que ostenta ser inferior ao reclamado para o seu desempenho.

Tal fato revela, sem sombra de dúvida, a existência, no Cartório em apreço, de urna Chefia segura e autêntica, - dedicadamente coadjuvada por uma coisa equipe de funcionários não apenas competentes, mas, sobretudo, altamente imbuídos de suas responsabilidades funcionais. Para que os nossos leitores possam ter uma idéia da complexidade de suas atribuições e da

presteza com que estas são executadas, estampamos, abaixo, alguns dados que, para tal fim, solicitamos do seu digno e operoso Escrivão.

Antes, porém, de fazê-lo, desejamos testemunhar ao Sr. EZIO DONATI os nossos agradecimentos pela gentileza do convite que nos dirigiu para conhecer de perto a exemplar organização do cartório que dirige, bem como aos seus diligentes auxiliares, pelo esplêndido trabalho que ali vêm realizando em benefício do pronto e correto atendimento a todos quantos recorrem aos seus serviços.

São as seguintes as Seções em que se divide o Cartório da Corregedoria Geral da Justiça.

A - GABINETE DO ESCRIVÃO

(5.ª Pavimento, sala 517)

Tem como assistente do Sr. Escrivão a funcionária Dona Lourdes Riskallah. Os serviços desta Seção compreendem:

- 1.ª) Atendimento público - informações gerais, aproximadamente 45 por dia;
- 2.ª) Movimentação do Quadro de Oficiais de Justiça Auxiliares (231 elementos em exercício até a presente data), abrangendo: informações e orientações; regularização de seus prontuários; anotações nas fichas funcionais (contendo no verso de cada uma, seus antecedentes, já fornecidos pelo D. I.); Livro de Controle da vida funcional dos mesmos, referente às nomeações, exonerações, férias, licenças e faltas: controle das certidões de freqüências e arquivamento nos prontuários;
- 3.ª) Elaboração de caderno de Controle para distribuição e expedição de cédulas de identidade funcionais, aos Cartórios judiciais e Extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado de São Paulo, em média de dez por dia; conferência das mesmas; preenchimento das incompletas, bem como, remessa das mesmas acompanhadas por ofícios às comarcas que as não retiram nesta Corregedoria.

B - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

(5.ª Pavimento, sala 543)

FUNCIONÁRIO: José Euclides Abrahão:

- 1.ª) A disposição do Exmo. Sr. Corregedor Geral da justiça, para executar serviços internos e externos;
- 2.ª) Anuncia em média, para S. Exa., por dia, 5 a 6 pessoas isto é, Srs. Ministros e MM. juízes da Capital e do Interior do Estado.
- 3.ª) Serve também aos MM. juízes Auxiliares da Corregedoria:
- 4.ª) Anuncia diariamente 25 a 30 pessoas, entre funcionários em geral e ao público.
- 5.ª) Auxilia no gabinete do Sr. Escrivão:
- 6.ª) Entrega de processos, internamente, referentes aos ser, viços da Corregedoria Geral.

C - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

(5.ª Pavimento, sala 517)

Américo Stanisci - Chefe dos Oficiais de justiça.

ATRIBUIÇÕES: Faz Diligências;

Executa serviços reservados;

Executa determinações ligadas aos interesses da corregedoria.

D - 2.ª SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA AUXILIAR

Competência: Esta 2.ª Subsecretaria tem por competência controlar a vida funcional de todos os funcionários dos cartórios não oficializados do Estado de São Paulo (interior e Capital), bem como zelar pelo bom andamento da organização dos mesmos.

Possui os seguintes setores:

1 - Arquivo: cuida dos prontuários de todos os funcionários. Entenda-se por prontuário, as pastas onde são cuidadosamente guardadas: a ficha funcional de identificação, as comunicações sobre :início e término de exercício, férias (início e término). licenças gozadas, aplicação de penalidades, promoções, aposentadoria, demissão, exoneração ou falecimento. Há no momento 15.300 prontuários no arquivo, reunindo servidores em exercício, demitidos, aposentados, falecidos ou exonerados. Os prontuários dos servidores que não estão em exercício, encontram-se em um arquivo separado, denominado "Arquivo Geral", de onde retornam caso o servidor volte a exercer função após habilitação regular, ou por ter sido requerida a contagem de tempo de serviço, pelos beneficiários, para percepção de pensão mensal.

2 - Escala de Férias: Há um controle de férias pelas escalas, de todos os servidores, classificadas por comarcas e cartórios. O número de comarcas no Estado atinge hoje a 213, sendo que a

Capital possui 109 cartórios.

3 - Frequência: Pela , Portaria n.º 93/65, de 5-9-1965, foi instituído o atestado de frequência mensal dos servidores, sendo que em 1-11-1966, pela Portaria 92166, passou a ser anual, com a obrigatoriedade do livro ponto. Estes atestados são enviados a esta Corregedoria Geral e arquivados nos prontuários de cada servidor, após o lançamento da frequência na ficha correspondente, pela qual se faz o controle do exercício individual.

4 - Contratos de Trabalho: Os auxiliares de cartório são contratados pelo serventuários, obrigatoriamente, devendo tal contrato ser arquivado nesta Corregedoria Geral, conforme o estabelecido pelo Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931, artigo 21.º, parágrafo primeiro e Portaria 16/53, de 20-10-1953 do Exmo. Corregedor Geral da Justiça.

Nos termos da legislação citada, são enviada 2 vias do contrato a esta Corregedoria Geral que após exame e constada a formalidade legal, uma via é encaminhada ao IPESP, sendo a outra arquivada, iniciando assim, novo prontuário, caso o auxiliar não prestara serviços em outra serventia, em ocasião diferente.

5 - Contagem de tempo de serviço: Este setor cuida do processamento e contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria, provimento de cartório, permuta de serventia, averbação em outra repartição pública, ou licença - prêmio. Em média esta 2.ª Chefia tem recebido 25 pedidos diários, de contagem de tempo de serviço.

Estes pedidos originam se dos interessados, diretamente, ou de outros setores do Poder Judiciário, a saber: da Subsecretária Assistente do Pessoal da Corregedoria Geral ou da Subsecretária Assistente de Pessoas da Secretaria do Tribunal.

A contagem de tempo de serviço se desenvolve em etapas que vão da análise pormenorizada dos documentos apresentados (certidões em geral), da qual resultam as informações (em média de 20 diários) até os despachos concedendo ou negando os pedidos de expedição de certidões. Entremeiam estas etapas as publicações, pela Imprensa Oficial, dos pedidos de complementação de documentos ou de substituições de certidões omissas ou incompletas.

Toda vez que os setores das Subsecretárias Assistentes do Pessoal, quer Corregedoria, quer da Secretaria do Tribunal, fazem revisões em adicionais por tempo de serviço, sexta parte, licença-prêmio, aposentadoria ou para outros fins, em processos que contenham tempo de serviço prestado em cartório não oficializado ou que englobe tempo de serviço de oficial de justiça, anterior à Lei n.º 593, 31-12-1949, os processos são remetidos a esta 2.ª Chefia. Estes processos são reexaminados e informados ao MM Juiz Auxiliar, sobre a comprovação dos exercícios, sendo que este despachará para que sejam tomadas as providências cabíveis.

6 - A publicidade dos atos praticados ou das solicitações feitas se desenvolve por três atividades:

- a) publicação pela Imprensa Oficial dos despachos exarados em processos ou protocolados;
- b) remessa de ofícios (em média 25 diários), prestando informações ou solicitando providências, quer dos Juízos de Direito das Comarcas, quer diretamente aos interessados;
- c) atendimento direto ao público, prestado nesta 2.ª Chefia, sobre todos os assuntos atinentes à vida cartorária em geral, bem como sobre as providências cabíveis diante das pretensões individuais.

7 - Fichário de Leis e Provimentos: Esta 2.ª Chefia mantém um fichário atualizado das leis e provimentos, principalmente do interesses dos cartórios extrajudiciais, para o atendimento dos pedidos ou fundamentação das informações solicitadas. Além disso, por iniciativa do Sr. Escrivão, foi providenciado a impressão dos provimentos de maior importância, para distribuição a todas as comarcas do Estado, bem como a todos os interessados.

8. Processamento do serviço: Os pedidos de contagem de tempo e os protocolados, são recebidos pela Chefia da Seção, e cronologicamente preparados para despacho sendo distribuídos aos setores especializados , para as informações necessárias. Posteriormente são submetidos à consideração do Sr. Escrivão que despachará os de sua competência, encaminhando os demais à apreciação dos MM juízes Auxiliares, através dos quais chegarão ao Exmo Sr. Corregedor Geral da Justiça.

Esta Subsecretária está sob a Chefia de Presciliana Rodrigues; Rhormes, tendo como funcionários: Maria Amélia de Carvalho, Therezinha de Jesus Garcia Linamari Munhoz Monteiro, Maria Teresa Ceragoli, Rafael Dória, Jorge Antonio Conti Cintra, Alexandre Ruy Greco, José Domingos de Mello e Décio Bissaco.

E - SUBSECRETÁRIA AUXILIAR JUDICIÁRIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA (SSAJ)

SETORES:

TOTAIS DIÁRIOS
(Média)

LICENÇAS DIVERSAS:.....	6
(Cuida este setor da expedição de licenças em geral, de interesses particulares, bem como para tratamento de saúde e afastamentos dos Servidores dos Cartórios não oficializados do Estado e Capital. Preparo das informações referentes aos autos a serem submetidos à apreciação do MM. juiz Auxiliar para o devido despacho. Verificação diária nos prontuários da 2.ª Chefia da SSAA, referentes a penalidades aplicadas aos Serventuários quando os mesmos solicitam licença, todos os atos são comunicados posteriormente à referida 2.ª Chefia da SSAA para registro de mostruários. Controle diário pelo D.O., das publicações e atos expedidos sobre concessão de licenças. Fiscalização nos processos referentes ao prazo estipulado, para regularização de exigências contidas em despacho. Atualização rigorosa no fichário).	
HABILITAÇÃO DE ESCRIVENTE:.....	6
(Exame minucioso dos autos de habilitações de escreventes, referentes a documentação costumeira de natureza cível e militar. Após a homologação e publicação pelo D.O., comunicação por memorando à 2.ª Chefia da SSAA, referente a nomeação e exoneração de escreventes. Ofícios diários à Secretaria da Justiça encaminhando fixação de vencimentos e portarias de nomeações dos referidos escreventes. Fichar integralmente os processos e fiscalizar os prazos estipulados para regularização de exigências contidas nos despachos. Atendimento diário de pedidos da 2.ª Chefia da SSAA, referente à remessa de processos de habilitações para fim de expedição de certidão de tempo de serviço).	
SETORES:	TOTAIS DIÁRIOS (Média)
EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS	40
(Incumbe-se o mencionado setor da expedição de ofícios em geral, datilografia dos Provimentos, Portarias, Editais, compromissos prestados por Serventuários e Escrivães; de Cartórios oficializados e não oficializados, assim como comunicações que devem ser levadas à Imprensa Oficial para publicação).	
PROCESSOS AUTUADOS.....	12
(Cabe ao mencionado setor o registro de despachos, pareceres e anotações de processos expedidos e recebidos. Compete ainda ao mencionado setor, o controle das requisições e gastos das verbas utilizadas em Correições Gerais, elaborando as devidas prestações de contas junto à Contabilidade do Tribunal de justiça. Livro-Tombo, controle de todos os bens móveis da Corregedoria. Registros dos despachos nos processos a serem arquivados).	
INFORMAÇÕES SOBRE PROVIMENTO, PORTARIAS, LEIS, DECRETOS E ORGANIZAÇÃO DE FICHÁRIO	15
(Organização geral do fichário, destinado às leis. Decretos, Portarias, Provimentos, Projeto de Lei e Comunicações diversas, de interesses atinentes a Corregedoria e ao E. Tribunal de justiça. Este setor também cuida da organização dos livros de Portarias e Provimentos em geral).	
COMPROMISSOS PRESTADOS POR SERVENTUÁRIOS.....	3
IMPrensa (PUBLICAÇÕES).....	15
OFÍCIOS ENTREGUES EM MÃOS, COM CARGA, PELO OFICIAL DE JUSTIÇA..	13
SETORES:	TOTAIS DIÁRIOS (Média)
INTIMAÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS (PESSOAIS), PELO OFICIAL DE JUSTIÇA.....	5
OFÍCIOS ENVIADOS PELO CORREIO.....	25
EXPEDIÇÃO E RECEBIMENTO DE PRECATÓRIAS, CERTIDÕES E NOTIFICAÇÕES DE ORDEM CRIMINAL E CÍVEL (PRECATÓRIAS CÍVEIS ENVIADAS PELAS COMARCAS DO INTERIOR).	
DISCRIMINAÇÕES;	
1.ª DISTRIBUIDOR CÍVEL - Acidentes do Trabalho.....	40
DISTRIBUIDOR CÍVEL DE 1.ª INSTÂNCIA.....	30
(PRECATÓRIAS CRIMINAIS ENVIADAS PELAS COMARCAS DO INTERIOR)	
DISCRIMINAÇÕES:	
1.ª DISTRIBUIDOR CRIMINAL	30
2.ª DISTRIBUIDOR CRIMINAL	30
PRECATÓRIAS CUMPRIDAS E DEVOLVIDAS AS VARAS DE ORIGEM.....	10

CERTIDÕES REQUISITADAS PELA CASA DE DETENÇÃO.....	50
CERTIDÕES REQUISITADAS PELO INST. PENAS (DIR).....	60
CERTIDÕES ENTREGUES DIARIAMENTE AOS CARTÓRIOS.....	100
(O mencionado setor está incumbido do controle e recebimento de toda a correspondência expedida e recebida, referente às comarcas de todo o Estado e também oriundas de outras regiões do País, abrangendo os assuntos de ordem cível e criminal).	
PROTOCOLADOS DOS CARTÓRIOS OFICIALIZADOS (SAP).....	80
(Cuida este setor da vida funcional de todos os Servidores de Cartórios Oficializados do Interior e da Capital, bem como lotações, relotações, classificações, abonações etc...)	
SETORES:	TOTAIS DIÁRIOS
(Média)	
PETIÇÕES RECEBIDAS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS	
AS VARAS DISTRITAIS (9 VARAS).....	235
ORGANIZAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS.....	5
(Cuida este setor da organização e revisão geral de todos os processos a serem arquivados bem como o controle da localização dos mesmos nas diversas dependências Controle de todo o material de expediente da seção e registro na fiscalização dos bens patrimoniais pertencentes à E. Corregedoria Geral da justiça).	
PROTOCOLADOS DO LIVRO PRÓPRIO DA CORREGEDORIA.....	100
(Registro de petições múltiplas nas suas tarefas, atuando e executando as seguintes modalidades de serviços:	
a) SINDICÂNCIA: feita nos Cartórios oficializados e não oficializados da Capital e do Interior, bem como das Varas DISTRITAIS no que tange ao pessoal cartorário;	
b) REPRESENTAÇÃO:	
c) RECLAMAÇÃO:	
d) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS:	
e) RECURSOS:	
f) ASSUNTOS GERAIS:	
g) SOLICITAÇÃO:	
h) DUVIDAS E CONSULTAS:	
i) CORREIÇÕES GERAIS, PERIÓDICAS E EXTRAORDINÁRIAS.	
Todos os setores acima relacionados, têm a supervisão direta do Sr. Escrivão desta E. Corregedoria Geral da Justiça, Sr. EZIO DONATI, para o qual é diariamente remetido o expediente a ser despachado pelo Exmo. Sr. Dr. Desembargador Corregedor Geral da justiça e pelos MM. Juizes Auxiliares.	
RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUBSECRETARIA AUXILIAR JUDICIÁRIA	
(Sala 535)	
Maria Thereza Cruz Amaral Sanchez, Francisca Lotufo, Maria Aparecida de Mattos Pulice, Maria Cecília Furquim de Almeida, Marietta Stella Egydio de Sá, Irahya Blanco Pereira, Iracema Barbosa Lima, Maria Aparecida Barros Braga Fonseca (Comissionada), Zélia Helena Nogueira de França, Aparecida Maria Hernandez (licenciada), Neidy Camargo, Orestes Blasi Júnior, Vanderley Tadeu de Azevedo Sillos, Líster de Azevedo Marques, Olivio Bartocco, Luiz Carlos Arias, Paulo Sérgio Goulart, Olavo de Noronha, Amaury Queiroz de Moraes, Antenor de Paula, Maria Stella Carmilo do Amaral (Comissionada), João Genovesi Adriano Ordine, Elizabeth Vietas.	
O.F.T.	

USO DA MICROFILMAGEM, PELOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Tendo os Srs. Oficiais de Registro de Títulos e Documentos desta Capital representado ao MM. juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, Dr. Antônio Macedo de Campos, no sentido de serem autorizados a adotar o uso de microfilmes no serviço dos Cartórios a seu cargo, - estampamos, abaixo, a decisão proferida a respeito por aquele Magistrado, bem como o parecer pelo qual o M.M. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, com a aprovação do Exmo Sr. Corregedor Geral, Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, referendou os termos da decisão aludida:

"Os Senhores Oficiais de Registro de Títulos e Documentos desta Capital representaram a esta Corregedoria no sentido de uniformização dos serviços a seus cargos no que tange ao uso de microfilme.

Manifestou-se o doutor Curador de Registros Públicos aventando a hipótese de haver dificuldade de caráter econômico para as partes interessadas no registro falando logo após os Oficiais de Registro.

É o relatório.

A adoção do sistema em si, já conta com cerca de dez anos, introduzida que foi pelo Quarto Registro de Títulos, em 1958, tendo sido na ocasião aprovado pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

O que pretendem, pois, os representantes é o reconhecimento definitivo da validade das praxes já adotadas e das modificações propostas.

A lei de Registros Públicos em seu artigo 150 patenteia que o registro integral consistirá na transcrição completa dos mesmos (referindo-se a documentos) com a mesma ortografia e pontuação, com referência às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, às alterações, aos defeitos e vícios que tiver o original apresentado, e bem assim com menção precisa aos seus característicos exteriores, às formalidades legais, à qualidade e importância do selo pago, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita pela mesma forma em que estiverem escritos, se o interessado quiser".

Por outro lado o § 1.º do art. 168 do R.R.P. preconiza que o apresentante do título para registro integral poderá, também, deixá-lo arquivado em cartório, ou a sua fotografia, autenticada pelo Oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões".

O vocábulo "transcrição" significa "ato ou efeito de transcrever; trecho transcrito; cópia; redução de um sistema de escrita a outro, do latim, Transcripto" (Dicionário Brasileiro Contemporâneo, Editara Globo - 1967).

Do simples conceito obtido através da interpretação da palavra resulta ser o microfilme o melhor e mais perfeito método de se copiar ou registrar documentos, pois só a fotografia é capaz de captar todo o conteúdo material e até mesmo formal dos documentos, circunstância essa que a descrição interpretativa tradicional não consegue.

Os atos propostos na representação de fls. pelos Senhores Oficiais dos cartórios de Registro de Títulos e Documentos não eliminam qualquer dos livros previstos em lei e nem suprimem a prática de atos e processos considerados obrigatórios, dando o primeiro passo para que os sistemas cartorários vigentes, de maneira geral, no país, sofram uma reestruturação de fundo, abandonando o sistema ainda medieval do manuscrito e a prática já secular da máquina de escrever.

A transcrição fotográfica, mais perfeita, passará a fazer parte integrante do registro, conforme será declarada em livro e assim sendo não há qualquer inconveniente, mas, vantagem no sistema proposto.

No que tange à dúvida, muito bem suscitada pelo digno Curador de Registros Públicos sobre o custo para as partes, do serviço, fica esclarecido que não poderá importar em qualquer acréscimo ou taxa extra, devendo continuar a cobrança das custas nos termos da tabela "L" da lei n.º 9.531, para registro integral.

Aliás, esta Corregedoria não poderia mesmo de qualquer forma autorizar aumento de custas o que, a bem da verdade, não foi pleiteado pelos dignos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos.

Aprovo pois as sugestões constantes da representação de fls. 2/3, com as determinações constantes desta decisão, sob censura da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, para onde deverão ser remetidos os autos, solicitando-se com o devido respeito, oportuna devolução.

São Paulo, 13 de maio de 1968.

ANTÔNIO MACEDO, DE CAMPOS"

Juiz de Direito

PARECER DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

"Senhor Corregedor Geral da Justiça.

O MM. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, na qualidade de Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, submete à apreciação de V.

Exa. a r. decisão de fls. 8/10, relativamente à introdução do sistema de microfilmagem, para modernização dos serviços cartorários.

Parece-me que a questão comporta, "data vênua", as seguintes observações:

1 - O registro do instrumento particular tem por objetivo não só impedir a antedata do contrato, evidenciando a prioridade, mas produzir publicidade.

Não afeta o objeto da relação jurídica e não constitui modalidade de cadastro da propriedade móvel, mas é inegável que produz efeitos "erga omnes", Suscetíveis de variar em função dos contratos consistentes em uma prestação meramente pessoal e dos que envolvem coisa ou direito pessoal. (M.M.; Serpa Lopes, em Tratado dos Registros Públicos, vol. II, 4.ª ed., 1960, pág. 58).

2 - No sistema do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, duas são as formas de transcrição no Registro de Títulos e Documentos: a integral e a resumida. (artigos 150 e 151). Na primeira, a reprodução integral do documento decorre de expressa exigência legal; na segunda, os requisitos indispensáveis ao registro estão enumerados no artigo 151 do citado diploma legal.

Os títulos, documentos e papéis mencionados no art. 134 do referido Regulamento devem ser transcritos integralmente, de modo completo, salvo as hipóteses previstas no artigo 170 do aludido Decreto, após anotação no Protocolo, observadas as disposições dos artigos 154 e 155 do R.R.P.

3 - A luz desses princípios, verifica-se que a sugestão acolhida pelo MM. juiz Corregedor Permanente não irá eliminar a escrituração obrigatória dos livros do Cartório, mas a reprodução do documento submetido a registro no Livro B (art. 140.º do R.R.P.) deixará de ser efetuada de modo integral nesse Livro, com utilização do sistema de escrituração suscinta ajustado com o uso da microfilmagem.

Assim, dentro do espírito da lei, face à menção expressa de que a cópia autêntica do documento, em microfilme, permanecerá arquivada em Cartório, a transcrição fotográfica passará a fazer parte integrante do registro.

A medida preconizada constitui um passo à frente na inovação introduzida em 1958, (proc. 16.408, pág. 14) e conta, atualmente, com amparo da Lei 5.433, de 83-1968.

Com efeito, a lei federal citada autorizou expressamente a microfilmagem, de documentos particulares e oficiais arquivados, prevendo que "os microfilmes de que trata esta lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes, produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dele" (parágrafo 1.º do artigo 1.º).

Aliás, o próprio Regulamento dos Registros Públicos previu que "o apresentante do título para registro integral poderá, também, deixá-lo arquivado em cartório, ou a sua fotografia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões- (art. 168, § 1.º).

Assim, o sistema preconizado poderá ser aplicado, em caráter facultativo, com as seguintes recomendações, além das referidas na proposição inicial:

a) Os filmes negativos resultantes da microfilmagem devem permanecer arquivados em Cartório, com as cautelas necessárias;

b) Para evitar omissão relativamente à ocorrência de averbação, as certidões ou traslados correspondentes aos documentos microfilmados, que poderão ser fornecidas através de ampliação do microfilme, reprodução pelo processo "Xerox" ou datilografadas, farão menção expressa de verificação a respeito, com o rigor indispensável;

c) Caberá ao interessado decidir sobre a forma de certidão que mais lhe convenha;

d) Enquanto o ato não for previsto no Regimento de Custas, a microfilmagem não poderá ser cobrada das partes. Somente os emolumentos previstos para registro integral na Tabela "L" da Lei n.º 9.531/66 (fls. 13) poderão ser exigidos.

Em consequência, proponho que, aprovada a deliberação do MM. juiz Corregedor Permanente, seja encaminhada cópia deste parecer, se adotado, providenciando-se a devolução dos autos n.º 72/68, ao r. juízo interessado.

Assim opinou, s. m. j.

São Paulo, 22 de agosto de 1968.

(a) MÁRCIO MARTINS BONILHA

Juiz Auxiliar

Aprovo o parecer do Dr. Juiz Auxiliar. Devolva-se o processo. São Paulo 2-9-1968.

(a) HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS"

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PARECER DE SUA PROCURADORIA REGIONAL SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISTOS NA
LEGISLAÇÃO REFERENTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Por solicitação da Superintendência Regional em São Paulo do Instituto Nacional de Previdência Social, estampamos, abaixo, o Parecer emitido pela Procuradoria Regional do mesmo Instituto, acerca do trabalho intitulado "OBSERVAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS RELATIVOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL", da autoria do nosso Redator Sr. Oscar Fontes Torres, publicado em o n.º 82 deste "Boletim", correspondente ao último semestre de 1967.

Esse trabalho, elaborado a pedido do Sr. Presidente da Associação para ser distribuído, por meio de Circular, entre os nossos colegas, a fim de lhes facilitar o estudo das exigências relativas a tais documentos, - foi submetido, antes de sua publicação, à apreciação da Superintendência aludida, a título de colaboração prestada pela nossa entidade na difusão das disposições legais que regem a matéria em apreço.

Justifica-se, assim, o fato daquela Superintendência ter encaminhado agora, à Associação, o pronunciamento a respeito da ilustrada Procuradoria Regional em São Paulo do referido Instituto, - documento esse ao qual temos a satisfação de dar publicidade para conhecimento de nossos prezados colegas.

"INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

SPRP - Gabinete do Procurador Reg. Adj. de Consultoria, em 1.º/3/1968.

REF.: NS.º 21-02/835/22-12-67 a 21-00-2.

PARECER N.º 21-36/68

O "Certificado de Regularidade de Situação" é exigível dos trabalhadores autônomos.

O "Certificado de Quitação" deve ser apresentado na primeira transação qualquer que seja a sua forma, realizada com prédio ou unidade imobiliária cuja construção foi terminada na vigência do Decreto-lei n.º 66/66.

Assunto:

A prova de que se trata de construção terminada antes da vigência do Decreto-lei n.º 66/66 pode ser feita pela averbação no registro de imóveis, pelo "habite-se" ou documento equivalente ou por qualquer documentação devidamente legalizada que demonstre, de maneira inequívoca, a data exata da conclusão da obra.

1 - O Sr. Coordenador Adjunto da Arrecadação solicita seja examinado por esta Procuradoria o texto de circular a ser expedida pela Associação dos Serventuários do Estado de São Paulo aos seus associados, para cumprimento do disposto nos arts. 141 e 142, da LOPS, na redação dada pelo art. 25.º do Decreto-lei n.º 66, de 21/11/66.

2 - Trata-se das exigências que devem fazer os serventuários, para a prática regular de atos previstos nos citados dispositivos, exigências essas destinadas a comprovar a observância da legislação de previdência social por determinados participantes daqueles atos.

A matéria está disciplinada pela LOPS e pelo Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967, e diz respeito à apresentação dos Certificados de Matrícula, Regularidade de Situação e Quitação e dos Alvarás de Outorga de Contrato, documentos expedidos pelo INPS.

4 - A mencionada circular contém, na sua maior parte, simples reprodução analítica dos dispositivos legais pertinentes ao assunto. Assim, por envolver mera exposição das normas vigentes, a quase totalidade desse trabalho não comporta restrições ou observações explicativas.

5 - Limitando-nos, portanto, a apreciar os poucos assuntos que foram objeto, na citada circular, de interpretação dos preceitos legais, vamos restringir-nos ao exame destas questões:

a) Quais as pessoas sujeitas à apresentação do "Certificado de Regularidade de Situação"?

b) Quais as operações realizadas pela primeira vez, com prédio ou unidade imobiliária cuja construção foi ultimada na vigência do Decreto-lei n.º 66/66, que exigem a apresentação do "Certificado de Quitação"?

c) Qual a prova, na falta de averbação do prédio ou unidade imobiliária no registro competente, que se trata de construção ultimada antes da vigência do Decreto-lei n.º 66/66?

6 - A legislação de previdência instituiu fiscalização indireta do pagamento de contribuições ao

Instituto, mediante exigência, para a prática de inúmeros atos, de certos documentos mencionados na LOPS e no Decreto n.º 60.368, de 11/3/67. O critério geral, portanto, para se saber, em qualquer das operações legalmente previstas, quem está sujeito à apresentação do documento expedido pelo INPS, consiste em verificar quem tem responsabilidade pelo recolhimento das contribuições de previdência.

7 - Com base nesse pressuposto o art. 2.º do Decreto n.º 60.368/67, ao tratar dos casos em que deve ser apresentado o "Certificado de Regularidade de Situação", diz que ele "será obrigatoriamente exigido das empresas e, quando for o caso, de pessoas a elas equiparadas".

8 - A citada circular, a nosso ver, entendeu acertadamente que esse documento deverá ser exibido não apenas pelas empresas, mas também pelos trabalhadores autônomos, que seriam pessoas equiparadas às empresas, por serem responsáveis, como estas, pelo recolhimento de contribuições ao INPS. Concordamos, assim, com a interpretação exposta no item 6 da circular em referência, que encontra expresso apoio no art., 184, § 1.º, do Decreto n.º 60.501, de 14/3/67.

9 - Salienta, depois, o documento ora examinado que existe hipótese excepcional, em que a legislação impõe a exigência de apresentar "Certificado de Quitação" a pessoas que não são diretamente responsáveis pelo recolhimento de contribuições ao Instituto. Realmente essa obrigação também é estabelecida para toda pessoa física, embora sem qualquer vinculação com a previdência social, que realizar primeira operação com prédio ou unidade imobiliária de sua propriedade e cuja construção tenha sido ultimada na vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21/11/66. Entretanto, ao examinar os dispositivos regulamentares que tratam do assunto (arts. 7.º e 8.º do Decreto n.º 60.368/67), a circular em apreço faz a seguinte restrição:

"15 - Abrangerá, todavia, semelhante exigência, a todas e quaisquer operações que pela primeira vez sejam realizadas? Entendemos que não, pois o artigo 141, n.º II, parágrafo 4.º, da lei em apreço, é expresso na indicação de sua natureza, a saber:

a) promessa de venda; b) compra e venda;

c) cessão e transferência de direitos aquisitivos; e

d) promessa de cessão e transferência de direitos aquisitivos.

16 - Aquela nossa indagação tem, aliás, a sua razão de ser, por isso que, o Decreto n.º 60.368 conforme se verifica da letra "e" de seu artigo 4.º estende a exigência, praticamente, a todas as operações ao adiantar que não importa a forma de que elas se revistam. Isso nos faz supor que tal expressão foi introduzida no citado dispositivo talvez por inadvertência - pois é sabido que o regulamento de uma lei não lhe pode atribuir extensão maior do que a fixada em seus expressos termos".

10 - As observações transcritas estão aparentemente apoiadas na elementar verdade jurídica de que as normas regulamentares somente são traçadas para disciplinar a execução da lei e não podem ultrapassar-lhes os exatos limites. A sua fundamentação encontraria amparo nestas palavras esclarecedoras de Pontes de Miranda:

"Se o regulamento cria direitos ou obrigações novas, estranhas à lei, ou faz reviverem direitos ou obrigações que a lei apagou, é inconstitucional. Por exemplo: se faz exemplificativo o que é taxativo, ou vice-versa. Tão-pouco pode ele restringir, modificar ou ampliar direitos ou obrigações, Não pode facultar o que na lei se proíbe, nem lhe procurar exceções à proibição, salvo se estão implícitas. Nem ordenar o que a lei não ordena".

.....
O regulamento é uma proposta de interpretação ou um conjunto de normas de direito formal administrativo. Nenhum princípio novo, ou diferente, de direito material se lhe pode introduzir- (Comentários à Constituição - 1947, vol. II, pág. 138).

11 - Mas, estaria realmente exorbitando o art. 4.º, letra "e", do Decreto n.º 60.368/67, quando impõe a exibição do "Certificado de Quitação" para a primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária, seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada na vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966? Estaria evitado do mesmo excesso o art. 7.º do citado Decreto 60.368/67, quando estende a exigência do "Certificado de Quitação" aos casos de instituição de bem de família, constituição de renda e instituição de habitação?

12 - A análise cuidadosa da norma traçada pelo art. 141 da LOPS, na sua atual redação, para as primeiras operações realizadas com prédios ou unidades imobiliárias cuja construção foi terminada antes da vigência do Decreto-lei n.º 66/66, demonstra serem estes os objetivos

visados pelo legislador:

- a) dispensar da exigência de "Certificada de Quitação" os proprietários de imóveis concluídos antes de haver texto legal criando a responsabilidade solidária dos proprietários com os construtores pelo pagamento das contribuições devidas à previdência social;
- b) impor aos proprietários, a partir da vigência do Decreto-lei n.º 66/66, a mencionada obrigação solidária, uma vez que eles já estão armados de recursos legais para tornar efetiva a fiscalização do pagamento das contribuições destinadas ao Instituto, pois, assiste-lhes o direito de retenção das importâncias devidas aos construtores para garantia do cumprimento, por estes, dos encargos referentes à previdência social (art. 79.º, item IV, da LOPS, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 66/66);
- c) incluir na mesma obrigação solidária imposta aos proprietários, todos os encargos normalmente atribuídos às empresas vinculadas à previdência social, de maneira que tais proprietários necessitem provar, na primeira operação realizada com os prédios ou unidades imobiliárias de construção concluída na vigência do Decreto-lei n.º 66/66, que foram pagas as contribuições devidas ao INPS.

13 - A conclusão de que existe essa obrigação dos proprietários apenas nas operações mencionadas no art. 141.º, § 4.º, da LOPS, não pode prevalecer. Nenhuma justificativa se encontra, por exemplo, para a pretendida dispensa do "Certificado de Quitação" na primeira operação dos imóveis de construção terminada na vigência do Decreto-lei n.º 66/66. Aceitar aquela conclusão restritiva acima exposta será deixar porta aberta para burlas facilmente efetivadas. A dispensa da mencionada prova em considerável número de operações constitui medida de flagrante oposição ao sistema de fiscalização indireta criado pela LOPS. Daí a validade da afirmativa de que a relação constante do art. 141, § 4.º, da LOPS, pela própria maneira por que está redigida, não apresenta as características de enumeração taxativa. Em consequência, deve-se considerar inteiramente legítima a orientação adotada pelo art. 4.º, letra "c", do Decreto n.º 60.368/67, quando evidenciada a necessidade do "Certificado de Quitação" para a 'primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária, seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada após a vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.. A legitimidade dessa norma regulamentar decorre do fato de se tratar de simples integração de certas transações no sistema geral de fiscalização indireta criado pela legislação vigente. E se alguma dúvida pudesse ser levantada sobre o acerto da orientação adotada pelo Decreto n.º 60.368/67 iríamos encontrar sua integral justificativa nestas palavras de Caio Tácito:

"O regulamento não se confina à reprodução mais desenvolvida dos textos legais, Dentro do quadro traçado pelo legislador, é lícito ao Executivo editar normas autônomas, desde que não contraditem, nem desmereçam aos preceitos de maior hierarquia. Os regulamentos também participam, embora secundariamente, da função legislativa, podendo disciplinar matéria que não se projete no campo de incidência obrigatória da lei.

.....

"Não é inconstitucional, mesmo nos países contrários à delegação de poderes, a participação do executivo na criação do direito objetivo. Regulamentar não é somente reproduzir, analiticamente, a lei, mas amplia-la, segundo o seu espírito e o seu conteúdo".
(Revista de Direito Administrativo, vol. 34/3).

Quanto à prova de haver a construção sido concluída antes da vigência do Decreto-lei n.º 66/66, parece-nos pertinentes as seguintes considerações:

- a) existindo averbação, efetuada no devido tempo, no registro de imóveis competente, nenhuma dúvida poderá surgir sobre a data do término da construção;
- b) na falta de averbação, a prova será feita pela data do "habite-se" ou documento equivalente expedido pela Prefeitura Municipal;
- c) não havendo qualquer desses elementos, como acontece freqüentemente com prédios construídos nas zonas rurais, poderão ser exibidos, para o necessário exame, contratos de construção, recibos de pagamentos de operários, faturas de compras de material aplicado na obra, certidões de declaração da propriedade nas repartições públicas, recibos de impostos, enfim, documentos devidamente legalizados que indiquem, sem dúvida possível, a época exata em que a construção foi terminada,

Não é admissível orientação rígida na exigência de tais provas. Devem ser aceitas quaisquer

provas em direito permitidas a fim de serem evitadas imposições injustas. Firmada a convicção sobre a data em que foi ultimada a construção, de acordo com a documentação exibida, não, se justificará impugnação à prova regularmente produzida, sob pretexto de omissão de certas formalidades, sem relação direta com o verdadeiro valor dos documentos apresentados. É necessário ter em conta que as provas se referem a uma época em que nenhum texto legal atribuía encargos aos proprietários que não estivessem munidos de documentos comprobatórios da data exata do término de sua construção. Isso basta para afastar qualquer critério rigoroso na seleção das provas exigidas.

15 - Baseado no exposto, manifestamo-nos de acordo com o texto da circular em referência, observadas as poucas ressalvas feitas acima. E ao reiterarmos a necessidade de ser cumprido o disposto nos arts. 4.º, letra "e" e 7.º do Decreto n.º 60.368/67, lembramos ainda que a nenhuma autoridade administrativa é facultado negar aplicação a um preceito regulamentar por iniciativa própria, sob o fundamento de que ele não se harmoniza com a lei regulamentada. Na espécie, trata-se de critério interpretativo suscetível de correção na própria esfera administrativa e que não pode ser seguido senão depois de modificado o dispositivo regulamentar ou de proclamada judicialmente a sua ilegitimidade.

16 - Ao Sr. Procurador Regional Adjunto de Consultoria,

(a) HERNAM DE CAMARGO VIANNA"

Procurador

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE: Desembargador Mareio Martins Ferreira,

VICE-PRESIDENTE: Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida.

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA: Desembargador Hildebrando

Dantas de Freitas.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PRESIDENTE: Desembargador Mareio Martins Ferreira.

VICE-PRESIDENTE: Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida.

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA: Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CORREGEDOR GERAL: Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas.

JUIZES AUXILIARES: Dr. Tito de Oliveira Hesketh e Dr. Márcio Martins Bonilha.

ESCRIVÃO: Snr. Ezio Donati.

FORO EXTRA JUDICIAL

CORREGEDORIA PERMANENTE:

JUIZ CORREGEDOR: Dr. Antônio Macedo, de Campos.

CURADOR DE REGISTROS: Dr. Nicolau Zarif.

ESCRIVÃ: Dirce Alves de Lima dos Santos.

VARAS DISTRITAIS DA CAPITAL

Damos, abaixo, a relação das Varas Distritais desta Capital, criadas pela Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, já todas instaladas e funcionando a pleno rendimento, bem como os endereços de suas respectivas sedes e os nomes do M. M. juiz e Escrivão de cada qual, a saber:

1.ª - SANTO AMARO

Instalação: - 28-6-1966.

End.: - Rua Santo Antônio, 208 - fone: 267-8575.

Juiz: - Dr. Carlos Aberto Ortiz - Residência: Rua General Osório, 1042

- A. B. Vista - Santo Amaro - Fone: 267-8575.

Escrivão: - Lygia Salles Teixeira (resp. p/exp.).

2.ª - SÃO MIGUEL PAULISTA

Instalação: - 26-4-1966. End.: - Rua Beraldo Marcondes, 5 - Fone: - 29.

Juiz: - Dr. Tito de Oliveira Hesketh - Residência - Rua Traipu, 352 - Perdizes -

Fone: 52-3975 - sujeito a confirmação. Escrivão: - José Maria Rúbio.

3.ª - ITAQUERA

Instalação: - 103-1965.

End.: - Rua Nossa Senhora do Carmo, 9 - Fone:

Juiz: - Dr. Michael Peter Reinach - Residência - Alameda Franca, 853 - Apt. 82.

Escrivão: - Jurandyr de Carvalho.

4.^a - SANTANA

Instalação: - 8-12-1966.

End.: - Rua Alfredo Pujol, 72 - Fone: 298-4127

extensão do Cartório R. C. P. Naturais.

Juiz: - Dr. Lair da Silva Loureiro - Residência - Rua Aracati, 133 - Penha -

Fone: 93-2805 - Residência dos pais. Escrivão: - Paulo Chaves (resp. p/exp.).

5.^a - LAPA

Instalação: - 20-3-1965. (Pirituba extinta - Pertence a Lapa).

End.: - Rua Nossa Senhora da Lapa, 427 - Fone: 5-0631

Banco Itaú, chamam - Recado também no C. R. C. P.

Naturais-I quadra de distância - Fone: 260-0848.

Juiz: - Dr. Renato Salles Abreu - Residência - Rua Sertãozinho, 82-A -

Fone: 282-3111. Escrivão: - Gino Martinelli.

6.^a - PINHEIROS - Criada pela Lei n.º 10.027, de 11-1-1968.

Instalação:

End.: - Rua Butantã, 240 - Fone:

Juiz: - Dr. Antônio Flávio Rezende - Residência Av. Moacir, 556 - Indianópolis.

Escrivão: - Emília Motta Cerqueira Leite (resp. p/exp.).

7.^a - PENHA DE FRANÇA

Instalação: - 30-8-1966.

End.: - Rua Capitão Avelino Carneiro, 307-311 - Edifício São João - Fone:

Juiz: - Dr. Geraldo Gomes - Residência: - Rua Loureiro

Cruz, 245 Fone: 70-2338 - Recado.

Escrivão: - Lúcia Pinto Freire.

8.^a - TATUAPÉ Instalação: - 12-10-1967.

End.: Rua Arthur de Mendonça, 202/206 - Fone:

Juiz: Dr. João Penido Burnier Júnior - Residência Rua Safira, 340 - Aclimação.

Escrivão: - João Carlos Franco da Silveira (resp. p/exp.).

9.^a - VILA MARIA

Instalação: - 12-12-1967. End.: - Rua Palmira, 659, 1.º andar -

Fone: 92-9056, este telefone pertence a Loja do andar inferior - chamam.

Juiz: - Dr. Paulo Vergílio Bueno Magano -

Residência Rua Martiniano de Carvalho, 574 - Fone: 31-3147.

Escrivão: - Oswaldo Carnaes (resp. p/exp.).

10.^a - CASA VERDE

Instalação: - 173-1965.

End.: - Rua João Rudge, 351 - Fone:

Juiz: - Dr. José Alberto Weiss de Andrade -

Residência - Rua Albino Barbosa, 3 -

Fone: 52-1737 - Recado. Escrivão: - Derrneval Soares da Silva Filho (resp. p/exp.).

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

AGRAVO DE PETIÇÃO DJ-167 933 - SÃO ROQUE AGVTE.: EISHITI FUKAMI.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 167.933, da comarca de São Roque, em que é agravante Eishiti Fukami e agravado o oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

I - Cuida-se da dúvida oposta pelo Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de São Roque à transcrição da escritura de compra e venda de imóvel rural, desmembrado de área maior, na qual figuram como outorgantes vendedores Takashi Malcudá e sua mulher e como outorgante comprador Eishiti Fukami, com fundamento na inobservância do disposto no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966.

II - A escritura de compra e venda do imóvel, cujo registro é questionado, foi lavrada em 30 de dezembro de 1966, portanto em data anterior à prevista no artigo 22.º da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, não se deparando, em consequência, com o denominado "certificado de cadastro", circunstância que torna impossível a aplicação do disposto no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, regulamentado pelo Decreto n.º 59.900, de 30 de dezembro de 1966.

Com efeito, se a entrega do "certificado de cadastro" somente poderia ocorrer após o pagamento do imposto por parte dos proprietários de imóveis rurais, cuja cobrança passou a ser exigida em janeiro de 1967, impossível seria ao interessado na transcrição na hipótese, providenciar o documento quando da lavratura do ato de alienação do imóvel, daí não resultando ofensa à regra contida no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 57, de 1966.

O cadastro de imóveis rurais foi instituído no país pela Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, conforme reza o artigo 46.º, mas apenas a partir de janeiro de 1967 é que passou a ser exigível (art. 22.º da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966); daí a necessidade de interpretação dos dispositivos legais a respeito do desmembramento ou divisão de imóveis rurais em consonância com o artigo citado.

III - Ora, sabido que, no caso vertente, aplicável a regra, segundo a qual "tempus regit actum", é de ser reconhecida a validade da escritura examinada, sob o aspecto discutido, com a conclusão no sentido da possibilidade de efetivação do registro, por isso que a exibição do "certificado de cadastro" não era exigível, não obstante apresentação da escritura, para transcrição em data posterior.

Inegavelmente, não se interpreta o texto legal de modo que resulte fato irrealizável: "evidente a impossibilidade do cumprimento, cessa a obrigação respectiva". (Carlos Maximiliano, in *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, ed. Livraria Freitas Bastos, 5. ed., 1951, pág. 314).

É bem verdade que o artigo 65 do Estatuto da Terra estabeleceu a indivisibilidade de áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural, mas não se perca de vista que para a aferição do valor da área mínima divisível é indispensável o exame do "certificado de cadastro", para efeito de obtenção do quociente em função da área total e do número de módulos (artigo 11.º do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966).

O título deve ser registrado, de acordo com o parecer de fls. 45/46.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 25 de março de 1968.

Márcio Martins Ferreira - Presidente.

Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da justiça e relator.

Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente.

Publicado no "Diário da justiça" de 10-4-68.

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º DJ-168.226 - Porto Ferreira - Agvte.: Porto Ferreira Futebol Clube - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca - Acórdão - Vistos, relatados; e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 168.226, da comarca de Porto Ferreira, sendo agravante Porto Ferreira Futebol Clube e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da comarca: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, negar provimento ao recurso, por votação unânime.

I - Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Porto Ferreira a respeito de transcrição de escritura de compra e venda em que figuram como outorgantes Wladimir Salzano e sua mulher, e como outorgado Porto Ferreira Futebol Clube, transação que teve por objeto terreno destacado de imóvel localizado em zona rural, sob fundamento de falta de apresentação do Certificado de Cadastro, nos termos da lei 4.947, de 6-4-1966 o Decreto-lei n.º 57, de 18-11-1966, e da certidão negativa de débitos fiscais.

Regularmente processada, a dúvida foi julgada procedente tendo sido interposto o presente agravo.

Mantida a decisão, opinou a Procuradoria Geral da justiça pela confirmação da sentença.

II - Conforme se verifica do exame dos autos, o agravante pretende a transcrição do título translativo de domínio sobre parte do imóvel rural, (fls. 4, 6, 11, 18 e 22), sem exhibir o competente Certificado de Cadastro, exigência legal irrecusável na espécie, dada a necessidade de aferição de quociente da área total pelo número de módulos assinalados no aludido documento (Lei n.º 4.504, de 20 11-63, artigo 65; Lei n.º 4.947, de 6-4-66, artigo 22.º; Decreto-lei n.º 57, de 18-11-66, artigo 11.º).

A mera declaração do interessado, fls. 18), não supre a falta do documento questionado, tampouco a alegação concernente: à destinação da área, exime o agravante da obrigação legal de exibir o certificado, uma vez que a exigibilidade do requisito remonta a janeiro de 1967, ao passo que a transação data de 17 de fevereiro de 1967.

Assim é, porque foi estabelecida legalmente a proibição de desmembramento indiscriminado de imóveis rurais, e o ponto de partida é o módulo da propriedade, para cuja pesquisa é necessário o referido certificado.

Aliás, o pretendido enquadramento do terreno na categoria de "Sitio de Recreio", além de não demonstrado, não favorece a posição do agravante, pois da aludida classificação resultam apenas consequências de ordem fiscal, certo como é, nessa hipótese, não incidir o imposto territorial rural, mas o tributo sobre propriedade predial e territorial urbana (artigo 14.º, do Dec-lei n.º 57, de 1966; art. 29.º da Lei n.º 5.172, de 1966; artigo 14.º do Dec. n.º 59.900).

III - Por outro lado, o apresentante do título não satisfaz exigência legal referente à quitação fiscal, nem poderia suprir a omissão, uma vez que o "Certificado de Cadastro será emitido juntamente com a guia de arrecadação do I.T.R. e seu prazo de validade terminará na data de emissão da guia do I.T.R. do exercício seguinte- (art. 5.º, parágrafo 1.º, Dec-lei n.º 57, de 18-11-1966).

Em consequência, merece confirmação a sentença recorrida bem sustentada na contra-minuta do Dr. Curador de Registros Públicos, (fls. 35-39). - Custas na forma da lei. - São Paulo, 4 de junho de 1968. - (aa) Márcio Martins Ferreira, Presidente. - Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente. Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça e relator. - Adv. Dr. Alberto Giaretta Barcellos.

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º DJ-168.228 - Porto Ferreira - Agvte.: José Bento de Godoy

Filho - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis. - Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 168.228, da comarca de Porto Ferreira, sendo agravante José Bento de Godoy Filho e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

I - Trata-se de dúvida oposta pelo oficial do Registro de Imóveis da comarca de Porto Ferreira relativamente à transcrição de escritura de dação em pagamento passada pelo agravante a favor de João Carlos Felício, tendo por objeto imóvel rural, com fundamento na falta de apresentação do certificado de cadastro do Ibra. circunstância que impede a verificação da possibilidade do desmembramento da área objeto de transação, acenando para o disposto no artigo 22.º, parágrafo 1.º, da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966.

Igualmente o Serventuário suscitou dúvida a respeito da transcrição de escritura pública de compra e venda firmada entre o agravante e Benedito Bueno Gouvea, Paulo Henrique Gouvea, Tyndaro Ramos Correa e Walter Barreiros, sob idêntica alegação.

Após a manifestação do apresentante dos títulos e parecer do órgão do Ministério Público, a dúvida foi julgada procedente.

Interposto agravo, após regular processamento, mantida a decisão, opinou a douta Procuradoria Geral da justiça pela confirmação da sentença.

I - Conforme se verifica do exame dos autos, o agravante pretende a transcrição de títulos translativos de domínio sobre partes do imóvel rural, sem exibir o competente Certificado de Cadastro, exigência legal irrecusável, face à necessidade de aferição do quociente da área total pelo número de módulos constantes do aludido documento.

Assim é, porque foi estabelecida proibição legal para evitar desmembramento de imóveis rurais, a qualquer título, tendo como ponto de partida o módulo da propriedade, para cuja pesquisa é indeclinável o certificado do cadastro. (Artigo 65.º da Lei 4.504-64; artigo 57.º do Dec. 56.792-65; artigo 97.º do Dec. 59.428-66; artigo 22.º da Lei 4.947-66 e artigo 11.º do Dec.-Lei n.º 57-66).

Aliás, a simples declaração do interessado (fls. 11, 12) não supre o requisito questionado.

II - Em verdade, as escrituras mencionadas não podiam, mesmo, ser lavradas, à vista do disposto no artigo 11 do Decreto-lei n.º 57, de 18-11-66.

Nem o apresentante dos títulos demonstrou a necessária quitação fiscal, como bem se acentuou na contra-minuta de fls. 27 31.

Por outro lado, não se diga que, por se tratar de área remanescente, não prevalece a restrição apontada pois, à luz da regra consignada no artigo citado, não cabe ao interprete distinguir os

casos particulares ("ubi lex nort distinguit nec nos distinguere debemus").

III - Ainda, o argumento segundo o qual se cogita de imóvel considerado "Sítio de Recreio não favorece o agravante, por ser irrelevante, acarretando a classificação apenas a não incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (artigo 14.º do Decreto-lei n.º 57, de 1966; artigo 29.º da Lei 5.172 de 1966; artigo 14.º do Decreto n.º 59.900).

De resto, o interessado não comprovou, com rigor necessário, que o imóvel é destinado para a finalidade referida. - Assim, o recurso não comporta provimento - Custas na forma da lei.

São Paulo, 5 de junho de 1968 - (aa) Márcio Martins Ferreira, Presidente; Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da justiça (Relator); Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente. - Adv. Dr. Alberto Giarretta Barcellos.

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º DI-169.093 - São Paulo - Agvte.: Samuel Deutsch - Agvdo.:

Oficial do 23.º Tabelionato da Capital - Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 169.093, da Capital, sendo agravante Samuel Deutsch e agravado o Serventuário do 23.º Tabelionato de Notas.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, não conhecer do agravo.

I - Cuida-se de duvida suscitada pelo 23.º Tabelião da Capital a respeito de escritura definitiva correspondente ao compromisso de compra e venda firmado entre Romarta S. A. Comércio e Indústria e Samuel Deutsch e sua mulher, sob fundamento de falta de apresentação de certidão negativa de débito relativo à Previdência Social, nos termos da Lei 3.807, de 1960 e Decreto Federal n.º 60.638, de 11 de março de 1967, artigo 4.º e 11.º.

Processada regularmente e julgada procedente, foi interposto agravo em tempo hábil e mantida a decisão, fls. 34) manifestou-se a Procuradoria Geral da Justiça (fls. 42) no sentido da confirmação da sentença.

II - O recurso não comporta, conhecimento.

Com efeito o artigo 113.º, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal tem por fundamento o artigo 45.º do Decreto Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, diploma legal em que é feita remissão no artigo 34.º às disposições dos artigos 215.º e seguintes do Decreto Federal n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Destarte, o cabimento de agravo de petição somente ocorre das decisões que resolverem duvida dos Oficiais dos Registros de Imóveis, (art. 215.º e seguintes do Regulamento dos Registros Públicos), assim como dos Oficiais dos Registros de Títulos e Documentos (artigo 164) e dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas jurídicas (artigo 3.º do Decreto Federal n.º 9.085, de 25 de março de 1946).

A espécie dos autos não se enquadra em qualquer das hipóteses mencionadas, daí resultando inadmissibilidade do recurso.

Aliás, o Conselho Superior da Magistratura já manifestou esse entendimento, no julgamento da apelação cível n.º 83.971, da comarca de Piracicaba (in D. O. J. de 11-1-68, pág. 5) e no agravo de petição n.º 168.023, da comarca de Matão (in D. O. E. de 10-4-68, pág. 10).

Não se perca de vista que o recurso é previsto em lei local (art. 220.º, do Decreto 4.857, de 1939), e, assim, face à omissão legal, incabível o agravo, tanto mais que não se cuida, no caso vertente, de prenotação de título, circunstância que legitimaria a defesa do principio de prioridade do registro, em processo de duvida propriamente dito, com via recursal.

Por esses fundamentos, não se conhece do agravo.

Custas na forma da lei. São Paulo, 3 de junho de 1968.

(aa) Márcio Martins Ferreira, Presidente; Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente; Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça e Relator. - Adv. Drs. Zolmen Rosenthal, Jorge Hajnal, Nilo Porto e Antônio de Oliveira Lima.

Publicado no "Diário da justiça" de 12/6/68.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para maior divulgação de seu texto entre os nossos colegas, publicamos, abaixo, recente Acórdão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura sobre a exigência do "Certificado de Regularidade de Situação", do INPS, nos casos de averbação de construções, - pelo qual se verifica que somente as empresas e as pessoas a estas equiparadas estão sujeitas à sua apresentação, É o seguinte o inteiro teor do aludido arresto:

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 169.533, de Jundiaí, sendo agravante o representante do Ministério Público e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida processada com intervenção inusitada do I. N. P. S., julgada procedente, com interposição de agravo tempestivo pelo apresentante do título e subsequente reforma da decisão.

O Dr. Curador de Registros Públicos, invocando o artigo 848.º, combinado com o artigo 847.º, parágrafo 7.º, ambos do Código de Processo Civil, requereu a remessa dos autos à Superior Instância, tendo a Procuradoria Geral da justiça opinado pela manutenção da sentença reformada ao ensejo do recurso (fls. 22/25, 26, 29 e 34/35).

O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí se recusa a transcrever a certidão extraída dos autos de inventário dos bens deixados por falecimento de João Apotinário de Campos e Francisca Maria de Camargo (fls. 3/4), com força de formal de partilha, sob alegação de falta de exibição do Certificado de Regularidade de Situação, exigido nos termos do artigo 141.º, inciso 1, letra "b", da Lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966 e artigo 3.º letra "c", do Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967.

A princípio, o MM. juiz acolheu a dúvida, (Hs. 20), mas, na oportunidade prevista no artigo 847 do Código de Processo Civil, reformou a decisão com fundamento na inexigibilidade do questionado certificado, junto ao dono da obra, no caso de averbação de construção de imóvel ocorrida anteriormente à vigência do Decreto-lei n.º 66.

Na espécie em exame, a controvérsia se limita ao reconhecimento, ou não, de validade da exigência do Certificado de Regularidade de Situação previsto pela Lei.

Na espécie em exame, a controvérsia se cuidar de averbação necessária de construção, por ocasião de transcrição de título aquisitivo oriundo de sucessão hereditária.

A Lei Orgânica de Previdência Social (3.807, de 26-8-60), estabeleceu no artigo 142.º, inciso I, letra "b", com a redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21-11-66, a obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS), a ser fornecido pela Previdência Social às empresas vinculadas, como comprovante da inexistência de débito do contribuinte, nos casos mencionados no parágrafo 2.º do artigo 141.º (Dec. n.º 66-66, art. 25.º), entre os quais figura a averbação de construção ou de incorporação de prédios no Registro de Imóveis.

Com o advento do citado Decreto-lei, "o proprietário, o dono da obra, ou o condomínio de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo de imóvel, passou a ser, compulsoriamente, responsável solidário com o construtor pelo cumprimento de obrigações decorrentes da Lei de Previdência Social (art. 79.º, inciso VI, da Lei n.º 3.870/1960).

Posteriormente, a Lei n.º 5.432, de 7 de maio de 1968, tratando da mesma matéria, dispôs no artigo 8.º que é inaplicável o princípio da solidariedade, na hipótese de existência de contrato c início de obras de imóveis até 20 de novembro de 1966.

Ora, se a responsabilidade solidária do proprietário, dono da obra, ou o condômino de unidade imobiliária, com o construtor, por imposição legal, somente foi cogitada a partir de 20 de novembro de 1966, e como o Certificado de Regularidade de Situação somente é exigível de empresa vinculada ou pessoas a ela equiparadas, chega-se à conclusão de que é improcedente a restrição articulada pelo Serventuário.

Assim é, porque, na espécie, não se trata de construção posterior à data da vigência do aludido Decreto-lei n.º 25, circunstância que se infere do exame da certidão de fls. 5 e do título apresentado (fls. 3/4), de sorte que a dúvida suscitada não pode ser acolhida, tanto mais que o "de cujus" não estava vinculado à Previdência Social, para o fim questionado, o mesmo sucedendo com os herdeiros.

Nesse sentido, a decisão de fls. 28 deve prevalecer, com o reparo de que o julgado trazido à colação não se ajusta à hipótese dos autos,

Em consequência, nega-se provimento ao agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 24 de setembro de 1968.

Márcio Martins Ferreira - Presidente.

Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da justiça e Relator.

Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente.

A JUSTIÇA E AS CERTIDÕES DA PREFEITURA

É conhecido e alarmante o problema para a obtenção de certidões em vários órgãos da Prefeitura. Os serviços municipais acham-se assoberbados, sem possibilidade alguma de atendimento rápido, o que ocasiona enormes transtornos ao contribuinte. A própria cobrança de taxas, o ajuizamento de ações etc., sofrem de idênticas falhas, em detrimento, conforme o caso, ora do contribuinte, ora da própria Municipalidade. Em relação ao fornecimento de certidões, não obstante as informações prestadas, recente mandado de segurança espelha convenientemente a situação.

Certa companhia alegando ser proprietária de uma gleba situada em bairro paulistano, desejando fazer prova em ação desapropriatória, solicitou em janeiro deste ano a competente certidão negativa tributária, sem êxito algum, depois de longo tempo. Não teve outro remédio se não apelar para a justiça, ingressando com mandado de segurança perante uma das Varas da Fazenda Municipal.

É sabido que nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário, é de dez dias o prazo para o fornecimento de certidão reclamada, acontecendo, porém, que decorreram vários meses, no caso concreto, sem que a fornecesse a Prefeitura.

Em suas informações, alegou a Prefeitura, para justificar a demora, ter o impetrante dado erradamente o seu número de contribuinte. Contudo, o representante do Ministério Público, em seu parecer, opinou no sentido de que a defesa não podia subsistir e de que as repartições públicas são obrigadas a fornecê-las em dez dias, nos termos do parágrafo único do art. 205 do Código Tributário Nacional, combinado com o art. 206 do mesmo diploma. Acrescentou o juiz Adalberto José de Camargo Aranha, que examinou a impetração, que realmente o contribuinte tinha o direito de obter uma solução para o pedido, nesse prazo, qualquer que ela seja.

Provou o impetrante - acrescenta - no caso em exame, que solicitou a certidão em princípio de janeiro, mediante o pagamento de emolumentos devidos, sem contudo obtê-la seis meses após, nem, ao menos, qualquer informação positiva. Portanto, a segurança solicitada deve ser concedida, uma vez que a Municipalidade ultrapassou o prazo que lhe é concedido por lei para atender ao contribuinte. A alegação da impetrada - assinala - não tem o condão de impedir que a medida pleiteada venha a ser concedida. Por dois motivos: primeiro porque, se havia uma impossibilidade de ser fornecida a certidão em razão da divergência quanto ao número do contribuinte, deveria a mesma ser declarada no decêndio legal; e segundo, porque, como bem salientou o representante do Ministério Público em seu parecer, a constatação do número exato não era tão difícil, tanto que foi apurada no prazo para o oferecimento das informações. Assim sendo - conclui o juiz - comino à Municipalidade o prazo de dez dias para fornecer a certidão solicitada, ou a denegue fundamentalmente. Contudo, vencido esse prazo, sem qualquer manifestação, valerá a segurança como quitação, desde que a certidão pedida destina-se a instruir processo contra a própria Prefeitura.

Recorreu, na forma da lei, de ofício. Transcrito da "Tribuna da Justiça".

USUFRUTO SUCESSIVO

A doação da nua propriedade à neta com reserva de usufruto aos seus progenitores, não constitui usufruto sucessivo.

Doando a nua propriedade para a neta e o usufruto para os progenitores desta, os doadores não constituíram um "usufruto sucessivo". Desmembram a propriedade, dando a uma a nua propriedade e aos outros, o usufruto. O usufruto sucessivo "pode se estabelecer em favor de diversos titulares que tenham sucessivamente, mas em termos fixos".

"ACORDAM, em Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, adotado o relatório de fls., por votação unânime, conhecido de cancelamento das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

1. Conhece-se do recurso, rejeitando-se a preliminar de fls, 76. O prazo para recurso, para o Ministério Público, começa a correr da intimação pessoal e não da data em que foi publicado na Imprensa Oficial, conforme o demonstrou a d. Procuradoria Geral, em seu parecer, citando os

julgados constantes da R. T. 163/226; 152/221; acórdão na apelação n.º 115-309 e, na doutrina, Fernando A. Prado, Collaço Veras e Guilherme Estellita, respectivamente, in "Estudose Questões de Processo Penal", pág. 98-100, n.º 5; Rev. Judiciária, 7.º/267; "O Ministério Público e o Processo Civil", na R. F. 163/19. 2. Os avós da apelada deram-lhe a nua propriedade de um lote de terreno, com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade vitalícias (fls. 9 v.). Na mesma escritura, coube o usufruto do referido bem, aos pais da recorrida. Os usufrutuários, posteriormente, renunciaram ao usufruto, por escritura pública (fls. 19 v.). Houve sub-rogação de vínculo que recaiu em um apartamento, em Santos. Pretende a apelada o cancelamento das cláusulas de inalienabilidade, e impenhorabilidade vitalícias, sustentando: Os doadores já faleceram e os usufrutuários renunciaram ao usufruto. Se a expressão "vitalícias- referir-se a essas pessoas, as cláusulas restritivas não têm razão para prevalecer. Se relativa à recorrida, não tem eficácia, porque contraria a proibição legal de usufrutos sucessivos. 3. Doando a nua propriedade para a neta e o usufruto para os progenitores desta, os doadores não constituíram um usufruto sucessivo". Desmembram a propriedade, dando a uma a nua propriedade e aos outros, o usufruto. O usufruto sucessivo "pode se estabelecer em favor de diversos titulares que tenham sucessivamente, mas em termos fixos". "Há, em tal caso, diversos usufrutos, todos, porém, derivados de um só ato constitutivo em favor de pessoas já existentes ao tempo" (cf. Orosimbo Nonato, Estudos sobre Sucessão Testamentária, 111/75), que é permitido pela lei. "A transmissão de usufruto pelo usufrutuário a outro é que se não admite por ato entre vivos ou causa mortis, pois faria rosto ao transitório do usufruto, que não pode ter duração indefinida" (id.) (cf. também, Pontes de Miranda, Trat. Dir. Priv. 19-/221 e Trat. Test. 4.9/258). No caso, não foi constituído usufruto sucessivo, nem o usufrutuário transmitiu-o para terceiro. Num só ato, os doadores deram ao casal o usufruto e à neta a nua propriedade, perdurando os vínculos. Não há infração à lei. Inexiste razão para o cancelamento das cláusulas restritivas". (T.I.S.P. - 27 de abril de 1967 - Sílvio Barbosa, Presidente com voto, - Ferreira Prado, Relator, Rodrigues de Alckmin. - Ap. Cível n.º 159.865 - São Paulo - Publicado na R. J. T. J. S. P IV, pág. 62).

ATO JURÍDICO - Pretendida nulidade de escritura de compra e venda - Carência de ação.

Nada impede que a legitimatio ad causam e a preliminar de prescrição, sejam decididas, desde logo no despacho do saneador, para evitar-se o prosseguimento de ação que se apresente desde logo fadada a fracassar por ilegitimidade de parte, ou por acolhida da prescrição alegada.

Faltando ao autor legitimidade para promover a nulidade de ato jurídico em que não interveio pois é apenas cessionário dos possíveis herdeiros, é o mesmo carecedor da ação.

"José Pedroso do Couto, dizendo-se cessionário dos herdeiros de Conceição Diogo de Oliveira, relativamente aos direitos deste sobre uma gleba de 500 alq. de terras, ajuizou contra os sucessores do Cel. João Pedro, apresentação intitulada de nulidade de atos jurídicos. Aduziu o autor que após a morte de Conceição, seu pai, sem os necessários poderes, promoveu o inventário dos bens até a partilha, que foi julgada por sentença. Ademais disso, o seu advogado apesar de saber do falecimento do inventariante, e de estar o seu mandato extinto, alegou no inventário que as terras tinham sido vendidas ao Cel. João Pedro, e requereu sua adjudicação a este, o que foi deferido pelo juízo, mas indevidamente. Daí a presente ação em que pede: Decretação de nulidade da escritura de compra e venda outorgada ao Cel. João Pedro; da adjudicação dos mesmos bens, e o cancelamento das respectivas transcrições. A ação foi contestada por Carlos Soubhia e outros (fls.) que suscitaram a preliminar de carência por não ter o Autor participado dos atos que pretende anulados, e de prescrição (fls.), e ainda a de falta de citação de todos os interessados (fls. in fine). No mérito, procurou demonstrar a inexistência de terras que ainda pudessem caber ao quinhão do cedente Conceição, e finalmente, invocou a prescrição aquisitiva do imóvel, pelo decurso de mais de 20 anos de posse das terras pelos réus. Relegado o exame das preliminares, para a decisão final, os réus gravaram no auto do processo (fls.). A fls. 30, o R. Eugênio Lavia suscitou uma preliminar de incompetência de juízo, que não foi apreciada no saneador. Por isso, foi o saneador posteriormente anulado. Ouvido o M. Público, foi proferida outra decisão, na oportunidade do novo saneador (fls. 245 - 2.º v.) o qual admitiu a preliminar de carência, pela acolhida da preliminar de prescrição da ação (Hs.). Inconformado o Autor agravou, e pelo acórdão, fls. 283 foi ordenado o processamento do recurso como apelação. O agravo no auto do processo, é julgado prejudicado, em face do acolhimento da alegação de prescrição. A presente ação é de nulidade da escritura pública de 2-5-1942 (fls. 47 dos autos de inventário), outorgada por Antenor de Faria, sua mulher e outros, ao Cel. João Pedro, da adjudicação de 13-10-1942 (Hs. 55v) do inventário, e das transcrições. Nos termos do art. 178, §

9.º n.º V, letra "a" do Código Civil a prescrição dos atos jurídicos, por motivo de erro, ocorre no prazo de 4 anos. O decurso do prazo prescricional, na espécie, foi plenamente demonstrado pela sentença apelada, que adotam como integrante deste acórdão. Nestas condições, faltando ao Autor legitimidade para promover a nulidade de ato jurídico em que não interveio pois é apenas cessionário dos possíveis interessados, e pelo decurso do prazo prescricional, . o mesmo Autor carecedor da ação proposta, como ora decidem". (T. J. S. P. - Ap. Cível n.º 156.086 - Monte Aprazível - 3.ª C. C. - Unânime - j. em 16 de fevereiro de 1967. Sylos Cintra, Presidente com voto. Ulysses Dória, Relator. Lafayette Salles (R. J. T. J. E. S. P., III, pág. 26).

LEI N.º 5.432 - DE 7 DE MAIO DE 1968

Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As empresas em débito de contribuições para com o INPS, verificado antes da vigência desta lei, poderão, no prazo de 180 dias a partir da sua publicação, requerer a consolidação da dívida, declarada ou apurada, para liquidação, com dação em pagamento de imóveis.

§ 1.º A consolidação compreenderá os valores das contribuições em atraso, com a competente correção monetária, a partir de 17 de julho de 1964, contados sobre eles os juros de mora e as multas cabíveis, estas com uma redução de 50%, inclusive a moratória.

§ 2.º É aplicável o disposto neste artigo mesmo quando o débito tenha tido sua cobrança ajuizada pelo Instituto de Previdência credor. Em tais casos, recebendo o requerimento do devedor, o INPS promoverá o sobrestamento do feito.

Art. 2.º Requerida a consolidação da dívida na forma do artigo anterior, o Instituto tendo em vista as dificuldades financeiras demonstradas pelo devedor, poderá receber em pagamento da mesma, já consolidada e confessada bens imóveis desonerados. Estes poderão ser incorporados ao patrimônio do Instituto, se convierem aos fins específicos do mesmo, ou ser alienados.

Parágrafo único. Efetivada a venda, o INPS poderá proceder à conversão do produto em títulos públicos ou letras imobiliárias, total ou parcialmente.

Art. 3.º O valor dos imóveis oferecidos deverá ser apurado mediante avaliação realizada no decurso dos 30 dias seguintes à apresentação do requerimento, por uma comissão a ser integrada por 2 profissionais especializados do INPS, um outro de indicação do BNH e um assistente de contribuinte, se este o desejar, e se dispuser a remunerá-lo. A Comissão deverá dar o seu laudo fundamentando-o e também considerando as bases de valores das transações de imóveis vizinhos registrados em Bolsas de Imóveis. Sindicatos, ou órgãos de classes dos corretores porventura existentes no local. O valor atribuído ao imóvel será também expresso em unidade-padrão do BNH, ou Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 4.º Os imóveis oferecidos pelo contribuinte deverão representar, pelo menos, valor correspondente a 120% (cento e vinte por cento) e, no máximo, 150% (cento e cinquenta por cento) do montante da dívida a ser liquidada, de forma a permitir que com sua alienação possam ser apurados recursos suficientes para cobertura das despesas judiciais ou administrativas porventura necessárias para concluir a dação.

Parágrafo único. Caso seja o imóvel de valor inferior a 120% (cento e vinte por cento), o contribuinte, no ato da concretização da dação em pagamento deverá integralizar a diferença em dinheiro.

Art. 5.º O Departamento Nacional da Previdência Social e o Conselho Fiscal do INPS, concluída a avaliação, terão 8 dias, depois de notificados do laudo, para emitir prévio pronunciamento sobre a dação em pagamento.

Art. 6.º Resolvida a dação em pagamento, o INPS, indicando como devolverá ao contribuinte o saldo eventual, ouvirá o pronunciamento deste em 8 dias após comunicação que lhe fará por carta entregue pessoalmente. A seguir, o INPS marcará o dia para a lavratura da escritura competente.

Art. 7.º A alínea d, do § 19, do art. 141.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

"d) para o pagamento de haveres nas liquidações e dissoluções de sociedade e para a expedição de cartas de adjudicação ou arrematação de bens, salvo quando expedidas em favor da Fazenda Pública, federal, estadual ou municipal e em processos trabalhistas inclusive de acidentes do

trabalho".

Art. 8.º Ao proprietário, dono da obra, ou condômino de unidade imobiliária, que tenha contratado e iniciado obra de construção, reforma ou acréscimo de imóveis, até 20 de novembro de 1966, não se aplica o disposto no item VI do art. 79.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos débitos já levantados, confessados, autuados ou em fase de cobrança judicial ou extrajudicial.

Art. 9.º Não estão sujeitas ao pagamento de multas inclusive moratórias, até a instalação do Instituto Nacional de Previdência Social as empresas vinculadas às instituições previdenciárias extintas em virtude da criação do INPS, situadas em áreas ou localidades do País, onde os antigos Institutos não mantinham órgão, ou agência de arrecadação.

Art. 10.º Caberá ao Ministro do Trabalho e Previdência Social resolver os detalhes omissos ou não previstos nesta lei e necessários para sua boa execução.

Art. 11.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de maio de 1968; 1479 da Independência e 809 da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho

Afonso A. Lima

Publicado no "Diário Oficial da União" de 8/5/68.

LEI N.º 5.473 - DE 9 DE JULHO DE 1968

Regula o provimento de cargos e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São nulas as disposições e providências que, direta ou indiretamente, criem discriminações entre brasileiros de ambos os sexos, para o provimento de cargos sujeitos a seleção, assim nas empresas privadas, como nos quadros do funcionalismo público federal, estadual ou municipal, do serviço autárquico, de sociedades de economia mista e de empresas concessionárias de serviço público.

Parágrafo único. Incurrerá na pena de prisão simples de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa de NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a NCr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) quem, de qualquer forma, obstar ou tentar obstar o cumprimento da presente Lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1968; 1479 da Independência e 809 da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Mareio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

João Paulo dos Reis Velloso

Afonso de A. Lima

Carlos F. de Simas

Publicado no "Diário Oficial da União" de 11/7/68.

LEI N.º 9.858, DE 4 DE OUTUBRO DE 1967

Dispõe sobre a reorganização da Carteira de Aposentadoria de

Servidores da justiça e dá outras providências

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - A Carteira de Aposentadoria de Servidores da Justiça criada pelas Leis ns.º. 465, de 28 de setembro de 1949 e 507, de 17 de novembro de 1949, com alterações das leis posteriores, passa a denominar-se "Carteira de Previdência das Serventias; não Oficializadas na justiça do Estado", regendo-se pelas normas e condições estabelecidas na presente lei.

Artigo 2.º - Os servidores da Justiça terão direito à aposentadoria e os seus beneficiários à pensão mensal, nos termos e condições desta lei.

TÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

Artigo 3.º - São contribuintes obrigatórios da Carteira todos os servidores dos cartórios da justiça do Estado não oficializados, dos Registros de Imóveis ou de Títulos e Documentos, de Tabelionatos de Notas, de Protestos, de Depositários Públicos, de Contadores, de Distribuidores, de Partidores e de Registro Civil das Pessoas Naturais e respectivos anexos, estejam na atividade ou inatividade.

Artigo 4.º - Ao contribuinte obrigatório que tenha perdido essa qualidade, por qualquer motivo, é facultado manter a sua inscrição, desde que o requeira em 6 (seis) meses.

§ 1.º - Os pagamentos feitos COM mora, depois do último dia do mês vencido, ficam sujeitos aos juros de 1% (um por cento) ao mês, cobráveis juntamente com o principal.

§ 2.º - Na falta de pagamento, durante 6 (seis) meses, contados da primeira contribuição mensal vencida, caducará o direito aos benefícios previstos na presente lei, cessando para a Carteira toda e qualquer responsabilidade.

Artigo 5.º - As inscrições de contribuintes far-se-ão de acordo com as normas a serem estabelecidas em regulamento.

Artigo 6.º - As contribuições dos servidores de que trata o artigo 3.º serão devidas em mensalidades integrais, mensais, correspondentes a 8% (oito por cento), calculadas sobre a remuneração-base.

§ 1.º - Os níveis de remuneração-base, estabelecidos em função dos salários mínimos vigentes no Estado de São Paulo, e de acordo, com a classificação das comarcas e categoria dos servidores, serão fixados por decreto executivo.

§ 2.º - Além da contribuição de 8% (oito por cento), os servidores inscritos a partir desta lei pagarão, durante 1 (um) ano, uma jóia à razão de 1 % (um por cento) ao mês, sobre sua remuneração-base.

§ 3.º - A elevação de entrância da comarca, ou a passagem de distrito à categoria de sede de município, em que estiver lotado o inscrito, determinará, obrigatoriamente, aumento dos benefícios e das contribuições, observado o disposto neste artigo.

§ 4.º - Observar-se-á o disposto no parágrafo anterior, se o inscrito for transferido para comarca de remuneração-base mais elevada.

§ 5.º - Os servidores, lotados em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias; forem rebaixadas, poderão requerer, a qualquer tempo, correspondente diminuição da contribuição e dos benefícios, sem direito à devolução de diferença paga à maior.

Artigo 7.º - Aposentado o inscrito, as contribuições ficam reduzidas a 5% (cinco por cento).

TÍTULO II

FONTES DE RECEITA

Artigo 8.º - Constituem fontes de receita da "Carteira":

I - as contribuições dos servidores da Justiça de que trata o artigo 6.º;

II - as contribuições dos serventuários da Justiça, titulares de cartórios, de que trata o artigo 9.º;

III - a contribuição obrigatória dos inscritos aposentados e pensionistas na base de 5% (cinco por cento) sobre o percebido como proventos ou pensão.

IV - o rendimento dos seus bens e haveres;

V - as doações e legados que lhe forem feitos;

VI - as suas receitas eventuais; e

VII - subvenção do Estado não inferior ao produto da arrecadação da Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça" de que trata o artigo 12.º, da Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 6.533, de 30 de novembro de 1961, e pela presente lei.

perdendo aquela taxa a destinação específica que lhe foi atribuída pela primeira dessas leis.

Artigo 9.º - Os titulares das serventias da justiça contribuirão para a receita da Carteira, obrigatoriamente, com quantia igual à totalidade das contribuições devidas, na forma do artigo 6.º, pelos servidores dos seus cartórios.

Artigo 10.º - A Carteira de Previdência fiscalizará a fiel execução desta lei, na forma do regulamento, podendo verificar os livros, arquivos, fichas e quaisquer outros registros ou documentos do cartório, pelos quais possa ajuizar da regularidade da arrecadação das contribuições.

Parágrafo único - No caso de recusa do serventuário na fiscalização de que trata este artigo, a Carteira procederá à responsabilidade administrativa, civil ou criminal imputável, na forma do Regulamento desta lei.

Artigo 11.º - O titular do cartório arrecadará obrigatória e mensalmente dos seus subordinados, mediante desconto em folha de salários, as contribuições, juros de mora e multas devidas, e os recolherá diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, destinados à "Carteira", em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez), impreterivelmente, de cada mês seguinte ao dos salários pagos ou vencidos.

§ 1.º - A inobservância do disposto neste artigo, sem prejuízo do pagamento dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sujeitará o infrator à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das importâncias devidas, além das sanções previstas na legislação vigente, administrativa, civil ou penal.

§ 2.º - O serventuário recolherá, com as contribuições do pessoal de seu cartório, a própria, e a de que trata o artigo 9.º vinculado aos mesmos prazos, acréscimos, sanções e demais consequências dispostas nesta lei para a falta ou atraso desse recolhimento.

§ 3.º - A multa prevista no § 1.º será recolhida à Tesouraria do Instituto de Previdência e a favor da Carteira.

TÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS E DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I

DA APOSENTADORIA

Artigo 12.º - O servidor terá direito à aposentadoria com proventos fixados nos termos do § 1.º do artigo 6.º, combinado com os prazos de carência fixados nesta lei, desde que conte 35 (trinta e cinco) anos, de efetivo exercício, se for homem, e 30 (trinta anos), se mulher.

Parágrafo único - A quantia mensal da aposentadoria corresponderá à média mensal da contribuição-base dos dois últimos anos.

Artigo 13.º - O servidor que, em virtude de moléstia, se incapacitar para o desempenho da função terá direito a proventos integrais calculados sobre a média da remuneração-base dos 12 (doze) últimos meses, nos seguintes casos:

I - quando contar mais de 15 (quinze) anos de serviço;

II - quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna ou lepra;

III - quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;

IV - quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;

V - quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço.

§ 1.º - O servidor que, em virtude dos casos especificados neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado, provisoriamente, até o prazo máximo de 4 (quatro) anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 2.º - Aplica-se aos serventuários sucedidos por invalidez, o disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º - Ressalvadas as hipóteses previstas nos itens II, III, IV e V, deste: artigo, os servidores incapacitados para o serviço, que contarem menos de 15 (quinze) anos de atividade, serão aposentados com proventos proporcionais, na base de 1/15 (um quinze avos) por ano de serviço, calculados sobre a remuneração base dos 12 (doze) últimos meses.

§ 4.º - Qualquer que seja o tempo de serviço os proventos não serão inferiores à metade da remuneração-base: do servidor.

Artigo 14.º - O servidor será aposentado aos 70 (setenta) anos de idade, se o requerer.

Artigo 15.º - Aposentado o servidor nos termos do artigo anterior, seus proventos serão integrais se contar no mínimo 35 (trinta e cinco) anos, se for homem e 30 (trinta) anos se for mulher, e proporcionais se contar tempo menor.

§ 1.º - Os proventos de que trata este artigo serão equivalentes à média da renumeração-base dos 2 (dois) últimos anos.

§ 2.º - Os proventos não poderão ser, em qualquer hipótese, superiores à média da remuneração-base do servidor.

Artigo 16.º - O Corregedor Geral da justiça poderá, se julgar conveniente para os interesses judiciários, determinar, sempre que cuidar necessário, se proceda, no servidor com 70 (setenta) ou mais anos de idade, exame médico, perante junta Médica Oficial, constituída de 3 (três) médicos do Instituto de Previdência de São Paulo.

Parágrafo único - Se em qualquer dos exames médicos for verificada a inaptidão ou incapacidade física ou mental do servidor para permanecer no desempenho de suas funções, será ele aposentado, nos termos desta lei.

Artigo 17.º - O tempo de serviço público, federal, estadual, ou municipal, e o de serviço prestado em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, ainda que em caráter interino, computar-se-á integralmente para os efeitos de aposentadoria prevista nesta lei.

Parágrafo único - Far-se-á a apuração do tempo de serviço perante o Corregedor Geral da justiça.

Artigo 18.º - A incapacidade ou invalidez será sempre verificada mediante inspeção por uma junta de médicos do Instituto de Previdência do Estado.

CAPÍTULO II

DA PENSÃO

Artigo 19.º - O benefício da pensão compete aos dependentes do contribuinte da Carteira, no caso de seu falecimento.

§ 1.º - A importância da pensão devida ao conjunto dos dependentes do inscrito será constituída de uma parcela familiar, de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre a média da remuneração-base pela qual o servidor estiver contribuindo nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, mais tantas parcelas iguais, cada uma, a 5% (cinco por cento) do valor da mesma pensão, quantos forem os dependentes do inscrito, até o máximo de 5 (cinco).

§ 2.º - A importância total obtida nos termos do parágrafo anterior, será rateada em cotas iguais entre todos os dependentes com direito à pensão.

§ 3.º - A cota da pensão se extinguirá nos termos dos artigos 20.º e 21.º.

§ 4.º - Quando se extinguir uma cota de pensão se procederá a novo cálculo e novo rateio do benefício, considerados apenas os pensionistas remanescentes.

Artigo 20.º - São beneficiários obrigatórios:

I - o cônjuge sobrevivente;

II - os filhos menores de idade, os incapazes e os inválidos;

III - os pais que vivam sob a dependência econômica dos contribuintes solteiros, desquitados ou viúvos, que não possuam filhos e desde que não tenha havido instituição de beneficiários nos termos deste capítulo.

§ 1.º - Os filhos legitimados, e os naturais e reconhecidos, equiparam-se aos legítimos.

§ 2.º - Atingindo os filhos a idade de 21 (vinte e um) anos, ou de 25 (vinte e cinco) anos, se estiverem freqüentando curso de nível superior, cessa o seu direito à pensão. Cessará, igualmente, o direito à pensão, antes do prazo fixado, no caso do casamento do dependente..

§ 3.º - A pensão atribuída ao incapaz ou inválido será devida enquanto durar a incapacidade ou invalidez.

Artigo 21.º - O cônjuge sobrevivente que contrair novas núpcias perderá o direito à pensão.

Parágrafo único - A viuvez subsequente não restabelece o direito à pensão do cônjuge do inscrito.

Artigo 22.º - Não tem direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do inscrito, estava dele desquitado, ou havia abandonado o lar há mais de 6 (seis) meses, promovida a exclusão neste caso, pelos interessados, por ação judicial.

§ 1.º - Não perderá, porém, o cônjuge sobrevivente, o direito à pensão:

1. se, no desquite judicial, for declarado inocente;

2. se, no desquite por mútuo consentimento, prestava-lhe o inscrito pensão alimentícia;

3. se foi justo o abandono do lar.

§ 2.º - Caduca em 6 (seis) meses, contados da morte do inscrito, a ação dos interessados para excluir o cônjuge supérstite, por abandono do lar.

Artigo 23.º - Fica facultado ao contribuinte instituir como beneficiários os enteados e adotivos.

§ 1.º - Nos benefícios, os enteados e adotivos concorrerão, com os filhos do inscrito, em igualdade de condições, ou em menor parte.

§ 2.º - Aplicam-se aos enteados e adotivos o disposto para os filhos do contribuinte e a faculdade concedida ao inscrito pelo § 19, do artigo 25.

§ 3.º - A instituição de beneficiários na forma deste artigo e a atribuição do benefício em menor parte, que lhes for concedida, serão feitas mediante testamento ou simples declaração de vontade, devidamente testemunhada e registrada.

Artigo 24 - Não existindo filhos de leitões anteriores, o inscrito poderá destinar ao seu cônjuge a totalidade da pensão devida, pela forma determinada no § 19, do artigo anterior.

Artigo 25 - O contribuinte solteiro, viúvo, ou desquitado, poderá instituir beneficiário, pela forma estabelecida no § 19, do artigo 23, desta lei à companheira que viva sob sua dependência econômica, ressalvado, na razão da metade, o direito que competir a seus filhos.

§ 1.º - Ao contribuinte desquitado admitir-se-á instituir beneficiários, se for inaplicável o parágrafo 1.º, número 1.º e 2.º, do artigo 22.º.

§ 2.º - Será automaticamente cancelada a inscrição de beneficiários, se o inscrito vier a contrair núpcias, ou, se desquitado, restabelecer a sociedade conjugal.

§ 3.º - Fica facultado ao contribuinte, a todo o tempo, revogar a inscrição de beneficiários.

Artigo 26.º - Não terá direito à pensão o dependente de contribuinte com menos de 24 meses de inscrição na Carteira.

Artigo 27.º - Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes de casal contribuinte.

Artigo 28.º - O direito à pensão surge na data do falecimento do inscrito.

Artigo 29.º - As pensões devidas aos beneficiários do contribuinte falecido serão sempre reajustáveis aos novos mínimos da remuneração-base: correspondente aos servidores de igual categoria do inscrito, observado o disposto no artigo 39.

Artigo 30.º - Decorridos 90 (noventa) dias da data do falecimento do inscrito, e não tendo havido habilitação dos dependentes, as pensões mensais a favor dos beneficiários obrigatórios ou instituídos serão devidas, apenas, a contar da data da entrega de seus pedidos no protocolo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, sem direito a atrasados.

Artigo 31.º - A pensão é mensal e extingue-se com a morte, casamento, cessação da incapacidade ou invalidez do beneficiário.

Artigo 32.º - A incapacidade ou invalidez, para os fins do artigo 20.º, desta lei, será verificada mediante inspeção por uma junta de médicos do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 33.º - As pensões não são passíveis de penhora, arresto, nem estão sujeitas a inventário e partilha judiciais, e são livres de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, considerando-se nula toda a venda ou cessão de que sejam objeto, bem assim a constituição de qualquer ônus que sobre elas recaia, defesa a outorga de poderes para percepção das respectivas importâncias.

Parágrafo único - Excetuam-se da proibição deste artigo o desconto previsto no art. 8.º, item 111 e os que corresponderem a quantias devidas à própria Carteira.

TÍTULO IV

DA PEREMPÇÃO, DA PRESCRIÇÃO E DA CADUCIDADE

Artigo 34.º - A exigência formulada no processo de aposentadoria ou pensão deverá ser satisfeita dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da publicação do despacho respectivo no "Diário Oficial do Estado, prorrogável, a critério da autoridade, no máximo por igual período, se o interessado o requerer e houver deferimento.

§ 1.º - O requerimento de prorrogação deve dar entrada, antes de findo o prazo inicial, no Protocolo do órgão da exigência.

§ 2.º - O não cumprimento da exigência no prazo fixado, ou no de sua prorrogação, acarretará a perempção do processo.

§ 3.º - A pensão, operando-se a perempção passa a ser devida, se este for o caso, a partir da data da entrada do novo pedido no Protocolo do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 35.º - O direito à pensão não está sujeito à prescrição ou decadência, observado, porém, o disposto no artigo 30, desta lei.

TÍTULO V

DOS DEVERES PARA COM A "CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DA JUSTIÇA DO ESTADO"

Artigo 36.º - São deveres dos titulares das serventias da justiça para com a "Carteira":

I - descontar, mensalmente, na folha de pagamento dos servidores, seus subordinados no cartório, as contribuições e demais quantias por eles devidas à "Carteira";

II - recolher à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, juntamente com as contribuições do pessoal do seu cartório, a sua própria contribuição e demais quantias devidas, dentro do prazo legal;

III - recolher diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez) de cada mês, as quantias descontadas dos salários do mês imediatamente anterior, bem como as contribuições de que trata o artigo 9.º

IV - colar nos livros, certidões, formais, instrumentos e demais papéis, antes ou imediatamente após seu pagamento, pela parte ou interessado, as estampilhas da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da justiça" de que trata a Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer dos deveres, constitui falta disciplinar específica, sujeito o infrator às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou criminais cabíveis em cada caso.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 37.º - Em nenhuma hipótese poderá haver proventos ou pensões superiores a 10 (dez) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Artigo 38.º - O débito do servidor, na data da entrada em vigor da presente lei, poderá ser liquidado, desde que o requeira, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, de igual valor, acrescidas dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pagáveis juntamente com a sua contribuição mensal.

Parágrafo único - Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados, da vigência da presente lei, para o recolhimento do débito em atraso, na forma deste artigo.

Artigo 39.º - Sempre que houver, por decreto executivo, alteração dos níveis de remuneração-base, de que trata o § 1.º do artigo 6.º serão reajustadas as aposentadorias e pensões de acordo com limites a serem estabelecidos em decreto, condicionada tal alteração às possibilidades financeiras da "Carteira".

Artigo 40.º - As aposentadorias e pensões concedidas antes da vigência desta lei terão sua quantia mensal majorada de 4 (quatro) vezes o seu valor a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

§ 1.º - Para atender à despesa decorrente da majoração de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, ao Instituto de Previdência do Estado, destinado à "Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da justiça do Estado", crédito especial no valor de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos).

§ 2.º - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da redução, em igual quantia, da dotação consignada ao Código Local n.º 184-A, Categoria Econômica - 4.3.0.0 - 4.3.6.0 - 4.3.6.2, do orçamento vigente.

§ 3.º - A partir de 1968, conforme as disponibilidades financeiras da Carteira, as pensões de que trata o artigo poderão ser majoradas através de ato do Chefe do Poder Executivo, respeitado o limite a que se refere o artigo 37.º.

Artigo 41.º - A Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado adotará o regime financeiro atual fixado em Regulamento.

Artigo 42.º - Salvo para tratamento de saúde, os servidores não poderão obter licença, permutas de ofícios ou inscrever-se em quaisquer concursos sem a prova de quitação para com a "Carteira".

Artigo 43.º - Os contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado, abrangidos por esta lei, poderão gozar dos mesmos serviços de assistência médico-hospitalar dispensados pelo Instituto de Assistência Médica dos Servidores Públicos aos Servidores da Justiça dos Cartórios Oficializados, desde que pague, a essa autarquia, as contribuições que por ela lhes forem fixadas, além de outras condições que forem estabelecidas no Regulamento da presente lei.

Artigo 44.º - Dos futuros orçamentos do Estado constarão recursos para ocorrer aos reajustes de aposentadoria e pensões concedidos na forma do artigo 4.º.

Artigo 45.º - A "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça", de que trata a letra "b" do artigo 12.º, da Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 6.533, de 30 de novembro de 1961, será arrecadada, a partir de 1.º de janeiro de 1968, na seguinte conformidade:

NCr\$	
I - sem valor declarado ou até 100,00.....	0,20

II - de 100,01 até 500,00.....	0,30
III - de 500,01 até 1.000,00	0,50
IV - de 1.000,01 até 5.000,00.....	1,00
V - de 5.000,01 até 10.000,00.....	2,00
VI - de 10.000,01 até 20.000,00.....	4,00
VII - superior a 20.000,01.....	6,00

§ 1.º - A arrecadação mencionada na letra "c", do artigo 12, referida neste artigo, é fixada em NCr\$ 0,02 (dois centavos).

§ 2.º - O mínimo mencionado na letra "d", do mesmo artigo 12, fica elevado para NCr\$ 0,01 (um centavo) e o adicional, nele referido, passa a ser de 15% (quinze por cento), arredondando-se para mais os resultados inferiores a NCr\$ 0,01 (um centavo).

Artigo 46.º - A subvenção de que trata o n.º VII, do artigo 8.º, será concedida a partir do 1.º de janeiro de 1968.

Artigo 47.º - Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá o seu regulamento.

Artigo 48.º - Esta lei entrará em vigor em 1.º de outubro do corrente ano.

Artigo 49.º - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio dos Bandeirantes, 4 de outubro de 1967.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Anésio de Paula e Silva

Ciro de Albuquerque

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 4 de outubro de 1967.

Domingos Licco, Diretor Geral, Substituto

Publicado no "Diário Oficial" de 5/10/67.

DECRETO N.º 49.933, DE 3 DE JULHO DE 1968

Regulamenta a Lei N.º 9.858, de 4 de outubro de 1967, e dá outras providências,

Roberto Costa de Abreu Sodré, governador do Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o artigo 35, item III, da Constituição do Estado.

Decreta:

Artigo 1.º - A Carteira de Aposentadoria de Servidores da justiça, criada pelas Leis n.º 465, de 28 de setembro de 1949 e n.º 507, de 17 de novembro de 1949, com as alterações de leis posteriores passa a denominar-se "Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado", regendo-se pelas normas e condições estabelecidas na Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967, e neste Regulamento.

Artigo 2.º - Os servidores da justiça terão direito a aposentadoria e os seus beneficiários, a pensão mensal, nos termos e condições da lei e deste Regulamento.

TÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES E DAS CONTRIBUIÇÕES

Artigo 3.º - São contribuintes obrigatórios da Carteira todos os servidores dos cartórios não oficializados da justiça do Estado, dos Registros de Imóveis, de Títulos e Documentos de Tabelionatos de Notas, de Protestos, de Depositários Públicos, de Contadores, de Distribuidores, de Partidores e de Registro Civil das Pessoas Naturais e respectivos anexos, estejam na atividade ou inatividade.

Artigo 4.º - Ao contribuinte obrigatório que tenha perdido essa qualidade, por qualquer motivo, é facultado manter a sua inscrição, desde que o requeira em 6 (seis) meses, a contar da data do desligamento do serviço cartorário.

§ 1.º - Para a concessão de aposentadoria e pensão, será considerado como de exercício o tempo de efetiva contribuição.

§ 2.º - O contribuinte recolherá, juntamente com sua contribuição a importância que seria devida pelo serventuário.

§ 3.º - Os pagamentos feitos com mora, depois do último dia do mês vencido, ficam sujeitos a juros de 1 To (um por cento) ao mês e a multa de 10% (dez por cento), cobráveis juntamente com o principal.

§ 4.º - Na falta de pagamento, durante 6 (seis) meses, contados da primeira contribuição mensal vencida, caducará o direito aos benefícios previstos na lei e no presente Regulamento, cessando para a Carteira toda e qualquer responsabilidade.

Artigo 5.º - No ato da inscrição, o contribuinte deverá declarar, perante a Carteira de Previdência, em impresso próprio:

- a) nome, filiação, data e lugar do nascimento;
- b) cartório onde estiver e em exercício e sua classificação;
- c) data da admissão ao serviço e classificação da comarca;
- d) categoria do servidor;
- e) remuneração-base e valor da contribuição mensal.

§ 1.º - Juntamente com os dados mencionados neste artigo, o servidor apresentará declaração de família, com firma reconhecida.

§ 2.º - As declarações constantes das alíneas "a" a "e" deste artigo serão visadas pelo serventuário a que estiverem os inscritos diretamente subordinados, e acompanhadas de certidão de nascimento ou de casamento.

§ 3.º - Qualquer alteração na situação da família do contribuinte deverá ser comunicada à Carteira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.

Artigo 6.º - As contribuições dos servidores de que trata o artigo 3.º serão devidas em mensalidades, correspondentes a 8% (oito por cento) da remuneração-base do cargo ou função exercida em caráter efetivo.

§ 1.º - Entende-se por remuneração-base os índices salariais, fixados pelo Poder Executivo, a que estão sujeitos os servidores.

§ 2.º - Os níveis de remuneração-base, estabelecidos em função do salário-mínimo vigente em São Paulo, e de acordo com a classificação das comarcas e categoria dos servidores, serão fixados por decreto do Chefe do Poder Executivo, sofrendo reajuste automático, a cada alteração do salário-mínimo, mantida a devida proporção.

§ 3.º - Além da contribuição de 8% (oito por cento), os servidores inscritos a partir da vigência da Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967, pagarão, durante 1 (um) ano, jôia à razão de 1.º (um por cento) ao mês, sobre sua remuneração-base.

§ 4.º - A elevação de entrância da comarca ou a passagem de distrito à categoria de sede de município, em que estiver em exercício o inscrito, determinará, obrigatoriamente, aumento dos benefícios e das contribuições.

§ 5.º - Aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior, se o inscrito for transferido para comarca de remuneração-base mais elevada.

§ 6.º - Os servidores em exercício em cartórios pertencentes a comarcas cujas entrâncias forem rebaixadas poderão requerer, a qualquer tempo, correspondente diminuição da contribuição e dos benefícios, sem direito à devolução de diferença paga a maior.

Artigo 7.º - Aposentado o inscrito, as contribuições ficam reduzidas a 5% (cinco por cento).

TÍTULO II

DAS FONTES DE RECEITA

Artigo 8.º - Constituem fontes de receita da Carteira;

I - As contribuições dos servidores da justiça de que trata o artigo 6.º;

II - As contribuições dos serventuários da Justiça, titulares de cartórios, de que trata o artigo 9.º;

III - A contribuição obrigatória dos aposentados e pensionistas, na base de 55% (cinco por cento) sobre o percebido como proventos ou pensão;

IV - O rendimento de seus bens e haveres;

V - As doações e legados que lhe forem feitos;

VI - Suas rendas eventuais; e

VII - Subvenção do Estado não inferior ao produto da arrecadação da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da justiça" de que trata o artigo 12.º da Lei n.º 465, de 28 de setembro de 1949, alterado pelo artigo 1.º da Lei n.º 6.533, de 30 de novembro de 1961, e pelo artigo 45.º da Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967, perdendo aquela taxa a destinação específica que lhe foi atribuída pela primeira dessas leis.

Artigo 9.º - Os titulares ou responsáveis pelas Serventias de justiça, contribuirão para a receita da Carteira obrigatoriamente, com quantia igual mensal, à totalidade das contribuições devidas, na forma do art. 6.º, pelos servidores de seus cartórios.

Artigo 10.º - A Carteira exercerá a fiscalização da fiel execução da lei e deste Regulamento, através do exame das guias de recolhimento, podendo verificar livros, arquivos, fichas e

quaisquer outras formas de registros e documentos do cartório, pelos quais possa ajuizar da regularidade da arrecadação das contribuições e da aposição das Taxas de Aposentadoria dos Servidores da Justiça.

§ 1.º - Ocorrendo a recusa ou sonegação dos elementos mencionados neste artigo, ou sua deficiente apresentação, poderá a Carteira, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever "Ex-Ofício" as importâncias que reputar devidas, ficando a cargo do servidor ou do serventuário o ônus da prova em contrário.

§ 2.º - Poderá também a Carteira realizar visitas ao recinto dos cartórios, a fim de verificar o número de servidores em exercício, suas inscrições, data de ingresso ou qualquer outro elemento necessário à fiscalização.

§ 3.º - No caso de recusa ou obstáculo criado pelo serventuário às diligências de que trata este artigo, ou na hipótese de sonegação do recolhimento de contribuições, a Carteira promoverá a sua responsabilidade administrativa civil e criminal.

Artigo 11.º - O titular do cartório arrecadará obrigatória e mensalmente dos seus subordinados, mediante desconto em folha de salários, as contribuições devidas e as recolherá diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, destinadas à Carteira, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez), impreterivelmente, de cada mês seguinte ao dos salários pagos ou vencidos.

§ 1.º - A inobservância do disposto neste artigo, sem prejuízo do pagamento dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sujeitará o infrator à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das importâncias devidas, além das sanções previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

§ 2.º - O serventuário recolherá, com as contribuições do pessoal de seu cartório, a própria, e a de que trata o artigo 9.º, vinculado aos mesmos prazos, acréscimos, sanções e demais consequências impostas na lei e neste Regulamento para a falta ou atraso do recolhimento.

TÍTULO III

DOS BENEFÍCIOS E DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO 1

DA APOSENTADORIA

Artigo 12.º - O servidor terá direito à aposentadoria desde que conte 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício, se for homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.

Parágrafo único - O "quantum" mensal da aposentadoria corresponderá à medida da remuneração-base relativa aos dois últimos anos, imediatamente anteriores à data da publicação, no Diário Oficial do Estado, do ato da aposentadoria.

Artigo 13.º - O servidor que, em virtude de moléstia, se incapacitar para o desempenho da função terá direito a proventos integrais, calculados sobre a média da remuneração-base dos 12 (doze) últimos meses, nos seguintes casos:

I - quando contar mais de 15 (quinze) anos de serviço;

II - quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna ou lepra;

III - quando atacado de paralisia que o impeça de se locomover;

IV - quando sofrer de doença ocular grave que o incapacite para o desempenho regular de suas funções;

V - quando invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço;

§ 1.º - A comprovação de moléstia ou invalidez far-se-á através de processo regular, a pedido do servidor, ou por iniciativa do serventuário da justiça, ratificada pelo Corregedor da Comarca, por iniciativa deste último, ou ainda por determinação do Corregedor Geral da Justiça.

§ 2.º - O servidor que, nos casos especificados neste artigo, se incapacitar para o desempenho da função, será aposentado provisoriamente, até o prazo máximo de 4 (quatro) anos. Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, a aposentadoria será convertida em definitiva.

§ 3.º - Aplica-se aos serventuários sucedidos, por invalidez, o disposto no parágrafo anterior.

§ 4.º - O servidor aposentado provisoriamente fica obrigado a submeter-se às inspeções médicas que lhe forem determinadas, sob pena de suspensão do pagamento dos proventos.

§ 5.º - Ressalvadas as hipóteses previstas nos itens II, III, IV e V deste artigo, os servidores incapacitados para o serviço, que contarem menos de 15 (quinze) anos de atividade, serão aposentados com proventos proporcionais, na base de 1/15 (um quinze avos) por ano de serviço calculados sobre a remuneração-base dos 12 (doze) últimos meses.

§ 6.º - Qualquer que seja o tempo de serviço, os proventos não serão inferiores à metade da

remuneração-base do servidor.

Artigo 14.º - O servidor será aposentado aos 70 (setenta) anos de idade, se o requerer.

Artigo 15.º - Aposentado o, servidor nos termos do artigo anterior, seus proventos serão integrais se contar no mínimo 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se for homem, e 30 (trinta) anos se for mulher, e proporcionais na conformidade do número de anos de serviço, se contar tempo menor.

Parágrafo único - Os proventos de que trata este artigo serão equivalentes à média da remuneração-base dos 2 (dois) últimos anos, à qual em nenhuma hipótese poderão ser superior.

Artigo 16.º - O Corregedor Geral da justiça poderá, se julgar conveniente para os interesses judiciários, determinar, sempre que entender necessário, se proceda, no servidor com 70 (setenta) ou mais anos de idade, exame médico, perante junta Médica Oficial, constituída de 3 (três) médicos do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

§ 1.º - Se, em qualquer dos exames médicos, for verificada a inaptidão ou incapacidade física ou mental do servidor para permanecer no desempenho de suas funções, será ele aposentado.

§ 2.º - A recusa ao exame médico acarretará, por determinação do Corregedor, a suspensão das funções pelo faltoso até o cumprimento da exigência.

Artigo 17.º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, e o de serviço prestado em cartório, como fiel, auxiliar, escrevente e serventuário, ainda em caráter interino, computar-se-á integralmente para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único - O tempo de serviço será comprovado por Título de Liquidação, expedido pela Corregedoria Geral da justiça.

Artigo 18.º - A incapacidade ou invalidez será sempre verificada mediante inspeção, por uma junta de médicos do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 19.º - O servidor que se julgar com direito à aposentadoria deverá requerê-la ao Secretário da justiça, instruindo o pedido, desde logo, conforme o caso, com título de liquidação de tempo de serviço.

Artigo 20.º - O pagamento dos benefícios será efetuado diretamente ao beneficiário, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando se fará a procurador constituído regularmente mediante autorização expressa da Carteira, que poderá negá-la, quando reputar essa representação inconveniente.

Parágrafo único - A impressão digital do beneficiário incapaz de assinar, desde que aposta na presença de funcionário da Carteira, será reconhecido o valor de assinatura, para efeito de equitação dos recibos de benefício.

Artigo 21.º - O benefício da pensão compete aos dependentes do contribuinte da Carteira, no caso de seu falecimento.

§ 1.º - A importância da pensão devida ao conjunto dos dependentes do inscrito será constituída de uma parcela familiar, de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre a média da remuneração base pela qual o servidor estiver contribuindo nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, mais tantas parcelas iguais, cada uma, a 5% (cinco por cento) do valor da mesma pensão, quantos forem os dependentes do inscrito, até o máximo de 5 (cinco).

§ 2.º - A importância total obtida nos termos do parágrafo anterior, será rateada, em cotas iguais, entre todos os dependentes com direito à pensão.

§ 3.º - A cota da pensão se extinguirá nos termos dos artigos 22 § 2.º, 23 e 33.

§ 4.º - Quando se extinguir uma cota de pensão se procederá a novo cálculo e novo rateio do benefício, considerados apenas os pensionistas remanescentes.

Artigo 22.º - São beneficiários obrigatórios:

I - o cônjuge sobrevivente;

II - os filhos menores de idade, os incapazes e os inválidos;

III - os pais que vivam sob a dependência econômica dos contribuintes solteiros, desquitados ou viúvos, que não possuam filhos e desde que não tenha havido instituição de beneficiários.

§ 1.º - Os filhos legitimados e os naturais e reconhecidos equiparam-se aos legítimos.

§ 2.º - Atingindo os filhos a idade de 21 (vinte e um) anos, ou de 25 (vinte e cinco) anos, se estiverem freqüentando curso superior, cessa o seu direito à pensão. Cessa, igualmente, o direito à pensão, antes do prazo fixado, na hipótese de casamento do dependente.

§ 3.º - A pensão atribuída ao incapaz ou inválido será devida enquanto durar a incapacidade ou invalidez.

Artigo 23.º - O cônjuge sobrevivente que contrair novas núpcias perderá o direito à pensão.

Parágrafo único - A viuvez subsequente não restabelece o direito à pensão do cônjuge inscrito.

Artigo 24.º - Não tem direito à pensão o cônjuge que, ao tempo do falecimento do inscrito, estava dele desquitado, ou havia abandonado o lar há mais de 6 (seis) meses, promovida a exclusão neste caso, pelos interessados por ação judicial.

§ 1.º - Não perderá, porém o cônjuge sobrevivente, o direito à pensão:

1 - Se, no desquite judicial, for declarado inocente;

2 - Se, no desquite por mútuo consentimento, prestava-lhe o inscrito pensão alimentícia;

3 - Se foi justo o abandono do lar.

§ 2.º - Caduca em 6 (seis) meses, contados da morte do inscrito, a ação dos interessados para excluir o cônjuge supérstite, por abandono do lar.

Artigo 25.º - Fica facultado ao contribuinte instituir como beneficiários os enteados' e filhos adotivos.

§ 1.º - Nos benefícios, os enteados e filhos adotivos concorrerão, com os filhos do inscrito, em igualdade de condições, ou em menor parte.

§ 2.º - Aplicam-se quanto aos enteados e filhos adotivos o disposto neste Regulamento para os filhos do contribuinte, sendo assegurada a este a faculdade de, a todo o tempo, revogar a inscrição dos mesmos.

§ 3.º - A instituição de beneficiários, na forma deste artigo e a atribuição do benefício em menor parte, que lhe for concedida serão feitas mediante testamento ou simples declaração de vontade, devidamente testemunhada e registrada.

Artigo 26.º - Não existindo filhos de leitos anteriores, o inscrito poderá destinar ao seu cônjuge a totalidade da pensão devida pela forma determinada no § 19.º, do artigo anterior.

Artigo 27.º - O contribuinte solteiro, viúvo, ou desquitado, poderá instituir beneficiário pela forma estabelecida no § 3.º do artigo 25.º, à companheira que viva sob sua dependência econômica, ressalvado, na razão da metade o direito que competir a seus filhos.

§ 1.º - Ao contribuinte desquitado, que não estiver obrigado para com o outro cônjuge, admitir-se-á instituir Beneficiários.

§ 2.º - Será automaticamente cancelada a inscrição de beneficiários, se o inscrito vier a contrair núpcias, ou, se desquitado, restabelecer a sociedade conjugal.

§ 3.º - Fica facultado ao contribuinte a todo o tempo revogar a inscrição de beneficiários facultativos.

Artigo 28.º - Não terá direito a pensão o dependente de contribuinte com menos de 24 (vinte e quatro) meses de inscrição, a pedido ou "ex-offício".

Artigo 29.º - Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão, salvo os descendentes de casal contribuinte.

Artigo 30.º O direito à pensão nasce na data do falecimento do inscrito.

Artigo 31.º As pensões devidas aos beneficiários do contribuinte falecido serão sempre reajustáveis aos novos mínimos da remuneração-base correspondente aos servidores de igual categoria do inscrito.

Artigo 32.º - Decorridos 90 (noventa) dias da data do falecimento do inscrito, e não tendo havido habilitação de dependentes, as pensões mensais a favor dos beneficiários obrigatórios ou instituídos serão devidas, apenas, a contar da data da entrega de seus pedidos no Protocolo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, sem direito a atrasados.

Artigo 33.º - A pensão é mensal e extingue-se com a morte, casamento, cessação da incapacidade ou invalidez e nas hipóteses do § 2.º do artigo 22.º.

Artigo 34.º - A incapacidade ou invalidez, para a concessão da pensão, será verificada mediante inspeção por junta médica do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 35.º - As pensões não são passíveis de penhora, ar- resto, nem estão sujeitas a inventário e partilha judiciais, e são livres de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, considerando-se nula toda a venda ou cessão de que sejam objeto, bem assim a constituição de qualquer ônus que sobre elas recaia, defesa a outorga de poderes para a percepção das respectivas importâncias,

Parágrafo único - Excetuam-se da proibição deste artigo o desconto previsto no artigo 8.º, item III, e os que corresponderem a quantias devidas à própria Carteira.

Artigo 36.º - Por morte presumida do contribuinte, declarada em processo judicial, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma estabelecida neste Regulamento.

TÍTULO IV

DA PEREMPÇÃO, DA PRESCRIÇÃO E DA CADUCIDADE

Artigo 37.º - As exigências formuladas no processo de aposentadoria ou pensão deverão ser satisfeitas dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da publicação do despacho respectivo no Diário Oficial do Estado, prorrogável a requerimento do interessado e a critério da Carteira, no máximo por igual período.

§ 1.º - O requerimento de prorrogação deve dar entrada, antes de findo o prazo inicial, no Protocolo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

§ 2.º - O não cumprimento da exigência no prazo fixado, ou no de sua prorrogação, acarretará a perempção do processo

§ 3.º - A pensão, operando-se a perempção, passa a ser devida, se este for o caso, a partir da data da entrada do novo pedido no Protocolo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 38.º - O direito à pensão não está sujeito à prescrição ou decadência, observado, porém, o disposto do artigo 32.º.

TÍTULO V

DOS DEVERES, PARA COM A "CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DA JUSTIÇA DO ESTADO"

Artigo 39.º - São deveres dos titulares das serventias da justiça para com a Carteira:

I - Descontar, mensalmente, na folha de pagamento dos servidores seus subordinados as contribuições e demais quantias por eles devidas à Carteira;

II - Recolher à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez) de cada mês, juntamente com as contribuições do pessoal de seu cartório, a sua própria contribuição e demais quantias devidas referentes ao mês imediatamente anterior.

III - Colar nos livros, certidões, formais instrumentos e demais papéis, antes ou imediatamente após seu pagamento, pela parte ou interessado, as estampilhas da "Taxa de Aposentadoria dos Servidores da justiça", observada a escala fixada em lei.

IV - Remeter mensalmente à Carteira a valor global das estampilhas aplicadas no mês imediatamente anterior na forma prevista no inciso III.

Artigo 40.º - Os serventuários ficam obrigados a preparar folhas mensais de pagamento real de seus subordinados, bem como da respectiva remuneração-base e dos descontos efetuados para a Carteira, remetendo uma via à mesma, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente aos dos pagamentos.

Artigo 41.º - Em qualquer caso, não poderá o serventuário ultrapassar o prazo de 6 (seis) meses do recolhimento da contribuição em atraso.

Parágrafo único - Incorrendo o serventuário na hipótese do atraso, será suspenso do exercício de suas funções pela Corregedoria Geral da justiça, até o prazo máximo de 90 (noventa) dias, findo o qual persistindo a mora, será iniciado o competente procedimento judicial.

Artigo 42.º - Os descontos das contribuições sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, pelos serventuários, não lhes sendo lícito alegar nenhuma omissão que hajam praticado, a fim de se eximirem ao devido recolhimento, ficando pessoal e diretamente responsáveis pelas importâncias que deixarem de receber ou que tiverem arrecadado em desacordo com este Regulamento.

Artigo 43.º - O descumprimento de qualquer dos deveres constitui falta disciplinar específica, sujeito o infrator às penalidades prevista na lei e neste Regulamento, e sem prejuízo de outras sanções civis ou criminais cabíveis.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 44.º - Em nenhuma hipótese poderá haver proventos ou pensões superiores a 10 (dez) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Artigo 45.º - O débito do serviço, na data da entrada em vigor do presente Regulamento, poderá ser liquidado, desde que o requeira, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, de igual valor, acrescidas dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pagáveis juntamente com a sua contribuição mensal.

Parágrafo único - Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência deste Regulamento, para o requerimento do benefício de que trata o presente artigo.

Artigo 46.º - Sempre que houver, por decreto executivo, alteração dos níveis de remuneração-base de que trata o § 2.º do artigo 6.º, serão proporcionalmente reajustadas as aposentadorias e pensões.

Artigo 47.º - Conforme as disponibilidades financeiras da Carteira, as pensões e aposentadorias

concedidas antes da vigência da Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967, e reajustadas na forma prevista no artigo 40 dessa lei, poderão ser majoradas através de ato do Chefe do Poder Executivo, respeitados os limites e condições fixados para os benefícios em geral.

Artigo 48.º - A carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado adotará o regime financeiro atuarial de repartição com fundo de garantia, salvo se outro for estabelecido por decreto.

Parágrafo único - A aplicação do regime previsto neste artigo terá um período de carência até 31 de dezembro de 1972.

Artigo 49.º - O Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, cada 2 (dois) anos ou sempre que necessário mandará proceder a estudos atuariais e representará os poderes competentes, solicitando reajuste das fontes da receita estabelecidas, a fim de que possam ser pagos os benefícios nas bases previstas.

Parágrafo único - Comprovada a insuficiência dos recursos para o atendimento integral dos encargos, os benefícios serão pagos proporcionalmente ao que for apurado em estudos atuariais aprovados pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 50.º - A receita da Carteira só poderá ser utilizada no pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento e nas despesas de administração e materiais necessários à consecução de seus fins.

Artigo 51.º - Haverá um Fundo de Reserva, não inferior a 20% (vinte por cento) da receita anual da Carteira, fixado pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e destinado à atualização dos benefícios previstos neste Regulamento.

Artigo 52.º - Toda receita recolhida pela Carteira será imediatamente entregue, como aplicação, ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, rendendo juros de 7% (sete por cento) ao ano, em conta especial.

Artigo 53.º - Resguardadas a reserva necessária e disponibilidades da Carteira, poderá o excesso de recursos ser aplicado com rendimento maior em títulos federais, estaduais ou municipais e letras imobiliárias garantidas pelo Banco Nacional de Habitação.

Artigo 54.º - Nos reajustes de pensões e aposentadorias, aplicar-se-á à remuneração-base atualizada a percentagem apurada na data da concessão do benefício.

Artigo 55.º - Os contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado poderão gozar dos serviços de assistência médico-hospitalar dispensados pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, desde que paguem a essa autarquia a taxa regularmente estipulada, incidente sobre a respectiva remuneração-base observadas as disposições pertinentes à matéria.

Artigo 56.º - A inscrição dos contribuintes para atendimento no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual ficará sujeita a período de carência de 6 (seis) meses, desde que requerida dentro de 90 (noventa) dias da vigência deste Regulamento ou da admissão de servidor na atividade cartorária.

Parágrafo único - O período de carência a que se refere o presente artigo será acrescido de tantos meses quantos forem os períodos de 90 (noventa) dias excedentes ao primeiro que se seguir à vigência deste Regulamento ou à admissão no Cartório.

Artigo 57.º - As contribuições previstas no artigo 55 do pessoal cartorário em atividade serão recolhidas, por intermédio do respectivo serventuário, diretamente ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual ou através do Banco do Estado de São Paulo S/A.

§ 1.º - Mensalmente, os serventuários encaminharão ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual relação nominal referente aos recolhimentos efetuados.

§ 2.º - Do recolhimento será dado comprovante ao servidor, de forma sumária, para os efeitos de direito.

Artigo 58.º - Os servidores aposentados recolherão suas contribuições diretamente ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual ou através de Banco do Estado de São Paulo S/A., à conta da autarquia, sendo os comprovantes de depósitos mensais considerados como prova de quitação para com aquele Instituto.

Artigo 59.º - Aos inativos existentes à data da vigência deste Regulamento é facultada a inscrição no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado, mediante pagamento da taxa devida calculada sobre os respectivo proventos, ficando sujeitos a período de carência de 18 (dezoito) meses, desde que requerida dentro de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O período de carência a que se refere o presente artigo será acrescido de tantos meses quantos; forem os períodos de 90 (noventa) dias excedentes ao primeiro que se

seguir à vigência deste Regulamento.

Artigo 60.º - Os contribuintes que se desligarem das funções pelas quais contribuíam para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual poderão manter sua inscrição no mesmo, desde que o requeiram no prazo de 90 (noventa) dias e continuem contribuindo para a Carteira.

Artigo 61.º - Na falta de pagamento de 6 (seis) contribuições mensais vencidas, caducará a inscrição do servidor, ativo ou inativo, cessando para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual toda e qualquer responsabilidade.

Artigo 62.º - Os pagamentos feitos com mora, até o limite fixado no artigo anterior, ficam sujeitos à multa de 10% (dez por cento), considerando-se vencida a contribuição não satisfeita até o dia (dez) do mês subsequente àquela a que corresponda.

Artigo 63.º - Poderão os servidores contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual cancelar sua inscrição sem direito a quaisquer restituições e a retratação.

Artigo 64.º - O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual poderá baixar, através de Resolução, normas complementares para a boa execução deste Regulamento, no âmbito, de sua competência,

Artigo 65.º - A Secretaria da Fazenda, por seu Departamento da Receita, na Capital, e pelas Coletorias e Exatorias, no interior, encaminhará, até o último dia de cada mês, informes sobre o "quantum" arrecadado relativamente à Taxa de Aposentadoria dos Servidores da justiça no mês imediatamente anterior.

Artigo 66.º - Até 60 (sessenta) dias contados do término do mês correspondente à arrecadação, será transferida pela Secretaria da Fazenda à Carteira importância equivalente ao total arrecadado a título de Taxa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores da justiça.

Artigo 67.º - A aplicação das estampilhas correspondentes à Taxa de Aposentadoria a que se refere o artigo 8.º, item VII deste Regulamento será fiscalizada pelo juiz Corregedor Permanente em todos os Cartórios sob sua jurisdição, o qual aplicará as multas correspondentes às infrações verificadas e as comunicará ao Corregedor Geral da Justiça e à Carteira.

Artigo - 68.º Os servidores não poderão obter licença, salvo para tratamento de saúde, permuta de ofícios ou inscrição em quaisquer concursos. sem prova de quitação para com a Carteira.

Parágrafo único - Em se tratando de serventuário, a prova de quitação referir-se-á a ele e ainda aos servidores que lhe forem subordinados.

Artigo 69.º - A infração de qualquer dispositivo deste Regulamento para a qual não haja penalidade expressamente cominada sujeitará o responsável à multa de 1 (um) a 10 (dez) vezes o salário-mínimo vigente na Capital do Estado, conforme a gravidade da infração, imposta pela Carteira.

Artigo 70.º - Da decisão que julgar procedente o débito ou impuser penalidade, caberá recurso voluntário para o Conselho do Instituto de Previdência do Estado, no prazo de 30 dias, contados da ciência do interessado.

Parágrafo único - O recurso só será admitido mediante depósito da importância correspondente ao valor do débito ou mediante fiança idônea dentro do prazo fixado neste artigo.

Artigo 71.º - Quaisquer débitos apurados pela Carteira, assim como as multas impostas julgados definitivamente, serão lançados em livro próprio do Instituto de Previdência do Estado, destinado à inscrição de sua dívida.

Artigo 72.º - Os níveis de remuneração-base a que se refere o artigo 6.º deste Regulamento são os constantes da Tabela anexa que dele fica fazendo parte integrante.

Artigo 73.º - Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência do Estado.

Artigo 74.º - O presente Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de julho de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 3 de julho de 1968. Maria Angélica Galiuzzi - Responsável pelo S.N.A.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 72 DO DECRETO N.º 49.933 DE 3 DE JULHO DE 1968

ENTRÂNCIA ESPECIAL

Sede de Comarca	Salário Mínimo	Remuneração Base
Serventuário.....	7,20	933,12
Oficial Maior.....	3,60	466,56
Escrevente.....	3,00	388,80
Auxiliar.....	2,40	311,04
Município		
Serventuário.....	6,60	855,36
Oficial Maior.....	3,30	427,68
Escrevente.....	2,75	356,40
Auxiliar..... 2,20		285,12
Distrito		
Serventuário.....	6,00	777,60
Oficial Maior..... 3,00		388,80
Escrevente.....	2,50	324,00
Auxiliar..... 2,00		259,20
4.ª ENTRÂNCIA - 1.ª CLASSE		
Sede de Comarca	Salário Mínimo	Remuneração Base
Serventuário.....	6,00	777,60
Oficial Maior.....	3,30	427,68
Escrevente.....	2,70	349,92
Auxiliar..... 2,10		272,16
Município		
Serventuário.....	5,50	712,80
Oficial Maior.....	3,025	392,04
Escrevente.....	2,475	320,76
Auxiliar 1,925		249,48
Distrito		
Serventuário.....	5,00	648,00
Oficial Maior..... 2,75		356,40
Escrevente.....	2,25	291,60
Auxiliar.....	1,75	226,80
3.ª ENTRÂNCIA - 2.ª CLASSE		
Sede de Comarca	Salário Mínimo	Remuneração Base
Serventuário.....	4,80	622,08
Oficial Maior.....	3,00	388,80
Escrevente.....	2,40	311,04
Auxiliar..... 1,80		233,28
Município		
Serventuário.....	4,40	570,24
Oficial Maior.....	2,75	356,40
Escrevente.....	2,20	285,12
Auxiliar.....	1,65	213,84
Distrito		
Serventuário.....	4,00	518,40
Oficial Maior..... 2,50		324,00
Escrevente.....	2,00	259,20
Auxiliar..... 1,50		194,40
2.ª.- ENTRÂNCIA - 3.ª CLASSE		
Sede de Comarca	Salário Mínimo	Remuneração Base
Serventuário.....	4,20	544,08
Oficial Maior..... 2,70		349,92
Escrevente.....	2,10	272,16
Auxiliar..... 1,50		194,40
Município		
Serventuário.....	3,85	498,96
Oficial Maior..... 2,475		320,76
Escrevente.....	1,925	249,48
Auxiliar..... 1,375		178,20

Distrito		
Serventuário.....	3,50	453,60.
Oficial Maior.....	2,25	291,60
Escrevente.....	1,75	226,80
Auxiliar.....	1,25	162,00
1.ª ENTRÂNCIA - 4.ª CLASSE		
Sede de Comarca	Salário Mínimo	Remuneração Base
Serventuário.....	3,60	466,56
Oficial Maior..... 2,40		311,04
Escrevente.....	1,80	233,28
Auxiliar 1,20		155,52
Município		
Serventuário.....	3,30	427,68
Oficial Maior..... 2,20		285,12
Escrevente.....	1,65	213,84
Auxiliar.....	1,10	142,56
Distrito		
Serventuário.....	3,00	388,80
Oficial Maior..... 2,00		259,20
Escrevente.....	1,50	194,40
Auxiliar..... 1,00		129,60

DECRETO N.º 49.987, DE 17 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre o Regulamento da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, criada pelo artigo 11, da Lei n.º 9.847, de 25 de setembro de 1967.

Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - A Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, criada pelo artigo 11 da Lei n.º 9.847, de 28 de setembro de 1967, exercerá suas atribuições nos termos do presente Regulamento.

Artigo 2.º - A Corregedoria será dirigida pelo Corregedor e terá três Corregedores-Auxiliares.

Artigo 3.º - São atribuições da Corregedoria:

I - Estudar e analisar as praxes e rotinas de trabalho, observadas nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado, de modo a sugerir o que for necessário ou vantajoso à simplificação, racionalização e eficiência dos serviços, bem como o seu funcionamento. com vistas ao respectivo entrosamento e aperfeiçoamento;

II - Verificar:

- a) se existem, nas dependências da Procuradoria Geral do Estado, os livros e impressos determinados em lei e em atos regulamentares;
- b) se os processos, pastas, expedientes, arquivos, fichários e documentação, em geral, se encontram em ordem;
- c) se o serviço se acha convenientemente aparelhado, não somente quanto a funcionários, como também quanto a mobiliário e utensílios;
- d) se os serviços são executados e desempenhados com diligência, capacidade e exatidão, pelos respectivos servidores;
- e) se as normas legais e regulamentares relativas à consecução dos serviços são observadas;
- f) se os métodos de trabalho e práticas adotadas, horários, etc., são os mais convenientes e racionalizados;
- g) se o andamento do serviço se observa com presteza e atenção;
- h) se o prédio e instalações são apropriados e suficientes às necessidades do serviço;
- i) se os valores são guardados em lugares seguros;
- j) se consta a prática de erros, abusos, omissões ou irregularidades, que devam ser emendados, evitados ou punidos;
- l) qualquer ocorrência ligada às suas atribuições;

III - Receber críticas e sugestões sobre o andamento dos serviços afetos à Procuradoria Geral do

Estado;

IV - Encaminhar, ao Procurador Geral do Estado, para as providências de sua alçada, cópia dos termos das Correições, bem como dos relatórios dos Corregedores, sugerindo as medidas julgadas convenientes a se atingirem os objetivos fixados nos incisos anteriores.

Artigo 4.º - De modo particular, a Corregedoria deverá verificar se os prazos regulamentares são o rigorosamente observados, se há uniformidade na sustentação das teses jurídicas de interesse do Estado e se essa sustentação se determina pela melhor doutrina ou exegese.

Artigo 5.º - As Correições serão:

I - Permanentes ou Periódicas;

II - Ordinárias ou Extraordinárias;

III - Gerais ou Parciais.

Artigo 6.º - As Correições Permanentes objetivarão o cumprimento dos disposto nos artigos 19, inciso I e III e 4.º.

Artigo 7.º - As Correições Permanentes incumbem:

I - Ao Corregedor quanto a todos os órgãos e serviços das Procuradorias, quer técnicos ou administrativos;

II - Aos Corregedores Auxiliares, quanto aos:

a) serviços administrativos dos referidos órgãos;

b) serviços técnicos, quando especialmente determinados pelo Corregedor.

Parágrafo único - As correições dos serviços da sede da Procuradoria Geral do Estado somente serão realizadas quando determinadas pelo Procurador Geral do Estado, Secretário da justiça ou Governador do Estado.

Artigo 8.º - As Correições Periódicas objetivarão verificar o cumprimento das determinações expedidas em consequência das conclusões de qualquer espécie de Correição.

Parágrafo único - No início de cada exercício, a Corregedoria fixará, para cada unidade serviço, ou repartição, as datas, em que serão realizadas as Correições Periódicas.

Artigo 9.º - As Correições Ordinárias objetivarão o cumprimento do disposto nos artigos 19, incisos II e III, e 4.º.

Parágrafo único - As Correições Ordinárias serão realizadas, uma vez por ano, pessoalmente, pelo Corregedor, em cada Procuradoria, repartição, unidade ou serviço, ou por um dos Corregedores Auxiliares, mediante escalas de serviços da Corregedoria.

Artigo 10.º - As Correições Extraordinárias poderão objetivar, indistintamente, o cumprimento dos incisos I, II e III, do artigo 19.º, ou de qualquer das letras do inciso II, isoladamente, bem como do artigo 4.º.

Parágrafo único - As Correições Extraordinárias serão realizadas, pessoalmente, pelo Corregedor ou, por delegação, pelos Corregedores Auxiliares, quando determinadas pelo Corregedor ou, por delegação, pelos Corregedores Auxiliares, quando determinadas pelo Procurador Geral do Estado.

Artigo 11.º - As Correições Ordinárias serão, sempre, Gerais; as Extraordinárias e as Periódicas poderão ser Gerais ou Parciais, conforme abranjam todos os órgãos da Procuradoria Geral, algum ou alguns deles, determinado serviço ou certo e determinado caso ou processo.

Artigo 12.º - As Correições Ordinárias serão anunciadas por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência, de, pelo menos 5 (cinco) dias.

Parágrafo único - O edital mencionará dia, hora e local, em que serão recebidas informações, queixas ou reclamações sobre o serviço, repartição ou unidade, objeto da Correição.

Artigo 13.º - As Correições se instalarão na sede da unidade, dependência ou serviço visado, iniciando-se, mediante termo lavrado pelo Secretário e assinado, afinal, pelo Corregedor e pelo respectivo responsável pela unidade dependência ou Serviço. Nesse termo serão consignadas todas as ocorrências, declarações, depoimentos, juntadas de documentos ou quaisquer atos, que se praticarem durante a Correição.

Artigo 14.º - Compete ao Corregedor:

I - Observar e fazer observar este Regulamento;

II - Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros destinados ao registro dos trabalhos da Corregedoria, bem como rubricar-lhes as folhas;

III - Propor, ao Procurador Geral do Estado, com base nos relatórios e termos provenientes de quaisquer espécies de Correição ou nas comunicações urgentes, recebidas dos Corregedores Auxiliares, as medidas destinadas ao aperfeiçoamento, regularidade e uniformização dos serviços técnicos e administrativos;

IV - Superintender os serviços da Secretaria da Corregedoria, adotando as medidas que julgar convenientes ao bom desenvolvimento dos trabalhos, inclusive organização dos arquivos das Correições e das medidas sugeridas ao Procurador Geral do Estado;

V - Expedir ordens internas, circulares ou outras determinações, que visem regularidade dos serviços a seu cargo;

VI - Receber relatórios e termos das Correições realizadas e comunicações urgentes, que lhe forem endereçadas pelos Corregedores Auxiliares e encaminhá-los, em síntese, ao Procurador Geral do Estado, com as sugestões, que julgar oportunas;

VII - Determinar, aos Corregedores Auxiliares, a realização das Correições ou de qualquer diligência, que se relacione com o aperfeiçoamento do serviço, na esfera de suas atribuições;

VIII - Promover reuniões mensais dos membros da Corregedoria, nos termos do artigo 19;

IX - Exercer a representação da Corregedoria;

X - Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções.

Parágrafo único - As reuniões da Corregedoria, a que se refere o inciso, VIII, deste artigo, serão registradas em atas, com resumo dos debates e decisões.

Artigo 15.º - O Corregedor será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Corregedor Auxiliar de maior hierarquia funcional e se de igual hierarquia, pelo mais antigo no cargo.

Artigo 16.º - Os Corregedores Auxiliares terão, cada um, o respectivo Suplente, que deverá ser da mesma categoria funcional.

Parágrafo único - Os Suplentes serão designados pelo Chefe do Poder Executivo e substituirão os Corregedores-Auxiliares nas suas faltas e impedimentos. '

Artigo 17.º - Compete aos Corregedores Auxiliares:

I - Proceder às Correições ou investigações, nos termos deste Regulamento ou quando determinadas pelo Corregedor;

II - Formular, ao termo de cada Correição, relatório pormenorizado das ocorrências verificadas e oferecer sugestões tendentes à melhoria dos serviços;

III - Atender, com presteza, as designações do Corregedor, para officiar nas Correições, desincumbindo-se delas com a maior eficiência e no menor espaço de tempo possível;

IV - Apresentar, ao Corregedor, estudos, pareceres, anteprojetos de lei, organogramas, objetivando a seleção, o aperfeiçoamento, o entrosamento ou o melhor aproveitamento do pessoal e serviços dos órgãos ou dependências da Procuradoria Geral do Estado;

V - Requisitar, por intermédio do Corregedor, as informações, documentos, pareceres, processos, papéis, cópias, necessários ou úteis ao perfeito estudo das matérias, que lhes forem atribuídas;

VI - Comparecer às reuniões da Corregedoria e delas participar oferecendo sugestões relativas aos seus serviços;

VII - Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atribuições.

Artigo 18.º - Haverá, na Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado, que funcionará na sede desta, uma Secretaria, com um Secretário que a chefiará.

§ 1.º - A Secretaria, incumbe organizar e manter o Protocolo, o Expediente e o Arquivo da Corregedoria.

§ 2.º - O Secretário será funcionário da Procuradoria Geral do Estado, designado pelo Procurador Geral do Estado,

§ 3.º - A Secretaria da Corregedoria auxiliará o Corregedor no desempenho de suas atribuições, bem como os Corregedores Auxiliares, através de ordens emanadas do primeiro, a requisição destes.

§ 4.º - Além dessas atribuições, a Secretaria manterá livro próprio, onde serão lavrados os termos das Correições,

§ 5.º - Incumbe, ainda, ao Secretário, receber e movimentar os processos da Corregedoria, cuidar da correspondência, organizar os arquivos, manter os fichários, organizar as estatísticas das Correições e realizar quaisquer serviços determinados pelo Corregedor.

Artigo 19.º - Os componentes da Corregedoria se reunirão, mensalmente, ou quando convocados pelo Corregedor, sob a presidência deste, a fim de acertarem medidas que visem ao bom desempenho de suas funções.

Artigo 20.º - As Correições, na Procuradoria, de que o Corregedor seja chefe, serão realizadas por um ou mais Corregedores Auxiliares, escolhidos, por sorteio, entre aqueles, que não sirvam nessa dependência.

Artigo 21.º - Haverá, na sede da Corregedoria, livro próprio para registro de reclamações contra irregularidades nos serviços técnicos e administrativos ou relacionados com a conduta funcional

de qualquer servidor da Procuradoria Geral do Estado. O Secretário levará o termo respectivo e tomará a assinatura do queixoso.

Parágrafo único - Lavrado o termo, o Secretário dele extrairá cópia, autuando-o e fazendo o processo presente ao Corregedor, para as providências cabíveis.

Artigo 22.º - Todos os servidores da Procuradoria Geral do Estado são obrigados a fornecer, aos Corregedores, os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados, exibindo, inclusive, os documentos e valores em seu poder, por motivo do serviço que desempenham.

Parágrafo único - A recusa de colaboração ou a tentativa de impedir ou tumultuar, por ação ou omissão, os trabalhos de qualquer Correição, será considerada falta grave, para os fins disciplinares.

Artigo 23.º - Por solicitação do Corregedor, o Procurador Geral do Estado poderá designar funcionários de quaisquer órgãos da Procuradoria Geral do Estado, para auxiliar nos trabalhos de Correição.

Parágrafo único - Aos auxiliares das Correições, incumbe proceder aos exames, investigações e diligências, que lhes forem cometidas pelos Corregedores, a quem prestarão circunstanciadas informações.

Artigo 24.º - As Correições serão realizadas sem prejuízo da fiscalização, direta e permanente, de responsabilidade dos Procuradores Chefes, Procuradores Subchefes, Procuradores Seccionais, Diretores, Chefes de Seção, de Serviço, Encarregados, nas respectivas unidades.

Artigo 25.º - A Corregedoria se comunicará diretamente com quaisquer órgãos ou serviços da Administração Estadual para a coleta de elementos ou informações, de que necessite, na consecução de seus objetivos.

Artigo 26.º - A requisição de funcionários para a sua Secretaria, de meios de condução, de material de consumo, de numerário, de diárias, ou de outras quaisquer despesas, será processada através da Procuradoria Geral do Estado, mediante a aprovação e o visto do Corregedor.

Artigo 27.º - A fiscalização do cumprimento das determinações expedidas em decorrência das conclusões das Correições incumbe ao Procurador Geral do Estado, que poderá exercê-la através de seu gabinete.

Artigo 28.º - Deverão os Procuradores do Estado encarregados de comissões de inquérito ou de sindicância comunicar, obrigatoriamente, a Corregedoria:

1 - a data da instalação dos trabalhos do processo ou da sindicância;

2 - o nome do indiciado, cargo ou função e lotação; e

3 - o fim a que se destina o processo administrativo ou a sindicância instaurada.

§ 1.º - Deverá, ainda, o Procurador enviar mensalmente, à Corregedoria, relatório circunstanciado do andamento do processo, procedendo, de igual modo, quando de seu encerramento.

§ 2.º - A Corregedoria manterá assentamentos que informem o andamento e as conclusões dos procedimentos disciplinadores, adotando as medidas correcionais cabíveis sempre que verificada a inobservância dos prazos legais e regulamentares, para a realização dos trabalhos.

Artigo 29.º - Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho da Procuradoria Geral do Estado, ad referendum" do Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Artigo 30.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 31.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de julho de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 17 de julho de 1968.

Maria Angélica Galiuzzi - Responsável pelo S. N. A.

Publicado no "Diário Oficial" de 18/7/68.

LEI N.º 10.171, DE 17 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre efetivação de escrevente de cartório não oficializado.

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Na serventia de justiça, posta em concurso e ainda vaga em virtude dos candidatos

nomeados não haverem tomado posse, será provido o Escrevente habilitado que, tendo mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, venha pela mesma respondendo interinamente.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de julho de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da Justiça.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, em 17 de julho de 1968,

Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo Subst.

Publicado no "Diário Oficial" de 18/7/68.

LEI N.º 10.156, DE 28 DE JUNHO DE 1968

Regulamenta o disposto no artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado,

O Governador do Estado de São Paulo:

Paço saber que, de acordo com o § 1.º do artigo 24.º da Constituição do Estado, promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Para efeito do disposto no artigo 15.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, considera-se ex-combatente aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial como integrante da Força Expedicionária Brasileira, Força Aérea Brasileira, Marinha de Guerra e Marinha Mercante do Brasil e que, no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado definitivamente à vida civil.

Artigo 2.º - A prova de participação efetiva em operações bélicas será feita através de certidão de um dos Ministérios Militares.

Artigo 3.º - Além da certidão a que se refere o artigo anterior, constituem elementos informativos para a prova de efetiva participação em operações bélicas:

I - no Exército, a Medalha da Campanha e respectivo diploma para o componente da Força Expedicionária Brasileira;

II - na Aeronáutica, a Medalha de Campanha da Itália e respectivo diploma para seu portador; e

III - na Marinha de Guerra e Marinha Mercante:

a) a medalha da Campanha da Força Expedicionária Brasileira e respectivo diploma para seu portador; e

b) a Medalha de Serviço de Guerra e respectivo diploma para seu portador, desde que tenha sido tripulante de navios de guerra ou mercantes, atacados por inimigos ou destruídos por acidentes, ou que tenha participado de comboios de transporte de tropas ou de abastecimento.

Artigo 4.º - A simples prova de ter servido em zona considerada de guerra não autoriza o gozo das vantagens previstas nesta lei.

Artigo 5.º - É estável o ex-combatente servidor estadual.

Artigo 6.º - O Estado aproveitará, mediante nomeação em cargo público vago, inicial de carreira ou isolado, independentemente de concurso, o ex-combatente, que o requerer, mediante prova de capacidade, segundo critérios previamente estabelecidos em regulamento.

§ 1.º - O ex-combatente que não se submeter à prova de capacidade, ou nela for inabilitado, será aproveitado em cargo de atribuições mais simples.

§ 2.º - Para efeito do disposto neste artigo fica o ex-combatente dispensado do limite de idade, mas terá que comprovar aptidão física e mental para o exercício do cargo ou função, estar no gozo dos direitos políticos e ter boa conduta.

§ 3.º - Mediante opção do ex-combatente o aproveitamento de que trata este artigo poderá também ser feito para emprego regido pela legislação trabalhista,

Artigo 7.º - Não serão abertos concursos públicos sem que o Departamento Estadual de administração verifique se há ex-combatente que tenha requerido seu aproveitamento, e que possa ocupar o cargo por eles abrangidos, para o qual se deva abrir concurso.

Artigo 8.º - Fica assegurado ao ex-combatente funcionário público estadual direito à aposentadoria, com vencimentos integrais e demais vantagens inerentes ao cargo que exerça, desde que complete 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo e satisfaça os requisitos constantes do artigo 1.º desta lei.

Artigo 9.º - Ao ex-combatente, já funcionário público estadual, fica assegurado o direito de

promoção, desde que não se tenha beneficiado do disposto nas letras "d" ou "e" do artigo 30.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual de 1947, e se houver vaga.

Parágrafo único - Nas promoções subseqüentes, os ex-combatentes terão preferência, em igualdade de condições, de merecimento ou antigüidade.

Artigo 10.º - O ex-combatente já aproveitado, e os que vierem a sê-lo, não terão direito a novos aproveitamentos.

Artigo 11.º - O Estado prestará assistência médica, hospitalar e educacional gratuita ao ex-combatente carente de recursos, bem como aos seus dependentes nas mesmas condições.

Artigo 12.º - O disposto nesta lei se aplica aos órgãos da administração centralizada e descentralizada.

Artigo 13.º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 90 (noventa), dias.

Artigo 14.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de junho de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da justiça.

Luís Arrôbas Martins, Secretário da Fazenda.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, 28 de junho de 1968.

Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo Subst.

Publicado no "Diário Oficial" de 29/6/68.

COMUNICAÇÕES DIVERSAS

Pelo Presidente da Associação, Sr. Julio de Oliveira Chagas Neto, foram expedidas, durante o mês de julho último as seguintes circulares aos nossos colegas:

São Paulo, 22 de julho de 1968

Prezado Colega:

Temos a satisfação de levar ao seu conhecimento os termos do ofício que vimos de receber do Sr. Escrivão da Corregedoria Geral da justiça, bem como da cópia extraída do processo a que o mesmo se refere, afim de que o prezado Colega possa adotar as providências ali solicitadas, caso, naturalmente, o seu Cartório disponha do material previsto na correspondência aludida.

Antecipando-lhe os nossos agradecimentos pela atenção que se dignar dispensar à presente, aproveitamo-nos do ensejo para reiterar-lhe os protestos de nossa consideração e apreço.

(a) JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

Presidente

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

N.º 2.812/1131?

Proc. CG-29.772

São Paulo, 10 de junho de 1968

Senhor Presidente:

Por determinação do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça e para as providências que se fizerem necessárias, encaminho a V. S.ª as inclusas cópias extraídas do processo n.º CG-29.772. em que é interessada a Secretaria de Estado dos Negócios da Cultura, Esportes e Turismo.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. S. os meus protestos de consideração e apreço.

(a) EZIO DONATI

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO GOVERNO

Of. n.º 1.207

Proc. CEC-

São Paulo, de maio de 1968

Senhor Corregedor Geral da justiça:

A fim de que possa este Conselho Estadual de Cultura atender a pedido que recebeu da Câmara

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Conselho Federal de Cultura, solicito a Vossa Excelência o obséquio de determinar o encaminhamento a este C.E.C., no endereço acima, em 2 (duas) vias, de dados sobre a documentação de valor histórico existente nos cartórios judiciais e de tabeliães do Estado, em particular nas comarcas mais antigas, e informações sobre se existem inventários a respeito.

Permito-me encarecer a Vossa Excelência a importância desta solicitação, tendo em vista o empenho do órgão do Ministério de Educação e Cultura em preservar-se a documentação relativa ao nosso passado.

Agradecendo a atenção que Vossa Excelência dispensar ao presente, sirvo-me da oportunidade para apresentar-lhe os protestos de minha alta consideração.

(a) PÉRICLES EUGÊNIO DA SILVA RAMOS

Secretário Executivo do Conselho

Estadual de Cultura

São Paulo, julho de 1968.

Prezado colega:

A pedido da Diretoria da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado, vimos solicitar a sua valiosa cooperação no sentido de se fazer cumprir o Decreto n.º 49.933 de 3/7/1968 que regulamenta a Lei 9.858/67.

Para tanto chamamos a sua atenção, a alguns artigos que repetimos de maior importância os quais passamos a transcrever:

Artigo 9.º - Os titulares ou responsáveis pelas serventias da justiça contribuirão para a receita da Carteira, obrigatoriamente, com quantia mensal igual à totalidade das contribuições devidas, na forma do artigo 6.º, pelos servidores de seus cartórios.

Artigo 11.º - O titular do cartório arrecadará obrigatória e mensalmente dos seus subordinados, mediante desconto em folha de salários, as contribuições devidas e as recolherá diretamente à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, destinadas à Carteira, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal, até o dia 10 (dez), impreterivelmente, de cada mês seguinte ao dos salários pagos ou vencidos.

§ 1.º - A inobservância do disposto neste artigo, sem prejuízo do pagamento dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sujeitará o infrator à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das importâncias devidas, além das sanções previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

§ 2.º - O serventuário recolherá, com as contribuições do pessoal de seu cartório, a própria, e a de que trata o artigo 9.º, vinculado aos mesmos prazos, acréscimos, sanções e demais consequências impostas na lei e neste Regulamento para a falta ou atraso do recolhimento.

Artigo 12.º - O servidor terá direito à aposentadoria desde que conte 35 (trinta e cinco) anos de efetivo exercício, se for homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.

Parágrafo único - O "quantum" mensal da aposentadoria corresponderá à média da remuneração base relativa aos dois últimos anos, imediatamente anteriores à data da publicação, no Diário Oficial do Estado, do ato da aposentadoria.

Artigo 41.º - Em qualquer caso, não poderá o serventuário ultrapassar o prazo de 6 (seis) meses no recolhimento da contribuição em atraso.

Parágrafo único - Incorrendo o serventuário na hipótese do atraso, será suspenso no exercício de suas funções pela Corregedoria Geral da justiça, até o prazo máximo de 90 (noventa) dias, findo o qual persistindo a mora, será iniciado o competente procedimento judicial.

Artigo 42.º - Os descontos das contribuições sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, pelos serventuários, não lhes sendo lícito alegar nenhuma omissão que hajam praticado, afim de se eximirem ao devido recolhimento, ficando pessoal e diretamente responsáveis pelas importâncias que deixarem de receber ou que tiverem arrecadado em desacordo com este Regulamento.

Artigo 43.º - O descumprimento de qualquer dos deveres constitui falta disciplinar específica, sujeito o infrator às penalidades previstas na lei e neste Regulamento, e sem prejuízo de outras sanções civis ou criminais cabíveis.

Artigo 45.º - O débito do serviço, na data da entrada em vigor do presente Regulamento, poderá ser liquidado, desde que o requeira, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, de igual valor, acrescidas dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pagáveis juntamente com a sua contribuição mensal.

Parágrafo único - Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência deste Regulamento, para o requerimento do benefício de que trata o presente artigo.

Artigo 55.º - Os contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da justiça do Estado poderão gozar dos serviços de assistência médico-hospitalar dispensados pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, desde que paguem a essa autarquia a taxa regularmente estipulada, incidente sobre a respectiva remuneração base observadas as disposições pertinentes à matéria.

Artigo 56.º - A inscrição dos contribuintes para atendimento no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual ficará sujeita a período de carência de 6 (seis) meses, desde que requerida dentro de 90 (noventa) dias da vigência deste Regulamento ou da admissão do servidor na atividade cartorária.

Artigo 68.º - Os servidores não poderão obter licença, salvo para tratamento de saúde, permuta de ofícios ou inscrição em quaisquer concursos, sem prova de quitação para com a Carteira.

Parágrafo único - Em se tratando de serventuário, a prova de quitação referir-se-á a ele e ainda aos servidores que lhes forem subordinados.

Artigo 69.º - A infração de qualquer dispositivo deste Regulamento para a qual não haja penalidade expressamente cominada sujeitará o responsável à multa de 1 (um) a 10 (dez) vezes; o salário-mínimo vigente na Capital do Estado, conforme a gravidade da infração, imposta pela Carteira.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 72 DO DECRETO N.º 49.933, LEI 9. 858/67 DE 3 DE JULHO DE 1968

Em vigor, a partir de julho de 1968

ENTRÂNCIA ESPECIAL

Sede de Comarca	Remuneração Base	Contribuição
Serventuário.....	933,12	74,64
Oficial Maior.....	466,56	37,32
Escrevente.....	388,80	31,10
Auxiliar.....	311,04	
24,88		

Município

Serventuário.....	855,36	68,42
Oficial Maior.....	427,68	34,21
Escrevente.....	356,40	28,51
Auxiliar.....	285,12	22,80

Distrito

Serventuário.....	777,60	62,20
Oficial Maior.....	388,80	31,10
Escrevente.....	324,00	25,92
Auxiliar.....	259,20	20,73

4.ª ENTRÂNCIA - 1.ª- CLASSE

Sede de Comarca	Remuneração Base	Contribuição
Serventuário.....	777,60	62,20
Oficial Maior.....	427,68	34,21
Escrevente.....	349,92	27,99
Auxiliar.....	272,16	21,77

Município

Serventuário.....	712,80	57,02
Oficial Maior.....	392,04	31,36
Escrevente.....	320,76	25,66
Auxiliar.....	249,48	19,95

Distrito

Serventuário.....	648,00	51,84
Oficial Maior.....	356,40	28,51
Escrevente.....	291,60	23,32
Auxiliar.....	226,80	18,14

3.ª- ENTRÂNCIA - 2.ª- CLASSE

Sede de Comarca	Remuneração Base	Contribuição
-----------------	------------------	--------------

Serventuário.....	622,08	49,76
Oficial Maior.....	388,80	31,10
Escrevente.....	311,04	24,88
Auxiliar.....	233,28	18,66
Município		
Serventuário.....	570,24	45,61
Oficial Maior.....	356,40	28,51
Escrevente.....	285,12	22,80
Auxiliar.....	213,84	17,10
Distrito		
Serventuário.....	518,40	41,47
Oficial Maior.....	324,00	25,92
Escrevente.....	259,20	20,73
Auxiliar.....	194,40	15,55
2.ª- ENTRÂNCIA - 3.ª- CLASSE		
Sede de Comarca	Remuneração Base	Contribuição
Serventuário.....	544,08	43,52
Oficial Maior.....	349,92	27,99
Escrevente.....	272,16	21,77
Auxiliar.....	194,40	
	15,55	
Município		
Serventuário.....	498,96	39,91
Oficial Maior.....	320,76	25,66
Escrevente.....	249,48	19,95
Auxiliar.....	178,20	14,25
Distrito		
Serventuário.....	453,60	36,28
Oficial Maior.....	291,60	23,32
Escrevente.....	226,80	18,14
Auxiliar.....	162,00	
	12,96	
1.ª ENTRÂNCIA - 4.ª- CLASSE		
Sede de Comarca	Remuneração Base	Contribuição
Serventuário.....	466,56	37,32
Oficial Maior.....	311,04	24,88
Escrevente.....	233,28	18,66
Auxiliar.....	155,52	12,44
Município		
Serventuário.....	427,68	34,21
Oficial Maior.....	285,12	22,80
Escrevente.....	213,84	17,10
Auxiliar.....	142,56	11,40
Distrito		
Serventuário.....	388,80	31,10
Oficial Maior.....	259,20	20,73
Escrevente.....	194,40	15,55
Auxiliar.....	129,60	10,36

O HOMEM

FONTES TORRES
(Do livro "Luz Velada",
edição esgotada)

I
 Uma réstia de luz fundiu a treva,

- sempre se revelou alheio a quanto

a afirmação não fosse de si mesmo
no panorama das contendas rudes,

das batalhas que as almas entre si
sustentam, na ignorância de que todas

da mesma Fonte-Geratriz provém,
buscando, cada qual, o impossível

de indefinidamente sobrestar

no domínio das coisas transitórias,
- inscientes de que, no âmbito do Tempo,
ninguém jamais se poderá furtar

à corrosão de seu contato informe.

V

Se o olhares, no entanto, à distância,

em qualquer latitude que se encontre,
- surpreso ficarás de não mais vê-lo,

nem de escutar o seu ruído estranho.
Tudo será silêncio no sombrio
vale em que se agitava estulto,

antes, e onde a mudez se estampa fria, agora,
petrificando os gestos e os sonhos.
O limite lhe veda os horizontes,

no círculo estreito em que se arrasta,
semiconsciente, apenas, do que abrange.

No alto, porém, se julga, da Montanha,
certo de que a apagada voz, que solta,
vibra e ressoa, audível no Infinito.

VI

Muitas vezes, contudo, em desencanto

se lhe transmuda o Sonho, a que busca como
refúgio contra a funda angústia

que as Omissões lhe trazem, sem remédio,
E nesse desencanto a solidão
lhe volta, - e com ela a sensação

do vazio impreenchível que o oprime,
onde a ausência de tudo está presente,
- menos a percepção confrangedora

das frustrações mortais, inumeráveis,

que são o único acervo de seus dias.
Preso na trama urdida por seus próprios

atos, - não se apercebe que o Descuido

é a causa de todos os cuidados.

VII

Seria essa, então, a Régra-áurea,

à sujeição da qual se encontra tudo,
e que se cumpre sempre, inflexível,

quer seja no apogeu ou decadência.
Lei clara, exata, e insusceptível. pois,

de arranjos ou sofismas; lei perante

a qual não prevalecem condições de raça,
estirpe, ou posições mundanas,
privilégios de glória ou de fortuna;
lei alheia a derrotas ou triunfos,

inexorável nas sanções que dita;
- lei que se exerce como consequência

de toda decisão que proferirmos

à margem de seus rígidos Princípios.

VIII

Há milênios que vozes augurais
os seus preceitos de ouro revelaram.
- Mas todos os ouvidos foram surdos
à sua exortação libertadora.

E porque era essencial nascer de novo,
- e essa ressurreição miraculosa
só poderia vir a ser lograda
pela renúncia a todos os Padrões,

- essas vozes morreram sem sentido.
Na moldura do Cotidiano, só
a agitação de Sombras se entrevia,
em luta pela própria permanência,
cegas, porém, de todo, à visão
da Chama em cuja luz a vida hauriam.

IX

Baldados hão de ser, por isso, sempre,
os gestos agressivos de revolta
ou ira, - instantes queixas, rogos, votos,
qualquer invocação, responso ou súplica,

que a intenção traduzam de anular
ciclo irrefragável das marés,
modificar a órbita dos astros,
fazer os rios remontar à origem,

- ou modificar a natureza íntima
da força germinal que se contém
retida, presa no imo da semente
acaso ao chão lançada, - e da qual
só poderemos recolher, um dia,
os correlatos frutos, em valência.

X

De nada, por igual, adiantará
a fé jurada em nubes tutelares,
aos quais se vise recorrer, depois,

em demanda de graças ou favores;
pedir a míticas Instâncias que
 nos exculpem de culpas sem desculpa,
 sempre que o nosso Eu as busca, súplice,
 na hora dos pavores irreprimíveis.
De nada adiantarão as adesões,
 formais ou não, a seitas ou facções,
 seja qual for a sua espécie ou cor:
- Só na livre expansão da Idéia-pura,
 imune às restrições de todo jugo,
 há-de o Entendimento achar a Senda.
XI
É preciso, no entanto, que, primeiro,
 o desejo sintamos, espontâneo
 de transpor as barreiras que antepomos
 à visão do que é, tal como é,
- para que assim possamos conhecer
 a medida de todos os valores
 e distinguir o falso como falso
 na tela das verdades aparentes.
Somente à luz da compreensão total
 se fundirá o gelo que nos cerca,
 revelando a oculta etiologia
das inconciliações inelutáveis,
 que a Autolatria infunde e perpetua
 no processo de nossas relações.
XII
O Ser, ha de sentir, então, nessa hora,
 que longos avatares o libertaram da sujeição
 às ilusões do Ego, que sob a compulsão de seus temores
a Segurança com o Poder confunde,
 - esquecido de que, imperturbável,
 a verdadeira paz somente existe
 nas almas simples dos que nada esperam.
Não mais, então, se levará, no Mundo,
 em conta o Pluriverso, - porque todos
 e Um se tornarão, na Lei suprema,
E quando tal Evento, em nossas vidas,
 espontâneo, se der, - Um Novo-Dia
 há-de surgir, marcando o fim do Tempo.

Nº 085 - Publicação: Nov/68 a Mai/69

Redação:

Conforme todos sabem, encontram-se em vigor diversas leis de grande alcance social e econômico, dentre as quais podemos destacar a de n.º 4.380, de 21 de agosto, de 1964, que instituiu o SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO; o Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, que criou as CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, e o Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro do corrente ano, que dispõe sobre a emissão das CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL. Fazendo parte do elenco constituído por várias outras destinadas, em seu conjunto, a promover a execução da política que o nosso Governo adotou no sentido de facilitar ao povo a aquisição da casa própria e incentivar a produção industrial e agropecuária do País, - a importância das citadas leis é de todo em todo evidente, o que ressalta, ainda, do esforço que os órgãos oficiais encarregados de orientar e fiscalizar a sua aplicação estão desenvolvendo, com o intuito de obter que elas atinjam plenamente os seus objetivos. Para tal fim, não teve dúvida o legislador em adotar medidas excepcionais, tendentes a facilitar,

quanto possível, a consecução daquele desiderato, entre as quais se incluem, - no que tange, principalmente, ao Registro Imobiliária - as que fixam determinado prazo para a prática dos atos de sua competência, previstos nos diplomas legais aludidos, bem como taxas modicíssimas para cobrança dos emolumentos correspondentes a alguns deles.

Em face, pois, de tal circunstância, entendemos ser de todo recomendável que, de nossa parte, nos empenhemos, por igual, em contribuir para que aquela política governamental alcance o êxito a que faz jus pelos elevados propósitos que a informam, procurando, para tanto, conceder inteira prioridade ao registro dos mencionados atos, de modo a que os prazos estabelecidos para a sua execução sejam rigorosamente observados e cumpridas, com idêntico rigor, as demais exigências que nos são impostas pelas citadas leis, - com o que, de resto, não estaremos fazendo mais que a nossa obrigação.

Com referência, aliás, à mais recente delas, - isto é, o Decreto-lei n.º 9 413, do mês de Janeiro p. findo - não constando, de seus anexos, a modelo do novo livro por ele criado para inscrição das CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL referidas, - apraz-nos comunicar aos nossos colegas que tal falha já foi devidamente suprida pela EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, consoante se vê do Provimento baixado, a respeito, pelo seu eminente titular, DESEMBARGADOR HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, e o qual temos a satisfação de dar à estampa em outro local deste mesmo BOLETIM.

VISITA AO SR. SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

A Diretoria da Associação teve a oportunidade visitar, no fim do ano passado, o Exmo. Sr. Secretário da justiça, Dr. LUIZ FRANCISCO DA SILVA CARVALHO, que foi saudado, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, com as seguintes palavras:

"Exmo. Sr. Dr. Luiz Francisco da Silva Carvalho, DD. Secretário da justiça.

A Associação dos Serventuários da justiça do Estado de São Paulo, pelos membros de sua Diretoria que aqui se encontram, tem a honra de vir à presença de V. Excia., não só para testemunhar-lhe as expressões de sua simpatia, como também para agradecer-lhe as atenções com que se tem dignado distinguir a nossa entidade.

Cumpramos-nos dizer-lhe, aliás, que elas não nos surpreenderam, pois conhecendo, de há muito, os predicados de inteligência e de coração que exornam a sua personalidade de homem público, sabíamos que outra não poderia ser a conduta de V. Excia. para com a nossa classe, tantas vezes injustificada pelos pobres de espírito.

Reiterando, assim, nossos agradecimentos por essas atenções, permita-nos dizer-lhe que a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado continuará, como até aqui, inteiramente à disposição de V. Excia., para prestar-lhe toda colaboração que julgar necessária, no sentido de facilitar-lhe o desempenho das altas funções que lhe foram confiadas pelo nosso eminente Governador, Dr. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRE.

Terminando, apraz-nos, outrossim, desejar-lhe, bem como à sua Exma. Família, um feliz Natal, e augurar-lhes um Ano Novo tranqüilo e próspero.

Agradecendo, falou, em seguida, S. Excia., para dizer da alta consideração que lhe merecia a nossa classe, terminando por adiantar que estaria sempre à sua disposição para atendê-la em todas as suas justas reivindicações,

X - CONGRESSO DO NOTARIADO LATINO

Recebemos do nosso prezado Colega de Montevideú, Uruguai, Sr. Rufino Larratul, Presidente da Comissão Organizadora do X.º Congresso do Notariado Latino, a carta abaixo transcrita, acompanhada do programa relativo ao mencionado certame, que terá lugar na Capital daquele País amigo, do dia 20 a 27 do mês de Outubro próximo futuro.

Trata-se de importantíssima reunião, em que serão debatidos problemas de grande interesse para a classe Notarial dos países de origem latina, - conforme se poderá verificar do programa aludido, que estampamos em seguida àquela carta, para conhecimento dos nossos colegas que dela queiram participar.

X - CONGRESO DEL NOTARIADO LATINO

UNION INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO

Ref.: G-137

13 de enero de 1969

Señor Director del

Boletín da Associação dos Serventuários de justiça do Estado de São Paulo

R. Senador Feijó, 176

São Paulo, Brasil

Estimado colega:

Adjunto a la presente un ejemplar del Programa Provisional de los actos que se realizarán con motivo del X.º Congreso Internacional del Notariado Latino, que tendrá lugar en Montevideo, del 20 al 27 de octubre de 1969.

Damos gran importancia a la inclusión de dicho documento en uno de los próximos números de supuestigiosa Revista, en la que le rogamos tenga a bien darle acogida.

Le anticipamos nuestro agradecimiento y le saludamos con nuestra mayor consideración.

Rufino LARRAUD

Presidente

X.º CONGRESO DEL NOTARIADO LATINO

UNION INTERNACIONAL DEL NOTARIADO LATINO

MONTEVIDEO - 20 AL 27 DE OCTUBRE DE 1969

PROGRAMA PROVISIONAL

Lunes 20 de octubre

Llegada de las congresistas

9:00 hs. Abertura de las Oficinas del Congreso, en la Casa del Notariado. Entrega de sus carpetas; a las congresistas.

10:00 hs. Sesión del Consejo Permanente. Designación de la Comisión de Poderes.

11:00 hs. Sesión de la Comisión de Poderes.

16:00 hs. Sesión Plenaria de instalación. Designación de las Comisiones de Trabajo.

17:00 hs. Sesión solenne de apertura, en presencia de invitados de honor. y con asistencia de las señoras de las congresistas. Entrega de veneras.

21:00 hs. Souper roide en el Parque Hotel, ofrecido a las congresistas y señoras, por el Presidente de la Asociación de Escribanos del Uruguay.

Martes 21 de octubre

9:00 hs. Sesiones de las comisiones de trabajo.

16:00 hs. Sesiones de las comisiones de trabajo.

Miércoles 22 de octubre

9:00 hs. Sesiones de las comisiones de trabajo.

15:30 hs. Sesiones de las comisiones de trabajo.

22:00 hs. Concierto o baflet (traje oscuro).

Jueves 23 de octubre

9:00 hs. Primer Plenario de Trabajo.

15:30 hs. Sesiones de las comisiones de trabajo.

22:00 hs. Espectáculo de música y danzas típicas rioplatenses.

Viernes; 24 de octubre

8:30 hs. Segundo Plenario de Trabajo.

11:00 hs. Excursión a una estancia. Visita a las instalaciones y planteles. Comida criolla y fiesta folclórica.

Sábado 25 de octubre

9:00 hs. Excursión a Punta del Este en ómnibus superpullman, por la Ruta Costanera, con visita a los balnearios; intermedios, y alojamiento en la zona de los Casinos.

12:00 hs. Llegada a Punta del Este, y alojamiento.

13:00 hs. Baño en la playa "El Grillo" de Punta del Este.

14:00 hs. Almuerzo.

21:00 hs. Cena con espectáculo de música y danza afro uruguaya.

Domingo 26 de octubre

9:00 hs. Desayuno.

11:00 hs. Baño en la "Playa Brava" de Punta del Este.

14:00 hs. Almuerzo.

18:00 hs. Regreso a Montevideo.

Lunes; 27 de octubre

9:00 hs. Acto académico de adhesión del Notariado Argentino en el Paraninfo de la Universidad

de la República.

10:00 hs. Cuarto Plenario de Trabajo. Designación de Miembros del Consejo Permanente.

16:00 hs. Sesión solemne para la entrega del PREMIO JOSE A. NEGRI, instituido y otorgado por el Consejo Federal del Notariado Argentino.

22:00 hs. Banquete de clausura, para congresistas y sciloras (traje oscuro).

NOTA: Durante los días en que no se programen actos; colectivos, los congresistas extranjeros dispondrán de billetes gratuitos para asistir a espectáculos de teatro, fútbol o excursiones nocturnas por la ciudad. Y durante las mañanas no ocupadas por trabajos de plenario, podrá participar, en iguales condiciones, de distintas excursiones guiadas por la ciudad de Montevideo.

EMPRESAS FINANCEIRAS

Delimitando as áreas de atuação das financeiras, o Banco Central baixou a Resolução n.º 103, com base em decisões adotadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Ao anunciar aos jornalistas as recentes decisões do CMN, o presidente do Banco Central, Sr. Ernani Galveas, acentuou que elas seguem a mesma linha de orientação até aqui adotada no sentido de especializar a atuação dos organismos de crédito dentro das linhas peculiares a cada um deles. No que se refere às financeiras, que ficarão com a responsabilidade do financiamento de crédito ao consumidor, frisou o presidente do BC que a medida virá em benefício das próprias sociedades de crédito e financiamentos, obrigando-as a uma auto-disciplina salutar inclusive para a garantia e segurança de suas operações.

RESOLUÇÃO N.º 103

O Banco Central do Brasil na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional em sessão de 10-12-68 e de acordo com o disposto no art. 4.º, inciso VI, e 9.º, da Lei n.º 4.595, de 31-12-64, e art. 2.º, inciso V, da Lei n.º 4.728, de 14-7-65.

Resolve:

1 - Reajustar para 60% até 31-12-68, para 70% até 31-3-69, para 80% até 30-6-69, para 90% até 30-9-69 e para 100% até 31-12-69 a percentagem mínima que as sociedades de crédito, financiamento e as de tipo misto estão obrigadas a aplicar em crédito ao consumidor ou usuário final, calculada sobre o global de suas operações de aceite, na forma prevista pelas normas em vigor.

2 - Facultar as sociedade de crédito, financiamento e de tipo misto a concessão de aceites em títulos cambiários referentes a operações de prestação de serviços desde que tais operações apresentem:

a) multiplicidade de beneficiários e limitação do financiamento em função da capacidade financeira do financiado;

b) garantia que ofereça resguardo à liquidez da operação observadas as normas da resolução n.º 45, de 30-12-66;

c) coobrigação da empresa (s) prestadora (s) dos serviços.

As operações de que trata este item serão consideradas como de financiamento ao consumidor ou usuário do serviço para os fins do inciso 1 e não poderão englobadamente representar mais de 5% do total das aplicações das sociedades financiadoras.

3 - Vedar operações que beneficiem atividades imobiliárias, agropecuárias ou pessoas físicas (particulares) exceto os financiamentos diretamente concedidos ao consumidor ou usuário final ou relativo à prestação de serviços mencionados nos incisos 1 e 2 anteriores, observadas as normas da resolução n.º 45, de 30-12-66, e as desta Resolução.

4 - Vedar as sociedades de crédito, financiamento e as de tipo misto a constituição, administração ou gerência de fundos mútuos de financiamento ou fundos de "acceptance" e ainda a partir desta data a colocação de novas quotas de fundos que funcionem sob o regime de sociedade em conta de participação, condomínio ou quaisquer outras formas assim entendido para os efeitos deste item "uma comunhão de recursos destinados à aplicação em operações de crédito com base em papéis comerciais (Circular n.º 72, de 30-11-62, da extinta SUMOC).

Os fundos a que se refere este item serão obrigatoriamente liquidados até 31 de dezembro de 1969, operando-se a sua liquidação progressiva de modo que até 30-6-69 e 30-9-69 tenham reduzido seus valores atuais de 50 ó e 75% respectivamente.

O disposto neste item se aplica às demais instituições financeiras, públicas e privadas.

5 - Facultar às sociedades de crédito, financiamento e as de tipo misto manter em carteira letras

de câmbio de seu próprio aceite até o montante de seu capital realizado e desde que referentes a recursos liberados ao financiado por antecipação antes da colocação desses papéis no mercado.

6 - Vedar em quaisquer casos a recompra antecipada pelas sociedades de crédito, financiamento e de tipo misto de títulos de seu aceite ou emissão.

7 - Vedar às sociedades de crédito, financiamento e as do tipo misto imobilizações superiores a 30% do montante do seu capital realizado e reservas. Nessa imobilização se incluem as participações de caráter permanente no capital de instituições financeiras e as demais mencionadas no art. 5.º da Lei n.º 4.728, de 14-4-65, que serão deduzidas para o cálculo do limite operacional.

8 - Revogar a Resolução n.º 9 77, de 23-11-67, e a Circular n.º 81, de 2-8-63, da extinta SUMOC".

VISITA AO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A fim de cumprimentar S. Excia. e augurar-lhe um feliz Ano Novo, a Diretoria da Associação teve a honra de visitar, nos derradeiros dias de Dezembro último, o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, DESEMBARGADOR MARCIO MARTINS, FERREIRA. Gentilmente recebida pelo eminente Chefe do nosso Poder Judiciário, foi S. Excia. saudado, naquela oportunidade, pelo Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, com a seguinte alocução:

"Exmo Sr. Desembargador MARIO MARTINS FERREIRA. DD. Presidente do Tribunal de Justiça.

A Associação dos Serventuários da justiça do Estado de São Paulo, representada pelos membros de sua Diretoria e demais serventuários que aqui se encontram, não poderia, ao apagar das luzes do ano que transcorre, deixar de vir à presença de V. Excia., a fim de lhe agradecer, mais uma vez, as atenções com que a tem distinguido.

A alta compreensão revelada por V. Excia., como Chefe do Poder Judiciário, no tocante à classe que temos a honra de representar, - permita-nos que o digamos - confirmou plenamente os prognósticos que fizemos quando de sua investidura no elevado cargo de Presidente de nosso mais alto Tribunal.

Isso porque, sabendo-o, de há muito, um amigo de todos nós, e conhecendo, de sobejo, a retidão de caráter e a nobreza de sentimentos que constituem o apanágio de seu espírito invulgar, estávamos absolutamente certos de que outra não poderia ser a conduta de V. Excia. para com aquela classe de Auxiliares da justiça.

Rendendo, pois a V. Excia. as homenagens de que muito justamente se tornou credor, associação os serventuários a Justiça do Estado, em nome de toda a classe que representa, sente-se feliz, nesta oportunidade, em desejar a V. Excia., bem como à sua Exma. Família, um venturoso Natal, ao mesmo tempo que formula os melhores votos para que o Ano Novo lhes seja propício à realização de suas aspirações mais caras".

S. Excia. usou, em seguida, da palavra, tecendo considerações sobre os problemas da Justiça e de seus órgãos auxiliares, concluindo por agradecer não só a visita com que o distinguiam, como também a colaboração que a nossa entidade lhe vem prestando.

ELEIÇÃO DOS QUADROS DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO

Em obediência às disposições estatutárias que regulam a matéria, realizou-se no dia 12 de Dezembro do ano findo, a eleição dos novos quadros dirigentes da Associação, para o triênio que irá terminar em 1971.

O pleito transcorreu, como sempre, num ambiente de grande cordialidade, - tendo sido reconduzidos aos seus respectivos cargos, por unanimidade, todos os colegas que integravam a Diretoria e o Conselho Fiscal cujo mandato se extinguiu.

Quiseram os nossos consócios de todo o Estado, com esse gesto significativo, dar uma demonstração de solidariedade àqueles colegas pelo muito que têm feito pela classe a que pertencemos, entre os quais se destaca o nosso incansável Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto.

Os novos órgãos dirigentes da Associação ficaram, pois, assim constituídos:

DIRETORIA

Julio e Oliveira Chagas Netto..... Presidente

Mario da Cunha Rangel..... Diretores

Oscar de Barros Pereira
Antonio Augusto Firmo da Silva
Carlos Alberto Bueno Netto
Jether Sottano
Sergio Salles
Branca Regina Martins Forster
João Alberto Caiado de Castro

CONSELHO FISCAL

Fernando de Almeida Nobre Filho..... Presidente

Oscar Fontes Torres

Luiz de Toledo Mendes Pereira

Simas Pompeu de Toledo

Cassio Ribeiro Porto

SUPLENTE

Elvino Silva Filho..... Campinas

Bento Mascarenhas..... Sorocaba

Armando Veridiano Laranja..... Santos

Antonio Bueno da Rocha..... Ribeirão Preto

Alcebiades Nascimento Moreno..... Capital

Ernani de Barros Morgado..... Taubaté

Augusto Vicário..... Bauru

Marcelo Müller..... Capital

Alceu Cardoso Machado..... São José do Rio Preto

João Paulo de Andrade Figueira..... Capital

EMPRÉSTIMOS DE PESSOAS FÍSICAS SEM CARÁTER DE HABITUALIDADE - NÃO HÁ EQUIPARAÇÃO A ENTIDADE FINANCEIRA

Transcrevemos abaixo o Ofício n.º 631-67,, datado de 12-7-67, do Presidente do Banco Central do Brasil, com o qual, respondendo consulta formulada pelo Colégio Notarial do Estado de São Paulo, dá o entendimento mencionado em epígrafe:

"Ofício 631-67 - PRESI - Rio de Janeiro, 12 de julho de 1967 - Senhor Presidente - Referimo-nos ao ofício de 22 de maio próximo findo, em que essa Entidade - no pressuposto de que este Banco Central entende ser proibido a qualquer pessoa física emprestar dinheiro, sob garantia ou não, ou seja sob garantia hipotecária, penhor, caução, cambiais, etc.", pena de se sujeitar a serias penalidades, solicita venhamos a divulgar, em termos de ampla publicidade, nossa interpretação, no particular, da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. A este: propósito, permitimo-nos esclarecer que, consoante previsto na Lei citada, dispõe este órgão dos instrumentos legais necessários para obstar a prática, por parte de pessoas físicas, de outorga de empréstimos em caráter de habitualidade, isto é, de comércio bancário e financeiro, que somente poderá ser exercido por pessoas jurídicas revestida de caráter de habitualidade, a prática das operações objeto 18) e posterior fiscalização deste: Banco Central. Nessas condições, nenhum impedimento legal haverá, desde que não revestida de caráter de habitualidade, à prática das operações objeto da consulta dessa entidade, por parte de pessoas físicas. Com estes esclarecimentos, valemo-nos da oportunidade para apresentar a V. S. os nossos protestos de estima e consideração - RUY AGUIAR DA SILVA LEME - Presidente.
(Da "Tribuna da Justiça")

VISITA AO SR. CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Para apresentar ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da justiça, Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, seus votos de feliz Ano Novo, a Diretoria da Associação teve a satisfação, em Dezembro último, de visitar S. Excia., havendo o nosso Presidente, Sr. Julio de Oliveira Chagas Neto. dirigido, na ocasião, as seguintes palavras de saudação ao ilustre Magistrado.
"Exmo. Sr. Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas.
A Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, representada pelos membros

de sua Diretoria e demais serventuários que aqui se encontram, não podia deixar de vir à presença de V. Excia., a fim de lhe expressar seus melhores agradecimentos por todas as atenções que se dignou dispensar-lhe, no curso deste primeiro ano de sua profícua gestão à testa da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Devemos dizer-lhe, entretanto, que tais atenções em nada nos surpreenderam, pois conhecendo, como todos conhecíamos, não apenas os predicados de sua inteligência invulgar, que o tornaram uma das expressões mais altas de nossa Magistratura, mas também a nobreza de espírito que caracteriza a sua personalidade, - sabíamos que outra, realmente, não poderia ser a conduta de V. Excia. para com a nossa entidade e a classe que ela representa.

Assim, reafirmando quanto dissemos por ocasião de sua investidura no elevado cargo que tão brilhantemente vem exercendo, desejamos acentuar, mais uma vez, que a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado, continua, como até aqui, inteiramente à disposição de V. Excia., para servi-lo em tudo quanto a modesta colaboração de nossa entidade possa ser julgada útil ao desempenho de sua espinhosa Missão.

Terminando, é com prazer que, em nome da classe que temos a honra de representar, formulamos os melhores votos para que V. Excia. e sua Ema. Família tenham um felicíssimo Natal, e que o Ano de 1969, cujos albores se aproximam, lhes seja de todo em todo propício à satisfação de seus desejos mais íntimos.

Renovando-lhe, assim, os nossos agradecimentos, pedimos permissão para cumprimentar também, nesta grata oportunidade, S. Excia. o Sr. Desembargador Octávio Guilherme Lacorte, ora em exercício no cargo de Corregedor Geral da justiça, - figura exponencial de Magistrado e velho amigo de nossa classe, a quem rendemos, neste instante, o preito de nossas homenagens, augurando-lhe, bem como à sua Exma. Família, um festivo Natal e um Ano Novo que lhes seja em tudo um Ano realmente Bom.

Terminando, solicitamos, ainda, que se nos permita testemunhar as expressões do nosso melhor agradecimento aos ilustres juízes Auxiliares desta Egrégia Corregedoria, Dr. Tito de Oliveira Hesketh e Dr. Márcio Martins Bonilha, pelas atenções com que nos têm distinguido, desejando-lhes, assim como às suas Exmas. Famílias, um Natal pleno de alegria e a maior soma de venturas, no transcurso de 1969.

Finalmente, seja-nos permitido, por igual, tornar extensivos nossos agradecimentos ao digno e operoso Escrivão desta Egrégia Corregedoria Geral, Sr. Ezio Donati, pelas gentilezas com que nos tem cumulado, augurando-lhe, e à sua Exma. Família, um ditoso Natal e afortunado Ano Novo. S. Excia. usou, após, da palavra, para agradecer a visita dos presentes bem como a colaboração que a Associação lhe tem prestado, terminando por desejar-lhes, não só em seu nome como de todos os seus auxiliares, um próspero e feliz 1969.

ORGANIZAÇÃO DO REGISTRO DE IMÓVEIS TÉCNICOS VÊEM FALHAS NO PROJETO QUE MODIFICA REGISTRO DE IMÓVEIS

Brasília (Sucursal) - O Ministério da justiça preparou um projeto de decreto-lei para reorganizar o registro de imóveis no país, que poderá ser lei muito em breve caso o governo desconsidere críticas feitas ao trabalho por alguns de seus assessores jurídicos. O projeto apresenta muitas novidades, entre elas a instituição de um cadastro geral.

AS IMPRECIÇÕES

O projeto do Ministério da Justiça já correu várias repartições do governo federal, recebendo opiniões favoráveis e contrárias. As principais falhas seriam:

a) O projeto não está conforme com a melhor linguagem jurídica, revelando imprecisão no uso dos termos e aplicação dos conceitos; b) O projeto reclama maior adequação à nossa sistemática jurídica. Seria de todo conveniente aguardar a elaboração do novo Código Civil; c) O projeto não está de acordo com a boa técnica legislativa: particulariza, quando deveria generalizar; d) desce à exemplificação de casos, o que só irá embaraçar os serviços burocratizando-os e retardando-os; e) O projeto dispõe sem organicidade sobre direito privado e público, material e formal, e até sobre normas de organização judiciária estadual; f) O projeto reproduz de certa forma, na maior parte de seus artigos, no que diz respeito ao registro de imóveis, disposições do decreto 4.875, sem, no entanto, conservar aquela clareza e propriedade existentes na legislação ora em vigor; g) O projeto, se convertido em lei, será apenas mais uma sobre registro de imóveis. Longe está de condensar a matéria, eis que continuarão em vigor dezenas de leis que trazem em seu

contexto dispositivos a ele atinentes.

CRÍTICAS AO CADASTRO

- No que diz respeito ao cadastro, dizem os críticos que "não poderá ser levado a bom termo um serviço de cadastramento como o que se pretende, senão por órgãos técnicos especialmente criados, independentes da obrigatoriedade: de realização de outros serviços, que de per si exigem alto grau de tecnicidade, além do requisito da presteza, como é o do registro de imóveis".

- "É suficiente ler o parágrafo 1.º do artigo 30 do projeto, onde se determina que "o Cartório do Registro de Imóveis colecionará cópias de plantas de processos, quer judiciais, e demarcação de divisão de terras, quer administrativas, de levantamento de traçados de rodovias, 'ferrovias e linhas de transmissão de energia elétrica ou de projetos de outras obras públicas dentro da comarca, para se imaginar a confusão a que se vai levar o registro de imóveis", concluem as opiniões contrárias ao projeto do Ministério da justiça.

(Transcrito da Folha de S. Paulo de 11/5/69).

APOSENTADORIA DE SERVIDORES DE CARTÓRIOS NÃO OFICIALIZADOS

A interpretação errônea dada pelo Decreto n.º 49.210 ao artigo 40 da Lei n.º 9.858, de 4-10-67, que prejudicava centenas de aposentados que recebiam proventos e pensões pela carteira de aposentadoria dos servidores de cartórios não oficializados, será sanada dentro de 30 dias.

Atendendo apelo dos interessados, o secretário da justiça, Sr. Luiz Francisco da Silva Carvalho, reexaminou a situação e propôs ao governador Abreu Sodré a alteração do artigo 12 daquele decreto, que, contrariando a determinação legal de que os proventos deviam ser aumentados para quatro vezes, majorou-os de quatro vezes, implicando num prejuízo de um quinto dos proventos para os aposentados.

O governador, acolhendo a proposta do Sr. Luiz Francisco, determinou o encaminhamento do processo ao IPESP, para que, no prazo de 30 dias, seja elaborada minuta de novo decreto, de modo a revisar os cálculos constantes do Decreto n.º 49.210, colocando-os em absoluta conformidade com a matéria.

D. O. 24/8/1968

REGULADO REGISTRO DE LETRA DE CÂMBIO

A Delegacia Regional do Departamento de Arrecadação do Ministério da Fazenda, na Guanabara, baixou ordem de serviço disciplinando a forma de registro das letras de câmbio e notas promissórias, previsto no Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro último. De acordo com a ordem do serviço, publicada no Diário Oficial, as letras de câmbio e as promissórias emitidas até o dia 23 de janeiro de 1969, deverão ser registradas até 24 de março próximo. As emitidas a partir de 24 de janeiro deverão ser registradas, impreterivelmente, no prazo de quinze dias a contar da data da emissão. As que não forem ou não foram registradas nos prazos indicados, não poderão ser protestadas nem por qualquer forma darão oportunidade a execução da dívida que representarem.

Os títulos entregues aos Cartórios de Protestos de Títulos e Documentos deverão por estes ser presentes a registro, antes da formação do processo de protesto, obedecidos os prazos acima mencionados. Compete aos titulares dos Cartórios de Protestos providenciarem o registro, mesmo que seus proprietários os pretendam retirar do protesto. Não estão sujeitos a registro "os títulos emitidos diretamente em favor do estabelecimento de crédito e com este negociados, ou sacados em função de contratos específicos de abertura de crédito celebrados com instituições financeiras".

Não estão também sujeitos a registro "os títulos emitidos em garantia do pagamento de legítimas transações de compra e venda de bens e serviços, comprováveis pelo registro na contabilidade da empresa interveniente, ou os amparados em contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis, legalmente registrados. Sequem-se como isentos "os títulos juntados até a data do Decreto-lei n.º 427, a processo judicial em andamento" e os de valor expresso em moeda estrangeira, representativos de dívida no Exterior, devidamente registrados no Banco Central do Brasil.

"O Est. de S. Paulo" de 22/2/69.

REGULAMENTAÇÃO DE PROMISSÓRIAS DIFERENÇAS CAMBIAIS

Tendo em vista a decisão da última reunião do Conselho Monetário Nacional, o ministro Delfim Netto assinou Portaria regulamentando a aplicação dos arts. 18 e 19 do decreto-lei 401, e de vários dispositivos do decreto-lei n.º 432.

É a seguinte a íntegra da Portaria assinada pelo ministro da Fazenda:

Portaria NR GB-31 de 31 de janeiro de 1969

"O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de instruir sobre a interpretação e aplicação das disposições dos decretos-lei ns.º 401, de 30 de dezembro de 1968, (arts. 18 e 19, e 432, de 24 de janeiro de 1969, à vista dos preceitos constantes do artigo 57, § 5.º, da lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958, e dos arts. 46 e 47 da lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, e tendo em vista as recomendações aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, resolve:

I - Para efeito de determinar o lucro das pessoas jurídicas. as diferenças cambiais na liquidação de obrigações em moeda estrangeira ficarão sujeitas ao regime previsto nesta Portaria:

II - Enquanto não forem efetivamente realizadas, as diferenças cambiais deverão ser registradas em conta do ativo pendente, ressalvado o disposto no item III, alínea "a";

III - Nas obrigações contraídas para financiamento do ativo imobilizado;

a) O saldo devedor será anualmente atualizado, simultaneamente com a correção monetária do imobilizado (art. 57 § 5.º da lei n.º 3.470, de 28 de novembro de 1958), observadas as seguintes condições:

1) - A correção do valor dos bens para cuja aquisição as obrigações tiverem sido contraídas, compensará a atualização do passivo, representada pelo saldo dessas obrigações;

2) - A atualização terá por limite a compensação referida no inciso 1 anterior;

b) As perdas de câmbio realizadas no curso do exercício social, em relação à taxa adotada na última correção procedida nos termos da alínea "a" anterior, serão registradas:

1) - Como custo ou despesa operacional, na proporção da depreciação, amortização ou exaustão acumulada dos bens para cuja aquisição as obrigações tiverem sido contraídas; e

2) - Como acréscimo do ativo, na proporção do valor desses bens;

c) O saldo devedor das obrigações atualizadas nos termos deste item não será computado como parcela do passivo exigível para efeito de determinar o montante do capital de giro próximo de que trata o artigo 1.º do decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

IV - Nas obrigações contraídas para financiamento do ativo circulante:

a) As perdas de câmbio realizadas poderão ser registradas como custo ou despesa operacional; e

b) O saldo devedor dessas obrigações será computado no passivo exigível para efeito de determinar o montante do capital de giro próprio de que trata o artigo 19 do decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

V - Em qualquer das hipóteses referidas nos itens III e IV, poderão ser registrados como custos ou despesas operacional as diferenças de câmbio relativas a juros, as comissões e demais encargos que não, representem pagamento do principal da obrigação;

VI - Para os efeitos desta Portaria, considera-se realizada a perda de câmbio quando:

a) Efetivamente apurada em compra ou venda de moeda estrangeira, ou de valores expressos em moeda estrangeira, desde que efetuada de acordo com a legislação cambial em vigor; ou

b) Apurada em conversão da obrigação para moeda nacional, ou sua novação ou extinção, total ou parcial, em virtude de capitalização, da ação de pagamento, compensação, ou qualquer outro modo, desde que observadas as condições fixadas pelo Banco Central do Brasil.

VII - O disposto nos itens precedentes aplica-se às obrigações contraídas em moeda nacional, quando no indexadas ou sujeitas a correção e atualização monetária, considerando-se como juros a parte da correção monetária que exceder das coeficientes de atualização das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional;

VIII - Nos casos em que ocorrer a limitação estabelecida no § 8.º do art. 19 do decreto-lei n.º 401, com a redação que lhe deu o art. 1.º do decreto-lei n.º 432, a reserva para manutenção do capital de giro das pessoas jurídicas poderá ser efetivada parcialmente, na proporção suficiente para atender àquela limitação, e desde que o lucro tributável tenha resultado do lucro contábil

que dê total cobertura à reserva.
"Diário da Noite" - 1/2/69

ARQUIVAMENTO DOS CONTRATOS NOS CARTÓRIOS DE REGISTROS PÚBLICOS

Em concretização de detalhada exposição feita por memorial da ACREFI, enviado ao ministro da Justiça, no tocante ao arquivamento dos contratos nos Cartórios de Registros Públicos, o presidente da República, Mal. Costa e Silva, baixou o decreto n.º 63.997, de 16.1.69, alterando a redação do decreto 4.857, de 9.11.39. É o seguinte: "O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, decreta: Art. 1.º É acrescentada ao art. 134 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, uma alínea com a seguinte redação: "c- o arquivamento: 1. de cópia ou microfilme de instrumento publico ou particular de contrato de alienação fiduciária em garantia". Art. 2.º O capítulo III do Título IV do Decreto n.º 4.857 de 9 de novembro de 1939, passa a denominar-se "Transcrição, averbação e arquivamento" e é acrescido ao art. 153-A com a seguinte redação: Art. 153-A: O instrumento público ou particular de contrato de alienação fiduciária em garantia será arquivado por cópia ou microfilme processado na forma da legislação em vigor. Parágrafo único. Em se tratando de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor, essa cláusula somente terá validade contra terceiros se constar do Certificado de Registro, a que se refere o art. 52 do Código Nacional de Trânsito. Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário". O decreto em referência foi publicado no Diário Oficial da União do dia 20.1.69.
"Diário do Comércio- 13/2/69

A APLICAÇÃO DA LEI 4591

Perante a 5. Vara Cível da Capital, foi proposta ação executiva para haver importância relativa a "despesas do condomínio", alegando contudo o executado, em preliminar, ser inviável o rito processual escolhido, desde que o inciso X do CPC só o concede ao administrador (síndico) da comunhão pro-diviso quanto às despesas gerais previamente fixadas em orçamento e aprovadas em assembléia dos condomínios. Não ocorre isto na espécie, pois o edifício encontra-se em construção, inexistindo, por outro lado, disposição legal em nosso ordenamento jurídico que faculte a ação execução para a cobrança de prestações do preço da construção. Afinal, não cogita em absoluto o rito executivo para a espécie o diploma que prevê as consequências legais do não pagamento de aludidas prestações, ou seja, a Lei n.º 4.591, de 1964.

O juiz Luiz Guedes Sant'Anna, que apreciou a questão, julgou o autor carecedor da ação, condenando-o nas custas do processo e nos honorários de advogado arbitrados em NCr\$ 200,00. Afirma em seu decisório que a Lei n.º 4.591, de 1964, inovou a legislação anterior, instituindo a figura jurídica da "Comissão de Representantes", eleita por uma assembléia de aquirintes. A lei define a função e os poderes dessa Comissão. Assim, é que, nos casos de construção por empreitada, cabe-lhe a fiscalização do 11 andamento da obra e a obediência ao projeto e às especificações, exercendo as demais obrigações inerentes à sua função representativa dos contratantes e fiscalizadora da construção" art. 57, § 3.º). E, nos contratos de construção fixados sob o regime de empreitada, reajustáveis, a comissão fiscalizará, também, o cálculo do reajustamento (art. 57, § 4.º).

Já na hipótese em que a construção for contratada pelo regime de administração - prossegue - também chamado "a preço de custo", mais largos são os poderes dessa Comissão (art. 61). E, no caso de falta de pagamento por parte do adquirente, e constituído este em mora através de notificação, delegam-se também à Comissão de Representantes poderes para efetuar a venda pública dos seus direitos. Para tanto, a Comissão fica investida de poderes, para, em nome dos condomínios inadimplentes, praticar atos necessários, fixar condições, determinações, determinar preço, outorgar escrituras, celebrar contratos, receber importâncias, dar quitação, sub-rogar o arrematante, transmitir-lhe domínio, responder pela evicção, receber citação, propor ações e constituir advogado (art. 63, § 5.º).

Resulta daí - continua o juiz - que a ré deu à Comissão a qualidade de órgão de defesa dos direitos da comunhão. Admite Caio Mário da Silva Pereira ("Condomínio e Incorporações", p. 259), "que o sistema instituído na Lei n.º 4.591/64, minudeado acima, não funciona de pleno

direito. Ao contrário, requer convenção expressa".

Tem-se pois - conclui - que na lei em exame nenhum dispositivo existe que invista à Comissão de Representantes do uso da ação executiva para cobrar do adquirente as prestações do preço da construção. Apenas se lhe atribuíram poderes, no caso de se estimular no contrato a sua resolução pela inadimplência do adquirente, promover a liquidação do débito através da venda dos direitos do devedor. É o que dispõe o art. 63 e seus parágrafos. Quanto ao mais, é matéria de fundo. E, aliás, conexa à já decidida, nesta Vara, em sentença proferida por juiz aqui em exercício.

Transcrito da "Tribuna da Justi

PREPAROS NO TRIBUNAL

Aviso aos Advogados, Escrivães e Contadores

Em virtude da promulgação da Lei n.º 9.531, de 6 de outubro último, que alterou as tabelas de custas anexas à Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, os preparos devidos ao Tribunal passaram a ser constantes das tabelas a seguir transcritas.

A efetuação do preparo, facultativamente arrecadáveis nos cartórios de origem, deve obedecer às seguintes normas:

a) as importâncias devidas ao Estado (Tabela "I", da Lei n.º 4.831/58, alterada pela Lei n.º 531/66) devem ser arrecadadas por verba (diretamente aos órgãos arrecadadores da Fazenda), ou em selos específicos do Estado;

b) as devidas à Ordem dos Advogados - Caixa de Assistência (5 % do devido ao Estado, também, por verba, desde que fique especificado caber à Ordem);

c) as devidas à Carteira de Previdência dos Advogados órgão subordinado a I.P.E.S.P. e que nada tem a haver com a Ordem dos Advogados - da seguinte maneira:

I) as 5% (do que cabe ao Estado), por verba desde que fique especificado caber à Carteira, ou em selos específicos da Ordem (Lei n.º 5.174/59 e Decreto n.º 34.641-59);

II) a taxa fixa de NCr\$ 0,10 (Lei e Decreto supramencionados), somente por verba (enquanto não houver específicos para essa arrecadação); deverá ser especificado caber à Carteira de Previdência dos Advogados.

É absolutamente necessário que a arrecadação fique constando nos autos, separadamente das custas de primeira instância; e que os três itens (ao Estado, à Ordem dos Advogados e à Carteira de Previdência) sejam perfeitamente individualizados nas guias de recolhimento ou selagens.

Recomenda-se a máxima observância dessas normas e das tabelas respectivas, uma vez que a não arrecadação ou arrecadação incompleta do preparo poderá acarretar deserção do recurso interposto.

TABELAS DE PREPAROS

Agravos de Petição, Apelações Oveis (inclusive Apelação "Ex-Ofício" em Desquite Amigável):

Até NCr\$ 300,00

Ao Estado.....	3,00
A Ordem dos Advogados.....	0,15
A Carteira de Previdência.....	0,15
Taxa Fixa.....	0,10

3,40

De NCr\$ 300,01 a NCr\$ 600,00

Ao Estado.....	4,00
A Ordem dos Advogados.....	0,20
A Carteira de Previdência.....	0,20
Taxa Fixa.....	0,10

4,50

De NCr\$ 600,01 a NCr\$ 1.000,00

Ao Estado.....	5,00
A Carteira de Previdência.....	0,25
A Ordem dos Advogados.....	0,25
Taxa Fixa.....	0,10

5,60

De NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 5.000,00

Ao Estado.....	6,00
A Ordem dos Advogados.....	0,30
A Carteira de Previdência	0,30
Taxa Fixa	0,10
6,70	
De NCr\$ 5.000,00- a NCr\$ 10.000,00	
Ao Estado.....	8,00
A Ordem dos Advogados.....	0,40
A Carteira de Previdência.....	0,40
Taxa Fixa	0,10
8,90	
De valor superior a NCr\$ 10.000,01	
Ao Estado.....	10,00
A Ordem dos Advogados.....	0,50
A Carteira de Previdência.....	0,50
Taxa Fixa.....	0,10
11,10	
Agravos de Instrumentos, Cartas Testemunháveis, e Exceções de Suspensão.	
Ao Estado.....	2,50
A Ordem dos Advogados.....	0,13
A Carteira de Previdência.....	0,13
Taxa Fixa.....	0,10
2,86	
Correções Parciais e Conflito de Jurisdição	
Ao Estado.....	2,00
A Ordem dos Advogados.....	0,10
A Carteira de Previdência.....	0,10
Taxa Fixa.....	0,10
2,30	
Queixa Crime (originária)	
Ao Estado.....	10,00
A Ordem dos Advogados.....	0,50
A Carteira de Previdência.....	0,50
Taxa Fixa.....	0,10
11,10	
Ações Rescisórias	
Ao Estado: 2% (dois por cento) sobre o valor da causa; e mais as importâncias devidas á Ordem e a Carteira de Previdência (emolumento mínimo NCr\$ 5,00; emolumento máximo NCr\$ 100,00).	
Embargos Infringentes e Revistas	
Ao Estado.....	4,00
A Ordem dos Advogados.....	0,20
A Carteira de Previdência.....	0,20
Taxa Fixa.....	0,10
4,50	
Mandados de Segurança (originários)	
Ao Estado.....	15,00
A Ordem dos Advogados	0,75
A Carteira de Previdência.....	0,75
Taxa Fixa.....	0,10
16,60	
De Valor Inestimável	
Ao Estado.....	3,00
A Ordem dos Advogados.....	0,15
A Carteira de Previdência.....	0,15
Taxa Fixa.....	0,10
3,40	
Processos ou Recursos não Previstos em outro Item	

Ao Estado.....	3,00	
A Ordem dos Advogados.....		0,15
À Carteira de Previdência		0,15
Taxa Fixa.....	0,10	

3,40

Observação: Nos feitos da competência originária dos Tribunais Mandados de Segurança, Ação Rescisória, Conflitos de jurisdição.

GOVERNO ALTERA CÉDULA PIGNORATÍCIA

Atendendo a exposição de motivos do ministro Macedo Soares, da Indústria e Comércio, o presidente da República baixou ontem o Decreto-lei n.º 413, alterando substancialmente o sistema da Cédula Industrial Pignoratícia, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 265, de 28 de fevereiro de 1967.

O novo decreto-lei, de 65 artigos, foi elaborado com a cooperação do Banco do Brasil, que aproveitou a experiência da sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, responsável pelo crédito industrial em todas as regiões geo-econômicas do País.

O objetivo do ato, segundo a exposição de motivos do ministro, foi simplificar a legislação existente sobre a matéria. Revoga ele "prescrições injustificáveis e imposições prejudiciais". Regula também "todas as necessidades e peculiaridades, evidenciadas, de modo a prescindir, doravante, da inserção, nos instrumentos de crédito, de uma longa série de cláusulas e condições".

BUROCRACIA

Referindo-se a dificuldades até então existentes para a obtenção desse crédito especializado, o ministro da indústria e comércio assinala:

"Embora largamente utilizado, o crédito industrial ainda se formaliza, com desalentadora burocracia, através de escrituras públicas e particulares, reguladas por legislação esparsa e desatualizada. Em consequência, os instrumentos de crédito tornaram-se excessivamente alongados e metuculosos, porque paralelamente é sua dupla finalidade - assegurar o resguardo dos direitos do Financiador e impor ao financiado um complexo de obrigações para garantir a consecução dos objetivos econômicos perseguidos faz-se mister o acréscimo, em cada contrato, de inúmeras cláusulas e condições reguladoras das atividades do devedor durante a vigência da operação".

"A par desses aspectos negativos - acrescenta - esse crédito especializado dia a dia se vê mais dificultado, em consequência de novas disposições legais, pois, em nosso País, tornou-se rotina legislativa a instituição generalizada de privilégios fiscais, previdenciários e trabalhistas".

ASPECTOS PRINCIPAIS

São os seguintes os principais aspectos do novo decreto-lei, conforme a própria exposição de motivos.

1 - Aproveitando-se a sistemática do Decreto-lei n.º 67, de 14 de fevereiro de 1967, são criadas a Cédula de Crédito Industrial e a Nota de Crédito Industrial, destinadas, respectivamente, aos financiamentos sob garantia e mediante crédito pessoal.

2 - São incluídas na legislação as condições e estipulações de ordem geral e freqüentes nos financiamentos industriais, a fim de se evitar sua repetição em cada instrumento.

3 - Ao âmbito do penhor celular são trazidos diversos bens que se vinculavam a áreas restritas de outros penhores ou a áreas ainda não disciplinadas.

4 - Derrogando-se princípios retrógrados e formalísticos, admite-se que a descrição se processe em forma sucinta, na própria cédula, ou em relação à parte, e faculta-se, com real segurança para o credor, que sejam dispensadas a avaliação, por terceiros, da garantia oferecida e a apresentação de certidões negativas de ônus ou de quaisquer responsabilidades, já que o declarante se sujeita às penas do art. 171.º do código penal; além disso, cancela-se a exigência injustificável de transcrição do domicílio industrial das coisas dadas em penhor; extingue-se o privilégio que existia em benefício do locador do imóvel de situação da indústria e elimina-se a obrigatoriedade de anuência desse locador para a constituição do penhor cedular.

5 - Pela legislação vigente as instituições financeiras públicas são incumbidas da fiscalização dos débitos fiscais. Como sua execução, nos moldes atuais, implica numa série de medidas burocráticas e protelatórias, manteve-se a salutar prática, mas modificando-se sua execução, que passará a depender da comunicação da entidade lançadora.

6 - Exige-se apenas transcrição dos requisitos essenciais, reforçando-se a segurança do ato com o arquivamento, em cartório, de cópia autenticada de cédula levada a registro.

Transcrito de "O Estado de S. Paulo"

DA INVEJA

Lembro-me de ter lido há muitos anos a exemplar história de um rei, senhor de pequeno país do Oriente, que, desejando conhecer o mais invejoso de seus súditos, determinou se promovessem as investigações necessárias no sentido de encontrá-lo.

Postos em ação seus agentes secretos, percorreram eles todas as províncias do reino na tarefa difícil de o descobrirem, tão elevado era o número de invejosos que deparavam por toda parte. Depois de longos e exaustivos meses de trabalho nessa busca, os agentes do rei levaram à presença deste, não apenas um, mas dois indivíduos, cujos sentimentos de cobiça lhes parecera terem as mesmas dimensões.

Cabia, assim, a S. Majestade apurar, em última instância, qual dos dois era, realmente, o mais invejoso de seus súditos.

Indeciso, a princípio, sobre o meio que deveria empregar para saber-lo, - o monarca, logo depois, esboçou um sorriso enigmático.

Então, voltando-se para os dois homens, que se encontravam genuflexos à sua frente, assim lhes falou:

- Era minha intenção satisfazer o maior desejo daquele que demonstrasse ser o mais invejoso de meus súditos. Como, entretanto, ambos me fostes apresentados como tal, - estou disposto a dar a um de vós o dobro do que o outro me pedir. Solicitai, pois, o que quiserdes.

Ante essas palavras, os dois invejosos se entreolharam, com a avidez estampada nos seus rostos sórdidos. Mas, de súbito, na mente de ambos assomou a idéia atordoante de que, aquilo que viesse a pedir, seria ao outro concedido em dobro. Remoídos por igual despeito ante essa perspectiva, os dois se mantiveram silenciosos por alguns instantes. Até que, por fim, um deles, erguendo para o monarca o olhar esgazeado, lhe disse:

- Senhor, mandai arrancar-me um dos olhos!

Ao ouvir tal pedido, o semblante do rei se iluminou de satisfação. Achara-o. Aquele era, sem dúvida, o mais invejoso de seus súditos...

REGIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Subordinado ao título em epígrafe, vem de ser publicado, pela editora "SUGESTÕES LITERÁRIAS S.A", importante trabalho da autoria do Sr. ROQUE ARDEVINO, nosso colega de Batatais, cuja utilidade, - especialmente para nós, servidores em geral da justiça - ressalta indiscutível ao primeiro contato que travamos com o seu amplo e bem organizado texto.

Não se trata, como se poderia supor, de nenhum estudo apreciativo da matéria que informa o nosso Regimento de Custas, - mas, antes, de um trabalho essencialmente prático, em que as taxas objeto de suas várias Tabelas são desdobradas de tal forma que nos permitem conhecer, por assim dizer instantaneamente, o valor das custas ou dos emolumentos correspondentes aos atos praticados em nossos respectivos ofícios.

Proporcionando-nos, assim, enorme economia de tempo na elaboração dos cálculos que diariamente somos obrigados a fazer, prender a fim de apurar o valor das custas e emolumentos aludidos, - não podemos deixar de recomendar tão prestante obra aos nossos colegas de todo o Estado, seja qual for a natureza das serventias em que exerçam as suas funções, convencidos, como ficamos, pelo seu exame, da grande utilidade que ela oferece não somente a nós, serventuários da justiça, senão também a todos quantos militam em nosso foro, tanto judicial como extrajudicial.

Ao darmos esta breve notícia do aparecimento de tal livro, sem similar, aliás, em nossa literatura jurídica, - é com satisfação que apresentamos ao seu autor, Sr. ROQUE ARDEVINO, os nossos cumprimentos pelo valioso trabalho editorial com que nos brindou, ao mesmo tempo que

formulamos os melhores votos para que o mesmo obtenha, por parte de nossos colegas em geral, a consagração a que o seu mérito faz jus.

ANTROPOMORFISMO...

Dizem que Deus fez o homem
igualzinho à sua imagem...
Mas deve isso ser bobagem
de alguns míseros sandeus,
- pois só a idiotice explica
tão grave insulto a Deus...

A MORTE DE PAN ...

Faz tempo se propalou a
morte do grande Pan...
Mas quem tal nova nos deu
com certeza se enganou...
Pois, em verdade, segundo
o que se passa no Mundo
e atentamente eu arrolo
- quem há muito já morreu
não foi o deus capricórnio,
mas o suave, o doce Apolo...

AMIZADE...

Existe, sim, a Amizade!
Procurei-a e descobria a:
- É uma bela divindade
a antiga mitologia...

FONTES TORRES

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA: PROVIMENTO N.º XXXV, DE 1968

O Conselho Superior da Magistratura, atendendo ao disposto nos parágrafos 2.º e 4.º do art. 1.º da Lei Estadual n.º 7.489, de 26 de novembro de 1962; ao que consta dos Processos ns.º C. 36-68 e G. 11.647 e, finalmente, ao que ficou decidido em sessão do Conselho de 6 de maio de 1968,

Resolve:

Art. 1.º - Continua em vigor o Provimento n.º XIII de 30 de janeiro de 1965, que disciplinou as designações de defensores dativos de réus pobres e o pagamento dos respectivos honorários, com os adiantamentos dos arts. 2.º, 3.º, 4.º e 5.º deste Provimento.

Art. 2.º - Somente farão jus a remuneração os defensores dativos nomeados com as cautelas do Provimento n.º XIII, e que tenham desenvolvido sua defesa com eficiência e dedicação.

Art. 3.º - Os mapas mensais, a que se refere o art., 7.º do Provimento n.º XIII, deverão ser acompanhados de atestado do Juiz da causa, sobre a dedicação do defensor dativo nomeado e a eficiência de sua defesa.

Art. 4.º - Ao pé da certidão de fixação de honorários, certificará o escrivão se o réu foi considerado pobre por despacho do Juiz da causa e qual a data do referido despacho. Certificará, ainda, o inciso penal em que foi o réu denunciado e, se for o caso, aquele por que foi condenado.

Art. 5.º - O arbitramento deverá ser feito de acordo com o salário mínimo vigente à época da prolação da sentença de primeira instância.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 4 de julho de 1968.

(a) Marcio Martins Ferreira

Presidente

(a) Cantidiano Garcia de Almeida

Vice-Presidente

(a) Hildebrando Dantas de Freitas

Corregedor Geral da justiça

D. J. 617/68.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA: PROVIMENTO N.º 1-69

No decorrer do ano de 1968, foram realizadas correições gerais nas comarcas de Avaré, Diadema, Cerqueira Cesar, Garça, Guarujá, Guarulhos, Itanhaem, Pindamonhangaba, Poá, Tietê, além de visitas para verificação em outras comarcas que, anteriormente, já haviam recebido inspeção da Corregedoria Geral, como Mogi Guaçu e Taubaté, Os serviços do foro judicial e extrajudicial, de um modo geral, nas comarcas visitadas, apresentam falhas.

As irregularidade, omissões e imperfeições observadas foram realçadas, em cada caso, nos termos lavrados nos livros dos cartórios respectivos, verificando-se, por outro lado, em certas comarcas, atraso no serviço judicial.

No curso dos trabalhos correccionais, foram visitados as cadeias públicas e Delegacias de Polícia das comarcas mencionadas, constatando-se deficiências nas respectivas instalações materiais. Foi examinada a situação processual dos detentos, ocorrendo entrevista pessoal com os mesmos, sendo determinadas as providências cabíveis.

A propósito das condições de segurança e higiene das cadeias, oficiou-se ao Poder competente, para as medidas necessárias.

Auxiliaram os trabalhos de correição os juízes Auxiliares João Penido Burnier Júnior, Tito de Oliveira Hesketh e Márcio Martins Bonilha, funcionando como escrivão o Sr. Ezio Donati, Tendo em vista que as falhas apuradas se revestem de uniformidade, repetindo-se em cada comarca, decidiu a Corregedoria Geral, objetivando melhor efeito prático para maior facilidade, baixar um só Provimento, contendo as seguintes instruções de ordem geral, com caráter normativo para as demais comarcas do Estado:

1 - Arquivo.

I - O arquivo dos processos deve ser organizado de acordo com o livro de Registro de Feitos, em maços de 10, 20 ou 30, sempre em dezenas, salvo necessidade de desdobramento, caso em que os maços tomarão letras aditivas. Assim, maço 1 a, 1 b, 1 c, etc., com referência ao ano respectivo. (Prov. 40 - 53 da Corregedoria Geral).

Com finalidade de facilitar a pesquisa, utilizar fichário, facultativamente, a escriturar, obrigatoriamente, a indicação na coluna respectiva do Livro Registro de Feitos.

II - Os feitos somente devem ser arquivados quando houver despacho judicial nesse sentido, com ciências das partes, a fim de evitar arquivamento de processos ainda não liquidados.

III - Os livros e papéis pertencerão ao arquivo do cartório indefinidamente, sendo defeso aos oficiais destruí-los, qualquer que seja o seu tempo. (art. 30 do Regulamento dos Registros Públicos - Dec. n.º 4.857, de 9- XI- 1939). Os arquivos dos cartórios pertencem ao Estado e se conservam nos mesmos sob a responsabilidades e guarda dos respectivos serventuários. (Rev. Trib. 113-535).

IV - Separar os arquivos e o recinto do trabalho do local destinado ao público, mediante utilização de balcão ou gradil. (Prov. C.G. 44 - 53).

V - Para facilitar as buscas, deve ser organizado índice dos processos arquivados, utilizando-se, facultativamente, o sistema de fichas.

2 - Audiências.

1 - Recomenda-se a designação pelos próprios magistrados, não se cometendo a tarefa aos Escrivães, observando-se os estatutos processuais e evitada a marcação do mais de um serviço para a mesma hora. (Prov. 1 - 49 da C.G. e Prov. IX - 46 do C.S.M.).

Na hipótese de transferência ou continuação, a designação de nova data se fará, sempre que possível, na própria audiência transferida ou prorrogada. (Prov. C.G. 2 - 48).

II - Nos termos da organização judiciária vigente os pregões em audiência são feitos pelo porteiro dos auditórios e, na falta, pelo Oficial de justiça. Na falta destes, os serventuários ou escreventes

que servirem perante o juiz poderão realizar os pregões. Essa é a condição consagrada por velha praxe, valendo notar que os contínuos, salvo investidura especial, "ad hoc", não podem desempenhar esse manter, porque não dispõem de fé pública, não podendo autenticar suas afirmativas.

3 - Autos.

I - A assinatura de carga no livro Carga e Descarga de autos constituiu exigência indispensável. (Prov. C.S.M. 31/67).

II - Os atos que, escoado o prazo legal, não forem devolvidos pelos advogados serão cobrados pela forma disciplinada pelo Provimento XX-66 do C.S.M.

III - O Escrivão deve consignar no termo de vista ou conclusão os nomes do Promotor Público e do juiz, respectivamente, evitando a retenção dos autos em cartório, sob pena de sofrer as sanções previstas nos artigos 800, § 4.º, do Código de Processo Penal e 23, § 2.º do Código de Processo Civil, e, sem prejuízo das medidas disciplinares aplicáveis à hipótese.

IV - Recomenda-se a observância do § 1.º do artigo 14 do Código de Processo Civil, quanto aos autos suplementares.

V - Na capa dos autos deverão constar o número do livro do registro de feitos e o número de ordem do processo registrado, bem como a folha em que esse último se encontra, além dos esclarecimentos relativos à natureza da ação e nomes das partes.

No tocante aos processos criminais recomenda-se sejam feitas anotações na capa dos mesmos, relativamente à natureza da infração e ao artigo de lei respectivo, de acordo com a denúncia, (Prov. CG. 15-60), assinalando-se ainda, com destaque o fato de se tratar de réu preso.

VI - É irregular a remessa de autos ao avaliador judicial que, apenas receberá o mandado. (Prov. C.G. 8-66).

VII - Rever, renumerar e rubricar as folhas dos autos antes que subam aos Tribunais, em grau de recurso.

VIII - Devem ser juntados aos autos traslados dos termos de audiência e não cópias a carbono. (Prov. 1 - 59).

4 - Auxiliares.

1 - Gozarão férias anuais de vinte dias, concedidas pelo serventuário, com salários integrais, devendo a escala de férias ser comunicada, para os devidos efeitos, ao Juiz Corregedor Permanente, observando-se a exigência do item 2.º do Prov. CG. 15-67.

11 - Para a contratação de auxiliares é necessária autorização do juiz Corregedor Permanente. O Escrivão que admitir praticamente fiel ou auxiliar de cartório, deverá lavrar "contrato escrito", fixando a remuneração e a forma de pagamento, arquivando uma via no cartório da Corregedoria Permanente e enviando duas vias ao Corregedor Geral, para arquivo na Corregedoria Geral e conseqüente remessa ao Instituto de residência do Estado.

III - Cabe ao escrivão elaborar folhas mensais de pagamento, obedecendo ao modelo publicado no D. O. J. de 1-XI-53 e 4-XI-59 sendo exigível o visto mensal do Corregedor Permanente. (Por mentes cotados indevidamente. (Prev. 43 53).

IV - O tempo de serviço somente é computado para auxiliares, a partir da idade de 14 anos. (Portaria 1-59).

V - Os auxiliares sem contrato não poderão assinar o livro de Ponto (Portaria CC. 92-66), e a contagem de tempo de serviço dos auxiliares nessas condições não poderá ser deferida de acordo com o artigo 14 § 3.º do Decreto n.º 19.365, de 20 de abril de 1950.

5 - Avaliador, Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público.

1 - Observar a limitação prevista no 7-48 aplicando-se aos processo n.º 109, de 16 7-68, aplicando-se aos processo contenciosos a regra do artigo 957 do Código de Processo Civil.

II - Os cálculos, contas, partilhas e avaliações terão cópias arquivadas, cronologicamente, em cartório.

III - Observar, nas avaliações, o sistema legal vigente de unidades e medidas.

IV - As estampilhas da taxa de Aposentadoria dos Servidores da Justiça serão apostas nos próprios livros da distribuição, exceto no caso da distribuição de escrituras.

V - Cabe aos contadores glosar todas as custas e emolumentos cotados indevidamente. (Prov. 43-53).

VI - Não reter autos, em hipótese alguma, além dos prazos legais, pois, na recusa de pagamento, a cobrança dos emolumentos poderá ser efetuada por via judicial.

VII - Quando por culpa sua, tiverem de fazer outra avaliação, desta nada levarão os avaliadores.

VIII - Não dependerá de distribuição a petição de retificação de registro, nos termos da Lei

Federal n.º 3.764, de 25-4-60. (Prov. 14.60).

IX - Escriutar o livro de distribuição de feitos cíveis de acordo com as recomendações do Provimento 44/53. Proceder, da mesma forma, no tocante aos feitos criminais, consultando o Corregedor Permanente, no caso de necessidade desdobramento de casas.

X - Efetivar a selagem correspondente à distribuição dos feitos no final de cada página.

XI - A distribuição por dependência somente será realizada à vista do despacho do juiz que a determinar.

XII - Proceder à anotação regular, quando ocorrer a hipótese de inclusão, nas denúncias, de pessoas não indiciadas no inquérito policial. (Portaria 52/65), e cancelar os nomes daquelas que, indiciadas pela Polícia, não forem denunciadas em juízo. (Prov. 40 53).

XIII - Ainda que haja Depositário Público na comarca, o depósito de bens, em consequência de atos judiciais, nos termos do artigo 945 do C. P. C. poderá ser feito em mãos do executado, se convier ao exeqüente.

XIV - Observar o disposto no artigo 15 da Lei 960, de 17-12-38, quando se tratar de coisa penhorada em feito regulado pela citada lei.

XV - Após qualquer levantamento, encaminhar para os autos, 43 horas depois de recebida a importância, os comprovantes de destinação do numerário, recolhendo o saldo, se houver, sob pena de responsabilidade.

XVI - Os depósitos de quantias em dinheiro, que devam permanecer em custódia, em virtude de demanda de qualquer natureza, e que sejam considerados de pronta exigibilidade, serão feitos de preferência nas agências da Caixa Econômica do Estado, no interior, mediante guia fornecida pelo cartório, e da qual constarão o nome da parte ou das partes, o credor do depósito e a indicação do Juízo à disposição de quem fica. (Prov. XXXIII, 67 do C.S.M.).

XVII - Devem ser escriturados os depósitos em contas individuais, em nome dos depositantes. Os juros devem ser computados de acordo com as taxas abonadas pelos estabelecimentos de crédito.

XVIII - Os levantamentos parciais ou totais, inclusive juros, serão feitos mediante guia, assinada pelo juiz, com firma reconhecida, se não estiver registrada no estabelecimento.

XIX - Todas as importâncias de menores e interditos, que estejam em depósito na Caixa Econômica, serão transferidas para contas com correção monetária, se houver prazo mínimo exigido pelos regulamentos. (Prov. XXXIII/67 do C.S.M.).

6 - Cadeias Públicas e Delegacia de Polícia.

I - Providenciar a regular escrituração dos livros obrigatórios referidos no Prov. 16/67. A inexistência de movimento não justifica a falta dos livros essenciais. (Prev. 3/66).

II - Os livros da Delegacia de Polícia devem ser escriturados pelo Escrivão, e os da Cadeia Pública, pelo carcereiro,

III - Os assentos de óbito ocorridos nas prisões devem ser assinados pela autoridade policial e pelos peritos que atestarem o aludido óbito.

IV - Os inquéritos policiais devem ser feitos em duas vias, ficando a segunda via arquivada no cartório da Delegacia de Polícia.

V - Observar o prazo previsto no artigo 10 do Código de Processo Penal para a ulatimação do inquérito, requerendo, eventualmente, prorrogação de prazo,

VI - A interdição de cadeia pública deve ser precedida de audiência da Corregedoria Geral, (Portaria 1-62), e a medida não deve ser adotada indiscriminadamente. - Em cada caso, o juiz Corregedor Permanente deve providenciar a elaboração de laudo técnico instruído com fotografias e parecer médico sobre as condições; sanitárias do prédio.

As cadeias devem ser inspecionadas pelo menos quatro vezes por ano, pelo Corregedor Permanente, (artigo 13 do Regimento das Correções), o qual verificará a existência do serviço de assistência médica aos detentos. - (Decreto 24.688, de 28-VI-1955).

VII - Remeter a juízo, acompanhando os inquéritos, as armas, os instrumentos e os produtos do crime.

VIII - Recomenda-se a juntada, em inquéritos, de documentos originais, admitidas fotocópias e xerocópias quando o interessado não possa anexar o original, dando as razões da impossibilidade. - (Pro. 9-67).

7 - Compromisso e exercício de servidores da justiça.

I - Os escrivães, antes de assumirem o exercício, prestarão compromisso perante os juízes Auxiliares da Corregedoria Geral (Prov. 10-67) e deverão assumir o exercício no prazo de 60 dias da data da nomeação. - (Lei 819-59, artigo 42).

II - Os escreventes somente poderão assumir o exercício das funções após homologação da nomeação, nos autos de habilitação, que, para esse fim, deverão ser encaminhados à Corregedoria Geral. - Após a homologação, iniciado o exercício, remeter-se-á certidão do compromisso prestado perante a Corregedoria Permanente, comunicando-se a data do início do exercício.

III - Os Escrivães da Corregedoria Permanente, à vista das anotações de seus livros, deverão certificar, nos títulos de nomeação dos funcionários das respectivas comarcas, o compromisso do servidor e a data do início do exercício no cargo, inclusive, no caso de escrevente, se a nomeação foi homologada pela Corregedoria Geral.

IV - O compromisso de substituto de Escrivão deve ser prestado perante a Corregedoria Permanente, ato que deverá ser lavrado no livro próprio.

A certidão do termo deverá ser encaminhada à Corregedoria Geral, com indicação da data do início da substituição. - (Prov. 15-67, item 29.º).

8 - Custas.

I - A primeira prestação das custas fixadas na Tabela "A" do Regimento de Custas corresponde aos atos e termos iniciais do processo e é exigível em seguida à expedição do mandado ou edital de citação.

II - A segunda prestação corresponde à fase probatória e decisória e é exigível, nos processos contenciosos, depois da sentença e antes da interposição do recurso ou da execução, e, nos demais processos, antes da sentença, ou despacho que lhes ponha termo - (Notas Genéricas, 2.º, Tabela A, do Regimento de Custas).

III - Havendo reconversão, as custas serão majoradas de um terço.

IV - No caso de nova distribuição do feito, por incompetência de Juízo, caberá ao cartório que o processou a parcela de custas já exigível.

V - Nos processos criminais intentados mediante queixa, o requerente, em seguida ao despacho da petição inicial, pagará as custas mínimas, sendo o restante completado a final.

Não se tratando de processo iniciado mediante queixa, as custas serão pagas afinal.

VI - Todos os atos extrajudiciais terão seu preço cotado afinal de acordo com a respectiva tabela.

VII - As tabelas de custas devem ser afixadas no interior dos cartórios em lugar visível e franqueado ao público. Está em vigor a Lei n.º 4.831, de 28-8-58 com as alterações posteriores, especialmente a Lei 9.531, de 6-X-1966, que deu nova redação aos artigos 16 e 20 e estabeleceu nova tabela, e as Leis 9.895, de 8-XI-67 e 9.736-67. Tal afixação há de ser especificamente da tabela ou das tabelas relativas aos atos do cartório. Não deverá ser afixado todo o Regimento de Custas, a fim de não dificultar a conferência por parte do interessado.

A tabela "O" será afixada sempre que aplicável, de acordo com as tabelas que especifica. (Prov. 15-60).

VIII - Nos cartórios de notas, as custas e emolumentos devem ser cotados à margem dos termos lavrados, assim nos traslados como nas certidões, adotando-se carimbo discriminativo, com menção do total pago e indicação da pessoa que o pagou. Deve ser feita referência à renda do Estado, emolumentos do Escrivão, proventos do Distribuidor e respectivas taxas de aposentadoria. O emolumento da escritura, procuração ou substabelecimento compreende o primeiro traslado.

IX - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do emolumento taxado. Na hipótese de escritura, deverá ser observada a 5.º Nota da Tabela "J".

X - Nas permutas, o emolumento será contado sobre o maior valor, com o acréscimo de um quarto.

XI - Nos cartórios de Registro de Imóveis, a cobrança de emolumentos pela inscrição da cédula de crédito rural e respectivas averbações, matéria de organização judiciária de competência da justiça estadual, está disciplinada pela Lei Estadual n.º 9.895, de 8-XI-67, que acrescentou os itens VIII e IX à Tabela "K" do Regimento de Custas, não cabendo cogitar da participação dos magistrados na percepção dos emolumentos. (Prov. 8-67).

XII - Para gozar da subvenção de que trata o artigo 20 do Regimento de Custas (redação dada pela Lei n.º 9.531-66, artigo 2.º), os Oficiais dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais deverão instruir o pedido de pagamento, que deverá ser endereçado à Secretaria da justiça, com atestado a ser fornecido pelo Juiz Corregedor e relação dos atos praticados, mencionando data e número do assento e o nome das partes.

A subvenção consistirá no pagamento, pelo Estado, da importância taxada na Tabela "N", para cada casamento ou assento efetivamente realizado no semestre, observado o número de

casamentos, assentos de nascimento e de óbitos, dentro do limite de 10 casamentos e 150 assentos de nascimentos ou óbitos, por semestre, conforme dispõe o Provimento n.º 1-67 - C.G. 9 - Escreventes.

I - A nomeação de escreventes de cartório está sujeita às normas e condições estabelecidas pelo Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, com a alteração introduzida pelo artigo 83 da Lei n.º 11.058, de 26-V 1940.

II - O artigo 17.º do Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931 deve ser aplicado restritivamente, tendo-se em vista as necessidades mais urgentes do cartório, levada em conta, ainda, a existência de Oficial Maior. (Portaria da C.G. 4-48).

III - Os escreventes têm direito a 30 dias de férias por ano, com salário integrais, cujo gozo é obrigatório, não sendo permitida a acumulação. (Prov. 15.67). O direito à pensão é regido pela Lei n.º 9.858, de 4-X-1967, regulamentada pelo Decreto n.º 49.933, de 3 de julho de 1968 e o regime disciplinar é o previsto no Decreto n.º 5.299, de 14-IV-1959.

IV - Para obter licença para tratamento de saúde, o escrevente encaminhará requerimento ao Corregedor Geral da justiça, por intermédio da Corregedoria Permanente, com manifestação do serventuário, fixando a data a partir da qual deseja afastar-se e o tempo de duração de afastamento. - A inspeção médica será feita, na comarca da Capital, pelo Departamento Médico do Serviço Civil, e, no interior do Estado, pelas Delegacias de Saúde, Centros de Saúde e Postos de Assistência Médico Sanitária, podendo a Corregedoria Permanente expedir as guias necessárias. - Prov. 15-67).

V - O servidor deverá aguardar em exercício a concessão de férias e licença, qualquer que seja a natureza desta, sob pena de responsabilidade, com ressalva da hipótese prevista no item 10. do Prov. 15/67.

VI - A concessão de licença para tratar de assuntos particulares é da competência exclusiva do Corregedor Geral, e o tempo máximo do afastamento, na hipótese, é de 180 dias consecutivos, em cada exercício, não cabendo cogitar de licenças acumuladas. - (Prov. 16-67).

VII - Os pedidos de licença-prêmio e de afastamento para tratar de assuntos particulares, deverão trazer a manifestação do Sr. Escrivão, acompanhados de certidão de quitação para com o IPESP. - Outrossim, o requerimento deverá ser encaminhado pelo Corregedor Permanente.

VIII - Nos pedidos de certidão de tempo de serviço dirigidos à Corregedoria Geral, os interessados devem colher o "visto" do Corregedor Permanente, instruindo as petições com certidões dos cartórios onde exercerem as funções, inclusive da Corregedoria Permanente da comarca, com menção de faltas, licenças, férias e registro de penalidades.

IX - Observar, no tocante à frequência ao serviço, as disposições da portaria 92/66 e do Prov. 9/66.

10 - Escrivães.

I - Os Escrivães tem direito à aposentadoria e os seus beneficiários, à pensão mensal, nos termos e condições da lei n.º 9.858, de 4-X-67 e do Decreto n.º 49.933, de 3-VII-68. Para esse fim, deverão contribuir para a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, e promover a arrecadação compulsória mensal prevista no artigo 11 do Regulamento citado. - A inobservância da obrigação legal sujeitará o infrator à multa de 10% sobre o valor das quantias devidas e juros de mora, além da sanção prevista no artigo 41, § único de Decreto n.º 49.933, de 3-VII-68, isto é, suspensão até o prazo máximo de 90 dias, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais,

II - Os serventuários são obrigados a recolher à Tesouraria do Instituto de Previdência do Estado, em dinheiro, cheque nominativo ou vale postal até o dia 10 de cada mês, juntamente com as contribuições do pessoal de seu cartório, a sua própria contribuição e demais quantias devidas referentes ao mês imediatamente anterior. - (artigo 39, inciso 11, Decreto n.º 49.933/68). Devem preparar folhas mensais de pagamento real de seus subordinados, bem como da respectiva remuneração-base e dos descontos efetuados para a Carteira, remetendo uma via à mesma, até o dia 20 de cada mês subsequente ao do pagamento. - (artigo 40 do Decreto citado).

III - Os servidores não poderão obter licenças, salvo para tratamento de saúde, permuta de ofícios ou inscrição em quaisquer concursos, sem prova de quitação para com a Carteira. As licenças para tratar de assuntos particulares, por tempo não superior a 180 dias, serão concedidas somente uma vez em cada exercício e não poderão ser acumuladas. - (Lei n.º 2.177, de 23-VII-53).

IV - Cabe aos escrivães:

1 - Indicar substituto, nos pedidos de licença, com prévia aprovação do Corregedor Permanente,

- observando o disposto no artigo 59 da Lei n.º 11.058, de 26-IV-40;
- 2 - Lavrar contratos com auxiliares e fiéis, nos termos da Portaria 16-53;
 - 3 - Manifestar-se nos pedidos de afastamento ou licença de escreventes e auxiliares. - (Portaria n.º 9-48 e Prov. 15-67);
 - 4 - Organizar escala de férias (Provimento C.G. 15-67);
 - 5 - Gozar trinta dias consecutivos de férias por ano, obrigatoriamente, sendo vedada a acumulação de períodos e proibido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço. No curso das férias, o serventuário terá direito à renda integral do cartório;
 - 6 - Instalar os cartórios dentro do respectivo distrito, em lugar de fácil acesso ao público e que ofereça boas condições de segurança, higiene e conforto, a critério do Juiz (art. 11 do Regimento das Correições);
 - 7 - Colocar do lado de fora do prédio placa indicativa ou inscrição que a substitua;
 - 8 - Hastear a bandeira nacional em dias próprios;
 - 9 - Guardar os livros e documentos debaixo de chave, em lugar seguro (Dec. 4.857-39, art. 28);
 - 10 - Comunicar à Delegacia de Polícia, ao D.E.I.C. e aos distribuidores o resultado dos feitos criminais e dos inquéritos policiais;
 - 11 - Dar recibo de todas as quantias pagas ou deixadas em cartório, observando a recomendação constante do Prov. 2 - 56;
 - 12 - Organizar relação de mandados não cumpridos, submetendo à apreciação do Corregedor Permanente para as providências cabíveis;
 - 13 - Observar, no setor de falências, a orientação traçada pelo Prov. C.G. 43-53;
 - 14 - Comunicar aos Distribuidores o oferecimento de reconvenção, para anotação no registro da ação respectiva, uma vez que se trata de nova demanda contra o autor;
 - 15 - Promover a movimentação de todos os feitos, até final solução, não permitindo a paralisação. Em se tratando de feitos com mandados expedidos e não procurados, juntar o mandado 30 (trinta) dias depois da expedição, certificar que o autor não o procurou, informar, quando souber da existência de acordo e fazer a conclusão dos autos;
 - 16 - Entregar as notificações, interpelações e protestos, somente depois da conta do Contador e de selados e preparados os autos;
 - 17 - Providenciar classificadores para arquivar ofícios recebidos que não se refiram a feitos em andamento, pela ordem cronológica do recebimento.
- As cópias de ofícios expedidos serão arquivadas em ordem numérica e cronológica em pasta adequada;
- 18 - Recolher a multa imposta como pena criminal somente após o trânsito em julgado da sentença que a impuser, nos termos do artigo 686 do Código de Processo Penal (Prov. 3-67);
 - 19 - Consignar, nos mandados de prisão, os dados que qualifiquem as pessoas, inclusive o número de registro geral no serviço de identificação (Prov. 4-60);
 - 20 - Observar a recomendação do Prov. 4-60 relativamente ao cumprimento de sentenças de pronúncia ou condenatórias, ou de despachos que decretam a prisão preventiva, procedendo do seguinte modo:
 - a - baixando os autos com a decisão, providenciará a expedição e assinatura do respectivo mandado no mesmo dia e, ainda no mesmo dia, comunicará o fato à Polícia, nos termos e para os fins do artigo 299 do Código de Processo Penal;
 - b - certificará, no mesmo dia, o cumprimento das diligências referidas e fará os autos conclusos ao juiz, para aposição de visto comprobatório;
 - c - devolvidos os autos, procederá à publicação da sentença, antes da qual nenhum conhecimento dela será dado quer às partes, quer a terceiros;
 - d - sem prejuízo das disposições anteriores, a prisão poderá ser efetuada na forma e com as formalidades previstas no artigo 287 do C.P.P.;
 - 21 - Consignar, nos alvarás de soltura, as seguintes indicações:
 - a - nome, idade, filiação e naturalidade do réu;
 - b - nome da vítima ou vítimas;
 - c - data da prisão, esclarecendo se esta se deu em flagrante, preventivamente ou em virtude de sentença condenatória;
 - d - se houve condenação, a pena que foi imposta;
 - e - natureza do delito, com indicação do artigo do Código Penal, com esclarecimentos sobre modificação na capitulação do crime, após a denúncia, quer na sentença, quer no acórdão;
 - f - motivo da soltura. (Prov. 4/56).
-

22 - As sentenças cíveis ou criminais serão registradas na íntegra e não em resumo. Quando proferidas em audiência, e por esse motivo já consignadas no termo, será dispensável o registro integral. (Prov. 2/63), devendo, em tal caso, ser anotada essa circunstância, com os dados elucidativos, inclusive o desfecho do caso, à margem do número de ordem do livro de Registro de sentença respectivo (Prov. 5/61).

23 - Nos ofícios requisitórios, mandados e ordens de pagamento, em que haja representação da parte interessada, consignar a declaração de que o procurador dispõe de poderes especiais para receber e dar quitação, indicando-se a folha dos autos em que se acha o instrumento de procuração (Prov. 7/67);

24 - Organizar o depósito e guarda de armas e objetos que acompanham os inquéritos policiais apreendidos no curso do processo criminal, de preferência no cartório que tenha o anexo do Serviço do júri, ou no próprio edifício do Fórum, sem ônus para o Estado, nos moldes do que existe no Palácio da justiça de São Paulo, instituído pela Portaria n.º 555/58, da Presidência do Tribunal de justiça, expedida em 29-9-1958, (in Rev. Trib. 260/723 e 277/885), normas essas que serão adaptadas às peculiaridades locais. (Prov. 7-67):

25 - Trazer atualizada a sua coleção de leis, regulamentos, regimentos, provimentos, instruções e ordens de serviço.

V - É ilegal e abusiva a prática adotada por alguns escrivães, segundo a qual são extraídas certidões da mesma peça mediante a utilização de papel carbono, pois fere o princípio de que os atos judiciais e os instrumentos públicos devem ser escritos sempre com tinta escura e indelével. (Prov. 1-49, in D.O.J., de 4-111-1949). As certidões podem ser extraídas pelos processos de fotocópias ou xerocópias (Prov. 9-67).

VI - Deve ser coibido o abuso na expedição de certidões que não passam de meros traslados, sem indicação de fonte de busca. Do contexto das certidões deve constar a designação, o número e a página do livro ou processo onde se acha o assentamento, quanto positiva.

VII - O Escrivão do júri é o escrivão das correições nas comarcas; do interior do Estado, salvo na comarca de Campinas. (Decreto estadual n.º 4.786, de 3-12-1930, art. 5.º, inciso III; Lei n.º 6.142, de 27-VI-1961).

VIII - Na escrivania judicial, o escrivão não pode funcionar nos feitos em que figurem, como advogado ou parte, parentes seus, consangüíneos ou afins, até o 3.º grau. Nos impedimentos, o juiz convocará o substituto, ou nomeará "ad hoc".

II - Livros Oficiais.

I - Recomenda-se rigorosa observância do disposto no Provimento CG. 16/67, relativamente aos livros obrigatórios de cada cartório ou ofício de justiça.

II - É conveniente a adoção de livro "Registro de Visitas do Ministério Público", nos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, à vista da disposição do artigo 60 do Regulamento dos Registros Públicos. (Proc. C.G. 28.815/67).

III - O livro "Registro de Cédulas do Crédito Rural" na forma do Decreto-lei n.º 167, de 14-2-67, destinado à inscrição das Cédulas de Crédito Rural, n.º 9, obedecerá ao modelo previsto no Decreto federal n.º 62.124, de 16-1-1968.

IV - Os livros devem ser escriturados diariamente não se justificando registros tardios.

V - Quando utilizadas folhas soltas deve ser providenciada encadernação, para manter os livros em bom estado de conservação.

VI - Evitar emendas, borrões, rasuras e entrelinhas, na escrituração dos livros, procedendo à ressalva regular, quando ocorrerem tais defeitos.

VII - Autenticar regularmente todos os livros, cujas folhas devem ser rubricadas pelo juiz, que subscreverá os termos de abertura e encerramento, lançados nas 1. e última folhas úteis, as quais serão numeradas.

VIII - Na escrituração deve ser utilizada tinta escura, preta ou azul, indelével.

IX - Os livros essenciais não podem ser escriturados por pessoas não habilitadas.

X - Os livros "Registro Diário da Receita e Despesa. "Ponto dos servidores", "Carga e Descarga de Mandados, "Registro de Comunicações ao Departamento de Investigações" e "Registro de Sursis" devem ser exibidos mensalmente ao juiz Corregedor para o "visto".

XI - Os livros "Rol dos Culpados", e "Registro de Sursis" e "Registro do Selo Penitenciário" poderão ser unificados em livro apropriado para todas as anotações, conforme modelo, elaborado pela Corregedoria Geral da justiça. (Prov. CG .16-67).

XII - Observar, na escrituração do livro Rol de Culpados, * exigência de autenticação de lançamentos, qualificando os réu, se reservando coluna própria para baixa na culpa, a ser

procedida quando houver decisão absolutória na Instância Superior. Igualmente, lançar o nome do réu, se houver condenação, reformando sentença absolutória de primeira instância.

XIII - O "Registro de Sursis" deve ser escriturado nos moldes do rol dos culpados, anotando-se o número de ordem do registro, o número dos autos, a qualificação do réu, a pena imposta, o resumo das condições da suspensão do cumprimento da pena, o prazo do benefício concedido, a data da audiência admonitória, a residência obrigatória do beneficiado, assim como as averbações a respeito do cancelamento do benefício ou da extinção da punibilidade (C.P.P. art. 703). (Prov. CG. 7-67).

XIV - Lavar os termos de advertência no protocolo de audiências.

XV - O livro "Registro Diário da Receita e Despesa" de cada cartório deve ser escriturado e mantido em dia, discriminando-se ato por ato, apurando-se a renda líquida através de balanços mensais. Terminado o exercício, será levantado balanço anual, computando-se as parcelas mensais.

XVI - No livro "Registro de Feitos", encerrado o exercício, antes de ser iniciada a escrituração do seguinte, será elaborado balanço anual, do qual constará:

1.º - Feitos distribuídos durante o ano;

2.º - Feitos vindos de anos anteriores;

3.º - Total das duas parcelas;

4.º - Feitos encerrados durante o ano;

5.º - Feitos que passaram para o ano seguinte.

A numeração é em série anual e deve ser indicada na capa dos autos respectivos.

XVII - O registro dos feitos deve ser efetuado de acordo com o título da distribuição. (Prov. 44-63).

XVIII - No livro "Termos de compromisso de tutores e curadores", (C.P.C. art. 601), será anotado, à margem de cada lançamento, o processo respectivo.

XIX - O alistamento semestral dos jurados e o sorteio mensal dos jurados do Júri de economia popular, assim como as atas de julgamento desse Júri, poderão ser feitos nos livros do Júri comum, (Prov. 16-67).

XX - O registro dos provimentos dos corregedores deve ser feito no livro de Visitas e Correições.

XXI - O protocolo de autos e papéis deve ser utilizado para o registro nos casos de entrega ou remessa que não implique em devolução.

XXII - O Corregedor Permanente, face ao movimento do cartório, poderá autorizar a abertura dos livros indispensáveis, à medida que surgir a necessidade.

XXIII - Não é mais devido o selo penitenciário, nem o imposto do selo estadual, sobre o valor das fianças criminais arbitradas pelas autoridades policiais ou juízes competentes,

A propósito da arrecadação do selo penitenciário, observar as disposições do Provimento

XXIV/67, do Conselho Superior da Magistratura.

12 - Oficiais de justiça

I - Recomenda-se a cobrança exata das custas, contando-se os emolumentos pelos atos praticados, discriminando as despesas de condução.

II - Somente o juiz pode sustar o cumprimento dos mandados expedidos. Assim, a retenção indevida de mandados, sob alegação de eventual acordo das partes, solicitação do interessado ou escusas semelhantes constitui irregularidade que não pode ser tolerada.

III - Não é admissível a utilização pelos Oficiais, de prepostos, tampouco a realização de diligências pelo telefone, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa.

IV - As intimações de réus presos, que devam tomar conhecimento de qualquer ato do processo, serão feitas no próprio estabelecimento penal onde se acharem os referidos réus. Igualmente, a entrega de cópias de libelo será levada a efeito no próprio presídio em que esteja recolhido o preso. (Prov. C.G. - 8-57).

V- Cabe aos Oficiais de justiça:

1.º Munir-se de usa cédula de identidade, fornecida pelo Corregedor Geral da Justiça, a ser exibida, obrigatoriamente, no ato de cada diligência. (Prov. 4/66).

2.º Assinar o ponto, diariamente, exceto aos sábados, em livro que será aberto e rubricado pelo juiz da comarca ou Vara, ao qual competirá abonar ou justificar as faltas devidas. O livro ponto ficará sob a fiscalização do escrivão do cartório da Corregedoria Permanente e será visado diariamente pelo juiz de Direito. Os atestados de frequência serão passados com base nos livros de ponto. (Port. 170/64).

3.º - Gozar férias de 30 dias por ano, obrigatoriamente, salvo a hipótese de ser ultrapassado o

limite normal de faltas, caso em que poderão gozar apenas 20 dias de férias. (art. 176 do Estatuto dos Funcionários Públicos), nos meses de janeiro ou julho, conforme escala que deve ser remetida pelos Escrivães, com o visto do Corregedor Permanente, à Corregedoria Geral, até o dia 15 de dezembro de cada ano. (Prov. 13/67).

4.º - Devolver a cartório os mandados que estejam em seu poder além dos prazos legais, sob pena de responsabilidade.

VI - Estão sujeitos ao regime disciplinar no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, (Lei n.º 10.261, de 28-X-1963), e no Regimento das Correições, (Decreto n.º 4.786, de 3-12-1930).

13 - Oficial Maior

I - A nomeação de Oficial Maior é ato da competência do Poder Executivo, (art. 19 do Decreto n.º 12.520, de 22-1-1942), dependendo de requerimento e indicação, pelo serventuário, de um dos escreventes da serventia.

II - Não haverá substituição na função do Oficial Maior o (Prov. CG - 15/67, item 31).

III - Caberá ao Oficial Maior substituir o Escrivão nos seus impedimentos por faltas, licenças, férias e outros afastamentos.

IV - O compromisso de Oficial Maior deve ser prestado perante o juiz Corregedor Permanente, lavrando-se o termo em livro apropriado.

V - Em caso de vaga, até provimento e posse do titular do ofício ou cartório, será designado pelo Corregedor Permanente, para responder pelo expediente do respectivo cartório, o Oficial Maior devendo a portaria expedida pelo Corregedor Permanente ser enviada à Secretária da justiça, para homologação. Uma cópia deverá ser enviada à Corregedoria Geral, esclarecendo se foi cumprido o disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 12.520, de 22-1-1942, com a redação dada pelo art. 43 da Lei n.º 6.057, de 24-3-1961, que determina aquela homologação.

14 - Registro Civil das Pessoas Naturais

I - Os Oficiais do Registro Civil deverão cumprir, rigorosamente, as disposições dos artigos 114 e 115 do Regulamento dos Registros Públicos (Decreto n.º 4.857, de 9-XI-39), efetuando as anotações e remissões recíprocas exigíveis por lei.

II - As comunicações referidas no citado artigo 114 do R. R. P. deverão ser anotadas no livro onde foi lavrado o assento.

III - O assento devera ser encerrado com a assinatura de quem o lavrou. Entre um assento e outro, conservar uma linha de separação. Observar o disposto no art. 51 do R. R. P., ressaltando as rasuras, entrelinhas, emendas e omissões.

IV - Escreitar o livro Registro de Feitos, sob ordem numérica, em série anual, anotando os processos de habilitação de casamento, justificações de idade, editais de proclamas vindos de outros distritos, petições de registro de idade de pessoas maiores de 12 anos, os registros de nascimento de acordo com a Lei n.º 3.764/60 - Prov 11-60, - os pedidos de retificações de nomes e mandados judiciais.

Elaborar resumo anual, com a menção dos processos de habilitação cujos editais perderam a eficácia. (Art. 181, parágrafo 1.º do Código Civil).

V - Poderão ser expedidas certidões com o patronímico exclusivo derivado da adoção, se no ato tiver sido declarada a opção, por esses; apelidos de família. (Prov. 12.60).

VI - O mínimo de folhas dos livros, de acordo com o movimento, poderá ser reduzido até a terça parte, sendo indispensável o uso de índices ou fichas. Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão indefinidamente.

VII - Os assentos de nascimento devem ser completos, isto é, conter todas as indicações determinadas no artigo 68 do R. R. P.

Nas certidões de nascimento, assim como nos editais de proclamas certidões de casamento, não se mencionará a circunstância de ser legítima ou não a filiação, salvo o requerimento todo interessado ou em virtude de determinação judicial.

VIII - Ocorrendo o nascimento de gêmeos, fazer tantos registros quantos forem estes, acrescentando a ordem de nascimento.

Outrossim, consignar a ordem de filiação, no caso de um irmão receber o mesmo nome do que morreu.

IX - Evitar os registros de nomes suscetíveis de expor a ridículo seus portadores.

X - Em se tratando de "natimorto", vedar o uso da expressão "feto" e anotar no índice, na letra "N", com indicação dos pais.

XI - Lavrar simultaneamente assento de óbito e de nascimento se este não tiver sido feito e se a criança contar menos de um ano.

XII - No caso de óbito de pessoas maiores de 18 anos, mencionar se era ou não eleitor e remeter a certidão no primeiro caso, ao juiz Eleitoral, para a exclusão do quadro de eleitores.

XIII - Arquivar em cartório os atestados de óbito, observando a ordem cronológica, para facilitar a consulta.

XIV - Nos assentos de casamento, a nubente deve assinar com o nome que passou a adotar.

XV - Atualizar os índices no mesmo dia da lavratura do assento, ou, no máximo, no dia seguinte.

XVI - Transcrever os editais de proclamas vindos de outros distritos, contando-se o prazo da afixação e publicação e não da vista ao Dr. Curador.

XVII - Somente o edital processaste poderá expedir certidão declarando os contraentes habilitados ao matrimônio.

XVIII - O índice dos nascimentos será organizado pelo nome do registrado; o de óbitos, pelo nome do falecido; o de casamento, pelo nome de ambos os nubentes, devendo cada um figurar na respectiva letra, sendo que da contraente com o nome que passou a adotar em virtude do matrimônio (Prov. 4,68 e 1-50).

XIX - Tomar as assinaturas das autoridades, dos declarantes, das partes e das testemunhas, logo depois de praticado o ato, sendo condenável a falta daquelas formalidades ou a antecipação de assinatura, "em confiança", para posterior preenchimento do termo. (Prov. 44-53).

XX - Abrir, rubricar e encerrar os livros-talões de nascimento, casamento e óbito, remetendo-os, depois de findos, ao Departamento do Arquivo do Estado - Rua Antônio de Queiroz, 183, mediante registro postal ou protocolo. (Prov. 44-53).

Não conservar em cartório os talões findos, sob pena de responsabilidade. (art. 32 do Decreto n.º 4.857-39). Os mapas dos nascimentos, casamentos e óbitos, a que se refere o art. 61 do R.R.P. é que serão remetidos ao Departamento de Estatística do Estado. (Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 849).

XXI - Os oficiais dos cartórios do Registro Civil podem reconhecer firmas nos papéis necessários ao casamento, quando o respectivo processo correr em seu cartório, mas em qualquer hipótese, a não ser que acumulem as funções de tabelião, não lhes é lícito reconhecer firma em outros papéis, salvo na Capital do Estado, em que podem reconhecer firmas e lavrar procurações. (Lei 8.406-64, art. 6.º).

XXII - Nos processos de habilitação de casamento, observar as seguintes instruções:

a - Exigir, na petição inicial, as declarações a respeito de regime de bens a vigorar e nome que a nubente passará a adotar após o casamento e o distrito eleito para a celebração do matrimônio;

b - Processar a habilitação de casamento em segundas núpcias, exigindo certidão de óbito do cônjuge falecido;

c - Fazer o casamento de estrangeiro, depois da prova de permanência legal no país;

d - Somente aceitar públicas-formas se estiverem conferidas e consertadas;

e - Cumprir o disposto no artigo 744 § único do Código de Processo Civil, no caso de dispensa de proclamas, que não deve ser facilitada indevidamente.

f - Anotar nos autos o nome da pessoa que pagou os emolumentos;

g - Certificar nos autos a data da celebração do casamento, com indicação do número do livro, do número do assento e da página na qual foi lavrado o assento.

XXIII - Remeter, mensalmente, às unidades sanitárias das respectivas comarcas, ou regiões, os mapas demográficos e sanitários, de acordo com modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado. (Portaria 7-49).

15 - Registro de Imóveis

I - Encerrar o protocolo diariamente, salvo nos domingos e feriados.

II - Transcrever os títulos translativos da propriedade imobiliária mediante apresentação das certidões negativas de ônus fiscais sobre o imóvel. A exigência somente poderá ser dispensada quando o apresentante exibir:

a - declaração escrita, com firma reconhecida, de que se responsabiliza por todos os débitos de impostos que gravem o imóvel;

b - recibo de pagamento de todos os impostos que recaiam sobre o imóvel, devidos no exercício anterior e no exercício corrente;

c - protocolo, com anotações de órgão competente para o fornecimento da certidão negativa, que comprove não ter sido ela expedida no prazo de 10 (dez) dias, embora reclamada (Prov. 12-67),

III - Não admitir qualquer exceção à exigência de apresentação de certificado de quitação para com o INPS, nos casos previstos em lei, valendo notar que o certificado não poderá ser

substituído por simples protocolo do pedido do documento de quitação, não se aplicando, nesse caso, as disposições do Prov. 12-67.

IV - Observar, na enunciação dos números de ordem dos registros, o disposto no artigo 10 do Decreto n.º 4.857, de 9-11-39, segundo o qual a série de números deve ser ininterrupta, continuando indefinidamente nos livros seguintes, após o encerramento de cada livro.

V - Obedecer o sistema de numeração dos livros previstos nos artigos 9 e 182 do Regulamento dos Registros Públicos. Conforme o movimento dos registros, o juiz, ao qual estiver sujeito o oficial, poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros, até a terça parte do consignado no dispositivo citado. (art. 8.º).

VI - Os erros cometidos na tomada de indicações constantes dos títulos poderão ser retificados, a requerimento do interessado, mas só produzirão efeitos daí em diante, salvo quanto aos enganos evidentes cometidos no registro e que não possam acarretar prejuízos a terceiros, os quais serão corrigidos pelo Oficial, com as devidas cautelas (art. 228, do R.R.P.). Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o prejudicado reclamar a retificação, por meio de processo contencioso, que será inscrito.

VII - Especificar, na coluna apropriada, a qualidade do título (compra e venda, doação, partilha, permuta, etc.), pouco importando a consignação do instrumento. (escritura, formal, certidão).

VIII - A escrituração do protocolo incumbirá, pessoalmente, ao Oficial, ou ao seu substituto legal, nos impedimentos e ausências seccionais. (art. 201, do R.R.P.).

IX - Para defesa do princípio da continuidade do registro, exigir transcrição do título anterior se o imóvel não estiver lançado em nome do outorgante,

X - Escriturar os Indicadores Reais e Pessoais com observância dos artigos 190, 192, 193 e seguintes do R.R.P., evitando-se a repetição de lançamentos, na hipótese de o mesmo imóvel ou a mesma pessoa já estiver lançado no livro respectivo.

XI - Levar em consideração que o Indicador Real deve ser o repertório de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, figurarem nos livros n.º 2, 3, 4, 8 e 9. Repartir as folhas do livro, por igual, entre as circunscrições que se compreenderem na comarca ou na zona pertencente ao respectivo ofício. Cada indicação deve ter por espaço pelo menos, um sexto da página do livro, e, cada espaço, cinco colunas, formadas por linhas perpendiculares correspondentes, nos termos do artigo 188 do R.R.P., procedendo, no caso de esgotamento das folhas, na forma preconizada pelo art. 194 do R.R.P.

XII - Dividir o Indicador Pessoal de acordo com as letras do alfabeto, lançando, por extenso, os nomes de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, figurarem nos livros de registro. (art. 190 do R.R.P.).

XIII - Ter em conta que o apresentante não é mero portador do título levado a registro. É o adquirente, ou o transmitente, seus sucessores, ou seus representantes, o interessado, em suma, no registro.

XIV - Organizar índice do Indicador Real, facultativamente em fichas, pelas "ruas" e "números" de cada circunscrição em relação aos imóveis urbanos e pelos "nomes" e "situações" em relação aos imóveis rurais. (Prov. 44/53).

XV - As sessões de direitos hereditários e o direito à sucessão aberta não podem ser submetidos à transcrição. O seu registro fere os princípios da continuidade e especialidade. (Prov. 8/66).

XVI - Suscitar dúvida, quando for o caso, observando, rigorosamente, o disposto no artigo 215 do R.R.P.

XVII - Não efetuar o registro de transações que tenham por objeto móvel rural sem apresentação do certificado de cadastro.

XVIII - Observar, rigorosamente, as disposições do Ato Complementar n.º 41, especialmente a exigência do artigo 2.º.

XIX - Ao expedir certidões de filiação, declarar no fecho, a data em que o imóvel passou a pertencer à sua circunscrição, e, no caso de não mais pertencer, quando tal fato ocorreu e para que circunscrição foi transferido.

Ainda, quando requerido, encaminhar a certidão relativa ao imóvel aos registros a que este já tenha pertencido "para que os respectivos Oficiais certifiquem ao pé da mesma o que constar a respeito" (Prov. 9/60).

XX - A inscrição da cédula rural independe da apresentação do Certificado de Cadastro expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. (art. 6.º do Dec. federal n.º 62.141, de 18A11968).

16 - Tabelionatos

I - Arquivar, em pastas próprias, que serão anualmente encadernadas, numeradas as folhas, os

traslados de procurações e os de substabelecimento de procurações outorgados em notas públicas, e não apenas os instrumentos particulares, exibidos pelos mandatários, em atos notariais, ficando dispensado o registro dessas procurações. Providenciar o índice de cada pasta. (Prov. 7/67).

II - Nas escrituras e procurações, qualificar as testemunhas do ato, mencionando nacionalidade, idade, profissão, estado civil e residência. Exigir testemunhas presenciais e de livre escolha. Em se tratando de analfabeto, indicar e qualificar a pessoa que vai assinar a rogo, mencionando essa circunstância antes do encerramento do ato.

III - Não permitir que as partes assinem o livro ou documento "em branco" ou "em confiança", seja qual for o motivo alegado.

IV - Mencionar, nas escrituras, quando se trata de pagamento de imposto, o número, a data do recibo, a estação arrecadadora e a importância paga.

Quando se tratar de recolhimento da renda do Estado, por verba, anotar o número da guia, a data, a importância recolhida, a estação arrecadadora e a pasta respectiva em que o comprovante foi arquivado.

V - Manter o fichário relativo às firmas deixadas em cartório e que servirão de base aos reconhecimentos, exigindo sempre duplicidade de assinaturas e apresentante conhecido. Quando proceder ao reconhecimento de firma, indicar o nome da pessoa a que se refere. Qualificar, de modo completo, o apresentante,

VI - Recomenda-se especial atenção a respeito da proibição, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal, de extração de traslados e certidões de atos ou termos não lavrados, em virtude de atraso eventual na escrituração de qualquer livro - As certidões e traslados só podem ser entregues às partes depois de regular escrituração, aperfeiçoada a lavratura de atos e termos.

VII - Remeter, mensalmente, à distribuição, relação das escrituras lavradas e os proventos do Distribuidor, mantendo compro, vante da remessa em Cartório.

VIII - É autorizada a extração de cópias de atos praticados nos livros e autos mediante processos de fotocópias e xerocópias. - (Prov. 9/67, in D.O.J. de 3-8,67). Ao proceder a autenticação, não se restringir à mera conferência dos textos ou ao aspecto morfológico da escrita, mas verificar, com cautela, se o documento copiado contém rasuras ou outros sinais suspeitos indicativos de fraude. Em qualquer caso, declarar expressamente que as cópias se acham iguais ao original ou ao documento copiado.

IX - Os índices dos livros de escrituras e procurações de vem ser elaborados pelos nomes dos outorgantes e dos outorgados, inclusive dos de suas mulheres, figurando todos nas letras respectivas. (Autoriza-se o uso de fichário, para esses fins).

X - Inutilizar os espaços em branco, evitando emendas, rasuras, borrões, ressaltando tais ocorrências, quando não puderem ser evitadas.

XI - Lavrar a escritura apenas quando contar com os documentos necessários, na presença das partes, evitando, assim, a posterior declaração "sem efeito". Quando não puder ser evitada ocasionalmente, aludida ocorrência, consignar a menção do motivo, datando e assinando a declaração,

XII - Exigir a apresentação de certificado de cadastro, nos casos de escrituras que têm por objeto imóveis rurais, observando as disposições do Decreto-lei n.º 57 de 18-XI-1966 (in Rev. Trib. 376-464-465), e o artigo 65 do Estatuto da Terra.) Lei n.º 4.504, de 30-XI-64

XIII - Não lavrar escrituras sem apresentação do certificado de quitação perante o INPS, nos casos previstos em lei.

XIV - Quanto à aquisição de propriedade rural no território nacional, na lavratura de escrituras, observar rigorosamente as disposições do Ato Complementar n.º 45, de 30 - 1 , 1969.

Ainda, cumprir as exigências previstas no artigo 5.º do Decreto-lei Federal n.º 427, de 224-1969.

XV - Cumprir o disposto no artigo 1632 do Código Civil, na lavratura de testamentos. O Serventuário não deve se limitar a dizer que o dispositivo legal referido foi observado. O ato deverá ser encerrado com a subscrição e assinatura do tabelião. C.C.C., artigo 1634).

17 - O presente Provimento deverá ser transcrito integral mente no livro de correção da Corregedoria Permanente a que se refere, afixando-se cópia no quadro de editais do Fórum de cada comarca.

Os Serventuários dos outros cartórios transcreverão nos livros próprios a parte que interessar, fiscalizando os MM. Juízes Corregedores Permanentes o cumprimento destas determinações.

Remetam-se cópias às comarcas do Estado.

Publique-se Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 4 de março de 1969.

Hildebrando Dantas de Freitas,

Corregedor Geral da justiça.

Provimento n.º 3/69

O desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a instituição da obrigatoriedade da inscrição da cédula de crédito industrial, para validade contra terceiros, pelo Decreto Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, a partir de 10 de abril do corrente ano;

Considerando a conveniência de ser regulamentado o modelo do livro "Registro de Cédulas de Crédito Industrial", a ser escriturado em cada cartório de Registro de Imóveis, para efeito de padronização e uniformização da respectiva escrituração;

Considerando a decisão proferida nos autos do processo CG. 31.091, fls.

Determina:

1.º) Em cada cartório de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo, será aberto um livro destinado ao "Registro de Cédulas de Crédito Industrial", numerado em série crescente, a começar de um, contendo 150 folhas, com 59 cm de altura e 42 cm de largura, divididas em colunas.

2.º) Cada livro conterá termos de abertura e de encerramento assinados pelo juiz Corregedor Permanente, que rubricará todas as folhas, formalidade que precederá a utilização do livro;

3.º) O apresentante do título oferecerá, obrigatoriamente, para a inscrição, com o original da cédula, cópia em impresso idêntico, com a declaração "Via não negociável", em linhas paralelas transversais. O Oficial do Registro conferirá a exatidão da cópia, autenticando-a;

4.º) Será encadernado, na ordem cronológica de arquivamento, cada grupo de 200 cópias, em livro que o Oficial do Registro apresentará ao Corregedor Permanente, no prazo de 15 (quinze) dias, depois de completado o grupo, para lançamento dos termos de abertura e de encerramento, além da rubrica das folhas, que serão numeradas em série crescente, a começar de um;

5.º) Ao proceder a inscrição ou qualquer averbação, o Oficial do Registro mencionará, no respectivo ato, a existência de qualquer documento anexo à cédula, e nele aporá sua rubrica, independentemente de qualquer formalidade;

6.º) No verso da cédula, além da providência mencionada, o Oficial anotarà a inscrição, com indicação do número de ordem, livro e folhas, bem como o valor dos emolumentos cobrados;

7.º) Na hipótese prevista pelo artigo 14, § 4.º, do Decreto- Lei n.º 413/69, será anexada cópia dos títulos de domínio à via da cédula destinada ao cartório, salvo se os imóveis hipotecados se acharem registrados no mesmo cartório;

8.º) As inscrições das cédulas e as averbações posteriores serão efetuadas no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da apresentação do título, sob pena de responsabilidade funcional do serventuário;

9.º) Fica dispensada, a inscrição das cédulas de crédito industrial no livro n.º 2 do Registro de Imóveis, observando-se, porém, os artigos 183, 188, 190 e 202 do Regulamento dos Registros Públicos.

10.º) Os emolumentos devidos aos serventuários serão os da Tabela K, itens VIII e IX, (Lei n.º 9.895, de 8.11.1967), do Regimento de Custas (Lei n.º 4.831, de 28.8.1958), Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Remetam-se cópias aos MM. juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios do Registro de Imóveis.

São Paulo, 16 de abril de 1969

Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 25/4/69

CESSÃO DE DIREITOS À HERANÇA NATUREZA DO CONTRATO

A cessão de direitos à herança é de evidência um contrato aleatório.

A álea consiste em que a coisa pode ser em quantidade maior ou menor ou nenhuma. Mas, sendo um contrato aleatório por natureza ou acidental, nenhuma parte poderá considerar se

lesada, máxime quando nosso direito Positivo codificado não acolheu as regras sobre as lesões nos contratos.

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de justiça, por votação unânime, negar provimento ao recurso,

É uma ação proposta por cessionário de direitos hereditários, pleitando a restituição do preço ou que lhe sejam assegurados os direitos transmitidos, que afirma inexistentes,

A respeitável sentença recorrida, com a costumeira segurança de seu ilustre prolator, declarou a improcedência da demanda e merece ser mantida, por seus próprios e bem deduzidos fundamentos.

A cessão de direitos à herança é de evidência um contrato aleatório. A álea consiste em que a coisa pode ser em quantidade maior ou menor ou nenhuma. Mas, sendo um contrato aleatório, por natureza ou accidental nenhuma parte poderá considerar-se lesada, máxime quando nosso direito positivo codificado não acolheu as regras sobre as lesões nos contratos.

Houve a cessão de uma parte ideal dos bens, embora se lhe emprestasse delimitação. E a parte ideal paira sobre o todo da herança, consistindo esta em bens móveis e imóveis, créditos e obrigações, e podendo reduzir-se à quantidade negativa. Em conseqüência, seja qual for o montante ou o valor da porção cedida, haja mesmo o seu desaparecimento ou absorção pelo passivo, o cedente está desonerado de qualquer obrigação. Valerá a venda como foi feita, unicamente o excesso não prevalece FORNIELES ("Tratado de las Sucesiones;") é de inigualável precisão: "Ni tampoco el que se hallare luego un testamento oculto com disposiciones que amenguen en más de la metade el haber sucesorio, hecho que bien permitiría al heredero volver aceptacôn, no autorizaria al cesionario a invocar el vicio del error, porque ha tomado sobre si las contigencias del contrato".

Ademais, o autor nem sequer deu suporte probatório ao fato básico da demanda, qual seja a inexistência do direito, demonstrada em apuração regular.

Nega-se, assim, provimento ao recurso, mesmo no tocante à condenação em honorários, que decorre de imperativo legal, ao agasalhar o sucumbimento incondicionado como pressuposto do seu deferimento.- (T.J.S.P. - Ap. Civil n.º 169.482 - Comarca da Capital - São Paulo, 21 de maio de 1968 - ANDRADE JUNQUEIRA, Presidente e/voto OCTAVIO STUCCHI, Relator- ANICETO ALIENDE, 3.º juiz). Acórdão não publicado.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTERVIVOS

"É legítima a incidência do imposto de transmissão "Intervivos sobre o valor do imóvel ao tempo da alienação, e não da promessa, na conformidade da legislação local" (Súmula 108).

VOTO

O Sr. Ministro Lafayette de Andrada (Relator): - A decisão impugnada pelo mandado de segurança entendeu que o imposto de transmissão deve ser cobrado de acordo com o valor do bem por ocasião da escritura definitiva, Essa a jurisprudência tranqüila deste Supremo Tribunal, de acordo com a Súmula 108 que dispõe: "legítima a incidência do imposto de transmissão Intervivos sobre o valor do imóvel ao tempo da alienação e não da promessa, na conformidade da legislação local.- Na espécie, a legislação do Estado assim dispõe. - Nego provimento. (S.T.F. - Rec. de M. de S. n.º 16.152 - GB - Unânime - OSWALDO TRIGUEIRO - EVANDRO LINS - VITOR NUNES - CANDIDO MOTTA - LAFAYETTE DE ANDRADA J. em 2-6-1966 - Publicado na RT.J., vol. 43, pg. 136),

SERVENTUÁRIO. DESANEXAÇÃO DA SERVENTIA

Não pode reclamar a desanexação da serventia da qual não é mais titular.

O serventuário que aceita a sua nomeação para outro cartório perde o direito de reclamar a desanexação da serventia da qual não é mais titular.

ACORDAM os juízes da Segunda Câmara Civil do Tribunal de justiça, adotado o relatório de fls. 63 v. e por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas pelo recorrente. 1. - Publicada a lei n.º 7.847, de 1963, o ora apelante pretendeu a desanexação do Tabelionato de Notas do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Distrito de Nova Itapirema, então pertencente à Comarca de São José do Rio Preto, Contudo, viu sua pretensão indeferida pelo Sr, Secretário da justiça e, não se conformando com a decisão administrativa, pós em juízo

a presente ação. 2. - A sentença o julgou carecedor da ação, condenando-o nas custas e em honorários advocatícios de 10% sobre o valor dado à causa. Novamente irredimido, manifesta este recurso de apelação regularmente processado, subindo os autos já preparado. Nega-lhe provimento para manter por seus fundamentos a respeitável decisão apelada. 3. - Verifica-se que, quando ajuizou a ação, já havia o apelante aceito a sua promoção para o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo de Tabelionato do Distrito de Bady Bassitt. Não tinha, nem podia ter, interesse no desate da questão, pois, não mais era titular do Cartório que teria a desanexação do Tabelionato, E o seu pedido de opção por este Cartório estava superado com a sua promoção para aquele Cartório". (T.J.S.P. Ap. Cível n.º 161.929 - Capital - 16 de maio de 1967. ALMEIDA BICUDO, presidente e Relator. CAVALCANTI SILVA e CARMO PINTO - Publicado na R.J.T.I.S.P., vol. II, pg. 118).

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS"

Aplicação das disposições da Lei N.º 9.591/66 apenas aos falecimentos ocorridos a partir de 1.º-1-67 e não aos cálculos feitos após essa data.

Não há cuidar de aplicação retroativa mais benéfica, uma vez que a lei expressamente a exclui, mesmo porque, ao ser promulgada, já encontrou uma situação jurídica perfeita.

ACORDAM, em Sexta Câmara Civil do Tribunal de justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1 - O Espólio de MIGUEL BARACHINI, por seu inventariante, agravou de instrumento da decisão que homologou o cálculo do imposto causa mortis, no referido inventário. Alegou que, havendo sido feita a liquidação em 17 de fevereiro de 1967, com a aplicação da Lei 9.502 de 1966, estaria a mesma errada, visto como seria aplicável à espécie a Lei n.º 5.591 de 30 de dezembro de 1966, que começou a ter vigência em 1.º de janeiro de 1967, inaplicável sendo, in casu, a súmula 112 do E. Supremo Tribunal Federal. Finalmente, estaria, errada a liquidação, face à inclusão de um crédito de NCr\$ 4.000,00, vencível em prestações, a última das quais se venceria em 30 de junho de 1968.

Manifestou-se a FAZENDA DO ESTADO em sentido contrário fls. 16/17, dizendo que o Espólio já concordou com o pagamento do imposto, havendo firmado acordo com a FAZENDA DO ESTADO, pelo que não poderia mais romper dito acordo, por via judicial sub-repticiamente, como faz. É o relatório.

2) - Já o emitente Desembargador DIMAS RE ALMEIDA, no Agravo de n.º 162.441, disse que o imposto "causa mortis" devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão. A lei n.º 9.591 de 30 de dezembro de 1966 é expressa em declarar que suas disposições se aplicam aos falecimentos ocorridos a partir de 1.º de janeiro de 1967 falecimentos e não cálculos feitos após 1.º de janeiro, como pretende a agravante. Não há cuidar de aplicação retroativa mais benéfica, uma vez que a lei expressamente a exclui, mesmo porque ao ser promulgada, já encontrou uma situação jurídica perfeita (fls. 20v.).

Constitui pacífico princípio de direito intertemporal. sancionado pela jurisprudência de nossos Tribunais, que a lei reguladora da cobrança do imposto "causa mortis" é a vigente ao tempo do óbito do "de cujus": momento em que se abre a sucessão e em que o erário adquire o seu direito (Prof. CÂNDIDO DE OLIVEIRA FILHO - Prática Civil v. XV p. 123/154).

GARBA também ensinava que, "em matéria de taxas e impostos em particulares, é princípio de justiça transitório, universalmente admitido, que tanto para determinar quem seja responsável pela taxa, quanto para determinar o imposto, desta se deve ter em consideração a lei vigente no dia em que foram postos em existência os atos ou negócios "colpiti della tassa", decorrendo, daí, que "a taxa de uma ação em virtude de uma doação "mortis causa deva-se determinar segundo a lei vigente no dia da morte dos donatários (donantes), e não segundo aquela vigente no dia da doação" (Teoria della Retroattività delle Legge, vol. III, 3. ed. 1897, p. 201/205).

Não diversa é a lição de CARLOS MAXIMILIANO, que prevendo a hipótese em exame, em que os impostos ou taxas existem e ao abrir da sucessão, inexistem quando de sua efetiva cobrança assesta e conclui; o diploma recente não abrange a época pretérita, quando ocorre que os fatos determinantes da capacidade contributiva se desenvolvem em período que atravessa duas épocas: aquela em que tem efeito a revogação dele: "Direito Intertemporal ou Teoria da Retroatividade das Leis", 1946, n.º 291, p. 338. Assim, é incontestável o direito de a agravante cobrar do Espólio agravado, nos limites constitucionais, fixados nos artigos 19 § 2.º e 26 § 9.º da

Constituição Federal, a contribuição estabelecida no art. 3.º do Dec.-Lei n.º 9.777, dado que a sucessão se abriu na vigência desse preceito legal e o acervo é superior a Cr\$ 100.000,00 (Vide Diário Just. União de 9-9-54, pág. 2.º96, 1. e 2.º cols. apenso ao n.º 206).

Acresce que, tendo firmado acordo com a FAZENDA DO ESTADO para pagar o imposto que impugna, o Espólio desfaz ele próprio, tudo o que em contrário disse a respeito, mesmo o referente à diminuição do crédito apresentado de NCr\$ 4.000,00 (Vide acordo para pagamento parcelado do imposto de transmissão causa mortis a fls. 18).

Responde o monte pelo pagamento de honorários de advogado, conforme se vê de Rec. Ext. 14.726 em Diário da justiça da União de 8-6-51, pág. 1.396; REC. EXTR. 5.018 - Trib. Pleno - D. Just. União de 2-10-62, pág. 2.830; honorário de advogado contratado pelo inventariante e homologado pelo juiz inclui-se no passivo da herança para fins tributários, de acordo com a jurisprudência do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Rec. Extr. já citado, relator o eminente Min. RI, BEIRO DA COSTA.

A sentença do MM. juiz Dr. Oswaldo da SILVA FERREI RA está de conformidade com os princípios legais e com a legislação vigente no País.

3) - Por tais fundamentos, foi negado provimento ao recurso; e foi confirmada a sentença agravada. (T. J. S. P. Agr. de Instrumento n.º 166.950 - Ribeirão Preto - SOUZA LIMA, Presidente com voto - ISNARD DOS REIS, Relator EULER BUENO, 3.º juiz - Unânime - São Paulo, 2 de fevereiro de 1968.) Acórdão não publicado.

- LEI N. 4.655 - DE 2 DE JUNHO DE 1965.-

Dispõe sobre a legitimidade adotiva

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É permitida a legitimação adotiva do infante exposto, cujos pais sejam desconhecidos ou hajam declarado por escrito que pode ser dado, bem como do menor abandonado propriamente dita até 7 (sete) anos de idade, cujos pais tenham sido destituídos do pátrio poder; do órfão da mesma idade, não reclamado por qualquer parente por mais de um ano; e, ainda do filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitado de prover a sua criação.

§ 1.º - Será também permitida a legitimação adotiva em favor do menor com mais de 7 (sete) anos, quando à época em que completou essa idade já se achava sob a guarda dos legitimastes, mesmo que estes não preenchessem então as condições exigidas.

§ 2.º - A legitimação só será deferida após um período mínimo de 3 (três) anos de guarda do menor pelos requerentes. Para esse efeito, será computado qualquer período de tempo desde que a guarda se tenha iniciado antes de completar o menor (7) sete anos.

Art. 2.º Somente poderão solicitar a legitimação adotiva dos menores referidos no artigo anterior os casais cujo matrimônio tenha mais de 5 (cinco) anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tenha mais de 30 (trinta) anos de idade, sem filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos.

Parágrafo único. Será dispensado o prazo de 5 (cinco) anos de matrimônio, provada a esterilidade de um dos cônjuges, por perícia médica, e a estabilidade conjugal.

Art. 3.º Autorizar-se-á, excepcionalmente a legitimação ao viúvo, ou viúva, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade, provado que o menor esteja integrado em seu lar e onde viva a mais de 5 (cinco) anos,

Art. 4.º Os cônjuges desquitados, havendo começado a guarda do menor, no período de prova, na constância de matrimônio e concordando sobre ela após a terminação da sociedade conjugal podem requerer a legitimação, obedecido, quanto a guarda e proteção, o disposto nos arts. 325 - e 327, do Código Civil.

Art. 5.º Com a petição serão oferecidos certidão de casamento, atestado de residência, folha de antecedentes, prova de idoneidade moral e financeira, atestado de inexistência de filhos, prova de abandono do menor e destituição do pátrio poder, bem como atestado de sanidade física, provando que nenhum dos requerentes sofre de moléstia contagiosa.

§ 1.º O Juiz, tendo em vista as conveniências do menor, o seu futuro e bem-estar, ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, as diligências e sindicância que julgar necessárias, correndo contudo, o processo em segredo de justiça.

§ 2.º Feita a prova e concluídas as diligências, o juiz, ouvido o Ministério Público, proferirá

sentença da qual caberá recurso de reexame para o Tribunal de justiça, com efeito suspensivo.

Art. 6.º A sentença deferindo a legitimação terá efeitos constitutivos devendo ser inscrita, mediante mandado no Registro Civil, como se tratasse de registro fora do prazo, no qual se consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidões.

§ 1.º Nas certidões do registro nenhuma observação poderá constar sobre a origem do ato.

§ 2.º O registro original do menor será anulado, também por mandado do Juiz, o qual será arquivado. VETADO.

§ 3.º Feita a inscrição, cessam os vínculos da filiação anterior, salvo para os efeitos do art. 283 do Código Civil.

Art. 7.º A legitimação adotiva é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos legítimos, aos quais estão equiparados os legitimados adotivos, com os mesmos direitos e deveres estabelecidos em lei.

Art. 8.º A violação do segredo estabelecido neste capítulo, salvo decisão judicial, sujeitará o funcionário responsável às penas do art. 325 do Código Penal.

Parágrafo único. VETADO. A critério do juiz, para salvaguarda de direitos... VETADO. ... poderão ser fornecidas certidões... VETADO...

Art., 9.º O legitimado adotivo tem os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, salvo no caso de sucessão, se concorrer com filho legítimo superveniente à adoção. (Cód. Civ. § 2.º do art. 1.605).

§ 1.º O vínculo da adoção se estende à família dos legitimantes, quando os sus ascendentes derem adesão ao ato que o consagrou.

§ 2.º Com a adoção, cessam os direitos e obrigações oriundos da relação de parentesco do adotado com a família de origem.

Art. 10.º. A decisão confere ao menor o nome do legitimante e pode determinar a modificação do seu prenome, a pedido dos cônjuges.

Art. 11.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de junho de 1965; 144.º da independência e 77.º da República.

(a) H. CASTELO BRANCO

Milton Soares Campos

(D. U. 3-6-65).

ATO INSTITUCIONAL N.º 5 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar aos pais um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate a subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964); Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário ao editar o Ato Institucional n.º 2, afirmou, categoricamente, "que não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará", e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional n.º 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la, e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,
Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art., 1.º São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2.º O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1.º Decretado o recesso parlamentar o poder executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2.º Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3.º Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição,

Parágrafo único Os Interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4.º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único Aos Membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5.º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

§ 1.º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2.º As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder judiciário.

Art. 6.º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1.º O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou por em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2.º O disposto neste artigo e seu § 1.º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7.º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8.º O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9.º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas "d" e "e", do parágrafo 2.º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10.º Fica suspensa a garantia de Habeas-corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. Costa e Silva

Luis Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademakr Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares José de Magalhães Pinto

Antonio Delfin Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso de A. Lima

Carlos F. de Simas

LEI N.º 5.532 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 1968

Acrescenta parágrafo ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento de terrenos para pagamento em prestações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, é acrescido do seguinte parágrafo:

".....

§ 6.º Sob pena de incorrerem em crime de fraude, os vendedores, se quiserem invocar, como argumento de propaganda, a proximidade do terreno com algum acidente geográfico, cidade, fonte hidromineral ou termal ou qualquer outro motivo de atração ou valorização, serão obrigados a declarar no memorial descritivo e a mencionar nas divulgações, anúncios e prospectos de propaganda, a distância métrica a que se situa o imóvel do ponto invocado ou tomado como referência. "

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1968: 147.º da Independência e 809 da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antonio da Gama e Silva

Ivo Arzua Pereira

LEI N.º 5.534 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 1968

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 2.º, § 2.º).

Parágrafo único. As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.

Art. 2.º Constitui infração à presente Lei:

a) a não prestação de informações nos prazos fixados:

b) a prestação de informações falsas.

§ 1.º O infrator ficará sujeito à multa de até 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País, quando primeiro; e de até o dobro desse limite, quando reincidente.

§ 2.º O pagamento da multa não exonerará o infrator da obrigação de prestar as informações dentro do prazo fixado no auto de infração que for lavrado.

§ 3.º Ficarão dispensados do pagamento da multa o infrator primário que prestar as informações no prazo fixado no auto de infração.

§ 4.º Se a infração for praticada por servidor público, no exercício de suas funções as penalidades serão as fixadas no art. 4.º desta Lei

Art. 3.º Competirá, privativamente, à Fundação IBGE, na forma do regulamento a ser baixado lavrar e processar os autos de infração, bem como aplicar as multas previstas nesta Lei.

§ 1.º Constituirão receita da União as importâncias correspondentes às multas impostas.

§ 2.º Incumbirá à Fundação IBGE remeter à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para cobrança judicial, os processos findos relativos às multas que não forem pagas na instância administrativa.

Art. 4.º Será passível das penas pecuniárias cominadas nesta Lei, até a importância máxima correspondente a 1 (um) mês de seu vencimento ou de seu salário, o servidor público que, no exercício de suas atribuições, praticar infração nela prevista.

Parágrafo único. A Fundação IBGE comunicará ao órgão ou entidade a que estiver vinculado o servidor, o valor da multa aplicada para o fim da competente cobrança, mediante desconto em folha em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 5.º Das penalidades aplicadas pela Fundação IBGE na forma desta lei e do regulamento a ser baixado, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação, ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral independente de garantia da instância.

Parágrafo único. As multas afinal devidas poderão ser parceladas a requerimento do autuado, em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 6.º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de novembro de 1968; 147.º da Independência e 809 da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

LEI N.º 5.553 - DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968

**Dispõe sobre apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.
O Presidente da República**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A nenhuma pessoa física bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive compro, vante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, Comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2.º Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibido.

Parágrafo único. Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retirado qualquer documento de identificação pessoal.

Art. 3.º Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCr\$ 0,50 (cinquenta centavos) a NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

Art. 4.º O Poder Executivo regulamentar a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da calcita de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968 147.º da Independência e 80.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker

Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Raymundo Bruno Marussig

Tarso Dutra

Jarbas P. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Símias

ATO COMPLEMENTAR N.º 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Compete aos Ministros de Estado, no tocante ao pessoal civil ou militar dos respectivos Ministérios, assim como aos empregados de autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista, que lhes forem vinculadas, representar, direta mente ao Presidente da República para:

I - A suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos;

II - A demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria, transferência para a reserva ou

reforma.

Art. 2.º Compete ao Ministro de Estado da Justiça, ressalvado o disposto no artigo anterior, representar, diretamente, ao Presidente da República para:

I - A suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais, e municipais;

II - A demissão, remoção, aposentadoria ou disponibilidade do pessoal da União, não vinculado, direta ou indiretamente, a qualquer Ministério, e dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como das respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3.º O Ministro de Estado da justiça representará ao Presidente da República, de ofício, ou mediante solicitação de Ministro de Estado, dos Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República e do Serviço Nacional de Informações, eu, em se tratando de pessoal civil dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios e de suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, também por solicitação do respectivo Governador ou Prefeito.

§ 1.º A solicitação do Governador ou Prefeito deverá ser fundamentada e, se propuser a demissão, deverá ser instruída com os autos de investigação sumária.

§ 2.º Ao representar ao Presidente da República, O Ministro de Estado da justiça poderá propor a imposição de medida diversa da constante da solicitação.

Art. 4.º Ao Ministro de Estado do Exército compete, privativamente, representar ao Presidente da República, de ofício ou mediante solicitação de Governador de Estado ou do Prefeito do Distrito Federal, para a demissão ou reforma do pessoal das respectivas polícias militares e corpos de bombeiros militares, observado o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo anterior,

Art. 5.º A suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, dependerão de prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 6.º A proposta de demissão de servidor civil ou militar será instruída com os autos de investigação sumária e assegurada a defesa, na forma que se dispuser em regulamento.

Art. 7.º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio, Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso Al Lima

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 40, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 19 do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte ATO COMPLEMENTAR

Art. 1.º Fica acrescentado, ao artigo 13 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, o seguinte item:

"Art. 13.º

VIII - a aplicação, aos servidores estaduais e municipais, de limites máximos de retribuição estabelecidos em lei federal".

Art. 2.º Fica revogado o § 6.º do artigo 22 da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 3.º Os dispositivos da Constituição de 24 de janeiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13.º

§ 4.º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo os respectivos integrantes perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército, absorvidas, por ocasião dos futuros aumentos, as diferenças a mais, acaso existentes".

"Art. 24.º

II - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes".

Art. 24.º

§ 2.º O imposto a que se refere o n.º I compete ao Estado da situação do imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, por proposta do Poder Executivo da União, na forma prevista em lei federal, e o seu montante será redutível do imposto cobrado pela União sobre a renda auferida na transação.

"Art. 24.º

§ 4.º A alíquota do imposto a que se refere o n.º II será uniforme para todas as mercadorias; o Senado Federal, através de resolução tomada por iniciativa do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas para as operações internas, para as operações interestaduais e para as operações de exportação para o estrangeiro.

"Art. 26.º Do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 22, ns.º IV e V, a União distribuirá doze por cento na forma seguinte:

I - cinco por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

II - cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

III - dois por cento ao Fundo Especial a que se refere o § 4.º deste artigo.

§ 1.º A aplicação dos Fundos previstos nos incisos I e II deste artigo será regulada por lei federal, que cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo das cotas estaduais e municipais, condicionando-se a entrega das cotas:

- a) à aprovação de programas de aplicação elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal;
- b) à vinculação de recursos próprios, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para execução dos programas referidos na alínea a;
- c) à transferência efetiva para os Estados, Distrito Federal e Municípios de encargos executivos da União;

d) ao recolhimento dos impostos federais arrecadados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e à liquidação das dívidas dessas entidades, ou de seus órgãos da administração indireta, para com a União, inclusive em decorrência de prestação de garantia.

§ 2.º Para efeito do cálculo da percentagem destinada aos Fundos de Participação, exclui-se a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos artigos 24, § 1.º e 25, § 1.º, letra a, pertence aos Estados e Municípios.

§ 3.º O Fundo Especial terá sua destinação regulada em lei, tendo em vista a aplicação do sistema tributário estabelecido nesta Constituição".

"Art. 99.º

§ 2.º Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço".

"Art. 136.º

§ 4.º Os vencimentos dos juízes vitalícios serão fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores e não podendo nenhum membro de Justiça estadual perceber mensalmente importância total superior ao limite máximo estabelecido em lei federal.

Art. 4.º Este Ato Complementar entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1969, revogadas as

disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1968; 147.º da Independência e 80.º da República

A. Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI N.º 413 DE 9 DE JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências,

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do Art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

CAPÍTULO 1

Do financiamento Industrial

Art. 1.º O financiamento concedido por instituições financeiras a pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade industrial poderá efetuar-se por meio da cédula de crédito industrial prevista neste Decreto-lei.

Art. 2.º O emitente da cédula fica obrigado a aplicar o financiamento nos fins ajustados, devendo comprovar essa aplicação no prazo e na forma exigidos pela instituição financiadora.

Art. 3.º A aplicação do financiamento ajustar-se-á em orçamento, assinado, em duas vias, pelo emitente e pelo credor, dele devendo constar expressamente qualquer alteração que convencionarem.

Parágrafo único. Far-se-á, na cédula, menção do orçamento que a ela ficará vinculado.

Art. 4.º O financiador abrirá, com o valor do financiamento conta vinculada à operação, que o financiado movimentará por meio de cheques, saques, recibos ordens cartas ou quaisquer outros documentos, na forma e no tempo previstos na cédula ou no orçamento.

Art. 5.º As importâncias fornecidas pelo financiador vencerão juros e poderão sofrer correção monetária às taxas e aos índices que o Conselho Monetário Nacional fixar, calculados sobre os saldos devedores de conta vinculada à operação, e serão exigíveis em 30 de junho, 31 de dezembro, no vencimento, na liquidação da cédula ou, também, em outras datas convencionais no título ou admitidas pelo referido Conselho.

Parágrafo único. Em caso de mora, a taxa de juros constante da cédula será elevável de 1% (um por cento) ao ano.

Art. 6.º O devedor facultará ao credor a mais ampla fiscalização do emprego da quantia financiada, exibindo, inclusive os elementos que lhe forem exigidos.

Art. 7.º O financiador poderá, sempre que julgar conveniente e por pessoas de sua indicação, não só percorrer todas e quaisquer dependências dos estabelecimentos industriais referidos no título, como verificar o andamento dos serviços neles existentes.

Art. 8.º Para ocorrer às despesas com a fiscalização, poderá ser ajustada, na cédula, comissão fixada e exigível na forma do art. 5.º deste Decreto-lei, calculada sobre os saldos devedores da conta vinculada à operação, respondendo ainda o financiado pelo pagamento de quaisquer despesas que se verificarem com vistorias frustradas, ou que forem efetuadas em consequência de procedimento seu que possa prejudicar as condições legais e cedulares.

CAPÍTULO II

Da Cédula de Crédito Industrial

Art. 9.º A Cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.

Art. 10.º A Cédula de crédito industrial é título líquido e certo, exigível pela soma dela constante ou do endosso, além dos juros, da comissão de fiscalização, se houver, e demais despesas que o credor fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório.

§ 1.º Se o emitente houver deixado de levantar qualquer parcela do crédito deferido, ou tiver feito pagamentos parciais, o credor descontalo-á da sorna declarada na cédula, tornando-se exigível apenas o saldo.

§ 2.º Não constando do endosso o valor pelo qual se transfere a cédula, prevalecerá o da soma declarada no título, acrescido dos acessórios, na forma deste artigo, deduzindo o valor das quitações parciais passadas no próprio título.

Art. 11.º Importa em vencimento antecipado da dívida resultante da cédula, independentemente de aviso ou de interpelação judicial, a inadimplência de qualquer obrigação do eminente do título ou, sendo o caso, do terceiro prestante da garantia real,

§ 1.º Verificado o inadimplemento, poderá, ainda, o financiador considerar vencidos

antecipadamente todos os financiamentos concedidos ao emitente e dos quais seja credor.

§ 2.º A inadimplência, além de acarretar o vencimento antecipado da dívida resultante da cédula e permitir igual procedimento em relação a todos os financiamentos concedidos pelo financiador ao emitente e dos quais seja credor, facultará ao financiador a capitalização dos juros e da comissão de fiscalização, ainda que se trate de crédito fixo.

Art. 12. A cédula de crédito industrial poderá ser aditada, ratificada e retificada, por meio de emenções adicionais e de aditivos, datados e assinados pelo emitente e pelo credor, lavrados em folha à parte do mesmo formato e que passarão a fazer parte integrante do documento cedular.

Art. 13. A cédula de crédito industrial admite amortizações periódicas que serão ajustadas mediante a inclusão de cláusula, na forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 14. A cédula de crédito industrial conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I - Denominação "Cédula de Crédito Industrial";

II - Data do pagamento; se a cédula for emitida para pagamento parcelado, acrescentar-se-á cláusula discriminando valor e data de pagamento das prestações.

III - Nome do credor e cláusula à ordem.

IV - Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, e na forma de sua utilização.

V - Descrição dos bens objeto do penhor, ou da alienação fiduciária, que se indicarão pela espécie, qualidade, quantidade e marca, se houver, além do local ou do depósito de sua situação, indicando-se, no caso de hipoteca, situação, dimensões confrontações benfeitorias, título e data de aquisição do imóvel e anotações (número, livro e folha) do registro imobiliário.

VI - Taxa de juros a pagar e comissão de fiscalização, se houver, e épocas em que serão exigíveis, podendo ser capitalizadas.

VII - Obrigatoriedade de seguro dos bens objeto da garantia.

VIII - Praça do pagamento.

IX - Data e lugar da emissão.

X - Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante e com poderes especiais.

§ 1.º A cláusula discriminando os pagamentos parcelados, quando cabível, será incluída logo após a descrição das garantias.

§ 2.º A descrição dos bens vinculados poderá ser feita em documento à parte, em duas vias, assinado pelo emitente e pelo credor, fazendo se, na cédula, menção a essa circunstanciai, logo após a indicação do grau do penhor ou da hipoteca, da alienação fiduciária e de seu valor global.

§ 3.º Da descrição a que se refere o inciso V deste artigo, dispensa-se qualquer alusão à data, forma e condições de aquisição dos bens apenhados. Dispensar-se-ão, também para a caracterização do local ou do depósito dos bens apenhados ou alienados finduciariamente, quaisquer referências a dimensões, confrontações, benfeitorias e a títulos de posse ou de domínio.

§ 4.º Se a descrição do imóvel hipotecado se processar em documento a parte, deverão constar também da cédula todas as indicações mencionadas no item V deste artigo, exceto confrontações e benfeitorias.

§ 5.º A especificação dos imóveis hipotecados, pela descrição pormenorizada, poderá ser substituída pela anexação à cédula de seus respectivos títulos de propriedade.

§ 6.º Nos casos do parágrafo anterior, deverão constar da cédula, além das indicações referidas

no § 4.º deste artigo, menção expressa à anexação dos títulos de propriedade e a declaração de que eles farão parte integrante da cédula até sua final liquidação.

CAPÍTULO III

Da Nota de Crédito Industrial

Art. 15.º A nota de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, sem garantia real.

Art. 16.º A nota de crédito industrial conterá os seguintes requisitos, lançados no contexto:

I - Denominação "Nota de Crédito Industrial".

II - Data do pagamento se a nota for emitida para pagamento parcelado, acrescentar-se-á cláusula discriminando valor e data de pagamento das prestações.

III - Nome do credor e cláusula à ordem.

IV - Valor do crédito deferido, lançado em algarismos e por extenso, e a forma de sua utilização.

V - Taxa de juros a pagar e comissão de fiscalização, se houver, e épocas em que serão exigíveis, podendo ser capitalizadas.

VI - Praça de pagamento.

VII - Data e lugar da emissão.

VIII - Assinatura do próprio punho do emitente ou de representante com poderes especiais.

Art. 17.º O crédito pela nota de crédito industrial tem privilégio especial sobre os bens discriminados no artigo 1.563 do Código Civil.

Art. 18.º Exceto, no que se refere a garantias e a inscrição, aplicam-se à nota de crédito industrial as disposições deste decreto-lei sobre a cédula de crédito industrial.

CAPÍTULO IV

Das Garantias da Cédula de Crédito Industrial

Art. 19.º A cédula de crédito industrial pode ser garantida por:

I - Penhor cedular.

II - Alienação fiduciária.

III - Hipoteca cedular.

Art. 20.º Podem ser objeto de penhor cedular nas condições deste Decreto-lei:

I - Máquinas e aparelhos utilizados na indústria, com ou sem os respectivos pertences;

II - Matérias-primas, produtos industrializados e materiais empregados no processo produtivo, inclusive embalagens;

III - Animais destinados à industrialização de carnes, pescados, seus produtos e subprodutos, assim como os materiais empregados no processo produtivo, inclusive embalagens;

IV - Sal que ainda esteja na salina, bem assim as instalações, máquinas, instrumentos, utensílios, animais de trabalho, veículos terrestres e embarcações, quando servirem à exploração salineira;

V - Veículos automotores e equipamentos para execução de terraplanagem, pavimentação, extração de minério e construção civil, bem como quaisquer viaturas de tração mecânica, usadas nos transportes de passageiros e cargas e, ainda, nos serviços dos estabelecimentos industriais;

VI - Dragas e implementos destinados à limpeza e à desobstrução de rios, portos e canais, ou à construção dos dois últimos, ou utilizados nos serviços dos estabelecimentos industriais;

VII - Toda construção utilizada como meio de transporte por água, e destinada à indústria da navegação ou da pesca, quaisquer que sejam as suas características e lugar de tráfego;

VIII - Todo aparelho manobrável em voo apto a se susentar, a circular no espaço aéreo mediante reações aerodinâmicas, e capaz de transportar pessoas ou coisas;

IX - Letras de câmbio, promissórias, duplicatas, conhecimentos de embarques, ou conhecimentos de depósitos, unidos aos respectivos "warrants";

X - Outros bens que o Conselho Monetário Nacional venha a admitir como lastro dos financiamentos industriais.

Art. 21.º Podem-se incluir na garantia os bens adquiridos ou pagos com o financiamento, feita a respectiva averbação nos termos deste Decreto-lei,

Art. 22.º Antes da liquidação da cédula, não poderão os bens apenhados serem removidos das propriedades nela mencionadas, sob qualquer pretexto e para onde quer que seja, sem prévio consentimento escrito do credor.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos veículos referidos nos itens IV, V, VI, VII e VIII do artigo 20 deste Decreto-lei, que poderão ser retirados temporariamente de seu local de situação, se assim o exigir a atividade financiada.

Art. 23.º Aplicam-se ao penhor cedular os preceitos legais vigentes sobre penhor, no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

Art. 24.º São abrangidos pela hipoteca constituída as construções, respectivos terrenos, instalações e benfeitorias.

Art. 25.º Incorporam-se: na hipoteca constituída as instalações e construções, adquiridas ou executadas com o crédito, assim como quaisquer outras benfeitorias acrescidas aos imóveis na vigência da cédula, as quais, uma vez realizadas, não poderão ser retiradas ou destruídas sem o consentimento do credor, por escrito.

Parágrafo único. Faculta-se ao credor exigir que o emitente faça averbar, à margem da inscrição principal, a constituição de direito real sobre os bens e benfeitorias referidos neste artigo.

Art. 26.º Aplicam-se à hipoteca cedular os princípios da legislação ordinária sobre hipoteca, no que não colidirem com o presente Decreto-lei.

Art. 27.º Quando da garantia da cédula de crédito industrial, fizer parte a alienação fiduciária, observar-se-ão as disposições constantes da Seção XIV da Lei n. 4728, de 14 de julho de 1965, no que não colidirem com este Decreto-lei.

Art. 28.º Os bens vinculados à cédula de crédito industrial continuam na posse imediata do emitente, ou do terceiro prestante da garantia real, que responderá por sua guarda e conservação como fiel depositário, seja pessoa física ou jurídica. Cuidando-se de garantia constituída por terceiro, este e o emitente da cédula responderão solidariamente pela guarda e conservação dos bens gravados.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos papéis mencionados no item IX, art. 20, deste Decreto-lei, incluído em consequência do endosso

CAPÍTULO V

Seção I

Da inscrição e Averbação da Cédula do Crédito Industrial

Art. 29.º A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição. Antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.

Art. 30.º De acordo com a natureza da garantia constituída, a cédula de crédito industrial inscreve-se no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição do local de situação dos bens objeto do penhor cedular, da alienação fiduciária, ou em que esteja localizado o imóvel hipotecado.

Art. 31.º A inscrição far-se-á na ordem de apresentação da cédula, em livro próprio denominado "Registro de Cédula de Crédito Industrial", observado o disposto nos artigos 183, 188, 190 e 202, do Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939.

§ 1.º Os livros destinados à inscrição da cédula de crédito industrial serão numerados em série crescente a começar de 1 (um), e cada livro conterá termos de abertura e de encerramento, assinados pelo juiz de Direito da Comarca, que rubricará todas as folhas.

§ 2.º As formalidades a que se refere o parágrafo anterior precederão à utilização do livro.

§ 3.º Em cada Cartório haverá, em uso, apenas um livro "Registro de Cédula de Crédito Industrial", utilizando-se o de número subsequente depois de findo o anterior.

Art. 32.º A inscrição consistirá na anotação dos seguintes requisitos cedulares:

- a) Data e forma do pagamento.
- b) Nome do emitente, do financiador e, quando houver, do terceiro prestante da garantia real e do endossatário.
- c) Valor do crédito deferido e forma de sua utilização.
- d) Praça do pagamento.
- e) Data e lugar da emissão.

§ 1.º Para a inscrição, o apresentante do título oferecerá, com o original da cédula, cópia em impresso idêntico, com a declaração "Via não negociável", em linhas paralelas transversais.

§ 2.º O Cartório conferirá a exatidão da cópia, autenticando-a.

§ 3.º Cada grupo de 200 (duzentas) cópias será encardido na ordem cronológica de seu arquivamento, em livro que o Cartório apresentará no prazo de quinze dias depois de completado o grupo, ao Juiz de Direito da Comarca, para abri-lo e encerrá-lo, rubricando as respectivas folhas numeradas em série crescente a começar de 1 (um).

§ 4.º Nos casos do § 5.º do art. 14 desta Lei, à via da cédula destinada ao Cartório será anexada cópia dos títulos de domínio, salvo se os imóveis hipotecados se acharem registrados no mesmo Cartório.

Art. 33.º Ao efetuar a inscrição ou qualquer averbação, o Oficial do Registro de Imóveis mencionará, no respectivo ato, a existência de qualquer documento anexo à cédula e nele aporá sua rubrica, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 34.º O Cartório anotar a inscrição, com indicação do número de ordem, livro e folhas, bem como o valor dos emolumentos cobrados, no verso da cédula, além de mencionar, se for o caso, os anexos apresentados.

§ 1.º Pela inscrição da cédula, serão cobrados do interessado, em todo o território nacional, os seguintes emolumentos, calculados sobre o valor do crédito deferido.

a) até NCr\$ 200,00 - 0,1%

b) de NCr\$ 200,01 a NCr\$ 500,00 - 0,2%

c) de NCr\$ 500,01 a NCr\$ 1.000,00 - 0,3%

d) de NCr\$ 1.000,01 a NCr\$ 1.500,00 - 0,4%

e) acima de NCr\$ 1.500,01 - 0,5% - até o máximo de 1/4 (um quarto) do salário-mínimo da região.

§ 2.º Cinquenta por cento (50%) dos emolumentos referidos no parágrafo anterior caberão ao oficial do Registro de Imóveis e os restantes cinquenta por cento (50%) serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., a crédito do Tesouro Nacional.

Art. 35.º O oficial recusará efetuar a inscrição, se já houver registro anterior no grau de prioridade declarado no texto da cédula, ou se os bens já houverem sido objeto de alienação fiduciária, considerando-se nulo o ato que infringir este dispositivo.

Art. 36.º Para os fins previstos no art. 29.º deste Decreto-lei averbar-se-ão, à margem da inscrição da cédula, os endossos posteriores à inscrição, as menções adicionais, aditivos e qualquer outro ato que promova alteração na garantia ou nas condições pactuadas.

§ 1.º Dispensa-se a averbação dos pagamentos parciais e do endosso das instituições financiadoras em operações de redesconto ou caução.

§ 2.º Os emolumentos devidos pelos atos referidos neste artigo serão calculados na base de 10% (dez por cento) sobre os valores da tabela constante do parágrafo único do artigo 34 deste Decreto-lei, cabendo ao oficial do Registro de Imóveis e ao juiz de Direito da Comarca as mesmas percentagens estabelecidas naquele dispositivo.

Art. 37.º Os emolumentos devidos pela inscrição da cédula ou pela averbação de atos posteriores poderão ser pagos pelo credor, a débito da conta a que se refere o artigo 49 deste Decreto-lei.

Art. 38.º As inscrições das cédulas e as averbações posteriores serão efetuadas no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da apresentação do título sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos necessários.

§ 1.º A transgressão do disposto neste artigo poderá ser comunicada ao juiz de Direito da Comarca pelos interessados ou por qualquer pessoa que tenha reconhecimento do fato.

§ 2.º Recebida a comunicação, o juiz instaurará imediatamente inquérito administrativo.

§ 3.º Apurada a irregularidade, o oficial pagará a multa de valor correspondente aos emolumentos que seriam cobrados, por dia de atraso, aplicada pelo juiz de Direito da Comarca, devendo a respectiva importância ser recolhida, dentro de 15 (quinze) dias, a estabelecimento bancário que a transferirá ao Banco Central do Brasil, para crédito do Fundo Geral para Agricultura e Indústria - FUNAGRI, criado pelo Decreto n.º 56.835, de 3 setembro de 1965.

Seção II

Do Cancelamento da Inscrição da Cédula de Crédito Industrial

Art. 39.º Cancela-se a inscrição mediante a averbação, no livro próprio:

I - da prova da quitação da cédula, lançada no próprio título ou passada em documento em separado com força probante;

II - da ordem judicial competente.

§ 1.º No ato da averbação do cancelamento, o serventuário mencionará o nome daquele que pagou, o daquele que recebeu, a data do pagamento e, em se tratando de quitação em separado, as características desse instrumento; no caso de cancelamento por ordem judicial, esta também será mencionada na averbação, pela indicação da data do mandado, juízo de que, procede, nome do juiz que o subscreveu e demais características ocorrentes.

§ 2.º Arquivar-se ao no Cartório a ordem judicial de cancelamento da inscrição ou uma das vias do documento da quitação da cédula, procedendo-se como se dispõe no § 3.º do artigo 32 deste Decreto-lei.

Seção III

Da Correção dos Livros de Inscrição da Cédula de Crédito Industrial

Art. 40.º O Juiz de Direito da Comarca procederá à correção no livro "Registro da Cédula de Crédito Industrial" uma vez por semana, no mínimo.

CAPÍTULO VI

Da Ação para Cobrança da Cédula de Crédito Industrial

Art. 41. Independentemente da inscrição de que trata o art. 30 deste Decreto-lei, o processo judicial para cobrança da cédula e crédito industrial seguirá o procedimento seguinte:

- 1.º) Despachada a petição, serão os réus, sem que haja preparo ou expedição de mandado, citados pela simples entrega de outra via do requerimento, para, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, pagar a dívida;
- 2.º) não depositado, naquele prazo, o montante do débito, proceder-se-á a penhora ou ao seqüestro dos bens constitutivos da garantia ou, em se tratando de nota de crédito industrial à daquelas enumeradas no art. 1.563 do Código Civil (artigo 17 deste Decreto-lei);
- 3.º) no que não colidirem com este Decreto-lei, observar-se-ão, quanto à penhora as disposições do Capítulo III, Título 111, do Livro VIII, do Código de Processo Civil;
- 4.º) feita a penhora, terão os réus, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, prazo para impugnar o pedido;
- 5.º) findo o termo referido no item anterior, o juiz, impugnado ou não o pedido, procederá a uma instrução sumária, facultando às partes a produção de provas, decidindo em seguida;
- 6.º) a decisão será proferida dentro de 30 (trinta) dias, a contar da efetivação da penhora;
- 7.º) não terão efeito suspensivo os recursos interpostos das decisões proferidas na ação de cobrança a que se refere este artigo;
- 8.º) o foro competente será o da praça do pagamento da cédula de crédito industrial.

CAPÍTULO VI

Disposições Especiais

Art. 42.º A concessão dos financiamentos previstos neste Decreto-lei bem como a constituição de suas garantias, pelas instituições de crédito, públicas e privadas, independente da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais, da previdência social, ou de declaração de bens e certidão negativa de multas.

Parágrafo único. O ajuizamento da dívida fiscal ou previdenciária impedirá a concessão do financiamento industrial, desde que sua comunicação pela repartição competente as instituições de crédito seja por estas recebidas antes da emissão da cédula, exceto se as garantias oferecidas assegurarem a solvabilidade do crédito em litígio e da operação proposta pelo interessado.

Art. 43.º Pratica crime de estelionato e fica sujeito às penas do art. 171.º do Código Penal aquele que fizer declarações falsas ou inexatas acerca de bens oferecidos em garantia de cédula de crédito industrial, inclusive omitir declaração de já estarem eles sujeitos a outros ônus ou responsabilidade de qualquer espécie, até mesmo de natureza fiscal.

Art. 44.º Quando, do penhor cédular, fizer parte matéria-prima, o emitente se obriga a manter em estoque, na vigência da cédula, uma quantidade desses mesmos bens ou dos produtos resultantes de sua transformação suficiente para a cobertura do saldo devedor por ela garantido.

Art. 45.º A transformação da matéria-prima oferecida em penhor cédular não extingue o vínculo real, que se transfere para os produtos e subprodutos.

Parágrafo único. O penhor dos bens resultantes da transformação industrial poderá ser substituído pelos títulos de crédito representativos da comercialização daqueles produtos, a critério do credor, mediante endosso pleno.

Art. 46.º O penhor cédular de máquinas e aparelhos utilizados na indústria tem preferência sobre o penhor legal do locador do imóvel de sua situação.

Parágrafo único. Para a constituição da garantia cédular a que se refere este artigo, dispensa-se o consentimento do locador.

Art. 47.º Dentro do prazo estabelecido para utilização do crédito, poderá ser admitida a reutilização, pelo devedor, para novas aplicações, das parcelas entregues para amortização do débito.

Art. 48.º Quando do penhor ou da alienação fiduciária, fizerem parte veículos automotores, embarcações ou aeronaves, o gravame será anotado nos assentamentos próprios da repartição competente para expedição de licença ou registro dos veículos.

Art. 49.º Os bens onerados poderão ser objeto de nova garantia cédular e a simples inscrição da respectiva cédula equivalerá à averbação à margem da anterior, do veículo constituído em grau subsequente.

Art. 50.º Em caso de mais de um financiamento, sendo os mesmos o emitente da cédula, o credor e os bens onerados, poderá estender-se aos financiamentos subsequentes o vínculo

originariamente constituído mediante referência à extensão das cédulas posteriores, reputando-se uma só garantia com cédulas industriais distintas.

§ 1.º A extensão será averbada à margem da inscrição anterior e não impede que sejam vinculados outros bens à garantia.

§ 2.º Havendo vinculação de novos bens, além da averbação, estará a cédula sujeita à inscrição no Cartório do Registro de Imóveis.

§ 3.º Não será possível a extensão se tiver havido endosso ou se os bens já houverem sido objeto de novo ônus em favor de terceiros.

Art. 51.º A venda dos bens vinculados à cédula de crédito industrial depende de prévia anuência do credor, por escrito.

Art. 52.º Aplicam-se à cédula de crédito industrial e à nota de crédito industrial, no que forem cabíveis, as normas do direito cambial, dispensado, porém, o protesto para garantir direito de egresso contra endossantes; e avalistas.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 53.º Dentro do prazo da cédula, o credor, se assim o entender, poderá autorizar o emitente a dispor de parte ou de todos os bens da garantia, na forma e condições que convencionarem.

Art. 54.º Os bens dados em garantia assegurarão o pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais, com as preferências estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 55.º Se baixar no mercado o valor dos bens onerados ou se verificar qualquer ocorrência que determine sua diminuição ou depreciação, o emitente reforçará a garantia dentro do prazo de quinze dias da notificação que o credor lhe fizer, por carta enviada pelo Correio; ou pelo Oficial do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca.

Art. 56.º Se os bens oferecidos em garantia de cédula de crédito industrial pertencerem a terceiros, estes subscreverão também o título para que se constitua o vínculo.

Art. 57.º Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou seqüestrado por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestatante da garantia real, cumprindo a qualquer Mês denunciar a existência da cédula as autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

Art. 58.º Em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, o emitente da cédula de crédito industrial responderá ainda pela multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e acessórios em débito, devida a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança ou de habilitação do crédito.

Art. 59.º No caso de execução judicial, os bens adquiridos ou pagos com o crédito concedido pela cédula de crédito industrial responderão primeiramente pela satisfação do título, não podendo ser vinculados ao pagamento de dívidas privilegiadas, enquanto não for liquidada a cédula.

Art. 60.º O emitente da cédula manterá em dia o pagamento dos tributos e encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas de sua responsabilidade, inclusive a remuneração dos empregados, exibindo ao credor os respectivos comprovantes sempre que lhe forem exigidos.

Art. 61.º A cédula de crédito industrial e a nota de crédito industrial poderão ser redescontadas em condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 62.º Da cédula de crédito industrial poderão constar outras condições da dívida ou obrigações do emitente desde que não contrariem o disposto neste Decreto-lei e a natureza do título.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional, observadas as condições do mercado de crédito, poderá fixar prazos de vencimento dos títulos de crédito industrial, bem como determinar a inclusão de denominações que caracterizem a destinação dos bens e as condições da operação.

Art. 63.º Os bens apenhados poderão se convier ao credor ser entregues à guarda de terceiro fiel depositário, que se sujeitará às obrigações e às responsabilidades legais e cedulares.

§ 1.º Os direitos e as obrigações do terceiro fiel depositário, inclusive a emissão na posse, do imóvel da situação dos bens apenhados, independem da lavratura de contrato de comodato e de prévio consentimento do locador, perdurando enquanto subsistir a dívida.

§ 2.º Todas as despesas de guarda e conservação dos bens confiados ao terceiro fiel depositário correrão exclusivamente, por conta do devedor.

§ 3.º. Nenhuma responsabilidade terão credor e terceiro fiel depositário pelos dispêndios que se tornarem precisos ou aconselháveis para a boa conservação do imóvel e dos bens apenhados.

§ 4.º O devedor é obrigado a providenciar tudo o que for reclamado pelo credor para a pronta execução dos reparos ou obras de que, porventura, necessitar o imóvel ou que forem exigidos para a perfeita armazenagem dos bens apenados.

Art. 64.º Serão segurados, até final resgate da cédula, os bens nela descritos e caracterizados, observada a vigente legislação de seguros obrigatórios.

Art. 65.º A cédula de crédito industrial e a nota de crédito industrial obedecerão aos modelos anexos, os quais poderão ser padronizados e alterados pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto no artigo 62 deste Decreto-lei.

Art. 66.º Este Decreto-lei entrará em vigor 90 (noventa) dias depois de publicado, revogando-se os Decretos-leis ns.º 265, de 28 de fevereiro de 1967, 320, de 29 de março de 1967 e 331, de 21 de setembro de 1967 na parte referente à cédula Industrial Pignoratícia, 1.271, de 16 de maio de 1939, 1.697, de 23 de outubro de 1939, 2.064, de 7 de março de 1940, 3.169, de 2 de abril de 1941, 4.191, de 18 de março de 1942, 4.312, de 20 de maio de 1942 e Leis ns.º 2.931, de 27 de outubro de 1956, e 3.408, de 16 de junho de 1958, e as demais disposições em contrário, Brasília, 9 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva.

Luis Antonio da Gama e Silva

Antonio Dellin Netto

Edmundo de Macedo Soares

ATO COMPLEMENTAR N.º 41, DE 22 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1.º, do art. 2.º e o art. 9.º do Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato

Complementar:

Art. 1.º Fica vedada a nomeação, contratação ou admissão de funcionário ou servidor na Administração Direta e Autarquias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive nas Secretarias e Serviços Auxiliares dos Poderes Legislativo e judiciário e dos Tribunais de Contas, a partir da publicação deste Ato.

§ 1.º Excetuam-se dessa proibição:

I - a nomeação para cargo em comissão, criado por lei;

II - a nomeação, por concurso, para cargo vago no quadro permanente;

III - a contratação ou admissão de pessoal técnico ou científico necessário aos serviços de saúde, ensino e pesquisa;

IV - a contratação ou admissão de pessoal para serviços braçais ou de natureza industrial.

§ 2.º A nomeação, contratação ou admissão em desacordo com este Ato é nula de pleno direito e acarreta a demissão da autoridade e do funcionário que a autorizou ou realizou.

Art. 2.º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Brasília, 22 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antonio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antonio Delfim Netto

Mario David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Marcio de Souza e Mello Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI N.º 427 - DE 22 DE JANEIRO DE 1969

Dispõe sobre a tributação do imposto de renda na fonte, registro de letras de câmbio e notas promissórias e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º, artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Os beneficiários de rendimentos de ações nominativas e de ações ao portador identificados poderão optar pela tributação na fonte, de acordo com o artigo 13 do Decreto lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

Parágrafo único. A opção a que se refere este artigo deverá ser manifestada por escrito, à fonte pagadora, no ato do recebimento dos dividendos ou bonificações.

Art. 2.º No prazo de 60 (sessenta) dias, da data da publicação deste Decreto-lei, deverão ser registradas na repartição competente, definido pelo Ministério da Fazenda, todas as notas promissórias e letras de câmbio emitidas até a publicação deste Decreto-lei, sob pena de nulidade desses títulos de crédito.

§ 1.º As notas promissórias e letras de câmbio emitidas a partir da data da publicação deste Decreto-lei, deverão, sob a mesma pena de nulidade, ser registradas no prazo de 15 (quinze) dias de sua emissão.

§ 2.º As notas promissórias e letras de câmbio que deixarem de ser levadas a registro, nos prazos indicados, não poderão ser protestadas nem por qualquer forma darão oportunidade à execução da dívida que representarem.

3.º Apurada qualquer adulteração dos títulos mencionados, com o propósito de obter-se seu registro, ficará o responsável sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do título, que será cobrada independentemente de outras penalidades cabíveis

4.º As exigências deste artigo não se aplicam:

I - Aos títulos emitidos diretamente em favor do estabelecimento de crédito, e com este negociados, ou sacados em função de contratos específicos de abertura do crédito celebrados com instituições financeiras;

II - Aos títulos emitidos em garantia do pagamento de legítimas transações de compra e venda de bens e serviços comprováveis pelo registro na contabilidade da empresa interveniente, ou os amparados por contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis, legalmente registrados;

III - Aos títulos juntados, até a data deste Decreto-lei, a processo judicial em andamento;

IV - Aos títulos de valor expresso em moeda estrangeira, representativos de dívida no exterior devidamente registrada no Banco Central do Brasil; e

V - A outras operações que venham a ser definidas pelo Poder Executivo.

Art. 3.º Sempre que apurarem infrações de disposições legais, os agentes fiscais lavrarão auto de infração e respectiva notificação fiscal, escritos com clareza, sem entrelinhas, rasuras ou emendas.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os limites para deduções e abatimentos, independentemente de comprovação, por parte dos contribuintes do imposto de renda.

Art. 5.º A partir da vigência deste Decreto-lei, os Cartórios de Notas ficam obrigados a comunicar ao Ministério da Fazenda os contratos, escrituras e quaisquer documentos perante eles celebrados que envolvam transações, de qualquer espécie ou natureza, com valor, pagamento ou promessa de pagamento superior a 600 (seiscentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1.º Nos casos de contrato de mútuo, de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, a comunicação será obrigatória quando o valor da transação for superior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 2.º A comunicação será feita no prazo de 15 (quinze) dias da data da lavratura dos documentos ou contratos em Cartório, mediante formulário próprio e instruções a serem divulgadas pelo Ministério da Fazenda,

Art. 6.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

ATO COMPLEMENTAR N.º 42, DE 27 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1.º do art. 2.º e art. 9.º do Ato Institucional. n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º O Presidente da República, após investigação, poderá decretar o confisco de bens de pessoa natural ou jurídica que, em relações de qualquer natureza, com a administração, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações instituídas pelos poderes públicos, associações ou entidades beneficiadas com auxílios ou contribuições estabelecidos em lei, permissionárias ou concessionárias de serviços públicos, se haja enriquecido, ilicitamente, com bens, dinheiro ou valores, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se, também, o disposto neste artigo a quem, de qualquer modo, concorre para o enriquecimento ilícito.

Art. 2.º Considera-se enriquecimento ilícito o que resultar de:

I - Vantagem ou benefício auferido, ilicitamente, na qualidade de diretor, gerente, superintendente, administrador, sócio ou empregado das entidades mencionadas no art. 1.º ou outras que se mantenham, no todo ou em parte, mediante contribuições periódicas populares:

II - Exploração de jogos de azar ou de lenocínio e do comércio clandestino de entorpecentes;

III - Declaração falsa:

a) em medição de serviços de construção de estradas ou de obras públicas executadas por empreiteiros, sub-empreiteiros, concessionários e tarefeiros;

b) sobre quantidade, qualidade, peso ou características de mercadorias ou bens entregues a serviço de quaisquer das entidades mencionadas no art. 1.º;

IV - Inserção de elementos inexatos ou a omissão de operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se subtrair ao pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;

V - Alteração de faturas e quaisquer outros documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar à Fazenda Pública;

VI - Fornecimento ou a emissão graciosa de documentos ou a alteração de despesas, ou outras verbas não especificadas, com o propósito de obter redução de tributos devidos à Fazenda Pública.

Parágrafo único, Os casos de enriquecimento ilícito acima referidos não excluem atos ou fatos que possam ser abrangidos pelo disposto no artigo 1.º.

Art. 2.º Os bens confiscados, de acordo com este Ato Complementar, serão incorporados ao patrimônio da entidade jurídica prejudicada com o enriquecimento ilícito e, se nenhum o tiver sido, ao da União.

Art. 4.º Nenhuma sanção fiscal, de qualquer natureza, se aplicará a contribuinte beneficiado por anistias fiscais anteriores a este Ato Complementar.

Art. 5.º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
Afonso Al Lima
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 43, DE 29 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições conferidas pelo § 1.º do artigo 2.º e pelo artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, combinados com o artigo 49.º, item II da Constituição de 24 de janeiro de 1967, resolve baixar o seguinte

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1.º O Poder Executivo elaborará Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração quadrienal, que serão submetidos à deliberação do Congresso Nacional até 15 de setembro do primeiro ano de mandato do Presidente da República.

§ 1.º Os Planos Nacionais serão apresentados sob a forma de diretrizes gerais de desenvolvimento definindo objetivos e políticas globais, setoriais e regionais.

§ 2.º Com a mesma duração e concepção, obedecendo às diretrizes estabelecidas no Plano Nacional, o Poder Executivo poderá elaborar, para aprovação pelo Congresso Nacional, planos regionais específicos para áreas de menor desenvolvimento, notadamente: o Nordeste e a Amazônia.

Art. 2.º O Congresso Nacional arrecará cada Plano Nacional de Desenvolvimento no prazo de 90 (noventa) dias, podendo aprová-lo integralmente ou formular as ressalvas ou restrições que julgar cabíveis, mantida necessariamente a coerência global do plano e sua viabilidade em face dos recursos disponíveis.

§ 1.º No caso de aprovação com ressalvas ou restrições, o Executivo deverá proceder, no prazo de 60 (sessenta) dias, à reformulação das partes ressalvadas e republicar o Plano com os textos reformulados, que terão vigência imediata.

§ 2.º O Congresso Nacional aprovará ou rejeitará, dentro de 60 (sessenta) dias, as partes reformuladas, não podendo emendá-las; se, nesse prazo, não houver deliberação, os textos serão tidos como aprovados.

§ 3.º Esgotado, sem deliberação, o prazo de 90 (noventa) dias, estabelecido no "caput" deste artigo, o Plano considerará-se aprovado.

Art. 3.º Após o primeiro ano de vigência, poderá o Poder Executivo propor ao Congresso Nacional a revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Art. 4.º Não serão objeto de tramitação, devendo ser arquivadas por ato do Presidente do Senado Federal, ou da Câmara dos Deputados, quaisquer proposições que impliquem em alterar o Plano Nacional aprovado pelo Congresso Nacional a não ser as de iniciativa do Poder Executivo, na forma estabelecida no artigo 3.º.

Art. 5.º Respeitadas as diretrizes e objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento, o Orçamento Plurianual de Investimentos, que abrangerá período de três anos, considerará exclusivamente as despesas de capital.

§ 1.º O Orçamento Plurianual de Investimentos racionará as despesas de capital e indicará os recursos (orçamentários e extra orçamentários) anualmente destinados à sua execução, inclusive os financiamentos contratados ou previstos, de origem interna ou externa.

§ 2.º O Orçamento Plurianual de Investimentos compreenderá as despesas de capital de todos os Poderes, órgãos e Fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídos apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento,

§ 3.º A inclusão, no Orçamento Plurianual de Investimentos, das despesas de capital de entidades da Administração Indireta, será feita sob a forma de dotações globais.

Art. 6.º Através de proposição devidamente justificada, o Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, propor ao Congresso Nacional a revisão do Orçamento Plurianual de Investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos.

Art. 7.º Aplicam-se ao Orçamento Plurianual de Investimentos o artigo 67 da Constituição e seus parágrafos.

Art. 8.º O Congresso Nacional apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto neste artigo, a matéria será

considerada aprovada.

Art. 9.º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal adaptarão seus orçamentos, no que for aplicável, ao disposto nos artigos 5.º e 7.º

Art. 10.º O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento será encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de 1971.

Art. 11.º O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Complementar n.º 3 e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antônio Dias Leite Júnior

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 44, DE 29 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato complementar:

Art. 1.º Só poderão instituir Tribunais de Contas os Municípios; com população superior a quinhentos mil (500.000) habitantes renda tributária acima de NCr\$ 100.000,00 (cem milhões de cruzeiros novos), e cuja despesa com pessoal não exceda o limite previsto no artigo 66, § 4.º, da Constituição.

Parágrafo único. Na fixação do limite da receita de que trata este artigo, não se incluem as contribuições devidas aos Municípios nos termos do § 7.º do art. 24 e dos artigos 26, 27 e 28 da Constituição, modificada pelo Ato Complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968.

Art. 2.º Os membros dos Tribunais de Contas dos Municípios terão a denominação de juízes, vedada qualquer outra, e não poderão perceber, sob nenhum pretexto, retribuição superior a dois terços da que recebem os membros do Tribunal de Contas do respectivo Estado.

Parágrafo único. Os membros e o pessoal dos Tribunais de Municípios, cuja retribuição seja superior à estabelecida neste artigo, deverão ajustá-la a esse limite, dentro do prazo de trinta (30) dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 3.º São considerados extintos os Tribunais de Contas criados nos Municípios que não satisfizerem os requisitos especificados no artigo 1.º.

Parágrafo único. Os membros e o pessoal dos Tribunais de Contas extintos terão assegurado o direito de retornarem aos cargos de que eram titulares, antes de sua investidura como membros ou funcionários do Tribunal, e, se os não tiverem, serão postos em disponibilidade, com os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 4.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR N.º 45, DE 30 DE JANEIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 19 do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no país.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º Para os efeitos deste Ato, considera-se residente no país o estrangeiro que nele possua permanência definitiva.

Art. 3.º Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade.

Art. 4.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969, 1489 da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Antônio Dias Leite Júnior

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

José da Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI N.º 443 - DE 30 DE JANEIRO DE 1960

Acrescenta parágrafos ao art. 42 da Lei Orgânica da Previdência Social

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º O artigo 42 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, é acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1.º Mediante prova hábil do desaparecimento de segurado em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes, farão jus à pensão provisória, dispensados a declaração e o prazo exigidos no artigo.

§ 2.º Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1969; 1489 da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Jarbas G. Passarinho

ATO INSTITUCIONAL N.º 6, DE 1.º DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, considerando que, como decorre do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, a Revolução brasileira reafirmou não se haver exaurido o seu poder

constituente, cuja ação continua e continuará, em toda sua plenitude, para atingir os ideais superiores do movimento revolucionário o consolidar a sua obra:

Considerando que, como órgão máximo do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição de ordem constitucional, recebendo da Lei Maior, devidamente definidas, sua estrutura, atribuições e competência;

Considerando haver o Governo, que ainda detém o poder constituinte, admitido, por conveniência da própria justiça, a necessidade de modificar a composição e de alterar a competência do Supremo Tribunal Federal, visando a fortalecer sua posição de corte eminentemente constitucional e, reduzindo-lhes os encargos, facilitar o exercício de suas atribuições:

Considerando que as pessoas atingidas pelas sanções políticas e administrativas do processo revolucionário devem ter igualdade de tratamento sob o império das normas institucionais e demais regras legais delas decorrentes.

Resolve editar o seguinte Ato Institucional;

Art. 1.º Os dispositivos da Constituição de 24 de janeiro de 1967, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 113.º O Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze (11) ministros.

§ 1.º Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2.º Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal."

Artigo 114.º Compete ao Supremo Tribunal Federal:

.....

II - Julgar, em recurso ordinário:

a) Os Habeas-corpus decididos, em única ou última instância, pelos Tribunais locais ou Federais, quando de negatória a decisão, não podendo o recurso ser substituído por pedido originário;

b) As causas em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no país;

c) Os casos previstos no Artigo 122.º, parágrafo 2.º.

III - Julgar mediante recurso extraordinário, as causas decididas, em única ou última instância, por outros Tribunais, quando a decisão recorrida:

a) Contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência a tratado ou lei federal;

b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) Julgar válida Lei ou Ato do Governo local, contestado em face da Constituição ou de Lei federal;

d) Dar à Lei federal interpretação divergente da que lhe haja dado outro Tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal."

Art. 122.º A justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhe são assemelhados.

§ 1.º Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 2.º Compete, originariamente, ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no parágrafo primeiro.

§ 3.º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra."

Art. 2.º As disposições do Art. 5.º e seus Parágrafos 1.º e 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, aplicam-se às pessoas punidas com fundamento no Art. 10.º e seu Parágrafo Único, do Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, ou no Art. 15.º do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965.

Art. 3.º Ficam ratificadas as emendas constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 4.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 5.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1.º de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva
Luis Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcia de Souza e Mello
Leonel Miranda
Antônio Dias Leite Júnior
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 46, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica mantida a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus Municípios e do Distrito Federal, vi. gente a 31 de dezembro de 1968.

Parágrafo único. Nenhuma modificação oderá ser feita, na organização administrativa e judiciária, a que se refere este artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da justiça.

Art. 2.º Este Ato Complementar entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

ATO COMPLEMENTAR N.º 47, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e,

Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em principias éticos fundamentais visando a, não apenas, combater a subversão e a corrupção, mas, também, a impor normas legais e morais e todos quantos integram quaisquer dos Poderes; Públicos;

Considerando que, em determinados Estados, suas Assembléias Legislativas têm contrariado, até de modo ostensivo, aqueles princípios e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto a beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade do mandato que o povo lhes outorgou;

Considerando o que já foi apurado relativamente a determinados órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o, recesso, a partir desta data, das Assembléias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcia de Souza e Mello
Leonel Miranda
Antônio Dias Leite Júnior
Edmundo de Macedo Soares
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI N.º 474 - DE 19 DE FEVEREIRO DE 1969
Modifica a redação de dispositivos do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Os artigos 22.º, 23.º, caput, 34 e 74 do Decreto-lei n.º 960 de 17 de dezembro de 1938, este último modificado pela Lei n.º 5.554, de 10 de dezembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.º Quando o despacho a que se refere o art. 19.º não puser termo ao processo, ou quando conclusos os autos por estarem findos os prazos nele marcados, ou ainda se não houver que tomar qualquer das providências referidas nos arts. 19 e 20, o juiz, no prazo dos 10 (dez) dias imediatos, proferirá sentença.

Parágrafo único. O Juiz deixará de proferir decisão imediata e designará, para um dos dez dias referidos neste artigo, hora para a audiência de instrução e julgamento da causa, se julgar necessária a produção de prova oral, requerida ou não pelas partes.

Art. 33.º A arrematação será precedida de edital, afixado no local do costume, na sede do juízo, e publicado na forma do artigo 72.º.

Art. 34.º O prazo entre as datas de publicação do edital e da praça não poderá ser superior a trinta nem inferior a dez dias.

Art. 74.º Nas causas para cobrança da dívida ativa de valor inferior a dez (10) vezes o maior salário-mínimo vigente no país, somente haverá recurso ordinário se a Fazenda for vencida, no todo ou em parte".

Art. 2.º Ficam acrescidos ao artigo 66.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, os seguintes parágrafos:

"Art. 66.º.....

§ 1.º Quando certificar nos autos que não conseguiu localizar o executado, o Oficial de justiça relatará as diligências realizadas.

§ 2.º Quando certificar que intimou o executado, mas não encontrou bens penhoráveis, o Oficial de justiça descreverá os bens que guarnecem a residência ou se encontrem no estabelecimento do executado".

Art. 3.º Para efeito de aplicação das normas do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, entendem-se, também, por dívida ativa os crédito da União Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios, ou de suas agências financeiras, decorrentes de contratos ou operações de financiamentos, ou de sub-rogação de garantia, hipoteca, fiança e aval.

Art. 4.º As ações de qualquer natureza de competência da Justiça Federal, ainda pendentes e cujos autos estejam na justiça dos Estados ou do Distrito Federal, deverão ser remetidas àquela justiça, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-lei, independentemente de pagamento de custas.

Parágrafo único. Antes da remessa, serão os autos respectivos encaminhados ao Contador da Justiça local para que proceda ao cálculo das custas relativas aos atos praticados até a instalação da Justiça Federal, cujo montante, se for o caso, será afinal colocado a disposição do

juízo originário.

Art. 5.º O disposto neste Decreto-lei aplica-se aos processos pendentes.

Art. 6.º Este Decreto-lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogado o § 2.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 1489 da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 494 - DE 10 DE MARÇO DE 1969

Regulamenta o Ato Complementar n.º 45, de 30 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Ato Complementar n.º 45, de 30 de janeiro de 1969, decreta:

Art. 1.º A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

§ 1.º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

§ 2.º Para os efeitos deste Decreto-lei, considera-se residente no País o estrangeiro que faça prova de fixação permanente no território nacional, de acordo com a legislação em vigor.

§ 3.º A aquisição de propriedade rural por estrangeiro de, penderá de autorização do Ministério da Agricultura, requerida por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Art. 2.º Em caso de aquisição de área rural, a qualquer título, os Tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis, farão constar, obrigatoriamente, dos atos que praticarem, os dados relativos ao documento de identidade do adquirente, se for estrangeiro, além da prova de sua residência permanente no território nacional (§ 2.º do artigo 1.º).

§ 1.º - Em se tratando de pessoa jurídica estrangeira, deverão ser transcritos nos atos praticados os dados essenciais comprobatórios de sua constituição e a prova do cumprimento do disposto no artigo 5.º e seu parágrafo único deste Decreto-lei.

§ 2.º - Em se tratando de pessoa natural estrangeira, deverá ser transcrita a prova de cumprimento do disposto no artigo 1.º deste Decreto-lei.

Art. 3.º - Os Oficiais do Registro de Imóveis deverão possuir cadastro especial das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras naturais ou jurídicas do qual constarão, sob pena de nulidade dos atos que praticarem:

a) documentos de identidade das partes contratantes ou cópias fotostáticas dos mesmos, devidamente autenticadas;

b) memorial descritivo do imóvel, contendo área, características, limites e confrontações;

c) planta do imóvel e respectiva situação relativa na planta cadastrada do município;

d) Prova de autorização prevista no artigo 6.º e seu parágrafo primeiro e no artigo 7.º deste Decreto-lei.

Art. 4.º A inobservância do disposto nos artigos 2.º e 3.º deste Decreto-lei configura o crime de falsidade ideológica, definido no artigo 299.º do Código Penal.

Art. 5.º Anualmente, o Desembargador-Corregedor da Justiça Estadual, ou magistrado por ele: indicado, e o Procurador da República, que for designado, promoverão, em conjunto, correição nos livros dos Tabeliães e dos Oficiais do Registro de Imóveis de todas as comarcas dos respectivos Estados, para verificar o cumprimento deste Decreto-lei, determinando, de imediato, as providências que forem convenientes.

Parágrafo único. No Distrito Federal e Territórios, as atribuições previstas neste artigo serão exercidas pelo Desembargador-Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 6.º A pessoa jurídica estrangeira não poderá adquirir imóvel rural no Brasil, salvo se for autorizada a funcionar no País, devendo as aquisições ser vinculadas aos objetivos estatutários da sociedade.

§ 1.º A aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira, no caso deste artigo, depende de autorização concedida por decreto em processo instituído pelo Ministério da Agricultura por intermédio do Instituto da Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

§ 2.º São equiparadas às pessoas jurídicas estrangeiras, para os efeitos deste Decreto-lei, as pessoas jurídicas nacionais das quais participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras naturais

ou jurídicas que detenham maioria no seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.
§ 3.º As ações de companhias ou sociedades anônimas nacionais, proprietárias de imóveis rurais e que se dediquem ao ramo de comércio mobiliário, revestirão, obrigatoriamente, a forma nominativa.

Art. 7.º A aquisição, por pessoa estrangeira natural ou jurídica, de glebas rurais situadas nos Municípios de interesse da segurança nacional e nas áreas a esta consideradas indispensáveis (Constituição, artigo 16, § 1.º, b e artigo 91, 11 e parágrafo único), depende de prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 8.º A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras naturais e jurídicas em todo o território nacional, inclusive na área de que trata a Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955, não poderá ultrapassar:

a) nos municípios de até 10.000 km², 1/5 da respectiva área;

b) nos municípios de mais de 10.000 km² e 50.000 km², 1.000 km² mais 1/10 da respectiva área;

c) nos municípios de mais de 50.000 km², até 100.000 km², 3.500 km² mais 1/20 da respectiva área;

d) nos municípios de mais de 100.000 km², 6.000 km² mais 1/40 da respectiva área.

§ 1.º As pessoas de uma mesma nacionalidade não poderão possuir mais de 20% dos limites estabelecidos neste artigo.

§ 2.º Atingidos esses limites, são vedadas, aos Tabeliães, a lavratura de novas escrituras e, aos Oficiais do Registro de Imóveis, a efetuação de novas transcrições, sob as comunicações do artigo 17.º, deste Decreto-lei.

Art. 9.º Os Tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis ficam obrigados, dentro de 30 (trinta) dias da prática do ato, a comunicar ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), a lavratura de escrituras e registros imobiliários pelos quais se transfirmam, a qualquer título, a posse ou a propriedade de imóveis rurais a pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas,

Parágrafo único. Quando se tratar de imóveis rurais situados em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional ou de seu interesse, a comunicação será feita também à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 10.º Na aquisição, a qualquer título, de imóveis rurais por pessoa estrangeira natural ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Art. 11.º Fica a União autorizada, por motivo de segurança nacional, a desapropriar terras rurais em poder de pessoa estrangeira natural ou jurídica, mediante decreto, ouvido, previamente, o Conselho de Segurança Nacional.

Art. 12.º O artigo 60 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60.º Para os efeitos desta lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programas de valorização de área ou distribuição de terras".

Art. 13.º São equiparadas aos brasileiros, para os efeitos deste Decreto-lei, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa residentes no Brasil.

Art. 14.º Ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), fica atribuída a execução deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Nas zonas indispensáveis à segurança nacional e nas áreas consideradas do seu interesse a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, por meio da Comissão de Faixa de Fronteiras, exercerão as atribuições previstas neste artigo.

Art. 15.º Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais onde se estabeleçam estrangeiros imigrantes agricultores, em lotes rurais, é vedada, a qualquer título, a doação, posse ou venda de terras pertencentes à União ou aos Estados a pessoas estrangeiras naturais ou jurídicas.

Art. 16.º Em todo e qualquer caso de aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, ou a esta equiparada para os efeitos deste Decreto-lei, no processo instaurado pelo Ministério da Agricultura, será ouvida, obrigatoriamente, a Procuradoria Geral da República que tomará ex-offício, de imediato, as providências que se fizerem necessárias à defesa dos interesses da União.

Art. 17.º As alienações e aquisições de propriedade rurais feitas em desacordo com as normas

deste Decreto-lei, assim como as que se fizerem a estrangeiros no exterior, são nulas de pleno direito, sujeitando-se os Tabeliães e Oficiais, que lavrarem ou transcreverem os atos respectivos, as penas do crime definido no art. 319 do Código Penal, além da perda do cargo.

Art. 18.º O Poder Executivo baixará, dentro de 30 dias, a regulamentação necessária à execução deste Decreto-lei.

Art. 19.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Ivo Arzua Pereira

DECRETO-LEI N.º 515, DE 7 DE ABRIL DE 1969

"O presidente da República usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, decreta:

Art. 1.º - Serão equiparadas as pessoas jurídicas, para os efeitos de cobrança do Imposto de Renda, as pessoas naturais que, como empresas individuais, praticarem operações imobiliárias com o fim de lucro.

Art. 2.º - Serão consideradas empresas individuais, para os fins do art. 1.º as pessoas naturais que explorarem em nome individual, habitual e profissionalmente:

1 - A compra e venda de imóveis;

2 - A incorporação de prédios em condomínio; ou

3 - O loteamento de terrenos para a venda de lotes com ou sem construções.

Parágrafo único - A pessoa natural que, após sua equipar. razão à pessoa jurídica, não efetuar nenhuma operação imobiliária durante o prazo de três anos consecutivos, deixará de ser considerada empresa individual, a partir do ano seguinte, salvo quanto às operações então em andamento.

Art. 3.º - Para efeitos de equiparação da pessoa jurídica, nos termos do art. 2.º inciso 1, será considerada habitualidade na compra e venda de imóveis a aquisição e subsequente transferência, a título oneroso, num mesmo ano civil, de mais de três imóveis, ou a aquisição e subsequente transferência, a título oneroso, durante o prazo de três anos civis consecutivos, de mais de seis imóveis.

§ 1.º. Para os efeitos deste artigo, equiparam-se à compra e venda a promessa de compra e venda, a procuração em causa própria, a adjudicação em hasta pública, a permuta, a cessão e a promessa de direitos à aquisição de imóveis.

§ 2.º. No caso de haver, antes da alienação, mais de um titular sobre o imóvel, quer em condomínio, quer com frações ideais especificadas para os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular, pessoa natural, com a data da primeira alienação que cada um efetive.

§ 3.º. - Para os efeitos do disposto neste artigo não serão computadas as incorporações de imóveis ao capital de sociedade e as transações, de qualquer natureza, que tenham por objeto:

A) Os imóveis havidos por heranças, legado, doação ou dação em pagamento

B) Os imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação;

C) As unidades recebidas em pagamento de terreno, a que se refere o art. 39 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

§ 4.º. Para os efeitos do disposto neste artigo, serão computados como única operação:

A) A venda conjunta de dois ou mais terrenos confrontantes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo vendedor;

13) A venda parcial ou total de um mesmo imóvel a vários adquirentes em conjunto, ressalvado o art. 4.º, letra 13;

C) A venda de terreno resultante de desmembramento de terrenos adjacentes adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo vendedor;

D) As vendas de dois ou mais terrenos confrontantes derivados do desmembramento de um mesmo terreno, com a data da primeira venda efetuada.

Art. 4.º Nas incorporações de prédios em condomínio (art. 2.º, inciso 2), serão equiparadas às pessoas jurídicas, no caso de se vincularem a mais de uma incorporação durante o prazo de dois

ano civis consecutivos;

A) O proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste, ou o promitente cessionário de terrenos objetos de incorporações registradas nos termos do art. 3.º da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

B) O proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário de terrenos em que, sem efetuar o registro da incorporação, promova a construção de prédios em condomínio, para venda após a sua conclusão;

C) O construtor ou o corretor de imóveis que, nos termos do art. 31, alínea 13 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, assumir a iniciativa e a responsabilidade de incorporações.

§ 1.º - No caso de haver, antes da incorporação, mais de um titular sobre os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular pessoa natural.

§ 2.º - Para os efeitos do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes normas:

1 - data para o cômputo das incorporações será a do respectivo registro no cartório do registro de imóveis, no caso da letra 13, a da primeira alienação de unidade de cada prédio.

2 - Não serão computados:

A) - Os registros de incorporações que, nos termos do art. 34 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, forem denunciadas dentro do prazo de carência declarado pelo incorporador;
15) - No caso da letra 13, os prédios cujos projetos tenham sido aprovados até a data da publicação deste decreto-lei.

3 - Será considerada unitariamente cada edificação ou cada conjunto de edificações, objeto de um mesmo registro de incorporação, ainda que abrangendo dois ou mais terrenos confrontantes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular;

4 - Será, considerada unitariamente o conjunto de registro de incorporação de várias edificações em terrenos confrontantes, do derivado de desdobramento de 1 mesmo terreno resultante do desmembramento de terrenos adjacentes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular.

5 - Será considerado unitariamente o conjunto de várias edificações num mesmo terreno, a que se refere o art. 8.º da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, inclusive com o desdobramento previsto no art. 6.º da Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965.

Art. 5.º - Nos loteamentos de terrenos para vendas de lotes, com ou sem construções (art. 2.º inciso III), serão equiparados a pessoas jurídicas, no caso de se vincularem a mais de um loteamento durante o prazo de três anos civis consecutivos:

a) - O proprietário, o promitente comprador, o cessionário deste, ou o promitente cessionário de terrenos objetos de loteamento, registrados nos termos do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, haja ou não paralelamente o registro de incorporações de residências isoladas, conforme dispõe o art. 68, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

b) - o construtor ou o corretor de imóveis que, nos termos do art. 19, do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com o art. 31, alínea "b", da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, assumir a iniciativa e a responsabilidade de loteamentos ou de incorporações de residências isoladas.

§ 1.º - No caso de haver mais de um titular sobre o imóvel objeto do loteamento, quer em condomínio, quer com porções distintas para os diversos titulares, computar-se-á uma operação para cada titular, pessoa natural.

§ 2.º - Para os efeitos do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes normas:

1 - A data para o cômputo dos loteamentos será a do respectivo registro no Cartório do Registro de Imóveis ou em sua falta a do primeiro documento relativo à venda de lotes;

2 - não serão computados os registros de loteamentos que forem denunciados dentro do prazo de carência declarado pelo loteador;

3 - será considerado unitariamente o loteamento da área, objeto de um mesmo registro, nos termos do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, ainda que abrangendo dois ou mais terrenos confrontantes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular;

4 - será considerado unitariamente o conjunto de registros de loteamentos em terrenos confrontantes do derivado do desdobramento de um mesmo terreno ou de terrenos adjacentes, adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo seu titular.

Art. 6.º - A equiparação de pessoa natural à pessoa jurídica será determinada de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor na época do instrumento inicial de cada transação e a

posterior alteração dessas normas, se mais rigorosa, não atingirá as transações já iniciadas.

§ 1.º - Em relação às operações praticadas antes da data da publicação deste decreto-lei à equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica será determinada pelas disposições em vigor antes daquela data aplicando-se quando for o caso o disposto no § 1.º do art. 4.º § 1.º do art. 5.º e § 3.º deste artigo.

§ 2.º - As operações a que se refere o § 1.º deste artigo só serão computadas para os efeitos de equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica nos termos deste decreto-lei: em conjunto com nova operação em cada categoria que a pessoa natural venha a praticar após a data da publicação deste decreto-lei,

§ 3.º - As operações imobiliárias que comportarem enquadramento em mais de uma das categorias de atividades referidas nos incisos I, II e III do art. 2.º, serão computadas para os efeitos do disposto nos artigos 19, 4.º e 5.º exclusivamente numa só categoria correspondente à atividade preponderante considerando-se a seguinte ordem de preponderância:

1.º - loteamentos de terrenos;

2.º - incorporações de prédios em condomínio;

3.º - compra e venda de imóveis.

Art. 7.º - Não serão equiparados a sociedades de fato os condomínios organizados para a efetivação de quaisquer operações imobiliárias ainda que dele façam parte também pessoas jurídicas, aplicando-se a cada condomínio pessoa natural os critérios e demais dispositivos legais de caracterização de empresas individual como se fosse ele o único titular da operação imobiliária nos limites de sua participação.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos anteriores à data da publicação deste decreto-lei.

Art. 8.º - As pessoas naturais consideradas empresas individuais na forma deste decreto-lei serão obrigadas:

a) - a inscrever-se no cadastro a que se refere o art. 28.º da Lei n.º 4.506, de 30-11-1964;

b) - a manter livro caixa na forma do art. 27.º da Lei n.º 3.470, de 28-11-1958, no qual deverão ser escriturados ainda que com técnica rudimental todos os fatos relativos a suas atividades econômicas;

c) - a manter sob a sua guarda e responsabilidade os documentos comprobatórios dos lançamentos referidos na alínea anterior;

d) - a efetuar as retenções e recolhimento do Imposto de Renda na fonte previstos na legislação para as pessoas jurídicas.

Art. 9.º - A aplicação do regime fiscal da pessoa jurídica às pessoas naturais a ela equiparadas inclusive a observância do disposto no art. 8.º terá início no 1.º dia do mês subsequente aquele em que se completarem as condições determinadas da equiparação e não atingirá as transações iniciadas anteriormente àquela que determinar a equiparação.

Art. 10.º - o lucro real da empresa individual compreenderá o resultado de todas as transações realizadas com o objeto da empresa, mas não incluirá as operações a que se refere o § 3.º nem outros rendimentos percebidos pelo seu titular decorrentes da prestação de trabalho assalariado autônomo ou profissional, outras atividades ou produzidos por bens não integrantes do ativo da empresa individual.

Art. 11.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os incisos 1, 2 e 3 da letra "b", do § 1.º do art. 41, da Lei n.º 4.506, de 30-11-1964 e demais disposições em contrário".

DECRETO N.º 64.156, DE 4 DE MARÇO DE 1969

Regulamenta os artigos 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969

O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, do item 11, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, decreta:

Art. 1.º - São nulas as notas promissórias e letras de câmbio não registradas nas repartições competentes do Ministério da Fazenda, dentro de 15 (quinze) dias de sua emissão ou saque, nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969.

Art. 2.º - Ficam excluídas do registro de que trata o artigo anterior:

I - os títulos emitidos ou sacados diretamente em favor do estabelecimento de crédito ou com este negociados, ou sacados em função de contratos específicos de abertura de crédito celebrados com instituições financeiras;

II - os títulos emitidos ou sacados no País ou no Exterior, inclusive em moeda estrangeira, em garantia do pagamento de legítimas transações de compra e venda de bens e serviços compráveis pelo registro na contabilidade da empresa ou os amparados por contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis legalmente registrados;

III - os títulos juntados a processo judicial em andamento, até a data da publicação deste Decreto;

IV - os títulos de valor expresso em moeda estrangeira, representativos de dívida no exterior devidamente registrada no Banco Central do Brasil;

V - os títulos em que forem partes a União, Estados, Municípios ou seus órgãos de administração indireta;

VI - os títulos que, na data da publicação deste Decreto, estiverem em cobrança, caução, custódia ou depósito em instituição financeira ou em órgão de administração pública direta ou indireta;

VII - os títulos que, na data da publicação deste decreto estiverem sob protesto.

Art. 3.º - Os estabelecimentos de crédito que tenham em seu poder notas promissórias ou letras de câmbio, que lhes tenham sido entregues para cobrança até a data da publicação deste Decreto, sem o registro de que trata o Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, preencherão e remeterão relação de tais títulos ao órgão competente da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição.

§ 1.º - Aos Cartórios de Notas também se aplica o disposto neste artigo, relativamente às notas promissórias e letras de câmbio que lhes tenham sido distribuídas para protesto.

§ 2.º - A partir da data da publicação deste Decreto, ficam os estabelecimentos de crédito e Cartórios de Notas impedidos, sob as penas da Lei de darem curso a quaisquer notas promissórias e letras de câmbio sem o prévio registro no órgão competente da Secretaria da Receita Federal.

Art. 4.º - Ocorrendo endosso na nota promissória ou letra de câmbio desde que o favorecido não seja o estabelecimento de crédito, será exigido novo registro do título, com remissão ao registro anterior.

Art. 5.º - A infração a que se refere o parágrafo 3.º do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, será apurada em processo fiscal, mediante auto ou representação conforme a falta seja verificada no serviço externo de fiscalização ou por funcionário do serviço interno.

§ 1.º - Lavrado o auto ou representação, serão notificados os responsáveis para apresentação de defesa, aplicando-se ao processo as disposições previstas no Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, Decreto n.º 61.514, de 12 de outubro de 1967.

§ 2.º - Aplica-se as notas promissórias e letras de câmbio encontradas sem a data de emissão ou de saque a pena prevista no parágrafo 3.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969.

Artigo 6.º - As notas promissórias e letras de câmbio emitidas ou sacadas até o dia 23 de janeiro de 1969, inclusive, excetuadas as referidas no artigo 2.º deste Decreto, serão registradas até o dia 24 de março de 1969, sob pena de nulidade desses títulos de crédito.

Artigo 7.º - Os Cartórios de Notas encaminharão ao órgão da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, da jurisdição, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à celebração dos atos, relação dos contratos, escrituras e quaisquer documentos perante eles celebrados que envolvam transações, de qualquer espécie ou natureza, com valor, pagamento ou promessa de pagamento superior a 600 (seiscentas vezes) o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo 1.º - Nos casos de contrato de mútuo de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, a comunicação será obrigatória quando o valor da transação for superior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Artigo 8.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Antônio Delfim Netto

Hélio Beltrão

LEI N.º 10.079, DE 24 DE ABRIL DE 1968

Dispõe sobre o direito de opção por ofício vago ou que venha a vagar, para os serventuários, nos casos que especifica

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Nelson Pereira, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do § 3.º do artigo 26 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos serventuários que sofreram, sem que lhes haja sido proporcionada a compensação, ou vierem a sofrer perda de anexo de Tabelionato, em virtude de criação e instalação de comarca, é assegurado o direito de opção por ofício vago ou que venha a se vagar.

Parágrafo único - Terá preferência para provimento da vaga existente, ou que vier a se verificar na respectiva comarca, o serventuário que nela tiver a perda a que se refere o presente artigo,

Artigo 2.º - Os serventuários de que trata o artigo anterior terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para requerer ao Secretário da Justiça a opção para a serventia vaga, que deverá ser da mesma classe do ofício em que atualmente exercem o cargo.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aos 24 de abril de 1968.

Nelson Pereira, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 24 de abril de 1968.

Lajayette Soares de Paiva, Diretor Geral Substituto

D. O. 25/4/68.

LEI N.º 10.235, DE 30 DE SETEMBRO DE 1969

Altera o artigo 1.º da Lei n.º 2.576, de 14 de janeiro de 1954

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 1.º da Lei n.º 2.576, de 14 de janeiro de 1954, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1.º - O funcionário reclassificado ou nomeado para outro cargo, sem interrupção de exercício não está sujeito a novo exame de suficiência física, desde que seja estável à data da nova investidura".

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de setembro de 1968.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Onadyr Marcondes

Resp. pelo expediente da Secretaria da Fazenda

Raphael Baldaci Filho Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio.

Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 30 de setembro de 1968.

Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo - Subst.

D.O. 1/10/68.

LEI N.º 10.252, DE 23 DE OUTUBRO DE 1968

Dispõe sobre a opção de Serventias de Justiça

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ato atual Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, do distrito da sede do município de Natividade da Serra, fica assegurado direito de opção para ofício de justiça da mesma natureza, vago ou que venha a se vagar, desde que da mesma classe.

Parágrafo único - A opção a que se refere este artigo deverá ser requerida ao Secretário da justiça, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da lei que extinguir o município de Natividade da Serra.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário,

Palácio dos Bandeirantes, 23 de outubro de 1968.
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Luiz Francisco da Silva Carvalho, Secretário da Justiça.
Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 23 de outubro 1968.
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Substituto.
D. O. 24/10/68

LEI N.º 10.304, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968

Dá nova redação a dispositivo da Lei n.º 10.171, de 17 de julho de 1968.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.º - O artigo 1.º da Lei 10.171, de 17 de julho de 1968, passa a ter a seguinte redação:
Artigo 1.º - Na serventia vaga e ainda não definitivamente provida, mesmo que já posta em concurso, será provido o escrevente habilitado, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício, e que exerça interinamente as funções de Serventuário".
Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirante, 6 de dezembro de 1968.
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da justiça
Publicada ria Assessoria Técnico Legislativa, aos 6-12-1968
Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo - Subst.

LEI N.º 10.317, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

Cria a XXXVI Circunscrição judiciária do Estado e, no Quadro da Justiça, os cargos que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que, nos termos do § 1.º do artigo 24 da Constituição Estadual promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.º - É criada a XXXVI Circunscrição judiciária do Estado, com sede na Comarca de Osasco e compreendendo as Comarcas de Franco da Rocha, Itapeceira da Serra, Barueri, Cotia e Mairiporã.
Artigo 2.º - São criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:
I - 1 (um) de juiz de Direito, padrão "E" e 1 (um) de Promotor Público, padrão "F", ambos de 4.4 entrância, destinados à Terceira Vara da Comarca de São Bernardo do Campo;
II - 1 (um) de Juiz de Direito, padrão B", 1 (um) de Promotor Público, padrão "B" e 3 (três) de Oficial de justiça, referência "36", todos de 1. entrância destinados à Comarca de Mirante do Paranapanema; e
III - 1 (um) de Juiz Substituto, padrão A" destinado à XXXVI Circunscrição judiciária.
Artigo 3.º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.
Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.
Palácio dos Bandeirante, aos 13 de dezembro de 1968.
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Luiz Francisco da Silva Carvalho, Secretário da Justiça
Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 13 de dezembro de 1968.
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Substituto.

D. O. 14/12/68.

Nº 086 - Publicação: Junho a Setembro/1969

Redação:

Vai para dois anos que, após tremenda luta sustentada, durante longo tempo, pela atual Diretoria de nossa Associação, conseguimos, afinal, ver atendida uma das mais justas e antigas reivindicações da classe.

Referimo-nos à elevação dos proventos de aposentadoria dos servidores da Justiça em geral, que até o advento da Lei n.º. 858, de 4 de Outubro de 1967, se limitavam a um quanto verdadeira mente irrisório.

Salientamos que essa reivindicação foi satisfeita apenas em parte, isso porque, embora tais proventos tenham sido reajustados de maneira apreciável, seu valor ficou, ainda, muito aquém do necessário para atender, condignamente, à subsistência daqueles servidores.

Não há dúvida que, pelo disposto no artigo 6.º, parágrafo 1.º, da citada lei, os níveis da remuneração-base de nossa aposentadoria foram estabelecidos em função dos salários mínimos vigentes no Estado e que, em virtude de tal preceito, esse níveis foram recentemente elevados na proporção correspondente à majoração obtida por aqueles salários.

Se isso, entretanto, é certo, não menos certo é que, semelhante aumento, não chegou a alcançar, sequer, 50% do incidente sobre o custo da vida durante os dois últimos anos, ou seja, praticamente, desde quando entrou em vigor a mencionada lei.

Urge, pois, que o nosso Governo, - que tão admirável vem trabalhando, em todos os setores da pública administração, pelo progresso cada vez maior de São Paulo, volte, também, a sua atenção para o problema da aposentadoria dos servidores referidos, a fim de que lhe seja dadá, em definitivo, uma solução justa e humana.

Sabemos que a arrecadação das contribuições previstas no diploma legal aludido atinge, mensalmente, a um montante que ultrapassa, de muito, as reservas necessárias para concessão de uma aposentadoria: em melhores níveis que os atuais.

De modo que, sendo assim, sentimo-nos à vontade para dirigir do ilustre Chefe do nosso Governo, Dr. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÊ, um veemente apelo, no sentido de que determine, quanto antes, os estudos que se fizerem mister para a pronta elevação, a níveis condizentes com a conjuntura econômica atual, dos proventos de aposentadoria dos servidores em apreço, mesmo porque, no caso, nenhum ônus advirá ao erário público como consequência da adoção de tal medida, cujo alcance social se torna desnecessário encarecer.

PROBLEMAS DE DIREITO IMOBILIÁRIO

Novações; e inovações em matéria de incorporação de edifícios em condomínio

J. NASCIMENTO FRANCO

Não obstante a disciplina estabelecida pela lei n.º 4.591, de 16-12-64, sobre as incorporações imobiliárias, continuam ocorrendo ainda constantes abusos dos incorporadores em detrimento dos direitos e interesses dos adquirentes das unidades autônomas nos edifícios de apartamentos, escritórios e garagens.

Trata-se de uma reminiscência de vícios antigos que comprometeram a seriedade do sistema de edificação coletiva e que até hoje plantam a desconfiança no espírito de todos quantos, sonhando com a aquisição de moradia ou local de trabalho, aderem a um plano de incorporação ou se comprometem a comprar do incorporador uma unidade autônoma do edifício em construção.

Os incorporadores, salvo honrosas exceções, ainda não se compenetraram de que precisam por maior cuidado na rigorosa execução dos contratos que pactuam com os adquirentes das unidades, não só para salvaguarda da própria atividade a que se dedicam, mas também em prol do aprimoramento do instituto jurídico da incorporação imobiliária, a mais adequada e moderna das formas adotadas para a solução, na pletera demográfica das grandes cidades, do problema habitacional.

Um dos abusos mais freqüentes é a alteração do plano de edificação, com o acréscimo de mais unidades autônomas, que reduz a participação dos titulares originários nas partes e coisas de uso comum. Aparentemente nenhum prejuízo ocorre para o condômino com o aumento de mais um andar, com a transformação de um terraço em área construída, ou mesmo com a venda de áreas livres para estacionamento e outras alterações análogas.

Com os olhos postos na unidade propriamente dita que adquiriu, o condômino não costuma dar

maior relevo à redução de sua quota nas partes e coisas de uso comum, decorrente da ampliação do projeto de construção ou do aumento do número de unidades autônomas. De fato, quanto maior for o número de unidades, menor será a participação de cada uma delas no terreno e demais coisas e áreas comuns. Enquanto o incorporador avanta seus proveitos, aumentando as áreas vendáveis, os primeiros aderentes à incorporação vêem reduzido o valor real de suas propriedades com o ingresso na comunhão de titulares das unidades não constantes do projeto inicial.

Essa é uma das maneiras mais comuns de burla aos contratos originários. Há outras, como já dissemos. Todas elas, porém, são vetadas expressamente pelo inciso IV do art. 43.º da lei n.º 4.591, de 1964, que dispõe:

IV - é vedado ao incorporador alterar o projeto, especialmente no que se refere à unidade do adquirente e às partes comuns, modificar as especificações, ou desviar-se do plano da construção, salvo autorização unânime dos interessados ou exigência legal.

O alcance do dispositivo citado é muito mais amplo do que à primeira vista pode parecer.

Preocupado pela síntese, o legislador abrangeu no inciso IV do art. 43.º da Lei n.º 4.591 não apenas as inovações estruturais do edifício, mas também toda e qualquer novação contratual.

Proibindo ao incorporador alterar o projeto e modificar as especificações, a lei vincula-o rigorosamente ao planejamento inicial do edifício, inclusive e notadamente à sua destinação.

Qualquer alteração nessa situação preestabelecida somente pode ocorrer por consenso unânime dos condôminos, ou exigência legal. Enquanto o legislador se contenta com a maioria, simples ou absoluta, em outras situações, enfatiza-se, contudo, a condição do sufrágio da totalidade da massa condômina sempre que se tratar de inovação do projeto ou mudança da destinação do edifício no seu todo, ou das unidades autônomas que se compõem (PIERRE POIRIER, "La Propriedad Horizontal", "Condominium", Editorial Depalma, 1950, págs. 95, 100 e 107; WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA, "Loteamentos e Condomínios", tomo 11, página 232).

A exigência é repetida no art. 49.º, "caput", o qual torna obrigatórias a todos os condôminos as deliberações tomadas por maioria simples, em assembléias regularmente convocadas, salvo no que afetar o direito de propriedade previsto na legislação.

Essas disposições da lei n.º 4.591, de 1964, tipificam, no plano das incorporações imobiliárias, a norma genérica do art. 628.º do Código Civil, segundo o qual nenhum dos co-proprietários pode alterar a coisa comum sem o consenso unânime dos outros.

Acrescente-se que nos edifícios de apartamentos existem conjugadamente uma propriedade plena sobre as unidades autônomas e uma co-propriedade sobre as coisas e áreas comuns.

Como observa PIERRE POIRIER, trata-se de uma forma complexa integrada por elementos de diversas modalidades, resultado de uma volução jurídica apenas iniciada (ob. cit., pág. 268).

Comentando a legislação italiana sobre a matéria, ALESSANDRO DOMÉNICO GALLERANI demonstra que o condômino nos edifícios apresenta fisionomia institucional própria, um tipo particular de comunhão, cuja especial configuração é dada pela existência de uma propriedade exclusiva e de uma comunhão forçada de todos os condôminos sobre alguma parte do conjunto "Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile", 1957, pág. 1.203).

Entre nós, CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA sustenta igual ponto de vista, reconhecendo no condomínio de edifício .1 aquela duplicidade de situações jurídicas" peculiar ao novo regime dominial, na qual se conjugam uma propriedade individual e exclusiva e uma co-propriedade indivisa, em razão do que o titular de uma unidade autônoma deve ser encarado "ut dominus" e -ut condominus" (Condomínio e Incorporações", pág. 135).

Diante de tais pressupostos, conclui-se que nenhuma alteração no plano inicial da incorporação imobiliária, particularmente no que se reporta à construção de edifício, pode ser feita pelo incorporador, mesmo que ele conte com a maioria dos condôminos. De fato rum complexo jurídico no qual cada interessado é a um só tempo titular de direito de propriedade e de co-propriedade, faltam à maioria, ainda que absoluta, condições legais para dispor sobre a coisa materialmente considerada ou o título de que se reveste o primeiro desses direitos, na forma do que dispõe o art. 49.º, parte final, da lei n.º 4.591 de 1964. Nesse ponto, o diploma que especificamente disciplina as incorporações imobiliárias conjuga-se com o art. 1.000.º do Código Civil, fulminando de nulidade absoluta qualquer novação precedida pelo incorporador relativamente às cláusulas contratuais que fixam as especificações materiais do imóvel ou a titularidade jurídica do condômino, salvo se o "animus nivandi" alcançar a totalidade dos participantes da comunhão.

Daí serem ineficazes as deliberações que importem em novações dos contratos firmados entre

incorporador e quaisquer adquirentes de unidades autônomas. Se o plano da incorporação prevê a construção e venda de apartamentos residenciais, não é possível, sem violência à lei e aos direitos individuais que ela protege, novar esse contrato para que ao compromissário se entregue afinal uma garagem ou um escritório. Igualmente não é possível ao incorporador, escudado embora na adesão da maioria, novar o contrato originário, substituindo pôr outro o título prometido ao aderente à incorporação.

Todas essas inovações ou novações invocadas exemplificativamente encontram embargo no fato de que a maioria que as decide o faz dispondo sobre direito de propriedade exclusiva, que lhe não pertence, com relação às unidades autônomas de que são titulares os comunheiros divergentes. Modificações desse teor violam o complexo de direitos do condômino, porque, no dizer de ALESSANDRO GALLERANI, provocam "una modificazione materiale o quanto meno anche iramateriale che sulla sostanza della cosa comune alterandone, la destinazione economica originale", autorizando a intervenção do judiciário para o "ripristino dello status quo ante" (Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile", 1957, pág. 1.651).

CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA aborda a matéria de forma um tanto rápida, mas com precisão, dizendo que o adquirente tem direito de receber exatamente a coisa caracterizada no contrato, assim como a outorga do título que lhe foi prometido. Isso porque, continua o festejado civilista mineiro, "quem contrata uma incorporação tem de guardar fidelidade ao prometido, e não pode, unilateralmente, fugir aos termos avançados" (ob. cit., pág. 226). As alterações só se legitimam, conclui o citado autor, se forem aprovadas pelo voto unânime dos adquirentes, ou provierem de exigência legal, (ob. cit., pág. 226, 245 "in fine"). Tão convicta é a opinião do civilista montanhês, numa interpretação autêntica da lei que ele redigiu quase integralmente, que ao minutar uma convenção de condomínio, na conformidade daquele diploma, a que prevê a legal, inseriu, entre as cláusulas indispensáveis unanimidade de sufrágios nas deliberações sobre o destino do edifício ou de suas unidades autônomas, bem como sobre: alteração do direito de propriedade dos condômino (ob. cit., pág. 324).

POIRIER, na obra citada, igualmente recomendada unanimidades nas deliberações que importem modificações no edifício, assim como nas que alterem seu "estatuto" (ob. cit., pág. 243).

Com estas notas acreditamos haver demonstrando que a lei n.º 4.591, de 1964, nos dispositivos citados, aderiu às mais sólidas correntes doutrinárias e constitui um aprimoramento de nosso direito, vedando ao incorporador, com ou sem a anuência da maioria dos interessados na aquisição das unidades autônomas dos edifícios em condomínio, inovar o plano inicial, tanto no que se refere à destinação originariamente prevista, como no tocante ao título a que se credenciou o adquirente quando se vinculou à incorporação.

(Transcrito da "Tribuna da justiça") de 11-6-69.

PROMESSA DE VENDA DE IMÓVEL

ARRUDA CAMPOS

Várias são as hipóteses previstas pela legislação para resguardo dos adquirentes de bens imóveis, que lhe foram prometidos através de instrumentos particulares de venda e compra. Havendo sido pago a respectivo preço, o interessado pode obter sentença adjudicatória, substitutiva da escritura definitiva que acaso lhe seja negada.

Com essa providência, o legislador visou a salvaguardar os compradores pertencentes às classes menos favorecidas, que, em épocas anteriores, freqüentemente eram espoliados, com exigências de vantagens adicionais e outras semelhantes. Com o desenvolvimento dos loteamentos, passamos a ter inclusive proprietários que, por força de circunstâncias várias, fechavam seus escritórios e desapareciam, lesando centenas de adquirentes.

A ação ordinária, porém, de que deve lançar mão o prejudicado é excessivamente lenta para os dias que correm. Há necessidade de criação de um novo mecanismo de compulsão, mais adequado à celeridade e ao dinamismo da vida moderna em geral e dos negócios imobiliários em particular.

Em decorrência dos efeitos da inflação e da crescente oferta de oportunidades para aquisição de casa própria, estamos vivendo uma época em que a rotatividade média das operações imobiliárias se torna cada vez mais freqüente. A espera de dois ou três anos pela decisão do pleito judicial, conseqüentemente, constitui demora que já não encontra justificativa no campo do direito processual.

Além do que é necessário, igualmente, o preenchimento de outras formalidades que os indivíduos das classes mais modestas geralmente ignoram. Assim, cumpre também proteger o adquirente de boa fé que deixou de levar seu título à inscrição imobiliária perdendo o direito de antepô-lo a terceiros e ficando irretratavelmente lesado na capacidade de adquirir a propriedade que negociou e pagou.

Daí a necessidade de uma alteração no sistema vigente, adotando-se o rito sumário estabelecido no art. 685 do CPC às ações de adjudicação para obtenção compulsória de escritura definitiva de compra e venda de bens imóveis ou de cessão de direitos aquisitivos sobre bens imóveis, dada a circunstância de que esse rito nada retira ao antigo proprietário de sua faculdade de defesa, quando necessária, ao mesmo passo em que muito beneficia o comprador, pela rapidez do procedimento, através do qual poderá obter a titularidade do domínio que lhe foi prometido. Quanto ao Registro de Imóveis, é necessário que se amplie a faculdade de julgamento do magistrado, permitindo-se que ele considere a ausência da prenotação uma falha de caráter meramente formal, que o juiz tem o arbítrio de sanar, dentro da moderna concepção do direito processual de que, tanto quanto possível, é preferível que a lei permita a correção de vícios que não resultem de má-fé, a que mantenha o rígido sistema da decretação de nulidades, o que importa na multiplicação dos pleitos sucessivos e muito mais no perecimento do que na preservação dos direitos individuais. Então, sim, nessa hipótese, o rito ordinário seria o aconselhável.

Voltaremos ao assunto para examinar o outro lado do problema, que consiste na proteção a que também faz jus o alienante, nos casos, muito freqüentes, de compradores que não desejam receber as respectivas escrituras.

(de "O Estado de São Paulo", de 8-6-69)

ALGUMAS NOTAS SOBRE ASSUNTOS FIDUCIÁRIOS

Os problemas de ordem jurídica, resultantes da aplicação do instituto de alienação fiduciária em garantia, continua a provocar debates doutrinários, sobretudo em relação à forma da execução do contrato respectivo em caso de inadimplência do devedor. A lei que disciplina a matéria é omissa a respeito e os órgãos jurisdicionais onde ela é ventilada não se fixaram, ainda, numa situação uniforme, não obstante alguns juízes paulistas entendam, conforme deixaram expresso em decisões já conhecidas dos leitores desta seção, como a apropriada, a ação reivindicatória. Publicamos, a propósito, como elementos de informação doutrinária, dada a importância jurídica do problema e sua repercussão no mercado de capitais, o trabalho que nos foi enviado pelo Sr. Ronaldo Rebello de Britto Poletti: A posição que assume, nesse trabalho é contrária a dos juízes referidos, quando à forma de execução. Levanta, contudo, mais alguns pontos do problema, sem dúvida interessantes, para a sua compreensão mais funda do instituto de alienação fiduciária em garantia. São as seguintes, na íntegra, as notas a respeito do assunto enviadas pelo Sr. Ronaldo Rebello de Brito Poletti:

"As questões de ordem jurídica criadas pelo novel instituto da Alienação Fiduciária em Garantia, inserto no direito positivo brasileiro pelo art. 66.º e parágrafos da Lei 4.728 de 14 de julho de 1965, denominada "Lei de Mercado de Capitais", são muitas e graves. Os doutrinadores brasileiros ainda não esmiuçaram o tema. Nem os órgãos jurisdicionais tiveram a oportunidade de manifestar-se, de forma conclusiva, sobre suas inúmeras dimensões e implicações. A bibliografia brasileira, específica sobre o assunto, resume-se em artigos publicados, alguns despachos saneadores e capítulos necessários de livros explicativos de leis recentes, nas quais o instituto foi referido. O que se segue são meras observações, sem maior preocupação científica.

NATUREZA DA ALIENAÇÃO

"O primeiro problema sobre a natureza jurídica da alienação fiduciária em garantia, consiste em saber se a mesma é direito real de garantia, da mesma forma que os mencionados no art. 755.º do Código Civil (penhor, anticrese, hipoteca). Em consequência, acrescentar-se-ia ao elenco do art. 674.º do Código citado mais um direito real, que não a propriedade. De início, faça-se uma observação de ordem técnica. O Código já foi muito criticado por designar de direito real, por oposição e prevalência a direito pessoal, aquilo que é, não direito--- mas ônus sobre a coisa. Equívoco seria arrolar entre aqueles a alienação fiduciária em garantia. Maior impropriedade

chamá-la de direito real. Alienação, o nome o indica, não é direito, sim uma ação, um ato, um negócio. Pode-se, sem dúvida útilmente, discutir os efeitos de sua celebração, quais os direitos que produz, e a natureza destes, evidentemente reais, Mas estes serão diferentes da propriedade, ou dos seus elementos constitutivos? Pela alienação fiduciária de bem móvel garante-se dívida. O credor adquire o domínio da coisa alienada, até a liquidação da dívida garantida. O devedor detém a posse do bem, de acordo com as condições do contrato, e com as responsabilidades de depositário. Possui em nome do credor. Na verdade, o domínio transfere-se pela alienação fiduciária, apesar de não haver tradição real ou simbólica (ef. exigência do art. 675.º - Código Civil), de vez que o devedor permanece na posse do bem alienado pela constituto possessório, subentendia a transferência do domínio na forma do art. 620.º do Código Civil. Trata-se de tradição feita: o devedor alienante continua na posse da coisa, não mais em seu nome, mas no do credor adquirente, ou seja, no do proprietário fiduciário, que é o titular do domínio. A exemplo da retrovenda, que passou não mais a ser cláusula de compra e venda de imóvel, para transformar-se em garantia de pagamento de empréstimo, adaptou-se para o mutuo o negócio fiduciário e indireto. Acontecimento comum nos negócios do cotidiano, do mundo da usura lícita ou não, é alguém passar recibo de venda de bem móvel, por exemplo de um automóvel, para garantir empréstimo. A lei sacramentou o uso. Difícil saber se forneceu instrumento eficaz em benefício da agiotagem. No direito romano havia forma de garantia real denominada "fiducia cum creditore". Era uma "mancipatio", portanto, meio de adquirir a propriedade, transferida ao credor com o (pactum fiduciae". A solução da dívida obrigava ao credor retransferir a coisa. O devedor não era proprietário. Por isso o instituto trazia inconveniente, de vez que o credor, como proprietário, podia transferir o bem a terceiro, sem que o devedor pudesse reivindicá-lo. O credor costumava facultar seu gozo ao devedor, a título precário ou de locação com pequeno aluguel. Vê-se a semelhança daquele instituto com o hodierno. Só que neste veda-se ao credor ficar com a coisa alienada, se a dívida não for paga (§ 7.º - art. 66.º - lei cit.). Havendo inadimplemento, poderá vendê-la a terceiros, aplicando o preço no pagamento de seu crédito (§ 5.º). Mas é lógico, que o devedor esta resguardado em seus direitos, se solver seu débito. Liquidada a dívida, o domínio retorna ao alienante.

NEGÓCIO INDIRETO

"A lei determina aplicar-se à alienação fiduciária, no que couber, os arts. 758.º, 762.º, 763.º e 802.º do Código Civil, todos relativos a direitos reais de garantia. Realizada a alienação, verifica-se que os elementos constitutivo à da propriedade (utendi, fruendi, abutendi) são bipartidos. O alienante detém a posse direta e precária do bem, pode usá-lo e gozá-lo. Mas dele não pode dispor. Tem uma perspectiva de direito de propriedade, porque saldando seu compromisso se recuperado domínio. O proprietário fiduciário, por sua vez, e o titular do domínio, por definição legal, apesar de não ser pleno proprietário. De fato, não pode usar, nem gozar, nem dispor da coisa. Situa-se num plano da expectativa. Se o alienante devedor não honrar seu compromisso, então sim ele adquire a propriedade, resolúvel, limitada quanto ao tempo e alcance. Havendo inadimplemento o proprietário pode vender a coisa, além de poder reivindicá-la do devedor ou de terceiros. Com estes elementos pode-se, desde já, chegar a algumas conclusões sobre a natureza jurídica da alienação fiduciária em garantia. Ela não é direito real, nem direito real de garantia. É negócio indireto pelo qual alguém (alienante devedor) transfere a outrem (proprietário fiduciário), em garantia de dívida, o domínio de um bem móvel, permanecendo em sua posse pelo constituído possessório e com as responsabilidades de depositário até liquidação do débito, quando então se tornará, novamente, pleno proprietário, sendo que, havendo inadimplemento de sua parte, ocasionará a aquisição pelo segundo de propriedade resolúvel sobre o mesmo bem. Em outras palavras, sintetizando: é o negócio indireto pelo qual o alienante- devedor aliena ao proprietário fiduciário um bem móvel em garantia de dívida, permanecendo na sua posse, até liquidá-la, readquirindo então o seu domínio, ou, em caso contrário, perdendo-o em favor do credor, que, por isso, se torna titular de uma propriedade resolúvel.

IDENTIFICAÇÃO

"A realização do negócio em análise só se prova por escrito, qualquer que seja seu valor. No instrumento público ou particular deverão constar o total da dívida ou sua estimativa, o prazo ou

a época do pagamento, a taxa de juros (se houver), a descrição da coisa objeto da alienação e os seus elementos identificadores. Se, acaso, a coisa alienada não se identificar por números, marcas e sinais indicados no instrumento, caberá ao proprietário 'fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontram em poder do devedor. Logo, se no instrumento não se identificar a coisa, nem por isso a alienação será nula. Mas é óbvio que sua execução ficará dificultada. Aliás, recomenda-se a maior identificação possível do bem dado em garantia. Do contrário, dificuldades de toda a ordem advirão, por exemplo, no caso do devedor alienante ser comerciante e falir. De fato, se a coisa não estiver identificada e o alienante: falir, o proprietário fiduciário, que ao invés de habilitar seu crédito, o que não tem sentido nem seria justo, pedir "restituição de coisa", encontrará, fatalmente, se a mesma não estiver plenamente identificada, a resistência em tudo plausível dos outros credores, para quem muito importam os bens da massa. As companhias de financiamento costumam, num só instrumento, abrir crédito, acertar emissão de letras de cambio, receber notas promissórias, celebrar a alienação. Tudo isto torna o esclarecimento do negócio um pouco difícil, porque o valor da dívida é um e o da alienação é outro, via de regra, 20% a mais, por exigência do Banco Central. Muito útil seria fazer o instrumento da alienação em separado, referindo-se, logicamente, ao contrato principal.

"Cópia do instrumento da alienação há de ser arquivada no registro de títulos e documentos, sob pena de não valer contra terceiros- (§ 1.º - art. 66.º - Lei cit.). Em outras palavras, o contrato precisa ser registrado. Resta saber que regras a observar sobre o registro. A lei e o regulamento de Registros Públicos (Decreto 4.857 c/1939) não configuram, naturalmente, o instituto da alienação fiduciária. O caminho a seguir será usar da análoga em relação ao penhor ou à compra e venda de móveis de valor (como automóveis). Então, o registro deverá ocorrer dentro de 60 (sessenta) dias da data do contrato, no domicílio das partes contratantes, e, se residirem em circunscrições territoriais diversas, em todas elas.

CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO

"Problema interessante é o da cessão e sub-rogação dos direitos relativos à alienação fiduciária. Para o proprietário fiduciário ceder seus direitos bastará a sua vontade, devendo, meramente, notificar ao devedor alienante. Transferirá, portanto, a terceiro o domínio. O devedor-alienante, contudo, não poderá alienar ou dar em garantia a terceiros o que anteriormente alienou, pois com isto se tornará depositário infiel. Mais ainda, sujeitar-se-á, por força de lei (§ 16 - art. 66.º - Lei cit.), à pena prevista no art. 171.º, § 2.º, inciso 1 - do C. Penal. Realmente, o devedor-alienante detém a posse (uso e gozo) e não o domínio (disposição). E mesmo a posse só poderá transferir a terceiro, com anuência expressa do proprietário fiduciário. o que é lógico, porque se pressupõe que este último só aceitou que o primeiro, e só ele, em seu nome possuísse o bem. preciso a anuência

Para que a posse seja transferida a terceiro, será do proprietário fiduciário. Mais ainda, se o terceiro se sub-rogar nas obrigações do débito.

Curiosa será a situação se nos negócios interferirem três pessoas, conforme acontece na prática. O instituto em pauta tem sido largamente utilizado no denominado financiamento direto ao consumidor. Via de regra, um comerciante vende à vista um bem móvel a uma pessoa, a qual, plena proprietária, aliena-o fiduciariamente em garantia de dívida que contraiu com estabelecimento bancário ou financeiro. Este empréstimo, de resto, é o que lhes possibilita a compra. Não satisfeito o credor com a garantia da alienação, exige notas promissórias emitidas pelo devedor com o aval do comerciante, e representativos do empréstimo. Havendo o inadimplemento, o proprietário fiduciário, neste caso o estabelecimento financiador, optará em excutir a alienação ou os títulos. Se o comerciante honrar seu aval, em qualquer caso, sub-rogar-se-á no direito de crédito. Os direitos serão de natureza pessoal ou creditório. Não serão os relativos ao domínio da coisa alienada, a não ser que expressamente se estabeleça isto entre as três partes, antes do inadimplemento.. já vimos, a alienação não é garantia real, portanto não é acessória do crédito, a acompanhar-lhe as mutações subjetivas. Desta forma, a sub-rogação de terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, converge unicamente no crédito, não no domínio da coisa alienada em garantia. No mais, há de alguma forma um adimplemento que faz as coisas voltarem ao estado em que estavam, readquirindo por ele o alienante a propriedade plena do bem alienado em fidúcia. Realizou-se o direito do credor, resolvendo-se o domínio fiduciário, pois diz lei que "o credor têm o domínio da coisa

alienada, até a liquidação da dívida garantida" (art. 66.^o - caput.).

DUPLICATAS

"Se os dois institutos forem equiparados, existe questão interessante atinente às duplicatas. O problema consiste em saber, se na Compra e Venda a prazo de um bem móvel, o vendedor comerciante pode emitir duplicatas correspondentes ao seu crédito e, ao mesmo tempo, receber do comprador em Alienação Fiduciária o móvel vendido, como garantia da dívida. No caso, o instrumento de Alienação Fiduciária mencionaria representar-se a dívida pelas duplicatas emitidas. Havendo inadimplemento, a vendedor optaria pela cobrança executiva das duplicatas vencidas, ou faria valer seus direitos em razão do negócio fiduciário. As duplicatas seriam emitidas em razão da compra e venda a prazo, representando o crédito correspondente ao negócio. Admitindo-se esta concomitância, o próprio comerciante faria o financiamento, adquirindo para si maior maleabilidade no suprimento temporário ao crédito concedido, de vez que não só garantir-se-ia de forma segura pela Alienação, como disporia de títulos de crédito de maior negociabilidade, como as duplicatas. Estar-se-ia, com tal procedimento, equiparando a Alienação Fiduciária a cláusula na compra e venda mas nem por isso fazendo-a semelhante à reserva de domínio. Para alienar, é mister o domínio. E no contrato da compra e venda, o vendedor se obriga a transferir o domínio de certo bem, e o comprador a pagar-lhe certo preço em dinheiro, ou em coisa a ele equivalente ou reduzível. É contrato consensual, sinalagmático, oneroso, quase sempre cumulativo, às vezes solene. Perfaz-se quando as partes concordam na coisa, no preço e nas condições. Estas podem estipular que a transferência do domínio pela futura tradição (no caso de móveis) condiciona-se ao pagamento integral do preço. Será, então, a reserva de domínio. Mas tal condição não é necessária. Pode acontecer que na venda a prazo, o domínio transfira-se, normalmente, pela tradição. O crédito será de natureza pessoal. E se o preço for pago pelo aceite em duplicatas, nada impede que o comprador, adquirindo o domínio da coisa pela tradição, aliene-a fiducialmente ao vendedor em garantia do débito criado pela compra.

(Excerto extraído do trabalho da autoria do Sr. Ronaldo Rebello de Britto Poletti, publicado em "O Estado de São Paulo").

O PAPEL DA LETRA DE CÂMBIO

Na captação de poupanças, não há dúvidas de que o principal instrumento é a Letra de Câmbio, um título ao portador, de renda fixa predeterminada, prazo médio, geralmente de seis meses, emitido pela empresa que solicita o financiamento, na qual as financeiras apõem o aceite, ficando co-obrigada a pagar, na data do vencimento, o valor nominal declarado no mesmo, mediante condições previamente estipuladas com o financiado (pessoa física ou jurídica) em contrato formal de abertura de crédito.

Nesses contratos, o financiado assume a obrigação de pagar o valor das letras por ele emitidas, dois a cinco dias antes de seu vencimento pelo valor principal, acrescido de uma importância fixa e predeterminada que será entregue ao comprador da LC, por ocasião do resgate, como remuneração do capital por ele empregado na compra do título.

Atualmente, as leis vigentes do País autorizam - a par do sistema tradicional de juros - três outros processos de remuneração de capital: o deságio, a correção monetária, fixada pelo Conselho Monetário Nacional e a correção monetária prefixada, todos com o objetivo de assegurar justa remuneração à poupança popular, dada a desvalorização da moeda causada pela inflação.

O Deságio é a diferença, para menos, entre o valor nominal do título e o preço pelo qual ele é negociado. O deságio corresponde aos juros tradicionalmente conhecidos, acrescidos de um reajuste correspondente à depreciação inflacionária da moeda desde a compra do título até a data do vencimento. Em tese, o deságio é uma operação de reajuste feita a priori. Na prática, porém, esse reajuste jamais logrou atingir exatamente a depreciação sofrida.

No sistema de Correção Monetária, o reajuste é feito a posteriori, depois de conhecido o montante da desvalorização ocorrida no período. Baseia-se na observação empírica da variação do nível dos preços através dos índices divulgados pelas autoridades monetárias. Esse processo

têm o inconveniente de não permitir que o investidor ou o financiado tomem conhecimento prévio do total do reajuste a ser pago na época do resgate. o que dificulta tanto a operação de financiamento quanto a própria venda da Letra de Câmbio.

Para corrigir esse inconveniente, surgiu uma terceira forma, que concilia os dois sistemas e que têm o nome de Correção Monetária Prefixada, a única, atualmente adotada pelas Sociedades Financeiras.

O investidor recebe uma renda líquida, à época do vencimento da letra de câmbio, que varia proporcionalmente ao prazo da aplicação e corresponde à correção monetária prefixada, oscilável de 15 a 32%, em média, nos prazos de 180 e 360 dias, respectivamente. É de se notar que a maioria dos investidores prefere os prazos curtos, 180 dias no máximo, por permitirem duas aplicações por ano, com capitalização da correção monetária prefixada ao fim de cada semestre.

Ao se falar de letras de câmbio, necessário se faz estabelecer uma diferenciação fundamental que existe entre as antigas letras de câmbio bancárias (cambiais), que devem ser classificadas como título de "efeito comercial" possível de operação de crédito e de desconto de caução meramente bancários e as letras de câmbio emitidas pelos financiados e aceitas pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento e pelos bancos de investimento, como instrumento de captação de poupança popular. As primeiras são títulos de que se valem os comerciantes e industriais para seus pagamentos, saques e giro e terminado o seu pequeno prazo para vencimento, elas encerram sua principal finalidade, que é a de substituir a moeda, servindo de objeto às operações de desconto e caução. Seu emprego como 1. efeitos comerciais" já deixou de existir, para dar lugar à sua utilização normal, como "títulos ou valores mobiliários", ao lado das ações e das debêntures.

Ao contrário, as letras de câmbio de aceite das sociedades financeiras não bancárias, definidas e consagradas pela Lei do Mercado de Capitais, são equiparadas a "títulos e valores mobiliários- e como tais possuem características próprias e natureza diferente das primeiras.

Desse modo foi que o sistema operacional adotado pelas sociedades; de crédito, financiamento e investimento, com base na emissão de um título mobiliário" novo, e até então desconhecido, conseguiu uma extraordinária aceitação por parte do público.

A letra de câmbio tornou-se o maior veículo de captação de poupanças voluntárias para o provimento de crédito a médio prazo, desde o momento em que os bancos comerciais cessaram praticamente os empréstimos a longo prazo e passaram a efetuar-los a curto prazo, de 30 a 90 dias, no máximo. Em consequência é que temos o considerável aumento do volume de financiamentos concedidos por estas sociedades, a maioria dos quais distribuídos à indústria nacional.

Transcrito de "Diário do Comércio".

MISSÃO DOS INTELLECTUAIS

WILSON DE SOUZA CAMPOS BATALHA

O "Processo" de Kafka é o mais palpitante dos símbolos do indivíduo em luta contra as alienações que o coletivo pretende impor-lhe. É a angústia mortal do indivíduo, enquadrado na mais monstruosa das engrenagens, torturado por miríade de poderes anônimos, inacessíveis, que o comprimem, que o proferiam, que o funcionizam. Estamos todos num imenso processo, de que não podemos fugir, que não compreendemos, perante poderes que desconhecemos e que jamais serão alcançados. É a angústia de Kafka, a angústia sem saída, a angústia mortal. E a investida contra os poderes anônimos do coletivo, contra a tradição, contra os valores oficiais prossegue, infrene. Os que se prendem à tradição, os que se curvam aos valores coletivos, são os nojentos, os pastosos, os viscosos, os decadentes, os reacionários. São os que não têm a rigidez do sólido, nem a fluidez do líquido. O viscoso é o que nos possui, quando pensamos possuí-lo. O que nos absorve e nos aspira, o que nos abraça com infinitos tentáculos, o que nos deixa imóveis no conformismo decadente. O espírito do sério converte-se em apanágio dos velhos e dos superados,

E o protesto do indivíduo transforma-se em moda. Degenera-se. Degrada-se da filosofia para a literatura mórbida e para a arte irreverente. E a juventude empunha a bandeira do indivíduo revoltado, angustiado, insatisfeito. Os filósofos existenciais não se dizem mais existenciais, porque o existencialismo degradou-se ao converter-se em moda. Vulgarizou-se, quotidianizou-se,

tornou-se inautêntico, porque a pressão do coletivo era tão grande que os motivos de protesto da personalidade autêntica, individual e intransferível jamais poderiam ser compreendidos sem a degeneração vulgarizadora.

Este é o quadro de nossos dias. A luta contra as alienações de toda ordem desemboca nos totalitarismo que negam à essência humana, como nos exageros da individualidade revoltada que também nega a essência humana pela projeção no futuro, num ativismo irracional e numa esfuziante e pletórico vontade de viver.

Aos intelectuais, que têm em grande parte a responsabilidade por essa crise, incumbe a grave missão de salvar o nosso século, preservando a personalidade e os seus mais altos valores, contra o coletivo absorvente e contra o egoísmo individualístico que separa e destrói. Aos intelectuais incumbe a grave missão de destruir os mitos desumanos. que ameçam e de reconduzir as pessoas humanas à sua própria dignidade, preservando os grupos e as sociedades em que se integram como elementos ativos e criadores.

Confiemos no futuro, que saberá resguardar a personalidade humana e sua eminente dignidade. (Conclusão do livro "A Filosofia e a Crise do Homem", EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS).

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA: PROVIMENTO N.º XXXIX

Dispõe sobre a utilização das máquinas copiadoras "Xerox" instaladas no Palácio da justiça e no Fórum "João Mendes Júnior", junto ao foro judicial de primeira instância.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições e considerando a urgência que se torna necessária para a funcionamento das máquinas "Xerox" locadas para o foro judicial de primeira instância, sem prejuízo de vir a matéria, oportunamente, a ser regulada por lei ou decreto.

Resolve:

Artigo 1.º O - As máquinas copiadoras "Xerox" instaladas no Palácio da justiça e no Fórum "João Mendes Júnior", junto ao foro judicial de primeira instância, ficam integradas no Setor de Fotocópias da Secretaria do Tribunal de Justiça e sua utilização regular-se-á pelo presente provimento.

Artigo 2.º - Somente poderão ser extraídas nas máquinas referidas no artigo 1.º cópias de autos, livros e papéis existentes nos cartórios judiciais desta Capital,

Artigo 3.º - Ressalvado o disposto no artigo 8.º, compete ao Subsecretário Auxiliar, responsável pelo serviço de autenticação das xerocópias, com as cautelas recomendadas nos itens 4 e 5 do Provimento n.º 9167, da Corregedoria Geral da justiça (in Revista dos Tribunais, 3831403).

Artigo 4.º - O preço do serviço é fixado em NCr\$ 0,70 (setenta centavos) por página de xerocópia, incluída a autenticação.

Artigo 5.º - A extração de xerocópias com isenção do pagamento só será efetuada nos seguintes casos:

- a) quando, para instruir processos judiciais ou administrativos, forem requisitadas pelas Presidências do Tribunal de justiça e dos Tribunais de Alçada, pela Corregedoria Geral da Justiça e seus juízes auxiliares, pelos Desembargadores ou Ministros relatores, pelos juízes de Direito do Estado, pelos Secretários do Tribunal de justiça e dos Tribunais de Alçada ou pelo Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça;
- b) quando necessárias as cópias para os serviços judiciários ou de organização interna dos Cartórios ou Varas;
- c) quando para fins criminais e destinadas a réus pobres internados em estabelecimentos penais procedendo-se às requisições em conformidade com o disposto na Portaria n.º 113166, da Corregedoria Geral da Justiça (in Revista dos Tribunais 3771395);
- d) nos casos de justiça gratuita, em conformidade com a lei.

Parágrafo único - Para o fim de que trata este artigo, devem os juízes proferir despacho, autorizando a extração gratuita das cópias, e assinar a respectiva requisição (modelo anexo).

Artigo 6.º - O Setor encarregado jamais executará qualquer serviço de xerocópia sem o prévio recolhimento do respectivo preço ou, na hipótese de isenção de pagamento sem que lhe seja entregue a Competente requisição, assinada pelo juiz da Vara.

Artigo 7.º - O funcionamento do serviço e a arrecadação do preço das xerocópias devem atender, no que for aplicável, ao disposto nas Portarias ns.º 532 58 e 537158, da Presidência do

Tribunal de Justiça.

Artigo 8.º - Salvo se a parte optar por fotocópia, nos termos do Provimento n.º XXVI/67 (in "Diário da Justiça" de 25-5-1967), fica determinado que os formais de partilha e cartas de sentença a serem expedidos pelos cartórios judiciais desta Capital, ainda que o interessado seja beneficiário da justiça gratuita, deverão conter mediante xerocópias, as peças exigidas por lei, cumprindo aos escrivães lavrar os termos da abertura e de encerramento, numerar, autenticar e rubricar todas as folhas

Parágrafo único - Para esse fim, os cartórios enviarão os autos ao setor mencionado no artigo 1.º, com relação das peças a serem xerocópia das, devendo a parte interessada pagar os emolumentos diretamente ao mesmo Setor, não sendo devida qualquer outra taxa, emolumento ou custas, pelo formal ou carta de sentença.

Artigo 9.º - No dia 25 de cada mês, o Setor elaborará relatório referentes aos serviços de xerocópias consignando além de outras observações julgadas necessárias, os seguintes esclarecimentos:

a) indicação da leitura do relógio marcador de cópias, no início e no fim do período objeto do relatório;

b) número de cópias extraídas e número de cópias acidentalmente inutilizadas.

Parágrafo 2.º - Esse relatório será encaminhado desde logo à Subsecretária Assistente da Contabilidade do Tribunal de Justiça.

Parágrafo 2.º - As papeletas de requisição de serviços gratuitos ficarão arquivadas no Setor.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 21 de fevereiro de 1969.

(a) Marcio Martins Ferreira

Presidente do Tribunal de justiça

(a) Cantidiano Garcia de Almeida

Vice-Presidente do Tribunal de justiça

(a) Hildebrando Dantas de Freitas

Corregedor Geral da Justiça

Anexo

Modelo de requisição a que se refere o artigo 5.º, parágrafo único, do Provimento n.º XXXIX.

SERVIÇO DE XEROCÓPIAS

VARA

REQUISIÇÃO

Nos termos do artigo 5.º, item.....do Provimento n.º XXXIX, do E. Conselho Superior da Magistratura, autorizo a extração, com isenção de pagamento, de.....páginas de xerocópias, referentes as folhas.....

.....do.....Observação.....

São Paulo, de de 19

Juiz de Direito

D.J. 26/2/69

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA:

PROVIMENTO N.º 4-69

Dispõe sobre a confecção e escrituração dos livros de registro de sentenças cíveis e criminais mediante o processo de "xerox" ou outro análogo.

Considerando que o Provimento 9/67 já autorizou o uso de fotocópias e outros processos análogos, nas certidões, traslados e cópias;

Considerando que o Provimento n.º XXVI-67 autorizou a extração de formais de partilha e cartas de sentença pelos cartórios das Varas da Família e das Sucessões, através de fotocópias; Considerando que o Provimento XXXIX-69 regulamentou a extração de cópias dos autos, livros e papéis existentes nos cartórios judiciais da Capital mediante o processo de "Xerox"; Considerando a necessidade de- simplificar os serviços cartorários, permitindo um mais rápido andamento dos feitos judiciais com a adoção dos métodos preconizados pela tecnologia atual; Considerando, finalmente, o que ficou decidido no processo CG n.º 31.323-69;

Resolve:

1.º - Conferir autorização aos cartórios judiciais não oficializados do Estado de São Paulo, para a confecção e escrituração dos livros de registro das sentenças cíveis e criminais, mediante o processo de xerocópia" ou análogo.

2.º - As cópias extraídas serão autenticadas pelo Escrivão e depois arquivadas em pastas próprias, as quais serão encadernadas.

3.º - Serão lavrados termos de abertura e encerramento. As folhas serão numeradas e rubricadas, uma vez completado o livro com 200 folhas, acompanhando cada pasta o respectivo índice.

4.º - Quanto ao livro de protocolo das audiências, fica mantida a adoção facultativa do sistema de folhas soltas, previamente agrupadas, numeradas e rubricadas, lançando-se os termos de abertura e encerramento, guardando-as o Escrivão com cuidado e cautelas de praxe, datilografadas de acordo com as necessidades e em ordem cronológica, sendo encadernadas a final (Provimentos ns.º. 40-53 e 43-53).

O sistema autorizado neste provimento, poderá ser adotado quanto aos traslados do livro de protocolo de audiências.

As xerocópias serão autenticadas pelo Escrivão, antes da juntada aos autos, recomendando-se a utilização de cópias que permitam leitura fácil.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 5 de maio de 1969

(a) Hildebrando Dantas de Freitas

Corregedor Geral da justiça.

D.J. 7/5/1969

PROVIMENTO N.º 5-69

"Dispõe sobre a distribuição de processos por crime de imprensa, na Comarca da Capital.

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

considerando a decisão do E. Conselho Superior da Magistratura, nos autos da representação formulada pelo r. Juízo da 2.ª Vara do Júri (Proc. CG-30.181, de 1968), que modificou a Portaria n.º 708/65, da E. Presidência do Tribunal de Justiça, e, em conformidade com os Provimentos XXI - A, LIV, XVII e XL1, do E. Conselho Superior da Magistratura (in D.O.J. de 19/3/1952, 10/1/1958, 10/2/1966 e 8/4/1969).

Resolve:

Artigo 1.º - Os processos por abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, na Comarca da Capital, observadas as disposições do Provimento CG-2/69 (D.O.J. - 10/4/1969), serão distribuídos alternativamente às Varas do júri (1ª e 2ª).

Artigo 2.º - Não haverá redistribuição dos feitos em mandamento na 2.ª Vara do Júri.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 21 de maio de 1969.

(a) Hildebrando Dantas de Freitas

Corregedor Geral da justiça.

PROVIMENTO N.º 6-69

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

considerando o disposto no artigo 110.º, parágrafo 1.º, da Lei n.º 10.261. de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo), e a necessidade de se

regular, de maneira geral, as comunicações de faltas ao serviço, dadas pelos Escrivães e demais servidores dos cartórios oficializados da Capital, bem como pelos Oficiais de justiça lotados nas Varas dessa Comarca;

considerando, ainda, que o protocolo da Corregedoria Geral da Justiça se encerra às 17:00 horas, enquanto os cartórios mantêm expediente até às 18:00 ou 18:36 horas;

considerando, por fim, o que ficou decidido no processo n.º CG-31.638/69.

Resolve:

Artigo 1.º - Nos cartórios oficializados da Capital, os pedidos de abonação, justificação, cancelamento ou compensação de faltas devem ser submetidos ao "visto- dos MM. juízes corregedores permanentes no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço, não sendo aceitas as declarações feitas após esse prazo.

Parágrafo único - Admite-se, porém, que os requerimentos sejam apresentados no protocolo da Corregedoria Geral da Justiça até às 17:00 horas do dia útil imediatamente seguinte ao término do prazo fixado no artigo 1.º, salvo se recair em sábado, caso em que a apresentação poderá ser feita no primeiro dia útil que se seguir.

Artigo 2.º - Com relação aos Oficiais de justiça, compete aos Juízes Corregedores Permanentes decidir sobre os pedidos de abonação, justificação, cancelamento ou compensação de faltas, observadas as regras da Portaria n.º 26/65 e demais disposições legais que regem a matéria, cabendo à Corregedoria Geral da Justiça o reexame dessas decisões, "ex-offício" ou por reclamação dos interessados.

Parágrafo único - As comunicações das faltas ao serviço dadas pelos oficiais de justiça, devem atender aos prazos fixados no artigo 1.º e seu parágrafo.

Artigo 3.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 23 de maio de 1969.

(a) Hildebrando Dantas de Freitas

Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 27/5/69

PROVIMENTO N.º 7-69

Dispõe sobre horário e normas de trabalho para os cartórios oficializados de todo o Estado e dá outras providências.

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

considerando o disposto no artigo 2.º do Decreto-lei estadual n.º 71, de 23 de maio de 1969;

considerando a necessidade de se editarem normas relativas à frequência do pessoal dos cartórios oficializados do Estado, aperfeiçoando-se o registro do ponto dos servidores;

considerando a recomendação constante do artigo 120, parágrafo 1.º, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado);

considerando o que ficou resolvido no Processo n.º CG-31.698/69, resolve:

Artigo 1.º - Os escrivães e demais servidores dos cartórios oficializados de todo o Estado, desde que colocados no Regime de Dedicação Exclusiva, terão o horário de trabalho das 9:00 às 11:00 e das 12:00 às 18:12, ou 18:48 horas, e, aos sábados, das 9:00 às 12:00 horas.

Parágrafo único - Os funcionários não integrados naquele regime de trabalho obedecerão ao horário das 12:00 às 18:00, ou 18:36 horas, e aos sábados, das 9:00 às 12:00 horas.

Artigo 2.º - Os funcionários que servem nas salas de audiências não estão dispensados do horário integral de trabalho, devendo prestar serviços nos respectivos cartórios, fora do expediente dos Juízes de Direito,

Artigo 3.º - Fica criada, como integrante do Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça (Portaria n.º 128-64), a 5.º Chefia da Subsecretária Assistente do Pessoal, à qual incumbirá o controle do ponto dos funcionários dos cartórios oficializados da Capital.

Parágrafo 1.º - A 5.º Chefia, na esfera de suas atribuições, anotarà a frequência diária de cada servidor, inclusive visando aos descontos cabíveis, e submeterá ao exame dos juízes Auxiliares da Corregedoria Geral somente os casos que fugirem à rotina ou estiverem em desacordo com as normas legais e regulamentares (Provimento n.º 10-67, artigo 1.º, letra "f").

Parágrafo 2.º - A 5.º Chefia também controlará a frequência diárias dos Contínuos e Serventes

lotados nas Varas ou Cartórios da Capital, remetendo à SAP Secretaria os respectivos boletins, e submeterá à consideração do Secretário do Tribunal de justiça os casos mencionados no parágrafo anterior.

Artigo 4.º - A partir de datas a serem oportunamente fixadas, o pessoal dos cartórios oficializalos do Estado, inclusive os Escrivães, terá a frequência diária registrada pelo sistema de relógio-ponto, observando-se as seguintes regras:

I - Os funcionários, após a marcação do ponto de entrada, deverão dirigir-se às salas de trabalho dentro do tempo de 5 (cinco) minutos, entregando o respectivo cartão ao Escrivão ou a quem o substitua.

II - O Escrivão, ou quem o substitua, deverá fiscalizar a entrada dos funcionários nas salas de trabalho, tendo em vista o disposto no item I, rubricando, em seguida, todos os cartões, inclusive o próprio.

A rubrica do Escrivão é obrigatória. Somente no caso de o mesmo não estar presente é que se admitirá sejam os cartões rubricados pelo substituto eventual.

III - Os cartões, no turno matinal, ficarão sob a guarda e responsabilidade do Escrivão ou de quem o substitua, sendo devolvidos aos funcionários na hora do almoço (11:00 horas), oportunidade em que não será marcado ponto de saída.

IV - As 12:00 horas, com tolerância de 5 (cinco) minutos, o Escrivão e demais funcionários devem marcar no relógio o ponto de entrada, procedendo-se, em seguida, de forma idêntica ao estabelecido nos itens I e II.

V - Até às 12:30 horas, o Escrivão remeterá todos os cartões à 5.ª Chefia da SAP - Corregedoria.

VI - As 17:45 horas, a 5.ª Chefia devolverá os cartões, por intermédio de portadores enviados pelos cartórios.

VII - As 18:00, 18:12, 18:36 ou 18:48 horas, conforme o caso, o Escrivão entregará os cartões aos funcionários, que devem assiná-los e marcar o ponto de saída, colocando os, ato contínuo, na chapeleira respectiva.

Nos casos de compensação (artigo 5.º, itens I e II) é naqueles em que tenha sido concedido horário especial de trabalho, a entrega do cartão só deverá ser feita na hora em que o funcionário deva encerrar o seu expediente, segundo o horário que lhe foi estabelecido.

VIII - Nos sábados, após a entrada dos servidores e obedecidas as regras dos itens I e II, os cartões devem ser encaminhados à 5.ª Chefia até às 9:30 horas, sendo devolvidos (item VI) às 11:45 horas, a fim de que, às 12:00 horas, se proceda em conformidade com o item VII.

Parágrafo único - Se o funcionário deixar de marcar o ponto pela forma estabelecida terá anotada falta ao serviço, ainda que alegue extravio do cartão respectivo ou defeito nos relógios, salvo se, em tais casos, comparecer incontinente, na hora de marcar o ponto, à 5.ª Chefia da SAP - Corregedoria.

Artigo 5.º - A frequência dos Escrivães e demais funcionários de todos os cartórios oficializados do Estado atenderá às normas seguintes:

I - Poderá o servidor, até cinco vezes por mês, sem desconto em seu vencimento, entrar com atraso nunca superior a quinze minutos, desde que compense o atraso no mesmo dia (R. G. S., art. 274.º).

II - Até três vezes por mês poderá ser concedida ao servidor autorização para retirar-se temporária ou definitivamente durante o expediente, sem qualquer desconto em seu vencimento, quando for invocado motivo justo, a critério do Escrivão ou de quem o substitua, no turno da manhã, e do Juiz Corregedor Permanente, no turno da tarde, levando-se em conta o disposto no artigo 275.º, parágrafo 1º do R.G.S. (Decreto n.º 42.850, de 30 de dezembro de 1963). A propósito, observar-se-á:

a) a ausência temporária ou definitiva não poderá exceder a duas horas, salvo se por motivo de doença, caso em que o funcionário deverá sempre passar, antes, pelo Serviço Médico do Palácio da justiça, que expedirá relatório do exame realizado;

b) em todos os casos, o funcionário é obrigado a compensar no mesmo dia ou nos três dias úteis subsequentes o tempo correspondente à retirada temporária ou definitiva, pela forma estabelecida no artigo 275.º parágrafo V, do R.G.S.;

c) as solicitações de autorização para retirada durante o expediente, indicando a forma de compensação, deverão ser feitas por escrito e encaminhadas, no mesmo dia, com a manifestação do Escrivão ou do juiz Corregedor Permanente, à 5.ª Chefia da SAP - Corregedoria;

III - Excedidos os limites acima fixados, aplicar-se-á o disposto no artigo 110.º n.º II, da Lei n.º 10.261-68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo), perdendo o

funcionário um terço do vencimento do dia, quando entrar em serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início do trabalho ou retirar-se dentro da última hora do expediente - (R.G.S., artigo 277.º).

IV - Perderá o servidor a totalidade do vencimento do dia, quando comparecer ou retirar-se do serviço fora das hipóteses previstas, registrando-se sua frequência desde que permaneça no trabalho por mais de dois terços do horário a que estiver obrigado (R.G.S., artigo 277.º, parágrafo único).

V - No decurso das horas de trabalho, os funcionários, inclusive os Escrivães, não poderão, salvo se comprovadamente em razão do serviço, ausentar-se de suas salas por mais de duas vezes, e pelo tempo máximo de dez minutos cada uma, sempre, porém, com a devida autorização do superior imediato.

6.º - O Escrivão, ou quem o substitua, responderá pela correta observância de todas as disposições legais e regulamentares sobre horário e disciplina de trabalho no cartório, especialmente as contidas nos artigos 1.º, 2.º, 4.º e 5.º deste provimento, somente se isentando da responsabilidade, no que se refere a transgressões por parte dos demais funcionários, se cumprir a obrigação que lhe toca, de comunicar imediatamente ao juiz Corregedor Permanente e bem assim à Corregedoria Geral da justiça as irregularidades ou abusos verificados.

Parágrafo único - O Escrivão rubricará os cartões de ponto dos Contínuos e Serventes, verificará o seu comportamento dentro das normas estatuídas e, em ocorrendo abusos ou irregularidades, procederá nos termos deste artigo.

Artigo 7.º - Os horários estabelecidos no artigo 1.º e seu parágrafo, bem como as demais normas de trabalho, estarão sob a fiscalização da Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo daquela que compete aos Juízes Corregedores Permanentes e aos Escrivães.

Parágrafo único - A transgressão sujeitará o funcionário faltoso as penas disciplinares previstas em lei, além dos descontos cabíveis.

Artigo 8.º - Colocado o servidor no Regime de Dedicação Exclusiva, fica automaticamente revogado qualquer horário especial que lhe tenha sido anteriormente concedido, devendo submeter-se à regra do artigo 1.º caput.

Artigo 9.º - A partir da convocação de servidores para o Regime de Dedicação Exclusiva, todos os cartórios oficializados do Estado ficarão abertos ao público das 9:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, e, aos sábados, das 9:00 às 12:00 horas.

Artigo 10.º - Até o dia 25 de cada mês, impreterivelmente, todos os cartórios oficializados da Capital encaminharão à 5.ª Chefia da SAP - Corregedoria a escala organizada para o mês seguinte e relativa ao rodízio de trabalho aos sábados, com o "visto" dos juízes Corregedores Permanentes, comunicando-se incontinentemente qualquer alteração dessa escala,

Artigo 11.º - Fica acrescentada a seguinte letra ao artigo 1.º do Provimento n.º 10/67:

"Art. 1.º - São as seguintes as atribuições dos juízes Auxiliares convocados:

q) eventualmente decidir sobre inclusão de servidores no Regime de Dedicação Exclusiva e outras questões a este relativas.

Artigo 12.º - A colocação de servidores dos cartórios oficializados no Regime de Dedicação Exclusiva, ressalvada a hipótese do artigo 1.º, caput, do Decreto-lei estadual n.º 13, de 21 de março de 1969, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-lei estadual n.º 71, de 23 de maio de 1969, ficará, sempre, a critério da Corregedoria Geral da justiça, que levará em conta a exigência do serviço, a assiduidade e produtividade de cada funcionário, além de outros elementos que julgar oportunos, sempre visando ao efetivo interesse público (Lei n.º 10.059, de 8-2-1968, art. 3.º c.c. o art. 4.º da Lei n.º 9.717, de 30-1-1967, com a redação do art. 10 da Lei n.º 9.860, de 9-10-1967).

Artigo 13.º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor Geral da Justiça ou por seus Juízes Auxiliares.

Artigo 14.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se, remetendo-se cópias a todos os juízes de Direito da Capital, aos Juízes de Direito das Varas Criminais de Santos, ao Juiz de Direito da 3.ª Vara Criminal de Campinas e a todos os cartórios oficializados do Estado.

São Paulo, 16 de junho de 1969.

Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da justiça.

D. J. de 17/6/69.

PROVIMENTO N.º 8-69

"Dispõe sobre atribuições dos Oficiais do Registro de Imóveis e dá outras providências".
O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 502, de 17 de março de 1969 e a decisão proferida nos autos do proc. CG-31.903-69;
Determina
Artigo 1.º - Em cada Cartório do Registro de Imóveis do Estado de São Paulo será aberto um livro destinado ao "Registro das Notificações" expedidas pela C.G.I., numerado em série crescente, a partir do n.º 1.
Artigo 2.º - Cada livro conterá termo de abertura e de encerramento assinados pelo juiz Corregedor Permanente, que rubricará todas; as folhas, formalidades que precederá a sua utilização.
Artigo 3.º - Será organizado, obrigatoriamente, um índice geral, através de livro, facultada a utilização de fichas.
Artigo 4.º - Recebida a notificação, o Oficial Imobiliário procederá ao imediato registro, observada a ordem cronológica.
Artigo 5.º - As notificações serão encadernadas em grupo de 200 e arquivadas em Cartório.
Artigo 6.º - O Oficial Imobiliário, recebida a notificação, cumprirá o disposto no artigo 1.º, inciso, 1, do Decreto-lei 502-69, sob pena de providência de ordem disciplinar, sem prejuízo da sanção penal prevista no artigo 1.º, parágrafo único, do mesmo diploma legal.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Remetam-se cópias aos M.M. Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado.
São Paulo, 16 de julho de 1969.
Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da justiça.
D. J. de 18/7/69.

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, considerando o disposto no artigo 2.º do Decreto Federal n.º 64.608, de 20 de maio de 1969, e tendo em vista a decisão proferida nos autos do proc. CG31-091-69, comunica aos Juízes de Direito e Oficiais do Registro de Imóveis que foi autorizada a utilização do modelo previsto no Provimento 3-69 (Registro de Cédulas de Crédito Industrial), até aproveitamento de todas as folhas úteis, observando que a indicação do valor do seguro deve ser lançada na coluna "Objeto de Garantia".
Outrossim, esclarece que, após o encerramento do Livro em uso, deverá ser providenciada a aquisição do modelo anexo ao Decreto n.º 64.608-69, para regular escrituração.
São Paulo, 16 de julho de 1969.
Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da justiça.

CRÔNICA: A LUA

Pode, sem dúvida, considerar-se a conquista da Lua a façanha mais extraordinária já realizada pelo Homem no curso de sua existência milenar.
Resta saber, porém, se o nosso impagável. "bipede-implume", havendo caído nas graças da argentea Seline, não acabará tendo a mesma triste sorte de seu velho e fulvo amigo, o Sol. Realmente, conta-se que o nosso Astro-Rei (conforme lhe chamavam antigamente os Poetas ...), no alvorecer das Idades, se apaixonou, também, pela formosa Diana, deslumbrado, que ficará, pela doçura de seus encantos.
E possuído desse estado de "imbecilidade tranqüila", que caracteriza os eleitos do Amor, o Sol não teve dúvida em pedir ao Senhor dos Universos (pois que há diversos), a delicada mão de tão airosa companheira sideral.
Alegre e sorridente, o Criador de pronto acedeu a tal pedido, determinando, incontinentemente, se preparassem as bodas celebrativas do astral himeneu, que foi assistido, como convinha, por

todos os habitantes da Estelar Mansão.

Terminado o enlace, recolheram-se os nubentes aos seus aposentos, situados numa das enormes alas da Mansão aludida. E nenhum dos celestes convidados, ao se retirar para a órbita em que gravitava, pôs em dúvida os prognósticos unânimes, de que o cerúleo par seria eternamente feliz.

Os dias foram-se escoando, na ampulheta do Tempo, sem que algo denotasse a menor violação da augusta serenidade que reinava, soberana, no âmbito silente da nupcial morada.

Mas eis que, um trimestre volvido, tremendo escândalo estoura e reboa pelos espaços infinitos, estarrecendo a todos. É que, o Sol, acabara de procurar o Onipotente, humilde e sucumbido, suplicando o divorciasse da pálida Astartéia, - pois não mais lhe era possível suportar a sua companhia.

Perplexo, ante o inopinado de tão surpreendente requisição, o Pai dos deuses, cuja simpatia pela Lua sempre fora notória, negou-se, a princípio, a acreditar no que ouvia. E, tomando a súplica do Sol como produto de simples rusga doméstica, com ele insistiu, conciliador, para que abandonasse a idéia da separação.

Em face, porém, de tal insistência, o Sol, intransigente, assim lhe respondeu:

Altíssimo! Como pretenderdes que me reconcilie com semelhante doidivanas, se ela todas as semanas muda de quarto e no fim do mês me aparece cheia? ...

SOCIAIS

PEDAGOGIA...

Se a semente for boa fértil for a terra,
crê: dela, a planta há de brotar viçosa
E se a cuidares,
depois,
inteligentemente e com carinho,
- vela-as crescer, robusta e bela,
e transformar-se em árvore frondosa

SABEDORIA . . .

Sabedoria ...
A maioria a toma, apenas, por Cultura,
sem qualquer outra acopção...
Todavia, quando ela é pura,
não quer dizer intelecção
que se agiganta ou desmesura,
- mas, real, exata compreensão
da íntima verdade
que nos

problemas da existência se enclausura...

EDUCAÇÃO...

Atenta, ó deusa esquiva!
- Todos se julgam capazes
de oficiar em teus templos...
Mas poucos são os que sabem
ministrar teus sacramentos
pelo rito emulativo
de seus próprios exemplos...

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA "INTERVIVOS"

Configuração de permuta, e não divisão - Determinada a parte ideal de cada um dos condôminos, em cada coisa, eles não poderão, mediante a divisão das coisas, consideradas na sua pluralidade, desfazer esses condomínio. Poderão obter esse resultado, através de permuta.

- Recurso não provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Prado Kelly: - A espécie vem assim relatada no acórdão de f. 72:

"O executado e seu irmão, João Francisco Junqueira, eram proprietários em comunhão de duas fazendas, uma situada no Município de Patrocínio Paulista e outra em Restinga, Resolveram por termo ao condomínio, ficando cada qual com uma propriedade agrícola.

Pelo presente executivo fiscal, a Fazenda do Estado reclamou a sisa, devida pela transmissão do imóvel situado em Restinga, que coube ao executado.

Defendeu-se o contribuinte alegando que houve mera divisão amigável dos bens e não alienação. Impugnou, a seu turno, o valor atribuído do imóvel.

A sentença recorrida acolheu em parte a ação fiscal, adotando o valor encontrado pelos peritos, em laudo único.

Ao recurso ex-ofício seguiu-se o agravo do executado, regularmente processado".

Julgando o agravo e o recurso de ofício, a 1.ª Câmara Civil do Tribunal de justiça deu por certo o seguinte:

"O que houve, no caso, foi permuta de partes ideais em mais de um imóvel, vale dizer, ato jurídico sujeito ao imposto de transmissão da propriedade imobiliária Intervivos.

Cada um dos condôminos abriu mão da sua parte ideal e, um dos imóveis, em troca da parte ideal do outro, no outro imóvel.

Não há falar-se em divisão meramente declaratória, como se tem decidido em casos análogos (Cf. R.T. 297/606, 292/638 e 287/645).

Recorreu extraordinariamente o executado com arrimo nas letras a, c e d do permissivo constitucional, alegando:

"1) O v. acórdão recorrido, ao confirmar a r. sentença de primeira instância, que julgou procedente a cobrança de ---sisa- na divisão entre condôminos, está aplicando a Lei Fiscal Estadual a hipótese diversa daquela prevista pela referida Lei, uma vez que inexistente, na espécie, o fato gerador (venda, permuta) que autorize a cobrança do tributo ora exigido.

2) Conforme estabelece o art. 631.º do C. Civ., "a divisão entre condôminos é simplesmente (o grifo é nosso) declaratória e não atributiva da propriedade". Cumpre salientar que o referido dispositivo não faz distinção alguma entre divisão de um ou mais imóveis distintos. Portanto, onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir, como o fez o v. acórdão recorrido, principalmente, em se tratando de exigência de pagamento de imposto;

3) Não ocorre, assim, com a divisão, transmissão alguma da propriedade (o grifo é nosso), sujeito ao pagamento de tributo específico que a tem por fato gerador (art. 19.º, n.º III, da C. Federal);

4) Tanto não há transmissão, que o Código de Impostos e Taxa do Estado de São Paulo, particularmente minucioso no especificar os atos a ele sujeitos, não se refere à divisão como espécie tributável. Pelo contrário, determina o aludido Código, no art. 76.º, do Livro IV, que "os tabeliães e escrivães que lavrarem escrituras, autos e termos que fizeram cessar a comunhão de bens imóveis, expeçam guias negativas do imposto, a não ser no caso de haver reposição;"

5) Nem é de se ver permuta na simples materialização das cotas em proporções ou objetos que até então se achavam em comum;

6) Trata-se, portanto, no caso, de conceito de direito (venda e permuta), que não pode ser modificado, mediante construção jurídica fictícia (permuta de partes ideais) como pretende o v. acórdão recorrido;

7) Além do mais, é impossível falar-se em permuta de partes ideais, porquanto as mesmas, como a própria denominação indica, não representam uma entidade objetiva, que possa ser determinada por antecipação, como quer o Fisco e o v. acórdão recorrido;

8) Por outro lado, o v. acórdão recorrido, ao aplicar a Lei fiscal a fato diverso daquele nela previsto, está instituindo um novo tributo, o que é vedado pelo § 34, do art. 141.º, da C.P., que reza em sua primeira parte que nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça- (o grifo é nosso);

9) Finalmente, o recorrente, justificando o presente recurso, invoca ainda o acórdão proferido no agravo de petição n.º 46.003, do eg. Tribunal de Alçada, em que ficou decidido que "a divisão e a demarcação amigável estão isentas do pagamento do imposto de transmissão "Intervivos" (o grifo é nosso) (doc. 2);"

O ilustre Presidente do Tribunal admitiu o excepcional apelo para ensejar a manifestação da Suprema Corte a respeito da questão federal discutida nestes autos, que é controvertida."

O eminente Ministro Oswaldo Trigueiro, então Procurador Geral da República, aprovou o parecer

de f, 98, que conclui desta forma:

"5. Pelo conhecimento do recurso, face ao dissídio jurisprudência.

6. No mérito, opinamos pelo seu provimento. O imposto de transmissão intervivos incide sobre a alienação de propriedade imobiliária.

Não há alienação na divisão da propriedade em comunhão."

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Prado Kelly (Relator): - Conheço do recurso: que pela alínea a do art. 101.º, III por haver a decisão infringido o conceito que o artigo 631.º do C. Civ. atribui à divisão entre condôminos; quer pela alínea d, em vista de dissídio jurisprudencial, documentado à f. 79.

E dou provimento ao recurso, em sufrágio da doutrina que, lastreada em estudo comparativo e histórico acerca da co-propriedade, expôs e justificou o Prof. Vicente Ráo (R.T. 273/90):

"Desde que os bens estejam em comum entre os mesmos comunheiros, a diversidade de títulos de origem não impede que os atos de formação, separação e atribuição de quinhões "com bens de uma origem e de outra, ou de uma sã delas, consistindo em partes de bens distintos ou em bens distintos por inteiro" sejam considerados atos de natureza divisória, que apenas "declaram e não atribuem" a propriedade dos aquinhoados.

Nessa hipótese, pouco importa que os bens incluídos no quinhão de um comunheiro retirante hajam sido extraídos (por partes ou por inteiro) de uma sucessão (ou comunhão) ou outra, pela simples razão de que sobre o todo e cada uma de suas partes de qualquer desses bens comuns, o aquinhoadado (ou retirante) é titular, dono e possuidor, de uma quota ideal, pois nosso Código Civil adotou, desenvolvendo-a, a doutrina romana do condomínio (Clóvis, Comentário, artigo 623.º).

1. Nem, sequer, interessa ao Direito, para os fins acima mencionados, a designação ou o modo contratual que as partes houverem adotado (venda, transação etc.), pois sã o que importa é que o ato, assim praticado, produza uma divisão total, ou parcial em relação ao comunheiro que, pago, se retira dessa comunhão integrada por bens de origem diversa."

VOTO

O Sr. Ministra Eloy da Rocha: Sr. Presidente, é evidente que a pluralidade dos bens e a diversidade de origem não impede a divisão, para a extinção do condomínio.

Mas, determinada a parte ideal de cada um dos condôminos, em cada coisa, eles não poderão, mediante a divisão das coisas, consideradas na sua pluralidade, desfazer esse condomínio.

Poderão, sim, obter esse resultado, através de permuta.

O Sr. Ministro Prado Kelly (Relator): - Não há uma permuta.

O Sr. Ministro Eloy da Rocha: - Condôminos, titulares de partes indivisas em cada coisa, poderiam extinguir o condomínio, pela venda a terceiro, pela venda da parte indivisa ao condomínio, pela venda judicial, e não pela divisão, simplesmente declaratória e não atributiva da propriedade. O que fizeram eles? Permutaram as partes ideais. Esse ato constituiu modo de extinguir o condomínio em cada coisa, mas não divisão. Penso que houve permuta; incidirá, portanto, o tributo da permuta.

Com a máxima vênia do eminente Relator, divirjo de S. Excia.

O Sr. Ministro Prado Kelly (Relator): - V. Excia. me cumula com todas as gentilezas, mas acato, com todo o respeito, a manifestação de V. Excia.

O Sr. Ministra Eloy da Rocha: - Assim, nego provimento ao recurso.

O Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira: - No caso não se trata de ação de divisão, ou escritura de divisão, de determinado imóvel. Dois irmãos, duas pessoas distintas, eram proprietários de dois imóveis, situados até mesmo em comarcas diversas. Celebraram uma escritura, segundo a qual cada pessoa ficou com determinado, uma ficou com um imóvel, outra ficou com o outro.

Neste caso, a meu ver, e como decidiu o acórdão recorrido, houve permuta e, se os valores não são iguais, é devido o imposto sobre a diferença, "uma vez que se apurou ser menor o valor da propriedade".

Assim tem decidido o Tribunal de Justiça, R.T. 297/606; 292/638 e 287/645).

Peço vênia ao eminente relator para acompanhar o voto do Ministro Eloy da Rocha.

(S. T. F. - RE 53.638 - SP - Rel., Ministro Prado Kelly. Conhecido unanimemente, negou-se provimento contra o voto do Ministro Prado Kelly. - Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti, Presidente do Tribunal. Tomaram parte no julgamento os Senhores Ministro Eloy da Rocha, Prado Kelly, Gonçalves de Oliveira e Luiz Gallotti. Licenciado, o Sr. Ministro Hermes Lima - Brasília, 29

de setembro de 1967). Publicado em R.T.J., vol. 17, pág. 103.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

"Causa mortis" Falecimento do "de cujus" quando o imóvel estava parcialmente desapropriado - Embora seja certo, de acordo com a lei 9.591/66 que nas transmissões causa mortis o valor a considerar no cálculo será o que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade, é também certo que tal lei ressalvou aos interessados o direito de requererem avaliação judicial.

Acordam, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Discute-se, neste agravo, a respeito do imposto, a ser calculado e pago por fideicomissários em razão de terem falecido os respectivos fiduciários.

Estes faleceram em janeiro de 1967. Na ausência de lançamentos dos bens cogitados nesse princípio de ano e de haver sido objeto de desapropriação uma parte deles, o cálculo fora feito 1 com base nos impostos lançados para o exercício de 1966, "uma vez que não havia lançamento para o exercício de 1967, quando ambos os fiduciários morreram, porque os imóveis estavam desapropriados---.

Como tal foi julgado o cálculo, E a Fazenda, que já havia reclamado contra ele, interpôs este agravo dentro do prazo legal duplicado. Pretende novo cálculo tendo por base "o valor da indenização" feita pela desapropriação e, quanto ao terreno não abrangido por ela, o valor "no exercício de 1967, época dos óbitos dos fiduciários".

O recurso processou-se regularmente, sem contraminuta dos fideicomissários, tendo a Procuradoria opinado pelo provimento do agravo.

A sentença de liquidação não pode subsistir.

É certo que o art. 15 da lei n.º 9.591/66 estabelece que nas transmissões "causa-mortis" o valor a considerar no cálculo será o que servir de base ao lançamento dos impostos sobre a propriedade".

Mas é certo, também, que ficou, nesse artigo, "ressalvado aos interessados o direito de requererem avaliação judicial". Aquele não é, portanto, uma norma hermética.

Desse modo, entende-se que a agravante não era obrigada a aceitar o cálculo feito com base no "lançamento" de 1966.

Isto porque, de acordo com § 2.º desse art. 15.º, o fato gerador do imposto devido pelo fideicomissário, é a entrada dele na posse dos bens. Este é o texto legal: "Para cálculo do imposto devido pelo fideicomissário, o valor será o do tempo em que este entrar na posse dos bens legados". E isto ocorreu não em 1966, ano base adotado no cálculo sob exame, mas em 1967, "época dos óbitos dos fiduciários".

Fica provido o agravo, portanto, adotado o lúcido parecer da Procuradoria. "Os bens parcialmente desapropriados" devem constar da liquidação pelo valor da indenização respectiva. E o terreno remanescente, pelo constante do lançamento de 1967, conforme se apurar nos autos. Esta é, aliás, a pretensão da recorrente, que, no tocante a esta última parte, aceita a estimativa do lançamento desse ano. (T. J. S. P. - Agr. I. n.º 170. 836 - Capital - São Paulo, 23 de julho de 1968 - CARDOSO ROLIM, pres. com voto - CARDOSO FILHO, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Pacheco de Mattos).

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO - "Causa mortis" - O valor dos bens doados, de acordo com o art. 1.792.º do C. C., é aquele declarado na escritura de doação, ou em caso de impugnação, pelo que se apurar em avaliação regular, mas sempre tendo por base o valor à época da liberalidade. Trata-se de agravo de instrumento, com base no art. 842.º, n.º X, do Código de Processo Civil interposto por vários herdeiros que não se conformaram com a sentença homologatória do cálculo do imposto "causa mortis" no inventário de Ricardo Marcondes.

Rebelam-se os recorrentes contra o valor adotado para os bens doados, que foi o da época da doação e insurgem-se, também contra a validade do testamento.

Instruído o recurso, a decisão foi mantida.

Nada há que modificar-se. Manifesto que os recorrentes não podem discutir a validade do testamento nos autos do inventário e muito menos neste agravo que se destina ao exame de erro de conta ou de cálculo. A matéria é de alta indagação e só pode ser apreciada pelas vias próprias.

Quanto ao valor dos bens, bem decidiu o magistrado, pois que pelo § 1.º do art. 1.792.º do Código Civil, os bens doados entram no inventário pelo valor declarado na escritura de doação, ou, quando essa estimativa é impugnada, pelo que se apurar em avaliação regular, mas sempre tendo por base o valor à época da liberalidade (cf. Washington de Barros Monteiro, "Diretor das Sucessões", vol. 6.º, 6.ª ed., pág. 294 e segs.). Pelo exposto. Acordam, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de justiça, por votação unânime, negar provimento ao recurso. (T.J.S.P. Agr. Instr. n.º 172.259 - São José dos Campos - São Paulo, 23 de julho de 1968 - CARDOSO ROLIM, pres. e relator Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Des. Pacheco de Mattos e Jonas Vilhena).

ATO INSTITUCIONAL N.º 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República,

Considerando que se impõe, no interesse dos Estados e Municípios e em defesa dos princípios da Revolução de 31 de março de 1964, a edição de normas que disciplinem o funcionamento das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais e a remuneração dos respectivos membros;

Considerando que constitui privilégio inaceitável contar-se para fins de aposentadoria, o período de exercício do mandato legislativo por tempo superior ao do próprio mandato;

Considerando que, no interesse de reservar e consolidar a Revolução, é desaconselhável a realização de eleições parciais, para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; resolve, editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º - Os deputados estaduais não poderão perceber subsídios superiores a dois terços, quer em relação ao valor da parte fixa, como ao da parte variável, dos que são atribuídos aos deputados federais, nem ajuda de custo excedente a esse limite;

Parágrafo único - Não será devida ajuda de custo quando houver convocação extraordinária de Assembléia, no intervalo das sessões legislativas, ou prorrogação destas.

Art. 2.º - Durante o mês, não poderá exceder de 8 (oito) o número de sessões extraordinárias remuneradas das Assembléias Legislativas.

Art. 3.º - Além dos subsídios e da ajuda de custo, a que se referem os artigos anteriores, nenhum outro pagamento poderá ser feito, a qualquer título ou sob qualquer pretexto, a deputado estadual, pelo exercício do mandato ou em razão dele.

Art. 4.º - O parágrafo segundo do artigo 16 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

16.º

..

§ 2.º - Somente serão remunerados os vereadores das capitais e dos municípios de população superior a trezentos mil (300.000) habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

Art. 5.º - É vedado às Câmaras Municipais realizar durante o mês, mais de três (3) sessões extraordinárias remuneradas.

Art. 6.º - Nenhum funcionário público da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, assim como das respecautarquias, poderá contar, para qualquer efeito, o período correspondente ao exercício de mandato eletivo por tempo excedente à efetiva duração deste.

Art. 7.º - Ficam suspensas quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 1.º - Nos municípios em que se vagarem os cargos de prefeito e vice-prefeito, em virtude de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares, será decretada, pelo Presidente da República, a intervenção federal.

§ 2.º - Se a vacância do cargo de prefeito municipal coincidir com o término do mandato dos membros da Câmara Municipal, o interventor exercerá, também, as atribuições que a este confere a Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 8.º - Caberá ao Presidente da República, quando julgar oportuno, suspender a vigência do disposto no artigo anterior, providenciando a justiça Eleitoral a fixação das datas para as novas eleições,

Art. 9.º - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 10.º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional.

Art. 11.º - O presente Ato Institucional entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República,

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

Publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 27-2-1969.

ATO INSTITUCIONAL N.º 8, DE 2 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República, considerando a inadiável necessidade de dinamizar a Reforma administrativa, em face de pena implantação na esfera federal, inclusive com a sua extensão às demais áreas governamentais, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º . Fica atribuída, ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes, competência para realizar, por decreto, a respectiva reforma administrativa, observados os princípios fundamentais adotados para a Administração Federal.

Parágrafo único. A implantação da reforma administrativa não determinará aumento nas despesas de custeio de pessoal.

Art. 2.º Para possibilitar a realização da reforma administrativa, poderá o Poder Executivo, inclusive o da União, através de decreto:

I - alterar a denominação de cargos em comissão;

II - reclassificar cargos em comissão, respeitada a tabela de símbolos em vigor;

III - transformar funções gratificadas em cargos em comissão; e

IV - declarar a extinção de cargos.

Parágrafo único. Ficam revalidados os atos do Poder Executivo que já efetivaram quaisquer as medidas administrativas previstas neste artigo.

Art. 3.º O presente Ato Institucional entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Helio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL N.º 9, DE 25 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República.

Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1.º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional;

Art. 1.º - O § 1.º do artigo 157.º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 157.º....."

§ 1.º - Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas".

Art. 2.º - É substituído o parágrafo 5.º do art. 157.º da Constituição Federal, pelo seguinte:

"§ 5.º - O Presidente da República poderá delegar as atribuições para desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias".

Art. 3.º - Revoga-se o § 11 do artigo 157.º da Constituição Federal.

Art. 4.º - Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D. Of. 8/5/69.

ATO INSTITUCIONAL N.º 10, DE 16 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República,

Considerando que os Atos Institucionais n.º 1, de 9 de abril de 1964, n.º 2, de 27 de outubro de 1965, n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969, estabeleceram, por diferentes motivos, sanções políticas e administrativas e restrições de direitos às pessoas que fossem atingidas por aquelas medidas de natureza jurídico-institucional e:

Considerando que impõe, também, a determinação de normas uniformes a serem impostas a todos quantos, servidores públicos, ou não, hajam sido ou venham a ser atingidos pelas

disposições dos Atos Institucionais editados, entre outros motivos, com a finalidade de preservar os ideais e princípios da Revolução de 31 de março de 1964 e assegurar a continuidade da obra revolucionária,

Resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º A suspensão dos direitos políticos, ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, com fundamento nos Atos Institucionais n.º 1, de 9 de abril de 1964, n.º 2, de 27 de outubro de 1965, n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969, poderá, além do que dispõe a legislação em vigor, acarretar, ainda:

a) a perda de qualquer cargo ou função exercida na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço, das pessoas que exerçam cargo ou função nas entidades previstas na alínea anterior;

c) a cessação imediata do exercício de qualquer mandato eletivo federal, estadual ou municipal, caso não tenham sido eles expressamente cassados.

§ 1.º A suspensão dos direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, referidas neste artigo, poderá acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional,

§ 2.º O Presidente da República poderá, a qualquer tempo, impor as sanções previstas neste artigo, inclusive às pessoas já atingidas pelos atos Institucionais anteriores a 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º A representação ao Presidente da República para aplicação das sanções previstas no artigo primeiro deste Ato far-se-á nos termos do Ato Complementar n.º 39, de 20 de dezembro de 1968.

§ 1.º No caso do disposto nos § 1.º e 2.º do artigo 1.º deste Ato, a representação será encaminhada por intermédio da Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2.º Em se tratando de servidor público dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, os respectivos Chefes dos Poderes Executivos disporão do prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato de suspensão de direitos políticos ou cassação de mandato eletivo, no Diário Oficial da União, para encaminhar a representação, por intermédio do Ministério da Justiça.

Art. 3.º A demissão, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma, com fundamento nos Atos Institucionais; acima citados, poderão determinar, também, a proibição do exercício de atividade, cargo ou função em qualquer das entidades referidas na alínea "a" no § 1.º do artigo 1.º deste Ato Institucional.

Art. 4.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 48, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem o § 1.º do Artigo 2.º e o Artigo 9.º do Ato Institucional número 5, de treze de dezembro de mil novecentos e sessenta e oito, e

Considerando que, com fundamento no Artigo 2.º do mencionado Ato Institucional, foi decretado o recesso do Congresso Nacional e de Assembléias Legislativas de alguns Estados;

Considerando que o Senado a Câmaras Deputados, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais elegem, anualmente, no início das sessões legislativas, as respectivas Comissões ou Mesas Diretoras;

Considerando que, decretado o recesso parlamentar não poderão os órgãos legislativos reunir-se para eleger novas Comissões ou Mesas Diretoras, muito embora venha a terminar o mandatos dos integrantes destas;

Considerando que, durante o período do recesso parlamentar, não podem os Poderes Legislativos ficar sem órgãos de direção que respondam pelos respectivos serviços internos e por suas relações com os demais Poderes, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica prorrogado, enquanto durar o recesso parlamentar, decretado com fundamento no Artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de treze de dezembro de mil novecentos e sessenta e oito, o mandato das Comissões ou Mesas Diretoras do Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, seja qual for o motivo, de qualquer dos cargos de Comissão ou Mesa Diretora, a substituição far-se-á de conformidade com o respectivo Regimento Interno, vedada a eleição de novos membros.

Art. 2.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

D. Of. da União 25/2/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 50, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7.º do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º - É nula de pleno direito a contagem como de serviço público, do tempo de exercício de mandato eletivo, feita em desacordo com o disposto no artigo 7.º, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969.

Art. 2.º - Serão revistos, no prazo de sessenta (60) dias, os atos de concessão de aposentadoria, r forma ou transferência para a reserva, ou de quaisquer vantagens com base em tempo de serviço contado de forma contrária ao que preceituar o artigo anterior.

Art. 3.º - Nenhuma autoridade da União, Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios ou das respectivas autarquias poderá, após o decurso do prazo fixado no parágrafo anterior e sob pena de perda de cargo de que for titular, efetuar pagamento de vantagens ou proventos de aposentadoria, de reforma ou de transferência para a reserva concedidos em desacordo com o disposto neste artigo.

Art. 4.º - Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas, as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

D. O. de 28-2-69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 51, DE 17 DE ABRIL DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 10 do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte ATO COMPLEMENTAR:

Art. 1.º - Os servidores públicos revertidos à atividade, em virtude do disposto no Ato Complementar n.º 50, de 27 de fevereiro de 1969, ficarão em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao efetivo tempo de serviço, até seu reaproveitamento, se o seu antigo cargo já estiver provido, na forma da lei.

Art. 2.º - Ficam os servidores públicos atingidos pelos efeitos do Ato Complementar n.º 50, de 27 de fevereiro de 1969, dispensados da devolução das diferenças dos proventos da aposentadoria percebidos até a data de vigência do referido Ato.

Art. 3.º - Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D. Of. da União 18/4/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 52 DE 2 DE MAIO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que, com o Ato Complementar n.º 41, de 22 de janeiro de 1969, o Governo Federal visou a coibir possíveis excessos quanto à admissão de servidores públicos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando, porém, que as medidas baixadas não devem servir de obstáculo ao exercício das atividades públicas essenciais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Artigo 1.º - O artigo 1.º do Ato Complementar n.º 41, de 22 de janeiro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Artigo 1.º - Fica vedada a nomeação, contratação ou admissão de funcionário ou servidor da administração direta ou autárquica dos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive das Secretarias e Serviços Auxiliares dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Contas, a partir da publicação deste Ato.

§ 1.º - Excetuam-se dessa proibição:

I - A nomeação para cargo em comissão ou a designação para função gratificada, criado por lei;

II - A contratação ou admissão de pescargo ou função do quadro permanente;

III - A contratação ou admissão de pessoal para serviços considerados essenciais nos setores da saúde, ensino e pesquisa, assim como do pessoal auxiliar estritamente necessário à execução desses serviços;

IV - A contratação ou admissão de pessoal para serviços de engenharia, obras e outros de natureza industrial, assim como para serviços braçais;

V - A contratação ou admissão de pessoal para preenchimento de claros resultantes de exoneração, admissão ou dispensa;

VI - A renovação de contratos;

§ 2.º - A nomeação contratação ou admissão em desacordo com o disposto neste Ato é nula de pleno direito e acarreta a demissão da autoridade e do funcionário que a autorizou ou realizou.".

Artigo 2.º - A juízo e no interesse: da Administração, os servidores civis estáveis da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, ocupantes, em caráter efetivo, de cargos ou funções extintas ou declaradas desnecessárias, poderão ser compulsoriamente aproveitados em outros cargos ou funções compatíveis com sua capacidade funcional, mantido o vencimento do cargo ou a retribuição da função, ou ser postos em disponibilidade, nos termos do § 2.º do artigo 99 da Constituição, com a redação dada pelo artigo 3.º do Ato Complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968, ratificado pelo artigo 3.º do Ato Institucional n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969.

Artigo 3.º - Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Helio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

1). Of. de 2/5/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 57, DE 10 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e Considerando que o § 1.º do artigo 20.º da Constituição do Brasil tem recebido interpretações diversas, havendo, portanto, necessidade de uniformizar a aplicação do referido dispositivo constitucional, de acordo com o seu verdadeiro espírito e objetivo, resolve baixar o seguinte:

ATO COMPLEMENTAR

Art. 1.º - Sem prejuízo da tributação sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados a outras finalidades não essenciais das autarquias, os imóveis de propriedade destas prometidos a venda a particulares estão sujeitos ao ônus tributário, a cargo dos promitentes compradores, desde a data do contrato que serviu de base para a transação.

Art. 2.º - Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Helio Beltrão
José Costa Cavalcanti
João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR N.º 58, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9.º do Ato Institucional n.º, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º - Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Itú, no Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º - O presente Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148.º da Independência 81.º da República,

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Gtiniwald

Aurélio de Lyra

Tavares José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR N.º 59, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 10.º, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º - Até que sejam nomeados e empossados os Interventores Federais para os municípios em que foram suspensas as eleições para cargos executivos, nos termos do artigo 7.º, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, os Prefeitos Municipais, cujos mandatos se extinguíram passarão a responder pelo expediente administrativo das respectivas Prefeituras, sendo-lhes vedado o exercício da atribuição prevista no § 2.º do artigo 7.º do referido Ato Institucional.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da justiça resolverá, mediante consulta, quaisquer dúvidas para a fiel execução do disposto neste artigo.

Art. 2.º - O presente Ato Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Gtiniwald

Aurélio de Lyra

Tavares José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Romeu Honório Loures
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
João Aristides Wiltgen

ATO COMPLEMENTAR N.º 60, DE 24 DE JULHO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e o artigo 10.º, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º - A remuneração mensal dos interventores federais nos municípios, nomeados pelo Presidente da República nos termos do parágrafo único do artigo 3.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, ou do § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, não poderá ultrapassar quantia correspondente a 12 (doze) salários mínimos da região em que estiver localizado o município sob intervenção, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) a título de representação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos interventores atualmente no exercício de suas funções, promovendo-se, quando for o caso, o imediato reajustamento.

Art. 2.º - Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Gtinewald

Aurélio de Lyra

Tavares José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza,

Ruy Corrêa Lopes

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Romeu Honório Loures

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

João Aristides Wiltgen

DECRETO-LEI N.º 448 - DE 3 DE FEVEREIRO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação de penalidades às instituições financeiras, às sociedades e empresas integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários e aos seus agentes autônomos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Art. 1.º - O descumprimento de normas legais ou regulamentares pelas instituições financeiras sociedades e empresas integrantes do sistema de distribuição de títulos ou valores mobiliários, ou pelos seus agentes autônomos, contribuindo para gerar indisciplina ou para afetar a normalidade no mercado financeiro e de capital será por decisão do Banco Central do Brasil, considerando falta grave e por ele punido com a inabilidade temporária ou permanente dos administradores ou responsáveis independentemente da aplicação da pena de advertência e

outras, capituladas nas Leis números 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 4.728, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. A aplicação do disposto neste artigo não exime os responsáveis de outras penas previstas na legislação em vigor.

Art. 2.º A reincidência em falta grave punida na forma do artigo anterior, sujeita a pessoa física ou a empresa infratora a processo sumário de cassação do registra ou de carta-patente, e conseqüente liquidação extrajudicial, no caso de instituição financeira, independentemente da observância do que dispõe o § 9.º do artigo 44.º da Lei n.º 4.595 de 31 de dezembro de 1964, e o § 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 4.728 de 14 de julho de 1965, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 3.º - Das decisões do Banco Central do Brasil, relativas às penalidades revistas nos artigos 1.º e 2.º, caberá recurso, com efeito suspensivo no prazo de 15 dias, ao Conselho Monetário Nacional a contar do recebimento da notificação.

Art. 4.º - Este Decreto-lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Hélio Delfim Netto

Publicado no Diário da União em 3-2-69 - pág. 1.122.

DECRETO-LEI N.º 477 - DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras Providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Artigo 1.º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar, para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Parágrafo 1.º - As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos;

Parágrafo 2.º - Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou percebe qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos;

Parágrafo 3.º - Se tratar de bolsista estrangeiro será solicitado a sua imediata retirada do território nacional.

Artigo 2.º - A apuração das infrações que se refere este Decreto-Lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogáveis de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3.º - O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências

convenientes e citara o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

Parágrafo 1.º - O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo,

Parágrafo 2.º - Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar defesa.

§ 3.º - Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4.º - Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no artigo 319.º do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1.º do artigo 1.º deste Decreto-Lei.

§ 5.º - Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Artigo 4.º - Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Artigo 5.º - O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-lei.

Artigo 6.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Tarso Dutra

D. Of. Est. de São Paulo 6/3/69.

DECRETO-LEI N.º 484 - DE 3 DE MARÇO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 401, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Artigo 1.º - Fica acrescido ao artigo 6.º do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, o seguinte parágrafo.

§ 3.º - O contribuinte que eduque menor pobre, sem atender simultaneamente às outras despesas com a sua manutenção, obterá o efetivamente despendido, até o limite anual para dependente.

Artigo 2.º - Ficam acrescidos ao artigo 10.º do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

§ 3.º - O disposto neste artigo não se aplica aos fretes pagos ou creditados às empresas de transporte ferroviário, aéreo, marítimo, fluvial e lacustre.

§ 4.º - As pessoas jurídicas que pagarem ou creditarem os rendimentos de que trata este artigo fornecerão aos beneficiários dos pagamentos ou créditos, documento comprobatório, da retenção do imposto na fonte.

Artigo 3.º - Ficam isentos do imposto a que se refere o artigo 11.º do Decreto-lei n.º 401 de 30 de dezembro de 1968, as remessas de juros devidas às exigências de governos estrangeiros, quando houver reciprocidade de tratamento.

Artigo 4.º - O parágrafo 2.º do artigo 13.º do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º - O saldo dos dividendos e bonificações não reclamado pelos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da ata da Assembléia Geral que autorizar a distribuição, respeitado o disposto no artigo 103, do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, deverá ser depositado no Banco do Brasil, em conta vinculada".

Artigo 5.º - Ficam acrescidos ao artigo 13 do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, os seguintes parágrafos:

" § 3.º - O depósito a que se refere o parágrafo anterior será efetuado dentro de 15 (quinze) dias contados da data de vencimento do prazo nele mencionado".

" § 4.º - O não cumprimento do disposto no § 2.º deste artigo, implicará no desconto do imposto

na fonte como rendimento de beneficiário não identificado".

Artigo 6.º - O disposto no artigo 13 do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, com as modificações introduzidas pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969 não se aplica à matéria contida nas letras "b", "c", "d" e "e", do artigo 8.º da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962.

Artigo 7.º - Ao artigo 2.º do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, acrescente-se o seguinte parágrafo:

"§ 5.º - Fica o Ministro da Fazenda autorizado a expedir normas para disciplinar a emissão de notas promissórias e letras de câmbio, padronizando os formulários e controlando seu fornecimento".

Artigo 8.º - Fica suspensa, até o dia 30 de junho de 1969, a exigibilidade do imposto a que se refere o artigo 6.º da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, às sociedades anônimas que, até aquela data tenham aproveitado a faculdade outorgada no artigo 12, do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

Artigo 9.º - A redução da penalidade prevista no § 2.º ao artigo 21, do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, aplica-se também aos processos com reclamação ou recurso ainda não julgados definitivamente na esfera administrativa, desde que os interessados, concordando com o procedimento fiscal, requeiram o pagamento, até 30 (trinta) dias da data da publicação deste Decreto-lei e efetuem o pagamento do débito até 30 de abril de 1969.

Artigo 10.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

DECRETO-LEI N.º 488, DE 4 DE MARÇO DE 1969

Dispõe sobre a aplicação do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 474, de 19 de fevereiro de 1969.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1.º, do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 decreta:

Artigo 1.º - O artigo 4.º do Decreto-lei n.º 474, de 19 de fevereiro de 1969, não compreende os feitos de que trata o artigo 15.º, números I, II e III, da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, que continua em vigor.

Artigo 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 489, DE 4 DE MARÇO DE 1969

Regula a disponibilidade dos funcionários públicos civis.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o § 2.º do Artigo 99.º da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968, ratificada pelo Artigo 3.º do Ato Institucional n.º 6, de 1 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1.º - Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável será posto em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1.º - A extinção do cargo far-se-á, na Administração Direta, mediante lei e, na Administração Indireta, por ato do Poder Executivo.

§ 2.º - A declaração da desnecessidade do cargo far-se-á por ato do Poder Executivo, podendo para esse fim ser delegada competência aos Ministros de Estado e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta.

Art. 2.º - Na contagem de tempo e serviço, para fins de disponibilidade, serão observados os preceitos aplicáveis à aposentadoria.

Art. 3.º - O valor dos proventos a que tem direito o servidor posto em disponibilidade será proporcional ao tempo de serviço, na razão de uns trinta e cinco avos por ano de serviço se do

sexo masculino, ou de um trinta avos, se do sexo feminino, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, à data da disponibilidade, e do salário-família.

Art. 4.º - Ao funcionário posto em disponibilidade, na forma deste Decreto-lei, é vedado, sob pena de demissão, exercer qualquer cargo, função ou emprego, ou prestar serviços retribuídos mediante recibo, em órgão ou entidade da Administração Federal Direta ou Indireta ou da Administração Direta ou Indireta dos Estados ou dos Municípios, ressalvada a hipótese de acumulação lícita, existente à data da vigência deste Decreto-lei.

Art. 5.º - O Poder Executivo expedirá as normas complementares necessárias à execução deste Decreto-lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio, da Gama e Silva

Augusto Hamann Redemaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite fúnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Cartos F. de Simas

D. O. União 5/3/69.

DECRETO-LEI N.º 502, DE 17 DE MARÇO DE 1969

Estabelece medidas acauteladoras para a confisco de bens previsto no Artigo 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e no Ato Complementar n.º 42, de 27 de janeiro de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Artigo 1.º - Tão logo seja decretado o confisco de bens pelo Presidente da República, os órgãos mencionados nos itens abaixo não poderão:

I - Os Registros de Imóveis, fazer transcrições ou averbações de documentos públicos ou particulares relativos aos bens confiscados, ou de quaisquer atos ou contratos em que sejam interessados pessoas naturais ou jurídicas, cujos bens tenham sido objeto de confisco;

II - Os Registros de Comércio ou Juntas Comerciais, arquivar atos ou contratos que importem em transferência de quotas sociais, ações ou partes beneficiárias objeto de confisco;

III - As Bolsas de Valores, realizar ou registrar operações de títulos de qualquer natureza que tenham sido alcançados pelo decreto confiscatório, ou pertencentes as pessoas nele referidas.

Parágrafo único - A violação do disposto no artigo 1.º deste Decreto-lei tornará o infrator passível do crime previsto no artigo 319.º do Código Penal, além da perda do cargo.

Artigo 2.º - A Comissão Geral de Investigações poderá pelo seu Presidente, se assim julgar conveniente e durante o curso da investigação sumária, notificar aos órgãos mencionados no artigo 1.º deste Decreto-lei da existência de processo de confisco e determinar, desde logo, as providências contidas nesse dispositivo.

Artigo 3.º - A Comissão Geral de Investigações poderá, também, observado o disposto nos artigos 1.º e 4.º do Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968, promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva, ou contrários à preservação e consolidação da Revolução Brasileira de 31 de março de 1964, para os efeitos de aplicação das medidas previstas no Ato institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, encaminhando os

resultados daquela investigação ao Ministro de Estado da justiça para os fins de direito.
Parágrafo único - Se, ainda, no processo de investigação sumária, a Comissão Geral de Investigações apurar fatos ou atos que possam determinar a aplicação das medidas previstas nos artigos 4.º e 6.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, mandará dele extrair as peças que julgar necessárias e as encaminhará ao Ministro de Estado da justiça para os fins previstos no Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 4.º - O Ministro de Estado da justiça poderá determinar, pelo prazo máximo de noventa dias, a prisão administrativa de indiciado em processo instaurado pela Comissão Geral de Investigações, desde que se torne necessária à instrução do feito e haja indícios suficientes da existência do fato e de sua autoria.

Artigo 5.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

D. O, 24/4/69.

DECRETO-LEI N.º 510, DE 20 DE MARÇO DE 1969

Altera dispositivos do Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967, e dá outras providências.
O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art., 1.º - Os arts. 12-14-20-25-28-30-31-33-36-37-38-39-40-41 e 42 e o Capítulo III do Decreto-lei n.º 314, de 13 de março de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.º - Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional:

Pena: Reclusão de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais.

.....

Art. 14.º - Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

Pena: Detenção, de 3 meses a 1 ano.

§ 1.º - Se a divulgação provocar perturbação da ordem, pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil.

Pena: Detenção, de 6 meses a 2 anos.

2.º - Se a responsabilidade pela divulgação couber a diretor ou responsável pelo jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, será também imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do salário-mínimo vigente na localidade, elevada ao dobro na hipótese do parágrafo anterior.

§ 3.º - As penas serão aplicadas em dobro, em casos de reincidência.

Art. 20.º - Exercer violência de qualquer natureza contra Chefe de Governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo seu território.

Pena: Reclusão de 1 a 2 anos, além da correspondente à violência.

Art. 25.º - Praticar devastação, saque, assalto, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação; ato de sabotagem ou terrorismo, inclusive contra estabelecimento de crédito ou financiamento; massacre, atentado pessoal; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais administrados pelo Estado ou mediante concessão ou autorização.

Pena: Reclusão, de 2 a 6 anos.

.....

Art. 28.º - Matar, por motivos de facciosismo ou inconformismo político-social quem exerça autoridade pública, ou estrangeiro que se encontre no Brasil, a convite do Governo Brasileiro, a

serviço de seu País ou em missão de estudo.

Pena: Reclusão, de 12 a 30 anos.

.....
Art. 30.º - Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: Reclusão de 4 a 12 anos.

Art. 31.º - Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado, de Governadores de Estado ou Territórios e do Prefeito do Distrito Federal.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos.

.....
Art. 33.º - Incitar:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - à desobediência coletiva às leis;

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou a instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais;

V - à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais;

VI - ao ódio ou à discriminação racial.

Pena: Detenção, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único - Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena será aumentada da metade.

.....
Art. 36.º - Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa.

Pena: Reclusão de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais,

Art. 37.º - Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos.

Art. 38.º - Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público.

Pena: Detenção, de 1 a 3 anos.

Art. 39.º - Constituem propaganda subversiva:

I - a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda da guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária;

II - o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - o comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - a greve proibida;

V - a injúria, a calúnia, ou difamação, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário em razão de suas atribuições;

VI - a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Pena: Detenção, de 6 meses a 2 anos.

Parágrafo único - Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional.

Pena: Detenção, de 1 a 4 anos.

Art. 40.º - Importar, fabricar, ter em depósito ou sob guarda, comprar, vender, doar, ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo, ou engenhos privativos das Forças Armadas, ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror.

Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos.

Art. 41.º - Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Decreto-Lei, ou fazer-lhes a apologia ou a dos seus autores.

Pena: Detenção, de 1 a 2 anos.

Parágrafo único - A pena será aumentada da metade, se o incitamento, publicidade ou apologia é feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão

Art. 42.º - É punível a tentativa, inclusive os atos preparatórios, com um a dois terços da pena prevista para o crime consumado.

.....
CAPITULO III

Do Processo e julgamento

Art. 44.º - Ficam sujeitos ao foro militar tantos os militares como os civis, na forma do artigo 122, §§ 1.º e 2.º da Constituição com a redação dada pelo Ato Institucional n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969, quanto ao processo e julgamento dos crimes definidos neste Decreto-Lei, assim como os perpetrados contra as Instituições Militares.

Parágrafo único - Instituições Militares são as Forças Armadas constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, estruturadas em Ministérios, bem assim os altos órgãos militares de administração, planejamento e comando.

Art. 45 - O foro especial, estabelecido neste Decreto-lei, prevalecerá sobre qualquer outro, ainda que os crimes tenham sido cometidos por meio da imprensa, radiodifusão ou televisão.

Art. 46.º - Aplica-se, quanto ao processo e julgamento, o Código da justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e deste Decreto-lei.

Art. 47.º - Durante as investigações policiais, o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito, até trinta (30) dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1.º - O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até 10 (dez) dias, desde, que a medida se torne necessária, às averiguações policiais militares.

§ 2.º - Se entender necessário, o Encarregado solicitará, dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado, observadas as disposições do artigo 149.º, do Código da justiça Militar.

Art. 48.º - Em qualquer fase do processo, aplica-se as disposições relativas à prisão preventiva no Código de Justiça Militar.

Art. 49.º - Poderão ser instaurados, individual ou coletivamente, os processos contra os infratores de qualquer dos dispositivos deste Decreto-lei.

Art. 50.º - Recebida a denúncia, o auditor mandará citar o denunciado para se ver processar e julgar.

Parágrafo único - a citação será por edital e com prazo de (oito) dias, para os denunciados que não forem encontrados, e de vinte (20) dias, para os que se tenham ausentado voluntariamente do País, estejam ou não em lugar sabido.

Art. 51.º - O acusado, que não comparecer nos atos processuais para os quais foi devidamente citado ou notificado, será considerado revel.

Art. 52.º - A ausência de qualquer dos acusados não impedirá a realização dos atos do processo e do julgamento, nem obrigará seu adiamento.

Parágrafo único - Se a ausência for do advogado constituído, o acusado será assistido por defensor designado, na hora pelo Presidente do Conselho,

Art. 53.º - A denúncia deverá arrolar até três (3) testemunhas, e, no caso de mais de um denunciado, poderá ser ouvida mais uma acerca da responsabilidade daquele a respeito do qual não houveram deposto às testemunhas inquiridas.

Art. 54.º - A defesa no curso do sumário, poderá indicar duas testemunhas para cada acusado, as quais deverão ser apresentadas, independentemente de intimação, no dia e hora fixados para a inquirição.

Parágrafo único - As testemunhas de defesa que deixarem de comparecer à audiência marcada, sem motivo de força maior comprovado pelo Conselho, não mais serão ouvidas, entendendo-se como desistência o seu não comparecimento.

Art. 55.º - Preterem a todos os serviços forenses locais as precatórias expedidas pelo auditor e deverão ser cumpridas no prazo máximo de quinze (15) dias, da data do seu recebimento, a devolvidas pelo mais rápido e seguro.

Art. 56.º - O exame de sanidade mental requerido pela defesa de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido ao

Conselho, até a data marcada para o julgamento. Neste caso aqueles acusados serão julgados oportunamente.

Art. 57.º - Quando o estado de saúde do acusado não permitir sua permanência na sessão de julgamento, esta prosseguirá com a presença do seu defensor.

Parágrafo único - Se o defensor se recusar a permanecer na sessão, a defesa passará a ser feita por advogado, designado pelo Presidente do Conselho.

Art. 58.º - A acusação e a defesa terão respectivamente uma hora para a sustentação oral, por ocasião do julgamento, podendo o procurador e o defensor replicar e treplicar, por tempo não excedente a trinta (30) minutos.

Parágrafo único - Se forem dois ou mais réus e diversos os defensores, cada um deles terá, por sua vez e pela metade, os prazos acima estabelecidos.

Art. 59.º - Quando a sessão de julgamento não puder ser concluída, por motivos justificados e dentro do próprio trimestre, o Conselho Permanente de justiça terá sua jurisdição prorrogada no respectivo processo.

Art. 60.º - O Conselho de justiça poderá:

a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que em consequência, tenha de aplicar pena mais grave, desde que aquela definição haja sido formulada pelo Ministério Público, em alegações escritas e a defesa tenha tido oportunidade de examiná-la;

b) proferir sentença condenatória por fato articulado na denúncia, não obstante haver o Ministério Público, opinado pela absolvição, bem como reconhecer circunstância agravante não argüida, mas referida, na narração do fato criminoso, na denúncia.

Art. 61.º - Ao Ministério cabe recorrer, obrigatoriamente, para o Superior Tribunal Militar:

a) do despacho do auditor que rejeitar no todo ou em parte, a denúncia;

b) da sentença absolutória.

Art. 62.º - O condenado à pena de reclusão por mais de dois (2) anos fica sujeito acessoriamente, à suspensão de direitos políticos, por dois (2) a dez (10) anos.

Art. 63.º - Não é admissível a suspensão condicional da pena dos crimes previstos neste Decreto-lei.

Art. 64.º - A pena privativa da liberdade será cumprida em estabelecimento militar ou civil, a critério do juiz, mas sem rigor penitenciário.

Art. 65.º - O livramento condicional dar-se-á nos termos da legislação Penal Militar.

Art. 66.º - São inafiançáveis os crimes previstos neste Decreto-lei.

Art. 67.º - O Ministro da justiça, sem prejuízo do disposto em leis especiais, poderá determinar investigações sobre a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas, de radiodifusão ou de televisão, especialmente, quando à sua contabilidade, receita e defesa, assim como a existência de quaisquer fatores ou influências contrárias à Segurança Nacional, tal como definidos nos artigos 2.º e 3.º e seus parágrafos deste Decreto-lei".

Artigo 2.º - Ficam revogados os §§ 1.º a 4.º do artigo 63.º da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1957.

Artigo 3.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 549 - DE 24 DE ABRIL DE 1969

Dá nova redação ao § 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º - O § 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), passa a vigorar com a redação:

"§ 2.º Mediante autorização do Presidente da República, a duração do tempo do Serviço Militar inicial poderá:

a) ser dilatada por prazo superior a 18 (dezoito) meses, em caso de interesse nacional;

b) ser reduzida de período superior a 2 (dois) meses, desde que solicitada, justificadamente, pelo Ministério Militar interessado".

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

Aurélio de Lyra Tavares

A. Costa e Silva

DECRETO-LEI N.º 554 - DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre desapropriação por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969, decreta:

Art. 1.º - A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 157 da Constituição Federal com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

§ 1.º - A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2.º - O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º - Ainda quando situados nas áreas de que trata o artigo 1.º não forma prevista neste Decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação,

Art. 3.º - Na desapropriação a que se refere o artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I - O valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II - Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III - O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando inexistir essa declaração.

§ 1.º Se entre a data da declaração a que se refere o inciso III e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

§ 2.º Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex-offício, o expropriante basear-se-á no efeito rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

§ 3.º Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º - Não havendo acordo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização, fixado nos termos do artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo único. O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º - A ação da desapropriação será proposta perante o Juiz Federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º - Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do artigo 4.º e seu parágrafo único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenados, em seu favor, a emissão na posse do bem e a respectiva transcrição no registro de imóveis.

Art. 7.º De plano, ou no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o juiz deferirá a inicial declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de 24 (vinte e quatro) horas dos competentes mandados, em nome do expropriante.

Parágrafo único. A transcrição da propriedade no registro de imóveis far-se-á no prazo improrrogável de 3 (três) dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o artigo anterior, o Juiz ordenará a citação expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9.º A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10.º Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11.º Na revisão do valor da indenização, deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural e eventualmente reajustado nos termos do § 3.º do artigo 3.º.

Art. 12.º Aplica-se às desapropriações por interesse social de que trata este Decreto-lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública no artigo 9.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13.º O depósito, que se haverá como feito à disposição do juízo da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na Capital do Estado e na sede da comarca de situação do bem com o prazo de 30 (trinta) dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14.º Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação ainda que fundada na nulidade da desapropriação, Parágrafo único. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15.º O juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-lei incorrerá na sanção prevista no artigo 24.º do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de serventuário da Justiça, ou de Oficial do Registro de Imóveis, ficará ele sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão,

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

DECRETO-LEI N.º 579 - DE 14 DE MAIO DE 1969

Estabelece condições especiais de recolhimento de contribuição para a previdência social nos casos que especifica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º - O proprietário, promitente comprador ou cessionário dos direitos à compra de terreno, que não possua outro imóvel, e que, sob sua responsabilidade direta, nele pretenda construir sua residência, com o máximo de setenta metros quadrados de área construída, em zona rural ou

suburbana, poderá obter dilatação do raso normal para recolhimento das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), nos termos deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se a quem, sendo proprietário, promitente comprador ou cessionário dos direitos à compra de uma única unidade residencial de uso próprio, pretenda nela fazer realizar, sob sua responsabilidade direta, obras de reparo ou acréscimo.

Art. 2.º - O recolhimento das contribuições será feito mediante pagamentos mensais, consecutivos, vencendo-se o primeiro no último dia do mês civil subsequente ao mês de competência, e de valor correspondente a uma percentagem do salário-mínimo regional variável com a área a construir ou crescer, sendo:

I - até cinquenta metros quadrados - trinta por cento;

II - mais de cinquenta metros quadrados, até setenta metros quadrados - sessenta por cento.

Art. 3.º - Quando a construção for executada parcialmente em regime de mutirão ou equivalente, o disposto neste Decreto-lei será aplicável às contribuições referentes aos salários pagos.

Art. 4.º - O proprietário, promitente comprador ou cessionário dos direitos à compra de um único imóvel, com o máximo de cem metros quadrados de área construída, que deva à previdência social contribuições referentes a obra já realizada ou iniciada, poderá requerer ao INPS, até 31 de dezembro de 1969, o parcelamento do débito, com juros de mora, correção monetária e multa, se for o caso, observado o critério do artigo 2.º.

§ 1.º - O valor da parcela mensal corresponderá a uma percentagem do salário-mínimo regional variável com a área construída, sendo:

a) até cinquenta metros quadrados - trinta por cento;

b) mais de cinquenta metros quadrados até setenta metros quadrados - sessenta por cento;

c) mais de setenta metros quadrados - cem por cento.

§ 2.º - O requerimento será instruído com a confissão do débito, devendo ser paga no ato a primeira parcela.

§ 3.º - Se o débito já estiver ajuizado, o devedor poderá, dentro do prazo deste artigo, obter o parcelamento do saldo devedor, mediante confissão formal.

§ 4.º - A correção monetária será apurada sem se levar em conta o período anterior à vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

§ 5.º - Será dispensado do pagamento de multa o aposentado por invalidez ou o pensionista que não tenha outro rendimento.

Art. 5.º - Nos casos em que forem deferidos os favores deste Decreto-lei, serão dispensadas as contribuições devidas a terceiros e arrecadadas pela previdência social.

Art. 6.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Jarbas G. Passarinho

(*) Nota do Sr. Pb. Republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial de 2 de maio de 1969.

DECRETO-LEI N.º 582 - DE 15 DE MAIO DE 1969

Estabelece medidas para acelerar a Reforma Agrária, dispõe sobre a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei n.º 554 de igual data, decreta:

Art. 1.º A execução da Reforma Agrária será intensificada, a partir da vigência do presente Decreto-lei, através de programas intensivos de implantação de novas unidades de exploração agrícola, em áreas prioritárias selecionadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), aprovadas pelo Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e definidas por Decreto do Poder Executivo, de acordo com as metas a serem fixadas.

Parágrafo único. Constituirão requisitos básicos para a identificação das áreas onde se executarão os projetos de Reforma Agrária, entre outros, os seguintes:

a) existência de inversão públicas em projetos de desenvolvimento, tais como obras de irrigação,

de eletrificação rural, de estradas e outras;

b) existência de latifúndios por exploração ou por extensão;

c) manifesta tensão social

d) concentração de minifúndios;

e) elevada incidência de não proprietários;

f) áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores.

Art. 2.º - A Reforma Agrária preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão compatível com a exploração existente, desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra.

Art. 3.º - A Reforma Agrária será desenvolvida e intensificada com a co-participação e a co-responsabilidade dos diversos órgãos federais, procurando-se assegurar, sempre, a participação dos Estados, Municípios e iniciativa privada.

Parágrafo único. Os representantes sindicais rurais de trabalhadores e de empresários participarão do planejamento e execução da Reforma Agrária.

Art. 4.º O Poder Executivo acompanhará a efetivação da Reforma Agrária, adotando as providências que se tornarem necessárias, atendida a alta prioridade conferida ao programa, a fim de assegurar, com a devida oportunidade, recursos financeiros para sua efetiva implementação.

Art. 5.º Fica criado o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Agricultura, com o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover a execução da Reforma Agrária.

§ 1.º O GERA, órgão máximo consultivo e deliberativo para assuntos da Reforma Agrária, será constituído por onze membros, representando os seguintes órgãos: Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Banco Central, Confederação Nacional de Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

§ 2.º Os membros do GERA serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Ministros de Estado e das representações sindicais.

§ 3.º A Presidência do GERA será exercida pelo Ministro da Agricultura, cabendo ao representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral coordenar as medidas de caráter interministerial.

Art. 6.º As contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, serão devidas ao IBRA, ao FUNRURAL E ao INDA na seguintes proporções:

I - Ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA);

1) as contribuições a que se refere a Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955 no caput de seus artigos 6.º e 7.º, cuja arrecadação será feita pelo próprio IBRA;

2) 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição fixada na Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35.º, § 2.º, item VIII.

II - Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL); 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição fixada no artigo 35.º § 2.º, item VIII da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965;

III - ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) caberão 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante da arrecadação, pelo INPS, da contribuição estipulada na Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, em seu artigo 35.º, § 2.º item VIII.

Art. 7.º Ficam transferidas para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária as atribuições referentes a colonização buscando-se ampliar a participação da iniciativa privada na execução do respectivo programa.

Parágrafo único. O IBRA terá sob sua jurisdição os Núcleos de Colonização que vinham sendo desenvolvidos pelo INDA e, do comum acordo com o Ministério da Agricultura, estudara a conveniência da emancipação dos mesmos a curto prazo com a consequência incorporação do acervo remanescente ao patrimônio de outros órgãos federais, estaduais e municipais, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 8.º O IBRA, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverá a extinção das Companhias de Prestação de Serviços (CAPSES) e Companhias de Produção de Insumos (CAMAS) criadas com base no artigo 17.º da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, ou estimulará a sua transformação em empresas privadas.

Art. 9.º O Fundo Nacional de Reforma Agrária de que trata o artigo 27.º da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, será constituído das seguintes fontes de recursos:

- I - Recursos orçamentários, programados, sempre que possível, em caráter plurianual;
- II - Contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 5.097, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-lei n.º 58, de 21 de novembro de 1966, na forma estabelecida no presente Decreto-lei.
- III - Recursos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a serem estabelecidos em caráter plurianual na forma do artigo 29 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
- IV - Produto da Contribuição de Melhoria cobrada pela União, de acordo com a legislação vigente.
- V - Parcela do Imposto Territorial Rural atribuída à União para execução de projetos de Reforma Agrária.
- VI - Outros recursos de origem orçamentária ou de natureza diversa, destinados à execução da Reforma Agrária.
- VII - Outras receitas próprias do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 10.º O limite máximo de circulação referente aos Títulos de Dívida Agrária, de que trata o artigo 105, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, será corrigido anualmente de acordo com os índices oficiais de correção monetária.

Parágrafo único. A atualização de que trata este artigo será efetuada a partir da vigência da Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964.

Art. 11.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial ao Ministério da Agricultura, até a importância de NCr\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros novos), destinado ao IBRA para aplicação em despesas de qualquer natureza referente à execução da Reforma Agrária, inclusive com os escritórios de extensão rural, podendo compreender despesas realizadas em exercício anteriores.

Parágrafo único. Na forma da alínea e do § 1.º do artigo 64.º, da Constituição, os recursos para a cobertura das despesas abrangidas pelo crédito especial autorizado neste artigo serão indicados por ocasião de sua abertura podendo ter origem em cancelamento de dotações orçamentárias constantes da Lei n.º 5.546, de 29 de novembro de 1968.

Art. 12.º Os artigos 37.º e 38.º e seus parágrafos, da lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37.º São órgãos específicos para a execução da Reforma Agrária:

- I - O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA);
- II - O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente, ou através de suas Delegacias Regionais;
- III - as Comissões Agrárias.

Art. 38.º O IBRA será dirigido por um Presidente nomeado pelo Presidente da República.

§ 1.º O Presidente do IBRA terá a remuneração correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem os Ministros de Estado.

§ 2.º Integrarão, ainda, a Administração Superior do IBRA Diretores, até o máximo de seis, de nomeação do Presidente do IBRA, mediante aprovação do GERA".

Parágrafo único. Os atuais cargos de direção do IBRA serão considerados extintos tão logo composta sua nova diretoria, na forma deste artigo.

Art. 13.º O GERA deverá ser instalado no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a publicação do presente Decreto-lei, devendo os respectivos órgãos que o integram indicar ao Presidente da República os seus representantes.

Art. 14.º O Poder Executivo promoverá a criação de um Grupo Especial de Trabalho para, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias propor medidas para a reformulação dos objetivos, organização e funcionamento do INDA, com o propósito de evitar a duplicação de serviços e a dispersão de recursos e assegurar a adequada coordenação de suas atividades com as do IBRA e dos demais órgãos do Ministério da Agricultura.

§ 1.º Enquanto esses estudos não forem concluídos, o INDA aplicará no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos próprios que lhe são atribuídos por este Decreto-lei na execução de programas de eletrificação rural.

§ 2.º Dos recursos próprios de que trata o artigo 6.º, item I, do presente Decreto-lei, ora transferidos para o IBRA, serão destacadas no corrente exercício, se necessário, parcelas para suplementar a verba do INDA destinada ao pagamento de seu pessoal regido pela CLT, atualmente existente.

Art. 15.º O presente Decreto-lei será regulamentado dentro de 60 (sessenta) dias, devendo o ato

dispor, inclusive, sobre as atribuições e competência dos dirigentes do IBRA e o regime de seu pessoal.

Art. 16.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º do República.

A. Costa e Silva

Ivo Arzua Pereira

Hélio Beltão

DECRETO-LEI N.º 685. DE 17 DE JULHO DE 1969

Estabelece normas complementares para resguardo da economia pública. poupança privada e segurança nacional no âmbito econômico-financeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º - Os administradores, gerentes e conselheiros fiscais das sociedades sujeitas ao regime de liquidação extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n.º 48, de 18 de novembro de 1966, ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até final e definitiva apuração e liquidação de suas responsabilidades.

§ 1.º - A indisponibilidade de que trata o presente artigo decorre do ato que decretar a liquidação ou falência e atinge a todos aqueles. que tenham estado no exercício das funções nos doze meses anteriores ao mesmo ato, inclusive os administradores, gerentes e conselheiros fiscais das liquidações extrajudiciais em curso, aplicando-se à espécie o disposto nos números I, II e III e parágrafo único do Artigo 1.º do Decreto-lei n. 502, de 17 de março de 1969.

§ 2.º - Não poderão os administradores, gerentes e conselheiros fiscais ausentar-se do lugar da liquidação extrajudicial, sem autorização expressa do Banco Central do Brasil, atendido, no que for cabível, o que dispõe o número III, do Artigo 34, do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 2.º - É competente a justiça Federal para processar os feitos em que a sociedade liquidanda for autora, ré, assistente, litisconsorte: ou opoente.

§ 1.º - Nos feitos a que se refere este artigo, os prazos serão contados em dobro a favor da empresa liquidanda devendo nos processos respectivos intervir a União Federal, pelo Procurador da República, aplicando-se esta disposição também aos feitos submetidos à Justiça do Trabalho.

§ 2.º - Os processos em curso serão remetidos no prazo de 15 dias à Justiça Federal, independentemente do pagamento imediato das custas.

Art. 3.º - No resguardo da economia pública, da poupança privada, e da segurança nacional, sempre que a atividade da instituição ou entidade liquidanda, a critério, do Conselho Monetária Nacional, colidir com os interesses daquela área poderá o liquidante, sem prejuízo dos poderes que lhe são conferidos pela legislação vigente expressamente autorizado pelo mesmo Conselho, e sem dependência de manifestação ou concordância dos credores, acionistas ou sócios da entidade liquidanda, adotar qualquer forma especial ou qualificada de realização do ativo e liquidação do passivo, inclusive ceder o ativo a terceiros, organizar ou reorganizar sociedade para continuação geral ou parcial do negócio ou atividade da liquidanda.

Art. 4.º - Os atos referidos no artigo 3.º produzem efeitos jurídicos imediatos independentemente de formalidades e registros.

Parágrafo único, Os registros respectivos serão procedidos no prazo de 15 dias pelos Oficiais dos Registros de Imóveis e pelos Registros do Comércio, bem como pelos órgãos da administração pública da União, dos Estados e dos Municípios, na esfera da respectiva competência, à vista da comunicação formal que lhes seja feita, em caso, pelo liquidante.

Art. 5.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1969; 148 da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 697 - DE 23 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre o registro previsto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições conferidas pelo § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando o disposto no artigo 78.º, da Lei n.º 4.242, de 17-7-63 reiterado pelo Artigo 17.º da Lei n.º 4.728, de 14-7-65, que acrescentou aos quatro requisitos fixados pelo artigo 54.º do Decreto n.º 2.044, de 31-12-68, um quinto requisito essencial para a caracterização do título cambial: "Deverão ter a coobrigação de uma instituição financeira para a sua colocação no mercado";

Considerando que a regularização de emissões ilegais de títulos, prevista no artigo 17.º da Lei n.º 4.728, e no Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, sem revogar a exigência do novo requisito cambial objetivou exclusivamente resguardar a economia popular inadvertidamente aplicada no mercado clandestino de títulos, ensejando a transação dos emitentes com os credores ou então a cobrança judicial da dívida por via ordinária na forma da legislação civil vigente;

Considerando a necessidade de impedir que a regularização de emissões ilegais de títulos possa ensejar danos à Fazenda Nacional e ao mercado de capitais, mediante a prática de sonegações e crimes contra a economia popular, decreta:

Art. 1.º - O registro previsto no artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67 que caracteriza a responsabilidade civil das empresas emitentes, não confere caráter cambial ao título, desprovido do mesmo em virtude de infração do artigo 78.º, da Lei n.º 4.242, de 17-7-63, e do artigo 17.º, da Lei n.º 4.728, de 14-7-65.

Art. 2.º - As pessoas jurídicas emitentes de títulos cujo registro foi realizado na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, ficam obrigadas a contabilizar no prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, as operações de liquidação dos títulos, por transação aprovada pelo Banco Central do Brasil, sob Pena de ficarem sujeitas, juntamente com os seus diretores, às penalidades fiscais e criminais previstas em Lei.

Art. 3.º - Extinguem-se a punibilidade dos crimes previstos no artigo 177.º do Código Penal para as omissões contábeis; relativas a títulos registrados na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, ficando também assegurada a isenção das penalidades fiscais e cambiais decorrentes.

Parágrafo único. Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam aos diretores das empresas; que não cumprirem, dentro do prazo fixado, as determinações do artigo anterior.

Art. 4.º - Os títulos não registrados, na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, não poderão ser objeto de transação ou cobrança judicial sem o prévio pagamento da multa prevista no § 1.º do artigo 17.º, da Lei n.º 4.728, acrescida de correção monetária, segundo os índices fixados para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Nacional, calculada a partir do vencimento do prazo facultado para o registro pelo artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67.

Art. 5.º - O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 745 DE 7 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere § 1.º do artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º - Nos contratos a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ainda que deles conste cláusula resolutiva expressa, a constituição em mora do promissário comprador depende de prévia interpelação judicial ou por intermédio do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, com quinze (15) dias de antecedência.

Art. 1.º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva
Publicado no D.O.U. Edição n.º 150 - 8 de agosto de 1969.

DECRETO-LEI N.º 760, DE 13 DE AGOSTO DE 1969

Da nova redação aos artigos 5.º e 8.º do Decreto-lei n.º 369 de 17 de dezembro de 1968.
O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Artigo 1.º - Os artigos 5.º e 8.º, do Decreto-lei n.º 359, de 17 de dezembro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5.º - Encerrada a investigação, se a Comissão concluir pela existência de enriquecimento ilícito, proporá ao Presidente da República a expedição de decreto, com a especificação dos bens a serem confiscados e dos atos de alienação ou oneração de bens a serem declarados nulos.

Parágrafo 1.º - Publicado o decreto no Diário Oficial, os registros competentes, no prazo de sessenta dias providenciarão, de ofício, a transcrição dos bens em nome da pessoa jurídica de direito público em favor da qual haja sido decretado o confisco, remetendo-lhe as respectivas certidões.

Parágrafo 2.º - A inobservância dos disposto no parágrafo anterior configurará crime de prevaricação".

Artigo 8.º - São nulos de pleno direito, em relação a Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, e suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, os atos de alienação ou oneração de bens, dinheiro ou valor, praticados por quem haja enriquecido ilicitamente nos termos do artigo 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, do Ato Complementar n.º 42, de 27 de janeiro de 1969, ou dos artigos 6.º e 11.º deste Decreto-lei.

Parágrafo 1.º - A declaração de nulidade far-se-á no decreto de confisco dos bens.

Parágrafo 2.º - A nulidade abrangerá os atos de alienação ou oneração de bens desviados do patrimônio público.

Parágrafo 3.º - O confisco abrangerá inclusive, os bens cuja alienação ou oneração forem declaradas nulas.

Parágrafo 4.º - Aos terceiros possuidores de boa fé e assegurado direito regressivo.

Parágrafo 5.º - Far-se-á a reintegração ou emissão de posse dos bens confiscados mediante mandado do Ministro da Justiça, do Secretário de Justiça, ou do Prefeito Municipal, conforme o confisco haja sido decretado em favor da União, Distrito Federal, Estado, Território ou Município e respectiva autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações.

Parágrafo 6.º - As autoridades de que trata o parágrafo anterior poderão requisitar força policial para o cumprimento da ordem.

Parágrafo 7.º - O Presidente da República poderá nomear o indiciado, durante o prazo previsto no artigo 9.º ou até a decisão de que trata o parágrafo 2.º do mesmo artigo, depositário dos bens que lhe forem confiscados, lavrando-se o termo de compromisso perante a pessoa jurídica de direito público em favor da qual haja sido decretado o confisco".

Artigo 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1969 - 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Melo

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

DECRETO N.º 64.124, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1969

Regulamenta o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 83.º, item II da Constituição, decreta:

Artigo 1.º - Os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16.º, § 1.º, alínea b, da Constituição, serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

§ 1.º - O nome escolhido pelo Governador será submetido ao Presidente da República, por intermédio do Ministro de Estado da Justiça.

§ 2.º - Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, o Ministro de Estado da Justiça comunicará a decisão ao Governador do Estado, para que este dentro do prazo de dez (10) dias, a contar da data da comunicação, faça nova indicação.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

D.O. E. São Paulo 6/3/69.

DECRETO N.º 64.248, DE 24 DE MARÇO DE 1969

Regulamenta, com base no artigo 75.º do Decreto-lei n.º 37, de 18 de dezembro de 1966, a concessão de autorização para admissão temporária com suspensão de tributos, de bens destinados a execução de obras de interesse público.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83.º, item II, da Constituição e considerando a necessidade de regulamentar o disposto no artigo 75.º do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, decreta:

Art. 1.º - Nos casos de realização de obras de interesse público, mediante financiamento de entidades governamentais estrangeiras ou de instituições internacionais, poderá ser concedida autorização, para a admissão temporária no território nacional, com suspensão de tributos, de máquinas, aparelhos, equipamentos e materiais, sem similar nacional, indispensáveis à execução dos serviços, quando contratados, financiados ou garantidos por órgão devidamente autorizado da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.

Parágrafo único - A suspensão temporária a que se refere este artigo compreende o imposto de importação, ou imposto sobre produtos industrializados bem como os demais tributos e gravames incidentes sobre bens procedentes do exterior.

Art. 2.º - São condições essenciais para concessão do regime estabelecido neste regulamento:

I - A concorrência pública para execução de obras;

II - A identificação classificação tarifária e avaliação dos bens;

III - A garantia do pagamento dos tributos e de outros ônus exigidos pela legislação em vigor, inclusive multas, no caso, de não devolução dos bens admitidos temporariamente ou de infração das normas legais e regulamentares pertinentes;

IV - A utilização dos bens exclusivamente nos fins determinantes da admissão temporária.

Parágrafo único - A garantia a que se refere o inciso IV deste artigo será constituída mediante:

a) depósito prévio da quantia exigível; ou

b) termo de responsabilidade, com fiador idôneo a juízo da autoridade concedente, que poderá dispensar a fiança em casos excepcionais e à vista de interesse público relevante.

Art. 3.º - Os bens consumíveis que por sua quantidade e natureza, se aprestem à alienação, ficam excluídos do regime deste Regulamento, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo único - Poderá ser autorizado o desembaraço aduaneiro de partes, peças complementares e semelhantes, que sejam indispensáveis à operação das máquinas e equipamentos ou à execução das obras e compatíveis com as necessidades de utilização durante o período de admissão autorizada.

Art. 4.º - O ato concessivo da admissão temporária fixará o prazo de sua vigência, com observância dos limites estabelecidos no art. 71.º do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 5.º - O prazo fixado se extinguirá automaticamente quando ocorrer desvio ou transferência de propriedades dos bens admitidos pelo regime deste Regulamento ou em caso de uso dos mesmos em finalidades diferentes das que justificaram a concessão.

Art. 6.º - Os bens de que trata este Regulamento constarão de relação, em 3 vias, na qual serão indicados todos os elementos que os intensifiquem e os respectivos valores unitários.

§ 1.º - A relação de que trata este artigo será apresentada juntamente com o pedido de admissão temporária, sendo a 1.º via arquivada no órgão competente da Secretaria da Receita Federal, a 2.º via arquivada no órgão competente da Secretaria da Receita Federal, a 2.º encaminhada à repartição em que se processará o desembaraço aduaneiro dos bens e a 3.º, com o Carimbo oficial, restituída ao interessado.

§ 2.º - A vista da relação, a repartição com jurisdição sobre o ponto de entrada dos mesmos, para o fim de esclarecer a importância do depósito ou do termo de responsabilidade e respectiva fiança.

§ 3.º - Com os elementos constantes do parágrafo anterior, o pedido de autorização para admissão temporária será submetido à decisão da autoridade concedente.

Art. 7.º - A devolução ao exterior dos bens admitidos temporariamente deverá ser feita, obrigatoriamente, dentro do prazo estabelecido no ato de concessão.

Parágrafo único - Expirado o prazo, sem que haja sido efetivada a devolução, converter-se-á em renda o depósito ou promover-se-á a execução do termo de responsabilidade, para cobrança dos tributos e demais ônus devidos inclusive multas estabelecidas na legislação em vigor, com base no valor dos bens não devolvidos.

Art. 8.º - A devolução dos bens admitidos sob o regime Este Regulamento, desde que realizada dentro do prazo concedido, poderá ser feita por qualquer ponto do território nacional, em que haja controle. aduaneiro,

§ 1.º - O embarque será procedido de requerimento à autoridade concedente.

§ 2.º - A autorização de embarque ficará condicionada à conferência da exatidão dos bens, quanto à natureza, quantidade e qualidade.

Art. 9.º - No ato de conferência de que trata o § 2.º do artigo anterior serão averbadas as diferenças porventura encontradas para cobrança dos tributos, multas e demais ônus devidos.

§ 1.º - A averbação prevista neste artigo será assinada pelo funcionário designado para a conferência e pelo interessado ou seu representante.

§ 2.º - Somente após o cumprimento das exigências deste artigo o embarque poderá ser realizado.

Art. 10.º - A vista da 2.º via da relação exigida no art. 6.º, serão promovidas ex-offício, as seguintes medidas, conforme o, resultado da verificação final:

I - Baixa do termo de responsabilidade ou sua execução para cobrança dos tributos e ônus devidos;

II - Liberação do depósito ou conversão em renda da importância correspondente a tributos e demais ônus relativos aos bens não devolvidos.

Parágrafo único - No caso de haver sido imposta qualquer multa, a baixa do termo de responsabilidade ou levantamento de depósito, dependerá do recolhimento da importância correspondente, salvo se a requerimento da parte for feita a devida compensação à conta do depósito.

Art. 11.º - Poderá ser autorizada, mediante requerimento da parte interessada, a devolução parcelada dos bens admitidos temporariamente na forma deste Regulamento.

Parágrafo único - Cada embarque parcelado dependerá de conferência aduaneira, cujo resultado será averbado nas 2.º e 3.º vias da relação a que se refere o art., 6.º, fazendo o órgão que houver fiscalizado a devolução, a devida comunicação ao órgão competente da Secretaria da Receita Federal, para anotação na 1.º via.

Art. 12.º - Na hipótese de embarque parcelado poderá ser autorizado, a requerimento do interessado, o levantamento da parte do depósito correspondente aos bens efetivamente devolvidos.

Parágrafo único - Em caso de termo de responsabilidade, serão averbados, neste, os embarques parcelados, para a correspondente redução da obrigação assumida,

Art. 13.º - Poderá ser concedida autorização para a transferência de propriedade dos bens

admitidos sob o regime deste Regulamento, mediante requerimento da parte interessada, antes da expiração do prazo da permanência autorizada, desde que seja efetuado o recolhimento dos tributos cujo pagamento haja sido suspenso e dos demais ônus exigíveis, na forma da legislação vigente.

§ 1.º - O recolhimento previsto neste artigo deliberará o depósito efetuado ou a obrigação assumida no termo de responsabilidade, em importância equivalente ao pagamento realizado.

§ 2.º - Não se exigirá o recolhimento de que trata este artigo, quando a transferência dos bens for feita mediante autorização prévia da autoridade concedente, a pessoa ou entidade que goze da isenção de tributos, observados os limites e os termos da lei concessiva de favor.

§ 1.º - Nos casos de que tratam este artigo e os parágrafos anteriores, a transferência dos bens equipara-se à importação, sujeita às normas da legislação que disciplina o intercâmbio comercial com o exterior.

Art. 14.º - Os bens admitidos sob o regime deste Regulamento poderão ser despachados para consumo, antes da expedição do prazo da permanência autorizada, mediante o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a importação e observadas, no que couber, as do artigo anterior.

Art. 15.º - Se os bens admitidos na forma deste Regulamento forem destruídos em virtude de incêndio, naufrágio ou outro qualquer sinistro, poderá ser autorizado o levantamento, parcial ou total, do depósito ou a baixa do termo de responsabilidade, em montante proporcional correspondente à garantia relativa ao bem destruído.

§ 1.º - Não terá aplicação o disposto neste artigo quando;

I - Ficar provado que o evento:

a) decorreu de culpa ou dolo do beneficiário;

b) resultou da utilização do bem em finalidade diferente daquela que houver justificado a admissão temporária;

c) ocorreu após a expiração do prazo dentro do qual deveria ter sido efetivada a devolução.

II - O sinistro estiver coberto por seguro.

§ 2.º - Para os efeitos do disposto neste artigo, o interessado deverá requerer a baixa do termo de responsabilidade ou levantamento de depósito, total ou parcialmente mediante:

I - Declaração expressa de inexistência de seguro ou existência de cobertura, indicando, neste caso, o valor da mesma;

II - Juntada do laudo pericial de órgão oficial competente, do qual deverão constar as causas e os efeitos do sinistro.

Art. 16.º - O julgamento da conveniência da concessão, o ato de autorização da admissão temporária de bens, sob o regime estabelecido neste regulamento e as condições a que ficarão sujeitos, são da competência do Ministro da Fazenda que a poderá delegar, no todo ou em parte, a outras autoridades do Ministério da Fazenda, mediante ato expresso.

Parágrafo único - O exercício dos demais atos a que se refere este Regulamento, não reservados à autoridade concedente, compete aos chefes das repartições com jurisdição sobre os pontos em que se processar a entrada ou saída dos bens, salvo quando o Ministro da Fazenda, mediante Portaria, designar outras autoridades para desempenho dos mesmos atos.

Art. 17.º - As infrações deste Regulamento ficam sujeitas às penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 18.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Antônio Delfim Netto

D. O. 8/5/69

DECRETO N.º 64.398, DE 24 DE ABRIL DE 1969

Regulamenta a Lei n.º 5.433 de 8 de maio de 1968, que dispõe sobre a microfilmagem de documentos e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 83.º, item II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968, decreta:

Art. 1.º - A microfilmagem, em todo território nacional, autorizada pela Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968, compreende a dos documentos oficiais arquivados nos órgãos dos Poderes Executivo, judiciário e Legislativo, inclusive nos da Administração Indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem assim a dos documentos oficiais arquivados nos órgãos dos de pessoas naturais ou jurídicas, e será regulamentada por este Decreto.

Parágrafo único - Disporá, ainda, o presente Decreto do estabelecimento de normas sobre o manuseio, preservação dos filmes resultantes, cópias, traslados, certidões extraídas de microfilmes e autenticação desses documentos para que possam produzir efeitos legais em juízo ou fora dele. .

Art. 2.º - Considera-se oficial para os efeitos deste Decreto todo e qualquer documento arquivado ou em trânsito nos órgãos públicos a que se refere o artigo anterior, Do equipamento de Microfilmagem.

Art. 3.º - A microfilmagem de documentos será feita em microfilmadora de tipo rotativo ou planetário.

Artigo 4.º - Para o processamento dos filmes serão usados equipamentos manuais, semi-automáticos ou automáticos, desde que o processo utilizado assegure ao filme seu alto poder de definição, densidade uniforme e durabilidade.

Parágrafo único - Compreende-se por processamento de filme os banhos de revelação, de interrupção, fixação e lavagem, e a secagem.

DOS FILMES

Art. 5.º - A microfilmagem de documentos de qualquer espécie será feita sempre em filme negativo de segurança, sem perfuração, com o mínimo de 180 linhas por milímetros da definição, com suporte de acetato ou poliéster.

§ 1.º - Poderão ser usados filmes de 16 mm, 35 rara, 70 mm, ou 105 mm, desde que sem perfuração.

§ 2. - A escolha da dimensão do filme a ser utilizado será condicionada sempre à apresentação física do documento a ser microfilmado.

Art. 6.º - A microfilmagem de documentos será feita em filme negativo sem perfuração, sendo obrigatória a extração de cópia em filme.

Art. 7.º - Não poderá ser utilizado filme de 16 mm para microfilmagem de documento que contenha fotografia ou gravura.

Art. 8.º - A redução máxima permitida para microfilmagem de documentos é a seguinte:

Para filme de 16 mm - 40 vezes

Para filme de 35 mm - 26 vezes

Para filme de 70 mm- 19 vezes

Para filme de 105 mm - 12 vezes

Parágrafo único - Quando se tratar de documento cujo tamanho ultrapasse o máximo de redução permitida para o tipo de filme usado, a microfilmagem poderá ser feita por etapas, sendo obrigatória a repetição de uma parte da imagem anterior em cada imagem subsequente, de modo que se possa identificar, por super posição, a continuidade entre as seções adjacentes microfilmadas.

DA MICROFILMAGEM DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Art. 9.º - Na microfilmagem de documentos oficiais, cada série será precedida de imagem de abertura do filme, com os seguintes elementos (modelo n.º 1):

I - Nome da organização e data do início da microfilmagem;

II - Número do filme em ordem crescente. codificado, quando necessário;

III - Termo de abertura do filme, contendo nomes e assinaturas do responsável direto pela documentação arquivada e do responsável pelo setor de microfilmagem;

IV - Indicação dos documentos constantes do filme e respectivas datas.

Art. 10.º - No final de cada rolo de filme, imediatamente após a reprodução do último documento, será microfilmada imagem de encerramento, com os seguintes elementos (modelo n.º 2);

I - Nome da organização e data do término da microfilmagem;

II - Ordem de colocação dos documentos contidos no filme;

III - Indicativo de final do filme;

IV - Termo de encerramento e autenticação.

Art. 11.º - Os documentos da mesma série ou seqüência, eventualmente omitidos quando da

microfilmagem, serão reproduzidos posteriormente e colocados no filme, "mediante termo de correção prévia (modelo n.º 3), e emendados na sequência natural por meio de repetição, na parte inserida, das duas imagens imediatamente anteriores e das duas posteriores ao corte.

Art. 12.º - A documentação, em trânsito ou em estudo, poderá a critério da autoridade competente, ser microfilmada, devendo os filmes resultantes ficar sob guarda da autoridade requisitante, proibida destruição dos originais até o recolhimento definitivo para arquivamento.

Art. 13.º - Os filmes negativos resultantes de microfilmagem de documentação oficial ficarão obrigatoriamente arquivados na organização detentora d arquivo, vedada a sua cessão sob qualquer pretexto.

Art. 14.º - A eliminação de documentos oficiais microfilmados será precedida de lavratura de termo em livro próprio após a revisão e montagem dos filmes correção das falhas acaso existentes.

Art. 15.º - Os documentos oficiais de valor histórico não podem ser eliminados, sendo no entanto permitida a sua transferência para outro local ou repartição, após a microfilmagem, mediante relacionamento.

Art. 16.º - A documentação oficial de caráter sigiloso poderá ser microfilmada, a critério da autoridade competente, sem obrigatoriedade de emissão da cópia de filme, regulando-se pelo Decreto n.º 6.417, de 11 de março de 1967, o manuseio e guarda dos filmes, bem assim a destruição dos originais.

Art. 17.º - A validade em juízo ou fora dele: de traslado, certidões e cópias, em papel, de documentos oficiais, extraídos de microfilmes, dependerá de autenticação de autoridade detentora do filme negativo (modelo n.º 4) mas, em se tratando de cópia em filme, a autenticação dependerá do termo próprio (modelo n.º 5).

Art. 18.º - É dispensável o reconhecimento da firma da autoridade que autenticar os translados, as certidões e as cópias em papel e em filme.

DA MICROFILME AGEM DE DOCUMENTOS PARTICULARES

Art. 19.º - A microfilmagem de documentos de origem particular, de pessoas naturais ou jurídicas, poderá ser feita, para efeito de arquivamento ou por motivo de segurança, por cartórios ou estabelecimentos particulares habilitados, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo único. Os estabelecimentos particulares poderão quando houver conveniência, possuir equipamento para microfilmagem de sua própria documentação, desde que observado o disposto neste Regulamento.

Art. 20.º - Para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, os cartórios e estabelecimentos particulares, além da legislação a que estão sujeitos, deverão requerer registro no Departamento de Justiça do Ministério da Justiça e sujeitar-se à fiscalização que por este será exercida quanto ao cumprimento do disposto no presente Decreto.

Art. 21.º - A microfilmagem de documentos realizada por cartórios e estabelecimentos particulares que se dedicarem a essa atividade obedecerá aos requisitos contidos nos artigos 9.º e 10.º deste Decreto.

DA AUTENTICAÇÃO DOS FILMES, TRASLADOS, CERTIDÕES E CÓPIAS EM PAPEL DE DOCUMENTOS PARTICULARES

Art. 22.º - Os translados e as cópias em papel e em filme de documentos particular, microfilmado, para produzirem efeitos legais, em juízo ou fora dele, terão que ser assinados pelo responsável da organização ou estabelecimento detentor do filme negativo, e obrigatoriamente autenticados em Cartório.

§ 1.º - A autenticação a que se refere este artigo far-se-á por meio de carimbo apostado em cada folha (modelo n.º 6), ou mediante termo próprio quando em filme (modelo n.º 7).

§ 2.º - Somente os Cartórios que satisfizerem os requisitos especificados no art. 20.º poderão fazer a autenticação supramencionada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23.º - Quando houver conveniência de aproveitamento de filme negativo, na operação de microfilmagem de uma sequência, ou não, do documentos, poderão ser feitas emendas, repetindo-se nas partes a serem emendadas, procedida de termo de aditamento (modelo n.º 8), as duas imagens imediatamente anteriores àquelas.

Art. 24.º - Os microfilmes e cópias em filme, produzidos no exterior, somente terão validade em juízo ou fora dele quando.

a) autenticados por autoridade estrangeira competente;

b) tiverem reconhecida pela autoridade consular brasileira, a firma da autoridade estrangeira

que os houver autenticado;

c) forem acompanhadas de tradução oficial.

Art. 25.º - Os microfilmes negativos e as cópias em filme de documentos sujeitos à fiscalização ou necessários à prestação de contas serão mantidos em rolos, por prazo igual ao exigido em lei para os respectivos originais.

Art. 26.º - Para a confecção de cópia em filme, poderá ser utilizado filme dos tipos diazóico, térmico ou outros que ofereçam igual segurança.

Art. 27.º - A cópia em papel poderá ser reproduzida pelo sistema fotográfico tradicional, por aparelho leitor-copiador, processo eletrostático ou outros que lhe assegurem reprodução fiel e durabilidade.

Art. 28.º - Os cartórios e estabelecimentos particulares, que se dedicarem à microfilmagem de documentos de terceiros, fornecerão obrigatoriamente em certificado de garantia do serviço executado (modelo n.º 9).

Art. 29.º - Não terá valor probante em filme que não estejam conforme traslado, certidão, cópia em papel e em filme que não estejam conforme o disposto neste Regulamento.

Art. 30.º - Os cartórios e estabelecimentos particulares que, na data da entrada em vigor deste Regulamento, estiverem executando serviço de microfilmagem para terceiros, deverão adaptar-se às normas nele previstas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 31.º - As infrações às normas deste Regulamento, por parte dos Cartórios e estabelecimentos particulares, serão sancionadas, atenta a sua gravidade, com a pena de multa de duas a cem vezes do maior salário mínimo vigente no País, na data de sua imposição, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.

Parágrafo único - No caso de reincidência, será cassado definitivamente o registro para microfilmagem documento.

Art. 32.º - Em se tratando de órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive dos órgãos de administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, além das sanções civis e penais cabíveis, serão aplicadas as penas disciplinares previstas na respectiva legislação.

Art. 33.º - O Ministro da justiça expedirá as instruções que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Regulamento.

Art. 34.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcia de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

(Publicado no "D.O.U." de 28-4-1969, com Modelos de Impressa).

DECRETO N.º 64.608 - DE 29 DE MAIO DE 1969

Modifica a redação dos artigos 182.º e 188.º do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da

Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 31 do Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, decreta:

Art. 1.º - Os artigos 182.º e 188.º do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 182.º - Haverá no registro de imóveis os seguintes livros:

Livro n.º 1 - protocolo, com 300 folhas;

Livro n.º 2 - inscrição hipotecária, com 300 folhas;

Livro n.º 3 - inscrição das transmissões, com 300 folhas;

Livro n.º 4 - registros diversos, com 300 folhas;

Livro n.º 5 - emissão de debêntures, com 150 folhas;

Livro n.º 6 - indicador real, com 300 folhas;

Livro n.º 7 - indicador pessoal, com 300 folhas;

Livro n.º 8 - registro especial, com 300 folhas;

Livro n.º 9 - registro de cédulas de crédito rural, com 300 folhas;

Livro n.º 10 - registro de cédulas de crédito industrial, com 300 folhas.

Art. 188.º. O Livro no 6 - Indicador Real - será o repertório de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, figurarem nos Livros ns.º 2, 3, 4, 8, 9 e 10.

As folhas desse livro repartir-se-ão por igual, entre as circunscrições, que se compreenderem na comarca ou na zona pertencente ao respectivo ofício.

Cada indicação terá por espaço, pelo menos, um sexto da página do livro, e, cada espaço, cinco colunas, formadas por linhas perpendiculares correspondentes aos requisitos seguintes:

1.º - número de ordem;

2.º - denominação do imóvel, se for rural, menção da rua e do número, se for urbano;

3.º - nome do proprietário;

4.º - referência aos números de ordem e páginas dos demais livros;

5.º - anotações."

Art. 2.º - Fica acrescido ao Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, o art. 196-B com a seguinte redação:

"Art. 196-B - O livro n.º 10 - Registro de Células de Crédito Industrial destinado a inscrição das Cédulas de Crédito Industrial, na forma do Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, obedecerá ao modelo anexo a este decreto."

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. Costa e Silva

Luís Antônio da Gama e Silva

PORTARIA N.º GB-70, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1969

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969 e a Regulamentação de que trata o Decreto n.º 64.156, de 4 de março de 1969, resolve:

1 - O registro das notas promissórias e letras de câmbio a que se refere o Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969 regulamentado pelo decreto n.º 64.156, de 4 de março de 1969, será feito pelas Delegacias, Inspetorias, Agências ou Postos da Secretaria da Receita Federal, com jurisdição direta do domicílio do credor do título, ou em Agência do Banco do Brasil S.A. sediada no mesmo local.

2 - O registro far-se-á gratuitamente mediante apresentação dos títulos, acompanhados da "ficha-relação" (modelo n.º 1, anexo), preenchidas e assinadas pelo credor, em 2 (duas) vias, contendo o valor de cada título, os nomes do devedor, do credor e dos avalistas, se houver, bem assim as datas de emissão ou saque e de vencimento.

2.1 - O número do registro será a numeração que tomar a ficha-relação" acrescida do número de ordem do título relacionado.

2.2 - A repartição ou Agência do Banco do Brasil que efetuar o registro arquivará a 1.º via das "fichas-relações" (modelo n.º 1), numeradas seguidamente e organizadas em livros de 200 (duzentas) folhas, às quais juntará os "termos" de abertura e de encerramento.

2.3 - A 2.º (segunda via das "fichas-relações" (modelo 1) será remetida ao órgão da Secretaria da

Receita Federal, da jurisdição.

2.4 - Os funcionários encarregados do registro autenticarão os títulos apresentados com a aposição de carinho do qual deverão constar o nome da repartição ou Agência do Banco, o número e data do registro do título, e nome legível do funcionário.

3 - Nos títulos emitidos ou sacados em garantia do pagamento de transações de compra e venda de bens e serviços, a empresa vendedora fará constar as indicações relativas ao registro em sua contabilidade, além da data e assinatura do funcionário responsável.

3.1 - Nos títulos vinculados a contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis, o tabelião fará constar as indicações relativas ao registro de contrato ou escritura, datando-os autenticando-os.

3.2 - Aplicam-se apenas aos títulos emitidos a partir da publicação desta Portaria as exigências dos itens 3 e 3.1 acima.

3.3 - No verso dos títulos que, na data da publicação do Decreto número 64.156, de 4 de março de 1969, estiverem para cobrança, em estabelecimento de crédito, ou, para protesto, em Cartório de Notas, serão feitas as anotações pertinentes ao registro de que trata o artigo 3.º do referido diploma legal.

3.4 - Os estabelecimentos de crédito e os Cartórios de Notas deverão preencher e remeter ao órgão competente da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição, relação dos títulos referidos no item anterior, conforme modelo anexo n.º 1, a ser confeccionado em cor branca.

3.5 - Se a nota promissória ou letra de câmbio for endossada, deverá ser feito novo registro do título no órgão competente da Secretaria da Receita Federal da jurisdição com remissão ao registro anterior, desde que o favorecido não seja estabelecimento de crédito.

3.6 - No caso de título endossado o seu novo registro será feito mediante o preenchimento da relação conforme modelo n.º 2, anexo, a ser confeccionado em cor azul claro.

3.7 - No caso de títulos em cobrança através de estabelecimento de crédito ou de cartórios, como referimos nos itens 3.3 e 3.4, será preenchida relação, modelo n.º 1, ou modelo n.º 2, conforme o caso, indicando-se abaixo o nome do credor, o nome e o endereço do estabelecimento de crédito ou do Cartório encarregado da cobrança.

3.8 - A relação mencionada no item 3.4 deverá ser remetida ao órgão da Secretaria da Receita Federal da jurisdição, dentro de 30 (trinta) dias da publicação desta Portaria.

4 - A comunicação a que se refere o artigo 5.º do Decreto-lei número 427, de 22 de janeiro de 1969, será feita mensalmente pelos Cartórios de Notas ao órgão da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à celebração dos atos, conforme 'modelo anexo n.º 3, a ser confeccionado em cor amarela.

5 - Ao Secretário da Receita Federal fica delegada competência para modificar as fichas modelos anexos, bem como para baixar as instruções complementares necessárias. - Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda.

DECRETO-LEI N.º 131, DE 23 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre os contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE - e seus beneficiários.

O Governador do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º, do artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Decreta:

Artigo 1.º - Consideram-se contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público "Estadual - IAMSPE:

I - Os servidores públicos estaduais, inclusive os inativos dos Poderes Executivos e suas Autarquias, Legislativo e Judiciário, excetuando-se os que tenham regime previdenciário próprio.

II - As viúvas dos servidores referidos no item anterior.

§ 1.º - As viúvas e os inativos poderão solicitar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados respectivamente do falecimento do contribuinte ou de sua aposentaria, o cancelamento de sua inscrição como contribuinte.

§ 2.º - Para os atuais inativos e viúvas o prazo previsto no parágrafo anterior contar-se-á da data da publicação deste decreto-lei.

§ 3.º - Os inativos anteriores à vigência da Lei n.º 3.819, de 5 de fevereiro de 1967, deverão

completar as contribuições ao IAMSPE a partir daquela data, na forma estabelecida em resolução pelo Conselho do IAMSPE, sem prejuízo dos descontos necessários, a partir da publicação deste decreto-lei.

§ 4.º - O período de carência será sustado para aqueles que ora o estão cumprindo, ficando obrigados ao pagamento do restante do débito, na forma estabelecida em resolução pelo conselho do IAMSPE, sem prejuízo dos descontos devidos a partir da publicação deste decreto-lei.

Artigo 2.º - Poderão requerer sua inscrição como contribuintes os servidores das serventias da justiça não oficializadas, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste decreto-lei,

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo para os servidores da justiça, contratados após a publicação deste decreto-lei, contar-se-á da data de sua emissão no respectivo cartório, ofício ou Tabelionato.

Artigo 3.º - Vencidas, e não pagas, três contribuições mensais seguidas, caducará a inscrição dos contribuintes previstos no artigo anterior.

§ 1.º - Considera-se vencida a contribuição não paga até o dia 10 do mês a que corresponde.

§ 2.º - As contribuições em mora ficam sujeitas à multa de 10% sobre o seu respectivo valor.

Artigo 4.º - O cancelamento da inscrição previsto, como facultativo para os contribuintes a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 1.º, acarretará a perda do direito à assistência médica hospitalar de forma irreversível.

Parágrafo único - O cancelamento somente surtirá efeito após sua publicação no "Diário Oficial", sendo, até essa data, devidas as contribuições previstas.

Artigo 5.º - Consideram-se beneficiários do contribuinte:

I - a esposa;

II - o marido, desde que incapacitado para o trabalho, sem economia própria e não amparado por outro regime previdenciário;

III - os filhos solteiros até completarem 21 (vinte e um) anos;

IV - os filhos maiores até 24 (vinte e quatro) anos, cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

V - os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho, sem economia própria e não amparados por outro regime previdenciário;

VI - os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário, e que vivam às expensas do contribuinte.

§ 1.º - Equiparam-se a filhos do contribuinte, para os efeitos deste decreto-lei:

1 - os adotivos;

2 - os enteados;

3 - os menores que, por determinação judicial, se achem sob sua guarda;

4 - os tutelados, sem economia própria.

§ 2.º - O contribuinte poderá inscrever, como beneficiários, os pais adotivos, desde que não amparados por outro regime previdenciário, sem economia própria e que vivam às suas expensas.

§ 3.º - No caso de desquite, a esposa poderá continuar como beneficiária se houver declaração expressa do contribuinte neste sentido.

§ 4.º - O contribuinte solteiro, viúvo ou desquitado, que não tenha mantida a inscrição da ex-esposa, poderá instituir como beneficiária a companheira, observadas as condições que forem estabelecidas em resolução do Conselho do IAMSPE.

Artigo 6.º - Consideram-se beneficiários do contribuinte falecido:

I - os filhos menores, observadas as condições previstas no artigo anterior;

II - os filhos maiores, mencionados nos itens IV e V do artigo 5.º,

III - as pessoas a que alude o item VI do mesmo artigo 5.º, inscritas no IAMSPE antes do falecimento do contribuinte.

Artigo 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Virgílio Lopes da Silva, Secretário do Trabalho e Administração. Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 23 de julho de 1969.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

Nº 087 - Publicação: Out a Dez/1969

Redação

Permita-se-nos voltar ao tema que abordamos nesta mesma seção de nossa número anterior, localizando, desta vez, o problema relativo aos servidores da Justiça aposentados antes da vigência da Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967.

Salientamos, naquela oportunidade, havermos tido conhecimento de que, a arrecadação das contribuições previstas naquela lei, já ultrapassa, de muito, as reservas necessárias para a concessão de uma aposentadoria em níveis superiores aos atuais.

E concluíamos que, sendo assim, era chegado o momento de nosso Governo - que tão seriamente vem trabalhando pelo engrandecimento do Estado - promover o reajustamento de seus padrões em geral, de modo a torná-los compatíveis com a situação econômica que atravessamos.

Ninguém ignora que, não obstante os esforços desenvolvidos pelas autoridades federais competentes no sentido de conter a inflação, a verdade é que tal objetivo está longe, ainda, de ser alcançado, pois todos continuamos sentindo na própria carne as conseqüências do incessante aumento do custo da vida - embora reconheçamos que o mesmo se vem processando, de ano para ano, num ritmo cada vez mais lento.

Tendo-se em vista, pois, tal circunstância, constituirá, sem dúvida, uma flagrante injustiça manter por mais tempo congelados os proventos ora percebidos pelos servidores aludidos - eis que, sendo cada vez menor o poder aquisitivo de nossa moeda, seu valor já não chega, sequer, para atender a subsistência de suas próprias famílias.

Não podemos imaginar que alguém, de boa-fé, se possa opor a revisão que ora preconizamos dos citados padrões, uma vez que, sendo a aposentadoria em apreço custeada, previamente, pelos contribuintes da Carteira respectiva, - em nada a sua majoração virá afetar a economia do Estado,

O problema daqueles servidores é, realmente, grave, sendo de todo em todo justo que se o resolva quanto antes, evitando-se, por essa forma, prolongar a situação dolorosa em que muitos deles se encontram -, e a qual só não é enxergada por quem a desconhece, ou por aqueles que, embora conhecendo-a, mas vivendo, apenas, em função de seus interesses pessoais - em nada se preocupam com as privações alheias.

Estamos convencidos, porém, de que o nosso atual Governo, na chefia do qual se encontra uma personalidade compreensiva e sensível, como é o eminente Governador Abreu Sodré, não deixará de considerar o apelo que ora lhe dirigimos, para que determine a reformulação da mencionada lei, no sentido de que sejam elevados, sem mais tardança os proventos, principalmente, dos servidores referidos - granjeando com esse ato de Justiça e de inegável significação humanitária o imperecível reconhecimento de todos nós.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e, CONSIDERANDO que, nos termos do Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional:

CONSIDERANDO que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo Federal fica autorizado a legislar sobre todas as matérias, conforme o disposto no § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a elaboração de emendas à Constituição, compreendida no processo legislativo (artigo 49, I), está na atribuição do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição de 24 de janeiro de 1967, na sua maior parte, deve ser

mantida, pelo que, salvo emendas de redação, continuam inalterados os seguintes dispositivos: artigo 1.º e seus §§ 1.º, 2.º; e 3.º; artigo 2.º, artigo 3.º; artigo 4.º e itens II, IV e V; artigo 5.º; artigo 6.º e seu parágrafo único; artigo 7.º e seu parágrafo único; artigo 8.º, seus itens I, II, III, V, VI, VII e suas alíneas a, c e d, VIII, IX, X XI, XII, XV e suas alíneas a, b, c e d, XVI, XVII e suas alíneas a, d, e, f, g, h, i, 1, m, n, o, p, q, r, t, u e v e § 2.º; artigo 9.º e seus itens I e III; artigo 10 e seus itens I, II, IV, V e alíneas a, b e c, VI, VII e suas alíneas a, b, d, e, f e g, artigo 11, seu § 1.º e suas alíneas a, b e c, e seu § 2.º; artigo 12 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; artigo 13 e seus itens I, II, III e IV, e seus §§ 2.º, 3.º e 5.º; artigo 14; artigo 15; artigo 16, seu item II e suas alíneas a e b, e seus §§ 1.º e suas alíneas a e b, 3.º e suas alíneas a e b, e 5.º; artigo 17 e seus §§ 1.º e 3.º; artigo 19 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, 2.º, 4.º, 5.º e 6.º; artigo 20 e seus itens I e III e suas alíneas a, b, c e d; artigo 21 e seus itens I, II e III artigo 22 e seus itens III, VI e VII, e seus §§ 1.º e 4.º; artigo 23; artigo 24 e seu § 7.º; artigo 25 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º, alínea e, e 2.º; § 3.º do artigo 26; artigo 28 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas a e b; artigo 29; artigo 30; § 3.º do artigo 31; artigo 33; § 5.º do artigo 34; artigo 36 e seus itens I, alíneas a e b, e II alíneas a, b, c e d, artigo 37 e seu item I; § 2.º do artigo 38; artigo 39; §§ 1.º e 2.º do artigo 40; § 1.º do artigo 41; artigo 42 e seus itens I e II; §§ 1.º e 2.º do artigo 43; artigo 44, seus itens I e II, e seu parágrafo único; itens III, IV e V do artigo 45; artigo 46 e seus itens I, II, V, VII e VIII artigo 47 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII artigo 48; artigo 49; e seus itens I a VII; artigo 50 e seus itens I e II, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 52; artigo 53; artigo 54 e seus §§ 2.º, 3.º e 5.º; artigo 55 e seu parágrafo único e item I; artigo 56; artigo 57 e seu parágrafo único; artigo 58 e seu item I, e seu parágrafo único; artigo 59 e seu parágrafo único; artigo 60 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas a e b; artigo 61 e seus §§ 1.º e 2.º, §§ 4.º e 5.º do artigo 62; artigo 63 e seu item I e seu parágrafo único; artigo 64 e alíneas b e c de seu § 1.º, e seu § 2.º; §§ 1.º e 5.º do artigo 65; artigo 67 e seu § 1.º; § 4.º do artigo 68; artigo 69 e seu § 2.º e alíneas a, b e c, artigo 71 e seus parágrafos, artigo 72 e seus itens I, II e III; artigo 73 e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, alíneas a, b e c do 5.º, e 6.º, 7.º e 8.º; artigo 74; § 3.º do artigo 76; artigo 77 e seus 1.º e 2.º; artigo 78 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 79 caput; artigo 80; artigo 81; artigo 82; artigo 83 e seus itens I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX; artigo 84 e seus itens I a VII, e seu parágrafo único; artigo 85 e seus parágrafos; artigo 87 e seus itens I, II e III; artigo 89; artigo 90 e seu § 2.º; artigo 91 e alíneas a, b e c do item II e item III, e parágrafo único; artigo 92 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 93 e seu parágrafo único; artigo 94 e seus §§ 1.º e 3.º; artigo 95 e seu § 2.º; artigo 96; artigo 97 e seus itens I a IV, e seus §§ 1.º a 3.º; artigo 99 caput; artigo 100 e seus itens I, II e III e seu § 1.º; artigo 101 e seus itens I, alíneas a e b, II, e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; § 2.º do artigo 102; artigo 103 e seus itens I e II, e seu parágrafo único; artigo 105 e seu parágrafo único; artigo 107 e seus itens I a V; artigo 108 e seus itens I e II e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 109 e seus itens I, II e III; artigo 110 e seus itens I, II e III artigo 111: artigo 112 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 114 e seus item I, alíneas f, g, j, 1, m e n, item II, alínea c, alíneas a, b e c do item III; artigo 115 e seu parágrafo único e alíneas a, b, c e d, artigo 116 e seu § 2.º; artigo 117 e seu item I, alíneas a e c, item II e parágrafo único; artigo 119 e seus itens III, IV, V, VI, VII, IX e X, e seus § § 1.º e 2.º; artigo 120; artigo 121, alíneas a e b do seu § 1.º, e seu § 2.º; artigo 122 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; artigo 123 e seus itens I a IV, e seu parágrafo único; item II do artigo 124 e alínea b do seu item I artigo 125; artigo 126 e seus itens I, alíneas a e b, II, III, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 127; artigo 129; artigo 130 e seus itens I a VIII; artigo 131 e seus itens I a IV; artigo 133 e seus itens, seu § 1.º, alíneas a e b, e seus §§ 2.º a 5.º; artigo 134 e seu § 1.º; artigo 135; artigo 136 e seus itens I, II, alínea b, III, IV, seu § 1.º e alíneas a, b e c, e seus §§ 2.º e 6.º; artigo 137; § 1.º do artigo 138; artigo 139; artigo 140 e seus itens I, alíneas a, b e c, e II, alíneas a e b e números 1, 2 e 3; artigo 141 e seus itens I, II e III; artigo 142 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º, alíneas a, b e c; alíneas b e c do item II do artigo 144; artigo 145 e seu parágrafo único e alíneas a, b e c; artigo 149 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; artigo 150 e seus §§ 1.º a 7.º, 9.º e 10, 12 a 17, 19 e 20, 23 a 27, 30 a 32, 34 e 35; artigo 152 e seus itens I e II e seus §§ 1.º, 2.º, alínea a a f e 3.º; artigo 153 e seu § 1.º; artigo 154; artigo 155; artigo 156 itens I, II, III, IV e VI do artigo 157 e seus §§ 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10; artigo 158 e seus itens I a XV e XVIII a XXI, e seu § 1.º; artigo 159 e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 160 e seus itens I, II e III; artigo 161 e seus §§ I a IV; artigo 162; artigo 163 e seus §§ 1.º e 3.º; artigo 164 e seu parágrafo único; artigo 165 e seu parágrafo único; artigo 166 e seus itens I, II e III, e seus §§ 1.º e 2.º; artigo 167 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º; §§ 1.º, 2.º e 3.º e seus itens I a V, do artigo 168; artigo 169 e seus §§ 1.º e 2.º; parágrafo único do artigo 170; artigo 171 e seu parágrafo único; e artigo 172 e seu parágrafo único;

CONSIDERANDO as emendas modificativas e supressivas que, por esta forma, são ora adotadas

quanto aos demais dispositivos da Constituição, bem como as emendas aditivas que nela são introduzidas;

CONSIDERANDO que, feitas as modificações mencionadas, todas em caráter de Emenda, a Constituição poderá ser editada de acordo com o texto que adiante se pública.

PROMULGAM a seguinte Emenda à constituição de 24 de janeiro de 1967:

Art. 1.º A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º O Brasil é uma República Federativa, constituída, sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1.º Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

§ 2.º São símbolos nacionais a bandeira e o hino vigorantes na data da promulgação desta Constituição e outros estabelecidos em lei.

§ 3.º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Art. 2.º O Distrito Federal é a Capital da União.

Art. 3.º A criação de Estados e territórios dependerá de lei complementar.

Art. 4.º Incluem-se entre os bens da União.

I - a porção de terras devolutas indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais;

II - os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro; as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III - a plataforma continental;

IV - as terras ocupadas pelos silvícolas;

V - os que atualmente lhe pertencem; e

VI - o mar territorial.

Art. 5.º Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios que neles têm nascente e foz, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.

Art. 6.º São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Art. 7.º Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único. É vedada a guerra de conquista.

CAPÍTULO II

DA UNIÃO

Art. 8.º Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; participar de organizações internacionais;

II - declarar guerra e fazer a paz;

III - decretar o estado de sítio;

IV - organizar as forças armadas;

V - planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais;

VI - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

VII - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VIII - organizar e manter a polícia federal com a finalidade de:

a) executar os serviços à polícia marítima, aérea e de fronteiras;

b) prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas afins;

- c) apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; e
- d) prover a censura de diversões públicas;
- IX - emitir moeda;
- X - fiscalizar as operações de crédito, capitalização e seguros;
- XI - estabelecer o plano nacional de viação;
- XII - manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;
- XIII - organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações;
- XIV - estabelecer e executar planos nacionais de educação e de saúde, bem como planos regionais de desenvolvimento;
- XV - explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão:
- a) os serviços de telecomunicações;
- b) os serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza;
- c) a navegação aérea; e
- d) as vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais ou que transponham os limites de Estado ou Território;
- XVI - conceder anistia; e
- XVII - legislar sobre:
- a) cumprimento da Constituição e execução dos serviços federais;
- b) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- c) normas gerais sobre orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário;
- d) produção e consumo;
- e) registros públicos e juntas comerciais;
- f) desapropriação;
- g) requisições civis e militares em tempo de guerra;
- h) jazidas, minas e outros recursos minerais; metalurgia; florestas, caça e pesca;
- i) águas, telecomunicações, serviço postal e energia, (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra);
- j) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;
- l) política de crédito; câmbio, comércio exterior e interestadual; transferência de valores para fora do País;
- m) regime dos portos e da navegação de cabotagem, fluvial e lacustre;
- n) tráfego e trânsito nas vias terrestres;
- o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;
- p) emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;
- r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas;
- s) símbolos nacionais;
- t) organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios;
- u) sistema estatístico e sistema cartográfico nacionais; e
- v) organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização.
- Parágrafo único. A competência da União não exclui a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias das alíneas c, d, e, n, q e v do item XVII, respeitada a lei federal.
- Art. 9.º A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:
- I - criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra;
- II - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar; e
- III - recusar fé aos documentos públicos.
- Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para:

- I - manter a integridade nacional;
 - II - repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;
 - III - por termo a perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção ou a corrupção no poder público estadual;
 - IV - assegurar o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais;
 - V - reorganizar as finanças do Estado que:
 - a) suspender o pagamento de sua dívida fundada, durante dois anos consecutivos, salvo por motivo de força maior;
 - b) deixar de entregar aos municípios as quotas tributárias a eles destinadas; e
 - c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas em lei federal;
 - VI - prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária; e
 - VII - exigir a observância dos seguintes princípios:
 - a) forma republicana representativa;
 - b) temporariedade dos mandatos eletivos cuja duração não excederá a dos mandatos federais correspondentes;
 - c) independência e harmonia dos Poderes;
 - d) garantias do Poder Judiciário;
 - e) autonomia municipal;
 - f) prestação de contas da administração; e
 - g) proibição ao deputado estadual da prática de ato ou do exercício de cargo, função ou emprego mencionados nos itens I e II do artigo 34, salvo a função de secretário de Estado.
- Art. 11. Compete ao Presidente da República decretar a intervenção.
- § 1.º A decretação da intervenção dependerá:
- a) no caso do item IV do artigo 10, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;
 - b) no caso do item VI do artigo 10, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, segundo a matéria, ressalvado o disposto na alínea c deste parágrafo;
 - c) do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso do item VI, assim como nos do item VII, ambos do artigo 10, quando se tratar de execução de lei federal.
- § 2.º Nos casos dos itens VI e VII do artigo 10, o decreto do Presidente da República limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida tiver eficácia.
- Art. 12. O decreto de intervenção, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional, dentro de cinco dias, especificará a sua amplitude, prazo e condições de execução e, se couber, nomeará o interventor.
- § 1.º Se não estiver funcionando, o Congresso Nacional será convocado, dentro do mesmo prazo de cinco dias, para apreciar o ato do Presidente da República,
- § 2.º Nos casos do § 2.º do artigo anterior, ficará dispensada a apreciação do decreto do Presidente da República pelo Congresso Nacional, se a suspensão do ato houver produzido os seus efeitos.
- § 3.º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a eles voltarão, salvo impedimento legal.

CAPÍTULO III

DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Art. 13. Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

- I - os mencionados no item VII do artigo 10;
- II - a forma de investidura nos cargos eletivos;
- III - o processo legislativo;
- IV - a elaboração do orçamento, bem como a fiscalização orçamentária e a financeira, inclusive a da aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos municípios;
- V - as normas relativas aos funcionários públicos, inclusive a aplicação, aos servidores estaduais e municipais, dos limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal;
- VI - a proibição de pagar, a qualquer título, a deputados estaduais mais de dois terços dos subsídios e da ajuda de custo atribuídos em lei aos deputados federais, bem como de remunerar

mais de oito sessões extraordinárias mensais;

VII - a emissão de títulos da dívida pública de acordo com o estabelecido nesta Constituição;
VIII - a aplicação aos deputados estaduais do disposto no artigo 35 e seus parágrafos, no que couber; e

IX - a aplicação, no que couber, do disposto nos itens I a III do artigo 114 aos membros dos Tribunais de Contas, não podendo o seu número ser superior a sete.

§ 1.º Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2.º A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto.

§ 3.º A União, os Estados e os Municípios poderão celebrar convênios para execução de suas leis, serviços ou decisões, por intermédio de funcionários federais, estaduais ou municipais.

§ 4.º As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército.

§ 5.º Não será concedido, pela União, auxílio a Estado ou Município, sem a prévia entrega, ao órgão federal competente, do plano de sua aplicação. As contas do Governador e as do Prefeito serão prestadas nos prazos e na forma da lei e precedidas de publicação no jornal oficial do Estado.

§ 6.º O número de deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara Federal e, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

Art. 14. Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de municípios.

Parágrafo único. A organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei.

Art. 15. A autonomia municipal será assegurada:

I - pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o País, em data diferente das eleições gerais para senadores, deputados federais e deputados estaduais;

II - pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; e

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1.º Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual; e

b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2.º Somente farão jus a remuneração os vereadores das capitais e dos municípios de população superior a duzentos mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar.

§ 3.º A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando:

a) se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

b) deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

c) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

d) o Tribunal de Justiça do Estado der provimento a representação formulada pelo Chefe do Ministério Público local para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição estadual, bem como para prover a execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

e) forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção; e

f) não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

§ 4.º O número de vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade

com o eleitorado do município.

Art. 16. A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei.

§ 1.º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.

§ 2.º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas ou órgão estadual mencionado no § 1.º, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

§ 3.º Somente poderão instituir Tribunais de Contas os municípios com população superior a dois milhões de habitantes e renda tributária acima de quinhentos milhões de cruzeiros novos.

CAPÍTULO IV

DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Art. 17. A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1.º Caberá ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2.º O Governador do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República.

§ 3.º Caberá ao Governador do Território a nomeação dos Prefeitos Municipais.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Art. 18. Além dos impostos previstos nesta Constituição, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir:

I - taxas, arrecadadas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e

II - contribuição de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas, que terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1.º Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência nessa matéria entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder de tributar.

§ 2.º Para cobrança de taxas não se poderá tomar como base de cálculo a que tenha servido para a incidência dos impostos.

§ 3.º Somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.

§ 4.º Ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em municípios competem, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios; e à União, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se o Território não for dividido em municípios, os impostos municipais.

§ 5.º A União poderá, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos previstos nesta Constituição, instituir outros impostos, além dos mencionados nos artigos 21 e 22 e que não sejam da competência tributária privativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, assim como transferir-lhes o exercício da competência residual em relação a impostos, cuja incidência seja definida em lei federal.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

II - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais; e

III - instituir imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) os templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos da lei; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

§ 1.º O disposto na alínea a do item III é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera a promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

§ 2.º A União, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional, poderá conceder isenções de impostos estaduais e municipais.

Art. 20. É vedado:

I - à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou implique distinção ou preferência em relação a qualquer Estado ou Município em prejuízo de outro;

II - à União tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e Municípios, em níveis superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes; e

III - aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou destino.

Art. 21. Compete à União instituir imposto sobre:

I - importação de produtos estrangeiros, facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar-lhe as alíquotas ou as bases de cálculo;

II - exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados, observado o disposto no final do item anterior;

III - propriedade territorial rural;

IV - renda e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos na forma da lei;

V - produtos industrializados, também observado o disposto no final do item I;

VI - operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VII - serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

VIII - produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e de energia elétrica, imposto que incidirá uma só vez sobre qualquer dessas operações, excluída a incidência de outro tributo sobre elas; e

IX - a extração, a circulação, a distribuição ou o consumo dos minerais do País enumerados em lei, imposto que incidirá uma só vez sobre qualquer dessas operações, observado o disposto no final do item anterior.

§ 1.º A União poderá instituir outros impostos, além dos mencionados nos itens anteriores, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos previstos nos artigos 23 e 24.

§ 2.º A União pode instituir:

I - contribuições, nos termos do item I deste artigo, tendo em vista intervenção no domínio econômico e o interesse da previdência social ou de categorias profissionais; e

II - empréstimos compulsórios, nos casos especiais definidos em lei complementar, aos quais se aplicarão as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais do direito tributário.

§ 3.º O imposto sobre produtos industrializados será seletivo em função da essencialidade dos produtos, e não-cumulativo, abatendo-se em cada operação o montante cobrado nas anteriores.

§ 4.º A lei poderá destinar a receita dos impostos enumerados nos itens II e VI deste artigo à formação de reservas monetárias ou de capital para financiamento de programa de desenvolvimento econômico.

§ 5.º A União poderá transferir o exercício supletivo de sua competência tributária aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

§ 6.º O imposto de que trata o item III deste artigo não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Art. 22. Compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos, ou não, em sua competência tributária, os quais serão suprimidos gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Art. 23. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos à sua aquisição; e

II - operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes, impostos que não serão cumulativos e dos quais se abaterá nos termos do

disposto em lei complementar, o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado.

§ 1.º O produto da arrecadação do imposto a que se refere o item IV do artigo 21, incidente sobre rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública pagos pelos Estados e pelo Distrito Federal, será atribuído a estes, na forma que a lei estabelecer, quando forem obrigados a reter o tributo.

§ 2.º O imposto de que trata o item I compete ao Estado onde está situado o imóvel, ainda que a transmissão resulte de sucessão aberta no estrangeiro; sua alíquota não excederá os limites estabelecidos em resolução do Senado Federal por proposta do Presidente da República, na forma prevista em lei.

§ 3.º O imposto a que se refere o item I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de capital de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante dessa entidade for o comércio desses bens ou direitos ou a locação de imóveis.

§ 4.º Lei complementar poderá instituir, além das mencionadas no item II outras categorias de contribuintes daquele imposto.

§ 5.º A alíquota do imposto a que se refere o item II será uniforme para todas as mercadorias nas operações internas e interestaduais; o Senado Federal, mediante resolução tomada por iniciativa do Presidente da República, fixará as alíquotas máximas para as operações internas, as interestaduais e as de exportação.

§ 6.º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos fixados em convênio, celebrados e ratificados pelos Estados, segundo o disposto em lei complementar.

§ 7.º O imposto de que trata o item II não incidirá sobre as operações que destinem ao exterior produtos industrializados e outros que a lei indicar.

§ 8.º Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item II, oitenta por cento constituirão receita dos Estados e vinte por cento, dos municípios. As parcelas pertencentes aos municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal.

Art. 24. Compete aos municípios instituir imposto sobre:

I - propriedade predial e territorial; e

II - serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar.

§ 1.º Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto mencionado no item III do artigo 21, incidente sobre os imóveis situados em seu território.

§ 2.º Será distribuído aos municípios, na forma que a lei estabelecer, o produto da arrecadação do imposto de que trata o item IV do artigo 21, incidente sobre rendimentos do trabalho e de títulos da dívida pública por eles pagos, quando forem obrigados a reter o tributo.

§ 3.º Independentemente de ordem superior, em prazo não maior de trinta dias, a contar da data da arrecadação, e sob pena de demissão, as autoridades arrecadadoras dos tributos mencionados no § 1.º entregarão aos municípios as importâncias que a eles pertencem, à medida que forem sendo arrecadadas.

§ 4.º Lei complementar poderá fixar as alíquotas máximas do imposto de que trata o item II

Art. 25. Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do artigo 21, a União distribuirá doze por cento na forma seguinte:

I - cinco por cento ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II - cinco por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e

III - dois por cento a Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei.

§ 1.º A aplicação dos fundos previstos nos itens I e II será regulada por lei federal, que incumbirá o Tribunal de Contas da União de fazer o cálculo das quotas estaduais e municipais, ficando a sua entrega a depender:

a) da aprovação de programas de aplicação elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo Federal;

b) da vinculação de recursos próprios, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, para execução dos programas citados na alínea a;

c) da transferência efetiva, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de encargos executivos da União; e

d) do recolhimento dos impostos federais arrecadados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, e da liquidação das dívidas dessas entidades ou de seus órgãos de administração indireta, para com a União, inclusive as oriundas de prestação de garantia.

§ 2.º Para efeito de cálculo da porcentagem destinada aos Fundos de Participação, excluir-se-á a parcela do imposto de renda e proventos de qualquer natureza que, nos termos dos artigos 23, § 1.º, e 24, § 2.º, pertence aos Estados e Municípios.

Art. 26. A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos mencionado no item VIII do artigo 21;

II - sessenta por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a energia elétrica mencionado no item VIII do artigo 21; e

III - noventa por cento do produto da arrecadação do imposto sobre minerais do País mencionado no item IX do artigo 21.

§ 1.º A distribuição será feita nos termos de lei federal, que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos, conforme os seguintes critérios:

a) nos casos dos itens I e II, proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicionando-se, quando couber, no tocante ao item II, quota compensatória da área inundada pelos reservatórios;

b) no caso do item III, proporcional à produção.

§ 2.º As indústrias consumidoras de minerais do País poderão abater o imposto a que se refere o item IX do artigo 21 do imposto sobre a circulação de mercadorias e do imposto sobre produtos industrializados, na proporção de noventa por cento, respectivamente.

CAPÍTULO VI

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I - Disposições Gerais

Art. 27. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 28. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o País.

Art. 29. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da União, de 31 de março a 30 de novembro.

§ 1.º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

a) pelo Presidente do Senado, em caso de decretação de estado de sítio ou de intervenção federal; ou

b) pelo Presidente da República, quando este a entender necessária.

§ 2.º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocado.

§ 3.º Além de reuniões para outros fins previstos nesta Constituição, reunir-se-ão, em sessão conjunta, funcionando como Mesa a do Senado Federal, este e a Câmara dos Deputados, para:

I - inaugurar sessão legislativa;

II - elaborar regimento comum; e

III - discutir e votar o orçamento.

§ 4.º Cada uma das Câmaras reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1.º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas.

Art. 30. A cada uma das Câmaras compete elaborar seu regimento interno, dispor sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

a) na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara;

b) não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia;

c) não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

d) a Mesa da Câmara dos Deputados ou a do Senado Federal encaminhará, por intermédio da Presidência da República, somente pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização do Congresso Nacional ou de suas Casas;

- e) não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- f) a comissão parlamentar de inquérito funcionará na sede do Congresso Nacional, não sendo permitidas despesas com viagens para seus membros;
- g) não será de qualquer modo subvencionada viagem de congressista ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária, de caráter diplomático ou cultural, mediante prévia designação do Poder Executivo e concessão de licença da Câmara a que pertencer o deputado ou senador; e
- h) será de dois anos o mandato para membro da Mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição.

Art. 31. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 32. Os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia ou nos previstos na Lei de Segurança Nacional.

§ 1.º Durante as sessões, e quando para elas se dirigirem ou delas regressarem, os deputados e senadores não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime comum ou perturbação da ordem pública.

§ 2.º Nos crimes comuns, os deputados e senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 3.º A incorporação, às forças armadas, de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença da Câmara respectiva.

§ 4.º As prerrogativas processuais dos senadores e deputados, arrolados como testemunhas, não subsistirão, se deixarem eles de atender, sem justa causa, no prazo de trinta dias, o convite judicial.

Art. 33. O subsídio, dividido em parte fixa e parte variável, e a ajuda de custo de deputados e senadores serão iguais a estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

§ 1.º Por ajuda de custo entender-se-á a compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocada na forma do § 1.º do artigo 29.

§ 2.º O pagamento da ajuda de custo será feito em duas parcelas, somente podendo o congressista receber a segunda se houver comparecido a dois terços da sessão legislativa ordinária ou de sessão legislativa extraordinária.

§ 3.º O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do congressista e à participação nas votações.

§ 4.º Serão remuneradas, até o máximo de oito por mês, as sessões extraordinárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; pelo comparecimento a essas sessões e às do Congresso Nacional, será paga remuneração não excedente, por sessão, a um trinta avos da parte variável do subsídio mensal.

Art. 34. Os deputados e senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

- a) ser proprietários ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo, função ou emprego, de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas na alínea a do item I;
- c) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal; e
- d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do item I.

Art. 35. Perderá o mandato o deputado ou senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das

instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça. parte das sessões ordinárias da Câmara a que pertencer, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela respectiva Casa;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos: ou

V - que praticar atos de infidelidade partidária, segundo o previsto no parágrafo único do artigo 152.

§ 1.º Além de outros casos definidos no regimento interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao congressista ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2.º Nos casos dos itens I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político.

§ 3.º No caso do item III, a perda do mandato poderá ocorrer por provocação de qualquer dos membros da Câmara, de partido político ou do primeiro suplente do partido, e será declarada pela Mesa da Câmara a que pertencer o representante, assegurada plena defesa e podendo a decisão ser objeto de apreciação judicial.

§ 4.º Se ocorrerem os casos dos itens IV e V, a perda será automática e declarada pela respectiva Mesa.

Art. 36. Não perderá o mandato o deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado.

§ 1.º Dar-se-á a convocação de suplente apenas no caso de vaga em virtude de morte, renúncia ou investidura na função de Ministro de Estado. Não havendo suplente, só será feita a eleição do substituto em caso de vaga, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º Com licença de sua Câmara, poderá o deputado ou senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

Art. 37. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em conjunto ou separadamente, criarão comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Art. 38. Os Ministros de Estado serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, quando uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 1.º A falta de comparecimento, sem justificção, importa crime de responsabilidade.

§ 2.º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as comissões ou o plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção.

Seção II - Da Câmara dos Deputados

Art. 39. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, entre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 1.º Cada legislatura durará quatro anos.

§ 2.º O número de deputados por Estado será estabelecido em lei, na proporção dos eleitores nele inscritos, conforme os seguintes critérios:

a) até cem mil eleitores, três deputados;

b) de cem mil e um a três milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de cem mil ou fração superior a cinquenta mil;

c) de três milhões e um a seis milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de trezentos mil ou fração superior a cento e cinquenta mil; e

d) além de seis milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de quinhentos mil ou fração superior a duzentos e cinquenta mil,

§ 3.º Excetuado o de Fernando de Noronha, cada Território será representado na Câmara por um deputado.

§ 4.º O número de deputados não vigorará na legislatura em que for fixado.

Art. 40. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I - declarar por dois terços dos seus membros, a procedência de acusação contra o Presidente da República e os Ministros de Estado:

II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao

Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

Seção III - Do Senado Federal

Art. 41. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos pelo voto secreto e direto, dentre os cidadãos maiores de trinta e cinco anos, no exercício de seus direitos políticos, segundo o princípio majoritário.

§ 1.º Cada Estado elegerá três senadores, com mandato de oito anos, renovando-se a representação, de quatro em quatro, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 2.º Cada senador será eleito com seu suplente.

Art. 42. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidades;

III - aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos determinados pela Constituição, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, do Governador do Distrito Federal, bem como dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente;

IV - autorizar empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ouvido o Poder Executivo Federal;

V - legislar para o Distrito Federal, segundo o disposto no § 1.º do artigo 17, e nele exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República e mediante resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios: estabelecer e alterar limites de prazo, mínimo e máximo, taxas de juros e demais condições das obrigações por eles emitidas e proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações dessas entidades;

VII - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

VIII - expedir resoluções; e

IX - propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos itens I e II, funcionará como Presidente do Senado Federal o do Supremo Tribunal Federal; somente por dois terços de votos será proferida a sentença condenatória, e a pena limitar-se-á à perda do cargo, com inabilitação, por cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária.

Seção IV - Das Atribuições do Poder Legislativo

Art. 43. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

I - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

II - orçamento anual e plurianual; abertura e operação de crédito a dívida pública; emissões de curso forçado;

III - fixação dos efetivos das forças armadas para o tempo de paz;

IV - planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento;

V - criação de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos, ressalvado o disposto no item III do artigo 55;

VI - limites do território nacional; espaço aéreo e marítimo; bens do domínio da União;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia; e

IX - organização administrativa e Judiciária dos Territórios.

Art. 44. É da competência exclusiva do Congresso Nacional;

I - resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, nos casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País;

- IV - aprovar ou suspender a intervenção federal ou o estado de sítio;
V - aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;
VI - mudar temporariamente a sua sede;
VII - fixar, para vigor na legislatura seguinte, a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes, os do Presidente e os do Vice-Presidente da República;
VIII - julgar as contas do Presidente da República; e
IX - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas sessões.
- Art. 45. A lei regulará o processo de fiscalização pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.
- Seção V - Do Processo Legislativo
- Art. 46. O processo legislativo compreende a elaboração de:
- I - emendas à Constituição;
 - II - leis complementares à Constituição;
 - III - leis ordinárias;
 - IV - leis delegadas;
 - V - decretos-leis;
 - VI - decretos legislativos; e
 - VII - resoluções.
- Art. 47. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I - de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; ou
 - II - do Presidente da República.
- § 1.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República.
- § 2.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio.
- § 3.º No caso do item I, a proposta deverá ter a assinatura de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- Art. 48. Em qualquer dos casos do artigo anterior, itens I e II, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas.
- Art. 49. A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem,
- Art. 50. As leis complementares somente serão aprovadas, se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.
- Art. 51. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional, projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.
- § 1.º A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.
- § 2.º Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro do prazo de quarenta dias.
- § 3.º Na falta de deliberação dentro dos prazos estipulados neste artigo e parágrafos anteriores, considerar-se-ão aprovados os projetos.
- § 4.º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á, nos casos previstos neste artigo e em seu § 1.º, no prazo de dez dias: findo este, serão tidas por aprovadas, se não tiver havido deliberação,
- § 5.º Os prazos do artigo 48, deste artigo e de seus parágrafos e do § 1.º do artigo 55 não correrão nos períodos de recesso do Congresso Nacional.
- § 6.º O disposto neste artigo não se aplicará aos projetos de codificação.
- Art. 52. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, comissão do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.
- Parágrafo único. Não serão objeto de delegação os atos da competência exclusiva do Congresso Nacional, nem os da competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, nem a legislação sobre:
- I - a organização dos juízos e tribunais e as garantias da magistratura;
 - II - a nacionalidade, a cidadania, os direitos políticos e o direito eleitoral; e

III - o sistema monetário.

Art. 53. No caso de delegação a comissão especial, sobre a qual disporá o regimento do Congresso Nacional, o projeto aprovado será remetido a sanção, salvo se, no prazo de dez dias da sua publicação, a maioria dos membros da comissão ou um quinto da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal requerer a sua votação pelo plenário.

Art. 54. A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos do seu exercício.

Parágrafo único. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

I - segurança nacional;

II - finanças públicas, inclusive normas tributárias; e

III - criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1.º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido por aprovado.

§ 2.º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência.

Art. 56. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ao Presidente da República e aos Tribunais Federais com jurisdição em todo o território nacional.

Parágrafo único. A discussão e votação dos projetos de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados, salvo o disposto no § 2.º do artigo 51.

Art. 57. É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

I - disponham sobre matéria financeira;

II - criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;

III - fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas;

IV - disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal, bem como sobre organização judiciária, administrativa e matéria tributária dos Territórios.

V - disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídica, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

VI - concedam anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

a) nos projetos cuja iniciativa seja da exclusiva competência do Presidente da República; ou

b) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Federais.

Art. 58. O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação.

§ 1.º Se a Câmara revisora o aprovar, o projeto será enviado a sanção ou a promulgação; se o emendar, volverá à Casa iniciadora, para que aprecie a emenda; se o rejeitar, será arquivado.

§ 2.º O projeto de lei, que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado.

§ 3.º A matéria constante do projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras, ressalvadas as proposições de iniciativa do Presidente da República.

Art. 59. Nos casos do artigo 43, a Câmara na qual se haja concluído a votação enviará o projeto ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará; para o mesmo fim, ser-lhe-ão remetidos os projetos havidos por aprovados nos termos do § 3.º do artigo 51.

§ 1.º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao

Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Se a sanção for negada, quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2.º Decorrida a quinzena, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 3.º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta dele conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que, dentro de quarenta e cinco dias, em votação pública, obtiver o voto de dois terços dos membros de cada uma das Casas. Nesse caso, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4.º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será considerado mantido.

§ 5.º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos do § 2.º e do § 3.º, o Presidente do Senado Federal a promulgará e, se este não o fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Federal.

§ 6.º Nos casos do artigo 44, após a aprovação final, a lei será promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

§ 7.º No caso do item V do artigo 42, o projeto da lei vetado será submetido apenas ao Senado Federal, aplicando-se no que couber, o disposto no § 3.º.

Seção VI - Do Orçamento

Art. 60. A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição:

I - a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II - as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

Parágrafo único. As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento na forma prevista em lei complementar.

Art. 61. A lei federal disporá sobre: o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos.

§ 1.º É vedada:

a) a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; e

d) a realização, por qualquer dos Poderes, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

§ 2.º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 62. O orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

§ 1.º A inclusão, no orçamento anual, da despesa e da receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão legal dos seus recursos.

§ 2.º Ressalvados os impostos mencionados nos itens VIII e IX do artigo 21 e as disposições desta Constituição e de leis complementares, é vedada a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, estabelecer que a arrecadação parcial ou total de certos tributos constitua receita do orçamento de capital, proibida sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 3.º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução.

§ 4.º Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

Art. 63. O orçamento plurianual de investimento consignará dotações para a execução dos

planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Art. 64. Lei complementar estabelecerá os limites para as despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 65. É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º Não será objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou o objetivo.

§ 2.º Observado, quanto ao projeto de lei orçamentária anual, o disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo seguinte, os projetos de lei mencionados neste artigo somente receberão emendas nas comissões do Congresso Nacional, sendo final o pronunciamento das comissões, salvo se um terço dos membros da Câmara respectiva pedir ao seu Presidente a votação em plenário, que se fará sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

Art. 66. O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, para votação conjunta das duas Casas, até quatro meses antes do início do exercício financeiro seguinte; se, até trinta dias antes do encerramento do exercício financeiro, o Poder Legislativo não o devolver para sanção, será promulgado como lei.

§ 1.º Organizar-se-á comissão mista de senadores e deputados para examinar o projeto de lei orçamentária e sobre ele emitir parecer.

§ 2.º Somente na comissão mista poderão ser oferecidas emendas.

§ 3.º O pronunciamento da comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo se um terço dos membros da Câmara dos Deputados e mais um terço dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na comissão.

§ 4.º Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas à elaboração legislativa.

§ 5.º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 67. As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não excederão a quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro e até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Parágrafo único. Excetuadas as operações da dívida pública, a lei que autorizar operação de crédito, a qual deva ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 68. O numerário correspondente às dotações destinadas à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e aos Tribunais Federais será entregue no início de cada trimestre, em quotas estabelecidas na programação financeira do Tesouro Nacional, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

Art. 69. As operações de resgate e de colocação de títulos do Tesouro Nacional, relativas à amortização de empréstimos internos, não atendidas pelo orçamento anual, serão reguladas em lei complementar.

Seção VII - Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 70. A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2.º O Tribunal de Contas da União dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente; não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo aquele Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3.º A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos três Poderes da União, que, para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas da União, a que caberá realizar as inspeções necessárias.

§ 4.º O julgamento da regularidade da contas dos administradores e demais responsáveis será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamento das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções mencionadas no parágrafo anterior.

§ 5.º As normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção aplicar-se-ão às autarquias.

Art. 71. O Poder Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e da despesa;

II - acompanhar a execução de programas de trabalho e a do orçamento; e

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos.

Art. 72. O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal tem jurisdição em todo o País.

§ 1.º O Tribunal exerce, no que couber, as atribuições previstas no artigo 115.

§ 2.º A lei disporá sobre a organização do Tribunal, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º No exercício de suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal representará ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 5.º O Tribunal, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou das auditorias financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares, se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

b) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, exceto em relação a contrato;

c) solicitar ao Congresso Nacional, em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 6.º O Congresso Nacional deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea c do parágrafo anterior, no prazo de trinta dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.

§ 7.º O Presidente da República poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea b do § 5.º, ad referendum do Congresso Nacional.

§ 8.º O Tribunal de Contas da União julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, não dependendo de sua decisão as melhorias posteriores.

CAPÍTULO VII

DO PODER EXECUTIVO

Seção I - Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 73. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 74. O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal.

§ 1.º O colégio eleitoral será composto dos membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 2.º Cada Assembleia indicará três delegados, dentre seus membros, e mais um por quinhentos mil eleitores inscritos no Estado não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

§ 3.º A composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei complementar.

Art. 75. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional, a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

§ 1.º Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos.

§ 2.º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples.

§ 3.º O mandato do Presidente da República é de cinco anos.

Art. 76. O Presidente tomará posse em sessão do Congresso Nacional e, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Congresso Nacional.

Art. 77. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1.º O candidato a Vice-Presidente, que deverá satisfazer os requisitos do artigo 74, considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado; o seu mandato é de cinco anos e na sua posse observar-se-á o disposto no artigo 76 e seu parágrafo único.

§ 2.º O Vice-Presidente, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 78. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 79. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

Art. 80. O Presidente e o Vice-Presidente não poderão ausentar-se do País sem licença do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Seção II - Das Atribuições do Presidente da República

Art. 81. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.

II - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

IV - vetar projetos de lei;

V - dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração federal;

VI - nomear e exonerar os Ministros de Estado, o Governador do Distrito Federal e os dos Territórios;

VII - aprovar a nomeação dos prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional;

VIII - prover e extinguir os cargos públicos federais;

IX - manter relações com os Estados estrangeiros;

X - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ad referendum do Congresso Nacional;

XI - declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou, sem prévia autorização, no caso de agressão estrangeira ocorrida no intervalo das sessões legislativas;

XII - fazer a paz, com autorização ou ad referendum do Congresso Nacional;

XIII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XIV - exercer o comando supremo das forças armadas;

XV - decretar a mobilização nacional, total ou parcialmente;

XVI - decretar o estado de sítio;

XVII - decretar e executar a intervenção federal;

XVIII - autorizar brasileiros a aceitar pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro;

XIX - enviar proposta de orçamento ao Congresso Nacional;

XX - prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior;

XXI - remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias; e

XXII - conceder indulto e comutar penas com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

Parágrafo único. O presidente da República poderá outorgar ou delegar as atribuições mencionadas nos itens V, VIII, primeira parte, XVII e XXII deste artigo aos Ministros de Estados ou a outras autoridades, que observarão os limites traçados nas outorgas e delegações.

Seção III - Da Responsabilidade do Presidente da República

Art. 82. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Poderes constitucionais dos Estados;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária; e

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 83. O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.

§ 1.º Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções.

§ 2.º Se, decorrido o prazo de sessenta dias, o julgamento não estiver concluído, será arquivado o processo.

Seção IV - Dos Ministros de Estado

Art. 84. Os Ministros de Estado, auxiliares do Presidente da República, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

Art. 85. Compete ao Ministro de Estado, além das atribuições que a Constituição e as leis estabelecerem:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Presidente da República relatório anual dos serviços realizados no Ministério; e

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

Seção V - Da Segurança Nacional

Art. 86. Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 87. O Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional.

Art. 88. O Conselho de Segurança Nacional é presidido pelo Presidente da República e dele participam, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República e todos os Ministros de Estado.

Parágrafo único. A lei regulará a sua organização, competência e funcionamento e poderá admitir outros membros natos ou eventuais.

Art. 89. Ao Conselho de Segurança Nacional compete:

I - estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional;

II - estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessem à segurança nacional;

III - indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de seu interesse;

IV - dar, em relação às áreas indispensáveis à segurança nacional, assentimento prévio para:

a) concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação;

b) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; e

c) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional;

V - modificar ou cassar as concessões ou autorizações mencionadas no item anterior; e

VI - conceder licença para o funcionamento de órgãos ou representações de entidades sindicais estrangeiras, bem como autorizar a filiação dos nacionais a essas entidades.

Parágrafo único. A lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional e as áreas a esta indispensáveis, cuja utilização regulará, sendo assegurada, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

Seção VI - Das Forças Armadas

Art. 90. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, per. manentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 91. As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da República a direção da política da guerra e a escolha dos Comandantes-Chefes.

Art. 92. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

Art. 93. As patentes, cora as vantagens, prerrogativas e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva como os reformados.

§ 1.º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos dos militares da ativa, da reserva ou reformados. Os uniformes serão usados na forma que a lei determinar.

§ 2.º O oficial das Forças Armadas só perderá o posto e a patente se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

§ 3.º O militar condenado por tribunal civil ou militar a pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, por sentença condenatória passada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

§ 4.º O militar da ativa empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, será imediatamente transferido para qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive

§ 5.º A lei regulará a situação do militar da ativa nomeado para qualquer cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta. Enquanto permanecer em exercício, ficará ele agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade, e esta se dará depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei.

§ 6.º Enquanto perceber remuneração do cargo a que se refere o parágrafo anterior, o militar da ativa não terá direito aos vencimentos e vantagens do seu posto, assegurada a opção.

§ 7.º A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições de transferência para a inatividade.

§ 8.º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos militares em serviço ativo; ressalvados os casos previstos em lei, os proventos da inatividade não poderão exceder a remuneração percebida pelo militar da ativa no posto ou graduação correspondentes aos dos seus proventos.

§ 9.º A proibição de acumular proventos de inatividade não se aplicará aos militares da reserva e aos reformados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de função de magistério ou de cargo em comissão ou quanto ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Seção VII - Do Ministério Público

Art. 94. A lei organizará o Ministério Público da União junto aos juízes e tribunais federais.

Art. 95. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1.º Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais de carreira, mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço.

§ 2.º Nas comarcas do interior, a União poderá ser representada pelo Ministério Público estadual.

Art. 96. O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual, observado o disposto no § 1.º do artigo anterior.

Seção VIII - Dos Funcionários Públicos

Art. 97. Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

§ 1.º A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

§ 2.º Prescindirá de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação exoneração.

Art. 98. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou semelhantes. Parágrafo único. Respeitado o disposto neste artigo é vedada vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal de serviço público.

Art. 99. É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

I - a de juiz com um cargo de professor;

II - a de dois cargos de professor;

III - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou

IV - a de dois cargos privativos de médico.

§ 1.º Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidades de horários.

§ 2.º A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista.

§ 3.º Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, poderá estabelecer, no interesse do serviço público, outras exceções à proibição de acumular, restritas a atividades de natureza técnica ou científica ou de magistério, exigidas, em qualquer caso, correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 4.º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 100. Serão estáveis, após dois anos de exercício, os funcionários nomeados por concurso.

Parágrafo único. Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 101. O funcionário será aposentado:

I - por invalidez;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade; ou

III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é de trinta anos para as mulheres.

Art. 102. Os proventos da aposentadoria serão:

I - integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se feminino; ou

b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 101.

§ 1.º Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

§ 2.º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, em caso nenhum os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade.

§ 3.º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei.

Art. 103. Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais as exceções às regras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para a inatividade e disponibilidade.

Art. 104. O funcionário público investido em mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do exercício do cargo e somente por antiguidade será promovido.

§ 1.º O período do exercício de mandato federal ou estadual será contado como tempo de serviço apenas para efeito de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 2.º A lei poderá estabelecer outros impedimentos para o funcionário candidato a mandato eletivo, diplomado para exercê-lo ou já em seu exercício.

§ 3.º O funcionário municipal investido em mandato gratuito de vereador fará jus à percepção de vantagens de seu cargo nos dias em que comparecer às sessões da Câmara.

Art. 105. A demissão somente será aplicada ao funcionário:

I - vitalício, em virtude de sentença judiciária;

II - estável, na hipótese do número anterior ou mediante processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo único. Invalidada por sentença a demissão, o funcionário será reintegrado; e exonerado quem lhe ocupava o lugar ou, se ocupava outro cargo, a este reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 106. O regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada será estabelecido em lei especial.

Art. 107. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus funcionários, nessa qualidade, causarem a terceiros.

Parágrafo único. Caberá ação regressiva contra o funcionária responsável, nos casos de culpa ou dolo.

Art. 108. O disposto nesta Seção aplica-se aos funcionários dos três Poderes da União e aos funcionários em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, e dos Municípios.

§ 1.º Aplicam-se, no que couber, aos funcionários do Poder Legislativo e do Poder Judiciário da União e dos Estados, e aos das Câmaras Municipais, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do serviço civil do respectivo Poder Executivo.

§ 2.º Os Tribunais federais e estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais somente poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, por lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.

§ 3.º A lei a que se refere o parágrafo anterior será votada em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles.

§ 4.º Aos projetos de lei de que tratam os § 2.º e 3.º somente serão admitidas emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros das respectivas casas legislativas.

Art. 109. Lei federal, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, respeitado o disposto no artigo 97 e seu § 1.º e no 2.º do artigo 108, definirá:

I - o regime jurídico dos servidores públicos da União, do Distrito Federal e dos Territórios;

II - a forma e as condições de provimento dos cargos públicos; e

III - as condições para aquisição de estabilidade,

Art. 110. Os litígios decorrentes das relações de trabalho dos servidores com a União, inclusive as autarquias e as empresas públicas federais, qualquer que seja o seu regime jurídico, processar-se-ão e julgar-se-ão perante os juízes federais, devendo ser interposto recurso, se couber, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 111. A lei poderá criar contencioso administrativo e atribuir-lhe competência para o julgamento das causas mencionadas no artigo anterior.

CAPÍTULO VIII

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I - Disposições Preliminares

Art. 112. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I - Supremo Tribunal Federal;

II - Tribunais Federais de Recursos e juízes federais;

III - Tribunais e juízes militares;

IV - Tribunais e juízes eleitorais;

V - Tribunais e juízes do trabalho;

VI - Tribunais e juízes estaduais.

Parágrafo único. Para as causas ou litígios, que a lei definirá, poderão ser instituídos processo e julgamento de rito sumaríssimo, observados os critérios de descentralização, de economia e de comodidade das partes.

Art. 113. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juízes gozarão das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II - inamovibilidade, exceto por motivo de interesse público, na forma do § 2.º; e

III - irredutibilidade de vencimentos, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de

renda, e os impostos extraordinários previstos no artigo 22.

§ 1.º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos esses casos com os vencimentos integrais.

§ 2.º O Tribunal competente poderá determinar, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus juízes efetivos, a remoção ou a disponibilidade do juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juízes.

Art. 114. É vedado ao juiz, sob pena de perda do cargo judiciário:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salva um cargo de magistério e nos casos previstos nesta Constituição;

II - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, porcentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento; e

III - exercer atividade político-partidária.

Art. 115. Compete aos Tribunais:

I - eleger seus Presidentes e demais titulares de sua direção;

II - elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos; e

III - conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juízes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

Art. 116. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

Art. 117. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

§ 1.º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2.º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Caberá ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Seção II - Do Supremo Tribunal Federal

Art. 118. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I - processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Deputados e Senadores, os Ministros de Estado e o Procurador-Geral da República;

b) nos crimes comuns e de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no item I do artigo 42, os membros dos Tribunais Superiores da União e dos Tribunais de Justiça dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, os Ministros do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

c) os litígios entre Estados estrangeiros ou organismos internacionais e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Territórios;

d) as causas e conflitos entre a União e os Estados ou Territórios ou entre uns e outros, inclusive os respectivos órgãos de administração indireta;

e) os conflitos de jurisdição entre Tribunais Federais de categorias diversas e entre Tribunais de Estados e os do Distrito Federal;

f) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União ou entre autoridades judiciárias de um Estado e as administrativas de outro, ou do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre as destes e as da União;

- g) a extradição requisitada por Estado estrangeiro e a homologação das sentenças estrangeiras;
- h) o habeas-corpus, quando o coator ou o paciente for Tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal ou se tratar de crime sujeito à mesma jurisdição em única instância;
- i) os mandados de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado Federal, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, bem como os impetrados pela União contra atos de governos estaduais;
- j) a declaração de suspensão de direitos na forma do artigo 154;
- l) a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados; e
- n) a execução das sentenças, nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atos processuais;

II - julgar em recurso ordinário:

- a) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- b) os casos previstos no artigo 129, § 1.º e § 2.º; e
- c) os habeas-corpus decididos em única ou última instância pelos tribunais federais ou tribunais de justiça dos Estados, se denegatória a decisão, não podendo o recurso ser substituído por pedido originário;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição ou negar vigência de tratado ou lei federal;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal; ou
- d) der à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha dado outro Tribunal ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. As causas a que se refere o item III, alíneas a e d, deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie ou valor pecuniário.

Art. 120. O Supremo Tribunal Federal funcionará em plenário ou dividido em turmas.

Parágrafo único. O regimento interno estabelecerá:

- a) a competência do plenário, além dos casos previstos nas alíneas a, b, c, d, i, j e l, do item I do artigo 119, que lhe são privativos;
- b) a composição e a competência das turmas;
- c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso; e
- d) a competência de seu Presidente para conceber exequatur a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

Seção III - Dos Tribunais Federais de Recursos

Art. 121. O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de treze Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do artigo 118.

§ 1.º Lei complementar poderá criar Tribunais Federais de Recursos, um no Estado de Pernambuco, um no de São Paulo, fixando-lhes a jurisdição e o número de Ministros, cuja escolha se fará na forma deste artigo, bem como poderá dispor sobre a divisão do atual e dos novos em câmaras de competência privativa, e manter ou reduzir o número de seus juízes.

§ 2.º É privativo do Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União, o julgamento de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.

§ 3.º Os Tribunais Federais de Recursos funcionarão em plenário, câmaras ou turmas.

Art. 122. Compete aos Tribunais Federais de Recursos:

I - processar e julgar originariamente:

- a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- b) os juízes federais, os juízes do trabalho e os membros dos tribunais regionais do trabalho, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e os do Distrito Federal, nos crimes comuns e de responsabilidade;
- c) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal

ou de suas câmaras ou turmas, do responsável pela direção geral da polícia federal;
d) os habeas-corpus, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado ou a responsável pela direção geral da polícia federal ou juiz federal; e
e) os conflitos de jurisdição entre juízes federais subordinados ao mesmo tribunal ou entre suas câmaras ou turmas; entre juízes federais de várias categorias; entre juízes federais subordinados a tribunais diferentes; entre juízes de Estados diversos: entre Juízes de Estados e do Distrito Federal ou dos Territórios; entre Juízes do Distrito Federal e dos Territórios; e os conflitos entre Juízes de um Território e os de outro; e

II - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais.

Parágrafo único. A lei poderá estabelecer a competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária.

Seção IV - Dos Juízes Federais

Art. 123. Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da República, dentre os juízes federais substitutos, alternadamente, por antiguidade e por escolha em lista tríplice: de merecimento, organizada pelo Tribunal Federal de Recursos com jurisdição na circunscrição judiciária onde houver ocorrido a vaga.

Parágrafo único. O provimento do cargo de juiz federal substituto far-se-á mediante concurso público de provas e títulos organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, conforme a respectiva jurisdição, devendo os candidatos satisfazer os requisitos de idoneidade moral e de idade maior de vinte e cinco anos.

Art. 124. Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Parágrafo único. Nos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes federais caberão aos juízes da justiça local, na forma que a lei dispuser. O Território de Fernando de Noronha compreender-se-á na Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Art. 125. Aos juízes federais compete processar e julgar, em primeira instância:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto, as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Militar.

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e municípios ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional e os cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

VI - os crimes contra a organização do trabalho ou decorrentes de greve;

VII - os habeas-corpus em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.

VIII - os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea; e

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação: as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

§ 1.º As causas em que a União for autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território onde tiver domicílio a outra parte; as intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que for domiciliado o autor; e na Capital do Estado onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa ou ainda no Distrito Federal.

§ 2.º As causas propostas perante outros juízes, se a União nelas intervier, como assistente ou oponente, passarão a ser da competência do juiz federal respectivo.

§ 3.º Processar-se-ão e julgar-se-ão na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários as causas em que for parte instituição de previdência social e cujo objeto for benefício de natureza pecuniária, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.

O recurso, que no caso couber, deverá ser interposto para o Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º Nos portos e aeroportos onde não existir vara da justiça federal, serão processadas perante a justiça estadual as ratificações de protestos formados a bordo de navio ou aeronave.

Art. 126. A lei poderá permitir que a ação fiscal e outras sejam promovidas no foro de Estado ou Território e atribuir ao Ministério Público respectivo a representação judicial da União.

Seção V - Dos Tribunais e Juízes Militares

Art. 127. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e juízes inferiores instituídos por lei.

Art. 128. O superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha, quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica e cinco entre civis.

§ 1.º Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, sendo:

a) três de notório saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de dez anos; e
b) dois auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico.

§ 2.º Os juízes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros dos Tribunais Federais de Recursos.

§ 3.º Excepcionalmente, oficial-general da reserva de primeira classe poderá ser nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar.

Art. 129. À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1.º Esse foro especial estender-se-á aos civis, nos casos expressos em lei, para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 2.º Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes de que trata o § 1.º.

§ 3.º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar.

Seção VI - Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

Art. 130. Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes:

- I - Tribunal Superior Eleitoral;
- II - Tribunais Regionais Eleitorais;
- III - Juízes Eleitorais;
- IV - Juntas Eleitorais.

Parágrafo único. Os Juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos; os substitutos serão escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 131. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da União, compor-se-á:

- I - mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) de três juízes, entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal; e
 - b) de dois juízes, entre os membros do Tribunal Federal de Recursos da Capital da União;
- II - por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e seu Vice-Presidente entre os três Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 132. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Art. 133. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

- I - mediante eleição, pelo voto secreto:
 - a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; e
 - b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- II - de juiz federal e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos; e
- III - por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 1.º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá Presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência.

§ 2.º O número dos Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais é irredutível, mas poderá ser

elevado, por lei, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 134. A lei disporá sobre a organização das juntas eleitorais, que serão presididas por juiz de direito e cujos membros serão aprovados pelo Tribunal Regional Eleitoral e nomeados pelo seu Presidente.

Art. 135. Os juízes de direito exercerão as funções de juízes eleitorais, com jurisdição plena e na forma da lei.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juízes competência para funções não decisórias.

Art. 136. Os juízes e membros dos tribunais e juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

Art. 137. A lei estabelecerá a competência dos juízes e Tribunais Eleitorais, incluindo entre as suas atribuições:

I - o registro e a cassação de registro dos partidos políticos, assim como a fiscalização das suas finanças;

II - a divisão eleitoral do País;

III - o alistamento eleitoral;

IV - a fixação das datas das eleições, quando não determinadas por disposição constitucional ou legal;

V - o processamento e apuração das eleições e a expedição dos diplomas;

VI - a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII - o processo e julgamento dos crimes eleitorais e os que lhes são conexos, bem como os de habeas-corpus e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII - o julgamento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;

e

IX - a decretação da perda de mandato de senadores, deputados e vereadores nos casos do parágrafo único do artigo 152.

Art. 138. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, quando:

I - forem proferidas contra expressa disposição de lei;

II - ocorrer divergências na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais;

ou

IV - denegarem habeas-corpus ou mandado de segurança.

Art. 139. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas-corpus, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 140. Os Territórios Federais do Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando de Noronha ficam sob a jurisdição, respectivamente, dos Tribunais Regionais Eleitorais do Pará, Amazonas, Acre e Pernambuco.

Seção VII - Dos Tribunais e Juízos do Trabalho

Art. 141. Os órgãos da Justiça do Trabalho são os seguintes:

I - Tribunal Superior do Trabalho;

II - Tribunais Regionais do Trabalho;

III - Juntas de Conciliação e Julgamento.

§ 1.º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete juízes com a denominação de ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal; sete entre magistrados da Justiça do Trabalho; dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do artigo 118; e

b) seis classistas e temporários, em representação paritária dos empregadores e dos trabalhadores, nomeados pelo Presidente da República, de conformidade com o que a lei dispuser e vedada a recondução por mais de dois períodos.

§ 2.º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes e instituirá as Juntas de Conciliação e julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.

§ 3.º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 4.º A lei, observado o disposto no § 1.º, disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a

paridade de representação de empregadores e trabalhadores.

§ 5.º Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de dois terços de juízes togados vitalícios e um terço de juízes classistas temporários, assegurada, entre os juízes togados, a participação de advogados e membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, nas proporções estabelecidas na alínea a do § 1.º.

Art. 142. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e, mediante lei, outras controvérsias oriundas de relação de trabalho.

§ 1.º A lei especificará as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

§ 2.º Os litígios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios.

Art. 143. As decisões do Tribunal Superior do Trabalho serão irrecorríveis, salvo se contrariarem esta Constituição, caso em que caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Seção VIII - Dos Tribunais e Juízes Estaduais

Art. 144. Os Estados organizarão a sua justiça, observados os artigos 113 a 117 desta Constituição e os dispositivos seguintes:

I - o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista tríplice.

II - a promoção de juízes far-se-á de entrância a entrância, por antigüidade e por merecimento alternadamente, observado o seguinte:

a) apurar-se-á na entrância a antigüidade e o merecimento, este em lista tríplice;

b) no caso de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) somente após três anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago;

III - o acesso aos Tribunais de segunda instância dar-se-á por antigüidade e por merecimento alternadamente. A antigüidade apurar-se-á na última entrância, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça. Neste caso, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria dos desembargadores, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação. No caso de merecimento, a lista tríplice compor-se-á de nomes escolhidos dentre os juízes de qualquer entrância;

IV - na composição de qualquer Tribunal um quinto dos lugares será preenchido por advogados, em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados em lista tríplice.

§ 1.º A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça:

a) tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado ou de espécies ou de umas e outras;

b) juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e poderão substituir juízes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei e com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou irrecorríveis;

d) justiça militar estadual de primeira instância constituída pelos Conselhos de Justiça, que terão como órgãos de segunda instância o próprio Tribunal de Justiça.

§ 2.º Em caso de mudança da sede do juízo, será facultado a juiz remover-se para ela ou para comarca de igual entrância ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais.

§ 3.º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça processar e julgar os membros do Tribunal de Alçada e os juízes de inferior instância, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça eleitoral.

§ 4.º Os vencimentos dos juízes vitalícios serão fixados cora diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores e não podendo nenhum membro da justiça estadual perceber mensalmente importância total superior ao limite máximo estabelecido em lei federal.

§ 5.º Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos.

§ 6.º Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça a alteração do número de seus membros ou dos membros dos tribunais inferiores de segunda instância.

TÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS

CAPÍTULO I

DA NACIONALIDADE

Art. 145. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço do seu país.

b) os nascidos fora do território nacional, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; e

c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior ou, não registrados, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade; neste caso, alcançada esta, deverão, dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira.

II - naturalizados:

a) os que adquiriram a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, itens IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

b) pela forma que a lei estabelecer:

1 - os nascidos no estrangeiro, que hajam sido admitidos no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, estabelecidos definitivamente no território nacional. Para preservar a nacionalidade brasileira, deverão manifestar-se por ela, inequivocamente, até dois anos após atingir a maioridade;

2 - os nascidos no estrangeiro que, vindo residir no País antes de atingida a maioridade, façam curso superior em estabelecimento nacional e requeiram a nacionalidade até um ano depois da formatura;

3 - os que, por outro modo, adquirirem a nacionalidade brasileira, exigida aos portugueses apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

Parágrafo único. São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal de Contas da União, Procurador-Geral da República, Senador, Deputado Federal, Governador do Distrito Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território e seus substitutos, os de Embaixador e os das carreiras de Diplomata, de Oficial da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Art. 146. Perderá a nacionalidade o brasileiro que:

I - por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II - sem licença do Presidente da República, aceitar comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro; ou

III - em virtude de sentença judicial, tiver cancelada a naturalização por exercer atividade contrária ao interesse nacional.

Parágrafo único. Será anulada por decreto do Presidente da República a aquisição de nacionalidade obtida em fraude contra a lei.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 147. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1.º alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

§ 2.º Os militares serão alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

§ 3.º Não poderão alistar-se eleitores:

- a) os analfabetos;
- b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; e
- c) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto, salvo nos casos previstos nesta Constituição; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 149. Assegurada ao paciente ampla defesa, poderá ser declarada a perda ou a suspensão dos seus direitos políticos.

§ 1.º O Presidente da República decretará a perda dos direitos políticos:

- a) nos casos dos itens I, II e parágrafo único do artigo 146;
- b) pela recusa, baseada em convicção religiosa, filosófica ou política, à prestação de encargo ou serviço impostos aos brasileiros em geral; ou
- c) pela aceitação de condecoração ou título nobiliário estrangeiros que importem restrição de direito de cidadania ou dever para com o Estado brasileiro.

§ 2.º A perda ou a suspensão dos direitos políticos dar-se-á por decisão judicial:

- a) no caso do item III do artigo 146;
- b) por incapacidade civil absoluta; ou
- c) por motivo de condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos.

§ 3.º Lei complementar disporá sobre a especificação dos direitos políticos, o gozo, o exercício, a perda ou suspensão de todos ou de qualquer deles e os casos e as condições de sua requalificação.

Art. 150. São inelegíveis os inalistáveis.

§ 1.º Os militares alistáveis são elegíveis, atendidas as seguintes condições:

- a) o militar que tiver menos de cinco anos de serviço será, ao candidatar-se a cargo eletivo, excluído do serviço ativo;
- b) o militar em atividade, com cinco ou mais anos de serviço, ao candidatar-se a cargo eletivo será afastado, temporariamente, do serviço ativo e agregado para tratar de interesse particular; e
- c) o militar não excluído, se eleito, será, no ato da diplomação, transferido para a inatividade, nos termos da lei.

§ 2.º A elegibilidade, a que se referem as alíneas a e b do parágrafo anterior, não depende, para o militar da ativa, de filiação político-partidária que seja ou venha a ser exigida por lei.

Art. 151. Lei complementar estabelecerá os casos de inelegibilidade e os prazos dentro dos quais cessará esta, visando a preservar:

I - o regime democrático;

II - a probidade administrativa;

III - a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego públicos da administração direta ou indireta, ou do poder econômico;

IV - a moralidade para o exercício do mandato, levada em consideração a vida pregressa do candidato.

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas, desde já, em vigor, na elaboração da lei complementar:

- a) a irrelegibilidade de quem haja exercido cargo de Presidente e de Vice-Presidente da República, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de Vice-Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;
- b) a inelegibilidade de quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, haja sucedido ao titular ou o tenha substituído em qualquer dos cargos indicados na alínea a;
- c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a inelegitimidade das eleições, salvo se afastar definitivamente de um ou de outra no prazo marcado pela lei, o qual não será maior de seis nem menor de dois meses anteriores ao pleito;
- d) a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou de Território, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito; e
- e) a obrigatoriedade de domicílio eleitoral no Estado ou no município por prazo entre um e dois anos, fixado conforme a natureza do mandato ou função.

CAPÍTULO III

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 152. A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em lei federal, observados os seguintes princípios:

- I - regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem;
- II - personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos;
- III - atuação permanente, dentro de programa aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e sem vinculação, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros;
- IV - fiscalização financeira;
- V - disciplina partidária;
- VI - âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos diretórios locais;
- VII - exigência de cinco por cento do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, em sete Estados, com o mínimo de sete por cento em cada um deles; e
- VIII - proibição de coligações partidárias.

Parágrafo único - Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- § 1.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.
- § 2.º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- § 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- § 4.º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.
- § 5.º É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.
- § 6.º Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência.
- § 7.º Sem caráter de obrigatoriedade, será prestada por brasileiros, nos termos da lei, assistência religiosa às forças armadas e auxiliares, e, nos estabelecimentos de internação coletiva, aos interessados que a solicitarem, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais.
- § 8.º É livre a manifestação de pensamento de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.
- § 9.º É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas.
- § 10. A casa é o asilo inviolável do indivíduo; ninguém pode penetrar nela, à noite, sem consentimento do morador, a não ser em caso de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e na forma que a lei estabelecer.
- § 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício do cargo, função ou emprego na Administração Pública, direta ou indireta.

§ 12. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal.

§ 13. Nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente. A lei regulará a individualização da pena.

§ 14. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

§ 15. A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes. Não haverá foro privilegiado nem tribunais de exceção.

§ 16. A instrução criminal será contraditória, observada a lei anterior, no relativo ao crime e à pena, salvo quando agravar a situação do réu.

§ 17. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel ou do responsável pelo inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 18. É mantida a instituição do júri, que terá competência no julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 19. Não será concedida a extradição do estrangeiro por crime político ou de opinião, nem, em caso algum, a de brasileiro.

§ 20. Dar-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá habeas-corpus.

§ 21. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas-corpus, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 22. É assegurado o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no artigo 161, facultando-se ao expropriado aceitar o pagamento em título da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.

§ 23. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 24. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como a propriedade das marcas de indústria e comércio e a exclusividade do nome comercial.

§ 25. Aos autores de obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.

§ 26. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, nele permanecer ou dele sair, respeitados os preceitos da lei.

§ 27. Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, bem como a designação, por esta, do local da reunião.

§ 28. É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida, senão em virtude de decisão judicial.

§ 29. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, ressalvados a tarifa alfandegária e a de transporte, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto lançado por motivo de guerra e demais casos previstos nesta Constituição.

§ 30. É assegurado a qualquer pessoa a direito de representação e de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridade.

§ 31. Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

§ 32. Será concedida assistência judiciária aos necessitados, na forma da lei.

§ 33. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.

§ 34. A lei disporá sobre a aquisição da propriedade rural por brasileiro e estrangeiro residente no País, assim como por pessoa natural ou jurídica, estabelecendo condições, restrições, limitações e demais exigências, para a defesa da integridade do território, a segurança do

Estado e a justa distribuição da propriedade.

§ 35. A lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações.

§ 36. A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

Art. 154. O abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos, a qual será declarada pelo Supremo Tribunal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação cível ou penal que couber, assegurada ao paciente ampla defesa.

Parágrafo único. Quando se tratar de titular de mandato eletivo, o processo não dependerá de licença da Câmara a que pertencer.

CAPÍTULO V

DO ESTADO DE SÍTIO

Art. 155. O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio nos casos de:

I - grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção;

II - guerra.

§ 1.º O decreto de estado de sítio especificará as regiões que essa providência abrangerá, bem como as normas que serão observadas, e nomeará as pessoas incumbidas de sua execução.

§ 2.º O estado de sítio autoriza as seguintes medidas coercitivas:

a) obrigação de residência em localidade determinada;

b) detenção em edifícios não destinados aos réus de crimes comuns;

c) busca e apreensão em domicílio;

d) suspensão da liberdade de reunião e de associação;

e) censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas; e

f) uso ou ocupação temporária de bens das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, assim como a suspensão do exercício de cargo, função ou emprego nas mesmas entidades.

§ 3.º A fim de preservarem a integridade e a independência do País, o livre funcionamento dos Poderes e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei.

Art. 156. A duração do estado de sítio, salvo em caso de guerra, não será superior a 180 dias, podendo ser prorrogada, se persistirem as razões que o determinarem.

§ 1.º O decreto de estado de sítio ou de sua prorrogação será submetido, dentro de cinco dias, com a respectiva justificação, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional.

§ 2.º Se o Congresso Nacional não estiver reunido, será convocado imediatamente pelo seu Presidente.

Art. 157. Durante a vigência do estado de sítio e sem prejuízo das medidas previstas no artigo 154, também o Congresso Nacional, mediante lei, poderá determinar a suspensão de garantias constitucionais.

Parágrafo único. As imunidades dos deputados federais e senadores poderão ser suspensas durante o estado de sítio por deliberação da Casa a que eles pertencerem.

Art. 158. Findo o estado de sítio, cessarão os seus efeitos e o Presidente da República, dentro de trinta dias, enviará mensagem ao Congresso Nacional com a justificação das providências adotadas.

Art. 159. A inobservância de qualquer das prescrições relativas ao estado de sítio tornará ilegal a coação e permitirá ao paciente recorrer ao Poder Judiciário.

TÍTULO III

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 160. A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I - liberdade de iniciativa;

II - valorização do trabalho como condição da dignidade humana;

III - função social da propriedade;

IV - harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção;

V - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros; e

VI - expansão das oportunidades de emprego produtivo.

Art. 161. A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do imputo territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 1.º A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxa dos juros, prazo e condições do resgate.

§ 2.º A desapropriação de que trata este artigo é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o acima disposto, conforme for estabelecido em lei.

§ 3.º A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 4.º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

§ 5.º Os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade sujeita a desapropriação na forma deste artigo.

Art. 162. Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei.

Art. 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

Parágrafo único. Para atender a intervenção de que trata este artigo a União poderá instituir contribuições destinadas ao custeio dos respectivos serviços e encargos, na forma que a lei estabelecer.

Art. 164. A União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade socioeconômica.

Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I - salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família;

II - salário-família aos seus dependentes;

III - proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

IV - salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V - integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei;

VI - duração diária do trabalho não excedente a oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII - repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VIII - férias anuais remuneradas;

IX - higiene e segurança do trabalho;

X - proibição de trabalho, em indústrias insalubres a mulheres e menores de dezoito anos, de trabalho noturno a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de doze anos;

XI - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;

XII - fixação das porcentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII - estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente;

XIV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV - assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI - previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;

XVII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XVIII - colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XIX - aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral; e

XX - greve, salvo o disposto no artigo 162.

Parágrafo único. Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 166. É livre a associação profissional ou sindical; a sua constituição, a representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas de poder público serão regulados em lei.

§ 1.º Entre as funções delegadas a que se refere este artigo, compreende-se a de arrecadar, na forma da lei, contribuições para o custeio da atividade dos órgãos sindicais e profissionais e para a execução de programas de interesse das categorias por eles representadas.

§ 2.º É obrigatório o voto nas eleições sindicais.

Art. 167. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, estabelecendo:

I - obrigação de manter serviço adequado;

II - tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato; e

III - fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

Art. 168. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1.º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País.

§ 2.º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma da indenização.

§ 3.º A participação de que trata o parágrafo anterior será igual ao dizimo do imposto sobre minerais.

§ 4.º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

Art. 169. A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

Art. 170. As empresas privadas compete, preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas.

§ 1.º Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente a atividade econômica.

§ 2.º Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas; inclusive quanto ao direito do trabalho e ao das obrigações.

§ 3.º A empresa pública que explorar atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Art. 171. A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência para aquisição, até cem hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família.

Parágrafo único. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.

Art. 172. A lei regulará, mediante prévio levantamento ecológico, o aproveitamento agrícola de

terras sujeitas a intempéries e calamidades. O mau uso da terra impedirá o proprietário de receber incentivos e auxílios do Governo.

Art. 173. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

§ 1.º Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, serão brasileiros natos.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos navios nacionais de pesca, sujeitos a regulamentação em lei federal.

Art. 174. A propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão, são vedadas:

I - a estrangeiros;

II - a sociedade por ações ao portador; e

III - a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos.

§ 1.º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas neste artigo caberão somente a brasileiros natos.

§ 2.º Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão, no interesse do regime democrático e do combate à subversão e à corrupção.

TÍTULO IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos.

§ 1.º O casamento é indissolúvel.

§ 2.º O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedimentos e prescrições da lei, o ato for inscrito no registro público, a requerimento do celebrante ou de qualquer interessado.

§ 3.º O casamento religioso celebrado sem as formalidades do parágrafo anterior terá efeitos civis, se a requerimento do casal, for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

§ 4.º Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.

Art. 176. A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§ 1.º O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2.º Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos.

§ 3.º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

I - o ensino primário somente será ministrado na língua nacional;

II - o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;

III - o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;

IV - o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará;

V - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio;

VI - o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior dependerá, sempre, de prova de habilitação, que consistirá em concurso público de provas e títulos, quando se tratar de ensino oficial; e

VII - a liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério, ressalvado o disposto no artigo 154.

Art. 177. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, e a União, os dos Territórios, assim como o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

§ 1.º União prestará assistência técnica e financeira aos Estados e ao Distrito Federal para desenvolvimento dos seus sistemas de ensino.

§ 2.º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional, que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 178. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino primário gratuito de seus empregados e o ensino dos filhos destes, entre os sete e os quatorze, anos, ou a concorrer para aquele fim, mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.

Art. 179. As ciências, as letras e as artes são livres, ressalvado o disposto no parágrafo 8.º do artigo 153.

Parágrafo único. O Poder Público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico.

Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 181. Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I - os atos do Governo Federal, com base nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos Ministros Militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República, com base no Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969;

II - as resoluções, fundadas em Atos Institucionais, das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos e vereadores quando no exercício dos referidos cargos; e

III - os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares indicados no item I.

Art. 182. Continuam em vigor o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses Atos ou dos seus dispositivos que forem considerados desnecessários.

Art. 183. O mandato do Presidente o do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, terminarão em 15 de março de 1974.

Art. 184. Cessada a investidura no cargo de Presidente da República, que o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Se o Presidente da República, em razão do exercício do cargo, for atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de tratamento médico e hospitalar correrão por conta da União.

Art. 185. São inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Governador e Vice-Governador, de Prefeito e Vice-Prefeito, e demais cargos eletivos, os cidadãos que, mediante decreto do Presidente da República, com fundamento em Ato Institucional, hajam sofrido a suspensão dos seus direitos políticos.

Art. 186. O mandato das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no período que se iniciará em 31 de março de 1970 será de um ano, não podendo ser reeleito qualquer de seus membros para a Mesa do período seguinte.

Art. 187. Durante a legislatura que findará em 31 de janeiro de 1971, não perderá o mandato o deputado ou senador investido na função de Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

Art. 188. Somente a partir da próxima legislatura prevalecerá a redução do número de deputados federais e deputados estaduais.

Art. 189. A eleição para Governadores e Vice-Governadores dos Estados, em 1970, será realizada, em sessão pública e mediante votação nominal pelo sufrágio de um colégio eleitoral

constituído pelas respectivas Assembléias Legislativas.

Parágrafo único. O colégio eleitoral reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa do Estado, no dia 3 de outubro de 1970, e a eleição deverá processar-se nos termos dos §§ 1.º e 2.º do artigo 75.

Art. 190. Somente para o exercício de mandato na atual legislatura não se aplica a proibição de atividade político-partidária aos ministros ou juizes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 191. Continuará em funcionamento apenas o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, salvo deliberação em contrário da respectiva Câmara, sendo declarados extintos todos os outros tribunais de contas municipais.

Art. 192. São mantidos como órgãos de segunda instância da justiça militar estadual os tribunais especiais criados, para o exercício dessas funções, antes de 15 de março de 1967.

Art. 193. O título de Ministro é privativo dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos da carreira de Diplomata.

Parágrafo único. Os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal terão o título de Conselheiros.

Art. 194. Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até 15 de março de 1967, assim como a estabilidade de funcionários amparados pela legislação anterior àquela data.

Art. 195. Os atuais substitutos de auditor e promotor da Justiça Militar da União, que tenham adquirido estabilidade nessas funções, poderão ser aproveitados em cargo inicial dessas carreiras, respeitados os direitos dos candidatos aprovados em concurso.

Art. 196. É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 197. Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade, se funcionário público;
- b) aproveitamento no serviço público, sem a exigência do disposto no § 1.º do artigo 97;
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração direta ou indireta ou contribuinte da Previdência Social; e
- d) assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos.

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1.º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos, jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2.º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.

Art. 199. Respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 145, as pessoas naturais de nacionalidade portuguesa não sofrerão qualquer restrição em virtude da condição de nascimento, se admitida a reciprocidade em favor de brasileiros.

Art. 200. As disposições constantes desta Constituição ficam incorporadas, no que couber, ao direito constitucional legislado dos Estados.

Parágrafo único. As Constituições dos Estados poderão adotar o regime de leis delegadas, proibidos os decretos-leis."

Art. 201. A presente Emenda entrará em vigor no dia 30 de outubro de 1969.

Brasília, 17 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 2, DE 30 DE OUTUBRO DE 1969
O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e,

Considerando que, pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, foram introduzidas modificações em dispositivos da Constituição da República que, assim, passa a vigorar com nova redação a partir de 30 de outubro de 1969.

Considerando que o novo texto constitucional, em seu artigo 200, determina que as disposições dele constantes ficam incorporadas, no que couber, ao direito constitucional legislado dos Estados;

Considerando que a adaptação das disposições da Constituição do Estado de São Paulo, atingidas pelas normas constitucionais federais impõe necessariamente a alteração de outros dispositivos, para harmonizá-los com o sistema e os princípios da Constituição da República; Considerando a conveniência de se proceder desde logo a essa adaptação, não só para facilitar o conhecimento e aplicação das novas normas constitucionais estaduais, como para permitir que elas tenham vigência simultânea com as da Constituição da República:

Considerando que a Assembléia Legislativa, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, se acha em recesso, durante o qual, na conformidade do § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, o Governador está autorizado a legislar em todas as matérias;

Considerando que, no processo legislativo, se inclui a elaboração de emendas à Constituição, como se vê do artigo 49, inciso I, da Constituição da República, de 24 de janeiro de 1967, correspondente ao artigo 46, inciso I, da mesma Constituição emendada, e reproduzido no artigo 18, inciso I, da Constituição do Estado de São Paulo;

Considerando, finalmente, que, feitas as modificações mencionadas, todas em caráter de emenda, a Constituição poderá ser editada de acordo com o texto que adiante se publica; Promulga a seguinte Emenda n.º 2 à Constituição do Estado de São Paulo, de 13 de maio de 1967:

Artigo 1.º - A Constituição do Estado de São Paulo, de 13 de maio de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E SEUS PODERES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - O Estado de São Paulo, parte integrante da Federação Brasileira, exerce, em seu território, todos os poderes que, explicita ou implicitamente, não lhe sejam vedados pela Constituição da República.

Artigo 2.º - São poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições. O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro.

Artigo 3.º - A Capital do Estado é a cidade de São Paulo.

Artigo 4.º - São símbolos estaduais a bandeira e o brasão de armas em uso na data da promulgação desta Constituição e o hino estabelecido em lei.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I

Da Assembléia Legislativa

Artigo 5.º - O Poder Legislativo do Estado é exercido pela Assembléia Legislativa, constituída de deputados eleitos e investidos na forma da legislação federal, para uma legislatura de quatro anos.

Artigo 6.º - A Assembléia reunir-se-á, em sua sede na Capital do Estado, em sessão legislativa anual, independentemente de convocação, de 31 de março a 30 de novembro, permitido o recesso durante o mês de julho.

§ 1.º - A Assembléia poderá ser convocada extraordinariamente pelo Governador, quando houver

matéria de interesse público relevante e urgente a deliberar. Neste caso a Assembléia só deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2.º - A Assembléia reunir-se-á em sessão preparatória a partir de 15 de março, no primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa.

Artigo 7.º - A Assembléia funcionará em sessões públicas com a presença de pelo menos um quarto de seus membros, observados os seguintes princípios:

I - as deliberações, excetuados os casos expressos nesta Constituição, serão tomadas por maioria simples de votos, presentes, pelo menos, a maioria absoluta de seus membros;

II - o voto dos deputados será público, salvo no julgamento de seus pares e do Governador;

III - não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia;

IV - não poderão ser realizadas mais de oito sessões extraordinárias, remuneradas, por mês;

V - não será autorizada a publicação de pronunciamentos que contenham ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política e social, de preconceito de raça, religião ou classe, ou que configurem crimes contra a honra ou incitamento à prática de delito de qualquer natureza;

VI - a Mesa só encaminhará ao Governador pedidos de informações sobre assunto relacionado com matéria em andamento ou sujeita à fiscalização da Assembléia;

VII - não poderão funcionar concomitantemente mais de cinco comissões especiais de inquérito, salvo deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembléia;

VIII - será de dois anos o mandato de membros da Mesa, vedada a reeleição;

IX - na constituição das comissões permanentes ou especiais assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos;

X - não serão subvencionadas viagens de deputados, salvo no desempenho de missão do Governo do Estado, mediante prévia designação do Executivo e concessão de licença da Assembléia.

§ 1.º - A sessão só poderá ser secreta, por deliberação prévia da maioria absoluta dos membros da Assembléia, no interesse da segurança ou da preservação do decoro parlamentar, sendo o voto descoberto.

§ 2.º - Os membros das comissões especiais, a que se refere o inciso VII deste artigo, no interesse da investigação, poderão, em conjunto ou isoladamente, proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas estaduais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência, bem como requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários.

Artigo 8.º - Os deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, ou nos de crimes previstos na lei de segurança nacional.

§ 1.º - Durante as sessões e quando para elas se dirigirem ou delas regressarem, os deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime comum ou de perturbação da ordem pública.

§ 2.º - Os deputados, enquanto no exercício do mandato, serão processados e julgados criminalmente pelo Tribunal de Justiça.

Artigo 9.º - O deputado não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com a administração centralizada ou descentralizada federal, estadual ou municipal, salvo quando o ajuste obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, função ou emprego nas administrações previstas na alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego de livre exoneração, nas administrações a que se refere a alínea "a" do inciso anterior;

c) exercer outro mandato eletivo federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das administrações referidas na alínea "a" do inciso anterior.

Artigo 10 - Perderá o mandato o deputado:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, ou atentatório às instituições vigentes;

III - que abusar das prerrogativas asseguradas ao parlamentar, ou auferir, no desempenho do mandato, vantagens ilícitas ou imorais, além de outros casos definidos no regimento interno;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Assembléia;

V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VI - que praticar ato de infidelidade partidária segundo o previsto na legislação federal.

§ 1.º - A cassação do mandato, nos casos do incisos I a IV, será deliberada, por maioria absoluta dos membros da Assembléia, mediante provocação de qualquer deputado, da Mesa, de partido político, e no caso do inciso IV, também por iniciativa do primeiro suplente da respectiva legenda, assegurada defesa.

§ 2.º - A extinção do mandato, nos casos dos incisos V e VI, será automática e declarada pela Mesa, ao conhecer do fato extintivo.

Artigo 11 - Não perderá o mandato o deputado investido no cargo de Secretário de Estado, considerando-se licenciado durante o seu exercício.

Parágrafo único - O deputado licenciado nos termos deste: artigo poderá optar pela percepção do subsídio ou pela retribuição do cargo.

Artigo 12 - Dar-se-á a convocação de suplentes apenas no caso de vaga em razão de morte, renúncia ou investidura no cargo de Secretário de Estado.

Parágrafo único - Não havendo suplente, só se realizará eleição para preenchimento da vaga no caso de morte ou renúncia, se faltarem mais de quinze meses para o término da legislatura.

Artigo 13 - É permitido ao deputado, com prévia licença da Assembléia, desempenhar missão diplomática ou cultural de caráter transitório.

Artigo 14 - O deputado deverá fazer declaração pública de bens no ato da posse e no término do mandato.

Artigo 15 - Os deputados receberão subsídio, dividido em parte fixa e parte variável, e ajuda de custo, estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente.

§ 1.º - A parte fixa do subsídio será paga mensalmente no decurso de todo o ano e a variável, como diária, pelo comparecimento efetivo às sessões e participação nas votações.

§ 2.º - Considera-se ajuda de custo a compensação de despesas com transportes e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão decorrente de convocação extraordinária na forma do § 1.º do artigo 6.º.

§ 3.º - O pagamento da ajuda de custo será feito em duas parcelas, somente podendo o deputado receber a segunda se houver comparecido, pelo menos, a dois terços da sessão legislativa ordinária ou das sessões decorrentes da convocação extraordinária.

§ 4.º - É vedado o pagamento aos deputados estaduais, a qualquer título, sob pena de responsabilidade pessoal dos membros da Mesa, de mais de dois terços do subsídio e da ajuda de custo, atribuídos em lei aos deputados federais.

Seção II

Das atribuições da Assembléia Legislativa

Artigo 16 - Compete à Assembléia, com a sanção do Governador, legislar sobre todas as matérias da competência do Estado e especialmente:

I - votar o orçamento e os programas financeiros plurianuais do Estado;

II - dispor sobre a dívida pública estadual e autorizar a abertura e operações de crédito;

III - criar e extinguir cargos públicos, fixando-lhes os vencimentos e vantagens, observado o disposto nesta Constituição;

IV - autorizar a alienação, cessão e arrendamento de bens imóveis do Estado e o recebimento de doações com encargo, não se considerando como tal a simples destinação específica do bem.

Artigo 17 - Compete privativamente à Assembléia:

I - eleger a sua Mesa e constituir suas Comissões;

II - votar o seu regimento interno, regular a própria polícia e organizar seus serviços, nomeando ou admitindo os respectivos servidores e fixando-lhes vencimentos e vantagens, por lei;

III - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador, conhecer-lhes da renúncia e apreciar os seus pedidos de licença;

IV - julgar as contas do Poder Legislativo, apresentadas obrigatoriamente pela Mesa;

V - julgar as contas do Governador e promover-lhe a responsabilidade, quando for o caso;

VI - apreciar a denúncia contra o Governador nos crimes de responsabilidade e nos delitos comuns;

VII - solicitar a intervenção federal para garantir o cumprimento da Constituição da República e

desta Constituição, bem como para assegurar o livre exercício de suas atribuições;
VIII - autorizar o Governador a efetuar ou contrair empréstimos, salvo com os municípios do Estado, suas entidades descentralizadas e órgãos ou entidades federais;
IX - autorizar ou aprovar convênios ou acordos com entidades particulares, de que resultem para o Estado encargos não previstos na lei orçamentária;
X - aprovar a indicação de Prefeitos da Capital e das estâncias hidrominerais, bem como dos Conselheiros do Tribunal de Contas e seus substitutos, e dirigentes de autarquias;
XI - aprovar ou suspender a intervenção no Município, salvo quando decorrente de decisão judiciária;
XII - apreciar vetos opostos pelo Governador;
XIII - convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto de sua pasta, previamente determinado;
XIV - fixar, de uma para outra legislatura, os subsídios e as verbas de representação do Governador e do Vice-Governador, assim como o subsídio e a ajuda de custo dos deputados, observados os limites estabelecidos pela Constituição da República;
XV - emendar esta Constituição.

Seção III

Do Processo Legislativo

Artigo 18 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares da Constituição;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos.

Artigo 19 - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I - do Governador;
- II - da terça parte dos membros da Assembléia.

§ 1.º - Considerar-se-á aprovada a emenda que obtiver o voto favorável de pelo menos, dois terços dos membros da Assembléia, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar de sua apresentação ou recebimento.

§ 2.º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou em período de intervenção federal.

Artigo 20 - As leis complementares da Constituição serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, consideram-se leis complementares:

- 1 - a Lei Orgânica dos Municípios;
- 2 - o Código Judiciário;
- 3 - os Estatutos dos Servidores Cíveis do Estado;
- 4 - a Lei Orgânica do Ministério Público;
- 5 - a Lei Orgânica da Polícia;
- 6 - a Lei Orgânica das Entidades Descentralizadas;
- 7 - o Código de Educação;
- 8 - o Código de Saúde;
- 9 - a Lei de Paridade dos Funcionários Públicos Cíveis;
- 10 - a Lei sobre Normas Técnicas do Processo Legislativo;
- 11 - outras leis de caráter estrutural, incluídas nesta categoria pelo voto preliminar da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Artigo 21 - A iniciativa das leis cabe ao Governador, a qualquer deputado ou comissão da Assembléia, e aos Tribunais, nos casos previstos nesta Constituição.

Artigo 22 - A competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

- I - disponham sobre matéria financeira;
- II - criem cargos, funções, empregos públicos, ofícios ou cartórios, aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa pública;
- III - disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da polícia militar para a inatividade;
- IV - fixem ou alterem o efetivo da polícia militar.

Parágrafo único - Aos projetos de iniciativa exclusiva de Governador não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, nem as que alterem a criação de cargos, funções,

ofícios e cartórios.

Artigo 23 - É da competência exclusiva da Assembléia e dos Tribunais a iniciativa de leis que disponham sobre a criação e a extinção de cargos de suas secretarias e a fixação dos respectivos vencimentos, observado o disposto no artigo 98 da Constituição da República.

Parágrafo único - As emendas, aos projetos de iniciativa exclusiva da Assembléia e dos Tribunais; somente serão admitidas, observadas as condições estabelecidas no § 4.º do artigo 108 da Constituição da República.

Artigo 24 - O Governador poderá enviar à Assembléia projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, deverão ser apreciados dentro de noventa dias a contar do seu recebimento.
§ 1.º - Se o Governador julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em quarenta dias.

§ 2.º - A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, começando o prazo a fluir do recebimento do pedido.

§ 3.º - Esgotados os prazos previstos neste artigo e parágrafos anteriores, serão os projetos considerados aprovados.

§ 4.º - Os prazos estabelecidos não correm nos períodos de recesso da Assembléia, nem se aplicam aos projetos de codificação, ainda que da iniciativa do Governador.

Artigo 25 - Respeitada a sua competência quanto à iniciativa, a Assembléia deverá apreciar:

I - em cento e vinte dias os projetos de leis que contem com a assinatura de, pelo menos, um quarto de seus membros;

II - em cinquenta dias, os projetos de lei que contem com a assinatura, de pelo menos, um terço de seus membros, se o autor considerar urgente a matéria.

§ 1.º - A faculdade instituída no inciso II, só poderá ser utilizada três vezes pelo mesmo deputado em cada sessão legislativa.

§ 2.º - Esgotados os prazos previstos neste artigo, serão os projetos considerados aprovados.

Artigo 26 - Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será ele enviado ao Governador que o sancionará e promulgará ou o vetará dentro de quinze dias úteis contados do seu recebimento, se o considerar inconstitucional ou contrário ao interesse público. O veto poderá ser total ou parcial, devendo neste caso abranger, por inteiro, o artigo, o parágrafo, o inciso, o item ou a alínea.

§ 1.º - Se a sanção for negada durante o recesso da Assembléia, o Governador fará publicar o veto.

§ 2.º - Decorrido o prazo, sem oposição de veto, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua promulgação pelo Presidente da Assembléia, no prazo de dez dias.

§ 3.º - A apreciação do veto pelo Plenário deverá ser feita dentro de quarenta e cinco dias de seu recebimento, em uma só discussão, considerando-se aprovada a matéria vetada se obtiver o voto favorável de dois terços dos membros da Assembléia.

§ 4.º - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Assembléia com o mesmo número da lei originária, entrando em vigor na data em que forem publicadas.

§ 5.º - Se o veto não for apreciado no prazo do § 3.º, considerar-se-á acolhido pela Assembléia.

§ 6.º - Na apreciação do veto não poderá a Assembléia introduzir qualquer modificação no texto vetado.

§ 7.º - A matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não sancionado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

Seção I

Do Governador do Estado

Artigo 27 - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, eleito para um mandato de quatro anos, na forma estabelecida pela Constituição da República.

Artigo 28 - Substitui o Governador, nos seus impedimentos, e sucede-lhe, no caso de vaga, o Vice-Governador.

§ 1.º - Na falta ou impedimento do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício do cargo o Presidente da Assembléia e o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º - Se a falta do Governador e do Vice-Governador ocorrer nos três primeiros anos do período

governamental, far-se-á eleição de ambos para o restante do período, na forma da legislação eleitoral; se a falta ocorrer no último ano, o restante do período de governo será completado pelas autoridades indicadas no parágrafo anterior.

Artigo 29 - O Governador tomará posse perante a Assembléia, prestando o seguinte compromisso: "Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis e desempenhar com lealdade as funções de Governador do Estado de São Paulo".

Artigo 30 - O Presidente da Assembléia declarará vago o cargo de Governador se o seu titular não tomar posse dentro de trinta dias da data designada, salvo motivo de força maior. Declarada a vacância, far-se-á nova eleição para o restante do período.

Parágrafo único - Aplica-se ao Vice-Governador o disposto neste artigo em relação ao Governador.

Artigo 31 - O Governador deverá residir na Capital do Estado e dele não poderá ausentar-se, por mais de quinze dias, sem licença da Assembléia.

Artigo 32 - O Governador, no ato da posse e no término do mandato, deverá fazer declaração pública de seus bens, nas mesmas condições estabelecidas para os deputados.

Artigo 33 - O subsídio do Governador será fixado pela Assembléia para todo o período do mandato, e, não o sendo, prevalecerá o do seu antecessor. A verba de representação será estabelecida anualmente.

Seção II

Das Atribuições do Governador

Artigo 34 - Compete privativamente ao Governador:

I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;

II - exercer, com auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

III - sancionar, vetar e promulgar as leis;

IV - exercer o poder regulamentar;

V - exercer o poder hierárquico e disciplinar sobre todos os servidores do Executivo, na forma que a lei estabelecer;

VI - prover e extinguir os cargos públicos do Estado com as restrições desta Constituição e na forma que a lei estabelecer;

VII - nomear e exonerar livremente os Secretários de Estado e demais ocupantes de cargos de provimento em comissão;

VIII - nomear e exonerar, satisfeitas as condições constitucionais, o Prefeito da Capital, os das estâncias hidrominerais e os dos municípios declarados de interesse da segurança nacional;

IX - nomear e exonerar os dirigentes de autarquias, observadas as condições estabelecidas nesta Constituição;

X - decretar e fazer executar a intervenção nos municípios, na forma desta Constituição;

XI - solicitar a intervenção federal no Estado, nos termos da Constituição da República;

XII - enviar à Assembléia a proposta orçamentária, na forma desta Constituição;

XIII - prestar contas da administração do Estado à Assembléia, até o dia 30 de abril de cada ano;

XIV - apresentar à Assembléia, na sua sessão inaugural, mensagens sobre a situação do Estado, solicitando as medidas de interesse do Governo;

XV - iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem os efetivos da polícia militar;

XVI - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;

XVII - fixar ou alterar, por decreto, os quadros, vencimentos e vantagens do pessoal autárquico;

XVIII - alterar, por decreto, as tabelas explicativas do orçamento, observadas as normas gerais de direito financeiro;

XIX - prestar as informações solicitadas pelos Poderes Legislativo ou Judiciário, nos casos e prazos fixados em lei;

XX - realizar as operações de crédito autorizadas pela Assembléia;

XXI - determinar ao Procurador Geral do Estado o oferecimento de representação ao Tribunal competente sobre inconstitucionalidade de leis ou atos estaduais;

XXII - solicitar ao Procurador Geral da República o oferecimento de representação ao Supremo Tribunal Federal, nos termos e para os fins do artigo 119, inciso I, alínea "I", da Constituição da

República;

XXIII - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo;

XXIV - subscrever capital de empresa da qual o Estado esteja autorizado a participar e desde que haja recursos hábeis;

XXV - delegar, por decreto, a autoridades do Executivo, funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência;

XXVI - promover a criação de regiões metropolitanas para a realização de serviços e a defesa de interesses comuns de municípios que façam parte da mesma comunidade socioeconômica.

Parágrafo único - A representação, a que se refere o inciso I, poderá ser delegada por lei de iniciativa do Governador a outra autoridade.

Seção III

Da responsabilidade do Governador

Artigo 35 - São crimes de responsabilidade do Governador os definidos na legislação federal.

Artigo 36 - Qualquer cidadão poderá denunciar o Governador, por crime de responsabilidade, perante a Assembléia.

Artigo 37 - Formalizada a denúncia, o Plenário da Assembléia apreciará a sua procedência e, se reconhecida por dois terços dos seus membros, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções, para o seu julgamento pelo Tribunal competente.

§ 1.º - O Tribunal, a que se refere este artigo, será constituído por sete deputados e sete desembargadores, sorteados pelo Presidente do Tribunal de Justiça que também o presidirá.

§ 2.º - O processo e o julgamento do Governador pelo Tribunal serão os estabelecidos em lei.

Artigo 38 - O Tribunal não poderá impor ao acusado outra sanção além da perda do cargo, remetendo o processo à Justiça ordinária para a sua responsabilização civil e penal.

Artigo 39 - Nos crimes comuns, o Governador será processado e julgado pelo Tribunal de Justiça, após o seu afastamento pela Assembléia, pelo voto de dois terços dos seus membros.

Seção IV

Do Vice-Governador

Artigo 40 - O Vice-Governador será eleito com o Governador para um período de quatro anos, devendo satisfazer as mesmas condições de elegibilidade.

Artigo 41 - O Vice-Governador poderá desempenhar missões eventuais de interesse do Estado, bem como participar de reuniões do secretariado, cabendo-lhe a presidência dos trabalhos quando ausente o Governador.

Artigo 42 - O Vice-Governador terá subsídio e verba de representação fixados pela Assembléia.

Artigo 43 - Aplica-se ao Vice-Governador o disposto nos artigos 29 e 32.

Seção V

Dos Secretários de Estado

Artigo 44 - Os Secretários de Estado são auxiliares diretos e da confiança do Governador, sendo responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo.

§ 1.º - Poderão ser Secretários os brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos.

§ 2.º - Os Secretários farão declaração pública de bens, no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos para os deputados, enquanto permanecerem em suas funções.

§ 3.º - Os Secretários, enquanto no exercício do cargo, serão processados e julgados, criminalmente, pelo Tribunal de Justiça.

Artigo 45 - Compete a cada Secretário, no âmbito de sua Secretaria:

I - orientar, dirigir e fazer executar os serviços que lhe são afetos, de acordo com o plano geral do Governo;

II - referendar os atos do Governador;

III - expedir atos e instruções para a boa execução desta Constituição, das leis e regulamentos;

IV - propor, anualmente, o orçamento e apresentar o relatório dos serviços de sua Secretaria;

V - comparecer, perante a Assembléia ou suas comissões especiais de inquérito, para prestar esclarecimentos, espontaneamente ou quando regularmente convocado;

VI - delegar atribuições, por ato expresso, aos seus subordinados.

Seção VI

Do Ministério Público

Artigo 46 - Lei Orgânica estruturará o Ministério Público em carreira, observados os seguintes princípios:

I - ingresso no cargo inicial; mediante concurso de títulos e provas realizado perante comissão

presidida pelo Procurador Geral da Justiça, composta de quatro membros, designados pelo Colégio de Procuradores, devendo dela participar um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, indicado pelo respectivo Conselho Seccional;

II - garantia de estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, facultada ampla defesa;

III - remoção compulsória para igual entrância, somente com fundamento em conveniência do serviço, mediante representação do Procurador Geral, ouvido o Conselho Superior e assegurada ampla defesa;

IV - promoção de entrância a entrância segundo o critério de dois terços por merecimento e um terço por antigüidade, observando-se o mesmo critério para as promoções à segunda instância;

V - vencimentos fixados com diferença não excedente a vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos do Procurador Geral da Justiça;

VI - proibição do exercício da advocacia, sob pena de perda do cargo.

Artigo 47 - A administração superior do Ministério Público competirá, na forma da lei, ao Procurador Geral da Justiça, ao Colégio de Procuradores, ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Corregedor Geral do Ministério Público.

§ 1.º - O Procurador Geral da Justiça, nomeado pelo Governador do Estado dentre os Procuradores da Justiça indicados em lista tríplice pelo Colégio de Procuradores, é o chefe do Ministério Público.

§ 2.º - O Conselho Superior do Ministério Público, com as atribuições de indicar Promotores e Curadores nos respectivos concursos de promoção e remoção e outras fixadas em lei, sob a presidência do Procurador Geral da Justiça, é constituído de quatro Procuradores da Justiça, anualmente eleitos, em escrutínio secreto, por todos os membros do Ministério Público de primeira instância.

Seção VII

Da Procuradoria Geral do Estado

Artigo 48 - A Procuradoria Geral do Estado é o órgão que o representa, judicial e extrajudicialmente, e exerce as funções de consultoria jurídica do Executivo e da Administração em geral, bem como de assistência judiciária aos necessitados.

Parágrafo único - A Fazenda do Estado será representada junto ao Tribunal de Contas por procuradores designados pelo Procurador Geral do Estado.

Artigo 49 - A representação do Estado nos processos fiscais poderá ser atribuída, nas comarcas do interior, ao Ministério Público.

Artigo 50 - A Procuradoria Geral do Estado será integrada por procuradores, advogados, nomeados por concurso de títulos e provas na forma que a lei estabelecer.

Artigo 51 - A carreira de Procurador do Estado será organizada em lei, sendo o Procurador Geral de livre nomeação do Governador.

Parágrafo único - Compete ao Procurador Geral do Estado, além de outras atribuições conferidas por lei, representar ao Tribunal competente, sobre a inconstitucionalidade de leis ou atos estaduais e municipais, por determinação do Governador ou solicitação do Prefeito ou Presidente da Câmara interessado, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DO PODER JUDICIÁRIO

Artigo 52 - São órgãos do Poder Judiciário do Estado:

I - o Tribunal de Justiça;

II - os Tribunais de Alçada;

III - os Tribunais do Júri;

IV - o Tribunal de Justiça Militar e os Conselhos de Justiça Militar;

V - os Juízes de Direito e outros que a lei instituir.

Artigo 53 - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compor-se-á de Desembargadores em número e com atribuições determinadas em lei.

Artigo 54 - Compete ao Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Governador, os Secretários de Estado, os Deputados, o Procurador Geral da Justiça, os Juízes dos Tribunais de Alçada, os Juízes de Direito e os membros do Ministério Público;

b) os mandados de segurança contra atos do Governador, do Presidente do próprio Tribunal, da

Mesa e da Presidência da Assembléia, dos Secretários de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador Geral da Justiça e do Prefeito da Capital;

c) as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

d) os habeas-corpus nos processos cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição, ou quando houver perigo de se consumir a violência antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

e) as representações sobre inconstitucionalidade e intervenção em município, nos termos desta Constituição;

II - julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, na forma das leis processuais e de organização judiciária;

b) as demais questões sujeitas, por lei, à sua competência:

III - por deliberação administrativa:

a) eleger o seu Presidente e demais órgãos de direção;

b) elaborar o seu regimento interno e organizar os serviços auxiliares de sua Secretaria, provendo-lhes os cargos na forma da lei, bem assim propor à Assembléia a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

c) conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juízes e servidores que lhe forem imediatamente subordinados;

d) propor ao Executivo o aumento ou redução do número de seus membros, bem como a criação de tribunais inferiores, de segunda instância;

e) propor ao Executivo a criação, supressão e alteração de ofícios e cartórios;

f) propor ao Executivo a fixação dos vencimentos e vantagens da magistratura;

g) propor ao Executivo a criação de juízes togados de investidura limitada no tempo, para julgamento de causas de pequeno valor e substituição de juízes vitalícios;

h) realizar, na forma da lei, os concursos para ingresso na magistratura e indicar os juízes para provimento dos cargos iniciais, bem como para promoção, remoção ou disponibilidade;

i) resolver os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando interessados o Governador ou Secretários de Estado, autoridades legislativas estaduais ou o Procurador Geral da Justiça;

j) exercer, por seus órgãos competentes, o poder disciplinar sobre os juízes de primeira e de segunda instância;

l) decidir as dúvidas de competência entre os Tribunais de Alçada ou entre estes e o Tribunal de Justiça;

m) solicitar a intervenção federal no Estado, na forma estabelecida na Constituição da República;

n) exercer as demais atribuições estabelecidas em lei.

Artigo 55 - Compete, ainda, ao Tribunal de Justiça, por seu Presidente:

I - determinar a aplicação das dotações orçamentárias que lhe forem consignadas;

II - autorizar, a requerimento do credor da Fazenda Pública Estadual ou Municipal, preterido no direito de precedência no pagamento de seu crédito, ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

Artigo 56 - Compete as Tribunais de Alçada:

I - processar e julgar, originariamente, ou em grau de recurso, as causas que lhes forem atribuídas por lei;

II - eleger seus Presidentes e demais órgãos de direção;

III - elaborar seus regimentos internos e organizar os seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei;

IV - conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados;

V - propor à Assembléia a criação e extinção de cargos de suas Secretarias e a fixação dos respectivos vencimentos.

Artigo 57 - Cabe ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos, observados os requisitos do Código Judiciário, devendo os cargos, ofícios ou cartórios ser criados por lei.

Artigo 58 - A Justiça Militar do Estado terá Conselhos de Justiça e Tribunal de Justiça Militar, respectivamente, como órgãos de primeira e de segunda instância, na forma que a lei

estabelecer.

Parágrafo único - Os Juízes do Tribunal de Justiça Militar, em número de cinco, terão as mesmas garantias e prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 59 - Os atos administrativos são públicos, salvo quando o interesse da administração impuser sigilo, declarado na lei.

Artigo 60 - As leis e atos administrativos externos deverão ser publicados no órgão oficial do Estado, para que produzam os seus efeitos regulares. A publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

Parágrafo único - A lei poderá estabelecer a obrigatoriedade da notificação ou da intimação pessoal do interessado, para determinados atos administrativos, caso em que só produzirão efeitos a partir de tais diligências.

Artigo 61 - A lei deverá fixar prazos para a prática dos atos administrativos e estabelecer recursos adequados à sua revisão, indicando seus efeitos e forma de processamento.

Artigo 62 - Todos os órgãos ou pessoas que recebam dinheiros ou valores públicos ficam obrigados à prestação de contas de sua aplicação ou utilização.

Artigo 63 - A Administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de trinta dias, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos, sob pena de responsabilização da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverá atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo juiz.

Artigo 64 - As entidades da administração descentralizada ficam sujeitas aos mesmos princípios fixados neste capítulo, quanto à publicidade de seus atos e à prestação de suas contas, além das normas para criação, organização e atuação que a lei orgânica estabelecer.

Artigo 65 - Os atos e portarias expedidos pelos presidentes das autarquias estaduais e municipais só entrarão em vigor após tornados do conhecimento público, de preferência mediante publicação em órgão oficial, onde houver.

Artigo 66 - Os atos que importam alteração do patrimônio imobiliário do Estado a título oneroso, assim como os fornecimentos, obras e serviços realizados por terceiros, com despesa para o Estado, ficam sujeitos ao princípio da licitação, salvo as dispensas expressas em lei.

CAPÍTULO II

DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Artigo 67 - As obras e serviços públicos deverão ser precedidos do respectivo projeto, sob pena de suspensão da despesa ou de invalidade de sua contratação.

Artigo 68 - Os serviços concedidos, permitidos ou autorizados ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Poder Público e poderão ser retomados quando não atendam satisfatoriamente às suas finalidades ou às condições do contrato.

Artigo 69 - Os serviços públicos, sempre que possível, serão remunerados por tarifa fixada pelo órgão executivo competente, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 70 - Os serviços públicos de natureza industrial ou domiciliar, sempre que possível, serão prestados aos usuários pelos métodos da empresa privada, visando à maior eficiência e redução dos custos operacionais.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Seção I

Da Receita e da Despesa

Artigo 71 - A receita pública será constituída por tributos, preços e outros ingressos.

§ 1.º - A decretação e arrecadação dos tributos atenderão aos princípios estabelecidos na Constituição da República e às normas gerais de direito tributário.

§ 2.º - Os preços públicos serão fixados pelo Executivo, observadas as normas gerais de direito financeiro e as leis atinentes à espécie.

§ 3.º - Os demais ingressos ficarão sujeitos a disposições especiais para o seu recebimento ou arrecadação.

Artigo 72 - A lei poderá isentar, reduzir ou agravar tributos, com finalidade extrafiscal de favorecimento de atividades úteis ou contenções de atividades inconvenientes ao interesse

público, observadas as restrições da legislação federal.

Artigo 73 - O Estado orientará os contribuintes para a correta observância da legislação tributária.

Artigo 74 - O Estado organizará a sua contabilidade de modo a evidenciar os fatos ligados à sua administração financeira, orçamentária, patrimonial e industrial.

Artigo 75 - Nenhuma despesa será ordenada ou realizada sem que exista recurso orçamentário ou crédito votado pela Assembléia.

Artigo 76 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será sancionada sem que dela conste a indicação de recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica a créditos extraordinários.

Artigo 77 - A despesa de pessoal ficará sujeita aos limites estabelecidos em lei complementar, a que se refere o artigo 64 da Constituição da República.

Artigo 78 - O Estado consignará no orçamento dotação necessária ao pagamento de desapropriações e outras indenizações, suplementando-a sempre que se revelar insuficiente para o atendimento das requisições judiciais.

Seção II

Dos Orçamentos

Artigo 79 - Os orçamentos anuais do Estado e dos municípios atenderão às disposições da Constituição da República e às normas gerais de direito financeiro.

Artigo 80 - O projeto de lei orçamentária anual será enviado pelo Executivo à Assembléia, ou à Câmara Municipal, até 30 de setembro. Se até 30 de novembro a Assembléia, ou a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado como lei o projeto originário do Executivo. Rejeitado o projeto, subsistirá a lei orçamentária anterior.

Artigo 81 - Aplicam-se aos projetos de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras constitucionais do processo legislativo.

Artigo 82 - O Estado e os municípios, para a execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverão elaborar orçamentos plurianuais de investimentos, aprovados por lei.

Parágrafo único - As dotações anuais dos orçamentos plurianuais deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício para a utilização do respectivo crédito.

Artigo 83 - As operações de crédito para antecipação da receita autorizada no orçamento anual não excederão à quarta parte da receita total estimada para o exercício financeiro, e, até trinta dias depois do encerramento deste, serão obrigatoriamente liquidadas.

Parágrafo único - Excetuadas as operações da dívida pública a lei que autorizar operação de crédito, que deva ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo as dotações que hajam de ser incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate, durante o prazo para a sua liquidação.

Artigo 84 - O numerário correspondente às dotações orçamentárias da Assembléia e dos Tribunais será entregue em duodécimos, em quotas estabelecidas; na programação financeira da Secretaria da Fazenda, com participação percentual nunca inferior à estabelecida pelo Poder Executivo para os seus próprios órgãos.

Seção III

Da Programação Financeira

Artigo 85 - O Poder Executivo, no primeiro mês de cada exercício elaborará a programação da despesa, levando em conta os recursos orçamentários e extraorçamentários, para a utilização dos respectivos créditos pelas unidades administrativas.

Artigo 86 - Os órgãos e entidades da administração descentralizada deverão planejar as suas atividades e programar a sua despesa anual, obedecendo o plano geral do Governo e a sua programação financeira.

Seção IV

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Artigo 87 - A fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida através de controle externo e dos sistemas de controle interno, na forma que a lei estabelecer.

§ 1.º - O controle externo será exercido pela Assembléia, com auxílio do Tribunal de Contas, e compreenderá:

1 - apreciação das contas do exercício financeiro de todos os Poderes e órgãos, encaminhados pelo Governador à Assembléia;

2 - acompanhamento, através de auditoria, das atividades financeira e orçamentária do Estado;

3 - julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;

4 - julgamento da legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas, pensões e disponibilidades.

§ 2.º - O controle interno compreenderá todos os atos de fiscalização da administração financeira e orçamentária, pelos órgãos superiores de cada um dos Poderes do Estado, sobre as suas unidades administrativas que executam os serviços e realizam as despesas, de forma a assegurar a boa aplicação dos dinheiros e valores públicos e criar condições indispensáveis para eficácia de controle externo, definido no parágrafo anterior.

Artigo 88 - Aplicam-se às autarquias as normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas nesta seção.

Artigo 89 - O Tribunal de Contas, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, compor-se-á de sete Conselheiros, terá quadro próprio para o seu pessoal e exercerá, no que couber, as atribuições previstas no artigo 115 da Constituição da República e outras que a lei estabelecer, no âmbito de sua competência.

§ 1.º - Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador, com aprovação prévia da Assembléia, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral, com notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, portadores de diploma de nível universitário correspondente.

§ 2.º - Os Conselheiros terão as mesmas garantias e prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

§ 3.º - Os Conselheiros, nas suas faltas e impedimentos, serão substituídos na forma determinada em lei, depois de aprovados os substitutos pela Assembléia.

§ 4.º - A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, que poderá ser dividido em Câmaras, nos termos do respectivo Regimento Interno.

Artigo 90 - Compete ao Tribunal de Contas:

I - dar parecer prévio, no prazo de noventa dias da data do recebimento, sobre as contas anuais apresentadas pelo Governador à Assembléia;

II - exercer auditoria financeira e orçamentária sobre a aplicação dos recursos das unidades administrativas dos três Poderes do Estado, através de acompanhamento, inspeções e diligências;

III - examinar as demonstrações contábeis e financeiras da aplicação dos recursos das unidades administrativas sujeitas ao seu controle, e determinar a regularização na forma que a lei estabelecer;

IV - examinar e aprovar a aplicação de auxílios concedidos pelo Estado a entidades particulares de caráter assistencial;

V - julgar, originariamente, as contas relativas à aplicação dos recursos recebidos pelos municípios, do Estado ou por seu intermédio;

VI - dar parecer prévio sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos municípios, exceto a dos que tiverem Tribunal próprio;

VII - encaminhar à Câmara Municipal e ao Prefeito o parecer sobre as contas e sugerir as medidas convenientes para a final apreciação da Câmara;

VIII - elaborar o seu Regimento Interno e organizar os seus serviços auxiliares;

IX - eleger o seu Presidente e demais órgãos de direção;

X - propor à Assembléia a criação ou extinção de cargos de seus serviços auxiliares e a fixação dos respectivos vencimentos;

XI - decretar a prisão administrativa dos servidores considerados em alcance, sem prejuízo da competência de outras autoridades que a lei indicar.

Artigo 91 - Verificada a ilegalidade de qualquer despesa do Estado, inclusive as decorrentes de contrato, o Tribunal de Contas deverá:

I - assinar prazo razoável para que o órgão competente adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e à regularização da despesa;

II - sustar a despesa do ato, quando não forem atendidas ou adotadas as providências previstas no inciso anterior, salvo no caso de contrato, em que as irregularidades serão comunicadas à Assembléia para as medidas cabíveis, inclusive a sustação da despesa;

III - cancelar a despesa e declarar insubsistente o contrato se a Assembléia não deliberar sobre a comunicação a que se refere o inciso anterior, no prazo de trinta dias.

Parágrafo único - O Governador poderá ordenar a execução do ato a que se refere o inciso II, ad

referendum da Assembléia, no prazo de trinta dias. Se não houver deliberação da Assembléia, será considerada insubsistente a impugnação.

CAPÍTULO IV

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Artigo 92 - O funcionalismo do Estado será organizado com observância dos princípios mínimos estabelecidos na Constituição da República e atendimento das seguintes normas:

I - a primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, salvo para cargo em comissão, como tal declarado em lei;

II - a nomeação de candidato aprovado será feita na ordem da classificação, não podendo o prazo de validade do concurso exceder de dois anos;

III - não havendo candidato habilitado em concurso, os cargos vagos, isolados ou iniciais de carreira, poderão ser providos, em caráter temporário, pelo prazo máximo de dois anos, considerando-se então findo o provimento e vedado novo preenchimento sem concurso;

IV - as nomeações somente serão feitas para cargos iniciais de carreira, e as promoções, alternadamente, por merecimento e antiguidade, podendo a última ser feita apenas por merecimento, se a lei assim o determinar;

V - igualdade de denominação dos cargos equivalentes e paridade de vencimentos e vantagens entre os funcionários dos três Poderes tendo por limite máximo o do Poder Executivo;

VI - retribuição nunca inferior ao salário-mínimo da região da Capital do Estado e salário-família;

VII - as vantagens de qualquer natureza só poderão ser concedidas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço;

VIII - o adicional por tempo de serviço, sempre concedido por quinquênios, bem como a sexta parte dos vencimentos integrais, concedida após vinte e cinco anos de efetivo exercício, incorporar-se-ão aos vencimentos para todos os efeitos;

IX - férias anuais remuneradas, e licença com vencimentos à gestante;

X - os proventos da inatividade não poderão ser superiores aos vencimentos e vantagens percebidos pelo servidor em atividade, qualquer alteração de vencimentos e vantagens dos funcionários em atividade, em virtude de medida geral, será extensiva aos proventos dos inativos, na mesma proporção;

XI - o tempo de serviço público prestado à União, a outros Estados e Municípios, e suas autarquias, será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade;

XII - nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Estado, sob pena de demissão do serviço público.

Parágrafo único - O ocupante de cargo em caráter temporário, na forma prevista no inciso III deste artigo, poderá ser exonerado a critério da administração e, obrigatoriamente, quando do provimento mediante concurso.

Artigo 93 - Ao funcionário será assegurado o direito de remoção para igual cargo no lugar de residência do cônjuge, se este também for funcionário e houver vaga, atendidas as condições que a lei determinar.

Artigo 94 - A aposentadoria ou reforma será concedida:

I - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com vencimentos integrais, desde que o servidor conte no mínimo trinta e cinco anos de serviço, se for homem, e trinta anos, se mulher, e proporcionais, se tiver menos tempo;

II - a pedido, após trinta e cinco anos de serviço, se for homem, e trinta anos, se mulher, com vencimentos integrais,

III - por invalidez comprovada, qualquer que seja o tempo de serviço, com vencimentos integrais.

Parágrafo único - A lei poderá estender aos servidores estaduais o disposto no artigo 103 da Constituição da República, nos casos previstos na lei complementar federal.

Artigo 95 - O regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário, ou em função de natureza técnica especializada, será estabelecido em lei.

Artigo 96 - O servidor estadual, quando no desempenho de mandato eletivo federal ou estadual, deverá licenciar-se do cargo e contará o tempo de serviço pública singela e exclusivamente para fins de aposentadoria, reforma e promoção por antiguidade.

Artigo 97 - O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-se à prisão administrativa e ao seqüestro e perdimento de bens, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 98 - É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Artigo 99 - Lei de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, respeitado o disposto no inciso I do artigo 92 desta Constituição e no § 2.º do artigo 108 da Constituição da República, definirá o regime jurídico dos servidores públicos do Estado, a forma e as condições de provimento e aquisição de estabilidade.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Artigo 100 - Os municípios são unidades territoriais, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, por esta Constituição e pela Lei Orgânica dos Municípios.

§ 1.º - O território dos municípios será dividido, para fins administrativos, em distritos e subdistritos, e as suas circunscrições urbanas se classificarão em cidades e vilas, na forma que a lei estabelecer.

§ 2.º - A criação de municípios, distritos e subdistritos, e suas alterações territoriais, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais gerais, mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidos os requisitos da lei complementar federal e da legislação estadual.

Artigo 101 - A criação de estâncias de qualquer natureza dependerá de aprovação dos órgãos técnicos competentes e do voto favorável da maioria dos membros da Assembléia.

Parágrafo único - O Estado constituirá, na forma que a lei estabelecer, o "Fundo de Melhoria das Estâncias", com dotação anual nunca inferior à totalidade da arrecadação de impostos municipais dessas estâncias, no ano anterior.

Artigo 102 - Os municípios deverão organizar a sua administração e planejar as suas atividades, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integral da comunidade.

Artigo 103 - O Estado prestará assistência técnica aos municípios que a solicitarem.

Artigo 104 - Os municípios poderão realizar obras, serviços e atividades de interesse comum, mediante convênios com entidades públicas ou particulares, bem como através de consórcios intermunicipais, utilizando-se dos meios e instrumentos adequados à sua execução.

Artigo 105 - Os municípios elaborarão o estatuto de seus servidores, observados os princípios da Constituição da República.

Artigo 106 - O Estado só intervirá no município, quando:

I - se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

II - deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

III - não forem prestadas contas na forma da lei;

IV - forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção;

V - não tiver havido aplicação no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal;

VI - o Tribunal de Justiça der provimento à representação do Procurador Geral da Justiça, para assegurar a observância dos princípios aplicáveis aos municípios, constantes desta Constituição, bem como para prover à execução de lei, ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se esta medida bastar ao restabelecimento da normalidade;

§ 1.º - A intervenção far-se-á por decreto do Governador, observados os seguintes requisitos:

1 - comprovado o fato ou a conduta prevista nos incisos I a V, de ofício ou mediante representação de interessado, o Governador decretará a intervenção e submeterá o decreto, com a respectiva justificação, dentro de cinco dias, à apreciação da Assembléia, que se estiver em recesso, será para tal fim convocada;

2 - o decreto conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os limites da medida;

3 - o interventor substituirá o prefeito e administrará o município durante o período de intervenção, visando a restabelecer a normalidade;

4 - o interventor prestará contas de seus atos ao Governador, e de sua administração financeira, ao Tribunal de Contas do Estado;

5 - no caso do inciso VI, o Governador expedirá o decreto e comunicará ao Presidente do Tribunal de Justiça os efeitos da medida.

§ 2.º - Cessados os motivos da intervenção, as autoridades municipais afastadas de suas

funções, a elas retornarão, quando for o caso, sem prejuízo da apuração administrativa, civil ou criminal decorrente de seus atos.

Artigo 107 - O município de São Paulo e os que tiverem população superior a dois milhões de habitantes e renda tributária acima de quinhentos milhões de cruzeiros novos poderão ter regime administrativo especial e tribunal de contas próprio, na forma que a Lei Orgânica estabelecer.

Parágrafo único - O Tribunal de Contas compor-se-á de, no máximo, cinco Conselheiros Municipais de Contas, nomeados pelo Prefeito, com aprovação prévia da Câmara Municipal, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos de idade e comprovada idoneidade, diplomados em curso superior de ciências jurídicas, econômicas ou administrativas.

Artigo 108 - A fiscalização financeira e orçamentária dos municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo municipal, na forma estabelecida em lei.

§ 1.º - O controle externo será exercido com auxílio do Tribunal de Contas competente, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas do Prefeito e da Câmara, enviadas conjuntamente, até 31 de março do exercício seguinte.

§ 2.º - Somente por deliberação de dois terços da Câmara deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Artigo 109 - São órgãos do governo municipal, independentes e harmônicos entre si, o Prefeito, com funções executivas, e a Câmara Municipal, com funções legislativas.

Artigo 110 - O Prefeito não poderá, desde a posse:

I - exercer cargo, função ou emprego público da União, de Estado ou Município, bem como de suas entidades descentralizadas;

II - firmar ou manter contrato com o município, com suas entidades descentralizadas ou com pessoas que realizem serviços ou obras municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

III - exercer outro mandato eletivo;

IV - patrocinar causas contra o município ou suas entidades descentralizadas.

Artigo 111 - Aplica-se aos vereadores o disposto nos incisos II, III e IV do artigo anterior, observando quanto aos funcionários as seguintes normas:

I - quando a vereança for remunerada deverá afastar-se do cargo e optar pelos vencimentos ou pelo subsídio, contando-se-lhe o tempo de serviço público singela e exclusivamente para fins de aposentadoria, reforma e promoção por antigüidade;

II - quando a vereança for gratuita, havendo incompatibilidade de horário, afastar-se-á do serviço no dia da sessão, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo.

Artigo 112 - No ato da posse, o Prefeito e os vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens. O Vice-Prefeito desincompatibilizar-se-á e fará declaração pública de bens quando entrar no exercício do cargo de Prefeito.

Artigo 113 - O subsídio do Prefeito será fixado pela Câmara, no término da legislatura, para a seguinte. É vedada a remuneração, a qualquer título, do mandato do Vice-Prefeito nos municípios onde a vereança não for remunerada.

Artigo 114 - O mandato de vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição da República e observados os limites e critérios fixados em lei complementar federal.

Artigo 115 - O Prefeito eleito será substituído nos seus impedimentos, e sucedido, na vacância do cargo, pelo Vice-Prefeito, e, na falta deste, pelo Presidente da Câmara, na forma que a lei estabelecer.

Parágrafo único - O Prefeito nomeado será substituído, no caso de vaga ou impedimento, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 116 - O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do município à Câmara, com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, ou do próprio município, quando houver.

§ 1.º - As contas serão enviadas diretamente pelo Prefeito ao Tribunal de Contas competente, no prazo fixado no § 1.º do artigo 108, e na forma que a lei estabelecer.

§ 2.º - As contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado, ou por seu intermédio, serão prestadas, em separado diretamente ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 3.º - Para os fins do disposto no § 1.º do artigo 108, a Mesa da Câmara enviará suas contas ao

Prefeito até o dia 1.º de março do exercício seguinte.

Artigo 117 - As Câmaras Municipais serão constituídas de, no mínimo, sete e, no máximo, vinte e um vereadores, na proporção do eleitorado do município, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 118 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer vereador e ao Prefeito, sendo exclusiva deste a do projeto de lei orçamentária, a de criação de cargo, a do regime jurídico dos servidores, e a dos que importem em aumento de despesa ou diminuição da receita.

Parágrafo único - Aos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, nem as que alterem a criação de cargos.

Artigo 119 - A Lei Orgânica disporá sobre o processo legislativo aplicável aos municípios, observado o estabelecido no artigo anterior.

TÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Artigo 120 - O Estado deverá:

I - promover o desenvolvimento econômico e social mediante planejamento, estímulo à planificação municipal e incentivo à iniciativa particular de interesse da comunidade;

II - estabelecer diretrizes para a integração dos planos municipais e regionais no planejamento estadual e nacional, expedindo normas técnicas convenientes;

III - incentivar o desenvolvimento tecnológico conveniente às necessidades do País e às peculiaridades regionais, utilizando-se dos meios oficiais, da iniciativa particular, da pesquisa universitária e da especialização de seus profissionais;

IV - incentivar o desenvolvimento da produção agrícola, pastoril e industrial, conveniente à coletividade, bem como fomentar o cooperativismo;

V - preservar as suas riquezas naturais e combater a exaustão do solo, bem como proteger a fauna e a flora, criando reservas invioláveis.

Artigo 121 - O Estado poderá estabelecer áreas ou regiões de desenvolvimento prioritário, de um ou mais municípios, nas quais realizará as obras e serviços necessários à solução dos problemas de interesse comum, em harmonia com o planejamento estadual.

Artigo 122 - A lei criará um órgão incumbido de promover o planejamento e a execução de medidas visando ao desenvolvimento econômico-social da zona litorânea e ao incremento da indústria da pesca.

Artigo 123 - O Estado criará um Fundo, especialmente destinado à extensão da energia elétrica à zona rural a ser aplicado diretamente ou mediante convênios com os municípios ou cooperativas de eletrificação rural.

Artigo 124 - Na exploração, pelo Estado, da atividade econômica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista reger-se-ão pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Artigo 125 - A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§ 1.º - O Estado ministrará e difundirá o ensino em todos os graus.

§ 2.º - O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos catorze anos, e gratuitos nos estabelecimentos oficiais.

§ 3.º - O ensino no nível médio e no superior será gratuito a todos aqueles que demonstrarem efetivo aproveitamento e comprovarem falta ou insuficiência de recursos.

§ 4.º - O regime de gratuidade no ensino médio e no superior será substituído, gradativamente, pelo sistema de concessão de bolsas de estudo, mediante restituição, na forma que a lei regular.

§ 5.º - O ensino é livre à iniciativa particular, que merecerá o amparo técnico e financeiro do Estado, inclusive mediante bolsas de estudo, desde que respeitadas as disposições legais pertinentes e comprovada a eficiência do estabelecimento.

§ 6.º - O Estado prestará assistência material necessária à freqüência e ao aproveitamento dos alunos de todos os graus, na forma e condições que a lei estabelecer.

§ 7.º - A educação moral e cívica será administrada, obrigatoriamente, no ensino primário e no de nível médio.

Artigo 126 - O Estado elaborará o Plano Estadual de Educação e organizará o sistema estadual de ensino, obedecendo ao disposto na Constituição da República e atendendo às diretrizes e

bases da educação nacional.

§ 1.º - O Plano Estadual de Educação destinar-se-á a garantir igualdade de oportunidades educacionais à população do Estado e a promover a expansão social, econômica e cultural em todo o seu território.

§ 2.º - O Plano Estadual de Educação incluirá a educação dos excepcionais, do físico, dos sentidos e da inteligência.

§ 3.º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de nível primário e médio.

§ 4.º - O Estado criará um Fundo especialmente destinado aos programas oficiais de alfabetização, à garantia do cumprimento da obrigatoriedade da educação dos sete aos catorze anos, à expansão do ensino técnico e à alimentação escolar.

Artigo 127 - O Estado aplicará, anualmente, nunca menos de vinte por cento da renda dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único - O Estado poderá efetuar convênio com municípios, visando à aplicação de recursos para os fins a que se refere este artigo.

Artigo 128 - A lei disporá sobre o amparo à cultura, proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e monumental e preservação dos locais de interesse turístico e de beleza particular, bem como organizará a sistema estadual de desportos.

Artigo 129 - O Estado manterá o Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 130 - O Estado manterá a Fundação de Amparo à Pesquisa, atribuindo-lhe dotação mínima correspondente a meio por cento da receita de seus impostos, como renda de sua privativa administração.

Artigo 131 - O Estado procederá bienalmente, ao recenseamento de sua população em idade escolar.

Artigo 132 - As universidades oficiais serão organizadas com observância da legislação estadual, assegurada a sua autonomia nos termos da lei federal.

Artigo 133 - É vedado ao Estado e às suas entidades descentralizadas concederem subvenções, financiamentos, empréstimos ou auxílios aos municípios que não comprovarem a aplicação no ensino primário, no exercício anterior, de vinte por cento, pelo menos, de sua receita tributária, na forma prevista na Constituição da República.

Artigo 134 - É vedada a criação de instituições oficiais de ensino, ou a concessão de subvenções a estabelecimentos particulares que constituam, a critério do órgão de planejamento educacional, duplicação desnecessária ou dispersão prejudicial de recursos humanos e materiais.

Artigo 135 - O disposto neste capítulo aplica-se, integralmente, aos municípios e às entidades oficiais de ensino, e, no que couber, às instituições ou estabelecimentos particulares.

CAPÍTULO III

DA SAÚDE PÚBLICA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 136 - O Estado, por todos os meios ao seu alcance e em cooperação com os órgãos da União de outros Estados, dos municípios e internacionais, e com as entidades particulares, desenvolverá as atividades necessárias para promover, preservar e recuperar a saúde da população.

Artigo 137 - O Estado prestará assistência aos necessitados, diretamente ou através de auxílios a entidades privadas de caráter assistencial, regularmente constituídas e em funcionamento.

§ 1.º - A assistência médico-social aos que tiverem o amparo de sistemas de previdência social será feita em caráter supletivo, com finalidade preventiva.

§ 2.º - Os auxílios e subvenções às entidades referidas neste artigo somente serão concedidos após a verificação, pelo órgão técnico competente do Executivo, da idoneidade da instituição, da sua capacidade de assistência, das condições éticas de seu funcionamento e das necessidades dos assistidos.

§ 3.º - Nenhum pagamento será efetuado sem as verificações previstas no parágrafo anterior e será suspenso o auxílio se o Tribunal de Contas não aprovar as aplicações precedentes ou se o órgão técnico competente verificar que não foram mantidos os padrões assistências mínimos exigidos.

Artigo 138 - Os auxílios e subvenções do Estado a instituições particulares de assistência social serão concedidos de acordo com um plano geral, estabelecido por lei, que preverá a articulação, harmonização e fiscalização de todas as instituições subvencionadas.

Parágrafo único - A execução desse plano, inclusive a fiscalização e o pagamento dos auxílios e subvenções, ficará a cargo de um órgão único, técnica e cientificamente aparelhado para pesquisas e planejamento dos serviços sociais.

Artigo 139 - O Estado manterá a Fundação para o Remédio Popular, atribuindo-lhe dotação para custeá-la, sem prejuízo de outros auxílios e subvenções que venha a receber.

Artigo 140 - O Estado manterá Fundo especialmente destinado aos programas de educação sanitária, saneamento básico e imunização em massa contra moléstias transmissíveis.

TÍTULO V

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Artigo 141 - O Estado manterá a ordem e a segurança pública internas por meio de sua Polícia, subordinada hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário de Estado responsável pela segurança pública.

Artigo 142 - Em caso de iminente perturbação da ordem ou de calamidade pública, qualquer órgão ou elemento da Polícia poderá ser utilizado em missões que o Governador determinar.

Artigo 143 - A Polícia será estruturada por uma única lei orgânica, que disporá sobre deveres, direitos, vantagens e regime de trabalho policial.

Artigo 144 - Os cargos da carreira de Delegado de Polícia serão providos por bacharel em direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos.

Artigo 145 - Os municípios poderão organizar e manter guardas municipais para colaboração na segurança pública, subordinada à Polícia estadual, na forma e condições que a lei estabelecer.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 146 - A divisão e a organização judiciária do Estado serão fixadas de cinco em cinco anos, entrando em vigor no dia primeiro de janeiro dos anos de finais zero e cinco.

Artigo 147 - O produto líquido da Loteria do Estado de São Paulo, se restabelecida, destinar-se-á à assistência social, na forma que a lei estabelecer.

Artigo 148 - O Estado comemorará condignamente as datas da fundação de São Paulo e do Movimento Constitucionalista de 1932.

Artigo 149 - O Estado poderá criar, por lei complementar, o contencioso administrativo a que se refere o artigo 111 da Constituição da República, nos limites da competência estadual.

Artigo 150 - Para o provimento de cargo isolado, legalmente definido como de natureza técnica ou científica, poderá ser exigido o concurso apenas de títulos na forma que a lei estabelecer.

Artigo 151 - Enquanto não julgado definitivamente recurso recebido com efeito suspensivo interposto das modificações introduzidas no quadro administrativo e territorial do Estado, não se executará a lei na parte impugnada.

Artigo 152 - A Fazenda do Estado poderá glosar e cobrar com multa a isenção ou devolução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, quando concedida por outros Estados, sem a celebração e ratificação do competente convênio com o Estado de São Paulo, nos termos do § 6.º do artigo 23 da Constituição da República.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Artigo 1.º - Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial que tenha participado efetivamente em operações bélicas, da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou da Força do Exército, são, assegurados os direitos a que se refere o artigo 197 da Constituição da República.

Artigo 2.º - Ficam extintos quatro dos onze cargos de Ministro do Tribunal de Contas do Estado, cuja denominação foi alterada para Conselheiro, ajustando-se, assim, ao número fixado no inciso IX do artigo 13 da Constituição da República.

Parágrafo único - A extinção determinada neste artigo recairá em quatro cargos atualmente vagos.

Artigo 3.º - Ficam extintos dois dos sete cargos de Ministro do Tribunal de Justiça Militar, cuja denominação foi alterada para juiz, que se encontram vagos, reduzindo-se, assim, ao número fixado no parágrafo único do artigo 58 da Constituição do Estado.

Artigo 4.º - O prazo quinquenal a que se refere o artigo 146 da Constituição do Estado será contado a partir de 1.º de janeiro de 1970, para a lei de divisão e organização judiciária em vigor.

Artigo 5.º - A alteração quadrienal do quadro territorial e administrativo, a que se refere o parágrafo 2.º do artigo 100 da Constituição do Estado, realizar-se-á a partir de 1971".

Artigo 6.º - A presente emendei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, em 30 de outubro de 1969.
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO-LEI COMPLEMENTAR N.º 3, DE 27 DE AGOSTO DE 1969

Código Judiciário do Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e devidamente autorizado nos termos do parágrafo único do artigo 1.º do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1968,

Decreta:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - Este Código organiza a Justiça Comum do Estado de São Paulo e regula o funcionamento de seus órgãos.

Artigo 2.º - São órgãos da Justiça Comum do Estado:

I - O Tribunal de Justiça;

II - Os Tribunais de Alçada;

III - Os Tribunais do Júri e os de Economia Popular;

IV - Os Juízes de Direito;

V - Os Juízes Substitutos;

VI - Os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 3.º - O quadro judiciário será fixado, com observância das disposições deste Código, pelas leis quinquenais promulgadas nos termos do artigo 143, da Constituição do Estado, e, a qualquer tempo, por proposta do Tribunal de Justiça.

Artigo 4.º - Os serviços auxiliares de justiça compreendem as Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada, os escritórios de Justiça e cartórios do foro judicial e extrajudicial, as atividades do juizado de Menores e as desempenhadas por aqueles que, na forma da lei, participam da administração da Justiça.

§ 1.º - Compete ao Tribunal de Justiça e aos Tribunais de Alçada organizar suas Secretarias (Constituição do Estado, artigos 53, inciso III, alínea "b", e 55, inciso III).

§ 2.º - Compete privativamente ao Tribunal de Justiça organizar os serviços auxiliares do Juizado de Menores.

Artigo 5.º - Os atos do processo, os extraprocessuais e os do foro extrajudicial estão sujeitos ao pagamento de custas e demais despesas, a cargo dos interessados, ressalvados os beneficiários da assistência judiciária e as isenções concedidas, por lei.

Artigo 6.º - O Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada organizarão "súmulas" de sua jurisprudência, aprovadas pelo seu plenário e que serão publicadas pelo órgão da Imprensa Oficial.

Livro I

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

TÍTULO I

DO QUADRO JUDICIÁRIO

CAPÍTULO I

DA DIVISÃO TERRITORIAL

Artigo 7.º - O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em circunscrições, comarcas e distritos, constituindo, porém, um só todo para os efeitos da jurisdição dos Tribunais de Justiça e Alçada.

Artigo 8.º - A circunscrição judiciária será constituída da reunião de comarcas contíguas da mesma região, uma das quais será a sua sede.

Parágrafo único - A Comarca da Capital constituirá entrância especial, sem integrar qualquer das circunscrições judiciárias.

Artigo 9.º - A Comarca compreenderá um ou mais municípios formando área contínua e terá a denominação da respectiva sede.

Artigo 10 - O distrito será a menor unidade judiciária e terá denominação e limites correspondentes aos da divisão administrativa.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS

Artigo 11 - As comarcas do Estado são classificadas em quatro entrâncias sendo três numeradas ordinalmente e especial a da Capital.

Artigo 12 - A classificação ou reclassificação de cada comarca será feita em função dos dados referentes ao número de eleitores, receita tributária e movimento forense dos municípios que a compõem, atendidos os seguintes índices mínimos: 1.^a entrância - 100; 2.^a entrância - 300; 3.^a entrância - 600.

§ 1.^o - Os dados referidos neste artigo, serão apurados no ano anterior ao da promulgação da lei quinquenal ou da proposta modificada do Tribunal de Justiça.

§ 2.^o - Os municípios localizados há mais de 60 km (sessenta quilômetros) da sede da comarca terão o coeficiente reduzido à metade para sua elevação à categoria de comarca de primeira entrância, como também poderão solicitar anexação à comarca mais próxima.

§ 3.^o - Os municípios localizados a menos de 15 km (quinze quilômetros) da sede da comarca terão o coeficiente duplicado para sua elevação à categoria de comarca de primeira entrância.

Artigo 13 - Os índices resultarão das somas dos coeficientes relativos ao número de eleitores, receita tributária e movimento forense na proporção seguinte: 1 (um) por centena de eleitores; 1 (um) por NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) de receita tributária; 2 (dois) por dezena de feitos judiciais.

§ 1.^o - Considera-se receita tributária a totalidade dos tributos recebidos pelos municípios que compõem a comarca.

§ 2.^o - Serão computados, para efeito deste artigo, apenas os processos de qualquer natureza que exijam sentença de que resulte coisa julgada, formal ou material.

CAPÍTULO III

DA CRIAÇÃO, MODIFICAÇÃO, OU EXTINÇÃO DE COMARCAS

Artigo 14 - É requisito indispensável para a criação de comarcas apresentarem os municípios que a irão compor, em conjunto, os índices mínimos referidos no artigo 12.

Artigo 15 - A extinção de comarca será obrigatoriamente determinada nas leis quinquenais, sempre que, no ano anterior à promulgação dessas leis, os municípios que a compõem não tiverem atingido os índices mínimos do artigo 12.

Artigo 16 - A extinção de varas ou ofícios de justiça, ou cartórios, bem como a modificação da competência de varas existentes, em qualquer comarca, dependerá sempre de proposta motivada do Tribunal de Justiça, quando se der fora da lei quinquenal.

Artigo 17 - A instalação de comarca dependerá da existência, em sua sede, de edifício adequado para o Fórum, cadeia pública e acomodações para os ofícios de Justiça.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Artigo 18 - As circunscrições judiciárias, o número de seus juízes substitutos e as respectivas sedes constarão da Tabela "A" da Lei de Organização Judiciária.

Artigo 19 - O Diretor do Fórum da Comarca-Sede será também o da Circunscrição Judiciária.

Artigo 20 - Ao diretor da circunscrição compete:

I - designar "ad referendum" do Presidente do Tribunal de Justiça, mediante rodízio e pela ordem da antiguidade, quando houver mais de um juiz substituto da circunscrição, um deles para assumir a jurisdição da vara ou comarca, cujo titular se tenha afastado por motivo de licença, férias, promoção ou remoção; e

II - solicitar ao Presidente do Tribunal de Justiça a convocação de juiz substituto de outra circunscrição, quando não for possível a designação nos termos do inciso anterior.

Artigo 21 - Na sede de cada circunscrição poderá ser criado um cartório de cadastro judiciário.

CAPÍTULO II

DA COMARCA DA CAPITAL

Artigo 22 - A comarca da Capital abrange exclusivamente o Município de São Paulo.

Artigo 23 - São órgãos da Justiça, na comarca da Capital:

I - os Tribunais do Júri e os de Economia Popular;

II - os Juízes de Direito vitalícios, compondo:

a) o Quadro dos Titulares;

b) o Quadro dos Substitutos;

c) o Quadro dos Auxiliares.

III - Os Juízes Auxiliares de investidura Temporária.

Artigo 24 - A comarca da Capital terá varas especializadas e distritais.

§ 1.º - As varas especializadas, cujo número constará da Tabela "B" da Lei de Organização Judiciária, terão competência plena sobre todo o território da comarca.

§ 2.º - Quanto ao Juizado de Menores, a comarca será subdividida em zonas, conforme dispuser a Lei de Organização Judiciária.

§ 3.º - As varas distritais, cujo número e limites territoriais constarão da Tabela "C" da Lei de Organização Judiciária, terão competência restrita, em razão do território e da matéria.

Artigo 25 - Para o efeito de substituição de seus titulares, as varas da Capital serão agrupadas em seções, conforme a Tabela "D" da Lei de Organização Judiciária.

Artigo 26 - A direção dos Fóruns da Capital caberá à Presidência do Tribunal de Justiça, que poderá delegá-la a outros membros do Poder Judiciário.

Artigo 27 - As varas especializadas serão:

I - No ramo criminal:

a) Varas Criminais;

b) Varas do Júri e de Economia Popular;

c) Varas das Execuções Criminais e Corregedorias dos Presídios e da Polícia Judiciária.

II - No ramo civil:

a) Varas Cíveis;

b) Varas da Fazenda do Estado;

c) Varas da Fazenda Municipal;

d) Varas da Família e Sucessões;

e) Varas de Registros Públicos;

f) Varas de Menores; e

g) Varas de Acidentes do Trabalho.

Seção I

Da Competência das Varas Especializadas

Artigo 28 - Aos juízes das varas criminais compete, ressalvados os casos de competência específica:

I - processar e julgar as ações penais e seus incidentes, por crimes e contravenções;

II - conhecer e decidir as questões relativas a "habeas-corpus", prisão em flagrante, prisão preventiva e liberdade provisória, não abrangidas no número anterior;

III - praticar todos os demais atos atribuídos pelas leis processuais penais a juiz de primeira instância.

Artigo 29 - Nas varas do júri, compete:

I - aos Juízes Titulares:

a) presidir o Tribunal do Júri, cuja organização, funcionamento e competência são regulados pela legislação federal.

b) preparar os feitos para julgamento, conhecendo e decidindo os incidentes posteriores à pronúncia.

II - aos Juízes Auxiliares:

a) processar os feitos de competência do Tribunal do Júri e seus incidentes, até a pronúncia, inclusive;

b) conhecer e decidir as questões relativas a "habeas-corpus", prisão em flagrante, prisão preventiva e liberdade provisória, nos crimes de competência do Júri;

c) presidir os Tribunais de Economia Popular, cuja organização, funcionamento e competência são regulados pela legislação federal, processando os respectivos feitos, conhecendo e decidindo seus incidentes.

Artigo 30 - Os Tribunais do júri funcionarão permanentemente, salvo nos domingos e feriados, nas férias da Semana Santa e no período de 23 de dezembro a 2 de janeiro.

Artigo 31 - Os Tribunais de Economia Popular reunir-se-ão sempre que houver processo a julgar.

Artigo 32 - Os jurados dos Tribunais do júri serão escolhidos nos termos da legislação vigente, constituindo um quadro único para as varas em número de 500 (quinhentos), no mínimo, e de 2.500 (dois mil e quinhentos), no máximo.

§ 1.º - A seleção dos jurados será feita de comum acordo pelos titulares das Varas dos Tribunais do Júri, distribuindo-se em grupos iguais para cada vara, obedecida a ordem alfabética dos nomes.

§ 2.º - No processo de recrutamento, os juízes diligenciarão no sentido de que se representem,

tanto quanto possível, diferentes classes e profissões sociais, arrolando, notadamente, os pais de família.

Artigo 33 - Aos Juízes das Varas das Execuções Criminais compete:

I - a execução da pena e seus incidentes na Comarca da Capital e nas demais do Estado onde não houver juiz especial;

II - a correição permanente dos Presídios do Estado e da Polícia judiciária da Comarca da Capital.

Artigo 34 - Aos Juízes das Varas Cíveis compete, ressalvados os casos de competência específica:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou administrativos, de natureza civil ou comercial, bem como seus respectivos incidentes;

II - conhecer e decidir os processos acessórios, contenciosos ou não, de natureza civil ou comercial;

III - praticar todos os demais atos atribuídos pelas leis processuais civis a juiz de primeira instância.

Artigo 35 - Aos Juízes das Varas da Fazenda do Estado compete:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou não, principais, acessórios e seus incidentes, em que o Estado e respectivas entidades autárquicas ou para estatais forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuados:

a) os de falência;

b) os mandados de segurança contra atos de autoridades estaduais sediadas fora da Comarca da Capital; e

c) os de acidentes do trabalho.

II - conhecer e decidir as ações populares que interessem ao Estado ou às autarquias e entidades paraestatais; e

III - cumprir cartas precatórias e rogatórias em que seja interessado o Estado.

Parágrafo único - As causas propostas perante outros juízes, desde que o Estado nelas intervenha como litisconsorte, assistente ou oponente, passarão à competência das Varas da Fazenda do Estado.

Artigo 36 - Aos Juízes das Varas da Fazenda Municipal compete:

I - processar, julgar e executar os feitos, contenciosos ou não, principais, acessórios e seus incidentes, em que o Município da Capital e respectivas entidades autárquicas ou paraestatais forem interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuados:

a) os de falência; e

b) os de acidentes do trabalho.

II - conhecer e decidir as ações populares que interessem ao Município da Capital, suas autarquias e entidades paraestatais; e

III - cumprir cartas precatórias e rogatórios em que seja interessado o Município da Capital.

Parágrafo único - As causas propostas perante outros juízes, desde que o Município da Capital nelas intervenha como litisconsorte, assistente ou oponente, passarão à competência das Varas da Fazenda Municipal.

Artigo 37 - Aos Juízes das Varas da Família e Sucessões compete:

I - processar e julgar:

a) as ações relativas a estado, inclusive alimentos e sucessões, seus acessórios e incidentes;

b) os inventários, arrolamentos e partilhas, bem como a divisão geodésica das terras partilhadas e a demarcação dos quinhões.

II - conhecer e decidir as questões relativas a:

a) capacidade, pátrio poder, tutela e curatela, inclusive prestação de contas;

b) bens de incapazes;

c) registro e cumprimento de testamentos e codicilos;

d) arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos;

e) suprimimento de idade e consentimento, inclusive outorga marital e uxória;

f) vínculos, usufruto e fideicomisso;

g) adoção e legitimação adotiva, ressalvados os casos de competência das Varas de Menores;

h) fundações instituídas por particulares e sua administração.

Artigo 38 - Aos Juízes das Varas dos Registros Públicos, ressalvada a jurisdição das Varas Distritais, compete:

I - processar e julgar os feitos contenciosos ou administrativos, principais, acessórios e seus incidentes relativos aos registros públicos, inclusive os de loteamento de imóveis, bem de

família, casamento nuncupativo e usucapião;

II - dirimir as dúvidas dos oficiais de registro e tabeliães, quanto aos atos de seu ofício e as suscitadas em execução de sentença proferida em outro juízo, sem ofender a coisa julgada

III - decidir as reclamações formuladas e ordenar a prática ou cancelamento de qualquer ato de serventuário sujeito à sua disciplina e inspeção, salvo matéria da competência específica do outro juízo;

IV - processar e julgar as suspeições opostas aos serventuários dos cartórios que lhes estão subordinados;

V - processar a matrícula de jornais, revistas; e outros periódicos e das oficinas impressoras;

VI - decidir os incidentes nas habilitações de casamento.

Artigo 39 - Nas Varas de Menores, compete:

I - ao juiz Titular:

a) processar, julgar e executar, nos termos da legislação federal, as questões relativas ao abandono de menores de 18 anos e às infrações por eles praticadas e seus incidentes

b) conhecer e decidir as questões de registro civil, capacidade, pátrio poder, tutela, suprimentos de idade e consentimento, adoção e legitimação adotiva, alimentos e soldadas, relativas aos menores abandonados ou infratores;

c) estabelecer as normas e ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda e educação dos menores abandonados ou infratores;

d) processar e julgar as infrações do Código de Menores, leis, portarias e regulamentos de proteção aos menores de 18 anos;

e) processar as cartas precatórias e atender às requisições em matéria de sua competência;

f) exercer a direção dos serviços auxiliares da vara e a Corregedoria Permanente dos estabelecimentos do Estado, destinados ao recolhimento ou internação de menores, ainda que situados fora da Capital, visitando-os pelo menos uma vez por ano;

g) conceder autorização a menores de 18 anos, para quaisquer atos ou atividades, nos casos previstos na legislação federal;

h) conceder alvarás para representações, festas ou reuniões em que se encontrem menores, ou para sua participação em espetáculos de qualquer natureza;

i) organizar e dirigir o "Serviço de Colocação Familiar".

j) participar da administração do "Fundo de Assistência ao Menor", como membro nato de seu Conselho Diretor;

l) determinar, de ofício ou por provocação do Ministério Público, a apreensão de impressos que ofendam a moral e aos bons costumes;

m) representar ao Ministro da Justiça para a suspensão de concessão ou permissão de serviços de telecomunicações nos casos de ofensa à moral ou aos bons costumes;

n) expedir provimentos, portarias ou outros atos para proteção e assistência aos menores;

o) fiscalizar o trabalho dos menores, as casas de diversões e quaisquer outros estabelecimentos onde se encontrem menores;

p) fiscalizar os estabelecimentos públicos ou particulares, de proteção a menores, tais como asilos, creches e internatos, visitando-os e adotando quanto a eles, as medidas que julgar convenientes.

II - aos Juizes Auxiliares designados para as zonas em que se subdividir o Juizado de Menores substituir os demais de sua categoria e exercer as atribuições que lhe são fixadas era lei.

Parágrafo único - O juiz Titular poderá avocar os processos de competência do juiz Auxiliar.

Artigo 40 - Aos Juizes das Varas de Acidentes do Trabalho compete processar, julgar e executar as questões relativas a acidente do trabalho, previstas na legislação federal, e seus incidentes, inclusive cumprir precatórias expedidas em causas dessa natureza.

Seção II

Da Competência das Varas Distritais

Artigo 41 - Aos Juizes das Varas Distritais compete:

I - processar e julgar:

a) as causas civis e comerciais da espécie e valor estabelecidos na Lei de Organização Judiciária quando o réu for domiciliado no território do juízo ou versarem sobre imóvel nele situado, bem como as conexas de qualquer valor;

b) os crimes sujeitos à pena de detenção e as contravenções penais;

c) as medidas preparatórias, preventivas e incidentes, relativas às ações de sua competência.

II - conhecer e decidir as questões que lhes forem atribuídas pela Lei de Organização Judiciária;

III - executar as sentenças proferidas nas ações civis e comerciais de sua competência;
IV - determinar diretamente a efetivação de atos e diligências judiciais em todo o território da Comarca da Capital, nos feitos de sua competência.

Parágrafo único - São excluídos da competência das Varas Distritais todos os feitos de interesse da Fazenda, as ações de estado, os processos de natureza falimentar e os de acidentes do trabalho.

Seção III

Dos Juízes Auxiliares da Capital

Artigo 42 - Os Juízes Auxiliares da Capital, classificados em 3.^a entrância e cuja competência vem definida neste código, terão o seu número e distribuição fixados na Tabela "E" da Lei de Organização Judiciária.

Seção IV

Dos Juízes de Direito Substitutos da Capital

Artigo 43 - Os Juízes de Direito Substitutos da Capital classificados em 3.^a entrância, terão o seu número fixado na Tabela "F" da Lei de Organização Judiciária, e sua designação, para as seções, feita anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça, de acordo com as necessidades do serviço.

Artigo 44 - Aos Juízes de Direito Substitutos da Capital, designados para as seções (artigo 25), compete substituir os Juízes Titulares e Auxiliares, dentro das respectivas seções, nas suas férias, licenças, afastamentos, faltas, impedimentos e suspeições, bem como nos casos de vacância de cargo.

Parágrafo único - As substituições automáticas, resultantes do disposto neste artigo, poderão ser por motivo de relevante interesse judicial, alteradas, em cada caso, mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 45 - Aos Juízes de Direito Substitutos da Capital, não designados para as seções, compete, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça:

I - substituir, na falta do substituto seccional correspondente, os Juízes Titulares ou Auxiliares de Varas;

II - funcionar como auxiliar de Juiz Titular de Vara, exercendo as funções que por este lhes forem cometidas, com aprovação do Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 46 - Os Juízes de direito substitutos da Capital, no exercício das atribuições a eles conferidas nesta seção, terão competência igual à dos Juízes Titulares ou Auxiliares.

CAPÍTULO III

DAS DEMAIS COMARCAS

Artigo 47 - São órgãos da Justiça, em cada comarca:

I - Os Tribunais do Júri e os de Economia Popular;

II - os Juízes de Direito.

Artigo 48 - Em cada comarca, as varas, cujo número e natureza constarão da Tabela "H" da Lei de Organização Judiciária, terão competência igual a atribuída aos Juízes das Varas

Especializadas da Comarca da Capital, obedecidos os seguintes critérios:

I - comarcas com duas varas - competência comum e cumulativa, cabendo à 1.^a Vara os serviços dos Tribunais do Júri e de Economia Popular, bem como a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais, dos judiciais não vinculados às varas, dos serviços não subordinados a elas e da Polícia Judiciária; e a 2.^a Vara as funções de Juiz de Menores;

II - comarcas com três varas - competência comum e cumulativa, cabendo à 1.^a Vara os serviços dos Tribunais do Júri e de Economia Popular; à 2.^a Vara a corregedoria permanente, como referida no item anterior; e à 3.^a Vara as funções do juiz de menores;

III - comarcas com quatro varas - competência idêntica à estabelecida no inciso II, exceto quanto à Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária, que caberá à 4.^a Vara;

IV - nas comarcas em que houver varas especializadas cíveis e criminais, caberá a 1.^a Vara Cível a Corregedoria Permanente de seu cartório e respectivos anexos e do Registro de Imóveis; à 2.^a Vara Cível, a Corregedoria permanente do seu cartório, dos demais cartórios judiciais não vinculados às varas e dos serviços comuns a elas, e do Registro Civil; à 1.^a Vara criminal, os serviços de menores e dos Tribunais do Júri e de Economia Popular; à 2.^a Vara Criminal, a Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária e Execuções Criminais;

V - na comarca de Santos, e em outras de grande movimento, bem como nas de 5 (cinco) ou mais varas, a competência será distribuída de acordo com o que dispuser a Lei de Organização Judiciária.

Parágrafo único - Poderá a Corregedoria Geral da Justiça, por motivo de interesse público, designar corregedor permanente outro dos juízes das comarcas com mais de uma vara, em lugar do indicado nos itens supra.

Artigo 49 - O Tribunal de Júri, em cada comarca, realizará 4 (quatro) reuniões por ano, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, exceto na Comarca de Santos, na qual haverá 6 (seis) reuniões nos meses pares.

Parágrafo único - Os Tribunais de Economia Popular reunir-se-ão sempre que houver processo a julgar.

CAPÍTULO IV

DA CORREGEDORIA PERMANENTE E DA ADMINISTRAÇÃO DO FÓRUM

Artigo 50 - A correição permanente consiste na atividade fiscalizadora dos órgãos da justiça sobre todos os seus serviços auxiliares, a Polícia Judiciária e os presídios, e será exercida nos termos do regimento próprio.

Artigo 51 - A corregedoria permanente dos ofícios caberá aos juízes titulares das varas a que pertencerem; a dos cartórios não subordinados a qualquer das varas, a do foro extrajudicial e a dos presídios aos juízes a que este código especificamente comete essas atribuições.

Parágrafo único - O juiz Corregedor Permanente será competente para aplicar penas disciplinares aos serventuários, escreventes, fiéis, porteiros e oficiais de justiça, com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 52 - Na comarca onde houver mais de uma vara, as atribuições de Diretor do Fórum caberão ao juiz que for designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - As atribuições do Diretor do Fórum serão estabelecidas, em provimento, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Artigo 53 - O Tribunal de Justiça compõe-se de 36 (trinta e seis) desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o Estado.

§ 1.º - O número de desembargadores só poderá ser modificado por proposta motivada do Tribunal.

§ 2.º - Ao Tribunal é atribuído o tratamento de "Egrégio" e aos seus membros o de "Excelência". Nas sessões usam beca e capa.

Artigo 54 - Os cargos de Presidente, 1.º e 2.º Vice-Presidentes e o de Corregedor Geral da Justiça serão exercidos por desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno, na forma do Regimento Interno.

§ 1.º - O Presidente, o 1.º Vice-Presidente, e o Corregedor Geral da Justiça constituem o Conselho Superior da Magistratura.

§ 2.º - O Conselho Superior da Magistratura funcionará com a presença de todos os seus membros e suas reuniões serão secretas, salvo no julgamento de recursos de dúvidas dos serventuários.

Artigo 55 - As substituições de desembargadores far-se-ão de acordo com o disposto no Regimento Interno, observadas as disposições deste código.

§ 1.º - Essas substituições serão de um por outro desembargador, por juiz de direito substituto de segunda instância, ou por juízes de entrância especial, para esse fim convocados.

§ 2.º - Os juízes de direito substitutos de segunda instância serão designados pelo Conselho Superior da Magistratura, no início de cada ano judiciário, para servirem em um só Tribunal e, se possível, em uma mesma Seção.

§ 3.º - O substituto, durante a substituição, terá o mesmo tratamento e competência atribuídos ao substituído, não podendo, todavia, tomar parte nas sessões que objetivarem eleições, indicações de juízes e matérias de natureza administrativa.

Artigo 56 - O Tribunal de Justiça divide-se em duas seções: uma criminal e outra civil.

§ 1.º - A Seção Criminal subdivide-se em 3 (três) Câmaras e a Civil em 3 (três) Grupos, de 2 (duas) Câmaras cada um, todos ordinalmente numerados.

§ 2.º - As Câmaras Criminais são constituídas de 3 (três) desembargadores e as civis de 4 (quatro), sendo cada uma delas presidida por um de seus membros, eleito de conformidade com o Regimento Interno do Tribunal, cabendo sua substituição, em impedimentos ou ausências, ao desembargador mais antigo da Câmara.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Tribunal Pleno

Artigo 57 - Compete ao Tribunal em sessão plenária:

I - deliberar sobre assuntos de ordem interna;

II - processar e julgar originariamente:

a) nos crimes comuns, o Governador, os Secretários de Estado, o Procurador Geral da Justiça, os Ministros dos Tribunais de Alçada, os Juízes de Direito e os membros do Ministério Público;

b) as ações rescisórias de seus acórdãos;

c) os mandatos de segurança contra atos do Governador do Estado, da Assembléia Legislativa, da respectiva Mesa ou de seu Presidente, do próprio Tribunal, de suas Seções, do Conselho Superior da Magistratura, do Presidente do Tribunal e do Corregedor Geral da Justiça;

d) os conflitos de jurisdição entre as Seções ou entre Câmaras ou desembargadores de Seções diferentes;

e) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem interessados Governadores e Secretários de Estado, juízes, autoridades legislativas estaduais ou o Procurador Geral da Justiça;

f) as revisões criminais, quando a sentença condenatória for do Tribunal Pleno;

g) as exceções de suspeição opostas a desembargadores;

h) os embargos infringentes, de nulidade e de declaração, opostos aos seus acórdãos.

III - julgar:

a) a incapacidade dos magistrados;

b) as reclamações sobre concursos para nomeação de juízes substitutos;

c) os agravos interpostos dos despachos do Presidente;

d) os recursos contra a imposição de penas disciplinares pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Presidente do Tribunal, ou pelo Corregedor Geral da Justiça;

e) as dúvidas, que não se manifestarem em forma de conflito, sobre distribuição, prevenção, competência e ordem de serviço, em matéria de suas atribuições;

f) as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público;

g) outros processos que, por lei federal, sejam de sua competência.

Seção II

Da Seção Civil

Artigo 58 - A Seção Civil compete julgar:

I - os conflitos entre os respectivos Grupos, Câmaras ou seus juízes;

II - as dúvidas, não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuição, prevenção, competência e ordem de serviço em matéria de suas atribuições;

III - as dúvidas de competência entre o Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada em matéria civil;

IV - as revistas, depois de reconhecida pelo Grupo a existência de divergência quanto à interpretação do direito em tese;

V - os mandatos de segurança contra atos de suas Câmaras, Grupos de Câmaras, de seu Presidente ou de seus juízes;

VI - as ações rescisórias de seus acórdãos;

VII - os embargos infringentes, de nulidade ou de declaração, opostos aos seus julgados.

Seção III

Dos Grupos de Câmara

Artigo 59 - A cada um dos Grupos de Câmaras da Seção Civil compete processar e julgar:

I - os embargos infringentes ou de nulidade, opostos a acórdãos das suas Câmaras;

II - os agravos do despacho do relator, que rejeitar, "in limine", embargos opostos a esses acórdãos;

III - as revistas, quanto a questões preliminares ou prejudiciais, inclusive a verificação da existência de divergência jurisprudencial;

IV - os agravos de decisões que indeferirem recurso de revista ou o declararem deserto;

V - as ações rescisórias de seus acórdãos ou de acórdãos das respectivas Câmaras;

VI - os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos.

Seção IV

Das Câmaras Cíveis

Artigo 60 - Compete a cada uma das Câmaras da Seção Civil processar e julgar:

I - originariamente:

- a) os mandados de segurança contra atos dos Secretários de Estado, do Prefeito da Capital, do Tribunal de Contas e dos juízes de primeira instância, sempre que quanto a estes, os atos impugnados não se relacionem com causas de competência recursal de outro Tribunal;
- b) os conflitos de competência;
- c) as ações rescisórias de sentença;
- d) as exceções de suspeição opostas aos juízes;
- e) as correções parciais.

II - em grau de recurso:

- a) os agravos;
- b) as cartas testemunháveis;
- c) os recursos "ex-officio" e as apelações;
- d) os agravos de decisões do relator;
- e) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;
- f) os recursos de reexame.

Seção V

Da Seção Criminal

Artigo 61 - A Seção Criminal compete processar e julgar:

I - originariamente:

- a) os conflitos entre as respectivas Câmaras ou seus juízes;
- b) as dúvidas não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuições, prevenção, competência e ordem de serviço, em matéria de suas atribuições;
- c) as dúvidas de competência entre o Tribunal de Justiça e os Tribunais de Alçada em matéria criminal;
- d) os mandados de segurança contra atos de seu Presidente, de suas Câmaras ou seus juízes;
- e) os "habeas-corpus", podendo concedê-los de ofício;
- f) as revisões criminais.

II - Em grau de recurso:

- a) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;
- b) os recursos de despacho do relator que indeferir, "in limine", o pedido de revisão;
- c) os embargos infringentes e de nulidade opostos aos seus acórdãos.

Seção VI

Das Câmaras Criminais

Artigo 62 - Compete a cada uma das Câmaras da Seção Criminal julgar:

I - os mandados de segurança impetrados contra atos dos juízes de primeira instância em matéria criminal;

II - os conflitos de competência;

III - os desaforamentos;

IV - os recursos e apelações;

V - as cartas testemunháveis;

VI - os embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

VII - as correções parciais;

VIII - as exceções de suspeição;

IX - as revogações de medida de segurança;

X - os recursos de inclusão e exclusão de jurados.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 63 - Ao Tribunal Pleno, Seções, Grupos de Câmaras ou Câmaras compete, ainda nas matérias de suas atribuições:

I - decidir os incidentes dos processos que não forem da competência do presidente ou dos relatores;

II - comunicar ao Conselho da Ordem dos Advogados as faltas dos inscritos em seus quadros;

III - mandar cancelar dos autos ou petições as palavras, expressões ou frases desrespeitosas, inclusive mandar que o requerente volte em termos próprios, ou que seja desentranhada a peça dos autos;

IV - determinar o pagamento de tributos omitidos;

V - propor a abertura de sindicância e correções extraordinárias.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Artigo 64 - Compete ao Conselho Superior da Magistratura, além de outras atribuições que decorram do Regimento Interno do Tribunal:

- I - exercer a inspeção superior da Magistratura, cumprindo-lhe obstar que juízes de qualquer instância negligenciem no cumprimento de suas obrigações, excedam prazos injustificadamente ou cometam arbitrariedades no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;
- II - mandar proceder a correições e sindicâncias quando constar que, em algum juízo, se pratique abuso que prejudique a distribuição da Justiça;
- III - promover a remoção compulsória, a disponibilidade e a declaração da incapacidade de magistrados;
- IV - conhecer, em segredo de Justiça, da suspeição declarada por motivos íntimos;
- V - julgar os recursos de candidatos aos concursos para provimento de cargos de serventuário da justiça;
- VI - julgar o agravo de petição interposto de decisão sobre dúvida de serventuário de Registros Públicos;
- VII - julgar os pedidos de reexame dos processos de menores;
- VIII - movimentar os escritórios dos cartórios oficializados de todo o Estado, segundo as conveniências do serviço e da disciplina forense.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Seção I

Do Presidente do Tribunal

Artigo 65 - Ao Presidente do Tribunal compete:

- I - funcionar como relator nas exceções de suspeição de desembargadores, nos conflitos entre Câmaras ou desembargadores, nas reclamações sobre antigüidade de membros do Tribunal e nos processos de incapacidade, remoção compulsória e disponibilidade de magistrados;
- II - processar e julgar pedidos de absolvição de instância, formulado antes da distribuição e da assistência judiciária, e quando tiver cessado a atribuição do relator;
- III - homologar desistência de recursos, formulada antes da distribuição ou depois dela nos impedimentos ocasionais ou definitivos dos relatores;
- IV - decidir sobre pedidos de deserção de recursos por falta de preparo;
- V - processar, até a distribuição, os pedidos de "habeas-corpus";
- VI - promover a execução das decisões do Tribunal, em processos de sua competência originária, e resolver-lhes os incidentes;
- VII - admitir, nos casos legais, os recursos interpostos para o Supremo Tribunal Federal, de decisões do Tribunal, e resolver as questões que forem suscitadas;
- VIII - suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar e de sentença em mandado de segurança, nos casos previstos na legislação federal;
- IX - designar o Diretor do Fórum de comarcas nas quais exista mais de um juiz;
- X - executar quaisquer outras atribuições que decorram do Regimento Interno do Tribunal ou de deliberações do Tribunal Pleno.

Seção II

Dos Vice-Presidentes do Tribunal

Artigo 66 - Compete ao 1.º Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente;
- II - mandar processar ou indeferir, "in limine", o recurso de revista, ou o declarar deserto, funcionando como relator nos agravos desses despachos;
- III - exercer as funções administrativas que lhe forem de, legadas pela Presidência, ou atribuídas pelo Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 67 - Compete ao 2.º Vice-Presidente substituir o 1.º Vice-Presidente, em suas faltas e impedimentos e exercer as atribuições que lhe forem cometidas no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Seção III

Do Corregedor Geral da Justiça

Artigo 68 - Compete ao Corregedor Geral da Justiça, além de outras atribuições constantes do Regimento Interno:

- I - proceder a correições periódicas gerais,, visitando, no correr de cada ano, 10 (dez) comarcas

do interior do Estado e 2 (duas) varas da Capital, pelo menos, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por deliberação própria, ou do Tribunal, ou do Conselho Superior da Magistratura, quando constar a prática de abusos que prejudiquem a distribuição da Justiça:

II - determinar, independentemente de reclamação, a restituição de custas e salários, impondo as penas legais sempre que notar abusos;

III - presidir a inquéritos administrativos em matéria de sua competência;

IV - funcionar como relator nos agravos de petição, no caso de dúvida de serventuário extrajudicial;

V - decidir os recursos de imposição por juiz de Direito, aos serventuários da Justiça, de pena disciplinar de suspensão, multa ou prisão.

Parágrafo único - A correção geral na comarca de Santos equivalerá para o cômputo anual previsto neste inciso, a cinco correções; a que se fizer nas comarcas de Campinas ou de Santo André, equivalerá a 4 correções; e a que se fizer, nas comarcas de três varas ou de Ribeirão Preto ou de São José do Rio Preto, ou de Sorocaba (quando nesta instaladas todas as varas), equivalerá a três correções.

TÍTULO IV

DO PROCESSO E JULGAMENTO

CAPÍTULO I

Seção I

Dos Atos, Termos e Prazos Judiciais

Artigo 69 - Nos Atos, termos e prazos judiciais atender-se-ão, além das disposições das leis processuais vigentes, as enunciadas nos artigos seguintes.

Artigo 70 - Os atos determinados pelo Presidente do Tribunal ou pelo relator do feito poderão ser executados em todo o Estado, por mandato, por carta de ordem, simples ofício, ou mediante a devolução dos autos à comarca ou vara de origem, segundo convier.

Parágrafo único - Proceder-se-á, mediante mandato, sendo o caso:

1 - à averbação, nos registros públicos, de decisões do Tribunal;

2 - à cobrança de custas, quando não tiverem de ser incluídas na execução principal.

Artigo 71 - Os autos não serão retirados da Secretaria, sob pena de responsabilidade do Secretário, salvo nos casos previstos na lei federal e no Regimento Interno.

Parágrafo único - No caso de retenção indevida dos autos, o advogado ou membro do Ministério Público faltoso será notificado pessoalmente, mediante mandato, para restituir o processo, sob as penas previstas em lei.

Seção II

Da Apresentação

Artigo 72 - Os feitos serão apresentados em segunda instância nos prazos processuais, considerando-se remetido tempestivamente todo recurso que, até o último dia do prazo, for registrado no correio local.

Parágrafo único - Não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão de funcionários, não forem apresentados dentro do prazo.

Seção III

Da Distribuição

Artigo 73 - Pagas as custas devidas, ou verificada a dispensa de seu pagamento, serão os autos conclusos ao Presidente para designação de relator, na primeira audiência de distribuição, exceto os recursos criminais nos quais far-se-á a distribuição após juntada do parecer da Procuradoria Geral da Justiça. Nesta última hipótese, até a distribuição, funcionará como preparador o Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - As distribuições far-se-ão conforme o disciplinar o Regimento Interno do Tribunal.

Seção IV

Da Suspensão, Absolvição e Cessação da Instância

Artigo 74 - Os pedidos de suspensão, absolvição e cessação da instância serão decididos pelo Presidente do Tribunal quando formulados antes da distribuição e, depois dela, pela relator.

Artigo 75 - Não terá eficácia o ato processado no período de suspensão da instância, mas quando o motivo da suspensão for denunciado depois de enviados os autos à mesa para julgamento, este se efetuará.

Seção V

Da Instrução e Julgamento

Artigo 76 - Distribuído o feito, competirá sua instrução ao respectivo relator, na forma regimental, abrindo a Secretaria, se for o caso, vista aos curadores nomeados e ao Procurador Geral da Justiça.

Parágrafo único - O prazo para o Procurador Geral da Justiça e os curadores nomeados se manifestarem será de 10 (dez) dias, salvo se a lei federal dispuser diferentemente.

Artigo 77 - Até o julgamento do feito, o relator mandará preencher as lacunas verificadas e, com o relatório, se for o caso, passará o processo ao revisor.

Artigo 78 - As passagens de autos e as pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial, mediando, entre a data da publicação destas e a da sessão, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas.

Artigo 79 - Independentemente de despacho, os feitos apresentados para julgamento serão inscritos e julgados na forma do Regimento Interno.

Parágrafo único - Durante o julgamento, será assegurado aos advogados das partes o uso da palavra, nos casos determinados na legislação federal e na forma regimental.

Seção VI

Do Conflito de Jurisdição ou de Atribuição

Artigo 80 - Os conflitos de jurisdição ou de atribuição serão processados na conformidade do Regimento Interno do Tribunal.

CAPÍTULO II

DOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Seção I

Dos processos penais em virtude de prerrogativa de funções

Artigo 81 - Nos processos por delitos comuns e funcionais da competência originária dos Tribunais, a instrução e o julgamento far-se-ão de acordo com a legislação federal e com o que dispuser o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Seção II

Do "habeas-corpus"

Artigo 82 - Os "habeas-corpus" serão processados e julgados na forma que dispuser o Regimento Interno do Tribunal competente.

Seção III

Do mandado de segurança

Artigo 83 - Os mandados de segurança serão processados e julgados na conformidade da legislação federal e do Regimento Interno.

Seção IV

Da revisão dos processos criminais

Artigo 84 - A revisão será processada e julgada na forma estabelecida no Regimento Interno.

Seção V

Dos conflitos de jurisdição ou de atribuições

Artigo 85 - Os conflitos de jurisdição ou de atribuições serão processados e julgados na conformidade do Regimento Interno do Tribunal.

Seção VI

Da ação rescisória

Artigo 86 - A ação rescisória será julgada em única instância:

I - pelo Tribunal Pleno a dos seus acórdãos;

II - pela Seção Civil, a dos seus acórdãos;

III - pelos Grupos de Câmaras Cíveis, quando versarem sobre acórdãos de Câmaras Cíveis isoladas ou de seus Grupos; e

IV - pelas Câmaras isoladas quando tiverem por objeto sentença de primeira instância.

Seção VII

Da execução

Artigo 87 - Cabe ao Tribunal, nas causas de sua competência originária, a execução de seus acórdãos.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS E PROCESSOS INCIDENTES

Seção I

Disposição geral

Artigo 88 - Observada a legislação federal aplicável, os recursos e processos incidentes serão processados na conformidade do disposto neste código e no Regimento Interno.

Seção II

Da revista e do prejudgado

Artigo 89 - O recurso de revista será interposto perante o presidente da Seção Civil, o qual poderá indeferi-lo, se a petição não preencher os requisitos de sua admissão, inclusive a menção da tese sobre a qual versar a divergência.

Parágrafo único - Do despacho que rejeitar liminarmente a revista ou declarar deserta, caberá agravo para o Grupo de Câmaras a que pertencer a turma prolatora do acórdão recorrido.

Artigo 90 - As revistas serão julgadas:

I - quanto às questões preliminares ou prejudiciais, inclusive a verificação da existência da divergência jurisprudencial, pelo Grupo de Câmaras a que pertencer a turma prolatora do acórdão recorrido, com a presença mínima de 6 (seis) juízes desimpedidos, não podendo servir como relator os que o tenham subscrito. Em caso de empate, desempatará o presidente do Grupo; e

II - quanto à interpretação do direito em tese, pela Seção Civil, à qual serão os autos remetidos, independentemente de acórdão, mediante simples despachos do relator, uma vez reconhecida pelo Grupo a existência da divergência.

Artigo 91 - As revistas serão julgadas pelo relator, revisor e demais Juízes do Grupo ou de Seção competente, observado o que dispuser o Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 92 - Mediante provocação de qualquer de seus juízes, poderá a Câmara Julgadora promover o pronunciamento prévio da Seção Civil sobre a interpretação de qualquer norma jurídica, se reconhecer que, a seu respeito, ocorre ou poderá ocorrer divergência de interpretação entre Câmaras, Grupos, Seção e o Tribunal Pleno.

Parágrafo único - Proferido pela Câmara o acórdão que no caso deste artigo, tiver reconhecido a possibilidade ou a existência da divergência, irão os autos ao presidente da Seção Civil para designar o dia de julgamento, que será feito como nos demais julgamentos de revistas, servindo, porém, o mesmo relator.

Seção III

Das Correções Parciais

Artigo 93 - Compete às Câmaras isoladas do Tribunais proceder a correções parciais em autos para emenda de erro, ou abusos, que importarem inversão tumultuária dos atos e fórmulas de ordem legal do processo, quando para o caso não houver recurso.

Artigo 94 - Observar-se-á, no processo de correção parcial, o rito do agravo de instrumento, ouvido o Ministério Público.

Artigo 95 - Julgada a correção, será o acórdão conferido até a sessão seguinte à do julgamento e remetido por cópia ao juízo de origem, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para os fins de direito.

Artigo 96 - Cumpridas as disposições anteriores, serão os autos encaminhados ao Conselho Superior da Magistratura para aplicação das penalidades disciplinares, se for o caso.

Seção IV

Dos Recursos Incidentes

Artigo 97 - A parte que se considerar agravada por decisão do relator, terminativa do feito, e especialmente nos casos previstos no Código de Processo Penal, artigos 557, § único e 625, § 3.º, poderá requerer, dentro de 5 (cinco) dias, que se apresentem os autos em mesa, para ser a decisão confirmada ou alterada independentemente de revisão e inscrição.

§ 1.º - Igual recurso poderá ser interposto mas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação no órgão oficial:

1 - do despacho do presidente que decretar deserção de recurso;

2 - do despacho do presidente da Seção Civil que não admitir recurso de revista ou de relator que rejeitar, "in limine", embargos.

§ 2.º - O relator ou o presidente, na primeira sessão, relatará o feito sem tomar parte no julgamento que se seguir, lavrando-se, a final, o acórdão.

§ 3.º - No caso de empate, haver-se-á por confirmada a decisão agravada.

TÍTULO V

DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA

Artigo 98 - Os Tribunais de Alçada, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado ou com sede em comarca do Interior e jurisdição limitada a determinada região do Estado, poderão ser criados por lei ordinária, mediante proposta do Tribunal de Justiça (Constituição do Brasil, artigo 136, § 1.º).

Artigo 99 - Compete exclusivamente ao Tribunal de Justiça propor a alteração do número dos juízes dos Tribunais de Alçada, de sua jurisdição e competência.

Artigo 100 - Aos Tribunais de Alçada é atribuído o tratamento do "Egrégio" e aos Ministros o de "Excelência". Nas sessões usam beca e capa.

Artigo 101 - O preenchimento das vagas dos Tribunais de Alçada será feito nos termos dos incisos III e IV do artigo 136 da Constituição do Brasil, apurada a antigüidade entre os juízes de direito da mais alta entrância.

Parágrafo único - Para efeito de promoção para o Tribunal de Justiça, os Ministros dos Tribunais de Alçada são considerados da mais alta entrância e a sua antigüidade contar-se-á da posse no Tribunal.

Artigo 102 - Os ministros dos Tribunais de Alçada serão processados e julgados, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, pelo Tribunal de Justiça, segundo a forma estabelecida para o processo e julgamento dos juízes de direito.

Artigo 103 - Os Tribunais de Alçada não terão ação administrativa e disciplinar sobre os juízes de direito, cumprindo-lhes, todavia, comunicar ao Presidente do Tribunal de Justiça, para os devidos fins, as faltas que observarem.

Artigo 104 - Os Tribunais de Alçada compor-se-ão do número de Ministros que a lei ordinária estabelecer e dividir-se-ão em Câmaras e Grupos de Câmaras.

§ 1.º - O presidente não fará parte das Câmaras, mas presidirá, com voto de desempate, às Seções Plenárias, e às das Câmaras Reunidas ou Grupo de Câmaras, e somente intervirá nos julgamentos das Câmaras Isoladas, quando convocado para proferir voto de desempate.

§ 2.º - Compete ao Vice-Presidente, eleito na forma regimental, substituir o Presidente e exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas pela Presidência, ou atribuídas pelo Regimento Interno do Tribunal.

§ 3.º - O Vice-Presidente será o Presidente nato da Câmara na qual tiver assento.

Artigo 105 - Compete aos Tribunais de Alçada:

I - processar e julgar originariamente:

- a) as ações rescisórias nos processos de sua competência;
- b) os mandados de segurança contra atos do próprio Tribunal, Grupos de Câmaras, Câmaras, Presidente ou Ministros, bem como dos juízes de primeira instância, sempre que, quanto a estes, os atos impugnados se relacionem com as causas da sua competência recursal;
- c) os conflitos de jurisdição, correições parciais e as exceções de suspeição opostas aos juízes, que surjam em causas de sua competência recursal;
- d) as revisões criminais de seus acórdãos e das sentenças, dentro de sua competência recursal;
- e) os "habeas-corpus" contra atos de autoridades, relaciona. dos com as causas de sua competência recursal;
- f) os pedidos de revogação da medida de segurança, nos processos de sua competência recursal.

II - julgar, em grau de recurso:

a) em matéria civil;

1 - as ações relativas à empreitada, à corretagem, à mediação, ao comodato e à locação de coisas e serviços;

2 - as ações de consignações em pagamento de aluguéis e as consignatárias correlatas com as causas de sua competência recursal;

3 - as ações renovatórias e as revisionais relativas aos contratos de locação;

4 - as ações relativas à parceria rural;

5 - as ações desapropriatórias e as de indenização por desapropriação administrativa;

6 - as ações relativas à venda, locação e administração de coisas comuns, bem como as relativas aos edifícios em condomínio e a sua administração, e à venda do quinhão em coisa comum;

7 - as ações executivas e outras relativas a títulos de crédito e direitos, de que tratam o artigo 298 do Código de Processo Civil e seus incisos, salvo os de números XI, 1.º parte (dos credores de prestação alimentícia) e XVI;

8 - as ações executivas fiscais e outras de natureza fiscal;

9 - os mandados de segurança em matéria fiscal;

10 - as ações relativas às sociedades civis e comerciais;

11 - As ações de recuperação de título ao portador;

12 - as ações de vendas a crédito com reserva de domínio;

13 - as ações de loteamento e venda de imóveis e coisas móveis em prestações;

14 - as ações de acidente do trabalho;

15 - as ações ajuizadas pelo pessoal de obras ou das fundações, sociedades de economia mista e empresas do Estado e dos Municípios, com ou sem personalidade jurídica;

b) em matéria criminal:

1 - os processos e seus incidentes, por crimes ou contravenções, a que sejam cominadas penas de multa, prisão simples ou detenção, isoladas, alternadas ou acumuladas;

2 - os processos relativos aos crimes enumerados no artigo 129, §§ 1.º e 2.º; nos §§ 1.º e 2.º do artigo 136; no artigo 288, quando conexos com crimes de sua competência e no artigo 329, § 1.º do Código Penal;

3 - Os processos pelos crimes previstos no Título II, da Parte especial do Código Penal (Crimes Contra o Patrimônio), exceto quando tenham por evento a morte;

4 - os processos pelos crimes contra a economia popular; e

5 - os processos pelos crimes previstos no artigo 1.º da Lei federal n.º 2.252, de 1.º de julho de 1954, e na Lei federal n.º 4.729, de 14 de julho de 1965.

III - Por deliberação administrativa;

a) eleger seus respectivos presidentes e demais órgãos de direção;

b) elaborar seus regimentos internos;

c) organizar seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma de lei, e bem assim propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

d) conceder, nos termos da lei, licenças e férias a seus ministros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados (Constituição Estadual, artigo 55).

Parágrafo único - Subsistirá a competência referida na alínea "b" do inciso II, ainda que lei ulterior venha a modificar, nas infrações nele mencionadas, a natureza da pena.

Artigo 106 - As dúvidas de competência entre os Tribunais de Alçada, bem como as que se verificarem entre Câmaras, ou Grupos de um e outro, serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Artigo 107 - As dúvidas de competências entre Câmaras dos Tribunais de Alçada e Câmaras do Tribunal de Justiça serão solucionadas pela Seção Civil ou Criminal do Tribunal de Justiça, conforme a natureza da matéria e mediante provocação da Sessão Plenária do Tribunal de Alçada a que pertencer a Câmara suscitante.

Artigo 108 - Aos Ministros dos Tribunais de Alçada é assegurado o direito de remoção de um Tribunal para outro, mediante prévia aprovação do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - Poderão os Ministros transferir-se de Câmaras, no caso de vaga ou permuta, a pedido seu e com a aprovação do respectivo Tribunal.

TÍTULO VI

FÉRIAS FORENSES

Artigo 109 - São de férias coletivas em primeira instância, em todo o Estado, os períodos de 2 a 31 de janeiro e de julho de cada ano, e os dias da Semana Santa, compreendidos de 2.ª feira a sábado.

Parágrafo único - São de férias coletivas em segunda instância o período de 2 a 31 janeiro e os dias da Semana Santa.

Artigo 110 - São feriados, para efeitos forenses, os domingos e dias de festa nacional, os que forem especialmente decretados e aqueles que a lei estadual assim o declarar.

Artigo 111 - Durante as férias, poderão ser praticados nos Tribunais todos os atos que não implicarem fluência de prazo para recurso ou para dizer nos autos.

Parágrafo único - A citação realizada em segunda instância, no período de férias, considerar-se-á feita, para a fluência dos prazos dela decorrentes e para o efeito de comparecimento do citando, no primeiro dia útil imediato.

Artigo 112 - Podem ser processados e julgados durante as férias de segunda instância, não se suspendendo pela sua superveniência:

I - os recursos interpostos nos feitos que, em primeira instância, correrem nas férias;

II - as exceções de suspeição, correições parciais, conflitos de jurisdição, "habeas-corpus" e mandados de segurança originários, as revisões criminais em favor do réu preso, as fianças, os arrestos, seqüestros e medidas requeridas com fundamento no artigo 682, segunda parte, do Código de Processo Civil.

Artigo 113 - Durante as férias e nos dias feriados não se praticarão atos judiciais em primeira instância.

§ 1.º - Excetuam-se os que possam ficar prejudicados com o adiamento, como sejam:

- 1 - os atos probatórios "ad perpetum rei memoriam";
 - 2 - as citações que, no entanto, para a fluência dos prazos delas decorrentes e para os efeitos do comparecimento do citado em juízo, se houverão como feitas no primeiro dia útil imediato.
 - 3 - os arrestos, penhoras, seqüestros, arrecadações, buscas e apreensões, depósitos, detenções pessoais, separação de corpos, abertura de testamento, embargos de obra nova e atos análogos.
- § 2.º - Além dos atos enumerados no parágrafo anterior, podem ser processados e julgados durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas:

- 1 - os mandados de segurança;
- 2 - os despejos, ações renovatórias, pedidos de alimentos provisionais, ações de alimentos, desapropriações, impedimentos matrimoniais, executivos fiscais, acidentes do trabalho, questões trabalhistas, arrolamentos, inventários e partilhas, falências e concordatas, bem como os pedidos de reintegração ou manutenção liminar, nas ações possessórias;
- 3 - a dação e remoção de tutores e curadores;
- 4 - as ações prescritíveis em tempo não superior a 2 (dois) meses;
- 5 - os atos de jurisdição voluntária, sempre que os interessados, por conveniência própria, provocarem o andamento dos respectivos feitos;
- 6 - os processos criminais falimentares e de réus presos, de fiança, e de "habeas-corpus";
- 7 - todos os atos necessários à conservação de direitos que forem, requeridos pelas partes.

Artigo 114 - Não serão realizadas audiências de instrução e julgamento, assim noível como no crime, de 23 de dezembro a 2 de janeiro de cada ano, salvo quando indispensável para evitar o perecimento de direitos.

Artigo 115 - Os magistrados, os serventuários e os servidores da Justiça terão direito ao gozo de férias, em cada ano, de acordo com o que determinar a Lei de Organização Judiciária.

Livro II

DA MAGISTRATURA

TÍTULO I

DOS MAGISTRADOS

Artigo 116 - São magistrados os desembargadores do Tribunal de Justiça, os ministros dos Tribunais de Alçada, os Juizes de Direito Substitutos de segunda instância, os Juizes de Direito, os Juizes substitutos e os Juizes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 117 - Os magistrados, nomeados, promovidos ou removidos pelo Governador do Estado, na conformidade das leis em vigor, tomarão posse do cargo e entrarão no exercício de suas funções no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do decreto respectivo.

Parágrafo único - Não se verificando a posse e o exercício no prazo determinado, será feita ao Poder Executivo nova indicação.

Artigo 118 - O desembargador, ministro ou juiz, no ato da posse, deverá apresentar o título de nomeação e a declaração pública de seus bens, prestando o compromisso de desempenhar com retidão as funções do cargo.

TÍTULO II

DOS JUÍZES DE SEGUNDA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DOS DESEMBARGADORES

Seção I

Da Nomeação

Artigo 119 - A nomeação de desembargadores será feita nos termos dos incisos III e IV do artigo 136 da Constituição do Brasil, apurada a antigüidade entre os juizes de direito da mais alta entrância.

Parágrafo único - A antigüidade dos juizes dos Tribunais de Alçada e dos juizes de direito contar-se-á da posse do Tribunal ou na entrância. Se de igual data, terá precedência quem tiver maior antigüidade na entrância anterior.

Artigo 120 - O novo desembargador, antes de tomar assento, prestará, perante o Presidente, compromisso formal de desempenhar com retidão os deveres de seu cargo, considerando-se, desde esse momento, no exercício de suas funções.

Parágrafo único - Do compromisso lavrar-se-á, em livro especial, termo que será devidamente assinado.

Seção II

Da Posse e do Exercício

Artigo 121 - Ao ser dada a posse, no caso do artigo 136, inciso IV, da Constituição do Brasil, o Presidente verificará se foram satisfeitas as exigências legais.

Parágrafo único - O desembargador deverá apresentar ao Presidente do Tribunal os elementos necessários à abertura do assentamento individual.

Artigo 122 - O prazo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do decreto de nomeação no "Diário Oficial".

Artigo 123 - O novo desembargador tomará assento na Câmara onde houver ocorrido a vaga.

Parágrafo único - Se for removido algum desembargador para a Câmara onde se deu a vaga, o preenchimento se fará na Câmara deixada pelo desembargador removido.

Artigo 124 - O desembargador que deixar o cargo de Presidente ou de 1.º Vice-Presidente do Tribunal ou o de Corregedor Geral da Justiça tomará assento em uma das Câmaras, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - O Corregedor Geral da Justiça continuará interinamente, no exercício do cargo, até a posse do seu sucessor.

Artigo 125 - Os desembargadores, a pedido seu, com a aprovação do Tribunal, poderão ser removidos de uma para outra Câmara da mesma ou de outra Seção, no caso de vaga ou mediante permuta.

Artigo 126 - Salvo no caso de condenação criminal, o desembargador que deixar o cargo conservará o título e as honras a ele inerentes.

Seção III

Da Incompatibilidade

Artigo 127 - Não poderão ter assento, simultaneamente, no Tribunal, parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente e, na colateral, os consangüíneos até o 3.º grau e os afins até o 2.º.

§ 1.º - Os colaterais por afinidade em 3.º grau, contudo, não terão assento, conjuntamente, na Seção Criminal.

§ 2.º - A incompatibilidade resolver-se-á de acordo com o que dispuser o Regimento Interno.

Seção IV

Da Antigüidade

Artigo 128 - Regular-se-á a antigüidade dos desembargadores:

I - pela data em que se iniciou o exercício;

II - pela nomeação se os exercícios tiverem tido início na mesma data;

III - pela idade, quando coincidirem as datas mencionadas nos incisos anteriores.

Artigo 129 - As questões sobre antigüidade dos desembargadores serão resolvidas pelo Tribunal Pleno, sob informação oral do Presidente, ficando a deliberação consignada em ata.

Seção V

Das Licenças, Afastamentos, Férias e Interrupções de Exercício

Artigo 130 - As licenças aos desembargadores serão concedidas pelo Tribunal, em sessão plenária, mediante pedido escrito encaminhado por intermédio do Presidente.

Parágrafo único - As licenças para tratamento de saúde serão concedidas, até 90 (noventa) dias, mediante exame por facultativo designado pelo Presidente do Tribunal e, por tempo maior, mediante inspeção, por junta médica nomeada pelo mesmo Presidente. O desembargador licenciado poderá ser convocado para julgar os processos em que houver lançado o seu visto, interrompendo para esse efeito a licença, durante os dias que forem necessários, e que lhe serão restituídos a final.

Artigo 131 - Poderão os desembargadores gozar a licença-prêmio, a que tiverem direito, em períodos não inferiores a um mês.

Artigo 132 - Qualquer interrupção de exercício será comunicada, por escrito, ao Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - O Presidente do Tribunal fará, por ofício, à Secretaria da Fazenda, as comunicações referentes ao exercício dos desembargadores.

CAPÍTULO II

DOS MINISTROS DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA

Artigo 133 - Aplicam-se aos ministros dos Tribunais de Alçada as disposições concernentes aos desembargadores com relação à nomeação, compromisso, posse, exercício, remoção, permuta, incompatibilidade, antigüidade, licenças, afastamentos e interrupções de exercício.

TÍTULO III

DOS JUÍZES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I

DO INGRESSO NA CARREIRA

Artigo 134 - O ingresso na magistratura vitalícia do Estado dependerá de concurso de provas e de títulos.

Artigo 135 - O concurso de provas será realizado pelo Tribunal de Justiça, com a colaboração do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do regimento próprio, observados os seguintes requisitos:

I - ser o candidato brasileiro e achar-se em gozo e exercício de seus direitos civis e políticos;

II - estar quite com o serviço militar;

III - estar domiciliado no Estado há mais de 5 (cinco) anos, embora não consecutivos;

IV - ser portador de diploma registrado de bacharel em Direito por faculdade oficial ou reconhecida;

V - haver exercido, durante 2 (dois) anos, no mínimo, a advocacia, cargo de servidor da Justiça, de Delegado de Polícia, ou de membro do Ministério Público;

VI - contar, pelo menos 25 (vinte e cinco) anos de idade e não ser maior de 40 (quarenta);

VII - não registrar antecedentes criminais;

VIII - estar em condições de sanidade física e mental.

Parágrafo único - No caso do inciso VI, será de 45 (quarenta e cinco) anos o limite máximo de idade, em se tratando de candidato funcionário público estadual.

Artigo 136 - A Comissão examinadora do concurso será composta de um membro do Conselho Superior da Magistratura, que a presidirá, de dois desembargadores eleitos pelo Tribunal de Justiça e de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Artigo 137 - Os classificados no concurso de provas serão indicados ao Poder Executivo pelo Tribunal de Justiça, obedecida a ordem de classificação em lista que compreenderá o número de vagas e mais dois, para nomeação como juiz substituto, por dois anos, findo os quais proceder-se-á ao concurso, de títulos.

Artigo 138 - A classificação no concurso será válida por um ano. Dentro desse período, se ocorrerem novas vagas, serão indicados, salvo os excluídos pelo Tribunal de Justiça, os remanescentes aprovados na forma do artigo anterior, até que o seu número se reduza a dois.

Artigo 139 - O concurso de títulos constará da apreciação pelo Tribunal de Justiça, em sessão secreta, e por maioria dos desembargadores presentes, da conclusão da Comissão constituída pelo Conselho Superior da Magistratura, com participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, relativa à capacidade, aptidão e adequação ao cargo demonstradas pelo juiz substituto.

Parágrafo único - A conclusão da Comissão fundar-se-á no prontuário organizado com referência a cada juiz substituto, do qual constarão:

1 - documentos encaminhados pelo próprio interessado, inclusive e obrigatoriamente as decisões por ele proferidas;

2 - as referências consignadas no concurso de provas;

3 - as informações colhidas durante o biênio pelo Conselho Superior da Magistratura, junto aos desembargadores ou aos ministros dos Tribunais de Alçada;

4 - as referências ao juiz substituto, constantes de acórdãos ou declarações de votos, enviadas pelos respectivos prolores;

5 - as informações reservadas sobre conduta moral e a competência funcional dos juízes substitutos, obrigatoriamente remetidas, em cada semestre, pelos juízes de direito das sedes das circunscrições judiciárias;

6 - as informações da mesma índole que as precedentes, obrigatoriamente enviadas pelos juízes de direito, sempre que, em suas respectivas varas ou comarcas, o juiz substituto tenha tido exercício;

7 - quaisquer outras informações idôneas.

Artigo 140 - Aprovado no concurso de títulos, será o candidato nomeado para o cargo de juiz substituto, em caráter vitalício, por decreto do Executivo, prestando novo compromisso perante o Presidente do Tribunal.

Parágrafo único - os nomes não indicados à nomeação serão remetidos também ao Executivo, com ofício reservado, para que se considere findo o exercício ao término de biênio.

CAPÍTULO II

DA MATRÍCULA E ANTIGÜIDADE

Artigo 141 - Logo que for comunicada a posse de juiz de direito ou juiz substituto, a Secretaria do

Tribunal abrirá a competente matrícula em livro especial. Nesse livro serão anotadas as remoções, licenças, interrupções de exercício e quaisquer ocorrências que puderem interessar à verificação da antigüidade.

Parágrafo único - Todo juiz de direito ou substituto, ao se afastar de sua comarca, vara ou cargo, assim como ao assumir jurisdição cumulativa ou substituição de outra vara ou comarca, deverá dar ciência do fato ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao diretor do Fórum da sede de circunscrição judiciária.

Artigo 142 - Anualmente, na primeira quinzena de janeiro, a Secretaria organizará dois quadros, um na ordem de antigüidade na carreira, outro na ordem de antigüidade na entrância, com os nomes dos juízes, inclusive os que se acharem em disponibilidade ou sem exercício, tendo em vista as regras seguintes:

I - será contado unicamente o tempo de serviço efetivo no cargo;

II - por exceção, será também contado:

a) o tempo aprazado ao juiz removido para entrar em exercício na outra comarca, se não for excedido;

b) o tempo da suspensão por processo criminal em que o juiz for absolvido;

III - aos juízes em disponibilidade e aos juízes sem exercício, em virtude de remoção compulsória, será contado o tempo decorrido, como sendo do serviço ativo;

IV - se diversos juízes contarem o mesmo tempo de serviço, terá precedência o primeiro nomeado; se o empate for na entrância, e mais antigo na entrância anterior no quadro;

V - diante de cada nome será declarado o número de anos, meses e dias de serviços na magistratura e na entrância até 31 de dezembro do ano anterior, mencionando-se, também, a comarca onde o juiz esteve servindo, ou onde servia quando foi declarado em disponibilidade ou compulsoriamente removido;

VI - declarar-se-á, igualmente, a entrância de cada comarca, ou a que competia ao juiz quando deixou o exercício;

VII - no quadro de antigüidade dos juízes substitutos serão separados os em estágio e os vitalícios.

Parágrafo único - Os quadros serão publicados no Diário da Justiça, e apresentados, em seguida, ao Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 143 - Os juízes que se considerarem prejudicados poderão reclamar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação dos quadros.

§ 1.º - O Conselho Superior de Magistratura poderá rejeitar, desde logo, a reclamação se manifestamente infundada, ou mandar ouvir os juízes cuja antigüidade puder ser prejudicada pela decisão, marcando-lhes prazo razoável e remetendo-lhes cópia da reclamação e dos documentos.

§ 2.º - Findos os prazos, com ou sem as respostas, a reclamação será julgada mediante relatório verbal do Presidente, depois de informada pela Secretaria e de ouvido o Procurador Geral da Justiça.

Artigo 144 - Se os quadros sofrerem alguma alteração, serão reorganizados e publicados, depois de decididas todas as reclamações.

Artigo 145 - Cada juiz terá o seu nome inscrito numa ficha, da qual constarão as referências boas ou más que, a respeito de seu merecimento, forem mandadas consignar pelo Conselho.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO, PROMOÇÃO E PERMUTA

Seção I

Juízes Substitutos

Artigo 146 - A remoção do juiz substituto de uma para outra circunscrição será feita a pedido ou por determinação do Tribunal de Justiça.

§ 1.º - A remoção a pedido depende de requerimento ao Presidente do Tribunal, protocolado na Secretaria antes da indicação de remanescentes de concurso para cargo ou, inexistindo eles, até 30 (trinta) dias após a abertura da vaga. Ouvido o Conselho, o Presidente encaminhará o requerimento ao Tribunal Pleno, que decidirá em sessão secreta. Havendo mais de um pedido, o Tribunal poderá indicar ao Poder Executivo até 3 (três) nomes.

§ 2.º - A remoção compulsória dar-se-á por proposta do Conselho e deliberação do Tribunal Pleno, em sessão secreta.

Artigo 147 - Para a permuta de cargos, o Tribunal Pleno decidirá em sessão secreta, depois de ouvido o Conselho.

Artigo 148 - Aprovada a remoção ou a permuta pelo Tribunal, far-se-á a comunicação ao Poder Executivo, para os fins de direito.

Artigo 149 - Somente serão promovidos ao cargo de juiz de direito de 1.^a entrância os juízes substitutos vitalícios, obedecido o critério do artigo 136, inciso, II, da Constituição do Brasil.

Artigo 150 - Inexistindo juiz substituto vitalício em condições de promoção, o cargo vago de 1.^a entrância não será preenchido, convocando o Presidente do Tribunal de Justiça juiz para assumi-lo.

§ 1.^o - Sempre que possível, a convocação recairá em substituto da circunscrição a que pertencer a comarca vaga, ou de circunscrição a ela vizinha.

§ 2.^o - Se o juiz substituto for, de outra circunscrição, a substituição será pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, findo o qual outro juiz substituto deverá ser convocado.

Seção II

Juizes de Primeira Instância

Artigo 151 - Vagando o cargo de juiz de direito, o Conselho Superior da Magistratura verificará a existência de juiz da mesma entrância, em disponibilidade ou sem exercício, por motivo de remoção compulsória, e examinará a conveniência de serem eles aproveitados. Deliberado pelo Tribunal, em sessão secreta, o aproveitamento, será o nome encaminhado ao Poder Executivo, para a lavratura do decreto. Se a deliberação for negativa, os motivos serão consignados na ata.

Artigo 152 - Não havendo juiz em disponibilidade ou juiz sem exercício na forma do artigo anterior, ou decidindo o Tribunal não aproveitá-lo, o Presidente fará pública a existência de vaga para remoção e promoção, por meio de edital, com o prazo de 10 (dez) dias. Nesse prazo, poderão os juízes da mesma entrância da comarca ou cargo vago e os de entrância imediatamente inferior manifestar seus pedidos de remoção e promoção, respectivamente.

Artigo 153 - Quando entre os candidatos, houver juízes da mesma entrância do cargo vago, será organizada além da lista de promoção, outra de remoção.

Parágrafo único - A juízo do Tribunal poderá em cada caso, ser remetida ao Poder Executivo apenas a lista tríplice, referente aos candidatos inscritos para a remoção.

Artigo 154 - Encerrado o prazo para inscrição, será publicada, no dia seguinte, a lista dos inscritos.

§ 1.^o - Dentro de 5 (cinco) dias a contar da publicação, poderá o juiz reclamar a inclusão de seu nome, provando a remessa pelo correio, até o último dia de prazo, do seu requerimento de inscrição, apresentando novos documentos, no caso de extravio.

§ 2.^o - Em seguida, será o processo encaminhado à Seção do Expediente do Conselho Superior da Magistratura, emitindo este o parecer a respeito e seguindo-se, no que for aplicável, o disposto no artigo 151.

Artigo 155 - Poderão concorrer aos cargos vagos de juiz de direito os titulares de mesma entrância e os de entrância inferior. Para promoção ao cargo de juiz de direito de primeira entrância, consideram-se da entrância inferior os juízes substitutos vitalícios.

Parágrafo único - As promoções far-se-ão de entrância para entrância por antigüidade e por merecimento alternadamente.

Artigo 156 - Ao inscrever-se em concurso de promoção ou remoção, o juiz deve afirmar se tem ou não, fora dos prazos legais, autos para despacho ou sentença.

Artigo 157 - São necessários os seguintes estágios:

I - 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo de juiz substituto, para a promoção a juiz de direito de 1.^o entrância, podendo ser reduzido ou dispensado o estágio, a critério do Conselho Superior da Magistratura, conforme as circunstâncias e mediante aprovação do Tribunal;

II - 2 (dois) anos de efetivo exercício na entrância, para a promoção de juiz de direito à entrância imediata.

Parágrafo único - Não havendo juízes com estágio ou não havendo, com esse, requisito, quem aceite a vaga, a classificação para promoção far-se-á dentre os que se hajam inscrito.

Artigo 158 - Se não houver inscrição para o provimento de comarca de 1.^a entrância o Tribunal fará indicação de juízes substitutos vitalícios para a promoção.

Artigo 159 - Nos casos de promoção por antigüidade, decidirá preliminarmente o Tribunal, em escrutínio secreto, se deverá ser proposto o juiz mais antigo. Se este for recusado pela maioria absoluta dos desembargadores, repetir-se-á a votação, relativamente ao imediato, e assim por diante.

Parágrafo único - A antigüidade é contada na entrância.

Artigo 160 - Para a promoção, por merecimento, serão indicados os 3 (três) nomes que

houverem obtido a melhor classificação.

Parágrafo único - No caso de empate, será incluído o que tiver mais tempo de serviço no quadro da magistratura.

Artigo 161 - Para apurar-se a melhor classificação será considerada preliminarmente a situação resultante da classificação do juiz em lista anterior de merecimento, observando-se o seguinte:

I - se entre os candidatos indicados pelo Conselho Superior da Magistratura, ou por emenda, houver remanescentes da lista anterior em número igual ou inferior ao de lugares por preencher, na lista a ser formada, o Tribunal preliminarmente, deliberará, mediante consulta, se devem tais remanescentes permanecer na lista, considerando-se incluídos os que obtiverem mais da metade dos votos dos desembargadores presentes;

II - se o número dos remanescentes, nas condições acima, for superior ao de lugares por preencher, far-se-á, preliminarmente, escrutínio global em relação a eles, considerando-se incluídos, na ordem da votação, os que obtiverem a maioria acima referida;

III - no caso do inciso II, se a lista ficar completa, os que não tenham obtido a votação necessária para integrá-la não perderão a qualidade de remanescentes para a lista que se tenha de formar para a vaga seguinte;

IV - em todos os casos em que a lista não se complete nesta apuração preliminar relativa aos remanescentes, por não alcançarem estes a maioria exigida, concorrerão eles com os outros candidatos, em igualdade de condições, no escrutínio que em seguida se realizar segundo a regra geral do artigo 157.

V - para os fins da apuração acima, na lista dos inscritos apresentada aos desembargadores, constará, ao lado do nome do concorrente, circunstância de ser ele remanescente de qualquer lista anterior.

Artigo 162 - Quando promovido, o juiz da comarca, cuja entrância tiver sido elevada, poderá pedir, no prazo de 10 (dez) dias, que sua promoção se efetive na comarca onde se encontra, caso a ela tenha direito.

§ 1.º - Ouvido o Conselho, deliberará o Tribunal, por maioria de votos dos presentes, em sessão secreta. Se a pretensão for atendida, o Presidente fará comunicação ao Executivo para a expedição do competente decreto e, independentemente de abertura de novo concurso, será organizada outra lista de juízes para o preenchimento do cargo que continuou vago.

§ 2.º - A opção de que trata este artigo será manifestada perante o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 3.º - Sempre que ocorrer a elevação de entrância, de que trata este artigo, as providências constantes dos artigos serão retardadas pelo tempo concedido para a manifestação da opção.

§ 4.º - Opinando favoravelmente, o Conselho proporá, concomitantemente, a nova lista de promoção ao cargo que continuou vago, para que o Tribunal a vote na mesma sessão em que deferir a opção.

Artigo 163 - Depois de empossado, o magistrado vitalício não perderá o cargo senão por sentença, proferida em ação judicial ou em processo por incapacidade moral.

Seção III

Juízes de Direito Substitutos de Segunda Instância

Artigo 164 - Os cargos de Juiz de Direito Substituto de segunda instância são classificados na mais elevada entrância e serão providos mediante remoção, proposta pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - Se não houver juízes que a desejem, ou ao Tribunal parecer inconveniente a remoção, abrir-se-á então concurso para promoção na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA E DISPONIBILIDADE

Artigo 165 - A remoção ou disponibilidade de magistrado nos casos previstos em lei será proposta pelo Conselho Superior da Magistratura, de ofício, ou mediante representação de desembargador.

§ 1.º - A proposta será apresentada ao Tribunal Pleno, em sessão secreta, que deliberará preliminarmente sobre o seu recebimento. A indicação oral ficará consignada em ata, autuando-se um extrato relativo à questão.

§ 2.º - O Presidente terá voto nessa deliberação.

§ 3.º - Da resolução que for tomada será lavrado acórdão nos autos.

Artigo 166 - Decidindo-se pelo recebimento, mandará o Presidente remeter ao magistrado cópia da representação ou da ata e relação dos documentos oferecidos, para que ele alegue e prove, no prazo de 15 (quinze) dias, o que julgar conveniente a bem dos seus direitos.

§ 1.º - Dentro desse prazo, poderão os documentos que instruírem a representação ser examinados, na Secretaria do Conselho, pelo magistrado ou seu procurador. Para esse efeito, poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento do magistrado, conceder-lhe autorização para afastar-se do exercício do seu cargo pelo tempo necessário.

§ 2.º - O magistrado poderá arrolar até 10 (dez) testemunhas e pedir a sua inquirição no Tribunal ou no lugar onde estiverem.

§ 3.º - Finda a instrução do processo, que será presidida por um dos membros do Conselho, ou magistrado por ele designado, ou terminado o prazo de defesa sem que o indiciado a apresente, proceder-se-á ao julgamento mediante relatório verbal, em sessão secreta. Aplicam-se a este julgamento as disposições dos §§ 2.º e 3.º do artigo anterior.

§ 4.º - Para que se considere aprovada a proposta de disponibilidade ou de remoção, será necessário que reuna os votos de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do Tribunal.

Artigo 167 - Tratando-se de juiz substituto vitalício, a indicação será encaminhada ao Conselho Superior da Magistratura, perante o qual processar-se-ão as providências determinadas no artigo anterior. A presidência de atos de instrução a serem realizados fora do Tribunal poderá ser delegada a juiz de direito. Finda a instrução, o Conselho proporá o arquivamento, a disponibilidade ou a remoção compulsória e o Tribunal Pleno deliberará em sessão secreta com aplicação dos dispostos nos §§ 2.º e 3.º do artigo 165, e § 4.º do artigo anterior.

Artigo 168 - Resolvendo-se propor a disponibilidade ou a remoção, oficializar-se-á a respeito ao Executivo para os fins de direito.

Artigo 169 - Verificando-se que o magistrado se acha incurso em alguma disposição de lei penal, remeter-se-ão cópias das peças necessárias ao Procurador Geral da justiça, sem prejuízo da proposta da remoção.

Artigo 170 - O magistrado removido compulsoriamente aguardará sem exercício, com as vantagens integrais do cargo, a designação, pelo Tribunal, de nova comarca ou vara, considerando, para todos os efeitos, em trânsito, vedada toda e qualquer atividade proibida aos magistrados.

CAPÍTULO V

DA INCAPACIDADE DOS MAGISTRADOS

Artigo 171 - O processo para verificação da incapacidade dos magistrados será iniciado por ordem do Presidente do Tribunal, por indicação do Conselho Superior da Magistratura, ou a requerimento do Procurador Geral da Justiça.

§ 1.º - Considerar-se-á incapaz o magistrado que, por qualquer causa, física ou moral, se achar permanentemente inabilitado ou incompatibilizado para o exercício do cargo.

§ 2.º - Da decisão contrária à instauração do processo caberá reexame pelo Tribunal Pleno, mediante avocação, por maioria de votos, ou recurso do Procurador Geral da Justiça, se este for o requerente, interposto no prazo de 5 (cinco) dias, e, desde logo, fundamentado.

Artigo 172 - Como preparador do processo funcionará o Presidente do Tribunal, até as razões finais, inclusive, efetuando-se, depois delas, a distribuição.

Artigo 173 - O paciente será intimado por ofício do Presidente, para alegar, em 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez), o que entender a bem dos seus direitos, podendo juntar documentos. Com o ofício, será remetida cópia do requerimento ou da ordem inicial.

Artigo 174 - Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará, desde logo, um curador idôneo, que representará o paciente e por ele responderá.

Artigo 175 - Decorrido o prazo do artigo 173, com a resposta ou sem ela, o Presidente do Tribunal nomeará uma junta de 3 (três) médicos para proceder ao exame do paciente e ordenará as demais diligências necessárias para completa averiguação do caso.

Parágrafo único - Quando se tratar de incapacidade mental, serão nomeados, de preferência, médicos especialistas para o exame, podendo os interessados requerer a audiência do médico assistente do paciente, sempre que ele não tiver funcionado como perito.

Artigo 176 - Achando-se o paciente fora da Capital, mas no território do Estado, os exames e outras diligências poderão, por ordem do Presidente, ser efetuados, sob a presidência do juiz de direito do lugar.

§ 1.º - Tratando-se de juiz de direito que se achar na própria comarca, a presidência caberá ao de uma das comarcas vizinhas, que se transportará para a do paciente, por ordem do Presidente do Tribunal.

§ 2.º - Tratando-se de incapacidade moral, a presidência será exercida pelo Presidente do Tribunal ou pelo membro do Conselho por ele designado.

§ 3.º - Servirá no processo o escrivão de júri da comarca em que se realizarem as diligências.

Artigo 177 - Se o paciente estiver fora do Estado, os exames e diligências serão deprecados à autoridade judiciária local que for competente.

Artigo 178 - Aos exames e outras diligências assistirão o Procurador Geral da Justiça, o paciente e o curador, que poderão requerer o que for a bem da Justiça.

Parágrafo único - No caso do artigo 171, o Procurador Geral poderá delegar a Procurador da Justiça as funções que lhe competem.

Artigo 179 - Não comparecendo, ou recusando o paciente a submeter-se ao exame ordenado, será marcado novo dia; se o fato se repetir, o julgamento será baseado em qualquer outra prova legal.

Artigo 180 - Concluídas todas as diligências, poderá o paciente ou o curador apresentar alegações no prazo de 10 (dez) dias. Ouvido, a seguir, o Procurador Geral, serão os autos distribuídos e julgados em sessão plenária do Tribunal, depois de revistos.

Parágrafo único - Aplicam-se a este julgamento as disposições dos §§ 2.º e 3.º do artigo 165 e do § 4.º do artigo 166.

Artigo 181 - Concluindo a decisão do Tribunal pela incapacidade do magistrado, será feita comunicação ao Poder Executivo.

Parágrafo único - Verificando-se a hipótese do artigo 169, o acórdão determinará a providência no mesmo indicada.

Artigo 182 - Correrão por conta do Estado todas as despesas do processo, salvo as das diligências requeridas pelo paciente, se a decisão lhe for desfavorável.

TÍTULO IV

DOS JUÍZES AUXILIARES DE INVESTIDURA TEMPORÁRIA

Artigo 183 - Os juízes auxiliares de investidura temporária serão nomeados por 2 (dois) anos, mediante indicação do Tribunal, sempre que possível em lista tríplice, podendo ser reconduzidos.

Artigo 184 - A indicação far-se-á dentre os candidatos inscritos e aprovados em concurso para o ingresso na magistratura vitalícia e que não tenham sido nomeados juiz substituto de circunscrição.

Artigo 185 - Os juízes auxiliares de investidura temporária só perderão os seus cargos, durante o biênio, mediante processo administrativo instaurado pelo Corregedor Geral e julgado pelo Tribunal de Justiça, garantida a amplitude de defesa.

Artigo 186 - Os juízes auxiliares de investidura temporária, cujo número constará da Tabela G da Lei de Organização Judiciária, serão designados mediante portaria do Presidente do Tribunal de Justiça para exercer suas funções junto às Varas Distritais da Capital, competindo-lhes:

I - auxiliar o respectivo juiz titular com competência para processar e julgar as causas de valor até (cinco) vezes o salário-mínimo local, excluídas as que não comportem recurso a superior instância, ou com competência igual à do juiz titular, se assim for determinado em lei.

II - substituir os juízes titulares nas suas faltas, licenças, férias e impedimentos.

Artigo 187 - Quando não designados para as funções de que trata o artigo anterior, os juízes auxiliares de investidura temporária exercerão as funções judiciais que lhes forem especificamente atribuídas em lei.

TÍTULO V

DAS GARANTIAS, DIREITOS, DEVERES E IMPEDIMENTOS DOS MAGISTRADOS

CAPÍTULO I

DAS GARANTIAS E DIREITOS

Artigo 188 - Os magistrados gozam das garantias expressas e implícitas na Constituição do Brasil.

Parágrafo único - As garantias de vitaliciedade e inamovibilidade não se estenderão aos juízes substitutos, durante o prazo de estágio inicial, nem aos juízes auxiliares de investidura temporária.

Artigo 189 - Gozam os magistrados, além dos conferidos aos servidores públicos, em geral, e não incompatíveis com o seu "status", do direito de receber o tratamento de "Excelência".

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Artigo 190 - São deveres específicos dos magistrados:

I - residir na sede de sua comarca;

II - comparecer, nos dias de atividade forense, ao Fórum, e aí permanecer durante o expediente, salvo quando em cumprimento de diligência judicial;

- III - usar toga, durante o expediente, conforme o modelo aprovado pelo Tribunal de Justiça;
- IV - permanecer na sede do território sob sua jurisdição, comunicando sempre seu afastamento ao Presidente do Tribunal de Justiça;
- V - tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça, e atender, a qualquer momento, quando se trate de assunto urgente aos que o procurarem;
- VI - presidir pessoalmente às audiências e aos atos para os quais a lei exige a sua presença;
- VII - exercer assídua fiscalização sobre os seus subordinados, especialmente no que se refere à cobrança de custas e emolumentos, embora não haja reclamação das partes;
- VIII - não freqüentar lugares onde a sua presença possa diminuir a confiança pública na justiça.

CAPÍTULO III

DOS IMPEDIMENTOS

Artigo 191 - Ao magistrado é vedado, sob pena de perda do cargo judiciário:

- I - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo um cargo de magistério e nos casos previstos na Constituição do Brasil;
- II - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento;
- III - exercer atividades político-partidárias;
- IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista;
- V - exercer função de árbitro ou juiz fora dos casos previstos em lei.

Artigo 192 - O magistrado é considerado suspeito de parcialidade em razão de parentesco, amizade íntima ou inimizade capital e interesse, na forma da lei processual.

Livro III

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

TÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA

Artigo 193 - Os serviços auxiliares da Justiça são realizados através de Ofícios de Justiça e de Cartórios.

Artigo 194 - Aos Ofícios de Justiça competem os serviços de foro judicial, atribuindo-se-lhes a numeração ordinal e a denominação da respectiva vara, onde houver mais de uma.

Artigo 195 - Aos Cartórios competem os serviços do foro extrajudicial.

Artigo 196 - São cartórios, para efeito de aplicação deste código:

- I - os Cartórios de Notas;
- II - os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais;
- III - os Cartórios dos Registros Públicos.

Parágrafo único - Na Comarca da Capital, os Cartórios de Registros Públicos são desdobrados em Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e de Protesto de Títulos.

Artigo 197 - Nas comarcas onde o serviço não for oficializado, o Ofício de Justiça é mantido como anexo dos respectivos cartórios, com as atuais numerações ordinais e com a denominação de "Cartório de Notas e Ofício de Justiça".

Artigo 198 - Ficam denominados Cartórios de Registro de Imóveis, os atuais registros de imóveis e circunscrições imobiliárias, precedidos de numeração ordinal, onde houver mais de um, mantida a situação atual de seus anexos.

Artigo 199 - Na Comarca da Capital e nas sedes das circunscrições judiciárias poderá ser criado, por proposta do Tribunal de Justiça, um Cartório de Cadastro Judiciário.

Artigo 200 - São também Ofícios de Justiça, para os fins deste código, os do Distribuidor, do Contador, do Partidor e do Depositário Público, enquanto mantidos no interesse do serviço.

§ 1.º - Atendendo às conveniências da Justiça e ao pequeno movimento da comarca, poderão esses ofícios funcionar anexados um ao outro.

§ 2.º - As funções de depositário poderão, onde não houver ofício judicial dessa natureza, ou quando, na vacilada, for extinto, ser confiadas a pessoas físicas, observadas as cautelas das leis processuais e os requisitos estabelecidos em provimento da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 201 - Os Ofícios de Justiça e os Cartórios ficam assim classificados:

- I - Ofícios de Justiça e cartórios da Capital;
- II - Ofícios de Justiça e cartórios do Interior.

Artigo 202 - Os Ofícios de Justiça e os Cartórios não oficializados são classificados em 6 (seis)

classes;

I - Primeira Classe:

Os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos, que não sejam sede de município, das comarcas da 1.ª entrância.

II - Segunda Classe:

a) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que sejam sede de município, das comarcas de 1.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que não sejam sede de município das comarcas de 2.ª entrância.

III - Terceira Classe:

a) os Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça, os Ofícios do Distribuidor, Contador e Partidor, os Cartórios de Registros Públicos das comarcas de 1.ª entrância, e os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito ou subdistrito da sede das comarcas de 1.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que sejam sede de município, das comarcas de 2.ª entrância.

c) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que não sejam sede do município, das comarcas de 3.ª entrância.

IV - Quarta Classe:

a) os Cartórios e Ofícios de Justiça referidos no inciso III, alínea "a", das comarcas de 2.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que sejam sede do município, das comarcas de 3.ª entrância;

c) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que não sejam sede do município da comarca da Capital (entrância especial).

V - Quinta Classe:

Os Cartórios e Ofícios de Justiça referidos no inciso III, alínea "a", das comarcas de 3.ª entrância;

VI - Classe Especial:

Os Ofícios de Justiça, os Cartórios de Notas, os Cartórios de Registro de Imóveis, os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, os Cartórios de Protestos de Letras e Títulos da comarca da Capital e os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito e subdistritos da sede da comarca da Capital.

Artigo 203 - Os Ofícios de Justiça e os Cartórios adaptar-se-ão à estrutura estabelecida neste Código, se vierem a ser oficializados.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA

Artigo 204 - Aos Ofícios de Justiça serão atribuídos, de acordo com suas respectivas varas, os serviços do Cível, do Crime, do Júri, da Fazenda Pública, das Execuções Criminais, da Corregedoria Permanente, de Menores, de Acidentes do Trabalho e dos Juízos Distritais, bem como de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público e outros que forem criados por lei.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARTÓRIOS

Artigo 205 - Os Cartórios de Notas exercerão funções notariais.

Artigo 206 - Os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais exercerão as funções que lhes são atribuídas pela Lei dos Registros Públicos.

Artigo 207 - Aos Cartórios dos Registros Públicos competirá a prática dos atos regidos pela Lei dos Registros Públicos quanto às pessoas jurídicas aos imóveis, aos títulos e documentos, bem como o protesto de títulos, na forma que a lei dispuser.

Artigo 208 - Aos Cartórios de Cadastro judiciário caberá cadastrar, mediante organização de índices convenientes, os dados referentes à distribuição judicial e atos praticados nos Cartórios de Notas, de Registros Públicos e Registro Civil de Pessoas Naturais, das comarcas que compõem a circunscrição ou da comarca da Capital, na forma que a lei estabelecer.

Livro IV

DOS SERVIDORES E AUXILIARES DA JUSTIÇA

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 209 - Os serviços auxiliares da justiça, no foro judicial e extrajudicial, serão executados:

I - por servidores integrados no quadro do funcionalismo público;

II - por serventuário; e

III - por auxiliares eventuais, nomeados na forma das leis e provimentos próprios.

Parágrafo único - o provimento e a vacância dos cargos de Servidor e Serventuários da justiça será feito por ato do Poder Executivo, atendida, quanto ao provimento, a classificação em concurso de provas e títulos, que contará com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, realizado na forma do Regimento próprio, elaborado pelo Tribunal de Justiça.

Artigo 210 - Não será atribuído em caráter vitalício o exercício de cargo ou função em qualquer ofício ou cartório.

Artigo 211 - Relativamente aos Escrivães, Escreventes e Fiéis dos cartórios e ofícios oficializados, bem como aos Oficiais de Justiça respectivos, compete ao Poder Judiciário, na forma estabelecida em provimento do Tribunal de Justiça:

I - lotá-los, relotá-los, classificá-los e reclassificá-los pelas diversas varas e cartórios oficializados do Estado, segundo as conveniências do serviço e da disciplina forense;

II - conceder-lhes afastamento-licença de qualquer natureza e férias;

III - conceder-lhes salário-família, salário-esposa, sexta-parte, adicional por quinquênio de tempo de serviço e gratificação por serviços extraordinários.

TÍTULO II

DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA OFICIALIZADOS

CAPÍTULO I

DAS CARREIRAS

Artigo 212 - Todos os cargos de cartórios ou ofícios oficializados serão organizados em carreiras, na forma que dispuser a lei ordinária, vedada a transferência de ofícios ou cartórios não oficializados.

Parágrafo único - Em todo ofício e cartório haverá um cargo de Oficial Maior, de provimento em comissão, exercido por indicação do Escrivão, dentre os primeiros escreventes, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente, cabendo aquele substituir o escrivão, nas suas ausências e impedimentos, e auxiliá-lo na direção dos serviços.

CAPÍTULO II

DO CONCURSO

Artigo 213 - O ingresso na carreira de Servidor da Justiça de cartório ou ofício oficializado far-se-á sempre no cargo inicial, após concurso de provas ou de provas e títulos, realizado pelo Poder judiciário, com participação do representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, na forma prevista no Regimento próprio.

Artigo 214 - Para inscrever-se no concurso, o candidato fará prova de:

I - ser brasileiro;

II - ter mais de 18 (dezoito) anos e menos de 40 (quarenta) na data da inscrição; exceto, se o candidato já for serventuário ou escrevente, os quais ficam isentos do limite (teto) de idade;

III - quitação ou isenção do serviço militar;

IV - inscrição eleitoral em vigor;

V - idoneidade moral;

VI - não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime contra o patrimônio, a Administração e a fé pública;

VII - ser portador de carteira de identidade.

§ 1.º O Tribunal de Justiça baixará regimento para o concurso, obedecidas as seguintes normas:

1 - as provas serão de datilografia, caligrafia, português, noções de direito e conhecimentos gerais;

2 - a matéria das provas constará de programa específico.

§ 2.º - O regimento poderá determinar, ainda, que a realização do concurso, bem como a classificação dos habilitados, seja feita por circunscrição ou comarca.

Artigo 215 - Realizado o concurso, a relação dos aprovados será remetida ao Poder Executivo para nomeação, segundo a ordem rigorosa de classificação.

Artigo 216 - Das decisões que indeferirem inscrição e julgarem as provas caberá recurso para o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do ato no órgão oficial.

Artigo 217 - As vagas que se verificarem durante o prazo de validade do concurso serão comunicadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ao Poder Executivo, para que sejam providas, desde que haja candidato habilitado não nomeado.

CAPÍTULO III

DO ACESSO

Artigo 218 - Os cargos de escrivão dos escritórios de justiça oficializados serão providos, mediante acesso, por titulares de cargos de primeiro escrevente, na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e da Lei da Paridade.

Artigo 219 - É condição essencial para o provimento do cargo de escrivão que o candidato tenha capacidade de direção, a ser apurada na forma que for estabelecida pela Corregedoria Geral da Justiça.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES E DIREITOS

Artigo 220 - Aos servidores dos cartórios e escritórios de justiça do foro judicial e extrajudicial oficializados, caberão os deveres e direitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, no que não colidirem com as disposições específicas deste código.

TÍTULO III

DOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADOS

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO, REMOÇÃO E PROMOÇÃO

Artigo 221 - Nenhum provimento de cargo de escrivão será feito, senão na classe inicial da carreira.

§ 1.º - Opera-se o provimento, no cargo inicial, não havendo pedidos de remoção, mediante concurso de provas e de títulos, ao qual somente poderão concorrer os escreventes com, pelo menos, 2 (dois) anos de efetivo exercício.

§ 2.º - Ocorrendo a hipótese de não haver candidatos nos termos do parágrafo anterior, será aberto novo concurso, no qual poderá inscrever-se qualquer cidadão brasileiro no gozo dos seus direitos civis e políticos e que satisfaça as demais exigências do regimento do concurso.

Artigo 222 - A remoção ou promoção será processada por concurso de títulos entre serventuários que tenham, pelo menos, 3 (três) anos de efetivo exercício em serventia, respectivamente, da mesma ou de classe inferior.

Artigo 223 - Encerradas as inscrições para os concursos, constituir-se-á a comissão examinadora, composta de 2 (dois) membros do Poder Judiciário, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, com a participação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, além de um serventuário designado pelo Secretário da Justiça.

Parágrafo único - Dentre os membros do Poder Judiciário, designados na forma deste artigo, para participar da comissão examinadora, exercerá a Presidência desta o mais antigo.

Artigo 224 - Encerrado o concurso, o Presidente da comissão comunicará à Secretaria da Justiça o nome dos 3 (três) primeiros classificados, a fim de que um deles seja nomeado, por ato do Poder Executivo.

Artigo 225 - Será permitida a permuta, entre serventuários de escritórios da mesma natureza e da mesma classe, ouvidos os respectivos Juizes Corregedores e desde que os permutantes contêm 5 (cinco) anos, pelo menos, no exercício dos respectivos cargos e lhes falem mais de 6 (seis) anos para a sua aposentadoria.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 226 - Compõem o pessoal dos escritórios ou dos cartórios não oficializados os escreventes e auxiliares necessários à execução dos serviços. Em todo escritório ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, indicado, de preferência, entre os primeiros escreventes, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente, incumbido de substituir o titular, nas suas ausências e impedimentos, e auxiliá-lo na direção do serviço.

Artigo 227 - Os escreventes serão habilitados perante o juiz a que estiver subordinado o cartório, por indicação do respectivo serventuário, uma vez aprovados em exame, habilitação essa que será submetida à apreciação e homologação da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 228 - O processo de habilitação será público e realizado perante Comissão Examinadora presidida pelo Juiz Corregedor Permanente e integrada por representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, além de um serventuário da justiça.

Parágrafo único - A Comissão Examinadora poderá inabilitar o candidato, à vista dos elementos apresentados e das conclusões sobre sua conduta moral, apurada por qualquer forma de investigação.

Artigo 229 - A inscrição para o exame será requerida pelo serventuário conjuntamente com o

candidato, que deverá apresentar os documentos referidos no artigo 214.

Artigo 230 - O exame constará de provas manuscrita, datilografada e oral, versando sobre matéria atinente à serventia.

§ 1.º - No julgamento da prova escrita, a Comissão atenderá não só aos conhecimentos revelados pelo candidato como também à redação e apresentação do trabalho.

§ 2.º - A prova escrita terá caráter eliminatório.

§ 3.º - Quando se tratar de exame para candidato já habilitado em serventia de outra natureza, as provas versarão apenas sobre matéria da serventia para a qual se candidata.

Artigo 231 - Os escreventes serão classificados em cada ofício, em três categorias, numeradas ordinalmente de 1.º a 3.º, com salários diferentes, correspondentes a sua ordem hierárquica, por proposta do serventuário, homologada pelo Juiz Corregedor Permanente.

Parágrafo único - Os salários, nunca inferiores ao mínimo legal, serão ajustados entre os serventuários e os escreventes, atendidos os critérios fixados em provimento da Corregedoria Geral da Justiça e homologado pelo juiz a que estiver subordinado o respectivo ofício.

Artigo 232 - Todos os atos e decisões dos Juízes Corregedores Permanentes, relativos ao pessoal dos ofícios a eles subordinados, serão obrigatoriamente comunicados à Corregedoria Geral da Justiça.

CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 233 - Os serventuários dos ofícios e cartórios não oficializados ficam sujeitos, no que couber, ao regime disciplinar dos serventuários dos ofícios e cartórios oficializados.

Parágrafo único - Os escreventes e auxiliares dos Cartórios não oficializados que contem, no mínimo, 5 (cinco) anos de exercício no mesmo Cartório só poderão ser dispensados por motivo de sensível diminuição da renda da serventia, ou em razão de falta grave, devidamente comprovada perante o Juiz Corregedor Permanente do Cartório.

Artigo 234 - Os escreventes e auxiliares ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - dispensa.

Artigo 235 - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos de ordem moral ou material que dela resultarem.

Artigo 236 - A pena de advertência será aplicada verbalmente, nos casos de negligência.

Artigo 237 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos em que não couber a suspensão ou a dispensa.

Artigo 238 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

Parágrafo único - Enquanto perdurar a suspensão, o punido perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício de suas funções.

Artigo 239 - Será aplicada a pena de dispensa se for cometida qualquer das seguintes faltas:

I - abandono do exercício das respectivas funções por mais de 30 (trinta) dias;

II - comprometimento da dignidade da função em proveito próprio ou alheio;

III - insubordinação grave em serviço;

IV - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa;

V - revelação dolosa de segredo que conheça em razão da função;

VI - incontinência pública, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual;

VII - condenação criminal, nos termos das leis penais que enseje a perda da função pública.

Artigo 240 - As penas serão aplicadas pelo serventuário, com recurso para o Juiz Corregedor do Cartório, salvo quanto à dispensa, que será precedida de sindicância, na forma do artigo seguinte, tudo sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 51.

Artigo 241 - A sindicância será determinada pelo Juiz Corregedor, de ofício ou mediante proposta do serventuário, e será realizada perante uma comissão integrada por um representante do Ministério Público, que a presidirá, um serventuário da Justiça, e um escrevente de categoria igual ou superior a do sindicato.

§ 1.º - Instaurada a sindicância, será o servidor afastado de suas funções.

§ 2.º - No curso da sindicância, será ouvido o sindicato, facultando-se-lhe defesa, limitado a 3 (três) o número de testemunhas.

Artigo 242 - Reconhecida a inexistência de falta grave imputada ao sindicato, fica o serventuário

obrigado a pagar-lhe, quando de sua volta ao serviço, o salário integral, correspondente ao período do afastamento.

Artigo 243 - Os escreventes e auxiliares que contem menos de 5 (cinco) anos de exercício no mesmo cartório poderão ser dispensados pelo respectivo serventuário, sem declaração de motivo, mas ficam, em tal hipótese, com direito a indenização correspondente a 1 (um) mês de salário por ano de serviço efetivo, ou fração superior a 6 (seis) meses.

Artigo 244 - Os escreventes e auxiliares de cartório terão direito a 30 (trinta) dias de férias por ano, concedidas pelo serventuário, com salários integrais, devendo a escala de férias ser comunicada, para os devidos efeitos, ao Juiz Corregedor Permanente.

Artigo 245 - A aposentadoria e pensão dos escrivães, escreventes e auxiliares dos Offícios de Justiça do foro judicial e extrajudicial, não oficializados, serão regidos por lei própria.

Artigo 246 - De todos os atos e decisões dos juízes corregedores; permanentes, sobre matéria administrativa ou disciplinar caberá recurso voluntário para o Corregedor Geral da Justiça, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, por petição fundamentada, contendo as razões do pedido de reforma da decisão.

TÍTULO IV

DOS AUXILIARES PERMANENTES DA JUSTIÇA

Artigo 247 - O provimento dos cargos de Oficial da Justiça, cujos candidatos deverão ser portadores de diploma de conclusão de curso secundário, expedido por estabelecimento de ensino oficial ou oficializado, será feito mediante concurso de provas e títulos a ser realizado:

I - na comarca da Capital, perante o Tribunal de Justiça, na forma do artigo 213;

II - nas demais comarcas, pelo juiz de Direito ou pelo Diretor do Fórum, onde exista esta função, com a colaboração do órgão de classe dos advogados, na forma do regimento próprio.

TÍTULO V

DOS AUXILIARES EVENTUAIS DA JUSTIÇA

Artigo 248 - Haverá, para os serviços eventuais da Justiça, um corpo de auxiliares destinados a funcionar nos feitos, quando nomeados pelos juízes.

Artigo 249 - Os integrantes do corpo de auxiliares eventuais da Justiça exercerão as funções de perito e avaliador e não gozarão das prerrogativas e direitos dos servidores da Justiça nem serão estipendiados pelos cofres públicos.

Parágrafo único - Só será permitida ao juiz a nomeação de perito ou avaliador não pertencente ao corpo de auxiliares eventuais, quando este inexistir ou os inscritos não tenham a especialização necessária ou houver indicação pelas partes.

Artigo 250 - Fica instituída, na Comarca da Capital, uma Comissão Mista de organização e fiscalização do Corpo de Auxiliares Eventuais da Justiça, integrada por um Desembargador, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, um Procurador da Justiça, designado pelo Procurador Geral da Justiça e um advogado militante, designado pela Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, com a atribuição de promover a inscrição e a exclusão dos interessados no exercício dessas funções, bem como organizar subcomissões nas sedes das circunscrições judiciárias.

§ 1.º - O mandato dos membros da Comissão será gratuito, por 1 (um) ano, permitida sua recondução.

§ 2.º - A Comissão elaborará o Regimento que se aplicará, no que couber, a todas as subcomissões.

§ 3.º - A Comissão poderá solicitar funcionários da Justiça para os seus serviços.

Artigo 251 - A inscrição será requerida pelo interessado ao Presidente da Comissão, indicando a sua especialidade e juntando fotocópia de carteira profissional, o seu "curriculum vitae" e folha corrida criminal.

Parágrafo único - A Comissão decidirá sobre a inscrição do interessado ou sua exclusão, a vista dos elementos apresentados e das conclusões sobre a sua conduta moral, apurada por qualquer forma de investigação ou pela verdade sabida.

Livro V

DAS CUSTAS, DESPESAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

TÍTULO I

DAS CUSTAS E DESPESAS JUDICIAIS

Artigo 252 - Todos os atos judiciais serão pagos pelas partes ou interessados, salvo quando beneficiados pela assistência judiciária ou isentos por lei.

Artigo 253 - As custas e despesas judiciais em geral ficam a cargo:

I - do autor, nos feitos contenciosos;

II - do requerente, nos feitos não contenciosos;

III - do recorrente, nos recursos voluntários;

IV - dos litisconsortes e assistentes, em partes iguais, sendo o primeiro postulante responsável pelo pagamento de sua totalidade;

V - das partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios;

VI - do vencido, nos termos da decisão que o condenar, ou daquele que der causa ao procedimento judicial.

Artigo 254 - As custas serão fixadas em proporção ao valor da causa ou segundo a natureza do feito, ou a espécie do recurso, em tabelas aprovadas por decreto, ouvido o Tribunal de Justiça e observadas as seguintes normas:

I - na distribuição de feito contencioso o autor pagará metade das custas tabeladas, sendo paga a outra metade pelo recorrente, por ocasião do recurso da sentença, sob pena de deserção;

II - se não houver recurso, só será devida a outra metade pelo vencido, quando este oferecer defesa à execução;

III - cumprido o julgado sem apresentação de defesa, o vencido apenas reembolsará o autor das custas e honorários e demais despesas da ação, comprovadas nos autos;

IV - na distribuição dos feitos não contenciosos, o requerente pagará a totalidade das custas tabeladas;

V - nos recursos relativos a incidentes da ação ou da execução, o recorrente pagará as custas relativas à sua interposição e complementarará o pagamento das despesas do instrumento, quando for o caso, dentro de 5 (cinco) dias de sua formação;

VI - O recorrente pagará as despesas com o traslado das peças indicadas pelo Ministério Público ou pelo juiz, pagando o recorrido as despesas das peças que solicitar;

VII - se o recurso for do Ministério Público, o pagamento será efetuado, a final, pelo vencido;

VIII - O pagamento das custas fixadas na tabela para os respectivos feitos abrange todos os atos judiciais do processo, publicações de intimação em primeira e segunda instância, remessa, distribuição e julgamento, porte e baixa dos autos ao juízo originário, excluídas as despesas com diligências fora do cartório, perícias e avaliações, editais na imprensa, cartas de sentenças e de arrematação, formais de partilha, precatórias e certidões em geral, sendo estes instrumentos pagos por folha datilografada, fotocopiada ou reproduzida por qualquer meio admitido em juízo.

Artigo 255 - As tabelas discriminarão as custas e os demais preços dos atos e documentos judiciais, incluindo as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e às Carteiras de Previdência dos Servidores da Justiça e dos Advogados, e outras que a lei ordinária criar.

Parágrafo único - Do que for depositado à Conta de "Custas Judiciais do Estado", a Secretaria da Fazenda entregará, na forma regulamentar, as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e às Carteiras de Previdência referidas neste artigo.

Artigo 256 - Nos processos e atos judiciais a cargo de cartórios não oficializados o pagamento das custas e demais despesas será feito diretamente ao serventuário, a quem incumbirá recolher na conta "Custas Judiciais do Estado", quando devida, a parte do Estado e as contribuições da Ordem dos Advogados do Brasil e das Carteiras de Previdência referidas no artigo anterior, juntando aos autos os respectivos comprovantes.

Artigo 257 - Os recursos dependentes de instrumento pagarão as custas constantes da respectiva tabela, além das despesas próprias. Os que se processam nos autos não ficam sujeitos a qualquer pagamento, desde que as custas devidas na ação e na execução estejam pagas, conforme o caso.

Artigo 258 - Nos feitos criminais de ação privada aplicam-se mesmas normas estabelecidas para os processos civis. Nos feitos criminais de ação pública as custas serão pagas a final pelo réu, se condenado, ou suportadas pelo Estado, nos demais casos.

Parágrafo único - O modo e a forma de pagamento da parte das custas devidas pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados nos processos referidos neste artigo, serão estabelecidos no decreto que baixar as respectivas tabelas.

TÍTULO II

DAS DESPESAS EXTRAJUDICIAIS

Artigo 259 - Todos os atos extrajudiciais a cargo dos cartórios não oficializados serão pagos diretamente ao serventuário que os praticar, segundo a tabela baixada por decreto, ressalvados os casos de dispensa legal de pagamento.

Parágrafo único - As peças tabeladas deverão incluir as contribuições devidas às Carteiras de

Previdência dos Servidores da Justiça e dos Advogados, e outras que a lei criar, incumbindo aos serventuários o seu recolhimento na forma regulamentar.

Artigo 260 - Todos os atos extrajudiciais terão seu preço cotado ao final, de acordo com a respectiva tabela.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 261 - Fica assegurado aos juizes de direito e promotores de justiça, titulares de comarcas que sofrerem alteração de entrância em razão deste código, a situação da entrância a que pertenciam.

Parágrafo único - Aplica-se a norma deste artigo, no que couber, aos escrivães, escreventes e demais auxiliares de cartórios e ofícios.

Artigo 262 - Todos os titulares de cartórios e ofícios de foro judicial e extrajudicial, oficializados ou não, passam a denominar-se "Escrivão". Excetuam-se os titulares dos cartórios de registro de imóveis, os quais conservam a denominação de "Oficial de Registro de Imóveis".

Artigo 263 - Relativamente aos ofícios de Justiça não oficializados, lei própria regulará seu provimento bem como os direitos e deveres dos respectivos servidores.

Parágrafo único - A lei referida neste artigo será promulgada dentro de 30 (trinta) dias, a se contarem do dia da publicação do presente código.

Artigo 264 - Este código entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis ns. 2.554, de 14 de janeiro de 1954, 8.040, de 13 de dezembro de 1963, 9.568, de 23 de dezembro de 1966 e 10.219, de 12 de setembro de 1968.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de agosto de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Luiz Francisco da Silva Carvalho - Secretário da Justiça.

Publicado no "Diário Oficial" 30-8-1969.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO-LEI N.º 158, DE 28 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e devidamente autorizado nos termos do parágrafo único do artigo 1.º do Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1968,

Decreta:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Artigo 1.º - A organização judiciária do Estado de São Paulo reger-se-á por este decreto-lei.

CAPÍTULO I

DO QUADRO JUDICIÁRIO

Seção I

Da classificação das Comarcas

Artigo 2.º - O Quadro Judiciário do Estado compreende as Comarcas enumeradas no Anexo n.º 1 que as relaciona sistemática e ordenadamente, com menção dos municípios e distritos de que se compõe cada uma delas.

Parágrafo único - A inclusão, no anexo referido, dos municípios na jurisdição das Comarcas nele enumeradas, importa na transferência, para estas, dos que, na data da vigência deste decreto-lei, pertenciam a outras Comarcas.

Artigo 3.º - As Comarcas do Estado são classificadas em 4 (quatro) entrâncias, sendo 3 (três) numeradas ordinalmente, constituindo-se a da Capital em entrância especial (Código Judiciário, artigo 11).

Artigo 4.º - São de Primeira Entrância as Comarcas de Altinópolis - Angatuba - Aparecida - Apiaí - Bananal Bariri - Bilac - Brotas - Buritama - Cachoeira Paulista - Caconde - Cafelândia - Cajuru - Capão Bonito - Caraguatatuba - Cardoso - Casa Branca - Cerqueira Cesar - Conchas - Cravinhos - Cunha - Descalvado - Dois Córregos - Duartina Eldorado - Estrela D' Oeste - Fartura - General Salgado - Getulina - Guaira - Guariba - Ibiúna - Iguape - Itaporanga - Itararé - Itariri - Jacupiranga - Jardinópolis - José Bonifácio - Junqueirópolis - Juquiá - Laranjal Paulista - Lucélia - Macauba - Mairiporã - Maracai - Matão - Miguelópolis - Miracatu - Monte Azul Paulista - Morro Agudo - Nhandeara - Nova Aliança - Nova Granada - Nuporanga - Palestina - Palmeira D' Oeste -

Panorama - Paraibuna - Paulo de Faria - Patrocínio Paulista - Pedregulho - Pedreira - Pirapózinho - Piracáia - Piratininga - Pitangueiras - Pontal - Presidente Bernardes - Presidente Epitácio - Promissão - Quatá - Queluz - Regente Feijó - Ribeirão Bonito - Santa Adélia - Santa Bárbara D'Oeste - Santa Branca - Santa Cruz das Palmeiras - Santa Izabel - Santa Rita do Passa Quatro - Santa Rosa do Viterbo - São Bento do Sapucaí - São Luiz do Paraitinga - São Pedro - São Sebastião - São Simão - Socorro - Tambaú - Taquarituba - Ubatuba - Urupês - Valinhos - Vargem Grande do Sul - Valparaíso - Vera Cruz - Viradouro (97).

Artigo 5.º - São de Segunda Entrância as Comarcas de Adamantina - Agudos - Amparo - Araras - Assis - Atibaia - Auriflama - Avaré - Barra Bonita - Barueri - Batatais - Bebedouro - Birigui - Botucatu - Bragança Paulista - Caçapava - Campos do Jordão - Cândido Mota - Capivari - Cotia - Cruzeiro - Diadema - Dracena - Fernandópolis - Franco da Rocha - Garça - Guararapes - Guaratinguetá - Guarujá - Ibitinga - Igarapava - Indaiatuba - Itanhaém - Itapeceira da Serra - Itapetininga - Itapeva - Itapira - Itápolis - Itatiba - Itu - Ituverava - Jaboticabal - Jacaré - Jales - Jaú - Leme - Lençóis Paulista - Lins - Lorena - Martinópolis - Mirandópolis - Mirante do Paranapanema - Mirassol - Mococa - Mogi Guaçu - Mogi Mirim - Monte Alto - Monte Aprazível - Novo Horizonte - Olímpia - Orlândia - Oswaldo Cruz - Ourinhos - Pacaembú - Palmital - Paraquacu Paulista - Pederneiras - Penápolis - Pereira Barreto - Piedade - Pindamonhangaba - Pinhal - Pirassununga - Piraju - Parajuí - Poá - Pompéia - Porto Feliz - Porto Ferreira - Presidente Venceslau - Rancharia - Registro - Ribeirão Pires - Salto - Santa Cruz do Rio Pardo - Santa Fé do Sul - Santo Anastácio - São João da Boa Vista - São Joaquim da Barra - São José do Rio Pardo - São Manoel - São Roque - Serra Negra - Sertãozinho - Sumaré - Tanabi - Taquaritinga - Tatuí - Tietê - Tupá - Tupi Paulista - Votuporanga (102).

Artigo 6.º - São de Terceira Entrância as Comarcas de Americana - Andradina - Araçatuba - Araraquara - Barretos - Bauru - Campinas - Catanduva - Franca - Guarulhos - Jundiaí - Limeira - Marília - Mauá - Mogi das Cruzes - Osasco - Piracicaba - Presidente Prudente - Ribeirão Preto - Rio Claro - Santo André - Santos - São Bernardo do Campo - São Caetano do Sul - São Carlos - São José dos Campos - São José do Rio Preto - São Vicente - Sorocaba - Suzano - Taubaté (31).

Artigo 7.º - Ficarão automaticamente extintas as Comarcas ainda não instaladas e que, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da vigência deste decreto-lei, não apresentarem as devidas condições para sua instalação (Código Judiciário, artigo 17).

Seção II

Dos Juízes de Direito

Artigo 8.º - Os Juízes de Direito são classificados por entrância, seguindo a Comarca onde têm jurisdição.

Parágrafo único - Excetuam-se os Juízes de Direito Substitutos da Capital e os Juízes Auxiliares, que são classificados em 3.ª entrância (Código Judiciário, artigos 42 e 43).

Artigo 9.º - A modificação de entrância da Comarca não altera a situação do Juiz de Direito e do Promotor Público, respectivos, na carreira.

Parágrafo único - Na hipótese de elevação de entrância da comarca, é assegurada ao Juiz de Direito e ao Promotor Público, a título de substituição, enquanto não forem regularmente promovidos ou removidos, a diferença entre os vencimentos correspondentes aos dos cargos da entrância a que tiver sido a comarca elevada e os atribuídos aos seus próprios cargos.

Artigo 10.º - O Juiz de Direito de comarca cuja entrância tiver sido elevada poderá, quando promovido, pedir, no prazo de 10 (dez) dias, que, ouvido o Tribunal de Justiça, sua promoção se efetive na comarca onde se encontra. Deferido que seja o pedido, expedirá o Poder Executivo o competente decreto e, independentemente da abertura de novo concurso, será organizada outra lista de juízes para preenchimento do cargo que continuou vago.

Parágrafo único - O disposto neste artigo é extensivo aos membros do Ministério Público.

Artigo 11.º - Os atuais Juízes de Direito e membros do Ministério Público, cujas comarcas são, por este decreto-lei, reclassificadas, conservam, nos quadros da Magistratura e do Ministério Público, as suas próprias classificações.

Seção III

Dos Municípios que se transferem de Comarca

Artigo 12.º - Ficam transferidos de comarca os seguintes Municípios do Estado:

- | | |
|--------------------|--|
| I - Barra do Turvo | - da Comarca de Apiaí para a de Jacupiranga; |
| II - Icem | - da Comarca de Olímpia, para a de Nova Granada; |
| III - Iporanga | - da Comarca de Apiaí, para a Comarca de |

Eldorado;

IV - Jandira

V - Mineiros do Tietê

VI - Nova Europa

Araraquara;

VII - Piacatu

VIII - Sandovalina

Presidente

- da Comarca de Cotia, para a de Barueri;

- da Comarca de Dois Córregos, para a de Jaú;

- da Comarca de Itápolis, para a de

- da Comarca de Birigui, para a de Bilac;

- da Comarca de Presidente Bernardes, para a de

Prudente;

- da Comarca de São Simão, para a de Cravinhos;

- da Comarca de Itápolis, para a de Ibitinga.

IX - Serra Azul

X - Tabatinga

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Seção I

Da Divisão Judiciária

Artigo 13 - O território do Estado, nos termos do artigo 7.º do Código Judiciário e para o fim de substituição dos juízes de Direito, divide-se em Circunscrições Judiciárias, numeradas ordinalmente, abrangendo cada qual as comarcas indicadas na Tabela "A", anexa a este decreto-lei.

Parágrafo único - As circunscrições terão por sede a comarca referida em primeiro lugar.

Seção II

Dos Juízes Substitutos

Artigo 14 - Em cada Circunscrição judiciária haverá um Juiz Substituto.

§ 1.º - Excetuam-se a 1.ª Circunscrição, onde haverá 6 (seis) Juízes Substitutos; a 3.ª

Circunscrição, onde haverá 4 (quatro); as 2.ª, 8.ª, 15.ª e 40.ª Circunscrição, em cada qual haverá 3 (três); e as 4.ª, 5.ª, 9.ª, 12.ª, 13.ª, 20.ª, 27.ª, 30.ª, 31.ª, 32.ª, 36.ª, 43.ª, 44.ª, 46.ª e 47.ª, em cada qual haverá 2 (dois).

§ 2.º - Nas circunscrições onde houver mais de 1 (um) Juiz Substituto, terão eles designação ordinal.

Artigo 15 - Os Juízes Substitutos, ressalvadas as exceções do presente decreto-lei, só terão exercícios nas comarcas de sua circunscrição.

Artigo 16 - Os Juízes Substitutos terão residência na sede das respectivas circunscrições, nela devendo permanecer, salvo quando convocados para outra comarca, ou afastados, por motivo de férias ou licença.

Artigo 17 - A contar da posse, o Juiz Substituto somente será convocado após haver permanecido como auxiliar, na sede de sua circunscrição, durante 2 (dois) meses.

Artigo 18 - Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça fazer a convocação de Juízes Substitutos:

I - no caso previsto no inciso II, do artigo 20 do Código Judiciário, devendo a escolha recair em substituto de circunscrição próxima;

II - na hipótese de substituição eventual do titular de comarca ou vara que se encontra impedido de funcionar em determinada causa, devendo a escolha, em regra, recair em substituto da circunscrição do juiz impedido.

Parágrafo único - No caso previsto no inciso II, se a causa não for de pequeno valor, e inexistir Juiz Substituto vitalício na Circunscrição Judiciária, será convocado o substituto de uma das circunscrições vizinhas.

Artigo 19 - Independentemente de designação ou convocação, o Juiz Substituto pode assumir a jurisdição da vara ou comarca quando tenha ciência, de qualquer modo, do afastamento do respectivo titular por motivo de licença, férias, promoção ou remoção.

Artigo 20 - Nas comarcas em que houver o mesmo número de juízes Substitutos que o de varas, aqueles auxiliarão nas de numeração ordinal idêntica à sua. Nas demais, competirá ao Diretor da Circunscrição Judiciária (Código Judiciário, artigo 19) fazer a designação, observados os critérios do artigo 20 do mesmo Código.

Seção III

Da Competência dos Juízes Substitutos

Artigo 21 - O juiz Substituto exercerá a jurisdição plena em comarca ou vara que assumir de ofício, por convocação ou por designação salvo nos casos em que, por não ser juiz vitalício, esteja impedido de proferir decisão.

§ 1.º - Para efeito do disposto no artigo 136, § 1.º, letra "b" da Constituição do Brasil, não se consideram causas de pequeno valor:

- 1 - as questões de estado e de alimentos;
- 2 - as causas de valor excedente a 20 vezes o maior salário-mínimo vigente no Estado;
- 3 - as ações expropriatórias e os executivos fiscais;
- 4 - as falências e concordatas.

§ 2.º - Nas causas não consideradas de pequeno valor, o Juiz Substituto, não vitalício, funcionará como preparador.

§ 3.º - Nos processos por crimes punidos com pena de reclusão, o Juiz Substituto, não vitalício, não poderá proferir a decisão a que se refere o artigo 502 do Código de Processo Penal, nem presidir ao Tribunal do Júri.

Artigo 22 - O Juiz Substituto, quando não estiver substituindo em comarca ou vara determinada, exercerá as funções de auxiliar na sede da circunscrição e substituirá os respectivos juízes, nos termos deste decreto-lei.

Parágrafo único - Os Juízes Substitutos poderão ser designados, por proposta do Diretor da Circunscrição, ouvida a Corregedoria Geral da Justiça e mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça, para auxiliar nas comarcas de sua circunscrição.

Artigo 23 - Compete ao Juiz Substituto, na qualidade de auxiliar:

I - no foro criminal:

- a) proceder à inquirição de testemunhas em todos os processos criminais da vara ou comarca, ressalvado o que dispõe o § 1.º deste artigo;
- b) julgar os crimes sujeitos a pena de detenção;
- c) processar e julgar as contravenções penais.

II - No foro civil e orfanológico:

- a) processar e julgar os arrolamentos e respectivos incidentes;
- b) processar os inventários até a fase de liquidação, não lhe cabendo, no entanto, proferir sentença definitiva de qualquer espécie;
- c) processar e julgar as questões de retificação de registro civil;
- d) processar os protestos, interpelações, justificações, inquirições, e vistorias "ad perpetuam rei memoriam";
- e) executar suas sentenças e as proferidas nos recursos delas interpostos;
- f) funcionar como preparador das arrecadações de bens de ausentes e heranças jacentes.

§ 1.º - O titular da vara ou comarca pode avocar para a inquirição de testemunhas, qualquer processo de crime de reclusão.

§ 2.º - Não se aplica o disposto na alínea "b" do inciso I, nos casos de desclassificação pelo Juiz Titular.

Artigo 24 - Compete ao Juiz Substituto, quando na sede da Circunscrição Judiciária:

I - cumprir as cartas de ordem, precatórias e rogatórias dirigidas ao Juízo em que funcione como auxiliar;

II - proceder às correições, por delegação, em cada caso, do titular do Juízo;

III - assumir a jurisdição plena da comarca ou vara, quando o titular estiver presidindo os serviços do júri.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DA COMARCA DA CAPITAL

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 25 - O Quadro de Juízes de Direito da Comarca da Capital compreende os Juízes Titulares, os Juízes de Direito Substitutos da Capital, os Juízes das Varas Distritais, os Juízes Auxiliares das Varas de Menores e do Júri e os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária.

Artigo 26 - As Varas da Comarca da Capital são classificadas em Entrância Especial.

Artigo 27 - Entre as Varas com a mesma atribuição, fixar-se-á sua competência pela distribuição, mediante sorteio.

Artigo 28 - O Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor Geral da Justiça poderão convocar, o primeiro, até dois, e, o segundo, até três Juízes da Comarca da Capital, para servirem como Auxiliares da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça, pelo prazo de um ano, prorrogável uma só vez e por igual período.

Parágrafo único - Se o juiz convocado for de 3.ª entrância perceberá, durante a convocação, a diferença entre os seus vencimentos e vantagens e os correspondentes ao cargo de Juiz de

Entrância Especial.

Artigo 29 - As atribuições dos juízes de Direito, convocados nos termos do artigo anterior, serão fixadas em provimento a ser expedido pela autoridade judiciária que fizer a convocação.

Seção II

Das Varas Especializadas

Artigo 30 - As Varas Especializadas são as constantes na Tabela "B", anexa a este decreto-lei.

Artigo 31 - Além da competência prevista no artigo 38 do Código Judiciário cabe ainda ao Juiz da Vara dos Registros Públicos:

I - processar medidas preventivas, preparatórias e incidentes em matéria de sua competência;

II - exercer a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais da Comarca da Capital, rubricar-lhes os livros e aplicar penas disciplinares aos serventuários, escreventes e auxiliares, na forma das leis vigentes,

Seção III

Das Varas Distritais

Artigo 32 - As Varas Distritais da Capital, classificadas em Entrância Especial, são as constantes da Tabela "C", anexa a este decreto-lei, com os limites territoriais discriminados no Anexo n.º 2.

Parágrafo único - Os Juízes de Direito e os Promotores Públicos das Varas Distritais da Capital são classificados em Entrância Especial.

Artigo 33 - Compete aos Juízes das Varas Distritais;

I - Processar e julgar:

a) as causas cíveis e comerciais de valor até 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente na Capital, em sendo o réu domiciliado no território do Juízo, ou quando versarem sobre imóvel situado no distrito ou subdistrito, bem como as conexas de qualquer valor;

b) as ações de despejo de qualquer espécie e valor bem como as conexas, inclusive as consignatórias, quando o imóvel for situado no distrito ou subdistrito;

c) os inventários, arrolamentos e arrecadações de bens de pessoas que, ao falecerem, sem deixar testamento, tinham domicílio no território do Juízo, bem como as divisões e demarcações complementares da respectiva partilha;

d) as medidas preparatórias, preventivas e incidentes relativas às ações de sua competência;

e) as contravenções penais e os crimes sujeitos a pena de detenção, ocorridos no território do Juízo (Código de Processo Penal, artigo 70), inclusive os "habeas-corpus" concernentes aos processos de sua competência.

II - conhecer das questões e decidi-las, quando relativas a:

a) suprimentos de idade e consentimento, inclusive outorga marital e uxória, de pessoas domiciliadas no território do Juízo.

b) nomeação de tutor e curador de menores e incapazes domiciliados no território do Juízo, excetuados expressamente os casos de interdição;

c) venda, arrendamento e hipoteca de bens de incapazes domiciliados no território do Juízo;

d) registro civil, inclusive autorização para a abertura de assentos de nascimentos de pessoas domiciliadas no território do Juízo, ainda que incapazes;

e) extinção de usufruto ou de fideicomisso quando provier de ato "inter vivos" (Código de Processo Civil, artigo 552), dentro de sua competência territorial;

f) prisão em flagrante, prisão preventiva e liberdade provisória de pessoas indiciadas por infrações penais no âmbito de sua competência.

III - executar as sentenças proferidas nas ações civis e comerciais de sua competência.

IV - cumprir as precatórias, rogatórias e cartas de ordem, no âmbito de sua competência.

V - determinar diretamente a efetivação de atos e diligências judiciais em todo o território da Comarca da Capital (Código Judiciário, artigo 41, inciso IV), desde que vinculados ao impulso, movimentação e solução dos feitos sob sua competência, podendo ordenar, inclusive, que à sua presença compareça, sob as penas da lei, qualquer pessoa residente na comarca.

VI - exercer a corregedoria permanente da polícia judiciária e dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais sediados no território do Juízo.

Artigo 34 - A jurisdição das Varas Distritais, nas vias públicas que delimitam seu território, abrange todo o leito dessas ruas e os imóveis que lhes sejam fronteiros.

Parágrafo único - Entre Varas Distritais confinantes, a competência será firmada pela prevenção.

Artigo 35 - São criadas a 11.ª Vara Distrital, com sede no subdistrito de Tucuruvi (22.º

Subdistrito) e a 12.ª Vara Distrital, com sede no subdistrito de Vila Prudente (26.º subdistrito), cada qual com jurisdição no subdistrito de igual nome.

Seção IV

Dos Juízes de Direito Substitutos da Capital

Artigo 36 - Os Juízes de Direito Substitutos da Capital, classificados em 3.^a entrância (Código Judiciário, artigo 43), tem o seu número fixado na Tabela "F", anexa a este decreto-lei.

Artigo 37 - Os Substitutos, numerados ordinalmente, serão designados por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, para as seções em que se agruparem as Varas da Capital, nos termos do artigo 25 do Código Judiciário.

§ 1.^o - A designação numérica dos Substitutos poderá ser alterada anualmente por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.^o - Mediante apostila do respectivo título, o Presidente do Tribunal de Justiça, ouvidos previamente os interessados, designará a seção em que deverão funcionar os atuais Substitutos de 3.^a entrância da Capital.

Artigo 38 - Os Substitutos, numerados ordinalmente de 1.^o a 24.^o, substituirão os juízes titulares e auxiliares pertencentes às sessões de igual numeração, a que se refere a Tabela "D", anexa a este decreto-lei, nas suas férias, licenças, afastamentos, faltas, impedimentos e suspensões, bem como nos casos de vacância de cargo.

Artigo 39 - Compete aos substitutos não designados para as seções:

I - substituir, na falta do substituto seccional correspondente, os juízes titulares e auxiliares;

II - funcionar como auxiliar de juiz titular da vara, na forma do artigo 45, inciso II, do Código Judiciário;

III - substituir os demais substitutos seccionais;

IV - presidir as bancas examinadoras de concurso para ingresso na carreira de escrevente do Fórum. de São Paulo.

§ 1.^o - As atribuições deste artigo serão desempenhadas por designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.^o - A escala de substituição poderá ser excepcionalmente alterada por motivo de relevante interesse judicial, mediante ato expresso do Presidente do Tribunal de Justiça, em cada caso. Nessa hipótese, serão preferencialmente designados os substitutos a partir do 25.^o.

Artigo 40 - Os Juízes do quadro de substitutos da Capital, quando no exercício da substituição, perceberão a diferença entre os seus vencimentos e os do substituído.

Artigo 41 - Os Substitutos da Capital, após haverem, por 30 (trinta) dias ou mais e fora do período de férias coletivas, substituído os juízes titulares das seções 1.^a a 11.^a, ficarão afastados de qualquer função, durante 15 (quinze) dias, para ultimar os processos a que estiverem vinculados e receberão vencimentos como se estivessem na substituição.

§ 1.^o - Após o mencionado período, o Substituto oficiará ao Presidente do Tribunal de Justiça, enviando-lhe relação dos processos que deixou de ultimar e expondo os motivos do atraso.

§ 2.^o - O Conselho Superior da Magistratura poderá conceder afastamento até 1 (um) mês, ao juiz em atraso, para que atualize o seu serviço.

§ 3.^o - Se o atraso, a critério do Conselho Superior da Magistratura, não foi justificado, deixará o juiz de Direito de fazer jus, durante o afastamento, à diferença de vencimentos.

Artigo 42 - O Presidente do Tribunal de Justiça designará um ou mais substitutos de 3.^a entrância, para as funções de auxiliares das Varas de Registros Públicos e das Execuções Criminais.

Parágrafo único - Aos Substitutos competirá exercer as funções que lhes forem cometidas pelo Juiz Titular da Vara, com a aprovação do Conselho Superior da Magistratura (Código Judiciário, artigo 45, inciso II).

Seção V

Dos Juízes Auxiliares

Artigo 43 - A Vara de Menores da Comarca da Capital terá 5 (cinco) Juízes de Direito Auxiliares, numerados ordinalmente.

Parágrafo único - A numeração referida neste artigo poderá ser alterada anualmente, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 44 - Os Juízes Auxiliares referidos no artigo anterior, classificados em 3.^a entrância (Código Judiciário, artigo 42), terão exercício nas zonas em que se subdividir o Juizado de Menores, mediante rodízio, na ordem da antiguidade e por designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - Sempre que for do interesse do serviço judicial, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá alterar o rodízio.

Artigo 45 - O Juizado de Menores, para o fim da aplicação das medidas de sua competência, fica subdividido em 5 (cinco) Zonas, denominadas Norte, Sul, Leste, Oeste e Central, compreendendo os distritos e subdistritos mencionados no Anexo n.º 3.

§ 1.º - A Zona Central será localizada junto à sede do Juizado de Menores e funcionará com a sua atual organização.

§ 2.º - As Zonas Norte, Sul e Oeste terão sua localização fixada pelo Juiz Titular da Vara de Menores, com a aprovação da Corregedoria Geral da Justiça, e funcionarão com os cartórios criados pelo artigo 65, inciso VIII, da Lei Estadual n.º 8.101, de 16 de abril de 1964.

§ 3.º - A Zona Leste terá sua sede localizada junto ao atual Centro de Recepção e Triagem (C. R. T.) do Juizado de Menores, e funcionará com um dos cartórios criados pelo artigo 65, inciso VIII, da Lei n.º 8.101, e com o Cartório do 3.º Ofício da Vara de Menores, criado por este decreto-lei.

Artigo 46 - O Recolhimento Provisório de Menores (R.P.M.), o Centro de Observação Feminino (C.O.F.) e o Centro de Recepção e Triagem (C.R.T.), ficarão subordinados ao Juiz Auxiliar da Zona Leste.

Artigo 47 - O Cartório do 3.º Ofício da Vara de Menores, localizado na Zona Leste e instalado junto ao R.P.M., terá a atribuição de processar os feitos relativos aos infratores de ambos os sexos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos de idade.

Artigo 48 - Compete aos juízes Auxiliares da Vara de Menores, nas Zonas em que tenham exercício:

I - substituir os demais de sua categoria, em suas faltas e impedimentos ocasionais (Código Judiciário, artigo 39, inciso II);

II - exercer as atribuições previstas no Código Judiciário, artigo 39, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "e", "h" e "p", com exceção das questões relativas a menores infratores, as quais ficam afetas ao Juiz Auxiliar da Zona Leste;

III - impor aos funcionários a eles diretamente subordinados as penalidades previstas em lei, e abonar as suas faltas ao serviço, observado o disposto no § 1.º, do artigo 110, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968;

IV - realizar as diligências e visitas que for incumbido pelo Juiz Titular da Vara de Menores, e, quando necessário, acompanhá-lo nas que forem por ele realizadas.

Parágrafo único - As atribuições conferidas aos Juízes Auxiliares não excluem as do Titular da Vara, que poderá intervir, sempre que lhe parecer conveniente, avocando os processos de competência daqueles (Código Judiciário, artigo 39, § único).

Artigo 49 - Compete ao Juiz Titular da Vara de Menores, bem como a cada um dos Juízes Auxiliares desta, praticar os atos de jurisdição voluntária, tendentes à proteção e assistência aos menores de 18 (dezoito) anos, embora não sejam abandonados, ressalvada a competência dos Juízes das Varas da Família e Sucessões e das Varas Distritais (Lei Estadual n.º 495, de 28 de outubro de 1949, artigo 2.º, inciso 10).

Artigo 50 - Ao Juiz Titular da Vara de Menores caberá traçar o plano geral da ação do Juizado de Menores na Comarca da Capital, bem como imprimir unidade de direção quanto às normas executivas.

Parágrafo único - Os Juízes Auxiliares da Vara de Menores reunir-se-ão mensalmente na sede do Juizado, a fim de sugerirem providências e debaterem com o Titular da Vara os problemas atinentes às suas funções. Das reuniões será lavrada ata, em que se consignarão as providências determinadas e as medidas do Juizado, para a resolução dos problemas discutidos.

Artigo 51 - Cada Vara do Júri terá um juiz Auxiliar, com as atribuições constantes do artigo 29, inciso II, do Código Judiciário, revogado expressamente o artigo 35 da Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964.

Seção VI

Dos Juízes Auxiliares de Investidura Temporária

Artigo 52 - Os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária, referidos nos artigos 183 a 187 do Código Judiciário, tem o seu número estabelecido na Tabela "G", anexa a este Decreto-lei.

Artigo 53 - Os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária poderão ser reconduzidos após 2 (dois) anos de exercício, por decreto do Poder Executivo e mediante indicação do Tribunal de Justiça.

Artigo 54 - Os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária terão vencimentos correspondentes aos dos Juízes Substitutos de Circunscrição.

Artigo 55 - Quando não designados para exercer suas funções junto às Varas Distritais da Capital (Código Judiciário, artigo 186), terão os Juízes Auxiliares de Investidura Temporária as seguintes atribuições:

I - auxiliar a Corregedoria Geral da Justiça e os Juízes das Varas Distritais, nas correições a que procederem.

II - auxiliar nas Zonas do Juizado de Menores.

CAPÍTULO IV

DAS COMARCAS DO INTERIOR

Artigo 56 - Nas Comarcas do Interior do Estado haverá, em regra, uma só Vara, cujo juiz terá competência geral, igual à atribuída aos Juízes das Varas Especializadas da Comarca da Capital (Código Judiciário, artigo 48).

Parágrafo único - Competirá ainda ao juiz a execução da pena relativa aos presos definitivamente condenados, enquanto permanecerem nas cadeias públicas da respectiva Comarca.

Artigo 57 - Excetuam-se do disposto no artigo anterior, as comarcas constantes da Tabela "H", que acompanha o presente decreto-lei, nas quais haverá mais de uma Vara, com a competência e serviços anexos indicados.

§ 1.º - Os serviços anexos são os dos Tribunais do Júri e de Economia Popular; de Menores; da Corregedoria Permanente dos cartórios extrajudiciais e dos judiciais, não vinculados às Varas, e da Polícia Judiciária.

§ 2.º - O serviço do Tribunal do Júri compreenderá o preparo dos respectivos processos, para o julgamento, a partir da pronúncia com trânsito em julgado, e o dos Tribunais de Economia Popular, o preparo dos respectivos processos, desde a denúncia.

§ 3.º - Os serviços da Corregedoria poderão ser desdobrados em Corregedoria Permanente dos Cartórios Judiciais não vinculados às Varas e extrajudiciais) e Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária, nas comarcas com 4 (quatro) Varas.

Artigo 58 - As Varas da Comarca de Santos terão, discriminadamente, a seguinte competência:
I - à 3.ª Vara Criminal, privativa dos Tribunais do Júri e de Economia Popular, compete processar, desde a denúncia, as ações penais por crimes dolosos contra a vida e por crimes contra a economia popular, cabendo-lhe, ainda, os serviços anexos de execuções criminais, nos termos do parágrafo único do artigo 56 deste decreto-lei, e os de corregedoria permanente da Polícia Judiciária, à 3.ª Vara Cível competem os serviços de corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais e dos judiciais não vinculados às Varas e dos serviços comuns a diversas Varas, não subordinados a qualquer delas;

II - as Varas Cíveis e as demais Varas Criminais terão competência comum e cumulativa;

III - a Vara Privativa de Menores, com a denominação alterada para Vara de Menores, terá a competência prevista no artigo 39, inciso I, do Código Judiciário;

IV - à Vara Privativa dos Feitos das Fazendas Públicas e de Acidentes do Trabalho, com a denominação alterada para Vara da Fazenda Pública e de Acidentes do Trabalho, compete processar e julgar todas as ações em que for parte a Fazenda Pública, exceto os casos em que ela goze de foro privilegiado, e as ações de acidente do trabalho.

Artigo 59 - Na Comarca de São José do Rio Preto, os 4 (quatro) Ofícios de Notas, com os respectivos anexos de escritania judicial, servirão privativamente, junto à Vara de numeração igual à sua.

Parágrafo único - Os feitos em curso, atribuídos às Varas de numeração diferente, serão imediatamente redistribuídos à Vara a que estiver sujeito o cartório, por simples anotação na autuação e independentemente de compensação, exceto aqueles que tiverem juiz certo, nos termos do artigo 120 do Código de Processo Civil, os quais continuarão na competência da respectiva Vara, igualmente sem compensação.

Artigo 60 - A regra do parágrafo anterior se aplica à Comarca de Ribeirão Preto.

Artigo 61 - Nas Comarcas de 3 (três) Varas, haverá 3 (três) Cartórios de Notas, com o anexo de escritania judicial, os quais servirão privativamente perante as Varas de igual numeração.

Artigo 62 - Nas Comarcas de Osasco e Suzano os Cartórios de Notas terão o anexo da escritania judicial do cível e do crime.

§ 1.º - A partir da vigência deste decreto-lei, passará a haver distribuição de feitos cíveis ao Cartório do 1.º Ofício, e de feitos criminais ao Cartório do 2.º Ofício.

§ 2.º - O Cartório do Registro de Imóveis de Suzano terá os anexos de protesto de títulos, de registro de documentos, de registro de comércio e de escritania do júri, das execuções criminais, de menores e da corregedoria permanente da comarca.

Artigo 63 - Nas Comarcas em que não houver Cartório criminal oficializado, a instrução dos processos por crime doloso contra a vida e por crimes contra a economia popular, desde o

recebimento da denúncia ou queixa, correrá perante o cartório que tiver o anexo da escrivania dos serviços do Júri.

Parágrafo único - Serão imediatamente encaminhados ao Cartório do Júri os feitos referidos neste artigo e que estiverem em curso pelos órgãos.

Artigo 64 - Nas Comarcas de Bauru e Sorocaba, depois de instaladas as respectivas Terceiras Varas, os feitos em curso pelos respectivos Terceiros Ofícios serão redistribuídos à Vara a que estiver sujeito o cartório, com a observância do disposto no parágrafo único do artigo 59.

Artigo 65 - Os Juízes de Direito e Diretores do Fórum das Comarcas com duas ou mais varas, baixarão os atos necessários para que as regras de competência e atribuições fixadas neste decreto-lei e no Código Judiciário sejam fielmente aplicadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Das Varas e cargos criados

Artigo 66 - Ficam criadas na Comarca da Capital a 21.^a, 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Cíveis, classificadas em entrância especial; nas Comarcas de Araçatuba, Guarulhos e Osasco, a 3.^a Vara classificada em 3.^a entrância, com competência comum e cumulativa com as demais das respectivas comarcas; e na Comarca de Andradina, a 2.^a Vara, também classificada em 3.^a entrância, com competência igual à da Vara já existente e que será a 1.^a Vara.

Artigo 67 - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - destinados à Comarca da Capital:

4 (quatro) de Juiz de Direito, padrão "F", classificados em entrância especial, respectivamente para a 21.^a, 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Cíveis

2 (dois) de Juiz de Direito, padrão "F", classificados em entrância especial, respectivamente para a 11.^a e a 12.^a Varas Distritais;

5 (cinco) de Juiz de Direito Substituto da Capital, padrão "D", classificados em 3.^a entrância;

2 (dois) de Juiz Auxiliar da Capital, padrão "D", classificados em 3.^a entrância, destinando-se um à 1.^a Vara do Júri e outro, à 2.^a Vara do Júri;

14 (quatorze) de Juiz Auxiliar de Investidura Temporária, padrão "A";

1 (um) de Curador de Incapazes e Ausentes, de entrância especial, padrão "F", para servir junto às Varas Cíveis criadas por este decreto-lei;

2 (dois) de Promotor Público, de entrância especial, padrão "F", para servir junto à 11.^a e 12.^a Varas Distritais;

1 (um) de Curador de Fundações, padrão "F", classificado em entrância especial;

8 (oito) de Promotor Público, de entrância especial, padrão "F", numerados ordinalmente de 61.^o a 68.^o Promotores Públicos;

15 (quinze) de Promotor Público Substituto de 2.^a instância, padrão "F", classificados como de entrância especial, a serem providos mediante remoção, em lista tríplice organizada pelo Conselho Superior do Ministério Público, tendo por função substituir os Procuradores da Justiça.

II - destinados às Circunscrições Judiciárias:

22 (vinte e dois) de Juiz Substituto, padrão "A";

22 (vinte e dois) de Promotor Público Substituto, padrão "A";

III - destinados às 3.^{as} Varas das Comarcas de Araçatuba, Guarulhos, Osasco e São Vicente, e à 2.^a Vara da Comarca de Andradina:

5 (cinco) de Juiz de Direito, padrão "D", classificados em 3.^a entrância, sendo 1 (um) para cada Comarca;

5 (cinco) de Promotor Público, padrão "D", de 3.^a entrância, sendo 1 (um) para cada Comarca.

IV - destinados às Comarcas de Panorama, Pedreira e Pirapozinho:

3 (três) de Juiz de Direito, padrão "B", classificados em 1.^a entrância, sendo 1 (um) para cada Comarca;

3 (três) de Promotor Público, padrão "B", de 1.^a entrância, sendo 1 (um) para cada Comarca.

Artigo 68 - Os cargos de Juiz Substituto de Circunscrição e os de Promotor Público Substituto, criados por este decreto-lei, destinam-se 2 (dois) à 1.^a Circunscrição Judiciária; 3 (três) à 2.^a Circunscrição; 1 (um) à 4.^a e outros 2 (dois) à 44.^a Circunscrição; e às 7.^a, 9.^a, 11.^a, 17.^a, 18.^a, 19.^a, 21.^a, 24.^a, 25.^a, 28.^a, 37.^a, 41.^a, 43.^a e 46.^a Circunscrições, sendo 1 (um) para cada.

Artigo 69 - Os títulos de nomeação dos Juízes Substitutos e dos Promotores Públicos Substitutos, cuja Circunscrição judiciária tiver sua numeração alterada por este decreto-lei serão apostilados com a nova numeração.

Seção II

Das Serventias de Justiça

Artigo 70 - Ficam criados na Comarca da Capital:

I - os cartórios do 21.º, 22.º, 23.º e 24.º Ofícios Cíveis, para servir junto às Varas Cíveis da mesma numeração ordinal;

II - o Cartório do 3.º Ofício da Vara de Menores;

III - 2 (dois) Cartórios, para servirem, um junto à 11.ª Vara Distrital (Tucuruvi), e outro junto à 12.ª Vara Distrital (Vila Prudente).

Artigo 71 - Ficam criados, para serem lotados no Cartório do 3.º Ofício da Vara de Menores, os seguintes cargos:

1 (um) de Escrivão, referência "89";

2 (dois) de 1.º Escrevente, referência "73";

4 (quatro) de 2.º Escrevente, referência "72";

12 (doze) de 3.º Escrevente, referência "70";

1 (um) de Fiel, referência "39";

5 (cinco) de Oficial de Justiça, referência "43".

Artigo 72 - Ficam criados, para serem lotados; no Cartório da 11.ª Vara Distrital (Tucuruvi), os seguintes cargos:

1 (um) de Escrivão, referência "89";

2 (dois) de 1.º Escrevente, referência "73";

4 (quatro) de 2.º Escrevente, referência "72";

12 (doze) de 3.º Escrevente, referência "70";

1 (um) de Fiel, referência "39";

10 (dez) de Oficial de Justiça, referência "43";

1 (um) de Contínuo, referência "22";

1 (um) de Servente, referência "15";

Artigo 73 - Ficam criados, para serem lotados no Cartório da 12.ª Vara Distrital (Vila Prudente), os seguintes cargos:

1 (um) de Escrivão, referência "89";

2 (dois) de 1.º Escrevente, referência "73";

4 (quatro) de 2.º Escrevente, referência "72";

12 (doze) de 3.º Escrevente, referência "70";

1 (um) de Fiel, referência "39";

10 (dez) de Oficial de Justiça, referência "43";

1 (um) de Contínuo, referência "22";

1 (um) de Servente, referência "15".

Artigo 74 - Ficam criados:

I - 4 (quatro) cargos de Escrivão, referência "89", para serem lotados; no Cartório da 6.ª Vara Distrital (Pinheiros) e em 3 (três) dos Ofícios Cíveis, da Comarca da Capital, criados por este decreto-lei;

II - destinados aos 21.º, 22.º, 23.º e 24.º Ofícios Cíveis da mesma Comarca:

8 (oito) cargos de 1.º Escrevente, referência "73";

16 (dezesseis) de 2.º Escrevente, referência "72";

48 (quarenta e oito) de 3.º Escrevente, referência "70";

4 (quatro) de Fiel, referência "39";

4 (quatro) de Contínuo, referência "22";

4 (quatro) de Servente, referência "15".

Artigo 75 - Será lotado num dos Ofícios Cíveis criados pelo artigo 70 deste decreto-lei, o cargo de Escrivão, padrão "D", do extinto Cartório do Distribuidor e Contador da Fazenda Nacional.

Artigo 76 - Ficam criados, na Comarca de Campinas;

I - o 6.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, com anexo de escrivania cível;

II - o 3.º Ofício Criminal, que deverá servir perante a Vara Criminal de igual numeração.

§ 1.º - Quando instalado o 6.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, deverão os atuais 1.º e 2.º

Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça servir exclusivamente perante a 1.ª Vara Cível da

Comarca; os atuais 3.º e 4.º Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça deverão servir

exclusivamente perante a 2.ª Vara Cível; e o atual 5.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, e

mais o 6.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça deverão servir exclusivamente perante a 3.ª Vara

Cível.

§ 2.º - A lotação do 3.º Ofício Criminal criado por este artigo, e a do 2.º Ofício Criminal, também oficializado, criado pela Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, artigo 105, alínea "e", será de 1 (um) cargo de Escrivão; 1 (um) de 1.º Escrevente; 1 (um) de 2.º Escrevente; 3 (três) de 3.º Escrevente, e 1 (um) de Fiel.

§ 3.º - Ficam criados na Comarca de Campinas, para serem lotados nos Ofícios Criminais referidos neste artigo:

2 (dois) cargos de Escrivão, referência "89";

2 (dois) cargos de 1.º Escrevente, referência "73";

2 (dois) cargos de 2.º Escrevente, referência "72";

6 (seis) cargos de 3.º Escrevente, referência "70"; e

2 (dois) cargos de Fiel, referência "36".

Artigo 77 - Nas Comarcas de Araçatuba, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos e São Vicente, fica criado mais um Cartório de Notas e Anexos de escrivania judicial do cível e do crime, numerado como 3.º Ofício, para servir junto à Vara da mesma numeração.

Artigo 78 - Ficam criados na comarca de Santo André:

I - o Cartório do 3.º Ofício Criminal, oficializado, destinado a servir perante a 1.ª Vara Criminal da Comarca;

II - 1 (um) Cartório de Notas e Anexos de escrivania judicial do cível com a denominação de 3.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, para servir perante a 3.ª Vara Cível.

Artigo 79 - Os Cartórios Criminais criados na Comarca de Santo André pelo artigo 36, inciso XI, da Lei n.º 6.142, de 27 de junho de 1961, passam a denominar-se, respectivamente, 1.º e 2.º Ofícios Criminais, oficializados, e servirão perante as Varas Criminais de igual numeração, dessa Comarca.

Parágrafo único - A lotação de cada um dos cartórios criminais, oficializados, dessa Comarca será de 1 (um) cargo de Escrivão; 1 (um) de 1.º Escrevente; 1 (um) de 2.º Escrevente; 3 (três) de 3.º Escrevente e 1 (um) de Fiel.

Artigo 80 - Os dois Ofícios de Notas e Anexos já existentes em Santo André, com a denominação de 1.º e 2.º Cartórios de Notas e Ofício de Justiça, servirão privativamente perante a Vara Cível de igual numeração e não terão o anexo da escrivania criminal.

§ 1.º - Os feitos criminais em curso pelos Cartórios a que se refere este artigo serão remetidos aos Cartórios Criminais de igual numeração, juntamente com os livros privativos do anexo criminal, independentemente de nova distribuição.

§ 2.º - Enquanto não instalados os Cartórios a que se referem os artigos 78 inciso I e 79, o serviço de escrivania criminal na Comarca de Santo André continuará a ser exercido pela forma atual.

Artigo 81 - Ficam criados na Comarca de Santo André, destinados aos cartórios criminais, os seguintes cargos:

I - 3 (três) de Escrivão, referência "89";

II - 3 (três) de 1.º Escrevente, referência "73"; 3 (três) de 2.º Escrevente, referência "72"; 9 (nove) de 3.º Escrevente, referência "70"; 3 (três) de Fiel, referência "39";

III - 8 (oito) de Oficial Judiciário, referência "43" e 3 (três) de Servente, referência "15", destinados aos serviços administrativos, de conservação e limpeza do fórum de Santo André, os quais ficarão subordinados ao Juiz Diretor do Fórum; e

IV - 6 (seis) de Contínuo, referência "22", lotados, um junto a cada qual das Varas da Comarca.

Artigo 82 - Ficam criados os seguintes cargos de Oficial de Justiça:

I - 37 (trinta e sete), referência "36", lotados, a proporção de um para cada qual, nas comarcas de Aparecida, Bariri, Caconde, Cafelândia, Conchas, Cravinhos, Cunha, Dois Córregos, Duartina, General Salgado, Getulina, Guaíra, Ibiúna, Itararé, José Bonifácio, Junqueirópolis, Mairiporã, Matão, Monte Azul Paulista, Nhandeara, Paraibuna, Patrocínio Paulista, Piracaia, Pitangueiras, Promissão, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Regente Feijó, Santa Bárbara D' Oeste, Santa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, São Pedro, São Sebastião, Tambaú e Ubatuba.

II - 24 (vinte e quatro), referência "38", lotados, na proporção de um para cada qual, nas comarcas de Caçapava, Campos do Jordão, Capivari, Itapetininga, Jacaré, Leme, Mococa, Mogi Guaçu, Penápolis, Poá, Porto Feliz, Porto Ferreira, Oswaldo Cruz, Registro, Santa Fé do Sul, São Joaquim da Barra, Serra Negra, São José do Rio Pardo, Tietê e Tupi Paulista, ficando 2 (dois) lotados na comarca de Araras, e 2 (dois) a comarca de Cotia;

III - 2 (dois), referência "43", lotados na comarca de Bauru;
IV - 1 (um), referência "43", lotado na comarca de Suzano;
V - 10 (dez), referência "43", lotados na comarca de Osasco;
VI - 9 (nove), referência "43", lotados na comarca de Santo André;
VII - 4 (quatro), referência "43", lotados na comarca de São Bernardo do Campo;
VIII - 4 (quatro) referência "43", lotados na comarca de São Vicente;
IX - 4 (quatro), referência "43", lotados na comarca de Santos;
X - 2 (dois), referência "43", lotados na comarca de Andradina;
XI - 2 (dois), referência "43", lotados na comarca de Araçatuba;
XII - 2 (dois), referência "43", lotados na comarca de Guarulhos;
XIII - 40 (quarenta), referência "43", lotados na comarca da Capital sem prejuízo dos outros cargos previstos nos artigos 71 a 73.

Parágrafo único - Passam a enquadrar-se na referência "43" os cargos de Oficial de Justiça, referência "36", "38" e "39", lotados na comarca da Capital.

Artigo 83 - Ficam criados no Quadro da Justiça 119 (cento e dezenove) cargos de Oficial Maior, referência "79", de provimento em comissão, nos termos do artigo 215, parágrafo único, do Código Judiciário, destinados, cada qual, a um dos Ofícios de Justiça oficializados das comarcas da Capital, Campinas, Santos e Santo André.

Seção III

Das Disposições Finais

Artigo 84 - Compete ao Oficial Maior, a que se referem os artigos 212, parágrafo único, e 226 do Código Judiciário do Estado substituir o titular da serventia, nas suas ausências e impedimentos, podendo praticar, simultaneamente com o mesmo, os atos que lhe forem atribuídos pelo Escrivão, com aprovação do Corregedor Permanente.

Artigo 85 - A alteração de entrância da comarca não afeta a situação dos servidores da Justiça.

Artigo 86 - Na comarca de Santos, as ações de acidente do trabalho serão distribuídas exclusivamente ao atual cartório privativo dos Feitos da Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, criado pelo Decreto n.º 14.969, de 27 de agosto de 1945, o qual passa a ter a denominação de Cartório da Fazenda Pública e de Acidentes do Trabalho, continuando a servir perante a Vara da Fazenda Pública e de Acidentes do Trabalho, referida no artigo 58, inciso IV, deste decreto-lei.

Parágrafo único - Os feitos dessa natureza, em andamento pelos Cartórios de Notas e Ofícios Cíveis, serão desde logo remetidos ao Cartório referido neste artigo.

Artigo 87 - Ficam restabelecidos os anexos de notas dos cartórios de Registro Civil dos distritos que sofreram a desanexação prevista no artigo 5.º da Lei n.º 7.847, de 11 de março de 1965.

Artigo 88 - Os cargos do Quadro da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, atualmente lotados no Fórum de Santos e no Juízo da Vara de Menores da Capital, ficam transferidos para o Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente decreto-lei, fará a Secretaria da Justiça publicar a relação dos cargos abrangidos por este artigo, cujos ocupantes terão os seus títulos apostilados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Artigo 89 - O cargo de Promotor Público de entrância especial, da Vara Distrital de Pirituba (extinta), fica transformado em 5.º Curador Fiscal de Massas Falidas.

Parágrafo único - O título do ocupante do cargo será apostilado pela Secretaria da Justiça.

Artigo 90 - Os cargos de Escrivão, referência "70", lotados nos Cartórios Regionais da Vara de Menores, criados pelo artigo 65, inciso VIII, da Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, e nos Cartórios das Varas Distritais da Comarca da Capital, ficam, a partir da data da vigência deste decreto-lei, enquadrados na referência "89".

Artigo 91 - Os cargos de Oficial judiciário, Continuo e Servente, criados pelos Artigos 72, 73, 74 e 81, incisos III e IV deste decreto-lei, integrarão a Parte Permanente do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Artigo 92 - A realização do concurso de que tratam os artigos 213 a 217 do Código Judiciário, bem como a classificação dos habilitados, será por circunscrição ou comarca, segundo instruções que deverão constar do regimento próprio.

Artigo 93 - Os cargos de Escrivão dos cartórios oficializados da entrância especial, serão sempre da referência "89". Os atuais, de referência ou padrão superior, passarão a enquadrar-se, na vacância, naquela referência.

Parágrafo único - Fica abolida qualquer vinculação ou equiparação, inclusive para efeito de vencimentos, do cargo de Escrivão com quaisquer outros cargos.

Artigo 94 - Passa a ter a seguinte redação o § 1.º do artigo 36 da Lei n.º 6.142, de 27 de junho de 1961:

"§ 1.º - A denominação e sede dos atuais cargos de Promotor Público Substituto passarão a ser as seguintes:

Denominação e sede antiga	Nova denominação e sede
a) 1.ª Seção Judiciária: Santos Santos	1.º Promotor Substituto da 1.ª Circunscrição:
b) 2.ª Seção Judiciária: São José dos Campos São José dos Campos	1.º Promotor Substituto da 32.ª Circunscrição:
c) 3.ª Seção Judiciária: Taubaté Taubaté	Promotor Substituto da 33.ª Circunscrição:
d) 4.ª Seção Judiciária: Lorena	Promotor Substituto da 34.ª Circunscrição: Guaratinguetá
e) 5.ª Seção Judiciária: Campinas Circunscrição: Campinas	1.º Promotor Substituto da 5.ª
f) 6.ª Seção Judiciária: Piracicaba Circunscrição: Piracicaba	1.º Promotor Substituto da 23.ª
g) 7.ª Seção Judiciária: Mogi Mirim Circunscrição: Mogi Mirim	Promotor Substituto da 30.ª
h) 8.ª Seção Judiciária: Casa Branca Casa Branca	Promotor Substituto da 29.ª Circunscrição:
i) 9.ª Seção Judiciária: Ribeirão Preto Ribeirão Preto	1.º Promotor Substituto da 28.ª Circunscrição:
Denominação e sede antiga	Nova denominação e sede
j) 10.ª Seção Judiciária: Piraçununga Piraçununga	Promotor Substituto da 7.ª Circunscrição:
l) 11.ª Seção Judiciária: Orlandia Circunscrição: Franca	Promotor Substituto da 26.ª
m) 12.ª Seção Judiciária: Barretos Circunscrição: Barretos	1.º Promotor Substituto da 9.ª
n) 13.ª Seção Judiciária: São José do Rio Preto	1.º Promotor Substituto da 11.ª
o) 14.ª Seção Judiciária: Araraquara Araraquara	do Rio Preto 1.º Promotor Substituto da 8.ª Circunscrição:
p) 15.ª Seção Judiciária: São Carlos. Claro	Promotor Substituto da 6.ª Circunscrição: Rio
q) 16.ª Seção Judiciária: Jaú Jaú	Promotor Substituto da 22.ª Circunscrição:
r) 17.ª Seção Judiciária: Sorocaba Circunscrição: Sorocaba	1.º Promotor Substituto da 13.ª
s) 18.ª Seção Judiciária: Itapetininga Itapetininga	Promotor Substituto da 14.ª Circunscrição:
t) 19.ª Seção Judiciária: Botucatu Circunscrição: Botucatu	1.º Promotor Substituto da 15.ª
u) 20.ª Seção Judiciária: Presidente Prudente	1.º Promotor Substituto da 17.ª
v) 21.ª Seção Judiciária: Bauru Bauru	Prudente 1.º Promotor Substituto da 21.ª Circunscrição:
x) 22.ª Seção Judiciária: Marília Marília	1.º Promotor Substituto da 20.ª Circunscrição:
y) 23.ª Seção Judiciária: Lins Lins	Promotor Substituto da 24.ª Circunscrição:
z) 24.ª Seção Judiciária: Araçatuba Circunscrição: Araçatuba	1.º Promotor Substituto da 25.ª

Artigo 95 - Os Cartórios de Registro Civil dos distritos dos municípios que não sejam sede de comarca poderão exercer as funções de tabelionato, na forma estabelecida em lei.

Artigo 96 - As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei correrão à conta das dotações próprias consignadas, no orçamento, ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário.

Artigo 97 - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas, no que forem contrárias, as Leis n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, 9.508, de 13 de setembro de 1966, 10.027, de 11 de janeiro de 1968 e 10.117, de 16 de maio de 1968.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1.º - Ficam extintas as Comarcas de Aguai, Iepê, Monte Mor, Piquete, Rinópolis, Salto Grande, Uchôa e Vinhedo, classificadas em 1.ª entrância e ainda não instaladas; e mais a Comarca de Cananéia, classificada em 1.ª entrância, cujo território é anexado ao da Comarca de Jacupiranga; de Flórida Paulista, classificada em 2.ª entrância, cujo território é anexado ao da Comarca de Adamantina; e São José do Barreiro, classificada em 1.ª entrância, cujo território é anexado ao da Comarca de Bananal.

§ 1.º - Os Juízes de Direito e os Promotores Públicos das comarcas que forem extintas ficarão em disponibilidade, até serem aproveitados em outros cargos, nos termos da legislação em vigor.

§ 2.º - Ao serventuário de comarca extinta por força deste decreto-lei é assegurada preferência absoluta para optar por serventia da mesma classe e igual natureza, criada por este diploma legal ou que se achar vaga, neste último caso se o concurso instaurado não estiver concluído, caso o requeira em 30 (trinta) dias, a se contarem da publicação desta.

§ 3.º - Havendo mais de um pretendente para a mesma serventia, instaurar-se-á concurso de títulos e, se houver empate, será aplicado para seu deslinde o disposto sobre caso análogo na legislação referente a serventias de justiça não oficializadas.

Artigo 2.º - Ficam extintos os distritos de Botelho, Arabela e Baguaçu, integrando seus territórios os dos distritos de Santa Adélia, Ouro Verde e Olímpia, respectivamente.

Artigo 3.º - Ficam extintos, na comarca da Capital:

I - as 5 (cinco) Varas da Fazenda Nacional, a que se refere o artigo 21, inciso II, da Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964;

II - 5 (cinco) Cartórios dos Feitos da Fazenda Nacional, e o do Distribuidor e Contador da Fazenda Nacional;

III - 1 (um) cargo de Juiz Auxiliar da Vara de Menores, criado pela Lei n.º 8.101, artigo 63, inciso II, e ainda não provido;

IV - 3 (três) cargos de Escrivão, referência "89", criados pela Lei n.º 8.101, artigo 69, inciso I, e ainda não providos;

V - 2 (dois) cargos vagos de Escrivão, padrão "D", dos extintos Cartórios dos 1.º e 2.º Ofícios dos Feitos da Fazenda Nacional.

Artigo 4.º - Será extinta, na vacância, 1 (uma) das atuais Varas das Execuções Criminais e Corregedoria Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária, da Comarca da Capital. A Vara que subsistir será a Vara de Execuções Criminais, com as atribuições previstas no artigo 33 do Código Judiciário.

Parágrafo único - Enquanto não se verificar a extinção prevista neste artigo, os Juízes das Execuções Criminais terão competência cumulativa.

Artigo 5.º - Nas Comarcas de Amparo, Assis, Avaré, Birigui, Bragança Paulista, Cruzeiro, Jaboticabal, Jales, Mogi Mirim, Ourinhos, Penápolis, Santa Cruz do Rio Pardo e Santo Anastácio, fica extinta a respectiva 2.ª Vara, ainda não instalada; e na Comarca de Catanduva, a respectiva 3.ª Vara, ainda não instalada.

Artigo 6.º - Serão extintos na vacância, 1 (um) cargo de Juiz Substituto e 1 (um) cargo de Promotor Público Substituto, da 14.ª, 21.ª, 34.ª e 45.ª Circunscrições Judiciárias.

Artigo 7.º - Fica abolida a formalidade da distribuição de escrituras aos Cartórios e Tabelionatos de Notas, bem como aos Cartórios de Registros de Imóveis.

Parágrafo único - São extintos os Cartórios, oficializados ou não, cuja atribuição seja apenas a de distribuir escrituras na forma deste artigo.

Artigo 8.º - Os titulares dos ofícios extintos, se oficializadas as respectivas serventias, ficarão em disponibilidade até seu aproveitamento nos cargos correspondentes que se vagarem ou que forem criados, com prioridade sobre quaisquer outros interessados.

Parágrafo único - Se não oficializados os cartórios, aos titulares dos ofícios extintos é assegurado

o direito de opção por ofício vago, que se vagar ou o que for criado, não oficializado, da mesma classe, a ser manifestado no prazo de 30 (trinta) dias deste decreto-lei, ou da vacância ou criação posterior a ele.

Artigo 9.º - Ficam extintos todos os cartórios de Depositário Público, oficializados ou não, que estejam vagos ou que se vagarem.

Artigo 10 - Estas disposições transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de outubro de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles - Secretário da Justiça.

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de outubro de 1969.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Substituto.

TABELA "A"

DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS

Código Judiciário, artigos 7.º, 8.º e 18.º - Numeração respectiva e Comarcas de que cada qual se compõe

- 1.ª Circunscrição - Santos, São Vicente, Guarujá e Itanhaém
- 2.ª Circunscrição - São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema
- 3.ª Circunscrição - Santo André, Mauá e Ribeirão Pires
- 4.ª Circunscrição - Osasco, Barueri, Cotia e Itapeverica da Serra
- 5.ª Circunscrição - Jundiaí, Franco da Rocha e Itatiba
- 6.ª Circunscrição - Bragança Paulista, Atibaia e Piracaia
- 7.ª Circunscrição - Amparo, Serra Negra, Pedreira e Socorro
- 8.ª Circunscrição - Campinas, Americana, Indaiatuba, Sumaré e Valinhos
- 9.ª Circunscrição - Rio Claro, Araras, Brotas e Limeira
- 10.ª Circunscrição - Piraçununga, Leme, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro
- 11.ª Circunscrição - São Carlos, Descalvado e Ribeirão Bonito
- 12.ª Circunscrição - Araraquara, Ibitinga, Itápolis e Matão
- 13.ª Circunscrição - Barretos, Bebedouro, Guaíra, Monte Azul Paulista e Olímpia
- 14.ª Circunscrição - Catanduva, Novo Horizonte, Santa Adélia e Urupês
- 15.ª Circunscrição - São José do Rio Preto, José Bonifácio, Mirassol, Nova Aliança, Nova Granada, Palestina e Paulo de Faria
- 16.ª Circunscrição - Votuporanga, Cardoso e Tanabi
- 17.ª Circunscrição - Jales, Fernandópolis, Estrela D' Oeste, Palmeira D' Oeste e Santa Fé do Sul
- 18.ª Circunscrição - Monte Aprazível, Auriflama, Buritama, General Salgado, Macaúbal e Nhandeara
- 19.ª Circunscrição - Itú, Porto Feliz, Salto e Tietê
- 20.ª Circunscrição - Sorocaba, Ibiúna, Piedade, São Roque e Tatuí
- 21.ª Circunscrição - Registro, Eldorado, Iguape, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Miracatu
- 22.ª Circunscrição - Itapetininga, Apiaí, Angatuba, Capão Bonito, Itapeva e Itararé
- 23.ª Circunscrição - Botucatu, Conchas, Laranjal Paulista e São Manuel
- 24.ª Circunscrição - Avaré, Cerqueira Cesar, Fartura, Itaporanga e Taquarituba
- 25.ª Circunscrição - Ourinhos, Piraju e Santa Cruz do Rio Pardo
- 26.ª Circunscrição - Assis, Cândido Mota, Maracá, Palmital, Paraguaçu Paulista e Quatá
- 27.ª Circunscrição - Presidente Prudente, Martinópolis, Pirapozinho, Rancharia e Regente Feijó
- 28.ª Circunscrição - Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio e Santo Anastácio
- 29.ª Circunscrição - Dracena, Junqueirópolis, Pacaembu, Panorama e Tupi Paulista
- 30.ª Circunscrição - Tupã, Adamantina, Lucélia e Oswaldo Cruz
- 31.ª Circunscrição - Marília, Duartina, Garça, Getulina, Pompéia e Vera Cruz
- 32.ª Circunscrição - Bauru, Agudos, Lençóis Paulista, Pirajuí e Piratininga
- 33.ª Circunscrição - Jaú, Bariri, Barra Bonita, Dois Córregos e Pederneiras
- 34.ª Circunscrição - Piracicaba, Capivari, Santa Bárbara D' Oeste e São Pedro
- 35.ª Circunscrição - Lins, Cafelândia, Penápolis e Promissão
- 36.ª Circunscrição - Araçatuba, Bilac, Birigui, Guaraxapes e Valparaíso

- 37.^a Circunscrição - Andradina, Mirandópolis e Pereira Barreto
38.^a Circunscrição - Franca, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista e Pedregulho
39.^a Circunscrição - Ituverava, Igarapava, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia e São Joaquim da Barra
40.^a Circunscrição - Ribeirão Preto, Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Pontal, Santa Rosa do Viterbo, Sertãozinho e São Simão
41.^a Circunscrição - Jaboticabal, Guariba, Monte Alto, Morro Agudo, Pitangueiras, Taquaritinga e Viradouro
42.^a Circunscrição - Casa Branca, Caconde, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo, Tambaú e Vargem Grande do Sul
43.^a Circunscrição - Mogi Mirim, Itapira, Mogi Guaçu, Pinhal e São João da Boa Vista
44.^a Circunscrição - Guarulhos, Jacareí, Mairiporã e Santa Izabel
45.^a Circunscrição - Mogi das Cruzes, Poá, Santa Branca e Suzano
46.^a Circunscrição - São José dos Campos, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Paraibuna, São Bento do Sapucaí e São Sebastião
47.^a Circunscrição - Taubaté, Caçapava, Pindamonhangaba, São Luiz do Paraitinga e Ubatuba
48.^a Circunscrição - Guaratinguetá, Aparecida, Cachoeira Paulista, Cunha e Lorena
49.^a Circunscrição - Cruzeiro, Bananal e Queluz

TABELA "B"
DAS VARAS ESPECIALIZADAS DA COMARCA DA CAPITAL

Código Judiciário, artigo 24 e § 1.^o

São Varas Especializadas:

- I - 24 Varas Criminais, numeradas de 1.^a a 24.1^a;
- II - 2 Varas do Júri;
- III - 2 Varas de Execuções Criminais e da Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária;
- IV - 24 Varas Cíveis, numeradas de 1.^a a 24.^a;
- V - 5 Varas da Fazenda Estadual, numeradas de 1.^a a 5.^a;
- VI - 4 Varas da Fazenda Municipal, numeradas de 1.^a a 4.^a;
- VII - 10 Varas da Família e Sucessões, numeradas de 1.^a a 10.^a;
- VIII - 1 Vara de Registros Públicos;
- IX - 1 Vara de Menores e
- X - 4 Varas de Acidentes do Trabalho, numeradas de 1.^a a 4.^a.

NOTA: Na vacância, ficará extinta uma das atuais Varas das Execuções Criminais e da Corregedoria dos

Presídios e da Polícia judiciária. A que subsistir será a Vara de Execuções Criminais.

TABELA "C"
DAS VARAS DISTRITAIS

Código Judiciário, artigo 24 § 3.^o

Sua numeração, sede e jurisdição

As Varas Distritais da Capital, numeradas ordinalmente de 1.^a a 12.^a são:

- I - 1.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Santo Amaro (29.^o Subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito, no distrito de Parelheiros e nos subdistritos de Ibirapuera (30.^o subdistrito) e de Capela do Socorro (32.^o Subdistrito);
- II - 2.^a Vara Distrital, com sede no distrito de São Miguel Paulista e jurisdição nesse distrito e no de Ermelindo Matarazzo;
- III - 3.^a Vara Distrital, com sede no distrito de Itaquera e jurisdição nesse distrito e no de Guaianazes;
- IV - 4.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Santana (8.^o subdistrito) e jurisdição nesse

subdistrito;

V - 5.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito da Lapa (14.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito, nos

distritos de Perus e Jaraguá e nos subdistritos de Nossa Senhora do Ó (4.^o subdistrito), Brasilândia (40.^o

subdistrito), Pirituba (31.^o subdistrito) e Jaguará (43.^o subdistrito);

VI - 6.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Pinheiros (45.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito e nos

de Butantã (13.^o subdistrito) e de Vila Madalena (39.^o subdistrito);

VII - 7.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Penha de França (3.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito

e nos de Vila Matilde (38.^o subdistrito) e de Cangaíba (41.^o subdistrito);

VIII - 8.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Tatuapé (27.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito e no

de Vila Formosa (46.^o subdistrito);

IX - 9.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Vila Maria (36.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito e no

de Vila Guilherme (47.^o subdistrito);

X - 10.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Casa Verde (23.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito e

nos de Limão (44.^o subdistrito) e Vila Cachoeirinha (48.^o subdistrito);

XI - 11.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Tucuruvi (23.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito;

XII - 12.^a Vara Distrital, com sede no subdistrito de Vila Prudente (26.^o subdistrito) e jurisdição nesse subdistrito.

TABELA "D"

DAS SEÇÕES EM QUE AGRUPADAS AS VARAS DA COMARCA DA CAPITAL PARA EFEITO DA SUBSTITUIÇÃO DE SEUS TITULARES

Código Judiciário, artigo 25

As Varas da Comarca da Capital são agrupadas nas seguintes Seções:

I - 1.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Cíveis;

II - 2.^a Seção - 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Varas Cíveis;

III - 3.^a Seção - 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Cíveis;

IV - 4.^a Seção - 13.^a, 14.^a, 15.^a e 16.^a Varas Cíveis;

V - 5.^a Seção - 17.^a, 18.^a, 19.^a e 20.^a Varas Cíveis;

VI - 6.^a Seção - 21.^a, 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Cíveis;

VII - 7.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas da Fazenda Estadual;

VIII - 8.^a Seção - 5.^a Vara da Fazenda Estadual; 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas da Fazenda Municipal;

IX - 9.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas da Família e Sucessões;

X - 10.^a Seção - 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Varas da Família e Sucessões;

XI - 11.^a Seção - 9.^a e 10.^a Varas da Família e Sucessões; Vara dos Registros Públicos e 4.^a Vara da Fazenda

Municipal;

XII - 12.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas de Acidentes do Trabalho;

XIII - 13.^a Seção - 1.^a e 2.^a Varas do Júri; Juízes Auxiliares da 1.^a e 2.^a Varas de Júri;

XIV - 14.^a Seção - 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Criminais;

XV - 15.^a Seção - 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Varas Criminais;

XVI - 16.^a Seção - 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Criminais;

XVII - 17.^a Seção - 13.^a, 14.^a, 15.^a e 16.^a Varas Criminais;

XVIII - 18.^a Seção - 17.^a, 18.^a, 19.^a e 20.^a Varas Criminais;

XIX - 19.^a Seção - 21.^a, 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Criminais;

XX - 20.^a Seção - 1.^a e 2.^a Varas das Execuções Criminais; 1.^a, 2.^a, 3.^a Varas Distritais;

XXI - 21.^a Seção - 4.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a Varas Distritais;

XXII - 22.^a Seção - 8.^a, 9.^a, 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Distritais;

XXIII - 23.^a Seção - Vara de Menores e Juiz Auxiliar da Zona Leste;

XXIV - 24.^a Seção - Juízes Auxiliares da Vara de Menores (Zona Norte, Sul, Oeste e Central).

TABELA "E"
DOS JUÍZES AUXILIARES DA CAPITAL

Código Judiciário, artigos 29, n.º II, 39, n.º III e 42

Seu número e distribuição

Os Juízes Auxiliares da Capital são os seguintes, assim distribuídos:

I - 5 (cinco) Juízes Auxiliares da Vara de Menores, numerados ordinalmente de 1.º a 5.º;

II - 1 (um) Juiz Auxiliar da 1.ª Vara do Júri;

III - 1 (um) Juiz Auxiliar da 2.ª Vara do Júri.

TABELA "F"
DOS JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS DA CAPITAL

Código Judiciário, artigo 23, n.º II, letra "b" e 43

O Quadro dos Substitutos da Capital compõe-se de 37 Juízes, numerados ordinalmente de 1.º a 37.º

TABELA "G"
DOS JUÍZES AUXILIARES DE INVESTIDURA TEMPORÁRIA

Código Judiciário, artigos 2.º, n.º VI; 23, n.º 171; 185 a 189

O Quadro dos Juízes Auxiliares de Investidora Temporária compõe-se de 26 Juízes, numerados ordinalmente de 1.º a 26.º.

TABELA "H"
DAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO
VARAS, NÚMERO E COMPETÊNCIA

Código Judiciário, artigo 48

1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
1 - AMERICANA	comum e cumulativa
* 2.ª Vara	Menores
* 1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
2 - ANDRADINA	comum e cumulativa
2.ª Vara	Menores
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
3 - ARAÇATUBA	2.ª Vara comum e cumulativa Corregedoria Permanente
* 3.ª Vara	Menores
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
4-ARARAQUARA	2.ª Vara comum e cumulativa Corregedoria Permanente
* 3.ª Vara	Menores
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
5-BARRETOS	comum e cumulativa
2.ª Vara	Menores
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
6 - BAURU	2.ª Vara comum e cumulativa Corregedoria Permanente dos Cartórios e extrajudiciais
3.ª Vara	Menores
* 4.ª Vara	Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
7 - BOTUCATU	comum e cumulativa
2.ª Vara	Menores
1.ª Vara Cível	
2.ª Vara Cível	comum e cumulativa
3.ª Vara Cível	

8 - CAMPINAS	3.ª Vara Crim.	Menores	
	1.ª Vara Crim.	Tribunal do Júri e de Economia Popular	
	2.ª Vara Crim.	Corregedoria Permanente	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e	Corregedoria Permanente	
9- CATANDUVA	comum e		
	cumulativa		
	2.ª Vara	Menores	
10 - FERNANDÓPOLIS	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria	
	comum e		
	cumulativa		
	* 2.ª Vara	Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente		
11 - FRANCA	comum e		
	cumulativa		
	2.ª Vara	Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente		
12 - GUARATINGUETA	comum e		
	cumulativa		
2.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular		
13- GUARULHOS	2.ª Vara	comum e	Corregedor Permanente
	cumulativa		
* 3.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente		
14 - JAÚ	comum e		
	cumulativa		
2.ª Vara		Menores	
15 - JUNDIAÍ	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular	
	2.ª Vara	comum e	Corregedoria Permanente
	cumulativa		
* 3.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente		
16 - LIMEIRA	comum e		
	cumulativa		
2.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente		
17 - MARÍLIA	comum e		
	cumulativa		
2.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e		
18 - MOGI DAS CRUZES	comum e	Corregedoria Permanente	
	cumulativa		
2.ª Vara		Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular		
19 - OSASCO	2.ª Vara	comum e	Corregedoria Permanente
	cumulativa		
	* 3.ª Vara	Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular		
20 - PIRACICABA	2.ª Vara	comum e	Corregedoria Permanente
	cumulativa		
	* 3.ª Vara	Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular		
21 - PRESIDENTE	2.ª Vara	comum e	Corregedoria Permanente
	PRUDENTE	cumulativa	
	* 3.ª Vara	Menores	
1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular		
22 - RIBEIRÃO PRETO	2.ª Vara	comum e	Corregedoria Permanente dos
Cartórios	cumulativa		extrajudiciais

4.ª Vara	3.ª Vara	Menores
1.ª Vara		Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária
23 - RIO CLARO	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente	
	comum e	
	cumulativa	
2.ª Vara		Menores
	1.ª Vara Cível	
	2.ª Vara Cível	comum e
		cumulativa
* 3.ª Vara Cível		
1.ª Vara Crim.		Tribunal do Júri e de Economia Popular
24 - SANTO ANDRÉ	2.ª Vara Crim.	comum e
		Corregedoria Permanente
		cumulativa
3.ª Vara Crim.		Menores
	1.ª Vara Cível	
	2.ª Vara Cível	
	3.ª Vara Cível	comum e
		Corregedoria Permanente
		(artigo 58, I)
	4.ª Vara Cível	
	* 5.ª Vara Cível	
25 - SANTOS		
1.ª Vara Crim.	comum e	Tribunal do Júri e de Economia Popular -
	cumulativa	Execuções Criminais - Corregedoria Permanente
2.ª Vara Crim		da Polícia Judiciária (art. 58, I) comum e cumulativa
	3.ª Vara Crim	
	4.ª Vara Crim.	
	5.ª Vara Crim.	Cumulativa
* Vara de Menores		
	Vara da Fazenda Pública e de Acidentes do Trabalho	
	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
26 - S. BERNARDO DO	2.ª Vara	comum e
	CAMPO	Corregedoria Permanente
		cumulativa
	* 3.ª Vara	Menores
	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
27 - S. CAETANO DO	2.ª Vara	comum e
	SUL	Corregedoria Permanente
		cumulativa
* 3.ª Vara		Menores
1.ª Vara		Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
28 - SÃO CARLOS		comum e
		cumulativa
2.ª Vara		Menores
1.ª Vara		Tribunal do Júri e de Economia Popular
29 - S JOSÉ DOS	2.ª Vara	comum e
Permanente		Corregedoria
	CAMPOS	cumulativa
	* 3.ª Vara	Menores
	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
2.ª Vara		Corregedoria Permanente dos Cartórios
	extrajudiciais	
30 - S. JOSÉ DO RIO	3.ª Vara	comum e
	PRETO	cumulativa
	4.ª Vara	Corregedoria Permanente da Polícia
Judiciária		
	* 5.ª Vara	
	1.ª Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
31 - SÃO VICENTE	2.ª Vara	comum e
		Corregedoria Permanente
		cumulativa

* 3. ^a Vara	Menores
1. ^a Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular
32 - SOROCABA	2. ^a Vara comum e Corregedoria Permanente dos
Cartórios e	cumulativa extrajudiciais
* 3. ^a Vara	Menores
* 4. ^a Vara	Corregedoria Permanente da Polícia Judiciária
1. ^a Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
33-TAUBATÉ	comum e
	cumulativa
2. ^a Vara	Menores
1. ^a Vara	Tribunal do Júri e de Economia Popular e Corregedoria Permanente
34 - TUPÃ	comum e
	cumulativa
2. ^a Vara	Menores

* Vara não instalada

NOTA 1 - Enquanto não instaladas a 4.^a Vara da Comarca de Bauru; as 3.^a e 4.^a Varas de Sorocaba e a 3.^a Vara de Araçatuba. Araraquara, Guarulhos, Jundiaí, Osasco Piracicaba, Presidente Prudente, Sto. André (3.^a Vara Cível e 3.^a Vara Criminal). São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul. São José do Campos e São Vicente, os serviços anexos serão exercidos pelas Varas existentes na forma do art. 48. do Código Judiciário.

NOTA 2 - Na Comarca de Santos, enquanto não instalada a Vara de Menores, caberá o respectivo serviço à 4.^a Vara Criminal

ANEXO N.º 1

QUADRO GERAL DA DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO EM COMARCAS, MUNICÍPIOS E DISTRITOS

Comarcas	Municípios	Distritos
Categoria da Sede		
1 - ADAMANTINA	Adamantina	Adamantina
	Mariápolis	Mariápolis
	Flórida Paulista	Mourão
		Flórida Paulista
		Atlântida
		Indaiá do Aquapeí
2 - AGUDOS	Agudos	Agudos
		Domélia
		Paulistânia
3 - ALTINÓPOLIS	Altinópolis	Altinópolis
	S. Antonio da Alegria	S. Antonio da Alegria
4 - AMERICANA	Americana	Americana
	Nova Odessa	Nova Odessa
5 - AMPARO	Amparo	Amparo
	Monte Alegre do Sul	Arcadas
		Monte Alegre do Sul
		Mostardas
6 - ANDRADINA	Andradina	Andradina
	Castilho	Castilho
	Guaraçai	Guaraçai
	Murutinga do Sul	Murutinga do Sul
	Nova Independência	Nova Independência
7 - ANGATUBA	Angatuba	Angatuba
Campo do Monte Alegre	Vila	
8 - APARECIDA	Aparecida	Aparecida
	Roseira	Roseira
9 - APIAÍ	Apiáí	Apiáí

	Carapicuíba	Carapicuíba	Cidade
	Jandira	Jandira	Cidade
Pirapora do Bom Jesus	Pirapora do Bom Jesus	Cidade	
Santana do Parnaíba	Santana do Parnaíba	Cidade	
22 - BATATAIS	Batatais	Batatais	
Cidade			
23 - BAURU	Brodósqui	Brodósqui	Cidade
	Bauru	Bauru	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		3.º Subdistrito	
Avaí	Avaí	Cidade	
24 - BEBEDOURO	Bebedouro	Nogueira	Vila
	Botafogo	Bebedouro	Cidade
		Vila	
25 - BILAC	Bilac	Bilac	Vila
Gabriel Monteiro	Gabriel Monteiro	Cidade	Cidade
Piacatu	Piacatu	Cidade	
26 - BIRIGUÍ	Biriguí	Biriguí	Cidade
	1.º Subdistrito		
		2.º Subdistrito	
Clementina	Clementina	Cidade	
Lauro Penteados	Vila		
Coroados	Coroados	Cidade	
Brejo Alegre	Vila		
Santópolis do Aguapeí	Santópolis do Aguapeí	Cidade	
27 - BOTUCATU	Botucatu	Botucatu	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		Rubião Júnior	Vila
		Vitoriana	Vila
Itatinga	Itatinga	Cidade	
Lobo	Vila		
Pardinho	Pardinho	Cidade	
28 - BRAGANÇA PAULISTA	Bragança Paulista	Bragança Paulista	Cidade
Tuiuti	Vila		
Pedra Bela	Pedra Bela	Cidade	
Pinhalzinho	Pinhalzinho	Cidade	
Vargem	Vargem	Cidade	
29 - BROTAS	Brotas	Brotas	Cidade
	S. Sebastião da Serra	Vila	
Torrinha	Torrinha	Cidade	
30 - BURITAMA	Buritama	Buritama	Cidade
	Planalto	Planalto	
Cidade			
	Planalto	Cidade	
Turiúba	Zacarias	Vila	
	Turiúba	Cidade	
	Lourde	Vila	
31 - CAÇAPAVA	Caçapava	Caçapava	Cidade
Jambeiro	Jambeiro	Cidade	
32 - CACHOEIRA PAULISTA	Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista	Cidade
Silveiras	Silveiras	Cidade	
33 - CACONDE	Caconde	Caconde	Cidade
	Berrania	Vila	
Tapiratiba	Tapiratiba	Cidade	
34 - CAFELÂNDIA	Cafelândia	Cafelândia	Cidade

Júlio Mesquita	Bacuriti	Vila	
	Cafesópolis	Vila	
	Simões	Vila	
35 - CAJURU	Júlio Mesquita	Cidade	
	Cajuru	Cajuru	Cidade
	Sta. Cruz da Esperança		
	(ex-Cruz da Esperança)	Vila	
Cássia dos Coqueiros	Cássia dos Coqueiros	Cidade	
36 - CAMPINAS	Campinas	Campinas	Cidade
	1.º Subdistrito		
	2.º Subdistrito		
	3.º Subdistrito		
	Barrão de Geraldo	Vila	
	Joaquim Egídio	Vila	
	Nova Aparecida	Vila	
	Souzas		Vila
Cosmópolis	Cosmópolis	Cidade	
Paulínia	Paulínia		Cidade
37 - CAMPOS DO JORDÃO	Campos do Jordão	Campos do Jordão	Cidade
38 - CÂNDIDO MOTA	Cândido Mota	Cândido Mota	Cidade
	Frutal do Campo	Vila	
39 - CAPÃO BONITO	Capão Bonito	Capão Bonito	Cidade
	Ribeirão Grande	Vila	
Guapiara	Guapiara	Cidade	
40 - CAPIVARI	Capivari	Capivari.	
Vila			
Elias Fausto	Elias Fausto	Cidade	
	Cardeal	Vila	
Mombuca	Mombuca	Cidade	
Rafard	Rafard	Cidade	
Monte Mor	Monte Mor	Cidade	
41- CARAGUATATUBA	Caraguatatuba	Caraguatatuba	Cidade
	Porto Novo	Vila	
42 - CARDOSO	Cardoso	Cardoso	
Cidade			
	São João do Marinheiro	Vila	
Mira Estrela	Mira Estrela	Cidade	
43 -CASA BRANCA	Casa Branca	Casa Branca	Cidade
	Lagoa Branca	Vila	
Itobi	Itobi	Cidade	
44 - CATANDUVA	Catanduva	Catanduva	Cidade
Elisiário	Vila		
Catiguá	Catiguá	Cidade	
Ibirá	Ibirá	Cidade	
Pindorama	Pindorama	Cidade	
	Roberto	Vila	
Tabapuã	Tabapuã	Cidade	
	Novais	Vila	
45 - CERQUEIRA CESAR	Cerqueira Cesar	Cerqueira Cesar	
Cidade			
Santa Bárbara do Rio	Santa Bárbara do Rio Pardo	Cidade	Pardo
Iaras	Vila		
46 - CONCHAS	Conchas	Conchas	Cidade
Juquiratiba	Vila		
Anhembi	Anhembi	Cidade	
Pirambóia	Vila		
Bofete	Bofete	Cidade	

Pereiras	Pereiras		Cidade	
47 - COTIA	Cotia	Cotia		Cidade
Caucaia do Alto	Vila			
Raposo Tavares	Vila			
Itapevi	Itapevi		Cidade	
48 - CRAVINHOS	Cravinhos	Cravinhos		Cidade
Serra Azul	Serra Azul	Cidade		
49 - CRUZEIRO	Cruzeiro	Cruzeiro		
Cidade				
1.º Subdistrito				
2.º Subdistrito				
Lavrinhas	Lavrinhas	Cidade		
Pinheiros	Vila			
50 - CUNHA	Cunha	Cunha		Cidade
Campos de Cunha	Vila			
51 - DESCALVADO	Descalvado	Descalvado		Cidade
52 - DIADEMA	Diadema	Diadema		Cidade
53 - DOIS CÓRREGOS	Dois Córregos	Dois Córregos		Cidade
		Guarapuã	Vila	
54 - DRACENA	Dracena	Dracena		
Cidade				
		Jaciporã		Vila
		Jamaica		Vila
Ouro Verde	Ouro Verde	Cidade		
	Arabela		Vila	
55 - DUARTINA	Duartina	Duartina		Cidade
56 - ELDORADO	Lucianópolis	Lucianópolis		Cidade
	Eldorado		Cidade	
	Braço		Vila	
	Itapeúna		Vila	
Iporanga	Iporanga		Cidade	
57 - ESTRELA D' OESTE	Estrela D' Oeste	Estrela D' Oeste		
Cidade				
Dolcinópolis	Dolcinópolis	Cidade		
Populina	Populina	Cidade		
São João das Duas	São João das Duas Pontes	Cidade	Pontes	
Turmalina	Tumalina	Cidade		
		Fátima Paulista	Vila	
58 - FARTURA	Fartura	Fartura		Cidade
Taguaí	Taguaí		Cidade	
59 - FERNANDÓPOLIS	Fernandópolis	Fernandópolis		Cidade
		1.º Subdistrito		
		2.º Subdistrito		
	Brasitânia		Vila	
Guarani D' Oeste	Guarani D' Oeste			Cidade
Indiaporã	Indiaporã		Cidade	
Macedônia	Macedônia		Cidade	
Meridiano	Meridiano		Cidade	
Pedranópolis	Pedranópolis		Cidade	
		Santa Isabel do Marinho	Vila	
60 - FRANCA	Franca	Franca		Cidade
		1.º Subdistrito		
		2.º Subdistrito		
Cristais Paulista	Cristais Paulista	(ex-Guapuã)	Cidade	(ex-Guapuã)
Jeriquara	Jeriquara	Cidade		
Restinga	Restinga	Cidade		

Ribeirão Corrente	Ribeirão Corrente	Cidade	
São José da Bela Vista	S. José da Bela Vista	Cidade	
61 - FRANCO DA ROCHA	Franco da Rocha	Franco da Rocha	
Cidade			
Caieiras	Caieiras	Cidade	
Francisco Morato	Francisco Morato	Cidade	
62 - GARÇA	Garça	Garça	Cidade
	Jafá		Vila
Álvaro de Carvalho	Álvaro de Carvalho	Cidade	
Alvinlândia	Alvinlândia		Cidade
Gália	Gália		Cidade
	Fernão		Vila
Lupércio	Lupércio		Cidade
63 - GENERAL SALGADO	General Salgado	General Salgado	
Cidade			
	Nova Castilho		Vila
64 - GETULINA	Getulina	S. João de Iracema	Vila
Cidade		Getulina	
	Macucos		Vila
Guaimbé	Guaimbé	Santa América	Vila
Fátima	Vila	Cidade	
65 - GUAIRA	Guaíra	Guaíra	Cidade
66 - GUARARAPES	Guararapes	Guararapes	Cidade
	Ribeirão do Vale		Vila
Rubiácea	Rubiácea	Cidade	
67 - GUARATINGUETÁ	Guaratinguetá	Guaratinguetá	Cidade
	1.º Subdistrito		
	2.º Subdistrito		
68 - GUARIBA	Guariba	Guariba	Cidade
	Pradópolis	Pradópolis	Cidade
69 - GUARUJÁ	Guarujá	Guarujá	Cidade
Vicente de Carvalho	Vila		
70 - GUARULHOS	Guarulhos	Guarulhos	Cidade
71 - IBITINGA	Ibitinga	Ibitinga	Cidade
	Cambaratiba		Vila
Iacanga	Iacanga	Cidade	
Tabatinga	Tabatinga	Cidade	
72 - IBIÚNA	Ibiúna	Curupá	Vila
		Ibiúna	Cidade
73 - IGARAPAVA	Igarapava	Paruru	Vila
Aramina	Aramina	Igarapava	Cidade
Buritizal	Buritizal	Cidade	
74 - IGUAPE	Iguape	Iguape	Cidade
75 - INDAIATUBA	Indaiatuba	Indaiatuba	Cidade
76 - ITANHAÉM	Itanhaém	Itanhaém	Cidade
Mongaguá	Mongaguá	Cidade	
77 - ITAPECERICA DA SERRA	Itapeçerica da Serra	Itapeçerica da Serra	Cidade
		S. Lourenço da Serra	Vila
Embu	Embu	Cidade	
Embu Guaçu	Embu Guaçu	Cidade	
Juquitiba	Juquitiba	Cidade	
Taboão da Serra	Taboão da Serra		Cidade
78 - ITAPETININGA	Itapetininga	Itapetininga	Cidade
1.º Subdistrito			

2.º Subdistrito				
Alambari	Vila			
Gramadinho	Vila			
Morro do Alto	Vila			
S. Miguel Arcanjo	S. Miguel Arcanjo	Cidade		
Sarapuí	Sarapuí	Cidade		
79 - ITAPEVA	Itapeva	Itapeva		
Cidade				
Campina do Veados	Vila			
Guarizinho	Vila			
Taquarivaí	Vila			
Buri	Buri	Cidade		
		Aracaçu	Vila	
Itaberá	Itaberá	Cidade		
Turiba do Sul	Vila			
Ribeirão Branco	Ribeirão Branco	Cidade		
80 - ITAPIRA	Itapira	Itapira		Cidade
		Barão Ataliba Nogueira	Vila	
		Eleutério	Vila	
81 - ITÁPOLIS	Itápolis	Itápolis		Cidade
		Nova América	Vila	
		Tapinas	Vila	
		Borborema	Cidade	
82 - ITAPORANGA	Itaporanga	Itaporanga		Cidade
Barão de Antonina	Barão de Antonina	Cidade		
Ribeirão Vermelho do Sul	Ribeirão Vermelho do Sul	Cidade		
83 - ITARARÉ	Itararé	Itararé		Cidade
84 - ITARIRI	Itariri	Itariri		Cidade
Ana Dias	Vila			
	Peruíbe	Peruíbe		
Cidade				
85 - ITATIBA	Itatiba	Itatiba		Cidade
Morungaba	Morungaba	Cidade		
86 - ITÚ	Itú	Itú		Cidade
Pirapitingui	Vila			
Cabreúva	Cabreúva	Cidade		
87 - ITUVERAVA	Ituverava	Bom Fim do Bom Jesus	Vila	
		Ituverava	Cidade	
		Capivari da Mata	Vila	
		S. Benedito da Cachoeirinha	Cidade	
	Guará	Guará		
Pioneiros	Vila			
88 - JABOTICABAL	Jaboticabal	Jaboticabal		Cidade
		1.º Subdistrito		
		2.º Subdistrito		
		Córrego Rico	Vila	
		Lusitânia	Vila	
Taiaçu	Taiaçu	Cidade		
Taiúva	Taiúva	Cidade		
89 - JACAREÍ	Jacareí	Jacareí		Cidade
90 - JACUPIRANGA	Jacupiranga	Jacupiranga		Cidade
		Cajati	Vila	
	Cananéia	Cananéia		Cidade
		Ariri	Vila	
		Braço	Vila	
		Itapeúna	Vila	
	Pariquera Açú	Pariquera Açú		Cidade
	Barra do Turvo	Barra do Turvo		Cidade

91 - JALES	Jales	Jales	Cidade
		Pontalinda	Vila
Paranapuã	Paranapuã	Vitória Brasil	Vila
		Cidade	
Santa Albertina	Santa Albertina	Mesópolis	Vila
Urânia	Urânia	Cidade	
		Cidade	
		Aspásia	Vila
92 - JARDINÓPOLIS	Jardinópolis	Santa Selete	Vila
		Jardinópolis	Cidade
		Jurucê	Vila
93 - JAÚ	Jaú	Jaú	Cidade
		Potunduva	Vila
	Bocaina	Bocaina	Cidade
	Boracéia	Boracéia	Cidade
	Itapuí	Itapuí	Cidade
Mineiros do Tietê	Mineiros do Tietê	Cidade	
94 - JOSÉ BONIFÁCIO	José Bonifácio	José Bonifácio	Cidade
		Salto do Avanhadava	Vila
		Ubarana	Vila
		Jundiaí	Cidade
95 - JUNDIAÍ	Jundiaí	Cidade	
Campo Limpo	Campo Limpo		
Itupeva	Itupeva	Cidade	
Várzea Paulista	Várzea Paulista	Cidade	
Vinhedo	Vinhedo	Cidade	
Louveira	Louveira	Cidade	
96 - JUNQUEIRÓPOLIS	Junqueirópolis	Junqueirópolis	Cidade
97 - JUQUIÁ	Juquiá	Juquiá	Cidade
98 - LARANJAL PAULISTA	Laranjal Paulista	Laranjal Paulista	
Cidade			
		Laras	Vila
Maristela	Vila		
99 - LEME	Leme	Leme	Cidade
100 - LENÇÓIS PAULISTA	Lençóis Paulista	Lençóis Paulista	
Cidade			
		Alfredo Guedes	Vila
		Borebi	Vila
101 - LIMEIRA	Limeira	Limeira	
Cidade			
Cordeirópolis	Cordeirópolis	Cidade	
Iracemápolis	Iracemápolis	Cidade	
102 - LINS	Lins	Lins	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		Guarapiranga	Vila
	Guaíçara	Guaíçara	Cidade
Sabino	Sabino	Cidade	
103 - LORENA	Lorena	Lorena	Cidade
		Canas	Vila
Piquete	Piquete	Cidade	
104 - LUCÉLIA	Lucélia	Lucélia	Cidade
		Pracinha	Vila
Inúbia Paulista	Inúbia Paulista	Cidade	
105 - MACAUBAL	Macaubal	Macaubal	Cidade
Monções	Monções	Cidade	
106 - MAIRIPORÃ	Mairiporã	Mairiporã	Cidade
107 - MARACÁI	Maracaí	Maracaí	Cidade
		S. José das Laranjeiras	Vila

Cruzália	Cruzália	Marília	Cidade
108 - MARÍLIA	Marília	Amadeu Amaral	Cidade
Vila			
		Avenças	Vila
		Dirceu	Vila
		Lácio	Vila
		Padre Nóbrega	Vila
		Rosália	Vila
		Ocaçu	Cidade
Oriente	Oriente	Cidade	
109 - MARTINÓPOLIS	Martinópolis	Martinópolis	Cidade
		Guachos	Vila
		Teçaindá	Vila
	Indiana	Indiana	
Cidade			
110 - MATÃO	Matão	Matão	Cidade
		S. Lourenço do Turvo	Vila
Dobrada	Dobrada	Cidade	
111 - MAUÁ	Mauá	Mauá	Cidade
112 - MIGUELÓPOLIS	Miguelópolis	Miguelópolis	Cidade
113 - MIRACATU	Miracatu	Miracatu	Cidade
		Pedro Barros	Vila
Pedro de Toledo	Pedro de Toledo		
114 - MIRANDÓPOLIS	Mirandópolis	Mirandópolis	Cidade
		Amandaba	Vila
		Três Alianças	Vila
		Cidade	
Lavínia	Lavínia		
Tabajara		Vila	
115 - MIRANTE DO	Mirante do	Mirante do Paranapanema	Cidade
PARANAPANEMA	Paranapanema		
Costa Machado	Vila		
116 - MIRASSOL	Mirassol	Cuiabá Paulista	Vila
Cidade		Mirassol	
	Bálsamo	Ruilândia	Vila
Cidade		Bálsamo	
	Jaci	Jaci	Cidade
	Mirassolândia	Mirassolândia	Cidade
	Neves Paulista	Neves Paulista	Cidade
		Barra Dourada	Vila
		Miralus	Vila
117 - MOCOCA	Mococa	Mococa	Cidade
		Igarai	Vila
		S. Benedito das Areias	Vila
118 - MOGI DAS CRUZES	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	
Cidade			
		Sabaúna	Vila
Biritiba Mirim	Biritiba Mirim	Taiacupeba	Vila
Brás Cubas	Brás Cubas	Cidade	
		Cidade	
		Jundiapéba	Vila
Guararema	Guararema	Cidade	
119 - MOGI-GUAÇU	Mogi-Guaçu	Mogi-Guaçu	Cidade
120 - MOGI-MIRIM	Mogi-Mirim	Mogi-Mirim	Cidade
Arthur Nogueira	Arthur Nogueira		
Conchal	Conchal	Cidade	
		Cidade	

Jaguariúna	Jaguariúna	Cidade	
S. Antonio da Posse	S. Antonio da Posse	Cidade	
121 - MONTE ALTO	Monte Alto	Monte Alto	Cidade
Pirangi	Pirangi	Cidade	
Vista Alegre do Alto	Vista Alegre do Alto	Cidade	
122 - MONTE APRAZÍVEL	Monte Aprazível	Monte Aprazível	
Cidade			
		Eng. Balduino	Vila
		Itaiúba	Vila
		Junqueira	Vila
	Sebastianópolis do Sul	Sebastianópolis do Sul	Cidade
	União Paulista (ex-União)	União Paulista (ex-União)	
Cidade			
	Nipoã	Nipoã	Cidade
	Poloni	Poloni	Cidade
123 - MONTE AZUL PAULISTA	Monte Azul Paulista	Monte Azul Paulista	Cidade
		Marcondésia	Vila
Paraíso	Paraíso	Cidade	
124 - MORRO AGUDO	Morro Agudo	Morro Agudo	Cidade
125 - NHANDEARA	Nhandeara	Nhandeara	Cidade
Ida Iolanda	Vila		
Floreal	Floreal	Cidade	
Gastão Vidigal	Gastão Vidigal	Cidade	
Nova Luzitânia	Nova Luzitânia	Cidade	
Magda	Magda	Cidade	
126 - NOVA ALIANÇA	Nova Aliança	Nova Aliança	Cidade
Nova Itapirema	Vila		
Adolfo	Adolfo	Cidade	
Mendonça	Mendonça	Cidade	
127 - NOVA GRANADA	Nova Granada	Nova Granada	Cidade
Ingás	Vila		
Mangaratu	Vila		
Onda Branca	Vila		
Icem	Icem	Cidade	
Onda Verde	Onda Verde	Cidade	
128 - NOVO HORIZONTE	Novo Horizonte	Novo Horizonte	
Cidade			
Vale Formoso	Vila		
Sales	Sales	Cidade	
Itajobi	Itajobi	Cidade	
Irapuã	Irapuã	Cidade	
129 - NUPORANGA	Nuporanga	Nuporanga	Cidade
Sales Oliveira	Sales Oliveira	Cidade	
130 - OLÍMPIA	Olímpia	Olímpia	Cidade
		Baguaçu	Vila
		Ribeiro dos Santos	Vila
	Altair	Altair	Cidade
	Cajobi	Cajobi	Cidade
		Embaúba	Vila
		Monte Verde Paulista	Vila
	Guaraci	Guaraci	Cidade
	Severinia	Severinia	Cidade
131 - ORLÂNDIA	Orlândia	Orlândia	
Cidade			
132 - OSASCO	Osasco	Osasco	Cidade
133 - OSVALDO CRUZ	Osvaldo Cruz	Osvaldo Cruz	Cidade
		Lagoa Azul	Vila
Sagres	Sagres	Cidade	

134 - OURINHOS Cidade	Salmourão Ourinhos	Salmourão Ourinhos	Cidade
Ribeirão do Sul Pintos) Pintos)	Salto Grande Ribeirão do Sul (ex-Ribeirão dos	Salto Grande Cidade	Cidade (ex-Ribeirão dos
135 - PACAEMBU	Xavantes	Xavantes	Cidade
Irapuru	Pacaembu	Canitar	Vila
136 - PALESTINA	Flora Rica	Trapé	Vila
	Irapuru	Pacaembu	Cidade
	Palestina	Flora Rica	Cidade
		Cidade	
137 - PALMEIRA D' OESTE		Palestina	Cidade
Cidade		Duplo Céu	Vila
	Jurupeba		
Aparecida D' Oeste	Palmeira D' Oeste	Palmeira D' Oeste	
		Dalas	Vila
	Aparecida D' Oeste	Cidade	
	Marinópolis	Marinópolis	Cidade
	São Francisco	São Francisco	Cidade
138 - PALMITAL	Palmital	Dirce Reis	Vila
Cidade		Palmital	
Campos Novos Paulista	Campos Novos Paulista	Sussui	Vila
	Ibirarema	Cidade	
139 - PANORAMA	Platina	Ibirarema	Cidade
	Panorama	Platina	Cidade
	Paulicéia	Panorama	Cidade
	Santa Mercedes	Paulicéia	Cidade
Cidade		Santa Mercedes	
140 - PARAGUAÇU PAULISTA	Paraguaçu Paulista	Terra Nova D' Oeste	Vila
		Paraguaçu Paulista	Cidade
Borá	Borá	Conceição do Monte Alegre	Vila
Lutécia	Lutécia	Sapezal	Vila
Oscar Bressane	Oscar Bressane	Cidade	
141 - PARAIBUNA	Paraibuna	Cidade	
	Natividade da Serra	Paraibuna	Cidade
Bairro Alto	Vila	Natividade da Serra	Cidade
142 - PATROCÍNIO PAULISTA	Patrocínio Paulista		
	Itirapuã	Itirapuã	Cidade
143 - PAULO DE FARIA	Paulo de Faria	Paulo de Faria	Cidade
	Orindiúva	Orindiúva	Cidade
	Riolândia	Riolândia	Cidade
144 - PEDERNEIRAS	Pederneiras	Pederneiras	Cidade
		Guaianás	Vila
		Santelmo	Vila
		Vanglória	Vila
	Arealva	Arealva	Cidade
		Jacuba	Vila
		Tibiriçá	Vila
145 - PEDREGULHO	Macatuba	Macatuba	Cidade
	Pedregulho	Pedregulho	Cidade
		Alto Porã	Vila
		Iqacaba	Vila

146 - PEDREIRA	Rifaina	Rifaina	Cidade
Cidade	Pedreira	Pedreira	
147 - PENÁPOLIS	Penápolis	Penápolis	Cidade
	Alto Alegre	Alto Alegre	Cidade
		Jatobá	Vila
		S. Martinho D' Oeste	Vila
	Avanhandava	Avanhandava	Cidade
	Barbosa	Barbosa	
Cidade			
	Braúna	Braúna	Cidade
	Glicério	Glicério	Cidade
	Luiziânia	Juriti	Vila
148 - PEREIRA BARRETO	Pereira Barreto	Luiziânia	Cidade
		Pereira Barreto	Cidade
		Bela Floresta	Vila
		Susanópolis	Vila
	Itapura	Itapura	Cidade
149 - PIEDADE	Sud Mennucci	Sud Mennucci	Cidade
	Piedade	Piedade	Cidade
	Pilar do Sul	Pilar do Sul	Cidade
	Tapiraí	Tapiraí	Cidade
150 - PINDAMONHANGABA	Pindamonhangaba	Pindamonhangaba	Cidade
		Moreira César	Vila
151 - PINHAL	Pinhal	Pinhal	Cidade
	S. Antonio do Jardim	S. Antonio do Jardim	Cidade
152 - PIRACAIA	Piracaia	Piracaia	Cidade
		Batatuba	Vila
Joanópolis	Joanópolis	Cidade	
153 - PIRACICABA	Piracicaba	Piracicaba	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		3.º Subdistrito	
		Artemis	Vila
		Guamium	Vila
		Ibitiruna	
Vila			
Vila		Saltinho	
		Santa Terezinha de Piracicaba	Vila
		Tupi	Vila
	Charqueada	Charqueada	Cidade
		Paraisolândia	Vila
154 - PIRAÇUNUNGA	Rio das Pedras	Rios das Pedras	Cidade
	Piraçununga	Piraçununga	Cidade
		Cachoeira de Emas	Vila
Santa Cruz da Conceição	Santa Cruz da Conceição	Cidade	
155 - PIRAJÚ	Piraju	Piraju	Cidade
	Tejupá	Tejupá	Cidade
	Manduri	Manduri	Cidade
		São Berto	Vila
	Óleo	Óleo	Cidade
		Batista Botelho	Vila
	Sarutaiaá	Sarutaiaá	
Cidade			
156 - PIRAJUÍ	Timburi	Timburi	Cidade
	Pirajuí	Pirajuí	Cidade
		Corredeira	Vila

Vila		Pradínia	
	Balbinos	S. Antonio da Estiva	Vila
	Guarantã	Balbios	Cidade
	Pongaí	Guarantã	Cidade
	Presidente Alves	Pongaí	Cidade
Cidade		Presidente Alves	
	Reginópolis	Guariçanga	Vila
	Uru	Reginópolis	Cidade
157 - PIRAPOZINHO	Pirapozinho	Uru	Cidade
		Pirapozinho	Cidade
		Itororó do Paranapanema	
Vila			
Estrela do Norte	Estrela do Norte		
Narandiba	Narandiba	Cidade	
Tarabaí	Tarabaí	Cidade	
158 - PIRATININGA	Piratininga	Piratininga	Cidade
	Cabrália Paulista	Cabrália Paulista	
Cidade			
159 - PITANGUEIRAS	Pitangueiras	Pitangueiras	Cidade
		Ibitiúva	Vila
160 - POÁ	Poá	Taquaral	Vila
	Ferraz de Vasconcelos	Poá	Cidade
161 - POMPÉIA	Pompéia	Ferraz de Vasconcelos	Cidade
Cidade		Pompéia	
		Novo Cravinhos	Vila
		Paulópolis	Vila
	Herculândia	Herculândia	Cidade
		Juliânia	Vila
	Queiroz	Queiroz	Cidade
162 - PONTAL	Quintana	Quintana	Cidade
	Pontal	Pontal	Cidade
		Cândia	Vila
163 - PORTO FELIZ	Porto Feliz	Porto Feliz	Cidade
	Boituva	Boituva	Cidade
	Iperó	Iperó	Cidade
		Bacaetava	Vila
164 - PORTO FERREIRA	Porto Ferreira	Porto Ferreira	Cidade
165 - PRESIDENTE BERNARDES	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	Cidade
		Araxás	Vila
		Emilianópolis	Vila
		Nova Pátria	Vila
166 - PRESIDENTE EPITÁCIO	Presidente Epitácio	Presidente Epitácio	Cidade
167 - PRESIDENTE PRUDENTE	Presidente Prudente	Presidente Prudente	Cidade
		Ameliópolis	Vila
		Eneida	Vila
		Floresta do Sul	Vila
		Montalvão	Vila
	Alfredo Marcondes	Alfredo Marcondes	Cidade
	Alvares Machado	Alvares Machado	Cidade
		Coronel Goulart	Vila
	Anhumas	Anhumas	Cidade
	Sandovalina	Sandovalina	Cidade
	Santo Expedito	Santo Expedito	Cidade
168 - PRESIDENTE VENCESLAU	Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Cidade
	Caiuá	Caiuá	Cidade

	Marabá Paulista	Marabá Paulista	Cidade
	Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	Cidade
		Rosana	Vila
169 - PROMISSÃO	Promissão	Promissão	Cidade
		Santa Maria do Gurupá	Vila
170 - QUATÁ	Quatá	Quatá	Cidade
	João Ramalho	João Ramalho	Cidade
171 - QUELUZ	Queluz	Queluz	Cidade
	Areias	Areias	Cidade
172 - RANCHARIA	Rancharia	Rancharia	Cidade
		Agissê	Vila
		Gardênia	Vila
	Iepê	Iepê	Cidade
		Nantes	Vila
173 - REGENTE FEIJÓ	Regente Feijó	Regente Feijó	Cidade
		Espigão	Vila
	Caiabu	Caiabu	Cidade
		Esperança D' Oeste	Vila
		Iubatinga	Vila
	Taciba	Taciba	Cidade
174 - REGISTRO	Registro	Registro	
	Cidade		
Sete Barras	Sete Barras	Cidade	
175 - RIBEIRÃO BONITO	Ribeirão Bonito	Ribeirão Bonito	Cidade
		Guarapiranga	Vila
Boa Esperança do Sul	Boa Esperança do Sul	Cidade	
		Trabiju	Vila
Dourado	Dourado	Cidade	
176 - RIBEIRÃO PIRES	Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	Cidade
		Iupeba	Vila
	Rio Grande da Serra	Rio Grande da Serra (ex-Igatuauçu)	
		(ex-Igatuauçu)	
177 - RIBEIRÃO PRETO	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		3.º Subdistrito	
		Bonfim Paulista	Vila
		Guataparã	Vila
	Dumont	Dumont	
	Serrana	Serrana	Cidade
178 - RIO CLARO	Rio Claro	Rio Claro	Cidade
		Ajapi	Vila
		Assistência	Vila
	Analândia	Analândia	Cidade
	Corumbataí	Corumbataí	Cidade
	Ipeúna	Ipeúna	Cidade
	Itirapina	Itirapina	
		Itaqueri da Serra	
	Santa Gertrudes	Santa Gertrudes	
179 - SALTO	Salto	Salto	Cidade
180 - SANTA ADÉLIA	Santa Adélia	Santa Adélia	Cidade
		Botelho	Vila
		Ururaí	Vila
	Ariranha	Ariranha	Cidade

		Palmares Paulista	Palmares Paulista	
Cidade				
181 - SANTA BRANCA		Santa Branca	Santa Branca	Cidade
		Salesópolis	Salesópolis	Cidade
182 - SANTA BÁRBARA		Santa Bárbara D' Oeste	Santa Bárbara D' Oeste	
Cidade		D' OESTE		
183 - SANTA CRUZ DAS		Santa Cruz das Palmeiras	Santa Cruz das Palmeiras	
Cidade		PALMEIRAS		
184 - SANTA CRUZ DO RIO		Santa Cruz do Rio Pardo	Santa Cruz do Rio Pardo	
Cidade		PARDO		
Caporanga		Vila		
			Clarínia	Vila
			Espírito Santo do Turvo	Vila
			Sodrélia	
Vila				
		Bernardino de Campos	Bernardino de Campos	Cidade
		Ipauçu	Ipauçu	Cidade
		São Pedro do Turvo	São Pedro do Turvo	Cidade
		Ubirajara	Ubirajara	Cidade
185 - SANTA FÉ DO SUL		Santa Fé do Sul	Santa Fé do Sul	Cidade
		Rubinéia	Rubinéia	Cidade
			Esmeralda	Vila
		Santa Clara D' Oeste	Santa Clara D' Oeste	Cidade
		Santa Rita D' Oeste	Santa Rita D' Oeste	Cidade
			Aparecida do Bonito	Vila
		Santana da Ponte Pensa	Santana da Ponte Pensa	
Cidade				
		Três Fronteiras	Três Fronteiras	Cidade
			Nova Canaã	Vila
186 - SANTA IZABEL		Santa Izabel	Santa Izabel	Cidade
Arujá	Arujá		Cidade	
Igaratá	Igaratá		Cidade	
187 - SANTA RITA DO PASSA		Santa Pita do Passa	Santa Rita do Passa Quatro	Cidade
QUATRO		Quatro		
Jacirendi		Vila		
188 - SANTA ROSA DO VITERBO		Santa Rosa do Viterbo	Santa Rosa do Viterbo	Cidade
189 - SANTO ANASTÁCIO		Santo Anastácio	Santo Anastácio	
Cidade				
		Piquerobi	Ribeirão dos Índios	Vila
190 - SANTO ANDRÉ		Santo André	Piquerobi	Cidade
			Santo André	Cidade
			1.º Subdistrito	
			2.º Subdistrito	
191 - SANTOS		Santos	Paranapiacaba	Vila
			Santos	Cidade
			1.º Subdistrito	
			2.º Subdistrito	
			Bertioga	
Vila				
		Cubatão	Cubatão	
Cidade				
192 - SÃO BENTO DO SAPUCAÍ		São Bento do Sapucaí	São Bento do Sapucaí	Cidade
Santo Antônio do Pinhal		Santo Antônio do Pinhal	Cidade	
193 - SÃO BERNARDO DO		São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	
Cidade		CAMPO		
Riacho Grande		Vila		
194 - SÃO CAETANO DO SUL		São Caetano do Sul	São Caetano do Sul	Cidade
195 - SÃO CARLOS		São Carlos	São Carlos	Cidade

		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		Água Vermelha	Vila
		Santa Eudóxia	Vila
	Ibaté	Ibaté	Cidade
196 - SÃO JOÃO DA BOA VISTA	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista	Cidade
	Águas da Prata	Águas da Prata	Cidade
		São Roque da Fartura	Vila
	Aguai	Aguai	Cidade
197 - SÃO JOAQUIM DA BARRA	São Joaquim da Barra	São Joaquim da Barra	Cidade
	Ipuã	Ipuã	Cidade
198 - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	São José do Rio Pardo	São José do Rio Pardo	Cidade
	Divinolândia	Divinolândia	Cidade
		Campestrinho	Vila
	São Sebastião da Gramma	São Sebastião da Gramma	
	Cidade		
199 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		3.º Subdistrito	
		Engenheiro Schmidt	Vila
		Ipiguã	Vila
		Talhado	Vila
	Bady Bassit (ex-Borboleta)	Bady Bassit (ex-Borboleta)	
	Cidade		
	Cedral	Cedral	Cidade
	Guapiaçu	Guapiaçu	Cidade
	Potirendaba	Potirendaba	Cidade
	Uchôa	Uchôa	Cidade
200 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	São José dos Campos	São José dos Campos	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		Eugênio de Mello	Vila
		São Francisco Xavier	Vila
	Monteiro Lobato	Monteiro Lobato	
	Cidade		
201 - SÃO LUIZ DO PARAITINGA	São Luiz do Paraitinga	São Luiz do Paraitinga	Cidade
		Catuçaba	Vila
	Lagoinha	Lagoinha	Cidade
202 - SÃO MANOEL	São Manoel	São Manoel	Cidade
		Aparecida de São Manoel	
	Vila		
		Pratânia	
	Vila		
	Areiópolis	Areiópolis	Cidade
203 - SÃO PAULO	São Paulo	São Paulo	Cidade
		1.º Subdistrito	
		2.º Subdistrito	
		3.º Subdistrito	
		4.º Subdistrito	
		5.º Subdistrito	
		6.º Subdistrito	
		7.º Subdistrito	
		8.º Subdistrito	
		9.º Subdistrito	
		10.º Subdistrito	
		11.º Subdistrito	
		12.º Subdistrito	

			13.º Subdistrito
			14.º Subdistrito
			15.º Subdistrito
			16.º Subdistrito
			17.º Subdistrito
			18.º Subdistrito
			19.º Subdistrito
			20.º Subdistrito
			21.º Subdistrito
			22.º Subdistrito
			23.º Subdistrito
			24.º Subdistrito
			25.º Subdistrito
			26.º Subdistrito
27.º Subdistrito			
28.º Subdistrito			
29.º Subdistrito			
30.º Subdistrito			
31.º Subdistrito			
32.º Subdistrito			
33.º Subdistrito			
34.º Subdistrito			
35.º Subdistrito			
36.º Subdistrito			
37.º Subdistrito			
38.º Subdistrito			
39.º Subdistrito			
40.º Subdistrito			
41.º Subdistrito			
42.º Subdistrito			
43.º Subdistrito			
44.º Subdistrito			
45.º Subdistrito			
46.º Subdistrito			
47.º Subdistrito			
48.º Subdistrito			
Ermelino Matarazzo	Vila		
Guaianazes	Vila		
Itaquera	Vila		
Jaraguá	Vila		
Parelheiros	Vila		
Peru	Vila		
São Miguel Paulista	Vila		
204 - SÃO PEDRO	São Pedro	São Pedro	Cidade
	Águas de São Pedro	Águas de São Pedro	Cidade
	Santa Maria da Serra	Santa Maria da Serra	Cidade
205 - SÃO ROQUE	São Roque	São Roque	Cidade
		Araçarigama	Vila
		Canguera	Vila
		São João Novo	Vila
	Mairinque	Mairinque	Cidade
206 - SÃO SEBASTIÃO	São Sebastião	São Sebastião	Cidade
		Maresias	Vila
		São Francisco da Praia	Vila
	Ilhabela	Ilhabela	Cidade
		Cambaquara	Vila
		Paranabi	Vila
207 - SÃO SIMÃO	São Simão	São Simão	Cidade

208 - SÃO VICENTE	Luis Antonio São Vicente Praia Grande	Luis Antonio São Vicente Praia Grande Solemar	Cidade Cidade Cidade
Vila 209 - SERRA NEGRA	Serra Negra Águas de Lindóia Lindóia	Serra Negra Águas de Lindóia Lindóia	Cidade Cidade Cidade
210 - SERTÃOZINHO	Sertãozinho	Sertãozinho Cruz das Posses	Cidade
Vila Barrinha 211 - SOCORRO	Barrinha Socorro	Cidade Socorro	
Cidade 212 - SOROCABA	Sorocaba	Sorocaba 1.º Subdistrito	Cidade
2.º Subdistrito Brigadeiro Tobias Cajuru do Sul Eden Araçoiaba da Serra Capela do Alto Salto de Pirapora Votorantim	Vila Vila Vila Araçoiaba da Serra Capela do Alto Salto de Pirapora Votorantim	Cidade Cidade Cidade Cidade	Cidade
213 - SUMARÉ	Sumaré	Sumaré Hortolândia Nova Veneza Suzano	Cidade Vila Vila Cidade
214 - SUZANO	Suzano	Suzano	
Itaquaquacetuba 215 - TAMBÁU	Itaquaquacetuba Tambaú	Cidade Tambaú	
Cidade 216 - TANABI	Tanabi	Tanabi	Cidade
Ibiporanga Américo de Campos Cosmorama Pontes Gestal	Vila Américo de Campos Cosmorama Pontes Gestal	Cidade Cidade Cidade	
217 - TAQUARITINGA	Taquaritinga	Taquaritinga Guariroba Jurupema Cândido Rodrigues Fernando Prestes Agulha Santa Ernestina Taquarituba Coronel Macedo	Cidade Vila Vila Cidade Cidade Cidade Vila Cidade Cidade
218 - TAQUARITUBA	Santa Ernestina Taquarituba Coronel Macedo	Tatuí Quadra	
Cidade 219 - TATUÍ	Tatuí	Tatuí Quadra	Cidade
Vila Cesário Lange Guarei Porongaba	Cesário Lange Guarei Porongaba	Cidade Cidade Cidade Torre de Pedra Taubaté	Vila
220 - TAUBATÉ	Taubaté	1.º Subdistrito 2.º Subdistrito Quiririm	

Vila			
Redenção da Serra	Redenção da Serra	Cidade	
Tremembé	Tremembé	Cidade	
221 - TIETÊ	Tietê	Tietê	Cidade
		Jumirim	Vila
	Cerquilha	Cerquilha	Cidade
222 - TUPÃ	Tupã	Tupã	Cidade
		Arco Íris	Vila
		Parnaso	
Vila			
		Universo	Vila
		Varpa	Vila
	Bastos	Bastos	Cidade
	Iacri	Iacri	Cidade
		Anápolis	Vila
Parapuã	Parapuã	Cidade	
	Rinópolis	Rinópolis	Cidade
223 - TUPI PAULISTA	Tupi Paulista	Tupi Paulista	Cidade
		Guaraciaba D' Oeste	Vila
		Oasis	Vila
	Monte Castelo	Monte Castelo	Cidade
	Nova Guataporanga	Nova Guataporanga	Cidade
	São João do Pau D' Alho	São João Pau D' Alho	Cidade
224 - UBATUBA	Ubatuba	Ubatuba	Cidade
		Picinguaba	Vila
225 - URUPÊS	Urupês	Urupês	Cidade
São João de Itaquacu	Vila		
226- VALINHOS	Valinhos	Valinhos	Cidade
227 - VALPARAÍSO	Valparaíso	Valparaíso	Cidade
	Bento de Abreu	Bento de Abreu	
Cidade			
228 - VARGEM GRANDE DO SUL	Vargem Grande do Sul	Vargem Grande do Sul	Cidade
229 - VERA CRUZ	Vera Cruz	Vera Cruz	Cidade
230 - VIRADOURO	Viradouro	Viradouro	Cidade
	Terra Roxa	Terra Roxa	Cidade
231 - VOTUPORANGA	Votuporanga	Votuporanga	Cidade
		Parisi	Vila
		Simonsen	Vila
Álvares Florense	Álvares Florense	Cidade	
Valentim Gentil	Valentim Gentil	Cidade	

ANEXO N.º 2

LIMITES TERRITORIAIS DAS VARAS DISTRITAIS

1.ª Vara Distrital de Santo Amaro

Subdistrito de Santo Amaro

Compreendendo os: Subdistrito de Capela do Socorro

Distrito de Parelheiros

Entre o 29.º Subdistrito (Santo Amaro) e 13.º Subdistrito (Butantã).

Começa no ribeirão Piraiuçara na foz do córrego dos Pires, segue pelo contraforte entre esse córrego e o córrego dos Mirandas à direita até cruzar com o divisor Piraiuçara-Pinheiros, continua por esse divisor até cruzar com o contraforte da margem direita do córrego do Pau Arcado.

Entre o 29.º Subdistrito (Santo Amaro) e o 30.º Subdistrito (Ibirapuera).

Começa no divisor Piraiuçara-Pinheiros no ponto de cruzamento com o contraforte da margem direita do córrego Pau Arcado; segue por este contraforte em demanda da foz do referido córrego no rio Pinheiros, pelo qual desce até a foz do ribeirão do Cordeiro ou Cupecê; sobe pelo Ribeirão do Cordeiro ou Cupecê até onde é alcançado pelo eixo do rio Diogo de Quadros; segue pelo eixo desta rua até encontrar o prolongamento do eixo da rua Boa Vista; prossegue por esse

prolongamento e pelo eixo da rua Boa Vista até a rua São Francisco; continua pelo eixo da rua São Francisco até a rua Bela Vista; daí segue pelo eixo desta rua até a rua General Osório; prossegue pelo eixo da rua General Osório até a rua Bororós; continua pelo eixo desta rua até a rua Itapura; segue pelo eixo da rua Itapura até o ribeirão do Cordeiro, onde é cortado pelo prolongamento do eixo da rua Palestina.

Entre o 29.º Subdistrito (Santo Amaro) e o 42.º Subdistrito (Jabaquara).

Começa no ponto em que o prolongamento do eixo da rua Palestina corta o ribeirão do Cordeiro ou Cupecê; sobe por este até sua cabeceira no pião divisor entre os rios Grande ou Jurubatuba, Ipiranga e Ribeirão dos Couros.

Entre o 29.º Subdistrito (Santo Amaro) com o Município de (Diadema).

Começa na cabeceira do ribeirão do Cordeiro ou Cupecê no pião divisor entre os rios Grande ou Jurubatuba, Ipiranga e ribeirão dos Couros; segue pelo espigão que deixa, à esquerda, as águas do ribeirão Curral Grande e, à direita, as do rio Grande ou Jurubatuba até a cabeceira do galho da direita do ribeirão Grota Funda, pelo qual desce até a sua foz na represa do rio Grande ou Jurubatuba.

Com o Município de São Bernardo do Campo.

Começa na foz do Ribeirão Grota Funda, na represa do rio Grande ou Jurubatuba; segue pelo eixo desta represa até atingir a represa do rio Taquaquecetuba; sobe pelo rio Taquaquecetuba até o ribeirão Curucutu: sobe por este até sua cabeceira mais meridional no divisor entre as águas do rio Cubatão de Cima e as do rio Branco de Cima; segue por este espigão até a cabeceira mais oriental do córrego da Divisa.

Com o Município de São Vicente.

Começa na cabeceira mais oriental do córrego da Divisa, no divisor que deixa, à esquerda, as águas do rio Cubatão de Cima, e, à direita as do rio Branco; desce pelo córrego da Divisa até o ribeirão Branco de Cima e por este, ainda, até sua foz no rio Branco da Conceição; desce por este até a foz do rio Capivari.

Com o Município de Itanhaém.

Começa na foz do rio Capivari, no rio Branco da Conceição; segue pelo contraforte entre os dois cursos d'água até a serra do Paranapiacaba; segue pela serra até cruzar com o contraforte que termina na foz do córrego do Campo, no rio Embu-Guaçu.

Com o Município de Jquitiba

Começa na serra do Paranapiacaba, no cruzamento com o contraforte que vai à foz do córrego do Campo, no rio Embu-Guaçu; caminha por esse contraforte até a referida foz.

Com o Município de Embu-Guaçu.

Começa na foz do córrego do Campo, no rio Embu-Guaçu; desce por este galho até a foz do galho oriental; daí continua pelo qual sobe até a ponte da Estrada de Ferro Sorocabana; daí vai, em reta, de rumo Norte até o galho sudoriental do ribeirão Grande; desde por este galho até a foz do galho oriental; daí continua pelo contraforte da margem direita do ribeirão Grande até o espigão entre as águas do ribeirão Parelheiros à direita, e as do rio Embu-Guaçu, à esquerda; segue por este espigão até a cabeceira do córrego dos Fornos; desce por este até a represa do rio Guarapiranga; prossegue pelo eixo desta represa até a foz do córrego Itararé.

Com o Município de Itapeverica da Serra.

Começa na foz do rio Itararé, na represa do rio Guarapiranga, pela qual desce até a foz do córrego Jaceguava; continua pelo contraforte que deixa as águas deste córrego, à esquerda até cruzar com o divisor que deixa, à esquerda, as águas do ribeirão Taquaxiara; prossegue por este divisor em demanda da foz do córrego Jaraú, no rio Embu-Mirim, sobe pelo córrego Jaraú até sua cabeceira mais ocidental; continua pelo espigão que deixa, à direita, as águas do rio Guarapiranga, e, à esquerda, as do rio Embu-Mirim até a cabeceira mais meridional do ribeirão Pirajuçara.

Com o Município de Embu.

Começa no espigão entre o ribeirão Pirajuçara e rio Embu-Mirim, na cabeceira mais meridional do ribeirão Pirajuçara, pela qual desce até a junção com seu galho ocidental.

Entre o 29.º Subdistrito de Santo Amaro com o Município do Taboão da Serra.

Começa no ribeirão Pirajuçara, na junção com seu galho ocidental; desce pelo ribeirão Pirajuçara até a foz do córrego dos Pires, onde tiveram início estas divisas.

2.ª Vara Distrital de São Miguel Paulista

Distrito de São Miguel Paulista

a) Divisas Distritais

Com o Município de Guarulhos

Começa no rio Tietê na foz do córrego da Vila Paulista, sob pelo rio Tietê até a foz do córrego das Três Pontes.

Com o Município de Itaquaquecetuba

Começa na foz do córrego das Três Pontes, no rio Tietê, pelo qual sobe até a foz do córrego de A. Soares.

Com o distrito de São Paulo

Começa no ribeirão Três Pontes na foz do córrego do A. Soarez, pelo qual sobe até a cabeceira do seu galho sudocidental, no divisor Três Pontes; daí segue pelo divisor Três Pontes-Itaim em demanda da foz do córrego São João ou do Paulo Erfut, no ribeirão Itaim; sobe pelo córrego São João ou do Paulo Erfut até sua cabeceira no divisor Itaim-Lageado; segue por este divisor até a cabeceira sudoriental do córrego João Botelho, pelo qual desce até sua foz no ribeirão Lageado; desce por este até a foz da água das Taperas; sobe por esta água até sua cabeceira no divisor Lageado-Água Vermelha; prossegue por este divisor até a cabeceira do córrego da Cruz da Negra, pelo qual desce até sua foz no córrego Água Vermelha, pelo qual sobe até encontrar o prolongamento do eixo da rua 32 do Parque industrial; segue por este prolongamento e pelo eixo das ruas 32 e 74 até a estrada de Lageado; daí, continua pelo eixo da rua 88 do segundo loteamento da Vila Curuçá; segue pelo eixo da rua 88 até o eixo da Rua N; prossegue pelo eixo desta rua até a rua Brasília; continua pelo eixo da rua Brasília e por seu prolongamento até o rio Itaquera, pelo qual desce até a foz do córrego Itaúba; sobe por este córrego até sua cabeceira no contraforte da margem esquerda do córrego João Luís; segue por este contraforte até cruzar com divisor Itaquera-Jacu; segue por este divisor até a cabeceira do córrego Jacuira, pelo qual desce até sua foz no rio Jacu; desce pelo rio Jacu até a foz do córrego Jacupeval, pelo qual sobe até sua cabeceira no pião divisor entre o córrego Jacupeval e os ribeirões Ponte Baixa e Franquinho ou Santa Luzia; daí, segue pelo divisor Ponte Baixa-Jacupeval até a estrada que vai para a estação de Artur Alvim; segue pelo eixo desta estrada até a avenida Rui Barbosa; continua pelo eixo da avenida Rui Barbosa até encontrar o quilômetro 13 da estrada São Miguel Paulista-São Paulo; prossegue pelo eixo desta estrada até cruzar com a estrada de Cumbica; finalmente continua pelo eixo da estrada de Cumbica até a cabeceira do córrego da Vila Paulista, pelo qual desce até sua foz no rio Tietê, onde tiveram início estas divisas.

3.ª Vara Distrital de Itaquera

Divisas da Vara Distrital

Entre os Distritos de Ermelino Matarazzo e Itaquera: Começa no eixo da estrada que liga a Avenida Rui Barbosa à estação de Artur Alvim no pião divisor entre os ribeirões Franquinho ou Santa Luzia e Ponte Baixa o córrego Jacupeval; segue pelo divisor entre os ribeirões Franquinho ou Santa Luzia e Jacu até a cabeceira do primeiro córrego da margem direita do ribeirão Franquinho ou Santa Luzia, logo acima da Estrada de Ferro Central do Brasil: desce por esse córrego até sua foz no ribeirão Franquinho ou Santa Luzia.

Entre os Distritos de Guaianazes e Itaquera: Começa onde o espigão entre os rios Aricanduva e Tamanduaté, cruza com o divisor que separa as águas do ribeirão Caguaçu, à esquerda das do ribeirão dos Cochos, à direita: segue por este divisor até a cabeceira do córrego de Guabirobeira; desce por este até sua foz, no rio Aricanduva; continua pelo contraforte fronteiro até o divisor Aricanduva - Jacu; segue por este divisor até a cabeceira central do rio Jacu; desce por este até a foz do primeiro córrego da margem direita, que deságua logo abaixo do córrego da Fazenda Caguaçu; sobe por este córrego até sua cabeceira, no divisor Jacu-Itaquera; procede por este divisor até a cabeceira do córrego das Tocas, pelo qual desce até o rio Itaquera; desce por este até o ponto onde é cortado pelo prolongamento do eixo da rua Brasília, da Vila Curuçá.

4.ª Vara Distrital de Sant' Ana

Divisas do Subdistrito de Sant' Ana

Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 22.º Subdistrito (Tucuruvi).

Começa na Serra da Cantareira, na cabeceira nororiental do córrego do Guaraú: desce por este até a estrada de Santa Inês, pelo eixo da qual vai até a rua Um; caminha por esta e pelo seu prolongamento até atingir o cruzamento com a Estrada de Ferro Sorocabana, cruzamento que ocorre pouco ao Norte da Estação da Invernada; desse cruzamento vai, em reta até a ponta mais ocidental do tanque da invernada da Força Pública, que fica junto à citada estação; segue pelo meio do tanque até atingir a estrada da Invernada, pelo eixo da qual caminha até encontrar com a estrada da Água Fria; segue por esta estrada até a ponte sobre o córrego da Água Fria; sobe por este até sua cabeceira que fica entre as ruas 10 e 12; vai dessa cabeceira até a estrada da

Cantareira: segue por esta estrada até o caminho que tem o nome de rua Imperial e por ele desce até entroncar com a Estrada de Ferro Sorocabana (ramal de Guarulhos); segue pela eixo dessa linha férrea até cruzar com o eixo da rua M pela qual caminha até a avenida General Ataliba Leonel, antiga estrada do Carandirú e por esta continua até a rua Vinte e Quatro. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 47.º Subdistrito (Vila Guilherme). Começa no cruzamento da avenida General Ataliba Leonel com a rua 24; segue por esta até a rua Major J. Nunes, pela qual continua até o eixo da Estrada de Ferro Sorocabana (Ramal da Cantareira); segue por esta ferrovia até a ponte sobre o rio Tietê. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 5.º Subdistrito (Santa Ifigênia). Começa no rio Tietê na ponte da Estrada de Ferro Sorocabana (Ramal Cantareira); desce pelo rio retificado até onde ele é cortado pelo prolongamento da rua Itaporanga. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 15.º Subdistrito (Bom Retiro). Começa no rio Tietê, retificado, onde ele cruza com o prolongamento do eixo da rua Itaporanga; desce pelo rio até a foz do córrego que vem do observatório Astronômico. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 23.º Subdistrito (Casa Verde). Começa no rio Tietê, na foz do córrego que vem do observatório Astronômico, segue daí em reta, ao cruzamento da rua Tenente Rocha com a rua Antônio Taborda, reta essa que acompanha aproximadamente a citada rua Tenente Rocha e seu prolongamento ideal; segue da rua Antônio Taborda e pelas ruas Maria Curapaiti e Maria da Silveira até a rua Ana Ribeiro; continua por esta rua até a estrada do Imirim, segue, depois, pelo eixo desta, até o cruzamento com a estrada da Divisa. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 48.º Subdistrito (Vila Nova Cachoeirinha). Começa no cruzamento da rua 3 da Vila celeste com a estrada do Imirim; segue por esta estrada até a estrada da Divisa; segue pela estrada da Divisa até a estrada do Bispo; continua por esta estrada da Parada Pinto; e daí, alcança ao córrego da Vila Continental, pelo qual desce até sua foz no córrego da Vila Dionísia; desce por este córrego até o rio Cabuçu, pelo qual desce até a foz do rio Cabuçu de Baixo. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) e o 40.º Subdistrito (Brasilândia). Começa na confluência dos rios Cabuçu e Cabuçu de Baixo, pelo qual sobe até a foz do córrego Itaguaçu; sobe por este até a foz do córrego da Cachoeira, pelo qual sobe até sua cabeceira mais setentrional na serra da Cantareira. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) com o Município de Caieiras. Começa na cabeceira mais setentrional do córrego da Cachoeira na serra da Cantareira até cruzar com o contraforte entre as águas dos ribeirões Santa Inês e Claro. Entre o 8.º Subdistrito (Santana) com o Município de Mairiporã. Começa na serra da Cantareira no cruzamento do contraforte entre as águas dos ribeirões Santa Inês e Claro, segue pela crista da Serra até a cabeceira nororiental do córrego Guaraú, onde tiveram início estas divisas.

5.ª Vara Distrital da Lapa

Divisas do Subdistrito da Lapa

Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 43.º Subdistrito (Jaraquá). Começa no rio Tietê, onde é cortado pelo eixo da estrada dos Remédios; sobe pelo rio até a foz do córrego da Represa da Armour. Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 31.º Subdistrito (Pirituba). Começa no rio Tietê na foz do córrego da Represa da Armour; sobe pelo rio Tietê até a foz do córrego do Bonilha, junto à ponte da linha férrea da Estrada de Ferro Santos à Jundiá. Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó). Começa no rio Tietê, na foz do córrego do Bonilha, junto à ponte da linha férrea da Estrada de Ferro Santos à Jundiá, sobe pelo rio Tietê até a foz do rio Cabuçu. Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 44.º Subdistrito (Limão). Começa na foz do rio Cabuçu no rio Tietê, pelo qual sobe até a foz do ribeirão Água Preta. Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 35.º Subdistrito (Barra Funda). Começa no rio Tietê, na foz do ribeirão Água Preta e sobe por este até a ponte da Estrada de Ferro Sorocabana. Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 19.º Subdistrito (Perdizes). Começa no ribeirão Água Preta, na ponte da Estrada de Ferro Sorocaba; sobe pelo ribeirão até a avenida Água Branca, no largo da Pompéia; segue pela avenida Pompéia até a rua Venâncio Aires; prossegue por esta até encontrar o ribeirão Água

Preta, pelo qual sobe até cruzar pela segunda vez, à rua Dr. Miranda de Azevedo; segue pelo eixo desta até a rua Gurupá; prossegue por esta rua até a travessa Gurupá; continua por esta travessa até a rua Três, pela qual segue até a rua Aurélia; prossegue por esta rua até cruzar com a rua Cerro Corá, antiga estrada de igual nome.

Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 39.º Subdistrito (Vila Madalena).

Começa no eixo da rua Cerro Corá, antiga estrada de igual nome, no ponto de cruzamento com a rua Aurélia; segue pela rua Cerro Corá, até a rua Dr. Alberto Seabra, pela qual segue até a rua Sararé.

Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 45.º Subdistrito (Pinheiros)

Começa no cruzamento da rua Dr. Alberto Seabra com a rua Sararé; segue por esta até a rua Dr. Luiz Augusto de Queiroz, pela qual continua até encontrar o prolongamento do eixo da rua Pianu; segue por este prolongamento e pela referida rua até a rua M. Mazarello; prossegue por esta rua até a rua Bellini; vai por esta até a praça Beethoven, continuando pelo eixo da citada praça até a avenida Cinco do Jardim Universidade; prossegue por esta e pelo seu prolongamento até o canal do rio Pinheiros.

Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e o 13.º Subdistrito (Butantã).

Começa no canal do rio Pinheiros onde é cortado pelo prolongamento do eixo da avenida Cinco do Jardim Universidade, desce pelo canal do rio Pinheiros até sua foz no rio Tietê.

Entre o 14.º Subdistrito (Lapa) e com o Município de Osasco.

Começa na foz do rio Pinheiros no rio Tietê, pelo qual sobe até o ponto onde é cortado pelo eixo da estrada dos Remédios, onde tiveram início estas divisas.

Divisas do Subdistrito de Nossa Senhora do Ó

Entre o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó) e o 31.º Subdistrito (Pirituba).

Começa no rio Tietê, na foz de; córrego do Bonilha junto à ponte da linha férrea da Estrada de Ferro Santos a Jundiá, daí segue em reta até o fim da rua Marginal, pela qual continua até a travessa Servidão Gaspar; prossegue por esta até a rua Pedro Cubas e por esta até a rua Silva Neto, pela qual continua até a rua Pedro Bonilha; vai por esta até a avenida Paulo e por esta até onde é cortada pela linha de transmissão da Light & Power; continua por esta linha de transmissão até o ribeirão Verde pelo qual sobe até a foz do córrego do Tanque e por esta ainda até a ponte da Estrada do Congo.

Entre o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó) e o 40.º (Brasilândia).

Começa no ponto em que a estrada do Congo corta a cabeceira do córrego do Tanque; segue por esta estrada até a rua Francisco Alves e por esta até a rua Cruz das Almas; prossegue por esta até a rua Monada e por esta e seu prolongamento até o córrego da Vila Moinho Velho, pelo qual sobe e por seu galho de Leste até onde é cortado pela rua Valério Ramos; vai por esta e pela rua G. Lobo até a rua Lúcio Mendonça, pela qual segue até a rua Parapuã; continua por esta até a avenida L e por esta e seu prolongamento até o córrego Águas das Pedras, pelo qual sobe até a foz do primeiro afluente da margem esquerda; sobe por este córrego até onde sua cabeceira é cortada pela estrada da Servidão Pública; continua por esta até a estrada de Itaberaba, e por esta até a ponte sobre o rio Cabuçu.

Entre o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó) e o 48.º Subdistrito (Vila Nova Cachoeirinha).

Começa na ponte da avenida Itaberaba, sobre o rio Cabuçu, pelo qual desce até a foz do córrego da Cachoeirinha.

Entre o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó) e o 44.º Subdistrito (Limão).

Começa na foz do córrego da Cachoeirinha no rio Cabuçu, pelo qual desce até sua foz no rio Tietê.

Entre o 4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó) e o 14.º Subdistrito (Lapa).

Começa no rio Tietê, na foz do rio Cabuçu; desce pelo rio Tietê até a foz do córrego do Bonilha, junto à ponte da linha férrea da Estrada de Ferro Santos a Jundiá, onde tiveram início estas divisas.

Divisas do Subdistrito de Pirituba

Com o Município de Osasco.

Começa no Ribeirão Vermelho na foz do Ribeirão Olaria, sobe por este ribeirão até sua cabeceira mais setentrional no espigão Tietê - Juqueri.

Com o Distrito de Jaraguá.

Começa no espigão Tietê - Juqueri, na cabeceira mais setentrional do ribeirão Olaria, segue por este espigão até a cabeceira do galho nororiental do córrego Antonio Inocêncio de Souza, ao sul do morro Jaraguá, desce por este córrego até sua foz no ribeirão Vermelho, sobe por este: até a

confluência dos dois galhos formadores, seguindo pelo contraforte fronteiro até o divisor Jaraguá Clube Campestre-Vermelho, prossegue por este divisor até a confluência do galho setentrional e oriental do córrego Jaraguá Clube Campestre; sobe por este até sua cabeceira no divisor até Corumbé-Ajuá ou Vargem Grande, seguindo por este divisor até a cabeceira do córrego São Domingues, pelo qual desce até sua foz no córrego Corumbé.

Com o Subdistrito de Brasilândia

Começa na ponte da estrada do Congo sobre o córrego Corumbé, segue por esta estrada até onde corta a cabeceira do córrego do Tanque.

Com o Subdistrito de N. Senhora do Ó

Começa na estrada do Congo onde esta corta a cabeceira do córrego do Tanque, pelo qual desce até sua foz no ribeirão Verde, desce por este até a linha da transmissão da São Paulo Light S. A., segue pelo eixo da referida linha de transmissão até a avenida Paula, seguindo por esta e pelo eixo das ruas Pedra Bonilha, Silva Neto, Pedra Cubas, Travessa Servidão Gaspar, rua Marginal até o fim, seguindo em reta a foz do córrego Bonilha no rio Tietê, foz que ocorre junto a ponte da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí.

Com o Subdistrito da Lapa

Começa no rio Tietê na foz do córrego do Bonilha, que corre junto a ponte da Estrada de Ferro Santos à Jundiaí, desce pelo rio Tietê até a foz do córrego da Represa Armour.

Com o Subdistrito de Jaguará

Começa no rio Tietê na foz do córrego da Represa Armour, pelo qual sobe até a foz do primeiro afluente da margem direita acima da represa; sobe por este afluente até sua cabeceira no divisor entre os córregos da Represa Armour e do Cintra, segue por este divisor até a cabeceira do córrego da linha Light, pelo qual desce até sua foz no córrego do Cintra; sobe por este até a foz do córrego de Vila Guedes; daí, segue pelo contraforte fronteira até a cabeceira do galho oriental do Jardim Santo Elias, desce por este galho até o referido córrego pelo qual sobe até a foz do primeiro afluente da margem direita; sobe por esse afluente até sua cabeceira no divisor Cintra-Vermelho; segue por este divisor até a cabeceira do primeiro córrego da margem esquerda do ribeirão Vermelho; acima da ponte da Via Anhanguera; desce por esse córrego até o ribeirão Vermelho pelo qual desce até a foz do córrego da Olaria, onde tiveram início estas divisas.

6.ª Vara Distrital de Pinheiros

Divisas da Vara Distrital

Com o Subdistrito da Lapa: Começa na Av. das Nações Unidas, prossegue até o cruzamento com a Av. Arruda Botelho, segue por esta até a Rua Berlioz, segue por esta até a Rua Pianu, por esta até a Rua Dr. Alberto Seabra, por esta até a Rua Cerro Corá, e por esta à Rua Heitor Penteado.

Com o subdistrito de Perdizes: Começa pela Rua Heitor Penteado, no ponto acima assinalado, até o cruzamento com a Rua Alegoria.

Com o subdistrito do jardim América: Segue pela Rua Alegoria até a Av. Rebouças; e por esta até o cruzamento até a Av. das Nações Unidas, por esta até a divisa com o subdistrito de Jardim Paulista.

Com o subdistrito de jardim Paulista: Segue pela Av. das Nações Unidas, até o ponto que serve de limite ao subdistrito de Ibirapuera.

Com o subdistrito de Ibirapuera: Segue pela Av. das Nações Unidas, desde o ponto anteriormente assinalado, até o cruzamento com o Córrego Pau Arcada, e por este até o ponto em que cruza a Av. Cícero Pompeu de Toledo.

Com o subdistrito de Santo Amaro: Começa na Rua 13 de Maio a partir da Av. Cícero Pompeu de Toledo, e prossegue pela primeira até o Espigão, por este até o Córrego dos Pires, e por este até o ponto em que toca a Av. Francisco Morato.

Com o Município de Taboão da Serra: Começa pela Estrada do jaguaré, desde o cruzamento com a Av. Francisco Morato, até o ponto em que segue por uma linha, terminando na interseção das divisas dos municípios de Taboão da Serra e Osasco.

Com o Município de Osasco: Por uma linha, que parte do ponto acima mencionado e que segue atravessando a Via Raposo Tavares, a Estrada Bussocaba, e prosseguindo até o Córrego Continental, e continuando por este até o Rio Pinheiros.

7.ª Vara Distrital de Penha de França

Divisas do Subdistrito de Penha de França

Entre o 3.º Distrito (Penha de França) e o 36.º (Vila Maria) Começa no rio Tietê, onde desagua o ribeirão Aricanduva; sobe pelo rio até a foz do ribeirão Guapira ou Cabucu de Cima.

Entre o 3.º Subdistrito (Penha de França) com o município (Guarulhos)

Começa no rio Tietê na foz do rio Cabuçu de Cima ou Guapira, sobe pelo rio Tietê até onde ele é cortado pela reta de rumo oeste que tem do cruzamento do eixo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e prolongamento do eixo da rua M. de Castro.

Entre o 3.º Subdistrito (Penha de França) e o 41.º Subdistrito (Cangaíba)

Começa no ponto em que o rio Tietê é cortado por uma reta de rumo Oeste que vem do encontro do prolongamento do eixo da rua M. de Castro com o eixo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil; segue por esta reta até a Estrada de Ferro Central do Brasil, onde encontra o prolongamento da rua M. de Castro; continua por esse prolongamento e pela mencionada rua até a Avenida Gabriela Mistral; prossegue por esta até a rua Rondonópolis e por esta até a estrada de Cangaíba, pela qual vai até a ponte sobre o ribeirão Franquinho ou Santa Luzia; sobe por este até sua confluência com o ribeirão Ponte Baixa.

Entre o 3.º Subdistrito (Penha de França) com o Distrito de (Ermelino Matarazzo).

Começa na confluência do ribeirão Franquinho ou Santa Luzia com o ribeirão Ponte Baixa, sobe por aquele até a ponte da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Entre o 3.º Subdistrito (Penha de França) e o 38.º Subdistrito (Vila Matilde)

Começa na ponte da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil, sobre o ribeirão Franquinho ou Santa Luzia; segue pelo eixo da linha férrea, até a ponte do rio Aricanduva.

Entre o 3.º Subdistrito (Penha de França) e o 27.º Subdistrito (Tatuapé)

Começa na ponte do ribeirão Aricanduva, da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil; desce pelo ribeirão até o rio Tietê, onde tiveram início estas divisas.

Divisas do Subdistrito de Vila Matilde

Entre o 38.º Subdistrito (Vila Matilde) e o 3.º Subdistrito (Penha de França)

Começa na linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil na ponte sobre o ribeirão Aricanduva, segue pelo eixo linha férrea até a passagem do ribeirão Franquinho, ou Santa Luzia.

Entre o 38.º Subdistrito (Vila Matilde) com o Distrito de (Ermelino Matarazzo).

Começa na linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil, sobre o ribeirão Franquinho ou Santa Luzia, sobe por este até a foz do primeiro afluente da margem direita logo acima da linha férrea.

Entre o 38.º Subdistrito (Vila Matilde) com o Distrito (Itaquera)

Começa na foz do primeiro afluente da margem direita do ribeirão Franquinho ou Santa Luzia, acima da Estrada de Ferro Central do Brasil, sobe pelo referido ribeirão até sua cabeceira mais meridional no divisor entre os ribeirões Pedras e dos Couros e rio Verde; segue por esse divisor até a cabeceira do córrego Pelegrino pelo qual desce até sua foz no rio Aricanduva, segue por este até a foz do Ribeirão das Pedras.

Entre o 38.º Subdistrito (Vila Matilde) e o 27.º Subdistrito (Tatuapé)

Começa no rio Aricanduva na foz do ribeirão das Pedras, desce por aquele até a ponte da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil onde tiveram início estas divisas.

8.ª Vara Distrital de Tatuapé

Divisas do Subdistrito de Tatuapé

Entre o 27.º Subdistrito de (Tatuapé) e o 10.º Subdistrito (Belenzinho)

Começa no córrego Tatuapé, na ponte da rua Padre Adelino; desce pelo referido córrego até sua foz no rio Tietê.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 36.º Subdistrito (Vila Maria)

Começa no rio Tietê, na foz do córrego Tatuapé; sobe pelo rio Tietê até a foz do rio Aricanduva.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 3.º Subdistrito (Penha de França)

Começa na foz do rio Aricanduva no rio Tietê; sobe por aquele até a ponte da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 38.º Subdistrito (Vila Matilde)

Começa no rio Aricanduva, na ponte da linha tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil; sobe pelo rio Aricanduva até a foz do ribeirão das Pedras.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o Distrito de (Itaquera)

Começa no rio Aricanduva na foz do ribeirão das Pedras pelo qual sobe até a ponte da estrada da Barreira Grande.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 26.º Subdistrito (Vila Prudente)

Começa onde o Ribeirão das Pedras é cortado pela estrada da Barreira Grande; segue por esta até o ponto onde é cortada pelo córrego Taboão.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 46.º Subdistrito (Vila Formosa)

Começa no ponto em que a estrada da Barreira Grande atravessa o córrego Taboão; deste por este até a sua foz no córrego da Ponteira Grande pelo qual desce até a foz do córrego do jardim Vila Formosa, sobe por este até onde é cortado pela avenida Eduardo Cotching; segue por esta e contorna os limites do cemitério de Vila Formosa-Carrão até a avenida Aricanduva; prossegue por esta até a rua Amarais, pela qual continua até a ponte sobre o córrego Água Funda; sobe por este até onde é cortado pela rua Benedito Galvão, pela qual segue até a rua Picinguaba e por esta até a rua Xiririca, pela qual segue até a rua Dr. Jorge Veiga; vai por esta até a rua Água Funda e por esta até a rua Dona Elisa, pela qual prossegue até a rua Lutécia; continua por esta até a rua do Córrego pela qual continua até a rua Oswaldo Gomes Barreto; prossegue por esta até a rua Angoera e por esta até a rua Evangelina, pela qual segue até a rua Aratanha; continua por esta até o prolongamento da rua Moragóipe; segue por este prolongamento e por esta rua até a rua Guaxupé, pela qual continua até a rua Antonio de Barros; vai por esta até seu cruzamento com as ruas Caguassu e Acururi; daí, vai, em reta, até o cruzamento das avenidas Regente Feijó, Eduardo Cotching e Monte Magno; segue por esta até a rua Engenheiro Cestari e por esta até o córrego Capão da Embira.

Entre o 27.º Subdistrito (Tatuapé) e o 33.º Subdistrito (Alto da Moóca)

Começa no ponto em que a rua Engenheiro Cestari corta o córrego Capão da Embira; desce por este até a sua foz no córrego Tatuapé, pelo qual desce até a ponte da rua Padre Adelino, onde tiveram início estas divisas.

9.ª Vara Distrital de Vila Maria

Divisas do Subdistrito de Vila Maria

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) e o 47.º Subdistrito (Vila Guilherme)

Começa no rio Tietê na ponte da avenida Guilherme Cotching pela qual segue até onde é encontrada pelo prolongamento da rua João Veloso Filho; segue por este prolongamento e por esta rua até Nossa Senhora do Socorro; continua por esta até a rua Apareiba e por esta até a rua Petrópolis, pela qual segue até a rua Bela Vista; continua por esta até a rua Lima e por esta até a avenida da Conceição.

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) e o 22.º Subdistrito (Tucuruvi).

Começa no cruzamento da rua Lima com a avenida da Conceição, pela qual continua até a ponte sobre o ribeirão Guapira ou Cabuçu de Cima.

Nota: O último trecho da avenida Conceição tem atualmente denominação de rua Sargento Rodoval C. Trindade.

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) com o município de Guarulhos

Começa na avenida Conceição na ponte sobre o ribeirão Guapira ou Cabuçu de Cima, desce pelo mesmo até sua foz no rio Tietê.

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) e o 3.º Subdistrito (Penha de França)

Começa no rio Tietê na foz do ribeirão Guapira ou Cabuçu de Cima, desce por aquele até a foz do ribeirão Aricanduva.

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) e o 27.º Subdistrito (Tatuapé) até a foz do córrego Tatuapé.

Começa no rio Tietê na foz do ribeirão Aricanduva, desce por aquele.

Entre o 36.º Subdistrito (Vila Maria) e o 10.º Subdistrito (Belenzinho).

Começa no rio Tietê na foz do córrego Tatuapé, desce por aquele até a ponte da Avenida Guilherme Cotching, onde tiveram início estas divisas.

10.ª Vara Distrital de Casa Verde

Relação das Divisas com os Vários Distritos

Distrito de Santana - Começa na confluência do Córrego de Vila Dionísia no Rio Cabuçu de Cima, segue pelo primeiro até a confluência do córrego da Vila Continental, segue por este até a Estrada do Bispo, continua por esta até a Estrada da Divisa, seguindo até o cruzamento com a estrada do Imirim, prossegue por esta até a rua Maria Silveira, continua pela rua Maria Curupaiti e pela rua Antônio Taborda; segue por esta até o cruzamento com a rua Tenente Rocha; desta segue por uma linha que, atravessando a Pista Aeródromo de Marte, chega à avenida Otaviano Alves de Lima, que margina o canal do Tietê.

Distrito do Bom Retiro - Segue pela Av. Otaviano Alves de Lima até o cruzamento com a Av. Rudge.

Distrito da Barra Funda - Continua pela Av. Otaviano Alves de Lima, até a confluência do córrego Água Reta no Tietê.

Distrito da Lapa - continua pela Av. Alves de Lima até a confluência do córrego Cabuçu no Tietê.

Distrito de Nossa Senhora do Ó - Segue pelo Cabuçu desde sua foz (Cabuçu de Baixo), até o

ponto em que passa por ele a Estrada de Itaberaba.

Distrito de Brasilândia - Segue pelo Cabuçu que a partir daí passa a se chamar Cabuçu de Cima, e por ele até a confluência do córrego de Vila Dionísia.

11.ª Vara Distrital de Tucuruvi

Divisas do Subdistrito de Tucuruvi

Entre o 22.º Subdistrito (Tucuruvi) com o município de Mairiporã.

Começa na Serra da Cantareira na cabeceira nororiental do córrego Guaraú, segue pela referida Serra e pela Serra do Capitão Freire ou Mata Fria até encontrar com a Serra do Pirucaia.

Entre o 22.º Subdistrito (Tucuruvi) com o município de Guarulhos.

Começa na Serra do Capitão Freire ou Mata Fria no ponto de cruzamento com a Serra do Pirucaia, segue por esta Serra e pelo divisor da margem esquerda do córrego Cachoeira até a cabeceira do rio Cabuçu de Cima ou Guapira; desce por este até a ponte da Avenida Conceição.

Entre o 22.º Subdistrito (Tucuruvi) e o 36.º Subdistrito (Vila Maria).

Começa na ponte da Avenida Conceição sobre o ribeirão Guapira ou Cabuçu de Cima; segue pelo eixo da estrada até o cruzar com a Rua Lina.

Entre o 22.º Subdistrito (Tucuruvi) e o 47.º Subdistrito (Vila Guilherme).

Começa no cruzamento da Rua Lina com a Avenida Conceição; segue por esta até a Avenida Angelina e por esta até a Rua 7; prossegue por esta até a Avenida Júlio Bueno e por esta até a Rua Encarnação, pela qual continua até a rua 24 de Outubro, prossegue por esta até a Avenida General Ataliba Leonel, antiga estrada do Carandiru.

Entre o 22.º Subdistrito (Tucuruvi) e o 8.º Subdistrito (Santana).

Começa no cruzamento da rua 24 de Outubro com a Avenida General Ataliba Leonel segue por esta e pela Rua Lucas Freitas Azevedo, antiga Rua M e por seu prolongamento até o leito da Estrada de Ferro Sorocabana, segue pelo eixo desta até o cruzamento com a rua Lagoa Verde (antiga Imperial) pela qual continua até a estrada da Cantareira, pela qual segue até a cabeceira do córrego Água Fria que fica a direita da Rua Ituia, desce por esta cabeceira até a ponte na estrada da Água Fria pela qual segue até cruzar com a estrada da Invernada da Força Pública, pela qual segue até o tanque da Invernada próximo a antiga parada Invernada da Estrada de Ferro Sorocabana segue em reta pelo prolongamento e depois pelo eixo da Rua Sargento Advíncula até a estrada Santa Inês: caminha por esta até o córrego Guaraú; e por este acima até sua cabeceira nororiental na Serra da Cantareira, onde tiveram início estas divisas.

12.ª Vara Distrital de Vila Prudente

Divisas da Vara Distrital

Entre o 26.º Subdistrito (Vila Prudente) e o 33.º Subdistrito (Alto da Moóca).

Começa no encontro da Rua 126 com a Avenida Paes de Barros; continua por esta Avenida até a Rua 17; segue por esta Rua até a linha adutora da represa de Rio Claro; continua pela adutora até o ponto em que esta é cortada pela Rua Lessing.

Entre o 26.º Subdistrito (Vila Prudente) e o 46.º Subdistrito (Vila Formosa).

Começa no ponto em que a Rua Lessing corta a adutora de Rio Claro; segue por esta adutora até onde ela atravessa a estrada de Sapopemba; continua por esta estrada e pela estrada da Barreira Grande até onde atravessa o córrego Taboão.

Entre o 26.º Subdistrito (Vila Prudente) e o 27.º Subdistrito (Tatuapé).

Começa no ponto em que o córrego, Taboão é cortado pela estrada da Barreira Grande; segue por esta até a ponte sobre o Ribeirão das Pedras.

ANEXO N.º 3

DISTRITOS E SUBDISTRITOS COMPREENDIDOS NAS ZONAS EM QUE SE SUBDIVIDE O JUIZADO DE MENORES DA CAPITAL

Zona Norte - Subdistritos de Santana, Tucuruvi, Vila Maria, Casa Verde, Limão, Nova Cachoeirinha e Vila Guilherme.

Zona Sul - Distrito de Parelheiros e subdistritos de Santo Amaro, Capela do Socorro, Ibirapuera, Indianópolis e Jabaquara.

Zona Leste - Distritos de Guaianazes, Itaquera, São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo; e subdistritos de Penha de França, Vila Matilde, Tatuapé, Cangaíba e Vila Formosa.

Zona Oeste - Distrito de Perus e Jaraguá; e subdistritos de Lapa, Nossa Senhora do Ó, Pirituba, Pinheiros, Vila Madalena, Butantã, Brasilândia, Jaraguá e Cerqueira Cesar.

Zona Central - Subdistritos de Aclimação, Alto da Moóca, Barra Funda, Bela Vista, Belenzinho,

Bom Retiro, Consolação, Brás, Cambuci, Ipiranga, Jardim América, Jardim Paulista, Liberdade, Moóca, Pari, Perdizes, Santa Cecília, Santa Ifigênia, Saúde, Sé, Vila Mariana e Vila Prudente.
São Paulo, 28 de outubro de 1969.

CC-ATL n.º 197

Senhor Governador

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o incluso texto de decreto-lei, aprovado pela Comissão Especial instituída pela Resolução n.º 2.197, de 3 de março do corrente ano, dispondo sobre a Organização Judiciária do Estado.

Originou-se a medida de proposta do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, objeto do ofício GP-290, de 18 de julho de 1969, de seu Presidente.

Segundo se esclareceu em tal ofício, trata-se fundamentalmente da mesma propositura já apresentada por aquele Egrégio Tribunal em novembro de 1968, e que terminou sendo remetida à Assembléia Legislativa do Estado, com a Mensagem n.º 301, de 9 de dezembro de 1968, de Vossa Excelência, constituindo o Projeto de lei n.º 619-68.

Não havendo sido apreciado o referido projeto, naquele exercício, pelo Poder Legislativo, por motivo do recesso decretado pelo Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro do ano em curso, entendeu o Poder Judiciário de renovar a proposição, com as alterações julgadas necessárias, nos termos do artigo 136, parágrafo 5.º, da Constituição do Brasil, com vistas à sua conversão em decreto-lei.

Cabe esclarecer que o Ato Complementar n.º 46-69, mantendo a organização administrativa e judiciária dos Estados e seus Municípios e do Distrito Federal, vigente a 31 de dezembro de 1968, admitiu a possibilidade de sua modificação, desde que com prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça (artigo 1.º e seu parágrafo único).

A indispensável autorização presidencial foi outorgada, à vista da Exposição de Motivos GM n.º 396-B, do Ministério da Justiça, mediante o seguinte despacho:

"Autorizo, observado o disposto no item VIII, do artigo 13 da Constituição, acrescentado pelo Ato Complementar n.º 40, de 30 de dezembro de 1968 e ratificado pelo artigo 3.º do Ato Institucional n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969".

tudo conforme comunicação do mesmo Ministério ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Assim, e tendo em vista a solicitação daquela alta autoridade no sentido de ser editado o ordenamento jurídico em apreço, com o qual se manifestaram de acordo não só a mais eminente Corte Judiciária do Estado, como também o Senhor Secretário da Justiça, venho encaminhar o assunto à elevada deliberação de Vossa Excelência.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito.

José Henrique Turner, Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado,
D. O. 29/10/69

SERVENTIAS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADAS

DECRETO-LEI N.º 159, DE 28 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre o provimento de justiça não oficializadas e dá providência correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Decreta:

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO E VACÂNCIA

Artigo 1.º - Nenhuma serventia será provida a título de propriedade nem em caráter vitalício.

Parágrafo único - O provimento, será feito por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 2.º - O provimento e a vacância das serventias de justiça não oficializadas reger-se-ão pelo disposto neste decreto-lei:

Artigo 3.º - A Vacância da serventia decorrerá:

I - da desistência, concedida por ato do Secretário da Justiça, após a verificação da regularidade dos serviços do cartório, procedida pelo Juiz Corregedor respectivo;

- II - do falecimento do serventuário;
- III do abandono do exercício, verificado em processo administrativo, exceto se o serventuário for vitalício, caso em que o abandono será apurado em processo judicial;
- IV - de demissão, imposta em virtude de decisão irrecorrível;
- V - da remoção ou promoção do serventuário, nos termos deste decreto-lei, depois de sua posse em nova serventia;
- VI - de aposentadoria.

§ 1.º - A Secretaria da Justiça, tomando conhecimento da ter a ciência da mesma, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a quem caberá iniciar o processo de concurso para seu provimento.

§ 2.º - As serventias que forem criadas são equiparadas às vagas, e seu provimento será sempre feito pela forma preceituada neste decreto-lei.

§ 3.º - Para efeito de provimento, equiparam-se aos ofícios vagos os que forem desanexados ou restabelecidos.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DAS SERVENTIAS

Artigo 4.º - Para o fim da admissão, remoção e promoção, ficam assim classificadas as serventias de justiça não oficializadas, qualquer que seja a sua natureza:

I - Primeira Classe:

Os cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que não sejam sede de município, das comarcas de 1.ª entrância;

II - Segunda Classe:

a) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que sejam sede de município das comarcas de 1.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que não sejam sede de município das comarcas de 2.ª entrância.

III - Terceira Classe:

a) os Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça os Ofícios do Distribuidor Contador e Partidor, os Cartórios de Registros Públicos Civil das Pessoas Naturais do distrito ou subdistrito da sede das comarcas de 1.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que sejam sede do município, das comarcas de 2.ª entrância;

c) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que não sejam sede do município, das comarcas de 3.ª entrância.

IV - Quarta Classe:

a) os Cartórios e Ofícios de Justiça referidos no inciso II, alínea "a", das comarcas de 2.ª entrância;

b) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que sejam sede do município, das comarcas de 3.ª entrância;

c) os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos que não sejam sede de município na comarca da Capital (entrância especial).

V - Quinta Classe:

Os Cartórios e Ofícios de Justiça referidos no inciso III, alínea "a", das comarcas de 3.ª entrância.

VI - Classe Especial:

Os Cartórios de Notas, os Cartórios de Registro de Imóveis, os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, os Cartórios de Protestos de Letras e Títulos da comarca da Capital, e os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito e subdistritos da sede da comarca da Capital.

CAPÍTULO III

DOS CONCURSOS

Seção I

Da Admissão

Artigo 5.º - Nenhuma admissão se fará senão para a serventia da classe inicial (1.ª classe).

Artigo 6.º - Opera-se o provimento no cargo de titular da serventia, não havendo candidato à remoção, mediante concurso de provas e títulos, ao qual somente poderão concorrer os escreventes com, pelo menos, 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único - Na hipótese de não haver candidato nos termos deste artigo, será aberto novo concurso, no qual poderá inscrever-se qualquer cidadão brasileiro no gozo dos seus direitos civis

e políticos e que satisfaça às demais exigências da lei e do regulamento do concurso.

Artigo 7.º - Comunicada a vaga, cujo provimento se deva realizar nos termos do artigo 6.º, o Presidente do Tribunal de Justiça fará publicar, no "Diário da Justiça", com prazo de 20 (vinte) dias, editais para a inscrição dos candidatos ao concurso.

Artigo 8.º - Para a inscrição em concurso de provas e títulos, o candidato fará prova de:

I - ser Brasileiro;

II - ter mais de 18 (dezoito) anos e menos de 40 (quarenta), na data da inscrição, exceto se o candidato já for serventuário ou escrevente, os quais ficam isentos do limite (teto) de idade;

III - quitação ou isenção do serviço militar;

IV - inscrição eleitoral em vigor;

V - idoneidade moral;

VI - não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime contra o patrimônio, a administração e a fé pública;

VII - ser portador da carteira de identidade.

§ 1.º Deverá, ainda, o candidato juntar ao seu requerimento de inscrição os seguintes documentos, se for serventuário ou escrevente (artigo 6.º) :

1 - certidão de tempo de serviço expedida pela Corregedoria Geral da Justiça;

2 - certidão relativa a faltas disciplinares.

3 - atestado de residência;

4 - Atestado de capacidade física e mental.

§ 2.º - Os requerimentos de inscrição mencionarão expressamente, sob pena de exclusão do concurso, as comarcas, os cargos exercidos e os nomes dos Juízes perante os quais os candidatos tenham servido.

§ 3.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que lhe abonem a conduta ou merecimento, inclusive trabalho sobre assunto pertinente à serventia desde que publicado 2 (dois) anos, pelo menos, anteriormente ao concurso.

Artigo 9.º - A medida que lhe forem apresentadas as petições, o Presidente do Tribunal de Justiça requisitará dos Juízes, perante os quais tenham servido os requerentes, e às entidades a que se filiem os candidatos não escreventes (parágrafo único do artigo 6.º) informações reservadas sobre sua competência e idoneidade moral.

Artigo 10 - Encerradas as inscrições, constituir-se-á Comissão Examinadora, composta de 2 (dois) membros do Poder Judiciário, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, com a participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e de membro do Ministério Público, além de um serventuário, designado pelo Secretário da Justiça.

Parágrafo único - Dentre os membros do Poder Judiciário, designados na forma deste artigo para participar da Comissão Examinadora, exercerá a presidência desta o mais antigo.

Artigo 11 - Reunida a Comissão Examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão presentes os processos relativos às inscrições requeridas, trazendo relatório da Secretaria do Tribunal de Justiça, com informações, notas desabonadas, acaso existentes, resumo da documentação, além de informações reservadas.

§ 1.º - Serão eliminados os candidatos que não tiverem exibido os documentos necessários, os que tiverem cometido omissão culposa ou falsidade de declaração, e ainda aqueles cujas informações forem desfavoráveis a juízo da Comissão Examinadora.

§ 2.º - Ao candidato não admitido ao concurso cabe o direito de recurso para o Presidente do Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato de indeferimento no órgão oficial.

Artigo 12 - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior, ou decididos os recursos, serão publicados, dentro dos 3 (três) dias seguintes no "Diário da Justiça", os nomes dos candidatos admitidos ao concurso e anunciado o dia, a hora e o local em que deverão comparecer para início da prestação das provas.

Artigo 13 - O concurso será público e constará de apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e de provas manuscrita, datilográfica e oral, que serão precedidas de chamada dos interessados e de apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A Comissão adotará critérios e providências que impeçam a identificação das provas manuscritas e datilográficas até seu julgamento.

Artigo 14 - A prova manuscrita, cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versar sobre matéria concernente às atribuições da serventia em concurso, formuladas no momento.

§ 1.º - Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos ou a consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto aos volumes de legislação não comentada, sob pena de exclusão do concurso.

§ 2.º - Um dos membros da Comissão Examinadora, pela menos, inspecionará, continuamente, a realização das provas.

Artigo 15 - Seguir-se-á à prova datilográfica, que consistirá na redação de qualquer atos pertinentes à serventia posta em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever, mediante seu manejo experimental.

Artigo 16 - No julgamento das provas manuscritas e datilografadas, atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, à ortografia e à rapidez da escrita.

Artigo 17 - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e datilográficas o candidato que obtiver média inferior a 4 (quatro) em cada uma dessas provas.

Artigo 18 - As notas serão sempre atribuídas por extenso, com valores que variarão de (0) zero a 10 (dez) tanto para as provas escritas como para as orais.

Artigo 19 - As arguições orais, em dia, hora e local previamente designados, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, com duração não superior a 30 (trinta) minutos, cada uma.

Parágrafo único - As notas serão atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora imediatamente depois de cada arguição e lançadas em lista especial, ao lado do nome do candidato.

Artigo 20 - Terminadas as provas, a Comissão, em sessão secreta, procederá:

I - ao exame dos títulos apresentados pelos candidatos;

II - à apuração das médias resultantes das provas prestadas;

III - à apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Os valores a serem conferidos aos títulos serão os seguintes:

1 - diploma de bacharel ou doutor em Direito - 3 (três) pontos;

3 - certificado de conclusão de curso secundário (1.º e 2.º ciclos), ou documento equivalente desde que não ocorram as hipóteses anteriores - 1 (um) ponto;

4 - certificado de conclusão do curso ginasial (1.º ciclo), ou documento equivalente, desde que não ocorra nenhuma das hipóteses anteriores - 1/2 (meio) ponto;

5 - obra sobre assunto pertinente à serventia, desde que publicada dois anos, pelo menos antes da inscrição no concurso - até 2 (dois) pontos;

6 - cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício como escrevente ou outra função exercida como servidor da justiça, Juiz, Promotor ou Advogado - 1 (um) ponto;

7 - serviço prestado, como servidor da justiça, à justiça Eleitoral, em ofício anexo a cartório estadual pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 18, § 2.º da Lei federal n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, ou outra lei posterior equivalente - 1 (um) ponto;

8 - eficiência de trabalho e boa cooperação, verificadas através das informações reservadas colhidas para efeito do concurso, bem como dos documentos juntados para esses fins - até 1 (um) ponto;

9 - exercício interino, pelo candidato, do cargo de serventuário, durante 3 (três) anos consecutivos ou não - 1 (um) ponto.

Artigo 21 - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da Comissão, será incorporada, pelo seu secretário, à ata final dos seus trabalhos e publicada no "Diário da Justiça".

Parágrafo único - Admitir-se-á, com referência à classificação geral mencionada neste artigo, o recurso previsto no § 2.º, do artigo 11, deste decreto lei.

Artigo 22 - Encerrando o concurso, o Presidente do Tribunal de Justiça comunicará ao Secretário da Justiça os nomes dos 3 (três) primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido na serventia.

§ 1.º - Havendo pluralidade de serventias a serem providas, a lista se comporá de tantos nomes quantos forem as serventias e mais 2 (dois).

§ 2.º - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere este artigo serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 23 - Na classificação, serão observados ordinalmente os seguintes critérios de desempate:

I - inexistência de faltas disciplinares;

II - exercício como oficial maior no cartório vago, nos últimos 12 (doze) meses ou mais, anteriores a data da vacância;

III - - maior tempo de efetivo exercício no cargo de escrevente;

IV - diploma de bacharel em Direito;

V - maior número de pontos pelos títulos;

VI - mais idade;

VII - maiores encargos de família.

Artigo 24 - A partir deste decreto-lei, os servidores da Justiça que vierem a ser incluídos em lista de classificação final decorrente de concurso de títulos e provas e não forem nomeados poderão, durante o prazo de 1 (um) ano, a contar de sua realização e desde que o requeiram, inscrever-se em concurso da mesma finalidade dispensados das provas, e concorrendo à classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 25 - Ao servidor da Justiça que figurar em mais de três listas tríplices consecutivas, sem ser nomeado, é assegurada preferência para o provimento da serventia objeto de concurso a que for admitido. O nome do candidato em tais condições constará, obrigatoriamente, da lista, com menção expressa dessa circunstância.

§ 1.º - Não se contarão, para efeito deste artigo, as preterições resultantes da preferência em favor de candidato nas condições por ele especificadas.

§ 2.º - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, não se considera interrompida, em relação aos candidatos preteridos na lista, a consecutividade exigida.

Seção II

Da Promoção e da Remoção

Artigo 26 - As serventias a que se refere o artigo 4.º serão, a requerimento dos interessados, providas mediante remoção e promoção de serventuários ou sucessores com exercício em cartórios da mesma natureza ou com ofício anexo de igual natureza da serventia vaga, da mesma classe (remoção) ou de classe imediatamente anterior (promoção).

§ 1.º - Quando a serventia posta em concurso for Cartório de Distribuidor, não será exigível a igualdade de natureza prevista neste artigo.

§ 2.º - Aplica-se às remoções e promoções o disposto nos artigos 7.º, 8.º, § 1.º, itens 1 e 2, e §§ 2.º e 3.º, artigos 10, 11, 20, inciso I, e parágrafo único, e artigo 24 com as seguintes modificações:

1 - a lista de classificação (artigo 22) conterà 1 (um) nome para remoção e 2 (dois) para promoção; em caso de pluralidade de serventias vagas, haverá multiplicidade correspondente na indicação dos candidatos, destinando-se os nomes acrescidos (artigo 22, § 1.º) um à remoção e outro à promoção;

2 - é condição essencial ter o candidato pelo menos 2 (dois) anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 27 - Os serventuários que tiverem mais de 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo dessa natureza poderão inscrever-se, por sua vez, em concurso de promoção, para a classe que se seguir à imediatamente superior.

Parágrafo único - A faculdade a que se refere este artigo só poderá ser exercida novamente quando o serventuário contar 20 (vinte) anos de efetivo exercício em cargo dessa natureza.

Artigo 28 - Os escreventes com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no cargo, poderão inscrever-se, em concurso de promoção, de cartório de qualquer classe ou natureza da própria comarca, em que estejam em exercício nos últimos 5 (cinco) anos.

Artigo 29 - Para os efeitos do presente decreto-lei, a contagem de pontos provenientes de títulos, será reduzida de metade, se já tiver proporcionado promoção ou remoção anterior do candidato.

Artigo 30 - É assegurada preferência para a nomeação ao candidato que figurar em três listas tríplices consecutivas e imediatamente anteriores, em concurso de remoção ou promoção, sem ter sido provido. Os nomes dos candidatos em tal caso constarão, obrigatoriamente, da lista, com menção expressa dessa circunstância.

Parágrafo único - Aplica-se ao caso deste artigo o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 25 deste decreto-lei.

Capítulo IV

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 31 - Compõem o pessoal dos cartórios não oficializados os escreventes e auxiliares necessários à execução dos serviços. Entre os últimos, haverá um fiel onde for mister.

§ 1.º - O Juiz Corregedor Permanente fixará o número aos escreventes e auxiliares do cartório sob sua alçada, ouvido o respectivo serventuário.

§ 2.º - Os escreventes serão classificados, em cada cartório, em três categorias, numeradas ordinalmente de 1.ª a 3.ª e com salários diferentes correspondentes à sua ordem hierárquica.

§ 3.º - Os salários, nunca inferiores ao mínimo legal serão ajustados entre os serventuários e os escreventes, atendidos os critérios fixados em Provimento da Corregedoria Geral da Justiça e homologado o ajuste pelo juiz a que estiver subordinado o ofício.

Artigo 32 - Em todo ofício ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, por este indicado, escolhido entre os escreventes, de preferência 1.º o escrevente, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente.

§ 1.º - O oficial maior será investido em suas funções por ato do Secretário da Justiça, a requerimento do escrivão, ou, em caso de extrema urgência, através de portaria do Juiz Corregedor Permanente, sujeita a homologação do Secretário da Justiça.

§ 2.º - Compete ao oficial maior substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos, podendo praticar, simultaneamente com ele, os atos que lhe forem atribuídos pelo titular da serventia, com aprovação do Corregedor Permanente.

§ 3.º - A exoneração das funções de oficial maior se revestirá das mesmas formalidades previstas no § 1.º.

Artigo 33 - Os escreventes serão habilitados perante o juiz a que estiver subordinada a serventia por indicação do respectivo serventuário, uma vez aprovados em exame, habilitação essa que será submetida à apreciação e homologação da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 34 - O processo de habilitação será público e realizado perante Comissão Examinadora presidida pelo juiz Corregedor Permanente e integrada por representante da Ordem dos Advogados do Brasil e membro do Ministério Público, além de um serventuário da justiça.

Parágrafo único - A Comissão Examinadora poderá inabilitar o candidato, à vista dos elementos apresentados e das conclusões sobre sua conduta moral, apurada por qualquer forma de investigação.

Artigo 35 - A inscrição para o exame será requerida pelo serventuário conjuntamente com o candidato, que deverá apresentar os documentos referidos no artigo 214 do Código Judiciário.

Artigo 36 - O exame constará de provas manuscrita, datilográfica e oral, versando sobre a matéria atinente à serventia.

§ 1.º - No julgamento da prova escrita, a Comissão atenderá não só aos conhecimentos revelados pelo candidato, como também, à redação e apresentação do trabalho.

§ 2.º - A prova escrita terá caráter eliminatório.

§ 3.º - Quando se tratar de exame para candidato já habilitado em serventia de outra natureza, as provas versarão apenas sobre matéria de serventia para a qual se candidata.

Artigo 37 - Todos os atos e decisões dos Juizes Corregedores Permanentes, relativos ao pessoal dos ofícios a eles subordinados, serão obrigatoriamente comunicados à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 38 - Os auxiliares das serventias de justiça somente poderão iniciar sua atividade após concedido o arquivamento, na Corregedoria Geral da justiça, de uma via do respectivo contrato assinado com o titular da serventia e aprovado pelo Juiz Corregedor respectivo.

Artigo 39 - As férias, licenças e substituições dos servidores da justiça serão reguladas, no que couber, pela Lei n.º 2177, de 23 de julho de 1953.

Parágrafo único - É vedada a contagem em dobro dos períodos de férias não gozados.

CAPÍTULO V

DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 40 - O serventuário, escrevente e auxiliares das serventias não oficializadas ficam sujeitos ao regime disciplinar constante do Livro IV, Título III, Capítulo III, do Código Judiciário do Estado.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 41 - Quando, por força de criação de comarca, a partir do presente decreto-lei, houver desmembramento territorial ou perda do anexo de notas, é assegurado ao serventuário o direito de opção por serventia da mesma natureza e classe, vaga ou que venha a se vagar.

§ 1.º - Ao Oficial de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distrito, que, a partir deste decreto-lei, venha a ser elevado a sede de comarca com perda do anexo de notas, fica outorgado o direito de optar por Cartório de Notas que resultar criado na comarca nova, com prioridade em relação ao serventuário a que se refere o "caput".

§ 2.º - As opções de que trata este artigo deverão ser manifestadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início da vigência da lei criadora da comarca, mediante requerimento ao Secretário

da Justiça, sob pena de perda desse direito.

Artigo 42 - Na hipótese de opção em virtude de desmembramento territorial, contar-se-ão pontos aos interessados, da seguinte forma:

I - 1 (um) ponto para cada 5 kms² (cinco quilômetros quadrados) ou fração superior à metade do território subtraído;

II - 1 (um) ponto por triênio de tempo como titular da serventia prejudicada.

Artigo 43 - O desmembramento e sua correspondente área territorial serão provados através de documento fornecido pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado e o tempo de serventuário, por certidão da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 44 - Havendo empate, na hipótese do artigo 42, ou em qualquer outro caso regulado por este decreto-lei, observar-se-ão os critérios do artigo 23.

§ 1.º - A posse verificar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato de provimento, perante a Corregedoria Geral da Justiça, mediante assinatura de termo em que o serventuário prometa cumprir fielmente os deveres do cargo.

§ 2.º - O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado, pelo Secretário da Justiça .

§ 3.º - O termo será lavrado em livro próprio pela autoridade que der posse, a qual verificará se foram satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para investidura no cargo.

§ 4.º - Se a posse não se der dentro do prazo, será tornado sem efeito o ato de provimento, sendo nulo de pleno direito qualquer outro ato que o revigore.

§ 5.º - A Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, comunicará à Secretaria da Justiça a realização do ato da posse.

§ 6.º - Se o provimento for o primeiro em serventia recém-criada, deverá o titular exibir, revestidos das formalidades legais, os livros obrigatórios ao exercício do cargo e funcionamento da nova serventia.

Artigo 46 - O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados:

I - da data da posse;

II - da data da publicação oficial do ato, no caso de remoção.

§ 1.º - O prazo referido neste Artigo poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias a requerimento do interessado e a juízo da autoridade competente.

§ 2.º - É competente para dar exercício ao serventuário, o Juiz Corregedor Permanente do cartório, o qual deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria da Justiça.

§ 3.º - No caso de remoção, o prazo para o exercício do servidor, em férias ou licença, será contado da data em que voltar ao serviço.

Artigo 47 - Não serão providos os que estiverem respondendo a processo criminal por delito contra o patrimônio ou condenados por sentença de que não caiba recurso, pelo mesmo crime ou qualquer outro, a pena superior a 2 (dois) anos de reclusão.

Artigo 48 - Ficam, por motivo de suspeição, impedidos de servir conjuntamente, no mesmo Juízo, dois serventuários da Justiça, ainda que de cartórios judiciais ou extrajudiciais, quando entre eles haja o seguinte parentesco:

I - pai ou filho;

II - sogro ou genro;

III - irmão ou cunhado, durante o cunhado;

IV - tio ou sobrinho;

V - primos-irmãos.

§ 1.º Se o motivo de impedimento for anterior à nomeação, será tornado sem efeito o provimento do último nomeado; se posterior, daquele que deu causa à incompatibilidade; se esta for imputável a ambos, do mais novo no cargo.

§ 2.º - O serventuário que, antes deste decreto-lei, embora posteriormente ao Decreto n.º 123, de 10 de novembro de 1892, esteja provido em cartório nas condições vedadas, e por isso impedido de exercer o cargo, será removido para serventia vaga ou criada, de igual classe e natureza, a seu pedido ou "ex-officio", com prioridade sobre quaisquer outros interessados, ainda que detentores de preferência absoluta para a remoção ou promoção.

Artigo 49 - Será permitida a permuta entre serventuários de serventias da mesma natureza e da mesma classe, ouvidos os respectivos Juízes Corregedores e desde que os permutantes contem pelo menos 5 (cinco) anos no exercício dos respectivos cargos, e lhes falem mais de 6 (seis) anos para sua aposentadoria voluntária ou compulsória.

Artigo 50 - Sempre que o provimento resultar de vaga aberta por falecimento de serventuário, deverá o novo titular entrar em acordo com os herdeiros do "de cujus", relativamente à indenização do justo valor dos livros em andamento, móveis, utensílios e instalações do cartório em estado de utilização.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, o Juiz de Direito Corregedor Permanente mandará proceder à avaliação dos bens por 2 (dois) serventuários da comarca.

Artigo 51 - O falecimento, desistência ou aposentadoria do serventuário não acarretará a vacância do ofício onde, anteriormente a este decreto-lei, já servir sucessor, que será provido definitivamente na serventia, apostilado o respectivo título.

Parágrafo único - No caso de falecimento, desistência ou demissão do sucessor, ficam assegurados ao serventuário sucedido os direitos adquiridos pelos artigos 9.º e 10.º do Decreto-lei n.º 6.986, de 25 de fevereiro de 1935 e parágrafo único do artigo 22 do Decreto-lei n.º 12.520, de 22 de janeiro de 1942, ficando ressalvado ao sucedido o direito de optar pela aposentadoria.

Artigo 52 - A Corregedoria Geral da Justiça fará publicar no "Diário da Justiça", anualmente, uma relação dos serventuários em atividade nos cartórios não oficializados do Estado, mencionando o termo de serviço geral, no cargo e na classe.

Artigo 53 - No caso de vir a ocorrer o rebaixamento da classe da serventia, em decorrência da reclassificação da entrância da comarca, os serventuários, escreventes e auxiliares terão assegurados para os efeitos deste decreto-lei, todos os direitos e vantagens correspondentes à classificação anterior, a que pertencia a serventia.

Artigo 54 - O tempo de serviço público efetivamente prestado pelo serventuário, escrevente ou auxiliar, à União, a Estado ou a Município, quando afastado por força de lei, ou ato da Corregedoria Geral da Justiça, será computado, singelamente, para todos os fins.

Artigo 55 - O tempo de serviço em cartórios não oficializados deverá sempre, ser provado com certidão fornecida pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 56 - O candidato em concurso de ingresso, ou de promoção ou remoção, que dele desistir após classificado, ou que não aceitar o provimento conseqüente, terá contados 5 (cinco) pontos negativos para cada desistência, a serem ponderados em concursos posteriores.

Artigo 57 - Em caso de vaga, até o provimento e posse do serventuário efetivo, será designado para responder pelo expediente da respectiva serventia o oficial maior ou na falta deste, o escrevente mais graduado.

§ 1.º - A designação será feita mediante portaria expedida pelo Juiz Corregedor do cartório que solicitará, incontinenti à Secretaria da Justiça, a homologação deste ato pelo Governador.

§ 2.º - Na hipótese de inexistência de escrevente na serventia vaga, poderá o Governador provê-la em caráter interino, nomeado, para esse fim:

1 - escrevente de outro cartório, que será indicado ao Secretário da Justiça no prazo de 3 (três) dias, a contar da vacância, pelo Juiz Corregedor Permanente do ofício vago;

2 - qualquer pessoa apta para o exercício do cargo, se incorrente, no tríduo, a indicação judiciária prevista no item anterior.

Artigo 58 - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos n.ºs, 5.120, de 21 de julho de 1931; 6.986, de 25 de fevereiro de 1935; os Decretos-leis n.ºs 11.464, de 30 de setembro de 1940; 12.520, de 22 de janeiro de 1942; as Leis n.ºs, 819, de 31 de outubro de 1950 4.343 de 5 de novembro de 1957; 4.633, de 14 de janeiro de 1958; 7.565, de 3 de dezembro de 1962; o artigo 5.º da Lei n.º 7.847, de 11 de março de 1963; a Lei n.º 7.85, de 20 de março de 1963; o artigo 132 da lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964; as Leis n.ºs 9.189, de 14 de dezembro de 1965, 10.079, de 24 de abril de 1968; 10.171, de 17 de julho de 1968; e 10.304 de 6 de dezembro de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de outubro de 1969.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de outubro de 1969.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Subst.

REORGANIZAÇÃO DOS REGISTROS PÚBLICOS

DECRETO-LEI N.º 1.000, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior Excelentíssimos Senhores Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar.

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossas Excelências o incluso projeto de decreto-lei, que visa a consolidar e atualizar o Regulamento dos Registros Públicos, expedido pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

1. Vigora o referido Regulamento há perto de 30 anos. De então para cá inúmeras foram as modificações nele introduzidas, implícita ou explicitamente, como consequência do surgimento de institutos jurídicos novos e a modificação de outros, já existentes, tais como a extensão dos efeitos civis ao casamento religioso; o reconhecimento da filiação adulterina, uma vez dissolvida a sociedade conjugal; a legitimação adotiva de infante exposto; a alienação fiduciária de bens móveis; a ampliação da autonomia da propriedade vertical; a incorporação imobiliária pelo sistema financeiro do Banco Nacional da Habitação; a criação das cédulas de crédito rural e industrial; a elevação da promessa de venda à categoria de direito real a muitas outras.
2. Tais modificações e, ainda, a necessidade, imposta pela moderna tecnologia, de simplificação dos métodos de escrituração e arquivamento dos livros e documentos dos cartórios de notas e registros, tornaram inelutável a revisão, a consolidação e a atualização das normas do citado Regulamento.
3. Com esse objetivo foi elaborado o Projeto anexo, o qual, embora conservando a estrutura do Regulamento atual, nele introduziu alterações de fundo e de forma, assinaladamente as seguintes:
 - a) autorizou, na lavratura dos atos, a utilização do sistema de folhas soltas, como adotado modernamente em muitos países, inclusive entre nós com relação aos processos judiciais, possibilitando, assim, a entrega imediata às partes contratantes dos traslados e certidões dos instrumentos públicos, entrega essa muitas vezes necessária para, pelo seu registro, assegurar os direitos oriundos do ajuste;
 - b) aboliu a formalidade da rubrica dos livros por parte do juiz, providência inócua, por não trazer qualquer segurança aos registros públicos, e facilmente substituível por processos mecânicos mais adequados e mais seguros;
 - c) ensejou o fornecimento de certidões de inteiro teor por meio de reprodução fotográfica (xerox) devidamente autenticadas;
 - d) regulamentou o arquivamento de livros e papéis pelo sistema de microfilmagem, obedecidas as cautelas estabelecidas na legislação respectiva;
 - e) atualizou a fixação das multas, indexando-as com base no salário mínimo;
 - f) permitiu os pedidos de certidão por via bancária, como ocorre em vários países;
 - g) disciplinou os registros de nascimento e de óbito ocorridos a bordo de aeronaves;
 - h) suprimiu o longo prazo de espera no tocante ao registro de óbito de pessoas desaparecidas em catástrofes, quando indubitável sua presença no local;
 - i) deu estrutura à inscrição, no registro, da legitimação adotiva, facultada pela Lei n.º 4.655, de 1965;
 - j) subordinou a averbação da anulação do casamento, ao julgamento de recurso pendente, ainda que recebido sem efeito suspensivo, a semelhança do que ocorre com o cancelamento da transcrição imobiliária;
- 1) atendeu às normas da Lei n.º 5.250, de 1967, no que tange ao registro de jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias;
- m) modernizou o sistema do registro de títulos e documentos, inclusive facilitando o de contratos impressos e o registro, por extrato, dos microfilmados;
- n) suprimiu do texto inúteis reproduções de normas já consignadas no Código Civil; ex passim.
4. No tocante ao registro de imóveis, o Projeto orientou-se no sentido de torná-lo um instrumento mais simples e mais eficiente. Supriu-lhe falhas, escolheu-o de formalidades inúteis, adaptou-o à legislação vigente, modernizou seus métodos de controle, aboliu imperfeições e dinamizou-o enfim.
5. Assim é que, acolhendo sugestão de há muito lembrada por LYSIPPO GARCIA, unificou em uma só série de livros - o Livro n.º 2 - os que atualmente constituem os Livros n.ºs 2, 3 e 4, ou seja, precisamente aqueles que demandam maior número de atos a praticar (transferência da propriedade imóvel, qualquer que seja a sua forma; hipotecas: anticrese; penhor; promessa de

venda contratos de locação com cláusula de vigência em caso de alienação penhoras; arrestos; seqüestros; ações reais e reipersecutórias; etc.). Essa unificação simplifica a escrituração dos atos, proporciona um maior número de registros em menor tempo e reduz, pela diminuição de número de buscas, os emolumentos a serem pagos, beneficiando, assim, as partes.

6. Complementando tal providência, o Projeto autoriza o desmembramento do Livro n.º 2, até o limite de dez, de modo a permitir que seja o mesmo escriturado por vários serventuários, simultaneamente.

7. Aboliu o Projeto, por outro lado, o Livro talão, substituindo-o por simples indicação, no título, do livro, folhas e número em que foi o ato praticado. Visa, o referido livro talão a duplicidade do registro, de modo a possibilitar a sua reconstituição no caso de incêndio. Todavia, na prática tal vantagem inexistia, dado que os arquivos estaduais não os recebem, por falta de espaço, permanecendo ditos livros no próprio cartório, ocupando, inutilmente, suas prateleiras, pois, em caso de incêndio, serão consumidos como os demais livros.

8. Ainda como consequência da unificação dos Livros n.ºs 2, 3 e 4, passou a ser desnecessário repetir em cada novo registro os característicos e confrontações do imóvel quando não tenha sofrido alteração, o que representa apreciável economia de tempo, tornando mais expedita a escrituração.

9. Adotando o ponto de vista de WALDEMAR LOUREIRO, o Projeto engloba na designação genérica de registro, tanto a transcrição quanto a inscrição, binômio, esse que tem dado origem a algumas dificuldades e que a própria legislação a todo passo confunde, mandando transcrever atos que deveriam ser inscritos, e vice-versa.

10. Facultou o Projeto a substituição dos livros pelo sistema de folhas soltas, desde que aprovado o modelo destas pela autoridade judiciária competente. Tal medida, nos centros de grande densidade demográfica, tornará mais prática e mais rápida a escrituração, ensejando, inclusive, seja ela efetuada mecanicamente.

De modo expresso declarou o Projeto isento de ônus o registro do contrato preliminar quando as mesmas partes - não tendo havido alteração de seu estado civil - já houverem firmado o contrato definitivo.

11. Inúmeras foram as adaptações que se fizeram mister em decorrência de legislação posterior, seja porque retirada da competência do registro imobiliário a prática de determinados atos (registro de minas e pedreiras, arquivamento de estatutos de sociedades anônimas, etc.), seja porque criadas novas modalidades de operações imobiliárias (caução de títulos aquisitivos; cédulas hipotecárias, rurais e industriais; incorporações; etc.).

12. Atendendo ao interesse público no sentido da expansão habitacional, que vem sendo executada pelo Banco Nacional da Habitação, o Projeto determinou a redução, à metade, dos emolumentos devidos pelas atos pertinentes ao sistema financeiro do referido banco.

13. Vantagem que também decorre - e de ordem prática relevante - da preconizada unificação, acima referida, dos Livros ns. 2, 3 e 4, é de que cada imóvel terá um registro próprio, o que irá não só eliminar a possibilidade de erro material na escrituração e na busca, como, igualmente, a de facilitar, sobremodo, uma futura cadastração.

14. Para a pronta constituição das empresas públicas formadas com a incorporação de bens imóveis do patrimônio estatal, determinou o Projeto medidas no sentido de abreviar o registro dos aludidos bens em favor de tais entidades.

15. Finalmente, incluído já se encontra no Projeto determinação contida no recente Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, referente à desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os meus protestos da mais alta estima e consideração.

LUÍS ANTONIO DA GAMA E SILVA
Ministro da Justiça

DECRETO-LEI N.º 1.000 - DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com

o § 1.º do art. 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DIVISÃO

Art. 1.º - Os serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil para autenticidade, segurança e validade dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido neste Decreto-lei.

§ 1.º. Esses registros são:

I - o registro civil das pessoas naturais;

II - o registro civil das pessoas jurídicas;

III - o registro de títulos e documentos;

IV - o registro de imóveis;

V - o registro de propriedade literária, científica e artística.

§ 2.º. O registro mercantil continuará a ser regido pelos dispositivos da legislação comercial.

Art. 2.º - Os registros indicados nos números I a IV do artigo anterior ficarão a cargo dos serventuários privativos, nomeados de acordo com a legislação em vigor, respeitado o disposto no art. 177 da Constituição do Brasil, e serão feitos:

I - o de n.º I, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de nascimento, de casamento e de óbitos;

II - os de n.ºs II e III, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de títulos e documentos;

III - o de n.º IV, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registros de imóveis.

Art. 3.º - O registro constante do art. 1.º, n.º V, ficará a cargo da administração federal, por intermédio das repartições técnicas indicadas no Título VI destes decreto-lei.

Art. 4.º - As leis de organização judiciária discriminarão os direitos e deveres dos serventuários, sua subordinação administrativa e judiciária, as substituições, os auxiliares, as horas de serviço e os emolumentos que lhes competirão.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO

Art. 5.º - Os livros serão, em todo o país, uniformes, e obedecerão aos modelos atualmente usados, ficando sua aquisição a cargo dos respectivos serventuários, sujeitos, porém, à correção da autoridade competente.

Parágrafo único. Para facilidade do serviço, poderão tais livros ser impressos e de folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Art. 6.º - Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Art. 7.º - Conforme o movimento dos registros, o juiz, ao qual estiver sujeito o oficial, poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros, até a terça parte do consignado neste decreto-lei.

Art. 8.º - Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples e, depois, repetidas em combinações com a primeira, com a segunda, e, assim, indefinidamente.

Exemplos: 3-A a 3-Z; 3-AB a 3-AZ; 3-BA a 3-BZ, etc.

Art. 9.º - Os números de ordem dos registros não serão interrompidos, no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes, da mesma espécie.

CAPÍTULO III

ORDEM DO SERVIÇO

Art. 10 - O serviço começará e terminará à mesma hora, em todos os dias úteis.

Parágrafo único. O registro civil das pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.

Art. 11 - Serão nulos os registros lavrados fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, salvo a exceção do parágrafo único do artigo anterior, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.

Art. 12 - Todos os títulos que, em tempo, forem apresentados e que não puderem ser registrados antes da hora do encerramento do serviço, aguardarão o registro, no dia seguinte, em que terão preferência.

Parágrafo único. O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

Art. 13 - Os oficiais adotarão o melhor regime interno, de modo a assegurar às partes a precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Art. 14 - Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento no protocolo, com o respectivo número de ordem, nos casos em que dessa formalidade decorrerem direitos de prioridade para o apresentante.

Art. 15 - Os atos do registro não poderão ser praticados ex-officio, senão a requerimento por escrito dos interessados e, quando a lei autorizar, do Ministério Público ou por ordem judicial, salvo as anotações e as averbações obrigatórias.

§ 1.º. O reconhecimento da firma nas comunicações ao registro civil poderá ser exigido pelo respectivo oficial.

§ 2.º. Embora independa de homologação, a emancipação concedida por sentença judicial será anotada às expensas do interessado.

Art. 16 - As despesas do registro incumbirão ao interessado que o requerer e serão pagas no ato da apresentação do requerimento instruído com o título.

Art. 17 - Quando o oficial, ou algum seu parente, em grau proibido, for interessado no registro, este deverá ser feito pelo substituto, designado na respectiva Lei de Organização Judiciária.

CAPÍTULO IV PUBLICIDADE

Art. 18 - Os oficiais, bem como as repartições encarregadas dos registros, serão obrigados:

1.º - a passar as certidões requeridas;

2.º - a mostrar às partes, sem prejuízos da regularidade do serviço, os livros de registro, dando-lhes, com urbanidade, os esclarecimentos verbais que pedirem.

Art. 19 - Qualquer pessoa poderá requerer certidão do registro, sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Art. 20 - As certidões serão passadas sem dependência de qualquer despacho judicial, devendo referir-se aos livros de registro, ou a documentos pertinentes aos arquivos do cartório.

Art. 21 - As certidões serão passadas por inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, facultada, no primeiro caso, a reprodução do documento por sistema autorizado em lei e devidamente autenticada pela autoridade competente, não podendo o oficial retardá-las, em qualquer caso, por mais de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. As certidões de nascimento mencionarão sempre a data em que foi feito o assento.

Art. 22 - No caso de recusa ou de demora da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade judiciária ou administrativa, competente, que deverá providenciar com presteza, aplicando, se for o caso, a pena disciplinar estabelecida.

Art. 23 - Para tornar possível a verificação da demora, o oficial, logo que receber alguma petição, dará à parte uma nota de entrega, devidamente autenticada.

Art. 24 - Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

Parágrafo único. O termo de alteração deverá constar, em inteiro teor, nas respectivas certidões.

CAPÍTULO V CONSERVAÇÃO

Art. 25 - Os livros de registro, salvo caso de força maior ou exigência legal, não sairão do cartório respectivo por nenhum motivo ou pretexto.

Art. 26 - Todas as diligências judiciais e extrajudiciais, que exigirem a apresentação de qualquer livro, ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Art. 27 - Os oficiais deverão manter, permanentemente, em segurança, os livros e documentos sob sua responsabilidade, utilizando-se, sempre, dos sistemas de preservação mais indicados.

Art. 28 - Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados com rótulo do ano a que pertencerem e divididos em maços relativos às suas diferentes classes, facultada a utilização de microfilmagem e de outros processos de reprodução autorizados em lei.

Art. 29 - Os livros e papéis pertencerão ao arquivo do cartório indefinidamente, só sendo permitida a sua desintegração quando autorizada em lei e obedecidas as prescrições nela estabelecidas.

Art. 30 - Dividido um cartório, por critério geográfico, ou de distribuição de atos, serão válidos os antigos registros feitos até a instalação do novo ofício, pertencendo o arquivo ao antigo.

Parágrafo único. Proceder-se-á da mesma forma quando desdobrados os serviços confiados a um só serventuário.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADE

Art. 31 - Além dos casos expressamente consignados, os oficiais serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, por culpa ou dolo, causarem, pessoalmente, ou por seus prepostos e substitutos, estes quando de sua indicação, aos interessados no registro.

Parágrafo único. A responsabilidade civil independerá da criminal, pelos delitos que praticarem.

Art. 32 - Os oficiais ficarão, também, responsáveis pela ordem e conservação dos respectivos livros, documentos e papéis, sob as penas legais.

TÍTULO II

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - Serão inscritos no registro civil das pessoas naturais:

I - os nascimentos;

II - os casamentos;

III - os óbitos;

IV - as emancipações por outorga do pai ou da mãe, ou por sentença do juiz;

V - as interdições dos loucos, surdos-mudos e pródigos;

VI - as sentenças declaratórias de ausência;

VII - as opções de nacionalidade.

§ 1.º Serão averbados no registro:

I - as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

II - as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que provarem a filiação legítima;

III - os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

IV - os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

V - as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

VI - as alterações ou abreviaturas de nomes.

§ 2.º - É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais.

Quando residirem no estrangeiro, a inscrição se fará no 1.º ofício do Distrito Federal.

Art. 34 - Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil, e respectiva certidão, das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente, passado mediante requisição do juiz togado ou a pedido do oficial de registro.

Art. 35 - Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercante em viagem e no exército em campanha serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos ministérios, a fim de que, pelo da justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

Art. 36 - Os assentos de nascimentos, óbitos ou casamentos de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar que forem tomados, legalizadas as certidões pelas cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1.º - Tais assentos serão, porém, transcritos nos cartórios do 1.º ofício, do domicílio do registrando, ou no 1.º ofício de Distrito Federal, em falta de domicílio, quando tiverem de produzir efeito no país ou antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º - O filho de brasileiro ou brasileira, antes da opção a que se referem o artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil e artigo 3.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, poderá requerer o registro nos termos do artigo 4.º da referida Lei n.º 818, no juízo do seu domicílio (Lei n.º 5.010, de 30-5-66, artigo 10, n.º X), registro esse que será efetuado pelo oficial do cartório do 1.º ofício do registro civil no livro E, fazendo-se constar do termo e das respectivas certidões que os mesmos só valerão como prova de nacionalidade brasileira até 4 (quatro) anos após atingida pelo registrado a capacidade civil.

§ 3.º - A opção pela nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil, e artigo 3.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, será pleiteada

pela forma estabelecida na Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, artigo 10, n.º X, devendo o respectivo registro ser lavrado no livro E do cartório do 1.º ofício do domicílio do optante e assinado por este ou por seu procurador.

§ 4.º - O filho de brasileiro nascido no estrangeiro, cujos pais não estejam a serviço do Brasil, se registrado no Consulado Brasileiro, poderá transcrever o seu nascimento, no 1.º ofício do registro civil de seu domicílio, nos termos do artigo 140, item I, letra c, da Constituição do Brasil.

§ 5.º - Verificada a hipótese prevista no § 3.º o oficial cancelará, independentemente de requerimento, o registro provisório a que alude o § 2.º, se existente no mesmo ofício.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO E ORDEM DE SERVIÇO

Art. 37 - Haverá em cada cartório os seguintes livros, todos com trezentas folhas:

- a) de registro de nascimentos;
- b) de registro de casamentos;
- c) de registro de óbitos;
- d) de registro de editais de proclamas.

Parágrafo único. No cartório do 1.º ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária, em cada comarca, haverá outro livro para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, designado sob a letra "E", com 150 (cento e cinquenta) folhas, podendo, nas comarcas de grande movimento, o juiz competente autorizar o seu desdobramento em livros especiais de emancipações, interdições e ausências.

Art. 38 - Os livros obedecerão aos modelos usuais; a cada um deles juntará o oficial um índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem.

Parágrafo único. Poderá o índice, a critério do oficial, ser substituído pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.

Art. 39 - A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas.

Entre cada dois assentos será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

Art. 40 - Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na direita espaço para as notas, averbações e retificações.

§ 1.º - Os livros de editais de proclamas serão escriturados cronologicamente, com o resumo do que constar de editais expedidos pelo cartório ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.

§ 2.º - As despesas com os editais serão pagas pelo interessado, excluídas as da publicação oficial.

Art. 41 - As partes ou seus procuradores assinarão esses assentos, insertas as declarações feitas, de acordo com o requisito legal ou ordenadas por decisão judicial. As procurações serão arquivadas, além da declaração, no termo, da sua data e do livro, folha e ofício em que foram passadas, quando por instrumento público.

§ 1.º - Se algumas dessas pessoas ou as testemunhas não puderem escrever, por qualquer circunstância, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2.º - As custas com a autuação e arquivamento das procurações ficarão a cargo dos interessados.

Art. 42 - Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção, como se pratica nas escrituras públicas.

Art. 43 - Tendo havido erro ou omissão, de modo que seja necessário fazer emenda ou adição, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento. sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Art. 44 - Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser feita por decisão judicial, nos termos dos artigos 105 a 108.

Art. 45 - Serão consideradas não existentes e sem efeitos judiciais quaisquer emendas ou alterações posteriores não ressalvadas ou lançadas na forma indicada, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Art. 46 - As testemunhas para os assentos de registro deverão satisfazer as condições exigidas

pela lei civil, sendo admitidos os parentes, em qualquer grau, do registrando.

Parágrafo único. Quando as testemunhas não forem conhecidas do oficial do registro, deverão apresentar documentos hábeis para prova da respectiva identidade, fazendo-se no assento expressa menção desses documentos.

Art. 47 - As certidões relativas ao nascimento de filhos legitimados por subsequente matrimônio poderão ser dadas sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fossem legítimos; na certidão de casamento também poderá ser omitida a referência àqueles filhos, salvo havendo pedido expresso, em qualquer dos casos.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE

Art. 48 - Nenhuma declaração será atendida após o decurso do prazo legal sem despacho do juiz togado competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/5 (um quinto) do salário mínimo da região, podendo aquele exigir justificação, nos termos dos artigos 105 a 109, ou outra prova suficiente.

§ 1.º - Será dispensada do pagamento da multa a parte pobre, nos termos do artigo 34.

§ 2.º - Será dispensado o despacho do juiz, nos casos de registro de nascimento fora dos prazos estabelecidos nos artigos 53 e 54, quando o registrando tiver menos de 12 (doze) anos de idade.

§ 3.º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, sendo o registrando maior de 12 (doze) anos, o juiz só deverá exigir justificação, ou outra prova suficiente, quando suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4.º - Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado.

§ 5.º - Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial terá o de 30 (trinta) dias para lavrar o assento, sob pena de pagar multa correspondente a um salário mínimo da região.

Art. 49 - Se os oficiais do registro civil recusarem fazer ou demorarem qualquer, registro, averbação, anotação ou certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá com a maior brevidade.

§ 1.º Sendo injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários mínimos da região, ordenando que no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas seja feito o registro, a averbação, a anotação, ou fornecida a certidão, sob pena de prisão de 5 (cinco) a 20 (vinte) dias.

§ 2.º - Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, atendidos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 50 - Os juízes togados e o Ministério Público farão correição e fiscalização nos livros de registro conforme as leis de organização judiciária.

Art. 51 - Os oficiais do registro civil remeterão diretamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos que houverem registrado no trimestre anterior.

§ 1.º - O mencionado Instituto fornecerá os mapas necessários para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem precisas.

§ 2.º - Os oficiais que não remeterem em tempo os mapas exigidos incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos da região, que será cobrada executivamente como dívida ativa da União, para ser recolhida aos cofres federais, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 52 - Os oficiais do registro serão ainda obrigados a satisfazer as exigências da legislação federal sobre alistamento e sorteio militar, sob as sanções estabelecidas no respectivo regulamento.

CAPÍTULO IV

NASCIMENTO

Art. 53 - Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no cartório do lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro em 15 (quinze) dias, ampliando-se até 3 (três) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.

§ 1.º - Não estão obrigados ao registro os índios nascidos em território nacional enquanto não civilizados.

§ 2.º - Os menores de 21 e maiores de 18 anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3.º - É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil, requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 4.º - Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Art. 54. Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do artigo 68, deverão ser declarados dentro em 5 (cinco) dias, a contar da chegada do navio ou da aeronave no local de destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 55 - São obrigados a fazer a declaração de nascimento:

1.º) o pai;

2.º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias;

3.º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior e achando-se presente;

4.º) na sua falta e impedimento, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5.º) pessoa idônea que tiver ciência do nascimento ocorrido fora da residência da mãe;

6.º) finalmente, as pessoas encarregadas da guarda do menor.

Art. 56 - Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o mesmo recém-nascido.

Parágrafo único. Tratando-se de registro fora do prazo legal, o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 57 - No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

Art. 58 - O assento do nascimento deverá conter:

1.º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2.º) o sexo e a cor do recém-nascido;

3.º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4.º) a declaração de ser legítimo, ilegítimo, ou exposto;

5.º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

6.º) a declaração de que nasceu morta ou morreu no ato ou logo depois do parto;

7.º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

8.º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais; o lugar e cartório onde casaram e a sua residência atual;

9.º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos

10.º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.

Art. 59 - Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá o caso, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Art. 60 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, fazendo-se a averbação com as mesmas formalidades e publicações pela imprensa.

Art. 61 - Qualquer alteração posterior de nome, só por exceção e motivadamente será permitida por despacho do juiz togado a que estiver sujeito o registro e audiência do Ministério Público, arquivando-se o mandado, quando for o caso, e publicando-se pela imprensa.

Parágrafo único. Poderá também ser averbado nos mesmos termos o nome abreviado usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

Art. 62 - O prenome será imutável.

Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome e desde que não se altere sua pronúncia, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante decisão do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do artigo 59, se o oficial não o houver impugnado.

Art. 63 - Sendo o filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai, sem que este expressamente

o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar ou, não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rogo a respectivo assento com duas testemunhas.

Art. 64 - Serão omitidas se daí resultar escândalo, quaisquer das declarações indicadas no artigo 58, que fizerem conhecida a filiação.

Parágrafo único. Deverá, entretanto, conter o registro o nome do pai ou mãe, quando qualquer destes for o declarante.

Art. 65 - Tratando-se de exposto, o registro será feito de acordo com as declarações que os estabelecimentos de caridade, nos lugares onde existem com esse fim, as autoridades ou os particulares, comunicarem ao oficial competente, nos prazos mencionados no artigo 53, a partir do achado ou entrega sob as penas dos artigos 48 e 49, apresentando ao oficial, salvo motivo de força maior comprovado, o exposto e os objetos a que se refere a segunda parte do artigo seguinte.

Parágrafo único. Declarar-se-á o dia, mês e ano, o lugar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado e a sua idade aparente. Nesse caso, o envoltório, roupas e quaisquer outros objetos e sinais que trouxer a criança e que possam a todo o tempo fazê-la reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em caixa lacrada e selada, com o seguinte rótulo - "pertence ao exposto tal, assento de fls. ... de livro ..." - e remetidos imediatamente, com uma guia em duplicata, ao juiz a quem competir, para serem recolhidos a lugar de segurança. Recebida a duplicata com o competente conhecimento do depósito, que serão arquivados, far-se-ão à margem do assento as notas convenientes.

Art. 66 - O registro de nascimento de menor abandonado, sob jurisdição do Juiz de Menores, poderá fazer-se por iniciativa deste titular, à vista dos elementos de que dispuser e com observância, no que for aplicável, do que preceitua o artigo anterior.

Art. 67 - Sendo gêmeos, será declarada no assento especial de cada um a ordem de nascimento. Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo a se poderem distinguir uns dos outros.

Parágrafo único. Também serão obrigados a duplo prenome ou nome completo diverso os filhos de idade diferente a que se pretender dar o mesmo prenome.

Art. 68 - Os assentos de nascimento no mar, a bordo de navio brasileiro mercante ou de guerra, serão lavrados, logo que o fato de se verificar, pelo modo estabelecido nos regulamentos consulares e de marinha e nele se observarão todas as disposições desses e do presente decreto-lei.

Art. 69 - No primeiro porto a que se chegar, o comandante depositará imediatamente, na capitania do porto, ou em falta, na estação fiscal, ou, ainda, no consulado, se tratar de porto estrangeiro, duas cópias autenticadas, uma das quais será remetida por intermédio do Ministério da Justiça ao oficial de registro para a inscrição no lugar de residência dos pais ou, se não for possível descobri-la, no 1.º ofício do Distrito Federal.

Uma terceira cópia será entregue pelo comandante ao interessado que, após conferência na capitania do porto, por ela poderá também promover a transcrição, no cartório competente.

Parágrafo único. Os nascimentos ocorridos a bordo de quaisquer aeronaves, ou de navio estrangeiro, poderão ser dados a registro pelos pais brasileiros no cartório ou consulado do local do desembarque.

Art. 70 - Em campanha, poderão ser tomados assentos de nascimento de filhos de militares ou assemelhados em livros criados pela administração militar mediante declarações feitas pelos interessados ou remetidas pelos comandantes de unidades. Esses assentos serão publicados em boletim das unidades e, logo que possível, trasladados por cópias autenticadas, ex-officio ou a requerimento dos interessados, para o cartório de registro civil a que competir ou para o do 1.º ofício do Distrito Federal, quando não puder ser conhecida a residência do pai.

Parágrafo único. Essa providência será extensiva aos assentos de nascimentos de filhos de civis, quando, em consequência das operações de guerra, não funcionarem os cartórios locais.

CAPÍTULO V

CASAMENTO

Art. 71 - Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

1.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges:

2.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data de nascimento ou da morte, domicílio e residência

atual dos pais;

3.º) os nomes e prenomes do cônjuge precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando for o caso;

4.º) a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento;

5.º) a relação dos documentos apresentados ao oficial de registro;

6.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;

7.º) o regime do casamento, com declaração da data e do cartório em cujas notas foi passada a escritura antenupcial, quando o regime não for o da comunhão ou o legal que, sendo conhecido, será declarado expressamente;

8.º) O nome que passa a ter a mulher, em virtude do casamento;

9.º) os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento.

Parágrafo único. As testemunhas serão duas; salvo o caso previsto no artigo 193, parágrafo único, do Código Civil.

Art. 72. O reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso obedecerá ao disposto na Lei n.º 1.110, de 23 de maio de 1950.

Art. 73. O registro dos editais de casamento conterá todas as indicações necessárias quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também os editais remetidos por outro oficial processante.

CAPÍTULO VI

ÓBITO

Art. 74. Nenhum enterramento será feito sem certidão de oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado do médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas, que tiverem presenciado ou verificado o óbito.

Parágrafo único. Antes de proceder a assento de óbito de criança de menos de um ano, o oficial indagará se foi registrado o nascimento, e fará a verificação no respectivo livro, quando houver sido no seu cartório; em caso de falta, tomará previamente o assento omitido.

Art. 75. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 53.

Art. 76. São obrigados a fazer declaração de óbito:

1.º) o chefe de família a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2.º) a viúva a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3.º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito do irmão, e demais pessoas de casa, indicadas no n.º 1.º; o parente mais próximo, maior e presente;

4.º) o administrador, diretor, gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele falecerem, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5.º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou o vizinho, que do falecimento tiver notícia;

6.º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Art. 77. O assento de óbito deverá conter:

1.º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2.º) lugar do falecimento, com indicação precisa;

3.º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4.º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório do casamento, em ambos os casos;

5.º) a declaração de que era filho legítimo ou ilegítimo, de pais incógnitos ou expostos;

6.º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

7.º) se faleceu com testamento conhecido;

8.º) se deixou filhos legítimos ou ilegítimos reconhecidos, nome e idade de cada um;

9.º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;

10.º) o lugar do sepultamento;

11.º) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos.

Art. 78. Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, se mencionará esta circunstância e o lugar em que foi encontrado e o da necropsia, se tiver havido.

Parágrafo único. Neste caso, será extraída a individual dactiloscópica, se no local existir esse serviço.

Art. 79. O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Art. 80. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico, ou de duas pessoas qualificadas, assinarão com a que fizer a declaração duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao enterro e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.

Art. 81. Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acordo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes for aplicável, com as referências constantes do artigo 77, salvo se o enterro for feito no porto, onde será tomado o assento.

Art. 82. Os óbitos verificados em campanha serão registrados em livro próprio para esse fim designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro nas condições especificadas dos óbitos que se derem no próprio local do combate.

Art. 83. Os óbitos a que se refere o artigo anterior serão publicados em boletim da corporação e inscritos no registro civil mediante relações autenticadas remetidas ao ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil designação dos corpos a que pertenciam, lugar de residência ou de mobilização, dia, mês e ano e lugar do falecimento e do sepultamento para, à vista dessas relações, se fizerem os assentamentos de conformidade do que a respeito está disposto no artigo 70.

Art. 84. O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público, será feito, em falta de declaração de parentes, segundo as da respectiva administração, observadas as disposições dos artigos 77 a 80, e o do que for relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo o conhecimento do fato.

Parágrafo único. No caso dos óbitos ocorridos no estrangeiro, as obrigações correspondentes serão atribuídas aos adidos militares e, na falta destes, aos agentes diplomáticos ou consulares com exercício no local do falecimento ou no mais próximo.

Art. 85. Poderão os juízes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em campanha, naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando não for possível encontrar-se o cadáver para exame e estiver provada a sua presença no local do desastre.

CAPÍTULO VII

EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO e AUSÊNCIA

Art. 86. Nas comarcas em que não houver ofícios privativos, serão registradas, em livro especial, no cartório do 1.º ofício, as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nas mesmas domiciliados.

Art. 87. O registro será feito mediante transcrição da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, no caso de escritura pública, às referências da data, livro, folha e ofício em que for passada, sem dependência da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante; dele sempre constarão:

1.º) data do registro e da emancipação;

2.º) nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento;

3.º) nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

Art. 88. Quando o juiz conceder emancipação, deverá comunicá-la ex-officio ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado este dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único. Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito.

Art. 89. As interdições serão registradas no mesmo cartório e no mesmo livro de que trata o artigo 86, salvo a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do artigo 37, declarando-se:

1.º) data do registro:

2.º) nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito, data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) data da sentença, nome e vara do juiz que a proferiu;

4.º) nome, profissão, estado civil, domicílio e residência do curador;

5.º) nome do requerente da interdição e causa desta;

6.º) limites da curadoria, quando for parcial a interdição, nos termos do artigo 451 do Código Civil e do artigo 27, § 1.º, do Decreto n.º 24.559, de 3 de julho de 1934;

7.º) lugar onde está internado o interdito, nos casos do artigo 457 do Código Civil.

Art. 90. A comunicação, com os dados precisos, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo juiz ao cartório, para registro ex-officio, se o curador ou o promovente não o tiverem feito dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único. Antes de registrada a sentença, não poderá o curador assinar o respectivo termo.

Art. 91. A inscrição das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador (Código Civil, artigos 463 e 464), será feita no cartório do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição, declarando-se:

1.º) data do registro;

2.º) nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que foram registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) tempo de ausência até a data da sentença;

4.º) nome do promotor do processo;

5.º) data da sentença e nome e vara do juiz que a proferiu;

6.º) nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.

CAPÍTULO VIII

ADOÇÃO

Art. 92. Serão inscritas no registro de nascimento, como registro fora do prazo, as sentenças de legitimação adotiva, nele se consignando os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos, se já falecidos, ou, sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestado por escrito sua adesão ao ato (Lei n.º 4655, de 2-6-65, artigo 6.º).

Parágrafo único. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos (Lei n.º 4.655, de 2-6-65, artigo 8.º, parágrafo único).

Art. 93. Feito o registro, será cancelado o assento original do menor.

CAPÍTULO IX

AVERBAÇÃO

Art. 94. A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento, à vista de sentença, mandado, certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Art. 95. A averbação será feita à margem do assento, e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Art. 96. No livro de casamento será feita a averbação das sentenças de nulidade e anulação de casamento e de desquite, declarando-se a data da sentença e de sua definitiva confirmação, o juiz que a proferiu e a sua conclusão, bem como o nome das partes na causa.

§ 1.º Antes de averbadas, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros.

§ 2.º As sentenças de nulidade ou anulação de casamento não poderão ser averbadas enquanto sujeitas a recurso, qualquer que seja o seu efeito.

§ 3.º A averbação a que se refere o parágrafo anterior será feita à vista de mandado expedido pelo juiz do feito, do qual constem os requisitos do caput deste artigo e, ainda, certidão do trânsito em julgado da sentença.

§ 4.º O oficial do registro comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito o mandado.

§ 5.º Ao oficial que deixar de cumprir as obrigações consignadas nos parágrafos anteriores se aplicará a multa de 5 (cinco) salários mínimos da região e a suspensão do cargo até 6 (seis) meses, aplicando-se, em caso de reincidência, em dobro a pena pecuniária, e sujeito o oficial a perda do cargo.

Art. 97. Será também averbado, com as mesmas indicações e efeitos, o ato de restabelecimento de sociedade conjugal.

Art. 98. No livro de nascimento serão averbadas:

- 1.º) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento;
- 2.º) as sentenças que declararem legítima a filiação;
- 3.º) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;
- 4.º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;
- 5.º) a perda da nacionalidade brasileira, quando comunicado pelo Ministério da Justiça.

Art. 99. Será ainda feita, mesmo ex-officio, diretamente quando no mesmo cartório, ou por comunicação do oficial que registrar o casamento, a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento relativo a este.

Art. 100. A averbação será feita nos termos do artigo 95; mediante a indicação minuciosa dos característicos extrínsecos e intrínsecos, das sentenças ou atos que determinarem a operação do registro, analogamente ao disposto no artigo 95.

Art. 101. No livro de emancipações, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo a interdição, das substituições dos curadores de interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único. Será também averbada no assento de ausência, a sentença de abertura de sucessão provisória, após haver passado em julgado, com referência especial ao testamento do ausente, se houver, e indicação, de seus herdeiros habilitados.

CAPÍTULO X

ANOTAÇÕES

Art. 102. Sempre que fizer o oficial algum registro ou averbação, deverá obrigatoriamente, anotá-lo nos atos anteriores, se lançados em seu cartório; em caso contrário, fará comunicação com o resumo do assento ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre, a forma prescrita no artigo 95.

Art. 103. O óbito deverá ser anotado, com remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento e o casamento no deste.

A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança de nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação, ou desquite. Todas as comunicações ficarão arquivadas. A dissolução e anulação do casamento e o restabelecimento da sociedade conjugal serão também anotados nos assentos de nascimento dos cônjuges.

Art. 104. Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, serão responsabilizados civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa das comunicações que tiverem que fazer a outros cartórios.

CAPÍTULO XI

RETIFICAÇÕES E SUPRIMENTOS

Art. 105. O juiz competente admitirá às partes a justificarem perante ele, com audiência do Ministério Público, a necessidade de suprir a sua falta, retificar ou restaurar o registro que contiver engano, erro ou omissão, julgado por sentença, com recurso voluntário interposto por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, fará o oficial respectivo a retificação ou a abertura de assento, expedindo o juiz quando necessário, o competente mandado.

Parágrafo único. Dispensar-se-á justificação sempre que a prova documental for suficiente, a critério do Ministério Público ou do juiz.

Art. 106. As retificações serão feitas à margem do registro com as indicações necessárias ou transcrição do mandado, quando for o caso, que ficará autuado e arquivado. Se não houver espaço, abrir-se-á novo assento com as remissões à margem do registro original.

Art. 107. Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação ou abertura de assento, será entregue a parte.

Art. 108. Em qualquer tempo poderá ser apreciado o valor probante da justificação, em original ou por traslado, pela autoridade judiciária competente ao conhecer de ações que se relacionarem com os fatos justificados.

Art. 109. As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

TÍTULO III

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

ESCRITURAÇÃO

Art. 110. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I - os contratos, os atos constitutivos, os estatutos ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, e os das associações de utilidade pública e das fundações;

II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais.

Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o artigo 8.º da Lei n.º 5.249, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 111. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas quando o seu objeto ou circunstância relevante indique destino a atividade ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, ex-officio, ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de inscrição e suscitará dúvida para o juiz sob cuja jurisdição estiver, o qual a decidirá, concedendo ou negando o registro.

Art. 112. Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores os seguintes livros:

Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do artigo 110, com 300 folhas;

Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais e periódicos, com 150 folhas.

Art. 113. Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatutos e de publicações, registrados e arquivados, serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilitem a busca e o exame.

Art. 114. Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.

Art. 115. A existência legal das pessoas jurídicas só começará com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo único. Quando a lei exigir autorização para funcionamento da sociedade, o registro não poderá ser feito antes daquela, bem como, nas fundações, sem aprovação dos estatutos pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

PESSOA JURÍDICA

Art. 116. O registro das sociedades consistirá na declaração, feita no livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

I - a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração

II - o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III - se os estudos, o contrato ou o compromisso são reformáveis, no tocante à administração, e de que modo;

IV - se os membros respondem ou não subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

V - as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio nesse caso;

VI - os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da Diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado e profissão de cada um, bem como o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Art. 117. Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial, em que houverem sido publicados os estatutos, compromissos ou contratos, além de um exemplar destes, quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará a inscrição mediante petição, com firma reconhecida, do representante legal da sociedade, lançando o oficial nos dois exemplares a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

CAPÍTULO III

REGISTROS DE JORNAIS, OFICINAS IMPRESSORAS, EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Art. 118. Estão sujeitos a registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

I - os jornais e demais publicações periódicas;

II - as oficinas impressoras de quaisquer naturezas, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III - as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV - as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 119. O pedido de registro conterá as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I - no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária;

II - no caso de oficinas impressoras:

a) designação da emissora, sede da sua administração e lodo proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social se pertencente a pessoa jurídica;

III - no caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede da sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, documentários, debates e entrevistas;

IV - no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas no registro no prazo de oito dias.

Art. 120. A falta de registro das declarações exigidas no artigo anterior ou de averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários mínimos da região.

§ 1.º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a vinte dias, para registro ou alteração das declarações.

§ 2.º A multa será liminarmente aplicada pela autoridade judiciária, cobrada por processo executivo, mediante ação do Ministério Público, depois que, marcado pelo juiz, não for cumprido o despacho.

§ 3.º Se o registro ou alteração não for efetivado no prazo referido no § 1.º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 121. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do artigo 118, ou de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário.

Art. 122. No exame dos requisitos a que se refere o artigo 119, atenderá o oficial do registro, no que couber, ao disposto na Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 123. O processo do registro será o mesmo prescrito na parte final do artigo 117.

TÍTULO IV

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES

Art. 124. No registro de títulos e documentos será feito o registro:

I - dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor, bem como da cessão de créditos e de outros direitos por eles criados, para valer contra terceiros, e do pagamento com sub-rogação;

II - do penhor comum sobre coisas móveis;

III - da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa, ao portador;

IV - do contrato de penhor de animais não compreendido nas disposições do artigo 10 da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 20 de abril de 1934;

V - do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

VI - do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (artigo 19, § 2.º, do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934);

VII - facultativa de quaisquer documentos, para sua conservação.

§ 1.º À margem das respectivas transcrições, serão averbadas quaisquer ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas, que nos atos figurem, inclusive a prorrogação dos prazos.

§ 2.º Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro órgão.

Art. 125. Serão, também, aceitos pelos oficiais os contratos a que se referem os n.ºs II, IV e V do artigo anterior, constantes de escrituras públicas, quando levadas a registro.

Art. 126. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para valerem contra terceiros:

1.º) os contratos de locação de prédios não compreendidos nas disposições do artigo 1.197 do Código Civil;

2.º) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia do cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos;

3.º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado;

4.º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições;

5.º) os contratos de compra e venda em prestações, a prazo, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessa de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária;

6.º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, quando têm que produzir efeitos em repartições da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios, e dos municípios, ou em qualquer instância, juízo ou tribunal;

7.º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam;

8.º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega pelas alfândegas e mesas de rendas, de bens e mercadorias procedentes do exterior;

9.º) os instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.

Art. 127. Dentro do prazo de sessenta dias da data da assinatura pelas partes, todos os atos enumerados no artigo 124 e seu § 1.º, serão registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, o registro se fará em todas elas.

Art. 128. Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição, devendo, entretanto, o oficial, nas comarcas em que houver distribuidor, remeter ao mesmo, no prazo de 3 (três) dias, a nota respectiva.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO

Art. 129. No registro de títulos e documentos haverá os seguintes livros, todos com 300 folhas:

Livro A - protocolo para apontamento de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados;

Livro B - para transcrição integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;

Livro C - para registro, por extrato de títulos e documentos, para validade contra terceiros e autenticação de data;

Livro D - para registro de penhores, cauções e contratos de parceria;

Livro E - índice, por ordem cronológica e alfabética, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.

Art. 130. Os livros obedecerão os modelos atualmente usados e terão o comprimento e a largura dos utilizados pelos tabeliães de notas. Na parte superior de cada página se escreverá o título, a letra, o número e o ano que começar, além da autenticação, mecânica ou não, a que se refere o

artigo 6.º.

Art. 131. O juiz competente, em caso de afluência de serviço, poderá autorizar o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração, em ordem rigorosa.

Parágrafo único. Esses livros desdobrados terão as indicações de F, G, H, etc.

Art. 132. O protocolo deverá conter colunas para as seguintes anotações:

- 1.º) número de ordem, continuando, indefinidamente, nos seguintes;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) natureza do título e qualidade do lançamento (integral, resumido penhor, etc.);
- 4.º) o nome do apresentante;
- 5.º) anotações e averbações.

Parágrafo único. Em seguida ao registro, far-se-á, no protocolo, remissão ao número da página do livro em que foi ele lançado, mencionando-se, também, o número e página de outros livros em que houver quaisquer notas ou declarações concernentes ao mesmo ato.

Art. 133. O livro de registro integral de títulos conterà colunas, de acordo com o modelo e será escriturado como o livro de notas dos tabeliães, sendo antes de cada transcrição declarados o número de ordem e data do protocolo, e o nome do apresentante, ficando margem para anotações e averbações.

Art. 134. O livro de registro, por extrato, conterà coluna para as seguintes declarações:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) espécie e resumo do título;
- 4.º) anotações e averbações para lançamento das ocorrências que se derem a respeito do título, documento ou papel, no ato do apontamento ou depois dos respectivos lançamentos,

Art. 135. O livro do registro de penhores, caução e contratos de parceria, será, também, escriturado por extrato, seguidamente com as seguintes colunas, abrangendo o verso de uma folha e a face da seguinte:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) espécie de ônus e especificação dos bens;
- 4.º) título;
- 5.º) nome, nacionalidade, profissão e domicílio do credor;
- 6.º) nome, nacionalidade, profissão e domicílio do devedor;
- 7.º) valor da dívida, juros, prazos, condições e penalidades;
- 8.º) averbações e anotações.

Parágrafo único. Na última coluna serão averbadas as prorrogações, cancelamentos, cessões, etc., sendo cada transcrição separada da outra por um traço horizontal, observadas as normas de escrituração do registro de imóveis no que forem aplicáveis.

Art. 136. O indicador pessoal será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro, e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.

Art. 137. Se a mesma pessoa já estiver mencionada no indicador, somente se fará, na coluna das anotações, uma referência ao número de ordem, página e número do livro em que estiver lançado o novo registro ou averbação.

Art. 138. Se no mesmo registro, ou averbação, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações.

Art. 139. Ao oficial é facultado efetuar o registro através de microfilmagem, nos termos da Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968, e seu regulamento, desde que transcrito o documento, por extrato, em livro próprio.

CAPÍTULO III

REGISTRO E AVERBAÇÃO

Art. 140. O registro integral dos documentos consistirá na transcrição completa dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referências às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, às alterações, aos defeitos e vícios que tiver o original apresentado, e bem assim com menção precisa aos seus característicos exteriores, às formalidades legais, à qualidade e importância de selo pago, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita

pela mesma forma em que estiverem escritos, se o interessado quiser.

§ 1.º Em seguida, na mesma linha, de maneira a não ficar espaço em branco, será conferido, concertado e feito o seu encerramento com as formalidades usadas pelos tabeliães, depois do que o oficial assinará o seu nome por inteiro.

§ 2.º Tratando-se de documento impresso, idêntico a outro já anteriormente registrado na íntegra, no mesmo livro; poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes, as características do objeto e demais dados constantes dos claros preenchidos, fazendo-se remissão, quanto ao mais, àquele já registrado.

Art. 141. O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento da firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo e da averbação, a importância e a qualidade do selo pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial.

Art. 142. O registro de contratos de penhor, caução e parceria, será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimentos e especificação dos objetos apenhados, em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem.

Parágrafo único. Serão considerados, nos contratos de parceria, credor, o parceiro proprietário, e, devedor, o parceiro cultivador ou criador.

Art. 143. Qualquer dos interessados poderá levar a registro os contratos de penhor e caução.

CAPÍTULO IV

ORDEM DO SERVIÇO

Art. 144. Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral, ou resumido, penhor ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie do lançamento, no corpo do título do documento ou do papel.

Art. 145. Em seguida será feito no livro respectivo o lançamento (registro integral ou resumido ou averbação), e concluído este, se declarará no corpo do título, do documento ou do papel, o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando o oficial esta declaração e as demais folhas; do título, do documento ou do papel.

Art. 146. Os títulos, os documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, quando para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no país e para valerem contra terceiros deverão, entretanto, ser vertidos em português e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações passadas em língua estrangeira.

Parágrafo único. Para o registro resumido, tais documentos deverão ser sempre traduzidos.

Art. 147. Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial.

Art. 148. O apontamento do título do documento ou do papel no protocolo será feito em seguida e imediatamente um depois do outro, ainda que diversos os apresentados pela mesma pessoa e diferente a natureza do lançamento a fazer e, onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha horizontal, separando-o do seguinte, sendo, no fim do expediente diário, lavrado o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por este datado e rubricado.

Art. 149. O lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento no protocolo, quando não for obstado por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguem-se os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada pelo competente apontamento.

Art. 150. Cada registro ou averbação será dado e assinado por inteiro, de per si, pelo oficial, e separado um do outro por uma linha horizontal.

Art. 151. Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma pessoa. O registro e a averbação deverão ser imediatos, e, quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da prenotação. Em qualquer desses casos, o oficial, depois de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas,

fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o número de ordem desta no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado, recibo que será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.

Art. 152. Nos termos de encerramento diário do protocolo, lavrados ao findar a hora regulamentar, deverão ser mencionados, pelos respectivos números, os títulos apresentados, cujos registros ficarem adiados, com a declaração dos motivos do adiamento.

Parágrafo único. Ainda que o expediente continue para ultimação do serviço, nenhuma nova apresentação será admitida depois da hora regulamentar.

Art. 153. Quando o título, já registrado por extrato for levado a registro integral, ou exigido, simultaneamente pelo apresentante, o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior, e nas anotações do protocolo se farão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.

Art. 154. O oficial não poderá recusar o registro de título, documento ou papel que lhe seja apresentado, salvo em se tratando dos atos enumerados nos artigos 124 e 125, caso em que serão observadas as disposições dos artigos 201 e 205, no que lhes for aplicável.

§ 1.º Se tiver suspeita de falsificação, poderá sobrestar o registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo, entretanto, submeter a dúvida ao juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também os termos das alegações por este aduzidas.

§ 2.º O oficial não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, do título ou do papel, mas, tão-somente pelos erros ou vícios no processo do registro, salvo quando agir de má-fé, devidamente comprovada.

Art. 155. As procurações de próprio punho deverão trazer reconhecidas a letra e a firma do outorgante.

Art. 156. As folhas do título, do documento ou do papel, que tiver sido registrado, e as das certidões, serão rubricadas pelo oficial, antes de entregues aos apresentantes. As declarações no protocolo, bem como as dos registros e das averbações lançadas no título, no documento ou no papel, e as respectivas datas poderão ser apostas por carimbo, sendo, porém, para autenticação, de próprio punho do oficial, ou de quem suas vezes fizer, a assinatura ou a rubrica.

Art. 157. O oficial será obrigado, quando o apresentante requerer, a notificar do registro ou da averbação os demais interessados que figurarem no título, no documento, ou no papel apresentado, e a quaisquer terceiros que lhes sejam indicados, podendo requisitar dos oficiais de registro, em outros municípios, as notificações necessárias. Por esse processo, também poderão ser feitos avisos, denúncias e notificações, quando não for exigida a intervenção judicial.

§ 1.º Os certificados de notificação ou da entrega de registros serão lavrados nas colunas das anotações, no livro competente à margem dos respectivos registros.

§ 2.º O oficial poderá propor à autoridade judiciária a que estiver subordinado um ou mais suboficiais juramentados para o serviço das notificações e demais diligências.

Art. 158. As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, nos termos do artigo 138 do Código Civil, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1.º O apresentante do título para registro integral poderá, também, deixá-lo arquivado, em cartório ou a sua fotografia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.

§ 2.º Quando houver acúmulo de trabalho, um dos suboficiais poderá ser autorizado pelo juiz, a pedido do oficial, e sob sua responsabilidade, a passar e subscrever certidões.

Art. 159. O fato da apresentação de um título, de um documento ou de um papel, para registro ou averbação, não constituirá para o apresentante direito sobre o mesmo, desde que não seja o próprio interessado.

Art. 160. O título, documento ou papel, não compreendido nos artigos 124 e 126, poderá ser registrado, em resumo, ou integralmente, em qualquer tempo, para produzir efeitos contra terceiros, salvo se não tiver sido atendido o disposto no artigo 135 do Código Civil.

Art. 161. O contrato de penhor poderá, também, ser registrado no livro B, sem prejuízo do registro no Livro D.

Art. 162. Os tabeliães e escrivães nos atos que praticarem farão sempre referência ao livro e folhas do registro de títulos e documentos, em que tenha sido lançada a transcrição dos

mandatos de origem estrangeira, a que tenham de reportar-se.

CAPÍTULO V

CANCELAMENTO

Art. 163. O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico, de quitação ou de exoneração do título registrado.

Art. 164. Apresentado qualquer desses documentos, o oficial certificará na coluna das averbações, do livro respectivo, o cancelamento e a razão dele, mencionando ainda o documento que o autorizou, datando e assinando a certidão, de tudo fazendo referência, nas anotações do protocolo.

Parágrafo único. Quando não for suficiente o espaço da coluna das averbações, será feito novo registro, com referências recíprocas, na dita coluna.

Art. 165. Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

Art. 166. O cancelamento do penhor poderá ser feito a pedido do devedor, apresentada a quitação do credor, com a firma reconhecida, se o documento for particular.

Parágrafo único. O mesmo direito competirá ao adquirente do objeto do penhor, por adjudicação, por compra, por sucessão ou remição, exibindo seu título, que será restituído, depois de registrado em sua íntegra.

TÍTULO V

REGISTROS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I

ATRIBUIÇÕES

Art. 167. No registro de imóveis será feita:

a) a inscrição:

I - do instrumento público da instituição do bem de família;

II - do instrumento público das convenções antenupciais;

III - das hipóteses legais ou convencionais;

IV - dos empréstimos por obrigações ao portador, sociedades por ações, inclusive as conversíveis em ações (artigo 44, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965).

V - do penhor de máquina e aparelho utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com seus respectivos pertences;

VI - das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;

VII - das citações de ações reais, ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis;

VIII - do memorial de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes a prazo em prestações (Decreto-lei n.º 58 de 1937; Lei n.º 4.591 de 1964; e Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967).

IX - do contrato de locação de prédio, no qual tenha sido consignada cláusula de vigência, no caso de alienação da coisa locada (Código Civil, artigo 1.197);

X - dos títulos das servidões não aparentes, para a sua constituição;

XI - do usufruto e de uso sobre imóveis e sobre a habitação, quando não resultarem do direito de famílias;

XII - das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis por disposição de última vontade;

XIII - do contrato de penhor rural (Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937);

XIV - da promessa de compra e venda de imóvel não loteado, cujo preço deva pagar-se a prazo, em uma ou mais prestações, bem como das escrituras de promessa de venda de imóveis em geral (artigo 22 de Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938);

XV - da enfiteuse;

XVI - da anticrese;

XVII - do memorial de incorporação (Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964);

XVIII - da cédula de crédito industrial (Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969);

XIX - das cédulas de crédito rural (Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1964).

b) a transcrição:

I - da sentença de desquite e de nulidade ou de anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a transcrição;

II - dos títulos relativos aos direitos reais sobre imóveis, quer para a aquisição do domínio, quer para a validade contra terceiros;

III - dos títulos translativos da propriedade imóvel, entre vivos, para sua aquisição e extinção;

- IV - dos julgados, nas divisórias, pelos quais se puser termo à indivisão;
- V - das sentenças que, nos inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;
- VI - dos atos de entrega de legados de imóveis, dos formais de partilha e das sentenças de adjudicação em inventários, quando não houver partilha;
- VII - da arrematação e da adjudicação em hasta pública;
- VIII - da sentença declaratória de usucapião para servir de título ao adquirente;
- IX - da sentença declaratória da posse incontestada e contínua de uma servidão aparente nos termos do artigo 551 do Código Civil, para servir de título aquisitivo.
- X - dos títulos transmissíveis ou dos atos renunciativos, para a perda da propriedade imóvel.

c) a averbação:

- I - das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes ou posteriormente adquiridos pela cláusula do regime legal;
- II - na inscrição da sentença de separação de dote;
- III - do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;
- IV - da cláusula de inalienabilidade imposta a imóveis pelos testadores e doadores;
- V - por cancelamento da extinção dos direitos reais;
- VI - dos contratos de promessa de compra e venda de terreno loteado, em conformidade com as disposições do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937;
- VII - na transcrição da mudança de numeração, da construção, da reconstrução, da demolição e do desmembramento de imóveis;
- VIII - da alteração do nome por casamento ou desquite;
- IX - das promessas de cessão, da cessão ou da caução dos respectivos direitos aquisitivos.

Art. 168. Todos os atos enumerados no artigo 167 são obrigatórios e serão efetuados no cartório da situação do imóvel.

Parágrafo único. Em se tratando de imóveis situados em comarcas ou circunscrições territoriais limítrofes, o registro deverá ser feito em todas elas; o desmembramento territorial posterior não exige, porém, repetição do registro, já feito, no novo cartório.

Art. 169. Os atos relativos a vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha.

CAPÍTULO II

ESCRITURAÇÃO

Art. 170. Haverá no registro de imóveis os seguintes livros, todos com 300 folhas:

- Livro n.º 1 - protocolo;
- Livro n.º 2 - registro geral;
- Livro n.º 3 - emissão de debêntures;
- Livro n.º 4 - indicador real;
- Livro n.º 5 - indicador pessoal;
- Livro n.º 6 - registro de loteamentos;
- Livro n.º 7 - registro de incorporações;
- Livro n.º 8 - registro das cédulas de crédito rural;
- Livro n.º 9 - registro de cédulas de crédito industrial.

Parágrafo único. Além desses, haverá um livro auxiliar, também com 300 folhas.

Art. 171. O livro n.º 1 - Protocolo - será a chave do registro geral e servirá de apontamento de todos os títulos apresentados diariamente para serem registrados. Este livro, determinará a quantidade e a qualidade dos títulos, bem como a data de sua apresentação, o nome do apresentante e o seu número de ordem que seguirá, indefinidamente, nos livros posteriores, sem interrupção.

Art. 172. O livro n.º 2 - Registro Geral - será destinado ao registro dos atos translativos da propriedade, à inscrição dos direitos reais e aos demais atos não atribuídos especificamente a outros livros, e será escriturado pela forma seguinte:

- a) o registro abrangerá o verso de uma folha e mais a face da seguinte;
- b) este espaço será dividido e riscado em linhas perpendiculares, em número bastante para formar tantas colunas, quantos os requisitos do registro, inclusive a que deverá ficar em branco para as averbações;
- c) em cada folha poderão ser feitos tantos registros quantos nelas couberem, conforme o número de imóveis e de seus requisitos e em atenção à probabilidade do número de averbações;
- d) se todos, ou alguns dos requisitos, tiverem de ocupar mais de uma página, serão

transportados para a seguinte, quando, porém, somente um dos requisitos do registro tiver de continuar no verso da folha seguinte, prosseguirá o respectivo lançamento, ocupando toda a largura disponível da mesma folha, até se completar, deixando se, em todo o caso, livre a coluna destinada às averbações.

Parágrafo único. Os oficiais, mediante autorização do respectivo juiz, poderão - respeitada a precedência da prenotação - desdobrar o livro n.º 2 em tantos outros quantos se tornarem necessários para atender ao movimento do cartório até o limite de dez, classificando-os de acordo com o algarismo final do registro.

Art. 173. No livro n.º 3 - Emissão de Debêntures - dividido em colunas correspondentes aos requisitos exigidos, além da de averbações, serão inscritas as emissões do debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, no livro n.º 2, da hipoteca, da anticrese e do penhor que abonarem, especialmente, ditas emissões.

Parágrafo único. A prioridade entre as séries de obrigações emitidas por uma sociedade se firmará pela ordem de inscrição.

Art. 174. O livro n.º 4 - Indicador Real - será o repertório de todos os imóveis que figurarem nos livros n.ºs 2, 3, 6, 7, 8 e 9.

Art. 175. Para auxiliar a consulta, os oficiais que não se utilizarem do livro n.º 4 pelo sistema de fichas, farão um índice pelas ruas e números de cada circunscrição, quando se tratar de imóveis urbanos e pelos nomes e situações, quando rurais, podendo adotar, sob sua exclusiva responsabilidade, o sistema de fichas.

Parágrafo único. As repartições competentes do Distrito Federal, estados, territórios e municípios, são obrigadas a comunicar, ao oficial da circunscrição, nos dez dias seguintes a sua efetivação, todas as pessoas que, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, concernem a nomes de logradouros e sua numeração, que serão averbadas ex-officio, no registro de imóveis.

Art. 176. O livro n.º 5 - Indicador Pessoal - será dividido, alfabeticamente, e nele se escreverão, por extenso, os nomes de todas as pessoas que, direta ou indiretamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro.

Art. 177. Se a mesma pessoa ou o mesmo imóvel, já estiver no indicador, real ou no pessoal, somente se fará referência na respectiva coluna ao número de ordem e à página do livro em o qual se lavrar o novo registro.

Art. 178. Se no mesmo ato figurar mais de uma pessoa, direta ou indiretamente, o nome de cada uma será lançado distintamente no indicador pessoal.

Art. 179. As indicações do indicador real ou do pessoal, terão seu número de ordem especial, correspondendo o número de ordem dos imóveis à circunscrição onde estão situados.

Art. 180. Esgotadas as folhas destinadas a uma circunscrição no indicador real e pessoal, a escrituração continuará no livro seguinte, averbando-se o transporte no livro antecedente, ou no mesmo, em folhas aproveitáveis, feita a referência recíproca, no transporte. Da mesma forma proceder-se-á no caso de nova circunscrição criada ou transferida para o cartório.

Art. 181. No caso do artigo anterior, caberá, na distribuição das folhas do livro seguinte, maior número delas a circunscrição cujas folhas estiverem esgotadas antes das distribuídas às outras circunscrições.

Art. 182. O livro n.º 6 - Registro de Loteamentos - na forma da lei respectiva, destinado à inscrição da propriedade loteada para a venda de lotes a prazo, em prestações sucessivas e periódicas, dividir-se-á em colunas correspondentes aos requisitos, além de averbações, e será escriturado nos moldes e de acordo com o modelo previsto no anexo deste decreto-lei.

Art. 183. O livro n.º 7 - Registro de Incorporações - é destinado, na forma da lei respectiva, ao registro dos memoriais de incorporação.

Art. 184. O livro n.º 8 - Registro das Cédulas de Crédito Rural - é destinado ao registro de cédulas de crédito rural de que trata o Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, e obedecerá ao modelo criado pela Decreto n.º 62.124, de 16 de janeiro de 1968.

Art. 185. O livro n.º 9 - Registro de Cédulas de Crédito Industrial - é destinado ao registro de cédulas de crédito industrial, de que trata o Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969.

Art. 186. O livro auxiliar será escriturado como livro de notas dos tabeliães. havendo, porém, entre os registros, um espaço formado por duas linhas horizontais, para nele se escreverem o número de ordem e do registro e a referência aos números de ordem e às páginas dos demais livros, além da margem para as averbações.

Esse registro só se fará em casos expressos em lei, ou a requerimento da parte e às suas expensas, independentemente do que couber em outros livros.

Art. 187. No livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal serão registradas por extrato as convenções antenupciais, com referência aos nomes dos cônjuges, data, cartório, livro e folha onde foi lavrada a escritura e as cláusulas da convenção, sem prejuízo da averbação dos imóveis existentes e que forem sendo adquiridos, sujeitos a regime diverso do comum. Nele serão registradas, ainda, em resumo, as convenções de condomínio (Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, artigo 9.º), ficando arquivada no cartório uma via do respectivo instrumento.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE REGISTRO

Art. 188. Todos os títulos tomarão no protocolo a data de sua apresentação e o número de ordem que, em razão dela, lhe competir, sendo nele lançado o nome do apresentante e a identidade do título, reproduzindo-se neste a data e o número de ordem.

Parágrafo único. A prenotação será feita respeitando-se a ordem rigorosa de apresentação, comprovada pela nota de entrega do título, obedecerá a numeração infinita e conterá o nome do apresentante e a identidade do título.

Art. 189. A escrituração do protocolo incumbirá ao oficial titular, ao seu substituto legal ou a serventuário expressamente designado por aquele e autorizado pelo juiz competente.

Art. 190. O número de ordem determinará a prioridade do título, e, esta, a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título, simultaneamente.

Art. 191. Pertencendo os imóveis permutados à jurisdição do mesmo ofício, serão feitos dois registros com indicações recíprocas e números de ordem seguidos no protocolo e no livro respectivo, sendo também distintas e com referências recíprocas as anotações nos indicadores real e pessoal.

Art. 192. Tomada a data da apresentação e o número de ordem do protocolo, proceder-se-á ao registro, salvo nos casos adiante consignados.

Art. 193. Se for apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa a existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, esperará trinta dias que o interessado na outra promova o registro, com a devida preferência.

Esgotado, esse prazo, que correrá da data da apresentação, sem que apareça o primeiro título, o segundo será registrado e obterá preferência sobre aquele.

Art. 194. Não serão registrados no mesmo dia direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

Art. 195. Se as escrituras forem de dias diversos, prevalecerá, quando apresentadas no mesmo dia, a que primeiro foi lavrada.

Art. 196. O registro será feito pela simples exibição do título, sem dependência de extratos.

Art. 197. Se o título for de natureza particular, deverá ser apresentado, ao menos, em duplicata, ficando um dos exemplares arquivado no cartório e sendo o outro, ou os demais, devolvido ao interessado, após o registro.

Parágrafo único. Em caso de permuta, serão pelo menos três os exemplares, sendo a transcrição feita obrigatoriamente em todos os imóveis permutados, ainda que só um dos interessados promova o registro.

Art. 198. Se existir uma só via do título, a parte apresentará com esta, que ficará arquivada, certidão do Registro de Títulos e Documentos.

Art. 199. Todo o registro será feito por extrato, salvo se a parte pedir que se faça por extenso, no livro auxiliar, sem prejuízo daquele, e com anotações recíprocas.

Art. 200. Se o imóvel não estiver lançado em nome do outorgante, o oficial exigirá a transcrição do título anterior, qualquer que seja sua natureza, para manter a continuidade do registro.

Parágrafo único. Quando o título anterior estiver registrado em outro cartório, o novo título será apresentado juntamente com certidão atualizada comprovadora do registro anterior e da inexistência de ônus.

Art. 201. Tomada a nota da apresentação e conferido o número de ordem, em conformidade com o artigo 192, o oficial verificará a legalidade e a validade do título, procedendo ao registro, se o mesmo estiver em conformidade com a lei, no prazo máximo de dez dias úteis, salvo no caso previsto no parágrafo único do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, em que o prazo será de três dias.

§ 1.º O oficial fará essa verificação no prazo improrrogável de cinco dias úteis, e poderá exigir que o apresentante ponha o documento em conformidade com a lei, concedendo-lhe, para isso, prazo razoável. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não podendo satisfazê-la, será o título, a seu requerimento e com a declaração da dívida, remetido ao juízo

competente para decidi-la.

§ 2.º Em se tratando de propriedade territorial rural, desapropriada nos termos do Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, a verificação a que alude o parágrafo anterior será feita em quarenta e oito horas.

Art. 202. Prenotado o título e lançada nele a dúvida, rubricará o oficial todas as suas folhas, remetendo-a ao juízo competente.

Art. 203. Comparecendo em juízo, o apresentante impugnará a dúvida do oficial, com os documentos que entender, e requererá ao juiz competente que, não obstante ela, mande proceder ao registro.

Parágrafo único. Se o apresentante se conformar com as razões da dúvida e preferir satisfazê-las, ser-lhe-á devolvido o título.

Art. 204. Decidindo o juiz que a dúvida procede, o respectivo escrivão remeterá, incontinenti, mandado contra o oficial, que cancelará a prenotação.

Parágrafo único. A denegação ao registro não impedirá, porém, o uso do processo contencioso competente.

Art. 205. Sendo a dúvida julgada improcedente, o interessado apresentará de novo o seu título, com o respectivo mandado, e o oficial procederá logo ao registro, declarando, na coluna das anotações, que a dúvida foi havida por improcedente por despacho do juiz.

Parágrafo único. O título que for objeto de dúvida, decidida esta, será restituído ao interessado, independentemente de traslado.

Art. 206. Da decisão que julgar a dúvida caberá apelação.

Art. 207. A prenotação valerá por trinta dias. Findo esse prazo cessarão, automaticamente, os seus efeitos, salvo nos casos de processo de dúvida para o juízo competente ou de registro da instituição do bem de família e do memorial de loteamento, hipótese em que seu perecimento ocorrerá após trinta dias da data da publicação do último edital.

Art. 208. Na impossibilidade de ser o título registrado, ou por não desejar o apresentante ultimar o registro, as despesas de que trata o artigo 17, serão restituídas ao apresentante, deduzida a importância correspondente à busca, cancelando-se a respectiva prenotação.

Art. 209. O registro começado dentro das horas fixadas não será interrompido, salvo motivo de força maior declarado, prorrogando-se a hora até ser concluído.

Art. 210. Durante a prorrogação, nenhuma nova apresentação será admitida, lavrando-se termo de encerramento no protocolo.

Art. 211. Todos os atos serão assinados pelo Oficial, seu substituto legal ou serventuário expressamente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente. No título será declarado o registro feito, sendo restituído ao apresentante, depois de rubricadas todas as folhas.

Art. 212. De todos os atos do registro farão os oficiais, no título, um lançamento resumido, nele consignando, obrigatoriamente, os ônus que porventura recaiam sobre o imóvel registrado.

Art. 213. Se o teor do registro não exprimir a verdade poderá o prejudicado reclamar sua retificação, por meio de processo próprio.

Art. 214. Os erros cometidos na tomada de indicação constantes dos títulos poderão ser retificados, a requerimento do interessado, mas só produzirão efeitos daí em diante, salvo quanto aos enganos evidentes cometidos no registro e que não possam acarretar prejuízos a terceiros, os quais serão corrigidos pelo oficial, com as devidas cautelas.

Art. 215. As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.

Art. 216. São nulos os registros feitos após sentença de abertura de falência ou do termo legal nela fixado, salvo se a apresentação tiver sido feita anteriormente.

Art. 217. Também o registro poderá ser retificado ou anulado pelas decisões contenciosas proferidas em ações, anulações de atos jurídicos ou que declararem sua nulidade de pleno direito sobre fraude de credores, quer em ação direta, quer indiretamente, quando rejeitados embargos de terceiro senhor e possuidor, em execução ou em ação executiva, salvo os direitos adquiridos por estranhos, de boa-fé e a título oneroso.

CAPÍTULO IV

PESSOAS

Art. 218. O registro será promovido por qualquer interessado.

Parágrafo único. Nos atos a título gratuito, o registro poderá ser também promovido pelo transferente, acompanhado da prova de aceitação do beneficiado.

Art. 219. O registro do penhor rural independe do consentimento do credor hipotecário.

Art. 220. As despesas com o registro incumbirão ao interessado que o requer, salvo convenção em contrário.

Art. 221. Serão considerados, para os fins da escrituração, credores e devedores, respectivamente:

Nas servidões, o dono do prédio dominante e serviente;

No uso, o usuário e o proprietário;

Na habitação, o habitante e o proprietário;

Na anticrese, o mutuante e o mutuário;

No usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;

Na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;

Na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;

Na locação, o locatário e o locador;

Nas promessas de compra e venda, o promitente-comprador e o promitente-vendedor;

Nas penhoras e ações, o autor e o réu.

CAPÍTULO V

TÍTULOS

Art. 222. Serão somente admitidos a registro:

a) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas.

Parágrafo único. Quando o instrumento de que trata a letra "a" for lavrado em outra comarca, ficará o mesmo arquivado no cartório em que se proceder ao registro.

c) autos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público legalizados e traduzidos, competentemente, no idioma nacional e registrados no cartório de títulos e documentos;

d) cartas de sentença, mandados, formais de partilha e certidões extraídas de processo.

Art. 223. Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis, os tabeliães e escrivães farão referência ao registro anterior, seu número e cartório, bem como nas declarações de bens prestadas em inventários nos autos de partilha.

Parágrafo único. Nas escrituras lavradas em decorrência de autorização judicial, serão mencionados por certidão, e breve relatório, com todas as minúcias que permitam identificá-los, os respectivos alvarás.

CAPÍTULO VI

TRANSCRIÇÃO

Art. 224. Estarão sujeitos a registro no livro n.º 2, para operarem a transferência do domínio, os seguintes atos:

I - compra e venda pura ou condicional;

II - permuta;

III - dação em pagamento;

IV - transferência de quota a sociedades, quando for constituída por imóveis;

V - doação entre vivos;

VI - dote;

VII - a arrematação e adjudicação em hasta pública;

VIII - sentença que, nos inventários e partilhas, adjudicar bens em pagamento de dívidas da herança;

IX - em geral, os demais contratos translativos de imóveis.

Art. 225. Serão registrados no livro n.º 2, para valerem contra terceiros e permitir a disponibilidade dos imóveis, as sentenças declaratórias que servirem de título ao adquirente por usucapião.

Art. 226. Serão registrados no livro n.º 2, os formais de partilha em inventários, conseqüentes à sentença de desquite e de nulidade ou de anulação de casamento. em relação aos imóveis neles compreendidos, para valerem contra terceiros e para permitirem a disponibilidade, com as mesmas indicações.

Art. 227. Serão sujeitos a registro no livro n.º 2, em qualquer tempo, simplesmente para permitirem a disponibilidade dos imóveis, os julgados nas ações de divisão, de demarcação e de partilha, bem como os atos inter vivos de demarcação amigável e aqueles pelos quais se puser termo à indivisão.

Art. 228. Também serão registrados, para o mesmo fim, e do livro n.º 2, de atos de entrega de

legados de imóveis e as sentenças de adjudicação em inventário.

Art. 229. Em qualquer caso, não se poderá fazer o registro sem que antes tenha sido registrado o título anterior, e, quando nenhum haja, do último anterior ao Código Civil, salvo se este não estivesse obrigado a registro, segundo direito então vigente, de modo a assegurar a continuidade do registro de cada imóvel, entendendo-se por disponibilidade a faculdade de registrar alienações ou onerações dependentes, assim do registro anterior.

Parágrafo único. Quando houver promessa de venda, será esta registrada ou averbada, sem qualquer ônus, para que possa ser registrada a escritura definitiva.

Art. 230. O registro do título do domínio direto aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa, e será feito no livro n.º 2.

Art. 231. O cancelamento dos registros decorre das subseqüentes transferências, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 232. São requisitos do registro para a transferência da propriedade imóvel, em qualquer caso:

- 1.º) o número de ordem e o da anterior transcrição;
- 2.º) a data;
- 3.º) a circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local;
- 4.º) a denominação do imóvel, se rural, e a rua e número, se urbano;
- 5.º) as características e confrontações do imóvel;
- 6.º) o nome, domicílio, estado civil, nacionalidade e profissão do adquirente;
- 7.º) o nome, domicílio, estado civil, nacionalidade e profissão do transmitente;
- 8.º) a forma do título, data e nome do tabelião, ou do juiz e do escrivão;
- 9.º) o título de transmissão;
- 10.º) o valor do contrato;
- 11.º) as condições do contrato, com todas as cláusulas adjetas que possam afetar a terceiros e de necessária publicidade.

Parágrafo único. Serão dispensados os requisitos referidos nos itens 3.º, 4.º e 5.º nos registros posteriores, se com relação aos mesmos não tiver havido qualquer alteração.

Art. 233. Para efeito do disposto no artigo anterior, os tabeliães e escrivães farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, os outorgantes e autores indiquem, com precisão, as confrontações e a localização do prédio ou do terreno, mencionando os nomes dos confrontantes, e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este fica do lado par ou ímpar do logradouro e a que distância métrica do prédio ou da esquina mais próxima, exigindo dos mesmos certidão do registro imobiliário.

CAPÍTULO VII

INSCRIÇÃO

Art. 234. Estão sujeitos a registro no mesmo livro n.º 2 a usufruto, o uso e a habitação, salvo quando resultarem de direito de família, a constituição de rendas vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade, e as servidões, mesmo aparentes.

Art. 235. O registro da anticrese no livro n.º 2 declarará, também, o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.

Art. 236. Estão sujeitos a registro no livro n.º 2 todas as constituições de direitos reais reconhecidas por lei, quer entre vivos, quer mortis-causa, para valerem contra terceiros e permitirem a disponibilidade, sendo declarados os seguintes requisitos:

- 1.º) o número de ordem e o da transcrição do imóvel;
- 2.º) a data;
- 3.º) a circunscrição onde está situado o imóvel;
- 4.º) a denominação do imóvel, se rural, e a rua e número, se urbano;
- 5.º) as características e confrontações;
- 6.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade do credor;
- 7.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade do devedor;
- 8.º) o ônus;
- 9.º) o título do ônus, com todas as condições e especificações;
- 10.º) o valor da coisa ou da dívida, prazo desta e mais indicações, conforme o caso.

Parágrafo único. Quando o imóvel já constar transcrito no livro n.º 2 serão dispensados os requisitos dos itens 3.º, 4.º e 5.º.

Art. 237. Será registrado no livro n.º 2, para validade com relação a terceiros, e com os mesmos

requisitos do artigo 236, a promessa de venda de imóvel não loteado.

Art. 238. Será, também, registrada no livro n.º 2, simplesmente para permitir a constituição, se for o caso, ou disponibilidade, sentença declaratória de posse de uma servidão aparente pelo decurso de 10 (dez) a 15 (quinze) anos. (Código Civil, artigo 698).

Art. 239. Será registrado no livro n.º 2, o penhor rural com os mesmos requisitos dos números I a VII do § 2.º da Lei n.º 492, de 30 de julho de 1937.

Art. 240. Serão registrados no livro n.º 2 os contratos de locação de imóveis com cláusula expressa de vigência contra adquirente, sob os mesmos requisitos indicados no artigo 236, e mais o valor do contrato, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento, e a pena convencional.

Art. 241. Será registrado no livro n.º 2 o penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences.

Art. 242. Serão registrados no livro n.º 2 as hipotecas de qualquer espécie, inclusive as que abonarem emissões de debêntures, devendo o registro conter, além dos requisitos enumerados no artigo 236, mais os seguintes:

1.º) valor do crédito e do imóvel, ou sua estimativa por acordo entre as partes;

2.º) juros, apenas e mais condições necessárias.

Parágrafo único. Quando o imóvel pertencer a terceiro que e, tiver hipotecado em garantia de dívida alheia, serão também registrados o seu nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio.

Art. 243. As hipotecas legais e judiciais devem ser especializadas para o registro, sendo renovada a especialização ao cabo 20 (vinte) anos, embora o registro valha enquanto perdurar a obrigação.

Parágrafo único. No registro das hipotecas legais serão declaradas, na coluna das averbações, a data de início e a origem da responsabilidade,

Art. 244. O registro das hipotecas convencionais valerá por vinte anos, findos os quais só será mantido o número anterior, se tiverem sido reconstituídas por novo título e novo registro.

Art. 245. A prioridade das hipotecas de qualquer natureza será regulada exclusivamente pelo número de ordem do protocolo, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 193 e 195.

Art. 246. A hipoteca legal será especializada para determinação do valor da responsabilidade e da designação dos imóveis, de acordo com o disposto nas leis 'processuais, devendo constar sempre do título os requisitos exigidos para o registro.

Art. 247. Incumbirá ao marido, ou ao pai, requerer o registro e a especialização da hipoteca legal da mulher casada, da forma da legislação processual.

§ 1.º O oficial público que lavrar escritura do dote, ou lançar em nota a relação dos bens particulares da mulher, comunicá-los-á, ex-officio, com todos os elementos necessários, aos oficiais de registro em que estiverem situados os imóveis, a que se referir a escritura, bem como notificará ao responsável, para efetuar a inscrição da hipoteca em seus bens, no prazo de 8 (oito) dias, o que tudo anotará à margem do livro.

§ 2.º Esse aviso servirá para o oficial levantar dúvida quanto a registros posteriores e será declarado nas certidões pedidas sobre os ditos imóveis, mas não importará, por si só, em ônus real.

§ 3.º Considerar-se-ão interessados em requerer o registro dessa hipoteca, no caso de não o fazer o marido, ou o pai, no prazo de 8 (oito) dias, o dotador, a própria mulher e qualquer de seus parentes sucessíveis, bem como o testamenteiro do espólio em que houver legado ou herança nesses casos.

Art. 248. Incumbirá requerer o registro e especialização da hipoteca legal dos incapazes:

I - ao pai, à mãe, ao tutor, ou ao curador, antes de assumir a administração dos respectivos bens, e, em falta daqueles, ao Ministério Público e ao juiz competente.

II - ao inventariante ou ao testamenteiro, antes de entregar o legado ou a herança;

III - não o fazendo as pessoas acima indicadas, no prazo de 8 (oito) dias, qualquer parente sucessível do incapaz poderá fazê-lo.

Parágrafo único. O escrivão, em se assinando termo de tutela ou de curatela, remeterá ex-officio, e com a possível brevidade, uma cópia dele instruída com a relação dos imóveis do incapaz, ao ofício do registro, nos mesmos termos e sob os mesmos efeitos consignados nos §§ 1.º e 2.º do artigo anterior, sem prejuízo da comunicação ao interessado para que promova o registro.

Art. 249. Incumbirá ao ofendido ou aos seus herdeiros promover o registro da hipoteca legal que lhe assistir.

§ 1.º Se for incapaz, caberá ao seu representante legal promovê-la, para satisfação do estatuído no item VI do artigo 827 do Código Civil.

§ 2.º Ao Ministério Público competirá requerer o registro no caso do n.º VII do artigo 827 do Código Civil, e, ex-officio, quando o ofendido o solicitar.

Art. 250. O registro da hipoteca dos bens dos responsáveis para com a Fazenda Pública será requerido por eles mesmos e, em sua falta, pelos seus procuradores e representantes fiscais.

Art. 251. As pessoas a quem incumbir o registro e a especialização das hipotecas legais, ficarão sujeitas a perdas e danos pela omissão, bem como os escrivães e tabeliães aos quais incumbirá remessa de avisos e comunicações e os juízes encarregados da fiscalização.

§ 1.º Dos testamenteiros, tutores ou curadores que não promoverem o registro perderão suas vintenas e prêmios e não terão julgadas suas contas sem a comprovação do cumprimento daquele ato, devendo os últimos ser imediatamente removidos.

§ 2.º A indenização não isentará os funcionários culpados da responsabilidade criminal; incorrerão, também, nas penas do crime de estelionato, os responsáveis que, antes do registro da hipoteca legal, alienarem ou onerarem imóveis sujeitos a responsabilidade.

Art. 252. Considerar-se-á especializada e, apenas, dependente de registro, mediante formal de partilha, a hipoteca de co-herdeiro sobre o imóvel adjudicado ao reponente.

Parágrafo único. Será, também, permitido o registro da hipoteca a favor ou contra os cônjuges meeiros, nos termos da partilha.

Art. 253. Serão consideradas especializadas, quanto ao valor da responsabilidade, as hipotecas do marido para garantir o dote estimado na escritura de pacto antenupcial, ou os bens excluídos da comunhão, e da Fazenda Pública quanto às fianças fixadas em dinheiro, penas pecuniárias e custas devidamente contadas.

Art. 254. Tornando-se insuficiente os bens dados em hipoteca legal, será exigível o seu reforço, podendo a mesma ser também substituída por caução de títulos da dívida pública federal ou estadual recebidos pelo valor de sua cotação mínima, no ano em curso.

Art. 255. Considerar-se-á, também, especializada, e apenas dependente de registro, a hipoteca judicial, mediante mandado ou carta de sentença, quando esta for líquida, quanto aos bens existentes em posse do condenado, ou alienados em fraude de execução. Em caso contrário, apurar-se-á, provisoriamente, o valor da responsabilidade, sem prejuízo do processo de liquidação.

§ 1.º Mesmo a sentença recorrida, qualquer que seja o seu efeito, autorizará o registro, com caráter condicional, fazendo-se observação a respeito.

§ 2.º O credor indicará, em petição, os imóveis sobre os quais deve recair o registro com os requisitos necessários ficando salvo ao devedor, requerer ao juiz competente a redução ou substituição dos imóveis apontados.

Art. 256. Serão registrados, também no livro n.º 2, as hipotecas, anticreses e penhores que abonarem especialmente empréstimos, sob debêntures, no cartório da situação dos imóveis, nos termos da legislação em vigor, registro que será provisório para ratificação dentro de 6 (seis) meses, a requerimento da sociedade ou de qualquer credor.

Art. 257. No livro n.º 3 será feito, porém, o registro das emissões de debêntures, sem prejuízo do disposto no artigo anterior, e sob os seguintes requisitos:

1.º) número de ordem;

2.º) data;

3.º) nome, objeto e sede da sociedade;

4.º) data da publicação na folha oficial, de seus estatutos, bem como das alterações por que tiverem passado;

5.º) data da publicação oficial da ata da assembléia geral que resolveu a emissão e lhe fixou as condições, precisando-se os jornais em que essa publicação foi feita;

6.º) importe dos empréstimos anteriormente emitidos pela sociedade;

7.º) o número e valor nominal das obrigações, cuja emissão se pretende, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições de amortização, ou do resgate e do pagamento dos juros;

8.º) e, tratando-se de debêntures conversíveis em ações, além dos requisitos acima, os prazos fixados para o exercício do direito à conversão e as bases dela, relativamente ao número de ações a serem emitidas por debêntures ou entre o valor do principal destas e das ações em que forem convertidas (Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, artigo 44).

Art. 258. Serão, ainda, registrados no livro n.º 2 os instrumentos públicos de instituição do bem

de família, após publicados os editais exigidos pela lei processual civil.

Art. 259. Serão registrados no livro n.º 2 as penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis, à vista da certidão do escrivão, da qual conste, além dos requisitos a que se refere o artigo 236, o nome e a categoria do juiz, do depositário e os das partes, e a natureza do processo.

Parágrafo único. A certidão será dada pelo escrivão, com a declaração do fim especial a que se destina, após a entrega do mandado, devidamente cumprido em cartório.

Art. 260. O registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

Art. 261. No livro n.º 6 será feito o registro da propriedade loteada para a venda de lotes a prazo, em prestações, com os mesmos requisitos do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937.

Art. 262. No livro n.º 7 será registrado o memorial de incorporação de que trata a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 263. No livro n.º 8 serão registradas as cédulas de crédito rural de que trata a Lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 264. No livro n.º 9 serão registradas as cédulas de crédito industrial, a que se refere o Decreto-lei n.º 413 de 9 de janeiro de 1969.

Art. 265. Serão registradas no livro auxiliar as convenções de condomínio (Lei n.º 4.591 de 16 de dezembro de 1964).

Art. 266. As escrituras antenupciais serão registradas no livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal, nos termos do artigo 187, sem prejuízo de sua averbação obrigatória, no lugar da situação dos imóveis existentes, ou que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

Parágrafo único. Sempre que for possível, será feita essa averbação nos casos de casamento, em que o regime for determinado por lei, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência.

CAPÍTULO VIII

AVERBAÇÃO E CANCELAMENTO

Art. 267. Em todos os livros de registro haverá uma coluna própria destinada:

I - ao cancelamento:

- a) das ações reais, ou pessoais reipersecutórias, inclusive possessórias, quando for o caso;
- b) das ações de retificação de registro;

II - da averbação:

- a) das decisões, recursos e seus efeitos;
- b) das sentenças de separação de dote;
- c) do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;
- d) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como a constituição de fideicomisso;
- e) da mudança de numeração, da edificação, da reconstrução, do desmembramento, da demolição, da alteração do nome por casamento ou desquite, ou ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nele interessadas.

Parágrafo único. A averbação das circunstâncias a que se refere o item II, letra "e", será feita a requerimento do interessado, com a firma que comprove a ocorrência, fornecido pela autoridade competente. A alteração do nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do registro civil.

Art. 268. As averbações serão feitas pela mesma forma prevista no parágrafo único do artigo anterior, e abrangerão, também, além dos casos já, expressamente indicados, as promessas de cessão, as cessões, as cauções de direitos aquisitivos, as cédulas hipotecárias, as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterarem o registro, em relação aos imóveis, e às pessoas que, nele, figurem, inclusive a prorrogação do prazo da hipoteca, nos termos do artigo 817 do Código Civil.

Art. 269. A margem do registro da propriedade loteada, no livro n.º 6, serão averbados os contratos de promessa de compra e venda de lotes a prazo em prestações, quer por escrito particular, quer por escritura pública, não só para sua validade jurídica, como para assegurar ao promitente-comprador direito real oponível a terceiros, nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 56, e Decreto n.º 3.079, de 10 de dezembro de 1937, e 15 de setembro de 1931, respectivamente.

Art. 270. A margem do registro do memorial de incorporação, no livro n.º 7, serão averbados os contratos de compra e venda, de promessa de venda, de promessa de cessão ou de cessão das

unidades autônomas, bem como as transferências ou rescisões dos respectivos atos compromissórios, e, ainda, as cauções de direito aquisitivos.

Art. 271. O cancelamento efetuar-se-á mediante certidão escritura na coluna das averbações do livro competente, datada e assinada pelo oficial, por seu substituto legal ou por serventuário por ele expressamente designado e autorizado pelo juiz competente, que certificará a razão do cancelamento e o título em virtude do qual foi ele feito.

Art. 272. O cancelamento poderá ser total, ou parcial, e se referir a qualquer dos atos do registro, sendo promovido pelos interessados, mediante sentença definitiva, ou documento hábil, ou, ainda, a requerimento de ambas as partes, se capazes e conhecidas do oficial.

Art. 273. O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.

Art. 274. O dono do prédio serviente terá direito a cancelar a servidão, nos casos dos artigos 709 e 710 do Código Civil.

Art. 275. O foreiro poderá averbar a renúncia de seu direito, sem dependência do consentimento do senhorio direto nos termos do artigo 687 do Código Civil.

Art. 276. O registro, enquanto não for cancelado, produzirá, todos os seus efeitos legais, ainda que por outra maneira se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

Parágrafo único. Aos terceiros prejudicados será lícito, em juízo, fazer: prova da extinção dos ônus reais e promover o seu cancelamento.

Art. 277. O cancelamento não poderá ser feito em virtude de sentença sujeita a recurso, qualquer que seja seu efeito, mesmo o extraordinário, interposto para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 278. O cancelamento do registro não importará em extinção do direito real que não estiver extinto, sendo, em tal caso, lícito ao credor promover novo registro o qual, no entanto, só será possível a terceiros a partir da renovação do registro.

Parágrafo único. Outrossim, se o cancelamento se fundar na nulidade do registro e não na do título, poderá ser aquele renovado, só valendo, porém, desde a nova data.

Art. 279. O cancelamento da hipoteca só poderá ser feito em virtude de execução promovida pelo credor hipotecário, ou em processo administrativo, ou contencioso, em que tiver sido notificado, nos termos do artigo 826 do Código Civil; em caso contrário, a hipoteca continuará gravando o imóvel, mesmo registrado em nome do adquirente.

TÍTULO VI

REGISTRO DA PROPRIEDADE LITERÁRIA, CIENTÍFICA E ARTÍSTICA

Art. 280. O registro da propriedade literária, científica e artística, será feito na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional de Música ou na Escola Nacional de Belas Artes, conforme a natureza da produção, para segurança do direito do proprietário.

Art. 281. Sendo a produção de caráter misto, será registrada no estabelecimento que for mais compatível com a natureza predominante da mesma produção, podendo o interessado registrá-la em todos os estabelecimentos com os quais tiver relação.

Art. 282. As obras literárias e científicas, cartas geográficas e quaisquer outros escritos, inclusive composições teatrais, serão registrados na Biblioteca Nacional; as composições musicais, no Instituto Nacional de Música, e as obras de caráter artístico, inclusive fotografias e filmes cinematográficos, na Escola Nacional de Belas Artes.

Art. 283. Para obter o registro, o autor ou o proprietário da obra nos termos da lei civil original ou traduzida, divulgada por tipografia, litográfica, gravura, modelagem ou qualquer outro sistema de reprodução, deverá requerê-lo, por si ou por procurador, ao diretor do estabelecimento que competir e aí depositará dois exemplares em perfeito estado de conservação.

§ 1.º - As composições teatrais poderão ser registradas mediante duas cópias datilografadas, rubricadas pelo autor.

§ 2.º - As obras de pintura, arquitetura, desenho, planos, gravuras, esboços ou de outra natureza, mediante dois exemplares das respectivas fotografias, perfeitamente nítidas, conferidas com o original, com as dimensões mínimas de 0,18 m x 0,24 m.

Art. 284. A cada obra a ser registrada deverá corresponder um requerimento, em o qual se fará declaração expressa da nacionalidade e do domicílio do autor, da nacionalidade e do domicílio do proprietário atual no caso de ter havido transferência de direitos, do título da obra, do lugar e do tempo da publicação, do sistema de reprodução que houver sido empregado e de todos os característicos que à mesma obra forem essenciais, de modo a ser possível distingui-la em todo o tempo, de qualquer outra congênere.

Parágrafo único. Qualquer dos colaboradores da obra, feita em comum, poderá requerer o registro.

Art. 285. O diretor do estabelecimento em que tiver de se efetuar o registro poderá exigir, quando julgar necessário, prova da nacionalidade e do domicílio do autor, ou do proprietário, bem como a do tempo da publicação.

Art. 286. No caso de permissão para ser traduzida ou reduzida a compêndio alguma obra não entregue ao domínio comum, assim como no de contrato de edição ou no de cessão e sucessão, é indispensável que se faça a respectiva prova.

Art. 287. Haverá para o registro, em cada um dos estabelecimentos, um livro especial, que será aberto e encerrado pelo diretor e no qual será lavrado, em relação a cada obra, um termo diferente, que conterá um número de ordem, e todos os esclarecimentos necessários e que será assinado pelo secretário.

Art. 288. Um dos exemplares depositados será arquivado na secretaria, devidamente acondicionado, e o outro será destinado às coleções do estabelecimento, sendo lançado em ambos o número de ordem e a data do registro, e aplicado um carimbo com o nome do estabelecimento e as palavras "Direitos do autor".

Art. 289. A certidão do registro, assinada pelo secretário e autenticada pelo diretor, conterá a transcrição integral do termo, com o número de ordem e o do livro em que o registro foi feito.

Parágrafo único. As certidões do registro induzem a propriedade da obra, salvo prova em contrário.

Art. 290. Se duas ou mais pessoas requererem, ao mesmo tempo, o registro de uma mesma obra, ou de obras que pareçam idênticas ou sobre cuja autoria se tenha suscitado discussão ou controvérsia, não se fará o registro sem que se haja decidido, por acordo das partes ou em juízo competente, a quem cabem os direitos do autor.

Art. 291. Do mesmo modo se procederá, quando, depois de efetuado o registro de uma, for ele novamente requerido em nome de outra pessoa, caso em que, sendo decidido que os direitos cabem ao último requerente, se lavrará novo termo de registro, fazendo-se o cancelamento do anterior.

Art. 292. A margem dos termos de registro, serão averbadas as cessões, transferências, contratos de edições e mais atos que disserem respeito à propriedade, que os interessados queiram tornar conhecidos de terceiros.

Art. 293. A relação das obras registradas será publicada, mensalmente, no Diário Oficial.

Art. 294. Das decisões dos diretores de estabelecimentos, admitindo ou negando registro por desconhecer o caráter literário, científico ou artístico da obra, ou por qualquer outro motivo, haverá recurso para o ministro de estado a que estiver subordinado o estabelecimento, sem prejuízo da ação judicial para registro, cancelamento ou averbação, subordinada em todos os seus termos, prescrições e regras às ações relativas à propriedade industrial e facultada a mesma defesa usual nos processos criminais relativos ao assunto.

Parágrafo único. O diretor do estabelecimento poderá ouvir, previamente, o parecer da Congregação, ou o Conselho Técnico do estabelecimento.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 295. Os oficiais do registro, com as necessárias cautelas, poderão substituir os livros referidos neste decreto-lei pelos de folhas soltas, que deverão conter os mesmos requisitos daqueles livros e cujo modelo deverá ser previamente submetido à aprovação da autoridade judiciária competente.

Art. 296. É dever dos oficiais de registro manter irrepreensível compostura e dignidade nas suas funções, acatar as ordens e determinações de seus superiores hierárquicos, cumprindo as suas decisões e exercendo com absoluta probidade o seu ofício.

Art. 297. É dever imperioso dos oficiais de registro o cumprimento das prescrições legais concernentes às suas atribuições e à fiel observância do regimento de custas.

Art. 298. Os oficiais de registro ficam sujeitos, no que lhes for aplicável, às disposições das respectivas leis de organização judiciária referentes a nomeações, direitos, deveres e penalidades, substituições e impedimentos.

Art. 299. No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

Art. 300. Os emolumentos devidos pelos atos relativos ao sistema financeiro do Banco Nacional

de Habitação gozarão da redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 301. Nos casos de incorporação de bens imóveis do patrimônio público para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações da administração indireta ou para a formação do patrimônio de empresa pública, o oficial do respectivo registro de imóveis fará o novo registro em nome da entidade a que os mesmos foram incorporados ou transferidos, valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confrontações constantes do anterior.

§ 1.º - Servirá como título hábil para o novo registro a instrumento pelo qual a incorporação ou transferência se verificou, em cópia autêntica ou exemplar do órgão oficial no qual foi aquele publicado.

§ 2.º - Na hipótese de não coincidência das características do imóvel com as constantes do registro existente, deverá a entidade ao qual foi o mesmo incorporado ou transferido promover a respectiva correção mediante termo aditivo ao instrumento de incorporação ou transferência e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações sua descrição e caracterização.

§ 3.º - Para fins do registro de que trata o presente artigo, considerar-se-á como valor de transferência dos bens o constante do instrumento a que alude o § 1.º.

Art. 302. Este decreto-lei entrará em vigor, em todo o território nacional, decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação, revogados a Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, seu Regulamento baixado pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e demais disposições em contrário. Nesse dia lavrarão os oficiais termo de encerramento nos livros e dele remeterão cópia ao juiz a que estiverem subordinados, podendo ser aproveitados os livros antigos que não contiverem grandes alterações, até o seu esgotamento, sem prejuízo do cumprimento integral das disposições deste decreto-lei e iniciando-se nova numeração.

Brasília, 21 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

LUÍS ANTÔNIO DA GAMA E SILVA

N.º	Livro Auxiliar	Ano	N.º	Livro Auxiliar	Ano
0,03					
Referência	Registro	Averbações	Referência	Registro	Averbações
aos demais			aos demais		
Livros			Livros		
					0,03
					0,50

0,10	0,04	0,22	0,14	0,04	0,22
0,42		0,03	0,42		
					0,04

Ano	Protocolo	Livro N.º 1	Ano	Protocolo	Livro N.º 1
0,03					
N.º	Mês	Dia	N.º	Mês	Dia
Qualidade	Anotações	Qualidade	Apresen-	do	Nome do
		O,03	te		e
tante	Título	Averbações	tante	Título	Averbações
0,50	0,50				

0,055	0,04	0,03	0,015	0,03	0,055	0,15	0,04	0,03	0,015	0,003									
	0,10						0,42												
			0,42			0,03													
.....																			
.....																			
.....																			
N.º	Registro Geral			Livro N.º 2.			Ano												
0,03																			
Imóvel																			
Circunscrição	0,03																		
.....																			
.....																			
Outros Ônus e crese	Cláusula e e Penhor	Averbações Direitos Reais	Descrição Condições	Aquisições	Hipoteca,	Servidão Anti													
							0,03												
	0,10	0,22	0,10	0,03	0,05	0,03	0,15												
		0,03	0,42				0,12												
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
Ano	Emissão de Debêntures					Livro N.º 3													
N.º de Condições Anteriores	Data Averbações	Nome, Objeto	Data da Ordem	Data da e Idade da	Importância dos Publicação	N.º e valor das Publicação	N.º e valor das Empréstimos da Ata												
		juros, época,	0,03	0,03	0,03														
		resgate e		pagamento															
0,50	0,50																		
	0,04	0,04	0,10	0,08	0,08	0,08	0,12	0,05	0,16										
0,42			0,03		0,42														
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			
.....																			

0,08

0,08	0,04	0,05	0,22	0,04	0,02	0,04	0,88
0,42			0,03	0,42			

..... 0,84

LIVRO N.º 5	INDICADOR PESSOAL	LETRA	ANO
0,03			
N.º de	Pessoas	Referências	N.º de
Anotações	Ordem	Anotações	Pessoas
aos demais	0,03	aos demais	Ordem
			Livros
	Livros		
			0,50

0,50

0,08	0,04	0,08	0,22	0,08	0,04	0,08	0,22
0,42			0,03	0,42			

..... 0,04

ANO	REGISTRO ESPECIAL - LIVRO N.º 6	MEMORIAL DE LOTEAMENTO
ANO 0,03		
Número de Ordem	REGISTRO	AVERBAÇÕES
		0,03
		0,50 0,50

0,04	0,03	0,42
..... 0,50		0,94

ANO	REGISTRO ESPECIAL - LIVRO N.º 7	MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO
ANO 0,03		
Número de Ordem	REGISTRO	AVERBAÇÕES
		0,03
		0,50 0,50

0,04	0,30	0,42
..... 0,03		0,04

LIVRO N.º 9	REGISTRO DE CÉDULA DE	CRÉDITO INDUSTRIAL
-------------	-----------------------	--------------------

ANO 0,03

0,03

0,03

0,04	0,04	0,04	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	0,14	0,14	0,14
						0,42				0,42	
.....											
.....											
0,03											
.....											
.....											
0,24											

ANO	CÉDULA		RURAL	LIVRO N.º 6
0,03				
0,03				

0,50										
0,04	0,04	0,04	0,05	0,03	0,045	0,045	0,045	0,045	0,03	0,14
0,14	0,14					0,42				0,42
.....										
.....										
0,03										
.....										
0,24										

NOTA IMPORTANTE

Estampamos, abaixo, o texto do Decreto Federal n.º 65.905, de 19 de dezembro de 1969, pelo qual foi prorrogado o prazo para vigência do Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro do ano próximo findo.

DECRETO N.º 65.905, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1969

Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, III da Constituição,

Considerando que o Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969, dispôs sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior,

Considerando ainda que, nos termos do artigo 302 do referido Decreto-lei, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos entra em vigor no dia 21 de dezembro de 1969;

mas

Considerando que foi exíguo o prazo de sessenta (60) dias para a preparação dos livros de registro, havendo dificuldades de os cartórios cumprirem as disposições do Decreto-lei n.º 1.000, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 21 de abril de 1970 o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos obedecerá ao disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924 e seu Regulamento baixado pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 e demais disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

Emílio G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D. O. União de 19-12-69.

NOT

EXÉRCITO NACIONAL CONDECORA O CARTÓRIO "DR. ARRUDA"

Por proposta do Comando da 2.ª Região Militar, "pelos excepcionais serviços prestados ao patrimônio do Exército Nacional, com o registro preciso de seus bens, como a presteza e boa vontade no fornecimento de certidões, sem qualquer ônus para a Fazenda, demonstrando elevado espírito público e um sentimento de colaboração realmente notáveis", o Ministro do Exército, General Aurélio Lyra Tavares, em ato assinado em 10 de janeiro último, concedeu ao 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital Cartório "Dr. Arruda", a Medalha do Pacificador, das mais altas honrarias das forças de terra do país.

Representado por seu titular, Dr. Mário da Cunha Rangel, a medalha, dignificante para toda a classe dos Serventuários da Justiça de São Paulo, foi entregue ao agraciado pelo General Dale Coutinho, comandante da 2.ª Região, em solenidade pública realizada, com presença de autoridades civis e militares, no Parque Ibirapuera, na cerimônia comemorativa ao "Dia do Soldado" - 25 de agosto.

A Medalha do Pacificador recebida por nosso colega Mário da Cunha Rangel, bem demonstra os excelentes serviços que seu Cartório presta à população de São Paulo.

Este boletim registrando jubilosamente o fato ímpar na história da Justiça do Estado, apresenta ao agraciado, diretor da Associação dos Serventuários, sinceros cumprimentos pelo ato reconhecedor de méritos do Exmo. Sr. Ministro do Exército.

PROFESSOR ALFREDO BUZAID

Repercutiu de maneira altamente favorável, em todos os nossos meios, a escolha, feita pelo Senhor Presidente da República, do ilustre Professor Alfredo Buzaid, para exercer o elevado cargo de Ministro da Justiça.

Com efeito, entendemos que ninguém, melhor que o ex-Reitor da Universidade de São Paulo, se acha em condições de ocupar tão importante Pasta, graças aos notáveis predicados; de inteligência, cultura e educação que caracterizam a sua personalidade invulgar.

Havendo se tornado, de há muito, credor da admiração e do respeito de nossa classe, não podiam, por isso, os serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, deixar de fazer-se representar na sua posse e levar-lhe os votos, que todos fazemos, pelo êxito integral de sua missão.

Essa grata incumbência foi desempenhada por uma Comissão, integrada pelos colegas Srs. Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente de nossa entidade associativa, Dr. Jether Sottano, Aldo Neves Godinho, Dr. Afonso Alvares Rubião, Laércio Ribeiro Porto e Alexandre Jorás Júnior, que voltaram encantados com a recepção que em Brasília lhes foi proporcionada.

Nossa reportagem registrou, ainda, com satisfação, a presença, na Capital da República, onde foram especialmente para assistir ao ato da investidura do PROFESSOR ALFREDO BUZAID na posse daquele cargo, S. Excias. os Srs. Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado,

Dr. Raphael de Barros Monteiro, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Desembargador Márcio Martins Ferreira, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadores Jonas Coelho Vilhena e Atugasmir Medici, do mesmo Tribunal, Dr. Arrôbas Martins, Secretário da Fazenda do Estado e o Dr. Paulo Salim Maluf, Prefeito desta Capital.

Concluindo estas notas, é com prazer que estampamos, abaixo, o "Curriculum Vitae" do atual Ministro da Justiça, de envolta com os melhores augúrios, que formulamos, pela felicidade de sua gestão.

CURRICULUM VITAE

O Prol. Alfredo Buzaid nasceu na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo, no dia 20 de julho de 1914. Fez o curso primário e secundário no Ginásio São Luiz de Jaboticabal, dirigido pelo Prol. Aurélio Arrobas Martins, bacharelando-se no ano de 1930. Sua inclinação pelas letras despertou cedo. Cursava o quarto ano do ginásio, quando entrou para o corpo de redação do jornal publicado pelo Centro Joaquim Nabuco. No quinto ano ginasial, encerrando o curso denominado de bacharelado, foi eleito orador oficial das três turmas de reservistas, respectivamente do Ginásio, da Escola de Farmácia e da Escola de Odontologia.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1931. Prossegue sua atividade de jornalista, escrevendo especialmente para "O Combate" de Jaboticabal e depois para "A Gazeta Comercial", da qual foi diretor. Concluído o curso acadêmico, advogou dois anos e meio em Jaboticabal, transferindo-se para São Paulo em fins de 1938. Desde então revelara seu interesse pelos estudos de Direito Processual Civil, publicando em 1939 um artigo sobre "Despacho Saneador" na REVISTA JUDICIÁRIA.

Quando Enrico Tullio Liebman iniciou seu curso de extensão universitária na Faculdade de Direito, foi Alfredo Buzaid um dos mais assíduos freqüentadores, tornando-se em pouco amigo pessoal do notável mestre italiano.

Em 1943 publicou seu primeiro livro - Da Ação Declaratória no Direito Brasileiro, com que se inicia a Coleção de Estudos de Direito Processual Civil, dirigida pelos professores S. Soares de Faria e Enrico Tullio Liebman. Inscreve-se em 1945, com a monografia - Do Agravo de Petição no Sistema do Código de Processo Civil - no concurso à docência livre, tendo sido aprovado e nomeado no dia 17 de agosto de 1946.

Publicou até 1951 os seguintes trabalhos: Da Apelação Ex-Officio; Paula Batista (Atualidades de um Velho Processualista); e A Escola de Direito de Beirute. Em 1952 inscreve-se no concurso à cátedra de Direito Judiciário na Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentando a monografia denominada - Do Concurso de Credores no Processo de Execução. Venceu o concurso, obtendo a média 9,9. Foi nomeado e empossado no dia 23 de maio de 1952.

Tem publicado pareceres e artigos de doutrina na Revista dos Tribunais, na Revista Forense, na Revista Jurídica e na Revista de Direito Administrativo.

Participou da Comissão Julgadora do concurso à cátedra de Direito Judiciário Civil nas Faculdades de Direito de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e outras.

Pertence à Associação Italiana de Processo Civil, com sede em Florença e é membro do Instituto Ibero-Luso-Filipino e Americano de Processo Civil, com sede em Madri. É conselheiro da Revista de Derecho Procesal Civil, editada em Madri sob os auspícios do referido Instituto. Publicou ainda a monografia - Da Ação Direta de Declaração de Inconstitucionalidade no Direito Brasileiro.

Em 1957 inscreveu-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no concurso à cátedra de Direito Judiciário Civil, vaga com o falecimento do Prof. Benedito de Siqueira Ferreira. Sua monografia se denomina Da Ação Renovatória de Contrato de Locação de Prédio destinado a fins Comerciais ou Industriais. Alcançou distinção em todas as provas e com todos os examinadores, tendo sido nomeado e empossado na cadeira no dia 8 de maio de 1958, em sessão solene da Congregação.

Em 1958 fundou, na cidade de Porto Alegre, juntamente com os Professores Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, José Frederico Marques e Galeno Lacerda, o Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, cuja sede é na cidade de São Paulo. Esse Instituto, do qual é Secretário Geral desde a fundação, foi incorporado como instituto anexo à cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Sob os auspícios; do Instituto já se realizaram dois congressos, sendo um internacional, na cidade de São Paulo, e um nacional, na estância climática de Campos de Jordão.

Além disso, o Instituto desenvolve em profundidade os estudos de Direito Processual Civil, através dos catedráticos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e das suas

seções estaduais, tendo o Prof. Alfredo Buzaid feito conferências nas mais importantes capitais do País.

Fundou, em 1960, a Revista de Direito Processual Civil, de que é o diretor responsável, estando atualmente com seis números publicados. A revista é muito ciosa na publicação de estudos de valor científico e comentários a julgados dos Tribunais.

Encarregado pelo Governo Federal de elaborar o Anteprojeto do Código de Processo Civil, desincumbiu-se de sua missão, entregando o documento em princípio de 1964. O Congresso de Campos de Jordão, que se realizou em 1965, visou a discussão dos temas fundamentais em que o projeto introduz importantes inovações no sistema legal brasileiro.

Foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em julho de 1966, sendo investido no cargo no dia 3 de agosto seguinte. O exercício nas funções de Diretor foi interrompido duas vezes, por ter de assumir a Reitoria da Universidade de São Paulo, em cujo exercício permaneceu cerca de um ano.

Em 1967, por ato do Ministro da Justiça, foi nomeado Coordenador da Revisão dos Códigos, estando a seu cargo o controle dos seguintes projetos: Código Civil, Código Penal, Código Penal Militar, Código de Processo Penal, Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar, Código de Sociedades, Código de Títulos de Crédito, Código de Navegação Marítima, Código de Contravenções Penais, Código de Execuções Penais, Lei de Introdução ao Código-Civil, além de outros diplomas legislativos a cargos do Ministério da Justiça.

Em 1968, foi eleito Presidente da Academia Nacional de Direito, com sede no Rio de Janeiro. A academia reúne 40 dos mais notáveis juristas brasileiros.

Figurando em lista triplíce, foi nomeado, em maio de 1969, Vice-Reitor da Universidade de São Paulo, em cujo exercício se encontra.

Nos últimos anos foi intensa a produção científica, merecendo lembrar-se os seguintes estudos: "Juicio de Amparo" e Mandado de Segurança, Do Despacho Saneador, Do Ônus da Prova, A Crise do Supremo Tribunal Federal, A Alienação Fiduciária em Garantia, além de numerosos pareceres.

ATUALIZAÇÃO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS

Ninguém desconhece os enormes e louváveis esforços que, a partir de 31 de março de 1964, vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Federal no sentido de acabar, de uma vez por todas, com a inflação, que naquele ano chegou a atingir a índices verdadeiramente alarmantes.

Problema dos mais complexos, é de compreender-se não ser fácil resolvê-lo com a urgência por muitos reclamada - o que talvez só pudesse tornar-se possível se as autoridades fazendárias, surdas às ponderações do bom-senso, houvessem adotado, para tanto, medidas drásticas, sem se importarem com os tremendos sacrifícios que a sua aplicação imporia a toda a coletividade. Preferindo, ao revés - a fim de poupar-nos a mais sacrifícios - optar pelo emprego de critérios mais suaves no combate que lhe vem movendo -, é natural que o Governo não tenha, ainda, conseguido extingui-la, o que só gradualmente poderá ser alcançado, conforme, aliás, está sendo comprovado pelo decréscimo constante de seu nível, que de ano para ano se vem operando.

Isso não quer dizer, evidentemente, que ela não esteja infligindo sérios ônus a muitos, como tal se verifica com aqueles que exercem atividades cuja remuneração tem seu valor fixado em lei, entre os quais se encontram, como todos sabem, os serventuários da justiça.

Não há dúvida que, para evitar seus efeitos danosos em certos e determinados casos, as mencionadas autoridades houveram por bem implantar a correção do valor de nossa moeda, o que nos parece ter constituído uma iniciativa das mais elogiáveis, pelo seu indiscutível acerto. É de lamentar-se, todavia, que ainda não tenha sido ampliado o campo de sua incidência legal, de modo a abranger não somente os casos aos quais se restringe a sua aplicação atual - mas a todos quanto, conforme salientamos, têm o preço de seus serviços tabelados ou fixada em lei a remuneração de suas atividades.

É exemplificativo, na espécie, o caso de nossas serventias da Justiça, que a despeito do custo da vida haver atingido, nos três últimos anos - segundo afirmam as próprias fontes oficiais -, a cerca de 80%, continuam obrigadas, entretanto, a cobrar seus serviços pelos preços vigentes em 1966.

O pior é que, embora tal percentagem possa corresponder é média de elevação do citado custo no referido biênio - a verdade é que ela foi, em muitos casos, além de 200%, conforme

aconteceu no setor de livros, impressos e artigos de escritório em geral.

A situação de tais serventias tende, como é compreensível, a agravar-se dia a dia - uma vez que a inflação prossegue, incessante, em sua nefasta obra de desvalorização da moeda -, sendo de todo justo, por isso, que os órgãos competentes de nosso Governo -, tomando conhecimento do problema, procurem dar-lhe, quanto antes, uma solução adequada.

Salvo em alguns casos - tal como o das Tabelas remuneratórias dos serviços prestados pelos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais (cujas taxas estão a merecer um melhor ajustamento às condições econômicas atuais) não se pretende, propriamente, um aumento das custas e emolumentos, mas tão-só e apenas a atualização do valor das taxas respectivas, constantes da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966.

Trata-se de uma reivindicação, como dissemos, de todo justa, e a qual, por isso mesmo, estamos certos, não deixará de se atendida pelo nosso Governo.

3.º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Com satisfação, estampamos, abaixo, o texto da carta dirigida ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, pelo Exmo. Sr. Comandante da Segunda Região Militar, GENERAL DE DIVISÃO VICENTE DE PAULA DALE COUTINHO, na qual este ilustre militar faz referências elogiosas à atuação funcional de nosso prezado colega Sr. HÉLIO FERRARI, titular do 3.º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital.

São os seguintes, os termos da aludida carta:

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

II EXÉRCITO - 2.º R. M.

QUARTEL GENERAL

SPR/2

Of n.º / 69, SPR/2

São Paulo, SP, 7 de outubro de 1969. Do Comandante da 2.ª Região Militar Ao Exmo. Sr.

Desembargador Dr.

HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS - MD Corregedor-Geral da
Justiça do Estado de São Paulo. Assunto: - Consignação em Prontuário (solicita).

O Ministério do Exército tem-se utilizado no Território do Estado de São Paulo de diversos Próprios Nacionais, para a instalação de órgãos militares, em boa parte adquiridos no princípio do século, e que não têm sua documentação dominial integralmente regularizada.

Com o fim de cuidar dessa regularização, criando elementos e condições para aproveitamento das áreas no uso militar, foi organizado na 2.ª Região Militar uma Seção do Serviço do Patrimônio.

Esse Serviço viu-se, logo de início, às voltas com graves problemas de ordem técnica notarial. Afortunadamente, houve contatos com a 3.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Capital, onde seu titular - Dr. HÉLIO FERRARI se inteirou de alguns problemas e de pronto se empenhou na defesa dos interesses públicos, tanto em casos na Capital como no interior, e não poupou esforços até que estivessem integralmente resolvidos.

A colaboração com o Exército, o sentimento patriótico e o mais elevado espírito público que colocou a serviço das causas conduzem este Comando a solicitar os bons ofícios de V. Exa. no sentido de consignar no prontuário do aludido Serventuário da Justiça, meus agradecimentos e reconhecimento das melhores distinções de que se tornou merecedor.

Antecipadamente grato, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos de estima e distinta consideração.

GENERAL DE DIVISÃO

VICENTE DE PAULA DALE COUTINHO

Comandante da Segunda Região Militar

PROFESSOR HELY LOPES MEIRELLES

Registramos, com prazer, a nomeação do PROFESSOR HELY LOPES MEIRELLES para o cargo de Secretário da Justiça do Estado - o qual continua, assim, prestando ao Governo Abreu Sodré a sua valiosa e profícua colaboração.

O ilustre jurista e antigo magistrado - hoje aposentado como Ministro do Egrégio Tribunal de Alçada - vem cooperando, com o atual Governo, desde o início de sua gestão, tendo ocupado já,

como todos sabem, os elevados cargos de Secretário do Interior e da Segurança Pública. Velho amigo de nossa classe, não podíamos deixar de nos regozijar com a sua investidura nas funções daquele novo cargo, onde S. Excia. terá, mais uma vez, a oportunidade de servir à Justiça de nossa terra, que ele tanto dignificou e enalteceu como juiz exemplar. Inteligência das mais brilhantes que possuímos, dotado de uma cultura vasta e multiforme, senhor de uma capacidade de trabalho invulgar e detentor de uma educação finíssima - tais são os traços marcantes de sua personalidade, cuja biografia temos a satisfação de estampar a seguir.

BIOGRAFIA

O professor Hely Lopes Meirelles, ex-Secretário da Segurança Pública e atual Secretário do Interior do Estado de São Paulo, nasceu em Ribeirão Preto (São Paulo), em 5 de setembro de 1917. É casado com D. Consuelo Celidônio Lopes Meirelles, tendo quatro filhos: Veralice, José Augusto, Flávio e Celso.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1942, tem ainda os seguintes cursos: Administração Municipal, pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, 1955; Administração de Pessoal, pela Reitoria da Universidade de São Paulo, 1958; Intensivo de Planejamento, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo, 1959; Oficial da Reserva de Infantaria, 2.º tenente R/2.

Pertence às seguintes associações técnicas e profissionais: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; Associação Paulista de Municípios; Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Conselho jurídico da Associação Comercial de São Paulo; e Conselho Consultivo do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação, Arquitetura e Urbanismo).

Participou, entre outros, dos seguintes congressos, seminários e simpósios: todos os Congressos Nacionais de Municípios; todos os Congressos de Municípios do Estado de São Paulo; Congresso Latino-Americano de Municípios, realizado em Louisville, Kentucky (EUA), em outubro de 1964 (membro da delegação oficial do Brasil); Simpósio para Adaptação das Constituições Estaduais à Constituição do Brasil, no setor municipal, promovido pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios) no Rio de Janeiro, em abril de 1967; Simpósio sobre Regiões Metropolitanas, promovido pelo SERFHAU no Rio de Janeiro, em junho de 1967.

Suas atividades didáticas são as seguintes: professor da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, Cadeira n.º 10 "Matérias Jurídicas - Legislação Urbanística Regulamentação Profissional"; professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Cadeira n.º 17 - "Direito Municipal" - professor e diretor dos Cursos de Administração Municipal, da Associação Paulista dos Municípios.

Tem os seguintes livros publicados: "Direito Municipal Brasileiro", Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, dois volumes, 1.ª edição, 1957; 2.ª edição, 1964; "Direito de Construir", Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1.ª edição, 1961; 2.ª edição, 1965; "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1.ª edição, 1964; 2.ª edição, 1966; "Mandado de Segurança e Ação Popular", Editora Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1.ª edição, 1967; 2.ª edição, 1969; "Assuntos Municipais", em colaboração com Eurico de Andrada Azevedo, editado pelo Instituto de Direito Municipal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1.ª edição, 1965; "Legislação para Engenheiros, Arquitetos, Urbanistas", 1959, coletânea de leis anotadas, editada pelo Departamento de Publicações da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

Publicou artigos e ensaios, em revistas especializadas: "Revista de Direito Administrativo", Rio de Janeiro; "Revista Forense", Rio de Janeiro; "Revista dos Tribunais", São Paulo; "Revista Jurídica", Porto Alegre; "Revista Brasileira de Municípios", Rio de Janeiro; "Revista de Administração Municipal", Rio de Janeiro; "Revista de Direito Público", São Paulo; "Revista Jurídica de Portugal", Lisboa; "Revista de Administración Pública", Madrid; Revista "Ley", Buenos Aires.

Elaborou as seguintes teses: "Autarquias Intermunicipais", aprovada pelo 2.º Congresso Estadual de Municípios, São Paulo, 1959; "A Construção Civil e a Regulamentação de seus Profissionais", aprovada e premiada pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Rio de Janeiro, 1960; "A Competência Estatal para o Planejamento Urbanístico", aprovada pelo 2.º Congresso Brasileiro de Urbanismo, Recife, 1961; "Sugestões para a Reforma da Lei Orgânica dos Municípios", aprovada pelo X Congresso Estadual de Municípios, São Paulo, 1964; "O Sistema Municipal Brasileiro", aprovada pelo X Congresso Interamericano de Municípios, realizado em Louisville, Kentucky (EUA), 1964.

Exerceu e exerce as seguintes atividades: Juiz de Direito em São Paulo, de 1947 a 1965, aposentando-se como Ministro do Tribunal de Alçada; professor na Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, de 1957 a 1964, estando afastado temporariamente para exercer o cargo de Secretário de Estado; Assessor Jurídico do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, em 1959 e 1960; Assessor Jurídico do Setor de Planejamento Municipal do Ministério do Planejamento, em 1964 e 1965; Assessor Jurídico de empresas de planejamento e de Prefeituras Municipais, desde 1965; Secretário de Estado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, no Governo Abreu Sobrê, no período de 12 de fevereiro de 1967 a 5 de maio de 1968; Secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo, no período de 12 de fevereiro de 1967 a 5 de maio de 1968; Secretário do Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo, no a 29 de setembro de 1969. Nomeado Secretário de Estado, dos Negócios da Justiça em 29 de setembro de 1969. São de sua autoria os seguintes projetos e estudos: projeto de Reforma da Constituição Federal, no setor municipal, solicitado pelo Ministério da Justiça, em 1964; projeto de "Lei de Loteamento Urbano", solicitado pelo Ministério do Planejamento, em 1964; projeto de "Lei de Ação Popular", solicitado pelo Ministério da Justiça, em 1964 (Lei n.º 4.717, de 20-6-1965); projeto de Lei para o "Plano Diretor de Curitiba", em 1965 (Lei n.º 2.828, de 31-7-1966); projeto de Decreto para o "Código de Edificações de Brasília", em 1966 (Decreto n.º 596, de 8-3-1967); projeto de Lei para o "Plano Diretor de Joinville", em 1966; projeto de Lei para a "Fundação de Ensino Superior de Marília", em 1966; projeto de reforma da Constituição do Estado de São Paulo, solicitado pelo Governador do Estado e remetido à Assembléia Legislativa em 1967 (Constituição de 13-5-1967); projeto da Lei Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo, solicitado pelo Governo do Estado e remetido à Assembléia Legislativa, em 1967 (Lei n.º 9.842, de 20-9-1967); projeto de Lei Complementar das Regiões Metropolitanas, solicitado pelo Ministério da Justiça, em 1967; estudo para a concessão de uso de imóveis do Governo do Rio Grande do Norte, solicitado pelo Governo do Estado em 1965; estudo sobre a situação jurídica da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo (CMTC), para a permissão de linhas a particulares, solicitado por sua Diretoria, em 1965; estudo para a permissão de uso de locais do Centro de Abastecimento de São Paulo (CEASA), solicitado por sua Diretoria, em 1965; estudo sobre as terras devolutas do Estado do Pará, solicitado pelo Governador daquele Estado, em 1967; "Natureza, Conteúdo e Implicações do Ato Institucional n.º 5", em 1969. Outras atividades: colaborador da Revista "Administração Paulista", do Departamento de Administração de Pessoal do Estado (DAPE), e do jornal "Folha de São Paulo", seção de Assuntos Administrativos, desde 1958; examinador nos concursos de cátedra da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte), para o provimento da cadeira de Administração Municipal, em 1962 e 1965; examinador no concurso de livre docência da cadeira de Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1965. É portador dos seguintes prêmios e condecorações: prêmio "Teixeira de Freitas", 1959, conferido pela Associação Brasileira de Municípios, pelo livro "Direito Municipal Brasileiro", edição de 1957; prêmio "Aarão Reis", 1960, conferido pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, pela tese "A Construção Civil e a Regulamentação de seus Profissionais", edição de 1960; medalha "Marechal Caetano de Faria", conferida Pelo Ministério da Justiça, em 1955, pela organização e direção do I Curso de Direito e Administração Municipal, na Faculdade de Engenharia de São Carlos, da USP; medalha "Honra ao Mérito", conferida pela Associação Paulista de Municípios pelos estudos de Direito e Administração Municipal, em 1966.

ELEIÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO

Realizou-se, dia 17 de Dezembro, no Palácio da Justiça, a eleição dos novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para o biênio 1970/1971, tendo sido escolhidos, por unanimidade, para Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, o Desembargador CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA; para 1.º Vice-Presidente, o Desembargador TÁCITO MORBACH DE GOES NOBRE; para 2.º Vice-Presidente, o Desembargador DIMAS RODRIGUES DE ALMEIDA, - e para Corregedor Geral da Justiça, o Desembargador JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN.

A posse dos eminentes Desembargadores em seus respectivos cargos, teve lugar no dia 31 do mesmo mês, pela manhã, - havendo a solenidade sido assistida por elevado número de pessoas

gradas, entre as quais notamos os srs. Professor ALFREDO BUZAID, Ministro da Justiça, Professor HELY LOPES MEIRELLES, Secretário da Justiça do Estado, Professor MIGUEL REALE, Reitor da Universidade de São Paulo, Dr. RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO, Ministro do Supremo Tribunal, além de muitas outras ilustres personalidades cujos nomes não nos foi possível anotar. Representando nossa classe, esteve presente, também, ao ato, o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente da Associação, acompanhado de elevado número de serventuários. Cumprimentando os ilustres Magistrados pela merecida escolha com que foram distinguidos pelos seus Colegas para desempenho daquelas altas funções, formulamos os melhores votos pelo êxito integral da missão que lhes foi confiada.

VISITAS

Nossos colegas da Capital, liderados pelo Presidente da Associação, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, estiveram, nas vésperas do Natal, em visita aos Exmos. Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA, e Corregedor Geral da Justiça, Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, a fim de lhes apresentar seus cumprimentos, agradecer-lhes as atenções dispensadas a nossa classe durante o exercício de seus mandatos, cujo término se verificou no dia 31 de Dezembro, e, por último, augurar-lhes Boas festas e um Ano Novo tranqüilo e próspero: - cumprimentos e felicitações essas que se tornaram extensivas aos ilustres Srs. Juizes da Corregedoria Geral, Drs. MÁRCIO MARTINS BONILHA, NELSON FIGUEIREDO CERQUEIRA e GILBERTO VALENTE, bem como ao digno e operoso Escrivão do mesmo órgão judiciário, Sr. EZIO DONATI, sendo que igual visita foi realizada, pelos mesmos serventuários, ao MM. Juiz Corregedor Permanente dos Cartórios Extrajudiciais da Capital, Dr. RUY DE MELO ALMADA.

Nossos colegas estiveram, ainda, na Secretaria da Justiça, onde foram cumprimentar seu ilustre titular, Professor HELLY LOPES MEIRELLES e desejar-lhe, também, feliz Natal e um Ano Novo de todo propício à realização de suas mais íntimas aspirações.

Em todas essas visitas foram aquelas preeminentes personalidades saudadas pelo nosso Presidente, - saudação essa à qual S. Excias. responderam, agradecendo.

ASSUNTOS RELATIVOS À ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Em comarca do Interior, uma firma, que aí tem sua sede, ajuizou pedido de busca e apreensão de vários caminhões que eram objeto de contratos de alienação fiduciária em garantia. firmados com ela (como credora-alienatória-fiduciária) e "A" também com domicílio no mesmo lugar, e "B" com domicílio nesta Capital (ambos como devedores-alienantes-fiduciantes). Os dois contratos objetivaram garantir avais prestados pela firma aludida nas duplicatas sacadas pela vendedora dos veículos e aceitas pelos comprovadores "A" e "B". Os contratos são datados de 30-11-1966 e foram registrados em Cartório de Títulos e Documentos desta Capital (mas não na cidade em que a firma tem sua sede), em 3 a 2 de janeiro do ano seguinte, apenas no Livro C (registro resumido).

Conclusos os autos, o juiz da comarca concedeu à firma suplicante a busca e apreensão dos veículos como medida preventiva da ação reivindicatória (parágrafo 8.º do art. 66 da Lei n.º 4.728, de 14-7-65), havendo embargos de terceiro contra a decisão, aliás rejeitados pelo magistrado em relação a alguns veículos, em face das ponderações levantadas pelo embargante, que no entanto julgou este carecedor do pedido relativamente a outros veículos, sob as seguintes alegações:

- a) Quando das vendas dos veículos ao embargante, "pendiam registros daqueles contratos de alienação fiduciária em garantia";
- b) O embargante não registrou os seus contratos de compra e venda daqueles caminhões;
- c) Aqueles contratos de alienação fiduciária em garantia (entre a firma, como credora, e "A" e "B", como devedores) foram registrados "no respectivo Registro de Títulos e Documentos dentro dos sessenta dias da lei", e, invocando o ensinamento de Serpa Lopes, a juiz deu a esses registros efeito retroativo, de maneira a impedir a validade desses caminhões ao embargante. O embargante, ante isto, apelou para o Tribunal de Justiça do Estado, juntando com o recurso também um parecer do advogado J. Netto Armando, em que esmiuça doutrinação e interpretativamente a matéria, tendo em conta o parágrafo 1.º do art. 66, da Lei n.º 4.728, de

14-7-1965. A matéria da alienação fiduciária em garantia, em numerosos aspectos, vem sofrendo as mais variadas interpretações, constituindo, por isso, ainda, objeto de debates. Como subsidio, publicamos o substancioso parecer a respeito da matéria, do advogado J. Netto Armando, que concluiu pelo desacerto do juiz a inacolher os embargos de terceiro.

O parágrafo 1.º do art. 66 da lei n.º 4.728, de 14-7-1965 (Revista dos Tribunais, v. 360, págs. 480 e segs.) - pondera inicialmente o advogado - preceitua que

a alienação fiduciária em garantia somente se prova por escrito e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja a seu valor, cuja cópia será ARQUIVADA no Registro de Títulos e Documentos, SOB PENA DE NÃO VALER CONTRA TERCEIROS, conterà o seguinte ..."

Incontendível é, portanto, que todos os contratos de alienação fiduciária em garantia - prossegue - como os que se fizeram entre a sociedade "X" e os referidos "A" e "B", devem, inafastavelmente, ser ARQUIVADOS no Registro de Títulos e Documentos. Se o preceito legal, atrás transcrito, exige, com refulgente clareza, que tais contratos, para que possam valer contra terceiros, sejam ARQUIVADOS naquele Registro, evidentíssimo está que a sua transcrição deve, sim, ser feita no LIVRO B e não, absolutamente não, no Livro C, e isso porque aquele primeiro livro se destina à transcrição INTEGRAL de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados, por extratos, em outros livros, conforme preceitua o art. 140 da lei de Registros Públicos (v. ainda os arts. 144 e 150 seguintes). Ora, "in casu". os dois contratos de alienação fiduciária em garantia foram, por extrato, registrados apenas no LIVRO C, destinado, só e só, ao registro resumido de títulos e documentos (arts. 140, 145 e 151 da mesma lei de RR.PP.). E que os registros daqueles contratos só se fizeram nesse LIVRO C, por extrato. está, às claras, certificado em ambos. Logo (conclusão inadversável), aqueles dois contratos, em que se escudou o MM juiz ao rejeitar os embargos do ora consulente, não estão arquivados no Registro de Títulos e Documentos, e isso porque (insistamos) só foram, por extrato, ou seja, em resumo, registrados naquele Livro C: para que estivessem ARQUIVADOS, segundo inarredável exigência do já transcrito § 1.º do art. 66 a lei n.º 4.728, essencial seria que fossem integralmente transcritos no LIVRO B, - único que contém transcrição integral correspondente ao ARQUIVAMENTO. Dessarte, por não estarem arquivados no Registro de Títulos e Documentos. tais contratos não valem contra terceiros, carecem de efeitos em relação a outros que não os contratantes.

E nem se diga - continua - que o art. 170 da Lei de Registros Públicos permite os registros em resumo ou integralmente, de maneira a valerem contra terceiros aqueles dois contratos, por estarem registrados "por extrato", resumidamente, no Livro C. Tal argumento desprocederia a todas as luzes: porque o § 1.º do art. 66, citado, exige o ARQUIVAMENTO de uma cópia do instrumento contratual, público ou particular, atinente à alienação fiduciária em garantia; e tal arquivamento no Registro de Títulos e Documentos só poderá ser feito com a transcrição integral no Livro B, único em que se faz essa transcrição completa correspondente àquele ARQUIVAMENTO; inconcebível é e o é de todo em todo, arquivamento de documento através do seu registro por extrato, em resumo, no outro Livro (C). Dessarte, com a nova redação dada àquele art. 170, com a inclusão daquela frase, os registros compreendidas nos artigos 134 a 138 só podem ser feitos integralmente, isto é, no Livro B.

Assim - pondera a seguir - face ao contido nos itens 1.º e 2.º retro, uma conclusão se nos impõe de modo concludente: Não se verificou o arquivamento daqueles dois contratos de alienação fiduciária em garantia, porque foram ambos registrados apenas no Livro C, de registro resumido, por extrato. Para que tivesse havido aquele arquivamento, que lhes daria validade contra terceiros, mister far-se-ia estivessem eles registrados no Livro B, único que contém transcrição integral, correspondente àquele arquivamento exigido pelo citado § 1.º do art. 66 da lei n.º 4.728.

Para outro argumento, admitamos (simples hipótese) - acrescenta - que os referidos contratos estivessem também (mas não estão) registrados no Livro B. Mesmo assim, não valeriam contra terceiros, uma vez que estariam registrados apenas em S. Paulo e não, também, na cidade interiorana onde é sediada a sociedade "X" e onde é domiciliado o contratante "A" (sendo "B" domiciliado nesta Capital).

Induvidoso:

a) Se a sociedade fiduciária "X" é sediada naquela cidade e se o primeiro fiduciante "A" é domiciliado também lá, o contrato de alienação fiduciária em garantia deveria ser ARQUIVADO naquela Comarca (transcrição integral, no Livro B), para valer contra terceiros; assim, portanto, por ter sido registrado apenas em S. Paulo o que seria meramente facultativo), não tem valido

em relação a outrem que não os contratantes "X" e "A".

b) A seu turno, aquele. outro contrato, entre a mesma sociedade "X" (sediada fora desta Capital) e o outro fiduciante "B", aqui domiciliado, teria inafastavelmente de ser transcrito lá e aqui, por serem diversos os domicílios das partes contratantes (artigo 139 da Lei de RR.PP.).

c) Na verdade preceitua esse art. 139 que todos os atos enumerados nos arts. 134 a 139 da Lei de Registros Públicos devem ser "registrados no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diferentes, o registro se fará em todas elas".

Temos, portanto, como inconfutável:

LIVRO B - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL - ARQUIVAMENTO;

LIVRO C - REGISTRO RESUMIDO - NÃO-ARQUIVAMENTO.

O segundo motivo - afirma a seguir - por que não se aplica aos referidos contratos do art. 170 da Lei de RR.PP. consiste no seguinte:

O "ARQUIVAMENTO", exigido pelo citado § 1.º do art. 66 da Lei n.º 4.728, arrola-se no inciso 7 do art. 136 da Lei de RR.PP., conforme assinalou o MM. Juiz, de modo que não está abrangido pela opção propiciada pelo art. 170, no sentido de que "o título, documento ou papel, NÃO COMPREENDIDO NOS ARTIGOS 134 a 138, poderá ser registrado, em resumo ou integralmente, em qualquer tempo, para produzir efeitos contra terceiros, salvo se não tiver sido atendido o disposto no art. 135 do Código Civil". A frase "NÃO COMPREENDIDO NOS ARTS. 134 A 138 - foi introduzida pelo art. 1.º do Dec. Fed. n.º 5,318, de 29-2-1940 (V. "Direito", v. 2.º, pág. 554), não constando da primitiva redação daquele art. 170 (V. "Diário Oficial", União, de 23-11-39 mais "Coleção das Leis da República", v. VII, págs. 115 e segs. mais "Revista dos Tribunais", v. 123, pág. 812).

O contido nesta parte veícula-nos uma conclusão inaversável:

Além de terem sido registrados apenas no Livro C (de registro resumido, por extrato), nesta Capital e só aqui, aqueles dois contratos não valem contra terceiros, porque o primeiro devia estar transcrito no Livro 13 do Registro de Títulos e Documentos daquela outra comarca (sede e domicílio dos contratantes), enquanto que o segundo contrato devia ser transcrito no mesmo Livro B, aqui (domicílio do fiduciante) e lá (sede da sociedade fiduciária).

Além de o MM. Juiz sentenciante não ter considerado direta ou obliquamente, clara ou esmaecidamente, as insanáveis falhas apontadas anteriormente - acrescenta - sua excelência deu efeitos "ex tunc" àqueles imprestáveis registros, inobstante terem tratado rudemente os preceitos legais atrás invocados: assim é que o ilustre magistrado positivou que tais registros se efetivaram dentro do prazo de sessenta dias propiciado pelo art. 139 da lei de RR.PP., uma vez que (argumenta o MM. Juiz) os contratos se datam, ambos, de 30-11-1966, enquanto os seus registros são de 2 e 3 de janeiro seguinte; e, invocando o magistério de Serpa Lopes, o íncrito magistrado dá efeitos retroativos aqueles dois registros, de maneira a atingirem as compras dos caminhões feitas pelo consulente, em 12 de dezembro de 1966. Entretanto, não merece guarida esse único argumento da r. sentença apelada:

a) o MM. Juiz invocou, como exclusivo suporte da r. sentença, o art. 139 da lei de RR.PP., início, mas sua excelência colocou ao oblívio o art. 135 do Código Civil, no teor de que os eleitos de instrumento particular, a respeito de terceiros, não se operam antes de transcrito no Registro Público.

Esse é o "precípua dispositivo regulador do registro de títulos e documentos" (SERPA LOPES - "Tratado dos Registros Públicos", 4.ª ed., v. II, pág. 57, alto, n.º 187); e esse art. 135 é "terminante e categórico" (CARVALHO SANTOS - "Código Civil Brasileiro interpretado". v. III, pág. 160, n.º 10), de maneira que "a data do registro tem relevância para se determinar de quando começam os defeitos a respeito de terceiros" (PONTES DE MIRANDA - "Tratado do Direito Público", tomo III, 2.ª ed., pág. 373, alto).

Concenenentemente à prevalência do art. 135 do Código Civil sobre o art. 139, início, da Lei de Registros Públicos, a jurisprudência há muito está indiscrepante; haja vista o v. acórdão unânime da Colenda Quarta Câmara Civil do nosso Egrégio Tribunal de Justiça de 20-2-58, relatado pelo desembargador Moura Bittencourt no teor de que "o artigo da Lei de Registros Públicos, que determina que os atos ou documentos deverão ser levados a registro dentro de sessenta dias, não exclui a norma do art. 135 do Código Civil, que formalidade, mas elemento de ampla publicidade para o giro dos negócios. Se, em determinado expressamente dispõe que os eleitos dos documentos não se operam a respeito de terceiros antes de transcritos no Registro Público. Tal registro não é simples momento, não consta do registro público qualquer anotação a respeito de atos cujo valor só se considera existente após o registro é evidente que as pessoas que

pretendem efetuar qualquer operação, tendo por base a referida publicidade, estarão constituídas na melhor boa-fé".

("Rev. dos Tribs", v. 275, págs. 454~456, estando na pág. 457 a r. decisão do magistrado Tabajara da Silveira, confirmada).

Assinalamos, por relevante - poderá depois - que o dissídio decidido na r. sentença e no v. acórdão retro tem similitude com o ora focalizado: lá, o cidadão Roberto vendeu a Jaime um automóvel, com reserva de domínio, tendo-o Jaime vendido a Reynaldo antes de o contrato entre Roberto e Jaime ser registrado; na ação de reintegração de posse, que o primeiro moveu contra o segundo, aquele terceiro após embargos que o MM. Juiz Olavo Tabajara da Silveira julgou procedentes, sob o fundamento de que o referido contrato de reserva de domínio (entre Roberto e Jaime) não se encontrava registrado na ocasião em que esse comprador passou o veículo ao embargante Reynaldo; descontente, Roberto recorreu, mas o nosso Colendo Pretório, naquele v. aresto, negou-lhe provimento ao recurso, escudando-se em que o art. 139 da Lei de RR.PP., invocado pelo recorrente.

"NÃO EXCLUI A NORMA DO ART. 135 DO CÓDIGO CIVIL"

Dessarte - considera depois - se o "spiraculum vitae" do registro de títulos e documentos é o citado art. 135 do Código Civil, evidentíssimo está que o contrato de alienação fiduciária em garantia terá de ser arquivado ao de logo, para que possa valer contra terceiros: terminante peremptório, desnublado de dúvida é o parágrafo 1.º do art. 66 da citada Lei n.º 4.728, no teor de que a cópia daquele contrato.

"SERÁ ARQUIVADO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, SOB PENA DE NÃO VALER CONTRA TERCEIROS"

Diz por fim o advogado J. Netto Armando:

Consignou, ainda, a r. sentença que o contrato de venda dos caminhões ao embargante não pode prevalecer porque não estava registrado; entretanto, de desprocedência íntegra é essa posituação do ilustre Magistrado: é que, naquela compra sem reserva de domínio inexistia instrumento contratual, mas, sim e só (e isso é bastantíssimo), certificados de propriedade, dos quais consta, às claras e às expressas, a inexistência daquela reserva. Aliás, "os negócios de compra e venda de automóveis devem ser feitos na base do certificado", consoante dilucidou o v. acórdão do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, atrás referido (Rev. dos Tribs." v. 275, p. 456). Arquivamento imediato: enquanto não for feito esse arquivamento, o contrato de alienação fiduciária em garantia não tem eficácia "erga omnes", só vale entre as partes contratantes. Incontroverso. Inobscurecível. Temos portanto que mesmo que os contratos em foco estivessem arquivados (mas não estão itens 1.º e 2.º retro); mesmo que estivessem arquivados nessa capital e naquela outra cidade (mas não estão - item 3.º supra) tais registros não teriam eficácia contra o ora consulente, uma vez que só foram feitos (e erradamente) em 2 e 3 de janeiro de 1967, depois das compras feitas por esse em 12 de dezembro anterior. Do exposto, deduz-se, com refulgente clareza, que o único argumento aduzido pelo mm. juiz sentenciante (art. 139, da lei de RR.PP. no atinente aos efeitos retroativos dos registros é "data vênica" de total de) procedência e o é porque esse preceito legal, que Sua Excelência considerou influente na solução do litígio, não exclui a norma do art. 135 do Código Civil, que é a "sedes materiae" e que, com inofuscável refulgência, exige que o contrato, para a sua eficácia "erga omnes" esteja registrado no Registro Público.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Com relação aos documentos expedidos pelo INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, exigíveis para lançamento de determinados atos nos Cartórios de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, parece-nos oportuno bordar as considerações seguintes:

1 - De acordo com o estabelecido no artigo 142 da Lei n.º 3.807, de 26 de Agosto de 1960, as Empresas por esta abrangidas não podiam alienar, ceder, transferir ou onerar bens imóveis sem que provassem a inexistência de débitos para com a instituição de previdência social a que estivessem vinculadas, sob pena de nulidade do ato e do registro público a que estivessem sujeitas, sendo que essa prova era feita mediante a apresentação de uma certidão negativa dos referidos débitos.

2 - Posteriormente, o artigo 25 do Decreto lei n.º 66, de 21 de Novembro de 1966, alterando as disposições objeto dos artigos 141, 142, 155, 157, 160 e 161 da mencionada lei, fixou, no

primeiro de tais artigos, novas regras para fins de produção da prova da quitação aludida, tornando exigível não só das Empresas, mas também das pessoas a elas equiparadas, isto é, dos Segurados Autônomos, a apresentação.

a) do Certificado de Regularidade de Situação, nos casos referentes à averbação de construção nos Registros de Imóveis e à transcrição de quaisquer documentos no Registro de Títulos e Documentos; e

b) do Certificado de Quitação, entre outros, nos casos de alienação, promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis, bem como de cessão e promessa de cessão de direitos a estes relativos.

3 - Em princípio, por conseguinte, apenas as Empresas e as pessoas a elas assemelhadas estavam sujeitas à exibição dos documentos em apreço, quando da prática dos atos relacionados no item anterior. Todavia, em face do disposto no parágrafo 4º do mesmo artigo 141 (com redação que lhe foi dada pelo citado artigo 25 do Decreto-lei n.º 66), todas as pessoas em geral (inclusive, portanto, as não vinculadas à Previdência Social), passaram a ser obrigadas a apresentar aquele último Certificado na primeira operação, que realizassem, com prédio ou unidade imobiliária cuja construção fosse iniciada a partir da vigência do Decreto-lei aludido. Isso em consequência do estabelecido no inciso VI do artigo 79 da mesma lei n.º 3.807 (a este acrescentado, igualmente, pelo artigo 25 daquele Decreto-lei), e em virtude do qual os proprietários ou donos de obras em geral foram tornados responsáveis, solidariamente com os construtores, pelo cumprimento das obrigações destes para com aquela Previdência.

4 - Acontece, porém, que o Decreto-Lei n.º 821, de 5 de Setembro último, pelo qual foi adicionado mais um parágrafo ao artigo 141 da citada lei, (ou seja, o de n.º 5) - preceitua, entre outras coisas, que independem da apresentação do Certificado de Quitação as transações em que forem outorgantes a União Federal, os Estados, os Municípios e as entidades públicas de direito interno sem finalidade econômica, - assim como as pessoas ou entidades não obrigadas a contribuir para a Previdência Social.

5 - Ora, constituindo a primeira operação com prédio ou unidade imobiliária, prevista nos referidos artigos, uma transação como qualquer outra, parece-nos lógico concluir-se que, sendo assim, os proprietários, donos de obras ou condôminos de unidades imobiliárias, quando desvinculados da mencionada Previdência, não mais estão sujeitos à apresentação de tal Certificado, nos casos da primeira operação referida, isso ainda porque, tendo o Decreto-lei n.º 821, em seu artigo 3º, revogado as disposições em contrário, é de compreender-se que a todas incluiu nessa revogação, - eis que se alguma exceção, no caso, o legislador pretendesse estabelecer, é fora de dúvida que a teria introduzido no seu texto.

6 - Assim, e a nosso ver, a partir da data em que foi editado aquele Decreto-lei, somente as Empresas e as pessoas a elas equiparadas (Segurados autônomos), estão sujeitas à apresentação do Certificado de Quitação referido, nos casos previstos pela Lei em exame. As restantes, por conseguinte, não mais estão sujeitas ao cumprimento dessa obrigação, inclusive aquelas que, embora contribuintes da citada Previdência, não são responsáveis pelo recolhimento das respectivas contribuições, como é o caso dos empregados no Comércio, Indústria, etc.

7 Desde, pois, que nos pedidos de averbação de construção, assim como nos instrumentos que formalizem quaisquer transações, os requerentes e outorgantes declarem, expressamente, não serem contribuintes da Previdência aludida ou responsáveis pelo recolhimento a esta de suas contribuições, - não se lhes deve exigir a apresentação dos documentos em causa, - mesmo porque, de acordo com o disposto no artigo 155, N.º IV, letra "b" da lei n.º 3.807, a falsidade de tal declaração implica na prática de estelionato, sujeitando os declarantes, obviamente, às consequências resultantes de tal crime.

Tal é o que pensamos sobre a matéria em exame, salvo, naturalmente, melhor entendimento dos doutos a respeito.

Oscar Fontes Torres

FALSIDADE IDEOLÓGICA

Certo casal outorgou a terceiro escritura de compromisso de venda e compra de sua casa, silenciando acerca da existência de duas hipotecas, que absorviam quase todo o valor do imóvel. Marido e mulher foram, então, denunciados como incursos no art. 171 § 2.º n.º II do C. Penal,

sendo, afinal, absolvidos. pelo que houve por bem a Promotoria Pública apelar. Cremos difícil acolher-se a pretensão do Ministério Público, quanto quer enquadrar o fato em dispositivo que interdita a venda, a permuta, a dação em pagamento ou constituição de ônus sobre a coisa própria não suscetível desses atos jurídicos. Não se pode compreender na venda (pois as outras hipóteses ainda mais se distanciam) o compromisso de compra e venda. São contratos dissemelhantes, sujeitos a princípios diversos de modo que seria ir flagrantemente contra o texto legal incluir-se na venda o compromisso. Mais fácil seria sustentar o estelionato básico ou fundamental (art. 171 caput).

Entretanto, parece-nos que a imputação pelo delito definido no art. 299 - falso ideológico - não seria destituída de fundamento. É inegável que, declarando estar o prédio "completamente livre e desembaraçado de quaisquer ônus, dividas, litígios, impostos, taxas e hipotecas, mesmo legais", fizeram os outorgantes inserir em documento pública declaração falsa, prejudicando direito. A escritura não dava margem a qualquer dúvida.

Não vale argumentar com a publicidade da inscrição hipotecária, pois essa presunção cede ante a realidade dos fatos, que, algumas vezes têm demonstrado ser inócua a proteção do registro público. Assim, p. ex., a apresentação de certidões negativas um tanto antiquadas, coisa que pode suceder, máxime quando a transação é feita em lugar distante da sede do prédio, o que dificulta a obtenção de outras, ou então, o fato de a pessoa apresentar certidões recentes, mas já haver vendido ou onerado o imóvel: a criação de novas comarcas com registros novos ensejando a apresentação de certidões relativas somente ao registro da primitiva, e, finalmente, nas grandes cidades, como esta, é difícil, às vezes, acompanhar o imóvel através das várias circunscrições desmembradas, acontecendo que ele passe a pertencer a uma circunscrição, depois a outra e, por fim tornar à primitiva. Tudo isso facilita ao indivíduo a má fé.

No caso mencionado, houve prejuízo financeiro para a vítima. Não se tratava, em hipótese alguma, portanto, de falsidade non nocibilis, uma vez que o compromissário comprador ficou à mercê dos credores hipotecários, cujos créditos, como se falou, abrangiam a quase totalidade do valor da casa.

A afirmação da inexistência das hipóteses foi, positivamente, declaração falsa. Aos réus corria o dever jurídico de declarar a inexistência dos ônus, tendo-se em vista a importância desse fato na transação.

Manzini, ao falar na falsidade ideológica, aponta como uma das hipóteses de falso, a ocultação do atributo subjetivo em relação ao ato: "Abbiamo già detto che un atto é destinato a provare la verità soltanto di quei fatti, attestati al pubblico ufficiale dal privato, che questi ha l'obbligo giuridico di esporre veridicamente, come, ad es., la propria soggettività giuridica relativa all'atto (es.: compratore, venditore, proprietario, creditore, debitore, rappresentante, testatore, ecc.), tenuto presente che in simili casi, date certe condizioni, può ricorrere il titolo più grave dell'art. 482". ("Trat. di Diritto Penale Italiano", Nuova ediz. completa, aggiornata. vol. VI, pág. 773).

Giovanni Lombardi pronuncia-se por igual modo e resume a essência do falso ideológico em documento público: "A declaração deve constituir em uma afirmação ou negação da verdade de um fato, explícita ou implicitamente recebida por um oficial público em um ato público, oralmente ou por escrito, e, assim, por ele documentada, por sua função especial de documentação. Mas dita declaração do particular deve ter em vista fatos dos quais o ato formado pelo oficial público é destinado a provar a verdade: daí a obrigação jurídica da verdade que incumbe ao particular". ("Trat. di Diritto, Penale", coordinato da E. Florian. Delitti contra la fede pubblica - 1953 - pág. 246).

Outra coisa não fizeram os acusados, pois afirmando, emitiram, negaram a verdade de um fato, recebida, assim, por um oficial público, em ato de ofício, e, agora, por ele documentada, de acordo com sua função específica, em relação aos atos jurídicos.

Impossibilidade de condenação por delito diverso do constante da denúncia não existia, já que se tratava apenas de dar definição jurídica exata ao fato nela descrito, que, além do mais, não importava pena mais grave aos acusados.

E. Magalhães Noronha

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

EVITAR DISCUSSÕES...

Ligando, faz tempo, para um dos canais de Televisão local, deparamos, na tela de nosso

aparelho, com uma cena interessante, no centro da qual estava um cidadão sentado, tendo à sua volta diversas pessoas de ambos os sexos, entre as quais predominava o número de jovens. Dizemos interessante, porque, segundo percebemos, tratava-se de uma aula, ou palestra, sobre problemas de ordem psicológica, em que a figura central aludida ia respondendo, desembaraçadamente, às perguntas que o auditório lhe fazia.

Imaginamos, desde logo, cuidar-se de um programa de alto nível, através do qual alguém - que só poderia ser um "expert" na matéria -, estivesse procurando transmitir aos ouvintes, de maneira informal e numa linguagem acessível, as leis que regem a conduta humana, em suas múltiplas e variadas formas.

Dispomo-nos, por isso, a assisti-lo, louvando a iniciativa de quem tivera a idéia de sua produção, - quando nossa atenção foi despertada para a pergunta de uma das jovens presentes, que desejava saber a razão pela qual as esposas autoritárias se tornavam, via de regra, dominadoras únicas do lar, e os respectivos maridos se conformavam, em tal caso, com a posição secundária que ali lhes era imposta.

Supusemos, naturalmente, que o mestre, buscando esclarecer as causas que determinam a variedade e variabilidade dos comportamentos humanos, nos iria proporcionar uma lição magistral, demonstrando, à luz da ciência psicológica, que ninguém é como é por vontade própria - embora quase todos nós julguemos sê-lo ...

Conjecturamos, ainda, que talvez ele, aprofundando o exame da questão, enveredasse pelos domínios da Biotipologia e da Psicanálise -- e expondo as estranháveis divergências que separam tais disciplinas, explicasse os fundamentos das várias escolas em que as mesmas se dividem, na interpretação dos fenômenos biopsíquicos.

Qual não foi, porém, a nossa surpresa, ao ouvir do professor, após a breve explanação que proferiu sobre o tema objeto da pergunta aludida, a afirmativa de que um varão nas condições apontadas, isto é, acomodaticio, complacente ou passivo ante aquele encontradiço tipo de mulher, não passava, a rigor, de um marido banana (sic) ...

Em face de semelhante resposta, ficamos de todo perplexos, sem atinar com os motivos pelos quais o referido mestre, ao invés de atender à pergunta formulada com a seriedade exigível pela missão educativa que ali estava cumprindo, resolvera, contrariamente, divertir-se e tentar divertir - soltando aquela chulíssima piada.

Esses motivos não podem ser, evidentemente, os que se fundem na ignorância das teorias de Freud, Adler, Jung, Kretschmer, Sheldon, etc. - a menos que ele, julgando-as, a todas, insuficientes para elucidação do problema que tal pergunta envolvia, houvesse decidido arquitetar outra, de forma tipicamente humorística, para classificar a suave conduta daqueles santos homens. . .

Não sabemos se o distinto educador tem convicções religiosas. Dando, entretanto, por suposto que as tenha, deveria ele então saber que, só pelos caminhos da Humildade, Compreensão e Tolerância, é que os seres humanos podem atingir a Perfeição e alcançar, por esse modo, a serenidade olímpica dos deuses!

Ora, sendo assim, apelidar os citados maridos de banana pelo simples fato de serem portadores de tão altas, nobres e resplandecentes virtudes, não constitui, de maneira alguma, enxovalhante ou risível labéu, - mas, antes, um inegável título da mais excelsa glória!

E quanto às suas caras-metades? Devemos nós condená-las, pela viraguice (não confundir com vigarice...) que as domina e espeveiteia? Absolutamente, não! E isso porque, na verdade, elas são apenas um instrumento, de que a Potestade se utiliza, a fim de aprimorar o espírito de seus consortes e levá-los a conquistar, pelo cultivo da Paciência e da Renúncia, as maravilhosas Chaves do Seu Reino!

Aliás, tivemos a oportunidade de ler há muitos anos, em um dos nossos mais sisudos e acreditáveis autores, - que o próprio Criador, dando um exemplo ilustrativo de como tais maridos devem comportar-se, ao ser indagado por que atendia sempre, pressuroso e afável, aos caprichos mais esdrúxulos de tão despóticas senhoras, - assim respondeu finamente, sorrindo: - Para evitar discussões! ...

SOCIAIS:

DAR...

Pondera bem,

e, hás-de convir,
que, em todas as ocasiões,
- dar é bem melhor do que pedir ...
Por isso,
toda vez que puderes,
nunca, à mão que te estenderem,
recuses os teus gestos esmoleres...
Recorda-te de que um "Não",
dado a quem, necessitando,
se vê na contingência de pedir,
- impõe sempre humilhação...
E, por mais brandura
de que uma negativa se revista,
- recusar,
quando se pode dar -
revela, em quem na pronuncia,
a existência de uma alma egoísta...
Atenta, porém:
Dando, não deves aguardar
qualquer compensação.
Dá sem desdém, ou altivez.
Nem dê, também,
como um dever, obrigação...
Dá espontânea e livremente,
pois, a beleza de dar,
- está em se dar de coração...
FONTES TORRES

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA: PROVIMENTO N.º XLIV

Dá nova redação ao Provimento n.º XXI/66 e dispõe sobre petições apresentadas ao Protocolo de 1.ª Instância.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso das atribuições que a lei lhe confere;

Considerando o que ficou resolvido no Processo CP 12.801 e CG 28.448;

Considerando as reclamações que lhe foram dirigidas, sobre o ingresso de petições em juízo, embora não subscritas por profissionais inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, notada mente nos casos de purgação de mora em ações de despejo;

Considerando que essa prática, além de ilegal, por contrariar o disposto no artigo 67, da Lei n.º 4.215, de 27.04.63, tem incentivado verdadeiro comércio de petições, elaboradas por leigos ou, até mesmo, por funcionários da Justiça;

Considerando finalmente, o que ficou resolvido no Processo CG 28.848; resolve;

O Provimento XXI/66 passa a vigorar com a seguinte redação:

1 - Recomenda aos Srs. Juízes de Direito da Capital e do Interior, para que observem e fiscalizem o exato cumprimento dos artigos 67 e 71, § 3.º da Lei n.º 4.215, de 27.04.63, não despachando e não recebendo petições que visem à atuação jurisdicional - a exceção das de "habeas-corpus" - sem que estejam subscritas por advogados, solicitadores ou estagiários, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

2 - Recomenda, ainda, aos Srs. Juízes de Direito e Escrivães da Capital que, ao receberem petições que não digam respeito a ações em andamento ou feitos distribuídos às suas Varas e Cartórios, procedam a sua imediata devolução ao Protocolo de 1.ª Instância que, diariamente, fará publicar no Diário Oficial da Justiça uma relação das petições assim devolvidas com os nomes das partes e dos advogados que as subscreveram, para que venham providenciar o que de direito.

Este provimento entrará em vigor no dia 30 de outubro, revogadas as disposições em contrário. São Paulo, 29 de outubro de 1969.

(a) Márcio Martins Ferreira - Presidente do Tribunal de Justiça.

(a) Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

(a) Hildebrando Dantas de Freitas Corregedor Geral da Justiça.

Convocação de sessão

Foi convocada uma sessão extraordinária da 3.^a Câmara Cível para o dia 4 de novembro p. futuro, às 13 horas.

Subsecretaria Auxiliar da Biblioteca - Arquivo - Salas 535 e 537

D. J. 31/10/69.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA: PROVIMENTO N.º 9/69

O desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando a solicitação do Ministério da Indústria e Comércio, no Processo CG-29.532;
Considerando o que dispõe a Lei n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, regulamentada 'pelo Decreto n.º 57.651, de 19 de janeiro de 1966;

Considerando que para o cumprimento dos referidos textos legais, aquele Ministério deve tomar conhecimento dos deferimentos dos pedidos de concordatas preventivas e suspensivas, das falências decretadas e das reabilitações concedidas,

RESOLVE

Artigo 1.º - Mensalmente, os Srs. Escrivães das Varas Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado farão remeter, em duas vias, à Delegacia Regional em São Paulo, do Ministério da Indústria e Comércio, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas deferidas, das falências decretadas e das reabilitações deferidas, não compreendidos os pedidos apenas requeridos e que estão sendo processados;

Artigo 2.º - O Serviço de Distribuição Cível da Capital e os Distribuidores das demais comarcas do Estado farão também remeter, mensalmente, em duas vias, à mesma Delegacia, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas e dos pedidos de falência requeridos.

Artigo 3.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-te, remetendo-se cópias a todos os Juízes de Direito Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado.

São Paulo, 5 de setembro de 1969.

(a) Hildebrando Dantas de Freitas. Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 10-9-69.

PROVIMENTO N.º 10/69

"Dispõe sobre a distribuição de processos por crime de imprensa na comarca da Capital.
O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,
considerando as normas de competência estabelecidas pelo Código Judiciário do Estado;
considerando a decisão do E. Conselho Superior da Magistratura, nos autos do processo CG-30.181/68, Determina:

Artigo 1.º - Os processos por abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, (Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), na comarca da Capital, serão distribuídos, mediante sorteio, às Varas Criminais, sem prejuízo do disposto no artigo 41, letra "b", do Código Judiciário do Estado.

Artigo 2.º - Fica revogado o Provimento CG-5/69. (D.O.E., de 23-5-69).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 22 de setembro de 1969.

Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor da Justiça.

D. O. de 24/9/69.

ATO INSTITUCIONAL N.º 11, DE 14 DE AGOSTO DE 1969

Considerando que, em virtude da aplicação de medidas previstas no Ato Institucional n.º 5, de 13

de dezembro de 1968, ou por outras causas, se vagaram cargos de Prefeitos e Vice-Prefeitos, tendo sido decretada a intervenção federal em vários municípios;

Considerando que as eleições municipais suspensas pelo artigo 7.º do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, devem realizar-se, para facilidade de execução do calendário eleitoral, na mesma data;

Considerando que, visando à uniformidade dos mandatos de Prefeitos, Vice Prefeitos e Vereadores, de modo a fixar-lhes a coincidência, em todo território nacional, na forma prevista na Constituição Federal (item I, do art. 16), e no Ato Complementar n.º 37, de 14 de março de 1967, se deve, desde logo, determinar a data das respectivas eleições uniformizando-se o início e término dos mandatos, e reduzindo-se ou ampliando-se os mesmos, para perfeita execução daquela medida, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, suspensas em virtude do disposto no artigo 7.º do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, bem como as eleições gerais visando à mesma finalidade, e para os municípios em que tenha sido decretada a intervenção federal, com fundamento no artigo 3.º, do Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, ou cujos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito estejam vagos por outro motivo, e as estabelecidas pelo artigo 80, do Decreto-lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969, serão realizadas no dia 30 de novembro de 1969.

§ 1.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos nessa data serão empossados no dia 31 de janeiro de 1970.

§ 2.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, cujos mandatos se extinguirem antes da data prevista no parágrafo anterior, continuarão a exercê-los; até a posse dos eleitos a 30 de novembro de 1969.

Art. 2.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que vierem a ser eleitos a 30 de novembro de 1969 ou a 15 de novembro de 1970, exercerão os seus respectivos mandatos até 31 de janeiro de 1973.

Parágrafo único. Nos Municípios em que haja eleições previstas para 1971 ou 1972, os respectivos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores ficam com os seus mandatos dilatados até 31 de janeiro de 1973.

Art. 3.º No dia 15 de novembro de 1972 se realizarão eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores em todos os municípios do território nacional, sendo os eleitos empossados a 31 de janeiro de 1973.

Art. 4.º Fica extinta a justiça de paz eletiva, respeitados os mandatos dos atuais Juízes de Paz, até o seu término.

Parágrafo único. Os Juízes de Paz temporários serão nomeados, nos Estados e Territórios, pelos respectivos Governadores, e, no Distrito Federal, pelo seu Prefeito, pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzidos, aplicando-se este limite aos atuais ocupantes dessas funções, salvo aos que as exercem em virtude de eleição anterior.

Art. 5.º As decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais sobre: as eleições de que trata o art. 1.º deste Ato são irrecorríveis, salvo se proferidas contra expressa disposição de lei ou de instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 6.º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional.

Art. 7.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 8.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas
D.O. 14-8-69

ATO INSTITUCIONAL N.º 12

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, em nome do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, temporariamente impedido do exercício de suas funções por motivo de saúde, e
Considerando que continua em plena vigência o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, que manteve a Constituição com as modificações nela introduzidas;
Considerando que o Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decretou o recesso do Congresso Nacional;
Considerando que os compromissos assumidos perante a Nação, pelas Forças Armadas, desde a revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, ainda perduram e não devem sofrer solução de continuidade;
Considerando que, nesta conformidade, e ouvido o Alto Comando das Forças Armadas, o exercício da suprema autoridade do Governo e de Comandante Supremo das Forças Armadas, durante o impedimento temporário do Presidente Arthur da Costa e Silva deve caber aos seus Ministros auxiliares, diretamente responsáveis pela execução das medidas destinadas a preservar a Segurança Nacional, o gozo pacífico dos direitos dos cidadãos e os compromissos internacionais, resolvem editar o seguinte Ato Institucional n.º 12.

Art. 1.º Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 2.º Os Ministros Militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3.º Continuam em exercício os poderes e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos Atos Institucionais e Complementares.

Art. 4.º Cessado o impedimento, o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em toda a sua plenitude.

Art. 5.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 6.º Este Ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, GB, 31 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. - Augusto Hamann Rademaker Grunewald - Aurélio de Lyra Tavares - Márcio de Souza e Mello.
D. O. de 1.º-9-69

ATO INSTITUCIONAL N.º 13, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o banimento, ficam suspensos o processo ou a execução da pena a que, porventura, esteja respondendo ou condenado o banido, assim como a prescrição da ação ou da condenação.

Art. 2.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este

Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.
Art. 3.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 5 de setembro de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

D. O. U.

9/9/69

ATO INSTITUCIONAL N.º 14, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, e Considerando que atos de Guerra Psicológica Adversa e de Guerra Revolucionária ou Subversiva que, atualmente perturbam a vida do País e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer mais severa repressão;

Considerando que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital, ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da Guerra Psicológica Adversa ou da Guerra Revolucionária ou Subversiva;

Considerando que aqueles atos atingem mais profundamente a Segurança Nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O Parágrafo 11, do artigo 150, da Constituição do Brasil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

150

.....

.....

Parágrafo 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta."

Art. 2.º Continuam em vigor os Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis, Decretos-leis, Decretos e Regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito.

Art. 3.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como seus respectivos efeitos.

Art. 4.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas
D.O.U. de 10-9-69

ATO INSTITUCIONAL N.º 15, DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969.

Considerando que o Ato Institucional n.º 11 de 14 de agosto de 1969, mandou realizar eleições municipais, no dia 30 de novembro de 1969, nos termos previstos no artigo 1.º do mesmo Ato; Considerando que, apesar de terem sido feitas recentes eleições municipais, houve necessidade de, em defesa dos princípios e da continuidade da obra revolucionária, ser decretada, por diferentes motivos, a intervenção federal em vários municípios;

Considerando que, pelas mesmas razões, é conveniente que a intervenção federal assim decretada permaneça por mais tempo para consolidação dos próprios objetivos da Revolução, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O artigo 1.º do Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º No dia 30 de novembro de 1969, realizar-se-ão eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos Municípios que, durante o ano de 1969, devessem realizar eleições gerais ou parciais, ainda que alguns desses municípios se encontrem sob o regime de intervenção federal, nos termos do artigo 3.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, ou parágrafo 1.º, do artigo 7.º do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969.

§ 1.º Também, na mesma data, realizar-se-ão as eleições para Vereadores, previstas no artigo 80 do Decreto-lei n.º 411, de 8 de janeiro de 1969.

§ 2.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos nessa data serão empossados no dia 31 de janeiro de 1970.

§ 3.º Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, cujos mandatos se extinguirem antes da data prevista no parágrafo anterior, continuarão a exercer-los até a posse dos eleitos a 30 de novembro de 1969.

Art. 2.º Nos demais Municípios, cujos cargos de Prefeito, ou também de Vice-Prefeito, se vagarem, por qualquer motivo, após a edição dos Atos Institucionais n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969, e tenha sido decretada, ou ainda não, a intervenção federal, as eleições para aqueles se realizarão no dia 15 de novembro de 1970, aplicando-se, no mais o que dispõe o Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969.

Art. 3.º O Superior Tribunal Eleitoral baixará as necessárias instruções para a perfeita execução deste Ato Institucional.

Art. 4.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

Art. 5.º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL N.º 16, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no exercício da Presidência da República, ouvido o Alto Comando das Forças Armadas, e Considerando ter sido o Presidente da República, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, atacado de lamentável e grave enfermidade;

Considerando estar Sua Excelência totalmente impedido, no momento para o pleno exercício de suas funções, não obstante achar-se em estado de lucidez;

Considerando a conclusão exarada em laudo médico proferido, aos vinte e cinco de setembro próximo passado e confirmada em novo laudo, com data de quatro do corrente, pelos renomados especialistas que o assistem, de que "se eventualmente o Presidente da República, lúcido como está, vir a atingir recuperação completa desejada por todos poderá reassumir suas funções, ficando, porém, novamente exposto a situações de "stress" que contribuíram para sua enfermidade atual";

Considerando que, diante disso, a reassunção de seu cargo, se para tanto viesse a readquirir condições, não se poderia dar sem grave e irreparável risco para sua saúde;

Considerando que a conjuntura nacional impõe encargos cada vez mais pesados ao Chefe do Poder Executivo;

Considerando que o Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, com o conhecimento da sua família, manifestou desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo;

Considerando que os superiores interesses do País exigem o preenchimento imediato, em caráter permanente, do cargo de Presidente da República; e

Considerando, por fim, que o Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto do corrente ano, no seu artigo 1.º atribui aos Ministros Militares a substituição do Presidente da República no seu impedimento temporário, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º É declarada a vacância do cargo de Presidente da República, visto que o seu titular, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, está inabilitado para exercê-lo, em razão da enfermidade que o acometeu.

Art. 2.º É declarado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse do novo Presidente e Vice-Presidente, a vigência do artigo 80 da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.

Art. 3.º Enquanto não se realizarem a eleição e posse do Presidente da República, a Chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos Ministros Militares.

Art. 4.º A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, de que trata este Ato, será realizada no dia 25 do corrente mês de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1.º A sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para os fins deste artigo, será dirigida pela Mesa da primeira dessas Casas do Congresso.

§ 2.º Os partidos políticos, por seus Diretórios Nacionais, inscreverão, perante a Mesa do Senado Federal, os candidatos a Presidência e Vice-Presidência da República até vinte e quatro horas antes do dia marcado para o pleito.

§ 3.º O Diretório Nacional de cada partido funcionará, para escolha dos candidatos a que se refere o parágrafo anterior, com poderes de convenção nacional, dispensados os prazos e as demais formalidades estabelecidas pela Lei Eleitoral.

§ 4.º Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver maioria absoluta de votos.

§ 5.º Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 6.º O candidato a Vice-Presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado.

§ 7.º Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.

§ 8.º A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República dar-se-á no dia 30 de outubro do

corrente ano, em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 5.º O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do artigo anterior, terminará a 15 de março de 1974.

Art. 6.º Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros Militares, no exercício da Presidência da República, poderão até 30 do corrente mês, de outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante, legislar, mediante Decreto-lei, sobre todas as matérias de competência da União.

Art. 7.º As atuais mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, irreelegíveis para o período imediato, têm seus mandatos prorrogados até 31 de março de 1970, elegendo todavia, novos membros para as vagas existentes ou que vierem a ocorrer.

Art. 8. Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente ato institucional e atos complementares dele decorrentes, bem como os respectivos efeitos.

Art. 9.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 14 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO INSTITUCIONAL N.º 17, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º, do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, e Considerando que se torna imperiosa a adoção de medidas que preservem a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e a harmonia política e social do Brasil;

Considerando que as Forças Armadas, como instituições que servem de sustentáculo dos poderes constituídos, da lei e da ordem, são organizadas com base nos princípios da hierarquia e da disciplina, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1.º O Presidente da República poderá transferir para a reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado, ou venham a atentar, comprovadamente, contra a coesão das Forças Armadas, divorciando-se, por motivos de caráter conjuntural ou objetivos políticos de ordem pessoal ou de grupo, dos princípios basilares e das finalidades precípuas de sua destinação constitucional.

Parágrafo único. A sanção prevista neste artigo aplicar-se-á quando, em face dos antecedentes, do valor próprio e dos serviços prestados à Marinha, ao Exército, à Aeronáutica e à Revolução, for de presumir-se que o militar assim punido possa vir a reintegrar-se no espírito e nos deveres próprios da instituição militar.

Art. 2.º O afastamento temporário do serviço ativo não implicará, salvo declaração em contrário, qualquer restrição quanto às atividades civis nem à percepção de vencimentos e vantagens a que fizer jus, de acordo com o posto e o tempo de serviço.

Art. 3.º Findo o prazo previsto no artigo 1.º, o Ministro de Estado, ouvido o Alto Comando ou órgão correspondente do respectivo Ministério Militar, promoverá ou a reversão do militar ao serviço ativo, ou a sua transferência definitiva para a reserva.

Art. 4.º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como seus respectivos efeitos.

Art. 5.º Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 14 de outubro de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 61, DE 14 DE AGOSTO DE 1969

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, do Ato Institucional n.º 7, de 26 de fevereiro de 1969 e o art. 6.º do Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º As eleições municipais, que estavam ou estão designadas para o ano de 1969, e as demais previstas no artigo 1.º do Ato Institucional n.º 11, de 14 de agosto de 1969, se realizarão na data no mesmo estabelecida e obedecerão às suas normas, às deste Ato Complementar e, no que não os contrariar, à legislação em vigor.

Art. 2.º Para as eleições municipais referidas no artigo anterior, a escolha de candidatos se fará até o dia 15 de outubro de 1969, encerrando-se, improrrogavelmente, às 18:00 horas do dia imediato o prazo para o pedido de registro de candidatos.

Art. 3.º Fica reaberto, até sessenta dias anteriores à data fixada para as eleições de que trata o art. 1.º, o prazo de filiação partidária para essas eleições, devendo, no dia imediato, ser encaminhados ao juiz eleitoral competente os livros respectivos, para seu encerramento.

Art. 4.º O prazo de filiação partidária para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador e Deputado Estadual se extinguirá a 15 de fevereiro de 1970.

Art. 5.º São válidas, para todo o território nacional, as filiações partidárias realizadas perante o Diretório Nacional ou Diretório Regional.

Art. 6.º O prazo para a instituição de sublegendas para as eleições previstas no artigo 1.º e nos termos estabelecidos na Lei n.º 5.453, de 14 de junho de 1968, terminará no dia 10 de outubro de 1969.

Art. 7.º Para as eleições municipais a se realizarem na data referida no artigo 1.º deste Ato, os Diretórios Municipais substituirão as Convenções Municipais, tanto para a escolha dos candidatos, como para a instituição de sublegendas.

Parágrafo único. Nos Municípios em que não tenham sido constituídos os Diretórios Municipais, caberá ao Diretório Regional o exercício das atribuições previstas neste artigo, na inexistência dele, ao Diretório Nacional.

Art. 8.º Apresentado o requerimento de registro de candidatos, com ou sem sublegendas, o juiz eleitoral fará publicar, imediatamente, edital para ciência *dos interessados, o qual será fixado no Cartório no local de costume.

§ 1.º Do pedido de registro caberá, no prazo de dois dias, a contar da data da afixação do edital, impugnação articulada por parte de qualquer eleitor, candidato ou Partido Político.

§ 2.º Havendo impugnação, o Partido requerente do registro terá vista dos autos por igual prazo para sobre ela falar, findo o qual serão os autos conclusos ao juiz eleitoral, que a julgará e

publicará sua decisão nos três dias imediatos.

§ 3.º Até 31 de outubro de 1969, todos os pedidos de registros de candidatos devem estar julgados, inclusive os que tiverem sido impugnados, e publicadas as respectivas sentenças.

§ 4.º Da decisão proferida caberá recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias, manifestando-se a outra parte, em igual prazo, findo o qual os autos subirão, imediatamente, à instância superior, que o decidirá nos 8 (oito) dias subseqüentes.

§ 5.º A decisão do Tribunal Regional Eleitoral será irrecorrível, salvo se contrariar expressa disposição de lei ou de instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 9.º Se a impugnação de candidatos for aceita ou, no caso de recurso for este provido, os Diretórios referidos no art. 7.º, ou os instituidores de sublegenda, providenciarão, se o quiserem no prazo de 2 (dois) dias, o registro de novo candidato.

Art. 10. Aplica-se às decisões dos Diretórios Municipais, Regionais ou Nacional, que concederem ou denegarem a instituição de sublemendas. o processo previsto no artigo 8.º deste Ato.

Art. 11. Diplomados os eleitos na data marcada para a respectiva posse cessará a intervenção federal decretada com fundamento no artigo 3.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional n.º 7 de 26 de fevereiro de 1969.

Art. 12. Nos Estados e Municípios onde se não organizarem Diretórios Municipais ou Regionais, nos termos dos Atos Complementares n.º 54, de 20 de maio de 1969, e n.º 56, de 18 de junho de 1969, nos prazos e condições neles previstos, fica assegurado o direito de serem aqueles constituídos de acordo com esse Ato, desde que o façam até 15 de abril de 1970.

Parágrafo único. Os Diretórios Municipais e Regionais que vierem a ser eleitos de acordo com este artigo, exercerão seus mandatos até, respectivamente, 10 de agosto de 1971 e 14 de setembro de 1971.

Art. 13. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro do prazo de trinta dias, contados da publicação deste Ato, baixará as necessárias instruções para sua fiel execução.

Art. 14. Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grunewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

ATO COMPLEMENTAR N.º 62, DE 22 DE AGOSTO DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º O prazo para o registro de candidatos ao Diretório Regional, a que se refere o artigo 6.º do Ato Complementar n.º 54, de 20 de maio de 1969, fica prorrogado para o dia 28 de agosto de 1969.

Art. 2.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de agosto de 1969, 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva
Augusto Hamann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
José de Magalhães Pinto
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Márcio de Souza e Mello
Leonel Miranda
José Fernandes de Luna
Antônio Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas
D. O. U. de 22-8-69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 63, DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º e o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no § 2.º do artigo 20 da Constituição, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º A Rede Ferroviária Federal S.A. e suas subsidiárias, enquanto subvencionadas pelo Tesouro Nacional, ficam isentas do pagamento dos impostos de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços de qualquer natureza, cancelados quaisquer débitos fiscais, inclusive multas, existentes à data deste Ato Complementar, resultantes de processos judiciais ou administrativos, ainda que já definitivamente julgados.

Art. 2.º Ficam ratificados o Decreto-lei n.º 668, de 3 de julho de 1969, e o Decreto n.º 756, de 11 de agosto de 1969.

Art. 3.º Este Ato Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D. O. U. de 4/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 64, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das

atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com os artigos 1.º e 2.º, do Ato Institucional n.º 13, de 5 de setembro de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º São banidos do Território Nacional os seguintes brasileiros: Argonauta Pacheco da Silva; Flávio Aristides de Freitas Tavares; Gregário Bezerra; Ivens Marchetti de Monte Lima; João Leonardo da Silva Rocha; José Dirceu de Oliveira e Silva; Josué Ibraim; Luiz Travassos; Maria Augusta Ribeiro Carneiro; Mário Roberto Galgardo Zanconato, Onofre Pinto; Ricardo Villas Boas Sá Rego; Ricardo Zarattini; Rolando Prattes e Wladimir Gracindo Palmeira.

Art. 2.º O Ministério da Aeronáutica Militar providenciará, imediatamente, a saída do território brasileiro das pessoas mencionadas no artigo anterior.

Art. 3.º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

D. O. U. de

9/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 65, DE 9 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros de Estado da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes conferem os artigos 1.º e 5.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinados com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e Considerando que no dia 14 de setembro de 1969, se realizarão as Convenções Regionais para a eleição dos Diretórios Regionais dos partidos políticos e, dentro de 5 dias, a escolha dos membros de suas respectivas Comissões Executivas, nos termos dos artigos 4.º e 17 do Ato Complementar n.º 54, de 20 de maio de 1969;

Considerando que é do interesse geral e dos próprios partidos que este último prazo seja dilatado e fixada data certa para a eleição dos membros de toda a Comissão Executiva Regional, sem que isto importe em qualquer prejuízo do calendário preestabelecido; resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º As Comissões Executivas dos Diretórios Regionais a serem eleitas nas Convenções Regionais dos partidos políticos, de acordo com o disposto no Ato Complementar n.º 54, de 20 de maio de 1969, serão escolhidas, em reunião plenária de cada Diretório, a se realizar no dia 1.º de outubro de 1969, às 20 (vinte) horas, na sede do respectivo Diretório, obedecido ao disposto no item II do artigo 17 do mesmo Ato Complementar, e se considerarão empossados na data dessa eleição.

Art. 2.º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas
D.O. U. de 10/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 66, DE 19 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, de acordo com as atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e Considerando que o Ato Complementar n.º 65, de 9 de setembro de 1969, adiou para 1.º de outubro de 1969 a eleição das Comissões Executivas dos Diretórios Regionais; Considerando que, no interesse geral e dos próprios partidos políticos, há toda conveniência em se transferir a data já designada para realização da Convenção Nacional destinada a eleger os respectivos Diretórios Nacionais;

Resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica transferida para o dia 5 de março de 1970 a Convenção Nacional, que deverá proceder à eleição dos membros do Diretório Nacional dos Partidos Políticos, de acordo com o que prescreve o Ato Complementar n.º 54, de 20 de maio de 1969, alterado pelo Ato Complementar n.º 56, de 18 de junho de 1969.

Art. 2.º Os atuais Diretórios Nacionais e suas respectivas Comissões Executivas continuarão a exercer seus mandatos até que se cumpra o disposto no artigo anterior.

Art. 3.º Fica prorrogado para o dia 10 de fevereiro de 1970 o término do prazo a que se refere o artigo 10 do Ato Complementar n.º 54, de 20 de maio de 1969.

Art. 4.º Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Mozart Gurgel Valente Júnior

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D.O. U. de

19/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 67, DE 22 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Pariquera-Açu, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Luís Antônio da Gama e Silva
Mozart Gurgel Valente Júnior
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Ivo Arzua Pereira
Tarso Dutra
Jarbas G. Passarinho
Leonel Miranda
Edmundo de Macedo Soares
Antônio Dias Leite Júnior
Hélio Beltrão
José Costa Cavalcanti
Carlos F. de Simas
D. O. U. de 23/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 68, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Sobral no Estado do Ceará, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 29 de setembro de 1969 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D.O. U. de 29/9/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 69, DE 6 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores dos Municípios de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda .

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D.O. U. de 6/10/69

ATO COMPLEMENTAR N.º 70, DE 6 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica decretado o recesso da Câmara de Vereadores do Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, nos termos do artigo 2.º e seus parágrafos, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

6/10/69.

D. O. U. de

ATO COMPLEMENTAR N.º 71, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 1.º, do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, e tendo em conta o disposto no artigo 1.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Até 15 de março de 1971, o Marechal Arthur da Costa e Silva terá direito a honras de

Chefe de Estado e disporá de um gabinete pessoal, constituído por um chefe de gabinete, um secretário particular e um ajudante de ordens, de sua livre escolha.

Parágrafo único. Ficará à disposição do Marechal Arthur da Costa e Silva, até a mesma data, para sua residência, o Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com os serviços necessários ao seu pleno funcionamento.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D.O.U. de 15-10-69

ATO COMPLEMENTAR N.º 72, DE 15 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º Fica suspenso, a partir de 22 de outubro corrente, o recesso do Congresso Nacional, decretado pelo Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968.

Art. 2.º O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D. O. de 16/10/69.

ATO COMPLEMENTAR N.º 73, DE 15 DE OUTUBRO DE 1969

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art. 1.º É convocado o Congresso Nacional para, nos termos do artigo 4.º e seus parágrafos do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, proceder, no dia 25 do corrente mês, às 15:00 horas, à eleição do Presidente e Vice-Presidente da República.

Art. 2.º A diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República, a serem eleitos na data a que se refere o artigo anterior, caberá à Mesa do Senado Federal.

Art. 3.º Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas

D. O. de 16/10/69.

DECRETO-LEI N.º 502 - DE 17 DE MARÇO DE 1969

Estabelece medidas acauteladoras para o confisco de bens previsto no Artigo 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e no Ato Complementar n.º 42, de 27 de janeiro de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do Artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Tão logo seja decretado o confisco de bens pelo Presidente da República, os órgãos mencionados nos itens abaixo não poderão:

I - Os Registros de Imóveis, fazer transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos e particulares relativos aos bens confiscados, ou de quaisquer atos ou contratos em que sejam interessados pessoas naturais ou jurídicas, cujos bens tenham sido objeto de confisco;

II - Os Registros de Comércio ou Juntas Comerciais, arquivar atos ou contratos que importem em transferência de quotas sociais, ações ou partes beneficiárias objeto de confisco;

III - As Bolsas de Valores, realizar ou registrar operações de títulos de qualquer natureza que tenham sido alcançados pelo decreto confiscatório, ou pertencentes a pessoas nele referidas.

Parágrafo único. A violação do disposto no artigo 1.º deste Decreto-lei tornará o infrator passível do crime previsto no artigo 319 do Código Penal, além da perda do cargo.

Art. 2.º A Comissão Geral de Investigações poderá, pelo seu Presidente, se assim julgar conveniente e durante o curso da investigação sumária, notificar aos órgãos mencionados no artigo 1.º deste Decreto-lei da existência de processo de confisco e determinar desde logo, as providências contidas nesse dispositivo.

Art. 3.º A Comissão Geral de Investigações poderá, também, observado o disposto nos artigos 1.º e 4.º do Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968, promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva, ou contrários à preservação e consolidação da Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 para os efeitos de aplicação das medidas previstas

no Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, encaminhando os resultados daquela investigação ao Ministro de Estado da Justiça para os fins de direito.

Parágrafo único. Se, ainda, no processo de investigação sumaria, a Comissão Geral de Investigações apurar fatos ou atos que possam determinar a aplicação das medidas previstas nos artigos 4.º e 6.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, mandará dele extrair as peças que julgar necessárias e as encaminhará ao Ministro de Estado da Justiça para os fins previstos no Ato Complementar número 39, de 20 de dezembro de 1968.

Art. 4.º O Ministro de Estado da Justiça poderá determinar, pelo prazo máximo de noventa dias, a prisão administrativa de indiciado em processo instaurado pela Comissão Geral de Investigações, desde que se torne necessária à instrução do feito e haja indícios suficientes da existência do fato e de sua autoria.

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO-LEI N.º 697, DE 23 DE JULHO DE 1969
D. União 23-7-1969 - pag. 6249

Dispõe sobre o registro previsto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições conferidas pelo § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando o disposto no artigo 78, da Lei n.º 4.242, de 17-7-63, reiterado pelo Artigo 17 da Lei n.º 4.728, de 14-7-65, que acrescentou aos quatro requisitos fixados pelo artigo 54 do Decreto n.º 2.044, de 31-12-68, um quinto requisito essencial para a caracterização do título cambial: "Deverão ter a coobrigação de uma instituição financeira para a sua colocação no mercado".

Considerando que a regularização de emissões ilegais de títulos, prevista no artigo 17 da Lei n.º 4.728, e no Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, sem revogar a exigência do novo requisito cambial objetivou exclusivamente resguardar a economia popular inadvertidamente aplicada no mercado clandestino de títulos, ensejando a transação dos emitentes, com os credores ou então a cobrança judicial da divisa por vias ordinárias na forma da legislação civil vigente;

Considerando a necessidade de impedir que a regularização de emissões ilegais de títulos possa ensejar danos à Fazenda Nacional e ao mercado de capitais, mediante a prática de sonegações e crimes contra a economia popular, decreta:

Artigo 1.º - O registro previsto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 286 de 28-2-67 que caracteriza a responsabilidade civil das empresas emitentes, não confere caráter cambial ao título, desprovido do mesmo em virtude de infração do artigo 78, da Lei n.º 4.242, de 17-7-63, e do artigo 17, da Lei n.º 4.728, de 14-7-65.

Artigo 2.º - As pessoas jurídicas emitentes de títulos cujo registro foi realizado na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, ficam obrigadas a contabilizar no prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, as operações de liquidação dos títulos, por transação aprovada pelo Banco Central do Brasil, sob pena de ficarem sujeitas, juntamente com os seus diretores, às penalidades fiscais e criminais previstas em Lei.

Artigo 3.º - Extinguem-se a punibilidade dos crimes previstos no artigo 177 do Código Penal para as emissões contábeis relativas a títulos registrados na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67 ficando também assegurada a isenção das penalidades fiscais e cambiais decorrentes.

Parágrafo único - Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam aos diretores das empresas que não cumprirem, dentro do prazo fixado, as determinações do artigo anterior.

Artigo 4.º - Os títulos não registrados na forma do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67, não poderão ser objeto de transação ou cobrança judicial sem o prévio pagamento da multa prevista no § 4.º do artigo 17, da Lei n.º 4.728, acrescida de correção monetária, segundo os índices fixados para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Nacional, calculada a partir do vencimento do prazo

facultado para o registro pelo artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 286, de 28-2-67.

Artigo 5.º - O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 784, DE 25 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre o crédito rural e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2.º, parágrafo 1.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve baixar o seguinte Decreto-lei:

Art. 1.º O item III do artigo 11, da Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

III - Crédito às cooperativas de produtores rurais, como antecipação de recursos para funcionamento e aparelhamento, inclusive para integralização de cotas-partes de capital social, destinado a programas de investimento e outras finalidades, prestação de serviços aos cooperados, bem como para financiar estes, nas mesmas condições estabelecidas para as operações diretas de crédito rural, os trabalhos de custeio, coleta, transportes, estocagem e a comercialização da produção respectiva e os gastos com melhoramento de suas propriedades".

Art. 2.º O artigo 29, da Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. A critério da entidade financiadora, os bens adquiridos e as culturas custeadas ou formadas por meio de crédito rural poderão ser vinculados ao respectivo instrumento contratual, inclusive título de crédito rural, como garantia especial.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os bens e culturas a que se refere este artigo somente poderão ser alienados ou gravados em favor de terceiros, mediante concordância expressa da entidade financiadora".

Art. 3.º Os benefícios previstos para o crédito rural pela Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, ficam extensivos às pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como "produtor rural", se dedicam à pesquisa e à produção de sementes e mudas melhoradas ou à prestação em imóveis rurais, de serviços mecanizados de natureza agrícola, inclusive de proteção do solo.

Art. 4.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o parágrafo único do artigo 14, da Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, os artigos 16 e 29 do Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Antônio Delfim Netto

Ivo Arzua Pereira

D. O. de 26/8/69.

DECRETO LEI N.º 807, DE 4 DE SETEMBRO DE 1969

Dispõe sobre a transcrição de imóveis incorporados às sociedades por ações da Administração indireta da União.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12 de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Nos casos de incorporações de bens do patrimônio da União, para a formação ou integralização do capital de sociedades por ações da administração indireta, o oficial do respectivo registro de Imóveis fará nova transcrição em nome da entidade a que os mesmos foram incorporados valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confrontações existentes nas transcrições anteriores.

§ 1.º Servirá como título hábil para o processamento da nova transcrição o instrumento pelo qual a incorporação se verificou, em cópia autêntica ou exemplar do Diário Oficial da União no qual foi aquele publicado.

§ 2.º Na hipótese de alteração das características do imóvel, mesmo anterior à nova transcrição, ou de inexistência de registro ou titulação anterior, deverá a sociedade, ao qual o mesmo foi incorporado, promover a respectiva correção mediante termo aditivo ao instrumento de incorporação e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações, sua descrição e caracterização.

Art. 2.º Para fins de registro de que trata o presente Decreto-lei, considerar-se-á como valor de transferência dos bens aquele constante do instrumento de incorporação e, na sua falta, do que constar do termo aditivo previsto no § 2.º do artigo anterior.

Art. 3.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luiz Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

DECRETO-LEI N.º 821, DE 5 DE SETEMBRO DE 1969

Dispensa da apresentação do Certificado de Quitação com a previdência social, as transações que especifica, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional número 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Fica acrescentado ao artigo 141 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social, na redação dada pelo Decreto-lei número 66, de 21 de novembro de 1966, o seguinte parágrafo:

§ 5.º - Independem da apresentação do Certificado de Quitação (CQ):

I - as transações em que forem outorgantes, a União Federal, os Estados, os Municípios e as entidades públicas de direito interno sem finalidade econômica, assim como as pessoas ou entidades não obrigadas a contribuir para a previdência social;

II - as transações realizadas pelas empresas que exercitam a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação (CRS) e que dele conste expressamente essa finalidade;

III - os instrumentos, atos e contratos que constituam retificação, ratificação ou efetivação de outros anteriores para os quais já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação (CQ);

IV - as transações de unidade imobiliárias resultantes da execução de incorporação realizada na forma da Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964, desde que a certidão própria tenha sido apresentada para a inscrição do respectivo memorial no Registro de Imóveis;

V - as transações de unidades construídas com financiamento contratado por instrumento para cuja lavratura já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação (CQ).

Art. 2.º O Certificado de Quitação (CQ), quando exigível, só o será com relação às contribuições devidas pela dependência da empresa do local onde se situar o objeto da transação, se for o caso, ou por sua sede.

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

DECRETO-LEI N.º 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969

Consolida e altera a legislação sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º São nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que, exequíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro em moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do cruzeiro.

Art. 2.º Não se aplicam as disposições do artigo anterior:

I - aos contratos e títulos referentes a importação ou exportação de mercadorias;

II - aos contratos de financiamento ou de prestação de garantias relativos às operações de exportação de bens de produção nacional, vendidos a crédito para o exterior;

III - aos contratos de compra e venda de câmbio em geral;

IV - aos contratos de mútuo e quaisquer outros contratos cujo credor ou devedor seja pessoa residente e domiciliada no exterior, excetuados os contratos de locação de imóveis situados no território nacional;

V - aos contratos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no item anterior ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no país.

Parágrafo único. Os contratos de locação de bens móveis que estipulem pagamento em moeda estrangeira ficam sujeitos, para sua validade a registro prévio no Banco Central do Brasil.

Art. 3.º No caso de rescisão judicial ou extrajudicial de contratos a que se refere o item I do artigo 2.º deste Decreto-lei, os pagamentos decorrentes do acerto entre as partes, ou de execução de sentença judicial, subordinam-se aos postulados da legislação de câmbio vigente.

Art. 4.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 23.501, de 27 de novembro de 1933, a Lei n.º 28, de 15 de fevereiro de 1933 o Decreto-lei n.º 236 de 2 de fevereiro de 1938, o Decreto-lei número 1.079, de 27 de janeiro de 1939, o Decreto-lei n.º 6.650, de 29 de junho de 1944, o Decreto-lei n.º 316, de 13 de março de 1967 e demais disposições em contrário mantida a suspensão do § 1.º do Art. 947 do Código Civil. Brasília, 11 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 890, DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Dá nova redação aos parágrafos 4.º e 5.º do artigo 11 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, ao artigo 350 e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º Os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 11 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4.º Fundando-se a ação de despejo nos casos previstos nos itens III, IV, V, VII, VIII e X, se o réu, no prazo da contestação, declarar nos autos que concorda com o pedido de desocupação do prédio, o juiz homologará o acordo por sentença, na qual fixará o prazo de seis (6) meses, contados da citação, para a mudança, e imporá ao réu o ônus do pagamento das custas e de honorários de advogado, na base de 20% do valor da causa. Se, findo o prazo, o réu houver desocupado o prédio, ficará ele isento do pagamento das custas e dos honorários de advogado em caso contrário, será expedido mandado de despejo, que se executará independentemente da notificação a que se refere o artigo 352 do Código de Processo Civil.

§ 5.º Contestada a ação, o juiz, se a julgar procedente, assinará ao réu o prazo de cento e vinte, (120) dias para a desocupação do prédio, salvo se, entre a data da citação e a da sentença de primeira instância houverem decorrido mais de seis (6) meses, ou, ainda, se a locação houver sido rescindida com fundamento nos itens I, II, VI, e IX, casos em que o prazo para a

desocupação não excederá de trinta (30) dias.

Art. 2.º O artigo 350 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil (Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 350. A ação de despejo, uma vez contestada, prosseguirá com o rito ordinário, e, se não o for, os autos serão conclusos para sentença.

Parágrafo único. O juiz conhecerá, entretanto, diretamente do pedido, proferindo sentença definitiva quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência".

Art. 3.º. Este Decreto-lei entrará em vigor no primeiro (1.º) dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogado o parágrafo 7.º do artigo 11 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964 e demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

DECRETO-LEI N.º 893, DE 26 DE SETEMBRO DE 1969

Altera a Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967, que integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o artigo 2.º, § 1.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º A Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967, fica alterada, da seguinte maneira:

I - a letra b do § 1.º do artigo 2.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) a doença, não degenerativa nem inerente a grupos etários, resultantes das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho seja executado, desde que, diretamente relacionada com a atividade exercida, cause redução da capacidade para o trabalho que justifique a concessão de benefício por incapacidade previsto nesta lei."

II - São introduzidas no artigo 15 as seguintes alterações:

a) o caput passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15. Para reclamação de direitos decorrentes desta Lei, o acidentado, seus dependentes, a empresa ou qualquer outra pessoa somente poderão mover ação contra a previdência social, diretamente ou por intermédio de advogado, depois de esgotada a via recursal da previdência social."

b) são acrescentados três parágrafos, que serão o segundo, o terceiro e o quarto, com a seguinte redação:

"§ 2.º A prova de decisão final da previdência social é peça essencial para instauração do procedimento judicial de que trata este artigo.

§ 3.º A previdência social não será obrigada ao depósito prévio da importância de qualquer condenação para a interposição de recurso, nem estará sujeita a depósito, penhora ou seqüestro de dinheiro ou de bens para a garantia da execução de julgados, sendo nulo de pleno direito os atos praticados com esses objetivos.

§ 4.º Terão prioridade absoluta para julgamento, nas Juntas de Recursos e no Conselho de Recursos da Previdência Social, os recursos relativos a direitos decorrentes desta Lei."

c) o atual § 2.º passa a § 5.º, com a seguinte redação:

"§ 5.º Das sentenças finais nas ações de acidentes do trabalho somente caberá agravo de petição, que terá preferência no julgamento pelos tribunais, sendo obrigatório o recurso de ofício quando a previdência social for vencida."

d) o atual § 3.º passa a § 6.º, sem alteração:

III - É acrescentado ao artigo 23, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 636, de 16 de junho de 1969, um parágrafo, que será o oitavo, com a seguinte redação:

"§ 8.º Os valores das contas vinculadas de que trata a Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, pertencentes às sociedades de seguros e relativas aos empregados não optantes pelo regime instituído pela mencionada lei, aproveitados ou indenizados na forma deste artigo, serão levantados pelo Instituto Nacional de Previdência Social a partir da data do aproveitamento ou

do pagamento da indenização mediante comunicação do Instituto ao Banco depositário, observadas as instruções do Banco Nacional de Habitação (BNH), sobre saques."

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de setembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Jarbas G. Passarinho

Edmundo de Macedo Soares

DECRETO LEI N.º 933 - DE 13 DE OUTUBRO DE 1969

Dá nova redação ao art. 2.º. item I e II, do Decreto-lei n.º 732, de 5 de agosto de 1969.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1.º, artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º O artigo 2.º e seus itens I e II do Decreto-lei n.º 732, de 5 de agosto de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º Para o resgate de seus débitos, é facultado às empresas mutuárias optar, por escrito, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar desta data, por uma das seguintes modalidades:

I - Ajustada a venda do imóvel, em cumprimento às exigências contidas no inciso I do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 21, de 17 de setembro de 1966, o sinal mínimo de 20% (vinte por cento) do valor do empréstimo será imputado no pagamento da dívida podendo a respectiva Caixa Econômica financiar, ao comprador, o saldo remanescente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, em prestações mensais, de acordo com suas normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto neste artigo.

II - Se não realizar a venda, poderá a empresa devedora liquidar seu débito, pagando 20% (vinte por cento) no ato da apresentação da respectiva proposta à Caixa credora, o saldo restante em 24 (vinte e quatro) prestações mensais de acordo com suas normas hipotecárias, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto neste artigo."

Art. 2.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Antônio Delfim Netto

LEI N.º 5.565 - DE 5 DE NOVEMBRO DE 1969

Altera os artigos 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil (Decreto-lei número 1.608 de 18.9.39), o primeiro e o último já alterados pela Lei n.º 2.816, de 6 de julho de 1956, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder de 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo da região, o processo de inventário e partilha far-se-á de acordo com as regras deste Capítulo aplicadas, quanto aos mais as estabelecidas nos Capítulos anteriores.

Art. 520. Se, à vista das provas ou de impugnações dos interessados, o juiz verificar que o monte excede de 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo regional sobrestará o arrolamento, ordenando que se observe o processo regular de inventário e partilha.

Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário do valor superior a 70 (setenta) vezes o maior salário-mínimo regional se as partes forem capazes de transigir e neles

convierem em termo judicial, assinado por todos."

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário a presente Lei entrará em vigor trinta dias depois de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D.O.U. de 6-11-69

PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA - Nulidade pretendida por transgressão, da norma proibitiva contida no art. 1. 133, n.º 11, do Código Civil - Alegação repelida.

"A proibição de comprar só se refere a atos do mandatário em que ele figure como representante do vendedor, e assim, não pode ser invocada se na alienação o outorgante é o próprio alienante e, não, representante dele".

"Trata-se de ação em que os autores pedem a declaração de nulidade da procuração em causa própria, através da qual cederam a João Pereira da Costa seus direitos hereditários sobre, os bens de Relíquias de Souza Guimarães, bem como das subseqüentes cessão de direitos e adjudicação de bens feitas em favor de Rui Pereira da Costa. A ação, todavia, não podia ser julgada procedente. A primeira nulidade apontada pelos autores decorreria de transgressão da norma proibitiva contida no art. 1.133 n.º II, do Código Civil. Entretanto, "a proibição de comprar só se refere a atos do mandatário em que ele figure como representante do vendedor", e assim não pode ser invocada se na alienação o outorgante é o próprio alienante, e não representante dele (cf. PONTES DE MIRANDA. Tratado de Direito Privado, XXXIX, § 4275 n.º 3, p. 72; adde Rev. Trib. 299-201, 278-265. Como na espécie a alienação foi feita pelos próprios outorgantes, a arguição de nulidade, fundada no artigo 1.133 n.º II do Código Civil, não poderia mesmo prosperar. Não merecem melhor sorte os demandantes, no atinente à ocorrência de usura real. Antes de mais nada porque, nos termos do art. 4.º § 3.º, da Lei n.º 1.521, de 1951, a nulidade decorrente do ajuste de juros ou lucros usurários, "não atinge o inteiro contrato, senão, apenas, a cláusulas que ou que estipulam juros ou lucros usurários", cabendo ao juiz, apenas ajustar uns e outros à medida legal (cf. RAO, Ato jurídico n.º 91, p. 259). Além disso, como pôs em relevo a Procuradoria da Justiça no parecer de fls., não ficará positivados os requisitos previstos no art. 4.º alínea "b", da citada Lei n.º 1.521, e em especial a ocorrência de lucro patrimonial que excedesse o quinto do valor corrente dos direitos transmitidos. Tratava-se de cessão de direitos hereditários incidentes sobre bens que se achavam em poder de terceiros o que impunha ao cessionário, para uma boa liquidação do negócio trabalhos demorados e despesas de vulto. Não se poderia, assim, da simples diferença de valores apontada pelos demandantes, concluir pela existência de lucros superiores aos permitidos pela Lei. Não havia, assim, como atender à pretensão pelos autores deduzida na inicial. Acrescente-se que as preliminares suscitadas a fls. foram repelidas; por ser manifestamente improcedente a concernente ao recurso cabível, na espécie, e por dizerem respeito ao mérito, as demais" (T.J.S.P. - Ap. Cível n.º 140.030 - Capital - 2a. C. C. - 1.º de março de 1966 - ADRIANO MARREY, Presidente com voto - DÍNIO GARCIA, Relator - PAULO OTAVIANO, Revisor).

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - INTERPELAÇÃO -

Compromisso, para fins de incorporação imobiliária, de cessão de direitos, relativamente a propriedade de quota ideal de terreno, com obrigações referentes a construção de edifício. Inaplicabilidade do art. 14 do DI 58, de 1937 - Cláusula resolutória expressa. Necessidade de prévia interpelação, somente quando o credor, depois de tolerar, durante algum tempo o inadimplemento do contrato, pretende valer-se da cláusula resolutória expressa. Inter-relação para manifestação da vontade de não tolerar a impontualidade do pagamento. Recurso extraordinário conhecido e provido.

MIN. ELOY DA ROCHA - VOTO . "Tenho votado, na Turma, exigindo a prévia interpelação, sem aplicar o DI 58, quando o credor, depois de tolerar, durante muito tempo, o não cumprimento do contrato, pretende valer-se da cláusula resolutória, já esquecida. Não há entendimento pacífico quanto à necessidade de interpelação, em todos os contratos, sem dependência do fato. O que é

pacífico é este princípio: a tolerância do credor, durante muito tempo, torna necessária a interpelação. Existe o dissídio jurisprudencial, à vista das decisões apontadas, f. 137~139. E não se acha superada a divergência considerados recentes julgados deste Tribunal, tanto os que decidiram pela desnecessidade de interpelação, no caso de cláusula resolutória expressa, em contrato referente a imóvel não loteado como no RE 59.992, de 11-10-66, e no RE 45.223, de 8-11-1966, ambos da Segunda Turma, como os que a exigiram, na hipótese de reiterada tolerância do credor. Embora haja, também, entendimento de que, em qualquer hipótese, é indispensável a interpelação, constitui jurisprudência vitoriosa, somente, a que consagra a necessidade daquele ato, quando tenha havido tolerância do credor... Conclui-se, daí que, na totalidade, o DI 58 se estende a quaisquer compromissos de compra e de venda Evidentemente, não, mesmo porque os pressupostos do art. 22 são diferentes dos de outras disposições do DI 58. O compromissário, na venda de terreno loteado, não está sujeito àqueles pressupostos, Assim, ele não promove a inscrição do contrato, mas a averbação, referida nos arts. 4.º e 5.º. Esse entendimento confirma-se com a L. 4.380, de 21-8-64. Não aplico, naturalmente, essa lei ao caso dos autos, mas refiro o novo texto, para conformar o argumento de que o princípio do art. 22 do DI 58 concerne só ao direito real oponível a terceiro e à adjudicação compulsória ... A cláusula expressa podia ser afastada pela realidade. Em muitos casos, tenho julgado, como nas decisões arroladas pelo recorrido, que, conforme a tolerância. não se poderá aplicar a cláusula resolutória expressa. Isto não aconteceu na espécie. O compromissário, que não pagou, no prazo, duas prestações, recebeu a carta de f. 10, que é interpelação expressa, avisando que só não seriam utilizadas as cláusulas VII e VIII, se pagasse as prestações. O que mais precisava fazer o promitente vendedor... Realmente, salvo legislação especial, como a do inquilinato, ou a do art. 14 do DI. 58, salvo regra especial e expressa, a purgação da mora pelo Código Civil. não se pode efetuar, se, pela citação, se tiver definido a mora." (S.T.F. - Como consta da Ata a decisão foi a seguinte: Conhecido e provido à unanimidade - RE N.º 58.337 - DF Relator: ELOY DA ROCHA (3.ª Turma) 10-3-1967 - R.T.J. 44 (1): 160-165, abril 1968.)

LOTEAMENTO - ÁREA URBANIZÁVEL - INTERESSE PECULIAR DO MUNICÍPIO - SUJEIÇÃO AO CÓDIGO DE OBRAS

Inscrição de loteamento no Registro de Imóveis, sem prévia aprovação da municipalidade. Tanto a área urbana, como a urbanizável, é do peculiar interesse do Município, situando-se, desse modo, dentro da sua competência (art. 28, inciso II, da C.F. de 1946). Em consequência, fica sujeito às normas do Código de Obras e Urbanismo.

Recurso extraordinário provido.

MINISTRO DJACI FALCÃO - VOTO -... Além disso, consoante ressalva Hely Lopes Meirelles, citado pela recorrente: "A competência do Município para estabelecer normas e impor limitações urbanísticas ao loteamentos destinados a fins urbanos, mesmo que situados na zona rural, tem sido proclamada reiteradamente pelos tribunais. por se conter nos assuntos de peculiar interesse local. Nem se compreenderia que, tendo a Municipalidade competência geral para ordenar o traçado urbano e policiar as edificações que se levantam em seu território não a tivesse para controlar os loteamentos que constituem, em nossos dias, o germe das novas cidades e dos bairros satélites". (S.T.F. - Conheceram e deram provimento ao recurso contra o voto do Relator, que dele não conhecia. - RE N.º 57.797 - SP - Relator: DJACI FALCÃO (1.ª Turma) - 28-5-68 - R.T.J., Brasília, 47 (3): 670, março 1969).

CERTIDÃO NEGATIVA - INSTITUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Certidão negativa de débito para com instituição de previdência social. Mesmo quando o compromisso de compra e venda tiver sido avençado anteriormente ao advento do art. 142, da Lei Orgânica da Previdência Social, é de ser exigida a referida certidão para que possam ser lavradas as respectivas escrituras definitivas de compra e venda (T. F. R. - n.º 52.046 - GB - Relator: Ministro ANTÔNIO NEDER).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida

1.º Vice Presidente: Desembargador Tácito Morbach de Goes Nobre

2.º Vice Presidente: Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida.

Corregedor Geral da Justiça: Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Presidente: Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida

Vice Presidente: Desembargador Tácito Morbach de Goes Nobre

Corredor Geral da Justiça: Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Corregedor Geral: Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin

Juizes Auxiliares: Dr. Gilberto Valente da Silva

Dr. José Haroldo de Oliveira e Costa

Dr. Álvaro Lazzarini

Escrivão: Sr. Ezio Donati

FORO EXTRAJUDICIAL

Corregedoria Permanente:

Juiz Corregedor: Dr. Ruy de Melo Almada

Juiz Auxiliar: Dr. Ruy Geraldo Camargo Viana

Curador: Dr. Durval de Andrade e Silva Filho

Escrivã: Sra. Dirce Alves de Lima dos Santos.

- RELAÇÃO DOS CARTÓRIOS DA CAPITAL -

TABELIÃES DE NOTAS

1.º Tabelião Aldo Neves Godinho

Rua Roberto Simonsen 25.

Tel: 23-92062

2.º Tabelião Rubens Silveira

Largo do Arouche 161

Tel: 333-2817

3.º Tabelião Da. Maria José Cardeal de Godoy

Av. São Luiz 192 sobreloja.

Tel: 33-3913 - 36 -8766.

4.º Tabelião Dr. Antônio Augusto Firmo da Silveira

Rua da Quitanda 96.

Tel: 37-1253 e 37-2097.

5.º Tabelião Norberto Acácio França

Praça da Sé 158

Tel: 32-3161.

6.º Tabelião..... Dr. Simas Pompeu de Toledo

Rua Senador Feijó 155.

Tel: 33-9581 e 33-2613.

7.º Tabelião Dr. João Paulo de Andrade Figueira

Rua Quintino Bocaiúva 183.

Tel: 35-5196 e 32-0933.

8.º Tabelião Alcides Santos Dias

Rua Major Quedinho 300.

Tel: 37-2196 e 37-8133.

9.º Tabelião Dr. José Vicente Álvares Rubião

Dr. Affonso Álvares Rubião (suc.)

Rua Quirino de Andrade 241.

Tel: 33-2042 e 34-4442.

10.º Tabelião Dr. Fernando de Almeida Nobre

Filho

Rua 24 de Maio 207 2.º e 3.º andar

Tel: 33-29-13 33-4366 e 32-0055.

11.º Tabelião

Rua Líbero Badaró 293.

Tel: 34-7116.

12.º Tabelião	Olyntho Gonçalves Rua Benjamin Constant 167. Tel 33-2713 e 33-4844.
13.º Tabelião	Antônio Fleury de Camargo Rua Roberto Simonsen 144. Tel: 33-29-13 334366 e 32-0055.
14.º Tabelião	Dr. Antônio Tupinambá Vampré Av. Brigadeiro Luiz Antônio 54 Tel: 33-7929.
15.º Tabelião	Dr. Manuel Ubaldino de Azevedo Rua da Glória 98. Tel: 35-9194.
16.º Tabelião	Carlos Zaratín Rua Barão de Itapetininga 46. Tel: 34-2880 ~ 34 2881 e 35-1604.
17.º Tabelião	Dr. Sérgio Salles Rua Felipe de Oliveira 32. Tel: 37-1191 36-0774 e 23-94435.
18.º Tabelião	Dr. Mário Marcos de Almeida Av. São João 61. Tel: 34-0472.
19.º Tabelião	Cen. Hildeberto Vieira de Mello Rua Quintino Bocaiúva 176. Tel: 35-1167.
20.º Tabelião	Dr. Mário Fulvio da Cunha Del Picchia Largo São Bento 40. Tel: 34-5468 e 35-4468.
21.º Tabelião	Dr. Edgard Batista Pereira Rua Xavier de Toledo 44 - sobreloja. Tel: 33-5588 e 37-1951
22.º Tabelião	Dr. José de Arruda Botelho Rua Tabatinguera 126. Tel: 35-1173 e 35-1174.
23.º Tabelião	Dr. José de Carvalho Sobrinho Rua Roberto Simonsen 122. Tel: 36-5575 e 36-3730
24.º Tabelião	Dr. José Ferreira Alves Cyrillo Rua Barão de Paranapiacaba 64. Tel: 33-9191 e 32-9110.
25.º Tabelião	Marcos Milani Rua Joaquim Machado 83 (Lapa) Tel: 65-1240 e 65-2690
26.º Tabelião	José Arão Mansor Praça João Mendes 42 1.º andar. Tel: 37-6886 e 239-5746.
27.º Tabelião	Hermenegildo Pinto Guimarães Rua José Bonifácio 19. Tel: 33-4600 34-7233 e 36-5744.
CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS	
1.ª Circunscrição	Dr. Silvio de Bueno Vidigal Rua 24 de Maio 208 11.º andar. Tel: 32-1486 35-6359 e 32-6840.
2.ª Circunscrição	Dr. João Alvares Rubião Filho Rua Dr. Frederico Abranches 251 Tel: 220-0705
3.ª Circunscrição	Hélio Ferrari Rua Cons. Crispiano 29 6.º andar.

- 4.^a Circunscrição Tel: 34-8483 e 34-8993.
Euclides de Castro Filho
Rua Major Diogo 218 1.^a sobreloja
- Tel: 32-7258.
- 5.^a Circunscrição Dr. Francisco Gonçalves Pereira
Rua Nestor Pestana 125 10.^a andar
Tel: 256-0564.
- 6.^a Circunscrição Dr. Jether Sotano
Rua Galvão Bueno 18.
Tel: 278-5777.
- 7.^a Circunscrição Dr. Daphinis de Freitas Valle
Praça João Mendes 52 6.^a andar.
Edifício Berenice - Tel: 32-2434.
- 8.^a Circunscrição Oscar Fontes Torres
Rua Barão de Paranapiacaba 52 5.^a and.
Tel: 33-3383.
- 9.^a Circunscrição Dr. Pedro Silveira Gonçalves
Rua Líbero Badaró 293 29.^a andar.
Tel: 34-1484.
- 10.^a Circunscrição Da. Maria Helena Leonel Gandolfo
Rua 24 de Maio 208 6.^a andar.
Tel: 34-1813.
- 11.^a Circunscrição Da. Maria da Glória Cotrim Barbosa
Rua Cons. Crispiano 29 2.^a andar.
Tel: 34-2612 e 35-9371.
- 12.^a Circunscrição Dr. Gabriel Lima da Silva Dias
Rua José Bonifácio 135 4.^a andar.
Tel: 33-4776.
- 13.^a Circunscrição Fernando de Barros Silveira
Rua General Jardim 482 conj. 33.
Tel: 256-7804.
- 14.^a Circunscrição Oscar Silveira Martins
Rua Japurá 74 1.^a andar.
Tel: 35-3298
- 15.^a Circunscrição Júlio de Oliveira Chagas Neto
Rua Cons. Crispiano 29 6.^a andar.
Tel: 35-0417.
- 16.^a Circunscrição Dr. Oswaldo de Oliveira Penna
Av. Nove de Julho 40.
Tel: 36-5070.

CARTÓRIOS DE PROTESTOS

- 1.^o Oscar de Barros Pereira
Rua Boa Vista 84 2.^a sobreloja.
Tel: 33-3313 e 32-6814.
- 2.^o Dr. Cássio Ribeiro Porto
Rua Boa Vista 314.
Tel: 33-3213 36-6477 e 32-2492 - (direto 37-6414).
- 3.^o Dr. Fernando Duarte de Araújo
Rua Barão de Paranapiacaba 52 sobreloja
Tel: 34-9656 34-1572 e 35-0594.
- 4.^o Alexandre Jorás Júnior
Rua Boa Vista 51 1.^o andar.
Tel: 51-2104 e 37-1126.
- CARTÓRIOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**
- 1.^o Dr. Mário da Cunha Rangel
Rua Roberto Simonsen, 106.
Tel 33-1935 e 36-0610.
- 2.^o Sizenando Silveira

	Rua 3 de Dezembro 23. Tel: 32-6407 e 32-7586.
3.º Largo do Tesouro 20. Tel: 33-3013 e 32-2974.	Dr. Carlos Alberto Bueno Netto
4.º Medeiros	Dr. José Augusto Leite de
	Rua Miguel Couto 24. Tel 33-7676 e 33-1180 33-9350.
CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL	
1.º Subdistrito (Sé)	Armando Giangiacomo Av. Rangel Pestana 271 1.º andar. Tel: 33-3713.
2.º Subdistrito (Liberdade)	Dr. Jarbas Emílio de Moraes Rua Barão de Iguape 58. Tel 278-3559
3.º Subdistrito (Penha de França)	Léo Galvão da Silva Rua João Ribeiro 253.
4.º Subdistrito (Nossa Senhora do Ó)	Nair Vasconcellos
5.º Subdistrito (Santa Ifigênia)	Manoel Polycarpo de Azevedo Canto Av. Tiradentes 278. Tel: 227-6802
6.º Subdistrito (Brás)	Dr. Lauro Soares de Mendonça Ministro Firmino Whitaker, 162 Tel: 93-4973.
7.º Subdistrito (Consolação)	Messias Faria
Rua Maceió 77. Tel 256-5506	
8.º Subdistrito (Santana)	Ernesto França Pinto Júnior Rua Alfredo Pujol 20. Tel: 298-4127.
9.º Subdistrito (Vila Mariana)	Guerino Cinquetti Rua Domingos de Moraes 283. Tel: 70-3560.
10.º Subdistrito (Belenzinho)	Jarbas Tupinambá de Oliveira
Filho	Av. Celso Garcia 1211. Tel: 93-2702.
11.º Subdistrito (Sta. Cecília)	Dr. Luiz de Toledo Mendes
Pereira	Rua Cons. Brotero, 1.014 Tel 52-7599.
12.º Subdistrito (Cambuci)	José Emilio Reginato Rua da Independência, 26.
13.º Subdistrito (Butantã)	Miguel Ramos de Toledo Rua Amaro Cavalheiro, 181.
(Largo de Pinheiros) Tel: 286-4848.	
14.º Subdistrito (Lapa)	Manuel Carlos Alves de Siqueira Rua Afonso Sardinha, 29. Tel: 260-3054
15.º Subdistrito (Bom Retiro)	Rua José Paulino, 773, 1.º andar.
16.º Subdistrito (Moóca)	Dra. Elza de Toledo Campos Mello Av. Alcântara Machado, 104, conjunto 2.
Tel: 33-5581.	
17.º Subdistrito (Bela Vista)	Humberto Martinelli Rua Aguiar de Barros, 64. Tel: 33-1018.

18.º Subdistrito (Ipiranga)	Geraldo de Barros Brotero Rua Benjamin Jafet 59. Tel: 63-4581.
19.º Subdistrito (Perdizes)	Da. Branca Regina Martins Forster. Av. Água Branca, 188. Tel.: 52-1242.
20.º Subdistrito (Jardim América)	Alcebiades Nascimento Moreno Pça. Benedicto Calixto, 70. Tel: 81-3085
21.º Subdistrito (Saúde)	Euclides Ferreira Guarita Av. Bosque da Saúde. 79.
22.º Subdistrito (Tucuruvi)	Afro Fernandes Av. Tucuruvi, 560.
23.º Subdistrito (Casa Verde)	Roberto Nogueira Rua Jaguarete, 435. Tel: 266-1623.
24.º Subdistrito (Indianópolis)	Walter Guimarães Av. Ibirapuera, 2.102. Tel: 71-0101.
25.º Subdistrito (Pari)	Waldemar de Oliveira Soares Av. Vautier, 27
26.º Subdistrito (Vila Prudente)	Marcelo Müller Rua Ibitirama, 62. Tel: 63-2039
27.º Subdistrito (Tatuapé)	João de Sandre Filz Av. Celso Garcia, 3.718. Tel: 295-3225.
28.º Subdistrito (Jardim Paulista)	Antônio Seabra Minhoto Rua Pamplona, 950. Tel: 287 0837.
29.º Subdistrito (Santo Amaro)	Oswaldo Souza Machado Av. Adolfo Pinheiro, 46. Tel: 269-1281.
30.º Subdistrito (Ibirapuera)	Da. Zuleika Guilger Simões Rua Joaquim Nabuco, 171. Tel: 61-5843 - (Brooklin Paulista).
31.º Subdistrito (Pirituba)	Da. Hayde de Souza Marcicano Rua da Estação, 13-A.
32.º Subdistrito (Capela do Socorro)	Rivadavia Luz Av. de Pinedo, 114 (Santo Amaro). Tel: 269-0481.
33.º Subdistrito (Alto da Moóca)	Dr. Augusto Miranda de Figueiredo Rua da Moóca, 3.444. Tel: 93-5915.
34.º Subdistrito (Cerqueira Cesar)	Rua Augusta, 1.388.
35.º Subdistrito (Barra Funda)	Da. Adelina Penna Navarro Rua Barra Funda, 508. Tel: 52-2642.
36.º Subdistrito (Vila Maria)	Dr. Casemiro Pinto Netto Av. Guilherme Cotching, 1.238. Tel: 93-1232
37.º Subdistrito (Aclimação)	Guiomar de Lima Castro R. Pires da Mota 522. Tel: 278-0453.
38.º Subdistrito (Vila Matilde)	Nelson Pinheiros doa Passos Av. Conde Frontim, 2.306. Tel: 295-3270.

39.º Subdistrito (Vila Madalena)	Francisco Sales de Camargo Azevedo Rua Teodoro Sampaio, 1.867. Tel: 80-4358.
40.º Subdistrito (Brasilândia)	Aurélio Moura
41.º Subdistrito (Cangaíba)	João Diniz Estação do Cangaíba, 676.
42.º Subdistrito (Jabaquara)	Sebastião Alvim da Cunha Av. Jabaquara, 2.229.
43.º Subdistrito (Jaraguá)	
44.º Subdistrito (Limão)	João Rodrigues Leite Praça Francisco D'Auria, 1 - D.
45.º Subdistrito (Pinheiros)	
46.º Subdistrito (Vila Formosa)	Luiz Gonzaga Rodrigues de Oliveira Praça Sampaio Vidal, 31.
47.º Subdistrito (Vila Guilherme)	Vilivaldo Melo Leite Rua Maria Cândida, 62.
48.º Subdistrito (Vila Nova Cachoeirinha)	José Alceu Lopes Av. Parada Pinto, 150. Tel: 266-1645.
CARTÓRIOS DOS DISTRITOS DA COMARCA DA CAPITAL	
Ermelindo Matarazzo	Srta. Maria Beatriz Lima Furlan.
Guaianazes	José Lamartine de Siqueira e Silva
Itaquera	João Alves Galhardo Rua da Estação, 259. (Estrada de Ferro Central do Brasil).
Jaraguá	José Egydio Gonçalves
Parelheiros	Da. Rosária Chacon da Cunha
São Miguel Paulista	José Roberto Bonizi

Nº 088 - Publicação: Jan/Mar 1970

REGIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

Contém, a presente edição especial de nosso "Boletim", o texto do Decreto-Lei n.º 203, de 25 de março de 1970, que dispõe sobre o Regimento em epígrafe, bem como o do Decreto n.º 52,425, da mesma data, que aprova as Tabelas de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais, previstas no artigo 1.º do Decreto-lei aludido.

Dando publicidade a esses diplomas legais, a "Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo" teve em mira facilitar a seus filiados e demais servidores da Justiça, assim como a todos quantos exercem suas atividades no foro em geral - a consulta de suas disposições e a aplicação das referidas Tabelas.

Consoante se verificará, estas foram elaboradas obedecendo a nova sistemática, que veio simplificar, sobremaneira, a forma de arrecadação das citadas Custas e Emolumentos, conforme salienta, aliás, em sua exposição de motivos, - que igualmente estampamos na íntegra - o Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça do Estado, Professor HELY LOPES MEIRELES.

Dar-se-á, pois, por satisfeita a Diretoria de nossa Associação, se a oportuna iniciativa ora tomada pelo seu Presidente, com a edição deste boletim especial, atingir, conforme esperamos, a proveitosa finalidade que ditou a sua execução.

A REDAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 203, DE 25 DE MARÇO DE 1970 - Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n. 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato

Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - As custas devidas ao Estado e os emolumentos atribuídos aos serventuários do foro judicial e extrajudicial serão cobrados de acordo com este Decreto-lei e Tabelas aprovadas por decreto.

§ 1.º - As Tabelas discriminarão, além das custas e emolumentos, as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo e à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, bem como outras contribuições instituídas por lei.

§ 2.º - As Tabelas serão revistas periodicamente, ouvido previamente o Tribunal de Justiça de São Paulo sobre os emolumentos das serventias judiciais e custas correspondentes.

Artigo 2.º - A União, o Estado e suas respectivas autarquias não estão sujeitos ao pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias, em quaisquer atos praticados por serventuários judiciais e extrajudiciais; ou oficiais de justiça.

§ 1.º - Os Municípios e suas respectivas autarquias somente estão sujeitos ao pagamento dos emolumentos de atos praticados em serventia não oficializada.

§ 2.º - O disposto neste artigo não dispensa do reembolso, a final, à parte contrária vencedora, das custas, emolumentos, contribuições e despesas adiantados em juízo.

§ 3.º - Nos feitos criminais de ação pública que corram por serventias não oficializadas, o Estado pagará aos respectivos serventuários, se o réu não for condenado, os emolumentos previstos na Tabela.

Artigo 3.º - Considerar-se-ão gratuitos os atos previstos em lei ou decorrentes dos estilos do foro judicial ou extrajudicial, quando não constantes das Tabelas.

Artigo 4.º - O serventuário poderá exigir depósito prévio, nos limites das Tabelas, das despesas totais dos atos a serem praticados, fornecendo aos interessados, obrigatoriamente, recibo provisório, com especificação de todas as parcelas.

Artigo 5.º - Quando as custas e emolumentos forem cobrados por folha ou página, a primeira folha deverá ter, no mínimo, cinquenta e cinco linhas e as páginas seguintes trinta e três linhas.

§ 1.º - As linhas deverão conter cinquenta e cinco letras, no mínimo, computando-se os espaços normais.

§ 2.º - Serão devidos custas e emolumentos pela primeira folha e pela última página, ainda que tenham sido utilizadas somente em parte.

§ 3.º - Serão cobrados em dobro as custas e emolumentos de xerocópia ou fotocópia de página de dimensões superiores a 22 por 33 centímetros.

Artigo 6.º - No cálculo de qualquer parcela, será arredondada para mais a fração igual ou superior a meio centavo, e desprezada a inferior.

Artigo 7.º - O pagamento das custas, dos emolumentos das serventias oficializadas e das contribuições será feito pelo interessado, diretamente ou por intermédio do serventuário do respectivo cartório. O pagamento dos emolumentos de atos praticados em serventias não oficializadas será feito diretamente ao serventuário.

Parágrafo único - A arrecadação será feita pela repartição competente ou por estabelecimento autorizado de crédito, na forma estabelecida em ato do Secretário da Fazenda, ouvida previamente a Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 8.º - A Secretaria da Fazenda entregará, na forma regulamentar, as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo e à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

Artigo 9.º - Sob pena de desobediência e multa, os serventuários e oficiais de justiça cotarão em qualquer peça fornecida às partes o custo total das despesas, com especificação, item por item, dos seus emolumentos, das custas devidas ao Estado, das contribuições à Ordem dos Advogados e às Carteiras de Previdência e de qualquer outro pagamento reembolsável.

Artigo 10 - Além da cota a que se refere o artigo anterior, os serventuários e oficiais de justiça darão recibo ao interessado, discriminando as parcelas correspondentes às importâncias recebidas para pagamento de custas, emolumentos, contribuições e outras despesas.

Parágrafo único - Os serventuários também certificarão nos autos o pagamento das custas judiciais, mencionando quem o efetuou.

Artigo 11 - O escrivão não juntará aos autos peça que não esteja cotada de acordo com o artigo

9.º.

Artigo 12 - As dúvidas suscitadas sobre a aplicação das Tabelas serão resolvidas pelo juiz corregedor.

Artigo 13 - Contra a cobrança indevida de custas, emolumentos, contribuições e despesas, poderá o interessado reclamar, por petição, ao juiz corregedor.

§ 1.º - Ouvido o serventuário no prazo de quarenta e oito horas, o juiz, em igual prazo, proferirá decisão.

§ 2.º - Da decisão do juiz caberá recurso, no prazo de quinze dias, ao Corregedor Geral da Justiça.

§ 3.º - Nos processos judiciais, qualquer incidente ou reclamação será resolvido pelo juiz do feito, podendo a decisão ser reapreciada pela instância superior ou através de reclamação ao Corregedor Geral da Justiça, no prazo de quinze dias.

Artigo 14 - Sem prejuízo de outras penalidades disciplinares previstas em lei, os serventuários e auxiliares da justiça que receberem custas e emolumentos indevidos ou excessivos, ou infringirem as disposições deste Decreto-lei ou das Tabelas, serão punidos com multa de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos) a NCr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros novos), imposta de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, pelo juiz do feito ou pelo corregedor permanente, além da obrigação de restituir em tresp dobro a importância cobrada em excesso ou indevidamente.

Parágrafo único - A multa constituirá renda do Estado, devendo o seu pagamento, bem como a restituição prevista neste artigo, ser efetuados, no prazo de cinco dias do trânsito em julgado da decisão, pelo serventuário ou auxiliar da justiça, sob pena de suspensão do exercício de suas funções.

Artigo 15 - Os juízes corregedores fiscalizarão o cumprimento, pelos serventuários e auxiliares da justiça, das disposições deste Decreto-Lei e das Tabelas, aplicando aos infratores, de ofício, as penalidades cabíveis.

CAPÍTULO II

Artigo 16 - Os atos judiciais serão pagos, de acordo com o disposto no artigo 7.º, pelas partes ou interessados, salvo quando beneficiários de assistência, judiciária ou dispensados, por lei, do pagamento.

Artigo 17 - São dispensados do pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias:

I - qualquer interessado, nos feitos relativos a menor infrator ou abandonado;

II - o réu pobre, nos feitos criminais;

III - o Ministério Público, nos atos do ofício.

§ 1.º - A autoridade policial, ao fazer o relatório do inquérito, atestará, na mesma peça, a pobreza do réu, para que este goze da dispensa de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias.

Nos demais casos, a pobreza será atestada, em se tratando de réu preso, pelo diretor do estabelecimento em que se encontrar ou, se estiver solto, pela autoridade policial da circunscrição em que residir.

§ 2.º - Presume-se pobre o réu preso que não tiver defensor constituído.

Artigo 18 - Na elaboração das Tabelas, as custas, emolumentos e contribuições serão fixados em proporção ao valor da causa, à natureza do feito ou espécie do recurso, observadas as normas seguintes:

I - do total dos emolumentos fixados, corresponderão ao escrivão do feito e ao distribuidor, respectivamente, 90% e 10%, salvo nos recursos processados em apartado e nas correções parciais, em que a totalidade dos emolumentos competirá ao escrivão;

II - do total atribuído ao Estado, 8% pertencerão à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, para entrega à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, e 12% à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo, como contribuição, constituindo custas do Estado os restantes 80%;

III - os emolumentos referidos no inciso I serão fixados em progressão inversa ao valor da causa, e as custas e contribuições do inciso II em progressão direta, até o limite de quatro vezes o estabelecido no inciso I, devendo esse limite ser atingido por volta de três mil salários mínimos vigentes na Capital do Estado;

IV - os valores das progressões referidas no inciso anterior deverão igualar-se em torno de cem salários mínimos.

Artigo 19 - Salvo disposição em contrário, os preços fixados nas Tabelas abrangerão todos os atos judiciais do processo, tanto na fase da ação como na da execução, inclusive organização de autos suplementares, publicação de intimações em primeira e em segunda instância, remessa,

distribuição e julgamento na instância superior, porte e baixa dos autos ao juízo originário.

Parágrafo único - Excluem-se os incidentes expressamente previstos nas tabelas, as despesas com diligências fora de cartório, perícias e avaliações, editais na imprensa, cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, formais de partilha, precatórias, rogatórias e cartas de ordem, formação de traslados e certidões em geral, sendo estes atos pagos por folha ou página datilografada, fotocopiada, xerocopiada ou reproduzida por qualquer meio admitido em juízo.

Artigo 20 - O pagamento das custas, emolumentos e contribuições devidos nos feitos e nos recursos que se processam nos próprios autos efetuar-se-á nas seguintes oportunidades:

I - o autor ou requerente, por ocasião da distribuição de qualquer feito ou, se esta não for necessária, do despacho da Inicial, pagará metade das custas, emolumentos e contribuições tabelados;

II - a outra metade será paga, no prazo para a subida do recurso e sob pena de deserção, por aquele que recorrer da sentença, dispensando-se o pagamento nos casos de recurso de ofício, do Ministério Público, do defensor do vínculo, de curador, da União, do Estado, do Município, de suas respectivas autarquias, ou de beneficiário de assistência judiciária;

III - não tendo havido recurso, se o vencido, citado, intimado ou notificado, cumprir desde logo a decisão, apenas reembolsará o vencedor das custas, emolumentos, contribuições e despesas da ação, comprovados nos autos, e dos honorários de advogado arbitrados na sentença;

IV - se o vencido, embora não tendo recorrido da sentença, oferecer defesa à execução ou embargá-la, deverá pagar a segunda metade, no prazo de três dias, marcado pelo juiz, sob pena de não ser apreciada sua defesa ou impugnação.

§ 1.º - No caso de redistribuição do feito, por incompetência do juízo, não haverá restituição de custas, emolumentos e contribuições pagos, mas o autor ou requerente fará novo pagamento dos emolumentos devidos ao escrivão e ao distribuidor, se não forem ocupantes de serventia oficializada.

§ 2.º - O abandono ou desistência do feito, ou transação que lhe ponha termo, em qualquer fase do processo, não dispensa da obrigação de pagar as custas, emolumentos e contribuições já exigíveis, nem dá direito a restituição.

§ 3.º - Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas, emolumentos e contribuições já pagos.

§ 4.º - Para que se processe a oposição, deverá o oponente pagar importância igual à devida, até o momento, pelo autor.

§ 5.º - Nos feitos em que o valor declarado tiver sido inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que complete o pagamento das custas, emolumentos e contribuições devidos, com base no valor a final apurado ou resultante da condenação definitiva.

§ 6.º - As custas, emolumentos, contribuições e outras despesas judiciais serão reembolsados a final pelo vencido, nos termos da decisão que o condenar, ou pelas partes, na proporção de seus quinhões, nos processos divisórios e demarcatórios, ou suportados por quem tiver dado causa ao procedimento judicial.

Artigo 21 - Os recursos que se processarem nos próprios autos e que tiverem efeito suspensivo ficarão sujeitos unicamente ao pagamento previsto no inciso II do artigo 20, sem qualquer preparo complementar, assim em primeira como em segunda instância.

§ 1.º - Nas apelações com efeito tão somente devolutivo e nos recursos extraordinários ou quaisquer outros que não tenham efeito suspensivo, o recorrente, além do pagamento previsto neste artigo, deverá depositar, nos três dias seguintes à interposição do recurso, importância suficiente para a extração de carta de sentença, que, depois de pronta e paga, será entregue ao recorrido.

§ 2.º - Se nos próprios autos se processar mais de um recurso simultaneamente, o primeiro pagamento de custas, emolumentos e contribuições, para subida do recurso, será total; o segundo será de metade das despesas; o terceiro, de um terço, e assim sucessivamente. O escrivão certificará nos autos esses pagamentos subseqüentes, dará recibo a cada interessado e reembolsará imediatamente os demais recorrentes pela parte que lhes couber, devendo ficar nos autos o comprovante dessa restituição.

§ 3.º - O pagamento efetuado por um recorrente não aproveita aos demais, salvo se representados pelo mesmo advogado.

§ 4.º - Se um dos recorrentes não estiver sujeito ao pagamento de preparo (artigo 20, n. II, "in

fine"), os demais serão responsáveis pelo total das custas, emolumentos e contribuições devidos em razão do recurso.

§ 5.º - O escrivão ou a Secretaria do Tribunal não remeterá os autos à superior instância sem que hajam sido pagos as custas, emolumentos e contribuições devidos, nem processará o recurso, que será considerado deserto, se o recorrente não pagar, quando for o caso, a carta de sentença a que se refere o § 1.º.

Artigo 22 - Os recursos dependentes de instrumento estarão sujeitos ao pagamento do preparo constante da respectiva Tabela, além das despesas do traslado.

§ 1.º - Dentro de três dias do despacho que determinar o processamento do recurso, o recorrente fará o seu preparo e o depósito das despesas do traslado, sob pena de deserção.

§ 2.º - Se somente houver recurso de revista sem prévia extração de carta de sentença no inciso II, "in fine", do artigo 20, o pagamento das despesas de preparo e do traslado será efetuado a final, pelo vencido.

§ 3.º - O recorrido, ao oferecer suas alegações, efetuará o depósito para extração das peças que pedir, sob pena de prosseguimento imediato, sem o seu traslado.

§ 4.º - No prazo para subida do recurso, o recorrente e o recorrido complementarão o pagamento das despesas, quando for o caso. No recurso de revista, esse pagamento deverá ser feito dentro de três dias do oferecimento das razões pelo recorrido.

§ 5.º - Não será processado o recurso de revista sem prévia extração de carta de sentença para entrega ao recorrido, a expensas do recorrente, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1.º e 5.º do artigo 21.

Artigo 23 - Os processos de dúvida suscitada por serventuário não estarão sujeitos ao pagamento de custas, emolumentos ou contribuições. Se o interessado recorrer da decisão, deverá efetuar preparo equivalente ao do agravo de instrumento.

Artigo 24 - O recurso de litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado estará sujeito às mesmas disposições que regem, quanto a custas, emolumentos e contribuições, os recursos dos litigantes.

Artigo 25 - Não terá andamento o feito ou o recurso se não houver, nos autos, prova de pagamento de custas, emolumentos e contribuições exigíveis, sem prejuízo, quanto aos recursos, da deserção destes, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 26 - Os autos somente serão remetidos ao contador:

I - para liquidação da responsabilidade do vencido, na execução, se necessário;

II - nas ações de despejo por falta de pagamento, se o interessado requerer a purgação da mora.

§ 1.º - Os autos dos recursos que se processam mediante traslado não serão remetidos ao contador, ficando ressalvado à parte o direito de restituição, oportunamente, do excesso pago.

§ 2.º - As contas de liquidação incluirão todas as despesas reembolsáveis, desde que necessárias e comprovadas nos autos, tais como as de publicações de editais pela imprensa, as de comunicações telegráficas ou telefônicas feitas pelo escrivão e as de comparecimento de testemunha.

Artigo 27 - Incumbe ao juiz, com a colaboração do escrivão, e à Secretaria dos Tribunais verificar o exato recolhimento das custas, emolumentos e contribuições devidos.

Parágrafo único - Nos processos em grau de recurso, tal verificação não obstará ao seu andamento em segunda instância, devendo o recolhimento da diferença acaso verificada ser feito depois da baixa dos autos ao juízo de origem.

Artigo 28 - Nos três dias seguintes à apresentação da contestação, o serventuário poderá reclamar ao juiz da causa sobre o valor dado a esta ou sobre o pagamento de despesas insuficiente ou em desacordo com a lei.

§ 1.º - Até a homologação da conta de liquidação, o juiz apreciará, para efeito de complementação de custas e emolumentos, qualquer reclamação do serventuário.

§ 2.º - Se a reclamação for acolhida, o feito não terá andamento enquanto não se fizer a complementação da diferença exigível.

Artigo 29 - Os feitos findos não poderão ser arquivados sem que o escrivão certifique nos autos estarem integralmente pagos as custas, emolumentos e contribuições devidos ou sem que faça extrair certidão em que sejam especificadas essas parcelas, para o efeito de inscrição da dívida.

§ 1.º - As certidões serão extraídas em duas vias, sendo a primeira remetida à Procuradoria Fiscal do Estado e a segunda junta aos autos.

§ 2.º - A Fazenda poderá cobrar amigável ou judicialmente o total de custas, emolumentos e contribuições e, depois de ressarcir-se das despesas feitas e de receber os honorários de

advogado fixados na ação de cobrança, participará do rateio com os demais interessados, Artigo 30 - Sempre que algum interessado o exigir, far-se-á depósito prévio, em mãos do escrivão, da importância necessária à garantia das despesas de perícia ou de qualquer diligência, conforme arbitrar o juiz da causa.

Parágrafo único - Não sendo feito o depósito no prazo de cinco dias, considerar-se-á dispensada a perícia ou a diligência.

Artigo 31 - Para os atos que se houverem de praticar fora do auditório ou cartório, quem tiver requerido ou promovido a diligência fornecerá condução aos juízes, serventuários e auxiliares da justiça.

§ 1.º - Não sendo fornecida condução, será cobrada a respectiva despesa, juntando-se aos autos o recibo correspondente.

§ 2.º - Nas diligências realizadas fora do município sede da comarca e que se prolongarem por mais de um dia, os serventuários e auxiliares terão, também, direito às despesas de estada, que consistirão numa diária não superior a um quinto do salário-mínimo regional, fixada pelo juiz da causa.

Artigo 32 - As despesas de condução dos peritos e dos oficiais de justiça serão tabeladas anualmente pelo Corregedor Geral da Justiça, na comarca da Capital, e pelo juiz diretor do Fórum nas demais, tendo em vista o custo médio do transporte adequado à prática do ato e a distância a ser percorrida.

§ 1.º - Da fixação das despesas de condução nas comarcas do interior, poderão as partes, serventuários e auxiliares da justiça reclamar, no prazo de quinze dias, ao Corregedor Geral da Justiça, que decidirá em definitivo.

§ 2.º - Os oficiais de justiça cotarão, em item apartado, as despesas de condução e outras indispensáveis ao cumprimento da diligência; se inúteis ou excessivas, serão glosadas, ficando o oficial obrigado a, no prazo de três dias, sob pena de suspensão, restituir o excesso a quem as houver pago.

Artigo 33 - A parte que não se conformar com a fixação de salários de perito, pelo juiz do feito, poderá reclamar ao Corregedor Geral da Justiça, sem efeito suspensivo da causa.

§ 1.º - A falta de reclamação não obsta à revisão do arbitramento pela instância superior, quando apreciar qualquer recurso.

§ 2.º - Se o perito, notificado, não restituir no prazo de dez dias o excesso de salário, ficará impedido de funcionar em qualquer outra perícia.

Artigo 34 - Os fiscais nomeados na conformidade do disposto no artigo 632 do Código de Processo Civil não terão direito a qualquer retribuição pelo encargo, que deverá ser confiado de preferência a representante do Ministério Público, ainda que não tenha funcionado no processo.

Parágrafo único - Os fiscais são obrigados a recolher, no prazo de quarenta e oito horas, em nome dos interessados, ao estabelecimento oficial de crédito indicado pelo juiz e à disposição deste, as quantias recebidas, prestando contas no prazo de cinco dias após o recebimento.

Artigo 35 - Compete ao distribuidor a distribuição dos livros comerciais, entre os juízes das Varas Cíveis da comarca, assim como o seu preparo, para visto em balanço.

Artigo 36 - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça, sem quaisquer custas ou emolumentos.

Artigo 37 - As praças e leilões judiciais serão realizados pelo porteiro das respectivas Varas, sob fiscalização do juiz.

Artigo 38 - Nos feitos criminais de ação privada, aplicam-se as mesmas normas estabelecidas para os processos cíveis. Nos feitos criminais de ação pública, as custas, emolumentos e contribuições serão pagos a final pelo réu, se condenado, ou pelo Estado, nos termos do § 3.º do artigo 2.º.

Parágrafo único - O modo e a forma de pagamento dos emolumentos devidos pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados, nos feitos criminais de ação pública, quando o réu não for condenado, serão estabelecidos por ato do Secretário da Fazenda, ouvido o Corregedor Geral da Justiça.

CAPÍTULO III

DAS CUSTAS, EMOLUMENTOS E DESPESAS EXTRAJUDICIAIS

Artigo 39 - Os atos extrajudiciais serão pagos diretamente ao serventuário que os praticar, segundo as Tabelas baixadas por decreto, ressalvados os casos de dispensa legal de pagamento.

Artigo 40 - Será gratuita a lavratura de assento de nascimento de pobre ou de óbito de indigente, provada a condição por atestado da autoridade policial da circunscrição em que residir o registrando ou em que residia o morto.

Parágrafo único - Essa prova também poderá ser feita por declaração de hospital oficial ou que receba indigentes, firmada pelo diretor do estabelecimento ou pessoa por ele credenciada.

Artigo 41 - As custas, emolumentos e contribuições dos atos praticados pelo escrivão de notas ou pelo oficial do registro de imóveis serão calculados de acordo com os valores tributários fixados no último lançamento pela Prefeitura Municipal, quando se tratar de imóvel urbano, ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no caso de imóvel rural, sempre que o preço ou o valor declarado no contrato lhes seja inferior.

Artigo 42 - As intimações de protestos serão entregues em mão própria ou feitas mediante carta registrada, com recibo de volta, só se admitindo o edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 43 - Constituem renda do Estado:

I - as custas cobradas nos feitos e recursos cíveis e criminais (artigo 18, inciso II, "in fine");

II - os emolumentos relativos aos atos praticados nos cartórios oficializados e nas Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada;

III - as custas sobre os atos praticados pelos serventuários do foro extrajudicial, calculadas à razão de 20% dos emolumentos destes.

Parágrafo único - O disposto no inciso III não se aplica aos atos relativos ao registro civil das pessoas naturais, bem como ao arquivamento de atos municipais, previsto no § 4.º do artigo 55 do Decreto-lei Complementar n. 9, de 31 de dezembro de 1969.

Artigo 44 - Os oficiais do registro de imóveis registrarão escrituras ou instrumentos particulares, independentemente de certidões negativas de débitos de impostos, taxas ou tarifas incidentes sobre o imóvel, desde que, no próprio instrumento, os contratantes se responsabilizem, expressa e solidariamente, por eventuais débitos.

Artigo 45 - A Corregedoria Geral da Justiça proporá ao Executivo a complementação da renda mínima de serventia cuja extinção não for conveniente.

§ 1.º - A complementação mensal será feita até o limite de três salários-mínimos da região e paga na sede da comarca, pela forma estabelecida em regulamento.

§ 2.º - As serventias sujeitas a este regime poderão ser submetidas a controle especial.

Artigo 46 - Dentro do prazo de quinze dias da publicação de qualquer Tabela que lhes diga respeito, os serventuários a afixarão no seu cartório, em lugar bem visível e franqueado ao público, acompanhando-a da transcrição dos artigos 3.º, 4.º, 9.º, 10, 13, 14 e de outros que a Corregedoria Geral da Justiça determinar, conforme modelo por esta aprovado.

Artigo 47 - Sempre que forem expedidas novas Tabelas, estas não se aplicarão:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados ao serventuário, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 48 - Verificando-se, em decisão transitada em julgado, a imprestabilidade de laudo pericial, por erro grosseiro ou má-fé, perderá o perito ou assistente técnico o direito aos salários, devendo restituí-los, se já recebidos.

Parágrafo único - Considerar-se-á erro grosseiro, nas avaliações, estimativas e arbitramentos, a diferença superior a 30% entre o valor adotado na decisão e a conclusão de qualquer perito ou assistente técnico.

Artigo 49 - As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.

Artigo 50 - Este decreto-lei e suas disposições transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, exceto quanto às disposições referentes às custas, emolumentos e despesas extrajudiciais e às custas, emolumentos e despesas judiciais, que entrarão em vigor, respectivamente, em 1.º de abril e 1.º de maio de 1970, ficando revogados: a Lei n.º 2.260, de 31 de dezembro de 1927; o Decreto n.º 5119, de 21 de julho de 1931; o Decreto n.º 5126, de 23 de julho de 1931; os artigos 2.º e 3.º do Decreto n.º 6872, de 17 de dezembro de 1934; o Decreto n.º 6939, de 4 de fevereiro de 1935; os artigos 29, 31, 32 e 33 da Lei n.º 2480, de 13 de dezembro de 1935; o artigo 74 da Lei n.º 2485, de 16 de dezembro de 1935; os artigos 60 a 63

da Lei n.º 2497, de 24 de dezembro de 1935; a Lei n.º 2630, de 14 de janeiro de 1936; o artigo 123 da Lei n.º 2844, de 7 de janeiro de 1937; o artigo 10 da Lei n.º 2898, de 14 de janeiro de 1937; a Lei n.º 2937, de 2 de abril de 1937; o artigo 6.º da Lei n.º 3049, de 10 de setembro de 1937; o artigo 41 do Decreto n.º 8891, de 31 de dezembro de 1937; o Decreto n.º 9522, de 16 de setembro de 1938; os artigos 34, 35, 36 e 39 do Decreto n.º 9865, de 27 de dezembro de 1938; o artigo 135 do Decreto-lei n.º 11.058, de 26 de abril de 1940; os artigos 4.º e 5.º do Decreto n.º 12.282, de 30 de outubro de 1941; o Decreto n.º 12.561, de 21 de fevereiro de 1942; o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 13.777, de 30 de dezembro de 1943; o § 1.º do artigo 34, os artigos 38, 39 e 40 do Decreto-lei n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944; o Decreto-lei n.º 14.978, de 29 de agosto de 1945; o Decreto-lei n.º 17.224, de 16 de maio de 1947; o Decreto-lei n.º 17.230, de 19 de maio de 1947; o Decreto-lei n.º 17.285, de 11 de junho de 1947; a Lei n.º 292, de 27 de maio de 1949; a Lei n.º 312, de 30 de junho de 1949; a Lei n.º 632, de 1.º de fevereiro de 1950; a Lei n.º 727, de 12 de junho de 1950; o artigo 20 da Lei n.º 936, de 30 de dezembro de 1950; o parágrafo único do artigo 7.º da Lei n.º 2174, de 23 de julho de 1953; os artigos 18 e 21 da Lei n.º 2412, de 15 de dezembro de 1953; a Lei n.º 2533, de 13 de janeiro de 1954; o artigo 15 da Lei n.º 2.958, de 21 de janeiro de 1955; o parágrafo único do artigo 7.º da Lei n.º 3010, de 27 de maio de 1955; a Lei n.º 3224, de 25 de outubro de 1955; o artigo 12 da Lei n.º 3331, de 30 de dezembro de 1955; a Lei n.º 4424, de 10 de dezembro de 1957; a Lei n.º 4831, de 28 de agosto de 1958; os artigos 6.º e 14 da Lei n.º 5113, de 31 de dezembro de 1958; a Lei n.º 5129, de 5 de janeiro de 1959; os incisos III e IV do artigo 16 da Lei n.º 5174, de 7 de janeiro de 1959; o artigo 7.º da Lei n.º 5580, de 21 de janeiro de 1960; a Lei n.º 5889, de 26 de setembro de 1960; o artigo 67 da Lei n.º 6626, de 30 de dezembro de 1961; o artigo 67 da Lei n.º 6786, de 6 de abril de 1962; a Lei n.º 7187, de 19 de outubro de 1962; a Lei n.º 7748, de 24 de janeiro de 1963; a Lei n.º 7830, de 15 de fevereiro de 1963; o artigo 12 e o parágrafo único do artigo 51 da Lei n.º 7951, de 2 de julho de 1963; os artigos 9.º, 10 e 11 da Lei n.º 8553, de 30 de dezembro de 1964; a Lei n.º 9531, de 6 de outubro de 1966; o artigo 10 da Lei n.º 9589, de 30 de dezembro de 1966; a Lei n.º 9737, de 3 de março de 1967; a Lei n.º 9895, de 8 de novembro de 1967; a Lei n.º 10.046, de 6 de fevereiro de 1968 e a Lei n.º 10.135, de 12 de junho de 1968, e todas as disposições, gerais ou especiais, que concedem a dispensa, total ou parcial, de custas e emolumentos.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1.º - Enquanto não for efetivada a implantação total dos novos níveis de vencimentos do funcionalismo público, estabelecidos no Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, os oficiais de justiça terão direito a emolumentos, além do reembolso das despesas de condução, que serão, na Comarca da Capital, fixadas em conjunto com aqueles, em Tabela aprovada pelo decreto a que se refere o artigo 1.º deste decreto-lei.

Artigo 2.º - Os oficiais de justiça "ad hoc" e os oficiais de justiça auxiliares, não integrantes dos quadros do funcionalismo público, terão direito aos emolumentos e despesas de condução, na forma do artigo anterior.

Artigo 3.º - Dentro de trinta dias da vigência deste decreto-lei, as Secretarias dos Tribunais providenciarão a baixa aos cartórios de origem dos feitos paralisados por inexistência ou insuficiência de preparo, deserção de recurso ou falta de pagamento de porte.

Artigo 4.º - Nas comarcas em que as funções de Contador não constituírem anexo do distribuidor, as atribuições e emolumentos previstos no artigo 35 deste decreto-lei, bem como a distribuição e preparo de livros comerciais para autenticação judicial, serão divididos entre os referidos serventuários, conforme o estabelecido em provimento do juiz corregedor permanente.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 25 de março de 1970.

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Substituto

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

GSJ - 99-70

Senhor Governador

No desempenho das incumbências desta Pasta da Justiça, tenho a honra de submeter à alta

apreciação de Vossa Excelência os projetos de Decreto-lei e de Decreto, o primeiro dispendo sobre o Regimento de Custas e Emolumentos, e o segundo aprovando as tabelas correspondentes, consoante determina o Código Judiciário do Estado.

Pareceu-me conveniente, Senhor Governador, elaborar concomitantemente o projeto de Decreto-lei normativo e do Decreto que aprova as tabelas de preços, por cuidarem de matérias conexas, que, apreciadas em conjunto, permitiram um melhor ajustamento, entre a norma implantadora do novo sistema adotado pelo Estado, e os valores dos atos judiciais e extrajudiciais tabelados.

Esse trabalho contou com a colaboração de ilustres advogados militantes, serventuários de cartórios oficializados e não oficializados, técnicos da Secretaria da Fazenda e assessores de meu Gabinete, os quais, em conjunto e numa troca permanente de informações e experiência, conseguiram dar organicidade e sistema ao novo Regimento de Custas e Emolumentos, que visa a atender e equilibrar o interesse das partes e a justa remuneração do Estado, dos serventuários e dos auxiliares da Justiça.

Afinal, os projetos foram submetidos à douta consideração do Egrégio Tribunal de Justiça, que os apreciou em Sessão Plenária de 18 do corrente, sem oferecer qualquer restrição aos textos e tabelas correspondentes.

Esclarecida, assim, a maneira de elaboração desses projetos, permito-me acentuar as suas principais inovações, à guisa de justificativa de seus textos e dos valores consignados nas tabelas que os acompanham.

Novo Sistema de Custas e Emolumentos

1. O Código Judiciário do Estado - Decreto-Lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969 - inovou fundamentalmente o sistema de custas, despesas judiciais e extrajudiciais (artigos 252 a 260), caracterizando todas elas como preços, e estabelecendo o seu "quantum" global, em proporção ao valor da causa, ou segundo a natureza do feito, ou a espécie do recurso ou do ato, fixado em tabelas aprovadas por decreto.

Inovou, ainda, na forma de recolhimento, impondo como regra o pagamento inicial da metade do preço global nos feitos contenciosos e a segunda metade, pelo recorrente, na interposição do recurso; nos feitos não contenciosos o pagamento será integral, no ato de distribuição; o pagamento global abrangerá todos os atos do processo e recursos que independam de instrumento; será permitido o recolhimento não só nas repartições arrecadoras como também por via bancária. Tudo isto visou à celeridade da Justiça e à simplificação do processo, tantas vezes entravado por repetidas contagens de custas e pagamentos de exíguos preparos e portes. Estas inovações, todavia, estavam a exigir normas mais completas e tabelas explicativas e atualizadas dos preços dos atos judiciais e extrajudiciais, o que agora se consubstancia no Decreto-lei e no Decreto propostos, para implantação do novo sistema.

Atualização dos preços

2. O Regimento de Custas ainda em vigor, Lei n.º 4.831, de 28 de agosto de 1958, teve suas tabelas reajustadas por diversos diplomas posteriores, vigorando atualmente a Lei n.º 9.531, de 6 de outubro de 1966, que, na grande maioria dos casos, se limita a decuplicar os preços fixados na Lei n.º 4.831-58.

Pelos índices oficiais de correção monetária, a proporção exata do aumento, na data da promulgação da Lei n.º 9.531, deveria ser de 26 vezes (v. Portaria n.º 24, de 24 de fevereiro de 1970, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em que se encontram os índices de correção de 48,10, para o mês de agosto de 1958, e 1,85, para outubro de 1966).

Para atualizar as tabelas vigentes, seria preciso multiplicá-las por 1,85, de acordo com essa Portaria, ou por 2,02, segundo as estatísticas de custo de vida na Capital, elaboradas pela Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura Municipal de São Paulo (índice do mês de fevereiro deste ano: 23.369; do mês de outubro de 1966: 11.569).

Embora os novos preços propostos não correspondam, em muitos casos, ao dobro dos ora vigentes, podendo ser inferiores ou superiores, em média estão em torno desse dobro. Aham-se, porém, muito distanciados dos níveis primitivos, constantes da Lei n.º 4.831; para que os alcançassem, seria mister que fossem quintuplicados os preços insertos na Lei n.º 9.531.

Simplificação

3. Na esteira do Código Judiciário, Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, procurou-se, com empenho, simplificar ao máximo o sistema e a forma de arrecadação das custas.

De acordo com os novos projetos, dificilmente poderá haver mais de dois pagamentos de custas nos autos: um, por ocasião da distribuição do feito, pelo autor; outro, na oportunidade do recurso contra a sentença, pelo recorrente. Se o vencido se conformar com a decisão e não embarçar a execução, até mesmo o pagamento dessa segunda prestação, igual à primeira, será dispensado. Tão somente as intervenções de assistentes, litisconsortes, oponentes ou terceiros prejudicados é que estarão sujeitas a complemento de preço, bem como o processamento de recursos em apartado. Todos os atos que se processam dentro dos autos principais, a cargo do escrivão ou da Secretaria dos Tribunais, inclusive recursos e execução de sentença, estão compreendidos dentro do preço previsto, sem outros acréscimos. Só alguns atos avulsos, como cartas, certidões e traslados, é que estão sujeitos a pagamento suplementar.

4. A leitura dos preços se fará diretamente, sem necessidade de cálculos ou de remissões de uma para outra tabela. Para isso, foram estabelecidas diversas faixas de valores, dentro das quais; o preço é fixado globalmente, abrangendo emolumentos do distribuidor e do escrivão, custas do Estado, contribuição à Ordem dos Advogados e às Carteiras de Previdência.

Assim, os processos ganharão certamente em celeridade, com a supressão: das contas de custas (desnecessárias, à vista da simplicidade das tabelas), do preparo em segunda instância e até mesmo da complementação de preparo, quando este for insuficiente.

5. O próprio recolhimento das custas será bastante facilitado, podendo ser feito em mãos do serventuário ou pago diretamente pelo interessado, em repartição arrecadadora ou em estabelecimento de crédito autorizado.

Distribuição mais Democrática dos Preços

6. A Lei n.º 4.831 e todos os diplomas que se lhe seguiram impuseram ao economicamente menos forte o pagamento de preços proporcionalmente bem mais elevados, pelo mesmo serviço, que os previstos para os mais ricos.

A causa de menor valor, por exemplo, é muito mais onerosa para as partes, na situação atual, que, proporcionalmente, os feitos de alto valor, o mesmo acontecendo com as escrituras de baixo preço ou os registros de atos de pequena importância em dinheiro, em relação aos de maior importância.

As tabelas propostas não se esquecem de que o serventuário despende praticamente o mesmo, de material e mão-de-obra, qualquer que seja o valor do ato, mas procuram não sobrecarregar o hipossuficiente.

Com essa finalidade, nas causas de pequeno valor, o Estado não arrecadará custas, nem as Carteiras de Previdência receberão as suas contribuições. Uma ação de despejo no valor de NCr\$ 400,00, contestada, pagará, na Comarca de São Paulo, de custas ao Estado, emolumentos do escrivão e do distribuidor e contribuições de previdência, incluídos todos os recursos que se processam nos autos e a execução, NCr\$ 16,00, enquanto que atualmente só os emolumentos do escrivão, as custas do Estado e a contribuição à Ordem dos Advogados atingem NCr\$ 22,40, sem contar os emolumentos de distribuição, a Taxa de Expediente Forense (que é suprimida, nos projetos ora apresentados), o preparo de recursos, em primeira e segunda instância, e as custas da execução.

Outras Inovações

7. Vale a pena, por último, chamar a atenção para algumas das inovações mais marcantes dos projetos, desenvolvendo temas já enunciados no Código Judiciário ou, então, formulando outras medidas de alto alcance, tais como: a que autoriza a revisão periódica das Tabelas, de sorte a estarem sempre atualizadas, com o que se tornará possível a efetiva fiscalização do seu cumprimento e a conseqüente responsabilização dos serventuários que cobrarem acima do permitido; a que dispensa, no registro de transações relativas a imóveis, a necessidade de prévia exibição de certidões negativas estaduais ou municipais, desde que os contraentes se responsabilizem, expressa e solidariamente, por eventuais débitos; a que fixa os emolumentos do depositário de acordo com o valor da causa, e não o do bem depositado, estabelecendo-se, além disso, que os depósitos em dinheiro, metais e pedras preciosas não estarão sujeitos a qualquer pagamento de custas e emolumentos; a que restabelece a verdade financeira da transação, ordenando que se tomem por base, para o cálculo das custas, os valores fiscais aceitos pela Prefeitura Municipal ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, sempre que superiores ao preço ou ao valor do contrato; a previsão de preços para a microfilmagem, as fotocópias e as xerocópias, facilitando-se assim a implantação desses processos mais expeditos e mais seguros de reprodução de documentos.

Estas, Senhor Governador, as linhas mestras dos projetos ora submetidos à sua alta

consideração, para que, convertidos em norma legal, venham substituir o atual regimento de custas e respectivas tabelas, implantando um sistema novo e funcional, dentro das diretrizes renovadoras do Governo de Vossa Excelência.

Hely Lopes Meirelles - Secretário da Justiça

DECRETO N.º 52.424, DE 25 DE MARÇO DE 1970

Revoga os decretos que enumera referentes às custas e emolumentos.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta

Artigo 1.º - Ficam revogados: o Decreto n.º 3.965, de 21 de dezembro de 1925; o Decreto n.º 8.134, de 29 de janeiro de 1937; o Decreto n.º 8.605, de 27 de setembro de 1937; o Livro X e os artigos 41, 49 e 59 do Livro XI do Decreto n.º 22.022, de 31 de janeiro de 1953; o Decreto n.º 26.838, de 22 de novembro de 1956; o Decreto n.º 27.092, de 24 de dezembro de 1956; o Decreto n.º 33.473, de 23 de agosto de 1958; o Decreto n.º 34.829, de 14 de abril de 1959; o artigo 1.º do Decreto n.º 47.762, de 17 de fevereiro de 1967 e o Decreto n.º 49.858, de 21 de junho de 1968.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 25 de março de 1970.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

DECRETO N.º 52.425, DE 25 DE MARÇO DE 1970 - Aprova as Tabelas de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovadas, nos termos e para os fins dos artigos 254 e 259 do Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, e do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, as quatorze Tabelas que acompanham este decreto.

Artigo 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias oficializadas.

Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso II do artigo 21 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 8% (oito por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, e 12% (doze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Parágrafo único - Os emolumentos que nas serventias não oficializadas são devidos aos respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado não se compreendem na disposição deste artigo.

Artigo 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 45 da Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967.

Artigo 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento) do total fixado.

Artigo 6.º - As Tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou ao oficial do registro de imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 7.º - Este decreto entrará em vigor a 1.º de abril de 1970, quanto às Tabelas 10 a 14, e a

1.º de maio de 1970, quanto às Tabelas 1 a 9.
Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970.
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Hely Lopes Meirelles - Secretário da Justiça
Publicado na Casa Civil, aos 25 de março de 1970.
Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

TABELA 1
DOS FEITOS E RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Notas genéricas

- 1.ª - os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas Tabelas 2 a 9.
- 2.ª - Nos feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor constituem renda do Estado.
- 3.ª - Consideram-se de valor inestimável:
 - a) os pedidos de interdição, tutela, curatela, remoção e destituição de tutor ou curador;
 - b) os protestos, interpelações e notificações;
 - c) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiro;
 - d) qualquer outro feito cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.
- 4.ª - os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:
 - a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial;
 - b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.
- 5.ª - Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecida na nota anterior a ação popular (v. item I, nota 1.ª), o desquite litigioso (v. item I, nota 2.ª), o executivo fiscal (v. artigo 2.º do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e item II, nota 2.ª), a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia (v. item II, nota 4.ª) e os processos crimes de ação pública.
- 6.ª - Para que se processe a oposição, o oponente deverá pagar importância igual à devida, até o momento, pelo autor ou requerente.
- 7.ª - Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.ª Nota do item II
- 8.ª - Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "h" da 4.ª Nota genérica.
- 9.ª - Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.
- 10.ª - Os feitos cíveis com mais de 200 folhas passarão automaticamente a ser tabelados de acordo com o item I, sendo exigível a partir desse momento o complemento do preço, vedados espaços inúteis entre os termos do processo.
- 11.ª - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições, recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

I - Feitos cíveis não tabelados nos itens II e III prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	A Carteira das servenias	Total
----------------	----------------------------------	-----------	-------	-----------------------------------	-------

- até NCr\$ 100,00	4,00	nihil	4,00	0,60	4,60
- de NCr\$ 100,01 a 200,00	8,00	nihil	8,00	1,20	9,20
- de NCr\$ 200,01 a 300,00	12,00	nihil	12,00	1,80	13,80
- de NCr\$ 300,01 a 400,00	16,00	nihil	16,00	2,40	18,40
- de NCr\$ 400,01 a 500,00	20,00	nihil	20,00	3,00	23,00
- de NCr\$ 500,01 a 600,00	20,00	4,00	24,00	3,00	27,00
- de NCr\$ 600,01 a 800,00	22,00	6,00	28,00	3,30	31,30
- de NCr\$ 800,01 a 1.000,00	24,00	8,00	32,00	3,60	35,60
- de NCr\$ 1.000,01 a 1.200,00	28,00	10,00	36,00	3,90	39,90
- de NCr\$ 1.200,01 a 1.400,00	28,00	12,00	40,00	4,20	44,20
- de NCr\$ 1.400,01 a 1.600,00	30,00	14,00	44,00	4,50	48,50
- de NCr\$ 1.600,01 a 1.800,00	32,00	16,00	48,00	4,80	52,80
- de NCr\$ 1.800,01 a 2.000,00	36,00	20,00	56,00	5,40	61,40
- de NCr\$ 2.000,01 a 3.000,00	40,00	24,00	64,00	6,00	70,00
- de NCr\$ 3.000,01 a 4.000,00	44,00	28,00	72,00	6,60	78,60
- de NCr\$ 4.000,01 a 5.000,00	48,00	32,00	80,00	7,20	87,20
- de NCr\$ 5.000,01 a 6.000,00	52,00	36,00	88,00	7,80	95,80
- de NCr\$ 6.000,01 a 8.000,00	60,00	44,00	104,00	9,00	113,00
- de NCr\$ 8.000,01 a 10.000,00	68,00	52,00	120,00	10,20	130,20
- de NCr\$ 10.000,01 a 12.000,00	76,00	64,00	140,00	11,40	151,40
- de NCr\$ 12.000,01 a 14.000,00	84,00	76,00	160,00	12,60	172,60
- de NCr\$ 14.000,01 a 16.000,00	92,00	88,00	180,00	13,80	193,80
- de NCr\$ 16.000,01 a 18.000,00	100,00	100,00	200,00	15,00	215,00
- de NCr\$ 18.000,01 a 20.000,00	104,00	116,00	220,00	15,60	235,60
- de NCr\$ 20.000,01 a 25.000,00	108,00	136,00	244,00	16,20	260,20
- de NCr\$ 25.000,01 a 30.000,00	112,00	156,00	268,00	16,80	284,80
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00	116,00	176,00	292,00	17,40	309,40
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00	120,00	200,00	320,00	18,00	338,00
- de NCr\$ 50.000,01 a 60.000,00	124,00	236,00	360,00	18,60	378,60
- de NCr\$ 60.000,01 a 80.000,00	128,00	272,00	400,00	19,20	419,20

Notas:

1.ª - Na ação popular, as custas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.

2.ª- No desquite litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III para as causas de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá, até a contestação, efetuar o complemento do preço, de acordo com o item I.

Havendo bens a partilhar, o interessado deverá pagar sobre o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.

Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento adicional (v. itens II e III).

3.^a - Na falência ou na concordata, as custas e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo, e calculados sobre este.

As ações que surgem da falência ou da concordata estão sujeitas ao tabelamento deste item, segundo o seu valor. Os processos de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias, as impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (v. item III).

4.^a - Nos seguintes feitos, o preço mínimo será igual ao das causas de valor inestimável: desquite litigioso, investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço, para que prossiga.

5.^a - Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão os emolumentos dos serventuários dos cartórios não oficializados, ficando dispensados do pagamento das custas devidas ao Estado e, nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.

6.^a - Inventário, arrolamento, arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa, calculando-se ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.

- até NCr\$ 200,00
- de NCr\$ 200,01 a 300,00
- de NCr\$ 300,01 a 400,00
- de NCr\$ 400,01 a 500,00
- de NCr\$ 500,01 a 600,00
- de NCr\$ 600,01 a 800,00
- de NCr\$ 800,01 a 1.000,00
- de NCr\$ 1.000,01 a 1.200,00
- de NCr\$ 1.200,01 a 1.400,00
- de NCr\$ 1.400,01 a 1.600,00
- de NCr\$ 1.600,01 a 1.800,00
- de NCr\$ 1.800,01 a 2.000,00
- de NCr\$ 2.000,01 a 3.000,00
- de NCr\$ 3.000,01 a 4.000,00
- de NCr\$ 4.000,01 a 5.000,00
- de NCr\$ 5.000,01 a 6.000,00
- de NCr\$ 6.000,01 a 8.000,00
- de NCr\$ 8.000,01 a 10.000,00
- de NCr\$ 10.000,01 a 12.000,00
- de NCr\$ 12.000,01 a 14.000,00
- de NCr\$ 14.000,01 a 16.000,00
- de NCr\$ 16.000,01 a 18.000,00
- de NCr\$ 18.000,01 a 20.000,00
- de NCr\$ 20.000,01 a 25.000,00
- de NCr\$ 25.000,01 a 30.000,00
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00
- de NCr\$ 50.000,01 a 60.000,00
- de NCr\$ 60.000,01 a 80.000,00
- de NCr\$ 80.000,01 a 100.000,00
- de NCr\$ 100.000,01 a 150.000,00
- de NCr\$ 150.000,01 a 200.000,00
- de NCr\$ 200.000,01 a 250.000,00
- de NCr\$ 250.000,01 a 300.000,00
- de NCr\$ 300.000,01 a 400.000,00
- pelo que exceder de NCr\$
- 400.000,00: cada NCr\$ 100.000,00

Notas:

1.^a - Acidente do trabalho: quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária, o preço

total será calculado à razão de 1,5% sobre a indenização paga em dinheiro e rateado proporcionalmente, depois de deduzidas as despesas de condução do oficial de justiça, pela forma seguinte:

Ao Escrivão	63%
Ao Distribuidor	7%
Ao Oficial de Justiça	30%

Se as despesas de condução já estiverem incluídas no preço da diligência do oficial de justiça, o rateio assim se fará:

Ao Escrivão	54%
Ao Distribuidor	6%
Ao Oficial de Justiça	40%

Nestas hipóteses, a Ordem dos Advogados e as Carteiras de Previdência nada receberão.

2.^a - Executivo fiscal: antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, aplica-se o item III. Na distribuição do feito os Municípios ou suas respectivas autarquias pagarão, de acordo com o item III, unicamente os emolumentos do escrivão e do distribuidor, se não forem titulares de serventia oficializada. Vencido, sem liquidação do débito, o prazo para defesa, o exequente deverá completar de acordo com o item II o pagamento dos emolumentos dos serventuários. A União, o Estado e suas respectivas autarquias nada pagarão.

3.^a - Para ser admitido como assistente em mandado de segurança, cada interessado deverá juntar aos autos, sem prejuízo do andamento do feito, comprovante de haver pago:

	NCr\$
Ao Escrivão	9,00
Ao Distribuidor	1,00
Ao Estado	10,00
	20,00

A Carteira das Serventias 1,50
21,50

4.^a - Nas ações de alimentos, de alimentos provisionais e de revisão de pensão alimentícia, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III. Se rejeitada a conciliação em audiência, deverá, no prazo de três dias, efetuar o complemento da prestação inicial, fixada no item II.

III - Feitos não contenciosos; desquite por mútuo consentimento; processos preparatórios, preventivos e incidentes, inclusive alvará de separação de corpos, busca e apreensão de menor, arrolamento de bens do casal; protestos, interpelações e notificações; retificações e averbações do registro civil; nomeação, remoção e destituição de tutor ou curador; pedido de extinção das obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias, impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de testamento; venda de quinhão em coisa comum; ação de remição de imóvel hipotecado; eleição de cabecel de bens enfitêuticos - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	À Carteira das Serventias	Total
----------------	----------------------------	--------------	-------	------------------------------	-------

- até NCr\$ 400,00	4,00	Nkul	4,00	0,60	4,60
- de NCr\$ 400,01 a 500,00	5,00	Nkul	5,00	0,75	5,75
- de NCr\$ 500,01 a 600,00	5,00	1,00	8,00	0,75	6,75
- de NCr\$ 600,01 a 800,00	5,50	1,50	7,00	0,83	7,83
- de NCr\$ 800,01 a 1.000,00	6,00	2,00	8,00	0,90	8,90
- de NCr\$ 1.000,01 a 1.200,00	6,50	2,50	9,00	0,98	9,98
- de NCr\$ 1.200,01 a 1.400,00	7,00	3,00	10,00	1,05	11,05
- de NCr\$ 1.400,01 a 1.600,00	7,50	3,50	11,00	1,13	12,13
- de NCr\$ 1.600,01 a 1.800,00	8,00	4,00	12,00	1,20	13,20
- de NCr\$ 1.800,01 a 2.000,00	9,00	5,00	14,00	1,35	15,35
- de NCr\$ 2.000,01 a 3.000,00	10,00	6,00	18,00	1,50	17,50
- de NCr\$ 3.000,01 a 4.000,00	11,00	7,00	18,00	1,65	19,65
- de NCr\$ 4.000,01 a 5.000,00	12,00	8,00	20,00	1,80	21,80
- de NCr\$ 5.000,01 a 8.000,00	13,00	9,00	22,00	1,95	23,95
- de NCr\$ 8.000,01 a 10.000,00	15,00	11,00	26,00	2,25	28,25
- de NCr\$ 10.000,01 a 12.000,00	17,00	13,00	30,00	2,55	32,55
- de NCr\$ 12.000,01 a 14.000,00	19,00	16,00	35,00	2,85	37,85
- de NCr\$ 14.000,01 a 16.000,00	21,00	19,00	40,00	3,15	43,15
- de NCr\$ 16.000,01 a 18.000,00	23,00	22,00	45,00	3,45	48,45
- de NCr\$ 18.000,01 a 20.000,00	25,00	25,00	50,00	3,75	53,75
- de NCr\$ 20.000,01 a 25.000,00	26,00	29,00	55,00	3,90	58,90
- de NCr\$ 25.000,01 a 30.000,00	27,00	34,00	61,00	4,05	65,05
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00	28,00	39,00	67,00	4,20	71,20
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00	29,00	44,00	73,00	4,35	77,35
- de NCr\$ 50.000,01 a 60.000,00	30,00	50,00	80,00	4,50	84,50
- de NCr\$ 60.000,01 a 80.000,00	31,00	59,00	90,00	4,65	94,65
- de NCr\$ 80.000,01 a 100.000,00	32,00	68,00	100,00	4,80	104,80
- de NCr\$ 100.000,01 a 150.000,00	33,00	77,00	110,00	5,05	115,05
- de NCr\$ 150.000,01 a 200.000,00	34,00	86,00	120,00	5,10	125,10
- de NCr\$ 200.000,01 a 300.000,00	35,00	95,00	130,00	5,25	135,25

Notas:

1.ª - Desquite por mútuo consentimento: a prestação inicial Corresponderá à dos feitos de valor inestimável, sem qualquer acréscimo por ocasião da subida dos autos à superior instância. Havendo partilha de bens, sobre o valor destes será paga, ao baixarem os autos, uma prestação de acordo com o item III. Havendo recurso da decisão que julgar a partilha, nova prestação será devida.

2.ª - Extinção das obrigações do falido: o valor da causa equivalerá a 40% dos créditos habilitados na falência.

3.ª - Habilitação de credor retardatário e pedido de restituição de mercadorias: o preço será

calculado de acordo com o valor do crédito ou das mercadorias.

4.^a - Impugnação de crédito em falência ou concordata: gozam de isenção total o síndico, o comissário, o falido, o concordatário e o representante do Ministério Público.

IV - Processos crimes:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	A Carteira das Serventias	Total
a) de ação pública:					
processo comum	NCr\$ 15,00	nul	15,00	2,25	17,25
processo especial...	NCr\$ 20,00	10,00	30,00	3,00	
33,00					
b) de ação privada	NCr\$ 70,00	50,00	120,00	10,50	
130,50					

Notas:

1.^a - Os preços deste item compreendem o custo total do feito, inclusive recursos processados nos autos principais.

2.^a - Nos processos crimes de ação privada, o querelante pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b"; a outra metade será paga por ocasião do recurso, pelo recorrente.

Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.

3.^a - Os "habeas-corpus", inclusive os de competência originária dos Tribunais, estão isentos de qualquer pagamento com base neste item.

4.^a - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo.

5.^a - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela,

V - Cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, recebidas para cumprimento:

a) para citação, intimação ou notificação:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	A Carteira das Serventias	Total
- até NCr\$ 1.000,00	5,00	nul	5,00	0,75	5,75
- de NCr\$ 1.000,01 a 5.000,00, ou de valor inestimável	8,00	2,00	10,00	1,20	11,20
- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00 ..	11,00	4,00	15,00	1,65	16,65
- mais de NCr\$ 50.000,00	14,00	6,00	20,00	2,10	22,10

b) para outros fins:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	A Carteira das Serventias	Total
- até NCr\$ 1.000,00 *	10,00				
- de NCr\$ 1.000,01 a 5.000,00, ou de valor inestimável	16,00				
- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00	22,00				
- mais de NCr\$ 50.000,00	28,00				

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estad o	Total	A Carteira das Serventias	Total
- até NCr\$ 1.000,00 *	10,00	nul	10,00	1,50	11,50
- de NCr\$ 1.000,01 a 5.000,00, ou de valor inestimável	16,00	4,00	20,00	2,40	22,40
- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00	22,00	8,00	30,00	3,30	33,30
- mais de NCr\$ 50.000,00	28,00	12,00	40,00	4,20	44,20

Notas:

- 1.^a - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição.
 - 2.^a - Nos feitos criminais, as precatórias, rogatórias e cartas de ordem, expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de beneficiário de assistência judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste item, sendo por ele responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.
 - 3.^a - As precatórias expedidas a requerimento do em pregado, nas ações de acidente do trabalho, não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste item.
 - 4.^a - Nas cartas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento, antes da devolução ou entrega da precatória, como se se tratasse de feito tabelado no item III.
 - 5.^a - As cartas precatórias, rogatórias ou de ordem não estão sujeitas a pagamento, quando de sua extração, devendo as cartas precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vias, para que as cópias sirvam de contrafé, quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado.
 - 6.^a - Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.
- VI - Recurso que se processe em apartado - além das despesas de traslado e certidões para a formação do instrumento:

	Ao Escrivão e ao Distr.	Ao Estado	Total	À Carteira das Serventias	Total
a) quando interposto perante juiz	NCr\$ 5,00	5,00	10,00	0,75	10,75
b) quando interposto perante Tribunal de Justiça ou de Alçada	NCr\$	20,00	20,00		

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo de dúvida suscitada pelo oficial do registro de imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a cota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade e de uma só vez no juízo ou Tribunal em que interposto o recurso.

3.^a - OS feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste item; não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição parcial, o mesmo que o tabelado no item VI, letra "a", sendo o pagamento total feito em primeira instância.

VIII - Conflito de jurisdição - para distribuição: Ao Estado NCr\$ 10,00.

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas genéricas

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela 1, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais, estará sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

TABELA

I - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, "verbo adverbium" ou breve relatório, datilografada:

	Ao Escrivão e ao Distr.	À Carteira das Serventias
- pela primeira folha	NCr\$ 2,00	0,02
- por página que acrescer .	NCr\$ 1,00	nihil

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na íntegra, nenhum acréscimo será devido sobre o preço deste item.

2.^a - Se na mesma certidão existir mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentos ou de peças de processos:

	Ao Escrivão e ao Distr.	À Carteira das Serventias
por página datilografada	NCr\$ 1,00	0,15

Notas:

1.^a - Cobrar-se-ão de acordo com este item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos; os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro

documento autêntico extraído de autos para produzir efeito fora deles e que não revista a forma de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopiadora, será livre ao advogado interessado fornecer as fotocópias ou xerocópias necessárias à formação de instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos da autenticação (item IV), mais o correspondente, no item 1, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

	Ao Escrivão e ao Distr.	A Carteira das Serventias
III – Reprodução de peça dos autos por página:		
a) mediante xerocópia autenticada	NCr\$ 1,00	0,15
a) mediante fotocópia autenticada	NCr\$ 1,50	0,23
IV - Autenticação de peça extraída de autos judiciais - por página		
	NCr\$ 0,20	0,03
V - Alvarás, mandados e ofícios pelo seu processamento e expedição em processos findos e arquivados		
	NCr\$ 3,00	0,45
VI - Resposta em folha corrida:		
- na comarca da Capital, compreendendo todos os cartórios criminais:		
Ao Estado	NCr\$ 12,00	
- nas demais comarcas - por serventuário que certificar:	NCr\$ 1,00	0,15

Nota:

Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

TABELA 3 DOS DISTRIBUIDORES

I - Distribuição de feito judicial ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v. Tabela 1.

Notas:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou retificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação à margem da distribuição a oposição, os embargos de terceiro, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da lide.

II - Distribuição, entre os juízes das Varas Cíveis da Comarca, e preparo de livro comercial, para visto em balanço:

Ao Distribuidor..... NCr\$ 2,00

A Carteira das Serventias..... NCr\$ 0,30

NCr\$ 2,30

III - Distribuição e preparo de livro comercial, inclusive todas as diligências, para autenticação judicial:

	Ao Escrivão e ao Distr.	À Carteira das Serventias
a) de livro até 1.000 folhas	NCr\$ 6,00	0,90
b) de livro de mais de 1.000 folhas;.....	NCr\$ 12,00	1,80

IV - Distribuição não compreendida nos itens I a III, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:

Ao Distribuidor..... NCr\$ 1,00
A Carteira das Serventias NCr\$ 0,15
NCr\$ 1,15

Nota:

Não estão sujeitas a distribuição as escrituras, nem os respectivos registros.

V -- Certidão de distribuição:

a) período até 5 anos:		
- uma pessoa	NCr\$ 3,00	0,45
- por pessoa que crescer, na mesma certidão	NCr\$ 1,00	0,15
a) período superior a 5, até 10 anos:		
- uma pessoa	NCr\$ 4,00	0,80
- por pessoa que crescer, na mesma certidão	NCr\$ 1,50	0,23
a) período superior a 10, até 20 anos:		
- uma pessoa	NCr\$ 6,00	0,90
- por pessoa que crescer, na mesma certidão	NCr\$ 2,00	0,30
a) período superior a 20 anos:		
- uma pessoa	NCr\$ 8,00	1,20
- por pessoa que crescer, na mesma certidão	NCr\$ 2,50	0,38

Notas:

1.ª - Os preços acima se referem à certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção do seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou massa falida correspondentes à mesma pessoa.

2.ª - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.ª - Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos neste item.

4.ª - os preços estabelecidos neste item correspondem à primeira folha da certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrado de acordo com a Tabela 2, item 1.

TABELA 4 DOS CONTADORES

I - Conta de liquidação, inclusive juros e rateio:
Sobre o valor apurado:

	Ao Escrivão e ao Distr.	A Carteira das Serventias
- até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 2,00	0,30
- de NCr\$ 1.000,01 a 3.000,00	NCr\$ 4,00	0,80
- de NCr\$ 3.000,01 a 5.000,00	NCr\$ 6,00	0,90
- de NCr\$ 5.000,01 a 10.000,00	NCr\$ 12,00	1,80
- de NCr\$ 10.000,01 a 50.000,00	NCr\$ 18,00	2,70
- de NCr\$ 50.000,01 a 100.000,00	NCr\$ 25,00	3,75
- pelo que exceder de NCr\$ 100.000,00: cada NCr\$ 50.000,00 ou fração	NCr\$ 5,00	0,75

Nota:

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta.

II - Conta de liquidação, para purgação da mora, nas ações de despejo: Sobre o valor da causa:

	Ao Escrivão e ao Distr.	A Carteira das Serventias
- até NCr\$ 1.000,00	NCr\$ 0,50	0,08
- de NCr\$ 1.000,01 a 3.000,00	NCr\$ 1,00	0,15
- de NCr\$ 3.000,01 a 5.000,00	NCr\$ 1,50	0,23
- de NCr\$ 5.000,01 a 10.000,00	NCr\$ 3,00	0,45
- de NCr\$ 10.000,01 a 50.000,00	NCr\$ 4,50	0,68
- de NCr\$ 50.000,01 a 100.000,00	NCr\$ 6,00	0,90
- pelo que exceder de NCr\$ 100.000,00: cada	NCr\$ 1,00	0,15

III - Cálculo de imposto de transmissão em qualquer processo, e de liquidação em arrolamento ou inventário: o dobro do constante no item I, sendo o cálculo feito sobre o valor do monte-mor. Notas:

1.^a - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo e do passivo, não estando sujeito a acréscimo, ainda que no mesmo processo haja mais de uma sucessão.

2.^a - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item 1.

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do item 1, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de créditos e contas em falência, concordata, concurso creditório e prestações de contas em geral: metade de estabelecido no item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão, a moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de instituições financeiras:

	Ao Contador	A Carteira das Serventias
- por cálculo	NCr\$ 1,00	0,15

TABELA 5

DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sobrepartilha: o dobro do previsto na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Quando o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, o preço será reduzido à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepartilha: o mesmo que o fixado na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, Item I.

TABELA 6

DOS DEPOSITÁRIOS

I - Depósito em mãos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa: o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela 1.

Notas:

1.a - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça e sem quaisquer custas ou emolumentos.

2.a - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas pela guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

3.a - Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

4.a - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade até o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 57% sobre os rendimentos líquidos do bem depositado.

II - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item 1.

TABELA 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I - Citação, notificação ou intimação, na comarca da Capital:

a) de uma pessoa, em horário normal:

VALOR DA CAUSA

- até NCr\$ 500,00	NCr\$	NCr\$ 4,00
--------------------	-------	------------

- de NCr\$ 500,01 a 5.000,00	NCr\$	8,00
------------------------------	-------	------

- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00	NCr\$	12,00
---------------------------------	-------	-------

- mais de NCr\$ 50.000,00	NCr\$	16,00
---------------------------	-------	-------

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 5.º, § 1.º, do Código de Processo Civil:

VALOR DA CAUSA

— até NCr\$ 500,00	NCr\$	6,00
--------------------	-------	------

— de NCr\$ 500,01 a 5.000,00	NCr\$	12,00
------------------------------	-------	-------

— de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00	NCr\$	18,00
---------------------------------	-------	-------

— mais de NCr\$ 50.000,00	NCr\$	24,00
---------------------------	-------	-------

c) por pessoa que acrescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras "a" ou "b".

Notas:

1.ª - O preço acima inclui as despesas de condução.

2.ª - O oficial de Justiça terá direito aos emolumentos deste item quando certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou reside em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informação.

3.a - Nos feitos de valor inestimável (v. Tabela 1, Nota genérica 3.a), a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de NCr\$ 10.000,00; se não for contencioso, como se tivesse o valor de NCr\$ 5.000,00.

4.a - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandados, para servirem de contrafé, o oficial de Justiça terá direito à rasa de NCr\$ 1,00 por página datilografada de contrafé, não se computando na rasa as cópias a carbono, até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela independente.

II - Citação, notificação ou intimação, em comarca que não seja a da Capital, quando realizada no perímetro urbano do município da sede da comarca:

a) de uma pessoa, em horário normal:

VALOR DA CAUSA	Ao Oficial de Justiça.	À Carteira das Serventias	Total
- até NCr\$ 500,00 NCr\$	3,00	0,45	3,45
- de NCr\$ 500,01 a 5.000,00 .	6,00	0,90	6,90
- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00 .	9,00	1,35	10,35
- mais de NCr\$ 50.000,00 13,80	12,00	1,80	

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 5.º, § 1.º, do Código de Processo Civil:

VALOR DA CAUSA	Ao Oficial de Justiça	A Carteira das Serventias	Total
- até NCr\$ 500,00 NCr\$	4,50	0,68	5,18
- de NCr\$ 500,01 a 5.000,00	9,00	1,35	10,35
- de NCr\$ 5.000,01 a 50.000,00	13,50	2,03	15,53
- mais de NCr\$ 50.000,00	18,00	2,70	20,70

c) por pessoa que crescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras "a" ou "b".

Notas:

1.ª - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas pelo juiz diretor do Fórum, o qual estabelecerá também, mediante portaria, os acréscimos de emolumentos devidos pelo ato realizado fora do município sede da comarca ou em zona rural deste.

2.a - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

3.a - Aplicam-se a este item as notas 2.ª 3.ª e 4.ª do anterior.

III - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares: o dobro do previsto nos itens I ou II.

Notas:

1.a - O oficial de Justiça nada perceberá pela intimação da penhora ou de outro ato que dê lugar a embargos ou defesa.

2.a - Quando o ato, por determinação legal, deva ser praticado por dois oficiais, o segundo signatário do auto

terá direito aos emolumentos pela metade.

TABELA 8 DOS PERITOS

Notas genéricas

1.ª - Os salários dos peritos serão fixados pelo juiz do feito até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.

2.ª - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes o comporte, o juiz poderá fixar os salários do perito em quantia superior à prevista nesta Tabela, proferindo despacho devidamente fundamentado.

3.ª - Nos feitos de valor até NCr\$ 2.000,00, o salário do perito não poderá, em caso algum, exceder de 27% do valor da causa.

4.ª - O juiz não está obrigado a fixar salários iguais para os peritos da causa, desde que

fundamente a diversidade de arbitramento.

5.^a - O perito tem direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificadas e proporcionais ao valor da causa ou à condição financeira das partes.

6.a - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à condução, se o interessado não a fornecer.

7.a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código de Processo Civil.

Tabela

Exames, vistorias e outras perícias de qualquer natureza - máximo, conforme o valor da causa:

- até NCr\$ 2.000,00	40,00
- de NCr\$ 2.000,01 até 10.000,00	150,00
- de NCr\$ 10.000,01 até 50.000,00	250,00
- de NCr\$ 50.000,01 até 100.000,00	500,00
- mais de NCr\$ 100.000,00	1.000,00

II - Arbitramento; avaliação de imóveis e outros bens; - máximo, conforme o valor dos bens:

- até NCr\$ 200,00			10,00
- de NCr\$ 200,01	a	500,00	15,00
- de NCr\$ 500,01	a	2.000,00	30,00
- de NCr\$ 2.000,01	a	10.000,00	60,00
- de NCr\$ 10.000,01	a	20.000,00	100,00
- de NCr\$ 20.000,01	a	50.000,00	120,00
- de NCr\$ 50.000,01	a	100.000,00	150,00
- de NCr\$ 100.000,01	a	200.000,00	200,00
- de NCr\$ 200.000,01	a	300.000,00	250,00
- mais de NCr\$ 300.000,00			300,00

Nota:

Os salários serão calculados sobre o Conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total.

Excedendo de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão ser aumentados até o dobro.

III - Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou renda:

- por NCr\$ 10,00 ou fração, até NCr\$ 0,30
Emolumento máximo: NCr\$ 20,00

TABELA 9 DOS PORTEIROS

I - Arrematação de bens em hasta pública ou leilão:

	Ao Porteiro	A Carteira das Serventias	Total
- sobre o valor da arrematação, venda ou arrendamento	2%	0,3%	2,3%

Notas:

1.^a - Havendo remição ou adjudicação, a percentagem será reduzida à metade.

2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja o número de apregoados, e serão feitos pelo porteiro.

3.^a - A afixação de editais de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.

4.^a - As praças e leilões judiciais serão realizados pelo porteiro das respectivas Varas, sob fiscalização do juiz.

TABELA 10 DOS ESCRIVÃES DE NOTAS

	Ao Escrivão	Ao Estado	A Carteira das Serventias
- sobre o valor da arrematação, venda ou arrendamento	2%	0,3%	2,3%

I - Escritura com valor declarado:

- até NCr\$ 100,00	15,00	3,00	0,20
--------------------	-------	------	------

- de	18,20 NCr\$ 100,01 a 300,00	15,00	3,00	0,30
- de	18,30 NCr\$ 300,01 a 500,00	30,00	6,00	0,30
- de	36,30 NCr\$ 500,01 a 1.000,00	50,00	10,00	
- de	0,50 60,50 NCr\$ 1.000,01 a 2.000,00	70,00	14,00	1,00
- de	85,00 NCr\$ 2.000,01 a 3.000,00	90,00	18,00	1,00
- de	109,00 NCr\$ 3.000,01 a 4.000,00	110,00	22,00	1,00
- de	133,00 NCr\$ 4.000,01 a 5.000,00	130,00	26,00	1,00
- de	157,00 NCr\$ 5.000,01 a 7.500,00	150,00	30,00	2,00
- de	182,00 NCr\$ 7.500,01 a 10.000,00	170,00	34,00	2,00
- de	206,00 NCr\$ 10.000,01 a 12.500,00	190,00	38,00	4,00
- de	232,00 NCr\$ 12.500,01 a 15.000,00	210,00	42,00	4,00
- de	256,00 NCr\$ 15.000,01 a 20.000,00	220,00	44,00	4,00
- de	268,00 NCr\$ 20.000,01 a 25.000,00	240,00	48,00	6,00
- de	294,00 NCr\$ 25.000,01 a 30.000,00	260,00	52,00	6,00
- de	318,00 NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00	300,00	60,00	6,00
- de	366,00 NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00	340,00	68,00	6,00
- de	414,00 NCr\$ 50.000,01 a 60.000,00	360,00	72,00	6,00
- de	438,00 NCr\$ 60.000,01 a 70.000,00	380,00	76,00	6,00
- de	462,00 NCr\$ 70.000,01 a 80.000,00	400,00	80,00	6,00
- de	486,00 NCr\$ 80.000,01 a 90.000,00	420,00	84,00	6,00
- de	510,00 NCr\$ 90.000,01 a 100.000,00	440,00	88,00	6,00
- de	534,00 NCr\$ 100.000,01 a 150.000,00	520,00	104,00	6,00
- de	630,00 NCr\$ 150.000,01 a 200.000,00	560,00	112,00	6,00
- de	678,00 NCr\$ 200.000,01 a 300.000,00	600,00	120,00	6,00
- de	726,00 NCr\$ 300.000,01 a 400.000,00	650,00	130,00	6,00
- de	786,00 NCr\$ 400.000,01 a 500.000,00	700,00	140,00	6,00
- de	846,00 NCr\$ 500.000,01 a 600.000,00	750,00	150,00	6,00
- pelo que exceder de NCr\$ 500.000,00:				
cada NCr\$ 100.000,00 ou fração		25,00	5,00	nihil
II - Escritura sem valor declarado .		19,80	4,00	0,20
	24,00			

III - Escritura de testamento público ou de aprovação de testamento		99,80	20,00
0,20 120,00			
IV - Escritura de convenção ou especificação de condomínio em planos horizontais, ou suas modificações:			
a) pela convenção	49,80	10,00	0,20
60,00			
b) por unidade autônoma	10,00	2,00	nihil
12,00			
	Ao Escrivão	Ao Estado	A Carteira das
Total			
Serventias			
V - Procuração ou substabelecimento em livro especial ou comum:			
a) com poderes "ad judicial" somente	5,00	1,00	0,75
6,75			
b) outras procurações	8,00	1,60	1,20
10,80			
c) revogação feita à margem da procuração	5,00	1,00	0,75
6,75			
d) em qualquer hipótese: de cada outorgante que acrescer, não sendo cônjuge, mais	2,00	0,40	0,30
2,70			
VI - Certidão ou traslado:			
- pela primeira folha	1,98	0,40	0,02
2,40			
- por página que acrescer	1,00	0,20	nihil
1,20			
Nota:			
Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação, NCR\$ 1,00 de emolumentos.			
VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada : o mesmo que o fixado na Tabela 2, item III.			
VIII - Pública-forma de qualquer documento:			
- pela primeira folha	1,98	0,40	0,02
2,40			
- por página que acrescer	1,00	0,20	nihil
1,20			
IX - Autenticação de plantas, mapas e documentos semelhantes, de xerocópias, fotocópias e outras reproduções fotográficas; conferência e conserto de pública-forma			
-por página	0,22	0,04	0,04
0,30			
X - Reconhecimento de firma, Inclusive de letra e sinal	0,37	0,07	0,06
0,50			

Notas:

1.^a - No preço da escritura, procuração ou substabelecimento se inclui o primeiro traslado.

2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias, recolhimento de tributos relativos às escrituras e registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.

3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

4.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao contrato de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos.

5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço.

6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.

7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item 1.

8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.

9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes será devido um terço do preço.

10.^a - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do preço.

TABELA 11

DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE Imóveis

I - Inscrição ou transcrição, Incluindo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

VALOR DO CONTRATO		Ao	Ao	A Carteira		Total	
				Oficial	Estado	das Serventias	
- até NCr\$	300,00		12,00	2,40	1,80	16,20	
- de NCr\$	300,01 a 500,00			20,00	4,00	3,00	27,00
- de NCr\$	500,01 a 1.000,00				30,00	6,00	4,50
	40,50						
- de NCr\$	1.000,01 a 2.000,00		40,00	8,00	6,00		54,00
- de NCr\$	2.000,01 a 3.000,00		50,00	10,00	7,50		67,50
- de NCr\$	3.000,01 a 4.000,00		60,00	12,00	9,00		81,00
- de NCr\$	4.000,01 a 5.000,00		70,00	14,00	10,50		94,50
- de NCr\$	5.000,01 a 7.500,00		80,00	16,00	12,00		108,00
- de NCr\$	7.500,01 a 10.000,00		90,00	18,00	13,50		121,50
VALOR DO CONTRATO		Ao	Ao	A Carteira		Total	
				Oficial	Estado	das Serventias	
- de NCr\$	10.000,01 a 16.000,00		105,00	21,00	15,75		141,75
- de NCr\$	15.000,01 a 20.000,00		110,00	22,00	16,50		148,50
- de NCr\$	20.000,01 a 25.000,00		120,00	24,00	18,00		162,00
- de NCr\$	25.000,01 a 30.000,00		130,00	26,00	19,50		175,50
- de NCr\$	30.000,01 a 40.000,00		150,00	30,00	22,50		202,50
- de NCr\$	40.000,00 a 50.000,00		170,00	34,00	25,50		229,50
- de NCr\$	50.000,01 a 60.000,00		180,00	36,00	27,00		243,00
- de NCr\$	60.000,01 a 70.000,00		190,00	38,00	28,50		256,50
- de NCr\$	70.000,01 a 80.000,00		200,00	40,00	30,00		270,00
- de NCr\$	80.000,01 a 90.000,00		210,00	42,00	31,50		283,50
- de NCr\$	90.000,01 a 100.000,00		220,00	44,00	33,00		297,00
- de NCr\$	100.000,01 a 120.000,00		240,00	48,00	36,00		324,00
- de NCr\$	120.000,01 a 150.000,00		260,00	52,00	39,00		351,00
- de NCr\$	150.000,01 a 200.000,00		280,00	56,00	42,00		378,00
- de NCr\$	200.000,01 a 300.000,00		300,00	60,00	45,00		405,00
- de NCr\$	300.000,01 a 400.000,00		325,00	65,00	48,75		438,75
- de NCr\$	400.000,01 a 500.000,00		350,00	70,00	52,50		472,50
- pelo que exceder de NCr\$ 500.000,00:							
cada NCr\$ 100. 000,00 ou fração				12,50	2,50	1,88	16,88

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

II - Averbação, inclusive buscas, indicações e certidão-talão:

VALOR DO CONTRATO	Ao	Ao Oficial	A Carteira Estado	Total das Serventias
- até NCr\$ 1.000,00 13,50		10,00	2,00	1,50
VALOR DO CONTRATO	Ao	Ao Oficial	A Carteira Estado	Total das Serventias
- de NCr\$ 1.000,01 a 3.000,00 18,90	14,00	2,80	2,10	
- de NCr\$ 3.000,01 a 6.000,00 27,00	20,00	4,00	3,00	
- de NCr\$ 6.000,01 a 10.000,00 35,10	26,00	5,20	3,90	
- de NCr\$ 10.000,01 a 15.000,00 40,50	30,00	6,00	4,50	
- de NCr\$ 15.000,01 a 20.000,00 45,90	34,00	6,80	5,10	
- de NCr\$ 20.000,01 a 30.000,00 51,30	38,00	7,60	5,70	
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00 56,70	42,00	8,40	6,30	
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00 62,10	46,00	9,20	6,90	
- de NCr\$ 50.000,01 a 80.000,00 67,50	50,00	10,00	7,50	
- de NCr\$ 80.000,01 a 120.000,00 81,00	60,00	12,00	9,00	
- de NCr\$ 120.000,01 a 170.000,00 94,50	70,00	14,00	10,50	
- de NCr\$ 170.000,01 a 250.000,00 108,00	80,00	16,00	12,00	
- de NCr\$ 250.000,01 a 350.000,00 121,50	90,00	18,00	13,50	
- de NCr\$ 350.000,01 a 500.000,00 135,00	100,00	20,00	15,00	
- pelo que exceder de NCr\$ 500.000,00: cada NCr\$ 150.000,00 ou fração . . 6,75		5,00	1,00	0,75
- sem valor declarado 13,50	10,00	2,00	1,50	

Notas:

1.a - o preço da averbação será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.a - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes a mudança de numeração, edificação, reconstrução, desmembramento ou demolição, alteração do nome por casamento ou desquite, averbação de casamento, desquite ou viuvez.

III - Loteamento:

	Ao Oficial	Ao Estado	A Carteira das Serventias
Total			
a) Inscrição de memorial de loteamento urbano - por lote, além das despesas de publicação pela imprensa 2,70		2,00	0,40
b) Inscrição de memorial de loteamento rural - por gleba, além das despesas de publicação pela im-			0,30

prensa 6,75	5,00	1,00	0,75
C) averbação à margem da inscrição: o mesmo preço do item II			
d) intimação - além das despesas de condução e publicação pela imprensa 13,50	10,00	2,00	1,50

Notas:

1.a - Os emolumentos mínimos do oficial, no caso da letra "a", serão de NCr\$ 60,00.

2.a - A qualificação do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido em lei federal.

3.a - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

IV - Condomínio:

a) inscrição de memorial de incorporação ou instituição de condomínio: o mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (art. 32, alínea "h", da Lei federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

	Ao Oficial	Ao Estado	A Carteira das Serventias
Total			
b) registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades 135,00	100,00	20,00	15,00
C) averbação de unidade autônoma . 13,50	10,00	2,00	1,50

V - Inscrição de cédula de crédito rural ou de cédula de crédito industrial, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

VALOR DO DOCUMENTO	Ao Oficial	Ao Estado	A Carteira das Serventias
Total			
- até NCr\$ 200,00 0,135%	0,1%	0,02%	0,015%
- de NCr\$ 200,01 a 500,00 0,270%	0,2%	0,04%	0,030%
- de NCr\$ 500,01 a 1.000,00 0,3%	0,3%	0,06%	0,045%
- de NCr\$ 1.000,01 a 1.500,00 0,4%	0,4%	0,08%	0,060%
- mais de NCr\$ 1.500,00 0,675%	0,5%	0,10%	0,075%

Máximo: um quarto do salário-mínimo da região, para os emolumentos do oficial.

VI - Averbação à margem de inscrição de cédula de crédito rural ou industrial, incluindo fornecimento de certidão-talão: 107% do preço fixado no item anterior, até o máximo de um quadragésimo do salário-mínimo, para os emolumentos do oficial.

VII - Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" - por pessoa, ainda que se refira ao seu nome por extenso e abreviado, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida:

	Ao Oficial	Ao Estado	A Carteira das Serventias
Total			
a) até 10 anos 6,00	4,98	1,00	0,02
b) até 20 anos 9,60	7,98	1,60	0,02
c) até 30 anos 12,00	9,98	2,00	0,02
d) mais de 30 anos 18,00	14,98	3,00	0,02
- por página que crescer	1,00	0,20	nihil

1,20

VIII - Informação verbal: quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.

IX - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato de serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 2, item III.

X - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida: o mínimo previsto nos itens I e II, conforme se trate de inscrição, transcrição ou averbação.

XI - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:

	Ao Oficial	Ao Estado	A Carteira das Serventias
Total			
qualquer que seja o número de páginas, mais	10,00	2,00	1,50
13,50			

TABELA 12
DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

I - Registro integral de contrato, título ou documento com valor declarado:

	VALOR DO DOCUMENTO	Ao	Ao	A Carteira
Total	Total	Escrivão	Estado	das Ser- ventias
- até NCr\$ 100,00	4,00	0,80	0,60	5,40
- de NCr\$ 100,01 a 500,00	8,10	6,00	1,20	0,90
- de NCr\$ 500,01 a 1.000,00	10,80	8,00	1,60	1,20
- de NCr\$ 1.000,01 a 2.000,00	12,00	2,40	1,80	16,20
- de NCr\$ 2.000,01 a 3.000,00	16,00	3,20	2,40	21,60
- de NCr\$ 3.000,01 a 4.000,00	20,00	4,00	3,00	27,00
- de NCr\$ 4.000,01 a 5.000,00	24,00	4,80	3,60	32,40
- de NCr\$ 5.000,01 a 7.500,00	28,00	5,60	4,20	37,80
- de NCr\$ 7.500,01 a 10.000,00	32,00	6,40	4,80	43,20
- de NCr\$ 10.000,01 a 15.000,00	40,00	8,00	6,00	54,00
- de NCr\$ 15.000,01 a 20.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
- de NCr\$ 20.000,01 a 30.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00	80,00	16,00	12,00	109,00
- de NCr\$ 50.000,01 a 75.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
- de NCr\$ 75.000,01 a 100.000,00	135,00	100,00	20,00	15,00
- pelo que exceder de NCr\$ 100.000,00: cada NCr\$ 25.000,00 ou fração . .	6,75	5,00	1,00	0,75

II - Registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado ou para notificação:

	Ao	Ao	A Carteira
Total	Escrivão	Estado	das Ser- ventias
- até uma página	3,00	0,60	0,45
4,05			
- por página que acrescer		1,00	0,20
1,35			0,15

III - Entrega de notificação, inclusive a respectiva certidão à margem do registro e no documento; além da condução:

	Ao	Ao	A Carteira
			das Ser-

Total	Escrivão	Estado	ventias
- pela primeira página:			
a) no perímetro urbano-.....	8,00	1,60	1,20
10,80			
b) no perímetro rural-.....	15,00	3,00	2,25
20,25			
- por página que acrescer-.....	1,00	0,20	0,15
1,35			
IV - Registro resumido de penhora, caução ou parceria:			
- até uma página-.....	1,50	0,30	0,23
2,03			
- por página que acrescer-.....	0,52	0,10	0,08
0,70			
V - Averbação-.....	3,00	0,60	0,45
4,05			
VI - Matrícula de oficina impressora, jornal e outros periódicos-.....	20,00	4,00	3,00
27,00			
VII - Inscrição de pessoa jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos - inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento.....	10,00	2,00	1,50
13,50			

VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos - inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

CAPITAL SOCIAL

Total	Ao	Ao	A Carteira das Ser-
	Escrivão	Estado	ventias
- até NCr\$ 1.000,00.....	10,00	2,00	1,50
13,50			
- de NCr\$ 1.000,01 a 5.000,00.....	16,00	3,20	2,40
21,60			
- de NCr\$ 5.000,01 a 10.000,00.....	24,00	4,80	3,60
32,40			
- de NCr\$ 10.000,01 a 20.000,00.....	30,00	6,00	4,50
40,50			
- de NCr\$ 20.000,01 a 30.000,00.....	40,00	8,00	6,00
54,00			
- de NCr\$ 30.000,01 a 40.000,00.....	50,00	10,00	7,50
67,50			
- de NCr\$ 40.000,01 a 50.000,00.....	60,00	12,00	9,00
81,00			
- de NCr\$ 50.000,01 a 60.000,00.....	70,00	14,00	10,50
94,50			
- de NCr\$ 60.000,01 a 80.000,00.....	80,00	16,00	12,00
108,00			
- de NCr\$ 80.000,01 a 100.000,00.....	100,00	20,00	15,00
135,00			
- pelo que exceder de NCr\$ 100.000,00: cada NCr\$ 20.000,00 ou fração.....	10,00	2,00	1,50
13,50			

IX - Cancelamento de inscrição:

a) em geral: o mesmo que o cobrado por averbação (item V);

b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do preço do item VIII.

X - Certidão: o mesmo que o fixado na Tabela 10, item VII.

Nota:

Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação verbal, NCr\$ 1,00 de emolumentos.

XI - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 2, item III.

XII - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:

- qualquer que seja o número de páginas, mais 10,00	2,00	1,50
13,50		

TABELA 13

DOS ESCRIVÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS

I - Apresentação, protesto e registro do instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital, - além das despesas de edital e condução:

VALOR DO TÍTULO

Total			Ao	Ao	A Carteira	Ser-
			Escrivão	Estado	das	ventias
- até	NCr\$ 200,00.....	5,40	4,00	0,80	0,60	
- de	NCr\$ 200,01 a 500,00.....	8,10	6,00	1,20		0,90
- de	NCr\$ 500,01 a 1.000,00.....	10,80	8,00	1,60		1,20
- de	NCr\$ 1.000,01 a 2.000,00.....	16,20	12,00	2,40		1,80
- de	NCr\$ 2.000,01 a 4.000,00.....	32,40	24,00	4,80		3,60
- de	NCr\$ 4.000,01 a 6.000,00.....	45,90	34,00	6,80		5,10
- de	NCr\$ 6.000,01 a 8.000,00.....	62,10	46,00	9,20		6,90
- de	NCr\$ 8.000,01 a 10.000,00.....	81,00	60,00	12,00		9,00
- de	NCr\$ 10.000,01 a 25.000,00.....	94,50	70,00	14,00		10,50
- de	NCr\$ 25.000,01 a 50.000,00.....	108,00	80,00	16,00		12,00
- de	NCr\$ 50.000,01 a 75.000,00.....	121,50	90,00	18,00		13,50
- de	NCr\$ 75.000,01 a 100.000,00.....	135,00	100,00	20,00		15,00
- pelo que exceder de NCr\$ 100.000,00:						
cada NCr\$ 25.000,00 ou fração.....	5,00	6,75		1,00		0,75

Nota:

As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas mediante carta registrada, com recibo de volta, só se admitindo o edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

II - Certidão de protesto, negativa ou positiva:

Total			Ao	Ao	A Carteira	Ser-
			Escrivão	Estado	das	ventias
a) pela primeira folha; por pessoa:						
- até 5 anos.....	2,98			0,60		0,02

3,60			
- até 10 anos.....	4,98	1,00	
0,02 6,00			
b) por página que acrescer, qualquer			
que seja o número de pessoas.....	1,00	0,20	nihil
1,20			

Nota:

Não haverá acréscimo no preço pela menção, na certidão, do nome por extenso ou abreviado, de casada ou de solteira, da mesma pessoa.

III - Certidão de outra natureza que não a referida no item II, datilografada:

	A Carteira			
	Ao	Ao	das	Ser-
Total	Escrivão	Estado	ventias	
- pela primeira folha.....		1,98	0,40	
0,02 2,40				
- por página seguinte.....	1,00	0,20		nihil
1,20				

IV - Informação verbal, quando o interessado dispensar certidão: a quarta parte do preço fixado no item II.

V - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 2, item III.

VI - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:

	A Carteira			
	Ao	Ao	das	Ser-
Total	Escrivão	Estado	ventias	
- qualquer que seja o número de páginas, mais.....	4,00	0,80		0,60
5,40				

TABELA 14
DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

	A Carteira			
	Ao		das	Ser-
Total	Escrivão		ventias	
I - Assento de nascimento ou de óbito, inclusive uma certidão:				
a) quando feito no prazo legal.....	15,65		2,35	
18,00				
b) quando feito mediante petição ou mandado, ou por força de lei de exceção.....	26,08		3,92	
30,00				
II - Casamento:				
pela habilitação, desde o preparo de papéis até a lavratura do assento e o fornecimento de uma certidão, excluídas as despesas de publicação pela imprensa	50,43		7,57	
58,00				
b) pela dispensa total ou parcial do prazo de proclamas - mais.....	20,00		3,00	
23,00				
c) pela diligência para realização do casamento fora do cartório, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo Interessado - mais	200,00		30,00	
230,00				
d) pelo traslado de documento desentranhado				

dos autos - de cada um, mais.....	5,04	0,76
5,80		
e) pelo registro e afixação de edital de proclamas recebido de outro cartório e pelo registro da res- pectiva certidão.....	20,00	3,00
23,00		
f) pela lavratura de assento de nascimento, à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório, e fornecimento de uma certidão	20,00	3,00
23,00		

Nota:

Quando o casamento não for realizado no cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "a", com acréscimo de metade do preço.

	Ao	A Carteira das Ser- ventias
Total	Escrivão	
III - Registro ou inscrição de emancipação, interdição, ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade brasileira; transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito verificado no estrangeiro - inclusive uma certidão fornecida à parte.....	34,78	5,22
40,00		
IV - Retificação de registro pelo processo estabelecido na Lei Federal n.º 3.764, de 25 de abril de 1960:		
a) pela averbação e uma certidão:		
- um assento	50,43	7,57
58,00		
- por assento excedente.....	26,08	3,92
30,00		
b) se Indeferida a retificação.....	20,00	3,00
23,00		

Nota:

Quando o erro do registro for atribuível ao cartório, nada será devido, inclusive pelo fornecimento da certidão contendo a retificação.

V - Averbação ou retificação de assento, não compreendidas no item anterior - inclusive fornecimento da respectiva certidão:

a) quando lavradas à margem do assento.....	26,08	3,92
30,00		
quando referentes a anulação de casamento, a desquite ou a restabelecimento de sociedade conjugal	34,78	5,22
40,00		
VI - Certidão, Incluída a busca:		
a) em breve relatório.....	6,08	0,92
7,00		
b) "verbo ad verbum", no todo ou em parte.....	12,17	1,83
14,00		

Nota:

Pela informação verbal, se o interessado

dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".

VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 2, item III.

VIII - Arquivamento de lei, decreto, resolução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.º, do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969:

- até duas páginas.....	2,00	0,30
2,30		
- mais de duas, até cinco páginas.....	4,00	0,60
4,60		
- mais de cinco, até dez páginas.....	6,00	0,90
6,90		
- mais de dez, até vinte páginas.....	8,00	1,20
9,20		
- acima de vinte páginas.....	10,00	1,50
11,50		
IX - Certidão integral ou parcial, "verbo ad verbum" ou em breve relatório, de ato mencionado no item anterior:		
- pela primeira folha.....	2,00	0,30
2,30		
- por página que acrescer.....	1,00	0,15
1,15		

Nota:

A consulta aos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.

X - Ato que lhe seja permitido praticar como escrivão de notas: o mesmo que o cobrado na Tabela 10.

ANO XIX

Nº 089 - Publicação: Abr/Jun 1970

Redação:

Prosseguindo na série de comentários que vimos fazendo sobre a necessidade, que há muito já se faz sentir, da reformulação da lei de aposentadoria dos servidores da justiça que exercem suas atividades nos Cartórios não oficializados, - cumpre-nos levar ao conhecimento de tais servidores que, segundo tivemos a oportunidade de ouvir do ilustre Secretário da Justiça, PROFESSOR HELY LOPES MEIRELES, o Governo do Estado, havendo tomado ciência dessa nossa justa reivindicação, já ordenou os estudos que se fazem mister, no sentido de atendê-la dentro do mais breve prazo possível.

A notícia, que ora nos apraz transmitir-lhes, não poderia, realmente, ser mais alvissareira - servindo ainda para demonstrar a boa vontade e alta compreensão com que o eminente GOVERNADOR ABREU SODRÊ vem procurando solucionar não apenas os problemas relativos ao desenvolvimento material de nosso Estado, senão também aqueles que, situados no campo social, mais diretamente afetam a pessoa humana - como acontece com os de natureza educacional, sanitária e previdenciária.

A iniciativa da reformulação aludida não pode, com efeito, ser mais oportuna, - tendo-se em vista o fato de que a Carteira a cujo cargo se encontra a mencionada aposentadoria vem de ter sua receita consideravelmente aumentada, graças à atualização das taxas de custas e emolumentos remuneratórias dos serviços prestados pelas referidas serventias, realizada através de diplomas legais recentemente editados.

Tal fato é, em verdade, sumamente significativo, pois se a Carteira aludida, antes da edição dos

instrumentos legais referidos, já estava em condições de propiciar uma substancial elevação dos proventos de nossa aposentadoria, - a consecução desse objetivo se torna, já agora, muitíssimo mais fácil, tendo-se em vista a duplicação a que, sem dúvida, deverá atingir aquela receita. Por outro lado, estamos em que a situação financeira de tal órgão poderá, ainda, ser grandemente melhorada e robustecida, mediante a adoção de medidas que assegurem maior autonomia à sua direção, conferindo-se-lhe, inclusive, o direito não só de receber mensalmente, da Secretaria da Fazenda, o produto total da venda dos selos de aposentadoria, como também o de aplicar seus recursos disponíveis em títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, de modo a obter maior rentabilidade que a fruída atualmente, pois é certo que os mencionados títulos, com a correção monetária devida, proporcionam, como todos sabem, uma renda superior de 20% ao ano.

O patrimônio da Carteira em apreço deve ser administrado de maneira tal que a renda proveniente da aplicação de suas referidas disponibilidades contribua, se não para aumentar-lhe o volume, ao menos para evitar o seu desfalque, conforme fatalmente ocorrerá se os juros resultantes dessa aplicação forem insuficientes para cobrir a taxa de desvalorização da moeda provocada pela inflação que ainda nos assola e cujo índice, no ano passado, foi de cerca de 24%. Esperamos, assim, que unia reformulação em alto nível da referida lei, venha corrigir, definitivamente, as falhas de que porventura se ressinta a organização da citada entidade, de modo a que ela possa cumprir fielmente sua alta destinação, que outra não é senão a de proporcionar a todos os seus contribuintes, quando aposentados, condições que lhe permitam sobreviver dignamente, - o que no plano material da existência só a segurança econômica poderá oferecer.

USUFRUTO DO CÔNJUGE VIÚVO

No campo do Direito Civil, não há, a rigor, comentários de tratadistas a propósito do usufruto do cônjuge viúvo, extensivamente, em decorrência do que estabelece o parágrafo 1.º do art. 1.611.º, do CC. O problema foi objeto, em data recente, de fundamentado parecer do Sr. J. Netto Armando, procurador da Justiça aposentado e advogado militante em São Paulo. A matéria, sob este aspecto novo, foi por ele examinada detidamente em face de consulta que lhe foi formulada, tendo em vista o casamento, há anos, de "A" e "B", no regime de completa separação de bens, tendo a escritura pública de convenção antenupcial sido legalmente registrada no Registro de Imóveis. No decorrer da longa vida conjugal, "A" fez à sua mulher "B", vultosas doações em dinheiro, valores e imóveis, de modo a lhe serem propiciadas nababescas rendas. "A", de seu casamento em primeiras núpcias, deixou diversos filhos, não os tendo porém nenhum de seu casamento com "B". Tendo falecido "A", a sua viúva deseja o usufruto da quarta parte dos bens por ele deixados, tendo, nesse sentido, postulado no inventário, não obstante as muitas e valiosas doações que lhe fez o marido. Os herdeiros de "A", então formularam duas perguntas ao advogado J. Armando Netto:

a) - A viúva "B" tem direito àquele usufruto? e

b) - Se, porventura, couber-lhe esse direito, aquelas doações terão de ser imputadas na quarta parte dos bens, sujeita ao referido usufruto?

Em seu parecer, conclui o advogado:

a) - Se a viúva "B" recebeu do seu marido "A", como em verdade recebeu, doações que, em muito, ultrapassam o valor do usufruto legal sobre a quarta parte dos bens da quota disponível, não tem ela direito àquele usufruto; e

b) - Se, entretanto (mera hipótese, assinala), aquelas doações fossem (mas não o são) de valor inferior ao referido usufruto, a viúva "B" teria direito apenas ao complemento, à diferença, o que importa em dizer-se que ela teria, inarredavelmente, de fazer a imputação de tais doações.

A Lei n.º 4.121, de 27-8-62 - afirma o parecer - conhecida como "Estatuto da Mulher Casada" introduziu dois parágrafos no art. 1.161.º do CC: o primeiro, referente ao direito do usufruto do cônjuge sobrevivente, e, o segundo, concernente ao seu direito de habilitação. O parágrafo primeiro preceitua:

"O cônjuge viúvo, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filhos deste ou do casal, e à metade, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes de "de cujus".

Essa - continua - foi unia das etapas da proteção que, em determinados casos, o legislador pátrio passou a propiciar ao cônjuge sobrevivente, consoante assinalam, entre outros, PONTES DE MIRANDA ("Tratado de Direito Privado" v. 55, 2.^a ed., 1968, pgs. 234/236), ORANDO GOMES ("Direito de Família", 1968, p. 51), WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO ("Curso de Direito Civil", v. 6.^o, 7.^a ed., 1968, pgs. 73/74) e SÍLVIO RODRIGUES ("Direito Civil" - "Direito das Sucessões" 1966, pgs. 79/81 n.^o 32);

- De início, o art. 17.^o do Dec. Lei n.^o 3.200, de 19-4-1941, com a modificação advinda do Dec. Lei n.^o 5.187, de 13-1-1943, criou, em favor da brasileira casada com estrangeiro sob regime excludente da comunhão universal, o direito ao usufruto vitalício da quarta parte dos bens deixados pelo marido, havendo filhos brasileiros deste ou do casal, ou ao usufruto vitalício da metade, não havendo filhos.

- Posteriormente, o art. 3.^o da Lei n.^o 883, de 21-10-1949 (possibilitador do reconhecimento dos filhos adulterinos depois da dissolução do casamento), outorgou ao cônjuge casado pelo regime de separação de bens (marido ou mulher), na falta de testamento, o direito à metade dos bens deixados pelo outro, quando concorrer à sucessão exclusivamente com o filho reconhecido.

- A derradeira, a citada Lei n.^o 4.121, de 27-8-62, outorgou, ao cônjuge sobrevivente (marido ou mulher) aquele "Direito de usufruto" (§ 1.^o do art. 1.611.^o do Código Civil) e o "direito de habitação" (§ 2.^o seguinte).

- Em derredor ao transcrito parágrafo 1.^o do art. 1.611.^o - prossegue o parecer - em cuja primeira parte pretende arrimar-se a viúva "B", cumpre-se façam as seguintes CONSIDERAÇÕES, como inarredável preâmbulo ao nosso pronunciamento em derredor às indagações formuladas pelo ilustre Colega:

A) Essa conquista do cônjuge sobrevivente, constante do focalizado § 1.^o do art. 1.611.^o, concretizou-se, há muito, em legislações alienígenas, quais, entre outras, a francesa (desde 1891), a italiana e a espanhola, conforme assinalam diversos tratadistas estrangeiros que iremos invocar no decorrer deste parecer (PLANIOL-RIPERT - "Traité Élém. de Droit Civil", 3.^a ed, + AUBRY ET RAU = "Cours de Droit Civ. Français", 5.^a ed. + HENILÉON-JEAN MAZEAUD "Leçons de Droit Civil", ed. de 1966 + COLIN ET CAPITANT = "Cours Élémentaire de Droit Civil Français", 8.^a ed. + LEONARDO COVIELLO = "Sucessione Legittima e Necessaria", ed. de 1938 + DOMENICO BARBERO = "Sistema Istitucionale del Diritto Privato Italiano" 2.^a ed., 1949 + TRABUCHT = "Istituzioni di Diritto Civile" 13.^a ed., de 1962 + VALVERDE Y VALVERDE "Tratado de Derecho Civil Español, 4.^a ed., etc.).

De assinalarmos, sim, a existência de idêntica conquista na legislação estrangeira, uma vez que os nossos civilistas têm comentários parcimoniosos em torno do citado preceito legal, de maneira que, vezes muitas, teremos, aqui, de nos escudar no magistério dos de lá.

B) Estatuindo aquele usufruto, o § 1.^o do art. 1.611.^o do nosso Código Civil tem, à evidência, o propósito de amparar o cônjuge sobrevivente (marido ou mulher), quando o casamento foi realizado em regime de bens diverso do de comunhão universal, ou seja, o seu objetivo é o de evitar que o viúvo ou a viúva fique na miséria ou em dificuldades (Cf., entre outros, ORLANDO GOMES, ob., cit., p. 151; SÍLVIO RODRIGUES, ob., cit., p. 81 e 94/96, ns.^o 32 e 40; MILTON CASTRO FERREIRA, no artigo "Direito da mulher na herança do marido", publicado na "Folha de São Paulo" de 15-6-69, e PONTES DE MIRANDA, "Tratado de Direito de Família" v. 111, 1967, p. 127). Nenhuma dúvida ou entre duvida, sendo peremptório o magistério de COLIN-CAPITANT (ob. cit., p. 432, n.^o 571), no teor de que "le devoir d'assistance réciproque entre époux ne permet pas que le survivant soit exposé à tomber dans la pauvreté, lorsque le défunt transmet à des hertiers, si proches soient-ils, un patriotrimoine quelconque..."; A seu turno, VALVERDE Y VALVERDE (ob. cit., vol. 5.^o, p. 244) dilucida que, por via daquele usufruto, "se concede al viudo una cuota que le permita vivir con decoro, pués no era justo que al que compartia con su difunto causante las misérias y las satisfacciones de la vida, se le quedara en la mayor miseria al fallecimiento del conjuge rico..."

- Assinale-se ainda - acrescenta - por ser também esclarecedor do objetivo daquele usufruto, que esse direito do cônjuge sobrevivente -, além de ser conceituado pela doutrina como "legado ex lege" (ORLANDO GOMES, ob. cit., p. 153, final + BARBERO, ob., cit., v. 2.^o, p. 911, n. 1109 + TRABUCHI, ob., cit., eds. de 1962 e 1968, p. 871, invocados, os dois últimos, pelo v. acórdão do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, de 22-2-68, encontráveis na "Rev. de Júris." desse Colendo Pretório, v. 7.^o, p. 150, e na "Rev. dos Tribs." v. 394, pgs. 165/166) -, tem a sua remotíssima origem na Novela 53, Cap. 6.^o que cogitava do. amparo ao viúvo e à viúva e que foi derogada pela Novela 117, Cap. 5, de maneira a ficar apenas a "quarta parte da viúva pobre".

Faz-se mister também outra consideração, dada a sua relevância, é a seguinte: aquele direito de usufruto, propiciado pelo § 1.º do art. 1.611.º do nosso Código Civil, só incide na quarta parte dos bens que constituem a QUOTA DISPONÍVEL (ou na metade desses bens, inexistindo descendentes), NÃO RECAINDO EM BENS DA LEGÍTIMA, ou seja, na quota necessária (arts. 1721.º e 1722.º do Código Civil). ORLANDO GOMES (ob., cit., pgs. 152/153, n.º 96), a respeito positiva que "o direito de usufruto é limitado à quarta parte dos bens, DEVENDO INCIDIR NOS QUE CONSTITUEM A PARTE DISPONÍVEL DO AUTOR DA HERANÇA... Se fosse admitido que o usufruto recaia nos bens da legítima, essa interpretação importaria a esses herdeiros necessária limitação ao seu direito, que não se compadece com sua natureza e finalidade". Destaca-se também o escólio de COLIN ET CAPITANT (ob., cit., 8.ª ed., 1936, v.3.º, p. 441, "in fine", n.º 580), no teor de que "le droit d'usufruit du conjoint survivant ne peut pas non plus s'exercer sur les biens formant la réserve des descendants ou des ascendants. En Ofet, la réserve est une partie intangible". Posteriormente, na edição de 1950 (v. 3.º, p. 491), destacaram COLIN ET CAPITANT que "le conjoint survivant ne peut porter atteinte aux droits des héritiers réservataires. Ne peut exercer son usufruit que sur la quotité disponible".

No mesmo diapasão encontram-se Henri-Léon-Jean Mazeaud (ob., cit., 1966, tomo 4.º v. 2.º pags. 120 e segs.) e Aubry et Rau (ob., cit., 5.ª ed., pags. 493/496, estudando, no § 606, "bis", o "droit d'usufruit du conjoint survivant").

Assim, concretamente à primeira parte da consulta, - conclui o parecer - no sentido de se saber se a viúva "B" tem direito ao usufruto instituído pelo § 1.º do art. 1.611.º do Código Civil, não trepidamos em responder negativamente: descabe-lhe esse direito. Prova-o às inteiras o seguinte silogismo que é simples, mas absolutamente indelével: - A finalidade desse preceito é a de amparar o cônjuge sobrevivente, quando o regime de bens não tiver sido o da comunhão universal; - ora, em decorrência das muitas e valiosas doações que lhe fez "A", a sua viúva "B" encontra-se plena e satisfatoriamente amparada, sendo indubitavelmente multimilionária; - logo, desassiste-lhe o direito àquele usufruto, uma vez que, com tais doações, concretizou-se aquela finalidade.

Não se alegue - acrescenta o parecer - que o citado § 1.º do art. 1.611.º não prevê a hipótese em foco, de maneira a não ser possível a interpretação supra: tal alegação poderia fazer apenas quem desejasse, porventura, acastelar-se no texto marmóreo da lei, para lhe ocultar o conteúdo espiritual, esquecendo-se de que esse conteúdo "é sempre mais rico do que o expressado literalmente" (De Diego) - "Fuentes del Derecho Civil Español", La, pags. 186/187). Aliás, esse apego ferrenho ao texto seria, à evidência, verdadeira fraude, porquanto "há uma categoria de fraude à lei, que consiste precisamente em se abrigar atrás da rigidez de um texto, para fazê-lo produzir resultados contrários ao seu espírito", segundo assinalou Aulagnon, ao prefaciar a clássica monografia de Ligeropoule, "Le Problème de la Fraude à la loi", 1928, pag. 28, pref.). Ademais, sabido e resabido, inadmitindo-se disceptações, é que não se pode interpretar um texto legal, aferrando-se, grilhoando-se ao seu sentido literal: deve-se refugir ao literalismo exegético, para que se lhe possa dar um conteúdo harmonioso com a dinâmica e com as flutuações da realidade. Essa é a "função dinâmica do intérprete" (Cernil - "Le Droit Privé"), 1.ª pag. 75). Aliás, Haesaert assinala que "a condição primária do Direito reside precisamente na adaptação da regra à realidade" (Théorie Générale du Droit", 1948, Bruxelas, 3.ª parte, pag. 453), isto é, na adaptação da norma legal à espécie, - o que é destacado também por diversos outros monógrafos e tratadistas, quais, entre muitos, Franzen de Lima ("De Interpretação Jurídica", 2.ª ed., 1955, pags. 203/204), Del Vecchio ("Le Problème de Sources du Droit Positif", 1933, pag. 39), Gey ("Méthode d'Interprétation et Sources en Droit Privé Positif", 1.ª v. I, pag. 212) e, muito recentemente, na sua magistral e irrealizável obra "Hermeneutica no Direito Brasileiro" 1969, vol. I, pags. 246/256, o eminente professor Alípio Silveira. É inquestionável, também, que não se admite, e há muito, a interpretação puramente literal de um texto legal ou de um preceito mandamental: essa interpretação foi, há séculos, condenada por São Paulo ("littere enim occidit, spiritus autem vivificat", 2 Cor., III, 6) e por Celso "scire leges non est verba earum tenere, sed, vim ac potestatem", . . Digesto, Liv. 1, Tit. 3, Frag. 17), através desse aforismo que Carlos Maximiliano, conceituava como merecedor de inscrever-se nos portões dos Tribunais ("Hermeneutica e Aplicação do Direito", 3.ª ed., pag. 153, n.º 124).

E essa interpretação literal dos textos legais - pondera a seguir - sempre e sempre recebeu e recebe a censura dos Mestres, assim de hoje como de outrora: Maximiliano (ob. cit., pags. 139/144, n.º 116 + pags. 151/152, n.º 120 + pag. 155, n.º 124 etc.); Tobias Barreto ("Menores e Loucos", La, pag. 27); Alípio Silveira (ob. cit., v. I, pags. 9, 10, 24, 176 etc.); Ferrara

("Interpretação das Leis", trad. de M. de Andrade, Coimbra 1933, pág. 36. onde afirma que "o sentido literal é incerto, hipotético, equívoco", e que "os que atuam IN FRAUDEM LEGIS observam o sentido literal da lei e, no entanto, violam o seu espírito"); Philipp Heck ("Interpretação de Lei e Jurisprudência dos interesses", trad. de i. Ozorio, Coimbra, 1948, págs. 129 e segs.); Ennecerus ("Lehrbuch des Bürgerlichen Rechts", 127.^a ed., v. I, parte 1.ª, pág. 51); Fritz Berolzheimer ("Die Gefahren einer Gefühlsjurisprudenz", 1.^a, pág. 19, onde considera como "ossificação do direito" o apego aos vocábulos da lei) etc. Ao revés dessa condenada interpretação literal da lei, a sua exegese deve ser, inafastavelmente, a Teleológica, para se lhe perscrutar a finalidade, o objetivo através da interpretação Teleológica, destaca-se a finalidade do texto legal, evidencia-se-lhe o fim prático, o seu escopo. É a interpretação verdadeira, por alicerçada na procura da "ratio legis" que, na expressão de Ferrara, "é uma força vivente móvel que anima a disposição, acompanhando-a em toda a sua vida e desenvolvimento; é como linfa que mantém sempre verde a planta da lei e faz brotar sempre novas flores e novos frutos" (Trattato di Diritto Civile Italiano, ed. de 1921, Roma, v. 1, parte 1.^a, pág. 215 + "Interpretação e Aplicação das leis", já cit. e destacada da obra supra, pág. 39).

Aliás - prossegue - essa INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA afina-se com o art. 5.º da Lei de Introdução ao nosso Código Civil, no teor de que, "na aplicação da lei, o juiz atenderá aos FINS SOCIAIS a que ela se dirige", conforme assinala, em magníficos comentários, o ínclito PROFESSOR ALÍPIO SILVEIRA (ob. cit., v. págs. 44/89 e págs. 130/178).

Dessarte, na interpretação de uma disposição legal, temos, inarredavelmente, de verificar, "in primis et ante om, nis", o escopo do legislador, o fim prático, Teleológico, da lei: "o escopo da lei não pode ser lançado ao oblívio pelo intérprete", asseverou-o o MESTRE OROZIMBO NONATO, em voto proferido no Excelso Pretório e estampado no "Diário da Justiça", União, de 23-3-53, p. 956, uma vez que "lo scopo é un. raggio di luce che rischiara il cammino dell'interprete", na expressão de FERRARA (na 1.^a obra supra, p. 215, e na 2.^a, p. 38). Essa exegese Teleológica da norma legal, que explica a causa, a finalidade da lei, impede que o juiz se torne aquela "máquina de deduzir e qualificar" ("deduktions und subsuntionsautomat"), referida por PETER TUOR ("apud" HUGO AULER, relatando acórdão do Eg. Trib. de Just. do antigo Dist. Fed., de 11-junho-1957, encontrável no "D.J.", União, de 29-5-58).

Por fim - pondera - assinalar que essa INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA, da qual, entre nós, OROZIMBO NONATO, encontra-se perfilhada por quantos nacionais e alienígenas, estudaram, com percuciência, os métodos de interpretação legal (ALÍPIO SILVEIRA, ob. cit., v. I, págs. 27/28, págs. 115/125, etc.; MAXIMILIANO, ob. cit., págs. 188/194; PRANZEN DE LIMA, ob. cit., p. 63; BETTI - "Interpretazione delle legge e degli atti giuridici", 1949, Milão, págs. 177 e 183; GENY, ob. cit., pág. 278; HECK, ob. cit., págs. 292 e segs.; CLEMENTE DE DIEGO, ob. cit., págs. 186/187; VANDER-EYCKEN - "Methode Positive de Vinterpretation Juridique" 1.^a, pág. 96; GRISPGNI - "Diritto Penale Italiano", 1952, págs. 336/337, etc.). E foi essa INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA que demos ao focalizado § 1.º do art. 1.611 do nosso Código Civil: investigamos a sua FINALIDADE (que é o amparo ao cônjuge sobrevivente) e concluímos que a viúva "B" sido sobeja e regamente amparada através das muitas e valiosas doações que lhe fez o marido "A", não tem ela direito ao usufruto lá referido, uma vez que o objetivo do preceito legal encontra-se plenissimamente concretizado.

A segunda indagação - esclarece - consiste no seguinte: se, porventura, a viúva "B" tivesse direito ao usufruto instituído pelo citado § 1.º do art. 1.611, aquelas doações que lhe fez o marido "A" teriam de ser imputadas na quarta parte dos bens, sujeita àquele usufruto?

Resposta: se, porventura (mera hipótese, apenas para argumento), "B" não tivesse recebido de "A" (mas recebeu-as, sim) doações que lhe propiciassem íntegro e permanente amparo, ou seja, se, porventura, tivesse ela, "B" recebido doações insuficientes a esse amparo, - evidentemente essas doações teriam, sim, de ser imputadas naquela quarta parte dos bens da quota disponível, sujeita ao referido usufruto. Descarregar-se-ia do senso jurídico e entraria em testilhas com a Moral a não-imputação: seria uma imoralidade que o Direito não pode placitar; seria indissolúvel locupletamento em prejuízo dos herdeiros descendentes, que o Direito não pode sufragar. A esse propósito, é de nos apadarmos novamente nos concludentes escólios dos tratadistas estrangeiros, uma vez que, em derredor ao assunto em foco, nenhum dos nossos civilistas se manifesta (aliás, - com exceção de ORLANDO GOMES, em cuja citada obra, ps. 150/157, ns.º 95/97, há alguns comentários aos §§ 1.º e 2.º daquele art. 1.611, e de ARNOLDO WALD, com breves anotações sobre esses preceitos, nas págs. 96/97 do seu "Curso de Direito Civil Brasileiro" "Direito das Sucessões", 2.^a ed., 1969 -, os demais autores são muito epidérmicos no

tocante a esses dois novos textos legais). COVIELLO (ob cit., p/ 236), - ao tratar no Cap. XXII, da llobbligo dell'Imputazione" e depois de destacar que "non si tratta di una forma di collazione" -, positiva que "INDUBBIAMENTE ANCHE IL CONJUGE SUPERSTITE DEVE IMPUTARE NELLA SUA QUOTA TUTTO CIO' CHE RICEVUTO, SIA PER TESTAMENTO, SIA ATTO TRA VIVI". Ornando com o magistério supra, encontram-se MAZEAUD (ob. cit., tomo 4.º, vol., 2.º, pág. 124, n.º 189) e AUBRY ET RAU (ob já referida, vol. 9.º, págs. 496/500). Francês, onde se abeberou o nosso legislador de 1962 (quando da citada Lei n.º 4.121), preceitua, no seu art. 767, que, - se o cônjuge sobrevivente recebeu do "de cujus" doações de importe superior ao usufruto legal -, não tem direito a esse; e, se aquele montante for inferior aquele usufruto, só pode reclamar o complemento (V. "Código Civil dos Franceses", trad. de SOUZA DINIZ e prefácio de MIGUEL REALE, ed. de 1962, pág. 139, "in fine", 2.ª coluna). Realmente - conclui o parecer - significativo e valioso é esse subsidio interpretativo: deve sempre fazer-se o confronto do texto nacional com leis congêneres, mesmo do direito estrangeiro, notadamente se o preceito pátrio espelhou-se, como "in casu", na legislação alienígena. É o vigoroso auxílio do Direito Comparado na Hermenêutica: "Confronta-se o dispositivo sujeito a exame com outros sobre o mesmo assunto, vigorantes entre povos cultos, e da interpretação atribuída a regras semelhantes, "redigidas por legisladores estranhos, concluem-se o sentido e o alcance do texto nacional" (MAXIMILIANO, ob. cit., págs. 164 e 166, ns.º 134 e 137). A seu turno, LINO DE MORAES LEME assinala que "o magistrado, que deve adaptar a lei às necessidades sociais, tem de, forçosamente, acolher as soluções oferecidas pelo Direito Comparado, venham elas através da doutrina ou diretamente" ("Direito Civil Comparado", 1962, págs. 31/32). (Transcrito de "O Estado de S. Paulo").

IMPOSTO DE RENDA E AS ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS

Eng. Antônio Ribeiro

O Decreto-lei n.º 515, de 7-4-69 trouxe novas normas para enquadramento das pessoas físicas que operam com atividades imobiliárias, a respeito do qual faremos alguns comentários.

EQUIPARAÇÃO

São equiparadas a pessoas jurídicas, para o efeito de cobrança do Imposto sobre a Renda as pessoas físicas (pessoas naturais como diz o Decreto-lei) que praticarem operações imobiliárias com finalidades lucrativas em seu nome individual (ou grupo de indivíduos), profissionalmente e com habitualidade.

As operações imobiliárias a que se refere o Decreto-lei são as seguintes:

- 1 - Compra e venda de imóveis.
- 2 - Loteamento de terrenos com ou sem construções.
- 3 - Incorporação de prédios em condomínio.

Mais abaixo iremos estudar cada tipo de operação, de "per si".

O Decreto-lei equipara a pessoa física à jurídica, nas três condições cumulativas:

Habitualidade;

Caráter profissional nas operações imobiliárias;

Exploração em nome individual.

Desde logo se verifica que logicamente estão excluídos os profissionais que operam no mercado imobiliário não em seu nome individual como pessoa física, mas como sócios, acionistas, diretores de empresas jurídicas, titulares de firma individual, legalmente registradas. Neste caso, desde que a operação imobiliária se proceda através de pessoa jurídica, o pagamento do Imposto de Renda será recolhido normalmente na forma usual através de apuração prevista no Regulamento do Imposto de Renda (R.I.R.) para as pessoas jurídicas.

1 - Operações imobiliárias de compra e venda

1. 1 - Considera-se habitualidade a aquisição e subsequente transferência, a título oneroso, num mesmo ano civil, de mais de três imóveis, ou, de seis imóveis durante três anos civis.

Aqui paira uma dúvida pois alguns entendem que se trata de compra de três imóveis e venda de quaisquer outros três imóveis, enquanto outros entendem que os imóveis vendidos nos anos civis devem ser os mesmos que foram adquiridos naqueles prazos. Nosso entendimento é por esta última hipótese pois o Decreto-lei fala em aquisição e subsequente venda. Ora, é de boa hermenêutica que nenhuma palavra é ociosa em textos legais. Portanto, a palavra subsequente,

que significa "que se segue depois", "que está depois", traz como resultado que a venda se dá após a aquisição, o que é característico da operação de compra e venda de um mesmo imóvel.

1.2 - Como operações imobiliárias, para os efeitos do Decreto-lei, entendem-se também:

a promessa de compra e venda;

a procuração em causa própria;

a adjudicação em hasta pública;

a permuta;

a cessão de direitos

a promessa de cessão de direitos;

1.3 - Quando um imóvel pertencer a uma pessoa física e a outras pessoas físicas ou jurídicas, sob a forma de condomínio ou com frações ideais especificadas para cada pessoa, contar-se-á uma operação para cada pessoa física, com a data da primeira alienação que cada um efetue.

1.4 - Não serão computáveis, para efeito da contagem prevista no item 1.1 anterior: 1.41 - As incorporações de imóveis ao capital de sociedades civis ou comerciais; 1.42- As operações imobiliárias de imóveis havidos por herança, legado, doação ou dação em pagamento; 1.43 - As operações imobiliárias de imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação (somente a operação de venda e a subsequente rescisão); 1.44 - As operações imobiliárias que redundem em receber unidades de construção em troca de terrenos.

1.5 - Computa-se como uma única operação:

1.51 - a venda conjunta de mais de um terreno, confrontantes, que tenham sido adquiridos de uma só vez ou isoladamente; 1.52 - a venda, parcial ou total, de um mesmo imóvel, a vários adquirentes em conjunto; 1.53 - a venda de terreno que resulte de desmembramento de terrenos adjacentes que tenham sido adquiridos de uma só vez ou separadamente pelo vendedor; 1.54 - as vendas de dois ou mais terrenos confrontantes que tenham derivado do desmembramento de um mesmo terreno, computando-se a data da operação imobiliária do primeiro terreno vendido.

2 - INCORPORAÇÃO DE PRÉDIOS EM CONDOMÍNIO

2.1 - As pessoas físicas que operarem em incorporação de prédios em condomínio serão consideradas, cada uma, de per si, como empresa individual e portanto sujeitas a idênticas obrigações de pessoas jurídicas, para o efeito do Imposto de Renda, no caso de se vincularem a mais de uma incorporação no prazo de dois anos civis consecutivos. Como tais se incluem: 2.11 - O proprietário (ou promitente-comprador, ou o cessionário deste, ou o promitente-cessionário) de terrenos objeto de incorporações registradas nos termos da Lei 4591, de 16/12/64 - artigo 32.º Esta é a lei que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias; 2.12 - O construtor ou o corretor de imóveis (pessoas físicas) que funcionarem como incorporadores na forma prevista no artigo 31 da Lei 4591, de 16-12-64; 2.13 - O proprietário (ou o promitente-comprador, ou o cessionário deste ou o promitente-cessionário) de terrenos em que, sem se efetuar o registro da incorporação, promova a construção de prédios em condomínio, para venda após a sua conclusão.

2.2 - A data para o efeito do enquadramento nos dois anos na forma prevista acima do item 2.1 será 2.21 - no caso dos itens acima 2. 11 e 2.13: a do registro da incorporação no Cartório de Registro de Imóveis; 2.22 - no caso do item 2.12 retro: a da primeira alienação de qualquer unidade do prédio.

3 - LOTEAMENTO DE TERRENOS

3.1 - As pessoas físicas que realizarem mais de um loteamento no prazo de três anos civis consecutivos, com ou sem construções, serão considerados, cada uma, de per si, como empresa individual, portanto equiparadas a pessoas jurídicas.

São as seguintes as pessoas físicas enquadradas neste item de loteamento:

3.11 - O proprietário (ou o promitente comprador, ou o cessionário deste ou o promitente cessionário) de terrenos objeto de loteamentos registrados de acordo com o Decreto-lei 58, de 10-12-37, ou com o Decreto-lei n.º 271, de 28-2-67, quer haja ou não a incorporação de residências isoladas na forma do artigo 68.º da Lei 4.591, de 16-12-64.

O Decreto-lei 58 regula o loteamento de terrenos em zonas urbanas e rurais para venda em prestações.

O Decreto-Lei 271 dispõe sobre o loteamento de terrenos em zona urbana completando em parte o DL 58.

O Decreto-Lei 271 definindo "desmembramento", para diferenciá-lo de loteamento, diz em seu artigo 1.º - § 2.º:

"Considera-se desmembramento a subdivisão de área urbana em lotes para edificação na qual seja aproveitado o sistema viário oficial da cidade ou vila sem que se abram novas vias ou logradouros públicos e sem que se prolonguem ou se modifiquem os existentes".

O mesmo DL 271 diz em seu art. 1.º - § 1.º:

"Considera-se loteamento urbano a subdivisão de área em lotes destinados à edificação de qualquer natureza que não se enquadre no disposto no § 2.º deste artigo".

De leitura dos dois parágrafos acima, deduz-se que as diversas vendas parciais de um lote maior, em zona urbana, não constitui loteamento, mas, sim, desmembramento, não estando neste caso enquadrado neste tópico de loteamentos, mas, segundo nosso entendimento, no de compra e venda de imóveis. Porém Isto somente será válido se no desmembramento não houver qualquer modificação no sistema viário local, decorrente do desmembramento. Portanto, se no desmembramento ocorreu a necessidade de abertura de uma rua, há que se considerá-lo como loteamento.

Depois desta explanação continuamos a enumerar os casos de equiparação em loteamentos:

3.12 - O construtor ou o corretor de imóveis que, nos termos do artigo 3.º do DL 271, combinado com o artigo 31 - alínea b da Lei 4.591, assumir a iniciativa e a responsabilidade de loteamentos ou de incorporações de residências isoladas.

Diz o artigo 3.º do DL 271:

"Aplica-se aos loteamentos a Lei 4.591, de 16-12-64, equiparando-se o loteador ao incorporador, os compradores de lotes aos condôminos e as obras de infra-estrutura à construção da edificação".

O art. 31 - alínea B - da Lei 4.591, reza:

"A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que somente poderá ser:

a)

b) o construtor (....) ou o corretor de imóveis (....) .

Dessa maneira, o construtor ou o corretor de imóveis que participar de loteamentos ou de construções no loteamento, assumindo responsabilidades, está enquadrado neste tópico de loteamentos, não podendo participar em mais de um loteamento cada três anos, sob pena de ser enquadrado como empresa individual, equiparado pois a pessoa jurídica. Atentar, porém, que essa participação do construtor ou corretor somente se enquadra neste tópico se qualquer destes assumir a iniciativa e a responsabilidade de loteamentos ou de venda de residências isoladas na planta ou em fase de construção.

Evidentemente o construtor que se comprometer a construir uma residência isolada, a pedido do compromissário comprador, não assumindo pois a iniciativa do empreendimento não estará aqui enquadrado.

O DL 271 que estendeu aos loteamentos as exigências previstas na lei das incorporações - DL 4.591 - embora tenha entrado em vigor na data de sua publicação, carece ainda de regulamentação.

3.2 - Se do loteamento participarem várias pessoas, cada uma delas, independentemente de sua percentagem de participação no loteamento, considerará cada loteamento de que participe como uma operação, para o efeito de equiparação a pessoa jurídica.

3.3 - Para o efeito de contagem da quantidade de loteamentos, devem-se observar as seguintes regras:

3.31 - A data para o cômputo dos loteamentos será a do registro no Cartório do Registro de Imóveis ou, em não havendo, a do primeiro documento relativo à venda de lotes;

3.32 - Não serão computados nem considerados os loteamentos que forem denunciados dentro do prazo de carência declarado pelo loteador;

3.33 - Contar-se-á como um único loteamento aquele decorrente da unificação de lotes, contanto que o registro no Cartório de Registro de Imóveis seja único;

3.34 - Contar-se-á, ainda, como um único loteamento aquele que abarque loteamentos diversos em terrenos confrontantes e que tenham derivado do desmembramento de um mesmo terreno.

4 - APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

Como princípio geral vale a data do instrumento inicial de cada transação para o efeito de contagem das operações imobiliárias.

As operações imobiliárias praticadas antes da publicação do DL em estudo, ou seja, anteriores a 7-4-69, se regerão pela legislação anterior e somente entrarão na contagem prevista no DL 515,

em conjunto com uma nova operação imobiliária que venha a ser praticada após 7-4-69.

5 - ENQUADRAMENTO DA OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA

Se uma operação imobiliária comportar enquadramento em mais de uma das categorias previstas, ele se dará numa só categoria, segundo a ordem de preferência abaixo:

- 1.º - loteamento de terrenos;
- 2.º - incorporação de prédio;
- 3.º - compra e venda de imóveis.

6 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

As pessoas físicas que venham a ser enquadradas como empresas individuais deverão:

- a) inscrever-se no Cadastro de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda;
- b) escriturar livro Caixa, autenticando-o previamente na repartição fiscal do domicílio do contribuinte;
- c) arquivar em boa ordem todos os documentos comprobatórios das operações imobiliárias, bem como os comprovantes de Caixa;
- d) reter e recolher qualquer Imposto de Renda na Fonte previsto como obrigação de retenção por parte das pessoas jurídicas.

As obrigações acima se iniciam no primeiro dia do mês seguinte àquele em que tiver ocorrido a operação imobiliária que enquadrou a pessoa física a empresa individual, não se escriturando as transações anteriores àquela que provocou a equiparação.

7 - COMO PAGAR O IMPOSTO DE RENDA

As pessoas físicas que tenham sido equiparadas a empresas individuais apurarão o lucro real das transações imobiliárias, sendo de 30 % a taxa de incidência do Imposto de Renda.

O decreto-lei em estudo não esclareceu a época ou a forma de pagamento. Porém, salvo melhor entendimento, caberá a aplicação integral do Regulamento do Imposto de Renda (decreto 58.400, de 10-5-66) na parte relativa a empresas individuais.

Em assim sendo, a apuração do lucro será anual, de acordo com o previsto no artigo 203.º do RIR.

Quando os lucros forem transferidos para a pessoa física, dever-se-á incluí-los na cédula F, sujeitos a tributação como pessoa física.

O presente comentário constitui interpretação pessoal nossa, cabendo lembrar que o DL 515 deverá receber jurisprudência administrativa, inexistente ainda, em virtude de sua aplicação se iniciar, praticamente, neste exercício.

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo")

O ENDOSSO

Célio Rodrigues Pereira

O título cambial pode ser transferido a terceiros e, para que tal ocorra, necessário se faz o endosso do mesmo.

A palavra endosso vem de "in dosso" - nas costas isto é, no verso do título.

Obrigatoriamente se constitui com a assinatura do beneficiário do título, bastando a simples assinatura para caracterizar a transferência do mesmo - é o endosso em branco, que se diferencia do endosso em preto, eis que nesse caso o beneficiário do título discrimina o nome do novo titular do título.

O endosso em branco, puro e simples, é de grande aceitação na vida comercial, pois faculta a transferência com facilidade de aquisição por conta alheia. Basta a simples exibição do título para que o portador se habilite a recebê-lo, em seu vencimento, quer amigável ou judicialmente. Com o endosso em branco o título passa a ser ao portador, praticamente, sendo certo que é indiferente seja o endosso datado ou não.

A responsabilidade maior do endossante é que, ao transferir o título, torna-se solidário pelo pagamento. Caso o emitente não pague, a responsabilidade do pagamento passa a ser do devedor e também de quem era o beneficiário e transferiu o título, ou seja, quem o endossou, descontando-o com terceiros.

Como exceção à transmissão da propriedade do título e obrigação do endossante pelo pagamento, existem hipóteses reduzidas - o endosso-mandato, onde o endossante não transfere a propriedade do título e nem contrai obrigações com o endossatário, pois endossou como mandatário do beneficiário do título. O endosso caução, onde o endossante também não transfere a propriedade, mas em compensação se obriga com os demais signatários a realizar a prestação. E, finalmente, o endosso póstumo, ou seja, o endosso que se realiza após o vencimento do título, daí sua denominação, em que há transferência do título, mas não há

responsabilidade pelo pagamento, ocorrendo uma cessão civil.
A prescrição da ação contra o endossador e seu avalista tem prazo menor, sendo que no decreto número 2.044, que define a letra de câmbio e a nota promissória, o mesmo é previsto em doze meses, e na nova lei de duplicatas, número 5.474, de 18-7-68, modificada pelo decreto-lei n.º 436, de 17-1-69, o prazo é o mesmo, contado, todavia, do protesto da duplicata.
(Transcrito da "Tribuna da Justiça")

CLASSIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO DO SEGURADO INPS

SEGURADO é o trabalhador que, mediante contribuição calculada sobre a remuneração, concorre para o custeio da Previdência Social. Divide-se em segurado Obrigatório e Facultativo.

OS OBRIGATÓRIOS

É segurado OBRIGATÓRIO o que trabalha como EMPREGADO no território nacional; a pessoa física que presta serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário, bem como o servidor da União, Estado, Território, Município ou Autarquia, quando incluído no sistema de que trata o Regulamento Geral da Previdência Social.

Será considerado EMPREGADO o cônjuge que presta serviços ao outro cônjuge, devendo, no entanto, ser feita cabal comprovação da relação de emprego e do efetivo exercício de sua atividade.

Os brasileiros e estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como EMPREGADOS nas sucursais ou agências de empresas nacionais no exterior são também segurados obrigatórios.

Os EMPREGADORES, assim classificados os titulares de firma individual e os diretores, sócio-gerentes, sócios solidários, sócios-cotistas que percebam "pro labore", sócios de indústria de qualquer empresa, cuja idade máxima, no início da atividade como empregadores, seja de 50 anos, estão incluídos como Segurados Obrigatórios.

Assim, devem filiar-se à Previdência Social, como segurados EMPREGADORES: em firma individual, o respectivo titular; em sociedade em nome coletivo, todos os sócios, gerentes ou não, como sócios solidários que são; em sociedade de capital e indústria, todos os sócios, gerentes ou não, os capitalistas, como solidários, e os demais, dada a sua qualidade de sócio de indústria; em sociedades em comandita simples, os comanditados, gerente ou não, como sócios solidários que são, excluídos dos comanditários que se conceituam como simples prestadores de capital; em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, os gerentes ou administradores, bem como os que percebem "pro labore". Inexistindo, no contrato social, referência aos nomes dos sócios-gerentes ou administradores, entende-se que todos são gerentes; na sociedade anônima, os diretores; na sociedade em comandita por ações, os diretores ou gerentes; na sociedade cooperativa, os diretores e os gerentes técnicos ou comerciais, entretanto, se o diretor não pertencer ao quadro social da cooperativa, sua inscrição no INPS processar-se-á, independentemente de limite de idade, como segurado empregado.

Nas empresas em liquidação, quando o iliquidante for sócio e estiver recebendo remuneração, continuará a contribuir na qualidade de segurado empregador.

OS TRABALHADORES AVULSOS, isto é, aqueles que prestam serviços a diversas empresas, pertencendo ou não a sindicato, assim considerados, inclusive, os estivadores, conferentes e assemelhados.

OS TRABALHADORES AUTÔNOMOS, compreendidos os que exercem habitualmente e por conta própria atividade profissional remunerada. Equiparam-se aos Trabalhadores Autônomos: os empregados das representações estrangeiras e os dos organismos oficiais estrangeiros ou internacionais que funcionem no Brasil, salvo se obrigatoriamente sujeitos a regime próprio de Previdência Social.

Os proprietários, co-proprietários ou promitentes-compradores de um só veículo, quando exercerem atividade profissional sem vínculo empregatício.

OS FACULTATIVOS

É SEGURADO FACULTATIVO o empregado doméstico, assim considerado, o que presta serviço de natureza não econômica a pessoa ou família, no âmbito residencial destas.

Os ministros, no âmbito religiosa e os membros de congregação religiosa também são Segurados Facultativos.

DEFINIÇÃO DE INSCRIÇÃO

O ingresso em atividade incluída no sistema de que trata o Regulamento Geral da Previdência Social determina a filiação obrigatória do INPS, e considera-se INSCRIÇÃO a qualificação pessoal, perante o INPS, comprovada pela Carteira Profissional, se tratar de EMPREGADO e por outro documento hábil, para os demais Segurados.

INSCRIÇÃO DE SEGURADO EMPREGADO

Serão automaticamente INSCRITOS, independentemente de outra formalidade ou exigência, os Segurados Empregadores portadores de Carteira Profissional, Cadernetas-Matricula, Cadernetas ou Carteiras de Contribuições ou outros documentos equivalentes, regularmente emitidos e anotados.

A INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA não impede, contudo, a realização de diligências tendentes a comprovar a regularidade da inscrição e a efetividade do trabalho prestado, sempre que houver dúvidas a esse respeito. E o documento que dirime tais dúvidas, via de regra, é o Atestado de Afastamento e Salários, tema já focalizado no INPS-BI n.º 10.

A Inscrição dos Segurados Empregados tarefeiros a domicilio está condicionada, à prévia qualificação pessoal, através de documentos hábeis que comprovem sua situação.

A INSCRIÇÃO DO EMPREGADOR

A Inscrição do Segurado Empregador está sujeita à comprovação de idade e da condição de empregador. Não será Inscrito quem iniciar sua atividade como empregador em data posterior àquela em que tiver completado cinquenta (50) anos de idade. Todavia, para aquele empregador que já vinha contribuindo como segurado, não está condicionado a limite de idade. Entretanto, para os empregadores que em 29-09-60 (data do advento do Regulamento Geral da Previdência Social) mantinham essa condição sem estarem filiados, a data da inscrição será a de 29 de setembro de 1960, respeitado nessa data o limite máximo de idade.

A Inscrição do Segurado Empregador far-se-á mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) requerimento a ser assinado pelo responsável pela empresa (firma coletiva) ou pelo próprio Empregador (firma individual) e que se constitui de duas partes: o pedido de inscrição propriamente dito e a declaração da situação do requerente na empresa e a data do início da atividade;

b) documento comprobatório da idade ou prova de situação que o isenta dessa exigência.

Se houver dúvida quanto à condição de EMPREGADOR, poderá ser pedida cópia do contrato social ou da ata da assembléia de eleição, no caso de diretores eleitos, ou ainda, registro da firma no Departamento Nacional de Registro do Comércio ou Alvará de Localização ou outro documento comprobatório da existência legal da firma, no caso de titular da firma individual.

A comprovação da idade será pela certidão de nascimento ou de casamento, passaporte e demais documentos previstos nas normas vigentes. A prova de isenção de cumprimento do limite de idade será feita pela Carteira Profissional ou documento fornecido pelo INPS, desde que por eles se verifique a conservação da qualidade de segurado na data do início da atividade como empregador.

O pedido de Inscrição será protocolado no Setor de Inscrição da Coordenação de Arrecadação e Fiscalização e para comprovação do recebimento do pedido será fornecido ao interessado Cartão de Protocolo, onde será anotado tratar-se de requerimentos de INSCRIÇÃO DE SEGURADO EMPREGADOR.

A INSCRIÇÃO DO SEGURADO AUTÔNOMO

Está condicionada às seguintes comprovações: a) que exerce com habitualidade quaisquer das atividades vinculadas à previdência social; b) que trabalha por conta própria, recebendo remuneração e pagamento pelos serviços que executa; c) que possui os instrumentos de trabalho e que tem as habilitações necessárias ao exercício profissional pelo qual requer inscrição; d) que não presta serviço a qualquer empresa em condições que possam caracterizá-lo como empregado ou qualquer outra categoria dentro da atividade pela qual requer sua inscrição; e) que recolhe o imposto sindical e o imposto sobre serviços, quando devidos.

A verificação do atendimento dessas condições será feita diretamente pelo INPS, sem prejuízo da apresentação, pelo interessado, de qualquer documento hábil de que disponha para completar a prova.

A Inscrição dos Segurados AUTÔNOMOS será realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) requerimento assinado pelo interessado, que se constitui em duas partes, o pedido de inscrição propriamente dito e informações a respeito da situação do requerente;

b) documento de identidade, Cadernetas ou Carteiras de Contribuições, Carteira de Matrícula e

Carteira Profissional, se possuir.

O pedido de inscrição será protocolado no Setor de Inscrição da Coordenação de Arrecadação e Fiscalização, devendo ser fornecido ao requerente, no ato, Cartão de Protocolo, onde será anotado que se trata de requerimento de INSCRIÇÃO DE SEGURADO AUTÔNOMO.

A INSCRIÇÃO DO SEGURADO AVULSO

Está sujeita à qualificação pessoal e à comprovação de prestação de serviço, mediante apresentação de Carteira Profissional, Caderneta de Inscrição Pessoal da Delegacia do Trabalho Marítimo ou Capitania dos Portos e de declaração do Sindicato de classe ou das empresas. A Inscrição produzirá efeitos a contar da data do início da atividade, devidamente comprovada. A Inscrição de Segurados Avulsos será procedida pela Carteira Profissional ou documento equivalente e a declaração da Empresa ou do Sindicato de Classe quanto à prestação de serviços de caráter eventual.

A INSCRIÇÃO DO SEGURADO FACULTATIVO

A Inscrição do Empregado doméstico como Segurado Facultativo está sujeita à comprovação de que:

- a) trabalha habitualmente como empregado doméstico, para particulares;
- b) não presta serviços a qualquer empresa de molde a caracterizá-lo como empregado contribuinte obrigatório;
- c) não é aposentado da Previdência Social.

A veracidade do desempenho da profissão alegada poderá ser corroborada por sindicância, seja pela Fiscalização, seja por funcionário para tanto habilitado, e deverá ser levada a efeito, com caráter de revisão, no prazo máximo de 60 dias contados da data da entrada do requerimento.

A Inscrição dos ministros de confissão religiosa e membros de congregação religiosa como SEGURADOS FACULTATIVOS está sujeita à comprovação da atividade declarada, mediante apresentação de documento firmado pela autoridade religiosa competente.

O ato da INSCRIÇÃO dos Segurados Facultativos produzirá efeitos a contar da data da entrada do requerimento.

A Inscrição do EMPREGADO DOMÉSTICO e dos MINISTROS de comissão religiosa e Membros de congregação religiosa como SEGURADOS FACULTATIVOS será feita mediante apresentação do requerimento, acompanhado de documento que comprove a qualificação pessoal, o qual deverá ser fornecido pela autoridade policial no caso de empregados domésticos e pela autoridade religiosa competente nos demais casos.

Do requerimento deverá constar declaração assinada pela pessoa para a qual desempenha os serviços, ou pela autoridade religiosa competente.

O pedido de inscrição será protocolado no Setor de Inscrição da Coordenação de Arrecadação e Fiscalização, sendo fornecido ao interessado, no ato, Cartão de Protocolo, para fins de comprovação de recebimento do pedido de INSCRIÇÃO como SEGURADO FACULTATIVO.

A data do início das contribuições correspondente à da entrada do requerimento.

"Boletim Informativo do INPS" - N.º 14

IMÓVEIS - PREÇO FIXO DEVE SER RESPEITADO

Com a cláusula de "preço fixo e que não será reajustado", imobiliária desta cidade empreendeu há algum tempo a venda de lojas e apartamentos, para entrega futura, em moderno conjunto arquitetônico no bairro do Gonzaga. Parte do conjunto foi construído e entregue no prazo contratual; outra parte, no entanto, cuja entrega estava marcada para meados de 1967, até hoje não foi concluída.

Dois condôminos; desta parte inacabada, que não concordaram em antecipar o pagamento do saldo, foram acionados pela firma imobiliária para pagar um reajustamento no preço de venda. A petição inicial, distribuída à 3.ª Vara Cível, baseou-se na teoria da imprevisão (cláusula "rebus sic stantibus").

Em sua sentença, o saudoso juiz Dr. Martim. Francisco Ribeiro de Andrade repeliu a pretensão afirmando inicialmente "que o contrato original, em sua cláusula 7.ª, com letras maiúsculas e tipo especial, deixou bem claro que o preço era "fixo" e que não será reajustado". Disse o magistrado que o contrato foi celebrado com previsão da inflação, bem como da persistência do aumento do custo de vida. "Com isso assumiu um risco em forma consciente e induziu, com a sua promessa de não reajuste, os condôminos a um contrato que, de outra forma, talvez não

tivessem celebrado".

"Por outras palavras - prossegue a sentença - como já tem sido dito em outros processos do gênero, jogou com a inflação, aceitou esse jogo e não é justo que venha agora a pleitear o seu desligamento das cláusulas primitivamente oferecidas num típico contrato de adesão. Além do mais, a cláusula "rebus sic stantibus" não pode ser invocada por quem é inadimplente ou cumpre mal o contrato".

Finalmente - "o incorporador, como profissional especializado e com conhecimento presumível das oscilações e tendências do mercado, deve suportar as consequências de uma cláusula de não reajuste, celebrada em regime inflacionário o que induz vários candidatos a apartamento, a com ele contratar".

RECURSOS

O Tribunal de Alçada de São Paulo, na apelação interposta pela imobiliária, confirmou unanimemente a sentença de primeira instância.

Denegado também foi, por inadmissível na espécie, o recurso extraordinário interposto ao Supremo Tribunal Federal. Agravo de instrumento de despacho denegatório, da mesma forma não mereceu acolhida do STF, por unanimidade, em decisão de 7 de julho último.

Funcionou com êxito na causa o advogado Álvaro Mesquita Caldas, patrono dos citados condôminos.

REGISTROS PÚBLICOS

Já é, certamente, do conhecimento de nossos colegas que o Exmo. Sr. Presidente da República houve por bem prorrogar, mais uma vez, o prazo para vigência do Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a reorganização dos serviços concernentes aos Registros Públicos.

Essa medida governamental está consubstanciada no Decreto n.º 66.640, de 20 de abril de 1970, - cujo texto publicamos na seção própria deste "Boletim" - e como o referido prazo foi dilatado, por seis meses, a mencionada lei deverá entrar em vigor no dia 21 de outubro p. futuro. É de esperar-se, já agora, que, em face das falhas apresentadas pelo diploma legal aludido, - as quais, aliás, a nossa Associação já teve a oportunidade de levar ao conhecimento do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid, por intermédio e com o indispensável beneplácito do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, - o Governo Federal determine, quanto antes, a sua revisão, de modo a expurgá-lo de tais falhas e torná-lo, assim exequível.

A urgência dessa revisão impõe-se sobremaneira, - pois deve-se ter em vista, desde já, que ela precisa ficar concluída de forma a que os serventuários daqueles Registros, em todo o País, possam dispôr, após, de tempo suficiente para providenciarem a confecção dos novos livros previstos na citada lei.

É de todo imperioso evitar-se, no caso, a reprodução do que aconteceu quando da publicação desta, feita num suplemento do "Diário Oficial" da União editado vinte e poucos dias antes do término do prazo fixado para sua vigência, deixando aqueles serventuários numa situação aflitiva, uma vez que lhes era materialmente impossível obter a confecção dos mencionados livros em tão exíguo espaço de tempo.

Graças à prestigiosa intervenção, em tal oportunidade, não só dos altos representantes ao Poder Judiciário de nosso Estado e do Rio Grande do Sul, foi essa situação superada, como todos sabem, pelo Decreto n.º 65.905, de 19 de dezembro de 1969, que prorrogou, pela primeira vez, a vigência da mesma lei.

CRÔNICA: OS ANDRÓGINOS...

Não sei se vocês conhecem o velho mito: Conta-se que, nos tempos pré-históricos, quando Zeus, filho de Crônos e Réa, dirigia do Olimpo os destinos do Universo, os seres humanos eram inteiramente diversos dos atuais, pois reuniam em si os dois sexos e tinham, por isso, a denominação de Andróginos.

Dotados de uma ambição desmedida e possuídos de insuportável inveja, - sentimentos dos quais, até hoje, seus descendentes não conseguiram libertar-se. . . - esses nossos remotos

ancestrais conceberam, um dia, a idéia maluca de destronar a Zeus e arrebatá-lo o domínio do Mundo.

O deus dos deuses, porém, que em sua onisciência e onipotência tudo sabia e tudo podia, ao tomar conhecimento dos preparativos da rebelião, resolveu aplicar-lhes, de imediato, exemplaríssimo castigo: Mandou prendê-los e cortá-los ao meio, de alto a baixo, - ordenando, após, que as respectivas metades fossem expulsas do Olimpo e dispersadas pela imensidão da Terra, ainda virgem...

Aturdidos pela trágica e fulminante perda de sua primitiva unidade, representada pela natureza hermafrodita que os caracterizava - nunca mais os Andróginos se recompuseram do trauma violento, provocado pela cisão que os separou em sexos distintos, dando origem, assim, à Humanidade atual.

Curtindo, embora, há longos milênios, a amargura de tal separação, - continua, entretanto, dinâmica e viva no Inconsciente de todos nós, homens e mulheres, a idéia de que, só mediante o encontro de nossa outra metade e a recomposição, enfim, da unidade perdida, poderemos alcançar aquela felicidade imutável, que teimosamente, desde então, vivemos perseguindo... Daí a razão pela qual logo que atingimos os verdes anos de nossa juventude, nos sentimos compelidos, pelo impulso de misteriosa força ou energia interior, a procurar no sexo oposto a metade que nos pertence, sem a fusão com a qual a existência nos parece, quase sempre, tão vazia e árida como a vastidão adusta de um deserto...

Como, porém, reconhecer essa metade, entre os milhões das que existem, espalhadas por todos os continentes? Eis aí o grande, doloroso e até hoje insolúvel problema! É que Zeus, ao cindir os Andróginos, retirou maliciosamente, de suas partes constituintes, todos os sinais exteriores pelos quais elas, de futuro, pudessem vir a identificar-se...

Acontece que, ignorando esse astucioso e pérfido gesto do velho deus olímpico, cada um de nós, - seja homem ou mulher - é tontamente levado a procurar no outro a metade que lhe falta, convencido de que a reconhecerá, precisamente, por aqueles sinais... que não existem!

Começa aí, então, o drama inacabável dessa busca inútil, evidente e palpável no fracasso, cada vez mais amplo, da instituição do casamento - que já foi comparado a uma fortaleza sitiada, da qual, os que estão dentro, se batem para sair, e na qual, os que estão fora, lutam para poder entrar.

Aliás, como exemplo ilustrativo de tal verdade, conta-se, a respeito, a história (ou estória, como quiserem) daquele rapaz que possuía inúmeros amigos e que teve, um dia, de viajar para o exterior, onde ficou longos anos, volvidos os quais regressou, saudoso de tudo quanto deixara na terra mãe.

Desde há muito sem notícias dos antigos companheiros, tratou logo de procurá-los, terminando, finalmente, por encontrar um deles. Depois de abraçá-lo, quis, de pronto, saber dos demais, indagando o que faziam, como estavam, e se, enfim, viviam felizes. Ao que o outro respondeu, com expressão de tristeza estampada no rosto, - antes alegre, prazenteiro e vivo:

- Felizes? - Não, não, meu caro: Todos se casaram.. .

O. F. T.

"ELEMENTOS DE HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO"

Em separata da "REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL" (Vol. CLXXI - ano XXXI, págs. 189 a 234), vem de ser editada excelente monografia sob o título em epígrafe, da autoria do ilustre advogado Dr. BRASIL BANDECCHI, que é, também, um dos mais entusiastas pesquisadores de nossa História, sobre a qual já publicou vários e interessantíssimos trabalhos.

"ELEMENTOS DE HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO, constitui o relato da evolução do Direito pátrio desde suas origens até os nossos dias, feito através de uma linguagem clara e simples, obediente, aliás, ao mesmo límpido estilo que caracteriza as demais obras do conhecido intelectual paulista.

Além do "Proêmio", em que nos dá, por assim dizer, um rápido esboço da matéria abordada, - o volume se divide em sete capítulos, subordinados, respectivamente, aos títulos seguintes:

"Ordenações do Reino", "Ma Justiça", "Constituição do Império", "Codificação das Leis Civis", "Direito Comercial", "Código Penal de 1830 e Código de Processo Penal de 1832", tratando o autor, no último, da "Legislação de Imprensa".

Não se limita, entretanto, o Dr. BRASIL BANDECCHI a nos oferecer uma resenha dos

acontecimentos que marcam, de maneira mais significativa, o processo evolutivo de nossas instituições jurídicas. Muito pelo contrário, pois faz destas uma análise minuciosa, pontilhada de observações pessoais, que em muito valorizam o seu trabalho, ora posto ao alcance dos estudiosos graças à publicação da separata aludida.

Elaborados, embora, sem preocupações de ordem didática, "ELEMENTOS DE HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO" correspondem, não obstante, a uma verdadeira propedêutica jurídica, cuja leitura será de grande utilidade principalmente para os nossos estudantes de direito, pela visão global que lhes proporcionará da marcha daquelas instituições em seu desenvolvimento histórico, e cujo conhecimento em muito lhes facilitará o estudo mais aprofundado da matéria, indispensável à sua formação profissional.

Noticiando a publicação do opúsculo aludido, cumprimentamos o Dr. BRASIL BANDECCHI pela realização de mais esse oportuníssimo trabalho, com que vem de enriquecer a bibliografia referente aos estudos de nossa História, ao mesmo tempo que lhe agradecemos a oferta do volume com que nos distinguiu.

O. F. T.

RUMOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA ALFREDO BUZAID 1970

(ALOCUÇÃO PROFERIDA PELO
PROFESSOR ALFREDO BUZAID,
MINISTRO DA JUSTIÇA, NO DIA
1.º DE ABRIL DE 1970, ATRAVÉS
DE REDE DE TELEVISÃO E
RADIO, NA SEMANA COMEMO-
RATIVA DO SEXTO ANIVER-
SÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 31
DE MARÇO DE 1964).

RUMOS POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

"TEMOS UMA CONSTITUIÇÃO QUE NÃO SE MODELOU EM NENHUMA OUTRA, MAS QUE, ANTES, É UM MODELO PARA AS OUTRAS." (PÉRICLES) (1)

I- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

SUMÁRIO: - 1. O POVO QUE SE REENCONTRA AO ELABORAR O CÓDIGO POLÍTICO - 2. A PALAVRA REVOLUÇÃO. SEUS SIGNIFICADOS - 3. O QUE JÁ REALIZOU A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO NAS MAIS VARIADAS ÁREAS.

1 - Estas palavras do genial estadista grego, invocadas como epígrafe, têm o mérito de definir, em uma síntese, a consciência de um povo, que procura reencontrar-se consigo ao compor o seu Código Político, determinar a estrutura orgânica dos Poderes e legislar sobre o complexo dos direitos e deveres sociais. A melhor Constituição não é aquele documento ideal elaborado para reger seres imaginários, mas a lei fundamental de um povo adequada à sua formação política e capaz de traduzir os seus anseios.

A luz desta observação preliminar, intento discorrer sobre alguns aspectos da filosofia política da Revolução de 31 de março de 1964, demarcando-lhe as raias do conteúdo doutrinário e subministrando uma idéia de vários princípios que a inspiraram e dos propósitos que busca realizar.

A Revolução não nasceu de uma quartelada; foi um brado de independência do povo e das Forças Armadas, que se identificaram num ideal comum. O povo saiu à rua em marchas eloquentes por Deus, Pela Pátria e pela Família. As Forças Armadas, cuja política de segurança fora preparada pela Escola Superior de Guerra, puseram abaixo um Governo sem moral, sem dignidade e sem decoro. A vitória da Revolução anuncia uma aurora de paz e de confiança.

2 - A palavra Revolução está na ordem do dia. Fala-se de Revolução a cada passo nos mais variados sentidos: revolução política, revolução social, revolução econômica, revolução cultural, revolução tecnológica. Tem-se usado e abusado deste vocábulo, que nos tempos atuais fascina sobremodo os jovens. Muitas vezes os revolucionários não sabem o que querem; não são capazes de definir os seus ideais. Não se apresentam com uma doutrina clara, ordenada e metódica. Por isso se limitam a dizer o que não querem, isto é, o que lhes repugna na ordem

política e social vigente. Não querem a corrupção, que avilta administradores, juízes e legisladores; não querem a subversão, porque ela é uma forma de violência que degrada a criatura humana; não querem a submissão do Governo a grupos econômicos de pressão, porque ela sujeita o Estado ao jogo de meros interesses materiais.

Que desejam então? A história das revoluções é bem conhecida e os seus ensinamentos vêm de todos os tempos. Sob o aspecto subjetivo, uma plêiade de idealistas prepara a revolução; a revolução vitoriosa forma os seus homens. Os revolucionários têm o Poder de destruir a ordem instituída, mas não raro carecem da vontade de construir a ordem nova, porque jamais se aparta deles a idéia de revolver.

Sob o aspecto objetivo, de todas as revoluções conhecidas historicamente só algumas apresentaram uma filosofia Política. A maior parte delas significou uma ruptura com o passado sem assumir um compromisso ideológico com o futuro.

3 - A Revolução de 31 de março de 1964 é uma revolução no sentido verdadeiro da palavra, porque traz uma mensagem de renovação. No domínio econômico deu as bases de uma política de desenvolvimento, apta a libertar o país de vínculos que o submetiam ao império de nações poderosas.

No domínio financeiro saneou a moeda, contendo o processo inflacionário, cujo desenvolvimento deu lugar a um progresso mais aparente que real. No domínio agrário promoveu uma reforma substancial, outorgando o Estatuto da Terra, que sistematiza a cultura da propriedade rural e a aplicação de novas técnicas para explorar os bens de produção. o domínio educacional incrementou a alfabetização, ampliou os colégios e reformou o sistema universitário, instituindo a carreira do magistério superior, organizando os departamentos e revalorizando os vencimentos dos professores. No domínio da saúde determinou um plano de assistência individual, de saneamento de regiões insalubres e de erradicação de doenças tropicais, que dificultam o progresso em certas zonas. o domínio das relações entre patrões e trabalhadores assegurou um clima de compreensão e coexistência pacífica, evitando a exploração dos operários, dando-lhes proteção pelo tempo de serviço e amparando-lhes a velhice através de legítima aposentadoria. No domínio da justiça pôs os seus órgãos junto ao povo para a reparação dos direitos violados e promoveu uma reforma substancial de Códigos e leis. No domínio das reservas naturais explorou as riquezas do subsolo, extraíndo o petróleo e os minérios, que utiliza na economia interna ou exporta para várias nações. No domínio dos transportes rasgou o país de estradas por onde circulam os produtos da terra e das fábricas. No domínio das comunicações substituiu o obsoleto sistema de telefonia pela discagem direta e ampliou a rede de televisão, que à cobre dois terços do território em transmissão simultânea. No domínio do planejamento organizou programas de investimento, criou os orçamentos plurianuais e implantou uma política de desenvolvimento racional, que substitui as antigas plataformas elaboradas sob a inspiração de soluções imediatistas. No domínio das Forças Armadas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, como instituições nacionais, executam a política de segurança nacional, defendendo a Pátria e garantindo os poderes constituídos, o primado do direito e a observância da lei. Nas relações internacionais manteve uma política de paz e amizade com os povos deste e de outros continentes.

1. Péricles, em TUCIDIDES, *Historiae*, vol. II, pag. 37.

II - A REVOLUÇÃO POLÍTICA

SUMARIO: - 4. A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA ENCETA, NO SEU TERCEIRO GOVERNO, A RACIONALIZAÇÃO DOS PODERES, O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE QUE TODO O PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME É EXERCIDO - 5. GOVERNO DIRETO E REPRESENTAÇÃO POPULAR - 6. O ESTADO DEMOCRÁTICO DEVE CONVOCAR OS MELHORES PARA REPRESENTAREM O POVO.

4 - A Revolução Democrática Brasileira, em seu terceiro Governo, enceta agora, no plano das instituições políticas, a racionalização dos Poderes, em que se exprime a soberania nacional. Afirma a Constituição que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido" (2). Este princípio constitucional se desdobra em duas partes. Na primeira se declara que "todo o poder emana do povo". O povo é, assim, o primeiro elemento da democracia. Se democracia significa, como diz Kelsen, identidade de dirigentes e de dirigidos, do sujeito e do objeto do Estado e governo do povo pelo povo, então que é o povo? (3). Segundo a concepção dominante nos séculos XVIII e XIX, entende-se por povo a entidade homogênea constituída pela reunião de cidadãos. Assim a vontade do povo reside no ser coletivo nação. Esta é designada por soberania nacional. Sob esse nome, ela é a base da democracia chamada clássica, porque historicamente é a primeira forma sobre a qual foi instituído o governo do povo e que constituiu, durante mais de

um século, de modelo às instituições dos países livres. O regime democrático liga-se, portanto, à idéia de soberania nacional (4).

5 - Na segunda parte do preceito constitucional se diz que os representantes do povo exercem o poder em seu nome. A essência deste princípio está em que o povo, reconhecendo quão difícil é exprimir imediatamente a sua vontade, escolhe pessoas ou grupos de pessoas para desempenharem em seu nome as funções do Estado. A idéia de um Governo direto, em que o povo como corpo de cidadãos se identifica com o Estado, já não corresponde às exigências da organização política moderna não só pela complexidade de sua estrutura, como também pela multiplicidade de seus problemas. Daí a necessidade de uma representação em que o povo manifesta a sua soberania através de mandatários, cujas deliberações guardam a mesma força e autoridade como se emanassem do próprio corpo de cidadãos (5).

Este dogma do liberalismo político tem, contudo, em nossa opinião, apenas valor genérico, porque enuncia a fonte do poder, mas não a maneira de exercê-lo. O que preocupa, no entanto, a moderna doutrina é particularizar o modo como se exprime a vontade popular, tanto mais que, como observou Burdeau, se é sempre o povo que governa, não é sempre o mesmo povo (6).

6 - Já escrevia Tocqueville em 1835 que "para os partidários da democracia importa menos encontrar o meio de fazer o povo governar do que de fazer com que o povo escolha os mais capazes" (7). Os publicistas punham a sua confiança na seleção dos melhores, a fim de lhes entregar o governo. "O Estado democrático", opina Ferneuil, "convoca o governo dos melhores. O futuro do governo popular está subordinado a essa condição expressa de que as massas democráticas adquirirão pela educação e pela prática das instituições livres a clarividência necessária para discernir entre suas preferências os elementos mais sãos, os mais vivazes e lhes confiar o poder" (1).

Este problema preocupou sobretudo os grandes políticos americanos que fundaram a República. Madison dizia que "EL finalidade de qualquer constituição é ou deve ser, primeiro, conseguir para governantes homens que possuam no mais alto grau a sabedoria para distinguir e a virtude para realizar o bem comum da sociedade; e, em segundo lugar, tomar as precauções mais eficazes para conservá-los virtuosos enquanto continuarem a exercer o cargo" (9).

2. Constituição da República Federativa do Brasil, art. 1.º, § 1.º. Este é um princípio nitidamente democrático reconhecido pelas constituições modernas: República Federal da Alemanha, art. 20.º, § 2.º; Áustria, art. 1.º; Bélgica, art. 25.º; Finlândia, art. 1.º, § 2.º; França, art. 5.º; Irlanda, art. 6.º; Itália, art. 1.º; Turquia, art. 3.º.

3. Hans Kelsen, Von Wesen und Wert; der Demokratie, 1963, pág. 14.

4. Burdeau, La Démocratie, pág. 36.

5. Pinto Ferreira, Princípios Gerais de Direito Constitucional Moderno, § 14; Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 2.ª ed., pág. 53 e segs.

III - DO FUNCIONAMENTO DOS PODERES

SUMÁRIO: - 7. TRÊS SÃO OS PODERES DO ESTADO ATRAVÉS DOS QUAIS SE MANIFESTA A VONTADE DO POVO: - LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO. PARA COMPREENDER BEM OS DEFEITOS DA REPRESENTAÇÃO NOS DOIS PRIMEIROS, É PRECISO CONHECER A HISTÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL - 8. OS PARTIDOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO - 9. O PARTIDO REPUBLICANO E A POLÍTICA DOS GOVERNADORES - 10. IMPLANTAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS - 11. PEQUENOS E GRANDES PARTIDOS - 12. O DRAMA DOS PARTIDOS POLÍTICOS - 13. O PODER JUDICIÁRIO E SISTEMA DE ESCOLHA DOS JUIZES.

7 - A regra, enunciada no art. 1.º, § 1.º, da Constituição, consagra o princípio de que o povo escolhe os que o representam e devem desempenhar, em seu nome, as funções estatais. Três são os Poderes do Estado através dos quais se manifesta a vontade do povo: - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (10). A um simples relance de olhos, o que se observa é que a representação não é uniforme nos três Poderes. Salvo a eleição do Presidente da República (11), os mandatários do povo, no Poder Legislativo e no Poder Executivo, são escolhidos por sufrágio direto e universal dentre nomes indicados pelos partidos políticos. Cabe a estes, portanto, a responsabilidade de selecionar quantos devem ser apresentados ao julgamento do povo. Mas não foi das mais edificantes a este respeito a experiência brasileira.

Para se compreender bem o defeito da representação no Poder Legislativo e no Poder Executivo, é de todo conveniente bosquejar, ainda que em rápidas pinceladas, a história do Partido Político no Brasil, assinalando a evolução por que passou desde os esforços dos estadistas do Império até as organizações que dominaram a República.

6. Burdeau, La Démocratie, pág. 23.

7. Tocqueville, Oeuvres Complètes, vol. VI, pág. 54.

8. Ferneuil, Les Principes de 1789, pág. 130.

9. Federaflist, n.º 57.

8 - No primeiro Reinado não houve propriamente partidos senão grupos ou facções. A divisão entre eles se dava sob a forma de grupo do governo e grupo da oposição (12). No segundo Reinado não mudou muito a situação. A formação do Partido Liberal é do Partido Conservador veio abrir apenas uma frouxa luz na nossa vida constitucional (13). Parece que só no último quartel do século XIX o Partido Liberal, cujo programa foi redigido por Nabuco de Araújo e apresentado sob sua responsabilidade, já procura delinear um plano de idéias com largueza de vistas. "No campo político", escreve Afonso Arinos, "eleição direta, temporariedade do Senado, restrições ao Poder de Polícia, descentralização com maior autonomia das províncias. reforma do Conselho de Estado, garantia à liberdade religiosa, independência do Judiciário, redução das forças militares, abolição da guarda nacional e do recrutamento, limitação do poder do clero; no campo econômico, emancipação gradual dos escravos, melhoramento da situação do operariado, derruição de monopólios e privilégios econômicos, liberdade de comércio e indústria; no campo cultural, incremento, organização e ampla liberdade de ensino - eis os tópicos principais deste avançado programa que incorporava firmemente às suas reivindicações as experiências do liberalismo europeu desde a grande crise de 1848" (14).

Surge, finalmente, o Partido Republicano, dominado sob o aspecto filosófico pelo positivismo, impulsionado sob o aspecto econômico pelo surto de produção do café e prestigiado sob o aspecto militar pelos jovens oficiais, que desejavam abater a Monarquia a fim de corrigir os vícios inerentes à prática do sistema representativo (15).

10. Constituição, art. 6.º.

11. Constituição, art. 74.º

12. Afonso Arinos, Teoria e Prática do Partido Político, pág. 20; Otávio Tarquínio de Sousa, José Bonifácio, pág. 215.

13. Dizia Nabuco de Araújo, no Senado, em meados de 1861: "Considero extintos os partidos políticos que militavam outrora; não vejo no presente possibilidade de se formarem partidos profundos, partidos transmissíveis de geração a geração, como foram esses que outrora houve em França". (Joaquim Nabuco, Um Estadista do Império, vol. 1, pág. 350).

9 - implantada a República, o Governo Provisório debate a proposta, feita por Glicério, de se criar um partido nacional (16). Logo surgem dificuldades que refletem, em grande parte, as tendências assinaladas na Constituinte de 1891 acerca do regime federativo. Altos representantes do Governo, notadamente Campos Sales, se manifestam por uma ampliação dos poderes do Estado-Membro, Rui Barbosa defende o fortalecimento da União (17). Sob o aspecto teórico, a história demonstra que Rui Barbosa tinha razão, pois a evolução dos acontecimentos conduziu à centralização; mas sob o aspecto político, vingou a doutrina de Campos Sales, com a chamada 'política dos governadores'.

O Partido Republicano se organiza em cada Estado para onde se desloca, até 1930, o eixo da política. A autoridade da União, depende do apoio dos governadores. Tudo isso ocorre, porque durante a primeira República não houve partidos nacionais. Com a vitória da Revolução de 1930 entra em declínio a "Política dos Governadores", recebendo o seu golpe mortal com a outorga da Constituição de 1937.

10 - A primeira tentativa de implantação de partidos nacionais surge com a Constituição de 1946 (18). Formaram-se sob o regime constitucional vários partidos, três dos quais eram nacionais: - O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD), a UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) e o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). Os dois primeiros não se distinguem substancialmente por programas ou doutrinas. Aquele, com incluir o adjetivo "social", não era avançado senão tradicionalista. Este também era de nítida formação democrática. A míngua de programas diversos, os dois partidos se preocupavam com o eleitorado sobre o qual exerciam influência os chefes locais. A escolha dos dirigentes municipais se dividiu entre advogados, médicos, dentistas, agricultores e demais pessoas gradas (19).

14. Afonso Arinos, op. cit., pág. 48 e segs.

15. Afonso Arinos, op. cit., pág. 56.

16. Campos Sales, Da Propaganda à Presidência, pág. 63.

17. Agenor Roure, A Constituinte Republicana, vol. I, pág. 69 e seg.; Raul Machado Horta, A Autonomia do Estado-Membro no Direito Constitucional Brasileiro, pág. 76 e segs.

18. Constituição de 1946, art. 110.º, § 1.º O Dec.-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945,

preanuncia a formação de partidos nacionais.

O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) passou a atuar nos sindicatos diretamente sobre os operários, acenando-lhes promessas de melhoria do bem-estar. Os comunistas procuravam dominar o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) na esperança de levantar as massas trabalhadoras para a revolução social. A razão disso estava em que não podiam organizar-se em partido legítimo, pois lhes obstava a esse propósito o art. 141.^o § 13, da Constituição de 1946, que proibia o funcionamento de partido político, cuja doutrina ou ação contrariava o regime democrático baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

11 - Nos últimos vinte anos a situação política se agrava consideravelmente com a formação, à margem dos grandes partidos nacionais, de pequenos partidos de pouca ou nenhuma significação eleitoral. As chapas dos grandes partidos ofereciam dificuldades nos pleitos, disputados por empresários que punham recursos consideráveis para a conquista de cadeiras e derrotando, em consequência, os candidatos oriundos de áreas intelectuais. Estas acabaram por se retrair, abandonando a política ou pelo menos dela se desinteressando. Os pequenos partidos, que operavam como satélites dos grandes, mal podiam preencher a chapa, constituída em grande parte por pessoas de pouco relevo na sociedade.

Estes problemas deram lugar ao florescimento de duas categorias de políticos: - uns que velavam por seu reduto eleitoral, mantendo-o, à força de distribuição de empregos; e outros que se valiam de promessas aos trabalhadores, embaixando-lhes a boa-fé. Os da primeira categoria se chamavam empreguistas; os da segunda, demagogos.

Dentro deste contexto, cumpre, todavia, ressaltar a presença, quer nos grandes partidos, quer nos pequenos, de elementos de alto valor intelectual, inspirados pela idéia de promover a política científica do Estado e realizar o bem comum.

19. Afonso Arinos, op. cit., pág. 102.

12 - Com exceção da atividade revolucionária dos comunistas, que possuíam uma doutrina, os partidos políticos de feição democrática eram geralmente pobres de idéias renovadoras.

Elementos conservadores se inscreviam tanto no partido do governo como no partido da oposição. Pessoas filiadas à doutrina marxista também se integravam nos partidos conservadores, ocupando cadeiras no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. A competição se desenvolvia numa luta de homens em busca de mandatos eletivos.

O grande drama dos partidos políticos brasileiros consistiu em desenvolver assim uma política de homens. Estes se uniam ou se separavam sem obediência a uma doutrina. A representação popular foi, em consequência, entrando em vertiginoso declínio. Governadores de Estado conspurcavam a administração, organizando famosas "caixinhas". Deputados de poucas letras e nenhum escrúpulo passavam a negociar votos ao sabor dos mais reprováveis interesses. As Assembléias Legislativas festejavam a orgia das sessões extraordinárias, distribuíam automóveis aos deputados, empregavam número considerável de funcionários e autorizavam vilegiaturas por conta dos cofres públicos.

13 - Enquanto nos Poderes Legislativo e Executivo a representação popular não alcançou o desejado progresso científico, já as coisas se passavam de modo diverso com o Poder Judiciário, que recebe cuidadoso tratamento dos últimos legisladores constituintes.

O Poder Judiciário não é constituído por magistrados eleitos pelo voto popular. O ingresso na magistratura se realiza mediante concurso de provas e títulos. Uns são da Justiça estadual; outros, da Justiça federal. Os que integram a primeira categoria ascendem às entrâncias superiores mediante promoção por merecimento e antiguidade até atingirem o Tribunal de Justiça. Constitui exceção a esta regra geral, dominante na Justiça estadual, a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal e de outros altos Tribunais da República, que obedece a critério diferente. O Presidente da República os nomeia dentre brasileiros de notável saber e reputação ilibada após a aprovação de seu nome pelo Senado(20).

Mas o cuidado de selecionar tais representantes do povo não pára aí. O Poder Judiciário institui um Conselho Superior da Magistratura, cuja função consiste em fiscalizar, por via administrativa, o procedimento dos juízes. Isso equivale a dizer que, são contentes com as providências que cercam o ingresso mediante a seleção por concurso, o controle desses órgãos do Poder Judiciário prossegue ao longo da carreira, podendo o Estado afastar aqueles que se tornaram indignos da representação (21).

14 - Esta racionalização do Poder Judiciário não nasceu por acaso nem por encanto; foi o

resultado de um paciente processo de aperfeiçoamento da instituição reclamado pela natureza da atividade jurisdicional e dignidade dos seus órgãos. Entenderam nossos constituintes que só deviam confiar a magistrados cultos, honestos e capazes, o julgamento das causas relativas à liberdade e à fazenda.

Aos publicistas que se preocuparam com o Poder Judiciário, um dos meios de selecionar os melhores para o exercício da função se afigurou o concurso de provas e títulos. Pode não ser o único sistema. Mas sem dúvida é ainda um dos melhores na democracia, porque assegura a todos a possibilidade de conquistar, por merecimento próprio, tão elevada função. Respeitava-se assim o princípio da igualdade.

A experiência brasileira demonstrou as inequívocas vantagens desse processo seletivo de valores. Desde a implantação do sistema de concurso, já ninguém pensa noutra solução, nem outra melhor surgiu nos monumentos legislativos contemporâneos. A lição que se tira dessa conquista brasileira não está, porém, apenas em exaltar os méritos do processo de seleção, mas especialmente em cotejar a conquista do Poder Judiciário, pondo-a em confronto com a escolha de representantes do povo nos dois outros Poderes.

20. Constituição, art. 118.º, § único; art. 121; art. 128; art. 141, 1.º, "a".

21. Constituição, art. 113.º.

IV - DO SISTEMA CONSTITUCIONAL VIGENTE

SUMARIO: - 14. CRITÉRIO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO POVO NO PODER LEGISLATIVO E NO PODER EXECUTIVO - 15. OBJETIVOS DA LEI COMPLEMENTAR DE INELEGIBILIDADE. O PRIMEIRO É A PRESERVAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO - 16. O SEGUNDO OBJETIVO É PRESERVAR A PROIBIDADE ADMINISTRATIVA - 17. O TERCEIRO OBJETIVO É PRESERVAR A NORMALIDADE E A LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES - 18. O QUARTO OBJETIVO É GARANTIR A IMORALIDADE PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO - 19. LEI DE INELEGIBILIDADE E LEI DE ELEGIBILIDADE - 20. O POVO JAMAIS QUIS ESCOLHER, COMO SEUS REPRESENTANTES, OS MAUS ELEMENTOS - 21. EXEMPLOS ELUCIDATIVOS 22. UM DOS MÉRITOS DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO É O DE CONSIDERAR A POLÍTICA COMO CIÊNCIA E INSTITUCIONALIZA-LA COMO ÉTICA.

15 - Do confronto que acaba de ser feito, bem se vê, que, dentre os Poderes do Estado em que se manifesta a soberania nacional, um deles procurou racionalizar-se, assegurando uma representação do povo qualitativamente excelente, porque escolhida mediante concurso de provas e títulos. Naturalmente ninguém está pensando em propor, na eleição dos representantes do povo no Poder Executivo e no Poder Legislativo, que se consagre o mesmo método. Mas todos facilmente intuem que não pode subsistir o sistema vigente pelos defeitos que tem e são reconhecidos pelos publicistas e políticos.

A Revolução de 31 de março considerou tão importante a reforma das instituições políticas que, na Emenda Constitucional n.º 1, consignou:

"Art. 151.º Lei complementar estabelecerá os casos de inelegibilidade e os prazos dentro dos quais cessará esta, visando a preservar: - I - o regime democrático; II - a probidade administrativa; III - a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego público da administração direta ou indireta ou do poder econômico; IV - a moralidade para o exercício do mandato, levando em consideração a vida pregressa do candidato."

O que consagra esta norma constitucional é da maior importância para os novos rumos da política brasileira, Lei complementar deve estatuir regras visando a preservar quatro objetivos.

16 - O primeiro é o regime democrático. Entende-se por regime democrático no sistema constitucional brasileiro aquele: a) fundado na representação popular e na pluralidade de partidos (22) ; b) em que a ordem econômica tenha por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base na liberdade de iniciativa, valorização do trabalho como condição da dignidade humana, função social da propriedade, harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção e repressão ao abuso do poder econômico (23) ; c) e que mantenha a Federação e a República (24).

17 - O segundo objetivo é preservar a probidade administrativa. Por esta expressão se há de designar a inteireza do caráter que leva à observância estrita dos deveres do homem público. Se a lei complementar visa a preservar a probidade administrativa, a escolha de candidatos ao exercício de função eletiva, supõe que eles sejam politicamente capazes, porque carece de retidão quem é investido em mandato para cujo desempenho não está apto. A probidade administrativa concerne, pois à competência funcional, que se demonstra não pela folha corrida de inexistência de antecedentes criminais, mas por atos ou fatos inequívocos que atestem o

mérito no exercício de função eletiva. Esta idéia não é nova; constituiu sempre uma preocupação dos publicistas. Já em trabalho publicado em 1886 V. E. Orlando dizia que "a representação pressupõe a seleção dos capazes para lhes confiar o exercício das mais altas funções da vida pública". Mas, compreendendo as dificuldades da representação, esclarece: "Não pretendemos que a Câmara deva ser composta de imortais; mas queremos falar de capacidade específica em relação à forma de atividade de que se trata: em uma palavra de capacidade política" (25). O mérito do direito brasileiro foi o de erigir a probidade administrativa à eminência de princípio constitucional, impondo aos partidos a responsabilidade de escolher os que melhor e mais dignamente podem ser os mandatários do povo.

22. Constituição, art. 152.^o, 1; Kelsen, Von Wesen und Wert der Demokratie, pág. 20: - "Die Derrokratie Ist notwendig und vermeidlich ein Parteíntstaat".

23. Constituição, art. 160.^o.

24. Constituição, art. 47.^o, § 1.^o.

25. V. E. Orlando, Diritto Pubblico Generale, Milano, 1940, págs. 456 e 454.

18 - O terceiro objetivo é preservar a normalidade e a legitimidade das eleições. A Constituição considerou que dois fatores podem concorrer para perturbar a seriedade dos pleitos. Um é a pressão de grupos econômicos. Outro é a influência de quem abusa do exercício de cargo, função ou emprego público na administração direta ou indireta. Para evitar que uns e outros violassem o princípio da igualdade de todos na disputa eleitoral, a lei de inelegibilidade lhes exigiu a descompatibilização de modo que ambos fossem desarmados dos meios de que poderiam valer-se.

19 - O quarto objetivo é a moralidade para o exercício do mandato, levando em consideração a vida pregressa do candidato. Esta cláusula quer significar que aquele que não tem vida pregressa moralmente irreprochável, não pode ser indicado ao eleitorado. Ao considerar esta condição requisito autônomo, a Constituição quis distinguir claramente a probidade administrativa da moralidade para o exercício do mandato. A primeira supõe candidato politicamente capaz; a segunda, moralmente digno. Não se trata de condições alternativas, mas concorrentes, ou em outras palavras, o candidato deve reunir as duas qualidades para legitimar-se na disputa de mandato eletivo.

20 - Do conjunto destas prescrições constitucionais se infere que o Código dos Partidos há de dispor rigorosamente acerca da seleção dos candidatos. Mais do que uma lei de inelegibilidade, o que a Constituição quis recomendar ao legislador foi que elaborasse uma lei de elegibilidade. A primeira é necessária, porque indica quem não pode ser candidato, por lhe carecerem os requisitos mínimos para inclusão em chapa; a segunda seleciona quem pode ser candidato, porque a sua escolha preserva não só a probidade administrativa, como também a moralidade para o exercício do mandato. O Código de Partidos há de prever, portanto, as condições negativas e positivas para a seleção dos candidatos.

21 - Não se pense que tais exigências constituem um limite à liberdade de representação. O povo jamais quis escolher, como seus representantes, os maus elementos. Mas pode ser enganado por candidatos fecundas de promessas falaciosas. Depois do engano vem o desengano. Mas já é tarde. Quantas vezes o eleito pratica atos de improbidade, que raramente são punidos! Quantas vezes negocia o seu voto nas composições políticas, na votação de projetos de lei, ou na disputa de lugares no diretório! E, quantas vezes, formando a clientela, organiza bom serviço de comunicações através dos quais consegue até reeleger-se! O povo ignora tudo e continua sendo enganado.

Veio a Revolução para expurgar da política tais vícios, preconizando novo sistema de escolha de representantes do povo. Assim procedendo, não inventa uma coisa surpreendente; limita-se a aplicar ao mundo político uma verdade elementar adotada sem discrepância pela nossa legislação. Se não, vejamos.

22 - Para o exercício da medicina, exige a lei diploma de médico expedido por Faculdade oficial ou reconhecida. A sociedade moderna não tolera que alguém recorra a curandeiro ou charlatão para tratar de sua saúde. Do mesmo modo não permite a lei que o litigante postule em juízo senão representado por advogado inscrito na Ordem. A defesa dos direitos perante o Poder Judiciário não pode ser confiada a quem não tenha o grau de bacharel em ciências jurídicas. A construção de um edifício não pode ficar a cargo de mestre-de-obra, mas de engenheiro, cujo diploma lhe habilite o exercício da profissão. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Eles servem para mostrar que, na sociedade moderna, quem não tem capacidade, reconhecida por lei, não pode exercer profissão.

23 - Mas, se tantas exigências são feitas para o exercício de profissões que interessam a toda a sociedade, como não se proceder a racionalização dos mandatos eletivos, impondo-se a escolha dos mais capazes e dignos na representação popular? Na verdade, a partir da Constituição de 1967, o povo tem direito a uma legislação, que o oriente e o ampare na seleção dos seus mandatários. Um dos méritos da Revolução de 31 de Março foi o de considerar a política como uma ciência e institucionalizá-la como ética. Antes disso, a política teve entre nós o fadário de se desenvolver como ação meramente empírica, variando segundo as vicissitudes ou contingências dos fatos. Por isso todos se arrogavam o direito de questionar e opinar sobre os temas da ordem do dia, oferecendo soluções geniais.

Quando a política se reduz à simples competição de interesse, dela se pode falar como arte dos casos ocorrentes na vida social. Quando, porém, a política é entendida como doutrina e como corpo de princípios, a ação do Governo traduz uma Filosofia do Estado e uma concepção geral do homem.

V - A POLÍTICA COMO CIÊNCIA

SUMARIO: - 23. A POLÍTICA COMO CIÊNCIA PRÁTICA - 24. O FIM DO ESTADO É A REALIZAÇÃO DO BEM COMUM - 25. PARA REALIZAR O BEM COMUM. A DEMOCRACIA PRECISA TÉCNICIZAR AS FUNÇÕES DO ESTADO.

24 - Consoante a lição de S. Tomás, as ciências se dividem em especulativas e práticas. O que as distingue é que as primeiras são ordenadas ao conhecimento puro da verdade, enquanto as segundas se estendem até a ação humana. A ciência política, considerando a boa ordenação dos homens, versa sobre a sua ação e assim se inclui entre as disciplinas morais (26).

A ciência política, escreve Aranguren, abrange a um tempo o comportamento político. e as estruturas políticas. A primeira se volta a uma investigação eminentemente psicológica; a segunda encara o fenômeno sob o aspecto sociológico. A ciência política é uma ciência positiva que deseja conhecer a realidade do político sob a sua aparência formal, jurídica e institucional. Prossegue o referido autor, acentuando que a realidade política é constituída, antes de mais nada, pela estrutura e funcionamento do poder. Naturalmente, em lugar do poder, é lícito falar de "Estado" ou "Governo". O vocábulo "Estado" conduz o estudo para categorias jurídicas, isto é, categorias puramente formais, quando justamente o que importa é separar bem, desde o início, a Ciência Política da Teoria Geral do Estado. Por outro lado, o que preocupa a Ciência Política é o que existe "atrás" do Estado, ou seja, as forças políticas reais. Os governantes são freqüentemente pessoas interpostas, as instituições jurídico-políticas uma "super-estrutura" e os poderes chamados "legislativo" e "executivo" delegações do verdadeiro Poder ou dos verdadeiros Poderes. Ora, é a estrutura desse fenômeno que, em cada comunidade, interessa à ciência política (27).

26. S. Tomás de Aquino, in. LIB. - Ethicorum ad Nicomachum, lib. 1, lect 1, n.º 1; in Politicorum, proem, ns.º. 5 e 6. O vocábulo imoral, como observa Lachance, designa antes uma ordem que um saber particular (Lachance, Villinisme, Politique de Saint Thomas d'Aquin, pág. 355). Dai o dizer S. Tomás que a filosofia moral se classifica em três partes. A primeira, que se chama também monástica, considera as operações do homem Isolado, enquanto ordenado a um fim. A segunda considera as operações do grupo doméstico: - é a tarefa do econômico. A terceira, enfim, que se chama política, se ocupa com o agir específico da sociedade civil (S. Tomás, Ethicorum ad Nicomachum lib. 1, lect, 1, n.º 6),

25 - O verdadeiro fim do Estado, segundo a concepção tomista, é a realização do bem comum. Ora, o bem comum é o fim tanto do povo quanto do indivíduo. "Oportet eundem finem esse multitudinis humanae, qui est; hominis virtus" (28). Governar é, pois, cuidar do bem comum e do bem individual e não do bem particular do governante. Se o Governo se ordena para realizar o bem comum, o regime será reto e justo; se, ao contrário, se ordena ao bem privado do regente, o Governo será injusto e perverso. "Si igitur liberorum multitudinis e regente ad tortura conunime multitudinis ordinetur, erit regiment rectum et justum, quale convertit liberis. Si vero rion ad bonum. conunime multitudinis, sed ad bonum privatim. regentis ordinetur, erit regiment injustum atque perversum" (19).

Dabin, estudando o conceito de bem comum, observa que "toda a atividade do Estado, todas as suas atribuições e quaisquer funções estão submetidas à norma do bem comum; sua atividade jurídica não pode constituir exceção à regra. É a necessidade social, a exigência e, por conseguinte, o bem da comunidade que reclama a intervenção do Estado para o efeito de regulamentar as relações humanas; e o mesmo bem comum que vai determinar a medida, o modo e o sentido de intervenção. Justificando a regra, o bem comum é chamado a justificá-la

todo o conteúdo positivo e negativo, quantitativo e qualitativo. E desde então a verdade jurídica pode definir-se, pelo menos teoricamente: a adequação da disposição e da coação do Estado às exigências do bem comum" (30).

27. Aranguren, *Ética e Política*, pág. 41 e segs. Segundo Jeilneir, a política como ciência aplicada se distingue da doutrina geral do Estado. Esta contém essencialmente juízos de conhecimento: aquela tem por conteúdo juízos de valor. A política como ciência prática é, ao mesmo tempo, uma doutrina de arte e por isso voltada ao futuro; enquanto a doutrina do Estado, como doutrina do que é, se volta ao passado e ao presente (Jellinek, *Afigereneine Stwtslehre*, cap. I, § 3.º).

28. S. Tomás de Aquino, *De Regimine Principum*, 1, XIV, n.º 60.

29. S. Tomás de Aquino, *De Regimine Principura*, 1, 4.

26 - Para realizar o bem comum, a democracia moderna procura tecnicizar as funções do Estado, substituindo os políticos empíricos por políticos capazes, geralmente economistas e professores, que se preocupam em preparar o plano de desenvolvimento. De acordo com esta nova perspectiva, surge um conceito funcional de Governo (11), que tende à desmitologização ou desmitização da autoridade (32). É que a democracia ocidental, como esclarece Aranguren, se acha em função do desenvolvimento econômico da nação e da participação suficiente de todos os cidadãos na renda nacional. A democracia (sempre no sentido ocidental) é impossível ou instável quando grupos inteiros se sentem explorados economicamente ou inseguros e quando o país é pobre e não desenvolvido" (33).

A valorização do elemento econômico não significa uma diminuição do elemento político. Significa, ao contrário, uma ampliação do campo da política, que passa a abranger 4) plano do desenvolvimento e da expansão como uma das metas para atingir o bem comum. A política inclui, pois, entre as suas atividades primordiais a renovação científica da administração pública. Assim, os partidos, que pretendem transmitir uma mensagem ao povo, têm de lhe submeter, para a escolha de seus representantes, não os nomes de carreiristas, de demagogos ou de salvadores carismáticos, mas sim os programas de desenvolvimento capazes de sensibilizar o povo (34). Aí se reafirma a necessidade de promover uma política de idéias e não de homens.

30. Dabin, *La Philosophie de L'Ordre Juridique Positif*, pág. 154. Segundo S. Tomás de Aquino, "Lex est; ordinato rationis ad. bomun commune". (S. Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, 1.º, II.ª q. 90).

31. Karl Maunheira, *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, pág. 67 e segs.

32. Aranguren, *Ética e Política*, pág. 159.

33. Aranguren, *Ética e Política*, pág. 169.

34. "A finalidade dos partidos políticos é chegar ao poder para pôr em execução uma doutrina ou programa". (Linares, Quintana, *Los Partidos Políticos*, 1945, pág. 69).

VI - POLÍTICA E MORAL

SUMARIO: - 26. NAS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA E A MORAL HÁ DUAS POSIÇÕES - 27. A LIÇÃO DE LOCKE E DE POLIN - 28 A POLÍTICA RECEBE DA MORAL OS PRINCÍPIOS QUE A DEVEM REGER - 29. POSIÇÃO DO CRISTÃO E DO ATEU NO MUNDO POLÍTICO, - 30. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MORAL NA POLÍTICA.

27 - No estudo das relações entre a política e a moral, aponta a doutrina duas posições distintas. Uma é a daqueles que sustentam que a moral e a política são inconciliáveis, de tal sorte que quem pretende participar da política deve renunciar positivamente às exigências dos imperativos morais. "O homem tem que ser moral; também tem que ser político; e não o pode ser conjuntamente. Atormentado por estas duas forças contrárias - a exigência do ético e a resistência do político, - vê-se desgarrado e dividido; condenado à inabilidade e fracasso políticos, por tentar responder ao chamado da moral; condenado moral, porque, em definitivo, o simples fato de "entrar" no jogo político já é moral" (35).

Outra posição é daqueles que, mesmo sem levar em conta o homem quanto à sua moral individual, reconhecem que é perfeitamente lícito indagar da natureza da política e estabelecer a sua relação com a ética. S. Tomás sustenta que a ética é o gênero, do qual a política é a espécie. A política se contém na ciência que trata dos entes morais. É uma ética especial, uma forma de saber moral. Supondo-se já conhecidos os caracteres gerais do agir humano, bem como seus princípios e suas leis, ela se concentra sobre o agir coletivo e lhe considera as condições de existência e eficácia (36). A ética subministra, portanto, à política seus princípios, ou, como diz S. Tomás, "quia in hae scientia traduritur principia politicae" (37). A ética, observa Lachance, procura as causas possíveis da virtude; a política determina os meios concretos de arraigais nas almas (38).

35. Aranguren, Ética e Política, pág. 56 e Segs. "Esta primeira posição se subdivide em várias correntes de opiniões, das quais; se podem destacar, por sua importância, o realismo político, o positivismo e o marxismo. Para o realismo político não há em verdade uma formal oposição entre a ética e a política: cada qual é uma ciência independente, que se rege por leis próprias; à política são, portanto, indiferentes as leis morais", (Aranguren, Ética e Política, pág. 66).

A ética e a política têm, pois, o caráter de ciências práticas. "Necesse est hanc scientiam (politicam) sub practica philosophia contineri, cum. civitas quadam totum. cujus humana ratio non solum est cognoscitiva sed etiam operativa"(39).

36. Lachange, L'Humanisme Politique de Saint Thomas d'Aquin, pág. 358 e segs.

37. S. Tomás de Aquino, in Ethicorum, Lib. I, lect. 19, n.º 225.

38. Lachance, op. cit. pág. 362.

28 - Para Locke, a moral e a política constituem dois domínios distintos, mas inseparáveis (40).

Polin, ao sintetizar o pensamento de Locke, observou que um indivíduo pode esforçar-se por viver e pensar moralmente sem se preocupar de política; mas pelo fato de viver em uma comunidade política de que não pode deixar de ser solidário, seus atos e seus pensamentos, malgrado suas intenções, assumem sentido político, acarretam consequências políticas (41). Polin acentua que uma coisa pode não ser moral; mas outra e bem diversa é dever sei, moral. "Do mesmo modo que a vida individual pode não ser moral e que o homem, frágil por sua liberdade, pode corromper-se, assim também a vida política, o USG da força podem não ser morais. Mas uma e outra devem sê-lo" (42).

Ainda que se considere que a política não seja natural e necessariamente ética, a verdade é que deve sê-lo, porque, dada a versatilidade dos atos humanos, há uma luta inegável entre a prática do bem e do mal. Ora a este propósito convém lembrar um mandamento transcrito por Max Weber: "Tu deves oporte-se ao mal pela força, se não serás responsável por seu triunfo (43).

29 - A política se distingue, porém, da moral. A política contempla e tende a solucionar problemas vários, que não concernem estritamente a atos individuais ou coletivos, cujo comportamento interessa à ética; também se ocupa com questões econômicas, administrativas, geográficas, em suma, questões técnicas, alheias à ordem dos valores morais (44). Mas, em tudo que se refere ao comportamento humano, a política recebe da ciência moral os princípios gerais que devem reger. Daí dizer S. Tomás de Aquino que "Cum ratio quaedam operetur per modura factionis operatione in exteriorem materiam transeunte, quod propie ad artes pertinet, quae inecanicae vocatur, utpote fabrils et; navifactiva et simplis; quaedam vero operatur per modum actionis operatione manente in eo qui operatur, sicut est consiliari, eligere, velle et hujusmodi quae ad moralem scientiam pertinent; manifestum est politicam seientiam, quae de hominum considerat ordinatione, rion contineri sub factivis scienflis, quae sunt artes mechanicas, sed sub activis quae sunt scientias morales"(45).

39. S. Tomás de Aquino, Politicorum, Prologus.

40. Polin, La Politique Morale de John Locke, pág. 5 e seg.

41. Polin, La Politique Morale de John Locke, pág. 7.

42. Polin, La Politique Morale de John Locke, pág. 7.

43. Max Weber, Le Savant et le Politique, pág. 185.

44. Aranguren, Ética e Política, pág. 102.

30 - Chegando a este ponto, é indispensável fazer uma breve digressão sobre a posição do cristão em face do problema das relações entre a moral e a política. O cristão é uma criatura sujeita à Lei de Deus enunciada nas Escrituras Sagradas. Dos Evangelhos a página mais eloqüente é o Sermão da Montanha, que funda a doutrina do amor, condena a violência e prega a caridade. A moral cristã traça aos fiéis a prática das virtudes. Ela sabe que a criatura humana peca, pratica o mal e erra milhares de vezes. Ela sabe que a criatura humana não é perfeita. Ela sabe que atingir a plenitude moral é privilégio dos santos. Mas lhe impõe a obrigação, malgrado os seus erros, males e pecados, de não se afastar dos princípios morais. O que lhe compete fazer como pessoa não é, portanto, diverso do que tem de fazer como cidadão, e como homem público.

A política é eminentemente dialética, mas não exonera a pessoa do dever de cumprir as leis éticas. A posição do cristão, posta em confronto com a do ateu, é verdadeiramente dramática. O ateu pode ter altas virtudes, ser homem honrado, praticar conduta exemplar. Mas, sujeito apenas aos frouxos laços impostos pela convenção social, está sempre livre de agir de modo diferente, rompendo com os compromissos que espontaneamente aceitou, porque a sua obrigação moral não se funde numa ordem sobrenatural. O cristão, ao contrário, é obrigado a

cumprir as normas de uma moral, cujos princípios lhe foram transmitidos Pela mensagem divina da fé revelada (46).

31 - Encerrada a digressão, podemos dizer que, nas relações entre a moral e a política, deu o direito constitucional brasileiro, sob a inspiração revolucionária, um passo decisivo. Não cuidou apenas da moral individual do político antes de assumir as suas funções no Estado, quando escolhido pela vontade popular. Se considerasse o político apenas sob este aspecto, a moral estaria fora do Estado. Mas a Revolução de 31 de Março objetivou institucionalizar a moral dentro do Estado, sustentando que a política sem ética se torna vazia de valores, passa a ser antes uma ciência de dados da experiência que ciência do comportamento social (47).

45. S. Tomás de Aquino, Polit. 1, 1, lect. 14. Para os cristãos não se pode separar a moral da política. É certo que não se encontrará em S. Tomás a expressão política cristã. Mas S. Tomás deu todos os meios para se construir uma política fundada na ética (ef. Charles Journet, Vues chrétiennes sur la Politique, págs. 43 e 140).

46. As idéias expostas no texto já mereceram a mais cuidadosa análise dos filósofos (cf. Max Weber, Le Savant et le Potilique, pág. 184; Felix le Dantec, L'Athéisme, pág. 112 e segs.; Leonardo Van Acker, Anuário da Faculdade de Filosofia de São Bento, 1926, pág. 44; e Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1967-1968, pág. 39). Todavia, merece ser reproduzida, a este respeito, uma lição do Cardeal Mercier, Pages Choisies, pág. 153 e segs.: "L'humanité done, considérée dans son histoire et dans toutes manifestations de sa vie spontanée, chez les incivilisés, aussi bien que chez les civilisés, est religieux et, dès lors, ce n'est pas la que les partisans de la morale sans Dieu trouveront des autorités ni des témoins. En trouveront-ils chez les athées de l'heure présente? - Car enfin, Pon ne peut nier qu'il y ait des; athées.. . Et on ne le niera pasdavantage, parmi ces partisans de l'athéisme, la moralité n'a pascessé d'être en honneur. Dès lors, nous voici ramenés, semble-t-il, à une morale non solidaire d'une religion, mênne naturelle.

Regardons bien cette objection en face, car elle est le suprêmerefuge de la morale sans Dieu.

Eh bien, oui, il y a des athées: les uns le sont par philosophie, les autres par entrainement.

Et ces athées ne sont assurément pas tous sans morale; qui le contesterait?

Mais la question délicate et. qui appelle des précisions est de savoir, dans quelles conditions ces athées prolessent; et; pratiquent la moralité.

Se contentent-ils de suivre le courant général des sociétés civilisées et d'obéir à la morale, parce que d'autres y obéissent, parce que la mode est de régler sur elle la conduite de sa vie?

Nous ne les. blâmerons pas d'agir ainsi; nous; les; féliciterons même de Phoramage qu'ils rendent, malgré eux, au christianisme qui les; enveloppe et dont; ils; portent dans; leurs entrailles Vempreinte héréditaire.

Longtemps après qu'il a disparu de Phorizon, le soleil réchauffe encore les nuits et la végétation en ressent Vínfluence prolongée, sinon même l'action fécondante.

Les ténèbres, pourtant, ni ne réchauffent, ní ne fécondent. Ainsi en, va-t-il de ceux que la religion penetre, à leur insu ou malgré eux, parce qu'ils la respirent partout dans l'ambiance sécurairement chrétienne où fis ont; grandi et où ils se laissent de toutes parts, aujourd'hui encore, enlacer dans le réseau social.

Vexemple de cette honnêteté inconsciente est un témoignage sans portée dans le débat; qui, en ce mornent, nous oeupe.

Le problème des relations de la morale avec l'affirmation ou la négation d'un Dieu absolu relève de la conscience réfléchie et non de Pinstinct, si noble que vous le supposiez dans ses aspirations.

La vraie position du problème, Punique position du problème consiste à rechercher si Yhonune qui nie la subordination de sa nature a une fin absolue, supérieure à lui et souveraine par rapport à lui, si cet horame est tenu, en conscience, après reflexion, de professer et de pratiquer une lei morale.

Or, à cette question, nous répondons hardiment: - Non.

Non, l'athée conscient de son. athéisme n'a pas Fobligation d'être honnête et j'ose Pajouter, celui qui, sans y être obligé, met des chalnes à sa volonté libre est un nalf, ou un inseusé.

Certes, íl y, Diueu merei, des athées inconséquents ou timides qui sont moraux, conune il y a, hélas, des horames rellgieux qui, par inconséquence ou par faiblesse, sont iramoraux.

Et c'est pour ce motif, entre autres, que les stastiques comparatives des crimes conunis en pays religieux ou dans des région. o , u domine Vindifférence religluse seront toujours un Instrument défectueux de contrôle, entre les mains de celui qui voutiralt s'en servir pour ou contre la thèse

de la solidarité de la morale et de la croyance religieuse.

Il est impossible, en effet, dans les statistiques qui tablent sur des faits extérieurs, matériels, de faire la part de la faiblesse ou de Fillogisme de la conscience morale.

Mais supposé, par impossible, qu'une société pût devenir athée et le rester assez longtemps pour neutraliser en elle les bienfaisances ancestrales de la civilisation. religieuse et chrétienne, alors la logique de l'athéisme développerait sans entraves ses conséquences et, au bout d'un certain nombre de générations, ces bords humains sans frein religieux seraient sans frein, moral; chacun, en toute raison et en toute justice, revendiquerait; pour soi et pour ses instincts et pour ses lubies une indépendance souveraine, et les spectateurs de ces mœurs nouvelles assisteraient stupéfaits à une ruée violente ou astucieuse de passions sensuelles ou féroces.

De tout quoi nous tirons la conclusion, que le libre penseur athée qui prétend à la devise: - 'Pas de Dieu, pas de maître!' ou encore: Ve vis ma vie, à ma guise', a pour lui la logique.

Les honnêtes gens sans religion n'ont pas qualité pour opposer obligatoirement l'ordre à l'anarchie.

Depuis un siècle, les faits ont parlé'.

47. DESQUIRAT (L'Enseignement "politique" de L'Eglise, vol. 1, pág. 219 e segts.), depois de afirmar que um Estado sem moral passa a ser sempre um Estado sem moralidade, esclarece que "toda constituição supõe uma filosofia do homem e do cidadão, ainda que não contenha preâmbulo nem declaração de direitos" (pág. 219). E entrando a aplicar o princípio aos partidos políticos, sustenta: "A neutralidade moral é impossível aos partidos políticos" (página 220).

VII - CONCLUSÃO

SUMARIO: - 31. RACIONALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO AO NO PODER LEGISLATIVO E NO PODER EXECUTIVO - 32. REVOLUÇÃO ESTÁ EM MARCHA - 33. O ESTADO DE JUSTIÇA.

32 - Para concluir este estudo, vou retomar uma idéia exposta ao início. É incontestável que o Brasil adota um regime democrático, ao afirmar que os Poderes do Estado emanam do povo; que o grande problema não está em dizer o que o político é, mas como o público deve ser,, que a solução da crise da representação política não consiste em proclamar o que o povo pode fazer, mas como deve fazer. Ninguém duvida que é preciso alterar a forma de representação, de modo que permita selecionar os mais capazes para exercerem o poder em nome do povo.

A doutrina dos papas entende que há uma norma universal de retidão moral que se aplica à vida política, um sistema de princípios éticos universais que obrigam súditos e governantes; uma lei moral, enfim, que preside o desenvolvimento da conduta humana segundo a consciência (ALBERTO MARTIN ARTAJOM, Doctrina Política de los; Papas, pág. 12 e 124). Da afirmação contida no texto se pode facilmente inferir a doutrina da eticidade do Estado. OLGATI, para analisá-la em seus devidos termos, faz a indagação seguinte:

A racionalização da representação do povo no Poder Legislativo e no Poder Executivo deve ser a grande lição do Terceiro Governo da Revolução. Para torná-la efetiva, é indispensável, primeiro que tudo, formar o homem público em todas as áreas do saber e confiar o poder aos que têm aptidão para exercê-lo em nome do povo (48). O povo não quer escolher quaisquer mandatários, mas aqueles que intelectual e moralmente sejam dignos de representá-lo.

a) É o Estado um puro fato, uma força que o indivíduo deve considerar como opressora, uma autoridade que é uma cadeia;

b) ou, ao contrário, deve ser um valor, uma expressão de racionalidade e de eticidade. Se fosse verdadeira a primeira teoria, seria lógico o procedimento do atomismo individualista, que procurou por todos os modos limitar a autoridade e a competência do Estado, reduzindo-lhe a função à segurança da liberdade dos indivíduos e freqüentemente dos seus egoísmo mais desenfreados. O Estado-polícia não tinha senão essa finalidade. O Estado, neste caso, é força, unicamente força, privado de sentido ético. Se é verdadeira a segunda tese, é nossa obrigação moral participarmos do organismo como seus membros, superando o egoísmo e tendo a consciência da responsabilidade que nos cabe como cidadãos e isto non solum propter iram. pelo temor da força e da pena; sed etiam propter conscientiam. O fim do Estado não é puramente negativo; o Estado não é protetor de interesses privados e da liberdade entendida Individualmente; mas tem elevadíssimas finalidades, para cuja atuação todos e cada um devem levar a cooperação, mediante a verdadeira liberdade, que consiste em realizar o próprio dever segundo o Imperativo racional da lei do ser. Não só. Mas o Estado, neste caso, é algo de grande; é uma realidade digna de reverência, merecedora de obséquio, de respeito, de dedicação quase heróica; não é cadeia e muito menos cão de guarda, mas asa que eleva e promove os vãos mais audaciosos (OLGATI, Il Concetto di Giuridicità In San Tomaso d'Aquino, pág. 119 e segs.).

33 - A Revolução, que age com esse intento, é verdadeiramente democrática, porque surpreende a vontade do povo nas suas fontes verdadeiras, desperta a sua vocação para participar nos destinos da história e o identifica com os governantes na mais pura das representações. Esta Revolução constitui uma nova atitude do homem em face dos problemas fundamentais da Pátria. Para realizá-la, há necessidade de tempo, trabalho e perseverança no ideal.

A Revolução está em marcha. Uma Revolução que surgiu para valer por decênios não pode exaurir-se num único lustro. A idéia de revolver é substituída pela idéia de evolver. Compete aos moços tomar agora a bandeira da renovação de costumes. Eles devem preparar-se para a vida pública, conhecendo os problemas- políticos que interessam ao Brasil e ao Mundo. A história reserva-lhes uma tarefa decisiva nos destinos da Pátria, a partir do momento em que, preparados intelectual e moralmente para a vida pública, fossem investidos nos altos cargos do Estado. O que lhes cabe, agora, é estudar. Depois saberão agir sem agitar, resolver os problemas sem tergiversar, construir o futuro sem malograr.

Uma geração de moços, que não participa da vida política, que se omite, que busca o luxúrio, que se compraz no gozo dos bens materiais, carece de espiritualidade, de calor humano, de nobreza de ideais. Cumpre-lhe, portanto, ingressar na vida pública. Um partido está fadado ao extermínio, se não se refaz periodicamente, atualizando idéias e conquistando elementos novos. É preciso reanimá-lo com sangue jovem. Velhos e novos devem compor-se para a realização do bem comum, aproveitando a um tempo a experiência daqueles e o entusiasmo destes.

48. Justiniano Rocha, em estudo escrito ao tempo do Império, procurou demonstrar que não nos faltavam capacidades; mas nos faltou uma escola prática brasileira de formação política: "A Independência era muito recente e ainda não havia tempo de ter-se criado uma escola prática brasileira; se não faltavam capacidades, faltavam habilitações adquiridas para as grandes funções estatais". (Justiniano Rocha, Ação, Reação, Transação, pág. 24). Oliveira Viana, que perfilha o conceito acima citado, pondera: "Era exata, pois a observação de Justiniano Rocha. O que faltava ao nosso povo eram escolas práticas de educação democrática". (Oliveira Viana, Instituições Políticas Brasileiras, vol. I, pág. 332).

34 - O que se infere de todo o exposto é que a Revolução de 31 de Março, entre vários caminhos, escolheu o da democracia. Será democracia real o tipo que preconiza? Diz-se democracia real aquela em que o povo tem participação ativa no governo, em que as eleições traduzem a vontade da nação, em que os mandatários honram as funções que lhes foram cometidas e em que a probidade administrativa e a moralidade dos candidatos sejam um penhor de confiança no cumprimento dos deveres. Esta concepção de democracia contém o chamado Estado de Direito, mas o supera porque tende a constituir-se em Estado de Justiça, que organizará a produção, manterá a ordem, realizará o equilíbrio dos interesses e assegurará a liberdade (49).

Porém, num Estado de Justiça ninguém pode admitir uma liberdade individual que gere o desassossego coletivo, uma liberdade de terroristas que infunda o pânico na sociedade, uma liberdade de facínoras. que assaltam a economia alheia, matam guardas, roubam metralhadoras e desafiam a autoridade constituída. Contra a idéia de liberdade para a prática do mal opõe a Revolução a idéia de liberdade para manter a ordem e promover o bem comum. O objetivo da Revolução, ao disciplinar a liberdade individual, não é o de lhe limitar o uso legítimo senão o de organizá-la em função da segurança nacional.

A democracia, assim entendida, não é um fenômeno estático, não é uma expressão única, invariável e definitiva de instituição política. Está permanentemente in fieri, na ânsia de aperfeiçoar-se, banhando os seus fundamentos com valores éticos de validade universal. Portanto, a democracia não pode contentar-se com o que já alcançou; precisa avançar sempre e sempre numa atualização de idéias que acompanham a evolução dos povos.

49. Aranguren, Ética e Política, pág. 206 e segs.

SOCIAIS: ROCHA TARPÉIA...

Procura, antes de tudo,
aprender a calcular

as exatas dimensões
do valor ou desvalor

de tudo que te rodeia,
para que possas poupar-te
erros ou omissões
nos julgamentos ligeiros,
que habitualmente fazemos,
não só de nossos critérios
como também dos alheios...
Jamais olvides, depois,
senso das proporções,
seja qual for a altura
a que hajas atingido
por força de circunstâncias
previstas ou imprevistas...
E lembra-te, por igual,
de que há certos momentos
em que, pérfido, o Sucesso
nos deslumbra e nos tonteia,
para que não recordemos
de que junto ao Capitólio
sempre existiu o abismo
da mortal Rocha Tarpéia...

Fontes Torres
S. Paulo, 1952.

PROVIMENTO N.º 1/70

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida.

Considerando que o Artigo 52.º, parágrafo único, do Código Judiciário do Estado determina se estabeleça em provimento da Presidência as atribuições do Juiz Diretor do Fórum das Comarcas do Interior:

Considerando que não há qualquer disposição em vigor fixando essas atribuições;

Considerando a necessidade urgente de disciplinar e uniformizar a direção e administração dos Fóruns do Interior, Determina:

Artigo 1.º - As funções de Diretor do Fórum. são exercidas pelo Juiz de Direito da Comarca.

Parágrafo único - Nas Comarcas onde houve mais de uma Vara, a Diretoria do Fórum será ocupada pelo Juiz de Direito designado por Portaria do Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos do Artigo 65.º, IX, do Código Judiciário.

Artigo 2.º - São atribuições do Diretor do Fórum:

I - representar o Juízo da Comarca nas solenidades oficiais locais;

II - presidir as solenidades oficiais realizadas no Fórum;

III - exercer as funções de Diretor da Circunscrição Judiciária sediada na Comarca (Artigo 19.º do Código Jud);

IV - presidir a Banca Examinadora do Concurso para o provimento de cargo de Oficial de Justiça (Portaria da Presidência n.º 964-70), e outras Comissões Examinadoras de concurso, nos termos dos respectivos regimentos;

V - regulamentar, por portaria, o funcionamento do Fórum;

VI - fixar o horário de funcionamento do Fórum, observados os dispositivos de Leis e Resoluções;

VII - determinar, por portaria, o fechamento do Fórum e de suas dependências nas hipóteses previstas na Lei Federal n.º 1.408, de 9 de agosto de 1951, e nas datas em que se comemora, oficialmente, a fundação da cidade sede e Comarca;

VIII - designar um de seus funcionários para as funções de Secretário do Fórum;

IX - atestar a freqüência dos funcionários do Fórum;

X - exigir dos funcionários que recebam uniformes do Tribunal de Justiça, em razão de suas funções, que se apresentem em serviço devidamente uniformizados;

XI - fixar em tabelas, atendendo às peculiaridades, locais, o valor das despesas de condução dos Oficiais de Justiça;

XII - requisitar do Comando da unidade militar estadual sediada na Comarca, soldado para o policiamento interno do edifício;
XIII - solicitar do Conselho Superior da Magistratura autorização para colocação de retratos, bustos, placas, medalhões, etc., no edifício do Fórum e suas dependências (Assento n.º 42/64);
XIV - autorizar, "ad referendum" do Presidente do Tribunal de Justiça, o uso do salão do Júri ou qualquer dependência do Fórum, para reuniões ou solenidades estranhas à Justiça;
XV - designar as dependências do prédio a serem utilizadas pelos Juízes, Promotores, Ordem dos Advogados e Cartórios;
XVI - designar o local onde devam ser realizadas as arrematações e leilões judiciais;
XVII - fixar normas para o uso dos telefones oficiais do Fórum, vedados os chamados interurbanos particulares;
XVIII - regulamentar o uso de veículos oficiais, aplicando-se por analogia o disposto no Decreto Estadual n. 49.164, de 29 de dezembro de 1967;
XIX - requisitar, na repartição competente, as verbas destinadas à Diretoria do Fórum;
XX - requisitar passagens em estradas de ferro, transporte aéreo e rodoviário, observadas as instruções especiais anualmente baixadas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
XXI - determinar o emprego das verbas mencionadas no item XIX, prestando contas dos levantamentos e das despesas de acordo com as Instruções baixadas anualmente pela Presidência do Tribunal de Justiça;
XXII - nas Comarcas onde não houver servente efetivo, ou extranumerário, contratar, mediante licitação, firma especializada para o serviço de limpeza e conservação do Fórum e suas dependências. Essa contratação dependerá, sempre que ultrapasse a verba destinada à limpeza e conservação, de prévia e expressa autorização do Presidente do Tribunal de Justiça;
XXIII - desempenhar outras funções administrativas que forem delegadas, na forma dos regimentos, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
Artigo 3.º - Na vacância, nos impedimentos e afastamentos, enquanto não for designado substituto pelo Presidente do Tribunal, a Diretoria dos Fóruns será ocupada pelo Juiz de Direito mais antigo da Comarca.
Artigo 4.º - Os casos omissos; serão resolvidos por analogia ou pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
São Paulo, 20 de fevereiro de 1970
Cantidiano Garcia de Almeida
Presidente do Tribunal de Justiça
(Publicado novamente por ter saldo com incorreções).
D. J. 24/3/70

PROVIMENTO N.º 2/70

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, RESOLVE, em cumprimento ao disposto no artigo 221, parágrafo 2.º, do Código Judiciário do Estado de São Paulo e artigo 6.º parágrafo único do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969, editar o seguinte Regimento de Concurso para o provimento de Serventias de Justiça não oficializadas:
Regimento de Concurso para o provimento de serventias de justiça não oficializadas.
TÍTULO ÚNICO
CAPÍTULO I
Do Provimento
Artigo 1.º - O provimento no cargo de titular de serventia de justiça não oficializada é feito mediante concurso de provas e títulos.
Artigo 2.º - O provimento se faz:
I - Por admissão;
II - Por promoção;
III - Por remoção.
Parágrafo único - A primeira investidura será sempre em serventia da classe inicial (1.ª classe).
Artigo 3.º - Havendo serventia vaga e recebendo comunicação da vacância, o Presidente do Tribunal de Justiça determinará a abertura do concurso para o seu provimento, nos termos deste

Regimento.

Parágrafo único - Para efeito de provimento equiparam-se às vagas as novas serventias criadas, as desanexadas ou restabelecidas.

Artigo 4.º - Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça julgar da conveniência e oportunidade da abertura do concurso.

CAPÍTULO II

Da Admissão

Seção I

Artigo 5.º - Ao concurso de admissão somente poderão concorrer os escreventes que tenham, pelo menos, dois anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único - Se nenhum escrevente se candidatar, será aberto novo concurso no qual poderá se inscrever qualquer cidadão brasileiro no gozo de seus direitos civis e políticos e que satisfaça as demais exigências da lei e deste Regimento (ver artigo 211, parágrafo 2.º do Código Judiciário e artigo 6.º, parágrafo único do Decreto-lei n.º 159).

Artigo 6.º - Comunicada pela Secretaria da Justiça a existência de serventia vaga e observado o disposto no artigo 4.º, o Presidente do Tribunal de Justiça ou o Juiz de Direito, no caso do artigo 9.º deste Regimento, fará publicar no órgão oficial, com o prazo de vinte dias, edital para a inscrição dos candidatos ao concurso de provas e títulos.

Parágrafo 1.º - Ao se inscrever o candidato fará prova de:

I - Ser brasileiro;

II - Ter mais de dezoito e menos de quarenta anos, exceto os candidatos escreventes ou serventuários que não estão sujeitos ao limite máximo de idade;

III - ser eleitor; de que sua inscrição está em vigor e de haver votado na última eleição ou justificado sua ausência, ou pago a respectiva multa;

IV - quitação ou isenção do Serviço Militar;

V - idoneidade moral atestada por dois Juízes de Direito;

VI - não estar sendo processado nem ter sido condenado por crime contra o patrimônio, a administração e a fé pública, mediante folhas corridas das Delegacias de Polícia e dos cartórios Criminais das comarcas onde residiu nos últimos dois anos, bem como da Justiça Federal e folha de antecedentes dos últimos dez anos expedida pelo Serviço de Identificação do Estado;

VII - ser portador de Cédula de Identidade.

§ 2.º - Se for escrevente ou serventuário, o candidato deverá juntar ao pedido de inscrição os seguintes documentos:

1 - Certidão de tempo de serviço passada pela Corregedoria Geral da Justiça;

2 - Certidão de existência ou inexistência de faltas disciplinares passadas pelos Cartórios onde servem ou tenham servido e pelo escrivão da Corregedoria Permanente das respectivas comarcas;

3 - Atestado de residência;

4 - Atestado de capacidade física e mental passado por médico de Centro de Saúde, Posto de Assistência Médico Sanitária ou outra repartição oficial estadual.

§ 3.º - Poderá o candidato apresentar outros documentos que abonem sua conduta ou merecimento, bem como trabalho referente à serventia, desde que publicada dois anos, pelos menos, antes do concurso.

§ 4.º - Sob pena de não admissão da inscrição o candidato mencionará em seu requerimento os cargos exercidos e as respectivas comarcas, acrescentando os nomes dos juízes perante os quais serviu.

Artigo 7.º - Recebendo os requerimentos, o Presidente do Tribunal de Justiça ou o Juiz de Direito, no caso do artigo 9.º deste Regimento oficiará aos Juízes, perante os quais o candidato serviu, solicitando informações reservadas sobre sua competência e idoneidade moral. Sobre os candidatos não escreventes ou serventuários, as informações serão solicitadas, reservadamente, de outras fontes indicadas ou a critério da Presidência.

Parágrafo único - As informações a que se refere este artigo poderão ser solicitadas, na impossibilidade de se oficiara todos os informantes, através de edital publicado no órgão oficial, com o prazo de dez dias para a impugnação da Inscrição.

Artigo 8.º - Encerradas as inscrições e publicada a relação dos inscritos, constituir-se-á a Comissão Examinadora composta de dois membros do Poder Judiciário indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um membro do Ministério Público e um serventuário designado pelo Secretário da Justiça.

§ 1.º - Se no prazo fixado, a Secretaria da Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público não indicarem seus representantes para integrar a Comissão, o Presidente do Tribunal de Justiça indicará livremente um advogado, um promotor de justiça e um serventuário comunicando-se às respectivas instituições.

§ 2.º - A presidência da Comissão será exercida pelo membro do Poder Judiciário mais antigo, se de igual entrância ou instância, ou pelo da entrância mais elevada.

Artigo 9.º - O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, sempre que entender conveniente, determinar que a realização dos concursos e classificação dos habilitados se processem nas comarcas-sede das Circunscrições Judiciárias.

§ 1.º - O pedido de inscrição, no caso deste artigo, será dirigido ao Juiz de Direito, Diretor do Fórum da comarca-sede da circunscrição a que pertencer a serventia em concurso.

§ 2.º - No caso previsto neste artigo, integrarão a Comissão Examinadora, como membros do Poder Judiciário, o Juiz de Direito Diretor da Circunscrição e outro Juiz de Direito designado pelo Presidente do Tribunal.

§ 3.º - A presidência da Comissão será exercida pelo J. de Direito Diretor da Circunscrição Judiciária que indicará, na omissão de Secretária da Justiça, O. dos Advogados do Brasil e do Ministério Público os seus respectivos representantes para integra-la, observando-se no que couber, o disposto no § 1.º do art. 8.º deste Regimento.

Artigo 10.º - Encerrado o concurso e concluída a relação geral dos candidatos aprovados, o presidente da Comissão enviará imediatamente os resultados acompanhados dos respectivos papéis e documentos ao Presidente do Tribunal de Justiça, para os fins do artigo 24.º deste Regimento.

Seção II

Da promoção e da remoção

Artigo 11.º - Havendo candidato à remoção para serventia de 1.ª classe, não será aberto concurso de admissão.

Artigo 12.º - As serventias de 1.ª classe à de classe especial (art. 4.º do Decreto-lei n.º 159), serão, a requerimento dos interessados, providas mediante remoção e promoção de serventuários com exercício em Cartórios da mesma natureza ou com ofício anexo de igual natureza da serventia vaga, da mesma classe (remoção) ou de classe imediatamente anterior (promoção).

§ 1.º - A igualdade de natureza prevista neste artigo é dispensada quando a serventia posta em concurso for Cartório de Distribuidor.

§ 2.º - Aplica-se às remoções e promoções o disposto no artigo 6.º § 1.º Item I e II e artigo 8.º deste Regimento.

CAPÍTULO III

Do Concurso

Artigo 13.º - Reunida a Comissão Examinadora em local, dia e hora determinados pelo seu presidente, a ela serão apresentados os processos de inscrição, contendo informações, notas desabonadoras, se existentes, resumo da documentação e informações reservadas sobre o candidato.

§ 1.º - Não serão admitidos ao concurso os candidatos que não instruíram seu pedido de inscrição com os documentos necessários, os que tiverem cometido omissão culposa ou falsidade de declaração e aqueles cujas informações lhes forem desfavoráveis a juízo da Comissão Examinadora.

§ 2.º - Da decisão que não admitir o candidato ao concurso cabe recurso do prejudicado para o Presidente do Tribunal de Justiça, interposto por petição, no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de indeferimento no órgão oficial.

Artigo 14.º - Decorrido o prazo a que se refere o § 2.º do artigo anterior ou decididos os recursos, serão publicados, dentro dos três dias seguintes, no órgão oficial, os nomes dos candidatos admitidos ao concurso e anunciado o dia, hora e local em que deverão comparecer para início das provas.

Artigo 15.º - O concurso será público e constará de apreciação dos títulos apresentados pelos candidatos e das provas manuscrita, datilográfica, e oral, precedidas de chamada dos interessados e de apresentação de prova de identidade.

Parágrafo único - A Comissão adotará critério e providências que impeçam a identificação das provas manuscritas e datilografadas até o seu julgamento.

CAPÍTULO IV

Das provas e seu julgamento

Artigo 16.º - A prova manuscrita, cuja duração não excederá de duas horas, será realizada em conjunto, independentemente de pontos, devendo as questões versarem sobre matéria concernente às atribuições da serventia em concurso, formuladas no momento.

§ 1.º - Não será permitida qualquer comunicação entre os concorrentes ou consulta a apontamentos, notas ou livros, exceto texto de legislação não comentada, sob pena de exclusão do concurso.

§ 2.º - Um dos membros da Comissão Examinadora, pelo menos, fiscalizará continuamente a realização das provas.

Artigo 17.º - Seguir-se-á a prova datilográfica que consistirá na redação de qualquer dos atos pertinentes à serventia em concurso, sendo permitida a adaptação do candidato à máquina de escrever mediante manejo experimental pelo prazo de dois minutos.

Artigo 18.º - No julgamento das provas manuscritas e datilográfica, atender-se-á não somente aos conhecimentos profissionais revelados pelo candidato, mas também à caligrafia, à ortografia e à rapidez na escrita.

Artigo 19.º - Será considerado inabilitado nas provas manuscritas e datilográfica o candidato que obtiver média inferior a quatro em cada uma dessas provas.

Artigo 20.º - As notas serão sempre escritas por extenso, com valores que variarão de zero a dez, tanto para as provas escritas como para as orais.

Artigo 21.º - As arguições orais, em dia, hora e local previamente designados e anunciados pelo órgão oficial, versarão sobre questões teóricas e práticas pertinentes à serventia, com duração não superior a trinta minutos, cada uma.

Parágrafo único - As notas serão atribuídas pelos membros da Comissão Examinadora imediatamente depois de cada arguição e lançadas em lista especial, ao lado do nome do candidato.

Artigo 22.º - Terminadas as provas a Comissão, em sessão secretada, procederá:

I - Ao exame dos títulos apresentados pelos candidatos;

II - A apuração das médias resultantes das provas prestadas;

III - à apuração da nota final, que será a soma dos pontos obtidos por força do disposto nos incisos anteriores.

Parágrafo único - Os valores a serem conferidos aos títulos serão os seguintes:

1 - diploma de bacharel ou doutor em Direito: três pontos;

2 - diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio: dois pontos;

3 - certificado de conclusão de curso secundário (1.º e 2.º ciclos), ou documentos equivalentes desde que não ocorram as hipóteses anteriores: um ponto;

4 - certificado de conclusão do curso ginasial (1.º ciclo), ou documento equivalente, desde que não ocorra nenhuma das hipóteses anteriores: meio ponto;

5 - obra sobre a serventia, desde que publicada dois anos, pelo menos, antes do concurso: até dois pontos;

6 - cada período de cinco anos de efetivo exercício como escrevente ou outra função exercida como servidor da justiça, Juiz, Promotor ou Advogado: um ponto;

7 - serviço prestado, como servidor da justiça, à Justiça Eleitoral, em ofício anexo a Cartório Estadual pelo prazo de dois anos, nos termos do artigo 33.º do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965); um ponto;

8 - eficiência de trabalho e boa cooperação, verificadas através das informações reservadas colhidas para efeito do concurso, bem como os documentos juntados para esses fins: até um ponto;

CAPÍTULO V

Da Classificação

Artigo 23.º - Concluída a apuração, organizará o presidente a relação geral dos candidatos aprovados, na ordem decrescente das notas, a qual, assinada pelos membros da Comissão será incorporada, pelo seu secretário, à ata final dos seus trabalhos e publicada no órgão oficial.

Parágrafo único - Admitir-se-á, com referência à classificação geral mencionada neste artigo, o recurso previsto no artigo 11.º, § 2.º, deste Regimento.

Artigo 24.º - Encerrado o concurso, o Presidente do Tribunal de Justiça ou o Juiz de Direito no caso do artigo 9.º deste Regimento, comunicará ao Secretário da Justiça o nome dos três primeiros classificados, em ordem decrescente de notas, a fim de que um deles seja provido na serventia.

§ 1.º - Havendo pluralidade de serventias a serem providas, a lista se comporá de tantos nomes quantas forem as vagas e mais dois.

§ 2.º - Os processos de habilitação dos candidatos classificados na lista a que se refere este artigo serão enviados juntamente com cópias das atas das sessões realizadas pela Comissão.

Artigo 25.º - Na classificação, serão observados ordinalmente os seguintes critérios de desempate:

I - Inexistência, de faltas disciplinares;

II - exercício como oficial maior no Cartório vago nos últimos doze meses;

III - maior tempo de efetivo exercício no cargo de escrevente;

IV - diploma de bacharel em Direito;

V - maior número de pontos pelos títulos;

VI - mais idade;

VII - maiores encargos de família.

Artigo 26.º - A partir da vigência do Decreto-Lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969, os servidores da Justiça que vierem a ser incluídos em lista de classificação final, decorrente de concurso de títulos e provas e não forem nomeados poderão, durante o prazo de um ano, a contar de sua realização, e desde que o requeiram, inscrever-se em concurso para preenchimento de serventia da mesma natureza e classe, dispensados das provas e concorrendo à classificação final com a mesma nota anteriormente obtida.

Artigo 27.º - Ao servidor da Justiça que figurar em mais de três listas tríplices consecutivas, sem ser nomeado, é assegurada preferência para o provimento da serventia objeto do concurso a que for admitido. O nome do candidato em tais condições, constará, obrigatoriamente da lista, com menção expressa dessa circunstância.

§ 1.º - Não se contarão, para efeito deste artigo, as preterições resultantes da preferência em favor de candidato nas condições especificadas no seu "caput";

§ 2.º - Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, não se considera interrompida, em relação aos candidatos preteridos na lista, a conectividade exigida.

Artigo 28.º - Aplica-se às remoções e promoções o disposto nos artigos 6.º § 2.º, 1 e 2 §§ 3.º e 4.º, 8.º, 9.º, 10, 13, 22, I, e parágrafo único e artigo 26.º deste Regimento, com as seguintes modificações:

I - A lista de classificação conterá um nome para remoção e dois para promoção: em caso de pluralidade de serventias vagas, haverá multiplicidade correspondente na indicação dos candidatos, destinando-se os nomes acrescidos, um à remoção e outro à promoção;

II - é condição essencial ter o candidato pelo menos dois anos de exercício efetivo no cargo.

Artigo 29.º - Os serventuários que tiverem mais de quinze anos de efetivo exercício em cargo dessa natureza poderão inscrever-se por uma vez, em concurso de promoção, para a classe que se seguir à imediatamente superior.

Parágrafo único - A faculdade a que se refere este artigo só poderá ser exercida novamente quando o serventuário contar vinte anos de efetivo exercício em cargo dessa natureza.

Artigo 30.º - Os escreventes com mais de vinte e cinco anos de efetivo exercício no cargo, poderão inscrever-se, em concurso de promoção, em cartório de qualquer classe ou natureza da própria comarca, em que estejam em exercício nos últimos cinco anos.

Artigo 31.º - Para os efeitos deste Regimento, a contagem de pontos, proveniente de títulos, será reduzida de metade se já houver proporcionado promoção ou remoção anterior ao candidato.

Artigo 32.º - É assegurada preferência para a nomeação ao candidato que figurar em três listas tríplices consecutivas e imediatamente anteriores, em concurso de remoção ou promoção, sem ter sido provido. Os nomes dos candidatos, nesse caso, constarão, obrigatoriamente da lista, com menção expressa dessa circunstância.

Parágrafo único - Aplica-se ao caso deste artigo o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 24.º deste Regimento.

Disposições Finais

Artigo 33.º - O presidente da Comissão Examinadora designará um de seus integrantes para secretariá-la.

Parágrafo único - O Secretário designado lavrará ata circunstanciada de toda as suas sessões.

Artigo 34.º - Todos os documentos e papéis dos concursos serão conservados pela seção competente do Tribunal de Justiça.

Artigo 35.º - Aplicam-se aos casos omissos as disposições concernentes às espécies análogas, e à falta destas, os princípios gerais de Direito, suprimindo a Comissão Examinadora por deliberação

sua em tudo quanto necessário à consecução dos seus próprios fins.

Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e Cumpra-se, remetendo-se cópia às comarcas do Interior.

São Paulo, 11 de março de 1970.

Cantidiano Garcia de Almeida - Presidente do Tribunal de Justiça.

PORTARIA N.º 977/70

O Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida.

Considerando as isenções estabelecidas em favor da Fazenda Pública no Código de Impostos e Taxas;

Considerando que nos executivos fiscais a Fazenda fica sujeita, quando vencida, apenas ao reembolso das custas e despesas necessárias realizadas pelo executado na defesa de seus direitos;

Considerando que os Contadores não têm observado essa isenção (art. 26.º do C.I.T.) e incluem uma só conta as custas isentas e as despesas reembolsáveis;

Considerando que a Fazenda do Estado levanta dúvida e protela o reembolso quando a conta engloba parcelas das quais está isenta.

Determina:

1 - Os Contadores do Juízo, quando da elaboração da conta de liquidação nos executivos fiscais em que a Fazenda foi vencida, destacarão a parcela correspondente a honorários de advogado a que foi condenada;

2 - Na conta de custas observarão as isenções previstas no Código de Impostos e Taxas, e no Regimento de Custas, lançando apenas as custas e despesas reembolsáveis, dispendidas pelo executado na defesa de seu direito;

3 - A isenção será mencionada expressamente na conta de liquidação.

Recomenda aos MM. Juízes de Direito a fiscalização do cumprimento das determinações desta Portaria quando da homologação da conta de liquidação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 30 de março de 1970.

Cantidiano Garcia de Almeida - Presidente do Tribunal de Justiça.

D.J. 3/4/70

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Para a sessão plenária extraordinária do dia 2 de fevereiro, segunda-feira, às 13,30 horas:

a) Instalação do Ano Judiciário.

Ofício recebido do Presidente do CREA: "São Paulo, 23 de janeiro de 1970 - Ofício n.º 387/70 -

Egrégio Desembargador: O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - 6.ª

Região, autarquia federal, sediada nesta Capital, à Rua Nestor Pestana n.º 87, sobreloja, pede

vênia para expor a V. Excia. o seguinte: Adotando a mesma orientação seguida pelo Egrégio

Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo, vem se empenhando no

combate ao exercício ilegal das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo. Daí

a razão pela qual vem solicitar de V. Excia. se digne baixar provimento no sentido de não se

admitir que se nomeiem pessoas não habilitadas pelo CREA como avaliadores em perícias que

envolvam o privilégio profissional. Merece se destaquem as decisões do Egrégio Tribunal Federal

de Recurso, sobre a espécie: Agravo de Petição n.º 22.181, de São Paulo: "A lei que regula o

exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor é clara ao propósito. Por isto, desde

que seja possível recrutar no local profissionais habilitados, não é lícito proceder a perícias ou

quaisquer avaliações, sem o concurso deles". Nos Embargos à Apelação Cível n.º 16.833, de São

Paulo: "Evidencia-se, pois, que, se de um lado, os trabalhos de avaliação para fins judiciais e

administrativos são privativos dos profissionais habilitados pelos Conselhos Regionais de

Engenharia e Arquitetura, por outro lado, os trabalhos para particulares, e que não envolvam

qualquer finalidade oficial, são livres.....o exercício da profissão de avaliador não

exige habilitação especial sujeita ao CREA, a não ser nos casos em que sua avaliação visar fins

oficiais, judiciais ou administrativos, casos em que a habilitação e o registro são exigíveis".

Valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe nossos protestos de elevada estima e consideração.
Atenciosas saudações - José Epitácio Passos Guimarães, Eng. de Minas e Metalurgista -
Presidente. Egrégio Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, DD. Presidente do Tribunal de
Apelação de São Paulo - Palácio da Justiça - Capital.
D.J. 30/1/70

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA PROVIMENTO N.º XXXV

O Conselho Superior da Magistratura, atendendo ao disposto nos parágrafos 2.º e 4.º do art. 1.º da Lei Estadual n.º 7489 de 26 de novembro de 1962; ao que consta dos Processos ns.º. C-36/68 e G. 11.647 e, finalmente, ao que ficou decidido em sessão do Conselho de 6 de maio de 1968. Resolve:

Art. 1.º Continua em vigor o Provimento n.º XIII de 30 de janeiro de 1965, que disciplinou as designações de defensores dativos de réus pobres e o pagamento dos respectivos honorários, com os aditamentos dos:

Art. 2.º Somente farão jus à remuneração os defensores dativos nomeados com as cautelas do Provimento n.º XIII, e que tenham desenvolvido sua defesa com eficiência e dedicação.

Art. 3.º Os mapas mensais, a que se refere o art. 7.º do Provimento n.º XIII, deverão ser acompanhados de atestado do Juiz da causa, sobre a dedicação do defensor dativo nomeado e a eficiência de sua defesa.

Art. 4.º Ao pé da certidão de fixação de honorários, certificará o escrivão se o réu foi considerado pobre, por despacho do Juiz da causa e qual a data do referido despacho. Certificará, ainda, o inciso penal em que foi o réu denunciado e, se for o caso, aquele por que foi condenado.

Art. 5.º O arbitramento deverá ser feito de acordo com o salário-mínimo vigente à época da prolação da sentença de primeira instância.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

a) Márcio Martins Ferreira

Presidente

a) Cantidiano Garcia de Almeida

Vice-Presidente

a) Hildebrando, Dantas de Freitas

Corregedor Geral da Justiça

Publicado no D. da Justiça de 6-7-68.

No Proc. C-25/65, em que o Juiz de Direito da Comarca de Pirassununga consultou sobre se advogado funcionário federal, estadual ou municipal e autarquias, tem ou não direito de receber os honorários mencionados na Lei n.º 7.489 de 26-11-62, a Presidência despachou aprovando o seguinte entendimento:

I - Os advogados do Estado, União ou Município poderão sempre receber os honorários a que fizerem jus - como defensores dativos - desde que não haja nenhum impedimento ou restrição para o exercício profissional daqueles, em relação aos cargos que ocupam. (Neste caso poderão até exercer a advocacia em caráter particular, observadas as restrições legais - uma vez que não estão sujeitos ao regime de tempo integral).

II - Existem, entretanto, funcionários públicos, os quais, embora bacharéis em direito, não poderão ser designados como defensores dativos, uma vez que ocupam cargos ou funções meramente burocráticas no funcionalismo público federal, estadual ou municipal. Estes estão sujeitos às normas comuns que regulam as atividades dos servidores públicos em geral.

a) Mário Rondinella - Subsecretário Assistente Contador CRC 8789.

Publicado no Diário da Justiça de 5-6-1965.

D.J. 9/10/69

PROVIMENTO N.º LI-70

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições legais e à vista do que ficou decidido em sessão do dia 2 do corrente mês e ano.

Considerando que a Portaria n.º 978, publicada no D.J. de 31 de março de 1970, baixada pelos Presidente do Tribunal e Corregedor Geral da Justiça, determinou a suspensão do expediente

obrigatório aos sábados, até nova disposição em contrário;

Considerando que o mesmo ato revigorou a Portaria n.º 688-64, no que fosse aproveitável;

Considerando finalmente que há situações e peculiaridades a serem disciplinadas, resolve:

Artigo 1.º - Os Plantões Judiciais previstos no artigo 6.º da Portaria n.º 688,64, reformuladas pela Portaria n.º 682-64 e revigorados pela Portaria n.º 978-70, publicadas respectivamente no D.J. de 13-11-64, 14-8-64 e 31-3-70, serão dados, segundo escala publicada na última semana de cada mês, sob a presidência de um juiz, funcionando, pela ordem, os magistrados que estiverem em exercício nas Varas Criminais, Cíveis, da Família e das Sucessões, de Acidentes do Trabalho, Distritais, das Execuções Criminais e de Menores, bem como pelos Juizes Auxiliares das Varas do Júri e de Menores, a começar pela 1.ª Vara Criminal, tomando-se por base a numeração ordinal crescente, em sendo o caso.

Artigo 2.º - Os Juizes de plantão, quando titulares de Varas ou Auxiliares das Varas do Júri ou de Menores, além de sua competência própria, substituirão os Juizes das demais Varas, praticando nessas condições, os atos pertinentes ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo único - Quando estiverem de plantão Juizes substitutos da Capital, competir-lhes-á a substituição dos Juizes titulares de Varas, seja qual for a sua natureza.

Artigo 3.º - Cada juiz comparecerá ao plantão com o escrivão ou oficial maior, um escrevente, um contínuo e três oficiais de justiça vinculados à Vara de que seja titular, auxiliar ou na qual esteja substituindo.

Artigo 4.º - Este Provimento entrará em vigor à partir do dia 4 do mês de abril do corrente ano, a título experimental, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 2 de abril de 1970.

Cantidiano Garcia de Almeida - Presidente; Tácito Morbach de Góes Nobre - Vice-Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

AGRAVO DE PETIÇÃO

Agravo de Petição n.º D.J. 182-813 - Eldorado Paulista Agvte.: Serventuário do 1.º Cartório de Notas e Anexos da Comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo de petição n.º 182.813, da Comarca de Eldorado Paulista, sendo agravante o Serventuário do 1.º Cartório de Notas e Anexos no processo de dúvida pelo mesmo suscitada:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, adotado o relatório de fls. 8, por votação unânime, não conhecer do recurso.

O cabimento do agravo de petição somente ocorre das decisões que resolverem dúvida dos Oficiais dos Registros de Imóveis (art. 125.º do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939), assim como dos Oficiais dos Registros de Títulos e Documentos (art. 164 do R.R.P., com a redação dada pelo Decreto 5.318, de 29-2-40), e dos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (art. 3.º do Decreto 9.085, de 25-3-46), conforme jurisprudência uniforme do E. Conselho Superior da Magistratura (Agr. Pet. 83.971, da Comarca de Piracicaba, in DOJ 11-1-68, pág. 5; Agr. Pet. n.º 168.023, da Comarca de Matão, in DOJ 10-4-68; Agr. Pet. n.º 169.093, da Comarca da Capital, in DOJ 12-6-68, pág. 8).

No caso presente não se cuida de dúvida propriamente dita, mas, a rigor, de consulta a propósito da exigência certificado de quitação junto ao INPS.

Traçada a orientação pelo Corregedoria Permanente, não cabe ao Escrivão pleitear modificação através da via recursal.

Aliás, mesmo nos processos de dúvida propriamente dita, o serventuário não é parte legítima para recorrer.

Nestes termos, não se toma conhecimento do agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 27 de outubro de 1969.

aa) Márcio Martins Ferreira - Presidente; Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça e Relator; Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente Advogado: Dr. Olavo Amado Ribeiro

Agravo de Petição n.º DJ-179.684 - Capital - Agvte.: Germano Leardi - Agvdo.: Oficial do 15.º

Registro de Imóveis da Capital.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 179.684, da Comarca da Capital, sendo agravante Germano Leardi, no processo de dúvida suscitada pelo Oficial do 15.º Registro de Imóveis da Capital:

Acórdam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

I - O agravante pleiteia o cancelamento das inscrições ns.º 4.513, 4.666, 5.426, 4.512 e 5.615 feitas no livro 4 e relativas a compromissos de compra e venda de imóvel, após constituição em mora dos compromissários-compradores, através de notificação nos termos do artigo 14 do Decreto-Lei n.º 58, de 10-12-37, contra cuja efetivação se insurge o Oficial imobiliário, sob fundamento de que as rescisões contratuais somente podem ser cogitadas pela via judicial, por se tratar de imóveis não loteados.

Processada regularmente a dúvida e julgada procedente (fls. 19-20), foi interposto o presente agravo.

Mantida a decisão (fls. 38), subiram os autos, opinando à Procuradoria Geral da Justiça pelo provimento do recurso (fls. 40).

II - O recurso não merece provimento.

Como se vê, pretende o agravante a notificação extrajudicial de compromissários-compradores de imóveis não loteados regularmente para efeito de constituição em mora, objetivando o cancelamento de inscrições, e não de averbação como, por equívoco, se afirmou (fls. 2-3 e 5-10). Na espécie não pode o Oficial do Registro cumprir o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e do respectivo Regulamento (Decreto n.º 3.079, de 15-9-38), porquanto não se trata de averbação de compromisso de compra e venda no Livro n.º 8 (Registro Especial, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 58-37; artigo 182 do Decreto n.º 4.857, de 9-11-39), mas de inscrição efetuada no Livro n.º 4.

O cancelamento que depende da notificação extrajudicial é o que diz respeito às averbações de contratos de compromisso de compra e venda e de financiamento, suas transferências e rescisões.

Daí a inaplicabilidade do procedimento cogitado pelo agravante, no caso em exame pois não há loteamento regularmente inscrito no Livro n.º 8. É da jurisprudência do E. Conselho Superior da Magistratura que "não se tratando de loteamento inscrito de acordo com a Lei n.º 58, não compete ao oficial do registro proceder à notificação de promitente comprador para a constituição em mora" (Rev. Trib., 342-326).

Nem se alegue que o v. julgado (fls. 16-17) implica em necessário atendimento do pedido de notificação formulado perante o Serventuário, pois é certo haver esclarecido: "teria o vendedor que providenciar a inscrição da propriedade loteada e, posteriormente, intimar os devedores, por intermédio do Oficial do Registro de Imóveis".

Destarte, considerada inviável a pretensão ou agravante, nega-se provimento ao agravo, ficando-lhe ressalvada a possibilidade de aplicação do disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 745, de 7-8-69.

Custas pelo agravante.

São Paulo, 27 de outubro de 1969.

a) Márcio Martins Ferreira - Presidente, Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça e Relator, Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente. Advogado: Dr. Alberto Muselli. Agravo de Petição n.º DJ-181.163 - Itápolis - Agravante: Curador de Registros Públicos de Itápolis - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis.

Acórdão.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 181.163, da comarca de Itápolis, sendo agravante o Dr. Promotor Público, no processo de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unanime rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso.

I - O Oficial do Registro de Imóveis adiou o registro da escritura pública de compra e venda com renúncia ou desistência do usufruto, lavrada nas Notas do Cartório do 1.º Ofício de Matão. Livro n.º 21, fls. 136, sob fundamento de que não foi observado, na espécie o modo de extinção de usufruto previsto no artigo 552 do Código de Processo Civil, invocando as consequências advindas da apontada omissão (fls. 24).

Processada regularmente a dúvida e julgada improcedente, o representante do Ministério Público interpôs recurso no prazo legal (fls. 33-39 e 42-44).

Após a sustentação da sentença (fls. 52) subiram os autos, opinando a Procuradoria Geral da Justiça pelo não provimento do agravo (fls. 54-55).

11 - Preliminarmente, rejeita-se a arguição segundo a qual a pretensão recursal não merece conhecimento, ante os expressos termos; do artigo 35.º do Decreto-lei n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, na esteira da jurisprudência dominante no E. Conselho, considerando que é obrigatória a intervenção do representante do Ministério Público, nos processos de dúvida, como Curador dos Registros Públicos (Rev. Trib. 350329 e 332; 356-266).

III - No mérito, a controvérsia se limita ao reconhecimento, ou não, da validade de cancelamento de usufruto através de escritura pública de renúncia ou desistência.

A exigência formulada pelo Oficial Imobiliário no tocante ao cumprimento do disposto no artigo 552 do Código de Processo Civil, na presente hipótese, não conta com razão de direito, como acertadamente decidiu o magistrado, na bem fundamentada sentença recorrida.

O usufruto pode ser extinto além das hipóteses previstas no artigo 739.º do Código Civil, através da renúncia ou desistência, modo genérico de extinção de direito patrimonial, mediante a confluência dos elementos essenciais à validade do ato jurídico (Código Civil, artigo 82.º), segundo entendimento uniforme na doutrina e jurisprudência.

Esse meio extintivo de usufruto independente de julgamento (Jorge Americano, in Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil, vol. II, ed. Saraiva, 1959, pág. 375; Rev. Forense, 212-200). Dai o esclarecimento de Serpa Lopes segundo o qual "na renúncia, o título hábil para o cancelamento da inscrição é a escritura competente" (in. Tratado dos Registros Públicos, ed. 1969, vol. III, pág. 170).

A eventual necessidade de reposição de impostos deduzidos anteriormente, matéria que envolve apreciação de ocorrência de fraude fiscal, poderá ser objeto de fiscalização fazendária, sem prejuízo do cancelamento imediato do usufruto como realçou o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado (fls. 54-55).

Nestes termos, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 27 de outubro de 1969.

Marciano Martins Ferreira, Presidente; Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente.

Advogado: Dr. Ronaldo Octaviano Diniz Junqueira.

Agravo de Petição n.º 454 - São Paulo - Agravante: Francisco Seviglia e sua mulher - Agravo: Oficial do Registro de Imóveis da 15.ª Circunscrição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 182.454, da Capital em que são agravantes Francisco Seviglia e sua mulher, e, agravado, o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 15.ª Circunscrição:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Os agravantes apresentaram ao Sr. Oficial agravado, para inscrição, um compromisso de venda, para inscrição, um compromisso de venda e compra, por instrumento particular, tendo por objeto o apartamento sob n.º 3 (três), fundos, do prédio sito à rua Barra do Tibagi, 708, 1.º andar, nesta Capital.

O Sr. Oficial do Registro de Imóveis suscitou, então, a presente dúvida, apresentando nada menos que cinco razões impeditivas do registro, entre as quais; se destacam a falta de averbação à margem da transcrição aquisitiva n.º 23.421 da especificação de condomínio do imóvel a que alude o título e a não descrição minuciosa do apartamento, isto é, confrontações, fração de participação no solo, área útil e área comum.

Os suscitados impugnaram a dúvida e apenas pretenderam o cumprimento parcial das exigências feitas pelo Oficial agravado. As demais, relacionadas com a averbação do condomínio, não da exclusiva responsabilidade dos promitentes vendedores, conforme disposição contratual, pelo que não seria de se negar o registro pretendido. Nem se trataria de providências exigíveis pela legislação da época da construção do edifício.

O processo seguiu os seus trâmites legais e a r. sentença de folhas 59/60 julgou procedente a dúvida.

Inconformados, os apresentantes recorreram em tempo hábil (folhas 61/62), insistindo em que a

legislação anterior (Decreto 5.481/28) não acolhia a exigência feita pelo Oficial agravado, sendo certo que o edifício foi ultimado antes da Lei n.º 4.591/64.

Processou-se o agravo e, mantida a decisão da instância de origem, veio o parecer da Procuradoria Geral da Justiça pelo não acolhimento do recurso (fls. 77).

É o relatório.

A averbação feita à margem da transcrição n.º 23.421 (folhas 55), nem de longe cumpriu as exigências do Decreto 5.481/1928, como ficou ressaltado na r. sentença. Consta, apenas, da aludida averbação que "o prédio número setecentos e quatro e setecentos e oito, da rua Tibagi com três pavimentos, intermediário e ático para loja com jirau e cinco apartamentos, foi construído no terreno dela objeto" (folhas 55).

Não se efetuou, portanto, a averbação de designação numérica das unidades autônomas (Decreto n.º 5.481, artigo 1.º, com a redação dada pela Lei n.º 285, de 5/6/1948) para identificação e discriminação nas futuras alienações.

Além disso, em caso já julgado pelo E. Conselho ficou assentada a exigência da prévia averbação da constituição e especificação do condomínio ao tempo em que vigorava o citado Decreto n.º 5.481 (cf. Agravo de Petição n.º 75.109, de São Paulo - Agrte. Armando Liberatore - Agrvdo.

Oficial do Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição). Sem a averbação da divisão especificação e demarcação do condomínio, à margem da transcrição aquisitiva, com apresentação de memorial descritivo mencionando áreas indivisíveis e inalienáveis, descrevendo os conjuntos com suas confrontações e quotas correspondentes, não se poderia mesmo deferir o registro pretendido.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 27 de outubro de 1969.

aa) Márcio Martins Ferreira - Presidente; Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça e Relator; Cantidiano Garcia de Almeida - Vice-Presidente.

Advogado: Dr. Hamilton Krausz.

D. J. de 8/11/69

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 11-69

"Dispõe sobre a distribuição de feitos e dá outras providências".

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei Federal n.º 858, de 11 de setembro de 1969; considerando a decisão proferida nos autos do proc. CG 32.277-69;

considerando, por outro lado, a necessidade de disciplinar a distribuição de feitos por dependências: Determina:

Artigo 1.º - Não será distribuído requerimento de concordata preventiva ou liquidação judicial de sociedade sem a prova negativa de executivo fiscal proposta pela Fazenda Pública, fornecida pelo ofício distribuidor competente.

Artigo 2.º - Acusada a existência do executivo fiscal, terá efeito de certidão negativa aquela que vier acompanhada de prova da ocorrência de penhora aceita, mediante certidão expedida pelo cartório ou secretaria do Juízo respectivo.

Artigo 3.º - Nos casos de distribuição por dependência, determinada por despacho judicial, em feitos cíveis ou criminais, caberá obrigatoriamente ao Escrivão, sob pena disciplinar, certificar nos autos respectivos sobre a existência de feito precedente, informando ao Juiz na hipótese negativa, para efeito de livre redistribuição.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

D. J. 9/10/69

PROVIMENTO N.º 13-69

"Dispõe sobre os níveis salariais dos escreventes e auxiliares de cartórios não oficializados".

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 231.º, parágrafo único, do Código Judiciário do Estado, (Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27-VIII-1969), e a regulamentação contida no Decreto-lei n.º

159, de 28-X-1969, (artigo 31.º, § 3.º);

Considerando a decisão proferida nos autos do proc. CG32.360-69;

Resolve

Artigo 1.º - Os vencimentos dos escreventes de cartórios não oficializados constarão de uma parte fixa, correspondente ao salário mínimo local, acrescida de um adicional, na base de acordo ajustado por escrito com o Escrivão.

§ 1.º - Os acordos; salariais, atendidos os critérios fixados neste Provimento, serão homologados pelo Juiz Corregedor Permanente do respectivo cartório.

§ 2.º - A homologação dos ajustes de salários será comunicada à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 2.º - Na eventualidade de divergência entre os interessados, os vencimentos serão estabelecidos pelo Juiz Corregedor Permanente, observadas as normas deste Provimento.

Artigo 3.º - Os salários mínimos dos escreventes são fixados dentro da seguinte escala:

I - Cartórios de 1.ª classe - Salário mínimo legal vigente na comarca, acrescido do adicional de 10%;

II - Cartórios de 2.ª classe - Salário mínimo vigente na comarca, acrescido do adicional de 15%;

III - Cartórios de 3.ª classe - Salário mínimo legal vigente na comarca, acrescido do adicional de 20%;

IV - Cartórios de 4.ª classe - Salário mínimo legal vigente na comarca, acrescido do adicional de 25%;

V - Cartórios de 5.ª classe - Salário mínimo vigente na comarca, acrescido do adicional de 30%;

VI - Cartórios de Classe Especial - Salário mínimo legal vigente na comarca, acrescido do adicional de 40%.

Parágrafo único - Os escreventes de 2.ª categoria percebendo ainda, um adicional de 5% e os de 1.ª categoria um adicional de 10%.

Artigo 4.º - Os auxiliares de cartório perceberão salários não inferiores ao mínimo legal, e os menores entre 12 e 18 anos de idade poderão ter os vencimentos reduzidos segundo as normas de legislação trabalhista.

Artigo 5.º - Os interessados recorrerão ao Juiz Corregedor Permanente do cartório, solicitando as providências adequadas para o regular cumprimento das obrigações por parte dos escrevíveis, os quais ficarão sujeitos às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único - Todos os atos e decisões dos Juízes Corregedores Permanentes sobre essa matéria serão obrigatoriamente comunicados à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 6.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 26 de novembro de 1969.

Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 01-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o que consta dos Processos ns.º F.G. 12.270 e C.G. 27.216-66, bem como do Processo n.º 32.334-69 e o que foi decidido pelo E. Conselho Superior da Magistratura em Sessão de 4 de março de 1970, Resolve: - Artigo 1.º - A expedição de certidões para fins criminais destinadas a réus pobres, Internados em estabelecimentos penais, com isenção de emolumentos devidos ao Estado e aos serventuários de justiça não estipulados pelos cofres públicos, processar-se-á de acordo com o presente Provimento. - Artigo 2.º - As certidões serão passadas pelos cartórios em que os processos se encontrarem arquivados ou em andamento, mediante solicitação dos Diretores-Geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado, da Divisão Judiciária do mesmo Departamento, da Penitenciária do Estado, do Presídio de Mulheres da Capital, da Casa de Detenção de São Paulo, do Instituto de Reeducação de Tremembé, da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, do Instituto Penal Agrícola "Dr. Javert de Andrade", de São José do Rio Preto, do Instituto Penal Agrícola de Bauru, da Penitenciária Regional de Presidente Venceslau, da Penitenciária Feminina de Tremembé, do Manicômio Judiciário do Estado, da Procuradoria de Assistência Judiciária do Departamento Jurídico do Estado; da Presidência do Conselho

Penitenciário do Estado e dos Juízes de Direito.

Artigo 3.º - As solicitações serão feitas diretamente aos juízes de Direito das Varas Criminais e do Júri, da Capital; e ao Juiz de Direito ou ao Juiz Corregedor, Permanente dos Cartórios respectivos, onde houver mais de uma Vara, nas outras comarcas; e deverão ser atendidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º - As autoridades requisitantes poderão, quando não se tratar de certidões de Cartórios da Capital, solicita-las por Radio, Telex ou Tele-Tipo, através das respectivas Delegacias de Polícia.

§ 2.º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias será encaminhada nova solicitação ao Cartório da Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 4.º - Não serão atendidos pedidos de cópia integral dos processos, passando-se tão somente certidões das peças especialmente indicadas. Sempre que for possível ou quando expressamente solicitadas, as certidões serão expedidas com cópia a carbono, devidamente autenticada, remetendo-se ambas as vias a autoridade solicitante.

§ único - A requisição da autoridade será junta aos autos e neles serão certificados a expedição, o número de vias, a data de sua remessa, meio utilizado, ou da entrega mediante recibo a quem de direito.

Artigo 5.º - A autoridade solicitante deverá declarar, especificamente e com clareza, os fins a que se destinam as certidões, e, em se tratando de pedido de revisão criminal, o cartório certificará apenas o inteiro teor da sentença ou acórdão condenatório e a data do seu trânsito em julgado.

Artigo 6.º - Os cartórios, se o preferirem, poderão, ao invés de certidões fornecer xerocópias, fotocópias ou cópias "thermo-fax" das peças indicadas, devidamente autenticadas, observadas as disposições regulamentares vigentes.

Artigo 7.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Intimem-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de março de 1970.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 11/3/70

PROVIMENTO N.º 3/70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Determina:

Artigo 1.º - Os M.M. Juízes de Direito das demais Comarcas do Estado, quando necessitarem requisitar presos à Comarca da Capital, deverão fazê-la mediante ofício (em duas vias) ao M.M. Juiz Corregedor Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária (Fórum João Mendes Júnior, 3.º andar), dispensada a remessa de precatória e de ofício ao Diretor do Departamento dos Institutos Penais do Estado.

Artigo 2.º - A requisição a que se refere o art. 1.º deverá conter:

II - Qualificação completa do preso, inclusive alcunha e Registro Geral do Serviço de Identificação.

II - Declaração da finalidade da requisição (interrogatório, instrução criminal, inquirição de testemunhas de acusação ou de defesa).

III - Declaração da necessidade ou não de o preso permanecer na Comarca até o encerramento da instrução.

IV - Referência ao artigo do Código Penal em que o réu foi denunciado.

Artigo 3.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo,

José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 4-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de disciplinar a expedição de Folhas Corridas de Antecedentes

Criminais,

Considerando que se impõe a simplificação no que respeita às requisições de informações solicitadas pela Vara das Execuções Criminais aos Ofícios Criminais da Capital, Resolve:

Artigo 1.º - Os requerimentos de folha corrida criminal, instruídos na fôrma do artigo 14.º do decreto n.º 11.285, de 5-8-1940, serão apresentados ao Juiz da Vara das Execuções Criminais, para os devidos fins, e deverão conter, necessariamente, os seguintes requisitos: - nome, alcunha, filiação, local e data do nascimento, residência, domicílio e número do R. G., se houver. Artigo 2.º - Após o despacho, serão apresentados sucessivamente, aos 1.º e 2.º Distribuidores Criminais e, com as certidões negativas, aos Cartórios dos 1.º e 2.º Ofícios das Execuções Criminais.

Parágrafo único - Certificada pelos Distribuidores a existência de inquéritos, de processos e contravencionais ou criminais, bem como de petições de queixas-crime, os requerimentos serão obrigatoriamente apresentados aos respectivos ofícios criminais para certificarem o que constar.

Artigo 3.º - As certidões negativas dos Distribuidores e dos Ofícios das Execuções Criminais poderão ser passadas mediante carimbos, colocados no verso da petição, prosseguindo, se necessário, no anverso da folha seguinte. Nesta última como, as certidões mencionarão obrigatoriamente o nome, filiação, local, data do nascimento e Registro Geral.

Artigo 4.º - As certidões positivas serão sempre datilografadas por inteiro, vedado o uso de carimbos.

Artigo 5.º - Nas demais comarcas do Estado, os pedidos de folha corrida serão apresentados ao Diretor do Fórum, aplicando-se as disposições constantes deste Provimento no que couberem.

Artigo 6.º - As requisições do Juízo das Execuções Criminais e Corregedor Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária, para fins de levantamento da situação processual de sentenciados, deverão ser atendidas pelos escrivães, por ordem de indicação das distribuições relacionadas pelos escrivães dos Ofícios das Execuções Criminais. O Serventuário do Ofício a que for apresentada a requisição, inicialmente, após escrever a informação, entregará a requisição, mediante carga no livro próprio, ao serventuário do ofício que seguir ao seu e assim sucessivamente.

Artigo 7.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n.º 9 103-65, de 1-10-1965.

São Paulo, de abril de 1970.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 24/4/70

PROVIMENTO N.º 5-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 5.º caput do Decreto-lei n.º 494, de 10 de março de 1969, Resolve:

I - Delegar aos M.M. Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Notas e dos Cartórios de Registros de imóveis do Estado de São Paulo a correição anual de que trata o artigo 5.º, caput, do Decreto-Lei Federal n.º 494, de 10 de março de 1969.

II - Para tanto, deverão comunicar-se com a Procuradoria Regional da República, à qual solicitarão a designação de Procurador da República, para os fins constantes do aludido dispositivo legal.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 24/4/70

PORTARIA N.º 6-54

O desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves - Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente portaria usando das faculdades legais, no intuito de prevenir as falhas que constantemente são notadas em processos providos da numeração das folhas ou por deficiência da costura dos autos, atendendo ao que a esse respeito sugeriu o Tribunal de Alçada ao mesmo tempo que em provimentos desta Corregedoria tem sido lembrado, determina ao Srs.

serventuários dos cartórios da primeira instância, da Capital e do Interior do Estado que, após cuidadosa revisão de todas as folhas de autos que devam subir à Superior Instância, consignem em certidão lavrada antes do termo de remessa o fato de ter sido verificado o número de folhas e de outros elementos que possam garantir o estado perfeito do processo no momento da remessa. Cumpra-se. São Paulo, 30 de abril de 1954. (a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves - Corregedor Geral da Justiça.
D. J. 24/4/70

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Srs. Juízes Corregedores Permanentes de Cartórios e Ofícios não oficializados, que a exoneração, a pedido, de qualquer servidor, somente poderá ser deferida após a verificação de que contra ele não existe sindicância ou processo administrativo em andamento ou, no caso positivo, depois de sua conclusão (art. 645.º, § único da CLF); a nomeação de qualquer candidato a escrevente, que antes haja prestado serviços na mesma ou em outra Serventia, ainda que de comarca diversa, além dos documentos exigidos, dependerá da verificação dos requisitos supra enumerados e de atestado de idoneidade do respectivo titular.

D. J. 3/2/70

Parecer devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, exarado nos autos de Processo n.º 32.568, em que figura como interessado o MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de São José do Rio Preto, bem como no de n.º 32.558, em que figura como interessado o MM. Juiz de Direito da Comarca de Marília

Processos ns.º 32.568 e 32.558-69.

Senhor Corregedor Geral:

O MM. Juiz da 2.ª Vara de São José do Rio Preto enviou a essa E. Corregedoria Geral a portaria que editou, disciplinando a organização dos cartórios daquela comarca em face do Código Judiciário e da recente lei de organização judiciária promulgada em nosso Estado (D. Lei 158-69), Idêntica portaria foi enviada, também, pelo MM. Juiz da 1.ª Vara da Comarca de Marília (processo anexo).

Verifica-se pela leitura das mencionadas portarias, ter havido modificação relativamente aos anexos dos Cartórios de Imóveis (Júri e Corregedoria Permanente), nas respectivas comarcas. O Código Judiciário, no entanto, contém a seguinte regra, no seu artigo 198.º a respeito de tais anexos: "Ficam denominados Cartórios de Registro de Imóveis, os atuais registros de imóveis e circunscrições imobiliárias, precedidos de numeração ordinal, onde houver mais de um, mantida a situação atual de seus anexos".

Além disso, a orientação aprovada por essa E. Corregedoria Geral e constante do processo 31.029-69, é no sentido de que "com o advento do Código Judiciário do Estado (Lei Complementar n.º 3, de 27-8-69), não foi alterada a situação dos anexos dos cartórios de Registro de Imóveis" fls. 20).

Nesse sentido já foi expedido um comunicado dessa E. Corregedoria Geral aos M.M. Juizes do Interior (D. Oficial de 20-9-69).

Tampouco foi intenção do legislador retirar funções judiciais dos cartórios do registro de imóveis, tanto assim que da lei de organização judiciária consta preceito expressamente preventivo essa situação (of. art. 62, par. 2.º, do D. Lei 158-69).

Frente ao exposto, opino pela expedição de ofícios aos M.M. Juízes de São José do Rio Preto e Marília, dando-se ciência da orientação traçada por essa E. Corregedoria Geral, para os devidos fins.

É o parecer, s. m. j.

D. J. 6/12/69

Proc. 31.684-69 - Capital - Interessado: Francisco de Andrade - Deverá o interessado juntar: 1.º - Certidão atualizada da Corregedoria Permanente da comarca de Bananal, com fontes de busca (nome, n.º e fls. dos livros dos quais foram extraídos os dados), e visto do MM. Juiz Corregedor Permanente, constando todo o seu exercício como serventuário interino (motivo da interinidade) e vitalício (inícios e términos), bem como os motivos) e a aplicação ou não de penalidades por faltas disciplinares; 2.º - Certidão da Corregedoria Permanente da comarca de Ribeirão Bonito, com fontes de busca e visto do MM. Juiz Corregedor Permanente, constando todo seu exercício,

as interrupções (inícios e términos), bem como seus motivos, uma vez que a ora juntada omite inúmeras delas e ainda está divergindo do seu processo de licença, deverá mencionar ainda a aplicação ou não de penalidades, 3.º - Certidão do R.C.P.N. do 44.º Subdistrito com fontes de busca e visto do MM. Juiz Corregedor Permanente, constando todo o seu exercício, as interrupções e penalidades porventura havidas. 4.º - Certidão da Secretaria da Justiça.

D. J. 24/4/70

Senhor Corregedor Geral.

1 - Trata-se de consulta formulada pelo Serventuário do 14.º Cartório de Notas da Capital, a respeito do valor que deveria ser considerado para o cálculo dos emolumentos de escrituras em que o preço ou parte dele, devesse ser pago em prestações acrescidas de juros, indagando o interessado se computaria o preço "à vista, ou o preço a prazo" (sic. - fls. 2v.).

2 - Submetida a consulta ao MM. Juiz da 14.ª Vara Cível, Corregedor Permanente do referido Cartório, na ocasião, decidiu S. Exa. que "nos negócios a prazo e nos contratos em mútuo, o respectivo valor, para o cálculo dos emolumentos e selos estaduais, deve incluir os juros estipulados" (sic.: fls. 6).

3 - Manifestou-se, no mesmo sentido, o Departamento da Receita (fls. 9/11).

4 - Apreciando o caso, o Des. Vasconcellos Leme, Corregedor Geral da Justiça, na ocasião, resolveu que "A representação de fls. 2 outra coisa não é que uma consulta sobre interpretação de dispositivos legais, quando a esta Corregedoria compete resolver casos concretos. Em todo caso, encaminhe-se ao Sr. Tabelião cópia da manifestação de fls. 9 a 11, emanada do Departamento da Receita do Estado" (sic. fls. 12).

5 - O 14.º Tabelião insistiu no sentido de que o entendimento do MM. Juiz da 14.ª Vara Cível fosse considerado como norma geral, tendo sido indeferida a pretensão (fls. 16/17v., 19, 20, 22, 23/24v. e 25), sob alegação de que "A Corregedoria Geral pelo despacho de fls. 12, nada decidiu, limitando-se a mandar remeter ao requerente cópia das 2 manifestações existentes nos autos" (sic. fls. 22).

6 - Ocorre, entretanto, que a decisão do MM. Juiz de Direito da 14.ª Vara Cível e a manifestação do Departamento da Receita do Estado, têm levado alguns cartórios e escreventes a calcular os emolumentos do escrivão, as custas do Estado e da Carteira das Serventias não oficializadas, sobre o principal e juros, quando os há, em flagrante desrespeito ao estabelecido no Regimento de Custas vigentes.

7 - Registre-se que a E. Corregedoria Geral da Justiça nada havia decidido a respeito, nem endossou a solução dada ao problema pelo referido magistrado, tendo mesmo, se negado a admitir aquele entendimento para fazer dele norma geral.

8 - Mas não é só. O fundamento que arrimou o entendimento aludido não tem razão de ser, considerando-se principalmente que de há muito dec.-lei n.º 4.665/42 e o dec. n.º 32.392/53, estão revogados.

9 - De outra parte, o dec. estadual n.º 52.425/70 estabeleceu expressamente, na Tabela 10, Nota 3.ª, que "o preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor, declarado na escritura for inferior a estes" (grife).

10 - Ora, assim sendo, se a lei quisesse considerar para o cálculo dos emolumentos e demais despesas o principal e os juros, quando houvesse, tê-lo-ia dito expressamente.

11 - Valor do contrato é aquele constante da respectiva escritura ou do instrumento, sem o acréscimo dos juros; é o valor do principal, singelamente considerado. O acessório (juros) não se computa para o cálculo.

12 - Destarte, como consta haver cartórios que ainda se baseiam naquele entendimento que data vênha não pode subsistir, apesar dos termos claros e inequívocos do dec.-lei n.º 203/70, regulamentado pelo dec. n.º 52.425/70, opino, s.m.j., caso seja este aprovado, as dê conhecimento desta orientação por meio da imprensa oficial, publicando-se o parecer, a fim de que de futuro não se alegue ignorância ou se pretenda justificar excessivas cobranças com base naqueles fundamentos referidos.

13 - É o parecer, sub-censura.

São Paulo, 25 de maio de 1970.

José Haroldo de Oliveira da Costa - Juiz Auxiliar.

D.J. 4/6/70)

REGISTROS PÚBLICOS PROVIMENTO

O Dr. Rui Geraldo Camargo Viana, MM. Juiz de Direito, auxiliando na Vara de Registros Públicos e da Corregedoria Permanente de Registros da Capital, na forma da lei, etc.

Considerando as irregularidades constatadas em correição a que procedeu no 27.º Cartório de Notas da Comarca;

Considerando a necessidade de sanar tais irregularidades e provar à continuidade dos trabalhos da serventia;

Considerando a urgência de fixar normas gerais que impeçam a repetição em outros Cartórios da comarca, dos abusos ali cometidos.

Resolve baixar o seguinte:

PROVIMENTO

1.º) - O Cartório providenciará a abertura e escrituração dos seguintes livros:

a - Registro Diário (Tombo)

b - Protocolo para correspondência

c - Classificadores (ofícios recebidos, expedidos e de providimentos e portarias).

2.º) Serão organizados e mantidos em ordem os índices dos livros de notas e de procurações, constando os nomes de todos os outorgantes e de todos os outorgados.

3.º) Indicar-se-ão, nos reconhecimentos de firmas, os nomes das pessoas cujas assinaturas ou firmas são reconhecidas.

4.º) Manter-se-á fichário atualizado, relativo às firmas registradas no Cartório, colhendo, em duplicata, na mesma ficha, as assinaturas do signatário que a preencheu e de próprio punho, exigindo-se apresentante conhecido e idôneo.

5.º) Há obrigatoriedade de identificação dos comparecentes nos instrumentos notariais; com nome por extenso civil, nome do cônjuge, regime de bens, profissão, residência e domicílio, documento oficial de identidade e facultativamente a filiação.

6.º) Há obrigatoriedade de constar nos respectivos instrumentos notários, no caso de pessoa jurídica, a data do contrato social ou outro ato constitutivo, seu número de registro competente, artigo do contrato ou dos estatutos sociais que delega a representação legal e ata da assembléia geral que elegeu a diretoria.

7.º) Há obrigatoriedade de citar nos instrumentos notários quando a parte representada por procuração, o Cartório onde foi lavrada, data, livro e folhas, arquivando-se o traslado ou certidão, e no caso de instrumento particular de procuração e arquivamento do seu original, sempre em ordem alfabética ou numérica.

8.º) Os livros manuscritos do Cartório devem ser escritos com tinta indelével e nas cores azul ou preta.

9.º) Os borrões, as rasuras, emendas e entrelinhas, devem ser ressalvados antes da subscrição e assinatura dos atos, de maneira clara, não se tolerando espaços em branco que devem ser inutilizados, quando já subscrita a ressalva será feita pelo próprio escrivão de Notas.

10.º) Os escreventes devem lavrar os atos com esmero, escriturando com boa caligrafia, bem legível, destacando os títulos e assuntos, não sendo vedado colocar em letra de fôrma o nome das partes.

11.º) Devem ser indicados, nos atos, relativamente aos impostos devidos, o número do recibo, sua data, o órgão arrecadador, e a importância paga, devendo as guias serem arquivadas em pastas próprias, numeradas de modo a facilitar rápida busca.

12.º) Os documentos para lavratura dos atos, apresentados ao Cartório, devem ser arquivados em pastas numeradas (alvarás, certidões negativas do INPS, mandados etc.).

13.º) As assinaturas das partes e testemunhas devem ser lançadas, além da maneira usual, por extenso e de fôrma legível.

14.º) Devem as testemunhas dos atos a serem lavrados assistir à sua leitura e serem qualificadas no corpo da escritura ou procuração, antes de seu encerramento e subscrição.

15.º) Deve ser mencionado no ato da escritura o nome e qualificação da pessoa que assina a rogo de analfabeto e por ele apresentada.

16.º) Deve ser colhida a impressão digital (polegar direito) dos analfabéticos, circundada pelo nome da pessoa que a lançou.

17.º) Deve ser tomada a cautela, diante das testemunhas, de colher-se a manifestação oral do analfabeto, confirmando a sua intenção de praticar o ato que se está lavrando.

- 18.º) Deve ser colhida impressão digital da pessoa que assine mal demonstrando ser iletrada, ou fisicamente impossibilitada de assinar, com as cautelas dos itens 16.º e 17.º.
- 19.º) Deve ser abolida a prática, altamente irregular, de colheita de assinatura de partes em livro ou documento em branco, devendo ser inutilizadas as folhas assim encontradas em livros do Cartório. As assinaturas devem ser colhidas após a lavratura do ato, e, sempre em presença do cartorário que o lavrou.
- 20.º) Devem ser satisfeitos com regularidade os tributos devidos, cotando, à margem dos atos, as custas e emolumentos de modo discriminado.
- 21.º) Os livros devem ser escriturados em ordem cronológica, com as datas por extenso, sem abreviações nem algarismos. Os livros devem ser mantidos em bom estado de conservação.
- § 1.º - Devem ser preenchidas as datas em branco, retificando-se aquelas onde consta, em atos posteriores, data menor do que a constante no ato anterior.
- 22.º) Os livros devem ser mantidos em bom estado de conservação, recondicionando-se os desgastados ou com folhas soltas.
- 23.º) Os livros e documentos do Cartório devem ser guardados em lugar seguro, não se tolerando que permaneçam fora de Cartório, após o encerramento do expediente.
- 24.º) Os livros devem ser autenticados regularmente, sendo submetidos à vistoria do Juízo da Corregedoria que neles lançará sua rubrica, subscrevendo os termos de abertura e encerramento.
- 25.º) A tabela de custas, atualizada, deve ser afixada em lugar bem visível e de acesso ao público.
- 26.º) De todas as quantias pagas, dará recibo o escrivão ou seu caixa devidamente autorizado, respondendo o Cartório perante a parte.
- § único - Incorre em falta grave o Escrivão que admitir ou tolerar o recebimento direto pelos escreventes ou servidores do Cartório de quantias fornecidas pelas partes a qualquer título, desde que tenham relação com ato da serventia.
- 27.º) Deve ser impedida a expedição de traslados por pessoas não autorizadas, sendo privativos do Escrivão e seu Oficial Maior e subscrição de escrituras, procurações, testamentos e traslados.
- 28.º) O Cartório deve possuir a Bandeira Nacional e a Estadual, para hasteamento na fôrma das leis respectivas.
- 29.º) Devem ser expedidas em tempo as comunicações devidas.
- 30.º) O horário de expediente do Cartório será das 12 às 18:30 horas.
- 31.º) O Livro de Ponto deve ser assinado, diariamente, na entrada e na saída.
- 32.º) O Livro de Registro de Férias deve ser escriturado regularmente e em dia.
- 33.º) O Prontuário dos servidores deve ser organizado em pastas individuais e atualizados.
- 34.º) Devem ser regularizadas e pagas em dia as contribuições previdenciárias (IPESP).
- 35.º) É expressamente vedada a permanência nos serviços do Cartório de pessoas não providas regularmente.
- 36.º) O livro Caixa de Receita e Despesa deverá ser escriturado diariamente e encerrado no último dia de cada mês, com o respectivo balancete, apresentado para o visto do Corregedor Permanente.
- 37.º) O escrivão deverá subscrever os atos subscritos pelo intitulado Oficial Maior e outros escreventes sem habilitação legal.
- 38.º) O Escrivão intimará partes para assinar as escrituras já lavradas, sob pena de cancelamento dos atos.
- 39.º) Serão intimados os tentadores para refazer os testamentos nulos.
- 40.º) Deve ser coibida a prática ilegal de arrendamento de mesas para escreventes e preços fixos.
- 41.º) Deve ser coibido o abuso de manutenção, por escreventes, de satélites sub-arrendatários.
- 42.º) As medidas disciplinares serão aplicadas, nos processos administrativos (Sindicância) instaurados contra os escreventes do Cartório, conforme as responsabilidades pessoais de cada um.
- 43.º) Fica fixado o prazo de seis meses para a regularização dos atos inquinados de vícios.
- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
- LIVROS OBRIGATÓRIOS**
- 1 - Visitas e Correições
- 2 - Caixa ou Diário
- 3 - Carga e descarga de autos e papéis

- 4 - Protocolo
- 5 - Classificadores (3)
- 6 - Testamentos
- 7 - Notas, com índice
- 8 - Procurações, com índice
- 9 - Sub-estabelecimentos, com índice (facultativo)
- 10 - Registro de Procurações
- 11 - Ponto
- 12 - Férias
- 13 - Prontuários

Rui Geraldo Camargo Viana - Juiz de Direito

JURISPRUDÊNCIA

TRANSCRIÇÃO DE IMÓVEIS - Inviável. quando há omissão das características e confrontações, essenciais à sua individuação (artigo 247.º, V, do D. 4.857, de 1939). Inteligência razoável da lei aplicável e não configuração do dissídio jurisprudencial argüido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Ubatuba suscitou "dúvida" quanto à transcrição de duas escrituras de doação, apresentadas pela Província Carmelitana Santo Elias, à vista de que os imóveis não se achavam devidamente individualizados, com as suas características e confrontações. O Juiz de Direito daquela Comarca entendeu ser procedente a dúvida levantada, e determinou a devolução dos documentos apresentados pela interessada.

Em agravo de petição, foi mantida a decisão do magistrado, consoante se verifica do acórdão de f. 445. Dai resultou a interposição de recurso extraordinário, com base no art. 114, 111, a e d, da C.F., e no qual são apontados como infringidos o art. 524.º do C.Civ., e o § 22, do art. 150.º, da C. Federal. Além disso, a recorrente diz existir acórdão do Supremo Tribunal Federal, com orientação diversa, conforme se vê no Tratado dos Registros Públicos, da autoria de Serpa Lopes (f. 46-49). Pelo despacho transcrito à f. 17 foi negada admissão ao recurso. A parte interessada insiste na adequação do apelo extremo, socorrendo-se do presente agravo de instrumento, que tramitou com regularidade e nesta instância recebeu o seguinte parecer da Procuradoria da República:

"1. Pretensão de transcrever, no Registro de Imóveis, uma "pública forma de escritura de doação", que teria sido lavrada em 1723.

2. A negativa de tal registro, porque o título contém omissões e não permite a individuação adequada do imóvel, não constitui negativa de aplicação da lei federal, nem diverge de decisão outra, aliás citada de maneira sumária e incompleta à f. 48 media.

3. Pelo improvimento do agravo.

Brasília, 23-8-68. - Decio Miranda" (f. 68).

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relatar): - Entendeu o acórdão atacado que a transcrição pretendida, de pública forma de escrituras de doação que teriam sido lavradas em 1723 e 1740, não podiam se efetuar porque os títulos apresentavam omissões quanto às características e confrontações, tornando impossível a individuação dos imóveis, nos termos do artigo 247.º, item V, do D. 4.857, de 1939.

A rigor, o acórdão recorrido não se manifestou sobre o domínio da recorrente, nem tampouco sobre o direito de usar, gozar e dispor de seus bens (arts. 524.º do C. Civ., e § 22 do art. 150.º da Magna Carta); limitou-se a uma questão de na natureza formal). Como invocar negação de vigência dos princípios legais citados ou de quaisquer outros?

No que se prende a conflito jurisprudencial, a recorrente não é precisa no indicar a divergência. Faz menção a acórdão desta Corte, sem transcrever trecho através do qual se torne possível aferir a identidade de situação e a diversa inteligência na aplicação da lei federal (f. 48).

Aplica-se, aqui a Súmula 291.

Ao que se vê, abstraindo mesmo a questão da admissibilidade do apelo derradeiro, em torno decisão do Conselho Superior da Magistratura, é manifesto o seu incabimento pelos motivos ora

expostos.

Em preliminar, voto pelo não conhecimento do recurso. (S.T.F. - Ag 44.007 - SP - Rel., Ministro Djaci Falcão. - Não conheceram unanimemente. - Presidência do Sr. Ministro Victor Nunes, na ausência do Sr. Ministro Lafayette de Andrada, Presidente. Presentes à sessão os Srs. Ministros Oswaldo Trigueiro, Djaci Falcão, Barros Monteiro. - Brasília, 23 de setembro de 1968). Publicado em R.T.J., vol. 49, pg. 582.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

PENHORA - Constrição sobre bem hipotecado - Admissibilidade.

Os bens absolutamente impenhoráveis são apenas, os enumerados, pelo legislador, no artigo 942.º do Código de Processo Civil, entre os quais não se inclui o imóvel hipotecado. Sobre o assunto, esclarece PONTES DE MIRANDA, citando um venerando acórdão, que os "bens hipotecados e os anticréticos não são impenhoráveis. O direito real de garantia não confere a inalienabilização, ainda que temporária; apenas faz ineficaz, quanto à garantia, qualquer alienação. Ora, a penhora também se passa no plano da ineficácia dos negócios jurídicos posteriores, e a penhora de outrem é possível: tal a penhora depois da hipoteca, ou da anticrese. O credor hipotecário e o anticrético têm, somente de ser judicialmente notificados"

("Comentários ao Código de Processo Civil") edição de 1949, volume VI, página 231).

Respeitáveis julgados já decidiram, igualmente, que a "penhora de bem hipotecado, uma vez que não poderá prejudicar o credor sob essa garantia, é absolutamente válida" ("Revista dos Tribunais, volume 337, páginas 428/429; volume 318, páginas 498/499; volume 199, página 307). No caso "Sub judice", o magistrado determinou, também, a notificação do credor hipotecário". (T. A. Civil de S. P. - Apelação cível 128.412, de São Paulo, em que são apelantes Maria Altina Noronha e seu marido e apelada Etrika Feher Merlo. Acórdão unânime da Quarta Câmara Civil, de 17 de setembro de 1969. Ass. SYLVIO DO AMARAL, presidente com voto; CAMPOS GOUVÊA, relator; BATALHA DE CAMARGO, revisor).

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

DOAÇÃO COM RESERVA DE USUFRUTO - Que tem a propriedade plena e faz doação com reserva de usufruto, não transmite a propriedade plena para em seguida receber o usufruto e sim conservou este que naquela se compreendia, transmitindo apenas a nua propriedade; assim, a cláusula de inalienabilidade vitalícia, imposta a bens doados com essa reserva de usufruto, não torna este sucessivo e proibido, subsistindo o "vínculo após o desaparecimento da reserva. Questão de direito intertemporal, não alegada na petição de recurso extraordinário nem ventilada no acórdão recorrido.

Não conhecimento do recurso.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti: - Este o acórdão, da lavra do ilustre Desembargador J. Cavalcanti Silva (f. 58):

"Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Apelação n.º 151.726, da Comarca de Mogi-Mirim, sendo apelantes João Carolino da Silveira Franco e outros e apelado o Juízo:

Acordam unanimemente, em sessão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em negar provimento ao recurso. Custas, como de direito.

O Capitão Antônio da Silveira Franco, ao doar o imóvel aos apelantes, com reserva de usufruto, dispôs que nenhum dos donatários poderia dispor do mesmo "por qualquer título e sob qualquer pretexto". A cláusula de inalienabilidade não foi instituída em caráter temporário, de modo que a mesma subsiste, a despeito da extinção do usufruto. Nos termos do artigo 1.676 do C. Civ., a cláusula de inalienabilidade imposta em doação não poderá em caso algum, salvo expropriação e execução por dívidas provenientes de impostos concernentes aos imóveis vinculados, ser invalidada ou dispensada por atos jurídicos de qualquer espécie, sob pena de nulidade. A referida cláusula não necessita ser confirmada em testamento (Revista do Supremo Tribunal Federal, 21/121; R.T., 114/690 e 148/700). As eg. Câmaras Cíveis Reunidas deste Tribunal, em recentes julgamentos de recursos de revista, já deixaram assentado que "em doação, com reserva de usufruto ao doador, subsistem, apesar da morte deste, as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade instituídas concomitantemente com a liberalidade (Rec. de Revista n.º 131.076, julgado em 21-10-64). Assim sendo, a sentença recorrida decidiu com acerto e merece confirmação".

Recurso extraordinário da alínea d (f. 60).

A Procuradoria-Geral opina (folha 97):

"1. Não merece conhecimento o recurso de f. 60, por deficiência de sua interposição, tal a carência dos elementos de que cuida a Súmula 291.

2. Além disso, como dissemos em parecer do RE 62.205, Relator o Exmo. Sr. Ministro Barros Monteiro, incensurável é o entendimento esposado pelo V. Acórdão de f. 158, pois que foi expressa, no ato de doação, a cláusula de inalienabilidade, a par do usufruto reservado ao doador. Não se cuida, assim, de usufruto sucessivo, vedado ao doador, mas de gravames distintos, subsistindo o vínculo da inalienabilidade, mesmo que extinto o usufruto, porque aquela foi instituída expressamente, independente, pois, de implícita na natureza do usufruto.

3. Os arestos referidos nas razões de recurso, sobre a cessação do vínculo, porque inerente ao usufruto, com o qual se extingue, não alcança a hipótese em causa, na qual os gravames foram impostos expressa e autonomamente, através de cláusula não vedadas ao doador, conforme bem salienta o acórdão recorrido.

Pelo não provimento do recurso, se acaso conhecido.

Brasília, 18 de outubro de 1968. - José Fernandes Dantas, Promotor Público, com atribuições de Procurador da República.

Aprovo: Decio Miranda, indicando o precedente da R.T.J. 41/632, e o caso idêntico do RE 58.303, também Relator o Sr. Ministro Evandro Lins.

Decio Miranda, Procurador-Geral da República".

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti (Relator): - Os recorrentes citam, como verdadeira jurisprudência do Supremo Tribunal, o acórdão no RE 18.724 (f. 60), sem lhe reproduzirem sequer a ementa.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

1) PROMESSA DE VENDA DE IMÓVEL EM PAGAMENTO PARCELADO - Falta de notificação prévia. Consequências. Exame da jurisprudência do S.T.F.

2) Rescisão do contrato por não oferecido o pagamento, nem antes, nem após a citação.

3) Problema de novação resolvido à base da prova.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Victor Nunes: - Ação de rescisão de promessa de venda, por mora no pagamento das prestações. Em primeira instância, foi julgada improcedente (f. 50), condenado o autor nas custas e honorários.

O Tribunal de Justiça da Guanabara (f. 71 - AC 57.418 16-4-68) reformou a sentença, para julgar a ação procedente: 1.º) porque não ficou provada a novação alegada pela ré, quanto à forma do pagamento (parcelamento do sinal e pagamento do saldo através da Caixa Econômica); 2.º) porque os pagamentos efetuados se referiam ao sinal e correspondiam a notas promissórias emitidas pela ré pro soluto; 3.º) porque, estando convencionada a cláusula resolutiva expressa, não somente se impunha a rescisão por efeito da mora, como era desnecessária a prévia interpelação.

Recurso extraordinário da ré, fundado nas letras a e d (f. 73). Teriam sido violados os arts. 999 a 1.122, porque, tendo havido novação quanto à forma de pagamento, ficou pleno jure desfigurada a cláusula resolutiva. Não importa que houvesse emissão de notas promissórias pro soluto. De qualquer modo, parcelou-se o pagamento do sinal, e a novação não se limitou ao sinal, mas alcançou todo o preço da operação. Quanto à dispensa da notificação prévia, foram contrariados diversos acórdãos: STF, RE 59.416, R.T.J. 35/250; RE 59.119, R.T.J. 35/49; TJSP Ap. 82.746, RF. 179/238. Também se indicou um acórdão do próprio Tribunal da Guanabara: Ap. 32.573, R.P. 161/229).

VOTO

O Sr. Ministro Victor Nunes (Relator): - Em diversas ocasiões temos decidido que, embora necessária a notificação prévia para rescindir, por motivo de mora, promessa de venda de imóvel com pagamento em prestações, essa formalidade se entende suprida pela citação. Abre-se, então, normalmente pelo prazo da contestação, oportunidade para a purgação da mora. O problema ora em debate, envolvendo por vezes outros aspectos foi amplamente debatido em muitos casos, entre os quais: RE 16.677 (11-5-50); D.J. 2-4-52, p. 1.693; AR 308 (3-8-56), D.J.. 3-3-58, p. 945; RE 26.411 (21-12-54); RE 4.988 (7-4-61) e (31-7-61); R7 44.599 (11-4-61); ERE 45.181 (11-8-61); Ag. 23.752 (13-6-61); R7 49.793 (24-63 19-8-63), D.J.. 14-6-63, p. 401 e D.J. 17-10-63, p. 1.023 (decisão rescindida em parte: AR 704, 13-9-67); ERE 47.072 (9-9-63, D.J..

28-11-63, p. 1.218; ERE 49.309 (26-4-63), D.J. 10-10-63, p. 988; Ag. 31.405 (14-4-64); RE 58.500 (20-8-65), R.T.J. 35/47; Ag 39.522 (31-10-66); RE 64.972 .. (16-9-68); RE 64.876 (16-9-68); RE 65.337 (16-9-68); RE 59.400 (19-10-65), R.T.J. 34,1729; RE 58.324 (21-10-66), R.T.J. 40/181; RE 59.119 (6-10-63), R.T.J. 40/127 R.E. 61.389 (21-11-66), R.T.J. 40/281; RE 59.416 (19-10-65), R.T.J. 35/250.

Em alguns casos, o Supremo tem negado a purgação da mora, quando haja cláusula resolutiva expressa: ERE 40.465 (14-11-62), D.J. de 14-11-63, p. 1. 160; RE 58.337 (10-3-67), R.T.J. 44/160. Não me parece, porém, que seja essa a jurisprudência predominante no Tribunal. Temos admitido o pagamento, após a notificação ou a citação, desde que oferecido no prazo próprio e em forma regular.

No caso, não houve oferta do pagamento, nem antes, nem depois da citação, o que teria de acarretar a rescisão do contrato.

Alega, porém, a recorrente que houve novação, inclusive quanto ao saldo do preço. Para o Tribunal local, o parcelamento de que resultaria a novação só se referia ao sinal, e não ao saldo. E a essa conclusão chegou pelo exame das provas. Sob este aspecto, portanto, não cabe o recurso (Súmula 279).

Concluindo, conheço do recurso, mas lhe nego provimento". (S.T.F. - RE n.º 65.821 - GB - 1.ª Turma - Conheceram e negaram provimento, por unanimidade - j. em ..5-12-68 - VICTOR NUNES, Presid. e Relator). R.T.J., ... 48/269.

VIGÊNCIA DA LEI - I) Se o voto mutilou a lei, tirando-lhe qualquer sentido ou nexos, de modo que não se lê nela quando entrará em vigor, aplica-se o art. 1.º da Introdução ao C. Civil.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro: - Trata-se de executivo fiscal de São Paulo contra a Cia. Santista de Papel, cobrando-lhe Imposto de Vendas e Consignações não recolhido no exercício de 1964, no quanto da L. 8.049-63.

A recorrente argumenta que não vigorava a L. 8.049, de 30-12-63, pois só entrou em vigor 45 dias depois da publicação, de acordo com a lei de Intr. ao C. Civ., e não imediatamente, como pretende a Fazenda.

Na r. sentença de f. 71-73, o doutor juiz decidiu que a vigência da lei é indiscutível, pois no art. 8.º diz: "Esta lei entrará em vigor na data da publicação." Julgou procedente a ação.

O v. ac. de f. 95-7 manteve a r. sentença.

O rec. extr. pela letra c (f. 100-7) cita v. acórdão do T.T.F., 49.103, R.T.J., 23/370 e o art. 863.º do C, Pr. Civ. e/o art. 114.º da C.F. de 1946. O recurso foi admitido, em despacho de f. 111-2, pelo em. vice-presidente do Tribunal de Alçada de São Paulo.

Parecer da d. P.F.R. pelo não provimento (f. 121), defendendo a aplicação do art. 8.º da L. 8.049, pois a cláusula "esta lei entrará em vigor 90 dias depois da publicação", foi vetada pelo Governador nas palavras "90 dias", ficando eficaz a partir da datada da publicação.

Embora a Constituição atual tenha acabado com o veto de palavra, por ser posterior à L. 8.049, é inaplicável à espécie. Lembra, ainda, decisão do eg. S.T.F., no S.T.F., no RMS 14.597, R.T.J. 33/127.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro (Relator): - A lei de São Paulo número 8.049, de 30-12-63, conforme f. do D.O. local de 31-12-63, à f. 26, contém o seguinte:

Art. 8.º - Esta lei entrará em vigor (... vetado ...) a sua publicação."

Isso porque o Executivo vetou as palavras "em 90 dias após ... "

Entende o Estado que, como saiu publicado, a lei entrará em vigor à data da sua publicação.

II - Não me parece correta essa interpretação. O texto ficou sem sentido. Não diz quando entrará em vigor, e, nesse caso, isso acontecerá em 45 dias, segundo o art. 1.º da Intr. ao C. Civil.

Disso mesmo se convenceu o eminente Vice-Presidente Y. Costa Manso, do eg. T.A. de São Paulo em seu despacho de admissão do recurso, à f. 112:

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" - A lei fiscal mais benigna retroage em favor do contribuinte.

A avaliação só deverá ser repetida quando fundamentada em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 960, n.º I, do Código Civil, ou seja, se provar erro ou dolo do avaliador judicial.

O artigo 1.º, da Lei n.º 9.855, de 2-10-67, manda, expressamente, aplicar a alíquota do imposto, prevista no inciso III do artigo 48.º da Lei n.º 9.591, às sucessões cujo imposto não tenha sido pago à data de sua publicação.

"ACORDAM, em Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Assim decidem, porque a impugnação fundamentada a que se refere o artigo 487.º, § 1.º, do Código de Processo Civil, é a que se funda em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 960, n.º I, do mesmo Código. Ora, na espécie dos autos, a Fazenda do Estado, em sua impugnação (fls. 6v.), se limitou a dizer que a avaliação fora reduzida, valendo-se, para isso, apenas, do laudo elaborado por seu avaliador, não demonstrou qualquer erro ou dolo do avaliador judicial e, por isso, a avaliação não deverá ser repetida.

Quando à aplicação da Lei n.º 9.591, de 30 de setembro de 1966, nenhuma razão assiste à Fazenda do Estado. Como bem salientou o ilustre inventariante dativo (fls. 10), a lei fiscal mais benigna retroage em favor do contribuinte (Rev. Trib. 371/296), e de outro lado, qualquer dúvida porventura existente teria desaparecido, em face do disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 9.855, de 2 de outubro de 1967, que, expressa mente, manda aplicar a alíquota do imposto, prevista no inciso III do artigo 48 da Lei n.º 9.591, às sucessões cujo Imposto não tenha sido pago a data de sua publicação. Dessa forma, o presente recurso não merece qualquer provimento. (T.J.S.P. - Agr. de Instr. n.º 165.554 - Araras - DIMAS DE ALMEIDA, Presidente com voto. SOUZA LIMA, Relator. Euler Bueno). R.J.T.J.S.P., vol. VI, pg. 236.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

PROMESSA DE CESSÃO - Promessa de cessão de direitos a aquisição de imóvel ajustado por instrumento particular, arrependimento nos termos do artigo 1.088 do Código Civil; o direito de arrepender está condicionado ao ressarcimento de perdas e danos resultantes.

A improcedência da ação de rescisão do contrato, anteriormente, coisa julgada quanto ao direito de arrepender.

Tempestividade do apelo; publicada a sentença em outra audiência - que não a previamente designada - o prazo para o recurso só se inicia com a publicação do julgado no "Diário Oficial". Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 62.711, sendo apelante Vicente Quinta Alfaya e, apelado, Adriano Duran Villa.

Acorda a 1.ª Câmara Cível. do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, preliminarmente, à unanimidade, em conhecer do apelo, porque tempestivo; ainda preliminarmente, unanimemente, em transferir para o mérito a matéria do agravo no auto do processo e, de meritis, unanimemente, em dar provimento, em parte, ao apelo, para, reconhecido o direito ao arrependimento, condicioná-lo ao ressarcimento das perdas e danos que se liquidarem, por artigos, na execução; custas em proporção mantida a cominação em honorários advocatícios. E o faz, integrando neste o relatório exarado às fls. 53 verso 54, por considerar:

preliminarmente, quando à alegada intempestividade do apelo, que, não tendo a sentença apelada sido publicada na audiência previamente designada (fls. 37) para o dia cinco de setembro de 1968, mas em outra, que se realizou no dia seis (folhas 38), o prazo para o recurso só se iniciaria com a publicação do julgado no Diário Oficial, o que ainda não havia ocorrido quando da interposição do apelo (certidão de fls. 47): ainda preliminarmente, quando ao agravo processual, porque a questão referente à alegada coisa julgada foi apreciada na sentença final; de meritis, por considerar, com a vênua devida, que o direito de arrepender, nos termos do art. 1.088 do Código Civil, invocado pelo autor ora apelado está condicionado ao ressarcimento, à outra parte, das perdas e danos resultantes do arrependimento, não tendo, na espécie, aplicação o disposto nos arts. 1.095 a 1.097, do mesmo Código. No que tange a alegação de coisa julgada, adota-se, como razão de decidir (Ato Reg. n.º 12, artigo 35.º e §§), as considerações a respeito aduzidas na sentença. (T. J. GB. - Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1968. - ROBERTO

MEDEIROS, Presidente. - JOÃO JOSÉ DE QUEIROZ, Relator - JOÃO FREDERICO MOURÃO RUSSELL).
Publicado no D.O. GB., de 11-12-69, pg. 427.
Transcrito da "Tribuna da Justiça"

CONTRIBUIÇÃO OBRIGATÓRIA PARA O INPS - Advogado com escritório particular. Contribuição simples, mas obrigatória.

RELATÓRIO

O Sr. Min. Henoch Reis: Recurso de ofício e Agravo do INPS da sentença de fls. 29/34, que julgou improcedente executivo fiscal proposto contra o Advogado Ary Folain, para cobrar importâncias relativas a contribuições previdenciárias, acrescidas de multa, custas e honorários de advogado. Nesta Superior Instância, oficiou a douta Subprocuradoria-Geral da República, que opinou pela reforma da sentença. É o relatório :

VOTO

O Sr. Min. Henoch Reis: Pode-se deslindar a controvérsia a luz da legislação e da jurisprudência. Estabelece o art. 4.º da Lei Orgânica da Previdência Social:

"Para os efeitos desta lei, considera-se: "d) trabalhador autônomo - o que exerce, habitualmente e por conta própria, atividade profissional remunerada."

Por sua vez, os profissionais liberais são considerados segurados obrigatórios, pelo Regulamento-Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 1960, modificado pelo Decreto n.º 60.501, de 1967, Quadro I, item XVII.

Interpretando o art. 17.º da Lei número 3.999, de 1961, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Mandado de Segurança n.º 15.848, do Rio Grande do Sul, Relator o eminente Min. Victor Nunes Leal, decidiu que:

"Médico com consultório particular. Contribuição simples, mas obrigatória."

Por estes fundamentos, dou provimento a ambos os recursos, para, reformando a sentença, julgar a ação executiva procedente, em parte, isto é, sem honorários de advogado. É meu voto." (T. Fed. de Rec. - Ag. de Pet. n.º 28.026 GB. - Deu-se provimento, em parte. Decisão unânime. Os Srs. Mins. Djalma da Cunha Mello e Márcio Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu ao julgamento o Sr. Min. DJALMA DA CUNHA MELLO. - J. em 2-12-68). Rev. de Tr. Fed. de Rec., vol. 22, pg. 13.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

DECRETO-LEI N.º 745 - DE 7 DE AGOSTO DE 1969

Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1.º Nos contratos a que se refere o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ainda que deles conste cláusula resolutiva expressa, a constituição em mora do promissário comprador depende de prévia interpelação, judicial ou por intermédio do cartório de Registro de Títulos e Documentos, com quinze (15) dias de antecedência.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

D.O.U. 3/8/69

DECRETO-LEI N.º 911 - DE 1 DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 66.º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1.º do Ato Institucional n.º 12, de 31 de agosto de 1969, combinado

com o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1.º O artigo 66.º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 66.º A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

§ 1.º A alienação fiduciária somente se prova por escrito e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, será obrigatoriamente arquivado, por cópia ou microfilme, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do credor, sob pena de não valer contra terceiros, e conterà, além de outros dados, os seguintes:

a) o total da dívida ou sua estimativa;

b) o local e a data do pagamento;

c) a taxa de juros, as comissões cuja cobrança for permitida e, eventualmente, a cláusula penal e a estipulação de correção monetária, com indicação dos índices aplicáveis;

d) a descrição do bem objeto da alienação fiduciária e os elementos indispensáveis à sua identificação.

§ 2.º Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não for proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se transferirá ao credor no momento da aquisição da propriedade pelo devedor, independentemente de qualquer formalidade posterior.

§ 3.º Se a coisa alienada em garantia não se identifica por número, marcas e sinais indicados no instrumento de alienação fiduciária, cabe ao proprietário fiduciário o ônus da prova, contra terceiros, da identidade dos bens do seu domínio que se encontrarem em poder do devedor.

§ 4.º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado se houver.

§ 5.º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

§ 6.º É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

§ 7.º Aplica-se à alienação fiduciária em garantia o disposto nos artigos 758.º, 762.º, 763.º e 802.º do Código Civil, no que couber.

§ 8.º O devedor que alienar, ou der em garantia a terceiros, coisa que já alienara fiduciariamente em garantia, ficará sujeito à pena prevista no art. 171.º, § 2.º, inciso I, do Código Penal.

§ 9.º Não se aplica à alienação fiduciária o disposto no artigo 1279.º do Código Civil.

§ 10.º A alienação fiduciária em garantia de veículo automotor, deverá, para fins probatórios, constar do certificado de Registro, a que se refere o artigo 52.º do Código Nacional de Trânsito."

Art. 2.º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver.

§ 1.º O crédito a que se refere o presente artigo abrange o principal, juros e comissões, além das taxas, cláusula pena e correção monetária, quando expressamente convencionados pelas partes.

§ 2.º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.

§ 3.º A mora e o inadimplemento de obrigações contratuais garantidas por alienação fiduciária, ou a ocorrência legal ou convencional de algum dos casos de antecipação de vencimento da dívida facultarão ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 3.º O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.

§ 1.º Despachada a inicial e executada a liminar, o réu será citado para, em três dias, apresentar contestação ou, se já tiver pago 40%(quarenta por cento) do preço financiado, requer a purgação de mora.

§ 2.º Na contestação só se poderá alegar o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 3.º Requerida a purgação de mora tempestivamente, o Juiz mareará data para o pagamento que deverá ser feito em prazo não superior a dez dias, remetendo, outrossim, os autos ao contador para cálculo do débito existente, na forma do art. 2.º e seu parágrafo primeiro.

§ 4.º Contestado ou não o pedido e não purgada a mora, o Juiz dará sentença de plano em cinco dias, após o decurso do prazo de defesa, independentemente da avaliação do bem.

§ 5.º A sentença do Juiz, de que cabe agravo de instrumento, sem efeito suspensivo, não impedirá a venda extrajudicial do bem alienado fiduciariamente e consolidará a propriedade e a posse plena e exclusiva nas mãos do proprietário fiduciário. Preferida pelo credor a venda judicial, aplicar-se-á o disposto no título VI, Livro V, do Código de Processo Civil.

§ 6.º A busca e apreensão prevista no presente artigo constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior.

Art. 4.º Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá intentar ação de depósito, na forma prevista no Título XII, Livro IV, do Código de Processo Civil.

Art. 5.º Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso, ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.

Parágrafo único. Não se aplica à alienação fiduciária o disposto nos incisos IX, XI e XIII do artigo 942.º do Código de Processo Civil.

Art. 6.º O avalista, fiador ou terceiro interessado que pagar a dívida do alienante ou devedor, se sub-rogará, de pleno direito, no crédito e na garantia constituída pela alienação fiduciária.

Art. 7.º Na falência do devedor alienante, fica assegurado ao credor ou proprietário fiduciário o direito de pedir, na forma prevista na lei, a restituição do bem alienado fiduciariamente.

Parágrafo único. Efetivada a restituição o proprietário fiduciário agirá na forma prevista neste Decreto-lei.

Art. 8.º O Conselho Nacional de Trânsito, no prazo máximo de 60 dias, a contar da vigência do presente Decreto-lei, expedirá normas regulamentares relativas à alienação fiduciária de veículos automotores.

Art. 9.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se desde logo, aos processos em curso, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1 de outubro de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

D.O. União de 3/10/60

DECRETO-LEI N.º 1.075 - DE 22 DE JANEIRO DE 1970

Regula a emissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55.º, I, da Constituição, e

Considerando que, na cidade de São Paulo, o grande número de desapropriações em zona residencial ameaça desalojar milhares de famílias;

Considerando que os proprietários de prédios residenciais encontram dificuldade, no sistema jurídico vigente, de obter, initio litis, uma indenização suficiente para a aquisição de nova casa própria;

Considerando que a oferta do poder expropriante, baseada em valor cadastral do imóvel, é inferior ao valor real apurado em avaliação no processo de desapropriação;

Considerando, finalmente, que o desabrigo dos expropriados causa grave risco à segurança nacional, por ser fermento de agitação social, decreta:

Art. 1.º Na desapropriação por utilidade pública de prédio urbano residencial, o expropriante, alegando urgência, poderá imitar-se provisoriamente na posse do bem, mediante o depósito do preço oferecido, se este não for impugnado pelo expropriado em cinco dias da intimação da

oferta.

Art. 2.º Impugnada a oferta pelo expropriado, o juiz, servindo-se, caso necessário, de perito avaliador, fixará em quarenta e oito horas o valor provisório do imóvel.

Parágrafo único. O perito, quando designado, deverá apresentar o laudo no prazo máximo de cinco dias.

Art. 3.º Quando o valor arbitrado for superior à oferta, o juiz só autorizará a emissão provisória na posse do imóvel, se o expropriante complementar o depósito para que este atinja a metade do valor arbitrado.

Art. 4.º No caso do artigo anterior, fica, porém, fixado em 2.300 (dois mil e trezentos) salários-mínimos vigentes na região, o máximo do depósito a que será obrigado o expropriante.

Art. 5.º O expropriado, observadas as cautelas previstas no artigo 34 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, poderá levantar toda a importância depositada e complementada nos termos do artigo 3.º.

Parágrafo único. Quando o valor arbitrado for inferior ou igual ao dobro do preço oferecido, é lícito ao expropriado optar entre o levantamento de 80% (oitenta por cento) do preço oferecido ou da metade do valor arbitrado.

Art. 6.º O disposto neste Decreto-lei só se aplica à desapropriação de prédio residencial urbano, habilitado pelo proprietário ou compromissário-comprador, cuja promessa de compra esteja devidamente inscrita no Registro de Imóveis.

Art. 7.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às ações já ajuizadas.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D.O. União de 23/1/70

DECRETO-LEI N.º 1.087 - DE 2 DE MARÇO DE 1970

Dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e reflorescimento visando ao reconhecimento de incentivos fiscais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item 11 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os projetos de florestamento e de reflorescimento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - de 30 de novembro de 1968 até 10 de dezembro de 1969, e que ainda não tenham sido aprovados por esse órgão, darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de imposto de renda de pessoa física ou jurídica, desde que observadas as demais exigências da Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1966, e o seu regulamento.

§ 1.º Até a data da declaração do exercício financeiro de 1971 (ano base de 1970) será apresentado o comprovante, fornecido pelo IBDF, referente à aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas.

§ 2.º A falta de comprovação, na forma do parágrafo anterior, ou a rejeição do projeto sujeitarão ao tributo as importâncias condicionalmente abatidas, como rendimento da pessoa física ou jurídica, cobrando-se como correção monetária a diferença que for apurada.

Art. 2.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de março de 1970; 149.º da independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

D. O. União de 2/3/70

DECRETO N.º 64.852 - DE 21 DE JULHO DE 1969

Regulamenta o Decreto-lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, na parte referente ao Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA) e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe concede o artigo 83, item 11 da Constituição decreta:

Art. 1.º São órgãos específicos para a orientação, coordenação, supervisão, promoção e execução da Reforma Agrária, os seguintes:

I - Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA);

II - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) diretamente ou através de suas Delegacias Regionais;

III - Comissões Agrárias.

Art. 2.º O Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), criado pelo Decreto-lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, vinculado ao Ministério da Agricultura, é o órgão consultivo e deliberativo para assuntos de Reforma Agrária, com o encargo de orientar, coordenar, supervisionar e promover sua execução.

Parágrafo único. No desempenho desse encargo o GERA preservará e estimulará, por todos os meios, a propriedade de extensão, compatível com a exploração existente desde que utilizada de maneira racional, assegurando a função econômica e social da terra.

Art. 3.º Ao GERA compete:

I - Deliberar sobre os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária, elaborados pelo IBRA, e promover sua integração nos Planos de Desenvolvimento do Governo Federal, visando, inclusive, à participação e responsabilidade dos órgãos governamentais competentes na execução dos projetos, nos setores da agricultura, educação, saúde, crédito, assistência técnica e social e na complementação de obras de infra-estrutura, entre outras;

II - Deliberar sobre programas, planos e projetos de Reforma Agrária e supervisionar sua execução.

III - Encaminhar ao Presidente da República proposta de fixação de áreas prioritárias selecionadas pelo IBRA;

IV - Decidir sobre o estabelecimento de área operacionais, selecionadas pelo IBRA, nas áreas prioritárias;

V - Deliberar sobre a oportunidade de desapropriações, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas, pelo Presidente da República, prioritárias para fins de Reforma Agrária;

VI - Incentivar, por todos os meios a participação dos Estados, Municípios e setores da iniciativa privada nos programas, planos e projetos que interessem à respectiva área de jurisdição e atuação;

VII - Ativar a execução da Reforma Agrária, através de programas intensivos de implantação de unidades de exploração agrícola, nas áreas prioritárias;

VIII - Coordenar e ativar a mobilização de recursos financeiros necessários para a execução dos programas, planos e projetos de Reforma Agrária;

IX - Obter a vinculação dos recursos dos órgãos comprometidos nos programas, planos e projetos de Reforma Agrária;

X - Aprovar as propostas orçamentárias do IBRA, a serem submetidas aos órgãos competentes;

XI - Orientar a aplicação dos recursos próprios do IBRA;

XII - Fixar normas para a elaboração de acordos e convênios que interessem à execução de programas de Reforma Agrária;

XIII - Aprovar as normas para elaboração de planos e projetos de colonização pública e particular;

XIV - Deliberar sobre as indicações do Presidente do IBRA, para preenchimento dos cargos de Diretores da Autarquia;

XV - Opinar sobre reestruturação administrativa ou modificações no regime jurídico do pessoal do IBRA;

XVI - Assegurar aos representantes sindicais rurais, de trabalhadores e de empresários, participação no planejamento e execução da Reforma Agrária;

XVII - Apreçar as tabelas de salários e gratificações dos servidores do IBRA;

XVIII - Aprovar as propostas de abertura de créditos suplementares especiais e extraordinários do IBRA, a serem submetidas aos órgãos competentes;

XIX - Baixar atos, normativos sobre assuntos de sua competência, dispor sobre seu Regimento Interno, opinar sobre o seu orçamento anual e praticar os atos que lhe forem delegados;

XX - Opinar sobre propostas de alteração deste Regulamento.

Art. 4.º O GERA compõe-se de onze representantes, nomeados pelo Presidente da República, por

indicação dos Ministros de Estado e das Representações de Classe, dos seguintes órgãos;

- I - Ministério da Justiça;
- II - Ministério da Agricultura;
- III - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- IV - Ministério do Interior;
- V - Ministério da Fazenda;
- VI - Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- VII - Banco Central do Brasil;
- VIII - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
- IX - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário;
- X - Confederação Nacional da Agricultura;
- XI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Art. 5.º O Plenário, integrado dos representantes discriminados no artigo anterior, será presidido pelo Ministro de Estado da Agricultura ou, na suas faltas e impedimentos, pelo Presidente do IBRA, na condição de Vice-Presidente.

Art. 6.º Além do Presidente, G GERA contará com um Coordenador Interministerial (Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação)Geral e uma Secretaria Executiva.

Art. 7.º A Secretaria Executiva será exercida por um Secretário de livre escolha do Presidente do GERA e integrada por servidores do Ministério da Agricultura ou de quaisquer outros órgãos da Administração Pública, mediante requisição.

Art. 8.º A Regimento Interno do GERA, disporá sobre seu funcionamento e definirá as atribuições do Presidente, do Coordenador Interministerial e da Secretaria Executiva.

Art. 9.º Os recursos financeiros para atender as despesas do GERA serão providos pelo IBRA.

Art. 10.º As despesas com passagens e hospedagens para os representantes residentes fora da sede do órgão, quando convocados para reuniões ordinárias ou extraordinárias, serão pagas pelo IBRA, que pagará também as decorrentes das viagens feitas por eles em missão do GERA.

Art. 11.º Os projetos de obras federais, ou que contem com a participação de recursos de órgãos federais, sempre que possibilitarem condições para a execução de planos e projetos integrados de Reforma Agrária, deverão ser coordenados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em articulação com o GERA.

Art. 12.º Aprovada pelo GERA uma área operacional em área prioritária de Reforma Agrária, os órgãos do Governo Federal deverão obrigatoriamente acelerar os seus projetos relativos à infraestrutura local, cabendo ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral adotar as necessárias providências.

Art. 13.º - Na forma e para os fins do disposto no artigo 14 do Decreto-lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, fica criado um Grupo de Trabalho constituído de um representante do Ministério da Agricultura, um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, um do Ministério das Minas e Energia, dois do INDA e um do IBRA, Indicados ao Presidente da República pelos Ministros de Estado e Presidentes dos órgãos respectivos.

Art. 14.º O IBRA submeterá à apreciação do GERA anteprojeto de decreto de regulamentação do Decreto-lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, na parte que lhes concerne, devendo na sua elaboração atender aos seguintes pontos básicos:

- I - Centralização dos trabalhos de planejamento, coordenação e controle;
- II - Descentralização da execução da Reforma Agrária e da colonização;
- III - Apresentação de sua nova organização e estrutura;
- IV - Regime jurídico do seu pessoal.

Art. 15.º O IBRA deverá apresentar ao GERA, no prazo, máximo de 60 (sessenta) dias, plano de emancipação dos núcleos coloniais, a curto, médio e longo prazos, articulando-se, para esse efeito, com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. O IBRA deverá dar preferência à colonização particular sobre a oficial.

Art. 16.º O IBRA deverá, de acordo com as diretrizes traçadas pelo GERA, concentrar-se na função básica e precípua de planejamento, orientação geral, coordenação e execução. de trabalhos específicos de Reforma Agrária, em conjugação com outros órgãos do Governo, transferindo à iniciativa privada, sempre que houver conveniência, o que por ela possa ser desempenhado, dentro da orientação prevista nos Programas de Desenvolvimento do Governo Federal.

Art. 17.º O IBRA apresentará, para apreciação e resolução do GERA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, trabalhos; a) fixando o conceito básico de área operacional; b) indicando as

primeiras áreas operacionais para implantação de projetos de Reforma Agrária, de acordo com os princípios básicos, levantamentos e projetos já existentes e que farão parte do referido trabalho.

Art. 18.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Antônio Delfim Netto

Ruy Corrêa Lopes

Jarbas Passarinho

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

D.O. União de 21/7/69

DECRETO N.º 66.460 - DE 20 DE ABRIL DE 1970

Prorroga o prazo para execução, dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81.º, 111 da Constituição,

Considerando que o Decreto-lei número 1.000, de 21 de outubro de 1969, dispôs sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior;

Considerando ainda que, o Decreto n.º 65.905, de 19 de dezembro prorrogou até 21 de abril de 1970 o prazo de sessenta dias, mencionado no artigo 302 do Decreto-lei n.º 1.000, para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos;

Considerando, porém, que tal prazo foi exíguo para a preparação dos livros de registro, havendo dificuldade de os cartórios cumprirem as disposições do Decreto-lei mencionado, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 21 de outubro de 1970, o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, obedecerá ao disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924 e seu Regulamento baixado pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 e demais disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de abril de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaia

D.O. União de 20/4/70

DECRETO-LEI N.º 205, DE 25 DE MARÇO DE 1970

Dispõe sobre provimento das serventias vagas que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Artigo 1.º - Aos titulares dos Ofícios não oficializados do Distribuidor, Contador e Partidor fica assegurado o direito de opção para serventia vaga, que se vagar ou que for criada, não oficializada e de qualquer natureza, desde que sejam da mesma classe.

Artigo 2.º - Na preferência observar-se-ão os seguintes critérios:

I - inexistência de faltas disciplinares;

II - maior tempo de efetivo exercício no cargo de escrivão;

III - diploma de bacharel em direito;

IV - maior número de pontos pelos títulos;

V - mais idade;

VI - Maiores encargos de família.

Artigo 3.º - Na vacância, os escritórios do Distribuidor, Contador e Partidor serão anexados ao cartório de Registro Civil da sede da comarca ou do 1.º Subdistrito onde houver mais de um.

Artigo 4.º - As disposições do artigo 1.º não se aplicam aos titulares de Cartórios ou Escritórios de qualquer natureza onde o Distribuidor, Partidor e Contador já sejam seus anexos.

Artigo 5.º - No caso do Distribuidor, Contador e Partidor ter como anexo o Depositário Público, também este será anexado ao Cartório do Registro Civil da sede, observado, no que couber, o disposto no § 2.º do artigo 200.º do Código Judiciário.

Artigo 6.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o parágrafo 1.º do artigo 26.º do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Flely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnica Legislativa, aos 25 de março de 1970

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Substituto

D.O. 26/3/70

DECRETO-LEI N.º 206 DE 25 DE MARÇO DE 1970

Altera a redação de dispositivos do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Artigo 1.º - O parágrafo único do artigo 6.º, o parágrafo 2.º do artigo 11.º, e os artigos 32.º e 48.º do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

6.º

Parágrafo único - Na hipótese de não haver candidato nos termos deste artigo, será aberto novo concurso no qual poderá inscrever-se qualquer cidadão brasileiro no gozo de seus direitos civis e políticos e que satisfaça às demais exigências da lei e do regimento do concurso.

Artigo

11.º

....

§ 2.º - Ao candidato não admitido ao concurso cabe direito de recurso para o Conselho Superior da Magistratura, interposto por petição, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato de indeferimento no órgão oficial.

Artigo 32.º - Em todo escritório ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, escolhido de preferência entre os primeiros escreventes, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente.

Artigo 48.º - São impedidos de servir conjuntamente no mesmo Juízo, por motivo de suspensão, ainda que em cartórios judiciais ou extrajudiciais:

I - marido e mulher;

II - ascendentes e descendentes;

III - sogro e genro ou nora;

IV - irmãos;

V - cunhados, durante o cunhado;

VI - tio e sobrinhos;

VII - primos;

VIII - padrasto ou madrasta e enteados".

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnica Legislativa, aos 25 de março de 1970

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo

Substituto
D.O. 26/3/70

DECRETO N.º 52.424, DE 25 DE MARÇO DE 1970

Revoga os decretos que enumera referentes às custas e emolumentos
ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam revogados os decretos: o Decreto n.º 3.965, de 21 de dezembro de 1925; o Decreto n.º 8.134, de 29 de janeiro de 1937; o Decreto n.º 8.605, de 27 de setembro de 1937; o Livro X e os artigos 49.º e 59.º de Livro XI do Decreto n.º 22.022, de 31 de janeiro de 1953; o Decreto n.º 26.838, de 22 de novembro de 1956; o Decreto n.º 27.092, de 24 de dezembro de 1956; o Decreto n.º 33.473, de 23 de agosto de 1958; o Decreto n.º 34.829, de 14 de abril de 1959; o artigo 1.º do Decreto n.º 47.762, de 17 de fevereiro de 1967 e o Decreto n.º 49.858, de 21 de junho de 1968.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meireles, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 25 de março de 1970.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

RESOLUÇÃO N.º 5/70 - DE 29 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a arrecadação das Custas e Emolumentos devidos ao Estado e das Contribuições devidas às Carteiras de Previdência, a que se refere o Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.

O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, e Considerando que o Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, estabeleceu novos critérios para cobrança de custas judiciais;

Considerando que um dos propósitos do Governo é o de permitir, aos interessados, maiores facilidades para o recolhimento do que a lei exige;

Considerando que, dentro dessa filosofia, o sistema de arrecadação através da rede bancária tem alcançado o objetivo pretendido;

Considerando que, nos termos do parágrafo único do artigo 70 do referido diploma legal, cabe a esta Pasta disciplinar, ouvida a Corregedoria Geral da Justiça, a arrecadação de custas, emolumentos e contribuições, resolve:

Artigo 1.º - As custas e emolumentos que constituem renda do Estado, e as contribuições pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo e às Carteiras de Previdência previstas nas Tabelas do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, serão arrecadadas:

I - mediante guia, conforme modelo anexo, relativamente aos feitos e recursos cíveis e criminais referidos na Tabela I, anexa ao Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, e demais atos praticados nos respectivos autos, previstos em outras Tabelas;

II - mediante guia, modelo 3, em anexo relativamente aos atos previstos: a) nos itens I a V da Tabela 10; b) nos itens I a VI da Tabela 11; c) nos itens I a IX da Tabela 12; d) no item I da Tabela 13; e) nos itens I a V da Tabela 14;

III - mediante estampilhas ou estampagem mecânica, relativamente aos demais atos previstos nas respectivas Tabelas anexas ao mencionado decreto.

Artigo 2.º - A guia a que se refere o inciso I do artigo anterior será preenchida em 3 (três) vias, que, após autenticadas mecanicamente ou aderido o recibo sintético, pela repartição, terão o seguinte destino:

I - 1.ª via - será entregue ao interessado, para juntada aos respectivos autos;

II - 2.ª via - será encaminhada à Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária (DRT-SR);

III - 3.ª via - ficará retida no órgão arrecadador, como documento de caixa.

§ 1.º - Na Capital, o preenchimento da guia referida neste artigo, será feito em 4 (quatro) vias,

destinando-se a 4.^a via, que será devolvida ao interessado, ao Cartório por onde correr o feito.
§ 2.^o - O recolhimento efetuado através da guia de que trata este artigo obedecerá as épocas e formas previstas nas notas genéricas da Tabela 1, anexa ao Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970.

§ 3.^o - Recebidas as guias de recolhimento, o serventuário do Cartório por onde correr o feito reterá as 4.^{as} vias mencionadas no § 1.^o deste artigo, as quais, devidamente carimbadas e com a indicação do número dos autos, serão remetidas, no dia imediato, à Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo (DRT-1-SR).

Artigo 3.^o - A guia a que se refere o inciso II do artigo 1.^o, será preenchida em 3 (três) vias, que, após autenticadas mecânicamente ou aderido o recibo sintético, pela repartição arrecadadora, terão o seguinte destino:

I - 1.^a via - ao Cartório, para arquivo em pastas especiais, em ordem numérica, para exibição quando necessária;

II - 2.^a via - DRT - Seção de Receita;

III - 3.^a via - órgão arrecadador.

§ 1.^o - O recolhimento, relativamente aos atos praticados no dia anterior, será feito em uma só guia, na qual deverá constar o valor desse recolhimento bem como a indicação dos seguintes elementos que serão relacionados em separado:

1 - data e natureza do ato;

2 - número do Livro e da Folha;

3 - indicação das partes interessadas;

4 - valor atribuído ao ato;

5 - total das custas e contribuições.

§ 2.^o - O recolhimento deverá ser feito pelo serventuário, no dia útil imediato ao da prática do ato, devendo os recolhimentos fora do prazo serem comunicados pelo chefe da repartição arrecadadora ao M.M. Juiz Corregedor. A comunicação será feita em 2 (duas) vias, destinando-se:

1 - a 1.^a via ao MM. Juiz Corregedor;

2 - a 2.^a via ao arquivo da repartição arrecadadora juntamente com as caixas de receitas;

§ 3.^o - Nos distritos onde não houver repartição arrecadadora o serventuário fará o recolhimento de que trata este artigo, na repartição arrecadadora da sede do município respectivo, nos seguintes prazos:

1 - atos praticados no período de 1.^o a 15 - até o 5.^o dia útil subsequente ao dia 15;

2 - atos praticados no período de 16 ao último dia do mês - até o 5.^o dia útil do mês seguinte.

§ 4.^o - Nos municípios onde não houver repartição arrecadadora, o recolhimento de que trata este artigo será feito pelo serventuário, nos prazos fixados no parágrafo anterior, na repartição arrecadadora da localidade mais próxima, determinada pelo Delegado Regional Tributário.

§ 5.^o - Os serventuários anotarão nos livros ou documentos relativos a cada ato, o número da respectiva guia de recolhimento e a importância correspondente.

Artigo 4.^o - Quando a arrecadação se efetuar na forma a que alude o inciso III do artigo 1.^o, serão as estampilhas de "Custas Judiciais" aplicadas pelo serventuário no próprio documento que o mesmo expedir, ou devolver ao interessado, antes de sua entrega à parte.

Parágrafo único - Aplicam-se, também, as disposições deste artigo quando a arrecadação se efetuar pela repartição arrecadadora através de estampagem mecânica.

Artigo 5.^o - A arrecadação das contribuições devidas à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado será feita por estampilhas especiais.

§ 1.^o - Quando, com referencia ao mesmo ato praticado, as custas pertencentes ao Estado forem arrecadadas por guia, na forma dos incisos I e II do artigo 1.^o, as contribuições à Carteira referida serão arrecadadas na mesma guia.

§ 2.^o - Quando a arrecadação da referida contribuição se efetuar por estampilhas ou por estampagem mecânica, serão aplicadas as disposições do artigo anterior.

Artigo 6.^o - Em caráter excepcional, até que sejam impressas estampilhas de "Custas Judiciais" de valores inferiores a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), a arrecadação de custas que constituem renda do Estado e da contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado será feita por guia modelo 3, relativamente aos atos previstos nos:

I - itens III e IV da Tabela 2, praticados pelos serventuários oficializados, das Comarcas de Santos e Campinas;

II - itens VI a X da Tabela 10;

III - itens VII a XI da Tabela 11;

IV - itens X a XII da Tabela 12;

V - itens II a VI da Tabela 13.

Parágrafo único - Aplicam-se ao recolhimento a que se refere este, artigo as disposições previstas no artigo 3.º, não sendo necessária a individualização de cada ato, indicando-se na guia:

1 - as quantidades e a denominação dos atos;

2 - o montante devido em relação a cada item;

3 - o total a recolher.

Artigo 7.º - Nos executivos fiscais, o recolhimento das custas e emolumentos será feito na mesma guia em que se efetuar o recolhimento do débito fiscal, na forma da legislação em vigor.

Artigo 8.º - O recolhimento de que trata o inciso I do artigo 1.º, poderá, em caráter excepcional e até que sejam confeccionadas as guias de modelo indicado, ser efetuado mediante guia modelo 3.

Artigo 9.º - A arrecadação das custas, emolumentos e contribuições, de que trata o inciso I do artigo 1.º desta Resolução, poderá, na Capital, ser efetuada através do Banco do Estado de São Paulo SA., da Caixa Econômica do Estado de São Paulo e dos estabelecimentos bancários autorizados a arrecadar o Imposto de Circulação de Mercadorias.

Parágrafo único - Os estabelecimentos bancários, situados na Capital, poderão proceder a arrecadação de que trata este artigo, independentemente de autorização expressa da Secretária da Fazenda, devendo tão-somente Comunicar o fato a Seção de Receita da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, comprovando que está autorizado a arrecadar o ICM.

Artigo 10.º - O estabelecimento bancário e a Agência da Caixa Econômica do Estado, que passarem a funcionar como órgão arrecadador autorizado, deverão:

I - acolher somente as guias de recolhimento a que se refere o inciso I do artigo 1.º desta Resolução;

II - autenticar as guias de recolhimento, com máquina autenticadora, possuidora de fita de detalhe, aprovada pela Secretária da Fazenda;

III - observar as disposições desta Resolução no que respeita a arrecadação de que trata o inciso I;

IV - colocar em todas as vias das guias carimbo identificador do órgão arrecadador;

V - atender as determinações da Secretária da Fazenda, através de seus órgãos, no que respeita a arrecadação de que trata esta Resolução;

VI - comprovar, quando solicitado, que continua a satisfazer as condições estabelecidas.

Artigo 11.º - O órgão arrecadador autorizado não poderá acolher guias de recolhimento que não estejam preenchidas com as formalidades exigidas, ou que contenham emendas ou rasuras, devendo no momento da sua apresentação, ser conferidas a importância, data e assinatura.

Artigo 12.º - Autenticadas as guias e não se efetivando, por qualquer motivo, o recebimento do respectivo valor, não poderão as mesmas ser devolvidas aos interessados, devendo ser declaradas nulas e encaminhadas a Secretaria da Fazenda.

Artigo 13.º - Se ocorrer autenticação em importância diferente da declarada pelo interessado, proceder-se-á a respectiva retificação por meio de termo lavrado no verso de todas as vias da guia.

Parágrafo 1.º - Na hipótese prevista neste artigo, as vias destinadas a Secretaria da Fazenda deverão ser acompanhadas de memorando onde se esclareça a ocorrência.

§ 2.º - Se o engano for constatado posteriormente à entrega das guias à Secretaria da Fazenda, a retificação poderá ser feita "ex-offício" por solicitação do interessado ou através de representação do órgão arrecadador autorizado.

Artigo 14.º - Após autenticada, o órgão arrecadador dará às vias da guia o mesmo destino indicado no artigo 2.º e seu § 1.º.

Artigo 15.º - O órgão arrecadador autorizado prestará contas diretamente à Recebedoria (DRT-IR), nos prazos seguintes:

I - da arrecadação feita no período de 1.º a 10 - até o dia 15 do mês em curso;

II - da arrecadação feita no período de 11 a 20 - até o dia 25 do mês em curso;

III - da arrecadação feita no período de 21 ao último dia do mês - até o dia 5 do mês seguinte.

Parágrafo único - A prestação de contas de que trata este artigo será feita:

1 - pela Tesouraria Central da Caixa Econômica de São Paulo - em relação à arrecadação processada pelas Agências da Caixa Econômica do Estado de São Paulo;

2 - pela matriz do estabelecimento bancário - em relação à arrecadação processada pelas

agências do respectivo estabelecimento.

Artigo 16.º - A prestação de contas referida no artigo anterior constará da apresentação de uma Guia de Remessa e de Recolhimento, conforme modelo anexo, devidamente preenchida em 3 (três) vias, acompanhada:

I - de um cheque correspondente ao montante arrecadado no período, englobando a arrecadação de todas as agências autorizadas, emitido a favor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;

II - das 2.ªs vias das guias de recolhimento mencionadas no inciso II do artigo 2.º.

III - de todas as vias das guias de recolhimento declaradas nulas, a que se refere o artigo 12.

§ 1.º - Da Guia de Remessa e de Recolhimento mencionada neste artigo deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

1. nome do órgão arrecadador;
2. número de guias acolhidas;
3. importância arrecadada;
4. período da arrecadação;
5. data da prestação de contas ao órgão fazendário;
6. número de cheque emitido.

§ 2.º - O servidor responsável pelo recebimento da prestação de contas dos órgãos arrecadadores deverá verificar se a quantidade e a importância das guias de recolhimento, a que se refere o inciso I do artigo 1.º, conferem com os dados consignados na Guia de Remessa e de Recolhimento e com o valor apontado no cheque emitido.

§ 3.º - Havendo exatidão, o servidor acolherá à prestação de contas, promoverá a quitação e declarará na Guia de Remessa e de Recolhimento o recebimento dos documentos, dando às vias da referida guia o seguinte destino:

- 1 - 1.ª via - ao órgão arrecadador autorizado;
- 2 - 2.ª via - à DRT-1-SR, juntamente com as 2.ª vias das guias referidas no inciso I do artigo 1.º das vias das guias nulas (artigo 12);
- 3 - 3.ª via - ao arquivo da Recebedoria.

Artigo 17.º - Caberá à Recebedoria (DRT-1-R) e à Seção de Receita (DRT-1-ER) da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo, zelar pelo cumprimento, por parte dos órgãos arrecadadores autorizados, das disposições estabelecidas nesta Resolução.

Artigo 18.º - Verificada a conveniência de ser cassada a autorização concedida nos termos desta Resolução, será essa medida proposta ao Coordenador da Administração Tributária, pelos órgãos competentes.

Artigo 19.º - O estabelecimento bancário e a Caixa Econômica do Estado de São Paulo responderão por quaisquer erros ou faltas verificados, relativamente à arrecadação de que trata esta Resolução, processada por seu intermédio, ainda que imputáveis a seus funcionários.

Artigo 20.º - O processamento da arrecadação será feito sem qualquer ônus para o Estado.

Artigo 21.º - Os Coordenadores da Administração Tributária e da Administração Financeira poderão expedir instruções complementares referentes ao processamento, controle e contabilização da arrecadação a que se refere a presente Resolução, bem como ao processamento da entrega das contribuições às respectivas entidades.

Artigo 22.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Obs.: as guias referidas nesta Resolução serão publicadas no próximo número.

Nº 090 - Publicação: Jul/Dez 1970

Redação:

Faz um ano e meio que, focalizando, nesta mesma coluna, o problema da aposentadoria dos servidores da Justiça em exercício, nos Cartórios não oficializados, dirigimos ao eminente Chefe do Governo, DR. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, um veemente apelo, no sentido de ordenar a reformulação da lei então em vigor, - visando, principalmente, a elevação dos proventos nela fixados a níveis condizentes com a conjuntura econômica que atravessávamos.

Não foi em vão, felizmente, que assim procedemos, pois S. Exa., logo que tomou conhecimento de tal reivindicação, por intermédio desse grande amigo de nossa classe, que é o PROFESSOR HELY LOPES MEIRELLES - digno e operoso Secretário da Justiça de seu Governo - a este deu instruções para que determinasse os estudos que se fizessem mister, de maneira a que a mesma

fosse atendida com a brevidade que se impunha, em face da situação de penúria em que se encontravam muitos daqueles servidores, já aposentados.

Tendo nomeado, para proceder a tais estudos, urna Comissão integrada por representantes da Magistratura, Ordem dos Advogados, Fazenda do Estado e Instituto de Previdência, bem como de nossa Associação e da Associação dos Escreventes, - o PROFESSOR HELY LOPES MEIRELLES lhes encareceu a necessidade de ser elaborada uma nova lei, pela qual ficasse assegurada aos servidores aludidos, uma aposentadoria dentro dos melhores padrões que as condições financeiras da Carteira respectiva pudesse suportar.

Desincumbindo-se da missão que lhe fora confiada, a Comissão elaborou, após inúmeras reuniões, o anteprojeto que, com as alterações nele posteriormente introduzidas, veio a converter-se em Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970, diploma este que, embora não haja atendido plenamente aquela aspiração maior de todos nós, faz jus, entretanto, a merecidos louvores, pelas inovações que introduziu na sistemática ordenadora da matéria em exame. Realmente, se é de lamentar-se, por um lado, que a proposta de nossa Associação, sugerindo a triplicação do valor dos proventos de aposentadoria previstos na lei anterior, não tenha sido aceita, - em face das razões de ordem técnico-financeira apresentadas e sustentadas pelos representantes do Instituto de Previdência e da Fazenda do Estado, - é de reconhecer-se, por outro, ser digna de todo aplauso pela justeza de várias medidas que adotou, entre as quais se destaca a que elevou, ao nível dos padrões atuais, os proventos relativos aos servidores já aposentados.

Enfim, se a nova lei, - cujo texto publicamos noutro local deste "Boletim", - não saiu a pleno contento de todos os interessados, impossível nos é deixar de reconhecer que a Comissão encarregada da colaboração do anteprojeto que lhe deu origem fez o máximo para realizar um trabalho quanto possível perfeito, o que sob muitos aspectos, sem dúvida alguma conseguiu, - conforme facilmente poderá ser verificado pela leitura atenta do aludido texto.

DESEMBARGADOR CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA

Em virtude do Chefe do Executivo, DR. ABREU SODRÉ, ter de se ausentar do País, assumiu o cargo de Governador do Estado, em obediência a dispositivo de ordem constitucional o DESEMBARGADOR CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça, - em cujo exercício se manteve durante quinze dias, ou seja, até o regresso daquele seu titular. O fato se constituiu em motivo de júbilo para todos os serventuários da Justiça do Estado, que têm no eminente Chefe de nosso Poder Judiciário um verdadeiro amigo, razão pelo qual não poderiam eles deixar de testemunhar-lhe, como fizeram, por intermédio do órgão representativo da classe, a satisfação que sentiam pela sua investidura em tão altas funções. Com efeito, a Diretoria da Associação, à qual se juntaram inúmeros colegas desta Capital, teve a honra de ser recebida por S. Exa. no Palácio Bandeirantes, poucos dias após a sua posse, - ocasião em que foi saudado pelo nosso Presidente, SR. JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, com as seguintes palavras:

A "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO", representada pelos membros de sua Diretoria e demais serventuários que aqui se encontram, não podia deixar de vir à presença de V. Exa., a fim de lhe expressar a satisfação e o justo orgulho de nossa classe, por vê-lo ascender à suprema direção do Governo de nosso Estado.

Embora sabendo que V. Exa. se encontra no exercício de tão altas funções em caráter transitório e por curto período de tempo, - nem por isso, entretanto, é menor o regozijo dos serventuários da Justiça do Estado, pela Investidura de seu eminente Chefe em tão honroso cargo, na passagem pelo qual, estão certos, deixará impresso, com superioridade, o indelével timbre de sua personalidade invulgar.

Assim, pedindo vênias para cumprimentá-lo pelo marcante acontecimento, tão grato a todos nós, seus amigos e admiradores, permita-nos que formulemos, ainda, os mais sinceros votos, para que a gestão de V. Exa., conquanto breve, seja coroada do mais pleno êxito.

Agradecendo a visita, usou S. Exa. da palavra, oportunidade que aproveitou para comunicar aos presentes que já havia dado instruções para que fosse ultimada, quanto antes, a revisão do anteprojeto que reformula a lei de aposentadoria dos servidores da Justiça dos Cartórios não oficializados, a fim de que o mesmo pudesse ser remetido, o mais breve possível, à ilustrada

Assembléia Legislativa do Estado, para a devida apreciação.

A NOVA LEI DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA

Realizou-se, no dia 16 do corrente, às 11 horas, no Palácio Bandeirantes, a solenidade da promulgação, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, DR. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, da Lei n.º 10.393, de 1970, que eleva os proventos relativos à aposentadoria dos servidores da Justiça em atividade nos Cartórios não Oficializados e adota outras providências em benefício dos mesmos servidores.

Ao ato compareceu grande número de serventuários e escreventes, não só desta Capital como também do anterior, - havendo, ainda, a cerimônia sido prestigiada pela honrosa presença de vários representantes do Poder Judiciário, dentre os quais pudemos anotar os nomes dos Desembargadores Tácito Morbach de Goes Nobre, Vice-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Mareio Martins Ferreira, Corregedor Geral em exercício, Alceu Cordeiro Fernandes, ex-Corregedor Geral da Justiça, Adriano Marrey, e dos Juízes Ruy de Mello Almada, Titular da Vara dos Registros Públicos; José Haroldo de Oliveira e Costa, Gilberto Valente da Silva e Alvaro Lazzarini, Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça e Renato Torres de Carvalho.

Entre os presentes pudemos ver, ainda, os Srs. Dario de Abreu Pereira, Procurador Geral da Justiça, Camargo Aranha, Chefe da Casa Civil do Governador, Nicolau Zarif, Procurador da Justiça e deputado Blota Júnior, fider do Governo na Assembléia legislativa do Estado, - além de inúmeras outras pessoas gradas, cujos nomes não, nos foi possível anotar.

A solenidade foi aberta pelo Sr. Secretário da Justiça, Professor Hely Lopes Meireles, - que fez uma exposição dos trabalhos realizados por aquela Secretaria no sentido de outorgar à classe dos servidores aludidos urna lei à altura de seu merecimento, tendo, posteriormente, usado da palavra o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado, a fim de agradecer a promulgação da nova lei.

Em nome da Associação dos Escreventes e Auxiliares do Estado falou, também, o seu Presidente, Sr. Antônio Rubião Silva Júnior, - havendo por último discursado o Sr. Governador do Estado para justificar a edição da nova lei, oportunidade que S. Exa. aproveitou para render suas homenagens ao nosso Poder Judiciário, nas pessoas dos ilustres desembargadores e juízes presentes à solenidade.

De acordo com as disposições do diploma legal promulgado, as aposentadorias e tensões serão reajustadas automaticamente, toda vez que ocorrer a elevação do salário mínimo, - e quanto aos proventos, poderão eles também, ser aumentados sempre que as disponibilidades da Carteira o permitam.

Em tal caso o Conselho da Carteira, verificando a existência dessas disponibilidades, representará ao Governo, solicitando a majoração de. seu valor, o qual poderá promovê-la, mediante simples decreto uma vez reconheça procedente a representação aludida.

Foram as seguintes, as palavras pronunciadas pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto:

"Exmo. Sr.

GOVERNADOR ABREU SODRÉ

Na qualidade de Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DF, SÃO PAULO, - é com a mais grata satisfação que tomamos a liberdade de lhe dirigir algumas palavras, a fim de agradecer-lhe, em nome da classe que a nossa entidade representa, a promulgação da lei que Vossa Excelência acaba de assinar.

A majoração dos proventos de aposentadoria dos servidores da Justiça em atividade nos Cartórios não oficializados, constituía, Sr. Governador, antes do advento da notável administração de Vossa Excelência, - uma de suas mais antigas e prementes reivindicações. Com efeito, para que Vossa Excelência possa formar uma idéia, exata da situação de penúria em que viviam há cerca, apenas, de três anos, os servidores aposentados, basta dizer-lhe que aqui na Capital, onde os citados proventos; eram os mais elevados, os atribuídos aos serventuários, não atingiam, sequer, a importância de um salário mínimo, - cujo valor era, então, de oitenta e quatro cruzeiros.

Se isso se verificava com relação aos nossos Colegas desta Capital, bem poderá Vossa Excelência imaginar o quanto de pior ocorria com aqueles outros, que militavam nas Comarcas do interior de nosso Estado, onde tais proventos eram bem menores, chegando mesmo, em

alguns casos, pela chocante exigüidade de seu valor, a constituir um verdadeiro escárnio.

Só com a ascensão de Vossa Excelência à Chefia do Governo de São Paulo, é que se nos tornou possível obter a alteração desse deplorável estado de coisas, - pois tão logo lhe foi dado tornar conhecimento da malsinada situação, não exitou Vossa Excelência em determinar providências urgentes, no sentido de corrigir-se a clamorosa injustiça.

A lei n.º 9.958, de 4 de outubro de 1967, promulgada por Vossa Excelência e resultante daquelas providências, - constituiu, assim, um notável aperfeiçoamento introduzido no Instituto de nossa aposentadoria, - e pelo qual a nossa classe, bem como a dos demais servidores da Justiça, lhe ficaram profundamente reconhecidos.

Nestes três últimos anos, porém, ante o agravamento das condições materiais da existência, provocado pela inflação que continua a corroer a nossa economia, tornou-se imperiosa a reformulação daquela lei, inclusive para sanar-lhe algumas falhas e omissões, que passaram despercebidas quando da sua elaboração.

Em face de tal circunstância e por ela constrangidos, não tivemos outro recurso senão o de apelar novamente a Vossa Excelência para que nos concedesse meios de enfrentar a grave conjuntura, o que fizemos por intermédio do ilustre Secretário da Justiça de seu Governo, o eminente jurista Professor Hely Lopes Meireles.

Antes o relato que a este fizemos da penosa situação em que se encontrava a nossa classe, de pronto S. Exa. a compreendeu, e reconhecendo a integral justeza de nossa reivindicação, se dispôs a submetê-la, incontinentemente, a consideração de V. Exa. dando-nos, com tal gesto, a certeza de que mais uma vez, nos seria feita justiça, como de fato aconteceu, com a promulgação da lei ora assinada.

Nossa classe tem, assim para com V. Exa., urna inestimável dívida de gratidão, pois nenhum outro Governo soube avaliar, melhor que o de V. Exa., os problemas por ela enfrentados e procurou, ao mesmo tempo, solucioná-los pela melhor forma que lhe foi possível.

Permita-nos, ainda, Exmo. Sr. Governador, nesta oportunidade, tornemos extensivos os nossos agradecimentos ao eminente Professor Hely Lopes Meireles que tanto tem honrado o Governo de V. Exa., não só pelo brilho de sua inteligência, como pela cultura, educação finíssima e dinamismo invulgar que caracterizam a sua personalidade, pela dedicação e o esforço com que se houve para que a nossa classe fosse contemplada com uma aposentadoria cujos padrões, se ainda não correspondem àqueles que todos nós desejaríamos usufruir, poderão, já agora, vir a ser mais facilmente reajustados, - uma vez que a lei ora sancionada com as inovações que o seu texto revela, permite se lhes faça a revisão periódica.

Não poderíamos, outrossim, Exmo. Sr. Governador, deixar de ressaltar e encarecer o honroso apoio que, durante estes últimos anos da campanha encetada pela nossa entidade em prol da elevação dos padrões de aposentadoria aludida, recebemos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Assim, pedindo vênias para lhe externar, também, os nossos melhores agradecimentos, - cumpramos destacar, dentre todos os ilustres Magistrados que dignificam com o seu saber a nossa mais alta Corte Judiciária, - os nomes dos eminentes Desembargadores; Márcio Martins Ferreira, Cantidiano Garcia de Almeida, Alceu Cordeiro Fernandes, Hildebrando Dantas de Freitas e José Geraldo Rodrigues de Alckmin, com os quais, durante aquela campanha, mantivemos um contato mais estreito, - pela distinção que nos conferiram, prestigiando nosso trabalho e nos auxiliando, com a sua orientação, a conquistar a vitória que ora vimos de alcançar.

Renovando-lhe, finalmente, os nossos mais vivos agradecimentos, pela alta compreensão com que nos tem distinguido, aproveitamo-nos do ensejo para augurar a V. Exa., bem como à sua Exma. Família, um Natal repleto de felicidade, bem como um Ano Novo de todo em todo propício à satisfação de suas maiores e mais íntimas aspirações".

VISITAS

A Diretoria da Associação, liderada pelo seu Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, esteve, nas vésperas do Natal em companhia de vários colegas desta Capital, em visita aos Exmos. Srs. Desembargadores CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, e JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, Corregedor Geral da Justiça, a fim de lhes apresentar seus cumprimentos e agradecer-lhes as atenções com que distinguiram a nossa classe no curso de 1970, augurando-lhes, ao mesmo tempo, Boas Festas e um Ano Novo

tranquilo e próspero.

S. Excias, foram saudados na ocasião, pelo nosso Presidente, que tornou extensivos os mesmos votos e agradecimentos aos ilustres Juízes Auxiliares daquela Corregedoria, doutores JOSÉ HAROLDO DE OLIVEIRA E COSTA, ÁLVARO LAZZARINI e GILBERTO VALENTE DA SILVA, bem como ao digno titular do Cartório do mesmo órgão judiciário, Sr. EZIO DONATI, e seus demais funcionários.

Na mesma ocasião, idêntica visita foi realizada, com igual finalidade, aos doutores RUY DE MELLO ALMADA, Juiz Titular da Vara dos Registros Públicos desta Capital, e RUY GERALDO CAMARGO VIANA, Juiz Auxiliar da mesma Vara, os quais também foram saudados pelo nosso Presidente.

A Diretoria da Associação, esteve, ainda, na Secretaria da Justiça, a fim de cumprimentar seu ilustre Titular, Professor HELY LOPES MEIRELES, bem como para agradecer-lhe as atenções com as quais, igualmente, se dignou honrar a nossa classe desde o início de sua gestão naquela Pasta, - e desejar-lhe, da mesma forma, feliz Natal e um Ano Novo repleto de venturas.

REGISTRO DE NASCIMENTO

Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, propôs, sob o argumento de que facilitará o processo de alistamento eleitoral, um projeto de lei, já encaminhado ao Congresso pelo Presidente Médico, estabelecendo que "o registro de nascimento de brasileiros maiores de idade que for efetuado até o dia 30 de junho próximo, estará isento da multa prevista no Código Civil. Esta informação foi prestada ontem pelo Sr. Armando Giangicomo, escrivão do Cartório de Registro Civil do 1.º Subdistrito da Sé. Enquanto isso, veja o que você deve fazer:

O REGISTRO

O registro de nascimento em cartório ainda é feito da seguinte maneira: "Os filhos legítimos - cujos pais são casados no Civil - são obrigados a fazer o registro dentro de 15 dias (pelos pais, é claro), no Subdistrito onde nasceu e não onde mora a família, é o que informa o Oficial Maior do Cartório da Sé, Sr. Altino, de Oliveira Jordão. No caso de querer registrar-se no bairro onde mora - continua - o negócio é deixar o prazo obrigatório vencer e pagar uma multa de Cr\$ 12,00 cruzeiros. O registro dentro do prazo custa Cr\$ 18,00 e, fora do prazo, com multa, Cr\$ 30,00. No caso dos pais não registrarem seus filhos até a idade de doze anos, a partir de doze anos e um dia, têm que requerer uma autorização ao juiz da Vara de Registros Públicos, através de uma petição ou ao Juiz da Vara Distrital do Bairro onde residem os pais da criança. Os pais só podem requerer o registro neste caso se a criança tiver de doze a dezoito anos. O preço do registro neste caso ainda é de Cr\$ 30,00. De dezoito anos e um dia em diante, mesmo que os pais estejam vivos, o cidadão ou cidadã pode requerer o seu registro de nascimento por conta própria.

A pessoa que queira se registrar, por ser maior de dezoito anos e porque seus pais não fizeram o seu registro, pode se dirigir à Vara Distrital do seu bairro com duas testemunhas, fazer sua petição ao juiz. O preço também é de Cr\$ 30,00. Se essa petição para registro for feita através de despachante ou advogado, a pessoa poderá estar sujeita ao pagamento dos honorários daqueles profissionais, que poderão cobrar muito caro.

ILEGÍTIMOS

Se os pais não são casados no Civil, mesmo assim os filhos podem ter o sobrenome do pai. No caso do pai não reconhecê-lo, só poderão ter o sobrenome da mãe, mas não constará do seu registro de nascimento a palavra "ilegítimo", isso por força da Lei n.º 3.200, de proteção da família, que ainda remonta à época em que Getúlio Vargas era Presidente da República. Neste caso o preço do registro é o mesmo cobrado para os filhos legítimos, ou seja, Cr\$ 18,00.

CASADO: SÓ VIÚVO OU DESQUITADO

O homem casado que tenha um filho com uma mulher solteira, não pode registrá-lo em seu nome a não ser que seja viúvo ou desquitado. Tem que provar em cartório, se viúvo, com certidão de óbito, se desquitado, com certidão de casamento devidamente averbada, com o desquite. Sem esses documentos o titular do Cartório não fará o registro.

(Ultima Hora - de 17-6-70)

SUPREMO ALTERA A CARTA-SP

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais o art. 4.º e a parte final do art. 146 da Constituição do Estado de São Paulo, que previam o início e mantinham vigente a atual Lei de Organização Judiciário.

TRIBUNAL COMPETENTE

A Emenda Constitucional n.º 1, editada pelos ministros militares em outubro do ano passado, determinou, no art. 144, que competia aos Tribunais de Justiça Dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de 5 em 5 anos".

Adaptando a Constituição Estadual à emenda n.º 1, o constituinte paulista não invadiu a competência do Tribunal de Justiça. Mas dispôs no art. 4.º das disposições transitórias que "o prazo quinquenal a que se refere o art. 146 da Constituição do Estado será contado a partir de 1.º de janeiro de 1970, para a lei de divisão e organização judiciária em vigor". E estabeleceu no art. 146 que "a divisão e a organização judiciárias do Estado serão fixadas de 5 em 5 anos, entrando em vigor no 1.º de janeiro dos anos finais zero e cinco".

REPRESENTAÇÃO AO STF

O Tribunal de Justiça do Estado sentiu-se invadido na sua ampla competência para dispor, em resolução, sobre a organização judiciária. Isso porque os dois artigos, incluídos na Constituição do Estado pela Emenda n.º 2, de 30 de outubro do ano passado, outorgada pelo governador Abreu Sodré, fixaram a data - 1.º de janeiro dos anos com finais zero e cinco - em que teria início o prazo quinquenal da organização adotada, como ainda importaram em estabelecer até 1975 a vigência da atual lei de organização e divisão judiciárias.

A representação foi encaminhada pelo procurador-geral da República ao Supremo Tribunal Federal), que a julgou procedente.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 8-9-1970:

Processo SJ - 93.874/70 e apenso:

"1. Neste expediente, Inês Bustamante Guil, Escrivã do 19.º Ofício Cível. desta Capital, pede a nomeação do 1.º Escrevente de seu cartório para o cargo de Oficial Maior, em face do disposto no artigo 32 do Decreto-lei n.º 206/70.

2. O dispositivo invocado é impertinente, pois o referido Decreto-lei dispõe sobre Serventias de Justiça não oficializadas, e, por outro lado, os cargos de Oficial Maior foram extintos, ex-vi, do artigo 5.º das Disposições Transitórias da Lei da Paridade (decreto-lei Complementar n.º 11/70).

3. Observo, entretanto, que continua em vigor o parágrafo único do artigo 212 do Código Judiciário, na parte em que torna obrigatória a existência de um Oficial Maior nos cartórios oficializados, o qual, mais que mero substituto é um auxiliar do Escrivão na direção dos serviços.

4. Assim sendo, a pretendida nomeação não encontra amparo legal, mas o pedido pode ser satisfeito por meio de designação do funcionário proposto para exercer as funções de Oficial Maior.

5. Ao Diretor Geral para entender-se com a requerente e, havendo concordância de sua parte, minutar a resolução".

(D. O. de 10-9-70)

DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

Temos a satisfação de estampar, abaixo, a Lei n.º 5.621, de 4 de novembro de 1970, pela qual foi atribuída, aos Tribunais de Justiça dos Estados, competência privativa para dispor sobre a divisão e organização judiciárias.

Trata-se de instrumento legal da mais alta significação, que vem prestigiar, sobremaneira, o Poder Judiciário das unidades da Federação, - e o qual, aliás, há muito já deveria ter sido editado.

Realmente, envolvendo matéria que, por sua natureza, está muito mais vinculada àquele Poder que a qualquer outro, - é de admirar que até agora não se tenham lembrado de situá-la no campo de suas atribuições específicas.

Não podemos, assim, deixar de aplaudir o Governo Federal pelo acerto da iniciativa que tomou de corrigir essa anomalia, - mediante a outorga, ao Poder aludido, da faculdade de dispor sobre assuntos de tamanha relevância.

É o seguinte o texto da mencionada lei:

LEI N.º- 5.621, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1970

Regulamenta o artigo 144, § 5.º, da Constituição e dá outras pronúncias

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional. decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Caberá aos Tribunais de Justiça dos Estados dispor, em resolução aprovada pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e organização judiciárias.

Art. 2.º - As alterações na divisão e organização judiciárias dos Estados somente poderão ser feitas de cinco em cinco anos, contados da vigência da primeira modificação posterior a esta Lei.

Art. 3.º - As alterações a que alude o artigo antecedente entrarão em vigor a 1.º de janeiro do ano inicial de cada quinquênio.

§ 1.º A alteração imediatamente subsequente a esta Lei vigorará a partir de 1.º de janeiro do ano seguinte ao de sua promulgação.

§ 2.º Se no quinquênio posterior ao da última alteração não for adotada modificação na divisão e organização judiciária do Estado, esta poderá ser realizada a qualquer tempo, vigendo a 1.º de janeiro do ano seguinte, quando se iniciará a contagem do novo quinquênio.

Art. 4.º - Ressalvado o disposto na Constituição (art. 115, 11 e 144 § 6.*), deverão ser enviadas ao Governador do Estado, para a iniciativa do processo legislativo, as resoluções dos Tribunais de Justiça que implicarem em:

I - Criação de cargos, funções ou empregos públicos;

II - Aumento de vencimentos ou da despesa pública;

III - Disciplina do regime jurídico dos servidores;

IV - Forma e condições de provimento de cargos;

V - Condições para aquisição de estabilidade.

Art. 5.º - A divisão judiciária compreende a criação, a alteração e extinção das seções, circunscrições, comarcas, termos e distritos judiciários, bem como a sua classificação.

Parágrafo único. Para a criação, a alteração, a extinção ou a classificação das comarcas e outras divisões judiciárias, os Estados observarão critérios uniformes com base em:

I - Extensão territorial;

II - Número de habitantes;

III - Número de eleitores;

IV - Receita tributária;

V - Movimento forense.

Art. 6.º - Respeitada a legislação federal, a organização judiciária compreende:

I - Constituição, estrutura, atribuições e competência dos Tribunais, bem como de seus órgãos de direção e fiscalização;

II - Constituição, classificação, atribuições e competência dos Juízes e Varas;

III - Organização e disciplina da carreira dos magistrados;

IV - Organização, classificação, disciplina e atribuições dos serviços auxiliares da justiça, inclusive Tabelionatos e ofícios de registros públicos.

§ 1.º Não se incluem na organização judiciária:

I - A organização e disciplina da carteira do Ministério Público;

II - A elaboração dos regimentos internos dos Tribunais.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

(Publicada no D.O. União de 5-11-1970)

CRÔNICA: NOSCE TE IPSUAL...

Eminente pensador contemporâneo, discorrendo sobre a problemática do comportamento humano, sustenta que todos nós somos produto de um duplo condicionamento: O primeiro, de natureza biológica, seria responsável pelas nossas tendências e inclinações; e o segundo, de ordem social, teria como fatores os padrões culturais do meio em que vivemos. Todo indivíduo nasceria, assim, dotado de um equipamento hereditário próprio, geneticamente transmitido pelos respectivos ancestrais, o qual se manifesta, ou expressa, nos traços dominantes de seu temperamento.

Por outro lado, à medida em que se fosse operando o nosso desenvolvimento físico, a mente de cada um iria sendo moldada, paralelamente, pelas idéias e normas de conduta vigentes na comunidade a que pertencesse, - o que nos levaria a identificar-nos, progressiva e insensivelmente, com os usos, costumes, tradições e medidas de valor por ela cultivados. Além desses dois tipos fundamentais de condicionamento, outros fatores, de natureza endógena ou exógena influiriam, também, no comportamento dos seres humanos, variando, entretanto, de indivíduo para indivíduo, de acordo com a índole de suas respectivas vivências.

Estariam em tal caso as condições de ordem econômica sob as quais houvessem transcorrido, principalmente, a sua infância e juventude; a espécie de educação recebida no seio familiar; o grau de instrução haurida nas escolas porventura freqüentadas; as afeções orgânicas de natureza vária que eventualmente os tivessem atingido; os impactos emocionais, provocados por motivações diversas, que houvessem sofrido, etc., etc.

Todo ser humano seria, por conseguinte, dotado de uma compleição ou estrutura psicossomática específica, constituída pelos mencionados tipos de condicionamento, em obediência aos quais se comportaria nas reações determinadas pelos múltiplos estímulos recebidos do meio ambiente ou provindos do interior de si próprio.

Esse condicionamento global se processaria, entretanto, à revelia de nossa consciência, e embora possamos tomar conhecimento dele, mediante a observação da forma como nos conduzimos em nossas relações com as pessoas, as idéias e as coisas, poucos se dariam conta de sua existência.

Tal fato, porém, seria perfeitamente natural, isso em virtude de nosso "Eu" - que por imposição de sua natureza aquisitiva vive numa permanente busca de auto-satisfação, não se aperceber de que todas as suas atividades, que julga exercer livremente, são predeterminadas por aqueles fatores condicionantes.

A verificação dessa realidade não nos autorizaria, obviamente, a extrair a conclusão de que todos os nossos atos são produto de um determinismo irredutível, mas a reconhecer, apenas, que o pleno livre arbítrio, que julgamos possuir, não passa de uma ilusão, pois que as faculdades de escolha e decisão que normalmente exercitamos, têm o seu campo de ação delimitado pelo nosso peculiar condicionamento.

Tanto isso seria exato que, quando aderimos a determinados princípios ou idéias, - sejam de ordem política, filosófica, religiosa ou ética - e apurando, depois, que eles não mais correspondem aos nossos interesses emocionais ou exigências intelectuais resolvemos adotar outros, - o que na realidade acontece é a troca de um por outro condicionamento. Como exemplo demonstrativo da veracidade de tal afirmativa, poderiam ser citadas as mutações pelas quais têm passado as estruturas sociais, ao longo dos milênios. Com efeito, não obstante elas tenham sido, no correr das idades, inúmeras vezes alteradas ou substituídas, - a verdade é que tais mudanças em nada contribuíram para o aperfeiçoamento dos seres humanos, que continuam, hoje como ontem, substancialmente os mesmos.

Isso, evidentemente, não quer dizer que devemos abster-nos de empreender reformas, pois elas se tornaram freqüentemente necessárias e podem, mesmo, como tem acontecido, produzir os mais benéficos efeitos em seus níveis próprios. Presumir, todavia, que a sua execução alterará não apenas a ordem existente, mas também as causas que lhe deram origem, constituiria um flagrante equívoco, de vez que nenhuma reforma, por mais radical que se apresente, deixará de ser a continuação modificada daquilo que permanece imutável na subagência de todas as ordens, ou seja a condição humana daqueles que as idealizam, edificam e sustentam. Realmente, se observarmos a nossa mente em seu trabalho diuturno a serviço do "Eu", - que é essencialmente egoísta, prepotente, ganancioso, autoritário, invejoso, cumulativo e vaidoso - notaremos que ela se acha num estado de agitação constante, ocupada com o atendimento de

seus múltiplos interesses, ou preocupada com a sua defesa, quando os percebe ameaçados. É que, na raiz de todas as suas atividades, estaria centrado o desejo de auto-expressão que nos domina, a vontade insuportável de nos firmar em nosso meio e afirmar perante os outros, - o que nos adviria da intuição, que possuímos, de nossa própria vacuidade e do medo avassalante de não sermos nada ...

Assim, levados pela pressão de nosso egotismo, e apesar de nos virem dizendo, desde há milênios, que nos cumpre amar uns aos outros - na verdade apenas amamos a nós mesmos. Só pensamos, via de regra, em nossos direitos, omitindo-nos, porém, quase sempre, quando se trata de dar cumprimento aos deveres correspondentes. Exigimos que nos considerem, que nos tratem com afabilidade, que nos sejam prestativos, que nos atribuam predicados excepcionais, que afaguem a nossa vaidade. Comumente, entretanto, pouco nos preocupamos em proceder, para com outros, de idêntica maneira, - a menos que, daí, possamos auferir algum proveito. Frequentemente insensíveis, - e até desumanos com as pessoas que dependem de nós, - não tergiversamos, contudo, em descer até a subserviência quando se trata de agradar aqueles de quem dependemos, ou a todos quantos imaginamos estar em condições de nos proporcionar quaisquer lucros ou vantagens. Normalmente, procuramos agir em conformidade com as situações que se nos deparam em nosso viver diário, dissimulando o que somos ou simulando o que não somos.

Não há dúvida que também temos rasgos de generosidade: Fundamos asilos, contribuímos para organizações de assistência social, trabalhamos em benefício dos menos afortunados, participamos de movimentos filantrópicos, fazemos doações, damos esmolas. Se analisarmos bem, todavia, a nossa mente quando assim procedemos - verificaremos que todos esses largos gestos de altruísmo são determinados, ainda, em larga medida, por motivos egoísticos. De fato, e com maior frequência do que supomos, somos levados à prática de tais gestos ou para nos engrandecer, nos dar a satisfação íntima de que somos justos, bondosos e caritativos, ou, então, impulsionados pelo secreto temor de virmos, um dia, a nos encontrar em situação idêntica à daqueles a quem favorecemos.

Seremos, então, todos nós, à vista do exposto, e por via de consequência, deslavados farsantes, impudentes tartufos, ou desprezíveis velhacos? - Em absoluto, pois, a rigor, nem sequer temos consciência de que nos comportamos como tais. Criando, por injunções de natureza egotista, e em obediência a imperativos de nosso condicionamento, um mundo baseado na competição e na exploração, é de todo natural que exploremos e sejamos explorados, - o que acontece sob qualquer regime político ou sistema de organização social, pois a sociedade é o que somos, pouco importando as roupagens com que a vistamos.

É precisamente a verdade de tal fato que escaparia à visão e compreensão de quantos, chocados pela evidência das injustiças que vão pelo inundo, e ante as dificuldades que enfrentam para extingui-las mediante a adoção de métodos legais, entendem, que só pela violência poderão elas ser eliminadas, e que todos os meios, por mais torpes e sórdidos que sejam, devem ser utilizados para a consecução desse objetivo. Tangidos pelos sentimentos de revolta e ódio despertados pela irracionalidade que caracteriza tal forma de reflexão, - não se apercebem de que meios e fins são indissociáveis, constituem uma só e a mesma coisa, - e de que jamais, pela violência ou corri seres violentos, corno somos todos nós, segundo as circunstâncias - se poderá construir urna sociedade harmoniosa, justa e pacífica.

Estaríamos, então, condenados por um Destino cruel a viver sempre assim, num perpétuo conflito, não só conosco, próprios, - em consequência da luta que sustentamos para vir a ser o que não somos e das frustrações inumeráveis a que essa luta nos sujeita - mas também com os outros, individual ou coletivamente considerados? - A resposta do eminente psicólogo ao qual de início nos referimos e cujo pensamento aqui estamos expondo muito sucinta e toscamente, é de que não, desde que nos libertemos de nosso condicionamento. Para a consecução desse objetivo não haveria necessidade de se empreender qualquer esforço, abandonar o exercício de nossas atividades normais, ou isolar-nos, transformando-nos em penitentes eremitas, o que constituiria um procedimento pouco inteligente. Bastará, tão somente, que atentemos, a todo instante, em nossas reações ao desafio que nos é imposto pelas relações a que aludimos, fazendo-o, porém, sem condenação ou aprovação, seja qual for a natureza ou a forma pela qual se exteriorizem. Não seria fácil, evidentemente, perseverar-se nessa espécie de atenção, uma vez que a nossa mente, naquela sua operosidade egocêntrica, está sempre examinando, avaliando, julgando, aceitando ou repelindo tudo quanto, no jogo das mencionadas relações, possa afetar-nos favorável ou desfavoravelmente.

Daí a razão pela qual só poderemos lograr êxito na prática de tal observação quando a realizemos movidos, não por simples curiosidade intelectual, - mas pelo desejo incoercível de conhecer o que é tal com é, e de compreender o seu real significado. Eis que, na verdade, e em última instância, somente quando virmos as coisas como elas são e lhes dermos o valor que realmente têm, nos será possível transcender os conflitos internos e externos que estiolam nossas vidas, e construir, em decorrência, aquela sociedade justa, harmoniosa e pacífica a que atrás nos referimos.

É claro que o pensador aludido, ao preconizar o Auto conhecimento como o único meio pelo qual se nos tornará possível encontrar urna nova maneira de viver, não está proclamando nada de novo, pois o seu poder liberatório há milênios já que foi enunciado em Delfos, cujo templo ostentava, no frontispício de seu pórtico, a sábia exortação oracular: "GNOTIH SEAUTON" - mais conhecida por "NOSCE TE IPSUM", em sua versão latina.

O problema é que, a grande maioria de nós outros, não está, nem nunca esteve, interessada nesse tipo de libertação, preferindo viver, como sempre tem vivido, submissa à tirania do "Eu", com seus preconceitos, sua cupidez, seus ressentimentos e idiosincrasias, suas falsas virtudes, seus extremos de intolerância, seu culto narcisista, suas discriminações, seu mórbido facciosismo, suas crenças interesseiras, sua ânsia de poder, seu desejo de permanência. Ora, sendo assim, não teremos razão alguma em espantar-nos com as convulsões de etiologia vária em que se debate o mundo de nossos dias, nem com os imprevistos rumos, por mais chocantes que sejam, que ele possa vir a tornar, pois, embora o não sabíamos, cada um de nós é responsável, em menor ou maior grau, por tudo quanto ocorre em seu meio e no seu tempo.

OSCAR FONTES TORRES

SOCIAIS

CANÇÃO DO VELHO POETA

Moço aventureiro
 Que os primeiros passos
 Desprendes, ligeiro
 Com mira aos Espaços:
 Velho pouco posso, tudo mal consigo,
 Mas irei contigo.
 Moço trovador .
 Que inda pelos dedos
 Medes a rigor
 Teus subtis

segredos,
 Nem que nenhum Verso já persiga, - sigo:
 Rimarei contigo.
 Moço apaixonado
 Que do amor nem sonhas
 Que o menino alado
 Tem manhas medonhas,
 Do amor

já sei tudo! Mesmo assim te digo
 Que amarei contigo.
 Moço ilusionista
 Que a vida resumes
 A acender na pista
 Teus fingidos lumes,
 Nem que nem no Engano possa achar
 Fingirei contigo.

abrigo,
 Velho grande
 Gasto já

atleta
nas lutas
 Por não sei que Meta
 Que até o fim disputas,

Mesmo se encolhido ao mais pueril perigo,
Lutarei contigo.

Nunca nada tive, Menos tenho ao fim.
Nunca de si vive Quem vem ao que vim.
Parto, mas cantando.
Mesmo

Meu mundo inimigo,
que me expulses, ficarei contigo.
JOSÉ RÉGIO

CUSTAS DEVIDAS À ORDEM DOS ADVOGADOS E À CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

Exmo. Sr. Desembargador Presidente:

Tendo em vista o Decreto-lei n.º 203, de 25-3-70, que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos, esta subsecretária Auxiliar da 1.ª Judiciária, elaborou a Tabela de Preparo (doe. n.º 1), nova guia de preparo (doc. n.º 2); e de acordo com o art. 3.º das Disposições Transitórias, o doc. n.º 3, a fim de serem submetidos à consideração de V. Exa.

Outrossim, havendo dúvidas pertinentes a alguns itens, abaixo transcritos, do citado Regimento de Custas e Emolumentos, consultamos o seguinte:

1.º) se os recursos extraordinários interpostos a partir de V de maio próximo estão sujeitos à exigência de depósito para extração de carta de sentença? (parágrafo 1.º do art. 21);

2.º) se as revistas e os agravos de despachos denegatórios de recursos extraordinários interpostos a partir de 1.º de maio próximo, estão sujeitos ao novo preparo e à exigência de depósito para extração de carta de sentença? (parágrafo 5.º do art. 22);

3.º) se os embargos infringentes ou de nulidade e os recursos extraordinários interpostos a partir de 1.º de maio próximo estão dispensados de preparo? (art. 47, n.º II).

Finalmente, propomos a V. Exa. da oportunidade de serem tais dúvidas, após esclarecidas, publicadas no Diário Oficial a fim de que os interessados tomem conhecimento.

São Paulo, 27 de abril de 1970.

(a) Izabel de Nolla Subsecretária Auxiliar Substituta da V SSA 1.ª Judiciária.

Visto:

(a) Leonor Barrera Subsecretária Assistente da 1.ª Judiciária.

Visto:

(a) Luís Soares de Mello Júnior, Secretário do Tribunal.

TABELA DE PREPARO

(Originários da 2.ª Instância)

Decreto-lei n.º 203 de 25 de março de 1970 -

Entra em vigor em 1.º-5-1970

AÇÕES RESCISÓRIAS - (Prestação Inicial)

VALOR DA CAUSA TOTAL		Custas do estado e Emolumentos do Estado		contribuições à Ordem dos Advogados e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	
- até NCr\$ 100,00		4,00	nihil		4,00
- de NCr\$ 100,01 a 8,00		200,00	8,00	nihil	
- de NCr\$ 200,01 a 12,00		300,00	12,00	nihil	
- de NCr\$ 300,01 a 16,00		400,00	16,00	nihil	
- de NCr\$ 400,01 a 20,00		500,00	20,00	nihil	
- de NCr\$ 500,01 a 24,00		600,00	20,00	4,00	
- de NCr\$ 600,01 a		800,00	22,00	6,00	

	28,00				
- de NCr\$	800,01 a	1.000,00	24,00	8,00	
	32,00				
- de NCr\$	1.000,01 a	1.200,00	26,00	10,00	36,00
- de NCr\$	1.200,01 a	1.400,00	28,00	12,00	40,00
- de NCr\$	1.400,01 a	1.600,00	30,00	14,00	44,00
- de NCr\$	1.600,01 a	1.800,00	32,00	16,00	48,00
- de NCr\$	1.800,01 a	2.000,00	36,00	20,00	56,00
- de NCr\$	2.000,01 a	3.000,00	40,00	24,00	64,00
- de NCr\$	3.000,01 a	4.000,00	44,00	28,00	72,00
- de NCr\$	4.000,01 a	5.000,00	48,00	32,00	80,00
- de NCr\$	5.000,01 a	6.000,00	52,00	36,00	88,00
- de NCr\$	6.000,01 a	8.000,00	60,00	44,00	104,00
- de NCr\$	8.000,01 a	10.000,00	68,00	52,00	120,00
- de NCr\$	10.000,01 a	12.000,00	76,00	64,00	160,00
- de NCr\$	12.000,01 a	14.000,00	84,00	76,00	140,00
- de NCr\$	14.000,01 a	16.000,00	92,00	88,00	180,00
- de NCr\$	16.000,01 a	18.000,00	100,00	100,00	200,00
- de NCr\$	18.000,01 a	20.000,00	104,00	116,00	220,00
- de NCr\$	20.000,01 a	25.000,00	108,00	136,00	244,00
- de NCr\$	25.000,01 a	30.000,00	112,00	156,00	268,00
- de NCr\$	30.000,01 a	40.000,00	116,00	176,00	292,00
- de NCr\$	40.000,01 a	50.000,00	120,00	200,00	320,00
- de NCr\$	50.000,01 a	60.000,00	124,00	236,00	360,00
- de NCr\$	60.000,01 a	80.000,00	128,00	272,00	400,00
- de NCr\$	80.000,01 a	100.000,00	132,00	308,00	440,00
- de NCr\$	100.000,01 a	150.000,00	136,00	344,00	480,00
- de NCr\$	150.000,01 a	200.000,00	140,00	380,00	520,00
- de NCr\$	200.000,01 a	250.000,00	148,00	452,00	600,00
- de NCr\$	250.000,01 a	300.000,00	152,00	528,00	680,00
- de NCr\$	300.000,01 a	400.000,00	160,00	640,00	800,00
- Pelo que exceder de NCr\$ 400.000,00;					
cada NCr\$ 100.000,00 ou fração.....		6,00	24,00		30,00
- de valor inestimável.....		24,00	16,00		40,00

Observação: Litisconsorte ou Assistente - (Genética - Nota 6.º e 7.º - Tabela 1)

AGRAVO DE DESPACHO DENEGATÓRIO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Emolumentos do Estado e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	Costa do Estado e contribuições à Ordem dos Advogados e à	TOTAL
Nihil	NCr\$ 20,00	NCr\$ 20,00

CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Emolumentos do Estado e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	Costa do Estado e contribuições à Ordem dos Advogados e à	TOTAL
Nihil	NCr\$ 20,00	NCr\$ 20,00

EMBARGOS INFRINGENTES E DE DECLARAÇÃO

Não tem Preparo - Mandados de Segurança
(Prestação inicial)

VALOR DA CAUSA TOTAL		Emolumentos do Estado		Custas do estado e contribuições á Ordem dos Advogados e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	
- até NCr\$ 200,00		4,00	nihil		4,00
- de NCr\$ 200,01 a 6,00		300,00	6,00	nihil	
- de NCr\$ 300,01 a 8,00		400,00	8,00	nihil	
- de NCr\$ 400,01 a 10,00		500,00	10,00	nihil	
- de NCr\$ 500,01 a 12,00		600,00	10,00	2,00	
- de NCr\$ 600,01 a 14,00		800,00	11,00	3,00	
- de NCr\$ 800,01 a 16,00		1.000,00	12,00	4,00	
- de NCr\$ 1.000,01 a	1.200,00	13,00	5,00	18,00	
- de NCr\$ 1.200,01 a	1.400,00	14,00	6,00	20,00	
- de NCr\$ 1.400,01 a	1.000,00	15,00	7,00	22,00	
- de NCr\$ 1.600,01 a	1.800,00	16,00	8,00	24,00	
- de NCr\$ 1.800,01 a	2.000,00	18,00	10,00	28,00	
- de NCr\$ 2.000,01 a	3.000,00	20,00	12,00	32,00	
- de NCr\$ 3.000,01 a	4.000,00	22,00	14,00	36,00	
- de NCr\$ 4.000,01 a	5.000,00	24,00	16,00	40,00	
- de NCr\$ 5.000,01 a	6.000,00	26,00	18,00	44,00	
- de NCr\$ 6.000,01 a	8.000,00	30,00	22,00	52,00	
- de NCr\$ 8.000,01 a	10.000,00	34,00	26,00	60,00	
- de NCr\$ 10.000,01 a	12.000,00	38,00	32,00	70,00	
- de NCr\$ 12.000,01 a	14.000,00	42,00	38,00	80,00	
- de NCr\$ 14.000,01 a	16.000,00	46,00	44,00	90,00	
- de NCr\$ 16.000,01 a	18.000,00	50,00	50,00	100,00	
- de NCr\$ 18.000,01 a	20.000,00	52,00	58,00	110,00	
- de NCr\$ 20.000,01 a	25.000,00	54,00	68,00	122,00	
- de NCr\$ 25.000,01 a	30.000,00	56,00	78,00	134,00	
- de NCr\$ 30.000,01 a	40.000,00	58,00	88,00	146,00	
- de NCr\$ 40.000,01 a	50.000,00	60,00	100,00	160,00	
- de NCr\$ 50.000,01 a	60.000,00	62,00	118,00	180,00	
- de NCr\$ 60.000,01 a	80.000,00	64,00	136,00	200,00	
- de NCr\$ 80.000,01 a	100.000,00	66,00	154,00	220,00	
- de NCr\$ 100.000,01 a	150.000,00	68,00	172,00	240,00	
- de NCr\$ 150.000,01 a	200.000,00	70,00	190,00	260,00	
- de NCr\$ 200.000,01 a	250.000,00	74,00	226,00	300,00	
- de NCr\$ 250.000,01 a	300.000,00	76,00	264,00	340,00	
- de NCr\$ 300.000,01 a	400.000,00	80,00	320,00	400,00	
- pelo que exceder de NCr\$ 400.000,00					
cada NCr\$ 100.000,00 ou fração.....		3,00	12,00	15,00	
- de valor inestimável.....		12,00	8,00	20,00	
Assistente ou Litisconsorte em Mandado de Segurança (por interessado).....		10,00	10,00	20,00	

QUEIXA CRIME - (Prestado Inicial)

Emolumentos do Estado e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	Custa do Estado e contribuições à Ordem dos Advogados e à	TOTAL
NCr\$ 35,00	NCr\$ 25,00	NCr\$ 60,00

(2.ª prestação) - (Se entrar Recursos)

Emolumentos do Estado e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	Custa do Estado e contribuições à Ordem dos Advogados e à	TOTAL
NCr\$ 35,00	NCr\$ 25,00	NCr\$ 60,00

Item IV - Da Tabela de Preparo de Queixa Crime

5.º - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 per capita, quando, houver mais de um réu, o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela.
REVISTA

Emolumentos do Estado e à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo	Custa do Estado e contribuições à Ordem dos Advogados e à	TOTAL
Nihil	NCr\$ 20,00	NCr\$ 20,00

Senhor Presidente:

I - A Diretoria da 1.ª Judiciária consulta a E. Presidência sobre a aplicação do Regimento de Custas na Segunda Instância, apresentando as tabelas elaboradas naquela repartição e o modelo de guia de recolhimento, solicitando a sua aprovação.

II - Com o intuito de simplificar a cobrança das custas e emolumentos, acelerar a marcha processual e tornar o processo menos oneroso para as partes, o Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, aboliu o preparo dos recursos que se processam nos próprios autos, ressalvada a hipótese do artigo 20, 11. Com essa providência legal, poucos são os preparos de recurso em Segunda Instância, já que a apelação, agravo de petição, o agravo de instrumento, os embargos de declaração, os embargos infringentes e o recurso extraordinário, são preparados em Primeira Instância, na forma do artigo 20 do Regimento de Custas, exceção feita aos dois últimos, nos processos de competência originária dos Tribunais.

Sempre que o recurso tenha apenas efeito devolutivo, como ocorre com o extraordinário e a revista em Segunda Instância, o recorrente deverá, sob pena de deserção, nos três dias seguintes à sua interposição, depositar importância suficiente para a extração da carta de sentença a fim de que o recorrido vencedor, querendo, execute provisoriamente a decisão recorrida (artigo 21, parágrafo e 22, § 5.º).

III - A primeira consulta, a resposta é afirmativa.

Os recursos extraordinários, interpostos a partir de 1.º de maio de 1970, estão sujeitos ao depósito para a extração da carta de sentença, dentro de três dias a contar do despacho que determinou o seu processamento, sob pena de ser julgado deserto.

IV - A segunda consulta, responde-se:

A questão deve ser desdobrada, examinando-se separadamente as duas hipóteses.

1 - Na revista procede-se como no recurso extraordinário, no que diz respeito ao depósito para a extração da carta de sentença. Também aqui o depósito deve ser feito no prazo de três dias, sob pena de deserção. O preparo deverá ser feito com base nas novas Tabelas, desde que o recurso tenha sido interposto a partir do dia 1.º de maio do corrente.

2 - O agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário, quando aquele for interposto a partir de 1.º de maio do ano em curso, está sujeito ao preparo com base nas Tabelas que entraram em vigor naquela data. Não é devido o depósito a que se refere o artigo 21, § 1.º, do

Regimento de Custas e Emolumentos, já que no caso não há extração da carta de sentença.

À terceira pergunta, responde-se:

Os embargos infringentes ou de nulidade e os recursos extraordinários interpostos a partir de 1.º de maio do corrente, estão dispensados do preparo. É que esses recursos se processam nos próprios autos e, pelo sistema adotado pelo Regimento de Custas, não estão sujeitos àquela formalidade.

V - As Tabelas apresentadas estão de acordo com o Regimento, podendo ser aprovadas com as seguintes observações:

Na Tabela das "Ações Rescisórias" deverá ser observado, anotando-se no seu rodapé, o que dispõem as notas genéricas 6.ª e 7.ª da Tabela 1 (Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970) a respeito dos Litisconsorte, assistentes e oponentes. Não é de se aplicar o artigo 227 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, já que se não cuida de recurso. O não pagamento da parte devida pelo oponente, Litisconsorte ou assistente, implica em indeferimento do processamento da oposição ou não admissão do litisconsórcio ou assistente.

Nos mandados de segurança, dadas às suas peculiaridades, entendeu o legislador: que para ser admitido como assistente, cada interessado deverá juntar aos autos comprovante de recolhimento de NCr\$ 20,00, integralmente devidos ao Estado, quando se tratar de serventia oficializada ou no caso do processamento em Segunda Instância. Assim, no mandado de segurança, além das custas e emolumentos recolhidos à título de prestação inicial, cada assistente admitido pagará, per capital mais a quantia prevista no rodapé da Tabela elaborada pela Diretoria consultante.

VI - Face ao exposto, sou de parecer que devem ser aprovadas as Tabelas apresentadas, com as observações aqui registradas, bem como o modelo de guia de recolhimento confeccionada pela Diretoria da 1.ª Judiciária.

Acrescento ser conveniente, para evitar o acúmulo de processos na Secretaria, determinar-se a aplicação do artigo 3.º das Disposições Transitórias do Regimento de Custas, com a baixa de todos os feitos que estejam nas condições previstas naquele dispositiva.

É o meu parecer.

São Paulo, 8 de maio de 1970.

Antônio Carlos Alves Braga. - Juiz de Direito Auxiliar da Presidência.

DESPACHO

Aprovo o parecer, que mando seja devidamente publicado, juntamente com as tabelas que acompanham a consulta.

São Paulo, 8-5-1970.

(a) Cantidiano Garcia de Almeida Presidente do Egrégia Tribunal de Justiça.

PROVIMENTO N.º 6-70

O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, no uso de suas atribuí Resolve baixar as seguintes "instruções especiais" para o concurso de provas e títulos de ingresso na carreira de escrevente das serventias oficializadas e delegar atribuição e competência aos Juízes Diretores dos Fóruns do Interior.

INGRESSO NA CARREIRA DE ESCRIVENTE SERVENTIAS OFICIALIZADAS

Instruções Especiais n.º 1

I - Estas instruções regem o concurso de provas e títulos para o provimento dos cargos de 3.º Escrevente referência "14", dos Q. P. P. da Secretaria da Justiça, conforme dispõe a legislação em vigor.

II - O candidato aprovado e classificado será admitido na vaga existente no regime de dedicação profissional exclusiva, sujeito à prestação de 44 horas semanais, correspondentes à referência "14-A" e mais 50% sobre o valor dessa referência.

III - As inscrições e o concurso observarão as disposições gerais do Provimento 5-70, ficando delegado aos MM. Juízes de Direito Diretor do Fórum das comarcas do Interior, onde houver serventia oficializada, a iniciativa para abertura de concurso e realização das provas para preenchimentos dos cargos vagos - ou dos cargos criados e ainda não providos.

IV - As provas constarão de:

- a) Datilografia - cópia de texto impresso, contendo, pelo menos, vinte linhas em espaço simples (Eliminatória).
- b) Português - ortografia oficial; conjugação de verbo; flexões de gênero, número e grau; sintaxe de regência e concordância; emprego de pronomes; emprego de crase; formas de tratamento e pontuação; construção de frases; correção de frases; redação.
- c) Aritmética - as quatro operações com números inteiros e fracionários; sistema métrico decimal; regra de três simples; porcentagem; números complexos.
- d) Processo Civil e Processo Penal.
- e) Deveres, proibições e responsabilidades do funcionário público civil do Estado - Conhecimento das regras estatutárias - Regimento de Correições.
- f) Relação entre o advogado e o pessoal de Cartório.
- g) A prova de nível mental é apenas para verificação do nível de inteligência e não dos conhecimentos do candidato. No ato da inscrição o candidato pagará a taxa de Cr\$ 8,00. Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. São Paulo, 25 de agosto de 1970. Cantidiano Garcia de Almeida - Presidente do Tribunal de Justiça.
D. J. 26/8/70

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA: PROVIMENTO N.º LVI/70

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições legais, Considerando o que ficou decidido no Processo CG-33. 356/70, à vista da representação formulada pelo MM. Juiz Corregedor Permanente dos Presídios do Estado e da Polícia Judiciária da Capital,

Considerando a necessidade de disciplinar a requisição de folhas de antecedentes criminais pelos magistrados da Capital e do Interior, Resolve: .

Artigo 1.º - A requisição de folhas de antecedentes criminais será feita, obrigatoriamente, por intermédio de ofício que obedecerá ao modelo anexo, devendo conter os esclarecimentos necessários e os requisitos nele especificados, principalmente o n.º do R. G., quando possível.

Artigo 2.º - Recebendo o inquérito e verificando o juiz que já existe folha de antecedentes, recomenda-se que novo documento seja requisitado somente se absolutamente necessário, a fim de não sobrecarregar D. I. C. C. com pedidos redundantes ou inúteis.

Artigo 3.º - Haverá uma requisição para cada réu ou indiciado, sendo vedada a colocação de mais um nome no pedido.

Artigo 4.º - O Ofício será encaminhado à Divisão de Identificação Civil e Criminal, da Secretaria da Segurança Pública, à Rua Brigadeiro Tobias, n.º 527, que o devolverá sem atendimento, senão estiver em termos.

Artigo 5.º - No que respeita à exata qualificação dos órgãos policiais, pelas autoridades judiciárias recomenda-se estrita observância do que está disposto na Lei Orgânica da Polícia (Lei n.º 10.213, de 27.5.68), da Reforma Administrativa da Secretaria da Segurança Pública (Decreto n.º 52.213, de 24.7.69) e da Organização Territorial das Delegacias Regionais e Seccionais de Polícia (Decreto n.º 52.315, de 6-11-69).

Artigo 6. - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor este Provimento, na data de sua publicação.

São Paulo, 27 de maio de 1970.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida - Presidente. Tácito Morbach de Goes Nobre - Vice-Presidente. José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

..... VARA.....

..... OFÍCIO..... PROCESSO N.º

São Paulo,.....de.....de.....19 Of. n.º

ESTE OFÍCIO DEVE SER RESPONDIDO COM PREFERÊNCIA ABSOLUTA Senhor Diretor do Serviço de Identificação

Requisito de V S.a. a FOLHA DE ANTECEDENTES do abaixo qualificado, para constar dos autos da ação penal movida contra o mesmo, em virtude de inquérito oriundo da Delegacia de Polícia do.....Distrito Policial, registrado sob n.º Livro n.º..... fls.....da dita repartição.

Saudações

Juiz de Direito,

NOME:
Alcunha:..... Filho de
e de..... Sexo:..... Cor:.....
Natural de:..... Nascido aos.....
Profissão:..... Residência:
Registro Geral n.º
Planilha datada de.....
Artigos do Código Penal.....
Urgente - para fins criminais com prescrição

PROVIMENTO N.º LIX/70

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições legais e à vista do que ficou decidido no Processo n.º 33.581/70 - CG, em Sessão do dia 31 de julho de 1970.

Considerando que a Divisão Psiquiátrica II, da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado e o Instituto de Biotipologia Criminal do DIPE, devido à superlotação de pacientes que apresentam e ao acúmulo de serviço, estão impossibilitados de atender às requisições de exames de sanidade mental, mesmo nos casos de réus presos;

Considerando que se torna necessário disciplinar a questão e traçar normas para a realização daquelas perícias por médicos nomeados pelo juiz do feito, a fim de que os processos não se eternizem enquanto os pacientes aguardam vagas para se submeterem a exames, e sejam elaborados respectivos laudos.

Recomenda:

- 1.º - Nas comarcas do Estado, os exames de sanidade mental para os fins dos artigos 149 e segs. do C. P. Penal, deverão ser feitos, em regra, por médicos das Delegacias Regionais de Saúde, Centros de Saúde ou Postos de Assistência Médico Sanitária, e, não os havendo, ou não sendo isto possível, por qualquer circunstância, o juiz nomeará dois médicos da comarca ou de outra vizinha, para realizá-los.
- 2.º - Os peritos serão compromissados em um tríduo, e deverão concluir o exame dentro de 45 dias, contados do oferecimento dos quesitos e da sua intimação, prazo que poderá ser prorrogado pelo Juiz, mediante representação escrita, demonstrada a necessidade de maior tempo para conclusão dos trabalhos e elaboração do laudo.
- 3.º - Quando absolutamente necessário o internamento, do paciente, e o requererem os peritos, exceto no caso de réus presos, tal providência será determinada em estabelecimento adequado, estadual (não vinculado ao DIPE ou ao Juízo das Execuções Criminais da Capital) ou particular.
- 4.º - Não o conseguindo o juiz nas hipóteses aqui previstas, requisitará o exame ao Juízo das Execuções Criminais na Capital, solicitando a internação do paciente, e, expedida a carta de gula, Instruída com cópias das peças principais, aguardará a comunicação da existência de vaga para encaminhar o examinado ao estabelecimento indicado.
- 5.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se.

São Paulo, 31 de julho de 1970.

(aa) Cantidiano Garcia. de Almeida - José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Vice-Presidente.

D. J. 29/8/70

PROVIMENTO N.º 8-70

Dispõe sobre horário de funcionamento dos Cartórios de Registro Civil da Capital.

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições,

Resolve estabelecer o seguinte horário, obrigatório, para o funcionamento dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital.

Dias úteis, inclusive sábados: das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas;

Domingos e feriados: das 9 às 12 horas.

Aos domingos e feriados os cartórios poderão funcionar com pessoal reduzido, a critério do escrivão, mas de modo a assegurar a regularidade dos serviços e pelo menos uma folga semanal, completa a cada escrevente ou auxiliar que trabalhar nesses dias.

Nas demais Comarcas do Estado vigorará o horário que for estabelecido pelo juiz Corregedor Permanente.

Cumpra-se.

Registre-se e publique-se.

D. J. 17/6/70

PROVIMENTO N.º 10-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a necessidade de disciplinar-se a divulgação dos atos relativos ao protesto de títulos cambiais,

Considerando o decidido no Processo n.º CG-32.570, de 1969, resolve:

1. Os Escrivães dos Cartórios de Protestos de títulos, sob pena de responsabilidade, devem cumprir rigorosamente as prescrições do artigo 730 do Código de Processo Civil e artigo 42 do Decreto-lei Estadual n.º 203, de 25 de março de 1970, fazendo as intimações por carta registrada com recibo de volta ou entregue em mão própria, só se valendo do edital quando o devedor estiver em lugar incerto, o que deverá ser certificado, ou for pessoa desconhecida. Será certificado que o devedor está em lugar incerto só após esgotados os meios normais de localização, dentre os quais a busca de endereços constantes das listas telefônicas.
2. Os Escrivães dos Cartórios de Protesto de Títulos só podem dar conhecimento das prenotações em seus protocolos (ou apontamentos) às partes imediata e diretamente vinculadas aos títulos levados a protesto (sacador, sacado, o aceitante, eminente, avalista e endossatário), sendo-lhes vedado fornecer, ainda que em caráter sigiloso, certidões ou informações verbais a terceiras pessoas, físicas ou jurídicas, quer sejam públicas ou privadas, associações de classe, imprensa, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, agências de informações cadastrais, entidades de proteção ao crédito e congêneres.
3. Somente depois de efetivado o protesto, e em cada caso, poderão ser fornecidas; certidões ou informações a terceiros.
4. Do instrumento do protesto deverá constar o inteiro teor da resposta eventualmente dada pelo responsável que se recusou ao pagamento do título protestado, a qual será transcrita, integralmente, na certidão do protesto que venha a ser fornecida.
5. Diariamente, os Escrivães dos Cartórios de Protesto deverão escriturar, no livro próprio, em item separado, os emolumentos que receberem, na forma prevista na Tabela 13 a que se refere o Decreto Estadual n.º 52.425, de 25 de março de 1970, pelas certidões expedidas.
6. Os Escrivães dos Cartórios de Protesto, ressalvado o caso do edital previsto no item 1 supra, não poderão fornecer relações de apontamentos e protestos para publicação pela imprensa ou outro meio de divulgação bem como, exceto nos casos previstos no item 3 supra, não poderão fornecer tais indicações a terceiros,
7. Os M.M. Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Protesto de Títulos exercerão rigorosa fiscalização, quanto à observância do que aqui fica determinado, aplicando aos infratores as penalidades cabíveis.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 2 de julho de 1970.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 4/7/70

PROVIMENTO N.º 12-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, atendendo à Deliberação n.º 3-70, da DD. Junta Comercial do Estado de São Paulo, resolve:

1.º - Designar os Escrivães dos Cartórios Distribuidores das Comarcas do Estado, exceto a da Capital, para proceder à autenticação dos livros mercantis, observado o Decreto-lei n.º 486, de 3 de março de 1969, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 64.567, de 22 de maio de 1969, ou seja:

a) Se os termos de abertura e de encerramento foram regularmente lavrados na primeira e última páginas numeradas, se estão datados e assinados pelo comerciante, diretor da sociedade por ações ou por seus procuradores e por contabilista legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilistas, ou ainda, apenas por comerciante ou procurador, nas localidades onde não houver contabilista habilitado;

b) Se do termo de abertura constam a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem, o número de folhas, a firma ou estabelecimento, o número e a data do arquivamento dos atos constitutivos na junta Comercial e o número de Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda;

c) Se do termo de encerramento constam a indicação do fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil;

d) Se as fichas contínuas, em forma de "safona" foram apresentadas, em substituição aos livros, conforme facultam os artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Decreto 64.567, deverá ser examinado se os termos de abertura e de encerramento foram, respectivamente, lançados no anverso da primeira ficha e no verso da última dobra de cada bloco;

e) Se forem apresentadas fichas soltas ou avulsas, o escrivão verificará se os termos de abertura e de encerramento estão lançados, respectivamente na primeira e última fichas e se estão tipograficamente numeradas;

f) Se foi feito o pagamento da taxa ou emolumento devidos segundo o Decreto Estadual n.º 50.067 de 24 de julho de 1968.

2.º - A autenticação deverá ser feita na primeira página do livro ou na primeira ficha numerada através de carimbo com os dizeres constantes do modelo anexo, em se tratando de fichas soltas. o carimbo deverá ser apostado em todas elas;

3.º - Os Cartórios registrarão as autenticações em livro próprio, que deverá ser escriturado em folhas soltas, conforme modelo anexo, para posterior encadernação. Os lançamentos serão feitos em duas vias, permanecendo o original em cartório, remetendo-se a outra, mensalmente, à Junta Comercial do Estado de São Paulo.

4.º - De todas as firmas comerciais cujas fichas ou livros autenticarem, os Cartórios confeccionarão fichas, em duas vias, uma das quais será encaminhada à Junta Comercial do Estado de São Paulo juntamente com a relação a que se refere o item 3.º, destinando-se a outra à organização do Cartório.

5.º - Este provimento entrará em vigor em 1.º de agosto de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se publique-se e cumpra-se.

São Paulo 16 de julho de 1970, José Geraldo Rodrigues de Alckmin Corregedor Geral da Justiça.

ANEXO 4

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR DA

COMARCA DE

Termo de Autenticação Declaro exatos os termos de abertura e encerramento desta Folha por mim autenticados.

.....de.....de 19.....

.....
Autenticador

ANEXO 5

32 cm (frente e costa)

N.º DO	DATA	LOCALIDADE	NOME	ESPÉCIE
REGISTRO				

4 CM 4 CM 4 CM 11 CM 4 CM

ANEXO 6

Firma:

N.º REG. LIVROS N.º REG. LIVROS N.º REG. LIVROS

PORTARIA N.º 50-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,
Considerando que, por Decreto de 31-8.1970, publicado no D. O. de hoje foi declarado sem efeito o Decreto n.º 46.273, de 1.º de maio de 1966 que desanexou o Tabelionato de Notas do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jandira, e, em decorrência criou o 27.º Cartório de Notas da Capital;

Considerando que o destino dos arquivos e documentos do 27.º Cartório de Notas da Capital, cujas atividades cessaram a partir da publicação do referido decreto, deve ser determinado pela Corregedoria Geral da Justiça (artigo 2.º);

RESOLVE:

- 1 - O MM. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos, Corregedor Permanente dos Cartórios extrajudiciais da Capital, promoverá a imediata arrecadação e arrolamento do arquivo, dos livros, documentos e papéis do Cartório extinto;
- 2 - Diligenciará, em seguida, no sentido de promover a remoção do arquivo, dos livros, papéis e documentos para o Ofício dos Registros Públicos, aí permanecendo até ulterior deliberação;
- 3 - Toda e qualquer questão relativa à regularização e entrega de escrituras, procurações, papéis e documentos, assim como as reclamações ou pedidos relativos a atos praticados na serventia extinta, serão resolvidos pelo MM. Juiz da Vara dos Registros Públicos, com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça (artigo 246 do Dec. Lei Complementar n.º 3-69).
- 4 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P. R. 1. Cumpra-se.

São Paulo, 1.º de setembro de 1970, José Geraldo de Alckmin - Corregedor Geral da Justiça.

D. J. 3/9/70

COMUNICADO

Para os fins do artigo 38 do Decreto-Lei n.º 159, de 1969, conforme parecer aprovado no protocolado n.º CG-10.613/70, foi adotado o modelo de contrato entre serventuário e auxiliar de serventia, que se encontra abaixo:

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de locação de serviços, celebrado entre o (a).....

.....do..... (escrivão ou Oficial) (Cartório)

.....da comarca de como primeira (a) contratante, e.....R.G. n.º.....,como segundo (a) contratante, filho de.....de.....e de dona....., natural de..... onde nasceu

aos.....registrado no cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais

de comarca de às fls. do livro n.º.....residente e

domiciliado à rua.....fica certo e ajustado o seguinte:

Primeiro: O primeiro contratante, ADMITE o (a) segundo (a) contratante como Auxiliar do cartório, pelo tempo que lhe convier de acordo com os dispositivos legais em vigor, obrigando-se a pagar-lhe a quantia mensal de Cr\$(.....). consignada em folha de pagamento, até o dia útil de cada mês.

Segundo: O (A) segundo (a) contratante declara aceitar este, contrato e se obriga a desempenhar com exatidão todas as funções que lhe forem atribuídas, guardando absoluto segredo de todos os casos em que o interesse da Justiça assim o exigir, sob as penas da lei, obedecendo, outrossim, ao horário regulamentar de trabalho, e declarando-se ciente do regime disciplinar a que fica sujeito nos termos do artigo 40 do Decreto-lei! n.º 159, de 1969.

Terceiro: Os contratantes declaram que será providenciada, na forma da lei, a inscrição do (a) segundo (a) contratante na Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, no Instituto de

Previdência do Estado de São Paulo.

E assim, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 159, de 1969, artigo 38, Decreto n.º 5.129, de 1931, artigo 21, parágrafos 1.º e 2.º, Lei n.º 9.858, de 1967, e seu regulamento (Decreto n.º 49.933, de 1968), combinados com a Portaria n.º 16/53, Provimento n.º 1/69, item 10, 11, e Provimento n.º 13/69, todos da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, Lavram o presente contrato em 5 (cinco) vias que assinam em presença de duas testemunhas.

São Paulo,

.....

O (A) Primeiro (a) Contratante

O (A)segundo (a) Contratante

TESTEMUNHAS:

1.º.....

2.º

Aprovo

Em...../..... /19

.....
Juiz Corregedor Permanente

OBSERVAÇÕES:

Preencher o contrato em 5 (cinco) vias, sendo as 1.ª e 2.ª vias para a Corregedoria Geral da Justiça, a 3.ª para a Corregedoria Permanente, a 4.ª para o Escrivão ou Oficial e a 5.ª para o (a) contratado (a).

Caso o contratado ou a contratada ser menor de 18 anos de idade, juntar prova de idade e consentimento do pai ou tutor,

D. G. Justiça 28/7/70

COMUNICADO

O Desembargador Geral da Justiça recomenda aos Juízes de Direito da Comarca da Capital e de interior do Estado para o fiel cumprimento do Provimento n.º 9/69, abaixo publicado.

PROVIMENTO N.º 9-69

O Desembargador Hildebrando Dantas. de Freitas, Corregedor Geral da Justiça, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando a solicitação do Ministério da Indústria e Comércio, no Processo CG-39.532;

Considerando o que dispõe a Lei n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 57.651, de 19 de janeiro de 1966;

Considerando que para o cumprimento dos referidos textos legais, aquele Ministério deve tornar conhecimento dos deferimentos dos pedidos de concordatas preventivas e suspensivas, das falências decretadas e das reabilitações concedidas, resolve:

Artigo 1.º - Mensalmente, os Srs. Escrivães - das Varas Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado farão remeter, em duas vias, à Delegacia Regional em São Paulo, do Ministério da Indústria e Comércio, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas deferidas, das falências decretadas e das reabilitações deferidas não compreendidos os pedidos apenas requeridos e que estão sendo processados;

Artigo 2.º - O Serviço de Distribuição Cível da Capital e os Distribuidores das demais comarcas do Estado farão também remeter, mensalmente, em duas vias, à mesma Delegacia, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas e dos pedidos de falência requeridos.

Artigo 3.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se, remetendo-se cópias a todos os Juízes de Direito Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado.

São Paulo, 5 de setembro de 1969.

Hildebrando Dantas de Freitas - Corregedor Geral da Justiça.

Juízo de Direito da

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O PROVIMENTO N.º 9/69

N.º de Ordem

1

2

3

4

5

6

Natureza Nome da firma Data

São Paulo, . . . de.....de 19....

.....

.....
Escrivão
.....

.....

Visto

D. J. 18/8/70.

(*)Natureza - Falência, concordata preventiva ou reabilitação.

(**)Data - Do despacho que deferiu a concordata ou a reabilitação ou da sentença declaratória da falência.

COMUNICADO

Para os fins do Provimento n.º 13-69, da E. Corregedoria Geral da Justiça, publica-se abaixo a vigente tabela referente ao mínimo dos salários devidos aos escreventes e auxiliares das serventias.

ESTADO DE SÃO PAULO

1.ª Sub Região

Municípios de São Paulo, Americana, Araçatuba, Araraquara, Araras, Barretos, Barueri, Braz Cubas, Caieiras, Campinas, Campo Limpo, Carapicuíba, Cruzeiro, Cubatão, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarujá, Guarulhos, Jundiaí, Limeira, Marília, Maná, Mogi das Cruzes, Osasco, Perúís, Piracicaba, Poá, Rib. Pires, Rib. Preto, Rio Claro, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Suzano, Taubaté, Valinhos, Varzea Paulista e Votorantim.

Salário mínimo para a 1.ª sub região Cr\$ 187,20.

Salários para menores de 14 a 16 anos 50% do Salário mínimo: Cr\$ 93,60 (noventa e três cruzeiros e sessenta centavos).

Salário para menores de 16 a 18 anos: 75% do Salário mínimo: Cr\$ 140,25 (cento e quarenta cruzeiros e vinte e cinco centavos).

2.ª Sub Região

Demais Municípios;

Salário mínimo para a 2.ª sub região: Cr\$ 177,60.

Salários para menores de 14 a 16 anos: 50% do salário mínimo: Cr\$ 88,80 (oitenta e oito cruzeiros e oitenta centavos).

Salários para menores de 16 a 18 anos: 75% do salário mínimo: Cr\$ 132,75 (cento e trinta e dois cruzeiros e setenta e cinco centavos).

D. J. Justiça 28/7/70.

PROCESSO N.º 32.548-69

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de processo relativo à competência dos oficiais de Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais para a prática de atos notariais, em vista de representação dos serventuários dos 1.º e 2.º Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça da comarca de Tupã contra os oficiais dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de Arco-Íris, Varpa, Universo e Parnaso, pertencentes ao município da sede.

2. O MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Tupã e respectivo Corregedor Permanente, determinou, de acordo com o art. 95 do decreto-lei n.º, 158-69, e artigo 1.º do decreto estadual n.º 5.121-31, o encerramento dos livros de notas dos referidos Cartórios de Registro Civil e a conseqüente distribuição dos mesmos às duas serventias de justiça da sede, submetendo sua decisão, em seguida, à consideração da E. Corregedoria Geral.

3. Apreciando a matéria, entendo que realmente os cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos mencionados distritos não poderiam exercer funções de Tabelionato, pois, além de se localizarem dentro dos limites territoriais do município da sede da comarca, distam dela menos de 30 km (art. 2.º, do dec. n.º 5.121-31, c/c o art. 95 do decreto-lei n.º 158-69).

Quanto aos livros encerrados opinou-se pela permanência nos respectivos cartórios, não

obstante a proibição (Prov. 1-69).

4. O parecer de fls. 19-20 foi aprovado por V. Exa. (fls. 21) e serviu de norma e orientação para outros casos que surgiram (Procs. ns.º 33.248-70, 33.643-70 e 36-70-CG).

5. Reexaminando posteriormente a questão, verifiquei haver incidido em engano, pois a restrição contida na Lei 5.121-31 (art. 2.º) teve existência efêmera e perdeu sua razão de ser à vista do que veio a dispor o art. 1.º, letra "V", de dec. n.º 5.204, de 22-9-1931, in verbis:

"Art. 1.º - Exercerão as funções de tabelião de notas:

a) no município da Capital, os escrivães de paz dos distritos de Cantareira, Itaquera, Lageado, Nossa Senhora do Ó, Osasco e São Miguel;

b) nos demais municípios, os dos distritos cuja sede esteja fora da cidade que for cabeça de comarca.

§ único - Quaisquer escrivães de paz, entretanto, poderão reconhecer firmas nos papéis para o casamento civil, quando o processo correr no seu cartório" ("Lex" 1931 Tomo XLI, pg. 1.052).
Cumpra ainda salientar que o artigo 3.º e seu parágrafo único, do citado decreto n.º 5204-31, foram revogados pela lei n.º 5054, de 23-12-58, alargando-se ainda mais a competência dos aludidos cartórios.

Em que pese a má redação do artigo 1.º, letras "a" e "b" do decreto n.º 5204-31, chega-se à conclusão expendida no item "5" retro, especialmente pela atenta leitura dos "considerandos?" que antecedem o texto legal propriamente dito, onde se lê:

"A lei de 15 de outubro de 1927 dispunha no artigo 6.º:

"Cada juiz de paz terá um escrivão. Este escrivão servirá igualmente de tabelião de notas, no seu distrito, somente para poder fazer e aprovar testamentos".

O artigo 1.º da lei de 30 de outubro de 1930 modificou aquele dispositivo, preceituando:

"Os escrivães dos juízes de paz das freguesias ou capelas fora das cidades ou vilas serão ao mesmo tempo tabeliães. de notas nos seus respectivos distritos".

O decreto n.º 1437 - de 7 de fevereiro de 1907, artigo 73, assim consolidou o preceito legal:

"Os escrivães de paz, nos distritos fora das vilas e cidades que forem sede de comarca são ao mesmo tempo tabeliães de notas".

Como se vê, nenhuma dúvida poderia haver quanto à competência, para os atos do Tabelionato, dos escrivães dos distritos extra-urbanos. . . Estando os escrivães de paz atualmente sujeitos à correção do juiz de direito e à inspeção freqüente do Ministério Público, será preferível manter o sistema da lei de 1830, que, com esse corretivo, não oferece perigo algum". (Sic. - ob. cit.).

No mesmo sentido é o estudo de Mário Souza Lopes, "As funções do Escrivão de Paz desde os Primórdios", de 20 de janeiro de 1939, publicado in R. T., 117-426.

Assim, cuido ser oportuna a revisão da orientação anterior, para se fixar, com os esclarecimentos atrás aduzidos, que os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que não forem sede de comarca poderão exercer funções notariais, independentemente da distância que ficarem da sede art. 1.º, letra "b", do decreto n.º 5204, de 22-9-31, c/c o artigo 95 do decreto-lei n.º 158-69) e da limitação que havia no art. 3.º do mesmo decreto n.º 5204-31 (Lei 5054, 23-12-58).

Nesta ordem de considerações, pois, sendo este aprovado, proponho, s. m. j., sejam deste extraídas xerocópias para:

a) juntada nos Processos ns.º 33.348-70, 33.643-70 e 36-70-CG;

b) remessa aos Juízes de Direito da 1.ª Vara de Tupã, das comarcas de Presidente Bernardes, de Ituverava e das 1.ª e 2.ª Varas de Araçatuba, recomendando-se sejam tomadas as necessárias providências para a adequação dos casos aos preceitos legais disciplinadores da matéria, segundo o entendimento agora firmado pela E. Corregedoria Geral; e

c) publicação na imprensa oficial.

À consideração de V. Exa.

São Paulo, 16 de julho de 1970.

José Haroldo de Oliveira e Costa Juiz Auxiliar.

D. O. 17/7/70.

COMUNICADO

1 - Conforme o decidido no Proc. C. G. 34.149-70, dá-se conhecimento aos MM. Juízes Corregedores Permanentes, aos Senhores Escrivães dos Cartórios de Protesto de Títulos e aos

demais interessados, que o Provimento n.º 10-70, da Corregedoria Geral da Justiça, não ficou prejudicado com o acréscimo à Tabela 13 anexa ao Decreto n.º 52.425, de 1970, do item VII, previsto no Decreto n.º 52.526-70.

O atual item VII da Tabela 13 visou, tão-somente fixar o preço de cada certidão de Protesto positiva, expedida em forma de relação, para fornecimento diário, desde que solicitada pelas entidades de classe, jornal ou periódico. Quando, todavia, a solicitação for feita por outros interessados, que não os referidos no item VII da Tabela 13 o preço de cada certidão será o previsto no item II da mencionada Tabela 13.

2 - Outrossim, dá-se conhecimento que os senhores Escrivães de Protestos poderão fornecer a terceiros certidão de cada protesto, observadas as restrições estabelecidas no Provimento n.º 10-70, da Corregedoria Geral, nada impedindo, porém, que a certidão de cada protesto lavrado no dia, seja inserida, em forma de relação, em uma ou mais folhas.

D. J. de 29/10/1970

PROVIMENTO N.º 17-70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais.

Considerando o que dispõe o artigo 14 do Decreto-lei n.º 203-70, a Nota 3.ª da Tabela "10" e a Nota única do inciso I da Tabela 11 do Decreto n.º 52.425-70,

Considerando a necessidade de disciplinar e questão e de salvaguardar os interesses não só dos serventuários, como também e principalmente da Fazenda Estadual e da Carteira das Serventias,

Determina:

1.º) As causas, emolumentos e contribuições dos atos praticados pelo escrivão de notas ou pelo oficial do registro de imóveis serão calculados de acordo com os valores tributários fixados no último lançamento pela Prefeitura Municipal, quando se tratar de imóvel urbano, ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no caso de imóvel rural, sempre que o preço ou valor declarado lhes seja inferior.

2.º) Para a verificação do valor, o escrivão de notas e o oficial do registro de imóveis poderão pedir a exibição do lançamento do exercício, ou, quando ainda não expedido, o do exercício anterior.

3.º) Tratando-se de prédio em construção e não havendo ainda o lançamento, as custas, emolumentos e contribuições serão calculados com base no preço ou valor declarado no contrato, ressalvando-se ao serventuário, a faculdade de impugná-lo se manifestamente inferior ao valor real, a fim de fixar a cobrança em bases razoáveis.

4.º) O presente provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Paulo, 16 de novembro de 1970.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral

D. O. J. 1.º/12/70

O NOME PERANTE O REGISTRO

Prenome enorme, na linguagem jurídica, correspondem respectivamente, a nome e sobrenome na linguagem vulgar.

Art. 72 do decreto número 4.857/39, declara que o prenome é imutável e baseado nesta disposição, alguns Oficiais de Registro de Imóveis têm-se recusado a averbar escritura de retificação de nome das partes que figuram no livro de registro, exigindo para tanto, mandato judicial e quando contrariados, suscitam dúvida, olvidando a advertência de SERPA LOPES quanto ao erro do nome no Registro de Imóveis, que é preciso não confundir com a retificação de nome no Registro Civil (Tratado, Vol. IV, n.º 712).

Art. 72 do decreto n.º 4.857/39 se encontra no seu Título II que trata do "Registro Civil das Pessoas Naturais", não se aplicando assim sua disposição ao "Registro de Imóveis", que é versado no Título V daquele decreto; e o transporte de um dispositivo de um Título para outro, visando justificar as razões de dúvida, poderia ilustrar as aulas de Filosofia do Direito, do ínclito

Prof. MIGUEL REALE, ao tratar da "Interpretação das leis", ou mesmo da "teoria do conhecimento", à guisa de exemplo de conhecimento jurídico empírico.

CLÓVIS, discorrendo sobre a retificação do registro de que trata o art. 860 do Código Civil, disse que "se houver acordo entre as partes, podem estas apresentar-se ao Oficial e, sem dependência de ação, pedir a retificação" (Trabalhos, vol. I, pág. 479, 2.^a ed. in WALDEMAR LOUREIRO - Registro da Propriedade Imóvel, n.º 64).

Quer a retificação provenha de um erro gráfico, ou não, a situação é a mesma desde que estejam acordos as partes que erraram.

Pondera, muito judiciosamente ARRUDA CAMPOS, que "A imutabilidade do prenome como estabelece o art. 72 do decreto número 4.857/39, entretanto, deve ser entendida em termos. O que a lei veda é que alguém se apresente hoje com um nome, amanhã com outro, e assim por diante, criando para terceiros uma incerteza jurídico' ("Mudança de sobrenome", in O ESTADO, de 6-9-1970). "A atribuição do nome, - diz SPENCER VAMPRÉ - não decorre do registro; mas este, corno a sua própria denominação o está indicando, apenas exara e registra o nome conferido" (Do nome civil, § 17).

Se no Registro Civil é assim, com muito maior razão no Registro de Imóveis, cuja lei autoriza expressamente a averbação de todas as circunstâncias que por qualquer modo afetem o registro ou as pessoas nele interessadas (arts. 285 e 286).

SERPA LOPES, depois de advertir que "quanto ao erro no nome é preciso não confundir com a retificação de nome no Registro Civil das Pessoas Naturais", acrescenta que "Nada há de comum entre as duas situações, senão que o registro de imóvel somente pode ser retirado quanto ao nome do titular do domínio..." (Tratado, Vol. IV, n.º 712). A objeção que se poderá fazer ao saudoso jurista a esta restrição no tocante a retificação do nome do titular do domínio, e que os "credores" de que trata o art. 156 do decreto n.º 4.857/39, não são titulares do domínio e, não obstante, podem também vir a ter seu nome retificado nas inscrições feitas no Registro de Imóveis.

Ao classificar as retificações, o insigne jurista as divide, de um modo geral, em duas categorias: Bilateral quando houver duplo interesse na retificação, o do pretendente e o daquele contra quem a retificação irá produzir efeitos; unilateral, quando apenas interessa ao pretendente, sem afetar interesse de terceiros. A retificação, - continua - quer seja unilateral, quer seja bilateral, é sempre judicial: podendo, todavia, a unilateral ser também de ofício, isto é, feita pelo próprio Oficial quando houver ele cometido algum erro ao tomar as indicações do título que lhe foi apresentado para registro (op. cit.).

Outras objeções poderão ser feitas a estes ensinamentos do saudoso Mestre: Sua doutrina é especiosa para torná-la coerente e compatível com a generalidade do princípio germânico que adota, da intangibilidade do registro, o qual não se afina com a realidade do nosso sistema imobiliário, que não é o germânico apesar de ter sofrido deste,, grande influência (Cfr. artigo in R. T. 308/808), e muito menos com o nosso direito positivo, pois o art. 289 do decreto n.º 4.857/39, admite, sem nenhuma interferência judicial, até o cancelamento de simples requerimento de ambas as partes ao Oficial do registro - que importa na retificação extrema - por meio de simples requerimento de ambas as partes ao Oficial do Registro.

Outrossim, no nosso sistema, os registros são efetuados através de um título que, ordinariamente, consubstancia a vontade das partes contratantes, e não através de uma autorização unilateral (Auflassung) do alienante, como no direito germânico; consequentemente, tais registros podem ser alterados pelas mesmas partes e pela mesma forma, independentemente de intervenção judicial. Além disso, não é bem apropriada, data vênua, a classificação das retificações em bilateral e unilateral, pois, sendo o registro um ato bilateral (transmitente e adquirente, devedor e credor), daí decorre que, normalmente, qualquer retificação desse registro deverá conter o assentimento de ambas as partes, sendo portanto, ordinariamente, bilateral o ato da retificação; caso contrário, isto é, se uma das partes não puder, ou recusar-se a dar o seu consentimento, aí sim, a retificação somente poderá operar-se através da via judicial. Portanto, na nossa sistemática a retificação deve ser classificada em extrajudicial e judicial, conforme possam ou não as duas partes, manifestar sua concordância com o ato da retificação. "Havendo acordo das partes interessadas, - diz, AMARAL GURGEL - o Oficial pode retificar o registro desde que lhe reclamem essa medida, por petição devidamente assinada, petição essa que deverá ficar arquivada no cartório. Não havendo acordo, a parte prejudicada pode pedir a retificação por ação competente, citando a parte adversa" (Registros Públicos, anot. 111, pág. 125, Ed. Saraiva, 1929).

Em consonância com o sistema imobiliário pátrio, desde que ao ato retificador compareçam as mesmas pessoas que figuraram no ato retificado, os erros constantes do título e, consequentemente do seu registro no Registro de Imóveis podem ser, pela mesma forma, retificados, quer em relação ao imóvel, quer em atinência as pessoas, independentemente de intervenção judicial.

Quanto a retificação ex-offício, é de ponderar-se que, a rigor, não se trata, propriamente de retificação, uma vez que tal ato praticado pelo Oficial, pode ser sem provocação das partes. Trata-se de uma simples corrigenda, feita com a devida cautela pelo Oficial a um lapso seu ao trasladar os dizeres do título para o livro de registro (Dec. 4857/39, art. 228), o que, na gíria cartorária se denomina "gato". Esta correção, geralmente, é feita por meio do indefectível "digo", ou entrelinha, devidamente ressalvada.

SERPA LOPES, partidário do estatizante princípio germânico da intangibilidade do registro, procura assim, coerentemente, dificultar tudo quanto ao mesmo se refira, exigindo a movimentação de todo o aparelhamento judiciário, ainda que para os casos mais simples. Não é, pois, o conselheiro mais indicado para os jejunos das coisas do Direito, os quais, seguindo à risca os seus ensinamentos, outra coisa não fazem senão suscitar dúvidas descabidas sobre atos de registro, atravancando o já penoso serviço judiciário.

O Estado de São Paulo 20/9/70

SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA - Imposto sobre, serviços - Notificação fiscal, exigindo-lhe a apresentação do "movimento do cartório", sob pena de lançamento ex-offício do tributo - Ilegalidade - Concessão de segurança - Artigo 71 da Lei Federal 5.172 Sistema Tributário Nacional).

"O ora agravado, serventuário da justiça, impetrou mandado de segurança, para evitar o lançamento "ex-offício", pelo fisco municipal local, do "imposto sobre serviços de qualquer natureza", de que é ameaçado por notificação assinada pelo Prefeito e objetivando o movimento do Cartório do Primeiro Ofício da comarca, de que é titular.

Nas informações que prestou, o impetrado pediu a reconsideração do despacho que concedeu a liminar, argüiu a incompetência do Meritíssimo Juiz de Direito Substituto, de proferir decisão em mandado de segurança, levantou a preliminar de carência de ação, porque o ato impugnado comportaria recurso administrativo com efeito suspensivo, e, no mérito, sustentou a legalidade da pretensão fiscal, uma vez que o impetrante, além das funções públicas que exerce, pratica atos de simples particular, obtendo a respectiva remuneração, não sendo obrigatório tais serviços, nem de sua atribuição exclusiva, além de que o Estado não presta serviços de tabelião, encarregando o impetrante de prestá-los, sob sua direta responsabilidade, a isso acrescendo que a atividade do tabelião "se enquadra entre os prestadores de serviços de qualquer natureza, tal como os definem a Lei Federal n.º 5.172, com a modificação constante do Ato Complementar 34, e a Lei local 43/66 inexistindo, em qualquer desses diplomas, dispositivo que conceda isenção tributária aos tabeliães".

Após a intervenção do representante do Ministério Público, na primeira instância, proferiu o Meritíssimo Juiz a sua sentença, concedendo a reclamada segurança, tornando definitiva a liminar deferida, e recorrendo de ofício.

Inconformado, interpôs o impetrado o competente agravo de petição, insistindo nas razões anteriormente expedidas.

O agravo foi contraminutado, manteve o Meritíssimo Juiz a sua decisão; e, nesta instância, manifestou-se a Procuradoria da Justiça pela confirmação do julgado.

Não tem razão, de fato, o impetrado agravante.

Não existe qualquer impedimento legal, ao Juiz de Direito Substituto, sem a garantia de vitaliciedade, de decidir mandado de segurança, ainda que objetivando questão fiscal, não incluído no elenco do artigo 21 e parágrafo único da Lei Estadual 6.142, de 27 de junho de 1961, menos ainda na legislação federal, e que se não confunde com executivo fiscal.

A lei local, de n. 43, de 28 de dezembro de 1966, prevê de fato, recursos na esfera administrativa, com efeito suspensivo, contra "lançamento" de qualquer tributo e contra "multa", não porém, contra exigência, como a dos autos, com a ameaça de lançamento "ex-offício" de imposto.

Pela notificação que endereçou ao impetrante, de fls. 6, passou o impetrado a exigir a apresentação do "movimento do cartório" dentro do prazo de dois dias, sob pena de lançamento

"ex-officio" do tributo que reputa devido.

Descabida, não há dúvida alguma, essa exigência.

A Constituição Federal, por seu artigo 25, n.º II, estatui no sentido de que aos municípios compete decretar impostos sobre "serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados, definidos em lei complementar, dispondo, no n.º III do mesmo dispositivo, que é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, "criar impostos sobre a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros". Ora, os serviços cartorários são serviços públicos estaduais - e isto não pode ser negado -, aos serventuários se estendendo os mesmos direitos e deveres dos funcionários públicos, em geral, como férias, licenças, aposentadorias, etc.

Por outro lado, a Lei-Federal 5.172, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional, prescreve em seu artigo 71 que "o imposto, de competência dos Municípios, sobre serviços de qualquer natureza, tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de imposto da competência da União ou do Estado".

Os cartórios, evidentemente, não são empresas, nem pode ser considerado como profissional autônomo o serventuário. É este, indiscutivelmente, servidor público, isto é, ocupante de cargo público, nomeado mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos (Constituição Federal, artigo 95, § 1.º). E figura, no Quadro da Organização Judiciária, como "auxiliar da Justiça", com funções próprias e estabelecidas em lei.

De forma alguma poderá, pois, ser considerado o Cartório como "empresa", nem definido o serventuário como "profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo", a que se refere a Lei Federal 5.172.

Enfim, a sentença de primeira instância não merece qualquer reparo". (T. A. Civ. de S. P. - Agravo de Petição 110.908, de Cravinhos, em que são agravantes o Juízo "Ex-Ofício" e a Municipalidade de Cravinhos, sendo agravado Paulo Macedo Nunes. Acórdão unânime da Segunda Câmara Civil, de 16 de setembro de 1968. - HENRIQUE MACHADO, presidente e relator; MACEDO COSTA, 2.º Juiz; GONZAGA JÚNIOR, 3.º Juiz). "Julgados dos Tribs. de Alçada", vol. VII, pg. 143.

ESTATUTO DA TERRA - Divisão - Indeferida sob o fundamento de que a divisão levaria a um fracionamento contrário ao Estatuto - Recurso provido
Promovente que não vai fracionar sua propriedade e sim, apenas, livrá-la da comunhão nominal com o promovido, estando, portanto, de acordo com o módulo - Os possíveis enganos na consignação da área acertam-se na segunda fase da ação.

Apelação Cível. n.º 177.722.

ACÓRDÃO

ACORDAM, em Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento à apelação para julgar procedente o pedido de divisão, pagas as custas e honorários de advogados arbitrados em 10% do valor da causa pelo promovido.

A defesa apresentada pelo promovido não versava matéria útil para a oposição à divisão, sendo lícito ao condômino a todo o tempo pedir essa divisão (artigo 629 do Código Civil).

Todavia, julgou o MM. Juiz o autor carecedor da ação porque a divisão levaria a um fracionamento contrário ao Estatuto da Terra. Mas, há um engano de sua parte.

Realmente, pelo artigo 65 do Estatuto, o imóvel rural não pode ser dividido em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Mas, o promovente não vai fracionar sua propriedade e sim apenas livrá-la da comunhão nominal com o promovido. Segundo o artigo 65, na divisão, as áreas não podem ser menores do que o módulo. Como não vai haver diminuição de área, segue-se ser possível a divisão.

Como bem mostrou o apelante, ambas as propriedades estão registradas no IBRA (fls. 58 e 68). Ambas vão continuar com as mesmas áreas, com posse localizada, tanto que há classificação dos módulos; numa e noutra. A divisão, judicial só visa evitar disputas entre propriedades derivadas da comunhão não posta a termo. Se houver engano na consignação de área (de 10 e não 9 alqueires; para os autores), tendo em vista a força dos títulos, daí não se segue a impossibilidade jurídica da divisão, mas se acerta na segunda fase da ação (artigo 426 e segs. do

Código de Processo Civil). Daí o provimento da apelação. (T. J. S. P. - São Paulo, 30 de maio de 1969. - ALCIDES FARO, Presidente. TOLEDO PIZA, Relator. Rodrigues de Alckmin. Comes Corrêa). R. J. T. J. S. P., vol. IX, pg. 193:

DOMÍNIO PÚBLICO E DOMÍNIO PARTICULAR - Se a terra não é pública não é devoluta, é terra sem dono que se adquire por usucapião.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 34.694, da Comarca de Santa Izabel, em que é recorrente o Juízo ex-offício, sendo apelante a Fazenda do Estado, e apelados, Idálio de Souza (ou Sousa) e sua mulher:

Aduz a Fazenda do Estado, como primeiro argumento contra a sentença, que não estando o imóvel transcrito no Registro Público, não há que se falar em domínio particular, de onde se infere que é de propriedade do Estado. Improcede a objeção. Como bem ensina Pontes de Miranda, "Se a terra não é pública não é devoluta no sentido da Lei n.º 601, de 18-9-1950, ou do Decreto n.º 1.318, de 30-1-54, é terra sem dono que se adquire por usucapião" (Tratado de Direito Privado, Tomo XII, pág. 441). Seguindo essa esteira, decidi a Egrégia Quarta Câmara Civil deste Tribunal de Justiça que "se não há transcrição ou não foi descoberta, nem por isso se dirão devolutas as terras" (R. T. 192/160).

O outro argumento também não merece acolhida. No laudo de fls., afirmou o perito que área usucapienda não ficou abrangida pela reserva florestal do Vale do Paraíba. Entretanto, nem que estivesse, a circunstância não impediria o reconhecimento do usucapião, em face do texto da própria Lei n.º 10.116/68 (art. 1.º), que alude a terras particulares, dentro da área de preservação.

Acresce ainda, que esta ação foi intentada em agosto de 1927 e quando sobreveio a Lei n.º 10.112, que é de 16 de maio de 1968, já encontrou juridicamente definida a situação do autor como indiscutível dono das glebas, por se ter escoado o prazo necessário para usucapir.

Finalmente, é de consignar-se que a excelente decisão recorrida abordou todas as questões suscitadas e à vista das provas reunidas nos autos, acertadamente concluiu pela procedência da ação. (T. J. S. P. - Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça - Votação unânime, acolhendo a manifestação do Ministério Público em 1.ª e 2.ª Instâncias, negam provimento aos dois recursos. - J. em 31-3-70).

CONDOMÍNIO - Pretensão dos condôminos no sentido de se dividir a propriedade comum - Direito adquirido invocado porque o condomínio se originaria de atos anteriores ao Estatuto da Terra - Aplicabilidade da lei nova - Recurso não provido.

A lei nova assim só teria a respeitar a faculdade que o condômino já houvesse exercido, a de dividir. Não a tendo exercido qualquer dos co-proprietários ao tempo da lei velha, o Estatuto da Terra atinge a todos os recorrentes, comunheiros.

Voto vencido do Des. Costa Manso - A divisão teria apenas o escopo de proclamar a existência de um direito anteriormente adquirido, que se obteve através de transcrições imobiliárias dos respectivos títulos, antes da entrada em vigor do Estatuto da Terra e legislação subsequente.

ACORDAM, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, negar provimento ao recurso.

Os agravantes, na qualidade de condôminos, querem dividir a propriedade comum, embora cientes de que, na partilha geodésica, haverá quinhões inferiores ao módulo.

O MM. Juiz trancou a demanda, recorrendo os vencidos.

Estes invocam direito adquirido, porque o condomínio se originaria de atos anteriores ao Estatuto da Terra.

O recurso desmerece prosperar.

Nem o Estatuto, nem diplomas posteriores, estabeleceram que a proibição proclamada no art. 65 da Lei Federal n.º 4.504 só valeria para os condomínios que surgissem de então em diante (cfr. Decreto-lei n.º 57, art., 11, Decreto n.º 62.504 de 1968, art. 1.º e segs.; Decreto n.º 63.058 de 1968, art. 1.º, etc.).

Mesmo para aqueles que reputam a propriedade um direito subjetivo para o se titular, como Roubier, constitui ponto tranqüilo a aplicação imediata da lei nova restritiva de efeitos aos direitos do antigo dono ou co-proprietário (Droit Transitoire, et. de 1960, pág. 320 e segs.).

A doutrina mais avançada, de seu lado, considera o direito subjetivo para o seu titular, como Roubier, constitui ponto tranqüilo a aplicação imediata da lei nova restritiva de efeitos aos direitos do antigo, dono ou co-proprietário (Droit Transitoire, ed. de 1960, pág. 320 e segs.).

A doutrina mais avançada, de seu lado, considera o direito real como situação jurídica instrumental, por enfeixar um conjunto, de faculdades, poderes e deveres (Cassarino, Le

situazione! giuridiche, et, de 1956, pág. 201 e segs.).

A lei nova assim só teria a respeitar a faculdade que o condômino já houvesse exercido, a de dividir,

Não a tendo exercido qualquer dos co-proprietários ao tempo da lei velha, o Estatuto da Terra atinge a todos os recorrentes, comunheiros. Eis por que se nega acolhida ao agravo" (T. J. S. P. - Ag. de Pet. n.º 182.699 - São José do Rio Pardo - São Paulo, 16 de outubro de 1969 LAFAYETTE SALLES JÚNIOR, Presidente e Relator COSTA MANSO, vencido, conforme declaração de voto em separado.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Meu voto provê ao recurso, para determinar o processamento da divisão judicial da Fazenda Itália, nos termos do pedido.

Conforme demonstrou com brilhantismo o representante do Ministério Público., em primeira instância (fls. 132), o imóvel em questão veio a se tornar propriedade dos requerentes em virtude de atos jurídicos perfeitos e acabados segundo a legislação que vigorava antes do Estatuto da Terra.

E, portanto, os condôminos tinham adquirido o direito de extremar os seus quinhões, mediante divisão, que é simplesmente "declaratória" e não atributiva de propriedade (Código Civil, art. 631).

A divisão no caso, teria apenas o escopo, argutamente mencionado pelo representante do Ministério Público, de "proclamar a existência de um direito anteriormente adquirido", que se obteve através de transcrições imobiliárias dos respectivos títulos, antes da entrada em vigor do Estatuto da Terra e legislação subsequente. - YOUNG DA COSTA MANSO.

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS - Para a aplicação de legislação especial aos compromissos de compra e venda de imóveis, loteados ou não, constitui a inscrição requisito essencial, sem o que não há falar em adjudicação compulsória.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível. n.º 186.384, da comarca de Ume, em que é apelante Cláudio Harder, sendo apelado Jorge Germano da Costa, sua Mulher e Outros. ACORDAM, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso, consignando que o autor, por não preencher um dos requisitos legais, é carecedor da ação, não sendo esta improcedente, corno concluiu a decisão recorrida.

Pelo compromisso certificado a fls., prometeram os réus vender ao autor um imóvel rural descrito no referido documento, pelo preço certo de NCr\$ 500,00, pagos no ato. Pela cláusula 9. do contrato, foi declarado que o instrumento ficava subordinado aos Decretos-Lei n.º. 58/37 e 3.079/37, bem como à lei n.º 649/49, que deu nova redação ao artigo 22 do primeiro decreto-lei. Dessa forma, a adjudicação compulsória do imóvel, se houvesse recusa dos vencedores em outorgarem. a escritura definitiva seria a solução.

Ocorre que o apelante não promoveu a inscrição do compromisso à margem da transcrição dos apelados. Limitou-se a promover o registro integral do documento no Livro B, denominado Registro Integral.

Ora, a inscrição do compromisso de compra e venda, de que faia a lei, havia que ser feita no Livro 4, conforme determina o artigo 253, da Lei dos Registros Públicos. O referido dispositivo considera a inscrição da promessa de compra e venda como ato constitutivo do direito, quer entre as partes contratantes, como em relação a terceiros.

SERPA LOPES, ao abordar a matéria, assenta que com a "inscrição no Registro de Imóveis, inscrição obrigatória, a promessa passa a ter efeitos reais, consistentes nos dois seguintes: oponibilidade erga omnes, excluindo, assim, qualquer direito real oposto que haja sido inscrito posteriormente; realização compulsória do contrato pela intervenção judicial, suprimindo a vontade de promitente vendedor, no caso de recusa" (Tratado de Registros Públicos, vol. 239/441).

É evidente, portanto, que não inscrito, o contrato, torna-se carente de efeitos reais, subsistindo tão-somente os pessoais.

A jurisprudência, apreciando a matéria, tem afirmado, reiteradamente, que "para a aplicação da legislação especial aos compromissos de compra e venda de imóveis, loteados ou não, constitui a inscrição requisito essencial, sem o que não há falar em adjudicação compulsória (Revista dos Tribunais, vol. 239/447).

A inscrição do compromisso constitui requisito inarredável, face à lei. E ao compromissário assiste o direito de, a todo o tempo, completar o requisito da inscrição (Revista dos Tribunais, vol. 344/291), para que adquira o direito de adjudicação compulsória. Isto posto e dada a inexistência desse requisito essencial, julga-se o autor carecedor da ação. Custas como de direito - São Paulo, 31 de março de 1970 - Unânime - JONAS VILHENA, Presidente - DIAS FIGUEIREDO, Relator ANDRADE JUNQUEIRA - CARDOSO ROLIM.

EFEITO REAL DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA

O prof. Arnaldo Wald, em seu "Curso de Direito Civil Brasileiro (2.^a ed., 1970, Sugestões Literárias S. A.)", obra das mais atualizadas, é dos primeiros autores nacionais a tratar, na parte do Direito das Coisas (pág. 28), da figura da promessa de compra e venda de imóvel. O seu trabalho expressa a nova doutrina que reconhece a elevação dessa espécie contratual à categoria de direito real. No projeto do Código Civil, de n.º 3.711, de 1966 (art. 399, parágrafo único), vem-la incluída nos direitos reais limitados, ou seja, os que se exercem sobre coisas alheias.

Por força do Dec. n.º 58, de 10-12-57 e Lei n.º 649, de 11-3-40, o compromisso de compra e venda irretratável sobre imóvel em geral, e não só relativa a loteamentos, ganha pela inscrição no registro imobiliário, eficácia real - o que autoriza a adjudicação compulsória, desde que depositado o preço. Destaca-se desta sorte do regime obrigacional comum a que está sujeito, como tipo especial do gênero "contrato preliminar". Em sua plena autonomia, antes negada, prescinde até mesmo do objeto, que é a celebração do contrato definitivo, não mais se restringindo na inadimplência a perdas e danos. De obrigação de fazer passa à obrigação de dar, acrescida do vínculo real.

Esse dúplice tratamento dado ao ante contrato, conforme se trate de coisa móvel ou imóvel, e apresente ou não certos requisitos, confunde a antiga orientação doutrinária do Direito brasileiro, que se mantém coerente com a noção romana das obrigações civis. Em nosso sistema, sem embargo das dissensões entre os mestres, a exemplo de Darcy Bessone, o contrato não transmite a propriedade, como acontece em face do Código francês e outros que adotam o princípio da unidade formal, valendo o mero acordo sobre coisa e preço como título translativo do domínio. Para nossa lei, o vendedor obriga-se a "transferir o domínio de certa coisa (art. 1.122, C. C.)", sendo preciso outro ato - a tradição - para gerar o direito real (arts. 675 e 676, C. C.). Tem o comprador a seu favor um direito de crédito, um direito pessoal, podendo nessa qualidade e não já como proprietário, exigir a prestação do outro contratante. Pela atual sistemática, a inscrição da promessa onera coisa prometida, estabelece vínculo patrimonial, garante a transcrição, deixando em lugar secundário a relação obrigacional. Se o promitente vendedor se recusa a outorgar a escritura definitiva, é intimado a requerimento da outra parte, a fazê-lo no prazo de cinco dias, corridos em cartório, e nada alegando, o juiz, depositado o preço, adjudica o imóvel ao comprador (art. 346, C. P. C.). Observada que fosse, em vez disso, a execução da obrigação de fazer, na conformidade do rito cominatório, (art. 302), dificilmente se chegaria à execução in natura, pois obrigado o réu a prestar o fato (firmar o contrato principal), sob pena contratual ou a que fosse pedida pelo autor (art. 303), a sentença somente concluiria pela fixação de prazo ao devedor, para executar a obrigação, desde que o contrato preliminar preenchesse as condições de validade do definitivo (art. 1.006).

Fatores sociais e econômicos, atuantes na área das obrigações, levam o legislador a modificar a orientação tradicional em torno da natureza e estrutura de muitos contratos. É por meio destes que se desenvolve o fenômeno econômico da troca de bens e serviços, e portanto a proteção jurídica se exerce com fins de assegurar a comutatividade e equilíbrio das prestações, partindo de um ponto fundamental: a satisfação do credor. Daí a evolução rápida da promessa de compra e venda, surgida vacilante dos termos genéricos do art 1.088 do Código Civil.

Se, na oportuna do prof. Washington de Barros Monteiro ("Curso de Direito Civil" 5.^a ed., 1968, Saraiva, vol. 4, 1.º parte, pág. 97), mostra-se muito sutil, algumas vezes, a distinção entre a obrigação de dar e a de fazer, tornando-se quase impossível fixá-la com exatidão, também não se encontra de todo estabelecida a linha divisória entre o direito real e o pessoal. Certa corrente doutrinária, na Europa unifica-os por não apresentarem unia autêntica diferença de natureza, sendo seus termos não mais do que variantes secundárias de uma só categoria fundamental (Planiol e Ripert, cit Manuel A. Domingues de Andrade, "Teoria Geral das Obrigações", ed. 1966,

Liv. Almedina, Coimbra, pág. 47).

No Direito brasileiro, Agostinho Alvim ("Da Compra e Venda e da Troca", ed. 1961, Forense, pág. 26 e segs.) e outros defendem a tese do cabimento da execução direta ou específica, em qualquer modalidade de obrigação, salvo na impossibilidade legal ou de fato: "As perdas e danos a que o credor tem direito (Cód. Civil, art. 1.056) não lhe suprimem nem poderiam suprimir o direito a execução específica, quando possível". Darcy Bessone de Oliveira Andrade ("Do Contrato", ed. 1960, Forense, pág. 72), vai mais longe, denominando a compra e venda de "negócio complexo", com "acordo de vontade sobre a própria transferência do domínio, não sobre a obrigação de transferi-lo no futuro". Ao lado do tipo clássico do contrato obrigacional, nosso sistema civil acolhe, ao seu ver, o contrato real pelos efeitos, isto é o de produzir direito à coisa.

Sem ser necessário abraçar a teoria impersonalista, dentro da escola unitária moderna, a ponto de querer os direitos de crédito absorvidos pelos reais, temos que admitir a crescente patrimonialização das obrigações, em virtude da função econômica do contrato. Existe, sem dúvida, um direito de cunho real sobre a prestação, de que fala um bom número de civilistas, e que se faz marcante tanto na obrigação de dar como na de fazer, sem o que "muito imperfeito seria o direito obrigacional", como adverte Agostinho Alvim (ob. cit.), falando dos meios de compelir o devedor a executar, sem atingir a sua pessoa.

Em seu mais recente tratado, onde a matéria vem à luz sob um maior interesse jurídico, Arnoldo Wald expõe as várias facetas. da conversão em direito real, da promessa em direito real, da promessa de compra e venda, e sem se engolfar na polêmica, opina pela caracterização, no caso, de um jus ad rem, equivalente ao direito de adquirir a coisa, de incluir o imóvel no patrimônio do credor.

Seja qual for a interpretação, cumpre atentar na verdadeira natureza do vínculo real criado pela inscrição, em nosso regime dos registros públicos, e que pode ter função acessória (penhor, hipoteca), bem como a de se integrar na substância do próprio contrato (usufruto, servidão). A jurisprudência opõe-se à idéia da transmissão dominal através da promessa inscrita e mantém o entendimento de que esta não perde sua natureza de relação obrigatória, com efeito real tão-somente para a execução compulsória (Rev. Foi., vol. 160, pág. 222).

A promessa, em suas implicações em dois livros do Código Civil, serve como dos melhores exemplos para demonstrar o que Washington de Barros Monteiro (ob. cit., vol. 3, 7.ª ed., pág. 5) diz ser "a força de expansão inerente ao direito das coisas, que procura conquistar novas relações jurídicas".

REGISTRO DE IMÓVEIS - Dualidade de transcrição Prevalhecimento da que se baseia em título válido - Cancelamento da primeira esteada em venda "a non domino" - Procedência da ação visando essa finalidade.

ACORDAM, em Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, por votação unânime, dar provimento ao apelo, julgando procedente a ação, para cancelamento de transcrição e de escritura, com a condenação dos réus nas custas e vinte por cento de honorários, sobre o valor da causa.

Os autores arremataram o terreno da rua Passo da Pátria lote três da quadra X, no executivo fiscal, ajuizado contra Josephina Conterucci e seu marido (fls. 10). O título foi registrado, em 13 de setembro de 1948, sob n.º 28.365, na 11.ª Circunscrição. Em 29 de abril de 1947, Josephina Conterucci vendeu o mesmo terreno a Roque Petrella, que transcreveu a escritura, em 21-8-1947, sob n.º 24.388, na mesma 11.ª Circunscrição. Há portanto, duas transcrições válidas. Isto porque, "enquanto não cancelada, produz a transcrição todos os seus efeitos, ainda que se funde em título nulo ou falso" (Revista dos Tribunais 214/341). Ou, como ensina Carvalho Santos: "E até o cancelamento ser feito, a prova subsiste válida, operando todos os seus efeitos" (Cód. Civ. Bras. Int. 10/549, ed. 1937). Sob outro aspecto, a transcrição só por si não transfere a propriedade (Lisipo Garcia, "A Transcrição", pág. 148, ed. 1922). E na hipótese de dualidade de transcrição, deve prevalecer aquela que se baseia em título válido (Rev. Tribs. 193/221; 278/357). Nessas condições, se os autores arremataram o imóvel, em hasta pública, antes da venda feita por Josephina Conterucci aos réus, deve prevalecer o primeiro título. Ao tempo da alienação (1947), Josephina não era mais proprietária do lote. A vencia "a non domino" autoriza o cancelamento da transcrição (Rev. Tribs. 324/565). A questão da fraude de execução (ou fraude contra a Fazenda do Estado) é irrelevante, no caso. A alienação feita aos réus é muito

posterior à arrematação do imóvel pelos autores. Não havia, na ocasião da venda do lote, ação pendente contra a executada. A ausência de inscrição da penhora também não afeta o direito dos autores. Os litigantes esteados em transcrição só podem ser considerados de boa-fé. Os atos anteriores à transcrição já estão superados. Também não se pode falar em usucapião. Na realidade o terreno está abandonado. Não exerceram os litigantes atos de posse sobre o mesmo (folhas 24). Se os autores transcreveram a arrematação alguns meses após os réus, tudo se resume no exame de prevalência de transcrição. E, "ipso facto", o cancelamento da transcrição n.º 24.388 implica na afirmação da invalidade do título em que se esteja. Nessas condições, o provimento do apelo, agora no seu mérito examinado em face do respeitável acórdão de fls. 135, do Colendo Supremo Tribunal Federal é a decisão que se impõe. Dito acórdão decidiu pelo conhecimento da ação no recurso extraordinário n.º 60.320, contra o julgamento desta Câmara, que anulou o feito desde o despacho saneador, por se tratar de nulidade de um contrato de compra e venda com citação de uma das partes, tão só (fls. 98). Os réus pagarão custas e vinte por cento de honorários de advogado, sobre o valor da causa cancelando-se a transcrição n.º 24.388". (T. J. S. P. - Ap. Cível n.º 145.426 - Capital - São Paulo, 26 de dezembro de 1969.. - SYLVIO BARBOSA, Presidente - BARBOSA PEREIRA, Relator). Acórdão não publicado.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS"

Cálculo em que se observou a alíquota de 2%, o abatimento de 30% para a sucessão em linha reta e a multa de mora de 10%, tudo nos termos da Lei n.º 9.591/66 - Recurso da Fazenda em que se pleiteiam a exclusão do abatimento de 30% e a inclusão do acréscimo para a CECAP e dos adicionais de 10% e 3,75%, da legislação anterior - Inexistência de prova de que a sucessão se abriu antes de 1.º de janeiro de 1967 - Desprovimento - Aplicação da Lei n.º 9.591 Modificações no sistema de cobrança de imposto "causa mortis".

A Emenda Constitucional n.º 18, o Ato Complementar n.º 27, o Código Tributário Nacional e as Leis Estaduais n.º 9.502/66, 9.591/66 e 9.855/67, alteraram a fisionomia do imposto de transmissão "causa mortis", sujeitando-o agora a alguns princípios novos: 1.º) o da incidência restrita a bens imóveis e a direitos a eles relativos (Lei n.º 9.591/66, artigos 1.º e 2.º); 2.º) o da atuação imediata da lei nova, que alcança inclusive o fato gerador "pendente", assim considerado o de situação jurídica ainda não definitivamente constituída, como v. g. o cálculo ainda não transitado em julgado (Lei Federal n.º 5.172/66, artigos 105 e 116); 3.º) o da limitação ao teto de 2%, até que o Senado Federal edite resolução modificadora (Ato Complementar n.º 27, artigo 8.º, n.º III).

ACORDAM, os Juízes da Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, unânimes, negar provimento ao recurso.

Custas como de direito.

Não se conformou a Fazenda do Estado com a R. sentença homologatória do cálculo do imposto de transmissão "causa mortis" no inventário de Manoel. Esteves e agravou, de instrumento, antes mesmo de intimada, pleiteando a exclusão do abatimento de 30% para a sucessão em linha reta e a inclusão do acréscimo de 1% para a C. E. C. A. P., assim como dos adicionais de 10% e de 3,75%, das Leis Estaduais ns.º 1.470/51, 2.412/53 e 3.329/55. O recurso foi bem processado e distribuí-se independentemente de preparo.

Não consta do traslado qual a data da abertura da sucessão; isto basta para comprometer o recurso, em que a Fazenda pretende sustentar a pertinência dos gravames que defende, quanto às sucessões abertas antes de 1.º de janeiro de 1967, data em que começou a vigorar a Lei Estadual n.º 9.591. Mas ainda que se admitisse ser sucessão questionada anterior a esse termo, ainda assim o recurso desmereceria agasalho.

A Emenda Constitucional n.º 18, o Ato Complementar n.º 27, o Código Tributário Nacional e as Leis Estaduais ns. 9.502/66, 9.591/66 e 9.855/67, alteraram a fisionomia do imposto de transmissão "causa mortis", sujeitando-o agora a alguns princípios novos: 1.º) o da incidência restrita a bens imóveis e a direitos a eles relativos (Lei 9.591/66, artigos 1.º e 2.º); e 2.º) o da atuação imediata da lei nova, que alcança inclusive o fato gerador "pendente", assim considerado o de situação jurídica ainda não definitivamente constituída, como v. g. o cálculo ainda não transitado em julgado (Lei Federal 5.172/66, artigos 105 e 116); 3.º) o da limitação ao teto de 2%, até que o Senado Federal edite resolução modificadora (Ato Complementar n.º 27, artigo 8.º, n.º III). Elaborou-se o cálculo de fls. 18 (7 deste instrumento) em plena atuação do novo regime fiscal, que, assim, era de ser observado, ante à pendência dessa situação jurídica.

Já vigorava, outrossim, a Lei Estadual 9.855/67, que aproveitaria também, ao agravado, mesmo se o cálculo, desrespeitando a Lei 9.591, houvesse transitado em julgado; é que o imposto não fora ainda recolhido. O abatimento de 30%, para a sucessão em linha reta foi bem concedido, como bem alijados foram, outrossim, o acréscimo de 1% e os adicionais de 10% e de 3,75%, da legislação anterior, do Estado. Esses três complementos, ao tempo em que por direito eram exigíveis, consideravam-se integrantes do próprio imposto "causa mortis" ("Revista dos Tribunais", 241/334 e 287/388); com essa mesma natureza, que se não transfigurou, é claro que estão revogados, não podendo, inclusive, levar o tributo a trasbordamentos que mal ficam o teto estabelecido no Ato Complementar n.º 27.

Assim: o agravo desmerece qualquer provimento, seja porque a Fazenda não fez a prova de que a sucessão se abriu antes de 1.º de janeiro de 1967, seja porque o cálculo do imposto questionado está inteiramente sujeito ao regime da Lei 9.591, revogados os dispositivos com ela incompatíveis. (T. J. S. P. - Ag. de Instr. n.º 174.223 - Jaboticabal. - São Paulo, 21 de março de 1969. - SOUZA LIMA, Presidente EULER BUENO, Relator - SALLES ABREU - CARVALHO NEVES). R. J. T. J. S. P., vol. IX, pg. 258.

Nota - Vide o acórdão do Agravo de Instrumento, n.º 171.703, São Pedro, julgado em 14-3-69, pela Egrégia Sexta Câmara Civil, sendo relator o Exmo. Des. Euler Bueno.

Nota - Vide o acórdão do Agravo de Instrumento, n.º 176.361. Santa Fé do Sul, julgado em 25-2-69, pela Egrégia Segunda Câmara Civil, sendo relator o Exmo. Des. Almeida Bicudo.

Nota - Vide o acórdão do Agravo de Instrumento, n.º 169.818, Sorocaba, julgado em 21-3-69, pela Egrégia Sexta Câmara Civil, sendo relator o Exmo. Des. Euler Bueno.

Nota - Vide o acórdão do Agravo de Instrumento, n.º 175.535 Campinas, julgado em 7-2-69, pela Egrégia Sexta Câmara Civil, sendo relator o Exmo. Des. Edgar de Souza.

DESAPROPRIAÇÃO QUE RECAI SOBRE ESPAÇO LIVRE OU PRAÇA. - O direito à indenização cabe à Municipalidade, eis que, efetuado o arruamento, se a Municipalidade aceita o plano, possibilitando o uso comum, opera-se a transferência do domínio particular para o domínio público. in casu, além da inscrição do loteamento, as ruas e praças foram entregues ao público, por força da lei municipal. Exegese razoável do art. 1.º do DL 58 de 1937.

Inocorrência de dissídio jurisprudencial, nos termos da Súmula 291. Recurso extraordinário não conhecido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - Ofereço como relatório o despacho que admitiu o recurso, lançado nos seguintes termos:

I - Trata-se de ação expropriatória proposta pela Fazenda do Estado contra Jacy Martins Alcântara e Hugo Narmi, tendo por objeto área destinada à construção de um estabelecimento escolar. Expedido mandado de citação, certificou o Oficial de Justiça pertencer a gleba à Municipalidade de São Paulo. Citada, esta defendeu-se, tachado de irrisória, a oferta, ressaltando-se o direito de abandonar o feito se comprovada oportunidade, a ilegitimidade de seu direito. Os réus acima mencionados contestaram a ação, como proprietários da área. Nessa qualidade recusaram a oferta, pois o valor do metro quadrado seria mais elevado, pedindo o arbitramento para justa indenização. Afinal, a ação, foi julgada procedente, condenada a autora a pagar aos últimos contestantes a indenização então fixada, com juros da emissão, honorários e custas, considerada indevida a intervenção da Municipalidade. Além do recurso de ofício, a autora apelou, insistindo na oferta inicial ou na do laudo de seus assistentes. Pediu, ainda, juros do trânsito em julgado, redução da verba advocatícia e custas proporcionais. A Municipalidade também apelou, pleiteando o pagamento da indenização, porque a desapropriação recaía em praça pública de loteamento aprovado e inscrito. O acórdão que se encontra a f. 297.304 deu provimento parcial ao apelo da Fazenda e ao recurso de ofício, bem como provimento total ao apelo da Municipalidade.

II - Recorrem os réus contra quem a ação foi inicialmente proposta, agora extraordinariamente, invocando as letras a e d do permissivo constitucional. Alegam infringência do art. 3.º do D. 58, de 1937, dos arts. 530, 1, 531 e 533 do C. Civ., bem como do art. 141, § 16, da Lei Magna.

Acrescentam haver, a respeito da matéria julgada, dissídio jurisprudencial

III - Uma simples leitura do acórdão recorrido revela que o mesmo focalizou questões jurídicas federais controvertidas e da maior relevância. A própria Municipalidade parece também assim entender, apesar do seu interesse na rejeição liminar do recurso, tanto que apenas se reservou para opinar oportunamente.

IV - Processe-se o recurso de folhas 306-310, corno de direito. São Paulo, 14 de junho de 1965. - (a.) Euclides Custódio da Silveira, Presidente do Tribunal de Justiça". (f. 318-319).

Acrescento que oferecidas as razões dos recorrentes (f 321-327), falou o Dr. Procurador da Justiça (f. 346), subindo os autos a esta instância, onde recebeu o seguinte parecer:

"1. Discute-se nos autos a melhor interpretação a ser dada ao art. 3.º do DI. 58/37. Trata-se de desapropriação feita pelo Estado de São Paulo, recaindo a mesma sobre espaço livre ou praça, tendo a Prefeitura de São Paulo ingressado na ação. A sentença de primeira instância declarou indevida a participação da Municipalidade, por não ser proprietária das áreas desapropriadas (f. 261), pertencente a loteamento.

2. Assim não entendeu o v. acórdão de f. 297, ora recorrido. Quanto aos fatos, não há dúvidas: "Aprovada a planta de loteamento (art. 1.º, § 1.º, do DI. 58, de 1937), procedeu-se à inscrição do loteamento, na Circunscrição Imobiliária competente. Depois disso, as vias de comunicação do loteamento foram entregues ao público, considerando-se oficializadas as ruas e praças, inclusive, por força da L. mun. 4.371, de 1953".

3. Por fim, declara o v. acórdão que não é a aprovação do loteamento que transforma os bens particulares em públicos mas sim a aceitação do loteamento pela Prefeitura, operando-se a afetação, concurso voluntário.

4. O recurso extraordinário é pelas letras a e d, trazendo o recorrente para confronto o acórdão prolatado no RE 34.116 (f. 311).

5. Somos pelo não conhecimento do recurso. Pela letra a, o acórdão recorrido não negou vigência de lei federal.

6. Pela letra d, o julgado no RE 34.116 no se identifica com o caso dos presentes autos, bastando salientar que nestes existe L. mun. 4.371/53, que oficializou as ruas e praças do loteamento em questão,

7. Finalmente, temos que o próprio acórdão recorrido traz em seu bojo, f. 303, o entendimento do eg. Supremo Tribunal, consubstanciado no RE 49.159, o qual perfilhamos.

8. Se conhecido, somos pelo improvimento do recurso. Brasília, DF, 23 de outubro de 1968. (a) Mauro Leite Soares, Assistente jurídico, requisitado. Aprovo: (a) Décio Miranda, Procurador-Geral da República". (f. 352-355).

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): - O acórdão recorrido pôs em destaque:

"Aprovada a planta de loteamento (art. 1.º § 1.º do DI. 58, de 1937), procedeu-se à inscrição do loteamento, ma Circunscrição Imobiliária competente.

Depois disso, as vias comunicação do loteamento foram entregues ao público, considerando-se oficializadas as ruas e praças, inclusive, por força da L. mun. 4.371, de 1953.

E, dada a oficialização, a Prefeitura procurou zelar pelo patrimônio, expulsando intrusos, tomando providências sobre desmoronamentos, autorizando a ligação de luz nas ruas, etc.

O tempo passou.

Em 8-5-61, o Governo do Estado baixou o D. 38.432, declarando de utilidade pública a área descrita na inicial.

E, segundo a planta, a desapropriação recaiu, exatamente, sobre espaço livre ou praça, pertencente ao arruamento do "Jardim Maringá" (f. 64, 167, 198, 215 e 238).

Não se contesta esse fato" (f. 300).

A seguir, discrepando da sentença, que repeliu a pretensão da Municipalidade sob fundamento de que a inscrição do loteamento não transfere o domínio para o Poder Público, o acórdão, recorrido atendeu à pretensão da apelante, dizendo textualmente:

"Não é a aprovação do loteamento, que transforma os bens particulares em públicos, tese que se tornaria insustentável diante da caducidade da licença de arruamento (art. 727 do Código de Obras), mas sim a aceitação do loteamento pela Prefeitura (afetação),

Assim, a teoria que realmente satisfaz é a do concurso voluntário.

Inicia-se o mesmo, com o pedido de aprovação da planta.

Executado o arruamento, se a Municipalidade aceita o plano, opera-se a transferência do domínio particular para o domínio público.

Para sua caracterização, é necessário o ato da oferta do particular ao Poder Público (aprovação da planta) e a aceitação por parte da Municipalidade.

Manifestada a vontade de ambas as partes, opera-se a transferência de domínio.

E isto se verificou, no caso dos autos.

As vias de comunicação se tomaram bens públicos de uso COMUM.

Finalmente, convém registrar que a jurisprudência citada pelos expropriados não ampara o seu ponto de vista.

No v. acórdão da eg, Sexta Câmara Civil (f. 246), não houve inscrição do loteamento. E, no julgado da R. T., 289/ 328 se afirmou que as estradas de rodagem não são vias de comunicação, no sentido do art. 3.º do DI. 58, de 1937.

Em resumo: dá-se provimento ao apelo da ré (Prefeitura Municipal de São Paulo), autorizando-a a levar a indenização". (f. 303-304),

Por aí se vê que o acórdão se baseou no princípio do concurso voluntário, segundo o qual se impõe o ato da oferta do particular ao Poder Público (aprovação da planta) e a aceitação por parte da Municipalidade. No caso, operou-se a transferência do domínio particular para o domínio público municipal. As vias de comunicação se tornaram bens públicos de uso comum, sendo entregues ao público (L. mun. 4.371, de 1953). Foi adotado razoável exegese do artigo 3.º do DI. 58, de 1937.

Verbis:

"A inscrição torna inalienáveis, por qualquer título, as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta" (f. 298).

LEI N.º 5.582 - DE 16 DE JUNHO DE 1970

Altera o artigo 16 do Decreto-Lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 16 do decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16.º O filho natural enquanto menor ficará sob o poder do genitor que o reconheceu e, se ambos o reconheceram, sob o poder da mãe, salvo se de tal solução advier prejuízo ao menor. § 1.º Verificado que não deve o filho permanecer em poder da mãe ou do pai, deferirá o Juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea, de preferência da família de qualquer dos genitores. § 2.º Havendo motivos graves, devidamente comprovados, poderá o Juiz, a qualquer tempo e cabe, decidir de outro modo, no interesse do menor".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D. O. União 17/6/71)

LEI N.º 5.587 - DE 2 DE JULHO DE 1970

Altera a redação do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros e dá outras providências.

O presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancione) a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 2.º do Decreto-lei n.º 499, de 17 de março de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º As atuais carteiras de identidade "modelo 19" de que trata o artigo 135 do Decreto n.º 3.010, de 20 de agosto de 1938, perderão sua validade decorrido o prazo de três anos da vigência do Decreto-lei n.º 670, de 3 de julho de 1969, após o que deverão ser apreendidas onde forem apresentadas e remetidas ao Departamento de Polícia Federal".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

D. O. União 3/7/70.

LEI N.º 5.597 - DE 31 DE JULHO DE 1970

Altera o início da vigência do Código Penal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 407 do Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pela Lei n.º 5.573, de 1.º de dezembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 407.º Este Código entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1972".

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D. O . União 31/7/70

LEI COMPLEMENTAR N.º 7 - DE 7 DE SETEMBRO DE 1970

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providencias.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1.º Para os fins desta Lei, 'entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por empregado todo aquele assim definido pela legislação trabalhista.

§ 2.º A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, farse-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o artigo 11 desta Lei.

Art. 2.º O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal. Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária Nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Art. 3.º O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas:

a) a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda devido, na forma estabelecida no § 1.º, deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Rendas;

b) a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento, como segue:

1) no exercício de 1971, 0,15%;

2) no exercício de 1972, 0,25%;

3) no exercício de 1973, 0,40%;

4) no exercício de 1974 e subseqüentes, 0,50%.

§ 1.º A dedução a que se refere a alínea a deste artigo será feita sem prejuízo do direito de utilização dos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor e calculada com base no valor do Imposto de Renda devido, nas seguintes proporções:

a) no exercício de 1971..... 2%

b) no exercício de 1972..... 3%

c) no exercício de 1973 e subseqüentes..... 5%

§ 2.º As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de recursos próprios de valor idêntico do que for apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3.º As empresas, que a título de incentivos fiscais estejam isentas, ou venham a ser isentadas, do pagamento do Imposto de Renda, contribuirão para o Fundo de Participação, na base de cálculo como se aquele tributo fosse devido, obedecidas as percentagens previstas neste artigo.

§ 4.º As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o Fundo na forma da lei.

§ 5.º A Caixa Econômica Federal resolverá os casos omissos, de acordo com os critérios fixados Pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4.º O Conselho Monetário Nacional poderá alterar, até cinquenta por cento (50%), para mais ou para menos, os percentuais de contribuição de que trata o § 2.º do artigo 3.º, tendo em vista

a proporcionalidade das contribuições.

Art. 5.º A Caixa Econômica Federal emitirá, em nome de cada empregado, uma Caderneta de Participação - Por. grama de Integração Social - movimentável na forma dos artigos 8.º e 9.º desta Lei.

Art. 6.º A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea b do artigo 3.º será processada mensalmente a partir de 1.º de julho de 1971.

Parágrafo único. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.

Art. 7.º A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

a) 5% (cinquenta por cento) de valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período;

b) os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

§ 1.º Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas informações fornecidas pelas empresas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, organizará um Cadastro-Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2.º A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de dez (10) meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3.º Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

Art. 8.º As contas de que trata o artigo anterior serão também creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, na mesma proporção da variação fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;

b) pelos juros de 3% (três por cento) ao ano, calcula. dos, anualmente, sobre o saldo corrigido dos depósitos;

c) pelo resultado líquido das operações realizadas com recursos do Fundo, deduzidas as despesas administrativas e as provisões e reservas cuja Constituição seja indispensável, quando o rendimento for superior à soma dos itens a e b.

Parágrafo único. A cada período de um ano, contado da data de abertura da Conta, será facultado ao empregado o levantamento do valor dos juros, da correção monetária contabilizada no período e da quota-parte produzida pelo item e anterior, se existir.

Art. 9.º As importâncias creditadas aos empregados nas cadernetas de participação são inalienáveis e impenhoráveis, destinando-se, primordialmente, à formação de patrimônio do trabalhador.

§ 1.º Por ocasião de casamento, aposentadoria ou invalidez do empregado titular da conta poderá o mesmo receber os valores depositados, mediante comprovação da ocorrência, nos termos do regulamento; ocorrendo a morte, os valores do depósito serão atribuídos aos dependentes, e, em sua falta, aos sucessores, na forma da lei.

§ 2.º A pedido do Interessado, o saldo dos depósitos poderá ser também utilizado como parte do pagamento destinado à aquisição da casa própria, obedecidas as disposições regulamentares previstas no art. 11.

Art. 10.º As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único. As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 11.º Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta Lei, a Caixa Econômica Federal submeterá à aprovação do Conselho Monetário Nacional o regulamento do Fundo, fixando as normas para o recolhimento e a distribuição dos recursos, assim como as diretrizes e os critérios para a sua aplicação.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional pronunciar-se-á, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, sobre o Projeto de regulamento do Fundo.

Art. 12.º As disposições desta Lei não se aplicam a quaisquer entidades integrantes da administração pública federal, estadual ou municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, direta ou indireta adotando-se, em todos os níveis, para efeito de conceituação, como entidades da Administração Indireta, os critérios constantes dos Decretos-leis ns.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 13.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de setembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gilbson Barboza

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagoa

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

D. União 8/9/70

DECRETO-LEI N.º 1.104 - DE 30 DE ABRIL DE 1970

Altera o Decreto-lei n.º 1.060, de 21 de outubro de 1969. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.060, de 21 de outubro de 1969, é acrescido de um parágrafo, na forma abaixo, passando a primeiro o atual parágrafo único:

"Art. 2.º.

§ 1.º

§ 2.º Considerando-se depositário, para todos os efeitos, aquele que detenha, por força de lei, valor correspondente a tributos descontados ou recebidos de terceiros, com a obrigação de os recolher aos cofres da Fazenda Nacional".

Art. 2.º O artigo 3.º do mencionado Decreto-lei passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe mais dois parágrafos na forma abaixo:

"Art. 3.º O Ministro da Fazenda, em decisão fundamentada, poderá determinar a prisão administrativa, por prazo não superior a noventa dias, do contribuinte que deixa de recolher aos cofres da Fazenda Pública o valor dos tributos de que é simples detentor, nos termos do § 2.º do artigo anterior.

1.º Se o beneficiário for pessoa jurídica, a prisão recairá em seus diretores, administradores e gerentes.

§ 2.º No caso do parágrafo anterior, havendo provas ou indícios veementes de locupletamento, poderá também ser decretada a prisão de sócios ou prepostos.

§ 3.º O Ministro da Fazenda dará imediato conhecimento da prisão ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos.

§ 4.º Na decisão que decretar a prisão administrativa, poderá o Ministro da Fazenda determinar o seqüestro dos bens dos responsáveis pelo não recolhimento dos tributos, e, se tratar de pessoa jurídica, também de bens particulares de seus diretores, administradores, gerentes, prepostos ou sócios, suficientes para garantir o ressarcimento da lesão causada aos cofres públicos.

§ 5.º Ficará sem efeito o seqüestro, se não for iniciada a ação fiscal dentro do prazo de trinta dias contados da data de sua efetivação.

§ 6.º O recolhimento do débito, com os acréscimos legais, faz cessar a prisão administrativa.

§ 7.º Os bens seqüestrados nos termos dos parágrafos anteriores terão o seguinte destino até solução final do litígio:

- a) o dinheiro será recolhido ao Banco do Brasil S. A. em conta especial;
- b) os títulos de crédito e de renda e os títulos ou ações de participação em empresa ou valores assemelhados serão depositados no Banco do Brasil S. A.;
- c) os demais bens móveis serão depositados em órgãos da Secretaria da Receita Federal;
- d) os imóveis serão entregues ao órgão responsável pelo patrimônio da União".

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO C. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

D. O . União 30/4/70

DECRETO N.º 67.375 - DE 13 DE OUTUBRO DE 1970

Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, 111, da Constituição,

Considerando que o Decreto-lei número 1.000, de 21 de outubro de 1969, dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior;

Considerando que, por força dos Decretos ns. 65.905, de 19 de dezembro de 1969, e 66.460, de 20 de abril de 1970, o prazo para a entrada em vigor do citado Decreto-lei n.º 1.000, a que se refere o seu art. 302, foi prorrogado para 21 de outubro de 1970;

Considerando, porém, que o Poder Executivo vai remeter ao Congresso Nacional, por meio de mensagem, projeto de lei, visando à alteração de várias disposições da mencionada lei,

Considerando, assim, ser de toda a conveniência que, ao entrar em vigor a lei nova, já tenha esta sua estrutura definitiva, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 30 de junho de 1971 o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos obedecerá ao disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, e seu regulamento baixado pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e demais disposições, em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 1970, 149ª da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo, Buzaid

D. O. União 14/10/70

DECRETO-LEI N.º 223, DE 17 DE ABRIL DE 1970

Restabelece as divisas entre os Municípios de Santo André e Município de Mauá.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º Ato Institucional n.º 5, de 12 de dezembro de 1968.

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam mantidas as dividas entre os Municípios de Santo André e Mauá, fixadas nos Anexos II das Leis ns.º. 2.456 e 5.121, respectivamente, de 30 de dezembro de 1953, e 31 de dezembro de 1958, em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, que anulou a Lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963, republicada pela Assembléia sob n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, na parte do Anexo II, referente às divisas dos mesmos Municípios.

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de abril de 1970.

Nelson Peterson da Costa, Diretor Administrativo, Substituto.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

CC-ATL n.º 81.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso texto de decreto-lei, aprovado pela Comissão Especial instituída pela Resolução n.º 2197, de 3 de março de 1969, que estabelece as divisas entre os Municípios de Santo André e Mauá, de acordo com veneranda decisão judicial transitada em julgado.

A lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963, republicada sob n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964 pela Assembléia Legislativa, no Anexo II, retirou área de, aproximadamente, 4,2 quilômetros quadrados do Município de Santo André para incorporá-la ao Município de Mauá. Não se conformando com a aludida transferência, impetrou, o então Prefeito de Santo André, mandado de Segurança contra essa disposição.

O egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, decidiu "anular a Lei n.º 8.050, de 1963, na parte em que estabeleceu as divisas entre os Municípios de Santo André e Mauá, ficando em consequência mantidas as antigas divisas entre os dois referidos municípios, de acordo com a fixação feita pelas leis quinquenais ns.º 2.456 e 5.121, respectivamente de 1953 e 1958". Essa veneranda decisão foi proferida nos autos de mandado de segurança, n.º 133.933, da Comarca de Santo André, em que é impetrante o Prefeito Municipal de Santo André, figurando como impetrados o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O recurso extraordinário que a Fazenda do Estado, a Assembléia Legislativa e a Prefeitura de Mauá interpuseram contra a decisão do Tribunal de São Paulo, "não foi conhecido" pelo Conselho Supremo Tribunal Federal, conforme acórdão proferido no Recurso Extraordinário n.º 58692.

Tendo passado em julgado aquela decisão e em face do pedido de cumprimento formulado pelo Poder Judiciário, impõe-se o restabelecimento das antigas divisas entre os Municípios de Santo André e Mauá, fixadas pelas Leis ns.º 2.456 e 5.121, de 1953 e 1958, respectivamente.

É o que se propõe no anexo projeto de decreto-lei.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito.

José Henrique Turner, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil.

D. O. - 18/4/70

DECRETO-LEI N.º 224, de 17 DE ABRIL DE 1970

Restabelece entre os Municípios de Santo André e Rio Grande da Serra, divisas fixadas pela Lei n.º 2.456 de 30 de dezembro de 1953.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Derreta:

Artigo 1.º Ficam mantidas, como divisas, entre os Municípios de Santo André (distrito de Paranapiacaba) e Rio Grande da Serra (ex-distrito de Icatuaçu) as fixadas pela Lei n.º 2.456, de 30 de dezembro de 1953, entre o primeiro desses Municípios e o antigo distrito de Icatuaçu, pertencente à época ao Município de Ribeirão Pires, em cumprimento a decisão judicial, transitada em julgado, que decretou a ilegalidade da Lei n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, na parte do Anexo II, referente às divisas então existentes entre os Municípios de Santo André e Ribeirão Pires, das quais resultou anexação de área desmembrada do Distrito de Paranapiacaba, ao Município de Rio Grande da Serra.

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1970.

ROBERTO, COSTA DE ABREU SODRÉ.

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça.

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de abril de 1970.

Nelson, Peterson da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

CC-ATL n.º 82.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência o incluso texto de decreto-lei, aprovado pela Comissão Especial instituída pela Resolução n.º 2.197, de 3 de março de 1969, que restabelece entre os Municípios de Santo André e Rio Grande da Serra as divisas fixadas pela Lei n.º 2.456, de 30 de dezembro de 1953, entre os distritos de Paranapiacaba - Município de Santo André - e Icatuaçu, então pertencente ao Município de Ribeirão Pires, em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado.

A Lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963, republicada pela Assembléia Legislativa sob o n.º 8092, de 28 de fevereiro de 1964, no Anexo II transferiu, para o Município de Piro Grande da Serra, área de, aproximadamente, 3 quilômetros quadrados pertencente ao Município de Santo André.

O então Prefeito do município prejudicado impetrou mandado de segurança contra essa disposição.

O egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem conceder a segurança impetrada,, declarando sem efeito a transferência operada, ao mesmo tempo em que mantinha as antigas divisas existentes entre os Municípios de Santo André e Ribeirão Pires, fixadas pela Lei n.º 2.456, de 30 de dezembro de 1953.

O v. acórdão foi proferido nos autos de mandado de segurança n.º, 134.215, da Comarca da Capital, em que é impetrante o Prefeito Municipal de Santo André, figurando, como impetrado, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O recurso extraordinário, interposto. pela Fazenda do Estado, "não foi conhecido" pelo colendo Supremo Tribunal Federal - conforme acórdão, proferido nos autos do Recurso Extraordinário n.º 60.158.

Impõe-se, assim, em face da solicitação do Poder Judiciário de cumprimento do v. acórdão, o restabelecimento das divisas fixadas pela Lei n.º 2.456-53 ilegalmente alteradas pela Lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963.

Justificado, desse modo, o projeto de decreto-lei ora apresentado, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito.

José Henrique Turner - Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil.

D. O. - 18/4/70

DECRETO-LEI N.º 225, DE 17 DE ABRIL DE 1970

Torna sem efeito a criação do Município de Vargem e reintegra o respectivo território no Município de Bragança Paulista.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do ar- 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 12 de dezembro de 1968.

Decreta:

Artigo 1.º - Em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, fica declarada sem efeito a Lei n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, na parte relativa à criação do Município de Vargem, mantida pelo Decreto-lei n.º 158, de 28 de outubro de 1969, voltando, em consequência, o respectivo território, a integrar, como distrito, a partir de 1.º de janeiro de 1964, o Município de Bragança Paulista.

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ.

Hely Lopes Meirelles - Secretário da Justiça.

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de abril de 1970.

Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo - Substituto.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

CC-ATL n.º 83.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o incluso texto de decreto-lei, aprovado pela Comissão Especial instituída pela Resolução n.º 2.197, de 3 de março de 1969, que torna sem efeito a criação do Município de Vargem e reintegra o respectivo território no Município de Bragança Paulista.

Com o território do distrito de Vargem. Grande, integrante do Município de Bragança Paulista, foi criado o Município de Vargem, pela Lei n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, situação esta mantida pelo Decreto-lei n.º 158, de 28 de outubro de 1969, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado.

Em virtude, porém, de mandado de segurança impetrado pela Prefeitura de Bragança Paulista, houve por bem o egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, invalidar aquela medida (Acórdão da 6. Câmara Cível no Mandado de Segurança n.º 134.258), em face do V. Acórdão do Colendo Supremo Tribunal Federal proferido no Recurso Extraordinário n.º 14.511, interposto pela mesma Prefeitura contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que havia, inicialmente, concedido a segurança.

Conforme esclarece o primeiro Acórdão citado, a "criação do Município de Vargem, com o desmembramento do seu território daquele que constitui o do Município de Bragança Paulista, resultou aplicação do artigo 8.º, § 3.º, da Lei n.º 2.081, de 27'12-1952, uma vez que na consulta plebiscitária se verificou um empate. Declarado inconstitucional esse artigo 8.º, § 3.º da citada Lei n.º 2.081, pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, deixa de ter suporte legal o ato da Augusta Assembléia ao contrariar o resultado do plebiscito. Este, como consulta, tem o seu resultado positivo em consequência da maioria que se formar. No caso, verificado o empate, a conclusão inegável é a de que não reuniu a consulta e maioria necessária para se ter como aprovada pelos votantes a criação do município. Em tais condições, o ato da Augusta Assembléia, estribado em dispositivo legal fulminado de inconstitucionalidade, não pode subsistir".

Como no caso de medida semelhante consubstanciada no Decreto-lei n.º 163, de 18 de novembro de 1969 - reintegração do distrito de Terra Nova D'Oeste no Município de Santa Mercedes -, não se trata, na espécie, de fazer modificação no quadro da organização administrativa e territorial do Estado, fora dos quinquênios estabelecidos, mas de repor uma situação anterior, já que a nova não encontra apoio legal.

Tendo em vista que a criação do Município de Vargem decorreu da Lei n.º 8.092, citada, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 1964, cumpre tornar sem efeito a medida em tela a partir desta última data.

Com os esclarecimentos supra, reitero a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito.

José Henrique Turner, Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil.

D.O. 18/4/70

DECRETO-LEI 226, DE 17 DE ABRIL DE 1970

Torna sem efeito a criação do município de Brás Cubas, cujo território volta a integrar, como distrito, o Município de Mogi das Cruzes.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Artigo 1.º - Em cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, fica declarada sem efeito, na parte relativa à criação do Município de Braz Cubas, a Lei n.º 8050, de 31 de dezembro de 1963, republicada pela Assembléia Legislativa sob n.º 8092, de 28 de fevereiro de 1964, e mantida pelo Decreto-lei n.º 158, de 28 de outubro, de 1969 voltando, em consequência o seu território, a integrar, como distrito, o Município de Mogi das Cruzes, a partir de 1.º de janeiro de 1964.

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de abril de 1970

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo Subst.^o

Exposição de Motivos

GC-ATL n.^o 85

Senhor Governador

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso texto de decreto-lei, aprovado pela Comissão Especial instituída pela Resolução n.^o 2.197, de 3 de março de 1969, que torna sem efeito a criação do Município de Braz Cubas, cujo território se reintegra, como distrito, no Município de Mogi das Cruzes.

Em 1963, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pela Resolução n.^o 365, determinou fosse feito plebiscito só então distrito de Braz Cubas, tendo em vista a sua elevação o Município. A população de Jundiapéba teve que ser também consultada para dizer se desejava sua anexação ao novo município, caso fosse criado, ou ao de Suzano, para que não fosse quebrada a continuidade territorial do Município de Mogi das Cruzes.

O resultado das consultas foi este: favorável à criação do Município de Braz Cubas e desfavorável à anexação de Jundiapéba a outro município.

Observou, nesse passo, o egrégio Tribunal de Justiça que, se o distrito de Jundiapéba não podia ser desanexado de Mogi das Cruzes, impossível seria também a elevação de Braz Cubas a Município.

Pelo citado motivo e pela manifesta ilegalidade com que se realizou o plebiscito de Jundiapéba, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo anular as referidas consultas plebiscitárias determinadas pela Assembléia Legislativa. É o que consta do V. acórdão proferido nos autos de Mandado de Segurança n.^o 130.993, da Comarca de Mogi das Cruzes, em que são impetrantes o Prefeito e o Prefeito da Edilidade de Mogi das Cruzes, sendo impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O Recurso Extraordinário interposto pela Assembléia Legislativa de São Paulo não foi conhecido pelo Colendo Supremo Tribunal Federal consoante decisão proferida nos autos do Recurso Extraordinário n.^o 57.126.

Consequentemente, faz-se restabelecer a situação anterior de modo a que o território de Braz Cubas se reintegre, como distrito, no Município de Mogi das Cruzes.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu profundo respeito.

José Henrique Turner, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil.

D. O. 18/4/70

DECRETO-LEI N.^o 236, DE 30 DE ABRIL DE 1970

Revoga a Lei n.^o 7.489, de 26 de novembro de 1962 e autorizada a abertura de crédito suplementar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.^o 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.^o do artigo 2.^o do Ato Institucional n.^o 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Artigo 1.^o - Fica revogada a Lei n.^o 7.489, de 26 de novembro de 1962, que dispõe sobre a remuneração, pelo Estado, de advogados dativos.

Artigo 2.^o - Nas Comarcas em que não houver Procurador do Estado para a Assistência Judiciária, ou for insuficiente o seu número, assim declarado pelo Procurador Geral do Estado, serão designados advogados, nos termos dos §§ 2.^o e 3.^o do artigo 5.^o da Lei federal n.^o 1060, de 5 de fevereiro de 1950.

Artigo 3.^o - Para atendimento da despesa com o credenciamento de estudantes de Faculdades de Direito, como estagiários junto à Procuradoria Geral do Estado, fica o Poder Executivo autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, à Justiça. - Procuradoria Geral do Estado, crédito suplementar até o valor de NCr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros novos).

Parágrafo único - O crédito a que se refere este artigo será coberto com recursos de redução, em igual quantia, da dotação consignada ao Código local 21 - Administração Geral do Estado - Elemento 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros.

Artigo 4.^o - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de abril de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Luís Arrobas Martins, Secretário da Fazenda

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de abril de 1970

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

D. O. 1.º/5/70

DECRETO-LEI N.º 257, DE 29 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Artigo 1.º - O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, entidade autárquica autônoma, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de São Paulo, reger-se-á pelo presente Decreto-Lei.

Artigo 2.º - O IAMSPE tem por finalidade precípua prestar assistência médica e hospitalar, de elevado padrão, nos seus contribuintes e beneficiários.

Parágrafo único - Para a consecução de seus fins, o IAMSPE poderá:

1 - incentivar o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento no campo da Medicina a fim de manter elevado o seu padrão assistencial;

2 - criar e organizar cursos ligados ao ensino de todas as suas atividades desde que conte com subvenção ou auxílios especiais;

3 - propiciar condições de aperfeiçoamento técnico científico aos seus servidores, a fim de elevar o nível de ensino a ser ministrado pelo IAMSPE;

4 - promover campanhas de Saúde Pública que beneficiem diretamente os servidores públicos estaduais, e facultativamente, participar de outras que beneficiem a população em geral.

Artigo 3.º - Consideram-se contribuintes do IAMSPE:

I - os servidores públicos estaduais, inclusive os inativos, dos Poderes Executivo e suas Autarquias, Legislativo e Judiciário, excetuando-se os que tenham regime previdenciário próprio; II - as viúvas dos servidores referidos no item anterior.

§ 1.º - As viúvas e os inativos poderão solicitar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, respectivamente, do falecimento do contribuinte, e de sua aposentadoria, o cancelamento de sua inscrição como contribuinte.

§ 2.º - Para os atuais inativos e viúvas, o prazo previsto no parágrafo anterior contar-se-á da data da publicação deste Decreto-Lei.

§ 3.º - Os inativos anteriores à vigência da Lei n.º 3.819, de 5 de fevereiro de 1957, deverão completar as contribuições devidas, a partir daquela data, na forma estabelecida pela Administração do IAMSPE, sem prejuízo dos descontos necessários, imediatamente após a publicação deste Decreto-Lei.

§ 4.º - O período de carência será susgado para aqueles que ora o estão cumprindo, ficando obrigados ao pagamento do restante do débito na forma estabelecida pela Superintendência do IAMSPE sem prejuízo dos descontos devidos, a partir da publicação deste Decreto-Lei.

Artigo 4.º - Poderão requerer sua inscrição como contribuintes os servidores das serventias da Justiça não oficializada, desde que em atividade, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto-Lei, mediante o recolhimento da contribuição de 3% sobre o total da sua remuneração.

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo, para os servidores da justiça contratados após a publicação deste Decreto-Lei, contar-se-á da data de sua admissão no respectivo Cartório, Ofício ou Tabelionato.

Artigo 5.º - Vencidas e não pagas três contribuições mensais seguidas, caducará a inscrição dos contribuintes previstos no artigo anterior.

§ 1.º - Considera-se vencida a contribuição não paga até o dia 10 do mês a que corresponda.

§ 2.º - As contribuições em mora ficam sujeitas a multa de 10% sobre o seu respectivo valor.

Artigo 6.º - O cancelamento da inscrição pelos contribuintes a que se referem o § 1.º, do artigo 3.º, e o artigo 4.º, acarretará a perda do direito a assistência médico-hospitalar, de forma

irreversível.

Parágrafo único - O cancelamento somente surtirá efeito após sua publicação no Diário Oficial, sendo devidas as contribuições previstas até esta data.

Artigo 7.º - Consideram-se beneficiários do Contribuinte:

I - a esposa;

II - o esposo, desde que incapacitado para o trabalho, sem economia própria e não amparado por outro regime previdenciário;

III - os filhos solteiros até completarem 21 anos;

IV - os filhos maiores até 24 (vinte e quatro) anos, cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

V - os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho, sem economia própria e não amparados por outro regime previdenciário;

VI - os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário e que vivem às expensas, do contribuinte.

§ 1.º - Equiparam-se a filhos do contribuinte, para os efeitos deste Decreto-Lei:

a) os adotivos;

b) os enteados;

c) os menores que, por determinação judicial, se aliem sob sua guarda;

d) os tutelados, sem economia própria.

§ 2.º - Falecidos os pais naturais, o contribuinte poderá inscrever como beneficiários, os adotivos, sem economia própria e que vivam às suas expensas, desde que não amparados por outro regime previdenciário.

§ 3.º - No caso de desquite, a esposa poderá continuar como beneficiária, se houver declaração expressa do contribuinte nesse sentido.

§ 4.º - O contribuinte solteiro, o viúvo, bem como o desquitado que não tenha mantido a inscrição da ex-esposa, poderão instituir como beneficiária a companheira, observadas as condições estabelecidas pelo IAMSPE.

Artigo 8.º - Consideram-se beneficiárias do contribuinte falecido:

I - os filhos solteiros até completarem 21 (vinte e um) anos;

II - os filhos maiores, até 24 (vinte e quatro) anos cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

III - os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho, sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário;

IV - os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria, não amparados por outro regime previdenciário.

Artigo 9.º - Os serviços de assistência médico-hospitalar serão gratuitos ou parcialmente remunerados, de acordo com o que for estabelecido pela Superintendência do IAMSPE.

Artigo 10.º - Nos serviços em que o desgaste de material terapêutico empregado for constante e independente do uso, poderá o IAMSPE prestar assistência médica, sem prejuízo de seus legítimos usuários, a pacientes não previstos neste Decreto-Lei.

Artigo 11.º - Para prestação de seus serviços, o IAMSPE atenderá os usuários através de hospitais próprios, ou de convênios, ou ainda, de médicos credenciados.

Artigo 12.º - O IAMSPE será dirigido por um Superintendente, de reconhecida capacidade técnica e administrativa, relacionado com a atividade da Autarquia, nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, mediante prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

Artigo 13.º - O IAMSPE contará com um Conselho Consultivo composto de quatro (4) membros portadores de diploma de nível superior, nomeados pelo Governador do Estado.

Artigo 14.º - O Superintendente do IAMSPE, presidirá as reuniões do Conselho Consultivo.

Artigo 15.º - A competência do Conselho Consultivo será estabelecida em Decreto do Poder Executivo.

Artigo 16.º - O Superintendente e os membros do Conselho Consultivo do IAMSPE, receberão gratificação por sessão a que comparecerem, na forma fixada em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único - O Superintendente, além da gratificação prevista neste artigo, fará jus a uma verba mensal de representação estabelecida pelo Governador do Estado.

Artigo 17.º - São órgãos do IAMSPE, todos subordinados à Superintendência:

I - Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" (nível departamental);

II - Departamento de Convênios e Credenciamentos;

III - Departamento de Administração.

Artigo 18.º Todos os órgãos do IAMSPE terão sua competência estabelecida em decreto do Poder Executivo.

Artigo 19.º - A tutela financeira do IAMSPE será exercida pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único - O IAMSPE gozará, inclusive no que se refere a seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios e imunidade conferidas à Fazenda Estadual, assim como das mesmas vantagens dos demais serviços públicos estaduais.

Artigo 20.º - A receita do IAMSPE será constituída de:

I - contribuição obrigatória de 3% sobre o padrão de vencimentos ou salários dos servidores públicos estaduais;

II - contribuição de 3% sobre proventos de inativos;

III - contribuição de 1% sobre o total de pensão de viúvas de ex-servidores públicos estaduais;

IV - contribuição de 3% sobre a remuneração total dos servidores das serventias da Justiça não oficializadas, na forma estabelecida em regulamento;

V - rendas próprias, inclusive patrimoniais;

VI - subvenções e auxílios especiais que lhe forem concedidos, inclusive os destinados a ensino e pesquisa.

§ 1.º - A contribuição a que se refere o item 1, deste artigo, incidirá também sobre a parte variável que compõe a remuneração dos servidores sujeitos a esse regime de pagamento.

§ 2.º - As contribuições de viúvas e inativos serão descontadas nas fontes pagadoras e obrigatoriamente recolhidas até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao respectivo desconto, ao Banco do Estado de São Paulo, em conta nominal do IAMSPE, movimentada pelo Superintendente da Autarquia.

§ 3.º - A Secretaria da Fazenda deverá, no prazo de 60 dias, depositar diretamente no Banco do Estado ou da Caixa Econômica Estadual, em conta do IAMSPE, o produto de arrecadação das contribuições obrigatórias descontadas em folha dos servidores públicos estaduais, que lhe são atribuídas.

Artigo 21.º - Constituem patrimônio do IAMSPE:

I - os imóveis destinados ao seu funcionamento;

II - as respectivas instalações e equipamentos;

III - outros bens e valores que vierem a ser incorporados;

IV - doações, legados e auxílios.

Artigo 22.º - O orçamento do IAMSPE será aprovado por Decreto do Governador do Estado.

Artigo 23.º - O regime jurídico de trabalho do pessoal do IAMSPE será o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 24.º A admissão de pessoal será feita mediante sistema de seleção, na forma a ser definida em regulamento interno.

Artigo 25.º - O IAMSPE adotará sistema de remuneração estabelecido em plano de classificação de funções.

Artigo 26.º - O IAMSPE, poderá, facultativamente, prestar aos seus servidores e respectivos beneficiários, assistência médica e hospitalar, nos termos estabelecidos neste Decreto-Lei.

Parágrafo único - O recolhimento das contribuições do pessoal a que se refere o presente artigo, será na forma estabelecida pelo Conselho Consultivo do IAMSPE.

Artigo 27.º - O Poder Executivo expedirá a regulamentação deste decreto-lei

Artigo 28.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as Leis ns. 1.856, de 28 de outubro de 1952, 3.819, de 5 de fevereiro de 1957, 9.323, de 11 de maio de 1966, 10.269 de 6 de dezembro de 1968, o Decreto-Lei n.º 131 de 12 de julho de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de maio de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Virgílio, Lopes da Silva - Secretário do Trabalho e Administração

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de maio de 1970.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

D. O. 30/5/70

LEI N.º 10.379, DE 31 DF, JULHO DE 1970

Dispõe sobre a revalorização dos padrões de vencimentos dos números da Magistura do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os padrões de vencimentos dos membros da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, de que tratam os artigos 4.º o e 5.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968, ficam revalorizados na seguinte conformidade:

Tabela I - Magistratura e Tribunal de Contas

Padrão "A" - Juiz Substituto de Circunscrição e Juiz de Investidura Temporária.....
960,00

Padrão "B" - Juiz de Direito de 1.ª entrância.....
1.080,00

Padrão "C" - Juiz de Direito de 2.ª entrância.....
1.200,00

Padrão "D" - Juiz de Direito de 3.ª entrância
1.320,00

Padrão "E" - Juiz de Direito de entrância especial, Juiz Substituto de 2.ª Instância e Auditor da Justiça Militar.....
1.560,00

Padrão "F" - Juiz dos Tribunais de Alçada Civil e Criminal e Juiz do Tribunal de Justiça Militar.....
1.600,00

Padrão "G" - Desembargador do Tribunal de Justiça e Conselheiro do Tribunal de Contas.....
1.760,00

Tabela II - Ministério Público

Padrão "A" - Promotor Público Substituto.....
960,00

Padrão "B" - Promotor Público de 1.ª entrância.....
1.080,00

Padrão "C" - Promotor Público de 2.ª entrância.....
1.200,00

Padrão "D" - Promotor Público de 3.ª entrância.....
1.320,00

Padrão "E" - Promotor Público e Curador de entrância especial, Promotor Público Substituto de 2.ª Instância e Promotor da Justiça Militar.....
1.560,00

Padrão "F" - Procurador da Justiça e Procurador da Justiça Militar.....
1.600,00

Padrão "G" - Procurador Geral da Justiça.....
1.760,00

Parágrafo único - Os Juízes de Direito e os Promotores Públicos, ainda classificados em 4.4 entrância, ficam com os seus vencimentos fixados na importância de Cr\$ 1.430,00 mensais, valor sobre o qual serão calculados adicionais por tempo de serviço, a gratificação de que trata o artigo 16 da lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968, e as demais vantagens a que fizerem jus.

Artigo 2.º - As disposições desta lei aplicam-se aos inativos, nas mesmas bases e condições.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, supridas as deficiências através de créditos suplementares às mesmas dotações, que o Poder Executivo fica autorizado a abrir na Secretaria da Fazenda, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público até o valor de Cr\$ 2.216.517,00 (dois milhões, duzentos e dezesseis, mil, quinhentos e dezessete cruzeiros).

Parágrafo único - O crédito a que se refere este artigo será coberto com recursos de redução, em igual quantia, das dotações consignadas nos seguintes códigos do orçamento vigente:

1) 02-02 - 3.0.0.0 - 3.1.0.0 - 3.1.10.....	50.000,00
2) 03-01 - 3.0.0.0 - 3.1.0.0 - 3.1.1.0.....	1.000.000,00
3) 03-04 - 3.0.0.0 - 3.1.0.0 - 3.1.1.0.....	1.000.000,00
4) 17-02 - 3.0.0.0 - 3.1.0.0 - 3.1.5.0.....	164.000,00
5) 17-02 - 3.0.0.0 - 3.2.0.0 - 3.2.8.0.....	2.517,00

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 31 de julho de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 31 de julho de 1970.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst. D. O. 1.º/8/70

DECRETO N.º 52.474, DE 25 DE JUNHO DE 1970

Aprova o Regulamento de adaptação do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE - ao Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica aprovado o regulamento de adaptação do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE - ao Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os decretos ns.º 38.468, de 15 de maio de 1961 - 38.922 de 17 de agosto de 1961 - 41.633 de 11 de fevereiro de 1963 - 44.062 de 13 de janeiro de 1964 e sua tabela anexa, 45.660 de 10 de dezembro de 1965, 48.212 de 7 de julho de 1967, 49.203 de 11 de janeiro de 1968, 49.249 de 30 de janeiro de 1968, 49.323 de 20 de fevereiro de 1968.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de julho de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Virgílio Lopes da Silva, Secretário do Trabalho e Administração

Publicado na Casa Civil, aos 25 de junho de 1970.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S. N. A.

REGULAMENTO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

SEÇÃO I

Da Denominação e Tutela

Artigo 1.º - O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE - entidade autárquica, vinculada administrativamente à Secretaria do Trabalho e Administração, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de São Paulo, regular-se-á pelo presente regulamento.

Artigo 2.º - A tutela financeira do IAMSPE será exercida pela Secretaria da Fazenda, cabendo a ela expedir normas gerais referentes as contribuições e recolhimentos devidos à Autarquia.

SEÇÃO II

Das Finalidade

Artigo 3.º - Compete ao IAMSPE:

I - Prestar assistência médica e hospitalar, de elevado padrão, aos seus usuários.

§ 1.º - A Superintendência fixará tabela de preços dos serviços a que se refere este item.

§ 2.º - Em casos excepcionais, e a critério da Superintendência do IAMSPE, poderá ser concedida gratuidade dos serviços prestados, após estudo sócio-econômico das condições do contribuinte, desde que esse não possa pagar as despesas pelas quais é responsável, sem prejuízo da própria manutenção.

§ 3.º - Nos serviços em que o desgaste de material terapêutico for constante e independente do uso, poderá o IAMSPE, prestar assistência médica, sem prejuízo de seus legítimos usuários, a pacientes não previstos neste regulamento.

Artigo 4.º - Para a consecução de seus fins, o IAMSPE poderá:

I - incentivar o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento no campo da medicina, a fim de manter elevado o seu padrão assistencial;

II - criar e organizar cursos ligados ao ensino de todas as suas atividades desde que conte com subvenção ou auxílios especiais;

III - propiciar condições de aperfeiçoamento técnico científico aos seus servidores, a fim de elevar o nível de ensino a ser ministrado pelo IAMSPE;

IV - promover campanhas de Saúde Pública que beneficiem diretamente os servidores públicos

estaduais, e facultativamente, participar de outras que beneficiem a população em geral.
Artigo 5.º - Na prestação de seus serviços o IAMSPE atenderá os usuários através de hospitais próprios ou convênios, ou ainda, de médicos credenciados.

SEÇÃO III

Dos Usuários

Contribuintes e Beneficiários

Artigo 6.º - São contribuintes do IAMSPE:

I - Os servidores públicos estaduais, inclusive os inativos, dos Poderes Executivo e suas autarquias, Legislativo e Judiciário, excetuando-se os que tenham regime previdenciário próprio;

II - As viúvas dos servidores referidos no item I;

III Os servidores das serventias da Justiça não oficializadas, quando no exercício de suas funções e que tenham requerido sua inscrição como contribuintes deste Instituto.

Parágrafo único - Compreendem-se também no item I, os servidores públicos estaduais que exerçam cargos em comissão, os que prestam serviços de natureza remuneradas pelo Estado, salvo os sujeitos a outro regime previdenciário, bem como os secretários de estado e os deputados estaduais no exercício de seus mandatos.

Artigo 7.º - Consideram-se beneficiários do contribuinte:

I - a esposa;

II - o marido, desde que incapacitado para o trabalho, sem economia própria e não amparado por outro regime previdenciário;

III - os filhos solteiros até completarem 21 (vinte e um) anos;

IV - os filhos maiores até 24 (vinte e quatro) anos cursando estabelecimento de ensino superior, desde que sem economia própria;

V - os filhos maiores, desde que incapacitados para o trabalho sem economia própria e não amparados por outro regime previdenciário;

VI - os pais, padrasto e madrasta, desde que sem economia própria não amparados por outro regime previdenciário e que vivam as expensas do contribuinte:

§ 1.º - Equiparam-se a filhos do contribuinte, para efeitos de atendimento pelo IAMSPE:

1 - os adotivos;

2 - os enteados;

3 - os menores que, por determinação judicial se achem sob sua guarda;

IV - os tutelados sem economia própria.

§ 2.º - O contribuinte poderá inscrever como beneficiário, os pais adotivos, desde que não amparados por outro regime previdenciário, sem economia própria e que vivam às suas expensas. A inscrição dos adotivos exclui a dos naturais e somente será feita se não inscritos estes últimos.

§ 3.º - No caso de desquite, a esposa poderá continuar como beneficiária se houver declaração expressa do contribuinte nesse sentido.

4.º - O contribuinte viúvo, solteiro ou desquitado, que não tenha mantido a inscrição da ex-esposa, poderá instituir, como beneficiária, a companheira, com quem viva sob o mesmo teto, há mais de três anos.

§ 5.º - O contribuinte referido no parágrafo anterior poderá inscrever a companheira uma só vez, salvo a hipótese de falecimento desta.

§ 6.º - O contribuinte desquitado somente terá direito a inscrever a companheira, se a ex-esposa não estiver registrada no IAMSPE.

§ 7.º - Nos casos de casamento do contribuinte, ou de restabelecimento da sociedade conjugal do contribuinte desquitado, dar-se-á o cancelamento do registro da companheira como beneficiária.

Artigo 8.º - Consideram-se beneficiários do contribuinte falecido:

I - os filhos menores, observadas as condições previstas no artigo anterior;

II - os filhos maiores, mencionados nos itens IV e V do artigo anterior;

III - as pessoas mencionadas no item IV do artigo anterior inscritas no IAMSPE antes do falecimento do contribuinte.

Artigo 9.º - As contribuições devidas pelos contribuintes definidos nos itens I e II do artigo 6.º serão descontadas pelos respectivos órgãos pagadores e depositadas no Banco do Estado de São Paulo S. A., ou na Caixa Econômica Estadual, em nome do IAMSPE até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao respectivo desconto.

Artigo 10.º - As contribuições devidas pelos contribuintes definidos no parágrafo único e item II

do artigo 6.º serão colhidos diretamente no Setor de Arrecadação do IAMSPE.

Parágrafo único - Aos contribuintes de que trata este artigo e que se encontram sediados no interior, fica facultado o recolhimento através de cheques visados em favor do IAMSPE, remetendo-os ao Setor de Arrecadação deste Instituto.

Artigo 11.º - Os inativos anteriores à vigência da Lei n.º 3.819, de 5 de fevereiro de 1957, deverão completar as contribuições devidas ao IAMSPE, a partir daquela data, efetuando o seu recolhimento diretamente ao Setor de Arrecadação deste Instituto, independentemente das contribuições normais previstas no artigo 9.º deste Decreto.

§ 1.º - O recolhimento poderá ser feito em até 10 consecutivas, nunca inferiores a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) cada urna.

§ 2.º - Com o pagamento da primeira parcela será sustada o período de carência, ficando o contribuinte habilitado, desde logo, a receber o atendimento médico-hospitalar.

§ 3.º - O não recolhimento de duas parcelas consecutivas implicará na sustação do direito previsto no parágrafo anterior, que será restabelecido após a liquidação do débito total.

Artigo 12.º - Vencidas e não pagas três contribuições mensais, seguidas, caducará a inscrição dos contribuintes referidos no item III do artigo 6.º deste Decreto.

§ 1.º - Consideram-se vencidas as contribuições não pagas até o dia 10 de cada mês a que correspondam.

§ 2.º - As contribuições em mora ficam sujeitas à multa de 10% sobre o seu respectivo valor.

Artigo 13.º - Os usuários do IAMSPE, por ocasião de seus registros, deverão apresentar prova de identidade e de contribuição, bem como as demais provas complementares estabelecidas por este Decreto.

Artigo 14.º - Para efeito de registro no IAMSPE, os beneficiários além da prova de contribuição do respectivo contribuinte e de identidade, quando maiores, deverão apresentar:

I - a esposa: certidão de casamento;

II - o marido incapacitado:

a) prova de interdição judicial ou laudo médico do IAMSPE comprovando sua incapacidade para o trabalho;

b) declaração firmada pela esposa, sob as penas da lei de que não está amparado por qualquer outro regime predenciário;

c) atestado firmado pela esposa e por dois servidores públicos estaduais, de igual ou superior categoria funcional do contribuinte, sob as penas da lei, de que não possui renda própria e esta sob dependência econômica da esposa;

d) certidão de casamento;

III - os filhos solteiros até 21 anos: certidão de nascimento ou cédula de identidade;

IV - os filhos maiores até 24 anos, cursando estabelecimento de ensino superior:

a) certidão de nascimento ou cédula de identidade;

b) atestado expedido por estabelecimento de ensino superior declarando estarem matriculados em curso de nível universitário;

c) atestado firmado pelo contribuinte e por dois servidores públicos estaduais, de igual ou superior categoria do contribuinte, sob as penas da lei, declarando que o interessado não tem renda própria e que vive sob a dependência econômica de seus pais;

V - os filhos maiores incapacitados para o trabalho:

a) certidão de nascimento ou cédula de identidade;

b) atestado expedido por estabelecimento de ensino superior declarando estarem matriculados em curso de nível universitário;

c) atestado firmado pelo contribuinte e por dois servidores públicos estaduais, de igual ou superior categoria do contribuinte, sob as penas da lei, declarando que o interessado não está amparado por outro regime previdenciário, não tem renda própria e vive sob a dependência econômica dos pais.

VI - os pais:

a) certidão de nascimento do contribuinte;

b) atestado firmado pelo contribuinte, sob as penas da lei, de que o beneficiário não está amparado por qualquer outro regime previdenciário;

c) atestado firmado pelo contribuinte e por dois servidores públicos estaduais, de igual ou superior categoria do contribuinte, sob as penas da lei, de que não possui renda própria e está sob a dependência econômica do contribuinte.

VII - o padrasto e madrastra:

- a) certidão de casamento em segundas núpcias, da mãe ou do pai do contribuinte;
 - b) demais provas exigidas para os pais.
- VIII - os filhos adotivos:
- a) certidão de nascimento com a averbação da adoção;
 - b) demais provas exigidas aos filhos.
- IX - os enteados:
- a) certidão de casamento em segundas núpcias do contribuinte;
 - b) demais provas exigidas aos filhos.
- X - menores que por determinação judicial se encontram sob a guarda do contribuinte:
- a) instrumento legal que deferiu a guarda;
 - b) demais provas exigidas aos filhos.
- XI - tutelados:
- a) instrumento de tutela deferido pelo Poder Judiciário;
 - b) atestado firmado pelo contribuinte e por dois servidores públicos estaduais de igual ou superior categoria do contribuinte, sob as penas da lei, declarando que o tutelado não tem renda própria e vive sob a dependência econômica do contribuinte;
 - c) demais provas exigidas aos filhos.
- XII - pais adotivos:
- a) certidão de nascimento do contribuinte, com a averbação da adoção;
 - b) demais provas exigidas aos pais.
- XIII - desquitados:
- a) termo de declaração de vontade assinado pelo contribuinte em presença de autoridade credenciada pelo IAMSPE ou certidão de petição de desquite, por mútuo consentimento da qual conste cláusula expressa declarando a desquitada como beneficiária do contribuinte, para efeito de atendimento médico-hospitalar prestado pelo IAMSPE;
 - b) certidão de casamento com averbação do desquite.
- XIV companheira:
- a) termo de declaração de vontade firmado pelo contribuinte, instituindo a companheira como beneficiária e do qual conste, sob as penas da lei, de que vive ela sob o mesmo teto, há mais de três anos;
 - b) atestado firmado por dois servidores públicos estaduais de igual ou superior categoria funcional do contribuinte, no qual declare, sob as penas da lei, que vive sob o mesmo teto com a companheira indicada como beneficiária, há mais de três anos;
 - c) certidão comprobatória do desquite, no caso do contribuinte desquitado.
- Artigo 15.º - Os beneficiários referidos no artigo 6.º itens I e 11 deste Decreto deverão apresentar, além das provas de que trata o artigo anterior, conforme a hipótese, certidão de óbito do contribuinte.
- Artigo 16.º - As viúvas e os inativos poderão solicitar mediante requerimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados, respectivamente, do falecimento do contribuinte, ou da aposentadoria, o cancelamento de sua inscrição como contribuinte do IAMSPE.
- § 1.º - Até a publicação do cancelamento no Diário Oficial, fica assegurado o direito à assistência médico-hospitalar, como também são devidas as contribuições.
- § 2.º - Para os atuais inscritos, viúvas ou inativos, o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecidos para o cancelamento da inscrição, contar-se-á a partir da publicação do presente Decreto.
- Artigo 17.º - Os servidores das serventias da Justiça não oficializadas, sob pena de perda de direito, deverão requerer sua inscrição como contribuintes do IAMSPE, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua admissão no respectivo cartório ou Tabelionato, juntando certidão expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, comprobatória da data de sua admissão.
- Parágrafo único - Para os servidores admitidos antes vigência do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, o prazo previsto neste artigo contar-se-á a partir da publicação do presente Decreto.
- Artigo 18.º - O cancelamento da inscrição de viúvas, inativos e dos servidores das serventias da Justiça não oficializadas, desde que deferido e publicado no Diário Oficial, é irreversível, acarretando a perda do direito à assistência médico hospitalar prestado pelo IAMSPE.
- Artigo 19.º - O pedido de cancelamento da inscrição das viúvas e inativos, nos casos permitidos, somente será deferido após prova de inexistência de débito decorrente de prestação de assistência inédicto hospitalar, expedida pelo IAMSPE.

Artigo 20.º - Se por motivo ponderável e comprovado pelo órgão pagador respectivo, não tiver sido feito o desconto de contribuição devida pelo contribuinte, poderá ser aceita sua inscrição provisória, efetuando ele o recolhimento das mesmas ao Setor de Arrecadação do IAMSPE, antes do registro.

§ 1.º - Ocorrendo esta hipótese, o Setor de Arrecadação do IAMSPE solicitará do órgão pagador as devidas e imediatas providências.

§ 2.º - A inscrição provisória terá validade por 6 (seis) meses, ficando cancelada após o seu decurso, se não tiver sido regularizada a situação do contribuinte, pelo órgão pagador.

Artigo 21.º - O IAMSPE reserva-se o direito de investigar as declarações dos documentos referidos nos artigos 14 e 15 de exigir outras provas que julgar necessárias, para efeito de inscrição dos usuários.

Parágrafo único - Verificada a falsidade de qualquer documento apresentado, as autoridades competentes do IAMSPE providenciarão medidas cabíveis para instauração de processos administrativos e penal contra os culpados.

Artigo 22.º - Os usuários inscritos sob os efeitos da legislação anterior e que não se enquadrem nas disposições deste Decreto, terão seus registros cancelados.

Parágrafo único - Os casos de continuidade de tratamento serão mantidos mediante autorização do Superintendente do IAMSPE.

SEÇÃO IV

Da Estrutura

Artigo 23.º - O IAMSPE terá a seguinte estrutura:

I - Superintendência, com:

a) Superintendente;.

b) Gabinete, com:

1) Assistentes;

2) Serviço de Divulgação.

II - Conselho Consultivo.

III - Procuradoria Jurídica.

IV - Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" (nível departamental).

V - Departamento de Convênios e Credenciamentos.

VI - Departamento de Administração.

VII - Divisões definidas em regimento interno.

SEÇÃO V

Da Superintendência

Artigo 24.º - O IAMSPE será dirigido por um Superintendente, de reconhecido capacidade técnica e administrativa, relacionado com a atividade da autarquia, nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, mediante prévia aprovação da Assembléia legislativa.

Artigo 25.º - O Superintendente do IAMSPE, responsável pela direção da autarquia, deverá coordenar, programar e avaliar todas as atividades técnicas e administrativas da autarquia, sendo de sua competência exclusiva:

I - admitir, dispensar, aplicar penalidades, conceder licenças e afastamentos a servidores da autarquia, de acordo com as disposições na C. L. T.

II - aprovar os programas de trabalho da autarquia, incluindo o orçamento programa;

III - representar a autarquia em juízo ou fora dele, podendo, em nome do IAMSPE, outorgar procuração para fins judiciais, aos procuradores, para permitir o exercício da competência delegada;

IV - prover as funções de direção e chefia, ouvindo o Conselho Consultivo;

V - aprovar o regimento interno, ouvindo o Conselho Consultivo;

VI - propor às autoridades competentes medidas necessárias ao perfeito cumprimento das finalidades da autarquia;

VII - delegar poderes aos seus subordinados imediatos, sempre que necessário ao bom cumprimento das finalidades da autarquia, nos limites que forem fixados no regimento interno;

VIII - designar os substitutos dos titulares das funções de direção e chefia, em suas ausências ou impedimentos;

IX - presidir as reuniões do Conselho Consultivo;

X - presidir as reuniões dos Diretores;

XI - julgar os recursos interpostos das decisões dos diretores de departamentos do IAMSPE;

XII - assinar os convênios, contratos e credenciamentos firmados pela autarquia;

XIII - encaminhar anualmente às autoridades competentes, o relatório, a prestação de contas e o orçamento do IAMSPE;

XIV - determinar abertura de sindicâncias;

XV - assinar, juntamente com os responsáveis pela parte de ensino, os diplomas expedidos pelo IAMSPE.

XVI - autorizar a vinda de especialistas para realização de cursos e outras atividades afins e autorizar as respectivas despesas, bem como autorizar a concessão de bolsas de estudos, participação em congressos, cursos, a médicos residentes ou a servidor do IAMSPE;

XVII - autorizar a abertura das concorrências, aprová-las, bem como, a emissão de toda e qualquer nota de empenho;

XVIII - assinar cheques conjuntamente com o diretor da Divisão de Finanças;

XIX - autorizar as portarias de adiantamentos;

XX - expedir portarias, circulares, ordens de serviço e outros atos administrativos para fins de cumprimento das atividades inerentes ao órgão;

XXI - enviar trimestralmente, ao Conselho Consultivo relatório circunstanciado sobre o desenvolvimento dos programas da autarquia;

XXII - praticar os demais atos de direção, omissos neste regulamento.

Artigo 26.º - O Gabinete da Superintendência incumbir-se-á de:

I - assistir ao Superintendente nos assuntos que lhe estão afetos;

II - preparar a pauta dos trabalhos da Superintendência;

III - formular planos e estudos visando o desenvolvimento programado das atividades da autarquia;

IV - coordenar o orçamento programa da autarquia e acompanhar sua execução, com vistas à sua permanente atualização e avaliação dos resultados;

V - coligir, tabular e avaliar dados estatísticos capazes de refletir índices operacionais da autarquia;

VI - efetuar cálculos econômicos visando o estabelecimento de taxas e outras formas de arrecadação;

VII - elaborar planos e estudos destinados à implantação ou alteração de métodos e sistemas de trabalho e acompanhar sua execução;

VIII - elaborar plano para estabelecimento de cursos de aprendizado e/ou aperfeiçoamento visando o aprimoramento técnico científico do pessoal;

IX - coordenar planos de desenvolvimento ou incentivo de pesquisas de caráter científico;

X - preparar normas e especificações técnicas referentes à elaboração de projetos, execução de obras, aquisição de equipamento e prestação de serviços técnicos.

Artigo 27.º - Aos assistentes da Superintendência compete dar fiel cumprimento ao que dispõe o artigo anterior.

Parágrafo único - O regimento interno estabelecerá a natureza e o número de assistentes da Superintendência.

Artigo 28.º - Ao Serviço de Divulgação compete:

I - divulgar em todos os órgãos de imprensa falada, escrita e televisada, os noticiários, atos, deliberações e iniciativas da Superintendência do IAMSPE.

II - promover o IAMSPE através de imagem real dos trabalhos por ele desenvolvidos, bem como, esclarecer, informar e orientar o usuário da capital e interior;

III - divulgar as atividades científico-didáticas desenvolvidas na autarquia;

IV - divulgar campanhas de orientação sanitária e medicina preventiva, encetadas pelo IAMSPE, em favor de seus usuários;

V - maior contatos com órgãos de divulgação privativos de entidades governamentais, fornecendo-lhes elementos para informações, reportagens e artigos científicos e outros;

VI - manter arquivos de fotografias, filmes e outros materiais de documentação e divulgação.

SEÇÃO VI

Do Conselho Consultivo

Artigo 29.º - O Conselho Consultivo será constituído de quatro (4) membros portadores de diploma de nível superior, de notória capacidade técnica, nomeados pelo Governador do Estado.

Artigo 30.º - O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de dois (2) anos, permitida a recondução.

Artigo 31.º - Ao Conselho Consultivo compete:

I - dar parecer sobre a política e a orientação geral da autarquia.

- II - examinar, dentro do período a ser estabelecido no regimento interno, o plano geral de trabalho da autarquia, sobre ele opinando e apresentando as sugestões que lhe pareçam adequadas;
- III - opinar sobre a política salarial da autarquia;
- IV - opinar sobre a conveniência de construções e reformas;
- V - manifestar-se sobre qualquer assunto de relevância - que, a juízo da Superintendência, lhe deva ser encaminhado;
- VI - julgar as sindicâncias a que se refere o item XIV do artigo 25.

SEÇÃO VII

Da Procuradoria Jurídica

Artigo 32.º - A Procuradoria Jurídica compete:

- I - Oficiar em todas as ações e reclamações em que o IAMSPE seja autor, réu, reclamado, interveniente ou por qualquer forma interessado;
- II - acompanhar junto aos órgãos policiais todos os casos de interesse do IAMSPE;
- III - assessorar juridicamente a Superintendência e os departamentos do IAMSPE, no desempenho de suas funções;
- IV - participar de sindicância e processos administrativos abertos por determinação de Superintendência, redigindo o relatório final;
- V - elaborar minutas de todos os convênios e contratos onde o IAMSPE figure como parte;
- VI - colaborar na parte que lhe diz respeito com todos os órgãos do IAMSPE, na elaboração de termos, editais de concorrências e quaisquer outros documentos ou papéis que exijam sua assistência.
- VII - Dar pareceres jurídicos sobre assuntos de interesse do IAMSPE, quando solicitados pelo Superintendente ou Diretores;
- VIII - minutar as escrituras públicas ou particulares de interesse do IAMSPE;
- IX - cobrar amigável ou judicialmente quaisquer créditos do IAMSPE, quando não saldados em tempo hábil;
- X - atender e esclarecer os usuários do IAMSPE em relação a seus direitos e obrigações para com a autarquia;
- XI - participar do julgamento de concorrências públicas, no tocante ao exame da documentação apresentada pelos licitantes;
- XII - redigir as informações solicitadas à Superintendência do IAMSPE ou a qualquer de seus Diretores nos mandados de segurança em que figure como autoridade coatora;
- XIII - organizar cursos sobre interpretação de legislação trabalhista e previdência social;
- XIV - elaborar minutas de leis decretos ou quaisquer outro conjunto de normas de interesse do IAMSPE;
- XV - atender às requisições de informações ou providências do Poder Judiciário, e órgãos jurídicos do Estado.

SEÇÃO VIII

Das Diretorias

Artigo 33.º - A Diretoria do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" compete:

- I - supervisionar a prestação da assistência médico hospitalar prestada pelo Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira";
- II - propiciar condições de trabalho que resultem em benefício da assistência médico hospitalar prestada, bem como dar condições de humanização do trabalho do servidor do IAMSPE;
- III - propiciar condições favorável para o aperfeiçoamento de médicos e demais técnicos, necessárias às atividades hospitalares;
- IV - propiciar meios adequados à investigação e pesquisas científicas;
- V - formular planos e estudos visando o desenvolvimento programado das atividades do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira";
- VI - promover reuniões mensais da coordenação técnico administrativas, com a participação dos demais diretores, tendo em vista estudos conjuntos destinados à apreciação;
 - a) dos planos elaborados pelas suas Divisões;
 - b) da avaliação da produção de trabalho das suas Divisões em relação às demais unidades do IAMSPE;
 - c) de qualquer matéria de interesse comum às Diretorias;
- VII - Encaminhar mensalmente à Superintendência do IAMSPE relatório das atividades do

Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira", apresentando sugestões para o aprimoramento das atividades de sua unidade;

VIII - elaborar o Orçamento Programa do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira" e acompanhar a sua execução com vistas a sua permanente atualização e avaliação dos resultados;

IX - apurar irregularidades que tenha conhecimento e encaminhá-las para o Superintendente;

X - propor estágios no âmbito do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira";

XI - representar ao Superintendente toda e qualquer falha advinda de outras unidades do IAMSPE que obstem ou criem dificuldades administrativas à execução das atividades do Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira";

XII - opinar em todos os processos ou expedientes que tenham seguimento de sua unidade à Superintendência;

XIII - praticar outros atos de administração desde que com poderes delegados pelo Superintendente.

Artigo 34.º - À Diretoria do Departamento de Convênios e Credenciamentos compete:

I - promover e supervisionar a prestação da assistência médico hospitalar prestada pelo IAMSPE na capital e interior do Estado, através de convênios ou credenciamentos;

II - proceder avaliação e classificação dos hospitais para celebração de convênios, e quando necessário, reclassificá-los;

III - realizar fiscalização direta garantindo a boa execução dos convênios ou credenciamentos, responsabilizando-se pela fiel observância das normas estabelecidas pela Superintendência do IAMSPE a serem exigidas das entidades convenientes e outros elementos credenciados;

IV - representar ao Superintendente do IAMSPE toda e qualquer irregularidade ocorrida com as entidades convenientes ou com o pessoal credenciado;

V - elaborar planos e estudos destinados à implantação ou alteração de métodos, ou sistema de trabalho e acompanhar sua execução;

VI - propiciar condições de trabalho aos seus servidores que resultem em benefício do aprimoramento das suas atividades;

VII - coligir, tabular e avaliar dados estatísticos capazes de refletir índices operacionais deste Departamento;

VIII - proceder estudos referentes às remunerações previstas nas tabelas de honorários médicos, taxas e diárias hospitalares aplicadas nos convênios e credenciamentos;

IX - elaborar o Orçamento Programa deste Departamento e acompanhar a sua execução, com vistas a sua permanente atualização e avaliação dos seus resultados;

X - promover reuniões semanais de coordenação técnica administrativas com a participação dos diretores de suas Divisões, tendo em vista, estudos destinados à apreciação:

a) dos planos elaborados pelas suas Divisões;

b) da avaliação da produção de trabalho das suas divisões em relação às demais unidades do IAMSPE;

c) de qualquer matéria de interesse comum às diretorias.

XI - encaminhar mensalmente à Superintendência do IAMSPE, relatório de suas realizações, apresentando sugestões para o aprimoramento das atividades de sua unidade;

XII - propor estágios de qualquer natureza na âmbito de seu Departamento;

XIII - representar ao Superintendente toda e qualquer falha advinda de outras unidades do IAMSPE que obstem ou criem dificuldades à execução de suas atividades;

XIV - julgar os recursos interpostos das decisões dos diretores das suas Divisões;

XV - opinar e dar parecer em todos os processos e expedientes que tenham seguimento de sua unidade à Superintendência;

XVI - praticar outros atos de administração desde que com poderes delegados pelo Superintendente.

Artigo 35.º - À Diretoria do Departamento de Administração compete:

I - propiciar todos os meios necessários para a consecução dos fins próprios da autarquia;

II - proporcionar meios adequados ao desenvolvimento das atividades de suas unidades, através de planos e estudos programados, destinados à implantação, ou alteração de métodos ou sistemas de trabalho, e acompanhar a sua execução;

III - elaborar normas e rotinas administrativas para a execução dos trabalhos de sua unidade;

IV - controlar a arrecadação dos créditos do IAMSPE;

- V - controlar a execução financeira :do Orçamento Programa e de recursos provenientes de financiamentos;
- VI - elaborar os balanços e balancetes da autarquia, bem como as proposições feitas quanto a aplicação de recursos;
- VII - efetuar pagamentos, recebimentos e realizar operações bancárias, nos termos da legislação vigente;
- VIII - contabilizar as despesas correntes e de capital;
- IX - efetuar registros contábeis dos bens patrimoniais da autarquia, e calcular a sua depreciação;
- X - manter as unidades relativas à aquisição, recebimento, guarda e controle de materiais;
- XI - manter os serviços de protocolo, expediente e arquivo que forem centralizados;
- XII - administrar todas as unidades relacionadas com o pessoal, inclusive de seleção, aperfeiçoamento, treinamento e assistência;
- XIII - supervisionar e operar unidade de transporte;
- XIV - supervisionar e operar unidade de zeladoria;
- XV - manter oficinas necessárias ao desenvolvimento das atividades gerais da autarquia;
- XVI - promover reuniões semanais de coordenação técnico administrativa com a participação dos demais diretores das suas Divisões, tendo em vista estudos conjuntos destinados à apreciação;
 - a) dos planos elaborados pelas suas Divisões;
 - b) da avaliação da produção de trabalho das suas Divisões em relação às demais unidades do IAMSPE;
 - c) de qualquer matéria de interesse comum às Diretorias.
- XVII - encaminhar mensalmente à Superintendência, relatório circunstanciado, apresentando sugestões para o aprimoramento de suas atividades;
- XVIII - apurar irregularidades que tenha conhecimento e encaminhá-las à Superintendência;
- XIX - propor estágios para seus subordinados junto a outros órgãos do Estado desde que tenha íntima relação com o serviço desempenhado e em caráter de aprendizado;
- XX - representar ao Superintendente toda a qualquer falha advinda de outras unidades do IAMSPE que obstem ou criem dificuldades à execução de suas finalidades;
- XXI - julgar recursos interpostos das decisões dos diretores de suas Divisões;
- XXI - opinar em todos os processos e expedientes que tenham seguimento de sua unidade à Superintendência;
- XXIII - praticar outros atos de administração desde que com poderes delegados pelo Superintendente.

SEÇÃO IX

Do Pessoal

Artigo 36.º - O pessoal do IAMSPE, servirá sob regime de legislação trabalhista, devendo ser admitido mediante processo de seleção apropriado.

Artigo 37.º - O pessoal aludido no artigo anterior constituirá um quadro, escalonado segundo plano de classificação de funções a ser submetida ao Governador do Estado, dentro das normas e prazos estipulados no Decreto-lei Complementar n.º 7 e compatível com a estrutura orgânica da autarquia.

Artigo 38.º - Comporá parte especial do quadro do IAMSPE, um cargo de Diretor Técnico de Departamento Nível II destinado ao Hospital do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira", sujeito a extinção na sua vacância.

Artigo 39.º - Na elaboração dos planos de classificação de funções, serão estabelecidas retribuições compatíveis com as correntes no mercado de trabalho.

Artigo 4.º - As funções de chefia, direção, assistência e assessoramento serão exercidas em confiança ressalvado o direito de seus atuais ocupantes.

Disposições Finais

Artigo 41.º - Constarão do regimento interno a ser baixado dentro de 30 (trinta) dias, a partir da publicação do presente regulamento, por portaria do Superintendente, homologada pelo Secretário do Trabalho e Administração:

I - a distribuição e subordinação das utilidades citadas numericamente no artigo 24.º deste regulamento;

II - o detalhamento das atribuições de todas as unidades componentes do IAMSPE;

III - a definição de competência dos dirigentes;

IV - natureza, subordinação e remuneração dos membros das comissões de:

a) ética-médica

- b) abastecimento
- c) julgamento de concorrências
- d) sindicância

DECRETO DE 31 DE AGOSTO DE 1970

Declara sem efeito o Decreto n.º 46.273, de 12 de maio de 1966.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições, e à vista da representação do MM. Juiz da Vara dos Registros Públicos da Capital e do que foi apurado nos autos da sindicância realizada por aquela Vara.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica declarado sem efeito o Decreto n.º 46.273, de 12 de maio de 1966, que desanexou o Tabelionato de Notas do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito de Jandira, e, em decorrência, criou o 27.º Cartório de Notas na Comarca da Capital.

Artigo 2.º - O destino dos arquivos e documentos do 27.º Cartório de Notas da Capital, cujas atividades cessam a partir da publicação deste decreto, será determinado pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio os Bandeirantes, 31 de agosto de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ.

Hely Lopes Meirelles Secretário da Justiça.

Publicado na Casa Civil, aos 31 de agosto de 1970.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S. N. A.

D. O. 1.0/9/970

DECRETO N.º 52.526, DE 15 DE SETEMBRO DE 1970

Altera o Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970 - Regimento de Custas e Emolumentos.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e

Considerando as sugestões apresentadas pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça para o aprimoramento do Regimento de Custas e Emolumentos;

Considerando as representações, no mesmo sentido, de órgãos interessados;

Considerando que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, a 26 do mês de agosto do corrente ano, na Representação n.º 774, julgou inconstitucionais dispositivos da Lei estadual n.º 9.895, de 8-11-1967, que regiam as custas devidas na inscrição de cédulas de crédito rural ou industrial, o que exige a consequente alteração no Regimento de Custas e Emolumentos;

Considerando a conveniência da redução de custas e emolumentos devidos nos contratos de financiamentos agropecuários, como incentivo à produção rural;

Considerando que atualmente os Oficiais de Justiça não podem perceber emolumentos,

Decreta:

Artigo 1.º - Os artigos 2.º e 7.º do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias oficializadas e dos atos praticados pelos Oficiais de Justiça."

"Artigo 7.º - As custas e emolumentos, tabelados neste Decreto, serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamentos agropecuário."

"Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis constará a seguinte observação: "Somente terá valor para fins de financiamento agropecuário."

Artigo 2.º - O artigo 7.º do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970 passa a ser "Artigo 8.º

Artigo 3.º - Acrescente-se:

I - nas Notas Genéricas da Tabela 1, a nota 12.º com a seguinte redação:

"12.º - A reconversão está sujeita a distribuição autônoma, e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo."

II - no item V da Tabela 1, a nota 7.º, com a seguinte redação:

"7.^a - Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda de outros Estados, do Distrito Federal ou de Territórios, as custas serão pagas a final pelo vencido."

III - na Tabela 4, o item VIII, com a seguinte redação:

"VIII - Conta de liquidação da pena em ação penal;

Cada liquidação:

Ao Escrivão	A Carteira das Serventias	Total
1,00	0,15	1,15"

IV - na Tabela 13, o item VII, com a seguinte redação:

VII - Certidão de protesto positiva, desde que solicitada por entidade de classe, jornal ou periódico, em forma de relação, para fornecimento diário:

Ao Escrivão	Ao Estado	A Carteira das Serventias	Total
0,25	0,05	0,04	0,34"

Artigo 4.^o - Passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o Item I da Tabela 3:

Distribuição de feito judicial, de reconvenção ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v. Tabela 1.

II - a Tabela 7:

TABELA 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

"I - Citação, notificação ou intimação:

"a - de uma pessoa, em horário normal:

Valor da causa

- até Cr\$ 500,00.....	Cr\$ 3,00
- de Cr\$ 500,01 a 5.000,00.....	Cr\$ 6,00
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00.....	Cr\$ 9,00
- mais de 50.000,00.....	Cr\$ 12,00

"b - de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 5.^o, § 1.^o, do Código de Processo Civil:

Valor da causa

- até Cr\$ 500,00.....	Cr\$ 4,00
- de Cr\$ 500,01 a 5.000,00	Cr\$ 8,00
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00.....	Cr\$ 12,00
- mais de Cr\$ 50.000,00.....	Cr\$ 16,00

"c - por pessoa que crescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras a ou b.

NOTAS:

"1.^a - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou reside em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informação.

"2.^a - Nos feitos de valor inestimável (v. Tabela 1, Nota genérica 3.^a a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000,00; se não for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

"3.^a - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandados, para servirem de contrafé, o oficial de justiça terá direito da rasa de Cr\$ 1,00 por página datilografada de contrafé, não se computando na rasa as cópias a carbono, até o limite de três e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela independente.

"4.^a - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas, anualmente, mediante portaria da Corregedoria Geral da Justiça, na Comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum, nas demais comarcas.

"5.^a - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

"6.^a - Nos processos-crimes movidos contra réu pobre, os oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão a conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça.

"II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares: o dobro do previsto no item I, letra a;

III - o Item V da Tabela 11:

"V - Inscrição, inclusive buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

a) de cédula de crédito rural decreto-lei federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, art. 34, parágrafo único)

- até Cr\$ 200,00.....	0,08%
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00.....	0,16%
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00.....	0,24%
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00.....	0,32%
- acima de Cr\$ 1.500,00.....	0,40%

até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.

b) de cédula de crédito industrial (Decreto-lei federal n.º, 413, de 9 de janeiro de 1969, art. 34, § 1.º):

- até Cr\$ 200,00.....	0,10%
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00.....	0,20%
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00.....	0,30%
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00.....	0,40%
- acima de Cr\$ 1.500,00.....	0,50%

até o máximo de 1/4 do salário mínimo da região.

NOTAS:

"1.ª - Os atos previstos neste item não estão sujeitos ao pagamento de custas ao Estado, nem ao recolhimento de contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

"2.ª - No caso de registro de cédula industrial, cinquenta por cento dos emolumentos caberão ao oficial do registro de imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento ser recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-lei federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, (artigo 34, § 2.º).

Artigo 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes 15 de setembro de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Dilson Domingos Funaro, Secretário da Fazenda.

Publicado na Casa Civil, aos 15 de setembro de 1970.

Maria Angélica Galiazzi, responsável pelo S. N. A.

D. O. de 17/9/70

LEI N.º 10.393, DE 16 DE DEZEMBRO DF, 1970

Reorganiza a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que nos termos dos §§ 1.º e 3.º do artigo da Constituição do Estado (Emenda n.º 2), promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1.º - A Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, sob a administração do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, é financeiramente autônoma, com patrimônio próprio, passando reger-se por esta lei.

Artigo 2.º - São finalidades da Carteira:

I - proporcionar aposentadoria aos seus segurados;

II - conceder pensão aos dependentes dos segurados

TÍTULO II

DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I

Dos beneficiários em Geral

Artigo 3.º - São beneficiários da Carteira:

I - para a percepção de proventos de aposentadoria, o segurado;

II - para o recebimento de pensão, os dependentes do segurado;

CAPÍTULO II

Do Segurado

Artigo 4.º - São segurados obrigatórios da Carteira, estejam na atividade ou aposentados, os serventuários escreventes e auxiliares das serventias não oficializadas do Estado, tanto dos cartórios como dos escritórios de Justiça.

Artigo 5.º - Ao contribuinte que houver perdido, por qualquer motivo, a qualidade de segurado obrigatório é facultado manter sua inscrição na Carteira, desde que o requeira dentro de seis meses, a contar da data em que tiver sido desligado do serviço cartorário.

§ 1.º - O segurado facultativo pagará em dobro sua contribuição, que voltará a ser singela, na hipótese de retorno ao serviço cartorário.

§ 2.º - A contribuição será calculada como se continuasse em exercício nas mesmas funções e na mesma serventia em que se encontrava ao deixar o serviço cartorário, não se lhe aplicando, porém, o disposto nos §§ 3.º e 4.º do artigo 45.

§ 3.º - Será automaticamente excluído da Carteira o segurado facultativo que se atrasar rio recolhimento de seis contribuições, sem prejuízo de sua exigibilidade até a data da exclusão.

CAPÍTULO III

Dos Dependentes do Segurado

Artigo 6.º - São dependentes do segurado, com direito a pensão:

I - em primeiro lugar, conjuntamente:

a) a esposa, ainda que desquitado, desde que beneficiária de alimentos; e marido da segunda, desde que não desquitado;

b) o filho inválido, de qualquer condição ou sexo, sem limite de idade;

c) o filho varão solteiro, de qualquer condição, menor de 21 anos ou, quando aluno de estabelecimento de ensino superior, menor de 25 anos;

d) a filha solteira, de qualquer condição, até 25 anos de idade;

e) a companheira do segurado solteiro, viúvo ou desquitado, que por ocasião de seu óbito, com ele tiver convivido nos últimos cinco anos, dispensando o requisito de tempo completo se dessa união tiver havido filho;

II - em segundo lugar, conjuntamente:

a) o pai inválido, ou a mãe viúva;

b) a mãe casada com inválido.

Artigo 7.º - Verifica-se a condição dependente, para efeito de conceder-se a pensão, na ocasião da morte do segurado.

Artigo 8.º - Se, por ocasião do falecimento do segurado, existir qualquer das pessoas enumeradas no inciso I do artigo 6.º, ficarão definitivamente excluídas as do inciso II.

CAPÍTULO IV

Da inscrição dos Beneficiários

Artigo 9.º - No ato da inscrição, o segurado deverá declarar perante a Carteira de Previdência, em impresso próprio:

I - nome, filiação, data e lugar de nascimento, bem como número de sua cédula de identidade e repartição que a expediu;

II - data de admissão ao serviço cartorário;

III - função exercida;

IV - denominação da serventia em que exerce a função e, quando se tratar de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, se é de distrito ou Subdistrito sede da comarca ou de município;

V - comarca da serventia, e entrância respectiva;

VI - se quer valer-se ou não do serviço médico e hospitalar do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual;

VII - qualificação dos dependentes previstos no artigo 6.º, com menção do seu nome por extenso, parentesco ou relação como segurado, data do nascimento, filiação, naturalidade, estado civil e endereço.

Parágrafo único - As declarações constantes dos incisos I a VI serão visadas pelo serventuário a que estiver subordinado o segurado ou, se este for o próprio titular da serventia, pelo juiz corregedor desta.

Artigo 10.º - O formulário de inscrição será instruído com certidão de nascimento ou de casamento do segurado.

Artigo 11.º - O segurado deverá fazer comunicação à Carteira das alterações que importarem em inclusão ou exclusão de dependente salvo as decorrentes de idade, e o serventuário comunicará

as modificações de função e exercício dos segurados.

TÍTULO III

Dos Beneficiários

CAPÍTULO I

Dos Benefícios em Geral

Artigo 12.º - Sempre que se alterar o salário-mínimo na Capital do Estado, serão reajustados, na mesma proporção, os benefícios concedidos por esta lei.

Parágrafo único - Vigorará o reajuste a partir do primeiro dia do mês seguinte àquele em que ocorrer a alteração.

Artigo 13.º - Os benefícios serão calculados em salários-mínimos, para que possam ser reajustados automaticamente, na forma do que dispõe o artigo anterior.

Parágrafo único - O cálculo será feito até centésimos de salário-mínimo, arredondando-se para mais a fração igual ou superior a cinco milésimos e desprezando-se a inferior.

Artigo 14.º - Os benefícios concedidos por esta lei não são passíveis de penhora ou arresto, nem estão sujeitos a inventário e partilha judiciais considerando-se nula toda alienação de que sejam objeto ou a constituição de ônus sobre eles bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a sua percepção.

Parágrafo único - Excetuam-se da proibição deste artigo os descontos correspondentes a quantias devidas à própria Carteira.

Artigo 15.º - Os benefícios de aposentadoria e pensão decorrentes desta lei podem ser anulados entre si e com quaisquer outros.

Parágrafo único - É vedada a dupla aposentadoria, mediante contagem do mesmo tempo de serviço, como segurado desta Carteira e como funcionário público estadual, devendo o interessado optar, irrevogavelmente, por uma delas se preencher os requisitos para a concessão de ambas.

Artigo 16.º - O pagamento em dobro da contribuição pelo segurado facultativo não altera o montante dos benefícios.

CAPÍTULO II

Da carência e da caducidade

Artigo 17.º - Não haverá período de carência para a concessão de benefício ao segurado obrigatório desta Carteira e aos seus dependentes.

Parágrafo único - Para o segurado facultativo e seus dependentes, o período de carência é de:

I - um ano de contribuição facultativa, na hipótese de aposentadoria por invalidez do assegurado;

II - três anos de contribuição facultativa, para os demais casos de aposentadoria ou de pensão.

Artigo 18.º - A antecipação ou o atraso no pagamento das mensalidades não reduz nem prorroga o período de carência.

Artigo 19.º - Caducará:

I - em três anos, contados da morte do segurado, o direito de habilitar-se à pensão;

II - em um ano, contado do primeiro dia do mês seguinte ao vencido, o direito às prestações de aposentadoria ou de pensão já concedidas.

CAPÍTULO III

Da aposentadoria

Artigo 20.º - O segurado poderá aposentar-se, desde que preencha uma destas condições:

I - idade mínima de setenta anos;

II - trinta e cinco anos, pelo menos, de efetivo exercício das funções, se for homem, ou trinta, se mulher;

III - invalidez para o desempenho das funções.

Parágrafo único - A aposentadoria após os setenta anos de idade ou por invalidez também poderá ser concedida de ofício.

Artigo 21.º - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal ou autárquico, e o de serviço, ainda que em caráter interino, prestado em serventia de justiça, como serventuário, escrevente, auxiliar ou fiel, computar-se-á integralmente, para efeito de aposentadoria.

Parágrafo único - O tempo de serviço será comprovado por título de liquidação, expedido pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 22.º - Considera-se invalidez qualquer lesão de órgão ou perturbação de função que reduza de mais de 2/3, por prazo superior a um ano, a capacidade do segurado para o exercício de suas atribuições, comprovada em laudo elaborado por três médicos do Instituto de

Previdência, ou por este indicados.

§ 1.º - O aposentado por invalidez deverá, de dois em dois anos ou quando lhe for exigido, submeter-se a exame médico.

§ 2.º - A recusa ou falta ao exame médico acarretará a suspensão de pagamento dos proventos, até o cumprimento da exigência.

Artigo 23.º - Nos sessenta dias anteriores à data em que completar setenta anos de idade, o servidor da Justiça deverá submeter-se obrigatoriamente a exame médico, ficando afastado de suas funções no dia em que atingir essa idade, se antes disso não obtiver pronunciamento favorável de junta médica designada pelo Instituto de Previdência.

§ 1.º - Será aposentado compulsoriamente o servidor da Justiça, se o laudo o considerar inapto para o serviço público.

§ 2.º - O exame médico valerá por dois anos, no máximo, sendo obrigatório novo exame dentro desse período ou sempre que for ordenado pelo juiz corregedor permanente da serventia, que poderá suspender o servidor, até cumprimento da exigência e apresentação de laudo favorável.

Artigo 24.º - O juiz corregedor permanente da serventia poderá determinar ao Instituto de Previdência que proceda a exame em segurado da Carteira, para, se for o caso, ser aposentado por invalidez.

Parágrafo único - A recusa ou falta ao exame médico acarretará a suspensão do servidor, imposta pelo magistrado, até cumprimento da exigência.

Artigo 25.º - O provento da aposentadoria será igual à remuneração-base (artigo 45 e respectiva Tabela), nos casos dos incisos II e III do artigo 20.

§ 1.º - No caso de aposentadoria com a idade mínima de setenta anos, o provento será integral, se o segurado contar pelo menos 35 ou 30 anos de tempo de serviço público, para homem ou mulher, respectivamente, ou proporcional ao tempo de serviço, em caso contrário.

§ 2.º - Para que o oficial maior se aposente com o provento correspondente a essa função, será necessário que nos 36 meses anteriores haja contribuído ininterruptamente como oficial maior, fazendo jus, em caso contrário, ao provento de aposentadoria como escrevente.

§ 3.º - Se for elevada a classificação da serventia em que o segurado exercia suas funções ao ser aposentado, serão correspondentemente revistos o seu provento e a sua contribuição à Carteira.

Artigo 26.º - O segurado que se julgar com direito à aposentadoria deverá requerê-la à Secretaria da Justiça, instruindo o pedido com a atualização dos seus dados pessoais e dos dependentes salvo se a aposentadoria for pleiteada por invalidez, com o título de liquidação de tempo de serviço.

Artigo 27.º - O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da aposentadoria, podendo, porém, afastar-se do cargo, com direito aos proventos desde a data do afastamento, se a solução do pedido demorar mais as exigências previstas em lei.

Parágrafo único - O afastamento deverá ser comunicado, para todos os efeitos, ao Secretário da Justiça e ao Presidente do Instituto de Previdência.

Artigo 28.º - O provento da aposentadoria será devido a partir da publicação do ato de sua concessão pela imprensa oficial, ressalvado o disposto no artigo anterior.

Artigo 29.º - Cessa o direito à percepção do provento da aposentadoria:

I - por morte do segurado;

II - desaparecendo a invalidez, salvo se o segurado já tiver atingido 70 anos de idade.

Artigo 30.º - A serventia vaga em razão de invalidez do seu titular será provida interinamente durante os quatro anos subseqüentes à aposentadoria deste, para que o serventuário possa retornar às suas funções se nesse período cessar a invalidez.

Artigo 31.º - Ao escrevente ou auxiliar aposentado por invalidez fica assegurado o direito de, nos quatro anos seguintes à aposentadoria e desde que cessado a causa da inatividade, retornar ao serviço cartorário, ficando o serventuário obrigado a dar-lhe exercício na função anterior, salvo motivo relevante, a juízo do corregedor permanente da serventia.

CAPÍTULO IV

Da pensão

Artigo 32.º - Por morte do segurado em atividade ou aposentado, terão direito à pensão as pessoas que preencherem, na data em que houver ocorrido o óbito, as condições estabelecidas nos artigos 6.º a 8.º

Artigo 33.º - O pagamento da pensão será requerido em petição conjunta ou separada dos beneficiários, ao Diretor da Carteira, devendo o pedido ser acompanhado inicialmente de:

I - certidão de óbito do segurado;

II - certidão de casamento do segurado, com todas as averbações, extraída posteriormente ao seu óbito;

III - certidão atualizada, com todas as averbações, de nascimento dos dependentes excluída a da viúva;

IV - conforme o caso, dos documentos previstos no parágrafo único, do artigo 38 inclusive sentença de desquite do segurado, acórdão que a confirmou ou reformou a certidão de seu trânsito em julgado.

Parágrafo único - O requerente especificará a agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo ou a coletoria estadual, se aquela não existir na localidade, em que deverá receber o pagamento da pensão.

Artigo 34.º - A importância mensal da pensão será equivalente a 75% da remuneração-base do segurado.

§ 1.º - Havendo cônjuge com direito a pensão, metade desta lhe será atribuída e a outra metade caberá, em partes iguais, aos demais beneficiários.

§ 2.º - Não havendo cônjuge com direito a pensão, a importância total desta será dividida, em partes iguais, entre os beneficiários.

§ 3.º - Cessando o direito à percepção da quota de pensão de qualquer dos beneficiários, esta reverterá ao cônjuge, se houver ou será rateada, proporcionalmente, entre os beneficiários remanescentes.

§ 4.º - Cessado o direito à percepção da quota de pensão do cônjuge esta será rateada entre os beneficiários remanescentes.

§ 5.º - A pensão fixada no "caput" deste artigo somente se extinguirá quando não houver mais qualquer pensionista com direito a ela.

Artigo 35.º - Cessa o direito à percepção da quota de pensão:

I - em qualquer caso, pelo falecimento do pensionista, pelo seu casamento ou se passar a viver maritalmente;

II - pelo implemento da idade (artigo 6.º I, "c" e "d");

III - pela renúncia, a qualquer tempo;

IV - pelo abandono do término dos estudos em estabelecimento de ensino superior;

V - pela cessação da invalidez, a menos que por outro motivo continue devida a quota de pensão;

VI - na hipótese do parágrafo único, do art. 42.

Parágrafo único - Cessando o direito à percepção da quota, esta não poderá ser restabelecida por fato posterior à data da cessação.

CAPÍTULO V

Do pagamento dos benefícios

Artigo 36.º - Os benefícios previstos nesta lei serão concedidos mesmo que o pagamento das contribuições do segurado esteja em atraso retendo a própria Carteira as quantias necessárias à integral satisfação de débito em salários-mínimos atualizados, com os acréscimos previstos no artigo 57 ou no parágrafo único do art. 46.

Artigo 37.º - Os benefícios requeridos deverão ser pagos dentro de sessenta dias, no máximo, da data em que forem completados os requisitos para a sua concessão, quanto às prestações iniciais e com relação às subseqüentes nos trinta dias seguintes ao vencimento do mês a que corresponderem.

Artigo 38.º - Salvo oportuna impugnação de interessado, o pagamento da quota de pensão será devido às pessoas constantes da declaração de dependentes feita pelo segurado, excluindo-se os que hajam completado o limite de idade estabelecido em qualquer das hipóteses do artigo 6.º.

Parágrafo único - Exigir-se-á, todavia, para a concessão da pensão:

I - a inválido, prova de invalidez, verificada de acordo com o disposto no artigo 22;

II - a pessoa em idade núbil: atestado de estado civil, passado por escrivão do registro civil ou por autoridade judiciária ou policial;

III - a estudante de estabelecimento de ensino superior declaração de que o vem freqüentando regularmente, assinada pela diretor do estabelecimento;

IV - à companheira: atestado passado por escrivão do registro civil ou por autoridade judiciária ou policial de que:

a) conviveu com o segurado até a data de seu falecimento;

b) essa convivência perdurou por mais de cinco anos ou, embora tenha se prolongado por tempo

inferior a um quinquênio, dela resultou filho.

Artigo 39.º - A demora no cumprimento de exigência feita ao pretendente à pensão não obsta ao pagamento dos demais, reservando-se em poder da Carteira a quota do retardatário, para que cumpra a exigência até o prazo máximo de seis meses do óbito do segurado, findos os quais a importância retida e as subseqüentes serão rateadas forma dos parágrafos do artigo 34, entre os pensionistas devidamente habilitados.

Parágrafo único - Perdurando, por mais de seis meses, o descumprimento da exigência cessará automaticamente a respectiva quota de pensão e os atrasados serão distribuídos aos demais pensionistas, na forma dos parágrafos do art. 34.

Artigo 40.º - Concedida a pensão, qualquer impugnação, inscrição ou habilitação posterior, que implique na exclusão ou inclusão de beneficiário, produzirá efeito a partir do deferimento da pretensão pelo Diretor da Carteira ou por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo único - Da decisão do Diretor da Carteira caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Presidente do Instituto no prazo de quinze dias da ciência.

Artigo 41.º - Os benefícios serão pagos ao segurado ou ao pensionista pessoalmente e, se qualquer destes for absoluta ou relativamente incapaz, a quem por lei o represente ou assista, admitindo-se, porém, que um beneficiário seja procurador dos demais, na mesma pensão.

§ 1.º - É vedada a outorga de procuração para percepção dos benefícios instituídos por esta lei, salvo o disposto no "caput" deste artigo e no caso de beneficiário ausente, portador de moléstia contagiosa ou impossibilitado de locomover-se, comprovado o fato por atestado do escrivão do registro civil ou de autoridade judiciária ou policial.

§ 2.º - A impressão digital do beneficiário incapaz de assinar terá o valor de assinatura, para efeito de quitação do recebimento, desde que aposta em presença do servidor da Carteira.

§ 3.º - Para os beneficiários que não receberem pessoalmente, exigir-se-á, uma vez por ano, atestado de vida, passado por escrivão de registro civil ou por autoridade judiciária ou policial.

§ 4.º - Urna vez por ano, o pensionista em idade núbil apresentará atestado de seu estado civil e, quando for o caso, de estar cursando estabelecimento de ensino superior.

§ 5.º - O inválido deverá submeter-se a reinspeções periódicas, de dois em dois anos, ou sempre que lhe for exigido.

Artigo 42.º - O não atendimento de qualquer das exigências prescritas no artigo anterior acarretará a suspensão do pagamento da quota de pensão correspondente, até que seja cumprida.

Parágrafo único - Perdurando, por mais de seis meses, o descumprimento da exigência, cessará automaticamente a respectiva quota de pensão e os atrasados serão distribuídos aos demais pensionistas, na forma dos parágrafos do artigo 34.

TÍTULO IV

Das fontes de receita

CAPÍTULO I

Das fontes de receita em geral

Artigo 43.º - A receita da Carteira é constituída:

I - de contribuição mensal do segurado em atividade ou não;

II - de contribuição a cargo dos titulares das serventias de Justiça;

III - da Contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, a que se refere o art. 49;

IV - de subvenção do Estado, não inferior à previsão orçamentária do exercício anterior, relativa à contribuição mencionada no inciso III;

V - de doações e legados recebidos;

VI - de rendimentos patrimoniais e financeiros da Carteira.

Artigo 44.º - Salvo o caso de erro, não haverá restituição de qualquer contribuição arrecadada.

CAPÍTULO II

Da contribuição do segurado

Artigo 45.º - A contribuição mensal do segurado corresponderá a 8% de sua remuneração-base, constante da Tabela em anexo a esta lei.

§ 1.º - A remuneração-base, fixada de acordo com as funções do segurado e a classificação das serventias instituída para os fins desta lei, é expressa em salários mínimos; vigentes na Capital do Estado de São Paulo, no primeiro dia do mês a que corresponder a contribuição do segurado.

§ 2.º - A transferência do segurado, de uma para outra serventia, ou a alteração de suas funções

na mesma serventia, ainda que inteiramente ou em substituição, acarretarão correspondente e automática modificação na contribuição devida, sem direito à devolução de qualquer diferença.

§ 3.º - A elevação de classe da serventia em que o segurado exerce as funções determinará aumento automático e correspondente de contribuição.

§ 4.º - O servidor com exercício em serventia cuja classe for rebaixada continuará a pagar a mesma contribuição, ficando o serventuário obrigado a recolher outro tanto (artigo 48), mas poderá o todo tempo requerer a correspondente diminuição da contribuição, sem direito à restituição das diferenças pagas a mais.

§ 5.º - O segurado facultativo pagará em dobro sua contribuição, não se lhe aplicando o disposto nos §§ 3.º e 4.º.

6.º - O segurado aposentado terá sua contribuição reduzida a 5% sobre o provento da aposentadoria.

Artigo 46.º - A contribuição do segurado facultativo deverá ser paga até o último dia do mês seguinte ao vencido, na Tesouraria do Instituto de Previdência ou em estabelecimento autorizado de crédito, nesta última hipótese de acordo com normas fixadas pelo Presidente do Instituto de Previdência.

Parágrafo único - A contribuição paga fora de prazo estará sujeita a atualização de acordo com o salário-mínimo vigente a data do pagamento, com juros monetários de 1% ao mês sobre cada prestação atualizada, além da multa de 10% ou 20%, conforme se trate de pagamento amigável ou judicial, sobre o principal atualizado.

Artigo 47.º - A obrigação de contribuir cessa:

I - pela morte do segurado;

II - pelo seu desligamento do serviço cartorário;

III - pela exclusão, no caso de segurado facultativo que se tiver atrasado no recolhimento de seis contribuições (artigo 5.º, § 3.º).

Parágrafo único - Cessando a invalidez do segurado, será devida a contribuição de 8% sobre a remuneração-base, a partir da data em que retornar ao serviço cartorário.

CAPÍTULO III

Das outras fontes de receita

Artigo 48.º - O titular de serventia da Justiça não oficializada, além de sua própria contribuição como segurado (artigo 45), contribuirá para a receita da Carteira, mensalmente, com quantia igual à das contribuições devidas pelo oficial maior, pelos escreventes e pelos auxiliares da serventia a seu cargo.

Artigo 49.º - A Contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado corresponderá a 15% dos emolumentos devidos ao serventuário por ato praticado em serventia não oficializada, salvo no Cartório de Notas e no Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, em que a contribuição será de 10% sobre os emolumentos.

Parágrafo único - Será arredondado para mais o resultado inferior a Cr\$ 0,10, facultando-se ao Executivo, sempre que baixar novas tabelas de custas e emolumentos, a elevação desse mínimo.

Artigo 50.º - A contribuição fixada no artigo anterior será arrecadada através da Secretaria da Fazenda, por intermédio do serventuário, na forma estabelecida por ato do Secretário ou de quem este designar, ouvida previamente a Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 51.º - O chefe do serviço atuarial do Instituto de Previdência do Estado representará ao Presidente dessa autarquia sempre que, em decorrência de estudos atuariais, fica demonstrada a necessidade de reajuste das fontes de receita da Carteira, para que possam ser pagos integralmente os benefícios, nas bases prevista por esta lei.

Artigo 52.º - O Presidente do Instituto, verificada a insuficiência dos fundos de reserva da Carteira, representará ao Secretário de Estado a que a autarquia estiver vinculada, no prazo improrrogável de trinta dias contados do recebimento da manifestação do Chefe do Serviço Atuarial, solicitando a alteração das fontes de receita.

TÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DOS TITULARES DE SERVENTIAS DA JUSTIÇA

Artigo 53.º - Constituem obrigações do titular de serventia não oficializada da Justiça:

I - descontar, mensalmente, na folha de pagamento dos servidores da serventia a seu cargo as contribuições e demais quantias por estes devidos à Carteira;

II - recolher, a estabelecimento autorizado de crédito ou a Tesouraria do Instituto de Previdência, na conta especial da Carteira, em dinheiro ou cheque visado, até o último dia do mês seguinte

ao vencido, as contribuições dos respectivos servidores, a sua própria e as demais quantias devidas à Carteira;

III - arrecadar a Contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e, quando esta for paga em estampilhas, apô-las, antes da conclusão do ato nos livros, certidões, formais, instrumentos e papéis em que seja devida e, quando não for paga em estampilhas, recolhê-la semanalmente, à conta especial da Carteira obedecido o disposto no artigo 50;

IV - remeter mensalmente à Carteira, até o último dia do mês seguinte ao vencido, de acordo com modelo fornecido por esta, a relação completa dos servidores sob suas ordens, com a especificação das quantias recolhidas em nome de cada um, de acordo com o inciso II;

V - comunicar à Carteira, simultaneamente com a relação do inciso anterior, as modificações de função e a admissão e exoneração de servidores da serventia a seu cargo;

VI - comunicar mensalmente à Carteira, até o dia 10 do mês seguinte, o total por seu intermédio arrecadado da Contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, especificando as parcelas correspondente à arrecadação por estampilhas e todos os recolhimento com as datas e respectivas importâncias, feitos a estabelecimentos de crédito autorizados ou à Tesouraria do Instituto;

VII - apresentar mensalmente ao visto do juiz corregedor permanente da serventia o comprovante dos recolhimentos previstos nos incisos II bem como o último comprovante correspondente, devidamente visado.

Artigo 54.º - O serventuário ou quem responder pela serventia é obrigado a facilitar a fiscalização do fiel cumprimento desta lei, exibindo, sempre que solicitado, guias, livros, arquivos, fichas e quaisquer papéis ou documentos da serventia, pelos quais se possa ajuizar da regularidade da arrecadação das contribuições.

Artigo 55.º - Ocorrendo a recusa ou a sonegação de qualquer dos elementos mencionados no artigo anterior, ou sua deficiente apresentação, poderá a Carteira sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, inscrever "ex-officio" as importâncias que reputar devidas, ficando a cargo do titular de serventia o ônus de prova em contrário.

Artigo 56.º - Poderá também a Carteira fazer realizar visitas ao recinto dos cartórios e escritórios de Justiça a fim de verificar o número de servidores em exercício, suas inscrições, data de ingresso ou qualquer outro elemento necessário à fiscalização.

Artigo 57.º - O recolhimento de qualquer contribuição fora do prazo sujeitará o titular de serventia ao pagamento do débito em salários- mínimos atualizados, com juros moratórios de 1% ao mês, além da multa de 10% ou de 20%, conforme se trate de pagamento amigável ou judicial, sendo esses acréscimos feitos sobre o principal atualizado.

Artigo 58.º - A infração de qualquer dispositivo desse Capítulo para o qual não haja penalidade expressamente cominada sujeitará o responsável à multa, imposta pelo Diretor da Carteira, de 1 a 10 salários-mínimos vigente na Capital do Estado, conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único - Da decisão que julgar procedente o débito ou impuser penalidade caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Presidente do Instituto de Previdência, no prazo de trinta dias, contados da ciência pelo interessado.

Artigo 59.º - Qualquer débito apurado pela Carteira, assim como as multas definitivamente impostas, serão lançados em livro próprio do Instituto de Previdência do Estado, destinado à inscrição de sua dívida e, depois de recebidos, serão entregues, sem qualquer desconto à Carteira.

Artigo 60.º - Pelo desconto de contribuições dos servidores feito a menos ou não realizado, bem como pela arrecadação insuficiente, ou não efetivada, da Contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, são pessoal e diretamente responsáveis os que respondam pela serventia, à data em que ocorreu o fato e, solidariamente, os seus sucessores providos a título efetivo.

Artigo 61.º - Sem prejuízo do disposto no artigo 58 e da responsabilidade criminal que couber, o Juiz Corregedor permanente da serventia imporá ao serventuário ou a quem responda pela serventia, mediante sindicância ou processo administrativo, as penalidades disciplinares, cabíveis, pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo.

Parágrafo único - Poderá ainda o Juiz suspender desde logo o responsável, até que faça prova de haver recolhido, com os acréscimos previstos em lei, as contribuições arrecadadas por seu intermédio.

TÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO E DA APLICAÇÃO DA RECEITA

CAPÍTULO I

Da Administração

Artigo 62.º - A Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado é administrada e representada, judicial e extra-judicialmente, pelo Instituto de Previdência do Estado de S. Paulo.

Parágrafo único - Pelos atos que o Instituto de Previdência praticar de acordo com essa lei, responderá exclusivamente o patrimônio da Carteira.

Artigo 63.º - A Carteira terá um Conselho, constituído por cinco membros e respectivos suplentes, como representantes da Secretaria a que estiver vinculado o Instituto de Previdência do Estado, da Secretaria da Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça, da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo e da Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça do Estado de São Paulo.

§ 1.º - Os membros do Conselho e seus suplentes serão nomeados pelo Governador mediante indicação, em listas tríplexes, dos órgãos e entidades representadas.

§ 2.º - Os membros do Conselho exercerão mandato trienal gratuito, vedada a recondução, como titular, por mais de uma vez.

§ 3.º - As atribuições do Conselho a que se refere este artigo serão estabelecidas em decreto.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DA RECEITA

Artigo 64.º - A Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado adotará o regime financeiro atuarial de repartição com fundo de garantia.

Artigo 65.º - A receita da Carteira somente poderá ser utilizada no pagamento dos benefícios previstos por esta lei, nas despesas de administração e material, necessárias à execução de seus fins e nas aplicações previstas no artigo 67.

Parágrafo único - É nulo de pleno direito qualquer ato ou decisão que dê à receita utilização em desacordo com o disposto neste artigo.

Artigo 66.º - Haverá um Fundo de Reserva, não inferior a dez por cento da receita anual da Carteira, fixado em cada previsão orçamentária e destinado à cobertura eventual de "deficits" orçamentários e à atualização dos benefícios concedidos.

Artigo 67.º - As reservas da Carteira, já constituídas, e o excesso mensal da receita sobre a despesa serão aplicados com observância do disposto no parágrafo 1.º do artigo 5.º do Decreto-lei Complementar n.º 18, de 17 de abril de 1970.

Artigo 68.º - A receita da Carteira será depositada mensalmente, em conta independente e em seu nome, no Banco do Estado de São Paulo, pelo Instituto de Previdência e pela Secretaria da Fazenda.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 69.º - Por proposta do Conselho da Carteira, a remuneração-base fixada no artigo 45 e respectiva Tabela poderá ser majorada por decreto, se as disponibilidades da Carteira permitirem pagamento de benefícios mais elevados.

Artigo 70.º - Salvo disposição em contrário, em qualquer cálculo decorrente da aplicação desta lei será arredondada para mais a fração igual ou superior a Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) e desprezada à inferior.

Artigo 71.º - Sem a prova de quitação para com a Carteira, o segurado não poderá obter licença, salvo para tratamento de saúde, nem requerer permuta de serventia ou inscrever-se em qualquer concurso.

Parágrafo único - Para o titular de serventia, à prova de quitação terá de referir-se não só a ele como também à contribuição de todos os servidores que lhe forem subordinados.

Artigo 72.º - Os editais para provimento de serventia não oficializada mencionarão o débito desta para com a Carteira, quando houver, para conhecimento dos interessados a aplicação do artigo 60.

Artigo 73.º - A estrutura e o quadro de pessoal da Carteira, serão fixados por decreto.

Artigo 74.º - Esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1971, ficando revogadas a Lei n.º 6.290, de 13 de setembro de 1961, e a Lei n.º 9.858, de 4 de outubro de 1967.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1.º - Os proventos de aposentadoria e as importâncias das pensões e quotas de pensão concedidos antes da vigência desta lei serão revistos, passando a ser de valor igual aos que ela

estabelece.

Parágrafo 1.º - Far-se-á o reajustamento dos benefícios considerando-se a situação de cada serventia a 1.º de janeiro de 1971.

Parágrafo 2.º - Os benefícios revistos serão devidos desde a data da vigência desta lei e expressos em salários-mínimos, para os futuros reajustamentos.

Artigo 2.º - As pensões decorrentes de falecimento de segurado, aposentado ou não, ocorrido antes da vigência desta lei serão recalculados de acordo com o artigo precedente observando-se sempre a percentagem estabelecida no "caput" do artigo 34 os critérios de distribuição fixados nos seus parágrafos.

Parágrafo 1

1.º - A lei do tempo em que ocorreu o óbito do segurado continuará a reger o direito à pensão e seus beneficiários.

Parágrafo 2.º - Em caso algum haverá redução de benefício, por aplicação do disposto neste artigo.

Artigo 3.º - O débito à Carteira poderá ser liquidado, com o acréscimo de juros moratórios de 1% ao mês, em tantas prestações mensais e de igual valor, até o máximo de 24, quantos sejam os meses de atraso fio recolhimento das contribuições.

Parágrafo 1.º - Ficam fixados os prazos, respectivamente, de 120 e 180 dias, contados da vigência desta lei, para o requerimento, ao Diretor da Carteira, de parcelamento do débito e para o início do recolhimento das prestações.

Parágrafo 2.º - O não recolhimento, no prazo, de qualquer das prestações acarretará o vencimento antecipado e automático das demais, com a multa de 20% sobre o total do débito em aberto.

Artigo 4.º - O contribuinte que, à data de seu desligamento :da Carteira, já tivesse preenchido qualquer das condições previstas no artigo 20 para a aposentadoria, ou os beneficiários da respectiva pensão, no caso de já haver falecido, poderão requerer os benefícios concedidos por esta lei, tendo direito a eles a partir de 1.º de janeiro de 1971.

Parágrafo único - As contribuições acaso devidas até a data do desligamento serão retidas pela Carteira, na forma do artigo 36 tão somente com o acréscimo de juros moratórios, à razão de 1% ao mês.

Artigo 5.º - Ao contribuinte obrigatório da "Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado", que tenha perdido essa qualidade, por qualquer motivo, e ao que teve cancelado o direito aos benefícios por falta de pagamento, durante seis meses, contados do vencimento da primeira contribuição mensal vencida, é facultada sua reinscrição, desde que o requeira no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da vigência desta lei.

Parágrafo único - O recolhimento das contribuições em atraso será feito em dobro, ficando o contribuinte sujeito a um período de carência de dois anos para a concessão dos benefícios instituídos pela Carteira.

Artigo 6.º - O disposto no artigo 69 terá aplicação a partir de 1.º de janeiro de 1973.

Artigo 7.º - Para atender à despesa decorrente da subvenção de que trata o inciso IV do artigo 43, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria do Trabalho e Administração, destinado ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado - um crédito especial, até o limite de Cr\$ 12.000.000,00.

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de dezembro de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça.

Dilson. Domingos Funaro, Secretário da Fazenda.

Virgílio Lopes da Silva, Secretário do Trabalho e Administração.

Publicada Tia Assessoria Técnico-Legislativa, aos 10 de dezembro de 1970.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo subst.

D. O. de 17/12/1970

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 45, DA LEI N.º 10.393, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1970

A) Serventias de 1.ª Classe (Comarca da Capital, entrância especial);

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário.....	10,00 salários-mínimos
Oficial Maior.....	6,20 salários-mínimos
Escrevente.....	5,00 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,50 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos no item anterior:

Remuneração-base

Serventuário.....	6,50 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,30 salários-mínimos
Escrevente.....	2,70 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,10 salários-mínimos

B) Serventias de 2.ª Classe (Comarca de 3.ª entrância):

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário.....	7,20 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,60 salários-mínimos
Escrevente.....	3,00 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,40 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário.....	6,60 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,30 salários-mínimos
Escrevente.....	2,75 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,20 salários-mínimos

III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:

Remuneração-base

Serventuário.....	6,00 salários-mínimos;
Oficial Maior.....	3,00 salários-mínimos
Escrevente.....	2,50 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,00 salários-mínimos

C) Serventias de 3.ª Classe (Comarca de 2.ª entrância):

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário.....	6,00 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,30 salários-mínimos
Escrevente.....	2,70 salários-mínimos
Auxiliar.....	2,10 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais; dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário.....	5,50 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,05 salários-mínimos
Escrevente.....	2,50 salários-mínimos
Auxiliar.....	1,95 salários-mínimos

III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:

Remuneração-base

Serventuário.....	5,00 salários-mínimos
Oficial Maior.....	2,75 salários-mínimos

Escrevente.....	2,25 salários-mínimos
Auxiliar.....	1,75 salários-mínimos
D) Serventias de 4.ª Classe (Comarca de 1.ª entrância):	
1 - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário.....	4,80 salários-mínimos
Oficial Maior.....	3,00 salários-mínimos
Escrevente.....	2,40 salários-mínimos
Auxiliar.....	1,80 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário.....	4,40 salários-mínimos
Oficial Maior.....	2,75 salários-mínimos
Escrevente.....	2,20 salários-mínimos
Auxiliar.....	1,65 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Remuneração-base	
Serventuário.....	4,00 salários-mínimos
Oficial Maior.....	2,50 salários-mínimos
Escrevente.....	2,00 salários-mínimos
Auxiliar.....	1,50 salários-mínimos

RESOLUÇÃO N.º 3, DE 21-5-1970

Dispõe sobre o recolhimento dos tributos pelos Serventuários e pelos Despachantes Aduaneiros, por meio de cheques.

O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que pelas diretrizes fixadas pelo Governo, devem ser implantados mecanismos que proporcionem aos contribuintes facilidades para o recolhimento de tributos;

Considerando que certo recolhimentos, por motivos imperiosos, ainda se processam somente nas repartições arrecadoras fazendeiras, não se permitindo a arrecadação através da rede bancária;

Considerando que os recolhimentos só admissíveis em repartições fazendárias, devem ser efetuados sem determinadas exigências, que em nada influem no controle e segurança da arrecadação;

Considerando que de conformidade com o § 2.º do artigo 162 do Código Tributário Nacional, o crédito tributário pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado. Resolve:

Artigo 1.º - O Serventuário credenciado e responsável pelo Cartório respectivo, poderá recolher o imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos à eles relativos, devido pelos outorgantes ou outorgados, por meio de cheques de sua emissão, independentemente de prévio visto do estabelecimento de crédito sacado.

Artigo 2.º - O despachante Aduaneiro poderá recolher o imposto de circulação de mercadorias, devido pela entrada em estabelecimento de contribuintes, referentes a mercadoria importada, por meio de cheque de sua emissão, independentemente de prévio visto do estabelecimento de crédito sacado.

Artigo 3.º - Nas hipóteses previstas nos artigos anteriores, deverá ser observado o seguinte:

I - Somente será acolhido cheque cujo estabelecimento de crédito sacado esteja situado na mesma localidade da repartição arrecadora fazendária;

II - o cheque será nominativo e emitido:

a) na Capital, a favor da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;

b) em Santos e Campinas, a favor da Recebedoria respectiva; e

c) nas demais localidades, a favor da Coletoria Estadual respectiva;

III - deverá constar do cheque a identificação de seu emitente;

IV - deverá constar, na Guia de recolhimento do tributo, o número e a data do cheque, o nome e a qualificação do emitente, o estabelecimento de crédito sacado e respectiva conta.

Artigo 4.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

D. O. 22/5/70

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF N.º 40, DE 14 DE AGOSTO DE 1970

Aprova modelo de ficha a ser preenchida pelos Cartórios Públicos

O Secretário da Receita Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 5 da Portaria Ministerial n.º GB-70, de 28 de fevereiro de 1969.

Considerando a obrigatoriedade de menção do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, pelos compradores, vendedores e intervenientes, nas escrituras apresentadas aos registros de imóveis e

Considerando o Objetivo n.º 60 do Plano Geral de Administração dos Tributos Federais - PLANGEF 69-71, resolve aprovar o modelo anexo em substituição à ficha de comunicação, mencionada no item 4 da Portaria Ministerial n.º GB-70, de 28 de fevereiro de 1969.

II - Determinar que o modelo ora aprovado seja utilizado a partir de 1.º de janeiro de 1971, com as seguintes características: confecção em cartolina, cor branca, 40 kg, dimensão de 105 mm x 148 mm e impressão em cor preta. - Antônio Amílcar de Oliveira Lima, Secretário da Receita Federal.

D. O. União de 10/9/70

VARAS DISTRITAIS

CRIAÇÃO: Art. 18.º - Lei n.º 8.101, de 16-4-1964

1.ª - SANTO AMARO - Inst. em 28-6-1966.

End. - Rua Santo Antônio, 208 - fones: 269-6395 Cart. Vara

JUIZ - Dr. Carlos Alberto Ortiz (Dr. José Luiz Fonseca Tavares) (Substituto)

ESCRIVÃO - Fausto Mendes Martins-resp.

Oficial Maior - não tem expediente

2.ª - S. MIGUEL PAULISTA - Inst. em 26-4-1966.

End. - Rua Beraldo Marcondes, 5 - fone: 29 Cart. e Vara

JUIZ - Dr. Rubens de Moraes Castro

ESCRIVÃO - Vicente Alimari - Responsável p/ expediente

Oficial Maior: não tem

3.ª - ITAQUERA - Inst. em 10-5-1965.

End. - Rua Nossa Senhora do Carmo, 9 - fone: não tem

JUIZ - Dr. Flávio Celso Villa da Costa

ESCRIVÃO - Jurandyr de Carvalho

Oficial Maior: não tem

4.ª - SANTANA - Inst. em 8-12-1966.

End. - Rua Alfredo Pujól, 72 - fones: 299-5587

Cartório, 298-5598 - Vara

(quando os telefones estv. Impedidos recado: 298-4127 R. C. P. Natur.

JUIZ - Dr. Lair da Silva Loureiro.

ESCRIVÃO - Carlos; de Almeida Pinto.

Oficial Maior: Paulo Chaves

5.ª - LAPA - Inst. em 20-3-1965.

End. - Rua Nossa Senhora da Lapa, 427 - fones: 260-0620 -

Cartório, 260-0610 -

Vara (quando os telefones estv. impedidos recado: 260-0848 - R. C. P. Natur.

JUIZ - Dr. Jayme Vieira Manso.

ESCRIVÃO - Dr. Gino Martinelli.

Oficial Maior: Maria Joanita Lopes; da Silva

6.ª - PINHEIROS - Inst. em 26-9-1968 (criada p/Lei n.º 10.027, de 11-1-1968).

End. - Rua Butantã, 240 - fones: 286-7797 Cartório, 286-5881 - Vara

JUIZ - Dr. Paulo Neves.
ESCRIVÃO - Emília Motta Cerqueira Leite Responsável p/expediente.
Oficial Maior: não tem
7.^a - PENHA DE FRANÇA - Inst. 30-8-1966.
End. - Rua Capitão Avelino Carneiro, 307-311
Edifício São João - fones: 295-3366 - Cartório, 295-5417 - Vara JUIZ - Dr. Danilo José Fernandes.
ESCRIVÃO - Oswaldo Gava Oficial Maior: não tem
8.^a - TATUAPÉ - Inst. em 12-10-1967.
End. - Rua Artur de Mendonça, 202/6 - fones: 295-4738
ESCRIVÃO - João Carlos Franco da Silveira - OFICIAL MAIOR
Oficial Maior: não tem
9.^a - VILA MARIA - Inst. em 12-12-1967.
End. - Rua Palmira, 659 - 1.^o andar - fones: 92-7872 - Cartório, 92-7789 - Vara
JUIZ - Dr. Paulo Vergílio Bueno Magano.
ESCRIVÃO - Oswaldo Carnaes - OFICIAL MAIOR - Resp. p/expediente.
OFICIAL MAIOR: não tem
10.^a - CASA VERDE - Inst. em 17-5-1965.
End. - Rua João Rudge, 351 - fones: 51-1471 Cartório, 51-1529 - Vara
JUIZ - Dr. José Alberto Weiss de Andrade
ESCRIVÃO - Jorge do Espírito Santo. Oficial Maior: Renato Zucchi
11.^a - TUCURUVI
End. - Av. Tucuruví, 63 e 67.
JUIZ - Dr. Manoel Sorrilha.
12.^a - VILA PRUDENTE
End. - Rua José Zapé, 87 - fone: 273-1910
JUIZ - Dr. Décio Mendes Pereira.

Nº 091 - Publicação: Jan/Jun 1971

REDAÇÃO:

Sabemos, perfeitamente, que os Estatutos de nossa entidade associativa a proíbem de envolver-se, como tal, em assuntos de ordem política. Isso, entretanto, não nos impede, obviamente, de apreciar os atos e atitudes de nossos homens públicos, seja qual for a sua filiação partidária, sempre que, para tanto, se nos ofereça a devida oportunidade. Está nesse caso o Sr. LAUDO NATEL, que vem de assumir o Governo de nosso Estado, - e cuja personalidade se impõe ao respeito e apreço de todos nós, serventuários da Justiça, desde quando, pela primeira vez, exerceu e dignificou as mesmas altas funções que ora desempenha, cercado, aliás, pelas simpatias gerais.

Realmente, pudemos constatar, no curso de sua gestão anterior, que nossa classe lhe mereceu especial atenção, bastando dizer, para ilustrar a veracidade de tal afirmativa, que ao levarmos ao conhecimento de sua. Excia., - por intermédio do então e também hoje seu Secretário da Justiça, Dr. OSWALDO MULLER DA SILVA, - a situação de penúria em que viviam nossos colegas aposentados, não teve dúvida em ordenar imediatas providências, no sentido de que o angustiante problema daqueles servidores fosse, pronta e adequadamente solucionado.

De fato, uma Comissão foi logo constituída pelo ilustre titular da mencionada Pasta, com a finalidade de estudar e reformular a legislação então vigente relativa à nossa aposentadoria, - trabalho esse em que a mesma se empenhou com afinco, terminando por elaborar um anteprojeto de lei de todo em todo criterioso, que só por carência de tempo não pode ser encaminhado à Assembléia Legislativa para a devida apreciação, - pois o curto período de seu Governo havia, já então, chegado ao fim.

Temos, assim, razão de sobra para nos regozijar com a volta de S. Excia. ao Governo do Estado, - certos, como estamos, de que os problemas de nossa classe continuarão a merecer-lhe a mesma atenção que lhe dispensou quando de sua primeira investidura nas elevadas funções a que foi reconduzido, - graças não só aos seus méritos de administrador excepcional revelados naquela oportunidade, como também pela conduta superior com que se houve sempre no trato das questões políticas e na defesa dos legítimos interesses de São Paulo.

Outrossim, cumpre-nos registrar, com satisfação, o fato do novo Chefe do Executivo haver

escolhido, mais uma vez, o Dr. OSWALDO MULLER DA SILVA para dirigir a Secretaria da Justiça, à qual, como todos sabem, o ilustre Professor da UNIVERSIDADE MACKENZIE já prestou os mais assinalados serviços quando de sua primeira investidura no mesmo cargo. Amigo certo, como sempre foi, de nossa classe, o seu retorno àquela Secretaria constitui, também, para todos nós, motivo de justificado júbilo, razão pela qual, apresentando a S. Excia. os nossos cumprimentos pela sua nomeação para tão altas funções, formulamos os melhores votos pelo êxito integral da missão que lhe foi confiada.

APLICAÇÃO DE REGRAS DO PENHOR A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Regras aplicáveis - Indivisibilidade da garantia Vencimento ante tempus da dívida - Juros Extinção da garantia.

Determina a lei se apliquem à alienação fiduciária em garantia algumas regras comuns aos direitos pignoratícios e certas disposições próprias do penhor (1).

As regras comuns são as seguintes:

1.º) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título, ou na quitação (2).

2.º) A dívida considera-se vencida:

I - se, deteriorando-se ou depreciando-se a coisa dada em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar;

II - fio o devedor cair em insolvência, ou falir;

III - se as prestações não forem pontualmente pagas, toda vez que deste modo se estipular o pagamento;

IV - se perecer o objeto dado em garantia;

V - se desapropriar a coisa dada em garantia, depositando-se a parte do preço que for necessária para o pagamento integral do credor (3).

1) Decreto-lei n.º 911, art. 1.º, § 7.º.

2) Código Civil, art. 758.

3) Código Civil, art. 762.

3.º) O antecipado vencimento da dívida, nas hipóteses registradas, não importa o dos juros correspondentes ao prazo convencional por decorrer (4).

As três regras traduzem princípios gerais aplicáveis aos direitos reais de garantia e estendidas à alienação fiduciária, que se conhecem por estas expressões

1.º) princípio da indivisibilidade;

2.º) princípio da antecipação do vencimento;

3.º) princípio da correspondência temporal dos interesses.

São adequados ao negócio fiduciário regulado na lei do mercado de capitais, embora não seja este um direito real de garantia, justificando-se a remissão legal.

A disposição relativa ao penhor, aplicável por expressa menção legal, é a que se segue:

Resolve-se o penhor:

I - extinguindo-se a obrigação;

II - perecendo a coisa;

III - renunciando o credor;

IV - dando-se a adjudicação judicial, remição, ou a venda amigável do penhor;

V - confundindo-se na mesma pessoa as qualidades de credor e dono da coisa (5).

O princípio da indivisibilidade da garantia acha-se declarado na lei comum com o propósito de tornar mais eficaz a proteção dispensada ao credor. Contudo, reconheceu o legislador que ele não é da essência dos direitos pignoratícios, tanto assim que autoriza as partes a afastá-lo, mediante cláusula no próprio contrato e até na quitação do pagamento de qualquer das prestações da dívida.

4) Código Civil, art. 703.

5) Código Civil, art. 802.

Significa a indivisibilidade, nas palavras de um autor, que cada porção do crédito é garantia por toda a coisa onerada e cada porção do objeto garante o crédito inteiro: est tota in toto. Consiste, segundo Lafayette, nisto que o bem dado em garantia e cada uma de suas partes ficam sujeitos à dívida toda e a cada uma das frações dela (6). No interesse da clareza, decompõe ele essa

proposição nas duas seguintes: a) a coisa em sua integridade fica sujeita ao pagamento da dívida toda e de cada uma de suas frações, b) cada uma das partes da coisa, divisas ou indivisas, fica essencialmente obrigada à dívida inteira e a cada uma de suas frações (7). Aplicada a regra à alienação fiduciária em garantia, seu efeito é o de maior íntegra a coisa que foi transmitida pelo fiduciante, sejam quais forem as amortizações da dívida. Enquanto não saldá-la, continua simples possuidor na relação jurídica em que o fiduciário. Nem haveria, a rigor, possibilidade de fracionamento da garantia com a redução da dívida, salvo se aquela recaísse em vários bens. O fiduciário, tornando-se dono, sob condição uma parcela do seu direito de propriedade.

Sendo vários os bens, podem as partes estipular, que, pagas algumas prestações da dívida, uma, ou algumas, das coisas seja liberada do ônus, isto é, reverta à propriedade do fiduciante.

Permite-se, em suma, nesse caso e sob essas condições, a correspondente diminuição da garantia.

Obriga-se o devedor, que alienou fiduciariamente o bem, a pagar pontualmente as prestações em que fie desdobra a dívida. O retardamento injusto no pagamento de qualquer dessas parcelas determina o vencimento antecipado das prestações vencidas. Essa antecipação do vencimento da dívida importa, para o fiduciante, a perda do direito à reversão da propriedade do bem que alienara fiduciariamente, por quando poderá o credor, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, promover, por qualquer dos meios admitidos, a execução do crédito, servindo-se da garantia.

6) "Direito das Coisas", rol. 11, pág. 48, Rio, 1877.

7) Op. e loc. cit.

O vencimento ante tempus da dívida não se verifica apenas na hipótese, assinalada, mas também nos casos admitidos para antecipação da que está garantida pignoriaticamente, Conquanto Da alienação fiduciária não se constitua um direito real de garantia na coisa alheia sua função é, igualmente, assegurar ao credor um direito ao valor do bem, com os mesmos atributos. A coisa que lhe é alienada fiduciariamente se destina precisamente à garantia do seu crédito, autorizado que está a vendê-la, caso o devedor não pague. Justifica-se, em consequência, a extensão à alienação fiduciária da regra que, em outras hipóteses, considera vencida a dívida, tornando-a imediatamente exigível.

O perecimento, a deterioração, a depreciação da res fiduciae privam ou diminuem a garantia do credor, repercutindo na solidez da obrigação principal. Justo, portanto, que não seja obrigado a esperar que se vençam as prestações por decorrer.

No caso de perecimento da coisa, o credor tem à sua disposição a ação executiva se o devedor não salda a dívida, unia só a empregará raramente porque exige, ao contratar, que seja segurada, assistindo-lhe o direito de fie reembolsar com a indenização.

A hipótese de antecipação do vencimento pela desapropriação da coisa é meramente admissível em teoria, dada a qualidade dos bens que se alienam em garantia.

No caso da falência do fiduciante, a dívida tem também o seu vencimento antecipado, podendo o fiduciário pedir, de logo, a restituição do bem, porquanto está excluído do processo concursal (8).

Em qualquer das hipóteses de vencimento antecipado da dívida, os juros correspondentes ao prazo convencional por decorrer não podem ser exigidos, resulte a antecipação de culpa do devedor, como o atraso no pagamento, ou de caso fortuito, como o perecimento; e ainda do fato do príncipe, como a desapropriação

8) V. Capítulo 15, n.º - 103.

A própria natureza dos juros justifica a regra. Sendo esses frutos civis a remuneração que o credor exige por se privar de soma de dinheiro que lhe é devida, nascem evidentemente, pro rata temporis. Vencida a dívida ante tempus não teria cabimento exigi-los até o termo final. Se foram pagos antecipadamente, cumpre ao credor restituí-los, admitindo-se, no pagamento voluntário, que o devedor os deduza.

Os juros a que se reporta a lei são os compensatórios. Os juros moratórios serão devidos se a dívida não for paga quando ocorra uma das hipóteses nas quais a lei considera antecipado o vencimento.

Coincidem os modos de resolução do penhor e da alienação fiduciária em garantia, não se superpondo apenas quando a extinção decorre da venda extrajudicial do bem, que, naquele deve ser expressamente permitida no contrato, ou autorizada pelo devedor, enquanto neste é prescrita na lei, embora as partes possam prescrevê-lo.

A extinção da obrigação principal ocorre, na alienação fiduciária, com o pagamento da última prestação, acarretando a extinção da garantia pela reversão da propriedade do bem ao fiduciante e devedor. Dá-se, ainda, por qualquer das modalidades de pagamento, entre as quais a confusão, ressaltada ociosamente na lei. Necessário, como em relação à garantia pignoratícia, que a extinção seja total e definitiva.

O perecimento é natural causa extintiva. A garantia desaparece por falta de objeto, resolvendo-se, incontinenti, o contrato.

Quanto à renúncia, também pode ser tácita pela prática de atos, por parte do fiduciário, que a presumam, mas a hipótese clássica do consentimento para a venda do bem dado em garantia não se apresenta, porque, na alienação fiduciária, pertence ele ao credor.

A adjudicação judicial da coisa não é, do mesmo modo, e pela mesma razão, possível. O fiduciário é proprietário do bem, embora sob condição resolutiva, de sorte que quando fica com este, no processo de busca e apreensão, por sentença judicial, não o adjudica, obtendo porém a consolidação da propriedade.

A remissão, possível no penhor, é inadmissível na alienação fiduciária em garantia. As financeiras são empresas comerciais, que não podem perdoar dívidas. Extingue-se a garantia, porém, pela remição, que ocorre toda vez que terceiro, geralmente adquirente do bem, o libera, pagando a dívida,

Transcrito da "Tribuna da justiça, de 6/7/71

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E O CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO ("C.R.S." DO INPS)

Empresa mecânica desta Capital apresentou ao Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Jundiaí um contrato de compra e venda com reserva de domínio, para ser transcrito, por ser lá o domicílio da compradora. O titular do Cartório exigiu-lhe o Certificado de Regularidade de Situação do INPS, não só da apresentante, vendedora, como também da compradora. Por intermédio do seu advogado, Dr. Netto Armando, desta Capital, a empresa vendedora levantou a dúvida perante a Colenda Segunda Vara daquela Comarca, alegando que a legislação pertinente à matéria não exige a apresentação daqueles dois certificados, acrescentando que, se fosse exigido também o C.R.S. da compradora-devedora, inconcretizável tornar-se-ia, via de regra, a transcrição de tais contratos no Registro de Títulos e Documentos, uma vez que as empresas compradoras não se interessam por essa transcrição que é, sabidamente, do exclusivo interesse da vendedora-credora. Ademais, o referido advogado Netto Armando alegou que, na Comarca de São Paulo, os órgãos de Registro de Títulos e Documentos contentam-se com a apresentação apenas do "C.R.S." da vendedora, única interessada na transcrição, sem qualquer oposição por parte do INPS.

Manifestando-se o Dr. Paulo de Tarso Barbosa Duarte, ilustre 2.º Promotor Público da Comarca de Jundiaí, proferiu brilhante parecer, no sentido também de que o critério do interesse no registro é o prevalente. Desse parecer destacamos os seguintes tópicos:

"A exibição dos Certificados de Matrícula, de Regularidade de Situação e de Quitação, que o INPS expede às empresas vinculadas Dos termos do Regulamento baixado com o Decreto n.º 60.368, de 11/3/1967, "pressuposto de eficácia de certos atos ou negócios jurídicos praticados ou celebrados por pessoas físicas ou jurídicas, qualificadas como contribuintes obrigatórios da Previdência Social (cf. Lei n.º 3.807, de 26/8/1960, com as modificações do Dec-Lei n.º 6, de 21/11/66, art. 142, caput), constituindo-se em sanção indireta ao descumprimento de obrigações previdenciárias. Na perspectiva do Certificado de Regularidade de Situação", a Lei Orgânica da Previdência Social (art., 141, § 2.º) define as hipóteses em que sua exibição é de rigor, entre elas figurando a transcrição de quaisquer documentos no Registro de Títulos e Documentos (letra "H") ...Os atos e negócios de que cuida a lei (art. 141, § 2.º), e para os quais exige a exibição do C.R.S., condicionam a aquisição ou o exercício de direitos, em maior ou menor extensão. Em consequência, a pesquisa da legitimação para a prática de atos de aquisição ou de exercício desses direitos só é de ser feita em relação às pessoas que são ou pretendem ser seus respectivos titulares...O registro do contrato de compra e venda com reserva de domínio é condição de exercício "erga omnes" do direito de vindicação da coisa móvel sob condição resolutiva de pagamento do preço respectivo. Assim, salvo "ad probationem. tantum" (Regulamento dos Registros Públicos, art.134, "A", n.º 1), não aproveita. o registro ao

comprador, cujos direitos são exercitáveis desde o respectivo ato de aquisição. Dessarte, não exigindo a lei a exibição do das empresas vinculadas ao INPS, partes em negócios cujos instrumentos estão sendo levados a registro, resta o Critério do Interesse no Registro, como vero elemento de definição das hipóteses em que a providência há de ser solicitada. Efetivamente. Limita-se a lei a prever o fornecimento do "C. R. S.", às empresas vinculadas (a todas elas, indistintamente) e a exigir sua exibição para a transcrição de quaisquer instrumentos no Registro de Títulos e Documentos. É que, em resumo, a legitimação há de ser examinada em cada caso, posto que, sendo o evidente intuito do legislador o estabelecimento de sanções indiretas à violação das obrigações previdenciárias -, cairia no vazio a exigência do "C. R. S." a quem não dependa do ato de registro para a aquisição ou para o exercício de seus direitos contratuais... É o que me parece, com a sugestão de que o MM. Juiz determine ao Oficial do Registro de Títulos e Documentos que se satisfaça com a só exibição do Certificado de Regularidade de Situação do vendedor, ao acolher, para transcrição, quaisquer contratos de compra e venda com reserva de domínio".

Depois desse substancial parecer do Promotor Barbosa Duarte, os autos foram conclusos ao MM. Juiz da Colenda Segunda Vara de Jundiaí, Dr. Adhemar Gomes da Silva, cuja decisão foi no sentido também de que deveria servir como regra o critério do interesse no registro. Dessa magnífica decisão destacamos os seguintes tópicos:

"Trata-se de contrato de compra e venda com reserva de domínio; decorrendo desse contrato que o proprietário continua a ser o vendedor, restando ao comprador o uso e gozo da coisa, com a obrigação de não transferir sua propriedade a outrem, segue-se que os direitos do adquirente são exercitáveis, na sua amplitude desde o respectivo ato de aquisição. Irrelevante, para ele, consequentemente, o registro. Diversa, no entanto, a posição do vendedor, frente ao "pactum reservati dominii", pois a ele importa, fundamentalmente, o registro, como condição de validade contra terceiros. Ora, nossa linha de entendimento, está a saltar aos olhos que a legislação previdenciária, instituidora do Certificado de Regularidade de Situação, cairia no vazio se obrigasse à exibição dessa prova o contratante, que nenhum interesse pode ter na publicidade do ato... O "C.R.S.S" é exigível, efetivamente, para a transcrição de quaisquer documentos no Registro de Títulos e Documentos (Lei Orgânica da Previdência Social, art. 141, § 2.º, letra e seu Regulamento, art. 184, II, "h"). Mas em nenhum desses dispositivos está posta, "in claris", a obrigatoriedade, da exibição do certificado para todos os partícipes do contrato, o que obvia certamente sua interpretação com alcance restritivo, em relação àquele que nenhum interesse pode ter na divulgação do ato, Assim, o critério do interesse no registro há de reger a hipótese focalizada, tanto como outras em que o registro seja necessário. De resto, o douto Conselho Diretor do Departamento Nacional da Previdência Social (Resolução n.º CD/INPS - 218/70, publicada na "R. T. Informa", n.º 14, pág. 24), à unanimidade, - reconhecendo as dificuldades ocorrentes na expedição do CQ e do CRS e sob a consideração de que durante os três anos e meio de vigência das disposições citadas, sua aplicação vem trazendo sérios embaraços à vida normal das empresas, entendeu possível e conveniente encetar um abrandamento destinado a facilitar às empresas a prática de atos indispensáveis à sua vida normal. Percebe-se, desse modo, que a própria instituição previdenciária não está interessada no desenvolvimento de uma política de restrições odiosas, que em nada possa beneficiá-la, tal como nos parece o caso em exame. Assim e tendo em vista o judicioso parecer ministerial, jugo procedente a dúvida suscitada pela empresa vendedora, para determinar que o Oficial leve a efeito o ato desejado, com a só exibição do Certificado de Regularidade de Situação da vendedora, servindo a presente decisão como norma para casos urgentes. Transmitam-se o parecer do M. P. e a presente decisão, com ofício, à Procuradoria Regional do INPS, para conhecimento".

Transcrito da "Tribuna da Justiça", do 17/3/71

ALTERAÇÕES NA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

Os livros de Registros Públicos serão uniformes, em todo o País ficando a aquisição deles, a cargo dos serventuários, sujeitos, contudo à correção da autoridade competente e deverão obedecer aos modelos atualmente usados, com exceção dos de Registro de Imóveis. Essas propostas são de deputado Accioly Filho (ARENA-PR), na Câmara, com vistas e terminar com as omissões e imperfeições contidas na "Lei de Registros Públicos" baixada através do Decreto-Lei n.º 1.000, de 29 de outubro de 1969, que a impedem de entrar em vigor, levando

seus aplicadores à perplexidade.

De acordo com o Projeto de Lei do deputado Accioly Filho, o Decreto-Lei n.º 1.000 sofrera as seguintes alterações:

1 - Considerando que a intenção do legislador foi racionalizar e atualizar os serviços concernentes aos registros públicos e em especial ao registro de Imóveis, mediante a implantação de um sistema que viesse facilitar, sobretudo, uma futura cadastração, torna-se imprescindível modificar a sistemática atualmente em vigor, no sentido de criar um regime de matrícula dos imóveis.

2 - O englobamento das designações "transcrição" e "inscrição" em uma única "registro" e decorrência natural e obrigatória da sistemática que se pretende introduzir, o mesmo acontecendo com a unificação dos livros 2, 3 e 4. Observa-se que os redatores do projeto não precederam ao englobamento das expressões e as mantiveram isoladas em vários dispositivos, fazendo-as constar como Títulos dos Capítulos VI e VII do Título V.

Claro está que o englobamento não se processou de forma integral como deveria. Tal englobamento obrigaria, outrossim, a incorporação dos citados Capítulos VI e VII num único, sob o Título "Registro".

No Capítulo I do Título V as atribuições do registro de imóveis foram classificadas em 3 itens subordinados aos Títulos "Inscrição", "Transcrição" e "Averbação", carecendo, portanto, modificá-lo para que constem apenas dois Títulos "Registro" e "Averbação",

3 - A lei facultou a substituição dos livros de registros pelos de folhas soltas, estabelecendo que estes deverão conter os mesmos requisitos daqueles. Entendem alguns que, por "mesmos requisitos" deve-se entender a mesma forma gráfica das folhas, inclusive no que toca às suas dimensões. O que deveria ter sido consignado é que as folhas soltas deveriam ser confeccionadas de molde a se poder nelas lançar todos os requisitos do registro e, não "com" os requisitos dos livros.

O sistema de folhas, soltas, nos padrões aventados neste projeto, proporcionará tal redução no tamanho dos livros que contenha 300 delas, que o espaço para arquivamento ficará satisfatoriamente diminuído.

4 - Consequência natural da adoção do sistema de matrícula dos imóveis é a eliminação do indicador geral, pois o projeto Livro 2 do Registro Geral o substitui plenamente. As características do imóvel, consignadas no Livro 2 se apresentam com maior número de pormenores, resultando maior eficiência no processo das indicações. Resta determinar a confecção de um índice por sistema de fichas para localização das respectivas matrículas. Os registros feitos em outros livros serão reunidos na coluna de verbações do Livro 2, para maior exatidão das buscas.

5 - Existem no Decreto-Lei n.º 1.000 incorreções no texto, que vão desde pequenos erros gráficos, como no caso do art. 167 - inciso III, onde a palavra "hipotecas" foi grafada "hipóteses", até graves erros de redação que alteram substancialmente o sentido dos artigos respectivos.

O art. 127 se refere à "fraude de credores" para caracterizar a fraude contra credores. No mesmo artigo, não se estabeleceu a necessária ligação entre a expressão "anulações" e a parte inicial do texto. Alguns dispositivos precisam ser eliminados.

6 - No Título I, que trata das disposições gerais, existem no Decreto-Lei n.º 1.000 dispositivos que dizem respeito exclusivamente ao registro de imóveis e estão confundidos com disposições relativas aos demais serviços regulamentados.

7 - Os dispositivos pertinentes à obrigatoriedade do registro de título anterior foram integralmente, reformulados.

8 - A parte relativa aos serviços concernentes aos registros civil e de títulos e documentos não foi analisada e, assim, mantida integralmente com a mesma redação.

No capítulo relativo as disposições gerais, no Título I, o projeto propõe a alteração dos artigos 5.º e 15.º.

PRORROGAÇÃO

Em sua justificativa, assinala o Sr. Accioly Filho que o Decreto-Lei n.º 1.000, teve sua execução prorrogada duas vezes e nos decretos que determinaram tais prorrogações, foi apresentada, como razão principal, a exiguidade do tempo de que dispunha os oficiais de registro, para mandarem confeccionar os livros de escrituração.

"Na realidade - explica o deputado paranaense - o tempo não era exíguo, pois entre a data da promulgação do decreto (21/10/69) e a prevista originariamente à sua execução (21/4/70), os livros poderiam ter sido confeccionados sem qualquer dificuldade. Em verdade a execução (la lei estava prejudicada por impropriedade em seu texto, principalmente no que se relaciona com o

referido entendimento no processo de escrituração no registro de imóveis". Lembrou, ainda, que nos "considerandos" que acompanharam o projeto que subiu a sanção presidencial, o ex-ministro da Justiça, Gama e Silva, enfatizava as principais modificações que a nova lei estaria introduzindo na sistemática do registro de imóveis, entre as quais destacava: 1 - Unificação dos primitivos livros 2, 3 e 4 que se destinavam, respectivamente, à inscrição de hipotecas, à transcrição das transmissões e aos registros diversos, alegando que tal unificação viria simplificar a escrituração dos atos, proporcionando maior número de registros em menor tempo e reduzindo os elementos a serem pagos; 2 - instituição do sistema de "um registro próprio para cada imóvel", o que viria facilitar, sobretudo, uma futura cadastração; 3 - Faculdade da substituição dos - livros pelo sistema de folhas soltas; 4 - Englobamento na designação genérica de "registro" das expressões "transcrição" e "inscrição". "Os redatores do projeto, todavia, não se aperceberam das reais intenções do ministro e as modificações previstas não foram incluídas no texto, pelo menos todas elas".

ATOS

"O sistema - prossegue - atualmente em vigor estabelece um registro próprio para cada ato, havendo livros específicos para cada modalidade de ato. Os registros são feitos por "inscrição", "transcrição" e "averbação". A reformulação de tal sistema exigiria, não "um registro para cada imóvel" e sim "matrícula para cada imóveis" e registro, na matrícula dos atos que tivessem por objeto o imóvel matriculado.

Cabe, portanto, distinguir - conclui o Sr. Accioly Filho

as designações "matrícula" e "registro" que são específicas e de significados diversos.

A implantação da nova sistemática impunha, pois, virtual alteração no processo de escrituração e, conseqüentemente, a modificação dos livros, no que diz respeito à sua apresentação gráfica. Transcrito do "Diário do Comércio e Indústria S. Paulo" de 2/8/70

JUNTA COMERCIAL REGISTRO E AUTENTICAÇÃO DE LIVROS

Lembramos aos interessados que, nos termos da Portaria n.º 25/69, de 19 de junho de 1969, da Junta Comercial, essa repartição está atendendo o público das 9 às 17 horas, ininterruptamente, para o registro de livros, os quais são autenticados e registrados" no ato, com devolução imediata ao requerente.

Nas demais Comarcas deste Estado, que não as da Capital o serviço, na conformidade da deliberação 3/70 da mesma Junta Comercial, vem sendo feito pelos Serventuários da Justiça, designados pelo Exmo. Sr. Corregedor da Justiça do Estado, mim próprios Comarcas.

Em face dessa sistemática, a Associação Comercial de São Paulo deixou de incluir entre os serviços que presta a seus associados o referente à autenticação e registro de livros, do qual se desincumbiu durante longos e repetidos anos, sempre a contento dos que dele se valiam. A exclusão é perfeitamente compreensível, uma vez que na Capital, o registro é, feito pela Junta na própria hora em que é apresentado, e, na tocante ao interior, como ficou claro na exposição supra, o serviço pasmou a ser feito nas próprias Comarcas de cada interessado.

Na oportunidade cabem os seguintes esclarecimentos:

1. Os livros apresentados a registro e autenticação deverão conter, respectivamente, na primeira e última página, tipograficamente numerados os termos de abertura e encerramento.
2. Dos termos de abertura deve constar a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem, a número de folhas, a firma individual a que pertence, o local da sede ou estabelecimento e o número de registro no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda.
3. O termo de encerramento indicará o fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil.
4. Os termos de abertura e encerramento serão datados e assinados pelo comerciante ou por procurador e por contabilista legalmente habilitado.,
5. Nas localidades em que não hajam profissionais habilitados, os termos de abertura e de encerramento serão assinados apenas pelo comerciante ou seu procurador.

Em relação a esta Capital cabe, ainda, a observação de que a Junta Comercial, até 5 (cinco) livros por pessoas, autenticando-os e devolvendo-os imediatamente. Os livros não retirados no ato só serão entregues mediante requerimento à Seção competente.

Para melhor esclarecimento dos interessados, publicamos a deliberação n. 3/70, da Junta

Comercial do Estado de São Paulo e o provimento n.º 92/70, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, que disciplinam a matéria, corrobora no Dec. Lei n.º 486, de 3 de março de 1969.

JUNTA COMERCIAL

Deliberações n.º 3/70, D. O. 27/5/70

A Junta Comercial do Estado de São Paulo, por deliberação unânime de seu Plenário, em sessão de maio de 1970. Considerando que, o Decreto-lei n.º 486, de 3 de março de 1969, regulamentado pelo Decreto-Federal n.º 64.567, de 22 de maio de 1970, modificou o sistema de legalização dos livros mercantis;

Considerando que, pela citada legislação, em vigor desde 26 de maio de 1969, é da competência exclusiva das Juntas Comerciais a autenticação dos livros mercantis, as quais poderão delegar essa atribuição a outras autoridades públicas, nas localidades situadas fora da Capital, onde é sediada;

Considerando ser mais conveniente ao serviço público e ao interesse das partes, seja mantida sob a tutela do Poder Judiciário essa autenticação, nas referidas localidades;

Considerando os entendimentos mantidos com a Digníssima Corregedoria Geral da Justiça deste Estado, no sentido de uma solução alta que tivesse em mira principalmente o relevante serviço público a ser prestado, sem maiores entraves burocráticos;

Delibera:

I - delegar competência aos Servidores ou Serventuários da Justiça, designados pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça do Estado, para, consoante ato próprio que o mesmo baixar e as regras constantes desta Deliberação e da legislação que lhe for aplicável, procederem a autenticação dos livros mercantis nas Comarcas deste Estado, que não as da Capital ;

II - Os excedentes dos serviços delegados a que se refere a presente Deliberação cobrarão ou arrecadarão as taxas ou emolumentos pertinentes, conforme dispuser o Regimento de Custas e Emolumentos do Estado.

III - Os servidores ou serventuários da Justiça deverão obedecer ao seguinte procedimento para a autenticação dos livros:

a) Verificação se os mesmos cumprem os requisitos legais (Decreto-lei n.º 486, de 31/1/69, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 64.567, de 22/5/69), ou seja, se conterá os termos de abertura e de encerramento, respectivamente, na primeira a última página numeradas, devidamente datados e assinados pelo comerciante, diretor de sociedade por ações ou por seus procuradores, e, ainda, por contabilista legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilista (C. R. C.), com menção do correspondente número de registro; ou ainda, apenas por comerciante ou seu procurador nas localidades onde não haja profissional habilitado (artigo 7.º do Decreto citado);

b) do termos de abertura constará a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem o número de folhas, a firma ou estabelecimento, o número e data do arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial e o número de Cadastro Geral de Contribuintes no Mistério da Fazenda;

c) do termos de encerramento constará a indicação do fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil;

d) verificará, também, se o interessado tem seus documentos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, ou se nela é registrado como comerciante em firma individual, mediante a apresentação necessária do comprovante respectivo expedido especialmente a esse fim por aquela repartição;

e) quando forem apresentadas fichas contínuas em forma de sanfona para autenticação conforme facultam os artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, do Decreto n.º 64.567, as mesmas serão recebidas e após examinadas os respectivos termos de abertura e encerramento (vide n.º 3.º alíneas "b" e "c" apostos no anverso da 1.º ficha. e no verso da última dobra de cada bloco dar-se-á prosseguimento ao registro;

f) quando forem apresentadas fichas soltas ou avulsas, o funcionário verificará se as mesmas estão numeradas tipograficamente e se os termos de abertura e encerramento (n.º 3 alíneas "b" e "c"), estão respectivamente apostas na 1.º e última ficha na forma descrita no art. 9.º do referido Decreto. A autenticação de fichas soltas ou avulsas será feita com sinete, ou carimbo próprio de cada Serventia em todas as fichas;

g) verificará, outrossim, o comprovante referente ao pagamento da taxa ou emolumento

respectivo, fiscalizando sua cobrança;

h) uma vez verificada se os livros ou as fichas preenchem os requisitos legais citados, o funcionário dará seqüência a autenticação dos mesmos, sendo que aos livros e fichas aplicará carimbo autenticador, o qual terá o n.º de registro e o dia da autenticação com a assinatura de funcionário ou serventuário designado para este fim, o qual será apostado na 1.ª página tipograficamente numerada na forma do art. 12 do Decreto;

i) a seguir será registrado em livro próprio da repartição ou do Cartório para efeito de informações, buscas e certidões referentes ao registro e autenticação de livros e fichas.

IV - Os servidores ou serventuários Delegados deverão, apor termo de autenticação, preferentemente em carimbo, na primeira página do livro, ou então, no caso de fichas, na primeira, em que declarem expressamente, sob fé pública, serem exatos os termos de abertura e de encerramento, respectivamente, mencionando o seu Ofício ou Cartório, a data, o número de ordem correspondente, assinando a final.

V - Cada servidor ou serventuário Delegado dos serviços objeto desta Deliberação, deverá manter um livro de registro de livros ou fichas feito em duas vias, devidamente autenticado em todas as suas páginas, devendo, uma das vias ser remetida mensalmente à Junta Comercial do Estado de São Paulo, para fins de estatística e controle. Igualmente, manterão fichas referentes a cada sociedade ou firma individual, na qual anotarão as ocorrências referentes aos respectivos registros.

VI - Mensalmente, enviarão à junta Comercial do Estado um relatório mencionado resumidamente os atos praticados em relação à autenticação de livros, concernente ao número de livros conforme a quantidade de folhas constantes de cada um, bem como, das quantias arrecadas, que se trate de dependência oficializada ou não.

(a) Joio Baptista Morello Netto, Presidente.

PROVIMENTO N.º 12/70, DA CORREGEDORIA GERAL A QUE SE REFERE A DELIBERAÇÃO DA JUNTA COMERCIAL

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, atendendo à Deliberação n.º 3/70, da DD Junta Comercial do Estado de São Paulo, resolve:

1.º - Designar os Escrivães dos Cartórios Distribuidores das Comarcas do Estado, exceto a da Capital, para proceder à autenticação dos livros mercantis, observado o Decreto-lei n.º 486, de 3 de março de 1969, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 64.567, de 22 de maio de 1969, ou seja:

a) se os termos de abertura e de encerramento foram regularmente lavrados na primeira e última páginas numeradas, se estão datados e assinados pelo comerciante, diretor da sociedade por ações ou por seus procuradores e por contabilista, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilistas, ou ainda, apenas por comerciante ou procurador, nas localidades onde não houver contabilista habilitado;

b) se o termo de abertura constam a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem o inúmero de folhas, a firma ou estabelecimento, o número e a data do arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial e o número de Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

c) se do termo de encerramento constam, a indicação do fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e respectiva firma individual ou sociedade mercantil;

d) se as fichas continuas, em forma de "sanfona" foram, apresentadas, em substituição aos livros conforme facultam os artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do decreto 64.567, deverá ser examinado se os termos de abertura e de encerramento foram, respectivamente lançados no anverso da primeira ficha e no verso da última dobra de cada bloco;

e) se forem apresentadas fichas soltas ou avulsas o escrivão verificará se os termos de abertura e de encerramento Mão lançados respectivamente, na primeira e última fichas e se estão tipograficamente, numeradas;

f) se foi feito o pagamento da taxa ou emolumento devidos segundo o Decreto Estadual n.º 50.067 de 24 de julho de 1968.

2.º - A autenticação deverá ser feita na primeira página do livro ou na primeira ficha numerada, através de carimbo com os dizeres constantes do modelo anexo; em se tratando de fichas soltas,

o carimbo deverá se apostado em todas elas;

3.º - Os Cartórios registrarão as autenticações em livro próprio, que deverá ser escriturado em folhas soltas, conforme modelo anexo, para posterior encadernação. Os lançamentos serão feitos em duas vias, permanecendo o original em cartório, remetendo-se a outra, mensalmente, à Junta Comercial do Estado de São Paulo.

4.º - De todas as firmas comerciais cujas fichas ou livros autenticarem, os Cartórios confeccionarão fichas, em duas vias uma das quais será encaminhada à Junta Comercial do Estado de São Paulo juntamente com a relação a que se refere o item 3.º, destinando-se a outra à organização do Cartório.

5.º - Este provimento entrará em vigor em 1.º de agosto de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 16 de julho de 1970.

José Geraldo Rodrigues de Alckmin

Corregedor Geral da Justiça.

Transcrito do "Diário, Comércio de S. Paulo", 15/10/70

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS

O Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos, em consulta formulada pela Associação dos Serventuários da Justiça sobre a obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Quitação, no caso das construções iniciadas antes do dia 20 de novembro de 1966, no da primeira transação imobiliária e no das empresas que comercializam com imóveis, exarou importante despacho aprovando parecer que, sobre o assunto, fora elaborado pelo Procurador Regional Adjunto de Consultoria.

A Divisão Jurídica da Federação do Comércio do Estado de São Paulo analisou a matéria e divulgou o seguinte:

"O proprietário de imóvel não está obrigado a apresentar o Certificado de Quitação com a Previdência Social no caso de construção, reforma ou acréscimo de área, desde que faça prova circunstanciada de que a obra foi iniciada antes de 20 de novembro de 1966.

Isto significa que o proprietário poderá regularizar a sua construção e proceder à averbação da mesma no Registro de Imóveis, sem o certificado de Quitação, desde que prove, cabalmente, que iniciou a construção antes de novembro de 1966.

Como o despacho não especifica quais as provas que o proprietário deverá fazer, acredita-se que, entre outras, uma das seguintes, poderão ser produzidas: a) o lançamento do Imposto Predial, se houver; b) a planta aprovada, com o início da obra, acompanhada de notas fiscais de compra de material e documentos hábeis de pagamento de mão-de-obra;

c) auto de infração ou intimação lavrados pela finalização municipal, referente à obra.

"O despacho, por outro lado, esclareceu que o Decreto-lei n.º 824 de 5 de setembro de 1969, artigo 1.º, não revogou o disposto no artigo 4.º do Decreto n.º 60.368, de março de 1967, que exige a apresentação do Certificado de Quitação com a Previdência Social na primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária, seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada após a vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

Ora, mesmo que a construção tenha sido iniciada antes de 20 de novembro de 1966, se o seu término ocorreu posteriormente a essa data, para a primeira venda é exigida a apresentação do Certificado de Quitação.

Digno de ser ressaltado, no entanto, é a interpretação dada pelo parecer ao disposto no inciso II, do § 5.º, do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 821, de 1969, que diz: "Independem da apresentação do Certificado de Quitação (CQ) : II as transações realizadas pelas empresas que exercitem a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação (CRS) e que dele conste expressamente essa finalidade".

Segundo a opinião do relator, "para que a operação se enquadre na hipótese figurada no inciso II do § 5.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 821, não há necessidade de que a empresa exercite exclusiva ou precípuamente a atividade de comercialização de imóveis; basta que, na realidade, a exercite" Seria, porém, quase desnecessário acrescentar que só se dispensa o Certificado de Quitação no caso de venda de imóveis que se destinam efetivamente à comercialização; não de

outros que, por exemplo, integrem o ativo imobilizado da empresa."

Com esse despacho do Juiz da Vara de Registros Públicos, os tabelionatos de notas e os Registros de Imóveis deverão adotar a orientação do parecer, que definiu as diversas situações em que o Certificado de Quitação poderá ser dispensado".

Transcrito do "Diário do comércio" de 6/2/71

FIDELIDADE CONJUGAL...

Não sei se vocês conhecem a velha história daquele casal que estava dormindo, quando, de repente, a mulher acordou, tremendo e debulhada em lágrimas. Conta-se que, os soluços da esposa, despertaram o marido, que ao vê-la, assim transtornada, lhe perguntou, carinhoso e solícito:

- Querida! querida! - Que aconteceu?

- Ah! que sonho! Que coisa horrível!

- Mas, que foi? - Um pesadelo?

- Sim! Um pesadelo arrepiante!

- Vamos! Acalme-se e conte-me tudo, disse-lhe o marido.

- Sonhei com uma escada enorme, compridíssima, que ia até o céu.

Lá em cima, estava São Pedro, recebendo as almas, que iam chegando.

Mas, toda essa multidão de espíritos era obrigada a fazer uma cruz, nos degraus da escada, com um pedaço de giz, que lhe era entregue, ao iniciar a subida...

- Uma cruz? Mas, para quê, - perguntou o varão.

- Para que São Pedro soubesse quantas vezes os maridos tinham sido infiéis às suas esposas, aqui na terra.

- Essa é boa! disse o marido, rindo.

- Mas acontece, prosseguiu a mulher - que tu estavas entre aquela multidão de almas. E, de cúbito, te vi correndo, correndo, de volta.

Julguei que também me tivesses visto e fiquei te esperando cá em baixo, ansiosa, certa de que virias ao meu encontro. Ah! meu Deus! que horror!

- Mas, francamente, não vejo nada de horrível nesse teu sonho, querida! E que vinha eu fazer cá em baixo, se todos subiam?

- Vinhas buscar mais giz, - miserável traidor!

O. F. T.

EXTREMOS...

Se é que os extremos se tocam,

aquele que, nada tendo,

nenhuma coisa deseja,

- por certo que tudo tem...

Dessa forma, por igual,

quem tem muito, tem de sobra,

e o que tem não o

- é qual

contenta,

se nada tivesse...

Assim, também, quem se orgulha

julgando que muito sabe,

- não cabe que só é sábio

quem sabe que nada sabe...

A ESFINGE ...

Há milênios que os homens,

Édipos sem sorte!

desvendar

inviolável

- pobres

insistem em

o segredo,

de um Esfinge,

que é a Morte!

Levados pelo temor
de um Fim que os apavora,
porfiem em interrogá-la
dia e noite, hora após hora...
Mas como, de forma alguma,
conseguem adivinhá-la,
ela, então, a gargantona,
sem nenhuma cerimônia,
- gostosamente os devora!

F. T.
S. Paulo, 1952

PROVIMENTO N.º LX/70

O Conselho Superior da Magistratura usando de suas atribuições legais e à vista do que ficou decidido no Proc. CG-33.991-70, em sessão de 18 de setembro de 1970,
Considerando que a comunicação da prisão em flagrante é ato do inquérito policial e portanto ligado à Polícia Judiciária;
Considerando que tal formalidade não se enquadra nas espécies mencionadas no art. 83 do C. de Processo Penal, que fixam a competência do juiz, por prevenção, constituindo não obstante, garantia constitucional sobre a legalidade de prisão;
Considerando que "A correição permanente consistente na atividade fiscalizadora dos órgãos da justiça sobre todos os seus serviços auxiliares, a Polícia Judiciária e os presídios, e será exercida nos termos do regimento próprio" (art. 50 do Decreto-lei complementar n.º 3-69) ;
Considerando que nas comarcas do interior onde houver mais de um juiz com competência comum e cumulativa ou varas especializadas, a Corregedoria será exercida pelo Juiz da Vara ao qual for atribuída esta competência, nos termos do art. 48 de Decreto-lei complementar n.º 3-69;
Determina:

- 1.º - Nas comarcas do interior, onde houver mais de uma Vara com competência comum e cumulativa ou especializada, as comunicações das prisões em flagrante (art. 155, parágrafo 2.º, da Emenda Constitucional n.º 1-69) serão remetidas ao Juiz da Vara que for competente para exercer a Corregedoria Permanente dos Presídios e da Polícia Judiciária;
- 2.º - Recebida a comunicação, o Juiz examinará se o auto de prisão em flagrante se, encontra, formalmente em ordem e determinará seu arquivamento, na hipótese afirmativa; ocorrendo o contrário, se for o caso, será relaxada a prisão e expedido alvará de soltura.
- 3.º - Remetido o inquérito policial a Juízo, será ele distribuído ao Juiz da Vara que tiver competência comum e cumulativa ou especializada, para conhecer e decidir a matéria.
- 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de, sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

São Paulo, 16 de outubro de 1970.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente.

Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente.

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da

Justiça, em exercício.

PROVIMENTO N.º LXI/70

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições legais e à vista do que ficou decidido no Processo GG-33.801-70.
Considerando a orientação traçada pela E. Corregedoria Geral, para os casos de "Habeas-Corpus" despachados durante o plantão judiciário (art. 7.º, parágrafo 3.º da Portaria n.º 682-64 - CSM) ;
Considerando a necessidade de se resolver casos similares, quando houver algum "habeas-corpus" para ser despachado depois do encerramento do expediente da distribuição criminal (Prov. 2-69, art. 3.º - Parágrafo único)
Determina:

- 1.º - Não sendo possível por qualquer circunstância, a distribuição de "habeas-corpus" na conformidade do art. 3.º, parágrafo único do Provimento n.º 2-69 - CGJ, após às 17:30 horas, serão eles submetidos a despacho de juiz criminal que ainda for encontrado no Fórum.
- 2.º - Determinada a requisição de informações, o escrivão do ofício da vara cujo juiz assim proceder, expedirá e encaminhará os ofícios respectivos, providenciando, no dia útil seguinte, a remessa da petição e documentos que a instruem, a distribuição criminal.
- 3.º - Recebendo as informações, o escrivão diligenciará a fim de verificar para qual vara foi distribuído o "habeas-corpus" e a ela remeterá as informações.
- 4.º - O presente Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.
- São Paulo, 16 de outubro de 1970.
- (aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente.
- Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente-
- Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da
- Justiça, em exercício.

ALTERA E DÁ NOVA REDAÇÃO AO PROVIMENTO N.º LXIV/62

- Dispõe sobre depósitos e levantamento judiciais de quantias em dinheiro.
- O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, na conformidade da Lei Federal n.º 1.869, de 27-5-1953, objetivando simplificar, sem prejuízo da segurança adequada, as normas existentes, relativas ao depósito e levantamento judiciais de quantias em dinheiro, a fim de facilitar a execução de tais atos por quem os haja de cumprir DETERMINA:
- I - Os depósitos judiciais de quantias em dinheiro serão feitos, preferencialmente, na Caixa Econômica do Estado de São Paulo mediante, abertura de "Conta Judicial" numerada, com juros de 55% ao ano, capitalizados semestralmente, sem limite de depósito e dispensada a emissão de caderneta correspondente.
- II - Os depósitos serão realizados mediante guia especial (modelo A), em três vias impressas, mimeografadas ou datilografadas em original ou cópia e preenchida por decalque a carbono, a mão com lápis copiativo, ou à máquina, tendo em cada uma, respectivamente, os dizeres: 1.ª via; 2.ª via e 3.ª via.
- III - Os depósitos em cumprimento ao Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-1944 (Lei de Acidentes) serão feitos mediante guia especial (modelo B) que atenderá às especificações do item anterior.
- IV - Apenas as guias emitidas por órgão do Ministério Público e pelos Cartórios Judiciais serão numeradas seguidamente em cada Curadoria ou Cartório.
- V - Quando o depositante não for órgão do Ministério Público, as guias serão fornecidas aos interessados pelo Cartório em que corra o processo, nada podendo, por isso, ser cobrado.
- VI - As três vias da guia de depósito, passado recibo nas mesmas, terão as seguintes destinações:
- a) a primeira ficará em poder do estabelecimento depositário, que a arquivará;
- b) as duas últimas serão entregues ao depositante, que exhibirá ou juntará aos autos a 2.ª na forma adiante indicada (itens VII, VIII, IX e X), restando a 3.ª em seu poder.
- VII - Os depósitos decorrentes do artigo 22 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10-11-1944, serão efetuados, prévia e diretamente, pelo empregador, seu representante ou subrogado nas obrigações, que exhibirá, na audiência de homologação ou liquidação, para ser junta aos autos, a 2.ª via de guia com o recibo do estabelecimento depositário, consignando-se o fato no termo de audiência.
- VIII - Todo pagamento que deva ser feito a espólio ou herdeiro incapaz, em virtude de alvará ou autorização concedida pelo Juiz em processo de inventário, arrolamento ou outros, se-lo-á, salvo expressa dispensa judicial, através de recolhimento, na forma aqui estabelecida, pelo devedor ou seu representante, que entregará em cartório, para juntada aos autos, a 2.ª via da guia de depósito com o recibo do estabelecimento depositário.
- IX - Quando, nos casos do item anterior o pagamento deva ser efetuado por repartição pública ou entidade autárquica, se-lo-á diretamente ao órgão do Ministério Público que officiar no processo, o qual fará o depósito pela forma aqui preceituada, comunicando-o em seguida ao Juízo, através de petição acompanhada da 2.ª via da guia de depósito, para juntada aos autos.
-

X - Nos autos em que o pagamento, por força de alvará judicial, deva ser feito por ocasião de escritura, aquele a quem incumbir, ou seu representante, o efetuará por meio de depósito judicial, devendo o interessado entregar ao órgão do Ministério Público que comparecer ao ato, a, 2.ª via da guia com o recibo do estabelecimento depositário, do fato se fazendo menção na escritura. O órgão do Ministério Público oficiante comunicará, em seguida, ao Juízo, o recolhimento ocorrido, na forma do item anterior.

XI - Os levantamentos totais ou parciais das importâncias depositadas nas contas judiciais, inclusive os seus respectivos juros, far-se-ão por meio de "Ordem de Levantamento" (modelo C) que atenderá às especificações do item 11, exceto quanto ao número de vias, que serão apenas duas, dispensada a expedição de mandado.

XII - A ordem de levantamento mencionará, necessariamente, a folha, dos autos em que se encontra o despacho que a autoriza; terá, para controle do estabelecimento depositário, o carimbo do Cartório e a rubrica do respectivo escrivão ou escrevente autorizado e será assinada pelo Juiz.

XIII - As ordens de levantamento serão preenchidas pelos Cartórios, numerada seguidamente em cada um e terão, na 1.ª via reconhecida a firma do Juiz.

XIV - Será dispensado o reconhecimento da firma na 1.ª via quando o estabelecimento depositário possuir padrões da firma do Juiz signatário.

XV - Todos os Juizes em exercício na Capital terão seus padrões de firma para identificação na Agência Clóvis Beviláqua da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, colhidos na 1.ª Subseção do Pessoal do Tribunal de Justiça, em impressos fornecidos pela referida Agência.

XVI - Nas demais comarcas, os Juizes providenciarão para que as agências locais da Caixa Econômica do Estado de São Paulo possuam seus padrões de firma.

XVII - Quando o levantamento for feito por procurador deverá constar, necessariamente, da ordem, a declaração de que o mesmo tem legítimos e especiais poderes para receber e dar quitação, com a indicação da folha dos autos em que se encontra o instrumento de procuração.

XVIII - No ato do levantamento, o interessado ou seu procurador deverá provar a sua identidade, fazendo-se, na primeira via da ordem, as anotações relativas ao documento exibido.

XIX - As duas vias da ordem de levantamento terão os seguintes destinos:

a) a primeira, passado o recibo na mesma, ficará com o estabelecimento depositário que a arquivará, comunicando o levantamento ao Juízo interessado;

b) a segunda, que não será entregue ao interessado nem levada ao estabelecimento depositário, permanente em cartório, será junta aos autos, depois de lançado na mesma, pelo interessado ou seu procurador, o recibo da entrega da primeira via.

XIX A - Nas ações acidentárias, a critério do Juiz, poderá ser dispensada a expedição de guias para levantamento da indenização, ficando liberado o depósito da cláusula "conta judicial".

XIX B - No caso do item anterior o Juiz oficiará ao estabelecimento depositário comunicando a liberação do depósito, podendo o beneficiário da indenização, se maior e capaz, movimentar livremente sua conta.

I - Da expedição do ofício será cientificado pessoalmente o beneficiário que não tenha procurador nos autos ou quando tenha sido a ação patrocinada pelo Ministério Público.

XX - Anualmente a Agência Clóvis Beviláqua da Caixa Econômica do Estado de São Paulo remeterá ao Tribunal de Justiça, Diretoria de Serviço - Custas e Preparo, balanço do movimento das contas judiciais.

XXI - Impressos para guias de depósito serão distribuídos pelo Almoxarifado do Tribunal de Justiça, mediante requisição para ordeno de levantamento, apenas a estes.

XXII - Permanecem em vigor as determinações do provimentos anteriores, relativos à matéria, que não conflitem com as presentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo 5 de outubro de 1970.

PROVIMENTO N.º 15/70

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em exercício, usando das atribuições que lhe são conferidas pela nota 4.ª da Tabela 7 do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970 (Regimento de Custas e Emolumentos), com a redação dada pelo Decreto n.º 52.526, de 15 de setembro de 1970, resolve:

1 - Fixar a seguinte tabela de despesas de condução dos oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, da Família e das Sucessões, das Fazendas Públicas e dos Registros Públicos:

a) para o 1.º perímetro da Zona Urbana.....	0,40
b) para os Km. restantes da Zona Urbana.....	0,85
c) para a Zona Suburbana.....	1,90
d) para a Zona Rural.....	3,00

e mais Cr\$ 0,35 por Km que exceder a vinte (20).

II - Fixar em Cr\$ 0,80 por diligência, para as despesas de condução dos oficiais de Justiça das Varas Distritais da Capital, sem consideração das distâncias efetivamente percorridas.

III - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial fará jus ao reembolso de uma só verba.

Publique-se. Anote-se. Arquive-se.

São Paulo, 7 de outubro de 1970.

(a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça, em exercício.

D. J. de 8/10/70

PROVIMENTO N.º 17/70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando o que dispõe o art. 14 do Decreto-lei n.º 203/70, a Nota 3.ª da Tabela "10" e a

Nota única do inciso I, da Tabela II do Decreto n.º 52.425/70,

Considerando a necessidade de disciplinar a questão e de salvaguardar os interesses não só dos serventuários, como também e principalmente da Fazenda Estadual e da Carteira das

Serventias,

Determina:

1.º - As custas, emolumentos e contribuições dos atos praticados pelo escrivão de notas ou pelo oficial do registro de imóveis serão calculados de acordo com os valores tributários fixados no último lançamento pela Prefeitura Municipal, quando se tratar de imóvel urbano ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no caso de imóvel rural, sempre que o preço ou valor declarado lhes seja inferior.

2.º - Para a verificação do valor, o escrivão de notas e o oficial do registro de imóveis poderão pedir a exibição do lançamento do exercício, ou, quando ainda não expedido, o do exercício anterior.

3.º - Tratando-se de prédio em construção e não havendo ainda o lançamento, as custas, emolumentos e contribuições serão calculados com base no preço ou valor declarado no contrato, ressalvando-se ao serventuário a faculdade de impugná-lo se manifestamente inferior ao valor real, a fim de fixar a cobrança em bases razoáveis.

4.º - O presente provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. intime-se. Cumpra-se.

São Paulo, 16 de novembro de 1970.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça,,

D. J. de 1.º/12/70

PROVIMENTO N.º 18/70

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o decidido no Proc. n.º 3.ª DP.CG-284/70, pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura,

Determina:

1 - Os emolumentos que, a partir de 1.º de setembro de 1970, sejam devidos ao Oficial de Justiça, pela realização, como Porteiro, de praças ou leilões judiciais, constituem renda do Estado;

2 - Revogam-se as disposições. em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 28 de dezembro de 1970.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

D. J. de 27/1/71

PROVIMENTO N.º 1/71

O Desembargador JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais:

Considerando a representação formulada pelo Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado no Processo n.º CG-34.590, visando a regulamentação do art. 23 e seus parágrafos, da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970, que reorganizou a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado (CPSNOJE),

Considerando ser oportuno disciplinar a situação dos servidores que se encontrem naquelas condições para melhor controle do Corregedor Permanente e da C. P. S. N. O. J. E.,
Determina

1.º - Os Cartórios da Corregedoria Permanente dos Cartórios ou Ofícios não oficializados da Capital e do Interior organizarão cadastro de todos os servidores, para os fins do art. 23 e seus parágrafos, da Lei n.º 10.393/70.

2.º - Noventa dias antes da data em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade, o escrivão fará a comunicação por escrito ao Juiz Corregedor Permanente, constando o nome do funcionário, local, dia, mês e ano do nascimento, além de outros elementos referentes ao seu assento.

3.º - O Juiz Corregedor Permanente determinará ao funcionário nessa situação que se dirija dentro do prazo estabelecido no art. 23 da Lei n.º 10.393/70 à C. P. S. N. O. J. E., à qual o encaminhará com ofício, a fim de se submeter ao, exame médico obrigatório, com a observação, de que ficará automaticamente afastado de suas funções no dia em que atingir essa idade, se antes disso não obtiver manifestação favorável de junta médica designada pelo referido Instituto.

4.º - No caso do § 2.º do art. 23, a comunicação de que trata o item "2.º " retro, será feita 90 (noventa) dias antes do vencimento do biênio, procedendo-se da mesma forma constante do item "2.º " deste Provimento, ficando sujeito o servidor às sanções previstas para o inadimplemento.

V - Cientificado o servidor, em qualquer caso, o Juiz Corregedor Permanente oficiará à C.P.S.N.O.J.E., dando-lhe conhecimento da comunicação.

Este Provimento entrará em vigor na data, de sua publicação, revogadas; as disposições em contrário.

São Paulo 15 de fevereiro de 1971.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 2/71

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em exercício,

Considerando o decidida no Processo n.º CG-34.721/71,

Resolve:

1 - O item 1 do Provimento n.º CG-40170 passa a ter a seguinte redação:

"Os Escrivães dos Cartórios de Protestos e Títulos, sob pena de responsabilidade devem cumprir rigorosamente as prescrições do artigo 730 do Código de Processo Civil e artigo 42 do Decreto-lei Estadual n.º -903, de 25 de março de 1970, fazendo as intimações por carta registrada com recibo de volta ou entregue em mão própria. Só se valerão do edita], no qual será mencionado o CIC ou o RG do devedor, sempre que tais dados figurem nos títulos levados a protesto, quando o devedor estiver em lugar incerto, o que deverá ser certificado, ou for pessoa desconhecida. Será certificado que o devedor está em lugar incerto só após esgotados os meios normais de localização, dentre os quais a busca de endereços constantes das listas telefônicas."

2 - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 15 de março de 1971.
D. J. de 17/3/71

PROVIMENTO N.º 3/71

O Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,
Considerando a representação formulada pelo Exmo. Sr. Presidente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo no Proc. n.º CG-34.590/70, visando a regulamentação da situação dos servidores de Cartórios ou Ofícios de Justiça não Oficializados, que já contavam 70 anos à data da promulgação da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970

Considerando a necessidade de fixar entendimento uniforme quanto) aos referidos servidores e os de que trata o art. 23 e seus parágrafos, do, citada lei, exigência e manifestação favorável do IPESP (art. 24, parágrafo único).

Art. 2.º - O exame médico valerá por dois anos, no máximo, sendo obrigatório novo exame dentro desse período ou sempre que for condenado pelo Juiz Corregedor Permanente da serventia, que poderá suspender o servidor, até o cumprimento da exigência e apresentação de laudo favorável (art. 23, § 2.º).

Cientificado o servidor, em qualquer caso, o Juiz Corregedor Permanente oficiará à C.P.S.N.O.J.E., dando-lhe conhecimento da comunicação.

Art. 3.º - O servidor nas condições mencionadas será registrado no Cadastro de que trata o art. V do Provimento CG-n.º 1/71.

Art. 4.º - Este Provimento entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Paulo.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 4/71

O Desembargador José Geraldo Rodrigues; de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade de disciplinar a organização dos fichários do Serviço de Distribuição Cível de 1.º Instância e dos Distribuidores da comarca da Capital e do Interior,
Considerando o que ficou resolvido no Proc. N.º 34.873/71,

Determina:

Art. 1.º - Os Cartórios, sempre que houver litisconsórcio ativo ulterior, chamamento à autoria, no caso do art. 95, § 1.º do Código de Processo Civil, oposição ou reconvenção, farão a devida comunicação ao Serviço de Distribuição Cível de V Instância na comarca da Capital e aos Distribuidores respectivos.

Art. 2.º - Ocorrendo litisconsórcio passivo ulterior, chamamento à autoria, no caso do art. 95, § 2.º do Código de Processo Civil e nomeação à autoria, a comunicação se fará apenas aos Distribuidores respectivos.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Paulo, 30 de abril de 1971.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 5/71

O Desembargador Doutor José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais,

Determina:

1 - Para evitar perecimento de direito, em caso de impossibilidade de prévio recolhimento das custas, poderá ser feita a distribuição ou praticado ato dele dependente, mediante despacha

judicial. No primeiro dia imediato em que houver expediente bancário, será apresentada a prova do recolhimento das custas.

2 - Por ocasião da distribuição, e pedido do, interessado, será anotado, no respectivo comprovante, o valor total das custas recolhidas. Se houver pagamento de parcela das custas, durante o andamento do feito, o escrivão dará comprovante desse pagamento, se pedido pelo interessado.

3 - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

P. R. I. C.

São Paulo, 30 de abril de 1971.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

RECURSO N.º 49/70

Senhor Corregedor Geral:

1. A MUNICIPALIDADE DE SANTO ANDRÉ manifestou dúvida a respeito do pagamento, inicial das custas, nas ações que ajuíza, alegando que os cartórios locais estão exigindo o pagamento prévio de tais custas, certo que a nota n.º 5 do item X da Tabela n.º 1 anexa ao Decreto n.º 52.425 de 1970, não diz em que momento devem ser pagas as custas, prevalecendo assim o artigo 56, § 1.º, do Código de Processo Civil.

2. Os Serventuários do Distribuidor e do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca manifestaram-se pela validade da cobrança prévia da metade das custas, conforme o Decreto-Lei n.º 203, de 1970 e o Decreto-Lei n.º 52.425, de 1970.

3. Em sua decisão o MM. Juiz Corregedor Permanente lembrou que o artigo 144 da vigente Carta Magna atribuí aos Estados a organização da sua Justiça local e, portanto, atribuí aos Estados a competência para legislar sobre custas, como meio de acesso ao Judiciário, pois, elas fazem parte "do mecanismo total de distribuição da justiça. Ponderou não haver prejuízos para o Poder Público municipal com a cobrança prévia que vem sendo exigida, sendo que, na dúvida, deveria preponderar a solução que melhor amparasse a parte economicamente mais fraca, no caso, os cartórios.

4. Inconformada, a Municipalidade de Santo André apresentou tempestivo recurso, em cujas razões, às fls. 14/16, bate-se pela reforma do decidido, para que prevaleça a aplicação do artigo 56, § 1.º, do Código de Processo Civil sobre a lei estadual, continuando, assim, o pagamento das custas dos atos judiciais praticados a seu requerimento a ser efetuado, a final, pelo vencido.

- É o relatório.

5. Cumpre afirmar, de início, que aos Estados compete legislar sobre a sua organização judiciária e as custas de seus respectivos serviços, de acordo com a Constituição Federal.

No entanto, torna-se indiscutível que à União compete legislar sobre o processo civil.

6. Por isso mesmo, e porque repercute nas obrigações do PODER PÚBLICO, quer parecer que à União, em casos que tais, cabe fixar o momento processual da exigibilidade do pagamento das custas - embora ao Estado caiba fixar o seu montante -, nos atos judiciais praticados a requerimento do Poder Público.

Realmente, como doutrina PONTES DE MIRANDA (in. "Comentários ao Código de Processo civil, vol. I, Editora Forense, 1947, pág. 249, final), com a sua autoridade indiscutível,

"a inclusão de regras de custas no Código de Processo Civil serve de base aos Regimentos de Custas, correspondentes às diferentes organizações judiciárias. Trata-se, evidentemente, de preceitos que concernem mesmo à parte material, excepcionalíssima, do direito processual, parte que por isso mesmo se poderia pôr em Código Civil. Atribuem-se direitos, dão-se direitos subjetivos, pretensões, ações, concernentes a custas. Alguns preceitos são apenas sombras de regras de direito civil no plano do processo".

7. Essa, data vênia, a melhor interpretação constitucional dos textos legais, com o que não se pode falar em inconstitucionalidade ou ineficácia de qualquer deles, seja o do Código de Processo Civil, seja o do relativo às Tabelas do Regimento de Custas.

C. A. LÉCIO BITTENCOURT (in "O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis", obra atualizada por JOSÉ AGUIAR DIAS, Editora Forense, 1968, pág. 118) ensina que

"sempre que possível, adotar-se-á a exegese que torne a lei compatível com a Constituição. . . . Se a lei pelos seus termos, permito duas interpretações, uma que a põe na órbita constitucional

e outra que a torna incompatível com a lei suprema, deve o juiz preferir aquela e desprezar esta última. Aí, realmente, tem pleno cabimento a presunção de que o legislador deve ter pretendido realizar obra válida e não um diploma cuja eficácia pudesse ser contestada".

8. Aliás, o argumento sentimental de que o cartório é a parte economicamente mais fraca e que não há prejuízo para a Pública, Administração o recolhimento prévio das custas, irão pode vingar ou merecer sorte, a pretexto de ser interpretação mais consentânea com a Constituição Federal. Corri efeito, uno cabe ao Poder Judiciário entrar no mérito das conveniências do Poder Executivo, salvo quando extravasem os limites legais. Por isso mesmo, quer parecer certos, não pode o Poder Judiciário dizer se haverá, ou não prejuízo ao Poder Executivo Municipal corri o recolhimento antecipado das custas, como exigido pelos cartórios de Santo André, mesmo porque a fixação da despesa e a previsão da receita é ato estranho às lindes judiciais. E não é demais dizer que o Direito Público assenta no princípio da supremacia do Poder Público sobre os cidadãos; rio caso dos autos, há, efetivamente, desigualdade entre o Poder Público e o Serventuário da Justiça; mas, essa desigualdade resulta da supremacia daquele sobre este, enquanto seja certo que o Serventuário exerce funções públicas próprias do seu cargo, sem que isso lhe tire a qualidade de particular, desde que não oficializada a serventia.

Corno preleciona HELY LOPES MEIRELLES (in, "Direito Administrativo Brasileiro", Editora Revista dos Tribunais, 1966, pág. 20),

"dessa desigualdade originária entre a Administração e os particulares, resultam inegáveis privilégios e prerrogativas que não podem ser desconhecidos nem desconsiderados pelo intérprete ou aplicador das regras e princípios desse ramo do Direito. Sempre que entrarem em conflito o direito do indivíduo e o interesse da comunidade, há de prevalecer este, uma vez que o objetivo primacial da administração é o bem comum: ... Ao aplicador da lei compete interpretá-la de modo a estabelecer o equilíbrio entre os privilégios estatais e os direitos individuais, sem perder de vista aquela supremacia".

9. Portanto, quer parecer correta a tese esposada pela Municipalidade de Santo André no sentido de que as serventias locais devam observar o preceituado no artigo 56, § 1.º, do Código de Processo Civil, ou seja, as custas dos atos judiciais praticados a seu requerimento serão pagas, a final, pelo vencido, mesmo porque, a Tabela 1, item I, nota 5.ª, anexa ao Decreto Estadual n.º 52.425, de 1970, não trata do momento processual do pagamento das custas nas desapropriações e outras ações movidas pela Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal).

10. Isto posto, opino pelo provimento do recurso interposto pela Municipalidade, de Santo André, sugerindo que, dada a importância da questão levantada, seja publicado comunicado aos MM. Juízes Corregedores Permanentes e demais interessados dando conhecimento da orientação da Corregedoria Geral da Justiça a respeito do momento do pagamento das custas dos atos judiciais praticados a requerimento da Fazenda Pública Municipal.

11. É o parecer, sub censura.

São Paulo, 19 de junho de 1970.

(a) Álvaro Lazzarini, Juiz Auxiliar.

Despacho do J. Corregedor:

Ciência do parecer retro ao Dr. Juiz de Direito.

São Paulo, 2-10-70.

PROT. N.º 20.675/70

Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Taubaté, Corregedor Permanente do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais o Anexos do distrito de Quiririm encaminhou Portaria expedida em 4-12-1970, da qual se infere que, à vista de inúmeras irregularidades verificadas durante a visita correcional procedida na aludida serventia, resolveu recolher ao Cartório do Registro Civil do 1.º subdistrito do distrito da sede, todos os livros e demais papéis, findos e em andamento, daquela serventia, permanecendo sob a responsabilidade do serventuário e oficial maior do cartório que recebeu mencionados documentos.

2. Data vênha tenho para mim que diferentes das que foram tomadas, deveriam ter sido as providências que a situação requeria, no caso enfocado.

2.1. Impunha-se, ao invés da transferência operada, o afastamento do oficial e dos funcionários implicados na prática das irregularidades, primeiramente por prazo até 30 dias, prorrogável até

- 90 dias, instaurando-lhe imediatamente, sindicância para melhor apuração dos fatos.
- 2.2. Relativamente ao serventuário, aplicam-se as disposições do Decreto-lei complementar n.º 3/69, c/c o artigo 40 do Decreto-lei n.º 159/69, artigos 251 e seguintes do E. F. P. (Lei 11.º 10.216/68).
- 2.3. Quanto aos escreventes e auxiliares, a situação é, disciplinada pelos artigos 233 e seguintes do Decreto-lei complementar n.º 3/69, c/c o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 158/69.
- 2.4. A designação de funcionário ou pessoa para responder pelo expediente do cartório far-se-á, de acordo com preceituado na Lei n.º 2.177/53 e Provimento ns.º 13/53 e 15/67, no que forem aplicáveis à espécie.
3. Dessarte, sendo este aprovado, proponho seu encaminhamento por cópia ao MM. Juiz, para as providências cabíveis.
4. É o relatório, sub-censura. São Paulo, 16 de dezembro de 1970.
- (a) José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.
- Despacho do Sr. Corregedor, em exercício: Aprovo o parecer, remetendo-se cópia. 16-12-70.
- (a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral, em exercício.

Indicação de substituto para as funções de Oficial Maior.
PROC. N.º 33.235/70

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de processo referente a possibilidade de ser dado substituto a oficial maior de Cartório não oficializado, matéria que foi apreciada no parecer de fls. 12/15, aprovado por V. Exa. (fls. 16).
2. Assim, arrimado no aludido entendimento, o MM. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos nomeou Vanda Maria de Oliveira Penna, "para exercer o cargo de Oficial Maior" do Registro de Imóveis da 16. Circunscrição da Capital, "enquanto durar o impedimento da titular, que entrará em gozo de férias" (sic. fls. 21) e encaminhou a respectiva Portaria à Secretaria da Justiça que a devolveu a essa Corregedoria Geral, com a informação de que, "até 1963 inclusive, as homologações da espécie eram feitas por esta Secretaria de Estado. Mas, de conformidade com o disposto no art. 86, da Lei n.º 8.101/64, combinado com o estabelecido no Provimento n.º 2/6., do Conselho Superior da Magistratura, a matéria ficou adstrita à competência da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça" (sic. - fls. 29).
3. Com efeito, assim ocorria à vista do que estabeleciam os preceitos citados e ainda acontece atualmente, na forma do art. 117, inc. XVIII do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça (Consolidação aprovada em sessão plenária de 7 de junho de 1967) e do art. 68 do Decreto-lei complementar n.º 3/69, mas no que respeita a cartórios oficializados.
- Na hipótese dos autos, a designação de Oficial Maior substitutivo é para serventia não oficializada que, por analogia deve, vênia concessa, se orientar pelo que dispõe o § 1.º do artigo 32, do Decreto-lei n.º 159/69, modificado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 206/70, nos termos do aludido parecer aprovado (fls. 11/16).
4. Assim, cuido, s, m. j., tenha sido correta e oportuna o envio à Secretaria da Justiça, da portaria de nomeação de Vanda Maria de Oliveira Penna, como também a de Wanderley Rosada (fls. 34), no mesmo sentido.
5. Nesta ordem de considerações, pois, sendo este aprovado, proponho a remessa à Secretaria da Justiça. de xerocópias do presente, do parecer de fls. 12/16 e do Provimento de fls. 30/31, para os devidos fins.
- À consideração de V. Exa.
- São Paulo, 08 de setembro de 1970.
- (a) José Haroldo de Oliveira, e Costa, Juiz Auxiliar.
- Encaminhe-se cópia do parecer.
- São Paulo, 11 de setembro de 1970.
- (a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

PROC. N.º CG-33.235

São Paulo, 11 de setembro de 1970.
Senhor Secretário:

Para os devidos fins, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência as inclusas cópias extraídas do processo em epígrafe, em que figura como interessado o Dr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos e referentes à manifestação daquele Juízo, era face de diversas representações que lhe foram encaminhadas por alguns serventuários versando sobre a substituição do Oficial Maior, afastado ou impedido por qualquer motivo. Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

(a) José Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça.

Ao Excelentíssimo Senhor Prof. HELY LOPES MEIRELLES D. D. Secretário de Estado o Negócios da Justiça

PROC. N.º 95.673/70

São Paulo, 11 de setembro de 1970.

Senhor Corregedor Geral:

Com referência ao ofício n.º 4.605, de 2 de julho último, sobre a possibilidade de indicação de substituto para as funções de Oficial Maior das serventias de justiça, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, xerocópias dos pareceres emitidos pela Consultoria Jurídica e Diretoria Geral desta Pasta, bem como do despacho por mim proferido, a respeito do assunto, no respectivo processo (SJ.95.673/70).

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

(a) Helly Lopes Meirelles, Secretário de Estado.

A Sua Excelência e Desembargador JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, Corregedor Geral da Justiça.

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Possibilidade de indicação de substituto para as funções de Oficial Maior face aos termos do artigo 32 do Decreto-lei n.º 159/69.

Senhor Procurador Seccional:

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo encaminhou a esta Pasta o ofício de fls. 2, acompanhado de parecer proferido pelo SIM. Juiz Auxiliar, Dr. José Haroldo de Oliveira Costa, aprovado pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral, em que é estudada a possibilidade de substituição de Oficial Maior, nos termos do artigo 32 do Decreto-lei n.º 159/69.

A matéria foi brilhante e convenientemente estudada no trabalho de fls. 3/6 e concordamos inteiramente com os seus termos.

Face às razões apresentadas naquele parecer, deve-se, obrigatoriamente, concluir pela possibilidade de substituição de Oficial Maior, sob pena de se criar, eventualmente, um obstáculo ao bom andamento das serventias, ocorrendo, conseqüentemente, prejuízos: aos munícipes que delas necessitam.

Entendemos que, por outro lado, a designação do substituto deve obedecer às mesmas formalidades previstas no texto legal para a indicação do Oficial Maior, uma vez que as responsabilidades e obrigações que, porventura venha exercer, são as mesmas e, conseqüentemente, a sua indicação deve se revestir das cautelas e requisitos necessários para ser assegurada a designação de pessoa apta para tal mister.

É o nosso parecer, s. m. i.

Consultoria Jurídica, aos 6 de agosto de 1970.

(a) Vera de Almeida Novelli, Procuradora do Estado.

De acordo com a Consultoria Jurídica.

Aduza-se, em reforço, que, antes do advento da Lei n.º 8.101/64, constituía praxe, nesta Secretaria, a designação de substituto, em casos de impedimento do oficial maior.

Aliás, tais servidores - auxiliares diretos dos escrivães - exercem funções de importância vital para o bom andamento dos serviços cartorários - pelo que não se compreende fiquem, elas, mesmo temporariamente, acéfalas.

À consideração do Exmo. Sr. Secretário.

D. G., em 27 de agosto de 1970.

(a) Marcelo A. Monteiro de Oliveira, Diretor Geral.

PROCESSO N.º 95.673/70 - SJ

1. Acolho as conclusões a que chegaram a Consultoria Jurídica e o Senhor Diretor Geral desta Secretaria.
Em consequência, entendo possível a designação de substitutos de oficial maior nas serventias oficializadas e não oficializadas, observadas, entretanto, as mesmas formalidades previstas em lei para a designação de oficiais maiores.
2. Destarte, em consonância e a exemplo do que decidi no Processo n.º 93.874/70-SJ, também os substitutos de oficial maior deverão ser por mim designados, a requerimento do escrivão, ou, em caso de extrema urgência, através de portaria do Juiz Corregedor Permanente, sujeita à minha homologação.
3. Extraíam-se xerocópias dos pronunciamentos de fls. 10/12 e do presente despacho e prepare-se expediente encaminhando-as ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça.
GSJ, em 9 de setembro de 1970.
(a) Helly Lopes Meirelles, Secretário da Justiça.

PROC. N.º 34.106/70

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de processo de contagem de tempo em que é interessado HYERÓCLIO ELOY PESSOA DE BARROS NETO, escrivão do Cartório do Registro Civil e das Pessoas Naturais da sede da comarca de Monte Aprazível.
2. A Subsecretária. Auxiliar Administrativa da E. Corregedoria Geral consulta, à vista da finalidade da certidão pleiteada - fins de concurso, se deverá ou não ser computado o exercício do requerente como vereador à Câmara Municipal de Monte Aprazível, no período de 1-1-1956 a 15-10-1956.
3. Dada a peculiaridade da matéria e, a necessidade de se fixar orientação segura a respeito, algumas considerações devem ser feitas.
 - 3.1. O servidor em questão é escrivão do cartório extrajudicial não oficializado e se acha afastado de, seu cargo desde 1-1-1956 para o exercício de mandato eletivo municipal (vereador) por determinação da E. Corregedoria Geral (Proc. n.º 12.727/56).
 - 3.2. Ao que consta, a vereança não é remunerada e inexistente "incompatibilidade de horários de funcionamento do cartório referido e da Câmara Municipal de Monte Aprazível, que se reúne quinzenalmente, no período noturno, ordinariamente" (sic. - fls. 43 - Proc. n.º 12.727/56).
 - 3.3. Ora, nessa conformidade, cuida data-vênia que seria prescindível o afastamento do cargo de escrivão, por não se tratar de servidor estipendiado pelos cofres públicos, sendo a vereança gratuita e não incorrendo incompatibilidade de horário.
 - 3.4. É que a hipótese, sobre, ser peculiar, não se enquadra em qualquer dos casos previstos nas Leis ns.º 4.102, de 4-9-1957 (art. 280 da C. L. F.), 9.327, de 16-5-1966 e 9.842, de 19-9-1967.
 - 3.5. Assim sendo, mister se faz seja regularizada a situação do referido escrivão com as seguintes observações, que submeto à consideração de V. Exa.
 - A) Como o afastamento se deu por determinação expressa da E. Corregedoria Geral da Justiça, tendo-se em vista, por outro lado que a finalidade precípua do mesmo foi para o exercício de mandato legislativo municipal, cuidado, data-vênia, que se poderia considerar como, tempo de serviço público, tal licença, nos termos do art. 109 da Constituição Estadual de 1967, c/c o art. 1.º da Lei n.º 4.102/66.
Mas dever-se-ia computar diferentemente alguns períodos, segunda as leis disciplinadoras da matéria, a. saber; não, porém, para fins de concurso.
 - I - de 01/01/1956 a 16/05/1966, "para percepção de vantagens pecuniárias e para fins de, aposentadoria, estabilidade, disponibilidade e estágio probatório" (art. 280 da C.L.F. c/c o art. 2.º da Lei n.º 9.327, de 16/5/1966(1 e orientação então vigente no C. Supremo Tribunal Federal, consubstanciada no Recurso Extraordinário n.º 47.368, em que foi relator o Ministro Pedro Chaves, in R.D.A., vol. 85, Pág. 119) ;
 - II - de 17/05/1966 em diante, apenas, "para os efeitos de aposentadoria o disponibilidade" (art. 101, § 1.º da Constituição Federal de 24/1/1967, muito embora a Constituição Estadual de 13/5/1967 tenha disposto de forma diversa, no art. 92, inc. XI, pois "a contagem de tempo de serviço prestado ao Município mio pode ser feita, para todos os efeitos, em favor do funcionário estadual, mas somente para aposentadoria e disponibilidade", canf. V. Acórdão proferido no Rec.

Extraordinário n.º 61.956, relatado pelo Ministro BARROS MONTEIRO, em julgamento realizado em 26/8/1969, publicado in R.D.A., vol. 100, pág. 91, que traduz entendimento dominante no Excelso Pretório (R.D.A. n.º 101, pág. 131), tanto que a Emenda Constitucional n.º 2/69 estabeleceu expressamente que "o tempo de serviço público prestado à União, a outros Estados e Municípios, e suas autarquias será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade - art. 92, inc. XI), modificando expressamente o art. 92, inc. XI da Constituição Estadual anterior, em consonância com o que já preceituavam as Emenda Constitucional n.º 1/69 (art. 102, § 3.º) e Constituição Federais de 1967 (art. 101) o de 1946 (art. 142) e Constituição Estadual de 1946 (art. 105).

B) Em face da desnecessidade do afastamento, cumpre seja determinada sua cessação e consequentemente a imediata reassunção do exercício, pelo servidor, comunicando-se incontinenti, à E. Corregedoria Geral da Justiça.

4. Nessa ordem de considerações, pois, sendo este aprovado, opino pela remessa. de xerocópia ao MM. Juiz Corregedor Permanente, para as providências cabíveis e juntada

Do Processo n.º 12.727, voltando os autos conclusos dentro de 20 dias, se antes não houver recebimento de informações.

5. É o parecer, sub-censura.

São Paulo, 09 de novembro de 1970.

(a) José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar. Aprovo.

São Paulo, 16/11/1970

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin.

RECURSO N.º C. G. - 117/71

Senhor Corregedor Geral:

1. O Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da Comarca de Americana suscitou ao MM. Juiz Corregedor Permanente dúvida sobre cobrança de custas, emolumentos e contribuições nas ações de acidente do trabalho, em que intervenha o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), pois, entende que a gratuidade prevista na Lei Federal n.º 5.316, de 1967, alterada pelo Decreto-Lei Federal n.º 893, de 1969, somente é viável no Distrito Federal e Territórios.

Também, consultou, na oportunidade, como proceder quanto as despesas para guarda, fiscalização, conservação e administração de bens depositados, quando pertencentes ou relacionados com a União ou o Estado, tendo em vista que o vigente Regimento de Custas e Emolumentos silenciou a respeito, ao contrário do que era previsto na Tabela "E", item VIII, anexa à Lei Estadual n.º 9.531, de 1966, agora expressamente, revogada.

2. Pela respeitável decisão de fls. 5v. o MM. Juiz Corregedor Permanente deixou ordenado que a Lei Federal deve prevalecer sobre a estadual, de modo que os acidentados, mesmo quando vencidos, não estão sujeitos ao pagamento de quaisquer despesas processuais. Ainda deixou precisado que, se a lei nova, que revogou a anterior, silenciou a respeito é porque não são devidas as despesas quando os bens depositados pertencem à União ou ao Estado.

Inconformado, o Escrivão manifestou o recurso de fls. 819, limitando-se a atacar a respeitável decisão no que diz respeito à isenção de custas nas ações de acidentes do trabalho em que seja parte o INPS.

É o relatório:

3. Preliminarmente, lembro que o Ministério Público não C parte que deva intervir em dúvida sobre aplicação de tabelas do Regimento de Custas, em casos que tais.

Por isso mesmo é que deixo de opinar pela devolução dos autos à instância de origem, a fim de que o Dr. Promotor Público da Comarca assine ti manifestação de fls. 10 v., o que teria sido oferecida a título de contra-razões ou, então, de parecer,

4. No mérito, o recorrente limitou o seu recurso ao ponto que diz respeito à isenção de custos, nas ações de acidentes do trabalho. Não deve, pois, ser examinada a questão relativa ao pagamento das despesas com o depósito de bens pertencentes à União ou ao Estado.

E bem decidiu o, MM. Juiz Corregedor Permanente a questão da isenção de custas, nas ações acidentárias, embora não tenha motivado o seu decisório.

5. Com efeito, não se trata, aqui, de dizer que a lei federal é superior a estadual. Não se trata pois, de hierarquia de leis, como pretendeu o Dr. Promotor Público que se manifestou às fls. 5.

Na descentralização, política. da República Federativa do Brasil, a partilha das atribuições referentes ao setor da declaração dos direitos ficou especificada, na Constituição Federal.

5.1. Assim, pelo que consta de nossa Carta Magna, é indubitado que aos Estados compete legislar sobre a sua organização judiciária e as castas de seus respectivos serviços; todavia, indiscutível se torna que à União compete legislar sobre o "cumprimento da Constituição" o sobre o direito processual (Constituição Federal de 1969, artigo 8.º, item XVII, letras "a" e "b").

5.2. Ora, se deve prevalecer a lei federal que concede a isenção, como verbi gratia, a Lei Federal n.º 5.316 de 1967, artigo 15, parágrafo V, que declara a gratuidade da ação acidentária, quando vencidos os autores, é a própria Constituição Federal de 1969, no seu artigo 153, parágrafo 32, que o diz, ao declarar, como garantia individual, que "será concedida assistência judiciária aos necessitados na forma da lei.

Pontes de Miranda, comentando igual dispositivo constitucional previsto na anterior Constituição Federal de 1967 (artigo 150, parágrafo 32), esclarece que "Isso confere valor especial aos artigos da lei processual sobre justiça gratuita. A lei é federal, porém Os Estados-membros e os Municípios - desde que não a cerceiem, mesmo em interpretação podem legislar sobre assistência judiciária" (in "Comentários à Constituição de 1967", 1968, Ed. Rev. dos Tribunais, tomo V, pág. 601),

5.3. Destarte, embora ao Estado-membro caiba legislar sobre as; custas emolumentos e contribuições devidas pela execução dos serviços judiciários, à União compete legislar sobre a concessão da assistência judiciária, sem prejuízo do que dispuser a legislação estadual a respeito, como acima focalizado.

6. Por isso mesmo é passível dizer que, ex-vi do artigo 15, parágrafo 1.º. da Lei Federal n.º 5.316, de 1967, não modificado pelo disposto no Decreto-Lei Federal n.º 893, de 1969, as ações acidentárias, quando vencidos os autores, serão gratuitas.

6.1. Igualmente, ex-vi, do artigo 2.º, caput, do Decreto-Lei Estadual n.º 203, de 1970, torna-se possível concluir que o INPS, autarquia. federal que é, está isento de pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias, em quaisquer atos praticados por serventuários judiciais ou extrajudiciais, mesmo que vencidos nas ações acidentárias, ora focalizadas.

6.2. Como se verifica, os autores de ação acidentária são considerado s beneficiários da assistência judiciária, quando vencidos, por força da lei federal: e o INPS, como autarquia da União, por força da lei estadual, C beneficiário de isenção de pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias, embora vencido em tais ações acidentárias do trabalho.

Portanto, por gratuita a ação quando vencidos os autores e por isento o INPS do pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias, em princípio, não deverá ter aplicação a norma do artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Decreto-Lei Estadual n.º 203, de 1970, que para o caso da isenção prevista para o INPS, "não dispensa do reembolso, a final, à parte contrária vencedora, das custas, emolumentos, contribuições e despesas adiantadas em juízo".

7. Por todo o exposta meu parecer e pelo improvimento do recurso.

8. Sub censura.

São Paulo, 19 de fevereiro de 1971.

O Juiz Auxiliar, Álvaro Lazzarini..

D. T. de 27/2/71

PROC. N.º C. G. - 34.644/71

Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz da Vara dos Registros Públicos comunica ter instaurado sindicância e nomeado comissão para apurar irregularidades que teriam sido cometidas por FRANCISCO ANTONIO MIRANDA, Juiz de Casamentos do 16.º Subdistrito da Comarca da Capital - Moóca, conforme representação formulada pelo Delegado de Polícia Adjunto à Especializada de Crimes Fazendários.

2. Embora o artigo 10 do Regimento das Correições de 1.930 declare estar o Juiz de Casamento sujeito à Corregedoria Permanente do Juiz de Direito, na verdade, o artigo 51, parágrafo único, do Código Judiciário de 1969 não o arrola entre os sujeitos ao Poder Disciplinar do Juiz Corregedor Permanente.

Igualmente, nem o Egrégio Conselho Superior da Magistratura, nem a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça têm Poder Disciplinar contra Juiz de Casamentos.

3. Por isso mesmo quer parecer que, desde já, deva ficar assentado que, verificando abusos ou irregularidades cometidas por Juiz de Casamentos, não lhe imporá o Corregedor Permanente penas disciplinares, mas fará, reservadamente, a devida comunicação ao Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça.

Com efeito, quer parecer que se deve aplicar à hipótese a regra do artigo 36 do Regimento das Correições de 1930, podendo, até mesmo, ser dispensado, no caso dos autos, qualquer procedimento administrativo-disciplinar por parte do MM. Juiz Corregedor Permanente.

4. À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 04 de fevereiro de 1971.

(a) Álvaro Lazzarini, Juiz Auxiliar.

Despacho do Sr. Corregedor:

Aprovo.

São Paulo, 15/11/70.

PROT. N.º C. G. - 02.982/71

Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Dois, Córregos informa não ter remetido escala de férias relativa ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito da Sede da Comarca, bem como a do Distrito de Guarapuã, porque, ambas; serventias tem um único escrivão - o efetivo da Sede é o interino de Guarapuã -, não tendo mais ninguém, isto é., escrevente ou auxiliar, razão pela qual não pode ser elaborada a escala, por falta de quem substitua dito escrivão.

2. Ora, as férias são obrigatórias e irrenunciáveis, por força da Lei Estadual n.º 2.177, de 23 de julho de, 1953, artigo 1.º, e do Provimento n.º 15/67, item 7.º, da Corregedoria Geral da Justiça. É que "o descanso do funcionário constitui medida que favorece amplamente o serviço, pelo aumento da rendimento do trabalho individual. Os próprios fundamentos desta concessão do Estado em favor dos seus funcionários, transformaram logicamente este direito em dever, imposição obrigatória do poder público a todos os seus funcionários" (THEMISTOCLES, BRANDÃO CAVALCANTI, in "O Funcionário Público e o seu Estatuto", 1940, Freitas Bastos, pág. 310; o mesmo autor no seu "Tratado de Direito Administrativo", vol. IV, 1.ª ed., 1964, Freitas Bastos, pág. 306; JOSÉ CRETELIA JÚNIOR, in "Tratado de Direito Administrativo", vol. IV, 1.ª ed., 1967 Forense, pág. 334; e, J. GUIMARÃES MENEGALE, in O Estatuto dos Funcionários", vol. I, 1.ª ed., 1962, Forense, pág. 307, final). Assim, "reconhecendo a necessidade, para o funcionário, de um repouso anual com aquele objetivo, tornou o Estado obrigatório o gozo das férias, não sendo lícito ao servidor recusá-lo, sob qualquer pretexto" (A. A. CONTREIRAS DE CARVALHO, in "Estatuto dos Funcionários Públicos Interpretado", vol., IP 1964, Freitas Bastos, pág. 314).

2. 1. Por isso é que se pode afirmar as férias são de uso forçado, embora constituam um direito, devendo, portanto, ser gozadas obrigatoriamente de acordo com a escala organizada (cf. MÁRIO MASAGÃO, in "Curso de Direito Administrativo", tomo 11, 1960, Max Limonad, pág. 226, n.º 366).

3. Todavia, "em ocorrendo necessidade do serviço, poderão os corregedores permanentes sustá-las, excepcionalmente, caso em que os serventuários e demais servidores terão de gozá-las, as possíveis, no mesmo ano, quer por inteiro, quer pelo restante, fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral" (Provimento n.º C. G. - 15/67, item 8.º).

3.1. E quanto a substituição do serventuário, deve ficar assentado que "inexistindo oficial maior ou escrevente no cartório, será designado para a substituição escrevente habilitado ou serventuário de outro cartório da mesma comarca. Não sendo possível a observância, dessa ordem de substitutos, o serventuário será substituído por pessoa idônea, que indicar (Decreto-lei n.º 11.058, de 26/4/1940, art. 59, parágrafo único)" (Provimento n.º C. G. - 15/67, item 27.º).

4. Aliás, está a merecer a atenção da Corregedoria Geral da Justiça a informação de que o serventuário não conta com cartorário que o possa substituir, mesmo nos seus impedimentos ocasionais, como, verbi gratia, ligeiras indisposições físicas que não determinem uni maior agastamento, etc.

Lembro, a propósito, que, como dizia PIRES FERRÃO, "porque se utilize o Notário dos trabalhos do pessoal a quem dirige e retribuí, deve empregar todo o esforço e cuidado para que seja esse

pessoal suficiente em número, e para que satisfaça, por suas habilitações e boa vontade, ao Público a quem tiver de servir" (in "Tabelião de Notas", 1.870, Typographia Nacional, pág. 44; grifos meus).

4.1. Assim, quer parecer recomendável que o MM. Juiz Corregedor Permanente proceda a uma verificação nos serviços afetos à serventia, a fim de que possa inteirar-se e comunicar à Corregedoria Geral da Justiça se a falta de cartorário não é prejudicial aos mesmos serviços. Desde já, anoto que, segundo entendo e conforme orientação firmada pela Corregedoria Geral da Justiça no Pront. n.º C. G. - 15.798 (Cx. n.º 1.108), por despacho de Vossa Excelência, datado de 31 de agosto, de 1970, a interinidade do serventuário não justifica, só por si, a falta de pessoal cartorário, se necessário for para a perfeita normalidade dos serviços afetos à serventia.

5. Para finalizar não é demais ponderar que deve ser observada, com exatidão, a legislação referente às férias dos servidores de Justiça dos Cartórios não oficializados, mesmo porque, também, ditos servidores não mais poderão contar em dobro tais férias, se não gozadas, ex-vi, do artigo 39, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 159, de 1969.

Aliás, o Provimento n.º C. G. - 15/67, no seu item 34.º, deixa expresso que "estão revogadas as disposições de leis, gerais e especiais, relativas aos servidores públicos, que permitem o cômputo de tempo de serviço em dobro para quaisquer efeitos, ressalvada a contagem, nos termos da legislação revogada pela Lei n.º 9.327, de 16/5/1966, do tempo de serviço prestado anteriormente à mencionada lei (Constituição do Estado, art. 92, item XI)".

6. Pelo exposto, OPINO no sentido de que, se aprovado, cópia deste parecer seja remetida ao MM. Juiz Corregedor Permanente para as providências decorrentes.

Outrossim, sugiro, ante a reiteração de questões da mesma natureza abordada neste parecer, a publicação, pela Imprensa Oficial, deste mesmo parecer, para conhecimento dos demais MM. Juizes Corregedores Permanentes das Comarcas do Estado.

7. É meu parecer, s, m. j.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1971.

(a) Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito, Auxiliar.

Despacho do Sr. Corregedor:

Encaminhar cópia.

São Paulo, 1.º/3/1971.

Processo de Contagem de Tempo:

São Paulo, 25 de fevereiro de 1971.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Adriano, Marrey, Corregedor Geral da Justiça, em exercício, foi aprovado o parecer abaixo, emitido pelo Dr. José Haroldo de Oliveira e Costa, MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Proc, 11.º 17.485-59

Senhor Corregedor Geral:

1 - O escrivão Antônio Custódio da Cunha, do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito e município de Marinópolis, comarca de Palmeira D'Oeste, requereu certidão de tempo de serviço para fins do concurso, tendo sido expedida. a que se acha por cópia às fls. 66-68, cujo original foi retirado em 13-8-1970 (fls. 78).

2 - No citado documento foi computado o tempo em que o interessado exerceu as funções de secretário na Prefeitura Municipal de Marinópolis, de 14-4-1966 a 31-12-1966 e na Prefeitura Municipal de Aparecida D'Oeste, de 1.º-1-1970 a 25-5-1970, aliás de acordo com o parecer de fls. 56-59, devidamente aprovado às fls. 59.

3 - Posteriormente, nova, certidão foi requerida para o mesmo fim, mas desta feita não se lhe computaram os exercícios como secretários de Prefeituras Municipais, à vista da nova orientação fixada pela E. Corregedoria Geral nos Processos os. 11.038-54, 23.113-63, 18.320-60 e 34.106-70, em que são interessados Nelson Urbano Cursivo, Ulysses Camargo, Alcides Chacon Couto e Hyeroclio Pessoa de Barros Neto (fls. 84).

4 - Inconformado com a exclusão dos referidos períodos, o requerente pede reconsideração, invocando o artigo 54 do Decreto-lei n.º 159 de 28-10-1969.

5 - Não lhe assiste razão, s.m.j.

5.1 - Com efeito, dispunha o artigo 192 da C. F. de 1946, que "o tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, computar-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria".

5.2 - Posteriormente, o tempo de serviço prestado por funcionário (inclusive por escrivães), passou a ser computado "para efeito de percepção de vantagens pecuniárias; e para fins de

aposentadoria" (Lei n.º 4.102, de 4-9-57, artigo 280 da C. L. F., revogado pela Lei n.º 9.327, de 15-5-66).

5.3 - E, como se ponderou alhures, a contagem "para todos os fins" somente foi prevista na C. E. de 1967, publicada em 13-5-1967 (art. 92, inc. XI) e assim mesmo contra disposição expressa da C. F. de 1967, publicada em 24-1-1967 (art. 101, parágrafo 1.º) (R. D. A., 100-91 e 101-131), tanto que a Emenda Constitucional n.º 2-69 dispôs que aquela contagem será para "efeitos de aposentadoria e disponibilidade" (art. 92, inc. XI), em consonância com o que já preceituavam a C. E. de 1957, publicada em 10-7-1967 (art. 105) e a C. F. de 18-9-1946 (art. 192).

5.4 - A propósito, a jurisprudência mais recente está palmilhando entendimento no sentido de que "o tempo de serviço prestado à União, a outros Estados e Municípios, e suas autarquias será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade" (art. 92, inc. XI da Emenda Constitucional n.º 2-69), conforme V. V. Decisões do Excelso Pretório, publicadas in R. D. A., 100-91 e 101-131, que ditaram e inspiraram a nova orientação vigente na E. Corregedoria Geral da Justiça a respeito da matéria.

5.5 - Dessarte, a disposição constante do art. 54 do Dec.-Lei estadual n. 159-69, segundo à qual "o tempo de serviço público efetivamente prestado pelo serventuário, escrevente ou auxiliar, à União, a Estado ou Município, quando afastado por força de lei, ou ato da Corregedoria Geral da Justiça, será computado, singelamente, para todos os fins" deve ser entendida em consonância com os preceitos legais e a jurisprudência dominante citados, contando-se o tempo de 4-9-57 (Lei n.º 4.102 e C. L. F., art. 280) a 15-5-66 (Lei n.º 9.327), "para percepção de vantagens pecuniária" e para fins de aposentadoria, estabilidade, disponibilidade e estágio probatório (ex-vi Recurso Extraordinário n.º 47.368, do E. Supremo Tribunal Federal, em que foi relator o Ministro Pedro Chaves, in R. D. A., vol. 85, pág. 119), e, de 16-5-66, "para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade", apenas (Procs. ns. CG-11.038-54, 203.113-63, 18.320-60 e 34.106-70).

6 - Pelo indeferimento, pois, da pretensão de fls. 88, é o parecer, sub-censura.

7 - À consideração superior.

São Paulo, 24 de fevereiro de 1971.

(a) José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.

D. O. de 27/2/71

RECURSO N.º C. G. - 126/71

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de recurso manifestado por IVONE ESCARLATE CUNHA. Escrivã do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito da Sede da, Comarca de, Fernandópolis, contra a decisão do MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca que a apenou com repreensão por ter recusado a lavrar assento de nascimento de uma filha menor de Jorge Hornes - pessoa pobre, conforme atestado de pobreza firmado pela autoridade policial local.

2. OPINO pelo improvimento do recurso, ficando, assim, mantida a decisão punitiva.

3. Com efeito, diz a recorrente ter ocorrido cerceamento de defesa, porque, o MM. Juiz não atendeu seu requerimento no sentido de que fosse oficiado à autoridade policial local, a fim de se esclarecer se houve ou não sindicância para expedição do atestado de pobreza.

À evidência, não ocorreu o alegado cerceamento de defesa, porquanto, o MM. Juiz não estava obrigado a deferir prova manifestamente protelatória e de nenhum interesse para o esclarecimento do fato de ter a recorrente se recusado a lavrar o assento de nascimento, gratuitamente, à vista do atestado de pobreza. Ademais, de um modo geral, os atestados passados pelos órgãos da Pública Administração (o Delegado de Polícia é órgão singular e local da Pública Administração) são atos pelos quais a Administração comprova um fato ou uma situação de que tenha conhecimento por seus órgãos competentes, conforme conceitua HELY LOPES MEIRELLES (in "Direito Administrativo Brasileiro", 1966, Ed. Revista dos Tribunais", pág. 199). Assim, um atestado - inclusive o de pobreza - se enquadra na espécie de ato administrativo enunciativo. Como tal, a exemplo do que ocorre com todo ato administra tiro, uni atestado tem a presunção de legitimidade, a qual "autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade. Enquanto, porém, não sobrevier o pronunciamento de ineficácia os atos administrativos são tidos por válidos e operantes, quer para a Administração, quer para os particulares sujeitos ou beneficiários de seus efeitos" (HELY LOPES MEIRELLES, in obra e ed. cits., pág. 165),

3.1. Portanto, o MM. Juiz bem andou ao não tomar conhecimento do requerimento, requerimento esse que, também, vizava alterar o ônus da prova da validade do atestado. A validade do atestado, como focalizado se presume, sendo desnecessário o Delegado de Polícia fazer a prova pretendida pela recorrente. "

Novamente, é de HELY LOPES MEIRELLES o ensino de que "consequência da presunção de legitimidade é a transferência do ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca. Cuide-se de arguição de nulidade do ato, de vício formal ou ideológico, a prova do defeito apontado ficará sempre a cargo do impugnante" (in obra e ed. cits., pág. 165).

4. Assim, apresentado pelo interessado o atestado de pobreza, deveria a recorrente aceitá-lo como válido, como idôneo para produzir os seus regulares e específicos efeitos, quais sejam o de positivar a pobreza de Jorge Hornes para, gratuitamente, ele obter a lavratura do assento de nascimento de sua filha menor, sem maiores delongas.

Lembre-se, a propósito, que "a idoneidade que se reconhece ao ato administrativo para produzir os seus efeitos específicos", denomina-se eficácia, a qual é uma das características do ato administrativo. A eficácia pressupõe a realização de todas fases e operações necessárias à formação do ato final (no caso o atestado de pobreza), como expõe HELY LOPES MEIRELLES na sua citada obra, pág. 165. Outrossim, é ensino de SERPA LOPES, quando examina os casos de gratuidade obrigatória do Registro Civil das Pessoas Naturais, que "Dispõe o art. 40 que as pessoas comprovadamente pobres gozarão do benefício da gratuidade do seu respectivo Registro Civil. A expressão "pessoas, miseráveis", que se via no Decreto n.º 18.542, de 1928, foi assim, substituída. A positivação dessa situação é feita mediante atestado da autoridade policial à, requisição do Juiz competente ou a pedido do Oficial do registro" (in "Tratado dos Registros Públicos", vol. I, 5.ª ed., 1962, Livraria Freitas Bastos, pág. 126, n.º 51). Mas, (indubitoso que o próprio interessado, quando procure pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, já compareça munido do necessário atestado de pobreza, a fim de obter a gratuidade do ato que deseje que seja praticado.

4 1. Mas, alega a recorrente que o interessado, Jorge Hornes, não pobre porque ganha salário de Cr\$ 200,00 e é proprietário de uma casa.

A assertiva, com efeito, não é concludente, porque, só por si, não pode ilidir a contida na atestação firmada pela autoridade policial. Com efeito, "miserabilidade no sentido jurídico não quer dizer mendicância ou estado de extrema pobreza. A intenção do legislador foi bastante clara, quando conceituou a miserabilidade" (acórdão unânime da 5.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 25 de setembro de 1959, no agravo de instrumento n. 97.147, da Capital, relator Desembargador ALCIDES FARO, in dos Tribs.", vol. 292, pág. 257), Assim, o fato de ganhar pouco além do salário-mínimo e de ter um imóvel não quer dizer, necessariamente, que a pessoa não seja necessitada, de vez que, para os efeitos jurídicos, deve considerar-se necessitado todo aquele que não estiver em condições de arcar com as despesas exigidas para a prática do ato judicial ou extrajudicial, sem prejuízo, do sustento próprio ou da família.

Do exposto, pode-se dizer que, por passado por autoridade policial presuntivamente idônea e imparcial, não poderia ter sido recusado de plano o atestado de pobreza apresentado por Jorge Hornes.

5. Ora, em retardando a prática do ato solicitado, a recorrente se houve com quebra de dever do cargo, razão a qual justa foi a sua responsabilização administrativa-disciplinar.

Com efeito, "como acentua, MÁRIO MASAGÃO, a responsabilidade disciplinar origina-se de, ação ou omissão que o funcionário pratique com quebra de dever do cargo. Em razão dela fica sujeito a penalidade de caráter administrativo, e que se destina, ou a corrigi-lo, ou a expulsá-lo do serviço" (JOSÉ CRETELLA JÚNIOR, in. "Tratado de Direito Administrativo", à, e vol. cits., pág. 169).

5.1. Quanto a alegação da recorrente de que "nada de gravidade e danos de ordem moral ou material, teve-se apurado" (fls. 35), é possível responder com MARCELLO CAETANO no sentido de que "para. que haja infração não é indispensável que desta conduta tenha resultado alguma consequência perturbadora ou prejudicial para o serviço ou para outrem: a ação ou omissão indevidas são puníveis independentemente de terem produzido resultado, apenas pelo perigo que em si mesmas constituem. A infração disciplinar é formal e só em certos casos a lei inclui na definição de alguma infração a produção de resultados maléficis" (in "Manual de Direito Administrativo", Tomo 11, 8.ª ed., 1969, Lisboa, Coimbra Editara, pág. 742).

E note-se que "una falta cometida en el servicio no exterioriza Necesariamente, de parte del agente público faltante, maldad, deseo de dañar, o intención de violar las leyes sociales de orden público. Puede tratarse simplemente de torpeza, inoportunidad, negligencia u omisión perjudicial

al buem funcionamiento del servicio" (GASTON JÉZE, in "Principios Generales del Derecho Administrativo", vol. III, Editorial Depalma, - Buenos Aires,, traducción directa, de la 3.ª edición francesa por JULIO N. SAN NIILLÁN ALMAGRO, pág. 100, n.º IV).

5.2. Destarte, sendo o procedimento da recorrente decorrente de uma vontade esclarecida e livre, mesmo que ele não tivesse produzido resultado danoso para Jorge Hornes, torna-se indubitosa a existência da falta disciplinar, pelo simples perigo que tal procedimento ensejou. Saliente-se que "a falta existe, independentemente da intenção do agente" (MARCELO CAETANO, in "Do Poder Disciplinar", 1932, imprensa da Universidade de Coimbra, pág. 57), sendo, pois, bastante que "o agente tenha procedido consciente e livremente ao praticar a ação ou ao cometer a omissão: é suficiente a mera culpa, sem necessidade de intenção" (MARCELO CAETANO, in "Manual de Direito Administrativo", ed. e tomo cits., pág. 743).

6. Mas, confunde a recorrente delito com falta disciplinar, ou em outras palavras, infração penal com infração administrativa-disciplinar, isto, às fls. 36/37 do seu recurso.

Nada mais inexato. Realmente, como bem observa THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, é preciso que se diga, desde logo, "como Zanobini que, somente os autores muito antigos e anteriores à renovação dos princípios de direito público é que admitem a confusão de, direito disciplinar com o direito penal. A tendência moderna é no sentido de admitir caráter puramente administrativo disciplinar, considerando a situação do Estado quer dentro do sistema contratual, quer no da supremacia do poder estatal. O poder disciplinar subsiste, independentemente do poder repressivo penal; o critério, o fundamento de ambos são bem diverso, no fundo como na forma" (in "Direito e Processo Disciplinar" Fundação Getúlio Vargas, 1966, pág. 103).

E como adverte GASTON JÉZE, in, verbis: "Confundir la falta de servicio y el delito del agente público, sería un. error capital, en. el que muchas veces se ha incurrido. Olvidar esta idea fundamental, es correr el riesgo de dar al poder disciplinario una significación jurídica que no tiene. La repiesión disciplinaria de los agentes públicos que cometen faltas y la represión penal de los agentes públicos delincuentes son. dos cosas totalmente diferentes. La represión penal tiene esencialmente por objeto la punición personal del agente público delincuente, eu nombre de la idea de justicia, siendo secundaria la idea de ejemplaridad. La represión penal de los agentes públicos delincuentes no tiene por finalidad el mejoramiento dei funcionamiento de un servicio público" (in obra, ed. e vol. cits., págs. 92/93, n.º 1).

Aliás, no tocante a falta adinjuistrativa-disciplinar mio vigora, sequer, o princípio de Direito penal: "nullum crimem sine lege". De fato, como salienta RAFAEL EXTRENA CUESTA, ao tratar da falta disciplinar, "constituye un lugar común en la doctrina la afirmación de que no rige en esta materia el principio nultun e rimen. sine lege. Lo, que no equivale, naturalmente, a afirmar que la Administración puede discrecionalmente sancionar a los funcionarios. Pues habrá; que probar, en todo caso, que aquéllos han incurrido en falta. Es decir, que han incuniplido, en alguna de sus manifestaciones concretas, el deber de desempeñar fielmente la función o cargo que tengan encomendados" (in "Curso de Derecho Administrativo", 3.ª ed., 1970, Editorial Teenós - Madrid, pág. 431).

7. Assim, indiscutível que o injustificável retardamento lia lavratura do ato de registro de nascimento, por parte da recorrente, não seja infração administrativa-disciplinar. Na sua falta de presteza - a pretexto de que iria investigar-se o atestado de pobreza fora bem passado pela autoridade policial local -, a recorrente infringiu o dever ínsito no artigo 241, item III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, combinado com os artigos 233 e 220 do Código Judiciário do Estado, e com o artigo 40 do Decreto-lei n.º 159, de 1969, bem justificando a imposição de repreensão, que é penalidade prevista. no artigo 251, item I, do referido Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, aplicável por escrito quando houver "falta de cumprimento, dos deveres" (artigo 253 do mesmo Diploma Legal).

8. Esses os fundamentos que me levaram a opinar pelo improvimento do recurso, fundamentos que, agora, submeto à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 02 de abril de 1971.

(a) Álvaro Lazzarini, juiz de Direito Auxiliar.

Despacho do Sr. Corregedor:

Mantenho a decisão recorrida, por seus próprios fundamentos e pelos motivos aduzidos no parecer retro que adoto.

São Paulo, 23/4/71.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin.

**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA:
COMPETÊNCIA DOS CARTÓRIOS DO REGISTRO CIVIL DOS SUBDISTRITOS DA
CAPITAL, PARA RECONHECEREM FIRMAS E LAVRAREM PROCURAÇÕES**

Senhor Corregedor Geral:

- 1 - O escrivão Léo Galvão da Silva, do Registro Civil das Pessoas Naturais do 3.º Subdistrito - Penha de França, da Capital, apresentou representação contra o 23.º Cartório de Notas da Capital, especialmente, o qual, escudado no entendimento de que, o art. 95, do Dec-lei n.º 158/69 revogou o art. 6.º da Lei n.º 8.406/64 que dava competência aos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos subdistritos da Capital para reconhecerem firmas e lavrarem procurações, vem recusando sistematicamente o recebimento de procurações passadas por aquelas serventias, causando embaraços e prejuízos às partes, além de transtornos ao cartório com desprestígio da própria Justiça. Pede, finalmente, seja baixada orientação a respeito.
- 2 - Preliminarmente é de se ressaltar que a matéria deveria, a rigor, ser submetida à apreciação do MM. Juiz Corregedor Permanente, funcionando, ao depois, se fosse o caso, a E. Corregedoria Geral como instância recursal (art. 51, parágrafo único e art. 241, do Dec.-Lei complementar n.º 3/69).
- 2.1 - Ocorre no entanto que o MM. Juiz Corregedor Permanente do C.R.C.P.N. do 3.º subdistrito - Penha de França visou a representação (fls. 3), ato com o qual deferiu à E. Corregedoria Geral a apreciação e decisão da matéria.
- 2.2 - E cuido, s. m. i., possa a E. Corregedoria Geral da Justiça examinar e resolver a questão, fixando orientação normativa a respeito não apenas pelas consequências que tal entendimento (item "I") vem causando, como também porque nesse sentida é a opinião do 31251. Juiz de Direito da Vara do Registros Públicos, Corregedor Permanente de outros cartórios extrajudiciais e de Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital (fls. 6/7).
- 3 - A Lei n.º 8.406, de 13 de novembro de 1964, que dispõe sobre a alteração da organização do serviço judiciário do Estado e da Capital, preceituou, no art. 6.º:
"Os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais dos subdistritos da Capital têm competência para reconhecer firmas e lavrar procurações".
- 4 - Tendo-se em vista a edição do Dec.-Lei complementar n.º 3/69 (C. Judiciário) especialmente o que estabeleceram os arts. 205, 206 e o art. 95 do Dec.-Lei n.º 158/69 houve quem entendesse que o art. 6.º da Lei n.º 8.406/61 tivesse sido revogado, de sorte que os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais localizados na Capital não poderiam, validamente, praticar atos notariais.
- 4 - Tendo-se em vista a edição do Dec.-Lei complementar n.º 3/69, (C. Judiciário
- 4.1 - Isso não ocorreu. Aliás a matéria já, foi objeto de exame e decisão da, E. Corregedoria Geral no Proc. n.º 30.945/69, quando da promulgação da Lei n.º 10.219, de 12, 9-1968.
- 4.2 - E o parecer do eminente juiz auxiliar Dr. Márcio Martins Bonilha, aprovado pelo então Desembargador Corregedor Gera] da Justiça foi no sentido de que "é lícito aos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, dos subdistritos da Capital, reconhecer firmas e lavrar procurações, Dos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8.406/64, não obstante a vigência do Código Judiciário do Estado" (sic doc. 1), em consequência do que foi expedido o Comunicado publicado no D. J. de V-2-1969, constando a orientação também do Provimento n.º 1/69 (doc. 2).
- 5 - A situação não se alterou com o disposto no artigo 206 do Decreto-lei complementar n.º 3-69, que repete o estabelecido no artigo 209 da Lei n.º 10.219-68.
- 5.1 - Nem mesmo o artigo 95 do Decreto-lei n.º 158-69, revogou a questionada permissão ao estabelecer que "os Cartórios de Registro Civil dos distritos e municípios que não sejam sede de comarca poderão exercer as funções de tabelionato, na forma estabelecida em lei".
- 5.2 - É que não há incompatibilidade entre os textos examinados, considerando que anteriormente havia a permissão para os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos subdistritos da Capital lavrarem procurações e reconhecerem (Lei n.º 8.406-64, artigo 6.º), como também, e. g. para certos Cartórios exercerem funções notariais (Decreto n.º 5.204-31), artigo 1.º, letra "a)" - doc. 3).
- 5.3 - Ora, assim sendo, é de se entender que, o fato de tais cartórios terem competência própria, segundo a lei dos Registros Públicos, nada obsta que lei estadual lhes atribua outros misteres, como ocorreu também com o Decreto-lei complementar n.º 9, de 1969, artigo 55, parágrafo 4.º, e. e. o Decreto n.º 52.425, de 25-3-1970, Tabela 14, item VIII.
- 5.4 - Nessa ordem de considerações pois, se já havia leis dando outras atribuições aos referidos

cartórios, não tendo sido elas expressamente revogadas, nem existindo incompatibilidade entre as mesmas, há que se inferir que se devem conciliar e entrelaçar umas com as outras, segundo as lições dos mestres (conf. Serpa Lopes, in "Curso de Direito Civil", ed. Freitas Bastos, 1962, vol. I, pág. 95, Clóvis Beviláqua, in "Código Civil", vol. I, ed. Francisco Alves, 1953, pág. 82 e Carlos Maximiliano, in "Hermenêutica e Aplicação de Direito", ed. Freitas Bastos, 1951, pág. 428). E isto é possível, no caso dos autos.

6. - No que respeita ao preceituado no artigo 95 do Decreto-lei n.º 158-69, não se há de interpretar que a permissão se refere exclusivamente aos cartórios de Registro Civil dos distritos que não sejam sede de comarca, pois outros há que tem competência para exercer atos notariais (Decreto-lei n.º 5.204-31, artigo 1.º, letra "a") e uma parte que, só pode lavrar procurações e reconhecer firmas, como no caso do O. R. C. P. N. do 3.º subdistrito - Penha de França, da Capital - (Lei n.º 8.406-64, artigo 6.º).

6.1 - De resto, a permissão para "exercer funções de tabelionato, na forma estabelecida em lei" (Decreto-lei n.º 158-69, artigo 95) refere-se justamente aquelas já existentes, pois, mão distinguindo o preceito se essa autorização deve ser anterior ou posterior, ao interprete não é dado fazê-lo, especialmente para restringir, como no caso sub examen.

6.2 - Então, não se pode, com base no artigo 95 do Decreto-lei n.º 158-69 excluir a competência para lavrar procurações e reconhecer firmas, dada pelo artigo 6.º da Lei n.º 8.406-64 aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos subdistritos da Capital, que continua em vigor.

7. - Isto posto, sendo este aprovado, proponho sejam ratificados o entendimento preconizado no parecer exarado às fls. 7-11 do Processo n.º 30.946-69, aprovado pelo eminente Des.

Hildebrando Dantas de Freitas, antecessor de V. Ex.a., bem como o Comunicado publicado in D. J. de 1-2-1969, Seção XXIII e o disposto no n.º 14, inc. XXI do Provimento n.º 1-69.

Sugiro, outrossim, seja o presente publicado na imprensa oficial como orientação normativa e de caráter geral, para conhecimento dos interessados, remetendo-se cópias aos MM. Juízes da Vara Distrital da Penha e da Vara dos Registros Públicos.

8. - É o parecer, sub, censura.

São Paulo, 7 de janeiro de 1970.

(a) José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.

Aprovo.

São Paulo 8-1-1971.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça

D. J. de 9/1/71

VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS: RECONHECIMENTO DE FIRMA POR ABONO

Despacho do Juiz:

210/69 - Reexame de Provimento - Corregedoria Geral da Justiça e Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos. Despacho: Vistos. etc. Considerando os termos do brilhante parecer do MM. Juiz Auxiliar da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral, onde é examinado com segurança e erudição o reconhecimento de firma por abono; Considerando o assento doutrinário da matéria citada no aludido parecer; Considerando as conclusões emitidas pelos membros da comissão nomeada por este juízo para exame do tema; Considerando a conveniência para os interesses da Justiça em se restabelecer o reconhecimento de firma por abono; Resolve: restabelecer o Provimento 1/70, desta Vara com as modificações abaixo especificadas: 1.º) Os Srs. Tabeliães da Capital e os Escrivães do Registro Civil que exercerem funções de tabelionato, poderão reconhecer firmas por abono; 2.º) Os Documentos que forem apresentados para aquela finalidade deverão vir com a firma ou as firmas a serem reconhecidas, devidamente abonadas por duas pessoas idôneas conhecidas do Tabelião; 3.º) Os abonadores deverão se qualificar no ato do abono declinando seu nome, filiação, residência, profissão, estado civil e o número da sua cédula de identidade, ou documento equivalente expedido por repartição oficial; 4.º) Os abonadores deverão possuir ficha de firma, no arquivo da serventia que praticar o ato do reconhecimento de firma; 5.º) Os Serventuários, Escreventes e auxiliares deverão exercer rigorosa fiscalização sobre o assunto, de modo a evitarem irregularidades ou abusos e de modo a fixar responsabilidades civis e criminais.

Expeça-se Provimto. Publique-se. Remeta-se cópia da presente decisão ao Exmo. Sr.

Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Publicado no Diário Oficial da Justiça de 2/10/70

"Vistos, etc. Recebido para registro o título prenotado sob n.º 234.951, apresentado por João Farkas, recusou-se a lavrá-lo, suscitando dúvida, o Oficial da 7.ª Circunscrição. Alega que a escritura apresentada, rotulada de partilha amigável, não dividiu o acervo, contendo várias transações de herdeiros, antes da formalização pela transcrição. Tratando-se de direitos hereditários, ele não tem ingresso no registro, não podendo, ser registrada a reserva de usufruto do vendedor viúvo meeiro, que não recebeu domínio do imóvel. Impugnada a dúvida, com alegação de que a escritura impugnada traduz a partilha amigável, ut art. 1.773, do Código Civil e 512 do C. P. C.; há necessidade da transcrição de cessão de direitos, conforme Acórdão que cita do Supremo Tribunal Federal. O domínio do imóvel remonta, em relação ao meeiro, à data, da compra, na forma do art. 266 do Cód. Civil e, com a morte do consorte (art. 261, I CC), a parte ideal do condômino passa "para propriedade definida". Pela Morte, os herdeiros adquiriram, de logo, o domínio da herança, pelo que são proprietários independentemente de título de transferência. Eis os argumentos enumerados pelo impugnado, pleiteando, a improcedência da dúvida. O Dr. Curador de Registros Públicos ofereceu o Parecer de fls. 47v.º, propugnando pela procedência da dúvida, o que a partilha amigável deveria ser registrada, efetuando-se, ao depois, as transações dos interessados. É o relatório. Decido. Enumerou o impugnado, em sua defesa, quatro argumentos em detrimento da recusa do serventuário; validade da partilha amigável, por escritura pública; possibilidade da partilha amigável, por escritura pública; possibilidade do registro de direitos hereditários; domínio do meeiro antecedendo a morte, com esta, convertida sua parte ideal em propriedade definida e, finalmente, que o domínio dos herdeiros opera por força de lei, pelo fato da morte, sem necessidade de qualquer título de transferência. Todos eles, sem procedência. O Oficial, primeiramente, não regou a validade da partilha por escritura pública, apenas, ante os termos equívocos da sua redação ("o viúvo receberia ... a cada um dos herdeiros caberia ..."), reputou-a não efetivada pelas partes. A ocorrência da divisão será analisada ulteriormente. Tem razão o Oficial, quando afirmou que direitos hereditários não têm ingresso no registro de Imóveis; o V. Acórdão a que se apegue o impugnante, proferido em 1. Turma do STF, relator Min. Evandro Lins, in RTJ 34/49, divorcia-se, data vênua, da melhor doutrina, pelo que não pode prevalecer, como orientação geral. Há que se atentar ser a herança uma coisa universal (Cód. Civil, art. 57); a venda de herança, consistindo em venda de universum jus, objetos indeterminados, não atribui ao comprador, no ato do contrato, propriedade, justamente devido à indeterminação das coisas, segundo ensina COVIELLO (Della Transcrizione, pág. 392). Ensina Lysippo Garcia que "O direito do co-herdeiro se estende à herança toda, embora não se possa deixar de fixar os direitos de cada um sob a forma de quotas partes, que não se referem aos objetos individuais, mas ao valor patrimonial, isto é, uma parte dos benefícios, e do produto líquido, previamente deduzido o passivo, digo, deduzido o passivo... A partilha não se, vai efetuar sobre todos os bens que formam o acervo hereditário, mas tão somente sobre o líquido, isto é, sobre os que restarem depois de deduzidas as dívidas" (Inscrição, pág. 124). Ressalta o inolvidável TEIXEIRA DE FREITAS, em sua Consolidação pág. CXV, que a herança "é a propriedade em complexo ideal, contendo não só os direitos reais como os direitos pessoais, ativa e a passivamente; e desta maneira ela se resolve em quantidade pura, que pode ser negativa ou igual a zero". É, para ALMEIDA PRADO, o direito à sucessão aberta (CC., art. 43, III), um direito imobiliário sul generis, "direito real em expectativa (Transmissão da Propriedade Imóvel 148), segundo a doutrina de SÁ PEREIRA, para quem "a propriedade, na comunhão hereditária, não está com o herdeiro isolado nem com os herdeiros em conjunto, porque está em suspenso. Só a partilha, elegerá os proprietários. Até então há titulares de cotas, com uma expectativa de domínio. (Manual do Cód. Civil, VIII, pág. 400). Em síntese, como base à transcrição dos direitos hereditários, falta-lhe a publicidade e a especialidade, esta "consistente na determinação precisa do conteúdo do direito que se procura assegurar, e da individualidade do imóvel que dele é objeto" (Lysippo, op. cit., 149). Não pode, pois, pelo repúdio maciço da doutrina, prosperar a tese que pretende fazer prevalecer o impugnado, ainda que apoiado em V. Acórdão do Pretório Excelso. De equívoco quanto à natureza da comunhão hereditária, surge (terceiro fundamento) (a impugnação do suscitado. Embora, antes da morte da consorte, fosse, logicamente, o viúvo-meeiro um condômino legal (CC. 266) dos bens do casal, pelo falecimento da de cujus opera-se, com os herdeiros dela, a unia compropriedade geral do espólio que somente, a partilha extingue. Antes que ela, a partilha,

especialize os bens cabentes à meação do viúvo e às legítimas dos herdeiros, aquele, como estes, não pode dispor de bens determinados, objetos da antiga sociedade, dissolvida pela morte do cônjuge. Finalmente, merece reparo a afirmação de que o direito dos herdeiros não carece de título que lhe constitua a propriedade. É sabido que, pela saissine, o fato da morte, por si, opera a investidora legal, da herança (CC. 1.572). Mas, como já visto, a herança aberta atribui propriedade comum em bens indeterminados, vale dizer, não especializados. Apenas a partilha, atribuindo bens materiais e palpáveis (geométrica) ou cotas partes ideais (aritmética) ao herdeiro, especializa o seu direito real (se lhe couberam imóveis nessa divisão), possibilitando, assim, sua publicidade, pelo ingresso no registro fundiário. Não C a transcrição, apenas, modo aquisitivo da propriedade imóvel. Tem função, também relevante, de representar o estado de propriedade imóvel, como o demonstrou superiormente CLÓVIS, em luminoso Parecer (Rev. Trib., L-XIII, págs. 226/228), para que o registro possa constituir o espelho fiel da realidade, segundo a clássica versão de DERNBURG (Das Grundbuch soll ein treuer Spiegel des jeweiligen Rechtszustand der Grundstücke"). Bem por isso exige a lei que, para efeito de disposição, sejam transcritos os julgados que põem termo à indivisão (CC. art. 532, I). Desfeitos os equívocos doutrinários e sistemáticos, cumpre examinar o título impugnado. Ele não prima pela clareza, mas deve ser auscultado em sua intenção (vontade real) certo que, em ma, teria de registro, deve-se propender sempre, pela facilita ao ingresso do, ato. Trata-se de inventário em que, para partilha, existe um único imóvel, distribuído entre o viúvo-meeiro, metade e cinco herdeiros, cujas cotas foram, pois, aritmeticamente atribuídas em 10/20 para o meeiro e 2/10 para cada herdeiro. Estando o imóvel já avaliado e sabida a cota de cada herdeiro, a partilha aritmética consistia na simples atribuição das cotas acima a cada interessado. É, pois, de se admitir como tendo sido feita, nos termos do cálculo operado. Depois da partilha, meramente declaratória de direitos, os proprietários, já agora de cotas distintas fizeram transações recíprocas. Verdade que foram precipitados, devendo, antes, registrar a partilha. Mas, se as demais transações foram a ela posteriores, há que entender que são válidas, apenas cabendo, para regularização, duplo registro. Primeiro, do ato de partilha que atribuiu, a cada herdeiro 2/20 do imóvel e ao meeiro 10/20 dele; a seguir, serão transcritas os atos de disposição dos herdeiros, já então proprietários, por força da especialização e publicidade decorrente do registro da partilha operada. Tenho então que a dúvida se esvanece, com a observância de sucessivo registro que se operará: a) da partilha aritmética entre herdeiros; b) da venda de partes ideais e constituição de usufruto. Custas na forma da lei. P. Int.

São Paulo, 26 de maio de 1970.

(a) Rui Geraldo Camargo Viana, Juiz de Direito.

158/69 - Consulta - Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo e Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos - Despacho - Parecer n.º 189/69 - SPRP - Gabinete do Procurador Regional Adjunto de Consultoria, em 11/12/69. - Fef.: - Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo - Certificado de Quitação - Primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária - Consulta da Associação dos Serventuários da Justiça, do Estado de São Paulo - 1 - Em apenso, encontram-se os autos do Processo n.º 158/69 da Vara dos Registros Públicos, iniciado por consulta da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, sobre se, no caso de construção, reforma, ou acréscimo de imóveis iniciados até 20 de novembro de 1966, bastará, para dispensa da apresentação do Certificado de Quitação, declaração do proprietário nesse sentido ou se faz mister a apresentação de prova da circunstância, isto, é de que a obra foi iniciada antes de 20 de novembro de 1966. Em face de advento do Decreto-lei n.º 821, de 5 de setembro de 1969, a aludida Associação adita a consulta, a fim de que fique esclarecido: - "a) se o decreto-lei incluso revogou, efetivamente os dispositivos que tornam exigível a apresentação do Certificado de Quitação na primeira operação realizada com prédios ou unidades imobiliárias de propriedade de pessoas não vinculadas à Previdência Social, construídas na vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966; e "b) se as pessoas jurídicas acima referidas podem ser equiparadas a empresas, para efeito do Parecer n.º 21/179/69 disposto no inciso II, do mencionado parágrafo". O item b da consulta supra-transcrita. se prende à disposição do Dec.-Lei n.º 821, já mencionado, que dispensa a apresentação do Certificado de Quitação "nas transações realizadas pelas empresas que exercitam a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação e dele conste expressamente essa finalidade". Indaga, então, a, dita Associação se as pessoas jurídicas, que embora não, constituam propriamente empresas, exercem, paralelamente a sua atividade principal a comercialização de imóveis, também

estariam abrangidas pela exceção legal. 2. - No que diz respeito à primeira parte da consulta, já houve pronunciamento dessa Procuradoria, mencionado, aliás, pela própria consulente, Do sentido de que se faz necessária a prova de que a obra é anterior a 20 de novembro de 1966. O parecer a que me referi é da lavra do ilustrado procurador, Dr. Hernani de Camargo Vianna que, lamentavelmente já não abrilhanta esta Procuradoria, por estar aposentado, e foi publicado no Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo n.º 84, referente ao período compreendido entre julho e outubro de 1968. Ao estudo daquele eminente colega nada há que acrescentar, pois que o adoto em todos os seus termos. 3. - Acontece porém que após ele, que é de 1.º de março de 1968 e o Decreto-lei n.º 821, de 5/9/69. Indaga, então, a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo se o artigo 1.º deste último Decreto-lei (821) teria revogado o artigo 4.º do Decreto n.º 60.368, de 11/3/67 que exigia a apresentação do Certificado de Quitação na primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada, após a vigência do Dec.-Lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966. Vejamos. 4. - O artigo 1.º, inciso 1 do Decreto-lei n.º 821 dispõe: "Fica acrescentado ao artigo 141 da Lei n.º 3.897, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), na redação dada pelo Dec.-Lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, o seguinte parágrafo: § 5.º - Independem da apresentação do Certificada de Quitação (CQ) : 1 - as transações em que forem outorgantes; a União Federal, os Estados, os Municípios e as entidades públicas do direito interno sem finalidade econômica, assim como as pessoas ou entidades não obrigadas a contribuir para a previdência social (frisamos). Por outro lado, dispõe o artigo 4.º do Decreto n.º 60.368, de 11/3/1967: "O Certificado de Quitação (CQ) constitui documento obrigatório para efetivação dos seguintes atos: 1) primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada após a vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966". Antes de qualquer outro esclarecimento é necessário que se transcreva o § 2.º do artigo 176 do Decreto n.º 60.501, de 14 de março de 1967 (Regulamento Geral da Previdência Social) que estabelece: "§ 2.º - O proprietário, o dono da obra ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obra de construção, reforma ou acréscimo de imóvel é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Regulamento, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contratante das obras e admitida a retenção de importância a estes; devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do Certificado de Quitação previsto no art. 184, item III". Desse modo, qualquer dono de obra, em virtude da responsabilidade solidária com o empreiteiro ou construtor, é obrigado a contribuir para a previdência social, pela construção. Diante disso, impõe-se a conclusão do que o Dec.-Lei n.º 821, de 1969 não revogou, nem sequer derogou o Decreto n.º 60.368, de 1967; logo, subsiste íntegra a obrigação de apresentação do Certificado de Quitação, de acordo com exigência deste último Diploma legal. 5. - A segunda parte da consulta refere-se à possibilidade de dispensa do Certificado por empresas que não se dedicando exclusivamente à comercialização de imóveis, exercitem também em atividade. Não me parece que o problema ofereça maiores dificuldades pois que o Decreto-lei n.º 821. não exige que a atividade seja exclusiva e nem sequer principal. A redação do inciso II do 5.º § do decreto-lei supra mencionado é a seguinte: "§ 5.º - Independem de apresentação, de Certificado de Quitação (CQ) : II - as transações realizadas pelas empresas que exercitem a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação (CRS) o que dele conste expressamente essa finalidade". Como o diploma legal supra-aludido impõe a exigência da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, do qual deve constar expressamente que empresa exercita atividade de comercialização de imóveis, feita a prova perante o INPS desta última circunstância, será expedido o Certificado de Regularidade de Situação, ficando atendido o pressuposto legal. Parece-me, portanto, para que a operação se enquadre na hipótese figurada no inciso II do 5.º § do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 821, que não há necessidade de que a empresa exercite exclusiva ou principalmente a atividade de comercialização de imóveis: basta que, na realidade, a exercite. Seria, porém quase desnecessário acrescentar que só se dispensa o Certificado de Quitação no caso da venda de imóveis que se destinam efetivamente à comercialização: não de outros que, por exemplo, integrem o ativo imobilizado da empresa. Verifica-se pelo exposto, que se evitem - fraudes que poderão ser cometidas por empresas menos escrupulosas e que incluam entre suas atividades a comercialização de imóveis, apenas para fugir ao cumprimento de obrigações, para com a

Previdência Social. É o meu parecer, que submete, à elevada consideração do Dr. Procurador Regional Adjunto de Consultoria, sugerindo, caso seja eles aprovado, se remeta copia do mesmo ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Capital, em apenso ao processo que acompanha o presente.

(a) José, de Carvalho Ferreira, Procurador.

Despacho:

Aprovo o Parecer, ao qual me reporto, como resposta à consulta. Publique-se-o.

(a) Juiz de Direito.

Despacho do Juiz

Proc. 63.768 - Vrp 53-70

Dúvida - 11.º Reg. de Imóveis - Associação Pia de São Vicente de Paulo.

O Oficial da 11.ª Circunscrição Imobiliária, recebendo para registro o título apresentado pela Associação Pia São Vicente de Paulo, teve, dúvida em registrá-lo, lançando-a fundamentadamente.

Aduz que a suscitada apresenta carta (Te sentença passada em 8/29/1915 e que se resente das óbvias omissões de documentos tão antigos.

Não se pode situar, devidamente, os limites e confrontações da área, nem a situação desta, pelo que entendeu de adiar o registro, submetendo o caso à apreciação do Juízo.

A dúvida foi impugnada, com alegação de que há elementos seguros que, permitem individualizar o imóvel, estando mencionados suas características e circunscrição.

O Dr. Curador, em brilhante Parecer, entende procedente a dúvida, sendo mister registrar os títulos anteriores e, quanto à situação dos imóveis, por cento, dado o lapso de tempo decorrido, terá sofrido profundas modificações.

Novas manifestações das partes, realizando-se diligência pericial determinada pelo juízo.

É o relatório.

Decido.

A presenteou a suscitada, pari: registro, carta de sentença expedida em 8/2/1915, anteriormente, portanto, ao Código Civil. Esse título, em que pese sua vetustez, apresenta requisitos que permitem a localização e determinação da área, como se depreende da vistoria pericial efetuada.

Com efeito, tendo este Juízo determinado diligência, segundo recomendação que é do mestre Almeida Prado, informou o louvado que "é perfeitamente possível localizar a área com os elementos do processo. Dada a facilidade com que foram encontrados dois dos marcos de locação, provavelmente não haverá maior dificuldade em localizar as divisas de todo loteamento".

Carecem de fundamento, portanto, os temores do diligente serventuário quanto à situação e localização da área.

Nem se olvide que o título (formal de partilha), exarado em 1915, o foi sob a égide do Decreto n.º 370, de 2/5/1890, que não exigia, segundo seu art. 212 a declaração dos característicos do imóvel. Nem seria curial exigir contenha o título antigo, requisitos da lei atual.

Quanto a necessidade do registro do título anterior alvitada pelo Dr. Curador, sabido é que o requisito nasceu com o Decreto 18.542-28 que veio regulamentar o Código Civil. Ressalvou, entretanto seu art. 234, que a exigência seria dispensada quando, pelo direito então vigente, o título anterior não estivesse sujeito a registro.

Ora, o título registrado remonta a dois atos jurídicos distintos: o lote, 63, foi havido por compra aos herdeiros de Cláudio Antonio Alves (fls. 14) e o lote 69 foi herança de sua irmã Maria Leopoldina do, Siqueira Machado (fls. 14v).

É desnecessário o registro, quanto ao imóvel herdado de Maria Leopoldina, do título anterior, porque, à expressa, seu registro não estava obrigado, segundo o art. 237 do Decreto 370 de 2/5/1890, então vigente,

Quanto à escritura de compra e venda, a hipótese é controversa. Se jurista de mancado, citados pelo (Ir. Curador, entendiam exigível o registro, da compra o venda, pelo regime anterior, outros sustentavam sua desnecessidade, como o grande Laudo de Camargo (Inc afirmava que o registro "obrigatório se tornou desde o Código Civil (art. 533). No direito anterior, apesar de opiniões em contrário, a transcrição era exigida mas tão só para valer contra terceiros" (in Amaral Gurgel, Registros Públicos, fls. 121).

De qualquer forma, o problema não atormenta, porque há nos autos a aludida escritura anterior (fls. 7), cujo registro é útil para a perfeita continuidade do registro e poderá ser feita em tempo

oportuno.

Temos, pois, que o título foi exarado segundo a lei do tempo, não estando sujeito às alterações da lei nova; o título anterior, causa mortis, não é de ser exigido e o inter-vivos, por utilidade, será, interiormente registrado.

Com tais observações, à dúvida, reputo improcedente, nada obstando ao registro pleiteado.

Custas na forma da lei.

P. R. Int.

São Paulo, 25 de setembro de 1970.

Rui Geraldo Camargo Viana, Juiz de Direito. Advogados: Jayme Vita Roso, Glório Naoko Suzuki e Vera Lúcia Salvadori.

Processo 1.625/70 - Vrp. 55-70.

Nadina, Nikitin.

Averbação regime de bens.

Vistos, etc.

Nadina, Nikitin, qualificada nos autos, requereu averbação, à margem da transcrição aquisitiva n.º 28.189, da 11.ª C. R. I., para constar que o regime de bens de seu casal com o falecido Nicolau Nikitin, era o de separação.

Alega que, em 1911, se casaram, Da Rússia, em Moscou, tendo filhos e ali vivendo vários anos; o regime vigente era o de separação, consoante lição dos tratadistas.

Vindo o casal para o Brasil com os filhos (aqui não nasceu nenhum), perderam todos os documentos; sempre respeitaram, porém, o regime de bens adotado.

Veio a inicial devidamente instruída.

Encontrou oposição da ilustrada Curadoria, no teor de que não comprovou, sequer a requerente sua nacionalidade.

Nem o evento do casamento que teria ocorrido, na Rússia pré-revolucionária.

Não comprovou os pressupostos do pedido. E o casamento russo, segundo Amílcar de Castro é registrado. Ademais haveria segundo o direito russo, comunhão, ainda que em parte inferior à nossa meação. Obstaculiza a pretensão, finalmente, o artigo 7.º parágrafo 4.º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Determinou o Juízo diligência que foi atendida, com ciência do Dr. Curador.

É o relatório. Decido.

Embora não o tenha feito anteriormente, apresentou sob provocação do Juízo, a interessada, provas do seu estado civil.

Assim, seu passaporte comprova a salda de Rostov Don, em 1926, em companhia de dois filhos, constando o seu estado civil como casada (fls. 37).

A certidão de nascimento de Lídia, filha que veio em sua companhia, expedida pela Igreja Militar de Tighina, comprova a filiação desta, sendo seus pais Nicolau e Nadejna (a requerente) fls. 38.

Assim também, o documento do filho Vsevolov.

Sempre se declarou, em atos civis, a requerente, como casada, sendo, em alguns deles, até, assistida pelo marido.

Comprovou, pois, posse de estado de casada (nominatio, reputatio et tractatio). Tendo deixado a Rússia Soviética em 1926, com uma filha de 13 anos, é de presumir, em virtude da declaração de legitimidade da filha (fls. 38) que o casamento seja anterior a 1912.

Segundo nossa Lei de Introdução (artigo 7.º parágrafo 4.º: O Regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.

Ora, os cônjuges, quando casaram, eram domiciliados, ambos, na Rússia, e, aí foi seu primeiro domicílio conjugal.

Então, data vênua do Dr. Curador, a Lei de Introdução Dão obstaculiza sua pretensão, antes impõe se aplique a lei russa então vigente.

Ora, segundo informação do "Iniurkollegia" de Moscou, a legislação russa de 1911, quanto ao casamento civil, "não estabelecia o domínio comum entre os cônjuges" Refere, entretanto, que, com a morte do cônjuge, o outro tinha somente, sua parte de viúvo, sobre a sétima parte da propriedade imóvel e quarta parte da propriedade móvel.

Essa referência, pouco clara, está parcialmente, contrária à doutrina, lembrando Arminjon-Nolde-Wolff, no seu Traité de Droit Comparé, Paris 1952, Tomo III, fls. 381 que:

"Dans l'ancien droit, russe, le régime matrimonial était, celui de la séparation des biens. Le Code de famille soviétique de 1926 l'a remplacé par celui de la communauté des acquêts..".

Também o nosso Affonso Dionysio Gama, citado pela requerente (Regimes Matrimoniais é Sucessões, Legítimas, Livraria Acadêmica, 1929) transcrevia o artigo 105 do Código Russo de Família, em cujo teor se lê: Artigo 105: O casamento não cria nenhuma comunhão de, bens entre esposos.

Atendendo, pois, a doutrina e às provas existentes nos autos, defiro o pedido da requerente, para que se expeça o mandado requerido para constar, no registro imobiliário que seu casamento com o falecido Nicolau Nikitin era sob o regime da separação de bens, não sujeito à alteração pelas leis posteriores.

Se atentar que as provas do casamento são circunstanciais, há ponderar que, à falta delas, ter-se-ia, de reputá-la solteira, condição em que, igualmente, afastado estaria o problema da comunhão, ainda com maior comodidade para a requerente.

Custas na forma da lei.

P. - R. - Int.

São Paulo, em 25 de setembro de 1970.

Rui Geraldo Camargo Viana, Juiz de Direito.

Advogado: Otávio Uchoa da Veiga.

Proc., 433/70 - 54.70.

10.º Reg. de Imóveis contra Ruy Galvão de Moura Lacerda.

Vistos, etc.

Recusou-se a Oficial do 10.º Cartório de Registro de imóveis a registrar o título apresentado por Ruy Galvão de Moura Lacerda, suscitando a competente dúvida.

A seu ver, deverá haver uma pergunta, porque, conforme transcrição n.º 54.083, o imóvel constante do lote 10, da quadra 2, do Jardim Timbauí, foi vendido por Ruy G. M. Lacerda. para Jair Galvão, apresentadas certidões negativas.

Pretendendo as partes, agora, retificar o ato originário da aludida transcrição, porque o terreno vendido, na realidade, é o lote n.º 11, caso lhe parece ser de permuta.

A dúvida foi impugnada pelo suscitado, com o fundamento de que, na realidade, ocorreu engano ao se lavrar a escritura originária, descrevendo-se o lote contíguo, ao invés do adquirido.

O Dr. Curador ofereceu Parecer pela procedência da dúvida. Realizou-se diligência pericial no imóvel, por determinação do Juízo, segundo doutrina de Almeida. Prado (Transmissão da Propriedade do Imóvel).

É o relatório. Decido,.

Pretendem os suscitados registrar escritura de retificação e ratificação, referentemente ao número do lote vendido a Jair Galvão, no Jardim Timbauí

Os elementos constantes dos autos, permitem aferir que houve engano, na escritura primitiva, no tocante à descrição do lote vendido.

Assim se, vê que o lote 11 continua registrado em nome de Ruy Galvão (fls. 26). A construção de Jair Galvão, segundo apurado (fls. 31) está Do lote 11 e o lote 10 está na posse de Sebastião, Vitorio da Silva que o adquiriu em 1967, conforme escritura nos autos, bem depois da aquisição feita por Jair que, entretanto, desde o início, ocupou. o lote 11.

Ambos os terrenos têm as mesmas metragens, confinando-se. Não há prejuízo para terceiros, antes a retificação pleiteada vem regularizar a situação existente, atendendo-se, assim, á real intenção das partes que foi de comprar e vender o lote 11 da quadra 2.

Entretanto, a. expressão literal de seu pensamento) não foi mais fiel à intenção, devendo, entretanto, esta prevalecer sobre aquela (Código Civil, art. 85).

Isto posto, atendendo às provas constantes dos atos, julgo improcedente a dúvida, determinando a retificação do registro em causa, averbando-se a escritura de retificação quanto ao número do lote vendido e suas confrontações.

Deverá o interessado oferecer certidões negativas, de impostos referentes ao lote 11 que foi o, realmente, adquirido. Nem há prejuízo para terceiros, eis que a inscrição do lote 11 está, ainda, em nome do vendedor.

P. R. Int.

São Paulo, em 8 de outubro de 1970.

Rui Geraldo Camargo Viana, Juiz de, Direito.

Advogado Sebastião Martins de Macedo.

D. J. de 12/11/70

Dúvida - Roberto Cardoso de Almeida Amorim. Vistos, etc. - I - O 13.º Oficial do Registro de Imóveis adiou a transcrição da carta de arrematação que lhe foi apresentada por Roberto Cardoso de Almeida Amorim, prenotando-a sob n.º 102.351. Aduziu que o título não contém a prova do trânsito em julgado da sentença e do autor de arrematação e além disso não traz a prova de, quitação da credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado. Por fim observou o serventuário que recebeu protesto judicial e notificação para não transcrever o título. II - O suscitado impugnou a fls. 30 propugnando pela transcrição do título. Anotou que o trânsito em julgado da sentença estava comprovado pela certidão de fls. 26; que a Caixa Econômica do Estado fora devidamente notificada da penhora, para fazer valer os seus direitos e que a hipoteca não restringia o seu direito de ver a arrematação devidamente transcrita. III O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida. IV - Improcede a dúvida. A arrematação independe de sentença e se aperfeiçoa logo após a assinatura do respectivo auto, como preleciona Gabriel José Rodrigues de Rezende Filho, in Curso de Direito Processual Civil, vol. III, pág. 263. A adjudicação e a remissão, estas sim, dependem de sentença, conforme o direito processual vigente. Consta da sentença proferida pelo MM. Juiz da 4.ª Vara Cível que a ação, em razão da qual houve a arrematação se prendia a. crédito quirografário e a credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado protestou por preferência. e rateio, consoante sua manifestação de fls. 40 dos autos. Os doutrinadores; divergem a respeito da natureza da arrematação ou adjudicação feito em ação, que diga respeito a imóvel hipotecado. Clóvis perfilha o entendimento de que a extinção do ônus só se espera quando se trata de ação executiva hipotecária, por lhe parecer mais consentânea com a índole do direito hipotecário. (Cód. Civ. Com., vol. III, pág. 478). Titu Fulgêncio entende, com o apoio de Azevedo Marques, Carvalho Santos, Lisipo Garcia e Serpa Lopes "verbis" "a arrematação extingue a hipoteca (art. 849, n.º VII), desde que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários que não foram, de qualquer modo, partes na execução (art. 826)" (Direito Real de Hipoteca, vol. II, pág. 466). O eminente W. Barros Monteiro no seu Curso de Direito Civil - Direito das Coisas, pág. 387 acompanha a maioria dos autores preconizando que a arrematação ou adjudicação tem o condão de extinguir a hipoteca, desde que o credor esteja ciente da ação movida por credores quirografários. Na sempre citada obra, Tratado dos Registros Públicos, vol. II, pág. 398, Serpa Lopes ensina - "A arrematação, ou a adjudicação são formas extintivas da hipoteca constantes sempre de um mandato judicial, que se torna exequível por meio da respectiva carta de arrematação, Todavia há divergência Da doutrina a respeito de se saber se a venda judicial produz aquele efeito qualquer que seja a natureza da execução ou se somente tal efeito se verifica unicamente no caso de se tratar de uma arrematação ocorrida em execução hipotecária. Quando cru exercício na Vara de Alistamento Eleitoral (hoje Juízo dos Registros Públicos) decidimos que a venda judicial, qualquer que seja a natureza da execução, extingue o ônus hipotecário, desde que os credores hipotecários tenham sido devidamente intimados". Ora, no caso "sub examen" a credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado teve ciência da propositura da ação executiva, por título quirografário e tanto isso é certo que o digno Juiz prolator da sentença anotou o protesto por preferência e rateio.

Entendo que "in casu" operou-se a extinção, do ônus hipotecário, por força da arrematação feita por Roberto Cardoso de Almeida Amorim, É certo que com o protesto por preferência e rateio, a Caixa Econômica do Estado deduzirá o seu direito no concurso de credores, que segundo a lição do mesmo mestre Gabriel Rezende "versa sobre o preço da arrematação. . (ob. cit., pág. - 306).

Por derradeiro cumpre examinar a questão aventada pelo digno Oficial, no tocante ao protesto judicial formulado por Rosa Kruchin Clermann. Segundo tenho entendido o protesto contra alienação não tem o condão de impedir a transmissão de imóveis, e, a sua conseqüente transcrição em nome do proprietário. É que o processo previsto no artigo 720 do Código Processo Civil visa apenas prevenir responsabilidades e prover a conservação e ressalva de direitos.

V - Ante o expendido e considerando tudo o mais que dos autos consta julgo improcedente a dúvida.

Publique-se.

São Paulo, 6 de maio de 1971.

Juiz Corregedor Permanente.

(a) Ruy de Melo Almada, Juiz Corregedor Permanente.

D. J. 7/5/71

Dúvida, - 2.263/70 - Vistos, etc. - O Serventuário do 3.º Registro de Imóveis adiou a transcrição duma escritura pública de compra e venda sob a alegação de que do traslado não consta a qualificação e assinatura de duas testemunhas.

II - Trata-se de ato praticado pelo 2.º Cartório de Notas da Capital, Do Livro n.º 1.094, folha 71, figurando como contratantes - Vicente de Paula Ungaretti e sua mulher e Braz Francisco de Paula Rizzo, vendedores e comprador, respectivamente.

III - O suscitado impugnou a folha 10 sustentando que a exigência do Serventuário da 3.ª Circunscrição do, Registro de imóveis não tem assento em lei. Citou as disposições das Ordenações Filipinas a respeito do assunto. Naquele tempo os tabeliães não deviam lavrar escrituras se imo conhecessem as partes, podendo fazê-lo, entretanto se estas trouxessem duas testemunhas que também assinariam o ato.

Citou acórdão da 3.ª Câmara do Tribunal de Apelação que perfilhou o entendimento de que "não é mais de rigor, a presença de testemunhas instrumentais nos atos públicos lavrados pelos tabeliães". Lembrou ainda que recente Provimento de n.º 14/69 exigia dos Notários a menção nos atos que praticarem, da identidade das partes.

III - O Dr. Curador opinou pela improcedência da dúvida.

IV - Improcede a dúvida.

Os Notários são pessoas credenciadas pelo Estado para a prática de atos e para isso lhes dá o penhor da fé pública. Os tabeliães escrevem em seus Livros, de Notas a vontade das partes, em consonância com os princípios de direito e os atos assim praticados servem de prova da existência dos contratos. Além disso os Notários são encarregados de autenticar atos e reconhecer firmas e letras.

Ora, o nosso direito positivo não cogitou da escritura pública. Apenas em alguns artigos de lei fazem exigência de que determinados contratos sejam celebrados por escritura pública. Eles valem, portanto pelo que declaram as partes sendo tudo sancionado pelo Estado, através dos Tabeliães, que emprestam a esses atos o selo da soa fé de ofício. Se o legislador pátrio não codificou a escritura muito menos se referia a exigência de duas testemunhas para tais atos. Apenas quanto aos testamentos é que o Código Civil exige cinco testemunhas presenciais. Assim sendo não vejo como se possa validamente recusar um ato, lavrado por um tabelião investido de fé pública, pelo simples fato de nele não constar a presença de duas testemunhas, que lei alguma obriga a presenciá-lo e atestá-lo.

V - Julgo improcedente a dúvida, pois.

Publique-se.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1971.

(a) Ruy de Mello Almada, Juiz Corregedor Permanente.

77/71 - Dúvida - Vistos, etc. - I - O Serventuário da 11.ª Circunscrição do Registro de, Imóveis suscitou a presente dúvida remetendo a este juízo o título de folha, 5 e as razões da recusa de proceder o registro. Alega. em síntese que o contrato é. unia promessa de permuta de área ideal, de terreno com área, a ser construída. O seu escrúpulo em praticar o ato requerido se manifesta por não se tratar de coisas certas e determinadas.

II - O suscitado impugnou a folha, 14 e em longa, considerações pleiteou a improcedência da dúvida. Argumentou que a legislação vigente permite aquela forma. de contrato, ao lado das legislações alienígenas .

III - O Dr. Curador opinou pela improcedência (la dúvida.

IV - Estranha o Serventuário suscitante a forma jurídica dada pelas, partes ao convencionarem uma "promessa de pernoita de área ideal de terreno por área a ser edificada". Trata-se então duma promessa de coisa certa por coisa futura. A meu ver nada impede a inscrição do que foi convencionado, uma vez que o título descreve com exatidão as duas coisas transacionadas. Entretanto, a, dúvida procede por outro fundamento. É que se trata de, incorporação e o responsável por ela não provou que cumpriu as disposições; do art. 32 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964. O disposto nesse artigo é claro. "O incorporador somente poderá negociar sobre unidades autônomas após ter arquivado, no cartório competente de Registro de Imóveis, os seguintes documentos: a) título de propriedade etc. ..". O texto legal fala em negociar sobre unidades autônomas, e qualquer que seja o contrato celebrado, depende, para sua validade da prévia satisfação das formalidades do já citado art. 32.

Pelos fundamentos por mim aduzidos julgo procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1971.

(a) Ruy de Mello Almada, Juiz Corregedor Permanente

244/71 - Dúvida - Vistos, etc. - I - A 11ª. Oficial do Registro de Imóveis adiou a transcrição da escritura pública de, compra e venda que lhe foi apresentada por Luiz Grandeza porque as partes contratantes, em ajuste que exibiram firmaram responsabilidade sobre os tributos incidentes sobre o imóvel, a fim de possibilitar a prática do ato sem a apresentação de quitação fiscal. II - O suscitado impugnou a dúvida propugnando pela sua improcedência no que foi cunhado pelo Dr. Curador. III - Proceda a dúvida. Para a transcrição do título é forçoso que sejam apresentadas as certidões negativas fiscais não sendo suficiente o termo de responsabilidade de fls. 7. Só com o Decreto-lei n.º 203 de 25/3/70 é que surgiu a possibilidade de serem registradas escrituras sem a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais. O art. 44 do citado estatuto dispôs - "verbis" - "os oficiais do registro de imóveis registrarão escrituras ou instrumentos particulares, independentemente de certidões negativas de débitos de impostos, taxas ou tarifas incidentes sobre o imóvel, desde que, no próprio instrumento, os contratantes se responsabilizem, expressa e solidariamente por eventuais débitos". Erigiu a legislação estadual, como condição primordial que no próprio instrumento as partes se responsabilizassem por eventuais débitos. O termo de fls. 7 não satisfaz as exigências legais, sendo portanto irritado. A decisão prolatada no processo de dúvida n.º 1.225/70 não é da minha lavra permitindo-me discordar do seu eminente prolator. Julgo procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, 20 de abril de 1971.

(a) Ruy de Mello Almada, Juiz Corregedor Permanente.

D. J. 29/4/71

218/71 - Dúvida - Vistos, etc. - I - O 4.º Oficial do Registro de Imóveis adiou a transcrição e inscrição da escritura pública de compra e venda e confissão de débito com garantia hipotecária que lhe foi apresentada por Fernando de Aguiar Magano. Argumenta o serventuário que sobre o imóvel transacionado pesa a inscrição de seqüestro em favor da Fazenda Nacional, sob n.º 23.411, de 26/11/70.

II - O suscitado impugnou a fls. 16 alegando que o imóvel já não pertencia mais a Wanderley Suzano quando da inscrição do seqüestro, pois pela transcrição n.º 72.408, de 16 de dezembro de 1969, foi vendido a José Massad. Curi.

III - O Dr. Curador opinou pelo acolhimento da dúvida sustentando que o registro do imóvel v, a inscrição da hipoteca estavam na dependência do cancelamento da inscrição do seqüestro.

IV - Improcede a dúvida. O fato de se achar seqüestrado o imóvel, em favor da Fazenda Nacional não impede que o mesmo seja alienado e hipotecado. O que a inscrição anterior acarreta é sujeitar o adquirente e o credor hipotecário aos incômodos advindos do desfecho da pendência judicial que causou o seqüestro. Não há alegar boa fé futuramente. O seqüestro inscrito não tem o condão de tornar indisponível o bem.

Serpa Lopes com a acuidade quer lhe é característica preleciona - "o seu efeito é simplesmente o de constituir em estado de má-fé o terceiro adquirente que transcreveu ou inscreveu o seu direito após a inscrição". (Tratado dos Registros Públicos, vol. 11, pág. 417, edição 1962).

A inicial faz referência a processo crime instaurado contra Wanderley Suzano e outros, do qual originou o seqüestro. Procedente essa ação penal poderá haver perda do bem em favor do Poder Público, que inclusive poderá anular a transação lesiva aos seus interesses, por via de ação ordinária.

A única ressalva que deverá ser feita no título será a de que sobre o imóvel pesa o hipoteca será inscrita, em primeiro lugar, porém terá concorrência.

Julgo improcedente a dúvida com a ressalva acima pronunciada.

Publique-se.

São Paulo, 20 de abril de 1971.

(a) Ruy de Mello Almada, Juiz Corregedor Permanente.

Dúvida - 1620/70 - Vistos, etc. - I - O Serventuário do 3.º Registro de Imóveis tem dúvida em inscrever o compromisso de compra e venda celebrado entre Hedwig Rappl, Heinrich Karl Rappi e sua mulher, Hermann Rappl e sua mulher - como promitentes vendedores e Ludwig Rappl - promitente, comprador, referente ao imóvel da rua Itaici n.º 250. É que os primeiros prometeram vender ao último setenta e cinco por cento do referido imóvel, que é possuído em comunhão por

todos. Mas eles são proprietários plenos apenas da metade do imóvel, pois a outra porção lhes foi doada por sua mãe, com reserva de usufruto.

II - A folhas 8 está a impugnação de Ludwig Rappl. Em longas considerações e com citação de diversos autores pátrios ele sustentou não haver a distinção que o suscitante faz entre propriedade plena e nua propriedade. O conceito é unitário, na opinião de Orlando Gomes.

III - O Dr. Curador foi de parecer que era indispensável no caso dos autos, a anuência da usufrutuária para que o negócio ficasse perfeito lavrando-se então uma escritura de retificação e ratificação.

IV - Improcede a dúvida.

A escritura apresentada para inscrição em verdade está em condições de titularidade que permitam a prática do ato requerido. Segundo se vê dos seus termos os promitentes vendedores vão alienar ao seu irmão três quartas partes do imóvel. Apenas sobre a metade da parte de cada comunheiro pesa o usufruto em favor da mãe deles. Assim sendo nada impede que os promitentes descrevam setenta e cinco por cento do imóvel como sua quota de propriedade. O fato de pesar usufruto sobre a metade do imóvel não impede a sua alienação. E, que o direito de propriedade é unitário, consoante a lição já citada. Apenas ao beneficiário do usufruto é que assiste o direito de desfrutar da coisa. Esse direito é oponível "erga omnis" e ao usufrutuário se permite a seqüela para exercê-lo. A venda independe da anuência do usufrutuário, como quer o Dr. Curador. Embora em mãos de outrem, o usufrutuário não perde os direitos inerentes ao usufruto. Este, se acha inscrito o que impermite que seja ignorado.

V - Julgo improcedente a dúvida.

Publique-se.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1971.

(a) Ruy de Mello, Almada, Juiz Corregedor Permanente.

8/71 - Dúvida Inversa - Vistos, etc. - I - Amélia Santoro, brasileira, desquitada, doméstica, residente e domiciliada à rua José Antonio Coelho, n.º 730, apto, 74, devidamente representada suscitou a presente dúvida inversa, na qual pleiteia: a) que o 13.º Cartório de Notas lavre escritura de compromisso de compra e venda em nome da Reqte., ou de pessoa que indicar e b) que o Oficial do 1.º Registro de Imóveis faça a transcrição da partilha. do seu desquite e averbe, como cessão de direitos de compromisso, o documento de fls. 7. Alegou em seu prol no desquite do seu casal recebeu em partilha os direitos, de compromisso de compra e venda, referente ao lote de terreno número doze, da quadra número oito, situado à rua Uranium, em Vila Carmem, no bairro do Brooklin, Santo Amaro. Era promitente vendedor Heitor Freire de Carvalho. Como cedeu esses direitos a Iwan O. Von Hertwig e s/m., por contrato particular, requereu e obteve alvará para a outorga de escritura definitiva, por parte do espólio de Heitor Freire de Carvalho. A lavratura dessa escritura está na dependência da transcrição da sentença do desquite do casal da Reqte.

II - O Serventuário do 1.º Registro de Imóveis prestou esclarecimentos a fls. 25 vs. aduzindo que o contrato de fls. 7-8, não poderá ser averbado porque Heitor Freire de Carvalho não era proprietário do lote e assim sendo não podia fazer compromisso de compra e venda a José Sbano, marido da Reqte. Esse contrato deverá ser retificado e ratificado para ficar declarado que é uma cessão de compromisso.

III - O Dr. Curador oficiando a fls. 30 opinou pela averbação do compromisso de compra e venda de fio. 7, como se fosse uma cessão de direitos, com fundamento no art. 85 do Código Civil. Logo após seria averbado o desquite do casal da Reqte. e após ainda, a cessão operada em favor de Iwan O. Von Hertwig.

IV - Passo à decisão.

Em primeiro lugar cumpre assinalar que os documentos esparsos juntados pela Reqte., comprobatórios do seu desquite não são suficientes para a transcrição da partilha. As partilhas feitas em desquite são transcritas e não simplesmente, averbadas, nos termos do art. 241 do Dec. n.º 4.857, de 9/11/39, que é posterior ao Código de Processo Civil. Esta é a lição do sempre lembrado Serpa Lopes in Tratado dos Registros Públicos, vol. III, págs. 257-259. Há necessidade, pois de formal de partilha do qual constem as peças necessárias. Esse documento será averbado à margem da inscrição n.º 2, porque no caso específico dos autos ainda José Sbano não é proprietário, não operando portanto a sentença do desquite os efeitos de transmissão de domínio.

Cumprido, entretanto, antes da averbação no Registro de Imóveis já preconizada acima, que seja avermado o contrato de fie. 7. Em que pese a imperfeição do aludido contrato, pois se refere a

um compromisso de compra e venda, quando devia se referir a cessão de direitos de compromisso de compra e venda, determino, não obstante a sua averbação. Visível foi o engano das partes na sua elaboração e considerando-se que agora é impossível a sua correção por ser falecido o promitente vendedor Heitor Freire de Carvalho. Compre assinalar que a sua viúva está plenamente de acordo tanto que requereu e obteve autorização judicial para tal fim, consubstanciada no alvará de fls. 20, com a sua vigência revigorada por duas vezes. O deferimento se funda no art. 85 do Código Civil que permite a interpretação do contrato, em detrimento da sua linguagem.

Feitas as averbações nada impedirá a transcrição da escritura que a Reqte. outorgará a Iwan O. Von Hertwig, com anuência do espólio de Heitor Freire de Carvalho, cuja revalidação de alvará deverá ser pleiteada no juízo competente. Aludido alvará deverá ser corrigido para ficar declarado que o espólio é cedente dos direitos oriundos de compromisso de compra e venda inscrito, ou melhor averbado sob n.º 252, à margem da inscrição n.º 2, na 1.ª Circunscrição. É a orientação que deixo fixada para o atendimento das pretensões da Reqte.

Publique-se.

São Paulo, 19 de abril de 1971.

(aa) Ruy de Mello, Almada, Juiz Corregedor Permanente - Advogados: Honorato Bergami, Maria Lúvia, Armentano Koenigstein.

D. O. J. 27/4/71

DECRETO-LEI N.º 1.161 - DE 19 DE MARÇO DE 1971

Dispõe sobre os abatimentos do, renda bruta e deduções do imposto de renda, realizados por pessoas físicas em, decorrência de aplicações financeiras de interesse econômico ou social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere, o artigo 55, item 11, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Obedecidos os percentuais e condições estabelecidos pela legislação vigente, às pessoas físicas fica mantido o direito de abater da renda bruta as aplicações financeiras em Obrigações do Tesouro Nacional o títulos da dívida pública do emissão dos Estados o Municípios; em cotação de participação em fundos de condomínio; em letras imobiliárias; em letras, hipotecárias; em ações de sociedades de investimento, de sociedade anônima e capital aberto, de empresas industriais e, consideradas, de interesse para o desenvolvimento econômico do Nordeste e da Amazônia ou ações compradas as Instituições Financeiras, na forma do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.089, de 2 de março de 1970, desde que o beneficiário cumpra o disposto neste Decreto-Lei. Parágrafo único. Aplicam-se também às disposições deste Decreto-Lei à subscrição de ações do Banco da Amazônia S.A. o Banco do Nordeste do Brasil S.A., utilizadas na redução do imposto, de renda pelas pessoas físicas, nos termos do artigo 5.º, da Lei n.º 5.1222 de 28 de Setembro de 1966 e artigo 20, da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968.

Art. 2.º Os subscritores ou adquirentes, que desejarem utilizar as aplicações financeiras para os fins do artigo anterior, declararão expressamente o fato, Do ato da subscrição ou aquisição, a fim de que a empresa emissora ou vendedora dos títulos ou valores mobiliários faça essa consignação no documento fornecido ao interessado.

Parágrafo único. Na hipótese de o subscritor ou adquirente, posteriormente ao ato de subscrição ou aquisição, decidir fazer uso do direito ao incentivo fiscal, poderá efetivá-lo desde que restitua os títulos à empresa. emissora ou vendedora. para os fins do disposto no artigo seguinte.

Art. 3.º Os títulos ou valores mobiliários adquiridos na forma do artigo 2.º, serão obrigatoriamente custodiados pela própria instituição financeira interveniente, onde serão mantidos, em nome do adquirente, pelo prazo de dois anos, contados da subscrição ou aquisição.

Parágrafo único. As demais entidades emissoras ou vendedoras manterão convênio com instituições financeiras para as quais ficam obrigadas a remeter, no prazo de 30 dias contados da data da operação, os títulos ou valores mobiliários vinculados ao sistema de incentivos fiscais.

Art. 4.º O levantamento da custódia, antes de expirado o prazo de, dois anos, poderá ser efetivado, total ou parcialmente, desde que o beneficiário apresente o recibo de custódia à repartição de seu domicílio fiscal e seja por esta autorizado, após satisfeitas as exigências de pagamento do imposto reduzido na declaração ou de reinclusão de parcelas correspondentes ao abatimento da renda bruta.

Parágrafo 1.º Quando a utilização do incentivo tenha importado em redução direta do imposto

devido, o contribuinte obterá a liberação da custódia mediante apresentação, ao órgão fiscal, do comprovante de recolhimento do imposto de renda correspondente.

Parágrafo 2.º Nos casos de abatimento da renda bruta o contribuinte manifestará expressamente que incluirá Da declaração do exercício imediato, como rendimento da cédula "H", a importância que haja abatido.

Art. 5.º Embora consignado na nota de venda nos termos do artigo 2.º, e, conseqüentemente, custodiados os títulos ou valores mobiliários, se o contribuinte, por qualquer motivo, não se utilizou do benefício a que se refere o artigo V, a repartição fiscal, constatada a veracidade liberará imediatamente o levantamento da custódia, sem qualquer ônus para a parte.

Art. 6.º As normas para execução dos serviços de custódia pelas instituições financeiras serão baixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 7.º As Obrigações do Tesouro Nacional ou os títulos de dívida pública estadual ou municipal, para gozo, do benefício fiscal, terão, prazo de resgate igual ou superior a 2 (dois) anos e suas modalidades serão nominativas ou nominativas endossáveis.

Parágrafo único. As letras imobiliárias não poderão ser de prazo inferior a 2 (dois) anos, e serão na modalidade nominativa ou "ao portador" quando identificado.

Art. 8.º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

D. União de 23/3/71

DECRETO-LEI N.º 1.145 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Prorroga o disposto no "caput" do artigo 28 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, o da outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogada até o exercício financeiro de 1971, inclusive, a não incidência do Imposto de Renda de que trata o "caput" do artigo 28 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, alterado pelo artigo 7.º da Lei n.º 5.455, de 19 de junho de 1968.

Parágrafo único. Aplicar-se-á às Cédulas Hipotecárias o disposto neste artigo.

Art. 2.º A partir de primeiro de janeiro de 1972 e até o exercício financeiro de 1977, os juros das Letras Imobiliárias a que se refere o artigo 44 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, quando adquiridas voluntariamente, serão incluídos na declaração da pessoa física beneficiada e adicionado- ao lucro real da pessoa jurídica, quando excederem os seguintes percentuais calculados sobre, o valor do título corrigido monetariamente:

I - Ano-base de 1972 - 6% (seis por cento).

II - Ano-base de 1973 - 5 % (cinco por cento)

III - Ano-base de 1974 - 4% (quatro por cento).

IV - Ano-base de 1975 - 3% (três por cento).

V - Ano-base de 1976 - 2% (dois por cento).

Art. 3.º O abatimento da renda bruta previsto no inciso 11 do § 1.º do artigo 28 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, será admitido até o exercício financeiro de 1977, respeitados os seguintes limites:

I - Até 25% (vinte e cinco por cento), no Ano-base de 1972;

II - Até 20% (vinte por cento), no Ano-base de 1973;

III - Até 15% (quinze por cento), no Ano-base de 1974;

IV - Até 10% (dez por cento), no Ano-base de 1975;

V - Até 5% (cinco por cento), no Ano-base de 1976.

Parágrafo único. O montante dos juros anuais, que excederem os percentuais fixados no artigo 2.º, poderá ser abatido da renda bruta até o limite de Cr\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois cruzeiros).

Art. 4.º O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o inciso I do § 1.º do artigo 28 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, e demais disposições em

contrário.

Brasília, 31 do, dezembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto.

D. União de 31/12/70

DECRETO-LEI N.º 1.146, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955 e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II da Constituição decreta:

Art. 1.º - As contribuições criadas pela Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, mantidas nos termos deste Decreto-lei, são devidas de acordo com o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 582, de 15 de maio de 1969, e com o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970:

I - Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:

1 - as contribuições de que tratam os artigos 2.º e 5.º deste Decreto-lei;

2 - 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da contribuição de que trata o art. 3.º deste Decreto-lei.

II - Ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural - FUNRURAL, 50% (cinquenta por cento) da receita resultante da contribuição e que trata o artigo 3.º deste Decreto-lei.

Art. 2.º - A contribuição instituída no "caput" do artigo 6.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, é reduzida para 2,5% (dois e meio por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1971, sendo devida sobre a soma da folha mensal dos salários de contribuição previdenciária dos seus empregados pelas pessoas naturais e jurídicas, inclusive cooperativa, que exerçam as atividades abaixo enumeradas:

I - Indústria de cana-de-açúcar;

II - Indústria de laticínios;

III - Indústria de beneficiamento de chá e de mate;

IV - Indústria da uva;

V - Indústria de extração e beneficiamento de fibras vegetais e de descaroçamento de algodão;

VI - Indústria de beneficiamento de cereais;

VII - Indústria de beneficiamento de café;

VIII - Indústria de extração de madeira para serraria, de resina, lenha e carvão vegetal;

IX - Matadouros ou abatedouros de animais de quaisquer espécies e charqueadas.

§ 1.º Os contribuintes de que trata este artigo estão dispensados das contribuições para os Serviços Sociais da Indústria (SESI) ou do Comércio (SESC) e Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou do Comércio (SENAC), estabelecidas na respectiva legislação.

§ 2.º As pessoas naturais ou jurídicas cujas atividades, previstas no artigo 6.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, que não foram incluídas neste artigo, estão sujeitas a partir de 1.º de janeiro de 1971, às contribuições para as entidades referidas no parágrafo anterior, na forma da respectiva legislação.

§ 3.º Ficam isentos das obrigações referidas neste artigo as indústrias caseiras, o artesanato, bem como as pequenas instalações rurais de transformação ou beneficiamento de produtos do próprio dono e cujo valor não exceder de oitenta salários-mínimo regionais mensais.

Art. 3.º - É mantido o adicional de 0,41% (quatro décimos por cento) à contribuição previdenciária das empresas, instituído no § 4.º do artigo 6.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com a modificação do artigo 35, § 2.º, item VIII, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965.

Art. 4.º - Cabe ao Instituto Nacional de Previdência Social - I.N.P.S. - arrecadar as contribuições de que tratam os artigos 2.º e 3.º deste Decreto-lei, nos termos do artigo 35 da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, com as modificações da legislação posterior.

§ 1.º Pela prestação dos serviços de que trata este artigo, o Instituto Nacional de Previdência Social será retribuído com percentagem calculada sobre o custo real do serviço.

§ 2.º A arrecadação da contribuição prevista no artigo 2.º deste Decreto-lei, relativa aos meses anteriores a dezembro de 1970, inclusive, remanesce com o INCRA.

Art. 5.º É mantida a contribuição de 1% (um por cento), instituída no artigo 7.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, com a alteração do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 21 de novembro de 1966, sendo devida apenas pelos exercentes de atividades rurais em imóvel sujeito ao Imposto Territorial Rural.

§ 1.º A contribuição é calculada na base de 1% (um por cento) do salário-mínimo regional anual para cada módulo, atribuído ao respectivo imóvel rural de conformidade com o inciso III do artigo 4.º da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1961.

§ 2.º A contribuição é lançada e arrecadada conjuntamente com o Imposto Territorial Rural, pelo INCRA que, baixará as normas necessárias de execução.

§ 3.º São isentos da contribuição os proprietários de imóveis rurais:

a) de área igual ou inferior a um 1) módulo;

b) e os classificados pelo INCRA como empresa rural, nos termos do artigo 4.º, item VI, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 4.º A contribuição paga pelo proprietário de imóvel rural, que tiver contrato de arrendamento ou de parceria, poderá ser por ele considerada como seu crédito no respectivo contrato.

§ 5.º Os contribuintes nas condições do artigo 1.º da Lei n.º 5.360, de 23 de novembro de 1967, continuam gozando das deduções aí previstas dentro dos prazos estabelecidos de conformidade com a mesma Lei.

Art. 6.º - O INCRA fica autorizado a cancelar os levantamentos e as inscrições de débitos resultantes da contribuição instituída no artigo 7.º da Lei 11.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, quando em desacordo com as normas do artigo 5.º deste Decreto-lei.

Art. 7.º - O INCRA promoverá durante o exercício de 1971, a restituição dos créditos originários de contribuições extintas pela Lei n.º 5.097, de 2 de setembro de 1966, mediante a apresentação aos seus órgãos regionais das respectivas notas de crédito, expedidas pelo extinto INDA.

Art. 8.º - Das decisões administrativas relativas à contribuição de que trata o art. 5.º deste, Decreto-lei, caberá recurso ao Terceiro Conselho de Contribuintes em requerimento protocolado, no prazo de trinta dias, nas repartições regionais, estaduais ou locais do INCRA, onde foi proferida a decisão.

Art. 9.º - Dentro do critério de enquadramento de contribuintes previsto no artigo 2.º deste Decreto-lei, o INCRA fica autorizado a transigir com as entidades referidas no seu § 1.º, pondo termo aos processos administrativos e judiciais decorrentes da interpretação do "caput" do artigo 6.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, desde que apurado o recolhimento da contribuição a alguma das entidades em causa.

Art. 10.º - Nos termos do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 58, de 21 de novembro de 1966, são extensivas às contribuições de que trata este Decreto-lei, no que couber, as disposições do artigo 7.º e parágrafo da Lei n.º 4.357, de 16 de junho de 1964 e dos artigos 15 e parágrafos, 16 e 17 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, na forma vigente.

Art. 11.º - São revogados os artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, e o artigo 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 21 de novembro de 1966, ressalvados seus efeitos mantidos nos termos deste, Decreto-lei.

Art. 12.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na, data de sua publicação.

Brasília, 31 de dezembro de 1970; 149.º da Independência e 82.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

L. F. Cirne Lima Júlio Barata.

DECRETO N.º 68.773 - DE 18 DE JUNHO DE 1971

Prorroga o prazo para a execução serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente, da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1971 o prazo para execução dos serviços concernentes; aos registros públicas, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º - Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes; aos registros públicos obedecerá ao disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, e seu Regulamento baixado pelo Decreto n.º 4,857, de 9 de novembro de 1939, e demais

disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO C. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D.O.U. de 21/6/71.

DECRETO N.º 68.576, DE 1 DE MAIO DE 1971

Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n.º 66.523, de 30 de abril de 1970.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 116, § 2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, decreta:

Art. 1.º - A tabela de salário-mínimo estabelecida pelo Decreto n.º 66.523, de 30 de abril de 1970, fica alterada na forma da nova tabela que acompanha o presente Decreto e vigorará pelo prazo de três anos, conforme dispõe o § 1.º do artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 2.º - O salário-mínimo, para os menores de 16 a 18 anos, será igual a setenta e cinco por cento (75%) do estabelecido na nova tabela referida no artigo anterior.

Art. 3.º - Para os menores de 16 anos, assim como os de 16 a 18 anos, sujeitos, a formação profissional metódica, o salário-mínimo não será inferior a cinquenta por cento (50%) do estabelecido Da nova, tabela, referida no artigo 1.º deste Decreto.

Art. 4.º - Aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 5.381, de 9 de fevereiro de 1963, para os Municípios que vierem a ser criados na vigência deste Decreto.

Art. 5.º Para os trabalhadores que tenham fixado por lei o máximo da jornada diária de trabalho em menos de oito horas, o salário-mínimo horário será igual ao da nova tabela multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 6.º - O presente Decreto entrará em vigor em 1 de maio de 1971, revogadas as disposições em contrário. Brasília, 1 de maio de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Júlio Barata.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO N.º 68.576, DE 1 DE MAIO DE 1971

salário mínimo em	Porcentagem, do salário-	moeda corrente para o	rio mínimo para efeito
		trabalhador adulto cal-	de desconto até a ocor-
		calado na base de 30	rência de 70%, de que
		dias ou 240 horas de	trata o art. 82 da
		trabalho	Consolidação das
Leis			do Trabalho
Regiões e sub-regiões	Cruzeiros (Cr\$)		Porcentagens

17.ª.- Região: Estado de São Paulo

1.ª Sub-região: Municípios de São Paulo, Americana, Aracatuba, Araraquara, Araras, Barretos, Barueri, Caieiras, Campinas, Campo Limpo, Ca-

respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado não se compreendem na disposição deste artigo.

Artigo 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Artigo 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10%, (dez por cento) do total fixado.

Artigo 6.º - As Tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou ao oficial do registro de imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 7.º - As custas e emolumentos, tabelados neste Decreto, serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis, constará a seguinte observação: "Somente terá valor para fins de financiamento agropecuário".

Artigo 8.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, e o, Decreto n.º 52.526, de 15 de setembro de 1970.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de março de 1971.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça.

Publicado na Casa Civil, aos 11 de março, de 1971.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S. N. A

TABELA 1

DOS FEITOS E RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Notas genéricas:

1.ª - Os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos, do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas Tabelas 2 a 9.

2.ª - Nos feitos de competência originária das Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor constituem renda do Estado.

3.ª - Consideram-se de valor inestimável: a) os pedidos de interdição, tutela, "rateia, remoção o destituição de tutor ou curador; b) os protestos, interpelações e notificações; e) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiro; d) qualquer outro feito cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.

4.ª - Os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades: a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito ou se cata não for necessária, para despacho da inicial; b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.

5.ª - Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecida na nota anterior a ação popular (v. item 1, nota 1.ª), o desquite litigioso (v. item 1, nota 2.ª), o executivo fiscal (v. artigo 2.ª do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e item II, nota 2.ª), a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia (v. item II, nota 4.ª) e as processos de crimes de ação pública.

6.ª - Para que se processe a oposição, a oponente, deverá pagar importância igual à devida, até o momento, pelo autor ou requerente.

7.ª - Para ser admitida no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de castas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.ª nota do item II.

8.ª - Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "b" da 4.ª Nota genérica.

9.ª - Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.

10.ª - Os feitos cíveis com mais de 200 folhas passarão automaticamente a ser tabelados de acordo com o item I, sendo exigível a partir desse momento o complemento do preço, vedados espaços inúteis entre os termos do processo.

11.ª - Nas feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, o parte vencedora não

poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições, recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

12.^a - A reconvenção está sujeita a distribuição autônoma, e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo.

I - Feitos cíveis não tabelados nos itens II o III - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA

- até Cr\$ 100,00		4,00	nihil	4,00	0,60	
4,60						
- de Cr\$100,01 a	200,00	8,00	nihil	8,00	1,20	9,20
- de Cr\$ 200,01 a	300,00	12,00	nihil	12,00	1,80	13,80
- de Cr\$ 300,01 a	400,00	16,00	nihil	16,00	2,40	18,40
- de Cr\$ 400,01 a	500,00	20,00	nihil	20,00	3,00	23,00
- de Cr\$500,01 a	600,00	20,00	4,00	24,00	3,00	27,00
- de Cr\$600,01 a	800,00	22,00	6,00	28,00	3,30	31,30
- de Cr\$ 800,01 a	1.000,00	24,00	8,00	32,00	3,60	35,60
- de Cr\$1000,01	a 1.200,00	26,00	10,00	36,00	3,90	
39,90						
- de Cr\$1.200,01	a 1.400,00	28,00	12,00	40,00	4,22	44,20
- de Cr\$1.400,01	a 1.600,00	30,00	14,00	44,00	4,50	48,50
- de Cr\$1.600,01	a 1.800,00	32,00	16,00	48,00	4,80	52,80
- de Cr\$1.800,01	a 2.000,00	36,00	20,00	56,00	5,40	61,40
- de Cr\$2.000,01	a 3. 000,00	40,00	24,00	64,00	6,00	70,00
- de Cr\$ 3.000,01	a 4.000,00	44,00	28,00	72,00	6,60	78,60
- de Cr\$4.000,01	a 5.000,00	48,00	32,00	80,00	7,20	87,20
- de Cr\$5.000,01	a 6.000,00	52,00	36,00	88,00	7,80	95,80
- de Cr\$ 6.000,01	a 8.000,00	60,00	44,00	104,00	9,00	113,00
- de Cr\$8.000,01	a 10.000,00	68,00	52,00	120,00	10,20	130,20
- de Cr\$10.000,01	a 12.000,00	76,00	64,00	140,00	11,40	151,40
- de Cr\$12.000,01	a 14.000,00	84,00	76,00	160,00	12,60	172,60
- de Cr\$14.000,01	a 16.000,00	92,00	88,00	180,00	13,80	193,80
- de Cr\$16.000,01	a 18.000,00	100,00	100,00	200,00	15,00	215,00
- de Cr\$ 18.000,01	a 20.000,00	104,00	116,00	220,00	15,60	235,60
- de Cr\$ 20.000,01	a 25.000,00	108,00	136,00	244,00	16,20	260,20
- de Cr\$25.000,01	a 30.000,00	112,00	156,00	268,00	16,80	284,80
- de Cr\$30.000,01	a 40.000,00	116,00	176,00	292,00	17,40	309,40
- de Cr\$40.000,01	a 50.000,00	120,00	200,00	320,00	18,00	338,00
- de Cr\$50.000,01	a 60.000,00	124,00	236,00	360,00	18,60	378,00
- de Cr\$ 60.000,01	a 80.000,00	128,00	272,00	400,00	19,20	419,20
- de Cr\$ 80.000,01	a 100.000,00	132,00	308,00	440,00	19,80	459,80
- de Cr\$ 100.000,01	a 150.000,00	136,00	344,00	480,00	20,40	500,40
- de Cr\$ 150.000,01	a 200.000,00	140,00	380,00	520,00	21,00	541,00
- de Cr\$ 200.000,01	a 250.000,00	148,00	452,00	600,00	22,20	622,20
- de Cr\$ 250.000,01	a 300.000,00	152,00	528,00	680,00	22,80	702,80
- de Cr\$ 300.000,01	a 400.000,00	160,00	640,00	800,00	24,00	824,00
- pelo que exceder de Cr\$						
400.000,00: cada Cr\$ 100.000,00		6,00	24,00	30,00	0,90	
30,90						
ou fiança						
- de valor inestimável.....		24,00	16,00	40,00	3,60	
43,60						

Notas:

1.^a - Na ação popular, as custas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.

2.^a - No desquite litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III

para as causas de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá, até a contestação, efetuar o complemento do preço, de acordo com o item 1.

Havendo bens a partilhar, o interessado deverá pagar sobre, o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.

Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento adicional (v. itens II e III).

3.^a - Na falência ou na concordata, as custes e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo, o calculado sobre este.

As ações que surgem da falência ou da concordata estão sujeitas ao tabelamento deste item, segundo o seu valor. Os processos de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias, as impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (v. item III).

4.^a - No seguintes feitos, o preço mínimo será igual ao das causas de valor inestimável: desquite litigioso, investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço, para que prossiga.

5.^a - Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão os emolumentos dos serventuários dos cartórios não oficializados, ficando dispensados do pagamento das castas devidas ao Estado, e nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.

6.^a - Inventário, arrolamento, arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa, calculando ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.

II - Ação de despejo; ação de acidente do trabalho; executivo fiscal; mandado de segurança; ação de alimentação, pedido de alimentos provisionais ou de revisão de pensão alimentícia; interdição - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA

- até Cr\$ 200,00			4,00	nihil	4,00	0,60	
4,60							
- até Cr\$ 200,01	a	300,00	6,00	nihil	6,00	0,90	
6,90							
- de Cr\$300,01 a	400,00		8,00	nihil	8,00	1,20	9,20
- de Cr\$400,01 a	500,00		10,00	nihil	10,00	1,50	11,50
- de Cr\$500,01 a	600,00		10,00	2,00	12,00	1,50	13,50
- de Cr\$600,01 a	800,00		11,00	3,00	14,00	1,65	15,65
- de Cr\$800,01 a	1.000,00		12,00	4,00	16,00	1,80	17,80
- de Cr\$1.000,01 a	1.200,00		13,00	5,00	18,00	1,95	19,95
- de Cr\$1.200,01 a	1.400,00		14,00	6,00	20,00	2,10	22,10
- de Cr\$1.400,01 a	1.600,00		15,00	7,00	22,00	2,25	24,25
- de Cr\$1.600,01 a	1.800,00		16,00	8,00	24,00	2,40	26,40
- de Cr\$1.800,01 a	2.000,00		18,00	10,00	28,00	2,70	30,70
- de Cr\$2.000,01 a	3.000,00		20,00	12,00	32,00	3,00	35,00
- de Cr\$3.000,01 a	4.000,00		22,00	14,00	36,00	3,30	39,30
- de Cr\$4.000,01 a	5.000,00		24,00	16,00	40,00	3,60	43,60
- de Cr\$5.000,01 a	6.000,00		26,00	18,00	44,00	3,90	47,90
- de Cr\$6.000,01 a	8.000,00		30,00	22,00	52,00	4,50	56,50
- de Cr\$8.000,01 a	10.000,00		34,00	26,00	60,00	5,10	65,10
- de Cr\$ 10.000,01 a	12.000,00		38,00	32,00	70,00	5,70	75,70
- de Cr\$ 12.000,01 a	14.000,00		42,00	38,00	80,00	6,30	86,30
- de Cr\$ 14.000,01 a	16.000,00		46,00	44,00	90,00	6,90	96,90
- de Cr\$ 16.000,01 a	18.000,00		50,00	50,00	100,00	7,50	107,50

- de Cr\$ 18.000,01 a 20.000,00	52,00	58,00	110,00	7,80	117,80
- do Cr\$20.000,01 a 25.000,00	54,00	68,00	122,00	8,10	130,10
- de Cr\$ 25.000,01 a 30.000,00	56,00	78,00	134,00	8,40	142,40
- de Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00	58,00	88,00	146,00	8,70	154,70
- de Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	60,00	100,00	160,00	9,00	169,00
- de Cr\$50.000,01 a 60.000,00	62,00	118,00	180,00	9,30	189,20
- de Cr\$60.000,01 a 80.000,00	64,00	136,00	200,00	9,60	209,60
- de Cr\$ 80.000,01 a 100.000,00	66,00	154,00	220,00	9,90	229,90
- de Cr\$ 100.000,01 a 150.000,00	68,00	172,00	240,00	10,20	250,20
- de Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00	70,00	190,00	260,00	10,50	270,50
- de Cr\$ 200.000,01 a 250.000,00	74,00	226,00	300,00	11,10	311,10
- de Cr\$ 250.000,01 a 300.000,00	76,00	204,00	340,00	11,40	351,40
- de Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00	80,00	320,00	400,00	12,00	412,00

- pelo que exceder de Cr\$.....

400.000,00 cada Cr\$ 100.000,00 3,00 12,00 15,00 0,45

15,45

ou fração.....

- de valor inestimável..... 12,00 8,00 20,00 1,80 21,80

Notas:

1.ª Acidente do trabalho: quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária, o preço total será calculado à razão de 1,5% sobre a indenização paga em dinheiro e rateado proporcionalmente, depois de deduzidas as despesas de condução do oficial de justiça, pela forma seguinte:

Ao Escrivão..... 63%

Ao Distribuidor..... 7%

Ao Oficial de Justiça..... 30%

Se as despesas de condução já estiverem incluídas no preço da diligência do oficial de justiça, o rateio assim se fará:

Ao Escrivão..... 54 %

Ao Distribuidor..... 6%

Ao Oficial de Justiça..... 40%

Nestas hipóteses, a Ordem dos Advogados e as Carteiras de Previdência nada receberão.

2.ª - Executivo fiscal: antes de decorrido o prazo para embargos à lambera, aplica-se o item III. Na distribuição do feito, os Municípios ou suas respectivas autarquias pagarão, de acordo com o item III, unicamente as emolumentos do escrivão e do distribuidor, se, não forem titulares de serventia oficializada. Vencido, gera liquidação do débito o prazo para defesa, o exequente deverá completar de acordo com o item II o pagamento do emolumento; do servidor. A União, o Estado e suas respectivas autarquias nada pagarão.

3.ª - Para ser admitidos como assistente em mandado de segurança, cada interessado deverá juntar aos autos, sem prejuízo do andamento do feito, comprovante de haver pago:

Cr\$

Ao Escrivão..... 9,00

Ao Distribuidor..... 1,00

Ao Estado..... 10,00

20,00

A Carteira das Serventias..... 1,50

21,50

4.ª- Nas ações de alimentos, de alimentos provisionais e de revisão de pensão alimentícia, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III. Se rejeitada a conciliação em audiência, deverá, no prazo de três dias efetuar o complemento da prestação inicial, fixada no item II.

III - Feitos não contenciosos; desquite por muito, consentimento; processos preparatórios, preventivos e incidentes, inclusive alvará de separação de corpos, busca e apreensão de menor, arrolamento de bens do casal; protestos, interpelações, notificações: retificações e averbações do registro civil; nomeação, remoção e destituição de tutor ou procurador; pedido de extinção das obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias, impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de testamento; venda de quinhão em coisa comum; ação de, remição de imóvel hipotecado; eleição de cabeceira de

bens enfitêuticos - prestação inicial :

VALOR DA CAUSA

- até Cr\$	400,00	4,00	nihil	4,00	0,60		4,60
- de Cr\$400,01 a	500,00		5,00	nihil	5,00	0,75	
5,75							
- de Cr\$.500,01 a	600,00	5,00	1,00	6,00	0,75		6,75
- de Cr\$600,01 a	11,00,00		5,50	1,50	7,90	0,83	
7,83							
- de Cr\$800,01 a	1.000,00	6,00	2,00	8,00	0,90		8,90
- de Cr\$ 1.000,01 a	1.200,00	6,50	2,50	9,00	0,98		9,98
- de Cr\$ 1.200,01 a	1.400,00	7,00	3,00	10,00	1,05		11,05
- de Cr\$1.400,01 a	1.600,00	7,50	3,50	11,00	1,13		12,13
- de Cr\$1.600,01 a	1.800,00	8,00	4,00	12,00	1,20		13,20
- de Cr\$ 1.800,01 a	2.000,00	9,00	5,00	14,00	1,35		15,35
- de Cr\$2.000,01 a	3.000,00	10,00	6,00	16,00	1,50		17,50
- de Cr\$3.000,01 a	4.000,00	11,00	7,00	18,00	1,65		19,65
- de Cr\$4.000,01 a	5.000,00	12,00	8,00	20,00	1,80		21,80
- de Cr\$ 5.000,01 a	6.000,00	13,00	9,00	22,00	1,95		23,95
- de C,\$6.000,01 a	8.000,00	15,00	11,00	26,00	2,25		28,25
- de Cr\$8.000,01 a	10.000,00	17,00	13,00	30,00	2,55		32,55
- de C'\$10.000,01 a	12.000,00	19,00	16,00	35,00	2,85		37,85
- de Cr\$12.000,01 a	14.000,00	21,00	19,00	40,00	3,15		43,15
- de Cr\$14.000,01 a	16.000,00	23,00	22,00	45,00	3,45		48,45
- de Cr\$16.000,01 a	18.000,00	25,00	25,00	50,00	3,75		53,75
- de Cr\$18.000,01 a	20.000,00	26,00	29,00	55,00	3,90		58,90
- de Cr\$ 20.000,01 a	25.000,00	27,00	34,00	61,00	4,05		65,05
- de Cr\$25.000,01 a	30.000,00	21,10	39,00	67,00	4,20		71,20
- de Cr\$30.000,01 a	40.000,00	29,00	44,00	73,00	4,35		77,35
- de C r\$ 40.000,01 a	50.000,00	30,00	50,00	80,00	4,50		84,50
- de Cr\$ 50.000,01 a	60.000,00	31,00	59,00	90,00	4,65		94,65
- de Cr\$60.000,01 a	80.000,00	32,00	68,00	100,00	4,80		104,80
- de Cr\$80.000,01 a	100.000,00	33,00	77,00	110,00	4,95		114,95
- de Cr\$ 100.000,01 a	150.000,00	34,00	86,00	120,00	5,10		125,10
- de Cr\$ 150.000,01 a	200.000,00	35,00	95,00	130,00	5,25		135,25
- de Cr\$ 200.000,01 a	250.000,00	37,00	113,00	150,00	5,55		155,55
- de Cr\$ 250.000,01 a	200.000,00	38,00	132,00	170,00	5,70		175,70
- de Cr\$ 300.000,01 a	400.000,00	40,00	160,00	200,00	6,00		206,00
- pelo que exceder de Cr\$							
400.000,00 cada Cr\$ 100.000,00		1,50	6,00	7,50	0,23		
7,73							
ou fração.....							
- de valor inestimável		6,00	4,00	10,00	0,90		10,90

Notas :

1.^a - Desquite por mútuo consentimento: a prestação inicial corresponderá à dos feitos de valor inestimável, sem qualquer acréscimo por ocasião da subida das autos à superior instância. Havendo partilha de bens, sobre o valor destes será paga, ao baixarem os autos, uma prestação de acordo com o item III. Havendo recurso da decisão que julgar a partilha, nova prestação será devida.

2.^a - Extinção das obrigações do falido; o valor da causa equivalerá a 40% dos créditos habilitados na falência.

3.^a - Habilitação de credor retardatário e pedido de restituição de mercadorias: o preço será calculado de acordo com o valor do crédito ou das mercadorias.

4.^a - Impugnação de crédito em falência ou concordata: gozam de isenção total do síndico, o comissário, o falido, o concordatário e o representante do Ministério Público.

IV - Processos crimes:

VALOR DA CAUSA

a) de ação pública:					
processo comum.....	15,00	nihil	15,00	2,25	
17,25					
processo especial.....	20,00	10,00	30,00	3,00	
33,00					
b) de ação privada.....	70,00	50,00	120,00	10,50	
130,50					

Notas

- 1.^a - Os preços deste item compreendem o custo total do feito, inclusive recursos processados nos autos principais.
 - 2.^a - Nos processos crimes de ação privada, o querelante pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b"; a outra metade será paga por ocasião do recurso, pelo recorrente. Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.
 - 3.^a - Os "Habeas-Corpus", inclusive os de competência originária dos Tribunais, estão isentos de qualquer pagamento com base neste item.
 - 4.^a - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo.
 - 5.^a - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela.
- V - Cartas precatórias, rogatórias ou do ordem, recebidas para cumprimento:
- a) para citação, intimação ou notificação:

VALOR DA CAUSA

- até Cr\$ 1.000,00.....	5,00	nihil	5,00	0,75	5,75
- de Cr\$ 1.000,01 a 5.000,00					
ou de valor inestimável.....	8,00	2,00	10,00	1,20	11,20
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00	11,00	4,00	15,00	1,65	16,65
- mais de Cr\$ 50.000,00.....	14,00	6,00	20,00	2,10	22,10

b) para outros fins:

VALOR DA CAUSA

- até Cr\$ 1.000,00.....	10,00	nihil	10,00	1,50	11,50
- de Cr\$ 1.000,01 a 5.000,00					
ou de valor inestimável.....	16,00	4,00	20,00	2,40	22,40
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00	22,00	8,00	30,00	3,30	33,30
- mais de Cr\$ 50.000,01.....		28,00	12,00	40,00	4,20
44,20					

Notas:

- 1.^a - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição.
- 2.^a - Nos feitos criminais, as precatórias, rogatórias e cartas de ordem, expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de beneficiário de assistência judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste item, sendo por ele responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.
- 3.^a - As precatórias expedidas a requerimento do empregado, nas ações de acidente do trabalho, não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste item.
- 4.^a - Nas cartas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens o recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento antes da devolução ou entrega da precatória, como se as

tratasse de feito tabelado no item III.

5.^a - As cartas precatórias, rogatórias ou de ordem não estão sujeitas a pagamento, quando de sua extração, devendo as cartas precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vias, para que as cópias sirvam de contrafé, quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado.

6.4 - Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.

7.4 - Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda de outros Estados, do Distrito Federal ou de Territórios, as custas serão pagas a final pelo vencido.

VI - Recurso que se processe em apartado - além das despesas de traslado o certidões para a formação do instrumento:

a) quando interposto perante juiz.....	5,00	5,00	10,00	0,75	10,75
b) quando interposto perante Tribunal de Justiça ou de Alçada.....	-	20,00	20,00	-	-

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo pago de, dúvida suscitada pelo oficial do registro de imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a quota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade e de uma só vez no juízo ou Tribunal em que interposto o recurso.

3.^a - Os feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste item; não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição parcial: o mesmo que o tabelado no item VI, letra "a" sendo o pagamento total feito em primeira instância.

VIII - Conflito de jurisdição - para distribuição: Ao Estado Cr\$ 10,00.

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas genéricas:

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela 1, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais, estará sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

TABELA

I - Certidão extraída de auto, livros ou documentos "verbo ad verbum" ou em breve relatório, datilografada:

Ao Escrivão A Careira das

Serventias

Cr\$	Cr\$		
pela primeira folha.....	2,00	0,30	
por página que crescer.....	1,00	0,15	

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na íntegra, nenhum acréscimo será devido sobre o preço deste item.

2.^a - Se na mesma certidão existir mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentas ou de peças de processos:

Ao Escrivão A Careira das

Serventias

por página datilografada..... Cr\$

1,00 0,15

Notas:

1.^a Cobrar-se-ão de acordo com este item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos; os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro documento autêntico extraída de autos para produzir efeito fora deles o que não revista a forma de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopiadora, será livre ao advogado interessado fornecer as fotocópias ou xerocópias necessárias à formação de instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos da autenticação (item IV), mais o correspondente, no item I, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

Ao Escrivão A Careira das

Serventias

por página datilografada..... Cr\$
1,00 0,15

III - Reprodução de peças dos autos, inclusive autenticação por página:

a) mediante xerocópia..... 1,00
0,15

b) mediante fotocópia..... 1,50
0,23

IV - Autenticação de peça extraída de autos judiciais - por página..... 0,20
0,03

V - Alvarás, mandados e ofícios - pelo seu processamento e expedição em processos findos e arquivados..... 3,00
0,45

VI - Resposta em folha corrida:

- na comarca da Capital, compreendendo todas os cartórios criminais:

- Ao Estado..... 12,00

- nas demais comarcas - por serventuário que certificar..... 1,00
0,15

Notas:

1.^a - Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

2.^a - A contribuição devida à Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado, no caso do item IV, será, no mínimo, de Cr\$ 0,10.

TABELA 3

DOS DISTRIBUIDORES

1.^a - Distribuição de feito judicial, de reconvenção ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v, Tabela 1.

Notas:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou retificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação à margem da distribuição a oposição, os embargos de terceira, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da lide.

II - Distribuição, entre os juizes das Varas Cíveis da Comarca, o preparo de livro comercial, para visto em balanço:

Ao Distribuidor..... Cr\$ 2,00
À Carteira das Serventias..... 0,30
2,30

III - Distribuição e preparo de livro comercial, inclusive todas; as diligências, para autenticação judicial:

Ao Distribuidor A Careira das

Serventias

a) de livro até 1.000 folhas	6,00	0,90
b) de livro de mais de 1.000 folhas	12,00	1,80
IV - Distribuição não compreendida nos itens I a III, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:		

Cr\$

Ao Distribuidor.....	1,00
À Carteira das Serventias.....	0,15

Nota:

Não estão sujeitas a distribuição as escrituras nem os respectivos registros.

V - Certidão de distribuição:

Ao Distribuidor A Carteira das

Serventias

a) de livro até 1.000 folhas	6,00	0,90
a) período até 5 anos:		
- uma pessoa.....	3,00	
0,45		
- por pessoa que acrescer, na mesma certidão.....	1,00	
0,15		
b) período superior a 5, até 10 anos:		
- uma pessoa.....	4,00	
0,60		
- por pessoa que acrescer, na mesma certidão.....	1,50	
0,23		
c) período superior a 10, até 20 anos:		
- tinha pessoa.....	6,00	
0,90		
- por pessoa que acrescer, na mesma certidão.....	2,00	
0,30		
d) período superior a 20 anos:		
- uma pessoa.....	8,00	
1,20		
- por pessoa que acrescer, na mesma certidão.....	2,50	
0,38		

Notas:

1.^a - Os preços acima se referem à certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção do seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou massa falida corres. pendente a mesma pessoa.

2.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.^a - Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstas neste item.

4.^a - Os preços estabelecidos neste item correspondem à primeira folha da certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrado de acordo com a Tabela 2, item 1.

TABELA 4

DOS CONTADORES

I - Conta de liquidação, inclusivo juras e rateio:

Sobre o valor apurado:

Ao Contador A Carteira das

Serventias

Cr\$	Cr\$	
- até Cr\$ 1.000,00.....	2,00	
0,30		
- de Cr\$1.000,01 a 3.000,00.....	4,00	
0,60		

- de Cr\$3.000,01 a 5.000,00.....	6,00
0,90	
- de Cr\$5.000,01 a 10.000,00.....	12,00
1,80	
- de Cr\$ 10.000,01 a 50.000,00.....	18,00
2,70	
- de Cr\$ 50.000,01 a 100.000,00.....	25,00
3,75	
- pela que exceder de Cr\$ 100.000,00:	
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração.....	5,00
0,75	

Nota:

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta.

II - Conta de liquidação, para purgação da mora, nas ações de despejo:

Sobre o valor da causa:

Ao Contador A Careira das

Serventias

a) de livro até 1.000 folhas	6,00	0,90
- até Cr\$ 1.000,00	0,50	0,10
- de Cr\$1.000,01 a 3.000,00.....	1,00	
0,15		
- de Cr\$3.000,01 a 5.000,00.....	1,50	
0,23		
- de Cr\$5.000,01 a 10.000,00.....	3,00	
0,45		
- de Cr\$ 10.000,01 a 50.000,00.....	4,50	
0,68		
- de Cr\$ 50.000,01 a 100.000,00.....	6,00	
0,90		
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:		
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração.....	1,00	
0,15		

III - Cálculo de imposto de transmissão em qualquer processo, o de liquidação em arrolamento ou inventário: o dobro do constante no item 1, sendo o cálculo feito sobre o valor do monte-mor.

Notas:

1.ª - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo o do passivo, não estando sujeito a acréscimo, ainda que no tosem processo haja mais de uma sucessão.

2.ª - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item I.

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do item 1, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de créditos e contas em falecia, concordata, concurso creditório e prestações de contas em geral: metade do estabelecido no item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão, a moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida Pública, ações de companhias ou de instituições financeiras:

Ao Contador A Careira das

Serventias

Cr\$

Cr\$

Por cálculo.....	1,00	0,15
VII - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2 item 1.		
VIII - Conta de liquidação da pena em ação penal:		
Cada liquidação:	A Carteira das Serventias	
Total		
Ao Escrivão		
Cr\$ 1,00	Cr\$ 0,15	Cr\$ 1,15

TABELA 5

DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sobre partilha: o dobro do previsto na Tabela 4, item 1, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Quando o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, o preço será reduzida à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobre partilha : o mesmo que o fixado na Tabela 4, item 1, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item 1.

TABELA 6

DOS DEPOSITÁRIOS

I - Depósito em rogos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa: o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela 1.

Notas:

I.- - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, de acordo com instruções; da Corregedoria Geral da Justiça o sem quaisquer castas ou emolumentos.

2.4 - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas, pela guarda, fiscalização, conservação o administração das bens depositados.

3.4 - Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela o das despesas feitas com os bens depositados.

4.- - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade ate o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 5% sobre as rendimentos líquidos do bem depositado.

II - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item 1,

TABELA 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

1 - Citação, notificação ou intimação:

a) de uma pessoa, em horário normal:

Valor da Causa:

	Cr\$	
- até Cr\$ 500,00.....	3,00	
- de Cr\$ 500,01 a 5.000,00.....	6,00	
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00.....	9,00	
- mais de 50.000,00.....	12,00	

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 5.º, § 1.º, do Código de Processo Civil:

Valor da Causa:

	Cr\$	
- até Cr\$ 500,00.....	4,00	
- de Cr\$ 500,01 a 5.000,00.....	8,00	
- de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00.....	12,00	
- mais de Cr\$ 50.000,00.....	16,00	

c) por pessoa que acrescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras "a" ou "b".

Notas:

1.ª - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias

diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou reside em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informação.

2.^a - Nos feitos de valor inestimável (v, Tabela 1, Nota genérica 3.^a), a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000,00; se não for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

3.^a - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandandos, para servirem de contrafé, o oficial de justiça terá direito à rasa de Cr\$ 1,00 por página datilografada de contrafé, não se computando na rasa as cópias a carbono, até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela independente.

4.^a - O preço acima não inclui despesas de condução, que Serão fixadas, anualmente, mediante, portaria da Corregedoria Geral da Justiça, na Comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum, nas demais comarcas.

5.^a - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de Justiça, só terá direito ao reembolso de uma verba.

6.^a - Nos processos crimes movidos contra réu pobre, os oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão à conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça.

II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão o, outros não especificados, inclusive todos os atos complementares: o dobro do previsto no item 1, letra "a".

TABELA 8

DOS PERITOS

Notas genéricas

1.^a - Os salários dos peritos serão fixados pelo juiz do feito até os limites máximas previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.

2.^a - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes o comporte, o juiz poderá fixar os salários do perito em quantia superior à prevista nesta Tabela, proferindo despacho devidamente fundamentado.

3.^a - Nos feitos de valor até Cr\$ 2.000,00, o salário do perito não poderá, em caso algum, exceder de 2% do valor da causa.

4.^a - O juiz não está obrigado a fixar salários iguais para os peritos da causa, desde que fundamente a diversidade de arbitramento.

5.^a - O perito tem direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificadas o proporcionais no valor da causa ou à condição financeira das partes.

6.^a - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à contração, se, o interessado não a fornecer.

7.^a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados do acordo com as normas previstas no Código de Processo Civil.

TABELA

I - Exames, vistorias e outras perícias de qualquer natureza - máximo, conforme o valor da causa:

Cr\$	
- até Cr\$ 2.000,00.....	40,00
- de Cr\$ 2.000,01 até 10.000,00	150,00
- de Cr\$ 10.000,01 até 50.000,00	250,00
- de Cr\$ 50.000,01 até 100.000,00	500,00
- mais de Cr\$ 100.000,00	1.000,00
II - Arbitramento; avaliação de imóveis e outros bens - máximo, conforme o valor dos bens:	

Cr\$	
- até Cr\$ 200,00.....	10,00
- de Cr\$ 200,01 a 500,00.....	15,00
- de Cr\$ 500,01 a 2.000,00.....	30,00
- de Cr\$ 2.000,01 a 10.000,00	60,00
- de Cr\$ 10.000,01 a 20.000,00	100,00
- de Cr\$ 20.000,01 a 50.000,00	120,00

- de Cr\$ 50.000,01 a 100.000,00	150,00
- de Cr\$ 100.000,01 a 200.000,00	200,00
- de Cr\$ 200.000,01 a 300.000,00	250,00
- mais de Cr\$ 300.000,00	300,00

Nota:

Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total.

Excedente de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão ser aumentados até o dobro.

III - Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:

- por Cr\$ 10,00 ou fração, até	Cr\$ 0,30
Emolumentos máximo	Cr\$ 20,00

TABELA 9

DOS PORTEIROS

I - Arrematação de bens em hasta pública ou leilão:

Ao Porteiro	A Careira das	Total
		Serventias
- sobre o valor da arrematação, venda ou arrematação	2%	0,3% 2,3%

Notas:

1.^a - Havendo remição ou adjudicação, a percentagem será reduzida à metade.

2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja a número de apregoados, o serão feitos pelo porteiro.

3.^a - A afixação de editais de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.

4.^a - As pratas e, leilões judiciais serão realizadas pelo porteiro das respectivas Varas, sob fiscalização do juiz.

TABELA 10

DOS ESCRIVÃES DE NOTAS

I - Escritura com valor declarado:

- até Cr\$ 300,00		15,00	3,00	1,50	19,50
- de Cr\$ 300,01	a 500,00	30,00	6,00	3,00	39,00
- de Cr\$ 500,01	a 1.000,00	50,00	10,00	5,00	65,00
- de Cr\$ 1.000,01	a 2.000,00	70,00	14,00	7,00	91,00
- de Cr\$ 2.000,01	a 3.000,00	90,00	18,00	9,00	117,00
- de Cr\$ 3.000,01	a 4.000,00	110,00	22,00	11,00	143,00
- de Cr\$ 4.000,01	a 5.000,00	130,00	26,00	13,00	169,00
- de Cr\$ 5.000,01	a 7.500,00	150,00	30,00	15,00	195,00
- de Cr\$ 7.500,01	a 10.000,00	170,00	34,00	17,00	221,00
- de Cr\$ 10.000,01	a 12.500,00	190,00	38,00	19,00	247,00
- de Cr\$ 12.500,01	a 15.000,00	210,00	40,00	21,00	273,00
- de Cr\$ 15.000,01	a 20.000,00	220,00	44,00	22,00	286,00
- de Cr\$ 20.000,01	a 25.000,00	240,00	48,00	24,00	312,00
- de Cr\$ 25.000,01	a 30.000,00	260,00	52,00	26,00	338,00
- de Cr\$ 30.000,01	a 40.000,00	300,00	60,00	30,00	390,00
- de Cr\$ 40.000,01	a 50.000,00	340,00	68,00	34,00	442,00
- de Cr\$ 50.000,01	a 60.000,00	360,00	72,00	36,00	468,00
- de Cr\$ 60.000,01	a 70.000,00	380,00	76,00	38,00	494,00
- de Cr\$ 70.000,01	a 80.000,00	400,00	80,00	40,00	520,00
- de Cr\$ 80.000,01	a 90.000,00	420,00	84,00	42,00	546,00
- de Cr\$ 90.000,01	a 100.000,00	440,00	88,00	44,00	572,00
- de Cr\$ 100.000,01	a 150.000,00	520,00	104,00	52,00	676,00

- de Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00	560,00	112,00	56,00	728,00
- de Cr\$ 200.000,01 a 300.000,00	600,00	120,00	60,00	780,00
- de Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00	650,00	130,00	65,00	845,00
- de Cr\$ 400.000,01 a 500.000,00	700,00	140,00	70,00	910,00
- pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00:				
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração	25,00	5,00	2,50	32,50
II - Escritura s/ valor declarado	20,00	4,00	2,00	26,00
III - Escritura de testamento público ou de aprovação de testamento	100,00	20,00	10,00	130,00
IV - Escritura de convenção ou especificação de condomínio em planes horizontais, ou suas modificações:				
a) pela convenção	50,00	10,00	5,00	65,00
b) por unidade autônoma	10,00	2,00	1,00	13,00
V - Procuração ou substabelecimento em livro especial ou comum:				
a) com Poderes "ad judicia" somente	5,00	1,00	0,50	6,50
b) outras procurações	8,00	1,60	0,80	10,40
c) revogação feita à margem da procuração	5,00	1,00	0,50	6,50
d) em qualquer hipótese: de cada outorgante de crescer, não sendo cônjuge, mais	2,00	0,40	0,20	2,60
VI - Certidão ou traslado:				
- pela primeira folha	2,00	0,40	0,20	2,60
- por página que crescer	1,00	0,20	0,10	1,30

Nota:

Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação, Cr\$ 1,00 de emolumentos.

VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato que não seja de sua escrivania judicial:

- Xerocópia por página	1,00	0,20	0,10	1,30
- Fotocópia, por página	1,50	0,30	0,15	1,95
VIII - Pública forma de qualquer documento:				
- pela primeira folha	2,00	0,40	0,20	2,60
- por página que crescer	1,00	0,20	0,10	1,30
IX - Autenticação de plantas, mapas e documentos semelhantes, de xerocópias, fotocópias e outras reproduções fotográficas; conferência e conserto de pública forma -				
por página	0,20	0,04	0,02	0,26
X - Reconhecimento de firma, inclusive de letra e sinal	0,03	0,07	0,10	0,50

Notas :

1.^a - No preço da escrita, procuração ou substabelecimento se inclui a primeiro traslado.

2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, do uivarás, talões de sisa,

certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias, recolhimento de tributes relativos às escritas o registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.

3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

4.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao contrato de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos.

5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço.

6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.

7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item I.

8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.

9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um terço do preço.

10.^a - Pela procuração ou substabelecimento, declarado sem efeito será devida a metade do preço.

11.^a - A contribuição devida à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, no caso do item IX, será, no mínimo, de Cr\$ 0,10.

TABELA 11

DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I - Inscrição ou transcrição, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

VALOR DO CONTRATO

- até Cr\$ 300,00			12,00	2,40	1,80	16,20
- de Cr\$ 300,01	a	500,00	20,00	4,00	3,00	27,00
- de Cr\$ 500,01	a	1.000,00	30,00	6,00	4,50	40,50
- de Cr\$ 1.000,01	a	2.000,00	40,00	8,00	6,00	54,00
- de Cr\$ 2.000,01	a	3.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
- de Cr\$ 3.000,01	a	4.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
- de Cr\$ 4.000,01	a	5.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
- de Cr\$ 5.000,01	a	7.500,00	80,00	16,00	12,00	108,00
- de Cr\$ 7.500,01	a	10.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
- de Cr\$ 10.000,01	a	15.000,00	105,00	21,00	15,75	141,75
- de Cr\$ 15.000,01	a	20.000,00	110,00	22,00	16,50	148,50
- de Cr\$ 20.000,01	a	25.000,00	120,00	24,00	18,00	162,00
- de Cr\$ 25.000,01	a	30.000,00	130,00	26,00	19,50	175,50
- de Cr\$ 30.000,01	a	40.000,00	150,00	30,00	22,50	202,50
- de Cr\$ 40.000,01	a	50.000,00	170,00	34,00	25,50	229,50
- de Cr\$ 50.000,01	a	60.000,00	180,00	36,00	27,00	243,00
- de Cr\$ 60.000,01	a	70.000,00	190,00	38,00	28,50	256,50
- de Cr\$ 70.000,01	a	80.000,00	200,00	40,00	30,00	270,00
- de Cr\$ 80.000,01	a	90.000,00	210,00	42,00	31,50	283,50
- de Cr\$ 90.000,01	a	100.000,00	220,00	44,00	33,00	297,00
- de Cr\$ 100.000,01	a	120.000,00	240,00	48,00	36,00	324,00
- de Cr\$ 120.000,01	a	150.000,00	260,00	52,00	39,00	351,00
- de Cr\$ 150.000,01	a	200.000,00	280,00	56,00	42,00	378,00
- de Cr\$ 200.000,01	a	300.000,00	300,00	60,00	45,00	405,00
- de Cr\$ 300.000,01	a	400.000,00	325,00	65,00	48,75	438,75
- de Cr\$ 400.000,01	a	500.000,00	350,00	70,00	52,50	472,50
- pelo que exceder de Cr\$						
500.000,00: cada Cr\$ 100.000,00						
ou fração			12,50	2,50	1,88	

16,88

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

II - Averbação, inclusive buscas, indicações e certidão - talão:

VALOR DO CONTRATO

- até Cr\$ 1.000,00			10,00	2,00	1,50	13,50
- de Cr\$ 1.000,01	a	3.000,00	14,00	2,80	2,10	18,90
- de Cr\$ 3.000,01	a	6.000,00	20,00	4,00	3,00	27,00
- de Cr\$ 6.000,01	a	10.000,00	26,00	5,20	3,90	35,10
- de Cr\$ 10.000,01	a	15.000,00	30,00	6,00	4,50	40,50
- de Cr\$ 15.000,01	a	20.000,00	34,00	6,80	5,10	45,90
- de Cr\$ 20.000,01	a	30.000,00	38,00	7,60	5,70	51,30
- de Cr\$ 30.000,01	a	40.000,00	42,00	8,40	6,30	56,70
- de Cr\$ 40.000,01	a	50.000,00	46,00	9,20	6,90	62,10
- de Cr\$ 50.000,01	a	80.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
- de Cr\$ 80.000,01	a	120.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
- de Cr\$ 120.000,01	a	170.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
- de Cr\$ 170.000,01	a	250.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00
- de Cr\$ 250.000,01	a	350.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
- de Cr\$ 350.000,01	a	500.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
- pelo que exceder de Cr\$						
500.000,00: cada Cr\$ 150.000,00 ou						
fração			5,00	1,00	0,75	6,75
sem valor declarado			10,00	2,00	1,50	

13,50

Notas:

1.^a - O preço da averbação será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.^a - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes a mudança de numeração, edificação, reconstrução, desmembramento ou demolição, alteração do nome por casamento ou desquite, averbação de casamento, desquite ou viuvez.

III - Loteamento:

a) inscrição de memorial de loteamento urbano - por lote, além das despesas do publicação pela imprensa.....	2,00	0,40	0,30	2,70
b) inscrição de memorial de loteamento rural - por gleba, além das despesas de publicação pela imprensa	5,00	1,00	0,75	6,75
c) averbação à margem da inscrição: o mesmo preço do item II				
d) intimação - além das despesas de condução e publicação pela imprensa	10,00	2,00	1,50	13,50

Notas:

1.^a - Os emolumentos mínimos do oficial, no caso da letra "a", serão de Cr\$ 60,00.

2.^a - A qualificação do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido em lei federal.

3.^a - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

IV - Condomínio:

a) inscrição de memorial de incorporação ou instituição de condomínio: o mesmo preço do item I, calculados sobre o valor do terreno e o custo global da obra (art. 32, alínea "h", da Lei federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

b) registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidade 100,00 20,00 15,00
135,00

c) averbação de unidade autônoma..... 10,00 2,00 1,50
13,50

V - Inscrição, inclusivo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

a) de cédula de crédito rural (Decreto-lei federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, art. 34, parágrafo único) :

- até Cr\$ 200,00 0,08%
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00 0,16%
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00 0,24%
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00 0,32%
- acima de Cr\$ 1.500,00 0,40%

Até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.

b) de cédula de crédito industrial (Decreto-lei federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, art. 34, § 1.º) :

- até Cr\$ 200,00 0,10%
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00 0,20%
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00 0,30%
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00 0,40%
- acima de Cr\$ 1.500,00 0,50%

Até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.

Notas:

1.ª - Os atos previstos neste item tão estão sujeitos ao pagamento de custas no Estado, nem ao recolhimento de contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

2.ª - No caso de registro de cédula industrial, cinquenta por cento doa emolumentos caberão ao oficial do registro de imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento ser recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-lei n.º 413 de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 2.º).

VI - Averbação à margem de inscrição de cédula de crédito rural ou industrial, incluindo fornecimento de certidão-talão: 10% do preço fixado no item anterior, inclusivo Notas, até o máximo de um quadragésimo do salário-mínimo.

VII - Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" - por pessoa, ainda que se refira ao seu nome por extenso e abreviado, de casada o de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida:

- pela primeira folha:
a) até 10 anos 5,00 1,00 0,75 6,75
b) até 20 anos 8,00 1,60 1,20 10,80
c) até 30 anos 10,00 2,00 1,50 13,50
d) mais de 30 anos 15,00 8,00 2,25 20,25
- por página que crescer 1,00 0,20 0,15 1,35

VIII - Informação verbal: quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.

IX - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato de serventia a seu cargo:

- xerocópia, por página	1,00	0,20	0,15
1,30			
- fotocópia, por página	1,50	0,30	0,23
2,03			

X - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida: o mínimo previsto nos itens I e II, conforme se trate de inscrição, transcrição ou averbação.

XI - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:

- qualquer que seja o número de páginas, mais	10,00	2,00	1,50
13,50			

TABELA 12
DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

I - Registro integral de contrato, título ou documento com valor declarado:

VALOR DO DOCUMENTO

- até Cr\$ 100,00		4,00	0,80	0,60	5,40
- de Cr\$ 100,01	a	500,00	6,00	1,20	0,90
- de Cr\$ 500,01	a	1.000,00	8,00	1,60	1,20
- de Cr\$ 1.000,01	a	2.000,00	12,00	2,40	1,80
- de Cr\$ 2.000,01	a	3.000,00	16,00	3,20	2,40
- de Cr\$ 3.000,01	a	4.000,00	20,00	4,00	3,00
- de Cr\$ 4.000,01	a	5.000,00	24,00	4,80	3,60
- de Cr\$ 5.000,01	a	7.000,00	28,00	5,60	4,20
- de Cr\$ 7.500,01	a	10.000,00	32,00	6,40	4,80
- de Cr\$ 10.000,01	a	15.000,00	40,00	8,00	6,00
- de Cr\$ 15.000,01	a	20.000,00	50,00	10,00	7,50
- de Cr\$ 20.000,01	a	30.000,00	60,00	12,00	9,00
- de Cr\$ 30.000,01	a	40.000,00	70,00	14,00	10,50
- de Cr\$ 40.000,01	a	50.000,00	80,00	16,00	12,00
- de Cr\$ 50.000,01	a	75.000,00	90,00	18,00	13,50
- de Cr\$ 75.000,01	a	100.000,00	100,00	20,00	15,00

- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:

cada Cr\$ 25.000,00 ou fração	5,00	1,00	0,75	6,75
-------------------------------------	------	------	------	------

II - Registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado ou para notificação:

- até uma página	3,00	0,60	0,43	4,05
- por página que acrescer	1,00	0,20	0,15	1,35

III - Entrega de notificação, inclusive a respectiva certidão à margem do registro e no documento; além da condução:

- pela primeira página:

a) no perímetro urbano	8,00	1,60	1,20	10,80
b) no perímetro rural	15,00	3,00	2,25	20,25
- por página que crescer	1,00	0,20	0,15	1,35
IV- Registro resumido de penhora, caução ou parceria:				
- até uma página	1,50	0,30	0,23	2,03
- por página que crescer	0,52	0,10	0,08	0,70
V- Averbação	3,00	0,60	0,45	4,05
VI- Matrícula de oficina impressora, jornal e outros				
Periódicos	20,00	4,00	3,00	
27,00				
VII - Inscrição de passos jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos - inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento				
	10,00	2,00	1,50	13,50
VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos - inclusive todos os atos do processo, registro o arquivamento:				
- até Cr\$ 1.000,00	10,00	2,00	1,50	13,50
- de Cr\$ 1.000,01 a 5.000,00	16,00	3,20	2,40	21,60
- de Cr\$ 5.000,01 a 10.000,00	24,00	4,80	3,60	32,40
- de Cr\$ 10.000,01 a 20.000,00	30,00	6,00	4,50	40,50
- de Cr\$ 20.000,01 a 30.000,00	40,00	8,00	6,06	54,00
- de Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
- de Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
- de Cr\$ 50.000,01 a 60.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
- de Cr\$ 60.000,01 a 80.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00
- de Cr\$ 80.000,01 a 100.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 20.000,00 ou fração	10,00	2,00	1,50	13,50
IX - Cancelamento de inscrição:				
a) em geral: o mesmo que o cobrado por averbação (item V);				
b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do preço do item VIII.				
X - Certidão:				

- pela primeira folha	2,00	0,40	0,30	2,70
- por página que crescer	1,00	0,20	0,15	1,35

Nota:

Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação verbal, Cr\$ 1,00 de emolumentos, sem outras acréscimos:

XI - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 11, item IX.

XII - Microfilmagem de documenta referido nesta Tabela:

- qualquer que seja o número de páginas, mais	10,00	2,00	1,50	
---	-------	------	------	--

13,50

TABELA 13

DOS ESCRIVÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS

I - Apresentação, protesto e registro do instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de edital e condução:

VALOR DO TÍTULO

- até Cr\$ 200,00			4,00	0,80	0,60	5,40
- de Cr\$ 200,01	a	500,00	6,00	1,20	0,90	8,10
- de Cr\$ 500,01	a	1.000,00	8,00	1,60	1,20	10,80
- de Cr\$ 1.000,01	a	2.000,00	12,00	2,40	1,80	16,20
- de Cr\$ 2.000,01	a	4.000,00	24,00	4,80	3,60	32,40
- de Cr\$ 4.000,01	a	6.000,00	34,00	6,80	5,10	45,90
- de Cr\$ 6.000,01	a	8.000,00	46,00	9,20	6,90	62,10
- de Cr\$ 8.000,01	a	10.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
- de Cr\$ 10.000,01	a	25.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
- de Cr\$ 25.000,01	a	50.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00
- de Cr\$ 50.000,01	a	75.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
- de Cr\$ 75.000,01	a	100.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:						
cada Cr\$ 25.000,00 ou fração			5,00	1,00	0,75	6,75

Nota:

As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas mediante carta registrada, com recibo de volta, só se admitindo o edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

II - Certidão de protesto, negativa ou positiva:

a) pela primeira folha; por pessoa:

- até 5 anos	3,00	0,60	0,45	4,05
- até 10 anos	5,00	1,00	0,75	6,75

b) por página que acrescer qualquer
que seja o número de pessoas

1,00	0,20	0,15	1,35
------	------	------	------

Nota:

Não haverá acréscimo no preço pela menção, na certidão, do nome por extenso ou abreviado, de casada ou de solteira, da mesma pessoa.

III - Certidão de outra natureza que não a referida no item II, datilografada:

- pela primeira folha.....	2,00	0,40	0,30
2,70			
- por página seguinte.....	1,00	0,20	0,15
1,35			

IV - Informação verbal, quando o interessado dispensar certidão: a quarta parte do preço fixada no item II para o Escrivão, sem outros acréscimos.

V - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 11, item IX.

VI - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:

- qualquer que seja o número, de páginas, mais	4,00	0,80	0,60
5,40			

VII - Certidão de protesto positiva, desde que solicitada por entidade de clame, jornal ou periódico, em fama de relação, para fornecimento diário:

0,25 0,05 0,10 0,40
TABELA 14
DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

I - Assento de nascimento, de óbito inclusive uma certidão:			
a) quando feito no prazo legal	15,90	1,60	
17,50			
b) quando feito mediante petição ou mandado, ou por força de lei de exceção	26,36 2,64	29,00	
II - Casamento:			
a) pela habilitação, desde o preparo de papéis até a lavratura do assento e o fornecimento de uma certidão, excluídas as despesas de publicação pela imprensa	50,91	5,09	
56,00			
b) pela dispensa total ou parcial do prazo de proclamas - mais 20,00		2,00	
22,00			
c) pela diligência para realização do casamento fora do cartório, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo interessado - mais	200,00	20,00	
220,00			
d) pelo traslado de documento desentranhado dos autos - de cada um, mais	5,09	0,51	
5,60			
e) pelo registro o afixação de edital de proclamas recebido de outro cartório e pelo registro da respectiva certidão	20,00	2,00	
22,00			
f) pela lavratura de assento de nascimento, à vista de certidão de habilitação expedida per outro cartório, e fornecimento de uma certidão	20,00	2,00	22,00

Nota:

Quando o casamento não for realizado no cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "a", com acréscimo de metade do preço.

III - Registro ou inscrição de emancipação, interdição, ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade brasileira; transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito verificado no estrangeiro inclusive uma certidão fornecida a parte			
	35,00	3,50	38,50
IV - Retificação de registro pelo processo estabelecido na Lei Federal n.º 3.764, de 25 de abril de 1960:			
a) pela averbação e uma certidão:			
- um assento	50,91	5,09	
56,00			
- por assento excedente	26,36	2,64	
29,00			
b) se indeferida a retificação	20,00	2,00	
22,00			

Nota:

Quando o erro do registro for atribuível ao cartório, nada será devido, inclusive pelo fornecimento da certidão contendo a retificação.

V - Averbação ou retificação de assento, não compreendidas no

item anterior - inclusive fornecimento da respectiva certidão:			
a) quando lavradas à margem do assento	26,36	2,64	
29,00			
b) quando referentes a anulação de casamento, a desquito ou a restabelecimento de sociedade conjugal	35,00	3,50	
38,50			
VI - Certidão, incluída a busca:			
a) em breve relatório.....	0,18	0,62	
6,80			
b) "verbo ad verbum", no todo ou em parte	12,27	1,23	
13,50			
Nota:			
Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".			
VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo:			
- xerocópia, por página	1,00	0,10	
1,10			
- fotocópia, por página	1,50	0,15	
1,15			
VIII - Arquivamento de lei, decreto, resolução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.º, do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969:			
- até duas páginas.....	2,00	0,20	
2,20			
- mais de duas, até cinco páginas	4,00	0,40	4,40
- mais de cinco, até da páginas	6,00	0,60	6,60
- mais de dez, até vinte páginas	8,00	0,80	8,80
- mais de vinte páginas	10,00	1,00	
11,00			
IX - Certidão integral ou parcial. "verbo ad verbum" ou em breve relatório, de ato mencionado no item anterior:			
- pela primeira folha	2,00	0,20	
2,20			
- por página que acrescer	1,00	0,10	
1,10			
Nota:			
A consulta aos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.			
X - Ato que lhe seja permitido praticar como escrivão de notas o mesmo que o cobrado na Tabela 10.			

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

A pedido de nosso colega sr. José Freire Hora, publicamos abaixo, para conhecimento dos interessados, a consulta por ele feita ao sr. Diretor Regional do INCRA em Presidente Prudente, sobre problemas relativos à venda de imóveis rurais, - bem como a resposta dada, a respeito, por aquele representante do Instituto em epígrafe:

Ilmo, sr.

Diretor Regional do INCRA

Em Presidente Prudente - SP.

"JOSÉ FREIRE HORA, Escrivão do Cartório de Notas do Distrito de Caporanga, município e comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, com o intuito de esclarecer dúvidas que estão surgindo com relação a imóveis rurais, vem mui respeitosamente solicitar a V. S., se digne responder por escrito para fazer prova perante o Cartório de Registro de Imóveis e onde mais precisa for, as três perguntas seguintes:

1.ª) Podem ser lavradas escrituras de propriedades rurais cujas áreas cadastradas divirjam das

áreas reais, até o máximo de 10% de diferença (usando de bom senso)?

2.ª) Uma pessoa tem um imóvel rural com a área (por exemplo de 10 alqueires; quer vender uma parte ideal correspondente a 3 alqueires, em comum, dentro do mesmo; Pode?

3.ª) Um condômino, de um imóvel, tem dentro do mesmo, uma parte ideal correspondente a cinco alqueires; deseja vender dessa. parte, três alqueires a outro condômino e dois a um outro condômino; Pode?

Estas perguntas sr. Diretor, são exemplos para resolver inúmeros casos de escrituras pendentes de registro, sem consegui-lo por diferenças de área, que variam de 1% até o máximo de 10%, recusadas pelo Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, baseado em alegações de que não pode haver nenhuma diferença de área para o caso da 1.ª pergunta e nas demais entende ele, que é desmembramento proibido por lei, ignorando que nas referidas escrituras consta "parte ideal em comum" e que a Lei só proíbe desmembramentos, mas naqueles casos não existe desmembramento e sim a simples venda de parte ideal, continuando o imóvel integral. Uma resposta rápida, sr. Diretor, viria tirar dezenas de lavradores de situação de verdadeiro desespero, porque necessitam do registro para fazer financiamentos para suas lavouras e estão impedidos.

Atenciosamente,

José Freire Hora

Senhor Escrivão.

Em atendimento a consulta feita por V. Sa., tenho a informar o seguinte:

Com referência. ao item n.º 1 de sua carta tenho a esclarecer que toda e qualquer divergência de área entre o documento de posse e o Certificado de Cadastro, automaticamente antes de ser efetuada qualquer transação deverá obrigatoriamente ser promovida a retificação da área em nome do vendedor.

Todavia tenho a esclarecer que no caso de transação de imóvel rural cuja diferença no Certificado de Cadastro alcance até 10% a menor em relação à área real constante do documento de posse, poderá ser levada a registro, pois fica claramente comprovado que não restou remanescente algum. Nos casos de diferença até 10% a maior em relação ao documento de posse, reafirmo a necessidade de proceder a retificação de área antes da efetivação da transação.

Quanto aos itens 2 e 3, esclareço que todo imóvel em comum cuja parte pertença a um condômino, poderá ser normalmente transacionada desde que seja para outro herdeiro ou para um terceiro na condição de permanecer com área em comum na documentação.

No ensejo, apresento meus protestos de estima e consideração.

Ilmo. Sr.

JOSÉ FREIRE HORA

MD. Escrivão do Cartório das Notas do Distrito de
CAPORANGA - SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SP.

INSTRUÇÕES:

PARA OBTER CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO, DEVERÁ O INTERESSADO PROVIDENCIAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

I - COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO COMO AUXILIAR:

a) prova de idade;

b) cópia do contrato do trabalho (*) ou promover a competente justificação judicial, de acordo com o Dec. n.º 19.365, de 20/4/1950, art. 14, § 1.º, "c";

c) certidão tendo como fonte o livro de "Movimento Diário da Receita e Despesa" (Dec. n.º 5.129, de 23/7/1931, art. 23), mencionando número deste, as datas dos termos de abertura e encerramento, as folhas e os lançamentos dos pagamentos aí feitos, mês a mês, referentes ao serviço prestado como auxiliar;

d) princípio de prova escrita que comprove ter o interessado praticado atos no cartório (assinaturas, rubricas, assentamentos), essa prova deve ser trazida ao processo através de certidão lavrada pelo serventuário, que mencionará os atos constantes nos livros (nome, número e fls. dos mesmos), ou através de fotocópias autenticadas das folhas dos mesmos;

(*) - A obrigatoriedade do arquivamento do contrato de trabalho adveio do Dec. n.º 5.129, de 23/7/1931, art. 21, parágrafo 1.º e da Portaria do Exmo. Desembargador Corregedor Geral da

Justiça, n.º 16/53 de 20/10/1953 (D.O.J. de 1/11/1953);

II - COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO COMO ESCRIVENTE:

- certidão fornecida pelo Cartório da Corregedoria Permanente, mencionando fontes de busca (nome, número e fls. dos livros de onde foram extraídos os dados, conforme determinou a portaria n.º 1/59, de 4/9/1959, D.O.J. de 5/9/1959) início e término do exercício, as interrupções havidas ou não (faltas, férias, licenças e afastamentos). A partir de 1/10/1965 (Portarias n.º 93/65 e 92/66: D. J. 01/9/1965 e 01/11/1966) deverá a certidão mencionar, fundada no Livro Ponto, o exercício mês a mês, discriminando as faltas (abonadas, justificadas, injustificadas) as licenças (saúde e interesses particulares) - o registro ou não de penalidades por faltas disciplinares, certidão esta visada pelo MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente;

III - COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO COMO OFICIAL MAIOR:

- certidão nos moldes da exigida no item II, mencionando este exercício,

IV - COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO COMO SERVENTUÁRIO INTERINO, SUBSTITUTO ou RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE:

- certidão nos moldes da exigida no item II, mencionando os exercícios (início e término) bem como os motivos porque ocupou os cargos.

V - COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO COMO SERVENTUÁRIO:

a) tempo anterior a 1953 (Lei n.º 2.177, 23/7/1953) - juntar unia certidão expedida, pela Secretaria da Justiça, constando todo o exercício, as interrupções havidas (início e término) e a aplicação ou não de penalidades;

b) certidão nos moldes do item II, mencionando este exercício.

VI - LICENÇA-PRÊMIO:

Ver artigos 16 a 19 do Provimento n.º 15/67, de 29/12/1967, publicado no D.J. em 5/1/1968; (pub. em nosso Boletim 83, pág. 80).

VII - CONTAGEM DE FÉRIAS EM DOBRO:

Deixadas de gozar em exercício anterior a 1953:

a) juntar uma certidão fornecida pelo Cartório da Corregedoria Permanente da Comarca, com fontes de busca (nome, número e fls. do, livros de onde são, extraídos os dados), constando que o interessado, por absoluta necessidade de serviço, deixou de gozar férias nos anos de (mencionar cada ano). Obter o "Visto," do MM. Juiz de Direito e Corregedor Permanente da Comarca na certidão.

Deixadas de gozar em, exercício compreendido entre 1954 e 1965:

b) Somente serão contadas em dobro os períodos de férias deixados de gozar, por absoluta necessidade de serviço, e que FORAM COMUNICADAS ANUALMENTE à Corregedoria Geral. Estas comunicações deverão estar arquivadas no prontuário do interessado na, Corregedoria Geral. NOTA: Nestes casos o interessado deverá desistir expressamente do gozo das férias para que possam ser contadas em dobro. Jantando certidão de quitação com o I.P.E.S.P.

VIII - OFICIAL DE JUSTIÇA (Tempo de serviço anterior à vigência da Lei n.º 593, de 31/12/1949):

a) certidão nos moldes da do item II, mencionando o exercício como oficial de justiça, até 31/12/1949;

b) prova de idade;

OBSERVAÇÕES: 1 - Os documentos deverão ser encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça, através de requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral, esclarecendo para que fins se destina a certidão. (Não há necessidade do reconhecimento de firma do interessado).

2 - Todas as certidões anexadas ao processo de contagem de tempo devem ser visadas pelo MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente da comarca.

Nota: Para obtenção de contagem em dobro de férias ou licença-prêmio juntar certidão de quitação do Fgesp.

Modelo de requerimento:

Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça.
(deixar espaço para o despacho)

_____, abaixo assinado, filho de e de natural de Estado de onde nasceu aos exercendo atualmente o cargo de vem por intermédio deste requerer a V. Exa. se digne ordenar a expedição de uma certidão de tempo de serviço, referente ao seu exercício como de acordo com os documentos ora apresentados, para fins de

Nestes termos,
P. Deferimento.
.... de de 19

jacc/mtc/1968.

MODELO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de locação de serviços, celebrado entre o (a)
do (Escrivão ou
Oficial) (Cartório) da comarca de, como primeiro (a) contratante,
e R.G. n.º, como segundo (a) contratante, filho de
e de dona natural de onde nasceu aos registrado no
Cartório do Registro Civil das Pessoas: Naturais de comarca de, às fls
do livro n.º residente e domiciliado à rua fica certo e ajustado
o seguinte:

PRIMEIRO: O (A) primeiro (a) contratante, ADMITE o (a) segundo (a) contratante como Auxiliar do
Cartório, pelo tempo que lhe convier e de acordo com os dispositivos legais em vigor, obrigando-
se a pagar-lhe a quantia mensal de Cr\$ (.....), consignada em folha
de pagamento até o dia útil de cada mês.

SEGUNDO: O (A) segundo (a) contratante declara aceitar este contrato e se obriga a
desempenhar com exatidão todas as funções que lhe forem atribuídas, guardando absoluto
segredo de todos os casos em que o interesse da Justiça assim o exigir, sob as penas da lei,
obedecendo, outrossim, ao horário regulamentar de trabalho, e declarando-se ciente do regime
disciplinar a que fica sujeito nos termos do artigo 40 do Decreto-Lei n.º 159, de 1969.

TERCEIRO: Os contratantes declaram que será providenciada, na forma da lei a inscrição do (a)
segundo (a) contratante na Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, no Instituto de
Previdência do Estado de São Paulo.

E assim, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 159, de 1969, artigo 38, Decreto n.º
5.129, de 1931, artigo 21, §§ 1.º e 2.º, Lei n.º 9.858, de 1967, e seu regulamento (Decreto n.º
49.933, de 1968), combinados com a Portaria n.º 16/53, Provimento n.º 1/69, item 10, II, e
Provimento n.º 13/69, todos da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, lavram o presente
contrato em 5 (cinco) vias que assinam em presença de duas testemunhas.

São Paulo,

O(A) Primeiro (a) Contratante

O(A) Segundo(a) Contratante

TESTEMUNHAS:

1.ª APROVO
EM / /19

2.ª
JUIZ CORREGEDOR PERMANENTE

OBSERVAÇÕES: - Preencher o contrato em 5 (cinco) vias, sendo as 1.ª e 2.ª vias para a
Corregedoria Geral da Justiça, a 3.ª para a Corregedoria Permanente, a 4.ª para o Escrivão
ou Oficial e a 5.ª para o (a) contratado (a).

Caso o contratado ou a contratada for menor de 18 anos de idade, juntar prova de idade e
consentimento do pai ou tutor.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SANTOS

Ato Declaratório n.º 85.000-10 - 24 de fevereiro de 1971 - Altera o Ato Declaratório, n.º 85.000-7,
de 25/1/71, que dispõe sobre a obrigatoriedade da indicação do número de inscrição, no
Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), pelos procuradores de residentes no exterior. - o delegado
da Receita Federal em Santos, no uso de suas atribuições,

Considerando que a atualização anual dos valores expressos em cruzeiros na legislação
tributária, de acordo, com entendimento da Divisão de Tributação, da S.R.R.F. da 8.ª Região, não
se aplica ao disposto na portaria Ministerial n.º GB-224, de 31/8/70, que tornou obrigatória a
menção do número de inscrição no C.P.F., nos contratos de valor igual ou superior a Cr\$
10.000,00 (dez mil cruzeiros), que tenham por objeto transações imobiliárias, pelos
participantes;

Considerando o disposto na Instrução Normativa, n.º 51, de 16/12/70, do senhor secretário da

Receita Federal;

Considerando que no Ato Declaratório n.º 85.000-7, de 25/1/71, que dispõe sobre a obrigatoriedade da indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), pelos procuradores dos residentes no exterior, quando estes participarem desse tipo de contrato, o limite para, essa exigência foi alterado de Cr\$ 10.000,00 para Cr\$ 12.000,00.

RESOLVE alterar o referido Ato e declarar, para conhecimento dos contribuintes e, em especial, dos Registros de Imóveis estabelecidos na jurisdição desta Delegacia, que estes deverão exigir seja mencionado, nas escrituras públicas de contratos de valor igual ou superior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), que tenham por objeto transações imobiliárias, quando neles participem pessoas físicas residentes ou domiciliadas no exterior, exclusivamente o número de inscrição no C.P.F. dos respectivos procuradores no Brasil.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Nº 092 - Publicação: Jul/Dez 1971

Redação

Faz já algum tempo, noticiaram os jornais que, o Governo do Estado, havia deliberado mandar construir, na cidade de Socorro, um hospital com 600 leitos, destinado a atender aos "funcionários públicos de idade avançada, ou com doenças crônicas e senis".

Segundo, porém, viemos depois a saber, seu intuito não é o de edificar, apenas, o nosocômio aludido, mas, também, um conjunto de apartamentos para residência daqueles mesmos servidores que não mais tenham família, ou esta não se encontre em condições de ampará-los. O empreendimento governamental envolve, assim, a criação de uma verdadeira comunidade geriátrica, onde os mencionados funcionários encontrarão não só uma assistência médico-hospitalar completa, como ainda um ambiente social adequado à sua idade, - que muito poderá contribuir para amenizar os últimos anos de suas vidas.

A iniciativa não podia, em verdade, ter sido mais feliz e oportuna - inclusive por vir ao encontro de recomendações formuladas pelos estudiosos da Gerontologia em recente simpósio aqui realizado -, no sentido de que nos cumpre dispensar aos velhos as atenções e o respeito a que fazem jus, não só como seres humanos, senão também pelo que de si já deram ou poderão dar, ainda, à sociedade a que pertencem.

Naturalmente, essa comunidade ficará subordinada ao Instituto de Assistência ao Servidor Público Estadual - querendo isso dizer que, se tal acontecer, também os servidores da justiça dos Cartórios não oficializados, filiados àquela entidade, deverão poder utilizar-se, salvo melhor juízo, dessa nova modalidade de assistência, em tão boa hora criada pelo dinâmico e empreendedor Governo do Sr. Laudo Natel.

O DECRETO-LEI N.º 271

AGNELO SOBREIRA

O Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, que trata do loteamento urbano e que dispõe sobre assuntos correlatos, veio em época oportuna, embora não seja da boa técnica.

Apesar de decorridos 3 anos de sua publicação e até hoje não ter sido anunciado o seu regulamento, como ficara previsto, trouxe alguns subsídios de que necessitava o instituto do loteamento urbano.

Pois, como se sabe, o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, foi o primeiro diploma legal brasileiro que veio disciplinar o loteamento citadino, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938.

Embora com falhas e imperfeições, não se pode deixar de reconhecer os relevantes benefícios que essa legislação vem prestando durante os 34 anos de sua existência, mormente quando o crescimento populacional do país é extraordinário.

Eis que, em 28 de fevereiro de 1967, surgiu o Decreto-lei n.º 271, que, conforme se disse, veio em auxílio do Decreto-lei n.º 58, sem que, contudo, preenchesse todas as suas lacunas.

Assim, definiu o que é loteamento urbano. Expressão tão usada e comentada, mas sem conceito legal, até a publicação desse Decreto-lei.

Outro ponto abordado e de grande importância para efeito do loteamento urbano e que ficou esclarecido, é o vocábulo desmembramento.

Pois, como é sabido, antes do Decreto-lei n.º 271, proprietários de terras se aproveitavam desse processo, para regularizarem verdadeiros loteamentos, escapando, assim, dos requisitos da legislação vigente.

Iniciativa exuberante - conforme se verificará mais adiante - que veio coibir a formação de vilas e até mesmo de cidades sem as exigências urbanísticas e outras formalidades constantes do diploma especial.

Fixou também, embora com o prazo determinado, o que é zona urbana. Antiga controvérsia sobre sua definição, mas agora elucidada. Ponto de relevância para matéria fiscal, uma vez que diz respeito à tributação de impostos.

Resolveu também definitivamente as dúvidas que ainda podiam pairar quanto à incorporação das vias de comunicação, praças e terrenos reservados a edifícios públicos e "outros equipamentos urbanos", ao domínio público do Município, após a inscrição do loteamento em Cartório, desde que tais elementos constem da planta do loteamento e do respectivo memorial. Deixou claro ainda que o loteador poderá requerer ao Juiz competente a reintegração de posse e domínio das partes mencionadas no parágrafo anterior, desde que não tenha vendido nenhum terreno do seu loteamento.

Conforme se disse atrás, esse Decreto-lei, em seu art. 5.º, vedou a regularização de loteamento urbanos, mediante o processo de desmembramento.

Pois, se por um lado, definiu o desmembramento, por outro, diz que, para efeito de desapropriação não serão indenizadas as construções e benfeitorias levantadas em lotes ou loteamentos irregulares. E mais ainda, que não serão considerados como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenizações, as glebas, não inscritas ou irregularmente inscritas como loteamentos urbanos ou com finalidades urbanas.

Ora, como se vê, tais preceitos, aliados à definição de desmembramento, impedem, de uma vez por todas, a legislação de loteamento urbanos, sem os requisitos do Decreto-lei n.º 58.

Em outro artigo, dá poderes de polícia administrativa aos loteadores e proprietários de lotes para promoverem ação competente contra os vizinhos que, nas construções não obedecerem às exigências urbanísticas do loteamento ou contrariarem às normas de edificações.

Como ficou acentuado, o Decreto-lei n.º 271 não sanou todas as deficiências do instituto do loteamento urbano. Trouxe-lhe alguns complementos necessários, mas não suficientes, diante do desenvolvimento crescente da valorização da propriedade imobiliária.

Assim, o primitivo diploma legal plinador continuará deficiente, sem novos subsídios de que necessita.

Este Decreto-lei apresenta também disposições sobre o instituto da concessão de uso, parte interessante e de grande importância.

(Da "Tribuna da justiça")

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E MERCADO DE CAPITAIS

J. A. PENALVA SANTOS

A alienação em garantia sempre foi proibida no Brasil e a sua adoção era mal vista pelos juristas. Teixeira de Freitas, no Esboço, art. 2.088, considerou-a ilícita, da mesma forma que a Lei n.º 2.689, de 26-10-40. O Código Civil, no art. 765, proíbe ao credor pignoratício de ficar com o bem empenhado e a Lei de Mercado de Capitais repetiu dispositivo do art. 765, no que toca ao bem fiduciariamente alienado. A retrovenda, no entanto, vinha sendo muito usada por credores, sobretudo para imóveis, como negócio de garantia, sendo aceita por alguns Tribunais como lícita.

A Lei do Mercado de Capitais introduziu, no artigo 66, uma mudança na sistemática de nosso Código Civil. Diz o § 2.º desse artigo que "o instrumento da alienação fiduciária transfere, o domínio da coisa alienada independentemente da sua tradição..". Assim, na alienação fiduciária em garantia, a assinatura do seu instrumento é suficiente para transferir o domínio do bem (móvel) por essa forma alienada, apenas entre os contraentes. Para que produza efeito contra terceiros é indispensável o arquivamento no registro de títulos e documentos o que vale dizer: o registro é atributivo de direitos somente contra terceiros, pois entre as partes é apenas declaratório.

Há indiscutivelmente uma venda de natureza resolúvel, porque subordinada a uma condição resolutiva o pagamento, pelo devedor-vendedor, da importância correspondente ao débito e,

neste caso com o implemento da condição, desfaz-se a venda, retornando o bem ao patrimônio do citado devedor-vendedor.

A matéria está subordinada ao disposto nos artigos 647 e 648 do Código Civil.

Não foi por outra razão que no § 8.º do art. 66 da Lei n.º 4.728, de 1965, foi assegurada ao credor-comprador o direito de reivindicar a coisa fiduciariamente alienada, do devedor-vendedor, ou de terceiros, em consonância com o disposto na parte final do art., 647 do Código Civil. Surge daí um óbice, qual o de a ação reivindicatória não permitir que o credor entre, em caráter liminar, na posse do bem, ao contrário do que se verifica com a ação de reintegração posse. Aliás a título de sugestão, dever-se-ia elaborar uma lei de cunho processual, para estabelecer o processamento de tais ações, inclusive com a determinação da venda, do bem em leilão, no curso do processo para que, com saldo, se pague o credor, e o que sobrar, ser devolvido ao devedor.

Como ocorre com o negócio fiduciário, a venda vale de fato "entre as partes e contra terceiros" (se registrada no Registro de Títulos e Documentos) muito embora o seu escopo seja de garantia.

Ora, se houve alienação da coisa é meridiano que ela não só passa para o patrimônio do credor-comprador, como nele permanece e se integre in totum, até o vencimento do prazo estipulado para o pagamento da dívida.

A alienação fiduciária em garantia está ligada intimamente a outro negócio jurídico - um mútuo ou uma abertura de crédito, via de regra - e sua execução subordina-se à do contrato a que está ligada, daí o caráter resolúvel da propriedade da coisa, em nome do credor-comprador.

Vencida a dívida o credor tem dois caminhos: se tiver sido paga pelo devedor, a coisa se tornará ao patrimônio deste, em cuja posse se encontra.

Na hipótese de não pagamento da dívida, o credor deverá propor a ação reivindicatória contra o devedor ou o terceiro que estiver na posse do bem, caso se neguem a devolvê-la; se houver devolução voluntária, o credor é obrigado a vender a coisa, para, de seu produto, pagar-se (§ 5.º do art. 66), a menos que o preço da venda não baste, e, nesse caso, o devedor fica responsável pelo restante (§ 6.º).

De uma conclusão inelutável não se pode fugir: a de que até o vencimento da dívida a propriedade permanece com o credor, enquanto a posse fica com o devedor (§ 2.º), salvo se o devedor ainda não tiver a posse da coisa; nessa hipótese o domínio passará ao credor quando o devedor entrar na sua posse (§ 3.º). Mesmo após o vencimento da dívida não paga, enquanto não vendido o bem (alienado fiduciariamente) para pagamento do credor, o domínio permanece com este, por isso, o devedor não pode vendê-la; se o fizer, a venda se considera a non domino, pelo que não alheia a propriedade, nos termos do disposto no art. 622 do Código Civil, além de incidir nas penas prescritas para o crime de estelionato. Nem pode transferir-lhe a posse porque se assim agir será considerado depositário infiel, sujeito à pena de prisão (art. 369 CPC - ação de depósito).

(Do "Correio da Manhã" - Transcrito da "Tribuna da Justiça")

CÔNJUGE VIÚVO E O DIREITO A USUFRUTO

JORGE MARTINS RODRIGUES

A Lei n.º 4.121, de 27-8-62, alterou o art. 1.621 do Código Civil, que passou a dispor que, enquanto durar a viuvez, o cônjuge sobrevivente, se o casamento era no regime de separação, terá direito ao usufruto da quarta parte, ou da metade, conforme haja ou não herdeiros necessários, dos bens do falecido. Essa modificação tem suscitado controvérsias e dúvidas. E, neste jornal, em 8-3-70, o Dr. J. Armando Netto, ex-procurador da Justiça e hoje advogado militante, publicou longo e substancial parecer sobre a pretensão de uma viúva que; favorecida por doações valiosas do marido, pleiteia na Justiça o reconhecimento do direito a usufruto, nos termos da :nova redação do art. 1.621. No inventário, que se processa numa das comarcas do Interior, o cônjuge sobrevivente enfrenta enteados, sendo de cerca de Cr\$ 10.000.000;00 o valor dos bens do de cujus. O parecer do Dr. J. Armando Netto conclui contrariamente à pretensão, esteando-se para isso em princípios de hermenêutica e na lição de eminentes tratadistas estrangeiros em seu exame de dispositivo, mais ou menos semelhante, do Código Civil de países latinos da Europa.

Cremos que o advogado paulista tem razão, mas, o que neste pequeno artigo, desejamos fazer é

mostrar que melhor, talvez do que a maneira clássica de interpretar uma lei, isto é, segundo os fins que o legislador teve em mente, será a análise dos fatos que o induziram a elaborar determinada norma ou dados os efeitos maléficos de lei já existente, a modificá-la. Se o leitor nos seguir com alguma atenção admitirá, acreditamos, tal conveniência.

Consoante ensina o prof. Vicente Ráo:

"Interpretação é a operação lógica que, obedecendo aos princípios e leis científicas ditadas pela hermenêutica e visando integrar o conteúdo orgânico do direito, apura o sentido e os fins das normas jurídicas, para o efeito de sua aplicação às situações de fato da vida social."

Quer dizer, o intérprete considera o sentido e a finalidade da norma legal e sua adequação a fatos da vida social. Essa é a interpretação teológica, feita, aliás, com rigor pelo Dr. J. Armando Netto.

Interpretemos, porém, o art. 1.621 tendo em vista a relação de causa e efeito entre ele e certos fatos. Confiamos em que a interpretação do texto legal, realizada dessa forma, demonstrará mais direta e precisamente que, de acordo com a conclusão do Dr. J. Armando Netto, o legislador teve o propósito, que apenas não traduziu em palavras de não estender o benefício mencionado no art. 1.621 às pessoas, casadas no regime de separação, legal ou contratual, que possuam recursos oriundos de doações do cônjuge. Em nossa opinião mesmo que os bens do viúvo não tenham essa origem.

Examinando o referido dispositivo e sabendo que a viuvez tem, em muitos casos, impossibilitado ao cônjuge sobrevivente manter seu anterior padrão de vida, podemos formular este raciocínio dedutivo.

Certo número de viúvos têm ficado desamparados financeiramente.

Provavelmente, isto é consequência do artigo 1.621 (o antigo).

Aí temos um raciocínio lógico-jurídico tanto normativo como não normativo, pois calcado, de uma parte, em reflexões sobre fatos. O emprego do advérbio provavelmente se faz necessário porque, patente é, o desamparo financeiro em que fique um cônjuge viúvo, pode ter outra causa que não o antigo art. 1.621. Conquanto aqui só ponderemos deter. minada causa - uma norma legal - ainda assim permanece o advérbio, levando-se isso à conta da dúvida filosófica em torno. do conceito de causa.

Mas, com base no novo raciocínio dedutivo, podemos enunciar outro, cuja premissa seja uma proposição universal.

Enviuvando, todos os que foram casados no regime de separação ficam desamparados financeiramente, a não ser que possuam recursos próprios.

Logo, o desamparo é consequência do art. 1.621 (o antigo).

É claro, em primeiro lugar, que estamos considerando só os casos em que o de cujus deixou bens. E, em segundo, que é impossível suprimir a ressalva contida na premissa, porque, se o fizéssemos, ela seria falsa. Dessa mesma impossibilidade decorre que o legislador, depois de apurar certo fato - o desamparo financeiro do cônjuge sobrevivente causado ou ensejado pela antiga redação do art. 1.621, ao cogitar de o alterar, só iria preocupar-se com seus efeitos sobre determinadas pessoas: os cônjuges sem recursos próprios, cujo nível de vida se reduziu ao extinguir-se o casamento.

Tomando de um exemplo extremo: se todos os cônjuges recebessem doações como as que a Sra. Jaqueline Onassis tem recebido do marido bilionário, que legislador cuidaria de editar uma norma como a da Lei n.º 4.121 ?

(Transcrito do "O Estado de S. Paulo", de 8-8-71)

FILIAÇÃO ILEGÍTIMA E DIREITO À HERANÇA

ANTÔNIO RAPHAEL SILVA SALVADOR

(Promotor Público)

Assunto sempre muito discutido e que grande interesse desperta é o referente aos filhos ilegítimos e seus direitos; podem pleitear seus reconhecimentos, podem pedir alimentos aos pais, têm direito à herança, ainda que haja filhos ilegítimos de seu pai?

Encontramos em um magnífico acórdão que merece ser transcrito neste jornal, pois seu erudito relator examina o assunto dentro do nosso direito e também tendo em vista o estrangeiro.

Iremos transcrever alguns trechos daquela decisão, sem qualquer outro comentário.

"A propósito surge o problema da equiparação dos filhos ilegítimos aos legítimos.

No direito francês vigente, o filho natural, concorrendo com descendentes, legítimos, recebe a metade da porção hereditária que ele teria se legítimo fosse (art. 758 do CC).

No "Avant-Projet", obra dos mais notáveis juristas franceses a situação do filho natural é alterada, mas não é igual à do filho legítimo (art. 774).

O recente Código Civil Português, também, em seu art. 2.139, 2, estabelece que "concorrendo à sucessão filhos legítimos ou legitimados e filhos ilegítimos, cada um destes últimos tem direito a uma cota igual à metade da de cada um dos outros".

Na Inglaterra a mãe tem, em princípio, o direito de guarda, a determinação da educação religiosa do filho ilegítimo e a obrigação de prestar-lhe alimentos.

Em relação ao pai, porém, o filho ilegítimo não possui nenhuma relação jurídica familiar; não tem direito ao seu nome, podendo escolher qualquer outro. Eventualmente, o pai poderá ser obrigado a prestar-lhe alimentos até certa idade.

Na Alemanha Ocidental, não existe relação jurídica de parentesco entre o filho ilegítimo e seu pai (§ 1.859 n.º II, do B.G.B.). Mas o pai é obrigado a prestar-lhe alimentos, até a idade de 18 anos.

Os alimentos incluem todas as necessidades da vida, educação e formação profissional (§ 1.708 e lei de 11-8-1961). A completa equiparação de filhos ilegítimos aos legítimos, seria incompatível com a instituição da família legítima, baseada no casamento, que se acha sob a especial proteção do Estado (art. 6.º n.º I, da Lei Fundamental). Toda e qualquer valorização do filho ilegítimo não pode redundar em desvalorização por mínima que seja - do casamento e dos filhos legítimos.

Agora, na própria União Soviética, onde o marxismo-leninismo assume feições surpreendentes, o decreto do Presidium de 8-7-1944, para o qual - o "robustecimento da família tem sido sempre uma das missões mais importantes do Estado soviético", revogou a equiparação dos filhos ilegítimos aos legítimos: somente os filhos legítimos têm pretensão jurídica contra os pais. Os filhos ilegítimos possuem parentesco de sangue somente em relação à mãe. Não é permitida a investigação de paternidade, nem tampouco possuem eles direito alimentar contra o pai. Em compensação, o Estado lhes dá ampla pensão alimentar.

No direito brasileiro, a questão dos direitos sucessórios dos filhos naturais reconhecidos é tratada no artigo 1.605, do Código Civil. Os artigos 1.773 do Projeto Primitivo e 1.940 do Projeto Revisto, os quais corresponderá ao art. 1.605 do Código, não continham a disposição do § 1.º desse artigo. Tal parágrafo, surgiu em consequência do aditivo de Alfredo Pinto, relator, na Comissão dos Vinte e Um, dessa parte do projeto.

O aditivo, inspirado na lei francesa que dava "aos filhos naturais a metade da cota a que tinham direito os filhos legítimos" foi aprovado e constitui o § 1.º do art. 1.605 do CC., mudado apenas a redação, que lhe deu Rui Barbosa.

Assim, exemplifica: se na constância do casamento de A com B, aquele reconhece o filho ilegítimo, este herdará apenas a metade de que herdar cada um dos filhos legítimos, ao passo que se o reconhecimento fosse anterior ao casamento, o filho reconhecido e os legítimos teriam partes iguais na herança (é o estudo de Hermenegildo, de Barros, "Manual do Código Civil, do Direito das Sucessões", vol. 18, 2.ª tiragem, pág. 456 e segs.).

Portanto, o filho natural de desquitado - reconhecido na constância do casamento - fica sujeito, em matéria sucessória, ao disposto no art. 1.605, § 1.º do CC.

É que, em nosso direito, o casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges. A ausência, por mais prolongada que seja, não produz efeito (art. 315, parágrafo único, do CC). Uma coisa é o casamento válido à vínculo conjugal e outra coisa é a sociedade conjugal, que, pelo desquite, termina.

O casamento é indissolúvel (art. 167, § 1.º, da Constituição Federal). O desquite apenas põe termo à sociedade conjugal, isto é, a comunhão de vida e de bens; apenas acarreta a separação de corpos, com a consequente extinção dos deveres conjugais, e põe termo ao regime matrimonial de bens, mas não dissolve, não extingue o casamento válido, que só se extingue pela morte de um dos cônjuges.

Nesse sentido há um grande número de julgados, como, por exemplo os constantes da RT, vol. 162-699, 180-176, 181-207 e 194-645.

Nem se argumente com o art. 126 da Carta outorgada de 1937, pois esse preceito não revogou e nem poderia revogar o § 1.º do art. 1.605 do CC. Limitou-se a recomendar que a lei assegurasse a igualdade dos filhos naturais com os legítimos. E em cumprimento a essa recomendação não veio lei alguma (Rev. dos Tribs. vol. 162-701).

Aliás, o art. 1.605 do CC, para efeitos da sucessão, equiparou os filhos naturais reconhecidos aos filhos legítimos. O § 1.º constitui uma exceção à regra geral.

Após outras considerações, o mesmo V. Acórdão termina dizendo: "em suma, na espécie, cuida-se de filha natural reconhecida na constância do casamento do genitor, e, assim, a ela se aplica o disposto no art. 1.605, § 1.º do C. Civil.

NOVA TABELA PARA IMPOSTO DE RENDA

Em duas portarias que assinou, em Brasília, o ministro Delfim Netto estabeleceu nova tabela do imposto de renda progressivo das pessoas físicas e fixou limites de rendimento e de posse ou propriedade de bens, para fins de apresentação de declaração no exercício de 1972. Estarão isentos desse tributo os que perceberem rendimentos até Cr\$ 6.048,00. Elevou-se, também, para Cr\$ 2.695,00 o abatimento anual, por dependente, como encargo de família.

A portaria BR N.º 81 tem esta redação:

"O ministro de Estado da Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 29 do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968,

Resolve

I - O imposto de renda progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas, residente ou domiciliadas no Brasil, nos termos do Artigo 5.º do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, será cobrado no exercício financeiro de 1972, de acordo com a tabela anexa.

II - O abatimento anual como encargo de família, por dependente, no exercício financeiro de 1972, será de Cr\$ 2.695,00 (dois mil seiscentos e noventa e cinco cruzeiros).

III - Os demais valores expressos em cruzeiros na legislação do imposto de renda serão atualizados, no exercício financeiro de 1972, mediante aplicação do coeficiente de 1,20 (um vírgula vinte)".

A Tabela está assim composta:

Classe de Liquida - Cr\$		Alíquota.	
Até	6.048,00	a	isento
De	6.049,00	a	6.480,00 3%
De	6.481,00	a	8.640,00 5%
De	8.641,00	a	12.069,00 8%
De	12.007,00	a	17.280,00 12%
De	17.281,00	a	23.760,00 16%
De	23.761,00	a	32.400,00 20%
De	32.401,00	a	43.200,00 25%
De	43.201,00	a	64.800,00 30%
De	64.801,00	a	86.400,00 35%
De	86.401,00	a	129.600,00 40%
De	129.601,00	a	172.800,00 45%
Acima de			172.800,00 50%

REGISTRO DE CAMBIAL

A Segunda Câmara do Tribunal de Alçada Civil deste Estado, nos autos de Apelação Cível n.º 151.687, da comarca de São João da Boa Vista, apreciando matéria relativa a direito cambial, julgou improcedente ação cujo fulcro central residia no fato de ser nula ou não nota promissória não registrada após o advento do decreto-lei federal n.º 427, de 1969. O autor, na ação, escolheu a via ordinária para a cobrança da importância representada pelo título, que não foi levado a registro no prazo prescrito no aludido diploma, admitindo o juiz de primeira instância a validade do processo utilizado, lhe dando ganho de causa.

O acórdão alusivo, tomado por unanimidade de votos, firmou a regra de que "as letras de câmbio e as notas promissórias não registradas conforme a determinação do decreto-lei federal n.º 427-69 são nulas de pleno direito e não autorizam a cobrança quer pela via executiva, quer pela via ordinária", acrescentando que, "se os estabelecimentos de crédito e Cartórios de Notas estão impedidos, "sob as penas da lei", de dar curso a tais títulos (art. 3.º § 1.º do decreto federal 64.156, de 4-3-1969) é inadmissível que possam ter nos pretórios judiciais para operar efeitos jurídicos cancelados Me jure".

Descendo a pormenores, pondera o relator, em considerações a respeito, que "o governo da União, reconhecendo que o mercado do dinheiro, por particulares, em negócios usuários, afetava a economia civil e que, pela forma clandestina e maliciosa dos mútuos, se operava urna evasão tributária injusta e perniciosa ao interesse comum, além de possibilitar a ocultação de patrimônios formados de incontinência funcionais, deliberou regrar avenças desse tipo, invalidando os documentos que ensejavam a burla fiscal e vedavam o controle da legitimidade da riqueza capitalizada. Daí editar a medida drástica de invadir o conservador e tradicional sistema cambial, através do decreto-lei federal n.º 427-69". Acrescenta, depois, que "o registro das cambiais passou a ser, derivadamente do sistema uma condição "sine qua non" para o Protesto ou para a cobrança cambial, seja qual for o tipo da ação ajuizada. Sem registro, e segundo os termos da lei, não há protesto e nem pode haver cobrança, nem pela via executiva nem pela via ordinária, e isso porque o título não registrado é nulo".

Em abono de suas considerações, recorda ainda o relator os termos do decreto federal n.º 64.156, de 4-3-1969, que regulamentou os artigos 2.º, 3.º e 5.º do decreto-lei federal n.º 427, também de 69, para reconhecer, afinal, não ser realmente possível, face aos termos de tais dispositivos, "que os títulos não registrados, apenas não ensejam a via executiva, servindo, porém, como começo de prova para a ação ordinária, como faz a r. sentença recorrida. Se tais títulos são nulos e não podem, por qualquer forma, dar oportunidade à execução da dívida que representam, nem ter curso em Cartório de Notas, é manifesto querem. por ação ordinária podem ser cobrados, porque coisa nula não se outorga qualquer direito a ninguém". A matéria, sem dúvida, é atraente, quer como exegese, quer como interpretação jurídica. A lei já foi discutida e interpretada, mais de uma vez, em várias ações de primeira instância, preponderando em todas elas, o princípio de que realmente os títulos cambiários, não registrados, após o advento do diploma invocado, perdem seus efeitos para os processos de rito executivo, servindo, no entanto, para os processos de rito ordinário. O seu titular, assim, não se beneficiaria dos meios mais rápidos e mais drásticos oferecidos pela lei adjetiva para cobrar seus direitos em Juízo. Teria de contentar-se com o processo mais moroso da ação ordinária, servindo-se do título sem registro como início de prova de seu direito, a exigir-lhe, subsidiariamente, novos elementos para robustecê-lo e consolidá-lo também em Juízo. Argumentam, também, os partidários desta corrente, que argüir de nulo para todos os efeitos o título sem registro, após o advento do decreto-lei federal n.º 426 de 1969, não teria também sentido, em face do que dispõe o § 4.º do art. 153, da Constituição Federal. Importaria, pura e simplesmente, numa lesão de direito individual, que em qualquer hipótese, em se verificando, deve e pode ser apreciada pelo Poder Judiciário.

A VARIAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NOS SEUS 31 ANOS DE VIGÊNCIA

SALÁRIO-MÍNIMO NA CIDADE DE SÃO PAULO Desde a sua instituição, o salário-mínimo mensal na cidade de São Paulo sofreu as seguintes variações:

"Quantum" mensal	Vigência a partir de	
Dec.-Lei n.º 2.162 de 1/5/40.....	Cr\$ 220	3. 7.40
Dec.-Lei n.º 5.473, de 11/5/43.....	Cr\$ 275	12.6.43
Dec.-Lei n.º 5.977, de 10/11/43.....	Cr\$ 360	1.12.43
Dec.-Lei n.º 5.978, de 10/11/43.....	Cr\$ 390	1.12.43(*)
Dec. n.º 30.342, de 24/12/51.....	Cr\$ 1.190	1. 1.52
Dec. n.º 35.450, de 1/5/54.....	Cr\$ 2.300	3. 7.54
Dec. n.º 39.604-A, de 14/7/56.....	Cr\$ 3.700	1. 8 56
Dec. n.º 45.106-A, de 24/12/58.....	Cr\$ 5.900	1. 1.59
Dec.- n.º 49.119-A, de 15/10/60.....	Cr\$ 9.440	18.10.60
Dec. n.º 51.336, de 13/10/61.....	Cr\$ 13.216	16.10.61
Dec. n.º 51.613, de 3/12/62.....	Cr\$ 21.000	1. 1.63
Dec. n.º 53.578, de 21/2/64.....	Cr\$ 42.000	24.2.64
Dec. n.º 55.803, de 26/2/65.....	Cr\$ 42.000	1. 3.65
Dec. n.º 57.900, de 2/3/66.....	Cr\$ 84.000	1. 3.66
Dec. n.º 60.231, de 16/2/67.....	NCr\$ 105,00	1. 3.67
Dec. n.º 62.461, de 25/3/68.....	NCr\$ 129,60	26.3.68
Dec. n.º 64.442, de 1/5/69.....	NCr\$ 156,00	1. 5.69

Dec. n.º 66.523, de 30/4/70.....	NCr\$ 187,20	1. 5.70
Dec. n.º 68.576, de 1/5/71.....	Cr\$ 225,60	1. 5.71
Beneficiou somente os trabalhadores da indústria.		
Transcrito da "Tribuna da Justiça".		

"UNISSEX" TEM RAÍZES SOCIAIS

RUBENS GLASBERG

Moças usando roupas de corte militar, botas, gravatas e cabelos curtos. Rapazes com bolsas a tiracolo, colares e longos cabelos. A tendência ao unissex é apenas um fenômeno passageiro da moda ou tem raízes mais profundas?

A questão foi abordada na primeira semana deste mês por duas das principais revistas informativas norte-americanas. Elas publicam as conclusões de uma pesquisa feita pelo psiquiatra Fred Brown, do Hospital Mount Sinai, de Nova York. Brown afirma que os jovens estão sofrendo uma reversão psicológica na identidade sexual, isto é, os homens tornam-se mais femininos e as mulheres mais masculinas. O psiquiatra baseia suas conclusões na maneira pela qual as pessoas passaram a responder ao teste Rorschach.

O teste consiste numa série de pranchas com borrões, apresentados sucessivamente ao paciente, que deve dizer ao que eles; se assemelham. A análise das respostas permite estabelecer a estrutura global da personalidade do indivíduo e sua dinâmica interna, nos diferentes aspectos - emocional, afetivo, intelectual e outros.

Brown observou uma reversão total num dos conteúdos das respostas que os jovens passaram a dar a uma das pranchas, que segundo ele é reveladora da identidade sexual.

Segundo a pesquisa, nas décadas dos 50 e 60, a maioria dos pacientes via na referida prancha uma figura masculina. Essa resposta foi considerada normal. A maioria, que via uma figura feminina, era suspeita de ter tendências homossexuais.

O mesmo grupo - de 1.400 pessoas - voltou a ser testado recentemente e apenas uma pequena porcentagem viu a figura como masculina. Para a grande maioria - especialmente os jovens - ela era feminina.

Brown atribui a mudança na identificação do sexo a fatores sociais e culturais. "A sociedade - afirma ele - não gratifica as pessoas pela individualidade sexual". Acrescenta que o homem pode ser escolhido Para morrer na guerra do Vietnã ou que teme ser assassinado como John e Robert Kennedy, símbolos de masculinidade na sociedade norte-americana. Numa versão brasileira da tese, poder-se-ia falar do temor aos Esquadrões da Morte.

No caso da mulher, o psiquiatra acredita que a mudança da identidade sexual tenha conteúdo benéfico. Ela estaria expressando seu sentimento de força e de igualdade com o homem.

"É interessante notar - diz Brown - que a identificação sexual, algo que Freud considerava definitivamente estabelecido na infância, pôde ser alterada por fatores sociais e culturais, no prazo de uma década".

A conclusão conseqüente seria que a teoria freudiana do Complexo de Édipo tem como destino o cesto de lixo da ciência. A afirmação é um tanto precipitada. Embora as duas revistas não forneçam pormenores técnicos da pesquisa, há fortes indícios de que ela está viciada.

A maioria dos autores especializados em Rorschach sustenta que só podem ser tiradas conclusões sobre a dinâmica da avaliação de uma série de elementos, no total do teste. E não - como o fez Brown - a partir de um único tipo de resposta, numa prancha isolada.

Por outro lado, o Rorschach - embora sendo um dos principais instrumentos de trabalho de psiquiatras e psicólogos - serve somente como auxiliar de diagnóstico. Para conclusões mais precisas, deve ser complementado por uma bateria completa de testes ou exames clínicos. O fenômeno unissex Poderia, Portanto, ser interpretado simplesmente como maior aproximação entre jovens de sexos opostos, resultante de uma quebra de antigos tabus.

Mas - ainda considerando a pesquisa de Brown tecnicamente viciada - persiste a hipótese de que a nova moda seja a expressão de um fenômeno patológico, mais especificamente, uma tendência para o homossexualismo.

A homossexualidade - segundo alguns dos estudiosos do assunto - não é um fato isolado. Ela está associada a núcleos psicóticos no indivíduo e surge, geralmente, como defesa contra ansiedades de tipo persecutório.

O unissex seria, então, uma defesa contra uma sociedade vista como perigosa e ameaçadora.

Nesse caso, as conclusões de Brown poderiam ser válidas, ou seja, ele acabou escrevendo certo por linhas tortas.

Analisando a hipótese de que a nova moda simboliza uma doença social, o psiquiatra afirma que "pacientes podem ser curados". Mas, não indica a terapêutica e conclui observando que "pacientes e sociedades também morrem".

Além da pesquisa em si e das afirmações de Brown, tudo o mais não passa de sugestões e indagações de jornalistas leigos na matéria. Cabe aos especialistas - psiquiatras, psicólogos, sociólogos e antropólogos - encontrar uma explicação para o unissex, se é que o fenômeno tem realmente alguma importância para a compreensão da sociedade em que vivemos.

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo")

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Agravo de Petição n.º DJ - 200.575 - Ribeirão Preto - Agvtes: Said Halah e outros - Agvdo.: Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 200.575, da Comarca de Ribeirão Preto, em que são agravantes Said Halah e outros e agravado Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1 - Pretendem as agravantes que o agravado proceda a averbação das unidades autônomas do Edifício Padre Euclides, do qual são condôminos, tendo, para tanto suscitado dúvida inversa, sobre a qual o agravado se manifestou, arguindo a necessidade da prática de três atos distintos: um da averbação da construção do edifício ao regime condômnial e o terceiro de averbação da individualização e descrição da unidade. Insistiram os agravantes que uma só deve ser a averbação, não tendo razão o agravado em pretender praticar os três atos, face a norma do Decreto Estadual n.º 52.125, de 1970, Tabela 11, item IV, letra "c".

2 - A dúvida inversa foi julgada improcedente, ensejando recurso dos agravantes às fls. 13.

Regularmente processado o recurso, o MM. Juiz "a quo" sustentou sua decisão às fls. 155.

3 - Nega-se provimento ao agravo, para que subsista a decisão recorrida pelos seus fundamentos e nos termos do parecer da douta Procuradora Geral da Justiça.

Com efeito, conforme consta das certidões imobiliárias que o MM. Juiz "a quo" fez juntar aos autos as frações ideais de terreno de cada condômino foram transcritas regularmente. Também a especificação, divisão e convenção do condomínio foi, devidamente, inscrita.

Resta, pois, proceder-se a averbação distinta e à margem de cada transcrição da construção do edifício (artigo 44 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, combinado com o artigo 285 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939), bem como de sua condição condominial, não só no tocante a esse regime, como também no que tange a individualização e descrição da unidade autônoma respectiva.

Sem esses atos haverá solução de continuidade no registro, o que é intolerável.

E no tocante a custas, não é por meio de dúvida que se delibera a esse respeito.

4 - Esses os fundamentos que levam ao improvimento do agravo.

São Paulo, 23 de agosto de 1971.

Cantidiano, Garcia de Almeida, Presidente

José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente, em exercício.

Advogado: Dr. Rogério Strada Rocha e Said Halah.

D. J. 2-9-71

Agravo de Petição - DJ-198.818 - Capital - Agvte.: Andrés Lopez Martínez - Agvdo.: Oficial do 15.º Cartório de Registros de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 198.818, da Comarca da Capital, em que é agravante Andrés Lopez Martínez e sua mulher, sendo agravado Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Levados a registro as escrituras prenotadas sob n.º 173.376 e 173.377, à página 543 do Protocolo 1-D, verificou o agravado não estar averbada a construção dos dois prédios alienados pelos agravantes a Nassif Caran e Antônio dos Santos Rodrigues. Por isso adiou a transcrição dos títulos, bem como porque não foi apresentado o "Certificado de Quitação" (CQ), do INPS, certo que o de fls. 9 tem finalidade diversa da exigida para a averbação.

Afinal, a dúvida foi julgada procedente, ensejando o recurso de fls. 41-45, que obteve parecer favorável da douta Procuradoria Geral da justiça.

2. Impróprio merece o recurso.

Com efeito, por força de item VI acrescentado ao artigo 79 da lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, pelo artigo 20 do Decreto-lei n.º 86, de 21 de novembro de 1966, e proprietário, o dono da obra ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo do imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da legislação previdenciária, seja o construtor empresa vinculadas ou pessoa a ela equiparada, inclusive se trabalhador autônomo (artigo 4.º, letra "d", da Lei n.º 3807, de 26 de agosto de 1960; artigo 141, item II, de Lei 3.807, com a redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966).

Assim, não aproveita aos agravantes a execução aberta pelo item I do parágrafo 5.º acrescentado pelo Decreto-lei n.º 821, de 5 de setembro de 1969, ao artigo 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966. Outrossim, não aproveita aos agravantes a ressalva do artigo 8.º da Lei n.º 5.432, de 7 de maio de 1968, no sentido de que não se aplica o disposto no citado item VI do artigo 79 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, ao proprietário, dono de obra ou condômino de unidade imobiliária que tenha contratado e iniciado obra de construção, reforma ou acréscimo de imóveis até 20 de novembro de 1966. Realmente, tal não pode aproveitar aos agravantes, porque, nas escrituras que se pretende registro, datadas de 26 de fevereiro de 1969, há menção que os agravantes construíram os prédios em terreno adquirido por escritura de 3 de fevereiro de 1967 e transcrita sob n.º 56.191, no 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Daí poder admitir-se que o início das obras de construção é posterior a 20 de novembro de 1966, incorrendo, pois, a exigência legal de ser anterior a tal data.

3. Portanto, a impossibilitar a necessária averbação, primeiramente, está a falta de apresentação de "Certificado de Regularidade de Situação" (CRS), exigência prevista no artigo 141, parágrafo 2.º letra "d", da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a nova redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, combinados com o artigo 2.º, letra "d", do Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967. Tal documento, como já se decidiu no agravo de petição n.º 198.327, da Comarca de São Paulo, publicado no Diário da Justiça de 15 de junho de 1971, constitui requisito indispensável para a averbação de construção de prédios no Registro de Imóveis, devendo mesmo ser exigido pelo Oficial do Registro Imobiliário, mormente porque a lei fulmina com a nulidade ipso jure os atos praticados com inobservância do referido requisito, sujeitando o serventuário a penalidades (artigo 142 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a nova redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966). É, enquanto não for feita a averbação das construções a dúvida procede inquestionavelmente, impedindo a transcrição dos títulos apresentados.

4. Outrossim, considerando-se que o "Certificado de Quitação" (CQ) de fls. 9, expedido em novembro de 1969, é para obtenção do "Habite-se" junto a Municipalidade de São Paulo, é certo que, para a transcrição do que consta ser a primeira alienação de cada prédio, há necessidade de apresentação ao agravado do específico "Certificado de Quitação" (CQ), nos termos do artigo 141, § 4.º, da lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a nova redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, combinados com o artigo 4.º, letra "c" artigo 7.º e artigo 11 todos do Decreto-lei n.º 60.368, de 11 de março de 1967. Tal "Certificado de Quitação" (CQ), que será sempre no original, conforme manifestação do INPS (fls. 29-31), deve ser registrado e arquivado pelo agravado no respectivo Cartório, como determina o artigo 12 do mencionado Decreto 60.368, de 11 de março de 1967.

5. Por esses fundamentos é que se nega provimento ao recurso.

São Paulo, 6 de julho de 1971.

Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente

José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Dimas Rodrigues; de Almeida, Vice-Presidente, em exercício.

Advogada: Dra. Maria Gladys Gomara de Oliveira.

D. J. de 23-7-71.

Agravo de Petição n.º DJ-200.789 - Franca - Agvte.: João Bispo - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca

Acórdão.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 200.739, da Comarca de Franca em que é agravante João Bispo e Agravado Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam em sessão de Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Trata-se da denominada dúvida inversa, pois, o agravante requereu ao MM. Juiz "a quo" que fosse determinado o registro da escritura de venda e compra que lhe fora outorgada por João José Santana e sua mulher no livro n.º 370, fls. 198v., do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca, registro esse que vinha sendo negado pelo agravado.

Em sua manifestação, o agravado esclareceu que o imóvel objeto da referida escritura está sujeito ao regime condômnial, motivo pelo qual João José Santana e sua mulher não poderiam ter alienado parte certa e determinada, sem a aquiescência dos demais condômnios.

O Ministério Público local opinou pela procedência das razões do agravado, opôs o que o MM. Juiz "a quo" indeferiu o pedido inicial, ensejando a interposição da apelação de fls 10-11, recebida como agravo de petição e como tal, regularmente processado.

A douta Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo improvimento do recurso.

2. E, realmente merece impróvido, o agravo.

Com efeito, João José Santana e sua mulher, por herança, vieram a adquirir uma parte ideal correspondente a Cr\$ 71,79 de um terreno avaliado em Cr\$ 100,00 e medindo 15 x 39 metros. Posteriormente, venderam ao agravante uma parte desse imóvel, com a medida de 4,50 x 24 metros. Assim, é indubitoso que deram à venda parte certa e determinada de imóvel sujeito ao condomínio aludido pelo agravado, condomínio esse a que também se referiu o agravante na petição inicial e na minuta de seu agravo.

Assim, para a validade jurídica do ato, mister se tornava a anuência dos demais condômnios, de vez que, como bem salientou o douto Procurador da Justiça, o recorrente alienou uma parte de sua parte ideal, localizando-a, todavia, como se fora coisa certa e determinada.

Justa, assim, a recusa do agravado, em proceder a transcrição do título apresentado, mesmo porque lhe cabe verificar a legalidade e validade das escrituras levadas a registro, e qual será precedido só no caso de elas estarem em conformidade com a lei, nos expressos termos do artigo 215 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

3. Por esses fundamentos nega-se provimento ao agravo.

São Paulo, 17 de setembro de 1971. - (aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente - José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente, em exercício - Adv.: Dr. Paulo Lima Vilhena.

D. O. J, 7-10-71

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

COMUNICADO - Prot. 9-129-71

1. - A Corregedoria Geral da Justiça, reiterando o comunicado publicado a 27 de janeiro de 1970, recomenda aos M.M. Juízes de Direitos das Comarcas do Estado, exceto, a da Capital, que determinem aos Srs. Escrivães a anotação da distribuição, pelos 1.º, e 2.º Distribuidores Criminais da Capital, das precatórias oriundas de suas comarcas, conforme publicações do "Diário da Justiça".

2. - Conseqüentemente, os pedidos de informação sobre o cumprimento e devolução de precatórias deverão ser dirigidos, diretamente, à Vara a que distribuídas.

3. - Os pedidos de informação, injustificadamente dirigidos à Corregedoria Geral da Justiça ou aos Distribuidores Criminais não serão atendidos.

D. J. de 24-6-71.

35.107-71 - Santos - No processo n.º 35.107-71, em que figuram como interessados: Lauro da Cunha Alves e Alberto Francis Naccarato - Escrivães respectivamente dos Cartórios dos Distribuidores das comarcas de Santos e Campinas, foi pelo Exmo. Sr. Desembargador

Corregedor Geral da Justiça, proferido o seguinte despacho datado de 11-6-71: "Compete aos órgãos do Registro do Comércio, não a Juízes de Direito, a autenticação de livros comerciais. Fora de suas sedes, tais órgãos podem delegar competência a outra autoridade pública, para a autenticação. A Junta Comercial de São Paulo, por deliberação n.º 3-70 delegou competência aos serventuários designados pela Corregedoria, para a legalização dos livros. A legalização se fará, pois, por quem foi designado pela Corregedoria Geral, sendo incabível qualquer outra designação no momento. A Corregedoria designou para tal fim, no interior, os distribuidores. A função, pois, nada tem a ver com as que são pertinentes a esses auxiliares de Justiça, nesta qualidade; não se submete, por conseguinte, a correção dos MM. Juízes. Quanto à remuneração, é claro que nada tem com a "autenticação judicial" do Regimento de Custas a competência para legalizar os livros: o Regimento é de março de 1970 e a delegação foi dada em julho a serventuários então designados pela Corregedoria, que podiam ser outros que não os distribuidores. Tão-somente, ficaram os distribuidores autorizados a receber a importância referida no Regimento, não como "autenticação judicial", mas como retribuição pelo serviço delegado. Assim, o art. 4.º do Decreto-lei 203, em suas Disposições Transitórias, não pode ter aplicação alguma no tocante à legalização de livros (o que é inconfundível com "visto" em balanço) pela óbvia razão de que sequer compete ao Executivo ou Legislativo do Estado determinar quais os funcionários que exercerão as funções delegadas pelos órgãos do Registro do Comércio. Menos é cabível, pois, que pretendessem fixar critério para a divisão da retribuição entre distribuidores e contadores, quando sequer poderiam atribuir a função a qualquer desses serventuários. Assim, diante da legislação federal, delegado que foi aos distribuidores a função, recolherão eles a retribuição determinada, pela prestação de serviços delegados. Frise-se, mais uma vez, que nem há mais "autenticação judicial" de livros, nem distribuição deles entre juízes cíveis, mas tão-somente exercício de função delegada aos distribuidores, nos termos e para os fins da legislação federal, SP., 11-6-71.

D. J, de 23-6-71

PROC. N.º 33.386-70

Senhor Corregedor Geral:

1 - O MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Botucatu remeteu a esta Corregedoria Geral cópia de decisão que proferiu na dúvida suscitada pelo 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca a propósito de compra de imóveis rurais por estrangeiros.

Em síntese, a decisão está no sentido de que o cônjuge brasileiro embora casado com estrangeiro, residente no- país, pode adquirir propriedade rural sem obter autorização do IBRA 2 - Realmente, examinada a matéria à luz das disposições contidas no Ato Complementar n.º 45, de 30 de janeiro de 1969, e no Decreto-lei n.º 494, de 10 de março de 1969, tem-se que o MM. Juiz de Direito, como Juiz Corregedor Permanente, deu solução acertada à questão.

Note-se que o casamento de pessoa brasileira com estrangeira, só por si, não é causa de perda da nacionalidade brasileira, como resulta do exame do artigo 146 da vigente Constituição Federal de 1967. Pontes de Miranda observou - e a observação, é significativa, por que, a cônjuge brasileira é mulher - que "nunca a mulher brasileira perde a nacionalidade pelo casamento com estrangeiro. Foi o Brasil o precursor dessa medida sábia, que rompeu com uma elas, mais arraigadas sobrevivência da submissão do sexo feminino" (in "Comentários à Constituição de 1967", 1967, Ed. Rev. dos Tribs., vol. IV, pág. 514, letra "h").

3 - Por isso opino no sentido de que seja aprovada a orientação traçada pelo MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Botucatu, como Juiz Corregedor Permanente, dando-se-lhe ciência se adotado este parecer.

Sub censura.

São Paulo, 25 de maio de 1970.

O Juiz Auxiliar, Álvaro Lazzarini.

Aprovo o parecer. - S. P. 2-6-70. - (a) José Geraldo Rodrigues; de Alckmin.

Proc. C. G. 35.714-71 - Interessado: INCRA - Referente à aplicação do Decreto-lei 494-69.

Aquisição de imóveis rurais, sendo brasileiro o adquirente e estrangeira a sua esposa.

Processo n.º INCRA-DCE-41-SP n.º 2237-70 - Procuradoria Geral - Procuradoria Agrária.

Parecer PJR - n.º 49-71.

Ementa - Terras. Doação inter-vivos, com reserva de usufruto, sendo outorgado brasileiro, casado com estrangeira. Desnecessária a autorização ministerial. O assunto foge ao alcance do que dispõe o Decreto-lei 494-69, podendo o Oficial do Registro de Imóveis fazer o registro da escritura respectiva.

Senhor Chefe da PJR,

Konso Neguishi, de nacionalidade brasileira, casado, lavrador, residente em Mogi das Cruzes - SP, solicitou parecer ao Departamento Jurídico do Instituto a fim de solucionar problema surgido com a recusa de oficial do Registro de Imóveis, em registrar escritura de doação inter-vivos, com reserva de usufruto, alusiva a uma gleba de terras de seis alqueires e oito mil e trezentos e cinquenta metros quadrados, ou 15,3 ha, que lhe foi outorgada pelos pais, Konji Neguishi e dona Kiyoka Neguishi, ambos japoneses, sob a alegação de o requerente ser casado com mulher de nacionalidade japonesa.

1.1 - Ao requerimento inicial foi anexada fotocópia da escritura de doação do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Mogi das Cruzes, bem assim ficha de cadastro do ex-IBRA, DP, e circular do Centro Estadual do Cadastro e Tributação de São Paulo (fls. 3 até 11).

1.2 - O processo foi à Assistência Jurídica daquela repartição, onde recebeu o parecer de fls. 13-15, até agora não numeradas.

1.3 - No DC, foi solicitado parecer normativo sobre o assunto, vindo o processo à PJR.

1.4 - Este é o histórico.

Preliminarmente.

2.0 A edição do Ato Complementar 45, seguido do Decreto-lei 494-69, deu origem a uma série de equívocos, sobretudo entre os responsáveis pelos Registros de Imóveis, aos quais eram feitas várias exigências - algumas delas de difícil ou impossível atendimento.

2.1 Dessa forma, o mal-estar provocado por uma exigência como a do art. 3.º letra c, onde é feita referência à planta cadastral do município, provocava, por extensão, uma atitude negativista em diversos Oficiais do Registro de Imóveis, sujeitos não somente à série de exigências, constantes do aludido Decreto-lei 494, mas também a periódicas correções nos seus livros.

2.2 Tal é a explicação que encontra para que o registro da escritura em caso não se tenha efetivado no Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes.

2.3 Endosso totalmente os termos do parecer de fls. do ilustre Advogado Dr. Olavo Acyr de Lima Rocha, quando conclui ser desnecessária a autorização ministerial à aquisição em causa e sua transcrição no Registro de Imóveis.

3.0 A argumentação do Assistente Jurídico do INCRA em São Paulo parece-me muito feliz, sobretudo quando observa que o Decreto-lei 494, para os fins nele previstos, equipara as pessoas jurídicas nacionais às estrangeiras quando delas participem pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras que tenham maioria no capital social e residem ou tenham sede no exterior. (Grifo meu).

3.1 Como bem assinala o parecerista, basta que o observador se coloque no mesmo ângulo, no que concerne, às pessoas físicas, para concluir que o registro pleiteado independe de autorização prévia do Sr. Ministro da Agricultura; numa sociedade conjugal a esposa. detém apenas metade (e não a maioria) do patrimônio.

3.2 Além disso, no caso em tese, o casal reside no Brasil e a área em questão, de 15,3 ha, não atinge sequer a um módulo rural.

4.0 Aliás, o Sr. Procurador Geral no despacho que exarou às fls. 22 do processo 6753-70, que trata de aquisição de área de terra de uma estrangeira casada com brasileiro, lançou diretriz normativa ao concluir pela desnecessidade de autorização ministerial.

4.1 Por maior razão aqui, quando o beneficiário é brasileiro, caberá seguir o mesmo caminho, parecendo-me em conclusão descabida a autorização ministerial relacionada aos dispositivos do Decreto-lei 494-69.

4.2 Deverá ser feita, portanto, comunicação através dos órgãos competentes para que dessa norma se inteirem os oficiais de registro de imóveis, particularmente o de Mogi das Cruzes.

4.3 Nesse sentido convém salientar a existência do Colégio Notarial do Brasil, que poderia colaborar com o Instituto.

É o parecer que submete à consideração superior.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1971.

Octávio Mello Alvarenga - Procurador da 3.ª Categoria.

Em tempo: É Presidente do Colégio Notarial do Brasil o Tabelião Márcio Braga, cujo endereço é

Rua Rodrigo Silva, 28 - Rio de Janeiro, GB.

INCRA - SP

Processo n.º DCE-41 SP 002237/70

Relativo a Pedido de esclarecimento formulado por Kenzo Neguishi, de nacionalidade brasileira, relativamente à incidência do Ato Complementar n.º 45, de 31 de janeiro de 1969, relativamente a doação de que foi beneficiário sendo estrangeiro sua esposa.

1. Consoante decorre do requerimento de fls. 2, bem como da Escritura Pública de Doação de fls. 3/6, lavrada em 6-2-1959, Kenji Neguishi e sua mulher, de nacionalidade japonesa, doaram com reserva de usufruto vitalício a seu filho Kenzo Neguishi, de nacionalidade brasileira, casado com japonesa, uma área de terras com benfeitorias, sita na zona rural do município e comarca de Mogi das Cruzes.

À doação compareceram como anuentes; os filhos e genros dos doadores.

2. A dúvida, ultima ratio, reside em saber-se se é necessária a autorização do Sr. Ministro da Agricultura, para aquisição de propriedade rural, por ato inter-vivos, sendo brasileiro o adquirente varão e estrangeira sua esposa.

Examinado o assunto, face à legislação aplicável, tendo para mim que a resposta é pela negativa. O ato translativo da propriedade rural, na hipótese, prescinde do placet ministerial. E isto porque o adquirente, no caso, o marido, é brasileiro. E a Lei fala em aquisição de propriedade rural por estrangeiro (§ 3.º do art. 1.º do decreto-lei n.º 494).

Como se sabe, no regime da Lei Civil brasileira embora necessário em caso de alienação, dispensável é o consentimento da mulher, quando se trata de aquisição de bens imóveis. É bem verdade que adquirido o imóvel, sendo casado o adquirente :no regime de comunhão de bens comunica-se imediatamente essa aquisição ao outro cônjuge, passando a constituir patrimônio do casal. Mas, a proporção, como é curial, será de 50% é para cada consorte ou membro da sociedade conjugal.

Nessa linha de raciocínio, é de notar que o espírito que ditou a legislação excepcional foi o de evitar abusos e exageros que se vinham praticando, notadamente quanto à alienação de extensas áreas do território nacional a estrangeiros não residentes no país.

Tanto é assim que o próprio Decreto-lei n.º 494, para os fins nele previstos, equipara as pessoas jurídicas nacionais às estrangeiras quando delas participem pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, que tenham maioria no capital social e residam ou tenham sede no exterior (art. 6.º, § 2.º).

Mutatis mutandis, a aquisição de imóveis rural por brasileiro, ainda quando casado com estrangeira no regime de comunhão de bens não estaria sujeita à restrição inicialmente apontada, ou seja, depender para sua validade (art. 1.º, § 3.º, combinado com o art. 17, do Decreto-lei n.º 494), da autorização prévia do Sr. Ministro da Agricultura.

Isto porque, o outro membro da sociedade conjugal, no caso a esposa, não detém mais do que metade do patrimônio do casal. Além do mais, não reside no estrangeiro.

Por conseguinte, o que não se exige em relação às pessoas jurídicas com maior razão não se deverá exigir para as pessoas naturais.

Por outro lado e se não bastasse, a doação de pai para filho, com anuência dos demais herdeiros, tem o caráter de avanço de legítima. Seria por isso mesmo, corno que uma forma intermediária entre a alienação a título oneroso, tal como a compra e venda, e a transmissão da propriedade mortis causa e, excluída da restrição legal pelo § 1.º, do art. 1.º do já mencionado Decreto-lei.

No caso vertente ocorre mais o seguinte, os doadores ou transmitentes é que são estrangeiros, residentes no país, e o donatário brasileiro embora consorciado com estrangeira.

3. Face o exposto, opino negativamente à questão inicialmente posta, isto é, entendo ser desnecessária a autorização ministerial à aquisição em causa e sua transcrição no registro de imóveis. Tal exegese, contudo, só poderá produzir efeitos que se sufragada por decisão da esfera superior não só pela relevância da matéria relacionada com a interpretação de texto legal, como por ser o Sr. Ministro de Agricultura a autoridade competente para autorizar ou não tais aquisições.

Proc. 35.604-71 - Na representação formulada pela Associação dos Serventuários de Justiça - Capital, referente à consulta de substituição de Oficial Maior, foi pelo Exmo. Sr. Desembargador

Corregedor Geral da Justiça, por despacho datado de 23-9-71, aprovado o parecer do MM. Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

DECRETO N.º 6.986, DE 25-2-1935

Art. 15.º - "Cada Ofício de Justiça poderá ter um Oficial Maior, que será substituto do Serventuário em exercício nos seus impedimentos e poderá, simultaneamente com o mesmo, praticar todos os atos que a este competem, independentemente de especial designação. Parágrafo único - O Oficial Maior será um dos escreventes do cartório, nomeado para aquele cargo por decreto sob proposta de Serventuário."

DECRETO-LEI N.º 12,520, DE 22-1-1942

Art. 19.º - O Oficial Maior do cartório será uma dos seus escreventes, indicado pelo serventuário e nomeado a requerimento, pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

LEI N.º 819, DE 31-10-1950

Art. 47.º - A contar da promulgação da presente lei, só poderá ser designado Oficial Maior um dos escreventes do mesmo cartório, quando houver, por indicação do respectivo escrivão (redação dada pela Lei n.º 1.341, de 11-12-1951).

LEI N.º 2.602, DE 16-1-1954

Art. 9.º - O Escrivão dos Cartórios Oficializados será substituído, em seus impedimentos, pelo Oficial Maior, e, na falta deste, por um dos Escreventes do Cartório.
Em Cartório Oficializado há o cargo de Oficial Maior, segundo o Decreto-lei Complementar n.º 3-69, art. 212, § único, cuja competência é dada pelo art. 84 do Decreto-lei n.º 158-69, o qual, entretanto, foi extinto pelo art. 5.º das Disposições Transitórias do Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2-3-70.
No que respeita aos Cartórios não Oficializados, estabeleceu o Decreto-lei n.º 159-69, que "Em todo o ofício ou cartório, haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, escolhido de preferência dentre os primeiros escreventes, com aprovação do Corregedor Permanente" (com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 206-70), cuja competência é dada pelo art. 84 do Decreto-lei n.º 158-69.
D. J., 1.º-10-71

PROC. N.º 35.604/71 CONSULTA FORMULADA PELA ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE S.PAULO

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de consulta formulada pela Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, sobre a necessidade ou não de prévia aprovação pelo Juiz Corregedor Permanente, dos atos que, o oficial maior poderá exercer simultaneamente com o escrivão (Decreto-lei n.º 158/69, art. 84 e Decreto-lei n.º 159/69, art. 32), quer quanto aos que já estavam no exercício dessa função antes da vigência daquelas leis, quer em relação aos nomeados posteriormente.
2. A função de oficial maior foi criada pelo Decreto n.º 6.986, de 25-2-1935, art. 15, estabelecendo-se que a ele caberia substituir o serventuário em exercício nos seus impedimentos, e ainda praticar com este, simultaneamente os atos que ao escrivão competem, independentemente de designação especial.
3. Leis posteriores (Decreto-lei n.º 12.520/42 e Lei n.º 819/50) referiram-se à função pura e simplesmente, silenciando a respeito das atribuições do oficial maior, de sorte que se entendia continuarem as mesmas previstas no Decreto n.º 6.986/35.
3. Então vieram os Decretos-leis n.º 158/69 e 159/69 preceituando que ao oficial maior caberia.
a) substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos e nessa condição, praticar todos os

atos como se serventuário fora (Decreto-lei n.º 158/69, art. 84, primeira parte e Decreto-lei n.º 159, art. 32, § 2.º, primeira parte); e

b) praticar simultaneamente com o escrivão, os atos que por lei são privativos deste, hipótese em que deverão tais atos ser relacionados e submetidos a prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente (Decreto-lei n.º 158/69, art. 84, segunda parte e Decreto-lei n.º 159/69, art. 32, § 2.º, segunda parte).

4. Dessarte, entendo, s. m. j., que após a vigência dos citados Decretos-leis, tanto o oficial maior nomeado antes, como o que for nomeado depois só poderá exercer atos privativos do escrivão, simultaneamente com ele, se previamente relacionados e aprovados pelo Juiz Corregedor Permanente.

5. É que, sobrevindo lei posterior estabelecendo novos requisitos e condições para o exercício de determinada função, a eles deverão ser adequados os casos abrangidos.

6. Não há falar no caso em retroatividade de lei com ofensa a direito adquirido, senão em efeitos imediatos e obrigatórios de lei de ordem pública e cogente relativa à execução de serviços administrativos e à prática de atos processuais.

7. Daí porque incidir desde logo a abranger situações constituídas ainda que sob o império de lei anterior.

E a propósito, observa Pontes de Miranda, que "a relação jurídica entre o funcionário público e o Estado pode ser modificada pelas leis novas, salvo quando existe regra jurídica constitucional que o mede. Não é possível o efeito retroativo, "mas a incidência da lei no presente é completa" grifei (in, "Comentários à Constituição de 1967", ed. Revista dos Tribunais, 1968, Tomo V, pág. 92).

8. É o parecer, sub-censura, que submete à consideração de V. Exa., sugerindo, caso aprovado, seja publicado na Imprensa Oficial, para os devidos fins.

São Paulo, 15 de setembro de 1971.

JOSÉ HAROLDO DE OLIVEIRA E COSTA

Juiz Auxiliar

Aprovo.

S. P., 23-IX-71.

(a) José Geraldo Rodrigues de Alckmin.

Parecer do Exmo. Sr. Dr. Álvaro Lazzarini, MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Súmula: Serventias não oficializadas - férias - impossibilidade de renúncia ou desistência das mesmas - obrigatoriedade de seu gozo - possibilidade de sustação de férias no interesse do serviço - substituição do serventuário procedimento - necessidade da serventia ter funcionários para atender os impedimentos ocasionais do serventuário- inadmissibilidade de contagem em dobro de férias.

PROC. N.º C. G. 2.982-71

Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz Corregedor Permanente da comarca de Dois Córregos informa não ter remetido escala de férias relativa ao cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Sede da comarca, bem como, a do Distrito de Guarapuá, porque, ambas serventias têm um único escrivão - o efetivo da Sede e o interino de Guarapuá - não tendo mais ninguém, isto é, escrevente ou auxiliar, razão pela qual não pôde ser elaborada a escala, por falta de quem substitua dito escrivão.

2. Ora, as férias são obrigatórias e irrenunciáveis, por força da Lei Estadual n.º 2.177, de 23 de julho de 1953, artigo 1.º e do Provimento n.º 15-67, item 7.º, da Corregedoria Geral da Justiça. É que o "descanso do funcionário constitui. . . , medida que favorece amplamente o serviço, pelo aumento de rendimento do trabalho individual. Os próprios fundamentos desta concessão do Estado em favor dos seus funcionários, transformaram, logicamente este direito em dever, imposição obrigatória do poder público a todos os seus funcionários." ((The mistocles; Brandão Cavalcanti, in "O Funcionário Público e seu Estatuto", 1940, Freitas Bastos, pág. 310; o mesmo autor no seu "Tratado de Direito Administrativo", vol. IV, 5.ª ed., 1964, Freitas Bastos, pág. 306; José Cretella Júnior, in "Tratado de Direito Administrativo", vol. IV, 1.ª ed., 1967, Forense, pág. 334; e J. Guimarães Menegale, in "O Estatuto dos Funcionários", vol. I, 1.ª ed., 1962, Forense,

pág. 307, final). Assim, "reconhecendo a necessidade, para o funcionário, de um repouso anual com aquele objetivo, tornou o Estado obrigatório o gozo das férias, não sendo lícito ao servidor recusá-lo, sob qualquer pretexto" (A. A. Contreiras de Carvalho, in "Estatuto dos Funcionários Públicos Interpretado", vol. 1, 1964, Freitas Bastos, pág. 314).

2. 1. Por isso é que se pode afirmar que as férias são de uso forçado, embora constituam um direito, devendo, portanto, ser gozadas obrigatoriamente de acordo com a escala organizada (ef. Mário Masagão, in "Curso de Direito Administrativo", tomo 11, 1960, Max Limonad, pág. 226, n.º 366).

3. Todavia, "em ocorrendo necessidade do serviço, poderão os corregedores permanentes sustá-las, excepcionalmente, caso em que os serventuários e demais servidores terão de gozá-las, se possível, no mesmo ano, quer por inteiro, quer pelo restante, fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral" (Provimento n.º C. G. 15-67, item 8.º).

3. 1. E quanto à substituição do serventuário, deve ficar assentado que "inexistindo oficial maior ou escrevente no cartório, será designado para a substituição escrevente habilitado ou serventuário escrevente habilitado ou serventuário de outro cartório da mesma comarca. Não sendo possível a observância dessa ordem de substitutos, o serventuário será substituído por pessoa idônea que indicar (Decreto-lei n.º 11.058, de 26-4-1940, art. 59, parágrafo único" (Provimento n.º C. G. 15-67, item 27.º).

4. Aliás, está a merecer a atenção da Corregedoria Geral da Justiça a informação de que o serventuário não conta com cartório que o possa substituir, mesmo nos seus impedimentos ocasionais, como, verbi gratia, ligeiras indisposições físicas que não determinem um maior afastamento, etc.

Lembro, a propósito, que, como dizia Pires Ferrão "porque se utilize o Notário dos trabalhos do pessoal à quem dirige e retribui, deve empregar todo o esforço e cuidado para que seja esse pessoal suficiente em número, e para que satisfaça, por suas habilitações e boa vontade, ao Público a quem tiver de servir" in "Tabelião de Notas", 1870, Tipografia Nacional, pág. 44; grifes meus).

4.1. Assim, quer parecer recomendável que o MM. Juiz Corregedor Permanente proceda a uma verificação nos serviços afetos à serventia a fim de que possa inteirar-se a comunicar a Corregedoria Geral da Justiça se a falta de cartório não é prejudicial os mesmos serviços. Desde já, anoto que, segundo entende e conforme orientação firmada pela Corregedoria Geral da Justiça no Pront. n.º C. C. - 15.798 (Cx. N.º 1.108), por despacho de Vossa Excelência, datado de 31 de agosto de 1970, a interinidade do serventuário não justifica, só por si, a falta de pessoal cartorário, se necessário for para a perfeita normalidade dos serviços afetos à serventia.

5. Para finalizar não é demais ponderar que deve ser observada, com exatidão, a legislação referente às férias dos servidores de Justiça dos Cartórios não oficializados, mesmo porque, também, ditos servidores não mais poderão contar em dobro tais férias, se não gozadas ex-vi do artigo 39, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Aliás, o Provimento n.º C. G. 15/67, no seu item 34.º, deixa expresso que "estão revogadas as disposições de leis gerais e especiais, relativas aos servidores públicos, que permitem o cômputo de tempo de serviço em dobro para quaisquer efeitos, ressalvada a contagem, nos termos da legislação revogada pela Lei n.º 9.327, de 16-5-1966, do tempo de serviço prestado anterior item XI) ".

6. Pelo exposto, opino no sentido de que, se aprovado, cópia deste parecer seja remetido ao MM. Juiz Corregedor Permanente para as providências decorrentes, - Outrossim, sugiro, ante a reiteração de questões da mesma natureza aborda neste parecer, a publicação, pela Imprensa Oficial, deste mesmo parecer, para conhecimento dos demais MM. Juízes Corregedores Permanentes das Comarcas do Estado.

7.. É meu parecer, s. m. j.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1971.

D. J., 7-10-71

TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

3.ª ATA

Ata da terceira reunião da Comissão Examinadora do Concurso de remoção e promoção para provimento dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos 6.º, 18.º 44.º e 48.º Subdistritos (Brás, Ipiranga, Limão e Vila Nova Cachoeirinha) do distrito da sede da Comarca da

Capital (Classe Especial). Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e um (17-8-1971), às 13:30 horas, na sala n.º 502, do 5.º pavimento do Palácio da Justiça, com a presença de seus membros, Drs. Joaquim Macedo Bittencourt Neto, Presidente; Nelson de Figueiredo Cerqueira, Emeric Levai, João Rabello de Aguiar Vallim e Jarbas Emílio de Moraes, reuniu-se a Comissão supra mencionada, passando a examinar os processos cujas inscrições foram deferidas. As diversas questões que vieram à tona, foram objeto de discussão e deliberação, ficando decidido por votação unânime, que os pontos seriam atribuídos de acordo, com os seguintes critérios: 1) Diploma de curso superior - Os pontos conferidos aos diplomas de curso superior (itens 1 e 2 do § único, do Art. 20, do Decreto-lei n.º 159-69) absorvem os pontos correspondentes aos cursos secundário e ginasial (itens 3 e 4). Isto porque o diploma do curso superior pressupõe a conclusão do curso ginasial e do 2.º ciclo do curso secundário. Aliás a lei é expressa: os itens 3 e 4 do § único do Art. 20 do Decreto-lei n.º 159-69 só conferem pontos para a conclusão do 1.º e 2.º ciclos do curso secundário, desde que não ocorram as hipóteses anteriores (itens 1 e 2), isto é, desde que não tenham sido conferidos pontos em razão de diploma de curso superior. Mas é necessário que se observe que os pontos conferidos em razão do item 1 não absorver os pontos do item 2, pois existe a possibilidade de conclusão de mais de um curso superior; 2) Tempo de Solicitador - O Art. 20, "a" V da Lei n.º 810-50, admitia, para efeito de atribuição de pontos em concurso a contagem do tempo de exercício de qualquer "função relacionada com o Poder Judiciário, inclusive advocacia". Revogando a Lei n.º 819-50 o atual Decreto-lei n.º 159-69 regulou de modo diferente a matéria. Em seu art. 20, § único, n.º 6, a nova lei usou de expressão mais precisa e restrita, admitindo a contagem de tempo de "efetivo exercício", "como advogado". Como se vê, o novo diploma eliminou a expressão ampla e vaga, "função relacionada com o Poder Judiciário", e substituiu a palavra "advocacia" por "advogado". Na lei anterior, a expressão "inclusive advocacia" era meramente explicativa e exemplificativa. O legislador de então apenas quis deixar explícito que a advocacia se incluía entre as "funções relacionadas com o Poder Judiciário". Atualmente, porém, a enumeração da lei é taxativa, só admitindo a contagem de tempo do servidor da justiça, Juiz, Promotor ou Advogado". Sendo assim, entendeu a Comissão que o texto vigente não comporta interpretação extensiva e consequentemente, não há como computar-se o tempo de solicitador; 3) Revolução de 1932 - O Dec.-Lei n.º 159-69 revogou expressamente a Lei n.º 819-50. Consequentemente, já não pode ser invocado o disposto no art. 28 do diploma revogado. De outro lado, a vigente Constituição Paulista não reproduziu as Disposições Transitórias da Constituição de 1947, no que concerne aos benefícios conferidos aos participantes do Movimento Constitucionalista de 1932. Independentemente dos direitos adquiridos que o candidato possa ter, em decorrência de sua participação na Revolução de 1932, tal situação não poderá ser levada em conta para o efeito específico de promoção ou remoção. Aqui se cogita tão somente da atribuição de pontos para os efeitos do presente concurso e a lei vigente (D.L. 159/69) não contempla a hipótese em questão. Quanto ao candidato Waldomiro Borges Carito, ficou observado que a classificação não irá alterar-se, ainda que fosse completado o tempo de sua participação na Revolução de 1932. Isto porque, ainda que lhe fossem computados mais 5 meses e 29 dias, o candidato não completaria mais um quinquênio e não estaria em condições de obter mais um ponto; 4) Artigo 29 do Decreto-lei n.º 159/69 - No concurso anterior, esta Comissão deliberou reduzir pela metade os pontos atribuídos por títulos que já tenham proporcionado promoção ou remoção do candidato, nos termos do art. 29, do Decreto-lei n.º 159/69. Sugeriu-se uma reapreciação da matéria, em face da decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente do E. Tribunal de Justiça, examinando um pedido de preferência formulado pelo candidato Francisco Cardoso Castro, classificado no concurso para provimento do Cartório do Registro Civil do Bom Retiro (D. Justiça de 6-5-71). A deliberação unânime foi no sentido de se mantida a orientação desta Comissão, aplicando-se a redução prevista no art. 29 do Decreto-lei n.º 159/69. Isto porque a decisão da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça tratou de hipótese diversa. Interpretando o art. 30 do Decreto-lei n.º 159/69, entendeu S. Exa. que citado dispositivo legal contém uma regra de preferência nova, só invocável a partir da vigência da nova lei, sem qualquer efeito retrooperante. Na hipótese do art. 29, porém, não se pode falar em efeito retroativo, pois o novo diploma, nessa parte, manteve a regra contida na lei anterior (art. 34 da Lei n.º 819/59; 5) Contagem de quinquênios - A lei anterior, n.º 819/50, em seu art. 20, inciso V, admitia que se arredondasse para mais o último quinquênio incompleto, se o tempo excedesse da metade. A lei atual, entretanto, eliminou essa faculdade contida no diploma anterior (art. 24, parágrafo único, item 6, do Decreto-lei n.º 159/69). Entendendo que o legislador atual teve intenção de restringir o

conteúdo da regra, deliberou a Comissão atribuir tão somente um ponto para cada quinquênio completo; 6) Serviço Militar - O art. 20 parágrafo único, n.º 6, do Decreto-lei n.º 159/69, só admite a atribuição de ponto para cada quinquênio de efetivo exercício nas funções ali expressa e especificamente previstas. Sendo assim, o tempo de serviço militar, por si só não pode ser computado para efeito de atribuição de pontos. Entretanto, em face do que dispõe o art. 78, inciso V, do vigente Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei n.º 10.261/68), o tempo de serviço militar deve ser computado para efeito de atribuição de pontos, se o candidato já se encontrava no exercício de uma das funções previstas no art. 20, parágrafo único, n.º 6, do Decreto-lei n.º 159/69 e teve sua atividade interrompida por força desse serviço obrigatório. Isto porque, se não fosse a obrigatoriedade do serviço militar, o funcionário continuaria normalmente no desempenho daquelas funções que lhe confeririam o direito à contagem dos pontos. Isso, porém, não ocorre quando o serviço militar é prestado antes de se encontrar o funcionário em qualquer dos cargos ou funções expressamente previstos no art. 20, parágrafo único, n.º 6 do D.L. 159/69. Computar-se o tempo de serviço militar, em tal hipótese resultaria numa inadmissível ampliação do conteúdo do citado dispositivo legal. A enumeração do artigo 20, parágrafo único, n.º 6, do D. L. 159/69 é taxativa e não comporta ampliação. No caso específico que foi apreciado, o candidato Pedro de Castro se encontrava no cargo de auxiliar de Cartório, quando interrompeu o exercício para prestar o serviço militar. Ora, conforme jurisprudência assentada do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, o tempo de exercício do cargo de auxiliar de cartório não pode ser contado para efeito de atribuição de pontos em concurso. Consequentemente, o tempo de serviço militar prestado nesse interstício também não pode produzir esses efeitos. Se o candidato não tivesse prestado o serviço militar e se houvesse permanecido no exercício das funções de auxiliar de cartório, não teria direito à contagem desse tempo para fins de promoção. Nem se alegue que o art. 78, inciso V do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado estabelece que o tempo de serviço militar seja computado para todos os efeitos" legais. A expressão "todos os efeitos" deve ser adequadamente interpretada. O que a lei quer dizer é que o tempo será considerado para os efeitos gerais, isto é, para as vantagens atribuídas de modo genérico, a todo o funcionalismo. Mas isso não significa que esse tempo de serviço também produza efeitos específicos e próprios de determinadas carreiras. Se assim fosse, forçoso seria também computar as férias e licenças, por gala, nojo ou gestação, ainda que gozadas em cargos estranhos à carreira, pois tais hipóteses também são previstas no art. 78 do Estatuto dos Funcionários Públicos. Do mesmo modo apenas para exemplificar os juizes e promotores também teriam direito de computar o tempo para fins de promoção. Nem se alegue Idade na carreira. Observe-se, finalmente, que o candidato em questão teve sua pretensão acolhida em concurso anterior, por decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Entretanto, esta Comissão não está adstrita ao que ficou decidido naquela ocasião, pois o acórdão então prolatado só tem força obrigatória para os efeitos daquele concurso; 7) Serviço eleitoral - Ficou deliberado pela Comissão que a contagem de pontos com base em prestação de serviços como Escrivão Eleitoral, depende de certidão discriminando o período de exercício e eventuais interrupções. As 17:40 horas, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, (a) Jarbas Emílio de Moraes, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

(a) Joaquim Macedo Bittencourt Neto

Nelson de Figueiredo Cerqueira

Emeric Leval

João Rabello de Aguiar Vallim

Jarbas Emílio de Moraes.

Agravo de Petição n.º DJ-184.472 - São Paulo - Agravante: Guerrando Palei e outro. - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da 4.ª Circ. Imobiliária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 184.472, da Comarca da Capital em que são agravantes Guerrando Palei e outro e agravado o Senhor Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantida a sentença de primeira instância.

Custas pelos agravantes.

1. - Trata-se de dúvida levantada pelo senhor Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da

Capital que se nega a transcrever as escrituras lavradas no 27.º Cartório de Notas da Capital, Livro 93, fls. 6, 7 e 8, em 15 de abril de duas primeiras e 18 de abril de 1969 a último, tendo por objeto os apartamentos ns.º 1, 2 e 31 do "Edifício Paulette". à rua Rocha n.º 248, sustentando o serventuário que assim procede por não ter sido apresentada certidão negativa de quitação previdenciária em nome da vencedora Imobiliária e Incorporadora "Thau" S.A., nos termos do disposto nos artigos 4.º e 5.º alínea "d" do dec. n.º 60.368 (de 11 de março de 1967, achando-se cassada a liminar de que dão notícia as escrituras referidas (segundo informações dos próprios interessados) e que possibilitou a lavratura das mesmas no aludido Tabelionato.

Prenotados os títulos a dúvida teve regular processamento com apresentação de impugnação e do parecer do M. P. sobrevivendo sentença que a julgou procedente.

2. - Irresignados, recorrem os agravantes alegando que não cabe ao Oficial do Registro de Imóveis entrar na apreciação de questões ligadas à cessação ou não do liminar citada, especialmente se considerar que a exigência de certidão negativa de quitação previdenciária é somente para a lavratura da escritura e não para seu registro e que, tendo as escrituras sido passadas em cumprimento a contratos anteriores ao decreto n.º 60.368-67, constituindo os atos simples efetivação de compromissos pré-existentes, não há necessidade da apresentação do Certificado de Quitação, nos termos do artigo 1.º, inc. III do decreto n.º 821, de 5 de setembro de 1969.

3. - Subiram os autos e a E. Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo não provimento. Juntados novos documentos e devolvidos os autos aquela Procuradoria, à vista das novas provas e especialmente da circunstância de se constituírem ditas escrituras em simples efetivação de negócios realizados anteriormente à lei n.º 3.807-60, reconsiderou ela o entendimento anterior para se manifestar pelo provimento do agravo.

4. - As escrituras de venda e compra objetivando os apartamentos n.º 1, 2 e 31 do "Edifício Paulette", à rua Rocha n.º 248, nesta Capital, adquiridos os dois primeiros por Guerrando, Palei e o último por Dragisa Pavilicic e sua mulher, foram lavrados no 27.º Cartório de Notas independentemente da apresentação de certidão negativa de débitos fornecida pelo I. N.P. S. (C. Q.), em virtude de medida liminar obtida em mandado de segurança impetrado pela vendedora, Imobiliária "Thau" S.A., como consta dos títulos (folhas 8-11 verso, 13-13 verso e 22-23 verso). Entretanto o agravado de recusa a transcrevê-las porque exige a referida certidão, observando que soube haver sido cassada a liminar referida, segundo informações dos próprios interessados. - (Folhas 2).

Tem inteira razão o serventuário.

É que o referido documento constitui requisito indispensável para a transcrição das escrituras, em face do disposto no artigo 142 da lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a nova redação dada pelo artigo 25 do dec. lei n.º 66, de 21-11-1966, regulamentado pelo artigo 5.º letra "a" do decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967, artigo 184, ic. III, letras "a" e "c" e artigo 185 do decreto n.º 60. 501 de 14 de março de 19671 embora tenham elas sido outorgadas em cumprimento a contrato particulares celebrados anteriormente à existência daquela exigência; 26 de novembro de 1959 e 2 de outubro de 1958 (folhas 9 verso, 12 verso e 22 verso) .

Note-se que o "Certificado de Quitação" ("C. Q. necessário não apenas à lavratura da escritura, como também à transcrição do ato (art. 141, inc. I, letra "c" e § 3.º letra "a" da lei n.º 3.807-60 com a redação dada pelo art. 25 do Dec.-Lei n.º 66 de 21-11-1966) e deve mesmo ser exigido pelo Oficial do Registro de Imóveis que, ao examinar a legalidade e a validade dos títulos, está obrigado a "detidamente estudá-los e joirar se contem defeitos Intrínsecos ou extrínsecos que afetam a sua validade" (conf. M.M. de Serpa Lopes, in "Tratado de Registros Públicos", Livraria Freitas Bastos, 5.ª ed., 1962, pág. 346), máxime no caso dos autos em que a lei fulmina com a nulidade ipso jure os atos e instrumentos lavrados com inobservância dos requisitos acima enumerados (art. 142 da lei n.º 3.807-60., com a redação dada pelo art. 25 do Dec.-Lei n.º 66, de 21-11-1966).

Relativamente à existência de medida liminar beneficiando os agravantes, não lhes assiste razão, pois a alegação do agravado de que houve cassação posterior, não foi elidida. por aqueles, cumprindo salientar a propósito que a medida de há muito já caducara a vista do preceituado no art. 2º da lei n.º 4.348, de 20-2-64.

De outra parte igualmente não aproveita aos agravantes o fato de haverem referidas escrituras sido passadas em cumprimento a contratos particulares anteriores à exigência da certidão negativa de débitos fiscais para com o I.N.P.S., hipótese em que haveria dispensa de sua

apresentação nos termos do art. 1.ª inc. III do decreto-lei n.º 821, de 5-9-1969; mas somente "independem na apresentação do certificado de quitação... os instrumentos, atos e contratos que constituem retificação, ratificação ou efetivação de outros anteriores para os quais já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação (C. Q.)" o que evidentemente não é o caso dos autos, vez que não houve aqui o oferecimento prévio do questionado documento.

Ademais, não ressalvando a Lei n.º 3.807-60 situações como a examinada nesta dúvida, é de entender ter ela aplicação imediata e, não se configurando a hipótese do inciso III do dec. n.º 821, de 5-9-1969, nem se cogitando da exibição do Certificado de Regularidade de Situação (inciso II), não há como afastar a exigência do agravado.

Registre-se, por derradeiro, que o Conselho Superior da Magistratura tem entendido que, sendo, a vendedora, empresa vinculada obrigatoriamente à Previdência Social, não poderá alienar imóvel sem apresentar o citado comprovante de quitação, considerando-se que a finalidade deste requisito, é justamente forçar o devedor a saldar débito acaso existente à data da alienação, não importando que haja compromissos de venda e compra anterior ainda que devidamente inscrito, pois a exigência legal concorre ao momento da alienação, que ocorre com a transcrição (Agravos de Petição n.º 183.458, de São Paulo; n.º 159.871 e n.º 116.002, ambos de Jundiaí).

Nesta ordem de considerações, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 10 de abril de 1970

aa)

Cantidiano Garcia de Almeida

Presidente

José Geraldo Rodrigues de Alckmin

Corregedor Geral da Justiça e Relator

Tácito Morbach de Góes Nobre

Vice-Presidente

Adv.: Dr. José Eduardo Ferreira Netto.

Diário Oficial da Justiça, 20-5-1970, p. 9

MUITAS CASAS, POUCOS LARES

"Nunca o mundo teve tantos apartamentos e tão poucos lares, nunca tantas pessoas juntas se sentiram tão sozinhas", disse frei Clemente Kesselmeier, pároco da Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, ao abordar ontem o tema Realizar-se, o que é? dentro do Ciclo sobre Aspectos Humanos da Grande Cidade.

"Nunca houve tanta proximidade e tão pouca comunicação; tanto sexo e tão pouco amor; tanta ciência e tão pouca sabedoria", completou o franciscano ao abrir no auditório do Palácio da Cultura no Rio a segunda palestra do Seminário patrocinado pela equipe Ação Católica Independente de São José.

Para frei Kesselmeier "os homens que vivem hoje a chamada Era do Parafuso, que se cumprimentam assim: Como vai você? - Eu estou funcionando bem - só poderão libertar-se da opressão criada pela sociedade de consumo, parando para pensar".

E ressaltou: "Vivemos numa sociedade repressora e opressora, poluída e intoxicada, que produz máquinas funcionando como homens e homens funcionando como máquinas. "Parando para pensar, o homem de hoje Poderá se libertar da sociedade de consumo pois, meditando, ele tomará consciência de que é um ser humano, diferente dos outros, com idéias próprias".

A ENCRUZILHADA

Estamos ante uma encruzilhada - disse o franciscano que tem, de um lado, a supervalorização da máquina, da tecnologia, o apogeu de uma sociedade totalmente mecanizada e, do outro, os hippies e suas soluções desesperadas. Para lutar contra a opressão da máquina eles tentaram construir uma sociedade baseada no primitivismo, abolindo o trabalho, a higiene e, o que é pior, esquecendo o mundo do qual haviam fugido, apelando para as drogas.

Para o frade, a solução está no equilíbrio entre aquelas duas tendências, de forma a "utilizar a tecnologia a serviço do homem".

A SOLIDÃO

Especializado nos problemas do bairro de Ipanema, o franciscano disse que a angústia que atormenta o homem das grandes cidades, na Europa e nos Estados Unidos, é a mesma do habitante dos bairros da Zona Sul no Rio e de alguns bairros de São Paulo. Citando Carlos, Drummond de Andrade, frei Kesselmeier disse que em Ipanema e em Copacabana, como também em São Paulo, o homem vive cercado de mais de 5 milhões de habitantes e se sente sozinho "no seu quarto, na América".

AS CONFUSÕES

O homem moderno - disse frei Kesselmeier - "confunde amor com camaradagem, sociedade com rebanho e comunhão de pessoas com calor de massa".

Frei Kesselmeier terminou sua palestra citando Sofocles: "Por mais numerosas que sejam as maravilhas do mundo, nenhuma conseguirá ultrapassar o homem".

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo")

CONTOS

A MÚSICA

Waldemiro Portugal

Na pequenina sala azul escuro, onde um grande "abatjour" derrama uma luz velada e triste, Elza faz música.

Enquanto as mãos gracios da linda jovem dedilham suavemente a nostalgia tristonha das músicas de Chopin, a seu lado, Sílvia ouve-a extasiado e sonha!

Sonha que sua alma eletiva habita um outro mundo, mais resplendente e mais etéreo, que o lodoso e misérrimo onde rasteja o seu corpo mortal.

Embalado sempre nos mesmos acordes da arte divina do sublime Mestre, ele ouve essas melodias, que só a alma sombria e profunda do artista polaco poderia traduzir na imensidade sublime dos sons coordenados.

Na tristeza muda do seu semblante glabro, estereotipam-se nitidamente as emoções delicadas que neste momento povoam sua alma de moço e que só a música sabe proporcionar aos corações sensíveis e pode imprimir à fisionomia dos que a sabem sentir.

Ele, sonhando, vê através esses. sons que vão surgindo, mundos e mundos de uma doçura infinita.

Sua alma, libertando-se do arcabouço estreito e mesquinho que a agrilhoa à terra, vai espaço em fora, perlustrando o infinito, pelas regiões serenas até onde moram os anjos e Deus habita.

E, é feliz porque sonha!

Mas os sonhos bons são sempre curtos como o própria vida. O piano emudece e novamente ele recaia na realidade do mundo objetivo.

Oh! quem lhe dera que aquela música não findasse nunca e assim pudesse ouvi-la pela vida inteira!

Como seria bom se a existência fosse toda uma harmonia perene, onde cada nota dissesse uma nova vibração a mais em nossa alma!

E continuaria a sonhar, todo engolfado no enlevo profundo dos seus loucos devaneios, se, a graciosa mocinha, entrelaçando as mimosas mãozinhas na sua e com um lindo sorriso bailando nos lábios gentis, não interrogasse com meiguice:

Em que pensas, amado de minha alma?

Em como a vida é amarga e triste. Se não fora um pouco da fantasia que engalana as minhas cismas e a tua música confortadora, ela tornar-se-ia para mim o mais penoso desespero.

A existência, Elza, é estúpida e brutal como um soco possante, vibrado por mão de atleta.

Para que a possamos suportar, é necessário que a polvilhemos, de quando em quando, com um pouco da poeira luminosa da nossa fantasia. Dai, a importância preponderante da música sobre o nosso espírito.

É o grande refúgio, em o qual poderemos nos abrigar nos momentos dos grandes desesperos e das grandes agonias. Mas, quando ela se finda, como agora findou na voz do teu piano, qual o nosso consolo? Onde o bálsamo para a nossa alma?

- Quando o som morrer em meu plano, telo-ás sempre, eternamente, na inconfundível linguagem da Natureza, porque a música é a própria voz de Deus e existe em toda a parte e em todos os momentos.

Há mistérios de harmonias profundas no chorar sereno das fontes, como há mundos de maldições nas pragas dos vendavais.

Tudo é música e tudo fala à nossa alma.

A todos acolhe com a misericórdia infinita dos seus sons, porque a sua linguagem é como uma unificação de todas as línguas faladas pelos homens.

A música, é uma espécie de idioma universal, para o qual não há fronteiras, nem povos estranhos, porque todos a podem compreender e sentir. Os próprios irracionais, freqüentemente nos dão provas de que a não desconhecem.

Quem nos dirá que, no canto dulçoroso de uma ave, não existe uma canção de amor ou no balir tristonho das ovelhinhas mansas, não há um madrigal de afeto?...

Subitamente, a moça volta-se de novo para o alvo teclado que fora momentaneamente abandonado e principia a tirar os primeiros acordes de uma nova e comovedora melodia.

- Que música suave! Como é dolente e linda, Elza!

- Sim? querido d'alma! Pois então toca-la-ei sempre, sempre que assim o desejares. 2 um canto de sofrimento, numa página eterna de glória imortal!

Este noturno, Sílvio, ficará sendo uma espécie de hino para o nosso amor.

Na dolência embaladora destas notas, sob a plangência ondulante deste compasso, encontrarás minh'alma falando à tua. Vibrando nestas notas, as ridentes visões do futuro que nos espera e mais tarde (quem sabe) esta mesma música, será o mavioso acorde representativo da nossa grande saudade.

Eu e tu, já bem velhinhos, mas sempre unidos na vida, ouvi-la-emos ainda contritos, e extasiados, como se fora um pedaço da nossa mocidade transformado em som, repercutindo em ecos vindos dos longes do passado.

Este noturno ficará sendo, portanto, a suave canção do nosso amor.

Será, para o presente, o canto que nasce; para a nossa segunda mocidade, o canto que vibra e para os gelos da velhice, o canto que morre e que morrerá conosco!

Repentinamente, o piano emudece e na pequena sala azul escuro, onde um grande "abat-jour" derramava uma luz velada e triste, as duas bocas se unem estreitamente, deixando escapar, naquele sublime contato, a celeste sinfonia de um grande e único beijo de mocidade e de amor!

Ainda na orquestração sonora e vitoriosa do estalar daquele beijo, havia mais uma afirmativa pujante e soberba da constância e perenidade da música - a grande Arte das artes!

SOCIAIS ÁLBUM ...

Por ti,

que hoje completas
de existência dez lindos e risonhos anos,
- fase auroral, quadra florida
em que, da vida e seus enganos,
mal se apercebe a tua consciência;
- por ti,
neste dia feliz,
neste festivo dia

de teus anos gentis,
em que tua alma, pura e boa,
de sonho e fantasia se povoa;
- por ti, neste dia sem jaça,
azul-turquesa, dos luminosos anos teus,
em que tudo é inocência,
deslumbramento e beleza: -
o pensamento elevo a
pedindo a Graça de que

Deus,

conceda,
Graça dos desvelos Seus!
que, lá,

a excelsa
E

do sólio estelar,

- nos etéreos espaços

onde habita -

Sua bondade infinita

e Seu amor profundo,

guiem, seguros, os teus passos,

pelos caminhos ínvios do

Mundo!

F. T.

São Paulo - 1947.

JURISPRUDÊNCIA:

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - Loteamento não sujeito ao Decreto-lei 58 - Prestações em atraso - Mora não purgada - Rescisão procedente.

"O lote em questão não está sujeito ao Decreto-lei 58. Esta circunstância, aliás, ficou assinalada no próprio contrato. Adverte Pontes de Miranda, a propósito, que "as vendas a determinadas pessoas, sem a publicidade prévia, de modo que não haja recomendação político-jurídica de se acautelarem os interesses; do público, escapam à exigência da juridicização do loteamento. Por ocasião de cada compra e venda, individuado o lote, separa-se esse juridicamente, dos outros, por força do negócio jurídico, isto é, da declaração, implícita ou explícita, de parcelamento, feita a respeito de bem divisível ou parcelável" (Tratado XIII, 2.ª edição, fls. 26). Ora, no caso, não houve oferta pública, aplicando-se, dessarte, a lição do Mestre.

No que tange à falta de notificação e chamamento a Juízo da mulher do promitente comprador, era desnecessária, visto que o compromisso constitui obrigação de fazer, notadamente porque não foi inscrito no Registro de Imóveis (vide Lei n.º 649 e Revista dos Tribunais 302/380).

Quanto ao mais, o réu não contesta o atraso no pagamento, das 36 prestações, nem que foi regularmente notificado a purgar a mora em 30 dias. Se, em Juízo, ele tivesse depositado o quanto necessário para essa purgação, os juízes provavelmente a levariam em conta, para manter o contrato. É o que geralmente tem sucedido nos casos de conflitos entre proprietários e prestamistas de boa-fé, em atraso justificável. No caso, o autor pagou em novembro de 1960 a quantia de Cr\$ 388.96 e, posteriormente, mais 5 prestações mensais de Cr\$ 35,36. Nada mais. Notificado, ficou-se inerte. Agora em Juízo não manifestou nenhuma intenção de purgar a mora. Não merece, pois, a proteção que pretende, salvo a indenização pela casinha que construiu no terreno, conforme já lhe ressaltou o magistrado de primeira instância.

Em tais condições, a sentença merece integral confirmação." (T. A. Civil de S. P. - Apelação cível 150.341, de São Paulo, em que é apelante Joede Brigati, sendo apelada Sociedade Civil de Planejamento de Vendas "Plaven" Limitada. Acórdão unânime, da Sexta Câmara Civil, de 29 de outubro de 1970. Ass. Pinheiro Franco, presidente e relator; Lair Loureiro, revisor; Carvalho Naves). "Julgados do Tribunal de Alçada em matéria civil", vol. 18 da edição mimeografada, pág. 83.

DOAÇÃO - Escritura de doação de bens de pais a filhos com reserva de usufruto de caráter vitalício - Declaração expressa no sentido de que por morte de um dos beneficiários o direito de fruição passaria em sua totalidade para o sobrevivente - Não configuração de usufruto sucessivo - Validade.

Se a estipulação de acordo com a qual a parte do usufrutuário falecido acresce à do sobrevivente não configura um usufruto sucessivo e como tal proibido, não há negar que os doadores possam legitimamente estabelecer, como estabeleceram, que por morte de um deles o usufruto correspondente passe para o outro.

Apelação Cível. n.º 185.459 - Mogi Mirim.

ACORDAM, em Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, adotado o relatório de fls. 29 verso, dar provimento à apelação, contra o voto do Des. Revisor, que o negava.

Renova-se nestes autos uma das questões mais discutidas do direito civil brasileiro e a verdade é que, agora como antes, a decisão que se tome é, de certa forma, meramente opinativa.

Trata-se da interpretação de cláusula de escritura de doação de bens de pais a filhos com reserva de usufruto de caráter vitalício, e declaração expressa no sentido de que por morte de um dos beneficiários o direito de fruição passaria em sua totalidade para o sobrevivente.

O Magistrado, filiando-se à corrente doutrinária segundo a qual na doação que constitua adiantamento da legítima não podem os doadores impor outras cláusulas além daquelas enumeradas no art. 1.723 do Código Civil, acolheu o pedido do usufrutuário-filho e declarou extinto, por morte do doador varão, o usufruto relativo ao quinhão que ao mesmo tocara na disposição de vontade.

Dessa decisão apelou o Dr. Curador Geral da comarca reiterando seu ponto de vista favorável à subsistência da restrição durante a vida de outro doador ao qual acresceria a parte do falecido.

O parecer da Procuradoria Geral da Justiça, é pelo não provimento do recurso.

O artigo 740 do Código Civil está assim redigido: "Constituído o usufruto em favor de dois ou mais indivíduos, extinguir-se-á, parte a parte, em relação a cada um dos que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber aos sobreviventes".

Em seu comentário esclarece Clóvis Beviláqua que não há direito de crescer entre usufrutuários conjuntos, salvo estipulação expressa. E acrescenta que a "regra refere-se, exclusivamente, a cláusula de atos entre vivos; não abrange as disposições de última vontade. O artigo 1.716 deve ser entendido em polarização com o artigo 740".

Carvalho Santos, depois de afirmar que no caso existe usufruto simultâneo e, não, sucessivo, vedado pelo Código, ressalta essa orientação do legislador ao prescrever a extinção do usufruto, parte a parte, em relação a cada um dos que falecerem. Todavia, como exceção, o direito de crescer ficou previsto na última parte do dispositivo.

João Luiz Alves, comentando o artigo referido (740 do Código Civil) lembra que dispositivos idênticos constam dos Códigos Cíveis de Portugal (art. 2.250), da Espanha (art., 521), do Chile (art. 78), do Uruguai (art. 513). A fonte, porém, do nosso Código foi o Código Civil argentino que prescreve no artigo 2.823: "Sendo dois ou mais os usufrutuários, não haverá entre eles direito de crescer, salvo se no instrumento constitutivo do usufruto se estipular ou dispuser expressamente o contrário".

A essas opiniões junta-se a do douto civilista Washington de Barros Monteiro ("Direito das Coisas", pág. 299) para quem, "autorizado pelo dispositivo em questão, pode o instituidor determinar que a parte do usufruto, relativa ao usufrutuário falecido, acresce a dos sobreviventes. Tal norma só se aplica, porém, aos usufrutos instituídos por ato entre vivos, pois, quanto aos estabelecidos por ato causa mortis existe preceito especial, o do artigo 1.716 do Código Civil".

O renomado civilista, depois dessa explanação, faz remissão ao julgamento dos tribunais repelindo a possibilidade de estipulação do direito de crescer quando se trata de ato que importe adiantamento da legítima. Mas lembra a existência de orientação em sentido contrário. O argumento central para a tomada de posição no caso é a norma do artigo 1.723 que proíbe a oneração da legítima com outras cláusulas além das ali enumeradas de forma taxativa. Mas a verdade é que a doação é ato muito diverso da disposição testamentária, prevalecendo neste unicamente a vontade do testador, enquanto naquele, a doação, o que ocorre é uma liberalidade com restrições com as quais estiveram de acordo os beneficiários. Ademais, como já se ressaltou, o Código Civil, depois de prever a extinção do usufruto simultâneo parte a parte com o falecimento dos doadores, admitiu de forma expressa a subsistência do mesmo em favor do outro doador (art. 740).

O último argumento a ponderar é relativo a existir no caso, de forma velada, um usufruto sucessivo. Mas ainda aqui é de ter em conta a lição de Washington de Barros Monteiro no sentido de que o usufruto sucessivo não se confunde com o simultâneo ou conjunto: "No sucessivo, o usufrutuário goza sozinho da coisa e por sua morte transmite a posse e o gozo ao sucessor. No simultâneo, há pluralidade de usufrutuários, que a um só tempo gozam da coisa usufruída, permitido ao sobrevivente o direito de crescer, se convencionado".

Ora, se a estipulação de acordo com a qual a parte do usufrutuário sucessivo e como tal proibido, não há negar que os doadores podiam legitimamente, estabelecer, como estabeleceram, que por morte de um deles o usufruto correspondente passaria para o outro. E, se assim é, o provimento do recurso se impõe com respeito à vontade legítima dos doadores. 2º o que fica decidido. (T. J. S. P. - São Paulo, 2 de junho de 1970. - Almeida Bicudo, Presidente com voto. J. M. Arruda, Relator. Odyr Porto). R. J. T. J. S. P., vol. XIII, pág. 67.

(Transcrito da "Tribuna da Justiça" de 11-8-71.)

FALSIDADE IDEOLÓGICA - Não configuração Novo registro de nascimento que apenas inovou a data de nascimento da acusada, sem lhe modificar a identidade - Inexistência do propósito de prejudicar direitos, criar obrigações ou alterar a verdade sobre fato juridicamente importante.

Nem toda declaração falsa de registro civil constitui falsidade ideológica, pois existem as que não produzem efeitos ou consequências de importância.

Apelação Criminal n.º 104.046 - Lins.

ACORDAM, por unanimidade de votos os Juízes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado, adotado o relatório de fls., dar provimento ao recurso, a fim de absolver a apelante, nos termos do artigo 386, n.º III, do Código de Processo Penal. Expeça-se em seu favor alvará de soltura.

Mulher quase analfabeta e de baixa condição social, promoveu Maria Eurídes Porfírio (e não Maria Eurídice, nome de que ela jamais fez uso, nos autos, como se vê nos termos de suas declarações e nas procurações outorgadas à sua defensora a fls. 248 e 261) - promoveu ela, em 1954, no distrito de Guaíçara, da comarca de Lins, novo registro de seu próprio nascimento, não obstante já o houvesse efetuado em 1950, no Município de N. Sra. das Dores, no Estado de Sergipe, de onde é natural.

E assim procedeu, inexplicavelmente, dado que era desimpedida (estava casada apenas perante a Igreja, lá no seu Estado natal) e nada obstava a que onde morava, contraísse lícitamente matrimônio com José Porfírio, como do desejo de ambos.

O novo registro de nascimento, como se vê pelo confronto das certidões originais, a fls. 58 e 223, somente inovou na data de nascimento da registrada.

O nome próprio permaneceu o mesmo - Maria Eurides, ou Maria Eurides Santos. O local de nascimento está referido exatamente ao registro feito em Guaíçara - distrito de N. Sra. das Dores, Estado de Sergipe. O nome dos pais da registrada está correto - Manoel Aprigio dos Santos e d. Maria Senhora de Santana. Apenas no tocante à data do nascimento foi que a registranda disse ter ocorrido a 10-3-1935 (fls. 48), quando teria se dado a 10-5-1923 (fls. 223). A discrepância de idade era porém, um dado secundário e indiferente. Para o efeito desejado, da habilitação de casamento com José Porfírio, não fazia diferença a alteração. O marido era na época indivíduo da mesma condição social dela - assim como ela própria, de baixa educação e de ínfimas condições de vida como veio a definir-lhes a existência o digno Procurador da Justiça que oficiou em Segunda Instância, nos autos da ação de desquite do casal, assim concluindo pelos dados existentes no processo (v. parecer em certidão, fls. 263 v.).

O novo registro de Maria Eurides Santos não se fez, nem para prejudicar direitos, nem para criar obrigação, nem para alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Não se modificou, através dele, sua identidade. Ela era solteira. Não precisava apresentar registro novo, para poder casar-se livremente no civil com José Porfírio. E a questão de idade, entre pessoas de tal condição social era de somenos. O marido de Maria Eurides ao prestar declarações na ação de desquite (fls. 25) e na instrução criminal (fls. 194), não se declarou enganado por falsa identidade de sua mulher. A idade confessada resultava de sua aparência, e era visível. E não disse ele que se soubesse da verdadeira data de seu nascimento não se casaria com ela ... Aliás, suas declarações na instrução se acham em conflito com o que declarou na ação cível. Por outro lado, observou o Procurador da Justiça Dr. Ruy Junqueira de Freitas Camargo, ao manifestar-se na ação de desquite, que o procedimento de José Porfírio para com a esposa era determinado por seu procedimento imoral, pretendendo cortejar a filha dela (v. parecer, fls. 263). Dai a desavença de ambos.

O marido, ao que parece, não pensou em anular o casamento, por um suposto erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge (Código Civil, art. 218).

Aliás o erro - se existisse - versando sobre a idade da mulher, não daria causa à anulação, por não dever ser considerado como "essencial", nem atinente à identidade do cônjuge. É o que ensinam Carvalho Santos e Vicente de Faria Coelho, dizendo este último, com remissão ao primeiro "se algum dos cônjuges apresentar-se com idade diminuída: assim uma mulher, que haja conseguido certidão de nascimento adulterada, em que consta ter 10 anos menos do que realmente tem, não haverá motivo para que o casamento seja anulado" (v. "Nulidade e Anulação do Casamento", 2. ed., 1962, pág. 221).

O que fez o marido José Porfírio foi ajuizar ação de desquite contra Maria Eurides, julgada

improcedente em 2.^a Instância de acordo com o parecer da d. Procuradoria Geral da Justiça (v. parecer e resp., acórdão, por certidão a fls. 263 e 264).

No curso dessa lide foi que se discutiu sobre a dualidade de registros civis de Maria Eurides, sendo o fato comunicado à autoridade polida], por ordem do MM. Juiz, para a devida apuração (v. ofício, fls. 31). Em consequência, foi a ré acusada de falsificação ideológica de seu próprio assentamento no registro civil.

Contudo, não há na espécie crime a punir. Consoante observa o d. Prof. Magalhães Noronha, "nem toda declaração falsa do registro civil constitui falsidade ideológica, pois existem as que não produzem efeitos ou consequências de importância".

Exemplifica o ilustre penalista os casos em que os nubentes; declaram residir no foro em que se realizará o casamento, quando tal não ocorre. Tem a propósito este Egrégio Tribunal de Justiça decidido que tais pessoas não praticam o delito de falsidade, por não se perceber em que dita circunstância possa prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (cf. "Revista dos Tribunais", vols. 231/61, 221/69, 206/83). Outro exemplo lembrado pelo Prof. Magalhães Noronha extraído da jurisprudência é o caso de, no registro de óbito, declarar-se a inexistência de bens deixados pelo falecido, quando ele os possuía. Não há delito, em semelhante declaração, porque o registro de óbito não é prova de domínio, que se adquire pela transcrição, provando-se com certidão de registro de imóveis (Código Civil, art. 860, parágrafo único).

E conclui o d. Prof. Magalhães Noronha notando que "outros fatos podem dar-se que, não sendo verídicos, também não constituem o falso de que cogita o artigo 299 .. ." (v. "Direito Penal", 4.^o vol., 3.^o ed., n.^o 1.259, pág. 219).

É o que se dá no caso destes autos, a que se ajusta a lição do emérito penalista, já transcrita.

Cotejados os dois registros civis de Maria Eurides Santos, vê-se que a discrepância incidiu apenas na data do nascimento, sem efeito ou consequência alguma, de relevo. A afetação da veracidade do registro civil deve ser verificada no caso concreto, ponderadas as condições e as consequências de cada um (cf. Sylvio do Amaral, "Falsidade Documental", n.^o 83, pág. 87).

Aliás, acrescenta-se, como impressão que resulta da prova, que a ré, mulher analfabeta, somente terá agido por instigação ou conselho de terceiros, possivelmente do irmão, conforme está declarado por sua filha Maria Anunciada, a fls. 10, comportando-se depois esse irmão como um seu inimigo. Ela, de si própria, não teria provavelmente tomado a iniciativa de promover o novo registro, dado que, sendo solteira, podia casar-se com José Porfírio, sem impedimento, apesar de casada em Sergipe, no religioso (do que não se apresentou, aliás, certidão alguma). Não se vê em suma, motivo para infringir a ora apelante, pelo seu procedimento, o pesado castigo da condenação criminal. O ato a ela imputado não constitui o delito da falsidade ideológica, pelo qual está respondendo. Daí sua absolvição. (T. J. S. P. - São Paulo, 13 de abril de 1970 - Adriano Marrey, Presidente e Relator. Carvalho Filho, Salles Abreu). R. J. T. J. S. P., vol. XIII, pág., 456.

USUCAPIÃO - Pretensão da Fazenda do Estado sobre imóvel atribuído a particular por sentença, proferida na primeira instância, em ação de usucapião fundada no artigo 550 do Código Civil - Simples alegações não alicerçadas em provas - Desprovemento.

Cabia à Fazenda do Estado demonstrar, de forma inequívoca, que o prédio usucapiendo nunca fora de domínio privado; ou, então, demonstrar diretamente o seu próprio domínio.

Apelação Cível n.^o 172.827 Lorena.

1 - Decisão de primeira instância, proferida em ação de usucapião fundada no artigo 550 do Código Civil, declarou ser do domínio de Rosa Emília Facchini da Silva, o imóvel urbano representado por uma casa e respectivo terreno, da rua Manoel Prudente, n.^o 184, da cidade de Lorena.

Via de apelação, a Fazenda do Estado de São Paulo pugna pela reforma do julgado, dizendo que o imóvel usucapiendo lhe pertence, posto que além de não se achar registrado em nome de qualquer pessoa física ou jurídica de direito privado, faz parte integrante da "reserva florestal do Vale do Paraíba", criada pela Lei Estadual n.^o 8.656, de 15 de janeiro de 1965.

Pende do julgamento o agravo no auto do processo de fls. 62.

2 - Nega-se provimento ao recurso oficial, assim como ao voluntário.

De fato, o imóvel em apreço não consta, segundo informações do autor, do registro imobiliário como pertencente a qualquer particular. Isso, porém, não basta para que se proclame tratar-se de terra devoluta.

À Fazenda do Estado cabia demonstrar, de forma inequívoca, que o prédio usucapiendo nunca foi do domínio privado; ou, então, demonstrar diretamente o seu próprio domínio.

É inacreditável que a lei estadual já referida tivesse pretendido abranger como reserva florestal os jardins e pomares das áreas urbanizadas do Vale do Paraíba.

A aceitar-se o argumento da Fazenda do Estado, toda a cidade de Lorena seria parte daquela reserva florestal.

De se notar que no caso sub judice, existe apenas a afirmação, feita na inicial, de que o imóvel não se encontra transcrito no Registro de Imóveis, sem qualquer comprovação do alegado. E, mesmo que houvesse certidão negativa de, registro, seria o caso de recebê-la com muita reserva, pois todos sabem como são precários os serviços cartorários no que diz respeito à escrituração do "indicador real".

Se para ser considerado devoluto bastasse a vaga notícia da inexistência de sua transcrição no registro imobiliário, não teria a Lei Federal n.º 3.081, de 22 de dezembro de 1956, que regula o processo nas ações discriminatórias, exigido da entidade de direito público interessada, provas da existência de terras do patrimônio público..

Acresce que o Município de Lorena, a quem de acordo com a Lei Estadual n.º 9.205, de 28 de dezembro de 1965, eventualmente, poderia pertencer o domínio do imóvel usucapiendo, embora regularmente convocado para a lide, não se dignou contestá-la.

Pelo exposto, acordam, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negar provimento tanto ao recurso oficial quanto ao voluntário, a fim de que subsista, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a respeitável decisão recorrida, prejudicado o agravo no auto do processo. Custas como de direito. (T. J. S. P. - São Paulo, 9 de dezembro de 1969 - Pacheco de Mattos, Presidente. Newton Hermano, Relator. Andrade Junqueira. Cardoso Rolim). R.J.T.J.E.S.R, vol. XI, pág. 53.

CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE IMPOSTAS EM

DOAÇÃO - Extinguem-se com a morte do donatário - Transmissão dos bens, livres, à mulher, à falta de descendentes ou ascendentes - Ação de venda dos imóveis comuns - Procedência.

Recurso não conhecido - Recorrente vencedor na causa.

Apelação n.º 117.145, da comarca de SÃO PAULO.

ACORDAM, em Terceira Câmara do Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, considerado como parte integrante o relatório lançado nos autos, em:

a) conhecer do recurso da autora, rejeitando a preliminar suscitada pelos réus:

b) não conhecer da apelação dos réus;

c) dar provimento ao recurso da autora, para julgar procedente a ação.

Rejeitam a preliminar suscitada pelos réus, a respeito da impropriedade do recurso interposto pela autora. O recurso cabível era, mesmo, o de apelação e bem andou o magistrado em admiti-lo como tal, nos termos do art. 810 do Código de Processo Civil.

Da apelação interposta pelos réus a Câmara não conhece, pois foram vencedores na lide. A suculência constitui requisito indispensável de todo recurso e não deve ser confundida com a "derrota puramente teórica em uma das várias questões particulares aduzidas em arguições e teses defensivas das partes" de que fala Emílio Betti (apud José Frederico Marques Instituições de Direito Processual Civil - vol. IV, n.º 867).

No mérito, impõe-se o provimento da apelação da autora.

Receberam o marido da autora e os réus, em comunhão, os imóveis indicados na petição inicial, por doação dos pais. A doação fora feita com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade. Falecidos os doadores, veio mais tarde a falecer também o cônjuge da apelante e os bens por ele deixados foram inventariados e afinal adjudicados, à falta de descendentes ou ascendentes, à mulher.

Dai o pedido da autora, condômina dos imóveis, para que sejam vendidos, uma vez que são indivisíveis e não deseja continuar na comunhão.

A controvérsia foi bem colocada pelo ilustre advogado da apelante, ao refutar a contestação:

"Os contestastes estão confundindo cláusulas restritivas com sucessão hereditária. Imposta a incomunicabilidade em favor de um dos cônjuges, é evidente que os bens não se comunicam com o outro. Mas, com o falecimento do beneficiário, abre-se a sucessão e os bens se transmitem, de imediato, aos herdeiros, na ordem estabelecida pelo art. 1.603 do Código Civil. É claro que, se os pais do beneficiário ainda fossem vivos, a herança teria sido deferida a eles, em razão da incomunicabilidade, mas em obediência ao art. 1.603, 11, do Código Civil, que

estabelece a ordem de sucessão hereditária.

"Mas, inexistindo descendentes ou ascendentes, como é o caso, a herança deferiu-se, em qualquer vínculo, por inteiro, à autora, na qualidade de cônjuge superstite, nos termos do art. 1.603, n.º III, do Código Civil".

A argumentação e a conclusão são irrepreensíveis.

Esquecem-se, aliás, os réus que as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade são temporárias, ou vitalícias. Os vínculos perpétuos, ou cuja duração se estenda além da vida de uma pessoa, são condenados (Clóvis, comentários ao art. 1.676 do Código Civil). Dai observar Washington de Barros Monteiro que com a morte do donatário ou do herdeiro extingue-se o ônus e os bens passam livres e desonerados aos respectivos sucessores (Direito das Sucessões - págs. 130 e 131).

Inaceitável, como se vê, a tese erigida pelos apelados, toda ela construída no pressuposto de que a incomunicabilidade permaneceu ou continua, mesmo após a morte do donatário.

Observa-se, de resto, que, se assim entendiam, cumpria terem impugnado a adjudicação que se fez à apelante, no inventário ou arrolamento dos bens deixados por Otávio Lopes Corrêa, adjudicação esta regularmente transcrita no Registro de Imóveis.

Por último, não deve prevalecer a fundamentação pela qual a resp. sentença concluiu pela carência. Bem o demonstraram a apelante e o parecer da d. Procuradoria Geral da Justiça. A inalienabilidade não pode ser dispensada ou invalidade por atos judiciais de qualquer espécie, sob pena de nulidade, mas há exceções e uma delas exatamente se prende à venda do bem clausulado, no caso de extinção do respectivo condomínio (Washington de Barros Monteiro - Direito das Sucessões - pág. 133).

Com o provimento dado ao recurso da autora, a ação fica julgada procedente, nos termos e para os fins pleiteados. A cargo dos réus as custas e honorários de advogado, arbitrados em 20% sobre o valor dado à causa. (T. J. S. P. - São Paulo, 30 de abril de 1969. - César de Moraes, Presidente - Martiniano de Azevedo, Relator Dalmo Nogueira, Revisor Francisco Negrisollo).

DECRETO-LEI N.º 1.179 - DE 6 DE JULHO DE 1971

Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo, à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - É instituído o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), com o objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.

Art. 2.º - São dotados ao Programa recursos no valor de Cr\$ 4. 000. 000. 000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) .

Art. 3.º - Os recursos de que trata o artigo anterior serão incluídos no orçamento monetário dos exercícios respectivos para aplicação nos seguintes fins:

- a) aquisição de terras ou sua desapropriação, por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro, nos termos que a lei estabelecer, para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis;
 - b) empréstimos fundiários a pequenos e médios produtores rurais, para aquisição de terra própria cultivável ou ampliação de propriedade considerada de dimensões insuficientes para exploração econômica e ocupação da família do agricultor;
 - c) financiamento de projetos destinados à expansão da agroindústria, inclusive a açucareira, e da produção de insumos destinados à agricultura;
 - d) assistência financeira à organização e modernização de propriedades rurais, a organização ou ampliação de serviços de pesquisa e experimentação agrícola, a sistemas de armazenagem e silos, assim como a meios de comercialização, transporte, energia elétrica e outros;
 - e) subsídio ao uso de insumos modernos;
 - f) garantia de preços mínimos para os produtos de exportação; e
 - g) custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e fiscalização do uso e posse da terra.
-

Art. 4.º Os programas e critérios de aplicação dos recursos a que se refere o artigo 2.º serão submetidos à aprovação do Presidente da República por um Conselho composto dos Ministros da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior.

Art. 5.º Os recursos do Programa serão provenientes:

I - De dotações orçamentárias previstas nos orçamentos anuais e plurianuais;

II - Do sistema de incentivos fiscais;

III - Da transferência de recursos do Programa de Integração Nacional;

IV - De outras fontes, internas ou externas.

Art. 6.º - A partir do exercício financeiro de 1972 e até 1976, inclusive, do total das importâncias deduzidas do imposto de renda das pessoas jurídicas, para aplicações a título de incentivo fiscal, 20% (vinte por cento) serão creditados diretamente em conta do Programa.

§ 1.º A parcela, de 20% (vinte por cento) referida neste artigo será calculada proporcionalmente às diversas destinações dos incentivos fiscais indicados na declaração de rendimentos.

§ 2.º O disposto neste artigo aplica-se aos incentivos de que tratam:

a) o artigo 1.º, letra "b", do Decreto-lei n.º 756, de 11 de agosto de 1969;

b) o artigo 18, letra "b", da Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963, alterado pelo artigo 18 da Lei n.º 4.869 de 1.º de dezembro de 1965;

c) o artigo 1.º, § 3.º, da Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966, com as alterações do Decreto-lei n.º 1.134, de 16 de novembro de 1970;

d) o artigo 81 de Decreto-lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967;

e) o artigo 6.º, caput, do Decreto-lei n.º 756, de 11 de agosto de 1969;

f) as alíneas "d" e "e" anteriores, mesmo quando os investimentos se destinarem às regiões situadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM.

§ 3.º Os recursos de que trata o presente artigo serão depositados, como receita da União, à ordem do Banco Central do Brasil:

a) no Banco do Nordeste do Brasil S.A., os provenientes dos 20% (vinte por cento) dos incentivos fiscais das pessoas jurídicas que optarem pela aplicação em empreendimentos na área de atuação da SUDENE;

b) no Banco da Amazônia S.A., os provenientes dos 20% (vinte por cento) dos incentivos fiscais das pessoas jurídicas que optarem pela aplicação em empreendimentos na área de atuação da SUDAM;

c) no Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou no Banco da Amazônia S.A., os provenientes dos 20% (vinte por cento) dos incentivos fiscais das pessoas jurídicas que optarem por outras aplicações.

Art. 7.º São agentes financeiros do Programa o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e a Caixa Econômica Federal.

Art. 8.º As cláusulas financeiras das operações de que trata o presente Decreto-lei serão estabelecidas de acordo com as normas que forem aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 9.º Continua em vigor a utilização de 30% (trinta por cento) dos incentivos fiscais em favor do Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, cuja vigência fica prorrogada até 31 de dezembro de 1976, permanecendo os restantes 50% (cinquenta por cento) das importâncias deduzidas do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para aplicação em incentivos fiscais, para emprego na forma prevista na legislação em vigor, pela SUDENE, SUDAM, SUDEPE, IBDF e EMBRATUR.

Art. 10.º Permanecem inalteradas as normas e condições estabelecidas pelo artigo 7.º do Decreto-lei n.º 770, de 19 de agosto de 1969, e pelo artigo 6.º do Decreto-lei n.º 880, de 18 de setembro de 1969.

Art. 11.º Este Decreto-lei, que será regulamentado no prazo de noventa dias, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrário.

LEI N.º 5.670 - DE 2 DE JULHO DE 1971

Dispõe sobre o cálculo da correção monetária

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O cálculo da correção monetária não recairá, em qualquer caso, sobre período anterior à data em que tenha entrado em vigor a lei que a instituiu.

Art. 2.º Esta lei aplica-se aos processos pendentes, inclusive às liquidações de sentenças, ainda não transitadas em julgado, que fixem o valor do débito ou da indenização.

Parágrafo único. Não se aplica, porém, o preceito deste artigo, quando, na data da entrada em vigor desta lei, sentença transitada em julgado haja expressamente fixado termo inicial diverso para a incidência da correção monetária.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

Emílio O. Médici Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes Orlando Geisel

Mário Gibson Barbosa Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

Jarbas C. Passarinho Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello F. Rocha Lagoa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

D. O. União 2-7-71

LEI N.º 5.672 - DE 2 DE JULHO DE 1971

Modifica o § 2.º do art. 10 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966 (Normas do Direito Agrário), e o § 2.º do art. 41 do Decreto-lei n.º 57, de 13 de novembro de 1966, que dispõe sobre o lançamento e cobrança do imposto sobre a propriedade territorial, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O § 2.º do art. 10 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º Nos loteamentos já inscritos até a publicação da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, é permitida a venda dos lotes rurais remanescentes, com área inferior à do módulo fixado para a respectiva região."

Art. 2.º O § 2.º do art. 11 do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, passa a ter a redação seguinte:

"§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a alienação da área se destina comprovadamente à sua anexação ao prédio rústico confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior ao seu módulo, nem aos casos previstos na nova redação do § 2.º do art. 10 da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1968."

Art. 3.º A administração pública local e as entidades de classe (associações ou sindicatos rurais), onde existem, poderão pleitear a revisão das áreas dos módulos e dos preços atribuídos à terra nua, em determinado município ou região, mediante pedido justificado, dirigido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Art. 4.º Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

Emílio G. Médici

Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima

D. O. União 2-7-71.

LEI N.º 5.675 - DE 12 DE JULHO DE 1971

Dá nova redação ao art. 77 do Decreto n.º 5.083, de 1.º de dezembro de 1926, que institui o Código de Menores.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 77 do Decreto número 5.083, de 1 de dezembro de 1926, que institui o Código de Menores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77.º A autoridade protetora dos menores pode emitir, para a proteção e assistência destes, qualquer provimento que, ao seu prudente arbítrio, parecer conveniente, ficando sujeita à responsabilidade pelos abusos do poder.

Parágrafo único. Na competência atribuída neste artigo não se inclui a de reduzir os limites etários fixados nos certificados de censura de diversões públicas emitidos pela Censura Federal."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1971; 150.º da Independência e 81.º da República.

Emílio G. Médici

Alfredo Buzaid

D. O. União 13-7-71.

LEI N.º 5.709 - DE 7 DE OUTUBRO DE 1971

Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e dá outras providência.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: ,

Art. 1.º O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta lei.

§ 1.º - Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta lei a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

§ 2.º - As restrições estabelecidas nesta lei não se aplicam aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º Ao estrangeiro, que pretenda imigrar para o Brasil, é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda de imóvel rural, desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.

§ 1.º - Se o promissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas; neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhes; defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel.

§ 2.º - No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente vendedor propor a ação para declarar a ineficácia de compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que receber do promissário comprador.

§ 3.º - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, ouvido o setor competente do Ministério da agricultura, caso o promitente comprador já tenha utilizado o imóvel na implantação de projeto de culturas permanentes.

§ 4.º - As disposições deste artigo constarão, obrigatoriamente, dos compromissos de compra e venda nele referidos, sob pena de nulidade dos respectivos contratos.

Art. 3.º A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área continua ou descontínua.

§ 1.º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização em licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

§ 2.º - O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida.

§ 3.º - O Presidente da República ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.

Art. 4.º Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

Art. 5.º As pessoas jurídicas estrangeiras referidas no art. 1.º desta lei só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários.

- 1.º - Os projetos de que trata este artigo deverão ser aprovados pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal competente de desenvolvimento regional na respectiva área.
- § 2.º - Sobre os projetos de caráter industrial será ouvido o Ministério da Indústria e Comércio.
- Art. 6.º Adotarão obrigatoriamente a forma nominativa as ações de sociedades anônimas;
- I - que se dediquem a loteamento rural;
- II - que explorem diretamente áreas rurais; e
- III - que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatutárias.
- Parágrafo único. A norma deste artigo não se aplica às entidades mencionadas no art. 4.º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1967.
- Art. 7.º A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Art. 8.º Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.
- Art. 9.º Da escritura relativa à aquisição de área rural por pessoas físicas estrangeiras constará, obrigatoriamente:
- I - menção do documento de identidade do adquirente;
- II - prova de residência no território nacional; e
- III - quando for o caso, autorização do órgão competente ou assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Parágrafo único. Tratando-se de pessoa jurídica estrangeira, constará da escritura a transcrição do ato que concedeu autorização para a aquisição da área rural, bem como dos documentos comprobatórios de sua constituição e de licença para seu funcionamento no Brasil.
- Art. 10.º Os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual deverá constar:
- I - menção do documento de identidade das partes contratantes ou dos respectivos atos de constituição, se pessoas jurídicas;
- II - memorial descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e
- III - transcrição da autorização do órgão competente, quando for o caso.
- Art. 11.º Trimestralmente, os Cartórios do Registro de Imóveis remeterão, sob pena de perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Agricultura relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados enumerados no artigo anterior.
- Parágrafo único. Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a relação mencionada neste artigo deverá ser remetida também à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Art. 12.º A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o art. 10.
- § 1.º - As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo.
- § 2.º - Ficam excluídas das restrições deste artigo as aquisições de áreas rurais:
- I - inferiores a 3 (três) módulos;
- II - que tiverem sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, mediante escritura pública ou instrumento particular devidamente protocolado no registro competente, e que tiverem sido cadastradas no INCRA em nome do promitente comprador, antes de 10 de março de 1969;
- III - quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.
- § 3.º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários, em face dos planos de desenvolvimento do País.
- Art. 13.º art. 60 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 60.º Para os efeitos desta lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de

área ou distribuição de terras."

Art. 14.º Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais, onde se estabeleçam em lotes rurais, como agricultores, estrangeiros imigrantes, é vedada, a qualquer título, a doação de terras da União ou dos Estados a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas.

Art. 15.º A aquisição de imóvel rural, que viole as prescrições desta lei, é nula de pleno direito. O tabelião que lavrar a escritura e o oficial de registro que a transcrever responderão civilmente pelos danos que causarem aos contratantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal por prevaricação ou falsidade ideológica. O alternante está obrigado a restituir ao adquirente o preço do imóvel.

Art. 16.º As sociedades anônimas, compreendidas em quaisquer dos incisos do "caput" do art. 6.º, que já estiverem constituídas à data do início da vigência desta lei, comunicarão, no prazo de 6 (seis) meses, ao Ministério da Agricultura a relação das áreas rurais de sua propriedade ou exploração.

§ 1.º - As sociedades anônimas, indicadas neste artigo, que não converterem em nominativas suas ações ao portador, no prazo de 1 (um) ano do início da vigência desta lei, reputar-se-ão irregulares, ficando sujeitas à dissolução, na forma da lei, por iniciativa do Ministério Público.

§ 2.º - No caso de empresas concessionárias de serviço público, que possuam imóveis rurais não vinculados aos fins da concessão, o prazo de conversão das ações será de 3 (três) anos.

§ 3.º - As empresas concessionárias de serviço público não estão obrigadas a converter em nominativas as ações ao portador, se dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da vigência desta lei, alienarem os imóveis rurais não vinculados aos fins de concessão.

Art. 17.º As pessoas jurídicas brasileiras que, até 30 de janeiro de 1969, tiverem projetos de colonização aprovados nos termos do art. 61 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Agricultura, concluí-los, e outorgar escrituras definitivas, desde que o façam dentro de 3 (três) anos e que a arca não exceda, para cada adquirente, 3 (três) módulos de exploração indefinida.

Art. 18.º São mantidas em vigor as autorizações concedidas, com base nos Decretos-leis ns.º 494, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, em estudos e processos já concluídos, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 19.º O Poder Executivo baixará dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento para execução desta lei.

Art. 20.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21.º Revogam-se os Decretos-leis ns.º 494, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

Emílio G. Médici

Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

LEI N.º 5.729 - DE 8 DE NOVEMBRO DE 1971

Altera o § 2.º do artigo 141 da Lei n.º 3.807, 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 2.º do artigo 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2.º O "Certificado de Regularidade de Situação" (CRS), a ser trasladado no instrumento pelo servidor público ou escrevente juramentado, juntado por cópia autenticada ao processo ou ao pedido inicial da empresa, ou ainda caracterizado pelo seu número de data de emissão mediante certidão passada no documento fornecido à empresa, conforme o caso, será exigido obrigatoriamente:

a) para a concessão de financiamento, empréstimo e ajuda financeira, para o pagamento das parcelas dos mesmos, quotas-partes e alíquotas de impostos ou de subvenções de qualquer espécie por parte das repartições públicas, estabelecimentos de crédito oficiais e seus agentes financeiros, autarquias, entidades de economia mista e empresas públicas ou de serviços

públicos;

b) para a assinatura de convênios, contratos, ou quaisquer outros instrumentos com repartições ou entidades públicas, autarquias, sociedades de economia mista ou seus agentes;

c) para o arquivamento de quaisquer atos no Registro de Comércio, excetuando-se desta exigência os atos pelos quais a empresa substitui total ou parcialmente seus gestores, desde que não impliquem em mutação patrimonial;

d) para a participação em concorrências, tomadas ou coletas de preços ou quaisquer licitações de bens ou destinadas à contratação de serviços e obras".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de novembro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

Emílio G. Médici.

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Jorge de Carvalho e Silva

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Márcio de Souza e Mello

F. Rocha Lagoa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Higino C. Corsetti

D. União de 9-11-71

LEI COMPLEMENTAR N.º 41 DE 14 DE JULHO DE 1971

Estabelece normas para alteração território do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Na revisão da divisão administrativa do Estado, somente serão permitidas alterações territoriais que não acarretem, ao município ou municípios de origem, a perda de quaisquer dos requisitos estabelecidos em lei complementar federal ou legislação estadual para a Mação de Município.

§ 1.º - Vetado. § 2.º - Vetado.

Artigo 2.º - Na revisão da divisão administrativa do Estado, do ano de 1971, somente serão procedidas as alterações territoriais que constituam condição necessária à criação de Município, Distritos e Subdistritos e as consistentes na incorporação da área total de um município a outro.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de julho de 1971.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva - Secretário da Justiça. Hugo Lacorte Vitale - Secretário do Interior.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 14 de julho de 1971.

Nelson Peterson da Costa - Diretor Administrativo - Subst.

D. O. de 15-7-71.

DECRETO DE 29 DE OUTUBRO DE 1971

Fixa as atribuições do Conselho da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO no uso de suas atribuições legais e nos termos do § 3.º, do artigo 63, da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970,

Decreta:

Artigo 1.º - O Conselho da Carteira de Previdência das Serventias, não Oficializadas da Justiça do Estado, criado pelo artigo 63 da Lei n.º 10. 393 de 16 de dezembro de 1970, reunir-se-á pelo menos uma vez por mês e sempre que necessário sendo suas deliberações tomadas pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.

Artigo 2.º - São atribuições do Conselho a que se refere o artigo anterior:

I - tomar a seu cargo a orientação e fiscalização das atividades da Carteira para a plena consecução de seus fins e fiel cumprimento da legislação a ela pertinente;

II - fiscalizar a arrecadação e a aplicação dos recursos financeiros da Carteira;

III - interpretar a legislação e dirimir dúvidas no campo de sua competência, inclusive no tocante a eventuais reivindicações de beneficiários da Carteira;

IV - propor e manifestar-se sobre matéria referente a modificações da Lei que rege a Carteira;

V - examinar e opinar observada a legislação em vigor, sobre os planos orçamentários anuais da Carteira bem assim, sobre o comportamento da receita e despesa em cada exercício, financeiro, representando ao Superintendente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo a propósito de providências que julgar necessárias;

VI - baixar instruções sobre assuntos de sua competência e fiscalizar-lhe o cumprimento.

VII - dirigir-se diretamente às autoridades dos órgãos que integram a Administração direta e descentralizada para a obtenção de informações e elementos de que necessite para o cumprimento de suas atribuições;

VIII - examinar, a seu critério e facultativamente, os livros, documentos e arquivos da Carteira, podendo se necessário, recorrer a revisões gerais ou parciais da contabilidade;

IX - propor à Administração Superior do Instituto de Previdência a aplicação do Fundo de Reserva e do excesso mensal da receita sobre a despesa, observada a preceituação do § 1.º do artigo 5.º do Decreto-lei Complementar n.º 18, de 17 de abril de 1970;

X - propor a majoração da remuneração-base fixada no artigo 45, da Lei n.º 10. 393, de 16 de dezembro de 1970, e respectiva Tabela se assim o permitirem as disponibilidades da Carteira;

XI - manifestar-se sobre a percentagem destinada ao Fundo de Reserva, de que trata o artigo 66, da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970;

XII - colaborar com a Carteira e com a Corregedoria Geral da Justiça, na fiscalização para o fiel cumprimento por parte dos segurados de suas obrigações para com a Carteira; e

XIII - aprovar seus regimento interno;

Artigo 3.º - Compete ao Conselho organizar suas secretaria, protocolado e arquivo, redigindo o regulamento de seu funcionamento, que será submetido à aprovação do Superintendente do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Artigo 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de outubro de 1971.

LAUDO NATEL

Ciro Albuquerque Secretário do Trabalho e Administração.

Publicado na Casa Civil, aos 29 de outubro de 1971

Maria Angélica Galiazzzi - Responsável pelo S.N.A.

D. O. de 30-10-71.

NOTA: Os membros do Conselho da Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado, foram nomeadas pelo Senhor Governador do Estado por decreto de 8-3-71, publicado no "D. O." de 9 dos mesmos mês e ano, que abaixo transcrevemos:

Nomeando, com fundamento no artigo 63, parágrafo 1.º, da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970, para constituírem o Conselho da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas de Justiça do Estado, os seguintes senhores: Beis. José Antenor Marcondes Machado (membro) e Eduardo Cardoso Penteado (suplente), representando a Secretaria da Justiça; Júlio Oliveira Chagas Netto (membro) e Afonso Alvares Rubião (suplente), representando Corregedoria Geral da Justiça; Antônio Augusto Firmo da Silva (membro) e Jether Sottano (suplente), representantes da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo; Antônio Rubião Silva Júnior (membro) e Sérgio Bernardes (suplente), representando a Associação dos Escreventes e Auxiliares de Justiça do Estado de São Paulo, e, Joel M. Kuhl (membro) e Sérgio Bolsando Messias (suplente), pela Secretaria do Trabalho e Administração

Dúvida n.º 1870-71 - 13.º Registro de Imóveis - Sydney Almeida Coimbra. "Vistos, etc. - O Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 13.ª Circunscrição adiou os registros da instituição e convenção de condomínio do prédio que o Dr. Sydney Almeida Coimbra fez construir no terreno de que é proprietário eis que não juntou "auto de vistoria" bem como por pretender averbar coisas futuras, eis que mais dois apartamentos seriam construídos, a critério do apresentante, a qualquer tempo, sem prazo certo. O suscitado apresentou sua impugnação asseverando que o imóvel está pronto inclusive tributado pela Prefeitura Municipal. O doutor Curador dos Registros Públicos declarou-se pela procedência da dúvida, nos termos da inicial. É o relatório. Decido. Hely Lopes Meirelles, em seu livro "Direito de Construir" ensina: "O licenciamento administrativo das obras é o meio de que o Poder Público lança mão para impor e controlar a observância das normas técnico-legais da construção. Desde a elaboração do projeto até a conclusão da obra, a construção fica sujeita à fiscalização da autoridade competente (Código Sanitário Estadual e Código de Obras é que especificam as autoridades) que, para o início da edificação expede o alvará de construção, e para o início da utilização da obra concluída, expede o alvará de habilitação, vulgarmente conhecido por "habite-se". Acrescenta que "A inobservância ou desentendimento das normas técnico-legais da construção ou da regulamentação profissional sujeita o infrator a penalidades diversas", dentre elas a interdição, e demolição da obra. A documentação oferecida revelou-se insuficiente para a própria discriminação do que se refere ao pavimento térreo e primeiro andar. J. Nascimento Franco e Niske Gondo no "Manual Prático das incorporações, enumerando as exigências da lei n.º 4.591-64, inclui: "Letra T" - requerer a averbação da construção após a exposição do "habite-se" sob pena de responder pelo prejuízo que a omissão ocasionar aos adquirentes, que poderão providenciá-la. No mesmo sentido "Caio Mário da Silva Pereira", autor renomado e pioneiro na disciplina da incorporação. Não juntou o suscitado o "habite-se" e os documentos fornecidos pela Prefeitura não oferecem elementos suficientes para a constatação da observância das regras ou normas técnico-legais, que a expedição daquele faz presumir. Quando a construção futura de outros apartamentos a questão foi bem respondida pelo suscitante, abeberando-se nas lições de Serpa Lopes, pela negativa. Embora o edifício ao que parece seja apenas do suscitado a possibilidade de venda de suas unidades autônomas não o exime da observância das leis e normas regulamentares administrativas. Por tais razões procede a dúvida. Custas pelo suscitado. P.R.I. - Advs.: Paulo de Tarso R. Vasconcellos e M. A. Duarte de Azevedo.

N.º 197 - Dúvida n.º 1102-71 - 15.º Registro de Imóveis - João Silverio e outros - "Vistos, etc. O Sr. Oficial do 15.º Registro de Imóveis suscitou dúvida ao lhe ser apresentado para registro formal de partilha, por João Silverio e outros. Alega que não foram juntados os comprovantes municipais para a averbação dos prédios de números 842-A e 842-B - da Estrada do Guapira e por ter a viúva meeira doados aos herdeiros sua meação, o imóvel deveria ser partilhado apenas entre estes. A dúvida foi impugnada sob o fundamento de que um dos imóveis inventariado foi dividido em três residências separados para atender aos interesses dos inquilinos. Trata-se de uma vila e os impostos são pagos englobadamente por ser de um mesmo proprietário os imóveis que a compõem. Acrescenta que a escritura de doação não foi transcrita, por exigência de transcrever primeiro o formal de partilha. O doutor curador opinou pela procedência da dúvida. É o relatório. Decido. Quanto à transcrição da escritura de doação e do formal de partilha, procede a dúvida. A viúva-meeira cedeu seus direitos à meação aos herdeiros. Estes, deveriam, nos autos do inventário, requerer sua adjudicação. A escritura de doação não poderia, por se tratar de cessão de direitos, ser transcrita como não o foi. Tendo a meeira falecido, não poderia ser contemplada na partilha. Por tais motivos não podem ser transcritos, quer o formal, quer a escritura de doação. Nos próprios autos do inventário poderiam os suscitados regularizar a situação do imóvel que acabou por constituir uma vila e assim sujeito à lei condominial. Face ao exposto e o mais que dos autos consta, julgo procedente a dúvida. Custas pela lei. P.R.I.

Advogado: J. Delfino Ribeiro da Luz.

D. O. J. 7-9-71.

O Doutor RUY DE MELO ALMADA, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos Corregedor Permanente dos Cartórios do Foro extrajudicial desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo à regularidade dos serviços dos cartórios extrajudiciais da Comarca e considerando mais a segurança de que devem se revestir tais serviços, resolve:

DETERMINAR aos serventuários. e escreventes dos cartórios extrajudiciais da Comarca da Capital que:

- 1) - nos atos que praticarem exijam das partes, intervenientes e anuentes prova de identidade regularmente expedida por repartição pública oficial;
- 2) - no caso de ser impossível aos interessados a produção dessa prova, exclusivamente por não possuírem qualquer documento de identidade, esta será feita por apresentação de pessoa idônea, que testemunhará o ato, responsabilizando-se pela declaração;
- 3) - a apresentação poderá ser feita pelo cônjuge que assumirá a responsabilidade pela atestação.

Cumpra-se. R. e A. Expeça-se xerocópia a todas as serventias subordinadas a esta Corregedoria. O JUIZ DE DIREITO,

RUY DE MELO ALMADA

1949-70 - 11.º Reg. de Imóveis - José Battalini - Vistos, etc. O Sr. Oficial do Registro de Imóveis, suscitou dúvida ao lhe ser apresentado para registro escritura de venda e compra datada de 14-10-69, em que são outorgantes Eisuke Sakina - Veritas Imobiliárias Ltda. e outros referentes a um terreno localizado no bairro de Campina ou Campininha, com 350 m2, eis que o citado título para indicar a origem desse imóvel se reporta a seis transcrições e a uma inscrição o que é uma forma de descumprir o artigo 244, da Lei dos Registros Públicos, pois não haveria meios de garantir a continuidade do Registro. Com essa referência aquisitiva tão vaga, além do mais que o titular da inscrição é Virgolino Adão, que não figura naquele título. Acrescenta que a Veritas Imobiliária Ltda. por pessoa jurídica deveria apresentar certidão negativa do INPS, sendo inócua sua referência constante da escritura de que os outorgantes anuentes não estão sujeitos às restrições da lei orgânica da Previdência Social. O suscitado impugnou a dúvida, alegando ser o mesmo sem sentido, pois já houve descrição determinando a transcrição do título aquisitivo em quais a Veritas Imobiliárias Ltda. transmitia imóvel apesar de suspeitar a origem, que a rua Amazonas foi averbada; mas a exigência da certidão negativa do INPS poderia ser feita quando da apresentação do título. Juntou documentos. O Sr. Oficial se manifestou as fls. esclarecendo que a rua Amazonas consta de transcrição com origem em alienações feitas por Celso David do Valle e sua mulher sendo que a aquisição da Veritas e as que lhe são paralelas, completam com aquelas. O doutor Curador opinou pela procedência da dúvida. O suscitado se manifestou à fls. face a conflitância das transcrições acima referidas. Nova manifestações dos interessados, tendo por último oficiado o Dr. Curador que se reportou ao seu parecer anterior. É o relatório. Decido. Tem inteira procedência a dúvida. O suscitado pretende o registro de uma escritura em que figura como comprador de um imóvel de 350m2 quadrados para o qual é dado como sua origem nada menos de seis transcrições e uma inscrição, sendo que está em nome de Virgolino Adão e aquelas conflitam com as de origem em alienação, feitas por Celso David do Valle sua mulher. Diga-se de passagem, que a escritura foi passada no 27. tabelionato que foi extinto em razão de inúmeras irregularidades ali verificadas. A escritura de fls. também contém irregularidades e assertivas contrária à verdade, esta com relação a não sujeição à Previdência Social de pessoa jurídica que aparece como uma das outorgantes vendedoras e a outra, pois não basta a enumeração de transcrições anteriores para que esteja atendida exigência legal. É necessário que o imóvel negociado se compreende dentro da área a que aqueles se refere, para que se possa garantir a continuidade do registro e controlar sua disponibilidade. Também irregular foi se referir a inscrição feita em nome de pessoa que não figura na escritura levada a registro. Igualmente não podia ser transcrita, mesmo que não contivesse todos esses senões, por falta da certidão de quitação fornecida pelo INPS. O registro de imóveis é para espelhar a verdade dos negócios e propiciar a publicidade e ato essencial para aquisição da propriedade. Evidente que títulos como o do suscitado, com os vícios apontados, não podem ser transcritas. Custas ex-lege.

P.R.I. - Advogado: Euclides Belarmino Teixeira.

D. O. J., 2-10-71

Proc. n.º 311/71 - Dúvida - Roberto Cardoso de Almeida Amorim. Vistos, etc. I - O 13.º Oficial do Registro de Imóveis adiou a transcrição da carta de arrematação que lhe foi apresentada por Roberto Cardoso de Almeida Amorim, prenotando-a sob n.º 102.351. Aduziu que o título não contém a prova do trânsito em julgado da sentença e do autor de arrematação e além disso não traz a prova de quitação da credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado. Por fim observou o serventuário que recebeu protesto judicial e notificação para não transcrever o título. II - O suscitado impugnou, a fls. 30 propugnação pela transcrição do título. Anotou que o trânsito em juízo da sentença estava comprovado pela certidão de fls. 26; que a Caixa Econômica do

Estado fora devidamente notificada da penhora, para fazer valer os seus direitos e que a hipótese não restringia o seu direito de ver a arrematação devidamente transcrita. III - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida. IV - Improcede a dúvida. A arrematação independe de sentença e se aperfeiçoa logo após a assinatura do respectivo auto, como preleciona Gabriel José Rodrigues de Rezende Filho, in "Curso de Direito Processual Civil", vol. III, pág. 263. A adjudicação e a remissão, estas sim, dependem de sentença, conforme o direito processual vigente. Consta da sentença proferida pelo MM Juiz da 4.^a Vara Cível que a ação, em razão da qual houve a arrematação se prendia a crédito quirografário e a credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado protestou por preferência e rateio, consoante sua manifestação de fls. 40 dos autos. Os doutrinadores divergem a respeito da natureza da arrematação ou adjudicação feita em ação, que diga respeito a imóvel hipotecado. Clóvis perfilha o entendimento de que a extinção do ônus só se espera quando se trata de ação executiva hipotecária, por lhe parecer mais consentânea com a índole do direito hipotecário. ("Cód. Civ. Com.", vol. III, pág. 478). Titu Fulgêncio entende, com o apoio de Azevedo Marques, Carvalho Santos, Lisipo Garcia e Serpa Lopes verbis "a arrematação extingue a hipoteca (art. 849, n.º VII), desde que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários que não foram de qualquer modo, partes na execução (art. 826)" ("Direito Real de Hipoteca", vol. II, pág. 466). O eminente W. Barros Monteiro no seu "Curso de Direito Civil - Direito das Coisas", pág. 387 acompanha a maioria dos autores preconizando que a arrematação ou adjudicação tem o condão de extinguir a hipoteca, desde que o credor esteja ciente da ação movida por credores quirografários. Na sempre citada obra, "Tratados dos Registros Públicos", vol. II, pág. 398, Serpa chopos ensina - "A arrematação, ou a adjudicação são formas extintivas da hipoteca constantes sempre de um mandato judicial, que se toma exequível por meio da respectiva carta de arrematação. Todavia há divergência na doutrina a respeito de se saber se a venda judicial produz aquele efeito qualquer que seja a natureza da execução ou se somente tal efeito se verifica unicamente no caso de se tratar de uma arrematação ocorrida num executivo hipotecário. Quando em exercício na Vara de Alistamento Eleitoral (hoje Juízo dos Registros Públicos) decidimos que a venda judicial, qualquer que seja a natureza da execução, extingue o ônus hipotecário, desde que os credores hipotecários tenham sido devidamente intimados". Ora, no caso sub examen a credora hipotecária, Caixa Econômica do Estado teve ciência da propositura da ação executiva, por título quirografário e tanto isso é certo que o digno Juiz prolator da sentença anotou o protesto por preferência e rateio.

Entendo que in casu operou-se a extinção do ônus hipotecário, por força da arrematação feita por Roberto Cardoso de Almeida Amorim. É certo que com o protesto por preferência e rateio, a Caixa Econômica do Estado deduzirá o seu direito no concurso de credores, que segundo a lição do mesmo mestre Gabriel Rezende "versa sobre o preço da arrematação..." - ob. cit., 306). Por derradeiro cumpre examinar a questão aventada pelo digno Oficial, no tocante ao protesto judicial formulado por Rosa Kruchin Clermann Segundo tenho entendido o protesto contra alienação não tem o condão de impedir a transmissão de imóveis, e, a sua conseqüente transcrição em nome do proprietário. É que o processo previsto no artigo 720 do Código Processo Civil visa apenas prevenir responsabilidade e prover a conservação e ressalva de direito.

V - Ante o expendido e considerando tudo o mais que dos autos consta julgo improcedente a dúvida. - Publique-se. - São Paulo, 6 de maio de 1971. - O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Meio Almada - Adv.: Gustavo Korte Júnior.

Diário Oficial da Justiça, 12-5-1971, p. 51

Proc. n.º 589-71 - Dúvida - Vistos, etc. I - O 4.º Oficial do Registro de Imóveis adiou a transcrição da escritura de compra e venda que lhe foi apresentada por Antônio Vieira Neto Júnior, prenotando-a sob n.º 234.323. Alega que o título diz respeito à venda de um terreno que faz parte do loteamento inscrito sob n.º 39, segundo o Decreto n.º 58-37; entretanto, as partes não fizeram menção no número do lote e também não e referiram à inscrição mencionada. Isso torna inviável a transcrição por impedir a verificação de disponibilidade de área, uma vez que o loteamento é de um terreno de sessenta mil metros quadrados. Além disso, o suscitado fez construir no terreno a essa que tomou o número sete, da rua Guaraniúva, antes Travessa R. 6, mas não apresentou o "habite-se" e a prova de alteração de denominação do logradouro e certificado de regularidade do INPS. II O suscitado representado por sua procuradora ofereceu a impugnação de fls. 14 na qual sustentou a improcedência da dúvida. Aduziu que outras escrituras já foram transcritas na mesma Circunscrição Imobiliária, como faz certo a certidão de

fls., títulos estes em condições idênticas ao do suscitado. No que diz respeito ao certificado do INPS sustentou que o prédio já existia no ano de mil novecentos e quarenta e um, conforme demonstram os recibos da Prefeitura Municipal. Para fazer prova da alteração de denominação da via pública pediu o prazo de dez dias para juntar certidão da Prefeitura Municipal. A fls. 24 consta a certidão mencionada na impugnação. III O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida. IV Procede a dúvida. Dos fundamentos expendido pelo serventuário, apenas o primeiro tem relevância uma vez que o suscitado demonstrou que a construção que surgiu no terreno remonta ao ano de mil novecentos e quarenta e um, conforme recibos de imposto predial exibidos. A certidão fornecida pela Prefeitura Municipal juntada a fls. 7 faz prova plena da alteração de denominação da Travessa 6 para Rua Guaranaiúva. Igualmente a numeração dada ao prédio, figura na certidão. Quanto à omissão da escritura, no que diz respeito ao número do lote transacionado, é bem de ver que assiste razão ao Oficial do Registro, por se tratar de loteamento inscrito naquela serventia, sob número trinta e nove. Cumpre ao suscitado retificar e ratificar o título, consequentemente. A providência é necessária para não quebrar o princípio da especialidade e continuidade do Registro. No que diz respeito à exigência de prova do INPS a razão está com o suscitado. Ele apresentou "xerox" dos recibos de imposto predial, o que faz prova da existência da edificação. Tais recibos são do ano de mil novecentos e quarenta e um. A Lei w 5.432 de 7 de maio de 1968, no seu art. 8.º preceitua, verbis - "Ao proprietário dono da obra, ou condômino de unidade imobiliária, que tenha contratado e iniciado a obra de construção, reforma ou acréscimo de imóveis, até 20 de novembro de 1966, não se aplica o disposto no item VI do art. 79, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960". Este art. erigiu a responsabilidade do dono da obra, sob a forma de solidariedade, pelas dívidas providenciárias. O Egrégio Tribunal Federal de Recursos, no julgado publicado no DJU de 19-4-71, pág. 1.557 firmou o entendimento de que "aplica-se a regra do item VI do art. 79, da LOPS, introduzido pelo art. 20 do Dec.-Lei n.º 66-66, somente às construções iniciadas ou contratadas depois de 20 de novembro de 1966 (art. 8.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.432-68) " V Ante tais fundamentos julgo procedente a dúvida. Cumpre ao suscitado retificar a escritura para declarar o número do lote negociado, tão-somente. Publique-se. Custas pelo suscitado. São Paulo, 24 de junho de 1971. O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada. Adv.: João Machado. Diário Oficial da Justiça, 30-6-1971, p. 47

Proc. n.º 1.431-70 - Advogados: Manoel Policarpo de Azevedo Gouveia - Antônio Carlos Rodrigues Ribeiro e Luiz Carlos Ribeiro dos Santos - Dúvida - 11.º Reg. de Imóveis - Ângelo Ferreira de Abreu. - Vistos, etc.

O Oficial da 11.ª Circunscrição Imobiliária, remeteu a Juízo o título apresentado por Ângelo Ferreira de Abreu, porque teve dúvida em registrado, sob fundamento de que deveria a pessoa jurídica vendedora exibir Certificado de quitação do I. N. P. S., segundo Jurisprudência do Egrégio Conselho Superior da Magistratura - mesmo tratando-se de Imóvel compromissado a venda antes da Lei Orgânica da Previdência Social.

Impugnou a dúvida o suscitado, sustentando a prevalência da orientação fixada por esse Juízo, conforme decisões normativas do Tribunal Federal de Recursos.

Manifestou-se sob sugestão de Curadoria, o I. N. P. S., informando que, sempre o Instituto entendeu exigível a certidão negativa quanto aos compromissos anteriores a Lei n.º 3.807-60, por ocasião da escritura definitiva.

O Decreto n.º 821-69, dirimiu controvérsias que vinham sendo apreciadas pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos que concedia segurança por entender não exigível a certidão quando o compromisso for anterior à lei".

O Dr. Curador, opinando nos autos ofereceu parecer pela improcedência da dúvida com acolhimento da impugnação apresentada.

É o Relatório, Decido.

Preliminarmente, nenhum elemento apresentou o suscitado que, comprovasse em forma acatável o pressuposto para acolhimento de seu pedido, isto é, que o compromisso particular fosse anterior à L. O. P. S.

A vista disso, deve a dúvida ser julgada procedente, denegado o registro em causa.

Custas pela lei. - P. I.

São Paulo, 16 de novembro de 1970.

Diário Oficial da Justiça, 9-12-1970, p. 40

Dúvida - 15-68 - 4.º Registro de Imóvel - Giovanni Toldi - "Vistos, etc. I - O serventuário do Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição suscitou dúvida no tocante ao registro do contrato

particular de promessa de cessão parcial de compromisso de compra e venda, de cessão parcial de promessa de cessão de compromisso de venda e compra, celebrado entre a Companhia Paulista de Seguros S. A., A. Lima S. A. Exportadora e Importadora e Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Engenharia - Arquitetura - Construções - Severo & Villares S. A., aquelas representadas por este último e cessionário Giovanni Toldi. Alega como motivo do adiamento do ato que as primeiras pessoas jurídicas cederam e transferiram a Severo, & Villares S. A., todos os seus direitos e obrigações decorrentes das inscrições n.º 2.189, 11.080 e 11.223, que antes de proceder ao registro é necessária a destinação de condomínio, onde se localiza o box n.º 202, objeto do contrato, segundo a Lei n.º 4.591-64; que o título seja exibido em duplicata e finalmente que seja apresentada certidão negativa do Instituto Nacional de Previdência Social em nome dos promitentes cedentes. II - O suscitado ofereceu a impugnação de folhas 13.. Quanto ao primeiro fundamento da dúvida aduziu que o Escritório Técnico "Ramos de Azevedo", realmente se tornou cessionário de todos os demais promitentes cedentes, mas ficou com o ônus de cumprir os contratos de compromisso de cessão anteriormente assumidos. Quanto ao segundo motivo do adiamento do registro reconheceu a procedência da exigência do escrivão, exibindo com a impugnação a duplicata do contrato. Quanto ao terceiro fundamento das razões expendidas pelo serventuário, aduziu que a Lei Orgânica de Previdência Social não faz qualquer referência a escrituras de compromisso, só o fazendo em relação aos contratos de compra e venda. Lembrou ainda que o contrato foi celebrado em 9 de agosto de 1960, anteriormente, portanto à Lei Orgânica de Previdência Social, que só foi sancionada em 26 de agosto de 1960. Dita lei, portanto, não se aplica no raso dos autos. Quanto ao quarto fundamento da dúvida procurou rebatê-lo fundado em que o que se pretende averbar é apenas uma promessa de cessão parcial de compromisso de compra e venda. Se fosse necessária a prévia constituição de condomínio, o escrivão não podia averbar outros contratos semelhantes aos do suscitado, como aconteceu com Américo Mateus e Dr. Lauro Celidonio. Ademais, lembrou o suscitado a lei em que se funda o escrivão é de 1964 (Lei n.º 4.591), que não tem efeito retroativos, como pretende. III - O serventuário se manifestou sobre a impugnação. Aduziu que o contrato de Américo Matheus foi averbado anteriormente à Lei n.º 4.591-64, pelo que foi dispensada a exigência referente à especificação de condomínio. No tocante à averbação do contrato do Dr. Lauro Gelidonio admitiu o seu erro, lembrando contudo a sua sanção com a outorga da escritura definida. IV - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida, :no parecer de folhas 51 verso. V - A dúvida foi dada por prejudicada pelo escrivão, face ao que consta da transcrição n.º 68.919, na qual o Escritório Técnico "Ramos de Azevedo" - Engenharia - Arquitetura - Construções Severo & Villares S. A. se tornou proprietário o imóvel, sendo canceladas as inscrições n.º 2.189, 11.080 e 11.223. Pelo meu despacho de folhas 96 verso, foi declarada prejudicada a dúvida. A decisão foi afirmada pelo venerando) acórdão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura que ordenou que a dúvida fosse julgada pelo mérito. Prejudicada estaria a dúvida. se o título fosse registrado, foi a lição do douto Colégio. Este, em síntese é o relatório. Passo à decisão. VI - Procede a dúvida. A exigência que o escrivão suscitante fez, relativamente à prova de quitação dos promitentes cedentes para com a Previdência Social é inteiramente válida e por isso mesmo, impeditiva da averbação do contrato exibido pelo suscitado. De nada lhes vale afirmar que o contrato foi celebrado anteriormente à vigência da Lei Orgânica de Previdência Social, que foi promulgada em 26 de agosto de 1960. É que o contrato não foi averbado na época em que foi lavrado e somente após a promulgação da lei é que foi apresentado ao cartório para tal finalidade. Se ocorresse a sua apresentação antes da Lei Orgânica (Lei n.º 3.807-60), então sim a averbação podia ser feita sem qualquer dificuldade. Mas tal não aconteceu. A lei que foi regulamentada pelo Decreto n.º 60.501, de 14-11-1967, exige a prova de quitação quando da transcrição. Evidentemente que, no caso dos autos ;não se trata de transcrição. A Lei, entretanto quis se referir a qualquer ato do Registro Público que implicasse em oneração ou promessa de oneração a saber averbação, inscrição ou transcrição. Igualmente, no tocante à exigência feita no que diz respeito à inscrição da convenção de condomínio, assiste inteira razão ao suscitante. Trata-se de prédio cuja construção se acha terminada e assim sendo é indispensável que seja feita a convenção de condomínio. O art. 9.º da Lei n.º 4.591/64 exige a celebração por escrito da convenção de condomínio, não só para os prédios em construção, como para os que já estão edificadas. A tarefa foi cometida aos proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários, segundo o citado art. 9.º As demais exigências feitas pelo Oficial suscitante, a meu ver não são impeditivas da averbação pleiteada, ou não seriam se os demais fatores não fossem acolhidos como razão de adiamento da

averbação. É que Severo & Villares S. A. se tornou proprietários promitentes compradores, cessionária dos direitos e obrigações decorrentes dos compromissos anteriores. Não vejo, portanto contradição entre a averbação que poderia ser feita e a transcrição n.º 68.019. Igualmente, a exigência de duplicata do contrato deixou de ser feito impeditivo do contrato por que exibida com a impugnação. VI - Isto posto e considerando tudo o mais que dos autos julgo procedente a dúvida. Custas pelo suscitado. Publique-se. - São Paulo, 20 de maio de 1970. - O Juiz de Direito, Ruy de Melo Almada - Advts.: Honório Monteiro, Helladio Toledo Monteiro, Murilo Monteiro de Alvarenga, Gelmo de Meio Santos, Antônio Giovanni e Flávio Johrmann Portugal. Diário Oficial da Justiça, 4-7-1971, p. 51

295/71 - Duvidas inversas - Vistos, etc.

I - F.N.V. - Fábrica Nacional de Vagões S.A., com sede nesta Capital pediu o registro da escritura pública de compra e venda de fração ideal de terreno, com cessão de direitos lavrada entre ela e Laboratório Paulista de Biologia S. A. e outros no 16.º Cartório de Notas, em oito de janeiro de mil novecentos e setenta e um. Alega em síntese que o 5.º Oficial do Registro de Imóveis se negou à prática do ato, porque vários outorgantes são falecidos e seus espólios estão representados por procurador que representou aqueles, no contrato inicial de promessa de venda. Argumenta que iniciado o negócio deverá o procurador ultimá-lo, consoante a norma do artigo 1.308 do Código Civil. Juntou parecer do emitente Desembargador e Professor W. Barros Monteiro.

II - Ouvido o Serventuário este aduzia a fls. 31 que em casos semelhantes tem exigido alvará judicial. Era necessária ainda a prova de quitação do INPS.

III - O Dr. Curador opinou a fls. 32 sustentando que in casu incorria perigo de mora, pelo que o registro não podia ser feito.

IV - Defiro o registro da escritura.

A primeira questão a decidir diz respeito ao ato praticado pelo mandatário, após a morte do mandante. A matéria tem assento no artigo 1.308 do Código Civil já amplamente versada nos autos. Dispõe o citado artigo que "embora ciente da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, deve o mandatário concluir o negócio já começado". Consultado a respeito do tema, não teve dúvidas o emitente Desembargador e Professor W. Barros Monteiro em responder pela afirmativa. Aduziu. S. Exa. que o dispositivo legal encerra uma imposição ao mandatário constituído e não um mero conselho ou exortação. De Plácido e Silva in "Tratado do Mandato e Prática das Procurações", vol. II, pág. 288, 3.ª edição, 1959, dá um tratamento minucioso a questão. "A conclusão do negócio iniciado pelo mandatário deve ser por ele mesmo promovida, quando houver qualquer perigo na demora, mesmo que tenha tido ciência da morte do mandante, é a regra fixada no artigo 1.308 do Código Civil brasileiro e que é aceita por vários Códigos estrangeiros. Desnecessário encarecer o mérito da permissão, que se converte até em obrigação do mandatário, pois que o abandono do mandato em tal emergência traria prejuízos certos ao mandante, e justamente o mandatário é posto para desempenhar encargo de seu interesse e para que o defenda diligentemente. Mas, como se depende do teor legal, a autoridade deferida ao mandatário, para que conclua o negócio ou complete a execução do mandato, está subordinada à condição do perigo na demora. Perigo na demora, como se faz claro, deve entender-se o receio de prejuízo, que possa advir, desde que o negócio não se conclua ou que a operação não chegue a seu termo".

Diversa não é a opinião de Caio Mário da Silva Pereira nas suas Instituições de Direito Civil, vol. III, pág. 272. Com a clareza e precisão que lhe é peculiar afirma - "íntegra a série de obrigações do mandatário e determinação para que, ciente da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, conclua o negócio já começado, se houver perigo na demora (Código Civil, art. 1.308), Todos esses fatos importam em cessação do mandato (v. n.º 255, infra), mas a urgência da medida a tomar fá-lo sobreviver a causa extintiva".

A objeção lançada pelo eminente Dr. Curador não pode ser acolhida. Aduziu S. Exa. que in casu incorria periculum in mora. Prejuízos o interessado já está sofrendo, pois está privado de transcrever o seu título no registro competente. Não é necessária a viabilidade dum dano para que se configure o prejuízo a que alude o texto legal. Basta que haja um receio de prejuízo, consoante a lição de Plácido e Silva.

Inteiramente válido, portanto o negócio jurídico consubstanciado na escritura de fls. 21. Incabível na espécie alvará judicial, como preconizou o ilustrado Oficial do Registro, porque como já ficou bem esclarecido tratava-se da ultimação com negócio.

Igualmente descabe a exigência da certidão negativa do INPS. O Decreto-lei n.º 821 de 5 de

setembro de 1969, acrescentou o parágrafo 5.º do art. 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1969 (Lei Orgânica de Previdência Social) na redação dada pelo Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, tornando independente de apresentação do Certificado de Quitação, nos "instrumentos, atos e contratos que constituam retificação, ratificação ou efetivação, de outros anteriores para os quais já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação". Na espécie versada estamos; frente a contratos de compromisso celebrados e inscritos no ano de mil novecentos e cinquenta e nove, antes, portanto da Lei Orgânica da Previdência Social, à época em que foram inscritos não havia qualquer exigência de quitação previdenciária por inexistir a legislação específica a respeito. A escritura objeto de registro é apenas efetivação do anterior, compromisso.

V - Ante todo o expendido e considerando bem tudo o mais que dos autos consta julgo procedente o pedido para autorizar o registro pleiteado.

Custas pela Reqte.

Publique-se.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada Ints.: Drs. Antônio Celso de Carvalho Pinto - Mário Masagão, Filho.

Diário Oficial da Justiça, 20-3-1971, p. 48

Proc. n.º 1.537-71 - Dúvida - Lília S/A. - Administração e Participações - 13.º Reg. de Imóveis. - Vistos, etc.

I - O 13.º Oficial do Registro de Imóveis adiou à transcrição da escritura de compra e venda através da qual Leone Fichberg e sua mulher Loyde Fichberg venderam a Lília S/A. - Administração e Participações uma fração ideal de 1/34 do prédio situado à Alameda Jau n.º 1.325 - Subdistrito de Cerqueira César, desta Capital. Alega o ilustre suscitante que a sobredita fração local corresponderá à unidade autônoma n.º 171 do 17.º andar do edifício a ser construído Tio local. Entretanto, conforme declaração firmada pelas partes, no verso da gula de pagamento do imposto "inter-vivos", o prédio a que faz referência a escritura, já se acha em construção. Os condôminos, entretanto ainda não inscreveram a incorporação a que alude a Lei n.º 4.591-64. Daí a razão da recusa da transcrição, a despeito de haverem as partes, em escritura de retificação e ratificação revogado aquela cláusula.

II - Houve impugnação a fls. 12, na qual os vendedores aduziram não poderem arcar com ônus da construção e daí a razão da venda da fração ideal que possuíam. Incorporadores. serão os novos proprietários.

III - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida.

IV - Realmente a recusa do Oficial é justa. Os vendedores adquiriram 3/34 do imóvel objetivado na escritura e em razão de tal aquisição caber-lhes três unidades autônomas, a saber: os apartamentos n.º 32, 91 e 171. Das frações havidas alienaram uma Y firma compradora e que corresponderá à unidade n.º 171.

Ora, a Lei n.º 4.591-64 não permite a venda de frações idéias desde que haja o intuito de promover e realizar a construção, para alienação de edificações compostas de unidades autônomas (art. 28 § único).

Caio Mário in Propriedade Horizontal, 1.ª ed. 1961 afirmou que o incorporador surgiu da "generalização do negócio" e da "proliferação de edifícios em todas as grandes cidades". "Pouco a pouco foram surgindo pessoas que realizavam uma atividade peculiar, ligada a estes empreendimentos, e com o tempo constituiu-se a figura, que se batizou com o nome de incorporador, gostou do apelido e ficou". "Um indivíduo procura o proprietário de um terreno bem situado e incute-lhe a idéia de realizar ali a edificação de um prédio de habitação coletiva". Prossegue. Nenhum reúne condições financeiras para o empreendimento. Combinam a edificação. Procuram um arquiteto que lhes dá o projeto. Calculam o preço e oferecem à venda as unidades. Só após concluída a edificação cuidam da lavratura de escrituras.

Mas os inconvenientes de tal empreitada eram notórios. Muitos empreendimentos eram projetados e se restringiram ao começo das obras, com evidentes prejuízos para os compromissários compradores.

A Lei 4.591-64 consolidou a figura do incorporador impondo-lhe deveres e obrigações e comunicando-lhe penalidades por inobservância dos seus preceitos.

Mas, no caso dos autos, existe declaração das partes no sentido de que o prédio de apartamentos já está sendo construído. (fls. 8vs.). Além disso releva notar que o vendedor Leone Fichberg ainda conserva 2-34 avos do imóvel e juntamente com os demais condôminos instituiu hipoteca em favor do primitivo proprietário. Venerando Guelpa, sobre quitação se

responsabilizou com os demais devedores.

Afigura-se-me, imprestável a escritura de fls. 10, por via da qual as partes afastaram a cláusula antes convencionada, ou seja de que a quota ideal negociada corresponderia à unidade autônoma n.º 171. A forma buscada para lograrem a transcrição do título é irrita, por contrariar as disposições da já citada Lei n.º 4.591-64. É que este estatuto tão salutar veio criar e exigir a figura do incorporador, sendo vedado qualquer negócios sobre frações ideais em construções horizontais, sem que antes esteja inscrita a incorporação.

Por todo o exposto julgo procedente a dúvida. Custas pelo suscitado. Publique-se. São Paulo, 23 de setembro de 1971. O juiz Corregedor Permanente Ruy de Mello Almada - Adv. Benedicto Barbosa Cintra Neto.

Diário Oficial da Justiça, 9-10-1971, p. 52

Processo n.º 2611-71 - Luiz Benevenuto e outro - "Vistos, etc. O Sr. Oficial do 15.º Cartório Imobiliário suscitou dúvida quando lhe foi requerida inscrição da penhora sobre imóvel não transcrito em nome de Alfredo Benevenuto. Os suscitados impugnaram a dúvida alegando que Alfredo Benevenuto é o único herdeiro de Luiz Benevenuto, de que eram empregados. Por tal razão é proprietário do imóvel independentemente de transcrição, daí caber a inscrição de penhora em seu nome, doutor Curador opinou pela procedência da dúvida. É o relatório. Decido. Embora o domínio e posse da herança passam aos herdeiros, a penhora não pode ser inscrita se os sucessores ainda não tem o seu título transcrito em formal de partilha. A penhora é feita na costa dos autos de inventário, apenas. Dessa forma procede a dúvida. Custas na forma da lei" Advogados: Ivandel Alves - Altivo Ovando.

Diário Oficial da Justiça, 9-10-71

1.628-71 - 13.º Reg. de Imóveis - Moyses Fraiman e os. - "O Sr. Oficial do Registro Imobiliário da 13.ª Circunscrição suscitou dúvida, adiando a inscrição do instrumento de Instituição do condomínio por não constar a anuência da firma Impar - Engenharia e Construção Ltda., promitente cessionária do apartamento n.º 91 do Edifício Rapp, por força da inscrição número 12.663, do liv. 4-R. fls. 190, feita em 17 de novembro de 1967. - Adiou também escritura de venda e compra, por dependerem da inscrição da Instituição do Condomínio. - Juntou os documentos. O suscitado em páginas brilhantes impugnou a dúvida quanto a exigência da anuência da firma Impar - Engenharia e Construções Ltda., mas se prontificou a cumprir as demais exigências do Sr. Oficial do Cartório Imobiliário - exibição do certificado de quitação n.º 2573-69, do I. N. P. S., primeiro translação da escritura de venda e compra (doc. 8 primeira via do compromisso (doe. 14). - Em nova manifestação o Sr. Oficial observa a divergência entre as metragens constantes do título inscrito pela Impar Engenharia e Construções Ltda., e as constantes do instrumento particular de Instituição de Condomínios. O Dr. Curador, opinou pela procedência da dúvida. É o relatório. Decido. Procede a dúvida. É vedada ao incorporador alterar o projeto, especialmente no que se refere à unidade do adquirente e as partes comuns, modificar as especificações, ou desviá-los do plano da construção salvo autorização unânime dos interessados ou exigência legal (art. 43, n.º IV, da lei 4.591-64). Ora, dos autos consta que a unidade autônoma que a Impar - Engenharia e Construção Ltda., são de adquiridos, tem outras metragens, do que a constante do instrumento de especificação e instituição de condomínio. Foram reduzidas. Era exigível, no caso, sua anuência não somente a sua, mas a de todos os condomínios. O formalismo é essencial nesses casos. Reconheceu o suscitado as demais exigências feitas pelo Sr. Oficial do Cartório Imobiliário. Face ao exposto e o mais que dos autos consta julgo procedente a dúvida, devendo o suscitado regularizar a situação sob pena de incorrer nas sanções previstas na lei específica. Custas ex-lege. - Advs. Luciano de Aguiar Pupo - João Soares - Dimas de Oliveira César.

Diário Oficial 3-9.71

SENADO FEDERAL RESOLUÇÃO N.º 48, DE 1971

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VII da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 48, DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, as expressões "e leilões judiciais" constantes do artigo 37 do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970, do Estado de São Paulo.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 26 de maio de 1971, pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação n.º 860, do Estado de São Paulo, a execução das expressões "e leilões judiciais" constantes do artigo 37 do Decreto-lei n.º 203 de 23 de março de 1970 daquele Estado.

Senado Federal, em 26 de outubro de 1971

PETRÔNIO PORTELLA

Presidente do Senado Federal

Diário da União de 27-10-71.

O texto das Emendas acompanha a publicação deste Decreto Legislativo no Diário do Congresso Nacional (Seção II) de 27-10-1971.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CAPITAL SAEC - GS/AC-190/71

São Paulo, 12 de novembro de 1971.

Ilmo. Senhor

Dr. Júlio de Oliveira Chagas Neto

Cartório do Registro Imobiliário desta Capital

Rua Conselheiro Crispiniano, 29 - 6.º andar - Cjo. 62

CAPITAL

Pela presente vimos comunicar a V. Sa. que de acordo com o novo sistema tarifário em vigor desde o dia 1.º de julho deste ano, estatuído pelo Decreto Estadual n.º 52.764 de 29 de junho de 1971, não haverá mais necessidade de ser exigida certidão negativa de débitos de água e esgotos, para os períodos contados a partir daquela data.

De fato, a mudança da taxa em tarifa desvinculou o imóvel dos débitos correspondentes a estes serviços, e assim sendo, as certidões negativas a serem exigidas deverão tão somente corresponder aos períodos anteriores àquela data.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para colocarmos-nos à disposição de V. Sa. para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente

(a.) Eng.º. Francisco Adolpho Rosa

Chefe da Assessoria de Comunicações

Nº 093 - Publicação: Jan/Abr 1972

REDAÇÃO:

Ao ler a Ata correspondente à 26.ª sessão do Conselho da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, realizada no dia 18 de Fevereiro último, não pudemos deixar de louvar a iniciativa de que, resultou a criação desse órgão, em face dos ótimos serviços que ele vem prestando a todos os contribuintes da Carteira aludida.

A lei n.º 10.393 de 1970, não obstante tenha fixado, em níveis situados muito aquém das reais necessidades desses mesmos contribuintes, os proventos relativos à sua aposentadoria, - introduziu, forçoso é reconhecer-se, inovações altamente salutares na sistemática a que vinha obedecendo nossa legislação previdenciária.

Dentre elas, merecem especial destaque a que outorgou autonomia financeira à Carteira e a que instituiu aquele Conselho, com as atribuições que posteriormente lhe foram conferidas pelo Decreto de 29 de Outubro de 1971, isso além de outras mais que muito vieram contribuir para facilitar as atividades da referida entidade previdenciária.

Como prova da mudança de rumos para melhor operada na administração da Carteira, - graças não só à nova mentalidade funcional que ali passou a dominar, como também à criteriosa atuação desenvolvida pelo Conselho em apreço na esfera de, sua competência, basta citarmos o fato deste, tendo em vista a existência em vários Bancos de vultoso saldo, em dinheiro a ela pertencente, haver proposto à Superintendência do Ipesp a aplicação de cinco milhões de cruzeiros em bônus rotativos do Estado, operação com a qual muito deverá beneficiar-se a Carteira, considerando-se a alta rentabilidade que tais bônus oferecem.

Outras providências de igual importância têm sido adotadas pelo Conselho, visando sempre acautelar, principalmente, os interesses financeiros da Carteira, de modo a que o volume de sua

receita, tornando-se cada vez maior, possa dar àqueles seus contribuintes uma soma também cada vez maior de benefícios, a começar pela elevação dos padrões de sua aposentadoria - dada a exigüidade de seu valor atual.

Aliás, tal circunstância não passou despercebida aos ilustres membros do Conselho, os quais, segundo estamos informados, já deram início aos estudos que no caso se tornam necessários para que se possa apurar, com exatidão, quanto a Carteira tem possibilidade de despende na majoração dos aludidos padrões.

Terminando, é com satisfação que nos congratulamos não só com os ilustres membros do mencionado Conselho, como também com a distinta Diretora substituta da Carteira e seus dignos auxiliares, pelo excelente trabalho que vêm realizando em prol de todos os servidores da Justiça em atividade no Foro extrajudicial de nosso Estado.

O. F. T.

VISITAS

A Diretoria da Associação, liderada pelo seu Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, esteve, nas vésperas do último Natal, em companhia de vários outros colegas, em visita aos Exmos. Srs. Desembargadores CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA e JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALKMIN, - cujos mandatos de Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e de Corregedor Geral, respectivamente, se aproximavam então de seu término - a fim de agradecer-lhes as atenções com que distinguiram nossa classe durante sua profícua gestão, bem como augurar-lhes Boas Festas e um feliz Ano Novo.

S. Excias. foram saudados, na ocasião, pelo nosso Presidente, que tornou extensivos os mesmos votos e agradecimentos aos ilustres Juízes Auxiliares, então em exercício naquela Corregedoria, Doutores JOSÉ HAROLDO DE OLIVEIRA E COSTA, ÁLVARO LAZZARINI e GILBERTO VALENTE DA SILVA, bem como ao digno Escrivão do Cartório do mesmo órgão judiciário, Sr. EZIO DONATI, e seus demais funcionários.

Na mesma ocasião, idêntica visita foi realizada, com igual finalidade, ao Dr. RUY DE MELLO ALMADA, Juiz titular da Vara dos Registros Públicos desta Capital, que também foi saudado pelo nosso Presidente.

A Diretoria da Associação, esteve, ainda, na Secretaria da Justiça, onde foi cumprimentar seu ilustre titular, Professor OSWALDO MULLER DA SILVA, bem como agradecer-lhe as atenções com as quais, como sempre, se vem dignando honrar a nossa classe, e desejar-lhe, da mesma forma, feliz Natal e um Ano Novo venturoso e próspero.

ELEIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO

Em obediência às disposições estatutárias que regulam a matéria, realizou-se, no dia 16 de Dezembro último, a eleição dos novos órgãos dirigentes de nossa entidade, que ficaram assim constituídos:

DIRETORIA

JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO Presidente

MÁRIO DA CUNHA RANGEL Diretores

OSCAR DE BARROS PEREIRA

ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA

CARLOS ALBERTO BUENO NETTO

JETHER SOTTANO

SÉRGIO SALLES

BRANCA REGINA MARTINS FORSTER

ALCEBIADES NASCIMENTO MORENO

CONSELHO FISCAL

FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE FILHO Presidente

OSCAR FONTES TORRES

LUIZ DE TOLEDO MENDES PEREIRA

SIMAS POMPEU DE TOLEDO

CÁSSIO RIBEIRO PORTO

SUPLENTE

ELVINO SILVA FILHO Campinas

BENTO MASCARENHAS Sorocaba

ARMANDO VERIDIANO LARANJA	Santos
ANTONIO BUENO DA ROCHA	Ribeirão Preto
ERNANI DE BARROS MORGADO	Taubaté
ALCEU CARDOSO MACHADO	São José do Rio Preto
MÁRIO IGNÁCIO	Ribeirão Preto
JARBAS TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FILHO	Capital
JOÃO PAULO DE ANDRADE FIGUEIRA	Capital

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A fim de cumprimentar o eminente Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, por motivo de sua eleição para o cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado, a Diretoria de nossa Associação, logo após haver o mesmo assumido o exercício de suas novas funções, esteve em visita a S. Excia., tendo sido saudade, na ocasião, pelo nosso Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, que lhe dirigia as seguintes palavras:

Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, não podia deixar de vir à presença de V. Excia., a fim de cumprimentá-lo, Pessoalmente, pela sua investidura no alto cargo de Corregedor Geral da Justiça de nosso Estado.

Sem qualquer intuito de lisonja, podemos asseverar-lhe ter constituído para todos nós, serventuários da Justiça, motivo de mais grata satisfação, a escolha de seu nome ilustre para o desempenho de tão elevadas funções.

É que, conhecendo, de há muito, os dotes de inteligência e, de cultura que caracterizam o seu espírito, bem como os predicados morais que marcam a sua personalidade, entendíamos que ninguém melhor do que V. Excia. estaria em condições de merecer a distinção que, através daquela escolha, lhe foi conferida pelos seus eminentes pares.

Não ignorando, outrossim, ser V. Excia. um velho amigo de nossa classe, - apraz-nos afirmar-lhe, na oportunidade desta visita, que pode contar com a colaboração leal e, decidida de seu órgão representativo, sempre que julgar útil convocá-lo para prestá-la.

Renovando-lhe, pois, os nossos melhores cumprimentos pela sua eleição, rogamos a Deus que o ilumine, de modo a que possa levar avante, com inteiro êxito, a difícil e espinhosa missão que lhe foi confiada."

Falou, em seguida, o novo Corregedor Geral da Justiça do Estado, DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, agradecendo a visita que, em nome dos serventuários, lhe fazia a Diretoria da entidade representativa de sua classe.

JUSTIÇA DE S. PAULO COM NOVO SISTEMA

Em obediência a mandamento constitucional, inscrito no artigo 144, parágrafo 5.º, da Emenda n.º 1/69, onde se diz caber aos tribunais de Justiça estaduais dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos, o Tribunal de Justiça de São Paulo, após demorados estudos, baixou, no dia 29 de dezembro último, a resolução n.º 1, dessa data, que reorganiza os serviços judiciários do Estado, para o próximo quinquênio.

A relevância da medida adotada, que tem força de lei, cumpre ser analisada nos seus variados aspectos, devendo-se assinalar, antes de mais, que os resultados a que chegaram, antes, a comissão de desembargadores que compôs os termos da reforma apresentada ao Plenário, e, depois, o próprio Tribunal de Justiça, ao apreciar e votar as sugestões da aludida comissão, decorreram da análise realista dos dados colhidos nos organismos próprios da Capital e do Interior, classificando-se comarcas através de informações objetivas, criando-se outras com o mesmo critério e instituindo-se novas varas distritais na Capital, com vistas ao prosseguimento do plano de descentralização da Justiça, hoje uma idéia vitoriosa e que, tais sejam os cuidados de que seja cercada, será um dos grandes fatores do maior aperfeiçoamento das decisões de nossos juízos e tribunais.

A resolução não se ateve, tão-somente, a remediar o presente, mas previu para o futuro, criando condições para um atendimento, sem solução de continuidade, dos problemas que se forem oferecendo nos próximos cinco anos. É um diploma que se irá completando, a medida que as necessidades forem surgindo, seja na primeira instância seja na segunda.

A esse respeito, a resolução prevê, como se viu, a criação de novas varas distritais e o desdobramento das existentes. E mais, a instalação do segundo Tribunal de Alçada Civil, já previsto em lei anterior, e a criação de novas câmaras no Tribunal de Alçada Criminal e, bem assim, de novas varas criminais e civis nos formais do centro da cidade. Mas, à exceção das varas distritais, onde maior a imposição da necessidade, e que por isso são fixados prazos para a sua instalação, os demais cargos criados somente serão providos na proporção do aumento do volume de serviço.

Outros temas importantes foram, por igual, abordados pela instrução, ressaltando-se entre eles a regulamentação da distribuição de feitos aos substitutos de desembargadores e a criação de uma câmara de férias, da maior relevância, para que os serviços forenses, no período de férias coletivas, não sofram qualquer possibilidade de colapso ou atrasos insuportáveis aos importantes interesses em jogo.

Foi, também, criado um cartório distribuidor para protestos de títulos, centralizando-se, dessa maneira, as informações de que não podem, muitas vezes, prescindir as partes, nos seus preparativos para a propositura de demandas, ou, simplesmente, para o exercício do direito de defesa, em causas civis ou criminais.

O Judiciário foi, sem dúvida, o Poder de Estado que, pela qualidade de seu pessoal, conseguiu manter, incólume, o prestígio de que, ao longo do tempo, desfruta perante a coletividade, distribuindo, não obstante, a deficientes instalações, onde a grande maioria de seus membros exerce suas atividades, uma Justiça compatível com as necessidades sociais. Muitas vezes, a pureza de suas intenções, no plano organizacional, eram revisadas pelo Poder Político que, através das leis quinquenais de organização judiciária, procurou, sempre, introduzir, em especial na classificação e na criação de comarcas e distritos, o critério puramente político, com desconhecimento das reais necessidades da coletividade, circunstância que trazia os maiores inconvenientes nas programações do Poder Judiciário, distorcendo as carreiras de magistrado ou de promotor público, trazendo verdadeiro caos na sua movimentação.

Escoimada dos defeitos que anteriormente traziam inconvenientes e até mesmo prejuízos à administração da Justiça, a nova instrução merece o apoio de quantos têm justos motivos para se orgulhar de um Poder Judiciário que procura aperfeiçoar-se, segundo a missão fundamental que lhe cabe, de dar a cada um o que é seu.

Transcrito do "O Estado de S. Paulo" de 16-1-72

DR. ÁLVARO LAZZARINI

O Presidente da Associação teve a honra de receber do Dr. ÁLVARO LAZZARINI, ex-Juiz Auxiliar da Corregedoria da Justiça, a carta cujos termos publicamos abaixo, juntamente com a resposta que lhe deu o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto:

"São Paulo, 3 de janeiro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V.S. que, por concluído o biênio de que trata o artigo 28 do Decreto-Lei n.º 158, de 1969, deixei as funções de Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Nesta oportunidade, quero deixar anotado os meus agradecimentos pela inestimável colaboração emprestada por essa entidade toda a vez que se fez mister. Isto em muito contribuiu para o desempenho de minhas atribuições na Corregedoria Geral da Justiça e daí o meu reconhecimento.

Ao ensejo, reitero a V.S. protestos de estima e consideração.

(a) Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito.

Ilmo. Sr.

Dr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO,

DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo - Capital".

"São Paulo, 6 de janeiro de 1972.

Exmo. Sr.

DR. ÁLVARO LAZZARINI

DD. Juiz de Direito

Temos a honra de acusar o recebimento de seu ofício de 3 do corrente, pela qual V. Excia. se

dignou comunicar-nos que, havendo terminado o biênio a que se refere o artigo 28 do Decreto-lei n.º 158, de 1969 - deixou as funções de Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Adianta mais V. Excia- que, aproveitando a oportunidade que tal comunicação lhe oferece, - deseja deixar anotados seus agradecimentos à nossa entidade pela colaboração que lhe prestou durante todo tempo em que V. Excia, exerceu, tão brilhantemente, aquelas altas funções. Em resposta, apraz-nos salientar que a nós é que cumpre agradecer V. Excia. as atenções com as quais distinguiu sempre a nossa Associação e o seu Presidente, - tornando-se, por essa forma, credor não só de nosso reconhecimento, como também da mais sincera estima e admiração de toda a nossa classe.

Sem outro motivo, aproveitamos o ensejo para renovar-lhe as expressões da mais alta consideração e subido apreço.

(a) Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente".

CERTIFICADO DE QUITAÇÃO **ANTONIO A. FIRMO DA SILVA**

O título acima, sem qualquer outra referência, já despertará a atenção dos leitores, especialmente dos notários e dos oficiais dos registros de imóveis.

Digamos, desde logo, que a nosso ver, tem havido grande exagero na interpretação da legislação pertinente. E esse excesso vem prejudicando tanto aos contratantes como aos serventuários.

A lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 em seu artigo 142 passou a exigir das "empresas abrangidas" pelas suas disposições, a prova de inexistência, de débito para com a instituição de previdência social, sob pena de nulidade do ato e do registro público, nos casos de alienação, cessão, transferência ou oneração de bens imóveis.

É de se notar que a exigência refere-se exclusivamente às "empresas abrangidas" pela legislação da previdência social. Daí, de imediato, uma conclusão lógica: existem pessoas jurídicas e físicas que não são abrangidas por tal legislação. Ou, seja, não são obrigadas a contribuir para a previdência social. Estão excluídas do sistema.

E tal conclusão além de lógica é certa, pois o Decreto-lei n.º 820, de 5 de setembro de 1969 que acrescentou, um parágrafo à lei 3.807/60 dispõe que "independentemente da apresentação do Certificado de Quitação às pessoas ou entidades não obrigadas a contribuir para a previdência social".

Entretanto, apesar da clareza da lei, a sua interpretação tem criado dificuldades. Talvez a simples possibilidade da nulidade do ato prevista na lei esteja atemorizando e até levando a exageros o escrúpulo funcional.

Se nos ativermos à letra da lei - e onde a lei não distingue não é lícito ao interprete distinguir - temos de concluir que qualquer pessoa jurídica ou física fidei obrigada a contribuir para a previdência social, independentemente da apresentação do Certificado de Quitação nas suas transações imobiliárias, pois é claro, lógico, evidente, que se tais pessoas não são obrigadas a contribuir, nada devem.

Se as partes contratantes, diretamente, interessadas na validade do ato jurídico que praticam, no respectivo instrumento, declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão sujeitas à legislação da previdência social, qual a responsabilidade funcional dos notários e dos Oficiais dos Registros de Imóveis na lavratura e registro dos instrumentos?

Onde a imposição legal que devemos ser mais realistas que o próprio rei?

É claro que também aqui não devemos exagerar. O bom senso e o conhecimento da lei nos levará certamente a separar o joio do trigo. Sabemos exigir, desde que a lei assim o determine. Mas acreditamos que não será lícito levantar ou criar dúvidas alicerçadas em interpretação forçada, exagerada ou temerosa.

Para citar somente um caso: a exigência do C.Q. quando da "primeira transação", realizada após a construção do imóvel, desde que tenha sido terminada depois de 22 de novembro de 1966.

A exigência está não só no artigo 4.º do Decreto 60.368/70 como também no seu artigo 7.º. E a redação deste último é que vem criando confusão quando diz "os proprietários de prédios ou unidades imobiliárias, mesmo que particulares ..."

E, por isso, tem se entendido que a exigência atinge a quaisquer empresas (pessoas jurídicas)

como também todos os particulares (pessoas físicas), indistintamente.

Como se sabe a expressão "empresa" para a previdência social tem significação extensiva, ou seja, abrange as pessoas jurídicas e as físicas (art. 4.º da lei 3.807/60 e art. 5.º do Dec.

60.501/67). Mas é evidente que a exigência do C. Q. só poderá atingir as pessoas jurídicas ou físicas abrangidas (art. 142 da lei 3.807/60) pelas disposições da lei previdenciária.

E neste ponto cabe uma observação. O Decreto 60.368/67 que data de 11 de março de 1967 regulamenta a expedição dos Certificados de Regularidade e de Quitação, e no seu artigo 7.º exige o C.Q. "mesmo para os particulares" quando da primeira transação. O Decreto 60.501 que aprovou a nova redação do Regulamento Geral da Previdência Social data de 14 de março de 1967 - portanto posterior - e em seu artigo 184, inciso III, letra "e" exige o C.Q. "para a primeira operação ..." não contido as expressões "mesmo que particulares", e pelo seu artigo 372 revoga os "demais decretos e regulamentos atinentes à matéria". A observação é cabível para demonstrar a instabilidade da própria lei.

Assim julgamos como interpretação forçada e descabida a exigência de apresentação do Certificado de Quitação pelas pessoas jurídicas ou físicas não contribuintes da previdência social, quando pretendem alienar ou onerar imóveis, mesmo construídos ou adquiridos depois de novembro de 1966

Para concluir, exemplifiquemos: um cidadão adquire um terreno e nele constrói uma casa, ou adquire um terreno com prédio já construído, em ambas as hipóteses depois de novembro de 1966. Não é contribuinte obrigatório da previdência social. Um ano depois resolve vender o imóvel. Porque a exigência do C. Q. se a própria lei (lei 820/69 acima citada) o isenta expressamente da apresentação desse documento?

Aqui fica a nossa modesta opinião para apreciação de interpretes mais doutos.

VIGIE SEU FILHO

TEÓFILO CAVALCANTI FILHO

Caso de, conseqüências dolorosas e de aspectos jurídicos relevantes foi submetido à Justiça de Minas, que sobre ele proferiu decisão que interessa a todos os que tem filhos menores. Um jovem, entrando em discussão com outra jovem, lançou-lhe uma pedra no rosto.

A pedra, desgrazadamente, foi atingir a vítima no olho, provocando-lhe praticamente a perda da visão. Este, o fato, na sua singela gravidade. Por que haveria a Justiça de, nele interferir, desde que envolve dois menores? É o que o pai da criança, que sofreu a lesão, entendeu que era responsável pelo que ele havia sofrido. Não pretendeu - convém esclarecer - responsabilizá-lo por nenhum crime, como certa feita, em caso semelhante, se tentou sem êxito aqui em São Paulo. O que o pai reivindicou foi uma indenização, do pai do outro menor, e a isso a Justiça reconheceu o seu direito.

Vários dispositivos do Código Civil foram invocados, para servirem de fundamento à pretensão. Em primeiro lugar, o art. 159 do Código Civil, que diz que quem causa prejuízo a outro, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, fica obrigado a reparar o dano. Esse dispositivo serviu para assentar que o menor, no caso, é que tinha dado causa ao prejuízo. Mas, obviamente, disso não havia dúvida, pois o que se pretendia é que o pai fosse responsável pelo dano. O pai da vítima lembrou a esse respeito, o art. 1.521, I, de acordo com o qual são responsáveis os pais, pelos filhos menores que estiverem em seu poder e em sua companhia. Vê-se que, em nosso direito, para que se defina a responsabilidade da pai, pelo ato que o filho menor praticar, necessário, em primeiro lugar, que o filho se encontre em sua companhia, que esteja sob a sua guarda e que seja menor.

Em tais circunstâncias, impõe-se ao pai ou à mãe, um dever especial de educação, de orientação e de vigilância sobre a pessoa do menor. Esse dever cria, para aquele a quem é imposto, a posição de responsabilidade pelos atos que o menor praticar. Essa responsabilidade é presumida ou precisa que se demonstre que o pai não deu a devida atenção ao menor para que possa ele ser responsabilizado? Durante certo tempo, os nossos Tribunais divergiram muito a esse respeito. Hoje, porém, as dúvidas já não mais se justificam.

O artigo 68, parágrafo 4.º, do Código de Menores, veio esclarecer que "são responsáveis pela reparação civil do dano causada pelo menor os pais ou a pessoa a quem incumbe legalmente a sua vigilância, salvo se provarem que não houve de sua parte culpa ou negligência". Assim, é fora de dúvida que há presunção, Desses casos, de que o pai ou responsável não cuidou

devidamente do menor, que não o orientou convenientemente, que agiu enfim culposamente. Se o menor causa um dano qualquer, é de se presumir que houve, culpa, por falta de vigilância, do pai. Este, se quiser eximir-se de qualquer responsabilidade, terá que demonstrar que adotou todas as medidas cabíveis para educar, orientar o menor e que manteve a sua pessoa sob a vigilância devida. Não caberá, portanto, à vítima, fazer demonstração de que o pai procedeu culposamente, não se desincumbindo da tarefa que por lei lhe incumbe, ao pai do autor do dano é que caberá demonstrar o contrário, para se ver livre da obrigação de indenizar.

Esses princípios, que hoje soberanamente regem em nosso direito, é que foram aplicados pela Justiça mineira. De acordo com a decisão, o pai do menor que lançou a pedra no companheiro teve que indenizar todos os prejuízos, pois não cuidou, ou não conseguiu demonstrar que tivesse mantido, o menor sob estrita vigilância.

O fato serve para mostrar que, não obstante as crescentes reivindicações de autonomia dos jovens, os deveres legais dos pais e responsáveis por eles se mantêm tão rígidos como anteriormente.

(Transcrito da "Tribuna da Justiça".)

"O CANTO FURTIVO"

Somente há pouco se nos ofereceu a oportunidade de travar conhecimento com a arte poética de MAFRA CARBONIERI, graças a leitura, que vimos de fazer, de seu livro "O CANTO FURTIVO", editado em 1970 pela Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura, em virtude de ter conquistado, em 1965, o Prêmio de Poesia Governador do Estado, no concurso então realizado sob os auspícios da Comissão aludida.

Daí a razão pela qual também só agora nos é proporcionado o ensejo, - que gostosamente aproveitamos - de registrar o aparecimento desse volume de versos, que constitui, sem dúvida alguma, a revelação de um verdadeiro Poeta, consoante, aliás, salienta o escritor Osmar Pimentel, - membro da Comissão Julgadora do referido concurso em sua nota de apresentação do mesmo volume, e o leitor poderá constatar por si próprio mediante a leitura deste expressivo

"POEMA PARA USO INTERNO"

Nada me acontece de profundamente mal
Eu sou o José da casa
e se acontecer
nunca será profundamente mal
Basta que eu volte e fale olhando nos olhos
Eu sou o José
É de muita responsabilidade ser o José
Então serei o José falando
Por um momento estaremos todos encerrados
na mesma tristeza
o mesmo vento iluminará nossos corpos
um único cansaço pesará na casa
como um sono antigo.
Mas antes que a tristeza seja profundamente má
eu sentirei nos ombros
o peso de mãos brancas
um sorriso abrirá portas e janelas
uma voz grave dirá
isso não é nada
Eu terei certeza de que realmente não foi nada
nada me aconteceu.
Sairei da sala José como sempre
e nesse dia
verei mais longamente os pobres pássaros da rua"

Sublinha, ainda, o autor da mencionada nota, que "o dizer lírico" de MAFRA CARBONIERI, "às

vezes cristalinamente amargo, evoca, aqui e ali, os mundos realizados de Carlos Drumond de Andrade e Fernando Pessoa", - acrescentando, porém, logo em seguida, que isso "constitui prova de maturidade" e que "há na linguagem" do Poeta "a marca pessoal do bom artesão do canto em versos, do artista que sabe compor, plasticamente, as fronteiras semânticas da forma e da emoção em poesia".

Andou bem o Sr. Osmar Pimentel pondo em destaque, como fez, esses traços que marcam a personalidade do autor de "O CANTO FURTIVO", os quais transparecem nítidos em todos os seus trabalhos, conforme se pode ver do poema que abaixo transcrevemos, sob o título sugestivo de

"COLOQUIO"

Somos irmãos na Fuga,
minha irmã.

E esta rua também,
os estilhaços da lua entre nuvens,
esta casa, este jardim
e a ramagem morta das árvores
contra o firmamento.
Somos irmãos dos estilhaços
que caem dentro da noite
e ninguém sabe onde vão morrer.
Vê como a poeira da rua nos observa.

Por trás das venezianas,
as mulheres do asfalto
nos espiam,
tão iguais
aos cães de nossas madrugadas.
Mas por trás dos véus noturnos
as estrelas dançam e cantam
para nós.

Ouve.
É o nosso canto
a música de todos os sentidos despertos,
o chamado do mar
aos que sabem fugir".

É pena que o limitado espaço de que dispomos não permita nos alonguemos nesta mostragem da arte poética de MAFRA CARBONIERI.

Acreditamos, todavia, que os poemas acima transcritos são suficientes para nos dar não só a medida exata de seu estro privilegiado, como também a idéia do muito que poderemos esperar, ainda, de seu espírito criador.

O. F. T.

SOCIAIS: ESTRANGEIRO...

- Se vieste
com a intenção de realizar,
na "Urbs" tentacular,
o ideal de Fraternidade
que entreviste, um dia,
em teu sonho ou miragem,
 - vem, amigo, mas, não te iludas,
pois, à toda Mensagem,
todos ouvidos serão surdos,
todas as bocas serão mudas...
 - Ninguém, jamais, te entenderá
na Cidade-Tumultuária...
-

E em meio à multidão
egoísta e utilitária
que lá vive em perene,
áspera e mutua contenda,
a tua solidão será tamanha,
que nunca deixarás
de te sentir, entre ela,
- tal como um forasteiro em terra estranha ...

F.

T.
1952

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA: ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 206.408, da comarca de Pacaembu, em que são agravantes José Alves de Moura e outros, sendo agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da comarca:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis que se recusou a transcrever as escrituras públicas de compra e venda apresentadas pelos agravantes porque os imóveis alienados eram partes de outro de maior área destinada ao loteamento rural, denominado Sumatra, inscrito sob n.º 17, no Livro Auxiliar n.º 8, de Registro de Imóveis da comarca de Presidente Prudente.

A dúvida foi acolhida pelo dr. Juiz de Direito, ensejando o presente recurso. O magistrado manteve a sua decisão, cuja confirmação é pleiteada pela Procuradoria Geral da Justiça. Segundo consta dos autos, realizou-se no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Prudente, nos termos do decreto lei n.º 58/37 e de seu regulamento, decreto n.º 3.079/38, a inscrição do loteamento rural denominado Sumatra, para o qual se destinou uma área de 100 alqueires. Os proprietários, Irmãos Senise & Cia., destacaram dessa área oitenta e cinco e meio alqueires que alienaram a José Nicolau Senise, o qual se obrigou a respeitar todas as alienações anteriores, transcritas, inscritas ou averbadas à margem da inscrição do loteamento. O adquirente, por sua vez, vendeu aos agravantes, respectivamente, três alqueires, um alqueire e dois e meio alqueires, retirados daquela área remanescente, sem qualquer menção ao plano de loteamento existente.

Como bem decidiu o dr. Juiz de Direito, estas alienações não podem ser averbadas, nem transcritas.

A inscrição do loteamento, realizada de acordo com as exigências previstas nos decretos ns. 58 e 3.079, tornou inalienáveis as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta, como dispõe o art. 3.º dos referidos decretos. O preceito legal objetivou garantir direitos dos adquirentes de lotes, impedindo, em razão da cláusula de inalienabilidade, que o proprietário viesse a dispor das áreas reservadas para vias de comunicação, jardins ou logradouros públicos. Esta restrição ao direito de propriedade somente se extinguiria com o cancelamento do registro a ser feito conforme o disposto no art. 6.º do decreto n.º 58 e do seu regulamento, dec. n.º 3.079, ou na hipótese de modificação do plano do loteamento e arruamento, desde que atendida a condição estabelecida no § 5.º do art. 1.º dos decretos citados, para que os lotes comprometidos não fossem prejudicados.

Os imóveis adquiridos pelos agravantes são partes do loteamento inscrito, do qual muitos lotes já foram vendidos e onde até existem edifícios públicos construídos. Não se trata de loteamento feito por seções, ou glebas, previsto no § 1.º do art. 1.º, do decreto n.º 2.079, que faculta ao proprietário deixar de lotear, de uma só vez, toda a extensão do imóvel, caso em que as glebas vendidas poderiam estar excluídas da planta do imóvel loteado. De outro lado, além do efeito de tornar inalienável as vias de comunicação e os espaços livres, a inscrição sujeita a disponibilidade do imóvel loteado às restrições do art. 9.º, do decreto n.º 3.079, cujo objetivo foi garantir os direitos do compromissário que averbou o seu contrato, mesmo que o imóvel seja transmitido a terceiros, por qualquer título (SERPA LOPES, Tratado de Registros Públicos, III/49;

SILVIO PEREIRA, Imóveis a prestações, pág. 93; WALDEMAR FERREIRA, O Loteamento e a venda de terrenos em prestações, I/127).

As transmissões feitas aos agravantes silenciam a respeito dos direitos dos adquirentes de lotes sobre as vias de comunicação e espaços livres tornados inalienáveis em benefício deles e que não foram preservados nas escrituras lavradas. Os títulos de venda apresentados, sem atendimento às regras relativas ao loteamento de imóveis, não podiam, na verdade, ser registradas.

A decisão agravada apreciou devidamente a espécie e merece, ser confirmada, como bem opinou a Procuradoria Geral da Justiça.

São Paulo, 06 de março de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Agravo de Petição n.º DJ-203.596 - Capital - Agvte.: Empresa Fluminense de Engenharia Ltda. - Agvdo.: Oficial do 1.º Registro de Imóveis.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 203.596, da Comarca da Capital, em que é agravante Empresa Fluminense de Engenharia Ltda. e agravado o Oficial do 1.º Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Apresentado o título ao agravado (fls. 4-7), após a prenotação, deixou de averbá-lo, a pretexto de ter verificado, em seguida à consulta de planta e memorial dos terrenos de "Interlagos", arquivados junto ao processo de loteamento inscrito sob n.º 82 do mesmo cartório, que o imóvel prometido a venda está situado dentro da área de 67.240 m², reservada ao lago e, desta forma, por ser de uso comum, vedada a alienação.

Processada a dúvida, sobreveio a r. decisão de primeiro grau (fls. 28-29), concluindo por sua procedência. Inconformada, agravou a interessada. E, mantida a r. sentença (fls. 40 Vo.), subiram os autos, opinando a Procuradoria Geral da Justiça (fls. 45) pelo improvimento do recurso manifestado.

Esta é a conclusão a vingar.

A omissão do memorial descritivo, em relação à reserva de área para o lago e jardim, não beneficia a recorrente. Consoante disposição de lei (art. 1.º II, do decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937), da planta é que deve constar aquela ressalva, com as especificações necessárias ao loteamento.

Sob outro aspecto vale notar a planta de fls. 36 revela ter a avença incluído área destinada parcialmente àqueles logradouros, acarretando a desproporção de dimensões entre, a área primitiva e a negociada, 67.240 m² e 27.000 m², respectivamente, o que mostra, desde logo, a exorbitância da área transacionada.

Objetivando a averbação, impõe-se a retificação adequada e por via regular, não se prestando a tal finalidade este procedimento, em atenção ao princípio seguro da continuidade que norteia a atividade dos Registros Imobiliários.

Nestas condições, nega-se provimento ao recurso.

Custas pela agravante.

São Paulo, 1.º de fevereiro de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogado Dr. J. R. da Rocha Frota.

D. O. J. 10-2-72

ACÓRDÃO

Agravo de Petição n.º DJ-205.309 - São Vicente - Agvte.: Oswaldo Salvador Devitte - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 205.309, da comarca de São Vicente, em que é agravante Oswaldo Salvador Devitte e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura sem divergência de votos dar provimento ao recurso. Custas na forma da lei.

Imóveis Vitória Régia Ltda., comprometeu-se a comprar de Carlos Flues e sua mulher um terreno

situado à Av. Presidente Getúlio Vargas em São Vicente onde iniciou a construção de um edifício de apartamentos, sob o regime de unidades autônomas, submetido às disposições do decreto n.º 5.481, de 25 de junho de 1928. Entre os adquirentes de unidades do referido edifício encontra-se o agravante, com o qual a incorporadora celebrou o contrato particular de compromisso de cessão e transferência de direitos relativos à fração ideal correspondente a 4.536 m² do terreno, obrigando-se ainda a vender-lhe "as benfeitorias constantes da construção do apartamento n.º 602, do 6.º andar e 7.º pavimento" do edifício a ser levantado, tudo nos termos do instrumento de fls. 4 e 5, de 12 de fevereiro de 1963.

Posteriormente, Imóveis -Vitória Régia Ltda. cedeu e transferiu a Elbio Camillo e a Célio Rodrigues Pereira todos os direitos relativos ao compromisso de compra do terreno da Av. Getúlio Vargas, com a anuência do titular do domínio, o espólio de Carlos Flues, representando pela viúva Alice Erbeck Flues, ficando a cargo dos cessionários o prosseguimento das obras de construção do edifício Vitória Régia. Elbio Camillo, em razão da cessão que lhe fez seu sócio Célio Pereira, tornou-se único compromissário adquirente do terreno e incorporador do edifício, sub-rogado nos direitos e obrigações de Imóveis Vitória Régia Ltda. E afinal, em 2 de setembro de 1969, Elbio Camillo recebeu do Espólio de Carlos Flues escritura definitiva do terreno, inicialmente prometido à venda a Imóveis Vitória Régia Ltda.

Em 7 de junho de 1971, o agravante compareceu perante o Oficial do Registro de Imóveis de São Vicente solicitando o registro da escritura de compromisso celebrada com Imóveis Vitória Régia Ltda., em 12 de fevereiro de 1963, tendo o Oficial se recusado a praticar o ato requerido. O interessado reclamou ao Magistério da Comarca, o qual, depois de ouvir o serventuário e o parecer do Ministério Público, indeferiu a pretensão do reclamante, ensejando o seu despacho o recurso de agravo de petição interposto por este. Processado o recurso e mantida a decisão recorrida, subiram os autos, manifestando-se a ilustre Procuradoria Geral da Justiça pelo improvimento.

Conhecem do recurso, como interposto em processo de dúvida.

Entendeu o Magistrado que a pretensão do agravante era inadmissível sem a anuência expressa de Elbio Camillo, devendo o interessado recorrer à via judicial e não à administrativa por ele utilizada.

Improcedem, todavia, as razões do indeferimento, fundadas na informação do Oficial do Registro.

Nada obstante o tempo decorrido, pois o contrato do agravante é de fevereiro de 1963, o registro não deve ser negado. A primitiva adquirente do terreno e incorporadora do "Edifício Vitória Régia" obrigou-se a transferir ao agravante uma fração ideal correspondente ao apartamento 602, que lhe seria vendido, mediante os termos e condições do contrato então celebrado.

Ao ceder a Célio Pereira e a Elbio Camillo os direitos e obrigações pertinentes à aquisição do terreno e à construção do edifício, a cedente Imóveis Vitória Régia Ltda. relacionou as unidades já compromissadas a terceiros, em número de noventa e sete "constantes da relação e contratos particulares já entregues pela cedente aos cessionários" - uma ficou expressa na cláusula 4.ª da escritura. E na cláusula 6.ª a cedente menciona que "além das unidades acima compromissadas, é detentora de trinta e cinco unidades autônomas, que no total somam uma área construída vendável de 1.521.53 m²", com as respectivas frações ideais do terreno. As unidades compromissadas e as livres, enumeradas na cláusula 13 do contrato, totalizam 132 apartamentos, que é, precisamente, o número dos existentes no prédio.

Embora não conste das escrituras de cessão outorgadas por Imóveis Vitória Régia Ltda. e Célio Pereira a Elbio Camillo os nomes dos, compromissários adquirentes das unidades autônomas, constam eles da relação e dos contratos particulares entregues ao cessionário Elbio Camillo que se tornou, afinal, o único dono do negócio. E o apartamento 602, compromissado ao agravante, não se encontra entre aqueles enumerados nas escrituras de fls. 7 e fls. 12 que ficaram reservados ao cessionário, para futuras vendas.

De outro lado, o agravante continuou a pagar as prestações correspondentes à compra do apartamento 602, nos termos do compromisso ajustado com a incorporadora, com a circunstância relevante de que, a partir de dezembro de 1967 até março de 1968 as prestações foram pagas à Imobiliária Pérola Ltda., como se verifica pelos recibos anexados aos autos, imobiliária essa de que é sócio Elbio Camillo (fls. 66). Aliás, em momento algum foi contestada ao agravante a qualidade de compromissário, adquirente do apartamento 602.

A alegação de que é necessária a anuência expressa de Elbio Camillo para a inscrição não tem

fomento de direito. Ao celebrar com o agravante o contrato de fls. 4, a promitente Imóveis Vitória Régia Ltda., cujos direitos e obrigações se transmitiram a Elbio Camillo, necessariamente autorizou o outro contraente a levar o contrato ao registro público. Acresce que, tanto pela atual Lei de Registros Públicos, como pelo decreto n.º 1.000/69, que a substituirá e cuja vigência foi protraída para 31 de dezembro de 1972, pelo decreto n.º 69.203, de 15 de dezembro de 1971, os atos enumerados nos seus artigos 178 e 167, respectivamente, são obrigatórios. E o motivo concernente à continuidade de registro para o efeito de disponibilidade não tem maior consistência porque Elbio Camillo é sucessor da anterior promitente cedente, mantendo-se assim aquela continuidade.

Em face de todos esses motivos e das circunstâncias que envolvem os fatos expostos, o registro pretendido não pode ser recusado.

A dação em pagamento feita por Elbio Camillo ao Banco de Crédito Nacional, em 16 de setembro de 1971, fato novo trazido para os autos, não modifica a situação preexistente, uma vez que o contrato levado pelo agravante ao Registro foi ali apresentado e protocolado anteriormente, valendo a prenotação até decisão final da dúvida suscitada.

Ex positis, é dado Provimento ao agravo para determinar que o serventuário do Cartório de Registro de Imóveis de São Vicente proceda ao registro do título apresentado pelo agravante Oswaldo Salvador Devitte, inscrevendo-o, para que produza os seus efeitos, com a observância das cláusulas estipuladas pelos contratantes.

São Paulo, 31 de janeiro de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advs.: Dr. Jair Pastorello e Salvador Gentile.

D. O. J. 10-2-72

Agravo de Petição - DJ-205.950 - Laranjal Paulista - Agvtes.: Maria Aparecida dos Santos Barbosa e outros - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 205.950, da comarca de Laranjal Paulista, em que são agravantes Maria Aparecida dos Santos Barbosa e outros e agravado o Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

Os recorrentes levaram a registro um formal de partilha e o agravado suscitou dúvida para proceder à transcrição, afirmando que as três glebas rurais nele referidas foram cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária como um só todo, de sorte que o desmembramento atual é impossível, de acordo com a Lei n.º 4.504-64.

A sentença, desacolhendo impugnação dos agravantes e seguindo parecer do Ministério Público, julgou procedente a dúvida e sofreu o recurso, que foi regularmente processado.

Nesta instância, o Dr. Procurador da Justiça opina pela confirmação da sentença.

É de ser provido o recurso.

O Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504-64) realmente veda a transmissão de imóveis rurais de que resulte retalhamento em áreas inferiores à prevista para o módulo regional. Mas, essa restrição legal não se aplica ao caso.

Antonio Theodoro dos Santos adquiriu três imóveis rurais (fls. 43-45) e, causa mortis, seus herdeiros os receberam, cada um guardando a respectiva individualidade. Tratando-se de bens plúrimos, como especificado nas respectivas transcrições imobiliárias, não há que pensar-se na subdivisão legalmente vedada, donde não proceder a dúvida.

O fato de o INCRA ter cadastrado os imóveis como se um só fossem não altera a real qualidade dos bens. Esse ato administrativo, além de não ter efeito de transmitir propriedade ou alterar o registro imobiliário, resultou de evidente equívoco. Tanto que considera como pertencendo a um todo (o constante de seu cadastro) a parte ideal de outro imóvel (f. 44), o que, a ser aceito como válido, implicaria em impor injurídica divisão, porque contra a vontade dos consenhores.

Assim, o formal de partilha, levado a registro pelos recorrentes, retrata a transmissão de bens distintos, que foram mantidos em suas individualidades jurídicas e materiais, como constante do registro imobiliário. A pretendida transcrição, portanto, não encontra impedimento na Lei n.º 4.504-64.

Custas na forma da lei.

São Paulo,

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes,

1.º Vice-Presidente.

Adv.: Dr. Victor Rodrigues Machado.

D. O. J. 18-2-72

Agravo de Petição n.º DJ-201.671 - Capital - Agvte: Curador de Registros Públicos - Agvdo: Mário Morando.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 201.671, da Comarca da Capital, em que é agravante o Curador de Registros Públicos e agravado Mário Morando:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. 1. O agravado, com anuência de Horsa Imobiliária S. A., tornou-se cessionário dos direitos decorrentes do contrato por instrumento público de compromisso, de compra e venda do apartamento n.º 182 do Edifício Guayupia. E, no mesmo ato, convencionou com a referida Imobiliária a concessão do uso de vaga na garagem do primeiro subsolo do bloco residencial do Conjunto Nacional, com entrada pela Alameda Santos, nesta Capital. Apresentado o título, o Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis suscitou dúvida em inscrevê-lo, por entender que não se trata de direito real, bastando, pois, a sua simples transcrição no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Bateu-se o agravado pelo reconhecimento de um direito real de uso, no que foi contestado pelo agravante Curador de Registros Públicos na sua manifestação de fls. 15 e verso. Afinal, embora reconhecesse ter sido constituído um direito real de uso de vaga da garagem, o MM. Juiz "a quo" deu pela procedência da dúvida, porque, não fora recolhido o imposto de transmissão devido à época do ato, conforme previsão do art. 2.º, n.º 2, do Livro IV do Código de Impostos e Taxas, exigência essa agora repetido no artigo 1.º, item II, da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966. Agravando de petição, o apresentante do título disse ter diligenciado o recolhimento do tributo devido, cuja guia juntou às fls. 21. O douto Curador de Registros Públicos reportou-se à sua anterior manifestação e o MM. Juiz, na oportunidade concedida pelo art. 847 do Código de Processo Civil, reformou a decisão para determinar a inscrição do título, ensejando assim a remessa dos autos a esta instância a requerimento da douta Curadoria. A Procuradoria Geral da Justiça é pela reforma da decisão "a quo". 2. E a decisão merece reformada porque não se considera existente, no, caso, direito real de uso, diante dos termos do contrato. É certo que, na interpretação dos contratos, não há de ficar adstrito, o intérprete, ao exame "do teor lingüístico da declaração da vontade" (Caio Mário, "Instituições de Direito Civil", I-293), como de ensino corrente. Nem por isso, entretanto, quando os interessados afastam vocábulo jurídico de utilização simples (direito real de uso) para se utilizarem de expressão menos vulgar ("concessão de uso", ou "contrato de concessão") não deve ser desprezada a circunstância. Acrescente-se que, contra a constituição de direito real de uso a favor do cessionário Mário Morando, além de não-utilização, na escritura, da expressão "direito real de uso" (e sim, de expressão "concessão"), ainda pesam mais circunstâncias. Assim prevista ficou a "rescisão do contrato de concessão pela mora no cumprimento de qualquer obrigação dele oriunda, quando, a considerar a constituição de direito real de uso, o de que se poderia cogitar seria de extinção do direito real, não de "rescisão do contrato de concessão". Outrossim, estipula, a cláusula nona que, se alienada garagem, a proprietária consignará, na escritura de alienação, o respeito do "contrato" de concessão pelos adquirentes, cláusula inteiramente descabida se de direito real de uso se tratasse. Do exame dos termos do contrato, portanto, se não pode concluir que a real intenção da proprietária fosse a de instituir, na espécie, um direito real, de uso a favor do cessionário. Duvidosa que seja a interpretação o intérprete a de optar pelo simples direito pessoal de utilização menos oneroso que o real pois a vendedora, por diversas vezes, preferiu utilizar-se do vocábulo "concessão", e não fez menção, vez alguma, da expressão, "direito real de uso". Caberá, pois, aos interessados, se pretendiam instituir o direito real, tornarem explícita a pretensão, de maneira adequada. Em dúvida, à revelia da proprietária, é que diante dos termos da escritura, não se deve acolher a conclusão de que se cuidou de instituir direito real de uso. Dá-se, pois, provimento ao recurso. São Paulo, 25 de outubro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente em exercício.

Adv.: Dr. Alberto Souza Villela.

D.O. J. 30-11-71

ACÓRDÃO

Agravo de Petição n.º 206.905 - Comarca de São Paulo - Agravante: Supermercados Peg-Pag S/A - Agravado: Oficial do Registro Imobiliário da 13.ª Circunscrição.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 206.905, da comarca da Capital, em que é agravante a Supermercados Peg-Pag S/A e agravado o Oficial do Registro Imobiliário da 13.ª Circunscrição:

Acórdão, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para, acolhendo a preliminar, anular a sentença e o processo a partir de fls. 11, a fim de que se propicie à agravante oportunidade de oferecer sua impugnação e apresentar as provas julgadas convenientes.

O recorrido adiou inscrição de contrato de locação referente a determinados cômodos de prédio urbano, em que é parte a recorrida, sob o fundamento de que o prédio em que eles se colocariam ainda não foi averbado e, na verdade, nem mesmo sua construção se realizou.

O MM. Juiz "a quo" fez publicar notícia de seu despacho de acolhimento da inicial no órgão de imprensa oficial e, após parecer do Curador, proferiu sentença julgando procedente a dúvida. Recorreu a apresentante do contrato, tempestivamente, preliminarmente argüindo nulidade do processo, por falta de regular chamamento para a impugnação. No mérito, argumenta que a dúvida não procede, pois nada obsta que se contrate a respeito de imóvel de construção futura. A decisão foi mantida em primeira instância e o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo não provimento do recurso, com as afirmações de que a intimação da agravante para a impugnação foi regular e que o Oficial teve razão em não proceder à inscrição do contrato.

Acolhe-se a preliminar.

As citações, notificações e intimações devem ser feitas pessoalmente às partes, seus representantes legais ou procuradores (arts. 163, 167 e 168 do C.P.C.), só se fazendo a intimação, nas comarcas das Capitais, Territórios e Distrito Federal, mediante publicação no órgão de imprensa oficial (art. 168, § 1.º, do C.P.C.), quando os interessados já estejam em Juízo, sendo por essa forma avisados seus advogados.

No caso, a simples publicação no jornal oficial não atingiu o objetivo de noticiar à agravante o ajuizamento da dúvida, porque ela ainda não estava representada por advogado nos autos. E, por isso mesmo, ainda como simples apresentante de contrato para inscrição no registro imobiliário, não estava obrigada a perseguir as publicações judiciais para conhecer a sorte de sua pretensão, então puramente administrativa e só mostrada ao Oficial do respectivo Cartório. Assim, não adequadamente chamada a Juízo, para conhecer os termos da dúvida e apresentar provas com sua impugnação, sofreu evidente cerceamento de defesa, que pôs a perder os atos judiciais ulteriormente praticados. Por isso é que se teve que anular, parcialmente, o processado. São Paulo, 2 de março de 1.972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Relator e Corregedor Geral da Justiça.

Agravo de Petição n.º DJ -204.731 - Santo André Agravante: Lúcio Salomone - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Santo André.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 204.731, da Comarca de Santo André, em que é Agravante Lúcio Salomone e Agravado o Oficial do Registro de Imóveis da referida Comarca:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O MM, Juiz Corregedor acolheu dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis que se recusou a registrar duas cessões de crédito hipotecário porque realizadas por instrumento particular.

Efetivamente, pelos escritos particulares apresentados, dois dos três casais credores fizeram cessão dos seus créditos com a garantia real de hipoteca à firma Versten S/A e a Fany Pfefer, como resulta dos instrumentos de fls. (6 e 7. E pelo recibo de fls. 9, correspondente ao pagamento da quantia total da dívida, feita pelos devedores, autorizaram, juntamente com o credor originário Jakob Szporn, o cancelamento da hipoteca. Decidiu o dr. Juiz Corregedor que as cessões dos créditos deviam ser feitas mediante escritura pública, ex-vi do disposto no artigo 134, II, do Código Civil.

Entendem os devedores que tendo pago a um dos credores hipotecários e aos cessionários dos demais, que exibiram instrumento de cessão regularmente formalizado, não se justifica a recusa do Oficial de cancelar a hipoteca inscrita

Não lhes assiste razão.

Não se trata, na espécie, de mera cessão de crédito, que pudesse ser formalizada por escrito particular, com apoio nos artigos 1.065 e 1.007, do Código Civil. Os créditos cedidos eram garantidos por hipoteca e a cessão, dado o seu valor, havia que ser feita por escritura pública. O artigo 1.066, do Código Civil prescreve que "salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito se abrangem todos os seus acessórios". Como observa CARVALHO SANTOS, "entre os acessórios que se transmitem figuram as garantias, como a hipoteca, o penhor, etc." (Código Civil Interpretado, XIV/337). É o que diz PONTES DE MIRANDA: "A hipoteca, o penhor e a caução acompanham o crédito". A hipoteca é direito auxiliar que, salvo pacto em contrário, se transfere com o crédito cedido ao cessionário". "A cessão, da hipoteca ou da anticrese exige a escritura pública, tendo de inscrever-se para que lhe nasça a eficácia real" (Tratado de Direito Privado, Tomo XXIII/271 e 335), AFONSO PRAGA, por sua vez, ensina que "a sub-rogação convencional ou legal, bem como a cessão dos direitos hipotecários, necessitam, sob pena de nulidade, de obedecerem para sua construção jurídica, às mesmas solenidades que, a lei institui para a constituição da hipoteca, donde resulta que somente por instrumento público ou particular segundo o valor do contrato, podem ser celebradas" (Direitos Reais de Garantia, pág. 596. CLÓVIS BEVILÁQUA menciona a cessão do crédito hipotecário como exemplo do contrato em que a escritura pública é substancial (observações ao artigo 1.067). SERPA LOPES escreve que, na cessão de crédito hipotecário, "vinculada como acessório à dívida principal, a cessão, desta implica na do direito real hipotecário, passando de um a outro patrimônio. Por isso, quanto à forma do ato, se torna exigível e substancial, todo o conjunto de requisitos relativos à transferência de direitos reais sobre imóveis, ou seja, escritura pública quando de valor superior à mil cruzeiros" (Tratado de Registros Públicos, II/329). E AZEVEDO MARQUES, em sua clássica monografia - A Hipoteca - citando o artigo 1.067 do Código Civil, diz que "o artigo significa, mui claramente, que se a cessão referir-se à hipoteca, quando para esta for substancial a escritura pública, só por esse meio pode ser feita aquela". Era, aliás, o que prescrevia, de modo expresse, o velho decreto 169-A, no artigo 13. Do mesmo sentir é a lição de WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in Direito das Obrigações, pág. 379.

Ora, uma vez que as cessões levadas ao Registro de Imóveis são, na verdade, como nelas está expresse, cessões de crédito hipotecário e dado o seu valor, somente mediante escritura pública podiam ser formalizadas. Nenhuma ressalva consta dos instrumentos particulares no sentido de que os direitos acessórios ficavam excluídos da cessão, impondo-se, por isso mesmo, a aplicação integral do que dispõe o artigo 1.066, do Código Civil.

Em consequência, o cancelamento da hipoteca pretendido pelos devedores não pode ser feito porque não autorizado pelos credores originários, figurando no recibo de fls. 9 apenas um deles. Mas a inscrição hipotecária subsiste em razão da indivisibilidade da hipoteca.

As demais falhas ou omissões apontadas pelo Oficial do Registro desapareceram, porque supridas.

Mas a decisão recorrida é mantida pelo seu motivo principal concernente à invalidade das cessões, do que resulta a inadmissibilidade da averbação do cancelamento da inscrição da hipoteca.

São Paulo, de março de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 25.082, da comarca de São Paulo, em que é agravante José Battalini e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

O recorrente levou a registro escritura pública de compra e venda de imóvel urbano e o agravado suscitou dúvida para proceder a transcrição, alegando que:

a) o contrato refere diversas transcrições anteriores, uma das quais da Veritas Imobiliária Ltda., que conflita com as do Celso David do Valle;

b) a descrição do imóvel e a colocação de várias transcrições denota origem vaga, o que

descumpre o art. 244 do Regulamento dos Registros Públicos e não permite assentar-se a continuidade dos registros;

c) a escritura diz respeito e refere a inscrição n.º 12.186, em nome de Virgolino Adão, pessoa que não participou do contrato;

d) a rua Amazonas, onde se localiza o terreno objeto da escritura, não teve seu nome anteriormente averbado no registro imobiliário;

e) a Veritas Imobiliária Ltda. não apresentou prova de quitação de I.N.P.S.

Após impugnação e regular processamento, o MM. Juiz proferiu decisão, acolhendo inteiramente a argumentação do Oficial do registro imobiliário e julgando procedente a dúvida.

O vencido recorreu tempestivamente, reiterando seus argumentos, isto é, que a rua Amazonas já teve sua denominação averbada; que a prova de quitação de contribuições ao I.N.P.S. podia ser feita perante o Registro de Imóveis; que a validade das transcrições anteriores da Veritas Imobiliária Ltda. não pode ser contestada pelo agravado, pois outras escrituras da mesma origem foram transcritas; que o terreno está perfeitamente descrito e não houve infração ao Regulamento dos Registros Públicos.

Processado o agravo, o MM Juiz "a quo" manteve a decisão anterior e, nesta instância, o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo provimento do recurso.

Os autos baixaram à primeira instância, para que se pronunciasse, sobre o recurso, o dr. Curador de Registros Públicos (f. 47 v.).

Preliminarmente, é de se notar que o dr. Curador, inobstante tivesse duas oportunidades para dizer sobre o recurso (fls. 39 e 47 v.), limitou-se a requerer diligência, pretensão incompatível com a tramitação recursal. E na oportunidade própria, S. Senhoria nada requeria (fls. 22 v. e 34 v.). A omissão ficou suprida pelo pronunciamento do Ministério Público em segunda instância.

No mérito, é mantida a conclusão da sentença recorrida.

Aceita-se, como acentuou o parecer de fls. 45, que o imóvel objeto da escritura levada a registro está adequadamente individuado no contrato, o que permitiria ao agravado descontar a respectiva área do imóvel maior em que se encrava, sem ofensa ao art. 244 do decreto n.º 4.857/39.

Também se admite que o alegado conflito entre a anterior transcrição da Veritas Imobiliária Ltda. e as de Celso David do Valle não ficou demonstrado nos autos.

Todavia, os demais argumentos da decisão ficam irrefutáveis.

De fato, a escritura refere intenção de cumprir anterior compromisso de venda e compra, "celebrado com os anuentes" (f. 5 v.). Todavia, há no registro imobiliário inscrição de compromisso de venda e compra em nome de Virgolino Adão (n.º 12.186), pessoa que necessariamente tinha que intervir na escritura levada a registro pelo recorrente, para também anuir na venda e compra definitiva a terceiros. E como se vê de fls. 5/6, ele, não participou do contrato, o que macula absolutamente a avença e, já por isso, impede a transcrição pretendida. Ademais, a Veritas Imobiliária Ltda., ao contrário do que menciona a escritura, como pessoa jurídica está sujeita às restrições do art. 142 da lei n.º 3.807/60 e, por isso, devia comprovar quitação de contribuições ao I.N.P.S., o que não fez perante Tabelionato, ou o Registro imobiliário.

E a anterior averbação de nova denominação da rua onde se situa o imóvel (rua Amazonas) é realmente indispensável. Não basta que a alteração de nome seja conhecido do Oficial do Registro, ou que já conste à margem de outras transcrições. Para atenção à regularidade dos registros e ao princípio de sua continuidade, a averbação deve ser procedida, pelos interessados, à margem de cada transcrição. E justamente em relação às que a escritura apresentada pelo agravante refere ainda não se procedeu tal averbação.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 13 de março de 1972.

(aa) Tácio Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Agravo de Petição n.º DJ -202.585 - Capital - Agravante: João Boaventura Fernandes Pereira - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 202.585, da comarca da Capital, em que é agravante João Boaventura Fernandes Pereira e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar

provimento ao recurso pagas as custas como de direito.

1 - A decisão recorrida merece subsistir por seus fundamentos, excluída a falha no tocante a pretendido erro de data, aliás irrelevante.

2 - Vê-se dos autos que, em 1949, se inventariou bem de casal falecido no século passado e de sucessor, bem este descrito como constante de registro paroquial.

E depois se fez "levantamento" com novas divisas desse imóvel e sua partilha entre os interessados, pretendendo-se, por meio de mandado, registrar o formal de partilha.

3 - A dúvida suscitada quanto a esse registro procede totalmente.

Em primeiro lugar, incabível o mandado para registro de formal de partilha, como bem frisou a decisão recorrida.

4 - Em segundo lugar, se as divisas do imóvel tão tardiamente dado à partilha são, hoje, de difícil fixação, nem por isso caberá aos interessados fixá-los a seu critério ou por perito seu em autos de inventário: não de partilhar o bem tal como descrito em título anterior que justifique a transcrição do formal e, ulteriormente, através de remédio próprio a que convocados os confrontantes de forma regular, precisar a nova descrição do perímetro. O perímetro descoberto ou criado no inventário é imprestável, porque neste não se demarcam áreas, abrangendo ocupações e bens de terceiros (fls. 14) à revelia e como o desconhecimento destes".

Incabível, pois, o registro pretendido.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente.

Advogados: Dr. Luiz Teixeira de Carvalho e Victor Hugo Diniz da Silva.

Agravo de Petição n.º DJ -204.934 - Agvte.: Carlos Alberto Pilon e sua mulher - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca - Jundiaí.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 204.934, da comarca de Jundiaí, em que são agravantes Carlos Alberto Pilon e sua mulher e agravado Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida, que bem decidiu a espécie, como demonstram os pareceres de fls. 40 e 44.

Além de rasurado o documento que se pretende registrar, não há coincidência entre as metragens constantes da transcrição n.º 88.873 e as do título de fls. 5. E à época inexistente inscrição de compromisso, o registro da cessão de direitos seria impossível. Já agora, se o imóvel se acha transcrito em nome de Getúlio Bassan, incabível é o registro de "cessão de transferência de direitos", pois outra há de ser a forma de prometer à venda o bem.

Nega-se, pois, provimento ao recurso.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente.

Advogado: Dr. Muzaiel Feres Muzaiel.

D.O. J. 13-1-72

Agravo de Petição n.º DJ -200.076 - Capital - Agravantes: Tecelagem Franceza S. A. - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 200.076, da comarca da Capital, em que é agravante a Tecelagem Franceza S. A. e agravado o Oficial do Cartório do 4.º Registro de Imóveis da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

1 - Pretende-se o registro do contrato de locação e de aditivo, de que consta a cláusula de vigência em caso de alienação, contratos datados de 1963 e 1966 e apresentados a registro em 1970.

2 - O registro deve ser feito.

Vê-se dos autos que eram proprietários do bem Amélia Pinto de Souza Alice e Maria Eglantina, tendo esta e o marido, com reserva do usufruto, transmitido sua parte aos filhos José Dirceu Eglantina e João Baptista.

3 - Todos os proprietários e os usufrutuários contrataram a locação, em 1963.

Falecida Amélia, o seu espólio e os demais contratantes assinaram o avenço de revisão de aluguel e prorrogação do prazo. Levado a registro o formal de partilha antes da apresentação dos contratos, nada obsta que se registrem estes, posto que os novos proprietários constantes da transcrição n.º 62.683 são sucessores de Amélia e, pois, obrigados pelo contrato assinado pelo inventariante do espólio, que não consta hajam impugnado.

As mais arguições do suscitante não procedem, como se demonstra no parecer da douta Procuradoria Geral.

Daí, o provimento deste recurso.

Custas como de direito.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente. Agravo de Petição n.º DJ -201.097 - Santo André Agvte.: City Development Ltda. e outros - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos esses autos de Agravo de Petição n.º 201.097, da comarca de Santo André, em que são agravantes "City Land Development Ltda." e outros, e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas como de direito as custas.

Os títulos a serem registrados consignaram perfeitamente as divisas dos lotes e permitem a sua localização dentro da gleba maior, objeto da transcrição n.º 36.628. Aliás, duas glebas destacadas dessa gleba maior já foram objeto de registro, sem impugnação (fls. 34 e 35). A planta exibida (fls. 16) se ajusta aos termos da transcrição n.º 33.628 e afasta qualquer dúvida sobre a precisão das divisas dos lotes.

Quanto à diferença de área, a que se refere o parecer de fls. 40, basta que se atente para que, além da área objeto das escrituras a serem registradas (362.000 m²), ainda foram negociadas, dentro da transcrição 33.628, duas áreas (fls. 34, 63.000 m²; fls. 35, 53.000 m²) no total de aproximadamente 116.000 m², o que dá uma área global de 478.000 m², aproximadamente a área mencionada na transcrição (485.263 m²).

E quanto à observação da sentença relativa à falta de menção da extensão de linha perimétrica do marco 274 até à estaca 60, o defeito seria da transcrição anterior, ato insuscetível de ser declarado irregular em processo de dúvida que a ele não se refere; e irrelevante, pois a estaca se situa na divisa de gleba de terceiro (Sr. Luiz Pinto Seiva), o que permite localizá-la.

Assim, indisputável a localização dos lotes à vista da transcrição n.º 33.628, os registros devem ser feitos, como pretendidos.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente.

Advogado: Antonio Campos Pereira Valiengo.

D.O.J. 13-1-72

Agravo de Petição n.º DJ -203.808 - Capital - Agvtes.: Antonio da Costa Pacheco e outros - Agvdo.: Oficial do Cartório do 10.º Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 203.808, da Comarca da Capital, em que são agravantes Antonio da Costa Pacheco e outros e agravado o Oficial do Cartório do 10.º Registro de Imóveis da comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1 - Trata-se de dúvida quanto à registro de escritura que ratifica outros, por não serem os mesmos os outorgantes e por entender, o oficial, que o meio seria impróprio para a retificação da área.

2 - Ainda que seja perfeitamente legítima a retificação por meio de escritura pública, no caso - em que expressamente se declara que se retifica escritura anterior - não de comparecer à nova escritura todas as pessoas que participaram da primeira, dados os "direitos e obrigações decorrentes de escritura anterior".

3 - Nega-se, pois, provimento ao recurso.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente. Adv. Dr. Amandio de Moraes.

D.O.J 8-1-72

Agravo de Petição n.º DJ -204.543 - Sertãozinho - Agvte.: João Borelli - Reqdo.: Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 204.543, da comarca de Sertãozinho, em que é agravante João Borelli e requerido o Oficial do Registro de Imóveis da comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas na forma da lei.

1 - Pretende o interessado transcrever, para titular seu domínio, sentença que, em ação reivindicatória repelida, afirmou que ele, réu na aludida ação, teria adquirido o seu pela prescrição aquisitiva.

2 - A decisão que, em dúvida, não acolheu a pretensão, merece mantida. A aquisição do domínio, pelo usucapião, independe de transcrição no Registro de Imóveis.

Mas, para a publicidade e para permitir a disponibilidade do bem, há mister seja transcrita sentença que, em ação apropriada, a que regularmente convocados os interessados possíveis e o Ministério Público (Cód. Proc. Civil, art. 455, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º; Decreto-lei 710, art. 12) declaro tal domínio (Decreto 4.857, de 9-11-39, art. 178 "b", VIII). O simples reconhecimento do usucapião, em defesa, não basta: a reivindicatória se restringe aos litigantes que dela participaram, sem as cautelas previstas em lei para que se possa outorgar título apto à transcrição.

Não procede, pois, este agravo.

São Paulo, 20 de dezembro de 1971.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente em exercício; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente, em exercício.

Adv. Dr. Antonio Maria Miranda Filho.

Agravo de Petição - DJ -200.339 - Capital - Agvte.: Maria de Lourdes Batista - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 200.339, da comarca da Capital, em que é agravante Maria de Lourdes Batista e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

1 - Por suspeita de ser falsa escritura apresentada a registro e porque o bem vendido faria parte de loteamento, sem que a escritura o mencionasse, suscitou o oficial da 4.ª circunscrição a presente dúvida, que foi acolhida, ensejando este agravo.

2 - O imóvel vendido está perfeitamente individualizado. E se não está indicado, na planta, como "objeto de futura alienação" ao loteamento (fls. 3), não havia de ser designado como integrante deste.

3 - Quanto à alegada falsidade, nada existe, nestes autos, que leve a admiti-la e a só suspeita dela não deve impedir o registro.

4 - Assim, elogiável embora a cautela com que se houve o oficial, a dúvida não merecia acolhida. Custas, como de direito.

São Paulo, 28 de dezembro de 1971.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Tácito Morbach de Góes Nobre, Vice-Presidente.

Adv.: Hacib Sayeg.

D. O. J. 8-1-72.

Agravo de Petição n.º DJ -203.309 - Serra Negra - Agvtes.: José Airton Zucato e outros - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 203.309, da Comarca de Serra Negra, em que são agravantes José Airton Zucato e outros e agravado o ,Oficial do

Registro de Imóveis e Anexos da comarca.

Os recorrentes levaram a registro escritura de divisão de imóveis rural e o agravado suscitou dúvida para proceder à transcrição, afirmando que as áreas resultantes da avença são inferiores à do módulo regional, fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o que contraria a lei n.º 4.504/64.

A sentença desacolhendo impugnação dos agravantes e parecer do Ministério Público, julgou procedente a dúvida e sofreu agravo de petição, que foi regularmente processado.

Nesta instância, o dr. Procurador da Justiça opina pela reforma da sentença.

É provido o recurso.

O impedimento a que os imóveis rurais se subdividam em áreas menores que a do módulo regional previsto pelo INCRA não tem o elastério que a jurisprudência inicialmente fixou, afastando essa repartição em todas as hipóteses (RT 411/170; 411/125). Com o advento do artigo 11 do Decreto-lei n.º 57/66, que complementa e interpreta a regra restritiva do artigo 65 da lei n.º 4.504/64 (Estatuto da Terra), acertou-se que o desmembramento vedado é somente o resultante de transmissão da propriedade. Daí a evolução da jurisprudência, que passou a admitir a repartição das glebas rurais, mesmo em partes menores que a dos módulos, quando se trate de divisão (RT. 418/141; 419/175). Esta é a melhor solução.

Em verdade, a divisão não é atributiva, mas simplesmente declaratória da propriedade, como estatuído no artigo 631 do Código Civil. Como apenas as transmissões de propriedades rurais têm a reserva legal referida, resulta que os condôminos mantêm o direito de, a todo tempo, extinguirem a comunhão (artigo 629 do C. Civil). Por isso mesmo, o E. Supremo Tribunal Federal proclamou, em decisão unânime de seu plenário que a divisão, que mó visa estremar e separar o que a cada consenhor cabe na coisa, não encontra óbice na legislação de reforma agrária (R. T. J. 52/331).

Aliás, no caso, a divisão não posterga as finalidades sociais do Estatuto da Terra. Os agravantes adquiriram o imóvel de quem o tinha já em condomínio, estabelecido anteriormente àquela lei, então composta de sete partes. Agora só dividem o prédio rural em duas partes, uma das quais é anexada à área do sítio São Pedro (fls. 5/7), em aglutinação aconselhada pelo legislador (art. 11, parágrafo 2.º, do decreto-lei n.º 57/66). Portanto, o exercício do direito de os condôminos estremarem suas partes no bem é conforme a lei.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 11 de janeiro de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Advogados: Drs. Renan Lotufo e Fernando Brigante Filho.

D. O. J. 25-1-72

Agravo de Petição n.º DJ -203.598 - Capital - Agvtes.: João Silvério e outros - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da 15.ª Circunscrição.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 203.598, da Comarca da Capital, em que são agravantes João Silvério e outros, sendo agravado o Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1 - Levado a registro formal de partilha extraído dos autos de inventário dos bens deixados por falecimento de Guilherme Silvério e passado a favor de João Silvério e demais herdeiros, suscitou o agravado dúvida, porque não foram apresentados comprovantes municipais para averbação dos prédios 842-A e 842-B da Estrada do Guapira, bem como, porque a viúva e meeiro Luiza Pezzutti Silvério quando em vida, doara a sua meação aos herdeiros e, por isso, o imóvel deveria ser partilhado apenas entre estes.

Devidamente processada, a dúvida foi julgada procedente, ensejando o presente recurso, cujo improvimento foi sugerido pela douta Procuradoria Geral da Justiça.

2 - Improvido merece o recurso.

Antes da partilha, a viúva somente poderia ceder direitos, o é óbvio que não podia, então, ser contemplada na partilha, pela evidente razão de não mais ter direitos a nada por ocasião dela. Doou, porém, as partes ideais que veio, afinal a receber na partilha pelo que nada obstará se possa fazer o registro. O falecimento da doadora não exclui a possibilidade do registro de anterior escritura de doação como não excluiria da de venda.

Mas a apresentação de documentação regular para a averbação das construções dos prédios indicados se torna mister sem o que o ato não poderá ser praticado pelo agravado. É exigência expressa do artigo 285 parágrafo único do Decreto n.º 4.857, de 1939, que se pleiteie a averbação através de requerimento que venha instruído com certidão da Prefeitura Municipal comprobatória da ocorrência. E, como se salientou no agravo de petição n.º 198.411, da comarca de Americana, "é assim, a certidão da Municipalidade local documento substancial para obter-se a averbação da construção" (in "Diário da Justiça" de 15 de junho de 1971, pág. 8), que não pode ser substituído por nenhum outro.

3 - Por esses fundamentos improvido fica o recurso.

São Paulo, 20 de dezembro de 1971.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente em exercício; José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente em exercício.

Adv. Dr. J. Delfino Ribeiro da Luz.

D. O. J. 5-1-72

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA: PROVIMENTO N.º 1-72

Dispõe sobre utilização de papéis e tintas na escrituração forense.

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Considerando que a escrituração forense deve manter os tradicionais critérios de austeridade e adequação às suas estritas finalidades;

Considerando que há papéis e tintas que, pela coloração, não se coadunam ao estilo grave e sério da escrita forense, como tem sido lembrado em provimento e despachos;

Determina aos servidores da Justiça

Art. 1.º. A escrituração nos livros e papéis, do foro judicial e extrajudicial, deve ser feita com tinta preta ou azul, indelével (art. 11, n.º VIII, do Provimento CG n.º 1-69).

Art. 2.º. Os papéis utilizados para escrituração de atos, termos, certidões e traslados, excluídas as autuações e capas, obrigatoriamente terão fundo inteiramente branco.

Art. 3.º A fiscalização direta do cumprimento deste provimento, que entrará em vigor na data de sua publicação, incumbe aos Juizes Corregedores Permanentes.

São Paulo, 21 de janeiro de 1972.

(a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça.

D. O. J. 4-2-72

CANCELAMENTO DE PROTESTO

Em se tratando de pedido de cancelamento de protesto por ter sido pago o título, acolho o parecer retro. Restituam-se os autos. S.P. 27-12-71 (a) José G. R. de Alckmin.

Recurso n.º C. G. - 232/71

Senhor Corregedor Geral:

1 - Trata-se de recurso manifestado pelo douto Curador de Registros Públicos da Comarca da Capital contra decisão do MM. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca, que deferiu o cancelamento de protesto requerido por Coplastil Indústria e Comércio de Plásticos Ltda, que tivera protestada, no 4.º Cartório de Protesto de Títulos da Comarca, por indicação do Banco do Estado de São Paulo S. A., a duplicata n.º 24.333, no valor de doze mil, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 12.345,40). O requerimento contou com a anuência do Banco apresentante do título.

Recebido o recurso como apelação, foi ele devidamente processado, vindo, afinal, o Egrégio Tribunal de Alçada Civil, pela sua Colenda 6.ª Câmara, em acórdão de lavra do eminente Juiz BOUROL RIBEIRO, a dar-se por incompetente para conhecer do recurso, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça.

2 - Data vênua, a competência para conhecer e julgar do recurso é do Egrégio Tribunal de Alçada Civil e não da Corregedoria Geral da Justiça, como, a seguir, será examinado.

Com efeito, como salienta JORGE AMERICANO, "o protesto de títulos ou contas judicialmente

verificadas é uma modalidade extrajudicial do gênero - protesto - estudado no título X, capítulo I retro", vale dizer, no Livro V, Título X, Capítulo I, artigos 720 e seguintes do Código de Processo Civil (in "Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil", 3.ª vol., 2.ª ed., 1960, Saraiva, pág. 119).

Se assim é verdade que o protesto é modalidade extrajudicial quando referente a títulos ou contas judicialmente verificadas, não menos verdade é que o seu cancelamento implica na provocação da autoridade judiciária competente pelo interessado no ato de cancelamento. Em outras palavras, o cancelamento será deferido ou indeferido só pela autoridade judiciária competente não podendo, por isso mesmo, ser confundido com ato extrajudicial e certo que não decorrente de atividade censória do magistrado. Aliás, anotou-se em venerando acórdão de lavra do eminente Ministro, hoje Desembargador, DALMO NOGUEIRA que "a questão do cancelamento de protesto tem suscitado muitas divergências, entendendo alguns que Re não pode ser deferido em nenhuma hipótese, ao passo que outros afirmam que ele se justifica desde que se exiba a quitação e haja concordância do beneficiário do título. Um terceiro grupo, e esta a solução que deverá ser adotada, por ser a melhor, condiciona o cancelamento à ocorrência de erro, engano, dolo, coação ou intimação irregular do protesto, fatos que deverão, contudo, ficar cumpridamente positivados em procedimento ordinário" (acórdão unânime da 3.ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 30 de março de 1965, na apelação cível n.º 73.130, da Capital, in "Revista dos Tribunais", vol. 374, pág. 298).

3 - Mas, ao certo não nos cabe examinar as correntes diversas que cuidam do cancelamento do protesto, mormente depois que o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidiu que "cancelamento de protesto de título quitado, requerido pelo devedor com a aquiescência do credor, merece homologação judicial" (acórdão unânime da 1.ª Turma, em 21 de março de 1969, Do recurso extraordinário n.º 63.637, de São Paulo, relator Ministro DJACI FALCÃO, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", vol. 49, pág. 338), repetindo o venerando acórdão unânime da Excelsa Corte de Justiça no recurso extraordinário n.º 46.127, de São Paulo, relatado pelo Ministro VICTOR NUNES LEAL, in "Ementário, da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", n.º 643, e, "Julgados do Tribunal de Alçada de São Paulo", vol. I, Lex Ltda., pág. 166, nota do acórdão da 4.ª Câmara Civil, em 20 de maio de 1969, na penalção cível n.º 29.227, de São José do Rio Preto, relator Juiz GYGES PRADO).

O que nos cabe, isto sim, é examinar se o procedimento do cancelamento de protesto é mero procedimento administrativo ou é procedimento de jurisdictio voluntária.

Já se focalizou que tal procedimento de cancelamento de protesto não decorre da jurisdição censória, disciplinar que a magistratura exerce sobre o denominado foro extrajudicial, através de correições. Aliás, se o protesto foi regularmente tirado, sem nenhum motivo a intervenção do Juiz Corregedor Permanente em mandar cancelar o ato de protesto, mesmo porque a atribuição não está prevista no Regimento das Correições de 1930, como de corregedoria, permanente, certo que "a correição permanente consiste na atividade fiscalizadora dos órgãos da justiça sobre todos os seus serviços auxiliares, a Polícia Judiciária e os presídios, e será exercida nos termos do regimento próprio" (artigo 50 do Código Judiciário de 1969). Assim, não é mero procedimento administrativo, como querem os venerandos acórdãos das Colendas 5.ª e 6.ª Câmaras do Egrégio Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, ou sejam, o venerando acórdão que não conheceu deste recurso e o venerando acórdão, nele transcrito, de lavra do eminente Juiz MAÉRCIO SAMPAIO, da 5.ª Câmara, e que pode ser lido nos "Julgados do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo", vol. XIII, tomo I, Lex Ltda., pág. 42, e na "Revista dos Tribunais", vol. 419, pág. 203.

É certo que, no venerando acórdão de lavra do eminente Juiz MAÉRCIO SAMPAIO, que serviu de esteio ao destes autos de lavra do eminente Juiz BOURROL RIBEIRO, invocou-se a lição de ANTONIO VISCO (in "Il procedimento di giurisdizione voluntária", pág. 21) para concluir-se que "as atividades dos poderes não são puras e, por essa razão, exatamente, nelas se colocam atribuições que não lhes são normais. Mas, quando isso ocorre, a intervenção do poder há de ser facultado expressão na lei, posto que surge como exceção. Referindo-se a esse aspecto, de intervenção da Judiciário, observa Antônio Visco que a hipótese é de espacialidade da jurisdição ordinária. Agiu o julgador, na espécie, como simples fiscalizador do cumprimento da lei, em assuntos de administração interna dos registros públicos. Não exerceu jurisdição" (cf. os repertórios citados).

Porém, não menos certo é que, no dizer do nosso JOSÉ FREDERICO MARQUES, "na jurisdição voluntária, a atuação do magistrado traduz a prática de ato estatal de administração de direitos

individuais (...), que, além de sua natureza constitutiva, também apresenta caráter preventivo: o Estado intervém em certas relações jurídicas, para que o ato ou negócio jurídico se forme de maneira a evitar litígios posteriores e irregularidades ou deficiências que possam prejudicar, de futuro, algum dos interessados. REDENTI, caracterizando com muita exatidão a iurisdictio voluntária, traçou com mão de mestre esses dois traços inconfundíveis de sua conceituação material: a) com o exercício da jurisdição voluntária, o Estado concorre "a1 procedimento costitutivo o formativo di rapporti, di atti o tavolta anche di Provvedimenti di autorità, di conenuto e di carattere giuridico"; b) com essa participação em determinadas relações jurídicas, exerce o Estado sobre elas "a sua volta un controllo preventivo quasi di polizia giudiziaria, cioè di legalità o di legittimità e, non di rado, anche di utilità o di moralità (quando il rispetto di ragioni di questo genere acquisti rilevanza agli occhi della legge)" (in "Ensaio sobre a Jurisdição Voluntária" 2.ª ed., 1959, Saraiva, pág. 72, n.º 2).

Não se pode, realmente, confundir-se a jurisdição voluntária com a jurisdição propriamente dita, dado que tem, prevalentemente, caráter administrativo, porquanto, "como lembra MESSINA, é indubitável que o Juiz, exercendo a jurisdição voluntária (e intervindo, assim, ou na integração da capacidade jurídica de determinados sujeitos ou na formação do estado das pessoas, ou ainda participando genericamente do comércio jurídico), não pratica atos materialmente jurisdicionais, mas cuida, nos limites e condições estatuídos em lei, do interesse público na boa administração dos interesses privados" (apud JOSÉ FREDERICO MARQUES, in obra e ed. citadas, pág. 80, n.º 3). Assim, "organicamente, essa atividade administrativa tem os caracteres de função judiciária, embora materialmente não seja uma atividade jurisdicional. É ela assim, como bem esclarece CARBONARO, uma atividade secundária do Poder Judiciário" (apud JOSÉ FREDERICO MARQUES, in obra e ed., citadas, pág. 80, n.º 3, final).

E tem mais! Não se pode, e nem (leve haver confusão entre ato administrativo em geral com ato de jurisdição voluntária. De fato, "a jurisdição voluntária, materialmente administrativa, é, do ponto de vista subjetivo, uma atividade judiciária, donde possuem certos traços e atributos, que se não encontram nos atos dessa natureza emanados dos órgãos da administração pública. Já o notara, aliás, CRISTOFOLIXI, ao mostrar que o ato administrativo em geral se distingue dos atos de jurisdição voluntária porque praticados estes últimos por órgãos independentes, quais sejam os juízes, e porque, sol) o aspecto formal, a jurisdição voluntária é disciplinada pelo processo civil. Daí concluir o citado processualista que, se nem todas as regras da jurisdição contenciosa se aplicam à jurisdição voluntária, nem por isso as normas dos atos administrativos podem ser adotadas sic et simpliciter para a jurisdição voluntária. PAVANINI, para quem parece preferível classificar a jurisdição voluntária no âmbito da atividade administrativa entendida em sentido amplo, mostra que a doutrina já salienta alguns traços peculiares da jurisdição voluntária, em consequência de ser atribuída a órgãos judiciários. Assim é que, ao contrário do que acontece com as funções mais acentuadamente administrativas, em que o órgão estatal está preso a vínculos de dependência hierárquica, a atividade do juiz, na jurisdição voluntária, tal como na jurisdição contenciosa, se desenvolve, com as mesmas garantias de independência e de proibição de ingerência por parte do Poder Executivo. Não se permite, nos atos de jurisdição voluntária, qualquer recurso hierárquico aos órgãos superiores da administração, sendo que, nos países onde há o contencioso administrativo, tais atos estão subtraídos da competência dos tribunais não judiciários. Além do mais, na jurisdição voluntária a atividade do juiz é normalmente provocada, e não ex-officio, como acontece nos atos da administração pública" (JOSÉ FREDERICO MARQUES, in obra e ed. citadas, págs. 81/82).

Ademais, é bom que se esclareça, é verdade que "na jurisdição voluntária, não há "ação e tampouco "pretensão". O que determina a atividade judicial é um pedido tendente à complementação de uma atividade privada, em que o Estado, no exercício de atividade administrativa, venha participar, dando causa à produção de efeitos jurídicos. Como dessa intervenção judiciária é que resulta a formação ou desenvolvimento de uma relação jurídica entre particulares, provoca a jurisdição voluntária a formação de um ato jurídico complexo, visto que, em concurso com a vontade privada, surge a do Estado, resultando dessa fusão ou integração a eficácia do ato jurídico, ou o nascimento de uma relação jurídica" (JOSÉ, FREDERICO MARQUES, in obra e ed. citadas, pág. 129, n.º 5). E "o juiz togado tanto ao julgar um feito contencioso, como ao exercer a administração pública de direitos individuais, atua e procede vinculado à lei, sem os liames da hierarquia funcional que e noutros órgãos restringem a independência dos funcionários de grau inferior. O juiz das instâncias de primeiro grau fará a aplicação da lei, numa questão de jurisdição voluntária, com a mesma independência com que

decidiria de uma lide num processo contencioso. Esta a razão pela qual a jurisdição voluntária embora materialmente administrativa, tem de ser afeiçãoada e adaptada a muitos dos princípios de ordem processual da jurisdição contenciosa. Embora o ato de jurisdição voluntária não tenha, em seus efeitos, a imutabilidade da res judicata, é indubitável que, em muitos casos, as formas procedimentais do juízo contencioso são aplicados ao *modus faciendi* dos procedimentos relativos à preparação do provimento judiciário de caráter gracioso" (JOSÉ FREDERICO MARQUES, in obra e ed. citadas, pág. 149, n.º 2).

4 - Diante do exposto, por ser o protesto de títulos matéria também disciplinada no Código de Processo Civil, como observou JORGE AMERICANO e está transcrito no item 2 *supra*, temos, na hipótese do seu cancelamento, típica modalidade de procedimento de jurisdição voluntária, no qual o ato decisório do magistrado não pode ser confundido, por isso mesmo, com atos administrativos em geral, dado que decorrente o decisório da provocação do interessado, não sendo Praticável *ex-officio*. E na sua formação concorrem outros órgãos que não os judiciais ou extrajudiciais, como, por exemplo, o Ministério Público, pela sua Curadoria dos Registros Públicos. Assim, conforme o exemplo da jurisprudência, o magistrado não se subordina hierarquicamente a nenhuma norma baixada pelas instâncias superiores, inclusive, pelo Conselho Superior da Magistratura ou pela Corregedoria Geral da Justiça, sendo livre no seu entendimento e decisão sobre o pedido de cancelamento do protesto, isto é, tem o magistrado reconhecido a seu favor o princípio da liberdade intelectual da magistratura.

5 - Em assim sendo, e é indubitável, "contra o pronunciamento judicial assim emitido, o recurso cabível é, normalmente, o de apelação, pois, in casu, se aplica, por analogia, o que dispõe o art. 820, do Código de Processo Civil. É que a decisão administrativa, proferida em procedimento de jurisdição voluntária, tem de apreciar o pedido feito pelo suplicante, deferindo-o ou indeferindo-o. E essa decisão põe termo ao procedimento perante o órgão judiciário de primeiro grau, ao mesmo tempo em que provê sobre o mérito do pedido. Certo é que o "mérito", aí, difere do *judicium* que se contém na decisão de cansa contenciosa, visto que não há decisão sobre um litígio. Todavia há, também, na jurisdição voluntária, um "*meritum causae*", que é o deferimento ou indeferimento da providência administrativa impetrada. Esta a razão pela qual se pode estender, a tais decisões, o que vem disposto no citado art. 820, do Código de Processo Civil" (JOSÉ FREDERICO MARQUES, in obra e ed. citadas, pág. 305, n.º 4).

E como apelação tem os nossos Tribunais, de regra, conhecido dos recursos contra as decisões de jurisdição voluntária de cancelamento de protesto de títulos. De fato, além dos venerandos acórdãos já mencionados no decorrer deste parecer - em que os recursos foram conhecidos como apelação -, cumpre mencionar mais os seguintes: a) acórdão unânime da 4.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1.º de junho de 1969, na apelação cível n.º 179.435, de Bragança Paulista, relator Desembargador FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Revista dos Tribunais", vol. 409, pág. 179; b) acórdão unânime da 1.ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 21 de dezembro de 1964, na apelação cível n.º 69.587, da Capital, relator Juiz RIBEIRO DOS SANTOS, in "Revista dos Tribunais", vol. 365, pág. 191; c) acórdão unânime da 3.ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 22 de março de 1963, na apelação cível n.º 58.214, de Lins, relator Juiz JONAS VILHENA, in "Revista dos Tribunais", vol. 349, pág. 392; e d) acórdão unânime da 4.ª Câmara do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, em 19 de agosto de 1970, na apelação cível n.º 144.357, de Tietê, relator Juiz BATALHA DE CAMARGO, in "Revista dos Tribunais", vol. 420, pág. 209.

Aliás, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, ao conhecer - nas duas oportunidades anotadas neste parecer - dos recursos extraordinários em matéria de cancelamento de protesto de títulos, implicitamente reconheceu que a decisão a respeito realmente era apelável ou, pelo menos, recorrível à Egrégia 2.ª Instância do Poder Judiciário e não à Instância Administrativa Superior, como seria o caso da Corregedoria Geral da Justiça. Lembre-se que, a propósito, inexistia permissivo constitucional que possibilite o conhecimento de recurso extraordinário contra decisão proferida por Instância Administrativa, conquanto exercida por órgão superior do Poder Judiciário local, como é a hipótese da Corregedoria Geral da Justiça.

6 - Firmado, portanto, que o cancelamento de protesta de título é procedimento de jurisdição voluntária, cuja decisão é apelável, não pode restar dúvida que a Corregedoria Geral da Justiça, malgrado o respeitável entendimento firmado no venerando acórdão de fls. 32/33, não é competente para conhecer e julgar do recurso manifestado pela douta Curadoria de Registros Públicos nestes autos. A tanto não se estende a norma do artigo 246 do Código Judiciário de 1969, que torna viável recurso à Corregedoria Geral da Justiça contra todos atos e decisões de

caráter administrativo (inclusive, de ordem administrativa disciplinar, ditadas em razão da atividade de governo interno, atividades essa exercida pelos MM, Juízes Corregedores Permanentes para que os serviços judiciais e extrajudiciais corram com a máxima regularidade, como deixa certo o artigo 8.º do Regimento das Correições de 1930 ou, no dizer de JOSÉ FREDERICO MARQUES, atividade que consiste "em prover ao bom e eficaz funcionamento do serviço e atividade pública da justiça" (in obra e ed. citadas, pág. 134).

Por essa razão, com a devida vênia, resta indicar duas soluções, ou sejam, que os autos retornem ao Egrégio Tribunal de Alçada Civil do Estado, a fim de que a sua Colenda 6.ª Câmara - cuja jurisdição parece preventa - proceda como de direito, porque, cabe-lhe julgar em grau de recurso o que for relativo a títulos de crédito (artigo 105, item II, letra "a", n.º 7, do Código Judiciário de 1969), ou, então, se Vossa Excelência não entender, oportuna a devolução dos autos, sejam eles remetidos, desde logo, ao Egrégio Plenário do Tribunal de Justiça do Estado, ao qual compete processar e julgar originariamente os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas (está a parecer que tal ocorre, considerando-se o Corregedor Geral da Justiça como órgão administrativo do Poder Judiciário), nos termos do artigo 57, item II, letra "e", do Código Judiciário de 1969, combinado com o artigo 106, item II, letra "e", do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Quanto ao conflito de atribuições é bem verdade que MOACYR AMARAL SANTOS, com apoio nas lições de COSTA MANSO, LOPES DA COSTA, PEDRO BATISTA MARTINS, FREDERICO MARQUES e CHIOVENDA, afirma parecer-lhe não ocorrer a possibilidade de um tal conflito, conquanto seja certo que a lei processual, ao disciplinar o conflito de jurisdição, tenha admitido possa esse ocorrer não só entre autoridades judiciárias, como entre estas e as administrativas (Código de Processo Civil, artigo 802), o que vale dizer que a lei adjetiva civil concebe a possibilidade de conflitos entre órgãos judiciários e órgãos administrativos, no exercício de suas funções (in "Direito Processual Civil", 3.ª vol., 1.ª ed., 1963, Max Limonad, pág. 456, n.º 972). Mas, embora de modo anômalo, o Corregedor Geral da Justiça, conquanto seja um magistrado de 2.ª Instância, é um órgão administrativo do Poder Judiciário, conforme atribuições expressas nos diversos itens do artigo 68 do Código Judiciário de 1969, bem como do artigo 117 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado e, ainda, no Regimento das Correições de 1930. Dai parecer possível ocorrer conflito entre esse órgão administrativo do Poder Judiciário (Corregedor Geral da Justiça) e o órgão judicante do Poder Judiciário (Câmara, Grupo de Câmaras, etc.), ensejando, pois, que o conflito, negativo ou positivo, seja conhecido e julgado, no caso, pelo Egrégio Plenário do Tribunal de Justiça.

7 - Em concluindo, opino:

a) que a Corregedoria Geral da Justiça não aceite a alegada competência para conhecer do recurso contra decisão proferida em procedimento (de jurisdição voluntária) relativo a cancelamento de protesto de títulos;

b) que sejam estes autos devolvidos à Colenda 6.ª Câmara do Egrégio Tribunal de Alçada Civil do Estado, cuja jurisdição parece preventa para julgar o recurso nos termos do artigo 105, item II, letra "a", n.º 7, do Código Judiciário de 1969, ou, então,

c) que eles sejam remetidos ao Egrégio Plenário do Tribunal de Justiça do Estado para que dirima o conflito suscitado, na forma da lei.

8 - É meu parecer, sub censura.

São Paulo, 3 de dezembro de 1971.

(a) Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito Auxiliar.

CARTÓRIOS

ORIENTAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DE SEUS SERVIÇOS E A ADMISSÃO DOS RESPECTIVOS FUNCIONÁRIOS ARQUIVO

I - O Arquivo dos processos deve ser organizado de acordo com o Livro de Registro de Feitos, em maços de 10, 20 ou 30, sempre em dezenas, salvo necessidade de desdobramento, em que os maços tomarão letras aditivas (assim, maço "1", "1-a", "1-b", "1-c", etc., fazendo-se referência ao ano respectivo). (Prov. CG-40/53).

II - Com a finalidade de facilitar a pesquisa, haverá fichário e escriturar-se-á, obrigatoriamente, a indicação na coluna respectiva do Livro de Registro de Feitos.

III - Os feitos somente serão arquivados quando houver despacho judicial nesse sentido, cientes as partes e interessados, evitando-se, assim, arquivamento irregulares.

IV - Os livros e papéis pertencerão ao arquivo do cartório, indefinidamente, sendo defesa aos oficiais destruí-los, qualquer que seja o tempo decorrido, (Dec. n.º 4.357, de 9-10-1939 - RRP, art. 30).

É que "os arquivos dos cartórios pertencem ao Estado e se conservam nos mesmos, sob a responsabilidade e guarda dos respectivos serventuários" (Rev. dos Tribunais, 113/535).

V - Serão separados do local destinado ao público, os arquivos e o recinto do trabalho, mediante a utilização de balcão ou gradil. (Prov. CG-44/53 e Dec. n.º 4.786, de 3-12-1930 - Regimento das Correições, art. 11.º, item VI, in fine).

AUDIÊNCIAS

I - Recomenda-se a designação de audiências pelos próprios magistrados, com observância do preceituado nos estatutos processuais, evitando-se a marcação de mais de um serviço para a mesma hora. (Prov. CG. 1/49 e Prov. CSM. IX/46). Não se cometerá a tarefa a escrevães ou escreventes.

Adiada por qualquer motivo a instrução, o Juiz marcará desde logo, na presença das partes e testemunhas, dia e hora para seu prosseguimento, do que se lavrará termo nos autos, saindo cientes os presentes; far-se-ão em seguida, as requisições necessárias, em sendo o caso. (Provs. CG. 2/48, 1/69; C. de Proc. Civil, art. 270 e C. de Proc. Penal, art. 372).

II - Os pregões em audiência serão feitos pelos porteiros dos auditórios, e, não os havendo, pelo oficial de justiça. (Prov. CG. 1/69; C. de Proc. Civil, arts. 264 e 125; C. Proc. Penal, art. 792). Na falta deste, os serventuários ou escreventes que servirem perante o Juiz poderão realizar os pregões (Prov. CG. 1/69).

Essa é condição consagrada por velha praxe, valendo notar que os contínuos, salvo investidura especial "ad-hoc", não podem desempenhar esse mister, por não disporem de fé pública (Prov. 1/69).

III - Os Juízes organizarão, no início de cada mês, uma escala de plantão dos oficiais de justiça que servirão como porteiros nas praças (Prov. CSM. LV/70, arts. 1.º e 3.º).

Os emolumentos que, a partir de 1.º de setembro de 1970 sejam devidos ao oficial de justiça pela realização, como porteiro, de praças, constituem renda do Estado e como tais deverão ser recolhidos (art. 37 do Dec. Lei n.º 203/70, c/c à nota 4.ª do item I da Tabela 9 anexa do Dec. n.º 52.425/70 e Prov. CSM LV/70, art. 2.º; Dec. Lei Complementar n.º 11, art. 20, parágrafo único, c/c o art. 1.º das Disposições Transitórias do Dec. Lei n.º 203/70 e art. 2.º do Dec. n.º 52.425/70, com redação dada pelo Dec. n.º 52.526/70 (Proc. SAP-CG-284/70).

O Colendo Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão "leilões judiciais", prevista no art. 37 do Decreto Lei Estadual n.º 203, de 25-3-1970 (Representação n.º 860 de São Paulo - DOJU, de 1/6/1971).

IV - As audiências cíveis realizar-se-ão nos dias úteis, entre 10 (dez) e 18 (dezoito) horas; serão contínuas, e só se interromperão por motivo de força maior. (C. Proc. Civil, art. 263 e 270).

V - Na parte criminal, as sessões de julgamento não serão realizadas em domingos ou feriados; os demais atos do processo poderão ser praticados em período de férias, em domingos ou feriados. Todavia, os julgamentos iniciados em dia útil não se interromperão pela superveniência de feriado ou domingo (C. de Proc. Civil, art. 797).

VI - Observar-se-ão, entretanto, em qualquer caso, as restrições do art. 111 e seu parágrafo único do Dec. Lei Complementar n.º 3/69.

AUTOS

I - A assinatura de carga nos livros próprios constitui exigência indispensável (Prov. CSM. 31/67).

A descarga dos autos, que é obrigatória, deve ser feita na presença do interessado que assim o exigir, sob pena de responsabilidade (Prov. CSM, LXVI/63, Proc. CG - n.º 33.910/70 e Comunicado publicado em D. J. de 3/9/1970, pág. 9).

Somente as pessoas expressamente mencionadas em lei, poderão retirar autos de cartório (Prov. CG. 3/66, item "7" letra "h").

II - Decorrido o prazo legal, os autos que não forem devolvidos pelos advogados, serão cobrados pela forma constante do Provimento CSM XX/66.

III - O escrivão deve consignar por extenso, nos termos de "conclusão" ou "vista" os nomes do Juiz do Promotor Público e do Advogado, evitando retenção dos autos em cartório, sob pena de incorrer nas sanções previstas nos arts. 800, § 4.º, do C. de Proc. Penal e 23, § 2.º, do C. de Proc. Civil, sem prejuízo de outras medidas disciplinares cabíveis. (Dec. Lei Complementar n.º 3/69,

art. 51, parágrafo único, e arts. 64 e segs. a Resolução n.º 1/69).

IV - Recomenda-se observância ao disposto no art. 14 do C. de Proc. Civil, no que respeita aos autos suplementares, e ao preceituado no art. 603 do C. de Proc. Penal, quanto às apelações.

V - Na autuação, constarão os números do Livro de Registro de Feitos, de ordem e da folha em que se encontra lançado o processo, além dos esclarecimentos relativos à natureza da ação e nomes das partes.

No tocante aos processos criminais, recomenda-se sejam feitas também anotações relativas à natureza da infração e ao artigo de lei em que se achar incurso o réu, de acordo com a acusação (Prov. CG. 15/60) assinalando-se, ainda, com destaque, a circunstância de se tratar de "réu preso" ou "menor" (Prov. CG. 1/69).

VI - Os autos deverão ser numerados por ano, a fim de facilitar a pronta verificação da quantidade de processos em andamento ou arquivados, para o resumo anual estatístico dos feitos que passam para o ano seguinte (Prov. CG. ns. 18, 19, 22, 31/53 e 2/60).

A partir de 1.º de janeiro de cada ano, a numeração dos autos será reiniciada apondo-se-lhe o sufixo do ano; em frente à numeração existente até hoje, o escrivão colocará o número ordinal do ano, até alcançar o último registrado pelo sistema anterior, prosseguindo-se daí em diante, de acordo com as normas deste provimento (Prov. CG. 2/60).

VII - Ao avaliador judicial remeter-se-á apenas o mandado e não os autos (Prov. CG. 8/66).

VIII - Antes que os autos subam à Superior Instância em grau de recurso, será revista a numeração das folhas, procedendo-se às retificações necessárias; da verificação feita dar-se-á certidão (Prov. CG. 1/69).

IX - Não devem ser juntadas nos autos cópias a carbono dos termos de audiência, mas apenas os traslados, fotocópias ou xerocópias (Provs. CG. 1/59 e 9/67).

AUXILIARES

I - Para a contratação de auxiliar é necessária a aprovação do Juiz Corregedor Permanente (Dec. Lei n.º 159/69, art. 38).

II - O escrivão que admitir auxiliar de cartório deverá fazê-lo mediante contrato escrito, fixando a remuneração e a forma de pagamento, arquivando-se uma via no cartório da Corregedoria Permanente; duas outras serão enviadas à Corregedoria Geral da Justiça, para arquivamento e remessa ao IPESP, observando o modelo constante do Comunicado publicado in D. J. de 28-7-1970, pág. 9 (Prot. CG. 613/70).

Os auxiliares perceberão salários não inferiores ao mínimo legal, e os menores entre 12 e 18 anos de idade poderão ter os vencimentos reduzidos segundo as normas da legislação trabalhista em vigor (Prov. CG. 13/69).

III - Os auxiliares das serventias de justiça, entre os quais haverá um fiel onde for mister, somente poderão iniciar suas atividades após concedido o arquivamento na Corregedoria Geral da Justiça, de uma via do respectivo contrato assinado com o responsável ou titular e aprovado pelo Corregedor Permanente respectivo (Dec. Lei n.º 159/69, art. 38).

IV - Verificando o Juiz Corregedor Permanente a existência de auxiliar sem contrato em qualquer cartório ou ofício de justiça recomenda-se a designação de prazo até 15 (quinze) dias para a regularização da situação, nos termos das normas citadas.

V - O auxiliar sem contrato não poderá assinar o Livro Ponto (Portaria CG. 92/66) e a contagem de serviço assim prestado, não lhe poderá ser deferida. (Dec. n.º 19.365, de 20-4-1950, art. 14, § 3.º, Prov. 1/69).

Tais disposições constituem sanções contra o inadimplemento, e se aplicam independentemente das medidas disciplinares previstas para o caso.

VI - O auxiliar gozará 30 (trinta) dias de férias, concedidas pelo serventuário, com salários integrais, devendo a escala ser comunicada ao Juiz Corregedor Permanente, para os devidos efeitos (Dec. Lei Complementar n.º 3/69), observado o que preceitua o item 2.º do Prov. CG. 15/67.

ESCREVENTES

I - A nomeação de escreventes de cartórios ou ofícios não oficializados está sujeita às normas e condições estabelecidas no Dec. Lei n.º 159/59 (arts. 33 e segs.), aplicando-se, no que couberem, os dispositivos do Dec. Estadual n.º 5.129, de 23-7-1931 alterado pela Lei n.º 11.085, de 26-5-1940 (art. 85) as Portarias CG. ns. IV/48, VI/49, II/55 e VIII/59 (in, "Boletim de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, n.º 3, págs. 52, 58, 82 e 87) e os despachos publicados in obra citada, págs. 50 e 63).

II - Os escreventes têm direito a 30 dias de férias por ano, com salários integrais, cujo gozo é

obrigatório, não sendo permitida a acumulação. (Prov. 15/67, Dec. Lei Complementar n.º 3/69, art. 244).

III - Os vencimentos dos escreventes das serventias não oficializadas constarão de uma parte fixa, correspondente ao salário mínimo local, acrescida de um adicional, na base de acordo ajustado por escrito com o escrivão, observado o disposto no Provimento CG. n.º 13/69 (Dec. Lei Complementar n.º 3/69 e Dec. Lei n.º 159/69, art. 31, § 3.º, Proc. CG. n.º 32.360/69).

IV - Não é defesa a nomeação de escrivão aposentado para o cargo de escrevente de serventia não oficializada. "No entanto é bom frisar que o tempo de serviço relativo à aposentadoria não se computará para qualquer efeito, ao servidor que for assim nomeado, sendo um e outro completamente independente" (Proc. CG. 35.847).

V - Inobstante, entende-se "vedada a acumulação de cargos na forma do art. 99 da Emenda Constitucional n.º 1/69, aí compreendida a que possa ocorrer entre a função de escrevente de cartório não oficializado e o cargo de professor público primário" (Proc. CG. n.º 7.759/71) ou outro cargo público de funcionário em atividade.

VI - Em que pese a restrição prevista no inciso II do art. 214 do Dec. Lei Complementar n.º 3/69 (Dec. Lei n.º 159/69, art. 35), dispensar-se-á o limite teto de idade se o candidato já for auxiliar, escrevente, serventuário titular interino ou substituto, ou se anteriormente tiver exercido qualquer dessas funções ou cargos (Proc. n.º 34.963/71).

VII - Não se exigirá a nomeação de escrevente de Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor para Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, ao qual foi anexado, o exame de que trata o § 3.º do art. 36 do Dec. Lei n.º 159/69 (Proc. n.º 36.165/71).

AVALIADOR, DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR E DEPOSITÁRIO PÚBLICO

I - Observar a limitação prevista no art. 1.º da Lei Estadual n.º 109, de 16-7-1948, c/c o art. 5.º do Dec. Lei n.º 205, de 25-3-1970, aplicando-se aos processos contenciosos a regra do artigo 957 do Código de Proc. Civil (Prov. CG. 1/69).

II - Quando por culpa do avaliador tiver que ser refeita a avaliação, nada poderá ser cobrado pelo novo trabalho (Prov. CG. 1/69).

III - Independência de distribuição, a petição de retificação de registro, nos termos da Lei Federal n.º 3.794, de 25-4-1960 (Provs. CG. ns. 14/69 e 1/69).

IV - Escriturar o livro de distribuição de feitos cíveis de acordo com as recomendações do Provimento 44/53. Proceder, da mesma forma, no tocante aos feitos criminais, consultando-se o Corregedor Permanente, no caso de necessidade de desdobramento de casas.

V - A primeira parcela dos preços constantes da Tabela "1" do Dec. n.º 52.425, de 25 de março de 1970, será paga por ocasião da distribuição do feito ao respectivo escrivão do Cartório do Distribuidor, salvo se esta não for necessária para despacho da inicial, observado o disposto no art. 9.º do Dec. Lei n.º 203/70. O Distribuidor separará a parte que lhe corresponder (Dec. Lei n.º 2203/70), entregando, em seguida, ao escrivão do feito, o restante dos emolumentos, bem como as custas do Estado e a parte referente às contribuições previdenciárias, fazendo os lançamentos em livro próprio, que para esse fim deverá ser aberto, no qual o escrivão passará recibo.

VI - A distribuição por dependência somente será realizada à vista do despacho do Juiz que a determinar (Prov. CG. 1/69).

VII - Proceder-se-á à anotação regular, quando ocorrer a hipótese de inclusão, nas denúncias, de pessoas não indicadas no inquérito policial (Portaria CG. n.º 52/65), cancelando-se os nomes daquelas que, indiciadas pela Polícia, não foram denunciadas em Juízo (Prov. CG. n.º 40/53), disposições que se aplicam também nos casos de procedimento penal ou contravencional iniciado por meio de Portaria ou auto de prisão em flagrante.

VIII - A execução dos serviços concernentes ao registro do comércio é hoje atribuição exclusiva das Juntas Comerciais (cf. Lei Federal n.º 4.726, de 13-7-1965, regulamentada pelo Decreto n.º 57.651, de 19-1-66), não sendo mais permitido o registro de firmas sociais ou individuais perante os Oficiais de Registro de Hipotecas (Provs. CG 14/69 e 11/71).

IX - Na distribuição de concordatas, cabe observar rigorosamente o que dispõe o Prov. 11/69 - CG., não se distribuindo requerimento de concordata ou liquidação judicial de sociedade sem a prova negativa de executivo fiscal proposto pela Fazenda Pública (Prov. CG. 14/69).

X - Na concessão de Concordatas e decretação de falências, deverá ser observado o Prov. 12/69 - CG., fazendo-se as comunicações ali determinadas (Prov. CG. 14/69).

XI - Quando da instauração de sindicâncias, devem os cartórios da Corregedoria Permanente comunicar a ocorrência à Corregedoria Geral, para efeito de anotação nos prontuários; igual comunicação deve ser feita por ocasião da decisão final, após o decurso do prazo para

interposição do recurso (Código Judiciário, art. 51, § único e 246 e Prov. CG. 14/69).

XII - Compete aos escrivães dos Ofícios dos Distribuidores das Comarcas do Estado, exceto a da Capital, autenticar os livros mercantis, observado o Dec. Lei n.º 486, de 3-3-1969, regulamentado pelo Decreto Federal n.º 64.567, de 22-5-1969 e, o disposto no Prov. CG. 12/70, com as alterações constantes do Prov. 7/71.

XIII - Havendo litisconsórcio ativo ou passivo, ulteriores, chamamento à autoria (CPC. art. 95, §§ 1.º e 2.º) e nomeação à autoria, far-se-ão as comunicações aos Distribuidores na forma do Prov. CG. 4/71).

XIV - Para evitar perecimento de direito a distribuição, no caso de impossibilidade de prévio recolhimento das existas poderá ser feita, ou praticado ato dele dependente, mediante despacho judicial, fazendo-se as necessárias anotações e procedendo-se de acordo com o Prov. CG. 5/71.

XV - A distribuição das ações penais referentes aos crimes definidos na Lei Federal n.º 5.726/71 será feita de acordo com as normas traçadas no Prov. CG. 9/71.

XVI - A distribuição dos Executivos Fiscais relativos a cobrança da dívida ativa concernente ao ICM será processada eletronicamente, observadas as normas do Prov. CG. 12/71.

XVII - Cópias dos cálculos, contas, partilhas e avaliações serão arquivadas em cartório, pela ordem cronológica (Prov. CG. 1/69).

XVIII - Os autos somente serão remetidos ao Contador em ocorrendo as hipóteses previstas no art. 26 do Dec. Lei n.º 203/70.

XIX - Não se computarão as percentagens previstas no art. 82 do Decreto Imperial n.º 2.438, de 15-6-1859, quando da elaboração dos cálculos nos processos de arrecadação e administração de herança jacente, bens de, ausentes e vagos (Prov. CG. 7/70).

XX - Ainda que, haja Depositário Público na comarca, o depósito de bens, em consequência de atos judiciais, nos termos do artigo 945 do C. de Proc. Civil, poderá ser feito em mãos do executado, se convier ao exequente (Prov. 1/69).

XXI - Observar o disposto no art. 15 da Lei n.º 960, de 17-12-1938, quando se tratar de coisa penhorada cai feito regulado pela citada lei (Prov. 1/69).

XXII - Após qualquer levantamento, serão juntados nos autos, dentro das 48 horas seguintes, os comprovantes da destinação do numerário, recolhendo-se o saldo que houver, sob pena de responsabilidade (Prov. 1/69).

XXIII - Devem ser escriturados os depósitos individuais em nome dos depositantes. Os juros serão computados de acordo com as taxas abonadas pelos estabelecimentos de crédito (Prov. 1/69).

XXIV - Os depósitos judiciais e os levantamentos respectivos obedecerão, no que forem aplicáveis, as normas traçadas no Dec. Lei n.º 3.077/41, art. 1.º, com a redação dada pela Lei n.º 1.869/53 e no Dec. Estadual n.º 12.502, de 8-1-1942, nos Provimentos CG. ns. 43/53, 7/67 e 1/69, bem como as disposições dos Provimentos CSM. ns. XXIV/62 (com as alterações publicadas no D. J. de 7-10-1970 e XXXIII/67).

ESCRIVÃES

I - Cabe aos Escrivães:

1. Indicar substituto, nos pedidos de licença, com prévia aprovação do Juiz Corregedor Permanente, observado o disposto no art. 59 da Lei n.º 11.058, de 26-4-1940 (Lei n.º 2.177/53, art. 12 e Prov. CG. n.º 15/67).
2. Lavrar contratos com auxiliares e fiéis, nos termos da Portaria CG. n.º 16/53 (Dec. Lei n.º 159/69, art. 38; Prot. CG. n.º 10.613/67 e Prov. CG. n.º 16/69).
3. Manifestar-se nos pedidos de afastamento ou licença de escreventes e auxiliares (Portaria n.º 9/48 e Prov. n.º 15/67, recomendando-se critério e parcimônia no que respeita sua concordância, atentando principalmente para o interesse público e o regular andamento dos serviços).
4. Organizar escalas de férias (Prov. CG. n.º 15/67).
5. Gozar 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, obrigatoriamente, sendo vedada a acumulação do período, proibido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço, e defesa a desistência ou renúncia. No curso das férias, o serventuário terá direito à renda integral do cartório (Lei n.º 2.177/53, art. 1.º).
6. Instalar o cartório dentro do respectivo distrito, em lugar de fácil acesso ao público e que lhe ofereça boas condições de segurança, higiene e conforto, a critério do Juiz (Dec. n.º 4.786/30, art. 11).
7. Colocar do lado de fora do prédio placa indicativa ou inscrição que a substitua.
8. Hastear a bandeira nacional em dias próprios.

9. Guardar os livros e documentos debaixo de chave, em lugar seguro (Dec. n.º 4.857/39).
10. Comunicar à Delegacia de Polícia, ao DEIC e aos distribuidores o resultado dos feitos criminais, contravencionais e dos inquéritos policiais.
11. Sob pena de desobediência e multa, cotar em qualquer peça fornecida às partes o custo total das despesas, com especificação, item por item, dos seus emolumentos, das causas devidas ao Estado, das contribuições à Ordem dos Advogados e às Carteiras de Previdência e de qualquer outro pagamento.
Além da cota referida, dará recibo ao interessado, discriminando as parcelas correspondentes às importâncias recebidas para pagamento de custas e emolumentos, contribuições e outras despesas, ainda que não sejam tais comprovantes solicitados pelos interessados, certificando nos autos o pagamento das custas judiciais, mencionando quem as efetuou, não podendo juntar peça que não esteja devidamente cotada (Dec. Lei n.º 203/70, arts. 9/11).
12. Organizar relação de mandatos não cumpridos, submetendo-a mensalmente, até o dia 5 de cada mês à apreciação do Juiz Corregedor Permanente, para as providências cabíveis.
13. Observar, no setor de falências, a orientação traçada pelo Prov. CG. n.º 43/53.
14. Comunicar aos Distribuidores o recebimento de reconvenção, para anotação no registro da ação respectiva, uma vez que se trata de nova demanda contra o autor.
15. Promover a movimentação de todos os feitos, até final solução, não permitindo a paralisação, sob as penas confinadas nos arts. 799 e segs. do C. de Proc. Penal e 24 e segs. do C. de Proc. Civil, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, na forma dos arts. 64 e segs. da Resolução n.º 1/71.
16. Em se tratando de mandados expedidos e não procurados pelos interessados, juntar o mandado nos autos 30 (trinta) dias depois da expedição, certificando o fato e informando ao Juiz do feito quando souber da existência de acordo, promovendo os autos à conclusão (Prov. 1/69).
17. Providenciar classificadores para arquivamento de ofícios recebidos e que não se refiram a feitos em andamento, pela ordem cronológica.
As cópias de ofícios expedidos serão arquivadas pela ordem numérica e cronológica, em pasta adequada.
18. Recolher a multa imposta como pena criminal somente após o trânsito em julgado da sentença que a impuser, nos termos do art. 686 do Código de Processo Penal (Provs. CG. 3/67 e 1/69).
19. Consignar, nos mandados de prisão, os dados que qualifiquem as partes, inclusive o número do registro geral no serviço de identificação (Prov. CG. n.º 4/60).
20. Observar e cumprir a recomendação do Prov. CG. n.º 4/60, relativamente ao cumprimento de sentenças de pronúncia ou condenatória, ou de despachos que decretam a prisão preventiva, procedendo do seguinte modo:
 - a) baixando os autos com a decisão, providenciará a expedição e assinatura do respectivo mandado no mesmo dia e, ainda no mesmo dia, comunicará o fato a Polícia, nos termos e para os fins do art. 299 do C. de Proc. Penal;
 - b) certificará, no mesmo dia, o cumprimento das diligências referidas e será os autos conclusos ao Juiz, para aposição do "visto" comprobatório;
 - c) devolvidos os autos, procederá à publicação da sentença, antes da qual nenhum conhecimento dela será dado às partes ou a terceiros;
 - d) sem prejuízo das disposições anteriores, a prisão poderá ser efetuada na forma e com as formalidades previstas no artigo 287 do C.P. P..
21. Consignar, nos alvarás de soltura, as seguintes indicações:
 - a) nome, idade, filiação e naturalidade do réu;
 - b) nome da vítima ou vítimas;
 - c) data da prisão, esclarecendo se esta se deu em flagrante, preventivamente ou em virtude de sentença condenatória;
 - d) se houve condenação, a pena que foi imposta;
 - e) natureza do delito, com indicação do artigo de Código Penal, com esclarecimentos sobre modificação na capitulação do crime, após a denúncia, quer na sentença, quer no acórdão;
 - f) motivo da soltura (Prov. CG. 4/56).
22. As sentenças cíveis ou criminais serão registradas na íntegra e não em resumo. Quando proferidas em audiência, e por esse motivo já consignadas no termo, será dispensável o registro integral (Prov. CG. 2/63), devendo, em tal caso, ser anotada esta circunstância, com os dados elucidativos, inclusive o desfecho do caso, à margem do número de ordem do livro de Registro

de Sentenças respectivo (Prov. CG. n.º 5/61 e Prov. CG. n.º 1/69).

23. Nos ofícios requisitórios, mandados e ordens de pagamento, em que haja representação da parte interessada, consignar a declaração de que o procurador dispõe de poderes especiais para receber e dar quitação, indicando se a folha dos autos em que se achar o instrumento de procuração (Prov. CG. n.º 7/67), observando no que forem aplicáveis, as normas dos Provs. CG. n.º 43/53, CSM. n.º LXIV/62 (com alterações publicadas in D. J. de 7-10-70) e XXXIII/67.

24. Organizar o depósito e guarda de armas e objetos apreendidos que acompanham os inquéritos policiais de preferência no cartório que tenha o anexo do Serviço do Júri, ou no próprio edifício do Fórum, sem ônus para o Estado, nos moldes do que existe no Palácio da Justiça de São Paulo, instituído pela Portaria n.º 555/58, da Presidência do Tribunal de Justiça, expedida em 29-9-1958, (in Rev. Trib. 260/723 e 277/885), normas essas que serão adaptadas às peculiaridades locais (Prov. CG. 7/67).

25. Trazer atualizada a sua coleção de leis, regulamentos, regimentos, provimentos, instruções e ordens de serviço (Prov. CG. n.º 1/69).

V - É ilegal e abusiva a prática adotada por alguns escrivães, segundo a qual são extraídas certidões da mesma peça mediante a utilização de papel carbono, pois fere o princípio de que os atos judiciais e os instrumentos públicos devem ser escritos sempre com tinta escura e indelével. (Prov. CG. n.º 1/49, in D. O. J., de 4/III/1949). As certidões podem ser extraídas pelos processos de fotocópia ou xerocópia (Prov. CG. 9/67).

VI - Deve ser coibido o abuso na expedição de certidões que não passam de meros traslados, sem indicação de fontes de busca. Do contexto das certidões deve constar a designação, o número e a página do livro ou processo onde se acha o assentamento, quando positiva (Prov. CG. 1/69).

VII - O Escrivão do Júri é o escrivão das correições nas comarcas do interior do Estado, salvo nas comarcas de Campinas (Decreto Estadual n.º 4.786, de 3-12-1930, art. 5.º, inciso III; Lei n.º 6.142, de 27/VI/1961) e de Santos (Resolução n.º 1/71, art. 107).

VIII - Na escrivania judicial, o escrivão não pode funcionar nos feitos em que figurem, como advogados ou parte, parentes seus, consangüíneos ou afins, até o 3.º grau. Nos impedimentos, observar-se-á o disposto no Dec. Lei Complementar n.º 3/69 (art. 226), no Dec. Lei n.º 159/69 (art. 32.º, parágrafos) e no Prov. CG. 15/67, naquilo que forem aplicáveis.

LIVROS OFICIAIS

I - Recomenda-se rigorosa observância ao disposto no Prov. CG. n.º 16/67, relativamente aos livros obrigatórios de cada cartório ou ofício de justiça, com as modificações e alterações constantes do anexo, que acompanha este trabalho.

II - Os livros devem ser escriturados diariamente, não se justificando registros tardios.

III - Quando utilizadas folhas soltas, deve ser providenciada adequada encadernação para manter os livros em bom estado de conservação (Prov. CG. n.º 1/69).

IV - Os livros e papéis findos ou em andamento deverão ser bem guardados, conservados, classificados e catalogados (Dec. n.º 4.786/30, art. 11, inc. III).

V - Os livros não poderão sair do cartório ou do ofício de justiça, a não ser para diligências, observadas as restrições legais, ficando o escrivão e o funcionário que os levar, responsáveis pelo extravio ou perda, sujeitos em consequência, às sanções administrativas civis e penais cabíveis.

VI - Devem ser evitadas emendas, borrões, rasuras e entrelinhas, na escrituração dos livros, procedendo-se à ressalva regular, antes do encerramento dos atos, quando ocorrerem tais defeitos.

VII - Autenticar regularmente todos os livros, cujas folhas devem ser rubricadas pelo Juiz, que subscreverá os termos de abertura e encerramento, lançados nas 1.ª e últimas folhas úteis, as quais serão numeradas, observando o disposto no Prov. CG. n.º 1/69.

VIII - Na escrituração deve ser utilizada tinta escura preta, ou azul, indelével.

IX - Os livros essenciais não podem ser escriturados por pessoas não habilitadas.

X - Os livros "Registro Diário da Receita e Despesa", "Ponto dos servidores", "Carga e Descarga de Mandados", "Registro de Comunicações ao Departamento de Investigações" e "Registro de Sursis" devem ser exibidos mensalmente ao Juiz Corregedor para o "visto".

XI - Observar, na escrituração do livro Rol dos Culpados, a exigência de autenticação de lançamentos, qualificando os réus e reservando coluna própria para baixa na culpa, a ser procedida quando houver decisão absolutória na Instância Superior. Igualmente, lançar o nome do réu, se houver condenação, reformando sentença absolutória de primeira instância.

XII - O "Registro de Sursis" deve ser escriturado nos moldes do rol dos culpados, anotando-se o número de ordem do registro, o número dos autos, a qualificação do réu, a pena imposta, o resumo das condições da suspensão do cumprimento da pena, o prazo do benefício concedido, a data da audiência admonitória, a residência obrigatória do beneficiado, assim como as averbações a respeito do cancelamento do benefício ou da extinção da punibilidade (C. P. P., art. 703) (Prov. CG. 7/67).

XIII - Lavrar os termos de advertência no protocolo de audiências.

XIV - O livro "Registro Diário da Receita e Despesa" de cada cartório deve ser escriturado e mantido em dia, discriminando-se ato por ato e apurando-se a renda líquida através de balanços mensais. Terminado o exercício, será levantado balanço anual.

XV - No livro "Registro de Feitos", encerrado o exercício, antes de ser iniciada a escrituração do seguinte, será elaborado balanço anual, do qual constará:

1.º - Feitos distribuídos durante o ano;

2.º - Feitos vindos de anos anteriores;

3.º - Total das duas parcelas;

4.º - Feitos encerrados durante o ano;

5.º - Feitos que passaram para o ano seguinte.

A numeração é em série anual e deve ser indicada na capa dos autos respectivos.

XVI - O registro dos feitos deve ser efetuado de acordo com o título da distribuição. (Prov. 44/53).

XVII - No livro "Termos de compromisso de tutores e curadores", (C.P.C., art. 601), será anotado, à margem de cada lançamento, o processo respectivo.

XVIII - O alistamento semestral dos jurados e o sorteio mensal dos jurados do Júri e Economia Popular, assim como as atas de julgamento desse júri, poderão ser feitos nos livros do Júri comum. (Provs. 16/67 e 1/69).

XIX - O registro dos provimentos dos corregedores deve ser feito no livro de Visitas e Correições.

XX - O Protocolo de autos e papéis deve ser utilizado para o registro nos casos de entrega ou remessa que não implique em devolução.

XXI - O Corregedor Permanente, face ao movimento do cartório, poderá autorizar a abertura dos livros indispensáveis, à medida que surgir a necessidade.

XXII - Não é mais devido o selo penitenciário, nem o imposto do selo estadual, sobre o valor das fianças criminais arbitradas pelas autoridades policiais ou juízes competentes (Prov. 1/69).

XXIII - A propósito da arrecadação da taxa penitenciária, observar as disposições do Provimento XXIV/67, do Conselho Superior da Magistratura.

XXIV - Os papéis utilizados para escrituração de atos, termos, certidões e traslados, excluídas as autuações e capas, obrigatoriamente terão fundo inteiramente branco, incumbindo aos Juízes Corregedores Permanentes a fiscalização dessa determinação (Prov. CG. 1/72).

OFICIAIS DE JUSTIÇA

I - Desde 1.º de setembro de 1970, os oficiais de justiça não têm mais direito a emolumentos pelas diligências realizadas, sendo os previstos para elas, recolhidos como renda do Estado (Dec. Lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, art. 21, parágrafo único; Dec. lei n.º 203/70, art. 1.º das Disposições Transitórias; Dec. n.º 52.425/70, Tabela "7", com as alterações constantes do Dec. n.º 52.526, de 15-9-1970).

II - As despesas de condução dos oficiais de justiça serão tabeladas anualmente pelo Corregedor Geral na comarca da Capital, e pelo Juiz Diretor do Fórum nas demais, tendo em vista o custo médio do transporte adequado à prática do ato e a distância a ser percorrida, cabendo recurso, na última hipótese ao Corregedor Geral (Dec.-Lei n.º 203/70, art. 32, § 1.º).

Para a Capital vige atualmente a Tabela constante do Provimento CG-6/71.

III - Os oficiais de justiça cotarão, em item apartado, as despesas de condução e outras indispensáveis ao cumprimento da diligência; se inúteis ou excessivas, serão glosadas, ficando o oficial obrigado a, no prazo de três dias, sob pena de suspensão, restituir o excesso a quem as houver pago (Dec.-lei n.º 203/70, art. 32, § 2.º), observado ainda o disposto no art. 9.º do citado Decreto-lei.

IV - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de justiça só terá direito ao reembolso de uma verba (Dec. n.º 52.425/70, Tabela "7", nota 5.ª, com a alteração dada pelo Dec. n.º 52.526/70).

V - Nos processos-crimes movidos contra réu pobre, os oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão à conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça (Decretos e Tabela citados, nota "6.ª").

VI - O oficial de justiça, quando não houver o porteiro dos auditórios, exercerá também essa função, por designação do Juiz (art. 264 do C. de Proc. Civil).

VII - Somente o Juiz pode sustar o cumprimento dos mandados expedidos. Assim, a retenção indevida de mandados, sob alegação de eventual acordo das partes, solicitação do interessado ou escusas semelhantes, constitui irregularidade que não pode ser tolerada (Prov. CG-1/69).

VIII - Não é admissível a utilização pelos Oficiais, de prepostos, tampouco a realização de diligências pelo telefone, sob pena de responsabilidade civil, criminal e, administrativa (Prov. CG. n.º 1/69).

IX - As intimações de réus presos, que devam tomar conhecimento de qualquer ato do processo, serão feitas no próprio estabelecimento penal onde se acharem os referidos réus. Igualmente, a entrega de cópias de libelo será levada a efeito no próprio presídio em que esteja recolhido o preso. (Prov. CG n.º 8/57 e CSM n.º XLIX/70).

X - Cabe aos Oficiais de Justiça:

1.º - Munir-se de sua cédula de identidade, fornecida pelo Corregedor Geral da Justiça, a ser exibida, obrigatoriamente, no ato de cada diligência (Prov. CG-4/66 e 1/69).

2.º - Assinar o ponto, diariamente, exceto aos sábados, em livro que será aberto e rubricado pelo Juiz da Comarca ou Vara, ao qual competirá abonar ou justificar as faltas devidas. O livro ponto ficará sob a fiscalização do escrivão do cartório da Corregedoria Permanente e será visado diariamente pelo Juiz de Direito. Os atestados de frequência serão passados com base nos livros de ponto. (Port. 170/64).

3.º - Gozar férias de 30 dias por ano, obrigatoriamente, salvo a hipótese de ser ultrapassado a limite normal de faltas, caso em que poderão gozar 20 dias de férias, (art. 176 do Estatuto dos Funcionários Públicos), nos meses de janeiro ou julho, conforme escala que deve ser remetida pelos escrivães, com o visto do Corregedor Permanente, à Corregedoria Geral, até o dia 15 de dezembro de cada ano. (Prov. 13/67).

4.º - Devolver o cartório os mandados que estejam em seu poder além dos prazos legais, sob pena de responsabilidade.

XI - O regime de trabalho dos oficiais de justiça está disciplinado no Prov. CG-9/70, com as alterações introduzidas pelo Prov. CG-8/71.

XII - Os oficiais de justiça do Quadro do Poder Executivo estão sujeitos ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, (Lei n.º 10.261, de 28-10-1968), e no Regimento das Correições (Decreto n.º 4.786, de 3-12-1930), sendo competente para a aplicação de penas disciplinares o Juiz Corregedor Permanente (Dec.lei complementar n.º 3/69, art. 51, parágrafo único).

Quanto aos do Quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça observar-se-á o preceituado nos arts. 194 a 196, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, especialmente no que concerne à imposição de penas disciplinadoras, cuja competência é do Presidente ou de Secretário, em se tratando de advertência e exclusão do Presidente nos demais casos.

OFICIAL MAIOR

I - Em todo o ofício ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, escolhido de preferência dentre os primeiros escreventes, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente, cabendo-lhe substituir o escrivão, nas suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo na direção dos serviços, podendo praticar, simultaneamente com ele, os atos que lhe forem atribuídos pelo titular da Serventia com aprovação do Corregedor Permanente (Dec.-lei complementar n.º 3/69, arts. 212, parágrafo único e 226; Dec.-lei n.º 158/69, art. 84; Dec.-lei n.º 159, art. 39, com redação dada pelo Dec.-lei n.º 206/70, art. 1.º. O Dec.-lei complementar n.º 11/70, no art. 5.º das Disposições Transitórias extinguiu o cargo de Oficial Maior, porém remanesce a função).

II - O oficial maior será investido em suas funções por ato do Secretário da Justiça, a requerimento do escrivão, ou, em caso de extrema urgência, através de portaria do Juiz Corregedor Permanente, sujeita a homologação do Secretário da Justiça, revestindo-se das mesmas formalidades a exoneração do funcionário, dessas funções. (Dec.-lei n.º 159/69, art. 32, §§ 1.º e 3.º).

III - O compromisso do oficial maior deverá ser prestado perante o Juiz Corregedor Permanente, lavrando-se termo no livro próprio. Em seguida comunicará por ofício, a este e à Corregedoria Geral, o início do exercício.

IV - Poderá ser indicado e nomeado substituto ao oficial maior impedido ou afastado por qualquer motivo, mediante as mesmas formalidades constantes do item II retro. (Proc. CG-33235/70).

V - Em caso de vaga, até provimento e posse do titular do ofício ou cartório, será designado pelo Juiz Corregedor Permanente, para responder pelo expediente do respectivo cartório, o oficial maior, devendo a portaria respectiva, por ele baixada, ser enviada à Secretaria da Justiça, para homologação. Uma cópia será enviada à Corregedoria Geral da Justiça, esclarecendo se foi cumprido o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 12.520, de 22-1-1942, com a redação dada pelo art. 43 da Lei n.º 6.057, de 24-3-1961, que determina aquela providência (Prov. GG n.º 1/69).

PORTEIROS

I - Não havendo porteiro dos auditórios, essas funções serão exercidas pelo oficial de justiça que o juiz designar (art. 264 do C. de Proc. Civil), observando-se quanto às custas, o preceituado no Prov. 18/70.

II - As praças serão realizadas pelo porteiro das respectivas varas sob a fiscalização do juiz (Dec.-lei n.º 203/70, art. 37; art. 264 do C. de Proc. Civil), tendo sido declarada inconstitucional a expressão "leilões judiciais" contida no art. 37 citado.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

I - São segurados obrigatórios da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, estejam na atividade ou aposentados, os serventuários, escreventes e auxiliares das serventias.

II - Têm esses servidores, direito à aposentadoria, e seus dependentes, à pensão (Lei n.º 10.393/70, Título I, Capítulos III e IV).

III - O titular da serventia da Justiça não oficializada, além de sua própria contribuição como segurado (art. 45) contribuirá para a receita da carteira, mensalmente, com quantia igual à das contribuições devidas pelo oficial maior, pelos escreventes e pelos auxiliares da serventia a seu cargo (art. 48).

O serventuário interino ou o responsável pelo expediente se não forem também contribuintes facultativos ou obrigatórios (como ocorre com os escreventes que exercem temporariamente essa função), não ficam desobrigados da contribuição mensal a que se refere, a segunda parte do artigo 48 citado.

IV - As obrigações dos serventuários ou responsáveis pelos; cartórios ou ofícios de justiça não oficializados estão especificadas; Título V do Decreto n.º 10.393/70, onde estão previstas as sanções contra os contribuintes inadimplentes; (arts. 58 e segs.).

V - Nos sessenta dias anteriores à data em que completar setenta anos de idade, o servidor da Justiça deverá submeter-se obrigatoriamente a exame médico, ficando afastado de suas funções no dia em que atingir essa idade, se antes disso não obtiver pronunciamento favorável da junta médica designada pelo Instituto de Previdência (art. 23).

Para esse fim, o escrivão da Corregedoria Permanente relacionará e controlará a situação de todos os funcionários que ainda não completaram setenta anos de idade, fazendo a devida comunicação ao Juiz Corregedor Permanente noventa dias antes do dia em que o servidor chegar a essa idade, observando, ainda, o que estabelece o Prov. CG. n.º 1/71).

REGIME DISCIPLINAR

I - Aos servidores dos cartórios e ofícios de justiça do foro judicial e extrajudicial oficializados, caberão os deveres e direitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, no que não colidirem com as disposições do Dec.-lei Complementar n.º 3/69 e da Resolução n.º 1/71.

II - Os serventuários escreventes e auxiliares dos ofícios e cartórios não oficializados ficam sujeitos, ao regime disciplinar previsto na Resolução n.º 1/71.

III - Os escreventes e auxiliares dos Cartórios não oficializados que contem, no mínimo, 5 (cinco) anos de exercício no mesmo Cartório só poderão ser dispensados por motivo de sensível diminuição da renda da serventia, ou em razão de falta grave, devidamente comprovada perante o Juiz Corregedor Permanente (Resolução n.º 1/71, art. 68, 1.ª parte).

Reconhecida a inexistência de falta grave imputada a sindicato, fica o serventuário obrigado a pagar-lhe, quando de sua volta ao serviço, o salário integral, correspondente ao período do afastamento (Resolução n.º 1/71, art. 67, § 3.º).

Os escreventes e auxiliares que contem menos de 5 (cinco) anos de exercício no mesmo cartório, poderão ser dispensados pelo respectivo serventuário, sem declaração de motivo, mas ficam, em tal hipótese, com direito a indenização correspondente a 1 (um) mês de salário por ano de serviço efetivo, ou fração superior a 6 (seis) meses (Resolução n.º 1/71)

IV - "Uma vez submetidos a processo administrativo, os funcionários só poderão ser exonerados

a pedido, depois da conclusão do processo v de reconhecida a sua inocência" (CLF., art. 645, parágrafo único).

V - As penalidades do art. 64 da Resolução n.º 1/71 serão aplicadas aos servidores pelo Juiz Corregedor Permanente, com recurso para o Corregedor Geral da Justiça, e pelo serventuário, aos escreventes e auxiliares com recurso para o Corregedor Permanente.

O prazo e recurso é de 5 (cinco) dias e, instaurada a sindicância, será o servidor afastado de suas funções (Resolução n.º 1/71, art. 67, §§ 1.º e 2.º, c/c a Lei n.º 10.261/69, EFP., art. 265).

VI - Se tratar de escrivão nomeado pelo Poder Executivo, caberá ao Governador do Estado a aplicação da Pena de demissão (EFP, art. 260, inciso I), devendo neste caso, ser remetida a sindicância devidamente concluída e relatada, à Secretaria da Justiça, para os devidos fins.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

I - Os Oficiais do Registro Civil deverão cumprir rigorosamente as disposições dos arts. 114 e 115 do Dec. n.º 4.857/39 (R.R.P.), efetuando as anotações e remissões recíprocas exigíveis por lei, sob as penas cominadas no art. 116.

II - As comunicações referidas no artigo 114 deverão ser anotadas no livro onde foi lavrado o assento, fazendo-se menção ao número e à folha do Protocolo de Correspondência, onde conste o registro da remessa.

III - O assento deverá ser encerrado com a assinatura de quem o lavrou. Entre um assento e outro, conservar uma linha de separação. Observar o disposto no art. 51 do R.R.P. ressaltando as rasuras, entrelinhas, emendas e omissões (Prov. CG. 1/69), antes do encerramento do ato.

IV - Escriturar o livro Registro de Feitos sob ordem numérica, em série anual, anotando os processos de habilitação de casamento, justificação de idade, editais de proclamas vindos de outros distritos, petições de registro de idade de pessoas maiores de 12 anos, os registros de nascimento de acordo com a Lei n.º 3.764/60 (Prov. CG. 11/60), os pedidos de retificação de nomes e os mandados judiciais.

Elaborar resumo anual, com menção dos processos de habilitação cujos editais perderam a eficácia (art. 181, § 1.º do Código Civil) (Prov. CG. n.º 1/69).

V - Poderão ser expedidas certidões com o patronímico exclusivo derivado da adoção, se no ato tiver sido declarada a opção por esses apelidos de família (Prov. CG. 12/60 e 1/69).

VI - O mínimo de folhas de livros, de acordo com o movimento, poderá ser reduzido até a terça parte, serão indispensável o uso de índice ou fichas. Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão indefinidamente (Dec. n.º 4.857/39; arts. 43 e segs. e Prov. CG. 1/69).

VII - Os assentos de nascimentos devem ser completos, isto é, conter todas as indicações determinadas no artigo 68 do Dec. n.º 4.857/39.

Nas certidões de nascimento, assim como nos editais de proclamas e certidões de casamento, não se mencionará a circunstância de ser legítima ou não a filiação, salvo a requerimento do interessado ou em virtude de determinação judicial (art. 74 e parágrafo único).

VIII - Ocorrendo o nascimento de gêmeos, fazer tantos registros quantos forem estes, acrescentando a ordem de nascimento.

Outrossim, consignar a ordem de filiação, no caso de um irmão receber o mesmo nome do que morreu (art. 77 e parágrafo único).

IX - Evitar os registros de nomes suscetíveis de expor a ridículo seus portadores (art. 69, parágrafo único).

X - Em se tratando de "natimorto", não se deve usar a expressão "feto", anotando-se o registro no índice, na letra "N", com indicação dos nomes dos pais (Prov. CG. 1/69).

XI - Lavrar simultâneos assentos de óbito e de nascimento se este não tiver sido feito e se a criança contar menos de um ano (art. 67).

XII - No caso de óbito de pessoas maiores de 18 anos, mencionar se era ou não eleitor e remeter a certidão, no primeiro caso, ao Juiz Eleitoral, para a exclusão do quadro do eleitores (Prov. CG. 1/69).

XIII - Arquivar em cartório os atestados de óbito, observando a ordem cronológica, para facilitar a consulta (Prov. CG. 1/69).

XIV - Nos assentos de casamentos, a nubente deve assinar com o nome que passou a adotar (Prov. CG. 11/69).

XV - Escriturar os índices no mesmo dia da lavratura do assento, ou, no máximo, no dia seguinte.

XVI - Transcrever os editais de proclamas vindos de outros distritos, contando-se o prazo da afixação e publicação e não da vista ao Dr. Curador.

XVII - Somente o oficial processante poderá expedir certidão declarando os contraentes habilitados ao matrimônio, e somente no 16.º dia contado da data da fixação (C. Civil, art. 181, Prov. CG. 1/69).

XVIII - O índice dos nascimentos será organizado pelo nome do registrado; o de óbito, pelo nome do falecido; o de casamento, pelo nome de ambos os nubentes, devendo cada um figurar na respectiva letra, sendo que, da contraente com o nome que passou a adotar em virtude do matrimônio (Prov. CG. 4/48 e 1/50 e 1/69).

XIX - Tomar as assinaturas das autoridades, dos declarantes, das partes e das testemunhas, logo depois de praticado o ato, sendo condenável a falta daquelas formalidades ou a antecipação de assinatura, "em confiança", para posterior preenchimento do termo (Prov. 44/53).

XX - Abrir, rubricar e encerrar os livros-talões de nascimento, casamento e óbito, remetendo-o, depois de findos ao Departamento do Arquivo do Estado - Rua Antonio Queiroz, 183, mediante registro postal ou protocolo (Prov. CG. 44/53, 1/69).

Não conservar em cartório os talões findos sob pena de responsabilidade (art. 32 do Decreto n.º 4.857/1939). Os mapas de nascimentos, casamentos e óbitos, a que se refere o art. 61 do R.R.P. é que, serão remetidos ao Departamento de Estatística do Estado (Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 848, Proc. CG. 1/69), sob pena de responsabilidade (§ 2.º).

XXI - Os oficiais de Cartórios do Registro Civil podem reconhecer firmas nos papéis necessários ao casamento, quando o respectivo processo correr em seu cartório, mas em qualquer hipótese, a não ser que acumulem as funções de tabelião, não lhes é lícito reconhecer firma em outros papéis.

No entanto, c permitido aos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais, dos subdistritos da Capital, reconhecer firmas e lavrar procurações, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 8.406/64 que continua em vigor, Dão obstante o disposto no art. 95 do Dec.-lei n.º 158/69 e nos arts. 205 e 206 do Dec.-lei Complementar n.º 3/69 (Prov. CG. 1/69, Procs. ns. 30.946/69 e 34.504/71).

XXII - Nos processos de habilitação de casamento, observar-se-ão as seguintes instruções:

a) exigir, na petição inicial, as declarações a respeito do regime de bens a vigorar e nome que a nubente passará a adotar após o casamento e o distrito eleito para a celebração do matrimônio;

b) processar a habilitação de casamento em segundas núpcias, exigindo certidão de óbito do cônjuge falecido;

c) fazer o casamento de estrangeiros, depois da prova de permanência legal no país;

d) somente aceitar públicas-formas se estiverem conferidas e consertadas. Documentos de outras localidades deverão ter sua firma reconhecida, onde irão produzir seus efeitos;

e) cumprir o disposto no artigo 744 § único Código de Processo Civil, no caso de dispensa de proclamas que não deve ser facilitada indevidamente;

f) anotar nos autos o nome da pessoa que pagou os emolumentos;

g) certificar nos autos a data da celebração do casamento, com indicação do número do livro, do número do assento e da página na qual foi lavrado o assento.

XXIII - Remeter, mensalmente, às unidades sanitárias das respectivas comarcas, ou regiões, os mapas demográficas e sanitários, de acordo com modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado (Portaria CG. 7/49 - Prov. CG. 1/69).

XXIV - Além do nome, qualificação completa e endereço das pessoas que assinam a rogo de outras que não sabem ou não sabem ou não podem fazê-lo por qualquer motivo, circunstâncias que constarão expressamente dos termos, ao redor das impressões digitais respectivas deverá ser assinalado o nome de quem a deixou e qual o dedo da mão, direita ou esquerda.

XXV - Os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos que não forem sede da comarca, poderão exercer funções notariais, independentemente da distância que ficarem da sede (art. 1.º, letra "b" do Decreto n.º 5.204, de 22-9-1931 c/c o art. 96 do Decreto-lei n.º 159/69) e da limitação que havia no art. 3.º do mesmo Decreto n.º 5.204/31 (Lei n.º 8.053, de 23-12-1958) (Proc. CG. n.º 32.548/69 e D. J. de 17-7-70).

XXVI - A averbação da adoção de estrangeiros, posto que não prevista no Regulamento dos Registros Públicos, será feita, inobstante, no Livro "E" do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede, do 1.º distrito ou da 1.ª subdivisão judiciária da comarca, pela seguinte forma: transcrever-se-á a certidão à margem, a competente averbação (Agravado de Petição n.º 195.090, da Capital, publicado in D.J. de 5-2-1971; Agravado de Petição n.º 191.0207, da Capital).

XXVII - No que se refere à legitimação adotiva de que trata a Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965, "a sentença deferindo a legitimação terá efeitos no Registro Civil, como se tratasse de registro fora do prazo, no qual consignará os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os

nomes dos ascendentes dos mesmos. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidões" (art. 6.º). "A violação do segredo estabelecido neste capítulo, salvo decisão judicial sujeitará o funcionário responsável às penas do art. 325 do Código Penal" (art. 8.º).

XXVIII - O arquivamento das leis e atos municipais de que trata o art. 55, § 4.º do Decreto-lei Complementar n.º 9/69 obedecerá às disposições constantes do Prov. CG. 2/70.

XXIX - O horário para o funcionamento dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital é o seguinte: dias úteis, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas; domingos e feriados, das 9 às 12 horas, observado o sistema de plantão. Nas demais comarcas do Estado, vigorará o horário que for estabelecido pelo Juiz Corregedor Permanente (Prov. CG. n.º 8/70).

REGISTRO DE IMÓVEIS

I - Encerrar o Protocolo diariamente, salvo nos domingos e feriados.

II - Transcrever os títulos translativos da propriedade imobiliária mediante apresentação das certidões negativas de ônus fiscais, incidentes sobre o imóvel (Prov. CG. 1/69). A exigência somente será dispensada desde que, no próprio instrumento, os contratantes se responsabilizem, expressa e solidariamente por eventuais débitos (Dec.-lei n.º 203/70, art. 44).

III - Não se admitirá qualquer exceção à exigência de apresentação do Certificado de Quitação para com o I.N.P.S., nos casos previstos em lei, valendo notar que tal documento não poderá ser substituído por simples protocolo do pedido da respectiva certidão, não se aplicando, nesse caso, as disposições do Prov. CG. 12/67 (Agravado de Petição n.º 187.866, de Bananal, decidido pelo C.S.M. e publicado in D.J. de 6-8-70, pág. 9). Sendo os outorgantes ou devedores pessoas físicas, não sujeitas a contribuições para o I.N.P.S., deverão fazer a seguinte declaração nos respectivos instrumentos "os outorgantes ou devedores declaram, na forma e sob as penas da lei que não sendo empregadores ou obrigados a contribuir como tais para o I.N.P.S., não se acham abrangidos pelas restrições do art. 142 da Lei n.º 3.807/60 e suas posteriores alterações." Ressalve-se a hipótese prevista no Decreto-lei n.º 821, de 5-9-69. O infrator fica sujeito às sanções previstas em lei.

IV - Observar, na enunciação dos números de ordem dos registros, o disposto no art. 10 do Decreto n.º 4.857/39, segundo o qual, a série de números deve ser ininterrupta, continuando indefinidamente nos livros seguintes, após o encerramento de cada livro.

V - Obedecer ao sistema de numeração dos livros previstos nos artigos 9 e 182, com as modificações e alterações posteriores, como consta do anexo deste trabalho (Decreto Federal n.º 66.608, de 20-5-1969). Conforme o movimento dos registros, o juiz, ao qual estiver sujeito o oficial, poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros, até a terça parte do consignado no dispositivo citado (art. 8.º).

VI - Os erros cometidos na tomada de indicações constantes dos títulos poderão ser retificados, a requerimento do interessado, mas só produzirão efeitos daí em diante, salvo quanto aos enganos evidentes cometidos no registro e que não possam acarretar prejuízos a terceiros, os quais serão corrigidos pelo Oficial, com as devidas cautelas (art. 228). Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o prejudicado reclamar a retificação, por meio de processo contencioso, que será inscrito (Prov. CG. 1/69).

VII - Especificar, na coluna apropriada, a qualidade do título, (compra e venda, doação, partilha, permuta, etc.), pouco importando a consignação do instrumento (escritura, formal, certidão - Prov. CG. 1/69).

VIII - A escrituração do protocolo incumbirá, pessoalmente ao Oficial, ou ao seu substituto legal, nos impedimentos e ausências ocasionais (art. 201).

IX - Para defesa do princípio da continuidade do registro, exigir transcrição, do título anterior, se o imóvel não estiver lançado em nome dos outorgantes (art. 247, § 1.º).

X - Escriturar os indicadores reais e pessoais com observância dos artigos 190, 192, 193 e seguintes, evitando-se, a repetição de lançamentos, quando o mesmo imóvel ou a mesma pessoa já estiver lançado no livro respectivo (art. 191).

XI - Levantar em consideração que o indicador real deve ser a repertório de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, figurarem nos livros ns. 2, 3, 4, 8, 9 e 10. Repartir as folhas do livro, por igual, entre as circunscrições que se compreenderem na comarca ou na zona pertencente ao respectivo ofício. Cada indicação deve ter espaço de, pelo menos, um sexto da página do livro, e, cada espaço, cinco colunas, formadas por linhas perpendiculares correspondentes, nos termos do artigo 188, procedendo, no caso de esgotamento das folhas, na forma preconizada pelo artigo 194.

XII - Dividir o indicador pessoal de acordo com as letras do alfabeto, lançando, por extenso, os

nomes de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, figurarem nos livros de registra (art. 190).

XIII - Ter em conta que o apresentante não é mero portador do título levado a registro, mas o adquirente, ou o transmitente, seus sucessores, ou seus representantes, o interessado, em suma, no registro (Prov. CG. 1/69).

XIV - Organizar índice do Indicador Real, facultativamente em fichas, pelas "ruas" e "números" de cada circunscrição em relação aos imóveis urbanos e pelos "nomes" e "situações" em relação aos imóveis rurais (Prov. CG. 44/53 e 1/69).

XV - As cessões de direitos hereditários e o direito à sucessão aberta não podem ser submetidos à transcrição. O seu registro fere os princípios da continuidade e especialidade. (Prov. CG. 8/66 e 1/69). Inobstante o C. Supremo Tribunal Federal tem-na admitido (R.T.J. 57/138).

XVI - Suscitar dúvida, quando for o caso, observando, rigorosamente, o disposto no artigo 215 do R.R.P.

XVII - Não efetuar o registro de transações que tenham por objeto imóvel rural sem apresentação do certificado de cadastro do IBRA, sob as penas cominadas.

XVIII - Observar, rigorosamente, as disposições do ato Complementar n.º 41, especialmente a exigência do artigo 2.º.

XIX - Ao expedir certidões de filiação, declarar, no fecho, a data em que o imóvel passou a pertencer à sua circunscrição, e, no caso de não mais pertencer, quando tal fato ocorreu e para que circunscrição foi transferido (Prov. CG. 1/69).

Ainda, quando requerido, encaminhar certidão relativa ao imóvel aos registros a que este já tenha pertencido "para que os respectivos Oficiais certifiquem ao pé da mesma o que constar a respeito". (Prov. 9/60).

XX - A inscrição da cédula rural independe da apresentação do Certificado de, Cadastro expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (art. 6.º do Dec. Fed. n.º 62.141, de 18-1-1968).

XXI - É obrigatória a menção do número do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) nos atos especificados na Instrução Normativa S.R.F. n.º 35, e 13-10-1971, do Secretário da Receita Federal, publicada in DOU de 11-1-1972, pág. 215.

XXII - O Juiz Corregedor Permanente do cartório, procederá à correção nos Livros "Registro de Cédula de Crédito Rural" e "Registro de Cédula de Crédito Industrial" uma vez por semestre, no mínimo (Dec.-lei federal n.º 167, de 14-2-1967, art. 40 e Dec.-lei federal n.º 413, de 9-1-1969, art. 40).

XXIII - A correção anual de que trata o art. 5.º, caput, do Decreto-lei federal n.º 494, de 10-12-1969, será feita com observância do preceituado no Prov. CG-5/70.

XXIV - O serventuário só registrará os títulos que contiverem com precisão, as confrontações e a localização do prédio ou do terreno, mencionando os nomes dos confrontantes, e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este, fica do lado par ou ímpar do logradouro e a que distância métrica do prédio ou da esquina mais próxima (Dec. Federal n.º 4.857/39, art. 248).

XXV - As averbações correspondentes às promessas de venda, cessões ou promessas de cessão de unidades autônomas dos condomínios em edificação, uma vez realizadas, atribuem direito real aos compromissários, oponível a terceiros.

Essas averbações, todavia, por não alterarem a situação, do imóvel original, não podem justificar indicações próprias (Provs. CG. 3/66 e 14/69).

XXVI - As averbações relacionadas com os registros no Livro n.º 8, porém, devem ser regularmente indicadas no protocolo, onde deve ser feita remissão completa, que contenha o número da inscrição, da página e do livro correspondente (Provs. CG. 8/66 e 14/69).

XXVII - Deve ser feita referência na respectiva coluna ao número de ordem e à página do livro no qual se lavrar o novo registro, se a mesma pessoa ou mesmo imóvel já estiver nos indicadores real ou pessoal (Prov. 14/69).

XXVIII - Observar-se-á, quanto aos anexos o disposto nos arts. 100 e segs. da Resolução n.º 1/71.

XXIX - Nos casos de transcrição de imóveis incorporados às sociedades por ações da Administração indireta da União, cumprir o disposto no Decreto-lei n.º 807, de 4-IX-69 (Prov. CG. 14/69).

XXX - A venda e o compromisso de venda, na forma do Decreto-lei n.º 643, de 19-VI-69, celebrados por instrumento particular, poderão ser registrados no cartório imobiliário competente (Prov. CG. 14/69).

XXXI - O Oficial deve observar o prazo de três dias, a contar da data da apresentação do

mandado judicial, no caso de transcrição de propriedade rural desapropriada, sob pena de incorrer na multa correspondente a dois terços do maior salário mínimo do País, por dia de retardamento. (Decreto-lei n.º 554, de 24-IX-1969 - Prov. CG. 14/69).

XXXII - Não podem ser efetuadas transcrições, inscrições ou averbações de documentos públicos ou particulares relativos aos bens confiscados, ou de quaisquer atos ou contratos em que sejam interessados pessoas naturais ou jurídicas, cujos bens tenham sido objeto de confisco (Decreto-lei n.º 502/69; Provs. CG. 8/69 e 14/69).

XXXIII - Incumbe ao Oficial a organização de cadastro especial das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, conforme o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 494, de 10-3-1969 - Prov. CG. 14/69).

XXXIV - As decisões proferidas em processos de dúvida, devem ser catalogadas, com índice por assunto, em virtude do efeito normativo dessas decisões (Prov. CG. 14/69).

XXV - Deve-se ter em conta a indisponibilidade dos bens dos administradores, gerentes e conselheiros fiscais de sociedades sujeitas ao regime de liquidação extrajudicial, nos termos do Decreto-lei n.º 48, de 18-XI-66, até a definitiva apuração e liquidação de suas responsabilidades, observadas as disposições do Decreto-lei n.º 685/69 (Prov. CG. 14/69).

SERVIDORES DE CARTÓRIOS OU OFÍCIOS DE JUSTIÇA NÃO OFICIALIZADOS

FÉRIAS, LICENÇAS, OUTROS AFASTAMENTOS E FREQUÊNCIA

I - As férias, licenças e substituições dos servidores da Justiça não estipendiados pelos cofres públicos continuam disciplinados pela Lei n.º 2.177, de 23 de julho de 1953 (Dec.-lei n.º 159/1969, art. 39), observando-se, no que forem aplicáveis, as disposições dos Provs. CG. ns. 41/63 e 15/67.

II - Compete ao Corregedor Geral da Justiça conceder aos servidores da Justiça de Cartórios não oficializados, férias, licença para tratamento de saúde, de interesses particulares e outras licenças ou afastamentos.

III - Nas comarcas do interior do Estado, poderão ser concedidas pelo Corregedor Permanente licenças para tratamento de saúde do servidor ou por motivo de doença em pessoa de sua família, bem como o seu afastamento em virtude de nojo, desde que não excedam a oito (8) dias. Só excepcionalmente, ante o conhecimento direto da situação pelo Corregedor Permanente, poderá ser renovado o pedido de licença, nos termos do item anterior e, mesmo assim, se for diverso o motivo que o justifique (Lei n.º 2.177, art. 14, §§ e Prov. CG. 15/67).

IV - O serventuário será substituído, nas férias, licenças, afastamentos, impedimentos ou faltas, pelo oficial maior e, na falta deste, pelo 1.º escrevente do cartório, segundo a graduação estabelecida de acordo com o artigo 2.º do Dec. n.º 5.129, de 23-7-1931.

Inexistindo oficial maior ou escrevente habilitado no mesmo cartório, será designado para a substituição, escrevente habilitado de outro cartório da mesma comarca.

Não sendo possível a observância dessa ordem, o serventuário será substituído por pessoa idônea que indicar (Dec. n.º 11.058, de 26-4-1940, art. 59, parágrafo único), após aprovação e designação por meio de Portaria baixada pelo Juiz Corregedor Permanente, cuja cópia será enviada à Corregedoria Geral, para os devidos fins.

V - Em caso de vaga, até provimento e posse do titular do ofício de Justiça, será designado pelo Corregedor Permanente, para responder pelo expediente do respectivo cartório, o oficial maior, e, na falta deste, o escrevente mais graduado, devendo a portaria expedida pelo corregedor permanente ser enviada à Secretaria da Justiça, para homologação. Uma cópia será enviada à Corregedoria Geral, esclarecendo se foi cumprido o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 12.520, de 22-1-1942, com a redação dada pelo art. 43 da Lei n.º 6.057, de 24-3-1961, que determina aquela homologação (Prov. CG. 15/67).

VI - Na falta de oficial maior ou escrevente habilitado e não tendo sido feito o provimento interinamente pelo Governo do Estado, designará o corregedor permanente escrevente, habilitado ou serventuário de outro cartório da mesma comarca, para, cumulativamente, responder pelo expediente, do ofício vago. E ainda não sendo possível tal providência, designará para aquele mister pessoa idônea, cuja qualificação deverá constar da portaria. Em qualquer caso, enviará uma cópia do ato à Corregedoria Geral e outra à Secretaria da Justiça, com os devidos esclarecimentos (Prov. CG. 15/67).

VII - Em qualquer caso, ou se ocorrer o afastamento do titular ou do responsável pelo cartório em virtude de suspensão, cumprimento de pena ou outro motivo, não podendo ser observada a ordem prevista para a substituição, ou porque não existam pessoas naquela situação, ou, mesmo havendo-as, porque não estão em condições para o exercício das funções questionadas,

se o aconselhar o interesse público e assim o entender o Juiz Corregedor Permanente, a fim de que o serviço não sofra solução de continuidade ou sejam regularizadas falhas porventura existentes e irregularidades, poderá ele, em ofício onde pormenorizada e fundamentadamente dê os motivos, indicar ao Corregedor Geral da Justiça pessoa idônea, funcionário de cartório ou não, para responder pelo expediente da serventia, enquanto durar o afastamento ou impedimento do titular ou responsável (Procs. ns.

VIII - Tratando-se de licença para interesses particulares, fixará o Corregedor Geral, de plano, a percentagem a que o substituto legal do serventuário fará jus, não excedente a cinquenta por cento (50%) da renda líquida do respectivo ofício.

No caso de suspensão, perderá o funcionário todos os vencimentos do cargo (Dec. n.º 4.786/30 - Regimento das Correições, art. 34, § 3.º).

Durante o período da prisão ou da suspensão preventiva, o funcionário perderá 1/3 (um terço) do vencimento ou remuneração (Lei n.º 20.261/68 - E.F.P.), observado o disposto no art. 267.

O funcionário preso preventivamente, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia será considerado afastado do exercício até condenação ou absolvição passada em julgado (Dec. Est. n.º 41.981, de 3-6-1963 - C.L.F., art. 231).

Durante o afastamento o funcionário perderá um terço do vencimento ou remuneração, tendo direito à diferença, se for, a final, absolvido (§ 1.º).

No caso de condenação, e se esta não for de natureza que determine a demissão do funcionário, continuará o mesmo afastado, até o cumprimento total da pena, com direito, apenas, a um terço do vencimento ou remuneração (§ 2.º).

IX - As alterações de escalas de férias dos servidores dos Cartórios ou Ofícios oficializados ou não somente poderão ser feitas pela Corregedoria Geral da Justiça (Provs. CG. 13/67 e 14/69).

X - Observar-se-á, quanto à frequência dos serventuários, escreventes e auxiliares de cartórios ou ofícios não oficializados, o que preceituam o Prov. CG. 9/66 e a Portaria CG. 92/66.

CUSTAS

I - Os preços da Tabela I do Decreto n.º 52.425/70 com as modificações introduzidas pelo Dec. n.º 52.526/70 remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, exceção dos expressamente referidos nas Tabelas "2" a "9" (Nota Genérica 4.ª).

Os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:

a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial; e

b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.

Excetua-se da regra de recolhimento dos preços estabelecida na alínea anterior a ação popular, o desquite litigioso, o executivo fiscal, a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia e os processos crimes de ação, pública (Notas Genéricas "4.ª" e "5.ª").

II - A reconvenção está sujeita à distribuição autônoma e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos, antes desse preparo (Nota Genérica "12.ª", introduzida pelo Decreto n.º 52.526/70).

III - No caso de nova distribuição do feito, por incompetência do Juízo, caberá ao cartório que o processou a parcela de custas já exigida (Prov. 1/69).

IV - Nos processos crimes de ação privada, o querente pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b" do item IV da Tabela "1"; a outra metade será paga por ocasião do recurso, pelo recorrente (Tabela "1", item IV. Nota "2"). Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203/70.

V - Sob pena de desobediência e multa, os serventuários e oficiais de justiça cotarão em qualquer peça fornecida às partes o custo total das despesas, com especificação, item por item, dos seus emolumentos, das custas devidas ao Estado, das contribuições à Ordem dos Advogados e às Carteiras de Previdência e de qualquer outro pagamento reembolsável (Decreto-lei n.º 203/70, art. 9.º).

Além da cota a que se refere o artigo anterior, os serventuários e oficiais de justiça darão recibo ao interessado, discriminando as parcelas correspondentes às importâncias para pagamento das custas, emolumentos, contribuições e outras despesas. Os serventuários também certificarão nos autos o pagamento das custas judiciais, mencionando quem a efetuou (art. 10 e parágrafo único).

O escrivão não juntará aos autos peça que não esteja cotada de acordo com o artigo 9.º (art.

11).

VI - Sem prejuízo de outras penalidades disciplinares previstas em lei, os serventuários e auxiliares da justiça que receberam custas; e emolumentos indevidos ou excessivos, ou infringirem as disposições deste Decreto-lei ou as Tabelas, serão punidos com multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), imposta de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, pelo juiz do feito ou pelo corregedor permanente, além da obrigação de restituir em triplo a importância cobrada em excesso ou indevidamente (art. 14). A multa constituirá renda do Estado, devendo o seu pagamento, bem como a restituição prevista neste artigo, ser efetuados no prazo de cinco dias do trânsito em julgado da decisão, pelo serventuário ou auxiliar da justiça, sob pena de suspensão do exercício de suas funções (parágrafo único).

VII - Os juízes corregedores fiscalizarão o cumprimento, pelos serventuários e auxiliares da justiça, das disposições deste Decreto-lei e, das Tabelas, aplicando aos infratores, de ofícios, as penalidades cabíveis (artigo 15).

VIII - Pela escritura declarada em efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes será devido um terço do preço (Decreto n.º 529.425/70, Tabela 10, Nota 9.ª). Tratando-se de procuração ou subestabelecimento nessas condições, será devida a metade (Nota 10.ª).

IX - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos (Nota 4.ª).

X - As custas, emolumentos e contribuições dos atos praticados pelo escrivão de notas ou pelo oficial do registro de imóveis serão calculados de acordo com os valores tributários fixados no último lançamento pela Prefeitura Municipal, quando se tratar de imóvel urbano, ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no caso de imóvel rural, sempre que o preço ou valor declarado lhes seja inferior, (art. 14 do Dec.-lei n.º 203/70, Nota 3.ª da Tabela 10 e Nota Única do inc. I da Tabela II do Decreto n.º 52.425/70), observado o disposto no Prov. CG 17/70 para a verificação de valor.

XI - A inscrição de cédula de crédito rural ou de cédula de crédito industrial, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão talão será cobrada de acordo com o prescrito no Decreto n.º 52.425/70, Tabela 11, V, com a redução dada pelo Dec. n.º 52.526/70, art. 4.º, inc. III).

XII - A complementação da renda mínima da serventia cuja extinção não for conveniente, prevista no Dec.-lei n.º 203/70, art. 45, §§ 1.º e 2.º foi regulamentada pelo Decreto n.º 52.839/71.

XIII - Será gratuita a lavratura de, assento de nascimento de pobre ou de óbito de indigente, provada a condição por atestado da autoridade policial da circunscrição em que residir o registrando ou em que residia o morto (Dec.-lei n.º 203/70, art. 40). Essa prova também poderá ser feita por declaração de hospital oficial ou que receba indigentes, firmada pelo diretor do estabelecimento ou pessoa por ele credenciada (parágrafo único).

Em ocorrendo essa hipótese, o escrivão certificará o fato no respectivo termo e nas certidões que expedir, mencionando expressamente o documento que comprovou a indigência, autoridade que o passou e a data, devendo o mesmo ficar arquivado no cartório, em pasta própria, pela ordem cronológica.

XIV - Os serventuários deverão manter afixadas em seu cartório, as Tabelas que a ele digam respeito, em lugar bem visível e franqueado ao público, acompanhando-a da transcrição dos artigos 3.º, 4.º, 9.º, 10.º, 13.º, 14.º e outros que o Juiz Corregedor determinar (Dec.-lei n.º 203/70, art. 46).

XV - Verificando-se, em decisão transitada em julgado, a imprestabilidade de laudo pericial, por erro grosseiro ou má fé, perderá o perito ou assistente técnico o direito aos salários, devendo restituí-los se já recebidos (art. 48).

Considerar-se-á erro grosseiro, nas avaliações, estimativas e arbitramentos, a diferença superior a 30% entre o valor adotado e a conclusão de qualquer perito ou assistente técnico (parágrafo único).

XVI - As custas e emolumentos tabelados no Dec. n.º 53.425 serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário, devendo, nessa hipótese, constar a seguinte observação: "Somente terá valor para fins de financiamento agropecuário" (art. 7.º, introduzido pelo Dec. n.º 52.526/70).

XVII - As custas e emolumentos que constituem renda do Estado, e as contribuições

pertencentes à Ordem dos Advogados do Brasil: Seção de São Paulo e às Carteiras de Previdência previstas nas Tabelas do Decreto n.º 52.425/70, serão arrecadadas de acordo com as normas estabelecidas nas Resoluções ns. 5/70 e 4/71 da Secretaria da Fazenda, publicadas in D.O. de 29 de maio de 1970 e 22-1-71, respectivamente.

XVIII - A União, o Estado e suas respectivas autarquias não estão sujeitos ao pagamento de custas, emolumentos e contribuições previdenciárias, em quaisquer atos praticados por serventuários judiciais e extrajudiciais ou oficiais de justiça.

Os Municípios e suas respectivas autarquias somente estão sujeitos ao pagamento dos emolumentos de atos praticados em serventia não oficializada, o que não dispensará do reembolso, afinal, a parte contrária vencedora, das custas, emolumentos, contribuições e despesas adiantadas em Juízo.

Nos feitos criminais de ação pública que corram por serventias não oficializadas, o Estado pagará aos respectivos serventuários, se o réu não for condenado, os emolumentos previstos na Tabela respectiva (Dec.-lei n.º 203/70, art. 2.º e §§), pela forma que for estabelecida em regulamento.

XIX - Incumbe ao Juiz, com a colaboração do escrivão, verificar o exato recolhimento das custas, emolumentos e contribuições (art. 48).

XX - O cumprimento das cartas precatórias de outras comarcas para a Capital observará o preceituado no Prov. CG. n.º 6/70.

XXI - O acréscimo à Tabela "13" anexa ao Decreto n.º 52.425/70, do item VII, previsto no Decreto n.º 52.526/70 não prejudicou o Prov. CG. n.º 10/70, como se infere do Comunicado da E. Corregedoria Geral da Justiça, publicado in D. J., de 29-10-1970.

XXII - O preço das certidões a que se referem os itens "V" da Tabela "3", "VII" da Tabela "11" e "II" da Tabela "13" do Dec. n.º 52.425/70, especialmente dos emolumentos do serventuário, deve ser calculado, considerando-se o número de pessoas e até o período máximo pretendido, e não pelo sistema progressivo, observado o acréscimo por página que se seguir à primeira folha. Em qualquer caso, se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos. (Proc. n.º 33.588/70).

TABELIONATOS

I - Arquivar, em pastas próprias, que serão anualmente encadernadas, numeradas as folhas, os traslados de procurações e os de substabelecimentos de procurações outorgados em notas públicas e não apenas os instrumentos particulares exibidos pelos mandatários, em atos notariais, ficando dispensado o registro dessas procurações, providenciando-se o índice de cada pasta (Provs. CG. 7/67 e 1/69).

II - Documentos de outras localidades, públicos ou particulares referidos nos atos notariais deverão ter suas firmas reconhecidas na comarca onde irão produzir seus efeitos.

III - As partes, testemunhas ou pessoas que assinarem a rogo de outras que não sabem ou não podem fazê-lo por qualquer motivo, serão qualificadas por completo, mencionando-se a nacionalidade, idade, profissão, estado civil, domicílio e residência, além da carteira de identidade ou documento equivalente.

IV - As partes devem ser conhecidas como as próprias, do tabelião ou de duas testemunhas que atestem sua identidade, também conhecidas do notário, circunstâncias que constarão expressamente dos atos lavrados nas serventias, sob pena de responsabilidade.

V - Exigir testemunhas presenciais e de livre escolha, evitando-se a prática reprovável de fazer constar como tais, funcionários do cartório, sistematicamente.

VI - Além da qualificação completa das pessoas que assinam a rogo, circunstâncias que constarão expressamente dos termos, ao redor das impressões digitais respectivas deverá ser assinalado o nome de quem a deixou e qual o dedo da mão direita ou esquerda.

VII - Não permitir, em hipótese alguma, sob pena de responsabilidade, que as partes assinem livro ou documento "em branco" ou "em confiança" contendo claros ou partes a completar posteriormente, ou quando ainda não estiverem satisfeitas as exigências fiscais, apresentados os comprovantes de quitação ou de regularidade do I.N.P.S. ou certificado de cadastro do I.B.R.A., quando for o caso.

VIII - Quando houver recolhimento de imposto, de custas do Estado ou contribuições previdenciárias por verba, mencionar nas escrituras o número da guia, a data do recolhimento, o número do recibo, arquivando a quinta via da "sisa" e os comprovantes dos demais pagamentos em pastas próprias.

IX - Manter o fichário relativo às firmas deixadas em cartório e que servirão de base aos reconhecimentos, exigindo sempre duplicidade de assinaturas, e apresentante conhecido.

Os que forem fichados, bem como seus apresentantes serão devidamente qualificados, constando nome, nacionalidade, estado civil, idade, data e local do nascimento, filiação, domicílio, residência e número da cédula de identidade ou documento equivalente. O funcionário habilitado que preencher a ficha colocará sua rubrica para fixação de responsabilidade, em sendo o caso.

X - O reconhecimento das firmas obedecerá às prescrições legais disciplinadoras da matéria, aplicando-se, no que forem cabíveis, as disposições do Prov. n.º 1/64 do Juízo da Vara dos Registros Públicos (Proc. n.º 28.147/67).

Recomendam-se especiais cautelas no exame e no reconhecimento de firmas, devendo sempre constar por extenso, o nome da pessoa ou pessoas a que se refere o ato (Proc. n.º 28.147/70; Prov. CG. 1/69).

XI - É autorizada a extração de cópias de atos praticados nos livros e autos mediante os processos de fotocópias e xerocópias (Prov. n.º 9/67).

Ao se proceder à autenticação, não se restringirá à mera conferência dos textos ou ao aspecto morfológico, da escrita, mas verificar-se-á, com cautela, se o documento copiado contém rasuras ou outros sinais suspeitos, indicativos de fraude. Em qualquer caso, declarar expressamente que as cópias se acham iguais ao original ou ao documento copiado (Prov. CG. 1/70).

XII - Os índices de escrituras e procurações devem ser elaborados pelos nomes de todos os outorgantes e dos outorgados, inclusive dos de suas esposas, figurando cada um na respectiva letra. É autorizado o uso de fichário para esse fim (Prov. CG. 1/69).

XIII - Inutilizar os espaços em branco, evitando emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, ressaltando tais ocorrências quando não puderem ser evitadas (C. de Proc. Civil, art. 15.º, Prov. CG. n.º 1/69, Proc. n.º 76/70), porém, auferido encerramento do ato.

XIV - Lavrar as escrituras e procurações com os documentos necessários, na presença das partes e testemunhas, evitando, assim, posterior declaração "sem efeito". Não podendo ser isso evitado, deverá ficar consignado o motivo, datando e assinando o ato, o funcionário que o lavrar, observado o disposto no Decreto n.º 52.425/70, Tabela 10, nota 9.ª.

XV - Exigir a apresentação do certificado de cadastro nos casos de escrituras que tenham por objeto imóveis rurais, observadas as disposições do Dec. Lei n.º 57, de 18-XI-1966, (R. T. 376, 464-465) e o art. 65 da Lei n.º 4.504, de 30-XI-64), sob as sanções previstas para o inadimplemento (Proc. CG. ns. 32.880; 31.515; 31.212; 31.044; 28.460; 28.166 e 27.925).

XVI - Não se admitirá qualquer exceção à exigência de apresentação do Certificado de Quitação ou da Certidão de Regularidade do I.N.P.S., nos casos previstos em lei, valendo notar que tais documentos não poderão ser substituídos por simples protocolo do pedido da respectiva certidão, não se aplicando nesse caso as disposições do Prov. CG. n.º 12/67 (Lei n.º 3.807/60, art. 141, inc. I, letra "c" e § 3.º, letra "a", com a nova redação dada pelo art. 25 do Decreto-Lei n.º 66/66, regulamentado pelo art. 5.º, letra "a", do Decreto n.º 60.368, de 11-3-1967, art. 184, inc. III, letras "a" e "e" e art. 185, do Decreto n.º 60.501/67 e alterações introduzidas pela Lei n.º 5.729, de 8-11-1971 (Agravio de Petição da comarca de Bananal, julgado pelo Conselho Superior da Magistratura, cujo V. Acórdão foi publicado in D.J. de 6-8-1970, pág. 9), ressaltado o caso previsto no Dec.-lei n.º 821, de 5-9-1969, sujeito o infrator à sanções cominadas em lei.

XVII - Sendo os outorgantes ou devedores pessoas físicas, não sujeitas a contribuições para o I.N.P.S., deverão fazer a seguinte declaração, nos respectivos instrumentos: "Os outorgantes (ou devedores) declaram, na forma e sob as penas da lei que não sendo empregadores ou obrigados a contribuírem como tais, para o I.N.P.S., não se acham abrangidos pelas restrições do art. 142 da Lei n.º 3.807/60.

XVIII - Quanto à aquisição de propriedade rural no território nacional, observar e fazer cumprir rigorosamente as disposições do Ato Complementar n.º 45, de 30-1-1969, regulamentado pelo Decreto Lei Federal n.º 494, de 10-3-1969, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5.709/71, na forma e sob as penas da lei (anteriormente objeto de Comunicado publicado in D.J. de 28-4-1970).

O Juiz Corregedor Permanente procederá a correição anual de que trata o art. 5.º, "caput", do Decreto Lei n.º 494, de 10 de março de 1969 (Prov. n.º 5/70).

XIX - Na lavratura de testamentos deve ser cumprido o disposto no art. 1.632 do C. Civil. O Serventuário não se limitará a dizer que o dispositivo legal referido foi observado, devendo o ato ser encerrado com subscrição e assinatura do tabelião (art. 1.634).

XX - É permitida o uso do "sistema fidei cópia" para o registro de documentos, lavratura de procurações, substabelecimento, registro de procurações, escrituras e suas cópias (Prov. CG.

9/67).

Não poderá, no entanto, haver livros para lavratura de atos notariais em folhas soltas, devendo ser encerrados os que porventura estiverem em andamento (Proc. n.º CG. 33.054/70).

XXI - É obrigatória a apresentação do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Geral de Contribuintes e na menção do respectivo número nos atos especificados na Instrução Normativa SRF n.º 35, de 13-10-71, do Secretário da Receita Federal, publicado in D.O.U. de 11-1-1972, pág. 215.

XXII - Os tabeliães e escrivães farão com que, nas escrituras e nos atos judiciais, os outorgantes e autores indiquem, com precisão, as confrontações e a localização do prédio ou do terreno, mencionando os nomes dos confrontantes, e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este fica do lado par ou ímpar do logradouro e a que distância métrica do prédio ou da esquina mais próxima (Dec. Federal n.º 4.857/ 39, art. 248).

XXIII - Nada impede que os escrivães de notas façam lavrar escrituras por escreventes habilitados (Dec. n.º 4.824, de 22-11-1871, que regulamentou a Lei n.º 2.033, de 20-9-1871, mas assim não procederão quando as escrituras devam ser lavradas fora do cartório, em diligência (Dec. n.º 4.824, art. 78, alínea).

XXIV - A aprovação de "testamento cerrado" não deve ser lavrada no Livro de "Registro de Testamento" do Ofício de Justiça, mas sim em livro próprio ou de notas do Tabelionato.

O instrumento de aprovação de testamento cerrado será lavrado a pé deste, "imediatamente depois de sua última palavra" (C. Civil, art. 1.638, inc. VII).

A anotação a que se refere o art. 1.643 do C. Civil deve ser feita em Livro de Notas, pois é ato de Tabelionato e não de ofício de justiça. Só depois da morte do Testador, quando o Juiz mandar registrar o testamento, de conformidade com o art. 526 do C. de Proc. Civil, é que o testamento será registrado no Livro "Registro de Testamentos" (Proc. n.º 34.088/70).

XXV - Não podem ser lavradas escrituras sem prova do pagamento do imposto devido, sob pena de sujeição às sanções previstas pelo artigo 38 da Lei estadual n.º 9.591, de 30-12-66, além das providências de ordem disciplinar, a cargo do Juiz Corregedor Permanente do cartório (Prov. CG. 14/69 e Resolução n.º 1/71, arts. 64 e seguintes).

XXVI - É obrigatório o encaminhado ao órgão da Secretaria da Receita Federal do Ministério, da Fazenda, da jurisdição, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente dos atos, da relação dos contratos, escrituras e quaisquer documentos perante eles celebrados que envolvam transações de qualquer espécie ou natureza, com valor, pagamento ou promessa de pagamento superior a seiscentas vezes o maior salário mínimo vigente no País (Decreto Federal n.º 64.156/69 e Prov. CG. 14/69).

XXVII - Nos casos de contrato de mútuo de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária, a comunicação será obrigatória quando o valor da transação for superior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País (Prov. CG. n.º 14/69).

XXVIII - O serventuário deve comunicar ao Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a lavratura de escrituras o registros imobiliários pelos quais se transfirem, a qualquer título, a posse ou a propriedade de imóveis rurais a pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas (Decreto-lei n.º 494, de 10-3-1969 - Prov. CG. 14/69).

XXIX - Na hipótese de se tratar de imóveis rurais situados em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional ou de seu interesse, far-se-á a comunicação também à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (art. 9.º, § único do Decreto-lei n.º 494/69 - Prov. 14/69).

OBSERVAÇÕES DIVERSAS

I - Nas comarcas onde o anexo do Serviço de Menores não for atribuído a um dos cartórios ou ofícios de Justiça, por expressa disposição legal, o juiz poderá fazer a designação conforme a conveniência do serviço, nos termos do art. 43, do Decreto n.º 3.828, de 25-3-1925, que regulamentou a lei n.º 2.059, de 31-12-1924 (Prov. CG. 14/69).

II - A expedição de certidões para fins criminais destinadas a réus pobres, internados em estabelecimentos penais, com isenção de emolumentos devidos ao Estado e aos serventuários de Justiça não estipendiados pelos cofres públicos, processar-se-á de acordo com as normas constantes do Prov. CG. n.º 1/70.

III - A requisição de presos ao Juízo da Capital, deverá ser feita nos termos do Proc. CG. n.º 3/70.

IV - As folhas corridas criminais e as requisições de informações criminais obedecerão as normas traçadas no Prov. CG. n.º 4/70.

V - A divulgação de atos relativos ao protesto de títulos cambiais e as intimações dos devedores estão disciplinadas no Prov. CG. n.º 10/70, observado o Comunicado da E. Corregedoria Geral da

Justiça, publicado in D.J. de 29-10-70 e Prov. n.º CG. 2/71, respectivamente.

VI - Exigindo os decretos concessivos de indultos, para a sua aplicação no caso concreto, prévia manifestação do Conselho Penitenciário, proceder-se-á na forma do Prov. CG. 16/70.

VII - Os Cartórios da Corregedoria Permanente dos Cartórios ou Ofícios não oficializados de Justiça, organizarão o cadastro de todos os servidores, para os fins do art. 23 e seus parágrafos, da Lei n.º 10.393/70, segundo as normas estabelecidas no Prov. CG. 1/71.

VIII - Quanto aos servidores que contarem mais de 70 anos antes ou após a Lei n.º 10.393/70, proceder-se-á segundo determina o Prov. CG. 3/71.

IX - Não devem ser inscritas firmas individuais no L. "A" do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Prov. CG. 11/71).

X - A intimação da Fazenda Estadual, nos processos de inventário, arrolamento, execução de testamento, extinção de usufruto ou fideicomisso, partilha e precatória de outros Estados, para avaliação de bens no de São Paulo, será feita de acordo com o preceituado no Prov. CG. 13/71.

XI - "Do arbitramento ou fixação de salários de perito, nos feitos judiciais em que são admitidos recursos regulares ou correição parcial para a Superior Instância, não cabe recurso ou reclamação para a Corregedoria Geral da Justiça" (Prot. n.º 21.433; D.J. de 3-2-1972).

JOSÉ HAROLDO DE OLIVEIRA E COSTA

Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

COMUNICADO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA ORIENTAÇÃO SOBRE A INSCRIÇÃO NO IAMSP

De ordem no Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, o Escrivão do Cartório da Corregedoria Geral da Justiça, atendendo a solicitação do Senhor Presidente da Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça do Estado, faz saber a todos os servidores de cartórios não oficializados, que nos termos do parágrafo 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 10.427, de 8 de dezembro de 1971, o prazo para inscrição no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSP - é o seguinte: 180 dias a contar da data da publicação da Lei para os atuais servidores da justiça, inclusive os aposentados; e de 180 dias, contados da data da contratação ou nomeação, para os novos servidores. Comunica ainda, que para ser conseguida a certidão de exercício, fornecida por esta Corregedoria Geral, é necessário juntar ao pedido certidão fornecida pelo cartório da Corregedoria Permanente da comarca, com visto do MM. Juiz, mencionando que o interessado encontra-se no efetivo exercício do cargo, e para os aposentados, documento comprobatório mencionado a data da aposentadoria. Ezio Donati - Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça.

LEI N.º 5.741 - DE 1.º DE DEZEMBRO DE 1971

Dispõe sobre a proteção do financiamento de bem imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para a cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação, criado pela Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, é lícito ao credor promover a execução de que tratam os artigos 31 e 32 do Decreto-lei n.º 70, de 21 de novembro de 1966, ou ajuizar a ação executiva na forma da presente lei.

Art. 2.º A execução terá início por petição escrita, com os requisitos ao art. 158 do Código de Processo Civil, apresentada em três vias, servindo a segunda e terceira de mandado e contrafé, e sendo a primeira instruída com:

I - o título da dívida devidamente inscrita;

II - a indicação do valor das prestações e encargos cujo não pagamento deu lugar ao vencimento do contrato;

III - o saldo devedor, discriminadas as parcelas relativas a principal, juros, multa e outros encargos contratuais, fiscais e honorários advocatícios;

IV - cópia dos avisos regulamentares reclamando o pagamento da dívida, expedidos segundo instruções do Banco Nacional da Habitação.

Art. 3.º O devedor será citado para pagar o valor do crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no

prazo de vinte e quatro horas, sob pena de lhe ser penhorado o imóvel hipotecado.

§ 1.º A citação far-se-á na pessoa do réu ou do seu representante legal. Mas, a do marido dispensa a da mulher, quando aquele for o devedor.

§ 2.º Se o executado e seu cônjuge se acharem fora da jurisdição da situação do imóvel, a citação far-se-á por meio de edital, pelo prazo de 10 (dez) dias, publicado, uma vez no órgão oficial do Estado e, pelo menos, duas vezes, em jornal local de grande circulação onde houver.

Art. 4.º Se o executado não pagar a dívida indicada no inciso II do art. 2.º, acrescida das custas e honorários de advogado ou não depositar o saldo devedor, efetuar-se-á a penhora do imóvel hipotecado, sendo nomeado depositário o exeqüente ou quem este indicar.

§ 1.º Se o executado não estiver na posse direta do imóvel, o juiz ordenará a expedição de mandado de desocupação contra a pessoa que o estiver ocupado, para entregá-lo ao exeqüente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2.º Se o executado estiver na posse direta do imóvel, o juiz ordenará que o desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando-o ao exeqüente.

Art. 5.º O executado poderá opor embargos no prazo de 10 (dez) dias contados da penhora, que serão recebidos com efeito suspensivo, desde que alegue e prove:

I - que depositou, por inteiro, a importância reclamada na inicial;

II - que pagou a dívida, oferecendo desde logo a prova da quitação;

§ 1.º Da decisão do juiz que rejeitar os embargos caberá agravo de instrumento.

§ 2.º Os demais fundamentos de embargos, previstos no art. 1.010, do Código de Processo Civil, incisos I e III, não suspendem a execução.

Art. 6.º Rejeitados os embargos referidos no caput do artigo anterior, o juiz ordenará a venda do imóvel hipotecado em praça pública por preço não inferior ao saldo devedor, expedindo-se edital pelo prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O edital será afixado à porta do edifício onde tiver sede o juízo e publicado três vezes, por extrato, em um dos jornais locais de maior circulação, onde houver.

Art. 7.º Não havendo licitante na praça pública, o juiz adjudicará, dentro de quarenta e oito horas, ao exeqüente o imóvel hipotecado, ficando exonerado o executado da obrigação de pagar o restante da dívida.

Art. 8.º É lícito ao executado remir o imóvel penhorado, desde que deposite em juízo, até a assinatura do auto de arrematação, a importância que baste ao pagamento da dívida reclamada mais custas e honorários advocatícios; caso em que convalescerá o contrato hipotecário.

Art. 9.º Constitui crime de ação pública, punido com a pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa de cinco a vinte salários-mínimos, invadir alguém, ou ocupar, com o fim de esbulho possessório, terreno ou unidade residencial, construída ou em construção, objeto de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação.

§ 1.º Se o agente usa de violência, incorre também nas penas a esta cominada.

§ 2.º É isento da pena de esbulho o agente que, espontaneamente, desocupa o imóvel antes de qualquer medida coativa.

§ 3.º O salário a que se refere este artigo é o maior mensal vigente no País, à época do fato.

Art. 10. A ação executiva, fundada em outra causa que não a falta de pagamento pelo executado das prestações vencidas, será processada na forma do Código de Processo Civil, que se aplicará, subsidiariamente, à ação executiva de que trata esta lei.

Art. 11. Ficam dispensadas de averbação no Registro de Imóveis as alterações contratuais de qualquer natureza, desde que não importem em novação objetiva da dívida, realizadas em operações do Sistema Financeiro da Habitação, criado pela Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, sejam as operações consubstanciadas em instrumentos públicos ou particulares, ou em cédulas hipotecárias.

Parágrafo único. O registro da cédula hipotecária limitar-se-á a averbação de suas características originais, a que se refere o art. 13 do Decreto-lei n.º 70, de 21 de novembro de 1966, ficando dispensadas de averbação também as alterações que decorram da circulação do título.

Art. 12. As entidades credoras integrantes do Sistema Financeiro da Habitação ficam obrigadas a fornecer, por escrito, no prazo de cinco dias, as informações sobre as alterações de que trata o artigo 11, quando requeridas por interessados.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário,

Brasília, 1.º de dezembro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid
José Costa Cavalcanti
D. O. União 2-12-71

DECRETO N.º 69.803 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971

Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1972 o prazo para execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos obedecerá o disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, e seu Regulamento baixado pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e demais disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1971, 150.º da Independência o 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

D. O. União 16-12-71

LEI N.º 5.765 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 1971

Aprova alterações na ortografia da língua portuguesa o dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º De conformidade com o parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, exarado a 22 de abril de 1971 segundo o disposto no artigo III da Convenção Ortográfica celebrada a 29 de dezembro de 1943 entre o Brasil e Portugal, fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra e e na letra o da sílaba tônica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra o e a letra o, exceção feita da forma pode, que se acentuará por oposição a pode; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtônica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo mente ou sufixos iniciados por z.

Art. 2.º A Academia Brasileira de Letras promoverá, dentro do prazo de 2 (dois) anos, a atualização do Vocabulário Comum, organização do Vocabulário Onomástico e a republicação do Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa nos termos da presente Lei.

Art. 3.º Conceder-se-á às empresas editoras de livros e publicações o prazo de 4 (quatro) anos para o cumprimento do que dispõe esta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

D. O. União 20-12-71

DECRETO-LEI N.º 1.198 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 1971

Altera a legislação do Imposto sobre a Bolsa e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O abatimento de juros pessoais fica limitado a 6% (seis por cento) da renda bruta auferida no ano-base, ressalvado o disposto no § 1.º.

§ 1.º Poderão ser abatidas as importâncias superiores ao resultado da aplicação do percentual fixado no "caput" deste artigo, desde que não excedam a Cr\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros).

§ 2.º Continua em vigor o disposto no artigo 1.º do Decreto-lei número 1.188, de 21 de setembro de 1971, não se lhe aplicando as limitações constantes do "caput" e parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3.º São mantidos os limites máximos globais para abatimentos da renda bruta auferida no ano-base, na forma da legislação em vigor.

§ 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a mudar os limites fixados no "caput" e no § 1.º deste artigo.

Art. 2.º Fica revogado o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 1.089, de 2 de março de 1970.

Art. 3.º Na cédula "D" da declaração de rendimentos será permitida a dedução das despesas relacionadas com a atividade profissional, realizadas no decurso do ano-base e necessárias à percepção dos rendimentos e à manutenção da fonte produtora.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda poderá estabelecer limites e condições para a dedução das despesas a que se refere este artigo.

Art. 4.º Poderá o Ministro da Fazenda alterar os prazos de apresentação de declarações de imposto de renda, bem como escalonar a entrega das mesmas dentro do exercício financeiro.

Art. 5.º Compete à União efetuar o pagamento da restituição do imposto de renda descontado a maior dos servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios e incorporado às respectivas receitas, na forma autorizada na legislação em vigor.

§ 1.º As importâncias restituídas de acordo com este artigo serão debitadas à conta da pessoa jurídica de direito público retentora do imposto no Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ou no Fundo de Participação dos Municípios, e compensadas nas respectivas quotas de participação, na forma a ser estabelecida pelo Ministro da Fazenda.

§ 2.º O disposto neste artigo aplica-se também às restituições do imposto referentes aos exercícios de 1970 e, 1971.

Art. 6.º Ficam sujeitas ao imposto de 4% (quatro por cento), mediante o desconto na fonte, como antecipação, as importâncias superiores a Cr\$ 315,00 (trezentos e, quarenta e cinco cruzeiros), pagas ou creditadas em cada mês, por pessoas jurídicas a sociedades civis a que se refere a letra "b" do parágrafo 1.º do artigo 18 da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais ou remunerações por quaisquer serviços prestados.

§ 1.º Quando as importâncias referidas no "caput" deste artigo se destinarem a pessoas físicas, a retenção do imposto de renda na fonte far-se-á mediante a alíquota de 8% (oito por cento).

§ 2.º Nos rendimentos pagos a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos, sem vínculo empregatício com a empresa vendedora, o imposto será retido à alíquota de 7% (sete por cento).

§ 3.º O disposto neste artigo não se aplica a rendimentos pagos ou creditados a titulares, diretores, administradores, sócios ou empregados da fonte pagadora dos rendimentos.

§ 4.º Os empreiteiros de obras, pessoas físicas, ficam abrangidos pelo disposto no parágrafo 1.º deste artigo.

Art. 7.º Aos rendimentos do trabalho assalariado, sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte, aplicar-se-ão alíquotas progressivas de acordo com a seguinte tabela:

RENDA LIQUIDA MENSAL		Alíquotas	
	Cr\$		%
Até	1.325,00		Isento
1.326,00	a 1.504,00		5
1.505,00	a 1.952,00		8
1.953,00	a 2.644,00		10
2.645,00	a 3.697,00		12
Acima	de 3.697,00		15

Parágrafo único. O imposto será calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

Art. 8.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.
EMÍLIO G. MÉDICI
Antônio Delfim Netto
D. O. União 27-12-71

DECRETO N.º 69.845 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 1971

Regulamenta a Lei n.º 5.726 de 29 de outubro de 1971.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 25 da Lei 5.726, de 29 de outubro de 1971, decreta:

Art. 1.º É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 2.º As pessoas jurídicas que não prestarem, quando solicitadas, a colaboração nos planos e programas do Governo Federal de combate ao tráfico e uso de drogas perderão, a juízo do Poder Executivo, auxílios e subvenções que venham recebendo da União, dos Estados, do Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

Parágrafo único. A Autoridade, a quem incumbe a execução dos planos e programas do Governo Federal, verificando a recusa ou omissão de colaboração de pessoa jurídica, comunicará imediatamente o fato à entidade fornecedora da subvenção, para que tome as providências necessárias à sua sustação.

Art. 3.º Será permitido exclusivamente a estabelecimentos públicos, desde que especialmente licenciados pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNFMF), o plantio, cultivo e colheita das plantas mencionadas no inciso I do artigo 4.º da Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971.

Parágrafo único. A licença para plantio, cultivo e colheita, somente será concedida a estabelecimento que tenha por objetivo, devidamente comprovado, a extração ou exploração dos princípios ativos das plantas referidas neste artigo para fins terapêuticos ou de pesquisa.

Art. 4.º A licença a que se refere o artigo anterior será requerida ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia pelo diretor do estabelecimento interessado, devendo o requerimento ser instruído com:

I - Programa ou plano completo da pesquisa a ser efetuada;

II - Relação dos técnicos responsáveis pela pesquisa ou pela exploração com fins terapêuticos, comprovada a sua habilitação para as funções indicadas;

III - Indicação taxativa das plantas que deverão ser cultivadas, pelo nome vulgar e nomenclatura botânica atualizada, mencionando-se família gênero, espécie e variedade, se houver;

IV - Prova de adequação das plantas aos fins terapêuticos ou de pesquisa colimados; e

V - Localização, extensão e estimativa de produção e cultivo.

§ 1.º Para a concessão da licença, poderá o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia determinar a realização de diligências, bem como a apresentação de novos documentos.

§ 2.º Nenhuma licença será concedida sem a prévia aprovação do Serviço de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal.

§ 3.º Compete ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia fiscalizar o estrito cumprimento da autorização constante da licença.

Art. 5.º Cabe ao Departamento de Polícia Federal a destruição das plantas, nativas ou cultivadas, a que se refere o inciso do artigo 4.º da Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971.

§ 1.º Serão também destruídas as plantas, cujo plantio, cultivo e colheita foram licenciados pelo órgão competente, se o estabelecimento violar a autorização.

§ 2.º Para a execução da medida prevista neste artigo, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Departamento de Polícia Federal solicitar a cooperação de autoridades civis e militares da União.

Art. 6.º Sempre que forem destruídos, por qualquer motivo, exemplares das plantas referidas no inciso I do artigo 4.º da Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971, lavrar-se-á termo circunstanciado que será enviado por cópia ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e ao Serviço de Repressão e Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal.

Art. 7.º Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá para fins terapêuticos ou científicos, extrair, produzir, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, expedir, transportar, expor à venda, comprar, trocar, ceder, manipular, fabricar, sintetizar, armazenar ou deter substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, sem que esteja inscrita no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e devidamente licenciada pela autoridade sanitária.

Art. 8.º É vedada a distribuição de amostras de substâncias entorpecentes ou suscetíveis de determinar dependência física ou psíquica, bem como de especialidades farmacêuticas que as contenham, inclusive a médicos, dentistas, veterinários e farmacêuticos.

Art. 9.º Somente os estabelecimentos públicos previamente licenciados pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia poderão doar substâncias entorpecentes ou suscetíveis de determinar dependência física ou psíquica, bem como especialidades farmacêuticas que as contenham, desde que o façam em embalagens devidamente aprovadas.

Art. 10. A propaganda de substâncias entorpecentes ou suscetíveis de determinar dependência física ou psíquica, bem como de especialidades farmacêuticas que as contenham, somente poderá ser efetuada em revistas ou publicações técnico-científicas.

Parágrafo único. Constitui infração sanitária a inobservância da proibição prevista neste artigo, regulando-se o processo e aplicação da sanção cabível pelo disposto no Decreto-lei n.º 785, de 25 de agosto de 1969.

Art. 11. De toda receita, bula, rótulo e embalagem de especialidade farmacêutica que contenha substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica deverá constar, obrigatoriamente, em destaque, a expressão:

"Atenção - Pode causar dependência física ou psíquica".

Parágrafo único. O disposto neste artigo quanto a bulas, rótulos, e embalagens será cumprido conforme plano de implantação gradativa elaborado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.

Art. 12. O Ministério da Educação e Cultura coordenará e executará os planos e programas de esclarecimento popular sobre os malefícios do uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 13. Para os fins previstos no artigo antecedente, fica criado no Ministério da Educação e Cultura, como órgão de assessoramento, o Conselho de Prevenção Antitóxico (CPA).

Parágrafo único. O Ministério de Estado da Educação e Cultura através de portaria, regulará a organização e atribuições do Conselho de Prevenção Antitóxico.

Art. 14. Para a execução, no âmbito dos estabelecimentos de ensino das medidas preventivas previstas na Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971, poderá o Ministério da Educação e Cultura celebrar convênios com os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

Art. 15. O Ministério da Educação e Cultura realizará anualmente curso especial de instrução sobre os malefícios do uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios organizarão, no início de cada ano letivo, cursos para educadores de estabelecimentos de ensino que neles tenham sede, com objetivo de prepará-los para o combate, no âmbito escolar, ao tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica.

§ 1.º Os Governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios relacionarão, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, os estabelecimentos de ensino que deverão designar representantes, em número máximo de 2 (dois), para participarem dos cursos mencionados neste artigo.

§ 2.º Na escolha dos representantes aos cursos a serem realizados nos Estados, Distrito Federal e Territórios será obedecida, preferencialmente, a seguinte ordem:

- a) diretores de estabelecimentos;
- b) orientadores educacionais;
- c) professores de Educação Moral e Cívica;
- d) professores de Ciências Físicas e Biológicas;
- e) professores de outras disciplinas; e
- f) assistentes sociais.

§ 3.º Os que concluírem estes cursos deverão transmitir seus fundamentos, conclusões e objetivos aos outros professores do respectivo estabelecimento de ensino, em reuniões especiais cabendo-lhes ainda proferir palestras nas associações de pais e mestres.

§ 4.º O período durante o qual o educador participar de cursos de preparação será computado como de efetivo exercício no estabelecimento oficial ou particular que o tiver designado.

§ 5.º Somente poderão ministrar os cursos a que se refere este artigo pessoas devidamente qualificadas e credenciadas pelos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde.

§ 6.º Caberá ao Ministério da Educação e Cultura qualificar e credenciar os professores e orientadores educacionais, e ao Ministério da Saúde os assistentes sociais e profissionais de grau universitário.

§ 7.º Os Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde expedirão as cartas de credenciamento.

§ 8.º Nos cursos de que trata este artigo poderão ainda inscrever-se, dentro do número de vagas que for fixado, outras pessoas de atividades relacionadas com o seu objetivo.

Art. 17. Os diretores dos estabelecimentos de ensino, adotarão todas as medidas que forem necessárias à prevenção do tráfico e uso, no âmbito escolar, de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Parágrafo único, Sob pena de perda do cargo, ficam os diretores obrigados a comunicar às autoridades sanitárias, os casos de uso e tráfico dessas substâncias no âmbito escolar, competindo a estas igual procedimento em relação aqueles.

Art. 18. O Ministério da Educação e Cultura incluirá, obrigatoriamente, nos programas da disciplina Educação Moral e Cívica, a realização de palestras visando o esclarecimento quanto ao uso nocivo de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 19. Nenhum texto, cartaz, representação ou propaganda sobre o uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, ainda que a título de campanha antitóxica, será divulgado sem prévia aprovação do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 20. As autoridades de censura fiscalizarão rigorosamente os espetáculos públicos, a fim de evitar representações, cenas ou situações que possam, ainda que veladamente suscitar interesse pelo uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

Art. 21. O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia baixará as normas gerais de fiscalização e controle previstas no inciso V do artigo 4.º da Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971, podendo instituir bloco de receituário oficial, obrigatório, para a prescrição de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, ou especialidades farmacêuticas que as contenham.

Art. 22. O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes procederão ao levantamento em todo o território nacional dos dados estatísticos, registros e informes inerentes às operações mercantis e às infrações à legislação específica.

Parágrafo único. As autoridades públicas federais, estaduais, municipais, do Distrito Federal e dos Territórios, civis ou militares, são obrigadas a fornecer, no prazo de trinta dias, os informes que lhes forem solicitados pelos órgãos mencionados neste artigo.

Art. 23. O Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, no prazo de sessenta dias contados da publicação deste Decreto, efetuará a revisão, atualizando e consolidação de todas as instruções por ele baixadas, a fim de ajustá-las ao disposto na Lei n.º 5.726, de 29 de outubro de 1971, neste regulamento e nos demais diplomas pertinentes.

Art. 24. O Ministério da Saúde estabelecerá intercâmbio permanente de informes e consultas com os organismos internacionais especializados e com as autoridades sanitárias dos países com os quais o Brasil mantém relações. Deverá, ainda, colaborar com os órgãos internos para a execução das Convenções ratificadas pelo Brasil.

Art. 25. O caput do artigo 108 do Decreto n.º 66.689, de 11 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Tratando-se de infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação de uso de substâncias entorpecentes física ou psíquica ou de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de 5 (cinco) dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa".

Art. 26. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1971; 150.º da Independência e 83.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Jarbas G. Passarinho
F. Rocha Lagoa
D. O. União 28-12-71

DECRETO N.º 70.210 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 1972

Dispõe a respeito da coleta e apuração das estatísticas do registro civil e dá outras providências. O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - fornecerá os mapas necessários à remessa, àquela Entidade, pelos oficiais do Registro Civil, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, dos dados referentes aos nascimentos, casamentos e óbitos que houverem registrados no trimestre anterior, podendo ainda deles requisitar as correções que forem precisas.

Art. 2. Fica mantida a transferência, para o IBGE, do acervo da estatística do Registro Civil Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1972; 150.º da Independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO N.º 52.839 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 1971

Regulamenta o artigo 45 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março, de 1970, que dispõe sobre a complementação da renda mínima das serventias de justiça não oficializadas do Estado.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1.º - Qualquer serventia não oficializada poderá perceber do Estado complementação mensal da renda mínima, preenchidos os requisitos legais.

Parágrafo única - A renda mínima mensal bruta da serventia será o equivalente a três salários mínimos da região.

Artigo 2.º - O juiz corregedor permanente do cartório, ante a constatação do não perfazimento da renda mínima mensal, durante um semestre, atestará o fato para os efeitos desse regulamento.

§ 1.º - O pedido de complementação de renda mínima será dirigido à Corregedoria Geral da Justiça.

§ 2.º - A comprovação da renda auferida no semestre será feita por atestado do juiz corregedor permanente à vista do livro "Diário da Receita e Despesa do Cartório". Além do atestado, será apresentado relatório circunstanciado dos atos remunerados praticados e aqueles que o foram gratuitamente, por força de lei.

§ 3.º - Os documentos apresentados pela serventia, para os fins aqui previstos, deverão ser rubricados após exame, pelo juiz corregedor permanente do cartório.

§ 4.º - O pedido que não estiver devidamente instruído não será conhecido a não ser que justificada e sanada essa falha.

§ 5.º - Entendendo a Corregedoria Geral da Justiça não ser conveniente a extinção da serventia e cabível o pedido, enviará proposta de complementação da renda mínima do cartório ao Executivo.

§ 6.º - Os pagamentos a que se refere esse regulamento, serão feitos na sede da comarca, devendo cópia da quitação ser juntada ao processo.

Artigo 3.º - O serventuário terá o prazo de 60 dias, após o término do semestre para pleitear a complementação da renda mínima.

Artigo 4.º - Findo o prazo do artigo anterior, só poderá ser pedida a complementação do semestre, quando o for a do seguinte.

Parágrafo único - O serventuário que acumular pedidos de complementação de um semestre para o outro, perceberá o correspondente ao último, semestre, ficando o pagamento do anterior,

ou anteriores, para ser efetuado, em havendo verba, após a complementação da renda mínima dos cartórios que requererem no prazo.

Artigo 5.º - No orçamento da Secretaria da Justiça deverá ser incluída verba para o pagamento da complementação da renda mínima, tomando por base o número de cartórios que pediram subvenção no ano imediatamente anterior àquele em que se faz a previsão orçamentária

Artigo 6.º - A complementação da renda mínima relativa ao período de 25 de março a 31 de dezembro de 1971, deverá ser requerida de uma só vez, até dois meses após a publicação deste decreto.

§ 1.º - Para a complementação a que se refere, este artigo, o juiz corregedor permanente do cartório atestará sua necessidade, ante o arbitramento da renda bruta da serventia, no período por dois serventuários de sua confiança.

§ 2.º - O titular do cartório, objeto da perícia, será obrigado a fornecer aos peritos todos os esclarecimentos necessários à elaboração dos laudos.

§ 3.º - O pedido de complementação, nos casos deste artigo, deverá ser acompanhado do atestado do juiz corregedor permanente do cartório, dos dois laudos periciais e de relatório circunstanciado registrando os atos remunerados praticados e aqueles que o foram gratuitamente, devendo todos os documentos trazer a rubrica do juiz corregedor permanente.

Artigo 7.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de novembro de 1971.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva, Secretário da Justiça.

Publicado na Casa Civil, aos 30 de novembro de 1971.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A

D. O. de 1.º-12-71

LEI N.º 10.427 - DE 8 DE DEZEMBRO DE 1971

Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O inciso I do artigo 3.º mantidas as demais disposições desse artigo, o artigo 4.º e seu parágrafo único e o inciso IV do artigo 20, mantidas as demais disposições desse artigo, todos do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, ficam assim redigidos:

"Artigo

3.º

...

I - os servidores públicos estaduais, inclusive os inativos, dos Poderes Executivo e suas autarquias, Legislativo e Judiciário, excetuando-se os que tenham regime previdenciário próprio e os membros da Magistratura;

.....

Artigo 4.º - Poderão ser inscritos, como contribuintes facultativos, os membros da Magistratura e os servidores das Serventias de Justiça não Oficializadas, inclusive os respectivos aposentados, desde que o requeiram dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e contribuam com 3% (três por cento) sobre o total de sua remuneração ou de seus proventos.

§ 1.º - O prazo previsto neste artigo para os membros da Magistratura, bem assim para os servidores das Serventias de Justiça não Oficializadas, nomeados, contratados ou admitidos, após a vigência desta lei, contar-se-á a partir do ato nomeatório ou da admissão no respectivo Cartório, Ofício ou Tabelionato.

§ 2.º - É vedada a reinscrição, nos termos deste artigo, do contribuinte que, por qualquer motivo, tenha cancelada sua inscrição.

Artigo

20

.....

IV - contribuição de 3% (três por cento) sobre o total dos vencimentos, da remuneração ou dos proventos, dos membro da Magistratura e dos servidores das Serventias de Justiça não

Oficializadas, em atividade ou aposentados, inscritos facultativamente".

Artigo 2.º - Vetado.

Artigo 3.º - O prazo a que se refere o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, com a redação dada pelo artigo 1.º, será contado a partir da vigência desta lei.

Artigo 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de dezembro de 1971.

LAUDO NATEL

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração.

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 8 de dezembro de 1971.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

D.O., 9-12-71

LEI N.º 10.432 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 1971

Dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou salário do servidor que comparecer ao IAMSPE para fins de consulta ou tratamento em sua própria pessoa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O servidor não perderá o vencimento, a remuneração ou o salário do dia, nem sofrerá desconto, em virtude de consulta ou tratamento no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referentes a sua própria pessoa, quando:

I - deixar de comparecer ao serviço;

II - entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término, ou dele ausentar-se temporariamente.

§ 1.º - Na hipótese do inciso II deste artigo, ficará o servidor desobrigado a compensar o período em que esteve ausente ao serviço.

§ 2.º - Em qualquer caso, deverá o servidor fazer prévia comunicação ao chefe imediato e comprovar o período de permanência no IAMSPE, sob pena de perda, total ou parcial dos vencimentos, da remuneração ou do salário.

§ 3.º - A comprovação de que trata o parágrafo anterior será feita no dia imediato ou no mesmo dia, nos casos, respectivamente, dos incisos I e II deste artigo.

Artigo 2.º - Deverá ser requerida licença para tratamento de saúde, nos termos da legislação em vigor, se o não comparecimento, com fundamento no inciso I do artigo anterior, exceder de 1 (um) dia e as faltas se sucederem sem interrupção.

Parágrafo único - Não se consideram, para efeito do disposto neste artigo, o dia ou os dias sucessivos nos quais não haja expediente, bem assim a falta imediatamente posterior a esses dias, caso em que a licença será requerida a partir do segundo dia útil subsequente, não perdendo, o servidor o vencimento, a remuneração ou o salário correspondente ao período.

Artigo 3.º - Serão considerados de efetivo exercício somente para fins de aposentadoria e disponibilidade os dias em que o servidor deixar de comparecer ao serviço, nos termos dos incisos I do artigo 1.º e do parágrafo único do artigo 2.º desta lei.

Artigo 4.º - Vetado.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de dezembro de 1971.

LAUDO NATEL

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de dezembro de 1971.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

D. O. 30-12-71

DECRETO N.º 52.869 -DE 19 DE JANEIRO DE 1972

Dá nova redação ao artigo 8.º do Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1.º - O artigo 3.º do Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971, passa a ter a seguinte

redação:

"Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso II do Artigo 18 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, alterado pelo Artigo 52 da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970, do total das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 5% (cinco por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, e 15% (quinze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo".

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1971, data da entrada em vigor da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de janeiro de 1972.

LAUDO NATEL

Oswaldo Muller da Silva, Secretário da Justiça.

Publicado na Casa Civil, aos 19 de janeiro de 1972.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

D. O. 20-1-72

JURISPRUDÊNCIA:

FILIAÇÃO ILEGÍTIMA - Filhos de desquitados - É natural e não adulterino o filho de pessoa desquitada porque, com o desquite, cessou o dever de fidelidade conjugal. Assim tem ele direito de receber por morte do pai, não a metade, mas o mesmo que herdou cada um dos filhos legítimos. Nem cabe objetar com o § 1.º do art. 1.605 do Código Civil, pelo qual lhe tocaria a metade, pois o preceito se refere a filho natural reconhecido na constância do casamento e, na espécie, as filhas nasceram e foram reconhecidas depois de dissolvida a sociedade conjugal pelo desquite. E, quanto à Lei n.º 883, de 1949, certo é que teve em vista a filiação adulterina (STF 1.ª Turma; RE 69.253-MG; rei. min. Luiz Gallotti; j. 17-8-71; neg. provto.; v.u.; DJU 10-9-71, pág. 4.764, ementa).

Transcrito do "O Estado de S. Paulo" 23-1-72

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO - USUFRUTO LEGAL A FAVOR DA VIÚVA - É devido imposto de transferência de direito relativo a imóvel, quando de sua instituição, cobrável no momento de sua extinção.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de Agravo de Instrumento n.º 22.857, entre o Estado da Guanabara, agravante e o Espólio de Pelágio Valente do Nascimento Varella, agravado:

Acordam os Juízes da Sexta Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, contra o voto do Eminentíssimo Desembargador Augusto Moura, em dar provimento ao agravo, a fim de determinar a retificação do cálculo do imposto de transmissão, de fls. 135-138, dos autos de inventário, nele incluindo o imposto de instituição de usufruto temporário, a ser pago quando de sua extinção, usufruto esse a favor da viúva.

Estabelece o § 1.º, do art. 1.611, do Código Civil, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 4.121-1962, o direito do cônjuge sobrevivente, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal e enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filhos deste ou do casal.

Persistindo esse usufruto somente enquanto perdurar a viuvez, é ele um usufruto temporário.

Toda transferência de direitos relativo a imóvel está sujeita ao pagamento do imposto de transmissão, inclusive a instituição do usufruto temporário (art. 165 e 173, III, da Lei n.º 1.165-1966), não excluído o legal.

A cobrança do imposto será feita quando da extinção de usufruto, oportunidade em que o Estado da Guanabara, como indica em suas razões recursais, saberá o tempo de sua duração.

Custas da lei.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1970. - Augusto Moura, Presidente vencido. - Júlio Alberto Alvares, Relator designado para o acórdão. - José Cyriaco da Costa e Silva, Vogal. Voto vencido de fls. 35v-37: Augusto Moura, vencido, eis que também dava provimento ao recurso, mas por outras razões e fim diverso.

O agravo foi interposto com fundamento no número X, do artigo 842, do C. P. Civil, que reza: "que decidirem a respeito de erro de conta".

E de direito, s.m.j. existe erro na conta de fls. 135-8, dos autos em apenso.

Mas não o apontado, data vênua, pelos doutos votos vencedores.

A controvérsia surgiu frente ao disposto no art. 1.161, § 1.º; do C. Civil, que reza:

"O cônjuge viúvo, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da 4.ª parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filho deste ou do casal e à metade se não houver filhos ... "

Dando inteligência a este dispositivo legal entendeu a Sr. Contador (fls. 138), no que foi acompanhado pelo Dr. Juiz a quo na decisão recorrida (fls. 155), que o valor dos bens em usufruto estará isento de imposto.

A hipótese está intrinsecamente ligada ao conceito legal do usufruto.

Diz o C. Civil, art. 713:

"Constitui usufruto o direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade (grifo nosso).

Isto quer dizer que o usufrutuário não tem o domínio sobre a coisa, mas tão somente que sobre ela exerce um direito real temporário (C. Civil, artigo 718).

Ora, proprietários dos bens são os herdeiros legítimos do "de cujus" (C. Civil, art. 1.603, n.º I) eis que desde que aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança se lhes transmite (C. Civil, art. 1.572).

A este, pois, incumbe o pagamento do imposto "mortis causa" - e é disto que cogita a conta impugnada de fls. 135-8 -, pois a eles foi atribuído "pro-indiviso" o domínio sobre os bens.

Desse domínio é que, sem afetá-lo, se destacou um direito real, que na hipótese dos autos é um usufruto temporário.

A temporariedade, quando aplicado o art. 1.611, § 1.º, do C. Civil, já citado, terá seu termo "quando cessar a viuvez".

Mas não há lei alguma que exclua do pagamento do imposto "causa mortis" o correspondente ao valor total dos bens atribuídos aos herdeiros, tão somente porque 1/4 deles estão gravados, temporariamente, com um ônus real.

Isto é que estou procurando deixar bem claro neste meu voto.

Situação jurídica e fiscal inteiramente diversa surge pela instituição do usufruto, com base no art. 1.611, § 1.º, do Código Civil.

A Lei n.º 1.165 prescreve no artigo 173, n.º III;

"Para efeito do cálculo do imposto tomar-se-á por base:

III - na instituição do usufruto temporário, tantas vezes 10%" . . . - (grifo nosso).

Mas aí surge a dificuldade.

É que na instituição do usufruto temporário, com prazo certo a solução é evidente, pois basta multiplicar os 10% pelo número de "anos que tiver de durar o usufruto" (art. 173, n.º III, acima).

Mas como calcular imposto quando o usufruto for temporário mas com prazo incerto, como no caso dos autos, pois será enquanto durar a viuvez?

É evidente que existe impossibilidade material de realização do cálculo.

E como a lei fiscal não previu a hipótese não há como cobrar imposto.

Em esta parte, pois tem razão o agravado.

E quando da extinção do usufruto é duvidoso que caiba cobrança de imposto, pois o art. 552, do C. P. Civil, expressamente exige que a liberalidade provenha "de ato inter-vivos" que não é o caso dos autos.

Assim, o que se deve consignar no cálculo do imposto é tão somente a existência de um usufruto temporário, com fundamento no art. 1.611, § 1.º, do Código Civil. Mais nada.

O meu voto, pois, é o seguinte:

Dar provimento ao recurso a fim de que os herdeiros legítimos paguem o imposto "causa mortis", sobre a totalidade dos bens da herança e faça-se consignar que sobre os mesmos existe um usufruto legal, com fundamento no art. 1.611, § 1.º, do C. Civil. (T.J.GB. - Ag. Inst 22.857).

D.O.GB., de 16-12-71, pág. 859.

REGISTRO CIVIL - Retificação - Menor púbere, assistido por seu pai, que pretende mudar seu nome a fim de prevenir confusões e mal entendidos, com o acréscimo do prenome paterno entre o seu prenome e o apelido de família - Pretensão acolhida.

É permitida a transformação do prenome simples em duplo e vice-versa. Só existe restrição, se cuidar de nome célebre ou já consagrado. Em casos tais os elementos constitutivos do prenome interpenetram-se de tal maneira, pela alusão, às personagens que representam, que impossível se torna a separação".

Apelação Cível n.º 190.311 - Paraguaçu Paulista.

1 - José Murad, menor púbere, assistido por seu pai, quer mudar o seu nome para "José Dib Murad", alegando que visa acautelar seus interesses e prevenir confusões e mal entendidos, pois o seu nome tal como foi registrado é usado por outras pessoas.

O Magistrado indeferiu o pedido, sustentando que o prenome é imutável.

Inconformado, apelou, e a douta Procuradoria da Justiça opinou pelo não provimento do recurso.

2 - Não obstante o parecer contrário do Ministério Público o pedido de fls. 2 merece ser deferido. Pleiteia o requerente o acréscimo do prenome paterno "Dib" entre o seu prenome e o apelido de família.

Em face da confusão alegada, aliás muito comum, há de se entender que o seu sobrenome é que passará a ser duplo, isto é "Dib Murad". Os nomes usados como prenomes podem também ser usados como sobrenomes e isto não é raro (cf. "Revista dos Tribunais", vol. 339/161). E, nesse caso, não há obstáculo para a retificação.

Como não há, também, se considerar o acréscimo, para a formação de um prenome duplo.

Lembra WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, citando farta jurisprudência deste Tribunal, bem como a lição de MÁRIO GUIMARÃES, que é permitida a "transformação do prenome simples em duplo (por exemplo, de Angelino para Angelino Francisco) e vice-versa (por exemplo, de Elisa Ercília para Elisa). Só existe restrição se cuidar de nome célebre ou já consagrado (Marco Antônio, Júlio Cesar, João Batista). Em casos tais os elementos constitutivos do prenome interpenetram-se de tal maneira, pela alusão às personagens que representam, que impossível se torna a separação" (cf. "Curso de Direito Civil", Parte Geral, pág. 96).

Não se vê qualquer inconveniente na retificação pretendida; antes, há o propósito salutar de evitar confusões e prejuízos ao menor.

3 - Isto posto:

ACORDAM, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento ao apelo, para deferir o pedido de fls. 2.

Custas como de direito. (T.J.S.P. - São Paulo, 27 de agosto de 1970 - FERRAZ DE SAMPAIO, Presidente, SABINO NETO, Relator, Ennio de Barros, Felizardo Calil). R.J.T.J.S.P., vol. XIV, pág. 151.

USUCAPIÃO - Justo título - Instrumento particular de compromisso de compra e venda assinado a rogo do promitente comprador, sem apresentação de procuração - Confissão do promitente vendedor de que o preço está quitado - Ação procedente - Inteligência do art. 551 do Código Civil.

Considera-se justo título o compromisso de compra e venda por instrumento particular assinado a rogo do promitente comprador, mesmo sem apresentação da procuração, se o promitente vendedor confessa o recebimento do preço e não se nega ao cumprimento do contratado.

N.º 190.908 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 190.908, da comarca de São Paulo, em que são apelantes Rafael Navarro Garcia e outros, sendo apelado o 5.º Curador Judicial de Ausentes e Incapazes: Acordam, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento à apelação, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de recurso interposto de decisão que julgou os ora apelantes carecedores da ação de usucapião que propuseram, com o objetivo de aquisição de domínio do lote n.º 418 da Quadra 10 da Vila Munhoz, subdistrito do Tucuçuvi, nesta Capital.

Decidiu-se em primeira instância que o compromisso de compra e venda não está revestido das formalidades legais, visto como alguém assinou a rogo do comprador sem a devida procuração, razão pela qual não pode ser considerado justo título para efeito do disposto no art. 551 do CC.

O Dr. Curador de Registros Públicos, ao contra-arrazoar o recurso, manifestou-se pelo provimento, visto como os apelantes apresentaram um título que pode ser considerado como hábil para a aquisição do domínio.

O parecer da Procuradoria da Justiça é pela confirmação.

É o relatório.

O caso destes autos nos faz lembrar a advertência feita há muito tempo por Alfredo Capus: "o cidadão francês tem 2 inimigos igualmente temíveis: aqueles que violam a lei e aqueles que a seguem ao pé da letra" ("Arquivo Judiciário", vol. 112/suplemento 14).

A Empresa Edificadora Brasil Ltda. celebrou compromisso de venda e compra do lote de terreno aludido pelos autores, havendo os compromissários compradores efetuado o pagamento de todas as prestações e construído várias casas no imóvel.

A compromitente vendedora confessa que o imóvel está pago, estando disposta a outorgar a

escritura definitiva.

Os primitivos compromissários compradores já faleceram, assim como um de seus filhos.

Não obstante a limpidez do direito dos autores, certo é que não conseguiram eles a inscrição do compromisso no cartório do Registro de Imóveis e isso pelo fundamento inacreditável de que o compromisso de venda e compra foi assinado a rogo pelo comprador, faltando, ainda, a assinatura da esposa do comprador.

Ora, se a empresa vendedora confessa que o débito está quitado e que está de pleno acordo com a inscrição do compromisso, em hipótese alguma a ausência da procuração do compromissário comprador à pessoa que assinou a rogo poderia servir de pretexto para a não inscrição do compromisso; o ato é benéfico ao compromissário comprador, de modo que o compromisso deveria ter sido inscrito assim que apresentado ao cartório; somente se houvesse impugnação por parte da empresa vendedora ou então de parte da pessoa que assinou a rogo, é que justificaria alguma dúvida na inscrição.

Contudo, erigiu-se um defeito formal num empecilho absoluto à inscrição, em prejuízo de quem era o beneficiário do compromisso.

Seria o caso dos ora apelantes invocarem o "summmum ius summa iniruria" do grande Cícero, pois, por causa de uma formalidade que somente interessaria aos compromissários compradores e não à vendedora, recusou-se a inscrição sob o pretexto de observância do dispositivo legal destinado à regularidade do contrato de compromisso de venda e compra no tocante à pessoa do comprador.

Em suma, para proteção dos, compromissários compradores recusou-se a inscrição do compromisso já quitado e formalizado, com o que foi praticado uma gritante injustiça, da qual resultou prejuízos sem conta aos apelantes, que foram induzidos à propositura desta ação desnecessária.

Se o compromisso foi assinado a rogo do compromissário comprador, por motivo que não interessa investigar, o fato é que, perante a vendedora, o, compromisso foi dado como perfeito e acabado; em hipótese alguma o fato poderia ser invocado para prejudicar os beneficiados com o compromisso. Mesmo que do compromisso não constasse assinatura alguma dos compromissários compradores, ainda assim o contrato merecia ser inscrito se a empresa vendedora confessasse, como confessou, que o lote havia sido comprometido e está pago; a assinatura do comprador tem a finalidade única de comprovar ter sido ele o adquirente: constitui um "plus", um elemento de prova a mais a seu favor, pelo que constitui um contra-senso invocar a falta de procuração para recusar a inscrição que somente benefício trará em favor de adquirente, sem qualquer prejuízo para quem quer que seja.

Mas, já que foi julgada procedente a dúvida do serventuário e negada a inscrição, tendo as partes se voltado para a ação de usucapião, ora pendendo de julgamento em apelação, outra solução não resta senão dar-se provimento ao recurso para julgar procedente a ação.

Além do título exibido pelos autores atender ao preceito do art. 551, como bem exposto está no parecer do Dr. Curador de Registros Públicos (fls.), certo, ainda, que os autores usucapiram o imóvel com base no usucapião extraordinário, pois, desde que a empresa Edificadora Brasil está de acordo com a inscrição e a transcrição, tanto assim que não contestou a ação apesar de citada, a posse dos autores deve ser somada à posse de dita Empresa, que data de 1948 (fls.) e à posse dos antecessores desta, Adolfo Thiele e sua mulher resulta daí que há mais de 20 anos que os apelantes e seus antecessores estão na posse mansa e tranqüila do imóvel, pelo que desnecessário até o justo título para que se proclame o usucapião, nos termos do art. 550 do CC. Por todo o exposto, dá-se provimento à apelação para efeito de julgar procedente a ação para os fins aludidos na inicial, (T.J.S.P. - São Paulo, 6 de outubro de 1970 - CARDOSO ROLIM, pres. com voto - ANDRADE JUNQUEIRA, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Pacheco de Mattos). RTS - 432, pág. 84.

DOAÇÃO - Prédio - Nua-propriedade doada por casal a filha - Reserva de usufruto - Direito de crescer não estipulado - Falecimento da doadora - Liberação de metade do usufruto para o donatário - Ação possessória contra este - Improcedência.

O usufruto reservado pelos pais, na doação a filho, extingue-se pela metade com a morte de um dos doadores, desde que não ficou estipulado o direito de crescer.

N.º 193.150 - São João da Boa Vista.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível. n.º 193.150, da comarca de São João da Boa Vista, em que é apelante Luíz Banho de Andrade, sendo apelado Silvério Pereira Vallim: Acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento

parcial à apelação julgando-se prejudicado o agravo no auto do processo. O agravo no auto do processo (fls.) está prejudicado porque foi interposto pela parte vencedora, que não recorreu, e ainda porque o recurso do vencido não é provido, quanto ao principal. Trata-se de reintegração de posse intentada por usufrutuário que pretende desalojar de parte do imóvel o pai da menor que detém a nua-propriedade. Pela escritura de doação de fls. o autor e sua falecida mulher doaram à filha o imóvel em questão reservando para si o usufruto, sem estipularem contudo o direito de acrescer. Morrendo a doadora, o usufruto que lhe cabia foi extinto por sentença e assim, metade do prédio ficou liberado (fls.), isto depois de haverem os donatários feito nova doação, evidentemente da nua-propriedade, à filha, que à neta do autor. Por ocasião dessa nova doação foram respeitados os direitos do primeiro casal, quanto ao usufruto. (fls.). Proclama o autor a existência de usufruto simultâneo, cuja estipulação decorreria da alusão feita aos aluguéis, a serem percebidos pelos outorgantes doadores enquanto viverem". Sucede no entanto que a lei exige a estipulação expressa (art. 740 do CC.) e assim aquela cláusula relativa aos aluguéis deve ser entendida apenas como a forma de desfrute do imóvel, sem implicar no acréscimo do quinhão do usufrutuário sobrevivente, como acentuou a douta Procuradoria (fls.). Tem-se, portanto, que não houve estipulação expressa constituindo o direito de acrescer, e que até, houve sentença, e por conseguinte mandado, determinando a liberação de metade do imóvel, sem recurso algum do autor. Ainda que se cuidasse de usufruto simultâneo, o que se admite apenas a título de argumento, verifica-se que o imóvel em apreço constituía a totalidade do patrimônio do casal, daí se seguindo que se houvesse disposição expressa a respeito ocorreria ofensa à legítima da donatária, o que implicaria a redução da reserva do usufruto e do direito de acrescer aos limites ajustados. Ora, diante dessas circunstâncias é forçoso concluir que o deslinde de tais questões não seria oportuno no âmbito restrito da presente ação possessória, que tem como pressuposto a existência de um esbulho. Mas como o réu tem em favor o usufruto legal, resultante do exercício do pátrio poder sobre a filha menor donatária, agora titular de um imóvel em que metade da propriedade consolidou (art. 389), conclui-se que a posse do recorrido não traduz esbulho algum. Inexistindo esbulho a improcedência da ação foi bem decretada, daí não merecer provimento o recurso, quanto ao principal. Merece todavia ser reformada a sentença no tocante à condenação honorária, fixada em 20% sobre o valor venal do prédio disputado. O valor dado à causa - Cr\$ 500,00 não sofreu impugnação alguma. Logo, não cabia ao magistrado, impor, a título de honorários advocatícios, quantia maior do que aquela estimativa. Assim, ao contrário do exposto na decisão apelada, não houve moderação alguma no que diz respeito aos honorários, mas precisamente o contrário. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - Promessa de compra e venda mediante instrumento particular, registrado no curso da lide, propicia adjudicação compulsória.

RELATÓRIO

O Sr. Ministra Djaci Falcão: - Adoto como relatório o despacho que admitiu o recurso extraordinário, lançado nos seguintes termos:

"1. Alegou Mário Bicalho que prometeu vender a Rubens Tavares Rocha um imóvel urbano, mas o comprador não resgatou as prestações representadas por notas promissórias e, nos termos do contrato, o não pagamento das três últimas prestações importou em sua rescisão. Daí esta ação na qual pede o autor a rescisão do compromisso de compra e venda, a perda das quantias pagas e mais perdas e danos.

Os réus contestaram a ação, fizeram o depósito das quantias devidas mais os juros e, em reconvenção, pediram a adjudicação compulsória do imóvel.

A ação foi julgada improcedente e procedente a reconvenção na parte em que o réu reconvinde pediu a adjudicação do prédio. Entretanto, o venerando acórdão entendeu que também a reconvenção deveria ser julgada improcedente, decidindo: a) ficou provado que o réu não pagou as três últimas prestações por culpa do próprio autor, que não quis recebê-las; b) qualquer que seja o valor da promessa, pode ela ser feita por instrumento particular, mas só a feita por instrumento público enseja a execução coativa. E, no caso, a reconvenção trata de promessa de compra e venda de imóvel de valor superior a Cr\$ 10,00, outorgada por instrumento particular.

Rubens Tavares Rocha e sua mulher interpuseram recurso extraordinário alegando que o venerando aresto recorrido, assim decidindo, deixou de aplicar a L. 649, de 11-3-1949; negou ainda vigência ao art. 1.056 do C. Civ. quanto às perdas e danos; e, além disso, deu à L. 649 e ao DI. 58 interpretação conflitante com julgados de outros tribunais.

2. Tem-se também decidido que, nos termos da L. 619, de 1949, que deu nova redação ao art. 22 do DI. 58, de 1937, não é indispensável a escritura pública nos compromissos de compra e venda para que possa o promissário comprador demandar a adjudicação compulsória.

3. Admito o recurso com base na letra d do permissivo constitucional.

Vista às partes.

Belo Horizonte, 13 de junho de 1969. - Antônio Pedro Braga, Presidente" (f. 224-225).

Com as razões de f. 227-229, 231-234, subiram os autos a esta instância.

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator) Mário Bicalho propôs contra Rubens Tavares Rocha ação ordinária, visando rescindir promessa de compra e venda de uma casa, acrescido de perdas e danos, sob a alegação de se encontrar em mora. O réu, além de contestar a ação, efetuou o depósito do saldo devedor e ofereceu reconvenção em que pede a adjudicação compulsória da casa e do remanescente do terreno, mais perdas e danos, pois parte do terreno constante do contrato invade área de terceiros.

Na instância de origem foi julgada improcedente a ação e procedente a reconvenção, nos termos constantes à f. 176. Todavia, em grau de apelação o eg. Tribunal. de Justiça, pela sua Terceira Câmara Civil, deu pela improcedência do pedido de adjudicação compulsória, à consideração de que, em se tratando de imóvel de valor superior a Cr\$ 10,00, o instrumento particular não enseja a execução coativa. E como reconvide não faz pedido alternativo - execução coativa ou perdas e danos, mas simultâneo improcedente era a reconvenção.

O recorrente, além de argüir vulneração da L. 649, de 11-9-1949, bem assim ao art. 1.056 do C. Civil, choca-se com julgados de outros Tribunais, como, por exemplo, do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, verbis:

"A exigência legal que torna a escritura pública da substância dos contratos constitutivos e translativos de direitos reais sobre imóveis de valor superior a dez cruzeiros novos, não tem pertinência ou aplicação nos contratos de promessa de compra e venda de imóveis, ainda que de valor superior à taxa acima mencionada, pouco importando tratar-se de terreno loteado ou não" (f. 219).

Diante da divergência de julgados, o recurso é de ser conhecido. Para mim, a melhor exegese está em que a escritura pública não é exigência essencial para a promessa de compra e venda de imóvel loteado ou não, de valor superior a dez cruzeiros novos (NCr\$ 10,00), e que a promessa de venda por escritura particular inscrita no registro público propicia a adjudicação compulsória. Não é de se aplicar a regra do art. 134, II, do C. Civil. Com a nova redação do art. 22, do DI. 58, pela L. 649, de 11-3-1949, ficou igualada a situação da promessa de venda do terreno loteado com o não loteado.

Reza o citado art. 22:

Os contratos sem cláusula de arrependimento de compromisso de compra e venda de imóveis não loteados, cujo preço tenha sido pago no ato de sua constituição ou deva sê-lo em uma ou mais prestações, desde que inscritos em qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiro e lhes conferem o direito de adjudicação compulsória, nos termos dos arts. 16 desta lei e 346 do C. Civil".

O instrumento particular torna-se hábil para a celebração da promessa de venda de imóvel loteado ou não, de valor superior à taxa legal, bem assim para a execução compulsória, desde que inscrito no Registro de Imóveis. Com esse entendimento, podemos citar os seguintes julgados: RE 15.866, relator o eminente Ministro Luiz Gallotti; RE 24.636, relator o eminente Ministro Orosimbo Nonato, mantido em grau de embargos, por decisão de 22-6-1956, relator o saudoso Ministro Ribeiro da Costa. Finalmente, admite-se a inscrição imobiliária do compromisso de compra e venda no curso da ação (Súmula 168).

Ante o exposto, conheço e provejo o recurso, para restabelecer a decisão de primeira instância. (S.T.F. - RE 68.705 - MG - Rel. Ministro Djaci Falcão. Conhecido e provido. Unânime. - Presidência do Sr. Ministro Djaci Falcão. Presente à sessão o Sr. Ministro Barros Monteiro e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Compareceu o Senhor Ministro Adaucto Cardoso, componente da Segunda Turma, para completar o quorum mínimo regimental. Licenciados, os Srs. Ministros Aliomar Baleeiro e Luiz Gallotti, Presidente. Ausente, justificadamente, o Sr.

Ministro Amaral Santos. - Brasília, 31 de março de 1970). - R.T.J., vol. 53, pág. 696.

MULHER CASADA - Obrigações - Pode contraí-las, inclusive as de natureza cambiária - Emissão de cheque, de conta particular, na presença do marido, destinado a suprir necessidades da economia doméstica - Procedência da cobrança.

"1. Trata-se de executiva, movida por Isac Toporovischi contra Dalina Fabri Rodrigues, para dela haver a importância de Cr\$ 1.300,00 representada por cheque emitido pela executada, sem prejuízo dos acessórios legais.

A ré negou a pretensão, intervindo, no feito, como assistente, o seu marido Anibal Rodrigues Júnior.

Afinal, a ação foi julgada procedente, com honorários de 20% e custas.

A executada e o seu marido apelaram, pedindo a reforma da decisão.

O recurso foi bem processado.

2. A dívida, na espécie, é líquida e certa, pois se esteia em cheque emitido pela ré.

Não nega a contestante a assinatura aposta no referido título. Sustenta-se, porém, a improcedência da cobrança, porque a ré, mulher casada, não podia assumir a obrigação, sem o consentimento do marido.

O argumento não merece guarida.

O princípio de que a mulher casada não pode "contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal" (artigo 242 - IV Código Civil) não é absoluto.

Há, no próprio Código Civil, várias exceções.

Além disso, o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962), no artigo 3.º, dispôs: "Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um dos cônjuges, ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação".

Esta Egrégia Câmara, em outra oportunidade, julgou. "Harmonizando-se, porém, os preceitos legais e atentando-se para a finalidade da lei 4.121 - que praticamente assegurou paridade de tratamento à mulher se pode concluir que a mulher, em face do artigo 3.º, daquela, pode assumir obrigações cambiárias, mas neste caso, não se tratando das hipóteses do artigo 247, do Código, "somente responderão, os seus bens particulares e os comuns até o limite de sua meação" (lei 4.121, artigo 3.º). Concluir de outra forma, tornaria inútil e inoperante o preceito inserto no art. 3.º, da Lei 4.121 - consequência que o intérprete deve evitar" ("Julgados do Tribunal de Alçada em Matéria Cível" - 11-249, publicação interna).

Ainda que assim não fosse, para argumentar, segundo, o autor, a ré emitiu o cheque, na presença do marido, alegando necessidade financeira e ameaça de despejo (fls. 38).

Ora, qualificando-se a ré, como senhora "do lar" e diante da contestação, que mencionou "dificuldades financeiras, motivadas pela situação econômica atual" (fls. 16), pode-se acatar a versão de destinar-se a importância à economia doméstica.

O caso se enquadraria, na exceção legal, afastada que fosse a aplicação do artigo 3.º do Estatuto da Mulher Casada.

Acrescente-se, ainda, outro aspecto.

A executada emitiu cheque de sua conta particular (fls. 5), logo, estava autorizada pelo marido.

Admitida a obrigação e não tendo ré provado o pagamento do principal ou juros, impõe-se o acolhimento da inicial, como foi decidido".

(Apelação Cível 150.050, de São Paulo, em que são apelantes Dalina Fabri Rodrigues e outro, sendo apelado Isac Toporovischi. Acórdão unânime da Primeira Câmara Civil, de 26 de outubro de 1970. Ass. JOÃO DEL NERO, presidente; EVARISTO DOS SANTOS, relator; NEWTON HERMANO, revisor; SABINO NETO). "Julgados do Tribunal de Alçada em Matéria Cível", vol. 18, pág. 79, da edição mimeografada.

REGISTRO CIVIL - ALTERAÇÃO DO PATRONÍMICO - Alteração de apelido de família no

registro civil. Tanto quanto o prenome, é possível alterá-lo, quando desperta sarcasmo ou gera ridículo. Mas como tal não se tem o apelido de família que, por ser feminino e usado por rapaz ("de Maria"), provoca galhofas e colegiais, insuscetíveis de se reproduzirem na idade adulta.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 19.815, sendo apelante Raymundo Gonçalves de Maria e apelada a Justiça (10.ª Circunscrição do Registro Civil), acordam os Juízes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, decisão por unanimidade, em negar provimento ao recurso. Custas da lei.

Não se trata de retificação de assento. Não há o que corrigir no caso dos autos. Cuida-se, isto

sim, de alteração do patronímico. O nome passaria a ser, simplesmente, Augusto Gonçalves, em lugar de Augusto Gonçalves de Maria. O apelido "de Maria" vem, pelo menos, desde o avô - que se chamava Manoel Gonçalves de Maria, fls. 3 e 4 - através do pai do apelante, Raimundo Gonçalves de Maria. O apelante, que assiste menor púbere e requer no exercício do pátrio poder, diz ser do interesse do filho a citada alteração. O sobrenome vem trazendo dissabores ao rapaz, a quem os colegas e meninos da vizinhança, com risos e galhofas, chamam de Maria. Os fatos estão provados com os depoimentos de duas testemunhas (fls. 6).

Afirma o Dr. Juiz, na lacnica, decisão de fls. 10, que a pretensão não tem amparo legal. Há equívoco data vênua. Em princípio, as retificações e alterações do registro civil de nascimentos, pertinentes quer ao prenome, quer ao apelido de família encontrara amparo no direito positivo pátrio, dependendo, apenas, das razões que fundamentem o pedido. Sem dúvida a preocupação da lei vigente é obter a imutabilidade do nome admitidas certas exceções. A alteração "só por exceção e motivadamente será permitida por despacho do juiz togado a que estiver sujeito o registro e audiência do Ministério Público" (art. 71 da Lei dos Registros Públicos, Decreto n.º 4.857, de 9-11-39).

Não haveria, todavia, como denegar a eliminação de qualquer partícula do nome considerada capaz de trazer, por imoralidade, ridículo ou outra causa, efetivo menosprezo ao seu portador. Ninguém admitiria acorrenta-se uma pessoa ao uso de determinado nome, adotado num momento de insensatez e registrado por irreflexão do oficial público.

No caso dos autos, todavia, isto não ocorre, felizmente. Nenhum nome é mais belo do que Maria. Paradoxalmente, é usado para ridicularizar, pois dá lugar a galhofas dos meninos da vizinhança que chamam o filho do apelante de Maria. Em verdade não poderiam tais brincadeiras trazer desmoralização a quem quer que seja. Elas se limitam a crianças e não se prolongam pela idade adulta.

SERPA LOPES, procurando caracterizar o nome que desperta sarcasmo e gera galhofa, acentua que é necessário que desperte o ridículo não circunscrito a um grupo mas com o caráter generalizado, onde quer que seja pronunciado, seja qual for o meio, uma provocação constante e coletiva." ("Tratado dos Registros Públicos" - vol. I, pág. 185, n.º 183, 2.ª ed.).

O problema de inversão de sexos - que o uso de sobrenome feminino sugere - não pode ter a seriedade pretendida pelo apelante. Se problema existe - psicológico ou somático - não será resolvido pela alteração do registro civil, que não tem o condão de mudar os sexos pela simples alteração do patronímico.

Devem, antes, os pais dar aos filhos a assistência psicológica e afetiva de que ele está carecendo e cuja falta esta sim - poderá acarretar seqüelas perigosas pelo resto, da existência.

O interessante trauma psicológico de nome, de que dão notícia estes autos pode revelar, também, uma situação educacional defeituosa, de superproteção, em fase da vida de jovens que se marca pela auto-afirmação.

Finalmente, é de considerar-se que a alteração de nome também não será útil se o trauma inicial já produziu seus efeitos, se é que os produziu.

Estes os fundamentos de negar-se provimento ao recurso. (T.A.GB. - Rio, 27 de maio de 1971. - SEVERO DA COSTA, Presidente - CAVALCANTI DE GUSMÃO, Relator - CLÁUDIO LIMA). D.O.GB., de 31-1-72, pág. 52.

IMUTABILIDADE DO PRENOME - Retificação de grafia em prenome não importa em alteração do mesmo. Sua admissibilidade. Confirmação de sentença.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 19.469, em que é apelante o Ministério Público, sendo apelado Melício Machado Barreto:

Acordam, unanimemente, os Juizes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, em negar provimento ao recurso.

Pretende o apelado retificar a grafia de seu prenome, no termo de seu casamento, de Milício para Melício. E justifica sua pretensão com o fato de assim figurar seu prenome no título eleitoral, no certificado de reservista e em todos os demais atos de sua vida civil, como demonstrou com os documentos de fls. 12 a 20. Trouxe, ainda, a certidão do registro de seu nascimento (fls. 9), esclarecendo, finalmente, que ao habilitar-se para o matrimônio, como a certidão de seu nascimento fizesse constar, erradamente, seu prenome como Milício, face à premência do tempo, assim o assinou.

O Dr. Juiz a quo, por entender tratar-se de simples erro de grafia, acolheu a pretensão, o que ensejou o recurso do ilustre representante do M.P., onde se sustenta a imutabilidade do prenome, cujas razões foram corroboradas pelo digno Dr. Procurador de Justiça, no parecer de

folhas 36.

Todavia, desassiste razão ao recorrente. Na realidade, o prenome é imutável e só em circunstâncias excepcionais pode ser alterado. Mas, no caso dos autos, não se cuida, a rigor, de alteração do prenome, mas, isto sim, de simples retificação em sua grafia.

Com efeito, nasceu e foi registrado o apelado no Município de Vilanova, Estado de Sergipe (fls. 9). Seu prenome, que não é usual, se presta a ser pronunciado pelas duas maneiras. Mas isto não o modifica. Sua retificação, assim, não ofende a lei, máxime quando o apelado, na realidade, sempre usou o nome de Melício, como comprovou, em todos os atos de sua vida civil. (T.A. da GB. - Rio, 24 de agosto de 1971. - WELLINGTON MOREIRA PIMENTEL, Presidente - FERNANDO CELSO GUIMARÃES, Relator MARIA STELA VILELA SOUTO L. RODRIGUES, Revisor).D.O. GB., de 31-1-72, pág. 51.

VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS:

2023-71 - Dúvida - 3.º Registro de Imóveis - Hildo Simões Pereira e outros - Vistos, etc. O sr. Oficial do Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentado para registro formal de partilha, eis que há divergência entre as metragens do imóvel nele descrito e a constante do registro; não constar da transcrição anterior que o imóvel faz fundos para a rua Projetada, antes rua Particular; não constar as certidões negativas de impostos; não ter sido averbada a construção da casa no terreno. O suscitado impugnou a dúvida, alegando ter sido a casa construída com planta aprovada pela Prefeitura, existe a rua que foi aberta pela municipalidade e juntar documentos. Em sua manifestação a suscitante impugnou os documentos por haver divergência quanto a área neles constantes e não se referirem expressamente ao imóvel que receber o número nove com frente para rua Particular. Nova manifestação do suscitado que admite a divergência de área. O doutor Curador opinou pela procedência da dúvida. É o relatório. Decido. Proceda a dúvida. As certidões contêm enganos que a tornam duvidosa quanto a referir-se ao imóvel objetivado na inicial. Não bastasse isso, a divergência de metragens e conseqüentemente da área entre a constante do formal e a do registro impede, evidentemente o registro daquela. Não é necessário maiores explanações a respeito. É intuitivo, desde que o registro deve espelhar a verdade. Custas pelo suscitado. P.R.I. São Paulo, 5 de novembro de 1971.

(aa) Aristides Fernandes Braga.

Advogado: C. Della Corte.

748-70 - Transcrição - Pedro Fório - 7.º Registro de Imóveis - Vistos, etc. Pedro Fório não logrando transcrever formal de partilha dos bens deixados por sua mulher Assunta Fório, suscitou a presente dúvida inversa. O sr. Oficial do Registro Imobiliário, manifestou-se a fls. 27. O doutor Curador dos Registros Públicos em longo e fundamentado parecer é pela procedência da dúvida. É o relatório. Decido. Alega o requerente que casou-se com Assunta Del. Cecchio que passou a assinar Assunta Fório e que depois das bodas, venderam o imóvel que haviam adquirido a sua mulher Assunta Del Vecchio. O imóvel está localizado no país. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio conjugal. O requerente casou-se na Itália e veio residir neste país. Em suas primeiras declarações afirma que o regime é o da comunhão universal de bens, e a fls. junta declaração de que na Itália o regime é o da separação, na ausência de manifestação ou contrato contrário dos nubentes. Semi-resolvido com a aplicação da lei brasileira nos termos do artigo 7.º "caput" e § 4.º da lei de Introdução ao Código Civil. Contudo, muitas dúvidas existem nos autos como salientou o doutor Curador. Não se comprova que Assunta Fório e Assunta Del Vecchio, sejam uma só e única pessoa: não podia Assunta Fório, se em solteira, chamava-se Assunta Del Vecchio, vender imóvel a Assunta Del Vecchio, se esse nome não mais podia usar. Diz mais que não consta da sentença aquisitiva a assinatura da companheira do requerente, o que impede a celebração da transcrição aquisitiva; ainda porque ambos os nomes constantes da escritura de fls. 41/42, parece indicar tratar-se de duas pessoas, dúvida não espancada pelo requerente mais ainda porque o requerente usa diversos nomes - Pedro Fório, Pedro Faria, Pietro Forino, sem explicação plausível. Afinal sugere o doutor Curador a via do usucapião. Também não comprova o requerente se à época da aquisição havia prole do casal. Por todo o exposto proceda a dúvida inversa. Custas pelo requerente. P.R.I. São Paulo, 4 de novembro de 1971.

(aa) Aristides Fernandes Braga.

Advogado: Dr. Ennio Monteiro Galembeck.

D. J. 15-12-71

Camargo Fiori Moreira - Vistos.

1 - Luiza Camargo, Fiori Moreira, qualificada na inicial, requereu a este Juízo, de acordo com o artigo 227, de Regulamento dos Registros Públicos, a retificação da transcrição n.º 9.889, da 13.ª Circunscrição Imobiliária, alegando que o imóvel objeto dessa transcrição foi havido por seu marido Alberto Moreira Batista Filho, constando da escritura de venda e compra a medida de 4,60 metros de frente, por 15,50 da frente aos fundos e que, no inventário dos bens deixados por seu marido, ao ser avaliado o imóvel o perito verificou que o mesmo tinha 6,60 metros de frente por 18,00 metros de frente aos fundos.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 5-29, tendo sido citados os confrontantes e efetivado o levantamento pericial (fls. 40-42), após o que se manifestou o sr. Oficial do Registro Imobiliário (fls. 45-46) e por derradeiro o Dr. Curador de Registros Públicos.

Relatados, decido:

2 - O laudo elaborado por perito da confiança do Juízo chegou à conclusão de que o imóvel cuja área se pretende retificar tem 6,90 metros de frente para a r. Alcides Pértica e 18,70 metros da frente aos fundos.

Os confrontantes, regularmente citados, nada opuseram, tendo sido guardadas as cautelas normais e necessárias aos procedimentos da espécie.

O dr. Curador opinou favoravelmente ao pedido e se insurgiu contra a manifestação do sr. Oficial no sentido de que, tendo sido apuradas medidas diversas daquelas constantes do formal de partilha, este deve ser aditado para possibilitar a transcrição.

Tenho que, data vênua do dr. Curador, assiste razão ao oficial, tendo em vista que o título transcrevendo deve se ajustar à transcrição anterior. Se essa transcrição for retificada por força desta decisão, o formal deve se ajustar à transcrição retificada. Poderá ser aditado para tanto, como já foi aditado uma vez, mesmo depois de encerrado o inventário. São formalidades, a meu aviso indispensáveis para que se preserve o princípio da continuidade do registro, razão última da presente retificação de área.

3 - Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2-3 e determino que se proceda à correção requerida, nos termos do que consta do laudo de fls. 40-42, na transcrição n.º 9.889, da 13.ª circunscrição imobiliária.

Espeça-se, oportunamente, o competente mandado.

Custas pela requerente, que pagará, também, o salário do perito que arbitro em Cr\$ 300,00.

P. R. e I.

S. Paulo, 25 de janeiro de 1972.

(aa) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advs.: Waldmir Malheiro, Luiz Roberto Malheiro, Paulo Martim de Queiroz e César Crissiuma de Figueiredo.

Dúvida - Octalles Marcondes Ferreira - Vistos.

1 - Octalles Marcondes Ferreira, qualificado às fls. 2, requereu perante este Juízo, a averbação ou registro da escritura de retificação e ratificação de uma venda e compra celebrada entre o requerente e a firma Indústrias Gessy Lever S/A., versando o imóvel situado à Rua Jaceguai, atual 682, antigo 104, esquina com a Rua Major Diogo n.º 421, Subdistrito da Bela Vista. Alega que a primitiva escritura de venda e compra mencionava a área de 1.120 metros quadrados, mas, ao serem efetuadas as perícias determinadas pela 3.ª Vara da Fazenda Municipal na ação de desapropriação movida pela Municipalidade, os expertos constataram área de 1.205,55 metros, daí porque terem vendedora e comprador retificado e ratificado a escritura, levando-a ao Registro Imobiliário para a averbação ou registro, negado pelo oficial competente.

A inicial veio instruída com os documentos posteriormente desentranhados (fls. 46 v.) e novamente entranhados aos autos (fls. 57-98). Ouvido o oficial, disse aguardar mandado para a retificação da área; mal entendida essa manifestação foi o requerente remetido ao Cartório, que novamente se recusou à retificação (fls. 49), esclarecendo sua posição. O Dr. Curador se manifestou (fls. 50), sendo entranhados os documentos antes retirados dos autos. Seguiu-se manifestação da Prefeitura Municipal e em seguida, parecer favorável do Dr. Curador (fls. 100). O MM. Juiz em exercício determinou citação dos confrontantes (fls. 101), parcialmente cumprida, após o que determinou outras providências (fls. 112 v.), contra o que se insurgiu o requerente (fls. 114-116), ratificando o pedido (ns. 118).

Relatados, decido:

2 - Três laudos, extraídos dos autos da ação de desapropriação movida pela Prefeitura Municipal de São Paulo contra o requerente demonstram que o imóvel tem a área de 1.205,55 metros quadrados. As metragens do terreno estão às fls. 69 e 95, absolutamente coincidentes e em consonância com a escritura de ratificação de fls. 59-61, que não pode ser levada a registro tendo em vista a divergência de área. Para transcrição dessa escritura é necessário que seja feita a retificação de área, objeto do pedido, embora indevidamente registrado e autuado como dúvida.

A perícia, por experto de confiança do Juízo, é dispensável, tendo em vista que nos podemos valer especialmente do laudo por xerocópia às fls. 67 e seguintes, da lavra de um dos mais renovados expertos do Fórum de São Paulo, considerando-o como prova emprestada de que fala Moacyr Amaral Santos.

Ora, se é dispensável a perícia, por medida de economia processual e até mesmo porque o terreno já foi objeto de edificação, portanto sem meios para que se reconstrua suas medidas, o pedido pode ser atendido, mesmo sem a citação dos demais confrontantes, visto como - válida a ponderação do requerente - todos já desvestidos da propriedade que, por via da desapropriação, passou às mãos da Municipalidade, que se manifestou de acordo com a pretensão do requerente.

3 - Em face do exposto defiro o pedido de retificação da área, de acordo com as metragens apontadas às fls. 69 e 95, que deverão instruir o mandado. Posteriormente, o requerente fará, com o título aquisitivo, devidamente retificado e ratificado, a averbação correspondente.

Custas pelo requerente.

P. R. I.

São Paulo, 25 de janeiro de 1972.

(aa) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogados: Lindolfo Marcondes Ferreira, Roberto Moreira César

Averbação - 4244-71 - Carlos Roberto de Castro - Vistos.

1 - Carlos Roberto de Castro, menor púbere, representado por sua mãe Alzira de Castro requereu a averbação, em seu registro de nascimento, da escritura pública de reconhecimento de paternidade, feita por Luís Antonio Pinheiro, alegando que o menor foi concebido enquanto o pai era solteiro, embora, ao nascer, o pai já tivesse se casado.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 5-8. O Dr. Curador opinou favoravelmente ao pedido que, entretanto, foi deferido pelo MM. Juiz titular (fls. 10 v.). O requerente pretendeu reconsideração do despacho e o Dr. Curador ratificou seu parecer.

Relatando, decido:

2 - Há engano na inicial. Trata-se de menor púbere, já com 20 anos a que desta forma deveria ter outorgado procuração apenas assistido de sua mãe e não por ela representado. Essa falha, contudo, poderá ser sanada.

O pedido, data máxima vênia, comporta deferimento. Segundo se verifica do documento de fls. 5, o requerente nasceu em 24 de junho de 1951 e seu pai se casou com outra mulher em 1.º de fevereiro de 1951, portanto quatro meses e vinte e quatro dias depois do seu nascimento, o que evidencia que foi concebido quando seu pai era solteiro.

Ora, como ponderou o Dr. Curador, consideram-se, ilegítimos os filhos concebidos fora do casamento na sua constância; logo, a "contrariu sensu", devem ser tidos como não adulterinos aqueles concebidos antes do casamento, se os pais eram ainda solteiros quando da concepção. De outro lado, não havendo impedimento, ao tempo da concepção, para o casamento dos pais, trata-se de filho natural. Não há portanto, qualquer obstáculo jurídico à pretendida averbação.

Em face do exposto, reconsidero a decisão de fls. 10v. e determino se expeça mandado para a efetivação da averbação pretendida. Custas pelo requerente.

P. R. I.

São Paulo, 26 de janeiro de 1972.

(aa) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogado: Adalberto G. Galvão de França

3773/71 - Dúvida - 2.º Reg. Imóveis contra Josias Ferreira de Almeida - Vistos - 1) Apresentada para transcrição a escritura de doação de fls. 5, pela qual Josias Ferreira de Almeida ou Josias Ferreira de Almeida Júnior e sua mulher, dona Sylvia França de Moraes Leme Ferreira de Almeida doaram, com reserva de usufruto, uma fração ideal correspondente a 1% do prédio situado à rua Albuquerque Lins n.º 1.132 - no 11.º pavimento, Santa Cecília, o oficial da 2.ª Circunscrição

Imobiliária suscitou dúvida porque: a) os donatários não compareceram ao ato para declararem se aceitam ou não a liberalidade, não tendo sido fixado prazo para a manifestação a respeito; b) o registro só poderá ser promovido, de acordo com o parágrafo único do artigo 233, do R.P.R., se acompanhado de prova da aceitação do beneficiado, em se tratando de ato a título gratuito. A dúvida foi impugnada (fls. 12/13), manifestando-se a seguir o suscitante (fls. 16), trazendo os documentos que instruíram o pedido de registro (fls. 17/18), após o que o dr. Curador se manifestou pela improcedência da suscitação. Relatados, decido: 2) O impugnante trouxe à colação a lição de Orosimbo Nonato, segundo a qual a aceitação, no caso é elemento despreponderante e apresenta caráter puramente passivo (Revista dos Tribunais, vol. 124/709). Com efeito, tendo em vista que a liberalidade apenas acrescenta o bem ao patrimônio dos donatários, menores, não se deve exigir a nomeação de curador para que receba o bem doado em nome dos menores impúberes e façam a aceitação. A propósito, já decidiu o E. Tribunal de Justiça do Estado que: "exigir-se aceitação expressa de quem não pode contratar para a validade de ato do qual só benefícios lhe advém, como da doação pura e simples é, em realidade, faltar à proteção que o estatuto civil tem levantado sobre os privados da razão ou que ainda não se podem dirigir" (Revista dos Tribunais, vol. 277/309). Esse mesmo aresto aponta julgado no mesmo sentido: "a escritura de doação pura e simples, e como tal se considera a feita apenas com reserva de usufruto, não depende, para sua validade, da aceitação dos donatários, se menores" (Revista dos Tribunais, vol. 109/668). Esta a corrente vencedora na jurisprudência do E. Tribunal de Justiça, resumida no v. acórdão inserto na mesma Revista dos Tribunais, vol. 286/440 a 441. Cuide-se que na espécie os menores, por impúberes, são absolutamente incapazes, donde a aplicação das decisões apontadas. Mas a dúvida prossegue porque segundo o oficial suscitante, nos atos gratuitos, o registro poderá ser feito se acompanhado de prova da aceitação do benefício. Ora, se para a validade da doação não se exige a aceitação, com maior razão para o registro deve ser ela dispensada. Vem a propósito trazer à balha o ensinamento de sempre lembrado Serpa Lopes: "na interpretação do que se deve entender por interessados na promoção do registro, deve presidir uma visão mais larga possível, tendente sempre a facilitar e não a embaraçar ou par qualquer forma, tolher a sua realização. Esse critério interpretativo decorre do fato de que o preenchimento da formalidade do registro sempre produz um benefício, uma vantagem e, por si mesmo, não gera uma obrigação nova, senão dá vida jurídica a uma obrigação já assumida e consumada" (Tratado dos Registros Públicos, vol. IV, pág. 375). 3) Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida e determino seja efetuado o registro pretendido. Custas, na forma da lei. P.R.I.

São Paulo, 25 de janeiro de 1972.

(aa) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogado: João Álvares Rubião Neto.

Pedido de Registro - 2114-70 - Margarida Soares de Almeida e outros X contra 15.º Registro de Imóveis.

Vistos.

1 - Margarida Soares de Almeida, Haroldo Mathias, Alexandre Francisco, Kenji Hanesaka e João Adelino, a primeira viúva e os demais assistidos de suas mulheres requereram a este Juízo a expedição de mandado ao Oficial da 15.ª Circunscrição Imobiliária para o registro do formal de partilha que exibiram, extraído dos autos de arrolamento dos bens deixados por morte de José Francisco Mathias, alegando que no laudo pericial elaborado no referido arrolamento se verificou que o imóvel a eles adjudicado, situado à Rua Edu Chaves n.º 414, antigo 18, tem, na realidade, 28 metros de frente para essa rua e não 26 como consta da transcrição anterior, ocorrendo idêntica divergência nos fundos.

A inicial veio instruída dos documentos de folhas 7-49. O Sr. Oficial informou que o formal em questão está devidamente transcrito sob o n.º 63.354 e que a transcrição anterior, sob o n.º 44.947 mencionava, também, 26 metros de frente para a Rua Edu Chaves, não sendo, portanto, caso de registro do formal mais de retificação de registro. Foi efetivado levantamento pericial (folhas 64), após aditamento à inicial (folhas 49), ou melhor, após desentranhamento da parte da inicial que se achava a folhas 49. O laudo foi complementado a folhas 74, após o aditamento à inicial (folhas 67). Citados os confrontantes, nada alegaram, o mesmo ocorrendo com as Fazendas Públicas.

Relatados, decido:

2 - O laudo pericial de folhas 64, complementado a folhas 74. evidencia que o imóvel tem, de frente para a Rua Edu Chaves, 28,00 metros e não 26,00 como consta das transcrições ns.

63.354 e 44.947 da 15.^a Circunscrição Imobiliária.

Foram observadas as cautelas regulares em processos desta ordem, tendo sido citadas as Fazendas Públicas e os confrontantes, que nada opuseram. O Dr. Curador opinou favoravelmente ao pedido.

3 - Em face do exposto defiro o pedido de retificação formulado, expedindo-se mandado para que o Sr. Oficial do 15.^o Registro de Imóveis proceda à retificação pretendida, para consignar, na transcrição n.^o 63.354, que o terreno situado à Rua Edu Chaves n.^o 414, antigo n.^o 18, tem, de frente para essa rua, 228,00 metros e não 26,00, metros e que, aos fundos, tem, também, 28,00 metros e não 26,00 metros.

Deixo de determinar a retificação nas transcrições anteriores, uma vez que a cada transcrição fica cancelada a anterior.

Arbitro em Cr\$ 250,00 os salários do perito.

Custas pelos requerentes.

P. R. I.

São Paulo, 25 de janeiro de 1972.

(aa) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogado: José Maurício Varella.

Representação - 202/71 - Juízo de Direito da 2.^a Vara dos Feitos da Fazenda Municipal - 12.^o Registro de Imóveis - Sentença de fls. 50 - Vistos etc. I - O MM. Juiz em exercício na 2.^a Vara da Fazenda Municipal requisitou certidão de eventual transcrição de uma área de terras situada em território da 12.^a Circunscrição, para instruir ação de usucapião. A certidão se destinava à citação pessoal da pessoa em nome de quem a área estivesse transcrita. II - O Serventuário encaminhou a certidão de fls. 8, de nenhuma valia, de vez que fundada em despacho do Exmo. Sr. Des. Corregedor Geral Ministro Pedro Chaves alegava não ter elementos para certificar. III - Determinei o fornecimento da certidão em 48 horas, o que foi cumprido pelo Serventuário. IV - Deixo de aplicar qualquer penalidade ao serventuário. A certidão de fls. 8 foi fornecida pelo titular, Dr.- Gabriel Lima da Silva Dias, falecido pouco tempo depois. O Oficial interino, em 5 de agosto de 1971 ao se manifestar nos autos esclareceu não ter elementos para certificar da maneira desejada. V - Com efeito, é razoável a alegação do serventuário interino, embora não lhe assista razão no procedimento adotado. Nas ações de usucapião é necessária a prova de que o imóvel esteja ou não transcrito em nome de outrem. É necessário porque em caso positivo, a pessoa em nome de quem esteja transcrito o imóvel deve ser citada pessoalmente. O sistema de índice do nosso registro imobiliário conta com duas modalidades, ou seja, o Indicador Pessoal e o Real. No primeiro as transcrições o inscrições são anotadas, tendo-se em conta o nome do proprietário. São organizados fichários auxiliares, por ordem de nomes. No indicador pessoal o interessado tem o seu nome lançado e todos os negócios que tiver são ali lançados (transcrições, inscrições de hipotecas, loteamento, promessas de alienação, averbações, etc.). - No indicador real o princípio a vigorar é o do imóvel. Este é lançado na coluna própria e as mutações que sofrer, de propriedade, são anotadas. Assim, quando o imóvel é vendido não se abre nova indicação, como é o caso do indicador pessoal, mas registra-se tão somente o nome do novo proprietário.

Quando se trata de imóvel urbano, a sua identificação é plenamente possível, pois basta declinar a rua e o número. Fácil será organizar um índice, pelo imóvel. - Entretanto, a dificuldade surge quando se trata de imóvel rural. Este, quase sempre é nomeado como "uma sorte de terras de tantos hectares, situada no bairro tal, distrito tal, do município tal". Por aí se vê que dar-se uma busca para se certificar se determinado imóvel está ou não transcrito em nome de alguém é coisa difícil, se não quase impossível. A certidão fornecida em tais casos não induz plena certeza sobre o quanto vem atestado. O procedimento pois, do serventuário, apesar de censurável, não tem caráter de gravidade susceptível de uma sanção disciplinar. É que deve ser levado em conta que as certidões fazem prova do que nela se declara e ninguém quer certificar inverdades, mormente serventuários de justiça, acostumados aos rigores dos atos e praxes judiciais. Tendo sido atendida a solicitação do MM. Juiz, determino o arquivamento da presente representação. Publique-se e Comunique-se. - São Paulo, 7 de março de 1972. - (a) Ruy de Mello Almada, Juiz de Direito.

Vistos - Alcibiades Salles pretende a transcrição da escritura de venda e compra do imóvel - lote n.^o 2, da Chácara Itaim, antiga Rua Bibi n.^o 130, lavrada em 8 de setembro de 1970, no 11.^o Cartório de Notas da Capital, às folhas 95, do Livro n.^o 2.394. Aduziu que essa escritura foi obtida com muita dificuldade pois o compromisso de venda e compra de parcela ideal de terreno e

contrato de empreitada de 15 de setembro de 1955, lavrada pelo 24.º Cartório de Notas, inscrita sob n.º 8.149, folhas 221, Livro 4-I, da 4.ª Circunscrição Imobiliária Abbud & Chohfi, representada por seus sócios Jorge Naim Abbud e Mussalam Abbud, só pode ser consubstanciada depois de obtida autorização do espólio de Tufik Chohfi para a sua outorga assim como a presença de Michel Elias Abud, sócio remanescente da extinta vendedora.

A inicial veio instruída com os documentos de folhas 7/23. O Sr. Oficial da 4.ª Circunscrição se manifestou (folhas 25), apontando que a pretendida transcrição não pode ser feita não só pela falta de exibição da certidão negativa de tributos municipais e recibo predial de 1970, como pela falta de exibição do certificado de quitação previdenciária. Apontou, ainda, falta de referência ao C. G. C. de vendedora e aduziu que o alvará expedido pela 9.ª Vara da Família e das Sucessões autorizava o espólio de Tufik Chohfi a transmitir o apartamento mas quem outorga a escritura não é esse espólio mas sim a Imobiliária Abbud & Chohfi. Por fim, o que está sendo vendido não é apartamento, mas fração ideal do terreno, havendo, ainda, engano no nome do outorgado. O requerente impugnou essa manifestação (folhas 28/29) e o Dr. Curador opinou-se sugerindo providências (folhas 30), seguindo-se nova fala do oficial (folhas 31), com nova petição do requerente, instruída de documentos (folhas 33/38). Por derradeiro, o Dr. Curador opinou fosse a dúvida julgada improcedente, o MM. Juiz em exercício determinou do I.N.P.S., contra o que se insurgiu o requerente, com o apoio do Dr. Curador.

Relatados, decido:

Alcibiades Salles, conforme escritura lavrada em 15 de setembro de 1955, no 24.º Cartório de Notas da Capital, posteriormente inscrita sob n.º 8.149, folhas 221, livro 4-I, da 4.ª Circunscrição Imobiliária, celebrou com a firma Imobiliária Abbud & Chohfi representada por seus sócios Jorge Naim Abbud e Mussalam Abbud, um contrato de compra e venda de uma fração ideal de 5712.000 avos do terreno situado nesta Capital, como sendo o lote 2 da Chácara Itaim, antiga Rua Bibi n.º 130, com as características e confrontações constantes da escritura. Ao mesmo tempo foi celebrado contrato da empreitada de construção de uma unidade autônoma denominada apartamento, localizado no 6.º andar ou sétimo pavimento.

Concluído o pagamento, não conseguia obter a escritura definitiva porque a promitente vendedora há mais de dez anos cessara suas atividades, inclusive porque falecera um dos sócios Tufik Chohfi. Obteve, no inventário deste, alvará para a outorga da escritura definitiva, à qual compareceram o inventariante Gilberto Chohf e sua esposa e a viúva meeira, além dos demais herdeiros. A escritura também compareceu Michel Elias Abbud.

Como ponderou o Dr. Promotor Público, em se tratando de firma extinta há longos anos não se pode exigir o certificado de quitação previdenciária (C.Q.), ainda porque por ocasião da celebração da promessa de venda e compra ele não era exigível. - Conforme se verifica de folhas 34, foi comprovada a mudança de numeração do terreno e a construção do apartamento está regularmente averbada (folhas 36/37).

Quanto, ao C.Q deve-se atentar para a realidade dos fatos: inexigibilidade à vista da extinção da sociedade civil e por serem ratificação de ato praticado muito antes; acrescente-se que a construção do prédio já está averbada desde 1956, portanto em época anterior à Lei Orgânica da Previdência Social, e que todas as outras unidades autônomas foram transacionadas e respectivos títulos sem essa exigência.

É sabido que as decisões que resolvem as dúvidas têm caráter normativo.

Se já fora anteriormente, como informa o suscitante, julgada improcedente, dúvida pelo mesmo motivo, relativamente a outra unidade autônoma do mesmo prédio, a questão não deveria ser renovada por tal fundamento.

Resta a comprovação da inexistência de débitos municipais e a exibição do aviso de lançamento do imposto predial de 1971 e não 1970. como adiante se verá.

O primeiro é necessário e não pode ser suprido senão pela forma estabelecida no artigo 44 do Decreto-lei n.º 203/70, o que não ocorreu na hipótese; nem tem, aqui, qualquer aplicação o Provimento 12/67, da E. Corregedoria Geral da Justiça, que à lei não se sobrepõe; o segundo é indispensável para o atendimento do artigo 41 do Regimento de Custas acima citado.

Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida, condicionando, entretanto, a transcrição pretendida à exibição da certidão negativa de débitos fiscais para com o município e do aviso recibo do imposto predial de 1971.

Custas, na forma da lei, P. R. Int. - São Paulo, 6 de março de 1972. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

2540-70 - Vistos, etc. - I - Katsumi Aramaki, brasileiro, casado, comerciante, domiciliado e

residente nesta Capital, devidamente representado, intentou a presente ação de adjudicação contra a S.A. Imobiliária Irmãos Rudge na qual alega que a R não lhe outorga a escritura definitiva do imóvel sito à avenida Parada Pinto n.º 1.036, quadra n.º 327, de trezentos e vinte metros quadrados. O peticionário Fie tornou cessionário dos direitos sobre aludido lote, consoante averbação n.º 5.939, fls. 198, Livro 8-C, da 2.ª Circunscrição do Registro de Imóveis. II - A R devidamente citada apresentou a contestação de fls. 21, na qual alegou estar disposta a outorgar a escritura a quem de direito, sendo-lhe indiferente a esta ou a outra pessoa, de vez que prometeu vender e recebeu todo o preço.

III - Na instrução foram ouvidas testemunhas do A. e da R sendo marcada data para leitura da decisão.

Procede a ação.

Segundo se vê do documento juntado com a inicial o A. se tornou cessionários dos direitos sobre o imóvel antes prometido a Cristóvão Gomes de Andrade e a cessão foi regularmente averbada no Registro de Imóveis competente (fls. 6). Ora, tal cessão assim averbada à margem da inscrição do loteamento induz a certeza do negócio jurídico realizado entre as partes não podendo o promitente vendedor se negar em outorgar a escritura definitiva. A averbação faz prova plena do direito real em benefício do cessionário não sendo de ser acolhida qualquer alegação de fraude ou erro ria manifestação da vontade ou que só poderá ser discutido em ação própria.

Assim sendo, julgo procedente a ação e adjudico a Katsumi Aramaki o imóvel sito à Avenida Parada Pinto n.º 1.036, quadra n.º 327, de trezentos e vinte metros quadrados e objeto da averbação n.º 5.939, à margem da inscrição n.º 30, do Livro 8-C, fls. 198, da 2.ª Circunscrição do Registro de Imóveis. Condeno a R ao pagamento das custas do processo e à verba honorária de dez por cento sobre o valor do imóvel, constante do documento de fls. 6. - Publique-se hoje. - São Paulo, 7 de março de 1972. - O Juiz de Direito, Ruy de Mello Almada.

Advogados: Alberto Sugai - José Carlos Guimarães Lobo - José Danilo de Paiva Carvalho - Valquiria Giordano Pinto - Léila da Rocha Camargo.

Vistos - Agenor Vieira da Silva e Salvador Vieira de Araújo, alegaram que Augusto Vieira da Silva, por compra feita a Serafim. Vieira da Silva Filho adquiriu na parte ideal correspondente a um terço (1/3) de um terreno, sem denominação situado no bairro de Parelheiros, distrito de Parelheiros, com uma área de 15 alqueires.

Os suplicantes eram condôminos nesse imóvel, possuindo uma parte ideal correspondente a um terço.

Efetuada levantamento no imóvel, verificaram que a área é de 470.400 m².

Augusto Vieira da Silva celebrou com os vendedores escritura de ratificação e retificação para consignar que a área objeto da transação era a acima mencionada, avelhada à margem da transcrição aquisitiva na 11.ª Circunscrição Imobiliária.

Alegou, ainda que suas aquisições decorrem das transcrições n.º 24.709, 33.540 e 33.541, da 11.ª Circunscrição Imobiliária.

Requeru a averbação, à margem dessas transcrições, para consignar que a área adquirida é de 470.400 metros quadrados.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 6/10 e a sra. Oficial do Registro se manifestou às fls. 14.

A inicial foi aditada para solicitar, de acordo com o artigo 227 do RRP a retificação de área; citados vendedores e confrontantes, inclusive por editais (fls. 24-26) assim como as Fazendas Públicas o dr. Curador de Ausentes ofereceu contestação (fls. 32), argüindo, preliminarmente a falta de citação regular dos interessados ausentes: sobre a preliminar se manifestaram os requerentes (fls. 34), juntando os documentos de fls. 35-36, efetuando-se, a seguir a perícia de fls. 39-40, completa pelos esclarecimentos de fls. 43-46.

O feito foi saneado (fls. 50) e na audiência de instrução e julgamento (fls. 51), as partes ratificaram seus pedidos.

Relatados, decido.

Conforme se verifica. das transcrições aquisitivas (24.709 - fls. 8) a área adquirida pelos requerentes foi enunciada como sendo quinze (15) alqueires.

Como se trata de parte ideal, outro condômino, em 1959, providenciou escritura de retificação e ratificação modificando a área adquirida e essa escritura foi averbada à margem da transcrição. No caso em exame, foram regularmente citados os confrontantes e efetuada perícia (fls. 39-40 e 43-46) que demonstrou a exatidão do pedido.

Tendo sido guardadas todas as cautelas que se impunham e considerando a perícia efetivada, o pedido deve ser deferido.

Em face do exposto, defiro, o pedido de fls. 2/3, com o aditamento de fls. 16, determinando a expedição de mandado para a retificação pretendida, do qual entrarão o laudo de fls. 39-40 e os esclarecimentos de fls. 43-46, por xerocópia.

Arbitro em Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros), os salários do perito. - Custas pelos requerentes. -

P. R. Int. - São Paulo, 6 de março de 1972. - O Juiz de Direito - Gilberto Valente da Silva -

Advogados: Pedro Helfenstein Prado - Carlos H. L. Mazzeo - Moacyr Collaço - Mário Vilas Boas Rodrigues.

D. O. J. 14-3-72

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

Proc. 103/72

Consulta 10.^o, 11.^o e 15.^o Registros de Imóveis

Exmo. Sr.

Dr. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

Os Serventuários do 10.^o, 11.^o e 15.^o Cartórios de Registro de Imóveis da Capital, abaixo assinados, vêm respeitosamente à presença de V. Excia. para, inicialmente, expor o seguinte: As sucessivas descrições dadas aos limites Subdistritos da Capital, especialmente definindo as divisas entre os Subdistritos de Santo Amaro, Ibirapuera e Butantã, sempre foram feitas com indicações vagas, como ocorre mesmo nos dias atuais, quando, incompreensivelmente em uma cidade como São Paulo, as divisas entre aqueles Subdistritos baseiam-se em vagas indicações de contrafortes, divisores de rios, etc.

Essa imprecisão de limites e suas periódicas modificações em muitos casos geraram confusão quanto à Circunscrição exata a que os imóveis pertenciam à época de seu registro, confusão essa agravada por alvarás e certidões da Prefeitura Municipal fornecidas com idênticos vícios (xerocópias anexas).

Com o recente remanejamento de Subdistritos da Capital entre as várias Circunscrições Imobiliárias, feito pela Resolução n.^o 1, de 29/12/1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, e tendo sido o 30.^o Subdistrito-Ibirapuera transferido da Jurisdição do 11.^o para o 15.^o Cartório de Registro, tornou-se mais do que nunca necessário e inadiável o esclarecimento da exata localização de imóveis situados em zona limítrofe que estão sendo transacionados, mas mesmo as plantas da cidade encontradas em firmas especializadas não levam os Serventuários a conclusões definitivas.

Por essas razões, os sinatários julgaram do bom alvitre obter do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo o fornecimento, em caráter oficial, de três vias de planta uma para cada Cartório - da região da cidade em que apareçam com nitidez os limites entre os Subdistritos de Santo Amaro, Ibirapuera e Butantã, para que, pelos menos, a partir de agora, cada imóvel venha a ser registrado na Circunscrição a que realmente pertença.

Os sinatários não ignoram que, ao rever os registros já feitos, alguns - ou muitos, não se sabe ao certo aparecerão figurando em Subdistrito ou Circunscrição inexata, e embora a rigor se devesse providenciar o cancelamento do registro para sua repetição no Cartório competente, é de se convir que o meio mais prático de corrigir a localização de cada imóvel será o da averbação dessa circunstância à margem do registro existente, o que permitirá transportá-lo em caso de alienação, aí sim, para a Circunscrição correta.

Essa providência, M. Juiz, garantirá plenamente a continuidade dos registros, resguardará os direitos das partes e propiciará enorme economia de trabalho e despesas para os interessados. Do ponto de vista legal, o amparo à medida está em lições de alguns mestres e em decisões anteriores dessa mesma Vara, considerando-se sempre a inexistência de erro deliberado ao proceder-se os registros imperfeitos. A decisão da dúvida "10.^o Circunscrição x Benedito Ribas dos Santos" (xerox anexo) adapta-se perfeitamente à situação exposta.

Concluindo, os Serventuários que assinara esta Representação requerem de V. Excia. sejam eles autorizados a proceder às averbações de retificação de Subdistrito e aos registros conseqüentes a essas retificação sempre que, pelo exame da planta fornecida pelo Instituto Geográfico e Geológico cheguem a conclusão indubitável sobre a localização do imóvel, aguardando em cada caso o requerimento do interessado.

Esperando a decisão de V. Excia. ditada como sempre pelos princípios de sabedoria e Justiça, subscrevem-se, respeitosamente,

São Paulo, 6 de março de 1972.

(a) Maria Helena Leonel Gandolfo, 10.º Registro de Imóveis.

(a) Maria da Glória Cotrin Barbosa, 11.º Registro de Imóveis.

(a) Júlio de Oliveira Chagas Neto, 15.º Registro de Imóveis.

Despacho

A. Aprovo a sugestão dos dignos Oficiais signatários.

S. P. 7-III-72

(a) Ruy de Mello Almada, Juiz.

Nº 094 - Publicação: Mai/Ago 1972

Redação

Estão se avolumando as cartas que, de algum tempo para cá, vimos recebendo de inúmeros colegas, especialmente do Interior do Estado, insistindo em que se pleiteie do Governo a elevação dos proventos de nossa aposentadoria, sob a alegação de que o aumento do custo de vida prossegue em sua marcha inexorável, reduzindo, sem cessar, o poder aquisitivo de seu valor monetário.

Realmente, se examinarmos o problema com a isenção necessária, não poderemos deixar de concluir que os missivistas têm razão de sobra em propugnar pelo atendimento dessa reivindicação, pois embora as autoridades competentes se venham de há muito empenhando a fundo no sentido de erradicar do nosso meio a praga da inflação, a verdade é que até agora não lhes foi possível conseguí-lo.

À vista desse fato, e não obstante os reajustes para maior obtidos pelos padrões relativos à aposentadoria aludida sempre que há sido elevado o teto, do salário mínimo, - é natural que todos nós, para atender à própria subsistência e à de nossas famílias, sejamos obrigados, como estamos sendo, a gastar cada vez mais para comprar cada vez menos.

Aliás, sentindo a gravidade de tal situação, alguém já opinou que esta poderia ser grandemente suavizada mediante a concessão de adicionais àqueles proventos, calculados com base no tempo de serviço prestado pelos serventuários em geral, - de modo a que o seu valor, na hora da aposentadoria, atingisse, rio mínimo, ao dobro do atual.

A sugestão nos parece providencial, - pois, embora a sua concretização dependa da concordância do Governo, estamos convencidos de que este não a recusará, tratando-se, como trata, de uma reivindicação justíssima - só podendo ocorrer o contrário se, eventualmente, as possibilidades da Carteira não o permitirem, - o que acreditamos não aconteça, em face da próspera situação financeira que ela atualmente desfruta.

Transmitindo, assim, aos ilustres membros do Conselho daquela entidade previdenciária, a idéia generosa que se contém na sugestão aludida, fazemo-lo pedindo-lhes, ao mesmo tempo, em nome não só dos referidos missivistas, senão também de toda a nossa classe, que a estudem cora a seriedade que merece e procurem, - se a julgarem viável, como pensamos que é, - submete-la, quanto antes, à apreciação de nosso Governo, o qual, certamente, não deixará de aprová-la.

SOCIAIS:

NO JARDIM DE EPICURO...

Se,

pelas veredas que trilhas,
há cardos e há rosas,
e tu não desconheces
a natureza hostil dos espinhos,
por que, então, te preocupares
com esses cardos maninhos?!

Detém-te,
apenas, ante as rosas...
E o teu ideal resume

em gozar a beleza e o perfume
de quantas encontrares
em teus caminhos...

F. T.
S. Paulo, 1952.

**ASSUNTOS DIVERSOS:
UM CÓDIGO CIVIL NOVO E UMA NOVA SOCIEDADE
TEÓFILO CAVALCANTI FILHO**

Na semana passada, o prof. Miguel Reale fez entrega do projeto do novo Código Civil ao Ministro da Justiça, prof. Alfredo Buzaid. O trabalho exigiu um esforço de três anos, de uma comissão de juristas, composta dos profs. José Carlos Moreira Alves, Agostinho, Alvim, Sílvio Marcondes, Ebert Chamon, Clóvis Conto e Silva e Torquato, Castro, sob a presidência e orientação geral do atual reitor da Universidade de São Paulo. O primeiro se encarregou da Parte Geral, o segundo, da parte das Obrigações, o terceiro, da Atividade Negocial e Empresarial, o quarto do Direito de Família e o quinto, do Direito de Sucessões.

O projeto, que tem mais de dois mil artigos, deverá ser agora publicado no Diário Oficial, para conhecimento e crítica dos Tribunais, das Faculdades de Direito, das Instituições de Classes, dos interessados, que terão o prazo de 120 dias para oferecer sugestões e formular observações. As críticas e sugestões serão encaminhadas à Comissão, para um reexame geral e redação definitiva. Depois, deverá ser submetido ao Congresso, para a discussão e aprovação.

NOVA ESTRUTURA

Desde que iniciou os trabalhos, em exposição feita na Faculdade de Direito de São Paulo, o prof. Miguel Reale deixou claro que não iria tratar da elaboração de um novo Código, mas sim fazer, a revisão do atual. Segundo acentuou então, e reitera agora, o Código de 1917 se mantém válido em sua linha fundamental, não havendo razão para pô-lo de lado e organizar um novo estatuto. O que é preciso é revê-lo, dar-lhe a vitalidade indispensável em vários pontos e nele introduzir institutos e regras que a sociedade social do presente está a exigir.

CARACTERÍSTICAS

O trabalho orientou-se fundamentalmente, pela idéia de dar ao Direito Civil brasileiro um caráter de concreção, permitindo uma íntima relação entre as fórmulas abstratas e a vida do país. Também animou os seus elaboradores o propósito de harmonizar os interesses individuais com os interesses sociais, a autonomia da vontade com os objetivos fundamentais da organização social. Por esse motivo, foram largamente infundidos nos institutos princípios como os da boa-fé, onerosidade excessiva, equidade.

A LINGUAGEM

Mudanças de fundo ocorreram. O Código, se a proposta da Comissão for acolhida, se dividirá numa Parte Geral e que foi mantida, rejeitada assim a sugestão Orlando Gomes), vindo logo a seguir a parte das Obrigações, passando-se depois à Atividade Negociável e Empresarial, ao Direito das Sucessões.

Atendendo a sugestões da doutrina moderna, unifica a parte de Obrigações, tratando conjuntamente das de natureza comercial e civil, bem como o setor associativo, sob a denominação genérica de empresário.

O prof. Miguel Reale põe grande empenho em afirmar que houve uma preocupação muito grande com a linguagem, embora acentue que a linguagem a ser utilizada em obras dessa natureza é a de juristas e não de gramáticos. Mas está convencido de que "uma lei bela já é meio caminho andado para a comunicação de justiça".

AS GRANDES LINHAS

Comissão, mantendo a Parte Geral, nela introduziu modificações de grande alcance, quer no que diz respeito às pessoas, quer no que se refere aos bens e atos jurídicos. As pessoas jurídicas, de Direito Privado e de Direito Público, ganham características mais precisas e uma ordenação geral, dado que a parte comercial também fica disciplinada no Código.

Os Territórios passam a ser expressamente nomeados entre as pessoas jurídicas de Direito Público Interno.

A SITUAÇÃO DO MENOR

Não há porém alteração, quanto à capacidade, que se mantém no nível dos 21 anos. Contudo,

abrem-se novas possibilidades para as emancipações. Entretanto, na Parte Especial, a situação do menor se modifica, podendo ser responsável pelos prejuízos que ocasionar, desde que disponha de bens para tanto.

A in experiência. e a premente necessidade pode dar motivo a anulações de atos jurídicos, atendendo o Código, assim, a lições da experiência.

DIREITOS DE PERSONALIDADE

Certamente, a novidade mais importante, quanto à repercussão, nessa área, será a acolhida e regulamentação dos denominados direitos de personalidade, a respeito dos quais os legisladores de outros países e os juristas têm-se manifestado insistentemente.

NOVAS FIGURAS E NOVOS CONTRATOS

Muita água correu, desde que o Código de 1917 entrou em vigor, atingindo fundamente a parte obrigacional. O país se desenvolveu, a sociedade se alterou, surgiram novas modalidades de negócios, novas fórmulas contratuais se revelaram. O projeto abre artigos para todas elas, introduz modificações nas já existentes. Um capítulo inteiro contém a disciplina geral dos títulos de crédito. Imprime nova disciplina às locações para fins industriais e comerciais. Certas cláusulas, como as de imprevisão, são contempladas.

Uma orientação genérica é introduzida, no sentido de imprimir ao contrato uma finalidade eminentemente social. Com isso, procura-se evitar as consequências perigosas dos exageros da autonomia da vontade. O princípio do abuso de direito, com as suas consequências, é nitidamente disciplinado, dando-se aos juízes um instrumento útil de justiça social v equidade.

O DANO MORAL E A RESPONSABILIDADE OBJETIVA

O novo Código se manterá fiel à culpa como fato determinante da responsabilidade civil.

Contudo, abre possibilidades maiores para as hipóteses de responsabilidade objetiva, em casos especificados em lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano representar grande risco para o direito de outrem, salvo quando houver comprovado emprego de medidas tecnicamente adequadas para preveni-lo.

Outra particularidade de relevo é a expressa alusão ao dano moral, que passa a ser indenizável independentemente de reflexos de ordem patrimonial. O assunto, naturalmente, dará margem a debates, que já se adivinham brilhantes.

AS SOCIEDADES

A parte do projeto, que certamente vai suscitar discussões mais acaloradas, é a que se refere às sociedades, em geral. A matéria, é evidente, tem implicações muito extensas com a parte econômica e financeira. Por isso mesmo, acredita-se que venha a dar margem a debates. Nela, todas as sociedades são contempladas. Mas em termos novos, abrindo-se a perspectiva da responsabilidade pessoal, desde que haja abusos, mesmo para figuras como as de caráter limitado, Novos tipos de sociedades econômicas são construídos. Prevêem-se medidas para resguardar os interesses das minorias. Há disciplina especial no que se refere às auditorias. Nesta parte, o projeto incursionou largamente. É fora de dúvida que há reformulação geral de todo.

A PROPRIEDADE E A SOCIEDADE

Tal qual ocorre no setor contratual, o projeto também se esforça por imprimir à propriedade uma função eminentemente social, atento aliás ao que a própria Constituição Federal dispõe. Dentro desse espírito, entre outras, ressalta a idéia de que a propriedade privada deve ser utilizada de maneira a não prejudicar a flora, a fauna e o equilíbrio ecológico, e ainda de forma a evitar a poluição do ar e da água, Embora não se tenha preocupado, como alguns desejavam, como reduzir excessivamente prazos para o usucapião, admite uma fórmula socialmente relevante para a aquisição da propriedade, intitulada de posse-trabalho. Quando o possuidor de boa-fé, após certo período, demonstre ter submetido a terra a trabalho produtivo e relevante, poderá adquiri-la em tempo mais reduzido. Com isso, procura o projeto segundo esclarece o prof. Reale, conciliar os interesses individuais com os sociais, fugindo a certas fórmulas conhecidas e que favorecem mais os níveis econômicos elevados.

Outra inovação relevante, contida no projeto, se refere à desapropriação por via judicial, permitindo ao juiz expropriar áreas de terras que, durante cinco anos, tenham sido trabalhadas por número considerável de pessoas, nelas realizando obras socialmente relevantes.

A MULHER NA SOCIEDADE CONJUGAL

Não abre o projeto oportunidade para nenhuma fórmula divorcista. Os integrantes da comissão tiveram em vista, a respeito do assunto, que a Constituição Federal, expressamente, invalida qualquer tentativa dessa natureza. Mas, segundo esclarece o prof. Reale, também nesse setor

mudanças profundas deverão ocorrer. A chefia da sociedade conjugal continua com o marido, mas ele não mais a exerce em caráter com caráter absoluto. As questões essenciais à família pasmarão a ser decididas em comum, no legítimo interesse: de todos os componentes da instituição. Não havendo acordo, prevalecerá a vontade do marido, mas a mulher, nesse caso, poderá recorrer ao juiz, desde que não se trate de questão personalíssima. O domicílio do casal será escolhido pelo homem e pela mulher, mas a um e a outro será dado ausentar-se, para atender a interesses relevantes. O desquite amigável poderá ser requerido um ano após a celebração do matrimônio. A conduta desonrosa, após o casamento, será motivo bastante para o desquite.

OS REGIMES

O regime de comunhão universal deixa de ser o regime legal, para ceder o lugar ao regime de separação parcial, com a comunhão de aquestos. Contrariamente ao que pretendiam alguns setores, a idade para o casamento é mantida nos níveis atuais.

FILHOS DE CASAIS SEPARADOS

Outra inovação de grande alcance se refere à situação dos filhos de casais separados, mas não desquitados. Desde que se achem separados há cinco anos, os filhos que venham a ter, com outras pessoas, são tidos como legítimos. Há equiparação, para essa finalidade exclusiva, à situação dos desquitados.

O projeto também contempla a doença mental como causa de anulação do casamento, eleva a 4 anos o prazo para anulação por coação, abre novas possibilidades para o registro do casamento religioso. Transforma o cônjuge em herdeiro necessário desde que não esteja o casal separado há cinco anos, dá ao elemento finalidade de resguardar o "status social". As restrições à legítima exigem justificação. Também simplifica o testamento.

O CÓDIGO CIVIL

O Código Civil, que agora se tenta substituir, foi promulgado no dia 1.º de janeiro de 1916, para entrar em vigor no ano seguinte, 1.º de janeiro de 1917. Decorreu de um anteprojeto, elaborado por um dos nossos maiores juristas, Clóvis Beviláqua. Na sua elaboração colaboraram figuras notáveis como Rui Barbosa, que no Senado teve uma participação extraordinária nos trabalhos de discussão e revisão. Nos 55 anos de sua vigência, o Código se revelou como um estatuto de grande perfeição técnica e instrumento social notável, em muitos setores. Com o correr dos anos, as novas condições surgidas foram exigindo retoque no seu texto e a elaboração de novos diplomas. Em 1942, sentiu-se a necessidade urgente de elaborar, um novo estatuto das obrigações, tendo sido constituída para esse fim uma comissão composta pelos Srs. Orozimbo Nonato, Filadelfo Azevedo e Halmemann Guimarães, a qual em pouco tempo se desencumbiu dessa tarefa. Esse projeto não vingou. No governo Jânio Quadros, retomou-se a idéia reformista, sendo encarregado o jurista Orlando Gomes de elaborar o projeto de Código Civil. Em pouco tempo, também, o jurista baiano concluiu o seu trabalho. O projeto foi objeto de críticas generalizadas, partidas de diferentes setores da opinião pública, razão por que terminou sendo posto de lado. Constituiu-se, então nova comissão sob a presidência do prof. Miguel Reale, para um trabalho geral de revisão. Esse trabalho é que acaba de ser concluído, após três anos.

Tribuna de Justiça

OS FILHOS NÃO SÃO CULPADOS!

CARLOS A. DUNSHEE DE ABRANCHES

Espera-se ansiosamente que o projeto do novo Código Civil, entregue ao Ministro da Justiça pelo professor Miguel Reale tenha acabado com as odiosas distinções estabelecidas pelo Código Civil de 1916, entre filhos havidos dentro e fora do matrimônio. Como é sabido, o legislador brasileiro, refletindo os preconceitos morais e religiosos do século passado, classificou os filhos como legítimos, legitimados, naturais, reconhecidos e ilegítimos. Como se isso não bastasse, marcou ainda esta última categoria com adjetivos infamantes tais como adúltero ou incestuoso conforme a criatura fosse gerada fora do leito conjugal, por pessoa casada ou ligada ao nascituro por íntimo laço de sangue.

O critério para tal classificação era apenas o procedimento e o estado civil dos pais, com absoluto esquecimento da futura situação jurídica criada para o filho inocente. Este iria sofrer, por toda a vida, não só uma condição social humilhante, como uma discriminação patrimonial iníqua. Proibindo o reconhecimento dos filhos ilegítimos, subtraía-se o pai ao dever natural de

alimentar o filho e a este o direito de concorrer à herança do progenitor impedido, Mesmo no caso de filho oriundo de pessoas desimpedidas, mas não casadas, que viesse a ser reconhecido na constância do casamento posterior de um dos progenitores com terceira pessoa, timbrou dito Código em discriminar entre o filho natural e o legítimo. Nesta hipótese o filho natural só teria direito à metade da herança que couber ao filho legítimo. Por que razão o filho nascido de pais casados, um dos quais gerou outro filho fora do matrimônio, deve, em face da lei, ter mais direitos que outro filho gerado por um dos pais fora do matrimônio? Nenhum dos dois, por mérito ou culpa próprios, contribuiu para a diversidade de circunstâncias em que ocorreram os dois nascimentos, logo não existe qualquer fundamento moral ou jurídico que justifique a desigualdade de tratamento perante o direito ou a sociedade, Todos os homens foram criados iguais, proclamou em 1776 a Declaração da Independência dos Estados Unidos. Todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos, reafirmou na França, 13 anos depois, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este princípio, que é a pedra fundamental da civilização ocidental, cristã e democrática, foi consagrado pela Constituição brasileira de 1891: "Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento". Como justificar-se, portanto, os privilégios de nascimento concedidos pelo codificador civil no início deste século, em favor dos filhos nascidos dentro do matrimônio e contra os nascidos fora dele, por circunstâncias totalmente alheias à vontade de qualquer dos dois? O motivo invocado foi a defesa da família, constituída pelo casamento legal, de vínculo indissolúvel. Ora, pode-se divergir do princípio da indissolubilidade do casamento e preferir a solução do divórcio à do desquite, mas em qualquer dessas soluções prevalece a instituição da família e a necessidade da sua proteção. Todavia, visando a defesa dessa instituição insubstituível e a de certos valores sociais legítimos, o que o nosso Código Civil e outros contemporâneos dele fizeram, foi criar uma série de sanções morais e econômicas que atuassem sobre os cônjuges e os intimidassem a não violar as regras da exclusiva procriação dentro do casamento, de fidelidade conjugal e da indissolubilidade do vínculo, sob pena de infligirem eles à própria descendência, resultante de tais violações, as humilhações e injustiças que repugnam normalmente aos sentimentos paterno ou materno. Esses legisladores revelaram-se, porém, maus psicólogos e sociólogos, pois as referidas sanções, desde aquela época, não impediram a proliferação de filhos nascidos fora do matrimônio, servindo apenas para agravar as injustiças e tensões sociais já existentes. Mais grave porém, foi a política unilateral e injusta seguida por esses códigos, porque, para defender um valor fundamental, como é a família, esqueceram outro valor fundamental, como é o direito de todo ser humano a receber igual tratamento e proteção da lei. Colocados ambos à luz dos princípios da igualdade e da não discriminação, por que motivo o filho nascido dentro do matrimônio e o nascido fora deste não de receber tratamentos diferentes em matéria de direito ao nome, aos alimentos e à herança dos genitores? Como justificar-se que o filho de progenitor casado legalmente duas ou três vezes esteja sujeito por lei a partilhar com os irmãos dos outros leitos o nome, os alimentos e, após a morte, os bens do progenitor comum e não deverá conformar-se com a mesma solução no caso de que seus irmãos hajam nascido fora do casamento? Consequentemente, repugna que duas criaturas, filhas do mesmo pai ou mãe, que nascem com os mesmos direitos naturais, sejam tratados pelo legislador de maneira desigual, apenas com base em fatores anteriores ao casamento e alheios à sua condição humana.

(Jornal do Brasil)

CONCEITO DE EMPRESA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Na Previdência Social empresa tem conceito bem mais amplo do que no Direito do Trabalho. Diz a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei 3607/60)

"art. 4.º - Para os efeitos (grifemos) desta lei considera-se:

a) empresa - o empregador como tal definido na consideração das Leis do Trabalho".

Portanto, trata-se: a) do empregador propriamente dito, b) dos equiparados, como os profissionais liberais, associações de beneficência, recreativas e outras instituições sem fins lucrativos (parágrafo 1.º do artigo 4.º da C.L.T.), e) entende-se coobrigada ou solidária a empresa participante do grupo econômico (parágrafo 2.º do artigo), para efeitos tributários

também.

Proseguindo, o artigo 4.º da L.O.P.S. refere:

"bem como as repartições públicas, autárquicas e quaisquer outras entidades públicas ou serviços administrados, incorporados ou concedidos pelo Poder Público ... "

O texto é claro: trata-se do órgão de administração pública direta ou não, e da empresa pública, em geral.

No fim, diz o artigo:

"em relação aos respectivos servidores no regime desta Lei"

A contrário senso, pode-se, excluir o órgão da administração pública que não possua "servidores no regime desta lei". Quer dizer aqueles "excluídos do Regime desta lei" (artigo 3.º da L.O.P.S.) : "servidores... que estiverem sujeitos a regimes próprios de previdência".

Se o pessoal admitido na forma da C.L.T. é pacificamente segurado da Previdência, quanto aos demais (aqueles regidos por Estatuto), permanece um elemento divisor. O órgão de administração será filiado ao sistema geral da Previdência dependendo de dispor ou não de regime próprio.

O ponto merece atenção pois as; prefeituras municipais, por vezes, implantam seu "regime próprio" de Previdência, excluindo o pessoal estatutário do sistema geral. Ora, nem sempre resulta boa a experiência, no correr do tempo, sobretudo se não é precedida de cálculo atuarial preciso. E o resultado é nefasto para a prefeitura e para os servidores.

Seria ainda de assinalar que regime de previdência não é, nem pode ser, conceito elástico, mutável ao sabor das diferenças geográficas ou capacidade financeira.

Por regime de previdência se deverá entender o correspondente ao plano dos benefícios, senão da L.O.P.S., que é amplo e generoso, ao menos os das Convenções da O.I.T. às quais se obriga o Brasil. Fora daí, nada feito: há arremedo de Previdência.

Certas figuras de empresa. no campo previdenciário são recortados do direito do trabalho, do direito positivo, ou do construção jurisprudencial. Para esse fim, o espólio, a massa falida, a firma concordatária são empresas. Como o é, por força da L.O.P.S., artigo 81, parágrafo 4.º, o proprietário na construção civil.

Será único obrigado do ponto de vista tributário, se conduzir a obra sob sua responsabilidade.

Mas será sempre obrigado, mesmo que contrate com construtora ou empreiteiros (texto citado).

Com isso temos um conceito de empresas necessariamente provisória (o reverso do entendimento usual da empresa), porque a construção civil particular - a "casa própria" é apenas um momento na vida do proprietário.

Para tornar operacional o mandamento do artigo 81, 4.º, a Previdência obriga à matrícula por obra de construção civil, mesmo para as firmas do ramo que têm, naturalmente, matrícula permanente ou principal.

Fortalece-se assim a idéia de uma empresa necessariamente transitória.

A formulação "considera-se empregador a empresário" (C.L.T., artigo 2.º) tem merecido variadas críticas, como a de Russomano, afirmando "empregador não é a empresa, e sim o empresário" (comentários à C.L.T., volume 1, página 39, Ed. Kofino, 1966).

Ao revê, adote-se que existe, na Previdência, empresa empregados

"Tal a situação da firma individual ou da sociedade que opera sem empregados. Esse novo

enfoque de empresa se encontra no mandamento do artigo 5.º da L.O.P.S.: "são obrigatoriamente segurados... III - Os titulares de firmas individual e diretores, sócios gerentes, sócios solidários... cuja, idade máxima seja no ato da inscrição de 50 anos".

Concluindo-se, pode-se afirmar que o conceito de empresa na Previdência é consideravelmente mais amplo do que aquele do direito do Trabalho. Abrange todas as figuras legais da C.L.T. mais a construção de jurisprudência transportes para o novo campo, e lá são expressamente referidas outras englobadas no conceito de empresa.

Transcrito da Tribuna de Justiça

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO RELATIVO AO REGISTRO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

Deverá realizar-se, de 27 de novembro a 2 de dezembro próximo, na Cidade de Buenos Aires - República Argentina, o PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO REFERENTE AO REGISTRO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA, conclave esse patrocinado pelo INSTITUTO DE

DERECHO REGISTRAL DA UNIVERSIDAD NOTARIAL do País Irmão, e o REGISTRO DE LA PROPIEDAD INMUEBLE daquela Capital.

O simpósio conta, ainda, com os auspícios do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA ARGENTINA e da UNIÃO DO NOTARIADO LATINO, devendo obedecer ao temário abaixo transcrito, que extraímos do Programa respectivo, enviado pelas citadas entidades patrocinadoras ao Presidente da Associação, Senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, juntamente com um amável convite para participar do encontro aludido. É o seguinte o mencionado temário:

I - a segurança jurídica e a publicidade imobiliária:

- a) Matéria da publicidade imobiliária
- b) Finalidade do registro.

II - Os princípios jurídicos da publicidade imobiliária:

- a) sua recepção legislativa
- b) sua aplicação na operação de registro
- c) modalidades dos distintos países.

III - Técnicas de registro:

- a) Ordenamento pessoal ou real
- b) Índices de acesso
- c) Meios de controle, segurança e construção
- d) Mecanismo dos registros.

IV - Criação de uma entidade permanente que organize os futuros congressos de Direito de Registro e coordene o intercâmbio de informação sobre o tema.

Os autores de trabalhos e os membros informantes poderão fazer exposições durante não mais de 15 minutos, salvo se resolver-se prorrogar o prazo. Os demais oradores terão um máximo de 5 minutos.

O Diretor do Congresso, Dr. Edgardo A. Scolti, em carta que dirigiu ao nosso Presidente, a este solicitou tornasse extensivo aos demais serventuários o convite aludido.

A TRANSCRIÇÃO DE BEM IMÓVEL

Protesto judicial não é meio para impedir a transcrição de imóvel, bem como a sua transmissão, assim decidiu o juiz titular da Vara de Registros Públicos, resolvendo dúvida suscitada pelo Oficial da 13.^a Circunscrição da Capital. Em caso concreto que foi apresentado, informou o Oficial que o documento submetido a registro não continha prova do trânsito em julgado da sentença e do auto de arrematação, nem a prova de quitação do credor hipotecário, observando, além disso, ter sido feito protesto judicial com notificação à serventia para não transcrevê-lo.

O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida, decidindo porém contrariamente o juiz. A arrematação sustenta no decisório resolvendo a dúvida - independe de sentença e se aperfeiçoa logo após a assinatura do respectivo auto, como preleciona José Rodrigues de Rezende Filho, in "Curso de Direito Processual Civil, vol. III, pág. 263. A adjudicação e a remissão - continua - estas sim, dependem de sentença, conforme o direito processual vigente.

Consta da sentença proferida, pelo MM. Juiz da 4.^a Vara Cível - prossegue - que a ação, em razão da qual houve a arrematação extingue a hipótese (art. 849) e a credora protestou por preferência e rateio. Os doutrinadores divergem a respeito da natureza da arrematação ou adjudicação feita em ação que diga respeito a imóvel hipotecado. Clóvis perfilha o entendimento de que a extinção do ônus só se opera quando se trata de ação executiva hipotecária, por lhe parecer mais consentânea com a índole do direito hipotecário. ("Cód. Civ. Com." vol. III, pág. 478).

Tito Fulgêncio entende com o apoio de Azevedo Marques, Carvalho Santos, Lisipo Garcia e Serpa Lopes "verbis", que "a arrematação extingue a hipótese (art. 849, N.º VII), desde que tenham sido notificados judicialmente os respectivos credores hipotecários que não forem, de qualquer modo, partes na execução (art. 826)" ("Direito Real de Hipoteca", vol. II pág. 466. "O eminente Washington Barros Monteiro, no seu "Curso de Direito Civil - Direito das Coisas", pág. 387, acompanha esses autores, preconizando que a arrematação ou adjudicação tem o condão de extinguir a hipótese, desde que o credor esteja ciente da ação movida por credores quirografários. "Na sempre citada obra "Tratado dos Registros Públicos", vol. II, pág. 398, Serpa Lopes ensina, "A arrematação, ou a adjudicação são formas extintivas da hipoteca constantes sempre de um mandato judicial, que se torna exequível por meio da respectiva carta de

arrematação. Todavia há divergências na doutrina a respeito de se saber se a venda judicial produz aquele efeito qualquer que seja a natureza da execução ou de somente tal efeito se verifica unicamente no caso de se tratar de uma arrematação corrida num executivo hipotecário. Quando em exercício na Vara de Alistamento Eleitoral (hoje Juízo dos Registros Públicos) - prossegue o juiz decidimos que a venda judicial, qualquer que seja a natureza da execução, extingue o ônus hipotecário, desde que os credores hipotecários tenham sido devidamente intimados. Ora, no caso "sub examen", a credora hipotecária teve ciência da propositura da ação executiva, por título quirografário e tanto isso é certo que o Juiz prolator da sentença anotou o protesto por preferência e rateio. Entendo que "in casu" operou-se a extinção do ônus hipotecário, por força da arrematação feita por terceiro.

É certo que com o protesto por preferência e rateio concluiu - a credora deduzirá o seu direito no concurso de credores, que segundo a lição do mesmo mestre Gabriel Rezende "versa sobre o preço de arrematação ... " (ob. cit. pág. 306).

Por derradeira - conclui o juiz - a questão aventada pelo digno Oficial, no tocante ao protesto judicial. Segundo tenho entendido, o protesto contra alienação não tem o condão de impedir a transmissão de imóveis, e, a sua conseqüente transcrição em nome do proprietário. É que o processo no art. 720 do Cód. Proc. Civil visa apenas prevenir responsabilidade e prover a conservação e ressalva de direitos".

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

JURO MAIS ALTO; QUANDO NÃO É CRIME

Fórum de Porto Ferreira, chegou ao final um curioso processo. Em 5 volumes, 1.476 páginas contam a história de 90 pessoas que emprestaram dinheiro a um comerciante, perderam juros, o capital e ainda foram levados às barras da justiça pelo infrator.

Tudo começou quando Wolfgang Bertold Nothling, então conceituado comerciante em Porto Ferreira, proprietário de uma frota de caminhões, precisou de mais dinheiro para aplicação em seus negócios. Propondo, ele próprio, juros de 5 e até 7%, conseguiu empréstimo junto a 104 pessoas. A princípio, tudo correu bem. De posse do dinheiro, o comerciante pagou a grande maioria durante algum tempo, algumas parcelas dos juros prometidos. Para as 104 pessoas que emprestaram dinheiro a Wolfgang, o bom negócio que se afigurou num bate-papo, já não parecia ser tão bom assim. E era apenas o começo de uma série de aborrecimentos. É que o comerciante, colocando-se na posição de vítima, juntou os nomes dos emprestadores e, moveu contra eles um processo.

DENUNCIA

Para o promotor público de Porto Ferreira, que ofereceu a denúncia, todos estavam incursos na Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951, por terem emprestado dinheiro cobrando juros acima da taxa permitida em lei. Da denúncia escaparam 14 pessoas, uma porque morreu, outras por falta de provas.

Com o desdobramento do processo, novos dissabores para os réus. Primeiro, todo mundo reunido no auditório da Câmara Municipal de Porto Ferreira - o Fórum, em instalações provisórias, não foi suficiente - e depois de um dia de trabalho perdido, uma longa espera e muitas perguntas, "juros" um pouco diferentes daqueles que esperavam como o ,empréstimo.

AS RAZÕES

Se o fato é pouco comum, com lances pitorescos até, esses aspectos não importaram ao juiz. Ao proferir sua decisão, o juiz de Direito da Comarca de Porto Ferreira, com grande dose de humanidade, foi buscar muitas razões antes da palavra final. Por isso sua decisão ganhou muitos elogios na cidade, sendo mesmo comentada com entusiasmo em vários círculos, principalmente entre advogados.

Ainda que a grande maioria dos acusados - a quase totalidade mesmo - tivesse reconhecido o empréstimo e o recebimento de algumas parcelas relativas aos juros, pagos acima da taxa legal, "o que em tese, bastaria para a configuração do tipo penal", o juiz não acolheu a denúncia da Promotoria. Entendeu que "os acusados, procurados pela vítima, que lhes prometia o pagamento de uma taxa mensal por ela própria fixada, não deixaram de fazer o que entendiam como um bom negócio, ignorantes de sua ilegalidade". Essa versão dos acusados, unânime, levou o juiz, primeiro, a dispensar a análise individual de cada acusação, saindo para o raciocínio único que o

levasse à solução do litígio.

Segundo consta da sentença, "os acusados com raríssimas exceções, eram todas pessoas humildes, incultas, despreparadas, quase ignorantes, muitos até analfabetos, incapazes de agir com o "animus" exigido pela lei à configuração da infração". Foi ainda além: considerou que "foi a vítima quem sempre saiu à procura dos acusados, muitos possuidores de economias acumuladas ao longo de anos e anos de trabalho, outros portadores ocasionais de uma indenização trabalhista, a todos acenando com um rendimento fácil, garantido e vantajoso, o que a ignorância não permitiu reconhecer como ilegal".

Entendeu o julgador que os réus não exigiram taxa quando do empréstimo e esse aspecto seria indispensável à configuração da infração e, muito menos, houve "aproveitamento do estado de necessidade da vítima, da sua inexperiência ou leviandade" pois na época em que os empréstimos foram efetivados a vítima era conceituado comerciante na cidade o precisava de dinheiro para ampliação de seus negócios.

A análise desses aspectos levou o juiz a concluir, ainda, não ratar-se de usura. "Usurários seriam os acusados se, valendo-se da situação de dependência, inexperiência, falta de discernimento ou fraqueza do comerciante, tivessem realizado uma operação em razão da qual, em troca de uma prestação qualquer, tivessem obtido vantagem patrimonial em manifesta desproporção com aquelas prestações. Como a vítima pagou apenas algumas parcelas dos juros, não restituiu o capital recebido, vantagem nenhuma adveio a quem lhe emprestou o dinheiro, ficando afastada a hipótese de usura".

Entendeu o julgador que, "se não houve exigência coativa quanto aos juros, nem estipulação de seu montante por parte, dos acusados; se não se valeram eles de qualquer situação de premência por parte da vítima e se para a grande maioria tais juros foram pagos por muito pouco tempo, sem que o montante atingisse o equivalente ao capital recebido, capital ainda não restituído pelo tomador dos empréstimos não cabe falar-se em usura pecuniária".

Por isso o juiz absolveu os 90 acusados. Muitos deles, porém, depois da sentença, já estão animados. E acham que o comerciante merece o troco: alguns já entram com ação executiva e outros com a esperança de obterem a restituição do dinheiro emprestado, móvel de um negócio que no final das contas não foi tão bom como parecia.

(De "O Estado de S. Paulo de 21-5-72)

ERRO ESSENCIAL PARA ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Em autos de anulação de casamento, a Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, em acórdão relatado pelo desembargador Alves Braga, estudou o problema do erro essencial gerador da nulidade do matrimônio.

"O apelante e sua mulher, ambos de origem nipônica, vieram a se conhecer em maio de 1968 quando se realizou uma festa de aniversário em casa da ré. Nessa ocasião a aniversariante, irmã da ré, era noiva do irmão do autor, surgindo daí a aproximação entre ambos.

Após curto namoro, ficaram noivos em agosto e em dezembro do mesmo ano contraíram matrimônio. Não consta dos autos que a aproximação dos nubentes tenha resultado segundo as tradições nipônicas, cabendo a escolha aos seus familiares. Bem ao contrário, a despeito do rápido e discreto namoro, chegaram ao casamento livremente, sem que os autos registrem qualquer interferência de ambas as famílias.

O casamento, dada a própria natureza dessa instituição, pressupõe se conheçam os cônjuges o suficiente para darem livremente o seu consentimento e o erro essencial somente poderá ser causa de, nulidade quando for tal que impeça a real manifestação da vontade. Há que se registrar uma desconformidade entre a ordem das coisas e as idéias que se tem em mente.

Ora, nos termos em que foi posta a questão pelo apelado, todo casamento seria sempre anulável, já que dificilmente se poderia afirmar o pleno conhecimento por um dos cônjuges da identidade ético-social e psico-social do outro. O conhecimento da identidade psico-social ou ético-social, resulta da análise dos impulsos inconscientes, examinados particular e globalmente. Os atos de nossa vida situam-se no nível psico-biológico, psico-social e psico-espiritual, o que revela a complexidade do inconsciente, como bem demonstrou a Escola de Louvain, liderada por Nuttin.

Ora, um mecanismo tão sofisticado, envolto de tantas sutilezas, não permite, mesmo ao observador mais arguto, conhecer a identidade psico-social de um indivíduo depois de alguns

poucos contatos. O próprio psicanalista, a quem o paciente se entrega e colabora na análise, não terá condições de afirmar ser conhecedor desse aspecto da ramificação do impulso global.

Daí não poder ser invocado como fundamento da anulação do casamento o erro essencial em relação à identidade psico-social de um dos cônjuges, salvo excepcionalmente, quando a conduta do indivíduo aberra da normalidade.

No caso em exame, não se depara com essa excepcionalidade. A ré, possivelmente portadora de temperamento fleumático ou introvertido, conforme se depreende dos elementos constantes dos autos, sofrendo influência familiar na formação de seu caráter e personalidade, passou a reagir de forma diferente por influência do novo meio e face ao comportamento do próprio autor que, segundo testemunhas, por ele mesmo arroladas, era dado a agredi-la fisicamente.

Por outro lado, não foi o autor compelido a se casar com a ré em tão curto espaço de tempo. Se no espaço de sete meses, depois de poucos contatos, viu na pretendida a reunião de todas as qualidades positivas, sua conduta não passa da "sobrealimentação de reação primitiva" de que fala Stekel, introduzindo "na imagem física as virtudes que concordam com o ideal psíquico" (El Matrimonio Moderno, pág. 68).

Ora, a desvalorização desse desejo satisfeito completado pela sua imaginação, foi consequência da sua própria imprudência. Não procurou o autor conhecer melhor a mulher que ia desposar, antecipando-se em mear o casamento porque não queria que seu pai morresse antes de suas núpcias. Seu irmão, ao contrário, embora namorasse a irmã da ré há mais tempo, desmanchou o noivado quando viu que se frustrara o seu casamento.

Se a ré tinha comportamento estranho, o fato chegou a ser notado pelo autor antes do casamento que esclarece, em seu depoimento pessoal, que a moça era muito "quieta". A testemunha por ele arrolada informa "que desde o início do namoro foi notado comportamento estranho da ré, no sentido de se abster de manter conversações com as pessoas da família do autor, limitando-se a cumprimentos". Vale dizer que o comportamento psico-social da ré não se alterou depois do casamento. Já demonstrava, durante o namoro não ser pessoa de fácil relacionamento.

Logo, não pode o autor, diante das circunstâncias, invocar o erro essencial quanto à identidade psico-social de sua mulher para obter o rompimento do vínculo matrimonial. Não consta tenha a ré, durante o namoro e noivado, procurado mascarar o seu temperamento e ocultar sua verdadeira personalidade, de molde a induzir seu pretendente a erro quanto à sua identidade. Em relação ao segundo fundamento, são unânimes os tratadistas em afirmar que o diagnóstico da esquizofrenia incipiente, talvez seja o mais difícil de toda a psiquiatria. Essa dificuldade se liga ao polimorfismo dos processos de instalação. No início essa psicose pode adotar a máscara de grande número de afecções psiquiátricas (cf. EY. H. Esquizofrenia, "Enciclopédia Médico-Cirúrgica", DALAY, J. SENIKER, P. e GREEN, "O ambiente Familiar dos Esquizofrênicos", RACAMIER P. C. "Estudos das Frustrações Precoces" - Revista Francesa de Psicanálise, 1953, n. 3 e 1954, n. 4).

A par da dificuldade inicial do diagnóstico, a chamada esquizofrenia simples, "caracteriza-se pelo desenvolvimento insidioso; é a menos florida das manifestações da esquizofrênicas. A deterioração mental é lenta e imperceptível, mas chega às vezes à demência simples" (cf. J. Alves Garcia, in "Psicopatologia Forense" pág. 358).

Não mais se discute hoje a transmissibilidade à descendência da esquizofrenia. Falando sobre a hereditariedade da afecção e invocado os estudos dos geneticistas de Munique, mostra o autor citado que algumas doenças mentais e nervosas se transmitem predominantemente, enquanto que a esquizofrenia é passada aos descendentes em caracteres recessivos" (op. cit. pág. 140).

Assim, a esquizofrenia, como acentua Alípio Silveira, com apoio na jurisprudência dos nossos Tribunais e na Doutrina (cf. "Erro Essencial na Anulação de Casamento" pág. 101), "entra no quadro das moléstias graves transmissíveis por herança".

A perícia concluiu, de forma categórica, sessapaciente uma ("personalidade esquizóide sem manifestas expressões de esquizofrenia". E os comemorativos não falam a favor dessa psicose, não se registrando antecedentes familiares.

A impenetrabilidade é traço comum dos esquizóides e esquizofrênicos: isso, entretanto, não implica em afirmar que o esquizóide seja sempre uma personalidade patológica embora, como escreve Cunha Lopes, seja "difícil nos temperamentos esquizotímicos separar a personalidade sã da patológica" (cf. "Higiene Mental", pág. 129).

Ora, o quadro clínico descrito pelo laudo afasta, face à ausência evidente de sintomas básicos, a classificação da ré como portadora de esquizofrenia. Nem mesmo os fenômenos produtivos,

característicos de esquizofrênico, foram observados pelo perito. Os fenômenos mediúnicos que alega a ré possuir, pelas suas características, não podem ser havidos como manifestações de alucinações esquizofrênicas. Daí afirmar o perito não ser a ré portadora de moléstia grave transmissível, por herança.

Ainda que se admita a possibilidade de se instalar na paciente um processo esquizofrênico, mesmo assim não serviria esse fato de fundamento da ação de anulação de casamento. É que o simples prognóstico, por mais sombrio, não pode ser erigido em causa de anulação do casamento. Somente um diagnóstico seguro, que apontasse a ré como esquizofrênica, poderia autorizar a rompimento do vínculo, já que esta sim é moléstia grave transmissível por herança, ainda que recessivamente. Da constituição esquizotímica, entretanto, não se extrai as mesmas consequências.

A prova pericial, não informada pelo autor, antes reforçada pela prova testemunhal, é negativa em relação ao invocado artigo 219, Lei, do Código Civil.

Assim, por esses fundamentos, dá-se provimento aos recursos para julgar improcedente a ação, invertendo-se os ônus da condenação, devendo os autos voltarem à Vara de origem para o julgamento do pedido alternativo de desquite" (apelação cível n.º 205.836, de São Paulo).

FUNRURAL

A fim de obter esclarecimentos sobre matéria objeto de algumas das disposições do Decreto n.º 69.919, de 11-1-72, que regulamentou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o presidente da Associação, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, dirigiu ao Sr. Diretor Regional da Funrural em São Paulo, Dr. Carlos Magalhães Prado, o ofício abaixo transcrito, cuja resposta será levada, incontinenter, ao conhecimento de nossos colegas, logo após o seu recebimento.

São Paulo, 23 de agosto de 1972.

Imo. Sr.

Dr. Carlos Magalhães Prado.

DD. Diretor da Regional da Funrural
em São Paulo.

Nesta

A "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO", pelo seu Presidente, que esta subscreve, tem a honra de vir à presença de V. S. a fim de lhe expor o seguinte:

1 - Conforme é de seu conhecimento, dispõe o Decreto n.º 69.919, de 11 de janeiro de 1972, em seu artigo 53, que o custeio do PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL, instituído pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, será atendido pelas seguintes contribuições:

I - De 2%, devidos pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais e recolhida:

- a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa, que ficam sub-rogados para esse fim, em todas as obrigações do produtor;
- b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor.

II - De 2,4%, na forma do item II do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

2 - Estabelece, ainda, o mesmo artigo em seu parágrafo 4.º, que a arrecadação das contribuições referidas no inciso I, acima transcrito, bem como das correspondentes multas impostas e demais comunicações legais, será realizada, preferentemente, pela rede bancária credenciada para efetuar a arrecadação das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social.

3 - Por outro lado, prescreve, o artigo 165 do decreto sob exame, que será obrigatória, a partir do mês de janeiro de 1972, para os contribuintes do FUNRURAL, a apresentação dos Certificados de Quitação e de Regularidade de Situação nos mesmos casos e para os mesmos efeitos previstos nos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807, de 1960; - sendo que,

4 - Segundo o preceituado ao artigo 109 do mesmo decreto, compete às REPRESENTAÇÕES LOCAIS do FUNRURAL (que poderão abranger mais de um município do mesmo Estado), além da execução de outras atribuições, a de expedir os documentos supra referidas.

5 - Acontece, entretanto, que esta Associação vem recebendo, ultimamente, de muitos de seus

filiados em atividade no Interior do Estado, - onde, como não se ignora, são predominantes as transações que tem por objeto propriedades agrícolas, - cartas através das quais nos solicitam obtenhamos, dessa ilustrada Diretoria Regional, esclarecimentos sobre alguns pontos da matéria exposta nos itens anteriores;

6 - Assim, procurando atender, como nos cumpre, a tais associados, tomamos a liberdade de lhe dirigir a presente, a fim de lhe rogar o obséquio de sua resposta, com a urgência possível, às seguintes perguntas, formuladas por aqueles serventuários:

a) No caso do item 2, já existem, em todos os municípios do Estado, estabelecimentos bancários devidamente credenciados para recolher a contribuição de 2%, a que se refere o artigo 53, n.º I, alíneas "a" e "b" do Decreto número 69.919? No caso afirmativo, quais são esses estabelecimento?

b) Quanto à matéria objeto do item 3, - se a contribuição mencionada for devida, apenas, pelo adquirente, consignatário ou cooperativa, - ficará o produtor, ou seja, o proprietário do imóvel, isento da apresentação dos Certificados previstos nos artigos 141 e 142 da citada Lei n.º 3.807/60?

c) Com referência às REPRESENTAÇÕES LOCAIS, a que aludimos no item 4, já se encontram, acaso, devidamente instaladas? Na hipótese afirmativa, quais os municípios (ou sedes de Comarcas) em que elas se encontram funcionando?

d) No tocante a essas mesmas Representações, se nem todos os Municípios, ou Comarcas, tiverem sido, ainda, contemplados com a instalação de tais órgãos, - e uma vez que é da sua competência a expedição dos documentos referidos na alínea "b", do presente item, onde deverão os contribuintes do FUNRURAL obter esses documentos, quando deles necessitarem? Sem outro motivo, e antecipando-lhe os nossos melhores agradecimentos pela atenção que se dignar dispensar à presente, aproveitamo-nos do ensejo para reiterar-lhe os protestos de nossa elevada consideração o súbito apreço.

JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

Presidente

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO EM CONCURSO DE REMOÇÃO E PROMOÇÃO PARA PROVIMENTOS DE SERVENTIAS DE JUSTIÇA:

(Decreto-lei n.º 1599 de 28/10/1969 e Provimento n.º 2/70)

1 - Certidão de nascimento ou casamento.

2 - Certidão do Cartório Eleitoral, provando ser eleitor, de que sua inscrição esta em vigor e de haver votado nas ultimas eleições ou justificado sua ausência, ou pago a respectiva multa.

3 - Prova de quitação ou isenção do Serviço Militar.

4 - Atestado de Idoneidade moral, firmado por dois Juízes de Direito.

5 - Folhas corridas passadas pelas Delegacias de Polícias e dos Cartórios Criminais das comarcas onde residiu nos últimos dois anos, bem como da Justiça, Federal e Atestado de Antecedentes passado pelo Serviço de Identificação do Estado.

6 - Xerocópia da célula de identidade.

7 - Certidões passadas pelos cartórios onde o candidato exerceu o cargo de escrevente, como do Cartório da Corregedoria Permanente respectiva, relativamente à existência ou não de faltas disciplinares.

8 - Certidão de tempo de serviço passada pela E. Corregedoria Geral da justiça, referindo-se, inclusive, sobre existência ou inexistência de- faltas disciplinares.

9 - Atestado de residência dos dois últimos anos, passado por Delegacia de Polícia.

10 - Atestado de capacidade física e mental passado por Centro de Saúde, Posto de Assistência Médico-Sanitária ou outra repartição oficial estadual.

11 - Certidão de quitação para com, a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado. Se serventuário o candidato, a certidão supra referida deverá conter a especificação mencionada no § único do Artigo 71 da Lei n.º 10.393, de 16/12/1970.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA:

Agravo de Petição - DJ-205.082 - São Paulo - Agravante: José Battalini - Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição. Acórdão,

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de Petição n.º 205.082, da comarca de São Paulo, em que é agravante José Battalini e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

O recorrente levou a registro escritura pública de compra e venda de imóvel urbano e o agravado suscitou dúvida para proceder a transcrição, alegando que:

- a) o contrato refere diversas transcrições anteriores, uma das quais da Veritas Imobiliária Limitada, que conflita com as de Celso David do Valle;
- b) a descrição do imóvel e a colação de várias transcrições denota origem vaga, o que descumpra o artigo 244 do Regulamento dos Registros Públicos e não permite assentar-se a continuidade dos registros;
- c) a escritura diz respeito e refere a inscrição n.º 12.186, em nome de Virgolino Adão, pessoa que não participou do contrato;
- d) a rua Amazonas onde se localiza o terreno objeto da escritura, não teve seu nome anteriormente averbado no registro imobiliário;
- e) a Veritas Imobiliária Limitada não apresentou prova de quitação de Instituto Nacional de Previdência Social.

Após impugnação e regular processamento, o MM. Juiz proferiu decisão, acolhendo inteiramente a argumentação do Oficial do registro imobiliário e julgando procedente a dúvida.

O vencido recorreu tempestivamente, reiterando seus argumentos, isto é, que a rua Amazonas já teve sua denominação averbada; que a prova de quitação de contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social podia ser feita perante o Registro de Imóveis; que a validade das transcrições anteriores da Veritas Imobiliária Limitada não pode ser contestada pelo agravado, pois, outras escrituras da mesma origem foram transcritas; que o terreno está perfeitamente descrito e não houve infração ao Regulamento dos Registros Públicos.

Processado o agravo, o MM. Juiz "a quo" manteve a decisão anterior e, nesta instância, o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo provimento do recurso.

Os autos baixaram à primeira instância, para que se pronunciasse, sobre o recurso, o Dr. Curador de Registros Públicos (f. 47v.).

Preliminarmente, é de se notar que o Dr. Curador, inobstante tivesse duas oportunidades para dizer sobre o recurso (fls. 39 e 47 v.o), limitou-se a requerer diligência, pretensão incompatível com a tramitação recursal. E na oportunidade própria, S. Senhoria nada requererá (fls. 22 v. o e 34 v. o). A omissão ficou suprida pelo pronunciamento do Ministério Público em segunda instância.

No mérito, é mantida a conclusão da sentença recorrida.

Aceita-se, como acentuou o parecer de fls. 45, que o imóvel objeto da escritura levada a registro está adequadamente individuado no contrato, o que permitiria ao agravado descontar a respectiva área do imóvel maior em que se encrava, sem ofensa ao art. 24 do decreto n.º 4.857/39.

Também se admite que o alegado conflito entre a anterior transcrição da Veritas Imobiliária Ltda. e as de Celso David do Valle não ficou demonstrado nos autos.

Todavia, os demais argumentos da decisão ficam irrefutáveis.

De fato, a escritura refere intenção de cumprir anterior compromisso de venda e compra, "celebrando com os anuentes" (f. 5 v.o). Todavia, há no registro imobiliário inscrição de compromisso de venda e compra em nome de Virgolino Adão (n.º 12.186), pessoa que necessariamente tinha que intervir na escritura levada a registro pelo recorrente, para também anuir na venda e compra definitiva a terceiros. E como se vê de fls. 5/6, ele não participou do contrato, o que macula absolutamente a avença e, já por isso, impede a transcrição pretendida. Ademais, a Veritas Imobiliária Ltda., ao contrário do que menciona a escritura, como pessoa jurídica está sujeita às restrições do artigo 142 da lei n.º 3807/60 e, por isso, devia comprovar quitação de contribuições ao I.N.P.S., o que não fez perante o Tabelionato, ou o Registro imobiliário.

E a anterior averbação de nova denominação da rua onde se situa o imóvel (rua Amazonas) é realmente indispensável. Não basta que a alteração de nome seja conhecido do Oficial do Registro, ou que já conste à margem de outras transcrições. Para atenção à regularidade dos registros e ao princípio de sua continuidade, a averbação deve ser procedida, pelos interessados, à margem de cada transcrição. E justamente em relação às que a escritura apresentada pelo

agravante refere .ainda não se procedeu tal averbação.

Custas na forma da lei, São Paulo, 13 de março de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre - Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator - Alceu Cordeiro Fernandes - Vice-Presidente Advogado - Dr. Euclides Belarmino Teixeira.

D. J. 25-3-72

Agravo de Petição - DJ - 205.893 - Ituverava. Agvte.: Antônio Alves de Queiroz - Agvdo.: Oficial de Registro de Imóveis da Comarca,

Acórdão,

Vistos, relativos e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 205.893, da Comarca de Ituverava, em que é agravante Antônio Alves de Queiroz e é agravado o Sr, Oficial da Registro de Imóveis e Anexos da Comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao agravo para, reformando a decisão recorrida, julgar improcedente a dúvida levantada pelo Oficial do Registro e mandar que se cancele a inscrição da hipoteca, conforme o pedido do agravante.

Mediante escritura de confissão de dívida e hipoteca, lavrada no 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Batatais, em 2 de dezembro de 1931, inscrita a fls. 40 do Livro n.º 2-13 de Inscrição hipotecária do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituverava, sob n.º 144, José Garcia de Barros tornou-se credor hipotecário de Antônio Ribeiro de Oliveira e sua mulher. O Oficial do Registro de Imóveis recusou-se a cancelar a inscrição da hipoteca, conforme pedido feito por Antônio Alves de Queiroz, adquirente do imóvel dado em garantia real, tendo o MM. Juiz de Direito acolhido a dúvida suscitada pelo serventuário, ensejando o presente recurso de agravo, interposto pelo interessado no cancelamento da inscrição.

Razão assiste ao agravante, uma vez que já não subsistem tanto a dívida, como a hipoteca.

Ocorreu, na espécie, o desaparecimento da obrigação. principal e assim a hipoteca, como direito acessório, extinguiu-se verificando-se, destarte, a hipótese prevista no artigo 849, I, do Código Civil.

A prova da extinção da hipoteca, em razão do desaparecimento da dívida, condição exigida para o cancelamento da inscrição, está feita nos autos. Trata-se de débito de agricultor submetido ao julgamento da Câmara de Reajustamento Econômico, nos termos do Decreto n.º 24.233, de 13 de maio de 1934 e cuja decisão, beneficiando o devedor e concedendo a indenização legal ao credor, importou em quitação, permitindo a averbação no Registro de Imóveis.

Aquela Câmara tinha, "ex-vi legis", função julgadora, no âmbito da sua jurisdição especializada e as suas decisões mereciam cumprimento e execução.

As certidões de fls. 10 e 11 referem-se à decisão proferida naquele Juízo, pela qual o devedor José Garcia de Barros é obrigado a dar quitação plena aos devedores hipotecários. A extinção da dívida resulta da decisão proferida, considerando-se em consequência, extinta a hipoteca, criada precisamente para assegurar a eficiência de um direito pessoal, como diz Lafayette.

Não é só.

Como dispõe o artigo 817 do Código Civil, o prazo da hipoteca não pode ser maior de trinta anos, findo o qual desaparece a garantia, e não ser que seja renovada mediante novo título e nova inscrição ainda que a dívida se prolongue além de trinta anos, em razão de causas suspensivas ou interruptivas da prescrição, como ensina Carvalho Santos "a hipoteca não subsistirá nem mais um dia. Completados os trinta anos de sua inscrição, desaparece a hipoteca, de pleno direito, passando a dívida a ficar sem garantia". Para que a hipoteca subsista mister se faz novo contrato e nova inscrição" (Código Civil Brasileiro Interpretado, X/366).

Ora, a hipoteca em exame data de 14 de dezembro de 1.931 (fls. 9), há quarenta anos, estando, portanto, irremediavelmente caduca, sem efeito, nos precisos termos do art. 817, do Código Civil, não se justificando mais a permanência da respectiva inscrição.

Em hipótese semelhante já se decidiu que o cancelamento da inscrição é inevitável consequência da inexistência da hipoteca que se extinguiu por qualquer um dos modos legais. (Repertório de jurisprudência do Código Civil, Direito das Coisas, J. G. R de Alckmin, n.º 2092, pág. 8751876).

Pelos motivos expostos é dado provimento ao agravo, pagas as custas como de direito.

São Paulo, 17 de março de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre Presidente; José Carlos Ferreiro de Oliveira Corregedor Geral da Justiça e Relator - Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente em exercício - Advogado - Dr.

Fernando Cordaro.

D. J. 18-4-72

Agravo de Petição - 207.299 - São Paulo - Agravante

Eugênio dos Santos Frazão - Agravado: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 4.^a Circ. da Capital.

Acórdão

Vistos, discutidos e examinados estes autos de Agravo de Petição n.º 207.299 da comarca da Capital, em que é agravante Eugênio dos Santos Frazão e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 4.^a Circunscrição da Capital:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso. pagas as castas na forma da lei.

I - Recebendo o mandado de fls. 5 para cumprimento de julgado relativo a anulação de doação de pais à filha por ingratidão desta, o agravado suscitou dúvida pelo motivos alinhados às Fls. 2-4. Entende que o referido documento não poderá ter execução porque os autores ficariam titulares de duas transcrições sobre os mesmo à imóveis, quando a doação ainda prevalece em relação a outra filha do casal, aquinhoadada com metade ideal dos imóveis.

II - Processada a dúvida, a r. sentença de fls. 46 verso e 47 verso, julgou-a procedente.

Inconformado, o interessado agravou de petição, pleiteando sua reforma; e o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é por seu improvimento, fls. 60-61.

É a conclusão a vingar.

III - Eugênio dos Santos Frazão e sua mulher propuseram ação ordinária de revogação de doação contra sua filha Euza Rossi de Aguiar Frazão, obtendo ganho de causa em grau de recurso, fls. 31-34, quando então as doações foram declaradas nulas parcialmente (fls. 34).

Para a execução do v. julgado, foi expedido o mandado de fls. 5 em função do qual a dúvida foi argüida.

IV - Segundo a certidão de fls. 44-45, o agravante e sua mulher doaram a duas filhas dois imóveis sendo a liberalidade objeto de transcrição n.º 46.631 e configurando-se a transmissão na proporção de 50 por cento a cada beneficiária.

Em virtude da procedência da ação judicial, a doação foi revogada pela metade ou seja, no que toca à parte de Euza Rossi de Aguiar Frazão, subsistindo a metade pertencente à outra filha, Eunira Rossi de Aguiar Frazão.

Cancelada a transcrição n.º 46.631 pela metade, revigorada está a transcrição anterior em nome do agravante, ficando os imóveis aludidos sujeitos às duas transcrições, sempre por metade, a de n.º 42.693 e 46.631, com as averbações necessárias.

V - Isto posto, ao ordenar o mandado de fls. 5, a feitura de nova transcrição em favor do agravante e de sua filha Eunira Rossi de Aguiar Frazão, que não foi parte na ação ordinária (e permanecendo íntegra a sua metade ideal) ofendeu, sem dúvida, ao princípio da continuidade do registro, o que não se concebe. Nem se poderia aplicar o art. 903 do Cód. Proc. Civil ao caso, dada a sua diversa finalidade e pressupostos de fato.

Em conseqüência, a decisão está certa e merece conformação.

São Paulo, 8 de maio de 1972.

(aa) Tércio Morbach de Góes Nobre - Presidente; José Carlos Ferreira, de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes - Vice-Presidente; Advogado Doutor Washington de Barros Monteiro.

D. J. 24-5-72

Agravo de Petição n.º DJ 207.420 - Capital - Agra. vante: Pedro Forio; Agravado: Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 207.420, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Pedro Forio e agravado o Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por cotação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O oficial do 7.º Registro de Imóveis da Comarca, da Capital fez objeção ao registra do formal de partilha extraído dos autos de inventário dos bens deixados por Assunta Forio, sob a alegação de que o único imóvel partilhado não pertence ao espólio, uma vez que havia sido alienado a Assunta Del Vecchio anteriormente ao falecimento da inventariada.

O agravante impugnou a dúvida suscitada pelo oficial, mas o Dr. Juiz de Direito julgou-a, afinal,

procedente, ensejando o presente recurso. A douta Procuradoria Geral da Justiça opina pelo seu desprovidimento.

A diversidade de nomes com que se apresentam as partes interessadas estabelece dúvidas sobre a identidade deles e o seu esclarecimento deve ser feito mediante prova testemunhal em processo regular, que não será, obviamente, o de dúvida.

De outro lado, o imóvel adquirido por Pedro Forio, em 1926, foi vendido por ele e sua mulher Assunta Forio a Assunta Del Vecchio, em 1928, como resultado das escrituras de fls. 38 e 41, ambas devidamente transcritas no Registro de Imóveis.

Afirma o agravante que Assunta Forio e Assunta Dei Vecchio são a mesma pessoa, com quem ele se casara, na Itália, sob o regime legal ali vigente, da separação total de bens. Mas a alienação a que se refere a escritura de fls. 41 não altera a situação entre os cônjuges, pois lhe cabe a meação sobre o imóvel inventariado e aos filhos a outra metade. Na verdade, os cônjuges casados sob o regime da separação de bens podem celebrar entre si contratos que não deturpem o regime existente. A propósito diz Pontes de Miranda: "São lícitos entre marido e mulher, separados de bens, todos os contratos que não colidam com o regime; essa é a norma única a tender-se. E o de compra e venda está entre eles" (Tratado de Direito Privado, vol. III/431). Na espécie, porém, a escritura de venda e compra de fls. 41 apresenta a vendedora Assunta Forio, mulher do vendedor Pedro Forio, como pessoa diversa da compradora Assunta Dei Vecchio. Essa diversificação acentua-se com a declaração feita na escritura pelo tabelião de que vai ela assinada pela vendedora, indo assinada por terceira pessoa a rogo da compradora que disse não saber escrever. E a escritura foi assinada por Assunta Forio e por Luigi Atanasio, a rogo de Assunta Del Vecchio.

Desse instrumento público infere-se, portanto, que compareceram perante o tabelião como outorgada compradora e como outorgante vendedora duas pessoas distintas, com os nomes, respectivamente, de Assunta Forio e Assunta Dei Vecchio - "meus conhecimentos e das testemunhas" - como consta do instrumento. Se ambas se confundem e se identificam como uma só pessoa, a escritura já não representa a verdade, contém uma falsidade ideológica e uma simulação, que somente pelos meios regulares podem ser apreciadas. Até então prevalece a venda realizada e a transcrição constante no Registro, em especial porque a diversidade no Registro, em especial porque a diversidade de nomes existente nos documentos apresentados estabelece dúvidas, que somente o processo contencioso recomendado pelo artigo 227 da Lei dos Registros Públicos poderá esclarecer.

Pelos motivos expostos é negado provimento ao recurso.

São Paulo, 17 de maio de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente. Advogado Dr. Ennio Monteiro Galembeck.

D. J. 27-5-72

Agravo de Petição n.º DJ-208.756 - Capital - Agvte.: Dr. Curador de Registros Públicos - Agvdo.:

Amando Franco Soares Caiuby.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 208.756, da Comarca da Capital, em que é agravante o Curador dos Registros Públicos e agravado Amando Franco Soares Caiuby.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

O recorrido pretende transcrever no 14.º Cartório do Registro Imobiliário da Capital, a escritura de divisão amigável que celebrou com Jayme Protti e outros (fls. 45) e, como o Oficial se negasse à prática do ato, requereu ao MM. Juiz Corregedor Permanente que determinasse a medida.

Ouvido, o serventuário afirmou não ser possível a transcrição, porque os partícipes da escritura não representam a totalidade dos condôminos do imóvel, tanto que vários quinhões já se acham lançados em nome de terceiros pela Municipalidade paulistana; porque impossível é a divisão, de vez, que, o imóvel não provém de um título singular e os interessados não filiaram os existentes até a origem da pretensa comunhão; porque o imóvel está em área urbana, sem que a nomenclatura das ruas hoje existentes tenha sido averbada; porque uma parte, atribuída ao recorrente consta como sendo vendida a terceiro, conforme escritura também apresentada a registro.

O Ministério Público opinou pela aceitação do pedido, que realmente foi acolhido pela r. sentença

de fls. 261-263.

Entretanto, outro representante do Ministério Público tempestivamente recorreu, argumentando que a transcrição não deve ser determinada, porque há, interessados da divisão, posseiros no imóvel, que não participaram da escritura levada a registro, alienações foram realizadas através de mandatários cujas procurações são tidas como falsificadas e o imóvel tem arruamento não averbado no registro imobiliário.

O recorrido argumentou, preliminarmente, que o recurso não é de ser conhecido, porque, sendo uno e indivisível o M.P., a variação de atitudes, entre o recurso e o parecer anterior à sentença, implicaria em subversão desses princípios, o que também demonstra o descabimento do inconformismo ulterior.

Mantida a decisão, nesta instância a Procuradoria Geral da Justiça opinou pela rejeição da preliminar e, no mérito, pela improcedência do recurso.

A preliminar, como ficou bem salientado no parecer de fls. 326, não procede.

A unidade e indivisibilidade do Ministério Público não importa na dependência de um de seus órgãos em relação a manifestação processual de outro. Todos e cada um são independentes, "como homem de caráter raciocinando, examinando e concluindo, no desempenho da seu dever" (Espínola Filho, Comentários ao Código de Processo Penal, vol. 1, pág. 306), sendo plenamente cabível, por isso, a divergência de opiniões entre eles. E um mesmo representante do M.P. após ter emitido seu parecer em processo, pode alterar sua opinião, sem quebra das qualidades naturais da instituição. Por isso, é de se reconhecer legitimidade ativa para o recurso, que, tempestivo, merece conhecimento.

Pelo mérito, acolhe-se a pretensão recursal.

A compropriedade é anormal estado de domínio, por este se apresentar subjetivamente plúrimo. Por isso, a lei admite a extinção do condomínio, mediante divisão da coisa comum (art. 629 do C.C.), tanto judicialmente (art., 632 do C.C. e art. 415 do C.P.C.), como mediante acordo dos interessados (Clóvis Beviláqua), Comentários ao Código Civil, vol. 3, pág. 183). E, para que ocorra validamente a divisão amigável, entre outros requisitos é mister que:

a) o bem seja uno, materialmente individuado, e admita a repartição;

b) que todos os condôminos participem do ato jurídico representativo da concordância.

No caso, admite-se que a escritura levada a registro tem por objeto imóvel com a qualidade em primeiro lugar salientada; mas, não se aceita que o outro requisito esteja presente no contrato. De fato, como salientou a sentença, realçando a boa pesquisa de fls. 245/259, a titularidade do imóvel remonta à transcrição n. 26.621, da 1.ª Circunscrição Imobiliária da Capital, via. da qual Pedra Rodrigues Pereira adquiriu o "Sítio Ibirapuera", com divisas determinadas e especificadas rim tanto imprecisamente, mas, além de estarem conforme às designações da época antiga, foram idôneas a caracterizar o bem. Trata-se, pois, de imóvel originariamente uno.

Posteriormente, o terreno foi alienado, em partes, a Elvira Magro (transcrições ris. 25.009 e 47.051), Jayme Protti e Olympio Monteiro (transcrição n.º 33.918), Fernando Fiesch i e Amando Franco Soares Caiuby (transcrição n.º 47.034). E depois, ocorreram novas alienações por parte de Elvira Magro (transcrições ns.º 25.589, 27.886, 28.371, etc.), bem como de Jayme Protti, Olympio Monteiro e Ferruccio Fieschi (fls. 45 v.).

Ora, é certo que não colhe o argumento de que eventuais posseiros do imóvel deveriam participar da divisão, que atende apenas à eliminação do condomínio; mas, também é verídico que a presença de todos os co-proprietários é condição indispensável para a validade, do ato divisório. E, como ficou declarado no próprio título levado a registro (fls. 45v. e 58), alguns dos condôminos alienaram suas partes, ou parcelas destas, a terceiros não identificados nos autos. Isso basta para se concluir que a transcrição é impossível.

Entretanto, há mais.

O imóvel objeto da escritura em exame é descrito no registro imobiliário como propriedade rural, que realmente foi no passado, e os contratantes realizam a designação da pretensa divisão enquadrando suas partes em território urbano, qualidade atual do bem. Todavia, como a alteração da natureza do terreno não consta do registro imobiliário (o que se conseguiria mediante averbação da passagem do terreno de rural para urbano e situação do arruamento que hoje o corta e diminui as áreas disponíveis), é impossível estabelecer-se filiação comparativa. Este Conselho já decidiu que "no tocante à descrição dos imóveis, deve o título de transmissão ajustar-se ao que consta das transcrições anteriores, sem característicos e confrontações que delas se afastem. Se os característicos e confrontações nas transcrições anteriores são imprecisos ou inexatos, cumpre promover a correção deles, através dos meios judiciais próprios,

para respeito a direito de terceiros" (R.J.T.J., vol. XII, pág. 438), conclusão que, mutatis mutandi, serve para a hipótese. Se o título novo, ainda que formalmente correto, não permite total adequação à transcrição anterior, registrado não pode ser, para obediência ao princípio à continuidade dos registros. E tal adequação deve resultar da literal expressão da descrição do imóvel, ou da reunião de suas partes no caso de divisão, condição que, a escritura levada ao Oficial da 14.^a Circunscrição Imobiliária não apresenta.

De outro lado, dividir é extremar partes, o que equivale ti, dizer que cada um dos interessados deve ficar com pedaço determinado. E o de Elvira Magro não tem essa característica. do vez que é descrito apenas como área de certa dimensão, mas sem localização na gleba. E, ademais, há referência a uma diminuição, correspondente ao que por ela antes "foi vendido e devidamente transcrito" (fls. 58), que não admite nenhuma individuação. Essas circunstâncias tornam totalmente impreciso a separação dessa, parte e. por via de consequência, também há imprecisão da dos outros condôminos, inclusive o ora recorrido.

Tais imprecisões impedem realmente a transcrição, mesmo desprezando-se o fato de que há contradição de títulos, tanto que Elvira Magro pela escritura destes autos entrega parte certa ao recorrente, enquanto por outro título aparenta tê-la alienado a terceiro (escritura de venda e compra do 8.^o Tabelionato, livro n.^o 559, fls. 81 v.). E ainda que se repelisse a eventual falsidade das procurações em causa própria para alienações anteriores, objeto de impugnação do recorrente, a conclusão não poderia ser outra.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 7 de junho de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogado Dr. Paulo de Souza Carracedo.

D. J. 1.^o. 7-72

Agravo de Petição n.^o DJ-207.924 - Capital - Agvte: Companhia Conorado de Hotéis - Agvdo.: Oficial do 14.^o Registro de Imóveis da Capital.

Acórdão

Vistos. relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.^o 207.924, da comarca da Capital, em que é agravante Companhia Conorado de Hotéis e agravado Oficial do 14.^o Registro de Imóveis da comarca,

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

O agravado adiou transcrição de escritura de compra e venda, afirmando que o imóvel, seu objeto, corresponde a parte ideal e, por isso, não podia ser alienado como localizado no todo, sem a concordância dos condôminos. Ademais, é descrito como confrontando com ruas, cuja existência e denominação não estão averbadas no registro imobiliário.

Após impugnação, em que a agravante negou a existência do condomínio, o Dr. Curador opinou pela realização de perícia para levantamento de toda a área em que se inclui e parte alienada.

O MM. Juiz titular da. Vara dos Registros Públicos julgou improcedente a dúvida argumentando inexistir Impedimento legal a que o condômino aliene sua parte indivisa, ressalvando que a denominação atual das ruas deve ser procedida,.

Agravou o Dr. Curador, argumentando ser legalmente impossível a transcrição e o MM. Juiz Auxiliar reformou a decisão anterior, afirmando que, mesmo não se tratando de alienação de área ideal, o registro não é de ser feito porque tal parte não está descrita com segurança, não se sabe se realmente está incluída em área maior, falta averbação de denominação de ruas de sua confrontação e há conflito de titularidade em relação ao imóvel.

O recurso subiu a pedido da Companhia Conorado de Hotéis e a Procuradoria Geral da Justiça opina pelo improvimento do agravo.

Já decidiu este Conselho, examinando o agravo de petição n.^o 208.756 que a área antes conhecida como "Sítio Ibirapuera" se origina da transcrição n.^o 26.621 da 1.^a Circunscrição Imobiliária da Capital, lançada em nome de Pedro Rodrigues. O imóvel, originariamente imo, foi alienado em partes ideais a diversas pessoas (Elvira Magro, transcrições ns.^o 25.009 e 47.051; Jayme, Protti e Olympio Monteiro, transcrição n.^o 33.918; Fernando Fieschi e Amando Franco Soares Caiuby, transcrição n.^o 47.034, etc.), algumas das quais venderam o todo, ou parte do adquirido a terceiros (transcrições ns.^o 25.589, 27.886, 28.371, etc.). Portanto, é inegável que o referido sítio, hoje localizado em área urbana, se constitui em condomínio.

Ora, se é certo que os consenhores podem alhear a respectiva parte indivisa (art. 623, n.^o III, do

Código Civil), também é correto que para ser a alienação correspondente a parte certa e determinada, localizada em divisas e confrontações inseridas no todo, é indispensável ou a concordância de todos os condôminos, ou que tal parte venha a constituir-se justamente, na cabente ao alienante em divisão procedida (Washington de Barros Monteiro), Curso de Direito Civil Direito das Coisas, pág. 198; J. A. Maria Motta, Condomínio e Vizinhança. pág. 46). Assim, como José Donato de Araújo adquiriu de Elvira Magro uma gleba "pro indiviso" (transcrição n.º 108.054: fls. 16), passou a também ser condômino na área total e, sem aquiescência dos demais consenhores e sem divisão, não podia extremar parte dela e localizá-la no "Sítio Ibirapuera". Como a escritura levada a registro, através da qual José, Donato de Araújo vendeu parte do recebido à agravante, tem o defeito de pretender que o objeto da alienação seja coisa certa e determinada, realmente não podia ser transcrita no registro imobiliário. Ademais, a integridade do imóvel é descrito no registro tio registro como área rural e a agravante pretende localizar Nua parte descrevendo-a como área urbana. Isso só não impediria a transcrição se, antes, houvesse averbação da existência de todo o arruamento hoje existente (e não só da denominação de algumas ruas), para que se atenda ao princípio da continuidade dos registros. Tanto que já decidiu este Conselho que "no tocante à descrição dos imóveis, deve o título de transmissão ajustar-se ao que consta das transcrições anteriores, sem característicos e confrontações que delas se afastem" (R. J. T. i., vol. XII, pág. 438). Pelo exposto, mesmo se desprezando o argumento do que haveria conflito de titularidade relativo ao imóvel, que não ficou bem esclarecido nos autos, o certo C que o título realmente não pode ser transcrito.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 22 de junho de 1972.

(aa) Tácito, Morbach, de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogado Dr. Álvaro José Nahum.

D. O. J. 2-872

Agravo de Petição n.º DJ-207.581 - Santa Cruz do Rio Pardo - Agvte.: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registros Públicos.

Acórdão

Vistos, examinados e discutidos estes autos de Agravo de Petição, n.º 207.581 da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, em que é agravante o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. e agravado o Oficial de Registro da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso.

I - O agravado suscitou dúvida quanto à transcrição dos títulos apresentados pela Fazenda do Estado e pelo agravante. Relativamente à escritura de doação lavrada aos 8 de abril de 1909, em que figura como outorgante Fermino Olímpio de Carvalho, não consta a transcrição anterior e nem certidão negativa em nome do doador.

Alega o Oficial, outrossim, que os títulos referentes à carta de adjudicação extraída da ação expropriatória movida contra Ademar Junqueira e à escritura de desapropriação amigável, em que são outorgantes expropriados Ângelo Marostica e sua mulher, omitem as transcrições anteriores.

II - A dúvida foi julgada procedente (fls. 22/24 autos n.º 86,/71). Inconformado, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo recorreu, não o fazendo a Fazenda do Estado. (fls. 48 v./54). Nesta instância o parecer da Procuradoria Geral da Justiça (fls. 46/47 - autos n.º 73/71) é pelo provimento do agravo interposto.

É a conclusão a prevalecer.

III - No que toca à carta de adjudicação alusiva à ação de desapropriação intentada contra Ademar Junqueira ainda que discutível seja a necessidade de haver menção à transcrição anterior, verifica-se na espécie, que há prova da pretendida transcrição, consoante a certidão de fls. 19 (autos n.º 73/71).

Face ao debate estabelecido, respeitado está o princípio da continuidade do registro, previsto no art. 244 do decreto n.º 4.857 (apenso s/n.º fls. 4/7).

IV - Por outro lado, a escritura de desapropriação amigável, passada por Ângelo Marostica e sua mulher (apenso s/n. - fls. 9/10), possui as transcrições anteriores, seja a que pertenceu à comarca de Ourinhos, seja a atual, da comarca de Santa Cruz do Mo Pardo, o que passou despercebido na primeira instância.

V - Nestas condições, dá-se provimento ao agravo, para se procederem às transcrições reclamadas.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 14 de junho de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogado Dr. Antônio Evaristo Marot.

D. O. J., 2-8-72

Agravo de Petição n.º DJ-210-796 - Campinas - Agvte.: Rodolfo Rhor - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 210.796, da comarca de Campinas, em que é agravante Rodolfo Rhor e agravado o Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

O Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis levantou dúvida em proceder à transcrição da escritura de compra e venda lavrada nas notas do 1.º Cartório de Notas da Comarca, em 3 de agosto de 1971, porque na lavratura da escritura não foram obedecidos preceitos da legislação federal. Sendo a vendedora uma pessoa jurídica, a escritura deveria mencionar o número de sua inscrição no C.G.C. e versando a referida escritura uma compra e venda de imóvel, mister se fazia a apresentação ao notário público do "certificado de quitação" (CQ), expedido pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Manifestou-se o agravante, dizendo que a escritura em questão se refere a um compromisso de compra e venda celebrado e registrado anteriormente à lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, e ao decreto federal número 57.307, de 23 de novembro de 1965 que dispõe sobre a obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. do outorgante vendedor.

Oficiando no feito, o Dr. Curador opinou pela improcedência da dúvida (fls. 50).

Por sua vez, o INPS, embora admitindo "certa flexibilidade na jurisprudência" admitiu a dúvida levantada (fls. 52).

A final, a dúvida foi julgada procedente, ensejando o recurso de fls. 74, que obteve parecer favorável da douta Procuradoria Geral da Justiça (fls. 85).

Dá-se provimento ao recurso para, reformando a decisão, determinar a transcrição da escritura.

A escritura definitiva de compra e venda em questão, lavrada em 13 de agosto de 1971 (fls. 13/14) e cujo registro foi negado pelo Sr. Oficial do Registro de Imóveis, se refere à um compromisso de compra e venda, de caráter irrevogável e irretratável, celebrado em 29-3-60 e devidamente inscrito no Registro de Imóveis, em 5-5-60 anteriormente, pois, à lei n.º 3.807 de 26-8-60. Assim, se promessa de venda foi anterior à lei que instituiu o requisito - certificado de quitação (CQ) - não se pode exigir tal certidão, porque a lei não pode retroagir para alcançar fatos passados, já consumados.

É de se observar, a propósito, que "com a inscrição no Registro de Imóveis, a promessa passa a ter efeitos reais, consistentes nos dois seguintes: oponibilidade erga omnes, excluindo, assim, qualquer direito real oposto, que haja sido inscrito posteriormente; realização compulsória do contrato pela intervenção judicial, suprimindo a vontade do promitente vendedor, no caso de recusa" - (Serpa Lopes, Tratado dos Registros Públicos, vol. IV/441), circunstância que salienta o descabimento da exigência, de vez que já garantido ao comprador do apartamento referido na escritura o direito à adjudicação compulsória.

E há mais.

Trata-se de prédio construído, com "habite-se" de 10 de janeiro de 1961, antes da vigência do Decreto-lei n.º 66/66.

Efetivamente, conforme o disposto no artigo 141, parágrafo 4.º, da lei n. 3.807/60, com a nova redação dada pelo Decreto-lei n.º 66, de 21-11-66, o certificado de quitação (CQ) somente será exigido "para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após sua construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão de direitos aquisitivos" ou seja, o CQ passou a ser exigido, nessa hipótese, somente a partir de 21 de novembro de 1966 data da lei não se aplicando dest'arte, ao caso presente, em que a construção terminou em 1961.

Por outro lado, manifestando-se no processo, o Instituto Nacional de Previdência Social não

reclamou qualquer débito previdenciário sendo lícito presumir, portanto, a sua inexistência, mesmo porque a outorgante vendedora Lopes Serra Ltda., encerrando suas atividades há mais de cinco anos, deixou de ser contribuinte da Previdência. A existência de algum débito previdenciário, se houvesse, sem dúvida seria denunciado pelo Instituto, nestes autos. Finalmente, dispensável, também, a exigência de apresentação de inscrição no C.G.C., porque a escritura em questão diz respeito a promessa de venda irretratável e irrevogável, feita anteriormente ao decreto federal n.º 57.307, de 23-11-65, que dispôs sobre a obrigatoriedade de fazer constar o n.º de inscrição no C.G.C. do outorgante vendedor.

Por esses fundamentos é dado provimento ao recurso, para determinar que o Serventuário do Cartório do Registro de Imóveis proceda à transcrição da escritura, prejudicadas, assim, as providências determinadas pelo Juízo, a fls. 72.

São Paulo, 14 de julho de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogada Dra. Anna Angélica Fagundes.

Agravo de Petição n.º DJ-210.422 - Ribeirão Pires Agvte.: Rede Ferroviária Federal S.A., pela sua Unidade de Operação - 9.ª Divisão, Santos a Jundiaí - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 210.422, da Comarca de Ribeirão Pires, em que é agravante a Rede Ferroviária Federal S.A., pela sua Unidade de Operação, 9.ª Divisão, Santos a Jundiaí, e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

Trata-se de recusa oposta pelo Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Pires, ao registro de uma escritura pública de cessão, ou doação com encargo, lavrada em 28 de janeiro de 1885 e referente à: "umas terras situadas no bairro do Pilar, freguesia de São Bernardo, termo e comarca da Capital" - em que figuram como outorgantes Francisca Maria de Lima e outros e outorgada a Companhia de Estradas de Ferro Santos a Jundiaí, cujos bens foram incorporados pela União ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S.A., constituída para execução dos serviços ferroviários após a encampação da antiga estrada de ferro The São Paulo Railway Co. Ltd.

A dúvida, devidamente processada, foi afinal julgada procedente pelo MM. Juiz de Direito, ensejando o presente recurso de agravo de petição, em que se verificou a manifestação da douta Procuradoria Geral da Justiça pelo seu improvimento.

Merece confirmação a decisão agravada.

A escritura apresentada, embora lavrada em 1885, somente agora foi levada ao registro, estando, portanto, sujeita às exigências do decreto n.º 4.857, de 1939, relativo aos registros públicos, uma vez que não se refere a imóvel irregistrável, ou não sujeito ao registro, como os que estão fora do comércio.

A transcrição dos títulos para o efeito de aquisição de domínio é ato obrigatório a ser efetuado no cartório da situação do imóvel, "ex-vi" do disposto no art. 179, do citado decreto.

A primeira verificação a ser feita pelo Oficial diz respeito a sua competência para a prática do ato, uma vez que o registro feito por Oficial incompetente é nulo. Na, espécie, o Serventuário põe em dúvida a sua competência pois a escritura refere-se a "ninas terras no bairro do Pilar, freguesia de São Bernardo termo e comarca desta Capital", e que sempre foram conhecidas como pertencentes ao território do município de Mauá.

Ora, o título deve ser levado ao cartório competente, segundo os limites territoriais estabelecidos pela lei reguladora da divisão territorial da Comarca. O Oficial do Cartório, se não encontrar no título elementos que demonstrem encontrar-se o imóvel dentro da sua circunscrição territorial, deve, abster-se de praticar o ato solicitado para que este não resulte nulo.

Efetivamente, entre os requisitos exigidos para a transcrição está o que se refere a circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local (art. 247, 3.º, decreto citado).

A ausência dos característicos e confrontações do imóvel, de outro lado, pode ensejar dúvida a respeito de sua situação, tornando-o, além disso, identificável e impossibilitando o seu registro, como ocorre na espécie.

A individualização do imóvel não ficou claramente estabelecida em face dos termos vagos e

imprecisos de sua descrição, com o que se deixou de cumprir um dos requisitos mais importantes exigidos pela lei dos registros públicos e destinado a fornecer a certeza do domínio sobre determinado imóvel e a fixar a continuidade do registro.

Além disso, como decidiu o Magistrado ao acolher a dúvida, a cessão diz respeito a parte certa de um imóvel em condomínio, havido a título sucessório. Já decidiu este Conselho que "se é certo que os consenhores podem alhear a respectiva parte indivisa. (art., 623, n.º III, do Código Civil), também é correto que para ser a alienação correspondente a parte certa e determinada, localizada em divisas e confrontações inseridas no todo, é indispensável ou a concordância de todos os condôminos, ou que tal parte venha a constituir-se justamente na cabente ao alienante em divisão procedida (Washington de Barros Monteiro, Curso de Direito Civil, Direito das Coisas, pág. 198; A. Faria Motta, Condomínio e Vizinhança, pág. 46)11 - Agravo de petição n. 207.924, da Capital, (D. J. de 1-7-72, pág. 6).

O decurso do tempo (1885-1971) de que socorre a agravante não se substitui ao consenso dos condomínios, valendo apenas para a consolidação de posse.

Pelos motivos expostos e acolhendo o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça e negado provimento ao agravo, confirmando-se a decisão agravada também por seus fundamentos.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 14 de julho de 1972.

(aa) Tácito Morbach de Góes, Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente.

Advogado Dr. Luiz Xavier de Lima.

D. J., 26-7-72

LEI COMPLEMENTAR N.º 11 - DE 25 DE MAIO DE 1971

Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º É instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), nos termos da presente fiei Complementar.

§ 1.º Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL - diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma do que dispuser o Regulamento desta Lei Complementar.

§ 2.º O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações das regalias, privilégios e imunidades da União e terá por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado para os atos do âmbito deste.

Art. 2.º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

I - aposentadoria por velhice;

II - aposentadoria por invalidez;

III - pensão;

IV - auxílio-funeral;

V - serviço de saúde;

VI - serviço social.

Art. 3.º São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes.

§ 1.º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;

b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe, na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

§ 2.º Considera-se dependente o definido como tal na Lei Orgânica da Previdência Social e legislação posterior em relação aos segurados do Sistema Geral de Previdência Social.

Art. 4.º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50%

(cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único. Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

Art. 5.º A aposentadoria por invalidez corresponderá a uma prestação igual à da aposentadoria por velhice, e com ela não acumulável, devida ao trabalhador vítima de enfermidade ou lesão orgânica, total ou definitivamente incapaz para o trabalho, observado o princípio estabelecido no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6.º A pensão por morte do trabalhador rural, concedida segundo ordem preferencial aos dependentes, consistirá numa prestação mensal equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo de maior valor no País.

Art. 7.º Por morte presumida do trabalhador, declarada pela autoridade judiciária competente, depois de seis meses de sua ausência, será concedida uma pensão provisória, na forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 8.º Mediante prova hábil do desaparecimento do trabalhador, em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória referida no artigo anterior, dispensados o prazo e a declaração nele exigidos.

Parágrafo único. Verificado o reaparecimento do trabalhador, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias recebidas.

Art. 9.º O auxílio-funeral será devido, no importe de um salário mínimo regional, por morte do trabalhador rural chefe da unidade familiar ou seus dependentes e pago àquele que comprovadamente houver providenciado, às suas expensas, o sepultamento respectivo.

Art. 10.º As importâncias devidas ao trabalhador rural serão pagas caso ocorra sua morte, aos seus dependentes, e na falta desses, reverterão ao FUNRURAL.

Art. 11.º A concessão das prestações pecuniárias asseguradas por esta Lei Complementar serão devidas a partir do mês de janeiro de 1972, arredondando-se os respectivos valores para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, quando for o caso, inclusive em relação às quotas individuais da pensão.

Art. 12.º Os serviços de saúde serão prestados aos beneficiários, na escala que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade, total ou parcial, segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente.

Art. 13.º O Serviço Social visa a propiciar aos beneficiários melhoria de seus hábitos e de, suas condições de existência, mediante ajuda pessoal, nos desajustamentos individuais e da unidade, familiar e, predominantemente, em suas diversas necessidades ligadas à assistência prevista nesta Lei, e será prestado com a amplitude que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, e segundo as possibilidades locais.

Art. 14.º O ingresso do trabalhador rural e dependentes, abrangidos por esta Lei Complementar, no regime de qualquer entidade de previdência social não lhes acarretará a perda do direito às prestações do Programa de Assistência enquanto não decorrer o período de carência a que se condicionar a concessão dos benefícios pelo novo regime.

Art. 15.º Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

I - da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais e recolhida:

a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam sub-rogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-las, no varejo, diretamente ao consumidor.

II - da contribuição de que trata o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970, a qual fica elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4%, (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.

§ 1.º Entende-se como produto rural todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização provenha de origem vegetal ou animal, ainda quando haja sido submetido a processo de beneficiamento, assim compreendido um processo primário, tal como descaroçamento, pilhagem, descascamento ou limpeza e outros do mesmo teor, destinado à preparação de matéria-prima para posterior industrialização.

§ 2.º O recolhimento da contribuição estabelecida no item I deverá ser feito até o último dia do

mês seguinte àquele em que haja ocorrido a operação de venda ou transformação industrial.

§ 3.º A falta de recolhimento, na época própria, da contribuição estabelecida no item I sujeitará, automaticamente, o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) por semestre ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito, a correção monetária deste e aos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o referido montante.

§ 4.º A infração de qualquer dispositivo desta Lei Complementar e de sua regulamentação, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, conforme a gravidade da infração, sujeitará o infrator à multa de 1 (um) à 10 (dez) salários mínimos de maior valor no País, imposta e cobrada na forma a ser definida no regulamento.

§ 5.º A arrecadação da contribuição devida ao FUNRURAL, na forma do artigo anterior, bem assim das correspondentes multas impostas e demais cominações legais, será realizada, preferencialmente, pela rede bancária credenciada para efetuar a arrecadação das contribuições devidas ao INPS.

§ 6.º As contribuições de que tratam os itens I e II serão devidas a partir de 1.º de julho de 1971, sem prejuízo do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL, até o dia imediatamente anterior àquela data, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 276, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 16.º Integram, ainda, a receita do FUNRURAL.

I - as multas, a correção monetária e os juros moratórios a que estão sujeitos os contribuintes, na forma do § 3.º do artigo anterior e por atraso no pagamento das contribuições a que se refere o item II do mesmo artigo;

II - as multas provenientes de infrações praticadas pelo contribuinte, nas relações com o FUNRURAL;

III - as doações e legados, rendas extraordinárias ou eventuais, bem assim recursos incluídos no Orçamento da União.

Art. 17.º Os débitos relativos ao FUNRURAL e resultantes do disposto no Decreto-lei n.º 276, de 28 de fevereiro de 1967, de responsabilidade dos adquirentes ou consignatários, na qualidade de sub-rogados dos produtos rurais e os de responsabilidade daqueles que produzem mercadorias rurais e as vendem diretamente aos consumidores, ou as industrializam, ficam isentos de multa e de correção monetária, sem prejuízo dos correspondentes juros moratórios, desde que recolhidos ou confessados até noventa dias após a promulgação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Em relação ao período de 1.º de março a 19 de outubro de 1967, os adquirentes e consignatários de produtos rurais só ficam obrigados a recolher ao FUNRURAL as contribuições a este devidas, quando as tenham descontado do pagamento que efetuaram aos produtores, no dito período, pela compra dos referidos produtos.

Art. 18.º A confissão a que se refere o artigo anterior terá por objeto os débitos relativos ao período de 1.º de março de 1967 a dezembro de 1969, que poderão ser recolhidos em até vinte parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês subsequente ao da confissão.

. Parágrafo único. O parcelamento de que trata este artigo é condicionado as seguintes exigências:

- a) consolidação da dívida, compreendendo as contribuições em atraso e os respectivos juros moratórios calculados até a data do parcelamento;
- b) confissão expressa da dívida apurada na forma da alínea anterior;
- c) cálculo da parcela correspondente a amortização da dívida confessada e aos juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre os saldos decrescentes dessa mesma dívida;
- d) apresentação, pelo devedor, do fiador idôneo, a critério do FUNRURAL, que responda solidariamente pelo débito consolidado e demais obrigações a cargo do devedor;
- e) incidência, em cada parcela recolhida posteriormente ao vencimento, da correção monetária, bem como das sanções previstas no artigo 32 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e respectiva regulamentação.

Art. 19.º Ficam cancelados os débitos dos produtores rurais para com o FUNRURAL, correspondentes ao período de fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967.

Art. 20.º Para efeito de sua atualização, os benefícios instituídos por esta Lei Complementar, bem como o respectivo sistema de custeio, serão revistos de dois em dois anos pelo Poder Executivo, mediante proposta do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 21.º O FUNRURAL terá seus recursos financeiros depositados no Banco do Brasil S.A., e utilizados de maneira que a receita de um semestre se destine à despesa do semestre imediato.

Parágrafo único. Até que entre em vigor o Programa de Assistência ora instituído, o FUNRURAL

continuará prestando aos seus beneficiários a Assistência médico-social na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.554, de 17 de outubro de 1967.

Art. 22.º É criado o Conselho Diretor do FUNRURAL, que será presidido pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, ou por seu representante expressamente designado e integrado, ainda, pelos representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Previdência Social, bem assim de cada uma das Confederações representativas das categorias econômica e profissional agrárias.

Parágrafo único. O FUNRURAL será representado em juízo ou fora dele pelo Presidente do respectivo Conselho Diretor ou seu substituto legal.

Art. 23.º O FUNRURAL, terá a estrutura administrativa que for estabelecida no Regulamento desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O INPS dará à Administração do FUNRURAL, pela sua rede operacional e sob a forma de serviços de terceiros, sem prejuízos de seus interesses, a assistência que se fizer necessária em pessoal, material, instalações e serviços administrativos.

Art. 24.º O custo de administração do FUNRURAL, em cada exercício, não poderá exceder ao valor correspondente a 10% (dez por cento) da receita realizada no exercício anterior.

Art. 25.º As despesas de organização dos serviços necessários a execução desta Lei Complementar, inclusive instalação adequada do Conselho Diretor e dos órgãos da estrutura administrativa do FUNRURAL, serão atendidas pelos recursos deste, utilizando-se, para tanto, até 10% (dez por cento) das dotações das despesas previstas no orçamento vigente.

Art. 26.º Os débitos relativos à contribuição fixada no item I do artigo 15, bem assim as correspondentes multas impostas e demais cominações legais, serão lançadas em livro próprio destinado pelo Conselho Diretor a inscrição da dívida ativa do FUNRURAL.

Parágrafo único. É considerada líquida e certa a dívida regularmente inscrita no livro de que trata este artigo, e a certidão respectiva servirá de título para a cobrança judicial, como dívida pública, pelo mesmo processo e com os privilégios reservados à Fazenda Nacional.

Art. 27.º Fica extinto o Plano Básico da Previdência Social, instituído pelo Decreto-lei n.º 564, de 1.º de maio de 1969, e alterado pelo Decreto-lei n.º 704, de 24 de julho de 1969, ressalvados os direitos daqueles que contribuindo para o INPS pelo referido Plano, cumpram período de, carência até 30 de junho de 1971.

§ 1.º As contribuições para o Plano Básico daqueles que tiverem direito assegurado, na forma deste artigo, serão recolhidas somente em correspondência ao período a escarrar-se em 30 de junho de 1971, cessando o direito de habilitação aos benefícios em 30 de junho de 1972.

§ 2.º Caberá a devolução das contribuições descontadas, já recolhidas ou não, àqueles que, havendo começado a contribuir tardiamente, não puderem cumprir o período de carência até 30 de junho de 1971.

§ 3.º As empresas abrangidas pelo Plano Básico são incluídas como contribuintes do Programa de Assistência ora instituído, participando do seu custeio na forma do disposto no item I do artigo 15, e dispensadas, em consequência, da contribuição relativa ao referido Plano, ressalvado o disposto no § 1.º.

Art. 28.º As entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores rurais poderão ser utilizadas na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente Lei Complementar e, mediante convênio com o FUNRURAL, auxiliá-lo na implantação divulgação e execução do PRORURAL.

Art. 29.º A empresa agro-industrial anteriormente vinculada, inclusive quanto ao seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao sistema geral da Previdência Social.

Art. 30.º A dotação correspondente ao abono previsto no Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, destinar-se-á ao reforço dos recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e Previdência Social especificamente, para suplementar a receita do FUNRURAL, ressalvada a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos até a data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 31.º À proporção que as empresas atingirem, a critério do Ministério do Trabalho e Previdência Social, suficiente grau de organização, poderão ser incluídos, quanto ao respectivo setor agrário, no sistema geral de Previdência Social mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 32.º É lícito ao trabalhador ou dependente menor, a critério do FUNRURAL, firmar recibo de pagamento de benefício, independentemente da presença dos pais ou tutores.

Art. 33.º Os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes, salvo quanto às importâncias devidas ao FUNRURAL, aos descontos autorizados por lei, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecidos judicialmente, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nulas de pleno direito qualquer venda ou cessão, a constituição de qualquer ônus, bem assim a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 34.º Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações, não reclamadas no prazo de cinco anos, a contar da data em que forem devidas.

Art. 35.º A presente Lei Complementar será regulamentada no prazo de 90 dias de sua publicação.

Art. 36.º Terá aplicação imediata o disposto no artigo 1.º e seu § 1.º, artigo 22, parágrafo único do artigo 23, artigos 25 e 27 e seus parágrafos e artigo 29.

Art. 37.º Ficam revogados, a partir da vigência desta Lei o título IX da Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, os Decretos-leis ns.º 276, de 28 de fevereiro de 1967, 564, de 1.º de maio de 1969, 704, de 24 de julho de 1969, e o artigo 29 e respectivo parágrafo único do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 38.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

EMÍLIO G. MÉDICI - Presidente da República.

Antônio Delfim Netto

L. F. Cirne Lima

Júlio Barata

F. Rocha Lagoa

João Paulo dos Reis Velloso

DECRETO N.º 70.045 - DE 25 DE JANEIRO DE 1972

Dispõe sobre a transferência pelo Banco do Brasil S/A., de contribuições arrecadadas pelo INPS para o FUNRURAL.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil S/A., autorizado a transferir, automaticamente, para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, na forma do que dispõe o artigo 35, § 3.º, da Lei n.º 4.863, de 29 de novembro de 1965, as contribuições instituídas pelo artigo 15, inciso II, da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, bem assim a parte que corresponder a essas contribuições por multas correção monetária e juros moratórios, arrecadadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.

§ 1.º As transferências de que trata o artigo serão efetuadas em importância mensal, fixada, para cada trimestre, mediante Portaria do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2.º As diferenças para mais ou para menos nas transferências serão apuradas, em cada exercício, pelo Instituto Nacional de Previdência Social e compensadas pela entidade devedora à credora até 31 de março do exercício seguinte àquele em que forem efetuados os recolhimentos.

Art. 2.º O Instituto Nacional de Previdência Social e o Banco do Brasil S/A., através de seus órgãos da especialidade, colocarão à disposição do FUNRURAL, no que respeita aos créditos deste, por arrecadação das contribuições e gravames a que se refere o artigo 1.º, todas as informações estatísticas e contábeis de aferição.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÉDICI - Presidente da República.

Antônio Delfim Netto

Júlio Barata

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

Fixa para o segundo trimestre de 1972, a cota mensal ser transferida pelo Banco do Brasil, ao, MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N.º 3.139 - DE 8 DE MAIO DE 1972

O Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que estabelece o Decreto n.º 70.045, de 25 de janeiro de 1972, resolve:
Fixar, para o segundo trimestre de 1972, em Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros) a cota mensal a ser transferida pelo Banco do Brasil, para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, a título de contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, por força do disposto no artigo 15, inciso II, da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

Júlio Barata.

(D. O. de 12 de maio de 1972, Pág. 4.206).

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

Aprova o Convênio Padrão por prestação de serviço de arrecadação e pagamento entre FUNRURAL e o Banco.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR N.º 182 - DE 30 DE MAIO DE 1972

Aos Estabelecimentos Bancários.

Comunicamos que a Diretoria deste Banco Central, em sessão desta data, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, regulamentada pelo Decreto n.º 69.919, de 11 de janeiro de 1972, resolveu autorizar o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural FUNRURAL a contratar com a rede bancária a prestação de serviços de arrecadação e pagamento nos termos da anexa minuta de Convênio Padrão - Luiz de Carvalho e Mello Filho, Diretor.

CONVÊNIO PADRÃO

Convênio para prestação de serviços de arrecadação e pagamento entre o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL e o Banco O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural com sede na..... representado por seu Assessor Financeiro..... abaixo assinado, neste ato designado FUNRURAL, e o Banco.....com sede na.....representado por..... abaixo assinado, aqui denominado, entre si justo e acordado nos termos da regulamentação em vigor, baixada pelo Banco Central do Brasil:

Cláusula Primeira - O Banco se obriga, por suas dependências constantes da relação anexa, que fica fazendo parte integrante deste Convênio, a arrecadar diretamente as contribuições ou quaisquer outras rendas ou parcelas de receita devidas ao FUNRURAL, sempre conjugadamente com serviços de pagamento de prestações a beneficiários e do FUNRURAL:

Cláusula Segunda. - O FUNRURAL depositará na Agência.....do Conveniente, no Estado, da Guanabara ou onde ficar convenicionado, cru conta a ser aberta sob o título - FUNRURAL - PRO-RURAL Credores Diversos - Pagamentos previstos para cada mês e abrangendo o montante que as Agências do Conveniente, aqui relacionadas, deverão pagar aos beneficiários do FUNRURAL:

Cláusula Terceira - Em cada Agência relacionada será aberta conta com a denominação referida na cláusula anterior para acolhimento dos créditos e débitos cabíveis;

Cláusula. Quarta - Os pagamentos de prestações serão realizados pelo Banco com base em elementos e formulários fornecidos, compostos e autenticados pelo FUNRURAL, que individualizem o beneficiário e indiquem a quantia a pagar, ficando o Banco responsável unicamente pela fiel execução do encargo;

Cláusula Quinta - As Agências indicarão em formulário fornecido pelo FUNRURAL os benefícios pagos em cada mês, comprovando os pagamentos efetuados com os cupões retidos e extrato da respectiva conta;

Cláusula Sexta, - Os documentos referidos na cláusula anterior serão encaminhados pelas Agências responsáveis à Diretoria Regional do FUNRURAL, na Capital do Estado onde estiverem situadas essas Agências, até o 3.º dia útil subsequente ao mês dos pagamentos;

Cláusula Sétima Os pagamentos de prestações de que, trata a Cláusula Primeira serão realizados pelo Banco a débito do FUNRURAL, na conta referida na Cláusula Segunda, o que será suprida na proporção dos pagamentos a efetuar, obrigando-se o Banco a informar ao Banco Central do Brasil, mensalmente, na relação a que se refere a Circular n.º 37, de 3 de maio de 1966, os totais

dos suprimentos feitos e dos benefícios pagos;

Cláusula Oitava - O Banco Central do Brasil fiscalizará o cumprimento deste Convênio, obrigando-se o Banco a incluir os saldos decorrentes da sua execução Tia relação mensal de que trata a Circular n.º 37, de 3 de maio de 1966, sem prejuízo da informação exigida na Cláusula Sétima "in fine". O FUNRURAL oferecerá subsídios à fiscalização quando constatar, por sua própria iniciativa, a inobservância de quaisquer cláusulas do Convênio ou de dispositivos de instruções complementares dele emanadas;

Cláusula Nona - Os suprimentos às Agências serão realizados sempre através da Agência indicada na Cláusula Segunda deste Convênio, não sendo permitido qualquer pagamento sem que haja a devida cobertura na conta citada;

Cláusula Décima - As quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira serão registradas pelo Banco em conta transitória, sem juros, aberta sob o título contábil "Depósitos de Autarquias à Vista", em nome do FUNRURAL, com a desinência "Conta de Arrecadação" cujo saldo será transferido na forma prevista nas Cláusulas Décima-Primeira a Décima-Terceira;

Cláusula Décima-Primeira - Até o dia 22 de cada mês, cada dependência desse Banco deverá transferir, sem ônus, para a Agência..... Estado da Guanabara, os valores arrecadados até o dia 20 do mesmo mês, acompanhados dos seguintes documentos:

a) 1 (uma) via do extrato da conta;

b) 1 (uma) via do aviso de débito, correspondente à transferência do saldo apresentado nos dias 20 de cada mês;

c) 1 (uma) via de cada uma das guias de recolhimento destinado ao FUNRURAL, quitadas durante o período assinalado (21 de cada mês a 20 do mês seguinte) ;

Cláusula Décima-Segunda - Até o último dia útil de cada mês a Agência aludida na Cláusula Décima-Primeira transferirá, também sem ônus, diretamente para a Agência Centro-Rio do Banco do Brasil S/A., o montante recebido de suas congêneres, para crédito da conta "Depósitos de Autarquias - À Vista Federais - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural Conta do Movimento;

Cláusula Décima-Terceira - Até o quinto dia após a efetuação do depósito indicado na Cláusula Décima-Segunda, a Agência referida na Cláusula Décima-Primeira encaminhará ao Serviço de Contabilidade do FUNRURAL (Rua) os comprovantes citados nas alíneas "a", "b" e "c" da mesma Cláusula Décima-Primeira, e o respectivo recibo bancário do montante depositado no Banco do Brasil S/A., Agência Centro-Rio;

Cláusula Décima-Quarta - O Banco, na qualidade de simples agente arrecadador, não responderá, em qualquer hipótese ou circunstâncias, pelas declarações, prazos, cálculos e outros elementos consignados pelos contribuintes nas guias de recolhimento, preenchidas segundo modelos aprovados pelo FUNRURAL e de acordo com suas instruções;

Cláusula Décima-Quinta - Às partes é facultado, em qualquer tempo, denunciar o presente Convênio, sem que o uso dessa faculdade de direito a indenização de qualquer natureza. A denúncia, que terá caráter confidencial, far-se-á por escrito e produzirá efeito (quinze) dias após sua comunicação ao Banco Central do Brasil, mediante registro com aviso de recepção.

CLÁUSULAS ADICIONAIS

Cláusula Décima-Sexta - O Banco manterá entendimentos, sobre assuntos relacionados com os serviços de que trata o presente Convênio, somente com a Assessoria Financeira do FUNRURAL;

Cláusula Décima-Sétima - As dependências do Banco incluídas no presente Convênio ficam obrigadas ao cumprimento das Normas, sobre o assunto, emanadas do FUNRURAL, e que lhes serão transmitidas através das respectivas Matrizes.

E por se acharem justos e convencionados, firma o presente instrumento, com as testemunhas abaixo indicadas, que declaram conhecer o inteiro teor deste Convênio, que assinam em 3 (três) vias, a terceira das quais a ser encaminhada ao Banco Central do Brasil.

(D. O. da União, Parte II de 5 de junho de 1972, págs. 2.162 e 2.163).

DECRETO N.º 69.919 - DE 11 DE JANEIRO DE 1972 **Aprova o Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural?**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, decreta:

Art. 1.º É aprovado o Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, instituído

pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, que com este baixa.
Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EMÍLIO G. MÉDICI - Presidente da República.
Júlio Barata.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

TÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES** **CAPÍTULO I** **DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 1.º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), instituído pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, tem como beneficiários o trabalhador rural e seus dependentes, na forma estabelecida neste Regulamento.

Parágrafo único. A gestão do PRORURAL caberá ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL.

Art. 2.º São beneficiários do PRORURAL:

I - na qualidade de trabalhadores rurais:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural diretamente a empregador, em estabelecimento rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou parte "in natura" e parte em dinheiro, ou por intermédio de empreiteiro ou organização que, embora não constituídos em empresa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimento de produto agrário "in natura";
- b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;

II - na qualidade de dependentes do trabalhador rural:

- a) a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as filhas solteiras de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas;
- b) a pessoa designada, que, se do sexo masculino, só poderá ser menor de 18 (dezoito) anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida;
- c) o pai inválido e a mãe;
- d) os irmãos de qualquer condição, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as irmãs solteiras de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas.

§ 1.º A existência de dependentes de qualquer das classes enumeradas nas alíneas deste item exclui do direito aos benefícios os dependentes enumerados nas alíneas subseqüentes, ressalvado o disposto nos § 3.º e 4.º.

§ 2.º Equiparam-se aos filhos, nas condições da alínea e mediante declaração escrita do trabalhador rural:

- a) o enteado;
- b) o menor que, por determinação judicial, se ache sob sua guarda;
- c) o menor que se ache sob tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3.º Inexistindo esposa ou marido inválido com direito aos benefícios, a pessoa designada poderá, mediante declaração escrita do trabalhador rural, concorrer com os filhos deste.

§ 4.º Mediante declaração escrita do trabalhador, o pai inválido e a mãe poderão concorrer com a esposa ou marido inválido, ou com a pessoa designada, salvo se existirem filhos com direito aos benefícios.

§ 5.º A designação do dependente de que trata a alínea "b" do item II prescinde de formalidade especial, valendo para esse efeito declaração expressa do trabalhador perante o FUNRURAL ou Sindicato de classe de trabalhadores ou empregadores rurais, anotada na respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou em documento específico fornecido por qualquer das aludidas entidades.

§ 6.º Falecendo o trabalhador rural sem que tenha feito a designação prevista no parágrafo

anterior, presumir-se-á designada sua companheira, que ficará equiparada à esposa. desde que comprovada aquela condição.

Art. 3.º A dependência econômica das pessoas indicadas na alínea "a" do item II e no § 2.º do artigo 2.º é presumida, e das demais deverá ser comprovada.

Art. 4.º A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para os cônjuges casados civilmente, pelo desquite, quando expressa a perda ou renúncia do direito à percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento;

II - para os cônjuges casados segundo rito religioso pelo casamento civil de qualquer deles ou pela separação de fato;

III - para a esposa que abandonar sem justo motivo a habitação conjugal e a ela se recusar a voltar (artigo 234 do Código Civil), desde que reconhecida essa situação por sentença judicial;

IV - para os filhos e os dependentes a eles equiparados pelo § 2.º do artigo 2.º, os irmãos e o dependente designado menor, ao completarem 18 (dezoito) anos de idade, salvo se inválidos;

V - para as filhas e as dependentes a elas equiparadas, as irmãs e a dependente designada menor, ao completarem 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválidas;

VI - para os dependentes inválidos, em geral, pela cessação da invalidez;

VII - para os dependentes do sexo feminino, no geral, pelo matrimônio;

VIII - para os dependentes em geral, pelo falecimento.

Art. 5.º Para o trabalhador rural empregado, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, devidamente anotada, será documento hábil para a obtenção dos benefícios do PRORURAL; para as demais categorias de trabalhador rural e para os dependentes, a condição de beneficiário será comprovada mediante documentos hábeis, no ato da respectiva inscrição no FUNRURAL, cabendo aos dependentes promovê-la, quando o trabalhador não o tenha feito, para a obtenção dos benefícios que lhes forem devidos.

§ 1.º Na impossibilidade de obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou nos casos em que não caiba a imissão desta, será admitida a apresentação de documento que possa suprir a sua falta fornecido por Sindicato de classe de trabalhadores ou empregadores rurais, desde que contenha os elementos indispensáveis à identificação e qualificação do trabalhador rural e seus dependentes, conforme instruções que forem expedidas pelo FUNRURAL.

§ 2.º Só será feita a inscrição na oportunidade em que for solicitado o benefício pecuniário.

§ 3.º Aquele que for beneficiário de qualquer sistema de previdência social não fará jus aos benefícios previstos neste Regulamento, ressalvado o disposto no artigo 52.

CAPÍTULO II

DOS EMPREGADORES

Art. 6.º Considera-se empregador rural, para os efeitos deste Regulamento, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que em estabelecimento rural ou prédio rústico, explore atividade agrícola, pastoril, hortigranjeira ou a indústria rural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos, com o concurso de empregados.

§ 1.º Indústria rural é a atividade que compreende o primeiro tratamento dos produtos agrários, sem transformá-los em sua natureza.

§ 2.º Estabelecimento rural é o imóvel destinado principalmente ao cultivo da terra, à extração de matérias-primas de origem animal ou vegetal, à criação, à recriação, à internagem ou à engorda de animais.

§ 3.º O primeiro tratamento dos produtos "in natura" derivados das atividades principais indicadas no parágrafo anterior compreende:

a) o beneficiamento, a primeira modificação e o preparo dos produtos agropecuários e hortigranjeiros e das matérias-primas de origem animal ou vegetal para posterior venda ou industrialização;

b) o aproveitamento dos subprodutos oriundos das operações referidas no parágrafo anterior, de preparo e modificação dos produtos "in natura",

§ 4. Não se considera indústria rural aquela que operando a primeira transformação do produto agrário, o altere na, sua natureza, retirando-lhe a condição de matéria-prima.

§ 5.º Os empregados de nível universitário das empresas rurais ou daquelas que prestam serviços de natureza rural a terceiros, bem assim os que exerçam suas atividades nos escritórios e lojas das aludidas empregadoras, não serão considerados beneficiários do PRORURAL, mas vinculados ao Sistema Geral de Previdência Social.

TÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS

Art. 7.º O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I - Aposentadoria por Velhice;
- II - Aposentadoria por Invalidez;
- III - Pensão;
- IV - Auxílio-Funeral;
- V - Serviços de Saúde;
- VI - Serviço Social.

CAPÍTULO I

BENEFÍCIOS PECUNIÁRIOS

Seção I

Aposentadoria por Velhice

Art. 8.º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade e seja o chefe ou arrimo da sua unidade familiar.

§ 1.º Para o efeito e na forma do disposto no artigo, considera-se:

I - unidade familiar, o conjunto de pessoas vivendo total ou parcialmente, sob a dependência econômica de um trabalhador rural, na forma do artigo 2.º, item II, e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º;

II - chefe da unidade familiar:

- a) o cônjuge do sexo masculino, ainda que casado apenas segundo rito religioso e sobre o qual recaia a responsabilidade econômica a que se refere o item I;
- b) o cônjuge do sexo feminino, nas mesmas condições da alínea anterior, quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas no artigo 251 do Código Civil, desde que ao outro cônjuge não tenha sido concedida aposentadoria por velhice ou invalidez;
- c) o cônjuge sobrevivente ou aquele que, em razão de anulação do casamento civil, ficar com filhos menores sob sua guarda;

III - arrimo da unidade familiar, na falta do respectivo chefe, o trabalhador rural que dela faça parte e sobre o qual recaia, exclusiva ou preponderantemente, o encargo de mantê-la, entendendo-se, igualmente, nessa condição, a companheira, se for o caso, quando à outra parte do casal não houver sido concedida aposentadoria por velhice ou invalidez.

§ 2.º Ocorrendo as hipóteses previstas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 326 do Código Civil ou se, em virtude de determinação judicial, couber a guarda dos filhos menores a um e outro cônjuge, ambos trabalhadores rurais, cada um deles será considerado chefe de uma nova unidade familiar. Fica ressalvada a obrigação que tenha sido atribuída, judicialmente, a um deles, de concorrer para a criação e educação dos filhos comuns que estiverem sob a guarda de outro.

§ 3.º A aposentadoria por velhice, assim como a aposentadoria por invalidez, será também devida ao trabalhador rural que não faça parte de nenhuma unidade familiar, nem tenha dependentes.

Seção II

Aposentadoria por Invalidez

Art. 9.º A aposentadoria por invalidez corresponderá a uma prestação igual à da aposentadoria por velhice, e será devida ao trabalhador rural portador de enfermidade ou lesão orgânica que o torne incapaz total e definitivamente para o exercício de qualquer atividade.

Parágrafo único. A incapacidade de que trata este artigo deverá ser devidamente caracterizada por meio de perícia médica determinada pelo FUNRURAL.

Art. 10.º Cabe ao médico ou médicos peritos a inteira responsabilidade pelo laudo em que se fundamentar a decisão sobre a concessão do benefício, sendo este devido a partir da (lata do referido laudo).

Art. 11.º Enquanto o aposentado não houver completado 55 anos, é facultado ao FUNRURAL verificar, para efeito de manutenção ou cancelamento do benefício, se persiste o respectivo estado de invalidez.

§ 1.º Verificada a recuperação da capacidade de trabalho, o benefício será extinto a partir do segundo mês seguinte aquele em que ocorrer aquela verificação.

§ 2.º A aposentadoria por invalidez não será acumulável com a aposentadoria por velhice e somente será devida ao chefe ou arrimo da unidade familiar, ressalvada a hipótese prevista no § 3.º do artigo 8.º.

Seção III

Pensão

Art. 12.º A pensão por morte será devida aos dependentes do trabalhador rural e consistirá numa prestação mensal equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, a contar da data do óbito.

Art. 13.º Por morte presumida do trabalhador rural, declarada pela autoridade judiciária competente, depois de 6 (seis) meses de sua ausência, será concedida uma pensão provisória, na forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 14.º Mediante prova hábil do desaparecimento do trabalhador, em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória referida no artigo anterior, independentemente do prazo e da declaração judicial nele exigidos.

Parágrafo único. Verificado o reaparecimento do trabalhador, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso que quaisquer quantias recebidas anteriormente.

Art. 15.º A importância da pensão caberá ao conjunto dos dependentes do trabalhador rural e será rateada em quotas iguais entre os que a ela tiverem direito na data da morte do trabalhador.

Parágrafo único. Havendo concordância expressa dos dependentes maiores e capazes, a importância total da pensão poderá ser paga aquele que, na, unidade familiar substituir o chefe ou o arrimo falecido.

Art. 16.º O beneficiário perderá o direito à percepção da respectiva quota de pensão pelos motivos enumerados no artigo 4.º, itens IV a VIII.

Parágrafo único. Não se extinguirá a quota de pensão da pessoa designada que, por motivo de idade avançada, condição de saúde ou encargos domésticos, não puder angariar meios para o seu sustento, salvo nas hipóteses dos itens VII e VIII do artigo 4.º.

Art. 17.º Sempre que se extinguir o direito a uma quota de pensão, proceder-se-á a novo rateio do valor original do benefício, considerados apenas os pensionistas remanescentes; extinto o direito do último pensionista, extingue-se a pensão.

Art. 18.º Enquanto o pensionista não houver completado 50 anos, é facultado ao FUNRURAL, verificar, para efeito de manutenção ou cancelamento do benefício, se persiste o respectivo estado de invalidez.

Seção IV

Auxílio-Funeral

Art. 19.º O Auxílio-Funeral, no importe de um salário mínimo regional, será devido por morte do trabalhador rural, chefe ou arrimo da unidade familiar, e pago a quem, dependente ou não, houver comprovadamente promovido, às suas expensas, o sepultamento.

§ 1.º O disposto artigo aplica-se, também, ao trabalhador rural a que se refere o § 3.º do artigo 8.º.

§ 2.º Para a fixação do valor do auxílio-funeral, será tomada por base o salário mínimo regional vigente na localidade em que se realizar o sepultamento.

CAPÍTULO II

BENEFÍCIOS EM SERVIÇOS

Seção I

Serviços de Saúde

Art. 20.º Os serviços de saúde serão prestados com a amplitude que permitirem os recursos do FUNRURAL, em regime de gratuidade total Ou Parcial, segundo a renda familiar e os encargos de família do beneficiário.

§ 1.º A gratuidade total dos serviços de saúde será limitada, em princípio, aos beneficiários assalariados em geral, não se estendendo, porém, aos medicamentos, salvo nos casos de internação hospitalar.

§ 2.º Os serviços de saúde serão parcialmente custeados pelos beneficiários de que trata a alínea "b" do item I do artigo I, consoante critério a ser estabelecido pelo Conselho Diretor do FUNRURAL.

Art. 21.º Os serviços de saúde compreenderão:

- a) prevenção às doenças e educação sanitária;
- b) assistência à maternidade e à infância;
- c) atendimento médico e cirúrgico em ambulatório, ou em regime de internação hospitalar, ou, ainda, em domicílio

d) exames complementares;

e) assistência odontológica, clínica e cirúrgica.

Art. 22.º Adotar-se-á, para prestação dos serviços de saúde, o sistema de subsídio e, quando necessário, doação de equipamento, a cargo do FUNRURAL, mediante convênio deste com estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais mantidos:

a) pela União, Estados e Municípios, desde que haja ato de autoridade competente, permitindo que o subsídio seja conferido, diretamente, aos Estabelecimentos Convenientes., como suplementação, devidamente registrado, dos seus orçamentos de custeio e de inversão nosocomial ou ambulatorial do exercício;

b) por instituições de previdência social, caso em que o subsídio caberá diretamente ao estabelecimento prestante, como suplementação, devidamente escriturada, das dotações do orçamento corrente daquelas instituições;

c) por Universidade e Fundações que apresentem abonadora folha de serviços sociais;

d) por entidades privadas de preferência com as de natureza beneficente;

e) por entidades sindicais de trabalhadores ou de produtores rurais;

f) por cooperativas de produtores rurais, cuja folha de serviços assistenciais as recomende;

g) por empresas que empreguem recursos próprios no desenvolvimento dos serviços sociais.

Parágrafo único. Os subsídios conferidos aos estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais pertencentes aos Estados ou Municípios, não poderão, em qualquer hipótese, ser desviados da direta e imediata utilização pelo próprio estabelecimento, nos termos constantes do respectivo convênio, sob pena de rescisão contratual.

Art. 23.º Os serviços de saúde serão prestados em sentido coletivo. sem objetivar o controle do gasto individual relativo ao beneficiário. ou dos ajustem entre profissionais e entidades prestadoras de serviços.

§ 1.º O corpo clínico do entidade conveniente de caráter privado terá ciência do convênio, mediante aposição da assinatura do seu representante no instrumento respectivo.

§ 2.º É facultado ao FUNRURAL solicitar a audiência do Conselho Federal de Medicina ou dos correspondentes Conselhos Regionais sobre as relações entre as entidades privadas convenientes e respectivo corpo clínico, sempre que naquelas relações resultem circunstâncias prejudiciais ao atendimento dos trabalhadores rurais.

§ 3.º Nos convênios, deverá ser prevista a forma de identificação do beneficiário, de modo a ensejar a efetiva prestação da assistência sem qualquer óbice burocrático.

Art. 24.º Nos serviços de saúde poderá ser utilizado pessoal paramédico, desde que as condições locais o exijam, observadas as disposições do Decreto n.º 50.387, de 28 de março de 1961.

Art. 25.º O Conselho Diretor do FUNRURAL procederá a estudos para o estabelecimento de programas de ação, tendo em conta:

I - as disponibilidades financeiras;

II - as peculiaridades nosológicas das regiões;

III - a densidade demográfica regional;

IV - a existência de meios de atendimento, nos locais considerados, dentro das exigências técnicas.

Art. 26.º A construção, montagem ou ampliação de ambulatorios, postos e hospitais onde inexistirem ou forem de insuficiente capacidade de atendimento, poderão, a critério do Conselho Diretor, ser custeadas no todo, ou em parte, pelo FUNRURAL, sob a forma de doação.

Art. 27.º Em nenhum caso o FUNRURAL, por si ou seus prepostos, poderá contratar ou manter pessoal para li realização direta de qualquer forma de prestação de serviços de saúde ao trabalhador rural e dependentes.

Seção II

Serviço Social

Art. 28.º O serviço social terá por finalidade propiciar aos beneficiários do PRORURAL melhoria de seus hábitos e de suas condições de existência, mediante ajuda pessoal em suas diversas necessidades ligadas à assistência prevista neste Regulamento e será prestado com a amplitude que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL e segundo as possibilidades locais.

Art. 29.º O serviço social abrangerá, basicamente, as seguintes modalidades:

I - assistência jurídica para habilitação aos benefícios, em Juízo ou fora dele, solicitados os ofícios da Justiça Gratuita, quando for o caso, e a colaboração das entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores;

II - pesquisas destinadas ao conhecimento do meio rural, notadamente das reais condições de

existência e da capacidade dos beneficiários em atender às suas necessidades, inclusive participação no custeio dos serviços de saúde;

III - fornecimento de medicamentos aos beneficiários, na forma do artigo 1.º do Decreto n.º 68.806, de 25 de junho de 1971;

IV - incentivo à habilitação e aproveitamento, no meio rural, de pessoal destinado ao desempenho de serviços auxiliares de enfermagem, obstetrícia e puericultura;

V - colaboração com serviços de prevenção às doenças e de educação Sanitária.

Art. 30.º O serviço social será executado mediante acordo ou convênio com entidades sindicais rurais de ambas as categorias e órgãos federais, estaduais, municipais ou instituições de direito privado consideradas de utilidade pública, inclusive estabelecimentos de ensino, que mantenham serviços especializados, sendo vedada a sua execução direta pelo FUNRURAL.

§ 1.º A orientação e supervisão do serviço social caberá a assistentes sociais diplomados.

§ 2.º As atividades do serviço social poderão ser exercidas por auxiliares acadêmicos de serviço social, portadores de certificados de cursos especializados sobre a legislação social e matérias correlatas, membros do magistério primário ou secundário dos Estados ou Municípios e participantes de campanhas de alfabetização.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS RELATIVAS AOS BENEFÍCIOS

Art. 31.º As importâncias a que o trabalhador rural tiver direito e deixadas de receber em vida, serão pagas aos seus dependentes, e, na falta destes, reverterão ao FUNRURAL.

Art. 32.º A concessão das prestações pecuniárias previstas neste Regulamento terá início a partir do mês de janeiro de 1972, arredondando-se os respectivos valores globais, bem como as quotas individuais da pensão quando for o caso, para a unidade de cruzeiro imediatamente superior.

§ 1.º O valor total da pensão relativo a um conjunto de dependentes, caiba ou não arredondamento, das respectivas quotas, será igualado ao do conjunto imediatamente anterior, quando o valor total da pensão devida a este último resultar maior.

§ 2.º Somente farão jus à pensão os dependentes do trabalhador rural, chefe ou arrimo da unidade familiar que falecer depois de 31 de dezembro de 1971.

Art. 33.º Os benefícios pecuniários concedidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes, salvo quanto às importâncias devidas ao FUNRURAL, aos descontos autorizados por lei, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecida judicialmente, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nulas de pleno direito qualquer venda ou cessão, a constituição de qualquer ônus, bem assim a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 34.º Não prescreverá o direito às prestações devidas aos beneficiários, prescrevendo, porém, em 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas, as mensalidades ou pagamentos únicos de benefícios.

Art. 35.º É lícito ao trabalhador ou dependente menor, a critério do FUNRURAL, firmar recibo de pagamento de benefício, independentemente da, presença dos pais ou tutores.

Art. 36.º O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao beneficiário, salvo, apenas, nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando poderá ser feito a procurador, mediante autorização expressa do FUNRURAL, se este não reputar inconveniente essa representação.

Art. 37.º O FUNRURAL poderá pagar os benefícios mediante ordens de pagamento, cheques ou outros documentos hábeis a serem apresentados pelos beneficiários aos estabelecimentos de crédito encarregados de efetuar os pagamentos, independentemente de assinatura ou de aposição de impressão digital, comprovando-se a identidade pela apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou documento fornecido pelo FUNRURAL.

Parágrafo único. No caso de não ser o pagamento efetuado por estabelecimento de crédito, é atribuído valor de assinatura, para efeito de quitação em recibo de benefício, à impressão digital do beneficiário incapaz de assinar, desde que aposta na presença de pessoa credenciada pelo FUNRURAL.

Art. 38.º O benefício devido ao trabalhador rural incapaz para os atos da vida civil será pago, a título precário, durante 3 (três) meses consecutivos, mediante termo de compromisso, lavrado no ato do recebimento, ao cônjuge não separado judicialmente e, na falta deste, aos pais ou descendentes, preferindo os mais próximos aos mais remotos, e, dentre os do mesmo grau, os varões às mulheres, só se realizando os pagamentos subseqüentes a curador judicialmente designado.

Parágrafo único. O procedimento indicado neste artigo será observado, no que coube, em relação aos benefícios devidos aos dependentes do trabalhador rural.

Art. 39.º O atendimento dos beneficiários do PRORURAL será feito tendo em vista que as prestações constituem direito legalmente assegurado, que apenas encontra limites nas possibilidades administrativas, técnicas e financeiras.

Art. 40.º O FUNRURAL poderá proceder, nos benefícios pecuniários, a descontos:

I - autorizados por lei ou decorrentes de obrigação, judicialmente reconhecida, de prestar alimentos;

II - de importância devidas ao próprio FUNRURAL

Art. 41.º Quando o beneficiário receber, por intermédio de procurador, este deverá firmar perante o FUNRURAL, de 6 (seis) em 6 (seis) meses, declaração de vida do representado, ficando sujeito às sanções penais cabíveis no caso de falsidade da declaração.

Art. 42.º As dependentes maiores de 16 (dezesseis) anos assinarão perante o FUNRURAL, por ocasião da habilitação às prestações, "Termo de Responsabilidade", comprometendo-se a comunicar imediatamente a alteração de seu estado civil que determine a perda da qualidade de dependente, ficando sujeitas, em caso de omissão, às sanções cabíveis.

Art. 43.º A falta de cumprimento do disposto no artigo 41 acarretará a imediata suspensão do pagamento do benefício, até que seja apresentada a declaração prevista.

Art. 44.º Para a concessão e manutenção das prestações a beneficiários residentes no exterior, serão realizados acordos com os órgãos competentes dos respectivos países, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Enquanto não forem realizados esses acordos, poderão tais encargos ser atribuídos pelo FUNRURAL a organizações especializadas locais, mediante contratos aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, de modo, que os benefícios sejam garantidos sem interrupção e em condições idênticas às do território nacional.

Art. 45.º A realização das perícias médicas destinadas à concessão e à manutenção de benefícios por invalidez será preferentemente atribuída a médicos do INPS, e, na falta destes, às entidades com as quais o FUNRURAL mantiver convênio de assistência médica, facultada a revisão do laudo por médico que o FUNRURAL designar, prevalecendo as conclusões deste último para efeito de avaliação da incapacidade do beneficiário.

Art. 46.º As importâncias que o beneficiário eventualmente receber a mais durante a manutenção do benefício serão reembolsadas ao FUNRURAL em parcelas mensais nunca superiores a 20% (vinte por cento) do valor da prestação, atendendo-se, na fixação do número das parcelas, à boa-fé e à condição econômica do beneficiário.

Art. 47.º Responderá solidariamente com o beneficiário, perante o FUNRURAL, pela restituição de cotas de benefícios pagas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, aqueles que inserir ou fizer inserir:

I - na folhas de pagamento de salários, pessoas que não possuam efetivamente a condição de trabalhador rural;

II - na Carteira de Trabalho e Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ser anotada;

III - em quaisquer atestados ou documentos necessários à concessão ou pagamento de benefício, declaração falsa ou diversa da que deveria constar.

Art. 48.º O retardamento injustificado do processamento dos pedidos de benefício e dos recursos interpostos, dos pagamentos de benefícios ou da prestação dos serviços, constituirá falta grave em relação aos servidores responsáveis e poderá determinar a rescisão dos contratos; ou convênios firmados com terceiros, quando a estes for imputável a infração.

Art. 49.º Para efeito de aposentadoria por velhice e aposentadoria por invalidez, a caracterização da qualidade de trabalhador rural dependerá da comprovação do exercício da respectiva atividade, durante 12 (doze) meses, ainda que por períodos descontínuos, nos três anos anteriores à data do pedido do benefício.

Art. 50.º Quando o beneficiário apresentar requerimento desacompanhado da documentação necessária, o FUNRURAL lhe concederá prazo de até 120 (cento e vinte) dias para a devida complementação, fornecendo ao interessado comprovante da ocorrência.

Art. 51.º A habilitação aos serviços de saúde em favor de pessoas que não sejam beneficiários do PRORURAL será de inteira responsabilidade das entidades ou organizações credenciadas que expedirem as competentes guias de encaminhamento, ficando facultado ao FUNRURAL, nos casos de habilitação indevida, cancelar a credencial, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Art. 52.º O ingresso do trabalhador rural e dependentes abrangidos por este Regulamento no regime de qualquer entidade de previdência social, não lhes acarretará a perda do direito aos benefícios do PRORURAL enquanto não decorrer o período de carência a que se condicionar a concessão das prestações pelo novo regime.

TÍTULO III

DO CUSTEIO DO PRORURAL

CAPÍTULO I

FONTES DE RECEITA

Art. 53.º O custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural será atendido pelas seguintes contribuições:

I - de 2% (dois por cento), devida pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais e recolhida:

a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa, que ficam sub-rogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor;

II - de 2,4% (dois e quatro décimos por cento), na forma do item II do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

§ 1.º Entende-se como produto rural todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização, provenha de origem vegetal ou animal, ainda que haja sido submetido a beneficiamento, assim compreendidos os processos primários de descaroçamento, pilagem, descascamento, limpeza e outros do mesmo teor, destinados à preparação do produto para consumo imediato ou posterior industrialização.

§ 2.º O recolhimento da contribuição estabelecida no item I deverá ser feito até o último dia do mês seguinte àquele em que tenha ocorrido a operação de venda pelo produtor, pelo consignatário, ou pela cooperativa, ou a transformação industrial, quando realizada pelo próprio produtor.

§ 3.º As contribuições de que tratam os itens I e II são devidas a partir de 1.º de julho de 1971.

§ 4.º A arrecadação da contribuição devida ao FUNRURAL, na forma do item I deste artigo, bem assim das correspondentes multas impostas e demais cominações legais, será realizada, preferentemente, pela rede bancária credenciada para efetuar a arrecadação das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 5.º A contribuição indicada no item II será recolhida para crédito do FUNRURAL através da mesma guia em que figurarem as contribuições devidas ao INPS, no prazo e sob as mesmas cominações legais a estas referentes.

§ 6.º O INPS, entregará ao FUNRURAL, obrigatoriamente, até o último dia do segundo mês subsequente àquele em que haja ocorrido a arrecadação, a contribuição recolhida nos termos do parágrafo anterior, acrescida, quando for o caso, dos correspondentes juros moratórios, multas e correção monetária.

§ 7.º É fixado em 0,5% (meio por cento), calculado sobre o montante da arrecadação realizada em favor do FUNRURAL, o percentual a que se refere o § 1.º do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

Art. 54.º A falta de recolhimento, na época própria da contribuição estabelecida no item I do artigo anterior, sujeitará automaticamente o infrator à multa de 10% (dez por cento) por semestre ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito, à correção monetária deste e aos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre aquele montante.

Art. 55.º Integram a receita do FUNRURAL:

I - as multas, a correção monetária e os juros moratórios a que estão sujeitos os contribuintes por atraso no recolhimento das contribuições previstas nos itens I e II do artigo 53;

II - as multas provenientes de outras infrações praticadas pelos contribuintes nas suas relações com o FUNRURAL;

III - as importâncias que, na forma do artigo 30 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, forem consignadas no orçamento do Ministério do Trabalho e Previdência Social para suplementar a receita do FUNRURAL;

IV - as doações e legados, as rendas extraordinárias ou eventuais, e os recursos incluídos no orçamento da União.

CAPÍTULO II

ARRECADAÇÃO

Art. 56.º A arrecadação da contribuição de que trata o item I do artigo 53, compreendendo seu desconto e recolhimento, obedecerá às seguintes normas básicas:

I - o cálculo para o recolhimento será efetuado:

- a) pelo adquirente, em relação ao valor de compra;
- b) pelo consignatário e pelo produtor que vender seus produtos no varejo, diretamente ao consumidor, em relação ao valor de venda;
- c) pela cooperativa, em relação ao valor creditado ou pago aos associados pela venda de seus produtos;
- d) pelo produtor, quando ele próprio industrializar os seus produtos, tomando-se por base o preço corrente no mercado;

III - o desconto das contribuições sempre se presumirá feito oportuna e regularmente pelas pessoas físicas ou jurídicas sub-rogadas nas obrigações do produtor, não lhes sendo lícito alegar qualquer omissão a fim de se eximirem do recolhimento, ficando os dirigentes de empresas e cooperativas pessoal e diretamente responsáveis pelas importâncias que elas deixarem de receber ou tiverem arrecadado em desacordo com este Regulamento.

§ 1.º A contribuição a que se refere este artigo não incide sobre os produtos vegetais destinados ao plantio e reflorestamento, e sobre os produtos animais destinados à reprodução ou criação pecuária ou granjeira, quando vendidos pelo próprio produtor a quem os utilize, diretamente, com aquelas finalidades.

§ 2.º O recolhimento da contribuição a que alude o item I do artigo 53, será efetuado mediante guia própria, aprovada pelo FUNRURAL e apresentada aos estabelecimentos bancários arrecadadores, que deverão transferir, mineralmente, as importâncias recolhidas, para o Banco do Brasil S/A., que as creditará em conta especial, sob o título "Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, à ordem do Conselho Diretor.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS RELATIVAS AO CUSTEIO

Art. 57.º Os órgãos da Administração Direta, as autarquias federais e as sociedades de economia mista, que estiverem em condições de colaborar diretamente com o FUNRURAL, poderão integrar o sistema arrecadador e fiscal deste, no âmbito das respectivas jurisdições a critério do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 58.º O número de matrícula dos contribuintes indicados no artigo 53, item I, alíneas "a" e "b", para fins de cadastra do FUNRURAL, será o mesmo a eles atribuído pelo Ministério da Fazenda no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 59.º Independe da matrícula a obrigação de recolher a contribuição de que trata o item I do artigo 53 e, por outro lado, não haverá compensação entre contribuições devidas e eventual crédito do contribuinte, prevalecendo, em qualquer caso, a regra "solve et repete".

§ 1.º Não haverá restituição de contribuições arrecadadas, salvo na hipótese de recolhimento indevido.

§ 2.º O direito de pleitear a restituição prescreve em 5 (cinco) anos.

Art. 60.º Não serão consideradas quitadas as contribuições em débito recolhidas após a notificação fiscal do seu lançamento, salvo se o recolhimento tiver sido autorizado expressamente pelo FUNRURAL.

Art. 61.º Cumpre aos contribuintes do FUNRURAL, no que respeita à contribuição prevista no item I do artigo 53:

- I - recolher as contribuições devidas, na forma estabelecida no § 2.º do mesmo artigo;
- II - recolher, juntamente com as contribuições em atraso, os juros moratórios, multas, correção monetária e outros acréscimos legais;
- III - lançar, em títulos próprios de sua escrituração mercantil e fiscal, as operações sujeitas à incidência de contribuição devida ao FUNRURAL;
- IV - arquivar, mesmo quando não obrigados, a escrituração mercantil, durante 5 (cinco) anos, os livros e documentos referentes àquelas operações;
- V - entregar ao FUNRURAL, até fevereiro de cada ano, declaração autenticada das informações fiscais pertinentes ao exercício anterior;
- VI - exibir à fiscalização do FUNRURAL os livros e, documentos a que se referem os itens III e IV.

Art. 62.º É facultada ao FUNRURAL a verificação dos livros de contabilidade e de outras formas de registro das empresas ou contribuintes em geral, quando houver fundada suspeita de fraude ou sonegação, não prevalecendo, nesses casos, o disposto nos artigos 17 e 18 do Código

Comercial.

Parágrafo único. Ocorrendo recusa de apresentação, ou sonegação dos elementos de que trata o item VI do artigo anterior, ou no caso de sua apresentação deficiente, poderá o FUNRURAL, sem prejuízo das penalidades cabíveis, inscrever de ofício as importâncias que reputar devidas, ficando a cargo do contribuinte o Ônus da prova em contrário.

Art. 63.º Os débitos relativos à contribuição fixada no item I do artigo 53 (item I do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, e respectivo § 6.º), assim como as correspondentes multas impostas e demais cominações legais, serão lançadas em livro próprio destinado pelo Conselho Diretor à inscrição da dívida ativa do FUNRURAL.

§ 1.º É considerada líquida o certa a dívida regularmente inscrita no livro de que trata este artigo, e a certidão respectiva servirá de título para a cobrança judicial, como dívida pública, pelo mesmo processo e com os mesmos privilégios e regalias reservadas à Fazenda Nacional.

§ 2.º A inscrição de qualquer débito, bem assim a aplicação de multas aos contribuintes do FUNRURAL, serão sempre precedidas de ampla possibilidade de defesa, obedecendo o respectivo processo ao disposto no Título VI, Capítulo II

Art. 64.º O FUNRURAL terá seus recursos financeiros depositados no Banco do Brasil S/A., e utilizados de maneira que a receita de um semestre se destine à despesa do semestre imediato, admitida a comunicação financeira de dois semestres sucessivos, para efeito de equilíbrio em relação à despesa.

Parágrafo único. A parte da receita mantida em reserva na forma deste artigo, será transferida para contas de prazo fixo no Banco do Brasil S/A., com direito aos juros e à correção monetária regulamentares, ou aplicada em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

TÍTULO IV

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

CAPÍTULO I

ORÇAMENTO

Art. 65.º O Orçamento geral e analítico do FUNRURAL, discriminará a receita por fontes e a despesa por espécie para a gestão do PRORURAL, nos termos da Lei Complementar n.º 11/71 e do presente Regulamento, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Art. 66.º O Orçamento do FUNRURAL será aprovado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 67.º A receita do FUNRURAL será classificada na forma do Decreto-lei n.º 27, de 14 de novembro de 1966, como "Contribuições para Fins Sociais".

Art. 68.º A despesa do FUNRURAL será classificada de acordo com o disposto no artigo 179 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, segundo o Plano de Contas elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 69.º A elaboração da Proposta Orçamentária do FUNRURAL e a sua execução orçamentária obedecerão, ainda, às disposições e conceitos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e suas modificações.

Art. 70.º Enquanto não for aprovado o orçamento geral do FUNRURAL, suas despesas correntes, bem assim as de capital serão realizadas até limite das cotas trimestrais de sua Proposta Orçamentária.

Art. 71.º Os créditos adicionais solicitados para atender a despesas não computadas ou insuficientemente dotadas no orçamento aprovado para o exercício, dependerão da existência de recursos e aprovação do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 72.º Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro, em que forem concedidos, salvo se a autorização ocorrer dentro dos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro, quando poderão vigorar até o fim do exercício seguinte.

Art. 73.º A Proposta Orçamentária do FUNRURAL deverá ser apresentada até 15 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 74.º O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá:

I - a receita nele realizada e depositada no Banco do Brasil S/A., na Conta do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural à ordem do Conselho Diretor, ainda que referente a exercícios anteriores;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

CAPÍTULO III

CONTABILIDADE

Art. 75.º A contabilidade do FUNRURAL será financeiro orçamentária e registrará os recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural depositados em conta própria no Banco do Brasil S/A., bem como a sua movimentação.

Art. 76.º Os serviços de contabilidade serão organizados de modo a permitir o conhecimento dos fatos de natureza financeira, na forma do artigo anterior, o acompanhamento da execução orçamentária, a composição patrimonial. à qual se incorporarão as doações e legados, e a apropriação dos custos dos serviços.

Art. 77.º A contabilidade do FUNRURAL manterá controle cadastral, através de contas de compensação, dos débitos diversos e responsabilidade de terceiros que não influirão no resultado do exercício.

Art. 78.º A contabilidade assegurará, ainda o conhecimento analítico de todos os bens permanentes, que deverão ser devidamente caracterizados.

Art. 79.º Os documentos relativos à escrituração dos fatos da receita e da despesa ficarão arquivados no órgão de contabilidade analítica e à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira.

Art. 80.º Ressalvada a competência da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Tribunal de Contas da União, as tomadas de contas serão realizadas pelo órgão de contabilidade e verificadas pela auditoria interna do FUNRURAL.

Art. 81.º A expedição das normas gerais para execução dos serviços de contabilidade é de competência exclusiva da Direção do FUNRURAL, devendo seus executores observá-las fielmente, bem como facilitar o acompanhamento da contabilização dos fatos, e a auditoria periódica por parte do FUNRURAL, prestando os esclarecimentos e informações; requeridos.

Art. 82.º O resultado econômico-financeiro do exercício será apresentado nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e seus demonstrativos.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 83.º O Conselho Diretor do FUNRURAL prestará contas da gestão econômico-financeira e patrimonial, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A prestação de contas será elaborada pelo Órgão de Contabilidade do FUNRURAL.

TÍTULO V

DO FUNRURAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 84.º Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL - diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, nos termos deste Regulamento.

Art. 85.º O FUNRURAL tem personalidade jurídica de natureza autárquica e goza, em sua plenitude, inclusive no que se refere aos seus bens, serviços e ações", das regalias, privilégios e imunidade da União.

Art. 86.º A administração do FUNRURAL caberá ao seu Conselho Diretor, que será presidido pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, ou por seu representante expressamente designado, e integrado por este e pelos representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Previdência Social, bem assim de cada uma das Confederações representativas das categorias econômicas e profissionais agrárias.

Parágrafo único. Os Membros do Conselho Diretor e respectivos Suplentes indicados pelos órgãos e entidades de classe mencionados neste artigo, serão designados pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 87.º O FUNRURAL será representado em Juízo ou fora dele pelo Presidente do Conselho Diretor ou seu substituto legal.

Art. 88.º O Conselho Diretor do FUNRURAL poderá delegar competência a dirigente., de qualquer nível, de órgão integrante da estrutura administrativa da autarquia.

Art. 89.º O FUNRURAL tem por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado, para os atos do âmbito deste.

Parágrafo único. Quando autor, o FUNRURAL acionará, o réu no foro do domicílio deste.

Art. 90.º A representação do FUNRURAL em Juízo poderá ser delegada a procuradores do INPS, conforme for estabelecido em convênio, ou, excepcionalmente, nos casos em que for

impraticável ou dispendiosa essa representação, a advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, mediante locação de serviços, na forma do Código Civil, excluído qualquer vínculo empregatício.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO FUNRURAL

Art. 91.º A estrutura administrativa do FUNRURAL compõe-se de órgãos de Direção Superior, de Supervisão e Controle Administrativo ou Jurisdicional, e de Execução.

Art. 92.º Constituem a Direção Superior:

I - o Conselho Diretor;

II - a Diretoria-Geral e os órgãos que a integram.

Art. 93.º A Diretoria-Geral será integrada pelos seguintes órgãos:

I - Consultoria Jurídica;

II - Consultoria Médico-Social;

III - Assessoria de Pessoal;

IV - Assessoria de Serviços Gerais;

V - Assessoria de Arrecadação e Fiscalização;

VI - Assessoria Financeira;

VII - Assessoria de Contabilidade e Orçamento;

VIII - Assessoria de Organização e Métodos;

IX - Assessoria de Relações Públicas e Divulgação;

X - Assessoria de Obras e Instalações Hospitalares;

XI - Assessoria de Prestações Pecuniárias;

XII - Assessoria de Administração dos Serviços de Saúde;

XIII - Inspeção de Benefícios.

Art. 94.º Ao Representante designado pelo Ministro de Estado para presidir o Conselho Diretor caberá desempenhar as atribuições de Diretor-Geral do FUNRURAL.

§ 1.º Quando não houver o Representante a que se refere este artigo, as atribuições de Diretor-Geral serão exercidas por quem o Ministro de Estado designar.

§ 2.º O Diretor-Geral será substituído em seus impedimentos eventuais pelo servidor que ele próprio indicar e for designado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 95.º O Diretor-Geral terá um Adjunto que será o Chefe do seu Gabinete, com a incumbência de auxiliá-lo no desempenho das suas atribuições de caráter representativo e das tarefas administrativas que lhe competem, em estreita colaboração com a Secretaria do Conselho Diretor.

Art. 96.º As Diretorias Regionais, subordinadas à Diretoria Geral e sediadas, de preferência, nas Capitais dos Estados, constituem os órgãos, de Supervisão e Controle Administrativo do FUNRURAL nas respectivas áreas de atuação.

Art. 97.º Integram as Diretorias Regionais:

I - a Assessoria Regional de Arrecadação e Fiscalização;

II - a Assessoria Regional de Benefícios.

Parágrafo único. As Diretorias Regionais contarão com um Setor de Assistência de Serviços Gerais.

Art. 98.º São órgãos de execução:

I - as Representações Locais, subordinadas às Diretorias Regionais e localizadas onde convier;

II - as entidades de qualquer natureza com as quais o FUNRURAL mantiver convênio para a prestação de serviços.

Art. 99.º Haverá na sede de comarcas, como órgãos de controle Jurisdicional, uma Comissão Revisora, constituída de 1 (um) Representante do Ministério Público, que a presidirá, com direito, inclusive, a voto de qualidade, de 1 (um) Representante de Sindicato Rural, 1 (um) Representante de Sindicato de Trabalhadores Rurais, e uma pessoa grada da localidade, indicada de comum acordo pelas Federações Rurais de ambas as categorias, e aprovada pelo Conselho Diretor.

§ 1.º Quando inexistir qualquer dos Sindicatos mencionados neste artigo, caberá à respectiva Federação fazer a indicação do representante classista.

§ 2.º De acordo com as conveniências administrativas, a jurisdição de uma Comissão Revisora poderá abranger mais uma comarca ou estender-se a municípios de comarcas diferentes.

§ 3.º Não sendo possível a designação do Representante do Ministério Público, a escolha, pelo Conselho Diretor, para a presidência da Comissão Revisora deverá recair em bacharel em direito.

de preferência ocupante de cargo público cujas atribuições não sejam incompatíveis com as funções de membro da aludida Comissão.

§ 4.º Na sede de Comissão Revisora em que existir mais de um Representante do Ministério Público, a escolha, dentre eles, para Presidente, caberá ao Conselho Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA

Seção I

Do Conselho Diretor

Art. 100.º Ao Conselho Diretor do FUNRURAL compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - estabelecer diretrizes para a administração do FUNRURAL;

III - fixar critérios para a celebração de convênios, contratos e acordos;

IV - elaborar os orçamentos anual ou plurianual do FUNRURAL e os planos de aplicação de seus recursos;

V - submeter à Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social para aprovação pelo Ministro, os orçamentos do FUNRURAL, quando não tenham sido subscritos por aquele Titular, na qualidade de Presidente do Conselho Diretor;

VI - acompanhar a execução orçamentária, através de balancetes mensais a serem apresentados pela Diretoria Geral;

VII - submeter, anualmente, ao Tribunal de Contas da União, até 31 de maio do exercício subsequente, a prestação de contas de sua gestão, com os documentos previstos no artigo 42 do Decreto-lei n.º 199, de 25 de fevereiro de 1967, e o pronunciamento do Ministro de Estado quando não tenha subscrito a prestação na qualidade de Presidente do Conselho Diretor;

VIII - baixar normas para a boa execução dos serviços;

IX - dirimir dúvidas na aplicação das normas disciplinadoras da execução do PRORURAL e da ação administrativa do FUNRURAL;

X - julgar, em última e definitiva instância, os recursos interpostos das decisões das Diretorias Regionais, na forma deste Regulamento.

Art. 101.º O Conselho Diretor decidirá por maioria de votos de seus membros, cabendo ao seu Presidente, inclusive, o voto de qualidade.

Art. 102.º As decisões do Conselho Diretor serão fundamentadas e terão a denominação de Resoluções.

Art. 103.º O Conselho Diretor terá uma Secretaria, à qual caberá executar os trabalhos taquigráficos, administrativos e de documentação de interesse do Conselho.

Seção II

Do Presidente do Conselho Diretor

Art. 104.º Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

I - presidir as reuniões do Conselho;

II - requisitar e designar servidores para as funções de direção superior, chefia, supervisão, assessoramento, secretariado e outras que forem incluídas na Tabela própria, bem como dispensar os respectivos ocupantes;

III - elaborar, nos termos da legislação vigente, o relatório anual do FUNRURAL e submetê-lo à aprovação do Conselho Diretor;

IV - determinar a realização de sindicâncias e a instauração de processos administrativos, praticando os atos consequentes e submetendo-os, quando for o caso, com seu parecer, à autoridade competente para decisão final;

V - designar os membros das Comissões Revisoras, cuja indicação tenha sido aprovada pelo Conselho Diretor;

VI - assinar cheques com o Assessor Financeiro;

VII - endossar cheques para crédito do FUNRURAL em conta bancária ou delegar essa competência ao Assessor Financeiro.

Seção III

Do Diretor-Geral

Art. 105.º Ao Diretor-Geral incumbe:

I - coordenar, controlar e supervisionar a execução dos serviços dos órgãos de Direção Superior e das Diretorias Regionais;

II - promover a instrução dos processos e o preparo dos expedientes a serem submetidos ao Conselho Diretor, emitindo o seu pronunciamento, quando for o caso;

III - elaborar o programa de aplicação dos recursos do FUNRURAL, por exercício, e o respectivo orçamento, submetendo-os ao Conselho Diretor, e, bem assim, preparar o relatório anual da administração do FUNRURAL;

IV - Supervisionar a movimentação financeira do FUNRURAL;

V - apresentar ao Conselho Diretor os balancetes mensais para o acompanhamento da execução orçamentária;

VI - preparar as prestações de, contas da gestão do Conselho Diretor;

VII - baixar ordens e instruções de serviço;

VIII - fixar adiantamento básico para que o Assessor Financeiro possa atender a pequenas despesas de pronto pagamento;

IX - cumprir e fazer cumprir as deliberações. do Conselho Diretor;

X - autorizar o deslocamento dos servidores para missões específicas;

XI - autorizar as despesas e pagamentos de responsabilidade do FUNRURAL;

XII - superintender, em geral, todos os serviços administrativos do FUNRURAL.

Seção IV

Das Diretorias Regionais

Art. 106.º Aos Diretores Regionais incumbe:

I - coordenar e supervisionar a execução dos serviços do FUNRURAL nos respectivos Estados;

II - julgar, no âmbito de sua jurisdição, os recursos interpostos:

a) por beneficiários do PRORURAL, das decisões proferidas pelas Comissões Revisoras;

b) por contribuintes diretos do FUNRURAL (artigo 15, item I, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971), das decisões proferidas pelas Assessorias Regionais de Arrecadação e Fiscalização.

Parágrafo único. Caberá aos Setores de Assistência de Serviços Gerais exercer as atividades meio de interesse dos órgãos integrantes das Diretorias Regionais.

Art. 107.º Compete às Assessorias Regionais:

I - à Assessoria Regional de Arrecadação e fiscalização:

a) orientar, coordenar e controlar a execução dos serviços de sua especialidade, no Estado;

b) decidir, em primeira instância, as questões em que sejam interessados os contribuintes do FUNRURAL (artigo 15, item I, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971) ;

c) instruir os recursos interpostos contra suas decisões e encaminhá-los com o seu pronunciamento à apreciação do Diretor Regional.

II - à Assessoria Regional de Benefício:

a) orientar, coordenar e controlar a execução dos serviços de sua especialidade, no Estado;

b) instruir os recursos interpostos contra decisões das Comissões Revisoras e encaminhá-los com o seu pronunciamento à apreciação do Diretor Regional.

Seção V

Das Representações Locais

Art. 108.º As Representações Locais poderão abranger mais de um município do mesmo Estado, municípios de Estados diferentes ou apenas parte de um mesmo município, conforme o aconselharem os interesses administrativos ou para melhor atendimento dos beneficiários.

Art. 109.º Compete às Representações Locais:

I - executar os serviços de identificação dos habilitados ao PRORURAL;

II - conceder e manter benefícios pecuniários;

III - dirimir dúvidas quanto ao encaminhamento de beneficiários aos prestadores de serviços de saúde, ou habilitá-los ao atendimento junto àquelas entidades, quando não houver Sindicato ou órgão de serviço social que o façam;

IV - autorizar perícia médica para fins de concessão de benefício por invalidez;

V - manter o cadastro dos contribuintes indicados nas alíneas "a" e "b" do item I do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971;

VI - expedir os certificados de regularidade de situação dos contribuintes referidos no item anterior;

VII - orientar os contribuintes do FUNRURAL objetivando o incremento da arrecadação (artigo 15, item I da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971) e colher os elementos que facilitem a respectiva ação fiscalizada.

Seção VI

Das Comissões Revisoras

Art. 110.º Às Comissões Revisoras caberá apreciar as reclamações formuladas por beneficiários, diretamente ou por intermédio da respectiva entidade sindical ou órgão de serviço social, contra: I - decisões das Representações locais da jurisdição, em matéria de benefícios pecuniários, inclusive inscrição e qualificação de beneficiários;

II - recusa de atendimento, ou atendimento insatisfatório, por parte de entidades com as quais o FUNRURAL mantiver convênio para prestação de serviços de saúde e serviço social;

III - exigência indevida de participação do trabalhador rural ou dependente, no custeio da assistência a que se refere o item anterior.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GENÉRICAS RELATIVAS À ADMINISTRAÇÃO

Art. 111.º Os serviços administrativos destinados ao cumprimento do PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL serão executados diretamente pelo FUNRURAL ou mediante convênios ou contratos com entidades públicas ou sindicais, ou pessoas jurídicas de direito privado, sob a forma de "serviços de terceiros".

Art. 112.º Caberá ao INPS, pela sua rede operacional direta, e sem prejuízo de seus interesses, prestar ao FUNRURAL, na forma do artigo anterior, a assistência que se fizer necessária em pessoal, material, instalações e serviços administrativos.

Parágrafo único. Serão considerados como prestados à Previdência Social, os serviços do pessoal requisitado ao INPS para os órgãos estruturais do FUNRURAL, na forma do artigo 287 e seus §§ 2.º e 3.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 60.501, de 14 de março de 1967, e suas alterações.

Art. 113.º As atribuições dos diversos órgãos do FUNRURAL não previstas neste Regulamento serão fixadas no Regimento Interno.

Art. 114.º Os membros do Conselho Diretor e seus Suplentes, exceto o Ministro; de Estado, tomarão posse perante o Departamento do Pessoal do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e os das Comissões Revisoras, perante o Diretor Regional do Estado respectivo.

Art. 115.º Os membros do Conselho Diretor, inclusive seu Presidente, farão jus à gratificação de presença que for fixada na forma da Lei n.º 5.708, de 4 de outubro de 1971.

Art. 116.º Os membros das Comissões Revisoras farão jus, igualmente, a uma gratificação de presença, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 117.º Os Suplentes dos membros do Conselho Diretor e os dos membros das Comissões Revisoras serão convocados, nos casos de afastamentos dos efetivos, os primeiros pelo Presidente do Conselho Diretor, e os segundos pelos Diretores Regionais.

Parágrafo único. Nas faltas eventuais dos membros que integram os órgãos colegiados de que trata o artigo, admitir-se-á substituição automática pelos respectivos Suplentes.

Art. 118.º A tabela de gratificação do pessoal requisitado pelo FUNRURAL será aprovada por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro do Trabalho e Previdência Social, na forma, da Lei n.º 5.757, de 3 de dezembro de 1971.

Art. 119.º As contas do FUNRURAL serão movimentadas, conjuntamente, pelo Presidente do Conselho Diretor, ou seu substituto legal, e pelo Assessor Financeiro.

Art. 120.º O custo de administração do FUNRURAL, em cada exercício, não poderá exceder ao valor correspondente a 10% (dez por cento) da receita realizada no exercício anterior.

Art. 121.º A prisão administrativa de servidor em exercício no FUNRURAL será decretada pelo Presidente do Conselho Diretor.

CAPÍTULO V

DIVULGAÇÃO DO PRORURAL

Art. 122.º A divulgação do PRORURAL terá por objetivo, entre outros:

- a) o esclarecimento e a orientação dos beneficiários, contribuintes e do público em geral;
- b) o conhecimento, pelos interessados, dos atos e decisões da administração do FUNRURAL, inclusive para efeito de recursos.

TÍTULO VI

DAS RECLAMAÇÕES E DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

RECLAMAÇÕES

Art. 123.º Das decisões das Representações Locais e nos casos previstos nos itens II e III do artigo 110, caberá reclamação para a Comissão Revisora, sob cuja jurisdição aquelas estiverem, nos casos previstos no artigo 110.

Art. 124.º A Reclamação deverá ser apresentada à Representação Local dentro do prazo de 30

(trinta) dias, contados da ciência do interessado, e encaminhada em 72 (setenta e duas) horas, devidamente informada, ao Presidente da Comissão Revisora.

§ 1.º A Reclamação deverá ser feita por escrito e, (piando for o caso, instruída com os documentos em que se fundar.

§ 2.º A Reclamação será registrada em livro próprio, na Representação Local, que dela fornecerá recibo ao interessado.

Art. 125.º Recebida a Reclamação, a Comissão Revisora proferirá sua decisão dentro de 5 (cinco) dias, restituindo o expediente em 48 (quarenta e oito) horas à Representação Local, que diligenciará imediatamente no sentido de ser cientificado o reclamante.

Parágrafo único. Se a decisão da Comissão Revisora, favorável ao reclamante, for considerada pela Representação Local manifestamente contrária às normas vigentes, será submetida, em 48 (quarenta e oito) horas, com efeito suspensivo, ao conhecimento da Diretoria Regional que poderá reformá-la em despacho fundamentado, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 126.º Da decisão contrária ao reclamante caberá recurso voluntário para a Diretoria Regional do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência.

CAPÍTULO II RECURSOS

Art. 127.º Os recursos interpostos pelos beneficiários do PRORURAL contra as decisões proferidas pela Comissão Revisora nos casos a que se refere o artigo 110 serão julgados pela Diretoria Regional no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 128.º As contestações das empresas e demais contribuintes contra as decisões do FUNRURAL relativas à contribuição de que trata o artigo 15, item I, da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, e a multas, correção monetária e demais questões em que sejam interessados, serão julgados pela Diretoria Regional do Estado.

Art. 129.º O prazo para interposição dos recursos, improrrogável e contado da ciência direta do interessado ou, na falta desta, da publicação do ato recorrido, será de 30 (trinta) dias, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 128.

Art. 130.º Das decisões proferidas pelas Diretorias Regionais e nas mesmas condições de prazo do artigo anterior, caberá recurso, em última e definitiva instância, para o Conselho Diretor do FUNRURAL.

Parágrafo único. Nos casos de débitos, o recurso para o Conselho Diretor somente será admitido mediante depósito do valor da condenação ou apresentação de fiador idôneo, feitos dentro do prazo do recurso.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES PENAIAS

Art. 131.º Por infração dos dispositivos da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, os responsáveis ficarão sujeitos às seguintes multas, na forma deste Regulamento:

I - de 10% (dez por cento) por semestre ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito pela infringência do disposto no § 2.º do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971 (artigo 54) ;

II - de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos de maior valor no País, pela infringência de dispositivo, inclusive deste Regulamento, para o qual não haja penalidade expressamente cominada.

Art. 132.º A aplicação das multas previstas no artigo anterior compete aos Assessores; Regionais de Arrecadação e Fiscalização.

Art. 133.º Verificada a infração será lavrado o competente auto, sendo uma das vias entregue ao infrator, mediante recibo, ou, em caso de recusa, remetida, dentro de 3 (três) dias, por via postal, com recibo de volta.

Parágrafo único. O auto de infração será lavrado em caracteres bem legíveis, indicando o local, dia e hora de sua lavratura, e conterá a descrição pormenorizada da infração.

Art. 134.º O infrator poderá, dentro de 15 (quinze) dias improrrogáveis, contados da data do recebimento do auto, apresentar defesa dirigida ao Assessor Regional de Arrecadação e Fiscalização.

Art. 135.º Decorrido o prazo do artigo anterior, tenha ou não o infrator apresentado defesa, o expediente será remetido ao Assessor Regional de Arrecadação e Fiscalização, que proferirá sua decisão dentro de 10 (dez) dias.

Art. 136.º As multas, no caso do item II do artigo 55, serão graduadas segundo a ocorrência ou ausência das circunstâncias agravantes previstas no artigo 137, observadas as seguintes bases:
I - na ausência de agravantes, a multa será aplicada no grau mínimo;

II - as agravantes dos itens I a VI elevam a penalidade ao grau médio;

III - as agravantes dos itens I a III elevam a penalidade ao grau máximo.

Art. 137.º Constituem circunstâncias agravantes ter o infrator:

I - reincidido;

II - tentado subornar servidor do FUNRURAL;

III - agido com manifesto dolo, fraude ou má-fé;

IV - incidido anteriormente em outra infração deste Regulamento;

V - desacatado, por qualquer forma, no ato de verificação da infração, servidor do FUNRURAL;

VI - obstado, por qualquer meio a ação fiscalizadora do FUNRURAL.

Art. 138.º A autoridade julgadora, em casos especiais, tendo em vista a boa-fé ou a manifesta ignorância do infrator ou no caso de ter este procurado espontaneamente corrigir a falta em que incorreria, poderá reduzir ou deixar de aplicar multa, fundamentando sua decisão.

Parágrafo único. As decisões proferidas nos termos deste artigo serão revistas, de ofício, pela autoridade hierarquicamente superior, salvo se tratar do produtor a que se refere a alínea "b" do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

Art. 139.º Constitui crime:

1 - de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal, inserir ou fazer inserir:

a) nas folhas de pagamento de salários, pessoas que não possuam efetivamente a condição de trabalhador rural;

b) na Carteira de Trabalho e Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ser anotada;

c) em quaisquer atestados ou documentos necessários à concessão ou pagamento de benefícios, declaração falsa ou diversa da que deveria constar.

II - de estelionato, nos termos do artigo 171 do Código Penal:

a) receber ou tentar receber, dolosamente qualquer benefício do PRORURAL;

b) praticar, visando a usufruir vantagem ilícita, qualquer ato que acarrete prejuízo ao FUNRURAL;

c) emitir e apresentar, para pagamento pelo FUNRURAL, fatura de serviços não executados ou não prestados.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, quando for empresa que tiver praticado a infração, a responsabilidade penal será do titular da firma individual, ou dos sócios solidários, gerentes, diretores ou administradores que direta ou indiretamente ligados à empresa, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática do crime.

Art. 140.º Julgados procedentes pelo FUNRURAL em decisão definitiva, os autos referentes a infrações que importem nos crimes especificados no artigo anterior, constituirão prova da materialidade desses crimes, para os efeitos do artigo 158 do código de processo Penal.

Art. 141.º Sob pena de responsabilidade (artigo 66 da Lei das Contravenções Penais) as autoridades administrativas do FUNRURAL que tiverem conhecimento da infração penal promoverão, junto às autoridades competentes o procedimento criminal cabível, fornecendo os elementos comprobatórios do crime.

TÍTULO VIII

DA PRESCRIÇÃO

Art. 142.º Aplicam-se ao FUNRURAL os prazos de prescrição de que goza a União Federal, ressalvado o disposto nos artigos 34 e 143.

Art. 143.º Prescreverá em 20 (vinte) anos o direito do FUNRURAL de receber ou cobrar importâncias que lhe forem devidas.

Art. 144.º A prescrição deverá ser declarada, em qualquer instância pelo órgão julgador que a verificar, não podendo ser objeto de relevação.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 145.º O "Dia do Trabalhador Rural" será comemorado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social como etapa decisiva, assinalada pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, na marcha da integração progressiva do homem do campo no Sistema Geral da Previdência Social.

Art. 146.º Os débitos relativos ao FUNRURAL resultantes do disposto no decreto-lei n.º 276, de 28 de fevereiro de 1967, de responsabilidade dos adquirentes ou consignatários, na qualidade de sub-rogados dos produtores rurais, e os de responsabilidade daqueles que produzem mercadorias rurais e, as vendem diretamente aos consumidores, ou as industrializam, ficam isentos de multa o de correção monetária, sem prejuízo dos correspondentes juros moratórios,

desde que recolhidos ou confessados até 22 de fevereiro de 1972.

Parágrafo único. Em relação ao período de 1.º de março a 19 de outubro de 1967, os adquirentes e consignatários de produtos rurais só ficam obrigados a recolher ao FUNRURAL as contribuições a este devidas, quando as tenham descontado do pagamento que efetuaram aos produtores, no referido período, pela compra dos referidos produtos.

Art. 147.º A confissão a que se refere o artigo anterior terá por objeto os débitos relativos ao período de 1.º de março de 1967 a dezembro de 1969, que poderão ser recolhidos em até 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês subsequente ao da confissão.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata este artigo é condicionado às seguintes exigências:

- a) consolidação da dívida, compreendendo as contribuições em atraso e os respectivos juros moratórios, calculados até a data do parcelamento ;
- b) confissão expressa da dívida apurada na forma da alínea anterior;
- c) cálculo da parcela correspondente à amortização da dívida confessada e aos juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre os saldos decrescentes dessa mesma dívida;
- d) apresentação, pelo devedor, de fiador idôneo, a critério do FUNRURAL, que responda solidariamente pelo débito consolidado e demais obrigações a cargo do devedor;
- e) incidência, em cada parcela recolhida posteriormente ao vencimento, da correção monetária, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da multa variável de 10%, (dez por cento) até 50% (cinquenta por cento) do valor da parcela graduada segundo o disposto no artigo 82 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e respectiva regulamentação.

Art. 148.º Ficam cancelados os débitos dos produtores rurais para com o FUNRURAL, correspondentes ao período de fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967.

Art. 149.º Até que entre em vigor o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, o FUNRURAL, continuará prestando aos seus beneficiários assistência médico-social, de acordo com o sistema administrativo previsto no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 61.554, de 17 de outubro de 1967, e dentro dos recursos consignados no orçamento vigente, ressalvado o disposto neste Regulamento e na Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, quanto à forma de indenização devida ao INPS pela assistência a que se refere o parágrafo único do artigo 23 da referida lei complementar, e às despesas de implantação da nova estrutura administrativa do FUNRURAL e organização dos seus serviços para a execução do PRORURAL.

Art. 150.º Fica extinto o Plano Básico de Previdência, Social, instituído pelo Decreto-Lei n.º 564, do 1.º de maio de 1969, complementado pelo Decreto-Lei n.º 704, de 24 de julho de 1969, ressalvados os direitos daqueles que, contribuindo para o INPS pelo referido Plano, tenham cumprido período de carência até 30 de junho de 1971.

§ 1.º Cessar, em, 30 de junho de 1972, o direito de habilitação aos benefícios, pelo Plano Básico, dos segurados que tiverem seus direitos assegurados na forma deste artigo.

§ 2.º Caberá a devolução das contribuições descontadas, já recolhidas ou não, àqueles que, havendo começado a contribuir tardiamente, não cumprirem o período de carência.

Art. 151.º As empresas abrangidas pelo Plano Básico são incluídas como contribuintes do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, participando do seu custeio na forma do item I do artigo 15 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, ficando dispensadas, em consequência, da contribuição para o referido Plano, ressalvado o recolhimento em relação ao período encerrado em 30 de junho de 1971, das contribuições correspondentes aos segurados de que trata o artigo anterior e seu § 1.º.

Art. 152.º Fica ressalvada a obrigatoriedade do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL até 30 de junho de 1971, por força do disposto no Decreto-Lei n.º 276, de 28 de fevereiro de 1967, respeitada a exceção estabelecida no parágrafo único do artigo 146 e o disposto no artigo 148.

Art. 153.º As entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores rurais poderão ser utilizadas em serviços de fiscalização e na identificação dos grupos rurais abrangidos pelo PRORURAL, assim como, mediante convênio com o FUNRURAL, na implantação, divulgação e execução daquele Programa, em complemento à colaboração especificamente já prevista neste Regulamento.

Art. 154.º A empresa agro-industrial anteriormente vinculada, inclusive quanto ao seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, ao Instituto Nacional de Previdência Social, continuará vinculada ao Sistema Geral da Previdência

Social, sem prejuízo do recolhimento da contribuição a que se refere o artigo 53, item I, alínea "b",

§ 1.º Excluem-se do sistema de que trata este artigo, subordinando-se ao regime do PRORURAL.

a) aos safristas, assim considerados os trabalhadores rurais cujos contratos tenham sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária;

b) os trabalhadores rurais de empresa agro-industrial empregados exclusiva e comprovadamente em outras culturas; que não a da matéria-prima utilizada pelo setor industrial.

§ 2.º O INPS organizará o cadastro dos empregados do setor agrário específico das empresas agro-industriais que se dediquem a outros tipos de culturas, tomando por base, para a fixação dos respectivos quantitativos, o número de empregados que seria proporcionalmente necessário, num período de 12 (doze) meses, para produzir o volume de matéria-prima, absorvida anualmente pelo setor industrial, cabendo à empresa, de comum acordo com o sindicato profissional que lhe corresponder e sob a orientação e controle do INPS, elaborar a relação nominal dos trabalhadores que ficarão vinculados ao seu setor agrário específico, para efeito de sua filiação ao Instituto, e fazer competente anotação nas respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

§ 3.º Serão revistos pelo INPS, em consonância com o critério fixado no parágrafo anterior, os processos pendentes de cobrança, administrativa ou judicial, instaurados contra empresas agro-industriais com fundamento no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 704, de 24 de julho de 1969, e respectivo Regulamento (Decreto n.º 65.106, de 5 de setembro de 1969), excluía a cobrança de multas e correção monetária em relação aos débitos apurados na conformidade deste parágrafo, fazendo-se, a devida compensação quando tiver havido recolhimento pelo Plano Básico ou pelo Sistema do FUNRURAL,

§ 4.º O disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 704, de 24 de julho de 1969, reproduzido pelo artigo 29 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, abrange as empresas agro-industriais que antes do advento do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963) já vinham contribuindo, inclusive em relação aos empregados do seu setor agrário, para o extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, para o Instituto Nacional de Previdência Social, bem como as que embora não o tendo feito, estavam compreendidas na disposição do artigo 3.º, item II, dos Regulamentos aprovados pelos Decretos os. 48.959-A, de, 19 de setembro de 1960, e 60.501, de 14 de março de 1967, este último em sua primitiva redação.

§ 5.º O disposto no parágrafo anterior é aplicável a partir da vigência do Decreto-Lei n.º 704, de 24 de julho de 1969, salvo para as empresas agro-industriais da mesma atividade, constituídas posteriormente, as quais ficarão incluídas, quanto ao respectivo setor agrário, no Sistema Geral da Previdência Social, a partir da vigência deste Regulamento (artigo 31 da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971).

Art. 155.º À proporção que as empresas atingirem, a critério do Ministério do Trabalho e Previdência Social, suficiente grau de organização, poderão ser incluídas, quanto ao respectivo setor agrário, no Sistema Geral da Previdência Social, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 156.º O valor dos benefícios em manutenção será reajustado quando for alterado o salário mínimo de maior valor no País, na mesma proporção e a partir da mesma data.

Art. 157.º Na fase de implantação do PRORURAL, os recursos orçamentários destinados ao Serviço Social serão aplicados prioritariamente na finalidade prevista no artigo 29, item I.

Art. 158.º Os representantes das categorias econômicas e profissional rurais nas Comissões Revisoras serão indicados ao Conselho Diretor do FUNRURAL pelos Sindicatos que tenham jurisdição na sede das respectivas comarcas, na conformidade de seus estatutos.

Art. 159.º As atividades de direção superior e de supervisão e controle administrativo do FUNRURAL serão desempenhadas por pessoal requisitado na forma da legislação vigente, enquanto não houver criado o quadro próprio, de pessoal, da entidade, sob o regime da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, ou da Consolidação das Leis do Trabalho segundo for estabelecido em decreto do Presidente da República. As tarefas executivas serão realizadas, preferentemente, sempre que possível, de maneira indireta, mediante contratos ou convênios com pessoas jurídicas de direito privado ou entidades públicas capacitadas a desempenhar os encargos de execução, nos termos do artigo 10, e seus parágrafos, do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 160.º As despesas de organização dos serviços necessários à execução da Lei

Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, inclusive instalação adequada do Conselho Diretor e dos órgãos da estrutura administrativa do FUNRURAL, serão atendidas com recursos deste, até o limite de 10% (dez por cento) das despesas previstas no orçamento vigente.

§ 1.º As despesas a que se refere este artigo correrão por conta da dotação 412 - Serviços em Regime de Programação Especial, consoante o disposto no artigo 4.º do Decreto n.º 55.511, de 11 de janeiro de 1965.

2.º O serviço de contabilidade efetuará os registros das despesas a que alude o parágrafo anterior, de modo a permitir, oportunamente, o conhecimento daquelas mediante especificação.

Art. 161.º Para aqueles que já tiverem completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade em 1.º de janeiro de 1972, a aposentadoria por velhice só será concedida, nos termos do artigo 8.º e seu § 3.º, se na data da publicação da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, tinham a condição de trabalhadores rurais, ou deixaram de exercer a atividade de natureza rural, por motivo de idade, mas permaneceram vivendo no meio rural, na dependência deste.

Art. 162.º Para aqueles que Fie encontrarem em estado de invalidez total e permanente, em 1.º de janeiro de 1972, a aposentadoria por invalidez só será concedida, nos termos do artigo 9.º e seu parágrafo único, se a referida condição de incapacidade houver sido ocasionada ao tempo do exercício de atividade rural, e desde que, nos últimos três anos, contados até a data da publicação da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, as vítimas se acharam vivendo no meio rural, na dependência deste.

Art. 163.º Para efeito de sua atualização, o PRORURAL, bem como o respectivo sistema de custeio, serão revistos de dois em dois anos pelo, Poder Executivo, mediante proposta do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 164.º Os órgãos do FUNRURAL tem a faculdade de rever as suas próprias decisões nas oportunidades dos recursos previstos neste Regulamento, tempestivamente interpostos.

Art. 165.º Será obrigatória, a partir do mês de janeiro de 1972, para os contribuintes do FUNRURAL, a que se refere o artigo 15, item I, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, a apresentação de Certificados de Regularidade de Situação e Certificado de Quitação expedidos pelo FUNRURAL, nos mesmos casos e para os mesmos efeitos previstos nos artigos 141 e 142, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Art. 166.º Os prazos fixados para os recursos previstos neste Regulamento serão contados, conforme o caso, da data:

- a) da ciência pessoal do interessado;
- b) do recebimento da comunicação por via postal registrada, aposta no "Aviso de Retorno";
- c) da publicação do edital.

Art. 167.º Aplicam-se, subsidiariamente, aos casos omissos neste Regulamento, as disposições do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 60.501, de 14 de março de 1967, com suas alterações.

Art. 168.º As dúvidas na execução deste Regulamento e da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, serão resolvidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social que, inclusive, poderá criar, se entender necessário, como órgão de segunda instância para os recursos previstos no artigo 106, item II, alínea "a" e "b", a Comissão Revisora Regional, junto a cada Diretoria Regional (artigo 96) e integrada pelo titular desta, que será o presidente, e por um Representante de cada Federação, da Agricultura e dos Trabalhadores; na Agricultura, designado pelo Ministro mediante indicação da entidade representada.

DECRETO-LEI N.º 1.231 - DE 6 DE JULHO DE 1972

Reabre o prazo estabelecido no artigo 1.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 1.184, de 12 de agosto de 1971 e dá outra providência.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação deste Decreto-lei, o prazo de requerimento para os fins do disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.184, de 12 de agosto de 1971.

Art. 2.º O parágrafo 3.º, do Art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.184, de 12 de agosto de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º O requerimento em que se solicite a dação em pagamento importa, na órbita judicial ou

administrativa, em confissão irretratável da dívida e não suspende, o recolhimento de qualquer crédito tributário, inclusive os em regime de parcelamento".

Art. 3.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1972; 151.º da independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI - Presidente da República

Antônio Delfim Netto

JURISPRUDÊNCIA:

TUTELA

- Menor, órfã de mãe, cujo pai se encontra em lugar ignorado - Reclamação, pela avó, no sentido de ser nomeada tutora da neta, já sob sua guarda e criação - Deferimento - Recurso provido.

É de se deferir a pretensão de avó que vem criando a neta órfã de mãe, mas cujo pai está em lugar ignorado, no sentido de ser nomeada sua tutora, a fim de melhor lhe ser dado o cumprimento da missão a que se propusera.

N.º 194.580 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 194.580, da comarca de São Paulo, em que é apelante Rosa Alongo Martinez, sendo o apelado o Juízo.

1 - Rosa Alonso Martinez, avó da menor Sara Martins Almeida, órfã de mãe e com pai em lugar desconhecido, segundo se afirmou, reclamou a sua nomeação para o cargo de tutora da neta e teve seu pedido indeferido.

Daí o apelo da avó a fls. e que teve parecer favorável da Procuradoria-Geral da Justiça.

2 - O recurso merece provimento pois, como notou o parecer de fls. do Procurador Mário Arantes de Moraes: "No caso, é de recordar a lição de Estevam de Almeida que, ao comentar o art. 394 do CC, afirmava que a par da tutela normal existem, na lei civil, situações de aplicação transitória e singular e que, entre as medidas incluídas no dispositivo em questão, está a nomeação de um tutor especial, com atribuições delimitadas, conforme o caso, guiando-se o juiz pelo interesse do menor. O pátrio poder não se destrói, coexiste ele na tutela especial" ("Manual do Código Civil", págs. 304, 361 e 362).

3 - Assim, processado o pedido e devidamente justificado, poderá ser deferida à apelante a tutela especial sobre sua neta, para o fim de criá-la, como o vem fazendo e proporcionar-lhe instrução e educação conveniente.

4 - Isto posto:

ACORDAM, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça sem divergência de votos, incorporado a este julgado o relatório de fls., dar provimento ao recurso a fim de que o processo tenha andamento regular e venha a ser julgado como de direito.

Custas "ex-lege". (T.J.S.P. - São Paulo, 4 de março de 1971 - FERREIRA DE OLIVEIRA, presidente, MÉDICI FILHO, relator - Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Des. Felizardo Calil e Barbosa Pereira). RTS - vol. 435, pág. 71.

RESPONSABILIDADE CIVIL

ELETROCUSSÃO POR QUEDA DE FIO DE REDE ELÉTRICA Ação ordinária de responsabilidade civil. Advindo a eletrocussão da vítima da queda, por fortuito, por fio da rede elétrica, ademais de revelar-se imprudente a mesma vítima, não há responsabilidade da concessionária do serviço de eletricidade.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Nulidade e Infringentes do Julgado na Apelação Cível n.º 7.223, sendo embargantes José Elói Mendonça e outra, e embargada Rio Light S.A. Serviços de Eletricidade, os Juízes do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara acordam preliminarmente e à unanimidade, em rejeitar a arguição de intempestividade do recurso, também rejeitando no mérito os próprios embargos, em votação unanimemente. Custas na forma da lei.

Ação de responsabilidade civil decorrente da morte do filho dos embargantes, eletrocutado, na noite de 20 de março de 1965, por um fio da rede elétrica que caiu na via pública, devido à queda de barreiras e a fortes chuvas. Nas duas instâncias, julgou-se improcedente a demanda, mas, firmado em voto vencido no julgamento da apelação, interpostos estes embargos de nulidade e infringentes do julgado.

Argüiu a embargada a preliminar de intempestividade do recurso suscitado a 16 de outubro de 1967, quando a publicação do V. Acórdão se deu em 4 do mesmo mês e ano (folhas 87). Contudo, a intempestividade não ocorre, porquanto o dia final do prazo de dez dias, do art. 834, o C.P. Civil, caiu em um sábado, 14, pelo que, oferecidos os embargos a 16, segunda-feira, foram-no oportunamente. Rejeita-se a argüição por conseguinte.

No mérito, é de se verificar que o V. Acórdão aplicou o art. 1.528 do C. Civil, relativo a edifício ou construções cujo dono responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, manifesta a sua necessidade. A extensão do dispositivo a postes telegráficos (e Por que não deve ser estendido a postes de sustentação da rede elétrica) é pacífica na doutrina, conforme atesta Carvalho Santos, apoiado em Sourdat e Laurent (Código Civil Interpretado, vol. XX, pág. 337, n.º 3, 5.ª edição, 1952). Evidente que a responsabilidade do art. 1.528 do C. Civil é condicionada à, prova da falta de reparos, cuja necessidade seja manifesta. A conhecida expressão do douto Aguiar Dias, trazida à colação pelas ilustradas razões de embargos, de que se presumo, a necessidade de reparos com o fato da ruína ("tanto necessitava de reparos que caiu") é, contudo, inaplicável à espécie. Provou-se, e desde a inicial os próprios embargantes o admitem, que a queda da rede elétrica resultou dos desabamentos, daquela de blocos de pedra, em decorrência de chuvas. Se a, causa fosse indeterminada, desconhecida, estaria certo que se presumisse a necessidade de reparos. Mas, no caso, em verdade, não houve ruína da rede elétrica, se não que a ocorrência de um fato insólito, imprevisível, que, por isso mesmo, configurou a força maior, excludente da responsabilidade, como soam as chuvas e os desabamentos referidos. Não se pode admitir o defeito da rede elétrica, quer em razão de inexistir que prova técnica seja de tal deficiência, quer pela consideração de que rede elétrica nem a mais perfeita resistiria a uma avalanche como ocorreu. A necessidade de reparo manifesta, ensina Clóvis Beviláqua nos Comentários ao C. Civil, vol. 5, art. 1.528, n.º 2, pág. 308, 5.ª edição, 1943, deixa claro que a responsabilidade no caso é subjetiva, lição que é repetida pelos doutos. Assim, Cunha Gonçalves (Tratado de Direito Civil, vol. XIII, Tomo I, 1990, pág. 809, 2.ª edição) sustenta que deve a vítima ou quem seja por ele, evidentemente, comprovar a negligência no fazer as reparações necessárias, ou em tomar as precauções para evitar desabamentos. Não há, insista-se, prova alguma da negligência da embargada, que não se podia precaver contra o imprevisível. Em matéria de culpa - inevitável é a referência, por mais dolorosa que possa parecer - se houve alguma, foi da vítima, saindo do ônibus, contra as advertências em sentido contrário (fls. 51v.). Não há nada como, data vênua, acolher os embargos, portanto, T.A.G.B. - Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1971 - Severo da Costa, Presidente - Luiz Carlos da Costa Carvalho, Relator) D.O. G.B., 22-5-72, pág. 254.

DESAPROPRIAÇÃO - Interesse social - Conceituação - etc.

"Acordam, em Primeira Câmara do Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, julgar prejudicado o agravo no auto do processo de fls. 857, negando-se provimento aos apelos, provendo-se, parcialmente, o recurso oficial para determinar que os juros sejam contados a partir da imissão de posse, mas sobre a diferença complementar, concedendo-se correção monetária.

Julgam prejudicado o agravo no auto do processo de fls. 857, pois, posteriormente veio para os autos o laudo do assistente técnico Doutor Bruno Cervone (fls. 870 e seguintes).

A questão referente à exclusão de interessados da relação processual, não tem o interesse pretendido, pois como é óbvio, cuidando-se de mera ação expropriatória, o que discute na oportunidade é apenas o preço referente à coisa expropriada, e não questões dominiais, já que nos termos da lei, ocorrendo questão de lata indagação no campo dominial, os interessados deverão discutir essa prevalência em ação própria.

No tocante ao interesse social vemos que a Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962, definiu em termos claros o significado da expressão "interesse social", tornando inequívoco que por interesse social se entende o aproveitamento de todo o bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que (leve ou possa suprir por seu destino econômico: e, também, a manutenção de posseiros em terrenos urbanos, onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação. formando núcleos residenciais de mais de 10 famílias. Na espécie, o interesse social a que alude a lei, como causa da expropriação a se fazer, é evidente, sendo a desapropriação determinada pelo Poder Público visando evitar graves

inconvenientes, ao mesmo tempo que faz aplicação dos princípios sociais contidos nas Constituições Federal e Estadual, trazendo a solução adequada, determinando que os legítimos donos sejam justa e previamente indenizados do valor do bem, ao mesmo passo que impede a perturbação da ordem econômica e social, em referência àqueles ocupantes do imóvel.

No caso "sub judice" não existe restrição legal, sendo considerada constitucional a pretensão da expropriante Prefeitura Municipal de Santos, quando, por interesse social pleiteia a desapropriação de uma área, ocupada por mais de 100 famílias, na iminência de serem despejadas da posse, caso a providência não se concretize.

Consequentemente, a desapropriação por interesse social pode recair em imóvel improdutivo, (artigo 2.º Item I, da Lei Federal 4.132), destinando-se a área à venda ou à locação.

Nesse aspecto, escreve Hélio Moraes de Siqueira: "é marcante o contraste com o sistema clássico das desapropriações por utilidade pública, pois nesta o desvio do poder ficaria caracterizado pela venda ou locação dos bens expropriados, possibilitando a sua retrocessão ao antigo proprietário. Contrariamente, nas desapropriações por interesse social os bens serão objeto de venda ou locação"... "A retrocessão nas desapropriações" página 39, edição 1964).

A indenização foi bem fixada pelo digno Magistrado, acrescentando-se que os laudos ofertados pelo perito judicial e assistentes das partes, foram concordantes com relação ao preço a ser pago.

A verba honorária arbitrada em 5% sobre a diferença complementar, merece mantida, não obstante o alto preço da indenização fixada, tendo-se em consideração que a presente ação foi iniciada há mais de 7 anos, e vários são os advogados que funcionam no presente feito.

Provimento parcial merece o recurso oficial para o fim de determinar que os juros sejam contados a partir da data da imissão de posse, mas sobre a diferença complementar.

Datando o laudo aceito de 30 de junho de 1970 (fls. 811), é concedida a correção monetária determinada em Lei", (T. A. Civ. S. P. - Apelação cível 162.341, de Santos, em que é recorrente o Juízo "ex officio", apelantes Américo Rutigliano e outros, Costabile Di Gregorio e outra, Epólio de Malaquias Antônio Marcelino e outros, Municipalidades de Santos e Gilberto Gonçalves Monteiro. Acórdão unânime, da Primeira Câmara Civil, de 3 de agosto de 1971. Ass. Assis Moura, Presidente e relator; João Del Nero, revisor; Evaristo dos Santos). Julgados do Tribunal de Alçada Civil, n.º 21, pág. 87 da edição mimeografada.

IMPOSTO DE SISA SOBRE CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

- Inexistência de dissídio jurisprudencial - Recurso extraordinário não provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Osvaldo Trigueiro - A Prefeitura Municipal de São Paulo ajuizou executivo fiscal contra David Domingos Corrêa, para cobrar diferença de sisa relativa à transmissão de direito hereditário sobre parte de um terreno situado na Avenida Antônio de Barros n.º 1.191. O adquirente atribuiu ao imóvel o valor de Cr\$ 1.000,00, pagando a sisa de 110 cruzeiros. Posteriormente, a Prefeitura reavaliou o imóvel em Cr\$ 223.960,00, cobrando mais Cr\$ 32.523,80 de imposto e multa. A avaliação determinada pelo juiz reduziu o valor do imóvel para Cr\$ 80.500,00, razão pela qual a ação foi julgada procedente em parte, condenado o devedor ao pagamento de Cr\$ 11.598,73.

A decisão de primeira instância (folha 49) foi confirmada pela Terceira Câmara do Tribunal de Alçada Civil, ut acórdão de f. 74.

Não se conformando, o executado interpôs recurso extraordinário (folha 76), a que o presidente daquele Tribunal negou seguimento pelo despacho de f. 80, in verbis:

No presente executivo fiscal, a Municipalidade de São Paulo reclamou o pagamento da diferença do imposto inter-vivos, antecipadamente recolhido pelo contribuinte e relativo à aquisição de direitos hereditários e de meação, de um imóvel.

Foi julgado procedente em parte, porque se apurou, através de avaliação judicial, que maior era o valor, que o indicado na guia de recolhimento do tributo, e menor que o da estimativa fiscal.

Contra o venerando acórdão da Colenda Terceira Câmara, confirmatório da sentença da primeira instância, o executado interpõe recurso extraordinário, com fundamento na letra d do permissivo constitucional, alegando que o julgado diverge do assentado na Súmula 82 do eg. Supremo Tribunal Federal.

Não tem razão, porém.

Esquece-se, evidentemente, que, com o recolhimento antecipado do imposto, naturalmente para

obter os respectivos favores fiscais, se sujeitou ao pagamento da diferença como o reclamado. Autorizava-o a essa antecipação a L. mun. 6.125, de 30-11-62, que, em compensação, lhe permitiu pagar o imposto inter-vivos à base do valor do imóvel na data em que foi efetuada a antecipação (art. 25, § 1.º).

Assim, se o valor do imóvel, àquela data, era outro, maior, como o apurado, então deve pagar a diferença, mesmo porque, do contrário, a adotar-se a sua contraditória sustentação, quanto a não ser tributável a simples aquisição de direitos, deveria satisfazer o tributo à base do valor do imóvel ao tempo da apuração desses direitos, com aquisição o imóvel ao qual se referem. Isso não é, entretanto, o que deseja. Quer, sim, gozar dos favores fiscais, sem se sujeitar às condições legalmente impostas.

O caso dos autos, como se vê, nada tem de semelhante com a espécie objetivada na Súmula 82 da mais Alta Corte de Justiça do País, que não cuida de antecipação da sisa por quem não está obrigado a pagá-la, mas que se adianta ao pagamento para obter favores.

De forma alguma, em consequência, podia ter o venerando acórdão divergido do assentado na referida Súmula.

E, pois, nego seguimento ao recurso extraordinário".

Interposto o agravo em apenso - que tem o n.º 49.300 - determinou o relator a subida do recurso, para melhor exame da matéria (f. 35).

Oficiando à f. 127, a douta Procuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento do recurso e, se conhecido, por seu desprovemento.

VOTO

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro (Relator) Na petição do recurso extraordinário, arrimado apenas na letra d (f. 76), limita-se o recorrente a alegar a completa divergência da decisão recorrida com o enunciado da Súmula 82. Mas essa divergência não me parece caracterizada.

O Supremo Tribunal tem como inconstitucional o imposto de cessão quando cobrado, como substitutivo do imposto de transmissão, na escritura de promessa de compra e venda, ato que não transfere o domínio.

A hipótese dos autos, diversamente, é a de cessão de direito hereditário sobre imóvel determinado, configurando transação inter-vivos, em caráter definitivo.

A inexistência de dissídio jurisprudencial torna inviável o recurso, do qual essa razão, não conheço.

VOTO

O Sr. Ministro Amaral Santos - A recorrida ajuizou ação executiva contra o recorrente, julgada procedente por sentença confirmada em grau de agravo de petição, para cobrar-lhe diferença de sisa relativa à transmissão de direito hereditário sobre parte de um terreno,

Contra o acórdão manifestou o executado recurso extraordinário pela letra d, do permissivo constitucional, sob a alegação que conflitava com a Súmula 82.

O eminente Relator não conhece do recurso por entender inexistir o dissídio jurisprudencial. Leio o voto de Sua Excelência:

"Na petição do recurso extraordinário, arrimado apenas na letra d (folha 76), limita-se o recorrente a alegar a completa divergência da decisão recorrida com o enunciado na Súmula 82. Mas essa divergência não me parece caracterizada.

O Supremo Tribunal tem como inconstitucional o imposto de cessão quando cobrada, como substitutivo do imposto de transmissão, na escritura de promessa de compra o. venda, ato que não transfere o domínio.

A hipótese dos autos, diversamente, é a de cessão de direito hereditário sobre imóvel determinado, configurando transação inter-vivos, em caráter definitivo.

A inexistência de dissídio jurisprudencial torna inviável recurso, do qual, por essa razão, não conheço".

2. Realmente, a petição de recurso é assaz lacônica e se limita a denunciar o conflito com a Súmula 82, que literalmente considerada, não ofereceria base para configurar-se o dissídio. Aliás, essa é uma das razões pelas quais não me simpatizo com a Súmula. Converte-se numa norma a par das normas legislativas, dando margem a que os juristas as apreciem sob os mais variados ângulos, como se leis fossem. Dias haverá, a permanecer e progredir o sistema criativo de verbetes sumulares, que se terá de desenvolver métodos de interpretação dos mesmos propiciando-se a formulação de Súmula interpretativa de Súmula.

Tenho para mim que a Súmula não pode ser vista rígia sua letra, que é expressão morta de um princípio vivo. Este é que deve ser ali encontrado, dali deve ser extraído na, pujança da sua

juridicidade..

O que diz a Súmula 82 é que "são inconstitucionais o imposto de cessão e a taxa sobre, inscrição do promessa de venda de imóvel, substitutivos do impostos de transmissão, por incidirem sobre ato que não transfere domínio". Porque incidem sobre ato que não transfere domínio, é que são inconstitucionais. Esse o princípio.

No caso dos autos, trata-se de imposto (sis) relativa à cessão de direito hereditário, que também é ato que não transfere domínio. Logo, aquele mesmo princípio, extraído da Súmula 82, deverá aplicar-se, ao caso, ou seja, declarada deverá ser a inconstitucionalidade da cobrança de impostos (sis) relativo à cessão de direito hereditário .

3. O argumento do recorrente não é só persuasivo, é concludente e, irrefutável. E mais concludente deve ser tido quando a Súmula, publicada por este Tribunal, na de n.º. 821 dá como referência ao princípio nela esposada no acórdão no RE 51.673, de 13-11-62 publicado no D. J. de 4-4-63, p. 13, relatado pelo eminente Ministro Ribeiro da Costa, relativamente a caso absolutamente igual, respeitante a impostos cobrado pelo Estado da Guanabara. Tal decisão foi trazida à ponderação pelo recorrente na sua brilhante sustentação oral.

Nesse aresto também se tratou de cessão de direitos hereditários em relação aos quais entendia o Tribunal a quo que incidia imposto porque aquele ato implicava transmissão de bens imóveis. E após larga e erudita dissertação sobre as questões de direito vinculadas ao tema, arremata com esta conclusão:

"A cessão de direitos hereditários não representa senão uma obrigação de fazer, em soma, uni Direito Pessoal, imune à incidência de qualquer gravame estadual jamais podendo ser alcançada pelo imposto de transmissão ou de transação.

O acórdão recorrido conclui falsamente por que se encerre na Cessão de Direitos Hereditários um ato translativo da propriedade imobiliária, já que o Direito Hereditário é havido, por mera ficção jurídica, como bem imóvel Dos termos do art. 44, III, do C. Civ., mas essa Conceituação limita-se, exclusivamente, às determinações do art. 1.572, do mesmo Código, ou seja, para a abertura, da sucessão mortis causa.

Segundo Serpa Lopes, em seu Tratado dos Registros Públicos:

"Em relação à cessão de direitos hereditários cumpre salientar que, nada obstante ser considerado imobiliário o direito à sucessão aberta, Dão está subordinado ao Registro de Imóveis. Destituída da formalidade da transcrição, a cessão do direito à sucessão aberta tem a sua prova na respectiva escritura e, no caso de haver mais de unia cessão, prepondera a de data mais antiga" (obra citada, 2.ª ed., v. III, p. 275).

Não estando, como de fato e, de direito não está sujeito à transcrição Do Registro de Imóveis o instrumento da Cessão de Direitos Hereditários, não há como reputá-la abrangida pelo impostos de transmissão inter-vivos, eis que esse gravame só recai sobre os atos que impliquem na translação da propriedade imobiliária, na conformidade do que reiteradamente vem decidindo o Excelso Supremo Tribunal Federa".

4. Quando se aponta o verbete da Súmula, penso eu, compreendidos estão os acórdãos nela referidos, porque são estes que lhe dão substância e sentido.

Por essas razões, com a devida vênia do eminente Relator, conheço do recurso e lhe dou provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão - O acórdão recorrido (f. 74 e 75) manteve a sentença de f. 19 a 50, na qual ficou assentado que a cessão de direitos hereditários constitui um ato inter-vivos, através do qual se transfere a propriedade: e, no caso, tendo por objeto um bem imóvel, impunha-se a incidência do imposto de transmissão inter-vivos, também denominado de sisa. Sustenta, porém, o recorrente que esse entendimento diverge do que se vê assentado na Súmula 82, verbis:

"São inconstitucionais o imposto de cessão e a taxa sobre inscrição de promessa de venda de imóvel substitutivo do imposto de transmissão, por incidirem sobre ato que não transfere o domínio".

Cingiu-se o recorrente a invocar a citada Súmula, conforme se verifica da petição de recurso, lançada à folha 76. Nela está expresso o entendimento de que é inconstitucional o imposto de cessão quando exigido como substitutivo do imposto de transmissão, na promessa de venda de imóvel, eis que aí não se transfere o domínio. Há um direito real de natureza potestativa, inocorrendo, em conseqüência, a aquisição de propriedade. Cuidou, como se infere do seu enunciado, da cessão de promessa de venda de, imóvel, contrato preliminar, que tem por objeto

a outorga do contrato definitivo. Isso é o que se constata, inclusive, da leitura das leis e decretos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal (L. 185, de 13-11-48, e 1.395, de 21-12-51, do Estado de São Paulo; D. 723, de 21-3-39, e 749, de 6-5-39, do Estado do Rio de Janeiro). Evidente é que se o ato não gera a translação da propriedade, descabe a incidência do imposto de transmissão. Este o exato alcance da Súmula 82, segundo se depreende dos julgados dos quais se originou, salvo o referente ao RE 151.673, de 13-11-62.

Ora, no caso sub judice cogita-se de cessão de direitos hereditários, a título oneroso e a pessoa estranha. Portanto, houve aquisição da propriedade pelos herdeiros, seguida de segunda transmissão, feita ao cessionário, mediante escritura pública (f. 13). A cessão de direitos hereditários pressupõe a aceitação da herança. Houve ato inter-vivos de caráter definitivo, que importou na transmissão da propriedade imobiliária. Dessarte, a rigor, incorre discrepância com o, entendimento adotado na Súmula 82.

Contudo, tendo em consideração que dentre os acórdãos indicados, como fonte da referida Súmula se encontra o proferido no RE 51.673-GB, relatado pelo saudoso Ministro Ribeiro da Costa, e invocado pelo recorrente (folhas 15 e 106), o recurso é, de ser conhecido, pois nela fixou expresso:

"Não estando, como de fato e do direito não está sujeito à transcrição no Registro de Imóveis o instrumento da Cessão de Direito Hereditários, não há como reputá-la abrangida pelo imposto de transmissão inter-vivos, eis que esse gravante só recai sobre os atos que impliquem na da propriedade, imobiliária. na conformidade do que reiteradamente vem decidindo o Excelso Supremo Tribunal Federal".

Em face da divergência, aliás apontada no voto do eminente Ministro Amaral Santos, conheço do recurso. Todavia, nego-lhe provimento. É que, consoante já afirmei, houve cessão de direitos hereditários em favor de terceiro e a título oneroso. Cuida-se de negócio jurídico, translativo da propriedade imóvel (art. 44, inc. III, do C. Civ.), ensejando a incidência do imposto de transmissão inter-vivos. Houve a transmissão definitiva da propriedade. o cessionário aqui é, in sucessor a título singular.

Na espécie não se trata da figura da renúncia pura e simples, quando o único imposto devido é o causa mortis. Legítima é, em conclusão, a incidência do imposto de transmissão inter-vivos. Pelo que, embora conhecendo do recurso, nego-lhe provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Luiz.- Gallotti (Presidente) - O eminente Ministro Oswaldo Trigueiro (Relator) não conheceu do recurso.

O eminente Ministro Amaral Santos do recurso conheceu e lhe deu provimento.

O eminente Ministro Djaci Falcão proferia voto em que, embora conhecendo do recurso, lho nega provimento.

Peço vênica para acompanhar este último voto.

VOTO (MÉRITO)

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro (Relator) - Sr. Presidente, vencido na preliminar, coto, quanto ao mérito, no sentido de negar provimento ao recurso. (S.T.F. - RE 71.411 - SP - Rel., Ministro Oswaldo Trigueiro. - Recda., Prefeitura Municipal de São Paulo - Conhecido, contra o voto do Relator, negou-se provimento, contra o voto do Ministro Amaral Santos. Não participou do julgamento o Ministro Barros Monteiro. - Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Amaral Santos, Barros Monteiro, Djaci Falcão, Oswaldo Trigueiro e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto, - Brasília, 29 de outubro de 1971). R.T.J., vol. 59, pág. 547.

CASAMENTO

- Regime de bens - Pacto antenupcial - Separação de bens incluindo futuros - Pretendida sociedade de fato e comunhão de aqüestos Descabimento - Ação improcedente.

Não se pode modificar o regime de bens, instituído em pacto antenupcial, sob a invocação de sociedade de fato entre marido e mulher.

N.º 197.824 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 197.824, da comarca de São Paulo, em que é apelante Oclícia, Ribeiro da Silva, sendo apelado Reginaldo Walter Widmer: Acordam, em Sexta Câmara. Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento em parte à apelação, apenas para reduzir a verba advocatícia a Cr\$ 5.000,00. Custas na forma

da lei.

Os litigantes estão desquitados e, por ter sido o da separação o regime de bens adotado quando do casamento, tanto com relação aos que possuíam, como aos que viessem a possuir, posteriormente, Da vigência do mesmo, não há, "in casu", falar em comunhão dos aqüestos, isto por irrevogável o pacto antenupcial de fls., consoante a regra do art. 230 do CC.

Aliás, referindo-se às duas razões de ordem prática em que se funda a irrevogabilidade do regime matrimonial de bens - o interesse dos cônjuges e o de terceiros - escreve Clóvis que "há uma outra de lógica jurídica. O casamento é um contrato pessoal e perpétuo. O regime de bens durante ele deve ser estável, inalterável. para corresponder à perpetuidade e imutabilidade das relações pessoais, enquanto perdura a sociedade conjugal" (Cf. "Código Civil", 6.ª ed. vol. II/106).

Ora, assim sendo, não se poderá admitir a modificação de um regime matrimonial, sob a invocação de sociedade de fato, para, por essa forma, acolher-se uma comunhão de aqüestos, peremptoriamente afastada pela própria convenção antenupcial.

Todavia, mesmo que se admitisse a possibilidade de se modificar, sob color de sociedade de fato, o regime matrimonial adotado pelas partes, o feito não permitiria tal modificação, porque, já o acórdão de fls., no considerar inaplicável, na espécie então em exame, o disposto no art. 321 do diploma legal citado, deixou bem claro que "os autos demonstram que o apelado é quem possui amplos recursos financeiros" (fls.). Ademais, na sentença criminal, juntada a fls., ficou reconhecido que, enquanto o acusado se entregava aos "afazeres de chefe do casal", a autora vivia "mais preocupada com algumas futilidades". Por outro lado, analisando alegações como as da presente ação assinalou o ilustre Juiz do desquite não só que "tudo ficou na pálida referência feita pela autora", mas também que, com a dissolução da sociedade conjugal, procurou ela a obtenção de uma vantagem econômica, com o sacrifício do réu (fls.).

Não é só. A prova produzida neste processo, por igual, não se apresenta segara e convincente, no sentido da existência de sociedade de fato, com formação ou elevação do patrimônio do réu, pelo concurso eficaz de Oclícia; pois, além dela sempre ter contado com o concurso de serviços, para as ocupações do lar, jamais cuidou, fora dele, de prestar efetiva colaboração a Reynaldo, para aumentar-lho os bens ou para o desenvolvimento de seus negócios, com melhoria de proveito em suas atividades.

O inegável, na hipótese em tela, é que, enquanto perdurou a sociedade conjugal, a autora teve do marido automóvel para passeios, terrenos e jóias, sem contudo nada dar de se para que ele alcance progresso econômico-financeiro. E, se visitava o imóvel da R. da Mata. era porque, estando acertada a sua destinação para residência da família, queria vê-lo concluído a seu gosto. Outra. pelo que c colhe dos elementos examinados, não era a sua intenção.

De se notar, ainda, que o fato haver estado na residência, de Toshiuki Fujita, tirar pedido do cinzeiros de granito. por si só, não revela colaboração importante e, portanto, indispensável á melhoria da situação patrimonial de Reynaldo. É que, quando de seu casamento, aos 5-2-1955, ele já possuía imóveis e era correntista da Comercial e Importadora de Ferramentas "CIF" Ltda., firma constituída muitos anos antes e que já desfrutava de boa situação. com melhorado, ano para mo, sem a interferência ou ajuda da em qualquer sentido.

Logo, a improcedência da ação foi acertadamente reconhecida na, bem elaborada sentença recorrida. E, assim sendo, unicamente para reduzir a verba honorária para, Cr\$ 5.000,00, por elevada a fixada pelo ilustre magistrado de primeira instância, dá-se provimento parcial ao recurso. (T. J. S. P. - São Paulo, 21 de maio de 1971 - HENRIQUE MACHADO, pres. com voto - GOULART SOBRINHO, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Souza Lima), R. Ts., vol. 438, pág. 83.

VINCULO

- Doação - Reserva de usufruto - Cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, Subsistência após a morte dos doadores - Apelação não provida.

A cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade subsiste após a extinção do usufruto reservado pelos doadores.

N.º 201.500 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 201.500, da comarca de São Paulo, em que são apelantes Tufy Miguel Calfat, sua mulher o outros sendo, apelado o Dr. 1.º Curador de Resíduos: Acordam, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de, Justiça, adotado o relatório de fls.. em negar provimento ao recurso, contra o voto do Terceiro Juiz. a fim de que subsista a sentença recorrida pelos próprios fundamentos, pagas as custas pelos apelantes.

Assim decidem porque o julgado está conforme a jurisprudência deste Tribunal, segundo a qual, tratando-se de usufruto reservado pelo doador, a permanência dos vínculos após a sua morte não transgreda a proibição do usufruto sucessivo: ao instituir o usufruto, o doador não se substitui a ninguém, mto podendo, assim, ser contado um grau; os vínculos devem ser tidos como garantia ao próprio donatário. Esse é o melhor entendimento dos arts. 1.678 e 739, n.º 1. do CC (recursos de revista ns.º 43.009, 131.076, 136.957 e 138.861, in RT, vols. 203/364, 363/162 e 389/216: apelações ns.º 163.414 e 176.552, in "Revista do Jurisprudência", vols. 6/107 e 9/167).

Por constar na escritura de fls. que "no caso de falecimento de qualquer dos usufrutuários, a sua parte, em dito usufruto, acrescerá à do sobrevivente (cláusula "a"), o caso não foge à regra. Trata-se de usufruto simultâneo e não sucessivo. Neste, o usufrutuário goza sozinho da coisa e por sua morte transmite a posse e o gozo ao sucessor. No simultâneo, há pluralidade de usufrutuários, que a um só tempo gozam da coisa usufruída, permitindo ao sobrevivente o direito de crescer, se convencionado, na conformidade do art. 740 do Código (RT, vol. 420/156). Nem é certo que os vínculos tenham sido impostos para garantia do exercício do direito do usufruto, como pretendem os apelantes. Reservando para si o usufruto os doadores estavam garantidos por esse direito real e pela circunstância de os donatários não terem o domínio pleno, mas apenas a nua propriedade, o que bastava para garantia do exercício do exercício do usufruto. Os doadores fizeram constar que os frutos e rendimentos dos bens doados estavam excluídos das cláusulas restritivas, o que demonstra que o objetivo destas irão era garantir o usufruto,

Ante o exposto, negam provimento.

São Paulo, 28 de outubro de 1971 - COSTA MANSO, pres. com a seguinte declaração de voto vencedor: Também neguei provimento ao apelo, acompanhando o ilustre Relator.

Na doação com reserva de usufruto, objeto de discussão nestes autos, os doadores impuseram a seguinte, cláusula restritiva: "b) ficam os referidos bens, durante a vida dos donatários, gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, exclusivas aos respectivos frutos e rendimentos, não podendo, assim, serem alienados por venda, permuta, doação ou qualquer título, nem objetos (sic) de qualquer garantia".

A cláusula não foi redigida, como se vê, em bom vernáculo.

A má redação torna dúbia a expressão que se acrescentou ao gravame das cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade - "exclusivas aos respectivos frutos e rendimentos". Tal expressão, logicamente, não quis dizer que ficavam clausurados de inalienabilidade e de impenhorabilidade, "apenas" os frutos e rendimentos, com exclusão da nua propriedade. Seria um contra-senso que os donatários pudessem alienar, livremente, a nua propriedade, ao mesmo tempo em que tivessem os respectivos frutos e rendimentos clausulados de inalienabilidade. Os doadores evidentemente quiseram clausular a nua propriedade, que desde logo passaram nos donatários, com a exclusão dos respectivos frutos e rendimentos, ou seja, do usufruto, que reservaram para si.

O usufruto, que é o Direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa", segundo a definição do art. 713 do M, não foi clausulado: permaneceria com os doadores, até sua morte, quando, na consolidação do domínio, passaria livremente aos donatários.

Assim. não se, pode falar, no caso, de "fideicomissos além do segundo grau", modalidade que incidiria na proibição do art. 1.739 do CC.

Mas e seja como for, a jurisprudência vitoriosa entende que a cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade subsiste após a extinção do usufruto reservado pelos doadores. No Tribunal de Justiça, essa interpretação ficou assentada pelas Câmaras Cíveis Reunidas (RT, vols. 203/363 e 363/162, havendo notícia também de, outro acórdão prolatado na revista n.º 136.957, julgada em 4-5-1966). E o STF já fixou entendimento no mesmo sentido (RTJ, vols., 41/632, 52/100 e 56/369) - EDGARD DE SOUZA, relator - COSTA LEITE, vencido, com a seguinte declaração de voto: Dava provimento ao recurso por entender que a morte do usufrutuário extingue as cláusulas gravantes do imóvel, de maneira que a consolidação da propriedade - meu titular o tenha livre e desonerado.

Assim o fado, pois que acolho "in totum" a lição de Washington de Barros Monteiro, in "Direito das Coisas", 295, da 7.ª ed., de que a entendimento contrário consagra-se o "usufruto de segundo grau, repellido por lei". (R.Ts., vol. 438, 91).

SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

- Oficial maior de cartório não oficializado - Desvio de quantias em dinheiro - Apuração em sindicância - Dispensa Recolhimento do numerário após a sindicância - Circunstância irrelevante - Segurança denegada

Os recolhimentos de quantias em dinheiro, desviadas por serventuário da Justiça e feitos após sindicância regular, não livram da pena administrativa de dispensa do cargo.

N.º 198.753 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de mandado de segurança n.º 198.753, da comarca de São Paulo, em que é impetrante Waldemar D'Amico e impetrada a Corregedoria-Geral da Justiça: Acordam, em sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria de votos, em denegar a segurança.

1. O impetrante, Waldemar D'Amico, foi dispensado do cargo de Escrevente e das funções de Oficial Maior do Cartório do 2.º Ofício da Escrivaria Judicial e Anexos, de Barra Bonita, com fundamento no art. 239, n.º II, do Código Judiciário do Estado (decreto-lei complementar estadual n.º 3, de 27-8-1969), ou seja, como textualmente dispõe esse preceito, por "comprometimento da dignidade, da função em proveito próprio ou alheio". Insurge-se, através deste mandado de segurança, contra aquele ato de sua dispensa, alegando: falta de processo administrativo, com ampla liberdade de defesa; efetivo cerceamento de defesa, dado que, na sindicância realizada, foram ouvidas 11 testemunhas sem seu prévio conhecimento: julgamento "ultra petita", dessa sindicância, na qual a Comissão propôs penalidade de menor gravidade e não a de demissão: nulidade dessa decisão, que não mencionou os fundamentos da defesa; falta de prejuízo para os cofres públicos particulares, pelo recolhimento do alcance; nulidade da sindicância, que investigara outros processos e não somente os relacionados na portaria de sua instauração: invalidade da dispensa, porque publicada antes do julgamento do recurso administrativo, e ainda do ato que, designou seu sucessor antes da apreciação desse reexame.

Indeferida a liminar, trouxe a autoridade impetrada, Des. Corregedor-Geral da Justiça, suas informações, opinando a douta Procuradoria-Geral da Justiça contrariamente ao pedido.

2. O impetrante era escrevente de Cartório não oficializado, sujeitando-se, pois, ao regime disciplinar especial previsto no Código Judiciário do Estado. As penas administrativas a que se submetia, pelas faltas praticadas no exercício daquelas funções, estão relacionadas no art. 239 desse diploma, acrescentando-se, nos dispositivos seguintes, que a "dispensa" "será precedida de sindicância" (art. 240), na qual será ouvido o sindicado, facultando-se-lhe defesa e requerimento de provas (art. 241 e parágrafos).

No caso, Pois, a "dispensa" do impetrante, ao contrário (to alegado, não teria, necessariamente, que ser precedida de Processo administrativo. mas de sindicância, como está expresso na lei. Mesmo, entretanto, que aquele procedimento fosse erigido à qualidade de pressuposto dessa punição disciplinar, ainda assim teria sido ele, no caso, atendido. Esse procedimento não se condiciona, no Direito Administrativo positivo, aos mesmos princípios que informam o processo judicial. Neste, o sistema do contraditório, ainda que com sua comprometida feição atual, é nota relevante, enquanto naquele, no administrativo, essa imposição tem presença menos marcante. particularmente na hipótese da investigação que deve preceder a "dispensa" do escrevente de Cartório não oficializado. essa garantia se restringe, à circunstância do acusado ser intimado da instauração do processo e de ter, a final, vista dos autos Para oferecer defesa, requerer a produção de provas e alegar o que de seu interesse. Ora no a que se alude, o impetrante teve ciência da instauração da sindicância, foi-lhe ensejada a leitura dos autos e oportunidade para defesa, efetivamente feita (fls.), para requerer provas, para recorrer da decisão de Primeiro grau e até, para Pedir reconsideração do julgamento desse seu recurso. Não há, pois, como se acolher a ponderação de que a pena administrativa imposta resultou de uma investigação sumária, sem "processo" administrativo, sem ampla liberdade de defesa. O que não se cumpriu foi o princípio do contraditório, numa pureza doutrinária não endossada pelo Direito Administrativo positivo, o que é diferente. Aliás, nas alegações oferecidas antes do ato de dispensa o impetrante nada aduziu a respeito de eventual cerceamento na sua liberdade de defender-se. Somente depois do julgamento de seu recurso administrativo é que se lembrou dessa denúncia, o que é bem expressivo.

O julgamento da sindicância não estava adstrito ao parecer da Comissão, como quer o impetrante. A desvinculação entre esse pronunciamento opinativo e aquela decisão é elementar e dispensa mais detidas considerações.

O ato punitivo não precisava atender os requisitos de uma sentença judicial, contendo os "fundamentos da defesa", bastando estar motivado, o que não que lhe pode, aqui, recusar. A falta de prejuízos para os cofres públicos ou para outras pessoas, no caso não pode ser afirmada, como o faz a inicial. O impetrante recebeu numerário relativo ao pagamento de executivos fiscais e não os recolheu, como era de sua obrigação. Apenas quando esse, fato, evidenciado pelo seu vulto e reiteração tornou-se conhecido da autoridade judiciária, que incontinentemente determinou a instauração de sindicância, é que aqueles recolhimentos, foram providenciados, mima tentativa tardia de redenção, minorativa de culpa mas não isentava de responsabilidade máximo administrativa. Esses recolhimentos posteriores podem ter recomposto os prejuízos dos cofres públicos, jamais, porém, poderiam ter o sentido remissivo que se pretende dar-lhes.

Nem importa que a sindicância tenha investigado outros processos e, não apenas os relacionados na portaria de sua instauração. Essa dependência, delimitando a área das investigações, não tem nenhum apoio em lei.

Por derradeiro, não se apresenta com qualquer relevância, para os efeitos cogitados, a circunstância da punição do impetrante ter sido publicada antes do julgamento do recurso administrativo e do seu sucessor ser também assim precipitadamente designado.

O ato administrativo impugnado foi praticado por autoridade competente, com observância dos pressupostos legais, sem dolo de finalidade ou abuso de poder. A revalorização das provas produzidas na sindicância não pode ter amplitude maior nesta fase judicial, perquirindo eventual justiça desse ato punitivo.

Durante o julgamento deste "writ" o ilustre advogado do impetrante distribuiu memorial sustentando, além daqueles argumentos já antes apreciados, ter havido afronta à primeira parte do § 15 do art. 153 da vigente Constituição Federal (textual: "A lei assegurará aos acusados ampla defesa, com os recursos a ela inerentes ..."). Mas, no caso, como já se acentuou, a lei, que é o Código Judiciário do Estado, determinando a audiência do sindicado, facultando-se-lhe defesa e requerimento de prova (art. 241 e parágrafos), respeitou aquele princípio constitucional. Nem há que se confundir esse preceito da Carta Magna com o do contraditório, que está no § 16 do mesmo art. 153, aplicável somente, à instrução criminal, como indubitavelmente ali se registra.

Denega-se, pelo exposto, a segurança impetrada, com a atribuição das custas ao impetrante. (T. J. S. P. - São Paulo, 22 de dezembro de 1971 - Dimas de Almeida, pres. com voto - Odys Porto, relator - Acácio Bebouças, vencido com a seguinte declaração de voto: A pedido do impetrante. que nesse sentido requereu em petição que me veio trazida a despacho, mas que não vejo nos autos, declaro haver acolhido a alegação de cerceamento de defesa em coerência com decisão já por mim proferida quando em exercício na Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 1971.

O impetrante se queixa, e não sofre contradita, de que nada menos que onze audiências instrutórias foram realizadas na sindicância administrativa, sem sua intimação ou ciência (fls.). E invoca a regra Institucional da garantia de ampla defesa que se insere no art. 105, n.º II, da Carta Magna vigente: "... mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa",

A evasiva lição de Direito Administrativo, disciplina que notoriamente não morre de amores pela pessoa humana, e sempre encontra meios de contornar e neutralizar as garantias individuais que os constituintes ainda não se animariam a eliminar de vez, sustenta "slogans" como tais: a punição disciplinar não exige os rigores do processo criminal, nem do contraditório penal; o processo disciplinar não obedece a formas rígidas e solenes, mas é simples e dúctil (fls.), quer dizer, flácido e lânguido, mas em favor da Administração não contra ela... Mas se a lei assegura no processo penal ampla defesa (art. 153, § 15, invocado na impetração) e assegura no processo administrativo ampla defesa (art. 105, n.º II, já citado), não vejo que concepção diabólica poderá ter ditado o entendimento de que a mesma garantia possa ter substâncias diferentes aqui ou ali, levando o acórdão ao lapidar conceito (pasme-se!) de que, na instância administrativa, basta a intimação da instauração do processo e vista a final, depois de feita, em segredo de justiça e inquisitorialmente, toda a prova de acusação (fls.). Afinal de contas tudo é a mesma coisa, cadelas ou demissão, tudo é pena ...

Todas as assentadas existentes nos autos mostram que a instrução se fez na presença tão-só da comissão processante, sem o impetrante ou advogado seu (fls.). Só numa comparece o impetrante, mas para ser inquirido e não para exercer o direito de defesa (fls.) RTS - vol. 438,

pág. 62.

ANULAÇÃO DE CASAMENTO - DESVIRGINAMENTO

- ERRO SOBRE HONRA E BOA-FAMA - O fato de o homem se conformar com o desvirginamento descoberto na noite de núpcias, não significa sua renúncia ao direito de, dentro do prazo legal, pleitear a anulação do casamento se, além do desvirginamento em si, a esposa, quando solteira, se envolveu em posteriores aventuras amorosas, não sendo necessário que tenha freqüentado prostíbulos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 197.791, da comarca de Ribeirão Preto, em que é apelante sendo apelados M.A.B. por seu curador do vínculo Dr. Arthur Fernandes de Oliveira e por seu curador à lide Dr., José Querrieri Rezende:

ACORDAM, em Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, dar provimento no recurso para afastada a carência, ser a ação apreciada pelo mérito.

Custas na forma da lei.

A ação foi ajuizada com fundamento em erro essencial quanto à pessoa, honra e boa-fama do cônjuge; pois da inicial consta expressamente que o autor ignorava que a ré, quando solteira, "pautava sua vida pelos ditames da imoralidade, vivendo desonestamente, com comportamento reprovável segundo as regras dos bons costumes", e que, tendo esses fatos chegado ao seu conhecimento após o casamento, tornou-se, insuportável a vida em comum, donde, então, pedir a, dissolução do vínculo matrimonial, nos termos dos arts. 218 e 219, I do Código Civil.

Logo, razão inexistente para o trancamento da ação, com base na decadência. É, que, consoante escreve LOURENÇO MÁRIO PRUNES, "o fato de o homem se conformar com o desvirginamento que se verificou na noite de núpcias, não significa que ele renuncia ao direito de, dentro do prazo legal, pleitear a anulação do casamento, se descobre que além do feito accidental, da aventura que lhe foi contada na justificativa do defloramento, a sua mulher, quando solteira, enleou-se em outras aventuras. Nem mesmo será preciso que o seu nome tenha ficado assinalado, a fundos vincos, na crônica dos bordéis. Se a revelação se dá depois de decorrido o prazo de dez dias (art. 178, § 1.º do Cód. Civil), a situação do homem defraudado não é, de forma alguma irremediável. Ampará-lo-á ainda a alegação da desonra e da má-fama: a ação de anulação poderá ser proposta dois anos da data da celebração do casamento" cf. "Anulação do Casamento Erro Essencial", 2.ª ed., pág. 290).

Também o Prof. ALÍPIO SILVEIRA, in "O Erro Essencial na Anulação de Casamento", 1969, págs. 105/110, deixa claro ser possível a propositura da ação de anulação de casamento após os dez dias improrrogáveis do art. 219, IV do estatuto civil, quando o marido encontra a mulher desvirginada e a fundamenta no n.º 1 do citado dispositivo ou, seja, erro sobre a honra e boa-fama do cônjuge.

Não é só. Pelo que adverte FARIA COELHO, "se ao lado simples defloramento o marido invocar fatos que sejam desabonadores da, honra e boa-fama da esposa, a ação poderá ter fundamento no inciso I do mencionado artigo, e o prazo para sua propositura será o de dois anos (art. 178, § 7.º, 1) : (cf. "Nulidade e Anulação de Casamento", ed. 1952, pág. 331, n.º 121).

Por outro lado, é da jurisprudência deste Egrégio Tribunal que, "além do simples defloramento, se o marido alegar, outrossim, fatos desabonadores à honra e má-fama da esposa, terá ele o prazo de dois anos para pleitear a anulação de seu casamento: não apenas o de dez dias" (cf. "Rev. Tribs.". 394/131 e 389/135).

O certo, portanto, é que pela orientação doutrinária e jurisprudencial o prazo do art. 178, § 1.º do Código Civil não se aplica quando o marido, ao lado das referências sobre o defloramento anterior da mulher, faz alusão a fatos desabonadores da honra e boa fama da esposa, tornando impossível a vida comum dos cônjuges. E, assim sendo, o provimento ao recurso se impõe. para que a ação seja julgada pelo mérito, É o que fica decidido. (T. J. S. P. - São Paulo, 22 de junho de 1972 - Unânime - DIMAS R. DE ALMEIDA, Presidente - GOULART SOBRINHO, Relator - Rodrigues de Alckmin - Sousa Lima).

TÍTULOS CAMBIAIS NÃO REGISTRADOS

- As letras de câmbio e as notas promissórias não registradas, embora não autorizem a cobrança pela via executiva, podem constituir elementos de prova em ação ordinária.

Embargos Infringentes 154.659, de Santos, sendo Embargante: Espólio de Joaquim Pinto Júnior o

Embargada José Moalli.

ACORDAM, em Primeiro Grupo de Câmaras do Tribunal de Alçada Civil rejeitar os embargos e manter o ven. acórdão embargado, que está de acordo com os elementos constantes dos autos e o direito aplicável à espécie.

É que, data vênua da argumentação aduzida pelo signatário do duto voto vencido - a melhor orientação, no caso, é a de que as letras de câmbio e as notas promissórias não registradas, embora não autorizem a cobrança pela via executiva, podem constituir elementos de prova em ação ordinária.

Ressalte-se que o Decreto-lei Federal 427/69, vedasse a cobrança, daqueles títulos, pela via executiva, não lhes tirou a força probatória, pelo menos de "começo de prova por escrito" (Código Civil - artigo 141), que é "o, documento emanado do devedor, ou de pessoa que o represente, e que é, capaz de tornar verossímil o fato alegado" (MOURLON - Apud - CARVALHO SANTOS - Código Civil Brasileiro Interpretado - 1942 - 3.ª ed.. III, pág. 202).

Poder-se-á objetar que o legislador procurou, com aquela medida, combater a usura. Mas a objeção - data vênua, - não colhe e se volta contra si mesma.

Primeiro: a lei, com a promulgação, adquire vida própria, autônoma e se separa do legislador (FERRARA Interpretação e Aplicação das Leis - 1940, 2.ª ed., pág. 29; ALÍPIO SILVEIRA - O Fator Político-Social na Interpretação das Leis - 1946 - pág.- 336).

Segundo: o fato de o legislador procurar combater a usura, mio autoriza aquela consequência extrema contra todos os credores, dada a possibilidade de entre eles haver não agiotas. Logo, se aquela fosse a vontade do legislador, teria este, para combater um mal, dado origem a outro: o enriquecimento ilícito do devedor - consequência que o interprete deve evitar. Não se pode presumir que a lei acarrete uma injustiça, ou um absurdo (BLACK - Handbook on the, Construction and Interpretation of the Laws - 1911 págs. 122/129; Maximiliano - Hermenêutica - n.º 179).

Aliás, a análise do fim da lei leva à conclusão de que, vedando a via executiva aos títulos não registrados, se combateriam a usura. Daí, porém, não se infere tivesse a lei procurado negar direito de credor legítimo.

Terceiro: ressalte-se que, as leis excepcionais e restritivas de direitos não admitem, na sua exegese, o recurso à analogia (ALÍPIO SILVEIRA - O Fator Político-Social na Interpretação das Leis - págs. 75/83).

Quarto: admita-se, porém, tão somente para argumentar - haja, no caso, possibilidade de duas interpretações. Neste caso, se deve preferir a que conduza ao resultado mais razoável, que melhor corresponda às necessidades da prática e seja mais humana, benigna (MAXIMILIANO - Op. cit. n.º 178) e que menos se afaste do direito anterior (WINDSCHEID - Pandette - Trad. de FADDA - I, pág. 67; MÁRIO GUIMARÃES - Estudos de Direito Civil - 1947 - págs. 107). À luz destes princípios igualmente se deveria adotar a interpretação inculcada pelo ven. acórdão embargado. Por esses motivos, rejeitam-se os embargos. (T. Alçada Civil de São Paulo - j. em 4-11-71 - João Del Nero, Relator).

SECRETARIA DA JUSTIÇA:

Comunicado

Comunico aos Srs. Escrivães das Serventias não oficializadas que o pagamento estabelecido pelo Decreto-lei n.º 203-70, em seu artigo 2.º, parágrafo 3.º, será feito nos termos da Resolução de 8 de fevereiro de 1972, da Secretaria da Fazenda, publicada no Diário Oficial do dia 9 do mesmo mês, e da Portaria CAF-G n.º 6-72, de 9 de fevereiro de 1972, da Coordenadoria da Administração Financeira, publicada no Diário Oficial do dia 11 de fevereiro de 1972, devendo, assim, os interessados dirigirem-se diretamente àquela Pasta, na forma prevista no artigo 1.º, da citada Resolução.

Iracy G. Ortiz Monteiro - Diretora do Expediente.

Resolução de 8 de fevereiro de 1972, que se refere o comunicado da Secretaria da Justiça.

Estabelece o modo e a forma de pagamento de emolumentos devidos pelo Estado, nos termos do parágrafo 3.º do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.

O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970,

RESOLVE:

Artigo 1.º - O pagamento dos emolumentos devidos pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados, nos feitos criminais de ação pública, quando o réu não for condenado, será processado pela Coordenação da Administração Financeira, na forma em que for disciplinado,

mediante requerimento do serventuário, dirigido ao Secretário da Fazenda, instruído com certidões em que constem o número do feito, a indicação das partes, a data da sentença e o valor dos emolumentos, devidamente visados pelo M.M. Juiz Corregedor Permanente da Serventia.

Artigo 2.º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Portaria, CAF-G n.º 6-72, de 9 de fevereiro de 1972, a que se refere o comunicado da Secretaria da Justiça.

Disciplina o modo e a forma do pagamento de que trata a Resolução SF, de 8 de fevereiro de 1972.

O Coordenador da Administração Financeira no uso de suas atribuições, baixa as seguintes instruções:

Artigo 1.º - O processamento das despesas referentes ao pagamento de emolumentos devidos pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados, nos feitos criminais de ação pública, quando o réu não for condenado, será efetuado à vista de requerimento do serventuário, dirigido ao Secretário da Fazenda, instruído com certidões das quais conste, o número do feito, a indicação das partes, a data da sentença e o valor dos respectivos emolumentos, devidamente visados pelo MM. Juiz Corregedor Permanente da Serventia.

Artigo 2.º - A despesa correrá à conta da Administração Geral do Estado, Código 02 - Sub-elemento 3.1.4.1. despesas com honorários e custas - tratando-se de obrigação do exercício corrente e onerará o elemento 3.1.5.0, quando se tratar de despesa referente a exercícios anteriores.

Artigo 3.º - Processada a despesa, o Departamento de Finanças do Estado, efetuará o pagamento, na forma usual, através de crédito, em estabelecimento oficial.

Artigo 4.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

D. O. 20-042

VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS: PORTARIA N.º 4/72

O Dr. RUY DE MELLO ALMADA, M.M. JUIZ DF DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS; CORREGEDOR PERMANENTE DOS CARTÓRIOS DE PROTESTOS, DESTA CAPITAL, NA FORMA DA LEI,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e visando regularizar os serviços extrajudiciais da Capital resolve:

1 - Os Cartórios de Protestos de Títulos a partir do dois de, maio próximo, manterão conta somente no Banco do Estado de São Paulo, para depósito das importâncias recebidas por pagamento de títulos apresentados:

2 - Concedo o prazo de quarenta e cinco dias para que coloquem em dia seus serviços de protestos, de modo a permitir o fornecimento atualizado de certidões nos interessados:

3 - Desde que possuam aparelhamento próprio, poderão sempre que solicitados pelo interessado, microfilmar títulos visando a sua conservação e segurança dos serviços. Quando a microfilmagem for feita por conveniência da Serventia, nada será cobrado do interessado.

4 - Proibir averbação do pagamento dos títulos protestados, providência entendida como de todo inútil, uma vez que logo depois; é requerido o cancelamento do ato.

1689-70 - Dúvida - Peter Antônio Rossi - 13.º Registro de Imóveis - Vistos - 1) Apresentado à inscrição o mandado de fls. 4. expedido pelo Juízo da 15.ª Vara Cível da Capital. nos autos da ação executiva movida por Peter Antônio Rossi e sua mulher contra Roger Paul Broche e outros, o Sr. Oficial da 13.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida alegando que por força da transcrição n.º 9-8.602, às fls. 192, do Livro 3AC (par), feita em 6 de março de 1970, o imóvel cuja penhora fora feita já pertencia a Suzanne, Bagnaro Broche. A dúvida foi impugnada (fls. 15-17) (instruída com documentos (fls. 18-37), seguindo-me manifestação do oficial suscitante, mantendo seu ponto de vista e ao depois colheu-se o parecer do Dr. Curador, pela procedência da dúvida (fls. 39 v.). Posteriormente, Suzanne Bagnaro Broche ingressou nos autos, pedindo seja decidida a dúvida. Relatados, decido: - 2) Degole que o imóvel não mais está transcrito m

nome do executado, a penhora não pode mais ser inscrita. A propósito, deve ser lembrada a lição de Serpa Lopes: "Claro está, e força é sobrelevar, a impossibilidade de qualquer das aludidas medidas, se o imóvel objeto das mesmas não se encontra transcrito em nome do réu ou do executado. Ao oficial caberá suscitar dúvida. como no comam dos casos. O ato judicial, salvo mato ria constitutiva de execução de sentença, está naturalmente sujeito a esse policiamento, pois ao Juízo não é dado criar direitos contrários à situação jurídica Resultante do Registro de Imóveis, nem efetuar-se transcrição ou inscrição com preterição de suas normas de composição". (Tratado de Registros Públicos, vol. IV, pág. 465, 4.ª edição). Tudo quanto foi objeto da impugnação deve ser tratado nas vias próprias, pois se houve fraude à execução não cabe a este Juízo examiná-la. - 3) Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei. P. R. 1. - São Paulo, 22 de maio de 1972 - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Adv.: Agostinho R Marques de Almeida.

D, J, 26-5-72

306-70 - Averbação - Vistos. 1. - João Emmanuel Bukvar, qualificado na inicial, alegando que por escritura de venda e compra lavrada no 7.º Cartório de Notas da Capital, em 7 de agosto de 1963, houve de Francisco Richter, sua mulher e outros, um terreno descrito na inicial e na escritura e. que os vendedores adquiriram por força da transcrição n.º 53.618, da 1.ª Circunscrição Imobiliária, da qual se verifica que a descrição do imóvel e medidas são idênticas salvo ao se, mencionar a área, pois, na escritura agora examinada contra a área de 842 metros quadrados. quando na transcrição figura 482 metros quadrados. Aduzem, ainda, em que em 1929, Francisco Burini moveu contra os outorgantes vendedores uma ação reivindicatória que foi julgada procedente, tendo sido averbada à margem da transcrição em causa.

Sustenta que, entretanto, esses óbices devem ser afastados de moldes a permitir a transcrição da escritura de venda e compra, o primeiro através de retificação de área e o segundo porque, por si e por seus antecessores são possuidores do imóvel há mais de trinta anos, tempo mais que suficiente para ser cancelada a averbação referida.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 7-16. O ar. Oficial da 1.ª Circunscrição informou (Fls. 19v.), relatando que o assunto já. fora objeto da dúvida já definitivamente julgada por este Juízo. O requerente voltou aos autos com a petição de fls. 21-22, ratificando o pedido. Feitas as citações dos confrontantes e apensados os autos da dúvida, foram citados a mulher do transmitente e seus herdeiros, estes, pela petição de fls. 35 e se manifestarem de acordo com o pedido e juntaram aos autos o documento de fls. 37-38, cópia daquele constante de fls. 7-8. O Dr. Curador opinou pelo indeferimento do pedido, tendo em vista a decisão anterior e a impossibilidade do cancelamento da averbação.

Relatados, decido:

Pretendem os requerentes, através dos presentes autos, atingir o objetivo que lhes, foi negado nos autos da dúvida em apenso, cuja situação de fato e de direito não foi modificada.

Com efeito, com os mesmos documentos, através de processo chamado de dúvida inversa mas na hipótese rotulado de pedido de retificação de área (artigo 227, do R.R.P.) e de cancelamento de averbação, objetivam a transcrição da escritura de venda e compra celebrado com o mesmo réu da reivindicatória já decidida em caráter definitivo.

Não podem, contudo, ser atendidos, primeiramente porque a retificação de área só é deferida ao titular do domínio e em segundo lugar porque a averbação não é, atingida pela prescrição.

Com efeito, não se pode falar na prescrição do registro: ele é eterno. Prescreve o direito que o registro reflete, não a averbação, na espécie.

Desta forma, caminho eleito pelo requerente mio é o apropriado para que atinja o objetivo visado. Esse caminho é o da ação ordinária, visando o cancelamento da averbação. dirigida contra o interessado nela.

Nem se pode cuidar, como pretende o requerente, de aquisição da propriedade por via de usucapião, o que 96 poderia ser reconhecido em ação própria, com a chamada para os autos, de todos os interessados, inclusive o titular do mesmo registro e que, nestes autos, não teve ciência de qualquer ato.

Até mesmo por economia processual, portanto, é hora de se, colocar um ponto final nestes autos.

Acrescente-se que embora a decisão proferida nos autos da dúvida não façam coisa julgada Do sentido material, não pode no mesmo juízo, ser revista sem outros elementos, pois há coisa Julgada formal que impede esse reexame.

3 - Indeferido, pois, o pedido de fls, 2-5.

Custas pelo requerente. - R.R.I. - São Paulo, 16 de junho de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Drs.: Walter Ferreira Lopes - Llica Sunohara - Katsunu Sanda - Joaquim Piquera Filho.

2084-66 - Vistos - Francisco Pignatari nestes autos de averbação n.º 2.084-66, por seu advogado, requereu a expedição de mandado ao Sr. Oficial da 10.ª Circunscrição Imobiliária para que proceda, à margem da inscrição n.º 13.695 e da Averbação n.º um, do livro 4-0, o seu casamento com Ira Fustenberg e seu posterior divórcio.

O Dr. Curador opinou contra a pretensão do requerente, sustentando que como já ponderara, em outra oportunidade, o s. Oficial da 4.ª Circunscrição Imobiliária, não tem validade no Brasil o divórcio obtido por brasileiro, no estrangeiro, uma vez que os direitos de família se regulam pela lei do domicílio.

Relatados, decido:

Data máxima venha da r. decisão de fls. 46-47 que, em outra oportunidade, acolheu idêntico pedido do requerente, tenho que sua pretensão não merece guarida.

Com efeito, sem cogitar se tem ou não validade no Brasil a sentença que decretou o divórcio do requerente, entendo que não pode ela merecer execução sem a necessária homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, não cabe alegar que se trata de simples averbação à margem do Registro Imobiliário pois essa averbação é, sem sombra de dúvida, uma consequência daquela decisão e não pode ser efetivada sem passar, antes pelo crivo do Pretório Excelso. A propósito, o E. Conselho Superior da Magistratura já decidiu que: "Essa a opinião de Washington de Barros Monteiro (Rev. dos Tribunais, vol. 233-180), Hahnemann Guimarães, ("Arc. Judiciário, vol. 93-376), Haroldo Valadão (Rev. dos Tribs., vol. 278-53) e Lopes da Costa ("Direito Processual Civil, Brasileiro, vol. 3.º ns.º 69-70, págs. 85-86), ("Prev. dos Tribs., 292, pág. 312).

A propósito, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já se pronunciou no sentido de que: "decretado que tivesse sido o divórcio, sua repercussão no Brasil só poderia cogitar após a homologação da respectiva sentença estrangeira pelo Colendo Supremo Tribunal Federal" (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. vol. V, págs. 148-149).

Embora já se tenha sustentado o contrário ("Rev. dos Tribs., vol. 254, pág. 114), cumpre ponderar que na espécie dos autos a sentença da justiça alemã veio a ter efeito no Brasil, pois a lei brasileira exige, para as transações relativas a imóveis, à outorga uxória (Cód. Civil, art. 235), qualquer que seja o regime de bens). Não cabe examinar a situação patrimonial dos cônjuges sobre a lei alemã (Lei de Introdução ao Código Civil, art. 7.º, § 4.º) uma vez que em relação aos imóveis prevalece a "locus rei sitae", e deve, pois, incidir a lei brasileira (Lei citada, artigo 8.º)". (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. XII, ed. Lex, pág. 437).

Repita-se, portanto, não cabe aqui examinar se o Colendo Supremo Tribunal Federal irá ou não homologar a sentença que decretou o divórcio do requerente, mas de exigir, para que ela produza efeitos no Brasil, essa homologação, sem o que não será possível determinar-se a averbação buscada nos autos.

Indefiro, portanto, o pedido de fls.

Castas pelo requerente. P.R.I. - São Paulo, 19 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito, Dr. Lamartine Navarro.

1916-729 - Vistos. 1 - Aymoré Administração, Assistência e Representações Ltda., por seu advogado, requer que este Juízo determine ao Sr. Oficial da 16.ª Circunscrição Imobiliária que efetue a transcrição da escritura pública de rescisão amigável de venda e compra, lavrada no 11.º Cartório de Notas da Capital entre a requerente e Companhia Leco de Produtos Alimentícios e tendo por objeto o imóvel urbano ali descrito. Esclarece que por escritura das mesmas notas, foi celebrada a venda e compra desse imóvel e que, posteriormente, as partes resolveram rescindi-la, fazendo-o através de nova escritura pública, da substância do ato. A inicial veio instruída dos documentos de fls. 6 e seguintes.

O oficial se manifestou (fls. 20), opinando contra o pedido por entender que segundo o artigo 1.126, a compra e venda é perfeita e acabada desde que as partes acordam no objeto e no preço, ato definitivo, não sujeito à rescisão e que o instrumento apresentado a Juízo não transfere o domínio. O Dr. Curador, após a juntada do documento de fls. 23, opinou contra a pretensão da requerente, sustentando que o imóvel está transcrito em nome da compradora e só nova transcrição poderá permitir passe a outro proprietário.

Relatados, decido:

2 - A aquisição do imóvel se faz pela transcrição do título. No caso dos autos, a venda e compra havida entre as partes, consubstanciada no título levado a registro, foi perfeita e acabada e permitiu a transmissão da propriedade. Desta forma, só por outro ato de alienação poderá a propriedade retornar à disponibilidade da vendedora, alienação essa onerosa ou gratuita, venda e compra ou doação.

Pretende, contudo, a requerente, que o contrato, que já produziu efeitos na esfera civil, operando, com a transcrição, a transmissão da Propriedade, possa ser rescindido por vontade comum das partes.

Nada menos exato. Com efeito, antes de Fie examinar essa impossibilidade basta recordarmos que, uma vez feita a transcrição, o ato se tornou público e do conhecimento de terceiros, que poderão ser transacionado com a compradora baseados apenas no fato de ela possuir bens garantidores das transações e sobre os quais poderia incidir a execução de direitos.

Estabelece o artigo 530, I, do Código Civil que, se adquire a propriedade pela transcrição do título de transferência, no Registro de Imóveis e o artigo 531 do mesmo Código dispõe que estão sujeitos à transcrição os títulos translativos da propriedade imóvel, por ato entre vivos.

A venda e compra, ato inter-vivos, está sujeita a, transcrição e, efetivada esta, transfere a propriedade. Resta examinar se após essa transcrição pode haver rescisão voluntária.

Pela própria natureza do contrato de venda e compra assim como o disposto no artigo 1.126 do Código Civil não permitem outra interpretação, não obstante, a rescisão tenha sido feita pela forma prescrita em lei para a transferência de bens imóveis - escritura pública e por agentes capazes. A forma, contudo, de que me valeram as partes não é meio hábil à transferência do domínio e, desta forma, não pode ser transcrito o documento em que se, consubstanciou o ato. Para arrematar, basta recordar que selando o elenco do artigo 239, do R.R.P., a rescisão do contrato não é ato jurídico sujeito ao registro de forma a operar a transferência do domínio.

3 - Em face do exposto, julgo improcedente e indefiro o pedido de fls. 2/4.

Custas, na forma da lei. - P.R.I. - São Paulo, 19 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito. Dr. Paulo Américo de Paula Ribeiro.

4060-71. - Dúvida - 11.º Reg. de Imóveis - Sociedade Paulistana de Terrenos S. A. - Vistos; etc. - I - A ilustrada Oficial da 11.ª Circunscrição do Registro de Imóveis adiou o cancelamento das inscrições ns.º 2.604 e 3.687, relativas aos lotes n.º 37, da quadra n.º 15 e n.º 19, da quadra n.º 68, feitas à margem da inscrição n.º 36 do loteamento do Jardim São Luiz. Alega que os compromissários compradores não foram notificados para se porem em dia com as prestações atrasadas, pois consoante certidão do escrevente autorizada, os ditos compromissários compradores são falecidos.

II - A suscitada - Sociedade Paulista de Terrenos S. A. impugnou a fls. 10, aduzindo que a notificação no caso de compromissários compradores falecidos devia ser feita por edital, pois não houve abertura de inventário deles, a fim de que s(, pudesse intimar o inventariante.

III - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida.

IV - Esta, realmente procede. É evidente que lícito ao promitente vendedor pretender cancelar a averbação feita à margem da inscrição de loteamento, em virtude de mora no pagamento das prestações. Mas, tal cancelamento deve ser precedido de regular notificação do promitente comprador e de qual mulher, para que tenham oportunidade de emendar a mora.

Ora, no caso dos autos os promitentes compradores são falecidos, conforme certificou o escrevente encarregado das notificações. Impossível a ciência por editais, como pretende a suscitada. É que a notificação pretendida deve ser feita Tia pessoa dos herdeiros c sucessores dos finados, pois segundo a regra do art. 1.572 do Código Civil - "aberta a sucessão, o domínio e posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários". O mesmo princípio vige para os contratos de promessa de venda de imóveis loteados pois segundo o parágrafo 2.º do art. 12, do Dec.-Lei 58, de 10 de dezembro de 1937 - "o falecimento dos contratantes não resolve o contrato, que se transmitirá aos herdeiros".

Procede pois a dúvida. Enquanto não regularmente intimados os herdeiros dos promitentes compradores não se configurará a mora.

Custas pela suscitada.

Publique-se.

São Paulo, 19 de junho de 1972,

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada.

- Advts.: Mário dos Reis Junqueira e José Rolmes Barbosa.

2195-71 - Dúvida 15.º Reg. de Imóveis - Esp. de Bento Gomes Amoroso Vistos, etc. 1 - O Oficial

In Registro de Imóveis adiou a inscrição da penhora realizada sobre o imóvel situado à rua Particular n.º 69, de propriedade de José Nunes e sua mulher Elisa de Souza Nunes e objeto da transcrição n.º 47.266. Alega que o imóvel se acha onerado com compromisso de compra e venda devidamente inscrito sob n.º 18.678.

II - Não houve impugnação e o Dr. Curador opinou pelo acolhimento da dúvida.

III - Tenho para mim que a dúvida procede a assim sendo a penhora não poderá ser inscrita pela existência da anterior inscrição de compromisso de compra e venda.

É verdade que o Decreto n.º 4.857-39, no seu art. 207 proibiu inscrição ou registro de direitos reais contraditórios. Nenhum outro dispositivo proibiu direitos reais opostos, como é o caso "sub examen". Mas o que me leva a denegar a inscrição da penhora é a consideração que a legislação em vigor da à inscrição do compromisso de compra e venda. Com efeito, a lei n.º 649, de 11 de março de 1949, dispôs que os, contratos sem cláusula de arrependimento, "desde que inscritos em qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiros e lhes confere o direito de adjudicação compulsória ... "

Serpa Lopes in Tratado dos Registros Públicos, vol. III, pág. 2230, 5. edição - 1962, assim resume o seu ponto de vista: "A simples leitura deste novo diploma mostra, desde logo, que todos os pontos de vista e soluções que temos sustentado e estamos sustentando a respeito dos contratos de promessa de compra e venda de imóveis não loteados do legislador foi o de, por meio de urna nova redação gramatical, fulminar, uma vez por todas, essa corrente doutrinária e jurisprudencial que temos combatido desde o nascedouro. Nem os parágrafos já escritos nem aos subseqüentes, calcados embora no art. 22 do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1938, necessitamos introduzir qualquer aditamento. Trio somente analisaremos com mais tranqüilidade, alguns aspectos novos trazidos com esta nova lei. Vejamos quais são: a) Caráter de direito real. As dúvidas que o decreto-lei n.º 58 podia ainda trazer a esse respeito cessaram de todo. A nova lei n.º 649 qualificou a promessa de c/venda como um direito real. A grande controvérsia que se podia agitar a propósito do nuneus clausum do direito real já não mais tem campo propício. Como consequência desse batismo de realidade, surgem as seguintes consequências: 1.º) uma promessa de compra e venda, essa inscrição estabelece uma prioridade e uma exclusividade de vez que, diferentemente da hipoteca, a promessa de compra e venda não comporta gradações. 2.º) Igualmente, a inscrição da promessa, de compra e venda impede a inscrição de direitos reais posteriores que com ela sejam incompatíveis, ou nele menos. subordina a sua eficácia à da promessa de compra e venda primeiramente inscrita. 3.º) A inscrição da promessa de compra e venda é oponível a qualquer terceiro e dá ao promitente comprador as ações reais ofensivas e defensivas inerentes no seu direito, principalmente se, com a promessa de compra e venda, for transmitida a posse direta da coisa prometida". Ora, no caso dos untos o imóvel foi prometido à venda e essa promessa foi regularmente inscrita. A inscrição assim feita conferiu um direito real ia seu titular e lhe dá ensejo a pleitear a adjudicação compulsória do imóvel, caso não lhe seja possível obter a competente escritura voluntariamente. O compromissário comprador pode pedir ao Estado-Juiz que substitua a vontade do vendedor outorgando-lhe o domínio da coisa prometida.

A inscrição de penhora assim sendo, não tem objetivo porque o credor não poderá com êxito, lograr a satisfação do seu direito creditório, ante a existência do gravame incidente sobre o imóvel.

Ante todo o exposto julgo procedente a dúvida. Custas pelo suscitado, Publique-se. São Paulo, 15 de junho de 1972. O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada.

1763/72 - Dúvida - 3.º Registro de Imóveis - Distribuidora Brasileira de Aços e Metais - Dibraço Limitada - Vistos etc.

I - O Oficial do 3.º Registro de Imóveis adiou a inscrição do contrato particular do compromisso de compra é renda que lhe foi apresentado pela Distribuidora Brasileira de Aços Metais Dibraço Ltda., protocolando o título sob n.º 288.892.

Alega como motivos impeditivos do registro que o imóvel não se acha transcrito em nome dos promitentes vendedores, por ter sido apresentada uma só via do título, por não constar do mesmo se os promitentes vendedores estão ou não sujeitos as restrições da Lei de Previdência Social e por não estarem reconhecidas as firmas de Helena Marília Porto de Aguiar e nina das testemunhas.

II - Não houve impugnação e o Dr. Curador sé manifestou pela procedência da dúvida.

III - Realmente procede a dúvida.

Os motivos aduzidos pelo ilustrado suscitante impedem a inscrição do compromisso de compra e

venda.

Segundo consta do contrato os promitentes vendedores se dizem proprietários do imóvel mas esclarecem que a escritura ainda não se acha transcrita no registro competente e que tal registro será providenciado no prazo máximo de um alio.

Ora, segundo o disposto no art. 244 do Decreto n.º 4.857 de 9 de novembro de, 1939 nenhuma transcrição ou inscrição poderá ser feita sem que exista a prévia, transcrição do título anterior. Vale dizer que para a inscrição no Livro 4 de algum contrato torna-se necessário que haja prévia transcrição do título aquisitivo, Isso é elementar em matéria registraria.

Quando o documento é particular deverá ser apresentado pelo menos em duplicata, segundo dispõe o art. 211 do Decreto já citado. É que uma de suas vias ficará arquivada cm cartório. O Decreto apresenta uma solução para o caso (te haver uma só via do documento. É a sua transcrição no Registro de Títulos e Documentos, cuja certidão ficará arquivada (art. 212). O arquivamento de uma das vias é necessário porque o registro é feito por extrato.

Os demais motivos do adiamento do registro igualmente são acolhidos porque os promitentes vendedores são obrigados a fazer prova de sua situação perante a Previdência Social v as firmas das partes e testemunhas devem ser reconhecidas. Quando não incursos nas restrições da Previdência Social deverão declarar tal circunstância, respondendo em caso de o serem, pelas conseqüências.

Julgo assim procedente a dúvida.

Custas pelos suscitados.

Publique-se.

São Paulo, 15 de junho de 1972. - O Juiz Corregedor Permanente - Ruy de Mello Almada.

Dúvida - 15.º Registro de Imóveis - Júlio Adriano Andrade - Vistos etc.

I - O ilustrado Oficial do 15.º Registro de Imóveis adiou a inscrição da escritura de hipoteca que lhe foi apresentada por Júlio Adriano Andrade. Alega que o adiamento se prende ao fato de não estar transcrito o imóvel em nome dos outorgantes.

II - Não houve impugnação e o Dr. Curador opinou pelo acolhimento da dúvida.

III - Esta realmente procede.

Enquanto não transcrita a escritura de aquisição do imóvel a inscrição da hipoteca não poderá ser feita. O art. 244 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 dispõe que não serão feitas transcrições ou inscrições, sem o prévio registro do título anterior. A providência visa a dar continuidade aos registros públicos, como é expresso no texto legal.

No caso da escritura apresentada ao digno suscitante as partes contratantes afirmaram que ela será no 11.º Registro de Imóveis aguardando transcrição. Mas enquanto não se operar o seu registro a hipoteca não o poderá ser inscrita.

Julgo assim procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, 15 de junho de 1972. - O Juiz Corregedor Permanente - Ruy de Mello Almada.

2224/72 - Transcrição - Vicente Giustra - Vistos. - 1. Vicente Giustra, cessionário de uma promessa de venda e compra celebrada entre a promitente vendedora Guiomar Novaes Pinto e José Maria Ferreira da Costa, celebrou, com a promitente vendedora a escritura de venda e compra, tendo por objeto imóvel situado à Rua Dentista Barreto quadra 15, à qual compareceu, como anuente, o cedente José Maria Ferreira da Costa.

Levada a registro essa escritura, verificou-se que da inscrição do compromisso constava que o promitente comprador era casado, o que exigiu, porque se qualificava como viúvo ao dar a anuência, inventário de sua mulher. Entretanto, esta não tinha falecido mas foi solicitada ao Juízo da 9.ª Vara de Família e Sucessões, o suprimento do consentimento para a referida anuência, o que foi deferido, por sentença transitada em julgado. Tal suprimento visava a possibilidade de uma ratificação e retificação da referida escritura de venda e compra, mas o cedente faleceu antes que ela pudesse ser lavrada. Daí pretender o requerente Vicente, Giustra que este Juízo determine a transcrição da referida escritura de venda e compra.

O pedido veio instruído dos documentos de fls. 5/14. O Sr. Oficial da 9.ª Circunscrição Imobiliária prestou as informações de estilo (fls. 17) e o Dr. Curador opinou contra a pretensão, entendendo que deve ser solicitado, do Juízo da Vara de Família, alvará para regularizar a situação.

Relatados, decido:

2. O alvará que o Dr. Curador tem como necessário seria o expedido no inventário do cedente, autorizando o inventariante a comparecer e dar sua anuência, valendo-se, também, do

suprimento do consentimento da mulher do cedente.

Tenho, contudo, que não é necessário esse formalismo tendo em vista que o cedente já anuiu na escritura o que faltava, apenas, a outorga uxória, suprida, "ad-ltere" pela decisão judicial.

Desta forma, a escritura de venda e compra acompanhada do alvará de fls. 13, complementam o conjunto de formalidades necessárias à transcrição da escritura de que se cuida, ainda que tal alvará devesse proceder à lavratura do ato. Contudo, o apego ao formalismo não pode levar à prática de um ato que nada mais seria que a repetição do já praticado, suprimindo-se a ausência da outorga uxória com o alvará judicial.

Entendo, portanto, possa ser deferido o pedido, aliás em consonância com o que a respeito escreveu o Sr. Oficial da 9.^a Circunscrição Imobiliária (fls. 17).

3. Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2, determinando que se efetive a transcrição pretendida, o que será feito diante da exibição da escritura de venda e compra e demais documentos que instruíram a inicial, além de cópia desta e das demais provas exigíveis (v. g. negativas fiscais e comprovante do último lançamento). Custas, na forma da lei. P.R.I. - São Paulo, 19 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito - Advogado: Antônio Lopes Filho.

2037/65 - Retificação - Nadir Brianesi - Vistos. - 1. Nadir Brianesi, qualificado na inicial, requer perante este Juízo, a retificação do seu registro de casamento e do registro de nascimento de, dois de seus filhos, alegando que em todos eles houve incorreções.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 7-10, foi complementada às fls. 15 e, posteriormente, o requerente juntou o documento de fls. 20.

Relatados, decido:

2. Entendo dispensável a justificação requerida pelo Dr. Curador, tendo em vista que a prova documental produzida nos autos permite dispensa-la.

Com efeito, segundo se verifica do documento de fls. 20, o requerente, se chama Nadyr, filho de José Bianeze e de d. Lectícia Linardi. Da certidão de fls. 15, relativa ao casamento dos pais do requerente se verifica que eles se chamavam José Bianese e Letícia Linardi e que, a mãe do requerente não alterou seu nome, em consequência do casamento,

Ora, pretende o requerente, que se diz chamar Nadyr Brianesi, a retificação do seu casamento para que ali se coloquem, certos, seu nome, o de seu pai e o de sua mãe, assim como, a retificação do registro de seus filhos, para o mesmo fim.

A pretensão, entretanto, não pode ser atendida. De fato, o engano no casamento do requerente é que ele ali figura como sendo Braneze, quando o certo é Bianeze e, de consequência, as demais retificações pleiteadas não podem ser atendidas, especialmente quanto ao nome da mãe do requerente, que não adotou o apelido de família do marido, com o casamento.

Para que se coloquem em ordem tais registros, outras retificações devem ser feitas, mas estas não foram pleiteadas. Há que se corrigir o casamento do requerente e, posteriormente os registros de seus filhos, a fim de ajustá-los ao nome de família do requerente que é Bianeze e não Brianesi.

3. Em face do exposto, indefiro o pedido de fls. 2/3.

Custas, na forma da lei. - P.R.I. - São Paulo, 19 de junho de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. - Advogado: Algemiro Alves de Sá.

1823/72 - 3.^o Reg. de Imóveis - Antônio Júlio Saraiva Margarido - Vistos - 1 - Ao ser apresentada para inscrição, no Cartório do Registro de Imóveis da 3.^a Circunscrição Imobiliária, a certidão de fls. 3/4, foi suscitada dúvida pelo oficial respectivo porque a penhora recaiu nos direitos que Clara Moreno Frediani possui sobre o terreno e respectiva casa situados à rua A n.^o 32, parte do lote número 8, da quadra D, Vila Rabelo, Santana e o referido imóvel não está transcrito em seu nome, havendo apenas um compromisso de venda e compra em que seu marido figura como promitente comprador.

A dúvida foi impugnada (fls. 9-10) e instruída dos documentos de (fls. 13-18). O suscitante manteve a dúvida e o Dr. Curador opinou por sua procedência.

Relatados, decido:

2 - A dúvida tem procedência não só pelos motivos alinhavados na suscitação mas também por outros, como a seguir se, verá.

Primeiramente, a certidão não preenche todos os requisitos do art. 252, do R. R. P., o que já seria obstáculo ao registro objetivado. De outro lado, o imóvel não está transcrito em nome da executada, o que também impediria a inscrição pretendida.

A isto se acrescente que a penhora recaiu em direitos que a executada tem sobre o imóvel em

questão e como não pode haver registro de direitos hereditários ou de cessões ou transações a eles relativos, da mesma forma não pode haver o registro de penhora que sobre eles tenha incidência, por ferir os princípios da especialidade e continuidade, sempre presentes no registro imobiliário.

Acrescente-se que a meação da executada recaiu sobre acervo e não sobre cada um dos imóveis considerados individualmente, de tal forma que somente depois da partilha é que se poderá especificar os bens que lhe serão adjudicados. Não seria possível, portanto, a penhora sobre determinado imóvel que, na partilha tem a possibilidade de ser adjudicado aos herdeiros menores.

Os enfeites já estão suficientemente garantidos com a penhora efetivada e se houver alienação de bens ou cessão de direitos por parte da executada terão à sua disposição os meios próprios para invalidá-las.

3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei. P. R. I. São Paulo, 19 de junho de 1972 - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. Advogado: J. B. Magalhães.

Retificação - 1838/70 - Albino de Souza Carneiro Filho, qualificado na inicial, requereu perante este Juízo a retificação do assento do óbito de seu irmão Alarico Fernandes de Souza Carneiro, lavrado às fls. 11, do Livro C, n.º 23, do C. R. C. Pessoas Naturais do Subdistrito de, Indianópolis, alegando que do mesmo consta que o falecido era viúvo de d. Rosália Montalegre Carneiro quando, na realidade, sua mulher era viva; que, de outro lado, não fora ele casado com d. Ada Rosa Bertolucci Carneiro. A inicial veio, instruída dos documentos de fls. 6/9.

Foram tomados os depoimentos de fls. 12/14 e apensados os autos da habilitação de casamento de Alarico Fernandes de Souza Carneiro e Ada Rosa Bertolucci Bertalozzi.

A esta altura foi feito o apensamento dos autos em que d. Ada Rosa solicitava a) retificação do mesmo óbito para consignar que o falecido era desquitado; b) autorização para continuar usando o nome do falecido; c) declaração da nulidade de seu casamento com o falecido.

Foi tomado o depoimento da primeira (sic) esposa do falecido (fls. 41), após o que as partes se manifestaram.

Relatados, decido:

2. Está comprovado dos autos, inclusive dos apensos que o Dr. Alarico Fernandes de Souza Carneiro foi casado com d. Rosália Montalegre que passou a assinar Rosália Montalegre Carneiro, de quem se desquitou (fls. 8v.). Esta demonstrado, também, que dos autos da habilitação de casamento em apenso, mesmo desquitado e se declarando viúvo, o Dr. Alarico, veio a se casar com d. Ada Rosa Bertolucci Bertalazzi, viúva. Para a habilitação, Alarico juntou certidão do óbito daquela que teria sido sua primeira mulher (fls. 6 dos autos da habilitação), d. Alzira Gonçalves Eleuterio Carneiro e fez prova testemunhal do seu estado de casado (fls. 10/11 da mesma habilitação).

Essa situação foi esclarecida por sua esposa Rosália Montalegre Carneiro (fls. 41) que esclareceu que depois do seu desquite, Alarico viveu durante 14 anos com Alzira.

Diante dessa prova, é evidente que o pedido de retificação do óbito do falecido Alarico deve ser deferido, para consignar que foi casado em primeiras núpcias com Rosália Montalegre Carneiro, de quem se desquitou.

Quando ao pedido de dona Ada, em apenso, no sentido de que este Juízo, de ofício, decreta a nulidade de seu casamento, assim como o pedido do Dr. Curador, no sentido de que seja cancelado esse casamento, ambos os pedidos não podem ser atendidos pois embora nulo o segundo casamento de Alarico somente através de ação, própria, no juízo competente, poderá essa nulidade ser declarada. Cancelar-se-á, também, no mesmo registro de óbito a referência feita ao segundo casamento do falecido.

3) Em face do exposto, defiro, em parte, os pedidos para determinar: a) retificação do registro de óbito noticiado às fls. 7 para se consignar que o falecido era casado e desquitado de dona Rosália Montalegre Carneiro; b) que desse registro não conste qualquer referência ao segundo casamento de Alarico com dona Ada Rosa Bertolucci Carneiro.

As demais providências solicitadas por esta não podem neste, Juízo. ser atendidas, por lhe faltar competência.

Custas, na forma da lei P.R.I. São Paulo, 19 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito. Advogados: José Manuel de França - Nilson Henrique Minervino Link- - Maria Eulalia Marcondes Meirelles - Otto Carlos Vieira Ritter Von Adameck.

1596/72 - Dúvida - 11.º Reg. de Imóveis - Espólio de Jorge Rodrigues de Macedo - Vistos, etc. I) A

ilustrada Oficial do 11.º Registro de Imóveis, após prenotar sob n.º 576.472, a Carta de Adjudicação expedida em favor do espólio de Jorge Rodrigues de Macedo, nos autos de inventário de Alexandrina Moraes adiou a respectiva transcrição. Alega que no dito inventário houve anexação de duas áreas, uma proveniente de cessão de direitos hereditários e outra pertencente a Jorge Rodrigues Macedo. Para aquela área (a constante da cessão de direitos hereditários) não há menção à sua origem no registro imobiliário. Por isso imóvel descrito não pode ser identificado. Além disso é ignorado o estado civil de Alexandrina, sendo incerto os seus herdeiros; e o recibo de imposto é diverso na certidão de fls. 15 e na Carta. II) Houve imigração de Helena Costa de Macedo, inventariando do espólio e Jorge Rodrigues de Macedo na qual procurou-se esclarecer a dúvida da Oficial suscitante. Alegou a impugnante que, Alexandrina houve no inventário de Ovídio Antônio do Moraes juntamente com seus irmãos João Antônio de Moraes e Alaria Luiza de Moraes a casa e respectivo terreno situados no bairro de Pirajussara. O seu quinhão foi transcrito na 4.ª Circunscrição sob n.º 5.011. João Antônio de Moraes e sua mulher e Manoel Carlos da Silva e sua mulher Maria Luiza de Moraes venderam a Sebastião Júlio Fernandes o que receberam por liderança de Alexandrina Moraes, irmã e cunhada deles vendedoras. Sebastião Júlio Fernandes" por sua vez transmitia (fls. 10) desta vez os direitos hereditários havidos por morte de Alexandrina fls. 71).

III - O Dr. Curador opinou pelo acolhimento da dúvida.

IV - Procede a recusa da zelosa serventuária em transcrever a Carta de Adjudicação expedida em favor do espólio de Jorge, Rodrigues Macedo.

Em primeiro lugar é entranhável a expedição de Carta de Adjudicação em favor dum espólio. Espólio é o acervo de bens que alguém deixa ao morrer. Esses bens passam para os herdeiros legítimos e testamentários logo após a morte do sucedido, conforme dispõe o art. 1.572 do Código Civil. Assim sendo a expedição do título em favor do espólio se apresenta como esdrúxulo, pois o herdeiro ou herdeiros do morto deviam ser chamados para colher o produto da herança.

Mas, pela descrição dos bens no inventário trazido pela, impugnando, vê-se que à herdeira Alexandrina Vieira de Camargo tocou "uma casa e competente terreno situado no bairro do Pirajussara, município de, Santo Amaro e que confina com terras de João Antônio da Silva e terras de sucessores de Dona Manuela de, Oliveira, avaliada pela quantia de seiscentos mil réis". Além desse imóvel, Alexandrina recebeu mais no terreno de campo, do mesmo bairro e que confina com terras de João Diniz Vieia, Generosa Cavalheiro e outros, avaliado pela quantia de um conto e duzentos mil reis. unia parto, correspondente ao valor de quatrocentos mil réis". Esses dois imóveis assim descritos foram transcritos sob n.º 5.011, no 4.º Registro de Imóveis (certidão de fls. 70).

Ora, pelo exame da descrição contida na Carta de Adjudicação (fls. 17) vê-se que ao imóvel foi dada uma única descanso, sem menção à sua área. em completo desacordo com os limites mencionados na transcrição aquisitiva (n.º 5.011)

Por aí se vê, portanto que a transcrição do título não é viável, pois não é lícito ao inventariante alterar as características e confrontações do imóvel, nem englobar imóveis para fins de registro no registro imobiliário. Seria quebra do princípio da especialidade e continuidade dos registros imobiliários. Embora não se duvide da veracidade das afirmações prestadas pela inventariante, no tocante ao imóvel, é bem de ver, entretanto que as declarações devem ser feitas de modo a não quebrar a continuidade do registro. Alterações futuras na fisionomia dos imóveis devem ser corrigidas pelas vias próprias, ordinárias ou de retificação, como é óbvio.

Julgo assim procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, 20 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada. - Advogados: Francisco de Andrade, de Souza Netto Fernão de Moraes Salles - Fernando Augusto Jordão de Souza Netto - José Augusto do Nascimento Gonçalves Netto.

2191/72 - Dúvida - 15.º Reg. de Imóveis - Ahmed Abdul Razak Najjar - Vistos. 1) O Sr, Oficial da 15.º Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentado o documento de fls. 3, por meio do qual se pretendia o cancelamento de inscrição de hipoteca, por entender que, pendendo ação de consignação em pagamento entre as partes seria necessário mandado judicial para atingir esse objetivo. A dúvida foi impugnada (fls. 6/9), instruída a impugnação com os documentos de fls. 10/20. O Oficial manteve a suscitação e o Dr. Curador opinou pela

procedência da dúvida. Relatados, decido: 2) Conforme se verifica da impugnação está, pendente entre o devedor, o credor hipotecário e seu procurador, o credor hipotecário e, seu procurador, na 16.^a Vara Cível, uma ação de consignação em pagamento. O próprio impugnante descreve essa situação às fls. 7: "na dúvida a quem pagar, o Suscitado promoveu Ação de Consignação em Pagamento perante a R 16.^a Vara Cível", esclarecendo, ainda, ter havido recurso quanto ao mérito. Ora, se, se disputava naquela ação, ainda não julgada definitivamente, exatamente a quem cabia receber o pagamento e, via de consequência, dar a quitação, não é possível que um dos réus daquela ação dê essa, quitação extra autos e que com ela se, cancele a hipoteca. Admita-se para argumentar, que no julgamento final se entenda que o credor a quem o pagamento deve ser efetuado o ao qual assistirá o direito de levantar o depósito seja exatamente aquele que, não deu a quitação. Nem se, pode argumentar que tendo sido efetuado o depósito o suscitado cumpriu sua obrigação e tem o direito de ver cancelada a hipoteca. Para que tal ocorra é necessário que exista a quitação do credor e se pendente dúvida sobre este, somente após o deslinde judicial é que a quitação será válida. Antes, não, Também não rolhe a alegação de que o titular do direito real é quem dá a quitação, uma vez que o próprio suscitado teve dúvida a quem efetuar o pagamento, tanto que ajuizou a ação de consignação referida. 3) Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P. R. I. São Paulo, 12 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Advogado: Nelson Tabacow Felmanas.

1.346-72 Dúvida - Ildeo Bastos Malta - 15.^o Reg. de Imóveis Vistos etc. - 1 - O digno Oficial do 15.^o Registro de Imóveis adiou a inscrição do compromisso particular de compra e venda em que é interessado Ildeo Bastos Malta, protocolando-o sob n. 193.320. Alega o suscitante que o documento deve vir no seu Próprio original e não em xerocópia. Deve ser acompanhado da procuração nele referida e o espólio de Nelson Godinhoto devia estar autorizado por alvará judicial.

II - Não houve impugnação e o Doutor Curador opinou pela procedência da dúvida,

III - Realmente procede a dúvida.

Os títulos apresentados para registro devem necessariamente vir no seu próprio original. Esta é a regra contida no artigo 211 do Decreto n.^o 4.857/39. Ordena o dispositivo em apreça que a escritura deve ser apresentada ao menos em duas vias, uma das quais ficará arquivada em cartório. E, havendo uma só via deverá previamente ser transcrita no Registro de Títulos e Documentos e ser acompanhada de uma certidão deste registro. O original fica arquivado e a certidão é restituída ao interessado (artigo 212). (Serpa Lopes in Tratados dos Registros Públicos, vol. IV, página :341).

É de rigor igualmente a exibição da procuração juntamente com o título, conforme exigiu o Oficial. É que em se tratando de contrato particular a exibição do mandato é imperiosa, juntamente com o título. Não é assim nas escrituras públicas, em que o Tabelião faz menção ao mandato arquivando-o em seguida.

Quanto ao alvará judicial desassiste razão ao Oficial suscitante. E assim é porque os transmitentes já se acham com o bem disponível por haverem feito transcrever o formal de partilha, conforme consta da cláusula primeira do contrato.

O que a meu ver escapou à análise do ilustrado suscitante é a capacidade de Nelson Godinhoto Filho, que se diz emancipado. Não cita o contrato a escritura que o tornou capaz para os atos da vida civil e nem a sua inscrição no registro competente.

IV - Julgo pois procedente a dúvida. - Custas pelo suscitado. - São Paulo, 13 de junho de 1972. - O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada.

3997-71 - Dúvida - Artur Augusto - 15.^o Registro de Imóveis - Vistos - 1 - Levada a certidão de penhora de fls. 3/4 à inscrição perante o Sr. Oficial da 15.^a Circunscrição Imobiliária, foi suscitada a presente dúvida porque, anteriormente à penhora o imóvel nela objetivado fora doado por seus proprietários, Francisco do Nascimento Areias e sua mulher a Armando dos Santos Cabral e outros, conforme escritura lavrada nas notas do 15.^o Cartório da Capital e transcrita no cartório do suscitante em 20 de agosto de 1971, sob o número 77.036 - A dúvida foi impugnada (fls. 6/9), instruindo-se a impugnação com o documento de fls. 11-12 - O oficial manteve a suscitação e o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida. - Relatados, decido. - 2 - A dúvida procede porque a penhora ao ser inscrita encontrou obstáculo em transcrição já concretizada, de uma escritura de doação com reserva de usufruto para o executado. - Se o imóvel não estava mais transcrito em nome do executado como agravá-lo com a inscrição da penhora, portanto? A propósito, de se trazer à colação a lição de Serpa Lopes : "Claro está, e força é sobrelevar a

impossibilidade de qualquer das aludidas medidas, se o imóvel objeto das mesmas não se encontrar transcrito em nome do réu ou do executado. Ao oficial caberá suscitar a dúvida, como no comum dos casos. O ato judicial, salvo a matéria constitutiva de execução de sentença, está naturalmente sujeito a esse policiamento, pois ao juiz não é dado criar direitos contrários à situação jurídica resultante do Registro de Imóveis, nem efetuar-se transcrição ou inscrição com preterição de sua norma de composição" (Tratado de Registros Públicos, vol. IV, pág. 465 4.^a edição). - Tudo quanto foi objeto da impugnação deve ser tratado nas vias próprias, pois se houve ou não fraude à execução não cabe a este Juízo examinar muito menos é possível nestes autos, decretar-se a nulidade de transcrição da escritura de doação, somente atingível através da ação própria. - 3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. - Custas na forma da lei. P. R. I. São Paulo, 22 de maio de 1972. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito - Advogado: Paulo Velludo Teixeira.

D. J., 26-5-72

2692/70 - Retificação de Transcrição - Vistos. 1. Joaquim da Ponte Filho alegou que por escritura lavrada nas notas do 20.^o Cartório da Capital, confirmando compromisso de venda e compra anteriormente celebrado com os espólios de Maria Aparecida Fonseca de Campos e Mário Ferraz de Campos, recebeu o imóvel consistente em um terreno, sem benfeitorias, situado à rua João Teixeira de Barros, 22.^o subdistrito, Tucuruvi, medindo vinte metros de frente, por cinquenta e seis metros da frente aos fundos, com área total de 1.120,00 metros, confrontando de um lado com os vendedores ou sucessores, de outro com quem de direito e, nos fundos, com Fortunato Antônio da Silva. Os outorgantes vendedores houverem dito imóvel pela transcrição n.^o 10.358, da 15.^a Circunscrição Imobiliária. Ao pretenderem transcrever a escritura, o Sr. Oficial do 15.^o Registro de Imóveis informou a impossibilidade de efetivá-la porque o imóvel já estava compromissado à venda com Aníbal de Freitas, Jonas de Freitas Filho e Celso Piva, conforme escritura de 21, de junho de 1958, do 7.^o Cartório de Notas, inscrita sob n.^o 7.944. Alega, ainda que conhece os compromitentes compradores e o imóvel compromissado, sabendo, entretanto, que se trata de terreno distinto daquele por ele adquirido, Examinando, contudo, a transcrição pela qual os vendedores houveram suas propriedades se constata - prossegue o requerente - que os dois lotes não são contíguos e que, como consequência, deveriam ter recebido dois números na transcrição aquisitiva. E, ao ser feita a inscrição do compromisso, sob n.^o 7.944, de um terreno de vinte metros de frente para a rua João Teixeira de Barros, se entendeu que ela abrangia um compromisso de todos os dois lotes dos promitentes vendedores, e que não está correto, pois tal inscrição abrangia apenas um dos lotes, e que se comprova pela simples leitura do compromisso. Desta forma, postula a retificação da inscrição n.^o 7.944 ou ainda, na transcrição aquisitiva dos vendedores, de tal forma a sedar números diferentes aos dois terrenos e possibilitar, assim, a transcrição de sua escritura de venda e compra. A inicial veio instruída dos documentos de fls. 6/18.

O Sr. Oficial da 15.^a Circunscrição Imobiliária se manifestou (fls. 21), seguindo-se a fala do requerente (fls. 23-24) e após a fala do Dr. Curador (fls. 25), o suplicante voltou aos autos, para juntar o documento de fls. 27-28. O Dr. Curador opinou pelo deferimento do pedido, seguindo-se a juntada, pelo requerente, de novo documento (fls. 32). - 2) Segundo se verifica da transcrição n.^o 10.358, Maria Aparecida Fonseca de Campos e Mário Ferraz de Campos adquiriram dois terrenos situados à R. João Teixeira de Barros, com as confrontações ali descritas, medindo cada um deles 20 metros de frente por 56 metros da frente aos fundos. Pela inscrição n.^o 7.944, os proprietários compromissaram a venda, segundo consta dos assentamentos do registro imobiliário, os dois terrenos, mas o exame do documento que gerou a inscrição revela que embora mencionasse abranger os dois lotes, pela descrição do imóvel objeto do compromisso, apenas um deles realmente o fora. Acrescente-se que os próprios promitentes compradores do aludido lote, pelo documento de fls. 32, declaram que o compromisso abrangia apenas um dos lotes. Na realidade, quando da transcrição aquisitiva em nome de Maria Aparecida Fonseca de Campos e seu marido, como se tratasse de dois terrenos, dever-se-ia proceder a uma transcrição para cada um deles. A esta altura, contudo, nenhum efeito prático resultaria se determinasse esse desdobramento porque, como ponderou o Sr. Oficial do Registro Imobiliário, o engano está na Inscrição do compromisso sob n.^o 7.944, que impossibilitou a transcrição ora pretendida. Considerando, Portanto, a prova documental produzida e o parecer do Dr. Curador, há que se possibilitar a pretendida transcrição, o que será possível se ajustarmos a inscrição acima mencionada aos reais termos da promessa de venda e compra celebrada entre os proprietários e os promitentes Compradores, que firmaram o documento de fls. 32. - 3) Em face do exposto,

defiro o pedido de fls. 2-3 para determinar a retificação da inscrição n.º 7.944, da qual se consignará o compromisso de apenas um lote, descrito no respectivo compromisso. Em seguida a essa retificação será perfeitamente possível a transcrição objetiva destes autos. Custas pelo requerente. - P.R.I. - São Paulo, 23 de maio de 1972 Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Dr. Paulo Velludo Teixeira.

D. J. 26-5-72

369-71 - Dúvida - Expedito Alves de Lima - 9.º Registro de Imóveis. "Viste etc.

I - O Oficial do 9.º Registro de Imóveis adiou a transcrição da escritura pública de compra e venda, lavrada nas notas do 1.º Cartório de Notas da comarca de Suzano, entre partes: Expedito Alves de Lima, como vendedor e José Fernandes da Rocha como comprador, relativamente a dois lotes de terreno localizados na Vila Antonieta, Freguesia do Belém. O vendedor adquiriu os sobreditos lotes mediante procuração em causa própria, a próprio Nogueira Barbosa, sete de março de mil novecentos e trinta e seis, perante o tabelião de Ipeuna, comarca de Rio Claro. Este título também depende de transcrição para servir de lastro à aquisição de José Fernandes da Rocha. O suscitante alia como motivos impeditivos da transcrição o fato de haver erros na designação do distrito, dos imóveis, bem como porque a transcrição da procuração em causa própria, não é possível por estar representada por xerocópia.

II - Houve impugnação a fls. 14, na qual o interessado alegou que o erro na narração da localização do imóvel não era motivo para adiamento do ato, de vez que o próprio Oficial podia corrigi-lo. Quanto a vetustez do instrumento procuratório aduziu, igualmente não ser motivo para a suscitação, porque o mandado vale enquanto não for cassado ou não se tornar caduco.

III - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida, na sua manifestação de fls. 29.

IV - Procede a Dúvida. Segundo os elementos trazidos para os autos vê-se que Expedito Alves de Lima adquiriu os lotes números trinta e trinta e cinco, da quadra oito, localizados na Vila Antonieta, distrito do Belém. A aquisição foi feita a Nevio Nogueira Barbosa, mediante procuração em causa própria, no ano de mil novecentos e trinta e seis perante o Tabelionato de Ipeuna, comarca de Rio Claro. Posteriormente, pela escritura lavrada pelo 1.º Cartório de Notas. De Suzano mencionado Expedito transmitiu os ditos lotes a José Fernandes da Rocha. Para a transcrição da compra e da venda, em princípio referido faz-se mister a transcrição da procuração em causa própria. Isso foi declarado naquele contrato. Entretanto, como bem acentuou o serventuário suscitante torna-se necessário que seja exibido o original da escritura de mandado em causa própria. É que as xerocópias; não se prestam aos fins visados pelos interessados. Somente com exibição do primeiro traslado ou certidão tirada do próprio original o oficial imobiliário poderá proceder a transcrição. A questão cresce, de importância tendo em vista que a livro onde foi lavrada não se acha em cartório, por ter sido extraviado. As cópias fotostáticas só fazem prova quando conferidas com os originais. A sua aceitação ou não, como verdadeiras depende da vontade das partes. É óbvio que o interessado pode exigir que a parte contrária exiba o original do documento, para conferência. Em termos de registros públicos, entretanto, não são aceitáveis as cópias fotostáticas pois os serventuários não podem transigir em matéria tão relevante.

V - Tendo em vistas todo o expedito e considerando o que mais dos autos consta, julgo procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Advogado: Luiz Camargo Pinto de Carvalho.

3146-71 - Averbção - Fernanda Lucarini Zapata 14.º Registro de Imóveis. "Vistos. O Juízo não pode determinar retificação de escritura, que é ato de vontade. Nada obsta que se lavre outra com as medidas corretas, ainda porque o espólio, representado pelo inventariante os herdeiros todos se já encerrado o inventário poderão comparecer, fazendo-se a retificação e a ratificação da anterior. Ao requerente. Advogado: Luiz Guilherme Silveira Ribeiro.

Vistos - 1 - O Sr. Oficial da 15.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada a escritura de promessa de cessão parcial de direitos de fls. 4/5, alegando que "sendo os promitentes cedentes titulares do domínio do terreno por força da transcrição n.º 80.190 deste registro, a mesma deve ser de compromisso de venda e compra e não de promessa, de cessão de direitos e por não ter sido apresentada prova de construção do prédio e de quitação com o "Instituto Nacional de Previdência Social".

A dúvida foi impugnada (fls. 10/11) o suscitante ratificou sua posição (fls. 12) e o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida (fls. 12 v.o). Foi determinada a juntada do compromisso de venda e compra, o que foi feito (fls. 15/16), com nova fala do suscitante e do Dr. Curador (fls. 17

e 18).

É o relatório. Decido:

2 - Segundo se verifica da informação de fls. 17, o compromisso de venda e compra de fls. 15/16, celebrado entre Evandro Kherlakian e sua mulher e Eracy da Corte e Vanzete Gomes em 10-2-1969, foi inscrito em 2 de junho de 1969, sob n.º 16.857, às fls. 67 do Livro 4Z. A promessa de cessão parcial desse compromisso foi feita em 28 de abril de 1969 (fls. 4/5). Entretanto, em 23 de dezembro de 1971, por escritura lavrada n.º 24, Cartório de Notas, transcrito sob n.º 80.190, em 2 de março de 1972, às fls. 220, do livro 3BR, da 15.ª Circunscrição Imobiliária, os promitentes compradores e cedentes se tornaram proprietários do imóvel.

Desta forma, como pondera o suscitante, a promessa de cessão não mais pode ser averbada, pois os promitentes cedentes já se tornaram proprietários e desta forma, o título hábil é o compromisso de venda e compra. Ademais, como informou o suscitante às fls. 17, a inscrição do compromisso foi cancelada pela transcrição da escritura de venda e compra, de tal sorte que Dão existe mais inscrição à margem da qual possa ser averbada a promessa de cessão.

Os suscitados, pelas vias próprias, deverão fazer valer seus direitos junto aos promitentes cedentes, hoje proprietários. Mas, dada a situação acima exposta, da atual inexistência, de inscrição à margem da qual possa ser averbada a promessa de cessão e considerando-se, ainda, que em matéria de registro imobiliário deve haver perfeita adequação dos termos empregados às situações de direito, a averbação pretendida não pode ser feita.

Dir-se-á que os promitentes cessionários e ora suscitados deixara de, oportunamente, exercer seus direitos, fazendo a averbação da questionada promessa. Cumpre lembrar que "dormientibus non succurrit jus".

Quanto ao segundo fundamento da dúvida, deixa de alcançar relevo pelos motivos acima apontados e, considerando, ainda, que segundo consta do título, a casa ainda se encontra em construção, o que equivale dizer que não seria ela averbada senão quando, oportunamente, preenchidos os requisitos legais inclusive com a exibição do certificado de quitação do INPS. Por todo o exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei. P.R.I. - São Paulo, 21 de julho de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

Advogado: Dr. Renato Ferrari.

2007/69 - 8.ª Registro de imóveis - Fazenda do Estado - Advogado: João Camargo Fr. Araújo - Vistos - O Sr. Oficial da 8.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada a carta de adjudicação passada em favor da Fazenda do Estado de São Paulo, e extraída dos autos de ação de desapropriação por ela movida contra Maria Fernandes Lopes e, outros. Alega o suscitante que por força de partilha celebrada nos autos de inventário dos bens deixados pelo finado Manoel Fernandes Lopes, constante de formal transcrito neste Registro sob ns.º, 27.841, 27.842, 27.843 e 27.844 - Maria Fernandes; Lopes, na qualidade de viúva meeira, e Guiomar Fernandes; Lopes, Maria Esther Lopes Cambacau e Odete Lopes Carneiro de Lira, na qualidade de herdeiros, se tornaram proprietárias, em comum, dos seguintes imóveis: a) - um terreno com área do 5,51 alqueires, situado na Estrada da Casa Verde, nas proximidades do Rio Verde: b) - um terreno com área de 3.815 m.2, mais ou menos, localizado na Rua Itaberaba; c) - uma casa e seu respectivo terreno, com área de 684,00 m.2, situado à rua Itaberaba: d) - um terreno com área de, 300,00 m.2, localizado na mesma rua Itaberaba; e) - um terreno, com 2.700,00 m.2, situado à rua Francisco Pedroso.

Posteriormente, a Fazenda do Estado, conforme se verifica da carta. de adjudicação inclusa (doc. n.º 1), promoveu a desapropriação de uma área de 11.969,00 m.2, que desmembrou dos citados imóveis e que a referida carta não especifica quais dos imóveis mencionados e em que proporção ou área contribuíram para a formação do imóvel desapropriado, impossibilitando se saiba qual a área remanescente de cada uni deles. Também não constam no registro e dos títulos já transcritos as ruas 7, prolongamento da rua Mariucha e 9.

A dúvida foi impugnada (fls. 25/31), instruída dos documentos de fls. 32/52. O suscitante se manifestou (fls. 54/55) e a seguir o Dr. Curador opinou (fls. 57/58), seguindo-se nova fala da suscitada (fls. 60/63), complementada pela petição de fls. 65, instruída de documentos fls. 66,/70.

A Curadoria ratificou meu parecer (fls. 72), voltando a Fazenda do Estado a se pronunciar (fls. 74 e 76), juntando os documentos de fls. 77/80, com novo, parecer da Curadoria e nova fala do suscitante. É o relatório. Decido: É absolutamente pacífico que o título apresentado a registro é autônomo e que por sua transcrição o bem desapropriado se incorpora ao patrimônio público

resultando daí que não mais, será objeto de alienações. Daí porque, seguidamente, tem este Juízo decidido que a carta, de adjudicação deve ser transcrita, sem maiores indagações quanto ao precedente proprietário. No caso dos autos, entretanto, duas importantes questões foram postas pelo suscitante: a primeira diz respeito à, descrição do imóvel desapropriado que imo se afina com os elementos constantes do registro imobiliário. Seria necessária a averbação da abertura ou da mudança das denominações de ruas mencionadas no título transcrebendo, uma vez que o imóvel, na sua descrição e características deve se, ajustar aos elementos já constantes do registro anterior. A segunda fala, com a impossibilidade de se saber e mencionar no registro, qual a área remanescente dos sete imóveis que contribuíram para a formação da área objetivada na desapropriação. Esta segunda poderia ter sido facilmente contornada se houvesse mais a cuidado nos laudos elaborados na ação de desapropriação pois os peritos, obrigatoriamente, comparecem ao local e verificam, até mesmo para, poder opinar quanto à indenização devida a cada um dos proprietários, o total da área que lhes é subtraída com o ato expropriatório. A solução proposta pela impugnante, na espécie, pode, a falta de outra, ser adotada. Os proprietários dos imóveis parcialmente desapropriados deverão, pela via própria (R.R.P., artigo 227), obter a retificação do registro de sua propriedade, a fim de ajustá-lo a área que remanesceu. Esta solução, por certo, irá onerar tais proprietários mas é a única forma possível de se atingir o objetivo aqui buscado. A propósito, deve ser recordar, que a carta de adjudicação, desde que descreva o imóvel em todas as suas características e confrontações, deve ser transcrita. Nunca se cuidou de se deixar consignada qual a área eventualmente remanescente, providencia que cabe ao proprietário tomar, através da via já citada. O imóvel descrito na carta, de outro lado, objeto da primeira parte da dúvida, está perfeitamente descrito em todos os seus característicos, limites e confrontações. Está, com isto, atendida a exigência a que se refere Serpa Lopes. mencionado pelo Dr. Curador: "essa situação porém, não dispensa o requisito da individualização da casa desapropriada, para que, por meio dela, possa a transcrição, com toda a segurança, operar os seus efeitos extintivos (Tratado de Registros Públicos, vol. IV, pág. 174). 3) Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida. Custas na forma da lei. P. R. I. "São Paulo, 7 de agosto de 1972. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. 4087/72 - Dúvida - 14.º Registro de Imóveis - Manuel de Souza - Por despacho: Aguarde-se a impugnação. - Advogado: Otto Cyrillo Lehmann.

Proc. n.º 5313/71 - Retificação - Ultrafertil S. A. Indústria e Comércio de Fertilizantes.

Vistos:

1 - Ultrafertil S. A. - Indústria e Comércio de Fertilizantes requereu perante este Juízo a retificação da transcrição n.º 101.860, Livro 3 C. A., às fls. 62, da 11.ª Circunscrição Imobiliária, para que dela fique constando o estado civil de Théo Muenker, como divorciado.

Alega que por escritura de venda e compra lavrada em 26 de junho de 1967, adquiriu de Théo Muenker o imóvel situado à rua Martim Francisco, 1261, Brooklin Paulista e, que o referido vendedor figurava, na, escritura pela qual adquiriu o imóvel como casado e, na de alienação constou como divorciado. Sustenta, entretanto, que ao ser efetuada a transcrição pela qual Théo Muenker adquiria o imóvel, em março de 1961, o seu divórcio já tinha sido decretado, pois a decisão é de janeiro desse ano. Pondera ainda que, não há interesse de terceiros, que o casamento segundo a lei alemã é sempre celebrado com a separação de bens, mesmo daqueles adquiridos na sua constância.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 8/21. O Dr. Curador solicitou manifestação da Oficial da 11.ª Circunscrição Imobiliária, o que foi feito e, após o apensamento dos autos da dúvida, determinado pelo despacho de fls. 25, a d. Curadoria opinou pelo indeferimento do pedido.

Relatados, decido:

2 - Segundo se verifica dos autos em apenso a matéria objeto do pedido já sofreu exame deste Juízo quando a escritura de venda e compra pela qual a requerente adquiriu o imóvel foi levada à transcrição. - Decido que era indispensável a homologação, pelo Supremo Tribunal Federal, do divórcio do vendedor, a sentença foi confirmada pelo v. acórdão do E. Conselho Superior da Magistratura, do qual foi relator o eminente Desembargador Dantas de Freitas.

Volta a requerente com outra roupagem, buscando o mesmo fim colimado no processo de dúvida. Aqui sustenta que só pela transcrição se adquire a propriedade e que quando ela foi feita, o divórcio do vendedor já tinha sido decretado. - Contado, quando lavrada a escritura de venda e compra, o então comprador era casado e para que se pudesse alterar, no registro, seu estado, seria indispensável, por qualquer forma, a homologação da sentença que decretou o

divórcio, pelo Supremo Tribunal Federal.

A matéria, nesse passo, já sofreu apreciação e não há porque revê-la. Da mesma forma, como decidiu o Colendo Conselho Superior da Magistratura, não importa o regime de bens sob as leis alemães, uma vez que segundo a lei brasileira, no tocante aos imóveis, vale a *locus rei sitae* e esta exige, qualquer que seja o regime de bens do casamento, a anuência da mulher para as transações com imóveis.

3 - Em face do exposto, indefiro o pedido de fls. 2/6.

Custas pela requerente.

São Paulo, 15 de julho de 1972,

Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. - Advogado: Alcebiades G. Grillo - Clodoaldo Celentano - Guilherme Fiorini Filho - Carlos Eduardo de Ornellas Filho.

2.609/72 - Dúvida. - Cia. Melhoramentos de Itanhaém - 1.º Registro de Títulos e Documentos - Vistos.

1 - Pelo Sr. Escrivão do 1.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos foi suscitada a presente dúvida ao lhe ser apresentada a ata da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia de Melhoramentos de Itanhaém, porque um dos gerentes dessa sociedade lhe, deu notícia de irregularidades na convocação e nas deliberações tomadas na referida assembléia.

A dúvida foi impugnada (fls. 25/35), sustentando-se, inicialmente, que a suscitação tem por base o Decreto-lei n.º 1.000 e não o Regulamento dos Registros Públicos. - No mérito, a suscitada entende improcedente a dúvida porque, o diretor que se insurge, contra a assembléia a ela se fez representar. - O Dr. Curador, após a juntada, pela suscitada, dos documentos de fls. 41/43, opinou pela improcedência da suscitação.

Relatados, decido:

2 - O motivo da suscitação não se prende a nenhum vício formal da ata levada a registro. - Teve soa causa na carta de fls. 14, dirigida por um dos gerentes da sociedade suscitada, sustentando a existência de irregularidades na convocação e de atos praticados pela assembléia em questão. Entretanto, como bem ponderou o Dr. Curador, nenhuma irregularidade ocorreu na convocação, tendo a ela comparecido, por seu procurador, o diretor que pretendeu impugnar o registro. Quanto às eventuais lesões aos interesses fiscais, eles poderão, a todo tempo ser apurados mediante regular fiscalização e, por si só não teriam, ainda que comprovadas, o condão de impedir o registro.

De outro lado, somente por ação própria poderão ser anuladas deliberações da inquinada assembléia, se irregulares. - Do ponto de vista formal a ata registrada se encontra perfeita.

3 - Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida. Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 17 de julho de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogado: Nelson Real Amadeu.

Dúvida Inversa - Américo Szabo - 8.º Registro de Imóveis - Proc. 558-72-F - Vistos.:

1 - Trata-se, da chamada dúvida inversa. Américo Szabo, por escritura pública de venda e compra e cessão de direitos, lavrada em 19 de julho de 1960, no 9.º Cartório de Notas da Capital, às folhas 36, do livro número 572, adquiriu de João de Jesus Lopes Filho e sua mulher o imóvel consistente em um terreno, com área de 283,40 metros quadrados, fazendo frente para a Rua Izabel de Oliveira, na Avenida Herminia Lopes, Gleba "C", Freguesia do Ó, 8.ª Circunscrição Imobiliária, tendo comparecido, nesse ato, como anuentes, Júlia Rajesanji o seu marido como cedentes dos direitos de um compromisso de venda e compra do referido imóvel, compromisso esse que lhes fora cedido por Mariano Gomes, devidamente averbado à margem da inscrição n.º 5.140, da mesma circunscrição. Os cessionários Júlia Rajesanji e seu marido construíram, no terreno, uma casa que recebeu o número 23, atual número 222. Os anuentes cederam aos compradores todos os direitos de promitentes cessionários, incluindo a construção e os direitos fiscais do imposto de transmissão "inter-vivos" recolhido por antecipação. Pretendera os requerentes, que é descabida a exigência do recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos sobre as, benfeitorias.

O Oficial informou (folhas 14) e o Dr. Curador opinou pela não acolhida da pretensão deduzida na inicial (folhas 15). - Foi ouvida a Fazenda do Estudo (folhas 16) e o julgamento foi convertido em diligência (folhas 17), juntando os requerentes o documento de, folhas 19 e prestando o oficial os esclarecimentos de folhas 20.

Relatados, decido:

2 - O registro não pode ser efetuado a não ser que os requerentes recolham o imposto de

transmissão inter-vivos pela transferência das benfeitorias o que deverá ser feito tendo por base o aviso-recibo de folhas 18.

Com efeito: João de Jesus Lopes Filho e sua mulher prometeram vender a Mariano Gomes o terreno descrito na inicial. Essa promessa foi inscrita na 8.ª Circunscrição Imobiliária. Mariano Gomes cedeu seus direitos a Júlia Rajesanji e seu marido e essa cessão foi averbada à margem da inscrição. Júlia e seu marido fizeram construir, no terreno, uma casa, que recebeu o número 222. Por ocasião da lavratura da escritura de venda o compra, Júlia e seu marido cederam os seus direitos de cessionários do compromisso aos requerentes e, como tivessem recolhido o imposto de transmissão inter-vivos por antecipação, cederam, também, esses direitos de cessionários do compromisso aos requerentes e, como tivessem recolhido o imposto de transmissão inter-vivos por antecipação, cederam, também, esses direitos sobre tal recolhimento.

A esse tempo, a cessão de direitos de compromissário comprador ou de cessionário não estava sujeita ao recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos. Vale, portanto, dizer, que o imposto recolhido pela guia, de fls. 8 diz respeito à venda e compra que seria concretizada entre os promitentes vendedores e Júlia e seu marido, como cessionários dos direitos de promitentes compradores. Até esta altura nada obstava o registro buscado nestes; autos. Entretanto, a transmissão, a qualquer título, das benfeitorias edificadas no terreno, está e estava sujeita ao recolhimento do imposto de transmissão por essa transferência e esse recolhimento não foi feito. Não colhe a alegação de que a referida guia menciona as benfeitorias, uma vez que o imposto foi recolhido tendo por base o valor inicial do compromisso de venda e compra e da cessão (fls. 20), não sendo incluído o valor da construção.

Nem pode ser acolhida a alegação em questão se considerarmos que por ocasião do pagamento do mencionado imposto, por antecipação, não incidia ele sobre as benfeitorias, que foram feitas pelos cessionários Júlia Rajesanji e seu marido e que iriam receber a escritura de venda e compra. É curial, portanto, que não recolhessem imposto de transmissão de um bem que não lhes fora transmitido por que es próprios construíram.

3 - Em face do exposto, indefiro o pedido de fls. 2/4. Custas pelo requerente. P.R.I. São Paulo, 17 de julho de 1972. - Advogado: Agenor F. Guarita. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito. 3388-72 - Dúvida - 15.ª Registro de imóveis - Nicolau Muncio Vigorito - Vistos. - I. - o Sr. Oficial da 15.ª Circunscrição imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada, para transcrição, a carta de adjudicação de fls. 3-37 e documentos de fls. 38-49, extraída dos autos da ação de adjudicação compulsória movida por Nicolau Nuncio Vigorito e sua mulher contra Rodrigo Vieira de Moraes e outros, porque, por esse documento, foi adjudicado aos suscitados, um terreno caiu área de 2.800,00 metros quadrados, quando, pelas transcrições ns.º 143.020 e 187.818, da 11.ª Circunscrição Imobiliária, só o remanescente lhes pode ser adjudicado. Acentuou, ainda, o suscitante, que a certidão expedida pela Sra. Oficial do 11.º Registro Imobiliário, menciona apenas um dos proprietários, quando deveria se referir aos dois, Benjamim e Rodrigo Vieira de Moraes, faltando, ainda a certidão negativa fiscal.

A dúvida foi impugnada (fls. 54-55) instruída esta dos documentos de fls. 54/55. O Dr. Curador opinou pela procedência da suscitação.

Relatados, decido:

" - Procede a dúvida, em todos os seus termos, como bem ponderou o Dr. Curador de Registros Públicos. - Com efeito, os suscitados, titulares de uma promessa de cessão de compromisso de venda e compra, em que figuravam como promitentes vendedores, Rodrigo Vieira de Moraes e Benjamim Vieira de Moraes, sobre o imóvel descrito às fls. 5, devidamente averbada às fls. 262, do livro 41), sob n.º 59, à margem da inscrição n.º 3.028, da 11.ª Circunscrição imobiliária, moveram contra estes, ação de, adjudicação compulsória. O imóvel objeto do pedido foi descrito na inicial (fls. 5) e lhes foi adjudicado, por sentença transcrita em julgado (fls. 19-20).

Expedida carta de adjudicação, não pode ela ser transcrita, tendo em vista que, duas partes do imóvel nela mencionadas e descritas já tinham sido objeto de alienação, pelos promitentes vendedores, com a anuência dos suscitados. a terceiros.

Ora, a carta de adjudicação é título hábil à transcrição. Entretanto, deve se ajustar como qualquer título, da espécie, à transcrição anterior para merecer registro. - Os suscitados, na ação em questão, emitiram aquela situação, ou seja, a alienação de duas partes da área nela objetivada, o que motivou expedição da carta de adjudicação conforme o julgado. ama vez que este foi proferido de acordo com o imóvel descrito e caracterizado na inicial.

É do ensinamento Serpa Lopes: "Duas situações podem surgir, no caso de característicos e

confrontações; ou o título é impreciso, e nesse caso convém ser recusado, para que o titular do domínio melhor o componha pelos meios regulares, ou o título a transcrever contém características e confrontações em colisão com a transcrição anterior, hipótese em que se torna imprescindível, preliminarmente, a retificação da transcrição anterior, e a apuração da qual seja a verdadeiramente exata: se a enunciação da transcrição existente ou a do título.

Como, quase sempre, os característicos do imóvel estão intimamente ligados com as confrontações, sendo raro que tal não suceda, cumpre a audiência dos confrontantes.

De qualquer modo, a boa orientação, nessa matéria, é o cuidado prévio, quer das partes, quer dos tabeliães de, antes da lavratura de qualquer escritura, examinarem a situação do imóvel no Registro Imobiliário, e se descobrirem qualquer incompatibilidade entre o conteúdo do novo título e o da transcrição vigente, promoverem a retificação desta, e somente depois de tal medida, é que deverão passar à realização da nova transcrição. Para o preenchimento desse requisito, quer na transcrição, quer na inscrição, é necessário que o próprio título o contenha devidamente consignado, em perfeito acordo com o registro do título precedente, pouco importando a circunstância dos característicos e confrontações constarem já do registro, o que, de modo nenhum, pode justificar a sua omissão ou deficiência. A razão é a seguinte: a nova transcrição (ou inscrição) deve ter por fundamento o título e as enunciações deste, em perfeita concordância com as da transcrição passada, servindo isso para tornar incontestável a individualização do imóvel, isto é, como elemento indicativo da coincidência entre o imóvel especificado na escritura ou título outro qualquer e o que figura já no registro. - (Tratado dos Registros Públicos, vol. IV, pág. 430).

Em seguida, o mesmo autor esclarece: "se um imóvel já encontra transcrito com determinados característicos, só pode ser vendido ou feita nova transcrição em conformidade com o registro anterior.

Nesta parte, portanto deve ser adaptado o ensinamento acima mencionado à espécie em exame. No registro imobiliário vigora o princípio da continuidade o que, significa que o título transcrebendo deve se ajustar, em todos os seus elementos e essenciais, aos constantes da transcrição anterior. F, entre estes elementos estão sem dúvida alguma, os característicos e confrontações - (R.R.P., art. 247, n.º 5) que não podem ser modificados, especialmente como pretendem os suscitados às fls. 52.

Um dos característicos do imóvel é a sua área. Desta forma, porque os suscitados, na inicial da ação, omitiram as duas alienações mencionadas, lhes foi adjudicado um imóvel que, parcialmente, já não mais estava na disponibilidade dos transmitentes. A esse respeito bem ponderou o Dr. Curador: "adjudicação julgada por sentença, vale por inteiro e não pode ser interpretada apenas com relação ao remanescente, descontadas as alienações transcritas" (fls. 57).

Apreciando hipótese semelhante, o E. Conselho Superior da Magistratura decidiu que: "Ademais, a presunção legal contida no artigo 859, do C. Civil favorece a posição do terceiro e legitime a previdência adotada pelo Oficial do Registro. Nem se diga que, na espécie, ocorreu verdadeira sententia additionis, fortalecida pela res judicate, com validade erga omnes, uma vez que a "a carta de arrematação não adquire eficácia de transmitir o domínio antes da transcrição" (V. acórdão do S.T.F. no Rec. Extraordinário n.º 8.952, de Minas Gerais, 2. Turma, Rel. Min. Ozorimbo Nonato, in "D.J.U.", de 13-2-1950, págs. 216/217).

Sobre o tema, adverte Liebman (in "Processo de Execução", 2.ª ed., pág. 111) ao analisar os efeitos da arrematação, relativamente à transferência de bens: "É preciso a este propósito distinguir entre causa ou título e modo de aquisição do domínio: causa ou título da transferência de propriedade é a arrematação no registro imobiliário, quanto aos imóveis (artigos 530, inciso I e 532, III, do Cód. Civil). Ato translativo de domínio, o ato de desapropriação tem neste, aspecto efeitos análogos aos de qualquer outro ato deste conteúdo. Este efeito sofre entretanto, uma limitação, porque a arrematação transmite ao arrematante apenas os direitos, que tinha sobre os bens o executado: quer dizer que se a propriedade da coisa cabia a terceiro, este não perde seu direito". E mais adiante, pág. 112; o processo e a arrematação que dele é parte nunca poderiam prejudicar terceiro estranho à relação processual: para ele é, res inter alios acta e, portanto, insusceptível de diminuir seus direitos". (Revista Julgados do Tribunal de Justiça de, São Paulo, etc. Lex, vol. XI, págs. 542/543). Lá se tratava de arrematação, aqui de adjudicação, mas, Mutatis Mutandis, o ensinamento é ensinamento e o mesmo.

De outro lado, segundo estabelece o Cód. Judiciário do Estado, em seu art. 38, n.º 11, a este juízo é vedado decidir com ofensa à coisa julgada, ao dirimir dúvidas suscitadas em outro juízo.

O acolhimento da impugnação nada mais seria execução dê-se sentença proferida em outro juízo. O acolhimento da impugnação nada mais seria que determinar o cumprimento do julgado pela 17.^a Vara Cível da Capital, apenas parcialmente, o que significa, desrespeitando-o.

Acrescente-se que a declaração de fls. 55 não tem o condão de substituir os elementos que segando o Decreto-lei n.º 203/70 (Regimento de Custas) suprem a omissão da negativa fiscal expedida pela Prefeitura Municipal v exigível para a transcrição objetivada. Nem foi trazida da 11.^a Circunscrição Imobiliária mencionando ambos os proprietários da área adjudicada e a promessa de exibição ao registro não afasta a dúvida, nesta parte.

3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei.

P. R. I. - São Paulo, 25 de julho de 1972. - Advogada: Ruth Girú Barbosa. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

4804-71 - 11.^o Registro de Imóveis - Giuseppe Trincanatto e outros. - Vistos.

1 - Apresentada a registro a escritura de fls. 5-7 através da qual Nair Meira Queiroz de Andrade, João Carlos Martins de Andrade e Luiz Martins de Andrade Filho cederam a Giuseppe Trincanatto os direitos de menção e herança sobre o lote n.º 1, da quadra 6, do loteamento inscrito no 11.^o Registro Imobiliário sob o n.º 13, foi suscitada dúvida por entender a Sra. oficial que os outorgantes cedentes se arrogam direitos cuja existência o registro ignora, além de serem os direitos hereditários e posseiros cedidos insuscetíveis de registro, por ferir o princípio da continuidade.

A dúvida foi impugnada e o Dr., Curador, após a manifestação da suscitante, opinou por sua procedência.

Relatados, decido:

2 - Segundo se tem entendido, de forma mais pacífica recentemente, os direito hereditários, não estão sujeitos nem são passíveis de transcrição, por ferir o princípio da continuidade e por se entender que o direito à herança é considerado imóvel apenas por ficção legal.

Esse o ensinamento de Serpa Lopes na sua festejada obra Tratado de Registros Públicos, vol. II, pág. 180 "usque" 182, 4.^a ed. e vol. IV, pá g. 76/77 5.^a edição.

De outro lado, na espécie em exame, ainda que se considere que a cessão abrangeu um imóvel perfeitamente caracterizado, cumpro ponderar que a própria escritura faz referência a uma pessoa que também se intitula herdeira, do de cajú, embora tenha sua pretensão contrariada mas ainda não afastada por decisão judicial. Essa pessoa não cedeu seus direitos e nem se pode admitir que, antes da partilha, os, cedentes já fixem que o imóvel questionado vá caber integralmente no seu quinhão. Nem mesmo se tem elementos para assegurar que há outros bens a inventariar como se alegou na escritura impugnada.

O invocado aresto do Pretório Excelso, além de não estar devidamente comprovado, uma vez que a publicação em que foi inserido embora mereça crédito, no ponto de vista moral, não foi feita em repertório oficial, não tem o condão de invalidar o entendimento que até então se emprestou à matéria Uma decisão isolada do Colendo Supremo Tribunal Federal não pode servir de norte para as decisões de primeira instância, mercê, especialmente, do relevo que deve ser dado ao registro imobiliário, sujeito aos princípios da especialidade e da continuidade.

3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 29 de maio de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. - Advs.: José Augusto Silveira e Yussei Higa.

338-71 - Dúvida - 11.^o Registro de Imóveis - João Afonso Almeida.

Vistos.

1 - Ao ser apresentado a registro, perante a 11.^a Circunscrição Imobiliária o compromisso de cessão de promessa de venda e compra de fls. 5-6, celebrado entre a Sociedade Paulista Limitada e João Afonso Almeida, foi suscitada n presente dúvida por entender a oficial que: a) o imóvel objetivado tem origem na transcrição n.º 10.635, que decorre de aquisição de parte ideal, o que torna impossível a localização de parte concreta e delimitada; b) não comprovação da capacidade jurídica da pessoa que assina o compromisso em nome da cedente; c) falta de apresentação do CQ da promitente, cedente; d) falta de reconhecimento das firmas dos signatários do documento.

A dúvida foi impugnada pelo apresentante que alegou que a promitente cedente vem, por todas as formas, dificultando a regularização do terreno e inclusive se recusa à, outorga da escritura definitiva; com a averbação pretendida busca a ação adjudicação compulsória, ponderando que

não subsistem os motivos da suscitação.

O suscitado trouxe o documento de fls. 16 e o Doutor Curador opinou pela procedência da dúvida, acrescentando que o imóvel não está satisfatoriamente descrito.

Relatados, decido:

2 - Problemas da ordem do presente são incontáveis não só nesta Vara como no foro em geral. Firms inidôneas, valendo-se da pouca cultura de pobres operários, celebram com eles compromissos irregulares na forma, impossível de serem levados a registro. Entretanto, se o Juízo reconhece a existência desse estado de fato não pode, data vênua do apresentante, permitir a modificação do sistema do registro imobiliário para solucioná-lo.

A dúvida procede. Com efeito, se o promitente cedente compromissou a compra parte ideal e como tal teve seu compromisso inscrito no registro imobiliário não poderia, sem a precedente localização da área compromissada, através da divisão, prometer a cessão de parte certa e determinada da área compromissada pois tal fato, como é de pacífica jurisprudência do E. Conselho Superior da Magistratura, fere o princípio da continuidade que preside os atos do mesmo registro imobiliário.

De outro lado, no documento levado a registro e ora objeto de exame não há elementos para que se apure se a pessoa que o firmou em nome da promitente cedente tinha poderes para fazê-lo. Tal comprovação seria de mister para possibilitar a averbação pretendida.

Também é necessária a exibição do Certificado de Quitação da promitente cedente, uma vez que à situação ora focada não tem aplicação as decisões anteriores deste Juízo. dispensando essa exigência apenas quando se trata de escritura definitiva em cumprimento a compromisso anterior.

O reconhecimento das firmas, último motivo da suscitação também é indispensável, ainda que, a qualquer tempo, o documento, nesse passo, pudesse ser regularizado.

3 - Por tais fundamentos, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 30 de maio de 1972.

Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advs. Anthero Sopergolo - Edwaldo Muniz - Rubens Approbato Machado.

820/72 - Dúvida - Yerchanik Kissa - Vistos.

1 - Ao ser apresentada ao Sr. Oficial do 3.º Registro de Imóveis da Capital a certidão de fls. 3 para a inscrição de penhora, foi suscitada a presente dúvida sob o fundamento de que o imóvel penhorado não está transcrito em nome das pessoas que figuram como réus da ação a que a certidão se refere, além de não constarem as medidas e confrontações do imóvel.

A dúvida foi impugnada, sob o fundamento de que havendo compromisso de venda e compra foram penhorados os direitos que os réus tem sobre o imóvel em consequência de compromisso de venda e compra e que desta forma a penhora deve ser inscrita.

O Dr. Curador pediu a decretação da procedência da dúvida.

Relatados, decido:

2 - Segundo a certidão de fls. 3 foi penhorado um imóvel de propriedade de José Tchakmakian, João Tchakmakian e Jacoba Tchakmakian, havido pela escritura de venda e compra lavrada em 19 de abril de 1960 nas notas do 19.º Cartório da Capital, Entretanto, como as referidas pessoas não são proprietárias do imóvel, que não está transcrito em seu nome, não pode ser transcrita a penhora feita sobre o imóvel.

A pretensão de averbação da penhora sobre os direitos decorrentes do compromisso, em lugar da inscrição da penhora sobre o imóvel não pode ser atendida, tendo em vista que segundo consta da referida certidão o que foi penhorado foi o imóvel e não direito de compromissário comprador.

Acrescente-se que, como ponderou o Sr. oficial, na suscitação, da certidão impugnada se verifica o não atendimento do artigo 252, do Regulamento dos Registros Públicos, o que também impossibilita o pretendido registro. A propósito, ainda, dessa certidão, verifica-se que ela está pessimamente redigida, tendo em vista, ainda, que dela apesar de se mencionar quem são os autores, não esclarece, ao certo, quem são os réus.

Impossibilitado, está, portanto, o oficial suscitante, de efetuar a pretendida inscrição, não só porque o imóvel não está transcrito em nome das pessoas que constam do mandado como também porque não cumpre a certidão expedida o artigo 252 do R.R.P.

3. Em face do exposto julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 26 de maio de 1972.

Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advs. Eliezer Guilherme A. de Toledo - Elvio Ferreira Gomes - Raulino Meirelles França Silveira. 5140-71 - Dúvida - 11.º Reg. Imóveis - Maria Cantarella e/os. - Vistos. - 1 - Ao ser apresentada à Sra. Oficial do 11.º Registro Imobiliário a escritura de retificação ratificação de fls. 4-5, foi suscitada a presente dúvida por entender a suscitante que havendo planta arquivada das vendas de lotes da vendedora, todas as transações são feitas com indicação e referência à esquina mais próxima e que a retificação ora exibida levaria à sobra de uma área triangular com quatro metros de frente, que conflitaria com todos os registros anteriores pois a distância da esquina mais próxima seria acrescida de quatro metros. A dúvida não foi impugnada e o parecer do doutor- Curador é por sua procedência. - Relatados, decido: 2) - O princípio da continuidade do registro deve sempre presidir os atos do Registro Imobiliário. Sua observância se impõe para a certeza e validade dos seus atos. Na espécie em exame, a transcrição pretendida, além de vir a ferir esse princípio importaria, também em encavalamento de transcrições, o que não pode ser feito. A descrição do imóvel transcribendo deve estar em perfeito acordo com os elementos constantes do registro anterior e de tal forma a não acarretar qualquer alteração. 3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P. R. I. São Paulo. 26 de maio de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

4930-71 - Sustação de Protestos - Feisavulo Takahashi 1.º Protestos - Vistos. - 1 - Feisavulo Takahashi, qualificado na inicial, dirigiu Pedido a uma das Varas Cíveis da Capital, no sentido de ser sustado o protesto de uma promissória, de sua responsabilidade, do valor de Cr\$ 9.000,00, vencida em 22 de novembro de 1971, em que figura como beneficiário Naomi Kuratomi, agora portada por Jesus Ramires Fernandes. Alegou que tendo havido endosso em branco, inicialmente, foi a mesma transferida, por endosso em preto de Jesus Ramires Fernandes, ao Banco da Indústria e Comércio do Brasil S.A., sem que, entretanto, tivesse sido feito o registro do primitivo endosso, o que torna nula a promissória e impede seu protesto. A inicial veio instruída dos documentos de fls. 9-10. Foi deferida a liminar e, em seguida, prorrogado o prazo de sua validade (fls. 15, vindo os autos para este Juízo, solicitadas informações do 1.º Cartório de Protestos, foram elas protestadas (fls. 21), instruída de cópia do título. O Dr. Curador opinou pelo acolhimento da medida. Relatados, decido. 2 - O exame do título levada ao Cartório de Protesto e cujo protesto se objetiva sustar, como medida correccional está, por cópia, às fls. 22. De seu exame se verifica que o beneficiário, Naomi Kuratomi, o endossou em branco e em seguida, através de novo endosso em branco, Jesus Ramires Fernandes a transferia ao Banco da Indústria e Comércio, do Brasil S.A.

Ora, como acertadamente ponderou o requerente, se o endosso para o estabelecimento bancário não estava sujeito a registro perante a Delegacia da Receita Federal não é menos exato, entretanto, que o endosso do beneficiário Naomi Kuratomi para Jesus Ramires Fernandes deveria ter sido levado a registro naquela dependência, por força do disposto no artigo 4.º, do Decreto-lei Federal n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, combinado com o artigo 2.º, § 1.º, do mesmo Decreto. A sanção para a falta desse registro, omitido na espécie conforme se verifica do exame do título, é a sua nulidade absoluta e a sua impossibilidade de ser protestado. Com efeito, tal conclusão é textual no § 1.º do art. 2 citado em cotejo com o mencionado artigo 4.º, não permitindo qualquer margem a dúvida ou a interpretação diversa. 3 - Em face do exposto, confirmando a liminar concedida, defiro, em caráter definitivo, a sustação do protesto do título que se encontra às fls. 22. Em se tratando de medida correccional o requerente está isento de custas. P. R. I. São Paulo, 30 de maio de 1972. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Advogados: José Giusto - Airton Alves de Oliveira - Algirdas Sliesarailes.

4970/71 - Sustação de Protestos - Feisavulo Takahashi - Vistos. 1. Feisavulo Takahashi, qualificado na inicial, dirigiu pedido a uma das Varas Cíveis da Capital no sentido de ser sustado o protesto de uma promissória de sua responsabilidade, do valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros), vencida em 22 de maio de 1971 e que estaria sendo portada pelo Banco da Indústria e Comércio do Brasil. Alegou que o título em questão fora emitido em favor de Naomi Kuratomi, em 15 de setembro de 1970 e este a endossou em branco, seguindo-se endosso em preto por uma sociedade Comercial denominada Farmácia Jardim Ltda. em favor do portador que a levou a protesto. Sustentou que do mesmo título consta um único registro na Delegacia da Receita Federal, o que demonstra que evidencia que ou o endosso em branco ou o em preto não foram

levados a esse registro especial, cansando a nulidade do título que assim não pode ser protestado.

A inicial veio instruída dos documentos de fls. 9 e 10 o foi redistribuída a este Juízo que, liminarmente, deferiu a sustação solicitando informações do titular do 3.º Cartório de Protestos que as prestou (fls. 14-15) instruídas dos documentos de fls. 16-18. O Dr. Curador solicitou a manifestação do apresentante do título (fls. 19v.) que apenas pretendeu se determinasse a efetivação do protesto porque uma vez decorridos trinta dias da concessão da liminar o requerente não movimentara a ação principal (fls. 25), reiterando esse pedido a seguir (fls. 27), em relação ao qual se manifestou o requerente (fls. 30) e, ao depois, foi ouvido o Dr. Curador, que com ele concordou (fls. 33).

Relatados, decido:

2. Preliminarmente, cumpre afastar a pretensão do apresentante uma vez que em se tratando de pedido correicional, dirigido contra titular do Cartório de Protestos, não se pode falar na necessidade de movimentação de ação principal. Não se trata, à evidência, de ação cautelar. No mérito, tem procedência a pretensão deduzida na inicial e deve ser acolhida. Com efeito, do exame da documentação trazida para os autos se verifica que o título em questão era o oitavo de uma série de quinze, todos eles devidamente registrados na Delegacia da Receita Federal (fls. 10). O beneficiário da promissória, depois de clã ter sido regularmente registrada, a endossou em branco e, em seguida, foi o título endossado para o Banco da Indústria e Comércio do Brasil S. A. que o levou a protesto.

Ora, como bem ponderou o requerente, se o endosso em preto para o estabelecimento bancário estava isento de, registro naquela repartição federal, não é menos certo, contado, que por força do artigo 4.º, do Decreto-lei Estadual 427, de 22 de janeiro de 1969 estabelece que em ocorrendo endosso da promissória, desde que o favorecimento não seja estabelecimento de crédito, será exigido novo registro. E esse novo registro nada mais é que o previsto no artigo 2.º, parágrafo 1.º, do questionado decreto que estabelece serem imprestáveis títulos nessas condições.

Desta forma, sendo certo, porque evidente do título em cansa que o endosso do beneficiário para a Farmácia Jardim Ltda., que não foi feito o segundo registro, em obediência ao artigo 4.º citado, a promissória em questão não poderia ser protestada.

Não está certo, de, outro lado, o informante, de fls. 14-15 quando afirma não estar era suas atribuições textos, em buscas de definições ocultas na lei. Em verdade, tal exigência não pode se lhe faz, mas se espera, evidentemente, que examine o aspecto formal dos títulos que recebe e dá curso e indubitavelmente, nesse aspecto formal, depois do mencionado decreto, está o registro do título na Delegacia da Receita Federal.

A matéria, na espécie não comporta outras nem maiores indagações, desnecessário que se traga à colação o ensinamento hoje pacífico do E. Tribunal de Alçada Civil no sentido de que títulos como o mencionado nos autos não nulos de pleno direito e não possibilitam sequer a ação ordinária.

3. Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2 e, confirmando a liminar concedida, defiro, em caráter definitivo, a sustação do protesto do título por cópia às fls. 16.

Em se tratando de medida correicional não se pode falar em sucumbência do apresentante descabida, portanto, a verba honorária.

Custas, na forma da lei, na espécie, está isento o requerente.

P. R. I.

São Paulo, 30 de maio de 1972. Gilberto Valente da Silva - juiz de Direito. Advs.: Airton Alves de Oliveira e Algerdas Siliesoraitis.

5461/71 - Retificação - Fuad Haidar, qualificado na inicial, requereu perante este Juízo, com fundamento nos artigos 227 e 228, do Regulamento dos Registros Públicos e 860, do Código Civil, retificação da transcrição n.º 10.522, da 10.ª Circunscrição Imobiliária. Alega que Pela escritura pública lavrada em 25 de outubro de 1945, no 11.º Cartório de Notas, livro 863, fls. 60v., Tecelagem de Seda Santa Amélia, designação do estabelecimento comercial do requerente e por ele representado na ocasião adquiriu o imóvel ali descrito. Efetivada a transcrição, as mesmas partes, através de escritura de retificação e ratificação do 1.º Cartório de Notas, às fls. 2 do Livro 523, lavrada em 20 de outubro de 1945, esclareceram que o comprador era o ora requerente e não a referida Tecelagem de Seda Santa Amélia, que representava apenas a designação do seu estabelecimento comercial. Pede a retificação do registro, juntando à inicial os documentos de fls. 6 e seguintes. O Sr. Oficial da 10.ª Circunscrição Imobiliária se manifestam

(fls. 39) e o Dr. Curador após o apensamento da dúvida n.º 397/49, opinou favoravelmente ao pedido, mas exigindo justificção, que se efetivou a seguir. Novo parecer do Dr. Curador, sugerindo ouvida da Fazenda do Estado, indeferida: por fim, a Douta Curadoria entendeu que a matéria já fora solucionada na dúvida.

Relatados, decido: 2 - As decisões proferidas nos processos de dúvida podem ser reexaminadas se postas de forma diversa e instruído o pedido de nova documentação.

Tenho que, data máxima vênia da r. decisão ali proferida, o pedido comporta atendimento porque não se vislumbra, na espécie, qualquer malícia do requerente.

Veja que o mesmo era sócio da firma (Fuad Haidar & Irmão, que passou a girar em seu nome individual quando da retirada de seu irmão (fls. 29). Veja-se, também, que Tecelagem de Seda Santa Amélia é mera denominação de estabelecimento comercial e não a firma ou razão social. Acrescente-se que, na oportunidade da escritura aquisitiva a referida Tecelagem foi representada por seu único titular, o ora requerente e posteriormente, os outorgantes vendedores Concordaram na celebração de escritura de rati-retificação, através da qual reconheceram o requerente como o comprador do imóvel.

Ademais, o documento de fls. 19 demonstra, também, a inexistência de firma que girasse sob tal razão social.

Tudo nos autos, portanto, indica que houve o primitivo engano na escritura de venda e compra, corrigido por meio da escritura de reti-ratificação. Aliás, a decisão proferida na dúvida em apenso não foi bem compreendida. Ali se deixou assente que o registro poderia ser cancelado se as partes requeressem, como lhes faculta a lei. Mas o certo é que as partes, pela inexistência da Tecelagem de Seda Santa Amélia estavam impossibilitadas de, assim procedendo atingir o seu objetivo.

3 - Em face do exposto, da documentação oferecida o do parecer do Dr. Curador (fls. 41v.), defiro o pedido de fls. 2, determinando que soa feita a retificação colimada.

Custas, na forma da lei P.R.I. São Paulo, 29 de maio de 1972 - Gilberto Valente Silva - Juiz de Direito - Advs.: Sérgio Guarinon Corrêa - Luiz Sérgio Figueiredo Pedroza - Joaquim Figueiredo Pedroza.

1977/72 - Transcrição de casamento - Theodolina Alcântara Lima Anderson - Vistos etc. I - Theodolina Alcântara Lima Anderson, brasileira, professora, residente nesta Capital requereu transcrição do seu casamento realizado nos Estados Unidos da América do Norte, com Edward Carew Anderson. Apresentou a prova da realização do ato matrimonial.

II - O Dr. Curador opinou favoravelmente à transcrição. Ressalvou, entretanto que a reqte. não podia usar o nome do marido porque isso não consta da certidão e que o casamento foi feito sob o regime de separação, dada a idade dos contraentes.

III - Defiro o pedido de transcrição que será feito no cartório do 1.º subdistrito da Capital. Dissinto entretanto do ilustrado Dr. Curador quanto às ressalvas que S. Exa. opôs. É verdade - que a Decreto n.º 4.857-39 (Registros Públicos) no seu artigo 81 manda que logo após a celebração do casamento seja lavrado termo do qual conste, entre outros requisitos - "o nome que passa ter a mulher, em virtude do casamento". Tal dispositivo que o Código Civil omitiu, realmente é, de, ordem prática por não permitir que a mulher mude de assinatura, conforme a sua vontade. É que as pessoas devem ter um único nome e qualquer alteração só pode ser feita judicialmente, atendendo às exigências de cada caso e conforme os permissivos legais. Entretanto, é bem de, ver esse foi o critério do legislador brasileiro, No caso "sub-examen" a Reqte. que é brasileira consorciou-se nos Estados Unidos da América do Norte, na Califórnia e da certidão de fls. 20, realmente não consta o nome que a contraente passou a assinar, em virtude das núpcias. Mas no documento de fls. 17 há menção ao apelido do marido, que a contraente passou a adotar, incluindo na sua assinatura, entre parêntesis o nome Anderson. E, segundo o costume americano do norte não se chama uma senhora casada pelo seu nome e sim Sra. Anderson, no caso da reqte.

O Código Civil Brasileiro, no artigo 240 preceitua que "a mulher assume, pelo casamento os apelidos do marido, a condição de sua, companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família". Isso foi o que levou o legislador a ordenar que no termo de casamento conste o nome que a mulher vai usar após o ato matrimonial.

Lecionando sobre o assunto diz W. Barros Monteiro, in Direito de Família, pág. 111 - "é urna tradição que nos vem desde o direito romano e em que se deve lobragar a completa união que deve existir entre as pessoas dos cônjuges". Diz mais o festejado autor que a mulher só perde o direito ao uso do nome do marido se for condenada em ação de desquite. Se for inocente ou se o

desquite for amigável continuará usando o nome do marido.

No tocante ao regime de bens realmente a nossa Lei exige que se o de separação, no caso da reqte. Mas nos EEUU o regime comum é o de separação. A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Dec.-Lei n.º 4.657 de 4 de setembro de 1942 diz no artigo 7.º que "a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família". No parágrafo 4.º desse mesmo artigo 7.º o legislador pátrio dispôs que "o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal". Ora, em se tratando de casamento realizado nos Estados Unidos da América do Norte, onde os contraentes tinham domicílio a legislação aplicável era a desse país, inclusive quanto ao regime de bens, como é evidente.

III - Defiro assim a transcrição do casamento da reqte., sem entretanto atender às ressalvas opostas pelo insigne representante do Ministério Público.
Publique-se.

São Paulo, 21 de junho de 1972.

5099/71 - Dúvida - 3.º Reg. de Títulos e Documentos - Pansera Colonizadora Ltda. Vistos etc. 1 - Após protocolar sob n.º 1109686, o Escrivão do 3.º Cartório do Registro de Títulos e Documentos adiou o registro de alteração do contrato social operada na sociedade civil Pansera Colonizadora Ltda. Aduz o ilustrado suscitante que a sociedade está constituída pelos sócios Filomeno Pansera e Zeferino Pansera, sendo aquele majoritário. Entretanto, sem o consentimento do segundo, Filomeno cedeu parte de suas quotas a Maria Tereza Brum Pansera, Achilles Pansera e Ciro Pansera, na quantidade, de vinte quotas para cada um. Entende o Escrivão não ser possível a transcrição sem o consenso do outro sócio.

II - O suscitado impugnou a dúvida a fls. 8 aduzindo que houve regular notificação ao sócio minoritário para que manifestasse a sua vontade em adquirir as quotas de Filomeno Pansera, porém aquele não aceitou as condições impostas,

III - O Dr. Curador opinou pelo procedência da dúvida sugerindo a dissolução da sociedade.

IV - A dúvida realmente procede.

Tanto o Código Comercial como o Código Civil proíbem a admissão de novos sócios a uma sociedade, sem a aquiescência do outro ou dos outros. É que a sociedade é uma comunidade de esforços e recursos para lograr fins comuns. Assim sendo, não é lícito a um sócio ceder "a um terceiro que não seja sócio, a parte que tiver na sociedade, nem fazer-se substituir no exercício as funções que tiver, ou melhor que nela exercer sem o expresso consentimento de todos os outros sócios, consentimento esse expresso - é o que preceitua o art. 334 do Código Comercial. O Código Civil, também preceitua, no seu art. 1.388 que o sócio não pode admitir estranhos à sociedade, sem o consenso dos demais. O que ambos os estatutos prevêem é a possibilidade dum sócio admitir estranho apenas ao seu quinhão social, sem que com isso o estranho fique fazendo parte da sociedade.

O registro da alteração do contrato portanto não pode ser feito e em face do exposto julgo procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado. Publique-se. São Paulo, 21 de junho de 1972. - O Juiz Corregedor Permanente - Ruy de Mello Almada - Adv.: Deris Carvalho Pinto Ferraz.

2502/70 - Dúvida - 15.º Reg. de Imóveis - Armando dos Santos Paulo - Vistos etc. - 1 - O ilustrado Oficial do 15.º Registro de Imóveis após protocolar sob n.º 180.835 a certidão da penhora feita contra Dirceu Mendes Varejão, do imóvel situado à Rua Altinópolis n.º 119 adiou a respectiva inscrição, visto não se achar o aluído imóvel transcrito em nome do executado. Alegou que o prédio está registrado sob n.º de ordem 63.339, em nome de Fausto Mugnaini.

II - O suscitado apresentou impugnação a fls. 6, na qual propugnou pela inscrição do título, pois alienação fora feita em fraude contra credores.

III - Procede a dúvida.

O art. 244 do Decreto n.º 4.857/39 (Registros Públicos) não permite transcrições ou inscrições, sem a prévia transcrição do título anterior a fim de que não seja quebrado o princípio da continuidade dos registros. A dúvida foi bem levantada pelo douto Oficial, porque, não se achando o imóvel transcrito em nome do devedor, inviável é a inscrição da penhora, tal como pretendido. O exercício da ação anulatória da transmissão não está na dependência da inscrição da penhora como é bem de ver. Tal inscrição objetiva dar publicidade do ato de apreensão judicial, ou seja para que ninguém adquira o bem que está garantindo uma execução. Ademais, "in casu" a inscrição é de nenhum valor, porque o credor não poderá, com sucesso pracear os

bens apreendidos, que não pertence ao devedor.

Julgo assim procedente a dúvida condenando o suscitado ao pagamento das custas.

Publique-se. - Adv.: Leobaldo Nascimento Filho.

2118/72 - Dúvida - 4.º Reg. de Imóveis - Oswaldo das Dores Tello da Fonseca - Vistos etc. - 1 - O Oficial do 4.º Registro de Imóveis após prenotar sob n.º 2943.278 a escritura de compra e venda que lhe foi apresentada por Oswaldo das Dores Tello da Fonseca adiou a sim transcrição, porque do título consta a existência dum barracão que recebeu o n.º 892, edificado pelo adquirente. A recusa do Oficial está em que da transcrição aquisitiva não consta a construção sendo mister a sua averbação.

II - O suscitado impugnou a dúvida, a fls. 12 aduziu que jamais pretendeu averbar a construção e que somente a seu pedido tal averbação podia ser feita conforme dispõe o art. 285 do Decreto n.º 4.857-39.

III - O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida.

IV - Procede a dúvida.

Ao contrário do que supõe o suscitado as averbações devem ser feitas à margem das transcrições ou inscrições não dependendo da vontade das partes. E que o art., 286 do Decreto já citado obriga a menção nos registros de, todas as alterações que ocorrem em relação às pessoas e os imóveis neles contemplados. Se assim não fosse os registros não dariam qualquer segurança às partes e terceiros interessados. os arts. 283 e seguintes enumeram todos os casos em que as averbações devem ser feitas. No caso dos autos cuida-se da existência duma edificação levada a efeito pelo comprador, ora suscitado, a respeito da qual já existe lançamento de, imposto predial, conforme se vê do aviso de fls. 10. Releva notar que o próprio suscitado no título apresentado a registro admitiu ser o autor da edificação e autorizou a averbação competente

A dúvida é pois, procedente e enquanto não for feita a averbação da construção a transcrição do título não poderá ser feita.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, 22 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada - Adv.: Domingos Antônio Corrêa Filho.

4696/71 - Dúvida Inversa - João Zenha - Vistos, etc. 1 - João Zenha, brasileiro, casado, domiciliado e residente nesta Capital, devidamente representado requereu fosse determinado ao Oficial do 3.º Registro de Imóveis procedesse a uma averbação à margem da transcrição n.º 41.546, para ali ficar constando que a Prefeitura Municipal abriu uma rua no terreno que recebeu a denominação de Wolson Dupont. Com tal abertura de via pública o imóvel ficou dividido em dois, os quais foram doados aos seus filhos Fotunato Zenha e Adilson Arlindo Zenha.

Com o pedido o requerente apresentou certidão da Municipalidade comprobatória de abertura da rua, cuja existência pretende averbar e mais uma anotação do cartório.

II - Ouvido o Oficial imobiliário a fls. 17, por ele foi dito que era necessário esclarecer se com a abertura da rua Wilson Dupont não houve diminuição de arca do imóvel transcrito sob n.º 41.546.

III - O Dr. Curador opinou pelo indeferimento do pedido.

IV- Segundo se vê da manifestação do Oficial a sua recusa em averbar a existência da rua Wilson Dupont não procede. O imóvel na parte, em que fazia divisa com Júlio e José Minozzi agora faz divisa com a aludida rua. A alegação de que deve ficar comprovado que a abertura da rua Wilson Dupont alterou a metragem do imóvel transcrito sob n.º 41.546 não é de ser aceita. O próprio Oficial tem elementos para constatar se houve ou não redução de área do imóvel, com a abertura da via pública. Bastaria ter o cuidado do cotejar o título com a transcrição anterior para ter a resposta. O que não é razoável é recusar a prática do ato por mera suposição.

Defiro assim o pedido inicial de fls. 2 para determinar a averbação à margem da transcrição n.º 41.546, a abertura da rua Wilson Dupont, conforme consta da certidão de fls. 6.

Custas como de direito.

Publique-se.

São Paulo, 22 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada. - Advogados: João Mendes de Almeida - Araquem Antonelli.

1347/72 - Dúvida inversa - Clotilde Corrêa - Vistos etc. I - Clotilde Corrêa, brasileira, do comércio, solteira, maior, domiciliada nesta capital à Avenida Adolfo Pinheiro, n.º 3.028 requereu em

termos de consulta a esta corregedoria permanente se o 15.º tabelião poderá lavrar uma escritura de compra e venda, referente a dois lotes de terreno, situados no subdistrito de Santo Amaro, em que figurará como vendedora a Organização de Terrenos Alfa Ltda. -É que o Notário está exigindo da vendedora a apresentação do certificado de quitação da Previdência Social, para a transação.

II - O Serventuário foi ouvido a fls. 11vs. aduzindo não se poder no caso. dispensar a apresentação do aludido certificado.

III - O Dr. Curador exarou parecer Do sentido de ser atendido a Reqte.

IV - Realmente, é o caso de ser atendida a Reqte, pois nos termos do Decreto-lei n.º 821, de 5 de setembro de 1969, que acrescentou o § 5.º ao art. 141 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 não é necessário o CQ quando as transações "são realizadas pelas empresas que exercitam a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de situação (CRS) e que dele conste expressamente essa finalidade" (inc. II do § 5.º).

Destarte não se faz necessária a apresentação do certificado de quitação, mas o certificado de regularidade de situação do qual conste a sua finalidade.

Publique-se.

São Paulo, 14 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada Advogado. Alcides César Nigro.

2608/72 - Dúvida - Mário Domênico Godofredo Cacace e outros. - Vistos etc. 1 - O ilustrado Oficial do 8.º Registro de Imóveis após prenotação regular adiou a transcrição de duas escrituras de compra e venda apresentadas pelo Dr. Mário Domênico Godofredo Cacace e outros. Trata-se duma área de terras localizada no distrito de Perus, bairro Botuquara, de dezoito mil metros quadrados. O suscitante alega não poder transcrever os títulos porque a vendedora Lídia Mesquita, figura na transcrição aquisitiva como cônjuge de Alfredo Mesquita e na, escritura de fls. como viúva. Alertando os interessados no ato foi informado que aludida transmitente, fora casada, porém sob o regime de separação de bens e daí poder alienar livremente os seus bens. Exigindo-lhes, contudo certidão de casamento constatou que o regime adotado era o de comunhão de bens, embora informassem os interessados que tal regime devia ser o de separação.

II - Os interessados impugnaram a fls. 41 sustentando em síntese que Lídia Mesquita consorciou-se antes de ter dado a inventário os bens que possuía na vigência da sociedade. conjugal com Laurindo Benedito Franco. A menção ao regime de bens do seu casamento com Alfredo Mesquita não podia ser outra que não o de separação obrigatória de bens reputando-se pois, como não escrita a comunhão de, bens.

III - O Dr. Curador oficiando a fls. 62 entendeu ser procedente a dúvida, pois qualquer que fosse o regime de bens do casamento, era indispensável a outorga uxória na transmissão de bens imóveis.

IV - Improcede a dúvida.

Segundo a documentação trazida para os autos com a impugnação de fls. vê-se que Lídia Mesquita foi chamada à sucessão de Joaquim Justino Franco, juntamente com seus filhos, para colher a parte que lhe cabia na herança que receberia seu marido Laurindo Benedito Franco, se vivo fosse. Com efeito, aberta a sucessão do referido Joaquim Justino compareceram a mencionada Lídia e seus filhos Timóteo, Lourdes, Vítor, Benedito e Domício Franco. Essa declaração extraída dos autos do inventário de Joaquim Justino Franco é de 24 de agosto de 1943.

A certidão encontrada a fls. 26 dos autos do 8.º Registro de Imóveis registra que Lídia Mesquita casou-se com Alfredo Mesquita e pela transcrição n.º 7938, tornou-se senhora, juntamente com seus filhos dos dezoito mil metros quadrados, objeto da. venda. O formal de partilha só foi expedido em 26 de abril de 1945.

Ora, consorciando-se em 1942 com Alfredo Mesquita ainda não havia dado bens a inventário, por morte do seu primeiro marido e como tal era-lhe vedado casar-se sob o regime de comunhão de bens.

As bem deduzidas razões constantes da impugnação devem ser acolhidas. Realmente, não podia escolher o regime, de comunhão de bens para casar-se com Alfredo Mesquita, por ser tal escolha contrária à lei. No caso não era necessário o pacto antenupcial, que só é exigido Do caso de escolha do regime, pelos nubentes.

Reputa-se, pois como não escrita a menção ao regime de comunhão de bens que Lídia Mesquita

e Alfredo Mesquita escolheram para o seu matrimônio. É uma declaração inoperante por ferir princípio de ordem pública modificável pela vontade das partes.

Julgo assim improcedente a dúvida.

Publique-se.

São Paulo, 26 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada. Advogados: Leonardo Eugênio Marangoni - Pedro Paulo de Rezende Porto - Pedro Ivan de Rezende - Antônio José Teixeira de Carvalho.

3313/71 - Dúvida - Vistos etc. 1 - O Oficial do 13.º Registro de Imóveis adiou a inscrição do contrato de locação duma loja a ser edificada no terreno situado à rua Iguatemi, locação essa convencionada segundo o Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934. Afirma o suscitante que os; Drs. Fariz Farah Elias, Aziz Farah Elias e Edevaldo Alves; da Silva adquiriram o terreno por incorporação e ali pretendem edificar dois prédios. Entretanto, ainda não existe averbação da sobredita construção o que constitui entrave à inscrição pretendida por Supermercados Peg-Pag S. A., locador daquela unidade.

II - A dúvida foi julgada procedente, pela sentença de fls. 12, infirmada, entretanto pelo V.

Acórdão de fls. 27.

Reaberto o prazo para impugnação foi ela apresentada a fls. 32 aduziu o suscitado não haver qualquer fundamento na recusa do Oficial. Com efeito, sustentou o seu digno signatário que a locação de, coisas futuras é fato comum nos negócios imobiliários, nada impedindo a inscrição do contrato de locação apresentado ao Oficial da 13.ª Circunscrição,

O Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida, por entender com o suscitante, não ser viável a inscrição enquanto não averbada a construção.

III - Realmente procede a dúvida. É de rigor primeiramente a averbação da edificação para, posteriormente ser feita a inscrição do contrato de locação. Em verdade, não se pode admitir o contrário, pois seria uma quebra do princípio da especialidade e continuidade que informam os registros públicos. Não se pode, validamente argumentar com a locação de coisa futura, o que evidentemente não tem o condão de modificar o que dispõe a doutrina e a jurisprudência em matéria registaria. É que os registros objetivam dar segurança aos negócios tornando público tudo quanto se faz em, matéria predial.

IV - Julgo assim procedente a dúvida impondo ao suscitado o ônus das custas.

Publique-se.

São Paulo, 28 de abril de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada.

D. O, 6-5-72

810/68 - Ação - Promessa - Vistos etc. - Olegário Nunez Pacin, qualificado nos autos, ajuizou contra a Companhia Edificadora Auxiliar de São Paulo "Ceaspa" e o Espólio de Guglielmo Carubbi, representado pela inventariante e viúva Clementina Molinari Carubbi, ação de adjudicação compulsória.

Alegou o autor que a primeira ré prometera vender a José Rodrigues um terreno sito à rua dos Martírios, esquina da rua Tamoios, s/n., no Jardim Aeroporto, constante do lote 55 da quadra n.º 180-A, cf., memorial inscrito sob n.º 35, em 8 de junho de 1961, na 11.ª CRI., medindo o terreno dez metros de frente para a rua Martírios, três metros e cinquenta centímetros no canto chanfrado na esquina, vinte e dois metros e cinquenta centímetros de frente, para a rua Tamoios, vinte e cinco metros no lado oposto à rua Tamoios, confinando com o lote 56 e doze metros e cinquenta centímetros no lado oposto à rua dos Martírios, confinando com parte do lote 729, com área de 309,35 m1.

O autor sucedeu ao primitivo compromissário, em seus direitos, conforme sucessivos instrumento,; averbados no registro imobiliário, já tendo pago o preço integral. Ocorre que o espólio de Guglielmo Carubbi vem se recusando a outorgar escritura definitiva, embora seja cessionário inscrito do primitivo compromisso e tenha cedido sua posição ao autor.

Diante dessa omissão, nos termos do art. 346 do CPP e, tratando-se de imóvel loteado, requer a citação dos réus para outorgarem a escritura, pena de adjudicação compulsória, com as cominações de estilo.

Inicial acompanhada de documentos.

Citada a Ceaspa opôs exceção que foi rejeitada, sem recurso contra essa decisão.

Contestando (fls. 43) alegou que não se negou a outorgar escritura, como reconhece a inicial, estando pronta a comparecer à escritura, aguardando a citação do espólio recusante ao ato.

Citado o espólio por editais, oficiou o Dr. Curador de Ausentes (fls. 53 v.) e o Dr. Curador de

Registros Públicos. A parte autora ofereceu documentos (fls. 58) sobre os quais falara mas doutas Curadorias.

Ordenado o feito, realizou-se o sumário sem provas e com debates. O autor reiterou sua inicial e o Dr. Curador de Registros falou na oportunidade legal (fls. 87). pedindo o Dr. Curador de Ausentes que se fizesse Justiça (fls. 88).

É o relatório. Decido:

Demonstrou o autor que é sucessor, por cessão de compromisso, nos direitos originariamente outorgados para José Rodrigues, referentes ao compromisso lavrado no 19.º Cartório de Notas e relativo ao lote 55, da quadra 180-A do Jardim Aeroporto.

Alegou que a cedente do compromisso se recusou a outorgar escritura definitiva e juntou recibo dos pagamentos, comprobatórios da consumação do preço.

Nada alegou o espólio réu, quanto à injustificada recusa, pelo que é esta reputada injusta.

Estando o autor quitado, como alegou, não se justifica a recusa à outorga.

Isto posto e atendendo, mais, que não há recusa da parte do titular de domínio, como o próprio autor alegou, julgo procedente a ação para efeito de adjudicar, compulsoriamente ao autor, o imóvel descrito na inicial, expedindo-se a necessária carta de adjudicação, após o pagamento dos impostos devidos.

Costas pelo espólio vencido que pagará honorários devidos pela sucumbência e fixados em 20% sobre o moderado valor da causa. Fica fora de condenação a ré Ceaspa, porque o próprio autor reconhece na inicial a inexistência de recusa desta (fls. 4, item V), cujo envolvimento se prende à efetividade de expedição da carta, com efeitos plenos.

P. Int.

São Paulo, 10 de maio de 1972. (a) Rui Geraldo Camargo Viana - Juiz de Direito. Dr. Antônio de Arruda Sampaio - Fernando Rudge Leite Filho.

2442/69 - Transcrição - Palmyra Canavo Nogueira de Lima.

1 - Palmyra Canavo Nogueira de Lima, qualificada na inicial, requereu providências deste Juízo no sentido de ser feita a transcrição da escritura de fls. 6/7, através da qual seu marido, João Nogueira de Lima, também conhecido por João de Lima e Capitão João de Lima, adquiriu de João Pereira da Silva e sua mulher, o imóvel ali descrito. Informa que seu marido faleceu e que os promitentes vendedores, João Pereira de Silva e sua mulher, Maria Ayalla da Silva, se desquitaram e na partilha, reservaram o lote objeto do compromisso mas, ao ser lavrada a escritura definitiva de venda e compra, o outorgante vendedor compareceu acompanhado não de sua mulher, de quem já se desquitara, mas de sua companheira, Maria Conceição Pereira. Para retificar essa falha, obtiveram, da esposa do vendedor, escritura de ratificação que trouxeram com o pedido.

O pedido veio instruído dos documentos de fls. 6 "usque". 16 O Sr. Oficial do terceiro registro imobiliário informou (fls. 20) e a requerente voltou a se manifestar (fls. 22/23), trazendo documentos (fls. 24/25), o que provou nova, informação do Sr. Oficial (fls. 27), do requerente (fls. 29), resultando os documentos de fls. 32/33 e, a pedido do Dr. Curador (fls. 35/37), instruída de novos documentos (fls. 38/57). Nova fala do Sr. Oficial (fls. 62) e, por derradeiro, a manifestação final do Dr. Curador, opinando pelo deferimento do pedido, em conjunto com algumas providências que sugeriu.

Relatados, decido:

2 - Pela transcrição n.º 22.979, João Pereira da Silva Filho adquiriu a área descrita às fls. 38. Essa transcrição, por força do desquite de João e Maria Ayalla, o imóvel foi partilhado, resultando as transcrições os. 44.061, 44.062, Maria Ayalla alienou o imóvel que houvera por força da transcrição n.º 44.061, o que fez por meio das transcrições ns.º 6.232 e 72.943. Estas, entretanto, não exauriram a transcrição 44.062, que foi sendo alienada em partes, conforme se verifica pelas transcrições ns.º 5.892, 56.075, 63.967, 64.258, 65.405, 70.535, 79.764 e 88.514. Tais partes, somadas, como disse a requerente, ainda deixam um remanescente, de 2.433,25, parte da qual representa o imóvel vendido ao marido da requerente.

Reconhece a requerente que a escritura de venda e compra contém alguns enganos, primeiramente no que toca ao nome da mulher do vendedor, falha sanada pela escritura de ratificação outorgada por Maria Ayalla da Silva, em seguida, pela descrição do imóvel, que é parte do lote número três e não lote um da quadra três e, finalmente, pela referência à transcrição aquisitiva, que é a de n.º 22.979 e não 30.003.

Tais falhas, como ponderou o Dr. Curador, não podem ser corrigidas pelo Juízo e, pelo decurso do tempo e falecimento das partes, seria impossível retificar a questionada escritura.

Como a transcrição n.º 44.062 é resultante da partilha dos bens do casal e tem sua origem na transcrição n.º 22.979, e considerando que a escritura objeto do pedido é anterior à transcrição n.º 44.062, quando efetivada esta, deveria ter sido excluída a área mencionada às fls. 6-7 e em seguida à transcrição dessa escritura, devem ser feitas as averbações relativas ao nome da mulher do vendedor e à qualificação do lote, como sendo parte do lote três.

3 - Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2-4, nos seguintes termos: à margem da transcrição n.º 44.062 se fará retificação, para excluir rim lote, medindo dez (10) metros de frente para a rira Particular, aberta Das divisas com o lote número quatro, por cinqüenta metros da frente aos fundos, de ambos os lados com as confrontações seguintes: do lado direito de quem olha para o terreno, com a rua Projetada, que sai da Linha da Cantareira, hoje Dr. Arouche, com a qual faz esquina, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área total de quinhentos metros quadrados.

Em seguida, será feita a transcrição da escritura de fls. 6-7, com a de ratificação de fls. 11-12, mencionando que os vencedores houveram a área em questão por força da transcrição número 22.979 e que o imóvel número 22.979 nela objetivado é parte do lote três e não lote um da quadra três. Tais retificações serão feitas à margem da transcrição, por averbação.

Custas, na forma da lei. - P. R. I. - São Paulo, 5 de junho de 1972 - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Dr. Aurélio Pedrazzoli.

5050/71 - Dúvida - W Registro de Imóveis contra Maria Fátima Silva da Costa - Vistos.

1 - Apresentada para transcrição a escritura de venda e compra de fls. 4 e 8, pela qual Pedro Salustiano Fernandez Sanchez e sua mulher transmitiram a Maria de Fátima Silva da Costa um prédio situado à rua Miguel Maldonado n.º 183, Jardim São Bento, Casa Verde construído pelos transmitentes em terreno que adquiriram conforme transcrição n.º 43.185, da 8.ª Circunscrição Imobiliária, este oficial suscitou dúvida, alegando que deveria ter sido apresentado o certificado de Regularidade de Situação para a averbação da citada transcrição: uma vez que se trata da primeira venda do imóvel deveria ter sido exibida, ainda, na lavratura da escritura, o Certificado de Quitação. Os interessados exibiram apenas um alvará autorizando a edificação que, entretanto, não demonstra o início da construção ou ao menos a sua contratação anteriormente a 1966.

A dúvida foi impugnada (fls. 10/13) e a suscitada trouxe para os autos os documentos de fls. 15/21. O suscitante se manifestou (fls. 23) e o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida (fls. 24). Determinada a realização de uma diligência (fls. 25), a suscitada apresentou a petição de fls. 26/27.

Relatados, decido:

2 - Procede a dúvida. Com efeito, segundo as decisões deste Juízo, apenas estão isentas de apresentação do Certificado de Quitação as construções que tenham sido contratadas ou iniciadas antes de 1966: tais decisões nunca se estenderam às construções autorizadas antes de 1966.

Na hipótese dos autos a suscitada junta o documento de fls. 7, pelo qual se verifica que os transmitentes, em obtiveram alvará que os autorizava a iniciar a construção questionada. Nenhuma prova há, entretanto, de que essa construção tenha sido contratada ou iniciada antes dessa data. Repita-se que a simples autorização para a construção não é prova de que ela foi contratada ou iniciada, Essa demonstração poderia ter sido feita, nos autos, por qualquer forma, mas a suscitada persistiu em atribuir ao recibo-alvará de fls. 7 força suficiente para demonstrar o início da construção. Nada menos exato, contudo.

Nem socorre a suscitada a invocação das decisões deste Juízo, todas elas no sentido de que fica dispensada a exibição do referido certificado uma vez comprovado ou a contratação ou o início das obras antes da Lei Orgânica da Previdência Social.

A argumentação da impugnação, a esse passo, não convence e a razão está com o oficial suscitante.

3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei. - P.R.I. - São Paulo, 22 de maio de 1972. - (a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Advogados: Maria Gladys Gomara de Oliveira Juvenal Campos de Azevedo Canto - Cláudio Gomara de Oliveira. 2170/71 - Dúvida - 7.º Registro de Imóveis - Luiz Antônio da Veiga - Vistos.

1 - Ao ser apresentada ao Sr. oficial do 7.º Registro de Imóveis da Capital a carta de sentença de fls. 4 e seguintes, foi suscitada dúvida porque o oficial entendeu que não consta a forma de aquisição dos imóveis inventariados, não tendo sido apresentados os títulos comprobatórios da propriedade dos imóveis e que as certidões fornecidas pelos 1.º e 3.º Cartórios de Registros de

Imóveis não suprem essa omissão. Adiou-se, também, a transcrição porque da carta não consta a sentença homologatória. da partilha nem a qualificação do viúvo meeiro e herdeiros, além de faltarem as certidões negativas dos tributos fiscais e taxa do antigo DAE.

A dúvida foi impugnada (fls. 29-36), vindo aos autos os documentos de fls. 37-86, após o que o oficial suscitante se manifestou (fls. 88-90). O suscitado voltou a peticionar (fls. 92-95), trazendo para os autos os documentos de fls. 96-99. Seguiu-se a manifestação do Dr. Curador (fls. 102-11.1), manuscrita e que foi datilografada em seguida.

Relatados, decido:

2 - A dúvida encontrou solução no longo, minucioso jurídico, profundo e esmiuçado parecer do Dr. Curador de Registros Públicos que, num trabalho de larga profundidade se, dispôs ao exame de todos os documentos trazidos para os autos, concluindo por sua improcedência.

Tem ela o seu ponto central na exigência do oficial suscitante, no sentido de ser feita prova da propriedade do prédio n.º 69 da rua Saldanha Marinho, atual n.º 253, em nome do d. Regina da Veiga.

E, segundo o oficial, deve ser feita a prova dessa propriedade no sentido de demonstrar que, por ocasião do falecimento de Regina da Veiga, o imóvel já lhe pertencia. Entretanto, se essa prova estava sujeita à transcrição em se tratando de aquisição por ato inter-vivos, não é menos certo que, até a vigência do Código Civil, as aquisições "mortis causa" não estavam sujeitas ao mesmo registro.

Se não se pode comprovar a propriedade em nome de Regina da Veiga e Luiz Antônio da Veiga, antes de 1915, não é menos certo que, com o falecimento da primeira, o imóvel se, transmitia ao segundo por força da carta de sentença ora impugnada. Ora, tendo se operado a transmissão "causa mortis" e não estando esta sujeita à transcrição, pois só ocorreu em 1915, antes, portanto da exigência de registro para aquisições desse tipo, a carta de sentença ou formal de partilha é que deve ser registrado e para tal não existe qualquer obstáculo, como minuciosamente o demonstrou o Dr. Curador, especialmente, se considerarmos que, com as certidões exibidas nestes autos, até a presente data o prédio da rua Saldanha Marinho n.º 69, antigo e atual 253, Dão está transcrito no Registro Imobiliário. Por que, pois, perquirir-se "ad infinitum" em relação à forma de aquisição do imóvel por parte do casal Veiga?

O problema foi bem colocado pelo Dr. Curador: o título aquisitivo que deve ser registrado é o anterior à vigência do Código Civil. Se inexistesse esse título o registro não se opera, mas se ele é existente e não estava sujeito a registro anterior pode ser agora transcrito meia que se indague de sua origem ou filiação.

Desta forma, deve-se partir da própria carta de sentença como título hábil ao registro da propriedade especialmente se considerarmos que as aquisições "mortis cansa", como se viu, não estavam sujeitas à transcrição.

Nessa ordem de argumentação mio cabe examinar, agora. me no inventário dos bens deixados por Regina da Veiga, falecida em 1915, foi ou não feita a prova da propriedade dos imóveis inventariados. O que cabe examinar é a carta de sentença, antes não sujeita a registro, mas agora, por força do Código Civil, obrigada a tanto para operar a transmissão da propriedade. E essa carta é perfeitamente válida e hábil a ser transcrita. É justamente a carta de sentença, como título anterior, que deve ser transcrita para que se atenda ao dispositivo no artigo 214 do Código ou melhor do Regulamento dos Registros Públicos.

Em 1915 não havia exigências fiscais e nem mesmo se pode falar na existência do DAE e se dúvidas fiscais ocorressem, o que é absolutamente impossível, estariam cobertas pela prescrição. As negativas, contudo, deverão ser exibidas para as transcrições posteriores, bastando, no caso, a exibição das negativas atuais com o que se estará satisfazendo as demais exigências.

3 - Em face do exposto e considerando especialmente o parecer do Dr. Curador de Registros Públicos, julgo improcedente a dúvida.

Custas, na forma da lei. - P. R. I. - São Paulo, 22 de inalo de 1972 - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito - Adv.s.: Mário Ângelo Capocchi - Gilberto Antônio Capocchi - Roberto de Carvalho e Silva - Pierluigi Tundisi.

683/71 - Representação - Condomínio Edifício da Sabedoria - 5.º Registro de Imóveis. - Vistos.

1 - Condomínio "Edifício da Sabedoria" requereu a este Juízo a transcrição do auto de adjudicação decorrente do leilão extrajudicial realizado segundo o disposto no artigo 63, § 1.º, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964 na 5.ª Circunscrição Imobiliária, alegando que o oficial respectivo se recusou a essa transcrição, depois de ter feito a correspondente prenotação.

O pedido veio instruído dos documentos de fls. 4 e seguintes, manifestando-se o Sr. Oficial (fls. 10) quando alegou ter deixado de efetuar a pretendida transcrição por se tratar de leilão extrajudicial.

A requerente se manifestou (fls. 12) juntando documentos (fls. 13/22) ao que se seguiu manifestação do oficial (fls. 24) e parecer do Dr. Curador (fls. 24v.) pela improcedência do pedido. A requerente voltou a falar, juntando os documentos de fls. (27-63), depois do que o oficial mais uma vez se manifestou (fls. 74), sustentando sua posição; nova petição da requerente, com novo documento (fls. 75-76), com outra fala do Oficial (fls. 77) e do Dr. Curador (fls. 78) seguindo-se mais uma manifestação da requerente (fls. 79-84) e reiteração do parecer da douta Curadoria (fls. 85).

Relatados, decido:

2 - Trata-se da chamada dúvida inversa por via da qual o Condomínio Edifício da Sabedoria pretende transcrever, na 5.^a Circunscrição Imobiliária, a adjudicação das unidades autônomas designadas pelos números 81, 82, 83 e 84 e mais 1/12 avos sobre a área comum do prédio Edifício da Sabedoria: recusa-se o oficial a dar cumprimento à referida adjudicação por sustentar que o leilão a que se refere o texto legal deveria ter sido feito judicialmente.

Tenho que a objeção não colhe. Com efeito, se certo que o texto do artigo 63, § 1.º, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964 não menciona, expressamente, o leilão extrajudicial, não é menos certo, entretanto, que os demais dispositivos desse diploma, alinhavam expressões que levam a essa conclusão.

Assim, a própria forma de anúncio do leilão, que fica especificada no contrato de construção, é um, primeiro indício de que se trata de leilão extrajudicial, uma vez que se o legislador quisesse referir a leilão judicial certamente teria feito remissões ao Código de Processo Civil. Acrescente-se que esse mesmo dispositivo, permite que a Comissão de Representantes, por essa, forma, efetue a venda, promessa de venda ou ainda a cessão da quota de terreno e correspondente parte construída e direitos. Segundo indício, portanto, de que o leilão é, extrajudicial uma vez que o leilão judicial se destina apenas, à adjudicação, não sendo possível, por ele efetuar-se a promessa de venda ou cessão de direitos.

De outro lado, o exame do § 3.º do mesmo artigo estabelece tinha forma de adjudicação toda especial e particular, diversa da prevista no artigo 98t, do Código de Processo Civil.

Uma outra indicação de que o leilão acima examinado é o extrajudicial está no 5.º do mesmo artigo, em que se estabeleceu qualidade para a Comissão de Representantes praticar uma série de atos conseqüentes do leilão e que, no leilão judicial são parcialmente executados pelo Juízo. Ora, é princípio assente que a lei não contém ociosas. Se o legislador quisesse se referir a leilão judicial bastaria fazer referência ao citado Código de Processo Civil. ao qual remeteria a Comissão de Representantes.

Nem se poderá invocar que tal dispositivo afronta a Constituição Federal. quando esta proíbe vedações to direito de recorrer ao Judiciário para as apreciações das lesões ao direito individual. porque nada impede que o promitente comprador das unidades leiloadas, se entender prejudicado, recorra às ações próprias.

De outro lado, a venda particular dos bens, como referiu o requerente, não é novidade do direito brasileiro pois nas alienações com garantia fiduciária, diariamente, as Varas da Capital conhecem centenas de casos.

3 - Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2 e determino sejam feitas as averbações requeridas.

Custas, na forma da lei. - P. R. I. - São Paulo, 22 de maio de 1972. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito - Adv.: Eid Gebara.

1193/72 - Retificação - Marcos Capuzzo.

Vistos.

1 - Marcos Capuzzo e Walter Mário Capuzzo, assistidos por sua mãe Lydia de Campos Camargo Pinto, pretendem retificação de seus registros de nascimento, a fim de ser acrescido o nome de família de sua mãe, "Camargo Pinto". A inicial veio instruída dos documentos de folhas 3-4. O Dr. Curador requereu complementação da documentação (folhas 7), o que foi feito (folhas 10-15), após o que entendeu devesse ser indeferido o pedido porque o nome da mãe dos requerentes é Lydia Camargo Capuzzo; entendeu, ainda, a douta Curadoria que em relação ao menor Marcos, o pedido deve ser dirigido à Vara Distrital da Lapa, após que os requerentes, explicitando as razões do pedido, concordam em que parte da retificação pedida seja solicitada junto à Vara Distrital da Lapa. O Dr. Curador ratificou seu parecer.

Relatados, decido:

2 - Os menores, assistidos de sua mãe, pretendem a retificação do nome, para a adição do nome de família da progenitora. Depois do parecer do Dr. Curador esclareceram que os pais estão desquitados e, como vivem em companhia da mãe, pretendem essa retificação.

Na verdade, a adição do nome da família da mãe é medida que tem contado com o apoio de decisões judiciais (Revista dos Tribunais, vol. 347-395). No caso dos autos, entretanto, os requerentes, assistidos de sua mãe, desquitada, que voltou a assinar o nome de solteira, pretendem adicionar o nome de família desta antes do casamento.

O pedido não conta com a anuência do pai, evidentemente interessado na espécie ainda que a guarda dos filhos tenha sido confiada à mãe. Longe de apenas vincular os menores mais a mãe, a pretensão enfocada no pedido, como pondera Curador, deve estar acompanhada da manifestação do pai.

Com efeito, ainda que se pudesse atender o pedido este seria apenas para que se acrescentasse o nome de família da mãe que esta prosseguiu usando com o casamento, de tal forma a estabelecer, se é o que pretende, uma perfeita identidade de filiação com os nomes dos pais.

Ora, dado não é, contudo, ao Juízo, atender apenas em parte o pedido, determinando a retificação para que a adicione apenas um dos nomes da família da mãe dos requerentes, pois, assim agindo, estaria decidindo "infra petita".

3 - Em face do exposto, sem cogitar, por ora, da incompetência do Juízo para apreciar o pedido em relação ao menor Marcos, indefiro o pedido de folhas 2.

Custas, na forma da lei.

São Paulo, 5 de junho de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito. - Advogado: Alberto Antônio Pascarelli Fasanaro

Dúvida - 2.956171 - 6.º Reg. Imóveis. - Francisco Mariano Madeira, sua mulher e os. - Vistos.

1. Apresentados ao Sr. Oficial da 6.ª Circunscrição Imobiliária os títulos de fls. 5/10, foi suscitada dúvida porque o Sr. oficial ponderou que os mesmos são interligados e se referem a um mesmo imóvel, sendo sequência de atos jurídicos praticados em épocas diversas, mas filiadas a uma única promessa de venda e compra não inscrita. Esta, teria sido feita por Accacio de Freitas a Francisco Mariano, Madeira, por documento particular, em 1.º de janeiro de 1965, tendo por objeto o prédio da r. Anadia, antiga r. Segunda, sob os números 646, 648, 654, 656 e 662 e mais um terreno, de 75 metros quadrados, com entrada pelo prédio n.º 642 da mesma rua, situados os imóveis no 18.º Subdistrito, Ipiranga, Capital. Em cumprimento a essa promessa de venda e compra, Accacio, de Freitas, por escritura lavrada nas notas do 19.º Cartório de Notas da Capital, em 4 de dezembro de 1968 e transcrita no seu cartório, na data da suscitação, sob o n.º 79.000. Os documentos agora impugnados são sucessivas cessões da primitiva promessa de venda e compra, que não fora inscrita e, desta forma, não possibilitou a averbação dessas cessões à sua margem. Acrescenta a suscitação que tais documentos não satisfazem os requisitos dos artigos 211 e 212 do R. R. P,

A dúvida foi impugnada (fls. 12), instruída dos documentos de fls. 16/29). Depois de descrever as sucessivas transações feitas em relação ao imóvel, termina o impugnante por sustentar que uma vez que o antigo promitente comprador (promitente cedente Francisco Mariano Madeira se tornou proprietário do imóvel, a primitiva cessão dos direitos de compromissário comprador passou a ter força de compromisso de venda e compra e como tal pode ser inscrita, possibilitando a averbação das sucessivas cessões.

O oficial suscitante manteve a dúvida fls. 31) e o Dr. Curador concordou (fls. 31 verso), voltando o impugnante a se manifestar (fls. 33/34), juntando os documentos de fls. 35/55) e acrescentando a. petição de fls. 52, com a qual trouxe para os autos os documentos de fls. 195 e seguintes.

O Dr. Curador ora em exercício, completando parecer do Curador que recebera os autos e que os devolveu por motivo de doença, completando o parecer, opinou pela procedência da dúvida.

Relatados, decido.

2. Tem procedência a dúvida. Com efeito, segundo se depende da leitura de todos os documentos trazidos para os autos, especialmente daquele constante de fls. 16, foi celebrado, entre Accacio de Freitas e Francisco Mariano Madeira, para um compromisso de venda e compra tendo por objeto os imóveis mencionados na suscitação. Francisco Mariano Madeira, por sua vez, prometeu ceder esse compromisso a Ana Maria Martins e Hermínio Augusto Diegues e estes, por sua vez prometeram ceder a Jaeiro de Jesus Cruz, os mesmos direitos: quitado este último compromisso, foi feita a cessão definitiva, de tal forma que os direitos de, Francisco Mariano

Madeira passaram a Jaciro de Jesus Cruz. Ocorre, entretanto, que no curso de tais atividades negociais, o promitente vencedor acionou Francisco Mariano Madeira, objetivando a rescisão do compromisso. Esta ação terminou com transação entre as partes e a outorga de escritura de venda e compra consolidando o compromisso mas sem se referir a ele.

Ora, se o compromisso não fora inscrito, as cessões subseqüentes também não puderam ser averbadas à margem dessa inscrição. Com a outorga da escritura definitiva ao promitente comprador, que pela transcrição se tornou proprietário, viu-se o último cessionário sem condições de exigir de Francisco Mariano Madeira e efetivação da cessão de seu compromisso. Também não pode se dirigir ao promitente vencedor, Accacio de Freitas porque este já tinha outorgado a escritura definitiva ao compromissário comprador.

A questão, portanto, se prende a um fato apenas. O titular de cessão de compromisso de venda e compra não averbado tem direito real?

A resposta é evidentemente negativa, como ponderou o Dr. Curador, trazendo à colação o brilhante ensinamento de Orlando Gomes. Apreciando o que chama a figura do trespasse o ilustre civilista deixa claro que, sem a averbação da cessão do compromisso não há direito real. Este se origina da averbação. Antes, só há direito pessoal entre as partes contratantes.

A propósito, menciona esse autor: "É interessante observar, de passagem, que o contrato preliminar de promessa de venda, tal como o definitivo de compra e venda, gera apenas obrigações. Assim como este não transfere a propriedade, aquele não confere direito real ao compromissário, servindo, apenas, de título à sua constituição, que se verifica pela inscrição no Registro Imobiliário. "Direito Reais, tomo 2.^o, ed. Forense, ed., de 1962, pág. 503).

Ora, se o próprio titular do compromisso de venda e compra ou, como se disse acima, do contrato preliminar de promessa de venda, não tem direito real senão depois de inscrito o compromisso, com maior razão não terá qualquer direito real a cessionário dele, à falta de inscrição do compromisso e da averbação da cessão.

Desta forma, nenhum direito real tinham ou tem os sucessivos cessionários a opor ao proprietário e promitente vendedor. Seus direitos devem ser exigidos nas vias próprias.

Nem cabe, por meio de uma mutação nos referidos documentos, mutação quanto à sua interpretação, transformá-los, de cessionários de uma promessa de venda e compra em compromissários compradores, como se pretendeu na impugnação.

As partes assumem a posição que tinham quando da celebração dos contratos. A sua intenção era a de ceder direitos de compromissário comprador, através de promessa posteriormente transformada em cessão definitiva. Não tinham a intenção de se colocar na posição de promitentes compradores, mesmo porque essa posição era totalmente impossível em face da titularidade dos imóveis.

De outro lado, não foram atendidas as exigências dos artigos 211 e 212 do R. R. P.

Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. - Custas na forma da lei. - P. R. I. - São Paulo, 5 de junho de mil novecentos e setenta e dois. - O Juiz de Direito, Gilberto Valente da Silva. - Advogados: Katsumi Sanda - Nelson Cafi Sanda.

2540/70 - Adjudicação Compulsória - Katsumi Aramaki contra S. A. Imobiliária Irmãos Rudge - Vistos. 1) Cristóvão Gomes de Andrade, qualificado na inicial, opõe embargos de terceiro nestes autos de adjudicação compulsória que Katsumi Aramaki move contra S. A. Imobiliária Irmãos Rudge, alegando que segundo compromisso de venda e compra adquiriu da ré o terreno situado na avenida Parada Pinto, 1036, quadra 327, da Vila Nova Cachoeirinha e que na ação enfocada o autor pretendo adjudicar esse terreno, baseando-se num recibo fraudulento obtido por um corretor que agiu como intermediário no negócio. Sustenta que, além da posse, tem o domínio do referido terreno e pretende, por via dos embargos, restituição do domínio definitivo sobre o imóvel. A inicial veio instruída dos documentos de fls. 4/9 - Relatados, decido: 2) Rejeito, liminarmente, os embargos opostos por Cristóvão Gomes de Andrade, nos autos da ação de adjudicação compulsória movida por Katsumi Aramaki. Com efeito, segundo se verifica da ação principal, o embargante por meio do documento de fls. 33, cedeu ao embargado os direitos de compromissário comprador que tinha sobre o imóvel objeto da ação. essa cessão foi regularmente averbada à margem da inscrição do compromisso (fls. 5-6 dos autos principais), com o que o cessionário passou a ter, sobre, o imóvel, direito real oponível "erga omnes". Se o documento base do direito do cessionário foi ou não obtido fraudulentamente, se está ou não viciado de qualquer nulidade, somente nas vias próprias essa questão poderá ser reslindada. O domínio, ao contrário do que alega o embargante, ainda pertence à S. A. Imobiliária Irmãos Rudge, titular da transcrição n.º 12.128 (fls. 5). O embargante, tinha apenas os direitos de

compromissário comprador (fls. 6), que cedeu a Katsumi Aramaki. Desta forma, ao menos do ponto de vista formal, o embargante está totalmente desamparado para os presentes embargos. Como se disse na ação principal e já se repetiu aqui, somente nas vias próprias é que o embargante e o embargado poderão deslindar eventual ralha, vício ou nulidade da cessão do questionado compromisso. Tal matéria não cabe ser discutida no âmbito destes embargos, mercê, ainda, da existência da cessão do mencionado compromisso, devidamente averbada à margem da inscrição, o que exclui o embargante da relação de direito material existente entre o proprietário e o cessionário, sobre o imóvel objeto da ação. 3) Em face do exposto

Cristóvão Gomes de Andrade. Custas pelo embargante. Indevida a verba honorária tendo em vista que o embargado não foi chamado a integral a relação processual. P. R. I. São Paulo, 5 de junho de 1972. O Juiz de Direito, Gilberto Valente da Silva. Advogados: José Danilo de Paiva Carvalho. Alberto Sugai.

D. O., 9-6-72

860/71 - Dúvida - Hagen Henclel - 11.º Registro de Imóveis - Vistos etc. I - A Oficial da 11.º

Circunscrição do Registro de Imóveis adiou a transcrição da escritura de compra e venda que lhe foi apresentada por Hagen Henclel, relativa a um imóvel situado no subdistrito de Santo Amaro à rua Manoel Pereira Guimarães n.º 140. Alega que a vendedora Andréa Gerba Jadwiga adquiriu o imóvel quando casada e agora aliena-o como desquitada e daí a necessidade de, ser apresentado o formal de partilha.

II - Houve impugnação do suscitado, a fls. 15 aduzindo que, realmente a vendedora foi casada no México, Porém o seu casamento foi anulado, como cancelada foi a transcrição do matrimônio no Cartório do Primeiro subdistrito da Capital. Além disso aduziu - a transmitente era casada sob o regime de separação de bens e daí poder alienar seus bens livremente.

III - O Dr. Curador entendeu ser improcedente a dúvida.

IV - Realmente a transcrição do título poderá ser efetivada pela ilustrada serventuária. É que no presente processo ficou bem demonstrado que a vendedora é divorciada na Polônia tendo sido a decisão que decretou a dissolução da sociedade conjugal, devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal. A transcrição do seu casamento realizado no México foi cancelada estando de pleno acordo o seu marido (fls. 28 do processo apensado).

Ora, sendo divorciada a vendedora não podia casar-se, validamente perante as leis brasileiras, mesmo em outro país, no caso o México. Tal casamento não é válido perante nossa lei

Julgo assim improcedente a dúvida.

Publique-se.

São Paulo, 7 de junho de 1972.

O Juiz Corregedor Permanente - Ruy de Mello Almada. - Advogados: Renato Martone - Oswaldo Martone.

590/71 Dúvida Pedro Francisco Dompieri 4.º Registro de Imóveis Vistos etc. - I Quarto Registro de Imóveis suscitou dúvida prenotando devidamente a escritura de compra e venda celebrada entre o Banco Itaú América S. A. como vendedor e Pedro Francisco Dompieri, tendo por objeto um apartamento situado à Nove de Julho n.º 6.015. Alega que o imóvel se acha transcrito em nome do Banco da América S. A. que foi incorporado pelo estabelecimento vendedor e se faz mister transcrever a unidade negociada em nome desde, para de" ser transcrita a escritura de venda a Pedro Francisco Dompieri.

II - O suscitado impugnou a fls. aduzindo que a fusão dos Bancos da América e Itaú não traduzia a idéia de compra e venda dos imóveis possuídos por aquele e portanto desnecessária era a transcrição em nome da nova pessoa jurídica.

III - O Dr. Curador opinou pela acolhida da dúvida.

IV - Procede a dúvida.

Andou acertadamente o Oficial suscitante ao adiar a transcrição do título que lhe foi apresentado. É certo que os estabelecimentos bancários se uniram sob a denominação de Banco Itaú América S. A. Entretanto no tocante aos imóveis possuídos pelo Banco da América S. A. é de rigor a sua transcrição no registro imobiliário, pois houve incorporação do seu patrimônio pelo Banco Itaú S. A.

Oportuna é a lição de Serpa Lopes, "verbis" - Em se tratando de bens imóveis, esse caráter translativo acarreta todas as exigências e formalidades em geral, impostas para a transferência de tal espécie de bens. Assim o respectivo título de transferências de tal espécie de bens. Assim o respectivo título de transferência a ata de constituição da sociedade ou a escritura pública - deverá ser levado à transcrição no Registro de Imóveis da situação destes, competindo tal

providência aos primeiros diretores, sendo o título hábil para essa transcrição, a certidão dos atos constitutivos da companhia, passada pelo Registro do comércio" (Tratado dos Registros Públicos, vol. III, pág. 439).

Houve é certo, no caso "sub examen" um ato de alienação patrimonial pela passagem dos bens da entidade incorporada à incorporadora. Forçoso é reconhecer-se pois que a transcrição pretendida, se feita, quebraria o princípio da continuidade do registro imobiliário que no sistema brasileiro é a tônica da visibilidade e liquidez do domínio.

V - Ante todo o exposto e considerando tudo o que mais dos autos consta julgo procedente a dúvida.

Custas pelo suscitado.

Publique-se.

São Paulo, (3) de junho de 1972

O Juiz Corregedor Permanente - Ruy de Mello Almada. Advogados: Alberto Dias de Mattos Barreto - Manary Vasconcelos Mendes - José Carlos Diniz da Silva - D. F. do Valle - Francisco P. V.

Sobrinho - Roberto A. Marques - D. G. B. Almeida - David Tulmann - Hélio Ramos Domingues.

11.53/71 - Dúvida - 6.º Reg. Imóveis - Antônio Marques - Vistos. 1 - Ao ser apresentada ao Sr.

Oficial da 6.ª Circunscrição imobiliária a escritura de venda e compra de fls. 4/5 pela qual Antônio Marques e sua mulher o imóvel ali descrito, foi suscitada dúvida tendo em vista que no Cartório suscitante consta ofício do Dr. Antônio Leite Oliva, liquidante do Banco Rural do Paraná Ltda., Sociedade Cooperativa, em liquidação extra judicial, de acordo com o Decreto-lei n. 685, de 17 de julho de 1969. tornando efetiva a disponibilidade dos bens dos diretores do referido banco entre os quais está o outorgante vendedor. A dúvida não foi impugnada e o Dr. Curador opinou por sim procedência. Relatados, decido. 2 - O decreto-lei mencionado na suscitação autorizou os liquidantes de estabelecimentos de crédito a tomar medidas tendentes a evitar a disponibilidade de bens de diretores desses estabelecimentos. Desta foi-ma, como pela lei brasileira a propriedade se transmite com a transcrição, justa é a recusa do oficial suscitante em efetuar a retendida transcrição. Pondere-se, além do mais, que os interessados à mio impugnaram a dúvida. 3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei. P. R. I.

São Paulo, 7 de junho de 1972.

(a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

2400/72 - Dúvida - 1.º Reg. De Imóveis - Edwal Cerri. Vistos. 1. Ao ser apresentado à st. Oficial da 1.ª, Circunscrição Imobiliária o contrato de fls. 3/4. foi suscitada dúvida. por entender a suscitante que na cláusula Segunda desse documento ele é tratado como compromisso de venda e compra quando na realidade se trata de promessa de cessão de direitos: aduziu, abala, que sendo a vendedora uma Sociedade, é necessário comprovar a qualidade de representante do diretor que Firma o referido contrato, alem da exibição de quitação para com o I. N. P. S. A dúvida não foi impugnada fls. 12) e o Dr. Curador opinou por sua procedência. Relatados, decido: 2. procede, de fato, a suscitação. Com efeito, o exame do documento levado a registro evidencia que se trata de promessa de cessão de direitos de compromissário comprador e técnicos são de venda compra. Ora, os termos técnicos são empregados por força do rigor que se deve emprestar às transações com imóveis e não se pode receber uma. por outra. No mais, não resultou demonstrado que o signatário da referida promessa tivesse condições para firmá-lo cai nome da, promitente cedente. E, em He tratando de sociedade deve. indubitavelmente, comprovar, a sua situação de regularidade para com o INPS. 3, Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. P. R. T, pagas as custas na forma da Lei.

São Paulo 17, de julho de 1972.

O Juiz de Direito - Gilberto Valente da Silva.

D. O. J., 5-8-72

N.º 2.801/72 - Piero Roberto Del Rigo.

Vistos

O Sr. Oficial da 15.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe sei, apresentada para transcrição a escritura de venda e compra em que comparecem como vendedores Nagib Nami ou Nagib Jafet, sua mulher e outros e como comprador Piero Roberto Del Rio, alegando que deveria comparecer o espólio de Chedid Jafet: ou Chedid Naná Jafet, autorizado por alvará judicial e não a viúva meeira e herdeiros. que não tem título de domínio transcrito em seu nome. A dúvida foi impugnada (fls. 15/16). instruída a impugnação com os documentos (fls. 17/34).

O suscitante se manifestou (fls. 25) e o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela

providência da dúvida Os. 26).

Relatados, decido:

A dúvida procede Com efeito dispõe o artigo 531, do Código de Processo Civil, repetindo o artigo 1801 do Código Civil " julgada a partilha o direito de cada herdeiro limitar-se-á aos bens de seu quinhão".

A contrário senso. portanto enquanto não homologada a partilha. os herdeiros tem direito sobre o acervo deixado pelo "de cujus" sem e especificação de bens.

A herança é um Todo indivisível e no caso, enquanto não partilhados, os bens só o espólio devidamente autorizado pelo juízo do inventário. pode transferir o domínio no que diz respeito a metade pertencente ao "de cujus" e objeto do inventário.

A manifestação dos herdeiros na espécie é colhida nos autos de inventário.

Essa a regra, na matéria em exame. De outro lado no que diz respeito ao registro imobiliário deve ser respeitado a todo custo e princípio da continuidade.

Somente aquele em nome de quem está transcrito o imóvel é que pode aliena-lo; ninguém mais, a não ser em caso de sua morte, o inventariante, devidamente autorizado pelo juízo competente.

Ainda que na prática se compreenda mais fácil e cômoda a outorga da escritura por todo os herdeiros pela viúva meeira, cumpre ponderar também que somente a autorização, judicial dá a certeza de que todos os herdeiros estão sentados e concorde, na alienação e que a Fazenda do Estado, por outros meios de haver o imposto de transmissão causa mortis. também foi chamada a se manifestar e anuiu a Venda.

Mas o Principal obstáculo ao registro é que seu deferimento violaria frontalmente o principio de continuidade, que deve, a todo custo. pena de confusão e incerteza, ser observado.

Eventual engano do oficial suscitante em outro caso. semelhante não é argumento para a efetivação do registro.

Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas na forma da lei. P. R. e I.

São Paulo, 22 do, agosto de 1972.

(a) Gilberto da Silva - Juiz de Direito.

Sustação de Protesto - 1238/72 - Valvotécnica Indústria de Válvulas S. A. contra Terceiro Cartório de Protestos. Advogados: Mathias Alexey Woeiz - Antônio Prestes D'Avila - José Maria de Almeida Rezende. Vistos.

1) Valvotécnica Indústria de Válvulas S. A. requereu, perante este Juízo, a sustação do protesto de uma letra de câmbio emitida em 12 de novembro de 1969 pela Casa J. Santos Coelho Comercial e Comissária Limitada, do valor de Cr\$ 6.319,05, com vencimento em 15 de março de 1970, alegando que pela Convenção de Genebra o protesto por falta de pagamento de uma letra deve ser feito num dos dois dias úteis seguintes aquele em que a letra é pagável. Acrescente, ainda, que o referido título não pode ser protestado pois o registro do endosso exigido pelo Decreto-lei n.º 427/69, regulamentado pelo, Decreto n.º 64.156/69 foi feito extemporaneamente, isto é, a 10 de março de 1970, ou seja, passados mais de dois anos do endosso ou do vencimento.

Deferida a liminar, foram solicitadas informações e prestadas (fls. 11/13). O Dr. Curador opinou pelo indeferimento (fls. 11/16), voltando a se manifestar o requerente (fls. 18/20) o Dr. Curador, (fls. 21).

Relatados, decido:

2) O presente pedido é admitido neste, Juízo porque visa apenas o aspecto correccional. Os seus dois fundamentos dizem respeito à impossibilidade do protesto do título, o primeiro, esteado na, convenção de Genebra e, o segundo, invocando impossibilidade do curso da cambial, pelo registro tardio do endosso.

O primeiro esteio da pretensão não tem fundamento. Com efeito, já decidiu este Juízo que o protesto pode ser tirado e que o dispositivo invocado apenas tem incidência quando há coobrigações o que, na espécie, não ocorre.

De outro lado, segundo se verifica de fls. 16, houve dois endossos, devidamente registrados, o primeiro em 14-11-69, pelo Banco Itaú América e o segundo em 1.º de março de 1972, pelo Banco S. Magalhães.

Entretanto, segundo dispõem os decretos citados pela requerente, os endossos de títulos para estabelecimentos bancários não estão sujeitos a registro perante a Delegacia da Receita Federal. Ainda, pois, que o endosso tenha ocorrido após o vencimento, não estava ele sujeito a registro c, desta forma não há qualquer nulidade do título,

Assim, do ponto de vista meramente correccional, não há impedimento para o protesto

pretendido. A alegação de que o "Título já fora liquidado junto a emitente" (fls. 2) só pode ser discutida no juízo competente e não impede aqui o seu curso no Cartório de Protestos.

3) Em face do exposto., indefiro o pedido de fls. 2/5, e, de consequência, determino se dê ciência ao 3.º Cartório de Protestos para que prossiga com o protesto do título, uma vez que, eventual recurso, não terá efeito suspensivo.

P. R. I. - São Paulo, 29 de julho de 1972.

(a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito,

D. O. J., 4-8-72

ANO XX

Nº 095 - Publicação: Set/Dez 1972

REDAÇÃO:

ARTIGO INAUGURAL

Segundo temos conhecimento, a Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça de Santos, São Vicente e demais comarcas do Litoral, bem como a Associação dos Servidores da Justiça de São José do Rio Preto, representaram ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pleiteando, além do atendimento a outras reivindicações, - a elevação dos proventos de nossa aposentadoria.

Os processos relativos a tais representações foram encaminhados, para a devida apreciação, ao Instituto de Previdência, cujo "Setor", ou "Departamento Atuarial", sob o fundamento de que a matéria a ser ventilada era sobremodo complexa, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para seu estudo.

Atendendo à sugestão aludida, o Governo houve por bem constituir o mencionado Grupo, para a formação do qual foram escolhidas as cinco ilustres personalidades que se encontram relacionadas no artigo 1.º do Decreto de 26 de Janeiro do corrente ano.

Dando início ao referido estudo, o Grupo de Trabalho, pelo seu douto Presidente, solicitou àquele Instituto nova manifestação de seu Departamento Atuarial, cujo chefe opinou, entretanto, no sentido de ser totalmente desaconselhável o atendimento, na oportunidade, das citadas reivindicações.

A vista de tal pronunciamento, era de esperar-se que dito Grupo desse por encerradas suas atividades, o que, todavia, não aconteceu, pois, não obstante os termos do pronunciamento aludido, ou talvez, por causa dele - decidiu fazer uma revisão da lei n.º 10.393 de 1970, com o intuito de aprimorar as disposições de seu texto.

Desse trabalho, resultou, - ao que também nos informaram - o anteprojeto de uma nova lei de aposentadoria, que aproveitando o que de bom se contém na atual, a refaz em vários pontos, introduzindo-lhe modificações que muito poderão contribuir para robustecer a economia de nossa Carteira de Previdência, pondo-a, assim, em condições de prestar aos seus contribuintes a maior soma possível de benefícios.

Tal anteprojeto, consoante, por igual, nos foi esclarecido, se encontra atualmente, isto é, no momento em que redigimos estas notas - na Secretaria da Fazenda, aguardando a manifestação de seu ilustre titular, Dr. Antonio Rocca, que esperamos lhe seja de todo em todo favorável, uma vez que a sua conversão em lei não acarretará ônus algum para o Erário do Estado.

Só nos resta, pois, formular os melhores votos para que o dinâmico Governo do Sr. Laudo Natel, que tão compreensivo tem sido sempre para com as necessidades de todos nós, serventuários e demais servidores da Justiça, se digne não só de adotar o anteprojeto de autoria do referido Grupo de Trabalho, mas também de se esforçar no sentido de que ele venha, quanto antes, a ser transformado em lei.

* * *

Não podemos, outrossim, deixar de fazer referência às cartas que a Associação vem freqüentemente recebendo de nossos colegas do Interior, no sentido de pleitear do Governo do Estado a atualização das taxas constantes do atual Regimento de Custas e Emolumentos, sob a alegação de que elas se encontram de todo superadas.

Parece-nos que tal reivindicação merece, igualmente, ser atendida pelo nosso Governo com a urgência imposta pela difícil situação econômica que aqueles nossos colegas estão atravessando, segundo as reiteradas queixas que deles vimos recebendo.

Argumentam, justificando a procedência dessa reivindicação, que a partir da data em que entrou em vigor o citado Regimento, ou seja, desde março de 1970, o Salário Mínimo já foi três vezes aumentado, enquanto que as referidas taxas continuam as mesmas, - não obstante a redução sofrida pelo seu valor real ser idêntico, se não até maior, à verificada, no mesmo período, por aquele salário.

LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS

Devendo terminar no fim do ano em curso o prazo para entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 1000, de 1969, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos Registros Públicos instituídos pelo Código Civil - mas encontrando-se em tramitação, no Congresso Nacional, nova proposição objetivando a reformulação. do seu texto, foi aquele prazo, por via disso, mais uma vez prorrogado, desta feita até 30 de junho de 1973, conforme se verifica do Decreto n.º 71.523, de 11 de Dezembro de 1972, cujo texto encontra-se na Seção própria da nossa revista.

FUNRURAL

No último número deste "Boletim" tivemos a oportunidade de dar conhecimento aos nossos colegas, principalmente do Interior, da carta que o Presidente da Associação, Sr. Julio de Oliveira Chagas Netto, dirigiu ao Sr. Diretor da Regional do Funrural em São Paulo, no dia 22 de Agosto de 1972, solicitando esclarecimento sobre a matéria objeto de algumas disposições do Decreto n.º 69.919, de 11 de Janeiro do ano em curso, que regulamentou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

Infelizmente, até agora, 30 de novembro, data em que estamos redigindo a presente nota, nossa Associação não teve a honra de ser distinguida com qualquer resposta a tal missiva, não obstante o seu endereçamento àquela Regional haja tido por escopo esclarecer os contribuintes da referida entidade sobre como proceder para cumprir as exigências constantes do Decreto regulamentar aludido, - uma vez que, ao que tudo indica - dado o número de pedidos de informações a respeito que temos recebido - a implantação do sistema não foi ainda concluída. De qualquer forma, continuamos aguardando que a Regional de São Paulo se digne responder à citada carta da Associação, - e tão logo o acontecimento se verifique, dessa resposta será dado imediato conhecimento aos colegas, por meio de circular.

IMPOSTO DE RENDA

PORTARIA

DISPONDO SOBRE AS DECLARAÇÕES RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1973

É a seguinte a íntegra das Portarias assinadas pelo ministro da Fazenda:

I - O Imposto de Renda progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas, residente ou domiciliadas no Brasil, nos termos do artigo 1.º do Decreto n.º 1. 246 de 14 de novembro de 1972, será cobrado no exercício financeiro de 1973, de acordo com a tabela constante desta portaria.

II - O abatimento anual como encargo de família, por dependente, no exercício financeiro de 1973, será de Cr\$ 3.099,00.

III - Os demais valores expressos em cruzeiros na legislação do Imposto de Renda serão atualizados, no exercício financeiro de 1973, mediante aplicação do coeficiente de 1,15, tabela do Imposto de Renda progressivo, pessoa física.

EXERCÍCIO DE 1973

Classes de renda líquida:

Alíquota

Até 7.600,00	isento	
De 7.601,00 a 8.200,00	3%	
De 8.201,00 a 10.900,00	5%	
De 10.901,00 a 15.200,00	8%	
De 15.201,00 a 21.700,00	12%	
De 21.701,00 a 29.700,00		16%
De 29.701,00 a 40.300,00	20%	

De 40.301,00 a 53.400,00	25%
De 53.401,00 a 79.700,00	30%
De 79.701,00 a 104.200,00	35%
De 104.201,00 a 152.700,00	40%
De 152.701,00 a 198.700,00	45%
Acima de 198.700,00	50%

O ministro da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o artigo 28 do Decreto Lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, resolve:

Fixar limites de rendimentos e de posse ou propriedade de bens das pessoas físicas, para fins de apresentação de declaração de rendimentos, no exercício financeiro de 1973:

A) Que tiverem auferido, durante o ano de 1972, rendimentos brutos em montante superior a Cr\$ 7.600,00, apurados de acordo com a legislação em vigor;

B) Que no ano base de 1972 tenham auferido quaisquer rendimentos no exercício de profissões liberais, ou como titulares, sócios cotistas, administradores e diretores de empresas individuais e de sociedade de qualquer espécie, excluídas as sociedades religiosas e políticas;

C) Que tenham tido, durante o ano de 1972, independentemente do montante dos rendimentos brutos auferidos, a posse ou a propriedade de quaisquer dos seguintes bens e valores:

1 - Veículos automotores com mais de 30 HP;

2 - Embarcação de transporte, com finalidade econômica e barco de corrida ou recreio, de qualquer natureza;

3 - Aeronave;

4 - Residência de veraneio ou casa de campo;

5 - Imóvel urbano, com ou sem benfeitorias, alugado, desocupado ou com seu uso cedido gratuitamente;

7 - Títulos patrimonial e ou de sócio proprietário de clube recreativo ou sociedade desportiva, de valor venal superior a Cr\$ 5.000,00;

8 - Título de renda e/ou títulos de crédito, de valor superior a Cr\$ 5.000,00;

10 - Créditos e bens de quaisquer montantes e espécies disponíveis ou existentes no exterior.

II - Determinar que a Secretaria da Receita Federal promova a distribuição gratuita, a todas as pessoas físicas abrangidas por esta Portaria, dos formulários de declaração e seus anexos, bem como das instruções para o seu correto preenchimento no exercício de 1973.

III - O secretário da Receita Federal baixará as instruções necessárias à execução das determinações contidas nesta Portaria.

APOSENTADORIA MAIOR NÃO DEMORARÁ A CHEGAR

O aumento do teto das aposentadorias por tempo de serviço - que passaria de dez para 20 salários mínimos é um reflexo de leque salarial, e vem resolver de pessoas que ganham, atualmente mais de Cr\$ 5 mil e só podem contribuir até dez salários, para fins de aposentadoria. A afirmação é do superintendente do INPS em Minas, João Camilo de Oliveira Torres, que, no entanto acredita que "esta modificação não deve ter qualquer reflexo no custo da mão-de-obra, pois, segundo o presidente do Instituto, Luís Seixas, o recolhimento da contribuição só será exigido do próprio empregado, não onerando, portanto, o empregador".

Para João Camilo, "o aumento do teto das aposentadorias também é sinal de que estamos em época de desenvolvimento rápido, sendo, portanto, um fenômeno de país em crescimento. Esta medida viria sanar os problemas das pessoas que ganham mais de dez salários-mínimos e que estavam impedidos, pela lei de 1966, de recolher mais que isso, para fins de aposentadoria".

Explicou que "isso é reivindicação antiga, principalmente dos profissionais liberais, que em muitos casos ganham mais de Cr\$ 5 mil. A medida vai depender de decreto-lei ou lei, depois dos estudos que estão sendo feitos pelo Ministério do Trabalho, através do INPS".

Para o superintendente, "o aumento da contribuição ao Instituto, parte do trabalhador e do empregador, poderia ter reflexos no custo da mão de obra e, conseqüentemente, elevar o custo da vida, mas os estudos que estão sendo feitos pelo INPS visam, antes de tudo, cobrar apenas do empregado".

"Normalmente, a parte do empregador recolhida ao INPS, é computada nos custos de produção da empresa, onerando portanto o custo do produto: com a elevação do teto das aposentadorias, isso não deve ocorrer, pois segundo as informações extra-oficiais, só o empregado vai recolher

tal contribuição, cujo percentual ainda não foi estabelecido".

VISITAS:

Nossos colegas da Capital, liderados pelo Presidente da Associação, sr. Julio de Oliveira Chagas Netto, estiveram, nas vésperas do Natal, em visita aos Exmos. Srs. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça DESEMBARGADOR TACITO MORBACH DE GOES NOBRE, e Corregedor Geral da Justiça, Desembargador JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DE OLIVEIRA, a fim de lhes apresentar seus cumprimentos, agradecer-lhes as atenções dispensadas à nossa classe no decorrer de 1972, e augurar-lhes Boas Festas, assim como um tranqüilo e próspero Ano Novo, cumprimentos e votos esses que tornaram extensivos não só aos ilustres Juízes Auxiliares da Egrégia Corregedoria Geral, doutores MARCELO MARTINS MOTTA, ROBERTO ANTONIO VALLIM BELLOCCHI e FLAVIO CESAR DE TOLEDO PINHEIRO, - assim como ao digno Escrivão do mesmo órgão Judiciário, Sr. EZIO DONATI.

Idêntica visita, com igual finalidade, foi realizada pelos citados colegas ao Exmo. Sr. Juiz Titular da Vara dos Registros Públicos desta Capital, Doutor RUY DE MELO ALMADA, bem como aos M.M. Juízes Substitutos em exercício na mesma Vara, Doutores ALVARO LAZARINI e GILBERTO VALENTE DA SILVA, havendo todos eles, na oportunidade, sido também saudados pelo Presidente de nossa Associação.

Agradecendo a visita, falou o Dr. RUY DE MELO ALMADA, cujo discurso não podemos furtar-nos ao desejo de transcrever na íntegra, pela alta compreensão que o ilustre Magistrado revela possuir da forma superior pela qual devem processar-se as relações entre Juízes e serventuários tendo-se em vista a circunstância de que todos, a final, fazem parte da mesma família, ou seja, - da nobre Família Forense.

É o seguinte o texto da oração aludida:

É com imensa alegria que recebo os meus diletos companheiros de mais de três anos de jornada e o tempo decorrido foi mais que suficiente para nos tornarmos amigos, amizade que muito prezo e muito me envaidece. As nossas relações tem sido não só no campo judiciário, de juiz para serventuário, como no âmbito privado, leais, dedicadas e respeitadas. Amizade assim vale a pena conservar e aprimorar cada dia que passa. Já diz o adágio popular que a amizade é como o vinho - quanto mais velha, melhor. E, diziam os antigos que no vinho está a verdade e como consequência na amizade também. Eu li, há poucos dias uma frase muito significativa: "ninguém por mais rico que seja poderá dizer que não precisa dum amigo". Eu tenho pelos Srs. uma profunda consideração e uma grande amizade, graças às qualidades pessoais de cada um. Ninguém quer aproximação de pessoas que não correspondam aos ideais duma perfeita solidariedade humana. Eu estou na condição de quem poderá proximoamente deixar a jurisdição desta Vara, pois já fui indicado pelo Egrégio Tribunal de Justiça para remoção ao cargo de juiz substituto de segunda instância. Não poderei dizer que estou entristecido com a indicação, que para um juiz é a coroação de anos a fio de trabalho na dificultosa tarefa de distribuir justiça. Digo que não estou entristecido porque, depois de mais de um triênio nesta Vara afeiçoei-me ao trabalho não só de corregedor, como nos registros públicos. No desempenho dessas tarefas nunca dispensei o auxílio dos Srs. nas correições que fizemos. Aliás, correição não é o termo apropriado. O que fizemos foi mais uma visita que a meu ver redundou em frutos valiosos para todos nós. Nessas ocasiões travamos melhor conhecimento não só funcional como pessoal e procuramos tirar aquela tradicional concepção de que correição é punição.

A minha possível saída desta Vara em nada modificará as nossas relações de amizade, que espero continuem para sempre, cada vez mais carinhosa.

Não posso deixar de manifestar minha gratidão a todos os Srs. A todos preciso manifestar o meu reconhecimento mais comovido. Dentre todos os Srs. vou citar apenas dois nomes que representam a grande classe - os Drs. Firmo da Silva e Julio Chagas. São dois grandes homens que se necessário dão o seu sangue pelas categorias que representam, o Dr. Firmo, como Notário conhecido internacionalmente e o Dr. Julio como presidente da Associação dos Serventuários, entidade a que empresta o brilho da sua personalidade formosa.

Não posso deixar de manifestar o meu reconhecimento aos funcionários da Casa. Graças ao nosso eminente Corregedor Geral da Justiça, o Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, tivemos o nosso quadro de auxiliares ampliado satisfatoriamente, lembrando agora que o precursor dessas providências foi o meu querido colega Dr. Gilberto Valente da Silva, que não é

valente só no nome, mas um incansável batalhador no prestígio desta Vara. A S. Excia. devemos o aumento de funcionários para os serviços cartorários, bem como as nossas melhores acomodações, com mais duas salas espaçosas e arejadas. E nelas o eminente magistrado tem manifestado o fulgor da sua erudição e eficiência na solução dos problemas jurídicos.

Ele já esteve entre nós anteriormente, mas nos foi roubado, porque em outros setores forenses havia carência de tão preciosa mão de obra.

A sua volta a este pretório se deve ao nosso grande amigo prestigiado magistrado Dr. Álvaro Lazzarini que recentemente levou uma estatística ao Exmo. Sr. Corregedor Geral, que comprovava que só neste ano entraram mais de dez mil feitos novos nesta Vara.

O Dr. Álvaro é um gigante. As suas sentenças não podem, como é natural, ficar nas entranhas dos autos. Elas são amplamente publicadas nos jornais de grande circulação, como se lê quase que semanalmente nas colunas do grande jornal "O Estado de São Paulo", que carinhosamente chamamos de estadão. S. Excia. veio enriquecer esta Vara, com a sua ilustração, com o seu prestígio e com o seu trabalho dedicado e eficiente.

Eu não faço despedida, ante à eventualidade da minha saída. Pretendo ser um bom filho, para fazer jus ao dito conhecido de que "o bom filho à casa torna".

UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO LATINO

Recebemos, da entidade em epígrafe, sediada em Buenos Aires, República Argentina, a carta abaixo transcrita, pela qual nos é solicitada a publicação da notícia, que também a seguir transcrevemos, da realização, naquela Capital, do Primeiro Congresso Internacional de Direito Registral, simpósio esse sobre o qual estampamos, noutro local do presente Boletim, extensa reportagem feita pelo nosso colega, Dr. ELVINO SILVA, que participou da Delegação representativa do Brasil na reunião aludida:

Unión Internacional del Notariado Latino

Sede Permanente: avenida Callao 1.542

Buenos Aires (Argentina)

Consejo Permanente

Archivo Sección Americana

Regente: escribano Jorge A. Bollini

Avenida Callao 1542

Buenos Aires (Argentina))

Buenos Aires, 18 de diciembre de 1972

Señor Director dei Boletim da Associação dos

Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo

R. Senador Feijó, 176

SÃO PAULO - BRASIL

De mi mayor consideración:

Me es grato dirigirme a usted, a fin de remitirle copia del informe sobre la realización del I Congreso Internacional de Derecho Registral, llevado a cabo en Buenos Aires, Argentina, del 27 de noviembre al 2 de diciembre del año en curso.

Le encarezco quiera tener a bien disponer la más amplia difusión del mismo.

Al agradecer desde ahora su atención, saludo a usted con mi consideración más distinguida.

(Jorge A. Balbini))

I CONGRESO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL

Entre el 27 de noviembre y el 2 de diciembre del corriente año se celebró en el Colegio de Escribanos de la Capital Federal el Primer Congreso Internacional de Derecho Registral que contó con una numerosa y calificada concurrencia.

Estuvieron representados los siguientes países, Alemania Federal, Argentina, Brasil, Canadá, Costa Rica, Ecuador, España, Italia, Grecia, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Puerto Rico, Santo Domingo, Uruguay y Venezuela. La Organización de los Estados Americanos, Bélgica, Francia y Suiza asistieron en el carácter de observadores.

Tanto la sesión de apertura como de clausura, los plenarios y deliberaciones de las comisiones se realizaron en el Colegio de Escribanos de la Capital Federal, y algunas de estas últimas en la Universidad Notarial Argentina.

El acto inaugural contó con la presencia del Ministro de Justicia de la Nación, doctor Gervasio C. Colombras; representantes del Poder Judicial de la Nación, Fuerzas Armadas, Embajadas acreditadas en nuestro país, Unió Internacional del Notariado Latino, Unesco, OEA, Consejo Federal del Notariado Argentino, Colegios de Escribanos, Universidad Notarial, Registradores de los países concurrentes y de nuestro país, y colegios profesionales. Hicieron uso de la palabra el escribano Antonio J. Llach, presidente del Colegio de Escribanos de la Capital Federal y del Consejo Federal del Notariado Argentino, el escribano Pedro M. Hegoburu, presidente de la Unión Internacional del Notariado Latino, el doctor Edgardo A. Scotti, Presidente de la Comisión Organizadora del congreso y el Ministro de Justicia el doctor Gervasio Colombras, quien declaró inaugurado el Primer Congreso Internacional de Derecho Registral.

La mesa ejecutiva del Congreso quedó integrada así: presidente: Edgardo A. Scotti (Argentina); vicepresidente 1.º: Pío Cabanillas Gullas (España); vicepresidente 2.º: Edmund Liermann (Alemania); vicepresidente 3.º: María Luisa Berlingieri de Fuster (Puerto Rico). Los distintos trabajos presentados por las delegaciones fueron tratados por tres comisiones.

La comisión correspondiente a los temas I y II dedicó su cometido al estudio exclusivo de las ponencias formuladas por la delegación españolas tituladas: "Carta de Buenos Aires sobre los Registros Públicos de Bienes" y las presentadas por la delegación argentina. Tras amplio debate se arribó a un consenso general sobre las distintas postulaciones, unificándose en algunos casos los textos respectivos. La redacción definitiva quedó a cargo de una comisión y sus conclusiones fueron aprobadas por el plenario.

La comisión correspondiente al tema III tuvo por objeto intercambiar ideas sobre técnicas de la registración, bajo la consideración que deben primar criterios flexibles para cada país. De las ponencias aprobadas por el Congreso, merecen destacarse la de declaración de principios y normas propias sobre el derecho registral, que constituyen una disciplina independiente e integra el sistema jurídico, concretada en la "Carta de Buenos Aires", y la creación del Centro Internacional de Derecho Registral, con sede permanente en la ciudad de Buenos Aires.

Se aprobó como sede del II Congreso Internacional de Derecho Registral la ciudad de Madrid (España), para el año de 1974.

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO REGISTRAL

Sob os auspícios do Ministério da Justiça e do Instituto de Direito Registral da Universidade Notarial da Argentina realizou-se, no período de 27 de novembro a 2 de dezembro p.p. em Buenos Aires, o Primeiro Congresso Internacional de Direito Registral.

A delegação brasileira foi honrada com a presença do Exmo. Sr. Desembargador Dr. José Carlos Ferreira de Oliveira, D. D. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo e do Exmo. Sr. Dr. Rui de Melo Almada, D. D. Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos da Capital de São Paulo. Integraram a delegação brasileira, os seguintes membros: de São Paulo - Pedro Silveira Gonçalves, oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis - Capital, Elvino Silva Filho, oficial do 1.º Cartório de Registros de Imóveis de Campinas, Nelson Lobo, oficial do Registro de Imóveis de São Vicente, Ely Guedes, oficial do Registro de Imóveis de Registro, José Fernando de Conti, Oficial-Maior do Registro de Imóveis e Acrísio Cardoso de Souza, Tabelião, ambos de São Caetano do Sul e Edson Josué Campos Oliveira, do 4.º Tabelionato de São Paulo; de Brasília: Léa Emília Braune Portugal - Oficial do 1.º Registro de Imóveis; de Minas Gerais: Francisco Casimiro Martins Ferraz, Oficial do Registro de Imóveis de Belo Horizonte; Carlos Henrique Salles, Oficial Maior do Registro de Imóveis de Belo Horizonte; da Guanabara: Antonio Pádua Ramos Mello, Oficial Substituto do 5.º Registro de Imóveis; Fernando Bezerra Falcão - Oficial Maior do Registro de Imóveis e Silvério Ximenez Azevedo, Tabelião; de Santa Catarina: Roberto Baier - Oficial do Registro de Imóveis de Blumenau.

O Presidente de nossa Associação - Julio de Oliveira Chagas Neto, que iria chefiar a nossa Delegação, viu-se impossibilitado de participar do Congresso em virtude do agravamento do estado de saúde de seu progenitor, delegou, então, essas funções ao colega Elvino Silva Filho, Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, e um dos Suplentes da Diretoria de nossa Associação.

Os Congressistas foram divididos em três Comissões. A primeira ficou incumbida do exame das teses apresentadas em, relação aos itens I e II do Temário, e, que diziam respeito à segurança jurídica e à publicidade imobiliária. A segunda Comissão ficou encarregada do exame dos trabalhos relativos ao item III do Temário concernente às Técnicas do Registro, e, dos quais tiveram realce e preponderância os que versaram sobre a Mecanização dos Registros. A Terceira Comissão coube o exame dos trabalhos sobre a criação de uma entidade permanente para organizar os futuros Congressos de Direito Registral e para coordenar o intercâmbio de informações sobre o Registro da Propriedade Imóvel.

A Delegação Brasileira participou ativamente das três Comissões discutindo as teses apresentadas pelas Delegações da Argentina e da Espanha. Não teve oportunidade de apresentar nenhum trabalho escrito ao Congresso, mas justificou, nas três Comissões e também no plenário, a sua omissão em face das profundas transformações sociais, econômicas, e, principalmente legislativa que está sofrendo o nosso país, atravessando uma verdadeira fase de transição legislativa, com elaboração e discussão do projeto de Código de Processo Civil e do anteprojeto de Código Civil, o que tinha motivado ao nosso Governo a suspensão reiterada da vigência do Decreto-lei n.º 1.000 de 21 de outubro de 1969. A falta da sedimentação legislativa, e, também pela exiguidade do tempo não pode apresentar ao Congresso nenhum trabalho. Após os debates nas Comissões, o plenário do Congresso aprovou a fixação de princípios relativos ao Registro da Propriedade Imóvel os quais foram consubstanciados em um documento denominado "CARTA DE BUENOS AIRES", e que recebeu a assinatura dos Presidentes das Delegações dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Costa Rica, Equador, Espanha, França, Grécia, Honduras, Itália, Nicarágua, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Suíça, Uruguai e Venezuela.

O teor desse documento é o seguinte:

PRIMER CONGRESO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL

27 de noviembre al 2 de diciembre de 1972

CARTA DE BUENOS AIRES

Considerando:

Que en tanto el desarrollo comparativo registral permita formulación universal de sus principios, conviene adoptar expresiones que aunque no coincidan con textos positivos de las legislaciones, sean admitidas por la Doctrina;

Que la delegación de España ha contribuido eficazmente en la preparación del presente documento que, a su propuesta, se llamará "CARTA DE BUENOS AIRES", cuyo texto ha sido examinado, discutido y aprobado por las demás delegaciones concurrentes, y

Que las delegaciones asistentes, en su mayoría herederas de la estirpe hispana y de sus valiosas instituciones jurídicas, reconocen en ese gesto un nuevo aporte de la ciencia e hidalguía Española.

Por tanto,

EL PRIMER CONGRESO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL BAJO LA DENOMINACION DE "CARTA DE BUENOS AIRES",

DECLARA:

I

El Derecho Registral integra el sistema jurídico con normas y principios propios, de derecho público y privado, que coexisten y funcionan armónicamente, constituyendo una disciplina independiente de la cual el Derecho Registral Inmobiliario es una de sus principales ramas.

II

Los principios del derecho registral son las orientaciones fundamentales que informan esta disciplina y dan las pautas en la solución de los problemas jurídicos planteados en el derecho positivo.

III

Los Registros Públicos Inmobiliarios de carácter Jurídico, son instituciones específicas organizadas por el Estado y puestas a su servicio y al de los particulares, para consolidar la seguridad jurídica, facilitar el tráfico, garantizar el crédito y el cumplimiento de la función social que tiene la propiedad, compatible con la libertad, el progreso y el desarrollo de los pueblos.

IV

En el estado actual de la ciencia y técnica jurídicas, los registros inmobiliarios constituyen el medio más eficiente para la publicidad de los derechos reales sobre inmuebles, los gravámenes que los afectan y las medidas que limiten o condicionen su libre disponibilidad, sin perjuicio del

distinto valor y alcance que se asigne a la inscripción dentro de las modalidades de las legislaciones.

V

El principio de inscripción es común a todos los sistemas registrales y su base fundamental, del cual derivan sus efectos, tipificación y características.

VI

La legislación relativa a la constitución, adquisición, transinisión, modificación, extinción de derechos reales sobre inmuebles o cualquiera otra situación jurídica, debe procurar la protección tanto del interés del titular como la seguridad del tráfico jurídico y, además, coadyuvar con la efectiva realización de los planes de desarrollo económico y social, todo ello a tenor de la idiosincrasia de cada país.

VII

Los medios adecuados para alcanzar la publicidad registral radican en que la legislación prevea los siguientes aspectos fundamentales:

a) Que en todo acto o negocio jurídico inscribible intervengan siempre profesionales especializados, pues su particular preparación les permitirá examinar con espíritu crítico y valorativo el conjunto inescindible de hechos, actos, negocios y titularidades que siempre se presentan como necesarios para alcanzar estos resultados.

b) Que todo acto o negocio inscribible es necesario que se formalice en documento auténtico, garantizándose de esta manera la legitimidad, legalidad y certeza del derecho.

VIII

La registración de los derechos y situaciones jurídicas sobre bienes inmuebles debe ser obligatoria.

IX

La protección registral se concede a los títulos previa calificación de su legalidad por el Registrador quien ejercita una función inexcusable.

X

Debe adoptarse como base para la registración la unidad inmueble y sua manifestación formal, a través del folio o ficha real, para la aplicación del principio de determinación y la conveniente vinculación con el régimen catastral.

La utilización de la unidad inmueble sustenta la vigência íntegra de los principios de especialidad y tracto sucesivo.

XI

La prioridad de los derechos se determina por su ingreso en el Registro.

El rango de los derechos compatibles en tanto no afecte el orden público, puede ser objeto de negocios jurídicos, como la reserva, permuta o proposición.

XII

Los derechos inscribibles se derivarán del titular inscripto, de modo tal que el registro contendrá el historial completo de los bienes. El tracto sucesivo puede ser abreviado o comprimido.

XIII

Los asientos de los registros y su publicidad formal, deben estar bajo la salvaguardia de los tribunales de Justicia.

XIV

El registro se presume exacto e íntegro, tanto cuando proclama la existencia de un derecho como cuando publica su extinción, mientras por sentencia firme inscripta no se declare lo contrario.

XV

Se presume que el derecho inscripto existe y corresponde a su titular quien se halla exonerado de la carga de la prueba.

XVI

La presunción legitimadora del Registro para el que adquiera de buena fe y a título oneroso con apoy en el mismo es incontrovertible.

Ha de asegurarse la debida reparación del interés legítimo perjudicado.

XVII

La buena fe del tercero se presume siempre mientras no se pruebe que conoció o debió conocer la inexactitud del Registro.

XVIII

La titularidad y la libertad de cargas o la existencia de gravámenes sobre los inmuebles se

acreditará por certificación del Registro expedida conforme a las leyes, la cual gozará de la virtualidad necesaria en todos los países en tanto sea compatible con las legislaciones nacionales.

XIX

Los Estados deben evitar la sanción o derogar la vigencia de normas que restrinjan, limiten o demoren la registración, sin perjuicio de arbitrar los medios idóneos para garantizar el cumplimiento de sus disposiciones administrativas y tributarias.

Buenos Aires, 2 de diciembre de 1972.

Rubricado por las delegaciones de Alemania, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Costa Rica, Ecuador, España, Francia, Grecia, Honduras, Italia, Nicaragua, México, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Suiza, Uruguay y Venezuela.

Em relação a mecanização dos registros, foram fixadas e aprovadas as seguintes conclusões:

COMISION III. - DESPACHO PROPUESTO POR LA COMISION. -

I) La mecanización - simple medio instrumental -, debe estar siempre subordinada a los principios sustantivos y finalidades esenciales del sistema registral.

II) El grado que precisa alcanzar la mecanización está, además, condicionado a las peculiaridades jurídicas y a las circunstancias geo-políticas y socio-económicas de cada país.

III) Los organismos competentes de cada país en este particular campo del derecho, estudiarán e implantarán en los Registros de la propiedad las modernas técnicas de racionalización del trabajo administrativo y de mecanización.

IV) Teniendo en consideración el carácter jurídico de la registración, su fehaciencia sólo emana del proceso documental, cuya elaboración es exclusiva de quien expide el documento inscribible por una parte y por otra, de quien en ejercicio de la función registral, redacta y practica el asiento.

De lo expuesto resulta que no es suficiente, desde el punto de vista de su valor jurídico, el mero almacenamiento de información en un soporte material como es el cibernético, sino que es indispensable, como contrapartida, la constancia documental formal, redactada y firmada por el registrador.

V) La mecanización no puede limitar el nacimiento de nuevas figuras jurídicas que deban tener acceso al Registro ni obligar a la utilización de modelos para la contratación.

VI) Debe adoptarse como base para la registración la unidad inmueble y su manifestación formal por medio del folio o ficha real, se facilita la vinculación con el catastro y el uso de procedimientos técnicos de la registración compatibles con la seguridad jurídica y la celebridad que reclama el tráfico contemporáneo.

VII) No deben incluirse en el folio real, actos o cláusulas de contenido puramente personal o que no tengan transcendencia real, sin perjuicio de su correlación con asientos que se lleven por separado.

VIII) Se estima aconsejable la utilización de la técnica de fichas hojas móviles como elemento soporte de la registración, en reemplazo de libros encuadernados o protocolos.

IX) El acceso a la información registrada debe facilitarse por medio de índices auxiliares mecanizados y actualizados de fincas y de personas que permitan localizarla tanto por los datos identificatorios del inmueble como por el nombre del titular del derecho inscrito.

X) Se aconseja el uso de la microfimación y en general cualquier procedimiento de seguridad, para facilitar la reconstrucción total o parcial del Registro y la conservación de los documentos y libros antiguos que deban archovarse.

XI) La legislación que regule el funcionamiento de los Registros debe prever los siguientes aspectos fundamentales:

a) Requisitos y condiciones personales de los registradores que aseguren su formación ética, jurídica y técnica en el ejercicio de sus funciones, incluyendo la exigencia de título universitario habilitante para el desempeño de profesiones jurídicas y el acceso al cargo mediante un adecuado régimen de concursos de antecedentes y oposición, debiendo asimismo garantizárseles su inamovilidad mientras dure su buena conducta.

b) Los recursos económicos y financieros de las oficinas del Registro y su administración autárquica mediante las tasas, aranceles u honorarios que posibiliten el cumplimiento de sus fines específicos, con personal debidamente remunerado.

XII) Se recomienda la realización de cursos y seminarios de Derecho y Técnica Registral para personal del Registro.

XIII) Es necesario establecer normas legales que regulen la vinculación entre los Registros

inmobiliarios y los organismos catastrales, preserven sus respectivas autonomías funcionales, establezcan su debida coordinación y eliminen sus subordinaciones e interdependencias.
XIV) Las modernas técnicas registrales deben usarse como medio de asegurar no sólo los legítimos derechos privados y la seguridad y agilidad del tráfico inmobiliario, sino también la efectiva función social de la propiedad y la mejor distribución de la riqueza, la factibilidad de los programas masivos de titulación de tierras, las estadísticas que proporcionen a los Gobiernos el conocimiento de la realidad inmobiliaria y sean útiles a la planificación económica y provean un control adecuado del cumplimiento de las leyes de interés social referentes a la riqueza inmobiliaria.

* * *

Este despacho ha sido aprobado en Comisión por unanimidad. Formaron parte de la Comisión Redactora:

Elvino SILVA (Brasil), Oscar A. SALAS MARRERO (Costa Rica); Fernando MUNOZ CARINANOS (España), Francisco VAZQUEZ FERNANDES (México), Iván ESCOBAR FÓRNOS (Nicaragua) y Raúl R. GARCIA CONI (Argentina). - Secretario: Ernesto Emilio CALANDRA. -

As delegações participantes tiveram oportunidade de visitar o Registro da Propriedade Imóvel de Buenos Aires (avenida Belgrano 1130), e, também, o Registro da Propriedade Imóvel de La Plata. Ambos, e, principalmente o primeiro, sofreram radicais transformações em seu sistema, tendo sido adotado o registro através do chamado "folio real" ou ficha relativa a cada imóvel. Nessa ficha, uma vez descrito o imóvel são lançadas as mudanças dos titulares do domínio, bem como todos os direitos reais ou restrições incidentes sobre o imóvel. A mudança do sistema antigo - manuscrito como o nosso atual - para o sistema novo - mecanizado - vem se processando lentamente mas de maneira bastante segura, tanto assim que todo os lançamentos feitos pelo Registro da Propriedade Imóvel de Buenos Aires tem o suporte e o apoio de um computador eletrônico.

Em face de todas essas conclusões e da experiência obtida, e, do contato havido com as delegações de outros países, a Delegação Brasileira, através da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo encaminhará um relatório e um Memorial ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça oferecendo sugestões para a modificação do Decreto-lei n.º 1.000/69 afim de que o Registro da Propriedade Imóvel no Brasil, e, principalmente, nos grandes centros urbanos, possa ser feito de acordo com a conquista da tecnologia moderna, aproveitando os avanços da cibernética, e, ganhando em celeridade e racionalização.

Lançadas as bases estatutárias de uma entidade internacional que deverá chamar-se CENTRO INTERNACIONAL DE DIREITO REGISTRAL, a Delegação da Espanha ofereceu a cidade de Madrid para sediar o próximo Congresso que deverá realizar-se em 1974.

O CONDOMÍNIO EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL

Wilson Dias Castejón.

1.º - A vida condominal é constituída das relações do síndico e do Conselho Consultivo com os condôminos; do síndico, com a zeladora e seus auxiliares; e, finalmente, da zeladoria e seus auxiliares com os condôminos e suas famílias. A Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que tratou da matéria, bem como as Convenções de condomínio em geral, estabeleceu normas para todas essas relações, exceto para as últimas, que são importantes, contínuas e intensa vivência: as do zelador com os condôminos e familiares, ou com os ocupantes eventuais das unidades autônomas. A experiência tem demonstrado que os incidentes e os atritos oriundos dessas relações, que são necessárias e inevitáveis, constituem efeitos das seguintes causas: a) ausência legal ou convencional. de definição das atribuições do zelador no sentido indicado; b) incompreensão ou desorientação do condômino no curso de tais relações, notadamente nos momentos críticos, em razão da inexistência de regras expressas; c/ deformada compreensão do zelador que, ou se inclina à omissão, ou vai pelos excessos, na linguagem ou nas atitudes, ignorando que a sua exata posição fundamental é a de servidor de todos os condôminos na vida condominial, embora

subordinado ao síndico que administra, nos termos legais e convencionais, por delegação dos mesmos condomínios.

2.º - Certamente, o condômino não deve pensar caber à zeladoria do prédio a construção do seu bem estar dentro da unidade que lhe toca no conjunto. Mas, sem duvida alguma, a chave mestra desse bem estar que se acreditou encontrar na mesma casa, segundo enfatizou SILVA PEREIRA, é ter sempre desperta a sensibilidade da vida condominial, revigorando sempre o espírito pelo equilíbrio do bem estar de cada um com o bem estar de todos. Assim, conscientemente auto-limitando as suas liberdades, fácil será, ao condômino compreender que as restrições previstas pela Convenção e fiscalizadas pelo zelador, são a garantia da consecução do benefício geral. Por outro lado, o zelador deve ser esclarecido de que, não obstante desvinculado do dever de servir particularmente aos condôminos, seus eventuais descomedimentos podem provocar efervescência de ânimos ou anular a motivação daqueles que buscam no seu apartamento, especialmente no de praia, o seu refugio de paz, de saúde e de descanso.

3.º - Observa SILVA PEREIRA que a lei não cuidou da figura do zelador ("Condomínio e Incorporações, subordinando o do síndico, confere-lhe diversas e complexas tarefas. O citado autor, no entanto, depois de admitir que o zelador "não passa de um empregado admitido pelo síndico, aceita também "não ser ele pessoa da confiança do síndico" (ob. cit., p. 165). E acrescenta que, como mero empregado, o zelador tem autoridade para advertir os condôminos em casos de desrespeito às normas disciplinares do edifício. Acaba o jurista mineiro por concluir que o zelador, sob um certo aspecto, é delegado do síndico "que por seu intermédio, preenche uma parte das suas atribuições legais e convencionais (ob. cit. p. 166).

4.º - Consideradas as normas legais da matéria e a estruturação do condomínio, essa respeitável opinião merece reparos. A única espécie de delegação prevista pela Lei n.º 4.591, é a do art. 22 § 2.º, em que se focaliza a transmissão de funções administrativas a pessoas de confiança do síndico. É bem de ver que o zelador, por natureza das funções que lhe caber, é um cumpridor de instruções, e não um delegado, em nenhum sentido. Por outro lado, se entendido o verbo advertir com o sentido de avisar, estaríamos de acordo. Mas, se advertir deva equivar a admoestar ou censurar o descabimento da atribuição é de primeira evidencia, pois não se ajusta à condição de empregado do zelador com a posição dos condôminos, seus empregadores, para efeito das leis trabalhistas, sem embargo da sua subordinação funcional ao síndico.

5.º - Por certo, o zelador tem a sua autoridade. Mas não a de um feitor. Nem é um chefe de disciplina. Não encarna os poderes do síndico, na ausência deste, como muitos podem erroneamente pensar, ou como alguns zeladores parecem aceitar. Mas também não é uma figura decorativa ou passiva. Sua posição regulamentar, no mecanismo condominial, é de responsabilidade e necessária. Como nota CARLOS MAXIMILIANO, ela representa a garantia indispensável da paz e de ordem do conjunto, o traço de união entre os moradores, o administrador e a autoridade municipal ou de segurança publica. Sob as ordens do síndico ou de quem suas vezes fizer, o zelador desempenha o papel de vigilância continua do edifício. No sentido global, suas funções são complexas, não podendo guiar-se no relacionamento com os condôminos, na base da só intuição ou do puro arbítrio pessoal, nem permanecer indefesas ao sabor de interesses particulares dos ocupantes de unidades autônomas.

6.º - É intuitivo que a zeladoria de um edifício de apartamentos não pode ficar a mercê do gênio, do temperamento e das tendências do seu titular em aberto confronto com o gênio, o temperamento e as tendências de dade são insuficientes para o alvado que o síndico e sua autoridade são insuficientes para o alcance do correto entrosamento de tais relações. Tal entrosamento não se consegue com simples impulsos pessoais em situações concretas, mas com o estabelecimento de normas. Somente estas evitarão

ou poderão reduzir as vicissitudes, os atritos e, não raro, os escândalos constrangedores capazes de abrir caminho para outras conseqüências imprevisíveis ou perigosas. As normas que oferecemos não tem qualquer caráter discriminatório. A ninguém favorece ao custo do prejuízo de outrem ou de qualquer função. E a todos beneficia. São claras e simples. Oferecem a vantagem de lembrar a todos que têm interesse na manutenção do conceito do seu edifício.

7.º - A ação e a eficiência do trabalho do zelador é apoiada pelo princípio da substituição eventual do síndico ou de subsíndicos na forma da lei (art. 22 § 6.º), pela cooperação de qualquer condômino na ausência destes, para assuntos de disciplina ou de administração de mera rotina. Tal princípio, que poderá ser regulamentado, é um componente natural da simetria do sistema. Sua necessidade aparece com mais nitidez nos edifícios em que o síndico não tem residência permanente. Deve corrigir a viciosa hipertrofia da ação do zelador de que alguns síndicos são tributários. Permitindo, limitadamente, aproveitar a contribuição de cada condômino, nos setores apontados, o princípio, na sua correta execução, poderá despertar preciosa animação da consciência da vida em condomínio. No exercício esporádico de certa autoridade, nos limites regimentais, em colaboração com o síndico - cada condômino deverá sentir-se não mais um alheado, como freqüentemente ocorre, mas um interessado permanente na harmonia geral. Por outro lado, ficará o zelador aliviado de constantes tensões nervosas, podendo dar melhor e mais conveniente aproveitamento da sua atenção aos demais setores do seu trabalho. Com o correr do tempo, verse-á que a aplicação do mecanismo do sistema fornecerá valiosa fonte de orientação dos condôminos para a escolha dos órgãos de administração do condomínio.

DAS NORMAS

1.º - É dever do zelador e dos seus auxiliares tratarem os ocupantes das unidades autônomas, condôminos ou não, com o devido respeito e atenção, e como tal, o zelador e seus auxiliares devem ser tratados.

2.º - O zelador não dispõe de poder executivo disciplinar sobre os ocupantes das unidades autônomas e seus familiares.

3.º - Diante de quaisquer irregularidades ou de violação de normas regulamentares do condomínio, a autoridade do zelador, sempre comedida, projeta-se, antes de mais nada, em atos de esclarecimento, de orientação e de recordação das regras estabelecidas neste instrumento, limitando-se a sua intervenção pessoal - aos atos de persuasão.

4.º - O dever do zelador, baseado na vigilância continua do edifício, é de comunicar imediatamente ao síndico ou substituto eventual, quaisquer irregularidades havidas no edifício ou na sua utilização pelos ocupantes das unidades autônomas, inclusive as que não conseguiu superar ou resolver com esclarecimento, orientação, recordação do regimento interno e com a persuasão.

5.º - Em caso de rebeldia, de alteração ou de perigo de alteração de ânimos, o zelador se absterá de prosseguir no contato direto com o ocupante, levando o caso ao conhecimento dos pais ou responsável, se tratar de menor, ou na ausência daqueles, e no caso de maiores, ao conhecimento do síndico ou substituto eventual, para a adequada solução.

6.º - Em caso de conduta danosa ou perigosa de qualquer ocupante da unidade autônoma, condômino ou não, que mostre, por qualquer razão, não possuir no momento, condições de entendimento do caráter dos próprios atos, fica o zelador autorizado a empregar os meios necessários para evitar ou diminuir os danos causados e obstar o perigo, buscando, se necessário, o auxílio de outras pessoas ou da autoridade policial.

Em tais casos excepcionais, deve o zelador, se possível, obter testemunhas do episódio e das suas providências.

Princípio da substituição eventual do síndico. Ausentes ou impedidos o síndico ou subsíndicos, fica facultada a sua substituição eventual por qualquer condômino que esteja presente, para assuntos de disciplina ou de administração de mera rotina. Conhecimento das normas por todos - Aprovadas as normas para integrarem a Convenção de Condomínio uma cópia deve ser entregue ao zelador que, depois de nela apor o seu ciente e a subscrever, a devolverá ao síndico. Desta cópia, já assinada pelo zelador, deverão ser extraídas outras cópias para serem distribuídas aos condôminos de todas as unidades autônomas, comunicando estes ao síndico o respectivo recebimento com data e assinatura.
(Transcrito "O Estado de São Paulo").

A RENDA DE IMÓVEIS

Nilton Machado Barbosa

É muito comum afirmarem alguns proprietários de imóveis que preferem aplicar dinheiro na aquisição de lojas e prédios destinados a finalidades comerciais ou industriais - ao invés de fazê-lo em casas ou apartamentos - porque, segundo eles, referidos imóveis oferecem boa renda ao capital empregado e concedem grandes vantagens aos locadores.

É inegável que o investimento imobiliário atualmente oferece - qualquer que seja ele condições muito propícias ao investidor porque, além do aluguel recebido pelo arrendamento, o locador incorpora ao seu patrimônio, sem que as vezes o perceba, a valorização crescente que incide sobre o imóvel de sua propriedade.

É fora de dúvida também que o aluguel inicial das locações de imóveis destinados a finalidades comerciais ou industriais é livre, podendo as suas majorações posteriores também serem desde logo estabelecidas livremente no início do contrato.

Mas é bom frisar que se o contrato de locação referente a tais prédios for escrito e de prazo igual ou superior a cinco anos, disporão os seus locatários, então, da proteção da denominada Lei de Luvas - Decreto número 24.150, de 1934 - de modo que, já na primeira renovação do ajuste, se o inquilino não concordar com o aluguel e com as demais condições oferecidas pelo proprietário, poderá ingressar em Juízo com uma ação renovatória a fim de tentar obter o aluguel e as condições que lhe sejam mais favoráveis.

Convém observar, contudo, que nos contratos escritos de prazo até quatro anos, por exemplo, ainda que o prédio seja ocupado para o exercício de atividades comerciais ou industriais, não goza o seu inquilino da proteção da mencionada Lei de Luvas, de modo que, não havendo acordo para a renovação da locação, poderá o locador retomar o prédio para atender à sua mera conveniência, sem necessidade de justificar a sua pretensão em Juízo.

Mas, na locação residencial, cujo contrato seja agora estabelecido não há também nenhuma restrição à fixação do aluguel inicial e dos seus reajustamentos posteriores e - ainda mais - seja qual for o prazo do ajuste, a locação não se prorroga compulsoriamente, podendo ser judicialmente rescindida, sem necessidade de justificação do pedido.

Sendo assim, em contratos de prazo até quatro anos, não há, como se vê, praticamente nenhuma diferença de tratamento legal entre as locações residenciais e as não-residenciais, de modo que o investidor pode aferir sua conveniência observando apenas o melhor aluguel que possa obter em cada uma delas.

(Da "Tribuna de Justiça")

ADVOGADOS DO BRASIL ATUAL

Carlos A. Dunshee de Abranches

O aniversário da fundação dos cursos jurídicos enseja, no ano do Sesquicentenário da Independência, uma oportuna revisão do papel do advogado no presente e no futuro de uma nação que, depois de estruturar a sociedade multirracial melhor sucedida no mundo moderno, luta pela integração de um território de 8,5 milhões de km² e pela conquista do desenvolvimento e da justiça social para 100 milhões de habitantes, na era da ciência e da tecnologia. Essa revisão não é fácil porque terá que ser feita num período de exercício de poderes

excepcionais pelo Executivo, cuja ação se expande em todos os regimes políticos; período de reforma institucional e material do Legislativo, para sobreviver à crise universal dos Parlamentos; e de um Judiciário que, assoberbado pelo crescimento dos litígios, cada dia mais afasta-se do lema democrático: Justiça rápida e ao alcance de todos.

O homem da lei teve função destacada na formação da nossa nacionalidade desde a Independência, passando pela República e até a Revolução de 64. Das Faculdades de Direito, na falta de instituições universitárias capazes de preparar economistas, administradores sociólogos e cientistas políticos, saiu a grande maioria dos estadistas, homens públicos e empresários que, com todas as improvisações típicas dos povos latinos, nos trouxeram até o limiar desta arrancada histórica, que ora se abre ao Estado brasileiro na comunidade internacional.

Nos últimos anos, porém, o apreço ao bacharel, ao advogado e ao jurista em geral, declinou neste país, na medida em que alguns deles deixaram de acompanhar a evolução econômica, política e social e em que se apegaram a conceitos teóricos que não correspondem às realidades dos nossos dias. Essa perda de prestígio no novo contexto da vida brasileira chegou ao ponto de a palavra bacharel adquirir uma conotação negativa, ao lado de expressões como político profissional, deputado baiano e outras semelhantes. E não falta quem queira injustamente misturar as figuras do bacharel, do advogado e do jurista dentro do conceito de bacharelise, como vício de falar muito ou de agir sem objetividade.

Os vários diagnósticos oferecidos para explicar estes males apontam fatores como deficiência do ensino jurídico, fraqueza econômica das profissões liberais, impopularidade das funções legislativas, perda de confiança nos tribunais, desprestígio dos órgãos de classe (que os jovens advogados criticam, sob alegação de serem integrados por "medalhães"), aumento da concorrência, redução do nível cultural e técnico da advocacia, etc.

Como todas as generalizações, nenhuma destas explicações é verdadeira, se tomada isoladamente e todas têm um pouco de razão, se consideradas em conjunto. Na verdade, esses fatores sempre existiram em outras épocas e não são fenômenos peculiares ao nosso meio. Pode-se dizer que cada país tem os médicos, os engenheiros, os cientistas ou os advogados que merece, porque todos eles refletem as necessidades e a capacidade das sociedades onde são formados e na qual se destinam a atuar.

É forçoso, porém, reconhecer que uma parte da classe jurídica não foi preparada, nem se adaptou para acompanhar a evolução da vida brasileira e das transformações sociais além das nossas fronteiras. Apeguam-se alguns deles, a princípios superados ou a conceitos grandiloquentes, mas vazios de sentido nos dias atuais. Outros se batem sincera e bravamente por concepções absolutas de liberdade e de democracia, olvidando outros aspectos relevantes do Direito, tais como o equilíbrio indispensável entre liberdade e autoridade, entre direito individual, ordem social e segurança coletiva.

Foram, portanto, lapidares as palavras do representante da Ordem dos Advogados quando, no dia 11 de agosto, fez a apologia da "liberdade dentro da ordem porque há uma disciplina da liberdade no estado de direito. Liberdade compatível com a segurança, porque o estado de direito não é o reinado da insegurança e da guerra revolucionária, mas o império da Lei e da Justiça, adversário tanto dos sangrentos assaltos da subversão quanto dos excessos "ilegais da repressão."

Todos concordamos sobre a necessidade de restabelecer a independência do Judiciário, mas a maioria dos causídicos não se satisfaria com a revogação pura e simples da disposição constitucional transitória que alcança os magistrados. Querem eles, com razão, as urgentes reformas reclamadas pelo mecanismo judiciário, tanto da União como dos Estados.

Nenhum bacharel, advogado ou jurista, digno desse nome, será insensível aos abusos de poder noticiados pela imprensa, mas quase todos lamentam que tais fatos sejam explorados com finalidades políticas ou ideológicas e entendem que o que cabe é denunciar objetivamente às autoridades competentes os responsáveis por esses atos delituosos, de acordo com a Constituição e a Lei n.º 4.898, de 1965, que integram o próprio direito revolucionário.

O advogado, como profissional competente, consciente de seus deveres na realização da Justiça Social e de sua independência, é um dos instrumentos indispensáveis para alcançar o desenvolvimento do Brasil.

(Da Tribuna da Justiça).

ESTRUTURA DA PROPRIEDADE HORIZONTAL

Orlando Gomes

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Ao contrário do que supõem alguns escritores, interessa determinar se, na propriedade horizontal, o terreno é bem principal ou acessório, se, por outras palavras, subsiste a regra "superfícies solo cedit" ou se foi substituída pela regra oposta "solum cedit superfíciei".

A norma de direito comum indica o solo como bem principal, e como acessório tudo o que nele se incorpore, acessão ou benfeitoria.

Ao definir os bens imóveis, o Código Civil distingue-os em três espécies: 1.º) os que o são por sua própria natureza; 2.º) os que o são por acessão física; 3.º) os que o são por acessão intelectual (1).

Os edifícios incluem-se na segunda categoria. A sua condição de acessório do solo está confirmada no art. 547 do mesmo Código. "Tudo o que constrói sobre o solo ao proprietário do solo pertence", na esteira da pura tradição romanística.

O princípio aplicar-se-ia ao edifício de apartamentos construído em terreno alheio se a lei não exigisse que o solo pertença em comum aos donos das unidades isoladas, em fração ideal expressa sob forma decimal ou ordinária (2).

Tendo exigido, a propriedade do apartamento presume a do terreno, em condomínio forçado. Nem assim se eliminou, entretanto, o problema.

As soluções oferecidas, em tese, pela doutrina são as seguintes: 1.º) o solo é o bem principal; 2.º) a unidade independente é o bem principal; 3.º) não há primado do solo sobre o apartamento, nem do apartamento sobre o solo.

A primeira solução funda-se na regra tradicional de que toda construção é acessão do solo, seja qual for o seu valor (3).

A segunda, em fundamentos que são deduzidos mais adiante (4).

A terceira assenta na idéia de que o edifício e o solo, formam um todo, constituindo a propriedade horizontal figura jurídica de natureza complexa na qual não se pode dizer se é principal a unidade autônoma ou o terreno idealmente repartido.

Aceita essa explicação, dentre outros, Pontes de Miranda, para quem, no regime do decreto n.º 5.481, a lei não fez principal o apartamento e acessório o resto, nem principal o indiviso e acessório o diviso (5).

No dizer desse autor, nem o apartamento nem o terreno primam no sentido de principalidade. Acolheu essa opinião, ainda no regime do referido decreto, o Prof. Caio Mário, alegando que a conjugação dos dois direitos (sobre o apartamento e o terreno) é tão íntima, que não se pode atribuir a um ou a outro a preeminência para afirmar qual a principal e qual a acessória (6).

Com esse raciocínio não se resolve, todavia, o problema, senão que se deixa de enfrentá-lo, porquanto consiste, não em definir as relações entre os condomínios, mas o vínculo entre bens integrantes do objeto de uma só e mesma relação jurídica.

É conhecida a estrutura jurídica da propriedade horizontal. Constitui-se de um conjunto de propriedades exclusivas de unidades independentes incorporadas no mesmo edifício, completada pelo condomínio forçado, do terreno e de partes da construção que não podem ser privativas. Definiram-na bem os autores do parecer da Câmara corporativa portuguesa sobre o decreto que originou a lei n.º 40.333, aproveitada no novo Código Civil (art. 1.414 e segs.) .

Nesse documento, assim, se descreveu a estrutura da propriedade horizontal - "cada proprietário tem um direito exclusivo, mas, para que esse direito constitua propriedade de uma casa incorporada no solo, é integrado por uma comunhão nas partes não exclusivas do prédio, que assegura ao proprietário, na medida do possível, a plenitude da propriedade de raiz" (7).

Esse direito é tratado unitariamente pela lei, mas o objeto em que incide é misto - constituído por uma habitação exclusivo, que é o principal, e de coisas comuns, que é o acessório (8). Seu titular é simultaneamente proprietário singular e com proprietário.

Significa-se, nessa descrição de estrutura da propriedade horizontal, que tudo quanto não é objeto de propriedade exclusiva pertence em condomínio aos donos dos apartamentos ou unidades, mas em caráter acessório, por ser complemento necessário da propriedade de cada um.

Outra não é a estrutura dessa figura jurídica no Brasil, porquanto o legislador também adotou o sistema dualista. Entre nós, portanto, o terreno também é acessório do apartamento.

Se é certo, com efeito, que sem ele e as partes comuns do edifício não seria possível a existência de propriedade exclusiva de unidades autônomas, forma-se entre estas e aquele uma relação de subordinação, vale dizer, como observa Ferranti, de acessoriedade (9).

Na propriedade horizontal o solo é, com efeito, acessório do apartamento, "não só porque representa em valor maior do que a utilização das partes comuns, mas também por que na relação jurídica apresenta predominância a idéia deste".

É acessório principalmente porque se acha ligado ao apartamento para servi-lo no sentido de estar destinado ao seu uso perpétuo. Aplica-se-lhe, pois, a regra de que o acessório segue o principal, estatuinto a lei, não só que a cada unidade cabe, como parte inseparável, uma porção ideal do terreno, como também que o terreno é insuscetível de alienação destacada de respectiva unidade (10).

Se é certo que, por efeito desse axioma, o proprietário que aliena a coisa principal aliena ao mesmo tempo as coisas acessórias, não há dúvida de que, à vista do disposto no art. 3.º da lei n.º 4.591, o terreno, na propriedade horizontal, é acessório do apartamento, pois ao vender ou doar este, o proprietário está também vendendo ou doando a fração ideal do terreno a que corresponde.

Por outro lado, acessório é o bem que, para existir, depende do outro. Ora, na propriedade horizontal, pode haver propriedade exclusiva de garagem sem lhe ser atribuída fração ideal específica do terreno (11).

Enfim, para resumir, a fração ideal do terreno não tem individualidade jurídica própria.

A demonstração de que bem principal é o apartamento, encontra confirmação ostentativa em conseqüências que decorrem do caráter acessório do solo. Frédéric Aebly (12) assinala algumas dessas conseqüências a luz do direito positivo belga, dentre as quais a de que os diversos proprietários de apartamentos a construir não estão obrigados a se ceder, mutuamente, o direito de acesso relativo à fração do terreno correspondente a unidade de sua exclusiva propriedade. Também entre nós não é necessária essa mútua cessão.

A natureza acessória do solo está pressuposta na disposição legal que obriga o condômino a abandonar sua parte no terreno na ocorrência de sinistro que destrua mais de 2/3 da edificação (art. 14 da lei n.º 4.591). Decidida a reconstrução de edifício pela maioria, ser-lhe-ão adjudicados as frações da minoria, que a ele se opôs (art. 15). Admitiu-se, pois, que a reconstrução é uma obrigação "propter rem" do solo, despojando-se o condômino de "jus prohibendi" e convertendo-se em obrigação a faculdade de reconstruir.

Mas a propriedade do apartamento somente se adquire após a concessão do "habite-se" pela autoridade administrativa, para a respectiva averbação. No entanto, o apartamento a construir é uma coisa futura, e, se é certo, que se pode transcrever o contrato de venda de uma casa em construção por que a casa é acessório do solo, tal não se admite com o apartamento por que o terreno é, ao contrário, acessório da construção.

Por outro lado, constituem-se constantemente hipotecas sobre apartamentos a construir, isto é, hipotecam-se bens inexistentes no momento da constituição de direito de garantia, o que se não compreende se a fração ideal do terreno for considerada acessório do apartamento.

Pelo visto, a falta de uma definição de legislador a respeito de acessoriedade do solo tem sido fonte de confusões e contradições.

(Da "Tribuna da Justiça").

(1) CC. art. 43.

(2) Lei n.º 4.591, art. 1.º, § 2.º.

(3) Apoiados em Melo Freire, Lafaiete e Lacerda de Almeida sustentaram que o terreno deve ceder ao edifício se este vale muito mais.

(4) Quem primeiro acolheu entre nós esta solução foi Orlando Ribeiro de Castro, in "A Propriedade dos Apartamentos", pág. 13.

(5) "Tratado de Direito Predial", tomo II, pág. 148.

(6) "A propriedade horizontal no novo Regime de Condomínio", pág. 32.

(7) Transcrito in "A propriedade horizontal do Código Civil", de Rui Vieira Miler, Liv. Almedina, Coimbra, 1968.

(8) Parecer, cit.

(9) "Il libro della proprietà", 2.ª ed., pág. 806.

(10) Arts. 1.º, § 2.º e 3.º, da lei n.º 4.591.

(11) Art. 2.º, § 1.º, da lei n.º 4.591.

(12) "La propriété des appartements", págs. 79, 80 e 181.

A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO JAPÃO

Estampamos, abaixo, interessantes observações sobre a organização judiciária do Japão, feitas pela Dra. MIEKO FUJII, funcionária do Cartório do 2.º Ofício Cível da Capital, quando de sua viagem de estudos àquele país, - observações essas que tivemos a oportunidade de extrair do relatório por ela apresentado à EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, referente aos mesmos estudos:

"ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO JAPÃO"

Até a promulgação da atual Constituição (a de 1946) o Imperador e o Gabinete tinham o poder de promulgar leis que diretamente afetavam os direitos e as obrigações do povo.

Sob a Constituição de 1889, no campo judicial, as cortes estavam sob a supervisão geral do Ministério da Justiça que era um membro do Gabinete, embora os juízes no exercício do poder judicial independessem dele. As cortes ordinárias tinham jurisdição restrita sobre as ações civis para decidir litígios entre cidadãos privados e as criminais para punir os culpados. Havia Cortes especiais, tais como: as administrativas e as militares.

A atual Constituição trouxe drásticas inovações na estrutura política do país, bem como no campo judicial. Declara que o poder soberano reside no povo e que o Imperador é somente o símbolo do Estado. A separação de poderes é feita sem qualquer restrição. A Dieta tornou-se órgão exclusivamente legislativo do Estado e as ordenações imperiais e as do Gabinete são somente emanadas para executar as provisões da Constituição e das leis.

O poder executivo foi confiado ao Gabinete o qual no exercício deste poder é coletivamente responsável com a Dieta e pode ser exonerada pela resolução de não confiança da Câmara dos Deputados da Dieta.

Ao supremo Tribunal e aos tribunais inferiores foram entregues o poder judiciário total. Foram abolidos os tribunais administrativos e militar. É assegurada pela Constituição a independência dos juízes no exercício de sua consciência.

O poder judiciário encontra-se em pé de igualdade com os demais poderes não somente sob o aspecto formal (um dos três poderes do Estado) como também substancialmente falando.

Reflexo disso é o fato de que o Presidente do Supremo Tribunal coloca-se no mesmo plano do Presidente da Assembléia Legislativa da Câmara dos Deputados, do Presidente da Câmara do Conselho, do Primeiro Ministro e outros juízes do Supremo Tribunal como os ministérios do Gabinete.

Simultaneamente com a Constituição, criou-se uma nova organização judiciária na qual se prevê cinco espécies de tribunais: o Supremo Tribunal, Tribunais Superiores, Tribunais Distritais, Tribunais de Família, e Tribunais sumários.

O supremo Tribunal, com sede em Tóquio, é a corte mais alta do Japão. Compõe-se de 15 juízes, incluindo o Presidente do Supremo Tribunal na sua sala de audiência, há três quadros representando as qualidades que um juiz deve possuir: a sabedoria, a delicadeza e a coragem, todos tendo como figura central o príncipe herdeiro Shotoku.

O Supremo Tribunal não tem competência originária. Ele só julga em grau de apelação de decisões de Tribunais superiores em razão da inconstitucionalidade ou grosseira violação de leis ou regulamentos.

Em 1947 foi estabelecida no Supremo Tribunal o Instituto Legal de Treinamento e Pesquisa, instituto exclusivamente educacional para profissões legais. Todos os aspirantes a juízes, promotores públicos e advogados, após um concorrido exame, têm dois anos de treino prático neste instituto. Portanto, o exercício da advocacia requer um difícilíssimo exame o que leva a grande maioria de bacharéis em Direito às profissões das mais variadas.

Os assuntos administrativos judiciais, tais como, a designação do posto de juízes, a determinação e remoção dos funcionários do tribunal, exceto de juízes, negócios financeiros do tribunal e outros, são determinados pela Assembléia Judicial de 15 Juízes, auxiliada por um órgão (a secretaria Geral) criado para este fim.

Os tribunais superiores estão situados em oito grandes cidades do Japão: Tóquio, Osaka, Nagoya, Hiroshima Fukuoka, Sendai, Sapporo e Iakamatsu. Cada Tribunal Superior tem sua própria jurisdição territorial sobre uma das oito partes do Japão, respectivamente: Kanto, Kinki, Chubu, Chugoku, Tihô, Kiyushu Tiho, Tohoku, Hokkaido e Chikoku. Alguns Tribunais têm sucursais em número de seis (6) ao todo.

Os Juízes que compõem os Tribunais Superiores são em cerca de 280, incluindo os oito (8) presidentes do Tribunal, mas eles são freqüentemente assistidos pelos Juízes dos Tribunais Distritais especialmente designados.

Em regra, estes Tribunais têm jurisdição sobre os casos de apelação de julgamentos providos de Tribunais, distritais ou de Família.

Os casos criminais originários do Tribunal Sumário contudo, apelam diretamente aos Tribunais Superiores embora, em ações civis da decisão do Tribunal Sumário, o recurso de apelação de 1.^a instância é no Tribunal Distrital e de segunda e última instâncias ao Tribunal Superior

Os Tribunais superiores, excepcionalmente, têm competência originária para julgar litígios de eleição, petição de Habeas-Corpus e casos de insurreição.

Em Tóquio, o Tribunal Superior tem a competência originária para julgar das decisões dos tribunais quase-judiciais como a Fair Trade Commission ou Patente Bureau.

Os Tribunais Distritais são em número de quarenta e nove (49) em, todo o país e têm a sua jurisdição territorial sobre os seus respectivos distritos judiciais, cuja área, com exceção de Hokkaido, é a mesma daquela de cada Prefeitura. As suas sucursais são em número de duzentos e quarenta (240) ao todo, e há cerca de oitenta (80) juízes e quatrocentos (400) juízes auxiliares. A sua competência, principalmente, é originária mas em casos civis, tem competência para julgar em grau de recurso das decisões dos Tribunais Sumários.

Nos Tribunais Distritais os casos são julgados por um juiz singular ou um corpo colegiado de três juízes dependendo da natureza e importância do caso.

Na prática, todavia, a maioria dos casos é julgado pelo Juiz singular. Em grau de apelação, porém, requer-se o colegiado de três juízes.

Em Tóquio tivemos a oportunidade de pesquisar alguns aspectos do serviço cartorário. Há 35 (Cartórios) BU sendo 15 especializados. Normalmente em cada BU, funcionam 5 escreventes, 1 1/2 estenógrafos (equivalente a 2 para 3 Bus) e 3 juízes, embora o maior BU se componha de 35 escreventes e de até 11 juízes. Nos Tribunais distritais, especialmente, em Tóquio, o número de oficiais de justiça sobe a 12 e 154 juízes.

A duração das ações é de cerca de 6 meses a 5 anos, dependendo da complexidade ou não das mesmas. A ação de Despejo termina em cerca de um ano, em média. O valor da causa, na Ação de Despejo, por falta de pagamento é a metade do valor venal da propriedade.

A citação é feita geralmente através dos serviços do Correio, mas excepcionalmente requer-se a intervenção de oficiais de justiça. No mandado de citação consta a data para a apresentação da contestação que poderá ser feita, oralmente na primeira audiência. Esta é marcada para mais ou menos 30 dias após a entrada da petição inicial.

Outro fato que nos chamou a atenção foi a existência de duas salas para a requisição e consulta de autos respectivamente de ações civis e criminais, portanto, não tumultuando as dependências do cartório cujos escreventes trabalham de portas fechadas.

Os Tribunais de Família, criados em 1949, são tribunais especiais e julgam casos domésticos e de delinquência juvenil (menor de 20 anos de idade) e adultos acusados de crimes contra a segurança dos jovens.

Os Tribunais de Família têm sucursais localizadas nos mesmos locais que os Distritais. Cerca de 190 juízes, 150 juízes assistentes e 1.400 agentes examinadores do Tribunal de Família são designados para estes Tribunais em todo o país.

Nos Tribunais de Família, todos os casos são julgados pelo Juiz singular com largo uso dos agentes de prova. Estes agentes devem ter pelo menos grau universitário relacionado com as ciências sociais (psicologia, sociologia pedagogia ou serviço social). Eles devem ter três anos de prática e então entram para o Instituto Nacional de Treinamento e Pesquisa, para os Agentes de Prova aonde têm um ano inteiro de treino teórico e uma parte de pesquisa. Após graduados, eles são considerados Agentes independentes.

É exemplar o aparelhamento e a disposição humana de que dispõe o Tribunal de Família, cujo edifício inaugurado em 1966, tem oito andares distribuídos em 4 superiores para ações domésticas, divórcio, por exemplo, e quatro inferiores especialmente para menores.

Os Tribunais Sumários são distribuídos em todo o país em número de 570 e 760 juízes. Têm competência para julgar casos cíveis que envolvam reclamações que não superem a aproximadamente Cr\$ 4.500,00) e certos casos criminais secundários previstos em lei.

A punição que pode ser imposta pelos Tribunais Sumários é limitada a prisão relativamente curta ou multa. Quando se requer prisão longa, os casos devem ser transferidos aos Tribunais Distritais.

Todos os casos nos Tribunais Sumários são julgados pelos juízes singulares.

INSTITUTO DE TREINAMENTO E PESQUISA DE ESCRIVENTES

O Instituto de Treinamento e Pesquisa de Escreventes foi estabelecido pelo Supremo Tribunal em 15 de abril de 1950, afim de educar e aperfeiçoar os escreventes e taquígrafos de tribunais, através de aulas práticas e teóricas.

O quadro geral de funcionários do Instituto, a grosso modo é constituído de Diretor Geral, incumbido da direção da parte educacional (intelectual) e de supervisionar os demais funcionários, de instrutores, de Chefe Geral da Secretaria e demais funcionários.

O Diretor Geral é nomeado pelo Presidente do Supremo Tribunal, dentre os instrutores, os quais ministram a educação intelectual, sob as ordens do superior hierárquico.

O Supremo Tribunal, em alguns casos excepcionais quando entender que seja necessário, permite o estabelecimento de sucursais.

Conforme já tivemos a oportunidade de citar há sete localidades aonde funcionam os Tribunais Superiores, nos quais existem as filiais do Instituto.

Os Escreventes: - A educação no instituto é realizada dentro de duas grandes divisões: a chamada Educação e Treinamento.

Na divisão de Educação admitem-se anualmente apenas os bacharéis em Ciências Jurídicas, em número de 50 mediante prévio e rigoroso exame vestibular.

As matérias constantes deste curso são: Direito Civil, Direito Civil Seminário, Direito Penal, Direito Penal-Seminário, Direito Comercial, Direito Administrativo, Direito de Trabalho, Prática, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito das Execuções, Falência, Direito do menor, Direito Processual da Família e Educação Geral.

O curso tem a duração de um ano, após o qual os alunos são considerados aptos a exercer a função de escreventes dos tribunais.

Aqueles que almejam a mencionada profissão, embora não formados em Direito mas têm grau universitários (inclusive College) mediante aprovação no exame Vestibular são admitidos no curso, em divisão especializada, a fim de cursar durante 2 anos, três meses dos quais submetidos as aulas práticas em Tribunais Distritais e de Família. As matérias aqui ministradas, excetuando-se o Direito das Execuções e Falência, são Direito Constitucional, Sistemática do Direito Administrativo e Execução Falimentar.

Na 2.^a divisão, todos os participantes do Instituto, Chefes de escreventes, Chefe Adjunto de Escreventes, os quase graduados, enfim, todos aqueles que estão ligados a serviços do Tribunal são treinados, aperfeiçoados e encaminhados aos tribunais superiores, de Família ou Distritais, respectivamente.

Os Estenógrafos: - No instituto formam, também os estenógrafos de tribunais.

Os funcionários dos tribunais que tenham o curso médio ou o equivalente, aprovados no exame vestibular e que desejam ser estenógrafos, recebem a devida instrução durante dois anos no instituto.

As matérias exigidas no Curso são: estenografia teórica, Estenografia no Tribunal, Estenografia Técnica, Economia, Noções Gerais de Direito, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Língua Pátria.

A máquina estenográfica no Japão, foi instalada nos Tribunais em 1950. É uma máquina adaptada por Akera Kauwakami de uma estrangeira. Estas máquinas têm uma disposição que permite o uso de mais de um tipo ao mesmo tempo.

Há dois métodos editados pelo Instituto e um dos seus incansáveis professores é o Sr. Keio Sakamoto a quem devemos a oportunidade de assistirmos a uma das provas a que está sendo submetido o computador eletrônico a ser instalado nos tribunais japoneses num futuro próximo. Atualmente os taquígrafos terminada a audiência são obrigados a traduzir os originais registrados em tiras conforme o modelo. Aliás, as aulas de tradução de textos estenografadas são ministradas por onze professores. Ora, a fim de abolir estes trabalhos, a instalação de um computador eletrônico seria a solução.

Assim, uma grande indústria de máquinas eletrônicas está aperfeiçoando um sistema adaptando as atuais máquinas estenográficas.

Nesta etapa o computador eletrônico está programado para 2.000 caracteres de diversos ramos profissionais. Para a próxima etapa prevêem a inclusão de siglas internacionais (ONU - OEA - UNTACD) além de aumentar o número de caracteres para 3.000, além de outros aperfeiçoamentos.

Concluindo, gostaríamos de aplaudir as maravilhosas instalações do Instituto, não só sob o

aspecto educacional como também social e arquitetônico. O Instituto mantém um alojamento para homens e mulheres isento de qualquer pagamento, além de receberem, cada aluno, a mesada de cerca de Cr\$ 375,00.

Para acompanhar as exigências do complexo mundo moderno com seus inúmeros e imprevisíveis problemas de todas as ordens, os tribunais necessitam de pessoal habilitado e constantemente aperfeiçoado. Neste mister acreditamos que o Instituto de Treinamento e Pesquisa de Escreventes cumpre rigorosamente o seu papel.

Humildemente queremos sugerir as altas autoridades competentes a criação de uma instituição similar.

De todos os assuntos pesquisados, a bolsista, causou a mais intensa e a melhor das impressões, além de grande interesse, o Instituto de Treinamento e Pesquisas de Escreventes, conforme já tivemos a oportunidade de expor.

No que tange ao estudo do comércio Exterior, pretendíamos nos aprofundar mais, mormente no campo prático, inclusive através de pesquisas em companhias especializadas, conforme fora tentado, mas por vários motivos alheios a nossa vontade não obtivemos sucesso.

Finalmente lamentamos o grande problema de dificuldade de língua, mormente no campo jurídico, aliada ao prazo que julgamos insuficiente para um melhor aproveitamento.

Os nossos sinceros agradecimentos a todos que com bondade e compreensão tornaram possível a realização das pesquisas acima mencionadas.

MINISTRO RODRIGUES DE ALCKMIN

Alcançou enorme repercussão, em nosso meio social, a nomeação do Exmo. Sr. Desembargador José Geraldo Rodrigues de Alckmin para Ministro do Supremo Tribunal Federal, conforme se pode verificar não só pelo destaque com que foi noticiada pela nossa Imprensa e o elevado número de pessoas gradadas que foram a Brasília assistir à solenidade de sua posse no Pretório Excelso, como também pelas várias homenagens que posteriormente lhe foram tributadas, culminando na do banquete realizado dia 17 de novembro último, na sede do Círculo Militar de São Paulo.

Não nos surpreendeu, entretanto, a geral satisfação com que foi recebida a escolha de seu nome para ocupar tão elevado cargo na mais alta Corte da Justiça de nosso País, eis que, pelos notáveis predicados de ordem intelectual, cultural e ética que exornam seu espírito invulgar, ninguém melhor que S. Excia. poderia representar São Paulo no Colégio de insígnies Juízes que formam a cúpula do Poder Judiciário Brasileiro.

Aliás, nenhum dos ilustres oradores que tiveram a oportunidade de lhe dirigir a palavra nas homenagens a que aludimos, deixou de ressaltar esses traços marcantes de sua personalidade, a começar pela realizada em Brasília, logo após a sua investidura nas elevadas funções daquele cargo, quando o eminente Desembargador Márcio Martins Ferreira, atual Presidente da Associação dos Magistrados de São Paulo, o saudou em brilhantíssimo discurso, salientando que, além de "admirável Juiz, é Rodrigues de Alckmin, também, um notável Professor de Direito Civil e de Direito Processual Civil. A cátedra o fascina de tal modo que jamais poderia viver longe dela. Leciona por amor ao estudo e à mocidade estudiosa, que o aplaude pela limpidez do seu magistério fluente, onde cada palavra ressoa uma inesquecível lição. E acha, ainda, tempo suficiente para realizar palestras e conferências, abordando os mais palpitantes assuntos de natureza jurídica. No seu afã de aperfeiçoar a cultura do Direito, procura todas as oportunidades possíveis para congregar Juízes e estudantes que têm a sede do saber. Ao lado do eminente Professor Alfredo Busaid, hoje engrandecendo o Ministério da Justiça, seguiu a este na criação dos "Colóquios do Direito Processual", que reúne magistrados, membros do Ministério Público e Advogados, realizados em diferentes regiões do Estado e do País, estimulando o espírito de cultura de uma mocidade rica de ideal e de inteligência. É esta a magistral figura de Magistrado e de Jurista que São Paulo oferece, com muito orgulho, à grandeza da Suprema Corte de Justiça do Brasil".

À mesma solenidade estiveram presentes, também, inúmeros serventuários da Justiça de São Paulo, liderados pelo Presidente da Associação, Sr. Julio de Oliveira Chagas Netto, que cumprimentou, igualmente, o ilustre Ministro em nome de nossa classe, dirigindo-lhe as seguintes palavras: "Exmo. Sr. Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin:

Na qualidade de Presidente da "Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo", pedimos vênua para lhe dirigir algumas palavras, com o propósito de lhe dizer que não

podíamos deixar de assistir à solenidade de sua posse no elevado cargo em que acaba de ser investido, para testemunhar-lhe o imenso júbilo da classe que temos a honra de representar, por vê-lo atingir o ápice da nobre carreira da Magistratura, que V. Excia. abraçou nos idos de 1940, movido pelos ditames de uma vocação irresistível.

Esse júbilo, Exmo Sr. Ministro, é perfeitamente justificável, pois tem sua origem no espontâneo reconhecimento de todos nós pelas atenções inúmeras com as quais V. Excia., generosamente, nos vem distinguindo desde seu ingresso nessa carreira que tanto tem dignificado e engrandecido pela superioridade intelectual e compreensão humana com que sempre desempenhou a missão difícil de julgar.

A ninguém surpreendeu, por isso, Sr. Ministro, - e muito menos a nós, que o conhecemos de perto, a indicação do nome ilustre de V. Excia., feita pelo Exmo. Sr. Presidente da República, para integrar o Colégio de ilibados e insígnies Juízes que constituem a mais alta Corte de Justiça de nosso País, - assim como a ninguém surpreendeu, por igual, o beneplácito a ela concedido pelos ilustres membros da nossa Câmara Alta

Espírito dotado dos mais altos predicados morais, dono de uma inteligência privilegiada e possuidor de uma cultura polimorfa, podemos afirmar, sem qualquer sombra de lisonja, que ninguém, melhor do que Vossa Excelência, poderia ser escolhido para exercer as árduas funções do elevado cargo em que vem de ser empossado.

Os Serventuários da Justiça de São Paulo sentem-se, assim, extremamente felizes por vê-lo alcançar um dos mais altos postos da Magistratura Brasileira, razão pela qual se honram em felicitá-lo pelo auspicioso acontecimento, ao mesmo tempo que formulam os melhores votos pelo êxito de sua nobre missão neste Colendo Supremo Tribunal Federal".

Agradecendo as demonstrações de admiração e estima que vinham de lhe ser dadas, o Exmo. Sr. Ministro Rodrigues Alckmin pronunciou, na ocasião, o seguinte discurso: "Se mais de três decênios de estudo e aplicação do Direito pudessem imaginar compensação plena e insuperável, se o longo caminho percorrido na magistratura de meu Estado natal devesse ter o mais elevado término, ainda assim, sequer idealizaria a riqueza emocional deste momento, momento em que, honrado pela designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e pela ratificação do Colendo Senado Federal, acabo de tomar o compromisso de servir à Justiça no mais alto Tribunal do meu País.

Honra-me sumamente a convocação para integrar o Colendo Supremo Tribunal Federal, para onde venho contrastar com as personalidades admiráveis dos seus grandes juízes, na ocasião histórica em que, a par da arrancada para o desenvolvimento, o País cuida de aperfeiçoar e de dinamizar, correspondentemente, o seu ordenamento jurídico.

Honra-me extremamente venha a convocação por intermédio do eminente Senhor Ministro da Justiça Prof. Alfredo Buzaid, Mestre Insigne do Direito, a cuja dedicação se deve o projeto da legislação instrumental civil vindoura já submetido, há anos, ao estudo e à apreciação dos juristas, sem restrições de monta, o que lhe demonstra valia.

Honra-me a presença do Governo do Estado de São Paulo, que o Exmo. Sr. Secretário da Justiça, Prof. Oswaldo Muller da Silva, altamente representa.

E a presença do Poder Judiciário do meu Estado, pelos magistrados de primeira instância, dos Tribunais de Alçada e do Tribunal de Justiça, aos quais rendo minhas homenagens na pessoa insigne do Presidente, Desembargador Goes Nobre.

Honra-me, desvanecedoramente, a presença da representação e as mensagens de simpatia de Juízes e Tribunais de quase todo o País. Aqui estão, com a saudação fidalga do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados do Paraná, o Presidente Alceste Ribas de Macedo e os Desembargadores Mercer Júnior e Dorfmond. Aqui se acham o Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados da Guanabara, pela presença amicíssima dos Desembargadores Murta Ribeiro, Marins Peixoto e Marcelo Santiago Costa.

A honra que tais presenças me conferem, robustece-me o entendimento haurido na lição de João Mendes Junior, que tanto dignificou esta Casa - de que as justiças locais constituem, na verdade, o Poder Judiciário Nacional. E de que hoje, na feliz expressão de Euler Bueno, as divisas dos Estados são, cada vez menos, linhas de separação, e traços de união, cada vez mais.

Honra-me também, a cavalheiresca presença dos advogados, notadamente de São Paulo; das Faculdades de Direito de São Bernardo do Campo e da Universidade Mackenzie, que me trazem o emérito Diretor Paulo Teixeira de Camargo e o Deputado Ulysses Guimarães, que alia, às atividades de homem público, a capacidade de exímio Professor de Direito.

Desvanece-me, sobremaneira, a presença da Associação dos Serventuários de São Paulo; de

altas autoridades, de tantos e tão diletos colegas e amigos, aos quais peço, para não alongar-me demasiado nas referências pessoais que o reconhecimento pela vossa generosa simpatia me inspira, excusas pela omissão nominal.

Nem, encontro, na limitação das palavras, que se tornam descoloridas e falhas, como possa agradecer a este transbordamento de gentileza e de bondade.

Como agradecer a Márcio Martins Ferreira, figura exponencial de Magistrado, sempre pronto a prestar aos juízes do Brasil sua integral cooperação as palavras (de generosidade costumeiramente excessiva) com que me saudou?

Como agradecer a Julio de Oliveira Chagas Neto, ilustre Presidente da Associação dos Serventuários de São Paulo, as fidalgas expressões de sua mensagem?

Da profunda introspeção com que procuro descobrir quais as razões que sensibilizaram e me fizeram largamente beneficiário de vossa bondade, nada colho senão dois pequenos méritos. Levado à magistratura paulista, atendendo ao apelo irresistível em que se consolidou a minha vocação, a ela dediquei o profundo respeito às funções e a devotação ao trabalho que sói exigir aos seus juízes.

Acabei por compreender, com o velho Ransson, que é o quotidiano que forma, pouco a pouco, a alma do Juiz. É no contato das realidades profissionais que o magistrado aprende a vencer as tendências do temperamento, para que as decisões não pequem pela falta de serenidade; que o animo se enrijece, salvaguardando-lhe a independência para que haja imparcialidade nos julgamentos, que o magistrado apreende e examina os vários matizes da realidade social, que não cabe totalmente estruturada nas leis.

Procurei, sempre, viver essas lições do quotidiano. E amar ao trabalho, porque, na frase de Soler, trabalho que se faz sem amor tem todos os caracteres de uma vil escravidão.

É esse amor pelas funções do Poder Judiciário que renovam o ânimo com que, já na altura da vida em que os marcos do caminho projetam sombras do poente, inicio a derradeira caminhada. Foi esse amor à Justiça de minha terra o que me levou, quando o eminente Prof. Alfredo Buzaid me honrou com o convite para ocupar uma das cadeiras deste Colendo Tribunal, desde logo a responder-lhe que honra tão elevada não se pleiteava ou pedia, mas, oferecida, não a poderia recusar.

Senhores: não seria este o momento adequado para que me alongasse na consideração da alta missão constitucional que a esta Casa se confia e do reverente respeito com que lhe penetro os umbrais. Se me assalta o temor diante da magnitude do encargo, lembro-me de que os esforços para ser fiel, à tarefa que me tocou já obtive de vós ampla e insuperável recompensa, como a que se manifesta neste instante.

A fidalguia de vossa presença, e a generosidade de vossos aplausos dizem-me que caminhei o caminho certo.

E nele, pela Bondade Divina, espero prosseguir.

Senhores, eu vos agradeço."

De maneira semelhante à dos oradores aludidos, se houve o eminente Desembargador Young da Costa Manso, nas elogiosas referências que fez a S. Excia. quando, em nome de seus ilustres pares, o saudou na sessão plenária extraordinária realizada no Egrégio Tribunal de Justiça em sua honra, - e cuja oração, por igual fulgurante, assim terminou: "Com essa fé e com essa orientação de princípios, com a erudição, a soberania, a independência e a coragem que o caracterizam, aliados a forte sentimento de caridade e de bondade, com o desprendimento dos fatores materiais, com a devoção ao trabalho e dedicação ao bem comum, com o entusiasmo profissional, submisso às normas do direito positivo, com todo esse conjunto de qualidades e virtudes, será V. Excia., Sr., Ministro Rodrigues de Alckmin, um dos maiores representantes de São Paulo na Suprema Corte, cuja missão, nas palavras de seu novo colega e Presidente, Ministro Aliomar Baleeiro, é a de sentinela das liberdades públicas, instituição viva, diz ele, palpitante, mutável e dinâmica, sujeita ao impulso da História, porque se liga, indissolivelmente, à Constituição e ao aparelho político de Governo da Nação Brasileira."

Conforme acentuamos de início, as homenagens tributadas ao Exmo. Sr. Ministro Rodrigues de Alckmin culminaram no banquete de mais de seiscentos convivas, realizado no Salão Nobre do Círculo Militar de São Paulo, - o qual foi precedido e entremeado de vários e aplaudidos números de música, cantados pelo Grupo Orfeônico daquele prestigioso Clube e que imprimiu, à seleta reunião, um aspecto verdadeiramente festivo.

"Au dessert", usaram da palavra, saudando o homenageado, o Dr. Oscar Xavier de Freitas que falou de improviso, em nome do Ministério Público, pronunciando excelente discurso, - e o Dr.

Ruy Sodré, na qualidade de representante dos Advogados de São Paulo, cuja oração foi longamente aplaudida, e da qual, "data vênua", transcrevemos o seguinte trecho, que dá bem a medida do elevadíssimo conceito em que o ilustre Ministro Rodrigues de Alckmin é tido no seio da nobre classe dos Advogados de nosso Estado.

"Na presente reunião, Advogados e Magistrados foram convocados para uma audiência muito especial: - para coletivamente ratificarem a sentença que cada um de nós já havia anteriormente prolatado e que, merecedora do reconhecimento da Nação inteira, agora é proclamada: - a consagração de V. Excia. - como juiz e jurista, ao galgar os últimos degraus de vossa brilhante carreira, para assumir elevado posto na cúpula do Poder Judiciário, como Juiz da Suprema Corte. Justa, sem dúvida, a homenagem que lhe prestam os vossos companheiros da Magistratura Paulista. Mas, para nós, advogados, a vossa elevada investidura tem um significado muito especial. Não é só a coincidência de substituir a um advogado, paulista, que honrou sobremaneira a sua missão, nosso companheiro no Instituto dos Advogados mas a de ser também V. Excia. nosso sócio colaborador.

Mais do que essa simples coincidência, V. Excia. Sr. Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, como juiz, possui as qualidades e as virtudes que os advogados mais estimam e mais apreciam: inteligência, cultura, dedicação à justiça, integridade moral, fé religiosa e trato pessoal afável, franco e leal. São qualidades e virtudes que sintetizam tudo quanto um magistrado pode dar: coragem e desinteresse."

O último orador a saudar S. Excia. foi o eminente Desembargador Fernando Euler Bueno, do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, cujo discurso, sob todos os títulos brilhantíssimo, não poderíamos deixar de publicar na íntegra:

"Minhas Senhoras, Meus Senhores;

Sr. Ministro Rodrigues de Alckmin:

No plano universal há uma causa eficiente para tudo, que é o Altíssimo, nosso Pai, de quem procedem todas as coisas, por quem elas existem e para quem se voltam. Se aqui nos reunimos, em torno de uma figura central para a qual convergem todas as atenções, cordiais atenções, reverentes, confiantes e cheias de esperanças, é porque assim aprovou a Deus para alegria de todos.

No plano do Mundo em que vivemos, da contingência humana, percebemos também, embora submissas àquela Grande e Eterna Verdade, outras coordenadas, particulares, com força causal, nos exames a que submetemos incessantemente a problemática dos fenômenos de toda a natureza. É o plano, científico, do "ponita causa, ponitur e effectus, variata causa, variatur effectus, sublata causa, tollitur effectus". Sabemos que tudo, no mundo, está sujeito a uma relação de causa e efeito. Quais serão essas coordenadas, particulares, que resultaram neste encontro?

Que o acontecimento é da máxima importância, dizem-no a categoria e a densidade dos presentes. Que tem um significado cívico, mostra-o o recinto que nos acolhe - o salão magnífico do Círculo Militar de São Paulo. Que é festivo logo se vê da mesa em torno da qual nos situamos. Em verdade, a mesa tem sido, em todos os tempos, sede notável para o encontro dos homens que têm alegrias a partilhar, ou desejam se entender.

No âmbito da Família, entre nós, um aniversário, um êxito, a festa de Natal, para os cristãos, sugerem sempre a mesa, tendo em torno os parentes e alguns amigos. Já na remota antiguidade à mesa se reuniam também os sábios para os seus colóquios, assim amenizados com os prazeres do paladar. De um dos diálogos estéticos de Platão - "O Banquete", passou-nos a expressão "simpósio", redimida do seu sentido primitivo, significando a segunda parte do banquete grego, votada ao entusiasmo das bebidas, e valorizada em nossa época por um sentido eminentemente cultural, que designa um congresso, ou conferência ou ainda, no magistério de Lalande, uma publicação em que o mesmo problema é tratado sucessivamente por vários autores. À mesa hoje em dia se encontram trabalhadores, empresários e governantes, da terra e de fora, para melhorar o seu entendimento e estreitar a sua cooperação. À mesa, em Jerusalém, ensinou-nos o Cristo a mais completa das comunhões e à mesa também em Emaús, revelou-nos a sua ressurreição.

Oportuno, pois, tenhamos escolhido esta mesa para a alegria da homenagem que deliberamos tributar ao Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, pela sua recente convocação e investidura no Colendo Supremo Tribunal Federal. Tal acontecimento teve necessariamente poderosas causas determinantes dentre as quais a mais importante é a compleição subjetiva do convocado. Todos o conhecemos, no convívio pessoal e pelas fartas messes que tem produzido.

Sabemos também o que dele têm dito ou doutos. É indubitoso que logo ao primeiro contato desponta uma inteligência penetrante, veloz e bem humorada, responsável por uma rara sensibilidade. Notável o seu poder de apreender de plano as situações e de vesti-las prontamente com a solução jurídica mais adequada. Tal afirmação pode fazê-la quem o acompanha desde os bancos da gloriosa Academia de Direito do Largo de São Francisco, até à mais alta judicatura do Estado, integrando a mesma turma dos bacharéis de 1937 e a mesma 6.ª Câmara do Tribunal de Justiça, a que pertenceu. Esse perfil relembra a inscrição que revê, esculpida, há poucos dias, laureando o busto do grande Almeida Júnior, à entrada das dependências em que, na Galeria Prestes Maia, se realiza o 37.º Salão Paulista de Belas Artes: "Paulista na sensibilidade, brasileiro na arte, universal no gênio."

Paulista do vale do Paraíba, olhos postos na cordilheira, de que tão oportunamente falou Manoel Tavares da Silva, citando Osmar Pimentel, no formoso discurso com que o sim dou em Brasília; tão brasileiro na difícil arte de julgar que lá está entre os maiores do País, integrando a Corte Suprema nacional, fiel à sua invencível vocação de Magistrado. Dessa autêntica vocação fala o seu constante comportamento na judicatura. Há episódios, contudo, que valem destaques. O primeiro deles é o que se enfocou pelo Des. Góes Nobre, presidindo à sessão solene na qual o Tribunal Paulista reverenciou o novo Ministro, até então ornamento da sua própria composição. O jovem Alckmin iniciara-se vitoriosamente na advocacia, por volta de 1940, em recém-criada, remota e futura Comarca do Sertão; a nota do primeiro júri local foi a retumbante absolvição de um réu pronunciado por crime de morte, absolvição historicamente noticiada pelo primeiro número do jornal do lugar. O êxito na advocacia, contudo, não o desviou do seu roteiro genuíno; interpelado a respeito das razões por que logo a seguir deixava perspectivas tão promissoras, para se entregar à espartana carreira da Magistratura, respondeu com o seu humor sempre pronto, que antes preferia ser agüentado pelos advogados, como Juiz, do que, como advogado, agüentar os juízes... Outro episódio, este confidencial: recentemente, depois da vitoriosa e redentora Revolução de Março, estruturava-se o problema da sucessão governamental, pelo voto indireto dos nossos representantes na Assembléia Legislativa; consta que a certa altura um prestigioso porta-voz das forças vivas do Estado, cheio de idealismo, sugeriu ao então Des. Rodrigues de Alckmin que considerasse a viabilidade de sua candidatura, para bem servir a São Paulo e ao País. A resposta veio pronta, firme e temperada pelo bom humor habitual: "não é possível, eu não sou do ramo. . . " Aí está, ainda e sempre, a fidelidade à vocação autêntica do Magistrado, para quem, na sua faixa, na sua carreira, é que se encontra o campo em que melhores serviços poderá oferecer aos brasileiros, generosamente, patrioticamente, ainda depois de excedido com largueza o interstício da aposentadoria, de que vem de abrir mão! Às três características esculpidas para definir o pintor de Itú devemos acrescentar mais uma, para completar o retrato do nosso Ministro: a sua fé, profunda, vivificadora de um cristianismo que, como disse o Des. Young da Costa Manso em recente discurso, no Tribunal Paulista, procura a santidade interior e exerce um suave e profícuo apostolado, com a exclusiva preocupação da mensagem evangélica, nunca das influências pessoais! É exemplo disso a sua participação nas campanhas do "Opus Dei."

A imagem espiritual do Ministro Alckmin, instalada em nossa mente e em nosso coração há muitos anos, vem de enriquecer-se, agora, com numerosos "flashes" que focalizam diferentes aspectos de sua personalidade; refiro-me às sucessivas homenagens que tem recebido, no Tribunal de Justiça, a que já aludi, na Câmara Federal, pela palavra do Deputado Henrique Turner, seu conterrâneo de Guaratinguetá, cidade que deve o seu nome às graças dos nossos predecessores tupis e a quem deve o País, agora, mais uma preciosa contribuição humana para a sua grandeza; no Tribunal de Impostos e Taxas, pela palavra do seu Presidente, o Dr. Rosário Pellegrini, que focalizou particularmente a dominadora vocação do Magistrado, suplantando todos os outros pendores, inclusive o das letras, que é substancial desde as Arcadas tradicionais, segundo o testemunho de João Accioli, ao apresentar a quarta edição do seu "Olho D' Água"; no próprio Supremo Tribunal onde ouvimos a palavra sempre rica do Des. Márcio Martins Ferreira e onde o Presidente Aliomar Baleeiro, com o seu fino humor, ao explicar que a tradição da Casa só autoriza homenagens aos seus luminares por ocasião da aposentadoria, da morte e do centenário, esboçou contudo uma apresentação do novo Ministro, ao pronunciar o que dele se diria a seguir, no salão de visitas e depois da posse, apresentação que teve para os presentes um verdadeiro sabor de homenagem.

Felizes aqueles que assim são homenageados, pela verdade, como o foi o Ministro Alckmin, quando dele falou, empossando-o, o Presidente da nossa mais alta Corte de Justiça. Eis porque

ao aplauso inicial, ao nosso júbilo, acrescentamos também a esperança que temos na sua atuação, pois é capaz sem dúvida de representar, na cúpula do Poder Judiciário Brasileiro, o lúdico papel do jurista nacional, que é americano também e ainda por isso merece o conceito afirmado pelo extraordinário e saudoso Eduardo Couture, na VIII Conferência Interamericana de Advogados, aqui reunida em 1954: para o jurista do Novo Mundo - eis o pensamento de Couture - não têm sentido expressões como "O Declínio do Direito", "A Revolta dos Fatos contra o Direito", "A Revolta do Direito contra o Código", "A Crise da Nossa Civilização", "O ocaso do Ocidente", que envolvem conceitos por demais europeus e implantados no passado, insatisfatórios para quem, como nós, americanos, temos uma idéia de nação, de direito, de convivência, de arte, de civilização, construída com os olhos postos no presente e no futuro! Para nós, o direito se encontra em plena aurora, em rápida e construtiva evolução. No Brasil de hoje, dizemos nós, um perpassar d'olhos pelos vários projetos de Códigos, de leis e de regulamentos em elaboração, denota a efervescência que anda nos setores competentes, com especial destaque para o Ministério da Justiça, em boa hora confiado ao exímio advogado e homem público que é o Prof. Alfredo Buzaid.

Posta de lado, enfim autorizada e oportunamente, pelo Chefe do Executivo Nacional, o Presidente Médici, a explicação simplista do milagre para o nosso progresso, em todas as faixas, orgulhamo-nos ao demonstrar que há causas concretas que o informam, americanamente, brasileiroamente, projetando-o de um presente com os pés no chão, para um futuro de esperanças mais do que justificadas.

V. Exa., Sr. Ministro Alckmin, cabe à perfeição nesse panorama, de confiança no presente, e dos melhores augúrios para o futuro.

Por isso tudo o homenageamos, formulando votos por que possa V. Exa. cumprir o programa que seu conhecido feito já se impôs, certamente, a benefício do nosso País e para sua própria felicidade pessoal".

Agradecendo o banquete, bem como as palavras que lhe haviam sido dirigidas pelos ilustres oradores que vimos de mencionar, - falou, por derradeiro, o Exmo. Sr. Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, pronunciando belíssima oração, cujo texto é o seguinte:

"A vossa irresistível convocação já fazia prenunciar este momento, para mim de valor tão elevado: o momento em que me distinguem, com a honra de sua presença, tantas e tão ilustres personalidades, de tantos e tão ilustres amigos.

Permiti que ao agradecer-vos, de início, eu me refira à fidalga acolhida deste Círculo Militar, e à gentileza que dele recebo, através de seu ilustre Presidente, o General Cláudio Assumpção Cardoso, com a oferta de suas medalhas.

E que agradeça à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, a que tanto devo de apoio e de valioso auxílio quando exerci as árduas funções de Corregedor Geral da Justiça, pelo alto sentido de responsabilidade com que seus integrantes souberam desempenhar as atividades funcionais.

E ao eminente Procurador Geral da Justiça, Doutor Oscar Xavier de Freitas, que me traz a honrosa saudação do Ministério Público do meu Estado.

As palavras de Fernando Euler Bueno, em que se encerram afetividade e encantamento, reincidentem - porque já tive a honra de receber-lhe a saudação, ao ingressar no Tribunal de Justiça - reincidentem no equívoco de uma visão generosíssima, que uma longa e cordial amizade justifica. São assim, os dadivosos critérios da amizade: esquecem os riscos e sombras que possam afeiar o retrato, e lhe emprestam traços outros de beleza, que nem mesmo o retratado, por imodesto que seja, nele consegue rever-se. Como poderia eu dizer-vos que a real diferença entre o modelo e o retrato, quanto mais avulta, mais demonstra a ampla generosidade do autor?

E a esta precisa demonstração de fidalguia, se adiciona a palavra do admirável mestre e alto jurista Ruy de Azevedo Sodré, Presidente do "Instituto dos Advogados de São Paulo", a cujos quadros se me concedeu o privilégio de pertencer. Ouço, na voz do preclaro Presidente, o julgamento de minha atividade de magistrado sob o ângulo do esforço e da dedicação com que procurei servir à Justiça, ainda que sem brilho maior. E ele me diz que esse esforço e essa dedicação bem mereceram da nobre classe dos advogados.

Não posso furtar-me ao reconhecimento de que, por estes longos anos, não pus o ideal em metas mais altas que o desempenho fiel das funções judicantes. E os encargos se sucederam, leves alguns, outros fatigosos, mas sempre suavizados pelo ameno convívio diário.

Ao longo caminho da magistratura, fui aprendendo com todos. Desde os primeiros passos, na pequena comarca de São Luiz de Paraitinga, plantada nas serranias do Vale do Paraíba, onde,

de suas gentes humildes e bondosas, recebi a lição de simplicidade.

E Taubaté e Rio Claro, em que a larga cópia de serviços iria adestrar o juiz principiante para mais árduos combates.

E a Vara da Fazenda Municipal, em que a opulência cultural de seus juristas, entre os quais se contavam os eminentes Professores Carvalho Pinto, Bandeira de Mello, Meirelles Teixeira, Paulo Barbosa de Campos Filho, Moacir Amaral Santos, abria, à admiração do juiz auxiliar, os árduos caminhos da investigação do Direito.

E São José do Rio Preto - cujo foro cavalheiresco e fidalgo era uma lição permanente das respeitadas relações que devem unir advogados e juízes.

E Campinas, na elevada disciplina de seu Fórum; e São Paulo, finalmente na ingente atividade de suas Varas Cível e da Fazenda Nacional, que multiplicavam os problemas jurídicos, impondo a constante atualização ao magistrado.

Foi assim, o aprendizado ao longo caminho. De todos os trabalhos profissionais, fui o beneficiário, ou porque me ensinaram, ou porque me obrigaram a aprender.

Confesso-vos que os julgamentos de segundo grau foram, de início, pouco simpáticos à minha índole. Acostumado à reflexão paciente dos casos, para examiná-los em seus múltiplos aspectos, não me sorria a hipótese de ouvir e decidir de imediato.

Parecia-me que faltava algo: o exame tranqüilo das circunstâncias da causa, capazes, muitas vezes, de dar nova visão ao tema debatido. Acolhi, porém, a lição de que, nos juízos plurais, os eminentes colegas expunham as mais intrincadas questões de fato, sem omitir minúcia influente, E deles aprendi que era mister desbastar o ocioso e o irrelevante, para que os fatos se apresentassem esquematicamente, como necessários antecedentes da conclusão do julgado.

Vi-me, portanto, através de todos os anos de judicatura, com os olhos voltados para as tarefas e para as lições diárias.

E são muitos - nem os poderia enumerar - aqueles cujas contribuições culturais, até no quase anonimato de trabalhos da profissão, vão sedimentando, ao longo do tempo, as camadas de conhecimento de que os julgadores somos beneficiários.

Quase diria eu que os juízes bem poderíamos render o tributo de nossa homenagem a personagem ideal - ao advogado desconhecido - aos que, através das peças dos autos cujos subscritos sequer identificamos, ou nos trazem ciência, ou nos obrigam a procurá-la em rumos opostos.

Estas lições levaram-me a exercer a judicatura vendo, em cada caso, um problema que desafiava a justa solução. Não, um problema impessoal e hipotético, mas problema que era trecho de vida, que era aspiração e sentimento dos que buscavam justiça e que, por isso, havia de ser solucionado com um profundo sentido de responsabilidade.

Procurei, portanto, corresponder a esse sentido. Para fazê-lo, nunca me furtei ao estudo paciente dos autos, ainda quando me parecesse que a correta solução já se entremostrava às suas primeiras folhas. E creio, mesmo, que na coluna do "haver" com que imagino o meu exercício profissional, a parcela maior é a de ter tido a paciência de percorrer, da primeira até a última, as folhas dos autos...

- Como não admirar, pois, que tão medianos méritos possam ter convocado a vossa presença, neste momento? Momento que, se me permite que vos agradeça, é também, de compromisso. Vivemos no limiar de uma nova era. Vivemos, portanto, momento histórico mais de esperanças que de receios. Temos a oportunidade, livres de mesquinhas ambições pessoais e das traições da desordem, de assumir os rumos do nosso futuro. Há, por toda a parte, um novo sentimento de repulsa a interesses egoístas, para visar a proteção da pessoa humana, em todas as suas dimensões. Encurtaram-se os caminhos da terra. Novas se apresentam, assim, as relações entre os homens. O que era, ontem, calmo tempo de meditar e de agir, reclama a imediatidade das decisões. E o indispensável planejamento das atividades do Estado busca ainda, em todo o mundo, o ponto de conciliação com as liberdades individuais. A multiplicidade das novas relações fazem estalar velhos moldes jurídicos, ante os olhos atônitos ou desencantados de juristas.

Porque os juristas são - felizmente! - a grande força conservadora - conservadora e não retrógrada - que não permite a ruptura com o passado.

Temos, os estudiosos do direito, a experiência acumuladora de séculos. Sabemos que há verdades e há princípios que se prendem à própria natureza humana e são, tanto quanto ela, imutáveis.

Sabemos, - ainda que nem sempre seja de bom quilate a pronúncia latina - que os jús

praecepta que impõem viver honestamente, não usar a ninguém e dar o seu a cada um - são preceitos perenes.

Mas, por isso mesmo, não havemos de temer do futuro.

E não nos arrecearemos dele porque os novos moldes que moldamos, sem a demagogia materialista, buscam impregnar-se desse mesmo sentimento de justiça.

Quem há de temer pelos ordenamentos jurídicos vindouros, se sabe querer que se lastreiem eles de justiça?

E esse ideal, que outro é, senão o que todos nós, juízes, advogados, pessoas da justiça, na tradicional fórmula forense, andamos a perseguir, pelos caminhos da profissão?

Permiti-me que invoque a um grande jurista: - Dizia ele que, se exumássemos do passado remoto a Justiniano o codificador do Digesto, que todos conhecemos, pelo menos por ouvir dizer - veríamos que em cada profissional do direito existe um "complexo de Justiniano". Cada juiz, cada advogado, quando investiga e estuda o caso concreto que lhe toca postular ou decidir, nas investigações que faz, ou nos princípios que assenta, está fazendo obra para os séculos futuros: - para todos aqueles que, em anos porvindouros, tiverem de palmilhar os mesmos caminhos da investigação, e hão de encontrar elucidadas as questões, e extraídos os princípios, tal como no velho Digesto, se fizeram compilar as soluções e os preceitos.

Os que nos dedicamos, portanto, ao estudo e à aplicação do Direito, bem podemos sentir que há, na apagada tarefa do dia-a-dia, pelos meandros do Fórum, alguma coisa de valor que nos eleva, à sombra de Justiniano, à categoria de codificadores menores.

Não há reचार, pois, desse novo Direito a que, diariamente, transfundimos uns sopro de vida.

Mas essa missão encerra um compromisso:

E dele vos digo eu que é o de continuar, com o mesmo esforço e a mesma fidelidade, a servir ao ideal da justiça. Não a contêm, nem a podem conter todos os textos legais, que são como relâmpagos em que ela entremostra a face. E quando neles não se encontra a justiça, ou não soubemos interpretá-los, ou não, sabemos buscá-la, para além dos textos.

Para servir a Justiça, transcorri os anos votados à profissão de procurá-la, através dos casos.

Para servir a Justiça, caminhei os caminhos da magistratura de meu Estado, honra insigne, que permanece perene, como os sinais sagrados.

Para servir a Justiça, ingressei com a humildade de quem se reconhece à frente de tarefa a quem foram convocados melhores, no mais alto Tribunal de meu país.

E há de ser com aquelas mesmas lições colhidas ao longo dos anos; com as lições que aprendi convosco - meus colegas da Magistratura, do Ministério Público, da Advocacia, das Serventias e dos Serviços Judiciários; e há de ser com o mesmo generoso estímulo de vosso apoio - meus amigos, que tanto me sensibilizais com vossa presença afetiva; e há de ser com a mesma dedicação ao mesmo ideal - que após a honra de ter sido juiz de São Paulo, quero corresponder à honra de servir à Justiça do Brasil.

"Altas autoridades, senhoras, senhores: muito vos agradeço."

Antes de encerrar os breves comentários que vimos de fazer com relação às homenagens tributadas ao insigne Magistrado - não podíamos deixar de nos referir àquela de que também foi alvo, - no curso do banquete aludido por parte dos serventuários da Justiça do Estado, representados, na oportunidade, pelo Presidente de nossa Associação, Sr. Julio de Oliveira Chagas Netto, e consistente na oferta, que então este lhe fez, de um cartão de prata, ostentando, gravada, a seguinte mensagem:

"Ao

Exmo. Sr.

MINISTRO JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN

data máxima vênia,

oferecem os Serventuários da Justiça de São Paulo, como testemunho da admiração que lhe devotam e expressão do júbilo que sentiram pelo seu ingresso no

PRETÓRIO EXCELSO

Em Brasília, aos 11-X-1972".

A PROPÓSITO DOS TERRENOS DE MARINHA - AFORAMENTO - OCUPAÇÃO

Somente agora tivemos a oportunidade de conhecer o valioso trabalho que, sob o título acima e a responsabilidade editorial do PALÁCIO DO LIVRO - foi publicado, há tempo, pelo Dr. JACINTHO

GUGLIELMI, e através do qual este nosso distinto colega, ora exercendo, interinamente, o cargo de Tabelião do 26.º Cartório de Notas desta Capital, nos apresenta um substancial estudo tendo por objeto os terrenos de marinha.

Dissemos tratar-se de um trabalho valioso, isso porque o seu autor além de nos dar conhecimento, por meio dele, da história desses terrenos e dos princípios jurídicos que fundamentam a sua destinação, - nos ministra, ainda, amplas informações sobre a doutrina que serve de sustentação aqueles princípios, bem como acerca da legislação que regula o seu uso e da jurisprudência imperante, quanto à espécie, no campo de nosso Direito.

Livro sobremaneira útil, não podemos, por essa razão, deixar de recomendá-lo a todos quantos tenham interesse no estudo dos problemas relacionados com os terrenos de marinha, - ao mesmo tempo que, prazerosamente, agradecemos ao D. JACINTHO GUGLIELMI a oferta do exemplar com que se dignou distinguir-nos.

SOCIAIS:

FILOSOFIAS...

Desinteresse ... Esse nome,
melhor fora o não haver...

Vês a terra que nos come?

- Primeiro nos mata a fome
para depois nos comer...

Vês o mar? Não há tão frios
corações como o do mar.

Forma os rios enche os rios...

- Mas, para que forma os rios?

Para depois os tragar...

Vês o homem que te festeja?

Louva-te a glória e o porvir,

louva-te a ação benfazeja...

- Mas, para que te festeja?

Para depois de trair ...

Desinteresse! Não creias,

seja de quem e a quem for:

- O sangue que tens nas veias,

veio de fontes alheias

por um interesse - o amor.

HERMES FONTES

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA:

ACÓRDÃO

Vistos, examinados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 212.362, da comarca de Jundiaí, em que é agravante Flávio Busanelli e agravado o Oficial de Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

- Levada a registro a escritura de divisão amigável de imóvel rural (fls. 48), na qual figuram como interessados o agravante e outros, suscitou dúvida o agravado para a transcrição do documento, porquanto as áreas providas da avença são inferiores ao módulo previsto pelo INCRA., o que não atende ao disposto na Lei n.º 4.504-64 e no decreto-lei n.º 57-66.

Ademais, se a escritura foi lavrada nas notas do cartório de Registro Civil de Várzea Paulista, mediante determinação do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, tal decisão não tem efeito normativo à sua serventia, assinalou.

II - A r. sentença julgou procedente a dúvida (fls. 28-31) e inconformado, interpôs o agravante recurso, que contou com tramitação regular. Nesta instância, (fls. 44) o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo provimento do agravo.

É a conclusão a vingar.

III - A divisão do condomínio estabelecido é declaratória e não atributiva de propriedade, buscando os co-proprietários apenas extremar os quinhões, mesmo assim a qualquer tempo (artigos 629 e 631 do Código Civil).

Nestas condições, a proibição legal apontada pelo agravado se refere, exclusivamente, à transmissão a qualquer título, sem afetar a divisão. A propósito, o Supremo Tribunal Federal consoante entendimento unânime de seu plenário assentou que a divisão, limitada à definição da porção de cada consenhor na coisa comum, não encontra impedimento algum na legislação agrária (R.T.J. 52-331).

IV - De outra feita, sensível ao rumo tomado atualmente pela jurisprudência, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo lecionou que "o respeito ao módulo estabelecido pelo Estatuto da Terra só se aplica aos casos de transferência de propriedade por ato entre vivos ou direito hereditário, excluída, porém, a divisão de condomínio". - (Rev. Tribs. 429-132).

Em outra ocasião, sempre procurando demonstrar a natureza específica da divisão, que não implica em transmissão, o Tribunal de Justiça do Estado manteve tal interpretação, concorde com aquela do Supremo Tribunal Federal (Rev. Tribs. 418-141 e 419-175).

V - Por derradeiro, este Conselho Superior da Magistratura chegou a apreciar a matéria discutida, anteriormente segundo se vê do Agravo de Petição n.º 203-309 da comarca de Serra Negra, asseverando que a divisão de gleba rural em partes menores que a do módulo não encontra vedação na lei própria.

Por isso que, de nenhum relevo é a circunstância de ter sido ou não constituído antes ou depois ao advento do Estatuto da Terra o condomínio, cuja extinção é reclamada.

Dá-se, portanto, provimento ao recurso oferecido, uma vez que é improcedente a dúvida arguida pelo agravado, ordenando-se a transcrição do escrito de divisão amigável.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 2 de outubro de 1972.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre - Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Adv. Dr. José Paes de Oliveira. DJ 12-10-72.

Agravo de Petição n.º DJ - 211.489 - Garça Agvtes.: Dr. Curador de Registros Públicos, Alcides Belluzo Filho, José Belluzo Neto e Moacir Zompero - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e examinados estes autos de agravo de petição n.º 211-489, da comarca de Garça, em que são agravantes o Dr. Curador de Registros Públicos e Alcides Belluzo Filho, José Belluzo Neto e Moacir Zompero e agravado o Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da comarca:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento aos recursos para confirmar a sentença recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos e os constantes de sua sustentação de fls. 45-47. Custas, em proporção, pelos vencidos.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis de Garça por ocasião da apresentação de escritura de compra e venda relativa a imóvel agrícola, por falta de oferecimento das certidões exigidas pelo art. 165 do decreto, federal n.º 69.919, de 11-1-72, que regulamentou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, instituído pela Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

Regularmente processada, a dúvida foi acolhida em parte pela r. sentença de fls. 21-22, por entender o seu digno prolator que os produtores de produtos rurais, contribuintes obrigatórios do INPS estão sujeitos à apresentação do certificado de regularidade de sua situação, para os efeitos do Funrural. Só podem se eximir do certificado de quitação perante a autarquia, a menos que se enquadrem como industriais, hipótese em que recolheriam diretamente o Funrural. Irresignados, agravaram de petição o dr. Curador dos Registros Públicos da comarca e os apresentantes do título, havendo a Procuradoria Geral da Justiça, nesta instância, opinado pela improcedência dos recursos.

Realmente, a decisão agravada deve prevalecer totalmente, pelo seu inegável acerto.

O decreto regulamentar n.º 69.919, de 1972, através do seu art. 165, torna obrigatória, em todas as transações relativas a imóveis rurais entre outras hipóteses, a exibição dos certificados de regularidade de situação e de quitação do Funrural, de conformidade com os preceitos dos

artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807-60 (Lei Orgânica da Previdência Social).

E não importa se há dificuldade na obtenção de tais documentos, pois a lei exige sua exibição e apurou-se que eles podem ser obtidos, conforme afirmação de fls. 19, emitida pelo órgão público federal incumbido de seu fornecimento.

Todavia, cumpre observar que apenas quem recolhe efetivamente as contribuições do Funrural está sujeito à apresentação dos dois certificados, consoante se infere do artigo 15, inc. I, letra "a" "b" da Lei Complementar n.º 11-71.

Isto, porém, não ocorre no caso concreto.

O simples proprietário de imóvel rural, que não industrializa os seus produtos e nem os vende no varejo, diretamente ao consumidor, está isento do certificado de quitação do Funrural, porque não é devedor da contribuição. Resta-lhe, tão só, demonstrar a regularidade de sua situação perante o órgão federal competente.

Esta, a exegese da lei, que deve ser restrita e não ampliativa, tendo-se em vista os fins sociais a que se destina.

E foi precisamente assim que decidiu a sentença, bem sustentada a fls. 45-47, merecendo aceitação cabal os seus fundamentos.

Daí a confirmação integral da sentença.

São Paulo, 6 de outubro de 1972.

Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente em exercício.

Adv.: Dr. Alcides Belluzo Filho. DJ 14-10-72.

Agravo de Petição n.º DJ-210-796 - Campinas - Agvte.: Rodolfo Rhor - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 210-796, da comarca de Campinas, em que é agravante Rodolfo Rhor e gravado o sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

O Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis levantou dúvida em proceder à transcrição da escritura de compra e venda lavrada nas notas do 1.º Cartório de Notas da Comarca, em 3 de agosto de 1971, porque na lavratura da escritura não foram obedecidos preceitos da legislação federal. Sendo a vendedora uma pessoa jurídica, a escritura deveria mencionar o número de sua inscrição no C.G.C. e versando a referida escritura uma compra e venda de imóvel, mister se fazia a apresentação ao notário público do "certificado de quitação" (CQ) expedido pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Manifestou-se o agravante, dizendo que a escritura em questão se refere a um compromisso de compra e venda celebrado e registrado anteriormente à lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 e ao decreto federal número 57.307 de 23 de novembro de 1965 que dispõe sobre a obrigatoriedade de mencionar o número de inscrição no C.G.C. do outorgante vendedor.

Oficiando no feito, o Dr. Curador opinou pelo improcedência da dúvida (fls. 50).

Por sua vez, o INPS, embora admitindo "certa flexibilidade na jurisprudência", admitiu a dúvida levantada (fls. 52).

A final, a dúvida foi julgada procedente, ensejando o recurso de fls. 74, que obteve parecer favorável da douta Procuradoria Geral da Justiça (fls. 85).

Dá-se provimento ao recurso para, reformando a decisão, determinar a transcrição da escritura.

A escritura definitiva de compra e venda em questão lavrada em 13 de agosto de 1971 (fls. 13-14) e cujo registro foi negado pelo sr. Oficial do Registro de Imóveis se refere à um compromisso de compra e venda, de caráter irrevogável e irretratável, celebrado em 29-3-60 e devidamente inscrito no Registro de Imóveis, em 5-5-60 anteriormente, pois, à lei n.º 3.807 de 26-8-60. Assim se promessa de venda foi anterior à lei que instituiu o requisito - certificado de quitação (QC) - não se pode exigir tal certidão, porque a lei não pode retroagir para alcançar fatos passados, já consumados.

É de se observar, a propósito, que "com a inscrição no Registro de Imóveis, a promessa passa a ter efeitos reais, consistentes nos dois seguintes: opinabilidade erga omnes, excluindo, assim, qualquer direito real oposto, que haja sido inscrito posteriormente; realização compulsória do contrato pela intervenção judicial, suprimindo a vontade do promitente vendedor, no caso de recusa" - (Serpa Lopes, Tratado dos Registros Públicos, vol. IV-441), circunstância que salienta o

descabimento da exigência, de vez que já garantido ao comprador do apartamento referido na escritura o direito à adjudicação compulsória.

E há mais.

Trata-se de prédio construído, com "habite-se" de 10 de janeiro de 1961, antes da vigência do decreto-lei n.º 66-66.

Efetivamente, conforme o disposto no artigo 141, parágrafo 4.º da lei n.º 3.807-60, com a nova redação dada pelo decreto-lei n.º 66, de 21-11-66, o certificado de quitação (CQ) somente será exigido "para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após sua construção, seja de promessa de venda, de construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão de direitos aquisitivos" os seja, o (CQ) passou a ser exigido, nessa hipótese, somente a partir de 21 de novembro de 1966 data da lei - não se aplicando, dest'arte, ao caso presente, em que a construção terminou em 1961.

Por outro lado, manifestando-se no processo, o Instituto Nacional de Previdência Social não reclamou qualquer débito previdenciário sendo lícito presumir, portanto, a sua inexistência, mesmo porque a outorgante vendedora Lopes Serra Ltda., encerrando suas atividades há mais de cinco anos, deixou de ser contribuinte da Previdência. A existência de algum débito previdenciário, se houvesse, sem dúvida seria denunciado pelo Instituto, nestes autos.

Finalmente, dispensável, também, a exigência de apresentação de inscrição no C.G.C., porque a escritura em questão diz respeito a promessa de venda irretratável e irrevogável, feita anteriormente ao decreto federal n.º 57.307, de 23-11-65, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fazer constar o número de inscrição C.G.C. do outorgante vendedor.

Por esses fundamentos é dado provimento ao recurso, para determinar que o Serventuário do Cartório do Registro de Imóveis proceda à transcrição da escritura, prejudicadas, assim, as providências determinadas pelo Juízo, a fls. 72.

São Paulo, 14 de julho de 1972.

Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Alceu Cordeiro Fernandes, Vice Presidente.

Advogada dra. Anna Angélica Fagundes. DJ 26-7-72.

Agravo de Petição - DJ 210-422 - Ribeirão Pires - Agvte.: Rede Ferroviária Federal S. A., pela sua Unidade de Operação - 9.ª Divisão, Santos a Jundiá - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 210-422, da Comarca de Ribeirão Pires, em que é agravante a Rede Ferroviária Federal S.A., pela sua Unidade de Operação, 9.ª Divisão, Santos a Jundiá, e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

Trata-se de recusa oposta pelo Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Pires, ao registro de uma escritura pública de cessão, ou doação com encargo, lavrada em 28 de janeiro de 1885 e referente à: "umas terras situadas no bairro do Pilar, freguesia de São Bernardo, termo e comarca da Capital" - em que figuram como outorgantes Francisca Maria de Lima e outros e outorgada a Companhia de Estradas de Ferro Santos a Jundiá, cujos bens foram incorporados pela União ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S. A., constituída para execução dos serviços ferroviários após a encampação da antiga estrada de ferro The São Paulo Railway Co. Ltd.

A dúvida, devidamente processada, foi afinal julgada procedente pelo MM. Juiz de Direito ensejando o presente recurso de agravo de petição, em que se verificou a manifestação da douta Procuradoria Geral da Justiça pelo improvimento.

Merece confirmação a decisão agravada.

A escritura apresentada, embora lavrada em 1885, somente agora foi levada ao registro, estando, portanto, sujeita às exigências do decreto n. 4.857, de 1939, relativo aos registros públicos, uma vez que não se refere a imóvel irregistrável, ou não sujeito ao registro, como os que estão fora do comércio

A transcrição dos títulos para o efeito de aquisição de domínio é ato obrigatório a ser efetuado no cartório da situação do imóvel, "ex-vi" do disposto no art. 179, do citado decreto.

A primeira verificação a ser feita pelo Oficial diz respeito a sua competência para a prática do ato, uma vez que o registro feito por Oficial incompetente é nulo. Na espécie, o Serventuário põe

em dúvida a sua competência pois a escritura refere-se a "uma terras no bairro do Pilar, freguesia de São Bernardo, termo e comarca desta Capital", e que sempre foram conhecidas como pertencentes ao território do município de Mauá .

Ora, o título deve ser levado ao cartório competente, segundo os limites territoriais estabelecidos pela lei reguladora da divisão territorial da Comarca. O Oficial do Cartório, se não encontrar no título elementos que demonstrem encontrar-se o imóvel dentro da sua circunscrição territorial, deve abster-se de praticar o ato solicitado para que este não resulte nulo.

Efetivamente entre os requisitos exigidos para a transcrição está o que se refere a circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local (atr. 247, 3.º decreto citado).

A ausência dos característicos e confrontações do imóvel, de outro lado, pode ensejar dúvida a respeito de sua situação, tornando-o, além disso, inidentificável e impossibilitando o seu registro, como ocorre na espécie.

A individuação do imóvel não ficou claramente estabelecida em face dos termos vagos e imprecisos de sua descrição, com o que se deixou de cumprir um dos requisitos mais importantes exigidos pela lei dos registros públicos e destinado a fornecer a certeza do domínio sobre determinado imóvel e a fixar a continuidade do registro.

Além disso, como decidiu o Magistrado ao acolher a dúvida, a cessão diz respeito a parte certa de um imóvel em condomínio havido a título sucessório. Já decidiu este Conselho que "se é certo que os consensores podem alhear a respectiva parte indivisa (art 623, n.º III, do Código Civil), também é correto que para ser a alienação correspondente a parte certa e determinada, localizada em divisas e confrontações inseridas no todo, é indispensável ou a concordância de todos os condomínios, ou que tal parte venha a constituir-se justamente na cabente ao alienante em divisão procedida (Washington de Barros Monteiro, Curso de Direito Civil, Direito das coisas, pág. 198; A. Faria Motta, Condomínio e vizinhança, pág. 46) " - Agravo de petição n.º 207.924, da Capital, D. J. de 1-7-72, pág. 9).

O decurso do tempo (1885-1971) de que se socorre a agravante não se substitui ao consenso dos condôminos, valendo apenas para a consolidação de posse.

Pelos motivos expostos e acolhendo o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça e negado provimento ao agravo, confirmando-se a decisão agravada também por seus fundamentos.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 14 de julho de 1972. - Tácito Morbach de Góes Nobre Presidente - José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente - Adv. D.: Luiz Xavier de Lima.

ACÓRDÃO

Agravo de Petição n.º 206.905 - S. Paulo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 206.905, da comarca da Capital, em que é agravante Supermercados Peg Pag S/A e agravado o Oficial do Registro Imobiliário da 13.ª Circunscrição:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para, acolhendo a preliminar, anular a sentença e o processo a partir do fls. 11, a fim de que se propicie à agravante oportunidade de oferecer sua impugnação e apresentar as provas julgadas convenientes.

O recorrido adiou inscrição de contrato de locação referente a determinados cômodos de prédio urbano, em que é parte a recorrida, sob o fundamento de que o prédio em que eles se colocariam ainda não foi averbado e, na verdade, nem mesmo sua construção se realizou.

O MM. Juiz "a quo" fez publicar notícia de seu despacho de acolhimento da inicial no órgão de imprensa oficial e, após parecer do Curador, proferiu sentença julgando procedente a dúvida.

Recorreu a apresentante do contrato, argüindo, preliminarmente, a nulidade do processo, por falta de regular chamamento para a impugnação. No mérito, argumenta que a dúvida não procede, pois nada obsta que se contrate a respeito de imóvel de construção futura.

A decisão foi mantida em primeira instância e o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo não provimento do recurso, considerando prejudicada a preliminar.

Entretanto, a preliminar de nulidade merece integral acolhida.

As citações, notificações e intimações devem ser feitas pessoalmente às partes, seus representantes legais ou procuradores (arts. 163, 167 e 168 do C.P.C.), só se fazendo a intimação, nas comarcas das Capitais, Territórios e Distritos Federal, mediante publicação no órgão de imprensa oficial (art. 168, § 1.º, do C.P.C.), quando os interessados já estejam em Juízo,

sendo por essa fornida avisados seus advogados.

No caso, a simples publicação no jornal oficial não atingiu o objetivo de noticiar à agravante o ajuizamento da dívida, porque ela ainda não estava representada por advogado nos autos. E, por isso mesmo, ainda como simples apresentante de contrato para inscrição no registro imobiliário, não estava obrigada a perseguir as publicações judiciais para conhecer a sorte de sua pretensão, então puramente administrativa e só mostrada ao Oficial do respectivo Cartório. Assim, não adequadamente chamada a Juízo, para conhecer os termos da dívida e apresentar provas com sua impugnação, sofreu evidente cerceamento de defesa, que pois a perder os atos judiciais ulteriormente praticadas. Por isso é que se teve que anular, parcialmente, o processado. São Paulo, 6 de março de 1972.

TÁCITO MORBACH DE GÓES NOBRE, Presidente.

JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

ALCEU CORDEIRO FERNANDES, Vice-Presidente.

Agravo de petição n.º DJ - 204.731 - Santo André.

Agravante: Lucio Salomone.

Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Santo André.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 204.731, da Comarca de Santo André, em que é Agravante Lucio Salomone e Agravado o Oficial do Registro de Imóveis da referida Comarca:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O MM. Juiz Corregedor acolheu dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis que se recusou a registrar duas cessões de crédito hipotecário realizadas por instrumento particular. Efetivamente, pelos escritos particulares apresentados, dois dos três casais credores fizeram cessão dos seus créditos com a garantia real de hipoteca à firma Versten S/A e a Fany Pfefer, como resulta dos instrumentos de fls. 6 e 7. E pelo recibo de fls. 9, correspondente ao pagamento da quantia total da dívida, feita pelos devedores, autorizaram, juntamente com o credor originário Jakob Szporn, o cancelamento da hipoteca. Decidiu o dr. Juiz Corregedor que as cessões dos créditos deviam ser feitas mediante escritura pública ex-vi do disposto no artigo 134, II, do Código Civil.

Entendem os devedores que tendo pago a um dos credores hipotecário e aos cessionários dos demais, que exibiram instrumento de cessão regularmente formalizado, não se justifica a recusa do Oficial de cancelar a hipoteca inscrita.

Não lhes assiste razão.

Não se trata, na espécie, de mera cessão de crédito que pudesse ser formalizada por escrito particular, com apoio nos artigos 1065 e 1067, do Código Civil. Os créditos cedidos eram garantidos por hipoteca e a cessão, dado o seu valor, havia que ser feita por escritura pública. O artigo 1066, do Código Civil prescreve que "salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito se abrangem todos os seus acessórios". Como observa CARVALHO SANTOS, "entre os acessórios que se transmitem figuram as garantias, como a hipoteca, o penhor, etc." (Código Interpretado, XIV/337). É o que diz PONTES DE MIRANDA: "A hipoteca, o penhor e a caução acompanham o crédito". A hipoteca é direito auxiliar que, salvo pacto em contrário, se transfere com o crédito cedido ao cessionário. "A cessão da hipoteca ou da anticrese exige a escritura pública, tendo de inscrever-se para que lhe nasça a eficácia real" (Tratado de Direito Privado, Tomo XXIII/271 e 335). AFONSO FRAGA, por sua vez, ensina que "a sub-rogação convencional ou legal, bem como a cessão dos direitos hipotecários, necessitam, sob pena de nulidade, de obedecerem para sua construção jurídica, às mesmas solenidades que a lei institui para a constituição na hipoteca, donde resulta que somente por instrumento público ou particular segundo o valor do contrato, podem ser celebradas" (Direitos Reais de Garantia, pág. 596).

CLÓVIS BEVILLAQUA menciona a cessão do crédito hipotecário como exemplo do contrato em que a escritura pública é substancial (observações ao artigo 1067). SERPA LOPES escreve que, na cessão de crédito hipotecário, "vinculada como acessório à dívida principal, a cessão desta implica na do direito real hipotecário, passando de um a outro patrimônio. Por isso, quanto à forma do ato, se torna exigível, e substancial, todo o conjunto de requisitos relativos à transferência de direitos reais sobre imóveis, ou seja, escritura pública quando de valor superior à mil cruzeiros" (Tratado de Registros Públicos, 11/329). E AZEVEDO MARQUES, em sua clássica monografia - A Hipoteca - citando o artigo 1067 do Código Civil, diz que "o artigo significa, mui

claramente, que se a cessão referir-se à hipoteca, quando para esta for substancial a escritura pública, só por esse meio pode ser feita aquela". Era, aliás, o que prescrevia, de modo expresse, o velho decreto 169-A, no artigo 13. Do mesmo sentir é a lição de WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in Direito das Obrigações, pág. 379.

Ora, uma vez que as cessões levadas ao Registro de Imóveis são, na verdade, como nelas está expresse, cessões de crédito hipotecário e dado o seu valor, somente mediante escritura pública podiam ser formalizadas. Nenhuma ressalva consta dos instrumentos particulares no sentido de que os direitos acessórios ficavam excluídos da cessão, impondo-se, por isso mesmo, a aplicação integral do que dispõe o artigo 1066, do Código Civil.

Em consequência, o cancelamento da hipoteca pretendido pelos devedores não pode ser feito porque não é autorizado pelos credores originários, figurando no recibo de fls. 9 apenas um deles. Mas a inscrição hipotecária subsiste em razão da indivisibilidade da hipoteca.

As demais falhas ou omissões apontadas pelo Oficial do Registro desapareceram, porque supridas.

Mas a decisão recorrida é mantida pelo seu motivo principal concernente à invalidade das cessões, do que resulta a inadmissibilidade da averbação do cancelamento ad inscrição da hipoteca.

São Paulo, de março de 1972.

TÁCITO MORBACH DE GÓES NOBRE - Presidente.

JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

ALCEU CORDEIRO FERNANDES - Vice-Presidente.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA:

Proc. C.G. n.º 36.863-72 - Interessado: Associação dos Advogados de São Paulo - Capital - No processo supra, foi pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça proferido o seguinte despacho, datado de 18 do corrente:

"Aprovo o parecer e revogo a Portaria n.º 2-72, baixada na 8.ª Vara da Família e das Sucessões. Recomendo aos Juízes das Varas da Família e das Sucessões da Capital e aos das comarcas do interior, no sentido de que, em processos de inventário ou de arrolamento, os pedidos de expedição de alvarás sejam processados em autos apartados, com o prazo de validade para cumprimento de até 180 dias, se possível, desde que os interesses dos menores o permitam". Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral.

O Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo solicita providências para a revogação da Portaria n.º 2-72, baixada pelo Juiz de Direito da 8.ª Vara da Família e das Sucessões alegando que a Portaria estabelece normas de caráter restritivo quando a expedição de alvarás para cumprimento de obrigações ou procedimentos outros, de responsabilidade ou em benefício ou herdeiros. Finalmente sugere que os pedidos de expedição de alvarás sejam processados em autos apartados e que seja alargado o prazo de validade para 180 dias. Informou o Magistrado que as medidas tomadas, objeto da presente reclamação, já constituíram matéria de correção parcial, cuja sustentação anexa e a ela se reporta.

A correção parcial foi dado provimento, determinando a E. Câmara Julgadora remessa de cópia da portaria em questão ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça (cf. xerox de fls.).

Embora no exercício de suas funções jurisdicionais, o juiz não esteja preso a vínculos hierárquicos, sujeito a ordens superiores, isto não exclui, evidentemente, a jurisdição censória dos órgãos disciplinares da magistratura, competindo ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça disciplinar a boa distribuição da Justiça (artigo 68, I, do Código Judiciário), por deliberação própria ou em atenção à recurso da parte interessada (art. 246, Cód. Judic.).

Assim, analisando-se a questão sob o ponto de vista exclusivamente administrativo, salientando-se que no campo jurisdicional a Portaria já foi criticada, é de se reconhecer a inconveniência e o despropósito da providência do Magistrado.

Sem dúvida, as restrições impostas pela referida Portaria podem causar sérias dificuldades aos interessados, nem se vislumbra das mesmas a decorrência de um mais rápido andamento dos feitos. Se esse foi o principal objetivo da Portaria, sob esse aspecto opino pela sua revogação.

Se uma das causas de retardamento dos feitos é o constante pedido de alvarás, soluciona-se a questão processando-se os pedidos em autos apartados, sem interferência no andamento dos principais acolhendo-se, ainda a sugestão do Conselho Diretor da Associação dos Advogados, no

sentido de que seja alargado o prazo de validade para 180 dias, se possível, desde que os interesses dos menores o permitam.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 18 de setembro de 1972.

Flávio Cesar de Toledo Pinheiro - Juiz Auxiliar.

Proc. CG - n.º 37.486-72 - Coordenação da Administração Financeira da Secretária da Fazenda - Capital.

No processo retro, foi pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça por r. despacho de 6-10-72, determinado que fossem publicados:

A Resolução S. F. n.º 24-72 e Portaria C. A. F-G n.º 17-72, abaixo transcritas:

Resolução S.F. n.º 2472 de 13 de setembro de 1972.

Estabelece o modo e a formação de pagamento de emolumentos devidos pelo Estado, nos termos do parágrafo 3.º do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 203 de 25 de março de 1970.

O Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 38, do Decreto-lei n.º 203 de 25 de março de 1970, resolve:

Artigo 1.º - O pagamento dos emolumentos devidos pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados, nos feitos criminais de ação pública, quando o réu não for condenado, será processado pela Coordenação da Administração Financeira, na forma em que for disciplinado mediante requerimento do Titular da Serventia, dirigido ao Coordenador da Administração Financeira.

Artigo 2.º - O pedido deverá ser instruído com certidões em duas vias, nas quais constem os seguintes elementos: número do feito, nome do réu, data do trânsito em julgado da decisão final e o valor dos emolumentos, de acordo com a Tabela I, item IV, letra "a" do Decreto n.º 52.705 de 11 de março de 1971, observada a vigência prevista no artigo 50 do Decreto-lei n.º 203 de 25 de março de 1970.

Artigo 3.º - A certidão ou certidões mencionadas no artigo anterior deverão ser visadas pelo Juiz Corregedor Permanente da Serventia figurando abaixo da assinatura o nome por extenso, do Magistrado.

Artigo 4.º - No caso de haver mais de um réu, deverá ser mencionada essa circunstância, para aplicação do disposto na Tabela I, item IV, nota 5.ª do Decreto n.º 52.705 de 11 de março de 1971.

Artigo 5.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada à Resolução de 8, publicada no Diário Oficial do Estado de 9 de fevereiro de 1972.

Portaria Caf-G - n.º 17-72.

Disciplina o modo e a forma de pagamento de que trata a Resolução S.F. n.º 24-72 de 13 de setembro de 1972.

O Coordenador da Administração Financeira, no uso de suas atribuições, baixa as seguintes instruções:

Artigo 1.º - O processamento das despesas referentes ao pagamento de emolumentos devidos pelo Estado aos escrivães dos cartórios não oficializados nos feitos criminais de ação pública, quando o réu não for condenado, será efetuado à vista do requerimento do Titular da Serventia, dirigido ao Coordenador da Administração Financeira, na forma prevista pela Resolução S. F. - n.º 24-72 de 13 de setembro de 1972.

Artigo 2.º - Autuado o protocolo, do expediente será encaminhado à Contadoria Geral do Estado, a fim de que a unidade contábil, incumbida de proceder ao registro da despesa, efetue o prévio exame dos elementos nele constantes, encaminhando-o a seguir ao Departamento de Finanças do Estado para o devido processamento da despesa.

Artigo 3.º - A despesa correrá à conta da Administração Geral do Estado, Código 02 - Suplemento 3.1.4.1. despesas com honorários e custas - tratando-se de obrigações do exercício corrente onerará o elemento 3.1.5.0, quando se tratar de despesa relativa a exercícios anteriores.

Artigo 4.º - Processada e devidamente contabilizada a despesa o Departamento de Finanças do Estado efetuará o pagamento, na forma usual através do crédito em estabelecimento oficial.

Artigo 5.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CA. F-B - 6-72, de 9 de fevereiro de 1972. DJ 11-10-72.

PROVIMENTO N.º 4-72

O Desembargador, José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pela nota 4.^a da Tabela 7, do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970 (Regimento de Custas e Emolumentos), com a redação dada pelo Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971, resolve:

I - Fixar a seguinte tabela de despesas de condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, Família e Sucessões, Fazendas Públicas, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos:

- a) para o 1.º perímetro da Zona Urbana - Cr\$ 0,50.
- b) para os kms restantes da Zona Urbana - Cr\$ 1,06.
- c) para a Zona Suburbana - Cr\$ 2,37.
- d) para a Zona Rural - Cr\$ 3,75 e mais Cr\$ 0,43 por km que exceder a vinte (20).

II - Fixar em Cr\$ 1,00 por diligência para as despesas de condução dos Oficiais de Justiça das Varas Distritais da Capital, sem consideração das distâncias efetivamente percorridas.

III - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com uso de apenas uma condução, o oficial fará jus ao reembolso de uma só verba.

IV - Os Escrivães das Varas Criminais, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça daquelas Varas, certificarão a veracidade dos elementos incertos nos aludidos mapas, especialmente no que interessa à condição de processo de réus pobres.

V - A vista da certidão mencionada no item anterior, o MM. Juiz de Direito e Corregedor Permanente aporá seu "visto" e encaminhará os mapas ao D.E.C.C. até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido.

VI - Ultrapassado esse prazo, será o inadimplemento comunicado à Corregedoria Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito.

Publique-se. Anote-se, Arquive-se, Cumpra-se.

São Paulo, 16 de outubro de 1972.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça. DJ 20-10-72.

PROC. N.º 35.847

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de nomeação de um escrivão aposentado, ALCEBÍADES DE CAMARGO, para escrevente habilitado C.R.C.P.N. e Anexos do Município de Bofete, Comarca de Conchas.

2. Caso idêntico foi apreciado pela E. Corregedoria Geral e na oportunidade ficou decidido que seriam necessárias as seguintes providências para que houvesse a nomeação:

"a) - inspeção médica para demonstração da capacidade física e sanidade mental do aposentado;

b) - revogação do ato da aposentadoria, a pedido do interessado, se for o caso, a critério da autoridade competente (fls. 12 do proc. n.º 279.708/59, da Secretaria da Justiça);

c) - cumpridos os itens acima referidos, poderá, s.m.j., o MM. Juiz Corregedor Permanente despachar, a requerimento do interessado, o pedido de reversão, acolhendo ou não, com aplicação subsidiária das normas da C.L.F. ou, se em data posterior, com observância das regras do Estatutos do Funcionalismo do Estado, decisão que deverá ser submetida à apreciação da Corregedoria Geral." (Proc. n.º 30.580/68).

3. A questão, entretanto, poderá ser resolvida, vênha concessa, por outra melhor forma, em face das normas constitucionais vigentes, que desde a Constituição Federal de 1967 permitem ao aposentado o exercício de mandato eletivo, de um cargo em comissão ou então a sua contratação para prestação de serviços técnicos ou especializados (art. 97, § 3.º; no mesmo sentido a Emenda Constitucional n.º 1/69, art. 99, § 4.º).

4. E no caso dos autos a possibilidade de acumulação é possível, uma vez que a função de escrevente é inegavelmente um serviço não propriamente técnico, mas sem dúvida alguma especializado, tanto que requer habilitação prévia (Decr. Lei Estadual n.º 159/69, art. 33 e sgs.), consistente em exame que constará de provas manuscrita, datilográfica e oral, versando sobre matéria atinente à serventia, requisito que só se dispensa em ocorrendo a hipótese do art. 36, § 3.º do Dec. Lei n.º 159/69 ou do art. 14 do Dec. n.º 5.129/1931, aplicável analogicamente à espécie, já que o candidato é escrivão aposentado e do mesmo cartório para o qual pretende ser nomeado escrevente

5. A permissão agora é mais ampla que na vigência da Constituição Federal de 1947 (art. 185), que limitava a autorização ao exercício pelo funcionário, de outro cargo "técnico ou científico" (art. 185), "porquanto o preceito constitucional (C.F. de 1967 e Emenda Constitucional 1/69 se refere aos serviços especializados ao lado dos serviços técnicos. Não há cogitar, assim, de serviços de nível superior, bastando seja especializado para incluir na possibilidade de acumular facultada aos aposentados pela atual Constituição" (RDA. 102/406).

6. No entanto, é bom frisar que o tempo de serviço relativo à aposentadoria não se computará para qualquer efeito ao servidor que for nomeado escrevente, sendo um e outro completamente independentes. O tempo de serviço como escrevente começará a ser contado a partir do início do exercício, sem qualquer relação ou dependência com o anterior, circunstância que ficará constando expressamente de seu processo de contagem de tempo de serviço.

7. Nesta ordem de considerações, pois, opino pela homologação da nomeação, com as observações retro.

8. É o parecer, sub-censura.

São Paulo, 3 de dezembro de 1971.

José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.

PROT. N.º 17.759/71

Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz de Direto da comarca de Sumaré consulta sobre a possibilidade de habilitar Dra. ELYSABETH DE MELLO RODRIGUES como escrevente do C.R.C.P.N. e Anexos da sede, em virtude de ser ela professora primária, com cadeira no Grupo Escolar "André Rodrigues de Alckmin".

2. Entendo, s. m. j., que à indagação se deva responder negativamente.

3. É inegável que o escrevente de cartório não oficializado, em pese a natureza peculiar do trabalho que presta e da sua situação funcional, exerce função pública, tanto que seu tempo de serviço é considerado por lei "como serviço público, para todos os efeitos legais" (C.L.F., art. 301).

3.1. Aliás já se decidiu em diversas oportunidades que o escrevente é funcionário público (R.F. 118/119, 92./227, 75/423, R.T. 157/203), observando o Desembargador WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO que a minúcia com que o legislador se houve "ao disciplinar o status do escrevente, convence-nos de que não nos defrontamos com um simples preposto ou empregado do serventuário, mas com um servidor público, em função de marcante relevância. Repetimos, pois, o escrevente é verdadeiro funcionário do Estado" (in Apelação n.º 12.920, de São Paulo).

3.2. De outra parte, a CARLOS MEDEIROS DA SILVA ressalta que a atividade do escrevente "é equiparada, para o efeito de acumulações, à dos funcionários públicos" (parecer aprovado pelo Ministro FRANCISCO CAMPOS, in R.R. 75/423).

3.3. E a propósito o Excelso Pretório resolveu que, quando tal não fosse, "não se lhe poderia negar, pelo menos, a condição de SERVIDOR" (in Recurso Extraordinário n.º 36.073-SP., julgado pela Primeira Turma, em 5.9.1957).

4. A respeito e relativamente ao escrivão de cartório não oficializado, decidiu recentemente o C. Supremo Tribunal Federal que "o serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual, além de atributos outros, prevê a forma de remuneração. Assim, alcançado pelo art. 97, caput, da Constituição de 1967" (R. T. J. 56/869).

5. Ora, se é certo que não se confundem a função de escrivão e a de escrevente habilitado, não menos exato é que este, em sentido amplo, pode ser considerado serventuário da Justiça ou funcionário público (R.T., vols. 343/397, 334/209, 308/309, 307/136), máxime se considerar que ao oficial maior, que é escolhido preferencialmente dentre os primeiros escreventes (Decreto-Lei n.º 159/69, art. 32, com a redação dada pelo art. 1.º do Decreto-Lei n.º 203/70), compete "substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos, podendo praticar, simultaneamente com ele, os atos que lhe forem atribuídos pelo titular da serventia, com aprovação do Corregedor Permanente" (Decreto-Lei n.º 159/69, art. 32, § 2.º).

6. Dest'arte, tenho para mim que é vedada a acumulação de cargos na forma do art. 99 da Emenda Constitucional n.º 1/69, aí compreendida a que possa ocorrer entre a função de escrevente habilitado de cartório não oficializado e o cargo de professor público primário.

7. É o parecer, sub-censura, que, se aprovado, opino pela remessa de cópia ao MM. Juiz, para os

devidos fins.

São Paulo, 16 de novembro de 1971.

José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.

PROC. N.º 35.604/71

Senhor Corregedor Geral:

1. Trata-se de consulta formulada pela Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, sobre a necessidade ou não de prévia aprovação pelo Juiz Corregedor Permanente, dos atos que o oficial maior poderá exercer simultaneamente com o escrivão (Decreto-Lei n.º 158/69, art. 84 e Decreto-Lei n.º 159/69, art. 32), quer quanto aos que já estavam no exercício dessa função antes da vigência daquelas leis, quer em relação aos nomeados posteriormente.

2. A função de oficial maior foi criada pelo Decreto n.º 6.986, de 25.2.1935, art. 15, estabelecendo-se que a ele caberia substituir o serventuário em exercício nos seus impedimentos, e ainda praticar com este, simultaneamente os atos que ao escrivão competem, independentemente de designação especial.

3. Leis posteriores (Decreto-Lei n.º 12.520/42 e Lei n.º 819/59) referiram-se à função pura e simplesmente, silenciando a respeito das atribuições do oficial maior, de sorte que se entendia continuarem as mesmas previstas no Decreto n.º 6.986/35.

3. Então vieram os Decretos-Leis n.ºs 158/69 e 159/69 preceituando que ao oficial maior caberia:

a) - substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos e nessas condições, praticar todos os atos como se serventuário fora (Decreto-Lei 158/69, art. 84, primeira parte e Decreto-Lei n.º 159, art. 32, § 2.º, primeira parte); e

b) - praticar simultaneamente com o escrivão, os atos que por lei são privativos deste, hipótese em que deverão tais atos ser relacionados e submetidos a prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente (Decreto-Lei n.º 158/69, art. 84 segunda parte e Decreto-Lei n.º 159/69, art. 32, § 2.º, segunda parte).

4. Dessarte, entendo, s.m.j. que após a vigência dos citados Decretos-Leis, tanto o oficial maior nomeado antes, como o que for nomeado depois só poderá exercer atos privativos do escrivão, simultaneamente com ele, se previamente relacionados e aprovados pelo Juiz Corregedor Permanente.

5. É que, sobrevindo lei posterior estabelecendo novos requisitos e condições para o exercício de determinada função, a eles deverão ser adequados os casos abrangidos.

6. Não há falar no caso em retroatividade de lei com ofensa a direito adquirido, senão em efeitos imediatos e obrigatórios de lei de ordem pública e cogente relativa à execução de serviços administrativos e à prática de atos processuais.

7. Daí porque incidir desde logo a abranger situações constituídas ainda que sob o império de lei anterior.

E a propósito, observa PONTES DE MIRANDA, que "a relação jurídica entre o funcionário público e o Estado pode ser modificada pelas leis novas, salvo quando existe regra jurídica constitucional que o mede. Não é possível o efeito retroativo, "mas a incidência da lei no presente é completa" grifei (in "Comentários à Constituição de 1967", ed. Revista dos Tribunais, 1968, Tomo V, pág. 92".)

8. É o parecer, sub-censura, que submeto à consideração de V. Exa., sugerindo, caso aprovado, seja publicado na imprensa Oficial, para os devidos fins.

São Paulo, 15 de setembro de 1971.

José Haroldo de Oliveira e Costa, Juiz Auxiliar.

**JURISPRUDÊNCIA:
REVOGAÇÃO DE CHEQUE**

A Sexta Câmara Civil do Tribunal de Alçada confirmou por unanimidade sentença do juiz Ney de Mello Almada, da 10.ª Vara Cível da Capital, versando recusa de pagamento de cheque por existência de contra-ordem do sacador, não obstante houvesse suficiência de fundos no banco. O pedido foi acolhido em parte pela sentença, com a condenação do executado ao pagamento da importância do cheque, acrescidos de juros e honorários. O estabelecimento bancário foi excluído da ação.

É a seguinte a decisão:

A contra-ordem nada mais que a revogação do cheque é, permitindo-a a Lei do Cheque, art. 6.º, desde que existente motivo legal. Esta expressão foi entendida por J. X. Carvalho Mendonça com "todo aquele que no sistema da lei a justifique", como ausência de causa nas relações entre o emissor e o tomador, causa ilícita ou imoral, cheque eivado de erro ou tanguado por fraude ou coação ("Tratado de Direito Comercial", V, 2.ª parte, p. 548 e seguinte).

O notável comerciante aduziu claramente estes judiciosos conceitos.

"Se é certo que o beneficiário adquire direito a ser pago pela provisão dos fundos em poder do sacado desde a data do cheque, não quer isso dizer que o sacado desde o dia do cheque reserva em seu poder qualquer sorna devida ao beneficiário".

O sacado não conhece o beneficiário; não tem com ele a mínima relação jurídica antes da apresentação do cheque (obra citada, pág. 549).

O prof. Pedro Barbosa Pereira salienta, a seu turno, que "o sacado não se obriga para com o portador a coisa alguma. Nem deve obrigar-se, mas pagar a quem lhe apresenta o cheque, cumprindo a ordem do emissor" ("Curso de Direito Comercial", 11/252).

Bastante oportuna a advertência de Gastão A. Macedo, em sua obra intitulada "Curso de Direito Comercial", página 199, expendida nestes termos: "É certo que a contra-ordem só se justifica se houver motivo legal para isso, "mas também é certo que o sacado não poderá, obviamente, examinar a legalidade, ou não, da contra-ordem do sacador, pois não tem elementos para tanto". Remata, em seguida: "Sua atuação é passiva, de quem cumpre ordens de terceiro, de cuja a conveniência, ou inconveniência, não lhe é dado averiguar".

"É justa a recusa do pagamento de cheque se houve contra-ordem, embora não motivada" (R.T. 152/265). O sacado não pode "apreciar o motivo ou fundamento da contra-ordem", assinala Waldemar Ferreira ("Tratado de Direito Comercial", 9/191).

Por ato inteiramente imputável ao emissor do cheque, não pode responder o banco sacado, que, à vista do exposto, não pode suportar a demanda, por ser parte ilegítima passiva. Despicienda a circunstância, a que se a apegue a autora, no sentido de que, havendo fundos quando recusado o pagamento inicialmente, eles foram abatidos "a posteriori", de modo a não poder ser pago o título em apreço. Nenhum liame de responsabilidade pode gravar o banco a esse respeito, salvo se a autora alegasse e provasse má-fé, o que não acontece. Cabe notar que o cheque contém carimbo de apresentação em 02/X/70 anotando não só a contra-ordem, senão também a falta de fundos, como se lê a fls. 09 dos autos de aresto em apenso. Havia saldo quando da segunda apresentação, em 06 daquele mês e ano, mas a contra-ordem persistia.

O direito creditório é válido e exercitável apenas contra o emitente do cheque, ainda mais à vista do C.P.C., art. 209

TERRENO DE MARINHA. POSSE - AÇÃO ENTRE PARTICULARES - ADMISSIBILIDADE

- Tratando-se de terreno de marinha, a posse deste pode ser discutida entre particulares, porém se uma das partes agasalha seu direito unicamente no título expedido pelo Serviço do Patrimônio da União, falece competência à Justiça Estadual, como instância recursal, para apreciar a validade do título de ocupação, expedido pelo órgão federal, deslocando-se a competência de julgamento para o Egrégio Tribunal Federal de Recursos.

Vistos, relatados e, discutidos estes autos de apelação cível n.º 8.440, da comarca de Itajaí, em que é apelante Regina Miranda Santos, sendo apelado Bonifácio José Pereira:

Acordam, em Primeira Câmara Civil, à unanimidade, não conhecer do recurso e remeter os autos ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos.

Custas a final:

Trata-se de uma ação de manutenção de posse requerida por Regina Miranda Santos, que alega ter sua posse, sobre um terreno de marinha, esbulhada por Bonifácio José Pereira e sua mulher. A ação foi contestada e os RR. sustentam que lhes assiste o direito de desfrutar a posse da gleba em litígio, porque requereram e obtiveram do Serviço do Patrimônio da União o título de sua ocupação (doc. de fls. 31).

Na instrução foram ouvidas muitas testemunhas e também realizou-se uma perícia, num só louvado (fls. 79/89).

O MM. Juiz a que sentenciou, entendendo que a autora era carecedora de ação ajuizada por não ser possível reconhecer a posse em favor de quem não apresenta título provindo da Fazenda

Nacional.

A autora, inconformada, apelou para esta Instância, insurgindo-se contra a tese sustentada pela sentença, atacando, inclusive, com muita veemência, o título expedido pelo S. P.U., em favor dos RR., pois a recorrente e não os apelados é que sempre exerceu a posse de fato sobre a área questionada.

O recurso foi contra-arrazoado, fixando os recorridos o entendimento que lhes assiste o direito aposse, como decorrência da expedição do questionado título de ocupação das terras de marinha.

A tese sustentada pela decisão recorrida, data vênua, tem a seu desfavor inúmeros pronunciamentos, de reconhecida autoridade. Assim é que este Tribunal, em acórdão da lavra do eminente desembargador Alves Pedrosa, sustentou: "Quanto à reintegração de posse, sabe-se que a posse de terras devolutas e precária, não podendo, portanto, em qualquer hipótese, ser alegada contra o titular do domínio, que, no caso, é o Estado de Santa Catarina. Mas a doutrina e a jurisprudência têm admitido o uso dos interditos possessórios, nessas circunstâncias, entre particulares, isto é, podem os ocupantes das terras devolutas, por tolerância do Estado, defender sua posse contra terceiros que procuram perturbá-la. É o que se vê in "Jurisprudência e Doutrina", vol. 7, pág. 91 e vol. 14, págs. 67 a 82.

"Firmando este ponto de vista, a possessória tinha que ser julgada procedente, porque ficou devidamente provado que a posse dos autores era anterior à dos réus". (Jurisprudência. 1971. págs. 310/311).

Igual entendimento foi esposado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme se conclui da seguinte emenda: "Terreno de Marinha - Ação entre particulares - Admissibilidade - Procedência em face de melhores provas da autora - Apelação não provida. Tratando-se de terreno de marinha, a posse deste pode ser discutida entre particulares". (R.T., vol. 335/293).

No Diário da Justiça da União, de 20.06.72, apreciando os agravos de instrumento n.ºs 55.010 e 55.012, ambos de São Paulo, o eminente Ministro Djaci Falcão desproveu os recursos por entender cabível a discussão da posse entre particulares, pois não se cuidava, na espécie, de reconhecimento de posse contra o poder público.

Posta a questão nestes termos, analisando-se a prova dos autos, chega-se a conclusão, baseada na incontrovertida prova testemunhável, que a autora realmente exercitou atos inequívocos de posse, não só sobre a gleba de 0,8 metros de testada para a Rua República Argentina, como ainda sobre a área limítrofe, ora questionada, - de 7,70 metros de frente, também para a mesma Rua República Argentina. Ela murou os dois terrenos, isto por volta de 1961 e neles plantou árvores frutíferas, que produziram frutos, os quais foram sempre por ela colhidos.

Somente em 1970 é que os RR. obtiveram autorização para ocupar a gleba em litígio, através do título de fls. 31, e por isso entendem que sua posse deriva de uma situação jurídica regularizada perante o Domínio da União, não constituindo, assim, sua ocupação, ato de esbulho.

O deslinde da questão envolve, necessariamente, o reconhecimento da prevalência ou não da posse dos RR., calculada unicamente no título expedido pelo Serviço do Patrimônio da União, sobre a posse de fato da autora, o que importa, em última análise, em apreciar e julgar um ato de autoridade federal, que tem por objeto terreno de marinha.

Assim, entende-se, inclusive com base em precedentes desta Casa (Jurisprudência 1971, págs. 459 e 674) e ainda consoante entendimento da Egrégia Primeira Turma do Tribunal Federal de Recursos que "competete ao Juiz Federal julgar qualquer ação que tenha por objetivo terreno de marinha, de propriedade da União Federal". (Jurisprudência. T.F.R., vol. 26/pág. 4).

Por estas razões não se conhece do presente recurso, declinando-se a competência para o Colendo Tribunal Federal de Recursos. (T.J. Sta. Cat. - Florianópolis, 6 de 1972- Alves Pedrosa, presidente - Ivo Sell, relator - May Filho).

IMÓVEL VENDIDO A PRESTAÇÕES - CESSÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA A VENDA.

I - É inoperante, mesmo irrita e nula, a cláusula que exige autorização expressa dos promitentes-vendedores para a cessão de direitos e obrigações referentes a compromisso de compra e venda de imóvel não loteado, desde que convencionado sem cláusula de arrependimentos.

II - Tratando-se de imóvel vendido a prestações, ainda que haja condição resolutiva expressa, indispensável é a interpelação judicial, do cessionário, como titular de direito real sobre a coisa, para que, constituído em mora, se resolva o compromisso e consequentemente a cessão.

III - Inaplicação pelo acórdão impugnado dos arts. 13, do DI. 58, de 1937, e 22, do D. 3.709, de 1938, com a redação que lhe deu a L. 649, de 1949. Ocorrência de ofensa aos arts. 930 e 031 do Código Civil.

IV - Provido o recurso contra o acórdão em apelação, para restabelecer a sentença, julgando-se prejudicado o manifestado contra o acórdão em embargos de declaração.

VOTO

O Sr. Ministro Amaral Santos (Relator): - No contrato de comprissão de venda e compra entre os proprietários, Eduardo Antonio Cury e sua mulher, e Jorge Correia, um dos recorridos, ficou estabelecido que o mesmo se escindiria independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, no caso de não pagamento de três prestações consecutivas (Clausula 5.ª, f. 18-v.)

Estabelecia a cláusula seguinte:

"Salvo o que estabelece a cláusula 5.ª, supra, a presente é feita em caráter irrevogável e irretratável, obrigando os contratantes por si, herdeiros ou sucessores, os quais, desde já, expressamente renunciavam ao direito de arrependimento".

Todavia, a cláusula 8.ª prescrevia que "o outorgado só poderá ceder e transferir seus direitos e obrigações ora assumidas, desde que idôneo o cessionário e com autorização expressa e por escrito dos outorgantes a quem pagará a taxa de 3 % sobre o valor de cessão, a título de honorários de advogados dos outorgados".

Estando rigorosamente em dia quanto ao pagamento das prestações relativas ao preço pactuado, Correia cedeu seus direitos e obrigações ao recorrente Chemja Fravdemberg (f. 21) referentes ao referido compromisso, sem, todavia, pedir prévia autorização aos proprietários, promitentes-vendedores.

Podia a cessão ser feita nessas condições?

O acórdão impugnado, proferido em grau de apelação, diz que não.

Penso diversamente, à vista do disposto nos arts. 13, do DI. 58, de 1937, 22, do D. 7.709, de 1938, com a redação que lhe deu a L. 649, de 11.3.49. Com efeito, reza este último dispositivo: "Os contratos, sem cláusula de arrependimento, de compromisso de compra e venda de imóveis não loteados, cujo preço tenha sido pago no ato da sua constituição ou deva sê-lo em uma ou mais prestações, desde que inscritos em qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiros e lhes confere o direito de adjudicação compulsória nos termos dos arts. 16, desta lei, e 346 do C. Pr. Civil".

A cláusula que exigir autorização expressa dos promitentes-vendedores a meu ver é inoperante, mesmo irrita e nula, em face dos termos imperativos da lei, que autoriza cessão, desde que o compromisso de venda e compra se convencionar sem cláusula de arrependimento. Assim, tenho como inaplicados aqueles dispositivos de lei pelo acórdão impugnado, proferido em apelação.

Nesse sentido o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em R.T. 205-439, apontado pelos recorrentes, assim ementado (f. 222):

"É lícita a cessão e transferência de compromisso de compra e venda de imóvel não loteado, cujo preço é pago em prestações, sem o consentimento por escrito do promitente-vendedor, não obstante cláusula proibitiva em contrário. São aplicáveis ao caso os arts. 13, § 1.º, da L. 58, de 1937, e art. 22 do D. 3.079, de 1938".

Por essas leis, a falta de consentimento do promitente-vendedor não constitui motivo impeditivo da transferência do contrato, por isso que dispõe o § 1.º, do art. 13, do DI. 58, que na falta de consentimentos não impede a transferência, mas torna os adquirentes, e alienantes solidários nos direitos e obrigações contratuais".

Não obstante a existência da cessão do compromisso pelos promitentes-compradores aos cessionários, ora recorrentes, aqueles, sem conhecimento destes, acordados com os proprietários, rescindiram o compromisso, tendo os proprietários, no mesmo ato, se comprometido a vender o mesmo bem objeto da rescisão a recorrida CRECIF (folha 12).

O acórdão em grau de apelação, ora impugnado, reconheceu válida a rescisão por escritura pública, mesmo sem o conhecimento dos cessionários recorrentes, porquanto o contrato de compromisso continha cláusula resolutiva expressa, independentemente de aviso ou interpelação judicial, na hipótese de atraso no pagamento de três prestações consecutivas. Essa fundamentação do acórdão encontra esbarro na jurisprudência, que se vem acentuando, inclusive deste Tribunal, segundo a qual, tratando-se de imóvel vendido em prestações, ainda que haja condição resolutiva expressa, indispensável é a interpelação judicial. Transcreve-se, em abono dessa jurisprudência, um dos acórdãos mais recentes, relatado pelo eminente Ministro

Barros Monteiro, em D.J. de 25.10.68, trazido a confronto pelos recorrentes (f. 166):

"Imóveis vendido a prestações, Jurisprudência que se vai tornando vencedora no Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a existência de cláusula resolutiva expressa, mesmo nas promessas de vendas de imóveis não loteados, não dispensa a notificação prévia para constituir o devedor em mora".

Válida a escritura de cessão do compromisso, como penso demonstrado, e devidamente inscrita no Registro Imobiliário, como se achava, impunha-se a notificação ou interpelação do cessionário, ora recorrente, como titular de direito real sobre a coisa, para que, constituído em mora, se resolvesse o compromisso e conseqüentemente a cessão.

Não tendo se dado a notificação ou interpelação dos cessionários, ora recorrentes, e não obstante isso rescindindo-se o compromisso entre o proprietário e o promitente-comprador, a rescisão se fez com ofensa àqueles dispositivos e ainda dos arts. 930 e 931 do Código Civil.

Aliás, assim já se julgou neste Tribunal, por acórdão no RE 64.823, Relator o eminente Ministro Evandro Lins, assim ementado (folha 169):

"Consignação em pagamento. Promissória cessionária de promessa de imóvel a prestações é interessada na extinção da dívida (arts. 930 e 931, do C. Civil, e art. 69 da L. 4.380, de 21.8.64). Recurso extraordinário conhecido e provido".

Assim e em face do exposto, e considerando válida a cessão de compromisso aos ora recorrentes e inválida a rescisão do mesmo e, conseqüentemente, o novo compromisso de venda e compra estabelecido com a recorrida CRECIF, conheço do recurso interposto contra o acórdão em grau de apelação, manifestado à 1.194, interposto contra o acórdão proferido em grau de embargos declaratórios.

VOTO

O Sr. Ministro Barros Monteiro: - Senhor Presidente, o ilustre Ministro Goulart de Oliveira observou, de certa feita, que nós, juízes temos escrúpulos de apreciar a questão moral, a par das questões jurídicas das demandas que somos forçados a decidir. No caso ora em julgamento, o eminente Ministro Amaral Santos não enfrentou, propriamente, a causa sob o seu aspecto moral, embora a focalizasse ligeiramente, em desfavor dos recorridos.

Estou de pleno acordo com Sua Excelência: Entendo que, válida a escritura de cessão, como S. Exa. brilhantemente demonstrou, e, devidamente inscrita no Registro competente como se achava, era de mister a notificação ou interpelação do cessionário, ora recorrente, para que, constituído em mora, se resolvesse o compromisso e, conseqüentemente, a cessão.

Inteiramente de acordo com o eminente Relator, conheço do recurso e lhe dou provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - Entendeu o acórdão recorrido que não pode um dos contratantes ceder a sua posição contratual, como todo o elenco de direitos e obrigações, sem o consentimento do remanescente" (f. 147). Acentuou que na cláusula 9.^a do contrato de promessa de revenda e compra entre Eduardo Antonio Cury e sua mulher, de um lado, e Jorge Correia, de outro, ficou estabelecido que o outorgado só poderia ceder e transferir seus direitos e obrigações com autorização expressa e por escrito dos outorgantes. No caso, a cessão feita por Jorge Correia e Chemja Frajdemberg não teve autorização dos proprietários, promitentes vendedores. Daí, ser ineficaz a promessa de cessão em relação aos proprietários, promitentes-vendedores.

Não padece dúvida que tal exegese destoa da adotada pelo eg. Tribunal de Alçada de São Paulo, ao emitir o seguinte pronunciamento:

"É lícita a cessão e transferência de compromisso de compra e venda de imóvel não loteado cujo preço é pago em prestações, feita sem o consentimento por escrito do promitente-vendedor, não obstante cláusula proibitiva em contrário. São aplicáveis ao caso o art. 13, § 1.º, da L. 58, de 1937, e art. 22 do D. 3.079, de 1938" (f. 162).

Tenho como acertada a interpretação constante do acórdão paradigma Em verdade, a falta de consentimento do promitente-vendedor não impede a transferência do contrato, eis que, consoante dispõe o § 1.º, do art. 13, do DI. 58, de 1937, "a falta de consentimento expresso do compromitente-vendedor não impede a cessão do contrato de compromisso, mas torna o cedente e o cessionário solidários nos direitos e obrigações contratuais".

A disposição legal sobrepõe-se à cláusula proibitiva da cessão sem consentimento dos promitentes-vendedores.

É de convir ainda que o DI. 58, no seu art. 22 (redação dada pela L. 649, de 11-3-49), assim dispõe:

"Os contratos, sem cláusula de arrependimento, de compromisso de compra e venda de imóveis não loteados, cujo preço tenha sido pago no ato da sua constituição ou deva sê-lo em uma ou mais prestações, desde que inscritos em qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiros e lhes conferem o direito de adjudicação compulsória nos termos dos arts. 16 desta lei e 346 do Cód. de Processo Civil".

Vale sobrelevar que no contrato de promessa de venda e compra celebrado entre Eduardo Antonio Cury e sua mulher, de um lado, e Jorge Correia de outro, ficou acentuado o caráter irrevogável e irretratável, consoante se vê da sua cláusula 6.^a, ressalvada a resolução automática do contrato, desde que houvesse a falta de pagamento de três prestações consecutivas (cláusula 5.^a). É de se atender para que se era válida a escritura de cessão de compromisso, devidamente inscrita no Registro Imobiliário, impunha-se prévia notificação judicial para constituir o devedor em mora, de modo a assegurar a resolução de compromisso de compra e venda, conforme a jurisprudência predominante nesta Corte. Ademais, os recorrentes em tempo hábil propuseram-se a pagar o saldo do preço da transação, segundo se constata à f. 43.

Em face do exposto, acompanho o voto do eminente Relator, no sentido de restaurar a sentença de primeira instância. (S.T.F. - RE 69.014 - GB - Rel., Ministro Amaral Santos. Conhecido e provido o recurso contra o acórdão de apelação, para restabelecer a sentença. Julgou-se prejudicado o recurso contra o acórdão sobre embargos de declaração. Decisão unânime. Impedido, o Senhor Ministro Oswaldo Trigueiro, Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministro Amaral Santos, Barros Monteiro, Djaci Falcão, Oswaldo Trigueiro e o Dr. Oscar Corrêa Pinta, Procurador-Geral da República, substituto Brasília, 2 de abril de 1971) R. T. J., vol. 57, B. 778.

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

"Causa mortis" - Saldo em dinheiro, representação por prestações em compromisso de compra e venda de terreno loteado pelo "de cujus" - Incidência do tributo.

Incide no pagamento do imposto de transmissão "causa mortis" o saldo em dinheiro, representado por prestações em compromisso de compra e venda de imóvel loteado pelo "de cujus".

N. 197.396 - Santo André.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de instrumento n.º 197.396, da comarca de Santo André, em que é agravante a Fazenda do Estado de São Paulo, sendo agravado espólio de Egiminiano Pezzolo.

No inventário de Egiminiano Pezzolo, a Fazenda do Estado reclamou o imposto de transmissão de bens e de direitos de que trata a lei estadual n.º 9.591, de 30-12-1966, incidente sobre terrenos objeto de loteamento de que participava o inventariado, alienados a terceiros, cujos preços foram contratados para pagamento em prestações.

O magistrado não acolheu a reclamação, homologando o cálculo de transmissão "causa mortis". Inconformada, a Fazenda agravou de instrumento. E, em contra-razões, o espólio sustentou que o saldo a receber é representado por dinheiro, pago em prestações, não incidindo o imposto sobre o mesmo.

O Juiz manteve sua decisão.

A espécie já tem sido examinada por este Tribunal, merecendo acolhimento a pretensão da Fazenda, diante dos expressos termos do art. 23, n.º I, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-1969, que reproduziu o art. 24, n.º I, da Constituição Federal de 1967: "Compete ao Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão a qualquer título, de bens imóveis, por natureza e a cessão física e de direito reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos à sua aquisição."

Decidiu acórdão da Primeira Câmara desse Tribunal, examinando precisamente a hipótese de compromissos de compra e venda, que é a dos atos: "Se o imposto de transmissão incide sobre a transmissão de direitos reais sobre imóveis, inclusive sobre direitos à aquisição de imóveis (art. 24, n.º I, da Constituição Federal; art. 1.º, n.ºs I e II da lei n.º 9.591, de 1966), segue-se que a transmissão dos direitos à aquisição de imóvel compromissado pelo "de cujus" está sujeita ao pagamento do imposto também, não somente porque constitui transmissão de um direito real

sobre o imóvel, como também constitui transmissão de direito à aquisição de imóvel" ("Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo". vol. VIII/245).

Idêntico foi o entendimento do julgado, na mesma Revista, vol. XI/211.

Portanto, o imposto reclamado pela Fazenda é irrecusável, razão pela qual: Acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos acima, pagas as custas como de direito. (T.J.S.P. - São Paulo, 13 de maio de 1971 - FERREIRA DE OLIVEIRA, pres. com voto - FLÁVIO TORRES, relator - Participou do julgamento, como voto vencedor, o Des. Barbosa Pereira). RT - 432, pág. 124.

AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - Exceção de incompetência de fórum. Interpretação dos arts. 133, I, 134 e 135 do C. Pr. Civil. Dissídio jurisprudencial. Fórum de eleição prevalece sobre o da situação do imóvel. Aplicação da Súmula 335. Recurso extraordinário conhecido e provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Adalício Nogueira (Presidente e Relator): - Trata-se de ação de adjudicação compulsória, ajuizada na Capital do Estado de São Paulo, na qual o ilustre Dr. Juiz de 1.^a instância rejeitou a exceção de incompetência oferecida pelos réus, fundado na existência de cláusula contratual eletiva de fórum e no art. 135 do C. Pr. Civ., que estabelece a competência do domicílio do de cujus, para as questões atinentes a herança.

Entretanto, a Eg. Primeira Câmara Civil do Tribunal de Alçada houve por bem reformar a decisão, afirmando a competência do juízo da situação do imóvel, eis que "a adjudicação, não sendo demanda relativa à herança, mas simples ação que se exercita contra o espólio fica sujeita à regra comum da competência, prevista no art. 136 do C. Pr. Civil" (f. 67-71).

Inconformados, os autores recorrem, extraordinariamente, pelas letras a e d, III, art. 114 da Constituição Federal vigente, alegando ofensa aos artigos 133, I, 134, e 135 do C. Pr. Civ., além de contrariedade à Súmula 335 do Supremo Tribunal Federal e arestos de outros Tribunais, que indica (f. 73-82).

Admitido o recurso, o foi em vista da evidente divergência entre o v. acórdão recorrido e os de outros Tribunal, versando situações semelhantes (f. 89-92).

A douta Procuradoria-Geral da República, em Jogo e erudito parecer do Dr. Custódio Toscano aprovado pelo eminente Ministro Décio Miranda, então Procurador-Geral da República, opina pelo conhecimento e provimento do recurso, em concordância com a orientação manifestada pelo douto Ministério Público de São Paulo.

Diz a ementa (f. 101):

"Conhecesse do "extraordinário", quando o dissídio invocado é patente, notório, e está comprovado. Ação para adjudicação de bem imóvel de espólio pro indiviso, prometido em escritura de compromisso de venda irrevogável e irretroatável, é ação relativa à herança, que leva a causa para o fórum privativo da localidade do inventário, que prevalece sobre o da situação do imóvel (arts. 135 e 136 final do C. Pr. Civil. R. T., 335/335).

Deve prevalecer o fórum de eleição sobre o da situação do imóvel, quando as partes litigantes são as partes contratantes do pacto, onde se fez a eleição e, principalmente quando o litígio não é peculiar ao imóvel, mas ao contrato em si mesmo (Supremo Tribunal Federal. Acórdão in R. T.J. 3/137 e 39/33 e Acórdão de 20-10-64 no Conflito de Jurisdição 2.086, in Acórdãos do Supremo Tribunal Federal aplicados à Sumula 1/254)". (f. 101).

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Adalício Nogueira (Presidente e Relator) - O recurso extraordinário moldou-se nas letras a e d, da permissão constitucional.

No pertinente à primeira, assevera-se a infração dos arts. 133, n.º I, 134 e 135 do C. Pr. Civil. E no que toca à segunda, alude-se às decisões arroladas a f. 276-277.

A hipótese versa acerca de um compromisso particular de compra e venda celebrado entre o inventariado João Rodrigues Maia e a ora recorrente. Pretendem os recorridos que a competência para a apreciação da ação de adjudicação compulsória se desloque da Capital de São Paulo para a Comarca de Wenceslau Braz, no interior do Estado, que é o fórum da situação do imóvel, cuja adjudicação se intenta.

A recorrente entrincheira-se em ponto de vista adverso, esteada na cláusula 7.^a daquele compromisso, em que se pactuou:

"Fica eleito o fórum desta Capital, para nele serem resolvidos quaisquer questões oriundas do presente contrato" (f. 17-v).

Propugna ela a opinião de que, falecido o inventariado na Capital de São Paulo, onde sempre

residiu, aí é que deve ter curso a ação de que se cuida, em razão do prescrito naquela cláusula, que consagrou o fórum de eleição.

E estribou-se no dispositivo do artigo 133, inciso I, do C. Pr. Civ., que diz:

"Determinar-se-á a competência:

I - Pelo domicílio do réu.

.....
E, ainda, no que estatui o art. 134 do mesmo Código, que reza:

"O réu será, em regra, demandado no fórum do seu domicílio, ou, na falta, no de sua residência".

Invocou, afinal, o que está no artigo 135 da mesma lei adjetiva civil, que proclama:

"O fórum do domicílio do de cujus será o competente para o inventário e partilha e todas as ações relativas à herança".

Sem dúvida, no art. 136 se dispõe:

"Nas ações relativas a imóvel será competente o fórum da sua situação, salvo o disposto no artigo anterior".

Esta última parte, restringiu, claramente, a extensão contida no preceito precedente.

Agasalhando-se, por igual, em dissídio pretoriano, a recorrente enumera os arestos, que se encontram a f. 76-77 (lê-os).

Esses veredictos afinam com o proferido no CJ 2.806, de que foi Relator o eminente Ministro Evandro Lins, cuja ementa assim se exara:

"Súmula 335. É válida a cláusula de eleição do fórum para os processos oriundos do Contrato".

Decidindo-o, assim se pronunciou o douto Relator:

"O fórum de eleição previsto no contrato prevalece sobre o fórum da situação do imóvel. Essa é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consubstanciada na Súmula 335" (Acórdão do Supremo Tribunal Federal aplicados à Súmula, de Dirceu A. Victor Rodrigues, vol. I, p. 254-255). Com efeito, não somente razões de ordem jurídica, como as de conveniência e comodidade, militam em prol da tese, em que se acastela a recorrente. Seria molesto transplantar-se a competência do fórum da Capital de São Paulo onde tinha domicílio o de cujus e lá faleceu, processando-se-lhe, aí, o inventário crescendo-se que foi o mesmo convencionado, para a resolução de qualquer questões oriundas do contrato, para o de uma Comarca do interior do Estado.

Com inteira razão a íclita Procuradoria-Geral da República, quando concluiu o seu exaustivo parecer, com estas expressões:

"Eis os fundamentos jurídicos que nos levam a opinar pelo conhecimento e provimento do recurso. Despiciendo, porém, não seria atentar-se para as razões de ordem prática. As partes têm seu domicílio na Capital aí se processa também o inventário do de cujus, onde ele tinha seu domicílio; o contrato de compromisso de venda do imóvel foi lavrado na Capital; os contratantes elegeram livremente o fórum da Capital para o deslinde judicial de suas questões sobre o contrato; os seus advogados têm escritório na Capital; na Capital será para eles mais fácil postular pelo direito dos seus constituintes; na Capital, presume-se, devem estar, senão os mais sábios, pelo menos os mais experimentados juízes, porque é última instância de promoção e de mais fácil ingerência e fiscalização do Tribunal; para se processar qualquer perícia sobre o documento, que uma parte afirma ser legítimo e a outra sustenta ser falso, será ela efetuada no fórum da Capital. Não vislumbramos, pois, razão plausível, em tais circunstâncias, para se mandar as partes ao longínquo fórum do interior, onde apenas se encontra situada a Fazenda compromissada à aquisição, na escritura.

Difícil, dessarte encontrar razão lógica para, contrapondo-se às razões jurídicas, concluir que se processe e julgue a presente causa no longínquo fórum de Presidente Wenceslau, quando tudo leva a crer que ela seja melhor, ou pelo menos, mais fácil e eficazmente julgada, no fórum da Capital, inclusive em razão de economia processual e imediatidade judicial, como bem acentuou o representante máximo do Ministério Público da Justiça de São Paulo, ao se pronunciar também pelo conhecimento e provimento do recurso (Parecer de f. 855-86)". (f. 115-116).

Em face de todo o exposto, conheço do recurso extraordinário, em razão do dissídio invocado e do verbete da Súmula 335, para dar-lhe provimento, cassando o v. acórdão recorrido e restaurando a decisão do primeiro grau. (S.T.F. - RE 65.116 - SP - Rel, Ministro Adalício Nogueira - Conhecido e provido, unânime. - Presidência do Sr. Ministro Adalício Nogueira. Presentes à sessão os Senhores Ministros Eloy da Rocha, Thompson Flores, Bilac Pinto e Antonio Neder, e, o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. - Brasília, 20 de setembro de

1971). R.T.J., vol 58, pág. 638.

ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA - Compromisso de compra e venda, sem cláusula de arrependimento e devidamente inscrita. Reforma da sentença.

Não tendo sido pago a preço total da venda, desatende-se o pedido de adjudicação compulsória feito pelo promitente-vendedor, posto que não se cumpriu o estatuído no § 1.º do art. 346 do C.P.C.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 7.886, da comarca de Blumenau, em que são apelantes Bruno Henrique Gerd Flach e sua mulher e apelado Enio Rebelo:

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil, à unanimidade, adotando o relatório de fls. 43/48 verso, conhecer dá apelação e dar-lhe provimento para julgar o autor carecedor da ação, condenando-o ainda, ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrária, a razão de 20% sobre o valor dado à causa.

Custas pelo apelado.

O recurso próprio é mesmo o de apelação (Com. ao Cód. Proc Civil - Tomo V, pág. 362 - Pontes de Miranda e Proc. Civil à Luz da Jurisprudência, vol. XXX, pág. 1.234, n.ºs 35.812 e 35.813).

Quanto ao mérito, a sentença não pode prevalecer, sob qualquer ângulo que se examinar o contrato objeto da adjudicação. Se representasse uma venda perfeita e acabada, faltar-lhe-ia o requisito da lavratura por instrumento público, ou então, encarando-o como um compromisso de compra e venda, havia que se atender para os ensinamentos dos mestres, pertinentes à adjudicação compulsória do imóvel pré-contratado, no qual não foi atendido o disposto no art. 346, § 1.º do C. P. C.

Assim, Jorge Americano escreve: "Para exercer a formalidade outorgada pelo art. 346 do Código de Processo, deve o compromissário juntar a escritura de compromisso de compra e venda e a prova do pagamento das prestações, ou, pelo menos, da última." (vol. 2.º/155).

Carvalho Santos perfilha o mesmo entendimento: "Na alienação de lotes, para pagamento em prestação, pressupõe a lei a existência de um contrato preliminar de promessa de venda, obrigando-se por ela o promitente vendedor a outorgar ao compromissário comprador do lote a respectiva escritura "dês que esteja ultimado o pagamento." (Cód. de Proc. Civil interpretado, vol. IV, pág. 455/456).

Pontes de Miranda, por sua vez, preleciona: "O que é preciso é que o pré-contratante comprador ofereça o restante do preço ou o preço o que se subentende se pediu a intimação do pré-contratante vendedor para dá-la (a escritura definitiva de compra e venda nos cinco dias seguintes, que correrão em cartório." (Tomo V, pág. 360/361).

A Jurisprudência segue na mesma esteira, conforme se vê pelos seguintes julgados: "Os contratos de promessa de compra e venda de imóveis loteados; têm força compulsória, desde que se apresentem devidamente formalizadas, registrados e inteiramente pago o preço da venda." (Proc. Civil à Luz da Jurisprudência - A. de Paula, vol. XXIV, pág. 1.210).

Ainda: "O dispositivo do § 1.º, do art. 346 do C. P. C., não significa que, na inexistência da impugnação sempre deva o juiz dar pela procedência do pedido de adjudicação compulsória. Para o acolhimento do pedido é preciso que o Autor prove haver preenchido as condições legais, dentre elas o pagamento do preço total." (ADCOAS, 1970/431).

E porque não tenha o A. cumprido o disposto no § 1.º do art. 346 do C. P. C., impõe-se o provimento do apelo para reformando a sentença recorrida, julgar o autor carecedor da ação condenando-o, ainda ao pagamento dos honorários advocatícios da parte contrário e das custas processuais. (T.J.S.C. - Florianópolis, 14 de outubro de 1971 - Alves Pedrosa, Presidente. Ivo Sell, Relator Francisco May Filho). "Jurisprudência" do T.J.S.C., 1971, 2.º volume, pág. 581.

DIVISÃO - Imóvel rural - Condomínio anterior ao Estatuto da Terra - Quinhões inferiores ao módulo - Pretensão indeferida - Agravo não provido - Voto vencido.

O Estatuto da Terra, como lei política, é de aplicação mediata, só não atingindo as divisões já consumadas.

N.º 200.860 - Campinas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 200.860, da comarca de Campinas, em que são agravantes Maria Emília do Rosário Martins e outros, sendo agravado o Juízo: Acordam, em Segunda Câmara Civil' do Tribunal de Justiça de São Paulo, por maioria de votos, negar provimento de recurso, pagas as custas pelos agravantes.

Trata-se de recurso interposto contra decisão que indeferiu pretensão à divisão de propriedade agrícola em que o número de módulos é simplesmente 1, 2, por chocar-se com a proibição taxativa do art. 65 do Estatuto da Terra (lei n.º 4.504, de 1964).

Alegam os agravantes que o condomínio preexistia à entrada em vigor do referido Estatuto, pelo que lhes assiste direito adquirido à divisão pleiteada.

Sem razão. Não se trata de vantagem particular que se haja tornado um elemento da personalidade do indivíduo mas de "direito que se relaciona, de modo direto e precípuo, com o interesse público ou político" e que, por isso, "aplica-se imediatamente; modifica-se e muda ao sabor das leis" (Carlos Maximiliano, "Direito Intertemporal", n.º 28).

O Estatuto da Terra como lei política, de ordem pública, aplica-se imediatamente, só não atingindo no particular as divisões já consumadas. Situa-se entre as normas que "não visam vantagem pessoal do cidadão, mas o interesse de todos", as que se relacionam "precipuamente com a organização do poder público" ("quod ad statum reipublicae spectat") não seguem o mesmo ritmo que as destinadas a regular os interesses particulares das pessoas ("quod ad singularem utilitatem pertinet") (ob. cit., n.º 43).

Não há falar, aliás, em direito adquirido de dividir certa gleba. O caso é de mera faculdade de intentar a divisão. E "simples faculdade abstrata não constitui patrimônio pessoal; pode ser abolida por disposição nova, se ainda não foi utilizada" (ob. cit., n.º 46).

Inexiste, portanto, na espécie o alegado direito adquirido a proceder divisão, pelo que é mantida a decisão agravada. (T.J.S.P. - São Paulo, 21 de setembro de 1971 - CORDEIRO FERNANDES, pres., vencido com a seguinte declaração de voto: Fiquei vencido, pelas seguintes razões: Por sentença datada de 23-6-1949, foi homologada a partilha dos bens deixados por Constantino Martins, adjudicando-se aos herdeiros os respectivos quinhões em razão do que o único bem inventariado, ficou em comum.

Os condôminos pretendem, agora como ato complementar da partilha, por fim ao condomínio. A meu ver, "data vênua", é inegável o seu direito.

Como já decidiu o STF, em sessão plenária, "a proibição

IMPOSTO - Cobrança contra proprietário de loteamento aprovado e inscrito, tendo por objeto as áreas e espaços livres, destinados à construção de edifícios públicos, ruas ou praças - Inadmissibilidade - Segurança concedida - Recurso desprovido.

Tratando-se de loteamento, a partir de sua inscrição tornam-se inalienáveis as vias de comunicação e espaços livres, constantes da respectiva planta e memorial descritivo, para aqueles passarem a integrar o domínio público. Consequentemente, a partir dessa inscrição o dono do loteamento não poderá vir a ser constrangido, com pertinência àqueles espaços livres, ao pagamento de impostos de qualquer natureza.

N.º 173.177 (Recurso "ex officio") - Guarulhos - Agravante: Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 173.177, da comarca de Guarulhos, em que é recorrente Juízo "ex officio", sendo agravante a Prefeitura Municipal de Guarulhos e agravados Júlio de Andrade Maia e outro: Acordam, em Quinta Câmara do Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento a ambos os recursos. Custas na forma da lei.

1. Trata-se de recursos oficial e voluntário, interposto este pela municipalidade de Guarulhos, vencida em mandado de segurança, concedido em favor de proprietários de loteamentos aprovados e inscritos, e que se viram tributados, com relação às áreas e espaços livres, destinados à construção de edifícios públicos, ruas ou praças.

2. A decisão agravada é mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos não ensejando a matéria uma mais ampla discussão.

Bem demonstrou o magistrado, escudando-se no ensinamento de Serpa Lopes que, a partir da inscrição, tornam-se inalienáveis as vias de comunicação e espaços livres constantes da respectiva planta e memorial descritivo do loteamento. A própria lei federal assentou esse entendimento, decorre da compreensão dos princípios, expressando que vias, praças e áreas livres passam a integrar o domínio público, desde a data da inscrição do loteamento. E, finalmente, por força do mesmo entendimento, houvesse fato gerador da tributação e jamais seria o sujeito passivo da obrigação tributária quem não tem mais a titularidade das áreas sobre as quais se pretende a imposição do tributo.

3. A matéria posta como preliminar, mas que não o é do recurso, sequer merecia maior consideração.

Superou-a o julgador com vantagem, ao explicar que o ato da administração já é exequível e que a faculdade, não utilizada, do recurso administrativo, com efeito suspensivo, não afasta o direito à procura das vias judiciais. T.J.S.C. - São Paulo, 13 de abril de 1972 - OCTÁVIO STUCCHT, pres. com voto - MAÉRCIO SAMPAIO, relator. - Tomou parte no julgamento o Juiz Rodrigues Porto). RTs,

vol. 441, pág. 183.

ENFITEUSE - Contrato anterior ao Código Civil - Resgate pleiteado - Admissibilidade - Apreciação de lei municipal - Retorno de processo ao juiz "a quo".

É resgatável enfiteuse instituída antes da vigência do Código Civil.

A lei municipal de São Paulo n.º 2.219, de 1919, autorizou prefeito a conceder a remissão dos aforamentos constituídos até o ano de 1916.

N.º 200.995 - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação civil n.º 200.995, da comarca de São Paulo, em que são apelantes Orlando Francisco Pereira, sua mulher e outros, sendo apelada a Municipalidade de São Paulo.

1. Com base no art. 693 do CC, os autores, senhores do domínio útil do prédio descrito na inicial, ajuizaram esta ação ordinária contra a Municipalidade de São Paulo com o objetivo de resgatar e extinguir o aforamento daquele imóvel. Na contestação, a ré disse que os autores não juntaram o contrato enfiteutico (art. 159 do CPC); que são carecedores da ação, pois o contrato é perpétuo e não houve acordo entre as partes (arts. 679 e 693 do CC); que não foi esgotada a instância administrativa; que o valor da causa é de 5.500.000,00; finalmente, que não há possibilidade de resgate por ser a enfiteuse anterior ao Código Civil.

2. O saneador rejeitou a preliminar a respeito do valor e deixou as demais para a decisão final. A sentença julgou improcedente a ação e condenou os autores nas custas e em honorários de advogado. Limitou, desde logo, a controvérsia a um ponto: o contrato foi celebrado antes do advento do Código Civil e o direito de resgate, somente admitido por seu art. 693. Entendeu aplicável a legislação contemporânea à data do contrato. No presente recurso, sustentam os apelantes que a melhor interpretação do dispositivo citado não impede a procedência do pedido.

3. Na lição de Clóvis ("Código Civil", vol. 3.º/253), "o direito de resgate não aproveita aos aforamentos já constituídos, quando o Código Civil entrou em vigor, por se não ofender o direito dos senhores, que contando com a perpetuidade, estipularam cânones extremamente módicos". Eptácio Pessoa afirmava que em tais casos não existe o direito de resgate, por se tratar de atos perfeito e acabado, de direito definitivamente adquirido, e que o acordo entre as partes referido no art. 693 diz respeito ao prazo maior ou menor para o resgate e não propriamente ao direito de resgatar, o qual não pode ser renunciado. Seguindo a esteira de Clóvis Beviláqua, pronunciaram-se entre outros, Paulo de Lacerda ("Manual do Código Civil", Introdução, III, nota 35), Carvalho Santos ("Código Civil Brasileiro Interpretado", IX/104), Washington de Barros Monteiro ("Direito das Coisas", 246), Orlando Gomes ("Direitos Reais", 2.º/463). Nesse sentido são numerosas as decisões, como se vê nos repositórios de jurisprudência.

4. No entanto, o STF passou a admitir o resgate de enfiteuse constituída antes do Código Civil e inscreveu na Sumula n.º 170: "É resgatável a enfiteuse instituída anteriormente à vigência do Código Civil". Além da consideração de ser o instituto decadente obsoleto e anti-social, firmou o Pretório Excelso têm aplicação imediata as leis que dispõem sobre direito real, máximo as que alteram ou instituem de natureza perpétua, e que essa aplicação não ofende o direito adquirido do senhorio ou titular do domínio direto. Trata-se, pois, de direito assente.

5. De consignar-se, também, que a lei municipal n.º 2.219, de 6-8-1919, autorizou o Prefeito do Município de São Paulo a conceder a remissão dos aforamentos constituídos até o ano de 1916, com o evidente propósito de adaptá-los às normas constantes do Código Civil. Essa disposição não foi revogada e está em harmonia com a atual orientação da Suprema Corte, justificando-se, portanto, a interpretação do precitado art. 693 defendida pelos apelantes, a qual é aceita por estas razões.

6. Mas como o ilustre julgador apenas examinou essa questão e a fim de preservar o princípio do duplo grau de jurisdição, o processo volta à primeira instância para, afastada essa matéria, serem examinadas e resolvidas as demais. Nestas condições: Acordam em Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, adotado o relatório de fls. e por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para aqueles fins. Custas, na forma da lei. (T.J.S.P. - São Paulo, 30 de dezembro de 1971 - CORDEIRO FERNANDES, pres. como voto - ALMEIDA BICUDO, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Carmo Pinto). RTS, vol. 438, pág. 89.

HERANÇA - DESISTÊNCIA.

A "desistência em favor" não é mais do que renúncia - translativa, à herança, que se opera em favor de co-herdeiro, enquanto que a cessão de quinhão hereditário poderá ser feita em relação

a qualquer pessoa. Sendo renúncia, a desistência tanto pode ser feita por escritura pública como por termo nos autos, ambos desfrutam da mesma validade notarial.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição, sob n.º 155/71, de Prudentópolis, em que são Agravantes: Mario Diedis e sua mulher e José Kopak e Agravado: Pedro Malko.

Acordam, em 1.ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria de votos negar provimento ao recurso. Custas, pelos agravantes.

1 - Conforme consta dos autos de arrolamentos dos bens que ficaram por falecimento de Adão Meter e sua mulher, os herdeiros Francisco Metek e João Dziedzic e sua mulher desistiram de suas legítimas em favor do co-herdeiro João Malko, desistência que foi precedida de requerimento formulado por procurador com poderes especiais e reduzida a termos nos autos. No processo, além de João Malko figuram os descendentes da filha natural da inventariada, Catarina Kopak, dentre os quais José Kopak.

Iniciado o processo em 1962, ficou sem movimentação por vários anos até que o retro citado José Kopak e outros promoveram o seu andamento, aparecendo, então, nova relação de herdeiros do casal inventariado em que figuram os ora agravantes como cessionários, por escritura pública, dos direitos hereditários conferidos aos já citados Francisco Metek e João Dziedzic (agora João Diedis) e sua mulher.

Examinando o caso, o Dr. Juiz não admitiu a habitação dos ditos cessionários, visto que os cedentes já não possuíam os direitos pretensamente cedidos. Da decisão respectiva nasceu o recurso de agravo de petição ora em julgamento.

2 - Francisco Metek outorgou poderes para a desistência em favor do agravado em 1945, quando se qualificou como solteiro (fls. 11) e João Dziedzic (ou Diedes) e sua mulher em 1943 (fls. 12). O termo de desistência é de 1962 (fls. 16 verso). A fls. 69, consta a escritura pública de cessão de direitos, feita por João Diedis e sua mulher a Mario Diedis em data de abril de 1970; a fls. 71 escritura idêntica passada a José Kopak por dois de seus irmãos, como sucessores do mesmo Francisco Metek e de sua mulher, ambos falecidos. Em contraposição, João Malko apresentou também escritura de cessão de direitos, lhe outorgada em função das antigas procurações que já haviam servido às desistências antes referidas, estando dita escritura inscrita no registro imobiliário, ao contrário das apresentadas pelos ora agravantes.

3 - Sem levar em consideração estas últimas particularidades citadas, a decisão agravada não merece censura. A desistência que se operou nos termos do processo de inventário realizou definitiva transferência dos quinhões hereditários dos desistentes em favor do agravado. Foi ato perfeito e acabado, segundo o direito brasileiro. O que, na verdade, se denomina vulgarmente de "desistência em favor" não é mais do que "renúncia - translativa" do direito à herança, que somente se opera em favor de co-herdeiro enquanto que a cessão de herança poderá ser feita em relação a qualquer pessoa. Ora, sendo renúncia, a desistência, "in casu", tanto podia ser feita por escritura pública como por termo nos autos. (Cód. Civil, art. 1.581), pois que tabelionato e processo se equívalem em efeitos notariais. Por isso, não vem ao caso nem o valor da coisa, nem a necessidade de homologação, que o texto legal não menciona como ato complementativo da declaração da vontade.

4 - Sob outro aspecto, a desistência que não precinde da homologação judicial (Cód. Proc. Civil art. 16) é a puramente processual, isto é, relativa aos atos do processo. Preleciona De Plácido e Silva: "Na espécie, a desistência é a renúncia a um ato processual, a uma ação ou a uma instância. Por essa forma a desistência da ação ou de parte dela não implica na renúncia do direito, salvo quando, por expressa convenção, importa também numa transação" (Com. vol. I/61).

Assim, os desistentes de 1962 não podiam ceder os mesmos direitos a outrem, em 1970, antes de alcançarem a anulação do ato anterior, na forma da lei, e como muito bem concluiu o Dr. Juiz "a quo". (T. J. Paraná - Curitiba, 9 de maio de 1972 - Mercer Júnior, Presidente e Relator p/ o acórdão - Isidoro Brzezinski - Ossian França, Revisor).

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

Casa - Objeto de desapropriação iminente - Fato conhecido posteriormente ao negócio - Ação de rescisão proposta pelo prominente comprador - Procedência - Recurso provido.

A desapropriação iminente de um prédio justifica a rescisão de compromisso de compra e venda, quando o prominente comprador visava adquiri-lo para a sua residência o desconhecia aquele fato.

N.º 167.989 - Capital.

Visto, relatados e discutidos estes autos de apelação n.º 167.689, da comarca de São Paulo, em que são apelantes Agenor Pedroso e outros, sendo apelados Antônio Monteiro e sua mulher: Acordam, em Sexta Câmara do Tribunal de Alçada Civil, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, para declarar rescindindo o contrato, sem as perdas e danos, compensadas as quantias entregues com o aluguel do prédio e pagas pelos réus as custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa.

Por via de compromisso de compra e venda, os autores adquiriram dos réus a casa situada à rua Miranda Jordão n.º 19, por Cr\$ 35.000,00, estabelecido o pagamento em prestações mensais. E agora querem rescindir o compromisso, porque, depois de se haverem mudado para a casa, foram alertados pelos vizinhos de que o imóvel fora abrangido em plano viário da Prefeitura, pesando sobre ele iminente desapropriação, circunstâncias que, se antes conhecida, não os teria deixado celebrar o compromisso. Pleiteiam, com a rescisão do compromisso, a devolução das quantias pagas e perdas e danos.

Em sua contestação, os réus disseram ignorar a existência de qualquer ato declaratório de utilidade pública do imóvel em causa; e, ainda que o imóvel fosse desapropriado, os autores sempre seriam indenizados.

Por douda sentença de fls., a ação foi julgada improcedente, condenados os autores nas custas e honorários de 10%, sobre o valor da causa.

Como bem acentuou o magistrado, a pretensão inicial é de rescisão contratual e sob esse aspecto é que deve ser apreciada e decidida.

Ao ver da maioria, a ação procede, nos termos seguintes. É que os autores adquiriram o prédio para sua residência, com ânimo definitivo. Tiveram em mente a resolução do problema da casa própria, (para sua tranquilidade futura. Ora, se essa meta dentro da previsão normal, era impossível de atingir, em face de pesar sobre o imóvel a ameaça real de ser desapropriado, e se a circunstância lhes era de todo desconhecida, a frustração do objetivo há de levar ao desfazimento da avença, que se entende razoavelmente celebrada com essa condição resolutive implícita. São tais e tantos os transtornos resultantes da desapropriação de prédios de residência, que normalmente ninguém quer adquirir os sobre que pese essa ameaça, que, no caso, é de realidade manifesta, estereotipada no plano de melhoramentos municipais, aprovados pela lei n.º 5.528 v. documentos de fls.) . Se tratasse de escritura definitiva, poder-se-ia alegar que ao comprador, antes de assiná-la, competia verificar a situação do prédio na Prefeitura. O caso, porém, é de mero recibo de sinal, sem nenhum registro. E a venda estava condicionada, como é óbvio, à verificação da regularidade da documentação do vendedor e da situação edilícia do prédio. E tal verificação, quanto a esta última, resultou no descobrimento oportuno de que o imóvel é totalmente atingido pelo plano viário da Municipalidade, como está certificado a fls. Se, pois, as legítimas expectativas do comprador serão baldadas, dentro da previsão normal, não parece curial a subsistência do contrato, porque ninguém compra para ser desapropriado. Em suma: se, antes da escritura definitiva, foi verificado pesar sobre o imóvel seria ameaça de desapropriação, este fato justifica o desfazimento da venda, ainda não formalizada definitivamente, pelo justo receio de que a coisa transmitida não chegue a oferecer as vantagens esperadas e possibilitar o exercício dos poderes necessários à sua utilização econômica, nos limites da liberdade assegurada pela Constituição.

Todavia, não há cogitar de perdas e danos, porque não está demonstrado nos autos que os vendedores conheciam perfeitamente a situação ou lhe soubessem avaliar as consequências, tanto mais que o plano viário ainda depende do decreto expropriatório. E a própria testemunha Wilma, filha de criação dos autores, não disse que os réus, antes da celebração do negócio, sabiam dos planos da Prefeitura. Por conseguinte, desfeito o negócio, as coisas voltarão ao "statu quo ante". Como, porém, os autores estão morando na casa, as importâncias que adiantaram, relativamente ao preço serão compensadas com o aluguel devido pela usufruição da coisa .tudo conforme se apurar em execução. Em respeito pelo princípio da sucumbência, os réus pagarão as custas do processo e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa. (T. A. Civ. S. P. - São Paulo, 4 de novembro de 1971 - ALVES BARBOSA, pres. com voto - PINHEIRO FRANCO, relator designado - PAULA BUENO, vencido, com declaração de voto em separado). RTS, 438/164.

CERTIDÃO NEGATIVA - RECUSA DE FORNECIMENTO

Cabe mandado de segurança para obrigar a Fazenda a expedir, segundo o preceito constitucional do art. 134, § 35, certidão negativa do tributo fiscal, não ficando o pedido prejudicado pelo fornecimento do documento em razão de medida liminar.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Mandado de Segurança (Agravado de Petição), sob n.º 135/71, de Curitiba - 15.ª Vara em que é Recorrente, "ex-officio": Dr. Juiz de Direito, Agravante: Fazenda Pública do Estado do Paraná e Agravada: Luiz G. A. Valente S/A. - Comércio e Navegação.

Acordam, em Primeira Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, negar provimento a ambos os recursos. Custas, na forma da lei.

1. O agravante, por seus órgãos competentes, negou-se a fornecer certidão negativa de débitos à agravada, pedida com a finalidade de escriturar imóvel de sua propriedade, sob alegação de existência de suposto débito. Daí, o pedido de segurança. Posteriormente à impetração, a Fazenda forneceu o malsinado certificado.

O Dr. Juiz, a despeito disso, concedeu a segurança, por entender caviloso, "in casu", o comportamento do fisco estadual. E recorreu de ofício.

Interposto recurso de agravo de petição foi o mesmo regularmente processado e, por fim, mantida a sentença recorrida. Nesta Superior Instância, a Procuradoria Geral opinou no sentido de ser o recurso havido como prejudicado.

2 - O direito constitucional de pedir e obter certidões às repartições administrativas (C. F. art. 153, § 35), foi, na espécie, postergado pela agravante, que só cedeu ao requerido pela agravada após o ajuizamento da segurança e em consequência da medida liminar decretada.

Nestas condições, a ação mandamental não pode ser julgada prejudicada. A instância segue o seu curso como se tal liminar não tivesse sido concedida.

No caso, o imposto que se diz devido pela agravada não tinha mais razão de ser (I. C. M. sobre madeira serrada destinada a exportação), de maneira que a recusa da Fazenda importou em violação frontal do preceito constitucional supra citado.

Não há, portanto, também pelo mérito, o que reformar na sentença agravada. (T. J. Paraná - Curitiba, 5 de outubro de 1971 - Mercer Júnior, Presidente e Relator - Isidoro Brzezinski - Ossian França).

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS:

1.668-67 - Dúvida - 8.º Reg. de Imóveis - Arcangelina Ciampa.

Vistos, etc.

1 - O Oficial do 8.º Registro de Imóveis adiou a transcrição da escritura de compra e venda que lhe foi apresentada por Arcangelina Ciampa. Trata-se de parte do lote número quatro, da quadra J, do bairro do Imirim, 8.º subdistrito - Santana, havido pelos vendedores pelas transcrições ns. 149 e 48.094, respectivamente da 2.ª e 3.ª Circunscrições do Registro de Imóveis. Alega o suscitante que o imóvel se acha irregularmente transcrito na 3.ª Circunscrição, cumprindo ser cancelada tal transcrição para que outra seja feita no 8.º Cartório. Além disso a suscitada deverá apresentar certidão negativa de impostos municipais pois a que exibiu não se refere aos proprietários e sim a pessoa diversa.

II - A suscitada impugnou a fls. aduzindo que a confusão dos limites do Imirim foi a causa da transcrição mal feita, na 3.ª Circunscrição, que nem sequer os Distribuidores conseguiam dissipar. Mas como já tem sido decidido por este juízo - alega a suscitada - não é o caso de anular-se a transcrição da 3.ª Circunscrição, bastando uma averbação.

Foram juntadas certidões das transcrições anteriores e o Ministério Público opinou pela procedência da dúvida.

III - Segundo se vê das certidões das transcrições aquisitivas ns. 149 e 48.094, feitas respectivamente na 2.ª e 3.ª Circunscrições do Registro de Imóveis os transmitentes são proprietários do imóvel alienado à suscitada, sendo que a metade foi havida pela primeira transcrição e outra metade pela segunda, por sucessão "mortis-causa". Tendo alienado a metade do imóvel estão agora transmitindo o remanescente à suscitada.

A irregularidade na transcrição operada na 3.ª Circunscrição não pode e nem deve ser imputada aos vendedores. É que à época em que foi feita tal transcrição o título passava pelo crivo da distribuição. O erro assim não foi dos vendedores mas sim do distribuidor e como é óbvio aqueles não podem arcar com as consequências de despenderem dinheiro com nova transcrição

e cancelamento da anterior. Foi para obstar semelhantes irregularidades que a lei criou o distribuidor de escrituras aos cartórios de Registro de Imóveis, serventia hoje extinta.

Corno já tenho decidido não é o caso de cancelar-se a transcrição feita em circunscrição incompetente bastando que seja feita uma averbação à margem da transcrição.

Sob esse aspecto, portanto, a dúvida não procede.

Procede, entretanto sob o segundo tema, pois a certidão negativa que se encontra a fls. 6 e 20 diz respeito ao mesmo imóvel, porém lançado em nome de José Valentim Rodrigues. Cumpre à suscitada regularizar o lançamento e exibir prova de quitação de impostos para que a transcrição seja feita.

Julgo assim procedente a dúvida.

Publique-se. Custas pela suscitada.

São Paulo, 19 de setembro de 1972. O Juiz Corregedor Permanente, Ruy de Mello Almada. - Adv.: Waldemar Pinotti.

Proc. n.º 5.161/71

Vistos, etc.

1 - Apresentado a averbação título de legitimação de posse, expedido pela Municipalidade de São Paulo a favor de Erwin Sack ou Erwin Emil Sack, suscitou a Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital dúvida, uma vez que a transcrição aquisitiva anterior, sob n.º 84.839 da mesma serventia, registra uma área de 422,64 m², enquanto que a consignada no título de legitimação é de 440,20 m².

A dúvida foi impugnada, tendo o apresentante do título se batido pela sua averbação (fls. 9/12). Atendendo despacho do MM. Juiz de Direito em exercício, a Municipalidade local alertou que as transcrições anteriores são nulas, pois, dizem respeito a vendas de terras devolutas. Por isso mesmo - no dizer da Municipalidade - a Oficial do Registro Imobiliário e o apresentante do título incidem no erro de dizer que o título deve ser averbado, pois, no caso, a solução a ser encontrada está na transcrição do mesmo título, de modo originário, sem vinculação a qualquer outra preexistente.

O doutor Curador dos Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida, por entender necessária a retificação da área do imóvel, nos termos do artigo 227 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

2 - A dúvida merece procedência.

Com efeito, como bem ponderou a Municipalidade de São Paulo, "quando o legitimante requereu a esta Municipalidade a legitimação da posse sobre determinado terreno, julgado devoluto através da respectiva discriminatória, reconheceu ele o domínio público, originário, desta mesma Municipalidade, sobre o aludido terreno, reconhecendo, também como de direito o é, que os títulos anteriores serviram, como de fato servem, tão somente para, titulando a posse, justificá-la, sendo, entretanto, ditos títulos, nenhum para efeitos dominiais" (da petição subscrita pelo Procurador - Patr. 11, WILSON RUY BARLETTA, fls. 23, item 11).

E outro, data vênua, não pode ser o entendimento, pois, "terras devolutas - escreve HELY LOPES MEIRELLES são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelos respectivos proprietários. Tal conceito nos foi dado pela Lei Imperial n.º 601, de 18-9-1854, e tem sido aceito uniformemente pelos civilistas (cf. TEIXEIRA DE FREITAS, Consolidação das Leis Civis, 1893, nota 19 ao art. 53; CLOVIS BEVILAQUA, Código Civil Comentado, 1928, observações ao art. 66; LIMA PEREIRA, Da Propriedade no Brasil, 1932, pág. 10; LINHARES DE LACERDA, Tratado das Terras do Brasil, 1960, vol. II/445). Essas terras, até a proclamação da República, pertenciam à Nação; pela Constituição de 1891 foram transferidas aos Estados - Membros (art. 64). O Decreto federal n.º 19.924, de 27-4-1931, reafirmou o direito dos Estados-membros sobre as terras que lhes foram transferidas pela Constituição de 1891, e reconheceu-lhes expressamente a competência para "regular a administração, concessão, exploração, uso e transmissão das terras devolutas, que lhes pertencem, excluída sempre a aquisição por usucapião" (cf. nosso Direito Administrativo Brasileiro, 2.ª edi., 1966, sob o título "Terras Públicas", págs. 450 e segs.)" (HELY LOPES MEIRELLES, in "Estudos e Pareceres de Direito Público", vol. I, 1971, Editora Revista dos Tribunais, pág. 144, item I, n.º 2).

Ora, em sendo "bens públicos patrimoniais", como supra focalizado, na verdade, não "se incorporam, por qualquer título, ao domínio privado" (MÁRIO MASAGÃO, in. "Curso de Direito Administrativo", tomo I, 1959, Max Limonad, pág. 142, n.º 280, final).

É que as terras devolutas devem ser consideradas não comerciáveis, por disposição da lei, sendo, assim, em princípio, inalienáveis, não podendo, pois, ser transmitidas de um a outro proprietário. Aliás, como observa ORLANDO GOMES, as coisas que estão fora do comércio, não podendo ser objeto de relação jurídica de natureza real, torna nulo o negócio jurídico de que sejam objeto (in "Introdução ao Direito Civil", 2.ª ed., 1965, Forense, pág. 182, n.º 150, final) . Aliás, ao tratar das "Fontes da Extra-Comercialidade", PONTES DE MIRANDA elucida que "os bens de que trata o art. 69 são extra commercium, ou por serem inapropriáveis, ou por serem, a despeito da apropriação, inalienáveis por lei (só outra lei os pode tornar alienáveis, art. 67). Os negócios jurídicos a respeito da transferência de tais bens, que são em geral, os do art. 66, tem por objeto prestação impossível, o que os faz, de início, nulos (art. 145, II, 2.ª parte)" (in "Tratado de Direito Privado", Parte Geral, Tomo II, 3.ª edição, 1970, Bersoi, págs. 173/174.

3 - Pois bem! No caso concreto dos autos, o imóvel objeto da legitimação de posse foi, anteriormente, transcrito por particulares, inclusive o suscitado, sob os ns. 44.892, 34.507 e 2.032, todas do 11.º Cartório de Registro de Imóveis, 2.298, do 4.º Cartório de Registro de Imóveis, e 65.573, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis, conforme esclareceu o impugnante fls. 9/10, n.º 2), sem contestação da Oficial suscitante (fls. 16v.).

Mas, tal não podia ter ocorrido, pois, o imóvel objeto da transcrição não podia, em princípio, estar incorporado ao patrimônio de particulares - apesar de estar marginalizado, como diria JOSÉ CRETELLA JÚNIOR (in. "Lições de Direito Administrativo", 2.ª ed., 1972, José Bushatsky - Editor, pág. 274, n.º 251) -, mesmo porque era bem extra commercium, inalienável por lei.

Por isso mesmo nulos de pleno direito são todos os negócios jurídicos que tiveram por objeto a alienação do referido imóvel, dado que objetivaram a transferência de coisa impossível (artigo 145, item II, 2.ª parte, do Código Civil). Por via de consequência nulas de pleno direito são, também, todas as transcrições - e demais atos registários - que tenham por suporte fático tais negócios jurídicos, porquanto, o registro imobiliário, entre nós, "é então, um ato jurídico causal, porque está sempre vinculado ao título translatício originário, e somente opera a transferência da propriedade dentro das forças, e sob condição da validade formal e material do título. Seu pressuposto fático será, portanto, um título hábil a operar a transferência..." (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in "Instituições de Direito Civil", vol. IV - Direitos Reais, 1.ª ed., 1970, Forense, pág. 99). Em outras palavras, se nulo for o título translatício originário, nulo será, também, o ato registário.

4 - Saliente-se, a propósito, que o suscitado, apesar de intimado, não impugnou a observação da Municipalidade local no sentido de que a transcrição de que é titular, bem como as anteriores, estava eivada de nulidade por dizer respeito a objeto de prestação impossível, qual seja a imóvel tido por terra devoluta municipal, que é bem público patrimonial.

Por isso mesmo é que à nulidade pode ser conhecida nestes próprios autos, não sendo de exigir-se a via judicial ordinária para a pronúncia das escrituras e respectivas transcrições.

Com efeito, como já observei em parecer que ofereci ao então, Corregedor Geral da Justiça, hoje, Ministro JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, não há lei que obrigue que a nulidade tenha de ser declarada em ação ordinária. O rito ordinário só é de ser exigido para as hipóteses, expressamente, previstas em lei. Nesse sentido a lição de PONTES DE MIRANDA, in verbis: "é preciso, para que seja nulo o ato jurídico, que a invalidade se produza ipso jure, sem necessidade de "ação", salvo regra jurídica especial que, por algum fundamento à parte, exija a propositura da ação em processo próprio"... Por isso mesmo, o juiz, encontrando fatos que a provem, tem o dever de decretar a nulidade do ato jurídico" (in "Tratado de Direito Privado", Parte Geral, tomo IV, 3.ª ed. 1970, Borsoi, pág. 42, parágrafo 366). E CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA permite acrescentar a propósito do assunto que o legislador brasileiro, no tocante à teoria da nulidade, "mais longe foi, ainda, na recusa de efeitos, determinando a sua declaração por via indireta, de vez que, sem a propositura de ação cujo objetivo seja o seu decreto, deve o juiz pronunciá-la quando tiver oportunidade de tomar conhecimento do ato ou de seus efeitos" (in "Instituições de Direito Civil", vol. I, 2.ª ed., 1966, Forense, pág. 375, n.º 109). Assim, de regra, "a nulidade é imediata, porque invalida o ato desde a sua formação. Paralisa-o no momento do seu nascimento (CAPITANT). É instantânea. Consequentemente, não é preciso promover a sua invalidação. O ato não fica na dependência de rescisão judicial. o juiz não o anula; apenas verifica que é nulo, e declara a nulidade, pois é a própria lei que lhe recusa validade desde que

se pratica. Diz-se, por isto, que a nulidade opera de pleno direito" (ORLANDO GOMES, in "Introdução ao Direito Civil", 1957, Forense, pág. 354, n.º 247). Assim, é indisputável que, como salienta CARVALHO SANTOS, "não se precisa intentar uma ação de nulidade, ficou dito acima. E é a pura realidade. Pois a nulidade é obra do legislador, como acentua PLANIOL, tornado nulo o que foi feito, sem necessidade alguma de qualquer ação. O juiz não precisa nada julgar, pois é a própria lei quem lhe nega valor e eficácia. Entretanto, se uma contestação surge sobre a validade do ato, de modo a ficar duvidosa a nulidade, é preciso mover a ação por isso que ninguém pode fazer justiça com suas próprias mãos. Mas, ainda aí, o juiz se limita a constatar a nulidade, não precisando decretá-la" (in "Código Civil Brasileiro Interpretado", vol. III, 3.ª ed., 1942, Freitas Bastos, pág. 254, n.º 2). Em outras palavras, o juiz "só exigirá ação judicial no caso em que surja alguma controvérsia sobre os fatos constitutivos da nulidade" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito", 1.º vol. - Parte Geral, 1971, 8.ª ed., Saraiva, pág. 277, final), quando não exigida, expressamente, pela lei.

Repita-se que o suscitado, que é titular da transcrição anterior, não contestou a alegada nulidade, deixando decorrer in albis o prazo para manifestar-se sobre o quanto disse a Municipalidade local (fls. 26 v.). De outro lado, ex-vi do artigo 229 do Decreto n.º 4.857, de 1939, ou seja, do vigente Regulamento dos Registros Públicos, "as nulidades, de pleno direito, do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta", certo que, "de um modo geral, são inteiramente aplicáveis ao Registro de Imóveis os princípios que regem a matéria de nulidades dos atos jurídicos" (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, 4.ª ed., 1960, Freitas Bastos, pág. 355, n.º 714). E "se o ato translativo versou sobre um bem inalienável, constando essa situação do Registro de Imóveis, é claro que a transcrição, realizada em desrespeito a essa cláusula, é nula e que essa nulidade pode ser demandada independentemente" (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in obra, vol. e ed. cit., pág. 365, n.º 719. 3.º)

É que se trata da denominada "nulidade mista", que ocorre "quando a matéria constitutiva da nulidade, tanto pode ser argüida diretamente, frente ao título, como ao seu registro, de modo que um e outro podem ser anulados, independentemente ou conjuntamente". (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in obra, vol. e ed. cit., pág. 365, n.º 719, caput).

Portanto, nada obsta que o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, no regular exercício de sua competência (artigo 38, item I, do Código Judiciário de 1969), tendo verificado a existência de negócios jurídicos que versaram sobre imóvel fora de comércio, isto é, inalienável, os quais negócios foram registrados no Registro de Imóveis submetidos à sua jurisdição, nada obsta - disse-se, que o mesmo Juízo, assim verificando, declare a nulidade de tais registros imobiliários já apontados acima, embora tal declaração deva ser feita em um restrito processo de dúvida.

5 - E nulas tais transcrições - como nulas, realmente, são -, em verdade, como bem ponderou o doutor Procurador da Municipalidade, às fls. 24, n.º 13, o que se deve providenciar é a transcrição originária do título de legitimação, sem qualquer vinculação a outras transcrições preexistentes, que não podiam ter sido feitas em nome de particulares por terem por objeto prestação impossível, como ficou verificado acima.

Lembre-se, a propósito, que "a legitimação pressupõe a inexistência de título anterior. É o reconhecimento de uma situação de fato, que se transforma em uma situação de direito. Atribui-se, pela legitimação, um título de domínio ao ocupante. . . ", certo que "a legitimação da posse terá a forma de um título com as características de uma carta de sentença e será registrado em livro próprio da repartição e no registro de imóveis, feitas as publicações nos órgãos oficiais" (THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, in "Tratado de Direito Administrativo", vol. III, 5.ª ed., 1964, Freitas Bastos, págs. 453 e 458).

Assim, só por esses fundamentos, não seria viável a pretendida averbação, que é um ato acessório, decorrendo a sua acessoriedade "do fato de ser ela efetuada sempre à margem da transcrição ou da inscrição" (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in obra, vol. e ed. cit., pág. 196, n.º 653). E sendo nula a transcrição, a acessória averbação seria, também, nula, pois, o acessório segue a sorte do principal, conforme princípio geral de direito.

6 - Mas, mesmo que assim não pudesse ser entendido, o que se aduz só para argumentar, igualmente, não poderia ter sido levada avante a pretendida averbação, pois, sendo um ato acessório, deveria conformar-se com a anterior transcrição, no que tange à área.

Efetivamente, como bem ponderou o doutor Curador de Registros Públicos, "se já está transcrito em nome de Erwin Sack - o suscitado - um imóvel com a área de 422,64 metros quadrados (fls.

15), não se pode averbar título de legitimação de posse do mesmo imóvel com área diferente para mais - 440,20 metros quadrados" (fls. 27).

No processo de registro imobiliário é dever do Oficial verificar a conformação do título apresentado com os seus registros, ex-vi do artigo 215 do Decreto n.º 4.857, de 1939. No caso, como se observa, o título de legitimação de posse não se conformava com os registros anteriores, no que tange à área do imóvel (aliás, sequer com o titular do domínio anterior, que no caso era da Municipalidade local e não do transmitente indicado da transcrição).

7 - Por todos esses fundamentos é que julgo a dúvida procedente, devendo, em consequência, o Sr. Escrivão dos Registros Públicos cumprir, oportunamente, o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Expeçam-se, também, mandados para cancelamentos dos atos registrais que dizem respeito ao imóvel da rua Dona Catarina, 48, 31.º Subdistrito Ibirapuera, atualmente, transcrito sob n.º 84.839, no 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, tendo anteriores transcrições não só no mesmo Cartório, como também nos 1.º e 4.º Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca da Capital (cf. item 3 supra e itens 1 e 2 da impugnação de fls. 9 e segts.), dadas as nulidades de tais registros.

8 - Publique-se, registre-se e intime-se.

São Paulo, 30 de novembro de 1972.

O Juiz de Direito,

Alvaro Lazzarini

208-72

Vistos, etc.

1 - O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Saúde solicita providências do Juízo no sentido de ser facilitado o ingresso e as tarefas dos funcionários da Pasta nos Cartórios de Registro Civil, a fim de que seja possível um levantamento dos nascimentos a partir de junho de 1971.

Posteriormente, atendendo solicitação do Juízo, esclareceu necessitar a Pasta dados sobre as datas de nascimento de todas as crianças registradas a partir de junho de 1970 e endereço das residências dos seus pais, justificando o pedido como de grande importância para a saúde pública.

Diante da insistência do Juízo, novos esclarecimentos foram prestados pelo eminente Titular da Pasta, o qual encaminhando os documentos de fls. 10 a 13, trouxe ao conhecimento do Juízo que, "com raríssimas exceções, os Cartórios de Registro Civil, tem prestado os esclarecimentos necessários às Dependências desta Secretaria e vem, ainda, fornecendo, com regularidade, todos os dados ligados à Estatística Vital", de que trata a Portaria n.º 7-49, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (cf. fls. 10 e 11).

2 - É óbvio que este Juízo só pode conhecer do pedido no que tange às serventias sujeitas à sua Corregedoria Permanente, desde logo excluídas as que dizem respeito à jurisdição das Varas Distritais, nos termos do artigo 38, caput, do Código Judiciário de 1969, combinado com o artigo 33, item VI, do Decreto-lei n.º 158, de 1969, e artigo 26, item V, da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça.

Em outras palavras, os cartórios de registro civil das pessoas naturais sediados; nos territórios das Varas Distritais, não poderão ser obrigados a atender o que venha a ser decidido pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, por força dos citados dispositivos legais.

3 - Por isso mesmo é que entendo dever remeter estes autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que seja traçada norma uniforme no que se refere ao atendimento ou não do pleiteado pela Pasta da Saúde por parte das referidas serventias, que estão sujeitas à corregedoria permanente não só desta Vara, como também dos MM. Juizes de Direito das Varas Distritais, conforme forem as respectivas as sedes.

Outrossim, nos autos, como consignado na última alínea do item I supra, consta acusação da Pasta da Saúde no sentido de que vem sendo descumprido o disposto na Portaria n.º 7-49, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, por parte de alguns cartórios de registro civil das pessoas naturais, o que está, data vênica, a exigir providências por parte da mesma Egrégia Corregedoria Geral junto aos MM. Juizes de Direito Corregedores Permanentes.

4 - Quanto ao Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, deixa-se consignado ser de opinião

de que o pleiteado pela Pasta da Saúde pode ser atendido, respeitados, é óbvio, o disposto nos artigos 26 e 27 do Decreto n.º 4.857, de 1939, no sentido de que, em princípio, os livros de registro não saíram do cartório respectivo por nenhum motivo ou pretexto, certo que todas as diligências, judiciais e extrajudiciais, que exigirem a apresentação de qualquer livro, ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório. Aliás, os livros e papéis pertencem ao arquivo do cartório indefinidamente, e se conservam nos mesmos sob a responsabilidade e guarda dos respectivos serventuários (Provimento n.º C. G. - 1-69, item 1, n.º III).

E, no que respeita ao descumprimento do disposto na Portaria n.º C. G. - 7-49, providências serão tomadas, de ofício, junto às serventias sujeitas à sua Corregedoria Permanente.

5 - Pelo exposto, determina-se:

- a) sejam extraídas xerocópias das peças de fls. 9 a 13, bem como deste despacho, as quais serão autuadas pelo Cartório da Corregedoria Permanente, vindo, após, concursos;
- b) sejam estes autos do Proc. n.º RP. CR - 208-72 remetidos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça para os fins de direito, ante o consignado no item 3 supra; e
- c) seja dado ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde que a matéria pleiteada foi remetida à superior decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, tendo, de outro lado, este Juízo tomado as providências iniciais para apurar o alegado descumprimento à Portaria n.º C.G. 7-49 junto as serventias submetidas a sua Corregedoria Permanente.

6 - Publique-se e intimem-se.

São Paulo, 23 de novembro de 1972.

O Juiz de Direito

Alvaro Lazzarini

Retificação n.º 313/71.

1 - Therezinha Cardoso, que também assina Teresinha Cardoso de Almeida, qualificada na inicial, requereu retificação do seu assento de nascimento para que fique constando o seu nome atualizado como sendo Teresinha Cardoso de Almeida.

Esclareceu que tal assento se encontra lavrado no 11.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Cecília, tendo nele ficado constando, tão só, o seu prenome (Therezinha). Juntou os documentos de fls. 5 a 13, 16 a 18, 22 e 23, 26 a 34 e, finalmente, 37.

O Ministério Público, em sua última manifestação, entende que o pedido deve ser deferido parcialmente, autorizando-se a atualização do prenome, a fim de que fique sendo o de Teresinha e não de Therezinha, como consta. Todavia, impugnou o acréscimo do nome "de Almeida", pois, o pai da requerente chamava-se Antonio Cardoso do Amaral.

Na sua cota de fls. 40-41, eruditamente, a requerente insistiu no total deferimento da sua pretensão.

2 - Como se verifica às fls. 6, a requerente nasceu em 3 de junho de 1927, tendo o seu assento de nascimento sido lavrado em 6 de junho de 1927, no Livro A-70 do 11.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Cecília, dele tendo constado, tão só, o prenome da requerente, como sendo Therezinha, como filha de Antonio Cardoso do Amaral e Maria de Lourdes da Rocha Cardoso, sendo avós paternos Antonio Joaquim Cardoso de Almeida e Maria Amália do Amaral e maternos Francisco Torre e Maria Rocha.

Tendo se casado, a requerente, conforme certidão por xerocópia apresentada às fls. 16, passou a assinar: "Therezinha Cardoso Amaro". No entanto, à margem do assento de casamento, ficou averbado o desquite de requerente, a qual voltou a usar o seu nome de solteira (fls. 16 v.). Em outras palavras, voltou a requerente, a partir do desquite, a poder usar, tão só, o nome de "Therezinha", eis que, esse e nenhum outro é o seu nome de solteira.

Por isso mesmo o caso dos autos está a merecer um exame mais atento, pois, repetindo, o nome de solteira da requerente é, simplesmente, "Therezinha", tal qual consta, unicamente, do seu assento de nascimento. E merece um melhor exame, porque, ainda recentemente, em caso análogo, em que converti o julgamento em diligência, a fim de que o requerente esclarecesse como obtivera os patronímicos que ostentava (a exemplo da requerente, fora registrado, tão só, pelo prenome), atenta serventuária (o caso não lhe dizia respeito, pois, o assento fora lavrado em Comarca do Interior do Estado, na década de 1920) alertou-me que, àquela época, não havia necessidade de se fazer constar o nome completo da criança no respectivo assento de

nascimento.

Mas, "data vênua", há muito tal exigência vem figurando no direito positivo brasileiro.

Com efeito, o Regulamento do Registro Civil dos Nascimentos, Casamentos e óbitos, baixado pelo Imperial Decreto n.º 9.886, de 7 de março de 1888, nos termos e para a execução do artigo 2.º da Lei n.º 1.829, de 9 de setembro de 1870, na parte que estabelece o Registro Civil dos Nascimentos, Casamentos e óbitos, de acordo com a autorização do artigo 2.º do Decreto n.º 3.316, de 11 de junho de 1887, previa no seu artigo 58, os requisitos do assento de nascimento, dentre os quais estava o de que contivesse "o nome e sobrenomes que forem ou houverem de ser postos à criança" (artigo 58, item 5.º).

Tendo entrado em vigor, em 1.º de janeiro de 1917, o ainda vigente Código Civil, logo em seguida foi baixado o Decreto n.º 12.343, de 3 de janeiro de 1917, que deu instruções para a execução provisória do registro público instituído pelo Código Civil. Tal decreto, no seu artigo 2.º, deixou expresso que "nos cartórios e ofícios privativos do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos continuará o serviço do registro público dos atos do estado civil das pessoas naturais (Código Civil, art. 12), pela mesma ordem e modo do processo dos decretos n.º 9.886, de 7 de março de 1888; n.º 181, de 24 de janeiro de 1890 e n.º 10.384, de 6 de agosto de 1913, artigos 462 a 478, com as modificações neles feitas pelo Código Civil". Fique esclarecido, desde já, que o Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890, promulgou a lei sobre o casamento civil, enquanto que o Decreto n.º 10.384, de 6 de agosto de 1913, tratava da nova consolidação das Leis, Decretos e Decisões relativas ao Corpo Consular Brasileiro. Como se verifica, à luz dessa legislação, continuou a exigência de constar, no assento de nascimento, o nome e sobrenomes que fossem ou houvessem de ser postos à criança.

Sobreveio, então o Decreto Legislativo 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, reorganizando os registros públicos instituídos pelo Código Civil. Regulamentando-o, foi baixado o Decreto n.º 18.542, de 24 de dezembro de 1928. Esse regulamento, no seu artigo 68, item 5.º, insistiu na exigência do assento de nascimento conter, também, "o nome e o prenome, que foram postos a criança", certo que, ex-vi do seu artigo 69, "quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no acto". Não é preciso dizer que o vigente Decreto n.º 4.857, de 1939, que, ainda, dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros estabelecidos pelo Código Civil, reitera a exigência de conter o assento de nascimento "o nome e prenome que forem postos à criança" (artigo 68, item 5.º), sendo que "quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato" (artigo 69). E o Decreto-lei n.º 1.000, de 1969, cuja vigência ainda não se iniciou, tem idêntica previsão nos seus artigos 58, item 5.º, e 59.

4 - Portanto, fica indubitado que, pelo menos, desde o tempo do 2.º Império até os dias de hoje, sempre foi exigência legal que constasse do assento de nascimento o nome completo da criança. Aliás, J. do Amaral Gurgel, a propósito, em nota de pé de página, com base em decisão do MM. Juiz de Direito de Senador Pompeu, Estado do Ceará, publicada na "Revista de Direito", vol. 62, pág. 590, deixou patenteado que "os assentos de nascimento devem conter o "nome" e "sobrenome" do registrando. O nascimento, o casamento e o óbito são fatos importantes da vida humana regulados em lei, cumprindo aos serventuários (oficiais do registro) que façam tais registros, de conformidade às prescrições legais", (in "Registros Públicos", Livraria Acadêmica, São Paulo, 1929, pág. 47, nota 31).

No entanto, os serventuários do início do século não se compenetraram da responsabilidade legal e, pelo que consta, ninguém se encorajou a ferir suscetibilidades, apontando o erro, a exemplo do que fez o corajoso magistrado do distante Ceará, exemplo esse não vingado entre nós, do Estado de São Paulo, pois, a todo instante, as crianças de então, hoje aparecem com os mesmos problemas da requerente, que só os tenta o prenome.

Com efeito, em estudo do instituto do Registro Civil. Regulamento de 7 de março de 1888, Decretos posteriores e Código Civil, Adolpho Corrêa de Barros atestou, com a sua autoridades de "Oficial de Registro Civil", no Estado de São Paulo, ter encontrado a praxe de não se registrar as crianças com sobrenome, "pois os pais, ao virem registrar seus filhos, lhes dão apenas o nome, dizendo, quando se fala em sobrenome, que, depois de crescerem, o escolham à vontade", (in "Tratado Elementar e Prático do Registro Civil", 1921. Escolas Profissionais do Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus, São Paulo, pág. 101). Como se vê, sem que houvesse fiscalização por

quem de direito, arraigou-se, entre nós, uma praxe contrária a lei. Esta foi esquecida, tendo prevalecido aquela. A praxe advém dos usos e costumes (De Placido e Silva, in "Vocabulário Jurídico", vol. III, 1.^a ed., 1963, Forense, pág. 1.192, vocábulo praxe), certo que, "se os usos constituem fonte subsidiária do direito, nada mais lógico e conseqüente que se impedir a sua formação em oposição à lei que é a fonte primordial, direta e imediata do Direito" (Moacy Amaral Santos, in. "Prova Judiciária no Cível e Comercial", vol. I, 3.^a ed., Max Limonad, pág. 205). Aliás, conforme observa Washington de Barros Monteiro, entre nós, não se pode considerar o desuso como revogatório da norma jurídica positiva (in "Curso de Direito Civil, 1.^o vol. - Parte Geral, 8.^a ed., 1971, Saraiva, pág. 30).

Assim, a praxe atestada por Adolpho Corrêa de Barros não poderia e nem deveria ter tido o condão de abolir, sob nenhum pretexto, a exigência legal de que a criança fosse registrada com o nome completo, isto é, o prenome e os apelidos de família.

5 - Mas, em verdade, tal ocorreu, como focalizado nos autos.

E aquelas crianças, registradas só pelo prenome, tornaram-se adultas e, como regra, casaram-se. Com o casamento tanto os homens como as mulheres, adquiriram apelidos de família (pelo que se tem verificado, inclusive, os homens, em razão do casamento, adotaram os apelidos paternos, geralmente e quando possível). No caso da requerente, conforme documento de fls. 16, quando do seu casamento, ela se apresentou como sendo Therezinha Cardoso (seu pai Antonio Cardoso do Amaral), conquanto seu nome de solteira fosse unicamente Therezinha, passando, então, a assinar o nome de casada. No entanto, mulheres que se desquitaram, a exemplo da requerente, e que voltaram a usar o nome de solteira, agora, se encontram às voltas com o problema, pois, do assento de nascimento, lavrado nas condições da praxe cartorária aquela época vigente, só consta o prenome dado pelos seus pais, que pretenderam, com a convivência dos serventuários de então e quem mais de direito, que o sobrenome seria escolhido pelo registrado, a vontade, depois que crescessem (cf. item 4 supra).

A quebra de dever de ofício dos serventuários e de quem mais devesse corrigi-los e não os corrigiu, não pode redundar em prejuízo das crianças então registradas e que hoje, já adultas, tem o nome de solteiro reduzido a um simples prenome.

6 - De outro lado, no acerto dessa anômala situação, não se parecer certo que o Juiz é que deva escolher os apelidos de família e, tão pouco, deva impor este ou aquele patronímico.

Essa escolha, com efeito, dentro do que for razoável, deve ficar ao exclusivo critério do prejudicado com a prevaricação ocorrida quando do registro de respectivo nascimento. Lembre-se que a praxe admitida pelo Estado era a de que, quando as crianças crescessem, poderiam escolher os sobrenomes que quisessem.

7 - Pois bem! No caso concreto dos autos, está comprovado, o quando suficiente, que a requerente teve um "Cardoso de Almeida" como ascendente paterno (é o seu avô) (cf. certidão de nascimento, de fls. 6). Assim não pode restar dúvida que a pretensão da requerente encontra apoio na sua própria "árvore genealógica", descendente que é da família "Cardoso de Almeida", pelo lado paterno.

A requerente deveria, em verdade, chamar-se, tão-somente, Therezinha, pois, esse é o nome pelo qual foi registrada quando de seu nascimento, sendo, portanto, o nome de solteira. Todavia, quando do seu casamento declarou chamar-se Therezinha Cardoso, simplesmente. A esse nome acrescentou os apelidos do marido, passando a chamar-se Therezinha Cardoso Amaro, apelidos esses que deixou de usar por ocasião do desquite, para usar só o nome de solteira, como já focalizado.

Porém, usando o nome de solteira, a requerente vem se identificando como Teresinha Cardoso de Almeida, conforme notificação de imposto de renda (fls. 8), extrato de conta do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (fls. 9), demonstrativo de pagamento de salário do Laboratório Anakol Ltda. (fls. 10), relações comerciais (cf. documento de fls. 11) e, novamente, extrato de conta passado pelo "First National City Bank", (fls. 12).

Enfim, quer por ser descendente, quer por motivos outros, a requerente, após o seu desquite, passou a assinar-se Teresinha Cardoso de Almeida, como sendo o seu nome de solteira. E, como tal, é assim conhecida e, agora, exercita todos os atos de sua vida civil.

Portanto, me parece razoável que se defira à requerente o direito de ter averbado o seu assento de nascimento para os fins pedidos na inicial, inclusive, quanto a atualização da grafia do seu prenome, mesmo porque, nos idos de 1945, a requerente já o assinava Teresinha, conforme comprova a sua primitiva carteira de identidade, passado pelo Serviço de Identificação do, então, Departamento de Investigações de São Paulo.

8 - Já se disse, com efeito, que 'o direito de por o nome não é arbitrário, mas deve obedecer a certas regras, entre as quais a que se entende com o próprio direito ao nome do registrando. Assim, se quem pos o nome, omitiu apelido de família cuja adoção era não só de direito mas ainda obrigatória para o registrando, com isso forneceu uma causa justificativa de mudança de patrimônio" (R. Limongi França, in "Do Nome Civil das Pessoas Naturais", 2.ª ed., 1964, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 278, n.º 6). Aliás, "a lei não proíbe a adição de sobrenome" (acórdão da 1.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 12 de outubro de 1965, na apelação civil n.º 147.090, de Campinas, relator Desembargador Francis Davis, in "Rev. dos Tribs.", vol. 384, pág. 178). E "simples retificação de nome civil, relativa a sobrenome ou apelido de família, pode ser autorizada de plano" (acórdão da 4.ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 17 de outubro de 1962, na apelação cível n.º 55.266, de São Paulo, relator Juiz L. G. Gyges Prado, in "Rev. dos Tribs.", vol. 347, pág. 395).

Portanto, justa a pretensão da requerente, a qual pretende, como visto, tão-só, completar o nome de família e não o alterar, sem nenhum critério razoável. Os apelidos de família, como verificado, podem ser alterados, pois, "a Lei de Registros Públicos não proíbe a adição de sobrenome usado por ascendente" (acórdão da Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 3 de dezembro de 1968, na apelação cível n.º 173-445, de Matão, relator Desembargador Pacheco de Mattos, in. "Rev. dos Tribs.", vol. 405, pág. 165). E embora proíba a mudança do prenome (Decreto n.º 4.857, de 1939, artigo 72; Decreto-lei n.º 1.000, de 1969, artigo 62), "o certo é que a lei confere às pessoas a faculdade de conservar ou alterar a grafia de seus nomes próprios para conformá-los, ou não, com os preceitos da ortografia oficial. É o que informa Rubens Limongi França, em seu livro "Do Nome Civil das Pessoas Naturais", à pág. 261: "Mudança ortográficas, conforme os n.ºs. 39 e 40 das "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", aprovadas pela Academia Brasileira de Letras em sessão de 12 de agosto de 1943, e que, face à lei n.º 2.623, de 21 de outubro de 1955, são as que se encontram em vigor - "Os nomes próprios personativos, locativos ou de qualquer natureza, sendo portugueses ou portuguesesados, estão sujeitos às mesmas regras estabelecidas para os nomes comuns - para salvaguardar direitos individuais, quem o quiser manterá em sua assinatura a forma consuetudinária... "Desse modo - infere o citado autor - embora que o queria possa manter a sua assinatura com a forma anterior, é lícito pedir retificação do registro para atualização da grafia, quer do prenome, quer do patronímico". A mesma conclusão levam os comentários de Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos" I, págs. 180-182, (acórdão da 5.ª Câmara Civil do Tribunal de Alçada de São Paulo, em 6 de dezembro de 1963, na apelação cível n.º 63.218, de São Paulo, relator Juiz Barbosa Pereira, in "Rev. dos Tribs.", vol. 358, pág. 332).

Mais, portanto, não será necessário dizer para justificar o deferimento da pretensão inicial.

9 - Por derradeiro, cumpre ao Juízo, na forma do disposto no artigo 8.º, item I, do Decreto Estadual n.º 4.786, de 3 de dezembro de 1930, que estabeleceu o "Regimento das Correições, combinado com o artigo 50 do Código Judiciário de 1969, apontar que, da certidão de nascimento de fls. 6, passada, em 07 de março de 1970, pelo 11.º Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Cecília, não consta ter a registrada, isto é, a ora requerente, convolado núpcias em 02 de maio de 1944, conforme assento de casamento n.º 3.066, lavrado às fls. 587 do Livro B-16 do 20.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Jardim América, não constando, sequer, que os cônjuges se desquitaram (a averbação do desquite à margem do assento de casamento ocorreu em 1966), núpcias e desquite, esses que constam da certidão de casamento de fls. 16, passada em 13 de julho de 1966 por essa última serventia.

Assim, em tese, houve infringência aos artigos 114 e 106 e seguintes do Decreto n.º 4.857, de 1939, ainda, em vigor, pelo que merecem tomadas medidas para a sanção de eventual irregularidade.

10 - Pelo exposto, defiro, integralmente, o pedido inicial, determinando, por conseguinte, que sejam expedidos mandados de retificação do nome da requerente, a fim de que sejam cumpridos, por averbação, às margens dos assentos de nascimento e de casamento já indicados, onde o nome da mesma ficará constando como sendo Teresinha Cardoso de Almeida.

Ordeno, também, que sejam extraídas xerox da certidão de nascimento de fls. 6 e de casamento de fls. 16, às quais, com extrato do que consta do item 9 supra, que as capeará, serão autuadas pelo Cartório da Corregedoria Permanente, vindo, a seguir conclusos ditos autos.

Custas, na forma da lei.

11 - Publiquem-se, em inteiro teor, registre-se, requintando-se xerox, e intimem-se.
São Paulo, 24 de novembro de 1972.

O Juiz de Direito,

Alvaro Lazzarini
(D. J., 30-11-72)

PROCESSO N.º 1.597/72

Vistos, etc.

1 - MANUEL ANTONIO, qualificado na inicial, pelos motivos expostos no seu petição, considerando ter adquirido o imóvel da rua Demétrio Ribeiro, 796 e 802, no Tatuapé, nesta Capital, sem qualquer instituição de usufruto a favor da outorgante-vendedora, Dna. Silvina de Jesus Cunha, dizendo que, por isso mesmo, não se justifica o cabimento da expressão "nua-propriedade" na escritura de compra e venda do imóvel, lavrada às fls. 70 do Livro n.º 74 do 21.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, pois, tal expressão "somente lhe poderá criar embaraços" (fls. 3).

REQUEREU a expedição de um mandado para que o Sr. Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital proceda, à margem da transcrição n.º 89.608, referente ao aludido título, averbação cancelativa da expressão "nua-propriedade", de vez que a aquisição foi da plena propriedade.

2 - A douta Curadoria de Registros Públicos, após o regular processamento do pedido inclusive com a oitava da douta Curadoria de Resíduos -, manifestou-se favorável ao deferimento da pretensão inicial.

3 - Todavia, merece indeferimento o pedido, ressalvado o direito de, quando em termos, voltar querendo.

Com efeito, "é bem claro que, sendo o usufruto um direito real sobre a coisa alheia, não se pode inscrever o seu título constitutivo sem que também não fique perfeitamente definido quais são os titulares da nua propriedade" (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, 4.ª edição, 1960, Freitas Bastos, n.º 746, pág. 439).

Na escritura de compra e venda, como se verifica às fls. 22, ficou expresso que o comprador, isto é, o ora requerente, adquiria a "nua-propriedade do imóvel ...", ficando, pois, instituído como titular da nua-propriedade sobre o imóvel adquirido. Evidenciada, assim, a titularidade, logrou-se registro ao título, conforme certidão de fls. 26.

E esse registro merece prevalecer, pois, é, fiel ao título apresentado, em que pese a unilateral pretensão do requerente em ver modificado aquilo que do título está expresso e que "somente lhe poderá criar embaraços" (fls. 3). Qualquer vício do título que serviu de base ao registro, constitui matéria própria do mesmo título "e que não pode ser apreciada pelo Oficial do Registro de Imóveis" (MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, in obra, ed. e vol. cit., pág. 366, n.º 720). O alegado erro, como vício do consentimento do requerente, tão pouco, há de ser apreciado pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, pois, para tanto, lhe falece competência.

Em assim sendo, ao requerente, restam dois cominhos, que, desde logo, se deparam para o caso dos autos, em que o eventual erro atinge o Registro Imobiliário somente obliquamente.

De fato, a fim de ver satisfeita a sua pretensão o requerente deverá valer-se de uma escritura pública de re-ratificação da anterior ou, se inviável, deverá valer-se das vias judiciais adequadas ao seu intento. O puro e simples pedido unilateral não tem o condão, malgrado o parecer favorável das doudas Curadorias que se manifestaram, de fazer proceder a retificação imobiliária pretendida, sob pena de infringência aos princípios norteadores que visam a segurança e a autenticidade dos registros imobiliários.

4 - Lembre-se, a propósito, que "a escritura pública é o ato no qual as partes comparecem perante o oficial público e, na presença das testemunhas instrumentárias, relatam o seu propósito negocial e ultimam o ajuste, o que é anotado pelo tabelião em livro próprio. Uma vez assinado o ato pelas partes e testemunhas, o tabelião encerra o instrumento, portanto, por fé que tudo ali relatado representa a verdade. Como goza ele de fé pública, presume-se que o conteúdo do instrumento seja verdadeiro, até prova em contrário" (SILVIO RODRIGUES, in "Direito Civil", vol. I - Parte Geral, 3.ª ed., 1967, Max Limonad, n.º 132, pág. 300). Realmente, "em consequência do próprio caráter autêntico do instrumento - probatio probata, non probanda - que é resultante da fé pública atribuída pela lei ao oficial público, o qual tem mesmo por missão

certificar os referidos fatos, estes, pelo só motivo de constarem do documento, são tidos como suficientemente provados. Esse é o entendimento do princípio - o instrumento faz prova bastante dos fatos ocorridos em presença do oficial público, que o lavrou" (MOACYR AMARAL SANTOS, in "Prova Judiciária no Cível e Comercial", vol. IV, 3.^a ed., 1966, Max Limonad, pág. 123, alto, n.º 70). Aliás, M. P. FABREGUETTES, após dizer que os atos notariais são atos autênticos (in "La Logique Judiciaire et L'Art de Juger", 12.^a édition, 1926, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, page 105, note 1), bem esclareceu que "L'acte authentique, ..., fait foi pleine et complète, jusqu'à inscription de faux, indépendamment de toute reconnaissance ou vérification préalable des signatures des parties. Il fait foi, tant à l'égard des parties, de leurs héritiers ou ayants cause, qu'à l'égard des tiers, de l'existence de la convention qu'il constate" (in obra e edição cit., pág. 106), certo de "L'acte authentique est qualifié par les anciens jurisconsultes de probationem probatam. Dumoulin disait: acta pública probant seipsa. Cout. de Paris, tit. 1, § 6, n.º 9" (in obra e d. cit., pág. 106, nota 3) - LUIZ DA CUNHA GONÇALVES, quando trata dos documentos autênticos extra-oficiais (os atos notariais, em casos que tais, são classificados como "documentos autênticos extra-oficiais"), assevera que "uma escritura pública faz prova plena acerca dos fatos seguintes: data, lugar da celebração, presença das partes ou seus mandatários e das testemunhas, declarações daquelas sobre a matéria do ato, pagamentos efetuados, cumprimento de todas as formalidades nela mencionadas" (in "Tratado de Direito Civil", vol. XIII, tomo II, anotado por CANTIDIANO GARCIA DE ALMEIDA e MOACYR AMARAL SANTOS, 1.^a edição brasileira, sem data, Max Limonad, pág. 867, n.º 2.086, e 910). Portanto, ante a presunção gerada pela escritura pública que estribou o registro imobiliário que se pretende retificado, somente outra escritura pública poderá servir de embasamento jurídico para a referida retificação, desde que as partes contratantes acordem em excluir da originária a expressão "nua-propriedade". Só a vontade unilateral do requerente, que é um dos contraentes, não poderá lograr sucesso, porque, "o consentimento, como pressuposto material do contrato, exige a emissão da vontade de duas ou mais pessoas. A de uma só é insuficiente" (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in "Instituições de Direito Civil", vol. III, 1.^a ed., 1963, Forense, pág. 23). É óbvio que não será este Juízo que irá suprir a vontade da outra contraente, ou seja, da vendedora.

No caso, como salienta PONTES DE MIRANDA, "falta qualquer competência aos juízes para decretar sanções e, até, para retificar erros das escrituras pública: escritura pública somente se retifica por outra escritura pública, e não por mandamento judicial, disse-o, com todo o acerto, a 6.^a Câmara do Tribunal de Justiça de S. Paulo, 2 de setembro de 1949. (R. dos T., 182; 754) " (in "Tratado de Direito Privado", Parte Geral, Torno III, 3.^a ed., 1970, Borsoi, § 338, pág. 361). Assim, fique bem assentado, "escritura pública só se retifica por outra escritura pública. Instrumento dessa natureza vale por si e não pode ser ilidido senão por provas completas" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito Civil", vol. 1 - Parte Geral, 8.^a ed. 1971, Saraiva, pág. 263).

Só se a vendedora não concordar com a re-retificação, então sim, restará pleitear, diante do Juízo Cível competente, o que de direito, face ao alegado erro, como vício de consentimento.

5 - Esses os fundamentos do indeferimento decretado,

6 - Registre-se, publique-se em inteiro teor, e intimem-se.

São Paulo, 15 de setembro de 1972

Álvaro Lazzarini

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 4.779/72

Vistos, etc.

1 - RIAZOR INDÚSTRIA DE MÓVEIS LIMITADA, dizendo ter adquirido o imóvel da rua Sérgio Thomaz, 219, Bom Retiro, nesta Capital, informa ao Juízo que, erroneamente, tal imóvel se encontra transcrito, sob n.º 19.978 e desde 2 de fevereiro de 1943, no 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, quando é certo que, desde 15 de maio de 1944, pela sua localização, dito imóvel pertence à circunscrição imobiliária correspondente ao 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Por isso mesmo requereu o cancelamento da apontada transcrição e deferimento no 15.º Cartório de Registro de Imóveis, pedindo, ainda, o oportuno desentranhamento da escritura que

instrui a inicial.

2 - Ouvido, o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis, às fls. 18, esclareceu que, quando da transcrição, nos idos de 1943, o imóvel indicado na inicial "se situava no subdistrito do Bom Retiro, e assim deveria ter sido transcrito na 8.ª Circunscrição". E, após justificar o lapso pela transcrição em seu Cartório, sugeriu a adoção da "praxe" de ser então averbada à margem da transcrição indevida, que o imóvel a que a mesma se refere, pertencia, já naquela época a tal circunscrição, e assim prevalecerá ela como transcrição anterior da escritura que se pretende transcrever, sem necessidade de cancelar-se aquela para renovar-se o seu registro no cartório certo".

Por sua vez, na sua manifestação de fls. 20, o Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca esclareceu que o imóvel pertence ao 15.º Subdistrito - Bom Retiro, sujeito, assim, ao 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e não ao seu.

Em assim sendo foram os autos com vista ao Sr. Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis, o qual, às fls. 21, terminou por adotar a sugestão do Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis.

O Dr. Curador de Registros Públicos, às fls. 21, v., opinou pelo cancelamento do registro irregular, em que pese o entendimento corrente de simples averbação a que aludiram os 2.º e 8.º Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

3 - Reconheceu e justificou o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital o equívoco na tomada da transcrição de imóvel não sujeito à sua competência imobiliária, pois, competente o era o Sr. Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis.

Todavia, adotando o duto parecer da zelosa Curadoria de Registros Públicos, não se é de determinar, como aventaram os ilustres representantes do 2.º e 8.º Cartórios de Registro de Imóveis, a simples averbação, pois, como se verá nula de pleno direito é a transcrição n.º 19.978, do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

4 - Com efeito, a nulidade decorre da falta de competência do Sr. oficial do 2.º Cartório do Registro de Imóveis para a prática do ato. O oficial de registro imobiliário, no caso, é "um agente público no dizer de GASTON JÉZE (in "Principios Generales del Derecho Administrativo", vol. II, tomo 1, 1949, Editorial Depalma - Buenos Aires, traducción directa de la 3.ª edición francesa por JÚLIO N. SAN MILLAN ALMAGRO, pág. 285). A lei o tem como funcionário público, porque, age como representante da autoridade pública, a exemplo do que ocorre na Alemanha, Áustria, U.R.S.S. (e países satélites), França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Bélgica e Holanda (GEORGES PESTOURIE et ANDRÉ VACCHAREZZA, in "L'Apport du Droit Comparé Dans La Technique Notariale", "Livre du Centenaire de la Société de Legislation Comparée" 1869/1969, número especial da "Revue Internationale de Droit Comparé", Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, página 361) " (apud nosso parecer, de 1.º de setembro de 1971, no Proc. n.º C.G. - 35.810/71, da Comarca de Santo André, quando no exercício das funções de Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo).

Assim, "o serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual, além de atributos outros, prevê a forma de remuneração... "não importa que não receba a recorrente salários certos e pagos, diretamente, pelos cofres públicos. A forma de remuneração não o desfigura, já que o cargo foi criado por lei, com atribuições nela previstas, dela decorrendo a forma de estipendio, além de ordenada de atributos, os quais reunidos, caracterizam o cargo público perante a doutrina brasileira, calcada em rumos de direito alienígena, aceita nos tribunais, inclusive perante esta Corte (R.F., 129/136 e seguintes; R.DA., 79/197; D.J. de 8-6-59, Ap. 127, 291/4)" (acórdão unânime da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em 1.º de março de 1971, no recurso extraordinário n.º 70.071, de Pernambuco, relator Ministro THOMPSON FLORES, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 56, página 869).

5 - Pois bem! Exercendo cargo público, o serventuário de registro imobiliário, no seu mister de documentar publicamente em seus livros o que lhe é trazido a registro, a fim de que se constitua "em segura fonte de informações, ao alcance de todos" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito Civil", 1.º vol. - Parte Geral, 8.ª ed., 1971, Saraiva, pág. 256, alto), o serventuário pratica, indubitavelmente, atos administrativos.

Sujeita-se, pois, para a validade de seus atos, às regras de competência, competência essa que é um dos elementos da infra-estrutura de todo ato administrativo.

E "entende-se por competência administrativa a quantidade de poder atribuído aos agentes da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por

ela é delimitada. Todo ato emanado de agente incompetente, ou realizado além do limite quantitativo de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática é inválido, ou, pelo menos, inválidável, por lhe faltar um elemento básico de sua perfeição, qual seja a correta manifestação da vontade da Administração" (HELY LOPES MEIRELLES, in "Direito Administrativo Brasileiro", 2.^a ed., 1966, Editora Revista dos Tribunais, pág. 156). Portanto, "a primeira condição de legalidade é a competência do agente. Não há, em direito administrativo, competência geral ou universal: a lei preceitua, em relação a cada função pública, a forma e o momento do exercício das atribuições do cargo. Não é competente quem quer, mas quem pode, segundo a norma de direito. A competência é, sempre, um elemento vinculado, objetivamente fixado pelo legislador" (CAIO TÁCITO, in "O Abuso do Poder Administrativo no Brasil", 1959, DASP e IBCA, pág. 27). Por isso mesmo é insofismável que "a competência vem rigorosamente determinada no direito positivo como condição de ordem para o desenvolvimento das atividades estatais, e, também, como meio de garantia para o indivíduo, que tem na sua discriminação o amparo contra os excessos de qualquer agente do Estado. Toda vez que o agente procede sem estar legalmente investido no cargo, ou, embora investido legalmente, excede ao agir o âmbito de atribuições que a lei lhe designa, há incompetência" (SEABRA FAGUNDES, in "O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", 3.^a ed., 1957, n.º 35, pág. 77).

6 - Ora, no caso de transcrição imobiliária, o Decreto n.º 4.857, de 1939, no seu artigo 247, item 3.º, no que é repetido pelo artigo 232, item 3.º, do Decreto-Lei n.º 1.000, de 1969, dispõe como requisito ser a transcrição efetuada na "circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local".

E, como salienta MIGUEL MARIA DE SERPA LOPES, "essa enunciação serve para fixar a competência do oficial que houver de efetuar a transcrição, pois a falta de competência acarreta a nulidade do ato" (in "Tratado dos Registros Públicos", IV vol., 4.^a ed., 1960, Freitas Bastos, n.º 744.3, pág. 428).

No caso dos autos - recorde-se -, o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registros de Imóveis, embora tenha justificado o equivocado registro, reconheceu que, já ao tempo da transcrição n.º 19.978, competente para o ato era o Sr. Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis. Em outras palavras, reconheceu ter praticado um ato para o qual, dada a situação do imóvel, era incompetente, conquanto estivesse legalmente investido no cargo em questão.

Em assim sendo inevitável é o reconhecimento da nulidade da transcrição n.º 19.978, indicada na peça vestibular, transcrição essa que não pode subsistir, como bem ponderou a douta Curadoria de Registros Públicos, malgrado a orientação corrente lembrada pelos ilustres Serventuários dos 2.º e 8.º Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca da Capital.

Merece, pois, cancelada tal transcrição, sem prejuízo dos efeitos que tenha produzido (artigo 293 do Decreto n.º 4.857, de 1939).

7 - Isto posto, julgo procedente o pedido inicial para declarar a nulidade da transcrição n.º 19.978, do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, determinando, por conseguinte, o seu cancelamento, observados os requisitos do artigo 288 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

A interessada cuidará de regularizar a situação do imóvel junto ao Registro Imobiliário competente, que, como focalizado, não é o indicado na sua inicial. Para tanto, autorizo o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, satisfeitas as cautelas de estilo. Expeça-se oportuno mandado de cancelamento da transcrição, o qual será instruído com xerox da inicial e desta decisão. Requistem-se as xerox, inclusive, para o registro desta decisão. Custas, na forma da lei, pela requerente.

8 - Publique-se, em inteiro teor, registre-se e intimem-se.

São Paulo, 15 de setembro de 1972.

O Juiz de Direito,
(ÁLVARO LAZZARINI)

Pr. n.º 1.571/72

Vistos, etc.

1 - JORGE CARLOS BOEHRINGER, JÚLIA BOEHRINGER PETERSON e LINDA BOEHRINGER POE, qualificados na inicial, contra INGEBORG MINNA LEOPOLDINA SEECK LANDSTEINER, qualificada nos autos, ajuizaram ação de anulação e cancelamento de transcrição de casamento de

brasileiro realizado no exterior, transcrição essa efetuada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Sé, nesta Comarca, alegando, em resumo, que são filhos do casal George Le Roy Boehringer-Elsie Emille Boehringer, cujo casamento se realizou nos Estados Unidos da América do Norte a 11 de novembro de 1924, certo que essa sociedade conjugal foi dissolvida, no Brasil, em ação de desquite amigável, homologado, em 24 de janeiro de 1952, pela Terceira Câmara Civil do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, visto que, aqui, eram domiciliados, Alegam, ainda, que o progenitor-varão adquiriu a nacionalidade brasileira por ato de 17 de janeiro de 1945. E continuam esclarecendo que, pendente o desquite de homologação, o referido progenitor varão contraiu um segundo casamento, no México, em 20 de outubro de 1951, pois, lá convolou núpcias com a brasileira Ingeborg Minna Leopoldina Seeck Landsteiner, residente e domiciliada nesta Capital do Estado de São Paulo. E, desse segundo matrimônio, o pai deles autores viu nascer um filho, ou seja, Edward Boehringer. Entendem, por isso tudo, que, sem embargo do casamento mexicano, não poderiam seu pai e sua segunda mulher ver transcrito o casamento mexicano no Primeiro Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Capital, certo que a referida transcrição deve-se ao fato, evidente, do magistrado que respondia pela Vara dos Registros Públicos, na época, não ter atinado para o fato do cônjuge-varão ser brasileiro naturalizado e supostamente divorciado. Em seguida, os autores dizem do interesse moral e econômico que tem na anulação da referida transcrição, certo que o falecido pai deles tem seu inventário processado na 8.ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca da Capital. A inicial veio instruída com os documentos de fls. 5/27.

Citada, a ré requereu, às fls. 40/41, que os autores, que residem nos Estados Unidos, prestassem caução às custas. Em seguida, contestou a ação, reiterando, como preliminar, o seu pedido de caução às custas, bem como impugnou o valor da causa, dizendo que o mesmo não é inestimável como pretendem os autores, mas sim, tendem a um benefício patrimonial, que pode ser apurável diante dos bens arrolados no inventário do falecido pai dos mesmos autores. No mérito, pediu a improcedência da ação, pois, entre os pais dos autores houve divórcio a vínculo, no México. A lei nacional dos pais dos autores, ou seja, a dos Estados Unidos da América do Norte, admite divórcio a vínculo, de pouco importando a residência dos mesmos aqui no Brasil. Alegou que o casamento dela contestante com o de cujus não foi mediante procuração, certo que nada impediu tal casamento, pois, o nubentevarão estava divorciado e ela contestante era solteira. E esse casamento, assim regularmente contraído, foi transcrito na forma do artigo 82 do Decreto n.º 4.857, de 1939. Em seguida, a ré passou a defender a tese da validade de seu casamento, realizado no México, bem como a do registro no Cartório da Sé, para pedir, a final, a improcedência da ação, tendo a sua contrariedade sido instruída com os documentos de fls. 57/77.

Os autores, em réplica, impugnaram as preliminares, bem como procuraram demonstrar o acerto da tese constante da Inicial, tendo, também, juntado os documentos de fls. 84/88, para, ao depois, apresentar nova manifestação de fls. 90.

Manifestou-se a Curadoria dos Registros Públicos, às fls. 92, no sentido de que se aguardava a produção de provas.

O MM. Juiz de Direito em exercício na Vara proferiu o respeitável despacho de fls. 93/94, entendendo que a causa dizia respeito a nulidade de casamento, razão pela qual esta Vara era incompetente, sendo competente a da Família e das Sucessões. Ante a manifestação dos autores, às fls. 96/98, o referido eminente Magistrado reconsiderou seu entendimento, a fim de dar pela competência da Vara dos Registros Públicos, e, assim, sanear o feito, repelidas as preliminares, quer a de caução às custas, quer a que se refere ao valor da causa. O respeitável despacho saneador restou irrecorrido.

Na audiência de hoje, sem provas a produzir, encerrada a instrução, os autores pediram a procedência da ação, no que foram seguidos pela douta Curadoria dos Registros Públicos, enquanto que a ré bateu-se pela improcedência da ação.

- ASSIM RELATADOS, PASSO A DECIDIR:

2 - A matéria preliminar da defesa, devidamente resolvida no despacho saneador irrecorrido, está preclusa. No entanto, surge outra questão prejudicial, qual seja a de não cabência desta ação de nulidade de transcrição, pois, forçosamente implicaria em dizer se o casamento realizado no estrangeiro é válido ou não. A questão já havia sido suscitada pelo MM. Juiz de Direito GILBERTO VALENTE DA SILVA, no já aludido despacho de fls. 93/94. Todavia, S. Excia., com inegável acerto, houve por bem reconsiderar o seu entendimento. Com efeito, a matéria é idêntica à do acórdão seguinte: "não obstante cuidar-se de casamento celebrado no exterior e

ineficaz em nosso País, lograram os cônjuges a transcrição do ato, no Cartório do Registro Civil da Sé, com o que passou a produzir efeitos que não lhe podiam ser atribuídos, por vedados, expressamente, em lei. Todavia, a declaração da nulidade desse casamento, celebrado por autoridade estrangeira, não sujeita à jurisdição da Justiça Brasileira, não pode merecer acolhimento, como é óbvio, tanto mais que, perante a legislação mexicana poderá até mesmo ser considerado válido, suposto que o cônjuge-varão, ao celebrá-lo, estivesse legalmente livre, quer porque se divorciara de sua primeira mulher, quer porque esta poderia ter falecido. Nessas condições, a autora, sem sombra de dúvida, era carecedora da ação anulatória, o que ora fica decretado, respondendo pelas custas, podendo, quando muito, perante a Vara dos Registros Públicos, única competente, no caso, pleitear o cancelamento da transcrição de um casamento levado a efeito em Cartório do Registro Civil Brasileiro" (acórdão unânime da 4.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de julho de 1970, na apelação cível n.º 188.931, da Capital, relator Desembargador AQUINO MACHADO, in "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", Lex, vol. XIV, pág. 117).

Assim, correta e jurídica a decisão do eminente Magistrado GILBERTO VALENTE DA SILVA. E, realmente, a competência é desta Vara, pois, no caso, cuida-se, tão-só, de saber da nulidade ou não do ato de transcrição do casamento realizado no Cartório do Registro Civil da Sé, desta comarca. O casamento realizado no México é questão secundária, não podendo a Justiça Brasileira de Primeira Instância, que não é competente para homologar ou não o divórcio, pronunciar-se a respeito. No entanto, nada obsta que, no caso concreto, possa o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Brasil, ter em conta as consequências do divórcio obtido no México e do subsequente casamento do brasileiro naturalizado divorciado, ou seja, o de cujus, e da brasileira nata solteira, ou seja, a ré.

Pois bem! É indiscutível que os pais dos autores residiam e eram domiciliados no Brasil. Aliás, o pai dos autores, conforme consta do termo de casamento realizado no México, às fls. 17, declarou-se domiciliado no Brasil. E, aliás, no Brasil, na Capital do Estado de São Paulo, faleceu e tem a sua "última morada". É, no Brasil, que se processa o seu inventário, conforme consta da xerox das declarações de inventário, às fls. 84. Indiscutível, também, conforme consta do documento de fls. 15, que o cônjuge-varão obteve a cidadania brasileira por ato de 17 de janeiro de 1945, sendo que o título de naturalização, conforme consta das fls. 15. v.º, em 26 de maio de 1945, foi-lhe entregue pelo saudoso, então, Juiz EUCLIDES CUSTÓDIO DA SILVEIRA.

Assim, o cônjuge-varão, pai dos autores, quando, em 24 de janeiro de 1952, teve homologado o seu desquite da mãe dos autores, conforme consta das fls. 14, era ele brasileiro, para todos os efeitos legais, por imperativo constitucional, nos termos do artigo 129, item IV, da então vigente Constituição Federal de 1946, dispositivo legal esse repetido pela atual Constituição Federal de 1969, no seu artigo 145, item II. Lembre-se, a propósito, que "a naturalização faz nacional o indivíduo a partir da atribuição" (PONTES DE MIRANDA, in "Comentários à Constituição de 1967", vol. IV, 1967, Editora Revista dos Tribunais, pág. 374, n.º 5.3). O mesmo se diga em relação ao divórcio no México, que teve a respectiva sentença transitada em julgado em 6 de junho de 1951, conforme peças de fls. 57/65, e que foi decretado tendo por cônjuge-varão o referido brasileiro naturalizado, pai dos autores. Identicamente, o casamento, no México, realizado em 20 de outubro de 1951, casamento esse onde consta, conforme se vê às fls. 17, que ambos os cônjuges, além de domiciliados no Brasil, eram brasileiros.

Em outras palavras, o divórcio deu-se entre brasileiro naturalizado e sua mulher norte-americana, enquanto que o casamento deu-se entre brasileiros.

Esse o quadro que se nos apresenta no processo.

OSCAR TENÓRIO, no seu "Direito Internacional Privado", vol. II, 6.ª ed., 1961, Freitas Bastos, pág. 129, n.º 791, doutrina que "são freqüentes na imprensa anúncios de advogados da Bolívia e do México a respeito de ações de divórcio a vínculo, com advertência de que são procedentes. Constituem engodo tais anúncios, insistentemente reforçados com missivas particulares". E, após relatar um desses casos, ocorrido no México, apontou que, "como a alertar o leitor, a missiva esclarece que a lei do divórcio do Estado de Chihuahua é aquela que, sem se afastar dos princípios morais do direito mexicano, melhor corresponde às necessidades do caso, tanto assim que a Suprema Corte de Justiça nunca declarou contrários à Constituição do país os divórcios obtidos naquele Estado". O mencionado internacionalista conclui, afirmando que o divórcio e o novo casamento celebrado em tais circunstâncias não produzirão efeitos no Brasil se ambos os cônjuges forem brasileiros. ... Divórcios decretados nessa forma não tem eficácia no Brasil porque proferidos em fraude à lei brasileira. Presentemente, o problema não deixa dúvidas. A lei

que rege a matéria é a do domicílio dos cônjuges. A nulidade não existe apenas em relação a brasileiros, de modo geral, mas em relação também a estrangeiros domiciliados no Brasil, com carta de divórcio obtido na Bolívia e no México, desde que não sejam de nacionalidade do país onde concedido o divórcio".

Como visto, embora americanos, os cônjuges, que se divorciaram, estavam, aqui, domiciliados. Aliás, o varão, americano de origem, era brasileiro naturalizado. Nunca residiram no México. Daí a ineficácia, entre nós, do referido divórcio.

Neste passo, mais uma vez, lembre-se o significado do vocábulo brasileiro. É de DE PLÁCIDO E SILVA o ensino de que "em referência às pessoas, ..., brasileiro quer significar ou designar o nacional, em oposição ao estrangeiro. E, nesse sentido, o brasileiro se diz nato ou naturalizado. ... Naturalizados dizem-se os estrangeiros que adquiriram a nacionalidade brasileira, pela naturalização" (in "Vocabulário Jurídico", vol. I, 1.ª ed., 1963, Forense, pág. 265, verbete: Brasileiro).

OSCAR TENÓRIO, novamente trazido à colação, lembra que "o naturalizado brasileiro está equiparado a brasileiro nato, pois o § 6.º do art. 7.º da Lei de Introdução fala apenas em brasileiro, sem qualquer distinção". E, lembrando a possibilidade do divórcio ser anterior à naturalização brasileira, acrescenta que, nessa hipótese, o divórcio "produz no Brasil todos os efeitos possíveis e patrimoniais oriundos da sentença estrangeira. Através de uma interpretação orgânica, a conciliar interesses do direito brasileiro e do direito internacional privado geral, devemos concluir que o naturalizado, no caso em exame, não poderá casar-se no Brasil. Temos de conciliar os efeitos da sentença estrangeira do divórcio proferido ao tempo em que os divorciados eram estrangeiros, com o princípio do nosso direito de que divorciado brasileiro não poderá contrair casamento no Brasil. Divórcio, no caso de ser um dos divorciados brasileiro e outro estrangeiro, é reconhecido em relação a este, que não poderá, entretanto, casar-se no Brasil. Maior razão para não admitirmos o casamento no Brasil de divorciado que, após o divórcio, se naturaliza. Nos países que admitem o divórcio, segundo a lei da nacionalidade dos cônjuges, a solução dos conflitos de nacionalidade é dada pela *lex fori*" (in obra, ed. e vol. cit., pág. 135, n.º 799).

Destarte, tem-se que é inviável o casamento de brasileiro naturalizado, mesmo que o divórcio seja anterior à naturalização. Assim, o que dizer quando a naturalização é anterior ao divórcio? ... Evidentemente, no caso da naturalização ser anterior ao divórcio, indiscutível aplicação tem a vedação legal prevista no § 6.º do artigo 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil!

Mas, falou-se que os cônjuges divorciados, aqui, eram domiciliados. Por isso mesmo aplicável, in totum, a legislação brasileira, pois, "segundo o art. 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil, os direitos de família regem-se, entre nós, pela lei do domicílio, pelo que resulta claramente que não tem validade alguma no Brasil o divórcio obtido no estrangeiro por cônjuge italiano que aqui residia", porque, "há, no caso, evidente fraude à lei. Tal fraude, como bem observa Oscar Tenório, existe "toda vez que a pessoa, por ato deliberado, se subtrai ao império da regra jurídica e se submete à regra de outro sistema jurídico mais benevolente" e, dessa forma, a lei imperativa "considera ineficaz o ato constituído segundo a lei estrangeira mais branda, procurada deliberadamente pela pessoa" ("Direito Internacional Privado", 1953, pág. 247). No caso, tal subtração ao império da lei brasileira, lei do domicílio, está evidenciada seja em relação ao cônjuge-varão, seja em relação à apelante" (acórdão unânime da 3.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 22 de setembro de 1960, na apelação cível n.º 103.519, da Capital, relator Desembargador HOEPPNER DUTRA, in "Revista dos Tribunais", vol. 305, pág. 333).

Vê-se, pois, que, embora o venerando acórdão diga respeito a cônjuge italiano, aqui residente, a situação é idêntica à dos autos, pois, os pais dos autores, aqui, também, residiam, embora a mãe fosse americana e o pai brasileiro naturalizado. Aliás, em casos que tais, realmente, o Egrégio Supremo Tribunal Federal tem, inclusive, negado homologação ao divórcio. Com efeito, é de venerando acórdão da mais Alta Corte do País o seguinte, in verbis: "cuida-se de sentença de divórcio entre estrangeiros, a requerente alemã e o requerido sueco, prolatada pela justiça do Estado de Chihuahua, México, que não merece homologação. O divórcio foi decretado em país que não é o da origem dos cônjuges, e onde não tinham domicílio, ... Destarte, há uma prática fraudulenta, insuscetível de merecer reconhecimento no Brasil, por ofensiva a *lex domicilii*.

Acolhendo os doutos pareceres e na conformidade da jurisprudência desta Corte, nego deferimento ao pedido de homologação" (acórdão unânime da Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal, em 6 de setembro de 1967, nos autos de Sentença Estrangeira n.º 1.926, do México, relator Ministro DJALMA FALCÃO, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", vol. 43, pág.

505).

Portanto, "segundo o art. 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei domiciliar da pessoa determina os direitos de família", certo que "o princípio já era consagrado no Brasil pela doutrina e pela jurisprudência. Agora está corroborado na lei. Cônjuges brasileiros que se divorciam, ainda que a lei do seu domicílio permita o ato, não obtém seu reconhecimento no Brasil. Decretado o divórcio a vínculo de cônjuge brasileiro casado com estrangeiro, não prevalecerão os efeitos da dissolubilidade em relação ao cônjuge brasileiro, quando apreciada a sentença no Brasil" (OSCAR TENÓRIO, in obra, ed. e vol. cit., pág. 129, n.º 790). E, repita-se mais uma vez, "quando um dispositivo legal, interno ou convencional, manda aplicar a lei nacional, a nacionalidade se apresenta como dado cuja qualificação se impõe. O § 6.º do art. 7.º da Lei de Introdução se refere a cônjuges brasileiros, na regra relativa ao reconhecimento de divórcio no Brasil. Brasileiros são aqueles assim considerados nos termos do direito brasileiro. Não há interferência da lei estrangeira na qualificação dos brasileiros" (OSCAR TENÓRIO, in obra, ed. e vol. cit., pág. 134, n.º 798).

3 - Pelo exposto, podemos concluir que, embora o casamento dos pais dos autores tenha ocorrido nos Estados Unidos da América do Norte, embora a legislação americana admita o divórcio a vínculo, na realidade, o pai dos autores era brasileiro naturalizado, sujeito, assim, à lei brasileira, a qual inadmitte o divórcio a vínculo, razão pela qual o divórcio obtido no México não tem nenhuma eficácia no Brasil, pela regra do artigo 7.º, § 6.º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Mas, mesmo que assim não o fosse, o que se consigna para argumentar, também, de nenhuma eficácia o divórcio obtido no México, pois, os cônjuges, aqui, eram residentes e domiciliados (não residiam e nem eram domiciliados no México), sujeitos, assim, à lei brasileira e não à lei estrangeira, por força do mesmo artigo 7.º, § 6.º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

O divórcio, assim obtido, no Brasil, quando muito, teria efeitos meramente patrimoniais e não de dissolução do vínculo, conforme assentado entendimento doutrinário e jurisprudencial.

Em assim sendo, não considerado dissolvido o vínculo conjugal, pela lei brasileira, insofismavelmente, era impossível o casamento do pai dos autores com doa. Ingeborg Minna Leopoldina Seeck Landsteiner, no juízo facilitário mexicano, como abordado pelos autores e conforme o rotulado por OSCAR TENÓRIO em transcrito trecho de sua obra. Em outras palavras, não rompido o vínculo conjugal, impossível era o casamento dos dois brasileiros, ou sejam, o naturalizado e o nata, por infringir regra do Código Civil que proíbe o casamento de casados (artigo 183, item VI, do Código Civil).

E, embora ocorrido o casamento, conquanto obtida a transcrição do mesmo, evidentemente, que tal transcrição é nula de pleno direito por infringente de lei brasileira, como bem fundamentaram os autores a pretensão inicial. Entender em contrário, data vênia, seria ir contra a soberania nacional, no que diz respeito à observância da nossa legislação interna, que, no caso, deve prevalecer sobre qualquer outra.

Aqui, não vai crítica ao eminente magistrado que mandou transcrever o casamento, pois, como bem ponderaram os autores, a transcrição deveu-se ao fato de não terem atinado que o cônjuge-varão, embora americano de origem, era brasileiro naturalizado, não tendo nenhuma eficácia, em relação a ele, o divórcio obtido no México, o que impossibilitava, perante a lei brasileira, o reconhecimento do seu casamento no México.

4 - Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a ação para declarar a nulidade da referida transcrição de casamento, efetuada no Registro Civil da Sé, determinando, por conseguinte, que se proceda o cancelamento do mesmo ato de registro civil para os fins de direito.

Como sucumbente, a ré pagará as custas do processo, bem como os honorários advocatícios que fixo em Cr\$ 300,00, considerando, nessa fixação, o valor inestimável da causa, bem como o trabalho do advogado dos autores, o qual teve oportunidade de se defrontar com conceituado advogado militante no Fórum da Capital, o qual, por sua vez, apresentou erudita contestação. Oportunamente, expeça-se mandado.

Dou por publicada em audiência e intimadas as partes. Registre-se.

São Paulo, 11 de setembro de 1972.

O Juiz de Direito,

(ÁLVARO LAZZARINI)

OBSERVAÇÃO: A sentença foi prolatada na audiência de instrução e julgamento, logo após os

debates.

LEI N.º 5.827 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 1972

Da nova redação ao artigo 693 do Código Civil

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - O artigo 693 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 693 - Todos os aforamentos, inclusive os constituídos anteriormente a este Código, salvo acordo entre as partes, são resgatáveis dez anos depois de constituídos, mediante pagamento de um laudêmio, que será de dois e meio por cento sobre o valor atual da propriedade plena, e de dez pensões anuais pelo foreiro, que não poderá no seu contrato renunciar ao direito de resgate, nem contrariar as disposições imperativas deste capítulo".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

(D. O. União de 27-11-1972)

DECRETO N.º 71.523 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972

Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Fica prorrogado até 30 de junho de 1973 o prazo para execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º - Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos obedecerá ao disposto na Lei n.º 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, e seu regulamento baixado pelo Decreto número 4.857, de 9 de novembro de 1939, e demais disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República.

Emílio G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

DECRETO-LEI N.º 206, DE 25 DE MARÇO DE 1970

Altera a redação de dispositivos do Decreto-Lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que, por força do Ato Complementar n.º 47, de 7 de fevereiro de 1969, lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional. n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

DECRETA:

Artigo 1.º - O parágrafo único do artigo 6.º, o parágrafo 2.º do artigo 11, e os artigos 32 e 48 do Decreto-Lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6.º

~
.....

Parágrafo único - Na hipótese de não haver candidato nos termos deste artigo, será aberto novo concurso no qual poderá inscrever-se qualquer cidadão brasileiro no gozo de seus direitos civis e políticos e que satisfaça as demais exigências da lei e do regimento do concurso.

Artigo 11

~

.....

§ 2.º - Ao candidato não admitido ao concurso cabe direito de recurso para o Conselho Superior da Magistratura, interposto por petição, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato de indeferimento no órgão oficial.

Artigo 32 - Em todo ofício ou cartório haverá um oficial maior, de confiança do escrivão, escolhido de preferência entre os primeiros escreventes, com aprovação do Juiz Corregedor Permanente.

Artigo 48 - São impedidos de servir conjuntamente no mesmo Juízo, por motivo de suspeição, dois serventuários da Justiça, ainda que de cartórios judiciais ou extrajudiciais desde que se trate de:

- I - marido e mulher;
- II - ascendentes e descendentes;
- III - sogro e genro ou nora;
- IV - irmãos;
- V - cunhados, durante o cunhadio;
- VI - tio e sobrinhos;
- VII - primos;
- VIII - padrasto ou madrasta e enteado.

Artigo 2.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de março de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Hely Lopes Meirelles, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico Legislativa, aos 25 de março de 1970.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Substituto.

Nota: Publicado novamente por ter saído com incorreção - Boletim n.º 89.

LEI N.º 67, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1972

Cria Cartórios não oficializados na Capital e no Interior

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criados, na Comarca da Capital:

I - 2 (dois) Cartórios de Registro de Imóveis, que serão, respectivamente, os da 17.ª e 18.ª

Circunscrição Imobiliária;

II - 4 (quatro) Cartórios de Notas, sob o número de ordem 27.º, 28.º, 29.º e 30.º;

III - 3 (três) Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, sob a número de ordem 5.º, 6.º e 7.º;

IV - 3 (três) Cartórios de Protestos de Títulos, sob o número de ordem 5.º, 6.º e 7.º;

Artigo 2.º - Ficam criados 6 (seis) Cartórios de Registro de Imóveis destinados à 2.ª Circunscrição respectivamente das Comarcas de Guarulhos, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de dezembro de 1972.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça

Publicado na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 4 de dezembro de 1972

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Substituto.

(D.O. 5-12-72)

DECRETO N.º 687, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972

Dispõe sobre a suspensão, nos feriados religiosos, do expediente nas repartições públicas estaduais situadas nos vários municípios do Estado, revogando o Decreto n.º 47.664 de 26 de janeiro de 1967 e os que o alteraram.

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1.º - Nos feriados religiosos, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local,

e observada a legislação federal, será suspenso o trabalho nas repartições estaduais sediadas no município, independentemente da expedição de qualquer ato.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos n.ºs 47.664 de 26 de janeiro de 1967, 47.783 de 28 de fevereiro de 1967, 47.840, de 21 de março de 1967, 47.914 de 17 de abril de 1967, 47.939 de 26 de abril de 1967, 47.957 de 3 de maio de 1967, 48.021 de 24 de maio de 1967, 48.125 de 15 de junho de 1967, 48.126 de 15 de junho de 1967, 48.286, de 26 de julho de 1967, 48.287 de 26 de julho de 1967, 48.478 de 14 de setembro de 1967, 48.555, de 28 de setembro de 1967, 48.602, de 6 de outubro de 1967, 48.652, de 13 de outubro de 1967, 48.810 de 1.º de novembro de 1967, 49.006, de 28 de novembro de 1967, 49.193, de 9 de janeiro de 1968, 49.194, de 9 de janeiro de 1968, 49.305, de 13 de fevereiro de 1968, 49.320, de 19 de fevereiro de 1968, 49.329, de 22 de fevereiro de 1968, 49.492, de 23 de abril de 1968, 49.493, de 23 de abril de 1968, 49.555, de 2 de maio de 1968, 50.090, de 29 de julho de 1968, 50.295, de 29 de agosto de 1968, 50.486, de 7 de outubro de 1968, 51.468, de 26 de fevereiro de 1969, 51.661, de 8 de abril de 1969, 51.999, de 6 de junho de 1969, 52.306, de 22 de setembro de 1969, e os de: 28 de novembro de 1969, 25 de fevereiro de 1970, 16 de março de 1970, 25 de março de 1970, de 30 de março de 1970, 8 de abril de 1970, 8 de abril de 1970, 15 de outubro de 1970, 15 de outubro de 1970, 15 de outubro de 1970, 15 de outubro de 1970, 20 de outubro de 1970, 25 de novembro de 1970, 16 de fevereiro de 1971, 13 de julho de 1971, 18 de janeiro de 1972, e o de n.º 114, de 31 de julho de 1972.

Palácio dos Bandeirantes, 5 de dezembro de 1972.

LAUDO NATEL

Hugo Lacorte Vitale, Secretário do Interior

Publicado na Casa Civil, aos 5 de dezembro de 1972.

Maria Angélica Callazzi, Responsável pelo S. N. A.

(D.O. 6-12-1972)

LEI N.º 85, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1972

Eleva a Taxa de Assistência aos Médicos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O valor da Taxa de Assistência aos Médicos, de que trata o artigo 1.º da Lei n.º 9.673, de 24 de janeiro de 1967, fica elevado para Cr\$ 0,30 (trinta centavos), observado o disposto no artigo 2.º dessa mesma lei.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1973.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de dezembro de 1972.

LAUDO NATEL

Carlos Antonio Rocca, Secretário da Fazenda

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração

Getúlio Lima Júnior, respondendo pelo Expediente da Secretaria da Saúde

Henri Couri Aídar, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 14 de dezembro de 1972

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Substituto

(D.O. 15-12-72)

ANO XXI

Nº 096 - Publicação: Jan/Set 1973

REDAÇÃO:

ARTIGO INAUGURAL

Consoante tivemos a oportunidade de noticiar no último número deste "Boletim", o Governo do Estado, procurando atender, com a boa vontade que sempre demonstrou para com a nossa classe, às representações que lhe foram dirigidas por beneficiários da Carteira residentes no Interior, pleiteando a elevação dos proventos de aposentadoria dos servidores da Justiça em

geral, bem como a atualização do valor das taxas constantes do Regimento de Custas e Emolumentos em vigor, - nomeou, no ano passado, um Grupo de Trabalho, constituído de ilustres personalidades, ao qual deferiu o encargo de estudar a primeira das reivindicações aludidas e propor as medidas legais que julgasse indicadas no sentido de satisfazê-la. Salientamos, ainda, na mesma ocasião, que o abalizado Chefe do Departamento Atuarial do Instituto de Previdência do Estado, se manifestara, de, início, favorável ao atendimento de tal reivindicação, - mas, posteriormente, consultado, a respeito, pelo citado Grupo, houvera por bem voltar atrás, afirmando ser inteiramente desaconselhável, no momento, adotar qualquer providência que implicasse na elevação do valor daqueles proventos, - sem contudo esclarecer as razões de fato e de direito em que se fundava para emitir um pronunciamento de tal ordem, de todo em todo contrastante com a sua manifestação primitiva.

Prosseguindo, adiantamos, outrossim, que aquele Grupo de Trabalho, tendo em vista semelhante parecer, deliberou efetuar uma revisão da Lei n.º 10.393, de 1970, que regula a nossa aposentadoria, com o objetivo de aprimorá-la mediante a introdução, no respectivo texto, das alterações que para tanto julgasse cabíveis, - despojando-a, inclusive, das disposições reconhecidas como inadequadas ou prejudiciais à finalidade colimada pela citada lei, - que outra não é senão a de beneficiar cada vez mais e sempre que possível os contribuintes da Carteira cujas atribuições são por ela reguladas.

Fizemos saber, igualmente, em nosso dito artigo, que da revisão aludida resultara um anteprojeto de lei superior, em muitos pontos, ao texto da atual, bastando citar como exemplo ilustrativo de tal afirmativa o fato da taxa de aposentadoria passar a ser recolhida não mais à Secretaria da Fazenda, consoante ora acontece, - mas àquela própria Carteira, por intermédio das Agências do Banco do Estado de São Paulo e da Caixa Econômica Estadual.

Por via disso, - conforme então tivemos, igualmente, a oportunidade de acentuar - foi esse anteprojeto remetido àquela Secretaria para a devida apreciação, onde ficou durante longo tempo, até que, em 15 de Agosto de 1972, o digno Procurador que o examinou houve por bem emitir parecer contrário ao dispositivo citado, entendendo que o produto da mencionada taxa deverá continuar a ser recolhido à Carteira por intermédio daquele órgão fazendário.

Envergonhamo-nos de não conhecer as dimensões da Secretaria em apreço, nem saber em quantos Departamentos ela se divide, ignorando, por igual, se estes se encontram concentrados num só edifício em nossa Capital, ou estão espalhados pelos quatro cantos do Estado. Sabemos, todavia, ser enorme a distância que vai do Gabinete em que labora o distinto prolator do parecer aludido ao local onde se acha instalado o DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CUSTOS, - uma vez que tal parecer levou precisamente SETE MESES para vir dali aqui, - eis que só em 13 de Maio do ano em curso aquele Departamento se dignou pronunciar-se sobre o assunto, - concordando, aliás, em gênero, espécie, número e grau com o trabalho elaborado pelo Procurador referido.

No dia 21 daquele mesmo mês, o anteprojeto em causa, acompanhado dos citados pareceres, foi encaminhado ao Gabinete do ilustre Sr. Secretário da Fazenda, - sendo de presumir-se, em face de tal circunstância e do tempo gasto no percurso para chegar até lá, fosse ele, de imediato, submetido à douta consideração do honrado titular daquela Pasta, a fim de que S. Excia. pudesse manifestar-se, também, sobre a matéria em debate e ordenasse, após, o encaminhamento do expediente respectivo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para decisão final a respeito.

Tal, porém, ainda não aconteceu, de vez que o digno Chefe daquele Gabinete, respondendo, em 28 de Maio último, a ofício que meses antes havia sido dirigido pelo ilustrado Conselho da Carteira à Secretaria, instando por que se desse ao caso uma solução urgente e definitiva - apenas se limitou a fornecer-lhe os dados acima expostos relativos à sua tramitação na Secretaria aludida, - deixando de esclarecer, entretanto, onde a proposição se encontra. Isso nos leva a concluir que ela ainda ali permanece, pois até a data em que rabiscamos estas notas nenhuma notícia havia sido transmitida ao mencionado Conselho, dando-lhe ciência de sua remessa ao Chefe do Governo.

Tal é o que nos cumpre informar aos beneficiários da Carteira, residentes no Interior do Estado, a fim de que tomem conhecimento das dificuldades que estão sendo postas ao atendimento dessa justa reivindicação de todos nós, como tal é a que propugna pela elevação dos proventos de nossa aposentadoria, - e a qual não pode ser tratada com a displicência ou a incompreensão que têm caracterizado o comportamento dos dignos funcionários da Repartição aludida, - a qual, em última instância, nada tem a ver com o problema que vimos abordando e continuaremos a abordar com a veemência cuja adoção nos for imposta, pois trata-se de assunto dos mais sérios,

que afeta, inclusive, a subsistência de inúmeras famílias, cujos chefes não estão suplicando favor algum, mas pedindo, apenas, e tão só, que os tratem com a Justiça a que têm direito.
O.F.T

CIRCULAR SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO MEDIANTE CONSULTA AO INDICADOR REAL

PREZADO COLEGA

Conforme é de seu conhecimento, são relativamente freqüentes os pedidos, endereçados aos Registros Imobiliários, no sentido de certificarem se determinado imóvel, cujo proprietário é desconhecido, se acha ou não transcrito em seus livros. Nesse caso, consoante o colega também não ignora, só mediante consulta aos Indicadores Reais, efetuada com base nos elementos identificadores desse imóvel enunciados no pedido, poderá tal certidão ser fornecida, expressando, naturalmente, o resultado da consulta aludida.

Assim, para que a pesquisa nos citados livros possa ser realizada com as cautelas desejáveis e a maior segurança possível, - dada a precariedade de que esta se ressentem, em virtude dos interessados, na maioria dos casos, desatenderem as exigências previstas nos artigos 283 e 284 do Decreto n.º 4.857 de 1939, - convém exigir-se das partes que formulem os pedidos relativos a tais documentos atentando em que:

a) - Quando se tratar de prédios urbanos, devem eles ser descritos com suas metragens, característicos e confrontações, indicando o respectivo número e o nome da rua e do bairro em que se situam; sendo que,
b) - cuidando-se apenas de terrenos, cumpre referir o lado da via pública em que se localizam e qual a distância a que ficam da esquina mais próxima, bem como o número do lote e da quadra a eles correspondentes, quando forem objeto de loteamento.

Finalmente,

c) - Em se tratando de imóveis rurais, além de descrevê-los mencionando sua denominação, lugar em que se acham situados, área, divisas, característicos e confrontações, - devem indicar, também, os nomes dos respectivos confrontantes, cujo conhecimento possibilitará verificar, nos Indicadores Pessoais, se as propriedades de que são titulares confinam com as descritas nos citados pedidos.

Sendo esse o critério cuja adoção, na espécie, nos apraz sugerir para melhor desempenho de nossas atribuições, aproveitamo-nos do ensejo para cumprimentá-lo, subscrevendo-nos, com todo o apreço, muito atentamente.

JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

Presidente

CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS RELACIONADAS COM AS ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Com a devida permissão do Exmo. Sr. Desembargador - José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado, - a Associação deliberou editar o trabalho em epígrafe, que vem de ser organizado por aquela Egrégia Corregedoria.

Trata-se de um volume no qual se encontram reunidas todas as leis, decretos e provimentos relacionados com as serventias, serventuários e demais servidores da Justiça que exercem suas atividades funcionais tanto no foro judicial como no extrajudicial.

Desnecessário nos é encarecer a utilidade de uma obra de tal porte, - em face do interesse que o conhecimento da matéria nesse livro condensada oferece não só aos srs. Juízes, Promotores Públicos e Serventuários, mas também aos Srs. Advogados e demais servidores da Justiça, a que acima aludimos.

Assim, todos aqueles que desejarem obter um ou mais exemplares dessa obra valiosa, deverão

solicitá-los, diretamente, à nossa Associação.

DR. ÁLVARO LAZZARINI

Em virtude de ter sido promovido, para o cargo de Juiz de Direito titular da 22.^a Vara Criminal e deixado, por força de tal circunstância, de exercer as funções de Juiz Substituto da 1.^a Vara dos Registros Públicos, que vinha desempenhando, há mais de um ano, com a superioridade intelectual que todos lhe reconhecemos, - o Dr. ÁLVARO LAZZARINI dirigiu ao Presidente de nossa Associação, Sr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, o ofício que prazerosamente a seguir transcrevemos:

"São Paulo, 17 de setembro de 1973.

Senhor Presidente:

As contingências de minha carreira, mais uma vez, tornaram a unir-me e, após um ano de inesquecível convívio, a separar-me da nobre classe dos Serventuários da Justiça, radicada em São Paulo.

De 1.^o de setembro de 1972 a 14 de setembro de 1973, quando passei, por promoção, para a 22.^a Vara Criminal e deixei de auxiliar na 1.^a Vara de Registros Públicos, pude sentir que não errei ao lhe dirigir os anteriores agradecimentos, contidos na carta de 3 de janeiro de 1972, publicada no Boletim da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, volume 93, página 15.

Foi mais um ano de convívio funcional, marcado por imorredoura amizade e por sã e honesta camaradagem.

Unimo-nos em prol do constante aperfeiçoamento dos serviços a nós afetos e pela grandeza das nossas instituições.

E, como sempre, a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo foi um baluarte a contribuir, em muito, para o normal desempenho de minhas funções.

Vossa Excelência, por sua vez, foi um incansável batalhador em desfazer a eventuais e inevitáveis distorções e mal entendidos, demonstrando, também e sempre, em várias oportunidades, a sua altivez na defesa dos reais interesses da classe a que representa e pertence.

Queira, pois, receber, em seu próprio e em nome de todos os serventuários os mais sinceros agradecimentos e o reconhecimento deste seu amigo.

(a) ÁLVARO LAZZARINI

Juiz de Direito."

Agradecendo a gentileza da missiva acima transcrita, com a qual foi distinguido pelo ilustre Magistrado, - nosso Presidente, sr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, assim se manifestou a respeito:

"São Paulo, 25 de setembro de 1973.

Exmo. Sr.

Doutor ÁLVARO LAZZARINI

DD. JUIZ DE DIREITO DA 22.^a VARA CRIMINAL

Nesta

Temos a satisfação de acusar o recebimento de seu ofício de 17 do corrente, pelo qual V. Excia., dando-nos conhecimento de sua promoção para o cargo de Juiz de Direito titular da 22.^a Vara Criminal, se dignou expressar, por nosso intermédio, aos srs. Serventuários da Justiça desta Capital, os seus agradecimentos pela colaboração que lhe prestaram durante todo o tempo em que V. Excia. exerceu, na 1.^a Vara dos Registros Públicos, as funções de seu Juiz Substituto.

Confessando-nos sumamente honrados pelo recebimento de tal ofício, - cumpre-nos, entretanto, adiantar-lhe que, não somente nós, na qualidade de Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, mas também nossos prezados colegas desta Comarca, - é que temos para com V. Excia. irrisgatável dívida de gratidão, pela forma cavalheiresca com a qual sempre houve por bem receber-nos, quando o procurávamos para solução de casos ou problemas inerentes às nossas atividades funcionais.

Juiz reto, talentoso e culto, - nunca V. Excia. teve dúvida em solicitar a cooperação de nossa classe e do modesto Presidente de seu órgão representativo, toda vez que julgou oportuna a sua contribuição para um melhor desempenho de nossas respectivas atribuições, - o que nos levou a unir-nos, conforme lembra V. Excia. na sua Mensagem, em prol do constante aperfeiçoamento

dos serviços que nos estão afetos e pela grandeza de nossas instituições.

Assim, se por um lado nos regozijamos com a sua merecida promoção, - por constituir tal fato a transposição de mais uma difícil etapa em sua nobre e brilhante carreira de Magistrado, - por outro lado, não podemos de lamentar a perda do excelente convívio que sempre mantivemos com V. Excia. - restando, contudo, a certeza de que permanecerá incólume, para sempre, a amizade e a admiração que todos nós aprendemos a dedicar-lhe, graças aos predicados de inteligência, educação e cultura que marcam, indelevelmente, a sua personalidade invulgar. Terminando, aproveitamo-nos do ensejo para, renovando-lhe nossos mais vivos agradecimentos pela atenção que sempre nos dispensou, e formulando os melhores votos de pleno êxito em suas novas e elevadas funções, reiterar a V. Excia. os protestos de nossa sincera amizade, alta consideração e distinto apreço.

JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

Presidente."

Apraz-nos acentuar, ainda, que, inicialmente, ao tomarem conhecimento de sua promoção, os serventuários da justiça desta Capital, liderados, mais uma vez, pelo nosso Presidente, prestaram ao Dr. ÁLVARO LAZZARINI significativa homenagem, - tendo S. Excia. sido saudado, na ocasião, por vários oradores, que pondo em destaque os dotes que exornam seu espírito, terminaram formulando os melhores votos pelo feliz desempenho da nova e nobre missão que lhe foi confiada.

O PERIGO NAS RUAS

Teófilo Cavalcanti Filho

Contravenção, de que nem sempre as autoridades se utilizam, como instrumento para prevenir abusos na via pública, é o que se acha definida no art. 34 da Lei das Contravenções. Está ela definida nos seguintes termos: "Dirigir veículo na via pública ou embarcações em águas públicas, pondo em perigo a segurança alheia". Que esse fato, concretamente, ocorra todos os dias, nas principais avenidas da Capital, é coisa que ninguém contesta. Os jornais andam cheios de reportagens sobre os acidentes na 23 de Maio, na quase totalidade, como sempre acontece, resultantes de imprudência dos motoristas. Mas não aludem, ou raramente aludem, às formas imprudentes e agressivas de dirigir, que felizmente não chegam a provocar desastres, mas que nem por isso deixam de criar situações de perigo para outros motoristas e passageiros ou mesmo para eventuais transeuntes. Uma ação bem orientada, no sentido de prevenir tais formas de comportamento, seriam porém de um efeito preventivo inestimável. A figura contravencional do art. 34 tem, exatamente, essa finalidade: impedir que se criem situações de perigo para que não surjam possibilidades de danos concretos.

Em relação a essa contravenção - que insistimos ser uma arma de grande valia para a regularidade do trânsito - é necessário verificar, em cada caso, a ocorrência de circunstâncias que criem uma situação de perigo para a segurança alheia. Não basta, portanto, apurar se o motorista desenvolveu velocidade excessiva ou incompatível com as circunstâncias locais: ou que dirigiu de forma perigosa. É preciso que se demonstre haver ele, assim dirigido, posto em perigo a segurança alheia. O Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, em acórdão recente, proferido na apelação N.º 29.479, fixou bem esse ponto, ao acentuar que "infringe o art. 34 da Lei das Contravenções Penais, todo aquele que, de qualquer modo, na direção de um veículo, desprezando as cautelas recomendadas pela prudência comum, concernentes à prática de sua direção, cria um perigo à segurança alheia". O fato que deu motivo ao pronunciamento a que estamos aludindo não só ilustra a tese como ainda esclarece bem o alcance da interpretação. Em determinado dia, numa cidade do interior do Estado, de modesto movimento, um rapaz se pôs a dirigir uma Kombi Volkswagen na via pública imprimindo ao veículo alta velocidade. Segundo testemunhas descreveram, pitorescamente, os pneus "até cantavam". Pedestres, que se achavam na rua, reclamaram contra o fato e daí a instauração de ação penal contra o jovem motorista. A Justiça não teve dúvida em reconhecer haver-se caracterizada, na hipótese, a contravenção do art. 34, por entender que a velocidade excessiva, nas condições apontadas, originara uma situação de perigo para os que se achavam no local. "Na espécie - ponderou o Tribunal de Alçada Criminal - o excesso de velocidade não importou em simples infração administrativa, mas configurou ilícito penal, face ao perigo criado para a segurança alheia". Estamos fazendo alusão ao fato de dirigir em velocidade excessiva, por ser a hipótese mais

comum. Não se vá porém pensar que seja a única. A situação de perigo para a segurança alheia pode decorrer, perfeitamente, até mesmo quando o motorista dirija em velocidade regular, mas de forma perigosa. Isso ocorre, às vezes, quando ele se acha embriagado e conduz o, veículo em circunstâncias especialmente inseguras. Ou ainda quando, embora lúcido, insiste em trafegar quando a via pública se acha repleta de pessoas. Os exemplos poderiam ser multiplicados, e ainda assim não esgotariam as hipóteses possíveis.
(Da Tribuna da Justiça).

DR. GILBERTO VALENTE DA SILVA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, liderada pelo seu Presidente, Sr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, - e à qual se juntaram, aliás, vários colegas desta Capital - esteve, no mês de Março último, em visita ao Exmo. Sr. Dr. GILBERTO VALENTE DA SILVA, a fim de cumprimentá-lo pela sua nomeação para o cargo de Juiz de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Comarca.

S. Excia. foi saudado, na oportunidade, pelo Presidente da Associação, que em breves palavras lhe disse da satisfação por todos nós sentida ao tomar conhecimento da indicação de seu nome - feita pelo Egrégio Tribunal de Justiça ao Poder Executivo, - para ocupar o mencionado cargo, em decorrência da classificação que obtivera no concurso instituído por aquela nossa mais alta Corte de Justiça para fins de seu preenchimento.

É que, - acompanhando de perto, como temos acompanhado, suas atividades de Magistrado exemplar, desde o tempo em que exerceu, com impanável brilho, o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, - a sua indicação e conseqüente nomeação para a citada Vara de modo algum nos surpreendeu, pois sabíamos que ninguém se encontrava em melhores condições do que S. Excia. para desempenhar com elevada compreensão humana, capacidade de trabalho, competência intelectual e agudo senso jurídico, as nobres funções de seu Juiz Titular.

A visita serviu, ainda, para testemunhar a S. Excia. a confiança que depositamos na superioridade com a qual também continuará desempenhando a nobre missão que lhe foi atribuída, - e dizer-lhe, finalmente, que pode contar com a colaboração leal e decidida da entidade representativa de nossa classe, sempre que julgar possa ela vir a lhe ser útil.

S. Excia. falou, depois, agradecendo a visita, tendo em seguida mantido cordial palestra com os serventuários presentes.

NECESSIDADES SOCIAIS DE PROTEÇÃO

Anníbal Fernandes

1 - Necessidade de Segurança

O homem tem necessidade de segurança. Os riscos que o ameaçam como a doença e o acidente, velhice e morte, o desemprego na sociedade moderna, reforçam o desejo do homem de assegurar-se.

Existem mesmo riscos decorrentes de eventos felizes (maternidade); o elemento central de todo risco é uma perda de renda (normalmente de salário), provocada por um determinado evento. Essa problemática sempre acompanhou a história humana. Todavia, depois da Revolução Industrial, com o surgimento da classe dos assalariados, o crescimento rápido das populações, sobretudo urbanos o mal se agravou; é enfim, o elenco dos fatores determinantes da questão social que teve o condão de por em primeiro plano, e necessidade do homem de proteger-se. De sorte que podemos dizer que essa é uma Necessidade Social, no sentido de que interessa a toda coletividade, determinando progressivamente a ação do Estado, para satisfazê-la.

Retomando a perspectiva histórica, cumpre ressaltar que os atuais sistemas de seguro social (entre nós, Previdência Social), tiveram origem no movimento obreiro. Na gênese do movimento sindical encontramos os primeiros fundos mútuos, associações beneficentes, etc.; posteriormente o Estado vai considerar como suas essas tarefas, reconhecendo estar diante de uma necessidade social.

2 - Os Termos

Diferentes vocábulos indicam essa atividade estatal, como assistência, seguridade, seguro e seguro social ou previdência. Deve-se distingui-los bem.

Assistência - pode ser até obra de particulares (caridade). Ou mais precisamente será a Assistência Pública, que se caracteriza por relacionar uma entidade oficial e um indigente (que deve fazer prova da situação de indigência). Normalmente, se volta para as pessoas de idade mais avançada e para as crianças. O relacionamento se verifica entre o Estado e um particular. Seguro - no sentido do Direito Privado, é um contrato, como ensina Amauri Mascaro Nascimento, "é fruto da autonomia da vontade, e não de uma imposição estatal" (1). Em outras palavras, origina-se a obrigação do contrato, e não ex lege. Tal ajuste é aleatória, porque assegura contra um risco eventual e possível, etc. Há diferentes riscos, pessoais e de coisas, cobertos pela contratação do seguro.

O mecanismo desse contrato, que é em geral de simples adesão, resulta da avaliação, por meio da técnica atuarial, do risco: cobra-se uma quantia, ou prêmio, pela cobertura, isto é, pela assunção da responsabilidade.

Seguro Social, é o seguro obrigatório, decorrente de imposição estatal (ex lege). O mecanismo do sistema de seguro social ou Previdência Social (termo usado no Brasil, e em alguns países), baseia-se também na avaliação do risco, cobrando-se uma quantia (equivalente ao prêmio do seguro privado).

A natureza jurídica desta quantia é muito discutida. Amauri Mascaro Nascimento (op. cit.), fala de salário diferido, querendo referir-se ao "salário adiado", em contraposição ao "Salário atual". Autores, como Ollier (2), falam de um salário direto e um salário indireto. Outro, tendo em conta ser obrigação, ex lege, e mais os princípios do sistema tributário, preferem ver nas contribuições previdenciárias o caráter de tributos parafiscais (imposto e taxa) (3).

(1) Iniciação do Direito do Trabalho, Cap. VIII, LTr., SP, 1973.

(2) Droit du Travail, Armand Collin, Paris, 1972.

(3) Ruy Barbosa Nogueira, Direito Financeiro - Curso de Direito Tributário, Bushatsky, S.P., 3.^a edição.

Seguridade Social, envolve gênero que se biparte em mera assistência pública e seguro social, conforme já referimos acima. Assim teríamos a seguridade envolvendo seguro e assistência, fontes da ação estatal. Ao lado, o seguro privado e a assistência social dos particulares, numa gama de atividades chegando até à caridade pura e simples. Neste esboço de classificação não se pretendem estabelecer regras infalíveis, o que se deseja é estabelecer bem o campo próprio à ação estatal motivada pela questão social, indicando como se desdobra na assistência aos fracos, de um lado, e de outro, no sistema do seguro ou previdência, estrito senso.

3 - Finalidades

Quais serão então os objetivos da Previdência Social? Conforme ensina Doublet (4) "a finalidade do seguro Social é associar toda população num empreendimento sistemático de libertação das necessidades criadas pela desigualdade, pela miséria, pela doença e velhice". Consta da celebrada mensagem de F. D. Roosevelt de 6 de janeiro de 1941 ("Sobre as Quatro Liberdades"); já estava inscrita a liberdade ou a libertação da necessidade.

No mesmo sentido, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, consagrando os direitos sociais, falando da proteção-à-saúde, segurança material, repouso e lazer, proteção a quem está incapacitado para o trabalho, direito ao emprego, resumindo-se nestas expressões lapidares: "toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à seguridade social (art. 22), tem direito ao trabalho e à proteção contra o desemprego (art. 23), direito ao seguro em caso de doença. Cuidados médicos (art. 25), a maternidade e a infância têm direito a ajuda e assistências especiais (art. 25, 2.^ª).

Deve ser anotada, ainda, a definição de Lord Beveridge, para quem a Previdência tem o objetivo de abolir os estados de necessidade, assegurando aos cidadãos, sempre, o suficiente para atender aos seus encargos.

Em função dos objetivos, sejam eles a finalidade geral libertadora das necessidades, mas sobretudo em função dos objetivos concretos definem-se as regras que presidem um sistema de seguro social. Noutras palavras: os direitos que se concedem, ao lado das obrigações surgidas em contrapartida, determinam uma certa organização em termos de eficácia social e poder econômico.

(4) Jacques Doublet, Sécurité Social, P.U.F., Paris.

Quando o trabalho é o centro de gravidade do sistema previdenciário (cf. Doublet, pág. 10); os riscos a serem cobertos, e as obrigações surgidas, portanto, o sentido social e o poder econômico defluem da proteção do trabalho. O caráter do sistema será marcadamente de seguro.

Se tomamos a necessidade como ponto de apoio, visando a dar a cada um minimum vital, está definida uma estrutura destinada à redistribuição das rendas. Neste caso o sentido social tende mais à idéia de assistência social.

Todavia, a tendência atual é a de combinar em maior ou menor grau, ambas as correntes. Sem prejuízo do ponto inicial de proteção ao trabalho, os sistemas previdenciários têm por objetivo uma certa redistribuição de renda.

Essa alteração da estrutura das rendas se opera de várias formas, embora com eficácia limitada.

As limitações decorrem da impossibilidade de liquidar as desigualdades sociais. A estrutura de renda será afetada mediante redivisão em termos: a) de classe de renda, forçando-se aumento do poder aquisitivo dos menos favorecidos mediante os benefícios, cujo preço será pago pelos de renda elevada (empresa, etc.), b) em sentido regional, porque as regiões mais ricas pagarão mais e a população das regiões mais pobres, recebem benefícios e serviços destas últimas.

(1) Iniciação do Direito do Trabalho, Cap. VIII, Ltr., SP, 1973.

(2) Droit du Travail, Armand Collin, Paris, 1972.

(3) Ruy Barbosa Nogueira, Direito Financeira - Curso de Direito Tributário, Bushatsky, S. P., 3.ª edição.

(4) Jacques Doublet, Sécurité Social, P.U.F., Paris.

OS DIREITOS DA EMPREGADA DOMÉSTICA

O Presidente Médici aprovou o regulamento da legislação que disciplina a profissão de empregado doméstico que, entretanto, não inclui essa categoria profissional nas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, exceto quanto ao capítulo referente a férias.

Assim, o empregado doméstico terá assegurado os benefícios e serviços previstos na Lei Orgânica da Previdência Social (aposentadoria, auxílio-doença e assistência médico-dentária) e o direito a férias remuneradas em 20 dias úteis, mas não fará jus, entre outros benefícios, a salário-mínimo obrigatório, 13.º salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

O regulamento, que entrará em vigor dentro de 30 dias, torna obrigatória a filiação das empregadas domésticas à Previdência Social, inclusive as maiores de 60 anos, que terão assegurado o direito à aposentadoria.

Embora sem direito a salário-mínimo obrigatório, a empregada doméstica terá que contribuir para a previdência com uma parcela equivalente a oito por cento do salário-mínimo da região, o mesmo ocorrendo com o empregador. Este, se não efetuar o recolhimento das contribuições na época própria, ficará sujeito às penalidades previstas no regulamento geral da Previdência Social.

Regulamento

Eis, na íntegra, o ato baixado pelo Presidente da República:

Art. 1.º - São assegurados aos empregados domésticos os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social, na conformidade da Lei n. 5.858, de 11 de dezembro de 1972.

Art. 2.º - Excetuando o capítulo referente a férias, não se aplicam aos empregados domésticos as demais disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único - As divergências entre empregado e empregador doméstico relativas a férias e anotação na carteira de trabalho e previdência social, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho, serão dirimidas pela Delegacia Regional do Trabalho.

Art. 3.º - Para os fins constantes da Lei n.º 5.858, de 11 de dezembro de 1972, considera-se:

I - Empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

II - Empregador doméstico a pessoa ou família que admita a seu serviço empregado doméstico.

Art. 4.º - O empregado doméstico, ao ser admitido no emprego, deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira de trabalho e previdência social.

II - Atestado de boa conduta, emitido por autoridade policial, ou por pessoa idônea, a juízo do empregador.

III - Atestado de saúde, subscrito por autoridade médica responsável a critério do empregador doméstico.

Art. 5.º - Na carteira de trabalho e previdência social do empregado doméstico serão feitas, pelo respectivo empregador, as seguintes anotações: I - Data de admissão; II - Salário mensal

ajustado. III - Início e término das férias. IV - Data da dispensa.

Art. 6.º - Após cada período contínuo de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família, a partir da vigência deste regulamento, o empregado doméstico fará jus a férias remuneradas, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, de 20 (vinte) dias úteis, ficando a critério do empregador doméstico a fixação do período correspondente.

Art. 7.º - Filiam-se à previdência social, como segurados obrigatórios, os que trabalham como empregados domésticos no território nacional, na forma do disposto na alínea I do Artigo 3.º deste regulamento.

Art. 8.º - O limite de 60 anos para filiação à previdência social, previsto no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 710, de 28 de julho de 1969, não se aplica ao empregado doméstico que:

I - Inscrito como segurado facultativo para todos os efeitos, nessa qualidade já vinha contribuindo na forma da legislação anterior.

II - Já sendo segurado obrigatório, tenha adquirido ou venha a adquirir a condição de empregado doméstico, após se desligar de emprego ou atividade de que decorria aquela situação.

Art. 9.º - Considerar-se-á inscrito para os efeitos da Lei 5.858, de 11 de dezembro de 1972, o empregado doméstico que se qualificar junto ao Instituto Nacional de Previdência Social, mediante apresentação da carteira do TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Parágrafo 1.º - Os empregados domésticos, inscritos como segurados facultativos, passam, a partir da vigência deste regulamento, à condição de segurados obrigatórios, independentemente de nova inscrição.

Parágrafo 2.º - A inscrição dos dependentes incumbe ao próprio segurado e será feita, sempre que possível, no ato de sua inscrição.

Art. 10.º - O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez do empregado doméstico serão devidos a contar da data de entrada do respectivo requerimento.

Art. 11.º - O custeio das prestações a que se refere o presente regulamento será atendido pelas seguintes contribuições:

I - Do segurado, em percentagem correspondente a 8 por cento do seu salário-de-contribuição, assim considerado, para os efeitos deste regulamento, o valor do salário-mínimo regional.

II - Do empregador doméstico, em quantia igual a que for devida pelo segurado.

Parágrafo único - Quando a admissão, dispensa ou afastamento do empregado doméstico ocorrer no curso do mês, a contribuição incidirá sobre 1/30 avos do salário-mínimo regional por dia de trabalho efetivamente prestado.

Art. 12.º - O recolhimento das contribuições, a cargo do empregador doméstico, será realizado na forma das instruções a serem baixadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social, em formulário próprio, individualizado por empregado doméstico.

Parágrafo único - Não recolhendo na época própria as contribuições a seu cargo, ficará o empregador doméstico sujeito às penalidades previstas no Artigo 165 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 60.501, de 14 de março de 1969.

Art. 13.º - Aplica-se ao empregado doméstico e respectivo empregador, no que couber, o disposto no Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 60.501, de 14 de março de 1969.

Art. 14.º - O ministro do Trabalho e Previdência Social baixará as instruções necessárias à execução do presente regulamento.

Art. 15.º - O presente regulamento entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Da Tribuna da Justiça).

LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nossa literatura jurídica vêem de ser enriquecida com outro importante trabalho da autoria do eminente Professor HELY LOPES MEIRELES, - como tal é o que, sob o título que encima esta nota, acaba de ser publicado sob a responsabilidade editorial da "Revista dos Tribunais".

Realmente, na qualidade de estudioso do nosso Direito, - havendo sido, inclusive, como todos sabem, um dos mais brilhantes membros da Magistratura Paulista - S. Excia. já nos brindou com várias obras de inestimável valor, - tais como: "DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO" da qual recentemente foi publicada a 7.ª edição com uma tiragem de 31.000 exemplares; "ESTUDOS E PARECERES DE DIREITO PÚBLICO", - Vol. I, que enfeixa uma série de trabalhos e pareceres

proferidos pelo ilustre Mestre sobre assuntos administrativos, municipais e financeiros; "MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO POPULAR" que constitui um estudo prático e objetivo dos dois institutos processuais que interessam de perto aos administradores públicos; "DIREITO DE CONSTRUIR", objetivando o exame sistemático do direito de vizinhança e de construção. Deploramos, em face do reduzido espaço de que dispomos não poder enumerar, também, as Teses, Ensaios, Artigos e Pareceres, enfim, todos os demais trabalhos com os quais o PROFESSOR HELLY LOPES MEIRELES tem contribuído para dilatar o campo de nossos conhecimentos jurídicos, especialmente sobre a matéria de que trata "LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO" e a qual o Autor assim define: "A Administração Pública, por suas entidades estatais e autárquicas, realiza obras e serviços, faz compras e aliena bens. Para essas atividades precisa contratar, mas os seus contratos dependem, em geral, de um procedimento seletivo prévio, que é a licitação. Licitação e contrato administrativo são, pois, temas conexos, porque estes dependem daqueles. Toda licitação conduz a um contrato; todo contrato objetiva uma obra, um serviço, ou uma compra, uma alienação de interesse público. Daí por que as licitações e os contratos administrativos aconselham um estudo conjunto, ou pelo menos sucessivo". Como se vê, trata-se de uma obra realmente útil, de leitura proveitosa não só para Advogados, Juízes e Serventuários, mas, também, e principalmente, para todos quantos são responsáveis pela Administração da coisa pública, tanto na órbita Federal, como na esfera Estadual e Municipal.

Este "Boletim" não pode, na oportunidade, deixar de apresentar ao PROFESSOR HELLY LOPES MEIRELES os seus melhores cumprimentos pela edição de seu novo e valioso livro, de envolta com os votos, que formula, pelo inteiro êxito de sua publicação.
O.F.T.

SOCIAIS

DIVINA COMÉDIA

Erguendo os braços para o céu distante,
e apostrofando os deuses invisíveis
os homens clamam: - "Deuses impassíveis,
a quem serve o destino triunfante,
porque é que nos criastes?! Incessante,
corre o tempo e só gera, inextinguíveis,
dor, pecado, ilusões, lutas horríveis,
num turbilhão cruel e delirante...
Pois não era melhor, na paz clemente
do nada e do que ainda não existe,
ter ficado a dormir eternamente?
Por que é que para a dor nos evocastes?"
Mas os deuses, com voz inda mais triste,
dizem: "Homens! por que foi que nos criastes?!"

ANTHERO DO QUENTAL

DR. FAUSTO

Ah! A tristeza
de não podermos
escolher,
no espaço e no tempo,
o exato,
o preciso momento
de nos deter.
- escapar ao turbilhão
do eterno movimento,
e alcançar, por fim,
a sonhada glória
de estacar, para sempre,
no encantamento
de uma pausa intransitória!

S.P. 1952
F.T.

REGISTRO DE CASAMENTO REALIZADO NO EXTERIOR

Cidadão norte-americano, casado nos Estados Unidos com brasileira, tendo o casal fixado residência nesta Capital, requereu, em 1968, para os fins do artigo 82, do decreto 4857/39, o registro do referido casamento realizado no exterior, para tanto juntando procuração, uma cópia xerográfica da tradução da certidão de casamento e a certidão de nascimento da requerente mulher.

A Curadoria dos Registros Públicos exigiu a certidão do assento de casamento, em inteiro teor, com a devida autenticação consular, nos termos do artigo 42 do decreto n.º 4.857, de 1939. Todavia, os requerentes juntaram o original da tradução da certidão de casamento, firmada por tradutor público juramentado desta capital e tendo, em apenso, autenticação do consulado geral dos Estados Unidos da América do Norte, em São Paulo, a respeito da firma do escrevente que reconheceu a firma do tradutor público juramentado.

Insistiu a Curadoria no atendimento de sua cota anterior. Porém, os requerentes ponderaram que "merecendo fé pública o tradutor juramentado, o documento em questão produzia o mesmo efeito jurídico que o original tanto mais que, a sua firma estava reconhecida pelo cônsul americano. Acrescente-se que os documentos em língua estrangeira não são admitidos em juízo".

Embora demonstrando o seu inconformismo, os requerentes, por fim juntaram xerox da certidão de casamento passada por James P. Benett, Juiz de Paz do distrito de Millbourne, município de Dalaware, Pensilvânia, onde não consta autenticação consular, razão pela qual o curador voltou a bater-se pela regularização da documentação.

EXIGÊNCIAS LEGAIS

Malgrado o disposto nos artigos 140 do Código Civil, 228 do Código de Processo Civil, 125 do Código Comercial e 42 do decreto n.º 4.857, de 1939, é comum equívocos como o que está levando os requerentes a não atenderem as exigências legais que disciplinam a admissibilidade de documentos passados em países estrangeiros em Juízo.

A matéria, estudada pela juiz Álvaro Lazzarini, indica o caminho a seguir pelas partes: "A exigência - que decorre do nosso direito positivo, - justifica-se plenamente, pois, como bem salienta Moacyr Amaral Santos, tanto os juízes como as partes não são obrigados a conhecer todos os idiomas, nem também se lhes exige tão profundo aperfeiçoamento nas línguas reclamadas para admissão aos cursos jurídicos que se lhes imponha. inteligência exata de documentos em língua estrangeira, às vezes de tradução difícil pelo emprego de expressões pouco usuais ou técnicas. A versão para o vernáculo dissipa essas dificuldades e faculta interpretação melhor do escrito, com reais vantagens para as partes e para a administração da justiça. Os termos imperativos do dispositivo transcrito são o suficiente para mostrar que o juiz não poderá admitir qualquer documento em língua estrangeira sem que venha acompanhado de tradução oficial. Quer dizer que haverá lugar para a admissão quando ao original se juntar a respectiva tradução. Um e outra se completam. Um, sem outra, não deverá ser admitido. Mesmo porque original sem tradução ou tradução sem original não terão amplos efeitos probatórios" (in "Prova Judiciária no Cível e Comercial", vol. IV, 3.ª ed., 1966, Max Limonad, pág. 400, letra "b"). Assim, como pondera o eminente mestre paulista, "não é da eficácia do documento em língua estrangeira que se cogita no momento da admissão. Nesse ato somente se delibera quanto à permissibilidade de seu ingresso aos autos como material de instrução. Faz parte da tradição jurídica brasileira que os documentos em língua estrangeira, quer sejam autênticos ou não, quer provenham de outros países ou tenham sido constituídos no Brasil, somente sejam admitidos no processo quando acompanhados da respectiva tradução" (in obra, vol. e ed. cit., pág. 399, n.º 204).

Saliente-se que essa tradição jurídica foi reafirmada pelo Decreto n.º 13.609, de 21 de outubro de 1943, que regulamentou o ofício de tradutor público e intérprete (Lex, Legislação Federal, ano de 1943, pág. 428) e que estabelece, no seu artigo 18, in verbis: "Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, juízo ou Tribunal ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da

respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento". O Decreto-Lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos, estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior, embora, ainda, não em vigor dadas as sucessivas prorrogações de início de vigência, também, insiste na tradição. E a tradição jurídica em pauta não é quebrada pelos "Anteprojeto de Código Civil", elaborado pela Comissão presidida pelo professor Miguel Reale, no seu artigo 221, e "Anteprojeto de Código de Processo Civil" elaborado, em 1964, pelo professor, e, hoje, ministro da Justiça Alfredo Buzaid, no seu artigo 175.

Portanto, "quaisquer escritos, que se trate de traslados, certidões, públicas-formas, ou qualquer que seja o nome que se dê a cópias autenticadas dos livros oficiais públicos, quer dos instrumentos particulares, ou documentos, ou cartas, bilhetes, recortes de jornais ou outros escritos, têm de ser traduzidos em português, para que sejam utilizados em juízo ou fora de juízo" (Pontes de Miranda, in "Tratado de Direito Privado" Parte Geral, Tomo III, 3.ª ed. 1970, Borsoi, pág. 383, parágrafo 341, n.º 1). O original e a tradução apresentar-se-ão juntos.

A FÉ DOS DOCUMENTOS

É certo que os requerentes, ao fim de mais de quatro anos, juntaram xerox da certidão de casamento, com o que estaria satisfeita a exigência legal, de vez que a sua tradução já se encontra nos autos.

Mas, tal não ocorre, tendo razão a douta Curadoria dos Registros Públicos quando, mais uma vez, se insurgiu contra o pedido vestibular.

Com efeito, trata-se de certidão de casamento em breve relatório, na qual não consta, sequer, a qualificação dos cônjuges. É certidão desprovida de qualquer autenticação e que não poderá ser aceita por desprovida de qualquer dado que possa identificar os mesmos cônjuges.

Ademais, não está inclusive, autenticada pela autoridade consular brasileira, como reconhecidamente vem sendo exigido em casos que tais.

A propósito, convém trazer à colação o ensino de Carvalho Santos que, questionando se a "tradução sozinha produzirá os efeitos legais de prova bastante", responde, in verbis: "Não, sem dúvida. Os documentos redigidos em língua estrangeira são inadmissíveis em Juízo sem a competente tradução em língua portuguesa devendo ainda a tradução ser acompanhada do original. Ainda mais: além dessas formalidades, os documentos passados em países estrangeiros, para fazerem fé em juízo, necessário é que apresentem também legalizados pelos cônsules brasileiros e reconhecidas as firmas destes pela Secretaria do Ministério do Exterior (Acórdão do Tribunal de S. Paulo, 11 de setembro de 1931, confirmando a sentença do Dr. Edgard de Toledo Malta, juiz de Direito de Taubaté, em Rev. dos Tribunais, vol. 82, págs. 9-12; Gusmão, Processo Civil, vol. 2, pág. 122)" (in "Código Civil Brasileiro Interpretado", vol. III, 9.ª ed., 1963, Freitas Bastos, pág. 196, n.º 5). Aliás, Moacyr Amaral Santos relaciona cinco diversos julgados, nos quais, reiteradamente, exige-se a legalização consular brasileira; dentre eles podemos destacar o do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de lavra do eminente desembargador Osmundo Nóbrega, no sentido de que "o documento passado no estrangeiro depende, para produzir fé em juízo, da respectiva legalização pelo cônsul brasileiro, cuja firma deve ser reconhecida no Ministério das Relações Exteriores, ou pelo inspetor da Alfândega ou Delegado Fiscal, onde não houver alfândega" (cf. Moacyr Amaral Santos, in obra, vol. e ed. cit., págs. 400/401, nota n.º 77).

E do mesmo sentir é Washington de Barros Monteiro que, após dizer da necessidade da tradução, assevera o seguinte: "por fim, documentos passados em países estrangeiros, para fazerem fé em juízo, precisam ser legalizados pelos cônsules brasileiros do lugar, reconhecendo-se as firmas destes no Ministério das Relações Exteriores, ou nas repartições fiscais da União" (in "Curso de Direito Civil", 1.º vol. - Parte Geral, 8.ª ed., 1971, Saraiva, pág. 273). Identicamente, Caio Mário da Silva Pereira quando afirma que "Para os atos passados no estrangeiro, vale o que obedecer à lei do lugar, em observância à regra locus regit actum, competindo sua autenticação à autoridade consular, cuja firma, a seu turno, é reconhecida no Ministério das Relações Exteriores, nas Mesas da Alfândega, ou nas Delegacias Fiscais das Capitais dos Estados. Mas os documentos passados em língua estrangeira não poderão ser invocados no Brasil nem terão valor como prova, se não forem vertidos para a língua portuguesa por tradutor oficial, onde houver, ou por tradutor juramentado em Juízo" (in "Instituições de Direito Civil", vol. I, 2.ª ed., 1966, Forense, pág. 356).

CONCLUSÃO

Portanto, mais não será preciso dizer para ter-se como exato que os requerentes "deveriam ter

instruído a inicial com a certidão do seu casamento em original, legalizada no país em que foi celebrado o enlace. Além disto o original deverá ser autenticado pela autoridade consular brasileira com sede no mesmo país, reconhecida a firma desse diplomata no Ministério dos Negócios do Exterior do Brasil e também a do funcionário da Chefia da Divisão Consular (RT, vols. 170/583, 172/673, art. 140 do CC, comentado por Carvalho Santos) " (acórdão unânime da Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 13 de agosto de 1968, na apelação cível n.º 171.906, da Capital, relator desembargador Cardoso Filho, in "Revista dos Tribunais", vol. 402, pág. 168".
(Do "Estado de S. Paulo").

O PIS E O SEU FUNCIONAMENTO

O que é o PIS - Programa de Integração Social?

O PIS - Programa de Integração Social, criado pelo Governo Federal, tem por finalidade proporcionar a participação dos empregados no Produto Nacional.

O que é Produto Nacional?

O Produto Nacional é a soma de todos os bens e serviços produzidos no País a preço de mercado. Deste modo, o valor das casas, prédios, pontes e estradas construídas, a produção das fábricas, os serviços dos Bancos, das lojas, das escolas, dos hospitais, dos restaurantes etc., são parte do Produto Nacional.

O que é participação dos empregados no Produto Nacional?

É a concretização dos dispositivos constitucionais de dar aos empregados uma forma de se beneficiarem do resultado dos seus esforços e dedicação à produção das empresas em que trabalham.

Na realidade, a Constituição prevê a participação direta do empregado nos lucros das empresas em que trabalham. Esta forma de participação, entretanto, nunca foi concretizada, e se o tivesse sido não proporcionaria uma distribuição eqüitativa, socialmente justa, pois os empregados de uma empresa altamente lucrativa teriam uma participação maior do que os empregados de uma empresa pouco lucrativa, embora em ambos os casos dedicassem iguais esforços para a produção do País.

De que forma foi resolvido este problema?

Todas as empresas do País, contribuem, proporcionalmente ao nível de suas atividades, para o Fundo de Participação do Programa de Integração Social, Fundo este administrado pela Caixa Econômica Federal.

Os empregados de todas as empresas possuem uma parcela deste Fundo, calculada proporcionalmente ao salário recebido e ao tempo de serviço de cada empregado. Deste modo, todos os trabalhadores participam em condições iguais, quaisquer que sejam as empresas em que trabalhem.

O que resulta para os empregados da sua participação no fundo do PIS?

1.º) A formação de um patrimônio individual:

Anualmente, as contribuições arrecadadas pelo Fundo são creditadas aos empregados participantes aumentando desta forma a sua poupança, constituindo assim o seu patrimônio individual, que poderá ser retirado por ocasião da aposentadoria, ou se ocorrer invalidez permanente. O patrimônio individual do participante poderá ser também utilizado por ocasião do seu casamento, ou para aquisição ou construção de casa própria. Ocorrendo a morte do participante, o patrimônio deste será destinado aos seus dependentes ou, na sua falta, aos sucessores legais.

2.º) A integração do empregado na vida e desenvolvimento das empresas:

O programa de Integração Social, onde todos os empregados participam de um Fundo Nacional que cresce proporcionalmente ao nível de produção do País, promove a integração dos empregados e dos empresários, num objetivo comum qual seja o de aumentar a produção e a produtividade das empresas. Pelo lado dos empregados, o aumento da produção acarreta um aumento nas contribuições das empresas ao Fundo do qual participam. Pelo lado dos empresários, o aumento da produção acarreta o aumento nos seus lucros e possibilidade de expansão de suas atividades.

3.º) Proporciona maiores oportunidades de emprego:

Os recursos do Fundo de Participação do PIS, administrado pela Caixa Econômica Federal, são

aplicados no financiamento de implantação de novas fábricas, na aquisição de novos equipamentos, no fornecimento de capital de giro etc.

Estas aplicações vão gerar maior nível de atividades das empresas, promovendo maior oferta de emprego e concorrendo desse modo para o bem-estar social e desenvolvimento nacional.

4.º) Distribuição anual de Rendimento:

O patrimônio de cada empregado no Fundo do PIS, que é constituído das quotas de participação, renderá anualmente juros de 3 % ao ano e correção monetária, mais uma parcela dos resultados líquidos das aplicações dos recursos. Estes rendimentos poderão ser sacados ou re-invertidos pelos participantes, a partir de 1973, referentes à quotas que permaneceram aplicadas no Fundo pelo menos um exercício financeiro.

5.º) Previsão do aumento da participação até 1974:

O aumento da participação individual, considerando a quota média do participante que tenha recebido Cr\$ 110,00 pode ser medida, por estimativa do crescimento do Fundo, nos seguintes valores que serão creditados:

1972	Cr\$ 110,00
1973	200,00
1974	390,00
Cr\$ 700,00	

6.º) Informações:

Resta informar ao participante que a CEF atendeu até o dia 31-1-73 as solicitações de saques nos endereços bancários, naqueles casos acima aludidos, isto é, casamento, compra ou construção de casa própria, invalidez permanente, aposentadoria e como herança, no caso de morte do participante.

Qualquer informação complementar o participante colherá nas Agências da Caixa Econômica Federal ou no endereço bancário do participante.

7.º) Endereço bancário:

Endereço bancário do participante é a Agência da Caixa Econômica Federal ou dos Bancos autorizados onde o participante foi cadastrado por sua empresa, empregador ou sindicato. O endereço bancário está declarado no comprovante da inscrição (DIPIS) e na Carteira de trabalho.

O CHEQUE E SUAS AVENTURAS

Teófilo Cavalcanti Filho

Nos últimos anos, o governo tem adotado medidas de caráter administrativo, algumas aliás rigorosas, visando restabelecer o prestígio do cheque. Essas medidas, embora de maneira lenta, vão aos poucos criando para o instrumento, que em dado momento ficara fatalmente desprestigiado, um ambiente de confiança, de certeza e segurança. Dentro do contexto atual da política econômico-financeira, ao cheque está, naturalmente, reservado um papel de maior importância, papel esse que jamais poderia ele desempenhar sem que a sua circulação contasse com um lastro suficiente de confiança.

As providências administrativas, sem dúvida eficientes, não são todavia bastantes, impondo-se paralelamente medidas mais graves, como as de natureza penal. Daí o interesse que existe em saber como, entre nós, sob o ângulo criminal, a matéria do cheque é encarada. A esse respeito, uma observação desde logo se impõe: temos, de um lado um dispositivo específico, do Código Penal referente à emissão de cheque sem fundos e de outro uma sólida jurisprudência, emanada do Supremo Tribunal Federal e irradiando pelos Tribunais e juízos de todo o país, relativamente ao assunto. O Código, no capítulo correspondente ao estelionato e outras fraudes, que contempla modalidades de crimes contra o patrimônio, define como delito emitir cheque sem suficiente provisão em poder do sacado. Durante certo período, posterior à vigência do atual Código Penal, construiu-se a doutrina de que o dispositivo contemplava uma modalidade de um crime formal. Para que o crime se configurasse, seria bastante o emitir o cheque, com as características essenciais a um título dessa natureza. Alguns dos nossos penalistas mais atualizados se filiaram, sem restrições, a esse entendimento.

Uma primeira limitação a essa doutrina se operou quando, por via teórica, primeiro, e depois por via jurisprudencial, se passou a considerar que a lei, ao falar em emitir, queria referir-se a pôr em circulação. Então, para configurar-se o delito, não seria bastante o simples emitir, mas se tornava necessário lançar o título na vida econômica e financeira. Uma radical mudança se

operou, juridicamente, na maneira de conceituar o delito quando juristas e magistrados, com sólidos fundamentos, passaram a sustentar que o crime de emissão de cheque sem fundos não era de caráter formal. Basearam-se, para assim concluir, na própria sistemática do Código Penal Brasileiro, que inclui a figura delituosa entre as modalidades de fraudes. Trata-se, portanto, de crime contra o patrimônio, que pressupõe um prejuízo, ou uma situação de perigo para o patrimônio alheio. Ademais, a nota de fraude exige um engodo, contra aquele a quem o título é dado em pagamento. Essa mudança de conceituação permitiu a análise cuidadosa de cada situação particular, envolvendo a emissão do título para verificar a existência da fraude. Foi por essa forma que as transações passaram, minuciosamente, a ser submetidas ao crivo da justiça, ora para a verificação dos elementos subjetivos, ora para apurar a posição da suposta vítima, ora ainda para saber se o cheque a rigor se apresentava como título dessa natureza, ou como uma simples promessa de dúvida.

Mas um passo mais arrojado ainda, talvez mesmo revolucionário, seria dado em matéria de cheque pelo Supremo Tribunal Federal, quando a Alta Corte lançou a idéia de que o resgate do cheque poderia libertar o emitente de eventual processo criminal. Essa orientação, inegavelmente, era surpreendente e chegou, num primeiro momento, a causar certa perplexidade. O Código nada previu para as fraudes, e somente contempla essa possibilidade em casos muitos especiais. Naturalmente, o próprio Supremo compreendeu que não poderia alargar muito a faculdade, pois isso viria a prejudicar o próprio título, com indiscutíveis reflexos na vida econômica. Fixou um prazo, dentro do qual aquele, que emite cheque sem fundos, pode resgatá-lo e livrar-se do processo até o recebimento da denúncia. Transposto esse momento, a ação penal é perfeitamente válida. Essa orientação já se incorporou ao rol das Súmulas. E ao que se pode depreender de decisão muito recente, tomada pela Alta Corte no recurso de habeas-corpus n.º 49.104, de São Paulo, não há prenúncios de que seja alterada. Nesta última oportunidade, houve mesmo proposta expressa, feita pelo min. Antônio Neder, no sentido de que a Súmula 246 fosse expressamente revogada, para que em seu lugar ser redigida outra, nos seguintes termos: "O emitir cheque sem fundos constitui crime formal, que se consuma no momento de assinar e entregar cheque ao tomador, sendo irrelevante o pagamento, feito posteriormente, da quantia nele declarada". A proposta, entretanto foi repelida pela maioria, que aliás, no caso concretamente julgado, reafirmou a jurisprudência consagrada na Súmula, isto é, a de que o pagamento do título, antes da instauração do processo, exclui a criminalidade do ato de emitir sem provisão de fundos.

(Da Tribuna da Justiça).

FALTA DE REGISTRO DE CAMBIAL

Ruy Altenfelder

O Governo federal, visando, fulminar a usura que campeava, sem limitações, na esfera dos negócios, editou o DL 427/69 declarando nulas de pleno direito as cambiais não levadas a registro.

Indagação freqüentemente submetida aos tribunais é a de saber se as cambiais não registradas apenas perdem a força executiva ou se as obrigações nelas contidas deixam de existir.

Recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento do Agravo de Petição 207.320 decidiu que cambial não registrada e devidamente habilitada em processo falimentar representa crédito legítimo e como tal o valor correspondente incluído no quadro de credores.

Do voto vencedor do juiz Geraldo Pinheiro destacamos: "O título não foi, com efeito, levado a registro, como determina a lei, e, estaria portanto impedido de circular nos cartórios de protesto, proibida ainda a execução.

O devedor entretanto não teve a coragem de negar a existência do mútuo com o que desobrigou o credor de provar a existência do contrato.

Com efeito, se até o papel comum poderia valer como princípio de prova, porque a não aceitação do título de crédito, apenas com defeito formal fiscal?

Procurou o legislador, com o DL 427, de 1966, por cobro à usura que campeava sem limitações na esfera dos negócios.

Mas, sem alteração da legislação específica sobre os títulos de crédito não poderia ser de modo tão drástico inutilizado o instituto cambial, tanto mais que o registro ordenado tem características nitidamente fiscais.

Destarte, uma vez que o devedor não impugnou a existência do negócio, preferindo acobertar-se na exigência do registro, com o que teria se locupletado com a omissão do credor, que, como ficou afirmado, não estava obrigado a provar a entrega do numerário, a sentença bem decidiu a espécie, reconhecendo habilitado o crédito, nos termos do parecer da Procuradoria Geral da Justiça".

(Da Tribuna da Justiça).

FALTA DE REGISTRO DE CAMBIAL

Ruy Altenfelder

O Governo federal, visando, fulminar a usura que campeava, sem limitações, na esfera dos negócios, editou o DL 427/69 declarando nulas de pleno direito as cambiais não levadas a registro.

Indagação freqüentemente submetida aos tribunais é a de saber se as cambiais não registradas apenas perdem a força executiva ou se as obrigações nelas contidas deixam de existir.

Recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento do Agravo de Petição 207.320 decidiu que cambial não registrada e devidamente habilitada em processo falimentar representa crédito legítimo e como tal o valor correspondente incluído no quadro de credores.

Do voto vencedor do juiz Geraldo Pinheiro destacamos: "O título não foi, com efeito, levado a registro, como determina a lei, e, estaria portanto impedido de circular nos cartórios de protesto, proibida ainda a execução.

O devedor entretanto não teve a coragem de negar a existência do mútuo com o que desobrigou o credor de provar a existência do contrato.

Com efeito, se até o papel comum poderia valer como princípio de prova, porque a não aceitação do título de crédito, apenas com defeito formal fiscal?

Procurou o legislador, com o DL 427, de 1966, por cobro à usura que campeava sem limitações na esfera dos negócios.

Mas, sem alteração da legislação específica sobre os títulos de crédito não poderia ser de modo tão drástico inutilizado o instituto cambial, tanto mais que o registro ordenado tem características nitidamente fiscais.

Destarte, uma vez que o devedor não impugnou a existência do negócio, preferindo acobertar-se na exigência do registro, com o que teria se locupletado com a omissão do credor, que, como ficou afirmado, não estava obrigado a provar a entrega do numerário, a sentença bem decidiu a espécie, reconhecendo habilitado o crédito, nos termos do parecer da Procuradoria Geral da Justiça".

(Da Tribuna da Justiça).

INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA NA VENDA DE IMÓVEIS

Edson de Carvalho

É sabido que o imposto de renda incide sobre a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda, sendo elementar a sua não ingerência sobre o capital, inclusive no tocante às suas transferências. Entende-se por "renda" o produto da aplicação do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

Portanto, a renda se identifica com uma resultante, um acréscimo, um "plus" sobre a atuação dos fatores anteriores, sendo risível qualquer pretensão de incidir o imposto sobre a transferência do capital ou a corporificação deste em bens materiais ou imateriais. Não compete à União taxar o imposto sobre o capital, estando regulada a transferência de bens pela legislação estadual.

Dessa forma, a existência de bens ou a sua transferência não estaria alcançada pelos fatos definidos como caracterizadores da "renda". Poderia ocorrer, é óbvio, que a atividade do contribuinte ocasionasse um resultado pela ocorrência de atos de comércio e daí a necessária existência das condicionantes - habitualidade e intuito de lucro. Mas as transações ocasionais eventuais de bens que não constituam o realizável dos sujeitos passivos fogem à ingerência de atos comerciais.

INCLUSÃO DE LUCROS IMOBILIÁRIOS

Os fatos não podem ser entendidos isoladamente, sendo necessária uma visão histórica e social do passado ao lado de uma intuição "quo vadis", a fim de ser possível o entendimento das mutações vivenciais. O legislador sempre pendeu entre a escolha, sob critérios político-filosófico-sociais, de uma base tributável, sobre o produto do capital ou do trabalho.

Em outras épocas, as imposições sociais teriam determinado um tratamento mais severo sobre os lucros, fator que poderia prejudicar o desenvolvimento de países em fase de evolução, e, portanto, o aparecimento de normas sobre os lucros decorrentes de operações imobiliárias de pessoas físicas e jurídicas, considerando a não incidência do IR, por fatores conceituais, sobre o próprio capital.

Os preceitos básicos do imposto de renda incluíram o lucro imobiliário obtido por pessoas físicas ou jurídicas como sujeito ao imposto de renda, respectivamente na fonte e pelo sistema de declaração, conforme pode ser observado pelos Dec.-Leis 9.330-46 e 5.844-43. Em relação as pessoas físicas o imposto incide exclusivamente na fonte sobre a diferença entre o preço de venda e o custo acrescido de impostos, benfeitorias e percentuais corretivos da moeda em função do tempo da vida aquisitivo.

Considerando o fenômeno econômico-financeiro da inflação os fatores corretivos estipulados em lei não acompanharam a perda de poder aquisitivo da moeda e em pouco tempo o imposto de renda estava incidindo sobre a própria transferência do bem e não mais sobre o chamado lucro. A inclusão desta parcela (considerada capital) pelo imposto de renda sempre atentou contra os princípios elementares de Direito Tributário, de incidência do imposto de renda e notadamente de constitucionalidade, considerando a competência estadual para fixar impostos sobre a transferência da propriedade. Em verdade estávamos perante a ingerência do imposto sobre a transação proprietária. Os critérios da desvalorização da moeda abaixo da realidade tinham o condão de incluir sob a égide da renda o próprio capital.

O desajuste chegou a atingir tal amplitude que normas rígidas determinaram a isenção do imposto de renda sobre eventual lucro e reafirmaram implicitamente a não incidência sobre a propriedade. Dessa forma, reconhecendo as distorções inflacionárias o Dec.-Lei 94-96 revogou a tributação do lucro imobiliário sobre pessoas físicas. É importante frisar ser possível argumentar que eventuais lucros imobiliários poderão ocorrer somente em casos de valorização da propriedade e jamais em relação aos desajustes da moeda em função do tempo. Além do mais, cumpre esclarecer que o lucro deve ser entendido em função da problemática comercial pois em transações esporádicas e de natureza civil não se coaduna tal expressão. De qualquer forma o imposto estaria incidindo sobre o capital ou sobre o bem em sua mutação, já que na alienação a propriedade é transferida em contraprestação do preço, que no fundo representa o capital e, portanto, seria sempre discutível a incidência sobre a propriedade.

É preciso frisar que o Sistema Tributário Nacional fixou, de acordo com a estrutura Constitucional, as áreas de competência tributária e, portanto, qualquer ingerência da União sobre a transação da propriedade com implicações de renda ou outro tributo seria sempre discutível e contrária às normas fundamentais. Assim, a legitimidade de princípios anteriores, determinadores da inclusão de diferenças de preço na venda de bens com respeito à renda tributável, seria duvidosa e não se enquadrariam na sistemática.

Assim, louvável o preceito referido que assinalou a não incidência do imposto sobre o chamado "lucro imobiliário", que em verdade não era um lucro ou uma resultante, mas, sim, um valor representativo do próprio bem, da coisa transferida. Jamais se pensou na incidência de tal imposto sobre a permuta de propriedade, mesmo sabendo-se da existência inflacionária que determinaria fatalmente uma mudança entre o valor aquisitivo e venal.

As pessoas físicas passaram a transacionar livremente os seus bens imóveis sem implicações com o imposto de renda, observando-se somente que, tratando-se de atos de comércio feitos com habitualidade definida em lei e com objetivo de lucro, haveria incidência do imposto de renda sobre o resultado do exercício social, considerando-se então uma empresa individual. É claro que a realização de operações normais de compra e venda de imóveis implicará em atos mercantis sujeitos a eventual incidência da tributação apurada na demonstração de lucros e perdas.

A eventual transação jamais poderia cogitar de implicações do imposto em exame, sob pena de estarmos falando em tributação sobre o capital. Assinalar a ingerência sobre a diferença de preços em tempos inflacionários seria um contra-senso e um irrealismo que não poderíamos

deixar de enxergar. Igualmente, o tributo não poderia incidir sobre a desvalorização da moeda.

INCLUSÃO AO LUCRO REAL

A legislação básica do imposto de renda, ponderando a essência do fenômeno renda e percebendo a caracterização fática da substituição das coisas por valores monetários, inconfundível com os proventos, determinou originariamente a "inclusão ao lucro real" de fenômenos desta espécie. É natural que a estrutura do imposto considere as receitas operacionais e os resultados de transações eventuais como elementos básicos à apuração do saldo credor da conta de lucros e perdas, e a renda consubstancia-se na diferença entre os débitos e créditos da conta de resultado.

Dessa forma, é necessária a especificação legal de determinados fenômenos inconfundíveis com as receitas ou resultados, assinalados como passíveis de inclusão ao lucro real. Feita a apuração do crédito, a legislação cuida de circunstâncias, fenômenos ou fatos econômicos, sociais, contábeis etc., que devem fazer parte do lucro fiscal.

CONCEITUAÇÃO PERMISSÍVEL

A lei poderá entender que determinados fatos administrativos devam ser incluídos ao lucro tributável, sendo permissível, apesar de injusta, a conceituação de verdadeiras despesas e gastos como enquadráveis no círculo impositivo, desde que atendidos os princípios estruturais da renda já observados, e inconfundíveis com o capital. É o que ocorre com determinados encargos econômicos com o pro-labore além dos limites normativos, considerando o excesso como distribuição de lucro e não remuneração de trabalho.

Da mesma forma determinados fatos contábeis poderão sofrer a conceituação de renda, como a valorização do ativo, que é contrabalançado por igual importância, tendo em vista o equilíbrio contábil, no passivo ou então a absorção de eventuais prejuízos. É o que ocorre igualmente com a utilização de fundos constantes do passivo, sob denominações as mais variadas, com que em verdade representam provisões que tecnicamente deveriam figurar no ativo como fatores redutores das contas principais. É natural que a utilização de provisões, que figuram no passivo meramente pelo valor escritural e entretanto não se consubstanciam em reservas próprias, mas muitas vezes em exigibilidades, para aumentos de capitais, representam uma distribuição de lucro e, portanto, taxado pelo sistema de declaração. Correspondem estas hipóteses a lançamentos contábeis que poderão ter implicações com a tributação da renda.

OUTRA INCLUSÃO

Outro fator considerado como incluível no lucro tributável é a "venda de bens de ativo não representativa de restituição do capital" ou em outras palavras a transferência de bens por valor superior ao custo, acrescido da correção monetária fixada em lei. Pode-se perceber que a legislação entendia e conceituava como lucro o valor da maior venda esporádica de bens do ativo por valor superior ao preço de aquisição corrigido. Mas, na verdade, os índices não se ajustaram à realidade e é óbvia a existência de inúmeros índices para diversas situações como se a moeda se depreciasse de maneira diferente para cada caso. A inflação é uma e, portanto, o índice corretivo deveria ser único mostrando a perda de poder aquisitivo da moeda. É elementar que a substituição do bem constante do ativo por moeda não pode ser entendida como uma aquisição de disponibilidade de renda, concebida esta como o produto do capital. Conceitualmente, seria forçar o entendimento para perceber uma transferência de propriedade sujeita ao imposto próprio de competência estadual, como sendo renda resultante da aplicação do capital. Não há aplicação do capital e inexistente um resultado. Há uma compra e venda, transferência de domínio, onde a entrega da coisa corresponde ao recebimento do preço em dinheiro.

VENDA DE IMÓVEL E LUCRO

É preciso entender que somente a venda de imóveis com objetivos de lucro e habitualidade poderá ser considerada para efeito de apuração do rédito. Não se pode falar em lucro sobre vendas esporádicas feitas por pessoas físicas ou jurídicas. Entretanto, em nossos dias estamos percebendo a não viabilidade da estrutura passada e raciocinando melhor com referência ao sentido a expressão "renda". Assim, o recente Decreto-lei n.º 1.260, de 26-2-73, exclui a chamada mais válida em relação à diferença entre o preço e o custo corrigido da eventual transferência de imóveis do ativo imobilizado. Referida norma considerou algumas situações que merecem ser esclarecidas.

O preço recebido pela transferência de imóveis constantes do ativo fixo, a título de alienação a vista ou a prazo e pela desapropriação, não será computado para efeito de apuração de lucro fiscal. Esta regra veio esclarecer o princípio básico de imposto de renda, revogando anteriores normas que consideravam um fato estranho a renda como um provento e, portanto, enquadrável na sistemática impositiva.

Notem bem: o preceito legal não tem o condão de isentar o lucro imobiliário do imposto de renda; mas apenas interpreta o sentido exato do Código Tributário Nacional, excluindo anteriores normas atualmente desajustadas perante o sistema. Apenas informa a não incidência do imposto de renda sobre um fenômeno que em verdade não é renda, mas a contrapartida do próprio capital e não seria lógica a pretensão de tributar a desvalorização da moeda.

NORMAS DE APLICAÇÃO

As normas atinentes à "aplicação" do preço recebido merecem algumas observações, a fim de que o valor auferido não seja distribuído, considerando o interesse governamental de nossos dias em incentivar o capital próprio das empresas. Assim, o valor recebido, total ou em prestações deverá ficar constante de uma conta de reserva específica para incorporação ao capital social dentro de seis meses após o recebimento, no caso de venda a vista; ou dentro de igual prazo contado do balanço seguinte ao último recebimento do preço a prazo.

A empresa poderá absorver eventuais prejuízos passados ou futuros, enquanto não efetivar a incorporação, com o resultado da venda de imóveis. Trata-se de uma norma que procura, percebendo a realidade de nossos dias, incentivar o capital próprio visando a uma melhoria do capital de giro de sociedades com condição econômica favorável e péssima situação financeira.

Enquanto não integrado ao capital o valor poderá ficar em suspenso, em conta de reserva específica, inexistindo implicações com o imposto de renda sobre excessos do não exigível em relação à distribuição, pois estes valores não serão computados para efeito de verificação da incidência do imposto distribuído de cinco por cento em relação a empresas cujo capital social mais reservas ultrapassem Cr\$ 437.239,00 no ano base de 1972. O legislador entendeu que o prazo de cinco anos é considerado satisfatório para conceituar a venda esporádica e desse modo exclui deste tratamento fiscal as transferências de imóveis adquiridos há menos de cinco anos ou alienados com prazo superior a esse limite temporal.

TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

Outra coisa importante é a não incidência do imposto de renda sobre a transferência de ações ou cotas resultantes do aumento de capital não tributável, em relação aos sócios (pessoas físicas ou jurídicas, não importa). A incorporação em outra oportunidade já havia recebido tratamento especial similar, não sendo possível falar em imposição pelo sistema de "cascata" que atingia todos os sócios, nem na tributação

exclusiva e única na fonte anteriormente revogada.

Assim, o valor meramente nominal de cotas ou ações distribuídas em função das anteriores terá apenas o condão de representar a realidade passada em outros números. Em essência, não haverá mais valia transferida capaz de ensejar o problema impositivo. Somente pela conceituação de "inclusão" de fatos estranhos ao crédito poderíamos pensar na tributação destes acontecimentos e assim mesmo com substrato e valores passados.

A pessoa jurídica beneficiada por esta situação deverá obedecer o prazo de cinco anos, futuro (para não efetuar ulterior redução ou extinção do capital social), ou passado (após a última redução de capital social), com referência à incorporação, sob pena de ser considerado distribuído o lucro e, portanto, passível de incidência na pessoa física e jurídica, no sistema de declaração ou fonte. As infrações ao preceito em exame determinarão a incidência do imposto de renda segundo a declaração do exercício financeiro correspondente ao ano base da alienação, acrescida de encargos corretivos, multas e cominações inclusive de ofício.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A lei esclarece que o ministro da Fazenda deverá fixar normas sobre condições de pagamento em casos de venda de imóveis a prazo. Observe-se que a limitação legal é clara, não sendo admissível eventuais condições de venda, mas somente as concernentes ao modo de pagamento.

A alienação de imóveis a prazo poderá ser feita contra o recebimento do principal, correção monetária e juros e sempre sob a forma "em dinheiro", pois do contrário estaríamos perante a permuta ou troca e não compra e venda. O contrato é consensual e portanto sua eficácia somente pode ser obrigacional.

Efetivamente, não poderíamos pensar na incidência do imposto sobre o valor pago a título de correção monetária, pois esta representa uma atualização do débito e reiteradamente a administração tem assinalado não se constituir num encargo financeiro, mas, sim, no próprio valor que sofre uma nova tradução no tempo. Daí a improcedência da inclusão ao lucro tributável de eventuais correções de moeda. Não há sentido em confundir a atualização do débito com o lucro.

O texto em exame procura, dentro de padrões lógicos, excluir do campo de incidência um fenômeno administrativo que somente por determinação legal passou para o setor impositivo. A regra atual ajusta-se à realidade e não considera renda o que efetivamente não o é.

Revoga a anterior que conceituava lucro um fato estranho. Assim, é elementar que a parcela concernente aos juros estarão enquadráveis na tributação do imposto de renda, pois a venda a prazo consubstancia, ao lado da transferência da propriedade da coisa contra o pagamento do preço, uma operação financeira e esta é tributada. Os juros normais correspondentes à Tabela Price considerando o pacto de venda, poderão estar sujeitos à tributação. Esta seria uma condição de pagamento.

Entretanto, essas formas de liquidação de débitos não podem, em nosso Estado liberal sofrer restrições normativas sob pena de prejudicarmos os objetivos fundantes da lei principal. É natural que pagamentos em prazos maiores ocasionarão um valor maior a incorporar, que estaria de acordo com a política governamental; da mesma forma que prazos exíguos implicarão em preços menores e, em consequência, vantagens diminutas às empresas.

PRAZO RAZOÁVEL

Acreditamos que o prazo dado pela lei, de cinco anos para transações, é razoável dentro dos negócios imobiliários atuais e, portanto, as condições de pagamento são poucas. Dessa forma, o preceito em estudo é auto-exequível e vem atender aos

anseios do setor empresarial carente de capital de giro.

Condições de pagamento além do entendimento corriqueiro em mercado imobiliário de juros legais à Tabela Price, quando as partes assim convencionarem, fixados os limites máximos de cinco anos, são intuitivas e não podem afetar as transações em exame. Outra coisa seria se o legislador tivesse deixado a critério da autoridade executiva as condições de venda quando então inúmeras particularidades poderiam ser aventadas, notadamente com relação a vendas condicionais, participantes da relação jurídica, e outras.

Em síntese, estamos saindo de uma era em que o legislador procurava descobrir fatos novos (diferentes da renda) para conceituá-los como tal, usando do instituto das inclusões, para uma época de reconhecimento dos verdadeiros fenômenos tributáveis. Além do mais, em nosso estágio de desenvolvimento, torna-se imperiosa uma tributação mais branda em relação aos capitais, considerando a forma de sua atração para investimentos, ponderável multiplicador econômico e de desenvolvimento dessas aplicações.

Portanto, não há sentido em utilizar filigranas jurídicas para alcançar novas situações impositivas. A estrutura não é estanque e sabemos que uma conscientização de todos em função do fenômeno impositivo poderá aumentar a arrecadação fator redutor da carga tributária de outros setores, notadamente o trabalho que a duras penas suporta, na primeira fase de desenvolvimento de qualquer nação, o fardo pesado de impulsionar o crescimento do país.

(De "O Estado de S. Paulo").

O SALÁRIO NO ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

O salário, do trabalhador rural, é regulamentado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, em vigor no Brasil desde 1963 e que procura assegurar aos trabalhadores do campo quase os mesmos direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos. O trabalhador rural pode ser remunerado em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro (art. 2.º). O adicional de horas extras é de 25%, permitida compensação de horas (art. 26 § 2.º). Também o trabalho noturno é remunerado com adicional de 25% sobre a remuneração normal (art. 27). Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional (art. 28). No total da remuneração a que tiver direito o trabalhador rural, poderão ser descontadas as parcelas correspondentes a: a) aluguel de casa de residência do empregado, se ela se achar dentro do estabelecimento rural, até o limite de 20% (vinte por cento) do salário mínimo; b) alimentação fornecida pelo empregador, a qual deverá ser sadia e suficiente, não podendo ser cobrada a preços superiores aos vigentes na zona e não podendo o seu valor mensal ser superior a 25% do salário mínimo regional; c) os adiantamentos em dinheiro.

No entanto, essas deduções deverão ser expressamente autorizadas no contrato de trabalho, sem o que serão nulas de pleno direito, como serão outras quaisquer não previstas em lei (art. 29, § 1.º).

Sempre que mais de um trabalhador residir só ou com sua família, na mesma morada fornecida pelo empregador, o desconto estabelecido pela lei será dividido proporcionalmente aos respectivos salários (art. 30). Não poderão ser deduzidos os valores correspondentes à habitação, quando o prédio residencial não oferecer os requisitos mínimos de salubridade e higiene (art. 32).

Todo contrato de trabalho rural estipulará um pagamento em dinheiro, nunca inferior a 30% do salário mínimo regional. Esse pagamento poderá ser convencionado por mês, quinzena ou semana, devendo ser efetuado até o décimo, o quinto ou o terceiro dia útil subsequente ao vencimento, respectivamente (art. 33 e §).

O trabalhador rural maior de dezesseis anos tem direito ao salário mínimo igual ao do trabalhador adulto. O trabalhador rural menor de dezesseis anos terá o salário mínimo fixado em valor correspondente à metade do salário- mínimo atribuído ao trabalhador adulto (art. 34 e §).

Todos os serviços prestados pelo trabalhador rural, fora das atividades específicas para as quais

houver sido contratado, serão remunerados à base do salário mínimo vigente na região (art. 36). Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no salário do trabalhador rural, salvo quando resultar de adiantamento, decisão judiciária ou dispositivo de lei (art. 38). Em caso de dano causado pelo empregado, será lícito ao empregador efetuar o desconto da importância correspondente ao valor do prejuízo, mediante acordo com o empregado, desde que tenha havido dolo por parte deste (art. 39).

Nas regiões em que se adote a plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a carga do trabalhador rural, quando autorizada ou permitida, será objeto de contrato em separado.

Embora podendo integrar o resultado anual a que tiver direito o trabalhador rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor parte correspondente ao salário mínimo, na remuneração geral do trabalhador, durante o ano agrícola (art. 41 e §).

O trabalhador rural terá direito ao repouso semanal remunerado (art. 42), bem como às férias anuais remuneradas (art. 43).

A trabalhadora rural é garantida a percepção integral dos vencimentos durante seis semanas antes e seis semanas depois do parto, período no qual permanecerá afastada do trabalho (art. 55), bem como durante duas semanas em caso de aborto (art. 55).

Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da consignada no contrato, ficando obrigado, enquanto perdurar a transferência, a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários que o empregado percebe (art. 72).

O trabalhador rural terá assegurado o salário correspondente às faltas, de três dias, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente ou descendente, constante do registro na carteira de trabalho, e de um dia, no caso de nascimento de filho, além de mais um dia, no curso dos primeiros quinze dias do nascimento, para o fim de efetuar o respectivo registro civil (art. 76).

Em caso de rescisão do contrato de trabalho, se houver controvérsia sobre a parte da importância dos salários, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador rural, à data do comparecimento à audiência judicial, a parte incontroversa do salário, sob pena de ser condenado ao pagamento em dobro (art. 85).

O trabalhador rural poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear indenização quando empregador reduzir o trabalho de forma a afetar sensivelmente a importância da remuneração, seja esta por tarefa, por peça, por serviço feito, ou mista, constando de parte fixa por produção (art. 87, letra "f").

Os direitos do trabalhador rural, decorrentes do contrato de trabalho, gozarão dos privilégios estatuídos na legislação falimentar, civil e trabalhista, sempre que ocorrer falência, concordata, concurso de credores, execução ou cessação da atividade rural (art. 66).

(Transcrito da "Tribuna da Justiça").

DOCUMENTO SEM A MEDIDA CERTA PODE SER ANULADO

Sem a expressão correta de medida, segundo normas do Sistema Internacional de Unidades, qualquer contrato ou documento, mesmo registrado em cartório poderá ser considerado nulo. Informação é dá diretor do Instituto de Peso e Medidas José Nardelli Bemfica, acrescentado que o Governo Federal através do Decreto-Lei 240 estabeleceu uniformidade nas expressões quantitativas e metrológicas das grandezas, já com vistas ao aperfeiçoamento do sistema metrológico nacional, ao nível de países desenvolvidos. As medidas impostas pelo Decreto Federal atingem as classes empresariais, cartórios, comércio, indústria e os setores técnicos e científicos, entre outros.

Segundo o diretor do IPEM-MG, José Nardelli Bemfica, qualquer contrato ou documento que menciona grandezas expressas em unidades não legais de medir poderão ser considerados nulos. Mas explicou que após a denúncia da irregularidade o interessado tem prazo de 120 dias para retificar o documento, tornando-o legal. Maior incidência de casos de irregularidade, segundo o diretor do IPEM recai sobre o setor imobiliário, e notadamente, na área de propriedades rurais e explica: os cartórios do Interior, não esclarecidos sobre as exigências do Governo Federal no setor firmando documento ou passando escrituras de terreno, sem as expressões corretas de medidas. E parte desta irregularidade é atribuída às variações das medidas denominadas alqueire ou quarta e que são bem diversificadas, mesmo num só Estado. O certo é passar ou receber escritura de uma determinada área em metros quadrados ou

hectares, pois sem estas especificações o contrato pode ser considerado nulo. Finalizando o diretor José Nardelli Bemfica explicou que o IPEM, ao qual cumpre a execução, supervisão, orientação e fiscalização de tudo o que se refere ao setor metrológico, exercerá fiscalização para impedir que símbolos de pesos ou de medidas seja utilizados contra a legislação vigente.
(Transcrito da "Tribuna da Justiça").

REGULAMENTADA A TAXA RODOVIÁRIA

O Presidente Médici regulamentou o recolhimento da taxa rodoviária única, que doravante poderá ser paga diretamente à rede arrecadadora de tributos federais (bancos oficiais e particulares).

Eis na íntegra, o ato presidencial:

"Art. 1 - O valor anualmente devido pelo proprietário de veículo sujeito ao pagamento da taxa rodoviária única, nos termos dos decretos-leis ns. 999, de 21 de outubro de 1969, 1.242, de 30 de outubro de 1969, e da lei n.º 5.841, de 6 de dezembro de 1972, será recolhido diretamente pelo contribuinte à rede arrecadadora de tributos federais, ficando este pagamento vinculado ao veículo.

Parágrafo 1.º - No caso de alienação do veículo, o comprovante do pagamento da taxa será transferido ao novo proprietário, o qual ficará obrigado a averbá-lo junto ao órgão de trânsito local, no prazo de trinta dias, a contar da data da aquisição.

"Parágrafo 2.º - O não cumprimento do disposto do parágrafo anterior sujeita o infrator às penalidades do artigo 4, do decreto-lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969;

"Parágrafo 3.º - No caso de transferência do veículo para outra unidade da Federação não será exigido novo pagamento da taxa rodoviária única, respeitando-se o prazo de validade do pagamento anterior, obedecendo o disposto nos parágrafos 1.º e 2.º deste artigo.

"Art. 2.º - As isenções de que trata o artigo 3 do decreto-lei n.º 999, de 21 de outubro de 1969, serão reconhecidas pelos órgãos de trânsito dos Estados.

"Art. 3.º - A renovação do licenciamento de veículos automotores será feita nos meses de janeiro a outubro de cada ano, obedecida a seguinte correspondência com o algarismo final da placa de identificação:

Placa final 1	-	janeiro
Placa final 2	-	fevereiro
Placa final 3	-	março
Placa final 4	-	abril
Placa final 5	-	maio
Placa final 6	-	junho
Placa final 7	-	julho
Placa final 8	-	agosto
Placa final 9	-	setembro
Placa final 0	-	outubro

"Parágrafo único - no exercício de 1973, a renovação do licenciamento dos veículos com placa de identificação terminada com os algarismos 1 e 2 poderá ser efetuada até o último dia do mês de março. E dos veículos com placa de identificação em 3 e 4 até o último dia do mês de abril.

"Art. 4 - O licenciamento inicial de veículos, quando feito a partir do mês de fevereiro, inclusive, determinará uma redução correspondente a taxa doze avos do valor da taxa rodoviária única quantos forem os meses vencidos.

"Art. 5 - O pagamento da taxa rodoviária única, fora dos prazos fixados neste decreto, sujeitará o proprietário do veículo à multa correspondente ao valor do maior salário mínimo vigente do País.

"Parágrafo único - O produto da arrecadação da multa de que trata esse artigo terá a mesma destinação da taxa rodoviária única.

"Art. 6 - Os ministros da Fazenda e dos Transportes, nas áreas de suas competências, baixarão instruções complementares ao cumprimento do presente decreto.

"Art. 7 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APREENSÃO DE VEÍCULOS - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

O juiz Paulo Restiffe Neto, decidindo na 17.^a Vara Cível de São Paulo, acolheu embargos de terceiros para o fim de sustar em definitivo a busca e apreensão de veículos adquiridos com alienação fiduciária, assegurando, em favor do segundo embargante, a posse pacífica de sua propriedade. A ação de busca e apreensão foi proposta por companhia de crédito e financiamento com AB e os embargos de terceiro por CB e EF, visando estes o levantamento do ato de constrição judicial, pleiteando liminar para a restituição do veículo, sob o fundamento de ser CD o seu legítimo proprietário, por aquisição regular e documentada.

O juiz, em sua decisão, informou que os embargantes provaram com documentação valiosa e segura a propriedade livre e desembaraçada do veículo. Provaram, também, que a firma o adquiriu livre de uma fábrica, vendendo-o, assim ao primeiro embargante, que por sua vez o transferiu ao segundo embargante EF.

Nítida, perfeita e irrefutável a seqüência indicativa, das transmissões sucessivas do veículo até chegar às mãos do segundo embargante - afirma a seguir - que é o seu atual e exclusivo proprietário. A certidão expedida pelo DETRAN em 16-11-1972 comprova não ter a embargada em tempo algum feito registrar a cláusula de propriedade fiduciária em seu favor na repartição de trânsito, não tendo qualquer ligação com o veículo em termos da prova constante do art. 52 do Código Nacional de Trânsito.

Dir-se-ia - prossegue o juiz - que o registro ou averbação do contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária em garantia no Cartório do Registro de Títulos e Documentos seria suficiente para fazer prova contra terceiros e, portanto, sobrepor-se aos direitos de propriedade argüidos pelos embargantes. Aí exatamente o cerne da questão, que dita a decisão em desfavor da financiadora. Com efeito, dispõe o § único do art. 153-A da vigente Lei dos Registros Públicos (Dec. n.º 4.857), pela redação dada por força do Decreto n.º 63.997, de 16-1-1969, que: "O instrumento público ou particular de contrato de alienação fiduciária em garantia será arquivado por cópia ou microfilme processado na forma da legislação em vigor. EM SE TRATANDO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR ESSA CLÁUSULA SOMENTE TERÁ VALIDADE CONTRA TERCEIROS SE CONSTAR DO CERTIFICADO DE REGISTRO, A QUE SE REFERE O ART. 52 DO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO". (Grifos nossos). Vê-se que, em se cuidando de veículo automotor, exige a lei uma condição a mais para a validade da cláusula de alienação fiduciária contra terceiros, não se satisfazendo a legislação vigente com a simples averbação do contrato no Cartório de Títulos e Documentos. E isto tem a sua razão de ser porque em se tratando de veículos automotores o controle está afeito à repartição de trânsito, que não é hoje apenas um órgão recebedor e autorizador de licenciamento. O legislador conferiu ao certificado de registro uma força probatória desconhecida do anterior Código Nacional de Trânsito. Assim, entre as partes contratantes, a validade da garantia real por alienação fiduciária independe mesmo de qualquer registro, quer do contrato, quer do certificado. Mas, em relação a terceiros a situação é outra. Por esse motivo é que o credor-financiador só terá a sua condição de proprietário fiduciário do veículo "erga omnes" se, além da averbação do contrato no Registro de Títulos e Documentos, obtiver o certificado cor-de-rosa, do qual conste a cláusula de alienação fiduciária a seu favor. Só então poderá lograr êxito num confronto de titularidade de domínio com terceiros, como é o caso dos autos, em que os embargantes provaram e comprovaram exaustivamente a titularidade do domínio pleno e velho do veículo. Qualquer direito da credora-embargada. será em relação ao seu financiado, que, eventualmente, terá disposto fraudulentamente do veículo, muito embora não se compreenda bem como é que dito veículo tenha sido objeto de "alienação fiduciária" em favor da embargada, se o primeiro embargante nunca manteve transação com AB, ao menos segundo as provas dos autos. Condenou a embargada nas custas e honorários de advogado.

(Transcrito da "Tribuna da Justiça").

INTERPELAÇÃO DE DEVEDOR PARA CONSTITUÍ-LO EM MORA

Ruy Altenfelder

A transferência de compromisso de compra e venda a prestações, pelo credor, ainda que garantida por cláusula resolutiva expressa, obriga-o à interpelação do devedor para constituí-lo em mora?

Tal questão foi recentemente submetida ao Supremo Tribunal Federal, no RE 70.114, de São

Paulo.

O ministro Amaral Santos, relator, proferiu o seguinte voto, acompanhado pelos demais julgadores:

"O fundamento central do acórdão impugnado é este (f. 152):

"Trata-se de promessa de compra e venda de apartamento a prestações e os promitentes-vendedores não cuidaram de notificar o promitente-comprador para constituí-lo em mora. Essa providência é necessária, mesmo em se tratando de imóvel não loteado, consoante a melhor jurisprudência, reafirmada em recentes oportunidades pelo Pretório Excelso R.T.J., 39/395; 40/127; 43/48 e outros), principalmente quando haja tolerância do credor. Foi o que aconteceu na espécie, pois o devedor jamais cumpriu suas obrigações nos prazos estipulados, como reconhecido na contestação" (f. 14).

A falta de caracterização da mora do recorrido, como se vê do acórdão impugnado e da sentença por ele confirmada, foi decorrência de aspectos de fatos, tais como o comportamento dos contratantes, na execução do contrato, com pagamentos fora das datas previstas; persistência dessa conduta que não foi denunciada pelo credor; iniciativa do devedor, requerendo a consignatória. Além, do que o promitente-vendedor deixou de notificar o compromissário comprador para constituí-lo em mora.

No sentido do acórdão recorrido, já me defini no RE 68.981 (R.T.J. 55/623), assim ementado: "Rescisão de contrato. A transigência do credor, ainda que garantido por cláusula resolutiva expressa e pagamento portátil, obriga-o à interpelação de devedor. Recurso extraordinário não conhecido".

Decisões do mesmo teor as contidas nos acórdãos de RE 70.714, relator o eminente ministro Barros Monteiro (R. T.J. 55/407); no Ag 53.234, relator o eminente ministro Djaci Falcão (D.J. de 31-8-71, p.4.517). Ainda no mesmo sentido me manifestei no RE 72.289.

Por essas razões e pelos fundamentos do acórdão recorrido, não conheço do recurso".

A PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA NO ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL

Paulo Restiffe Neto
Juiz de Direito

A fidúcia, desde o seu aparecimento histórico, serviu de meio adequado ao atendimento de finalidades queridas pelas partes, mas que não encontravam, no sistema jurídico vigente, o instrumental adequado.

A larga experiência de sua aplicação demonstra de maneira inequívoca, que a fidúcia, por natureza, caminha à frente, como precursora da regra de direito positivo.

Diante da evolução setorial e global, que é uma constante na história da civilização, em que o pensamento, incondicionado, pode avançar sem barreiras, propiciando as múltiplas expressões de criatividade, é verificável quotidianamente, aqui ou alhures, uma superação do "status".

Surgem, num dado momento de vida social, vicissitudes que não há de encontrar previsão nos padrões assentados que lhes dêem provimento.

E como tudo o que diga respeito ao relacionamento humano acaba por interferir com a ordem jurídica, os reflexos acabarão detectados e, a partir de um dado momento, iniciar-se-á o processo de conscientização e de equacionamento, por construções, de início supral legais, que preencham as lacunas naturais do sistema de codificação. Tais construções exteriorizam-se de conformidade com os princípios e normas de caráter positivo, mas ocultam internamente uma vontade extravasante, não sancionada, ainda pelo direito vigente.

Funciona a fidúcia, então, como uma espécie de acelerador que imprime força dinâmica à "inércia jurídica" de que fala Tullio Ascarelli. Abre e, na feliz expressão de Otto de Sousa Lima, torna dúctil um sistema jurídico fechado.

Exatamente aí surpreende-se o germe da fidúcia, que traz em si a idéia de risco, indissociável da noção de confiança. A aparência não corresponde à vontade de fato querida. O fiduciário não se locupletará do direito aparentemente conferido apenas por sua honestidade e lealdade, a seu exclusivo alvedrio.

Se existisse instrumento legal que pudesse externar adequadamente e com segurança a vontade tendente ao fim colimado, não haveria por que falar em pacto de fidúcia.

NEGÓCIOS FIDUCIÁRIOS E GARANTIA FIDUCIÁRIA

As práticas das construções fiduciárias exteriorizadas sob a aparência do direito vigente, mas que ocultam internamente a afetiva vontade (extravasante) contida no fim visado, com o correr do tempo tomam corpo e indicam a conveniência de regulamentação que lhes dê eficácia e segurança, sem os perigos próprios da "confiança".

As primeiras experiências com preceitos de direito positivo restringem-se a alguns campos específicos, como regras de direito estrito, manejadas com fins determinados como a servirem de teste de aprovação que recomende ou não seu largamento para abarcar outros setores, até que se inscrevam como norma de comportamento difundido, reveladas úteis e ratificadas pelo consenso geral, por processo de decantação paulatina. É soada então a hora de romper os diques e estabelecer a generalização progressiva, com base na experiência recolhida determinante do caminho a seguir com firmeza.

Depois de várias décadas de prática de negócios fiduciários inominados, passou a legislação positiva pátria a viver a experiência da garantia fiduciária preceituada, sob a forma de cessão fiduciária de crédito (Lei de estímulo à indústria de construção civil) e alienação fiduciária (Lei de mercado de capitais e, mais recentemente, na legislação de financiamento de expansão industrial). Ficou comprovada a superioridade desses institutos peculiares de garantia sobre as formas tradicionais, como instrumentos eficazes de segurança de crédito, com atuação destacada na política econômico-financeira desenvolvimentista em pleno curso.

PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

Decorridos sete anos da primeira manifestação positiva de garantia fiduciária, sentiu o legislador presente a oportunidade de empreender um lance mais arrojado e decisivo no sentido da integração, definitiva dos princípios filtrados na legislação comum de caráter geral. É o que sucede com a introdução na legislação civil codificada das disposições relativas à "Propriedade Fiduciária", com escopo de garantia.

Com efeito o Anteprojeto do Código Civil, elaborado pela insigne Comissão de Juristas encabeçada pelo Prof. Miguel Reale, no Livro de Direito das Coisas, inscreveu o capítulo da "Propriedade Fiduciária", como "solução normativa", resultante da contribuição emprestada pelo Prof. José Carlos Moreira Alves, a completar "o quadro da propriedade", como acentua a "exposição de motivos. (Suplemento ao DOU n.º 149, de 7-8-1972). Figura adequadamente logo em seguida ao seu antecedente, lógico, a precariedade resolúvel (Capítulo IX).

Eis a íntegra do Capítulo X:

DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

Art. 1.548. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§ 1.º Constitui-se a propriedade fiduciária com a transcrição, no Registro de Títulos e Documentos, do domicílio do credor, do contrato que lhe serve de título.

§ 2.º Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa.

Art. 1.549. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

I - O total da dívida, ou sua estimativa.

II - O prazo, ou a época do pagamento.

III - A taxa de juros, se houver.

IV - A descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

Art. 1.550. Antes de vencida a dívida, o devedor, às suas expensas e risco pode servir-se da coisa segundo sua destinação, sendo obrigado, como depositário:

I - A empregar, na guarda da coisa, a diligência exigida por sua natureza.

II - A entregá-la ao credor, se a dívida não for paga no vencimento.

Art. 1.551. Vencida a dívida e não paga, fica o credor obrigado a vender, judicial ou extrajudicialmente, a coisa a terceiro, a aplicar o preço no pagamento de seu crédito e das despesas de cobrança, e a entregar o saldo, se houver, ao devedor.

Art. 1.552. É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Parágrafo único. O devedor pode, porém, dar a coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.

Art. 1.553. Quando, vendida a coisa, o produto não bastar para o pagamento da dívida e das despesas de cobrança, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante.

Art. 1.554. Aplica-se à propriedade fiduciária, no que couber, o disposto nos arts. 1.607, 1.611, 1.612, 1.613 e 1.622.

Art. 1.555. O terceiro, interessado ou não, que pagar a dívida se sub-rogará de pleno direito no crédito e na propriedade fiduciária.

Os dispositivos do Anteprojeto, a que faz remissão o art. 1.554, mantêm a seguinte correspondência com os dispositivos do vigente Código Civil:

O art. 1.607 corresponde ao art. 758;

O art. 1.611 corresponde ao art. 758;

O art. 1.611 corresponde ao art. 762;

O art. 1.612 corresponde ao art. 763;

O art. 1.613 corresponde ao art. 764;

O art. 1.622 corresponde ao art. 802.

ANÁLISE DO ANTEPROJETO

O instituto da Propriedade Fiduciária, introduzido no direito positivo pátrio por leis relativamente recentes (Lei n.º 4.728, de 1965 e Decreto-lei n.º 413, de 1969) desenvolveu-se com autonomia à margem da legislação civil codificada, embora valendo-se de vários princípios ali consagrados, como realidade jurídica nova e completamente desconhecida do direito de propriedade tradicional do Código Civil.

É natural que na oportunidade de reformulação dos Códigos, tarefa que só se empreende uma ou duas vezes em cada século, como imperativo da razão e da boa técnica legislativa ocorresse a assimilação da entidade móvel pelo setor do direito de que faz parte.

Em essência, a transferência da propriedade fiduciária, com escopo de garantia constante do Anteprojeto, equívale-se à alienação fiduciária em garantia regulada na Lei de Mercado de Capitais.

Conserva, propositadamente o ângulo de enfoque do negócio jurídico, do ponto-de-vista da generalidade, ou seja, do proprietário em geral (sujeito) que pratica o ato de transferir, alienar a sua propriedade móvel ao credor, com escopo de garantia de dívida assumida para com este. É o devedor que, na oração legal, pratica a ação expressa pelo predicado "transfere".

Não há preocupação em estabelecer o comando do ponto-de-vista do credor, que ocupa posição receptiva (idéia de passividade). Se quisesse o dispositivo ressaltar a atividade do credor e regular do seu ponto-de-vista o instituto, aí sim figuraria ele na oração como sujeito e sua ação seria expressa pelo predicado adquirir ou receber, de forma que o texto do art. 1.548 ficaria assim redigido: "Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel fungível que o credor, com escopo de garantia, adquire do devedor".

Esta análise, sutil, tem a sua razão de ser para compreensão plena e inequívoca do alcance da colocação do tema relacionado com a Propriedade Fiduciária no Código Civil.

Não se trata de mais uma modalidade de garantia fiduciária a integrar o direito positivo, senão da estratificação da entidade preexistente, recolhida como solução normativa que completa o quadro da propriedade (exposição de motivos).

Retira-se-lhe o matiz de direito excepcional, para adquirir contorno de regra genérica integrante do comum direito de propriedade, como modalidade de direito real incluído sob o título de "Propriedade Fiduciária" no rol do art. 1.418, encabeçado pela "propriedade".

Contém algumas inovações para melhor, sobretudo pela clareza e concisão dos textos, harmonicamente integrados como um sistema.

Pela análise que vimos fazendo, pode-se afirmar ser ilusória a impressão de que trazendo para o Código a garantia por transferência fiduciária, ficou estendida à generalidade a legitimação para figurar como credor e proprietário fiduciário nos contratos de transferência de propriedade resolúvel com escopo de garantia de dívida. É errôneo imaginar estar implicitamente autorizada aos particulares a prática de mútuo com garantia de propriedade fiduciária. É inadmissível tenha o novo Código acabado com o monopólio afeto às instituições financeiras legalmente aparelhadas e autorizadas pelas autoridades governamentais, para permitir aos particulares o exercício das funções de financiamento ao público consumidor para aquisição de bens móveis e de utilidades de produção. Por outras palavras e Anteprojeto não cria nenhuma concorrência com as entidades de financiamento nem capacita os particulares a intervirem no mercado de

capitais concedendo empréstimos com garantia que só pode ser constituída em nome das sociedades de crédito e financiamento controladas pelo Banco Central.

Parece-nos que o Anteprojeto quis cristalizar a nova modalidade de direito real de garantia construindo-o dentro do instituto da propriedade.

Adotou, com caráter geral, novo modo de transferência da propriedade móvel, com escopo de garantia, permitindo ao alienante a recuperação do domínio através do implemento da condução resolutiva, que é o pagamento da dívida, sem privar o devedor da fruição direta do bem cuja propriedade transferiu. Nisto reside a excelência do instituto.

Não quis, porém, generalizar a posição do credor que recebe a propriedade resolúvel que lhe foi transferida em garantia. A condição de proprietário fiduciário, de que se investe o credor, continua sendo reservada às pessoas que a lei estabelecer e que, no momento, só contempla as sociedades financeiras registradas no Banco Central.

Do contrário seria o caso e restaria apenas o pesar de se assistir ao retorno da agiotagem profissional e à reabertura oficializada das coisas de penhor, agora com roupagem sofisticada, de casas de fúduia. Seria a negação da sadia política econômico-financeira do Governo.

CONCLUSÕES

Conquanto infrinja a melhor técnica, talvez mereça ser incluída alguma disposição que corte, cerce a exploração do silêncio, que poderia ser interpretado como generalização daquilo que é de ordem estrita. É dizer claramente quem pode adquirir: a generalidade, ou apenas determinadas pessoas. Ou, então, ressaltar que a legislação especial determinará a legitimação para figurar como credor fiduciário nos contratos de transferência de propriedade resolúvel, com escopo de garantia.

Obviamente, para figurar como devedor fiduciário ou alienante da propriedade sob condição resolúvel, não há restrição: toda pessoa física ou jurídica capaz de alienar e de assumir obrigação. Aí é irrefutável a generalização.

Por isso é que interpreto o art. 1.548 do Anteprojeto no sentido de regular apenas a transferência da propriedade fiduciária, como um direito do proprietário devedor. Sem generalizar a legitimação das pessoas físicas ou jurídicas para figurarem como credor ou proprietário fiduciário. Neste sentido, concordamos com o Anteprojeto, que não altera a sistemática legal que reserva a posição de credor fiduciário ou financiador, nos contratos de financiamento e de constituição da garantia fiduciária, exclusivamente às instituições de crédito e financiamento.

Só por sub-rogação em pagamento da dívida é que pode a generalidade (terceiros interessados e, agora, também os não interessados - art. 1.555) vir a ocupar, em substituição, o lugar originariamente ocupado pela financeira.

Desconhecemos as justificativas que terão acompanhado o estudo dos autores do Capítulo e a nossa apreciação é limitada pela leitura do texto, com o interesse exclusivo de contribuir, de alguma maneira, para o aprimoramento do instituto da garantia fiduciária.

(Transcrito da "Tribuna da Justiça").

DIVISIBILIDADE E INDIVISIBILIDADE DO IMÓVEL RURAL

MÓDULO E FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO

Paulo Torminn Borges

A palavra "módulo" não é um neologismo à conta do direito agrário. É palavra inserida de velho em nosso idioma, significando, fundamentalmente, quantidade admitida como unidade de qualquer medida.

Módulo rural, segundo a legislação agrária brasileira, é a quantidade mínima de terras admitida no imóvel rural, para que ele não caia no vício do minifúndio.

É a unidade básica da terra, em sentido horizontal.

É o equivalente à área da propriedade familiar, variável de região para região e conforme o tipo de exploração da gleba.

É marco divisor de institutos no direito agrário.

Área inferior ao módulo é minifúndio. Sempre minifúndio.

Com área superior ao módulo, a propriedade é empresa rural, se corretamente explorada; latifúndio, se mal explorada ou inexplorada. Também há o latifúndio por extensão, independente de se averiguar se a exploração é ou não correta.

O conceito de módulo está incito no de propriedade familiar, definida como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente contando com a ajuda de terceiros (Estatuto da Terra, art. 4.º, II; Decreto N.º 55.891, de 31-3-1965, art. 6.º, I, e arts. 11 a 23).

O módulo rural é esta área da propriedade familiar, suporte necessário para o progresso social e econômico do grupo familiar.

Por isto definiu-o o Professor Paulo de Assis Ribeiro como "uma propriedade de tamanho tal que permita a uma família, com a composição média brasileira, explorá-la em condições de manter a sua subsistência e o seu progresso social, num determinado tipo de exploração" ("Direito Agrário - Coletânea de Aulas - IBRA", vol. 1, 4.ª aula).

* * *

O Estatuto da Terra diz, no art. 65, o que o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Fixou, assim, o legislador regra de indivisibilidade em coisa fisicamente divisível.

Podia fazê-lo.

E o fez.

Não nos é estranho tal procedimento legislativo, porque o Código Civil, ao traçar as vigas mestras da divisibilidade e indivisibilidade dos bens, diz serem indivisíveis.

- a) os bens que se não podem partir sem alteração na sua substância;
- b) os que, embora naturalmente divisíveis, se consideram indivisíveis por lei;
- c) os que, embora naturalmente divisíveis, se consideram indivisíveis por vontade das partes (C. Civil, art. 53, I e II).

O imóvel rural de área inferior ao módulo é uma entidade anti-social, fortemente combatida pelo direito, segundo os objetivos da Reforma Agrária (Estatuto da Terra, arts. 16, 20, I, e 43, I).

Não é possível que, de um lado, se instaure todo um processo para eliminar o minifúndio, e, de outra parte, se permita a formação indefinida de novos minifúndios.

A questão está encerrada. Com simplicidade e clareza: não se admite mais a fragmentação dos imóveis rurais, se resultar na formação de novos minifúndios.

A extensão mínima, variável de região para região, de tipo de exploração para tipo de exploração, aderiu ao imóvel rural, tornando-se-lhe essencial.

Como diz Pontes de Miranda, "se a legislação federal, estadual, ou municipal fixa o tamanho menor do terreno, as partes dele somente podem ser alienadas até onde não infringem a lei: essencializou-se o resto. Tal regra jurídica não exclui a alienação de partes indivisas" - ("Tratado de Direito Privado", 2.ª ed., § 124, 2).

É reiterada a proibição legislativa de subdividir o módulo, pois ele é unidade não fracionável do imóvel rural.

Não haveria dúvida a enfocar, neste terna, não fora o venerando acórdão de 12-11-1969, em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, prolatado a propósito do Recurso Extraordinário N.º 66.409, do Rio Grande do Sul.

Qualquer magistrado que assim decidisse, receberíamos a decisão com o devido respeito. Mas, tratando-se do mais alto tribunal do País, maior, evidentemente, a importância do decisório, capitalizada pela autoridade pessoal dos eminentes Ministros que o subscreveram.

Com a devida cautela, porém, queremos por aquela veneranda decisão os reparos que se seguem, pois, data vênua, entendemos que ela violou a lei e contrariou o espírito da Reforma Agrária.

Ao interpretar a lei devemos admitir, em favor do legislador, pelo menos o crédito de que ele foi razoavelmente lógico.

Se ele fala reiteradamente em extinção do minifúndio, como uma das metas da Reforma Agrária, como uma das condições para o progresso social e econômico do rurícola, seria um contra-senso que ele não pusesse ponto final à formação de novos minifúndios, enquanto promove a extinção gradual e progressiva dos minifúndios já existentes.

Este ponto final o legislador colocou, desde o marco fundamental de nosso direito agrário, isto é, desde o Estatuto da Terra, cujo artigo 65 assim reza:

Art. 65 - O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Verdade que o art. 11 do Decreto-lei n.º 57, de 18-11-1966, só fala em transmissão de

propriedade. Não haveria indivisibilidade, pois, no ato jurídico em que não houvesse transferência de propriedade, como na divisão entre condôminos, simplesmente declaratória e não atributiva da propriedade (Cód. Civil, art. 631).

Mas, o art. 11 do Decreto-lei n.º 57/66 não revogou ou modificou o art. 65 do Estatuto da Terra: A lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro - Decreto-lei n.º 4.657, de 4-9-1942, art. 2.º, § 2.º).

São leis paralelas: a) uma, o Estatuto da Terra, art. 65, estabelecendo a indivisibilidade do módulo: b) a outra, Decreto-lei n.º 57, art. 11, impondo normas notariais para a transferência de móveis rurais "inter vivos".

Veja-se que o Estatuto da Terra estabeleceu regra geral no art. 65, caput. Em seguida, nos parágrafos, trata da sucessão "causa mortis".

As leis, portanto, completam-se entre si. E desdobram-se pelos decretos que as regulamentam. Veja-se, a exemplo, o Decreto n.º 56.792, de 26-8-1965, art. 57, parágrafo único: Para controle da área mínima permissível no desmembramento de qualquer imóvel rural, visando ao disposto no art. 65 do Estatuto da Terra, só serão permitidas divisões à vista do Certificado de Cadastro e dos recibos de quitação dos tributos, e respeitada a condição de ser a menor área parcelada igual ou superior ao quociente da área total pelo número de módulos do imóvel, valores esses constantes daquele Certificado (grifos nossos).

Acrescente-se, como subsídio, o disposto no Decreto n.º 59.428, de 27-10-1966 (arts. 73, 95, § 2.º, 97 e 98).

* * *

Para perfeita compreensão do assunto precisa-se levar em conta a distinção entre imóvel rural e imóvel urbano.

Outrora esta divisão estava a cargo das correntes do pensamento jurídico, na doutrina e na jurisprudência. Uns entendiam que os imóveis dividiam-se em urbanos e rurais, segundo a destinação: se destinados ao comércio ou indústria, urbanos; rurais, se destinados a atividades agropecuárias. Outros distinguiam-lhes pela localização: urbanos, os situados no perímetro definido como urbano ou suburbano, nas cidades, vilas ou povoados.

O art. 4.º, I, do Estatuto da Terra, pôs fim à perlunga, estabelecendo como imóvel rural o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através da iniciativa, privada.

Veja-se bem qualquer que seja a sua localização.

A breve confusão, restabelecida pelo art. 32 da Lei n.º 5.172, de 25-10-1966, hoje Código Tributário Nacional, foi estancada pelo Decreto-lei n.º 57, de 18-11-1966, cujo art. 15 restaurou a classificação dos imóveis em urbanos ou rurais, segundo a destinação, fixada anteriormente pelo Estatuto da Terra.

Atente-se ao elemento dominante na matéria: o que se proibiu foi a fragmentação da propriedade rural, formando minifúndio.

Ora, minifúndio é um instituto de direito agrário, é expressão que só se aplica a imóvel rural.

Seria impróprio classificar-se como minifúndio um prédio urbano, qualquer que seja sua extensão territorial.

O tamanho dos lotes urbanos nada tem a ver com o Estatuto da Terra ou com qualquer outro texto do direito agrário. Tal dimensão será objeto de posturas municipais.

Logicamente, o destaque de área rural, com o objetivo de transformá-la em urbana, não pede nem aceita a invocação do art. 65 do Estatuto da Terra, desde que o remanescente, que permaneça como rural não resulte em minifúndio.

Admitida a urbanização de um imóvel rural, ou de parte dele, a área transformada de rural em urbana passa a outra esfera do direito.

Um posto de gasolina localizado à margem da rodovia, em pleno sertão, não é imóvel rural: é urbano. O mesmo se dá com um hospital. Com um restaurante. Com uma escola.

É urbano cada qual deles, porque, sua classificação gira em torno da respectiva destinação. Não é atividade rural a exploração do posto de gasolina. Ou do restaurante. Ou do hospital e da escola.

Daí que tendo-se em vista sua destinação específica, cada um desses prédios, segundo nosso atual sistema jurídico, constitui imóvel urbano.

Para tornar mais explícita a questão, vieram em socorro dos juristas o Decreto n.º 62.504, de 8-

4-1968, arts. 1.º, 2.º e 4.º e o Decreto n.º 63.058, de 30-7-1968, art. 1.º, cujo casuísmo retira ao intérprete qualquer margem de dúvida.

Dir-se-á que os condomínios instaurados anteriormente ao Estatuto da Terra trazem em seu bojo, para os respectivos titulares, o direito adquirido à divisão, que podiam e podem promover a todo tempo (V. Civil, art. 629).

É certo, porém, que os condôminos não têm direito adquirido à divisão; têm mera faculdade de requere-la, assim como o homem tem a faculdade de casar-se, uma vez completando 18 anos, e a mulher, 16 anos.

Não resta dúvida, entretanto que não usando desta faculdade, se forem surpreendidos, solteiros, por lei nova que leve a idade matrimonial do homem e da mulher para 21 anos, não poderão mais casar-se enquanto não completem 21 anos. A lei nova os apanhará nos efeitos de sua aplicação imediata.

Também o poder de pedir a divisão é mera faculdade. A lei nova não o suprimiu; apenas lhe deu um novo condicionamento; não haver fracionamento anti-social.

Lembremo-nos que o direito de propriedade privada, não outorgado pelo Estado, mas por ele assegurado, como lhe cumpre fazê-lo, está sujeito a condicionamento no sentido do bem comum. Aqui o bem comum chama-se função social da propriedade, uma das pedras angulares de nossa economia (Constituição Federal, art. 160, III; Estatuto da Terra, art. 2.º, § 1.º).

Se a Lei Magna exige da propriedade, que cumpra sua função social, cabe à lei ordinária ordenar a matéria.

Tal lei é de ordem pública, é imprescindível ao nosso desenvolvimento econômico. Até a segurança nacional está com ela comprometida, eis que o combate à miséria e à pobreza, em suas causas, gera o bem-estar da população, resultando em ordem, equilíbrio, satisfação e paz. A lei, que promete extinção progressiva dos minifúndios já existentes, como um dos fulcros da Reforma Agrária, não pode contradizer-se, permitindo a formação de outros minifúndios, multiplicando em vez de reduzir os já existentes.

A partilha ou divisão que importar em formação de minifúndio é ato nulo, nenhum. Di-lo a lei. E a repete. Seja judicial ou extrajudicial.

Nada impede que muitos titulares tenham o imóvel em condomínio, ainda que a área total seja apenas de um módulo, o qual tanto pode pertencer a um titular, como a dois ou dez. O que não é possível. é o fracionamento do módulo em prédios autônomos, porque a lei o veda.

A indivisibilidade do módulo só admite uma exceção: quando se pretende transformar o imóvel, de rural em urbano, pela mudança de sua destinação, mediante prévia aprovação do INCRA (Decreto n.º 62.504, de 8-4-1968, arts. 1.º, 2.º e 4.º Decreto n.º 63.058, de 30-7-1968, art. 1.º).

* * *

A título de complementação sobre a matéria, confirmam-se a Lei n.º 4.947, de 6-4-1966, arts. 15 e seus parágrafos, bem como a Lei n.º 5.672, de 2-7-1971, art. 2.º.

* * *

É bom lembrar ainda que, embora a lei fale em indivisibilidade do módulo, o que é realmente indivisível é a fração mínima de parcelamento, de área nem sempre correspondente à do módulo, mas nunca inferior.

A fração mínima de parcelamento ou é igual ou superior em área ao módulo.

Isto porque no imóvel pode haver área inaproveitável. E o que é levado em conta, para fixação do módulo, é a área utilizada ou aproveitada: enquanto a fração mínima de parcelamento advém da área total.

Vamos aos exemplos.

Um imóvel rural com 350 hectares, totalmente explotável, tendo o módulo fixado em 35 hectares, terá logicamente 10 módulos. A fração mínima de parcelamento será também de 35 hectares.

Entretanto, havendo 150 hectares de terras inaproveitáveis e apenas 200 hectares explotáveis, se o módulo for fixado em 35 hectares, as contas serão feitas assim:

a) Número de módulos: $200 \text{ hs} : 35 \text{ hs.} = 5,71 \text{ módulos}$;

b) Fração mínima de parcelamento: $360 \text{ hs} : 5,71 = 61,2 \text{ hectares}$.

O número de módulos é representado pela área explotável dividida pelo módulo. Apenas a área explotável.

A fração mínima de parcelamento é representada pela área total dividida pelo número de módulos. Leva-se em conta, aqui, a área total do imóvel.

Estes resultados vêm no Certificado de Propriedade expedido pelo INCRA; motivo pelo qual

precisa ele ser exibido ao Tabelião (no caso de escritura pública), ao Juiz (partilhas e divisões) e ao Oficial de Registro de Imóveis.

Nada impede, lembre-se, o condomínio em fração indivisível.

Em conclusão: a) É juridicamente impossível a divisão do imóvel rural, se resultar na formação de quinhão com área inferior à fração mínima de parcelamento; b) Abre-se exceção única à regra, se a propriedade que venha a ter área inferior for destinada a finalidade que a descaracterize como imóvel rural, concorde o INCRA; c) A indivisibilidade da fração mínima de parcelamento não impede sua propriedade em condomínio, assim como um animal e uma casa, fisicamente indivisíveis, podem pertencer, conjuntamente, a duas ou mais pessoas. (Transcrito da "Tribuna da Justiça").

O NOVO CÓDIGO CIVIL TIRA A PREDOMINÂNCIA DO MARIDO

Teófilo Cavalcanti Filho

O marido vai perder, definitivamente, a posição predominante que, desde o início da vida do País, vem conservando na sociedade conjugal. Esta alteração fundamental será uma, entre muitas outras, que o novo Código Civil operará na estrutura da sociedade brasileira. A comissão revisora do Código, reunida em Brasília, durante uma semana, sob a presidência do prof. Miguel Reale, após uma exame cuidadoso de mais de mil emendas oferecidas ao anteprojeto chegou a uma conclusão final, acolhendo muitas delas e rejeitando outras tantas. O Código toma, assim, a sua fisionomia final, para que, já em abril, possa ser submetido a consideração do Congresso.

UMA VISÃO GERAL

Em declarações prestadas a este jornal, o prof. Miguel Reale esclareceu que as emendas recebidas versaram em geral sobre aspectos particulares, sem representar de forma alguma qualquer crítica ao sistema e estrutura do anteprojeto. Por outro lado, talvez metade das modificações feitas é produto de estudos de iniciativa da própria Comissão.

OS PRINCÍPIOS GERAIS

Todas as partes do trabalho passaram por um crivo rigoroso. O anteprojeto - salientou o prof. Reale - foi publicado em junho de 1972 para a crítica e observações dos juristas, das Faculdades de Direito, das instituições econômicas, financeiras etc. O projeto suscitou grande interesse, como se pode verificar do elevado numero de emendas e sugestões oferecidas: cerca de mil, algumas delas acompanhadas de amplos e cuidadosos estudos. A medida que as emendas iam sendo recebidas, eram encaminhadas aos membros da comissão, os quais, por sua vez, prosseguiram no estudo da matéria. Houve, pois, um trabalho preparatório por parte dos integrantes da comissão, de tal modo que, quando nos reunimos, primeiro em São Paulo e depois em Brasília, já havíamos procedido à análise das questões suscitadas. Desejo desde logo esclarecer que das duas reuniões não resultou nenhuma alteração quanto à estrutura do anteprojeto, mantida que foi a unificação do Direito das Obrigações dentro do Código Civil, abrangendo também as atividades negociais em geral e empresariais em particular. Por outro lado muitas foram as emendas oferecidas pelos próprios membros da comissão, de tudo isso resultando a alteração de cerca de seiscentos artigos, a grande maioria envolvendo problemas de simples redação, quer para corrigir lapsos de impressão, quer pelo desejo natural de se dar a maior precisão possível aos textos. Não se pode pois inferir, pelo simples número de emendas, que o projeto tenha sido reformulado em sua quarta parte, conforme se pretendeu. Na realidade, ele se manteve substancialmente íntegro, embora aperfeiçoado e completado, como era nosso propósito.

AS MODIFICAÇÕES

A revisão, segundo esclareceu o prof. Reale, se estendeu desde a Parte Geral até à parte das sucessões. Na parte referente às Obrigações, mereceram especial atenção os pontos referentes aos contratos de adesão, à compra e venda, à empreitada, ao mandato, à agência e distribuição, ao transporte de pessoas e coisas, seguros. Essa revisão foi efetuada tendo em vista o pronunciamento das categorias interessadas, bem como dos órgãos oficiais, tanto do governo federal como dos Estados.

Nossa preocupação - acentuou o prol. Miguel Reale - foi em suma encontrar a solução normativa correspondente à experiência brasileira em cada um dos setores regulados. Nesse sentido foram preciosas as sugestões feitas, por exemplo, pelo Ministério da Indústria e Comércio, através de sua Consultoria Jurídica, ou pelo Instituto de Resseguro do Brasil, pelo Instituto Nacional da

Propriedade Industrial, pelas entidades de classe de São Paulo, mediante bem elaborados trabalhos de seus órgãos jurídicos. Devem ser ainda referidos, especialmente, o Conselho Federal de Representantes Comerciais, a Associação Nacional de Transporte Rodoviário, os Institutos de Engenharia e dos Advogados. Podemos pois dizer que houve um verdadeiro diálogo vivo entre a comissão e os centros mais representativos. Não se fez por conseguinte um anteprojeto livresco, pois o que se quis foi antes dar uma resposta condicionada por nossas próprias exigências e circunstâncias. É claro que um Código não pode abranger todas as matérias, razão pela qual assuntos relacionados, por exemplo, com o transporte ou agência de distribuição, exigem o complemento da legislação especial.

A ATIVIDADE NEGOCIAL

No que se refere à atividade comercial, a Comissão fixou um ponto de ordem técnica muito importante: o de excluir as chamadas sociedades civis de fins econômicos para considerar apenas duas espécies: as simples e as empresariais. Ao lado das sociedades estão as associações e as fundações, arribas de fins não econômicos. Muitas foram segundo o prof. Reale, as sugestões recebidas de entidades de classe ou órgãos oficiais, como o Banco Central, no tocante a essa matéria. É necessário esclarecer - acrescentou - que muito embora tenha havido alterações em vários artigos, elas não implicaram em qualquer modificação de fundo da estrutura das sociedades de responsabilidade limitada ou das sociedades anônimas. Assim, por exemplo, a proteção das minorias acionárias já consta do anteprojeto e as emendas aprovadas vieram apenas completar essa disciplina, mas sem afetar evidentemente a estrutura das empresas, criando processos ou instrumentos de interferência nos respectivos poderes de direção. Outras alterações, de grande importância, se referem às reuniões das assembleias, para as quais passa a ser permitido que os sócios sejam representados por advogados, ainda que estes não sejam acionistas, ou no concernente à emissão de ações com ágio, etc. Se houve a natural necessidade de se protegerem as minorias acionárias, nem por isso se deixou de dar às empresas condições para a autonomia de decisões, que é um elemento inseparável do princípio da iniciativa privada.

Acrescentou ainda o presidente da Comissão que seria um absurdo disciplinar a sociedade anônima tão somente pensando no mercado de capitais, olvidando a gama variegada de entidades que operam na vastidão do território nacional.

A PROPRIEDADE

Na parte do Direito das Coisas, as modificações de maior relevo dizem respeito à disciplina das construções urbanas, aos direitos de vizinhança e ao condomínio em edifício, ou seja de unidades em edifícios. Nesta parte a comissão resolveu tomar posição muito nítida, optando por posição objetiva de condomínio em edifício, admitindo mesmo a hipótese de condomínio se constituir para posterior adesão de interessados, o que aliás já vem ocorrendo na prática. Melhor disciplina também foi imprimida à propriedade fiduciária, sempre com a preocupação de tornar uma realidade na lei civil o princípio constitucional da função social da propriedade.

AS DESAPROPRIAÇÕES

Foi estabelecido o direito de preferência do expropriado, quando a coisa de que ele foi privado vier a ter um destino diferente daquele que motivou o ato expropriatório, mas considerando-se legítima a utilização do bem em outro serviço ou obra de interesse público. Desse modo, não interessando mais a propriedade ao Estado, o expropriado tem preferência, mas na base do preço atual da coisa.

MARIDO E MULHER

Na revisão do Código, o tema das relações entre marido e mulher e da posição desta, na sociedade conjugal, desperta sempre enorme interesse. Segundo esclareceu o prof. Miguel Reale, a esse respeito houve algumas mudanças, para dar maior precisão aos dispositivos, e por essa forma evitar interpretações falhas, quando não tendenciosas. Foram reexaminados os problemas do casamento procuração, da filiação legítima, do reconhecimento de filhos ilegítimos, a posição do marido e da mulher. O art. 1.758 passou a ter a seguinte redação: "A direção da sociedade conjugal cabe ao marido, que a exercerá com a colaboração da mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos. Parágrafo único - As questões essenciais serão decididas em comum, e havendo divergência, prevalecerá a vontade do marido, ressalvado à mulher a faculdade de recorrer ao juiz, desde que não se trate de matéria personalíssima". Como se vê - esclarece o prof. Reale - foi dada à mulher não só a colaboração, mas também o poder decisório na sociedade conjugal. Mas não se privou a sociedade conjugal de uma direção prioritária, exigida pela instituição familiar e sobretudo pela prole.

A SUCESSÃO

Fizeram-se também alterações nesta parte, ocorrendo as maiores modificações no tocante à ordem da vocação hereditária. De modo especial, deu-se disciplina mais adequada à situação do cônjuge casado em segundas núpcias.

Não posso deixar - salientou o prof. Reale - de acentuar que, por estarmos passando do regime universal de bens para o regime de bens adquiridos, a comissão optou por uma linha prudente de participação do cônjuge em concorrência com os descendentes em relação aos bens particulares do outro cônjuge.

Como se vê - concluiu - em matéria de direito não se pode julgar pela quantidade, mas sim pelo alcance de uma mudança introduzida neste ou naquele artigo. Muito embora, por conseguinte, na revisão de São Paulo e de Brasília, não tenham sido feitas reformulações integrais de institutos, estes passaram a ter um significado diverso, dada nossa preocupação incessante de encontrar modelos jurídicos cada vez mais adequados à realidade brasileira.

(Transcrito da "Folha de São Paulo").

DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM CONCURSO DE SERVENTIA DE JUSTIÇA COMUNICADO

Em face de decisão proferida pela E. Presidência, no processo n. 179, do GAPRE 4 - DS. Concursos, comunica-se aos MM. Juízes de Direito Diretores dos Fóruns das comarcas e Circunscrições Judiciárias que aos candidatos (escreventes e serventuários) a concursos de admissão ou de remoção e promoção para provimento de serventias de justiça, somente serão exigidos os seguintes documentos:

- 1 - Certidão sobre tempo de serviço e existência ou não de faltas disciplinares, passada pela E. Corregedoria Geral da Justiça;
- 2 - Certidão de quitação para com a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado (IPESP passada por esse órgão). Quando o candidato for serventuário, a prova de quitação para com a CPSNOJE deverá conter a especificação exigida pelo § único do Artigo 71 da Lei n.º 10.393, de 16-12-1970.

Ficam, em consequência, os modelos de editais correspondentes publicados nos Diários da Justiça dos dias 5 e 31 de maio de 1972, modificados na parte referente à exigibilidade de documentos cujo teor passará a conter os termos dos ns. 1 e 2 supra.

DENOMINAÇÃO DE CARTÓRIOS

A E. Presidência, por despacho datado de 12-3-1973, aprovou o parecer emitido pelo Exmo, Senhor Juiz de Direito Auxiliar, às fls. 41/43 do Processo n.º 105.979-71, da Secretaria da Justiça, relativamente à denominação adotada na divulgação de abertura de concurso para provimento de Ofício de Justiça e Anexos, cujo teor é abaixo reproduzido:

"Proc. n.º 105.979-71 - SJ

Senhor Presidente:

- 1 - Trata-se de expediente encaminhado pela Secretaria da Justiça, relativamente à denominação das serventias não oficializadas de justiça a serem postas em concurso, à vista do que dispõem os artigos 100 e seguintes da Resolução n.º 1-71.
 - 2 - Entende aquela pasta, que a denominação das serventias deverá ser a do momento em que ocorrer a vacância, caso não se aplique a sistemática de que cuidam os parágrafos único do artigo 100 e 1.º e 2.º do artigo 101.
 - 3 - A denominação que vigia antes da Resolução, para as serventias que continham os anexos da escrivania cível e criminal era Cartório de Notas e Ofício de Justiça, como se infere dos artigos 196 e 197 do Decreto-lei Complementar n.º 3/69.
 - 4 - Todavia, ao disciplinar a distribuição dos serviços cartorários do interior, a Resolução n.º 1-71 traçou normas gerais e passou a chamá-las de Ofício de Justiça discriminando os respectivos anexos e preceituando que a nova sistemática seria aplicada "quando da vacância das atuais serventias, salvo concordância expressa manifestada pelos interessados para a imediata implantação" (artigo 100, parágrafo único e artigo 110, parágrafo 1.º).
 - 4.1. Isto não quer dizer que a nova denominação também só seria cabível quando ocorresse qualquer das hipóteses aludidas no item "4" retro.
-

- 4.2 É que a situação se inverteu. As mesmas serventias que possuíam os anexos da escrivania cível ou criminal, ou de ambas, continuariam a tê-las ou uma outra, conforme a hipótese. O que variaria seriam os anexos.
- 4.3. De qualquer forma, implantada ou não a nova sistemática, as serventias citadas teriam os anexos da escrivania cível ou criminal, ou ambas, variando, apenas, o anexo - notas, registro geral e de protestos de títulos, serviços do júri das execuções criminais e menores.
- 4.4. Daí porque a denominação Ofício de Justiça (que são as escrivania cível e criminal, ou ambas) tem cabimento em qualquer hipótese, ainda que não seja implantada, "in totum" a nova distribuição dos serviços, justamente porque o Tabelionato será anexo de só uma delas (art. 100) ou de ambas (art. 101).
5. Nem poderia ser diferente, pois haveria tumulto inadmissível se para algumas, continuasse a denominação Cartório de Notas e Ofício de Justiça, e para outras Ofício de Justiça e Anexos, segundo não se encontrassem ou já estivessem sob a nova disciplina imposta pela Resolução n.º 1-71.
6. Por outro lado, não há qualquer prejuízo aos possíveis interessados ao provimento dos ofícios vagos, uma vez que, ouvida a E. Corregedoria Geral da Justiça a respeito, dos anexos e da situação transitória até ocorrência das condições constantes dos artigos 100, parágrafo único e 101, §§ 1.º e 2.º, a sua manifestação constará do edital respectivo, para conhecimento dos candidatos que, assim, saberão a situação que irão encontrar e enfrentar.
7. Nesta ordem de consideração, pois, opino se mantenha a orientação no sentido de chamar àquelas serventias, tenha havido ou não subsunção às novas normas da Resolução n.º 1-71, de Ofícios de Justiça e Anexos.
8. É o parecer, sub-censura.
- São Paulo, 12 de março de 1973.
José Haroldo de Oliveira e Costa
Juiz de Direito Auxiliar da Previdência do Tribunal de Justiça".

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º 217.090

JACAREÍ

- Agvt. Elísio Vilela - Agvdo. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 217.090, da comarca de Jacareí, em que é agravante Elísio Vilela e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da comarca, Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Jacareí, que recusou-se a transcrever carta de adjudicação que lhe fora apresentada pelo agravante, extraída dos autos do inventário de Francisco Antônio de Souza Titico, Maria Justina Tolosa e José de Souza Bicudo, tendo por objeto dois imóveis rurais. Entendeu o suscitante que o título não preenchia os requisitos indispensáveis ao fim colimado, por insubsistirem os princípios da especialidade e continuidade do registro, nos termos dos arts. 244 e 247 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Processada a medida, sobreveio a sentença de fls. 127-132 que deu pela procedência da dúvida, ensejando recurso regular do interessado, tendo a douta Procuradoria Geral da Justiça opinado pela manutenção do julgado.

Nega-se provimento ao agravo.

O agravante apresentou a registro carta de adjudicação tendo por objeto dois imóveis rurais: o primeiro deles fora adquirido inventariado Francisco Antônio de Souza Titico através das transcrições ns. 744, 765 e 766, a primeira de 9 de outubro de 1897 e as restantes de 8 de fevereiro de 1898, sem mencionar qualquer especificação de área, característicos ou confrontações das glebas, constando apenas tratar-se de partes de terras e benfeitorias em comum, neste município, no sítio denominado Paraty, dividindo com a Fazenda Jaguary e outros".

Sucedu que o inventariado, por escritura de venda e compra de 2 de julho de 1934, transcrita sob o n.º 1.616 no Registro Imobiliário local, alienou a terceiro três alqueires de terras, mais ou menos, havidos pelas citadas transcrições 744, 765 e 766, não constando se o imóvel estava

sendo transmitido no todo ou em parte.

E a carta de adjudicação extraída do processo de inventário atribuiu graciosamente ao imóvel uma área de 62,92 ha., ou 26 alqueires, fixando-o, por outro lado, em lugar certo e determinado, o que era inadmissível, quando é exato que o "de cujos" houvera apenas partes ideais e em comum com outros, sem quaisquer especificações, o que é coisa diferente.

Frise-se, de outra parte, que também não se sabe com que intensidade a referida transcrição n.º 1.616 repercutiu nas transcrições originárias (ns. 745, 765 e 766).

Inegável, assim, que o título não reunia condições de ser registrado, sendo incensurável a atitude do Oficial Imobiliário.

O mesmo se diga, ao propósito, do segundo sítio constante da aludida carta de adjudicação e que com o primeiro formaria um só todo, ao qual se incute uma área de 9 alqueires, havido que foi pelo finado José de Souza Bicudo em comum com herdeiros de Maria Osória Pereira Tolosa, sem qualquer menção à sua grandeza real e eventuais confrontantes.

Nessas condições, resulta evidente que, diante da imprecisão dos títulos originários, o registro pretendido somente poderia ser efetuado após as necessárias providências tendentes a resguardar eventuais direitos, de terceiros, como acertadamente assinalou o parecer do ilustrado Procurador da Justiça oficiante.

Ante o exposto, impõe-se o improvimento do agravo, pagas as custas na forma da lei.

São Paulo, 2 de março de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Advogado: Dr. Jurandyr Fonsi.

Recurso n.º 49-72 - Capital - Recte. José Marcondes Luz - Recda. Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por José Marcondes Luz contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis da comarca da Capital Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento do recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente é escrivão do Cartório do Distribuidor e Anexos da comarca de Franca e teve sua inscrição indeferida para o 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital (classe especial) em virtude de exercer cargo de serventuário em cartório de natureza diversa da que possui a serventia em concurso.

Irresignado, sustenta o interessado, por via deste recurso, que se o legislador facultou a remoção dos distribuidores para Cartório de natureza diversa, desde que da mesma classe, obviamente permitiu, já que não proibiu, promoção para serventia de natureza diversa, tendo-se em vista o disposto no decreto-lei 205-70, artigo 1.º.

Acrescenta ainda que em face da inexistência de Cartórios do Distribuidor, a não ser os oficializados, não poderiam os escrivães dos Distribuidores concorrer por promoção, o que seria injusto, os colocaria em posição de inferioridade perante os demais serventuários.

Improcede o recurso.

Já fixou este Eg. Conselho Superior da Magistratura, ao apreciar o recurso interposto por Lyrio do Prado, entendimento no sentido de que é mister, em casos como o de que se cogita, embora de natureza diversa, tenha a serventia vaga a mesma classe do distribuidor interessado, só se admitindo a inscrição para remoção e não para promoção.

Com efeito, se o serventuário está na penúltima classe da carreira e inexistente cartório do distribuidor (não oficializado) na comarca da Capital, é claro que esse fato não lhe confere direito a concorrer a cartório de natureza diversa, por promoção. Só poderia fazê-lo por remoção, se fosse de classe especial.

Nem colhe o argumento de que a carreira dos distribuidores jamais atingiria à classe especial. O decreto-lei n.º 205-70, em seu artigo 1.º para prevenir esse possível prejuízo, permitiu aos titulares dos cartórios do distribuidor, contador e partidor a opção por serventias de qualquer natureza, porém da mesma classe, o que permitirá aos interessados, exercida a opção, galgar a

classe final da carreira.

É o caso do recorrente. Optando, ou inscrevendo-se por remoção para serventias de qualquer natureza, de 3.ª classe, nos termos do decreto-lei n.º 205-70, poderá alcançar serventia de outra natureza. Se provido numa delas, poderá, ao depois, v. g. na condição de serventuário de Cartório do Registro Civil, de Notas ou do Registro de Imóveis, ser guindado, por promoção regular, a serventia da mesma natureza, de classe especial, última da carreira.

O que não se admite é o que ora pretende: passar diretamente da 3.ª classe para a especial, em cartório de natureza diversa daquela de seu cargo atual.

Nega-se, pois, provimento ao recurso.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes - Presidente, em exercício.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Recurso n.º 49-72 - Capital - Recorrente - Sebastião da Cunha - Recorrida - Comissão de Concursos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Sebastião da Cunha contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos 5.º, 15.º, 24.º, 41.º e 48.º Subdistritos e do 8.º Cartório de Notas, todos da comarca da Capital - Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e bem deduzidos fundamentos.

O recorrente, escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do município de Taboão da Serra, comarca de Itapeverica da Serra, teve indeferida sua inscrição por remoção, só admitida por promoção, para os cartórios do Registro Civil do 5.º Subdistrito e outros desta Capital (classe especial), porque não foi considerado da mesma classe das serventias em concurso.

Irresignado, recorreu o candidato, alegando que funcionou como escrivão efetivo em 4.º e em entrância especial, de 1956 a 1964, quando ocorreu o rebaixamento de sua serventia, com a instalação da comarca de Itapeverica da Serra, à qual se integrou o município de Taboão da Serra. Daí se considerar com direito à remoção para a classe especial.

Nenhuma razão cabe ao recorrente.

Foi ele provido em 18-7-56, no cargo de escrivão do Cartório do Registro Civil e Anexos do então distrito de Taboão da Serra, pertencente à comarca da Capital, sendo, por isso, classificado em 1.ª classe, por força do art. 5.º, letra "a", inc. II, da lei 819-50.

Mais tarde, elevado o distrito a condição de município, consoante a Lei 5.285-59 (art. 14, letra "c"), passou o seu território a integrar a comarca de Itapeverica da Serra, na época 1.ª entrância (art. 18). Esse evento determinou a classificação do cartório e do seu titular em 2.ª classe (Lei 819-50, art. 5.º, letra "b" n.º II), pois a promoção do recorrente operou-se "in loco", então permitida ou tolerada.

Posteriormente, com a superveniência da lei 8.051-63, a comarca de Itapeverica da Serra foi elevada para 2.ª entrância, mas esse fato não influiu na classificação da serventia, nem na de seu titular, nos termos da lei 819-50, art. 5.º, letra "b", n.º II, então vigente.

Todavia, o Dec.-lei 158-69, ao elevar a comarca para 3.ª entrância, determinou a reclassificação da serventia em 3.ª classe mas não a do seu titular, como bem se vê do art. 4.º, inc. II, letra "b". E nessa oportunidade já não mais se permitia a promoção "in loco" do serventuário, uma vez que o art. 85 do dec.-lei 159-69 dispôs que "a alteração da entrância da comarca não afeta a situação dos servidores da justiça". Não se admitiu, portanto, como antes, a elevação do serventuário, dos escreventes e dos demais auxiliares, juntamente com a serventia, nem mesmo o seu rebaixamento, aliás sempre resguardada a sua posição nesses, casos, conforme se evidencia da lei 819-50 art. 53, do dec.-lei 159-69, art. 53.

Pelas mesmas razões, o rebaixamento verificado por força da Resolução n.º 1-71 (arts. 6.º e 63), com o retorno da serventia à 2.ª classe, igualmente não alterou a situação do recorrente, que permanece, assim, como antes, classificado em 2.ª classe (parágrafo único do art. 63).

Daí porque, contando mais de 15 anos de efetivo exercício no cargo de escrivão, o recorrente

somente está em condições de se inscrever "por promoção", às serventias de classe especial nunca, porém, por remoção, como pretende, nos termos do art. 27 do dec.-lei n.º 519-69. Ante tais argumentos, a decisão recorrida merece prevalecer integralmente pelos seus próprios fundamentos.

Nega-se, pois, provimento ao recurso.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes - Presidente, em exercício.

(D.O.J., de 21-3-73).

RECURSO N.º 49/72 - CAPITAL

-Recte.: Francisco Pereira Lima Netto - Recda.: Comissão de Concursos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Francisco Pereira Lima Netto contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos 24.º, 41.º e 48.º Subdistritos do distrito da sede da comarca da Capital - Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão decorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente escrevente habilitado do Cartório de Registro de Imóveis da 12.ª Circunscrição desta Capital, teve indeferida sua inscrição ao concurso de remoção e promoção para provimento de serventias de classe especial, por não preencher o requisito temporal exigido pelo art. 28 do Dec.-lei n.º 159/69.

Pretende o recorrente que o dispositivo legal em apreço não esclarece devidamente se os 25 anos devem estar completos na data da abertura do concurso ou no encerramento das inscrições, ou mesmo se deverão estar integralizados no caso de uma possível nomeação. Daí entender que tem direito à inscrição, porque na data da publicação do indeferimento de sua pretensão, contava 25 anos e 4 dias de exercício.

Nenhuma razão, porém, assiste ao recorrente.

O art. 28 do Dec.-lei 159/69 deixa bem claro que somente será admitida a inscrição dos candidatos que contaram mais de 25 anos de efetivo exercício no cargo. Esse requisito, como é óbvio, haverá de estar satisfeito senão na data da inscrição pelo menos até o encerramento do prazo para as inscrições.

Nem se poderia entender diversamente pois, o art. 8.º do citado Decreto-lei n.º 159/69 exige que o candidato faça prova dos requisitos legais, entre os quais figura certidão de tempo de serviço expedida pela Corregedoria Geral da Justiça. Se não o fizer, o candidato arrisca-se a ser eliminado sumariamente do concurso como se infere do art. 11, § 3.º do referido diploma legal. Fora de dúvida, pois, que a prova do requisito do tempo de serviço efetivo do candidato deverá ser feita até o encerramento da inscrição, uma vez que constitui pressuposto para ela, "conditio sine qua non" para a sua admissão, consoante bem assinalou a Comissão de Concurso.

Nega-se, portanto, provimento ao recurso.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes - Presidente, em exercício.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Recurso n.º 49-72 - Capital - Recte. Sebastião Silva - Recda. Comissão de Concursos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Sebastião Silva contra a decisão da Comissão de Concursos de remoção e promoção para provimento dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos 5.º, 24.º, 41.º e 48.º Subdistritos e do 8.º Cartório de Notas da comarca da Capital - Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos

fundamentos.

O recorrente é escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito da sede do município de Alto Alegre, comarca Penápolis. Está classificado como serventuário de 2.^a classe e não conta mais de 15 anos de efetivo exercício, motivos pelos quais a Comissão de Concurso não admitiu a sua inscrição para o concurso de cartórios de classe especial, com fundamentos nos arts. 26 e 27 do dec.-lei 159-69.

Não se conforma, porém, o recorrente, porque foi provido em cartório pertencente a comarca então classificada em 3.^a entrância, sob o argumento de que não se poderia considerar, no seu caso, a classe da serventia, mas a entrância da comarca. Tanto assim que continua a contribuir para o IPESP-CPSNOJE nessa qualidade. Entende, assim, que está em condições de concorrer para cartórios de entrância especial imediatamente superiores às de 3.^a classe.

Alega ainda que conta mais de 18 anos de efetivo exercício no cargo, a despeito de seus afastamentos para exercer mandato de prefeito do Município de Alto Alegre, porquanto o tempo de mandato eletivo conta-se também para o efeito de concursos na carreira, consoante já se decidiu no Conselho Superior da Magistratura.

Nenhuma razão, porém, assiste ao recorrente, conforme a lúcida decisão da Comissão de Concurso.

O provimento do recorrente no cargo de escrivão do Registro Civil do então distrito de Alto Alegre, comarca de Penápolis, ocorreu em 27 de março de 1963. Conseqüentemente ficou classificado em 1.^a classe, ex-vi do art. 5.^o, alínea "a", inc. II, da lei 819-50, então em vigor. Posteriormente, elevado o distrito de Alto Alegre à condição de município, por força da lei n.º 2456-53, da comarca de 2.^a entrância (Penápolis era, na ocasião, de 2.^a entrância), foi a serventia classificada em 2.^a classe (Lei n.º 819-50, art. 5.^o, letra "b", inc. III), ocorrendo a promoção do escrivão, "in loco", então permitida ou, pelo menos, tolerada.

Mas a elevação da comarca de Penápolis a 3.^a entrância, operada pela Lei 8.101-64, art. 101, letra "b" não altera a classificação da serventia, que se manteve em 2.^a classe, nos expressos termos do art. 5.^o, letra "b", inc. II, da lei 819-69.

Com o advento do dec.-lei 158-69, a comarca de Penápolis foi rebaixada para 2.^a entrância (art. 5.^o) mas a situação do serventuário não se alterou, por força do disposto no seu art. 85. Essa situação foi mantida pelo art. 53 do dec.-lei 159-69. Em conseqüência, o recorrente continuou a ser titular do cartório de 2.^a classe.

Promulgada a Resolução n.º 1-71, Penápolis continuou a figurar entre as comarcas de 2.^a entrância sem que ocorresse qualquer modificação na situação do recorrente. Permanece, este, como antes, classificado em 2.^a classe (parágrafo único do art. 63).

Daí a conclusão inafastável de que o recorrente, como titular de cartório de 2.^a classe, nunca poderia almejar a sua Inscrição ao concurso de cartórios de classe especial.

Por outro lado, o recorrente não conta mais de 15 anos de efetivo exercício em cargo de escrivão, pois exerceu mandato eletivo por vários anos, afastado do cartório. Não se enquadra, pois, no preceito do art. 27 do dec.-lei n.º 159-69.

Nem vale argumentar com a decisão deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura, em cumprimento de julgado do Excelso Pretório em favor de Joaquim Geraldo Corrêa, porquanto, na realidade, não se justifica computar como tempo de efetivo serviço de serventuário, para todos os efeitos, inclusive o de concorrer a concurso da carreira, aquele em que o escrivão esteve exercendo mandato eletivo.

Daí o acerto da Comissão de Concurso ao excluir do tempo de serviço do recorrente os quatro anos em que este, afastado do cartório, exerceu o cargo de Prefeito Municipal.

Tanto mais que, na hipótese dos autos, cuida-se de concurso a ser preenchido pelo critério de merecimento, "sui generis", entrando, na apuração dos pontos e para a classificação, os fatores merecimentos e antigüidade. E, assim não se cogita de concurso exclusivamente de antigüidade. Nesse sentido já decidiu o Egrégio Tribunal Pleno deste Tribunal no rec. n.º 76.746, interposto por João Batista Almeida Barbosa, com referência a promoção no sistema da Lei n.º 819-50, cujo critério se identifica com o atual, adotado pelo dec.-lei n.º 159-69.

Aliás, outro não é o regime de promoção do funcionário público, como se vê do art. 87 da lei 10.261-68, atual Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, consagrando o critério misto de antigüidade o merecimento para esse fim.

Por aí se verifica que não se pode considerar como preponderante para o provimento de cartórios o critério de antigüidade senão aquele misto, sui generis, da tradição da nossa legislação específica, para atender às peculiaridades da carreira dos serventuários da justiça e

que na verdade mais se aproxima do merecimento (art. 88, §§ 1.º e 2.º da Lei 10.261-68) do funcionalismo público.

Pelo exposto, não se cuidando de tempo de mandato eletivo para promoção por antigüidade e nem para aposentadoria e reforma, como se previa na Constituição Estadual de 1947 (art. 18) e na Constituição de 1967 e agora se mantém na atual Emenda Constitucional n.º 2-69 mas, sim, de concurso para provimento de cartórios pelo critério de merecimento, óbvio é que não se justifica a contagem daquele tempo na espécie. Tanto mais que não se trata de concurso apenas para promoção mas também para remoção, e que bem mostra a diversidade da presente hipótese daquela apreciada anteriormente pelo Excelso Pretório, a que se apegava o recorrente. Estas, em resumo, as razões pelas quais se nega provimento ao recurso, bem repellido por antecipação, pelos excelentes fundamentos da decisão recorrida, mais extensos e desenvolvidos, ora integralmente adotados por este Egrégio Conselho Superior da Magistratura como inteiramente adequados à hipótese.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes, Presidente, em exercício

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício.

(D.O.J., de 8-2-73).

Recurso n.º 49-72 - Capital - Recte.: Jamil Assuf Dualibi - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Jamil Assuf Dualibi contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida.

O recorrente, Escrivão do 1.º Ofício de Justiça e Anexos da Comarca de Tupã insurge-se contra a decisão da Comissão de Concurso que indeferiu a sua inscrição para o provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital, por ser titular de serventia de natureza diversa. Alega que o Decreto-lei Complementar n.º 3-69, em seu Art. 222, que consolidou a norma constante da lei estadual n.º 6.862-62, não exige expressamente, que as serventias sejam da mesma natureza, o mesmo havendo ocorrido com a Resolução n.º 1-71.

Mas improcede manifestamente a pretensão.

Com efeito, embora o art. 222 do Código Judiciário silencie a respeito de tal condição, forçoso convir que norma posterior ao dispor sobre o provimento de cartórios não oficializados, alterou as condições e as exigências desses concursos, impondo a necessidade de serem as serventias "da mesma natureza da serventia vaga, da mesma classe (remoção ou classe imediatamente superior (promoção) ". E o que estatui o Art. 26 do Decreto-lei n.º 159, de 28-10-69.

Ora, tendo a vaga em apreço ocorrido na vigência da lei nova, processando-se o concurso sob os efeitos e exigências desta, óbvio é que os pressupostos reclamados dos candidatos não de ser os fixados pela lei nova, como se tem decidido iterativamente neste Eg. Conselho Superior da Magistratura.

A Resolução n.º 1-71 não alterou essa sistemática. Apenas modificou o critério para a classificação das serventias, escalonando-as em quatro classes, sem consideração a sua natureza, mas tendo em vista, sobretudo, a entrância da Comarca a que pertencer o Cartório. Isto posto, os concursos e os requisitos para as admissões, promoções e remoções continuam a ser disciplinados pelo Decreto-lei n.º 159-69, cujo art. 26 exige, no caso de promoção, que as serventias sejam, também, "da mesma natureza ou com ofício anexo de igual natureza da serventia vaga".

Ora, o recorrendo é Escrivão de Ofício de Justiça com anexo de notas não de Registro de imóveis, pelo que não poderá se inscrever para concurso de provimento de Cartório de Registro de Imóveis.

Daí o acerto indiscutível com que se houve a Comissão de Concurso.

Nega-se, pois, provimento ao recurso.

São Paulo, 2 de março de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator

**Recurso n.º 49-72 - Capital - Recte.: Rosária Chacon da Cunha - Recda.:
Comissão de Concurso.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Rosária Chacon da Cunha contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos 24.º e 48.º Subdistritos, do distrito da sede da comarca da Capital - Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem discrepância, negar provimento ao recurso para que subsista integralmente a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

A recorrente é escrivã do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito de Parelheiros, comarca da Capital.

Tendo sido indeferida sua inscrição ao concurso de remoção e promoção de Cartórios do Registro Civil desta Capital - Classe Especial, por não satisfazer aos requisitos dos artigos 26 e 27 do Decreto-lei 159-69, recorre sob a alegação de que está classificada como titular de classe especial, por força do artigo 63 da Resolução n.º 1-71.

Não pode vingar porém, a sua pretensão.

A recorrente não foi promovida "in loco" com a elevação da sua serventia, em decorrência da Resolução n.º 1-71, porque foi provida nela aos 4 de setembro de 1962, quando a serventia era classificada em 1.ª classe, nos termos da Lei 819-50 (artigo 5.º, letra "a", inc. II).

É certo que o decreto-lei 158-69 procedeu à reclassificação das comarcas (artigo 3.º) e das serventias, de sorte a passar à 4.ª classe aquela ocupada pela recorrente (art. 4.º, inc. IV, letra "c").

Exato, ainda, que a Resolução n.º 1-71 alterou a situação dos cartórios dos distritos e Subdistritos da comarca da Capital, colocando as serventias na classe especial.

Todavia, a mesma Resolução n.º 1-71 declarou inalterada a situação das serventuários, consoante explicitou o parágrafo único do artigo 63, como já o fizera o artigo 85 do Decreto-lei 158-69.

Assim, a recorrente não obteve a sua pretensa promoção "in loco", permanecendo classificada na 1.ª classe, aquela em que foi originariamente provida.

Donde se negar provimento ao recurso.

a) Alceu Cordeiro Fernandes, Presidente em exercício

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente em exercício.

**Recurso n.º 49-72 - Capital - Recte.: Rubens do Amaral Gurgel - Recda.:
Comissão de Concurso.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Rubens do Amaral Gurgel contra a decisão da Comissão de Concurso, que acolheu o recurso de Jether Sottano contra o deferimento o da inscrição de outros candidatos ao concurso de remoção e promoção do 12.º Cartório do Registro de Imóveis desta Capital:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

Admitidas as inscrições, por remoção dos serventuários Ary Almeida Carvalho, Dalton de Toledo Ferraz, Manoel de Lima Machado, Mário Ignácio, Paulo de Tarso da Rocha Lessa, Rubens do Amaral Gurgel e Tércio Garcia F. dos Santos, insurgiu-se o serventuário Jether Sottano contra essa decisão da Comissão de Concurso, por entender que só ele, recorrente, é escrivão de classe especial e o único a concorrer por remoção. Os demais serventuários só poderão concorrer a promoção, para o provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis desta Capital (classe especial).

A Comissão de Concurso andou bem ao acolher o recurso.

Com efeito, pelo regime instituído pelo decreto-lei n.º 159-69, reduziu-se a carreira dos

serventuários a quatro classes, ao contrário das seis antes existentes. E os serventuários acima nomeados pertencem às antigas 4.^a ou 5.^a classes.

Com o achatamento da carreira, em virtude da supressão de duas classes e a manutenção de quatro classes, a última continuou sendo a especial.

A situação é a mesma que ocorreu em relação a Juízes e Promotores Públicos. As cinco entrâncias então existentes foram reduzidas a quatro, permanecendo a última como especial.

Ora, os serventuários das antigas 4.^a e 5.^a classes não eram da última classe da carreira porque havia, ainda, a classe especial, derradeiro degrau do escalonamento então existente.

Em consequência, devem ser considerados da penúltima classe da carreira, podendo remover-se para as serventias de 3.^a classe. Não, porém, para as de classe especial.

Aliás, nesse sentido, já decidiu a Eg. Quarta Câmara Civil deste Tribunal no mandado de segurança n.º 209.253, impetrado por Guilherme Pozzobon da Cunha.

Diversa não é a situação daqueles que na vigência da lei 819-50 eram classificados na 4.^a classe.

Acresce que no regime instaurado pelo decreto-lei 159-69, classificando as serventias em seis classes, criou mais dois degraus na carreira que, necessariamente deveriam ser percorridos pelos serventuários que se encontrassem nas 4.^a ou 5.^a classes antigas.

E, nada impedia o legislador de proceder a essa reclassificação das serventias, aumentando ou restringindo os degraus da carreira, pois é sua função precípua a de estabelecer o que lhe parecer mais justo, tendo em vista o interesse público. Este, como é óbvio, prevalece sobre os interesses particulares dos titulares de cargos de carreira.

Eis porque aos serventuários não ocupantes da última classe da carreira, é vedado concorrer, atualmente, por remoção, para cartório de classe especial. Somente poderão ser admitidos para concurso de promoção, tal como decidiu a Comissão de Concurso, com adequados fundamentos, ao acolher o recurso do serventuário Jether Sottano, decisão essa que fica integralmente mantida. Em consequência, nega-se provimento ao recurso de Rubens do Amaral Gurgel.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes

Presidente em exercício

José Carlos Ferreira de Oliveira

Corregedor Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim

Vice-Presidente, em exercício

(D.O.J., de 9-2-73).

Recurso n.º 49/72 - Capital - Recte.: José Domingues dos Santos - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por José Domingues dos Santos contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento do 8.^o

Cartório de Notas da Comarca da Capital Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso para manter a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente, escrivão do 2.^o Ofício de Justiça e Anexos da Comarca de Leme, de 2.^a entrância, está classificado em 2.^a classe. Teve indeferida sua inscrição para o concurso do 8.^o Cartório de Notas da Capital pela Comissão respectiva, por não possuir o requisito temporal exigido pelo art. 27 do Dec.-lei 159/69, visto que se lhe descontou os afastamentos para o exercício de mandato eletivo.

Insurge-se o recorrente contra a decisão, sustentando que os citados afastamentos haverão de ser computados para o efeito de concurso, na conformidade do que decidiu o Eg. Tribunal Pleno no mandado de segurança n.º 197.438, impetrado por Alcides Chacon Couto, por maioria de votos.

Mas o recurso não convence.

Trata-se aqui de concurso pelo critério de merecimento, e "sui generis" porque, na apuração dos pontos e para a classificação, atendem-se aos fatores merecimento e antigüidade. E nunca poderia ser considerado exclusivamente "por antigüidade" dadas as peculiaridades de que se reveste tal concurso.

Consoante já decidiu este Eg. Tribunal, em sessão plenária, no rec. 76.746, a respeito da promoção no sistema da Lei 819/50, idêntico ao do Dec.-lei n.º 159/69, ela "não se dá por antigüidade, mas exclusivamente por merecimento. Aliás, antigüidade se conta em tempo e não em pontos. E, a lei só manda classificar os que tenham maior contagem de pontos, apurados através de vários índices de aproveitamento. O tempo de serviço figura aí como um desses índices. E mesmo assim a antigüidade atua em função do merecimento. Pois a lei pressupõe que haja maior tirocínio, experiência, valor profissional, ao cabo de maior exercício efetivo das funções. Também por isso, será contrária ao espírito da lei a contagem de ponto para promoção derivada, não da prática do ofício, mas de exercício de cargos políticos".

É certo que esse julgado foi reformado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal (rec. extraord. n.º 34.299-S.P.).

Trata-se, porém, de uma decisão isolada do Excelso Pretório, que ainda comporta - data vênia - reexame e discussão.

Diversamente do regime de promoções do funcionário público, que se processam alternadamente pelos critérios de merecimento e de antigüidade na forma que dispuser o regulamento (E.F.F. Lei 10.261/68, art. 87), aqui não se cogita expressamente nem de um, nem de outro desses critérios, senão de um sistema "sui generis", peculiar à carreira dos serventuários da justiça e que realmente mais se aproxima do merecimento como bem se vê do art. 88, §§ 1.º e 2.º do Dec.-lei 159/69. É um sistema misto, inerente a uma carreira eivada de particularidades especiais.

Na espécie, o tempo de serviço é mera e simplesmente um dos critérios para a atribuição de pontos ao candidato, ao lado de outros, como títulos, publicação de obra, serviço prestado à justiça eleitoral, eficiência e boa cooperação e exercício interino de cargo de serventuário (Dec.-lei 159/69, art. 20, parágrafo único).

Ora, se a Constituição Estadual de 1947 mandou contar o tempo de afastamento do funcionário para o exercício de mandato eletivo para os fins de "promoção por antigüidade e pagar aposentadoria e reforma" (art. 18), assim também dispondo a subsequente Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional n.º 2-69, é de se entender que tal critério deve prevalecer quando a promoção for pelo critério de antigüidade, no sentido próprio. Não, obviamente, quando esse fator constituir apenas um dos elementos para conferência de pontos do candidato.

Note-se ainda que no caso em apreço o concurso não é só para promoção senão também para remoção, o que mais o afasta dos motivos que levaram o Excelso Pretório a julgar computável o questionado tempo de serviço.

Se entendesse que o tempo de mandato eletivo (deputado estadual e prefeito) é computável mesmo quando a antigüidade for considerada elemento relativo ou um dos índices de classificação, como, ficariam os candidatos à remoção? A Constituição nada previu a respeito. Então não poderiam eles ser beneficiados, pois os critérios não se confundem pela natureza mesma das respectivas situações.

Foi o que bem acentuou a decisão decorrida, com inegável acuidade e pertinência ao caso.

Daí porque se considerar exclusivamente por merecimento o referido concurso, não se reconhecendo o tempo de serviço prestado no exercício de mandato eletivo maxime atendo-se para a exigência de pontos em razão desse fator (tempo de serviço). Alude o legislador a "efetivo exercício como escrevente ou outra função exercida como servidor da Justiça, Juiz, Promotor ou Advogado", consoante se vê do art. 20, § único, item 6.º do dec.-lei 159-69. Fora de dúvida que a Lei foi taxativa e não admite interpretação extensiva para abranger outros casos não previstos. Acresce que o próprio Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei n.º 10.261-68) não considera como de "efetivo exercício", o tempo do deputado ou prefeito, em se tratando de promoção por merecimento (art. 78), o que vem em abono da exegese ora esposada.

Nem se argumente com o disposto no art. 54 do dec.-lei n.º 159-69, pois a expressão "para todos os fins" não se aplica às hipóteses do concurso de remoção e promoção como o de que se cuida. Este, só admite o tempo de efetivo exercício nos cargos ou nas funções expressamente mencionadas no art. 20, § único, item 6, do dec.-lei supra referido sem possibilidade de ampliação.

E ninguém negará à Administração Pública a competência absoluta, inerente, para estabelecer livremente as bases do concurso e os critérios de julgamento para o preenchimento dos cargos públicos e dos outros assimilados, como o são os da carreira de serventuários.

Por igual, não se aplica à espécie o precedente julgado deste Eg. Conselho em que foi computado o tempo de mandato eletivo para o candidato Joaquim Geraldo Corrêa, porque difere

bastante do presente.

É que lá determinou-se a contagem para o efeito de pontos, ao passo que aqui o que se repudia é o afastamento do serventuário, como prevê o art. 27 do dec.-lei 159-69.

Pelo exposto, a Comissão de Concurso agiu bem, vedando a inscrição do recorrente ao concurso, porquanto o desconto dos seus afastamentos para o exercício de mandato eletivo implica em redução de tempo, inferior a 15 anos de efetivo exercício no cargo de escrivão, requisito que é estabelecido pelo art. 27 supra mencionado.

Eis aí as principais razões pelas quais se nega provimento ao recurso.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes - Presidente em exercício.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

(D.O. J., de 21-3-1973).

Agravo de Petição n.º 214.496 - Capital - Agvte.: Cesar Ciampolini Júnior e Mário Pimenta

Camargo -

Agvdo.: - Oficial do 5.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 214.496, da comarca de São Paulo, em que são agravantes César Ciampolini Júnior e Mário Pimenta Camargo e agravado o Oficial do 5.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao agravo para determinar que se proceda a transcrição da escritura apresentada pelos agravantes. Custas como de direito.

Trata-se de dúvida suscitada pelo serventuário do Registro de Imóveis para a transcrição de uma escritura de compra e venda e de cessão de direitos em que figuram como vendedores os proprietários de um terreno situado entre a Avenida Nove de Julho e a Rua Álvaro de Carvalho, com frente para ambas as vias públicas e como comprador o agravante Mário Pimenta Camargo. Nessa escritura comparecem como anuentes cedentes, entre outros, o Espólio de Beatriz Lacaille Ciampolini, representado pelo inventariante César Ciampolini Júnior, uma vez que o imóvel objeto da venda havia sido compromissado, anteriormente, ao casal da inventariada. Nesse terreno, os anuentes cedentes haviam constituído um prédio próprio para garagem e conjuntos comerciais, denominado "Edifício Garage das Bandeiras", tendo celebrado com terceiros, entre os quais o comprador Mário Pimenta Camargo, compromissos de venda de unidades autônomas, constituindo cada uma um box de garage, com a respectiva fração ideal do terreno.

Funda-se a dúvida no fato de que na escritura de venda em questão não compareceram pessoalmente os herdeiros da inventariada Beatriz Lacaille Ciampolini, como era necessário, uma vez que haviam recebido em partilha os seus quinhões, inclusive os bens agora alienados, devendo ainda ser registrado o formal de partilha de cada herdeiro.

Processada a dúvida, com o parecer favorável do Curador de Registros Públicos, decidiu-a o MM. Juiz, julgando-a procedente. Houve recurso e nesta instância manifestou-se a Procuradoria Geral da Justiça pela confirmação da sentença recorrida.

O disposto no artigo 1801 do Código Civil, reproduzido no artigo 513 do Código de Processo Civil, não impede o registro pretendido, nem há que se registrar o formal de partilha dos herdeiros, para observância do princípio da continuidade do registro.

O casal da inventariada não era titular do domínio sobre o imóvel alienado, mas apenas compromissário comprador. Por isso mesmo, na escritura de venda lavada a registro, compareceram como vendedores os proprietários do imóvel, tendo o Espólio de Beatriz Lacaille Ciampolini comparecido tão só na qualidade de anuente e cedente de seus direitos aquisitivos, representado pelo inventariante César Ciampolini Júnior. No inventário foram inventariados e partilhados unicamente os direitos decorrentes do compromisso de compra do terreno e do empreendimento da construção da "Garagem Automática das Bandeiras", representado pelo saldo das vendas das unidades autônomas. Para efetivação dos compromissos e conclusão dos negócios realizados pelo casal da inventariada deram os herdeiros poderes ao inventariante, que foi também autorizado pelo Juiz do inventário a outorgar as escrituras que fossem necessárias.

O fato de estar findo o inventário não impedia que o inventariante ficasse autorizado a outorgar as escrituras, representando o Espólio, para conclusão dos negócios realizados, em especial havendo anuência expressa dos herdeiros, como já se decidiu em hipótese semelhante (Rev.

Trib. 413/197).

A transcrição do formal de partilha não se faz necessário para o efeito da continuidade do registro, porque a transmissão é feita pelos titulares do domínio diretamente ao comprador, o segundo agravante, comparecendo à escritura o Espólio referido tão só como anuente cedente dos seus direitos de compromissário adquirente.

Pelos motivos expostos é dado provimento ao recurso, para que se faça o registro pretendido, julgando-se improcedente a dúvida.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício

Advogados: Drs. Antonio Celso de Carvalho Pinto e Mário Masagão Filho.

**Agravo de Petição n.º 215.363 - Ourinhos - Agravante: Edgard Archangelo -
Agravado: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 215.363, da Comarca de Ourinhos, em que é apelante Edgard Archangelo e apelado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, conhecer do recurso como agravo de petição e negar-lhe provimento. Custas como de direito.

Ao lhe ser apresentada para registro uma carta de adjudicação expedida nos autos da ação executiva movida contra Harugi Seno, por Edgard Archangelo, exigiu o Oficial do Registro de Imóveis a transcrição em nome do devedor executado do imóvel arrematado pelo credor exequente, para o efeito da continuidade do registro. Satisfeita a exigência com o oferecimento da escritura de aquisição do imóvel feita pelo devedor Harugi Seno, recusou-se o Oficial a fazer a transcrição deste título pelo inobservância do artigo 65 da lei n.º 4.504/64 (Estatuto da Terra) e do artigo 11 e parágrafo 1.º do decreto-lei n.º 57/66, regulamentados pelo decreto n.º 62.504/68. Processada a dúvida, foi ela julgada procedente, ensejando recurso de agravo de petição interposto pelo interessado e recebido como apelação, à vista do disposto no artigo 206 do decreto-lei n.º 1.000/69. Subiram os autos e nesta instância a Procuradoria Geral da Justiça opina pelo desprovimento do recurso, que teria sido bem recebido como apelação.

O recurso admissível é o de agravo de petição, uma vez que o decreto-lei n.º 1.000, de 21-10-69, cujo artigo 206 estabelece o recurso de apelação da decisão que julgar a dúvida, teve a sua vigência adiada para 30-6-1973, pelo decreto n.º 71.523, de 11-12-72.

Quanto ao mérito, é confirmada a decisão recorrida, que bem decidiu a espécie.

A transcrição da escritura de compra em que figura como adquirente o executado Harugi Seno não pode ser feita porque se refere à aquisição de área inferior ao módulo estabelecido por lei para a região, fato reconhecido pela parte, o que contraria o disposto no artigo 65 do Estatuto da Terra e no artigo 11, parágrafo 1.º do Decreto-lei n.º 57/66, considerando-se nulo e de nenhum efeito qualquer ato que infrinja o preceito legal proibitivo do desmembramento de imóvel rural em área de tamanho inferior ao quociente da área, total pelo número de módulos constantes do certificado de cadastro. Os dispositivos legais mencionados já foram proclamados como legítimos em face da Constituição Federal, pelo Colendo Supr. Tribunal, uma vez que nada mais faz de que estabelecer uma limitação em favor do bem estar da comunidade, afastando, na medida do possível, não só o latifúndio, como também o minifúndio, de modo a propiciar o melhor desenvolvimento da economia rural. Tais disposições de elevado objetivo econômico-social não contrariam o direito de propriedade, hoje condicionado à sua função social. Se o critério de fixação do módulo (artigo 4.º do Estatuto da Terra) merece reformulação é matéria que escapa ao controle jurisdicional" (Rev. Trib. 418/405).

A circunstância de constar da escritura de compra de Harugi Seno que a transação está isenta das condições do Estatuto da Terra não modifica a situação porque a vontade das partes não prepondera sobre a lei, como acentua a Procuradoria da Justiça em seu parecer, lei essa que é de ordem pública.

Do mesmo modo, o fato consumado da arrematação feita pelo credor não convalida a transmissão feita de modo viciado, como dispõe o artigo 11 e parágrafo 1.º do decreto-lei n.º 57, de 1966.

Pelos motivos expostos é negado provimento ao recurso.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

**Agravo de Petição n.º 215.851 - Santo André - Agte.: Santa Paula
Melhoramentos S.A. - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 215.851, da Comarca de Santo André, em que é Agravante Santa Paula Melhoramentos S. A. e Agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis ao lhe ser apresentada para registro uma escritura de confissão de dívida garantida com caução de direitos resultantes de compromisso para aquisição de lotes de terreno.

A decisão recorrida julgou procedente a dúvida, pela falta de certificado de quitação exigível das empresas vinculadas à previdência social. Recorreu a apresentante do título sendo o MM. Juiz mantido a sua decisão. A procuradoria da Justiça manifestou-se pelo desprovimento do agravo. Verifica-se dos autos que a agravante confessou-se devedora de "Besouros Veículos Ltda.", e para garantia da dívida deu-lhe em caução direitos de que é titular, para a aquisição de diversos lotes de terreno, mediante escritura de compromisso de compra e venda. Em seu recurso a agravante esclarece que se trata de "inscrição da caução de direitos de contratos de compromissos de imóveis" e que "a caução é lançada no Registro de Imóveis para fins de publicidade geral-específica".

O registro da escritura apresentada pela agravante, mediante sua inscrição, no registro de imóveis, não pode ser realizado. Os atos praticados no registro de imóveis, mediante inscrição, transcrição ou averbação, estão enumerados no artigo 178 do decreto n. 4.857/39, relativo à execução dos serviços concernentes aos registros públicos. E entre eles não se menciona a caução de direitos aquisitivos em garantia do cumprimento de obrigação contratual. O registro pretendido seria admissível apenas no Registro de Títulos e Documentos. E uma vez que a pretendida inscrição da caução no registro de imóveis não é admissível, ociosa toma-se a indagação da necessidade, ou não, da apresentação do certificado de quitação relativamente a débito para constituição de previdência social.

Pelos motivos expostos é negado provimento ao agravo.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1973.

Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício.

**Agravo de Petição n.º 216.764 - Capital - Agvte.: Felipe Cueto - Agvdo.:
Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 216.764, da comarca de São Paulo, em que é agravante Felipe Cueto e agravado o Oficial do Sétimo Cartório de Registro de Imóveis da comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

Recusou-se o Oficial do Registro de imóveis a proceder à transcrição da escritura definitiva de venda e compra celebrada entre João Carlos de Azevedo e sua mulher e o agravante Felipe Cueto, respectivamente como vendedores e comprador e na qual figuram Hércules de Mello Faro e sua mulher, como anuentes cedentes, tendo por objeto o imóvel mencionado e descrito no título, dando como motivo de recusa constar do cartório comunicação de que o cedente Hércules Faro estava impedido de dispor de seus bens, nos termos do artigo 1.º do decreto-lei n.º 685/69.

Houve recurso, tendo a Procuradoria Geral da Justiça opinado pela confirmação da sentença recorrida.

Segundo consta da escritura apresentada, o primeiro cedente Hércules Faro é compromissário adquirente, mediante escritura pública, com quitação do preço, datada de 17-3-1959, devidamente inscrita no 7.º Cartório do Registro de Imóveis, do imóvel objeto da venda feita ao agravante. O registro da escritura de compromisso de venda e compra assegura ao compromissário comprador direito real oponível a terceiros, podendo, exigir do vendedor proprietário a escritura definitiva ou obter adjudicação judicial do imóvel. O comparecimento de Hércules Faro à escritura de venda, como anuente e cedente de direitos aquisitivos, importa em disposição de bens, disponibilidade proibida por qualquer forma, direta ou indireta, pelo decreto-lei n.º 685/69, a cujos efeitos está sujeito o cedente.

As promessas de cessão constantes dos instrumentos particulares ajustados com Mauro Faria e Joel Silveira e Silva e entre estes e o agravante não favorecem a este último. Nenhum desses escritos foi levado ao registro para a sua validade, quer entre as partes contratantes, quer em relação a terceiros, nos termos do artigo 135 do Código Civil. Além disso, trata-se de escritos particulares sem testemunhas e o de fls. 15 não tem a assinatura de um dos contratantes, faltando ainda o reconhecimento de algumas firmas, falhas e omissões que impedem o seu registro.

Assim, subsiste unicamente o compromisso quitado e inscrito, celebrado entre os titulares do domínio e Hércules Faro, o qual, no momento, está sujeito às restrições impostas pelo decreto-lei n.º 685 e, por isso, impedido, por qualquer forma, direta ou indireta, de dispor de seus bens. Pelos motivos expostos é negado provimento ao gravo.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1973.

Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício.

Advogado: Dr. Nelson J. Garcia.

Agravo de Petição - 217.621 - Capital - Agvte.: Cleber Teixeira Baroni e Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e examinados estes autos de agravo de petição n.º 217.621 da Comarca de São Paulo, em que é agravante Cleber Teixeira. Baroni e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

I - Levado a registro o compromisso de venda e compra de fls. 5/6 lavrado entre John Mies, representado por sua procuradora Jennifer Pauline James, na conformidade do substabelecimento feito por Margareth Lillias Marsden e constante das notas do 11.º Tabelionato da Capital, e o agravante, tendo por objeto o imóvel sito à Rua Conde de Itú n.º 901 (antigo n.º 877), no loteamento chamado Jardim Estrela, pertencente ao 29.º Subdistrito de Santo Amaro, suscitou dúvida o agravado.

II - Alega que a mulher do promitente vendedor não compareceu ao ato, posto que o regime de bens entre ambos seja o de separação de bens; o escrito não contém referências sobre a lei previdenciária; a procuração, de início, foi outorgada a Margareth Lillias Marsden, que a substabeleceu a Jennifer Pauline James, havendo diversidade de declaração entre o título registrando e o documento, de fls. 18.

Conclui o agravado com o informe de que escritura definitiva de venda e compra relativa ao mesmo imóvel, transcrita por estar formalmente em ordem, e que se encontra às fls. 28/30, foi celebrada entre o promitente vendedor do compromisso, John Miles, e Olga Sviaghin.

III - Regularmente processada, a dúvida foi julgada procedente. Inconformado, recorreu o agravante e o parecer da Procuradoria Geral da Justiça (fls. 61) é pelo improvimento do agravo.

IV - Segundo os autos, em face da transcrição da escritura de fls. 28/30, por apresentar-se formalmente em termos, não é possível a inscrição do compromisso de venda e compra de fls. 5/6, porquanto a propriedade já foi devidamente adquirida por terceiro. (Art. 530 do Código Civil).

O título referido foi prenotado (fls. 6v.) porém o registro não foi feito em razão de falhas não

supridas pelo agravante.

Assim é que a outorga uxória da mulher do promitente vendedor, em que pese serem casados pelo regime da separação de bens (fls. 15), era indispensável por força do que dispõe o art. 235 do Código Civil, inciso I.

Por outro lado, como é exigível, a menção às restrições insertas na legislação previdenciária não consta do compromisso em questão.

E manifesta é a divergência entre a declaração contida no título, quanto aos instrumentos de representação do promitente vendedor, e o documento de fls. 18/19.

V - De resto, eventual debate quanto à legitimidade da transcrição da escritura definitiva de fls. 28/30, por vícios que estariam prejudicando a inscrição do compromisso de fls. 5/6, com algum reflexo na anterioridade da prenotação deste último, de se ver, nos estreitos limites do processo de dúvida não é admissível (fls. 31/33).

VI - Nestas condições, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Advogado: Dr. Pedro Theodoro Dutra.

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º 213.803 SÃO PAULO

- Agvte.: Ahmed Abdul Razak Najjar - Agvdo: Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 213.803, da comarca da Capital, em que é agravante Ahmed Abdul Razak Najjar, sendo agravado o Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

O agravado recusou-se ao cancelamento de inscrição hipotecária requerida pelo agravante, por entender que o ato deveria ser precedido de mandado judicial, desde que pende entre as partes ação de consignação em pagamento.

Processada a medida, sobreveio a sentença de fls. 23/24, que deu pela procedência da dúvida. Irresignado, agravou tempestivamente o interessado (fls. 26/29), mediante recurso regularmente processado, sendo pela confirmação o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça (fls. 40/41).

Nega-se provimento ao recurso.

O ora agravante intentou ação de consignação em pagamento contra o seu credor hipotecário e o mandatário deste, na dúvida sobre quem seria o legítimo credor. Todavia, logrou obter do credor originário, a quem outorgara a garantia real, quitação e autorização para que se cancelasse a hipoteca, o que provocou a suscitação do Oficial imobiliário, acolhida pelo julgado recorrido.

Assim não havia como realizar-se o registro pretendido, pois como assinalou o lúcido parecer da Procuradoria da Justiça oficiante, se há incerteza sobre quem seja o verdadeiro credor, não pode a garantia ser cancelada, porque só o credor legítimo pode cancelá-la.

De outra parte, como bem lembrou esse mesmo parecer, não há prova de que a outorgante da procuração de fls. 4 esteja no exercício da inventariança e nem de que o crédito tenha sido regularmente inventariado.

Nessas condições, impõe-se o improvimento do agravo, mantida a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

São Paulo, 24 de janeiro de 1973.

aa) Alceu Cordeiro Fernandes - Presidente, em exercício.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Sylvio Cardoso Rolim - Vice-Presidente, em exercício.

Adv.: Dr. Nelson Tabacow Felmanas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 219.509, da comarca de São Paulo, em que é agravado o sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

O Oficial do 15.º cartório de Registro de Imóveis levantou dúvida em proceder a inscrição da escritura de confissão de dívida e hipoteca, outorgada por Estella Eppler Zablith e seu marido em favor da recorrente, porque não foi apresentado o certificado de quitação do Instituto Nacional de Previdência Social para a primeira alienação ou oneração do imóvel, após a vigência do Decreto n.º 66, de 21-11-66.

Manifestou-se a agravante, impugnada a dúvida e oficiando no feito, o Dr. Curador opinou pela sua procedência.

O julgamento foi convertido em diligência para que fosse informada a data da construção averbada (fls. 31 v.). Após a informação, a dúvida foi julgada procedente (fls. 18), ensejando o recurso de fls. 22, que obteve parecer favorável da d. Procuradoria Geral da Justiça (fls. 31). Dá-se provimento ao recurso para, reformando a decisão, determinar a inscrição da escritura de confissão de dívida e hipoteca.

O prédio oferecido como garantia hipotecária foi construído antes da vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, conforme prova feita pela recorrente, após a sentença (doc. de fls. 24).

Dispensável, assim, a exibição do certificado de quitação (CQ), exigível somente nos casos de prédio ou unidade imobiliária com construção terminada após a vigência do Decreto-lei n.º 66-66. Aliás, nesse sentido já decidiu este Egrégio Conselho, no agravo de petição n.º 210.796 da comarca de Campinas, em sessão de 14 de julho de 1972.

São Paulo, 5 de abril de 1973.

Tácito Morbach de Goes Nobre - Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Alceu Cordeiro Fernandes - Vice-Presidente.

Advogado: Dr. Elias Pio Monteiro da Silva Júnior.

(D.O., de 10-4-1973).

PROVIMENTO N.º 1/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a necessidade de melhor disciplinar o fornecimento de relações diárias dos títulos protestados a terceiros interessados e à publicação das mesmas pela imprensa, bem como o decidido no Processo C.G. n.º 37.747-7,

Resolve

Artigo 1.º - Somente depois de efetivado o protesto, e em cada caso, poderão ser fornecidas certidões ou informações a terceiros estranhos os títulos levados aos Cartórios de Protestos de Títulos.

Artigo 2.º - Tratando-se de solicitação da Associação Comercial ou da Associação dos Bancos do Estado, os Cartórios continuarão a lhes fornecer uma relação diária dos protestos já tirados, com a nota de se cuidar de informação reservada, vedada sua publicação pela imprensa, mesmo parcialmente.

Parágrafo 1.º - A obrigação prevista neste artigo será suspensa se o seu caráter sigiloso for desatendido.

Parágrafo 2.º - Da referida relação constarão as declarações eventualmente prestadas ao Cartório pelos interessados, desde que sejam diretamente vinculados aos títulos levados a protestos.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário, continuando em vigor, o mais que se contém no Provimento n.º 10-70.

Publiquem-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 18 de janeiro de 1973.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

(D.O.J., de 25-1-73).

PROVIMENTO N.º 2/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto nos arts. 231, parágrafo único do Código Judiciário do Estado (Dec. Lei Complementar n.º 3, de 27-8-1969) e 31, § 3.º do Dec. Lei n.º 159, de 28-10-1969, cc. o art. 63 da Resolução n.º 1 de 29-12-71 do Egrégio Tribunal. de Justiça do Estado de São Paulo;
Considerando o disposto nos arts. 291 do Código Judiciário do Estado (Dec. Lei Complementar n.º 3, de 27-8-1969), e 31, §§ 1.º e 2.º do Dec. Lei n.º 159, de 28-10-69;
Considerando o que ficou decidido no processo C.G. n.º 32.360/69,
Resolve;

Art. 1.º - Os vencimentos dos escreventes de serventias não oficializadas constarão de uma parte fixa, nunca inferior ao salário mínimo local, acrescida de um adicional, na base de acordo ajustado por escrito com o Serventuário.

§ 1.º - Os acordos salariais, atendidos os critérios fixados neste provimento, serão homologados pelo Juiz Corregedor Permanente da respectiva serventia.

§ 2.º - A homologação dos ajustes de salários será comunicada à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 2.º - Na eventualidade de divergência entre os interessados, os vencimentos serão estabelecidos pelo Juiz Corregedor Permanente, observadas as normas deste provimento.

Artigo 3.º - Os salários dos escreventes serão fixados dentro da seguinte escala, ocorrendo o reajuste automático de acordo com a majoração dos índices estabelecidos:

I - Serventias de 1.ª classe - salário acrescido do adicional de 20%;

II - Serventias de 2.ª classe - salário acrescido do adicional de 30%;

III - Serventias de 3.ª classe - salário acrescido do adicional de 35%;

IV - Serventias de classe especial - salário acrescido do adicional de 40%.

Parágrafo único - Independentemente da classe a que pertencer a serventia, os escreventes de 3.ª categoria perceberão mais um adicional de 5%, os de 2.ª categoria um adicional de 10% e os de 1.ª categoria um adicional de 15%, que incidirá sobre o total devido.

Artigo 4.º - Os auxiliares da serventia perceberão salários não inferiores ao mínimo legal, sem prejuízo do que for convencionado a mais e os menores entre 12 e 18 anos poderão ter os vencimentos reduzidos segundo as normas da legislação trabalhista.

Artigo 5.º - Os interessados recorrerão ao Juiz Corregedor Permanente da serventia, solicitando as providências necessárias para o regular cumprimento das obrigações por parte dos Serventuários, os quais ficarão sujeitos às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único - Quanto aos auxiliares, incumbe a observância das disposições legais específicas, em decorrência do que preceitua o artigo 38 do Decreto-lei n.º 159-69.

Artigo 6.º - Caberá ao Juiz Corregedor Permanente traçar as normas adequadas ao efetivo cumprimento do disposto no artigo 231 do Código Judiciário do Estado, c/c os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 31 do Decreto-lei n.º 159-69, aplicando as regras seguintes:

I - Para a fixação do número de escreventes e de auxiliares da serventia sob sua alçada, será ouvido, previamente o Serventuário e deverão ser atendidas, na medida do possível, eventuais peculiaridades locais:

II - Para fins da classificação dos escreventes nas três categorias previstas em lei, mediante proposta do Serventuário sujeita a sua homologação deverão ser obedecidos os requisitos seguintes:

a) - Capacidade funcional;

b) - Assiduidade;

c) - Antigüidade na função exercida na serventia;

d) - Títulos e comprovantes de conclusão de cursos relacionados com a função;

e) - Encargos de família;

f) - Idade;

g) - Tempo de serviço público;

h) - Inexistência de faltas disciplinares.

III - Para fins de acesso de uma categoria a outra, mantida a exigência da proposta do Serventuário e de sua homologação, serão observados os requisitos mencionados no inciso anterior.

Artigo 7.º - A partir da vigência deste provimento, todos os escreventes ficam classificados na 3.ª

categoria, devendo a implantação prevista no artigo 6.º ser feita no prazo de 60 dias.
Artigo 8.º - Todos os atos e decisões dos Juízes Corregedores Permanentes sobre a matéria tratada neste provimento serão obrigatoriamente comunicados à Corregedoria Geral da Justiça.
Artigo 9.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 11 de maio de 1973.
José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 3/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,
Considerando que durante os trabalhos de Correição Geral realizados nas Comarcas do interior do Estado verificou-se que a forma de distribuição de inquéritos policiais dificulta a sua movimentação no Fórum;
Considerando a conveniência de uma melhor disciplina na distribuição dos inquéritos policiais, evitando-se a tramitação desnecessária entre os órgãos de justiça e o cartório do Júri,
Determina:
I - Nas Comarcas do interior do Estado os inquéritos policiais, concluídos ou não, dentro do prazo legal, e os processos sumários da Lei n.º 4.611-65, serão remetidos ao Fórum, para distribuição, através do cartório do distribuidor.
II - Feita a distribuição, os inquéritos e os processos sumários serão encaminhados aos órgãos competentes, onde serão registrados no "Registro Geral de Feitos Criminais" e submetidos a despacho do Juiz.
III - Nos casos de pedidos de dilação de prazo, após a distribuição, os inquéritos tramitarão diretamente entre a delegacia de polícia e o órgão competente.
IV - O órgão organizará fichário dos inquéritos devolvidos à polícia, a fim de que sejam reclamados depois de decorrido o prazo deferido pelo Juiz. A ficha será a mesma que, depois, passará a integrar o fichário dos processos em andamento, ou de processos findos, conforme a hipótese.
V - Os inquéritos por crime doloso, contra a vida correrão perante o cartório que tiver o anexo dos serviços do Júri (artigo 63, Decreto-lei n.º 158-69).
Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 21 de maio de 1973.
José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.
(D.O., de 23-5-71).

PROTOCOLADO CG N.º 445-73

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria no Protocolado CG n.º 445-73 - E, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça.
Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.
1. Trata-se de ofício do MM. Juiz em exercício na 1.ª Vara Distrital de Santo Amaro, solicitando providências desta E. Corregedoria naquilo que concerne ao endereçamento da correspondência dirigida às diversas Varas Distritais, que vem eivada de erros pela não observância da nova denominação e numeração daquelas Varas, conseqüente à vigência da Resolução n.º 1-71.
2. Atentando que o fato acima relatado derivou da mudança da numeração das atuais Varas Distritais, circunstâncias que tem gerado certos equívocos e desencontros, na expedição e remessa de ofícios, precatórias e outros papéis destinados aos referidos Juízes, opino no sentido de ser recomendado aos MM. Juízes de Direito de todo o Estado a fiscalização e fiel observância, pelas serventias, da denominação emprestadas às Varas Distritais pela Resolução n.º 1-71 - (Artigo 25 e Tabela-anexa "c").
Por derradeiro, caso aprovado este parecer, proponho seja o mesmo publicado no Diário da Justiça, para conhecimento dos interessados.

À consideração de Vossa Excelência.
São Paulo, 17 de janeiro de 1973.
Juiz de Direito Auxiliar.
(D.O.J., de 20-1-73).

PROTOCOLADO 5.758/73

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

Inconformado com v. decisão de Vossa Excelência, proferida no processo C.G. 17-72, o senhor Walter Tebet, Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos da Comarca de Americana, requer seja estabelecida a forma razoável, correta e disciplinada do interessado pagar diretamente as despesas da avaliação ao próprio avaliador, salvo os casos "a final". Opino no sentido de que não se torne conhecimento do pedido, de vez que, para que não se suprima uma instância Administrativa, a sua apreciação cabe ao MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente, ex vi do disposto nos artigos 50 e 51, do Código Judiciário, devendo a Corregedoria Geral manifestar-se, apenas, no caso de recurso da primeira decisão, interposto com base no artigo 246, do referido Código.

Contudo, se apreciado o requerimento como "pedido de reconsideração", remédio de que cuida o artigo 239, II, do Estatuto dos Funcionários Públicos, aplicado subsidiariamente, opino pelo seu indeferimento, pois nada há a reconsiderar na v. decisão de Vossa Excelência.

Com efeito, ficou bem claro no parecer aprovado, que o pagamento do salário do avaliador somente poderá ser feito após o arbitramento e a juntada do laudo e logo depois de concluído o ato.

A propósito da insistência do senhor Walter Tebet, Distribuidor da Comarca, no que tange ao recebimento de seus salários por trabalhos de avaliações, em insólito arrazoado, fora das regras de urbanidade a que se refere o artigo 239, do Estatuto dos Funcionários Públicos, é preciso que se deixe firmemente registrado que o distribuidor somente atua como avaliador nos processos de inventários, arrolamentos, pedidos de alvará para venda ou sub-rogação de bens, arrecadação de bens de ausentes e de herança jacente e precatórias avaliatórias que a eles se prendem, especificados no artigo 1.º da lei estadual n.º 109, de 16 de julho de 1948, de onde se pode concluir que não existem avaliadoras judiciais nas comarcas do interior, devendo aplicar-se nos processos contenciosos o que está expresso no artigo 957, 2.ª Alínea, do Código de Processo Civil: "À falta de avaliador judicial, o juiz nomeará pessoa idônea.

Saliente-se, ainda, que o artigo 125 do Decreto n.º 11.058, de 26 de abril de 1940, dispunha sobre a organização judiciária do Estado de São Paulo não criou o cargo de avaliador, mas apenas atribuiu as funções de avaliador, nas comarcas de 1.ª e 2.ª entrâncias, ao distribuidor e tão somente nos casos que enumerava (inventários, arrolamentos e arrecadações de bens de ausentes e heranças jacentes), o qual pelo artigo 1.º da Lei n.º 109, de 1948, teve suas funções de avaliador alargadas para servir também nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, nos pedidos de alvará para venda ou sub-rogação de bens e precatórias avaliatórias que a esses casos se refiram.

Nas comarcas elevadas de 3.ª para 4.ª entrância, continuaram os distribuidores com aquelas atribuições, por força do disposto no artigo 121, da Lei n.º 8.101-64 que reorganizou o serviço judiciário no Estado.

Como se vê todas as leis de organização judiciária do Estado cuidaram das funções do avaliador, atribuindo-se ao distribuidor das comarcas do interior, com exceção do Decreto-lei n.º 158, de 28 de outubro de 1969, que dispõe atualmente sobre a organização judiciária de nosso Estado, sendo lícito concluir que hoje ainda se atribui ao distribuidor as funções de avaliador nas comarcas do interior, nos casos previstos na Lei n.º 109/48, já que essa atividade, embora não conste na última lei de organização judiciária, permanece, por força da Lei n.º 8.101/64, que a manteve, como função do distribuidor.

E é de se registrar, ainda, "que excepcionalmente, ao distribuidor da comarca de Santo André, o artigo 58, da lei n.º 6.142, de 27 de junho de 1961, outorgou as funções atribuídas aos Distribuidores, Contadores e Partidores das comarcas de São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo ao tempo de 3.ª entrância, ultrapassando os limites gerais, dado que ao de Santo André foi irrogada a função nos executivos fiscais, precatórias e arbitramentos" (Ennio Bastos de Barros, Manual das Correições, página 87).

Não poderia mesmo o Sr. Walter Tebet, Escrivão do. Distribuidor, funcionar como avaliador em processo contencioso, porque o artigo 19 do Decreto-lei n.º 16.484, de 17 de dezembro de 1946, dispõe que "os membros do Ministério Público e os Serventuários não poderão servir de peritos judiciais", ressalvados os casos especificados na Lei n.º 109-48.

Este é o entendimento da Corregedoria Geral da Justiça, firmado em vários pronunciamentos, como se vê dos Processos CG ns. 6768-50, 8760-52 e 27.468-67.

Manda, a respeito, o Prov. CG 1-69, observar a limitação prevista no artigo 1.º da Lei n.º 109-48, aplicando-se aos processos contenciosos a regra do artigo 957, do Código de Processo Civil.

Em suma, s.m.j., deverá ser indeferido o pedido de reconsideração, fixando-se o entendimento de que o distribuidor, nas comarcas do interior, somente atua como avaliador nos casos especificados no artigo 1.º da Lei n.º 109, de 1948, devendo seu salário ser arbitrado após a juntada do laudo e nos termos da Tabela 8, itens II e III, aprovada pelo Decreto n.º 52.705-71 e pago, em Juízo, logo depois do arbitramento.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 25 de maio de 1973.

Flávio César de Toledo Pinheiro- Juiz de Direito Auxiliar

Conheço do requerimento como pedido de reconsideração e o indefiro, nos termos do parecer. Publique-se.

Data supra.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

COMUNICADO

O Excelentíssimo senhor Corregedor Geral da Justiça, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições contidas nos artigos 176, § 2.º e 177, do Estatuto dos Funcionários Públicos e 1.º e seu § 3.º da Lei n.º 2.177-53, mais os itens 7.º e 8.º do Provimento CG. 15-67, além de inúmeros e antigos precedentes ocorridos nesta Corregedoria Geral.

Comunica

que as férias obrigatórias do pessoal de cartório não oficializado não podem ser acumuladas, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos consecutivos. Serão usufruídas em dias consecutivos, não devendo ser interrompidas. Todavia, em ocorrendo imperiosa necessidade de serviço, poderão os Juízes Corregedores Permanentes sustá-las, caso em que os servidores deverão gozá-las no mesmo ano. Atendido o interesse do serviço, excepcionalmente o servidor poderá gozar as férias em dois períodos, porém, iguais, desde que autorizado pelo Corregedor Permanente e fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral da Justiça.

COMUNICADO

O desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, comunica aos MM. Juízes de Direito que ao procederem as Correções Periódicas e eventualmente as extraordinárias, anotem nos termos respectivos e nos ofícios de remessa a qual ano se referem, para fins de controle por parte da Corregedoria Geral da Justiça".

PORTARIA N.º 08/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

- 1) Considerando o que ficou decidido nos Processos CG-37.017-72 e 38.092-73.
 - 2) Considerando a necessidade dos Cartórios Oficializados da Capital desenvolverem expediente interno, sendo uma hora no início e outra ao final dos serviços.
 - 3) Considerando que o atendimento ao público não sofrerá prejuízo com a medida, visto como terá seis horas diárias para essa finalidade.
 - 4) Considerando o disposto no artigo 4.9 do Provimento LXIV-71, do Conselho Superior da
-

Magistratura,

Resolve:

Autorizar as serventias de justiça oficializadas da Capital a desenvolver horário das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, para o atendimento do público, ficando, porém, os funcionários sujeitos ao horário de trabalho previsto no artigo 1.º do Provimento n.º LXIV-71, do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 9 de março de 1973.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

(D.O., de 13-3-1973).

PORTARIA N.º 10/1956

Sobre a celebração do casamento Civil. -

PORTARIA N.º 10

O Desembargador Oswaldo Pinto do Amaral, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Considerando que o Código Civil, em seu artigo 193, prescreve a solenidade que deve ser observada na celebração do casamento civil: plena publicidade do ato, a portas abertas, presentes, pelo menos duas testemunhas parentes ou não dos contraentes ou, em caso de força maior, querendo as partes, e consentindo o juiz, noutro edifício, público ou particular, e, consoante prescreve o parágrafo único do mesmo artigo, quando o casamento for em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato e, se algum dos contraentes não souber escrever serão quatro as testemunhas;

Considerando que o artigo 194 complete a exigência da solenidade, estabelecendo a fórmula a ser pronunciada pelo juiz, para que declare efetuado o casamento;

Considerando que, em aditamento a tais prescrições, nada mais existe a ser recomendado, senão que tanto o Juiz como as partes e testemunhas se apresentem decentemente trajados para o ato para maior decoro do mesmo;

Determina, por esta portaria aos Juizes de casamento e Oficiais do Registro Civil que tomem conhecimento das prescrições acima referidas fazendo-as cumprir rigorosamente para completa solenidade do ato do casamento.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 20 de agosto de 1956

Oswaldo Pinto do Amaral

Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA N.º 11/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando os objetivos dos artigos 38 do Decreto-lei n.º 5.291/69 e 21, parágrafo 1.º do Decreto n.º 5.129/31, especialmente quanto ao início e término do vínculo contratual existente entre os serventuários de justiça e os auxiliares de cartório;

Considerando que é obrigatório o contrato de trabalho para reger as relações entre os serventuários de justiça e os auxiliares no foro extrajudicial, consoante os artigos 21 e seu parágrafo 1.º do Decreto n.º 5.129/31 e 38 do Decreto-lei n.º 159/69;

Considerando a necessidade de ser aperfeiçoado o modelo ora em vigor, em função das modificações legislativas ocorridas a partir de 1970;

Considerando a conveniência e a necessidade de ser melhor formalizada a rescisão contratual entre os serventuários de justiça e os auxiliares, no foro extrajudicial;

Considerando, por fim, o que ficou decidido nos processos números CG-37.979/73 e 37.975/73;

Resolve:

Artigo 1.º - Ficam instituídos os modelos de contrato e de rescisão de contrato de auxiliares de cartório, na forma das minutas em anexo.

Artigo 2.º - Os serventuários de justiça, obrigados por lei à lavratura de contrato de auxiliares de cartório e sua rescisão sob pena de responsabilidade, deverão tomar as medidas cabíveis para adoção dos modelos ora instituídos.

Artigo 3.º - Os auxiliares de cartórios somente poderão iniciar suas atividades nos cartórios onde forem admitidos depois de deferido e publicado o arquivamento de uma via do respectivo contrato (artigo 38 do Decreto-lei n.º 159/69).

Parágrafo único - Os contratos deverão ser redigidos somente no anverso e verso da folha respectiva.

Artigo 4.º - Os auxiliares de cartório deverão aguardar em exercício o deferimento e a publicação do arquivamento na Corregedoria Geral da Justiça de uma via do instrumento de rescisão de contrato;

Parágrafo único - Uma via de instrumento de rescisão de contrato de auxiliares de cartório será enviada ao IPESP, pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 5.º - Os MM. Juízes de Direito diligenciarão no sentido de que todos os serventuários de justiça, sob sua corregedoria permanente, tomem conhecimento dos modelos adotados, proibindo a permanência de elementos nos cartórios, cujas situações infrinjam os dizeres desta portaria.

Artigo 6.º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 2 do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo.

Eu, Ezio Donati, Escrivão da Corregedoria Geral da Justiça, subscrevi.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

ANVERSO

CONTRATO DE AUXILIAR DE CARTÓRIO

Pelo presente instrumento particular, celebrado entre o (a)

do (Escrivão

ou Oficial) (Cartório)

da Comarca de como primeiro(a) contratante, e R.G.-SP n.º

como segundo(a) contratante, filho e natural

de onde nasceu aos registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de(o) Comarca de às fls.....

(distrito ou Subdistrito etc.)

do Livro n.º A- residente e domiciliado à rua

n.º, ...

(Bairro ou Distrito)

..., ... fica certo e ajustado o seguinte:

Cidade)

PRIMEIRO: - O (a) primeiro(a) contratante, ADMITE o(a) segundo(a) contratante como AUXILIAR DE CARTÓRIO, pelo tempo que lhe convier e de acordo com os dispositivos legais em vigor, obrigando-se a pagar-lhe a quantia mensal de Cr\$ (.....) consignada em folha de pagamento até o dia útil de cada mês.

SEGUNDO: - O (a) segundo (a) contratante declara aceitar este contrato e se obriga a desempenhar com exatidão, todas as funções que lhe forem atribuídas, guardando absoluto segredo de todos os casos em que o interesse na Justiça assim o exigir, sob as penas da lei, obedecendo, outrossim, ao horário regulamentar de trabalho, e declarando-se ciente do regime estatutário a que fica sujeito nos termos das Leis e Organização Judiciária do Estado de São Paulo e especialmente, dos artigos 63 e seguintes da Resolução n.º 1, de 29 de dezembro de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

TERCEIRO: - Os contratantes declaram que será providenciada, na forma da lei específica a inscrição do (a). Segundo a contratante na Carteira de Aposentadoria dos Servidores da Justiça, no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP.

E, assim, em cumprimento ao disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 159 de 1969, artigo 21, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 5.129, de 1931, Lei n.º 10.393, de 1970, tudo combinado com a Portaria C.G. n.º 16/53, Provimento C.G. n.º 1/69, item 10, n.º II, e Provimento C.G. n.º 13/69, todos da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, lavram o presente contrato, em cinco (5) vias, que assinam em presença das duas testemunhas abaixo qualificadas.

Observações: Preencher o contrato em cinco (5) vias, sendo a 1.ª e 2.ª vias para a Corregedoria Geral da Justiça, a 3.ª para a Corregedoria Permanente, a 4.ª para o Serventuário e a 5.ª para o(a) segundo(a) contratante. Caso o(a) segundo(a) contratante for menor de dezoito (18) anos de idade, juntar certidão de nascimento e prova do consentimento do pai ou responsável.

RESCISÃO DE CONTRATO DE AUXILIAR DE CARTÓRIO

Pelo presente instrumento particular, celebrado entre o (a) do
da Comarca (Escrivão ou Oficial)
(Cartório)

de como primeiro (a) distratante, e R.G.-SP n.º , Auxiliar do
Cartório, como segundo(a) distratante, fica certo e ajustado o seguinte:

PRIMEIRO: - Os distratantes, neste ato, extinguem o vínculo contratual estabelecido
anteriormente no contrato de Auxiliar de Cartório que firmaram nos termos e para os fins do
artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969 contrato esse aprovado pelo MM. Juiz Corregedor
Permanente da serventia e arquivado na Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, conforme o
publicado no "Diário da Justiça" de de de 19

SEGUNDO: - Os distratantes, para todos, os efeitos legais, dão por integral e satisfatoriamente
cumprido o referido contrato, pelo que se outorgam mútua, plena, geral e irrevogável quitação.

TERCEIRO: - Para os efeitos do comunicado da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça publicado
no "Diário da Justiça", de 3 de fevereiro de 1970, os distratantes declaram sob as penas da lei,
que contra o(a) segundo(a) distratante não existe procedimento administrativo-disciplinar em
andamento nem pena disciplinar a ser cumprida.

QUARTO: - O(a) segundo(a) distratante, neste ato por ter cédula de identidade
funcional, ... a devolve, para os fins devidos.

QUINTO: - Este distrato só terá eficácia após sua aprovação pelo MM. Juiz Corregedor
Permanente da serventia e arquivamento na Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.
E, assim, lavram o presente distrato, em cinco (5) vias que assinam em presença de duas
testemunhas abaixo qualificadas.

....., ... de de 19

Primeiro (a) Distratante

Segundo (a)

Distratante

TESTEMUNHAS:

1.ª
(..... R.G.-SP n.º)

2.ª
(..... R.G.-SP n.º)

APROVO

Em / /19

Juiz Corregedor Permanente

(Republicado por ter saído com incorreções)

Observações: Preencher o distrato em cinco (5) vias, sendo as 1.ª e 2.ª vias para a Corregedoria
Geral da Justiça, a 3.ª para a Corregedoria Permanente, a 4.ª para o Serventuário e a 5.ª para
o(a) distratante. Caso o segundo(a) distratante for menor de dezoito (18) anos de idade, juntar o
consentimento do pai ou responsável.

VERSO

..... de de 19

O(A) Primeiro (a) Contratante

O(A) Segundo (a) Contratante

TESTEMUNHAS:

1.ª
(..... R.G.-SP n.º)

2.ª
(..... R.G.-SP n.º)

APROVO

Em / /19

Juiz Corregedor Permanente

ESPAÇO RESERVADO À CORREGEDORIA
GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO 38.305/73

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo n.º 38.305-73, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça: Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

O MM. Juiz de Direito da Comarca de Suzano encaminha cópia do Provimento n.º 1-73 que baixou na Comarca, concernente às normas estabelecidas para autenticação de livros de associações ou sociedades civis não, sujeitas à Junta Comercial.

Determina o Provimento que a autenticação dos livros de associações e sociedades civis seja feito pelo Escrivão do Cartório do Distribuidor, de maneira idêntica à dos livros comerciais, com direito o distribuidor aos emolumentos referidos no Prov. 9-71, da Corregedoria Geral.

O Prov. C.G. n.º 12-70 disciplina a autenticação de livros mercantis, a cargo dos Escrivães dos Cartórios Distribuidores das Comarcas do Estado, exceto a da Capital, dispondo o Prov. C.G. n.º 7-71 sobre o pagamento pelo serviço, previsto na Tabela de que se trata o art. 7.º do decreto n.º 50.067-68.

São Livros mercantis de "comerciante", exclusivamente, nos termos do Decreto-lei n.º 486, de 3-3-69, regulamentado pelo Decreto n. 64.567, de 22-5-69.

Quanto aos livros de entidades civis, não há qualquer dispositivo legal, nem provimento da Corregedoria Geral, disciplinando sua rubrica ou autenticação.

Os únicos atos que os registros públicos praticam com respeito às sociedades civis são os catalogados no art. 18 do Código Civil (inscrição de contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar), reproduzidos no art. 122 da Lei de Registros Públicos (decreto n.º 4.857, de 9-11-39 (no registro das pessoas jurídicas serão inscritos os contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, das associações de utilidade pública e das fundações, as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais e a matrícula das oficinas impressoras e dos jornais e outros periódicos a que se refere o art. 383 do Código Penal).

Em suma, não há previsão legal para a rubrica ou autenticação de livros civis, não devendo o juiz fazê-lo, nem mandar fazer, não podendo o distribuidor suportar encargo que não lhe é atribuído por lei.

Ante o exposto, opino pela revogação do Prov. n.º 1-73, baixado pelo MM. Juiz de Direito da comarca de Suzano.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 6 de abril de 1973.

Flávio César de Toledo Pinheiro - Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer e revogo o Prov. n.º 1-73, baixado na comarca de Suzano.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

PROCESSO 38.236/73

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça no processo n.º 38.236-73, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça: Proc. C.G. n.º 38.236-73.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

Aprovo o parecer.

Oficie-se e Publique-se.

Data retro.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

Theobaldo de Oliveira Lyrio, Escrevente e Oficial Maior do Comércio do Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Marília, dizendo que foi eleito Vice-Prefeito do município de Marília e que foi convocado para desempenhar as funções de Diretor Executivo do Departamento de Água e Esgoto desse município, consulta sobre a possibilidade de "cumulação de cargos". Esclarece, ainda, que, se for o caso, solicitará licença do cargo que exerce na Justiça.

De início, saliente-se que a Corregedoria Geral da Justiça não é órgão consultivo, tendo sua competência bem definida legalmente (art. 68 do Código Judiciário e art. 117 do Regimento Interno do Tribunal).

Contudo, à vista da concordância do MM. Juiz Corregedor Permanente à inusitada pretensão do

consulente, impõe-se a manifestação da Corregedoria para a regularização da situação provocada por esse servidor.

A Constituição Federal de 1969 proíbe a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, com as exceções que especifica proibição extensiva a cargos em autarquias (art. 99 e parágrafo 2.º).

O consulente é funcionário público estadual "latu sensu" e exerce dois cargos públicos remunerados, um estadual - escrevente e oficial maior de cartório extrajudicial - e outro municipal - diretor executivo da autarquia municipal, cumulativamente. À vista da regra constitucional, esses cargos são inacumuláveis.

Com efeito, o escrevente de cartório não oficializado exerce função pública, tanto que seu tempo de serviço é considerado por lei "como serviço público, para todos os efeitos legais" (C.L.F. art. 301). É pacífico aliás, o entendimento de que o escrevente é funcionário público e não um simples empregado do serventuário (Rev. Trib. 372-274).

Saliente-se, ainda, que o consulente exerce as funções de oficial maior, competindo-lhe, então, "substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos, podendo praticar, simultaneamente com ele os atos que lhe forem atribuídos pelo titular da serventia, com aprovação do Corregedor Permanente" (decreto-lei n.º 159-69, art. 32, parágrafo 2.º) E é certo que o escrivão de cartório não oficializado "embora estipendiado sob a forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual além de atributos outros, prevê a forma de remuneração. Assim, alcançado pelo art. 97, "caput", da Constituição de 1967" (decisão do S.T.F. de 1.º de março de 1971, proferida em mandado de segurança impetrado por escrivã e distribuidora, contadora e partidora, in Revista Trimestral de Jurisprudência, 56/869).

E a propósito de acumulação de cargos, ensina Carlos Medeiros da Silva que a atividade do escrevente "é equiparada, para o efeito de acumulações, à dos funcionários públicos" (Revista Forense, 75/423).

Conceituada a serventia como cargo público, na jurisprudência e na doutrina, negada, assim, a viabilidade da acumulação pretendida, o consulente terá de, incontinenti, optar por um dos cargos. Poderá, ainda, desde que estejam preenchidos os requisitos legais, requerer afastamento das funções que desempenha no cartório, com prejuízo de vencimentos e não se computando o período de afastamento como de efetivo exercício, por não se enquadrar a hipótese em nenhum dos casos previstos no art. 78, do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Quanto à parte da consulta que diz respeito à sua eleição como vice-prefeito, a desincompatibilização com o seu cargo de oficial maior ocorrerá somente quando entrar no exercício do cargo de Prefeito, segundo a regra do art. 112, da Constituição Estadual.

Ante o exposto e considerando que "a regra jurídica sobre inacumulabilidade é de incidência imediata e absoluta e quem acumula viola o texto constitucional" (Pontes de Miranda, Coment, à Const. Federal de 1967, com a emenda n.º 1 de 1969, tomo III), opino no sentido de que cópia deste parecer, se aprovado, seja encaminhado ao MM. Juiz Corregedor Permanente, para as urgentes providências administrativo-disciplinares que o caso requer.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 25 de maio de 1973.

Flávio César de Toledo Pinheiro - Juiz
(D.O., de 1.º-7-73).

PROCESSO CG 37.696/72

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria no Processo n.º CG 37696/72 e, devidamente aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

O MM. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos da Capital remete expediente onde o Exmo, Sr. Secretário da Saúde solicita providências da Vara no sentido de ser facilitado o ingresso e as tarefas dos funcionários da Pasta nos cartórios de Registro Civil, para fins de levantamento dos nascimentos a partir de junho de 1971.

Consta dos autos que, com raríssimas exceções, os cartórios de Registro Civil têm prestado os esclarecimentos necessários às dependências da Secretaria da Saúde e fornecendo, com regularidade, todos os dados ligados à Estatística Vital.

Destarte, alguns cartórios de Registro Civil do Interior Ao Estado não estariam cumprindo a Portaria n.º 7-49, da Corregedoria Geral da Justiça, que determina aos oficiais dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais do interior do Estado que remetam, mensalmente, às unidades sanitárias das respectivas comarcas ou regiões, os mapas demógrafo-sanitários, de acordo com os modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado.

Ante o exposto, opino no sentido de que seja publicado o presente parecer, se aprovado, para conhecimento dos MM. Juizes de Direito Corregedores Permanentes das Comarcas do interior do Estado para as providências de direito, onde não estiver sendo cumprida a Portaria n.º 7-49.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 2 de janeiro de 1973. - (a) Flávio César de Toledo Pinheiro - Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo. Publique-se, inclusive o inteiro teor da Portaria 7-49. Data supra, (a) José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça.

Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo - Portaria n.º 7-49.

O desembargador João Marcelino Gonzaga, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, pela presente portaria e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei; e atendendo ao que solicitou o Sr. Secretário da Justiça e Negócios do Interior, tendo em vista a representação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.

Determina:

Aos oficiais dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais do Interior do Estado que remetam, mensalmente, as unidades sanitárias das respectivas comarcas ou regiões, os mapas demógrafo-sanitários de acordo com os modelos oficiais distribuídos pelo Departamento de Saúde do Estado.

P. Cumpra-se.

São Paulo, 4 de outubro de 1949 - (a.) João Marcelino Gonzaga - Corregedor Geral da Justiça.

PROCESSO CG 2/73 COMUNICADO

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, no Processo n.º CG-2/73 (Recurso) e, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

Plínio Marin, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Votuporanga, recorre da sentença do MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente que decidiu representação formulada por Shunsaburo Takahashi, Orélio Fávero e Lázara Rios Rodrigues a respeito de cédula rural pignoratícia e hipotecária.

O cartório de Registro de Imóveis da Comarca, no caso de cédula rural com duplicidade de garantias, pignoratícia e hipotecária, embora formalizadas em um só instrumento, executa dois registros, considerando as garantias distintas, no livro de "Registro de Cédulas de Crédito Rural", um relativo ao penhor e outro referente à hipoteca.

Apreciando a questão, decidiu o Magistrado que deve ser feita uma só inscrição, por se referir o instrumento à modalidade especificada no inciso III do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 167-67 (cédula rural pignoratícia e hipotecária) e não às modalidades mencionadas nos incisos I e II do mesmo artigo (cédula rural pignoratícia, e cédula rural hipotecária). Diz mais que é perfeitamente dispensável a certidão de que a via não negociável ficou arquivada no cartório, e que na tabela estabelecida pelo decreto n.º 52.705-71 - item V da tabela 11 - está incluindo o fornecimento de certidão - talão que é obrigatório. As certidões com redução de 50 por cento devem ser fornecidas mediante simples solicitação verbal da pessoa interessada, fazendo constar que a certidão foi expedida para fins de obtenção de financiamento rural, margeando-se as despesas especificadamente, item por item, de acordo com o art. 9.º do Decreto-lei n.º 203, de 25-3-70.

Opino pela reforma parcial da sentença de primeira instância administrativa, conforme fundamentação abaixo.

No caso dos autos, embora o instrumento seja um só, "cédula rural pignoratícia e hipotecária", apresenta garantias distintas, a de penhor e de hipoteca, devendo ambas ser inscritas no registro imobiliário, no livro "Registro de cédulas e de crédito rural".

E é, exatamente, o que dispõe a respeito, o artigo 30, "C", do Decreto-lei n.º 167.

Com efeito, tratando dos direitos reais de garantia, disciplina o Código Civil que "o penhor agrícola será transcrito no Registro de Imóveis" (art. 796) e que "todas as hipotecas serão inscritas no registro do lugar do imóvel" (art. 831).

Na hipótese, trata-se de cédula rural com dupla garantia, pignoratícia e hipotecária, ou seja, de vínculo real reforçado, diversas das outras modalidades previstas nos incisos I e II do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 167-67 (cédula rural pignoratícia e cédula rural hipotecária), cada uma com uma só garantia, a merecer, portanto, cada uma um só registro.

Em suma na cédula rural pignoratícia e hipotecária as garantias são distintas, formalizadas em um só instrumento apenas para facilidade do negócio, devendo ambas - a de penhor e a de hipoteca - ser inscritas, na forma da lei.

Quanto aos emolumentos cobrados pela inscrição da cédula, as disposições a respeito, contidas no art. 34, parágrafo único do Decreto-lei n.º 167-67 somente se aplicam aos cartórios do Distrito Federal e Territórios, uma vez que nos termos da Constituição Federal, aos Estados compete legislar em matéria de organização judiciária e, por via de consequência, elaborar o seu regimento de custas (Provimento 4-67).

E, a propósito, o item V da tabela II anexa ao Decreto Estadual n.º 52.705-71 fixa os valores devidos aos Oficiais do Registro de Imóvel pela inscrição, inclusive buscas, indicações reais e pessoais e fornecimento de certidão-talão, respeitado o teto máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.

Em suma, no Estado de São Paulo, a cobrança pelo registro de cédula de crédito rural é estabelecida no Regimento de Custas - Decreto n.º 52.705, de 11-3-71.

Assim, o preço da inscrição de cédula rural inclui o fornecimento da certidão-talão que, aliás, é obrigatório.

Em derradeiro, quanto à "via não negociável", no ato da inscrição, o apresentante do título oferecerá, com o original da cédula, cópia tirada em impresso idêntico ao da cédula, com a declaração impressa "via não negociável", em linhas paralelas transversais, por força do disposto no artigo 32 - Parágrafo 1.º - do decreto-lei n.º 167-67, nada obstando seja certificado no original da cédula o arquivamento da "via não negociável", sem ônus, contudo, para as partes.

É o parecer que submeto à apreciação de Vossa Excelência, sugerindo a sua publicação, se aprovado.

São Paulo, 18 de janeiro de 1973

(a) Flávio César de Toledo Pinheiro - Juiz de Direito Auxiliar

Dou provimento ao recurso, nos termos do parecer. Publique-se

Data supra.

(a) José Carlos Ferreira de Oliveira - Corregedor Geral da Justiça

**COMARCA DE CAMPINAS
(JUÍZO DA 3.ª VARA CÍVEL)
PROVIMENTO N.º 1/73**

Dispõe sobre protestos de títulos e sobre outras providências correlatas.

O DOUTOR DOMINGOS FRANCIULLI NETTO, JUIZ DE, DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL E CORREGEDOR PERMANENTE DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTOS DA COMARCA DE CAMPINAS ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES NORMAIS QUE LHE SÃO POR LEI CONFERIDAS,

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização de critérios quanto ao protesto de títulos, no que se refere à posição do avalista, além de outras providências pertinentes;

CONSIDERANDO a desnecessidade de providência judicial para simples averbações de pagamentos de títulos protestados,

DETERMINA aos Oficiais dos Cartórios de Protestos da Comarca de Campinas, a observância das seguintes normas:

1.º) O Oficial não promoverá a intimação, de avalista e nem mesmo aceitará tal incumbência do portador, do sacador, sacado, emitente ou de qualquer interessado;

2.º) O protesto deverá ser tirado do inteiro teor do título. Como o protesto é do título e não contra pessoas é defesa, nos assentamentos e nas certidões o uso de expressões que indiquem que o protesto foi lavrado contra este ou aquele responsável;

3.º) Do instrumento do protesto deverá constar a transcrição literal do título, sem exceção de

qualquer de seus figurantes;

4.º) Os responsáveis pelos títulos são os sacados ou emitentes e seus respectivos avalistas, em decorrência do que inexistiu possibilidade de ser o protesto realizado em relação a uns e não em relação a outros. É neste sentido que se deve entender incabível, desnecessário e ilegal protesto apenas tomado contra avalista;

5.º) Lavrado o protesto do título, em forma regular, deverá o Oficial compor seu fichário das responsabilidades pessoais anotadas;

6.º) Serão cadastrados no índice, para fornecimento de certidões, os responsáveis pela obrigação. Estes não são somente os sacados ou emitentes, mas todos quantos pela assinatura estão vinculados solidariamente ao cumprimento da obrigação contida no título;

7.º) As providências pertinentes à divulgação dos atos relativos ao protesto e da intimação dos sacados ou emitentes dos títulos devem ater-se aos Provimentos n.º 10/70 e n.º 2/71, ambos da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça;

8.º) Os requerimentos de averbação de pagamento de título protestado, instruídos com a certidão do instrumento do protesto e da quitação, deverão ser encaminhados diretamente ao Oficial que, se em termos, efetuará a averbação, arquivando os documentos apresentados; caso contrário, suscitará dúvida.

9.º) Este Provimento entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência aos Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis e Protestos. Enviem-se cópias por ofício ao Exmo. Sr. Dr. Des. Corregedor Geral da Justiça, aos MM. Juizes das Varas Cíveis e ao Dr. Curador Geral desta Comarca, ao Sr. Presidente da Subseção local da O.A.B. e ao Sr.

Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas. CUMPRA-SE, registrando-se e publicando-se. Afixe-se cópia, no lugar de costume, durante 90 (noventa) dias. Dado e passado nesta cidade e comarca de Campinas, aos 13 (treze) dias do mês de março de 1973 (mil novecentos e setenta e três). Eu, (Wilma L. Nanni Lucenti), Escr., que o datilografei e subscrevi. O JUIZ DE DIREITO

Domingos Franciulli Netto

Registrado às fls. 98v.º /99

do Livro n.º 5, sob n.º 1209.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Viúva de contribuinte do IPESP - Situação regulada pela lei n.º 8.255, de 1964 - Reversão de pensão paga a filho - Direito - Ação procedente.

Embora tenha a sua situação regulada pela lei n.º 8.255, de 1964, a viúva de contribuinte do IPESP tem direito que reverta a seu favor pensão que deixou de ser paga a filho emancipado, ou filha casada.

N.º 210.629 (Recurso "ex officio") - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 210.629, da comarca de São Paulo, em que é recorrente o Juízo "ex officio", sendo apelante o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo e apeladas Alice Ribeiro de Camargo e outras: Acordam, em Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, negar provimento ao agravo no auto do processo, rejeitar a preliminar de prescrição e negar provimento aos recursos.

Trata-se de ação movida por viúvas de servidores, que na qualidade de pensionistas do IPESP pretendem a reversão da cota da pensão devida aos filhos, agora emancipados.

Não procedem as preliminares argüidas pelo réu, agitadas novamente no agravo incidente, conforme demonstrou com superioridade a sentença.

Quanto às procurações outorgadas pelas autoras nenhuma irregularidade ocorre, pois a capacidade para outorgar mandato deve ser presumida em quem se declara viúva.

Quanto ao chamamento da Fazenda do Estado para integrar a lide, verifica-se que o IPESP é uma entidade autárquica, com personalidade jurídica própria, sendo irrelevante a circunstância de suas verbas correrem por conta do orçamento estadual. Nota-se, outrossim, que o pedido não abrange novas pensões, mas apenas reversão das concedidas.

A prescrição em relação a duas autoras foi igualmente bem repelida, pois somente as prestações periódicas é que são atingidas, não o direito, segundo remanosa jurisprudência.

Assim é que, sendo negado provimento ao agravo no auto do processo e repelida a preliminar de

prescrição, resta apreciar o mérito.

O douto magistrado demonstrou com fundamentos que o apelante não conseguiu elidir, que embora a situação, das autoras estivesse regulada pela lei n.º 8.255, de 1964, é certo porém que esse diploma não proibiu a reversão da pensão a favor da viúva, quando os filhos atingem a maioridade e as filhas se casam. Mandando a lei aplicar no que for cabível as disposições da lei n.º 4.832, que instituiu a reversão, tem a jurisprudência se manifestado tranqüilamente no sentido de assegurar o benefício em casos como o presente (cf. RT, vols. 426/85 e 425/114). Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso oficial e ao voluntário do réu, para que subsista por seus fundamentos a decisão recorrida. Custas na forma da lei. (T.J. S.P. - São Paulo, 27 de junho de 1972 - J. M. ARRUDA, pres. com voto - LAIR LOUREIRO, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Almeida Bicudo). RTs, vol. 443, pág. 163.

SENTENÇA ESTRANGEIRA - LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Casamento Canônico. Indissolubilidade do vínculo. Separação de pessoas e bens. Efeitos semelhantes aos do desquite.

Homologação, com as restrições de direito.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Barros Monteiro: - Sr. Presidente:

O parecer da douta Procuradoria-Geral da República, subscrito pelo Procurador Dr. José Fernandes Dantas, com aprovação do Prof. Xavier de Albuquerque, então Procurador-Geral, bem expõe os fatos da causa, verbis:

"1. Trata-se de sentença da Justiça de Portugal, que decretou a "separação de pessoas e bens". Esse instituto do direito português não se confunde com o do divórcio, senão que com o do desquite da lei brasileira, não chegando à dissolução do vínculo matrimonial.

Daí a volta a seu uso, após a Concordata de 7.5.40, celebrada entre o Governo português e a Santa Sé, no pertinente ao casamento meramente canônico e segundo a qual, a lei do divórcio (DI de 3-11-910) não incidiria em tal pacto matrimonial de rito religioso.

2. Sobre a espécie, há registro na jurisprudência desse Excelso Pretório, como se vê do corpo do acórdão na SE 2.057 - Portugal (R.T.J. 57/736). Ali como aqui, tratou-se de sentença de "separação", para a qual o interessado pretendia homologação irrestrita, como se fora sentença de divórcio.

Aos elementos dos pareceres do Ministério Público e da Curadoria à lide, que adotou, o eminente Relator Ministro Thompson Flores acrescentou a submissão da espécie ao artigo 1.790 do C.Civ. português de 1966, peremptório na disposição de que:

"Não podem dissolver-se por divórcio os casamentos católicos celebrados desde 1-8-40, nem tampouco os casamentos civis quando, a partir dessa data, tenha sido celebrado o casamento católico entre os mesmos cônjuges".

3. A identidade dos casos confrontados decorre de que, também no presente feito, se cuida de cônjuges católicos, matrimoniais canonicamente em 17-8-46, louvando-se a sentença em "preceito aplicável à separação de pessoas e bens", pelo que não poderá produzir os efeitos do divórcio, como se quer que produza pela homologação.

4. Isto posto, o parecer é pela homologação, com as restrições de direito".

É o relatório.

O Sr. Ministro Barros Monteiro (Relator): - Sr. Presidente:

De acordo com o preciso parecer que acabo de ler, homologo a sentença, com as restrições de direito. (S.T.F. SE 2.083 - Portugal - Rel., Ministro Barros Monteiro Homologada com restrições. Impedido, o Sr. Ministro Xavier de Albuquerque. - Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha, Vice-Presidente, na ausência justificada do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro, Presidente. Presentes à sessão os Srs. Ministros Luiz Gallotti, Oswaldo Trigueiro, Djaci Falcão, Barros Monteiro, Amaral Santos, Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República o Dr. José Carlos Moreira Alves. - Brasília, 3 de maio de 1972). R.T.J., vol. 62, pág. 10.

VÍNCULO

Doação - Reserva de usufruto - Cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade - Subsistência

após a morte dos doares - Apelação não provida - Embargos infringentes rejeitados.

A cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade subsiste após a extinção do usufruto reservado pelos doadores.

N.º 201.500 (Embargos infringentes) - Capital.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos infringentes n.º 201.500, da comarca de São Paulo, em que são embargantes Tufy Miguel Calfat, sua mulher e outros, sendo embargado o Dr. 1.º Curador de Resíduos: Acordam, em Segundo Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, rejeitar os embargos. Custas na forma da lei.

Na escritura de doação (fls.), está expresso com clareza que os bens doados ficarão, durante a vida dos donatários gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade. E, frente ao disposto no art. 1.676 do CC, razão inexistente para invalidá-las ou dispensá-las, "in casu", notadamente quando é certo que, pelo observar do eminente Min. Luiz Gallotti, "que tem a propriedade plena e faz doação com reserva de usufruto, não transmite a propriedade plena para em seguida receber o usufruto e, sim, conservou o que naquele se compreenda transmitindo apenas a nua propriedade; Assim, a cláusula vitalícia imposta a bem doado com essa reserva de usufruto não torna este sucessivo e proibido, subsistindo o vínculo após o desaparecimento da reserva" (cf. RT, vol. 205/575).

De se notar, ademais, que esse entendimento tem sido pacífico e reiteradamente sufragado pela jurisprudência, inclusive do Excelso Pretório, consoante se vê, dentre outros, dos acórdãos insertos in RTJ, 56/369, 52/100, 49/208-617, 41/63; RF, vols. 227/179, 218/163; RT, vols. 412/158, 391/222, 389/159-216-223, 386/178, 84/140-180, 376/165, 374/173-181, 363/162, 317/122, 349/159, 345/142, 332/235 e 298/224.

Logo, a doação em exame podia, como aconteceu, ser gravada com a inalienabilidade e impenhorabilidade, sem transgressão de qualquer princípio jurídico, visto a reserva de usufruto não torna este sucessivo e proibido, subsistindo o vínculo fruto sucessivo.

Diante do exposto, "data máxima vênia" do voto vencido, rejeitam-se os embargos, para que integra subsista a decisão embargada.

São Paulo, 22 de junho de 1972 - CORDEIRO FERNANDES, pres. - GOULART SOBRINHO, relator - Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Des. Henrique Machado, Edgard de Souza e Costa Manso, e, com voto vencido, o Des. Costa Leite.

(V. acórdão embargado na RT, vol. 48/91), RTs., vol. 443, pág. 135.

JUROS

Instituições componentes do sistema financeiro nacional - Lei 4.595, de 1964 - Vigência da resolução 114, do Banco Central do Brasil ao tempo da escritura de confissão e reconhecimento de dívida - Legalidade da cobrança de comissão e de juros acrescidos pela mora.

"Acordam, em Terceira Câmara do Tribunal de Alçada Civil, por maioria, adotado o relatório, dar provimento em parte, ao recurso, vencido o juiz relator sorteado, que provia integralmente o recurso.

Custas na forma da lei.

O recurso fica parcialmente provido, para o fim de incluir, na condenação, as parcelas cobradas a título de comissão e de juros de 1% pela mora, excluída a verba honorária, também pretendida pelo apelante, ficando vencido, nesse ponto, o relator, que dava pela procedência integral da ação.

Assim decidem porque ficou expressamente estipulado em escritura de confissão e de reconhecimento de dívidas, com obrigações e garantias de fls. 8/11, em sua cláusula primeira, que as dívidas confessadas "seriam acrescidas dos juros a razão de 12% ao ano e comissão à taxa de 9,6% ao ano. Na cláusula segunda, estabeleceu-se que os juros, no caso de mora, seriam elevados a 1% ao ano.

Ainda que o único réu contestante nada opusesse quanto à validade da comissão e dos juros acrescidos pela mora, entendeu a sentença que tais verbas não deveriam ser incluídas na condenação por infringentes da Lei da Usura - decreto 22.626, de 7 de abril de 1933 - que limitou a taxa de juros a 12% ao ano.

De notar, entretanto, que a lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, embora não revogando a Lei da Usura, ao dispor sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, componentes do sistema financeiro nacional, estabeleceu normas próprias, excepcionando as

regras da Lei da Usura, no que diz respeito às operações e aos serviços bancários ou financeiros, cujas taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração já não mais seriam limitadas aos 12% anuais, previstos na referida lei de exceção, mas passariam a sujeitar-se exclusivamente, aos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional (artigo 49, IX, da lei 4.595), tendo por base a sua política, objetivando regular o valor interno da moeda, na prevenção ou correção de surtos inflacionários ou deflacionários, propiciando o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vista à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos (artigo 3.º, II e V, do mesmo diploma).

Não é demais insistir que a lei 4.595 não revogou a Lei da Usura, mas exclui de sua incidência o sistema financeiro nacional, aí incluídas as operações das instituições financeiras, públicas e privadas.

Ora, à época da escritura, 5 de agosto de 1970, vigorava a resolução 114, do Banco Central do Brasil, firmado com base nos artigos 4.º, IX, e 9.º, da lei 4.595, estipulando para tal tipo de operação a taxa máxima de 2,2% ao mês, ou 26,4% ao ano, significando a taxa de juros com todo e qualquer encargo adicional cobrado na operação, assim comissões e juros acrescidos pela mora (fls. 48).

Legais eram, assim, a comissão de 9,6% ao ano e os juros acrescidos pela mora, de 1% ao ano, pois, somados aos juros de 12% ao ano, dariam total de 22,6% ao ano, inferiores ao limite estabelecido na própria resolução 114.

No mesmo sentido é o julgamento da apelação cível 154.677, de Santa Rita do Passa Quatro (acórdão da Egrégia 5.ª Câmara, relator o juiz MAÉRCIO SAMPAIO) e da apelação 156.428, de São Paulo (acórdão da Egrégia 8.ª Câmara, relator o juiz EDGARD DE SOUZA).

O acréscimo de 1% ao ano, aos juros legais, em razão de mora, estabelecido na cláusula segunda da escritura, está, ademais, em conformidade com o artigo 5.º, da Lei de Usura. Se a mesma diz que, pela mora, os juros contratados poderão ser elevados de 1%, é evidente que a porcentagem não incide sobre os próprios juros, mas sobre o débito principal.

Essas as razões que determinam o acolhimento do recurso do Banco exequente, menos quanto à verba honorária, que a Câmara considera incluída na multa de 10%, de acordo, aliás, com jurisprudência vitoriosa neste Sodalício, vencido, nesta parte, o relator, que considerava devida também essa verba, desde a vigência da lei 4.632, de 18 de maio de 1965, que acolheu, entre nós, o princípio da sucumbência". (T.A. Civ. S.P. - Apelação cível 170.858, de São Paulo, em que é apelante o Banco do Estado de São Paulo S/A., sendo apelados a Construtora Ártico Limitada, e outros, Acórdão da Terceira Câmara Civil, de 8 de fevereiro de 1972. Ass. FRANCISCO NEGRISOLLO, presidente e relator designado; CARLOS A. ORTIZ, vencido, pelas razões consignadas no venerando aresto; CESAR DE MORAES). Julgados do T.A. Civ. S.P., vol. 23, pág. 345 da edição mimeografada.

TAXA

Conservação de Estradas de Rodagem - Fato gerador diverso do tributo lançado sobre a propriedade territorial rural - "Base de cálculo", todavia, igual - Lei 176, de 1966, de São José do Rio Preto - Cobrança ilegal - Tributo não devido.

"Acordam, em Sétima Câmara do Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, dar provimento em parte ao recurso, para conceder a segurança, ficando declarada a ilegalidade da cobrança da taxa questionada. A Municipalidade ressarcirá os impetrantes das despesas processuais realizadas por eles até o teto de 80%. É que os agravantes terão que pagar 20% das custas por não ser possível atendê-los quanto ao pedido de honorários de advogado.

1. Trata-se de agravo interposto por proprietários rurais inconformados com a denegação, em primeira instância, de mandado de segurança que impetraram contra cobrança da Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem. Os impetrantes argüíram a inconstitucionalidade do tributo, que disfarçaria o imposto sobre propriedade territorial rural. E o magistrado declarou "perfeitamente legal" essa cobrança.

A primeira sentença foi de carência da impetração, tendo sido anulada por via do acórdão de fls. 30. Retornaram os autos com a segunda, de fls. 45, que ensejou o presente agravo. Em primeiro julgamento deste aqui, foi o mesmo convertido em diligência para esclarecimento da legislação local a respeito da taxa cogitada. E o processo foi assim instruído após o despacho de fls. 72. O agravo processou-se regularmente, opinando a douta Procuradoria pela concessão da

segurança.

2. E o recurso fica provido, menos quanto ao pedido de condenação da impetrada no pagamento de honorários de advogado. Torna-se pacífica a jurisprudência no sentido do não cabimento de tal condenação em julgamento de mandado de segurança. Este é regulado através de lei especial omissa sobre o assunto. E a lei 4.632, de 1965, veio modificar apenas o artigo 64, do Código de Processo.

No mais, o agravo fica provido para a concessão da segurança nos termos do pedido e do dispositivo deste acórdão.

O Código Tributário Municipal (lei 176, de 1966), vigente ao tempo do lançamento e da cobrança administrativa da taxa questionada, assim dispunha a respeito dela: A taxa será cobrada "de acordo com o tipo de terra, respectivamente à razão de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) e Cr\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzeiros) por alqueire ou fração, de terras de campo, de cerrado ou de cultura". A classificação das terras "por tipo" será feita com "os elementos fiscais constantes do Cadastro Imobiliário rural" (fls. 76).

Logo se vê, então, que a base de cálculo dessa taxa não tinha como índice operacional apenas a "área" da propriedade a ser taxada. Sobressaía como tal, na lei, o "tipo" da terra a sua qualidade, o seu "valor" variável conforme fosse ela "de campo, de cerrado ou de cultura", segundo os elementos fiscais do Cadastro Imobiliário". Isto é, a taxa incidia e variava de acordo com o "valor fundiário" de cada propriedade ou seja "o seu valor como terra nua", "com exclusão de suas benfeitorias, plantações, florestas ou riquezas minerais". Ora, "a distinção conceitual entre valor fundiário e valor venal (este representado pelo "quantum" que se pode alcançar pelas terras no mercado imobiliário em razão da qualidade delas), "não exclui a afirmação de que aquele" (valor fundiário) "está inequivocamente compreendido dentro deste" (valor venal), integrando-o, sem dúvida (acórdão transcrito em fls. 51 a 52).

Isto quer dizer, no seu conjunto fático e jurídico, que a taxa questionada na espécie tem como base de cálculo um proeminente elemento do "valor venal", que é a base do "imposto territorial rural". Desse modo, ela é ilegal por ser contrária à proibição contida no parágrafo único do artigo 77, do Código Tributário Nacional, assim redigido: "A taxa não pode ter por base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam o imposto".

Não importa que este e aquela tenham, no caso, fatos geradores diferentes, por ser certo que o mesmo não ocorre quanto à "base de cálculo", que, em substrato, é a mesma nos dois tributos: estará "configurada a violação daquela norma geral do sistema tributário, ainda que a base de cálculo para a taxa abranja ademais outros fatores não considerados pelo imposto" (idem - fls. 52).

Consequentemente, fica concedida a segurança para livrar os impetrantes do pagamento da taxa em questão é lançada com base no Código Tributário Municipal de 1966". (T.A.Civ. S.P. - Agravo de petição 157.678, de São José do Rio Preto, em que é agravante Líbano Pachá e outros, e agravada a Prefeitura Municipal de Nova Aliança. Acórdão unânime da Sétima Câmara Civil, de 22 de fevereiro de 1972. Ass. VIEIRA DE SOUZA, presidente com voto; CARDOSO FILHO, relator; ANICETO ALIENDE). Julgados do T. A. Civil de São Paulo, vol. 23, pág. 57 da edição mimeografada.

LOCAÇÃO

I - DIREITO CIVIL E JUDICIÁRIO CIVIL

LOCAÇÃO - Contrato oponível ao novo adquirente - Registro inadmissível - Inteligência do art.

1.197 do Código Civil e do art. 19, § 2.º, do Decreto n.º 24.150, de 20-4-1934.

- Somente o contrato de locação, que obedeceu ao prescrito no art. 1.197 do Código Civil ou no art. 19, § 2.º, do Decreto número 24.150, de 20-4-1934, pode ser oposto ao novo adquirente, do imóvel.

- É irrelevante que o contrato de sublocação estipule cláusula que tome obrigatória a sua vigência, no caso de alienação do prédio, se do contrato de locação não consta aquela cláusula.

- Para evitar que terceiros de boa-fé sejam induzidos a erro, deve o Oficial do Registro de Imóveis recusar-se a inscrever contrato de sublocação com cláusula de sua vigência no caso de alienação do imóvel, se o contrato de locação não a consagra, pois só o proprietário pode assumir essa obrigação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 69.822, em que é apelante - a

Companhia Atlantic de Petróleo e apelado - o Oficial do 11.º Ofício do Registro Geral de Imóveis: Acordam os Juizes da 7.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, por votação unânime, negar provimento ao recurso, a fim de confirmarem a sentença apelada apenas pela sua conclusão. Custas "ex lege".

A apelante requereu ao Oficial do 11.º Ofício do Registro de Imóveis a inscrição do contrato de sublocação que celebrou com Posto de Lubrificação São Jorge da Bandeira Ltda., que se fez representar no ato por José Maria Peixoto, embora o contrato também esteja subscrito por Saul Alves, o outro locatário sublocador (doc. entre as fls. 7 e 8 e 14-16).

Na mesma data - 26-6-68 - José Maria Peixoto Pereira requereu também a inscrição do contrato de locação, por instrumento particular, e relativo ao mesmo imóvel - Rua Senador Furtado, 131-135 - outorgado por Manoel Pereira Valente e sua mulher ao referido Pereira e a Saul Alves Ferreira (doc. de fls. 2 e 4-5).

O titular do 11.º Ofício de Imóveis teve dúvida em fazer o registro, porque: 1.º - o prazo da locação terminaria quase cinco anos antes de findar-se o da sublocação; 2.º - os locatários do imóvel em causa são José Maria Peixoto e Saul Alves Ferreira, e, no entanto, no contrato de sublocação figura como sublocadora uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Posto de Lubrificação São Jorge (fls. 2).

A dúvida foi julgada procedente pelo ilustre Juiz de Direito, Doutor Antônio Pereira Pinto, que adotou como razões de decidir os fundamentos do parecer emitido pelo representante do Ministério Público (fls. 34 e 31).

Isto posto.

Ainda que se faça completa abstração das razões ou fundamentos que acarretaram a procedência da dúvida suscitada pelo zeloso Oficial do Registro de Imóveis, Dr. Mauro Fontainha de Araújo, é certo que nenhum dos contratos mencionados acima poderia ser inscrito, consoante o que faculta o art. 178, a, IX, do Decreto n.º 4.857, de 9-11-39.

Com efeito, a inscrição prevista neste dispositivo diz respeito aos contratos de locação que contêm cláusula de sua vigência no caso de alienação da coisa locada, como, aliás, está prescrito no art. 1.197 do Código Civil e no art. 19, § 2.º, do Decreto n.º 24.150, de 20-4-1934.

Na verdade, há na referida estipulação uma restrição ou limitação ao direito de propriedade, de modo que só o dominus está legitimado para consigná-la, a celebrar a locação, desde que essa manifestação da autonomia da vontade de contratar não oferece qualquer princípio que interesse por ventura à ordem pública.

Ora, o contrato de locação, ou seja, o que foi celebrado entre Manoel Pereira Valente e sua mulher, como proprietários do imóvel locado, e José Maria Peixoto Pereira e Saul Alves Ferreira, como locatários, não consigna a cláusula de vigência no caso de alienação, caso em que o novo adquirente, desde que feita a inscrição, seria obrigado a respeitar a locação preexistente.

O que se estipulou na cláusula 6.ª do referido contrato foi o seguinte, *ipsis verbis*: "Se durante a presente locação, o imóvel for vendido, os locadores se obrigam a dar o vencimento" - (conhecimento?) - "deste contrato aos adquirentes" (folhas 4v).

Seguramente, portanto, dar conhecimento do contrato de locação não é o mesmo que obrigar o novo adquirente a respeitá-lo desde que só nesta hipótese é que a alienação não poderá acarretar o rompimento da locação nos precisos termos do artigo 1.197 do Código Civil, que seria fortalecido pelo art. 19, § 2.º do Decreto n.º 24.150, de 1934, e pelo artigo 356 do Código de Processo Civil.

Com efeito, a cláusula de vigência do contrato de locação em caso de alienação do prédio locado deverá ficar redigida com clareza e precisão, tal como a exigem os textos legais, pois em caso de dúvida, o proprietário, isto é, o novo adquirente, não ficará sujeito à restrição ou limitação facultada a favor do locatário.

Cumpra que a cláusula exista no contrato" - como disserta autorizadamente Serpa Lopes (Tratado dos Registros Públicos, v. 3.º, pág. 400, n.º 344-A) - "consignando expressamente a subsistência da locação no caso de alienação, e não por meio de deduções extraídas de elementos obscuros".

Assim, se o contrato de locação não incluiu cláusula de vigência no caso de alienação é irrelevante que o de sublocação a haja contemplado, porque o direito oponível ao novo adquirente surge da estipulação feita com o anterior proprietário e não da relação contratual estabelecida entre o locatário e terceiro, sublocatário.

E por isso mesmo é que as antigas Câmaras Cíveis do Tribunal de Apelação do Distrito Federal decidiram que "o art. 1.197 do Código Civil encerra medida acauteladora do direito de

propriedade, não podendo ser usado como expediente tardinha para recompor situações jurídicas desfeitas, com pleno conhecimento e inteiro acordo dos interessados" (Ac. de 3-6-43, rel. des. Afrânio Costa, "in" Arquivo Judiciário, vol. 69, pág. 119).

Dir-se-á que, não obstante o disposto nos arts. 178, n.º IX e 256 do Decreto n.º 4.857, de 1939, se foi o contrato inscrito sem conter a cláusula expressa de vigência, nem por isso passará ele a valer contra o adquirente do prédio locado. Certo, certíssimo. E foi isto o que assinalou a 4.ª Câmara Cível do antigo Tribunal de Apelação do D. Federal, em acórdão de 19-12-41, "in" Arquivo Judiciário, vol. 62, pág. 437).

Mas o registro público não existe para mero deleite ou capricho dos que ainda não se aperceberam da sua verdadeira e alta finalidade, nem a função exercida pelos oficiais dos registros de imóveis pode ser apoucada e amesquinhada ao ponto de se reduzir a sua tarefa ao insignificante mister dos que apenas copiam e transcrevem em livros próprios documentos alheios.

Realmente não se concebe que um oficial do registro de imóveis se submeta a inscrever contrato de locação que não contém cláusula de vigência, no caso de alienação da coisa locada, quando, justamente, esse é o requisito para que a inscrição possa ser feita e produzir efeitos, como não se compreende que se possa compeli-lo a praticar ato de ofício ao arrepio dos textos legais, cuja observância lhe cabe precípuamente acatar e cumprir.

Se, na verdade, um registro assim feito seria absolutamente ineficaz em relação ao adquirente do prédio locado, e não há quem o possa negar, também não é menos exato que, concretizar a inscrição do contrato seria fonte de perplexidades e de enganos, inclusive em relação aos terceiros de boa-fé, iludidos com a aparente força do registro.

Neste ponto, tem toda a razão o Dr. Curador da Vara de Registros Públicos, ao sustentar que "não se pode dar publicidade e força probante a algo que se sabe de antemão estar em desacordo com o direito" (fls. 31). (T.J.GB. - Ap. Civ. 69.822 - Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1970. - Martinho Garcez Neto, Presidente e Relator. - Roquette Vaz, Revisor - Marcelo Costa). D.J. GB., de 15-2-73, pág. 85.

INDENIZAÇÃO PELO MAU USO DO IMÓVEL LOCADO

- Cabimento da correção monetária como consequência do disposto no art. 1.059 do C. Civil. Inaplicabilidade da Lei n.º 5.670, de 2 de julho passado que prevê expressamente a hipótese de correção monetária fundada exclusivamente em lei específica que a instituiu e que, portanto, não se funda em nenhum outro diploma legal anterior. Voto vencido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 74.625, em que é Apelante José Gomes de Oliveira Guimarães e Roberto Braga e Apelados, os mesmos.

Acordam, os Juízes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, por maioria de votos, em negar provimento a ambos os recursos.

Relatório a fls. 105. Acertadamente o Dr. Juiz excluiu da indenização a passadeira em questão pois o perito do Juízo é dubitativo a respeito (folhas 58). Acertadamente também, concedeu correção monetária que é uma consequência do princípio fundamental do Direito Civil (art. 1.059 C. Civil) segundo o qual a reparação civil deve colocar o patrimônio da vítima, o mais exatamente possível na situação em que estaria se o evento danoso não se tivesse produzido. A recente Lei n.º 5.670, de 2 de julho passado, data vênica do emitente Desembargador vogal, não traz dúvida a respeito.

Ainda que, por analogia, se entendesse que essa lei, determinando que a correção monetária não recairá sobre período anterior à data em que tenha entrado em vigor a lei que a instituiu, veio também, determinar que não haverá correção monetária sem lei que a institua, ainda assim, não haveria porque deixar de aplicá-la em caso de reparação civil, por força do art. 1.056 do C. Civil que instituiu todos os meios de se obter a reposição do patrimônio da vítima na situação em que estaria se não tivesse ocorrido o evento danoso, inclusive, a correção monetária quando esta viesse a constituir um desses meios. A Lei n.º 5.670 se refere às hipóteses em que uma lei específica veio criar a correção monetária onde a mesma não cabia por força de qualquer outro diploma legal ou mesmo constitucional: para esses casos de inovação da lei é que o legislador vedou o que seria verdadeira retroatividade: nada mais. Não teve ele, sem dúvida, a pretensão de impedir que leis anteriores que facultavam, embora de modo implícito, a correção monetária, deixassem de fazê-lo, revogando-as. Em particular não teve a intenção de

determinar que na aplicação do art. 1.059 o Juiz pudesse lançar mão de todos os meios destinado assegurar a recomposição do patrimônio da vítima, exceto da correção monetária; proibição que, aliás, seria inócua pois o Juiz estaria no dever, diante do princípio da reparação civil que permanece intacto, de obter o mesmo resultado por outro processo.

Quanto à verba de honorários, é, também de ser mantida pois fixada de modo razoável. (T.J.GB. - Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1971 - a) João José de Queiroz, Presidente. a) Basileu Ribeiro Filho, Relator. - a) Mauro Gouvêa Coelho, vencido em parte, no tocante à determinação de correção monetária. A recente Lei 5.670, de 2 de julho do corrente ano de 1971, dispôs que a "correção monetária não recairá, em qualquer caso sobre o período anterior ao em que entrou em vigor a lei que a instituiu". Isso se aplica aos processos pendentes, inclusive as liquidações de sentença, ainda não transitadas em julgado (art. 2.º da Lei citada). Daí se deduz, sem a menor sombra de dúvida, que não há correção monetária quando não resultante de lei anterior e expressa e só a partir da lei. A correção monetária, por aplicação analógica, ficou assim, vedada. O princípio do Código Civil, da obrigação do dano emergens, - o que razoavelmente se deixou de lucrar (art. 1.059), refere-se ao passado, ao que já ocorreu e a correção monetária é uma previsão para o futuro, pela demora do pagamento conjugada com a inflação. A esse respeito, concretizada que foi a responsabilidade em dinheiro, por força da condenação em quantia certa, o Código resolve o retardamento em juros de mora (art. 1.061 do Cód. Civil). A correção monetária é uma criação posterior frente ao fenômeno da inflação. Agora, porém, o legislador por disposição expressa, como vimos, limitou-a ressaltando ou deixando apenas para os casos que quis conceder através de lei especial. Para a hipótese dos autos não há essa lei especial). - D.J.GB., de 15-2-73, pág. 84.

LEI - JURISPRUDÊNCIA - JUSTIÇA

Embargos de nulidade e infringentes do julgado na Apelação Cível.

N.º 1.446 - Distrito Federal.

Relator: Des. Raimundo Macedo.

Revisor: Des. Juscelino Ribeiro.

Decisão: "Recebidos os embargos para reformar a decisão nos termos do voto vencido, contra os votos dos Desembargadores Juscelino José Ribeiro, José Fernandes de Andrade e Presidente". T.J. do D.F.

EMENTA: "Quando a lei, na sua aparência, conduz a uma iniquidade, é dever do julgador procurar o seu verdadeiro sentido, para decidir com justiça. A lei não contém todo o direito, cabendo à jurisprudência suprir o incompleto da obra do legislador. Não se anula um ato apenas em homenagem à forma da lei, fugindo-se ao imperativo de fazer justiça que é o dever precípua do Juiz. Recebem-se os embargos para se restabelecer a sentença de 1.ª Instância que decidiu com justiça".

(DJU de 1-6-73).

VARA DOS REGISTROS PÚBLICOS DESPACHOS DO JUIZ

738-72 - Pedido de Informação - Zita Maria Vasques - 4.º Cartório de Protestos. - "Vistos. Tendo em vista as informações prestadas pelo Escrivão Interino do 4.º Cartório de Protestos de Letras e Títulos da Capital, determino o arquivamento destes autos - Anoto que em reunião efetivada com os Srs. Escrivães e Oficiais dos Cartórios da Capital ponderei que este Juízo não mais admitira que auxiliares trabalhem sem prévio arquivamento dos contratos de trabalho pela E "

Corregedoria Geral da Justiça, colocando nova orientação da Vara a respeito da matéria de modo bem claro e de forma a não permitir quaisquer dúvidas. - P.R.I.

(D.O., de 5-5-73).

2801/72 - Dúvida - Piero Roberto Del Rigo - Vistos.

O Sr. Oficial da 15.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada para transcrição a escritura de venda e compra em que comparecem como vendedores Nagib Nami Jafet ou Nagib Jafet, sua mulher e outros e como comprador Piero Roberto Del Rigo, alegando que deveria comparecer o espólio de Chedid Jafet, ou Chedid Nami Jafet, autorizado por alvará judicial e não a viúva meeira e herdeiros, que não tem título de domínio transcrito em seu nome. A dúvida foi impugnada (fls. 15/16) instruída a impugnação com os documentos (fls. 17/34).

O suscitante se manifestou (fls. 35) e o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida (fls. 36).

Relatados, decido:

A dúvida procede. Com efeito, dispõe o artigo 531, do Código de Processo Civil, repetindo o artigo 1801 do Código Civil "julgada a partilha o direito de cada herdeiro limitar-se-á aos bens do seu quinhão.

A contrário senso, portanto enquanto não homologada a partilha, os herdeiros tem direito sobre o acervo deixado pelo "de cujus" sem especificação de bens.

A herança é um todo indivisível. e no caso, enquanto não partilhados os bens só o espólio devidamente autorizado pelo juízo do inventário, pode transferir o domínio no que diz respeito a metade pertencente ao "de cujus" e objeto do inventário.

A manifestação dos herdeiros na espécie é colhida nos autos do inventário.

Essa a regra, na matéria em exame. De outro lado no que diz respeito ao registro imobiliário deve ser respeitado a todo custo o princípio da continuidade.

Somente aquele em nome de quem está transcrito o imóvel é que pode aliená-lo: ninguém mais, a não ser em caso de sua morte, o inventariante, devidamente autorizado pelo juízo competente.

Ainda que na prática se compreenda mais fácil e cômoda a outorga da escritura por todos os herdeiros pela viúva meeira, cumpre ponderar também que semente a autorização judicial dá a certeza de que todos os herdeiros estão representados e concordes ria alienação e que a Fazenda de Estado, por ter outros meios de haver o imposto de transmissão causa mortis, também foi chamada a se manifestar e anuiu na venda.

Mas o principal obstáculo ao registro é que o seu deferimento violaria frontalmente o princípio da continuidade que deve, a todo custo, pena de confusão e incerteza, ser observado.

Eventual engano do oficial suscitante em outro caso, semelhante não é argumento para a efetivação do registro.

Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. - Custas na forma da lei. - P. R. e I. - São Paulo, 22 de agosto de 1972. (a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito. - Advs. Drs. Adib Yazbek - Antônio Lázaro - Washington Kfoury.

Dúvida - 10.^o Reg. Imóveis - Alberto Lemos Bloisi e ots. - Adv.: Luiz Cláudio de Albuquerque Campos. Vistos. 1 - Apresentada à inscrição a escritura de compromisso de venda e compra de fls. 5/7, foi suscitada dúvida, pela sra. Oficial da 10.^a Circunscrição Imobiliária. Fundamentam a suscitação, o fato de o título se referir a compromisso de venda e compra sobre a nua propriedade e o usufruto, separadamente, divididos, assim como porque os promitentes compradores se intitulam adquirentes, quando são apenas titulares de um compromisso de venda e compra, a se constituir em direito real, depois da inscrição; a possibilidade de crescer só se tornará efetiva com a existência do direito real, depois da inscrição; a possibilidade de crescer só se tornará efetiva com a existência do direito real ao usufruto e o vocábulo "apesar", utilizando quando se menciona a responsabilidade dos compromitentes compradores do usufruto quanto ao pagamento das prestações, dá idéia de que os direitos que estão sendo compromissados valem mais uns que outros: além do mais, gravando a nua propriedade que "adquirem" para os filhos, dá idéia que se trata da aquisição e não de compromisso. Aponta, ainda, a suscitação, que toda essa manifestação dos promitentes compradores não poderia se efetivar se houvesse falecimento de um deles durante a vigência do compromisso; se ocorresse a morte de um dos pais, nada haveria para crescer, pois o usufruto seria inexistente e, se o falecimento fosse de um dos filhos, o que existiria para ser partilhado?

Ao depois, tece a suscitante considerações sobre o compromisso dividir o domínio em nua propriedade e em usufruto, trazendo à colação ensinamentos de doutrinadores contra essa possibilidade.

A dúvida foi impugnada (fls. 17/19) e a suscitante a manteve (fls. 21). O Dr. Curador se manifestou (fls. 22), solicitou esclarecimentos dos suscitados que os prestaram (fls. 24/25), após o que opinou pela procedência da dúvida, acrescentando que a escritura levada a registro é nula uma vez que não houve o indispensável comparecimento da Curadoria de Família ao ato dada a instituição de usufruto ou outras cláusulas, concordando com todos os termos da suscitação (fls. 26).

O julgamento foi convertido em diligência (fls. 27), prestando a suscitante as informações (fls. 27 v.) determinadas.

Relatados, decido:

2. Ainda que não expressamente mencionado na suscitação, é certo que pode a dúvida ser

examinada por outros aspectos. No caso dos autos, o Dr. Curador de Registros Públicos aponta a nulidade da escritura levada a registro, tendo em vista que não foram os menores assistidos do Curador de Família, assistência essa indispensável, pois na escritura foi instituído usufruto, além da gravação, dos direitos dos menores, das cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade.

Já decidiu este Juízo que não é necessária a presença de curador assistindo menores quando estes recebem em doação, bens imóveis, com reserva pura e simples de usufruto para doadores, por isso que a aceitação da doação, no caso é elemento despreponderante e apresenta caráter puramente passivo (Revista dos Tribunais, vol. 124/709).

De outro lado, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado que: "exigir-se aceitação expressa de quem não pode contratar, para a validade do ato do qual só benefícios lhe advêm, como da doação pura e simples, é em realidade faltar à proteção que o estatuto civil tem levantado sobre os privados da razão ou que ainda não se podem dirigir" (Revista dos Tribunais, vol. 277/309). Esse mesmo aresto aponta outro julgado no mesmo sentido: "a escritura de doação pura e simples, e como tal se considera a feita apenas com a reserva de usufruto, não depende, para sua validade de aceitação dos donatários, se menores (Revista dos Tribunais, vol. 109/668).

Esse o entendimento vencedor na jurisprudência paulista, resumida no v. acórdão inserto na mesma Revista dos Tribunais, vol. 286-440 e 441).

A contrário senso, quando não se trata da doação pura e simples, mas de vinculação de bens de menores, com o estabelecimento das cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade, torna-se Indispensável a presença de curador especial que concorde com a instituição de tais cláusulas.

Tal afirmação resulta da regra do art. 387 do Código Civil, sendo anulável o ato, por força do art. 154, II, do mesmo Código.

Desta forma, assiste razão do Dr. Curador de Registros Públicos, quando, por motivo diverso daqueles mencionados na suscitação, opina pela sua procedência.

Entretanto, cabe ao Juízo apreciar os demais fundamentos da dúvida, tendo em vista o caráter normativo de que se revestem as decisões proferidas em tais procedimentos.

E, destes, sobreleva notar aquele que diz respeito ao compromisso se referir à divisão da propriedade em usufruto e nua propriedade.

É sedico que o proprietário pode dispor da nua propriedade, reservando, para si, o usufruto, mas, de acordo com o artigo 717, do Código Civil, não pode alienar o usufruto.

Nesse sentido é o ensinamento do Prof. Washington de Barros Monteiro: "No artigo 717, consagra o Código o princípio da inalienabilidade do usufruto. Esse direito real não pode ser alienado. É que a inalienabilidade do usufruto, como lembra Clóvis constitui a sua principal vantagens, porque assim se atende melhor ao intuito de seu instituidor. O usufruto é geralmente um ato benéfico, tendo por objeto favorecer alguém: tomá-lo alienável seria despi-lo dessa vantagem, que é a sua razão de ser" (Direito das Coisas, ed. Saraiva, Curso de Direito Civil, pág. 268).

Nem se alegue que na hipótese em exame quem se comprometeu a alienar o usufruto foi o proprietário, que o desmembrou para o fim de compromisso de venda e compra e que, desta forma, não estaria sendo alienado o usufruto pré-constituído, mas, bipartida a propriedade, para o compromisso.

Nada menos exato. Se o usufruto não pode ser alienado pelo usufrutuário, segundo dispõe o Código também não pode segundo entendo, ser bipartida a propriedade para o fim de alienação ou compromisso de venda e compra, a pessoa diversas, como ocorreu no ato cujo registro foi impugnado.

Silvio Rodrigues pondera ao se referir à lição de Clóvis: "Ora, a seu ver, sendo inalienável o usufruto não poderia satisfazer, plenamente, a esses intuitos".

O Mestre talvez estivesse com razão se a inalienabilidade fosse absoluta. Mas, como se permite a alienação em favor do proprietário, mais angustiosa se torna a posição do usufrutuário necessitado, que fica à mercê do nu proprietário, quando precisa vender" (Direito Civil, Direito das Coisas, ed. Saraiva, pág. 309).

Pontes de Miranda assevera: "o poder de dispor não é, rigorosamente, conteúdo do direito, é qualidade dele, possibilidade de mudança do titular. Porém, de conteúdo complexo, como é o usufruto, o poder de dispor existe quanto a certos elementos do conteúdo que podem ser objeto de direitos cujo titular seja outra pessoa. Só se trata de disposição constitutiva, e não de

disposição que transfira, direito já existente. (Tratado de Direito Privado, ed. Borsol, vol. 19, pág. 60).

Finalizando, portanto, assiste aqui integral razão ao suscitante quando entende impossível a transferência bipartida da propriedade, ou seja, a alienação ou promessa de alienação do usufruto a uma pessoa e a nua propriedade a outra.

Outra questão surge, entretanto, que também não foi objeto da suscitação mas merece ser examinada. Diz ela respeito à possibilidade de conjugação do usufruto com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade, tal como foi feito no título impugnado.

Washington de Barros Monteiro trata expressamente da questão e ensina: O direito real de usufruto e conjugado com a cláusula de inalienabilidade. Assim, um pai doa certo imóvel a seu filho, mas reserva, para si, enquanto viver, o respectivo usufruto; ao mesmo tempo, grava o bem doado com o referido vínculo de inalienabilidade. Pergunta-se: haverá, em tal hipótese, a instituição do usufruto sucesso condenado pela lei?

"Não temos dúvida em responder afirmativamente. Com efeito, o doador reserva para si o usufruto, ao efetuar a doação; temos então o direito real a vigorar num primeiro grau. Morto o usufrutuário, consolida-se o domínio do nu proprietário, pela junção de todos os seus elementos integrante (jus utendi, fruendi et abutendi). Instituída que tenha sido, porém, a cláusula de inalienabilidade, o proprietário não passará, na realidade, de mero usufrutuário (tem o uso e gozo da coisa, mas não tem a sua disponibilidade). Surge assim, malgrado o jogo de palavras verdadeiro usufruto de segundo grau, que é repellido pela lei. (ob. cit. pág. 266).

Mutatis mutandis a situação aqui examinada é a mesma e atinge, também, a proibição legal. Quanto ao restante da suscitação, tenho desassistida razão à zelosa serventuária. Com efeito, no próprio título está prevista a hipótese do falecimento do pai ou da mãe qual seja, haveria o direito de acrescer ao outro usufrutuário sobrevivente. E a inscrição criaria o direito real.

Quanto à possibilidade do falecimento de um dos nu-proprietários, seria a nua propriedade partilhada entre os sucessores do respectivo titular (Cf. Washington de Barros Monteiro, ob. cit. pág. 280).

Se tais mortes ocorressem, como prevê a suscitação, antes de cumprido o compromisso, os direitos decorrentes da parte do compromisso seriam partilhados.

Não colhe, também, a dúvida quanto ao emprego da palavra "apesar", que está posta no título para significar que os pais, embora estivessem adquirindo apenas o usufruto, se responsabilizavam pelo pagamento do preço total (usufruto mais nua propriedade) cuja estava sendo compromissada. É certo, contudo, que houve impropriedade de linguagem.

Embora inacolhíveis estas partes da suscitação, o principal motivo da dúvida tem inteira procedência, como aqueles que, não expressamente apontados na inicial, foram acima examinados.

3. - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P. R. e I. São Paulo, 15 de março, de 1973. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

Dúvida - 8.º Reg. Imóveis. Armando Garcia e os. - Advogado: Antonio Carlos Soveral, Proc. 6274-72:

1. Ao ser apresentada ao sr. Oficial da 8.ª Circunscrição Imobiliária a escritura de venda e compra e cessão de direitos de fls. 4-7, foi suscitada dúvida, porque o Serventuário entendeu que a descrição do imóvel feita no título levado a registro não coincide, exatamente, com aquela constante da transcrição anterior, destacando que, à margem da transcrição em causa, para se possibilitar aquela ora pretendida, devem ser feitas averbações relativas às vias públicas que formam a quadra n.º 34 da Vila Santa Catarina, onde se situa o imóvel, qual a distância que fica, da esquina mais próxima, o terreno objeto de pedido e ainda se este se situa no lado par ou ímpar da via pública.

A dúvida foi impugnada, sustentando-se que os elementos constantes do título permitem estrear o imóvel e individuá-lo, sendo excessivas as exigências feitas pelo suscitante.

O suscitante manteve a dúvida e o Dr. Curador opinou por sua procedência.

Relatados, decido:

2. Nesta suscitação ocorre inversamente o que normalmente acontece em matéria de dúvida. Com efeito, de regra, é o título impugnado que é carente de elementos em relação à transcrição anterior. No caso em exame, a descrição do imóvel, no título cuja transcrição foi adiada, há mais detalhes que os constantes da transcrição anterior.

Nem por isso, contudo, improcede a suscitação, como pretendeu o impugnante.

Como bem destacou o Dr. Curador, os vendedores Luiz Alberto Whately e Ruth Nascimento

Whately são os titulares da transcrição n.º 51.199, da 11.ª Circunscrição Imobiliária e esta se refere ao seguinte imóvel: "um terreno situado à Avenida Santa Catarina, na quadra número trinta e quatro, na Vila Santa Catarina, no trigésimo subdistrito - Santo Amaro, medindo cem metros de frente, por cinquenta metros da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando área de cinco mil metros quadrados, confrontando pelos lados, com José Calazans Rodrigues de Alkimin e pelos fundos com José Calazans Rodrigues de Alkimin, com Antônio Paulo, Ermelinda e João Louzani ou sucessores" (fls. 23 e v.º).

Tais vendedores prometeram ceder a Yared Fayez desse imóvel, segundo se depreende da escritura de promessa de cessão de direitos feita entre o espólio do promitente cessionário e os ora compradores de fls. e seguintes, devidamente retificada e ratificada às fls. 34-38 e, posteriormente, em cumprimento ao compromisso, ortogaram a escritura de venda e compra objeto da dúvida. Nesta, a parte alienada está assim descrita: "um terreno situado à Avenida Santa Catarina, na quadra 34, no 42.º subdistrito, Jabaquara, 8.ª Circunscrição de Imóveis desta Capital, antes 11.ª Circunscrição, cuja quadra é formada pela avenida Santa Catarina, rua Colômbia, rua Honduras e rua das Antilhas, medindo na sua integridade 30,00 m de frente para a referida avenida Santa Catarina, por 50,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo dos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 1.500,00 m²; confinando do lado direito e fundos com propriedade de José Calazans Rodrigues de Alkmin ou sucessores, e do lado esquerdo com terreno compromissado a Fayez Yared, remanescente, distante 100 metros da esquina da rua das Antilhas, lado direito de quem vai desta rua para a rua Colômbia". (fls. 4v). Assim, se inicialmente parece que o que os vendedores alienaram foi toda a área compromissada à Fayez Yared e cujos direitos foram prometidos aos impugnantes, na realidade, não foi isso o que ocorreu, pois se assim fosse Fayez Yared não seria citado como confrontante da parte desmembrada e objeto da alienação.

Se, de outro lado, as descrições que constam do título levado à transcrição permitiram às partes individualizá-la, não estão de acordo com a transcrição anterior, o que impede o registro aqui buscado, porque seu deferimento implicaria em violação do princípio da continuidade, sempre presente nessa matéria.

A propósito, ensina Serpa Lopes: "Duas situações podem surgir no caso de características e confrontações: ou o título é impreciso, e nesse caso convém ser recusado, para que o titular do domínio melhor o componha pelos meios regulares, ou o título a transcrever contém características e confrontações em colisão com a transcrição anterior, hipótese em que se torna imprescindível, preliminarmente, a retificação da transcrição anterior e a apuração da qual seja verdadeiramente exata: se a enumeração da transcrição existente ou a do título" e, em seguida, acrescenta: "se o imóvel já se encontra transcrito com determinados característicos, só pode ser vendido e feita nova transcrição em conformidade com o registro anterior. A menos que se retifique a transcrição, provando-se erro, não pode ser alterada". (Tratado dos Registros Públicos, 4.ª ed. Freitas Bastos, vol. IV, págs. 430 e 437, respectivamente).

Na escritura impugnada os característicos e confrontações são em maior número e mais detalhados que os constantes da transcrição. Entretanto, cumpre ponderar que sem as correspondentes averbações à margem da transcrição anterior, existe incoincidência entre aquele registro e o título transcribendo.

É exatamente aqui que se aplica a lição do insigne tratadista.

Desta forma, não basta a abundância de detalhes, na descrição dos característicos e confrontações do imóvel; contudo, há que se verificar se tais elementos já constam do registro anterior, pena de se atingir o referido princípio.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei. - P.R.I. - São Paulo, 7 de janeiro de 1973. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

DÚVIDA

11.º Reg. Imóveis - Rocco Casalaspro - Proc. 7273-72.

1. Ao ser apresentada para transcrição, à 11.ª Circunscrição Imobiliária, a escritura de venda e compra de fls. 3-5, tendo por objeto o terreno situado no número 70 da Rua Calumbi, 32.º Subdistrito, Capela do Socorro, com área de 68,60m², foi suscitada dúvida porque a transcrição em nome do transmitente se refere a uma área de 40.800 metros quadrados e a alienação feita feriu o artigo 248 do Regulamento dos Registros Públicos, pois os característicos e confrontações da parte desmembrada são indicados com a imperfeição, não sendo indicada a distância da

esquina mais próxima, não permitindo localização exata do terreno e a verificação da disponibilidade.

A dúvida não foi impugnada e o Dr. Curador opinou por sua procedência.

Relatadas, decido:

2. Ainda que figure da escritura objeto da suscitação a referência à rua em que o imóvel se situa e o número que o terreno recebe, é certo que a descrição da área desmembrada, ali é feita, omite os requisitos necessários e essenciais dos característicos e confrontações e a distância da esquina mais próxima, assim como se o mesmo terreno se situa do lado par ou ímpar da rua. Com essas omissões, é certo, o título levado a registro não pode merecer atendimento e a dúvida tem procedência.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 8 de janeiro de 1973. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

DÚVIDA

817-72 - 6.º Reg. de Imóveis - José Luiz de Paulo - Adv.: Sérgio Bastos - Vistos.

O Sr. Oficial do 6.º Registro de Imóveis da Capital, suscitou dúvida ao lhe ser apresentada, para inscrição certidão de penhora expedida pelo Cartório do 17.º Ofício Cível da Capital, extraída dos autos da ação executiva movida por José Luiz de Paulo contra Francisco Mariano Madeira, porque a penhora incidiu sobre o imóvel já prometido à venda pelo executado a Ana Maria Martins e Herminio Augusto Diegues, conforme contrato prenotado e objeto de outra dúvida.

A dúvida foi impugnada (fls. 6) e após a fala do Dr. Curador (fls. 7) foi juntada xerox da decisão proferida na dúvida mencionada na suscitação (fls. 11-14). Em seguida decorrido "in albis" o prazo para manifestação do suscitado, o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida.

Apensados os autos da pre-citada dúvida, vieram-se os autos conclusos.

Relatados decido.

Conforme se verifica de fls. 11-14, a dúvida ali suscitada foi julgada procedente Francisco Mariano Madeira celebrou com Acácio de Freitas, compromisso de venda e compra tendo por objeto os imóveis mencionados na certidão levada a registro. Mas, o promitente comprador, por sua vez, prometeu ceder esse compromisso a Ana Maria Martins e Herminio Augusto Diegues e estes, por sua vez, prometeram ceder os mesmos direitos a Jaciro de Jesus Cruz: quitado este último compromisso foi feita a cessão definitiva, de tal forma que os direitos de Francisco Mariano Madeira passaram a Jaciro de Jesus Cruz. Entretanto, no curso de tais atividades negociais, o promitente vendedor acionou o compromissário comprador objetivando a rescisão do compromisso e essa ação terminou com transação entre as partes e a outorga de escritura de venda e compra consolidando o compromisso mas sem se referir a ele.

Ali também se consignou que se o compromisso não fora inscrito, as cessões subseqüentes também não puderam ser averbadas à margem dessa inscrição.

Desta forma, impedida a inscrição do compromisso de venda e compra e posteriores cessões por aquela decisão, nada impede a inscrição de penhora, especialmente porque segundo constou do Registro Imobiliário, o executado é o legítimo titular do domínio, ficando as cessões para serem solucionadas em ações próprias.

3. Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida.

Custas, na forma da lei, P.R.I. - São Paulo, 28 de dezembro de 1972. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

DÚVIDA

7002-72 - Francisco Famá e Vicentina Famá Lisante - 4.º Reg. de Imóveis - Adv.: Venício A. Gramegna. Vistos.

1 - Ao ser apresentada, para transcrição, ao sr. Oficial da 4.ª Circunscrição Imobiliária, a escritura de venda e compra de fls. 8-9, por via da qual os apresentantes, Francisco Fama e Vicentina Famá Lisanti, adquiriram, de Famá e Lisanti S.A. Móveis Artísticos, o imóvel situado à rua Rui Barbosa n.º 294 e 322, antigo 322, foi suscitada dúvida por entender o suscitante que em se tratando de aquisição feita pelos próprios diretores da sociedade anônima, ou seja, pelos apresentantes, o que é defeso em lei, nas sociedades por ações (Decreto-lei n.º 2.627 de 26-9-1940, artigos 119 e 120), o ato é nulo de pleno direito, de acordo com os artigos 82, 145, II, do Código Civil.

Aduz, ainda, a dúvida que Famá e Lisanti S.A. Móveis Artísticos resulta da alteração do contrato social da antiga firma Famá e Lisanti Ltda., e que esta, por sua vez, fora constituída por contrato

particular de 10 de setembro de 1959, sem que na oportunidade do distrato social desta última tivesse sido efetuada a partilha do acervo social respectivo, em que se incluía o imóvel objeto da escritura impugnada. Aponta, ainda, a suscitação, que a firma Famá e Lisanti, pelas transcrições nos 18.120 e 18.198 feitas, respectivamente, em 14 de junho de 1938 e 26 de junho de 1938, tornou-se proprietária do imóvel situado à rua Rui Barbosa, 322, atuais n.º 322 e 294. Tal firma era constituída, na época, de apenas dois sócios, Francisco Famá e Domingos Lisanti; ocorrendo o falecimento deste último, o sócio remanescente juntamente com a viúva do "de cujus", resolveram, "distratar" a sociedade, sem contudo, proceder à partilha dos bens sociais, passando a constituir nova sociedade, agora, por quotas de responsabilidade limitada. Na composição do capital social desta entrou o referido e questionado imóvel.

Entende o suscitante, portanto, que: a) a partilha do acerto da firma Famá & Lisanti era absolutamente indispensável, máxime havendo imóvel na composição do capital social respectivo, não podendo, como foi estabelecido pelos distratantes, fazer prevalecer a vontade dos particulares sobre o princípio da continuidade do registro, de ordem pública, o que implicaria na quebra do elo filiatório, pela omissão da partilha; b) tendo os sócios Francisco Famá e Vicentina Famá Lisanti integralizado sua parte no capital da firma Famá & Lisanti Ltda., com as quotas que possuíam na extinta firma Famá & Lisanti, não deixando, todavia especificando que ditas quotas eram representadas inclusive, pelo imóvel questionado, fazendo, como o deviam, celebrar o respectivo contrato por instrumento público, impraticável a transcrição deste último título, que exige forma pública para a sua constituição (Código Civil, artigo 134, II), oportunidade em que deveriam, também, ser satisfeitos os requisitos do artigo 247 do R.R.P.

A dúvida foi impugnada (folhas 37-38), instruída essa postulação de documentos (folhas 40-44). O suscitado manteve a dúvida (folhas 45-verso) e o Dr. Curador opinou por sua procedência (folhas 47-49).

Relatados, decido:

2 - Entendo conveniente apreciar a suscitação na ordem inversa em que a pôs o Oficial. Com efeito, o segundo motivo diz diretamente com o registro imobiliário, enquanto o primeiro se filia mais propriamente aos atos da diretoria da sociedade que, a seguir serão examinados.

Diga-se, de início, que as decisões da Junta Comercial, ainda que com o beneplácito do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no que diz respeito à constituição, modificação e dissolução das sociedades comerciais não vinculam o Juízo, especialmente quando contrariam, frontalmente, o sistema do registro imobiliário.

Segundo pondera a suscitação, o imóvel objeto da escritura impugnada está transcrito em nome de Famá & Lisanti, conforme se verifica, além do mais de folhas 10-11. Mas a escritura dá, como alienamento, a firma Famá & Lisanti S.A., Móveis Artísticos que, por nenhuma forma, figura na transcrição anterior, o que bastaria para que se impedisse a transcrição pois o princípio da continuidade, um dos esteios do registro imobiliário, estaria sendo violado.

Mas, pretende a impugnação que houve sucessivas transferências do imóvel, primeiramente, de Famá & Lisanti para Famá & Lisanti Ltda., com a extinção da primeira sociedade por parte de um dos sócios, tendo sido o distrato efetuado pela viúva, que, em seguida, conjuntamente com o sócio remanescente, usaram do imóvel para constituir a segunda firma e, posteriormente, esta se transformou na sociedade anônima que o alienou aos apresentantes. Argumenta que tendo os contratos sociais e suas alterações sido arquivados na Junta Comercial não houve quebra do elo filiatório, pois os contratos e distratos foram "celebrados em obediência às determinações da época, da referida Junta, com apoio da decisão governamental.

Ora, confunde a impugnação o arquivamento de contratos e distratos na Junta Comercial com o registro imobiliário.

A propósito, acertada a lição de Pontes de Miranda invocada pela douta Curadoria no sentido de que: "ainda que se trate de bens imóveis... a sua incorporação na sociedade, para a constituição de todo o capital social ou parte dele, não impõe a forma de escritura pública, como estatui o Decreto-lei n.º 2.627, artigo 46 ... Trata-se de "lex specialis", em relação ao Código Civil, artigo 134, II. Só se refere à forma, e não às exigências registrárias: tem-se de fazer a transcrição no registro de Imóveis (Tratado de Direito Privado, vol. 50, pág. 39).

No mesmo sentido é a lição de Serpa Lopes: "em se tratando de bens imóveis, esse caráter translativo acarreta todas as exigências e formalidades, em geral, impostas para a transferência de tal espécie de bens. Assim, o respectivo título de transferência - a ata de constituição da sociedade ou a escritura pública deverá ser levado à transcrição no Registro de Imóveis, da situação destes, competindo tal providência aos primeiros diretores, sendo o título hábil para

essa transcrição, a certidão dos atos constitutivos da companhia, passada pelo Registro de Comércio" (Tratando dos Registros Públicos, vol. III, pág. 439).

Repita-se pois, que "os simples registros dos contratos sociais na Junta Comercial, nos quais aparece o imóvel, ao contrário do que pensam os suscitados, não conferem o domínio, que só se alcança com a transcrição" (fls. 49).

E a continuidade do elo filiatório é a observação do princípio da continuidade, a que já nos referimos, que deve ser observado no registro imobiliário e não no registro do comércio.

Assim, procede essa parte da suscitação, salvo na parte em que o suscitante exige a escritura pública para o registro, dispensável, como acima se viu.

Nem aproveita aos suscitados o fato de o mesmo oficial suscitante, já ter inscrito hipoteca que a sociedade anônima, ou seja, Famá & Lisanti S.A., Móveis Artísticos, constituiu sobre o mesmo imóvel (fls. 11), visto como um erro não justifica o outro e o engano ali cometido não autoriza a que se determine um registro impossível.

De se examinar, agora, o problema da nulidade do ato levado a registro, ou seja, a venda e compra de bem de uma sociedade anônima a seus próprios diretores.

Tenho, que em relação a essa matéria é de se trazer à colação a lição de Miguel A Soasot Betes, na 2.ª edição de seu livro "Directores, Síndicos, Gerentes y Fundadores de Sociedad Anonimas: Derechos, Obligaciones, Responsabilidad", Buenos Aires, 1953, pág. 81, n.º 41, quando esse autor menciona decisões dos Tribunais argentinos ao resolver que: "É de ordem pública a disposição do artigo 338, c.m. que proíbe os diretores das sociedades anônimas negociar ou contratar por conta própria com a sociedade que administram, lição essa invocada no v. aresto inserto no Repertório de Jurisprudência do Código Comercial, Darcy Arruda Miranda, ed. Max Limonad, 1960, vol. 2, tomo 1, página 412 do qual se colhe, ainda que: "... afirmar que a norma contida nos artigos 120 e 128 e seu parágrafo único é de ordem pública, pois visa tutelar os interesses sociais e mesmo de terceiros, e, mais precisamente, o capital social, em homenagem a respeitáveis princípios de moral e previsão é, afirmar, também, que a sua violação acarreta a nulidade do ato ou contrato, nulidade esta, que é absoluta e insarável, justamente por que na violação da ordem jurídica está compreendido o conceito da ilicitude jurídica. O conceito de ordem pública transborda, aliás, dos rígidos e estreitos limites da lei, e isto é, o que reconheceu Emílio Betti, ao fixar a explicitude conceitual da ilicitude jurídica na situação de contraste, consciente ou não, em que se coloca a determinação causal do indivíduo frente à lei ou à ordem pública ("Teoria General del Negócio Jurídico", trad. esp. Editorial Revista de Derecho Privado, Madri, pág. 289).

"Portanto, os atos praticados em desrespeito do art. 120 e seu parágrafo único são atos que estão sujeitos a ratificação, porque resultam da violação de norma proibitiva, de ordem pública, e, tem, assim, o objeto ilícito, incidindo na regra geral dos atos jurídicos nulos, segundo o nosso direito (Cód. Civil, arts. 145, ns. II e V, e 148). Já aí, sob este prisma vai-se vendo que os poderes soberanos das assembléias são como todo poder jurídico, condicionado ou relativo, subordinado aos fins sociais da lei e aos ditames do bem comum, não podendo desenvolver-se de modo avassalador e despótico, desenfreado e tirânico com o espesinhamento intolerável dos direitos da minoria. Se assim não fosse o ato que tivesse atentado contra a rigidez do art. 120 estaria fadado à iniquidade, pois fácil seria a maioria, beneficiada com a violação da norma proibitiva, sanar por meio de uma assembléia geral o vício absoluto do ato praticado com postergação frontal da lei imperativa.

"O ato que viola o art. 120 adoece de nulidade absoluta e não poder ser ratificado. De outro modo cairíamos na paradoxal conclusão de que os atos proibidos, ainda que tenham limitações, careceriam, uma vez realizados, de toda espécie de sanção. E esta, no caso, e sob o aspecto do direito privado, é a nulidade. As pessoas que praticarem o ato com violação do art. 120 podem se dizer afetadas de incapacidade de direito (Sasot Betes, op. cit. pág. 92, nota 31 e 32; Petrielia, :Asamblea de Sociedad Anónima: Derecho de voto del accionista em conflicto de intereses con la sociedad", in "Rev. Der. Com.", - Janeiro-Março, 1947, pág. 37). Ante a proibição do art. 120, como acontece com o art. 338, do Cód. Com. Argentino, nada vale a ratificação que possa fazer a assembléia. A ordem pública é inderrogável, e, do mesmo modo, as normas que têm esse conteúdo (Rogasiano, Celso, op. cit., pág. 104).

"Os diretores das sociedades anônimas são mandatários da mesma e em consequência tem direitos e obrigações inerentes ao mandato, como ali se examinou, afirmando-se, ao depois que o "contrato de sociedade, ou os atos posteriores que o completam, coloca, pois, os administradores ou os gerentes, aos olhos do público, na posição de representantes do grupo de

associados, representantes devidamente qualificados para cumprirem, dentro, nos limites dos poderes que lhe são conferidos, as operações de natureza diversa que se compreendem na órbita estatutária. Assim, os administradores ou os gerentes poderão adquirir bens por conta da sociedade ou adquirir crédito por ela e em seu nome, da mesma forma que eles poderão obrigá-la, em consequência dos compromissos assumidos. As convenções celebradas, nesta qualidade, vinculam a sociedade, diretamente como credora, perante terceiros que com ela contratarem, a assinatura social obriga a sociedade se a operação não exceder os poderes conferidos - Encontra-se neste processo o esquema clássico da representação."

"Nem é necessário insistir neste ponto.

"Mas, que resulta daí? Duas são as consequências: a nulidade absoluta dos atos praticados pelos administradores ou gerentes da sociedade que, cumprindo-lhes, representá-la, com ela negociaram, na qualidade de credores desta, por direito próprio; e, em segundo lugar, a obrigação de compor os prejuízos decorrentes desse procedimento flagrantemente contrário à lei, à ordem pública, aos bons costumes, e, por isso mesmo de ilicitude jurídica a toda evidência. A sanção como diz René Capitant, no seu estudo do ato ilícito, é um ato que decorre de outro ato ("L'Illicite - V Impératif Juridique", Paris, 1929, pág. 93").

E finaliza esse julgado, colocando uma pá de cal na pretensão, em sentido contrário, dos suscitados: "Ora, se a Lei das Sociedades por Ações não fosse expressa na proibição do ato pelos dois referidos de A. ainda assim não poderia sobreviver a liquidação do débito, praticando pela maneira já descrita, pois, como reconheceu Moscato, - insuspeito, no caso, desde que não vê, em princípio, nenhuma impossibilidade jurídica ou natural para o selbscontrahiren, - onde houver o conflito de interesses não serão admissível o contrato consigo mesmo doutrina esta que vem sendo esposada desde Lepa até Giorgi (Eduardo Espínola, "Sistema", vol.: II, t. II, pág. 43, nota 95). Esta insigne civilista pátrio assinala as dificuldades com que se apresenta a admissibilidade do autocontrato, quanto se analisa o problema do ponto de vista psicológico e ético social: "De fato, psicologicamente, a vontade do representante é uma só, muito embora se dirija à conciliação de interesses divergentes. Sob o ponto de vista ética-social os obstáculos vêm precisamente da colisão de interesses, a qual de modo mais ou menos absoluto, se manifesta nas relações patrimoniais, conforme a observação de Venzi (obra cit., vol. II, t. II, pág. 42 e 43). "Não obstante o esforço de Pilon, Gouget, Demongue e outros, no sentido de convencer de que o conflito de interesses não é de molde a viciar essencialmente o ato jurídico consigo mesmo, a verdade é que, precisamente a fim de evitar esses conflitos de interesses é que a communis opinio, formou-se no sentido de rejeitar a idéia do autocontrato, por isso que o conflito de interesses é inseparável dela (Propesco Ramniceano, "De la representation des les actes juridiques en droit comparé", Paris, 1927 pág. 287). Este admirável trabalhista, assim concluiu: "o limite para a admissibilidade do Selbscontrahiren será, portanto, o conflito de interesse do representante e do representado, Esta é a única consideração que deverá guiar os juízes, que terão de se pronunciar sobre as aplicações dessa idéia" (Obra cit. pág. 290).

"Embora não haja direito positivo comum - e, pois, excluo a hipótese prevista no Decreto-lei n.º 2.627 - nenhum dispositivo proibindo o autocontrato, é certo que a nossa melhor tradição jurídica o tem repellido em pronunciamentos dos nossos mais altos Tribunais, daí resultando, possivelmente, a orientação seguida pelo projeto do Código de Obrigações, elaborado pelos eminentes Ministros Orozimbo Nonato, Philadelpho Azevedo e Hahnemann Guimarães, e que em seu art. 37 consagrou repulsa à introdução do autocontrato em nossa legislação.

O douto Des. Serpa Lopes, que admite juridicamente a contrato consigo mesmo, reconhece, entretanto, que há um obstáculo para a sua validade e que é o conflito de interesses, entre mandante e mandatário, razão suprema da nulidade instituída, em certos casos, pela lei (Tratado de Registros Públicos", vol. II, pág. 288). Esse obstáculo - conflito de interesses - não só é intransponível, como constitui causa de nulidade, segundo a opinião dominante mesmo entre os que advogam a admissão do autocontrato, nele não vendo, em princípio, nenhuma ilicitude. É o que ensina Ennecerus ("Tratado de Direito Civil", com Kipp e Wolf, trad. esp., vol. I, parte 2.ª, pág. 245 e 246, parág. 168 n.º III), para o direito alemão; e De Page ("Traité Élémentaire", Bruxelas, 1940, vol. II, pág. 405 e 406, n.º 448) para o direito belga.

"E não é só isto. O autocontrato no campo do direito que rege a vida das sociedades anônimas, não envolveria, apenas uma dificuldade; constituiriam um verdadeiro absurdo, em face das normas impostas no sentido de proteger o interesse social dos acionistas, que tem base na ordem pública. E consubstanciaria aquele impossível jurídico que, no terreno das relações estritamente privadas, tem sido contestado, por alguns. Vê-se, pois, que de qualquer ângulo o

problema apresenta uma só face - a nulidade dessa operação".

Nem se alegue que a alienação foi autorizada pela totalidade dos acionistas (fls. 40), tendo em vista que a Assembléia não derroga princípio de ordem pública, nem concordou, expressamente, com a venda aos próprios diretores.

Se este Juízo pode validamente entender nula a celebração de casamento com comunhão de bens quando a lei impunha a separação (Cf. Agravo de Petição n.º 212.984), pode, pelos mesmos fundamentos, negar a transcrição aqui pretendida porque entende ser nulo o contrato de venda e compra celebrado entre a sociedade anônima e seus diretores, pelos fundamentos acima alinhavados.

3. Por todo o exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas na forma da lei, P.R.I., extraindo-se 3 xerocópias. - São Paulo, 8 de fevereiro de 1973. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

8.º Reg. Imóveis - Proc. 7097-72 - Joaquim Henrique da Silva - Advs.: Lafayette Pereira Gomes - Arthur Carlos A. Pereira Gomes.

Vistos.

1. Ao ser apresentado ao sr. Oficial da 8.ª Circunscrição Imobiliária, para cumprimento, o mandado de fls. 3, expedido pela 16.ª Vara Cível da Capital, para o cancelamento da transcrição n.º 56.755, feita em nome de Amílcar Guerreiro, tendo por objeto um terreno, lote n.º 59 da gleba B, do Bairro do Imirim, 23.º Subdistrito, desta Capital, foi suscitada a presente dúvida porque o titular dessa transcrição é titular, ao mesmo tempo, da transcrição de n.º 56.756, já havia alienação a terceiros vários terrenos, desmembrados do lote cuja transcrição consta do mandado, mas também de outro lote, a que se refere a transcrição n.º 56.756. A seguir, enumera o suscitante as alienações feitas, esclarecendo que elas dizem respeito a terrenos constituídos de parte da transcrição objeto do cancelamento, assim como de parte da outra transcrição. A dúvida se resume, diz o suscitante, em saber se deve pura e simplesmente ser cancelada a transcrição mencionada no mandado omitindo os desmembramentos sofridos pelo lote que ela objetiva ou se deve cancelar, também, ainda que parcialmente, as transcrições das alienações feitas conforme especificou, com relação às áreas referentes aos desmembramentos aludidos.

A dúvida foi impugnada (fls. 9) e o suscitante voltou a se manifestar (fls. 13) e a seguir o Dr. Curador opinou pelo cumprimento do mandado.

Relatados, decido:

2. Em nenhuma hipótese deve ser recusado cumprimento ao mandado judicial. Nesse sentido tenho sempre decidido, não cabendo aos srs. Oficiais deixar de dar execução às ordens emanadas do Poder Judiciário.

O problema que surgiu, neste caso, não decorreu, contudo, da falta de cumprimento do mandado, senão de dúvida na sua execução, pois da transcrição cujo cancelamento foi decretado resultaram outras. Estas, por força do decisório judicial, também seriam canceladas porque originárias de uma transcrição nula que, assim não pode gerar efeitos jurídicos. Entretanto, as transmissões feitas pelo titular da referida transcrição englobaram, como demonstra a suscitação, parte de lotes adquiridos por força de outra transcrição, a de n.º 56.766, não objeto da ação e portanto perfeitamente válida.

Ora, enquanto não invalidade, se for o caso, pelas vias próprias, a transcrição n.º 56.766, as transmissões feitas com esteio nela devem prevalecer e não há motivo para que sejam canceladas.

Desta forma, na execução do mandado, o sr. Oficial deverá cancelar a transcrição nele objetivada e todas as transcrições que decorreram de alienação de parte das terras dela retiradas, conservando intactas as transcrições decorrentes de transmissões efetivadas com esteio na de n.º 56.766. Assim, verbi gratia, na caso da alienação objetivada no item 4, letra "a", da suscitação, cancelará, da transcrição n.º ... 63.406, os 140 metros quadrados originários da transcrição no 56.755, a ser cancelada, remanesceda os 120 metros quadrados transmitidos por força da transcrição n.º 56.766.

3. É o que deixo decidido, julgando, desta forma parcialmente procedente a suscitação.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 8 de janeiro de 1973.

Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

542-72 - Consulta - 8.º Cartório de Notas - Nagib Jafet - 1 - Pretende Nagib Jafet revogar

procuração por escritura pública lavrada, tendo, para tanto, remetido ao 8.º Cartório de Notas notificação extrajudicial, em que faz entre outras, a exigência de sua averbação à margem do Livro n.º 357, fls. 257 da referida escritura de mandato, cientificando-se, ademais, os cartorários para que não lavrem compromissos em seu nome, "calcada na procuração ora tornada sem efeito" (fls. 3). Por isso é que o serventuário em exercício levantou a questão às fls. 2, pois entende inviável a sua escolhida para a revogação do mandato. É nesse sentido o parecer da douto Curadoria. 2 - Primeiramente, lembre-se que a procuração e o instrumento do contrato de mandato (art. 1288, alínea, do Código Civil); certo que esse contrato se extingue pela revogação (art. 1316, item I, do Código Civil), revogação essa que pode ser tácita ou expressa. A revogação, assim, independe de maiores formalidades, sendo que "para tomar efetiva a revogação deve o mandante, através de comunicações diretas ou de publicação de editais, dar ciência a todos os interessados de que houve revogação do mandato" (Sílvia Rodrigues, in "Direito Civil", vol. 3, 4, 5, edição 1972, Saraiva, págs. 289-290). Aliás, já se decidiu que "para ficar livre e isento de qualquer responsabilidade, incumbe ao mandante, tornar pública a revogação, apelando para todos os meios ao seu alcance, quer avisando as pessoas com as quais mantinha negócios, quer por intermédio de editais pela imprensa" - (Revista dos Tribunais, volume 240, página 465, "apud" Washington de Barros Monteiro, in "Curso de Direito Civil", 5.º volume - 2.ª parte do Direito das Obrigações, 5.ª edição, 1967, Saraiva, pág. 283, nota 80). Assim, qualquer meio é hábil para dar conhecimento a terceiros, da revogação do mandato que o mandante faz ao mandatário, como, "verbi gratie", a notícia de fls. 3, 3 - Mas, se isso é verdade, não menos verdade é que não tem o mandante direito de exigir uma averbação dessa revogação à margem da escritura de mandato, através de mera, notícia extrajudicial. Em matéria notarial não há lei a amparar essa sua pretensão. E saliente-se que os notários - agentes públicos que são - subordinam-se ao "princípio da legalidade", segundo o qual só podem fazer aquilo que a lei autoriza (cf. Hely Lopes; Meirelles, "in" "Direito Administrativo Brasileiro", 1966, Editora Revista dos Tribunais, págs. 54 e 55). É óbvio que nada obsta que o serventuário dê conhecimento da notícia extrajudicial da revogação aos seus funcionários para simples ciência e nada mais do que isso. 4 - Portanto, não é o caso da pretendida averbação, pois, o instrumento lavrado é perfeito e acabado, certo que, em querendo, o serventuário poderá dar conhecimento aos seus funcionários da notícia da revogação para os fins que entendam convenientes. 5 - Publique-se e intimem-se. - São Paulo, 10 de novembro de 1972. - (a) Álvaro Lazzarini - Juiz de Direito.

RETIFICAÇÃO

Advogado: José Rodrigues de Freitas - 3.982-71 Vistos etc.

1 - Onofre Paes de Oliveira, qualificado na inicial, pretende retificar a escritura pública de compromisso de venda e compra, lavrada no Livro de Notas 687, fls. 83, do 24.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, bem como a respectiva inscrição imobiliária sob n.º 27.353, lavrada no Livro 4-AA, fls. 260, do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, tudo para que fique constando ser ele solteiro e não casado, como consta.

O Sr. Oficial do Registro Imobiliário indicado, às fls. 16v., lembrou ser da jurisprudência desta Vara que escritura pública se retifica com escritura pública, certo que, por ocasião da escritura definitiva, poder-se-á fazer tal retificação, o que ensejaria a retificação imobiliária, de vez que o ato registário está de acordo com o título apresentado a registro.

O douto Curador de Registros Públicos é pelo deferimento do pedido.

2 - Merece indeferido, todavia, o pedido inicial no seu duplo aspecto.

2.1 - Com efeito, no que concerne ao aspecto escritura pública, é ele inviável, porque, "a escritura pública é o ato no qual as partes comparecem perante o Oficial público e, na presença das testemunhas instrumentárias, relatam o seu propósito negocial e ultimam o ajuste, o que é anotado pelo tabelião em livro próprio. Uma vez assinado o ato pelas partes e testemunhas, o tabelião encerra o instrumento, portando por fé que tudo ali relatado representa a verdade. Como goza ele de fé pública, presume-se que o conteúdo do instrumento seja verdadeiro, até prova em contrário". (Sílvia Rodrigues, in "Direito Civil", vol. I - Parte Geral, 3.ª ed., 1967, Max Limonad Editor, n.º 132, pág. 300). E "em consequência do próprio caráter autêntico do instrumento - probatio probata, non probanda - que é resultante da fé pública atribuída pela lei ao oficial público, o qual tem mesmo por missão certificar os referidos fatos, estes, pelo só

motivo de constarem do documento, são tidos como suficientemente provados. Esse é o entendimento do princípio - o instrumento faz prova bastante dos fatos ocorridos em presença do oficial público, que o lavrou". (Moacyr Amaral Santos, in "Prova Judiciária no Cível e Comercial", vol. IV, 3.^a ed., 1966, Max Limonad Editor, pág. 123, alto, n.º 70). Por isso, como doutrina Luiz da Cunha Gonçalves, "uma escritura pública faz prova plena acerca dos fatos seguintes: data, lugar da celebração, presença das partes ou seus mandatários e das testemunhas, declarações daquelas sobre a matéria do ato, pagamentos efetuados, cumprimento de todas as formalidades nela mencionadas" (in "Tratado de Direito Civil", vol. XIII, tomo II, anotado por Cantidiano Garcia de Almeida e Moacyr Amaral Santos, 1.^a edição brasileira, sem data, Max Limonad Editor, pág. 867, n.º 2.086 e 910). Em assim sendo, "vinculando-se ao negócio jurídico realizado, pelo interessado entre partes, o tabelião, sob sua responsabilidade, pela sua intervenção, autoriza o Estado a agir, de maneira segura, quer na identificação das partes, quer pela presunção da licitude do negócio jurídico" (João Mendes de Almeida Júnior, in "Órgãos da Fé Pública", 2.^a ed., 1963, Saraiva, pág. XIX do achada conforme a escritura pelos contratantes, é indubitoso não ter havido erro notarial, mesmo porque o notário se limita a registrar, com as cautelas de estilo, aquilo que lhe foi declarado pelos contraentes, em sua presença e das testemunhas, de tudo portanto por fé.

Esses os motivos que tem levado o signatário desta decisão a lembrar, mais de uma vez, como bem salientou o ilustre Oficial do Registro Imobiliário, que "falta qualquer competência aos juízes para decretar sanções e, até, para retificar erros das escrituras públicas: escrituras pública somente se retifica por escritura pública, e não por mandamento judicial", disse-o, com todo o acerto, a 6.^a Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo, a 2 de setembro de 1949 (R. dos T., 182, 754". (Pontes de Miranda in "Tratado de Direito Privado", Parte Geral, tomo III, 3.^a edição, 1970, Borsol, parágrafo 338, página 36). Em outras palavras, não cabe ao Juiz substituir-se ao notário, retificando escrituras que encerram tudo quanto se passou e declarou perante esse oficial público, pois, repetindo com a lição de Washington de Barros Monteiro, "escritura pública só se retifica por outra escritura pública". Instrumento dessa natureza vale por si e não pode ser ilidido senão por provas completas" in "Curso de Direito Civil", vol. 1, Parte Geral, 3.^a edição, 1971, Saraiva, página 263).

Aliás, como bem lembrou o sr. Oficial do Registro Imobiliário, trata-se de escritura pública de compromisso de venda e compra, o que ensejará a lavratura de escritura definitiva. E, na oportunidade desta, em sendo o caso, poderá ocorrer a reti-ratificação daquela, para os fins devidos. Saliente-se, a propósito, que "sendo um contrato preliminar, o contrato de promessa de compra e venda tem por conteúdo um contrahere futuro. Nesse contrahere futuro há, evidentemente, uma obrigação de fazer. O eminente Eduardo Espínola, indicando ainda a lição de L. Boyer e a do preclaro Ministro Orosimbo Nonato, acentua esse caráter do compromisso de compra e venda, com a circunstância de que, em relação à sua execução compulsória, não lhe criava obstáculos o princípio nemo proecise cogi ad factum, por afastada qualquer hipótese de violência à liberdade humana" (Serpa Lopes, in "Curso de Direito Civil", vol. III, 1964, Freitas Bastos, n.º 155, página 230).

2.2 - No que concerne à retificação do registro imobiliário, também, sorte não colhe o requerente, de vez que o ato registrário foi lavrado nos expressos termos do consignado no título apresentado a registro.

Tem, pois, plena aplicação o venerando acórdão que, corretamente, estabeleceu que "o que admite o Código Civil, no seu artigo 860, e o decreto regulamentador dos Registros Públicos, é que se corrija a transcrição não conforme o título transcrito. Mas, se a transcrição corresponde à realidade jurídica, e se ela se fez na conformidade da escritura, não há como modificá-la, sem que se modifique, primeiramente, o título respectivo" (acórdão unânime da 6.^a Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1.^o de dezembro de 1967, na apelação cível n.º 164.248, de Regente Feijó, relator Desembargador Dimas de Almeida, in "Rev. dos Tribs." vol. 389, pág. 165). E, apesar do acórdão dizer a respeito de transcrição e, aqui, estarmos diante de um caso de inscrição, tem aplicação, porque, "dentro de nossa sistemática o registro como modo de aquisição não tem a natureza de negócio jurídico abstrato, como no germânico. É então, um ato jurídico causai, porque está sempre vinculado ao título translatício originário, e somente opera a transferência da propriedade dentro das forças, e sob condição ela validade formal e material do título. Seu pressuposto fático será, portanto, um título babei a operar a transferência"Caio Mário da Silva Pereira, in "Instituições de Direito Civil", vol. IV - Direitos Reais, 1.^a ed., 1970, Forense, pág. 99). Em outras palavras, como salienta Serpa Lopes, "o sistema do registro

imobiliário brasileiro se aparta do germânico. Neste o título causal nada representa; a compra e venda, o negócio jurídico produtor das obrigações entre comprador e vendedor ou entre permutantes é um acontecimento sem relevo, que se desata entre as próprias partes contratantes, sem nenhum reflexo sobre o ato registral, o qual se limita ao acordo real entre os interessados perante o Oficial do Registro e à realização da inscrição. No nosso Direito, ao contrário e à semelhança do Direito suíço, o que fundamenta o ato da transcrição, isto é, a escritura de compra e venda submetida ao Oficial do Registro de Imóveis que irá efetuar o registro para que ela tenha os respectivos efeitos translatórios" (in "Curso de Direito Civil", vol. VI, 2.ª ed., 1962, Freitas Bastos, pág. 533, final).

Portanto, fiel o ato registrário ao que se contém no título apresentado a registro, o eventual erro existente no mesmo título não é corrigível pelo conserto do ato registrário, que nenhum erro apresenta. A retificação do ato registrário, então, fica na dependência da retificação do título originário, a qual como verificado, não se fará através de ato de juízo, que não tem competência para tanto. Será feita, isto sim, por uma escritura de reti-ratificação, para os fins devidos.

3 - Por esses fundamentos, julgo improcedente o pedido inicial formulado por Onofre Paes de Oliveira, pagas as custas na forma da lei.

4 - Publique-se, e minto teor, registre-se e intime-se São Paulo, 08 de fevereiro de 1973. O Juiz de Direito, Álvaro Lazzarini.

Processo n.º 6.673-72 - Adv. Oscar Conceição de Oliveira - Vistos, etc.

1. Trata-se de casamento nuncupativo entre Francisco Maria de Araújo Pancada e Jacira de Oliveira Pinto, qualificados na inicial.

Os nubentes tinham dado início à habilitação matrimonial regular, perante o 5.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Ifigênia (fls. 21), quando se agravou o estado de saúde do varão, o qual convocou as testemunhas ouvidas às fls. 28 a 30, perante as quais os nubentes declararam, livre e espontaneamente, que se recebiam por marido e mulher. Algum tempo depois, o varão veio a falecer, tudo conforme a justificação produzida nos autos.

2. Ensina Serpa Lopes que "atuado o pedido e tomadas as declarações, o Juiz precederá às diligências necessárias para verificar se os contraentes podiam ter-se habilitado para o casamento, na forma ordinária, ouvidos os interessados que requererem, dentro em quinze dias (Cód. Civ., parágrafo 1.º do art. 200). Embora não especificadas no Código Civil, as formalidades que o Juiz deverá mandar proceder consistem na publicação dos proclamas pelo prazo de quinze dias, ouvindo nesse prazo os interessados que o requererem. Findo esse prazo, marcado no edital, não aparecendo qualquer reclamação, o Juiz verificada a idoneidade dos cônjuges, homologará o casamento, com recurso voluntário às partes (Cód. Civil, artigo 200, parágrafo 2.º). Dispõe o art. 745 do Código de Processo Civil: "nos casamentos celebrados em iminente risco de vida, sem a presença da autoridade competente, os depoimentos das testemunhas serão reduzidos a termo, dentro de um tríduo, pelo processo das justificações avulsas, e o Juiz verificará se os contraentes poderiam ter-se habilitado na forma comum e decidirá, afinal, no prazo de dez (10) dias, ouvidos os interessados que o requererem". Se da decisão não se tiver recorrido, ou se ela passar em julgado, apesar dos recursos interpostos, o Juiz mandará transcrever no livro do registro dos casamentos (Cód. Civ., art. 200, parágrafo 3.º). O assento assim lavrado retrotrairá os efeitos do casamento, quanto ao estado dos cônjuges, à data da celebração, e quanto aos filhos comuns, à data do nascimento (Cód. Civ., parágrafo 4.º, art. 200)" (in "Tratado dos Registros Públicos", vol. I, 5.ª ed., 1962, Freitas Bastos, pág. 251).

No caso concreto dos autos, como verificado, o varão faleceu algum tempo depois de, juntamente com a mulher, ter declarado, livre e espontaneamente, que se recebiam como marido e mulher. o varão era viúvo e a mulher solteira. Vinham de uma vida marital entre ambos. Não consta da habilitação de casamento que se processava perante o Cartório de Santa Ifigênia, nenhuma impugnação ao pretendido casamento ordinário. Tanto a douta Curadoria de Casamentos, como a douta Curadoria de Registros Públicos opinaram, à vista da justificação, pela homologação, pois como bem ponderou-se na manifestação da última das Curadorias indicadas (de Registros Públicos) "pelo que se tem até aqui, não se vislumbra impedimento matrimonial entre os nubentes" (fls. 32 verso). E, ainda, conforme a mesma douta Curadoria, é de ficar certo que "o regime de bens a vigorar é o da separação obrigatória de bens, devido o nubente ter mais de sessenta anos, o que é disposto no art. 258, parágrafo único, n.º II, do Código Civil" (fls. 33).

3. Pelo exposto, respeitadas que foram as formalidades legais, reconhecida a idoneidade dos

cônjuges, Francisco Maria de Araújo Pancada e Jacira de Oliveira Pinto, homologo o casamento nuncupativo realizado na presença das testemunhas ouvidas às fls. 28 a 30, ordenando que, transitada esta em julgado, seja expedido mandado para transcrição desta decisão no livro próprio do 5.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Ifigênia, na forma do artigo 84 do Decreto n.º 4.857, de 1939, pagas as custas na forma da lei. Do mandado constará que o regime de bens é o da "separação", nos termos do artigo 258, parágrafo único, item II, do Código Civil. Constará, ainda, que a mulher, pelo casamento, assumiu os apelidos do marido (artigo 240 do Código Civil).

4. Publique-se, em inteiro teor, registre-se e intimem-se.

São Paulo, 15 de dezembro de 1972.

O Juiz de Direito, Álvaro Lazzarini.

8300-72 - Dúvida - Yochio Yamasaki - 11.º Reg. de imóveis - Vistos. 1. - A sra. Oficial da 11.ª Circunscrição Imobiliária suscitou a presente dúvida ao lhe serem apresentadas as escrituras de fls. 4-5, 9-1 e 13-14. Os títulos lhe foram apresentados por Yochio Yamasaki e são relativos a uma compra e venda relativa a um terreno, no bairro do Cipó, Subprefeitura de Santo Amaro, imóvel esse havido em partilha amigável lavrada, como a escritura de venda e compra, no C.R.C.P.N. e Anexos da Capela do Socorro, igualmente levada a registro e celebrada um dia antes da compra e venda. Tal partilha amigável tem origem em escritura de "repartição de bens" de 27 de fevereiro de 1892, da lavra do Escrivão de Paz de Santo Amaro. Em tais títulos não há coincidência dos característicos e confrontações, havendo, ainda, divergência quanto ao nome de Guilherme Klein, que figura na escritura de repartição ora como Guilherme Klein, ora como Ghuilhes. Na mesma escritura não aparece Maria Adão posteriormente figurante na escritura última de venda e compra. Por derradeiro, em se tratando de imóvel rural, deve, segundo a suscitação, ser apresentado recibo do INCRA em nome dos antecessores do suscitado e o recibo exibido já figura em nome deste último. A dúvida não foi impugnada e o Dr. Curador opinou por sua procedência. Relatados, decido: 2. - A dúvida tem procedência parcial. Com efeito, a incoincidência de característicos e confrontações é circunstância suficiente para impedir a transcrição, uma vez que deve ser observado o princípio de continuidade, presente em matéria de registro imobiliário. De outro lado, as divergências quanto aos nomes de um dos antecessores; dos outorgantes vendedores também é obstáculo ao registro. Apenas num ponto a dúvida não tem procedência, mas, ainda assim, os registros objetivados não podem ser feitos. Com efeito, se a aquisição do suscitado ocorreu em 1944, ainda que não levado o título a registro, criado que foi o INCRA depois de 1964 (como sucessor do IBRA, também instituído após a Revolução de março desse ano), como poderia o imposto ser lançado em nome dos antecessores do suscitado? Bem de ver que o cadastramento do Imóvel foi feito em nome do suscitado que, com base na escritura não transcrita o deve ter requerido. Mas, de qualquer forma, repita-se, os registros buscados, pelos outros fundamentos, deve ser negado. 3. - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P.R.I., extraíndo-se duas xerocópias para registro e publicação pelo D.O. Justiça. - São Paulo, 17 de janeiro de 1973. - O Juiz de Direito - Gilberto Valente da Silva.

D.O., de 27-1-73).

426-72 - Representação - 5.º Cartório de Notas - Otto Carlos Vieira Rittes Von Adamek - Vistos, etc. 1) o advogado Otto, Carlos Vieira Rittes Von Adamek pediu providências desta Corregedoria Permanente a respeito de não possuir o 5.º Cartório de Notas da Comarca da Capital ficha de firma de Adolpho Monzi, certo que, se existente tal ficha, requereu o fornecimento dos dados constantes da inicial, inclusive, xerox da referida ficha. O serventuário e o escrevente autorizado prestaram as informações de fls. 6 e 7, sendo que, por referido na inicial, o escrivão substituto do 22.º Cartório de Notas, também, esclareceu fatos às fls. 10. O representante, ouvido, pediu que o Juízo determine ao Sr. Escrivão "a guarda, em lugar seguro, das fichas originais a que aludem as xerocópias de fls. 8-9, porque o Requerente voltara ao assunto oportunamente". 2) Depreciando o requerimento do representante, pois, vem a ferir o óbvio. Com efeito, as fichas de firma estão em lugar seguro, sob a guarda do Sr. Escrivão e do seu escrevente autorizado. A sua exibição é que não é feita a qualquer pessoa que se apresente para tanto, como bem ficou esclarecido nas informações cartórias existentes nos autos. A cautela notarial a respeito é bastante razoável e louvável, pois, visa dar segurança àqueles que confiaram a firma aos Cartórios de notas. A mostrar-se as firmas a quem quer que seja é mero caminho andado para falsificações de assinaturas daqueles que as têm registradas em tais fichas. Ademais, lembre-se que tais fichas substituem os antigos "Serviços de Registro de Firmas-Padrão", nos termos do

autorizado pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, certo que se trata de livro obrigatório, conforme Provimento n.º CG-16-67, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, no seu item 10, quando trata dos "Tabelionatos de Notas", certo que o Provimento n.º CG-1-69, no seu item 16, n.º V, também se refere à manutenção de tal fichário. Outrossim, "os livros e papéis pertencerão ao arquivo do cartório indefinidamente, sendo defeso aos oficiais destruí-los, qualquer que seja o seu tempo (art. 30 do Regulamento dos Registros Públicos - Dec. n.º 4857, de 9-XI-1939). "Os arquivos dos cartórios pertencem ao Estado e se conservem nos mesmos sob a responsabilidade e, guarda dos respectivos serventuários" (Rev. Tribs. 113-535) (Provimento n.º CG-1-69 Item 1, n. III). 3) Por isso tudo é que não acolho a representação inicial, ficando prejudicado o pedido de fls. 13, dado que as fichas estão em lugar seguro. Outrossim, fica vedada, expressamente, a retirada destes autos, que são de natureza administrativo-disciplinar, fora do cartório, diante do que conste dos documentos de fls. 8 e 9, ficando, também, determinado que, qualquer vista dos autos será dada em cartório, sob fiscalização direta do Sr. Escrivão ou funcionário que seja por ele designado. Por fim, fica ordenado ao Sr. Escrivão de Notas que só atenda requisição de tais fichas se, previamente, tiver a autorização deste Juízo Corregedor Permanente. 4) Publique-se, registre-se e intime-se.

São Paulo, 14 de novembro de 1972. - (a) Álvaro Lazzarini - Juiz de Direito. - Advogados: Otho Carlos V. Ritter Von Adamek - Maria Eulália M. Meirelles.

600/72 - Comunicação - 9.º Cartório de Registro Civil - Vara dos Registros Públicos - Vistos etc. - 1) Quando em exercício nas funções de Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, obtivemos, em mais de uma oportunidade, orientação da Coordenadoria da Administração Tributária do Estado, no sentido de que a arrecadação das custas e contribuições devidas, respectivamente, ao Estado e às Carteiras de Previdência, nos termos do Decreto-lei n.º 203, de 1970, seria efetuada por gula, estando abolida, em definitivo, o velho sistema de estampilhas. Essa orientação continuou a ser ministrada, inclusive, após o advento da Resolução n.º SF-9, de 1971, que teria revogado a Resolução n.º SF-5, de 1970, bem como após baixada a Portaria CAT n.º 7, de 1971: 2) Por isso mesmo, nas correições gerais levadas a efeito pelo, então, Corregedor Geral da Justiça, José Geraldo Rodrigues de Alckimin, hoje Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sempre foi exigido que os serventuários se submetessem à nova sistemática de recolhimento das referidas custas e emolumentos, como deve ter ficado consignado em diversos termos de correição geral e em inúmeros pareceres emitidos na época; 3) Ao passarmos a auxiliar na Vara dos Registros Públicos, verificamos que Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, autorizadas a praticar alguns atos notariais (reconhecimento de firma e outros), vinham apondo estampilhas, mesmo porque as estampilhas são encontradas à venda. Foi por isso que, diante do esclarecimento verbal do sr. Escrivão do 9.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Vila Mariana, foi ele autorizado a formular a consulta, diretamente, à Consultoria Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, onde obteve a resposta de que diante da Resolução n.º SF-9, de 1971, e Portaria CAT n.º 7, de 1971, está autorizado o recolhimento em pauta, "indiferentemente, através da gula modelo 12, por estampilhas" (cf. xerox de fls. 3). Em outras palavras, a douta Consultoria Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado, firmou que, no tocante às custas, emolumentos e contribuições, as serventias não oficializadas farão o "recolhimento opcional por guia ou por estampilhas", conforme consta da ementa da citada resposta; 4) Isso, data vênua, quebra todo o sistema uniforme de arrecadação, além de estar em completa dissonância com o que, anteriormente, fora estabelecido na forma do parágrafo único do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 203, de 1970, e narrado no item 1 supra. E como a douta Consultoria, tributária da Secretaria da Fazenda do Estado informa desconhecer "instruções disciplinando a arrecadação de custas e emolumentos devidos ao Estado e das contribuições devidas às Carteiras de Previdências", pois "aludidas instruções ainda não foram expedidas" (cf. fls. 3), entendo de bom alvitre que se dê conhecimento do fato à Egrégia Corregedoria da Justiça, com proposta de que sejam feitos gestões junto à Secretaria da Fazenda e, eventualmente junte à Coordenadoria da Administração Tributária da mesma Pasta, solicitando melhores esclarecimentos a respeito da forma a ser adotada para a arrecadação em questão, nos termos e para os fins do parágrafo único do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 203, de 1970; 5) Diante do exposto, remetam-se os autos à Egrégia Corregedoria da Justiça, com a proposta acima e para, a consideração que mereçam ter; 6) Publique-se e intemem-se - São Paulo, 14 de novembro de 1972. (a) Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito.

(D.O., de 9-1-73).

PORTARIA 1/73

O Dr. Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos, desta comarca da Capital, DETERMINA

1 - Aos senhores Oficiais dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais sob sua Corregedoria Permanente que, até o próximo dia 15 do corrente forneçam certidões do resumo anual de que trata o item 14, n.º IV, alínea, do Provimento n.º CG-1-69, inclusive com indicação do número do livro e folhas onde foi escriturado.

2 - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 3 de janeiro de 1973.

Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito

(D.O., de 6-1-73).

PORTARIA 2/73

O Dr. Álvaro Lazzarini, Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos desta Comarca da Capital, Recomenda: I - A fiel observância do Provimento n.º CG 43/53, item 7.º n.º V, letra "c", e do Provimento CG-1-69 item 11 n.º XV, no sentido de que, no fim de cada ano, seja feito o resumo do balanço repetindo-se os totais, mês por mês, e apurando-se a renda líquida anual. II - Publique-se registre-se e cumpra-se. São Paulo, 3 de janeiro de 1973. Álvaro Lazzarini - Juiz de Direito.

(D.O.J., de 11-1-73).

5458-72 - Cancelamento de Protesto - Cia. Auxiliar de Transportes Coletivos.

Vistos - 1. Data máxima vênua do r. despacho agravado, reformo-o, determinando a remessa dos autos à E. Superior Instância, para conhecimento do apelo interposto pela douta Curadoria de Registros Públicos.

Como já demonstrou o ilustre Magistrado Álvaro Lazzarini, em parecer aprovado pelo então Desembargador Corregedor Geral da Justiça, hoje Ministro do Colendo Supremo Tribunal Federal, Dr. José Geraldo Rodrigues de Alckmin, da decisão que aprecia pedido de cancelamento de protesto, pela via administrativa, cabe o recurso de apelação, para o E. Tribunal de Alçada Civil (Revista dos Tribunais, vol. 437, págs. 466-471).

Nesse estudo, o eminente Magistrado apontou uma série de decisões daquele E. Tribunal, que conheceram de recursos interpostos contra decisões da espécie, entre as quais se colhem algumas que apreciaram pedido de apelação da douta Curadoria de Registros Públicos.

Tal entendimento tem sido pacificamente aceito no E. Tribunal de Alçada Civil do Estado.

O que cabe, entretanto, examinar aqui é a legitimidade do Dr. Curador de Registros Públicos para recorrer em matéria de cancelamento de protesto, que se entendeu não estar sob o manto do registro público.

A propósito, de se invocar os ensinamentos do Prof. José Frederico Marques, situando a posição do representante do Ministério Público e destacando: "Dentro da relação processual, atua o Ministério Público, quando custos legis, como sujeito do processo, mas em posição de todo sul generis. É ele aí a pars adjointe do Direito francês, como fala Carnelutti (retro, n.º 367). Cumpre-lhe ativar a jurisdição, suprimindo omissões das partes e procurando fazer respeitada a ordem jurídica.

Como fiscal da lei, o Ministério Público tem as vestes de parte na relação ao que faz, e se avizinha da função do juiz, no tocante ao motivo de agir. O interesse que ele encama é o da legalidade. A tutela que a lei formula a determinados bens e interesses, ela a procura tomar efetiva, atuando ao lado do Judiciário, de maneira militante e ativa, não só suprimindo as alegações das partes para ampliar o campo de incidência da atividade jurisdicional, como ainda promovendo todos os atos processuais que se tornem necessários à melhor elucidação do litígio" "Instituições de Direito Processual Civil, vol. II, págs. 222-223).

Pondera, ao depois, o ilustrado processualista: "O Ministério Público, como custos legis, oficia nos autos. Mas a sua atuação, nesse sentido, não se limita a oferecer pareceres como se fosse um órgão simplesmente consultivo. Sujeito processual que é sua função pode ir além desse mero pronunciamento, pois lhe cumpre promover diligências tendentes à regularização do

procedimento e ao melhor esclarecimento da lide. Absurdo, é, por isso, que se lhe restrinja a faculdade de recorrer, como o faz o artigo 814, do Cód. de Proc. Civil (ob. cit., pág. 224). Essa última afirmação, contudo, tem encontrado resistência dos Tribunais. Com efeito, já se decidiu que: "O fato de dizer o art. 814 do Cód. de Proc. Civil que o direito de recorrer da sentença compete ao órgão do Ministério Público quando não expresso em lei. Não significa, porém, que ele só pode recorrer quando expressamente autorizado em lei. Considerando o Ministério Público magna pars em controvérsias judiciais onde desponta, com antecedência, um interesse de ordem pública, jus cogens, irremovível ao arbítrio dos interessados, não é permitido subtrair-lhe o direito de recorrer" (Revista dos Tribunais, vol. 253-279).

Nesta ordem de idéias, s.m.j., não poderia ser impedido o seguimento do recurso interposto pelo Dr. Curador de Registros Públicos.

Mas, há que se acrescentar, ainda, que nessa matéria, não poderia, mesmo, existir previsão para o recurso do Ministério Público pois é sabido que o cancelamento de protesto pela via administrativa não é medida prevista em lei, mas construção da jurisprudência que tem entendido que, não havendo proibição legal para o cancelamento, ele é permitido.

Ora, a construção jurisprudencial criou um novo procedimento na Vara de Registros Públicos e, em o fazendo não poderia, de evidente, criar legalmente, a previsão recursal. Essa mesma jurisprudência tem admitido recurso dos interessados e conhecido de recursos interpostos pela Curadoria de Registros Públicos.

Acrescente-se que não assiste razão ao requerente quando sustenta inexistir interesse coletivo e afirma que o protesto só interessa às partes vinculadas ao título. Ao contrário, há toda uma sociedade, especialmente o setor comercial e que se dedica às vendas a crédito, que tem interesse nos protestos pois é por eles que embasa os financiamentos que faz.

Cumpra anotar, aqui, que este Juiz, particularmente, tem aceito entendimento jurisprudencial como medida de organização de trabalho, como forma de evitar o atravancamento dos Tribunais com apelações de decisões que indeferissem tais pedidos. Pessoalmente entendo não haver possibilidade para o cancelamento de um registro válido e, inegavelmente, o protesto é registro válido que interessa não só às partes vinculadas ao título mas a todos, potencialmente.

Ora, só neste ano de 1972 esta Vara já recebeu cerca de 10.000 pedidos de cancelamento de protesto pela via administrativa. Indeferi-los por não aceitar a construção jurisprudencial seria colocar o seu entendimento pessoal acima do coletivo, o seu ponto de vista jurídico por sobre o interesse de toda uma sociedade e contribuir para que se avolumasse o já elevado número de recursos que sobe ao E. Tribunal de Alçada Civil, já legalmente desdobrado para enfrentar a avalanche de trabalhos. Por esse motivo e tão só por ele é que tenho determinado o cancelamento de protestos devidamente formalizados e regulares, ante a anuência dos credores, incluindo eventualmente o apresentante do título, a exibição do título original devidamente quitado e do instrumento de protesto ou certidão dele.

Daí porque entendo que se o procedimento de que se cuida é apenas criação jurisprudencial não poderia, por nenhuma forma, haver previsão legal para o recurso do Ministério Público, uma vez inexistente essa previsão legal para o próprio cancelamento. Negar-se, pois, a legitimidade da Curadoria de Registros Públicos seria negar a própria existência do procedimento que a jurisprudência criou para permitir tais cancelamentos.

O E. Tribunal, contudo, decidirá, como sempre, fazendo a costumeira - justiça. - Subam os autos.
- P. e Int. São Paulo, 18 de dezembro de 1972. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA AO JUÍZO DOS REGISTROS PÚBLICOS

208-72 - Vistos, etc.

1. - O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Saúde solicita providências do Juízo no sentido de ser facilitado o ingresso e as tarefas dos funcionários da Pasta nos Cartórios de Registro Civil, a fim de que seja possível um levantamento dos nascimentos a partir de junho de 1971.

Posteriormente, atendendo solicitação do Juízo, esclareceu necessitar a Pasta dados sobre as datas de nascimento de todas as crianças registradas a partir de junho de 1970 e endereço das residências dos seus pais, justificando o pedido como de grande importância para a saúde pública.

Diante da insistência do Juízo, novos esclarecimentos foram prestados pelo eminente Titular da Pasta, o qual, encaminhando os documentos fls. 10 a 13, trouxe ao conhecimento do Juízo que, com raríssimas exceções, os Cartórios de Registro Civil, tem prestado os esclarecimentos necessários às dependências desta Secretaria e vem, ainda, fornecendo, com regularidade, todos os dados ligados à Estatística Vital", de que trata a Portaria n.º 7-49, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (cf. fls. 10 e 11).

2. - É óbvio que este Juízo só pode conhecer do pedido no que tange às serventias sujeitas à sua Corregedoria Permanente, desde logo excluídas as que dizem respeito à jurisdição das Varas Distritais, nos termos do artigo 38, "caput do Código Judiciário de 1969, combinado com o artigo 33, item VI, do Decreto-lei n.º 158, de 1969, e artigo 26, item V, da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça.

Em outras palavras, os cartórios de registro civil das pessoas naturais sediadas nos territórios das Varas Distritais, não poderão ser obrigadas a atender o que venha a ser decidido pelo Juízo do Direito da Vara dos Registros Públicos, por força dos citados dispositivos legais.

3. - Por isso mesmo é que entendo dever remeter estes autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, a fim de que seja traçada norma uniforme no que se refere ao atendimento ou não do pleiteado pela Pasta da Saúde por parte das referidas serventias, que estão sujeitas à corregedoria permanente não só desta Vara, como também dos MM. Juízes de Direito das Varas Distritais, conforme forem as respectivas sedes.

Outrossim, nos autos, como consignado na última alínea do item 1 supra, consta acusação da Pasta da Saúde no sentido de que vem sendo descumprido o disposto na Portaria n.º 7-49, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, por parte de alguns cartórios de registro civil das pessoas naturais o que está, "data vênia", a exigir providências por parte da mesma Egrégia Corregedoria Geral da Justiça junto aos MM. Juízes de Direito Corregedores Permanentes.

4. - Quanto ao Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, deixa-se consignado ser de opinião de que o pleiteado pela Pasta da Saúde pode ser atendido, respeitados, é óbvio, o disposto nos artigos 26 e 27 do Decreto n.º 4.857, de 1939, no sentido de que, em princípio, os livros de registro não sairão do cartório respectivo por nenhum motivo ou pretexto certo que todas diligências, judiciais e extrajudiciais, que exigirem a apresentação de qualquer livro, ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório. Aliás, os livros e papéis pertencem ao arquivo do cartório indefinidamente, e se conservam nos mesmos sob a responsabilidade e guarda dos respectivos serventuários (Provimento n.º C.G. 1-69, item 1.º, n.º III).

E, no que respeita ao descumprimento do disposto na Portaria n.º C.G. 7-49, providências serão tomadas, de ofício, junto às serventias sujeitas à sua Corregedoria Permanente.

5. - Pelo exposto, determina-se:

a) sejam extraídas xerocópias das peças de fls. 9 a 13, bem como deste despacho, as quais serão autuadas pelo Cartório da Corregedoria Permanente, vindo, após, conclusos;
b) sejam estes autos do Proc. n.º RP.CP 208-72 remetidos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça para os fins de direito ante o consignado no item 3 supra; e c) seja dado ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde que a matéria pleiteada foi remetida à superior decisão da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, tendo, de outro lado, este Juízo tomado as providências iniciais para apurar o alegado descumprimento à Portaria n.º C.G. 7-49 junto às serventias submetidas à sua Corregedoria Permanente.

6. - Publique-se e intemem-se.

São Paulo, 23 de novembro de 1972.

O Juiz de Direito - Álvaro Lazzarini.

7095-72 - Transcrição de Casamento - Elias da Costa Lima - Por despacho - Vistos, etc. - 1.º) Elias da Costa Lima pede a transcrição de seu casamento com Heide Jutta Steinberg, realizado em Berlim, setor da República Federal Alemã, pedindo também que seja averbado que sua mulher passou a assinar Heide da Costa Lima, bem como o regime do casamento é o de comunhão universal e que, do mesmo casamento, resultou a legitimação do filho do casal, que mencionam. O Ministério Público, por fim, após o seu acordo ao pedido. 2.º) Por satisfeitas as formalidades legais e face a concordância do Dr. Curador, dos Registros Públicos defiro a transcrição do inteiro teor da certidão de casamento relativa ao registro n.º 248-1967 do Registro Civil de Berlim-Pankouw, República Democrática Alemã. Desnecessária a averbação do nome de casada, como pretendida na inicial, que nesse ponto fica indeferida, pois está bem certo em tal certidão que "Der Gemeinoane Familinnaneist, da Costa Lima". (fls. 6 ou em versículo: "o sobrenome comum da família é da Costa Lima" (fls. 7). Ademais, no registro de estrangeiro a cônjuge mulher consta

com o nome de Heide da Costa Lima, isto é, bem os apelidos do marido, o mesmo acontecendo no passaporte (fls. 9 e segs.). Por fim não seria este juízo o competente para a retificação do nome, "ex vi", das regras dos artigos 62, 63 e 64, do Decreto-lei n.º 941, 1966 "que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e dá outras providências". Em casos tais a retificação do nome é de alçada do Ministro da Justiça (art. 62). A questão relativa ao regime de bens tem a sua averbação indeferida, ressalvo aos cônjuges o direito de obtida solução perante juízo especializado competente, pleitear tal averbação em ato posterior. O pedido de averbação da legitimação da criança do sexo masculino, Jan Marc da Costa Lima, nascida em Berlim, em 2 de outubro de 1965, cf. certidão de nascimento n.º 2406-1965, expedida em junho de 1968 pelo Registro Civil de Berlim, cf. documento de fls. 13, é de ser atendido. Oscar Tenório, tratando do assunto, lembra que "não há uniformidade entre as legislações a propósito dos autos determinadores da legitimação. Observando-se, entretanto, que a maioria inclui entre aqueles atos o matrimônio. A legitimação ressalta do casamento certo que "o sistema da lei domiciliar reduz as controvérsias ao mínimo, porque respeita, realidade, a lei do país... O domicílio dos incapazes é o do chefe da família. Os capazes têm domicílio autônomo embora possa haver coincidência do domicílio do filho natura" (in "Direito Internacional Privado", vol. II, 6.ª ed., 1961, Freitas Bastos, pág. 154, n.º 824). Washington de Barros Monteiro, a propósito da legitimação do direito brasileiro, direito esse aplicável à hipótese (artigo 7.º da Lei de Introdução do Código Civil). Salienta que realizado o casamento subsequente, respectivo termo deve constar a legitimação dos filhos havidos anteriormente pelos cônjuges. Omitida, porém, nada impede que os interessados pleiteiem, posteriormente, averbação do estado porque a legitimação decorre de pleno direito da simples celebração do casamento (in Curso de Direito Civil) 2.º vol. Direito de Família, 8.ª ed., 1968, pág. 254. Portanto, nada está a impedir a averbação pretendida como simples consequência do matrimônio a ser transcrito. Expeça-se, pois, os necessários mandados que serão cumpridos com as cautelas de lei, pagas as custas como de lei. 4.º) Publique-se em inteiro teor, registre-se e Int. - Adv.: Elias da Costa Lima.

PROCESSO 83/73

1. - Trata-se de expediente encaminhado pelo Sr. Escrivão do 20.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, Mário Fúlvio C. Del Picchia, pelo qual, GENY TANURI DE OLIVEIRA, auxiliar da referida serventia, Caixa C.G. n.º 971, Prontuário C.G. - n.º 13.732, lhe está movendo, perante a MM. 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo, reclamação trabalhista, em que alega estar sendo transferida para diversos lugares, além do que é forçada a executar serviços inferiores daqueles que ocupava anteriormente, bem como a receber salário mínimo, quando é certo que, inclusive menores, ganham para mais. Em tal reclamação (fls. 3), a referida cartorária, se queixou de ter sido injustamente suspensa por trinta dias, sendo que, tudo considerado, pleiteou o pagamento dos salários referentes aos dias da suspensão, equiparação salarial e cancelamento de sua suspensão e consequentes, totalizando a reclamação a quantia de cinco mil trezentos e cinquenta e seis cruzeiros.

No mesmo expediente, verifica-se que a MM. Junta de Conciliação e Julgamento, decidindo exceção de incompetência (cf. fls. 7/9) houve por bem firmar a competência da Justiça obreira, por entender que, no caso, há vínculo empregatício.

2. - Data vênua, a Justiça do Trabalho, é absolutamente, incompetente para processar e julgar o feito, não só em razão da pessoa, como também em razão da matéria. E se tudo isso não bastasse não seria a justiça do Trabalho que está apta a fazer o controle jurisdicional sobre atos do Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, bem como sobre atos ditados na Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, como se verá, sendo este mais um aspecto de sua incompetência quanto a pessoa.

Competente, isto sim, é o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos para processar e julgar a questão, com recurso à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, por forçados artigos 226 e seguintes do Código Judiciário do Estado de São Paulo e 64 e seguintes da Resolução n.º 1, de 1.971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedida nos termos e para os fins do artigo 144, § 5.º, da Constituição Federal vigente, artigo esse regulamentado pela Lei Federal n.º 5.621, de 4 de novembro de 1.970, bem como as demais Leis de Organização Judiciária.

3. - Com efeito, primeiramente, cumpre salientar que AUXILIAR DE CARTÓRIO não oficializado é servidor público, pois, em verdade é servidor da justiça.

É que Auxiliar de Cartório compõe o pessoal dos cartórios, sendo escolhido pelo serventuário, com aprovação do respectivo MM. Juiz Corregedor Permanente, bem como homologação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, no ato de arquivamento (artigos 31 e 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1.969, que dispõe sobre o provimento das serventias não oficializadas e dá outras providências correlatas). Auxiliar de Cartório é contribuinte obrigatório da Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado, sob administração do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (artigo 4.º da Lei n.º 10.393, de 1.970). O seu tempo de serviço cartorário é computado integralmente para efeito de aposentadoria no serviço público estadual (artigo 21 da Lei n.º 10.393, de 1.970), certo que a aposentadoria é ato deferido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 10.393, de 1.970. Suas férias, licenças e outros afastamentos estão disciplinados na Lei n.º 2.177, de 1.953, regulamentada pelo Provimento C.G. - n.º 15/67, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, legislação essa em vigor nos termos do artigo 39 do Decreto-Lei n.º 159, de 1.969. Seus salários tem os níveis fixados segundo a disciplina imposta pelo Provimento C.G. - n.º 13/69, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, que, dispondo sobre os níveis salariais dos escreventes e auxiliares de cartórios não oficializados, regulamentou o artigo 231, parágrafo único, do Código Judiciário de 1.969 e artigo 31, § 3.º, do Decreto-Lei n.º 159, de 1.969. Outrossim, cumpre lembrar que o expediente judicial e extrajudicial - ou, como se denomina, o expediente do foro judicial e extrajudicial - está regulado por disposições legais, como, verbigratia, o artigo 120 do Decreto-Lei n.º 11.058, de 20 de abril de 1.940, e artigo 37 do Decreto-Lei n.º 14.234, de 16 de outubro de 1.944, aliás, conforme a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça já expediu comunicado e esclarecimento, com data de 5 de julho de 1.966, comunicado esse publicado no Diário Oficial da Justiça, tudo de acordo com decisão contida, quer no Proc. C.G. - n.º 29.263/68 (de lavra do, então, Corregedor Geral da Justiça, Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS), quer no Proc. C.G. - n.º 32.750/70 (de lavra do, então, Corregedor Geral da Justiça, o, agora, Ministro JOSÉ GERALDO RODRIGUES. DE ALCKMIN). Anoto que a decisão dada nesse último processo foi aprovado parecer por mim oferecido a S. Excia., quando exerci as funções de seu Juiz de Direito Auxiliar na Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 1.970/1.971. E não desnatura a sua condição de servidor público o fato de não ser estipendiado, diretamente, pelos cofres públicos, eis que, os seus salários são pagos na forma da lei, em retribuição aos serviços públicos que presta nos termos da legislação apropriada. Tem, portanto, plena aplicação o venerando acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual, além de atributos outros, prevê a forma de remuneração", certo que "não importa que não receba a recorrente salários certos e pagos, diretamente, pelos cofres públicos. A forma de remuneração não desfigura, já que o cargo foi criado por lei, com atribuição nela previstas, dela decorrendo a forma do estipêndio, além de ordenada de atributos, os quais reunidos, caracterizam o cargo público perante a doutrina brasileira, calcada em rumos de direito alienígena, aceita nos tribunais, inclusive perante esta Corte (R.F., 129/136 e seguintes; R.D.A., 79/197; D.J. de 8-6-59, Ap. 127, 291/4)" (acórdão unânime da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em 1.º de março de 1.971, no recurso extraordinário n.º 70.071, de Pernambuco, relator Ministro THOMPSON FLORES, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 56, página 869). Aliás, quando Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, no indicado biênio, ofereci parecer segundo o qual "o serventuário de Justiça é "um agente público no dizer de GASTON JÈZE (in "Principios Generales del Derecho Administrativo", vol. II, tomo 1, 1.949, Editorial Depalma, Buenos Aires, traduccion directa de la 3.ª edición francesa por JULIO N. SAN MILLÁN ALMAGRO, pág. 285). A lei o tem como funcionário público, porque, age como representante da autoridade pública, a exemplo do que ocorre na Alemanha, Áustria, U.R.S.S. (e países satélites), França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Bélgica e Holanda (GEORGES PESTOURIE et ANDRÉ VACHAREZZA, in "L'Apport du Droit Comparé Dans La Technique Notariale", "Livre du Centenaire de la Société de Legislation Comparée" - 1.869/1.969, número especial da "Revue Internationale de Droit Comparé, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, página 361)" (in Parecer de 1.º de setembro de 1.971, no Proc. C.G. - n.º 35.810, de 1.971, da Comarca de Santo André). Portanto, em que pese a assertiva do órgão colegiado da 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo no sentido de que AUXILIAR DE CARTÓRIO não é servidor público, tenho para mim que ele o é, pois, colabora, efetiva permanentemente, no serviço público estadual, formando parte do quadro de servidores da justiça das serventias não oficializadas. Aliás, "atualmente, é

pacífica a jurisprudência sobre que a função de auxiliar e datilógrafo de serventia se identifica com a função de cargo público, conquanto ditos funcionários sejam admitidos e pagos pelos titulares das respectivas serventias" (acórdão em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Paraná, em 27 de novembro de 1.970, no mandado de segurança n.º 69/70, de Curitiba, relator Desembargador ARIEL AMARAL, in "Revista dos Tribunais", volume 424, página 185). A propósito, tenha-se, ainda, presente que "a competência para organizar o funcionalismo é da entidade estatal a que pertence o respectivo serviço. Sobre esta matéria as competências são estanques e incomunicáveis. As normas estatutárias federais não se aplicam aos servidores estaduais ou municipais, nem as do Estado-membro se estender aos funcionários dos municípios. Cada entidade estatal é autônoma para organizar os seus serviços e compor o seu pessoal. Atendidos os princípios da Constituição Federal e dos Atos Institucionais sobre os funcionários públicos, a União os Estados-membros, e os Municípios, podem elaborar os seus estatutos segundo as suas conveniências administrativas e as forças de seu erário" (HELY LOPES MEIRELLES, in "Direito Administrativo Brasileiro", 2.ª edição, 1.966, Editora Revista dos Tribunais, página 347).

4. - E essa a natureza de servidor público que deve ser reconhecida na pessoa de GENY TANURI DE OLIVEIRA, ou seja, da reclamante na Justiça do Trabalho, porque, como se verifica às fls. 14, ela, em 10 de agosto de 1.966, firmou o ato jurídico que, após a devida formalização neste Juízo (despacho de 12 de agosto de 1.966, do, então, MM. Juiz de Direito Titular, Exmo. Sr. ANTONIO MACEDO DE CAMPOS - fls. 14. vº), foi homologado na Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, por despacho de 20 de agosto de 1. 966, do setor competente (fls. 14.v.º), sendo que, inclusive, na forma da legislação então vigente, uma via foi remetida à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Esse o ato jurídico que a vinculou ao serviço público estadual, como já focalizado. Por isso tudo se torna indubitoso que a pesos da reclamante na Justiça do Trabalho não se enquadra dentro da expressão empregado a que alude o artigo 3.º da Consolidação das Leis do Trabalho, mesmo porque - e repetindo - a natureza pública dos serviços que prestava e as suas relações com o serventuário estão fora do alcance da legislação trabalhista, dado que, como se verificou diante da legislação local citada, AUXILIAR DE CARTÓRIO não oficializado tem regime estatutário próprio, como, verbi gratia, o previsto no Código Judiciário de 1.969, no Decreto-Lei n.º 159, de 1.969, na Resolução n. 1, de 1.971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e nas demais; Leis de Organização Judiciária do Estado. É certo que se trata de um regime estatutário especial, porquanto, destinado à categoria dos cartorários das serventias não oficializadas do Estado. Mas, na verdade, o AUXILIAR DE CARTÓRIO, sujeita-se ao seu estatuto, devendo lembrar-se que "o estatuto - considerado sob o ponto de vista puramente formal, simples norma de direito objetivo, que define o regime jurídico, não significa, por si só, estabilidade. O estatuto pode, de acordo com as diretrizes jurídicas que norteiam a sua elaboração, filiar-se a qualquer uma das doutrinas que fixam a natureza das relações entre o Estado e o funcionário. Mas, como todo sistema codificado, o estatuto deve caracterizar-se pela fixidez das duas normas, pela sua natureza impessoal, geral, objetiva. RUIZ Y GOMEZ considera o estatuto como "el conjunto de regias que precisan el régimen jurídico especial de los funcionarios y empleados publicos, determina sus derechos y deberes y ortogan las garantías de su situación on el cargo publico" (THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, in "Tratado de Direito Administrativo", volume IV, 5.ª edição, 1.964, Freitas Bastos, páginas 35/36).

5. - Mas, não só por isso a Justiça Obreira é incompetente para processar e julgar o feito, que, em última análise, diz respeito ao controle jurisdicional de atos praticados em 1.ª e 2.ª instância do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Realmente, como verificado acima, a admissão de Auxiliar de Cartório é ato sujeito à aprovação do Juízo Corregedor Permanente, aprovação essa que se subordina à posterior homologação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, na forma da legislação citada e, em especial, para os fins do artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1.969.

Assim, em última palavra, não será a Justiça Trabalhista de 1.ª ou de 2.ª instância que poderá fazer o controle jurisdicional dos atos de aprovação e de posterior homologação da admissão em pauta, atos esses praticados pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital e pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Os atos em questão só podem ser controlados jurisdicionalmente pelos órgãos do Poder Judiciário local, ou seja, o do Estado de São Paulo, e, assim mesmo, em 2.ª instância, uma vez que não se há falar, dada a matéria ventilada, em competência do Juízo de Direito de uma das Varas da Fazenda do Estado (estas só conhecem, efetivamente, de matéria relacionada com

cartorários oficializados; a de Registros Públicos com a relacionada com cartorários não oficializados).

Destarte, em absoluto, não tem a Justiça Trabalhista competência para processar e julgar feito movido por GENY TANURI DE OLIVEIRA contra o seu Escrivão do 20.º Cartório de Notas da Comarca da Capital. A incompetência quanto a pessoa é evidentíssima e não merece outras maiores considerações.

6. - Pois bem! Demonstrada tal incompetência em razão da pessoa, resta salientar que, insofismavelmente, a Justiça do Trabalho não está apta a processar e julgar a matéria alegada na peça inicial da reclamatória trabalhista ajuizada por GENY TANURI DE OLIVEIRA, dado que a relação jurídica material que une a referida AUXILIAR DE CARTÓRIO com o Poder Público Estadual, através do respectivo Serventuário de Justiça, não diz respeito, em absoluto, às relações de emprego disciplinadas pelas Leis Trabalhistas, aliás, como verificado já restou nos itens anteriores. Ao contrário, estão, plenamente, estabelecidas dentro dos limites impostos unilateralmente, pelo Poder Público Estadual, em leis e regulamentos, que prescrevem os direitos deveres dos cartorários (dentre eles o auxiliar de cartório) para com a Administração em geral e para com o público, bem como lhes impõem requisitos de eficiência, capacidade, sanidade, moralidade, fixando e alterando vencimentos e tudo o mais que conveniente for para a investidura no cargo e desempenho das funções. Isso tudo constitui o estatuto do pessoal do cartório não oficializado, em que pese o fato de, no caso específico, dos autos, a admissão de auxiliar de cartório decorrer, na forma da legislação citada, de um contrato, que só terá eficácia após a sua homologação na Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, com o despacho de seu arquivamento (artigo 38 do Decreto-Lei n.º 159, de 1.969). Aliás, o regime estatutário da função pública é dessa forma explicado - embora com outras palavras - por HELY LOPES MEIRELLES (in obra e edição citadas, página 341).

A competência - mais uma vez se repete é da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital, pois, toda a matéria que verse sobre as serventias e o seu pessoal da Comarca da Capital, é submetida à fiscalização, preventiva ou sucessiva, da Vara dos Registros Públicos, como também da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, ex-officio (artigo 232 do Código Judiciário do 1.969) ou provocadamente (através dos recursos previstos em lei, como, verbi-gratia, o do artigo 246 do referido Código Judiciário do Estado de São Paulo (1.969) e o dos artigos 67 e 6.º da Resolução n.º 1, de 1.971, do Egrégio Tribunal de Justiça, etc.). Lembre-se, a propósito, que a fiscalização é elemento de harmonia nos serviços públicos, sendo que "versa a fiscalização preventiva sobre projetos, que só depois dela se transformarão em atos. Concretiza-se em "veto", que embargo o projeto, ou em "aprovação", que lhe dá alento. A fiscalização sucessiva versa sobre atos que podem já estar em vigor, ou sobre atos cujos efeitos, por força de lei, ficam suspensos até o pronunciamento favorável do órgão fiscalizador. Manifesta-se como "visto", que atesta a autenticidade do ato; como "anulação", que o aniquila; como "revogação" que lhe extingue a eficácia; ou como "aprovação", que lhe dá plenitude" (MÁRIO MASAGÃO, in "Curso de Direito Administrativo", tomo I, 1.959, Max Limonad, página 77, n.º 153).

E foi no regular exercício desse poder fiscalizador que o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, em conhecendo do ato punitivo (suspensão) aplicado pelo Sr. Escrivão do 20.º Cartório de Notas da Comarca da Capital e que ensejou a reclamatória perante a MM. 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo, aprovando-o, fê-lo anotar, na forma da lei, no prontuário de GENY TANURI DE OLIVEIRA, para os fins de direito, tudo conforme consta da informação de fls. 11.vº, do setor de corregedoria permanente do Ofício dos Registros Públicos (informação relativa ao ano de 1.970).

7. - Portanto - insiste-se -, é indisputável que não tem a Justiça do Trabalho competência, em razão da pessoa e da matéria, para processar e julgar o feito ajuizado por GENY TANURI DE OLIVEIRA, auxiliar do 20.º Cartório de Notas da Comarca da Capital.

Aliás, a própria Justiça do Trabalho, pela sua MM. 16.ª Junta de Conciliação e Julgamento, em caso análogo, deixou bem certo esse entendimento no sentido de que cartorário, "não estando, pois, sujeito às normas da C.L.T. e a Justiça do Trabalho é Incompetente para conhecer e julgar sua reclamação, pois ele tem situação análoga a dos Funcionários Públicos, sujeito a regime próprio de proteção ao trabalho e o Cartório não pode ser considerado empresa, eis que seus servidores não são empregados, pois trata-se de Ofício Público" (cf. decisão de 17 de junho de 1.970, na reclamação trabalhista entre Sérgio Batelli e Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital). Mas, não é só a Justiça Trabalhista de 1.ª instância que assim tem proclamado. Com efeito, nas suas Superiores Instâncias, tem sido

firmado que "a Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer e julgar reclamação de auxiliar de Cartório, que tem situação análoga a dos funcionários públicos, sujeito ao regime próprio de proteção ao trabalho" (acórdão da 2.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 6 de maio de 1.937, no recurso de revista n.º 2.181, de 1.956, Ementa n.º 5.076, in Diário da Justiça de 20 de setembro de 1.957, página 2.459, relator Ministro THÉLIO MONTEIRO, apud "Revista do Tribunal Superior do Trabalho", Ano XXXIV - Janeiro a Dezembro de 1.959). E, ainda, o mesmo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho deixou bem precisado que "Tabelionato não é empresa, no sentido do direito positivo, por mais que se queira elastecer o conceito a fim de amparar os servidores, e não empregados, que nele prestam serviço. Cartório é ofício público - e não empresa. Assim, por certo, é incompetente a Justiça do Trabalho para conhecer de reclamações formuladas por servidores de cartório" (acórdão da 3.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 29 de janeiro de 1.957, no recurso de revista n.º 2.517, de 1.956, relator Ministro JÚLIO BARATA, in "Revista do Tribunal Superior do Trabalho", Ano XXXIV - Janeiro a Dezembro de 1.959, ementa 4.680, página 24).

Porém, como a MM. 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento desconheceu tudo isso, concluindo pela competência da Justiça obreira para processar e julgar a reclamationária que se encontra "em fase final de instrução" (cf. ofício n.º 168/73, de 26 de março de 1.973, do respectivo MM. Juiz Presidente, fls. 21), só resta suscitar conflito positivo de jurisdição, a ser dirimido pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos, conforme vem sendo entendido pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, in verbis: "compete ao Tribunal Federal de Recursos o julgamento de conflito de jurisdição entre juízo trabalhista de primeiro grau e juiz estadual de primeira instância" (acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 9 de agosto de 1.972, no conflito de jurisdição n.º 5.798, de Pernambuco, relator Ministro ANTONIO NEDER, in "Diário da Justiça da União", edição de 22 de setembro de 1.972, página 6.288, apud "Boletim da AASP", n.º 739, 8 de fevereiro de 1.973, Jurisprudência, página 6).

8. - Isto posto, reivindicando o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo a competência para processar e julgar o feito que GENY TANURI DE OLIVEIRA, auxiliar do 20.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, promove contra o seu respectivo serventuário, com fundamento nos artigos 802, parágrafo único, item I, e 803, item III, do Código de Processo Civil, suscito conflito positivo de jurisdição na forma acima indicada ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos, motivo pelo qual, de acordo com o artigo 805, parágrafo único, do mesmo diploma adjetivo, determino que se extraem xerox das peças dos autos - inclusive, deste despacho, a fim de serem remetidas à Egrégia Superior Instância, na forma da lei.

9. - Remeta-se xerox deste despacho à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça para os efeitos do artigo 232 do Código Judiciário de 1.969.

Publique-se, em inteiro teor, e intimem-se.

São Paulo, 12 de abril de 1.973.

(ÁLVARO LAZZARINI)

O Juiz de Direito,

PROCESSO 8.592/72

Vistos, etc.

1. - INDIANA MARLENE MEIRELLES DE ALMEIDA SANTOS e seu marido NELSON TELLES DE ALMEIDA SANTOS, qualificados na inicial, pedem o restabelecimento, das inscrições hipotecárias ns. 20.939 e 20.945 do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, pois, elas foram, indevidamente, canceladas, quando era certo que deveriam subsistir dada a sub-rogação ocorrida por força da escritura pública de quitação lavrada no Livro 833, fls. 143, do 15.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, pela qual os requerentes, nas qualidades de filha e genro, saldaram para o falecido Argemiro Meirelles débito hipotecário, conforme inscrições acima referidas, tendo anuído aos termos de dita escritura de quitação a viúva Léa Nieri Meirelles (meeira) e os demais co-herdeiros Argemiro Meirelles Júnior, Mara Luciana Meirelles Cunha e Léa Margarida Meirelles.

Manifestou-se o indicado Registro Imobiliário (fls. 18) no sentido do indeferimento, da pretensão dos requerentes. Em seguida, em substancioso parecer (fls. 20 a 22), o então Curador de Registros Públicos em exercício, Dr. FERNANDO LUIZ GONÇALVES FERREIRA, também, opinou

pelo indeferimento do pedido inicial. Contra o indeferimento manifestaram-se os requerentes na longa petição de fls. 24 a 57, ciente a douta Curadoria de Registros Públicos, que manteve o seu ponto de vista.

2. - Em que pese o bem lançado parecer da douta Curadoria de Registros Públicos, merece deferimento o pedido vestibular, pois, o cancelamento das inscrições hipotecárias deve-se a evidente equívoco no interpretar as cláusulas da escritura de quitação e as consequências decorrentes da sub-rogação.

Com efeito, os requerentes, como outorgados, quitaram o débito hipotecário do pai e sogro para com a credora Paulista de Construções Cíveis Ltda., tendo, no ato, a viúva e demais co-herdeiros de Argimiro Meirelles, como intervenientes, anuído com dito pagamento e quitação, "reconhecendo, todos eles, e cada um, que dito pagamento fica sob os efeitos do Artigo 985, item III, do Código Civil, dado que, na qualidade de herdeiros do "de cujus", são eles, os outorgados, terceiros interessados, que pagam a dívida pela qual eram ou podiam ser obrigados" (cf. escritura de quitação, fls. 13 v.º).

Por isso tudo é que autorizaram "o Oficial do Registro de Imóveis competente, a que receba este título e nele proceda as averbações e cancelamentos necessários" (da escritura e folha citadas), surgindo; então, contra a vontade dos requerentes, que eram os outorgados, e dos intervenientes, como anuentes, o cancelamento das inscrições hipotecárias, certificado às fls. 15 e 16 e informado, pelo Sr. Oficial, na manifestação de fls. 18, como decorrente do fato de que "a sub-rogação diz respeito, apenas, ao crédito . . .", sendo duvidoso que os requerentes, que são herdeiros de Argimiro Meirelles, possam "constituir-se, ao mesmo tempo, em credores do débito e proprietários, "ipso jure", do imóvel dado em garantia da dívida" (escritura e folha citadas).

3. - Ora, como bem salienta CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, "a garantia hipotecária é uma relação jurídica acessória, e como tal atende à regra que os legaram as fontes: *accessorium sequitur principale*. Correndo a sorte do principal, cessa a garantia com o desaparecimento da dívida assegurada. E nem seria, mesmo, racional subsistir aquela depois que deixou esta de existir. Falando pela via ordinária, o desaparecimento da obrigação garantida extingue a hipoteca. A quitação do credor tem este efeito, como deve tê-lo a sentença proferida na ação de consignação com força de pagamento. Enquanto subsistir a obrigação garantida, vige a hipoteca. Se o débito é em conta corrente, subsiste até o máximo estipulado, enquanto não ocorre o seu encerramento" (in "Instituições de Direito Civil", vol. IV, Direitos Reais, 1.ª ed., 1.970, Forense, pág. 288, n.º 362.1).

Assim, em tese, razão assiste à douta Curadoria de Registros Públicos quando afirma que "extinta a obrigação principal desaparece a hipoteca (art. 849, n.º I, do Código Civil). Em virtude disto, o credor, garantido por esse ônus real, nunca poderia consentir, morta a obrigação principal, em que fosse apenas transferida a hipoteca aos ora Requerentes, o que evidentemente implicaria em inadmissível obrigação sem causa. Como se obrigar que o acessório possa existir sem o principal? E se o credor não tinha direito à obrigação principal, pelo cumprimento desta, como anuir em que fosse persistida a hipoteca? É o mesmo de alguém, em não sendo credora de outrem, concordar em relação a terceiros que a esses se transfira o ônus real, o que é data vênia, um absurdo jurídico. Se não é mais credor da dívida principal, também não é mais garantido pela hipoteca. Nessa condição, não possui legitimidade para transferir o ônus" (fls. 22). Mas, só em tese poderia ser acolhida essa assertiva da douta Curadoria de Registros Públicos. Efetivamente, como salienta CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, quando trata do "desaparecimento da obrigação principal", como causa de "extinção da hipoteca", "a regra não tem, contudo, caráter absoluto. E a razão é que a obrigação se extingue muitas vezes por motivos técnicos que permitem a sobrevivência ou a transferência da obrigação acessória, ou o seu restabelecimento. Caso típico da primeira hipótese é a do pagamento com sub-rogação, que sem perder a qualificação de modalidade extintiva da obrigação transfere ao solvens todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em solução da dívida contra o devedor principal e os fiadores (Cód. Civil, artigo 988). No pagamento com sub-rogação, . . . , a hipoteca subsiste" (in obra, vol. e ed. cit., pág. 289), pois, "na verdade, quando o terceiro solve o crédito de outrem, extingue neste o poder sobre o patrimônio do devedor, mas deixa sobreviver o débito, isto é, a obrigação de prestar, que efetivamente desaparece somente no momento em que o devedor executa o que lhe cabe. Na sub-rogação, tal qual se dá na cessão de crédito, há uma alteração subjetiva da obrigação, e é este, aliás, o ponto de contato entre os dois institutos. Efetuado, entretanto, o pagamento pelo terceiro, o credor é satisfeito, mas nem por isto desaparece o dever de prestar

por parte do devedor. E, se o credor perde o direito de agir contra este, a obrigação de solver continua de pé no sujeito passivo, até que efetue a prestação, não em favor do primitivo sujeito ativo da obrigação, mas em benefício do solvens que tomou o seu lugar" (in obra cit., vol. II, Teoria Geral das Obrigações, 2.^a ed., 1.966, Forense, n.º 159, págs. 175 e sgtes).

Em outras palavras, "quer seja legal, quer convencional, a sub-rogação produz duplo efeito: liberatório e translativo. O devedor desobriga-se para com o credor primitivo, mas os direitos deste se transferem para quem pagou. Em última análise, passa a dever a outra pessoa. Com o acabamento, transferem-se ao sub-rogado todos os direitos, ações, privilégios e garantias de que desfrutava o primitivo credor em relação à dívida" (ORLANDO GOMES, in "Obrigações" 2.^a ed., 1.968, Forense, pág. 140, n.º 90), pois, como salienta PONTES DE MIRANDA, "no adimplemento com sub-rogação, adimpli-se, mas continua-se a dever. É adimplemento sem liberação. O credor sai da relação jurídica; mas outrem lhe fica no lugar. Satisfaz-se o credor, sem que o devedor se libere. Outrem, em verdade, adimpliu, e não o devedor, que há de adimplir a quem adimpliu. Do lado de quem solve, a lei ou a convenção determina que o solvente fique no lugar do credor satisfeito. Adimplemento com sub-rogação é, portanto, o adimplemento por outra pessoa, em vez do devedor, sem ser em nome e por conta desse, com a sucessão do terceiro adimplemento no crédito. Muda-se o pólo da relação jurídica, pelo fato de ter alguém, em vez do devedor, adimplido", certo que "para que possa haver adimplemento com sub-rogação, é de mister que outrem possa solver e tenha direito de adimplir" (in "Tratado de Direito Privado" Parte Especial, Tomo XXIV, 3.^a ed., 1.971, Borsoi, § 2.958, ns. 1 e 2, págs. 283/284).

Portanto, resta fora de dúvida que "a sub-rogação, ao mesmo tempo que pressupõe a realização integral do direito do credor, impede a extinção da obrigação" (SERPA LOPES, in "Curso de Direito Civil" vol. II, Obrigações em Geral, 4.^a ed., 1.966, Freitas Bastos, n.º 177, pág. 225). E "se a etiologia da sub-rogação não encontra unanimidade na doutrina, seus efeitos não despertam as mesmas controvérsias: o sub-rogatário fica investido de todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo credor, seja contra o devedor principal, seja contra os seus fiadores (Código Civil, art. 988; Anteprojeto, art. 238; Projeto, art. 228). Opera, pondo o credor sub-rogado na situação do primitivo. E, sendo este titular de direitos contra o devedor, e contra seus fiadores, e garantes, o sub-rogatário igualmente os tem. Pela mesma razão, o devedor pode opor ao sub-rogatário as exceções pessoais que tinha contra o credor primitivo" (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in "Instituições de Direito Civil, vol. II., ed. cit., págs. 176/177, n.º 159).

Aliás, como faz observar PONTES DE MIRANDA, "a função mais prestante da sub-rogação pessoal oriunda de declaração unilateral de vontade é a de transferir, com o crédito, os direitos acessórios. Todos os direitos acessórios que resultam de gravame dos bens do devedor acompanham o crédito. Quanto aos que recaem sobre bens de terceiros, observe-se que o terceiro, que solve, também evitou a execução dos bens dos terceiros garantes, e que o adimplemento não foi liberatório. Para que os direitos acessórios se extinguíssem seria de mister que extinta ficasse a dívida. A dívida não se extingue, exatamente porque se deu a sub-rogação. A concepção da sub-rogação pessoal em virtude de negócio jurídico unilateral resulta de argumento a fortiori: se devedor e terceiro podem acordar, sem qualquer ato do credor, em que esse adimpla e se sub-rogue ao credor, com mais forte razão pode o devedor declarar que o terceiro, que solve, se sub-rogará ao credor" (in obra, vol. e ed. cit., § 2.962, n. 2, pág. 292). Daí, portanto, o equívoco do Sr. Oficial do Registro Imobiliário quando cancelou as inscrições hipotecárias, que pretendem restabelecidas, sob fundamento de que a sub-rogação seria apenas do crédito e não na garantia hipotecária. E, igualmente, da douta Curadoria de Registros Públicos, em que pese o brilho de seu erudito parecer, quando falou na extinção da obrigação principal, razão pela qual extinta estaria a acessória garantia hipotecária.

4. - Mas, também, a fundamentar o cancelamento das inscrições está o fato do Sr. Oficial do Registro Imobiliário estranhar que os requerentes, que são herdeiros do primitivo devedor hipotecário, ou seja, do agora falecido Argimiro Meirelles, possam "constituir-se, ao mesmo tempo, em credores do débito e proprietários, "ipso jure", do imóvel dado em garantia da dívida" (escritura e fls. 18).

Naturalmente, não levou em conta que "dispõe o art. 1.049 que "extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor", Uma vez que num só indivíduo se reúnem os dois atributos, jus creditoris e onus debitoris, ocorre o fenômeno da confusão e a obrigação extingue-se. Como observa M. I. CARVALHO DE MENDONÇA, essa noção, sem dúvida uma das mais precisas que existem em todo o direito de crédito, é geralmente aceita pelos Códigos modernos. O direito creditório pressupõe irreduzivelmente a coexistência de

um sujeito ativo e de um sujeito passivo, credor e devedor. Essas qualidades devem recair forçosamente em pessoas diferentes. Se por qualquer circunstância, vem a desaparecer esse dualismo, fundindo-se numa só as duas posições opostas, extingue-se a obrigação, porque ninguém pode ser juridicamente obrigado para consigo mesmo, ninguém pode ser devedor de si próprio ou ter demanda contra si mesma" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito Civil", 4.ª vol., 1.ª Parte do Direito das Obrigações, 4.ª ed., 1.967, Saraiva, pág. 355). É verdade que os requerentes são co-herdeiros; de Argimiro Meirelles e, assim, por força do artigo 1.572 do Código Civil, invocado pelo Sr. Oficial do Registro Imobiliário, são condôminos dos bens hipotecados. É certo que os requerentes, a exemplo dos demais co-herdeiros, eram ou podiam ser obrigados, solidariamente, pela dívida hipotecária, a cargo do Espólio da Argimiro Meirelles, uma vez que "a coisa dada em garantia fica sujeita à solução da dívida e o liame jurídico hipotecário vale contra todos, daí resultando a obrigação passiva universal de respeito ao direito assim constituído" (SILVIO RODRIGUES, in "Direito Civil", vol. V, Direito das Coisas, 2.ª ed., sem data, Max Limonad, n.º 226, pág. 405). Mas, se tudo isso é verdade e certo, não menos verdade e certo é que "a confusão pode verificar-se a respeito de toda a dívida, ou só de parte dela" (artigo 1.050 do Código Civil), surgindo, então, duas espécies de confusão, quais sejam, a total e a parcial, acomodando-se a situação dos requerentes nessa última espécie de confusão. Por fim resta lembrar que "a confusão operada na pessoa do credor ou devedor solidário, só extingue a obrigação até a concorrência da respectiva parte no crédito, ou na dívida, subsistindo quanto ao mais a solidariedade (art. 1.051). Nessas condições, se, em obrigação solidária passiva, numa única pessoa, se reúnem as qualidades de devedor e credor, a confusão só se opera até à concorrência da quota desse co-devedor. Se ativa a solidariedade e numa só pessoa se justapuseram as duas qualidades, a confusão será também parcial, prevalecendo, porém, quanto aos demais, a correaldade" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito Civil", ed. e vol. cit., pág. 356, n.º 2).

Assim, improcedente mais essa razão apontada pelo Sr. Oficial do Registro Imobiliário, pois, no caso, em que os requerentes se tomaram credores garantidos por hipoteca sobre imóveis de que são senhores e possuidores por força de sucessão aberta, evidentemente, ocorreu confusão, com a observância do que vem disposto nos artigos 1.049 e seguintes do Código Civil.

5. - Pois bem! Como se verifica, não havia necessidade de cancelamento das inscrições que se pretendem restabelecidas. Não era o fato da escritura de quitação ter autorizado os "cancelamentos necessários" que, só por si, ensejaria o imediato cancelamento de tais inscrições. Como focalizado, em razão da sub-rogação do crédito, houve também a da garantia hipotecária, que, assim, deveria continuar inscrita, como o estava, fazendo-se, tão-só, as averbações necessárias para tornar conhecida a alteração no tocante ao titular do direito real. Recorde-se que "a averbação serve, em princípio, para tornar conhecida uma alteração da situação jurídica ou de fato, seja em relação à coisa, seja em relação ao titular do direito real" (SERPA LOPES, in "Tratado dos Registros Públicos", IV vol., 4.ª ed., 1.960, Freitas Bastos, n. 653, pág. 196).

Saliente-se, a propósito, que não era da intenção das partes o cancelamento da garantia real, como alegou-se e provou-se, eis que, a viúva-meeira e os demais co-herdeiros assentiram com os termos da inicial, para declara a efetiva intenção das partes que intervierem na escritura de quitação, onde ficou estabelecida a plenitude da sub-rogação ora em pauta. Não se poderá desconhecer, portanto, a regra de hermenêutica do artigo 85 do Código Civil no sentido de que "nas declarações de vontade se atenderá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem". Aliás, quanto aos vocábulos explícitos, como, verbi gratia, a expressão "cancelamentos necessários", CARLOS MAXIMILIANO, com apoio em GIORGIO GIORGI, doutrina que "aceita-se a exegese contrária, desde que evidência engano, lapso, impropriedade da expressão para o efeito colimado, sentido amplo em demasia (plus dictum quam cogitatum - "expresso mais do que se pensou") ou restrito em excesso (minus dictum quam cogitatum - "expresso menos do que se pensou")", certo que "na exegese dos atos jurídicos, unilaterais ou sinalagmáticos, ao juiz se atribui ampla discricção. O seu alvedrio é apenas condicionado pelo interesse social, pelos princípios de justiça e pelas regras de Hermenêutica, em cuja apreciação ele goza, ainda, de toda autonomia, que, aliás, se não confunde com a independência plena, com a liberdade ilimitada" (in "Hermenêutica e Aplicação Direito" 8.ª ed., 1.965, Freitas Bastos, ns. 415 e 416, págs. 353 e 355).

Por todos esses fundamentos é que entendo que os cancelamentos das inscrições indicadas na inicial foram indevidamente lavrados, dada a redação um tanto quanto defeituosa da escritura

de quitação e da equivocidade da real inteligência da função da sub-rogação de crédito no que diz respeito aos direitos acessórios que resultam do gravame hipotecário sobre os bens.

6. - Resta, pois, examinar os efeitos dos cancelamentos. Para a hipótese dos autos há a previsão do artigo 295 do Decreto n.º 4.857, de 1.939, no sentido de que "o cancelamento da inscrição não importará a extinção do direito real, que não estiver extinto, sendo em tal caso lícito ao credor promover novo registro, o qual só valerá desde a nova data".

Assim, como ensina SERPA LOPES, "duas conseqüências decorrem do supracitado dispositivo: a primeira, é que o cancelamento não tem força absoluta de extinção do direito real, se não resultar de um ato válido; a segunda, é que a despeito da subsistência do direito real indevidamente cancelado, e da possibilidade da restauração do ato cancelado mediante novo registro, contudo este somente produzirá efeitos a partir da data de sua restauração, de modo que não poderá, em caso algum, prejudicar os direitos reais transcritos ou inscritos medio tempora. Assim, portanto, essa restauração está limitada a esses acontecimentos. Se, extinto pelo cancelamento um ônus hipotecário, e ficar demonstrada, posteriormente, a nulidade desse cancelamento, e o imóvel, no período de cancelamento, houver sido alienado, já não mais é possível a restauração da inscrição, pois essa restauração pressupõe que se não haja transferido o domínio do devedor. Apenas faculta a sua subordinação a outros direitos reais limitados, instituídos medio tempore" (in "Tratado dos Registros Públicos", vol e ed, cit., n.º 769, págs. 488/489).

7. - Diante de todo o exposto, julgo precedente o pedido inicial, para ordenar a restauração das inscrições hipotecárias indicadas na peça vestibular e que foram indevida, mente canceladas, em tudo observada a regra do artigo 95 do Decreto n.º 4.857, de 1939, pagas as custas na forma da lei.

- Expeça-se, oportunamente, mandado, que será instruído com xerox, desta decisão.

- Publique-se, em inteiro teor, registre-se, requisitando-se xerox, e intimem-se.

São Paulo, 19 de dezembro de 1972

O Juiz de Direito,

(ÁLVARO LAZZARINI)

DÚVIDA

8.º Reg. Imóveis - Proc. 60551/72 - Indústria de Artefatos de Metais J. A. Ltda. - Advogados: Adelmario Formiga - João Claurindo Pereira Filho - Luiz Antonio Bianch.

Vistos.

1. Apresentada para inscrição ao Sr. Oficial da 8.ª Circunscrição Imobiliária, a certidão de fls. 6-10, relativa a uma escritura lavrada em 11 de outubro de 1967, pela qual Takeshi Toyoshima e sua mulher se comprometeram a vender à Industrial de Artefatos de Metais J. A. Ltda., 4/5 partes ideais de um terreno com área de 2.000 metros; quadrados, localizado na quadra 7, da Vila Santa Catarina, havidas a título de adjudicação nos autos do arrolamento dos bens deixados por morte de João Ferreira Veloso, sua mulher e outros, conforme formal de partilha apresentado conjuntamente e dependente de registro, foi suscitada a presente dúvida porque da descrição do imóvel, constante da transcrição em vigor, consta estar ele situado na Avenida Honduras, confinando, de um dos lados, com a rua- Panamá e dos títulos levados a registro haver referência, sempre, à rua Paraná.

A dúvida foi Impugnada (fls. 64), seguindo-se manifestação do suscitante (fls. 67) e do suscitado (fls. 69) para, por fim, sobrevir o parecer do Dr. Curador de Registros Públicos, opinando por sua procedência.

Relatados, decido:

2. Os títulos transcrebendo e inscribendo devem se ajustar, em todos os elementos, à transcrição anterior para perfeita observância de um dos princípios basilares do registro imobiliário - o da continuidade.

Na espécie em exame é o próprio suscitado quem reconhece o engano havido nos títulos pretendendo, entretanto, sanar a falha com a juntada de um mapa extraído de um dos guias da cidade demonstrando que a rua Honduras não confina com a rua Paraná, mas sim com a rua Panamá.

Ora, basta essa incoincidência entre os títulos levados a registro e o que consta da transcrição anterior para que a transcrição e inscrição pleiteadas; não possam ser feitas.

É de pacífica jurisprudência que em tais condições deve o registro ser recusado, cabendo ao interessado, na via própria, providenciar o acertamento do título. No caso dos autos, a retificação do formal de partilha e da escritura de compromisso de venda e compra são as providências que a suscitada deve tomar.

Se as partes já faleceram, como se alega às fls. 69, por certo no juízo de inventário a suscitada obterá alvará autorizando o inventariante a celebrar escritura de retiratificação, O que não é possível, entretanto, é ferir-se o princípio da continuidade do registro para atendimento da comodidade da suscitada.

3. Em face do exposto, Julga Procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P.R.I.

São Paulo, 8 de janeiro de 1973. Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

DÚVIDA

4.º Reg. Imóveis. Proc. N.º 5825-72 - Banco Mercantil de São Paulo Ltda. - Advs.: Gil Costa de Carvalho, Paulo da Costa Manso, Murilo da Costa Manso e Luiz Ignácio Homem de Mello.

Vistos.

1. O Sr. Oficial da 4.ª Circunscrição Imobiliária suscitou a presente dúvida ao lhe ser apresentado, para inscrição, o contrato de locação de fls. 8-9, em que figura como locador o Banco Interestadual do Brasil S.A. representado por seu liquidante, o Sr. Antonio João Abdala e como locatário o Banco Mercantil de São Paulo S. A. A dúvida vem fundamentada no fato de, em 10 de abril de 1970, encaminhado por este Juízo, ter o Sr. Oficial recebido ofício do Sr. Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal, em São Paulo, notificando-o a não transcrever qualquer escritura de alienação de bens imóveis e a não inscrever escrituras de hipotecas de bens ou outras quaisquer escrituras em nome das pessoas físicas e jurídicas que especifica, entre as quais; se encontra o Sr. Antonio João Abdala que, no contrato de locação impugnado representa o locador.

A dúvida foi impugnada (fls. 14-71) após manifestação do Dr. Curador no sentido da procedência da dúvida. Determinou-se ao impugnante que comprovasse a condição do liquidante do Sr. Antonio João Abdalla e, decorrendo "in albis" o prazo para a produção dessa prova, o Dr. Curador ratificou seu parecer.

Relatados, decido:

2. Não, há, nos autos, prova de que o Sr. Antonio João Abdalla seja o liquidante do Banco Interestadual do Brasil S. A., não obstante tivesse sido conferida ao suscitado a oportunidade para fazer essa prova.

Nem se alegue que, sendo outro o motivo da suscitação, não pode ser examinado esse aspecto, tendo em vista o caráter normativo das decisões proferidas em processos de dúvida.

O fundamento da suscitação não pode ser acolhido, tendo em vista que a locação não importa em alienação do imóvel e nem constitui direito real sobre ele, situações que a Portaria do Sr. Ministro da Fazenda procurou evitar pois, evidentemente, visava obstaculizar a delapidação do patrimônio das pessoas cujos; bens foram bloqueados. Acrescente-se que a enumeração constante do ofício de fls. 4 é taxativa e não meramente enunciativa ou exemplificativa e, em matéria de restrições não há que se fazer ampliações.

Comprovada que seja, a qualidade de liquidante do signatário do referido contrato estará ele em condições de ser inscrito.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 6 de janeiro de 1973. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

DÚVIDA

15.º Reg. Imóveis - Izabel Pereira Pinto. - Proc. 4790-72. - Advs.: Elias Pio Monteiro da Silva Junior, Arnaldo Monteiro da Silva.

Vistos.

1. - O Sr. Oficial da 15.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada para

inscrição a escritura de fls. 4-5, de confissão de dívida e hipoteca, outorgada por Estella Eppler Zablith e seu marido, em favor de Izabel Pereira Pinto, alegando que não foi transcrito no título nem apresentado com ele o Certificado de Quitação do I.N.P.S., exigível para a primeira alienação ou oneração do imóvel, de acordo com o Dec. Federal n.º 66-66.

A dúvida foi impugnada (fls. 9) e o suscitando manteve sua posição (fls. 12 v.), opinando, em seguida, o Dr. Curador pela procedência da suscitação (fls. 13). O julgamento foi convertido em diligência e solicitados os informes de fls. ... 14-16.

Relatados, decido:

2. - Conforme se verifica de fls. 15, em 20 de março de 1972 a devedora requereu, ao 11.º Registro Imobiliário, a averbação de uma construção à margem da transcrição n.º 11. 370, dando conta que no terreno nela objetivado, foi edificado o prédio que recebeu o número 427, da r. D. Pedro II, Brooklin Paulista.

Estabelece o art. 4.º, letra "e" que será exigível o Certificado de Quitação (CQ) para "a primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada após a vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966". Em seguida, o art. 5.º esclarece, em sua letra "j" que a hipoteca é considerada transação imobiliária. Por derradeiro, o artigo 7.º dispõe que "os proprietários de prédios ou unidades imobiliárias, mesmo que particulares, na primeira transação realizada após sua construção, desde que tenha sido terminada depois de 22 de novembro de 1966, também devem apresentar o Certificado de Quitação (CQ) não só quando realizadas as transações imobiliárias especificadas no artigo 49, como ainda. Os artigos citados são os do Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967.

Ora, não colhe, pois, a impugnação quando sustenta que as partes na hipoteca levada à inscrição são particulares e, portanto, não sujeitas à incidência da legislação referida, Primeiramente, o citado decreto menciona quando as empresas devem apresentar o CQ, incluindo a hipoteca entre as transações para a qual ele é exigido e, ao depois, estabelece que para as construções terminadas depois de 2 de novembro de 1966, os particulares, nos mesmos casos, devem exigir o referido documento.

Na espécie em exame, conforme se verifica dos documentos de fls. 14-16, a construção do prédio ocorreu depois de 1966, ao menos do ponto de vista legal; de tal sorte, para a hipoteca, considerada transação imobiliária, deveria o CQ ser transcrito no instrumento que a constituiu ou, quando não, levado com ele ao Registro Imobiliário, para sua inscrição.

Procede, pois, a dúvida.

3. - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei.

- P.R.I., extraíndo-se xerocópia para o registro. São Paulo, 6 de janeiro de 1972. - Gilberto Valente Silva. - O Juiz de Direito.

DÚVIDA

10.º Reg. Imóveis - 7.000-72 - Aparecida Pissardini Stanzione - Advs.: Epaminondas Arantes Teixeira e José Pimentel Maia.

1 - Apresentando a registro, no 10.º Registro Imobiliário, o formal de partilha de fls. 4-22, foi suscitada dúvida. Alega a suscitante que pela transcrição n.º 60.602, o inventariado Sabatielo Anacleto Stanzione adquiriu, conjuntamente com Antonia Stanzione, um terreno situado na Rua Afonso José de Carvalho, consistente no lote n.º 40, da quadra 9 da Vila Jatahy medindo 10 metros de frente por 30 metros da frente aos fundos, com área de 300 metros quadrados. A margem dessa transcrição foi averbada a construção de duas casas, que tomaram os n.ºs 40 e 40-A. Sob o fundamento de que a casa n.º 40 pertencia ao "de cujus" e a de n.º 40-A à condômina Antonia Stanzione, foi partilhada apenas a casa n.º 40. Como o imóvel pertencia, em comum, a Sabatielo e a Antonia, deveria ter sido objeto de inventário a metade ideal do imóvel, consistente em terreno e casas, fazendo-se posteriormente a divisão entre os co-proprietários.

A dúvida foi impugnada (fls. 28 e seguintes), mantendo-a a suscitante (fls. 41v.). O impugnante voltou a se manifestar, juntando documentos (fls. 43 e seguintes), opinando novamente a suscitante e, por derradeiro, o Dr. Curador de Registro Públicos se pronunciou pela procedência da suscitação.

Relatados, decido:

2 - Seguramente, a dúvida procede. Segundo consta do registro imobiliário, o terreno foi adquirido em comum; em comum, também, foram edificadas as duas casas não interessando ao oficial suscitante quem tenha custeado a construção. Para o registro vale que as edificações, como acessórias, seguem o principal.

Ora, o terreno pertencia a Sabatielo e Antonia, em comunhão, de tal sorte que as casas, cujas construções foram averbadas à margem da transcrição, passaram, também, a lhes pertencer, em comunhão, em partes iguais.

Desta forma, houve engano no inventário, equívoco que, evidentemente, passou despercebido ao ilustre Magistrado da Vara Distrital de Pinheiros, pois deveria ter sido partilhado, o imóvel, terreno e as duas casas, apenas a metade ideal pertencente a Sabatielo. Feita como foi, a partilha não pode ser transcrita, pena de quebra de encadeamento da filiação do imóvel e quebra do princípio da continuidade.

A juntada das certidões negativas afastam o item "a" da suscitação, mas a dúvida tem procedência, como se viu.

3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei,

P. R. I.

São Paulo, 6 de janeiro de 1972. - Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

Proc. n.º 8.757-72 - Vistos, etc.

1. Rimón Sayeg, qualificado na inicial, pretende retificar o assento de nascimento de seu filho Ricardo Taufi Maluf Sayeg, nascido em 12 de junho de 1966, a fim de que seja suprimido o vocábulo Taufi, pertencente ao sobrenome da mãe, ficando, pois, o nome do menor como sendo Ricardo Maluf Sayeg.

Por indeferimento opinou o Ministério Público, pelo que ocorreu a manifestação do requerente, afirmando que se trata de pura exteriorização do pátrio-poder.

2. Merece indeferido o pedido inicial.

Com efeito, como bem salientou a douta Curadoria, não há razão aparente para a pretendida supressão do sobrenome materno.

E dizer que esta é a vontade do menor, como se disse às fls. 9, não pode ser acolhido, pois, o menor é impúbere, absolutamente incapaz (artigo 59, item I, do Código Civil). Por isso mesmo não tem condições legais para manifestar tal vontade "em razão de seu exíguo desenvolvimento mental, de sua reduzida adaptabilidade à vida social", no dizer de Washington de Barros Monteiro (in "Curso de Direito Civil" - Parte Geral, 1.º vol., 8.ª ed., 1971, Saraiva, pág. 65), mormente em se considerando que o menor tem pouco mais de 6 (seis) anos de idade, nascido que foi em 1966.

Também, não pode colher sorte o dizer, que o pedido é pura exteriorização do pátrio poder. Alteração de nome não pode ficar ao arbítrio de quem quer que seja, certo que, até mesmo, a faculdade prevista no artigo 70 do Decreto n.º 4.857, de 1939, encontra limite na observância dos apelidos de família (Serpa Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. I, 5.ª ed., 1962, Freitas Bastos, n.º 77-C. 1, pág. 177), pois "os apelidos de família ou nome patronímico são imutáveis, do mesmo modo que o prenome. Essa imutabilidade porém, não é absoluta, não porque possa ficar à mercê do arbítrio do seu portador o seu cancelamento ou a sua substituição, senão porque a lei prevê casos em que essa perda pode se dar, assim como o próprio prenome. O nome patronímico, por isso que é extraído dos apelidos de família, conjugadamente o ramo paterno e o materno, também está sujeito a transformar-se e a perder-se, nos casos em que a situação do indivíduo na família se modifica, por força do imperativo das próprias relações de direito que o regem" (Serpa Lopes, in obra, ed. e vol. cit., n.º 81, pág. 192). No caso dos autos - repete-se - não se vislumbra qualquer motivo justificador da pretendida retificação, suprimindo-se o do ramo materno.

3. Isto posto, indefiro o pedido inicial, pagas as custas na forma da lei.

Publique-se, em inteiro teor, registre-se intimem-se.

Datilografei.

São Paulo, 11 de janeiro de 1973 - O Juiz de Direito, Álvaro Lazzarini.

Processo n.º 9.852-72 - Vistos, etc.

1. Maria Teresinha Penteado, solteira, na Bolívia, contraiu matrimônio com Roberto de Mamede Costa Leite, desquitado, certo que os contraentes são brasileiros.

Agora, pretende, com anuência marital, ter averbado à margem de seu assento de nascimento que passou a assinar-se Maria Teresinha Penteado Costa Leite.

O Ministério Público opinou desfavoravelmente.

2. O ato jurídico que diz respeito ao matrimônio das pessoas que assinam a inicial, no Brasil, é considerado como viciado. Note-se que elas são brasileiras, sendo que o varão é desquitado. Estão aqui domiciliados, onde a mulher é funcionária pública estadual (fls. 15) e o varão é advogado militante (fls. 2). Por isso a lei aplicável entre nós, é a brasileira, ex-vi do artigo 7.º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil. Assim não podendo ocorrer, no Brasil, o casamento do varão, por ser desquitado, procuraram, ele e a mulher o Juízo facilitário da Bolívia. Lá, ele se identificou como "divorciado" e, assim, logrou obter o casamento a que alude a certidão de fls. 12, traduzida às fls. 15 dos autos.

Como observei em sentença prolatada nesta mesma Vara dos Registros Públicos aos 11 de setembro de 1972, sentença publicada em "O Estado de São Paulo", edição de 8 de outubro de 1972, página 104, e em "Diário Comércio e Indústria" edições de 30 de novembro e 1.º, de dezembro de 1972, páginas 4, respectivamente, "há, no caso, evidente fraude à lei. Tal fraude, como bem observa Oscar Tenório, existe "toda vez que a pessoa, por ato deliberado, se subtrai ao império da regra jurídica e se submete à regra de outro sistema jurídico mais benevolente" e, dessa forma, a lei imperativa "considera ineficaz o ato constituído segundo a lei estrangeira mais branda, procurada deliberadamente pela pessoa" ("Direito Internacional Privado", 1953, página 247). No caso, tal subtração ao império da lei brasileira, lei do domicílio, está evidenciada seja em relação ao cônjuge-varão, seja em relação à apelante" (acórdão unânime da 3.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 22 de setembro de 1960, na apelação Cível n. 103.519, da Capital, relator Desembargador Hoepfner Dutra, in "Revista dos Tribunais" volume 305, página 333)".

Em assim sendo, por ser ato jurídico sem a menor eficácia entre nós, o matrimônio realizado na Bolívia não tem o condão de outorgar à requerente mulher os apelidos do marido, embora conste da certidão de fls. 12 que "La esposa passará a chamar-se: Maria Teresinha Penteado Costa Leite". E autorizar este Juízo que se inclua o patronímico do varão no nome da mulher será ser conivente com a fraude à lei brasileira, que merece observada em todo o seu rigor.

Ressalte-se que, não consta tenha a requerente mulher ninguém na família com o nome "Costa Leite" conforme sua certidão de nascimento. Assim, em que pesem respeitáveis opiniões em contrário, o pedido inicial é destituído de amparo legal, mesmo porque "a lei não consagra a possibilidade da aquisição do patronímico pelo uso, o que evidentemente não poderia ser de outro modo, de vez que o patronímico, em princípio, deve decorrer de relações de família que na verdade existam. Por isso se chama também - nome de família" (R. Limongi França, in "Do Nome Civil das Pessoas Naturais", 2.ª edição, 1954, Edição Revista dos Tribunais, página 241, n.º 5). Note-se, a propósito, que não se discute aqui a viabilidade de alteração do patronímico. Discute-se, isto sim a possibilidade do Juiz autorizar que a mulher adote o patronímico do homem com quem vive em concubinato, perante a lei brasileira, embora, para fraudá-la, tenha convolado núpcias perante outra legislação facilitária.

Por isso mesmo cabe acolher a manifestação da douta Curadoria de Registros Públicos, que juntou a xerocópia de fls. 17, no sentido de que, conforme já se proclamou no Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, "não é de se autorizar à mulher a adoção de sobrenome alheio, inculcando perante a sociedade sua integração na família do homem com quem vive e uma aparente legalização de uma união constituída à margem do Direito. Não pode, assim, a companheira averbar o sobrenome do concubino à margem do registro de seu nascimento para passar a usar sobrenome que tal" (cf. "Revista dos Tribunais" 324-165). Essa orientação se justifica plenamente. Direito ao uso do nome a apelante adquiriria pelo casamento, por justas núpcias, não pela circunstância de, ... viver maritalmente com o companheiro" (acórdão unânime da 5ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de abril de 1971, na apelação Cível n.º 197.224 de São Paulo, relator Desembargador Dantas de Freitas, in xerox de fls. 17). Aliás, nesse sentido já tive oportunidade de decidir em caso semelhante (Processo n.º 6.904-72). 3. Pelo exposto. Indefero o pedido vestibular, formulado por Maria Teresinha Penteado com anuência de Roberto de Mamede Costa Leite, pagas as custas na forma da lei.

Publique-se, em inteiro teor, registre-se e intime-se.

Datilografei.

São Paulo, 11 de janeiro de 1973. - O Juiz de Direito Álvaro Lazzarini.

DÚVIDA

14º Reg. Imóveis - Processo n.º 1472-72 - Helena Mafalda Tomé - Advs.: Nilson Carvalho de Freitas e José Teixeira Grande.

Vistos.

1. O sr. Oficial da 14.ª Circunscrição Imobiliária suscitou dúvida ao lhe ser apresentada, para transcrição, a escritura de venda e compra de fls. 5-7, pela qual Joaquina Thomé Filho adquiriu, por compra feita ao espólio de Olímpio Monteiro e Arthur Silva, um terreno situado à r. Joaquim de Almeida, esquina da rua Particular na chácara Moreira, Saúde, medindo 10 metros de frente por 30,00 metros da frente aos fundos. Alega o suscitante que do título não consta o número da transcrição aquisiva em nome do vendedor Arthur Silva. Pela transcrição anterior, do 1º Registro Imobiliário, Olímpio Monteiro e Ferruccio Fieschi adquiriram partes de terrenos na Chácara Moreira, não tendo o condômino Ferruccio Fieschi comparecido nessa escritura. Essa parte ideal, de outro lado, já se acha transcrita sob n.º 51.087, em nome de Angelina Vaz Bernoschi, então casada com Olímpio Monteiro e atualmente com Attilio Bernoschi e foi compromissada à venda, conforme inscrição n.º 6.454, do 1º Registro Imobiliário, transferido o compromisso, posteriormente, a Joner Hugo Folly que o cedeu à Territorial São Sebastião. Aduz, ainda, o suscitante, que as ruas Joaquim de Almeida e Particular não constam de transcrição anterior e que não foi exibido o talão de sisa, faltando, ainda, as certidões negativas de impostos municipais e o aviso-recibo relativo ao imposto de 1971.

A dúvida foi impugnada (fls. 19-23). O suscitando se manifestou, mantendo a dúvida, voltando a suscitada a dizer nos autos (fls. 26-27), trazendo documentos (fls. 28-29). O suscitante sobre eles opinou (fls. 32), trazendo a suscitada novo documento (fls. 38-39). Por fim, o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida (fls. 40). Relatados, decido: 2 - Só pela falta da certidão negativa dos impostos municipais e pela não exibição do aviso-recibo do lançamento do imposto predial de 1971 a dúvida deverá ser julgada procedente. Contudo é necessário alinhar considerações sobre os outros motivos de suscitação, que devem ser examinados. O primeiro deles não tem procedência pois a leitura da escritura impugnada revela que Arthur Silva apenas transmitiu posse. Essa circunstância está bem esclarecida no documento. Dois outros motivos entretanto, convém, também, levar à procedência de suscitação. O primeiro diz respeito à falta de comparecimento do condomínio Ferruccio Floschi ao ato. Com efeito, é de pacífico entendimento deste Juízo, com o seguido beneplácito do E. Conselho Superior da Magistratura, que o comunheiro não pode alienar sua parte, com a presença de todos os senhores e que "sem a anterior enunciação no registro, de extinção do condomínio, face 4 falha no encadeamento da filiação dos títulos, inconciliável com o princípio da segurança imobiliária, a transcrição é inadmissível" (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ed. Lex, vol. 17, pág. 563). Da mesma forma, tem sido orientação desta Vara que o condomínio não pode alienar parte certa e determinada, com delimitações fixadas, a não ser que em futuro processo divisório e quinhão do condomínio vendedor vier a constituir-se precisamente da parte objetiva no contrato de compra e venda. A propósito o exame da certidão de fls 38-39 revela que as averbações feitas à margem da transcrição n.º 51.087, descumprirem totalmente essa orientação, o que será objeto de apreciação deste Juízo em procedimento administrativo a parte. Os itens 4.º, 5.º e 6.º da suscitação não podem ser exatamente decididos nesta dúvida, tendo em vista que da parte, de a compromissada à venda Territorial Santa Cruz Sociedade Civil Limitada conforme se verifica de fls. 39v, excluíram "os imóveis ou terrenos já vendidos, com autorização judicial pelo espólio de Olímpio Monteiro". Ora, como têm sido irregulares as averbações de compromissos sobre partes certas e determinadas, ainda mais sem a presença do condomínio, eventuais cessões de tais compromissos não podem, também, ser averbadas. Tais irregularidades, repita-se, não influem na decisão, uma vez que pelos outros motivos, a dúvida procedo. Para arrematar cumpre ponderar que não constando de transcrição anterior, as ruas mencionadas na escritura, para observância do princípio da continuidade do registro imobiliário, a transcrição também não pode ser deferida. Fica afastada a pretendida produção de prova pericial ou testemunhal, pela qual propugnou a impugnante uma vez que nos processos de dúvida não há lugar para esse tipo de prova. 3 - Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P.R.I. - São Paulo, 6 de janeiro de 1972. - O Juiz de Direito, Gilberto Valente da Silva.

DÚVIDA

785-71 - 4.º Reg. de Imóveis - Fernando Nicastro - Francisco Jardim do Nascimento -. Adv.) - Vistos.

1. Ao ser apresentada ao Sr. Oficial da 4.ª Circunscrição Imobiliária a escritura de promessa de venda e compra de fls. 6-7, foi suscitada dúvida porque o Sr. Oficial entendeu que se trata de promessa de venda e compra de dois terrenos, localizados na Quadra Z-6, antiga 38 da divisão da Chácara Itaim, sendo um deles na Rua "G", distante 30 m, da esquina da rua Pequena, no lado par, com área de 800,00m²; e outro Viúva Fortunato, distante 90 m, da esquina da rua da Ponte, no lado ímpar, com área de 400m².

"Ditos imóveis, prossegue a suscitação, fazem parte do loteamento dos terrenos denominados "Vila Olímpia", cujo memorial se acha inscrito neste Registro sob n.º 39, não fazendo, entretanto, a escritura, qualquer referência a este fato e nem mencionando a respectiva designação numérica dos lotes prometidos à venda. - Segundo o referido memorial, inscrito em 1938 nos moldes do Dec. Lei n.º 58, de 1937, "os lotes já compromissados, inclusive aqueles já pagos em sua totalidade, mas dependentes de outorga da respectiva escritura definitiva, se acham sombreados, na planta, em azul; os lotes por vender, acham-se sombreados em vermelho; e os lotes conservados em branco estão desde muito vendidos, com escritura devidamente outorgadas".

Ora, os terrenos compromissados pelo título fariam parte destes últimos, ou sejam os conservados em branco na quadra Z-6, isto é, já de há muito vendidos, sendo, como de fato, é certo, que, sombreados em vermelho, na aludida quadra Z-6, não existe lote nenhum por vender, inexistindo, também, no memorial e na planta, qualquer referência à antiga quadra 38 mencionada na escritura.

Parecer, ainda, ao suscitante que a disponibilidade da quadra Z-6 se acha de há muito esgotada, sugerindo que os interessados procurassem esclarecer tal situação, uma vez que poderia tratar-se, se não de venda em duplicata pela menos de alienação de lotes localizados em outra quadra, que não a Z-6, mormente, levando-se em consideração que a rua G se encontra entre as quadras Z-4 e outra "sombreada em branco"; e a rua Viúva Fortunato antiga rua Antonieta, entre diversas quadras "sombreadas em branco". A quadra Z-6, todavia, se acha, na planta, localizada entre as ruas 20, 15 (prolongamento da rua Pequena), 0 (zero ou "0") e 14, ou das Fiandeiras.

Além do mais, a certidão de propriedade, fornecida pelo 1.º Cartório de Registro de Imóveis, não porta, como devia, negativa de alienação relativamente aos imóveis compromissados a venda pelo título apresentado.

Também, o valor de ambos os terrenos se acha mencionado englobadamente, carecendo ser retificada a escritura para promover ao seu desmembramento uma vez que duas teriam que ser as inscrições no Cartório de Registro de Imóveis.

Por derradeiro, a data constante do preâmbulo da certidão encontra-se rasurada, sem qualquer ressalva a final, achando-se mencionado o dia "cinco", por extenso, mas, entre parêntesis, rasurado o n.º 9, havendo, ainda, divergência entre o nome do tabelião, a respectiva assinatura e o reconhecimento de firmas, o que, talvez, devesse ensejar uma verificação nos próprios livros do Tabelião com a finalidade precípua de convalidar o instrumento apresentada através da certidão.

A dúvida foi impugnada (fls. 17-18) instruída esta com os documentos de fls. 19-40. O suscitante manteve a dúvida (fls. 41-42) e o dr. Curador opinou por sua procedência (fls. 44). O suscitado voltou a se manifestar juntando documentos (fls. 48-62), com mais uma manifestação do suscitante (fls. 63 verso) e o dr. Curador (fls. 64).

É o relatório, Decido:

Segundo se verifica de fls. 41, João Silveira, titular da transcrição n.º 17,215, e devidamente inscrito na 4.ª Circunscrição Imobiliária sob o n.º 39, ao depositar em cartório o memorial descritivo, em especial em relação à quadra Z-6, antiga 38, da Chácara Itaim, parte do loteamento Vila Olímpia, como parte dos lotes numerados, parte não, afirmou que "os lotes sombreados em azul já se acham compromissados à venda; e os lotes "conservados em branco" estão desde muito vendidos, com escrituras definitivas devidamente outorgadas" (fls. 41).

Ora, como ponderou o suscitante, são exatamente da quadra Z-6, daqueles conservados em branco no memorial descritivo, os lotes objetivados na escritura que deu margem à dúvida ora examinada.

Da impugnação se colhe que o promitente vendedor já teria vendido ou prometido vender vários lotes na localidade, desde 1920.

Com o advento do Decreto-lei n.º 58, pois, a área de propriedade de José Silveira, cujo memorial foi levado a cartório é denominada loteamento em curso de venda", conforme fala esse decreto. A esse propósito, escreveu Serpa Lopes: "estão dispensados da averbação obrigatória os contratos em curso? No nosso entender, as averbações dos contratos de compromisso de compra e venda, em relação às terras e terrenos em curso de venda é uma formalidade que a lei considerou facultativa ao compromissário. Tal é a conclusão a que chegamos, após demorado estudo. E isso, se explica pela averbação por assim dizer, indireta, estabelecida no artigo 1.º das disposições transitórias, quando impôs, entre outros requisitos para o depósito e registro do loteamento em curso de venda, o de que os proprietários indicassem, no memorial, os lotes já comprometidos, o que implica num genuíno reconhecimento dos direitos dos compromissários, que ficam assegurados, em seus direitos, por essa especificação, através de uma declaração expressa da outra parte contratante. ("Tratados dos Registros Públicos, vol. IV, pág. 236-237). Desta forma, cumprindo o disposto 1.º das disposições transitórias do citado decreto, em se tratando de loteamento em curso de venda, o titular da transcrição fez depositar o memorial descritivo, no qual, garantindo segundo mandava a lei, os direitos daqueles que já eram compromissários compradores, mencionou, também, como "conservados" em branco", os lotes desde há muito vendidos, com escrituras definitivas devidamente outorgadas. O acórdão trazido a colação pelo impugnante (fls. 61) não se ajusta à espécie, porque ali o imóvel compromissado à venda não estava indicado, na planta, como objeto de futura alienação, não se exigindo, portanto, referência ao fato de ser parte ou integrante deste; no caso aqui examinado nos lotes objeto do compromisso figuram como parte do loteamento, exatamente na parte "conservada em branco" vale dizer, na parte cujas escrituras já tinham sido outorgadas e portanto não mais pertencentes à disponibilidade do vendedor e titular do loteamento. Tal considerações, portanto, também se ajustam à parte da suscitação relativa à omissão da designação numérica dos lotes no compromisso impugnado. Com efeito, nesse passo também não procede a impugnação, tendo em vista que o fato de os lotes aqui mencionados fazerem parte do loteamento e sendo prometidos à venda bem depois da inscrição no memorial, seguramente faria com que tivessem um número. Só não teriam se, como parece ocorrer, fizessem parte dos lotes "em branco", já alienados antes da inscrição do loteamento, quando não recebiam designação numérica.

Além do mais quem afirmou esgotada a disponibilidade da quadra Z-6, foi o promitente vendedor ao inscrever o loteamento e afirmando que todos os imóveis dela constante, "conservados em branco", estavam alienados.

De outro lado, é omissa a certidão da 1.ª Circunscrição Imobiliária sobre anterior alienação de tais lotes.

Procede também o outro motivo da suscitação, qual seja a necessidade de o compromisso referir os valores individuais de cada um dos lotes, já que o compromisso deve ser averbado à margem de cada um, e para tanto é indispensável que se mencione o seu valor.

O item 4.º da dúvida também deve merecer acolhida, uma vez que em matéria registraria não se pode admitir como de resto não se tem admitido, rasuras não ressalvadas. As divergências quanto ao nome do escrivão também são ponderáveis, embora pudessem ser sanadas ou esclarecidas, regularmente, com a simples troca de ofício ao MM. Juiz da Comarca onde foi lavrado o compromisso.

Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas na forma da lei. - P.R.I., extraindo-se três xerocópias. - São Paulo, 26 de janeiro de 1973. - Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

N.º 5.590-72

Vezuvio Comércio e indústria de Máquinas para Biscoitos Ltda., S.P., 5-1-72. Despacho em anexo. - Adv.: Lázaro Saviolo, e Lahire Godinho de Souza.

Vistos.

1. Data máxima vênia do r. despacho agravado, reformo-o recebendo a apelação em seus regulares e legais efeitos.

Como já demonstrou o ilustre Magistrado Álvaro Lazzarini, em parecer aprovado pelo então Desembargador Corregedor Geral da Justiça, hoje Ministro do Colendo Supremo Tribunal Federal,

dr. José Geraldo Rodrigues de Alckmim, da decisão que aprecia pedido de cancelamento de protesto, pela via administrativa, cabe o recurso de apelação para o E. Tribunal de Alçada Civil (Revista dos Tribunais, vol. 437, págs. 466-471).

Nesse estudo, o eminente Magistrado apontou uma série de decisões daquele E. Tribunal, que conheceram de recursos, interpostos contra decisões da espécie, entre as quais se colhem algumas que apreciaram pedidos de apelação da douda Curadoria de Registros Públicos.

Tal entendimento tem sido pacificamente aceito no E. Tribunal de Alçada Civil do Estado.

O que cabe, entretanto, examinar aqui é a legitimidade do dr. Curador de Registros Públicos para recorrer em matéria de cancelamento de protesto, que se entendeu não estar sob o manto do registro público.

A propósito de se invocar os ensinamentos do Prof. José Frederico, Marques, situando a posição do representante do Ministério Público e destacando: "Dentro da relação processual, atua o Ministério Público, quando custos legais, como sujeito do processo, mas em posição de todo sui generis. E ele aí a pars adjointe do Direito francês, como fala Carnelutti (retro n.º 367). Cumprilhe ativar a jurisdição, suprimindo omissões das partes e procurando fazer respeitada a ordem jurídica.

Como fiscal da lei, o Ministério Público tem as vestes de parte na relação ao que faz, e se avizinha da função do juiz, no tocante ao motivo de agir. O interesse que ele encarna é o da legalidade. A tutela que a lei formula a determinados bens e interesses ela a procura tornar efetiva, atuando ao lado do Judiciário, de maneira militante e ativa, não só suprimindo as alegações das partes para ampliar o campo de incidência da atividade jurisdicional, como ainda promovendo todos os atos processuais que se tornem necessários a melhor elucidação do litígio" (Instituições de Direito Processual Civil, vol. II, págs. 222-223).

Pondera, ao depois, o ilustrado processualista: "O Ministério Público, como custos legis, oficia nos autos. Mas a sua atuação, nesse sentido, não se limita a oferecer pareceres como se fosse um órgão simplesmente consultivo. Sujeito processual que é, sua função pode ir além desse mero pronunciamento, pois lhe cumpre promover diligências tendentes à regularização do procedimento e ao melhor esclarecimento da lide. Absurdo, é, por isso, que se lhe restrinja a faculdade de recorrer, como o faz o artigo 814, do Cód. de Proc. Civil (ob. cit., pág. 224).

Essa última afirmação, contudo, tem encontrado resistência dos Tribunais. Com efeito, já se decidiu que: "o fato de dizer o artigo 814 do Cód. de Proc. Civil que o direito de recorrer da sentença compete ao órgão do Ministério Público quando não expresso em lei não significa, porém, que ele só pode recorrer quando expressamente autorizado em lei. Considerando-se o Ministério Público magna pars em controvérsias judiciais onde desponta, com antecedência, um interesse de ordem pública, jus cogens, irremovível ao arbítrio dos interessados, não é permitido subtrair-lhe o direito de recorrer". (Revista dos Tribunais, vol. 253-279).

Nesta ordem de idéias, s.m.j., não poderia ser impedido o seguimento do recurso interposto pelo dr. Curador de Registro Públicos.

Mas, há que se acrescentar, ainda, que nessa matéria, não poderia, mesmo, existir previsão para o recurso do Ministério Público, pois é sabido que o cancelamento de protesto pela via administrativa não é medida prevista em lei, mas construção da jurisprudência que tem entendido que, não havendo proibição legal para o cancelamento, ele é permitido.

Ora a construção jurisprudencial criou um novo procedimento na Vara de Registros Públicos e, em o fazendo poderia, de evidente criar, legalmente a previsão recursal. Essa mesma jurisprudência tem admitido recurso dos interessados e conhecido de recursos interpostos pela Curadoria de Registros Públicos.

Acrescente-se que não assiste razão ao requerente quando sustenta inexistir interesse coletivo e afirma que o protesto só interessa às partes vinculadas ao título. Ao contrário, há toda uma sociedade, especialmente o setor comercial e que se dedica as vendas a crédito, que tem interesse nos protestos pois é por eles que embaça os financiamentos que faz.

Cumpra anotar, aqui, que este Juiz, particularmente, tem aceito o entendimento jurisprudencial como medida de organização de trabalho, como forma de evitar o atravancamento dos Tribunais com apelações de decisões que indeferissem tais pedidos. Pessoalmente entendo não haver possibilidade para o cancelamento de um registro válido e inegavelmente, o protesto é registro válido que interessa não só às partes vinculadas ao título mas a todos, potencialmente.

Ora, só neste ano de 1972 esta Vara já recebeu cerca de 10.000 pedidos de cancelamento de protesto pela via administrativa. Indeferi-los por não aceitar a construção jurisprudencial seria colocar o seu entendimento pessoal acima do coletivo, o seu ponto de vista jurídico por sobre o

interesse de toda uma sociedade e contribuir para que se avolumasse o já elevado número de recursos que sobe ao E. Tribunal de Alçada Civil, já legalmente desdobrado para enfrentar a avalanche de trabalhos. Por esse motivo e tão só por ele é que tenho determinado o cancelamento de protestos devidamente formalizados e regulares, que ante a anuência dos credores, incluindo eventualmente o apresentante do título, a exibição do título original devidamente quitado e do instrumento de protesto ou certidão dele.

Daí porque entendo que se o procedimento de que se cuida é apenas criação jurisprudencial não poderia, por nenhuma forma, haver previsão legal para o recurso do Ministério Público, uma vez inexistente essa previsão legal para o próprio cancelamento. Negar-se, pois, a legitimidade da Curadoria de Registros Públicos seria negar a própria existência do procedimento que a jurisprudência criou para permitir tais cancelamentos.

Vista à apelada, para contra-razões, no prazo legal.

São Paulo, 5 de janeiro de 1973.

Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

(D.O.J., de 12-1-73).

899/73 - Registro de Casamento - Francisco Roberto de Negreiros Llorens e Marianne van Der Werff - Por sentença. Vistos, etc. 1) - Processava-se regular habilitação de casamento, tendo por partes Dr. Francisco Roberto de Negreiros Llorens e Marianne van Der Werff, qualificados autos, quando ocorreu a impugnação a esse matrimônio por parte de Willemina Meta van Der Werff, qualificada às fls. 21, mãe de Marianne. Após cumprida a diligência determinada às fls. 26, conforme consta das fls. 27, o Sr. Escrivão do 11.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Santa Cecília, atendendo ao que consta da cota da douta Curadoria de Casamentos, remeteu os autos de habilitação a esta Vara, onde, em audiência, foram ouvidas a impugnante, os contraentes e uma testemunha (fls. 40/42), sendo juntado o documento de fls. 43. Ouvido, o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela improcedência da impugnação. 2) E realmente, esta é a solução a ser dada. Com efeito, a própria impugnante deixou bem claro que não tem certeza de sua filha, a contraente Marianne, é casada no exterior (cf. fls. 40). Marianne, inquirida, com segurança negou o fato, o mesmo ocorrendo em relação ao contraente Varão e ao médico que serviu de testemunha. Não se poderá reconhecer como válida uma impugnação que tem em conta um hipotético casamento de Marianne, moça essa que segundo ficou constando, tem andanças em diversos pontos do mundo, ou em outras palavras, em diversos países, onde ela "tem inúmeros amigos no exterior" (do seu depoimento, fls. 40 v.º). Não será portanto, lógico que Marianne, para aqui, na sua terra natal apesar de ser descendente de holandeses, faça prova de que não é casada em nenhum dos países que frequenta. Deve, pois, ser crida a sua afirmativa de ser solteira até prova robusta em contrário, certo que Marianne tem consciência de que essa sua afirmativa for falsa, sujeitar-se às penas da lei. 3) Pelo exposto e do que mais consta dos autos, julgo improcedente a impugnação e determino que se prossiga na habilitação, como de lei - pagas as custas como de direito.

Publique-se, registre-se e intimem-se. São Paulo, 30 de março de 1973. (a) O Juiz de Direito D. Álvaro Lazzarini.

455-71 - Retificação - Erica Szabo - Advogados: Curt Egon Reichert - Fernando Geiser - José Abud Júnior. Vistos etc.

1. - Erika Szabo, qualificada na inicial, na constância do matrimônio com Pal Szabo, passou a viver maritalmente com Achim Berger, com quem teve a filha Renate Erika Berger, nascida em 18 de maio de 1962 e registrada, em 23 de maio de 1962, sob n.º 35.351, às fls. 101 verso, do Livro A n.º 39, do 28.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Jardim Paulista. Agora, falecido Pal, a requerente pretende retificar dito assento de nascimento da menor Renate, para ficar constando que o seu nome correto, mãe que é dessa menor, é Erika Szabo e não Erika Berger, nome pelo qual era conhecida em virtude de seu aludido concubinato. Após longa tramitação, com produção de provas testemunhal e documental, sobreveio o parecer final do douto Curador de Registros Públicos, Exmo. Sr. Dr. José Fernando de Mafra Carbonieri, no qual se lembrou que Renate é filha adulterina a matre, razão pela qual o reconhecimento, feito anteriormente ao desquite da requerente, por infringente à Lei n.º 883, de 1949, é nulo de pleno direito. Por isso inviável ficava a pretendida retificação do assento nulo, o qual deveria ser cancelado por mandado judicial.

Contra tal manifestação, veio a da requerente, às fls. 40-48, o que não modificou o atendimento da douta Curadoria de Registros Públicos. Considerando que o ato registário é do interesse de Remate, que é menor, converti o julgamento em diligência para, nos termos do artigo 80, § 2.º,

do Código de Processo Civil, colher a pronúncia da d. Curadoria de Ausente e Incapazes, a qual se deu às fls. 53, com a subscrição das considerações da requerente (fls. .. 40-48).

2. - É de ser acolhida, parcialmente, a articulada nulidade do assento de nascimento em questão. Com efeito, foi o pai da menor, Achim Berger, que declarou o seu nascimento, reconhecendo a sua paternidade, bem como atribuindo a maternidade à requerente, a quem deu o seu apelido, dizendo chamar-se ela Erika Berger (cf. certidão de nascimento, fls. 7).

No entanto, apesar da nobreza de propósito de Achim Berger, não podia, no caso, a maternidade - embora fato inconteste pelo que resulta dos autos - constar do assento de nascimento, pois, juridicamente a menina é filha adulterina a mãe, o que só por isso, torna inadmissível o reconhecimento da filiação ou, mais precisamente, da maternidade.

E não é o posterior desquite da requerente com seu marido, Pal Szabo, cuja ação foi ajuizada e julgada após o ajuizamento desta de retificação de registro civil, que pode ter o condão de suprir dito defeito do ato registral, ainda que o queira a requerente, com todo o apoio da d. Curadoria de Ausentes e Incapazes, que oficia nos autos.

3. - Realmente, tenha-se presente que, em regra, "o filho de pessoa separada de fato é legítimo por presunção que deve, entretanto, ceder ante a prova de que não pode ser do outro cônjuge. Provada a adulterinidade, somente se torna possível o reconhecimento após a dissolução da sociedade conjugal". (Orlando Gomes, in "Direito de Família", 1.ª ed., 1968, Forense, pág. 251, n.º 156), certo, portanto que "pressuposto fundamental do reconhecimento dos filhos adulterinos é a dissolução da sociedade conjugal. Sua existência constitui obstáculo irremovível tanto ao reconhecimento voluntário como à investigação de paternidade". (Orlando Gomes, in obra e ed. cit. pág. 253, n.º 157). Aliás, é do magistério de Washington de Barros Monteiro que "filho adulterino a mãe não pode ser reconhecido. Reconhecimento que dele se fizer será nulo e destituído de efeito jurídico" (in "Curso de Direito Civil", 2.º vol., Direito de Família, 1968, Saraiva, pág. 259).

Note-se bem! Para o caso concreto dos autos, não se há de falar em nulidade total do ato registral, certo que o assento de nascimento é um ato jurídico (cf. Serpa Lopes, in "Curso de Direito Civil", vol. I, 5.ª ed., 1971, Freitas Bastos, n.º 246, pág. 360, alto) - mais precisamente, o reconhecimento da paternidade ou da maternidade, por ser manifestação de conhecimento e não negócio jurídico, entra na classe dos atos jurídicos stricto sensu (Pontes de Miranda, in "Tratado de Direito privado", Parte Geral, tomo II, 3.ª ed., 1970, Borsoi, § 233, n.º 1, pág. 455; idem obra cit., Parte Especial, tomo IX, 3.ª ed. 1971, Borsoi, § 963, n.º 1, pág. 73). E não se há de falar em nulidade total, porque, no caso, nulidade ocorreu, tão-só, no que diz respeito à manifestação de maternidade da requerente sobre a menor, devendo, por conseguinte, prevalecer dito ato, nos seus outros diversos pontos de assento de nascimento, inclusive, no que concerne ao reconhecimento da paternidade manifestada por Achim Berger.

Tem, pois, plena aplicação o preceito jurídico "utile per inutile non vitiatur", acolhido pelo Artigo 153 do Código Civil, que contém a regra de que "a nulidade parcial de um ato não o prejudicará na parte válida, se esta for separável", (cf. Serpa Lopes, in obra, vol. e ed. cit., n. 360, pág. 451) aliás conforme doutrina a generalidade dos comentadores do nosso Código Civil.

Trata-se, pois de nulidade parcial do ingitado assento de nascimento, dada a ilicitude da manifestação da maternidade sobre a filha adulterina "a mãe", além do que a Lei n.º 883, de 1949, continua a negar efeitos a tais reconhecimentos, antes de dissolvida a sociedade conjugal, o que enseja as hipóteses previstas no Artigo 145, itens II e V, do Código Civil.

4. - Por isso tudo o Ministério Público, pela sua d. Curadoria de Registros Públicos, nos termos do Artigo 146, "caput", do Código Civil, tinha e tem legitimidade para arguir a nulidade apontada, pois, e repetindo a manifestação da maternidade sobre filho adulterino "a mãe" ocorreu quando não dissolvida a sociedade conjugal ou, em outras, palavras, ainda, na vigência da sociedade conjugal da requerente com Pal Szabo.

Por outro lado, não pode ser esquecido que as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do ato ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las ainda a requerimento das partes, "ex vi" do Artigo 146, parágrafo único, do citado Diploma Civil.

A lei é cristalina ao dizer que o juiz deverá pronunciar as nulidades quando conhecer do ato ou de seus efeitos e as encontrar provadas, certo que não se é de exigir o rito ordinário para a pronúncia das nulidades, salvo se expressamente previsto em lei, como tive oportunidade de concluir em decisão que proferi nesta Vara, nos autos do Processo n.º 5.161-71. Aliás nesse sentido a lição de Pontes de Miranda "in verbis": "é preciso, para que seja nulo o ato jurídico, que

a invalidade se produza "ipso jure", sem necessidade de "ação", salvo regra especial que, por algum fundamento à parte, exija a propositura da ação em processo próprio". . . Por isso mesmo, o juiz, encontrando fatos que a provem, tem o dever de decretar a nulidade do ato jurídico" (in obra cit. Parte Geral, Tomo IV, 3.^a ed., 1970, Borsoi, pág. 42, § 366). E Caio Mário da Silva Pereira permite acrescentar que o legislador brasileiro, no tocante à teoria das nulidades "mais longe foi, ainda, na recursa de efeitos, determinando a sua declaração por via indireta, de vez que, sem a propositura de ação cujo objetivo seja o seu decreto, deve o juiz pronunciá-la quando tiver oportunidade de tomar conhecimento do ato ou de seus efeitos" (in "Instituições de Direito Civil" vol. I, 2.^a ed., 1966, Forense, pág. 375, n.º 109), Assim, de regra, no dizer de Orlando Gomes, "a nulidade é imediata, porque invalida o ato desde a sua formação. Paralisa-o no momento do seu nascimento (Capitant). É instantânea. Consequentemente, não é preciso promover a sua invalidação. O ato não fica na dependência de rescisão judicial. O juiz não o anula; apenas verifica que é nulo, e declara a nulidade, pois é a própria lei que lhe recusa validade desde que se pratica. Diz-se, por isso, que a nulidade opera de pleno direito" (in "Introdução ao Direito Civil", 1957, Forense, pág. 354, n.º 247).

Portanto, é indisputável que, como observa Carvalho Santos, "não se precisa intentar uma ação de nulidade, ficou dito acima. E é a pura realidade. Pois a nulidade é obra do legislador, como acentua Planiol, tornando nulo o que foi feito, sem necessidade alguma de qualquer ação..." (in "Código Civil Brasileiro Interpretado", vol. III 3.^a ed., 1942, Freitas Bastos, pág. 254, n.º 2), perto que o juiz "só exigirá ação judicial no caso em que surja alguma controvérsia sobre os fatos constitutivos da nulidade" (Washington de Barros Monteiro, in obra cit. 1.^o vol., Parte Geral, 1971, 8.^a ed., Saraiva, pág. 277, final), quando não exigida, expressamente, pela lei.

No caso concreto dos autos, em que tanto na petição inicial, como em toda prova produzida, está evidenciada a filiação adulterina a matre que ficou constando do assento de nascimento da menor, é, data vênua das respeitáveis opiniões em contrário viável a declaração da nulidade em exame. Nesse sentido a lição de Serpa Lopes, in verbis: "se, a despeito da patente ilegitimidade do reconhecimento, o mesmo for averbado, é possível, em tais casos especiais, o cancelamento por um simples processo de retificação. Provado, ex-vi do próprio requerimento, que o autor do reconhecimento é irmão (no caso dos autos, poder-se-ia dizer: é o concubino) da pessoa a quem se atribui a maternidade do reconhecido, julgamos ser dispensável, em tal caso, uma ação de contestação" (in "Tratado dos Registros Públicos", vol. I, 5.^a ed. 1962, Freitas Bastos, pág. 332, n.º 158, final).

E, pronunciada a nulidade, considerando que ela é obra da lei e nunca da sentença judicial que a proclama, ficando o ato paralisado no momento mesmo do seu nascimento, temos que, à vista da parte final do Parágrafo único do artigo 146 do Código Civil, "a nulidade é insuprível pelo juiz, seja de ofício, seja a requerimento de algum interessado. Nem pode o ato ser ratificado" (Caio Mário da Silva Pereira, in obra, vol. e ed. cist., pág. 376, alto).

5 - Portanto, em que pese o esforço da requerente, através de seus advogados que produziram a erudita impugnação de fls. 40-48, não se trata, aqui, "de uma mera incorreção sanável que, como acontece em todos os atos jurídicos, poderia torná-lo anulável" (fls. 40). Trata-se, isto sim de nulidade absoluta e insanável, no ponto que diz respeito à manifestação de maternidade da requerente sobre a menor registrada, filha adulterina a matre tudo como bem examinado restou nos itens anteriores.

Em consequência, merece indeferida a pretensão da requerente em ver retificado o seu nome no assento de nascimento da mesma filha adulterina a matre, pois, em verdade, seu nome não poderia ter constado do ato registário, pelos motivos expostos e, porque, "todo Oficial de Registro Civil deve recusar qualquer ato de reconhecimento de filho adulterino, desde que conheça a qualidade da filiação" Planiol, Ripert et Rouast, in "La Famille" n.º 967, apud Serpa Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos" vol. e ed. cits., pág. 316, n.º 154.3).

6 - Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, indefiro o pedido inicial de retificação do nome da requerente no assento de nascimento n.º 35.351, lavrado às fls 101v. do Livro A - n.º 39, de 28.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital - Jardim Paulista, bem como conhecendo das nulidades articuladas pelo Ministério Público, pela sua douta Curadoria de Registros Públicos, pronuncio-as, tão-somente, para, nos termos do artigo 146 caput e parágrafo único, combinado com o artigo 153, ambos do Código Civil, determinar que seja expedido mandado de cancelamento da referência à filiação materna isto é, dos ascendentes maternos (mãe e avós), filiação essa que é adulterina a matre, o que será averbado à margem do referido assento de nascimento, de forma a não se fazer menção nas futuras

certidões a serem expedidas.

Custas, na forma da lei. - Publique-se registre-se e intimem-se. - São Paulo, 29 de março de 1973. - O Juiz de Direito, Álvaro Lazzarini
D.O., de 10-4-73).

LEI 5.868, DE 12/12/72

**Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.
O Presidente da República**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. É instituído o Sistema Nacional de Cadastro Rural, que compreenderá:

I - Cadastro de Imóveis Rurais;

II - Cadastro de Proprietários e Detentores de Imóveis Rurais;

III - Cadastro de Arrendatários e Parceiros Rurais;

IV - Cadastro de Terras Públicas.

Parágrafo único. As revisões gerais de cadastro de imóveis rurais a que se refere o § 4.º, do artigo 46, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, serão realizadas em todo o País nos prazos fixados por ato do Poder Executivo, com efeito de recadastramento, e com finalidade de possibilitar a racionalização e o aprimoramento, do sistema de tributação da terra.

Art. 2.º. Ficam obrigados a prestar declaração de cadastro, nos prazos e para os fins a que se refere o artigo anterior, todos os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis rurais que sejam ou possam ser destinados à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, como definido no item I do artigo 4.º do Estatuto da Terra.

§ 1.º. O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitará o contribuinte ao lançamento ex officio dos tributos e contribuições devidas, aplicando-se as alíquotas máximas para seu cálculo, além de multas e demais combinações legais.

§ 2.º. Não incidirão multa e correção monetária sobre os débitos relativos a imóveis rurais cadastrados ou não, até 25 (vinte e cinco) módulos, desde que o pagamento do principal se efetue no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da vigência desta lei.

Art. 3.º. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, fornecerá o Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais e o de Arrendatários e Parceiros Rurais, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo único. Os documentos expedidos pelo INCRA, para fins cadastrais, não fazem prova de propriedade ou de direitos a ela relativos.

Art. 4.º. Pelo Certificado de Cadastro que resultar de alteração requerida pelo contribuinte, emissão de segundas vias do certificado, certidão de documentos cadastrais, ou quaisquer outros relativos à situação fiscal do contribuinte, o INCRA cobrará uma remuneração pelo regime de preços públicos segundo tabela anual aprovada pelo Ministro da Agricultura.

Art. 5.º. São isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:

I - as áreas de preservação permanente onde existam florestas formadas ou em formação;

II - as áreas reflorestadas com essências nativas.

Parágrafo único. O INCRA, ouvido o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, em Instrução Especial aprovada pelo Ministro da Agricultura, baixará as normas disciplinadoras da, aplicação do disposto neste artigo.

Art. 6.º. Para fim de incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, a que se refere o artigo 20 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e que, independentemente, de sua localização, tiver área superior a 1 (um) hectare.

Parágrafo único. Os imóveis que não se enquadrem no disposto neste artigo, independentemente de sua localização, estão sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a que se refere o artigo 32, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 7.º. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural não incidirá sobre as glebas rurais de área não excedente a 25 (vinte e cinco) hectares, quando as cultive, só, ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (§ 6.º do artigo 21 da Constituição Federal).

§ 1.º. Para gozar da imunidade prevista neste artigo, o proprietário, ao receber o Certificado de Cadastro, declarará perante o INCRA, que preenche os requisitos indispensáveis à sua

concessão.

§ 2.º. Verificada a qualquer tempo a falsidade da declaração, o proprietário ficará sujeito às combinações do § 1.º do artigo 2.º desta lei.

Art. 8.º. Para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do artigo 65, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixada no § 1.º deste artigo, prevalecendo a de menor área.

§ 1.º. A fração mínima de parcelamento será:

a) o módulo correspondente à exploração hortigranjeira das respectivas zonas típicas, para os Municípios das capitais dos Estados;

b) o módulo correspondente às culturas permanentes para os demais Municípios situados nas zonas típicas A, B, e C;

c) o módulo correspondente à pecuária para os demais Municípios situados na zona típica D.

§ 2.º Em Instrução Especial aprovada pelo Ministro da Agricultura, o INCRA poderá estender a outros Municípios, no todo ou em parte, cujas condições demográficas e socioeconômicas o aconselhem, a fração mínima de parcelamento prevista para as capitais dos Estados.

§ 3.º. São considerados nulos e de nenhum efeito quaisquer atos que infrinjam o disposto no presente artigo, não podendo os Cartórios de Notas lavrar escrituras dessas áreas nem serem tais atos transcritos nos Cartórios de Registro de Imóveis, sob pena de responsabilidade de seus respectivos titulares.

§ 4.º. O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a alienação da área se destine comprovadamente à sua anexação ao prédio rústico, confrontante, desde que o imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior à fração mínima do parcelamento.

§ 5.º. O disposto neste artigo aplica-se também às transações celebradas até esta data e ainda não registradas em Cartório, desde que se enquadrem nas condições e requisitos ora estabelecidos.

Art. 9.º. O valor mínimo do imposto a que se refere o artigo 50, e §§ 1.º a 4.º da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, será de 1/30 (um trinta avos) de maior salário-mínimo vigente no País em 1.º de janeiro do exercício fiscal correspondente.

Art. 10. Os coeficientes de progressividade e regressividade de que tratam os parágrafos do artigo 50, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, não serão aplicados às áreas do imóvel que, comprovadamente, sejam utilizados em exploração mineral, ou que forem destinados a programas e projetos de colonização particular, desde que satisfeitas as exigências e requisitos regulamentares.

Art. 11. O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, regulamentará a aplicação desta lei.

Art. 112. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os §§ 1.º e 2.º do artigo 5.º, e os artigos 7.º, 11, 14 e 15, e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, o § 4.º do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970 e o artigo 39, da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Brasília, 12 de dezembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima.

(D.O.U., de 14-12-72).

LEI N.º 5.857, DE 7/12/72

Altera o artigo 407, do decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal), modificado pelas Leis ns. 5.573, de 1.º de dezembro de 1969, 5.597, de 31 de julho de 1970, e 5.749, de 1.º de dezembro de 1971.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 407, do Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, alterado pelas Leis ns. 5.573, de 1.º de dezembro de 1969, 5.597, de 31 de julho de 1970, e 5.749, de 1.º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 407. Este código entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1974."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

(D.O.U., de 14-12-72).

LEI 5.891, DE 12/6/73

Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais, de terceiro grau.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Filinto, Müller, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 5.º, do artigo 59, da Constituição Federal promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º No processo preliminar para a habilitação do casamento de colaterais de terceiro grau, quando não se conformarem com o laudo médico, poderão os nubentes requerer novo exame, que o juiz determinará, com observância do disposto no art. 2.º, do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, caso reconheça procedentes as alegações ou hajam os nubentes juntado ao pedido atestado divergente firmado por outro médico.

Art. 2.º Os médicos nomeados de acordo com o disposto no art. 2.º, do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, terão a remuneração que o juiz fixar, não superior a 25% (vinte e cinco por cento) de um salário-mínimo da região para cada um.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os parágrafos 5.º e 9.º, do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, e demais disposições em contrário.
Senado Federal, 12 de junho de 1972 - Filinto Müller.

DECRETO-LEI 1.260, DE 26/2/73

Concede isenção do imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis por pessoas jurídicas.

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Serão excluídos do lucro real da pessoa jurídica ou da empresa individual, para os efeitos da tributação pelo imposto de renda, os resultados decorrentes da alienação de imóveis que integrem o ativo imobilizado, desde que sejam incorporados ao capital, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data que se seguir ao efetivo recebimento do preço da alienação.

§ 1.º Opcionalmente, os lucros de que trata este artigo poderão aplicar-se na amortização de prejuízos apurados em balanço.

§ 2.º Não se beneficiam do favor fiscal:

I - as revendas de imóveis que tenham sido adquiridos ou quitados menos de 5 (cinco) anos antes da data da alienação;

II - a alienação que seja pactuada a prazo superior a 5 (cinco) anos.

§ 3.º Enquanto não forem incorporados ao capital ou utilizados na amortização de prejuízos, os lucros decorrentes da alienação de imóveis deverão permanecer contabilizados a crédito de conta de reserva específica.

Art. 2.º No caso de venda de imóveis a prazo, a capitalização dos resultados deverá fazer-se, compulsoriamente, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data do balanço que se seguir ao efetivo recebimento da última parcela do preço, facultando-se à empresa o direito de aproveitar, em qualquer tempo anterior, para aumento do capital ou para amortização de prejuízos apurados, as partes proporcionais do lucro da operação contidas nas prestações até então recebidas.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda baixará normas sobre as condições de pagamento a serem observadas nas vendas de imóveis a prazo, para gozo dos benefícios previstos neste Decreto-lei.

Art. 3.º A reserva formada com os lucros de que tratam os artigos 1.º e 2.º não será considerada para efeito da tributação prevista no § 1.º do artigo 2.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, modificado pelo artigo 6.º da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1965, exceto se houver infração das disposições deste Decreto-lei.

Art. 4.º Aos aumentos de capital previstos neste Decreto-lei aplicam-se as normas do artigo 3.º e seus §§ 1.º, 3.º e 4.º, do Decreto-lei número 1.109, de 26 de junho de 1970.

Art. 5.º O benefício fiscal disciplinado neste Decreto-lei aplica-se, também, aos casos de imóveis objeto desapropriação, observadas as mesmas condições.

Art. 6.º A infringência de qualquer das disposições deste Decreto-lei importará na perda da isenção e na conseqüente cobrança do imposto, calculado como devido no exercício financeiro a que corresponder o ano da alienação acrescido de correção monetária e encargos legais, inclusive multa de lançamento ex officio, na forma da legislação em vigor.

Art. 7.º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antonio Delfim Netto

(D.O.U., de 27-2-73).

DECRETO N.º 71.622, DE 29/12/72

Dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 213 do Regulamento do Imposto de Renda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O parágrafo 2.º do artigo 213, do Regulamento do Imposto de Renda,, aprovado pelo Decreto número 58.400, de 10 de inalo de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º Em se tratando de juros de debêntures de portador identificado, o imposto a que se refere o inciso 2.º, letra "d", do artigo 301, descontado na fonte, como antecipação, será deduzido do que for apurado na declaração de rendimentos da empresa beneficiária".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1972; 151.º da Independência e 84.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

(D.O.U., de 29-12-72).

DECRETO 72.406, DE 26/6/73

Prorroga o prazo para a execução dos serviços concernentes aos registros públicos regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

O Presidente da República, usando das atribuições que lho confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1973 o prazo para execução dos serviços concernentes aos registros públicos, regulados pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2.º Durante o prazo a que se refere o artigo antecedente, a execução dos serviços concernentes aos registros públicos obedecerá ao disposto na Lei 4.827, de 7 de fevereiro de 1924, e seu regulamento baixado pelo Decreto número 4.857, de 9 de novembro de 1939, e demais disposições em vigor na data deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI COMPLEMENTAR N.º 76, DE 7 DE MAIO DE 1973

Dá nova redação ao artigo 198 da Lei n.º 10.261, de 28-10-68

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - O artigo 198 da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 198 - À funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de 120 (cento e vinte) dias com vencimentos ou remuneração.

§ 1.º - Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2.º - Ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, será esta concedida mediante apresentação da certidão de nascimento e vigorará a partir da data do evento, podendo retroagir até (quinze) dias.

§ 3.º - No caso de natimorto, será concedida a licença para tratamento de saúde, a critério médico, na forma prevista no artigo 193".

Artigo 2.º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de maio de 1973.

LAUDO NATEL

Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça

Carlos Antonio Rocca, Secretário da Fazenda

Rubens Araújo Dias, Secretário da Agricultura

José Meiches, Secretário dos Serviços e Obras Públicas

Paulo Salim Maluf, Secretário dos Transportes

Esther de Figueiredo Ferraz, Secretária da Educação

Sérvulo Mota Lima, Secretário da Segurança Pública

Mário Romeu de Lucca, Secretário da Promoção Social

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração

Getúlio Lima Júnior, Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Saúde

Miguel Colassuonno, Secretário de Economia e Planejamento

Hugo Lacorte Vitale, Secretário do Interior

Pedro de Magalhães Padilha, Secretário de Cultura, Esportes e Turismo

Henri Couri Aidar, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, em 7 de maio de 1973.

Nelson Peterson da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

(D.O., de 8-5-1973).

Nº 097 - Publicação: Out/1973 a Mar/1974

REDAÇÃO

Tudo leva a crer que não serão baldados os esforços por nós até agora desenvolvidos no sentido dos Poderes competentes, - tomando conhecimento da insatisfação em que vivem os servidores da Justiça que exercem suas atividades no Interior do Estado, - acabem atendendo, pelo menos em parte, às reivindicações por eles apresentadas, tanto no que se refere à atualização do valor das taxas constantes do Regimento de Custas e Emolumentos em vigor, como no que diz respeito à elevação dos proventos de nossa Aposentadoria.

Com efeito, segundo chegou ao nosso conhecimento, aqueles Poderes, - ou melhor, as ilustres personalidades que os representam terminaram, - graças ao bom Deus! por atentar na circunstância de que continua existindo, em pleno curso, um processo inflacionário, em decorrência do qual o valor de nossa moeda se está tornando cada vez mais baixo e o custo de vida ficando cada vez mais alto, isso motivado por um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos não podem ser detidos, reduzidos ou limitados mediante a aplicação de simples decretos, - consoante todos nós já tivemos a oportunidade de verificar.

É certo que nossas autoridades monetárias de há muito vêm trabalhando, com louvável tenacidade, para lhe pôr um fim, - mas é evidente não ser fácil a consecução de semelhante objetivo, - tendo-se em vista a multivariabilidade de fatores que concorrem para manter a continuidade de sua existência - alguns dos quais até de origem alienígena, - pelo que só através de medidas rigorosamente adequadas e gradativamente aplicadas, - poderá a inflação ir sendo reduzida, sem os pesados ônus, ou encargos, com os quais tem gravado a economia popular. Assim, ante a constatação insofismável de que o fenômeno em causa continua existindo e a se fazer sentir, dolorosamente, na carne de todos nós, - parece que os Poderes aludidos, compelidos por um indeclinável dever de consciência, resolveram promover estudos tendentes

não só a elevar quanto possível o valor das mencionadas taxas, como também o correspondente aos padrões de nossa aposentadoria.

Só nos resta, esperar para ver.

O. F. T.

CENTENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo, ocorrido a 3 de fevereiro de 1974, mereceu a sua maior atenção e cuidado para que a efeméride fosse festejada condignamente, à altura do renome do Sodalício no Estado e na República.

Com bastante antecedência, a Presidência do Tribunal constituiu, no ano de 1973, Comissão de Desembargadores para programar os festejos comemorativos com a presença de toda a família judiciária brasileira e das altas autoridades civis, eclesiásticas e militares do Estado de São Paulo e do Governo do Brasil. Essa Comissão, que funcionou sob a direção do Desembargador Presidente, contou com a colaboração dos Desembargadores ADRIANO MARREY, YOUNG COSTA MANSO, FLÁVIO TORRES, DALMO DO VALLE NOGUEIRA e, posteriormente, TÁCITO MORBACH DE GABES NOBRE, quando deixou a Presidência do Tribunal.

Aproveitando a oportunidade, a Presidência também constituiu a Comissão Permanente de Colecionamento e Preservação do Material Ligado à Vida Judiciária, cujos membros são os Desembargadores MÁRCIO MARTINS FERREIRA, FERNANDO EULER BUENO, MOACYR CÉSAR DE ALMEIDA BICUDO e MÁRIO HOEPFNER DUTRA. A Comissão passou a funcionar, desde logo, sob a Presidência do Desembargador Presidente, recolhendo os processos e objetos mais antigos da Justiça Paulista para figurarem em sala própria à visitação dos interessados.

Elaborado o programa das festividades e realizados os convites, São Paulo passou a hospedar grande número de ilustres personalidades a partir de 1.º de fevereiro deste ano, que aqui ocorreram, dentro de um notável espírito de brasilidade.

Iniciaram-se os festejos comemorativos pela entrega do "Colar do Mérito Judiciário", venera instituída pelo Tribunal através de Resolução de 31 de outubro de 1973, por iniciativa do então Presidente, Desembargador Tácito Morbach de Góes Nobre, que a idealizou.

A solenidade, singela e informal, realizou-se no Plenário do Tribunal na tarde de 1.º de fevereiro, com a presença de quase todos os agraciados e de suas respectivas famílias, o que lhe conferia um tom festivo e sumamente agradável.

No ato usou da palavra o Presidente, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira.

À noite desse mesmo dia 1.º de fevereiro, o Tribunal recebeu os seus convidados no Clube Atlético Paulistano corria um coquetel, que decorreu dentro de um ambiente cordialíssimo e prazeroso.

No dia seguinte, 2 de fevereiro, os visitantes percorreram a cidade pela manhã, participando de um banquete no Terraço Itália, a convite do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Paulo, Miguel Colasuonno. Foi um lindo encontro, onde mais se identificou a comunhão espiritual do Poder Judiciário Brasileiro, com a integral solidariedade de outras altas autoridades do país.

Às 19 h desse sábado, realizou-se Missa Solene na Catedral Metropolitana, oficiada pelo Bispo Dom Paulo Rollim Loureiro e com sermão de Monsenhor Benedicto Mário Calazans, que discorreu sobre a divindade da função de julgar, como delegação do Senhor Deus Todo-Poderoso.

Abrilhou a solenidade o coro do Padre Fuzaro.

Seguiu-se um coquetel no Palácio dos Bandeirantes, oferecido pelo Excelentíssimo Senhor Governador de São Paulo, Laudo Natel.

No domingo, às 10 h do dia 3 de fevereiro, realizou-se sessão solene no Tribunal de Justiça, ponto máximo de todas as festividades, e por isso mesmo engalanado para receber tantas e tão insígnies personalidades, que lotavam por completo o recinto do Plenário. Entre elas, cumpre destacar o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Laudo Natel, o Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid, representando Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici; o Ministro Eloy José da Rocha, Presidente do Colendo Supremo Tribunal Federal; o Deputado José Salvador Julianelli, Presidente da Assembléia Estadual; o Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, representando o Ministro Carlos Thompson Flores, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o General de Exército Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército; o Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, do Supremo Tribunal Federal; o Professor Mário Machado de Lemos, Ministro da Saúde; o Professor Carlos Alberto

Alves de Carvalho Pinto, Senador da República; o Ministro Luiz Roberto e Rezende Puech, Presidente em exercício do Tribunal Superior do Trabalho; o Dr. Oscar Xavier de Freitas, Procurador Geral da Justiça, no Estado; o Dr. José Carlos Moreira Alves, Procurador Geral da República; o General de Divisão Paulo Carneiro Thomaz Alves, Comandante da 2.^a Região Militar; o Dr. Alberto Brandão Muylaert, Procurador-Chefe da Procuradoria da República, no Estado, e outras altas autoridades civis e judiciárias.

Depois do Hino Nacional cantado por todos os presentes e pelo Coral da Faculdade de Direito de São Paulo, o Desembargador Presidente José Carlos Ferreira de Oliveira abriu a sessão com breve discurso sobre a sua dupla finalidade, destinada a perpetuar e exaltar o Centenário da Fundação do Tribunal de Justiça e também a instalar o Ano Judiciário de 1974.

Usou da palavra, a seguir, proferindo o discurso oficial, o Desembargador Flávio Torres, que traçou minuciosamente os fatos principais da história do Tribunal nos últimos cem anos. Subseqüentemente, discursaram o Senhor Procurador Geral da Justiça, Dr. Oscar Xavier de Freitas, e o representante das entidades que congregam a nobre classe dos advogados, o Dr. Sérgio Marques da Cruz.

A noite desse domingo realizou-se o banquete de conagração dos magistrados e autoridades presentes no Clube Nacional, que agradou a todos pela excelente organização e serviço apresentados. Na ocasião usou da palavra o Presidente do Tribunal, para saudar afetuosamente os convidados.

No dia seguinte, segunda-feira, realizou-se excursão ao Guarujá, com almoço no Hotel Casagrande, onde a confraternização geral foi um sucesso absoluto.

Por fim, impõe-se o registro ainda das publicações que o Tribunal promoveu em favor das comemorações do Centenário, a saber: o trabalho premiado do Dr. Manuel Ubaldino de Azevedo, intitulado "O Centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo" e a reunião dos discursos proferidos na abertura do Ano Judiciário nos últimos treze anos, bem como outros ainda em preparação e não divulgados, tais como "Dez anos de Jurisprudência", organizado pelo Desembargador Henrique Augusto Machado.

Este, o breve relato, das festividades do Centenário do Tribunal de Justiça de São Paulo, efeméride, tão significativa para nós, os paulistas e brasileiros de todos os quadrantes do país. A Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, que também se associou, com elevada satisfação, às homenagens prestadas ao nosso Tribunal de Justiça pelo transcurso de tão significativo evento, - não quer prescindir da oportunidade que estas breves notas a respeito lhe oferecem para publicar, em ordem alfabética, como fazemos abaixo, os nomes dos ilustres Magistrados que integram, atualmente, o quadro de seus juristas, - a saber:

Acácio Rebouças, Adriano Marrey, Atugasmin Médice Filho, Bruno Afonso de André, Cantidiano Garcia de Almeida, Dalmo do Valle Nogueira, Dimas Rodrigues de Almeida, Durval. Pacheco de Mattos, Fernando Euler Bueno, Flávio Torres, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Gentil do Carmo Pinto (1.^o vice-presidente). Henrique Augusto Machado, Heráclides Batalha de Camargo, Hildebrando Dantas de Freitas, Humberto de Andrade Junqueira, Humberto José da Nova, Jonas Coelho Vilhena, José Carlos Ferreira de Oliveira (Presidente), José Cavalcanti Silva, José Eduardo Coelho de Paula, José Manuel Arruda, Júlio Ignácio Bonfim Pontes, Lafayette, Salles Júnior, Luiz Gonzaga de Campos Gouvea, Manoel Carlos da Costa Leite, Manuel Mendes de Almeida França, Márcio Martins Ferreira (Corregedor-Geral), Mário Hoepfner Dutra, Moacyr César de Almeida Bicudo, Octávio Gonzaga Júnior, Otto de Souza Lima, Pedro Barbosa Pereira, Sylvio Cardoso Rolim, Tácito Morbach de Góes Nobre, Young da Costa Manso (2.^o vice-presidente).

ANOS JUDICIÁRIOS DE 1961 a 1973

Contribuindo, - embora modestamente - para que as festividades comemorativas do Primeiro Centenário da Instalação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado alcançassem a repercussão que tão significativo acontecimento justifica, - a "Associação dos Serventuários de Justiça de São Paulo" julgou oportuno editar os discursos proferidos quando da abertura dos Anos Judiciários de 1961 a 1973, edição essa que teve a satisfação de ofertar ao ilustre Presidente de nossa mais Alta Corte de Justiça, Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, - do qual nossa entidade recebeu, a propósito, o ofício cujo texto a seguir publicamos.

São Paulo, 21 de Janeiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento da edição dos discursos pronunciados na abertura dos Anos Judiciários de 1961 a 1973, amavelmente oferecida a esta Presidência pela Associação dos Serventuários de Justiça, como homenagem pelo transcurso do Primeiro Centenário da

Instalação do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agradecendo a atenção, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos de estima e consideração.

(a) José Carlos Ferreira de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça.

CF-214/74

São Paulo, 31 de janeiro de 1974.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO está preparando a comemoração do seu 1 Centenário, a se realizar em 3 de fevereiro de 1974, conforme programa anexo.

É, pois, o presente, para formular a Vossa Senhoria e a Sua Excelentíssima Senhora, convite para que compareçam às Comemorações, dando, assim, com a presença, maior brilho às festividades. Valho-me do ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

José Carlos Ferreira de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça

CAPITAL - SP

FESTEJOS E SOLENIDADES DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL

DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

PROGRAMA

Fevereiro:

Dia 1.º - sexta-feira:

Chegada - instalação e almoço no Hotel Eldorado Tarde livre

20:00 horas - coquetel no Clube Atlético Paulistano

Dia 02 - sábado:

Manhã - visita à cidade e às principais lojas comerciais

13:00 horas - almoço no Terraço Itália, oferecido pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal de São Paulo

19:00 horas - Missa na Catedral Metropolitana

20:30 horas - coquetel no Palácio dos Bandeirantes, oferecido pelo Exmo. Senhor Governador de São Paulo

Dia 03 - domingo:

10:00 horas - sessão solene no Tribunal de Justiça

13:00 horas - almoço no Jockey Clube

21:00 horas - banquete no Clube Nacional

Dia 04 - segunda-feira:

Manhã - viagem ao Guarujá, com almoço no Hotel Casagrande, às 13:00 horas

Jantar - no Hotel Eldorado

Dia 05 - terça-feira:

Retorno dos convidados

NOTA - Os trajes serão de passeio, exceto:

a) banquete no Nacional:

traje escuro para cavalheiros e longo para senhoras

b) viagem e almoço no Guarujá: esporte.

133/GP-74

São Paulo, 11 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente.

Em nome do Tribunal de Justiça e no meu próprio, tenho o, prazer de apresentar a Vossa Senhoria, ao término das solenidades comemorativas do 1.º Centenário desta Corte, os meus mais entusiásticos agradecimentos pela estimada e valiosa colaboração que Vossa Senhoria tão gentilmente tributou ao Poder Judiciário de nossa Terra, e que veio dar maior brilhantismo às solenidades.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria os protestos de meu elevado apreço e distinta consideração.

José Carlos Ferreira de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça

A Sua Senhoria, o Senhor

Dr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça de

São Paulo

GP-N.º-117/74

São Paulo, 12 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do amável ofício em, que a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio de Vossa Senhoria, apresenta a esta Presidência e à nobre Magistratura Paulista, suas homenagens e entusiásticas felicitações, pelo transcurso do I.º Centenário da Instalação desta Egrégia Corte.

Ao agradecer, sensibilizado, em meu nome pessoal e no de meus ilustres colegas, a significativa mensagem de confiança e amizade que nos foi endereçada pelos Serventuários de Justiça do Estado, renovo a Vossa Senhoria, Sr. Presidente, os protestos de elevada estima e consideração.

José Carlos Ferreira de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça

Ilmo.º Sr.

Dr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

DD. Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo

MAFS/.

ELEIÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO

Realizou-se, no mês de dezembro do ano próximo findo, no Palácio da Justiça, a eleição dos novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para o biênio 1974/1976, tendo sido escolhidos por unanimidade, para Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, o Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, para 1.º Vice-Presidente, o Desembargador GENTIL DO CARMO PINTO, e 2.º Vice-Presidente o Desembargador YOUNG DA COSTA MANSO, e para Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA.

A posse de Suas Excelências em seus respectivos cargos teve lugar no dia 31 daquele mesmo mês, havendo a solenidade contado com a presença de elevado número de Magistrados, Promotores de Justiça, Advogados, representantes das altas autoridades federais, estaduais e municipais, além de muitas outras pessoas gradas.

Representando nossa classe, esteve também presente à solenidade o Presidente da Associação, acompanhado de grande número de serventuários, que foram levar seus cumprimentos aos novos dirigentes do nosso Poder Judiciário e formular os melhores votos pelo êxito pleno da missão que lhes foi confiada por seus eminentes pares.

Agradecendo a manifestação de solidariedade que lhe tributamos, em tal oportunidade, S. Exa. o Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA endereçou ao nosso Presidente, Sr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, uma expressiva Mensagem, cujos termos revelam, mais uma vez, a nobreza de caráter que marca a personalidade invulgar do novo Corregedor-Geral da Justiça do Estado, - e a qual temos a honra de publicar em seguida:

"Ao grande Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado, Dr. Júlio de Oliveira Chagas Neto, tenho a honra de agradecer a solidariedade a mim emprestada, em nome da nobre Associação que Preside, por motivo de minha posse no cargo de Corregedor-Geral da Justiça.

Gestos de tão significação como o seu, revelam um poder de afirmação que resplende em toda a classe.

Espero manter os laços da maior cordialidade com o eminente amigo e os ilustres Serventuários da Justiça do Estado, que representam na imagem do Poder Judiciário um facho de luz a clarear os seguros caminhos que juntos percorremos.

Com estes sentimentos de apreço e admiração, aceite a homenagem de minha alta estima."

a) MÁRCIO MARTINS FERREIRA.

Em resposta, nosso Presidente enviou ao eminente Magistrado ofício redigido nos seguintes termos.

São Paulo, 30 de janeiro de 1974.

Exmo. Sr.

DESEMBARGADOR MÁRCIO MARTINS FERREIRA

DD. Corregedor-Geral da Justiça.

Palácio da Justiça.

Nesta

Temos a honra de acusar o recebimento da Mensagem com a qual V. Exa. se dignou nos transmitir seus agradecimentos pela solidariedade que, - não só em nosso nome pessoal, como também no da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo, cuja Diretoria presidimos, - tivemos a satisfação de prestar a V. Exa. por motivo de sua eleição para o elevado cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Estado.

Na oportunidade, cumpre-nos salientar que muito nos desvaneceram os termos da Mensagem aludida. pois emprestando a V. Exa. a solidariedade a que nela se refere, fizemo-lo movidos não apenas. pelo dever de praticar um ato de Justiça, mas também para expressar-lhe os sentimentos de nossa mais pura gratidão.

De Justiça, por termos a certeza de que ninguém poderia exercer com maior serenidade, competência e brilho do que V. Exa. as elevadas funções daquele cargo, - graças aos dotes de inteligência e de cultura que caracterizam a sua personalidade; e de gratidão, pelas atenções inúmeras com as quais tem distinguido sempre a nossa classe e a entidade associativa que a representa, - revelando, por essa forma, tanto a educação finíssima de que é possuidor, como a compreensão que tem do superior critério que deve presidir ao relacionamento dos seres humanos entre si, seja qual for a altitude da posição social que cada um ocupe, nem levar em conta a modéstia de suas origens.

Renovando-lhe, pois, a nossa irrestrita solidariedade e continuando, como sempre estivemos, à disposição do eminente amigo para servi-lo em tudo quanto estiver ao nosso alcance, aproveitamo-nos do ensejo para reiterar-lhe as expressões de nossa elevada consideração e subido apreço.

a) JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

Presidente

GARANTIA FIDUCIÁRIA E EVICÇÃO

(à luz do novo Código de Processo Civil)

Juiz Paulo Restiffe Neto

A vigência do novo Código de Processo Civil a partir de 1.º de janeiro de 1974 gera um cortejo de problemas, também novos, que interferem em vários campos do Direito.

Registramos, a seguir, algumas breves reflexões sobre tema tormentoso, mas de interesse para o estudo da alienação fiduciária face à nova sistemática processual quanto à incidência de regras sobre litisconsórcio necessário e denunciação obrigatória da lide, nas ações e embargos de terceiros contra o fiduciante ou o fiduciário, em função da evicção e do exercício do direito que desta resulta:

1 - Em ações de terceiros contra o fiduciante (possuidor e depositário) que impliquem perda da coisa, o proprietário fiduciário deverá ser chamado a integrar a lide em litisconsórcio passivo necessário e unitário, por comunhão de interesses, força do disposto na 1.ª parte do art. 47 do novo diploma adjetivo vigente, já que terá o juiz de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

Consequência da inobservância será a ineficácia da sentença (2.ª parte do art. 47 citado), porque não poderá o fiduciário ter, pela coisa julgada, desfalcada a garantia de propriedade fiduciária constituída em seu nome, sem que tenha sido citado para a ação.

2 - Em embargos de terceiro, visando à liberação do objeto da constrição judicial, que impliquem reconhecimento de direitos de senhor ou possuidor ao embargante, quando embargado for o proprietário fiduciário, o fiduciante-depositário deverá ser chamado a integrar a lide de embargos em litisconsórcio passivo necessário e unitário, por comunhão de interesses, força do disposto na 1.ª parte do art. 47 do novo diploma adjetivo vigente, já que terá o juiz de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

Consequência da inobservância será a ineficácia da sentença (2.ª parte do art. 47 citado), porque não poderá

ver-se, o fiduciante-depositário, privado, pela coisa julgada, da posse titulada, sem que tenha sido citado para a ação de embargos e poder, por sua vez, fazer intimar do litígio, se for o caso, o seu alienante (art. 73).

A nova sistemática processual dá tratamento diferente as ações de garantia, ensejando aplicação de regras sobre litisconsórcio e denunciação da lide.

O fiduciante deverá, sendo o caso, denunciar a lide ao seu alienante, ou seja, a quem lhe vendou a coisa, para se cobrir dos riscos da evicção (art. 70, I), devendo pedir, outrossim, que a sentença, que eventualmente julgar procedente contra si a ação, declare o seu direito de evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos (art. 76).

Acrescente-se que, pelo que se depreende do caráter obrigatório da denunciação da lide, não basta, para que se acoberte o evicto dos riscos da evicção, meramente pedir a citação do garante; é necessário que promova a citação e que esta efetivamente se opere.

Se o fiduciante não denunciar a lide ao seu alienante, poderá o proprietário fiduciário fazê-lo para forrar-se dos riscos da evicção, em caso de inidoneidade econômica do fiduciante omissor, tornando o lugar deste junto àquele.

Observe-se, importantemente, de acordo com a nova sistemática, em que a denunciação da lide é obrigatória (art. 70), que existe conexão necessária por acessoriedade de resultado entre a ação principal e a garantia, devendo esta última ser objeto de decisão em simultâneos processos, caso a ação principal seja julgada procedente contra o evicto (art. 76). Por outras palavras, o direito de evicção não poderá mais ser pedido através de ação própria ou direta contemplada no art. 101 do anterior Código de Processo Civil, sem similar no atual, nos casos de denunciação obrigatória da lide.

De fato, o art. 1.116 do Código Civil deixa a cargo da lei processual dispor "quando e como" poderá o garantido exercer o direito que da evicção lhe resulta.

Ora, na sistemática processual anterior, o exercício da ação de garantia fazia-se por ação direta (art. 101 do Código de Processo revogado), bastando a notificação do litígio ao alienante (art. 1.116 do Código Civil).

Atualmente, conforme se depreende do aludido art. 76, combinado com a cabeça do art. 70, ambos do novo diploma adjetivo, a ação de garantia deverá ser exercida ("quando") no mesmo processo, por força de conexão necessária, "ex-vi legis", aliás, consoante a doutrina italiana que através de Calamandrei ("La Chiamata in Garanzia", pág. 170), completa a noção de garantia com a idéia de conexão, conforme acentua Antônio Carlos de Araújo Cintra ("Do Chamamento à Autoria" ed. RT 1973, pág. 76).

Já não basta a notícia da existência do litígio ao garante. A este há de ser feita a denunciação da lide, figura processual nova, para que a integre (arts. 71 e seguintes), porque, suprimida a ação direta, o acerto se fará nos autos em que ocorra a denunciação; e a sentença, que julgar procedente a ação, declarará, conforme o caso, o direito do evicto, ou a responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo (art. 76). Se não denunciar a lide ao garante o evicto perde, por preclusão, a garantia decorrente da evicção, pois já não disporá de ação para exercer o seu direito. É a sanção decorrente do descumprimento do preceito, parece-nos, que confere eficácia à obrigatoriedade de denunciação da lide nas hipóteses enumeradas no art. 70 do novo Código de Processo Civil.

(Extraído do n.º 101 do livro "Garantia Fiduciária - Direito e Ações" de Paulo Restiffe Neto, no prelo da Editora Revista dos Tribunais).

SOCIAIS

INTUICIONISMO

Talvez tudo, entretanto,
na selva densa da Teleologia
se apresente claro e simples ...
E a nossa incompreensão
resulte, unicamente,
do intelectualismo
com que buscamos apreender,
pelos caminhos do Racionalismo,
- a imutável essência do Ser.
Efetivamente,
se a Razão é falível,
e Inteligência é limitada

e a Lógica não passa
de engenhoso artificialismo,
- como se pretender,
em verdade,
com tão precários instrumentos,
atingir os secretos fundamentos
da Realidade?
Assim, - quem sabe?! -
talvez seja possível
que, aquilo que se mostra
inatingível
pelos processos da Razão,
se torne fácil alcançar
através da Intuição!
Pois, se a Consciência
nos faz ver, por um lado,
da humana sabedoria
a profunda indigência,
- por outro,
de um Ser Supremo,
inominado,
nos afirma a eterna permanência!
E o Universo seria,
então, mera expressão formal,
sensível e inviolável aparência,
por detrás da qual,
enfim, se situaria
- o Absoluto, o Imanente, o Real!
São Paulo, 1946
F.T.

CRÔNICA À MARGEM DOS LIVROS "OS GRINGOS"

(De Mafra Carbonieri)

Editado pelo Conselho Estadual de Cultura, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, vem de ser publicado o livro de contos intitulado "OS GRINGOS", de autoria do Sr. Mafra Carbonieri, - obra cujo valor se torna desnecessário enaltecer, - bastando adiantar, para confirmação de tal assertiva, - o fato de ter ele sido laureado com o "PRÊMIO GOVERNADOR DO ESTADO", correspondente ao ano de 1967.

MAFRA CARBONIERI, - de quem já tivemos, aliás, a oportunidade de falar neste "Boletim" quando noticiamos o aparecimento de seu livro de poemas "O CANTO FURTIVO", igualmente contemplado com o mesmo Prêmio e editado por aquele Conselho, - acaba de firmar em definitivo, com este novo trabalho em prosa, a sua condição de escritor talentoso e versátil, que realmente é, - como também de conquistar o direito, a que inegavelmente faz jus, de figurar entre os mais expressivos representantes da moderna literatura brasileira.

Dono de um estilo inconfundível, - desataviado, objetivo, realista e até "não poucas vezes trabalhado por notável imagística de natureza poética", - segundo depõe o Sr. OSMAR PIMENTEL na apresentação que nos faz de

"Os GRINGOS", - a coletânea de contos ora enfeixados neste volume está fadada a alcançar a mais ampla repercussão em nossos meios literários.

Escritor ainda moço, muito se pode esperar, seguramente, da inspiração privilegiada que já nos mostrou possuir em "O CANTO FURTIVO", assim como da pujança de seu espírito criador manifestamente presente nesta seleção de contos com a qual acaba de brindar nosso público.

Daí entendermos que a crítica especializada não poderá deixar de ocupar-se e preocupar-se, seriamente, com a análise deste novo livro do Sr. Mafra Carbonieri, sob pena de incidir em

deslavada injustiça. E para que os nossos leitores verifiquem, por si próprios, a procedência das razões que embasam quanto acima dissemos sobre "OS GRINGOS" e seu autor, - não resistimos à tentação de transcrever em seguida, para seu conhecimento, o segundo dos Dois Tempos em que se divide o Capítulo 1.º do livro em causa, e no qual nos é narrada a estória que tem por título:

"O PECADO AMARRADO AO POSTE"

"O marido disse, num desabafo:

- É hoje.

O irmão do marido entendeu que era hoje, porém como fosse mais atilado, admitiu secretamente que era hoje à noite. Aliás escorria no rosto largo do marido qualquer coisa de viscoso e obstinado, um sofrimento dormido, noturno.

O marido e o irmão do marido cruzaram o olhar de tijolo e selaram o trato.

- É hoje.

A mulher do marido veio, feitosa, deixando em cima da mesa o prato com salame do Rio Grande, cortado em fatias. O marido baixou os olhos. O irmão do marido, mais atilado, empurrou a gengiva e dois dentes num sorriso de água mineral.

Quando a mulher do marido se afastou, o irmão garantiu que o cunhado também viria. Decidido isso, comeram o salame e enfrentaram o resto da tarde com um palito na boca torcida, mastigando a conspiração.

A noite caiu, resignada na ansiedade do marido, na calma do irmão do marido, no medo do cunhado do irmão do marido. Nem a rede de estrelas, esticada sobre as casas e os postes da rua torta, comovia-os, embora fizesse crescer por todos os lados em surdina, a voz duma sanfona tranqüila e familiar.

Ao longo, o assobio do vigilante.

Estavam atrás do tapume duma construção. Menos o cunhado do irmão do marido, que preferira estar à frente dum sólido porrete. O marido espiava a rua por uma frincha.

- É agora.

- Espere. . . - alertou o irmão do marido.

Agora todos olhavam a rua.

O vizinho do marido saiu de casa como quem não quer nada, mão no bolso, jaquetão curto e chapéu Nat King Cole. Afastou-se até a esquina, voltou devagar, acendeu o cigarro sob a luz do poste.

O marido fremia de esperança e impaciência. - "Talvez não seja. . ."

- Espere... repetiu o atilado, com a dureza e a precisão dum velho açougueiro na cirurgia do mignon.

A mulher do marido, feitosa, apareceu no portão. O vizinho do marido apertou o cigarro nos dentes e atravessou a rua, correndo. A mulher seguiu-o seu pressa, sublime de tantã pureza, até achou um fiapo de linha branca na saia. Ambos desapareceram no terreno baldio.

- Cães! - rugiu o marido.

- Vamos. . . - sentenciou o irmão do marido, arregaçando as mangas.

O cunhado do irmão do marido, sério, afagou o porrete com as duas mãos.

Deram a volta e embrenharam-se numa reboleira de mamona.

Meu Deus. Num mato ralo, entre o muro e um pé de limão-rosa, o pecado viceja com inóbil e indecente nitidez.

- Cães!

Feroz como um cruzado diante dos mouros, o marido pulou no sepulcro de sua honra para libertá-la a dentadas, socos, pontapés, palavrões. No momento que lhe pareceu mais propício, o irmão do marido pôs-se a distribuir murros com empenho e método, enquanto o cunhado do irmão do marido ia distraíndo o seu medo a pauladas.

O vizinho do marido gritava que estava morto. Já a mulher do marido discreta, comprimia os soluços na gola da blusa. Viram-se arrastados para o meio da rua, num clamor de alartamante tragédia. O marido levou o portão no peito e entrou em sua casa, logo saindo com um pedaço de corda.

- Cães!

O vigilante desce apressadamente a ladeira, luzes se acenderam, curiosos abriam as janelas, vozes se juntavam ao alarido, passos em desordem saltavam ao redor da noite.

- Que foi? Que diabo foi isso?

Os pecadores foram amarrados um contra o outro, ao poste. Vinha gente de todos os lados.

O marido agitava os braços e berrava numa grave e martirizada voz de guampa:

- Venham ver! Venham ver!

Qual um caçador que se orgulha do tamanho do elefante e o exhibe, o marido apontava o pecado na luz do poste, batia no peito peludo, dançava no meio-fio no passeio, caía, rolava no gramado, gritava que era o marido da mulher e ria na cara dos que se aglomeravam em torno dele e do poste.

- Venham ver...

la crescendo, explodia como canhão, ia fuzilando a mulher e o vizinho num ódio desordenado. Amedrontava. Pulando num pé só, mostrava quando valia. Os adúlteros tinham a vergonha no rosto, porém oculta em sangue.

- Cães ...

O alvoroço fervia na rua, ainda em suspenso, não sabendo os curiosos se a sua surpresa se desencadearia em sofrimento ou logo resvalaria num gozo de anedota.

Foi quando a polícia chegou.

Um velho celibatário, mordaz, ao compreender o que se passava, foi buscar um foguete e queimou-o,

torcendo-se de tanto rir. O vigilante arrolou-o como testemunha.

Agora o marido arquejava, andando aos tropeços em volta do poste, exausto, talvez sem entender que se consumira como munição da própria vingança

- Venham ver...

O irmão do marido explicava-se perante a autoridade, um sujeito baixo e afável, ventre de barril. O cunhado do irmão do marido há muito largara o porrete na sarjeta e sumira. A polícia desamarrou o pecado, removeu-o do poste à delegacia no longo trajeto da piada, e dispersou o povo.

Depois, antiga e sem mistério, só a noite persistia no bairro, ninguém mais, só a noite descendo crua e límpida pelas janelas fechadas".

Não corresponde efetivamente, à realidade o que dissemos?

O. F. T.

ESTADO-MULTINACIONAL

Luiz Ferreira Lima

Segundo Oliveira Vianna, o Estado, no seu longo processo evolutivo, passou por quatro estágios diversos:

- 1 - Estado-Aldeia
- 2 - Estado-Cidade
- 3 - Estado-Império
- 4 - Estado-Nação

O Estado-Aldeia é o modelo mais primitivo de Estado, correspondendo às "comunidades de aldeias" e suas origens se perdem na Pré-História.

O Estado-Cidade surgiu da fusão de aldeias primitivas, com organização muito mais complexas.

É a polis grega, a civitas; romana, são as cidades italianas da Idade Média e da Renascença, cada uma com sua organização, mas jurisdicionalmente limitadas às comunidades urbanas.

O Estado-Império apareceu como processo evolutivo na história dos povos. Surgiu pela dominação das pequenas cidades por conquistadores, geralmente estrangeiros, que as fundiram num só povo e sob um só governo. Adquiriu o Estado-Império, em geral, uma estrutura dinástica e aristocrática, tornando-se grandes organizações políticas e administrativas, como decorrência de manter, sob seu domínio, uma grande variedade de nações, espalhadas por territórios diversos.

O Estado-Nação, forma que predomina no mundo atual, nasceu da doutrina política que encontrou no Princípio das Nacionalidades sua manifestação mais expressiva. De origem italiana, o Princípio das Nacionalidades sustentava que populações ligadas pela comunidade étnica e lingüística e pela identidade de território, formam uma Nação e por isso têm o direito de constituírem-se em Estado.

Uma nova forma de Estado, que talvez - se um Código de Ética não for desde já estudado e fixado - possa fazer a Humanidade retroagir na sua evolução política, está surgindo: o Estado-Multinacional.

O general Ernesto Geisel, em seu discurso na Convenção Nacional da ARENA, identificou-o ao afirmar que estamos vivendo em um "mundo em rearticulação crítica para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças, sob a ameaça do terror nuclear ainda hipolarizado, em face do surgimento do cenário, dantes restrito aos Estados-Nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais - cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar". (O grifo é nosso).

A atuação das empresas multinacionais no mundo começa a causar apreensões. Agora mesmo em São Francisco da Califórnia, nos Estados Unidos, 700 destacados homens de empresa de vários países reclamam um Código Internacional de Conduta (o Código de Ética, de que falamos acima) para as grandes corporações, e um dos oradores dessa Conferência Industrial, o Sr. Helmut Schmidt, pediu às empresas que não se esquivem de cumprir obrigações nos países onde têm as suas fábricas: "Eu apelo para essas organizações - disse ele - no sentido de que prestem mais atenção aos interesses nacionais onde quer que se encontrem e se abstenham de interferir em problemas internos".

Tal apelo, no momento, quando as multinacionais ainda não completaram o seu ciclo de plena organização, talvez possa ser atendido. Mas, até quando as multinacionais se manterão afastadas dos problemas internos das nações em que atuam!

Sabe-se que, no momento, as empresas multinacionais faturam 12% do Produto Interno Bruto do mundo; são atualmente responsáveis por 30% do valor do comércio mundial; pretendem assumir já em 1980, 50% do valor do comércio mundial; estimam chegar ao ano 2000 dominando 70% do valor do comércio mundial.

Constituem, portanto, um perigo não mais remoto para os países subdesenvolvidos e para aqueles que estão em processo acelerado de desenvolvimento, pois que certamente, influndo na economia desses países, não observarão o apelo de se manterem afastadas dos seus problemas internos, os quais procurarão encaminhar de acordo com os seus interesses que, então, serão tidos como mais importantes do que os interesses nacionais. (Diário de São Paulo).

A "DÚVIDA" NO REGISTRO DE IMÓVEIS

Sylvio Pereira

O art. 215, do Dec. n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, estabelece que o oficial do Registro de Imóveis, em face do título registrando, "verificará a legalidade e a validade do título, procedendo ao seu registro, se o mesmo estiver em conformidade com a lei".

A FUNÇÃO DO SERVENTUÁRIO

Se o documento é legal e válido e está conforme a lei, o serventuário não poderá recusar-se a cumprir a sua função primordial que é registrar. Assim, a faculdade de "levantar dúvidas" terá compreensão estrita; constitui exceção. Não admite interpretação extensiva ou analógica.

Aliás, a própria natureza do dispositivo reclama interpretação estrita, conforme a recomendação de Carlos Maximiliano ("Hermenêutica e Aplicação do Direito", 2.ª ed., pág. 223): "Interpretam-se estritamente as frases que estabelecem formalidades em geral, bem como as fixadoras de condições para um ato jurídico ou recurso judiciário.

É, evidentemente, o caso do art. 215, que estabelece uma formalidade para o registro, fixando condição para a realização deste ato jurídico.

Serpa Lopes, autoridade reconhecida em matéria de registro imobiliário, confirma (cit., pág. 161):

"é óbvio que o Reg. de Imóveis, como valor constitutivo, ou mesmo como valor obrigatório de publicidade, somente abrange os casos em lei especificados".

"A razão disso é não só porque as categorias de atos enunciados são restritas e bem determinadas, sem aspectos genéricos ou de força compreensiva, como ainda pela índole excepcional dessas mesmas disposições.

Depois, como argumenta Laurent, o legislador, ao dotar o registro de caráter obrigatório, teve em mira o interesse público e unicamente a lei é guardiã do interesse social, e na verdade o intérprete deve, nesta matéria, ater-se estritamente à disposição legislativa".

Como consequência inevitável, a faculdade de "levantar dúvida" deve ter compreensão restrita. O oficial somente dela se utilizará, se puder indicar qual preterição de formalidade tornou o título inválido ou ilegal.

Estabelecido este pressuposto, vejamos o que se compreende por "validade" e "legalidade" do

título.

VALIDADE E LEGALIDADE

J. de Oliveira Filho da 5.^a Cam. Civ. do TJSP, esclarece (RT, 104/464):

... "em nosso Cód. Civ. podemos procurar os conceitos de "validade" e "legalidade". A validade do título, por certo, importa em sua legalidade. O art. 82 do Cód. Civ. Bras. prescreve que a "validade do ato jurídico requer agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei". Se a forma é, como diz Clóvis, Cód. Vic., art. 129, obs. 1, "o conjunto das solenidades, que se deve observar, para que a declaração da vontade tenha eficácia jurídica, o revestimento jurídico, a exteriorizar a declaração de vontade", combinando o art. 82, do Cód. Civil, com o art. 207 do Reg. dos Reg. Públicos, temos que, por "validade", do art. 207, do Reg. dos Reg. Públicos, se entende a "capacidade dos agentes e o objeto lícito" e, por "legalidade" o respeito à "forma". Assim, na opinião do ilustre jurista, as arguições do oficial do Registro terão de estribar-se tão somente em

- a) incapacidade dos agentes;
- b) ilicitude do objeto e
- c) forma contrária às exigências legais.

Estas observações foram desencadeadas em face de acórdão da 5.^a Cam. Civil do TJ-SP, que entendera ser mais restrito o âmbito da "dúvida" do oficial, compreensão esta de que não partilhava J. de Oliveira Filho.

A Corte Paulista decidira com autoridade (RT, 104/462): "O art. 207, do Decreto 18.542, dispõe que o oficial duvidando da legalidade do título, ou de sua validade, poderá recusar-lhe registro, suscitando a dúvida, na forma aí prescrita. Deve porém aquela resultar da validade ou legalidade do título e não das condições internas do negócio que ele concretiza. É mister que o título seja manifestamente nulo ou ilegal, como se exprime o art. 981 do Cód. Civil Português, ou que falte algum requisito essencial ao registro, para que possa o oficial negar-se à prática do ato solicitado".

Tito Fulgêncio, citado por J. de Oliveira Filho, admitiria que o serventuário possa levantar dúvida, se o título for nulo, conforme disposto no art. 145, do Cód. Civil.

Verifica-se, portanto, que os interesses mais liberais, ao considerar a capacidade de arguição de dúvida, recusam-se a permitir que ela verse assuntos não integrantes no próprio título. A falha terá de manifestar-se no papel registrando, quer ela se refira à capacidade das partes, à lícitude objeto ou à forma de que este se revista.

A DOUTRINA E A JURISPRUDÊNCIA

Serpa Lopes (Trat. dos Registros Públicos, 1955, II, pág. 161), que, ao saber jurídico, alia a experiência em assuntos específicos de registro público (foi titular da Vara pertinente do antigo Distrito Federal) alista-se entre os que admitem maior elasticidade de ação fiscalizadora do oficial de Registro. Não se esquece, entretanto, de advertir contra excessos que transbordem os limites do processo administrativo da "dúvida". Vejamos:

"... destacamos a questão relativa à anulabilidade da escritura apresentada. Se a anulabilidade decorrer de vício subjetivo, como seja erro, dolo, simulação ou fraude, está claro que nenhuma dúvida pode suscitar o oficial. A inscrição tem que ser levada a efeito, até que por decisão judicial o ato seja anulado" (pág. 349).

Mais adiante:

"Para verificação da validade da escritura, o oficial deve cingir-se aos vícios intrínsecos e extrínsecos inerentes à mesma".

E, em seguida:

"... o oficial não pode estender-se aos vícios subjetivos da convenção. É-lhe vedado penetrar até o fundo dos contratos e investigar circunstâncias exteriores de sua validade e eficácia".

Volta a insistir:

"Não comporta um processo de dúvida, de caráter meramente administrativo, a apreciação de causas de nulidade ligadas à própria convenção e às suas partes contratantes, como sejam as nulidades decorrentes de erro, dolo, simulação e fraude, as quais, de modo nenhum poderão justificar a recusa de inscrição, quer seja alegada. por terceiro, quer mesmo pela própria parte contratante, pois de sentença proferida em processo contencioso depende o reconhecimento dessas espécies de nulidade" (página 350).

A boa tese de Serpa Lopes é reencontrada em práticos e na jurisprudência. Vejamos:

- a) No volume de outubro de 1963, da Rev. dos Tribunais encontra-se excelente artigo da lavra de João Rabello de Aguiar Vallim, que afirma (pág. 508):

"se, ao reverso, o título contiver todos os elementos extrínsecos essenciais ao registro, não deve este ser denegado".

E adverte que

"sem relevantes razões, a dúvida não deve ser julgada procedente".

b) Aos 29 de março de 1962, o Conselho Superior da Magistratura, em acórdão unânime, subscrito pelos eminentes desembargadores Octávio Guilherme Lacorte, Raphael de Barros Monteiro e Euclides Custódio da Silveira, firmava a boa tese:

"O eminente Serpa Lopes, no seu sempre citado "Trat. Reg. Publ." (ed. 1960, II, pág. 362), proclama que, "para verificação da validade da escritura, o oficial deve cingir-se aos vícios intrínsecos e extrínsecos inerentes à mesma". Tanto uns como outros requisitos são examinados, para que o serventuário não se omita na verificação imposta pela lei. O que não se permita, isto sim, é que esse exame se estenda além dos elementos inerentes ao próprio título, perquirindo-se de condições alheias ao documento".

c) Aos 20 de outubro de 1955 (RT, 243/236), a 4.ª Cara. Civ. do TJSP, em acórdão sem divergência, subscrito pelos ilustres Theodomiro Dias, Pinto do Amaral e Lafayette Salles Júnior, confirmava sentença do Dr. Antônio Macedo Campos que proclamava: "não pode ser impedido o registro, se cumpridas as formalidades legais".

d) Aos 9 de agosto de 1955, os abalizados Gomes de Oliveira, Paulo Colombo e Pedro Chaves, constituindo o Conselho Superior da Magistratura, decidiam (RT, 242/344): "revestido o documento levado a registro de todas as formalidades legais, verificada a transcrição em nome do alienante, a disponibilidade do imóvel e ausência de qualquer outro registro anterior, nada impedia se fizesse a inscrição ora ordenada.

e) Aos 15 de julho de 1954, o Conselho Superior da Magistratura (RT, 232/293) estabelecia com maior clareza a diretriz exata, pelo voto dos preclaros Gomes de Oliveira, J. M. Gonçalves e Márcio Munhoz:

"A função do escrivão consiste em verificar a "legalidade e a "validade" do título, como está expresso no

art. 215, do Dec. n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939. Mesmo assim, o E. Tribunal já interpretou que a competência para aquelas finalidades limita-se às circunstâncias que o tornem manifestamente nulo ou à ausência de requisito essencial ao registro (RT, 139/563)".

f) aos 6 de abril de 1941, a 1.ª Cam. Civ. do TJSP, pelo voto unânime dos notáveis Gomes de Oliveira, V. Penteado e Paulo Colombo, firma (RT, 139/563):

"Nos termos do art. 215 do Dec. fed. n.º 4.857, de 1939, tem o oficial competência para verificar a validade e a legalidade do título, mas esse exame deve cingir-se a circunstâncias que tornem o mesmo título manifestamente nulo ou ausência de requisito essencial ao registro.

A falta de poderes decorrentes da cessação do mandato, pela morte dos mandantes, constitui formalidade interna do negócio, não podendo ser apreciada e decidida no sumaríssimo processo de dúvida, em que nem sequer intervém uma das partes contratantes (Revista dos Tribunais, 104/462)".

g) A Justiça gaúcha (acórdão unânime da 3.ª Cam. Civ. do TJ), aos 23 de novembro de 1944, confirmava (in Rev. Forense, 103/307):

"No conceito de validade ou legalidade do título a transcrever só se compreendem os defeitos de formalidades externas e não os de formalidades internas do negócio, salvo se este for nulo de pleno direito e a nulidade visível do próprio instrumento".

h) Para encerrar a palavra do Supremo Tribunal Federal, no rec. ext. n.º 29.802, aos 26 de janeiro de 1956. No seu voto vencedor, o ministro Nélson Hungria advertia que a "indagação (do oficial, para articulação da dúvida) não pode ir além da legalidade e validade do título apresentado" (Arq. Judiciário, 119/110).

A tese é pacífica. Não encontramos opinião divergente, exceto no caso concreto que determinou estes comentários.

UMA "DÚVIDA" ILEGAL

As mesmas partes que celebraram contrato de compra e venda de um apartamento e um "box" de garagem, resolveram retificar o ajuste, apenas quanto à descrição desta dependência.

O oficial do Registro recusou-se a averbar a retificação. Apesar de o contrato preencher todos os requisitos legais, o serventuário não se convenceu. Resolveu atribuir ao novo ajuste o caráter de permuta.

Esta atitude equívaleu a uma acusação: as partes teriam falseado a natureza do ajuste.

Compradores e vendedores (são vários) subscrevem documento em que declaram solenemente

que houve equívoco no contrato anterior e desejam corrigir. O oficial do Registro, sem qualquer elemento de prova, prova, proclama: os contratantes traem a realidade; eles querem permutar e não retificar!

O contra-senso de tal atitude é flagrante. Como pode o servidor duvidar da intenção das partes, ao ponto de negar autenticidade à sua exteriorização, clara e indiscutivelmente firmada no ajuste retificador?

Que elementos de prova poderia aduzir, para acusar: os contratantes mentem; não objetivam retificar, mas permutar, Nenhum. Nada foi sugerido. A alegação pairou como simples palpíte.

Houve, entretanto, quem apostasse nele.

A PALAVRA DA JUSTIÇA

A dúvida prosperou na esfera judicial, onde foi acolhida com estes argumentos:

1. Aos oficiais do Registro de Imóveis não cabe apenas examinar a legalidade e a validade do título.

2. As Partes querem substituir o imóvel transacionado.

A decisão, de início, adota posição "contra legem". Se a lei diz que o exame permitido ao oficial não irá além da validade e legalidade do título, a ampliação da incumbência resulta em infração ao dispositivo.

Convém lembrar que o império da lei é garantida do direito dos cidadãos. Se o julgador desprezá-la, adotando soluções ao seu arrepio ou à sua revelia, mergulharemos na escuridão anárquica do discricionarismo judiciário (nefasto como qualquer espécie de discricionarismo). As partes não teriam qualquer segurança na defesa de seu direito.

Não seria demais lembrar a lição de Carlos Maximiliano ("Hermenêutica e Aplicação do Direito", 2.^a ed., pág. 89 e seg.) que, apreciando, em hermenêutica, a escola da livre indagação lançada por Geny e Ehrlich e levada às últimas conseqüências por Kantorowicz, adverte:

"Substituir a lei (vontade geral) pelo juiz (critério individual), conforme pretende a corte chefiada pelo professor Kantorowicz, seria retrogradar; a evolução realizou-se no sentido inverso, no de sobrepor a vontade coletiva à de um só. Ora, a da maioria acha-se resumida no texto; a de um só homem estaria expressa na sentença proferida segundo os ditames da escola extremada" (pág. 95).

E mais adiante:

"O texto oferece dupla vantagem: é útil para o povo e protege o juiz. Constitui, para este, um vínculo grilhão, limite ao seu império; outrora o julgador deliberava de acordo com sua consciência; a desconfiança popular cobriu-o com a lei; serve esta de couraça, para ele, contra a maledicência, mas também o amarra e imobiliza de modo que lhe não permite o anseio de onipotência (Mendelssohn-Bartholdy, "das 'Imperium des Richters'", 1908, pág. 158);

Ao fazer estas citações, não queremos ver o juiz como o "ente inanimado", de que fala Montesquiel, (cit. por C. Maximiliano, pág. 61). Sempre o imaginamos vibrante, atual, capaz de avaliar com inteligência o texto legal, Mas as melhores qualidades do julgador (cultura, capacidade jurídica, senso de justiça no exame cuidadoso de prova, honradez, equilíbrio, clareza na exposição) não lhe permitem afastar-se da nobre função de interpretar a lei e manifestar desapeço pelos seus termos. O juiz, como qualquer cidadão, terá de submeter-se à mesma. Os argumentos da decisão surgem irremediavelmente combatidos. Um deles é o de haver decidido anteriormente na mesma linha, isto é, desprezando os termos do art. 215, do Reg. Diz: 1.^o - "o oficial, ao recusar transcrição a título que representa alienação de parte certa e determinada de um imóvel por quem era titular de parte ideal, irão está apenas examinando a validade do título"; 2.^o - "quando nega registro de um formal de partilha em que não há coincidência entre a descrição do imóvel e o que conste do registro, não está ponto em risco a validade ou legalidade do documento".

Equivocou-se o M. Juiz, ao supor que, nas duas hipóteses, afastou-se do texto do art. 215.

O art. 214, do Regulamento, impõe que sempre haja uma transcrição anterior, "para manter a continuidade do registro". É pois evidente que o registro anterior deva estar lançado em tais termos que a nova transcrição com ela se case, mantendo a continuidade do assento.

Assim, no primeiro caso, a nova escritura somente satisfaria o requisito legal do art. 214, se ela cogitasse, também, de parte indeterminada do imóvel. Se descreveu parte certa, contraveio o dispositivo legal; não poderia ser registrada. No segundo caso, ocorreu o mesmo. Se a escritura estabelecia descrição do imóvel, em desacordo com a constante do registro anterior, está infringindo a regra do art. 214. A transcrição pretendida interromperia a continuidade do registro; não poderia ser feita por ilegalidade do título.

NÃO HÁ SUBSTITUIÇÃO DE IMÓVEL

A decisão acusa que a escritura de retificação pretendeu substituir o imóvel transacionado. Tal não ocorreu.

Lembremos de início que o objetivo primordial do negócio foi a aquisição de apartamento. Como ninguém ignora, em transação desse gênero, o comprador preocupa-se absorventemente com o imóvel onde vão morar. O "box" da garagem é mero acessório. Constitui utilidade que, às vezes, nem merece a visita do comprador.

Na espécie, o adquirente vistoriou o "box" n.º 34 e a transação firmou-se em relação ao mesmo. A vontade das partes expressou-se de modo iniludível, em relação à coisa adquirida: o apartamento n.º 21, e, como acessório, o "box"

n.º 34.

O contrato de compra e venda é redigido pelos vendedores. Arrasta-se por 12 páginas e raramente é lido na íntegra. Se a empresa vendedora é digna de fé (como ocorre na hipótese vertente), o comprador, em geral, pouco afeito a negócios jurídicos, assina o, instrumento, certo de que ele espelha fielmente o acordo concluído.

QUANDO SE EFETIVA O CONTRATO

O instrumento, na sua parte principal (aquisição do apartamento) está perfeito. Claudicou na descrição do "box". Consignou dependência diversa da que havia sido adquirida, isto porque, como é curial, a compra e venda reputa-se "obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço" (Cód. Civ., art. 1.126). "Res pretium et consensus" são os elementos constitutivos da compra e venda. Desde que eles surjam, conclui-se o contrato. Se, ao traduzir no papel o acordo firmado, ocorreu um equívoco e todas as partes resolvem corrigi-lo, que razões poderá alguém invocar para impedir se extirpe o erro? Como se vê, o objetivo não é substituir a coisa realmente adquirida, mas apenas corrigir o que foi escrito errado.

O despacho faz confusão quando se reporta no momento de término de compra e venda. Este ocorreu quando as partes chegaram a acordo. Como todas estas afirmam, na escritura de retificação, a "res", nesse encontro de vontades, era o ap. 21 e o "box" 34. Estas foram as unidades adquiridas de forma "obrigatória e perfeita".

Ao redigir-se o contrato, houve equívoco na menção de "box" e o engano não foi percebido ao assinar-se o instrumento. Uma vez descoberto, nada mais lógico, simples e natural do que emendar.

NÃO SE MODIFICOU A VONTADE DAS PARTES

O que se corrigiu não foi a vontade expressa pelas partes ao transacionar. Ninguém pretendeu ou pretende modificá-la. Ela continua a mesma, declarada no ato de concordância dos contratantes, quanto a "res" e "pretium". Retificou-se erro da redação do contrato, a qual está, quanto ao "box", em oposição à vontade dos contratantes

Assim, o instrumento de retificação não traduz "novo" negócio. A transação é uma só: compra do ap. 21 e do "box" 34.

No campo da semântica, também ousamos discordar do decisório. A retificação não ocorre para "complementar", "esclarecer" ou "elucidar", mas justamente para corrigir erro, como o ocorrido na redação de um contrato.

Como argumento final, a decisão consigna que "nenhum engano houve por parte do registro", portanto "não caberia sua retificação: "Esclareçamos: jamais foi afirmado que houve engano do cartório de imóveis. O erro foi anterior; surgiu na redação do contrato de compra e venda. Esta foi corrigida, com preenchimento de todos os requisitos legais. O que se pretende é averbar a correção à margem da transcrição, a fim de que ela traduza a realidade do negócio.

A OBRIGAÇÃO DE REGISTRAR

Como diria o sábio conselheiro Acácio, a função do oficial de Registro é registrar. Recusar o assentamento constitui exceção que somente razões muito fortes podem justificar.

E estas precisam ter fundamento legal indiscutível. Se sobrar alguma incerteza, a solução terá de ser pelo registro. Sua negação poderá causar prejuízos irreparáveis à parte e frustrar o objetivo de lei de tornar mais seguras as transações imobiliárias.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMUNICADO

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador José Carlos Ferreira

de Oliveira, considerando que o novo Código de Processo Civil estabelece o pagamento de preparo nos recursos extraordinários, adesivos e embargos infringentes (artigos 500, § único, 543, § 3.º 545), sem, no entanto, fixar o "quantum" a ser cobrado, exceção feita à ação rescisória, onde o artigo 488, III, do novo diploma legal manda que se faça o depósito de 5% sobre o valor da causa, a ser restituída no caso de procedência da ação:

Considerando que no Estado de São Paulo não há o que cobrar em Segunda Instância, porque a legislação local já prevê o pagamento do preparo dos recursos em primeira instância, quando da sua interposição (art. 20, II, Decreto-lei n.º 203-70)

Comunica que as custas dos recursos deverão continuar sendo cobradas em primeira instância, mantida a sistemática atual.

São Paulo, 2 de janeiro de 1974.

José Carlos Ferreira de Oliveira

Presidente do Tribunal de Justiça

D. J. 4-1-74

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de REVISÃO N.º 114.518 do RECURSO N.º 92.933, da comarca de Quatá, em que é peticionário LUIZ DO ROSÁRIO SCHIAVO:

Acordam, em Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, conhecer do pedido contra o voto do Sr. Desembargador Dalmo Nogueira e deferir a revisão, por votação unânime, para, repelida a preliminar prescrição, anular o processo por cerceamento de defesa, decretando, em consequência a prescrição da ação disciplinar.

Luiz do Rosário Schiavo era serventuário interino do Primeiro Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Quatá e em 30 de agosto de 1967, o MM. Juiz Corregedor Permanente daquela comarca lhe impôs a pena de suspensão de dez dias, após processo de sindicância. O requerente fora responsabilizado pelo desaparecimento dos autos de inventário n.º 2.045/63.

Da sobredita decisão houve recurso para a Egrégia Segunda Câmara Criminal, sendo confirmada a de primeira instância.

Pretende agora o requerente, a revisão do aludido processo disciplinar. Preliminarmente alega que, quando foi aplicada a pena, já havia transcorrido o prazo prescricional, que é de dois anos para os casos de suspensão, nos termos do art. 261, inciso I do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado. Invoca para tanto o princípio da retroatividade de leis mais benignas ao acusado, pois é do ano de mil novecentos e sessenta e oito.

Alega ainda que não lhe foi dada oportunidade de defesa, eis que várias testemunhas foram ouvidas sem que o requerente estivesse presente às inquirições.

Quanto ao mérito alega que nenhuma prova do desaparecimento dos autos foi feita contra o requerente, apenas lembrando-se que o "sumiço" dos autos ocorreu quando o requerente era serventuário interino do cartório. Ditos autos estavam anotados no livro-carga, como entregues a um advogado, sem o competente recibo deste causídico.

Outro fato narrado na sentença diz respeito a dinheiro de menores que o requerente teria depositado somente um ano depois da lavratura da escritura de venda, e, ainda, não ter colado o alvará judicial no livro de notas e nem providenciado o seu arquivamento regular.

O pedido revisional foi dirigido ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor da Justiça, que dele não conheceu, ordenando a remessa da espécie a esta Egrégia Câmara, que apreciou o recurso do requerente.

O Dr. Procurador da Justiça no parecer de fl. 41 opinou pelo indeferimento do pedido. No tocante à prescrição invocada pelo requerente aduziu o Dr. Procurador que a sindicância era de 25 de maio de 1966 e a sentença era de 30 de agosto de 1967. Não procedia pois a preliminar invocada. No mais aduziu S. Excia. que a responsabilidade do requerimento ficou bem fixada e assim sendo a punição foi bem pronunciada.

Conhece-se do pedido revisional, contra o voto do Exmo. Sr. Desembargador Dalmo Nogueira e nos termos do art. 313, § 1.º da Lei n.º 10.261 de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo), pois, "verbis" - "o pedido será sempre dirigido à autoridade que aplicou a pena, ou a que a tiver confirmado em grau de recurso".

Conhecido o pedido rejeita-se a preliminar de prescrição, nos termos do parecer da douta

Procuradoria da Justiça, mas acolhe-se a segunda preliminar, para proclamar a anulação do feito, por cerceamento de defesa e reconhecer a prescrição da ação disciplinar, sem divergência de votos.

Com efeito, a segunda preliminar argüida pelo requerente, de que o feito tramitou num rito improvisado e danoso, sem oportunidade para defesa e em detrimento das regras do contraditório fica inteiramente acolhida.

A sindicância, em se tratando de servidores do chamado foro extrajudicial e dentre eles se inclui o requerente, tem o mesmo significado de processo administrativo.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo faz distinção entre sindicância e processo administrativo e esse Estatuto se aplica aos serventuários dos Ofícios de Justiça, no que couber, consoante disposição do art. 233 do Código Judiciário do Estado e art. 40 do Decreto-lei Estadual n.º 159 de 28 de outubro de 1969.

A sindicância, como ensina José Cretela Júnior, na sua obra Direito Administrativo do Brasil, no volume onde estuda o Processo Administrativo, pág. 110, "deve reunir, além de outros secundários, os seguintes requisitos principais: rapidez objetividade, precisão. Desse modo, o relatório, elaborado por membros de uma comissão receptiva, prudente, discreta e concisa, refletirá o resultado exaustivo de elementos colhidos no próprio local em que se teria verificado a ocorrência que o originou e formará básica e insubstituível para o futuro processo administrativo". Destina-se a sindicância à apuração dos fatos. Se nada ficar positivado, encerra-se o processo e se algo foi positivado, então inicia-se o processo administrativo, disciplinar ou criminal (pág. 116).

O art. 270 do Estatuto prevê a exigência de sindicância anterior ao processo administrativo e nos termos do art. 273, é ela, a sindicância, meio sumário de verificação.

Mas, o Estatuto não disciplinou a forma processual da sindicância. Só o fez no tocante ao processo administrativo.

O exame dos autos da sindicância a que foi submetido o requerente e que culminou com a sua punição a dez dias de suspensão não obedeceu os ditames legais, que permitissem a ele, ampla defesa.

Com efeito, desde o seu início o MM. Juiz Corregedor, após ouvir por escrito o escrivão denunciante e o apontado como responsável pelo desaparecimento dos autos, proferiu o seguinte despacho: "I - Transforme-se o presente em sindicância, etc."

Ora, era de rigor que o digno magistrado proferisse despacho circunstanciado e fundamentado determinando a instauração de sindicância, mencionando a falta funcional imputada ao sindicado, para que este pudesse ter conhecimento do que estava sendo acusado e assim pudesse produzir a sua defesa.

Além disso não se deu ciência ao requerente, do dia e hora em que foram ouvidas as várias testemunhas que depuseram nos autos e é certo, que foi com base nesses depoimentos que o digno, juiz proferiu a sentença punitiva de fl. 86.

Forçoso é reconhecer-se, portanto, que a sindicância assim processada trouxe prejuízos para o sindicado. Não era ela, meio para simples apuração dos fatos, para com base nas suas conclusões ser instaurado processo administrativo. Ela, a sindicância, era o próprio processo administrativo.

O Estatuto dos Funcionários Públicos ao dispor sobre os atos e termos do processo administrativo diz que "autuadas a Portaria e demais peças preexistentes, designará o Presidente dia e hora para a audiência inicial, citado o indiciado e notificado o denunciante, se houver e as testemunhas" (art. 284).

O Código Judiciário do Estado ordenou que aos serventuários de cartórios não oficializados fosse aplicado o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, no que coubesse. A sindicância que instituiu, no seu art. 241, ordena que seja ouvido o sindicado, facultando-se-lhe defesa, limitado o número de testemunhas a três. Mas, essa sindicância é destinada apenas aos escreventes e auxiliares, pois o mesmo art. 241 diz que ela será determinada pelo Corregedor Permanente, de ofício ou mediante proposta do serventuário.

Ora, é bem de ver, portanto, que a sindicância movida contra o requerente não obedeceu aos ditames do processo administrativo, no, caso obrigatórios, para que não se prejudicasse o requerente na produção da sua defesa.

Anula-se o feito "ab initio" declarando-se prescrita a ação disciplinar.

São Paulo, 19 de fevereiro de 1973.

Acácio Rebouças - Presidente com voto.

Mello Almada - Relator.

CERTIFICO haver, ainda, participado do julgamento, com voto vencido na preliminar, o Sr. Desembargador Dalmo Nogueira. O referido é verdade e dou fé.

Revisão N.º 114.518 do Recurso N.º 92.533.

Darcy D'Alvear Silva - Diretor de Divisão DEPRO 3

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

SEÇÃO XXII

Agravo de Petição n.º DJ-225.883 - Piracicaba - Agvte.: Maria Iria Gonzaga Pacheco - Agvdo.: Oficial do

1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 225.883, da comarca de Piracicaba, em que - agravante Maria Iria Gonzaga Pacheco e agravado o Oficial do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso e confirmar a decisão recorrida, por seus fundamentos, pagas as custas como de direito.

A escritura de cessão de direitos hereditários apresentada pela agravante não pode ser registrada no Registro de Imóveis para o efeito da transcrição em nome da cessionária, como tem sido decidido, segundo observa a Procuradoria da Justiça, em seu parecer além de que os interessados não podiam individualizar bens do espólio, como objeto de uma cessão de direitos. Cabia à cessionária pleitear no inventário o pagamento em partilha do que coubesse aos cedentes, como

sub-rogada nos direitos destes últimos.

De outro lado, a escritura em questão não pode ser admitida como de compra e venda e se o fosse não poderia ser transcrita, uma vez que o imóvel a que se refere não está registrado em nome dos vendedores e sim em nome do inventariado.

A venda somente poderia ser realizada pelo espólio, devidamente autorizado pelo juiz do inventário.

A decisão recorrida apreciou bem a espécie e decidiu acertadamente.

São Paulo, . . . de dezembro de 1973.

a) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

a) Dr. Riolando Gonzaga Franco

Agravo de Petição n.º DJ-229.209 - São Simão - Agvte.: Companhia Paulistana de Silvicultura - Agvdo.: Oficial de Registro de Imóveis da Comarca

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição, n.º 229.209, da comarca de São Simão, em que é agravante a Companhia Paulistana de Silvicultura, sendo agravado o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial Imobiliário da comarca, ao lhe ser apresentada, para registro, escritura de compra e venda outorgada pela Refinadora Paulista S.A. - Açúcar e Alcool em favor da Companhia Paulista de Silvicultura. Estribou-se a recusa em quatro fundamentos, a saber: 1.º) - não inscrição de compromisso de compra e venda anteriormente celebrado entre as partes, tendo, por objeto o imóvel referido no título registrando; 2.º) - incoincidência observada entre a área mencionada na escritura e a constante do alvará do INPS; 3.º) - na apresentação do certificado do FUNRURAL; 4.º) - falta de exibição da planta da área objeto da transação, assinada pelas partes contratantes e que seria parte integrante do negócio.

Impugnada a medida, as partes tornaram a se manifestar, tendo o Dr. Curador opinado pela

procedência da dúvida, restrita unicamente ao segundo e terceiro fundamento da suscitação. A sentença de fls. 61-66, entretanto, apenas deu razão ao serventuário naquilo que pertine à falta de apresentação do certificado do FUNRURAL, repelindo as três outras causas impeditivas vislumbradas na inicial.

Irresignada, agravou de petição a interessada, mediante recurso tempestivamente interposto e regularmente processado, sendo mantida a decisão de primeiro grau.

O parecer da d. Procuradoria-Geral da Justiça foi pela confirmação do julgado recorrido.

Nega-se provimento ao recurso.

Consoante tem decidido este E. Conselho, o Decreto n.º 69.919, de 1972, através de seu artigo 165, torna obrigatória, em todas as transações relativas a imóveis rurais, entre outras hipóteses, a exibição do certificado de regularidade de situação e de quitação do FUNRURAL, de conformidade com os preceitos dos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807-60 (Lei Orgânica da Previdência Social) exigência a que estão sujeitos os contribuintes a que se reporta o art. 15, item I, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971.

E nem afasta a apresentação do certificado a cláusula que, a esse respeito, as partes contratantes inseriram no título, apoiadas no art. 44 do Decreto n.º 303-70 (Regimento de Custas), desde que não se demonstrou houvesse dificuldade ou injustificado retardamento na obtenção deste documento. Pelo contrário, afirmou o suscitante que esses certificados são expedidos rapidamente, assertiva não contrariada pelo documento de fls. 59.

Pelo exposto, é negado provimento ao agravo, confirmando-se a respeitável decisão recorrida, pelos seus fundamentos e pelos acima expedidos.

São Paulo, 10 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Honório Tanaka, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-227.577 - São Paulo - Agvte.: Brandina Maria da Conceição Galvão ou Brandina Maria da Conceição - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 14.ª Circunscrição

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 227.577, da comarca da Capital, em que a agravante Brandina Maria da Conceição Galvão ou Brandina Maria da Conceição, sendo agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 14.ª Circunscrição, Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, que adiou o registro de formal de partilha apresentado pela agravante, referente ao prédio e respectivo terreno situado nesta Capital, à rua Correa Lemos n.º 477, tendo em vista que do referido título não constavam as confrontações do imóvel.

À impugnação do suscitado seguiu-se manifestação do Dr. Curador de Registros, pela procedência da dúvida e nesse sentido foi a sentença de fls. 31/32, ensejando recurso tempestivo do interessado, regularmente processado, sendo mantida a decisão de primeiro grau. O parecer da d. Procuradoria-Geral da Justiça foi pela reforma do decisório impugnado.

Mas o recurso não merece provimento.

A indicação dos característicos e confrontações do imóvel é pressuposto essencial e indeclinável para a transcrição da propriedade imóvel, consoante dispõe o art. 247, 5.º, do Regulamento dos Registros Públicos.

De efeito, elemento reputado como integrante da própria transcrição, referido requisito visa precipuamente resguardar o princípio da continuidade do registro e a própria certeza do domínio. Daí porque sua observância não pode ser afastada, seja mediante a singela alegação de já constarem as confrontações em registros anteriores, seja anatematizando, por anacrônico, o diploma que o instituiu.

Ao ensejo, vem a pêlo o lúcido asserto de Serpa Lopes a respeito da matéria controvertida: "Para o preenchimento desse requisito, quer na transcrição, quer na inscrição, é necessário que o próprio título o contenha devidamente consignado, em perfeito acordo com a título precedente,

pouco importando a circunstância dos característicos e confrontações constarem já do registro, o que, de modo nenhum, pode justificar a sua omissão ou deficiência. A razão é a seguinte: a nova transcrição (ou inscrição) deve ter por fundamento o título e as enunciações deste, em perfeita concordância com as da transcrição passada, servindo isso para tornar incontestável a individuação do imóvel, isto é, como elemento indicativo da coincidência entre o imóvel especificado na escritura ou título outro qualquer e o que figura já no registro" (Tratado dos Registros Públicos, vol. IV, 4.ª edição, pág. 530).

Por derradeiro, é pertinente o reparo de que o acórdão trazido à baila pelo recorrente, como suporte de seu reclamo, não se ajusta à espécie em cogitação, quando é certo que ali se cuidava de imóvel incompletamente descrito quanto às confrontações e o caso "sub, judice" reflete ausência completa de indicação de confrontamentos, sendo manifesta a desigualdade das hipóteses em cotejo.

Pelo exposto, é negado provimento ao recurso, para que subsista a respeitável decisão recorrida, pelos seus fundamentos e pelos acima expedidos.

São Paulo, 10 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Dagoberto Loureiro, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-226-738 - São Caetano do Sul Agvte.: Rede Ferroviária Federal S.A, (Regional Centro-Sul - 9.ª Divisão - Santos-Jundiaí) - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 226.738, da Comarca de São Caetano do Sul, em que é agravante a Rede Ferroviária Federal S.A. (Regional Centro-Sul, 9.ª Divisão, Santos-Jundiaí) e agravado o Oficial do Registro de Imóveis daquela Comarca, Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de imóveis, que se recusa a efetivar a transcrição de uma carta de sentença, extraída dos autos de ação expropriatória promovida pelo agravante, da qual não consta os característicos e confrontações do imóvel, visto que o Cartório, para a formalização de seu ato, não pode referir-se a documentos extratítulo.

Julgada procedente a dúvida, agravou de petição a suscitada, renovando sua argumentação anterior, no sentido de que os dados constantes da sua petição inicial, pertinentes à planta que a acompanhou, deixam bem nítidos os característicos e confrontações da área expropriada, além do que operada a desapropriação, nenhuma ligação com o passado, subjetiva ou objetivamente, A douta Procuradoria-Geral opinou pelo não provimento do recurso.

A matéria ora em debate já mereceu a consideração deste Conselho, em oportunidades em que deixou assentada a desnecessidade da referência à transcrição anterior, uma vez que os direitos porventura transcritos vão refletir na indenização e não mais no imóvel desapropriado. Por outro lado, todavia, sempre, cuidou de bem evidenciar a indispensabilidade da perfeita individuação da coisa, requisito à transcrição (art. 247, n.º 5, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939) que aquela circunstância não remove (R.T. 379/203, 402/411 e 410/215).

E em data bem mais recente, assim ficou decidido: "A transcrição conseqüente à desapropriação origina-se do art. 29 do Decreto-lei n.º 3.365/41, sem necessidade da observância da condição da referência à transcrição anterior, bastando que esteja perfeitamente individuado o imóvel a ser transcrito". (Acórdão de 25 de setembro de 1972, no Agravo de Petição n.º 212.075, de Santa Cruz do Rio Pardo).

Nem poderia ser de outra forma, porquanto os característicos e confrontações do imóvel - que devem constar do título - configuram elementos destinados a fornecer a certeza do domínio, vale dizer, a certeza de que aquele título realmente se refere àquele imóvel.

Afinal, a dispensa da referência à transcrição anterior, conforme jurisprudência pacífica deste Conselho, não implica na da individuação do imóvel: se esta se destina a firmar a certeza do domínio, aquela apenas visa assegurar a continuidade do registro de cada prédio, para efeito de disponibilidade, circunstâncias que incorrem na transcrição do título representado pela sentença

de desapropriação, a indicar o novo titular do direito real de modo originário e não derivado.
Custas na forma da lei.

São Paulo, 10 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Luiz Xavier de Lima, Advogado

**Agravo de Petição n.º DJ-227.817 - Votuporanga - Agvte.: Moacyr Gasparine -
Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 227.817, da Comarca de Votuporanga, em que é agravante Moacyr Gasparine o agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao agravo, pagas as custas como de direito.

Apresentada ao Registro de Imóveis escritura de compra e venda em que, Rafic Amin João, sua mulher e outros transmitem ao agravante e outros, vinte alqueires paulistas, o Oficial interino do Cartório suscitou dúvida para realizar a transcrição sob a alegação de que numa simples compra e venda foi introduzido um casal João Gasparine e sua mulher - como interveniente anuente porque esse casal teria fornecido numerário para a aquisição do imóvel sob as condições da reserva vitalícia do usufruto instituído e também porque na escritura em questão foi incluída uma outra, de instituição de usufruto vitalício, a favor dos intervenientes anuentes.

- Impugnada a dúvida, manifestou-se o Curador de Registros Públicos pela sua procedência, tendo decidido o magistrado pela sua procedência parcial, por entender que a escritura em questão sofre de vício insanável que a torna irreregistrável, por conter cláusula de inalienabilidade. Dessa decisão recorreu o interessado, manifestando-se a Procuradoria-Geral da Justiça pelo provimento do recurso.

O exame do recurso é restrito ao único fundamento acolhido pela sentença para julgar a dúvida, a dizer, à impossibilidade da instituição de vínculos em contrato de compra e venda.

Na escritura apresentada ao registro declarou-se que os compradores obrigam-se a não dispor, alienar, ou onerar, o imóvel cujo usufruto foi destinado aos pais dos mesmos, enquanto vivessem.

Na verdade, o contrato contém cláusula de inalienabilidade, somente admissível quanto imposta em testamento ou doação, como se decidiu no julgado referido na sentença.

Nos termos em que se encontra redigida a escritura não é possível o seu registro, com a averbação daquela cláusula.

Pelo exposto, é negado provimento ao recurso.

São Paulo, 28 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Luiz Antônio Maurício Colombo, Advogado

**Agravo de Petição n.º DJ-228.733 - Palmital - Agvte.: Ministério Público -
Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 228.733, da Comarca de Palmital, em que é agravante o Ministério Público e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para julgar procedente a dúvida, pagas as custas como de direito.

Apresentada ao Oficial do Registro de Imóveis da Comarca a carta de arrematação expedida em favor de João Silvério Sobrinho, nos autos do Executivo fiscal movido pela Prefeitura Municipal local e relativa ao imóvel levado à praça e arrematado pelo apresentante, foi suscitada dúvida

para a transcrição porque a imóvel não pertence na sua integridade à executada, que não podia vendê-lo como parte certa e determinada sem o consentimento dos demais condôminos. A dúvida foi impugnada e julgada improcedente, ensejando recurso do representante do Ministério Público, devidamente processado.

Nesta Instância a Procuradoria-Geral da Justiça opinou pelo provimento do agravo, por entender que a executada é proprietária de parte ideal do imóvel e assim não pode ser transcrita parte certa e determinada sem a extinção do condomínio.

Segundo resulta dos autos, na ação executiva fiscal movida contra Lázara Adelaide Picolo foram penhorados dois lotes de terreno situados o primeiro na rua Dom Lúcio esquina da rua Francisco Severino, lote 19 da Quadra 30 e o segundo situado à rua Rio Branco, lote 3 da Quadra 40, ambos descritos nos autos de penhora respectiva. O auto de arrematação refere-se tão-só aos bens descritos nos editais de praça e o edital, por sua vez, menciona unicamente a praça do lote 19, Quadra 30, da rua Dom Lúcio, sem menção de qualquer outro imóvel. Assim, o imóvel arrematado seria apenas este último e a transcrição não poderia abranger qualquer outro terreno não constante do auto de arrematação.

De outro lado, as únicas transcrições realizadas em nome da executada Lázara Adelaide Picolo são as de números 7.418 e 11.145, ambas concernentes a títulos de aquisição de partes de terra em comum com terceiros, na Chácara Picolo, situada à rua Barão do Rio Branco (fls. 16 a 20). Nada consta com relação ao terreno situado à rua Dom Lúcio, esquina da rua Francisco Severino, que seria o imóvel arrematado por João Silvério Sobrinho.

Por aí já se vê que o registro da Carta não pode ser feito, uma vez que se quebraria o princípio da continuidade do registro público.

Além disso, como alega o recorrente e opina a Procuradoria-Geral da Justiça, a arrematação refere-se a parte certa e determinada de um terreno, que, ao que transparece dos autos, é parte ideal do, imóvel que se encontra em comum com terceiros.

Pelos motivos expostos é dado provimento ao agravo para julgar procedente a dúvida.

São Paulo, 28 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Antônio Barreiros, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-288.748 - Santos - Agvte.: Jerônimo Almeida Ferreira - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 228.748, da Comarca de Santos, em que é agravante Jerônimo Almeida Ferreira e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

Trata-se de recurso interposto em processo de dúvida inversa, provocada pelo agravante que requereu ao MM. Juiz Corregedor Permanente fosse determinado o registro de uma escritura de compra e venda de um apartamento, em face da recusa do Oficial do Cartório.

Processado o pedido, veio a sentença julgando improcedente a dúvida negativa. Houve recurso e nesta Instância a Procuradoria-Geral da Justiça opinou pela confirmação da decisão.

Segundo consta dos autos, Maria da Glória Aguiar, Luiz Antônio Aguiar e sua mulher comprometeram-se a vender a Alfredo Tavares da Silva o imóvel situado à Av. Pedro Lessa, objeto da transcrição anterior n.º 34.917 em nome dos promitentes vendedores.

O compromissário comprador construiu no terreno o Edifício Glória, a que se deu o número 19 da Av. Pedro Lessa, constituído de apartamentos, averbando-se, à margem da citada transcrição a construção levantada e a especificação do condomínio, cabendo aos compromissários compradores Alfredo Tavares da Silva e sua mulher o apartamento de número 23.

Pela escritura de fls. 8, os proprietários Maria da Glória Aguiar, Luiz Antônio Aguiar e sua mulher venderam a Jerônimo Ferreira uma fração ideal do terreno comprometido à Alfredo Tavares da Silva, o qual, por sua vez, cedeu ao adquirente os seus direitos resultantes do contrato de compromisso de venda e compra celebrado com aqueles proprietários, no tocante a uma parte ideal do terreno e no mesmo ato vendeu a Jerônimo Ferreira o apartamento n.º 23, do Edifício

Glória.

Da certidão de fls. 10 consta a averbação da construção do prédio n.º 19 da Avenida Pedro Lessa, à margem da transcrição n.º 34.917, bem como a averbação da especificação do condomínio criado naquele prédio (averbações 3 e 4), constando que os apartamentos n.ºs 21, 22 e 23 localizam-se no 2.º andar e 3.º pavimento.

Dessa mesma certidão consta a inscrição n.º 12.674 relativa ao ônus do compromisso de venda e compra ajustado entre Maria da Glória Aguiar, Luiz Antônio Aguiar e sua mulher com Alfredo Tavares da Silva.

Consta mais a averbação da especificação do condomínio, figurando os apartamentos 12 e 13 no 1.º andar e 2.º pavimento e 2.º andar e 3.º Pavimento, respectivamente.

E consta afinal da mesma certidão que na especificação do condomínio não se menciona que o prédio possuía o apartamento n.º 10, nem que se tivesse feito qualquer retificação na averbação n.º 1 para declarar que o apartamento

n.º 10, dela objeto, localizado no 3.º pavimento, é o mesmo de número 23, localizado no mesmo pavimento.

O Oficial do cartório, à fls. 19, justifica a sua recusa alegando não ser possível o registro da escritura de aquisição do agravante uma vez que existe em nome dos vendedores apenas o apartamento de número 23, do

3.º pavimento, em face de alienações já efetuadas, supondo, por isso, que essa unidade deve ser o apartamento n.º 10, cuja venda teria sido prometida a Miguel Peres Veiga e constante da averbação n.º 1, à margem da inscrição n.º 12.674.

A suposição do Oficial do Registro não tem razão de ser, não se justificando o seu raciocínio.

O compromisso particular ajustado entre Alfredo Tavares da Silva e Miguel Peres Veiga, da averbação n.º 1, refere-se ao apartamento n.º 10. Se houve alteração na numeração, causando confusão entre as unidades, cabia ao interessado proceder à necessária retificação. Até então prevalece a especificação do condomínio, com a distribuição, localização e numeração das unidades, como foi feita, na averbação à margem da transcrição n.º 34.917.

E tendo em vista os registros anteriores a escritura de fls. 7 não encontra embaraços para a sua transcrição, em especial o que consta da certidão de fls. 10/12, em seu tópico final.

Pelo exposto, dão provimento ao recurso vará que se proceda ao registro requerido a fls. 2 pelo adquirente Jerônimo Almeida Ferreira.

São Paulo, 28 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Dilmar Derito, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-225.544 - São Paulo - Agvtes. Sérgio Luiz Gonçalves Pereira e sua mulher, Sônia Regina Tomazelli Gonçalves Pereira - Agvdo.: Oficial do 4.º Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 225.544 da comarca de São Paulo, em que são agravantes Sérgio Luiz Gonçalves Pereira e sua mulher Sônia Regina Tomazelli Gonçalves Pereira, sendo agravado o Oficial do 4.º Registro de Imóveis da comarca da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, dar provimento ao recurso para julgar improcedente a dúvida, pagas as custas como de direito.

A espécie é de dúvida suscitada pelo agravado, sob a alegação de que os agravantes, através de contrato particular, com força de escritura pública (Lei n.º 4.380/64), celebrado em 25 de abril de 1972, transcrita naquele Registro sob o n.º 86.920, adquiriram o apartamento n.º 21 e "box" n.º 1 do Edifício Don Fernando, situado à rua Jesuíno Arruda

n.º 308, nesta Capital. Sucede que, pelo documento ora apresentado, datado de 11 de dezembro de 1972, os pactuantes retificaram aquele contrato para declarar a ocorrência de equívoco na descrição do imóvel, alegando que o "box" vendido não era o de n.º 1 e sim o de n.º 34. Tal contrato, prossegue o suscitante, encerra verdadeira permuta de imóveis e não simples retificação, sendo insusceptível de correção por acordo dos interessados. Ademais, o ato diz respeito a imóvel hipotecado à Tietê S.A. de Crédito Imobiliário, que anuiu na substituição da

coisa dada em garantia, o que importa na quebra do princípio da especialidade. Impugnada a medida, o Dr. Curador opinou pela improcedência da dúvida, mas a sentença de fls. 27/30 deu razão ao serventuário, ensejando recurso tempestivo do interessado, regularmente processado, sendo mantida a decisão de primeiro grau. O parecer da Procuradoria-Geral da Justiça foi pelo não provimento do agravo. Sem embargo, a sentença não pode subsistir. Apresentado um título a registro, verificará o Oficial Imobiliário de sua legalidade e validade, cingindo-se ao exame dos vícios intrínsecos e extrínsecos inerentes ao mesmo (Regulamento dos Registros Público, art. 215). Defeitos intrínsecos, adverte Serpa Lopes, são os que afetam a substância das obrigações constantes da convenção e que investem contra a ordem pública; extrínsecos, os inerentes à forma da escritura (Tratado dos Registros Públicos, vol. II, 5.ª edição, pág. 349). Na hipótese em cogitação, não ocorreu nem uma coisa e nem outra. Celebrou-se contrato de compra e venda referente ao apartamento n.º 21 e "box" n.º 1 de certo edifício localizado nesta Capital. Oito meses mais tarde, as partes lavraram escrito de reti-ratificação do aludido contrato, para esclarecer que houvera equívoco na descrição do "box" cuja venda se convencionara, desde que a unidade transacionada era a de n.º 34 e não a constante do ajuste anterior. A isso assentiu plenamente o credor hipotecário. O Oficial Imobiliário, contudo, vislumbrou no ato uma verdadeira permuta e recusou o registro, no que foi apoiado pela decisão de primeira instância. Oposição, todavia, de todo inadmissível. Inicialmente porque não há nos autos qualquer prova ou indício de que as partes tenham praticado ato simulado, diferente daquele declarado no instrumento de reti-ratificação. Em verdade, ocorreu mera suposição do serventuário, sem indicação de um só elemento de convicção e roborar a sua suspeita, que, dessarte, restou desabrigada do menor alento de credibilidade. E ainda que assim não fora, de convir-se que essa incursão estava interdita ao Oficial suscitante, como já remarcado acima. Ao propósito, é do mesmo Serpa Lopes a seguinte observação, analisando a questão relativa à anulabilidade da escritura apresentada: "se a anulabilidade decorrer de vício subjetivo, como seja erro, dolo, simulação ou fraude, está claro que nenhuma dúvida pode suscitar o oficial, e a inscrição tem que ser levada a efeito, até que por decisão judicial o ato seja anulado" (idem, ibidem). E nesse sentido é a jurisprudência deste E. Conselho, como demonstraram os agravantes em suas razões. Nessas condições, fica provido o agravo e ordenado o registro pretendido. São Paulo, 28 de dezembro de 1973.
aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente
José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente
Dr. Sylvio de Lima Gonçalves, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-224.590 - Paraibuna - Agvte.: Mitra Diocesana de Taubaté - Agvdo: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 224.590 da Comarca de Paraibuna, em que é agravante a Mitra Diocesana de Taubaté e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura sem divergência de votos, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. Levada a registro a escritura de declaração de fls. 02, pela qual o declarante confirma a doação de um terreno a Fábrica da Igreja Matriz de Natividade da Serra, outorgada em 13 de outubro de 1907, por instrumento particular, que se encontra extraviado, suscitou dúvida o agravado, com as seguintes razões: primeira, porque se trata de mera escritura de declaração; segunda, porque inexistente transcrição do título anterior ou referência da origem das terras; e terceira, porque são fictícios os dados constantes dos carimbos apostos na referida escritura. A dúvida foi julgada procedente (fls. 11/12), o que motivou o presente recurso, através o qual a agravante salienta a desnecessidade da transcrição do título anterior (fls. 15/22).

A Procuradoria manifestou-se pelo improvimento do recurso.

Procedente, de fato, a dúvida suscitada pelo agravado, visto que, em resumo, não constitui título hábil, capaz de ensejar a transferência do direito de propriedade, a escritura de declaração de fls. 02.

É verdade que desnecessária a transcrição do título formalizado anteriormente à vigência do Código Civil, conforme expressamente excepcionado no art. 244 do Decreto n.º 4.857, de 9 de dezembro de 1939: vale dizer, por outras palavras, que, à época, bastava o acordo de vontades para consumar a transferência da propriedade imóvel e que o registro então se fazia para fins de publicidade, para valer contra terceiros.

A propósito, o seguro parecer de Laudo de Camargo, com a referenda valiosa de Serpa Lopes ("Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, págs. 412/413, ed. 1962, Livraria Freitas Bastos S.A.): "Quem tiver, pois, interesse em registrar uma escritura, fará também registrar a anterior, feita ao tempo em que o registro se tornou obrigatório. E obrigatório se tornou desde o Código Civil (art. 533)".

Conseqüentemente, não se tratando de título sujeito a registro e tendo eficácia entre as partes, servirá ele, apenas como marco inicial de sucessivas transações, desde que suas confrontações, característicos e localização permitam a identificação do imóvel e seja exibido ao Oficial Imobiliário toda vez que novo título for levado a registro e dele seja oriundo.

Nesse sentido a Jurisprudência do E. Conselho (Agravos de Petição ns. 220.176, de Diadema, e 224.594, de Paraibuna).

Por outro lado, o que se quer registrar é a escritura de fls. 2, insusceptível de registro, porquanto, sem transferir direitos apenas confirma outra escritura, a qual, inclusive, por ser particular, não atingiu a sua finalidade, isto é, a de aperfeiçoar a doação, como muito bem salientou a douta Procuradoria.

Poder-se-ia dizer que a escritura de fls. 02 configura uma mera doação, segundo a legislação ora vigente, mesmo porque a aceitação do donatário restou explicitada adequadamente, com o presente pedido de registro (Washington de Barros Monteiro, "Curso de Direito Civil", 5.º vol., pág. 128, ed. 1968. "Saraiva").

Tal escritura, entretanto, não atende ao princípio da certeza e segurança dos Registros Públicos, pois não refere os característicos e confrontações dos quatro alqueires que foram "doados" (artigo 247, item 5.º, e artigo 248, do Decreto n.º 4.857-39).

Inviável o registro, procedente a dúvida, com o que se nega provimento ao recurso interposto. São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Luiz Rubens de Almeida, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-224.592 - Paraibuna - Agravante - Mitra Diocesana de Taubaté -

Agravado - Oficial do Cartório dos Registros Públicos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e examinados estes autos de Agravo de Petição n.º 224.592 da comarca de Paraibuna, em que é agravante a Mitra Diocesana de Taubaté e agravado o Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso pelos fundamentos a seguir deduzidos.

Custas na forma da lei.

I - Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado que recusou-se a transcrever a escritura particular de doação de fls. 02 porque feita pela Câmara Municipal de Natividade da Serra para uma "Comissão" em oito de junho de 1901, sem constar do texto os nomes de seus componentes ou de seu representante legal, por não ter havido aceitação expressa e por faltar a transcrição anterior (fls. 03).

A dúvida foi julgada procedente em parte (fls. 10-11). Inconformada, agravou a interessada (fls. 13-21), manifestando-se a Procuradoria-Geral da Justiça pelo provimento do recurso (fls. 33-34).

II - O título em questão é anterior ao Código Civil, por isso que não sujeito a registro, consoante o art. 244 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e prescindível, daí, a menção à transcrição anterior.

A obrigatoriedade do registro surgiu com o Código Civil (arts. 530, inciso I e 589, inciso I, parágrafo 1.º do aludido diploma) e antes de sua vigência os escritos e respectivos registros

submetiam-se à legislação da época, que exigia a transcrição apenas para valer contra terceiros, obviamente sem efeito primacial que hoje possui, qual seja a transmissão da propriedade.

Nesse sentido a jurisprudência do E. Conselho (Agravos de Petição 220.176, 221.818, 222.712 e 224.594).

III - E para a validade entre as partes contratantes o instrumento público era essencial sempre que a doação dependesse de insinuação, nos termos do artigo 413 da Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas.

Segundo o art. 411 da mesma Consolidação tão-só as doações superiores a 360\$000 réis, feitas por varão, e a 180\$000 réis feitas por mulher estavam vinculadas à insinuação.

Esse é o entendimento de Clóvis Bevilacqua nos seus comentários ao Código Civil (vol. 4, 5.^a edição, pág. 344).

Na espécie, a doação fez-se por "deliberação da Câmara Municipal", através do "Intendente Municipal", sem necessidade da observância daquela disposição consolidada.

IV - De resto, a escritura em debate deve ser examinada de acordo com a época em que foi lavrada. É certo que não contém melhores informes sobre a "Comissão", seus componentes, seu representante e sua aceitação à doação.

No entanto, a intenção de doar para a construção de uma igreja e a uma comissão nomeada pelo Diocesano do Estado de São Paulo torna inequívoco o propósito do doador de beneficiar a Igreja Católica, portanto a aceitação deve ser considerada como tácita.

Ademais, o título contou com a presença de testemunhas e foi registrado no livro de notas do cartório, com a chancela do então escrivão (fls. 2 v.⁹), devendo ser sublinhado que não foi em verdade uma doação do ponto de vista técnico, porque ao final da escritura consta: "ficando para a Câmara o terreno ocupado pela Matriz velha, quando esta for desmanchada em o qual não mais será edificado prédio algum".

V - Nessas condições, por não se cuidar de título sujeito a registro e tendo eficácia entre as partes, conforme foi exposto, servirá como marco inicial de sucessivas transações, desde que suas confrontações, característicos e localização permitam a identificação do imóvel e seja exibido ao Oficial Imobiliário toda a vez que um título novo for levado a registro e dele seja oriundo.

VI - Por conseguinte, em razão dos motivos diversos ora alinhados, nega-se provimento ao agravo.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Luiz Rubens de Almeida, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-227.674 - Rio Claro - Agvte.: Herdeiros de José de Godoy Bueno e sua mulher - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 227.674, da comarca de Rio Claro, em que são agravantes os Herdeiros de José de Godoy Bueno e Delphina Maria de Jesus e agravado o Oficial Substituto da

1.^a Circunscrição Imobiliária da comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso pelos fundamentos a seguir deduzidos.

Custas na forma da lei.

I - O agravado suscitou dúvida quanto à transcrição do formal de partilha extraído dos autos de inventário de José de Godoy Bueno e sua mulher Delphina Maria de Jesus a favor dos agravantes (fls. 4-8) porque "os imóveis incluídos na área partilhada já pertencem a terceiras pessoas com seus títulos legalmente registrados, conforme consta de trinta e duas certidões extraídas das transcrições efetuadas neste Cartório" (fls. 2).

A dúvida foi julgada procedente (fls. 65-69), sobre vindo o agravo de petição de fls. 70-81 oferecido pelos recorrentes. E nesta instância o parecer da Procuradoria-Geral da Justiça é pelo seu improvimento (fls. 88-89).

Fica mantida a sentença.

II - Consoante se reconheceu nos autos várias são as transcrições anteriormente feitas sobre a área objeto do título levado a registro, segundo se infere dos documentos de fls. 17-48. Assim sendo, gozam os titulares das mesmas transcrições da presunção legal prevista no art. 859 do Código Civil. Bem por isso o Decreto n.º 4.857-39 em seu art. 293 dispõe que "o registro, enquanto não for cancelado,

1) produzirá todos seus efeitos legais, ainda que por outra maneira se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido".

De sorte que, apenas por ação própria poderá ser solucionado o impasse denunciado com a intervenção e participação de terceiros que neste procedimento de jurisdição graciosa são estranhos.

III - Outrossim, sequer a transcrição de eventual remanescente da gleba poderá ser efetuada, porquanto além de investir contra transcrições consolidadas o ato registrário próprio (transcrição) deve se conformar sempre com os lançamentos anteriores, sob pena de infringência aos princípios da continuidade e segurança dos registros.

IV - De resto, no tocante à intempestividade na apresentação da dúvida (fls. 71) ressalte-se que constitui mera irregularidade que não vicia seu processamento, desde que está em jogo a matéria concernente aos Registros Públicos.

V - Nesta ordem de idéias, nega-se provimento ao agravo.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. João Fina Sobrinho, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-229.272 - São Paulo - Agvte. Manoel Joaquim Afonso - Advdo. - Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 229.272, da comarca de São Paulo, em que é agravante Manoel Joaquim Afonso, sendo agravado o Oficial do 8.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso.

Trata-se de agravo de petição manifestado contra decisão de primeira instância, que julgou procedente dúvida suscitada pelo Oficial Imobiliário.

Todavia, como notícia a certidão de fls. 36 v., não houve preparo do reclamo, circunstância que induz renúncia e deserção do agravo, nos termos do artigo 846 do Código de Processo Civil.

Donde o não conhecimento do recurso deserto.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Gustavo Korte Júnior, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-229.661 - Capital - Agvte. Valentim Prilasnig - Advdo. - Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 229.661, da comarca de São Paulo, em que é agravante Valentim Prilasnig, sendo agravado o Oficial do 3.º Cartório do Registro de Imóveis da comarca da Capital.

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, que adiou o registro de carta de adjudicação apresentada pelo agravante, extraída dos autos do arrolamento dos bens de Amália Anna Milda Romahn, por constar de transcrição anterior, de n. 81.955, que o estado civil da inventariada era

o de casada, quando do título registrando se verifica que a mesma faleceu no estado de viúva. Assim, sustenta o suscitante, somente após a retificação do estado civil da inventariada, na transcrição acima citada, é que poderia ser transcrito o referido título.

Ao cabo da medida, a sentença de fls. 42-43 deu razão ao serventuário, ensejando recurso tempestivo do interessado, regularmente processado, opinando a Procuradoria-Geral da Justiça pela reforma do decisório impugnado.

Mas o recurso não merece provimento.

É que, não resultando cumpridamente demonstrada a ocorrência do indigitado lapso no registro, intuitivo que primeiro se faça a retificação do escrito acoimado de errôneo, respeitando ao estado civil da inventariada, para, em seguida, ser executado o registro pretendido, com o que ficará respeitando ao estado civil da inventariada, para, em seguida, ser executado o registro pretendido, com o que ficará resguardado o princípio da continuidade registrária.

Nem se argumente com aditamentos ulteriormente procedidos na carta de adjudicação, posto que aqueles lançamentos restringiram-se a corrigir imperfeições existentes no próprio processo de arrolamento, aonde, dentre outras irregularidades fora omitido o estado civil da inventariada, consoante se depreende de título cujo registro se pleiteia.

Nessas condições, a espécie há de ser dirimida com a demonstração do erro perante o MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente do Cartório em que lavrado o ato notarial, motivo pelo qual impõe-se o improvisamento do recurso, pagas as custas na forma da lei.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Drs.: Churchill Reynolds Locke e André de Faria Pereira, Advogados

Agravo de Petição n.º DJ-222.618 - Santo André - Agvtes.: José Cavalini e sua mulher, Elide: Fernandes Cavalini - Agvdo.: Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, examinados e relatados estes autos de Agravo de Petição n.º 222.618, da comarca de Santo André, em que são agravantes José Cavalini e sua mulher Elide Fernandes Cavalini e agravado o Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca,

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso nos termos do parecer da Procuradoria-Geral da Justiça e dos fundamentos a seguir deduzidos.

I - O agravado suscitou dúvida quanto ao registro dos títulos de fls. 4-4v. e de fls. 6-11, apresentados por Cláudio Ferreira e outros e regularmente prenotados sob n.ºs 195.715 e 195.715, que se referem a um contrato de promessa de compra e venda de terreno a prestações (fls. 6-11), e as duas cessões de direitos, tendo todos por objeto o dote n.º 20 da quadra n.º 8 do loteamento inscrito sob o número 88 do mesmo cartório.

II - Pelo contrato de fls. 6-11 os agravantes adquiriram o terreno da firma Toledo Silva, Incorporações Imobiliárias Limitada, cedendo seus direitos pelo instrumento de fls. 4 a Cláudio Ferreira, que por sua vez cedeu seus direitos sobre o mesmo imóvel a José Cardoso Pimenta, na conformidade do termo de fls. 4v.

III - Residiu a dúvida na circunstância de os instrumentos de cessão de fls. 4-4v. não atenderam ao que dispõe o art. 13 do Decreto n.º 3.079/38, sendo certo que além de os títulos terem sido exibidos em única via a segunda cessão (fls. 4v.) não possui a qualificação do cessionário e o reconhecimento de firmas.

Fundou-se ainda a dúvida no fato de que os agravantes ao cederem seus direitos sobre o imóvel a Cláudio Ferreira (fls. 4) não mais os detinham, porque em 18 de junho de 1963 foi cancelada, por falta de pagamento das prestações em atraso, a averbação decorrente do contrato de promessa de fls. 6/11, portanto anteriormente à cessão ora referida e constante do título de fls. 4 que data de 10 de julho de 1963 (fls. 11).

IV - A dúvida foi julgada procedente (fls. 23/25) e, inconformados, os recorrentes interpuseram agravo (fls. 27/30), manifestando-se a Procuradoria-Geral da Justiça pelo seu improvimento (fls. 41/42).

Fica mantida a sentença.

V - Quanto à falta de formalidades indispensáveis ao registro dos instrumentos de fls. 4-4 v. tem razão o agravado, porque descumprido foi o preceito do art. 13 do Decreto n.º 3.079/38 que manda obedecer os requisitos do seu art. 11 no caso de os títulos estarem separados em relação ao original, o que ocorre na espécie (fls. 4-4 v. e fls. 6-11), cuidando-se da transferência de contrato.

Ademais, sem prejuízo destas imperfeições, o instrumento de fls. 4 v. pelo qual Cláudio Ferreira cedeu os direitos a José Cardoso Pimenta não contém dados imprescindíveis à qualificação deste cessionário e nem qualquer reconhecimento de firma, assistindo novamente razão ao agravado.

VI - Por outro lado, restou provado nos autos que os agravantes ao cederem seus direitos referentes ao contrato de fls. 6-11 a Cláudio Ferreira, de acordo com o escrito de fls. 4 que data de 10 de julho de 1963, não mais poderiam fazê-lo à vista do documento de fls. 19, de 18 de junho de 1963, que comprova o cancelamento da averbação em seus nomes devidos a falta de pagamento das prestações para com os promitentes vendedores (fls. 6-11).

E não obstante reconheçam os agravantes que "as demais cessões serão objeto de posteriores adaptações ao preceituado em lei" (fls. 30), por outras palavras, admitam a necessidade de regularização dos instrumentos de fls. 4-4 v. para fins de eventual registro, o que pleiteiam no recurso é incabível em processo de dúvida (fls. 30).

Apenas pelos meios próprios poderão discutir a anulação do cancelamento de averbação de fls. 19, porquanto quando não fossem os ponderáveis argumentos expressos no parecer da Procuradoria-Geral da Justiça (fls. 41-42) que se adota, sobreleva notar que o requerente da medida extrajudicial contestada pelos agravantes não foi parte neste processo, valendo consignar que este talvez a isso não se prestasse.

VII - Por esses motivos nega-se provimento ao agravo. Custas na forma da lei. São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Nilço Soares de Carvalho, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-221.818 - São Bernardo do Campo - Agravante: Severino Martins; dos Santos - Agravado: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 221.818 da comarca de São Bernardo do Campo, em que é agravante Severino Martins dos Santos e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

I - O agravado suscitou dúvida em transcrever o formal de partilha de fls. 6-30, extraído dos autos de inventário dos bens deixados por Gertrudes Maria das Dores e Joaquim Mariano Alves da Silva, conhecido também por Marcelino Alves da Silva (fls. 11 e 32).

Referido formal de partilha tem por objeto o imóvel descrito às fls. 15-16 com 104.625,00 m² e situado no Bairro Pedra Branca, que chegou ao domínio dos "de cujus" através de compra feita a Gertrudes Maria de Jesus, na conformidade do instrumento particular de 17 de dezembro de 1902 (fls. 32), título esse não sujeito a registro por ser anterior ao Código Civil.

II - Residiu a dúvida na dificuldade de se apurar qual a área, e quais as suas confrontações, adquiridas pelos

"de cujus" através do escrito particular de fls. 32 (17-12-1902), que é genérico e apenas menciona a venda de um terreno no Bairro da Pedra Branca.

Outrossim, várias alienações foram feitas pelos Me cujus", sem qualquer discriminação das áreas vendidas, tendo em vista terras localizadas no Bairro da Pedra Branca (fls. 37, 38, 42 e 44), em decorrência da aquisição feita pela escritura de 17 de dezembro de 1902, que vem a ser a origem das transmissões posteriores.

Nestas condições, não tem o agravado elementos para saber se o remanescente de 104.625,00 m², constante do título registrando, realmente existe e se possui tal disponibilidade e qual vem a ser suas confrontações.

III - A dúvida foi julgada procedente (fls. 62-63); inconformado, o recorrente agravou (fls. 65-67),

e o parecer da Procuradoria-Geral da Justiça é por seu improvimento (fls. 76).

Fica mantida a sentença.

IV - O título de 1902 (fls. 32), posto que anterior ao Código Civil e portanto não sujeito ao registro nos termos do art. 244 da Lei dos Registros Públicos, omite a dimensão da área adquirida pelo "de cujos" com suas confrontações e característicos, localizando-a apenas no bairro da Pedra Branca.

Ademais, a partir desta aquisição foram procedidas algumas alienações (fls. 37, 38, 42 e 44), que também não consignaram as áreas vendidas com as especificações; necessárias, e até desapropriação recaiu sobre a gleba de terras (fls. 50) sem solucionar nestes autos a questão importante dos característicos e confrontações do remanescente.

Por outro lado o exame do título levado a registro como das certidões que provam a venda de partes da área originária a terceiros (fls. 37-44) com dimensão ignorada até agora, mostra a gravidade da dúvida - (fls. 58-61) quanto à grandeza do remanescente e exatidão dos confrontantes nos autos de inventário e nos títulos referentes às alienações subsequentes ao instrumento de 1902.

V - Dessarte, por ocorrer na espécie divergência quanto aos característicos e confrontações do remanescente de 104,625,00, para fins de se avaliar sua disponibilidade, em face das inúmeras alienações concretizadas, o registro pretendido não poderá ser deferido porque não foi obedecido o item 5.º do artigo 247 do Decreto n. 4.857-39, em atenção aos princípios da certeza e da segurança dos Registros Públicos.

Pelos fundamentos expostos, nega-se provimento ao recurso, Custas na forma da lei.

São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Horácio de Carvalho Júnior, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-222.228 - São Paulo - Agravante - Catharina Alles - Agravado - Oficial do Cartório do, Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 222.228, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Catharina Alles e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Tendo a agravante Catharina Alles solicitado, como solteira, a averbação desse estado civil à margem da transcrição n. 166.702, de 2-9-68, referente a imóvel por ela adquirido como casada, sob comunhão de bens, como Nelson Saturnino Viana, o senhor oficial do 11.º Registro de Imóveis adiu o registro, suscitando dúvida, porque, embora anulado o casamento, o imóvel fora adquirido na constância do matrimônio, parecendo-lhe que a ordem sucessiva prevista pelo art. 244 do Regulamento de Registros Públicos exige antes, o registro da partilha do bem que se comunicou, no momento mesmo de sua aquisição, com o patrimônio do cônjuge.

Oficiando no feito, o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela improcedência da dúvida (fls. 47-49). Julgada procedente (fls. 51-53) recorreu a suscitada, tendo a Procuradoria-Geral da Justiça, preliminarmente, sustentado que, em matéria de dúvida, a decisão é recorrível através de apelação e, no mérito, opinado pelo improvimento do recurso.

O recurso in casu, é o de agravo de petição.

Com efeito, é inadmissível a apelação quando o valor da causa for "igual ou inferior a duas vezes, o

salário-mínimo vigente nas Capitais respectivas dos Territórios e Estados" (Código de Processo Civil, art. 839, com a redação da Lei n.º 4.290, de 5-12-63). A única exceção é a dos feitos propriamente inestimáveis, previstos no artigo 140 - parágrafos 2.º e 3.º da Lei Processual Civil (texto que abrange exclusivamente os casos do artigo 822, ns. I e II, a saber, ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas).

Ora, no processo de dúvida a respeito de registro de imóveis não há autor nem réu. É suscitada pelo serventuário, por dever de ofício, o qual não é parte diretamente interessada. O que lhe interessa é a qualificação dos títulos apresentados, sob o aspecto da legalidade e da validade.

Assim, se o processo de dúvida não dispõe de estimativa, nem a lei cogita de lhe dar valor, a conclusão inevitável a chegar-se é a de que das decisões proferidas pelo juiz não cabe o recurso de apelação, em face da disposição expressa do artigo 839, do Código de Processo Civil. É de se ressaltar que "no Código Civil e nas leis de direito substantivo está todo o direito material do registro; nas leis sobre registro e outras, que a ele se referirem, todo o direito formal. Qualquer regra jurídica sobre a modificação dos direitos, pretensões e exceções com efeito real, pertence ao direito material de registro; todas as regras jurídicas sobre a competência dos oficiais do registro, sobre o pedido e processo do registro, sobre pressupostos para a competência ou atuação do juiz do registro", pertencem ao direito formal do registro" segundo ensinamento, de Pontes de Miranda, in Tratado de Direito Privado, vol. II, parte especial, parágrafo 1.216, págs. 211-212.

Então, é lícito admitir-se que o Código de Processo Civil, lei adjetiva, é inaplicável a qualquer discussão ou decisão administrativa a respeito da tramitação do processo de dúvida. Tanto isso é verdade que a própria lei de registros públicos, no seu artigo 220 dispõe que "as leis locais poderão estabelecer recursos sobre essas decisões, sempre, sem prejuízo do processo contencioso, a que os interessados poderão recorrer".

E, no Estado de São Paulo, a lei local, o Decreto-lei Complementar n. 3, de 27-8-69 (Código Judiciário) prescreveu para a espécie, recurso próprio, agravo de petição ao Conselho Superior da Magistratura (art. 64, VI), o mesmo recurso Previsto no Decreto n. 14.234, de 16-10-1944. Assim tem decidido este Conselho, conforme julgados in Revista dos Tribunais: 350-331; 356-266; 232-294; 415-173; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça: 11-546; 12-442-443 e Agravos de Petição ns.: 176.741; 173.505; 217.905, 215.363, 208.690, etc.

Somente quando entrar em vigor o Decreto-lei n. 1.000, de 21-10-69 (o Decreto n. 71.523, de 11-12-72 prorrogou até 30-6-73 o prazo para execução dos serviços concernentes aos registros públicos, é que o recurso próprio será o de apelação, conforme a previsão do art. 206 desse novo regulamento.

No mérito, a sentença merece confirmada.

A agravante pretende que se proceda à averbação no registro de imóveis, à margem da transcrição n. 116.702, da alteração de seu estado civil, de casada para solteira, em consequência de decisão judicial de anulação de seu casamento, já averbada no registro civil. A pretensão da agravante não pode ser acolhida porque não se enquadra entre os atos enumerados no art. 178, letra s, do Decreto n. 4.857, de 9-11-39, nem se trata de averbação que atenda aos casos mencionados no art. 285 do mesmo decreto.

A anulação do casamento da agravante, já averbada no registro civil, não traz como consequência o direito do cônjuge de retirar-se com todos os bens que trouxe para o casal, como é pretendido por ela, hipótese a verificar-se apenas no casamento nulo.

No casamento anulado opera-se a partilha dos bens do casal conforme o regime adotado.

A Lei n. 4.121, de 27-8-62, invocada pela agravante, não a favorece neste processo de dúvida, em que não é possível conceituar como bens reservados os que pudessem ter sido adquiridos por ela, visto tratar-se de matéria de prova a ser produzida em processo contraditório, como bem acentuou a decisão agravada.

Ante o exposto, é negado provimento ao agravo, pagas as custas como de direito.

São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Marcello Paes Barreto, Advogado

Agravo de Petição n.º 217.624 - São Paulo - Agravante: Justiniano José da Silva - Agravado: Oficial do 6.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 217.624, da comarca de São Paulo, em que é agravante Justiniano José da Silva, sendo agravado o Oficial do 6.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca da Capital,

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, que adiou o registro de compromisso de compra e venda que lhe fora apresentado pelo agravante. Aduz, resumidamente, que o Dr. Aniz Camillo Saad, Fernando Antônio Corte, Nagib Madame e Jorge Salomão Haddad adquiriram, pelas transcrições ns. 174.140 e 174.141, uma gleba situada no 26.º subdistrito de Vila Prudente, de cerca de cinco alqueires a qual constituíram em loteamento, vindo a compromissar a renda os respectivos lotes, com designação do nome da rua, número e quadras. Sustenta haver necessidade de inscrição do referido loteamento, como determina a legislação pertinente a matéria. Ademais o contrato apresentado não trazia outorga uxória e havia erro quanto à localização da área, que é Vila Prudente e não Ipiranga. Por outro lado, não havia prova de quitação para com o Instituto Nacional de Previdência Social.

À impugnação do suscitado (fls. 27) seguiram-se as manifestações do suscitante (fls. 49) e do Dr. Curador

(fls. 52), vindo a sentença de fls. 53/55 a dar pela procedência da dúvida, ensejando, recurso do interessado (fls. 57), regularmente processado tendo a Procuradoria-Geral da Justiça opinado pela confirmação do julgado (fls. 72/73).

Não merece provimento o recurso.

É que, tirante as irregularidades formais concernentes à falta de assinatura das mulheres dos compromitentes vendedores e à errônea indicação do subdistrito, facilmente convalidáveis, mas impeditivos do registro, uma outra formalidade, de maior relevo e de ordem pública, fora postergada pelos vendedores.

Pois, cuidando-se de promoção de loteamento, não se atentarà a necessidade de inscrição deste, nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n. 58 de 10 de dezembro de 1937.

Sustenta o agravante a desnecessidade da medida, à vista de não ter ocorrido oferta pública referida no mencionado dispositivo legal e ainda porque os lotes foram vendidos em partes certas, destacados de maior porção.

Evidente o desconcerto dessa opinião.

No que permite à publicidade da oferta, vem a pêlo o magistério de Serpa Lopes, apoiado na lição de Gasca, no sentido de que "não se faz mister uma oferta processada por anúncios em jornais, pois variados são os meios pelos quais se pode manifestar, destacando-se dentre eles a exposição da coisa com o intuito de vender, não havendo por assim dizer, forma especial de torná-la definida. São as circunstâncias que deverão indicar se existe ou não oferta pública e é incontestável a sua configuração quando se tratar de um terreno dividido em muitos lotes, com as respectivas plantas aprovadas pela Prefeitura e exposto à venda publicamente, ainda que prescindindo de anúncios pela imprensa" (Tratado dos Registros Públicos, vol. III página 46). E outro não é o fragmento que se colhe em Wilson de Souza Campos Batalha (Loteamentos e Condomínio, tomo I, página 265).

De conseguinte, tratando-se desenganadamente de loteamento e vislumbrando-se nitidamente na espécie negócio jurídico sujeito à incidência do Decreto-lei n.º 58, diploma de ordem pública e, pois, de normatividade cogente, a obrigatoriedade do prévio registro apresenta-se imprescindível e nesse sentido é a jurisprudência deste Conselho (cf. Agravos de Petição n.ºs 118.649 de São Paulo, 142.284, 198.426 e 214.523 de Campinas).

Nessas condições, nega-se provimento ao agravo, mantida a decisão recorrida pelos seus fundamentos e pelos acima expendidos.

São Paulo, 11 de junho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Alceu Cordeiro Fernandes, Vice-Presidente

Justiniano José da Silva, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-222.106 - São Paulo - Agvte.: Giambattista Serra Di Nervi - Agvdo.: Oficial do Registro do 15.º Cartório Imobiliário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 222.106, da comarca de São Paulo, em que é agravante Giambattista Serra Di Nervi, sendo agravado o Oficial do Registro do 15.º Cartório Imobiliário.

Acordam, os membros do. Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, que adiou o registro de título apresentado pelo agravante, sob o fundamento de que o documento não figurava entre os enumerados no Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, não podendo, dessarte, ser registrado em Cartório de Registro de Imóveis.

À impugnação do suscitado seguiram-se manifestações do suscitante e do Dr. Curador, vindo a sentença de fls. 17-18 a dar pela procedência da dúvida, ensejando agravo de petição do interessado, regularmente processado, sendo pelo improvimento o parecer da Procuradoria-Geral da Justiça.

O recurso não merece provimento.

O agravante pretende ver registrado um instrumento de proposta de aquisição de imóvel, sustentando que o documento configura verdadeiro contrato, enfeixando direitos e obrigações não só para com as partes pactuantes, como ainda para com terceiros.

Contudo, bem salientou o Oficial Imobiliário que o referido documento não figura no elenco dos títulos registráveis, enumerados pela Lei dos Registros Públicos ou outros diplomas posteriores, certo ainda que nem todos os contratos geradores de direitos e obrigações são passíveis de registro no Registro de Imóveis.

Ainda que assim não se entendesse, observa-se que o questionado documento não atende aos requisitos constantes dos artigos 252 e 237 do Decreto n.º 4.857, de 1939, motivo pelo qual não havia como determinar-se o registro pleiteado.

Nesse sentido a doutrina (Serpa Lopes, Tratado vol. IV, 4.ª ed., n. 744, pág. 527) e a Jurisprudência deste E. Conselho (Rev. dos Tribs. 415-171 e 433-150).

Pelo exposto, impõe-se o não provimento do agravo interposto.

São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Natan Murachovsky, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-218.094 - São Paulo - Agvte.: Fritz Rosenbaum - Agvdo.: Juízo da Vara dos Registros Públicos da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 218.094, da comarca de São Paulo, em que é apelante Fritz Rosenbaum e apelado o Juízo da Vara dos Registros Públicos da comarca da Capital.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em conhecer o recurso como agravo de petição e ao mesmo negar provimento.

O agravante requereu ao Juízo da Vara dos Registros Públicos o registro de documento particular de compromisso de compra e venda celebrado com Idaly Paiva, referente ao prédio e respectivo terreno situado nesta Capital, à Avenida Adolfo Pinheiro, n. 4.264, casa 4-A, atual Avenida Santo Amaro, n. 4.349, casa 17. Alegou que tendo pago integralmente o preço convencionado, necessitava inscrever o título a fim de obter adjudicação compulsória do imóvel, nos termos do artigo 346 do Código de Processo Civil.

Determinada a remessa da petição ao Juízo Cível, o magistrado titular da Vara à qual foi redistribuído o pedido negou sua competência e ordenou o retorno do mesmo ao Juízo de origem.

Neste último veio a ser processada a medida, com intervenção de Idaly Paiva, que apresentou o arrazoado de fls. 21-23, acompanhado das peças de fls. 24/60, sustentando o descabimento da pretensão inicial.

O Dr. Curador opinou pelo deferimento do pedido (fls. 61-72), seguindo-se no de fls. 94/95.

O despacho de fls. 102 determinou a audiência do Oficial Imobiliário, convergindo para os autos a fala de fls. 102 v., sobre a qual manifestou-se a interveniente (fls. 104/108).

A sentença de fls. 110/111 indeferiu o pedido formalizado na peça inicial, acolhendo os motivos declinados pelo serventuário, tendo o requerente, irrisignado, interposto o agravo de petição de fls. 113/115, recebido e processado como recurso de apelação, sendo pelo improvimento o parecer da Procuradoria-Geral da Justiça.

Submetido à apreciação da Colenda 2.ª Câmara Civil do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o recurso não foi conhecido, por entender a Turma Julgadora que a decisão recorrida, resultante do

processo invertido de dúvida, cujo emprego tem sido tolerado, deveria ser decidida pelo Conselho Superior da Magistratura, nos termos da legislação aplicável à espécie (Decreto-lei Estadual n. 14.234, de 16 de outubro de 1944, artigo 35, c.c. Código Judiciário do Estado, artigo 64, VI e Decreto-lei Federal n. 4.857, de 1939, artigo 220).

Realmente, a hipótese é de dúvida inversa, sujeita a julgamento de segundo grau por este Egrégio Conselho, como bem remarcou o acórdão de fls. 136/137.

Mas do recurso conhece-se como agravo de petição, tal como foi interposto, por ser o adequado à espécie. Em consequência, procedam-se as necessárias anotações.

Entretanto, não merece provimento o recurso.

É que o título exibido pelo agravante, com efeito, não reunia condições de ser registrado.

Mero recibo de sinal, desvestido dos requisitos do artigo 252 da Lei dos Registros Públicos, o documento em que se apóia o recorrente é irritado para os fins colimados, sendo inviável a sua complementação com fontes de informação outras que não as integrantes do próprio instrumento.

Falto dos pressupostos condicionantes de sua admissibilidade, não havia mesmo como determinar-se o registro pretendido, sendo nesse sentido a doutrina (Sarpa Lopes, Tratado, vol. IV, 4.ª ed., n. 744, pág. 427) e (Revista dos Tribunais, vols. 415/171 e 433-150).

Nessas condições, fica mantida a decisão de primeira instância, pelos seus fundamentos e pelos ora expendidos, pagas as custas, na forma da lei.

São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Bernardo Braun, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-219.308 - Campinas - Agvte.: Instituto Nacional de Previdência Social - INPS - Agvdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 219.308 da comarca de Campinas, em que é agravante o Instituto Nacional de Previdência Social e agravado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso pelos fundamentos a seguir deduzidos.

I - O agravado suscitou dúvida, quanto a averbação da certidão de fls. 11/14 passada pela Municipalidade de Campinas que versa sobre a divisão da área de 16.898,80 m2. Esta é remanescente da gleba de terras pertencentes ao antigo I.A.P.C. atualmente ao agravante, com 304.290,22 m2 e o objeto da transcrição 10.064.

Residiu a dúvida na circunstância de que o registro pleiteado não é de um simples desmembramento mas de um indubitável loteamento, por isso que deveria ser feita sua inscrição nos termos do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937.

II - A dúvida foi julgada procedente (fls. 34/36); irresignado, o recorrente agravou (fls. 37/38) obtendo parecer favorável da Procuradoria-Geral da Justiça (fls. 51/53).

Fica mantida a sentença.

III - Ao exame da certidão de fls. 11/14 e das plantas de fls. 28/29 nota-se que o empreendimento do agravante não se circunscreve ao mero desmembramento de área para fins do art. 285 da Lei dos Registros Públicos.

Envolve um loteamento, tanto que deu-se a abertura de ruas e logradouros públicos. O Dec.-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, define o que deva se entender por loteamento fornece o critério distintivo com o desmembramento:

"Art. 1.º - O loteamento urbano rege-se por este Decreto-lei.

§ 1.º - Considera-se loteamento urbano a subdivisão de área em lotes destinados à edificação de qualquer natureza que não se enquadre no disposto no parágrafo 2.º deste artigo.

§ 2.º - Considera-se desmembramento a subdivisão de área urbana em lotes para edificação na qual seja aproveitado o sistema viário oficial da cidade ou vila sem que se abram novas vias ou logradouros públicos e sem que se prolonguem ou se modifiquem os existentes.

IV - A divisão foi feita pelo agravante em quatro quadras e estas em cinquenta lotes construídos

(fls. 28) e a disposição da área estas em cinquenta lotes construídos (fls. 28) e a disposição da área maior decorreu de imperativo legal (Decreto n.º 62.698/168).
Todavia, a venda dos lotes construídos deu-se pelo sistema "do pagamento do preço a prazo em prestações sucessivas e periódicas, como se infere do documento de fls. 15/17 (cláusula 7.ª), e este ajuste pressupõe condições anteriormente estabelecidas em um contrato padrão ou tipo (Decretos n.ºs 55.738/65 e 56.793/65). Referidos característicos são da essência do loteamento e estão previstos no Decreto-lei n.º 58137.

Por outro lado, é certo que ostensivamente não houve a "oferta pública" para a alienação dos lotes.

Entretanto, pouco relevo tem o fato de os imóveis terem sido vendidos aos associados do agravante ou aos seus antigos locatários, quando também de uma forma ou de outra houve oferta (fls. 19-22). As disposições legais a respeito tão-somente deram preferência a eles na aquisição dos imóveis, porque não havendo de nenhum modo o exercício desse direito de preferência as alienações posteriores deveriam ser oferecidas por edital público, ou por concorrência pública ou por leilão (Decretos ns. 55.738/65 - 55.955/65 e 56.793/65).

Qualquer um dos meios de alienação enfocados pelas leis que disciplinam a matéria configura inegavelmente a "oferta pública, e pois o loteamento.

A propósito vale destacar o V. Acórdão do Conselho Superior da Magistratura, no processo n.º 118.649 da comarca de São Paulo no qual se discutiu o requisito da oferta pública que no caso concreto não se manifestara aparentemente.

V - Ora, a seqüência criada pela lei em relação à venda dos lotes do agravante traduz a "oferta pública", que somada aos outros aspectos já consignados reforça a idéia de ter ocorrido um loteamento indubitado e não um simples desmembramento, que não requer e não se sujeita a tais particularidades e implicações.

Aos próprios associados ou aos ex-locatários é feita a oferta de compra, e a diferença com outros adquirentes está em que os primeiros contam com um direito pessoal de preferência, o qual uma vez não exercido desloca a oferta para o domínio público, por força de lei, portanto para quem aparecer (Agravamento de Petição n.º 198.426 da comarca de Campinas).

VI - No mais, o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 58137 não faz distinção quanto à qualidade dos proprietários ou

co-proprietários. Dessarte não é possível reconhecer uma exceção em função da natureza autárquica do agravante, como pareceu à Procuradoria-Geral da Justiça (fls. 51/53).

VII - Nesta ordem de idéias, por se divisar na espécie um loteamento e não o mero desmembramento alvitado pelo recorrente, impõe-se a observância das prescrições legais concernentes à inscrição, motivo esse que justifica o improvimento do agravo.

Custas na forma da lei. São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Dr. Murilo Campos Castro, Advogado

Processo de Recurso n.º 49/72 - GAPRE 4 - Capital Recte. - Rubens do Amaral Gurgel - Recda. Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso manifestado por Rubens do Amaral Gurgel contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital - classe especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento ao recurso para que subsista, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, a decisão recorrida. O recorrente, titular do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Jundiá, não se conforma com a decisão da Comissão de Concurso que deixou de lhe computar um ponto pelo exercício "interino" do cargo de escrivão, nos termos do artigo 20, parágrafo único, n.º 9, do Decreto-lei n.º 159169, no concurso para o provimento do 12.º Registro de Imóveis desta Capital.

Alega que não há diferença conceitual entre "substituição" e "interinidade", consoante entendeu a Comissão de Concurso, porquanto, ao acrescentar ao art. 20, letra "a", da Lei n.º 819150, o número "XI", que dava ao "exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de

serventuário - 1 ponto", a Lei n.º 2.872/54 teve, como justificativa, no Projeto de Lei n.º 1.241153, o seguinte fundamento: "Há escreventes que acumulam as suas funções com as do serventuário, quando estes comissionados em outras funções. É justo que se dê ao escrevente, que acumula encargos, um ponto por três anos de substituição".

Sustenta ainda, o recorrente, que as definições gramaticais e doutrinárias da expressão "interinidade" não fazem a distinção que pretende a Comissão; ao contrário, equiparam-na ou dão-lhe o mesmo sentido de "substituição".

Mas tais argumentos improcedem, como bem demonstrou a decisão recorrida.

Com efeito, não se pode confundir "interinidade" com "substituição" não só em face da boa doutrina do Direito Administrativo, como ainda ante o espírito da lei e a disciplina vigente em matéria de concursos para provimento de serventias.

Os funcionários interinos somente ocupam cargos isolados, quando deles se afastam os titulares, ou quando se achem vagos tais cargos. Em ambas as hipóteses, tal ocorre porque inexistem substitutos legais para o exercício do cargo.

Diversamente, quando se trata de cargo de carreira, como o é indiscutivelmente o de serventuário da justiça, por força do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 159/69, as substituições do titular da serventia, quaisquer que sejam, operam-se automaticamente por via de seu substituto legal, que é, em geral, o primeiro escrevente e oficial maior.

É certo que o Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, fala, indistintamente, em substituição e interinidade, para a mesma hipótese. Mas essa imprecisão de terminologia não se reveste de maior significação, pois jamais teria o condão de transmutar os conceitos técnicos de substituição e interinidade. Além do mais tal diploma, destituído de qualquer técnica, já se encontra revogado expressamente pelo Decreto-lei n.º 159/69.

Acresce que o estatuto dos funcionários públicos paulistas, tanto o antigo como o atual, faz perfeita distinção entre os conceitos de interinidade e substituição, servindo como subsídio exegético para a matéria (cfr. Decreto-lei

n.º 12.273, de 28-10-41, art. 16; Decreto n.º 26.544, de 5-10-56, art. 38, incs. V e VI; Lei Estadual n.º 10.261, de 28-10-68, arts. 23/24).

Irrelevante, outrossim, o fato da Lei n.º 2.656, de 21-1-54, ter introduzido o inc. XI ao art. 20 da Lei n.º 819/50, contemplando com mais um ponto o exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário.

E ainda que se admita, fosse intenção do legislador, a de beneficiar o escrevente com as pseudo-interinidades, o que se deduziria da justificação do projeto de lei que se converteu na lei supramencionada, forçoso convir que tal objetivo não se coaduna com o atual sistema do Decreto-lei n.º 159/69, onde vigem novos princípios e diferentes normas, que devem ser interpretadas de acordo com a nova sistemática das demais disposições administrativas. E estas, doutrinariamente, fazem perfeita distinção entre os conceitos de substituição e interinidade.

Basta notar que além do disposto no inc. IX do parágrafo único do art. 20 do Decreto-lei n.º 159/69, consigna este diploma o princípio contido no art. 57, § 2.º, segundo o qual somente no caso de inexistência de escrevente na serventia, poderá o Governador provê-la em caráter interino com quem venha livremente a escolher. Vale dizer: em havendo afastamento do titular da serventia, sem ter ocorrido vaga, ocorrerá a substituição normal, automática, de conformidade com o princípio adotado pelo art. 57, "caput", isto é: responderá pela serventia o oficial maior ou, na falta deste, o escrevente mais graduado.

Ora, o recorrente jamais exerceu interinamente, pelo prazo de três anos, consecutivos ou não, o cargo de serventuário, como exige o inc. 9.º do parágrafo único do art. 20 do Decreto-lei n.º 159/69. Apenas substituiu o titular do cartório como seu substituto legal, em diversos períodos, consoante se evidencia da certidão de fls. 19, pouco importando os equívocos de nomenclatura de seus títulos de substituição.

Por aí se evidencia o acerto com que agiu a Comissão de Concurso ao negar ao recorrente a contagem de mais um ponto, ora reclamado, sem base jurídica.

Adotando-se os demais argumentos da lúcida decisão recorrida, nega-se provimento ao recurso. São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente em exercício

Processo de Recurso n.º 49/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Paulo de Tarso da Rocha Lessa - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso oposto por Paulo de Tarso da Rocha Lessa contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para provimento do 12.º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital - classe especial;

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente, escrivão titular do Cartório do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da comarca de Presidente Prudente, não se resigna com a decisão da Comissão de Concurso que lhe negou a contagem de mais um ponto pelo exercício do cargo de escrivão, a título de substituição do então titular da serventia, quando ainda escrevente. Argumenta que tais funções foram desempenhadas na condição de escrivão interino em virtude de licenças do então titular, como consta dos respectivos termos de compromisso.

Mas não lhe assiste nenhuma razão.

O item 9.º do § único do art. 20 do Dec.-Lei n. 159-69 somente autoriza a contagem de mais um ponto ao candidato quando se trate, efetivamente, de "exercício interino, pelo candidato, do cargo de serventuário, durante 3 (três) anos consecutivos ou não".

E como não se pode confundir o conceito de funcionário interino com o de funcionário substituto, segundo a nossa melhor doutrina de Direito Administrativo, é óbvio que se deve entender legislação específica, consagrada no Dec.-Lei 159-69, dentro do rigor da técnica.

Ora, os interinos somente ocupam cargos isolados, quando os titulares deles se afastam por qualquer motivo, ou quando se cuidam de cargos vagos. Em ambas as hipóteses, somente porque inexistem substitutos legais para o exercício do cargo.

Em se tratando, porém, de cargo de carreira, como o é indiscutivelmente o de serventuário da justiça, por força do art. 4.º do citado Dec.-Lei 159-69, as substituições do titular da serventia, qualquer que seja, operam-se por via de seu substituto legal, que é, em geral, o primeiro escrevente e oficial maior.

Foi o que ocorreu com o recorrente, que exerceu, em diversas ocasiões, o cargo de escrivão, a título de seu substituto legal e nunca em caráter interino, a despeito da errônea designação constante dos termos de compromisso.

A propósito, convém lembrar a perfeita distinção entre os conceitos de interinidade e substituição, feita tanto pelo antigo como pelo atual estatuto dos funcionários públicos paulistas (cfr. Dec.-Lei 12.273, de 28-10-41, art. 16; dec. 26.544, de 5-10-56, art. 38, incs. V e VI; Lei est. 10.261, de 28-10-68, arts. 23 e 24).

Donde a ineficácia das confusões de nomenclatura constantes do decreto n. 5. 129, de 23-7-31, ora se referindo a substituição ora aludindo a interinidade, para a mesma hipótese. Aliás, tal diploma, destituído de qualquer técnica, encontra-se revogado expressamente pelo Dec.-Lei 159-69.

Irrelevante, outrossim, o fato da lei n. 2.656, de 21-1-54, ter introduzido o inc. XI ao art. 20 da lei paulista 819-50, contemplando com mais um ponto o exercício interino do escrevente, durante três anos, no cargo de serventuário.

Isso porque, ainda que fosse intenção do legislador, demonstrada através da justificativa do projeto de lei que se transformou na lei estadual n.º 2. 656154, a de beneficiar o escrevente com as pseudointerinidades, forçoso convir que tal objetivo foi alterado pelo atual sistema instituído pelo Dec.-Lei 159-69, onde vigem novos princípios e diferentes normas, que devem ser interpretadas de acordo com a sistemática das demais disposições administrativas, as quais, doutrinariamente, fazem perfeita distinção entre os conceitos de substituição e interinidade. Basta notar que além do disposto no inc. IX do Parágrafo único do artigo 20 do decreto-lei n. 159/69, consigna este diploma o princípio contido no artigo 57, parágrafo 2.º, segundo o qual somente no caso de inexistência de escrevente na serventia vaga, poderá o Governador provê-la em caráter interino com quem venha a escolher livremente. Vale dizer: em havendo afastamento do titular da serventia, sem ter ocorrido vaga, ocorrerá a substituição normal, de conformidade com o princípio adotado pelo artigo 57 "caput", isto é: responderá pela serventia o oficial maior ou, na falta deste, o escrevente mais graduado,

Por aí se verifica que a Comissão de Concurso, longe de se afastar da lei, ateve-se à sua

verdadeira exegese, aplicando-a com acerto e excelentes fundamentos de direito.

Donde se negar provimento ao recurso, sem divergência de votos.

São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

**Processo de Recurso n.º 49/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Pedro de Castro -
Recda.: Comissão de Concurso.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso manifestado por Pedro de Castro contra a decisão da Comissão de Concurso de remoção e promoção para o provimento do 12.º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital - Classe especial.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para que subsista integralmente a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente, escrevente e oficial maior do 22.º Cartório de Notas desta Capital, candidato inscrito ao provimento do 12.º Cartório de Registro de Imóveis desta comarca da Capital, insurge-se contra a decisão da Comissão de Concurso, objetivando: - a) a contagem distinta, para a conferência de pontos, dos exercícios de escrevente e oficial maior, nos termos do art. 20, parágrafo único, inc. VI, do Dec.-Lei n. 159/69; - b) a contagem de pontos pelos trabalhos de sua autoria, denominados "Notas Públicas" e "Oficial Maior".

Nenhuma razão milita em prol do recorrente.

A Lei paulista n. 819150, que permitia contar um ponto ao candidato que houvesse exercido durante 10 anos a função de oficial maior (art. 20, letra "a", item XIII com redação dada pela lei n. 2.656/54), foi expressamente revogada, sem qualquer ressalva, pelo art. 58 do Dec.-Lei n. 159/69. E este não prevê tal contagem, adotando regime diverso nesse caso. Tanto assim que só a manteve como um dos critérios de desempate, segundo se infere do art. 23, inc. II, do citado Dec.-Lei n. 159/69. Na verdade, enquanto a lei anterior se contentava, para esse fim (desempate), com o "exercício como oficial maior no cartório vago, na data em que se verificasse a vacância", a nova disciplina exige não só o desempenho da aludida função, mas também o requisito temporal, ou seja, o seu "exercício efetivo durante dez anos (cfr. art. 20, parágrafo único, inc. VI do Dec.-Lei 159/69). E bem acentuou a decisão recorrida, com a devida vênia, que moralizadora foi a intenção do legislador de 1969, porque eliminou a dupla vantagem para uma só situação, como dantes ocorria.

Donde não ser lícito falar em direito adquirido ao pretendido cômputo, uma vez que se trata, aqui, de outro concurso, regido por disciplina própria e especial, de caráter público e cogente e de aplicação imediata, como se tem acentuado em casos semelhantes.

Nem se tencione distinguir entre o tempo de serviço como oficial maior e como escrevente, porquanto, na realidade, ambos se identificam e constituem, em última análise, serviço exercido pelo escrevente, aliás já considerado em favor do recorrente.

Concluir de forma diversa é pretender contar em dobro, o mesmo tempo de serviço, sem amparo legal. Fosse assim, o escrevente-oficial maior, que durante certo período substituiu o escrivão, teria o seu tempo contado em triplo (escrevente - oficial maior - escrivão), o que seria um absurdo. Foi o que ressaltou a Comissão de Concurso com muita acuidade e todo o acerto.

De outra parte, não aproveitam ao recorrente as suas obras "Notas Públicas" e "Oficial Maior", uma vez que a primeira trata, não só da matéria cuidada no segundo livro, como, ainda, de assunto pertinente, em especial, a tabelionato; e a outra - "Oficial Maior" versa sobre função existente nas serventias em geral. Nenhuma delas se ocupa de matéria relativa à serventia vaga, ora em concurso, como exige o art. 20, parágrafo único, n. 5, do moralizadora 159/69. Dai porque os trabalhos apresentados não estão em condições de conferir pontos ao recorrente, tal como já se decidiu neste Conselho Superior da Magistratura em outro processo do próprio interessado.

Por tais motivos, nega-se provimento ao recurso. São Paulo, 3 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Processo de Recurso n.º 61/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Jacintho Guglielmi - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Jacintho Guglielmi, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento dos 15.º e 26.º Cartórios de Notas da Capital: Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, negar provimento, unanimemente, ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Insurge-se o recorrente contra a sua classificação no concurso em questão, em que obteve treze (13) pontos, sustentando o seu direito a dezesseis (16) pontos, uma vez que lhe cabe a contagem de dois (2) pontos pela apresentação de comprovante de Curso de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo e de um (1) ponto pelo exercício interino do cargo de serventuário por mais de três anos.

Não procede a pretensão.

Não concluiu o interessado o curso de Criminologia. Matriculado em 1950 no primeiro ano e aprovado nos exames finais, matriculou-se em 1951 no segundo e último ano. Todavia, só prestou a primeira prova parcial, deixando de submeter-se à final.

Ora, exigindo o art. 20, § único, n.º 2, do Decreto-lei n.º 159-69

"diploma de ... curso de nível superior", não lhe assiste a atribuição dos pontos reclamados, subordinada a obtenção de diploma, pressuposto da conclusão regular do curso.

É irrelevante haver, ulteriormente, ocorrido redução do curso para um ano letivo (Dec. n.º 26.368-56, modificado pelo Decreto n.º 52.737-71), de vez que novas disciplinas foram introduzidas no curriculum, como Direito Administrativo, Direito Penal Aplicado. Investigação Policial, Administração Policial e Estudos dos Problemas Brasileiros (compare-se o art. 5.º do Dec. n.º 52.737-71 com o art. 5.º do Dec. n.º 19.089-50).

De resto, se a redução do curso a um ano tivesse resultado da supressão pura e simples do segundo ano, mantido o curriculum do primeiro, ao ora interessado caberia pleitear o diploma de conclusão de curso respectivo.

Para a contagem de pontos pretendida exige-se, como se viu, "diploma de... curso de nível superior", insubstituível, à evidência, por certidão escolar em que se consigna não haver o interessado prestado as provas finais da segunda e última série do curso (fls. 20).

No que tange à contagem de mais um ponto pelo exercício interino do cargo de escrivão (Dec. lei n.º 159-69, art. 20, § único, n.º 9), verifica-se que o interessado só exerceu, como interino, aquele cargo no período de 20 de março a 18 de dezembro de 1972 (cert. de fls. 11), lapso de tempo inferior aos três anos exigidos pelo dispositivo legal citado.

É certo haver também respondido pela serventia na condição de substituto. Mas os períodos de substituição não se somam aos de interinidade para o fim em causa. Substituição e interinidade, são figuras distintas, com características próprias, pelo que não se confundem para o efeito pretendido, como, aliás, reiteradamente tem decidido este Egrégio Conselho Superior da Magistratura (veja-se o acórdão no Proc. n.º 49172, em recurso manifestado por Rubens do Amaral Gurgel, in xerox de fls. 32-36).

Dentro dessa orientação, mantida uniformemente em casos análogos e cujos fundamentos são aqui adotados, nega-se, pelo exposto, provimento ao recurso.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente e Relator

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

Processo de Recurso n.º 61/72 - GAPRE 4 - Capital Agvte.: José Aguiar Granzoto - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por José Agenor Granzoto, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento dos 15.º e 26.º Cartório de Notas da Capital: Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento

ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. O recorrente inscreveu-se no concurso para provimento dos 15.º e 26.º Cartórios de Notas desta Capital, obtendo, na classificação, 8 pontos. Insurge-se contra tal classificação por julgar-se com direito a mais um ponto pelo exercício interino de cargo de escrivão, nas condições do Dec.-Lei n.º 159-69, art. 20, § único, n.º 9.

Não lhe assiste razão.

Verifica-se pela certidão de fls. 9-10 que o interessado só exerceu, como interino, cargo vago de escrivão, no período de 5 de dezembro de 1967 a 25 de dezembro de 1968, lapso de tempo inferior aos três anos exigidos pelo dispositivo legal que invoca.

É certo haver também respondido pela serventia na condição de escrivão substituto, em virtude de férias ou licença do titular. Mas tais períodos de substituição não se somam aos de interinidade para o fim em causa. Substituição e interinidade são figuras diversas, com características próprias, pelo que não se confundem para efeito pretendido, como, aliás, reiteradamente tem decidido este Egrégio Conselho Superior da Magistratura (veja-se o acórdão no Proc. n.º 49-72, em recurso manifestado por Rubens do Amaral Gurgel, xerox de fls. 22-26). Dentro dessa orientação, mantida uniformemente em casos análogos e cujos fundamentos aqui são adotados, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente e Relator

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

**Processo de Recurso n.º 61/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Oscar Serra -
Recda.: - Comissão de Concurso.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Oscar Serra contra decisão da Comissão de Concurso para provimento dos 15.º e 26.º Cartórios de Notas da Capital: Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, negar provimento, unanimemente, ao recurso para que subsista a decisão recorrida.

O recorrente inscreveu-se no concurso para provimento aos 15.º e 26.º Cartórios de Notas desta Capital, obtendo, na classificação, 11,50 pontos. Insurge-se contra o critério da Comissão, objetivando o acréscimo dos seguintes pontos:

- a) Um ponto por tempo de serviço, totalizando 9 pontos, uma vez que, à data do encerramento do concurso, contava com mais de quarenta e cinco (45) anos de efetivo exercício.
- b) Um ponto por tempo de serviço à Justiça Eleitoral, pois que prestou serviços a essa Justiça em dois períodos de dois anos cada um, mandando a lei que se conte um (1) ponto em cada período (art. 20, § único, n.º 7, do citado Decreto-lei n.º 159169).
- c) Um ponto pela obra publicada, uma vez que, a esse título, só lhe foi atribuído um ponto, quando em anterior concurso esse mesmo Egrégio Conselho, em recurso interposto pelo ora reclamante, concedeu-lhe dois (2) pontos. Assim, esse seu direito já está reconhecido por decisão que produz todos os efeitos de coisa julgada.
- d) Um ponto por tempo de serviço como escrivão interino, referido na certidão expedida pela Corregedoria-Geral da Justiça e junta ao processo.
- e) Três pontos decorrentes de sua aprovação em concurso para serventuário assegurados pela legislação anterior. Já tinha direito adquirido a esses pontos quando do advento do Decreto-lei n.º 159 / 69.

Aduziu que em anterior concurso lhe foram atribuídos 14 pontos, que não poderiam ser reduzidos para 11,50, de vez que lei posterior deve respeito ao direito adquirido (cf. art. 153, § 3.º).

Processado o recurso, um dos concorrentes, Domingos Di Nardo, ofereceu impugnação.

Não procede o recurso.

Contou o recorrente até o encerramento das inscrições em 3-10-72, conforme xerocópia de fls. 6/8, 43 anos, 10 meses e 4 dias, de efetivo exercício. Atribuiu-lhe a Comissão 3 pontos pelo tempo de serviço (Dec.-lei n.º 159-69, art. 20, § único, n.º 6), dado que para cada 5 anos compute-se 1 ponto, sem qualquer consideração a frações, como ocorria em face da lei anterior.

Quanto à escrivania eleitoral, confere-se ponto pelo desempenho efetivo das funções por 2 anos

completos (Decreto-lei n.º 159-69, artigo 20, parágrafo único, n.º 7) e não pelo número de biênios exercidos. Tanto que o dispositivo não alude, como seria mister, a cada período. No que respeita à obra publicada, usou a Comissão de seu critério para avaliá-la, atribuindo-lhe a nota de 0 a 2, como lhe é facultado (artigo 20, § único, n.º 8), do citado diploma). Considerou a singeleza e a ancianidade da obra, sem melhoria ou atualização posterior, para outorgar-lhe 1 ponto. Tal orientação não desborda da discricção que a lei lhe reserva. O ponto reclamado pela interinidade não tem lugar, uma vez que aquela não existiu no sentido próprio, limitando-se o interessado a substituir o escrivão por motivo de férias ou licenças. Substituição e interinidade são figuras distintas, pelo que não se confundem para o efeito colimado, como, aliás, vem reiteradamente decidindo este Egrégio Conselho Superior da Magistratura (cfr. acórdão no Proc. n.º 49-72, xerox de fls. 18-22). Não lhe cabem, igualmente, os pontos reivindicados em face da Lei n.º 6.882-62. É certo que essa lei facultou a serventuários e escreventes a inscrição em concurso de remoção e promoção para as serventias referidas no artigo 5.º da Lei 819-50, desde que contassem mais de 25 anos de efetivo exercício, estabelecendo, ainda, que ao serventuário vitalício com ingresso na carreira dos servidores da justiça mediante concurso regular de provas e títulos, se creditava mais três pontos, além dos que lhe fossem atribuídos nos termos da legislação vigente, desde que não possuísem nenhum dos títulos a que se referiam os itens I, II e III da alínea "a" do artigo 20 da mesma lei n.º 819-50. Todavia, como bem elucida a ilustrada Comissão: "... os concursos para provimento de serventias de justiça vagas são, presentemente, disciplinados pelo Decreto-lei 159-69, que revogou expressamente a citada Lei n.º 819-50 (artigo 58). Ora, sob o novo regime de provimento dos cartórios não oficializados, existe disposição explícita sobre a matéria em foco qual o parágrafo único do artigo 20, estatuinto quais os "valores a serem conferidos aos títulos", sem repetir os antigos e criticáveis critérios estabelecidos na legislação anterior, que se tornaram, sem dúvida, letra morta. Destarte, a situação pretérita invocada pelo recorrente, que lhe outorgaria mais três pontos, além de não configurar direito adquirido, não merece mais atendimento e aplicação, como se tem decidido iterativamente neste Eg. Conselho Superior da Magistratura e o observou acertadamente a Comissão de Concurso" (sic. fls. 26-27), como aliás, decidiu o Egrégio Conselho no Proc. n.º 49-72 - Recurso em nome de José de Godoy Bueno)". Finalmente, e pelas mesmas razões, não se depara violação a direito adquirido. Classificações anteriores, realizadas sob regime diverso, não geram direitos para o futuro, circunscritas, nos seus efeitos, aos concursos respectivos. As vagas supervenientes a nova sistemática legal por esta se regulam. Direito adquirido só poderia existir quanto às vagas com concurso realizado sob a égide da disciplina revogada. E não é o caso.

São Paulo, 17 de dezembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente e Relator

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

Processo de Recurso n.º 70/72 - GAPRE 4 - S. Carlos Recte.: César Vassimon - Recda.: Comissão Examinadora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por César Vassimon contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 1.º Ofício de Justiça e Anexos de São Carlos:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, dar provimento em parte para mandar contar, em favor do recorrente, o ponto atinente ao serviço eleitoral, mantida a decisão recorrida quanto ao mais.

Insurgiu-se, o recorrente, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da comarca de S. Carlos, porque só lhe computou 7 pontos pelo seu tempo de serviço e não 8, como pretende, deixando ainda de lhe atribuir 1 ponto pelo exercício de função eleitoral e ainda porque foi classificado abaixo de candidata que nenhuma

pena disciplinar acusava, circunstância esta que o recorrente também alega.

O recurso somente pode ser atendido no que concerne ao serviço eleitoral prestado pelo recorrente e cuja certidão foi junta ao concurso. E isto porque não se trata de documento essencial para a inscrição, de sorte a se justificar a interpretação liberal do art. 20 do Dec.-lei 159/69.

No tocante ao tempo de serviço do candidato, constante da certidão fornecida pela Egr. Corregedoria-Geral da Justiça, nenhuma razão lhe assiste. Se ela registra um total de 37 anos, 6 meses e 25 dias, é claro que ao recorrente devem corresponder 7 pontos, nos termos do art. 20, parágrafo único, n.º 6, do Dec.-lei 159/69. Isto porque a cada período de cinco anos de efetivo exercício como escrevente ou outra função exercida como servidor da justiça equivale 1 ponto. Não se justifica mais o arredondamento para um período completo, da fração superior à metade do quinquênio, como permitia a antiga legislação.

Improcede, igualmente, a reclamação do candidato quanto a classificação de Amélia Higashi, visto que contra esta não consta qualquer falta disciplinar, em contrário do que figura na certidão relativa ao recorrente, onde deparam-se duas penas de advertência, não contrariadas por qualquer outra prova neste processo.

Daí o provimento parcial do recurso somente para a contagem de mais um ponto em favor do candidato, relativo ao serviço eleitoral prestado.

São Paulo, 17 de setembro de 1973.

aa) Tácito Morbach de Goes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente em exercício (D.J. 28-9-73)

Processo de Recurso n.º 49/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Antônio Barreto de Mendonça - Recda.: Comissão de Concurso

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Antônio Barreto de Mendonça contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 12.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital - classe especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento ao recurso, já em parte atendido pela própria Comissão de Concurso.

O recorrente, escrivão do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Taquaritinga, inscrito e classificado para o 12.º Cartório do Registro de Imóveis desta Capital, não se conforma com a decisão da Comissão de Concurso que reduziu da metade a contagem de pontos pelos diplomas de bacharel em direito e de técnico em contabilidade, bem como pela obra apresentada, em virtude de haverem esses títulos proporcionado promoção anterior ao candidato (artigo 29 do Decreto-lei 159169).

Alega, em síntese, que o diploma de técnico em contabilidade e a obra que juntou no seu processo, não foram apresentados por ocasião do concurso em que obteve classificação e nomeação para o Ofício de Contador e Partidor da comarca de Campinas, em cujo cargo não chegou a se empossar por haver deixado transcorrer, "in albis", o prazo legal para a assunção do exercício.

Quanto ao diploma de bacharel em direito, entende o recorrente não ser devido o desconto, justamente porque não tomou posse do cargo, estribado, de resto, no voto vencido proferido no recurso n.º 141.900, de Taquaritinga, em que foi recorrente o próprio interessado.

Apreciado o recurso, a Comissão de Concurso deu-lhe razão em parte. E isto porque verificou o engano em que laborara a Secretaria ao prestar informações para a atribuição de pontos ao candidato, quando, realmente, segundo se apurou agora, no concurso anterior o recorrente não fizera uso do diploma de técnico em contabilidade e da obra "A Dúvida nos Registros Públicos". Daí a reconsideração da Comissão de Concurso de que a redução a que alude o artigo 29 do Decreto-lei

n.º 159/69 não incide sobre os pontos conferidos a esses títulos. Bem por isso mandou a Comissão de Concursos computar, em favor do recorrente, mais três pontos, sendo dois pelo diploma de técnico em contabilidade e um pela obra "A Dúvida nos Registros Públicos" de sorte que o total de pontos do candidato atingirá a 14,50 pontos, retificando-se, assim, a lista de classificação.

Todavia, no que respeita ao diploma de bacharel em direito, a redução há de ser confirmada,

como decidiu a Comissão de Concurso.

Com efeito, o Egrégio Tribunal Pleno ao julgar o recurso n.º 141.900, de Taquaritinga, já mencionado, assentou por grande maioria, que o desconto é devido se já concorreu para nomeação anterior do candidato, ainda que o nomeado não tenha tomado posse. É a solução mais correta, uma vez que, para a incidência daquela sanção não o exigia o artigo 34 da Lei n.º 819/50 e nem o requer o artigo 29 do Decreto-lei 159/69, que o concorrente tomasse posse.

Basta, pois que tenha proporcionado nomeação, não se exigindo a sua posterior complementação pela "posse e exercício".

Nomeação é o ato de investidura do funcionário no cargo, segundo definição de Hely Lopes Meirelles ("Direito Administrativo Brasileiro", edição Revista dos Tribunais, 1966, página 366) e entendimento de outros especialistas da matéria, estabelecendo relação funcional provisória entre o nomeado e a Administração e propiciando-lhe a posse e o exercício subsequentes. Ora, a disposição que manda reduzir pela metade os pontos proporcionados pelos títulos em nomeação anterior tem, também, intuitos louváveis de moralização, coibindo ou pelo menos desencorajando os "negócios" que, em concursos para serventias de justiça, eram encetados antes, ou mesmo depois da posse e exercício, com vistas a verdadeiras "transações" dos concorrentes em relação aos cargos públicos, em consonância, aliás, com a regra salutar do artigo 56 do mesmo Decreto-lei n.º 159/69.

Foi o que acentuou a Comissão de Concurso com toda a pertinência pelo que se nega provimento ao recurso.

São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente, em exercício

Processo de Recurso n.º 49/72 - GAPRE 4 - Capital Recte.: Ary Almeida de Carvalho - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Ary Almeida de Carvalho contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital - classe especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente, escrivão do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da 2.ª Circunscrição da Comarca de Araraquara, pretende obter mais um ponto pelo exercício interino do cargo de escrivão, com fundamento no artigo 20, parágrafo único, n.º 9, do Decreto-lei n.º 159/69, ponto esse que a Comissão de Concurso lhe negou por entender que não se cogita de interinidade mas de simples substituição do titular.

Alega o recorrente que não há distinção entre a situação do substituído nas férias, licenças e outros afastamentos do titular e a posição do mesmo, em se tratando do exercício do cargo vago, inexistindo, na lei, a diferença que a Comissão estabeleceu.

Nenhuma razão assiste ao recorrente.

Consoante já se frisou em casos semelhantes, não se pode confundir os conceitos de funcionário interino com o de substituto.

A melhor doutrina do Direito Administrativo faz perfeita distinção entre um e outro. Os funcionários interinos somente ocupam cargos isolados, quando deles se afastam os titulares, ou quando se achem vagos os cargos. Em ambas as hipóteses, tal ocorre porque inexistem substitutos legais para o exercício do cargo.

Diversamente, quando se trata de cargo de carreira, como o é indiscutivelmente o de serventuário da justiça, por força do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 159/69, as substituições do titular da serventia, qualquer que seja operam-se por via de seu substituto legal, que é em geral, o primeiro escrevente e Oficial Maior.

E foi isto o que se verificou com o recorrente, que exerceu, em vários períodos, o cargo de serventuário, por afastamentos de seu titular, a título de substituto legal e nunca em caráter interino, a despeito da errônea designação feita.

Nem tal equívoco de nomenclatura da substituição poderia transmutar os conceitos de interinidade e substituição, aliás bem distintos no antigo e atual estatuto dos funcionários públicos paulistas, que lhes servem de subsídio exegético (cfr. Decreto-lei n.º 12.273, de 28-10-41, artigo 16; Decreto n.º 26.544, de 5-10-56, artigo 38, incs. V e VI; Lei Est. n.º 10.261, de 28-10-68, artigos 23 e 24).

De igual modo, em nada aproveita ao recorrente as confusões de nomenclatura constantes do Decreto n.º 5.129, de 23-7-31, quanto a substituição e interinidade, empregando os vocábulos indiferentemente e no mesmo sentido. Tal diploma, além de destituído de qualquer técnica, já se encontra revogado expressamente pelo Decreto-lei n.º 159/69.

Irrelevante, outrossim, o fato da Lei n.º 2.656, de 21-1-54, ter introduzido o inciso XI ao artigo 20 da Lei 819/50, contemplando com mais um ponto o exercício interino do escrevente, durante três anos no cargo de serventuário.

E ainda que se admita fosse intenção do legislador a de beneficiar o escrevente com as pseudo-interinidades, o que se deduziria da justificação do projeto de lei que se converteu na Lei Estadual 1656/54, certo é que tal objetivo não se coaduna com o atual sistema do Decreto-lei 1.959/69, onde vigem novos princípios e diferentes normas, que devem ser interpretadas de acordo com a nova sistemática das demais disposições administrativas, as quais, doutrinariamente, fazem perfeita distinção entre os conceitos de substituição e interinidade. Basta notar que além do disposto no inc. IX do § único do art. 20 do Dec.-lei n.º 159/69, consigna este diploma o princípio contido no art. 57, § 2.º, segundo o qual somente no caso de inexistência de escrevente na serventia, poderá o Governador provê-la em caráter interino com quem venha livremente a escolher. Vale dizer: em havendo afastamento do titular da serventia, sem ter ocorrido vaga, ocorrerá a substituição normal, automática, de conformidade com o princípio adotado pelo art. 57 "caput" isto é: responderá pela serventia o oficial maior ou, na falta deste, o escrevente mais graduado.

Por aí se evidencia que a Comissão de Concurso andou com inegável acerto ao negar ao recorrente o ponto reclamado pelo exercício da serventia que foi desempenhado em caráter de substituição e não de interinidade.

Donde negar-se provimento ao recurso, mantidos os demais fundamentos inseridos na decisão recorrida, que ora se adotam.

São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça o Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente em exercício

Processo de Recurso n.º 725/72 - GAPRE 4 - Monte Aprazível - Rect.: Ayrton Pires Domingues - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Ayrton Pires Domingues contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento dos 1.º e 2.º Ofícios de Monte Aprazível e Anexos, bem como dos Cartórios do Registro Civil e Anexos dos distritos e municípios de Poloni e Macaúbal, da mesma comarca:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, negar provimento ao recurso para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente é serventuário de 2.ª classe, pois foi inicialmente provido em distrito que não era sede de município (1.ª classe). Mas elevado o distrito à condição de município, por força da Lei n.º 8.092/64, sob a vigência da Lei n.º 819/50, o recorrente passou à segunda classe, pois então a promoção "in loco" era permitida ou tolerada, ex-vi do inc. II, da alínea "b", da Lei n.º 819/50. Não pode, assim, concorrer para serventia de classe inferior, como é o caso das que se acham vagas e em concurso, porque a tanto obsta o art. 26 do Dec.-lei 159-69.

O que se assegura é a situação do recorrente em caso de rebaixamento da serventia na qual se encontre o serventuário provido. Só nessa hipótese o ocupante do cargo não é colocado em situação inferior, conservando a sua classificação anterior.

E até a edição da sistemática introduzida pelo Dec.-lei Complementar n.º 3/69, permitia-se a promoção do serventuário "in loco", por inexistência de disposição legal como a que veio com o Dec.-lei n.º 158/69, art. 85, repetida no art. 63, § único, da Resolução n.º 1, de 1971.

Na espécie, porém, o que ocorreu, foi o rebaixamento da classificação das serventias em apreço, a cujo provimento o recorrente não possuía, sequer, expectativa de direito.

Por fim, ressalte-se que o precedente invocado não favorece o recorrente, consoante assinalou à Comissão de Concurso, uma vez que ele provém de situação peculiar apreciada e resolvida pelo Poder Executivo, o qual não obriga e nem vincula o Poder Judiciário.

Pelo expedido, mantém-se a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

São Paulo, 13 de julho de 1973.

aa) Tácito Morbach de Góes Nobre, Presidente.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Sylvio Cardoso Rolim, Vice-Presidente em exercício

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 4/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970 e pelas notas 4.ª e 6.ª da Tabela 7 do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, com a redação dada pelo Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971,

Resolve:

I - Fixar a seguinte tabela de despesas de condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, Família e Sucessões, Fazendas Públicas, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos:

a) para o 1.º perímetro da Zona Urbana - Cr\$ 0,55;

b) para os km restantes da Zona Urbana - Cr\$ 1,16;

c) para a Zona Suburbana - Cr\$ 2,60;

d) para a Zona Rural - Cr\$ 4,12;

e) mais Cr\$ 0,47 por km que exceder a vinte (20).

II - Fixar em Cr\$ 1,52 por diligência para as despesas de condução dos Oficiais de Justiça das Varas Distritais da Capital, sem consideração das distâncias efetivamente percorridas.

III - Este provimento se aplica também, no que couber, aos Oficiais de Justiça das comarcas do Interior, respeitadas as respectivas dotações orçamentárias.

IV - Os MM. Juízes de Direito Diretores de Fóruns, aos quais compete baixar portarias sobre as tabelas de condução dos Oficiais de Justiça segundo o artigo 32 do Decreto-lei n.º 203/70, remeterão, cópias à E. Corregedoria-Geral da Justiça para os devidos fins.

V - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com uso de apenas uma condução, o Oficial de Justiça fará jus ao reembolso de uma só verba.

VI - Os Escrivães, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça, certificarão a veracidade dos elementos inscritos nos aludidos mapas, especialmente no que interessa à condição de processos criminais de réus pobres.

VII - Na Capital à vista da certidão mencionada no item anterior, o MM. Juiz de Direito e Corregedor Permanente aporá seu "visto" e encaminhará os mapas ao Serviço Técnico de Execução Orçamentária (D.E.C.O. - Contabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, Ultrapassados esses prazos, será o inadimplemento comunicado à E. Corregedoria-Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito, sem prejuízo da suspensão do pagamento correspondente a critério daquele órgão.

VIII - Nas demais comarcas, os Juízes Corregedores; Permanentes efetuarão o pagamento das diligências mediante a apresentação dos mapas com os requisitos estabelecidos no item VI e prestarão as contas na forma da ordem de serviço n.º 1/69 da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

Os mapas deverão ser entregues no cartório da Corregedoria Permanente, até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, sob pena de serem sustados os pagamentos e tomadas as demais providências disciplinares adequadas.

IX - Este provimento entrará em vigor no dia 20 de outubro próximo futuro.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 17 de agosto de 1973.

a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

(D.O.J., de 23-08-73).

PROVIMENTO N.º 05/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve: I - Fica instituída a Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, em substituição aos provimentos, portarias e disposições relativas à matéria afeta à Corregedoria, ora revogados.

II - Este Provimento entrará em vigor no dia 17 de outubro de 1973.

III - Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 11 de outubro de 1973.

a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

(D.O.J., de 13-10-73).

PORTARIA N.º 23/73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, legais,

Considerando o estabelecido na Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de corretor de imóveis;

Considerando a representação feita pelo Conselho Federal dos Corretores de Imóveis do Brasil;

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no processo CG. 38.036/73.

Determina aos Srs. Escrivães do Registro Civil das Pessoas Jurídicas que se abstenham de proceder ao registro de atos constitutivos de entidades que se intitulam corretores, mediadores administradoras de imóveis ou assemelhadas, sem a prévia comprovação de sua inscrição no Conselho Regional de Corretores, de Imóveis (CRECI), de conformidade com o disposto nos arts. 1.º e 4.º da Lei n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.

Eu, Ézio Donati, Escrivão Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, subscrevi e assino.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Paulo, 1.º de agosto de 1973.

a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça (Republicado por ter saído com incorreção).

(D.O.J., de 11-08-1973).

PORTARIA N.º 36/73, DE 26-11-73

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que os artigos n.ºs 953 e 954, da Consolidação das Normas de Corregedoria-Geral da Justiça indicam os serventuários que funcionarão como Escrivães das correições realizadas nos cartórios cíveis e criminais da Comarca da Capital,

Considerando que esses escrivães não poderão servir simultaneamente nas correições que serão realizadas pelos Corregedores Permanentes dos citados cartórios,

Resolve:

I - Autorizar os MM. Juízes de Direito Corregedores Permanentes a designar, para esse fim e no impedimento ocasional dos Escrivães das correições, Escrivão "ad hoc" do cartório de numeração imediatamente superior à da serventia correicionada.

II - Na hipótese de correição em cartório cuja numeração for a última da respectiva série, será designado o Escrivão do cartório do 1.º ofício da série correspondente.

(D.J., de 28-11-73).

PORTARIA N.º 29173

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o estabelecido na Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação de exercício da profissão de corretor de imóveis;
Considerando a representação feita pelo Conselho Federal dos Corretores de Imóveis do Brasil;
Considerando, finalmente, o que ficou decidido no processo CG n.º 38.036173,
Determina aos Srs. Escrivães do Registro Civil das Pessoas Jurídicas que se abstenham de proceder ao registro de atos constitutivos de entidades que se intitulam corretoras de imóveis sem a prévia comprovação de sua inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), de conformidade com o disposto nos artigos 1.º e 4.º da Lei n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 15 de outubro de 1973.
Eu, Ezio Donati, Escrivão Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, subscrevi.
a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça (Publicado novamente por ter saído com incorreção).
(D.O.J., de 27-10-73).

PORTARIA N.º 1/74

O Desembargador Márcio Martins; Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que se acha em vigor a Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o novo Código de Processo Civil,
Considerando que, com a sistemática implantada por esse diploma, operam-se modificações quanto ao "nomen juris" de certas ações e respectivo procedimento,
Considerando a necessidade de se proceder às convenientes adaptações junto aos serviços auxiliares da Justiça, notadamente aqueles afetos à distribuição cível de primeira instância, referidos no art. 434, Subseção 1, da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça,
Considerando, finalmente, o que ficou decidido no processo n.º CG. 39.617/74,
Determina:
Art. 1.º - A distribuição cível de primeira instância continuará a ser feita na forma do disposto no art. 434 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, atendidas as seguintes modificações de classes:
a) na classe das Ações Cominatórias; serão anotados os Procedimentos Sumaríssimos do art. 275 do novo Código de Processo Civil. As ações que ainda vierem rotuladas com esse nome (cominatórias) deverão ser regularmente distribuídas, atendidas as exigências legais e oportunamente submetidas ao Juiz do feito.
b) as Ações Executivas serão doravante anotadas desdobramento em
1 - Execução contra devedor Solvente; e
2 - Insolvência.
c) as ações do Título VIII do Livro V do antigo Código passarão a ser anotadas como Ações de Reintegração de Posse do Livro IV, Título I, Capítulo XIII (C.P.C., arts. 1.070/1.071).
d) outras ações especiais do Livro V do antigo Código serão anotadas como outras ações do Livro III do Código atual.
Art. 2.º - Na Comarca da Capital, aplicam-se ainda, no que couber, as disposições das alíneas "a" e "b" do artigo anterior referentemente à distribuição de processos de interesse da Fazenda Pública.
Art. 3.º - Oportunamente serão realizados os necessários estudos e levantamentos estatísticos tendentes à redação definitiva do referido art. 434 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.
São Paulo, 3 de janeiro de 1974.
a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça
(D.O.J., de 5-01-74).
d) outras ações especiais do Livro V do antigo Código serão anotadas como outras ações do Livro III do Código atual.

Art. 2.º - Na Comarca da Cavital, aplicam-se ainda, no que couber, as disposições das alíneas "a"

e "b" do artigo anterior referentemente à distribuição de processos de interesse da Fazenda Pública.

Art. 3.º - Oportunamente serão realizados os necessários estudos e levantamentos estatísticos tendentes à redação definitiva do referido art. 434 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 3 de janeiro de 1974.

a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça
(D.O.J., de 5-01-74).

PROTOCOLADO CG - 8391/73

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, no Prot. CG. n.º 8.391/73, devidamente aprovada pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça: Excelentíssimo Sr. Corregedor-Geral,

O MM. Juiz de Direito em exercício na 1.ª Vara de Registros Públicos encaminha à Corregedoria-Geral, para os devidos fins, pedido formulado pelo Movimento. de Promoção Humana referente à gratuidade do Registro Civil para pessoas comprovadamente pobres.

Diz a senhora Coordenadora Geral que o Cartório do Registro Civil do 13.º Subdistrito do Butantã somente atende casos de casamento gratuitos, na forma da lei, através da Legião Brasileira de Assistência.

Esclarece, ainda, que no caso específico da senhora Valdete Pereira dos Santos, esta não foi atendida pela Legião Brasileira de Assistência, não obtendo o registro desejado.

Os MM. Juízes das 1.ª Vara de Registros Públicos e da 1.ª Vara Distrital de Pinheiros ressaltam o descabimento da pretensão do Sr. Oficial do Registro Civil.

Dispõe o art. 40, do Decreto n.º 4.857, de 9-11-39, que "não será cobrado emolumento, algum pelo registro civil e respectivas certidões das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade policial".

Ocorre que o registro civil do 13.º subdistrito, segundo o documento de fls. 3, indevidamente condiciona a concessão da gratuidade legal do registro à intervenção da Legião Brasileira de Assistência.

Pode, evidentemente, a Legião Brasileira de Assistência auxiliar o interessado, orientando-o como proceder para a obtenção do registro gratuito. O que não pode é o cartório deixar de atender o interessado, diretamente, se este faz prova de sua situação de pobreza.

Ante o exposto, opino no sentido de que, seja este parecer, se aprovado dado ao conhecimento do Movimento de Promoção Humana, Legião Brasileira de Assistência, MM. Juízes de Direito Corregedores Permanentes e Escrivães dos Cartórios de Registro Civil do Estado.

A consideração de Vossa Excelência. São Paulo, 9 de agosto de 1973. a) Flávio César de Toledo Pinheiro, Juiz Auxiliar Aprovo. Publique-se, para conhecimento dos interessados.

Data supra.

(D.O.J., de 10-8-73).

Interessado - Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Para fins de conhecimento foi determinado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça que se publicasse o Ofício do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, abaixo transcrito.

Instituto de Previdência do Estado de São Paulo,

Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo - Rua Bráulio Gomes, 107.

Of. - C - 13/73.

São Paulo, 23 de agosto de 1973.

Prot. n.º 010372/73.

Senhor Corregedor:

Na qualidade de Presidente do Conselho da Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo, dirijo-me à

V. Exa. para solicitar o estudo sobre a possibilidade da expedição de Provimento chamando a atenção dos Srs. Serventuários de Justiça para o disposto no artigo 50 da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970.

Com efeito, a contribuição que incide sobre a juntada de mandatos e substabelecimentos judiciais, representa fonte de receita substancial para a manutenção desta carreira. É do conhecimento deste Conselho que em determinadas regiões do Estado não houve recolhimento algum concernente à contribuição referida, podendo ser mencionada desde já a região de Bauru, na qual durante o último exercício financeiro não houve qualquer arrecadação. No aguardo do acolhimento da pretensão ora exposta, subscrevo-me com alto apreço e consideração.

a) Alcides Thomaz Lauria, Presidente
Exmo. Sr. Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira.
(D.O.J. de 14-12-73)

PROCESSO CG 38.532/73

Por determinação do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o parecer proferido no Proc. CG n.º 38.532/73, em que figura como interessado Banco Central do Brasil, abaixo transcrito:

Proc. CG n.º 38.532/73

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral

O Banco Central do Brasil requer a reconsideração da conclusão firmada no parecer desta Corregedoria elaborado no processo CG n.º 2/73, onde se firmou o entendimento de que no caso cédula rural pignoratícia e hipotecária (as garantias de penhor e a de hipoteca deverão ser inscritas no registro imobiliário, embora o instrumento seja um só, para que sejam cabalmente preservadas as altas finalidades do Decreto-lei n.º 167/67 e do Decreto n.º 62.141/68.

O parecer em questão examinou a hipótese da letra "e" do artigo 30, do referido Decreto-lei n.º 167/67 que dispõe: "artigo 30 - As cédulas de crédito rural, para terem eficácia contra terceiros, inscrevem-se no Cartórios de Registro de Imóveis:

c) a cédula rural pignoratícia e hipotecária no da circunscrição em que esteja situado o imóvel de localização dos bens apenhados e no da circunscrição em que esteja situado o imóvel hipotecado."

Por isso que, em se tratando de duas circunscrições imobiliárias, duas devem ser as inscrições. Hipótese diversa é a do registro da cédula quando situados o imóvel e os bens na mesma circunscrição.

Nesse caso, quando as duas garantias (pignoratícia e hipotecária) estão situadas numa única circunscrição, a inscrição é uma só, no livro "9" (art. 31 citado, diploma legal). E a inscrição que se faz é a da cédula, e não a das hipoteca e penhor.

A propósito merece registro a manifestação da Consultoria Geral da República que bem enfocou a espécie: - "Em se tratando de cédula rural pignoratícia e de cédula rural hipotecária - Títulos-incorporantes de penhor e garantia "esc tunc", o que se inscreve não é a garantia de per si mas a própria cédula". (Parecer n.º 591 - II, de 13-11-67, publicado no D.O.U., de 21-11-67, págs. 11.696/7).

Em face do exposto, opino no sentido de que seja levado ao conhecimento do Banco Central do Brasil - Delegacia Regional de São Paulo, o teor do presente parecer se aprovado.

A consideração de Vossa Excelência. São Paulo, 14 de dezembro de 1973.

a) Flávio César de Toledo Pinheiro, Juiz de Direito Auxiliar.

JUIZ SUSCITA CONFLITO POSITIVO DE JURISDIÇÃO

Álvaro Lazzarini

O juiz Álvaro Lazzarini, decidindo na Vara de Registros Públicos, reivindicou para esta a competência para processar e julgar o feito que GTO, auxiliar de cartório de notas desta Capital, promove contra o seu respectivo serventuário, com fundamento no art. 802, parágrafo único, item I, e art. 803, item III, do anterior CPC, suscitando conflito positivo de jurisdição ao Tribunal Federal de Recursos.

GTO, perante a 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo, moveu reclamação trabalhista contra escrivão de cartório de notas desta Capital. Alega estar sendo transferida para diversos lugares, sendo também forçada a executar serviços inferiores àqueles que fazia

anteriormente, bem como a receber salário-mínimo, em disparidade com menores, que ganham mais. Além disso, alega também ter sido injustamente suspensa,, pleiteando, a final, o que julgava de lei e de direito.

A 20.^a Junta de Conciliação e Julgamento, decidindo exceção de competência argüida, sob a alegação de haver no caso vínculo empregatício, firmou a competência da Justiça Trabalhista. Segundo o juiz Álvaro Lazzarini, a Justiça Trabalhista é absolutamente incompetente para processar e julgar o feito, não só em razão da pessoa, como também em razão do matéria. Competente, isto sim, prossegue o juiz Álvaro Lazzarini, é o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos, com recursos à Corregedoria-Geral da Justiça, por força dos arts. 226 e seguintes do Código Judiciário do Estado de São Paulo e 64 e seguintes da Resolução n.º 1, de 1971, do Tribunal de Justiça também do Estado de São Paulo.

Com efeito - assinala a seguir - cumpre primeiramente salientar que Auxiliar de Cartório não oficializado é servidor público, pois, em verdade é servidor da justiça. É que Auxiliar de Cartório compõe o pessoal dos cartórios, sendo escolhido pelo serventuário, com aprovação do respectivo MM. Juiz Corregedor Permanente, bem como homologação da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, no ato de arquivamento (artigos 31 e 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969, que dispõe sobre o provimento das serventias não oficializadas e dá outras providências correlatas). Auxiliar de Cartório é contribuinte obrigatório da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, sob administração do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (artigo 4.º da Lei n.º 10.393, de 1970). O seu tempo de serviço cartorário é computado integralmente para efeito de aposentadoria no serviço público estadual (artigo 21 da Lei n.º 10.393, de 1970), certo que a aposentadoria é ato deferido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 10.393, de 1970. Suas férias, licenças e outros afastamentos estão disciplinados na Lei n.º 2.177, de 1953, regulamentada pelo Provimento C.G. n.º 15167, da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, legislação essa em vigor nos termos do artigo 39 do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Seus salários têm os níveis fixados segundo a disciplina imposta pelo Provimento C.G. - n.º 13/69, da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, que, dispondo sobre os níveis salariais dos escreventes e auxiliares de cartório não oficializados, regulamentou o artigo 231, parágrafo único, do Código Judiciário de 1969 e artigo 31, § 3.º, do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Outrossim, cumpre lembrar que o expediente judicial e extrajudicial - ou, como se denomina, o expediente do foro judicial e extrajudicial está regulado por disposições legais, como, verbi gratia, o artigo 120 do Decreto-lei n.º 11.058, de 20 de abril de 1940, e artigo 37 do Decreto-lei n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, aliás, conforme a Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça já expediu comunicado e esclarecimento, com data de 5 de julho de 1966, comunicado esse publicado no Diário Oficial da Justiça, tudo de acordo com decisão contida, quer no Proc. C.G. - n.º 29.263/68 (de lavra do, então, Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas), quer no Proc. C.G. n.º 32.750/70 (de lavra do, então, Corregedor-Geral da Justiça, e, agora, Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin). Anoto que a decisão dada nesse último processo foi aprovando parecer por mim oferecido a S. Exa., quando exerci as funções de seu Juiz de Direito Auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, no biênio 1970 e 1971.

E não desnatura a sua condição de servidor público o fato de não ser estipendiado, diretamente, pelos cofres públicos, eis que, os seus salários são pagos na forma da lei, em retribuição aos serviços públicos que presta nos termos da legislação apropriada. Tem, portanto, plena aplicação o venerando acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual, além de atributos outros, prevê a forma de remuneração", certo que "não importa que não receba a recorrente salários certos e pagos, diretamente, pelos cofres públicos. A forma de remuneração não o desfigura, já que o cargo foi criado por lei, com atribuição nela prevista, dela decorrendo a forma do estipêndio, além de ordenada de atributos, os quais reunidos, caracterizam o cargo público perante a doutrina brasileira, calcada em rumos de direito alienígena, aceita nos tribunais, inclusive perante esta Corte (R.F., 129/136 e seguintes; R.D.A., 79/197; D.J. de 8-6-59, Ap. 127, 291/4)" (acórdão unânime da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em 1.º de março de 1971, no recurso extraordinário n.º 70.071, de Pernambuco, relator ministro Thompson Flores, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 56, página 869), Aliás, quando Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, no indicado biênio, ofereci parecer segundo o qual "o serventuário de Justiça é "um agente público no dizer de Gaston Jéze

(in "Principios Generales del Derecho Administrativo", vol. II, tomo I, 1949, Editorial Depalma, Buenos Aires, traducción directa de la 3.ª edición francesa por Júlio N. San Millán Almagro, pág. 285). A lei o tem como funcionário público, porque, age como representante da autoridade pública, a exemplo do que ocorre na Alemanha, Áustria, URSS (e países satélites), França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Bélgica e Holanda (Georges Pestourie et André Vaccharezza, in "L'Apport du Droit Comparé Dans La Technique Notariale", "Livre du Centenaire de la Société de Legislation Comparée" - 1.869/1969, número especial da "Revue Internationale de Droit Compare", Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, página 361)" (in Parecer de 1.º de setembro de 1971, no Proc. C.G. - n.º 35.810, de 1971, da Comarca de Santo André). Portanto - continua - em que pese a assertiva do órgão colegiado da 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo no sentido de que AUXILIAR DE CARTÓRIO não é servidor público, tenho para mim que ele o é, pois colabora, efetiva e permanentemente, no serviço público estadual, formando parte do quadro de servidores da Justiça das serventias não oficializadas. Aliás, "atualmente é pacífica a jurisprudência sobre que a função de auxiliar e datilógrafo de serventia se identifica com a função de cargo público, conquanto ditos funcionários sejam admitidos e pagos pelos titulares das respectivas serventias" (acórdão em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Paraná, em 27 de novembro de 1970, no mandado de segurança n.º 69/70, de Curitiba, relator desembargador Ariel Amaral, in "Revistas dos Tribunais" volume 424, página 185). A propósito, tenha-se, ainda, presente, que "a competência para organizar o funcionalismo é da entidade estatal a que pertence o respectivo serviço. Sobre esta matéria as competências são estanques e incomunicáveis. As normas estatutárias federais não se aplicam aos servidores estaduais ou municipais, nem as do Estado membro se estendem aos funcionários dos municípios. Cada entidade estatal é autônoma para organizar os seus serviços e compor o seu pessoal. Atendidos os princípios da Constituição Federal e dos Atos Institucionais sobre os funcionários públicos, a União, os Estados membros e os municípios podem elaborar os seus estatutos segundo as suas conveniências administrativas e as forças de seu Erário" (Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro", 2.ª edição, 1966, Editora Revista dos Tribunais, página 347). E essa a natureza de servidor público que deve ser reconhecida na pessoa de G.T.O., ou seja, da reclamante na Justiça do Trabalho, porque, como se verifica às fls. 14, ela, em 10 de agosto de 1966, firmou o ato jurídico que, após a devida formalização neste Juízo (despacho de 12 de agosto de 1966, do então MM. Juiz de Direito Titular, Exmo. Sr. Dr. Antônio Macedo de Campos - fls. 14 v), foi homologado na Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, por despacho de 20 de agosto de 1966 do setor competente (fls. 14 v.) , sendo que, inclusive, na forma da legislação então vigente, uma via foi remetida à Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Esse o ato jurídico que a vinculou ao serviço público estadual, como já focalizado. Por isso tudo se torna indubitoso que a pessoa da reclamante na Justiça do Trabalho não se enquadra dentro da expressão empregado a que alude o artigo 3.º da Consolidação da Leis do Trabalho, mesmo porque - e repetindo - a natureza pública dos serviços que prestava e as suas relações com o serventuário estão fora do alcance da legislação trabalhista, dado que, como se verificou diante da legislação local citada, AUXILIAR DE CARTÓRIO não oficializado tem regime estatutário próprio, como verbi gratia, o previsto no Código Judiciário de 1969, no Decreto-lei n.º 159, de 1969, na Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e nas demais Leis de Organização Judiciária do Estado. É certo que se trata de um regime estatutário especial, porquanto, destinado à categoria dos cartorários; das serventias não oficializadas do Estado. Mas, na verdade, o AUXILIAR DE CARTÓRIO, sujeita-se ao seu estatuto, devendo lembrar-se que "o estatuto - considerado sob o ponto de vista puramente formal, simples norma de direito objetivo, que define o regime jurídico, não significa, por si só, estabilidade. O estatuto pode, de acordo com as diretrizes jurídicas que norteiam a sua elaboração, filiar-se a qualquer uma das doutrinas que fixam a natureza das relações entre o Estado e o funcionário. Mas, como todo sistema codificado, o estatuto deve caracterizar-se pela fixidez das suas normas, pela sua natureza impositiva geral, objetiva. Ruiz y Gomez considera o estatuto como "el conjunto de reglas que precisan el régimen jurídico especial de Los funcionarios y empleados públicos, determinan sus derechos y deberes y ortagan las garantías de su situación en el, cargo publico" (Themistocles Brandão Cavalcanti, in "Tratado de Direito Administrativo", volume IV, 5.ª edição, 1964, Freitas Bastos, páginas 35136).

Mas - prossegue o juiz - não só por isso a Justiça Obreira é, incompetente para processar e julgar o feito, que, em última análise, diz respeito ao controle jurisdicional de atos Praticados em 1.ª e 2.ª instância do Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Realmente, como verificado acima, a

admissão de Auxiliar de Cartório é ato sujeito à aprovação do Juízo Corregedor Permanente, aprovação essa que se subordina à posterior homologação da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, na forma da legislação citada e, em especial, para os fins do artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Assim, em última palavra, não será a Justiça Trabalhista de 1.ª ou de 2.ª instância que poderá fazer o controle jurisdicional dos atos de aprovação e de posterior homologação da admissão em pauta, atos esses praticados pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital e pela Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Os atos em questão só podem ser controlados jurisdicionalmente pelos órgãos do Poder Judiciário local - acrescenta - ou seja, o do Estado de São Paulo, e, assim mesmo, em 2.ª instância, uma vez que não se há falar, dada a matéria ventilada, em competência do Juízo de Direito de uma das Varas da Fazenda do Estado (estas só conhecem, efetivamente, de matéria relacionada com cartórios oficializados; a de Registros Públicos com a relacionada com cartórios não oficializados). Destarte, em absoluto, não tem a Justiça Trabalhista competência para processar e julgar feito movido por GTO contra o seu Escrivão do Cartório de Notas da Comarca da Capital. A incompetência quanto a pessoa é evidentíssima e não merece outras maiores considerações.

Pois bem, continua o juiz. Demonstrada tal incompetência em razão da pessoa, resta salientar que, insofismavelmente, a Justiça do Trabalho não está apta a processar e julgar a matéria alegada na peça inicial da reclamação trabalhista ajuizada por GTO, dado que a relação jurídica material - que une a referida AUXILIAR DE CARTÓRIO com o Poder Público Estadual, através do respectivo Serventuário de Justiça, não diz respeito, em absoluto, às relações de emprego disciplinadas pelas Leis Trabalhistas, aliás, como verificado já restou nos itens anteriores. Ao contrário, estão, plenamente, estabelecidas dentro dos limites impostos unilateralmente pelo Poder Público Estadual, em leis e regulamentos, que prescrevem os direitos e deveres dos cartórios (dentre eles o auxiliar de cartório) para com a Administração em geral e para com o público, bem como lhes impõe requisitos de eficiência, capacidade, sanidade, moralidade, fixando e alterando vencimentos e tudo o mais que conveniente for para a investidura no cargo o desempenho das funções. Isso tudo constitui o estatuto do pessoal de cartório não oficializado, em que pese o fato de, no caso específico dos autos, a admissão de auxiliar de cartório decorrer, na forma da legislação citada, de um contrato, que só terá eficácia após a sua homologação na Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, com o despacho de seu arquivamento (artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969). Aliás, o regime estatutário da função pública é dessa forma explicado - embora com outras palavras - por Hely Lopes Meirelles (in obra e edição citadas, página 341). A competência - mais uma vez se repete - é da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital, pois, toda a matéria que verse sobre as serventias e o seu pessoal da Comarca da Capital, é submetida à fiscalização, preventiva ou sucessiva, da Vara dos Registros Públicos, como também da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, ex officio (artigo 232 do Código Judiciário de 1969) ou provocadamente (através dos recursos previstos em lei, como, verbi gratia, o do artigo 246 do referido Código Judiciário do Estado de São Paulo (1969) e o dos artigos 67 e 68 da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça, etc.). Lembre-se, a propósito, que a fiscalização é elemento de harmonia nos serviços públicos, sendo que "versa a fiscalização preventiva sobre projetos, que só depois dela se transformarão em atos. Concretiza-se em "veto", que embarga o projeto, ou em "aprovação" que lhe dá alento. A fiscalização sucessiva versa sobre atos que podem já estar em vigor, ou sobre atos cujos efeitos, por força de lei, ficam suspensos até o pronunciamento favorável do órgão fiscalizador. Manifesta-se como "visto", que atesta a autenticidade do ato; como "anulação", que o aniquila; como "revogação", que lhe extingue a eficácia; ou como "aprovação", que lhe dá plenitude" MÁRIO MASAGÃO, in "Curso de Direito Administrativo" tomo I, 1959, Max Limonad, página 77, n.º 153).

E foi no regular exercício desse poder fiscalizador que o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos - adita a seguir - em conhecendo do ato punitivo (suspensão) aplicado pelo Sr. Escrivão do Cartório de Notas da Comarca da Capital e que ensejou a reclamação perante a 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento em São Paulo, aprovando-o, fê-lo anotar, na forma da lei, no prontuário de GTO, para os fins de direito, tudo conforme consta da informação de fls. 11.v.o, do setor de Corregedoria Permanente do Ofício dos Registros Públicos (informação relativa ao ano de 1970). Portanto - insiste-se - é indisputável que não tem a Justiça do Trabalho competência, em razão da pessoa e da matéria, para processar e julgar o feito ajuizado por GTO, auxiliar do Cartório de Notas da Comarca da Capital.

Aliás - conclui o juiz - a própria Justiça do Trabalho, pela sua MM. 16.ª Junta de Conciliação e

Julgamento, em caso análogo, deixou bem certo esse entendimento no sentido de que cartorário, "não estando, pois, sujeito às normas da CLT e à Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer e julgar sua reclamação, pois ele tem situação análoga a dos Funcionários Públicos, sujeito a regime próprio de proteção ao trabalho e o Cartório não pode ser considerado empresa, eis que seus servidores não são empregados, pois trata-se de Ofício Público" (cf. decisão de 17 de junho de 1970, na reclamação trabalhista entre Sérgio Batelli e Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital). Mas, não é só a Justiça Trabalhista de 1.ª instância que assim tem proclamado. Com efeito, nas suas Superiores Instâncias, tem sido firmado que "a Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer e julgar reclamação de auxiliar de Cartório, que tem situação análoga a dos funcionários públicos, sujeito ao regime próprio de proteção ao trabalho" (acórdão da 2.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 6 de maio de 1957, no recurso de revista n.º 2.181, de 1956, Ementa n.º 5.076, in Diário da Justiça de 20 de setembro de 1957, página 2.459, relator ministro Thélis Monteiro, apud "Revista do Tribunal Superior do Trabalho" Ano XXXIV - janeiro a dezembro de 1959). E, ainda, o mesmo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho deixou bem precisado que "Tabelionato não é empresa, no sentido do direito positivo, por mais que se queira elastecer o conceito a fim de amparar os servidores, e não empregados, que nele prestam serviço. Cartório é ofício público - e não empresa. Assim, por certo, é incompetente a Justiça do Trabalho para conhecer de reclamações formuladas por servidores de cartório" (acórdão da 3.ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 29 de janeiro de 1957, no recurso de revista n.º 2.517, de 1956, relator ministro Júlio Barata, in "Revista do Tribunal Superior do Trabalho", Ano XXXIV - janeiro a dezembro de 1959, ementa 4.680, página 24). Porém, como a MM. 20.ª Junta de Conciliação e Julgamento desconheceu tudo isso, concluindo pela competência da Justiça obreira para processar e julgar a reclamatória, que se encontra "em fase final de instrução" (cf. ofício n.º 168/73, de 26 de março de 1973, do respectivo MM. juiz presidente, fls. 21), só resta suscitar conflito positivo de jurisdição, a ser dirimido pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos, conforme vem sendo entendido pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, in verbis: "compete ao Tribunal Federal de Recursos o julgamento de conflito de jurisdição entre juízo trabalhista de primeiro grau e juízo estadual de primeira instância" (acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Federal em 9 de agosto de 1972, no conflito de jurisdição

n.º 5.798, de Pernambuco, relator ministro Antônio Neder, in "Diário da Justiça da União", edição de 22 de setembro de 1972, página 6.288, apud "Boletim da AASP", n.º 739, 8 de fevereiro de 1973, Jurisprudência, página 6).

Doação com usufruto - Cláusulas restritivas - Cancelado o usufruto pela morte do doador, persistem as cláusulas restritivas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 199.233, da comarca de Barretos, em que é apelante Henrique Junqueira Franco, sendo apelo o Juízo:

1 - Pretende Henriqueta Junqueira Franco que se cancele cláusula restritiva da propriedade que recebeu, em doação, de seu falecido genitor. Essa cláusula diz respeito aos frutos e rendimentos. A sentença de fls. 10 a fls. 12 declarou inviável o cancelamento reclamado porque a cláusula, existente, por não constituir usufruto de segundo grau, embora a lição de Washington de Barros Monteiro, existe permissiva no direito civil.

Inconformada apelou a interessada pretendendo ter sofrido cerceamento de defesa (queria ouvir testemunhas) e pedindo a reforma do decisório no que foi acompanhada, nesta instância, pela Procuradoria-Geral da Justiça através de parecer subscrito pelo Procurador Dr. Eurico de Andrade Azevedo.

2 - Preliminarmente, inexistente o alegado cerceamento de defesa, pois, no caso, embora o drama pelo qual passa a apelante, afirmado no recurso, a matéria a ser decidida é de direito e dispensava a audiência de testemunhas.

3 - No mérito - sem embargo do parecer da Procuradoria-Geral da Justiça, pugnano por uma interpretação mais avançada e atuante da lei - o MM. Juiz decidiu com acerto a questão sub judice.

Havendo doação com usufruto e imposição de cláusulas restritivas, estas, cancelado o usufruto pela morte do doador, persistem.

Nesse sentido tem decidido o Colendo Supremo Tribunal Federal (Revista Trimestral de Jurisprudência, 41/632 e 49/616) e este Tribunal em casos semelhantes (Revista dos Tribunais, 412/158 e 4.ª Câmara Civil na apelação n.º 200.939 julgada aos 30-9-1971) porque em se tratando de usufruto reservado pelo doador, a permanência de vínculos restritivos não

transgredir a proibição de usufruto sucessivo.

4 - Isto posto, Acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, negar provimento ao apelo a fim de que subsista, por seus próprios fundamentos, a decisão apelada. Custas, pela vencida. - São Paulo, 4 de novembro de 1971 - Ferreira de Oliveira, Presidente - A. Médici Filho, Relator designado - Andrade Vilhena, Vencido conforme declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

Apelação Cível n.º 199.233 - Barretos

Meu voto, data vênua da ilustrada maioria, dava provimento ao apelo, para determinar o cancelamento pretendido, nos precisos termos da inicial, sem embargo de muito bem lançada a sentença recorrida.

Adotei, com razões de decidir, e com a devida vênua, a par dos fundamentos em que se estribam as razões do apelo, a motivação constante do excelente parecer da Procuradoria da Justiça, subscrito pelo ilustre Procurador,
Dr. Eurico de Andrade Azevedo.

PARECER DO PROCURADOR DA JUSTIÇA

Cancelamento da cláusula. Possibilidade tendo em vista a sua finalidade. Interpretação razoável da lei. Na interpretação da lei o Juiz deve adaptar o preceito à evolução da realidade social.

1 - Em julho de 1963, Francisco Junqueira Franco doou à sua filha, Henriqueta Junqueira Franco, a Fazenda Prata ou Mandi, localizada no município de Barretos, reservando para si o usufruto vitalício e impondo sobre condição o que equívale à inalienabilidade por duas gerações, ou a usufrutos sucessivos, o que é vedado pelo direito pátrio (Revista dos Tribunais, 186/167, 248/1214). A jurisprudência dominante, porém, é no sentido contrário (Revista dos Tribunais, 236/355, 235/176, 205/203, 203/363, 195/280 e outros).

3 - Com a devida vênua, entendo que o problema deve ser encarado sob aspecto diverso. A imposição das cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade sempre teve por objetivo acautelar o futuro do donatário ou herdeiro, assegurando-lhe recursos suficientes para sua manutenção. Assim eram deixados imóveis de aluguel, fazendas em produção, etc. Mas as coisas mudaram muito desde 1917, quando entrou em vigor o Código Civil. O sistema agrário, particularmente no Estado de São Paulo, alterou-se completamente. O custeio das lavouras é feito mediante financiamento prévio, com garantia da colheita; os encargos sociais e trabalhistas aumentaram substancialmente. E quem permanecer à margem do processo está fadado a desaparecer.

É o caso da apelante. Alega que necessita urgentemente de introduzir melhoramentos em sua fazenda, mas que não pode concretizar seus planos porque nenhum estabelecimento de crédito lhe concede financiamento, em virtude dos vínculos impostos sobre os frutos e rendimentos. E mais: que não pode nem mesmo conceder carta de anuência para que seu arrendatário obtenha financiamento.

4 - Ora, na interpretação da lei, o juiz deve adaptar o preceito à evolução da realidade social. Não podendo colocar sua fazenda nos modernos processos de sua exploração, a apelante estará até mesmo sujeita à desapropriação de seu imóvel, por força do que dispõem a Constituição do Brasil (artigos 160 e 161) e o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, artigo 2.º). Estaria frustrada, assim, a intenção do doador, de preservar o futuro de sua filha. Escrevendo sobre métodos de interpretação e fontes do direito, ensina François Génys: "A vida real do direito não se encontra senão no concreto, e todas as abstrações, pelas quais nós a elevamos do concreto para generalizar-lhe as regras, não passam de meios artificiais, destinados a simplificar uma realidade, a qual é preciso sempre voltar, desde que se trate de experimentar definitivamente, e de pôr em prática, as soluções adequadas às necessidades efetivas da vida social" (Apud Alípio Silveira, "Hermenêutica no Direito Brasileiro", 1968, 1.º vol., pág. 414). Tem razão, portanto, Luís Recasens Siches, ao preconizar a interpretação jurídica por meio da "lógica do razoável" ("Nueva Filosofía de la Interpretación del Derecho", pág. 128 e segs.), método preconizado pelo eminente jurista José Frederico Marques: "O que domina, na interpretação do direito escrito, é aqueles logos del razonable de que fala Recasens Siches. Não

há sistemas rígidos de interpretação. O entendimento da lei deve subordinar-se a métodos dúcteis e flexíveis capazes de fornecer ao juiz os elementos necessários para atuar com justiça, sem fugir à obediência da lei escrita" (artigo in O Estado de S. Paulo, de 12 de agosto de 1956).

5 - Na hipótese, não parece razoável manter-se a cláusula que impôs a inalienabilidade e impenhorabilidade dos frutos e rendimentos do imóvel, impedindo a consecução do objetivo visado pelo doador, qual seja acautelar o futuro de sua filha.

Razoável é cancelar-se essa cláusula, mantendo-se o vínculo apenas com relação ao próprio imóvel, como pede, aliás, a apelante.

6 - Em face do exposto, somos pelo provimento do apelo, para que se cancele a referida cláusula, como pedido na inicial. São Paulo, 29 de junho de 1971. - Eurico de Andrade Azevedo. Responsabilidade de Construtora - Reconhecida a responsabilidade da construtora pela execução da obra, deverá ela responder pelo reparo de todos os serviços mal executados. Procedência ele parte do recurso do primeiro apelante.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 24.172, em que são apelantes: 1) Condomínio do Edifício "Dom Otero"; 2) Construtora Canadá S. A. e apelados: os mesmos:

Acordam os Juízes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, por unanimidade de votos em negar provimento ao agravo no auto do processo e rejeitar as preliminares inclusive de intempestividade do recurso da 2.ª apelante e no mérito, sem discrepância de votos deram provimento parcial à primeira apelação para incluir nos reparos à serem executados a retirada do cano de elevação de água do interior do tubo da lixeira, negando provimento ao recurso da 2.ª apelante.

E assim decidem porque a construtora ré, é, fora de dúvida, parte legítima na ação e não como pretende

colocar-se, mera mandatária do condomínio.

A construção por administração não exime a construtora da responsabilidade pelos serviços executados; é ela pelo contrário depositária de confiança dos condôminos que a ela confiam a parte técnica, certos de que, como no caso, firma bastante conhecida e conceituada, dará bom encaminhamento técnico aos serviços a serem executados.

Da mesma forma não procede a pretensão de decadência pela decorrência do prazo de seis meses para propositura da ação. Desde que pelo contrato fique previsto um prazo de garantia da obra que não contraria disposição legal não há que chamar em apoio os artigos 1.243 ou 1.245 do Código Civil que atenderão somente os contratos que omitam aquele prazo de segurança da obra. No caso sub judice, o prazo de segurança de boa execução do serviço foi previsto pela cláusula 14.ª do contrato como sendo de "cinco anos a contar da data do habite-se" prazo esse que não se esgotou como ressalta a sentença recorrida.

Tempestivo também o recurso da ré pela simples confrontação de datas. Se a sentença, publicada em audiência, é datada de 16 de outubro de 1972 o apelo recebido a 31 do mesmo mês - fls. 183 - estará necessariamente dentro do prazo. Quanto ao mérito merece provimento parte da primeira apelação, na parte que se refere a mudança do tubo elevatório de água.

Embora os peritos não concluam com precisão se está ele dentro do tubo da lixeira ou na parede adjacente, a inconveniência da sua colocação ressalta aos olhos. Aliás as fotos acostadas aos autos com as razões de apelação - fls. 179-180 - esclarecem em definitivo que o encanamento que corre na parede da lixeira de pouca espessura está a provocar calor anormal que traz como consequência problema na tubulação que por duas vezes já foi consertado.

Não tem todavia, procedência o pedido de aumento do número de registros para distribuição de água por ser ele optativo. Esse número poderá ser maior ou menor até por medida de economia, e por certo a comissão de fiscalização da obra terá concordado com o que foi feito. (T. A. GB. - 2.ª C. Civ. - Rio de Janeiro, 26 de abril de 1973. - Fabiano de Barros Franco, Presidente e relator. - Cavalcanti de Gusmão, Revisor. - Doreste Baptista). D. J. GB., de 10-12-73, pág. 529.

Alienação Fiduciária - O credor fiduciário, tanto pode ser um terceiro ou o próprio vendedor, não necessitando estar autorizado pelo Banco Central para operar com contratos de alienação fiduciária em garantia.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento número 13.433, sendo agravante União dos Revendedores Auto Industrial - Auto Modelo e Granauto Ltda. e agravado, o Juízo da 14.ª Vara Cível:

Acordam os Juízes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara em dar provimento ao recurso para reformar o despacho agravado, a fim de ser expedido o competente mandado de busca e apreensão na forma do pedido inicial. Unânime.

Trata-se de agravo de instrumento contra despacho do Dr. Juiz a quo que, de plano, indeferiu o pedido de busca e apreensão de um veículo alienado com garantia fiduciária, pelo não pagamento de prestação vencida, representada por duplicata protestada. Ao indeferir a inicial e na sustentação do despacho agravado entendeu o Dr. Juiz a quo não ter a requerente qualidade para a busca e apreensão, por ser uma sociedade de responsabilidade limitada não autorizada pelo Banco Central a operar no mercado de capitais, nem com contratos de alienação fiduciária, restritos às instituições financeiras.

Entendeu a Câmara de reformar o despacho agravado porque o credor fiduciário tanto pode ser um terceiro ou o próprio vendedor não necessitando estar autorizado pelo Banco Central para operar com contratos de alienação fiduciária em garantia, tendo, assim, a agravante qualidade para requerer a busca e apreensão do veículo do devedor, pelo não pagamento comprovado pelo protesto da duplicata vencida. Não há nenhum dispositivo legal que restrinja às instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central as operações relativas à alienação fiduciária de bem móvel, nem no artigo 66, da Lei n.º 4.728, que disciplina o mercado de capitais, nem no Decreto-lei n.º 911-69.

Trata-se, ademais, de um consórcio, e segundo instruções normativas das autoridades fazendárias os consórcios podem exigir dos consorciados a alienação fiduciária como garantia do pagamento das prestações vencidas (fls. 13). (T. A. GB. - 3.ª C. Civ. - Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1973. - Rodrigues Silva, Presidente e Relator). D. J. GB., de 10-12-73, pág. 529.

Cartório Extrajudicial. Tabelionato - Registro de Imóveis. Títulos e Documentos. Desanexação. Vitaliciedade do titular. Efeitos.

II. Não atentam contra o princípio da vitaliciedade, assegurado pelo art. 194 da Constituição, lei que outorga sua desanexação, nem ato que lhe dá execução.

Aplicação das Sumulas 46 e 291.

Recurso não conhecido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Thompson Flores: - Exercia o recorrente o cargo de 1.º Tabelião, acumulando, além de outros ofícios, o de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, que emergira de anexação, na comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Procedidas desanexações, por força da L. 5.809-68, inclusive a referente ao último dos ofícios, por força do

D. 17.170, de 8-11-69, foi removido para ocupá-lo o servidor Adalberto Caldeira.

2. Inconformado com esse ato, ajuizou o recorrente, perante o Eg. Tribunal de Justiça, mandado de segurança, invocando em seu prol a vitaliciedade nos cargos exercidos.

3. Prestadas informações, f. 24-31, citado o litisconsorte necessário, com o parecer contrário do Ministério Público, foi indeferido o writ.

Fê-lo o Eg. Tribunal, em sessão plenária, de 11-9-70.

O decisório, que é unânime, guarda a ementa seguinte, f. 108:

"Conhece-se do mandado de segurança interposto dentro do prazo legal - Serventuário a quem são atribuídas outras funções por anexação ao seu cartório - Possibilidade da desanexação face disposição legal - Direito líquido e certo inexistente - Denegada a segurança."

4. Extraordinariamente, recorreu o impetrante, f. 111-6.

Admitido pelo despacho de f. 125, após impugnação, f. 119-22, mereceu razões, f. 127-30 e 133-37.

5. Parecer da douta Procuradoria-Geral da República, da Procuradora Cecília Leite Zarur, e aprovado pelo Procurador-Geral, substituto, Oscar Corrêa Pina, pelo não provimento, acaso conhecido o recurso, e com a seguinte fundamentação, f. 143-4:

"1. Pretende o impetrante reacumular as funções de Escrivão do Cível e Comércio, Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, com as de Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Ponta Grossa, Paraná.

2. De acordo com o disposto no art. 175 da L. 5.809, de 15-7-68, optou o ora recorrente perante o Conselho Superior da Magistratura, embora sob protesto, pelo Ofício do Registro de Imóveis.

3. A desanexação efetiva de serventia que exercia cumulativamente, motivou o mandamus que, denegado, ensejou interposição do recurso extraordinário de f. 111, pelas letras a, c e d, do permissivo constitucional, que foi recebido pela letra d, f. 125.

4. A acumulação no caso decorre sempre do interesse da Administração da Justiça, em caráter precário, face a desacumulação futura, que termina por vir. E o ora recorrido continua vitaliciamente operando as funções de Tabelião.

5. Foi atendida nos seus justos termos a Súmula 46.

Tal desmembramento, ademais, não importou em redução de vencimentos, pois o que existe, no caso, são custas e emolumentos."

VOTO

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): - Não conheço do recurso.

2. Assentou ele no art. 119, III, a, c e d, Constituição.

Deduz haver o aresto recorrido negado vigência ao art. 194 daquela Corte, ao mesmo passo que atribuída validade ao ato impugnado, contestado em face do referido Estatuto, e bem assim dissentido de julgados de outros tribunais indicados na petição recursal referida.

3. Tenho como não verificados quaisquer dos pressupostos em os quais se procurou embasar a derradeira pretensão.

Para tanto reporto-me ao destaque do voto que acabo de proferir no RE 70.682, também do Paraná, em tudo igual ao presente, na solução de tese jurídica.

Ei-lo:

Desanexado que foi o último, o qual passou a ser exercido pelo litisconsorte recorrido, nem a lei que autorizou a desanexação, nem o ato que lhe emprestou execução afrontaram a garantia de vitaliciedade a que se refere a Constituição, art. 194, como o fazia antes.

É que continuou no exercício do ofício, pelo qual optou, em o qual guarda os predicamentos que lhe são próprios; e, se perdeu o outro, sobre ele direito algum dispunha, face à precariedade que sempre existe em casos de acumulação de ofícios ou escriturarias distintas, os quais podem ser sempre desanexados ou mesmo desdobrados, na busca das conveniências do serviço.

Assim se tem orientado a jurisprudência desta Corte, ora estratificada em sua Súmula 46.

De resto, é de acentuar-se que os três arestos paradigmas, como bem acentuam os pronunciamentos do Ministério Público, nas duas instâncias, não oferecem quaisquer préstimos, como se apura de sua leitura, longe estando das exigências impostas pela Súmula 291." É o meu voto. (S.T.F. - RE 71.705 - PR Rel., Ministro Thompson Flores - Recdo., Estado do Paraná Presidência do Sr. Ministro Adalício Nogueira. Presentes à sessão os Srs. Ministros Eloy da Rocha, Thompson Flores, Bilac Pinto e Antônio Neder, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. - Brasília, 6 de maio de 1971). RJ.J., vol. 64, pág. 726.

Extinção de Condomínio - Art. 1.611, § 2.º, do Código Civil, em sua nova redação dada pela Lei n.º 4.121. Aos condôminos é assegurado o direito de pedir a extinção do condomínio, vendendo-se em hasta pública o imóvel residencial, mas gravado com o direito real de habitação enquanto viver o cônjuge supérstite.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 83.428, apelante Carolina Custódia de Jesus, apelado Albino da Silva Santos.

Acordam os Juízes da 4.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Recebendo por herança a metade do apartamento 401, à Av. Paulo de Frontim, n.º 336, em virtude do falecimento de sua filha Emília de Jesus Santos, que foi casada com o recorrido, a apelante ingressou com pedido de extinção do condomínio. Deferido foi o pedido pela douta sentença recorrida, com a ressalva de continuar o único imóvel residencial gravado com o direito real de habitação em favor do cônjuge sobrevivente.

A decisão é incensurável. A lei não considera inalienável o imóvel partilhado na forma determinada pelo art. 1.611, § 2.º, do Código Civil. De sorte que persiste para os condôminos o direito de em qualquer tempo pedir a extinção do condomínio. Mas o direito real de habitação cabe ao viúvo casado pelo regime de comunhão de bens, enquanto viver, de sorte que quem adquirir o imóvel deverá suportar o gravame.

As considerações do douto doutor advogado do apelante valem como crítica à lei escrita, que não estabelece condições ou comparação com a situação pessoal dos herdeiros. Maior injustiça seria privar o viúvo do único abrigo que construíram em favor dos herdeiros que nada fizeram para a formação dessa riqueza.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1973.

aa) Olavo Tostes Filho, Presidente e Relator

Pedro Bandeira Steele,

Amílcar Laurindo

(D.J. GB., de 5-7-73).

Desapropriação - Não está em causa a Lei de julho de 1971, sobre correção monetária e que o Supremo Tribunal julgou constitucional, pois, aqui, a ação de desapropriação foi proposta em

1967, muito depois, portanto, da Lei de 1965, que reconheceu legítima a correção monetária. Embargos do Estado não conhecidos.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti: - Trata-se de ação de desapropriação, ajuizada pelo Estado em 1-11-67.

A sentença julgou procedente a ação, fixando a indenização em NCr\$ 4.500,00, valor que será corrigido, de ano a ano, nos termos da L. 4.686, de 1965, ante a ausência de depósito, e feita a correção, a partir da data do laudo do perito do Juízo. Acrescentou o juiz que a correção se faria até que o integral valor devido fosse posto à disposição dos expropriados. Honorários de 10% sobre a diferença entre o preço final e a oferta. Recorreu o juiz ex officio.

Apelaram os expropriados, impugnando a cláusula "de ano a ano" e o aumento dos honorários para 20%.

Apelou o Estado, impugnando a correção até o efetivo pagamento, de modo que só se verifique até a data do julgamento final sobre o preço, e pleiteando a redução dos honorários para 5%.

O acórdão de f. 62 deu provimento ao recurso dos expropriados e ao de ofício, em parte, para que a correção seja feita de uma só vez, até a decisão final, correspondente ao efetivo pagamento. E negou provimento à apelação do Estado."

Houve recurso extraordinário do Estado, de que a Segunda Turma não conheceu, unanimemente, de acordo com o seguinte voto do eminente Relator, Ministro Bilac Pinto (f. 89): "Não conheço do recurso.

Pretende o Estado da Guanabara a reforma da decisão do Tribunal a quo, na parte em que estabeleceu que a correção monetária deverá ser feita até o efetivo pagamento do preço e de uma só vez, pleiteando o restabelecimento da cláusula "ano a ano", que figurava na sentença de primeira instância.

O recurso não pode ser acolhido, nos termos da andada 28, por isso que a jurisprudência do S.T.F. já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida, como se verifica dos seguintes acórdãos: RE 64.884 - GB (R.T.J. 55/437); RE 67.404 (Sumulário da Jur. sobre a Correção Monetária - Jardel Noronha e Odaléa Martins, vol. 2.º, p. 549); RE 67.955 (R.T.J. 55/498); RE 69.856 (Sumulário cit., vol. 2.º, p. 609); RE 71.374 (R.T.J., 57/73) e RE 71.496 SP, de 13-8-71 - Relator: Ministro Eloy da Rocha."

Foram opostos embargos pelo Estado.

A Procuradoria-Geral opina (folhas 100-1):

"1. Trata-se de embargos ao v. acórdão de f. 87-91, o qual negou conhecimento ao extraordinário que pretendia o restabelecimento, da cláusula "ano a ano", que figurava na sentença de primeiro grau, e diz respeito ao cálculo da correção monetária.

2. A par de não merecerem conhecimento, posto que os arestos dados em comprovação da divergência professam, justamente, a tese do acórdão embargado, os embargos parecem não atender ao interesse do Estado combargante. Na verdade, tanto as decisões lembradas pelo eminente Relator (f. 89), quanto as aludidas nos embargos, inteiramente convergentes, foram proferidos em recursos manifestados pelo Estado e atenderam a sua pretensão de excluir-se a cláusula "ano a ano".

3. É curioso, pois, que o Estado da Guanabara pretenda agora o restabelecimento daquela cláusula, contra a qual sempre se bateu, ao ponto de conseguir a estratificação da jurisprudência com que se harmoniza o v. acórdão embargado. Ainda hoje, emitimos parecer no RE 73.582, recorrente o Estado da Guanabara (do qual também é relator o Exmo Sr. Ministro Luiz Gallotti), que tem por objeto a exclusão da discutida cláusula.

4. Daí opinarmos pelo não conhecimento dos embargos, cuja interposição até parece ser fruto de equívoco.

Brasília, 4 de abril de 1972 - José Fernandes Dantas, Procurador da República. Aprovo: F. M. Xavier de Albuquerque, Procurador-Geral da República.

E o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti (Relator): - Não está em causa a Lei de julho de 1971, sobre correção monetária e que o Supremo Tribunal julgou constitucional, pois, aqui, a ação de desapropriação foi proposta em 1967, muito depois, portanto, da Lei de 1965, que reconheceu legítima a correção monetária. E assiste inteira razão à Procuradoria-Geral em seu jurídico parecer. De acordo com ele, não conheço dos embargos. (S.T.F. - ERE 70.717 - GB Rel., Ministro Luiz Gallotti. Embe., Estado da Guanabara (Dec. embda. Segunda Turma. 25-10-71) - Não conhecidos,

unânime Presidência do

Sr. Ministro Eloy da Rocha, Vice-Presidente, na ausência justificada do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro, Presidente. Presentes à sessão os Srs. Ministros Luiz Gallotti, Oswaldo Trigueiro, Djaci Falcão, Amaral Santos, Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República, o Dr. José Carlos Moreira Alves. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Barros Monteiro - Brasília, 24 de maio de 1972). R.T.J., vol. 64, pág. 724.

RELATÓRIO,

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque: - Atendentes; e serventes lotados no Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil requereram administrativamente a concessão da gratificação de risco de vida e saúde prevista no art. 145, VI, da L. 1.711, de 28-10-52. Sobrevindo a L. 3.780, de 12-7-60, e o D. 50.337, de 14-3-61, a autoridade mandou arquivar os processos administrativos nos quais se pediu a vantagem, até que fosse cumprido o disposto no art. 78 da dita L. 3.780-60. À vista disso, impetraram mandado de segurança objetivando compelir a autoridade apontada como coatora a lhes mandar pagar a gratificação questionada. Tiveram êxito integral em primeira instância. Todavia, a Primeira Turma do eg. Tribunal Federal de Recursos, provendo parcialmente agravo da União, limitou a concessão da segurança ao efeito, de mandar que tivessem seguimento os processos administrativos e recebessem despacho final. O acórdão tomou esta ementa (folha 172):

"Gratificação por risco de vida - A gratificação por risco de vida ou saúde só pode ser concedida após o exame de cada caso concreto, e não, indiscriminadamente, a determinada categoria de servidores."

Recorreu extraordinariamente a União, pelas letras a e d, alegando violação ao art. 78 da citada L. 3.780, de 1960, aos arts. 1.º e 2.º do D. 50.337, de 14-3-61, aos arts. 1.º a 3.º do D. 50.347, de 16-3-61, e dissídio com o acórdão do Supremo Tribunal no RMS 11.073.

A Procuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento, e provimento do recurso.

VOTO

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque (Relator): - O art. 78 da L. 3.780-60 transferiu ao próprio legislador a disciplina da concessão da gratificação questionada, antes deferida ao poder regulamentar do Executivo e estabelecida, no que diz respeito aos recorridos, no D. 43.186, de 6-2-58. Essa alteração significou, segundo o voto vencedor do eminente Ministro Relator Evandro Lins no RE 62.575 (R.T.J. 46/615), que a gratificação de risco de vida requerida após a L. 3.780 passou a depender de condições a serem fixadas em lei, o que não alcançava, ao que se vê da ementa daquele acórdão, as situações regularmente constituídas anteriormente ao seu advento. Ponderou o Relator, naquele caso, que os D. 50.337 e 50.347, de 1961, que revogaram as gratificações concedidas no regime anterior, foram depois modificados por outros decretos que restabeleceram tal gratificação.

Não me parece, portanto, que o acórdão recorrido haja violado essas disposições legais ao cassar o arquivamento sumário dos requerimentos feitos à Administração pelos então impetrantes, ora recorridos, para determinar que sejam eles processados e decididos como for de direito. A decisão judicial não determina o deferimento da contagem, mas a solução do requerimento, sujeita naturalmente, se for o caso, a nova revisão judicial. Muito menos determina que o deferimento, se por ele decidir a Administração, haja de perdurar mesmo depois da L. 4.345, de 26-6-45,, cujo art. 15 extinguiu a vantagem.

Quanto ao alegado dissídio, o acórdão apontado proclamou que, para ser concedida a gratificação em causa, precisa haver disciplina especial e processamento administrativo, em que se examine cada caso em particular. Não o desdiz, de modo algum, o acórdão recorrido; antes pelo contrário.

Nessas condições, não conheço do recurso (S.T.F. - RE 62.055 GB Rel., Ministro Xavier de Albuquerque. Recte., União Federal. Não conhecido, unânime - Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à sessão os Senhores Ministros Thompson Flores e Xavier de Albuquerque, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Bilac Pinto e Antônio Neder - Brasília, 1.º de dezembro de 1972). R.T.J. vol. 64, pág. 650.

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): - A decisão recorrida, reformando a sentença de f. 180-2v., entendeu acertada a inclusão da parcela correspondente ao empréstimo compulsório no cálculo para obtenção da renda bruta a ser considerada no pagamento do imposto de renda por fonte pagadora que haja assumido o ônus do tributo devido por pessoa residente ou domiciliada no exterior. Daí a sua ementa:

"Imposto de Renda. D. 51.900-63, arts. 103, § 7.º, e 209 D. 52.314-63, art. 14 - Sobre o rendimento reajustado, para efeito da incidência do imposto, devido pelo beneficiado e assumido pela fonte pagadora, aplicam-se todas as obrigações do devedor, inclusive o empréstimo compulsório. Ação anulatória de débito fiscal julgada improcedente" (f. 296).

Afiguram-se-me irrefutáveis as considerações aduzidas pelo recorrente, quando expõe:

"4. O ven. acórdão recorrido, conquanto sustente que o empréstimo compulsório não é tributo, com o que se afina com a jurisprudência do eg. Supremo Tribunal Federal, tratou-o, todavia, como se tributo fosse, indo buscar fundamento no art. 14 do Regulamento baixado com o D. 52.314, de 31-7-63, verbi.

POSSESSÓRIA E IMISSÃO DE POSSE

Promitente comprador - Direito - Falta de outorga uxória Direito de retenção - Promitente comprador, por força de compromisso irrevogável e inscrito no Registro de Imóveis tem legitimidade para propor ação de imissão de posse. Não procede a arguição de nulidade da ação de imissão na posse de imóvel por falta de outorga uxória do autor e por falta de citação da mulher do réu: a ação não leva à perda do domínio ou de qualquer direito sobre imóvel. Direito de retenção é inoponível ao adquirente do bem, que não obteve benefício com as benfeitorias eventualmente feitas (STF 1.ª Turma;

RE 71.988-GB; rel. Min. Rodrigues de Alckmin; j. 17-5-73; conhecido em parte e neg. provto.; v.u; DJU 8-6-73).

Cambial - Registro - Omissão - Títulos vinculados a compra e venda de imóveis, legalmente registrada - Artigo 2.º, § 4.º, da lei 427 - Desnecessidade do registro - Embargos recebidos.

"Acordam, em Terceiro Grupo de Câmaras do Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, repelir a preliminar de nulidade e acolher os embargos, para que a Egrégia 5.ª Câmara aprecie a causa pelos seus demais aspectos.

A preliminar de nulidade merece repulsa. A questão é meramente regimental e o regimento foi observado rigorosamente: a decisão foi anunciada pelo presidente, o resultado consignado em folha própria, junta aos autos e com os nomes dos juízes que tomaram parte no julgamento. O acórdão está autenticado pelo relator, constando o voto vencido do juiz que presidiu a sessão. Não há dúvida alguma, e nem o embargante a suscita, de que o acórdão está em consonância com o decidido pelo juízes. A alegação de nulidade, pois, é inteiramente vã.

Quanto ao mais, porém, o embargante merece ver acolhidos os seus embargos, nos limites e pelos fundamentos do venerando voto vencido. Sem entrar na natureza legal ou configuração jurídica do contrato celebrado pelas partes, seu alcance, eficácia e validade, é inegável existir uma vinculação, perfeita ou imperfeita, entre o título e o imóvel, a ponto de este não poder ser transferido sem anuência do credor (cláusula 6.ª).

O contrato celebrado entre as partes foi registrado no Registro de Imóveis, no livro 4, de Registros Diversos, para os fins da publicidade e valer contra terceiros, principalmente porque nele havia uma chamada "promessa de venda em garantia do pagamento do título". Já razoável, pois, abrir para este caso uma exceção às exigências do artigo 2.º, da Lei 427, em face do disposto no § 4.º, desse mesmo artigo, que diz: "as exigências deste artigo não se aplicam... aos títulos amparados por contratos ou escrituras de compra e venda de bens imóveis, legalmente registrados". Se, como acentua o venerando acórdão embargado, a finalidade da lei é reprimir a agiotagem e a sonegação; e se o conhecimento direto da operação também resulta do registro feito no cartório de imóveis, como se infere daquele § 4.º acima citado, porque de outro modo, o legislador não abriria tal exceção à regra geral do artigo 2.º, caput, mais razoável se afigura à maioria acolher os embargos, porque a promissória está amparada num contrato registrado naquele cartório e que envolve, de certa forma, uma eventual promessa de compra e venda. (T. A. Civ. S. P. - Em tais condições, a Câmara recebe os embargos. - Embargos infringentes 160.179, de São Carlos, em que é embargante Oswaldo Pessoa e embargado João Ferreira da Cruz. Acórdão unânime do Terceiro Grupo Civil, de 2 de março de 1972. Ass. Pinheiro Franco, presidente e relator; Alves Barbosa, revisor; Octávio Stucchi, vencido no mérito; Rodrigues Porto, Maércio Sarapaio, vencido no mérito). Julgados do T. A. Civil de S.P., vol. 22, pág. 391.

Venda a Non Domino - Valor da transcrição - A transcrição operada em favor do adquirente a "non domino" não tem o condão de purificar a compra dos vícios dos atos jurídicos que para ela confluíram.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível, sob n.º 340-72, de Curitiba - 1.ª Vara, em que são Apelantes: Taufik Tauil e sua mulher e Apelados: Antônio Comazzetto e sua mulher e outros.

Acordam, em 1.ª Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, adotado o relatório de fls. e por unanimidade de votos, negar provimento ao agravo no auto do processo e à apelação, ficando assim, confirmada a sentença apelada, por seus próprios fundamentos, de fato e de direito. Custas, pelos apelantes.

1 - Tratam os autos de ação anulatória de atos de transmissão da propriedade, praticados originariamente em nome dos autores mas por pessoas que tornaram identidades falsas e usaram de expedientes criminosos até chegarem aos apelantes que alegam haver adquirido a propriedade, antes pertencente aos autores-apelados, por escritura pública e de boa-fé, não se conformando, por esses motivos, com a sentença que desconstituiu toda a cadeia de atos antes praticados e, conseqüentemente, deu como feita a "non domino" a venda operada em favor dos ditos apelantes.

Aconteceu que uma pessoa, identificando-se como Sebastião Fonseca teria falsificado, em instrumento particular de mandato, as assinaturas de membros da família Comazzetto, proprietários legítimos de um determinado terreno, nesta jurisdição. Fez transcrever o aludido instrumento no Registro de Títulos e Documentos, tirou deste registro uma pública-forma e, com este documento, escriturou venda do imóvel a outro indivíduo de identidade emprestada, denominada Alfredo Queiroz. Queiroz, então, deu procuração a Jaime Palácio Posso e este, de sua vez, escriturou o imóvel ao apelante Taufik Tauil.

2 - As provas dos autos são exuberantes no sentido da existência da trama estelionatária de que foram vítimas os verdadeiros proprietários da propriedade escamoteada pelos vigaristas que, a final, venderam-na aos apelantes, Fonseca e Queiroz, usaram mesmo de identidade falsa e o tabelião facilitou-lhes a tarefa por admitir o mandato provado apenas por pública-forma de procuração por instrumento particular em negócio imobiliário acima da taxa legal.

A questão, de resto, já ficou antes como que prejudgada no mesmo sentido da sentença apelada. E isto quando os ora apelantes foram autores malogrados em ação para retomada de posse, posse que os seus alienantes nunca tiveram.

Assim, a transcrição operada em favor dos ora apelantes não tem o condão de purificar a compra dos vínculos dos atos jurídicos que para ela confluíram nem a sua alegada boa-fé lhe adianta, no caso, pois ela, se existente, não influi nada na restauração do "Statu quo, ante" reclamado pelos apelados. E com inteira justiça, como bem demonstrou a sentença recorrida.

3 - O agravo, julgado em preliminar, é destituído de fundamento, como bem salientam os apelados. Os serventuários jamais seriam partes neste feito. Poderão, apenas, se for o caso, responder civilmente pelos prejuízos que eventualmente tenham causado aos apelantes, por ação ou omissão de dever ou preceito funcional (T. J. Paraná - Curitiba, 31 de outubro de 1972 - Mercer Júnior, Presidente e Relator - Alceu Machado, Revisor - Ossian França).

Rescisão de contrato de promessa de venda de imóvel, por inadimplemento de obrigação por parte do Promitente comprador - Mora confessada e não purgada. Precedentes do S.T.F. - Recurso extraordinário provido..

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - Adoto como relatório o despacho que admitiu o recurso, lançado nos seguintes termos:

"A presente ação é de rescisão de contrato particular de compromisso de compra e venda. Os réus foram notificados para liquidarem as prestações em atraso, no prazo de 48 horas. E não se aproveitaram dessa oportunidade nem da que obtiveram nos autos, por pedido seu, expresso, quando requereram a remessa dos autos ao Contador, a fim de que fosse apurada a importância a ser depositada "no prazo de 48 horas a partir da publicação da conta de custas" (f. 25).

A final, o MM. Juiz proferiu a sua sentença, julgando procedente a demanda, nos termos da inicial. À apelação dos réus, em que argüíram a preliminar de nulidade da audiência e em que negaram eficácia à confissão, a Egrégia Terceira Câmara deu provimento, rejeitando a preliminar e julgando a autora carecedora da ação, porque a notificação noticiada à f. foi feita com prazo de 48 horas, quando deveria tê-lo sido com lapso de tempo nunca inferior a 30 dias e, assim sendo, não poderia a presente ação ter sido sequer proposta".

Agora, inconformada, a autora manifesta recurso extraordinário, com fundamento nas letras a e d do permissivo constitucional, alegando que o venerando acórdão da Egrégia Câmara, assim decidindo, negou vigência ao art. 960 do C. Civil e se nós em divergência com o assentado na

Súmula 282 do Egrégio Supremo Tribunal Federal e com arestos de outros tribunais, que cita e em parte transcreve.

A esse recurso extremo dou seguimento, parecendo-me, data vênua, procedente a sua fundamentação.

É que, além de constituídos em mora, pelo confessado inadimplemento da obrigação, os réus obtiveram, a pedido seu, a oportunidade de liquidarem as prestações atrasadas, com inteira concordância da autora, deixando ainda aqui, de cumprir a promessa feita.

Aliás, na apelação a que a Egrégia Câmara deu provimento, limitaram-se eles, réus, a argüir nulidade da audiência e a negar valor à confissão que haviam feito, da mora em que se encontravam, sem apresentar, nessa negativa, qualquer explicação ou justificativa.

Por isso mesmo, rejeitada a preliminar de nulidade, então se havia de considerar os efeitos da confissão judicial, sendo inoportuna qualquer outra decisão, menos ainda sobre a mora, já admitida nessa confissão.

São Paulo, 30 de abril de 1970.

a) Henrique Augusto Machado, Vice-Presidente." (fls. 98-99).

Com as razões de fls. 101/103, subiu o recurso a esta Corte.

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): - O acórdão recorrido julgou a autora carente da ação. Para isso acentuou:

"A notificação noticiada à f. foi feita com prazo de 48 horas, quando deveria tê-lo sido com lapso nunca inferior a 30 dias e, assim sendo, não poderia a presente ação ter sido sequer proposta. Julga-se, pois, a autora carecedora da ação, condenando-a no pagamento das custas e verba honorária de 6% sobre o valor da causa" (fls. 79 e 80).

Da leitura dos autos verifica-se que se trata de ação de rescisão de contrato de compromisso de compra e venda e conseqüente reintegração da autora na posse do imóvel em causa, que não foi contestada. Não obstante a interpelação judicial ter fixado o prazo de 48 horas e não 30 dias, para a purgação da mora (f. 8), é de se considerar que os promitentes compradores mediante petição de 17-4-68 pleitearam a feitura de cálculo para saldarem o débito, sem no entanto satisfazerem a obrigação contratual até 17-9-68, quando a promitente vendedora propôs a ação. Além disso, não contestaram. E, como observa o despacho que admitiu o recurso:

"Aliás, na apelação a que a Egrégia Câmara deu provimento, limitaram-se eles, réus, a argüir nulidade da audiência e a negar valor à confissão que haviam feito, da mora em que se encontravam, sem apresentar, nessa negativa, qualquer explicação ou justificativa.

Por isso mesmo, rejeitada a preliminar de nulidade, então se havia de considerar os efeitos da confissão judicial, sendo inoportuna qualquer outra decisão, menos ainda sobre a mora, já admitida nessa confissão." (f. 99).

Manifesta é a divergência com os acórdãos citados pela recorrente, segundo os quais a citação para a ação constitui a forma mais enérgica das interpelações (fls. 87 e 89). Acresce que no caso gritante é o inadimplemento da obrigação, após o reconhecimento da mora.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para restabelecer a sentença de fls. 57v.-58. (S.T.F. - RE 70.695 - SP - Rel., Ministro Djaci Falcão. Conhecido e provido. Unânime. - Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Srs. Ministros Amaral Santos, Djaci Falcão, Oswaldo Trigueiro e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituído. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Barros Monteiro. - Brasília, 10 de setembro de 1972). R.T.J., vol. 62, pág. 672.

Resolução de contrato de compra e venda - Inadimplência não reconhecida pela decisão do Tribunal a que, Aplicação das Súmulas 279, 454 e 283. Os acórdãos trazidos a confronto não satisfazem à exigência da Súmula 290. Embargos de divergência não conhecidos.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - Trata-se de embargos de divergência opostos à decisão de f. 291-307, que traz a seguinte ementa:

"Resolução de contrato de compra e venda e anulação de hipoteca; consignação em pagamento do preço. Inexistência de nulidade, no julgamento de embargos infringentes; aplicação do artigo 835, § 2.º, do C. Pr. Civil. Decisão que, segundo a interpretação dada às cláusulas contratuais e em face da prova, não reconheceu a inadimplência do contrato. - Aplicação das Súmulas 279, 454 e 283. Recurso extraordinário não conhecido" (fls. 307).

Após historiar o caso, afirma a suplicante, textualmente:

"Os presentes embargos visam à reforma das decisões recorridas, a fim de que:

1.º - dê provimento integral aos recursos interpostos contra a sentença do processo da ação em que a embargante foi autora, para julgar procedente o pedido, decretando a rescisão do contrato de compra e venda;

2.º - proceda de igual modo relativamente à apelação interposta no processo da ação de consignação em pagamento, para julgar a improcedência desta" (f. 3 11),
A seguir invoca acórdãos que tem por divergentes (fls. 311-317), tecendo longa argumentação no sentido do acolhimento de sua pretensão.

As embargadas ofereceram a impugnação de fls. 326-331, que leio ao Tribunal.

Manifestou-se a Procuradoria-Geral da República pelo não-conhecimento do recurso e, se conhecido, pela confirmação da decisão embargada (folhas 334-335).

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): - Do relatório ficou esclarecido que o recurso extraordinário se arrimou apenas na letra a, da regra constitucional adequada, com invocação de negativa de vigência das regras insertas no art. 1.092, parágrafo único, do C. Civil (quanto à ação ordinária); nos arts. 314 e 316 do C. Pr. Civ., e no art. 497 do C. Civil (quanto à ação de consignação em pagamento); e § 2.º do art. 835, da C. Pr. Civ. (quanto ao julgamento dos embargos).

O recurso não foi conhecido, após largo exame feito pelo eminente Ministro Eloy da Rocha, que concluiu por aplicar ao caso as Súmulas 283, 279 e 454.

É de se considerar que a decisão do Tribunal de Justiça assentou, sobremodo, na prova, consoante se percebe da seguinte passagem:

"Não procedem também os articulados 6.º a 9.º dos embargos, eis que a embargante, como se disse, assinou a escritura concordando com os seus termos e, como salienta o voto, aqui confirmado, a embargante sabia como e em que condições o pagamento seria feito. A compra e venda já estava perfeita e acabada. Não há falar, pois, em mora ou inadimplência, tanto mais que houve transigência da ora embargante, como salienta a Caixa Econômica à f. 33, citando jurisprudência que se encontra em Minas Forense, volume VIII, págs. 335/356, e se ajusta perfeitamente ao presente caso" (folha 235-D).

Daí, a afirmação contida no acórdão embargado:

"O fundamento do acórdão recorrido, de que não houve inadimplência era bastante para a improcedência da ação ordinária de resolução do contrato.

Em face da prova colhida, o acórdão decidiu que a importância depositada, de Cr\$ 569.800,00 equivaleu ao saldo do preço. Ficou comprovado, sem sombra de dúvida, que a recorrente recebeu, na ocasião da escritura, a parcela de Cr\$ 150.000,00" (f. 303).

E mais:

"É de todo improcedente a alegação de que aquele depósito não se efetuou em dinheiro, porque feito em cheque. De resto, a última questão jamais foi debatida" (f. 303).

Ora, os acórdãos trazidos como divergentes, e que se encontram às fls. 311/314, envolvem a regra do art. 1.092 do Código Civil, sem utilidade do caso sub judice, desde que o acórdão do Tribunal a quo com apoio na prova repeliu a alegação de inadimplência feita pela autora.

Outrossim, os acórdãos citados às fls. 314/317, prendem-se à cláusula resolutória expressa e à inteligência do art. 960 do Código Civil, também infrutíferos para a configuração da divergência, desde que foi, de logo, repelida, a ocorrência da mora.

E, acima de tudo isso, a improcedência da ação por não ter ocorrido mora, ficou inatacada, justificando, assim, a invocação da Súmula 283, pelo respeitável acórdão embargado.

Não se vê cumprida a exigência da Súmula 290.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

VOTO

O Sr. Ministro Amaral Santos: - Sensível à sustentação oral dos embargantes, tive a impressão que algo faltara no brilhante voto do eminente Relator. Com efeito, da tribuna afirmara o embargante que, na instância a quo, o relator dos embargos infringentes fora o próprio relator da apelação, não obstante impugnação da embargante. E no voto do eminente Relator nenhuma referência havia a respeito.

Na verdade, esse vício de julgamento ocorrera. E fora decidido pelo acórdão embargado contrariamente aos interesses da embargante. Leio no voto do eminente Ministro Eloy da Rocha, relator do recurso extraordinário (f. 297):

"A circunstância de a escolha do relator dos embargos infringentes haver recaído em desembargador que participara do julgamento da apelação não acarretou nulidade. Dispõe o art,

835, § 2.º, do C. Pr. Civil: "A escolha do relator recairá, quando possível, em juiz que não haja participado do primeiro julgamento." No caso, juiz que não achavam-se impedidos todos os membros da Câmara dos Embargos, salvo o relator da apelação (f. 229). Ademais, feita a distribuição dos embargos, a 28-5-65, só decorridos alguns meses, em 18-10-65, reclamou a recorrente. Não se trata de nulidade cominada."

A questão, de alto relevo, mereceria ser reexaminada em grau de embargos, tanto mais que há decisões deste Tribunal no sentido da tese sustentada pelo recorrente, mas, infelizmente foi a questão abandonada pela embargante, que, em seus artigos de embargos, não impugnou a decisão embargada nesse particular.

2. No mais, nenhuma observação teria que fazer ao claro e jurídico voto do eminente Relator, a quem acompanho. (S.T.F. - ERE 62.369 - MG - Rel., Ministro Djaci Falcão, Embdas., Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e outras (Dec. embda., Segunda Turma, 6-4-70). - Não conhecido, unânime. Não tomou parte de julgamento o Senhor Ministro Thompson Flores por não ter assistido ao relatório. - Presidência do Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. Presentes à sessão os Senhores Ministros Luiz Gallotti, Oswaldo Trigueiro, Eloy da Rocha, Djaci Falcão, Barros Monteiro, Amaral Santos, Thompson Flores, Bilac Pinto e Antônio Neder. Procurador-Geral da República, o Prof. Xavier de Albuquerque. Licenciado, o Sr. Ministro Adalício Nogueira. - Brasília, 24 de novembro de 1971). R.T.J., vol. 62, pág. 627.

Compromisso de compra e venda - Cancelamento da averbação de compromisso de compra e venda de terreno loteado.

É inviável a notificação, para efeito de constituição em mora, de compromissário residente em comarca que não a da inscrição do loteamento, mediante carta do titular do Registro de Títulos e Documentos daquela comarca.

(STF - 2.ª T. - RE n.º 62.941-SP j. 17-11-1972, unânime Rel. Min. Eloy da Rocha - DJU 28-9-1973). Divisão - Nu-proprietário - Propositura da ação acompanhado do usufrutuário - Inadmissibilidade - Carência decretada - Inteligência e aplicação do art. 718 do Código Civil.

É impossível ao nu-proprietário, ainda que acompanhado do usufrutuário, promover a divisão da coisa, porque ele não tem a propriedade plena no imóvel e não pode usufruir da mesma (art. 718 do Código Civil).

N. 216.234 -Tietê.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 216.234, da comarca de Tietê, em que são agravantes Octávio Augusto Tiveron, sua mulher e outros, sendo agravados Florindo Ângelo Tiveron, sua mulher e outros.

1. Octávio Augusto Tiveron, sua mulher e outros, acolitados por Pedro Tiveron, aqueles nu-proprietários e este usufrutuário de gleba, solicitaram a citação de Florindo Ângelo Tiveron e sua mulher, também nu-proprietários, para procederem a divisão do sítio localizado no bairro Entre Rios, em Tietê, descrito a fls.

A sentença de fls. trancou a ação, entre outros fundamentos, aquele que diz respeito à impossibilidade do

nu-proprietário, ainda que acompanhado do usufrutuário, de promover a divisão da coisa porque aquele não tem a propriedade plena do imóvel e não pode usar e fruir da coisa (CC, art. 718).

Inconformados agravaram a fls. e o recurso, com parecer desfavorável do Ministério Público, foi sustentado a fls. e, nesta instância a Procuradoria-Geral da Justiça opinou pelo improvimento do agravo.

2. Os promoventes, como decidiu o MM. Juiz, são carecedores da ação divisória.

Isso porque o usufrutuário não pode participar, juntamente com os proprietários, de ação de divisão, posto que, entre eles, é impossível o condomínio.

3. Isto posto: Acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, sem divergência de votos, incorporado a este julgado o relatório de fls., negar provimento ao recurso. (T.J.S.P. - São Paulo, 8 de fevereiro de 1973 - Henrique Machado, pres. com voto Médiçi Filho, relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Des. Flávio Torres). RTs., vol. 450, pág. 96.

REGISTROS PÚBLICOS

PORTARIA CR - N.º 9/73

O Dr. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos, da Comarca da Capital.

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Determina:

1 - Aos senhores Escrivães e Oficiais dos Cartórios sujeitos à sua Corregedoria Permanente que façam comunicar, para fins de anotação nos prontuários as datas em que seus auxiliares iniciaram o exercício, depois de arquivados na E. Corregedoria-Geral os contratos de trabalho.

2 - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 1.º de agosto de 1973.

a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito

(D.J., de 10-08-73).

PROVIMENTO N.º 1-74

O Doutor Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos, Considerando que os Tribunais do País têm decidido que "é legítimo o cancelamento de protesto quando pago o título" (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 49, página 338; Revista dos Tribunais, vol. 252-588, vol. 420.209, vol. 419-217, vol. 405-115, vol. 401-159; Revista Julgados do Tribunal de Alçada Civil, vol. 1-355);

Considerando que esse entendimento mereceu acolhida do Colendo Supremo Tribunal Federal (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 49-338), ensejando milhares de pedidos de cancelamento de protesto neste Juízo, sob o fundamento de que tendo sido pago o título não deve ser perpetuado o protesto;

Considerando que em outros Estados da Federação, esse cancelamento se processa nos próprios Cartórios onde está registrado o protesto (Cf. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, n.º 10, ano XII, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 149-155);

Considerando dispensável a anuência do credor já satisfeito, cuja exigência era o fator determinante da prévia intervenção judicial, sem forma nem figura de juízo, nos pedidos de cancelamento de protesto pela via administrativa;

Considerando que o procedimento judicial, por sua própria natureza, onera os interessados e retarda seu atendimento, tornando inócua, muitas vezes, a própria concessão da medida, criada no interesse geral;

Considerando, contudo, a necessidade de resguardar os direitos de terceiros e evitar a alteração do termo inicial das falências.

Resolve:

1.º) Os protestos de letras e títulos registrados nos Cartórios da Capital serão cancelados pelos respectivos Cartórios, mediante a simples exibição e entrega, pelos devedores ou seus Advogados, do título protestado, salvo a hipótese prevista no artigo 2.º deste Provimento, título que será arquivado em Cartório, de forma a possibilitar rápida e fácil verificação, não sendo aceitas, para essa finalidade, xerocópias, fotocópias ou reproduções, ainda que autenticadas;

2.º) Os protestos lavrados no Livro Especial criado pela Lei de Falências somente serão cancelados mediante o procedimento estabelecido no artigo 1.º e a exibição de certidão negativa atualizada expedida, no máximo, até 15 dias anteriores ao pedido), do 1.º Distribuidor Cível da Capital, de distribuição de pedido de falência e concordata, certidão essa que será arquivada com o título.

3.º) Se o devedor, por qualquer motivo, não puder exhibir o título, poderá obter o cancelamento de que trata esse provimento apresentando declaração de todos quantos figurem no protesto (apresentante, credor originário, endossatário), declaração essa que deverá trazer a qualificação das pessoas físicas que as subscrevem, o C.G.C. da pessoa jurídica e reconhecidas as firmas de seus signatários;

§ 1.º - Quando o pagamento do título já estiver averbado à margem do protesto, é dispensada a exibição dessas anuências.

4.º) Enquanto não previsto no Regimento de Custas e Tabelas a ele anexas, o cancelamento de protesto será gratuito;

5.º) Os cartórios de Protestos de Letras e Títulos criarão uma seção destinada ao atendimento do público interessado no cancelamento dos protestos, designando os Cartórios um escrevente e auxiliares para esse fim;

6.º) O cancelamento será efetuado por escrevente especialmente designado para esse fim pelos Srs. Escrivães e devidamente autorizado por este Juízo;

- 7.º) A gratuidade do cancelamento será dada ao conhecimento do público através de cartazes afixados na seção a que se refere o artigo 5.º;
- 8.º) Fora dos casos previstos neste Provimento, os protestos só serão cancelados em virtude de decisão judicial;
- 9.º) O procedimento estabelecido neste provimento para o cancelamento de protestos não impede que os interessados o requeiram, quando fundados em vício do título ou procedimento irregular dos Cartórios, perante este Juízo, pela via correcional.
- 10) Nos casos omissos e nas dúvidas surgidas, os Srs. Escrivães remeterão os interessados a Juízo, cabendo-lhe postular na forma da lei.
- 11) Este provimento entrará em vigor em 15-01-1973, revogadas as disposições em contrário.
- 12) O Sr. Escrivão do 1.º Ofício de Registros Públicos fará, contudo, a partir desta data, a remessa dos pedidos de cancelamento de protesto, ora em andamento, e os que vierem a ser distribuídos (salvo os casos previstos no artigo 9.º) aos Cartórios em que estão registrados os protestos, cujo cancelamento se postula, na ordem estabelecida pela Portaria n.º 2/72, certificando os Srs. Escrivães dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos ao procederem-no, que o fizeram com base na documentação constante do processo n.º X do 1.º Ofício de Registros Públicos.
- 13) Registre-se, publique-se e cumpra-se, remetendo-se a 1.ª via ao MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível e Corregedoria Permanente do 1.º Distribuidor Cível, para que também dê conhecimento aos interessados. Comunique-se (Código Judiciário do Estado art. 232). (D.O.J. 11-1-74)

PROVIMENTO N.º 2/74

O Dr. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, etc.

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de disciplinar o fornecimento de certidões pelos Srs. Escrivães dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Capital;

Considerando o volume de certidões fornecidas diariamente por esses Cartórios;

Considerando a necessidade de serem tomadas providências para evitar os enganos que possam, eventualmente, ser cometidos, assim como coibir abusos, bem como para prevenir a expedição de certidões em desacordo com a verdade;

Considerando, ainda, a conveniência de ser disciplinada a expedição de certidões, em casos de alegação ou Comprovação de homonímia,

Determina:

1.º - Os interessados na obtenção de certidões dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital deverão preencher, a máquina, o formulário constante do modelo anexo ao presente Provimento, que será distribuído gratuitamente pelos Srs. Escrivães dos referidos Cartórios, fazendo a entrega do pedido mediante recibo e efetuando, desde logo, o pagamento correspondente às custas e emolumentos das certidões negativas;

2.º - Cada pedido não poderá abranger mais de duas pessoas (físicas ou jurídicas) ou dois (2) nomes;

3.º - Os Srs. Escrivães, em sendo negativas as certidões, deverão fornecê-las no prazo máximo de sete (7) dias úteis, contados da data da apresentação do pedido, se positivas e abrangendo até cinquenta (50) protestos, após confirmação pelo interessado, que deverá, nessa oportunidade, complementar o pagamento das custas e emolumentos, esse prazo será de cinco (5) dias úteis, contados após a confirmação e pagamento; em havendo mais de cinquenta (50) protestos, o prazo será de quinze (15) dias úteis após a confirmação do pedido e pagamento;

4.º - Embora pagas, as certidões não retiradas depois de quarenta (40) dias contados do prazo marcado para a entrega, poderão ser inutilizadas pelos Cartórios;

5.º - Os Srs. Escrivães dos referidos Cartórios providenciarão, periodicamente, o rodízio dos funcionários (escreventes e auxiliares) designados para prestar serviços no setor de expedição de certidões (incluindo recebimento do pedido, busca, datilografia, conferência, assinatura e entrega), de tal forma a que possam se dedicar a outras tarefas dentro da serventia e conhecer-lhe o integral funcionamento;

6.º - Os arquivos com os livros de protestos e fichários de cadastramento das pessoas que

tiveram títulos protestados deverão ser mantidos em sala especial, proibido o acesso de pessoas estranhas ao cartório e à seção de expedição de certidões;

7.º - Sempre que o Cartório tiver dúvida quanto à existência da pessoa física ou jurídica, em cujo nome é solicitada a certidão, deverá solicitar a apresentação de prova de sua existência, a qual poderá ser feita mediante a exibição de Carteira de Identidade, Título de Eleitor, Carteira de Reservista, Carteira Profissional, C.P.F. ou C.G.C.;

8.º - Sempre que algum interessado na expedição de certidão afirmar que o protesto registrado nos Cartórios, da responsabilidade de pessoa com nome idêntico, a ele não se refere, deverá fazer um requerimento ao Escrivão do Cartório, juntando fotocópia autenticada de sua Carteira de Identidade, atestado de residência expedido por Delegacia de Polícia ou autoridade Judiciária, com mínimo de cinco (5) anos, atestado de duas testemunhas, com firma reconhecida, em cujo requerimento afirmará, sob responsabilidade civil e criminal, declarando que se trata de homônimo.

9.º - Quanto aos itens 1.º, 2.º e 3.º supra, este Provimento entrará em vigor dentro de sessenta (60) dias, vigorando, quanto ao mais, nesta data, revogadas as disposições em contrário. Fica contudo, desde logo, facultado aos Cartórios que o coloquem inteiramente em vigor.

10 - Publique-se, registre-se, intimem-se e publique-se, remetendo-se uma cópia à Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça e aos Cartórios para afixação.

São Paulo, 8 de janeiro de 1974.

a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito

MODELO DO REQUERIMENTO

Ilmo. Sr. Escrivão do º Cartório de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital

.....
..... (nome completo),
..... (nacionalidade),
..... (profissão),
..... (endereço),
completo), n.º (bairro),
portador da Carteira de Identidade R.G. n.º e do
CPF n.º tendo verificado a existência, nessa
serventia, de protesto(s) em nome igual ao seu, vem declarar, sob
pena de responsabilidade civil e criminal, que se trata de homônimo,
não se referindo, pois, tais protestos a sua pessoa.

Assim, juntando ao presente, atestado de residência que demonstra residir
fora dos endereços constantes dos protestos e declaração de duas
testemunhas, requer a expedição de certidão negativa.

Termos; em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, ... de de 197.....

.....
(assinatura)

MODELO DO ATESTADO

.....(nome da 1.ª testemunha)
e(nome da 2.ª testemunha),
declaramos que conhecemos o Sr.....
R.G. n.º residente desde o ano de
à n.º, bairro
e sabemos que não se referem a ele os protestos constantes do
Cartório de Protesto de Letras e Títulos da Capital.
São Paulo, ...de de 197.....

.....
(assinatura da primeira testemunha)

.....
(assinatura da segunda testemunha)

Qualificação da primeira testemunha:

Nome
Endereço
R.G. n.º
Qualificação da segunda testemunha:
Nome
Endereço
R.G. n.º
Devem seguir os reconhecimentos das firmas.

CERTIDÃO

O (.....) Cartório de Protestos
de Letras e Títulos da Comarca da Capital, órgão do Foro Extra-
judicial do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, Por este publico
instrumento,
CERTIFICA e dá fé que, revistos os livros de registros de protestos,
deles verificou que em nome de
..... no período de cinco (5) anos
anteriores a esta data constam
..... protestos.
Eu, ... auxiliar, pesquisei
os arquivos. Eu, ... auxiliar, conferi.
Eu, ... Escrevente autorizado
a subscrevi e assino.
São Paulo, ... de de mil
novecentos e setenta e
O Cartório de Protesto
(D.O.J., de 15-1-74).

PROCESSO N.º 576/72

Vistos, etc.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 16.ª
Circunscrição da Capital, à transcrição de Carta de Adjudicação prenotada sob n.º 122.758.
Declara o suscitando, para tanto, que conforme transcrição n.º 42.410, Giovana Salerno
Nacarato adquiriu metade ideal do imóvel situado à rua Tamandaré n.º 177, objeto de inventário.
A outra metade pertence, em partes iguais, a Eugenia Nacarati, Januário Nacarati, Vicentino
Nacarati e Guilherme Nacarato, por força da mesma transcrição e a Boaventura Tedeschi, pela
transcrição sob n.º 45.152. Estes são herdeiros de Giovana. - Eugenia, Januário e Boaventura
faleceram, sendo sucedidos no inventário de Giovana, pelos seus filhos o mesmo acontecendo
com Vicentino Nacarati, sucedido pela viúva.
Pela escritura de 1966, devidamente retificada (escrituras lavradas nas notas do 7.º e 17.º
Cartório, respectivamente), todos os herdeiros e a viúva de Vicentino, cederam seus direitos
hereditários ao suscitado. Estes, com a morte de seus pais e marido, respectivamente deveriam
fazer a cessão nos inventários dos falecidos. Ainda, pelas mesmas escrituras, Guilherme
Francisco Nacarato e sua mulher, além de cederem seus direitos no inventário de Giovana
venderam ao suscitado a parte ideal que lhe coube pela transcrição 42.410, não sendo recolhido
o tributo devido pela transmissão "inter vivos".
Fluindo "in albis", o prazo de impugnação, o Dr. Curador opinou pela procedência da dúvida.
É o relatório. Decido.
Procede inteiramente a dúvida.
O imóvel adjudicado ao cessionário-sucitado pertencia a Giovana Salerno Nacarato (5110) e a
seus herdeiros Eugenia, Januário, Vicentino e Guilherme (transcrição n.º 42.410) e Boaventura
Tedeschi (transcrição n.º 45. 152), estes, com a proporção de 1/10 para cada um. Com o
falecimento dos co-proprietários, à exceção de Guilherme, herdeiros e viúva cederam direitos
hereditários e de meação a Elias Graiche. A este, o sobrevivente e sua mulher venderam o décimo
restante. Logrou o comprador e cessionário a adjudicação do imóvel perante o Juízo do
Inventário de Giovana (2.ª Vara Cível).

A transcrição não pode ser feita. No inventário de Giovana, somente poderia haver adjudicação da metade do imóvel (parte inventariada), sem quebra do princípio da continuidade, certo que o restante está transcrito em nome dos herdeiros daquela, como afirmou o suscitante. Mediante abertura de inventário dos co-proprietários falecidos, poderá o cessionário fazer valer seus direitos, independentemente dessa providência a parte pertencente a Guilherme, que vendeu. Aliás, quanto a esta parte, também procede a dúvida, já que não se comprovou o recolhimento do tributo devido.

Por todo o exposto, julgo Procedente a dúvida.

Custas, ex-lege.

P. R. Int.

São Paulo, 10 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 1.580/72

Vistos, etc.

O Sr. Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis, suscitou dúvida quanto à inscrição de penhora, efetivada por determinação do MM. Juiz da 3.ª Vara Cível da Capital, na ação Executiva promovida por Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S. A. contra Maria América Coimbra de Andrade, Paulo Alves Coimbra e Walter de Andrade Filho. Esclarece que o imóvel apenhado, encontra-se transcrito em nome de Walter de Sã Andrade e sua mulher Maria América Coimbra de Andrade. Com o falecimento do varão, e por força do estatuído no art. 1572 do C. Civil, o domínio e a posse da herança transmitiram-se aos herdeiros legítimos e testamentários. Para efeito de disponibilidade, imprescindível a transcrição do formal de partilha, após o que, permitida seria a inscrição pleiteada.

Manifestou-se o Banco apresentante, concordando com os termos da suscitação, estando a dúvida prejudicada, d'outro lado, em decorrência de embargos de terceiros oferecidos perante o Juízo da penhora, definitivamente acolhidos.

Ouviu-se o Dr. Curador.

A dúvida ficou prejudicada, diante da insubsistência do ato constitutivo que se pretendia inscrever à margem da transcrição. Não obstante, procedente era a dúvida, posto que inocorria a disponibilidade do imóvel, por falta de transcrição do título de transmissão, a favor dos executados.

Diante do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, ex-lege. P.R. Int.

São Paulo, 1.º de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 7.798/72

Vistos, etc.

1 - Apresentada a transcrição a escritura de compra e venda lavrada no Livro n.º 1.097, fls. 295, do 9.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, pela qual Roberto Ferreira da Rosa e sua mulher transmitiram a Mário Barboza Ferraz e sua mulher o imóvel indicado na inicial, foi o título prenotado sob n.º 113.013, a página 209, do Protocolo 1D, do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, tendo, em seguida, o Sr. Oficial suscitado dúvida, porque, se encontra "inscrita neste Registro, sob n.º 3, a fls. 3, do Livro n.º 1, de Registro de Notificações, a notificação datada de 5 de agosto de 1969 (GABIN-69-548-D), a pedido do Sr. Paulo de Tarso Moreno Vieira, liquidante da DOMINIUM S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pela qual os ex-administradores da referida Empresa liquidanda, no período de um ano anterior à decretação da liquidação, para os fins estabelecidos no Art. 1.º e § único do Decreto-lei n.º 685, de 17 de julho de 1969, e incisos I, II e III do Art. 1.º e § único do Decreto-lei n.º 502, de 17 de março de 1969, tiveram os seus bens declarados indisponíveis, figurando entre os nomes relacionados na Notificação, o do vendedor - ROBERTO FERREIRA DA ROSA...".

A dúvida foi impugnada por Roberto Ferreira Rosa e Mário Barboza Ferraz, os quais se

reportaram a parecer do eminente Professor WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO para pleitear a improcedência da mesma dúvida. Em tal parecer (fls. 13 a 18) ficou entendido que tendo cessado a intervenção da DOMINIUM S.A., cessou, também, a indisponibilidade, que pesava sobre os bens de seus diretores, razão pela qual podia Roberto Ferreira da Rosa alienar o imóvel em questão.

Informou o MM. Juízo de Direito da 2.^a Vara Cível da Comarca da Capital o arquivamento de arresto movido pelo Ministério Público contra Alberto José de Carvalho e outros, bem como que, contra a respectiva decisão, fora interposto recurso. Então, os impugnantes juntaram o recorte do Diário Oficial da Justiça do Estado (fls. 51), segundo o qual foi impróvido o dito recurso por decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, estando, pois, os bens de Roberto Ferreira da Rosa livres e disponíveis (fls. 49/50).

O Banco Central do Brasil se manifestou no sentido de que continuam indisponíveis os bens de Roberto Ferreira da Rosa, porque, "esgotadas na área administrativa as providências determinadas pelo Decreto-lei n. 354/68 e cumpridos os esquemas aprovados pelas autoridades monetárias, o Banco Central do Brasil, por ato de 22-10-71, encerrou o processo normal, com a ressalva de que tais medidas não importavam "no desaparecimento dos danos efetivamente causados e de responsabilidade dos ex-Administradores, Gerentes e Conselheiros, os quais continuavam legalmente obrigados ao ressarcimento de tais prejuízos" (Aviso de 22-10-71, do D. O. U. de 27-10-71, Seção I, Parte II, pág. 3.302). A responsabilidade dos ex-dirigentes da empresa, depois da conclusão e encaminhamento do inquérito da Lei n.º 1808/53, é matéria da exclusiva competência do Poder Judiciário" (fls. 52 a 60).

Por fim, o douto Curador de Registros Públicos se manifestou pela procedência da dúvida, considerando ser inviável a discussão de matéria tão relevante no âmbito estrito de um procedimento administrativo de dúvida, certo, no entanto, que o arquivamento do arresto, na 2.^a Vara Cível, não fez desaparecer a responsabilidade dos ex-Administradores da empresa, prevalecendo, portanto, a indisponibilidade dos bens de Roberto Ferreira da Rosa.

2 - É, realmente, procedente é a dúvida.

Com efeito, quando apresentado e prenotado o título, vigia, como vige, a notificação firmada pelo Liquidante da Domínium S.A. - Indústria e Comércio, segundo a qual os bens de Roberto Ferreira da Rosa estavam, como estão, indisponíveis para os fins estabelecidos no artigo 1.º e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 685, de 17-07-69, e incisos I, II e III, do artigo 1.º e seu parágrafo único, do Decreto-lei n. 502, de 17-03-69. E de nada valia a declaração das partes, na escritura de compra e venda, no sentido de que, em razão da respeitável decisão que determinou o arquivamento do arresto, na MM. 2.^a Vara Cível da Comarca da Capital, "cessaram assim, todos os efeitos daquela notificação mencionada", "encontrando-se dessa forma, na livre disponibilidade dos VENDEDORES, entre outros bens, aquela sua metade ideal do imóvel descrito, confrontado e caracterizado na cláusula 1.ª" de dita escritura (cf. fls. 5, cláusula 5). Efetivamente, a nenhuma valia dessa declaração decorre do fato - óbvio aliás - da respeitável decisão de 1.ª instância não poder invalidar a notificação mandada registrar por ato expresso do Exmo. Sr. Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, então Corregedor-Geral da Justiça (cf. fls. 36). De outro lado, o levantamento do arresto, com o conseqüente arquivamento dos respectivos autos, não importa, em absoluto, na exclusão da eventual responsabilidade do alienante, dirigente que foi da Domínium. S.A., conforme a legislação que rege a matéria, como bem demonstrado ficou na manifestação do Banco Central do Brasil (fls. 52 a 60).

Note-se que o arresto é mera medida cautelar cujo desaparecimento não importa no desaparecimento da ação principal que venha a ser instaurada contra o alienante, nos termos e para os fins legais de apuração de sua responsabilidade. Outrossim, o arresto é garantia processual, diversa da de direito material, que, no caso, é derivada da lei, pois, enquanto aquela destina-se a ser substituída por outra, "cujo material apenas preparam: o arresto se converte em penhora, para a qual reservou os bens necessários", esta dura até a satisfação, que sempre visa, do direito principal (cf. LOPES DA COSTA, in "Medidas Preventivas", 3.ª ed., 1966, Sugestões Literárias, pág. 15, n.º 4), ou seja, para a hipótese vertente, "resulta inequívoco, de textos expressos e reiterados de lei, que a responsabilidade dos titulares sob menção não está limitada no tempo, e de nenhuma forma e sob qualquer razão, condicionada à permanência, ou não, do nomeado processo especial" (da manifestação firmada pelo Presidente do Banco Central do Brasil, ERNANE GALVÊAS, às fls. 55, item 2), isto é, "enquanto em curso a liquidação especial, a que fora submetida a entidade em dificuldades" (idem, fls. 55, item 3).

Assim, a indisponibilidade dos bens do alienante, malgrado o parecer do eminente, WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, subsiste como medida cautelar de direito material - não de direito processual - motivo pelo qual, "até final e definitiva aparação e liquidação de suas responsabilidades" (Decreto-lei n.º 685, de 17-07-1969, artigo 1.º), o mesmo ex-dirigente, que está arrolado na dita notificação, não os pode, por qualquer forma, direta ou indireta, alienar ou onerar. E ressalte-se que essa garantia de direito material era de ser decretada, como o foi, pelo interventor, como medida administrativa "para o ressarcimento da Fazenda Pública e o resguardo dos investimentos da poupança popular" (artigo 4.º do Decreto-lei n.º 354, de 1968), sendo irrelevante para a sua subsistência o fato de a empresa ter reiniciado a operação Jindustrial e comercial (aliás, o reinício fora recomendado no citado artigo 4.º), porque, o objetivo da medida acauteladora de direito material, como visto, é a satisfação dos prejudicados, nos seus direitos.

Portanto, razão tinha o Sr. Oficial em não proceder à transcrição pretendida, manifestando dúvida, após prenotar o título apresentado a registro.

3 - Isto posto, julgo procedente a dúvida oposta pelo Sr. Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, devendo, em consequência, ser cumprido o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939, na devida oportunidade.

Custas, ex-lege.

Publique-se, registre-se e intimem-se. Datilografei.

São Paulo, 06 de julho de 1973.

ÁLVARO LAZZARINI

O Juiz de Direito

PROCESSO N.º 9.112/72

Vistos, etc.

Apresentado ao Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, o formal de partilha extraído dos autos de Inventário dos bens deixados por Ana Clara Cunha Bueno, que tramitou pela 7.ª Vara da Família e Sucessões, foi o registro adiado. Assim aconteceu, segundo o suscitante, em virtude de a metragem da frente do imóvel situado na Praça das Bandeiras ns. 31, 39 e 47, antigo Largo do Riachuelo, constante do formal como sendo de 21,81 metros, estar em desacordo com a transcrição aquisitiva n.º 49.680, em nome da finada, que consigna referida frente como de 25,10 m.

Fluindo "in albis" o prazo para impugnação, opinou o Ministério Público pela procedência da dúvida.

Relatei. Decido.

Realmente, procede a dúvida. A apontada divergência entre a transcrição e o título transcribendo está bem configurada.

É pacífico que o título transcribendo deve se ajustar, em todos os seus elementos, à transcrição anterior, para que seja observado o princípio fundamental do registro imobiliário, que é o da continuidade.

No mesmo sentido a doutrina sempre acatada de SERPA LOPES ("in" - TRATADO DE REGISTROS PÚBLICOS - Livraria Freitas Bastos, 4.ª ed. 1962, Vol. IV, pág. 430).

Nessa conformidade, bem suscitada a dúvida, pelo que, julgo-a PROCEDENTE.

Custas, ex-lege.

P.R.I.

São Paulo, 22 de outubro de 1973

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 3.407/73

1.ª Vara de Registros Públicos

Vistos, etc.

1 - Protocolada sob n.º 1.320.828, no 3.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital, o Sr. Escrivão deixou de registrar alteração social da "SOCITAL Sociedade Civil Tanabi Ltda.", por entender, em resumo, ser necessário a concordância expressa de todos

os sócios remanescentes; para um novo sócio ser admitido na sociedade e, em especial, do sócio gerente destituído, certo, também, por não provado terem sido as notificações respondidas pelos sócios, salvo no que diz respeito aos sócios Pedro Leardi e Moreno Dinelli, que manifestaram sobre a preferência, em carta que não chegou ao destinatário, Omar Afonso de Almeida, apresentante da alteração social, por não ter sido encontrado nas vezes em que foi procurado (fls. 14/15. v.º).

"SOCITAL - Sociedade Civil Tanabi Ltda." Impugnou a dúvida, juntando parecer de lavra do eminente Professor JOSÉ FREDERICO MARQUES (fls. 43/52), bem como pleiteando a improcedência da dúvida, porquanto, não respondida as notificações dirigidas aos sócios, para manifestação de preferência, no prazo contratual, sendo estranha a afirmação cartorária referente à não entrega da resposta dos sócios Pedro Leardi e Moreno Dinelli. Pediu, ainda, a improcedência, pois, não assiste razão ao suscitante no ponto que diz respeito à necessidade de concordância expressa de todos os remanescentes.

Mantida a dúvida pelo suscitante (fls. 53), sobreveio o duto parecer de lavra do Dr. FERNANDO LUIZ GONÇALVES FERREIRA, Curador de Registros Públicos designado, pela "procedência da dúvida" eis que, efetivamente, há necessidade de expressa concordância da unanimidade social (fls. 54/56).

Omar Afonso de Almeida ingressou nos autos, articulando a validade da alteração social (fls. 58/59), tendo o Ministério Público, agora pelo Titular da douta Curadoria de Registros Públicos, mantido o seu anterior entender (fls. 60), o mesmo ocorrendo em relação ao que foi alegado e documentado pela suscitada (fls. 61/75, 78 e 79).

2 - Procedente é a dúvida.

Com efeito, após examinar as opiniões de ORLANDO GOMES (in "Contratos", pág. 403, Forense, 2.ª ed.), WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO (in "Curso de Direito Civil" Direito das Obrigações, 2.ª parte, vol. V, págs. 326/327, Saraiva, 5.ª ed.), SERPA LOPES (in "Curso de Direito Civil", vol. IV, pág. 529, Freitas Bastos, 3.ª ed.) e PONTES DE MIRANDA (in "Tratado de Direito Privado", tomo XLIX, pág. 391, Borsoi, 1965), o duto - eminente Curador designado, FERNANDO LUIZ GONÇALVES FERREIRA, com toda acuidade, concluiu que "na hipótese vertente, a admissão do novo sócio depende da concordância expressa da unanimidade do corpo social, o que não houve, em razão do que, em se cuidando de alteração para tal fim, não se pode mesmo admitir o registro desta sob pena de serem contrariados os princípios acima aludidos. E isto diz respeito a defeito intrínseco que afeta a substancia da obrigação constante da convenção, sujeito pois à análise do Cartório por ocasião do registro da alteração social, segundo ensina SERPA LOPES (in "Tratado dos Registros Públicos", vol. II, pág. 349, Freitas Bastos, 5.ª edição)" (cf. fls. 56).

Note-se - e se acrescenta ao estudo do referido duto Curador designado - que "sem a anuência dos demais, a nenhum será lícito transferir a um terceiro a sua cota, porque a sociedade é concluída intuitu personae, e ninguém pode ser compelido a ter sociedade com o cessionário" (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in "Instituições de Direito Civil", vol. III, 1.ª ed., 1963, Forense, pág. 297, n.º 259, final).

É certo que, intervindo neste feito, Ornar Afonso de Almeida alega que o duto Curador se confundiu ao se basear na "affectio societatis", bem como no "intuitu personae" esquecendo-se das disposições estatutárias da firma "SOCITAL - Sociedade Civil Tanabi Ltda.", em cuja cláusula 12.ª resta clara a faculdade dos sócios transferirem suas cotas, como ocorrido. No entanto, e a propósito, cumpre lembrar que, efetivamente, "as normas contidas no Código Civil no tocante às sociedades são geralmente supletivas, assegurando-se assim às partes a maior liberdade na regulamentação dos direitos e deveres dos sócios em relação à sociedade. Não se admite todavia cláusula que contrarie a própria affectio societatis" (ARNOLDO WALD, in "Curso de Direito Civil Brasileiro", Obrigações e Contratos, 2.ª ed., 1969, Sugestões Literárias, pág. 374, n.º 146, alto). E, como bem salienta CARVALHO SANTOS, "se compreende bem por que: a sociedade é contratada tendo em vista a capacidade, a consideração pessoal, a mútua confiança, a situação de solvabilidade do sócio, todos os requisitos, enfim, de prosperidade e duração da sociedade. Ora, o ato unilateral do sócio não poderia obrigar à sociedade exatamente porque o conceito, a consideração, a confiança que ele tem em relação ao novo sócio podem não encontrar correspondência entre os outros sócios. E também poderia o sócio assim admitido na sociedade não merecer aquela consideração e ser, afinal, desonesto, incapaz ou insolvente, significando a sua entrada a ruína do patrimônio social" (in "Código Civil Brasileiro Interpretado", vol. XIX, 7.ª ed., 1958, Freitas Bastos, comentário ao artigo 1.388, n.º 3, pág. 85). Outrossim, e como se verá logo mais, a "SOCITAL - Sociedade Civil Tanabi Ltda." é uma sociedade por quotas,

e não uma sociedade anônima. Naquela, diz WALDEMAR FERREIRA, diferentemente desta, e a exemplo do que ocorre em quase todas as legislações, "vigora o princípio da inaccessibilidade das quotas, adequado ao do intuitus personae, sob cuja égide a sociedade se constituiu. Ninguém pode entrar para sociedade não sendo persona grata aos demais sócios. Intuitivo é isso (in "Tratado de Direito Comercial", 3.º vol., O Estatuto da Sociedade de Pessoas, 1961, Saraiva, n.º 544, pág. 437).

Portanto, sem razão a crítica levantada ao bem lançado parecer de lavra do douto Curador FERNANDO LUIZ GONÇALVES FERREIRA.

Pois bem! Procurou-se dizer que a suscitada "SOCITAL" é uma sociedade tipicamente de capital, onde havia 17 sócios, de diferentes profissões, sexos, tendo como objetivo o concurso de capitais para edificar suas incorporações, conforme consta em seus estatutos sociais a chamada de capitais, de acordo com as necessidades" (fls. 58, intervenção de Ornar Afonso de Almeida). Por isso mesmo argumentou-se que "CLÓVIS BEVILACQUA já decidira que na sociedade de capital permite-se a livre cessão das quotas ou das ações. Com essa tranquilidade do que "é claro não comporta interpretações", o Prof. JOSÉ FREDERICO MARQUES elaborou o seu ilustre Parecer" (fls. 58/59, da mesma intervenção).

Novamente, a razão não está com o interveniente - que, diga-se, é o cessionário das quotas e apresentador da alteração social ao registro. É verdade que "adverte CLÓVIS que o preceito - refere-se ao artigo 1.388, última parte, do Código Civil - não se aplica às sociedade por ações. Nelas é o capital que se associa, as pessoas não se conhecem, e não tem necessidade de se conhecer" (apud CARVALHO SANTOS, in obra, vol. e ed. cit., pág. 85, n.º 3). Mas, o óbvio é que a suscitada não é sociedade por ações. P, isto sim, por força de sua constituição contratual em sociedade solidária de responsabilidade limitada (cf. fls. 8 a 10), bem como nos termos da lei específica, uma sociedade de pessoas. Saliente-se, a propósito, com apoio em SILVIO RODRIGUES, que "as sociedades civis com escopo econômico temam, no geral, as formas das sociedades mercantis.

Assim, ora se apresentam sob a forma de. . .", certo que "as duas mais freqüentes espécies de sociedades são a sociedade de responsabilidade limitada, em que os sócios só respondem pelo capital social, e as sociedades anônimas, em que os sócios só respondem pela integralização de suas ações" (in "Direito Civil", vol. 3, Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade, 4.ª ed., 1972, Saraiva, n.º 148, págs. 319/320).

Ora, no caso concreto, por força da cláusula 9 (fls. 9), "a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social. . . " Tem ela, isto é, a SOCITAL - Sociedade Civil Tanabi Ltda. todos os caracteres jurídicos das sociedades por quotas, enunciados por FRAN MARTINS (in "Curso de Direito Comercial" 2.ª ed., 1958, Forense, n.º 288, pág. 316), devendo ser anotado que, conforme o mesmo autor, "a sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, é, pelas suas características gerais, intermediária entre as sociedades de pessoas e as de capital, possuindo das primeiras o modo simples de constituição, já que se forma por um contrato, mesmo particular, entre as partes, e da segunda a limitação da responsabilidade dos sócios ao total do capital social. Entre nos, contudo, quanto à sua formação, essas sociedades devem ser consideradas como sociedades de pessoas, pois a lei que as regula estabelece, taxativamente (art. 2.º), que se constituirão do mesmo modo que as sociedades de pessoas, ou seja, de acordo com o art. 302 do Cód. Comercial. Em tais condições, a morte ou retirada de um dos sócios, nas sociedades brasileiras, dá motivo à dissolução, não podendo as quotas ser cedidas, a não ser que haja acordo unânime dos sócios, o que não acontece com as sociedades anônimas" (FRAN MARTINS, in obra, ed. e n.º cit., pág. 317). Por isso tudo é que "a sociedade por quotas é, no Direito brasileiro, pura e simplesmente, sociedade solidária de responsabilidade limitada. É sociedade de pessoas, não de capitais. Não mais que isso" (WALDEMAR FERREIRA, in obra, vol. e ed. cit., n.º 528, págs. 402 e 403).

Induvidosa, pois, a natureza jurídica da suscitada, que não é, assim, "uma sociedade tipicamente de capital", como se disse às fls. 58, necessitando, portanto, da expressa anuência dos consorciados para cessão das quotas e alteração do contrato social, como focalizado.

E note-se que o silêncio à notificação não leva a acreditar no consentimento. Este tem de ser expresso e unânime, não se admitindo o tácito, conforme previsto no final da cláusula 12 (fls. 9), por ferir os princípios da affectio societatis e do intuitu personae, também, como examinado acima. Ademais, como se demonstra às fls. 14/15, tempestivamente, os sócios Pedro Leardi e Moreno Dinnelli, através do suscitante, tentaram exercer o direito de preferência, não logrando êxito, porque, o destinatário Omar Afonso de Almeida, signatário da notificação de fls. 301/31,

não foi encontrado nas inúmeras vezes em que foi procurado, conforme certidão da serventia, que merece fé até prova em contrário. Assim, dado esse obstáculo, que está certificado às fls. 15. v.º, não lograram ditos sócios o regular exercício do direito de preferência, no que, em tese, importou em não unanimidade, tornando inviável a admissão do novo sócio.

Em assim sendo, fundadas eram as dúvidas do suscitante, que, por isso, bem andou em adiar o registro da alteração social da suscitada.

3 - Isto posto, julgo totalmente procedente a dúvida em que é suscitante o Escrivão do 3.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital, sendo suscitada a firma "SOCITAL - Sociedade Civil Tanabi Ltda.", pagas as custas na forma da lei.

Oportunamente, cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

São Paulo, 11 de julho de 1973.

ÁLVARO LAZZARINI

O Juiz de Direito,

PROCESSO N.º 3.408/73

1.ª Vara de Registros Públicos

Vistos, etc.

1. IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO PAULO requereu ao Sr. Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital a averbação, à margem da transcrição n.º 937, que "a requerente há mais de dois séculos, é também conhecida como SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO, ou apenas SANTA CASA DE SÃO PAULO". Feita a prenotação, suscitou o Sr. Oficial dúvida, porque, não se há falar em mudança do nome da requerente, mas sim de um possível erro ou omissão com referência ao seu nome, que impossibilita a retificação, por averbação, como pretendida.

Juntando documentos, a suscitada esclareceu ser público e notório que, desde tempos imemoriais, ela é conhecida pelos nomes que indicou no seu requerimento, pedindo, por isso mesmo, a improcedência da dúvida (fls. 11/12).

Ouvido, o suscitante manteve a dúvida, lembrando não lhe ser possível reconhecer a notoriedade ou não de tal circunstância (fls. 23).

O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida (fls. 25).

2. Merece procedência a dúvida.

Como recentemente decidiu o eminente Juiz GILBERTO VALENTE DA SILVA, Titular da Vara, "qualquer alteração nos nomes das pessoas que figuram nos registros deve ser ali anotada, por averbação e esta deve ser embasada em documento hábil. A simples referência, . . . , ao uso, por uma pessoa, de mais de um nome, não é prova hábil a tal fim. Às averbações devem, repita-se, esteiar-se em prova concreta e positiva, para que seja preservado o princípio da continuidade e mantida a segurança que o registro deve refletir" (sentença de 09 de maio de 1973, no Proc. n.º 7.806/72, entre 7.º Cartório de Registro de Imóveis e José Manoel e outro).

E note-se que "se erro existe, não é da transcrição. Sim da escritura. A transcrição descreve e transcreve o que se contém na escritura. E o possível erro desta não é corrigível através de corrigenda de transcrição que se conforma com o teor do título respectivo. Fiel a transcrição ao que se contém no título respectivo, o erro deste não é corrigível pelo conserto daquela, que nenhum erro apresenta. Aos autores resta corrigir o título aquisitivo; e como consequência dessa corrigenda, promover a averbação do respectivo registro da transmissão. Não podem, contudo, fazer o inverso. Não se corrige o que está certo. O que admite o Código Civil, art. 860, e o decreto regulamentador dos registros Públicos, é que se corrija a transcrição não conforme ao título transcrito" (acórdão unânime da 6.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1.º de dezembro de 1967, na Apelação Cível n.º 164.248, de Regente Feijó, relator Desembargador DIMAS DE ALMEIDA, in "Rev. dos Tribs." vol. 389, pág. 165). Assim e porque o "registro efetua-se de acordo com a escritura" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in "Curso de Direito Civil", Direito das Coisas, 3.º vol., 7.ª ed., 1967, Saraiva, pág. 428), "semente os erros na tomada das indicações é que poderão ser retificados administrativamente, de acordo com o Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939" (acórdão unânime da 1.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 15 de março de 1966, na Apelação Cível n.º 151.350, de Jundiá, relator Desembargador ANTONIO CHAVES, in "Rev. dos Tribs.", vol. 374, pág. 126).

Portanto, mesmo que notório fosse que a requerente, ora suscitada, é também conhecida Pelos demais nomes que indica, não seria possível a pretendida averbação, dado que a transcrição se conforma título respectivo, que, ao que tudo indica, não indicou esses outros nomes, pelos quais a Instituição seria conhecida. Saliente-se que, pelo provado nos autos e como bem observou a suscitação, não ocorreu alteração da denominação da referida pessoa jurídica (o seu Compromisso denomina-a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo"), a possibilitar, em tese, eventual averbação à margem da transcrição. Ocorreu, isto sim, em princípio, erro do título em relação à exata e legal denominação da mesma associação, o que impossibilita, como verificado acima, a querida averbação.

A alegada notoriedade do fato da mesma associação ser conhecida por outras que não a denominação Prevista no seu Compromisso, não deve ser conhecida no restrito âmbito do Processo de dúvida. Outrossim, mesmo que, para argumentar, pudesse o Juízo dar o pretendido deslinde, seria de lembrar-se que a reti-ratificação do título transcrito não é judicial e sim notarial, porque, "falta qualquer competência aos juízes para decretar sanações e, até, Para retificar erros das escrituras públicas: escritura pública somente se retifica por escritura pública, e não por mandamento judicial, disse-o, com todo o acerto, a 6.ª Câmara do Tribunal de justiça de São Paulo, a 2 de setembro de 1949 (R. dos T., 182, 754)" (PONTES DE MIRANDA, in "Tratado de Direito Privado", Parte Geral, tomo III, 3.ª ed., 1970, Borsoi, § 338, pág. 361). Aliás, como bem já se salientou, "à margem de escritura não seria possível, sequer, fazer-se averbação,, por inexistir o espaço apropriado para isso" (acórdão unânime da 6.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2 de setembro de 1949, na Apelação Cível n.º 43.557, de São Paulo, relator Desembargador JUAREZ BEZERRA, in "Rev. dos Tribs.", vol. 182, pág. 754), motivo pelo qual e também porque é um ato autêntico que vale por si, "escritura pública só se retifica por outra escritura pública" (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, in obra citada, vol. 1, Parte Geral, 8.ª ed., 1971, Saraiva, pág. 263).

Por isso tudo tinha o suscitante sobejas razões para adiar, como adiou, a averbação pretendida. 3. Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, julgo procedente a dúvida, suscitada pelo Sr. Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, a respeito da averbação requerida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, pagas as custas na forma da lei.

Oportunamente, cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Datilografei.

São Paulo, 13 de julho de 1973

(ÁLVARO LAZZARINI)

O Juiz de Direito,

PROCESSO N.º 7.738/73

Vistos, etc.

Formulado requerimento por Antônio Fausto Gonzaga Gaspar, de cancelamento da Averbação n.º 777, à margem da Inscrição n.º 77, referente ao loteamento denominado Jardim Velloso, ao Sr. Oficial do 16.º Cartório de Registro de Imóveis, este suscitou dúvida. Fundamenta esta, dizendo que tendo falecido o promitente comprador do lote - João Leite da Silva, o contrato Passou a seus herdeiros, ex vi do disposto no art. 12, § 2.º, do Decreto n.º 3.079, de 1938, sendo indispensável a intimação de Joaquim Ferreira da Silva, que se acha na posse do imóvel. Impugnada a dúvida (fls. 30/31), foram apresentados os documentos de fls. 36/38 e 41. Opinou o Dr. Curador pela procedência da dúvida (fls. 43).

Relatei. Decido.

O suscitado, na qualidade de titular do loteamento Jardim Velloso, inscrito sob n.º 77, no Registro de Imóveis da 16.ª Circunscrição desta Capital, pelo contrato de compromisso de compra e venda de 31 de dezembro de 1965, prometeu vender o lote n.º 4 da Quadra 60 a João Leite da Silva (fls. 36/38). O compromisso foi devidamente registrado, consoante revela o documento de fls. 37. Diante da mora do comprador, requereu a notificação deste pelo Juízo de Osasco, constatando o meirinho que o Promitente comprador havia falecido, o que veio a ser comprovado (fls. 42) e estar o imóvel na posse do irmão daquele, que acabou sendo cientificado. Daí entender o Sr. Oficial suscitante a necessidade do inventário do falecido.

À época do registro, o imóvel pertencia à 16.^a Circunscrição, o que ainda ocorre, como transparece das manifestações dos autos.

No que tange ao meio escolhido para a interpelação, improcede "vênia permissa", a objeção do Ilustre Dr. Curador que subscreveu a manifestação de fls. 32v., certo que a "notificação judicial tem a mesma eficácia da notificação pelo Oficial do Registro Público, de que trata o art. 14 do Decreto n.º 3.079, de 1938", como vem decidindo o Supremo Tribunal Federal (R.M.J., vol. 55/467).

Entretanto, não se fez a notificação por uma ou outra forma.

Não temos por imprescindível a abertura do inventário, com a conseqüente notificação do inventariante, posto que este não representa propriamente a herança, mas os herdeiros. Nada impede, como acentua o douto PONTES DE MIRANDA - ("COMENTÁRIOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL", vol. I/327), que os próprios herdeiros respondam pela herança, defendendo a comunidade de interesses, qualidade essa não eliminada pelo artigo 85 do diploma adjetivo. No caso de transferência do contrato é incontornável a necessidade da abertura do inventário, com averbação do formal de partilha em nome do herdeiro ou herdeiros a quem for partilhado o direito de compromissário, como assinala Serpa Lopes ("in" - TRATADO DOS REGISTROS PÚBLICOS - Vol. IV, 4.^a ed. Forense, pag. 245, n.º 667).

O mesmo não ocorre na hipótese de resilição por inadimplemento do comprador falecido. Nesta hipótese, serão todos os herdeiros notificados judicial ou extrajudicialmente, com o prazo legal para a emenda da mora (art. 14 do Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938).

No caso em exame, o irmão do promitente Comprador falecido foi cientificado dos termos do Pedido de fls. 6, não se esclarecendo se há herdeiros necessários, o que era possível com informações do referido irmão, não se justificando a pressurosa expedição dos editais. Não foram, assim, atendidas as exigências legais.

Procede a dúvida, embora não pelos motivos da suscitação, deixando assim decidido.

Custas, ex-lege.

P.R.Int.

São Paulo, 9 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 8.940/73

Vistos, etc.

Prenotando sob n.º 246.576, a carta de adjudicação extraída dos autos da Ação de Adjudicação Compulsória movida por Miguel Mitri Luiz, sua mulher e outros contra R. Conceição & Irmãos, o Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis suscitou dúvida. Diz o suscitante que os apresentantes da Carta, com esta ofereceram certidão expedida pelo 5.º Cartório de Registro de Imóveis. Nesta, não há referência aos lotes n.ºs 21 e 22, nem consta averbação de anteriormente, serem os lotes designados como 12 e 13. A mesma certidão apenas alude ao lote n.º 12, objeto de transcrição efetuada em 11 de outubro de 1938, sob n.º 14.285, dando-o como confinante, por um dos lados, com o lote 13, de "quem de direito", o que parece significar que, na época, não era reconhecido como de propriedade dos transmitentes e adquirentes. Ainda, a certidão não consigna qualquer referência a R. Conceição & Irmãos, os, que figurou passivamente na ação adjudicatória. Os compromissos quitados que instruíram referida ação, referem-se aos lotes n.ºs 21 e 22, inexistindo menção a numeração anterior como 12 e 13. É certo que nos mesmos compromissos, não inscritos, mencionam como promitentes vendedores, as pessoas que constam como adquirentes na transcrição sob n.º 1.680, que precedeu a de n.º 14.285, e tituladas como representantes de R. Conceição & Irmãos. A transcrição pretendida, finaliza, ferirá o princípio da continuidade do registro.

O prazo para impugnação fluiu "in albis".

Arrimado nos fundamentos da suscitação, o Dr. Promotor opinou pela procedência da dúvida (fls. 22).

Procede, efetivamente, a dúvida. Com ela concordaram os adjudicatários, tanto que não a impugnaram.

Pelo contrato de compromisso constante de fls. 12/13 (por fotocópia), Rodrigo Conceição, sua mulher e outros, representados por procurador, prometeram a Miguel Mitre, o lote de terreno sob

n.º 22 da rua UM, Alto da Lapa, com 453 metros quadrados, confinando nos lados e fundos com os promitentes. Com o contrato de fls. 14/15, igualmente constante dos autos por fotocópia, foram prometidas, entre as partes citadas, a venda e compra do lote sob n.º 21, da rua UM, com área global de 459 metros quadrados, também confinando nos lados e fundos com os promitentes. Tais compromissos, não foram inscritos.

Na qualidade de sucessores de Miguel Mitre, os suscitados foram a Juízo, logrando a adjudicação dos mencionados lotes.

Conforme transcrição 14.285, do 5.º Cartório de Registro, os promitentes vendedores adquiriram o lote 12 da rua Um, com a área de 454,00 metros quadrados, confinante de um lado com o lote 11, de Francisco Júlio Conceição Júnior, de outro com o lote 13, de quem de direito e nos fundos com Augusto Brant de Carvalho e sua mulher. Pela transcrição n.º 1.680, os mesmos promitentes vendedores adquiriram a sexta-parte em 53 lotes de terrenos, com a extensão de 21.200 m2.

Observa-se, de pronto, que o primeiro lote - 12, como salientou o suscitante, segundo a certidão de fls. 20, confina de um lado com o lote "13", de quem de direito. Aquela altura (28 de outubro de 1937), - se se tratasse do lote 22, já Prometido à venda, o referido lote 13 deveria ser descrito como pertencente a eles promitentes ou ao compromissário comprador. Note-se que os demais confrontantes foram especificados.

O mesmo lote 13 não está descrito e individuado na certidão de fls. 20.

Na certidão referida, limitou-se o Oficial a, vagamente, mencionar os lotes 12 e 13 como os atuais 21 e 22 da rua Um, antiga Aibi, sem esclarecer a existência de averbações, a respeito.

Não se ajustando o título transcribendo ao que consta do registro, deve o Oficial suscitar dúvida, como ocorreu na espécie.

Diante do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, ex-lege.

P.R. Int.

São Paulo, 03 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 9. 197/73

Vistos, etc.

A Sra. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição desta Capital, prenotando sob n.º 609.310 o título apresentado por Roberto Mesquita Pieve, deixou de registrá-lo suscitando dúvida. Pondera que a escritura de venda e compra lavrada no 16.º Cartório de Notas da Capital, refere-se a uma casa e seu respectivo terreno situado à rua Arapés s/n.º, pegado ao 248. Entretanto, na transcrição aquisitiva do vendedor (n.º 238.292, de 19-06-1973), a discriminação é de apenas a terreno uma só casa n.º 248. Restaria, assim, ser averbada a existência da segunda casa, comprovada a época da construção ou a quitação com o INPS.

A dúvida foi tempestivamente impugnada, dizendo o suscitado-impugnante, que não se trata de duas casas construídas sobre o terreno, mas apenas de uma, com a área de 42,00 metros quadrados, datando a construção de 1962, já averbada à margem da inscrição n.º 18.247.

Com a manifestação da suscitante e do suscitado, opinou a D. Curadoria de Registro pela procedência da dúvida.

Relatei. Decido.

A dúvida tem inteira procedência. A transcrição existente e sob n.º 238.292, é de uma casa e respectivo terreno, à rua Arapés n.º 248. Pelo título transcribendo, Raul Felix da Silva e sua mulher transmitem uma casa e respectivo terreno situado à rua Arapés s/n.º, pegado ao n.º 248. Manifesta-se, pois, clara e límpida a dissonância entre os elementos da transcrição e os constantes no título impugnado. A declaração contida no corpo da escritura feita pelos outorgantes e a planta de fls. 10, só fazem por afirmar a construção de outra casa nos fundos do terreno, com entrada ao lado do imóvel mencionado na transcrição existente. Doutr lado, a declaração de fls. 7 não afirma ser esta a construção procedida por Espedito José da Silva, no ano de 1962. Tal declaração é referente à casa que tem o n.º 248. Ademais, essa declaração foi feita anteriormente à transcrição sob o n.º 238.292, o que está a indicar que a construção procedida é exatamente aquela já constante do registro.

Imperiosa, pois, como acentuou o órgão do Ministério Público, a averbação da construção de

outra casa nos fundos do terreno, como determina o art. 285 do vigente Regulamento dos Registros Públicos, sob pena de ferir-se o princípio da continuidade, na transcrição pretendida, (Revista dos Tribunais, vol. 435/126).

Se assim não for, então o equívoco encontra-se no próprio título a transcrever, impondo-se a sua reti-ratificação regular.

No que toca à quitação com o INPS, imprescindível a prova da época da construção, para se aferir da necessidade ou não da exibição do certificado referido na inicial.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a dúvida.

Custas, ex-lege.

P. R. Int.

São Paulo, 29 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 10.200/73

Vistos, etc.

Prenotando sob n.º 257.332, na página 464 do Protocolo 1-D, 2.ª Série a escritura de venda e compra e cessão lavrada em 22-12-1971 no 11.º Cartório de Notas desta Capital, o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital suscitou dúvida. Assim o fez, esclarece, porque na transcrição aquisitiva de n.º 59.103 figura como adquirente do imóvel objeto da escritura, a Sociedade Construtora Brasileira Ltda. que no título transcribendo figura como Sociedade Construtora Brasileira S.A. - Imprescindível, assim, a prévia averbação da alteração da razão social da outorgante. Além disso, deverá ser exibida prova de quitação para com o INPS, em atendimento ao disposto no art. 142 da Lei n.º 3.807, de 26-8-60.

Fluindo "in albis" o prazo para impugnação, manifestou-se o Dr. Curador de Registros, opinando pela procedência da dúvida.

É o relatório. Decido.

Procede inteiramente a dúvida suscitada. Ocorre a apontada divergência entre os elementos do registro e aqueles consignados no título a transcrever. É que a outorgante vendedora e cedente, alterando sua razão social, passando de Sociedade Limitada para Anônima, deixou de proceder a averbação no Cartório onde está registrado o imóvel. Nessas condições, impossível se torna o ato registário, por atentar contra o princípio da continuidade.

Além disso, indispensável é a comprovação de quitação com o Instituto Nacional de Previdência, por parte da transmitente.

Diante do exposto, acolho o parecer-retro e julgo procedente a dúvida.

Custas, ex-lege.

P. R. Int.

São Paulo, 16 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 10.816/73

Vistos, etc.

O Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital suscitou dúvida quanto ao registro de documento firmado por Idaly Paiva e Fritz Rosenbaum, por não figurar o mesmo entre os enumerados pelo Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 e não conter os requisitos enumerados nos arts. 252 e 279 do citado Decreto.

Impugnou o suscitado (fls. 8), alegando que os elementos constantes do cartório e do processo que tramitou pela 19.ª Vara Cível, completam o documento que está apto ao registro.

Manifestou-se o Dr. Curador pela procedência da dúvida.

Relatei. Decido.

Realmente, como esclareceu o D. Curadoria oficiante, ao Oficial cabia examinar os requisitos extrínsecos e intrínsecos do título registrando, o que não constitui matéria passível de discussão (cfr. Rev. Tribs., 329/412, 340/235), máxime diante do que determina o Regulamento dos Registros Públicos (art. 215). E em assim fazendo, andou bem ao negar o registro, o que só pode

ser feito quando o documento contiver os requisitos enumerados pelo Art. 252 do citado Regulamento (Decreto n.º 4.857/39). O documento de fls. 3, não pode ser tido e não é compromisso de compra e venda de imóvel. Cuida-se de simples recibo que, dos requisitos necessários, só traz a data.

Para que o compromisso possa ser registrado, torna-se incontornável a necessidade de adequar-se à transcrição o seu conteúdo, preenchendo, d'outro lado os requisitos enumerados pela lei. E tudo deve constar do documento a registrar, não podendo a omissão ser suprida com os demais documentos, como pretende o suscitado.

Também, como ponderou o suscitante, não há previsão legal para registro de simples recibos, sendo exato que os casos dispostos na Lei, quanto aos registros, exaurem o tema.

Resta ao suscitado "vênia permissa", fazer valer os direitos reconhecidos no julgado constante por "xero)e" às fls. 20/23

Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE a dúvida.

Custas, ex-lege.

P.R. Int.

São Paulo, 10 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 10.917/73

Vistos, etc.

Prenotando sob n.º 611.455, o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição desta Capital, deixou de promover a transcrição da escritura de venda e compra e cessão parcial em que figura como outorgante a Light - Serviços de Eletricidade S/A., como outorgada a suscitada Indústria Villares S/A, e como anuente Bomclima S/A. - Pondera o suscitante que a inscrição n.º 39.320, em nome da Westingbraz S/A. tem, à margem, a averbação n.º 1, pela qual essa empresa cedeu seus direitos creditórios à Caixa Econômica Federal. Para a continuidade do registro, imprescindível é a anuência da Caixa.

A dúvida foi tempestivamente impugnada pela apresentante do título, sustentando que à Caixa foram cedidos os créditos da Westingbraz - agora Bomclima S/A., para com a apresentante-suscitada e não os direitos derivados da promessa de compra e venda do imóvel registrado. Recebidos aqueles créditos nela Caixa, voltaram às mãos da suscitada os títulos emitidos o que, por si, comprova não ter havido cessão de crédito, mas somente cessão em garantia, equiparável, no caso, à cessão para cobrança, ou endosso mandato. Isto ficou positivado, prossegue, na ação movida pela Caixa contra a Westingbraz, para a cobrança do valor da correção monetária.

Aduz ainda, que embora quisesse a Caixa continuar a julgar-se credora de Indústrias Villares S/A., pelo valor da correção, que está cobrando à Bomclima S/A., por via judicial, esse pretenso crédito não poderia ter o efeito de impedir a transcrição da escritura definitiva. À Caixa, facultava-se acionar o comprador (ora impugnante, conjuntamente ou, não com a mutuária cedente) e ao cartório não é dado o papel de cobrador, mediante a recusa do ato registário. A exigência do cartório, como consta, importaria no atribuir ao suposto crédito garantido da Caixa Econômica, um efeito desconhecido em nosso direito obrigacional, qual seja, de obstar a alienação imobiliária por meio da recusa na transcrição da escritura, efeito que nem o direito real derivado da hipoteca poderia ter.

Com a impugnação, foram oferecidos os documentos de fls. 28 e seguintes.

Ouvido o suscitante (fls. 117), opinou o Dr. Curador de Registros (fls. 119/120), pela procedência da dúvida.

É o relatório. Decido.

Consigne-se, preambularmente, que ao Oficial do Registro incumbe a verificação e validade do título transcribendo, procedendo ao seu registro, em caso de conformidade com os elementos do cartório e das exigências legais. (artigo 215 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 - R.R.P.).

"Tanto os requisitos intrínsecos como os extrínsecos do título devem ser examinados pelo Oficial do Registro de Imóveis, que a esse respeito poderá levantar dúvida (R.T. 329/412 e 340/235).

Revelam os autos que em 30 de julho de 1958 (fls. 57/60, a São Paulo Light S/A. prometeu

vender à Westingbraz S/A., em caráter irrevogável e irretratável, o imóvel aludido na inscrição feita sob n.º 18.879 (fls. 51).

Em 8 de setembro de 1966, também por escritura pública, a promitente compradora prometeu ceder seus direitos do aludido contrato, à suscitada impugnante, nos termos e preço consignado às fls. 50 e seguintes. Foram emitidas por esta última, vinte e quatro promissórias e entregues "pró-solvendo". Referido contrato foi registrado sob número 39.320, e nele consignou-se expressamente, que "a outorgante promitente cedente ficava autorizada a caucionar ou dar em garantia à Caixa Econômica Federal em São Paulo, as notas promissórias representativas das prestações referidas na cláusula primeira, podendo transferir à referida entidade de crédito, "os direitos decorrentes da presente escritura"

Cuidava-se, como visto, de promessa de cessão e não cessão de direitos, o ajuste estabelecido entre Westingbraz e a suscitada.

Em 18 de outubro de 1966, entre a promitente cedente

Westingbraz e a Caixa Econômica, foi acordado um mútuo com cessão de direitos, por escritura pública em que compareceu como anuente a suscitada - Indústrias Villares S/A. (fls. 41v.).

Por força do aludido ajuste, a Caixa Econômica obrigou-se a emprestar à Westingbraz, a quantia de

Cr\$ 1.101.372.388,00 (um bilhão, cento e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros), quantia essa que somente seria entregue, após averbação da cessão de direitos no Registro de Imóveis e entrega das certidões negativas pessoais, em nome da outorgante. A importância mutuada, com juros e despesas seria restituída à outorgada em vinte e quatro meses, a contar de 8 de setembro de 1966, em vinte e quatro prestações mensais, consecutivas e iguais de Cr\$ 67.353.580,00 cada uma.

Evidenciou-se na avença, a cessão de direitos à Caixa Econômica, não só pelo consignado acima, como pelo que se expressou nas cláusulas IV e letras "b, c, f, g, i, IX e D - H".

Averbou-se a cessão, à margem da inscrição n.º 39.320, como constou na peça de suscitação.

Diante de todas as estipulações citadas, não vemos como negar a cessão de direitos decorrentes da promessa de venda e compra à Caixa Econômica Federal, não havendo se falar em impropriedade dos termos utilizados na escritura de mútuo com cessão de direitos.

Enquanto à Indústria Villares S. A. a promitente compradora do imóvel, prometeu ceder seus direitos, à Caixa Econômica efetivamente os cedeu, (cláusula IX, pág. 43v.), a par com cessão de direitos de crédito (cláusula IX, item c).

Apresentando o título os requisitos exigidos pelo R.R.P., havendo expressa anuência da promitente cessionária e ora suscitada, foi feita a averbação sob n.º 1, à margem da inscrição 39.320, conferindo direito real, oponível "erga omnes", à cessionária.

Não nos ocorre, como também aconteceu ao Sr. Oficial, ter sido diversa a intenção das partes, isto é, a mera cessão de direitos creditórios, mas que, pela impropriedade de expressão, sugerisse a cessão de direitos decorrentes da promessa de compra e venda, pois a tanto não conduzem as expressivas cláusulas citadas, ensejando sua interpretação.

Ora, enquanto não ocorrer o cancelamento da referida averbação, em virtude de transação entre os interessados ou por decisão judicial em ação própria onde participe a cessionária, perdurarão os efeitos da aludida averbação (art. 293 do Reg. Público), impedindo a transcrição solicitada, e conseqüente quebra do elo filiatório atentando contra o princípio da continuidade do registro.

Pelo exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, ex-lege.

P. R. Int.

São Paulo, 24 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

PROCESSO N.º 10.918/73

Vistos etc.

Prenotando sob n.º 611.357, o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição desta Capital recusou-se a registrar formal de partilha apresentado por Ivone Schlossmacher e extraído dos autos de Inventário de Henrique Schlossmacher. Justifica a recusa pelo fato de haver requerimento de averbação de mudança de número quanto ao imóvel situado à rua Geórgia n.º

784. Aduz ainda que quando da aquisição, o "de cujus" foi qualificado como viúvo. Em seu testamento, o mesmo declarou ser solteiro, pelo que há discrepância de estado civil, com consequência patrimoniais, daí nascendo a dúvida.

Em sua impugnação (fls. 17/20), a suscitada reconheceu a procedência da suscitação.

Manifestou-se o Ministério Público pela procedência da dúvida.

Relatei. Decido.

Procede, realmente, a dúvida.

Há efetiva dissonância entre a transcrição e o título transcribendo, como reconheceu a própria suscitada. Esclarece esta a razão da divergência e aponta o registro como equivocado quanto à qualificação do "de cujus". Resta, portanto, à interessada, promover a retificação da transcrição, adequando-a à realidade e ao que consta do formal. Quanto às averbações de mudança de número, falece razão ao suscitante, que nenhuma divergência apontou,

Ex positis, julgo PROCEDENTE a dúvida.

Custas, ex-lege. P. R. Int.

São Paulo, 11 de outubro de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

VISTOS

1. O Sr. Oficial da 15.^a Circunscrição Imobiliária suscitou a presente dúvida ao lhe ser exibido o documento de fls. 3, para registro, alegando que o mesmo caracteriza verdadeira promessa de cessão e não compromisso de venda e compra e não foi exibido o original.

A dúvida foi impugnada (fls. 13/22), com documentos (fls. 23/24), mantida pelo suscitante (fls. 25). O Dr. Curador opinou (fls. 26), tendo sido ouvida a Sra. Oficial do 11.^o Cartório de Registro de Imóveis (fls. 27), após o que a Curadoria de Registros Públicos se manifestou pela improcedência da dúvida.

Relatados, decido:

2. Os fundamentos da dúvida foram afastados pela impugnação, que trouxe para os autos decisões deste Juízo proferidas em casos análogos.

Com efeito, se assiste razão ao suscitante quanto à natureza do documento levado a registro que, evidentemente é promessa de cessão e não compromisso de venda e compra, não é menos certo que o simples engano na sua nomenclatura, de corrente da utilização de impresso padronizado, não pode impedir a averbação buscada.

Por outro lado, tendo em vista que o original do documento levado ao registro, conforme atesta o 11.^o Cartório de Registro de Imóveis, ali está arquivado, não é possível a sua exibição ao suscitante. Essa circunstância, entretanto, não pode ficar na simples afirmação do interessado no registro, a quem incumbe a exibição do original, mas deve ser acompanhada de certidão expedida pela outra circunscrição imobiliária. Veja-se, pois, que foi correto o procedimento do suscitante, certo que a atitude do suscitado compeliu este Juízo a providenciar a informação de fls. 27.

Assim, é necessário fique claro que este Juízo, ao proferir a decisão invocada na impugnação, não orientou os Srs. Oficiais no sentido de aceitarem a palavra dos apresentantes, mas esclareceu a estes que, uma vez comprovado documentalmente que o original de documento levado a registro devesse estar arquivado em outro Cartório, aceitassem cópia autenticada. Entretanto, com a informação de fls. 27, deixou de existir o motivo da suscitação.

3. Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida e determino seja feito o registro (averbação) da promessa de cessão de fls. 3.

Custas, na forma da lei.

P. (em resumo) R. e I.

São Paulo, 5 de novembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. A Sra. Oficial do 11.^o Cartório de Registro de Imóveis da Capital suscitou a presente dúvida, ao lhe ser apresentado, para inscrição, o compromisso de venda e compra de fls. 34/35,

acompanhado dos documentos de fls. 7/33.

Diz a suscitação que nesse compromisso são outorgantes Lenice Schunck Vessoni e seu marido e estes se anunciam "senhores, únicos e legítimos possuidores" de um terreno inculto e sem benfeitorias, de 562,80 metros quadrados, havido por força de divisão, de 3 de dezembro de 1960, ainda não transcrita. A escritura de divisão, também exibida, atribuiu aos promitentes vendedores o referido imóvel, dando-o como havido, em maior porção, por herança de sua mãe, Josefina Albino Branco, cujo inventário correu pela 3.^a Vara de Família e Sucessões, conforme formal de partilha não registrado. Quanto à localização, diz que acompanha a rua ou avenida Carlos Klein, até a avenida Marginal, avenida dos Lagos.

O formal refere um terreno com frente para a Av. Carlos Klein, esquina da Av. Marginal. Nele, Lenice Albino Branco é indicada como brasileira, menor púbere.

Entretanto, prossegue a suscitação, não foram apresentadas, para exame, a negativa de alienação da

4.^a Circunscrição Imobiliária, as certidões negativas de impostos, assim como o aviso recibo de 1971 ou ainda o comprovante de que a Av. Marginal passou a chamar-se Av. dos Lagos. Além do mais, prossegue a suscitação, a aquisição original de Henrique Branco Schunck (transcrição n. 12.916, da 1.^a Circunscrição) fala de "uma parte, no valor de quinze contos de réis, sobre a avaliação de cento e vinte contos de réis; com área total de 24.000 metros quadrados, na Av. Carlos Klein. A aquisição de Henrique Branco Schunck, nos autos do inventário de Maria Schunck, foi em parte ideal, não havendo registro de divisão posterior, para justificar a indicação de parte certa e determinada no título registrando.

A dúvida foi impugnada (fls. 39), reportando-se o suscitado à petição que dirigira a este Juízo (fls. 4/6) que o remetera ao Cartório suscitante. Após fala da Curadoria e da suscitante (fls. 39v. e 40, respectivamente), com nova manifestação da primeira (fls. 41), o suscitado trouxe documentos (fls. 43/45), seguindo-se nova fala da suscitante (fls. 48) e, por derradeiro, a douta Curadoria opinou pela procedência da dúvida (fls. 50).

Relatados, decido:

2. A dúvida tem procedência. Com efeito, ainda que concedido prazo ao suscitado para colocar em ordem a documentação, como bem apontou a suscitante (fls. 48), a certidão negativa de alienação da 4.^a circunscrição não é completa, visto como não faz referência a Lenice Schunck Vessoni, não tendo sido exibido, por outro lado, o aviso recibo de imposto relativo ao ano de 1971.

Por outro lado, sem a precedente transcrição da divisão não é possível ao que se intitula titular, de parte indivisa, alienar porção certa e delimitada, como reiteradamente tem decidido este Juízo, na esteira do entendimento do E. Conselho Superior da Magistratura.

O condômino, pois, não pode alienar parte certa e determinada de imóvel pro indiviso.

Assim, não há como se deferir as transcrições que possibilitariam a inscrição do compromisso levado ao registro pelo suscitado.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P.R. e l.

São Paulo, 16 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. O Sr. Oficial do 2.^o Cartório de Registro de Imóveis suscitou a presente dúvida ao lhe ser apresentado, em quatro vias, o instrumento de fls. 6/15, pelo qual a Construtora Itajuru Ltda. tendo se tornado credora de Continental S. A. de Crédito Imobiliário, da quantia de Cr\$ 81.000,00, em garantia desse seu crédito recebeu da devedora, em caução, os presumíveis direitos de compra do terreno situado à r. Cardoso de Almeida 1116, Perdizes, já que o instrumento aquisitivo desses direitos não foi registrado.

Diz o suscitante que por não ter sido inscrito o compromisso, a caução não pode ser averbada à margem, já que ela é ato derivado e não originário. Por outro lado, prossegue a suscitação, a caução é instituto relativo ao direito de crédito, certo que o promitente comprador nenhum

crédito possui.

A dúvida não foi impugnada e o Dr. Curador opinou por sua procedência.

Relatados, decido:

2. É princípio basilar do direito registrário a continuidade. Desta forma, como averbar-se um documento à margem de uma inscrição inexistente?

Desta forma, mesmo que se pudesse entender passível de registro a averbação buscada pelo apresentante, à falta de inscrição do compromisso, tal averbação seria inviável pois, segundo bem ponderou o suscitante, ela é acessória.

De outro lado, a averbação só se faz nos casos expressos em lei e o presente não tem previsão legal, visto como os direitos do promitente, comprador, como lembra a suscitação, são de débito e não de crédito.

Nesse sentido, aliás, a orientação deste Juízo e a decisão do E. Conselho Superior da Magistratura, invocada na suscitação.

A falta de impugnação e o parecer da douda Curadoria de Registros Públicos, por outro lado, evidenciam a procedência da suscitação.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 17 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. Apresentada ao Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital a petição de fls. 7, acompanhada do instrumento particular de reti-ratificação da convenção de condomínio do edifício Eide, situado à Av. Rio Branco, ns. 1170 e 1714, para averbação à margem da inscrição n. C-327, foi suscitada a presente dúvida.

Ponderou, inicialmente, o suscitante, que através do 4.º Cartório de Registros de Títulos e Documentos, foi notificado de que deveria suspender todos e quaisquer registros com referência às unidades ns. 101-102 e 103 do referido edifício, mas, não obstante a inocuidade de tal protesto extrajudicial, entende não poder fazer a averbação pretendida, pois sob o n. C-327, se acha inscrita a convenção do condomínio Edifício Eide, apresentada pelos então únicos condôminos Eliahu Melnan e Vicente Viscardi, nos termos da qual o referido edifício se constituía de 22 unidades autônomas, das quais, 13 foram ulteriormente vendidas, regularizadas as transmissões com as respectivas transcrições, dois apartamentos se acham comprometidos à venda, inscritos os compromissos.

Entretanto, em assembléia geral extraordinária, realizada em 31 de outubro de 1972, os condôminos, representantes mais de 2/3 do condomínio, decidiram retificar a referida convenção e ao fazê-lo excluíram das coisas de propriedade exclusiva os apartamentos ns. 101, 102 e 103, pertencentes ao condômino ausente àquela assembléia, incluindo-os entre as coisas de propriedade comum, sob a denominação de "despejos, lavanderia, caixa d'água, terraços e WW.CC. situados acima do 9.º andar.

Ora, prossegue o suscitante, se uma coisa autônoma passa a constituir coisa comum, tal transformação poderá alterar, substancialmente, as respectivas áreas comuns, inclusive o terreno e, por outro lado, diante das transcrições e inscrições das unidades alienadas ou prometidas à venda, com a área comum constante da convenção já registrada, tais registros também deveriam ser alterados, o que só poderia ser feito através de escritura pública.

A dúvida foi impugnada (fls. 35/39), instruída a contestação, de documentos (fls. 41/69). O Dr. Curador requereu diligência (fls. 71), cumprida (fls. 74/75), tendo o suscitado trazido documentos (fls. 78/81), voltando o suscitado a se manifestar (fls. 84) e, por fim, opinando a douda Curadoria de Registros Públicos pela procedência da dúvida (fls. 86/87).

Relatados, decido:

2. A dúvida procede, não obstante se verifique, pela documentação trazida aos autos pelo suscitado, que os incorporadores do edifício, lançando mão de artifício criminoso, obtiveram o registro do condomínio, especificação e convenção com esteio em documento adulterado.

Com efeito, segundo se desume do exame dos autos, alterando alvará de conservação expedido pela Municipalidade, na convenção do condomínio ficou constante que as unidades autônomas 101, 102 e 103 eram de propriedade de um dos condôminos.

Por força da comprovação da falsidade praticada, mais de dois terços dos condôminos, em assembléia geral extraordinária, resolveram alterar a destinação das referidas unidades autônomas, transformando-as, de propriedades particulares em propriedades ou áreas de uso comum, alterando, portanto, a convenção.

Assim, essa alteração, por meio da qual se retirou a propriedade das ditas unidades, de um dos condôminos, entregando-a a todos os condôminos, não pode ser averbada, pois a convenção do condomínio não pode ser alterada a esse ponto, nem tem o condão de servir de causa de transferência da propriedade.

Por outro lado, é evidente que por via de tal modificação a cada unidade autônoma remanescente passou a corresponder uma área ideal maior, uma fração ideal maior quer no terreno, quer sobre as partes de uso comum, o que não pode ser alterado no registro imobiliário tão somente com a ata da referida assembléia modificadora da convenção, do condomínio, mas, importando em transmissão da propriedade, exige escritura pública.

O que resta ao suscitado, diante do fato concreto é, invocando a nulidade da convenção, nas vias próprias, obter a alteração judicial da especificação e da própria convenção, com as consequências naturais sobre a fração ideal do terreno correspondente a cada unidade autônoma e a fração ideal sobre as áreas comuns a elas também correspondentes.

No procedimento administrativo da dúvida, entretanto, em que não há lugar para o contencioso, as nulidades em causa não podem ser decididas, nem o registro pretendido pode ser alcançado.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 16 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS.

1. Apresentada à transcrição ao Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis a carta de adjudicação de fls. 3 e seguintes, foi suscitada a presente dúvida por constar da transcrição n.º 81.955 que o estado civil da inventariada era casada, quando do título se verifica que ela faleceu no estado de viúva.

A dúvida foi impugnada (fls. 34/37), mantendo-a o suscitante (fls. 39). O Dr. Curador de Registros Públicos opinou por sua procedência (fls. 40 v.).

Relatados, decido:

2. Segundo informa o suscitante, da transcrição do imóvel em nome da inventariada consta que ela era casada e do título figura a falecida como viúva.

Não há, pois, coincidência quanto a essa circunstância, o que impede a transcrição objetivada, por ferir o princípio da continuidade do registro.

O que há de ser feito não é, como pretendeu o suscitado, retificar a carta de adjudicação, mas, ou pela forma do art. 285 do R. R. P., ou pela via do artigo 227 do mesmo Diploma, regularizar o registro, por via de retificação, para, ao depois, ser feita a transcrição.

Nem colhe que ao suscitante não é dado descumprir determinações judiciais. Se há erro no título levado a registro não pode o Sr. Oficial aceitá-lo; se o engano for do registro, não pode o cartório corrigi-lo, cabendo ao interessado, nas vias próprias e pelos meios procedimentais adequados colocar o registro de acordo com a realidade.

A transcrição objetivada, pois, feriria, repita-se, o princípio da continuidade, que é básico no registro imobiliário.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 28 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS.

1. A Sra. Oficial da 10.^a Circunscrição Imobiliária suscitou a presente dúvida, em relação à escritura de venda e compra de fls. 5/7.

Esclareceu a suscitante que, por escritura pública de 4 de maio do corrente ano, lavrada às fls. 49v./52, do Livro n.º 94, do 2.º Cartório de Notas da Comarca de Orlândia e posteriormente ratificada e retificada às fls. 78v./80, do mesmo livro, em 6 de junho último, a Metalúrgica Orlandi S. A. vendeu o imóvel ali descrito ao Dr. Pedro Tassinari Filho.

Somente depois de efetuar a transcrição sob o n.º 114.818, no livro próprio, atentou o Cartório para a circunstância de a vendedora ter comparecido ao ato representada por seu Diretor Superintendente, que é o próprio comprador.

O negócio, prossegue a suscitante, parece ofender os artigos 119 e 120 do Decreto-lei n.º 2.627, de 1940, conforme decisão proferida por este Juízo, na dúvida suscitada pelo 4.º Cartório de Registro de Imóveis, em que foram suscitados Francisco Famá e outro (D. O. J. de 17-2-1973).

Em face dessa verificação, a suscitante procedeu a uma averbação à margem da transcrição feita, para

considerá-la sem efeito, anotando a dúvida e mencionando o ocorrido no encerramento do Protocolo correspondente à data da prenotação.

A dúvida foi impugnada (fls. 22/36), instruída essa peça de documentos (fls. 37/42). A suscitante se manifestou e o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida (fls. 46/48).

Tendo relatado, decido:

2. Em sua impugnação, o suscitado argüi, como preliminar, a impossibilidade de a suscitante, após ter efetuado a transcrição, fazer a averbação a que procedeu, para torná-la sem efeito e suscitar a dúvida.

Tenho que lhe assiste razão. Com efeito, em que pese o reconhecimento que ora se faz do zelo da suscitante, que reconhecendo o engano, imediatamente tentou corrigi-lo e comunicá-lo ao Juízo, cumpra ponderar que, uma vez perfeito e acabado o registro, com a transcrição, de ofício não era dado à Sra. Oficial efetuar o cancelamento.

Esse cancelamento só poderia decorrer de ordem judicial, via administrativa ou em consequência de disputa entre os interessados no registro.

As regras contidas nos artigos 227 e seguintes do Regulamento dos Registros Públicos e aquela do artigo 16, interpretadas em conjunto e harmonicamente estão a indicar que o sistema legal foi no sentido de que aos oficiais é vedado sponte própria, o cancelamento dos seus próprios atos, ressalvadas as simples emendas ou correções que forem cometidas na tomada das indicações.

Irregular o cancelamento da transcrição efetuado, deve ela subsistir, ainda mais porque o cancelamento não pode ser feito por averbação.

Subsistente a transcrição, ainda que este Juízo entenda que, no mérito, assiste integral razão à suscitante, a presente dúvida fica prejudicada.

3. Em face do exposto, determino o cancelamento da averbação feita à margem da transcrição n.º 114.818, do

10.º Cartório de Registro de Imóveis e o conseqüente restabelecimento dessa transcrição e, em consequência, julgo prejudicada a presente dúvida.

Terceiros eventualmente interessados poderão promover, nas vias próprias, o cancelamento desse registro.

Custas, no forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 5 de novembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. Apresentada à transcrição, ao Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital a carta de arrematação de fls. 4/23, foi suscitada a presente dúvida, por entender o suscitante que não foram exibidas as certidões negativas de tributos estaduais e municipais, relativas ao imóvel arrematado, situado à Rua Asdrúbal do Nascimento n.º 154.

A dúvida foi impugnada (fls. 30/32), com documentos (fls. 33/35). Manifestou-se o suscitante (fls. 36v.), seguindo-se fala do suscitado (fls. 38/40), com fala do Dr. Curador de Registros Públicos (fls. 41), requerente providenciais, que foram atendidas (fls. 42/43), após o que se manifestou pela procedência parcial da dúvida (fls. 44). O suscitado voltou a dizer (fls. 46), ratificando a Curadoria o seu parecer (fls. 47).

Relatados, decido:

2. Seguidamente tenho decidido que suscitada a dúvida por um fundamento, outros podem ser acrescentados na decisão e, com o mesmo motivo, nada impede que o Oficial suscitante, verificando a existência de fato impeditivo do registro, anteriormente não apontado, o faça posteriormente.

Desta forma, considerando que o Oficial não extravasou os limites de suas atribuições e que agiu no exercício regular de um direito, passo a considerar a dúvida com o aditamento de (fls. 36v.). Sob o motivo pelo qual foi levantada, a dúvida não tinha e não tem a menor procedência, visto que este Juízo, como é do conhecimento do suscitante, tem seguido a orientação traçada às fls. 33/34, quando se trata de imóvel havido em hasta pública.

De feito, dispõe o artigo 130, § único do Código Tributário Nacional que os créditos tributários se sub-rogam no preço da arrematação, o que faz dispensar as negativas fiscais, ainda quando o arrematante ou outrem tenham, em Juízo, se comprometido à exibição dessa prova. O que a lei dispensa e a parte se compromete a juntar não lhe pode ser exigido, porque a dispensa da lei se coloca acima da vontade do arrematante.

Não colhe, entretanto, a argumentação do suscitado, quando pretende ter satisfeito à exigência da exibição das certidões negativas, visto que os documentos de fls. 17 e 18 são imprestáveis a esse fim. Com efeito, o primeiro não menciona o número do prédio (ou do, terreno) e o segundo diz respeito a outro imóvel que não o arrematado.

A dúvida, entretanto, tem procedência quanto ao aditamento da suscitação, pois se da transcrição anterior consta a existência de um prédio sob o n.º 154, artigo n.º 20 (fls. 13), enquanto não for averbada a demolição do prédio, não pode ser feita a transmissão só do terreno, pena de se ferir o princípio da continuidade do registro.

Nem pode, como pretende o suscitado, ser feita pelo Oficial, ex próprio marte, a averbação dessa demolição, sem a apresentação do, alvará de demolição expedido pela Prefeitura Municipal.

A averbação da construção e da demolição só pode ser feita com esteio em documento hábil, expedido pela repartição competente. Não, basta que de documento relativo a imóvel não identificado, com área diversa, situado na mesma rua Asdrúbal do Nascimento, se mencione apenas a existência de terreno; nem tem, o laudo pericial elaborado nos autos em que foi feita a arrematação, o condão de substituir aquela prova que, repita-se, deve ser feita através de certidão-alvará, expedida pela municipalidade.

O princípio da continuidade e um dos mais importantes a presidir os atos do registro imobiliário e deve ser preservado.

3. Em face do exposto, julgo, em parte, procedente a dúvida.

Custas, no forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 5 de novembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. O Sr. Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital suscitou a presente dúvida ao

Ihe ser apresentado, para transcrição o formal de partilha de fls. 7 e seguintes, expedido nos autos do inventário dos bens deixados por morte de Guido Barsotti.

Diz a suscitação que na relação de bens de fls. 5 se declara que o prédio e respectivo terreno, à Av. Paes de Barros, n. 318, medindo 14 metros de frente, mais ou menos, para a citada avenida; da frente aos fundos, mede 9 metros, mais ou menos, do lado direito de quem olha da avenida para o terreno; do lado esquerdo, mede 11 metros, tendo nos fundos idêntica largura da frente, ou seja, 14 metros. Nesse terreno, segundo consta do inventário, na parte remanescente da primeira construção, que tomou o n. 318, foi construído, pelo "de cujus" outra residência, que tomou o n. 310, da mesma avenida, medindo o respectivo terreno, 7 metros de frente para a avenida, por 10 metros da frente aos fundos de um lado e 9 metros da frente aos fundos, de outro, tendo nos fundos igual medida da frente, medidas essas todas mais ou menos, confrontando, de um lado com os vendedores e do outro e nos fundos com quem de direito.

Às fls. 10 do mesmo formal (orçamento) se descreve o imóvel da Av. Paes de Barros n. 318 - com as seguintes medidas: 7 metros de frente; 10 metros da frente aos fundos, de um lado, 11 metros da frente aos fundos, de outro lado, tendo nos fundos a largura de 7 metros.

Às fls. 11, nos pagamentos, se atribui a metade do imóvel n. 318 à viúva meeira e a cada um dos herdeiros, uma quarta-parte ideal do mesmo imóvel n. 318 e mais a metade do crédito decorrente do compromisso de venda e compra do prédio da mesma avenida, n. 310 e a cada herdeiro, uma quarta-parte ideal do mesmo crédito.

Do registro não consta a inscrição do compromisso de venda e compra do imóvel n. 310; consta que pela transcrição 47.986, o inventariado Guido Barsotti, adquiriu um prédio e seu respectivo terreno, à Av. Paes de Barros, medindo 14 metros de frente para esta avenida, 9 metros do lado direito de quem da avenida olha o mesmo, 11 metros do lado esquerdo e, nos fundos, igual largura da frente, sendo todas as medidas aproximadas. À margem dessa transcrição, foi feita a averbação da reforma do prédio n. 318, passando ele a se constituir de duas unidades autônomas, a saber, garagem, localizada no andar térreo e residência localizada, parte no pavimento térreo, e na totalidade do pavimento superior. Posteriormente, Guido Barsotti e sua mulher requereram ao suscitante o procedimento das inscrições de constituição e de convenção de condomínio do imóvel n. 318 da Av. Paes de Barros, na totalidade do terreno objeto da transcrição 47.986, submetendo esse prédio ao regime condominial, na forma estabelecida pela Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e seus posteriores regulamentos, inscrições feitas sob os ns. 287 e 288, no livro próprio.

Assim, o inventário e partilha objetivaram dois imóveis distintos, um medindo 7 metros de frente para a Av. Paes de Barros, sob o n. 318 e outro, sob o n. 310, medindo 7 metros para a mesma avenida. Assim, estranha o suscitante que tenha sido submetido ao regime de condomínio, um único prédio sob o n. 318 da avenida Paes de Barros, ocupando a totalidade do terreno e no inventário serem descritos dois prédios, cada um medindo, de frente, exatamente a metade do terreno, certo, ainda, que deveria ser partilhado o imóvel entre viúva e herdeiros, para, posteriormente outorgarem a escritura definitiva.

A dúvida foi impugnada (fls. 30/31), acompanhada de documentos (fls. 32/33). O suscitante se manifestou (fls. 35/36), opinando a Curadoria de Registros Públicos pela procedência da dúvida (fls. 37). O julgamento foi convertido em diligência (fls. 37v./38). Os suscitados voltaram a se manifestar (fls. 39/40), regularizando sua representação (fls. 41). A Curadoria ratificou seu parecer (fls. 42) e o julgamento foi novamente convertido em diligência (fls. 42v.). Os suscitados disseram novamente (fls. 44), com nova procuração (fls. 46), reiterando a Curadoria sua manifestação (fls. 47v.), seguindo-se nova fala dos suscitados (fls. 48) com documento (fls. 49). O oficial ratificou a dúvida (fls. 51), a Curadoria mais uma vez se manifestou (fls. 52) e os suscitados trouxeram nova petição (fls. 53/54), ao que se seguiu nova manifestação do suscitante (fls. 56/58), com certidões (fls. 59/60). Os suscitados trouxeram mais uma petição para os autos (fls. 63), com documentos (fls. 64/65). Por derradeiro, a Curadoria novamente opinou sobre o mérito da suscitação (fls. 66).

Relatados, decido:

2. Consigne-se, de início, que o registro é do título e não de parte dele, de tal sorte que não pode o oficial atentar apenas para a parte do formal de partilha que diz respeito ao prédio n. 318 da Av. Paes de Barros, ainda porque da transcrição anterior consta que esse prédio ocupa todo o terreno.

Insistem os suscitados em afirmar que consta do registro a averbação do prédio sob o n. 310. Entretanto, conforme se verifica da certidão de fls. 59/60, essa averbação inexistia. Nem colhe a alegação dos suscitados, no sentido de que, ao ser feita a inscrição do condomínio, este abrangia dois prédios autônomos. O fato de existirem dois prédios, duas unidades autônomas não é contestado nestes autos; apenas se nega a existência de um prédio sob o n. 310, pois para a averbação nesse sentido é indispensável a exibição de documento hábil expedido pela Municipalidade.

Ora, enquanto não feita, regularmente, essa averbação, o formal não pode ser transcrito, pena de quebra do princípio da continuidade do registro, que sempre tem sido preservado.

Por outro lado, procede, também, o segundo fundamento da dúvida. Com efeito, com a morte, a posse e o domínio dos bens imóveis se transmitem aos herdeiros (no caso viúva e filhos). No caso, foram adjudicadas aos suscitados, o crédito decorrente do compromisso de venda e compra celebrado para a alienação do prédio sob o n. 310. Primeiramente, esse compromisso não está inscrito e nem poderia estar, tendo em vista a não averbação do prédio n. 310 da Av. Paes de Barros.

De outro lado, a propriedade do prédio era do "de cujus", pela transcrição e se transmitiu aos herdeiros com sua morte. A existência do compromisso apenas confere ao promitente comprador, após a inscrição, direito real; não, entretanto, a propriedade, para que apenas o crédito seja partilhado. Com a devida vênia do MM. Juiz da Vara de Família e Sucessões, entendo que a partilha deveria abranger o prédio, cabendo aos herdeiros e viúva o crédito correspondente à força do seu quinhão, a ser exigido do promitente comprador. Recebido o preço, outorgariam a escritura de venda e compra, cada um de sua parte ideal. Ora, os próprios suscitados reconhecem a necessidade de outorga futura de escritura para a alienação do bem e acena com alvará judicial autorizando sua lavratura. Ora, encerrado o inventário, não há mais necessidade nem possibilidade de expedição do alvará, já que o procedimento do inventário tem exatamente a finalidade de, pagos os impostos, ser feita a partilha dos bens, atribuindo a cada um o seu quinhão.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. (em resumo). R. I.

São Paulo, 5 de novembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. Apresentado à Sra. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis o mandado de fls. 3, expedido pelo Juízo da Nona Vara de Família e das Sucessões da Capital, para o cancelamento do usufruto inscrito naquela Circunscrição Imobiliária, às fls. 233, do Livro 4-A, foi suscitada a presente dúvida, por entender o Cartório que ao ser inscrito o ônus, a usufrutuária apareceu como casada e o mandado não esclarece se o cancelamento atinge ou não a parte do viúvo. A dúvida foi impugnada (fls. 5), com documentos (fls. 8 e 9). O Dr. Curador opinou, requerendo diligência (fls. 10), mas, mesmo não cumprida, se manifestou pela improcedência da dúvida (fls. 12). O julgamento foi convertido em diligência (fls. 12v.), trazendo a suscitada novos documentos (fls. 13/14), informando a suscitante (fls. 15) e, por fim, opinando a douta Curadoria de Registros Públicos pela improcedência da suscitação.

Relatados, decido:

2. A dúvida é manifestamente improcedente.

Com efeito, o usufruto, "como servidão pessoal que é, inerente à pessoa do usufrutuário, extingue-se necessariamente com o óbito deste" (Washington de Barros Monteiro, Curso de Direito Civil, Direito das Coisas, pág. 280, ed. Saraiva).

Ora, segundo esclareceu a suscitante, o usufruto foi constituído apenas em nome de d. Lucinda do Amor Divino Costa e, embora casada, seu marido não figurou, no ato, também como usufrutuário.

Assim, sendo a morte do usufrutuário a causa mais comum e especial da extinção de tal direito

real sobre a coisa alheia, como pretender-se a explicação se o cancelamento atingiu ou não a parte do viúvo, que não tinha tal condição?

A exigência, portanto, improcedente, desamparada da lei, não tinha razão de ser, entranhável mesmo a suscitação da dúvida por esse fundamento.

3. Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida.

Custas, na forma da lei. P. R. e I.

São Paulo, 17 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. O Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital suscitou a presente dúvida ao lhe ser exibido, para inscrição, compromisso particular quitado de venda e compra de fls. 3/4, alegando que não foi o documento apresentado com a indispensável cópia, assim como por faltar a prova de quitação da promitente vendedora para com o I.N.P.S. (C.Q.) e, finalmente, porque não foi feita prova de que as pessoas que o assinaram, pela promitente vendedora, têm condições e poderes para tanto.

A dúvida não foi impugnada e o Dr. Curador opinou por sua procedência.

Relatados, decido:

2. A dúvida tem procedência, visto como a exigência da apresentação do contrato, em duas vias, decorre do R. R. P. (art. 211).

Por outro lado, como bem ponderou o suscitante, não há elementos para se saber se as pessoas que o firmam, em nome da promitente vendedora, tinham condições para representá-la e, finalmente, em sendo a promitente vendedora uma pessoa jurídica, seria indispensável a apresentação de prova de quitação para com o I.N.P.S.

A ausência de impugnação, de outro lado, confirma o conformismo do suscitado com a dúvida.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 17 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

VISTOS

1. Apresentada à transcrição ao Sr. Oficial da 7.ª Circunscrição Imobiliária a escritura de venda e compra de fls. 6 e 10, foi suscitada a presente dúvida. Pelo título, a Companhia Melhoramentos e Urbanização Kiaja, atual denominação do Banco Evolucionista S.A., com anuência de Bruno Barbosa, vende à apresentante, Agafia Malai, um terreno medindo 7,00 metros de frente, por 22,00 metros da frente aos fundos, situado à r. Plácido de Castro, esquina com a travessa Particular, que se diz originário da transcrição n. 9.095, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e se acha compromissado, em área maior, ao anuente, conforme inscrição n. 11.745; essa inscrição foi efetuada em virtude de decisão proferida em procedimento de dúvida, julgada improcedente, a menos que outro motivo impeditivo houvesse para a inscrição.

Após a inscrição, contudo, pela transcrição n. 42.657, no 3.º Cartório de Registro de Imóveis, se verificou que o Banco Evolucionista já havia alienado, antes de 1931, a Masahei Harada, uma grande área de terras, na qual se acha enquadrado o terreno prometido à venda pelo mesmo Banco ao anuente Bruno Barbosa.

Essa verificação se tornou possível, prossegue o suscitante, por pesquisas, originárias de alienações efetuadas por Masahei Harada e está confirmada pela planta arquivada.

Além do mais, diz o Sr. Oficial, não consta da inscrição n. 11.745 a existência da Travessa Particular referida no título.

A dúvida foi impugnada (fls. 31/34), mantendo-a o suscitante (fls. 37/38), conferindo-se oportunidade ao suscitado para se manifestar (fls. 39/40), após o que o Dr. Curador de Registros

Públicos opinou por sua procedência (fls. 40v./42). Determinado o apensamento de várias dúvidas, este só recentemente se fez (fls. 43), após o que o Dr. Curador ratificou seu parecer (fls. 44).

Relatados, decido:

2. O simples fato de na inscrição do compromisso de venda e compra celebrado entre a promitente vendedora e o anuente não estar averbada a abertura da Travessa Particular referida na escritura de venda e compra ora impugnada obstará a pretendida transcrição, para preservação do princípio da continuidade.

De outro lado, pondere-se que o imóvel aqui objetivado foi desmembrado de área maior, compromissado ao anuente Bruno Barbosa, sem elementos para que se saiba se se trata, efetivamente, de desmembramento ou de loteamento não inscrito, situação que, também, merecia ser esclarecida.

Mas, também por seu principal fundamento tem procedência a suscitação.

Com efeito, diante da ressalva feita na decisão que determinou a inscrição do compromisso e, ousando dizer, até mesmo sem essa ressalva, à vista da alegação, documentada, do suscitante, no sentido de que a área objeto da inscrição em causa já fora objeto de transmissão a Masahei Harada, transcrita sob o n. 42.657, n.º 3.º Cartório de Registro de Imóveis.

Com efeito, se a promitente vendedora não mais tinha a disponibilidade do imóvel já transcrito, em área maior, em nome de terceiro, evidentemente não poderia compromissá-lo à venda a Bruno Barbosa e, posteriormente, transmiti-lo à suscitada.

Os argumentos alinhavados na impugnação não têm o condão de destruir tais argumentos nem podem afastar os motivos da dúvida.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 17 de setembro de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

DÚVIDA

13.º Registro de Imóveis - Mário Barbosa Ferraz.

7.798/72 - Vistos etc.

Apresentada a transcrição a escritura de compra e venda lavrada no Livro n. 1.097, fls. 295, do 9.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, pela qual Roberto Ferreira da Rosa e sua mulher transmitiram a Mário Barbosa Ferraz e sua mulher o imóvel indicado na inicial, foi o título prenotado sob n. 113.013, à página 209, do Protocolo 1D, do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, tendo, em seguida, o Sr. Oficial suscitado dúvida, porque, se encontra "inscrita neste Registro, sob n. 3, a fls. 3, do Livro n. 1, de Registro de Notificação, a notificação datada de 5 de agosto de 1969 (GABIN - 69-548-D), a pedido do Sr. Paulo de Tarso Moreno Vieira, liquidante da Dominium. S.A. - Indústria e Comércio, pela qual os ex-administradores da referida Empresa liquidanda, no período de um ano anterior à decretação da liquidação, para os fins estabelecidos no Art. 1.º e § único do Decreto-lei n. 685, de 17 de junho de 1969, e incisos I, II e III do Art. 1.º e § único do Decreto-lei n.º 502, de 17 de março de 1969, tiveram os seus bens declarados indisponíveis, figurando entre os nomes relacionados na Notificação, o do vendedor - Roberto Ferreira da Rosa. . .".

A dúvida foi impugnada por Roberto Ferreira da Rosa e Mário Barbosa Ferraz, os quais se reportaram a parecer do eminente Professor Washington de Barros Monteiro para pleitear a improcedência da mesma dúvida. Em tal parecer (fls. 13 a 18) ficou entendido que tendo cessado a intervenção da Dominium S. A., cessou, também, a indisponibilidade que pesava sobre os bens de seus diretores, razão pela qual podia Roberto Ferreira da Rosa alienar o imóvel em questão.

Informou o MM. Juízo de Direito da 2.ª Vara Cível da Comarca da Capital o arquivamento de arresto movido pelo Ministério Público contra Alberto José de Carvalho e outros, bem como que, contra a respectiva decisão, fora interposto recurso. Então, os impugnantes juntaram o recorte do Diário Oficial da Justiça do Estado (fls. 51), segundo o qual foi impróvido o dito recurso por decisão do Egrégia, Tribunal de Justiça do Estado, estando, pois, os bens de Roberto, Ferreira da

Rosa livres e disponíveis (fls. 49/50).

O Banco Central do Brasil se manifestou no sentido de que continuam indisponíveis os bens de Roberto Ferreira da Rosa, porque, "esgotadas na área administrativa as providências determinadas pelo Decreto-lei n. 354/68 e cumpridos os esquemas aprovados pelas autoridades monetárias, o Banco Central do Brasil, por ato de 22-10-71, encerrou o processo normal, com a ressalva de que tais medidas não importavam "no desaparecimento dos danos efetivamente causados e de responsabilidade dos ex-Administradores, Gerentes e Conselheiros, os quais continuavam legalmente obrigados ao ressarcimento de tais prejuízos" (Aviso de 22-10-71, do D.O.U. de 27-10-71, Seção, I, Parte II, pág. 3302). A responsabilidade dos ex-dirigentes da empresa, depois da conclusão e encaminhamento do inquérito da Lei n. 1.808/53, é matéria da exclusiva competência do Poder Judiciário" (fls. 52 a 60).

Por fim, o douto Curador de Registros Públicos se manifestou pela procedência da dúvida, considerando ser inviável a discussão de matéria tão relevante no âmbito estrito de um procedimento administrativo de dúvida, certo, no entanto, que o arquivamento do arresto, na 2.ª Vara Cível, não fez desaparecer a responsabilidade dos ex-administradores da empresa, prevalecendo, portanto, a indisponibilidade dos bens de Roberto Ferreira da Rosa. E, realmente, procedente é a dúvida.

Com efeito, quando apresentado e prenotado o título, vigia, como vige, a notificação firmada pelo Liquidante Dominium S.A. Indústria e Comércio, segundo a qual os bens de Roberto Ferreira da Rosa estavam como estão, indisponíveis para os fins estabelecidos no artigo 1.º e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 685, de 17-7-69, e incisos I, II e III, do artigo 1.º e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 502, de 17-3-69. E de nada valia a declaração das partes, na escritura de compra e venda, no sentido de que, em razão da respeitável decisão que determinou o arquivamento do arresto, na MM. 2.ª Vara Cível da Comarca da Capital, cessaram assim, todos os efeitos daquela notificação mencionada, encontrando-se dessa forma, na livre disponibilidade dos Vendedores, entre outros bens, aquela sua metade ideal do imóvel descrito, confrontado e caracterizado na cláusula 1.ª de dita escritura (cf. fls. 5, cláusula 5). Efetivamente, a nenhuma valia dessa declaração decorre do fato - óbvio aliás - da respeitável decisão de 1.ª instância não poder invalidar a notificação mandada registrar por ato expresso do Exmo. Sr. Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, então, Corregedor Geral da Justiça (cf. fls. 36). - De outro lado, o levantamento do arresto, com o conseqüente arquivamento dos respectivos autos, não importa, em absoluto, na exclusão da eventual responsabilidade do alienante, dirigente que foi da Dominium S. A., conforme a legislação que rege a matéria, como bem demonstrado fixou na manifestação do Banco Central do Brasil (fls. 52 a 60).

Note-se que o arresto é mera medida cautelar cujo desaparecimento não importa no desaparecimento da ação principal que venha a ser instaurada contra o alienante, nos termos e para os fins legais de apuração de sua responsabilidade. Outrossim, o arresto é garantia processual, diversa da de direito-material, que, no caso, é derivada da lei, pois, enquanto aquela destina-se a ser substituída por outra, cujo material apenas preparam: o arresto se converte em penhora, para a qual reservou os bens necessários, esta dura até a satisfação, que sempre visa, do direito principal (cf. Lopes da Costa, in Medidas Preventivas, 3.ª ed., 1966, Sugestões Literárias, pág. 15, n. 4), ou seja, para a hipótese vertente, resulta inequívoco, de textos expressos e reiterados de lei, que a responsabilidade dos titulares sob menção não está limitada no tempo, e de nenhuma forma e sob qualquer razão, condicionada à permanência, ou não, do nomeado processo especial (da manifestação firmada pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Ernane Galvêas, às fls. 55, item 2) isto é, enquanto em curso a liquidação especial, a que fora submetida a entidade em dificuldade (idem, fls. 55, item 3).

Assim, a indisponibilidade dos bens do alienante, malgrado o parecer do eminente Washington de Barros Monteiro, subsistente como medida cautelar de direito material - não de direito processual - motivo pelo qual, até final e definitiva apuração e liquidação de suas responsabilidades - (Decreto-lei n.º 685, de 17-7-1969, artigo 1.º), o mesmo ex-dirigente, que está arrolado na dita notificação, não os pode, por qualquer forma, direta ou indireta, alienar ou onerar. E ressalte-se que essa garantia de direito material era de ser decretada, como o foi, pelo interventor, como medida administrativa para o ressarcimento da Fazenda Pública e o resguardo dos investimentos da poupança popular (artigo 4.º do Decreto-lei n.º 354, de 1968), sendo irrelevante para a sua subsistência o fato da empresa ter reiniciado a operação industrial e comercial (aliás, o reinício fora recomendado no citado artigo 4.º), porque, o objetivo da medida acauteladora de direito material, como visto, e a satisfação dos

prejudicados, nos seus direitos.

Portanto, razão tinha o Sr. Oficial em não proceder à transcrição pretendida, manifestando dúvida, após prenotar o título apresentado a registro.

3. Isto posto, julgo procedente a dúvida da aposta pelo Sr. Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, devendo, em consequência, ser cumprido o artigo 218 do Decreto n. 4.857, de 1939, na devida oportunidade.

Custas, ex-lege.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Datilografei.

São Paulo, 6 de julho de 1973.

ÁLVARO LAZZARINI

Juiz de Direito

Advogado: Arlindo de Carvalho Pinto Neto - Mário Sérgio Duarte Garcia.

DÚVIDA

2.712-71 - Suscitante: 3.º Cartório de Registro de Imóveis - Suscitado: Nélson Loureiro de Oliveira.

Vistos.

Apresentado à transcrição, ao Sr. Oficial da 3.ª Circunscrição Imobiliária, o formal de partilha de folhas 5/41, foi suscitada a presente dúvida. Fundamentam-na: a) dentro da área de um milhão de metros quadrados de que trata o título, se acham inscritos imóveis em nome de terceiros, tanto no Primeiro como no Segundo Cartórios de Registro de Imóveis, como no próprio cartório suscitante; b) falta de descrição e confrontações dessa área de terras; c) falta de descrição completa do imóvel inventariado, no auto de adjudicação, em confronto com o que consta da certidão de folhas 8 e laudo de folhas 19/20; d) falta das certidões negativas de impostos estadual e municipal; e) as certidões negativas de ônus e alienações constantes de folhas 8 e 32 se referem apenas a imóveis situados nas vias públicas e não à área inventariada.

A dúvida foi impugnada (folhas 53/56), acompanhada a contestação de documentos (folhas 58/65). O suscitante se manifestou (folhas 68/70) e o suscitado fez entranhar nos autos o parecer de folhas 73/89 e documentos (folhas 90/94) o que motivou nova manifestação do suscitante (folhas 96), seguindo-se nova fala do suscitado (folhas 101/102), com documentos (folhas 103/107), após o que o suscitante reiterou sua posição (folhas 110). Por final, o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida.

Relatados, decido:

2. Segundo ponderações feitas pelo suscitante e pelo Dr. Curador, dentro da área maior de um milhão de metros quadrados, há outras transcrições, como por exemplo a de n. 18.517, em nome do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, a de n. 25. 805, em nome de Hélios S.A., Indústria e Comércio, a de n. 39.499, em nome de E. Colli e Cia. Limitada, todas no 3.º Cartório de Registro de Imóveis, cumprindo ponderar que só aquela feita em nome do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo diz respeito a 400.336 metros quadrados.

Só por tais circunstâncias a dúvida seria procedente, posto que é sedição, que uma transcrição cancela as anteriores. Ora, se ocorre qualquer vício nas referidas transcrições, é mister, preliminarmente, pelas vias próprias, proceder ao seu cancelamento para, ao depois efetuar-se a transcrição ora pretendida, pena de se proceder, por via indireta, a um cancelamento que só através de ação ordinária poderia ser obtido.

Essa situação aliás, já foi bem posta em realce pela douta Curadoria de Registros Públicos (cf. fls. 114), ao lembrar que nos próprios autos do inventário que deu origem ao formal de partilha, se registrou que era conhecida a posse de terceiros sobre parte da área e mesmo de transcrições. Nos estreitos limites do procedimento da dúvida não há, pois, possibilidade de ser feita verificação das condições dos títulos transcritos, em confronto com o formal transcribendo, exame esse que deverá ser efetuado nas vias próprias.

A propósito, não cabe examinar, aqui, portanto, o parecer do Prof. Antônio Chaves, a respeito da origem dos títulos que deram causa ao formal de partilha, nem afastar o domínio da Municipalidade ou outro qualquer.

Nos procedimentos desta espécie, o máximo que se permite, é o acerto dos títulos, não seu exame em confronto com outros, seu exame de fundo e verificação de maior ou menor

legitimidade.

E, como acertadamente asseverou a douta Curadoria: "Individuado não está o objeto do formal de partilha, diante do que nele se incluem outros imóveis, devidamente transcritos em nome de terceiros, o que acarreta se conclua que os suscitados, até prova em contrário, não possuem os um milhão de metros quadrados, pois que destes não se deduzam as áreas transcritas em nome de terceiros; do contrário, o mesmo pedaço de terra terá duas transcrições" (fls. 115).

Por outro lado, há divergência entre as vias públicas referidas no formal cujo registro foi adiado e os constantes de fls. 42v. Ainda que se receba a suscitação como motivada pelas ruas que formam as confrontações do imóvel, a dúvida persiste, por falta de elementos seguros a esse respeito.

O item "c" da suscitação ficou prejudicado com o aditamento feito ao formal (fls. 63/64), o mesmo ocorrendo com o item "d", diante da certidão de fls. 44 e documentos de fls. 46/49 e declaração de fls. 45.

A parte final da dúvida está inteiramente entrosada com a primeira, aqui examinada e acolhida.

3. Em face do exposto, julgo, em parte, procedente a dúvida; impossibilitando a transcrição objetivada pelos motivos aduzidos; em parte improcedente por entender afastados os obstáculos opostos nos itens "c" e "d" da suscitação.

Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 25 de junho de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

Advogado: Francisco Pereira de Novais

10.388/72: Reg. Públicos - Retificação de Nome.

Vistos, etc.

Ignácio Jokus que também assina Ignácio Jakus e sua mulher Elisabeth Popp Jokus que também assina Elisabeth Popp Jakus, devidamente qualificados, vieram a Juízo dizendo em suma, que o primeiro Supte., com carteira modelo 19 tirada com o nome de Ignácio Jokus, adquiriu um prédio situado a rua Conselheiro Cândido de Oliveira n. 215, conforme transcrição n. 41.950. Também com esse nome foi celebrado seu casamento. Entretanto, com o patrocínio assinalado como Jakus, adquiriu dois imóveis na comarca de Osasco, conforme transcrições ns. 2.838 e 2.839. Prossegue dizendo que nos assentos de matrimônio de seus filhos, os sobrenomes dos Suptes. foi lançado como Jakus.

Nessas condições, requerem averbação à margem das aludidas transcrições para constar que também usam ou assinam Jokus e Jakus.

Com a inicial trouxeram os docs. de fls. 6 e seguintes.

Manifestou-se o Dr. Curador (fls. 44), contrariamente ao pedido. Produzindo o documento de fls. 47, os requerentes reiteraram o pedido vestibular.

Relatei.

O que os requerentes pretendem, e é clara a inicial, é fazer constar à margem das transcrições ns. 41.950 do Registro de Imóveis da 10.^a Circunscrição e 2.838 e 2.839 do Registro de Imóveis de Osasco, que eles assinam Ignácio Jokus ou Ignácio Jakus e Elisabeth Popp Jokus ou Elisabeth Popp Jakus. Pretendessem a alteração de nome deveriam recorrer à autoridade competente, nos termos do disposto pelo Decreto-lei n. 941, de 18 de outubro de 1969 e Decreto n. 66.689, de 11 de junho de 1970,

Estamos em que o pedido pode ser acolhido.

Demonstraram os requerentes, saciedade, que em decorrência de equívoco, ou mesmo por assim declararem, adquiriram um imóvel onde se transcreveu o título com o patronímico Jokus enquanto na aquisição de outros dois imóveis, no município de Osasco, vieram seus nomes lançados como Jakus. Este apelido também foi utilizado nos assentos de casamento de seus filhos. Também é da prova oferecida que os pais do varão e seu irmão assinam Jakus.

Indubitavelmente os requerentes alternam o uso do sobrenome, ora identificando-se como Jokus, em outras vezes como Jakus.

A pretensão enquadra-se na amplitude do dispositivo legal do Regulamento dos Registros Públicos (art. 285).

Cuida-se de particularidade a respeito do titular do domínio, que em benefício deste pode ser averbada à margem das citadas transcrições, de vez que não haverá desvirtuamento das

finalidades do registro, antes propiciando a necessária publicidade.

Por força disso, não se atribuirá aos suplicantes, o direito ao uso de ambos os patronímicos, posto que a repercussão desta estará restrita às aludidas transcrições.

E assim há de se decidir para que os postulantes possam exercer, com plenitude, o direito sobre as propriedades referidas.

Diante do exposto, defiro o pedido inicial.

Custas de lei.

P. R. Int.

São Paulo, aos 29 de junho de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

Advs.: Tertuliano Fraga - Tertuliano de Oliveira Fraga

Transcrição - 5. 663/73 - Vistos etc.

1. Adelina Pereira da Silveira, devidamente qualificada, requereu a transcrição do registro de nascimento de sua filha Ana Thereza da Silveira Ragno, nascida em 20 de fevereiro de 1972, em Nova Iorque, Distrito de Manhattan, trazendo com a inicial os documentos de fls. 3 e seguintes. Manifestou-se o Dr. Curador às fls. 10, entendendo ser competente a Justiça Federal para conhecer do pedido. Acolhida essa manifestação, sobreveio o pedido de reconsideração constante de fls. 13/14.

2. Estabelece a Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969, em seu artigo 145, item I e letra "c" que são brasileiros natos:

" os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior ou, não registrados, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade; neste caso, alcançada esta deverão dentro de quatro anos, optar pela nacionalidade brasileira."

Igual disposição já se encontrava na Constituição de 1967 (artigo 140, item I, letra "c").

Tanto na hipótese versada nos autos, quanto naquelas previstas nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 145 da Constituição Federal vigente, tratou-se dos brasileiros natos, e não "em aquisição do direito formativo gerador da nacionalidade (portanto, com a aparência suspensiva da aquisição) do tipo das chamadas reclamações de nacionalidade, ou em aquisição de nacionalidade mesma, com a resolutive, que seria o não se optar pela nacionalidade brasileira", consoante o preclaro Pontes de Miranda - Comentários à Constituição de 1967 Tomo IV - Edição Revista dos Tribunais, página 412.

Duas são "vênia permissa", as hipóteses tratadas na letra "c" do inciso I do aludido artigo da Carta Maior.

Na primeira em que o nascido no estrangeiro, filho de mãe ou pai brasileiro, embora não estejam estes a serviço do Brasil, seja registrado em repartição brasileira competente no exterior (artigo 18 da L.I.C.C.).

A outra, indicada pela alternativa "OU", em que os nascidos no estrangeiro, filhos de brasileiro ou brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, não registrados em repartição brasileira competente, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade. Neste caso, alcançada a maioridade, deverão dentro de quatro anos optar pela nacionalidade brasileira "se adquiriram, ou não, outra ou outras nacionalidades, porque, então, se não optarem, se entende terem optado pela nacionalidade estrangeira, ou terem preferido conservar a múltipla nacionalidade de outros Estados, ou serem apátridas". (cf. ob. loc. cit.).

A definitividade da nacionalidade brasileira, no primeiro caso, independe da opção e da residência do nascido no estrangeiro; exige a opção, assim como venha o nascido no estrangeiro, a residir no território nacional, no outro caso, pois há provisoriedade da nacionalidade.

Não nos parece exata assim, a lição do douto Washington de Barros Monteiro, encontrada na Revista de Direito Administrativo (Vol. 91, pág. 18) por confundir as duas hipóteses, ao dizer que "são ainda brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe brasileiros, não estando estes a serviço do Brasil, desde que, registrados ou não em repartição brasileira no exterior, venham a residir no Brasil antes de atingir a maioridade" e que "em tal caso, o filho é brasileiro, sob uma condição, a de que opte pela nacionalidade brasileira dentro de quatro anos a contar do dia em que atinja a maioridade".

É certo que em ambos os casos, a Constituição os considera brasileiros natos; mas somente exige a opção, aqueles não registrados nas autoridades consulares, que venham a residir no

território nacional antes de atingir a maioridade.

Relevante é ainda a distinção para se saber a Justiça competente que determinará ou não a transcrição do registro.

Cuidando-se de registro feito por autoridade brasileira competente no exterior, não há qualquer indagação a se fazer e esta Vara é a competente para determinar a transcrição como assinalou a D. Curadoria em sua cota retro.

O mesmo, entretanto, não ocorre quando esse registro é feito perante autoridade estrangeira, como abaixo veremos.

Portanto não se discute a nacionalidade, "in casu". Pretende a requerente, com arrimo no parágrafo 2.º do artigo 42 do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939 e artigo 595 do Código de Processo Civil, fazer transcrever o assento de nascimento de sua filha, no Cartório do 1.º Ofício, entendendo ser este Juízo o competente para determinar a transcrição.

Falta-lhe razão, entretanto.

As causas e atos referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização, deverão ser apreciadas e julgadas pelos Juízes Federais (artigo 125, X da E. C. n. 1 citada - Lei 5.010/1966 - artigo 10 - X).

Efetivamente, à Justiça Federal cabe averiguar o preenchimento das condições estabelecidas na letra "c" (segunda parte) do inciso 11 do artigo 145 da Lei Maior, isto é, local do nascimento, autenticidade do assento e certidões, nacionalidade dos pais e residência no território nacional do nascido no estrangeiro, ouvido o representante do Ministério Público que atua junto aos Juízes Federais (artigo 94 da Emenda Constitucional), pois o registro é condição da validade da futura opção.

Aquele e esta, não de ser apreciadas pela mesma Justiça, como deixou decidido o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, isto é, pela Justiça Federal (Cfr. Recurso Ex officio n. 192.963 - 6.ª Câmara Civil - Relator o Desembargador Euler Bueno - R. J. T. J. vol. 21/352), em caso análogo ao versado nestes autos.

Claras as disposições da Lei S. 145 de 20 de outubro de 1966, que modificou artigos da Lei 818 de 18-9-49 e revogou a Lei 4.404, e que trata do procedimento adotado nos pedidos de transcrição das certidões e de opção, assim estatuinto:

"Artigo 4.º - O filho de brasileiro, ou brasileira, nascido no estrangeiro e cujos pais ali não estejam a serviço do Brasil, poderá após a sua chegada ao País, para nele residir, requerer ao Juízo competente do seu domicílio, fazendo-se constar deste, e das respectivas certidões que o mesmo só valerá, como prova de nacionalidade brasileira, até quatro anos depois de atingir a maioridade.

Parágrafo 1.º - O requerimento será instruído com documentos comprobatórios da nacionalidade brasileira de um dos genitores do optante, na data de seu nascimento, e de seu domicílio do Brasil.

Parágrafo 3.º - Da decisão que autorizar a transcrição do termo recorrerá o Juiz de ofício."

Vemos que tais disposições tratam especificamente da transcrição embora o legislador, impropriamente, no parágrafo 1.º tenha se referido ao "menor" como "optante", certo que a Opção foi tratada no artigo 3.º e parágrafos da citada lei.

Explícito a respeito da competência é o Decreto-lei n. 1.000, de 21 de outubro de 1969, (artigo 36 e parágrafos), ainda sem vigência, por força dos decretos federais.

Diante do exposto, mantenho o despacho 10 verso.

R. Int.

São Paulo, 28 de junho de 1973,

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito Advogado: Paulo José da Costa Júnior.

DÚVIDA

2.522/73 - Suscitante: 14.º Cartório de Registro de Imóveis Suscitado: Gerhard Schulz e outros - Vistos.

1. Apresentados ao Sr. Oficial da 14.ª Circunscrição Imobiliária, para averbação, os documentos particulares que importam em cessão de compromisso de venda e compra, foi suscitada a presente dúvida.

Diz o suscitante que por Gerhard Schulz, Germana Cuocolo, Cyro Caramori, Márcia Aparecida

Zucchi e Ênio Maurício Zucchi, lhe apresentaram tais instrumentos, datados de 13 de junho de 1972, pelos quais Rodolfo Sprung e Miguel Fichman e respectivas mulheres cederam aos apresentantes, frações ideais dos direitos de compra de uma parte ideal de 316,59 metros quadrados, do terreno situado a Av. Jabaquara, na Saúde, objetos da promessa de venda e compra inscrita sob o n. 27.779.

Por escritura de 27 de outubro de 1966, do 19.º Cartório de Notas, inscrita sob o número acima, Rodolfo Sprung e Michel Fichman se comprometeram a comprar de Adolfo Rossi e sua mulher, uma parte ideal de 316,59 metros quadrados de um terreno com área de 370 metros quadrados, situado à avenida Jabaquara, Bosque da Saúde. Nesse terreno, os promitentes compradores construíram um prédio de apartamentos, tendo sido instituído em condomínio em 4 de setembro de 1972, sendo o mesmo especificado, dando-se as designações numéricas das respectivas unidades autônomas, áreas e confrontações. Passados cinco meses, foi feita a apresentação dos títulos cujos registros foram adiados, através dos quais os promitentes compradores cedem aos apresentantes, frações ideais do terreno sem a respectiva unidade autônoma correspondente às frações cedidas. Tais contratos são anteriores à averbação de construção do prédio e instituição do condomínio, mas somente reconhecidas as firmas em 5 de outubro de 1972, tendo sido apresentados a registro após o registro da especificação do condomínio.

A dúvida foi impugnada (fls. 17) e embora concedido prazo ao seu signatário, para regularizar a representação processual (fls. 18), não o fez (fls. 18 verso). O Dr. Curador requereu diligência (fls. 19), cumprida (fls. 21/22), após o que opinou pela procedência da dúvida (fls. 23).

Relatados, decido:

2. A dúvida procede. Com efeito, de inteira veracidade a ponderação da douda Curadoria a respeito do procedimento do oficial, quando assevera que "tanto os requisitos intrínsecos como extrínsecos do título devem ser examinados pelo Oficial do Registro de Imóveis, que a esse respeito poderá levantar dúvida (R. T. vol. 329/412), visto que "de acordo com o artigo .215 do Decreto n. 4.857, de 1939, cumpre ao Oficial de Registro de Imóveis verificar a legalidade e a validade do título levado a registro (R. T. vol. 340/235).

Uma vez feita a inscrição da especificação do condomínio, cada uma das unidades autônomas passou a ter correspondência a uma fração ideal no terreno. Alias, e nesse princípio que se assenta o condomínio por apartamentos ou a chamada propriedade horizontal. Não se pode admitir a propriedade de uma unidade autônoma, sem a correspondente propriedade de uma fração ideal, correspondente, no terreno.

A recíproca também é verdadeira; não se pode admitir a propriedade de uma fração ideal do terreno sem a correspondente propriedade de uma unidade autônoma a qual seja proporcional aquela fração ideal.

Ora, a se admitir o contrário teríamos unidades autônomas sem terreno, o que viola a idéia, o princípio orientador desse instituto do condomínio por andares.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Custas na forma da lei.

P. R. I.

São Paulo, 23 de junho de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA Juiz de Direito

Advogado: Geraldo D. de Siqueira.

5.663-73 - Opção de Nacionalidade, prosseguindo como Transcrição - Adelina Pereira da Silveira. Vistos, etc.

1 - Adelina Pereira da Silveira, devidamente qualificada, requereu a transcrição do registro de nascimento de sua filha Arma Thereza da Silveira Ragno, nascida em 20 de fevereiro de 1972, em Nova Iorque, Distrito de Manhattan, trazendo com a inicial os docs., de fls. 3 e seguintes. Manifeste-se o Dr. Curador às fls. 10, entendendo ser competente a Justiça Federal para conhecer do pedido. Acolhida essa manifestação, sobreveio o pedido de reconsideração constante de fls. 13-14.

2 - Estabelece a Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969, em seu artigo 145, item I e letra "c", que são brasileiros natos:

"Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior ou não registrados, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade; neste caso, alcançada esta, deverão, dentro de quatro anos optar pela nacionalidade brasileira."

Igual disposição já se encontrava na Constituição de 1967 (art. 140, item 1, letra "c").

Tanto na hipótese versada nos autos, quanto naquelas previstas nas letras "a" e "b" do inciso I do art. 145 da Constituição Federal vigente, tratou-se dos brasileiros natos, e não "em aquisição do direito formativo gerador da nacionalidade (portanto, com a aparência suspensiva da aquisição), do tipo das chamadas reclamações de nacionalidade, ou em aquisição da nacionalidade mesma, com a resolutive, que seria o não se optar pela nacionalidade brasileira", consoante o preclaro Pontes de Miranda - Comentários à Constituição de 1967 Tomo IV - Ed. Revista dos Tribunais, pág. 412.

Duas são "vênia permissa", as hipóteses tratadas na letra "c" do inciso I do aludido artigo da Carta Maior.

Na primeira em que o nascido no estrangeiro, filho de mãe ou pai brasileiro, embora não estejam estes a serviço do Brasil, seja registrado em repartição brasileira competente no exterior (art. 18 da L. I. C. C.).

A outra, indicada pela alternativa "OU", em que os nascidos no estrangeiro, filhos de brasileiro ou brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, não registrados em repartição brasileira competente, venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade. Neste caso, alcançada a maioridade, deverá dentro de quatro anos optar pela nacionalidade brasileira "se adquiriram, ou não, outra ou outras nacionalidades, porque, então se não optarem, se entende terem optado pela nacionalidade estrangeira, ou terem preferido conservar a múltipla nacionalidade de outros Estados, ou serem apátridas". (cf. ob. loc. cit.).

A definitividade da nacionalidade brasileira, no primeiro caso independe da opção e da residência do nascido no estrangeiro; exige-se a opção, assim como venha o nascido no estrangeiro, a residir no território nacional, no outro caso pois há provisoriedade da nacionalidade.

Não nos parece exata assim, a lição do douto Washington de Barros Monteiro, encontrada na Revista de Direito Administrativo (Vol. 91, pág. 18), por confundir as duas hipóteses ao dizer que "são ainda brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, não estando estes a serviço do Brasil, desde que registrados ou não em repartição brasileira no exterior, venham a residir no Brasil antes de atingir a maioridade" e que "em tal caso, o filho é brasileiro, sob uma condição, a de que opte pela nacionalidade brasileira, dentro de quatro anos a contar do dia em que atinja a maioridade". (grifo meu).

Certo que em ambos os casos, a Constituição os considera brasileiros natos; mas somente exige a opção àqueles não registrados nas autoridades consulares, que venham a residir no território nacional antes de atingir a maioridade.

Relevante é ainda a distinção para se saber a Justiça competente que determinará ou não a transcrição do registro.

Cuidando-se de registro feito por autoridade brasileira competente no exterior, não há qualquer indagação a se fazer e esta Vara é a competente para determinar a transcrição, como assinalou a D. Curadoria em sua cota retro.

O mesmo, entretanto, não ocorre quando esse registro é feito perante autoridade estrangeira, como abaixo veremos.

Portanto não se discute a nacionalidade, "in casu", pretende a requerente com arrimo no parágrafo 2.º do artigo 42 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e artigo 595 do C. P. C., fazer transcrever o assento de nascimento de sua filha, no Cartório do 1.º Ofício, entendendo ser este Juízo o competente para determinar a transcrição.

Falta-lhe razão, entretanto.

As causas e atos referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização deverão ser apreciadas e julgadas pelos Juízes Federais (art. 125, X da E. C. n. 1 citada - Lei n. 5.010/1966 - art. 10-X).

Efetivamente, à Justiça Federal cabe averiguar o preenchimento das condições estabelecidas na letra "c" (segunda parte) do inciso II do art. 145 da Lei Maior isto é, local do nascimento, autenticidade do assento e certidões, nacionalidade dos pais e residência no território nacional do nascido no estrangeiro, ouvido o representante do Ministério Público que atua junto aos Juízes Federais (art. 94 da Emenda Constitucional), pois o registro é condição da validade da futura opção.

Aquele e esta, não de ser apreciados pela mesma Justiça, como deixou decidido o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, isto é, pela Justiça Federal (cfr. Recurso "ex officio" n. 192.968 - 6.ª Câmara Civil - Relator o Desembargador Euler Bueno - R. J. T. J. - vol. 21/352) em caso análogo ao versado nestes autos.

Claras as disposições da Lei n. 5.145, de 20 de outubro de 1966, que modificou artigos da Lei n. 818, de 18-9-1949 e revogou a Lei n. 4.404, e que trata do procedimento, adotado nos pedidos de transcrição das certidões e de opção, assim estatuinto:

"Art. 4.º - O filho de brasileiro, ou brasileira, nascido no estrangeiro e cujos pais ali não estejam a serviço do Brasil, poderá após a sua chegada ao País, para nele residir; requerer ao Juízo competente do seu domicílio, fazendo-se constar deste, e das respectivas certidões que o mesmo só valerá como prova de nacionalidade brasileira, até quatro anos depois de atingida a maioridade.

§ 1.º - O requerimento será instruído com documentos comprobatórios da nacionalidade brasileira de um dos genitores do optante, na data de seu nascimento, e de seu domicílio do Brasil.

§ 2.º - Ouvido o representante do Ministério Público Federal, no prazo de cinco dias, decidirá o juiz em igual prazo (grifo meu).

§ 3.º - Da decisão que autorizar a transcrição do termo recorrerá o Juiz de Ofício."

Vemos que tais disposições tratam especificamente da transcrição embora o legislador, impropriamente, no § 1.º tenha se referido, ao, "menor" como "optante" certo que a opção foi tratada no art. 3.º, e § § da citada lei.

Explícito, a respeito da competência, é o Decreto-lei n. 1.000, de 21 de outubro de 1969, (art. 36 e §§), ainda sem vigência, por força dos decretos federais.

Diante do exposto, mantenho o despacho 10 verso.

R. Int.

São Paulo, 28 de junho de 1973.

SILVÉRIO PAULO BRACCIO

Juiz de Direito

Advogado - Paulo José da Costa Júnior

DÚVIDA

4.781/73 - Suscitante: 11.º Registro de Imóveis. - Suscitado: - Shogo Takano e s/m. - Vistos.

1. Apresentado a Sra. Oficial da 11.ª Circunscrição Imobiliária o mandado de fls. 8, acompanhado dos documentos de fls. 9/55, foi suscitada a presente dúvida.

Diz a Sra. Oficial que a dúvida se cinge em saber como cumprir regularmente o mandado, primeiro da espécie levado ao seu Cartório.

Os interessados obtiveram do executado e sua mulher, prossegue a suscitação, esta de identidade não revelada, conforme a decisão e o v. acórdão, "declaração judicial do direito à escritura pública quitada de cessão dos direitos de compromisso de compra e venda". Do mandado consta que a sentença exequenda supre a falta de escritura definitiva e serve de título aos exequentes, para os efeitos legais.

Indaga a suscitante se o mandado deve ser inscrito ou transcrito. O mandado substitui o título? Em caso afirmativo dele devem constar os característicos e confrontações do imóvel, ou não? Ou se cuida de adjudicação e nessa hipótese não deveria ser exibida a carta de adjudicação.

Acrescenta-se, ainda, que o compromisso em nome dos suscitados não foi inscrito.

Os suscitados manifestaram intenção de não contestar a dúvida, esclarecendo que por escritura lavrada no 11.º Cartório de Notas, no Livro 2.552, às fls. 25, rescindiram o compromisso que deu causa à ação e ao mandado.

O Dr. Curador opinou pela procedência da suscitação.

Relatados, decido:

2. A decisão de primeira instância julgou procedente a ação e condenou os réus a "outorgarem ao autor a escritura quitada de cessão dos direitos de um compromisso de compra e venda referente ao imóvel apontado na inicial" (fls. 94).

O v. acórdão, ao confirmar a decisão, deixou claro: "Podiam, conseqüentemente, os autores, não obstante a demora no pagamento do preço do imóvel, ainda exibir o saldo restante e obter a declaração judicial do direito a escritura pública quitada da cessão dos direitos do compromisso de compra e venda, tal como deduziu a inicial e atendeu a sentença recorrida" (fls. 15 grifei).

Cumpra ponderar que a promessa de cessão não está inscrita, segundo informa a suscitação.

Por outro lado, tenho data máxima vênua do Dr. Juiz que subscreve o mandado objeto da dúvida, que nem o decisório de primeira instância, nem o v. atesto que o confirmou determinaram

registro da cessão. O que as decisões deixaram claro, como acima se verificou foi o direito aos autores de receberem, como receberam, a declaração do Estado-Juiz de que tinham o direito à obtenção, dos réus, de uma escritura pública quitada de cessão dos direitos de compromissário comprador. Ora, essa declaração judicial não substituiu a escritura nem a sentença, na espécie, pode ser objeto de registro.

Não se trata - frise-se, de descumprimento por parte da suscitante, do mandado judicial, que nunca se tem permitido, mas da impossibilidade jurídica total de seu cumprimento.

Do feito, tal cumprimento encontra obstáculo, preliminarmente, em que o mandado não está em conformidade com o julgado, quer de primeiro, quer de segundo grau.

Desta forma, não se trata, como consulta a dúvida, nem de transcrição nem de inscrição. O máximo que poderia ser feito seria a averbação da promessa de cessão ou da cessão definitiva, obedecendo-se em qualquer hipótese, o princípio da continuidade do registro que as decisões em causa não afastaram.

De outro lado, a promessa de cessão não foi inscrita, e assim só poderia ser feita a averbação, à margem da inscrição do compromisso de venda e compra, dando notícia da referida promessa, o que independeria de ação. Cumprida a promessa de cessão com a outorga da escritura a que os réus foram condenados, seria feita nova averbação, para registrar-se esse fato.

Não se trata, portanto, de inscrição ou transcrição do mandado, nem da necessidade de expedição de carta de adjudicação, visto como não houve transferência de domínio nem a isto se referem a petição inicial, a sentença e o v. acórdão.

A dúvida, assim, tinha procedência, já que não havia possibilidade sem quebra do princípio da continuidade, do cumprimento do mandado. E essa procedência se viu ressaltada com a manifestação do suscitados, pela desistência da possibilidade de impugnação.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida. Custas, na forma da lei. P. R. e 1.

São Paulo, 2 de julho de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito

Adv.: Irene Elisa Evangelista Vandoni.

DÚVIDA

1.768/73 - Suscitante: 7.º Cartório de Registro de Imóveis - Suscitando: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Vistos.

1. Apresentado ao Sr. Oficial do 7.º Cartório de Registro de Imóveis o pedido feito pela Prefeitura Municipal de São Paulo, de averbação da abertura da rua Engenheiro Cestari, à margem da transcrição n.º 48.073 foi suscitada a presente dúvida.

Diz o Sr. Oficial que esse pedido, em transcrição de terceiros, é matéria de alta indagação e que embora já deferida anteriormente, a requerimento da municipalidade, averbação idêntica, não vê como possa aquela decisão servir de orientação para todas as Circunscrições Imobiliárias.

A dúvida não foi impugnada (fls. 28), a Curadoria requereu diligência, (fls. 28v.) cumprida (fls. 30/31), após o que se manifestou pela procedência da suscitação.

Relatados, decido.

2. A despeito do brilhantismo costumeiro com o que o Dr. Curador de Registros Públicos tratou o assunto posto à decisão nestes autos, tenho que desprocede a suscitação.

Com efeito trazendo à colocação os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles e Marcelo Caetano sustenta-se que o poder público não pode senão por via de regular ação de desapropriação, obter o domínio de propriedade transcrita em nome do particular, ainda que seja para abertura de vias públicas.

Pondera ainda, a Curadoria que ou não há necessidade da averbação, segundo o primeiro dos citados tratadistas, ou ela há que ser feito com prova de que o domínio foi "produzido ou legitimamente apropriado por pessoa coletiva de direito público e que por ela é administrado, constituindo o uso direto e imediato, quando imemorial, mera presunção dessa domicilidade, ilidível por prova em contrário" (Manual de Direito Administrativo Tomo II, pág. 854, Forense, 1.ª edição brasileira - Marcelo Caetano).

Finalmente, assevera o parecer que não há fundamento legal para a pretendida averbação.

Nada menos exato, contudo. Preliminarmente, é certo que, toda as modificações relativas ao imóvel ao estado das pessoas que constam dos registros, são nele feitas, por averbação; a abertura de vias públicas, como é usual, também é registrada por averbação (R. R. P. - artigo 285).

Não há que se acolher, aqui, a lição de Hely Lopes Meirelles uma vez que essa "averbação não cria nem modifica direitos mas apenas complementa o registro originário, para o fim de levar ao conhecimento de terceiros, circunstâncias acessórias que por qualquer modo afetem o registro ou as pessoas nele interessadas" (artigos 283 a 286 do Decreto n.º 4857) - Rev. dos Tribs. vol. 285/492).

Nem o fato de ela ser efetivada obstará o ajuizamento de eventual ação para que os titulares da transcrição houvessem a indenização pelo apossamento.

Também não há que se aceitar no caso em exame a doutrina de Marcelo Caetano, pelos mesmos fundamentos, aos quais se acrescenta e se ratifica que a averbação não tem o condão de transferir o domínio do particular para a Municipalidade.

Admita-se, para argumentar que uma das pessoas referidas na certidão de fls. 8, para poder averbar a construção de casa edificada em terreno adquirido do titular em questione a transcrição e mesmo para transcrever escritura da venda e compra levasse ao registro certidão idêntica à de fls. 8 e relativa à abertura de via pública, já oficializada, agora.

Perfeitamente possível normal, fato que se repete às dezenas, diariamente em cada Cartório de Registro de Imóveis da Capital. Dever-se-ia entender que tal pedido de averbação estaria transferindo o domínio da faixa destinada a via pública para a municipalidade? Evidentemente não é a averbação que seria feita.

Cumpra, de resto, adicionar, que essa averbação apenas retira a possibilidade de alienação da área correspondente à via aberta, cabendo aos interessados, se fosse o caso, haver do Poder Público, a correspondente indenização. Na hipótese dos autos, contudo o documento de fls. 1 evidencia a destinação, pelos proprietários, titulares da transcrição da área para a abertura da via pública, certo que omitiram a inscrição do plano de arruamento e loteamento.

Num resumo, a averbação evita a disponibilidade da área, mas não altera o domínio.

3. Em face do exposto, julgo improcedente a dúvida. Custas, na forma da lei.

P. R. e I.

São Paulo, 28 de junho de 1973.

GILBERTO VALENTE DA SILVA

Juiz de Direito Advogado: Augusto César do Nascimento Netto.

5031/73 - Retificação de registro de escritura - Promovente: José Luiz dos Santos Gouveia.

Vistos.

1. José Luiz dos Santos Gouveia e outros, requereram a este Juízo a retificação da transcrição n.º 11.141, de 2 de janeiro de 1935, feita no 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, para consignar que o imóvel objeto desse registro se situa à rua Mathias Valladão e não Matheus Valadão.

Os requerentes são cessionários dos direitos hereditários de Galdina da Silva, titular da referida transcrição.

O pedido veio instruído dos documentos de fls. 8/36. O Sr. Oficial da 4.ª Circunscrição Imobiliária se manifestou (fls. 37v.). O Dr. Curador opinou requerendo providências (fls. 40) os requerentes se manifestaram (fls. 41 e 44) e o

Dr. Curador de Registros Públicos, por fim, opinou pelo deferimento do pedido.

Relatados, decido:

2. Tenho que não pode ser acolhida a manifestação primeira da d. Curadoria de Registros Públicos, no sentido de que falta aos requerentes legítimo interesse para postular a retificação por se tratar de meros cessionários de direitos hereditários sem direito ou possibilidade de registro.

Com efeito, efetuada a retificação pretendida terão os requerentes meios para transcrever a adjudicação que lhes; será feita no inventário dos bens deixados por morte de Madalena da Silva, de quem Galdina é herdeira. Parece-me, portanto, que dada a impossibilidade de se retificar a escritura que deu causa ao registro, dado o tempo decorrido e morte de uma das compradoras, é esta a única forma de que possibilitar a futura transcrição da carta de adjudicação.

Provado documentalmente o engano da escritura e como consequência do registro, uma vez inexistente a rua Matheus Valladão, o pedido comporta deferimento, como bem apontou o ilustre titular da Curadoria de Registros Públicos.

3. Em face do exposto, defiro o pedido de fls. 2/4, determinando que, oportunamente, seja expedido o competente mandado.

Custas pelos requerentes.

P. R. e I.
São Paulo, 28 de junho de 1973.
GILBERTO VALENTE DA SILVA
Juiz de Direito
Advogado: José Edmur dos Santos Gouvêa.

ATO COMPLEMENTAR N.º 98, DE 7 DE AGOSTO DE 1973

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 9.º, do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e 3.º, do Ato Institucional n.º 14, de 5 de setembro de 1969, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:

Artigo 1.º - O Ministério da Fazenda poderá intervir na administração da empresa que explore, a qualquer título, bens imóveis confiscados com fundamento no art. 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.

Artigo 2.º - A representação ativa e passiva da empresa será exercida pelos interventores, na forma definida em portaria do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único - Para a representação judicial da empresa funcionará um membro do Ministério Público Federal designado pelo Procurador-Geral da República.

Artigo 3.º - A intervenção cessará:

I - se a empresa ressarcir o dano em que se fundou o confisco e todo dispêndio adicional que for feito para a sua manutenção;

II - se os bens confiscados forem alienados em conjunto, na forma do Título XII do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967; caso em que o adquirente assumirá a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas da empresa.

Artigo 4.º - Este Ato Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Alfredo Buzaid
Adalberto de Barros Nunes
Orlando Geisel
Mário Gibson Barboza
Antônio Delfim Netto
Mário David Andreazza
Moura Cavalcanti
Jarbas G. Passarinho
Júlio Barata
J. Araripe Macêdo
Mário Lemos
Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti
Hygino C. Corsetti

LEI N.º 5.970 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973

Exclui de aplicação do disposto nos artigos 6.º, inciso I, 64 e 169, do Código de Processo Penal, os casos de acidente de trânsito, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Em caso de acidente de trânsito, a autoridade ou agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato poderá autorizar, independentemente de exame do local, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos nele envolvidos, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego.

Parágrafo único - Para autorizar a remoção, a autoridade ou agente policial lavrará boletim da ocorrência, nele consignando o fato, as testemunhas que o presenciaram e todas as demais

circunstâncias necessárias ao esclarecimento da verdade.

Artigo 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

LEI N.º 6.018, DE 2 DE JANEIRO DE 1974

Dispõe sobre a isenção da multa prevista pelo artigo 8.º, de Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral" e acrescenta parágrafo ao seu artigo 47, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, o Presidente da República, nos termos do § 2.º, do artigo 59, da Constituição Federal, sancionou, e eu, Paulo Torres, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 5.º, do artigo 59, da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.º - Não se aplicará a multa prevista no artigo 8.º, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, aos que se inscreverem até a data do encerramento do prazo de alistamento para as eleições de 1974.

Artigo 2.º - Acrescente-se ao artigo 47, da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, o seguinte § 1.º, renumerando-se os demais:

"§ 1.º - Os cartórios de Registro Civil farão, ainda, gratuitamente, o registro de nascimento, visando ao fornecimento de certidão aos alistados, desde que provem carência de recursos, ou aos Delegados de Partido, para fins eleitorais."

Artigo 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de janeiro de 1974, 153.º da Independência e 86.º da República.

PAULO TORRES

Presidente do Senado Federal

DECRETO-LEI N.º 1.286, DE 21 DE SETEMBRO DE 1973

Modifica a legislação do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º - A partir do exercício de 1974, o imposto de renda progressivo, devido anualmente pelas pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, será cobrado de acordo com a seguinte tabela:

CLASSES DE RENDA LÍQUIDA (Cr\$)	Alíquotas (%)
Até 10.700	Isento
De 10.701 a 11.550	3
De 11.551 a 15.300	5
De 15.301 a 21.250	8
De 21.251 a 30.050	12
De 30.051 a 40.750	16
De 40.751 a 54.600	20
De 54.601 a 71.250	25
De 71.251 a 103.000	30
De 103.001 a 130.750	35
De 130.751 a 180.750	40
De 180.751 a 222.550	45
Acima de 222.550	50

§ 1.º - O imposto é calculado em cada classe sobre a porção de renda compreendida nos respectivos limites, desprezada a fração de renda inferior a Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).

§ 2.º - O imposto progressivo é a soma das parcelas correspondentes a cada classe.

Artigo 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1974, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.
EMÍLIO G. MÉDICI
José Flávio Pécora
D.O. União 24-9-73
ESTADUAIS

DECRETO N.º 2.591, DE 9 DE OUTUBRO DE 1973

Dispõe sobre concessão de licença, tratamento e sua fiscalização, de servidores enquadrados com toxicômanos

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1.º - O servidor público, da Administração centralizada e descentralizada, que apresente sintomas de intoxicação habitual por psicotrópicos e, principalmente, bebidas alcoólicas, será, obrigatoriamente, encaminhado ao Departamento Médico do Serviço Civil do Estado (DMSCE), para inspeção médica e licenciamento, caso não tome ele próprio a iniciativa do tratamento. Parágrafo único - Verificada a ocorrência de que trata este artigo, o servidor será licenciado "ex officio", ou a pedido, por prazo necessário ao tratamento para sua recuperação física ou psíquica, em hospital, sob fiscalização do DMSCE, nos termos do artigo 2.º, letra "e", da Lei n.º 2.020, de 23 de dezembro de 1952, combinado com o artigo 189 da Lei n.º 10. 261, de 28 de outubro de 1968.

Artigo 2.º - O tratamento do paciente deverá ser realizado, de preferência, no Hospital do Servidor Público do Estado (IAMSPE), ficando a critério deste a exigência de internação ou a forma ambulatorial, a ser observada em cada caso específico.

Parágrafo único - Ocorrendo a recusa de tratamento, por parte do servidor, a Diretoria do Hospital do Servidor Público do Estado (IAMSPE) comunicará o fato ao Departamento Médico do Serviço Civil do Estado (DMSCE), para a providência a que se refere o artigo 188, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Artigo 3.º - Quando o servidor preferir submeter-se a tratamento médico particular, neste caso sempre as suas expensas, a fiscalização por parte do DMSCE far-se-á indiretamente, através de periódicas inspeções de saúde, inclusive para reassumir o cargo ou a função.

§ 1.º - Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, DMSCE exigirá do servidor licenciado a apresentação periódica de relatório médico sobre o tratamento.

§ 2.º - Caberá ao DMSCE expedir as instruções necessárias quanto ao conteúdo e aos prazos de apresentação do relatório a que se refere o parágrafo anterior.

Artigo 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de outubro de 1973.

LAUDO NATEL

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração.

Publicado na Casa Civil, aos 9 de outubro de 1973.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pelo S.N.A.

ANO XXII

Nº 098 - Publicação: Abr/Dez 1974

REDAÇÃO:

Em o número anterior deste BOLETIM, tivemos a oportunidade de noticiar que, segundo havia chegado ao nosso conhecimento, os Poderes competentes do Estado, dando-se conta, finalmente, de que a inflação continua desgastando, cada vez mais, o valor de nossa moeda, - se decidiram a atender, pelo menos em parte, às reivindicações que lhes foram encaminhadas pelos servidores da Justiça que desenvolvem suas atividades no Interior de São Paulo. Visavam tais servidores, assim procedendo, obter não só a atualização monetária das taxas constantes do Regimento de Custas em vigor, como também a elevação dos padrões de nossa aposentadoria, justificando essas reivindicações com o fato das taxas e padrões aludidos

continuarem sendo os mesmos desde 1970, não obstante o custo de vida ter ascendido a mais de 100% de então para cá.

Após a publicação daquele nosso artigo, foi nomeado um Grupo de Trabalho constituído de ilustres personalidades, a quem o Governo deferiu o encargo de promover os estudos que se fizessem necessários, no sentido de atender, quanto possível, às citadas reivindicações. Desconhecemos o critério a que obedecem tais estudos, sendo de supor-se, entretanto, - caso ele não se afaste das regras ditadas pelo bom senso - que a atualização pretendida não pode deixar de corresponder ao quantum atingido pelo aumento do custo de vida a partir das datas em que entraram em vigor aquele Regimento e a lei que regula a aposentadoria aludida. Acreditamos, todavia, que o resultado dos estudos em causa já será conhecido quando o presente número de nosso BOLETIM entrar em circulação, restando-nos, assim, formular os melhores votos para que a sua corporificação em lei atenda às expectativas gerais, - o que evitará sejamos constrangidos a voltar à luta pela consecução de melhores condições de existência, - até que os referidos Poderes nos façam a indenegável Justiça.

RETROSPECTO DO I ENCONTRO DE OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL

Conforme, por certo, já é do conhecimento geral, em face da ampla divulgação que teve por parte de nossa Imprensa, realizou-se nesta Capital, de 19 a 22 de junho do corrente ano, o I Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, do qual participaram representantes de quase todos os Estados da Federação

A iniciativa da reunião partiu de alguns oficiais de Registro de imóveis, que de há muito já vinham alimentando a idéia de congregar, nossos colegas de todo o País, num só órgão representativo de sua classe, destinado não tanto a defender, como tal, seus interesses privatistas, - mas, com a finalidade, sobretudo, de contribuir para a ampliação de seus conhecimentos profissionais, a elevação de sua cultura jurídica e a modernização de seus métodos de trabalho.

Essa idéia obteve imediata adesão de nossos colegas, bem como o valioso apoio dos mais destacados representantes do Poder Judiciário de São Paulo e do Colégio Notarial do Brasil, - que nos foi prestado, em nome deste, pelo seu ilustre Presidente, Dr. Antônio Augusto Firmo da Silva, - sendo compreensível, em tais circunstâncias, o triunfo por ela alcançado e a repercussão que obteve em todos os Estados e até mesmo no Exterior, especialmente na Argentina e Espanha. Assim, deliberado pôr-se em prática a iniciativa objeto da idéia aludida, foi organizada uma Comissão Executiva com a finalidade de adotar as providências que se impusessem para a realização do Encontro na época acima indicada e a fim de que as atividades nele desenvolvidas pudessem transcorrer num ambiente cordial e atingir a produtividade que dele se esperava. Essa Comissão ficou assim constituída:

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO
Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

Vice-Presidente: JETHER SOTTANO
Oficial do 6.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

Coordenadora geral MARIA ELOIZA REBOUÇAS

Oficial do Registro de Imóveis de Martinópolis. S.P.

Secretário Geral: ELVINO SILVA FILHO

Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas. S.P.

Membros: MARIA HELENA LEONEL GANDOLFO

Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

OSCAR FONTES TORRES

Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

PEDRO SILVEIRA GONÇALVES

Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

I Tesoureiro: HÉLIO FERRARI

Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

II Tesoureiro: FERNANDO DE BARROS SILVEIRA

Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

Dando início a seus trabalhos, a Comissão referida passou a expedir convites aos Colegas de nosso Estado e das demais unidades da Federação para tomarem parte no Encontro, bem como a providenciar acomodações para quantos pudessem vir a São Paulo participar do simpósio em causa, - elaborando, inclusive, um opúsculo contendo a publicação do Temário respectivo e do Programa das Atividades, obedecendo, ambos à seguinte ordem:

TEMÁRIO

I - Discussão, aprovação e fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

II - Apreciação e críticas à Lei 6.015, de 31-12-73.

III - Apresentação de chapas eletivas da 1.^a Diretoria do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil,

IV - Formação da Delegação Brasileira que participará do "II Congresso Internacional de Derecho Registral" - Madrid Espanha, de 30 de setembro a 5 de outubro de 1974.

Local dos Trabalhos: SALÕES DE CONVENÇÕES DO HOTEL ELDORADO - Rua São Luiz n.º 234 - Capital - S.P.

PROGRAMA DE ATIVIDADES

Quarta-feira, 19 de junho

9:00 horas - Apresentação e entrega de credenciais.

11:00 horas - Apresentação dos Estatutos pelo relator, TABOSA DE ALMEIDA - Oficial da 2.^a Circunscrição Imobiliária de Recife - Pe.

15:00 horas - Apresentação, apreciação, discussão de emendas e aprovação dos Estatutos.

20:00 horas - Sessão solene de instalação do I Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, com discurso do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Doutor JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, nos Salões de Convenções do Hotel Eldorado.

21:30 horas - Coquetel de conagração nos Salões de Festas do mesmo Hotel.

Quinta-feira, 20 de junho

9:00 horas - Apreciação da Lei 6.015, de 31-12-73. Relatora: GLACI MARIA COSTI - Oficial da 1.^a Circunscrição Imobiliária de Porto Alegre - Rio Grande do Sul.

14:30 horas - Conferência pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito da 1.^a Vara de Registros Públicos da Capital de São Paulo.

16:30 horas - Visita ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde os participantes serão recebidos pelos Excelentíssimos Senhores Desembargador Presidente e Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, e visita ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça do Estado de São Paulo.

Sexta-feira, 21 de junho

9:00 horas - Apresentação das chapas eletivas.

11:00 horas - Eleição da 1.^a Diretoria do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil. Moderador; OSWALDO DE OLIVEIRA PENNA, Oficial do 16.^o Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

14:00 horas - Organização da Delegação Brasileira ao "II Congresso Internacional de Derecho Registral" Madrid - Espanha. Moderador: PEDRO SILVEIRA GONÇALVES - Oficial do 9.^o Cartório de Registro de Imóveis da Capital. S.P.

15:30 horas - Formação de comissões de estudo para elaboração de trabalhos a serem apresentados no "II Congresso Internacional de Derecho Registral" Madrid, Espanha.

17:00 horas - Conferência pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor MÁRCIO MARTINS FERREIRA.

20:30 horas - Jantar oferecido pelo Senhor o Senhora JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, na Mansão França, Avenida Angélica, 750.

Sábado, 22 de junho

14:00 horas - I - Sugestões de roteiros de viagem, apresentadas por Turismo Bradesco S.A. com projeção de "slides".

II - Organização da comitiva que representará o Brasil em Madrid, Espanha.

20:00 horas - Sessão solene de encerramento, com a realização de uma conferência pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal - Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN Salões de Convenções do Hotel Eldorado.

21:00 horas - Banquete de encerramento no Nacional Club, Rua Itaetê, 33."

No mesmo opúsculo, a Comissão terminava agradecendo aos participantes do conclave a sua vinda a esta Capital, - exprimindo-lhes seus agradecimentos nos seguintes termos:

São Paulo, junho, 1974

"Prezado Colega,

A Comissão Executiva do I Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, honrada com a presença de seus colegas, em São Paulo, externa-lhes boas vindas e o desejo de um convívio franco e cordial durante o Encontro, esperando que nele se renovem a solidariedade e os anseios da classe.

A Comissão."

Os trabalhos preparatórios do Encontro tiveram início às 9 horas do dia 19, com a apresentação das respectivas credenciais pelos participantes do conclave. Às 11:00 horas o Senhor JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, na qualidade de Presidente da Mesa Diretora dos Trabalhos aludidos, endereçou aos presentes as palavras seguintes:

MINHAS SENHORAS,

ILUSTRES AUTORIDADES PRESENTES,

MEUS SENHORES:

"O tema mais em voga nos dias que transcorrem é, sem dúvida alguma, o da Integração Nacional.

País de dimensões continentais, dotado de regiões as mais diversas, tanto no que se refere às condições ecológicas de cada qual, como à respectiva densidade demográfica, - é natural que a sua unificação tenha passado a ser, como está sendo, uma constante nos mais variados setores da vida nacional.

Com efeito, ante a visão do mundo contemporâneo, em que as dificuldades dos povos aumentam na razão direta de seu enfraquecimento econômico, - abalando-lhes a própria segurança - justifica-se a preocupação, existente em todos nós, de tudo fazer para transformar o Brasil numa potência altamente desenvolvida, tornando-o apto a proporcionar a seus filhos as melhores condições possíveis de existência, bem como a enfrentar, sem temor nem tremor, as adversidades que porventura o futuro lhe reserve.

A ação, aliás, desenvolvida pelos nossos últimos Governos através dos incentivos fiscais, destinados a fortalecer a economia daquelas regiões que mais carecem desse fortalecimento, constitui uma demonstração, pelos ótimos resultados já apresentados, da verdadeira política que deveria ser adotada, como foi, na espécie, entre nós.

Não é só porém, no campo da economia, que nos cumpre realizar esse patriótico trabalho, - mas em todos os setores de atividade que possam ensejar o estreitamento das relações entre nossos patrícios, tais como o esporte, o turismo, os concursos de beleza, os simpósios científicos, as exposições industriais, os programas de rádio e televisão, as reuniões culturais e os Encontros, enfim, como este, que nos coube a honra de convocar, para estudo das possibilidades de se fundar, no País, uma entidade representativa dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil e contribuir, por essa forma, - como Agentes que somos do Poder Público, para zelar pela validade dos atos relativos ao registro da Propriedade imobiliária.

Assim, agradecendo a todos os presentes o seu comparecimento a esta memorável reunião, é com o maior prazer, senhoras e senhores, que lhes apresentamos nossas melhores saudações e uma feliz permanência em nossa Capital."

Em seguida, usando também da palavra, falou o Doutor Antônio Augusto Firmo da Silva, ilustre Presidente do Colégio Notarial do Brasil, para se congratular com os presentes pela iniciativa do Encontro, adiantando ter certeza de seu êxito e de que, a entidade representativa dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil seria, dentro em breve, uma esplêndida realidade.

Logo depois, o colega de Recife, Tabosa de Almeida, escolhido que fora relator do Anteprojeto dos Estatutos do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, usou igualmente da palavra, para exaltar a significação do simpósio, - distribuindo aos participantes deste uma cópia xerográfica daquela proposição, - a fim de que eles pudessem tomar conhecimento do respectivo texto e oferecer as emendas que julgassem aconselháveis, visando ao seu aperfeiçoamento, pronunciando o seguinte discurso:

"O projeto de organização do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil' resultou do exame prévio da matéria realizado pelos titulares de ofícios de justiça que tiveram a iniciativa de empreender a fundação desse instituto, que tantã falta vem fazendo ao nosso país.

Enquanto numerosos outros países já se acham devidamente organizados nesse importante setor de atividades, o Brasil vai agora dar o seu primeiro passo nesse sentido.

A inspiração nos veio do Primeiro Congresso Internacional de Direito Registral, levado a efeito em Buenos Aires, em 1972. Porém, maior do que a inspiração, é a necessidade imperiosa e inadiável que temos de possuir um órgão legalmente estruturado, através do qual os Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil possam prestar a sua valiosa colaboração à coletividade e aos três

poderes da República, no campo da vida jurídica, econômica e social bem como em tudo que disser respeito aos interesses da classe, e principalmente daqueles a quem ela serve com eficiência e probidade.

Já pertence à história de um passado remoto a época em que a tradição dos imóveis se efetivava através de atos simbólicos acompanhados do cerimonial das palavras formais declaradas oralmente.

Na própria Idade Média esse cerimonial já havia sido substituído pelas Cortes de Documentos de Propriedade que se espalhavam pelo continente europeu.

Após esse período que teve a sua fase áurea na Europa, o direito germânico passou a exercer uma influência decisiva na criação dos Cartórios de Registro de Imóveis que, tendo essa denominação ou outra qualquer, são absolutamente indispensáveis à segurança das transações imobiliárias.

O sistema germânico propriamente dito, que prevalece na Alemanha, na Áustria, em certas regiões da Suíça, na Nova Zelândia, no Canadá, em alguns Estados norte-americanos e até mesmo numa parte da Irlanda, é o chamado sistema cadastral, que todos consideram o mais perfeito do mundo, e do qual outros países procuram aproximar-se, inclusive aqueles que adotam o sistema francês.

A investigação privada do título, assistida pelo Registro Imobiliário, - características do sistema francês, - constitui uma fase intermediária no direito predial dos povos civilizados. Nela se encontra o Brasil, neste passo acompanhado da própria França, de outras regiões da Suíça, da Itália, da Espanha, de Portugal, da Bélgica, de quase toda a América do Norte da América Central, da América do Sul, da Escócia, de parte da Irlanda e de dois condados britânicos. O Registro Torrens, criado na Austrália pelo Oficial de Registro de Imóveis ROBERT TORRENS, embora preconizado, aceito e sempre desejado por muitos, é raramente usado em face das grandes despesas necessárias à sua efetivação.

Na Áustria, o sistema germânico está sujeito à fiscalização estatal, mas na Alemanha o registro é privado.

O nosso sistema, mais afinado com o sistema francês, foi introduzido pela lei hipotecária de 1864 e ratificado pela de 1890.

Na introdução de sua famosa Consolidação das Leis Civis, que tanto influiu nas diretrizes da legislação civil argentina e de outros países da América do Sul, Teixeira de Freitas afirmou que a transcrição preenche completamente o fim da tradição, impedindo os estelionatos e separando os direitos reais dos pessoais.

Como disse Clóvis Beviláqua em memorável audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o nosso Código Civil "deu um passo para tornar mais completo o registro da propriedade imóvel e lançou bases para que possamos algum dia aplicar, em nosso país, em sua plenitude, o sistema de registro predial denominado germânico". (Projeto do Código Civil Brasileiro, Trabalhos, volume V, edição de 1902, página 240).

Nessa oportunidade Clóvis invocou o jurista francês FERRON (Publicité des droits réels immobiliers, págs. 383 e seguintes) para afirmar que os juristas franceses sempre hesitam, ao cogitar de reformas do direito predial, entre pedir inspirações aos progressos realizados na Bélgica, na Holanda e na Itália, e fazer a tentativa de uma reorganização completa de acordo com o sistema germânico, com as suas conseqüências relacionadas com a força probatória dos registros.

Mesmo onde não prepondera o sistema germânico, como nos Estados Unidos, país que, apesar das suas reconhecidas deficiências, serve de modelo e de paradigma pela perfeição com que funcionam quase todos os seus serviços administrativos, sejam públicos ou particulares, não obstante a transferência do título se complete "wen the deed has been signed, sealed and delivered", "in order for the purchaser to protect himself in the ownership, the law requires him to take one additional step. This consists in recording or registering his deed in the office of the Recorder of Deeds, Registrar or Register of Deeds in the County where the property is located". (Robert William Semonow, "Questions and Answers on Real Estate", edição de outubro de 1973, página 232).

Assinala o jurista americano ROBERT SEMENOW, em seu admirável livro ora em sétima edição, que o registro imobiliário, na maioria, senão na quase totalidade dos Estados da Federação americana, é feito de tal forma que todos nós brasileiros verificamos logo certa semelhança com o sistema adotado no Brasil. - "The recording of a deed - diz o autor citado - consists in having it transcribed in a proper book and indexed, so that the public at large may have notice of the

transfer of title". (Obra cit., pág. idem).

Nos últimos anos muitos têm pensado em modificar o nosso sistema de registro imobiliário ora em vigor, que data de 9 de novembro de 1939, seja pelo prazer de reformar o que lhes parece antiquado, seja por um sincero propósito de aperfeiçoamento. Esse propósito busca raízes nas idéias de LYSIPO GARCIA, que foi um grande jurista e Oficial de Registro de Imóveis no Rio de Janeiro. Duas tentativas foram feitas recentemente - uma, a do Decreto-lei n.º 1000, e a outra a da Lei n.º 6015. O Decreto-lei foi substituído pela lei e esta, por sua vez, acaba de ter a sua eficácia prorrogada para julho do próximo ano. Neste ínterim é possível que novas alterações lhe sejam introduzidas com o objetivo de aperfeiçoá-la ainda mais. De qualquer maneira essas tentativas têm procurado dar mais um passo à frente no caminho do sistema germânico, do qual todavia ainda se acha distante, como de resto não poderia deixar de acontecer em virtude das nossas naturais deficiências de estrutura. As boas leis, as verdadeiras leis, não são aquelas que pairam na estratosfera pretendendo soluções ideais porém fora da realidade. A realidade brasileira não está somente nas suas capitais; está também na sua imensa hinterlândia. As nossas leis não podem esquecer este fato incontornável. Por isso elas não devem ser meras traduções ou simples adaptações de leis alienígenas. Em vez de asas, devem ter principalmente pés. E, se bem que seja natural que os nossos juristas e legisladores se inspirem nas fontes do direito estrangeiro, nunca devem esquecer que em direito, como em literatura, é preciso manter os pés em terra e consultar, com igual frequência, a realidade socioeconômica nacional. Daí a oportunidade da fundação do "Instituto de Registro Imobiliário do Brasil" o qual poderá prestar serviços de grande relevo colaborando com a coletividade e com os poderes públicos no aperfeiçoamento da nossa legislação imobiliária e registral e da nossa organização judiciária, bem como no melhoramento dos serviços cartorários que lhe disserem respeito, tudo isso porque os integrantes desse novo organismo conhecem, teórica e praticamente, as atribuições de cada um, sendo assim lícito esperar que as suas contribuições intelectuais e sugestões funcionais sejam reconhecidamente válidas e mereçam o acatamento, o apreço e a valiosa acolhida de todos aqueles que desejam sinceramente acertar nesse campo de atividades. Há poucos dias lemos um "warranty deed", lavrado em Cleveland, Ohio, nos Estados Unidos, em 30 de abril p. passado, em que se expressa como esta: "In witness whereof We have hereunto set our hands, the 30th day of April, in the year of our Lord one thousand nine hundred and Seventy-four". A referência a Nosso Senhor e o estilo do contrato bem se assemelham aos contratos feitos em cidades do interior do Brasil. No final, o notário público autentica o instrumento e, ao datá-lo, não se esquece de fazer referência ao "Armo Domini" ou seja, ao Ano do Senhor.

De maneira que, quando se critica a linguagem tabeliaria, ou se proclama que são medievais as fórmulas dos nossos contratos ou o sistema de processamento dos nossos registros, os que o fazem manifestam-se desconhecedores do que acontece em vários países civilizados. Esses e outros aspectos da nossa problemática judiciária e extrajudiciária serão objeto dos nossos estudos e dos nossos esclarecimentos.

Todos os problemas que direta ou indiretamente se relacionem com as nossas funções vão ser agora versados, debatidos, analisados, conferidos, estudados e esclarecidos pelo "Instituto de Registro Imobiliário do Brasil", entidade que ora fundamos com os melhores propósitos de cooperação com as demais organizações congêneres; de colaboração com as autoridades em geral e principalmente com o Poder Judiciário; de servir à coletividade e aos governantes oferecendo-lhes o testemunho da nossa sincera intenção de criar um órgão realmente atuante e eficiente que não haverá de ingressar na escola filosófica dos avestruzes cuja teoria, perfilhada por alguns doutores da filosofia do silêncio, tem propiciado o assanhamento de alguns adversários que, às vezes, dão a impressão de estar bem próximos dos limites da nossa cidadela.

Finalmente, o "Instituto de Registro Imobiliário do Brasil", deve ser criado sem mais delongas, pois tem uma relevante missão nacional e internacional a desempenhar e nós estamos certos de que o fará condignamente, honrando as tradições da classe dos Oficiais do Registro Geral de Imóveis do Brasil, que ele representará dentro e fora do País preenchendo a lacuna existente e cumprindo fielmente os elevados ditames dos seus Estatutos cujo projeto, submetido a emendas, mereceu alguns retoques necessários sugeridos por ilustres membros da Assembléia Geral, motivo pelo qual, feitas as apreciações e alterações indispensáveis, resolvemos apresentar para o esclarecido exame da Assembléia, e, se for o caso, para a sua soberana aprovação, um substituto de caráter global, pois isso se nos afigura necessário por uma questão

de economia de tempo".

Suspensa a sessão, voltou ela a ser reaberta às 15 horas, já agora com a proposição aludida transformada em projeto definitivo por aquele seu relator. Submetido o Projeto à aprovação dos participantes do Encontro, com a redação que lhe deu o Senhor Tabosa de Almeida, foi ele aprovado por unanimidade - tendo sido lavrado, após, a seguinte:

Ata da Assembléia Geral da Fundação e Aprovação dos Estatutos do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro (1974), nesta cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, no salão de convenções do Hotel Eldorado, sito à rua São Luiz n.º 234, os Oficiais do Registro de Imóveis e demais pessoas convidadas que assinaram o livro de presença, participando do I Encontro de Oficiais do Registro de Imóveis do Brasil, reuniram-se em Assembléia Geral para a fundação de uma sociedade civil, sem fins lucrativos. Às 11 (onze) horas assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo - Capital, convidando-me a mim, Elvino Silva Filho, Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas, deste Estado para secretariar os trabalhos. Passou, em seguida a convidar para integrar a mesa que irá dirigir os trabalhos as seguintes pessoas: José Serrano Terrades, Juan B. Fuentes Lopez e Adolfo Callantes, todos integrantes do Ilustre Colégio Nacional de Registradores de la Propiedad de España, e, Ernesto Emilio Calandra representando o Instituto de Derecho Registral da Universidad Notarial Argentina e o Centro Internacional de Derecho Registral, com sede em Buenos Aires, e, ainda Antônio Augusto Firmo da Silva, Presidente do Colégio Notarial do Brasil. Composta a mesa o senhor presidente disse aos presentes da sua satisfação e alegria em recebê-los em São Paulo e expressou os objetivos, como todos já sabiam, daquela Assembléia Geral e do I Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, qual seja, o de fundar uma associação civil que fosse a expressão da classe, bem como uma entidade de caráter cultural. Disse, então, que, como todos igualmente já sabiam, haviam sido elaborados os Estatutos, em caráter de anteprojeto dos quais cada um dos presentes era possuidor de urna cópia. Em seguida, passou a palavra ao senhor Tabosa de Almeida, Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis de Recife, Estado de Pernambuco, o qual, então passou a fazer a apresentação do anteprojeto elaborado. Disse, de início, da importância dos Oficiais de Registro de Imóveis na vida jurídica do país e do relevo cultural que muitos desses profissionais já tinham atingido em nossa pátria, entre eles Lysippo Garcia e Waldentar Loureiro, bem como expressões culturais em outros países, como Robert Torrens, na Austrália e o grande filósofo inglês Francis Bacon, os quais foram Oficiais do Registro de Imóveis. Passou, em seguida, à leitura do anteprojeto dos Estatutos, comentando um a um de seus artigos. Solicitou, então aos colegas presentes que apresentassem emendas e sugestões para exame, discussão e aprovação, as quais lhe deveriam ser remetidas até às 14 (catorze) horas, pois, a Assembléia deveria ser reinstalada às 15 (quinze) horas. O senhor Presidente, após a leitura dos Estatutos, deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Pediu, então, a palavra o senhor José Serrano Terrades, Secretário del Ilustre Colégio Nacional de Registradores de la Propiedad de España, e, disse, então, da sua satisfação de estar ali presente com outros dois colegas de Madrid, presenciando o nascimento da entidade cultural e representativa dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil. Pediu, em seguida a palavra o doutor Antônio Augusto Firmo da Silva, Presidente do Colégio Notarial do Brasil, e, dela fazendo uso expressou, também, a sua satisfação em participar do nascimento de uma entidade coirmã dos notários do Brasil, pois, tabeliães e Oficiais do Registro desempenham, lado a lado, funções das mais relevantes na vida jurídica do país. Encerrando esta parte da Assembléia fez uso da palavra o presidente da mesa senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, dizendo aos presentes de sua grande emoção por ver que ali estava, nascendo e se concretizando um velho sonho seu de mais de 20 (vinte) anos, o qual fora acalentado com o colega Armando da Costa Magalhães, infelizmente já falecido. A fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil viria completar e coroar as realizações de sua vida. Determinou, então, às 12:30 (doze horas e trinta minutos) que a reunião fosse interrompida, convocando o seu reinício e a sua reabertura para às 15 (quinze) horas. Reaberta a Assembléia às 15 (quinze) horas, o senhor presidente passou a palavra, ao relator dos Estatutos, o senhor Tabosa de Almeida, o qual disse que as emendas recebidas, inclusive as de redação, haviam sido analisadas e estudadas, recebendo a sua aprovação, integrando-as, então, a um substitutivo que iria ler, após o seu parecer. Passou, então, a ler um substancioso e longo parecer, e, em seguida o substitutivo dos Estatutos. Colocadas em discussão as emendas e o substitutivo foram todas

elas unanimemente aprovadas, e, então, os Estatutos passaram a ter a sua redação final, integralmente aprovada, a qual é do seguinte teor: - Estatutos do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - Preâmbulo - Os Oficiais do Registro de Imóveis do Brasil, reunidos em São Paulo, no período de 19 a 22 de junho de 1974, considerando o incessante desenvolvimento que se vem operando em todos os setores da vida do País, especialmente naqueles que se relacionam com as atividades de ordem econômica, tecnológica, cultural e jurídica; Considerando, outrossim, a acentuada aspiração comum de integração nacional; Considerando, finalmente, caber aos Oficiais do Registro de Imóveis a responsabilidade de contribuir com o seu trabalho para a legalização, segurança e tranquilidade das transações imobiliárias que se realizam no País, principalmente quanto à aquisição do direito de propriedade, uma das mais insitas expressões da liberdade, do progresso e do desenvolvimento da pessoa humana; decidiram criar o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, o qual terá por objetivo não apenas o fortalecimento da união de sua classe, mas também o desenvolvimento dos estudos que se fizerem necessários para modernizar os seus métodos de Trabalho, mediante o constante aperfeiçoamento da legislação que lhes diz respeito. O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil reger-se-á pelos seguintes dispositivos devidamente aprovados: Estatutos - Capítulo I - Da Denominação, sede, duração e finalidade. Artigo 1.º - O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil é uma sociedade civil, sem intuítos lucrativos, criada por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo. Artigo 2.º - São objetivos do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil: a) zelar para que todos os seus membros desempenhem fielmente os deveres impostos ao exercício do seu cargo, visando o enaltecimento e o prestígio da classe; b) estudar e pesquisar as disciplinas e normas jurídicas referentes ao Registro de Imóveis; c) propugnar pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das técnicas do Registro de Imóveis; d) promover a defesa da classe, a elevação e a dignificação profissional de todos os seus membros; e) participar de congressos, reuniões e outras atividades, no Brasil e no estrangeiro, onde se discuta matéria relacionada com o direito predial e com o registro imobiliário; f) facilitar e organizar a comunicação entre os seus membros, coordenando suas funções e fortificando a união dos Oficiais de Registro de Imóveis; g) assessorar as autoridades em geral sobre assuntos da especialidade do Instituto, sempre que, para isso for convidado. Artigo 3.º - Para alcançar seus objetivos, o Instituto poderá promover cursos, conferências, seminários, debates, reuniões, e publicar, em revista por ele editada, os resultados de suas pesquisas e outras matérias de seu interesse, bem como integrar organizações internacionais congêneres. Capítulo II - Da Administração Artigo 4.º - São órgãos administrativos do Instituto: a) a Assembléia Geral; b) A Diretoria; c) O Conselho Fiscal. Capítulo III Da Assembléia Geral - Artigo 5.º - A Assembléia Geral é a reunião dos associados no uso de seus direitos estatutários, devidamente convocada nos termos do artigo 8.º - Artigo 6.º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no mês de julho, para discussão e votação do relatório da Diretoria, do balanço anual da receita e despesa, eleição da nova diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso, e para tratar de outros assuntos de interesse geral da classe. Artigo 7.º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, convocada pelo presidente do Instituto ou em virtude de requerimento assinado, pelo menos, por um quarto do número de associados que estejam no uso e gozo de seus direitos estatutários, desde que o motivo alegado não verse sobre a matéria já discutida e deliberada em Assembléia Geral anterior. Artigo 8.º - A convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária será feita por edital, assinado pelo Presidente do Instituto, ou por quem estiver no exercício desse cargo, e publicado na imprensa com antecedência mínima de oito dias, dele constando dia, hora, local e assunto a ser discutido. Parágrafo único - Os associados residentes fora do Estado de São Paulo serão convocados por carta registrada que deverá ser expedida com quinze dias, pelo menos, de antecedência. Artigo 9.º - A Assembléia reunir-se-á em primeira convocação, havendo número legal, que será de dois terços dos sócios efetivos, no uso e gozo de seus direitos, e, em segunda convocação, com qualquer número, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira. Artigo 10.º - As decisões da Assembléia Geral, quer em primeira, quer em segunda convocação, serão soberanas e tomadas por maioria de votos dos presentes. Parágrafo único. Não terão direito a voto nas decisões da Assembléia Geral os sócios beneméritos, honorários, correspondentes, e consultivos. Artigo 11.º - compete à Assembléia Geral: a) - deliberar sobre o relatório anual da Diretoria e sobre o balanço da receita e despesa; b) - eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal e seus suplentes; c) modificar estes Estatutos, quando especial e expressamente convocada para esse fim; d) fixar as contribuições dos associados e a forma de pagamento; e) aplicar a pena de

eliminação a qualquer associado; f) autorizar a aquisição, alienação e constituição de ônus sobre bens imóveis; g) deliberar sobre a dissolução do Instituto e nesse caso dar destino ao patrimônio; h) resolver os casos omissos. Artigo 12.^o - O voto por procuração só será admitido quando o mandato for outorgado a um sócio em pleno exercício de seus direitos, conferindo-lhe poderes especiais. Capítulo IV - Da Diretoria - Artigo 13.^o - a Diretoria do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil se comporá de um presidente, de sete vice-presidente, de um primeiro e um segundo secretário e de um primeiro e um segundo tesoureiro, com mandato por três anos. Parágrafo único - Nenhum cargo da Diretoria será remunerado. Artigo 14.^o - Compete ao Presidente: a) representar o Instituto ativa e passivamente, em juízo e fora dele, em todas as suas relações com os Poderes Públicos e com terceiros; b) além do tesoureiro, assinar, emitir e endossar cheques, receber ordens de pagamento, bem como quaisquer quantias, passar recibos, dar quitação e assinar com o tesoureiro o balanço anual da receita e da despesa; c) constituir procuradores, sempre com poderes especiais e com prazo determinado; d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; e) autorizar, de acordo com os demais membros da Diretoria, a criação de seções regionais, nomeando os seus Diretores Executivos; f) designar, de acordo com os demais membros da Diretoria, os representantes do Instituto em congressos ou reuniões nacionais e internacionais, assim como em congressos e reuniões nacionais, de entidades congêneres para os quais o Instituto seja convidado; g) conferir, com a aprovação unânime da Diretoria, o título de sócio honorário ou benemérito. Artigo 15.^o - Aos vice-presidentes competirá, por designação dos demais diretores, substituir o Presidente nos seus impedimentos, ausências ou no caso de falta, cabendo-lhes, ainda, as demais funções que lhes forem atribuídas pelo Presidente. Artigo 16.^o - Ao primeiro tesoureiro compete: a) superintender todo o movimento financeiro; b) além do presidente, receber quaisquer quantias, passar recibos, dar quitação, assinar, emitir e endossar cheques, receber ordens de pagamentos e assinar com o presidente o balanço anual da receita e da despesa; c) manter em dia a escrita contábil e a guarda dos respectivos livros; d) desempenhar as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente. Artigo 17.^o - Ao segundo tesoureiro compete: a) substituir o primeiro em seus impedimentos ou faltas; b) as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente. Artigo 18.^o - Ao primeiro secretário compete: a) executar os serviços em geral da secretaria; b) organizar o fichário dos sócios; c) assinar a correspondência; d) secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, lavrando as respectivas atas. Artigo 19.^o - Ao segundo secretário compete: a) substituir o primeiro em seus impedimentos ou faltas; b) desempenhar as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente. Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 20.^o - O Conselho Fiscal, com mandato por três anos, compor-se-á de três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos dentre os associados pela Assembléia Geral Ordinária, cabendo-lhe apreciar e emitir parecer sobre o balanço geral da receita e despesa. Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes não receberão qualquer remuneração. Capítulo VI - Dos Sócios - Artigo 21.^o - Só poderão inscrever-se como associados do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil aqueles que exerçam o cargo efetivo de Oficial de Registro de Imóveis, os seus substitutos legais e os ex-oficiais de Registro de Imóveis, a nenhum dos quais será distribuída qualquer espécie de lucro. Artigo 22.^o - Os sócios distribuem-se pelas seguintes categorias: a) efetivos os que, devidamente inscritos, pagarem as suas contribuições a que estiverem sujeitos; b) beneméritos, os que, ainda que estranhos ao quadro social, assim forem proclamados pela Diretoria, em razão de relevantes serviços que tenham prestado; c) honorários - Os professores de direito e os advogados de notável saber jurídico que se dediquem ao estudo do direito imobiliário, bem como pessoas de expressão nacional que tenham colaborado com o Instituto, devendo o nome, em qualquer hipótese, ser proposto à Diretoria e por ela apreciado e aprovado; d) correspondentes - mediante proposta fundamentada de qualquer sócio efetivo e aprovação da Diretoria, os Oficiais de Registro de Imóveis, professores de direito e advogados de outros países que se destaquem no estudo e desenvolvimento do Registro Imobiliário. Parágrafo único - Serão considerados sócios consultivos: a) os Senhores Desembargadores Corregedores-Gerais da Justiça de todos os Estados, enquanto exercerem as suas funções; b) Os Juizes de Direito das Varas de Registros Públicos das Capitais e os Curadores das Varas especializadas, enquanto exercerem as suas funções. Artigo 23.^o - As contribuições dos associados e sua forma de pagamento serão fixadas anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, e, para o seu "quantum", poderá ser estabelecido critério regional. Artigo 24.^o - O exercício de qualquer direito inerente a qualidade de sócio não será permitido àquele que não estiver quite com os cofres

sociais. Artigo 25.º - São deveres do sócio: a) observar e cumprir estes Estatutos; b) - propugnar pelos objetivos do Instituto; c) acatar as decisões da Diretoria e da Assembléia Geral; d) comparecer às Assembléias Gerais; e) pagar com pontualidade a contribuição a que estiver sujeito; f) desempenhar com eficiência as comissões e cargos que lhe forem confiados. Artigo 26.º - São direitos do sócio efetivo: a) participar de todas as realizações do Instituto; b) tomar parte nas Assembléias Gerais; c) votar e ser votado; d) sugerir à Diretoria medidas de interesse social ou da classe; e) utilizar-se dos serviços que vierem a ser mantidos pelo Instituto. Capítulo VII - Disposições Gerais - Artigo 27.º Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais. Artigo 28.º - O patrimônio do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil será constituído dos bens que vier a adquirir por qualquer título. Parágrafo único - As arrecadações do Instituto serão aplicadas exclusivamente no País. Artigo 29.º - Os presentes Estatutos são reformáveis, inclusive no tocante à administração, por deliberação tomada por 213 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia Geral Ordinária, da qual tenha constado, com antecedência, na ordem do dia da Convocação, a expressa inclusão da reforma dos Estatutos. Artigo 30.º - O Instituto só será dissolvido se ficar constatada a impossibilidade de consecução dos seus objetivos, através da deliberação tomada, no mínimo, por 213 (dois terços) dos sócios presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim. Parágrafo único - Em caso de dissolução, o patrimônio então existente, após o pagamento do passivo, será destinado a uma instituição de caridade designada pela mesma Assembléia Geral que determinar a dissolução. Capítulo VIII - Disposições Transitórias - Artigo 31.º - A sede do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil terá endereço provisório nesta Capital do Estado de São Paulo, à rua Cons. Crispiniano, 29, 5.º and., cj. 51. Artigo 32.º - A Diretoria que for eleita pela primeira Assembléia Geral fica encarregada de promover o competente registro destes Estatutos. Artigo 33.º - São considerados sócios fundadores os Oficiais de Registro de Imóveis que estão participando do I Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, iniciado em São Paulo, hoje, dia 19 de junho de 1974, e que, por terem assinado o livro de presença, receberão os títulos correspondentes". Após a aprovação dos Estatutos, o presidente da Assembléia, emocionado, declarou fundado o "Instituto de Registro Imobiliário do Brasil", sendo essa sua declaração saudada com uma vibrante salva de palmas, por todas as pessoas presentes. Declarou, então, o senhor presidente encerrada a sessão, ou melhor, suspensa a sessão, como necessidade indispensável para a lavratura da ata dos trabalhos. Reiniciada a sessão, três horas após a presente ata foi lida e achada conforme, e vai devidamente assinada. Antes de encerrar os trabalhos o senhor presidente convocou outra Assembléia para o dia 21 (vinte e um) de junho, próximo, às 11 (onze) horas, no mesmo local para a eleição da Diretoria. Eu, Elvino Silva Filho, secretário da Comissão Executiva e Oficial do 1.º Registro de Imóveis da comarca de Campinas, Estado de São Paulo que a lavrei, escrevi e subscrevi. Júlio de Oliveira Chagas Neto, Francisco Bertino de Almeida Prado, Benedicto de Godoy Camargo, Tabosa de Almeida, Roberto Baier, Maria Eloiza Rebouças, Lourival Santos Lima, João Luiz Teixeira de Camargo, Pedro Silveira Gonçalves, Hélio Ferrari, Oly Érico da Costa Fachin, Sylvio Paulo Duarte Marques, Severo de Rudin Canziani, Paulo de Tarso da Rocha Lessa, Amado Dagoberto Ricardo Souza, Italo Conti Junior, Cleto M. de Moura, Avelino de Bona, Oswaldo de Oliveira Penna, Jether Sottano, José Barreto Netto, Nelson Ferreira Seba, Arma G. Loureiro de Oliveira, Arma Luiza C. Serrou, Julia Roque, Gilka Martins, Jair Barbosa, Oscar Salazar Moura da Cruz, Euclides de Castro Filho, Gleci Palma Ribeiro Melo, Heflantho de Siqueira Lima, Luiz da Silveira Perma, Adroaldo José de Menezes, Antônio Valente Simões, José Fernando de Conti, Guilherme Gimenes, Athayde José de Oliveira, Hilário da Silva Passos, José Pereira de Andrade, Antônio José de Abreu Filho, Armimo Costa, Terceis de Melo Almada, Dalton de Toledo Ferraz, Selva Palma Ribeiro, Kyrana A. Lacerda, Francisco Casimiro Martins Ferraz, Altino Lorena Machado, Astrogildo Gobbo, José Delotério Alves, João Elias de Moura, Antônio Luciano Oliveira, Hildegard Oscar Kossatz, Fernando de Barros Silveira, Carlos Henrique Sales, Antônio Bastos Ramos, José Amin, Clóvis Vassimon, Edmir Viana de Moura, José Henrique de Azevedo, Thyrsos Francisco de Queiroz Assis, Álvaro Barbosa, Orivaldo Pavão, Maria da Glória Cotrim Barbosa e Oscar Fontes Torres. Às 20 horas do mesmo dia 19, realizou-se a sessão solene da instalação do Encontro, que foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, à qual compareceram inúmeras personalidades entre as quais; destacamos: O Excelentíssimo Senhor Professor Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Digníssimo Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Adriano Marrey, o Excelentíssimo

Senhor Corregedor-Geral da Justiça de São Paulo, Desembargador Mareio Martins; Ferreira, o Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça de Brasília, Desembargador Lúcio Batista Arantes, o Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça de Pernambuco, Desembargador Geraldo Magela Dantas Campos, o Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Rio Grande do Sul, Desembargador Paulo Boeckel Veloso, o Excelentíssimo, Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Gentil do Carmo Pinto, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Fernando Euler Bueno, Flávio Torres, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Henrique Augusto Machado, Heráclides Batalha de Camargo, José Cavalcanti Silva, José Eduardo Coelho de Paula, Lafayette Salles Júnior, Moacir César de Almeida Bicudo, Pedro Barbosa Pereira, Tácito Morbach de Góes Nobre, o Excelentíssimo Sr. Representante do Cardeal Arcebispo de São Paulo, o Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos da Capital de São Paulo, Doutor Gilberto Valente da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 22.^a Vara Criminal de São Paulo, Doutor Álvaro Lazzarini, o Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Vara de Registros Públicos da Capital de São Paulo, Doutor Silvério Paulo Braccio, o Excelentíssimo Senhor Curador da Vara de Registros Públicos da Capital de São Paulo, Doutor Roberto Garcia Durand, o Ilustríssimo Senhor Doutor Ernesto Emílio Calandra, Digníssimo representante dei Centro Internacional dei Derecho Registral, da República Argentina, os Ilustrísimos Senhores Doutor José Serrano Terrades, Doutor Adolfo Callantes; e Doutor Juan B. Fuentes Lopez, Dignísimos representantes dei Ilustre Colégio Nacional de Registradores de la Propriedad de España, o Ilustre Senhor Presidente do Colégio Notarial do Brasil, Doutor Antônio Augusto Firmo da Silva, além de inúmeras outras pessoas gradas, Senhoras e Senhores Oficiais de Registro de Imóveis de diversos Estados do Brasil. Dando início à sessão, o Senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, Presidente da Comissão Executiva, saudou os presentes dirigindo-lhes as seguintes palavras:

Esta reunião, que ora iniciamos, tem para mim o significado de um verdadeiro milagre, - qual seja o de assistir à materialização do sonho que venho acalentando há mais de vinte anos, de poder, um dia, congregar nossos colegas de todos os Estados da Federação numa entidade representativa da classe que constituímos.

Realmente, primeiro, com Armando da Costa Magalhães, e depois, juntamente com José Ataliba Leonel e Francisco Gonçalves Pereira, - que ao tomarem em conhecimento da projetada iniciativa lhe prestaram sua entusiástica adesão, - chegamos a efetuar várias reuniões, para estudar a melhor forma de atingir o objetivo que nos havíamos proposto alcançar, - e o qual consistia, em última instância, em obter a aproximação cada vez maior dos membros de nossa classe, visando, com isso, principalmente, conjugar seus esforços no sentido de promover o estreitamento de suas relações, a modernização do aparelhamento de nossas serventias e o aperfeiçoamento das leis que regulam a execução de seus serviços.

Infelizmente, tendo aqueles saudosos e inolvidáveis colegas, sido arrebatados pela fatalidade da morte ao nosso convívio fraternal e amigo, - a iniciativa aludida se manteve em suspenso durante longo período de tempo, até soar, agora, a hora exata e festiva de seu vitorioso coroamento, - para gáudio de todos quantos, compreendendo que ela corresponde, também, a um patriótico esforço de integração nacional, lhe emprestaram seu decidido apoio, consoante é comprovado pelo número de colegas procedentes da maioria de nossos Estados, que aqui vieram, pessoalmente, prestigiar este PRIMEIRO ENCONTRO DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL, e aos quais agradeço, de todo o coração, o seu comparecimento, que tanto brilho deu às reuniões de que participaram.

Terminando, tenho a honra de solicitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nosso querido amigo Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, cujos predicados; de inteligência, cultura e esmeradíssima educação todos conhecemos e admiramos, - a gentileza de assumir a Presidência desta memorável sessão solene, e distinguir-nos com o seu autorizado pronunciamento sobre o tema objeto deste nosso I Encontro."

- Assumindo a presidência, o eminente Chefe de nosso Poder Judiciário, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, pronunciou a seguinte conferência:

"EMINENTES AUTORIDADES. ILUSTRADOS DESEMBARGADORES.

SRS. JUÍZES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

SRS. ADVOGADOS, SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA.

SENHORAS E SENHORES.

Antes de tudo, quero agradecer o honroso privilégio de presidir esta sessão magna de instalação

do Primeiro Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil.

A distinção que ora me confere a Comissão Organizadora do certame traduz, sem dúvida, o apreço e a consideração da nobre classe dos serventuários paulistas ao Poder Judiciário, sempre evidenciados pelo alto nível de seu relacionamento cordial e respeitoso.

A iniciativa deste conclave, absolutamente inédita e sumamente auspiciosa, revela a louvável preocupação de aprimoramento dos serviços afetos ao Registro Público de Imóveis por parte de seus responsáveis diretos e propugnadores de uma legislação avançada e promissora, conquistada hoje através de muitas lutas e sacrifícios.

Com efeito, a história do registro imobiliário no Brasil encontra as suas raízes nos preceitos obsoletos das Ordenações do Reino, quando o assunto era tratado rudimentarmente e sem nenhuma técnica.

A nossa propriedade particular formou-se através de concessões reais, sesmarias e posses. Haja vista para a Lei n.º 601, de 1850, editada pelo Governo Imperial e pela qual se reconhecia a posse perante o vigário. Depois, os Estados que se tornaram, com a proclamação da República, titulares das terras devolutas, permitiram a legitimação da posse para discriminação das propriedades particulares. E assim perseverou o País, mesmo depois da promulgação da Lei n.º 1.237, de 1864, pois esta se contentava apenas com a publicidade das transmissões imobiliárias, não cogitando de modo algum da obrigatoriedade do registro como garantia do direito de propriedade.

Essa situação se prolongou mesmo depois da vigência do decreto n.º 3.272, de 5 de outubro de 1885, quando se passou a exigir a inscrição das hipotecas.

A explicação desse atraso está na predominância que o regime francês exercia sobre o nosso direito anterior ao Código Civil. Entendia-se então que a transcrição não era constitutiva do direito real imobiliário. Visava apenas sua publicidade para conhecimento de terceiros. O contrato criava o direito obrigacional e operava, com a tradição efetiva ou nominal, a transmissão da propriedade imóvel entre as partes.

Não tardou, porém, a reação dos nossos juristas.

Teixeira de Freitas; e Lafayette, insignes jurisconsultos da época, insurgiram-se contra essa concepção, elaborando a teoria de que a transcrição representava uma tradição solene e prepararam a reforma que, nessa matéria, iria realizar o Código Civil.

Teixeira de Freitas, na "Introdução à Consolidação das Leis Civis", prelecionou:

"O sistema da transcrição, como ato concomitante das convenções, para operar a transmissão dos imóveis e atribuir direitos reais, se não purifica a propriedade, pelo menos a expõe à luz da publicidade no estado em que se acha, preenche, completamente, o fim da tradição, separa os direitos reais dos pessoais e impede os estelionatos".

Era, assim, considerada a transcrição forma particular da tradição, que desde o direito romano se constituía em formalidade essencial à transferência do domínio.

Lafayette, por sua vez, doutrinou:

"No estado atual do direito civil, a tradição e a transcrição são os dois atos externos, de que a lei faz, em geral, depender a transmissão do domínio".

A lição dos dois grandes mestres logo recebeu o prestigioso apoio de Dídimo da Veiga quando comentou o decreto n.º 370, de 1890. Outros juristas de nomeada secundaram-no.

Mas somente com o advento do Código Civil é que a transcrição passou a constituir-se modo de aquisição da propriedade imóvel, criando o direito real pela inserção do título no registro de imóveis.

Muito se discutiu durante a elaboração do Código Civil sobre o rumo a imprimir ao nosso registro imobiliário. Três correntes de juristas se digladiaram a respeito do tema. Clóvis Bevilacqua, no seu projeto primitivo, sustentava a doutrina de Teixeira de Freitas e Lafayette, propondo que a aquisição da propriedade imóvel só se consumaria com a inscrição, no registro predial, do título hábil para a transferência entre as partes e em vista de terceiros. Mas a Comissão Revisora, embora aceitando o projeto primitivo, perseverou na concepção antiga de que a inscrição não induzia prova de domínio e por isso o emendou. Luiz Domingues, na Comissão da Câmara dos Deputados, acompanhado posteriormente por Andrade Figueira, anotou a contradição entre o preceito que estatuiu a obrigatoriedade da inscrição para a transferência do domínio e o parágrafo único que declarava não induzir a inscrição a prova do domínio que ficava salvo a quem de direito. Observou, todavia, Coelho Rodrigues que se o preceito do parágrafo único queria significar que a presunção do registro era *júris tantum*, e não "et de jure, forçoso era modificar a emenda, de forma que não parecesse nula a inscrição, a respeito de terceiros

prejudicados, o que seria absurdo. Ela podia ser anulada, quando se provasse a nulidade do título, de que se originou; mas até lá devia ser considerada válida, não só entre as partes mas também "erga omnes". Em face dessa crítica, Clóvis Bevilacqua voltou a elucidar o seu Pensamento de conformidade com a doutrina de Teixeira de Freitas e Lafayette. Afinal, a emenda caiu e restabeleceu-se o Projeto primitivo. No Senado, entretanto, Azevedo Marques pretendeu reviver a emenda no sentido de que a inscrição não induzia a prova do domínio, rebatida mais uma vez por Clóvis, com absoluto sucesso.

Não vou referir aqui toda a celeuma em tomo da elaboração do Código Civil, por amor da brevidade, para consignar apenas que o Código Civil, inspirado no sistema germânico e sem adotá-lo por completo, em razão das condições desfavoráveis do nosso País, consagrou a transcrição como modo de aquisição imobiliária, embora o ato não represente senão uma presunção "Júris tantum" de domínio, sujeito aos azares do título de aquisição.

Fora de dúvida, porém, que o Código Civil representou um grande avanço na matéria, pois erigindo a transcrição em tradição solene, que gera direito real para o adquirente, com a transmissão do domínio, conferiu-lhe atributos de inegável alcance. São eles: 1) a publicidade do ato perante terceiros; 2) força probante, fundada na fé pública inerente ao registro, pois presume a lei pertencer o direito real à pessoa em cujo nome foi ele transcrito; 3) sua legalidade, decorrente do exame do título e de todos os demais documentos apresentados pelo oficial do registro, opondo as dúvidas que acaso ocorram; 4) sua obrigatoriedade, efetuando-se no cartório da situação do imóvel; 5) sua continuidade, através da filiação do título aos anteriores para que não haja hiato na cadeia imobiliária. Se o imóvel não se acha transcrito em nome do alienante, não pode ser desde logo registrado em nome do adquirente.

Todos esses princípios, abraçados pelo nosso Código Civil, transplantaram-se para a legislação específica dos registros públicos, a começar do Decreto n.º 19.542, de 1928, até a promulgação da Lei dos Registros Públicos, Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, dispondo sobre a execução dos serviços concernentes aos Registros Públicos estabelecidos pelo Código Civil.

Seus resultados foram magníficos, contribuindo decisivamente para a segurança das transações imobiliárias no País, atendendo ao princípio constitucional do respeito ao direito de propriedade no Brasil.

Entretanto, as contingências da vida hodierna, acelerada pelo desenvolvimento e progresso do País, evidenciaram a necessidade da implantação de nova técnica na execução dos serviços atinentes aos Registros Públicos, para que ela, sem se abstrair da segurança de que se deve revestir, pudesse ser mais rápida e eficiente.

Daí se cogitar de nova legislação específica para atualizar tais serviços.

O anterior Governo da República houve por bem elaborar uma nova sistemática destinada a regular a execução dos serviços referentes aos Registros Públicos criados pelo Código Civil, a qual ficou consubstanciada no Decreto-lei n.º 1.000, que deveria entrar em vigor em Janeiro de 1970.

Entretanto, as falhas e imperfeições dessa nova lei tornaram-se patentes logo ao primeiro estudo dos especialistas na matéria.

A Associação dos Serventuários da Justiça de S. Paulo foi uma das entidades que mais alertou a opinião pública a respeito do errôneo projeto governamental, levando o fato ao conhecimento da nossa Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, como também do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, a quem solicitou adiamento do prazo de sua vigência, a fim de que a lei fosse revista e expurgada dos vícios que encerrava. Pouco depois de obtida a prorrogação da entrada em vigor de tal lei, elaborou modificações do seu texto e submeteu-as ao exame da Egrégia Corregedoria Geral. Remeteu o trabalho, a seguir, à apreciação do Ministério da Justiça.

Quatro anos se passaram até surgir a Lei 6.015, de 31-12-73, cuja entrada em vigor se previu para o dia 1.º de Julho de 1974.

Embora muito superior à que se encontra em vigor, a Lei 6.015, ainda não é Perfeita e apresenta sertões. Mas representa notável passo em busca de uma técnica mais avançada. Com efeito, a competência dos Oficiais de Registro de Imóveis ampliou, atribuindo-lhes maiores responsabilidades, e facilitou-lhes a modernização de seus métodos de trabalho, mediante a racionalização e a mecanização dos respectivos serviços. Mas a principal e mais promissora inovação da Lei 6.015 está na instituição da matrícula do imóvel, que modifica radicalmente a sistemática tradicional do processo brasileiro de registro de imóveis e irá propiciar a futura cadastração imobiliária, aproximando-nos do sistema cadastral germânico, considerado por todos o mais perfeito no gênero. Por tais razões, não podemos deixar de deplorar o adiamento

da vigência da Lei em apreço, ora fixada para 15 de Julho de 1975.

Eis aí, meus senhores, porque me congratulo vivamente com a iniciativa deste certame nacional pela sua alta finalidade cultural e de estudo de todos os problemas afetos aos Registros Públicos, em busca de seu aperfeiçoamento.

É, sem dúvida, uma iniciativa que honra a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de S. Paulo, demonstrando o elevado grau de seu preparo profissional e da consciência de suas responsabilidades perante o povo e a Nação.

É ainda uma feliz oportunidade de conagração dos brasileiros de todos os rincões da Pátria no sentido real de uma integração nacional dos Oficiais do Registro de Imóvel.

A todos as minhas afetuosas saudações, com os votos de auspiciosos resultados do conclave."

Após a conferência do Desembargador Presidente José Carlos Ferreira de Oliveira, usou da palavra o Senhor Doutor José Serrano Terrades, ilustre secretário do Colégio Nacional de Registradores de la Propriedad de España, dizendo o seguinte:

- "Los registros de la propiedad en España fueran creados en su configuración actual por la ley de 8 de febrero de 1861. Antes había habido algunas regulaciones parciales dirigidas únicamente a publicar cargas e hipotecas que pudieran pesar sobre los inmuebles.

Esta ley tuvo un carácter más ambicioso y reguló los registros en la forma semejante en la que funcionan en la actualidad. En el año de 1862 se promulgó nuestra primera ley del notariado, que sirvió para que los registros pudieran estar en marcha, ya que articuló la formación de los títulos públicos. Por ellos, gracias también a esta ley del notariado; de 1 de enero de 1863, empezaron a funcionar en España los registros de la propiedad en su configuración actual.

Desde los primeros momentos los registradores de la propiedad sintieron en España la conveniencia, casi la necesidad de asociarse en un organismo que defendiera sus derechos y pudiera cumplir sus fines. Esto se consiguió por primera vez en 1908, cuando se constituyó la Asociación de los Registradores de la Propiedad como una figura de carácter privado, que creo semejante a la que hoy se ha constituido en el Estado de São Paulo.

Más tarde, las aspiraciones seguían progresando y en 1934 se constituyó el Colégio Nacional de Registradores de la Propiedad como Corporación de Derecho Público y en forma semejante a como sigue funcionando hasta hoy. Por tanto, en España los Registradores de la Propiedad tenemos una doble regulación: de un lado, una regulación administrativa por la que dependemos del Ministerio de Justicia y que es la encargada de reglar el acceso a la carrera, el ingreso en la misma mediante el sistema de oposiciones, los concursos de traslados, excedencias y la función registral. Y de otro la organización corporativa representada por el Colégio Nacional de Registradores de la Propiedad, a cuya Junta Directiva me honro en pertenecer y que tiene por finalidades fundamentales velar por el cumplimiento de nuestras obligaciones legales, coordinar la comunicación entre todos los compañeros, proveer a la instalación de las oficinas, cumplir los servicios de la mutualidad benéfica, servicio muy importante y que ampara los casos de fallecimientos prematuros, de orfandad, de jubilación, de becas para estudio etc., y también todo lo relativo a los expedientes de nuestro personal auxiliar, sus entradas, sus ascensos etc.

Por ello, al asistir hoy, verdaderamente satisfecho y emocionado, a este acto por el cual se ha constituido el Instituto de Oficiales de Registro de Inmuebles del Brasil, lo primero que debo hacer es felicitarles a todos ustedes por haber alcanzado este fin. Este Instituto ha de tener una grande virtualidad, porque la unión hace la fuerza. Un Profesional, aislado, por mucha que sea su potencia y su voluntad, poco podrá conseguir, todos unidos, mucho se podrá conseguir.

Por eso yo auguro gran éxito a este Instituto y sugiero, permítame el atrevimiento de sugerir, que debe ampliarse en dos sentidos: de un lado, ampliando su campo de acción para acoger a todos los compañeros de todos los Estados del Brasil, estableciendo fines mutualistas y influyendo en los Poderes Públicos para defensa de sus derechos y la consecución de sus fines; Y, de otro lado, extendiendo su ámbito mediante contactos internacionales con organismos semejantes, Institutos, Colegios profesionales de conservadores, de Registradores de otros países para estudiar a todos aquellos problemas científicos, corporativos y jurídicos que nos son comunes.

En este camino quiero aprovechar la ocasión para recordar a ustedes, aunque crea que no es necesario, que el día 30 de septiembre del presente año se iniciará en Madrid el 2.º Congreso de Derecho Registral, al cual esperamos con ilusión que sea muy concurrido y con temor por que sabemos a lo que estamos obligados. Digo con temor, porque en las pocas horas de días escasos que llevo en São Paulo, he recibido de todos ustedes grandes pruebas de antebilidad y de hospitalidad que sinceramente agradezco, no por que o sean dirigidas a mi que soy un

Registrador mas, sino porque aqui repre-sento a un español mas y a un registrador español. Por eso, como un español, mas, yo quiero saludar respectuosa y carifiosamente a la bandera de los Estados Unidos del Brasil, que os preside y como un Registrador, mas en nombre de mi Junta Directiva y de todos mis compafleros quiero importer la insígnia del Registrador de la Propriedad Español, al compafiero de ustedes, mi querido amigo el Doutor Chagas Neto. Nada mas."

- Após o discurso do Doutor José Serrano Terrades, o Senhor Presidente, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, ninguém mais havendo solicitado a palavra, assim se pronunciou: "A palavra é livre a quem dela quiser fazer uso. Não havendo outros oradores no dia, só me resta, mais uma vez, renovar os meus agradecimentos ao Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, por me conceder a nímia honra de presidir a esta solenidade, que muito me envaidece, realmente. Agradeço, ainda, as palavras de sua Excelência, o Senhor Presidente da Associação, a meu respeito. Elas traduzem sempre nossa velha amizade, solidificada pelos mesmos ideais, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Serrano Terrades, digno representante Del Colégio Nacional de Registradores de Espanha, as nossas mais cordiais saudações e agradecimento pelas suas expressões a respeito do nosso País e da classe dos Serventuários que tanto honra o Estado de São Paulo e o País inteiro.

A todos os presentes, como Presidente eventual desta solenidade, os meus agradecimentos muito sinceros e os votos para que este nosso conclave obtenha um êxito extraordinário e seja o março pioneiro de outros Encontros, sempre frutíferos e dignos de todo o nosso apoio.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a sessão."

- Após o encerramento das solenidades de instalação do simpósio, foi oferecido, nos salões do Hotel Eldorado, um coquetel a todos os presentes.

No dia 20, às 9:00 horas, presidida ainda pelo Senhor JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, - uma vez aberta a sessão, foi dada a palavra à Professora GLACI MARIA COSTI, Oficial do Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para comentar a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, - o que fez com o brilho que lhe é habitual, - comentários esses que suscitaram, inclusive, prolongados debates acerca da sistemática adotada pelo diploma legal aludido.

Foi a seguinte a palestra daquela nossa nobre colega:

"Em primeiro lugar desejo congratular-me com os distintos colegas pela fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

A fundação deste Instituto corresponde a uma velha aspiração da classe, que não poderia encontrar mais oportuno momento do que este para torná-la uma realidade, - pois se abre ao novo Instituto a possibilidade de participar dos trabalhos através dos quais se pretende reexaminar a legislação dos Registros Públicos, que se processam no campo imobiliário. Parece-me que as várias tentativas empreendidas no sentido de se modificar o sistema de execução do registro imobiliário, tem até o presente fracassado, em parte, pela maneira restrita, limitada, quase hermética, a bem dizer, com que têm sido tratados os assuntos respectivos, na fase de sua elaboração legislativa.

E é por isso que tanto mais se faz oportuna a presença dos senhores, neste momento, quanto mais oportuna se torna a criação do novel Instituto de Registro Imobiliário, pela verificação da qual volto a me congratular com todos aqueles que contribuíram para tal criação. Num momento como o presente em que, em todos os recantos, o que se procura é a captação de dados novos, de elementos novos, de conhecimentos novos, de aproveitamento da experiência, da rica experiência dos que mais a têm, parece-me que atribuir ao Instituto de Registro Imobiliário essa possibilidade de participação, quer no campo nacional, quer trazendo elementos de fora, elementos informativos, para a elaboração de uma nova lei de registros públicos ou a reformulação da existente, é o que se pode desejar. Nada mais oportuno, mesmo, do que dizer agora que a captação de novas informações, de novas técnicas trazidas pelos entendidos, adotados tanto no campo nacional, como no campo alienígena, fica comprovada com o exemplo eloqüente da presença aqui, muito honrosa, de delegações da Argentina e Espanha, o eloqüente exemplo de reuniões efetuadas freqüentemente em Buenos Aires, e o mais eloqüente exemplo, ainda, da reunião que se vai realizar em Madrid, em Setembro.

A necessidade que se tem sentido de congregar esforços objetivando melhorar a sistemática dos Registros Públicos, especialmente a do registro de imóveis, é de fundamental importância e parece-me que, no presente estágio nosso, brasileiro, de legislação, não devemos mais pensar em mudanças tímidas ou superficiais, mas sim em mudanças estruturais, que atinjam o próprio cerne da sistemática jurídica dos registros públicos, e em especial dos registros de imóveis.

Isto tem a sua fundamentação na evolução tecnológica. É absurdo pensar que ainda hoje efetuamos o registro em termos medievais, em livros arcaicos, com métodos manuais, e para os quais até o esforço físico de manipulação é penoso.

Também parece-me que é tempo de sair de melancólicas tentativas frustradas. Frustradas quando se defrontam com a própria realidade prática.

Entre elas podemos citar o Decreto-lei 1.000, de 1969, pleno de virtudes e de alguns defeitos.

Virtudes, podem os senhores estranhar que eu as entenda assim, por estar ele suspenso, mas é que o Decreto-lei 1.000 trouxe à luz problemas e aplicou sistemas práticos, embora não em uso, e que de há muito estavam sendo solicitados. Virtude, talvez maior, ainda, que foi a de nos tirar da apatia, a de nos tirar, não digo do descanso, mas nos induziu a vencer a força da inércia, que tratava as vontades de todos os oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, eu creio, no sentido, de buscar encontros e promover, no sistema vigente, as mudanças substanciais que se fazem necessárias.

Atenta aos defeitos do Decreto-lei 1.000, tentou-se superá-los, através da Lei 6.015 de 1973, a qual está em vias de suspensão ou já suspensa, segundo as informações hoje recebidas.

A suspensão da Lei 6.015/73, antes de nos abater, creio eu, nos deve servir de um incentivo, porque, parece-nos, em princípio, seja ela oportuna. Bem pensou o Governo Federal, em entender que se deve esperar prévia elaboração da legislação civil, para só então, após ela, após a sua modificação e talvez a introdução de novos institutos em nossa sistemática jurídica, patrocinar a alteração da lei concernente ao Registro Público e, em especial, ao Registro Imobiliário, porque ele é, fundamentalmente, o mais atingido na mudança de estruturação. E, por outro lado, devemos também congratular-nos com o adiamento visto que propiciará, ao Instituto recém-criado, a sua participação efetiva nos trabalhos legislativos, pois ninguém melhor do que os que aqui se encontram, ninguém melhor que os integrantes de um Instituto de Registro Imobiliário, do qual com muita honra farão parte não só os Oficiais de Registro de Imóveis, mas também os Corregedores dos Estados, doutrinadores, juristas, professores nacionais e estrangeiros, ninguém melhor, - enfim do que o Instituto de Registro Imobiliário, para participar, daqui para o futuro, do trabalho de elaboração de uma nova lei de registro imobiliário. De tudo isso, resulta única e exclusivamente, parece-me, um interesse imediato, que é o da constituição de uma comissão, e a proposta primeira que eu faria ao Instituto de Registro Imobiliário, seria não a de formar uma Comissão eventual, mas de uma Comissão permanente, que se encarregue, desde já, do recebimento das sugestões, críticas e apreciações à lei atualmente suspensa, e se incumba de coordenar e encaminhar, a quem de direito, as conclusões do Instituto de Registro Imobiliário.

Parece-me, em princípio, que por mim nada mais deva ser dito a respeito, tanto da Lei 6.015, quanto ao Registro de Imóveis.

Todos os que estão aqui presentes, parece-me, devem ser convocados, neste momento, a fazer uso da palavra, trazendo as suas apreciações e as suas críticas à Lei 6.015 de 1973, - apontando seus defeitos e virtudes.

Certos de que, me atrevo a dizer, que o que hoje aqui for dito, as apreciações que hoje aqui forem feitas serão as primeiras contribuições efetivas do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil em prol de uma nova legislação. Por isso, neste momento, com a permissão do Senhor Júlio, coloco a palavra à disposição dos presentes."

- Fizeram uso da palavra os Senhores Professores Elvino Silva, Oficial do 1.º Registro de Imóveis de Campinas, tecendo considerações à Lei 6.015 e criticando a sua prorrogação.

Em seguida o Senhor Ruy Ferreira da Luz, também teceu considerações sobre a mesma lei, achando que ela deve entrar em vigor o mais depressa possível, propondo, também, alterações em alguns artigos.

O Professor Tabosa de Almeida, em seguida, falou sobre a reformulação do mesmo diploma legal, a respeito do qual, teceu largos e oportunos comentários.

Continuando, a Professora Glaci Maria Costi, disse, ainda, o seguinte:

"Com a permissão dos presentes eu retomo a palavra, em primeiro lugar por não concordar com o ilustre representante do Paraná, quando se atribui a culpa de defeitos apresentados pela Lei 6.015 de 1973.

Se méritos tem a Lei, e se defeitos tem a Lei, e méritos ela os tem muitos, e está, talvez, na hora de falar deles, não cabe, seja o mérito, sejam os defeitos, a uma ou a várias pessoas.

É o fruto de um sistema legislativo que a meu ver não é ainda perfeito.

Cumpra, aqui, que eu faça, de público, uma outra correção, se o colega do Paraná permite. o

trabalho elaborado e apresentado ao Ministério da Justiça não foi colaboração exclusiva do Estado do Rio Grande do Sul. o Estado do Rio Grande do Sul, participou, através dos seus Oficiais de Registro de Imóveis, através, principalmente, de sua Corregedoria-Geral e de seus Juizes Corregedores, com o Estado de São Paulo, que foi o maior colaborador, o maior patrocinador, através, também, de sua Corregedoria-Geral, de todos os trabalhos que resultaram na sustação do Decreto-lei 1.000/69 e de alguns dos méritos existentes na Lei 6.015 de 1973.

Coincidia a época que as pessoas que estavam no Governo se encontravam mais filiadas ao Estado de São Paulo e ao Estado do Rio Grande do Sul, mais permeáveis, portanto, aos apelos de suspensão e modificação, porque mais próximos de nós se encontravam. Mas as alterações havidas entre o Decreto-lei 1.000 e a Lei 6.015, que não são tantas quanto se pode ser levado a supor, porque méritos há no Decreto-lei 1.000/69, essas modificações, as positivas e, digamos, as negativas, também, são fruto, não só de São Paulo, não só do Estado do Rio Grande do Sul, mas, acredito eu, em parte, um pouco também da inércia de todos nós.

Acho que talvez me caiba, agora, neste momento, falar um pouco dos méritos da Lei 6.015/73. Ela trouxe o que de bom havia no Decreto-lei 1.000. Se nada mais de bom houvesse, eu pessoalmente diria que o fato de tirar do Oficial de Registro de Imóveis a feitura do Protocolo já a justificava, assim como justifica, o Decreto-lei 1.000.

É absurdo exigir-se hoje, em 1974, que ao Oficial de Registro de Imóveis, a quem cabe a fiscalização do serviço do seu Ofício e a responsabilidade de todos os atos praticados, se outros méritos não tivessem o Decreto-lei 1.000 e a Lei 6.015 de 1973, esses para mim, por uma questão de tranquilidade, já seriam suficientes para justificá-los, mas não é só isso que encontramos. Podemos criticar a Lei 6.015 por, digamos, certa confusão de um artigo e a redação de outro. Mas eu também entendo que ela é perfeitamente aplicável e aplicável de imediato, desde que escoimada de certas deficiências de interpretação.

Adianto mais, acredito que tanto quanto o Estado de São Paulo, que já se encontrava preparado, pelo meu conhecimento, para a entrada em vigor da Lei e a sua aplicação imediata, também o Estado do Rio Grande do Sul, e muitos outros da Federação, através de suas Corregedorias, teriam condições de efetuar a aplicação imediata da Lei. Mas estamos à frente de um fato consumado, que é a sua suspensão. Seja ela para que se espere uma legislação civil nova, que eu também, como o colega do Paraná, sou titular do 1.º Ofício de Registro Imobiliário de Porto Alegre, que já festejou há muito os 100 anos, além de manter na Capital a privacidade do Registro Torrens, posso dizer o quanto nos atrasaria entrasse essa lei em vigor hoje, não amanhã, hoje.

O sistema nela introduzido, é resultado do estudo, do trabalho de colaboração trazidos, principalmente, de São Paulo, de elementos de todo o Brasil, não só do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul, o mais que fez, foi, digamos, participar supletivamente de sua elaboração em relação a São Paulo.

O resultado está, principalmente, na escrituração, no que eu entendo seja o livro mais importante dentro do Registro Imobiliário, e ao qual se deu a denominação de Livro n.º 2.

O sistema se aproxima, em muito do Argentino, e nos parece atender, seja através, digamos, no entendimento das autoridades judiciárias competentes, porque a Lei foi sempre muito ampla no sentido de deixar a essas autoridades, no caso, em geral às Corregedorias, o poder de verificar as condições, ou não, nos Ofícios, da aplicação imediata, ou não, da opção ou não de livros de folhas soltas e até do sistema de fichas.

Eu, particularmente, adotaria de imediato para o Livro n.º 2, o sistema de fichas, com a aprovação de nossa Corregedoria, e o adotaria por entender que é o serviço mais fácil e mais rápido, talvez não dotado de maiores precauções.

Confesso que, por um outro lado, o adiamento da Lei nos permitirá, não por um ano, que também julgo demasiado, mesmo porque confesso que não agüentaria mais um ano de Protocolo. Confesso que o adiamento da lei, por mais algum tempo, nos permitirá verificar quais as precauções que deverão ser adotadas, se, como no meu caso, eu preferisse o sistema de fichas ao do Livro de folhas soltas. Parece-me que o livro de folhas soltas, pelo manuseio, sofrerá um desgaste muito grande. Por isso, opto pelo sistema de fichas.

Quanto a isso nós, os Oficiais do Registro de Porto Alegre, realizamos, sempre entendendo que a lei entraria em vigor a 1.º de Julho, várias reuniões e procuramos, nessas reuniões, chegar a uma conclusão sobre a melhor forma de acautelar-nos, aquilo que o registro imobiliário deve representar, a segurança, a validade e a autenticidade do ato jurídico e não chegamos, os quatro Oficiais do Registro de Imóveis de Porto Alegre a uma conclusão. Dentro mesmo da Lei, dentro

do sistema de fichas, qual seria ainda o melhor método para acautelar o extravio de uma ficha retirada do fichário? Se quatro Oficiais de Registro de Imóveis da Capital de um Estado, em várias reuniões, não conseguiram ainda chegar a uma conclusão, é de se prever como essas dificuldades serão maiores ainda em todo este nosso imenso Brasil.

Portanto, um pouco mais de tempo, de que possamos dispor, parece-me interessante, para que possamos, efetivamente, aplicar a Lei 6.015/73, se ela ainda for, então, a mesma.

Estas as retificações que entendi cumpria fazer, face à sua modéstia e à afirmação de que o trabalho teria sido mais do Rio Grande do Sul, o que não é exato, - pois meu Estado nele apenas trabalhou supletivamente. As grandes honras são e serão de São Paulo."

- Em seguida, foi dada a palavra ao Doutor ERNESTO EMÍLIO CALANDRA, ilustre representante da República Argentina, que assim se pronunciou:

"Queridos amigos.

Les pido disculpas, voy hablar ert castellano, español, para que por lo menos yo me pueda entender.

Quiero dejar sentadas previamente, robandoles un poco de tiempo, algunas bases para que no solamente podamos entender el idioma que vamos hablar, sino tambiett el idioma, la nomenclatura tecnica, la nomenclatura jurídica que voy emplear. Yo créo que empezé a entender um poco el Derecho Registral recién quando comprendi dos términos: sistema y técnica; quando hemos hablado aqui de sistemas registrales, yo llevo mi imaginación, mi mente al mayor o menor grado de aplicación de los principios registrales y de los principios de Derecho Civil todos, que rigen la adquisición, transmisión, modificación, expulsitm de los derechos reales, es decir, a todo lo que hace jurídico, exclusivamente jurídico registral.

En cambio, quando hablamos de técnica, vamos a entender todo aquello que have con que esos principios, van a ser llevados a la organización del registro de nuestro escritório. Es decir, son dos cosas completamente diferentes. Yo entiendo que nuestros sistemas registrales de certa manera son parecidos, ustedes saben que el Código Civil Argentino tiene una tremenda influencia del. . . , es casi una copia, una buena copia del Código de Freitas. De manera tal que no vamos a estar hablando idiomas diferentes. En quanto a la técnica, bueno, hemos tenido la suerte de tener em Argentina um Instituto de Derecho Registral. Por eso les decia yo a muchos de ustedes a noche que me dava la impresión de que ustedes todavia no hán comprendido la tremenda importancia que va a tener en Brasil, el Instituto de Registro Iranobiliario del Brasil. Ustedes estaban hablando de fuerzas que, enfin, anteponen a los intereses de su classe. Ahora ustedes tienern con el Instituto una fuerza que todavia desconocen. Por eso no quice hablar ayer, porque la alegría que yo siento por la creación deste Instituto, no la pueden sentir ustedes, que desconocen todavia la proyección que va a tener esc Instituto en el futuro. Perdonen, pero hay que tener un poco de experiencia.

Nos otros empezamos también muy de abajo para poder llegar a lo que estamos, regiendo de certa manera, la aplicación de nuevas técnicas, no solamente en, latino América, sino también en Europa.

Entonces, eso por una parte. Por erra parte tengo que recordarles que mi pais está organizado sob la base de un Gobierno Federal y de Gebiernos ProvincialCs, similares a los Estaduales como lo hay aqui, pero con la desgracia, si quieren, de que los Registros están centralizados. Nosotros tenemos, y eso no es un orgullo."

Após fazer algumas considerações sobre o problema de centralização dos Registros na Argentina o Dr. Calandra continuou:

"Los Registros tienen una gran importancia social y econômica, y por eso, volviendo al. tema que aqui se há tratado para no irme mas lejos, les digo que tenemos nosotros una experiencia enquanto a esas aplicaciones técnicas que queremos voltar sobre todos aquellos que nos requieren y estamos a serviço de cada uno de ustedes con muchisimo gusto, es; decir, nosotros hemos cometido muchos errores, hemos avanzado dos pasos para retroceder uno y eso todos los dias, de mancra tal que algunos de los problemas que ustedes tienen y que veo, asi presiento existen en la ley, pueden ser quica resueltos con la simple observacióti de como nosotros hemos dado nuestras cabeças contra las paredes.

Y, por exemplo, y hablando ya del tema que habia traído ai adelante mi antecesor Elvino, les digo que en la provincia de la pampa quando todavia el follo real llevaba hojas sueltas era una pretension este Director de Registro tuvo el corage civil que se necesita para organizar su Registro sobre esa base arm sin tener la ley.

Para terminar, les queria decir el llevaba su Registro tal como la ley mandava, en protocolo, en

libros, pero un par de empleados de su oficina comenzó a hacer un Registro paralelo. Que pasó? que quando salió la ley él ya tenía adelantado el trabajo.

Creo que no es esa la mejor solución, evidentemente no es de desear. Quiza la solutiuou. que há prolmetsto Elvino Silva es muy interesante, es decir, que una ley permitia ir adelantando a los Registros que pueden bacerlo, que pratiquen la nueva ley.

Para terminar les queria decir que quando la experiencia que nosotros hemos tenido en la Argentina, con respecto a la aplicación de la ley, nos dice que en un principio la ley fué conocida por muy peca gente, aum ya con la plena aplicación en las ciudades importantes, sin embargo, todavia no era conocida, hasta há un par de afies de su aplicación. Es decir, era conocida solamente por los Registradores pero no por el resto de las personas; involucradas en la ley, y lo que es mas, la lucha mayor se produce contra la mentalidad, como les puedo decir. . . , no quiero emplear la palavra conservadora porque no es, no me va dar el lo que quiero significar, como puedo decirles, la mentalidad de quen há estado durante 40 afios aplicando una ley y se encuentra de golpe frente a otra ley que le cambia toda la técnica. Entonces encontramos una resistencia, les estoy hablando de una experiencia nuestra, una resistencia inclusive en nuestros propios registros, es decir, en nuestros propios empleados, que acostumbrados a trabajar de una cierta y determinada manera, entonces no entienden primero y despues la entienden pero no se acostumbran a utilizar las nuevas técnicas. Eso há hecho que de facto la aplicación de la ley se haya hecho gradualmente y aun há províncias en las quades la aplicación de la ley nueva, há seis aflos de su promulgación todavia no se há produzido en un cien por ciento, se dan cuenta? No se olviden ustedes que estamos hablando de organismos estaduales cuyos presupuestos no contemplan, muchas veces, todas las necesidades de un escritorio de la categoria de los Registros de Inmuebles.

Finalmente para terminar yo les digo por mã parte, en representacián del Instituto del Derecho Registral de la Universidad Notarial Argentina y del Centro Internacional del Derecho Registral em todo lo que sea posible, para comentar a su dispositân. Pero también estamos a disposición de todos ustedes en Buenos Aires donde sinceramente les; digo los esperamos con los braços abiertos.

Nada mas."

- Na mesma data, às 14:30 horas, o Meritíssimo Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos desta Capital, Doutor GILBERTO VALENTE DA SILVA, proferiu, de improviso, interessante palestra tendo por tema aquela mesma Lei, pondo em destaque suas vantagens sobre a legislação que regula, atualmente, a execução dos serviços atinentes aos Registros Públicos, e criticando a prorrogação do prazo relativo à sua entrada em vigor, que a seu ver nada justificava, - pois se não saíra irrepreensível, a despeito de sua elaboração haver levado precisamente quatro anos, entendia poder ela ser aperfeiçoada sem necessidade de se lhe sustar a vigência, segundo, aliás, é habitual proceder-se em casos semelhantes ou até idênticos, consoante, aliás, tem acontecido com o Decreto n.º 4857 de 1939, que atualmente rege a matéria objeto daqueles registros. O ilustre Juiz, se pôs, ainda, à disposição de todos quantos quisessem discutir a matéria sob exame, com a finalidade de esclarecer alguns de seus pontos considerados obscuros, convite esse que foi aceito por diversos oficiais, tendo os debates, informalmente estabelecidos, ultrapassado, de muito, o tempo a eles reservado, - tal o interesse que despertaram.

Às 16:30 horas, do mesmo dia, os participantes do Encontro visitaram o Tribunal de Justiça, onde foram recebidos pelo seu Presidente, DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, - e a Secretaria da Justiça do Estado, em cuja sede estavam sendo aguardados pelo titular da Pasta, PROFESSOR WALDEMAR MARIS DE OLIVEIRA JÚNIOR, - em ambas essas visitas tendo mantido cordial palestra tanto com o Chefe de nosso Poder Judiciário como com aquele Secretário de Estado.

No dia 21, às 9 horas, foi apresentada a chapa para eleição da primeira Diretoria do Instituto, - que teve lugar duas horas mais tarde e da qual foi lavrada a seguinte:

Ata da Assembléia Geral Ordinária do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil para eleição de sua primeira Diretoria.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), no Salão de Convenções do Hotel Eldorado, sito à Rua São Luiz n.º 234, nesta cidade, às 11 horas, reuniram-se em Assembléia Geral numerosos Oficiais de Registro de Imóveis, outros servidores da Justiça do Brasil, a fim de eleger a primeira diretoria do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil criado no dia 19 do corrente mês. Assumiu a presidência o Sr. Oswaldo de Oliveira Penna, o qual convidou a mim, Maria Helena Leonel Gandolfo, para secretariar os trabalhos, bem como

Dona Arma G. Loureiro de Oliveira e Sr. Carlos Henrique Sales para servirem de escrutinadores, e em seguida apresentou a seguinte chapa para referida eleição: para presidente Júlio de Oliveira Chagas Neto, S. Paulo; para vice-presidentes: Jether Sottano, S. Paulo - Cleto M. de Moura, Pará - Tabosa de Almeida, Pernambuco - Francisco Casemiro Martins Ferraz, Minas Gerais - Oly Érico da Costa Fachin, Rio Grande do Sul - Elbe Pospissil, Paraná - Murilo Ramos, Guanabara; para 1.º secretário Elvino Silva Filho, S.P., Campinas e para 2.º secretário Roberto Baier, Santa Catarina; para 1.º tesoureiro Hélio Ferrari, S. Paulo, e para 2.º tesoureiro João Martins Costa Neto, Bahia; para o Conselho Fiscal; Antônio Bastos Ramos, Distrito Federal, José Deloterio Alves, Goiás e Arsênio Serrou Camy, Mato Grosso, todos esses casados; para suplentes do Conselho Fiscal; Kyrana Atherino Lacerda, Santa Catarina, Maria Eloiza Rebouças, S.P. Martinópolis e Carlos Unisses de Carvalho, Paraíba, sendo a primeira viúva, a segunda solteira, maior e o terceiro casado; todos brasileiros, residentes e domiciliados nas cidades onde exercem suas funções de servidores da Justiça. Pediu, então, a palavra o Sr. Altino Lorena Machado, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Capivari, S.P., e propôs a Assembléia que a diretoria fosse eleita por aclamação. Colocada em votação essa proposição foi unanimemente aprovada. Em seguida o Presidente submeteu à aclamação da Assembléia os nomes integrantes da chapa apresentada, tendo sido unanimemente aprovada com uma vibrante salva de palmas, e, congratulando-se com os eleitos o Presidente declarou-os empossados. Comovido e emocionado, o presidente da Diretoria eleita agradeceu a todos a escolha do seu nome para presidir os destinos do Instituto de Registro Imobiliário nos três primeiros anos de sua vida. E, como nada mais houvesse a ser tratado, foi encerrada a Assembléia. Do que, para constar, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada. Eu, Maria Helena Leonel Gandolfo, secretária da Assembléia que a lavrei.

Júlio de Oliveira Chagas Neto - São Paulo, Elvino Silva Filho - S.P. Campinas, Tabosa de Almeida - Pernambuco, Oswaldo de Oliveira Penna - São Paulo, Cleto M. de Moura - Pará, Antônio José de Abreu Filho - S.P. Dracena, Avelino De Bona - São Miguel d'Oeste - Santa Catarina, Luiz da Silveira Pena - São José do Rio Preto - São Paulo, Antônio Valente Simões - São Paulo, Paulo de Tarso da Rocha Lessa - Presidente Prudente - S. Paulo, Edmir Viana de Moura - Acaçapava - São Paulo, Geraldo Malvar - Distrito Federal, Plínio Marin - Votuporanga - S. Paulo, José Barreto Netto - Marília - São Paulo, Adroaldo José de Menezes - São Bernardo do Campo - São Paulo, Fernando de Barros Silveira - São Paulo, Heliantho de Siqueira Lima - Distrito Federal, Gilka Martins - Campo Grande Mato Grosso, José Delotério Alves - Carmo do Rio Verde Goiás, Carlos Henrique Sales - Belo Horizonte - Minas Gerais, João Borges Fonseca - Uberlândia - Minas Gerais, Sylvio Paulo Duarte Marques - Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Jether Sottano - São Paulo, Maria Eloiza Rebouças - Martinópolis - São Paulo, Euclides de Castro Filho - São Paulo, Oly Erice da Costa Fachin - Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Altino Lorena Machado - Capivari - São Paulo, Guilherme Gimenes - Jacupiranga, - São Paulo, Roberto Baier - Blumenau - Santa Catarina, João Luiz Teixeira de Camargo - Campinas - São Paulo, Pedro Silveira Gonçalves - São Paulo, José Fernando De Conti - São Caetano do Sul - São Paulo, Tácito Morato Krahenbuhl - Piracicaba - São Paulo, Jair Barbosa - São José do Rio Preto - São Paulo, Italo Conti Júnior - Curitiba - Paraná, Benedicto de Godoy Camargo - Itatiba - São Paulo, Elbe Pospissil - Curitiba - Paraná, Ruy Ferreira da Luz - Curitiba - Paraná, Astrogildo Gobbo - Curitiba - Paraná, Antônio Bastos Ramos - Distrito Federal, Nelson Pereira Seba - Camapuã Mato Grosso, Oscar Salazar Moura da Cruz - Campo Grande Mato Grosso, Amado Dagoberto Ricardo Souza - Guaira - São Paulo, José Amin Três Lagoas - Mato Grosso, Athayde José de Oliveira - Nhandeara - São Paulo, Hilário da Silva Passos - Descalvado São Paulo, Hildegard Oscar Kossatz - Ponta Grossa - Paraná, Lourival Santos Lima - Ponta Grossa - Paraná, Arsênio Serrou Camy - Aquidauana Mato Grosso, Julia Roque - Coronel Fabriciano - Minas Gerais, João Elias de Moura - São Sebastião - São Paulo, Anna G. Loureiro de Oliveira - Campo Grande Mato Grosso, Kyrana Atherino Lacerda - Florianópolis - Santa Catarina, Armindo Costa, Americana - São Paulo, Selva Palma Ribeiro - Florianópolis - Santa Catarina, Gleci Palma Ribeiro Melo - Florianópolis - Santa Catarina, Dalton de Toledo Ferraz Botucatu - São Paulo, Tercis de Melo Almada - Itapetininga São Paulo, Clóvis Vassimon - Sertãozinho - São Paulo, Antônio Luciano Oliveira - Caraguatatuba - São Paulo, Maria Helena Leonel Gandolfo - São Paulo, Hélio Ferrari - São Paulo, Joaquim Gilberto - Luziania - Goiás, Severo de Rudin Canziani - Londrina - Paraná, José Henrique de Azevedo - Matão - São Paulo, Thyrsio Francisco de Queiroz Assis - Capão Bonito - São Paulo, Álvaro Barbosa - São Paulo, Francisco Bertino de Almeida Prado - Bragança Paulista - São Paulo, Orivaldo Pavão - São Paulo, Maria da Glória Cotrim Barbosa - São Paulo, Oscar Fontes Torres - São Paulo."

Eleita por aclamação, conforme se vê da Ata acima transcrita, ficou assim constituída a primeira

Diretoria do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil:

Presidente: Júlio de Oliveira Chagas Neto

Vice-presidentes: Jether Sottano, Cleto M. de Moura, Tabosa de Almeida, Francisco Casemiro Martins Ferraz, Oly Érico da Costa Fachin, Elbe Pospissil e Murilo Ramos;

Primeiro Secretário: Elvino Silva Filho;

Segundo Secretário: Roberto Baier;

Primeiro Tesoureiro: Hélio Ferrari;

Segundo Tesoureiro: João Martins Costa Neto;

Conselho Fiscal: Antônio Bastos Ramos, José Delotério Alves e Arsênio Serrou Camy; e para Suplentes do Conselho Fiscal: Kirana Atherino Lacerda, Maria Eloiza Rebouças e Carlos Ulisses de Carvalho.

Às 15:30 horas, tiveram lugar os trabalhos de organização da Delegação Brasileira que deverá participar do II Congresso Internacional de Derecho Registral, a realizar-se em Madrid, Espanha, ainda no ano em curso, - bem como da formação das Comissões encarregadas de promover estudos e elaborar as teses a serem apresentadas no citado Congresso.

Às 17 horas, foram os participantes do conclave honrados com a palavra do Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Estado, Desembargador Márcio Martins Ferreira, que assim se pronunciou sobre a fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil:

Discurso do Desembargador Márcia Martins Ferreira DD. Corregedor Geral da Justiça

"A coragem de realizar sempre deu ao mundo a medida de suas grandes conquistas, tornando possível na marcha dos séculos a construção dos pilares da história de várias civilizações, localizadas em épocas diversas. Não só pelas inteligências superdotadas, constituindo a classe dos sábios, como dos heróis que fizeram das armas um instrumento de vitória da Humanidade, como, ainda, pela genialidade criadora dos homens que desde o mais primário artesanato até a mais apurada técnica, em todos os campos da inteligência e da imaginação, tomou o Mundo a feição grandiosa de hoje, vinda do fundo dos tempos. A História Universal consagra o valor do Homem como pedra angular da civilização de hoje, dentro da qual nos encontramos debatendo na confluência das águas de dois rios, cujas margens põem em confronto a Terra e o Espaço Sideral, sem se saber ainda para que planeta vamos transferir, em definitivo, os sonhos do futuro.

Mas o destino do Universo, na sua incógnita, não está atemorizando a vida terrena. Os homens continuam a fazer de sua criatividade o pretexto imediato dos seus objetivos. Enquanto o campo da técnica caminha a largos passos, suprimindo velhos métodos da atividade humana, há um espírito que não parece: o da primazia do DIREITO. Enquanto as raízes do Homem derem sua própria seiva ao mundo jurídico - e isto é uma determinante terrena - a imagem do Direito continuará a inspirar como sempre o fez, desde os primórdios de eras distantes, as sociedades humanas.

Essa ligeira digressão nos ocorreu tendo em vista o empolgante acontecimento que constitui o 1.º Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, onde o tema central, na moldura fascinante de seus estatutos, é o da criação do INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, destinado a congregar num só auditório, de caráter nacional, a nobilíssima classe dos SERVENTUÁRIOS que sob o signo da JUSTIÇA têm a responsabilidade de manter em segurança e tranqüilidade, no regime dos princípios que informam a legislação específica, a propriedade imobiliária e todos os fatos que lhe são adjacentes. É uma idéia em ação que se alia ao mesmo espírito que caracteriza na década revolucionária o nosso Brasil como uma totalidade em movimento, ou, numa linguagem mais despojada, um gigante em movimento. Nasce profundamente auspicioso o novo Instituto já em organização, engajando-se na arrojada meta do novo destino nacional e assegurando a este pujante impulso, na esfera dos negócios imobiliários, a tranqüilidade jurídica que compõe a efetividade dos direitos reais.

A iniciativa da Associação dos Serventuários de Justiça de São Paulo, tendo à frente um dinâmico organismo diretor, sob a Presidência deste idealista puro e combativo que é o grande companheiro JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, abre novos horizontes para os estudos do Direito Imobiliário, na imensa dimensão da geografia brasileira, a fim de especular nas suas fontes e universalidade a evolução permanente de suas nuances. Transpondo as fronteiras que até aqui marearam o sucesso da Associação adstrita aos interesses da classe, lançam-se os profundos alicerces de um INSTITUTO que irá iluminar todas as veredas inçadas de ocasionais dificuldades dentro da versatilidade dos registros de imóveis. Conjuga-se o paralelismo de interesses, ou seja, os da classe e o doutrinário, embasados ambos em objetivos altamente

discriminados.

Basta olhar para os caminhos da História para se ver o que representa a preocupação elevada do aperfeiçoamento e atualização dos simpósios de Direito Imobiliário, no Instituto em organização. Neste mundo em mudança, mais do que nunca, o Judiciário na sua total fisionomia não pode ser o reduto inexpugnável da era do artesanato. A estagnação seria a sobra da agonia. Uma Instituição que sabe meditar sobre o seu destino, para um trabalho de adaptação às transformações sociais, é uma instituição com vida. E isto é sinônimo de alma, de sincronização com os novos rumos de uma sociedade que já vê perto a manhã mágica de um novo século, quando a ficção científica é quase uma literatura real.

A idéia, pois, que se faz vitoriosa neste solene encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis, que cuida de um direito muito rente à vida, revela a pujança de uma classe que na corrida do tempo não perde o fôlego e se afeiçoa às mutações sociais que reclamam cada vez mais as renovadas formas do conhecimento humano.

A Corregedoria Geral da Justiça paulista é um órgão crítico que pode depor sobre o valor funcional dos que em nosso Estado arcam com as responsabilidades dos Cartórios de Registro de Imóveis, os quais; prestigiam em nível superior tão importante setor da vida judiciária. É na relevante função que exercem o momento crucial do diagnóstico preciso da regularidade do registro, cujas implicações se estendem a um histórico geral e documental que não prescinde do exame rigoroso do elo do direito de propriedade em plena funcionalidade sócio-jurídica. Na freqüente apreciação dos processos de dúvida, nos quais os dignos Oficiais oferecem restrições, impugnando o imediato registro, por encontrarem deficiências e obscuridade incompatíveis com sua legitimidade própria, é quase uma constante o acolhimento da objeção oficial, numa viva demonstração de grau de capacidade dos dignos Serventuários a que cumpre resguardar a sua fé pública *juris tantum*. E assim procedendo, oferecem eles à imagem da Justiça, em toda a sua grandiosidade, o mais respeitável conceito da opinião pública, sempre vigilante às possíveis falhas que em seu juízo conduzem a uma crítica intransigente.

Na sua origem multissecular o Registro de Imóveis vem de uma falha histórica que saindo do direito pretérito, em fisionomias diversas veio a encontrar o seu veio, no direito brasileiro, no período do Brasil Império como o Registro de Hipoteca e o Registro Geral, desembocando, já na República, numa configuração ditada pela doutrina civilista, em que se destacaram os debates de Teixeira de Freitas e Conselheiro Lafayette, como arautos de um sistema que mais próximo do tedesco, afastou-se do sistema francês, que incluía o domínio em ato jurídico que dispensava a transcrição. A questão debatida em nível doutoral, na época, acabou por ser incluída no Código Civil, com o apoio de CLÓVIS. (Artigo 856). Nesta estrada que conservou em suas margens o eco de muitas polêmicas, foram abertas no curso dos últimos anos, algumas variantes legislativas, que ainda supervisionam o regime das transcrições. Surge, agora, a expectativa da nova Lei de Registros Públicos, cuja vigência foi adiada para o próximo ano. É uma lei para os nossos tempos, cumprindo, assim, que seja atenta aos revolucionários problemas que se debruçaram sobre uma nova civilização, de tipicidade descontraída na sua multifacetaria composição realista. Anuncia-se o ressurgimento do sistema alemão, que acrescenta em relação ao nosso atual a existência de livros fundiários nos quais estão cadastradas todas as propriedades, o que, no passado, foi considerado inaplicável em nosso meio. Ainda não se conhece a redação final, mas é certo que a idéia de renovação será um elo com a realidade em que vivemos. O legislador jamais poderá ser insensível às imposições que transcendem a um critério meramente político. As leis superam os homens.

O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, na esplêndida vinculação com os estudos permanentes a que se propõe, terá logo uma missão importante para desvendar os novos caminhos do sistema que for implantado em 1975. Virá à baila, por certo, a sistemática do direito imobiliário alemão, que em síntese compreende cinco princípios: o do sistema imobiliário, o da inscrição, o do consentimento, o da prioridade e o da publicidade. Verifica-se que a doutrina alemã "agrupa os princípios e normas relativas ao registro imobiliário em duas classes, uma constituída pelas regras do direito imobiliário formal e a outra pelas que compõe o direito imobiliário material" As regras que dizem respeito ao processo do registro e às condições para efetuá-lo perante os funcionários encarregados de fazer os competentes assentamentos constituem o "direito imobiliário formal". Já os preceitos que dizem respeito ao valor e eficácia da posição que a pessoa adquire ao obter a transcrição formam o "direito imobiliária material". Quanto ao sistema brasileiro atual são destacados como requisitos intrínsecos, enquadrados no direito imobiliário material, os que entendem com a obrigatoriedade da inscrição, ou transcrição,

a prioridade que estabelece, a fé pública do registro, as modificações do conteúdo da propriedade imobiliária e a retificação do registro. Os requisitos extrínsecos que constituem o direito imobiliário formal, destacam-se no que diz com a organização do registro, aos órgãos incumbidos de realizá-lo e às formalidades necessárias à transcrição em geral.

O direito alemão exige que os interessados no registro estipulem contrato para que a transcrição seja feita. Semelhante negócio jurídico contratual de fim específico não existe em nosso Direito. Uma observação: embora nossa lei seja explícita em relação aos livros que interessam ao registro dos títulos translativos da propriedade imobiliária, como sejam, o protocolo, o livro de transcrição de transmissões, o indicador real e o indicador pessoal, tem sido comum, nos serviços de correição no interior, constatar a falta do livro de indicador real. E a importância deste é manifesta, como repertório que e de todos os imóveis que figuraram no livro de transcrição das transmissões e em outros.

Aguardemos, agora, a vigência da lei de Registros Públicos, já embrionada, para que o grande INSTITUTO que hoje ganha sua gloriosa programação intervenha nos estudos e debates das inovações que virão para acudir a um outro Brasil, diferente daquele que ainda dormia no berço esplêndido como um gigante indiferente à sorte do maravilhoso povo brasileiro.

A Universidade de Direito Imobiliário que se agrega às finalidades do INSTITUTO que ora assume a liderança de um ambicioso plano de especialização e disseminação, terá pela frente as enormes dimensões dos fenômenos jurídico-sociais de uma civilização que se transforma em trepidante multiplicação dos problemas que envolvem a propriedade imobiliária e todos os seus consentâneos rios negócios que transbordam para a complexidade do intercâmbio mundial.

E tudo isso sugere uma outra advertência: será preciso, desde logo, que o estudo da Cibernética entre nas cogitações dos responsáveis pela eficiência dos Registros Imobiliários. A Cibernética "filha da simbiose de necessidades científicas e militares, é apenas um belo nome, de estirpe grega, para a segunda revolução industrial" Dela podemos dizer que será a alavanca de alterações e de adaptações sociais e irá reformular o próprio Direito. Ela se apressa a penetrar em todas as áreas da atividade humana, como o "fruto da árvore da ciência do bem e do mal". Como já se tem notícia "à medida em que o Brasil vai entrando na era do computador, sua aplicação vai se difundindo e se multiplicando": - registros públicos e controles sobre propriedades (móveis e imóveis); registros de comércio, aplicações no terreno fiscal; contabilidade computada em bancos, INPS e etc.

A verdade é que a Cibernética está modificando o comportamento dos indivíduos, em função das recém-introduzidas relações de estrutura de poder, do processo produtivo, do mecanismo do trabalho e até dos controles de natureza burocrática e política, que afetam diretamente o destino de cada ser humano.

Já se alarma mesmo que o emprego da eletrônica e da Cibernética ameaça, desde já, no seu nascedouro, os próprios direitos individuais, historicamente protegidos, e que dizem respeito à liberdade e à inviolabilidade do cidadão. É uma consideração, sem dúvida, que desperta temor, mas que, por certo, adianta muito a corrida dos efeitos de tal intervenção nos domínios do Direito.

Sugestões existem que é tempo de criar em nossas Escolas a cadeira "Cibernética e Ciência do Direito", para estudo das múltiplas implicações da utilização do computador - como "Feiticeiro do Século XX", e que está abrindo novos horizontes à humanidade.

O congestionamento da Justiça rios grandes centros já vem reclamando o uso da Cibernética. Aqui em São Paulo já existe uma programação para ser executada. E somos pioneiros. A Justiça da Guanabara também elaborou um plano-piloto de serviços, para emprego do computador na administração da Justiça. Há ali um planejamento dividindo em três fases de implementação. Na primeira fase haverá o controle e implantação dos cadastros da Vara de Execuções, para controlar o status da população carcerária. Eu, segundo lugar, os controles mecânicos quanto a indultos, sursis e fatos modificadores da pena. A experiência visa criar um sistema informativo e permitir um fluxo de informações entre os Poderes Judiciário e Executivo.

Inclui o plano, ainda, o controle dos processos distribuídos pela Corregedoria e o andamento dos mesmos nas Varas. Na fase final, o propósito C manter bem fácil a consulta da jurisprudência e informações da legitimação em geral.

Toda essa fascinação, todavia, não pode nos levar ao esquecimento de que a automação de nossos dias é parte de um processo evolucionário que nos legou o século XIX. Só as técnicas de hoje são novas: os conceitos eram conhecidos há mais de um século, daí podermos afirmar que - Pascal (inventou o primeiro computador mecânico), Jacquard (o tear - a primeira máquina

operada por meio de cartões perfurados) e Charles Babbage (máquina analítica), que ficou nos desenhos. Se tivesse sido construída, trabalharia como os computadores eletrônicos de hoje - e concebeu a máquina destinada a calcular e imprimir tabelas matemáticas - nasceram antes do tempo. O desejo de mecanizar, portanto, não é invenção nossa.

A conquista do espaço propiciou no mundo de hoje o desencadeamento de todas as forças que o engenho humano soube conceber. Valeu a técnica e não somente a genialidade.

Como a Cibernética acena para a vida da Justiça, tomamos este pouco tempo para focalizá-la. E no rico cenário deste Encontro, que prepara as bases de um novo futuro, em meio às mais promissoras realizações, era oportuno realçar tudo que em perfeita simbiose constituirá amanhã um dos altos objetivos do magnífico resultado de uma brilhante idéia. Brilhante e definidora da grandeza de um pugilo de homens que não perdem a chama do ideal que ilumina os seus corações.

E podíamos justificar mais: assim como a poesia é a taquigrafia da alma, a Justiça é o computador das aspirações que comandam o destino do homem.

Prossiga esta idéia pela larga estrada da verdade e do sucesso. Que o mundo de amanhã não possa surpreender os arautos desta admirável iniciativa nas surpresas de um novo status que antes não tivessem prevenido na superior visão do Instituto que hoje toma corpo e grandeza.

Temos a imensa satisfação de registrar no coração de São Paulo e do Brasil, como urna transcrição imutável no tempo e no espaço, a nossa confiança e a nossa fé nos homens que tiveram a genial e corajosa primazia em criar uma Universidade de Direito Imobiliário. E assim será o INSTITUTO que motiva o 1 Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis, de cunho nacional.

Foi para nós um privilégio desta esplendorosa reunião. A Corregedoria Geral da Justiça participa intensamente deste glorioso acontecimento.

Sejam as nossas últimas palavras de incentivo aos admiráveis realizadores deste Encontro. E realçamos, com muito orgulho, a presença dos eminentes Corregedores Gerais da Justiça de todo o Brasil, que aqui vieram estimular e engrandecer este memorável conagração, ajudando a plantar uma semente que será a árvore frondosa de amanhã, e a sombra de todos os brasileiros que erguem com a mais pura vibração cívica o lábaro da Justiça, símbolo da fé cristã."

- A noite, do mesmo dia 21, o casal Júlio de Oliveira Chagas Neto ofereceu um jantar na Mansão França, homenageando o Poder Judiciário e recepcionando os colegas e participantes do 1 Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil e amigos, ao qual compareceram o Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira e Senhora, Ministro o Senhora José Geraldo Rodrigues de Alckmin, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Adriano Marrey e Senhora, o Vice Presidente do Tribunal de Justiça e Senhora Gentil do Carmo Pinto, os Corregedores Gerais da Justiça de São Paulo, Desembargador Mareio Martins Ferreira; de Brasília, Desembargador Lúcio Batista Arantes de Pernambuco, Desembargador Geraldo Magela Dantas Campos; do Rio Grande do Sul, Desembargador Paulo Boeckel Veloso, os Senhores Desembargadores Fernando Euler Bueno, Flávio Torres, Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Henrique Augusto Machado, Heráclides Batalha de Camargo, José Cavalcanti Silva, José Eduardo Coelho de Paula, Moacir César de Almeida Bicudo, Pedro Barbosa Pereira, Tácito Morbach de Góes Nobre e Senhoras, os Juizes Marcelo Martins Mota, Ralpo de Barros Monteiro, José de Melo Junqueira Agripino Vieira de Souza, Edgard Aparecido de Souza, Renato Torres de Carvalho Filho, Paulo de Aquino Machado, Ruy de Mello Almada, Gilberto Valente da Silva, Silvério Paulo Braccio, os curadores Nicolau Zarif, Roberto Garcia Durand, e elevado número de outros Juizes, Promotores de Justiça, Advogados, serventuários e suas esposas, tendo o ágape transcorrido num ambiente de grande alegria e cordialidade.

- No dia 22, último dia de reunião, realizou-se às 20 horas, nos Salões do Hotel Eldorado, a sessão solene de seu encerramento, à qual compareceram, além dos participantes do simpósio, grande número de pessoas gradas, entre as quais figuravam Magistrados, Promotores, Advogados, Senhoras e Senhores Oficiais de Registro de Imóveis, - tendo sido a sessão presidida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Doutor José Geraldo Rodrigues de Alckmin, como convidado especial, que havia sido, para fazê-lo, pelo Presidente do novel Instituto, Senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, - o qual para tanto lhe dirigiu as seguintes palavras:

"Excelentíssimo Senhor Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin:

Antes de mais nada, cumpre-me agradecer a Vossa Excelência a honra que nos concedeu de aceder ao convite que lhes dirigimos para participar deste memorável Encontro, do qual resultou a fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, - e distinguir-nos com o seu valioso

pronunciamento sobre o significado da iniciativa que lhe deu origem.

Realmente, ninguém melhor do que o querido amigo, - pelo brilha de sua inteligência invulgar, amplitude de cultura jurídica, e longa vivência das lides judiciais, em todos os mais variados aspectos, - poderia dispor de melhores credenciais para discorrer sobre a sistemática a que obedece, entre nós, a execução dos serviços atinentes ao Registro Imobiliário.

Velho amigo, que sabemos ser, dos serventuários da Justiça, que tanto lhe devem pelas atenções com as quais sempre os distinguiu em toda sua carreira de Magistrado exemplar, - não só e apenas por aqueles predicados intelectuais, senão também pela educação finíssima que caracteriza seu espírito, - tal foi a razão pela qual sentimos que não podíamos deixar, de abusar, mais uma vez, de sua generosidade, a fim de que nos honrasse com o seu pronunciamento sobre a iniciativa em apreço.

Ao mesmo tempo, pois, que lhe solicitamos escusas pelo trabalho que lhe demos, - é com a mais viva satisfação que lhe agradecemos a forma gentilíssima com que se dignou atender-nos".

Em seguida, o Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin pronunciou a palestra abaixo transcrita, ao fim da qual foi longamente aplaudido: - Disse sua Excelência, na oração aludida: "Solicitada a escrever o prefácio de um livro de Lopes Cardoso, declarou o eminente professor Paulo Cunha que não encontrara razões que o justificassem, mas o pedido lhe era, ainda assim, "gratamente irrecusável".

Não sei de mais adequada qualificação que aponha ao convite de Júlio de Oliveira Chagas Neto, para que vos dirigisse a palavra no encerramento deste Primeiro Encontro de Oficiais do Registro de Imóveis do Brasil.

O convite me veio de personalidade de escol, admirada pelas altas virtudes de que se reveste e pela dedicação à atividade profissional, que tanto honra, - de Júlio de Oliveira Chagas Neto.

E a mim me permitiria manifestar o apreço aos serventuários que, na extensão do território nacional, com probidade e eficiência, asseguram a realização do direito imobiliário.

Era, portanto, "gratamente irrecusável" a convocação.

E no atentar o que havia de dizer-vos, afastei desde logo os temas particulares da área específica das vossas funções. Porque, nem acrescentaria eu o que valesse à já realizada permuta de vossos conhecimentos e observações, que enriqueceram este encontro; nem poderia agredir-vos a paciência tomando mais tempo que o necessário para trazer-vos os meus aplausos. De notar, aliás, que do nosso velho Regulamento dos Registros Públicos, de 1939 - já não haveria interesse maior em pesquisar-lhe assunto que ensejasse dissertação. Depois de relevante papel que, na linha dos diplomas que o antecederam desde o império, prestou à disciplina da propriedade imobiliária, apresta-se o Regulamento, a figurar no rol dos monumentos legislativos ultrapassados - ainda que, revitalizado por sucessivos diplomas legais intermitentes venha prolongando a sua existência prestativa.

Da nova Lei 6.015, de 1973, não seria, ainda, oportuno ocupar-me, em suas minúcias. Sujeita a adaptações que a ajustem às normas relativas aos direitos autorais e à sua proteção, ou a novas regras de direito privado, deve ela aguardar, ainda, alterações que lhe hajam por bem fazer.

Observe-se aliás, que nenhum diploma legislativo existe que se possa pretender completo e perfeito, em seu nascedouro. A marca das obras humanas é a contingente falibilidade, que se traduz em imperfeições.

E as falhas das leis, as menores, corrige-as a sábia aplicação delas, dentro dos possíveis limites da interpretação. E as que outro remédio não tenham, hão de ser depuradas pela própria correção legislativa, quando as exigências da prática o aconselhem.

A elaboração, desde logo, de sugestões que, na revisão do novo diploma, lhe eliminem falhas, é tarefa de vosso encargo, e prestante.

Desejo, portanto, falar-vos, em linhas gerais, do que de vós depende, em sua aplicação, o direito futuro. E da certeza de que correspondereis às funções que ele vos atribui.

Desde que, entre nós, se procurou dar estrutura ao regime imobiliário - nascido, como sabeis, com a Lei 1.237, de 24-9-1864 - ainda que houvesse antecedentes na lei chamado "Registro do Vigário" ou nas leis hipotecárias, a deficiência maior do nosso sistema de registro se prendia à transcrição dos títulos, quase sempre deficientes na descrição e na identificação dos imóveis a que se deferiam.

Recordemo-nos dos velhos instrumentos particulares do século passado, em que a identificação dos imóveis transmitidos se fazia pela simples menção de "uma sorte de terras" no local cuja denominação genérica se inseria os lindes e os pontos duradouros que lhes permitissem a fixação das divisas eram estranhos à documentação. E as velhas marcas da posse deveriam

completar, na realidade dos fatos, a omissão dos títulos.

Decorria, daí, a grande redução da eficácia, na prática, dos Registros. A descrição dos imóveis pecava pela vaguidade dos limites ou pela simples menção do local em que se situariam. A prevalecente doutrina, na vigência do Código Civil, de que a transcrição não equivale à prova absoluta do domínio, aliada à situação decorrente da imprecisa identificação dos bens, diminuía substancialmente o valor, na prática, dos registros, como excludente de demandas e reveladores da propriedade.

Cuidou, a legislação, de obviar o inconveniente.

Assim, no ainda vigente Regulamento de Registros Públicos, o legislador já se mostrou de maior exigência, na individuação dos imóveis transcritos. Não impedia isto, entretanto, que desmembramentos e alienações parcelares de tal forma se fizessem que, de maneira pronta e cabal, pelo só exame dos termos da transcrição, não se possa estabelecer a extensão dos bens a que se referem os títulos de domínio.

Era recomendável, portanto, se passasse quando possível, como forma de aperfeiçoamento do registro ao começo do cadastramento da propriedade no Brasil.

Nem é nova a idéia, que represente um estágio mais avançado em nosso direito imobiliário.

Em Portugal, já o Alvará de 9 de junho de 1801, determinava a organização, pelos cosmógrafos, como se dizia então, pelos cosmógrafos do Reino, do Cadastro e Livro Geral da Propriedade. E as disposições do Alvará "não puderam então, mercê de diversas circunstâncias, entre as quais avulta a força da tradição romana, ter prática execução".

"É esta a razão porque o registro hipotecário e depois o registro predial foram organizados em Portugal na base precária da descrição de prédios, feita pelo funcionário encarregado do registro, sem referência a qualquer cadastro ou identificação precisa, feita por técnicos, que geometricamente delimitassem o imóvel".

E não foi diversa a situação no Brasil. Reconheceu-se, sempre, entretanto, a necessidade de gera identificar os imóveis para que o registro possa publicar eficazmente, ao lado de sua situação jurídica, a sua clara situação física.

Já agora, com a matrícula deles, caminha-se para a propriedade cadastrada, desejada desde o longínquo ano de 1801. Daí a matrícula do imóvel, em que deve ele ser cumpridamente descrito, permitindo-se-lhe fusão ou desmembramento, respeitado, sempre, o princípio da individualização.

Este é, ao que eu tenho, o ponto central a ser fixado, na reforma vindoura.

A exigência da perfeita identificação do imóvel matriculado, de modo a não ensejar dúvida sobre a localização, área, confrontações, virá a permitir que se afastem questões sobre o domínio e que o direito real publicado pelo registro, possa, afinal, constituir-se na prática, a imbatível presunção de propriedade.

E este será, em relação à simples transcrição de títulos hoje adotado, unia etapa evolutiva, no tocante à eficiência do registro de imóveis, como elemento de segurança do domínio.

Depende, portanto, a eficácia que se pretende atribuir ao registro, da competência e do zelo dos oficiais, no cumprimento da lei.

Tanto mais que, com intuito de possibilitar a perfeita execução do serviço, se abriram opções que permitem realizá-lo rápida e seguramente. Menciono algumas das medidas que se me afiguram simplificar, consoante as peculiaridades dos casos, os serviços, a escolha do tamanho de livros, de acordo com as conveniências, o desdobramento deles, a escrituração por meios mecânicos, os livros em folhas soltas, a substituição dos Indicadores pelo sistema de fichas.

O novo sistema de trabalho poderá permitir, assim, que rapidamente se executem as tarefas do registro e que, Pelo simples exame das matrículas e dos atos que a ela se prendem, se obtenha o pronto conhecimento da situação jurídica do imóvel e a sua perfeita individuação.

E é esta a idéia capital a cuja realização tenderá a legislação vindoura.

Não terá ela eficácia maior, porém, nem produzirá os desejados efeitos se, na prática, a sua aplicação se divorciar do princípio que a inspirou. Daí porque, no exame da legalidade e da validade dos títulos, a função do Oficial apresentará suma relevância, para obstar registros que destoem das exigências da Lei.

E é por isso que considero da mais alta valia reuniões como a que acabais de realizar, bem como a criação de Instituto que vos congregue para as mútuas consultas e exames dos termos que dizem com as vossas atividades.

O exercício profissional abrange a maior parte da atividade diária do homem e, por essa razão, é um grande elemento aglutinador dos que cumprem tarefas idênticas. As associações

profissionais constituem, portanto, naturais organismos de cooperação e de aprimoramento. Vossa união há de permitir meios mais amplos e eficazes de comunicação e assistência, extensivos a todos os que exercem o mesmo serviço público, nesta grande pátria de dimensões continentais.

Não será, assim, o fenômeno comum dos grupos de pressão que, inspirados por motivos meramente egoístas, se limitam à defesa de simples vantagens próprias.

Defenderá interesses legítimos e será unia permanente inspiração e um incentivo contínuo para o aperfeiçoamento dos serviços dos Registros Públicos no Brasil.

Orientareis, na prática, as melhores soluções para realizá-las com eficiência e segurança.

Apontareis correções necessárias ou convenientes. E o vosso esforço comum será, portanto, o de criar a consciência da relevância das funções que aos Oficiais do Registro se atribuem, e da alta soma de responsabilidade que lhes toca.

Muitas vezes ouvireis, nos dias que correm, pregar que os serviços de registro deverão ser confiados a repartições públicas, ou a administração direta do Estado.

É o legítimo interesse público o que há de ditar a opção a ser feita.

Enquanto os vossos serviços se desempenharem com a probidade, a rapidez, a segurança de que se reveste; enquanto em termos de estudo e de aperfeiçoamento, os vossos esforços continuarem a obter os mais profícuos resultados, a vossa eficiência afastará a possibilidade de que outra estrutura dos serviços que desempenhais possa melhormente, atender ao interesse público.

Tenho, assim, que merece largos aplausos a realização deste congresso, em que lançais as bases seguras e definitivas de fecunda co-participação de experiência e de estudos, para o aprimoramento das funções relevantes que desempenhais, em todo o País.

Os que acompanhamos os vossos serviços e sabemos da correção e da fidelidade com que a eles vos entregais, cordialmente vos trazemos as nossas felicitações.

E com elas e com eles - com as nossas felicitações e com os nossos aplausos que se encerre este primeiro Encontro dos Oficiais do Registro de Imóveis do Brasil."

- Em seguida o Professor Elvino Silva solicitou a palavra para dizer o seguinte:

"Eu pediria agora a palavra, Senhor Presidente, como membro da Diretoria eleita, usando da faculdade que me confere o Artigo 22 - Letra "c" dos nossos Estatutos, a fim de propor fossem considerados sócios honorários deste Instituto pessoas de expressão nacional, que tenham cooperado para a sua criação. Inegavelmente, os três nomes que vou pronunciar, colaboraram, de maneira efficientíssima, para o brilho da formação do Instituto, aqui proferindo palestras e ministrando ensinamentos, pondo de lado, para tanto, os seus afazeres. Eu gostaria assim, de apresentar, à consideração da Diretoria, os nomes do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, do Supremo Tribunal Federal, do Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, - Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que nos honrou com a palestra de abertura do nosso Encontro, e do Desembargador Mareio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça, que também aqui nos brindou com uma excelente conferência a respeito das transformações e da mecanização que os registros públicos deverão sofrer.

Desejo, ainda, apresentar à consideração da Diretoria do Instituto os nomes do Senhor Geraldo Magela Dantas Campos, D.D. Corregedor Geral do Estado de Pernambuco, do Doutor Lúcio Baptista Arantes, D.D. Corregedor Geral da Justiça do Distrito Federal; do Desembargador Paulo Boeckel Veloso, D.D. Corregedor Geral do Estado do Rio Grande do Sul, que nos honraram, sobremaneira, com sua presença, e do Doutor Gilberto Valente da Silva, Meritíssimo Juiz do Direito da Vara dos Registros Públicos da Capital - para inscrição no quadro de sócios consultivos do nosso Instituto. Agora, uma última proposição Senhor Presidente.

Pedem, os nossos Estatutos, ainda, no Artigo 22 - letra "d", que sejam considerados sócios correspondentes dos Oficiais dos Registros de Imóveis que se destaquem no estudo do desenvolvimento do registro imobiliário. Não há dúvida que, quando Oficiais de Registros de Imóveis de outros países aqui compareceram espontaneamente, atravessando o Atlântico ou transpondo as fronteiras dos seus países, - o fizeram, sem sombra de dúvida, para prestigiar a criação de nosso Instituto.

Então eu proporia à consideração da Diretoria, como sócios correspondentes do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, os nomes de José Serrano Terrades, Juan Fuentes Lodez e Adolfo Callantes, membros do ilustre Colégio Nacional de Registradores de la Propiedad Iranobil de Espanha, e, ainda, o nome do meu querido amigo, Ernesto Emílio Calandra, - um dos incentivadores; mais ardorosos da criação de nossa entidade, desde o inicial encontro, que

tivemos, no 1.º Congresso Internacional de Direito Registral da Argentina. Ele representa aqui o Instituto de Derecho Registral de la Universidad Notarial Argentina e o Centro Internacional de Derecho Registral, com sede em Buenos Aires.

Uma vez aprovada esta minha proposta pela Diretoria, a esses novos e ilustres sócios do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil serão expedidos os Estatutos correspondentes. Ainda, nesta oportunidade, meu querido amigo JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, - quiseram nosso colegas honrar-me com a missão de lhes servir de interprete, para testemunhar a você, o Comandante supremo da Campanha em que todos tomamos parte e hoje plenamente vitoriosa, - os seus mais vivos agradecimentos pelas gentilezas com que os distinguiu, - e testemunhar-lhe o alto apreço, a grande admiração e a profunda amizade, de que lhe ficaram sendo devedores. - Assim, como prova desses elevados sentimentos que lhe dedicamos, - peço às prezadas colegas Kyrana Lacerda, Oficial do Registro de Imóveis de Florianópolis, a dona Vitória Penna, Oficial maior do 16.º Registro de Imóveis desta Capital e a Maria Eloisa Rebouças, que sejam portadoras da modesta lembrança que temos a ventura de lhe ofertar, - ao mesmo tempo que solicito a minha esposa homenagear a sua, pela colaboração valiosíssima que se dignou prestar-lhe, - a fim de que a realização deste Conclave atingisse o prestígio que alcançou".

Em seguida falou, também, o ilustre representante da República Argentina, Senhor Ernesto Emílio Calandra, que proferiu o seguinte discurso:

"Me dirijo así, sin ningun protocolo, mis palabras porque quiero dejar de lado toda clase de representaciuri que he traído aqui para esta reunión y dejar de lado mi verdadero sentimiento, es decir, voy hablar comigo.

No lo voy haver para agradecer porque realmente creo que no hay nada de extraordinario en la forma como me han colmado y abrumado de atenciones, usted Don Júlio, Elvino, Eloiza, Baier, Fernando, todos ustedes, enfin. Simplezmente se lum comportado como brasileflos y no hay nada extraordinario en lo que ustedes han hecho. Tampoco corresponderia que mencionara a Rosoaldo y todo su equipo en la Secretaria porque conosco esa tarca, porque es mi tarea y entonces sé perfectamente, que se realiza con amor, con carifio y sin esperar absolutamente nada.

Entonces no quiero dirigirme a ninguno de ustedes, ni tampoco a São Paulo, una ciudad que recién voy a poder apreciar quando llegue a Buenos Aires y cierre los ojos y deje entonces lugar a la recondación y a la saudade.

En cambio, si, voy a dirigirme a Dios nuestro Señor, fuente de toda razón, y justicia para pedirle sinceramente todo beneplácito, toda bendición posible para el Instituto de Registro Irímobiliário del Brasil, para pedirle que no sea solamente um Instituto para la defensa de una clase, sino también que vaya más allá que vaya a elevacióti, al perfeccionamiento del Derecho Registral, porque la elevacián y el perfeccionarniento del Derecho Registral brasileflo va a ser, en definitivo también, la elevación y el perfeccionamiento de todo nuestro continente.

Voy a pedir también a Dios que las nuevas leyes que se editen aqui en Brasil tangan siempre en cuenta que la técnica debe servir el sistema y nunca jamas cambiar un sistema que es bueno, que está dentro del alma del pueblo, para acomodarlo a una técnica que en quaiquier momento puede cambiar.

Y, finalmente, quiro referirme o dirígermo ya no a Dios, sino a Brasil, a esta tierra, para decirle, con todo corazón que puede contar comigo.

Nada mas."

- Mais tarde, ou seja, às 22 horas, realizou-se, nos salões do Nacional Club, o banquete de encerramento do conclave, ao qual compareceram o Senhor e Senhora Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral Desembargador Adriano Marrey e Senhora, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gentil do Carmo Pinto, e Senhora, os Corregedores Gerais da Justiça de São Paulo, Desembargador Mareio Martins Ferreira; de Pernambuco, Desembargador Geraldo Magela Dantas Campos; do Rio Grande do Sul, Desembargador Paulo Boeckel Veloso; do Distrito Federal, Desembargador Lúcio Batista Arantes, inúmeros outros membros de nossa mais Alta Corte de Justiça, Magistrados, Promotores, Advogados, Oficiais de Registros de Imóveis com suas esposas, e muitos outros Serventuários da Justiça.

Após o banquete falou, em primeiro lugar, o senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, que dirigiu aos presentes as seguintes palavras:

"Ante o ensejo que ora nos oferece o encerramento deste nosso primeiro encontro, durante o qual tivemos a satisfação gratíssima de conviver com todos quantos dele participaram, - e

graças a cuja alta compreensão nos foi possível fundar o INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, permiti-nos que vos dirija, mais uma vez, algumas palavras para vos exprimir nossos profundos agradecimentos pela acolhida que destes ao convite que vos dirigimos para tomar parte neste conclave, bem como pela valiosa colaboração que nos concedentes e sem a qual a criação daquela entidade representativa de nossa classe jamais poderia ter ocorrido.

Digo-vos, com toda sinceridade, que foram dias inesquecíveis, - esses, que passamos juntos, não só pelas gentilezas com que nos distinguistes, como pela sinceridade com a qual vos devotastes ao estudo da problemática a que obedece a execução dos serviços atinentes ao Registro de Imóveis em nosso País, que urge modernizar e dinamizar quanto antes, tal como foi unanimemente reconhecido, sob pena de sua prática se tornar em breve totalmente obsoleta. Apraz-nos, ainda, tornar extensivos nossos agradecimentos às ilustres Autoridades Judiciárias que se dignaram aceder ao nosso convite para que nos honrassem com sua presença e se manifestassem sobre o tema deste primeiro encontro, iluminando-nos com as luzes de sua cultura jurídica. Outrossim, não podemos, na oportunidade, deixar de agradecer, do fundo de nosso coração, a todos os colegas que nos auxiliaram, direta ou indiretamente a promover a organização do vitorioso encontro que ora se encerra sob os melhores auspícios, - pela criação, que lhes ficamos devendo, do Instituto de Registros de Imóveis do Brasil.

Aos nobres representantes da Espanha e da Argentina cabe-nos, por igual, testemunhar-lhes os sentimentos de nossa imorredoura gratidão pelo seu comparecimento a este simpósio, para o sucesso do qual muito concorreram, através das contribuições que nos ofereceram para melhor elucidação dos problemas aqui debatidos.

Terminamos, assim, meus queridos amigos, a primeira etapa da jornada que nos propusemos empreender, os Oficiais de Registro de Imóveis de todos os quadrantes da Pátria - para dotar o Brasil de uma instituição nos moldes da que vem de ser fundada.

Praza a Deus que possamos prosseguir unidos na mesma caminhada gloriosa, até a consecução plena de todos os objetivos que, por meio da novel entidade, nos decidimos alcançar, não só para maior e mais íntima união de nossa classe, mas para engrandecer, também os foros de nossa civilização.

A todos, pois, e finalmente, temos a satisfação de repetir, mais uma vez, - muito, - muito obrigado e que Deus pague, a todos, pela alta compreensão e bondade reveladas neste Encontro de Amigos."

Em continuação, o Professor Tabosa de Almeida, nosso prezado colega de Recife - que tanto contribuiu, aliás, para o êxito do Encontro, - pronunciou brilhante discurso, vazado nos seguintes termos e ao fim do qual foi longamente aplaudido:

"Quem pisa o solo sagrado da terra das bandeiras, antes de tudo tem que agradecer a Deus pela bênção concedida.

Porque é aqui onde os principais alquimistas do progresso criam a riqueza nacional com as fórmulas mágicas do trabalho.

Neste laboratório do desenvolvimento existe um cadinho no qual são caldeadas todas as raças do mundo, numa das mais completas miscigenações da humanidade.

A lição das bandeiras serviu aos brasileiros de todos os quadrantes, que agora realizam a volta às origens da brasilidade vindo a este Eldorado em busca de outra espécie de esmeraldas - o "know-how" dos novos bandeirantes.

O que se aprende com Julinho, com Sottano, com Oliveira Penna, com Elvino e com os demais companheiros e colegas de São Paulo, os próprios mestres da convivência humana, como André Maurois, não foram capazes de ensinar. Nem a estima que passa de chapéu na mão e não diz nada à alma, nem a indiferença que corteja . . .

A filosofia dos nossos colegas não admite o formalismo do chapéu na mão, porque nem sequer usa chapéu; tampouco admite a corte da indiferença, porque esta não encontra guarida no seu coração.

É uma filosofia que se espelha na simplicidade e numa bondade que inspira confiança e nos deixa iniciados e presos na teia de aranha da mais pura e sincera amizade.

Foi neste clima do mais profundo calor humano que fundamos o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, que em última análise se destina a demonstrar, com palavras e com fatos, mais com fatos do que com palavras, - a importância da classe dos Oficiais de Registro de Imóveis do nosso País.

A significação do Registro Imobiliário nos regimes democráticos, e especialmente no regime estabelecido pela Revolução, ainda não foi fixada.

Um dos pontos fundamentais dos regimes políticos anticomunistas está na preservação do direito de propriedade, corolário lógico da liberdade.

Sem a propriedade privada não é possível haver liberdade nem democracia.

A posse dos bens materiais é uma aspiração natural de todos os homens, que com ela procurar a estabilidade pessoal e da família, e o que se convencionou chamar de tranquilidade de espírito. Ainda que adquiridos os bens, se a posse é contestada, a meta prevista não pode ser atingida. E como evitar essa contestação? - Através da segurança das transações imobiliárias, que só se pode obter com um sistema de registro que resguarde os seus mais altos objetivos.

Por isso é necessário que o Instituto analise todas as implicações do assunto e apresente sugestões aos Poderes públicos destinadas a melhorar a sistemática da Lei 6.015 e a assegurar as garantias funcionais indispensáveis à manutenção da independência com que devem agir os titulares, a fim de que o processamento dos registros não sofra influências subalternas.

A responsabilidade civil e penal dos Cartórios pelos atos por eles praticados dá direito aos seus servidores à contraprestação correspondente.

Também o Instituto deve fazer pesquisas no seu setor de atividades para que, quando se for examinar qualquer reformulação das garantias constitucionais dos titulares de ofícios de Justiça, principalmente dos Oficiais de Registro de Imóveis, de maneira que não se retire da nossa categoria profissional aquilo que lhe é indispensável e que não se lhe pode negar sem menosprezo aos direitos peculiares ao regime, e ainda sem ferir um princípio basilar das democracias a propriedade privada e a segurança que lhe é consectária, a qual se confunde com a própria segurança da Nação e dos seus cidadãos.

A segurança da coletividade e da Nação resulta da segurança individual dos que as integram. Não há segurança sem ordem nem ordem sem segurança. Sem ordem e segurança também não se pode pensar em tranquilidade. E sem tranquilidade o progresso é uma utopia.

Foi movido por este Credo que fundamos o nosso Instituto e vamos fazê-lo porta-voz da nossa crença.

Inspirados pelas lições dos bandeirantes, viemos a São Paulo dispostos a inscrever no nosso estandarte aquela frase divina que, como aconteceu com os exércitos de Constantino nas suas arrancadas históricas, vimos brilhando nos céus da Paulicéia - "In hoc signo vinces", com este sinal vencerás.

Sim, meus prezados colegas, - com este sinal venceremos."

Por fim, o Desembargador Mareio Martins Ferreira, eminente Corregedor-Geral da Justiça de nosso Estado, pronunciou, de improviso, belíssima oração, enaltecendo a iniciativa do Encontro realizado bem como a criação, que deste resultou, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, entidade que muito poderá contribuir, realmente, para o estreitamento das relações entre todos os Oficiais de Registro de imóveis do País, consideradas não apenas no que tange às respectivas atividades profissionais, - isto é, visando o aperfeiçoamento de sua execução, - mas, também, aquelas outras, de ordem mais alta, que objetivam fazer de nossa Pátria um Brasil cada vez mais uno, progressista e cristão, e torná-lo um exemplo, para o mundo da elevada compreensão que deverá existir entre os seres humanos de todas as latitudes e origens, sob pena de levados pela omissão dos verdadeiros princípios éticos caminharem para sua própria destruição.

A oração de Sua Excelência, - da qual vimos de fazer um inexpressivo e pálido esboço, terminou sob longos aplausos, sendo o orador muito cumprimentado pela grandeza e beleza, dos conceitos emitidos em sua peça oratória, - terminada a qual foi encerrado o banquete.

Tal é o retrospecto do que ocorreu durante os quatro dias em que tivemos a satisfação da presença, em nossa Capital, de tantos colegas, da maioria de nossos Estados, que aqui vieram para prestigiar a Fundação do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, objetivando dotar nosso País com uma entidade à altura de seu progresso cultural, econômico e jurídico.

MINISTRO DA JUSTIÇA RECEBE A DIRETORIA DO INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL

A fim de comunicar ao Ministro da Justiça, Doutor Armando Ribeiro Falcão, que nosso País se fará representar no 2.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL, a realizar-se em Madri, Espanha, de 30 de setembro a 5 de outubro próximos, esteve em Brasília a Diretoria do INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, liderada pelo seu Presidente, Sr. Júlio de Oliveira Chagas Neto.

Gentilmente recebidos pelo titular da referida Pasta, Sua Excia. entreteve agradável palestra com as personalidades integrantes do órgão diretor daquele Instituto, - durante a qual tomou conhecimento dos nomes indicados para formar a Delegação brasileira e de alguns dos trabalhos que esta apresentará no citado Congresso.

O ilustre Ministro teceu, ainda, considerações sobre os motivos que determinaram o adiamento do prazo para entrada em vigor da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro do ano Próximo passado, adiantando que o Instituto será ouvido quando da reformulação desse diploma legal, e terminou assegurando aos visitantes que a vigência deste não mais sofrerá prorrogação alguma.

Todos os membros da Diretoria do Instituto regressaram de Brasília encantados com a recepção que lhes proporcionou o ilustre Sr. Ministro da Justiça do atual Governo.

HOMENAGEM PRESTADA AO CHEFE DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO

Realizou-se no dia 15 de Maio último, nos Salões de Festas do Palácio das Convenções do Anhembi, um monumental banquete em homenagem ao Exmo. Sr. DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, pela sua eleição para a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de nosso Estado.

Essa manifestação de regozijo e apreço de que foi alvo, naquela oportunidade, o eminente jurista, - reuniu no banquete aludido elevado número de pessoas gradas, bem como representantes das mais elevadas categorias sociais, inclusive dos Poderes Legislativo, Executivo.

O novo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça foi saudado, na ocasião pelo Doutor LUIZ ADOLPHO NARDY, tendo pronunciado o seguinte discurso:

"Embora tenha a ventura de privar com nosso ilustre homenageado há mais de 50 anos, num muito estimado relacionamento fraterno, não me colocaria em destaque dentre seus melhores amigos, para apenas almejar que tenha sido um deles. Não obstante o longo conhecimento mútuo que provém da infância, perpassa pela adolescência, firma-se na mocidade e consolida-se na maturidade, nem por isso, ao fazer hoje a oferta deste merecido e significativo preito, haveria de apelar para a benignidade de velho amigo, a fim de aqui falar da figura - por si mesma destacada - do insigne Presidente da mais alta Corte de Justiça do Estado. Porque, não será preciso ultrapassar os limites da fidelidade e do equilíbrio, nem usar tinturas excessivas ou desordantes, para celebrar e reviver, ainda que em largos traços, a vida exemplar e a exemplar carreira daquele que neste instante, recebe o gesto de nosso acalorado e bem fundado respeito. As recordações são como os cabelos brancos do coração: colocam certa moldura de amenidade e põem destaque nas coisas lisonjeiras e banançosas da existência. As boas lembranças fazem com que as águas passadas tornem a passar de novo, tão límpidas como foram; com que se reaproxime de nós o tempo afortunado que se distanciou; com que se ilumine, unia outra vez, para ser gratamente revisto, o longo e proveitoso caminho que se percorreu.

Era 1924. Era, então, uma São Paulo meio provinciana de uns 700.000 habitantes, que havendo transposto o cerro da Avenida Paulista, escorregava em alamedas pela encosta sulina, a procura do vale do rio Pinheiros. Certa manhã de março, entre alvoroçados e intimidados, chegamos ao modesto e acolhedor casarão amarelo, onde nos esperavam os jesuítas do Colégio São Luiz, mal disfarçando, no preto solene das sotainas singelas, todos os matizes de suas virtudes, de sua bondade e de sua sabedoria. Naquele grupo de estreantes, entre criança e adolescente, também se achava José Carlos Ferreira de Oliveira, para iniciar um aprendizado que se prolongou por sete anos benfazejos, imorredores na reminiscência de uma época despreocupada, esperançosa e por vezes gaiata, época tão gentil e adorável que pensávamos, como loucos, nunca mais se acabaria!

Ali aprendeu José Carlos toda aquela disciplina salutar que os membros da companhia de Loyola adotaram e cultivaram, Ad Majorem Dei Gloriam. E, sobretudo, graças aos ensinamentos dos excelentes mestres e conselheiros, foi dali que nosso festejado desembargador saiu armado com a invencível couraça de uma sólida convicção moral. E, assim, também, colheu a noção essencial do imperativo do dever, a qualquer custo e risco, que ficou sendo o estandarte com o qual partiria para enfrentar e superar, vitoriosamente, as várias entrâncias de sua vida e de sua carreira. Os primeiros e sólidos conhecimentos básicos lhe foram, ao mesmo passo, transmitidos por um douto e nobre Cerda, por um trepidante e trasbordante Sabóia de Medeiros, ficando-lhe como inquebrantável esteio para, sobre apoio tão robusto, construir mais tarde esplendida

cultura jurídica.

Partindo, um dia, do derramado e saudosos casarões amarelos, daquela pacata e aristocrática antiga Avenida Paulista, chegamos, juntos, mais alvoroçados agora do que intimidados, às famosas e sobranceiras Arcadas do Largo de São Francisco.

Era 1931. Era outra São Paulo, que das toscas paliçadas erguidas em meados do século XVI, sobre a colina dominando o Tamanduateí - então livre e coleante em menos de 400 anos, de simples aldeamento chegara ao seu primeiro milhão de almas e se preparava para vir a ser o maior aglomerado humano da América Latina,

Na Academia conhecermos a filosofia do direito, adentrando pelos vários ramos das ciências jurídicas e sociais; convivemos com as mais belas tradições daquele inesgotável reservatório de saber e de patriotismo; tomamos consciência da cidadania, da nação e de sua estrutura política. Verificamos que o direito é o amparo do ser humano, desde o momento em que concebido e mesmo enquanto ainda vive no ventre materno, acompanhando-o em todos os seus passos e vicissitudes, protegendo-lhe a vida, a liberdade, a família, a honra, o patrimônio, ainda além da própria existência. Naquele cadinho de inteligência e de civismo, outrora aprazível Convento de São Francisco - onde passaram a funcionar os cursos jurídicos de São Paulo, desde 11 de agosto de 1827 - encontrou o jovem Ferreira de Oliveira, ao lado das preleções quotidianas que lhe amadureciam a vocação, toda uma gama de estímulos para desvendar sua personalidade, que já se entremostrava com destino a mistérios de eleição.

Se é verdade que os grandes homens vivem duas vezes, uma como homens e outra como grandes homens, esta verdade sempre marcou a vida do alcandorado amigo, de ontem e de hoje, em todas as suas etapas, pois a cada passo - de menino a jovem, da juventude à maturidade - nunca faltou o lado sensível o humano num paralelismo constante com seus elevados dotes intelectuais e de caráter. Justapondo uma natural simplicidade a gestos de criativa ambição, própria dos que não são feitos para o medíocre, bem cedo esteve preparado a galgar os cimos que requerem qualidades dos realmente fortes, muito embora submetendo-se aos tramites da escalada com paciência e constância, até que lhe chegaram os louros do sucesso.

Enquanto na Faculdade de Direito nos artilhávamos para a vida prática, reunindo todo um manancial de conceitos e princípios, também ali convivíamos com os ecos imortais dos que nela haviam cantado a mocidade inquieta, em seus arrebatamentos de amor e de ideal. E, quando o entardecer atirava seu jogo de luz e de sombras, no augusto pátio em que tantos caminharam seus devaneios, ouvíamos ainda as doçuras da "Lira dos Vinte Anos", ou as melancólicas estrofes do subjetivista Fagundes Varela. Dentre eles, ainda e sempre elevando mais a voz, também nos emocionava recordar a genialidade do baiano Castro Alves, com seu "Navio Negreiro" de condoreira forma e inspirado conteúdo.

Os primeiros contatos com o esplendor de um passado acadêmico, que nos enebriava, logo foram sucedidos pelo sacolejar de pelejas que se prenunciavam na política. Surgiram, então, rebeldias e manifestações de desapeço que, nas Arcadas encontraram seu grande refúgio. Por um lapso, como se o tempo houvesse parado, largamos a rota predeterminada e nos atiramos às reivindicações e à luta. Mas, ainda em tempo, deixando para trás as clarinadas e os tropéis, volvemos de novo aos cavalos-de-força da inteligência e prosseguimos para ouvir as últimas lições que nos preparariam futura missão construtiva.

Nos últimos anos do curriculum quinquenal já despontavam as definitivas escolhas: uns seriam advogados, outros juizes, e, quiçá, ainda outros, entrariam pelos mil caminhos que o bacharel ousa enfrentar, no seu quase ecletismo e na universalidade de sua formação.

Ainda trazíamos nos ouvidos a sólida cultura de um Mário Mazagão, a cristalina exegese de um Augusto César, a síntese coloquial de Sampaio Dória, e a sutil ironia do brilhante Almeida Júnior. Guardávamos, ainda na memória, as lições escorreitas e abalizadas de Ernesto Leme, ou os comentários precisos do afável Gabriel de Rezende Filho, quando, prestes a descermos as nobres escadarias da faculdade, prestes a enfrentarmos a realidade da vida, muitos de nós já haviam definitivamente encontrado resposta à grande pergunta do porvir.

Recém-saído da afamada escola, o desembargador de amanhã, seguro da vontade de vencer, começou o seu caminho: primeiro como Promotor Público; depois no Gabinete da Secretaria da Justiça; logo a seguir entrando definitivamente para a magistratura e encontrando-se como Juiz Substituto na comarca de Araraquara, já em 1940.

Como Juiz de Direito, a partir de Cananéia, andou exilado de seus meios sociais pelo interior do Estado, enquanto na quietude das cidades tranqüilas se abastecia de farta bagagem jurídica

para surgir, apenas 14 anos depois, como Juiz Substituto de 2.^a Instância. E, prosseguindo na ascensão persistente e assaz rápida, ingressou como Juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo nos primórdios de 1959, do qual foi, sucessivamente, Vice-Presidente e Presidente.

Por seus merecimentos e inconfundível dedicação aos misteres da magistratura, foi indicada, em plenária de Junho de 1965, do Tribunal de Justiça de São Paulo, para exercer o altíssimo cargo de Desembargador, em cujo desempenho pôde ainda mais realçar os seus dotes naturais de arguto intérprete da lei e de profundo conhecedor dos fatos humanos, elaborando abalizados votos e resplendentes pronunciamentos que os anais forenses hão de guardar para ilustração dos que lhe seguirem o árduo e benéfico apostolado. Não se olvidando dos liames acadêmicos e na devolução de quanto dos mestres recebera, aceitou a cátedra de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, desde março de 1959. Serviu, ainda, a causa da justiça como Presidente da Associação dos Magistrados e como Corregedor-Geral, sendo finalmente eleito Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, para o biênio de 1974/1975. E, na destacada função que hoje desempenha, é o único de nossa turma de bacharéis de 1935, que tenha empunhado chefia de um dos três poderes da república, não obstante o fato de que a mesma grei produziu tantos outros Juízes talentosos e devotados, tais como: Odilon Costa Manso; Manoel Augusto Vieira Neto; Raul da Rocha Medeiros; Manoel Mendes França; Jonas Coelho Vilhena; Humberto Andrade Junqueira; José Eduardo Coelho de Paula; Zigler de Paula Bueno; Lauro Malheiros e José Machado de Assis Moura.

Alçando-se à galeria dos Presidentes do Colendo Tribunal deste Estado, o assinalado amigo, José Carlos, faz com que neste momento, em sua digna pessoa estejamos outrossim rendendo honras merecidas ao Excelso Pretório e à própria magistratura paulista.

Recordemos, pois, muito de passagem, como convém à brevidade que já nos escapa de algum modo, a história centenária do atual Colégio de Magistrados que foi criado, como Tribunal de Relação de São Paulo e Paraná - para julgar causas, em segunda e última instância e "para comodidade dos povos" - na expressão literal da Constituição do Império de 23 de março de 1824. Instalando-se, porém, somente em 1874, com sete membros, sob a presidência de Tristão de Alencar Araripe, ouviu-se de todos, no velho recinto, o juramento solene e grave de "servir, bem e fielmente, o cargo de Desembargador, mantendo a constituição, as leis do Império, administrando justiça, com boa e sã consciência". Eram as primeiras vozes credenciadas de tantas outras que, sobrevivendo a República, comporiam a plêiade dos ilustrados varões a preencherem as fileiras do Tribunal de Justiça, que funcionou como tal desde 1892, permanecendo válido e intangível, até hoje, a despeito das sucessivas mutações políticas que nem de leve tocaram sua inibibilidade e autonomia.

Celebrems, ainda, embora de relance; as pessoas dos nobres instrumentos da justiça, os juízes, perpétuos na imortalidade de sua missão, altaneira e devotada, que através da jurisprudência não somente interpretam a lei, como a suplementam, a humanizam, vivificam e rejuvenescem; que, muitas vezes, no desempenho do chamado "poder pretoriano", possuem e exercem uma faculdade ampla de criação jurídica, suprimindo lacunas dos diplomas vigentes, e concorrendo de fato para a formação de um direito normativo.

Foi aconselhável e apropriado, sem dúvida, que assim tenhamos recordado e celebrado a judicatura, nós advogados, que nela sempre temos visto a competência, a dignidade e a honradez,

Como é apropriado que festejemos, neste passo, o eminente amigo e ilustrado Juiz, que hoje bem representa a magistratura e se tornou em definitivo aquele que intrinsecamente sempre fora, desde os verdes anos: um bom, um justo, um homem, um exemplo!

Havia razões sobejas para esta homenagem, caro amigo José Carlos, egrégio Desembargador, Ferreira de Oliveira, havia razões de sobra para que seus colegas dos bancos escolares, das pugnas acadêmicas, das cátedras e dos tribunais; para que seus amigos e seus admiradores, enfim, lhe viessem agora e aqui ratificar a estima e rescaldar o genuíno apreço, neste momento de revisão de sua vida bem vivida e bem doada em favor do lar, da sociedade e da pátria.

Motivos, para tanto, possuímos especialmente nós, da turma de 1935, que unidos sempre estivemos, distantes muitas vezes, embora, mas unidos sempre na cordial lembrança da mocidade de que juntos desfrutamos.

Especialmente os de 1935 temos razões para esta afetuosa e justa oferta, aplaudindo neste momento, dentre nós estupendo vencedor, sem nos esquecermos também dos que se foram, deixando na saudade a certeza, como disse o poeta:

"Que há uma alma em cada gesto e em cada passo Das horas que se vão; Pois fica a sombra de

seu véu no espaço Fica o silêncio de seus pés no chão".

E, a despeito da partida de muitos, os que ficamos bem sabemos que em cada um de nós havia e resta um pouco de todos.

Bem sabemos, sobretudo, que em José Carlos Ferreira de Oliveira se amalgamou, se cristalizou, se fundiu e se retemperou a essência das aspirações de todo o seu grupo de colegas e amigos, e que ele representa, se não o que somos, ou fomos, melhor ainda o que gostaríamos de ter sido! E que a nobreza de sua alma desafia o fulgor de seu talento!"

Após o discurso do Doutor Luiz Adolpho Nardy, que foi longamente aplaudido, - usou da palavra o homenageado, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, - que proferiu a seguinte oração:

"MEUS AMIGOS.

Esta cativante homenagem, verdadeiramente excepcional e muito além de meus méritos, causa-me funda emoção e orgulha-me sobremaneira pelo que representa.

Bem sei que a distinção se deve a uma insopitável manifestação de afetuosidade e carinho de antigos colegas de ginásio e da gloriosa Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, coadjuvada ainda por diletos companheiros de magistratura e outros amigos mais chegados, aos quais, por isso mesmo, averbo de suspeição por amizade íntima. Este sentimento admirável, que traz em si o de solidariedade, basta para explicar a iniciativa generosa.

Entretanto, como há honrarias que ninguém pode receber particularmente porque, pela própria natureza, transcendem à órbita individual para se projetar na função pública em que esta investido, não hesito em recebê-la como um preito de veneração à Justiça paulista.

A razão está em que o magistrado não pode se dissociar do seu cargo e de sua relevante missão senão no recesso do lar.

A maior parte de minha vida, inspirada nos bons exemplos paternos e nos preciosos ensinamentos dos Jesuítas, tem sido consagrada à instituição da magistratura, que amo desveladamente.

Após curto estágio pela advocacia e pelo Ministério Público, vislumbrei a minha vocação de magistrado e com ela me identifiquei por completo, fazendo-a um verdadeiro apostolado.

Os primeiros anos da judicatura foram de intenso labor e exigiram sacrifícios de toda a ordem. Venci gradualmente as dificuldades que se interpuseram em meu caminho com ânimo forte e fé em Deus, que nunca me abandonou em momento algum. Oxalá, tivesse eu, naquela época, a visão e a experiência que se adquirem na idade provecta.

Passsei por Cananéia, São Joaquim da Barra e São João da Boa Vista, procurando manter o prestígio do Judiciário pelo trabalho honesto e profícuo, com absoluto respeito da lei e sem favorecimentos a quem quer que fosse. Conquistei bons amigos que ainda hoje conservo e reverencio, pelos predicados morais de que são portadores.

Jamais olvidei aquele conceito lapidar de Montesquieu: - "A magistratura togada, cuja função específica é fazer viver a lei, como expressão humana e social da santidade do direito, e, sem nenhuma dúvida, um grande poder espiritual, que desde a aurora da civilização vem lutando contra o que Tolstoi em um drama sublime chamou de "Poder das Trevas".

Foi em São Joaquim da Barra, quando ainda bem jovem, que conheci Chiquinha, minha querida esposa e companheira de todas as horas. Construí um lar feliz, enriquecido posteriormente por seis excelentes filhos, que só me propiciaram alegrias e a tranquilidade necessária para bem exercer as minhas árduas funções.

Lá, no interior, o trabalho me retemperou o caráter, aclarando o entendimento e despertando, cada vez mais, o amor pelo estudo e pelas coisas da Justiça.

A jornada foi difícil mas valeu a pena. Deus me recompensou generosamente, muito além do que eu merecia.

Compreendi então que os homens públicos nada valem como pessoas senão pelo que encarnam e produzem em benefício da comunidade. Eles passam e desaparecem fugazmente.

Diversamente, perduram e permanecem as suas obras, ideais e pensamentos em favor das instituições a que servem. Seus exemplos frutificam e estimulam os que lhe seguem os passos, edificando silenciosamente, com pertinácia e segurança, os alicerces de uma nova concepção de vida e de comportamento.

Esta a razão do meu sucesso profissional que viria a ocorrer nesta Capital, quando pude enfrentar a avalanche dos serviços forenses sem desânimo e sem desfalecimentos, impulsionado pelo ideal de dignificar a toga e bem servir a coletividade bandeirante.

Daí a minha perene gratidão aos que me homenageiam nesta oportunidade, para honra e glória

minhas, porque vejo nesse gesto um sentido mais profundo e construtivo: o de engrandecer o Poder Judiciário de nossa terra.

Só os homens civilizados e . verdadeiramente bem intencionados reverenciam os seus juízes, pois o grau de civilização de um povo se mede pelo seu padrão de Justiça, no feliz conceito de Bentham.

A Justiça, nas democracias, é significativamente o esteio e a salvaguarda das liberdades individuais e o fator primordial de equilíbrio nas relações sociais, inclusive naquelas entre governantes e governados. Dela dependem a tranqüilidade e a ordem sociais para o trabalho profícuo, gerador da prosperidade e bem estar do povo, que é a meta primordial da Justiça. E a história do Egrégio Tribunal de Justiça de S. Paulo registra a passagem inesquecível pelos seus quadros de grandes vultos das letras jurídicas, que projetaram o nome do Estado no cenário jurídico nacional. E mais do que isso: de juízes no real sentido da expressão, que nobilitaram a sua toga e se tornaram credores da nossa eterna gratidão pelo muito que fizeram em prol da grandeza de S. Paulo, num trabalho silente, fecundo e meritório.

Ainda recentemente, por ocasião dos festejos comemorativos do centenário do nosso Sodalício, exaltamos justificadamente as figuras extraordinárias dos seus juízes do passado, alguns dos quais abrilhantaram igualmente o Colendo Supremo Tribunal Federal.

Mas a atual geração de juízes paulistas não desmerece as tradições da gente de Piratininga, porque tem plena consciência de suas responsabilidades e acendrado amor pela instituição. Esta, subsiste, entre nós, pura e intangível em seus alicerces, a despeito dos abalos sociais e políticos que têm afligido a nossa Pátria, de quando em quando, desde a proclamação da República.

Enfrentando o ritmo acelerado da vida hodierna, em que a evolução dos costumes e das idéias se processa rápida e irresistivelmente, inclusive pela reformulação de toda a nossa legislação, os magistrados de hoje têm sabido manter bem alto o facho da Justiça e a sua imagem em todo o território do País.

Como sociólogo, o juiz moderno sente e pulsa de acordo com as tendências e fatos que o cercam e envolvem, como também não olvida os fundamentos imperecíveis da ciência do direito que vêm resistindo aos embates do tempo e produzindo tantos frutos benéficos.

Segundo Jellinek, o direito é a coluna vertebral da sociedade porque representa aquele mínimo ético estritamente indispensável à convivência social.

E agora que me cabe a grave e pesada responsabilidade de comandar o Poder Judiciário do Estado, por nímia confiança dos meus pares, conto com a inspiração Divina e a sua decisiva ajuda para transpor as dificuldades da ingente missão e levá-la a bom termo. Confio em que os meus prezados colegas, todos de alto porte intelectual e moral, não me faltem com seus conselhos e a sua colaboração a fim de que se preserve a dignidade e o prestígio da instituição, a exemplo do que ocorreu com os meus ilustres antecessores.

Já se afirmou que se a lei é a segurança do cidadão, o Juiz é a garantia da lei. Certo que esta, por vezes, tolhe e embaraça a ação da Justiça, porque divorciada da realidade da vida.

Assim tem acontecido em nossa querida Pátria, de alguns anos a esta parte, por um injustificável espírito de centralização e unitarismo na esfera federal no trato de problemas relativos à Justiça, sobretudo no que toca à legislação processual civil e penal.

Num País como o Brasil, de dimensões continentais e em que não se podem negar as disparidades; regionais, é intuitivo que a Constituição da República deveria outorgar aos Estados uma ampla competência supletiva à da União, notadamente em matéria de processo, para que a organização judiciária estadual pudesse atender às peculiaridades locais.

Se o Judiciário paulista madrugou na iniciativa de criar Tribunais de Alçada e Varas Distritais nesta Capital, colhendo opimos frutos de sua experiência pioneira, provou, sem dúvida, a sua capacidade elaborativa para que a distribuição da Justiça se opere cada vez com mais eficiência e dinamismo.

Muito mais haveria de fazer, é óbvio, se adotada a solução constitucional ora preconizada: - poderia instituir novo sistema processual, singelo e rápido, para o julgamento de pequenos delitos e contravenções, como também para o desate de controvérsias cíveis do menor tomo. Bastaria a instalação de tribunais permanentes, de categoria inferior, que funcionariam no período diurno e noturno. Com essa providência, beneficiar-se-ia o povo, economizando-se-lhe tempo e dinheiro e restaurando-se de pronto a sua tranqüilidade.

Outro entrave constitucional, imposto aos Tribunais de Justiça dos Estados, está no prazo de vigência compulsória de cinco anos para as Resoluções sobre organização judiciária.

Esse lapso de tempo, tolerável nas menores unidades da Federação, é excessivo para os grandes Estados, como São Paulo, onde mais se acentua o desenvolvimento atual de suas atividades industriais, agropecuárias e de outra natureza, a par do aumento de sua população.

Cumprir extirpar aquele prazo, deixando a iniciativa das Resoluções ao prudente critério dos Tribunais de Justiça dos Estados.

São essas as sugestões que ousou formular, sem quebra do princípio da integração nacional, transmitindo-as respeitosamente a consideração de nossos honrados e eminentes dirigentes da República, de cujo patriotismo a ninguém é lícito duvidar.

Sua oportunidade parece patente, pois, no momento se fala e se cogita de reforma constitucional para reestruturar o Poder Judiciário da Nação, a fim de adaptá-lo melhor às imperiosas necessidades do progresso decorrente da expansão do País.

Eis aí, a mensagem do Judiciário de S. Paulo, desta unidade federativa predestinada a servir a Nação em todos os setores de suas atividades, sem qualquer sentimento de regionalismo e apenas com o patriotismo inequívoco que herdamos do espírito indomável dos bandeirantes. Meus queridos amigos.

Chego ao término de meu discurso, rogando a indulgência do preclaro auditório pelo muito que me alonguei. O abuso, no entanto, se deve ao estímulo de sua honrosa presença neste banquete, que me desvanece sobremodo.

Agradeço de coração, primeiramente, aos meus colegas de turma dos bancos acadêmicos, a carinhosa iniciativa desta homenagem. A eles estou unido indissolúvelmente por antiga e estreita amizade, cercada de recordações amoráveis da nossa juventude. A nossa amizade, pela antiguidade e pela fidelidade, desmente as palavras amargas do autor dos "Essais", atribuindo-as a Aristóteles: "ó meus amigos, um amigo é coisa que não existe". Diversamente, a amizade atinge sua irradiação total na maturidade da idade e do espírito, como proclamou Cícero.

Ao seu primoroso intérprete - Luiz Adolfo Nardy - advogado dos mais conceituados e orador consagrado, a quem tanto estimo e admiro, o meu abraço agradecido pelas generosas expressões a meu respeito.

Aos diletos amigos e colegas de magistratura, reafirmo a minha gratidão pela sua confiança e constante apoio em todos os lances de minha carreira. A sua presença, ao meu lado, nesta noite, fortalece o meu ânimo e revigora a minha fé na instituição.

Ao valoroso Ministério Público e às nobres classes dos advogados e serventuários de justiça, aqui tão bem representadas pelos seus líderes incontestes, asseguro o meu reconhecimento e a solidariedade fraterna da magistratura paulista.

Ao digno e dinâmico Secretário da Justiça, aqui representando o honrado Governador do Estado, sempre solícito para com o Judiciário, o meu apreço agradecido pelo seu significativo comparecimento a este banquete.

Agradeço ainda a presença honrosa do Deputado Mantelli Neto, ora no exercício da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, que nunca faltou ao Judiciário, com o seu precioso apoio.

A outras altas autoridades presentes, amigos e parentes, que vieram me prestigiar e que me honram sobremaneira com o seu afeto e carinho, a minha gratidão imperecível.

A todos, em suma, devo muito e não sei como lhes pagar. Se posso afiançar que o calor de sua amizade e o sentimento de solidariedade humana em que me envolvem, ficarão gravados na minha memória e no meu coração.

Por derradeiro, quero partilhar esta excelsa homenagem com a minha querida e dedicada esposa, a inspiradora de minhas realizações e colaboradora diuturna de minhas vitórias.

Muito obrigado."

OS FUNDOS DE PENSÃO: UMA PENSÃO ESQUECIDA

O Governo prevê a regulamentação dos Fundos de Pensão e Aposentadoria, destinados à complementação facultativa dos benefícios desse tipo concedidos pela Previdência Social. Além do aspecto social de grande relevância, garantindo segurança econômica na velhice para uma grande faixa da população, cujos salários se situam acima dos tetos previdenciários, os fundos de pensão - constituem um dos principais mecanismos de carreamento de poupanças particulares para os mercados de capitais, representando assim, poderoso instrumento de suporte do desenvolvimento econômico nos países industrializados.

Como exemplo, basta citar os EUA, onde em 1970, esses planos privados cobriam

aproximadamente 35 milhões de pessoas e possuíam reservas de garantia num montante aproximado de 137 bilhões de dólares.

No Brasil, segundo Amílcar Santos ex-diretor do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, o quadro é diferente. Diz ele: "proliferaram entre nós as célebres caixas de pensões e sociedades mútuas de pecúlio. Explorando a credulidade e a boa-fé do povo, foram fundadas inúmeras sociedades que, servindo unicamente para enriquecer indivíduos desonestos, prejudicaram enormemente a disseminação do seguro. Como todas as sociedades que se fundam com espírito de especulação, e muito embora não repousassem em qualquer base técnica, tinham apresentação original e de natureza a atrair o público.

Amílcar Santos, relatando episódio do princípio do século, descreve um fenômeno que voltou a se repetir a partir da década de 60, bastando para isso substituir as expressões "Caixas de Pensões" ou "Sociedades Mútuas" por "Associações de Previdência" ou "Montepios".

Ao lado das Companhias de Seguros de Vida que operam planos atuarialmente sólidos, com constituição de reservas, cuja aplicação é rigidamente controlada pelo Governo e de algumas poucas instituições beneficentes ou mutualistas tradicionais e idôneas e, em concorrência com ambas, existe hoje uma verdadeira constelação de sociedades, em número sempre crescente, que utilizando a denominação genérica de "montepios", "associações de previdência" ou "grêmio" e operando sem qualquer fiscalização do Governo, oferecem aos incautos planos mirabolantes, absolutamente inviáveis, constituindo grave ameaça à economia popular.

Transcrito de "O Estado de S. Paulo"

II - CONGRESSO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL

Realizou-se em Madrid, Espanha, de 30 de setembro a 5 de outubro último, o II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DERECHO REGISTRAL, no qual tomou parte uma luzida Delegação de nosso País, que ali foi enviada pelo INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, em atenção a convite que para tal fim lhe foi endereçado pelos promotores do Conclave aludido.

Essa Delegação, - que teve a chefia-la. o Presidente não só do mencionado INSTITUTO, como, também, de nossa ASSOCIAÇÃO, Sr. JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, - apresentou vários trabalhos que foram muito apreciados pelos demais participantes do Congresso, tendo honrado, sobremaneira, o nome do Brasil, e a cultura jurídica de seus autores.

Naturalmente, o próximo número da Revista do INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL trará estampado o noticiário completo do que foi o simpósio em causa, e a publicação, na íntegra, das teses expostas por diversos componentes de nossa Delegação, - a quem cumprimos, com satisfação, pelo sucesso alcançado.

Essas congratulações as estendemos, de forma mais particular e efusivamente, ao Presidente daquelas duas entidades de nossa classe, por haver sido eleito Vice-Presidente do Congresso, - fato que constitui mais uma distinção conferida ao nosso País.

SCHERER CRITICA O INDIVIDUALISMO

O cardeal Dom Vicente Scherer apontou ontem o egoísmo e a identificação do erotismo com felicidade com as principais causas das separações dos casais nos dias de hoje. Acha o cardeal que o individualismo exacerbado é mais importante na destruição dos lares que as dificuldades de ordem econômica.

"Entre os fatores negativos que provocam a frustração das doces esperanças de um número impressionante de novos esposos - disse Dom Vicente, Scherer, em seu programa "A Voz do Pastor", em Porto Alegre - os de ordem econômica são até secundários. Os principais são de ordem moral: o descontrole temperamental, o egoísmo indomado, debilidade da vontade incapaz de um esforço perseverante e a identificação do egoísmo com felicidade, todas manifestações de um individualismo exacerbado".

Para o cardeal, esses fatos deploráveis são fruto "de uma educação falha e ineficaz para as responsabilidades e os compromissos recíprocos que os cônjuges assumem no matrimônio, sociedade e comunhão de vida, de trabalho e de amor". Scherer falou a respeito do "Dia da Família" que se comemora em 8 de dezembro.

Reconheceu que as condições precárias de existência dificultam e podem até destruir a normalidade da vida conjugal: "Sem alimentação, conveniente, sem garantia de assistência

médica, sem alimentação adequada, enfim, sem recursos para nível razoável de vida, como se manterão no convívio diário a alegria, a tranquilidade de espírito, a coesão familiar?" Mas observou que os sofrimentos e as privações podem manter "os corações unidos, a esperança acesa, o animo forte, compensando-lhes a falta de bens materiais", que no entanto também devem ser reclamados para se chegar a uma felicidade completa".

EROTISMO

Scherer fez questão de frisar que "a atual expansão epidêmica de erotismo e a glorificação da sexualidade libertada de qualquer restrição ética, abandonada inteiramente aos caprichos da vida instintiva, causarão a curto ou longo prazo prejuízos irreparáveis à estabilidade da família e, por conseguinte, aos genuínos interesses dos indivíduos e da nação".

Forças poderosas e avassaladoras parecem estar em ação contra a cidadela da família, é a impressão do cardeal de Porto Alegre. "Uma indústria organizada e influente explora a obscenidade que corrompe jovens, famílias e instituições. Uma minoria ativa e sem escrúpulos dedica-se, com exclusivos intuitos de lucro e de enriquecimento fácil, a este torpe comércio, utilizando-se em larga escala dos meios de comunicação social. A influência desses recursos supera os meios de persuasão da Igreja e de outras confissões religiosas que no passado, em nome da dignidade humana e apoiadas em exigências do Evangelho, com maior êxito apontavam os caminhos que asseguram o necessário equilíbrio e a natural hierarquia das forças e tendências físicas e espirituais do homem.

Relembrou a respeito a decadência de "brilhantes e poderosas civilizações da antigüidade que desapareceram arrastadas com ímpeto vertiginoso no declive em que perigosamente vai entrando ou já avançou o mundo contemporâneo".

IMPACTO

"Mais talvez que outras instituições particulares ou públicas disse Dom Vicente Scherer - a família sobre o impacto traumatizante das transformações econômicas e sociais em curso. Principalmente nos grandes centros urbanos caíram em boa parte os esteios protetores e desfez-se a sólida moldura dentro da qual a família tradicional encontrou intimidade afetuosa, união, defesa, estabilidade, segurança econômica, inserção na comunidade civil e religiosa da aldeia e da pequena cidade".

"A firme e indiscutida autoridade paterna - continuou - no pequeno reino fechado, constituía-se em fiadora do cultivo de austeras tradições de honra, de comportamento e de religiosidade. Todos sabem e observam quanto tudo isto hoje está mudado nas cidades e vai desaparecendo cada vez mais".

"Todos nós que tivemos a ventura de nascer e de nos educar no seio de uma família cristã, harmoniosa e unida, bem conhecemos e avaliamos devidamente sua insubstituível influência no desenvolvimento seguro e equilibrado da personalidade" disse dom Vicente Scherer.

De "O Estado de S. Paulo"

"O MUNICÍPIO NO BRASIL E SUA FUNÇÃO POLÍTICA" **(Por Brasil Bandecchi)**

Publicado em separata da REVISTA DE HISTÓRIA, vem de nos chegar às mãos a segunda edição do excelente estudo realizado pelo Sr. BRASIL BANDECCHI sobre o Município e o nosso País e sua função política.

Segundo esclarece a nota explicativa que precede o texto do notável trabalho, a primeira edição deste veio a lume na Coleção daquela Revista, sob n.º XL, dirigida pelo Prol. Dr. Eurípedes Simões de Paula.

Em face, todavia, do interesse despertado pelo assunto objeto do referido ensaio, - logo essa edição se esgotou, o que induziu o Prof. Simões de Paula a reeditá-lo, por partes, em os números 90, 92, 94 e 95 da Revista aludida.

Andou bem em fazê-lo o ilustre diretor deste importante órgão de divulgação cultural - pois o estudo do conhecido historiador paulista, pela objetividade e clareza com que aborda a matéria de que trata, merece a mais ampla difusão.

Constituindo o relato fiel da evolução do Município entre nós, a partir dos primórdios de nossa História, entendemos que um trabalho de tal porte deveria figurar nas bibliotecas das Câmaras Municipais de todo o País, para fins de consulta por parte de quantos se interessassem pelo conhecimento da matéria que o informa.

Ao Dr., Brasil Bandecchi, que além de advogado no foro desta Capital exerce o magistério não só na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como também na de Franca, e cujos méritos de historiador todos reconhecemos, - cumpre-nos agradecer a oferta, que nos fez, deste seu último trabalho, cuja publicação somente agora temos a oportunidade de noticiar.
O.F.T.

SOCIAIS

AO CAIR DAS FOLHAS

Foi talvez em Maiorca
num torvo dia
crepuscular...
Tudo, por toda parte,
naquele fim de outono,
oferecia uma expressão
de amargor e abandono ...
- Ao piano,
de olhos parados na paisagem
desoladora e aflita,
- o divino Poeta do Som,
medita...
E parece escutar
o lamento das coisas,
o clamor dos sonhos mortos...
- Ao longe,
árvores esgalhadas,
os longos braços nus
levantavam, para o alto,
em suplicações...
E como se assistisse
à dissipação das próprias ilusões
- vê as últimas folhas
se desprenderem delas,
hirtas, secas e amarelas,
bailarem no ar,
por um momento,
ao sibilar da música do vento,
e após tombarem, langues, no
- E o Poeta, absorto
na rememoração
de seu passado morto,
esquece o trágico destino
de seu fim, já
Depois,
como que
lento,
da
chão...
próximo...
despertando,
introversão,
desse momento,
- seus dedos pálidos distende,
e, rápidos, desliza
pelo teclado alvo
do mágico instrumento!
- Do piano, então,
ao contato de suas mãos ciriais,
- no sortilégio da Improvisação -

soltam-se notas peregrinas,
rompem acordes imortais
- e todo ar se expande
em vibrações divinas! ...

Fontes Torres
São Paulo, 1947.

DE MEU ARQUIVO...

"Elegia do Exílio"

(Carta a José Escobar de Faria)

Prezado amigo:

Luto com unia falta de tempo incrível, - e, por esse motivo, somente hoje me é possível escrever-lhe, para lhe agradecer a gentileza, que teve, de me brindar com um dos exemplares de seu último trabalho.

Sem qualquer intenção de lisonja, devo dizer-lhe que, "Elegia do Exílio", pela transcendência de seu conteúdo poético, me agradou sobremaneira.

Embora eu não participe de suas preferências pelos cânones herméticos, - reconheço, entretanto, que, sendo a Arte uma só e múltiplos os meios de servi-la, deve, todo aquele que a pratica, desfrutar a liberdade mais ampla de tecer o seu estilo e dar ao seu pensamento a fórmula que melhor exprima as tendências de seu espírito.

O essencial, a meu ver, é que, - sejam quais forem os moldes adotados, neles subsista a beleza porventura alcançada, e que, através de sua clara percepção, ou simples entrevisão, se possa sentir a presença dessa onda emotiva que põe em correspondência a alma do Poeta com aquelas outras, que lhe são esteticamente afins.

Ora, na minha opinião, o amigo atingiu, plenamente, esse alto objetivo em seu Poema, - pois, a despeito da expressão formal em que o vazou, nele permanece, contagiante e visível, a beleza do ideal alcançado pela sua emoção criadora, - traduzido nesse cântico de uma alma que, exilada em terra estranha, pela qual vagueia, solitária, entre "abissais caminhos", se sente nostálgica da pátria elísea de que proveio, - onde "perpétua é a aurora" e o "eterno nos visita os sonhos".

Está, pois, você de parabéns, pela publicação desse trabalho, e às felicitações que, decerto, por tal evento, já deve ter recebido, peço junte, também, as minhas.

Renovando-lhe, assim, os meus agradecimentos, subscrevo-me, com a mais viva simpatia e apreço, seu amigo "ex conde".

Oscar Fontes Torres

São Paulo, aos 20 de dezembro de 1952.

A NATUREZA DOS SONHOS

Erich Fromm

As opiniões sustentadas a respeito da natureza dos sonhos variam enormemente através dos séculos e das diversas culturas. Todavia, quer se creia serem os sonhos experiências reais de nossas almas separadas dos corpos durante o sono, quer se sustente serem eles inspirados por Deus ou por maus espíritos, quer se veja neles a expressão de nossas paixões irracionais ou, ao contrário, de nossas faculdades mais elevadas e mais morais, não há controvérsia quanto a uma idéia: a de os sonhos serem significativos e importantes. Significativos, por conterem unia mensagem inteligível quando se possui a chave para a tradução. Importantes, por não sonharmos com coisa alguma que seja banal, malgrado possa exprimir-se numa linguagem que esconda a importância da mensagem onírica por trás de uma fachada trivial, Só nos últimos séculos houve um afastamento radical deste modo de ver. A interpretação dos sonhos foi relegada ao domínio das superstições, e a pessoa esclarecida, instruída, leiga ou cientista não tinha dúvida de serem os sonhos manifestações sem sentido e sem importância de nossas mentes, no máximo reflexos de sensações corpóreas experimentadas durante o sono. Foi Freud, no dealbar do século XX, o revigorador da antiga concepção: os sonhos são simultaneamente significativos e importantes; não sonhamos nada que não seja uma expressão relevante de nossa vida interior e todos os sonhos podem ser entendidos se dispusermos da

chave; a interpretação dos sonhos é a "via regia", o principal caminho para a compreensão do inconsciente e, por conseguinte, a mais poderosa força motivadora tanto do comportamento patológico quanto do normal. Além desta afirmação geral sobre a natureza dos sonhos, Freud reafirmou de maneira enfática, e um tanto rígida, uma das mais antigas teorias: o sonho é a consumação das paixões irracionais reprimidas quando estamos acordados.

Em vez de apresentar agora a teoria de Freud sobre o sonho e outras mais antigas, voltarei a elas num capítulo posterior. Neste ponto, examinarei a natureza do sonho tal como vim a compreendê-la, com a ajuda da obra de Freud e com resultado de minha experiência própria como sonhador e como intérprete de sonhos.

Visto não haver nenhuma expressão de atividade mental ausente do sonho, creio como única descrição da natureza dos sonhos que não deforma nem restringe o fenômeno aquela bem ampla segundo a qual sonhar é uma expressão significativa e importante de qualquer gênero de atividade mental durante o sono.

Evidentemente, esta definição é por demais genérica para ser de muita valia na compreensão da natureza dos sonhos, a menos que possamos dizer algo mais explícito acerca do "sono" e do efeito particular desta situação em nossa atividade mental. Se pudermos verificar qual o efeito específico do sono sobre nossa atividade mental, poderemos descobrir muita coisa relativamente à natureza do sonho.

Fisiologicamente, o sono é uma situação de regeneração química do organismo: a energia é recuperada enquanto cessa toda ação e até a percepção sensorial fica quase inteiramente desligada. Psicologicamente, o sono suspende a principal função caracterizadora de nossa vida quando acordados: a de reagir à realidade por meio de percepção e ação. Esta diferença entre as funções biológicas da vigília e do sono é, de fato, uma diferença entre dois estados de existência.

A PROPRIEDADE PÚBLICA IMOBILIÁRIA E OS ATOS DE SUA AQUISIÇÃO OU TRANSMISSÃO

Hubert Vernon L. Nowill

Não se surpreendem os estudiosos com as confusões, geralmente ocorrentes, entre os campos de atuação do Direito Público e do Direito Privado, especialmente nas linhas próximas que extremam os limites resultantes dessa dicotomia. E não se surpreendem porque, se bem que reconhecida tematicamente a supremacia dos princípios daquele sobre os deste, há todo um processo de formação jurídica, de tradição inequívoca, que vem sublimando de maneira marcante a influência privativista ou civilista do Direito, não propriamente com sentido de antagonizá-lo com os princípios publicistas, mas sim como decorrência de um certo desinteresse no estudo mais aprofundado dos postulados que substanciam o Direito Público.

É evidente que certas normas de Direito Privado se aplicam integralmente para, regular atos que se encerram no campo do Direito Público. Mas não menos certo é que essa aplicação não é absoluta ou excludente dos princípios publicistas que, por vezes, e pela própria natureza, impedem e excluem essa tutela, para reclamar uma própria, natural a sua substância eminentemente pública.

A questão referente aos bens públicos, por exemplo, no que tange aos atos de aquisição ou transmissão de domínio, tem sido tratada, nos estados e municípios, sob a égide da exclusiva aplicação dos princípios privativistas.

Desconsidera-se, para isso, que os bens públicos, que o Código Civil distingue, literalmente, dos do domínio privado, dando-lhes classificação absolutamente própria, podem ser adquiridos por outros meios que não os estabelecidos nas formas privadas; ignora-se, para tanto, a aquisição pela afetação ou pelo "concurso voluntário", sem forma especial; desconhece-se que sequer o direito privado chega a discipliná-los, limitando-se, ao meramente classificá-los, em repetir conceitos publicistas, como muito bem comenta Clóvis Bevilacqua: "Há, nesta classificação, de incontestável importância, no Direito Civil, uma acentuada influência do Direito Público sobre o Direito Privado."

Como este, porém, é subordinado ao público, limita-se a receber-lhe os conceitos sem procurar discipliná-los" (Cód. Civil Comentado, vol. 1, página 315).

Decorre desses postulados publicistas o princípio de que os atos de aquisição ou transmissão de domínio de bens públicos, ou outros de direito real, deveriam dispensar os atos de tabelionato, lavrando-se os em livros próprios dos respectivos poderes públicos. Igualmente dispensável seria a transcrição, no sentido em que o Código Civil a conceitua como forma de aquisição da propriedade imóvel ou de direito real, porque no Direito Público a aquisição se efetiva também por meios outros que não somente os estatuídos pelo Direito Privado, como já se enfatizou. Nem se poderia alegar o caráter de publicidade que a transcrição enseja, tornando de todos conhecível um ato realizado entre partes, mesmo porque essa publicidade é imanente a todo e qualquer ato de Direito Público.

Em seu Tratado de Terras do Brasil, edição 1960, vol. I, página 191, Linhares de Lacerda diz que o Supremo Tribunal Federal já entendeu que "as pessoas jurídicas de direito público interno não estão sujeitas às restrições do Código Civil, quanto à forma dos contratos elaborados, inclusive as que importem em alienação de bens, podendo isso ser feito por simples decretos, por termos lavrados em seus livros ou ainda por títulos expedidos por suas repartições, desde que a autoridade tenha poderes para essas alienações, e que tais títulos não estão sujeitos à formalidade de transcrição para prova de domínio".

No que concerne à esfera federal, o decreto n.º 9.760, de 5-9-44, que trata, entre muitas coisas, dos bens imóveis da União, já estabelece, em seu artigo 138, que "os termos, ajustes e contratos concernentes à alienação de imóveis da União, poderão ser lavrados em livro próprio do órgão do SPU, bem como, quando as circunstâncias aconselharem, na repartição arrecadadora da Fazenda Nacional, situada na localidade do imóvel", aditando, em seu parágrafo 1.º, que "os atos praticados na forma deste artigo terão, para qualquer efeito, força de escritura pública".

Se a União, quanto aos seus bens imóveis, já tem disciplina legal que lhes regula a formalidade do ato de alienação, os municípios e os estados, pelo que se conhece, à falta dela, vem segundo, na prática, as regras do Direito Civil, abdicando, naturalmente em razão das dificuldades de ordem fática que podem decorrer, de pugnar pela prevalência dos princípios doutrinários que sustentam a dispensabilidade dos atos de tabelionato.

A grande barreira que se levanta quando se pretende discutir o assunto, e sempre a Lei dos Registros Públicos, cujos dispositivos referem a transcrição vinculada à exigibilidade da escritura pública. Mas a verdade é que os bens públicos estão fora do alcance dessa legislação, que a eles não se aplicaria necessariamente, pela própria natureza de sua classificação, que os distingue, singularmente, dos bens do domínio privado.

Mas, a se entender necessária a cristalização em texto legal do que parece evidente e que a doutrina já consagrou, quer por mera comodidade de hermenêutica, quer para afastar de vez qualquer possibilidade de discussão jurídica, então que se pugne para que a União, que tem competência normativa para tanto (artigo 8.º, XVII, e, da Constituição Federal), disponha, através de lei, que os Poderes Públicos, em geral, não estejam vinculadas à Lei dos Registros Públicos, como aliás, assim de certa forma também dispôs, quanto aos imóveis transacionados por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação (BNH).

Este assunto, de antigo conhecimento mas de rara abordagem, foi objeto de tese apresentada pelo advogado Cleuso Peres, do Município de São Paulo, no 1.º Encontro Nacional de Procuradores Municipais, realizado em janeiro deste ano, no Recife, de que participamos presidindo a comissão onde foi o tema discutido, abordado e posteriormente referendado pelo Plenário da Convenção, como recomendação especial

aos municípios brasileiros.

Transcrito da "A Tribuna", de Santos - de 10-3-74).

A DÚVIDA EM INSCRIÇÃO DE PENHORA

Desde que exista inscrição de compromisso de compra e venda, não pode haver ato semelhante de penhora contra o promitente, vendedor, tendo por objeto o mesmo imóvel. Foi o que decidiu o Juiz Álvaro Lazzarini, na 1.^a Vara de Registros Públicos, julgando procedente dúvida suscitada pelo Oficial do 2.^o Cartório de Registros de Imóveis desta Capital, em caso em que aparece como suscitada a Cosipa.

Efetivamente - assinala o juiz - a penhora recaiu, em 8 de janeiro de 1972, sob imóvel nesta Capital, transcrito sob n.^o 37.319 no 2.^o cartório de Registro de Imóveis. Entretanto, anteriormente, dito imóvel fora objeto de escritura pública de compromisso de compra e venda, datada de 31 de julho de 1970, escritura essa devidamente inscrita sob n.^o 25.504, em 18 de fevereiro de 1971. Assim, o imóvel penhorado ao titular da transcrição já estava gravado pela inscrição do compromisso de compra e venda, de modo a impossibilitar a inscrição da penhora. Note-se que se trata de imóvel não loteado, sujeito, pois, disciplina da Lei n.^o 649, de 11 de março de 1949, mesmo porque o contrato de compromisso de compra e venda é irrevogável e irretratável.

A inscrição de tal contrato - acrescenta o juiz - em data anterior à da prenotação da certidão de penhora, atribuiu-lhe o caráter de direito real, a que se refere SERPA LOPES, surgindo, portanto, consequências jurídicas relevantes, como sejam:

"1.^a) Inscrita urna promessa de compra e venda, essa inscrição estabelece uma prioridade e uma exclusividade, de vez que, diferentemente da hipoteca, a promessa de compra e venda não comporta gradações.

2.^a) Igualmente, a inscrição da promessa de compra e venda impede a inscrição de direitos reais posteriores que com ela sejam incompatíveis, ou pelo menos, subordina a sua eficácia à da promessa de compra e venda primeiramente inscrita.

3.^a) A inscrição da promessa de compra e venda é oponível a qualquer terceiro e dá ao promitente, comprador as ações reais ofensivas e defensivas inerentes ao seu direito, principalmente se, com a promessa de compra e venda, for transmitida a posse direta da coisa prometida" (SERPA LOPES, in "Tratado dos Registros Público", vol. III, 5.^a ed., 1962, Freitas Bastos, n.^o 478, pág. 222 e 224).

Assim - conclui - é indubitoso que a anterior inscrição da promessa de compra e venda feita pelo executado, e sua mulher a terceiros tem prioridade e exclusividade, que merecem ser observadas pelo suscitante, impedindo, ainda, a inscrição da penhora, por pleiteada posteriormente, tudo sem prejuízo das ações reais, ofensivas e defensivas, inerentes aos direitos do promitente comprador, turbados pela referida penhora.

Transcrito de "O Estado de S. Paulo"

PROTESTO DE TÍTULOS - OMISSÃO DO NOME DO AVALISTA NA PUBLICIDADE DO PROTESTO

José Ernesto de Lemos Chagas

Os jornais publicaram, recentemente, notícia sobre proibição, regulamentada em Brasília, de os cartórios tirarem o protesto de títulos de crédito contra o avalista. A notícia provocou inquietação entre os leitores ligados a atividades econômicas, chegando alguns setores a alegar que a inovação viria diminuir a segurança dos negócios comerciais, afetando seriamente o ritmo da economia.

Deve-se a medida, segundo os jornais, a provimento baixado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal com a finalidade de regular o protesto de letras de câmbio e outros títulos de crédito. A providência não constitui novidade. E, não apresenta efeitos negativos quanto à segurança do crédito, como em áreas restritas se aventa. Na realidade, ela nada tem a ver com a liquidez do título ou com a amplitude do direito de execução dos respectivo credor.

Os Cartórios de Protestos de São Paulo há muito tempo não tiram protesto contra o avalista.

Nessa conduta obedecem orientação do Juiz de Direito da Vara de Registros Públicos da Capital,

Corregedor permanente dos Cartórios.

Na atual fase de disciplinamento segundo os moldes descritos, a manifestação mais antiga, foi provavelmente, a que se contém no processo n.º 662-70, de autoridade do Juiz da Vara de Registros Públicos da Capital, Dr. Rui Geraldo Camargo Viana, em representação de iniciativa da Brasilwagen S.A. Importação e Exportação e publicada no Diário da Justiça de 5 de dezembro de 1970. Na sentença que proferiu, diz o magistrado: "Efetivamente, o Juízo, atendendo à letra da lei cambial, art. 29, item III, do decreto n.º 2.044, determinou que os cartórios de protestos intimem, em seus atos, apenas o sacado ou aceitante dos títulos apresentados. É que, na forma da lei, não tem os serventuários, atribuição de intimar outros figurantes do título, que, no teor do art. 30 do referido decreto 2.044, compete aos endossatários (avisos). Nem diverso é o sistema adotado pela Lei Uniforme que prevê o aviso dado pelo portador e pelos obrigados regressivos. Sempre a doutrina considerou suficiente, para fixação da responsabilidade cambial a intimação do responsável principal, pois, a rigor, e pela melhor doutrina, o protesto é do título e não das pessoas".

Registra-se, depois, um julgado do Tribunal de Alçada de São Paulo, proferido no processo n.º 167.097, de Americana, em 15 de dezembro de 1971, Rev. dos Tribunais junho/72, pág. 172, no qual o Tribunal, pela sua quarta câmara afirma: "O protesto de título cambial contra o avalista do emitente, é não somente incabível como desnecessário. O Oficial deve abster-se de tirá-lo, sob pena de cometer consciente afronta à Lei Cambial, e o magistrado deve impedi-lo por lhe cumprir a fiscalização dos atos de seus serventuários na obediência da lei".

Márcio Antônio Inacarato nos dá notícia de outro acórdão no mesmo sentido, proferido na Apelação n.º 158.655, publicado na Revista dos Tribunais, vol. 445/163, menção essa feita em ótimo trabalho sobre o Protesto Cambial, editado pelo Fisco e Contribuinte de janeiro de 1974, pág. 4.

O Supremo Tribunal Federal, por acórdão publicado pela Revista dos Tribunais vol. 408/432, proferido no Mandado de Segurança n.º 18.700, afirmou: "O protesto pode dar-se contra o emitente de promissória e não contra o avalista, mero garante solidário".

Também o Estado de Minas Gerais, pela Instrução 3/72, da Corregedoria de Justiça, recomendou que não fosse tirado o protesto contra os avalistas, intimando-se, apenas, sacado, aceitante ou emitente.

No mesmo sentido, foi o Provimento n.º 115/71 da Corregedoria Geral de Justiça da Guanabara. A orientação traçada pelos tribunais não afeta o direito dos credores por títulos de crédito, sendo certo que as decisões mencionadas estão em absoluta consonância com a lei.

O temor de que a proibição de protesto contra o avalista diminua a segurança do crédito é destituída de razão jurídica. A proibição do protesto dirigido ao avalista não implica redução de garantia. O protesto do título constitui o devedor em mora, sendo devedor nesse caso, tanto o emitente ou aceitante do título, devedor principal, com os respectivos avalistas. Tirado o protesto, estará atingido plenamente o alvo visado pela lei com o exercício daquela formalidade. A lei não condiciona a validade do protesto ao nome do protestado. Protesta-se o título, não o devedor.

Quando, abusivamente, era tirado o protesto contra o avalista punha-se em prática modalidade de coação ilícita, com características de chantagem, exercitada com o fim de obter, na fase do protesto, o pagamento do título por devedor apenas solidário.

Não é essa, porém, a função do protesto, senão a de constituir prova legal da falta de pagamento do título no vencimento, pelo devedor intimado a fazê-lo. Protestado o título, a prova de falta de pagamento que ele é, produz efeito contra todos, os devedores, principais e solidários, em conjunto ou isoladamente. De tal sorte que o credor, habilitando-se na ação executiva para receber o valor do título não pago, pode executar qualquer dos devedores ou avalista que escolher, independentemente de ordem de lançamento das assinaturas no documento.

A proibição do protesto personalizado não provoca, como se observa, redução alguma na garantia do credor, garantia essa que se exprime pela amplitude do direito de execução que lhe cabe sobre os bens do devedor, ou de seus avalistas.

Transcrito do "Diário do Comércio de S. Paulo" de 7-06-74.

É INCONSTITUCIONAL O DECRETO-LEI N.º 1.388, DE 23-7-74
Fernando Rudge Leite Filho

1. O recente Decreto-lei n.º 1.388 veio colher de surpresa os contribuintes do imposto sobre a renda, em meio o exercício fiscal, principalmente as pessoas físicas. Estas, com base na legislação revogada por esse diploma legal, haviam aplicado recursos em investimentos diversos, visando abatimentos de suas rendas brutas. Tais investimentos diziam respeito: a cadernetas de poupança, letras imobiliárias, reflorestamento, fundos de investimento, etc.
2. Seria possível, em curso o exercício fiscal, sem prévia e necessária autorização orçamentária o Poder Executivo editar validamente, novas normas sobre o imposto sobre a renda, modificando uma situação adquirida sob a égide de outras normas, ora revogadas? Seria lícito ao Poder Executivo aumentar a tributação no meio do ano, não só majorando alíquotas do imposto, como também, por força da redução dos incentivos, tornar maior a carga fiscal dos contribuintes?
3. Não era lícito, data vênua, ao Poder Executivo, aumentar tributos e diminuir o valor dos abatimentos e deduções, em meio o ano fiscal.
4. Pontes de Miranda comentando o § 29 do artigo 153 da Emenda Constitucional n.º 1, diz: "Não se cobram impostos, taxas ou contribuições não orçadas para o exercício. Se dele não consta algum imposto ou taxa, então é vedado cobrar aquele, ou essa; salvo tarifa alfandegária, que foi votada e não consta do orçamento, e imposto que foi lançado, explicitamente por motivo de guerra. A finalidade do princípio constitucional é: a) proibir, durante o ano em que se cobram os tributos, que se crie, para o mesmo ano, qualquer tributo; b) exigir a inserção no orçamento de referência a qualquer lei que haja criado imposto, cuja incidência dependa de com ele se contar para as despesas do ano seguinte. Em consequência, infringe o princípio: a) qualquer lei sobre tributo (criação ou aumento ou diminuição) - que não seja sobre tarifa aduaneira ou imposto lançado por motivo de guerra - promulgada num ano, não pode ter execução no mesmo ano, porque não consta do orçamento; b) se a lei é em benefício de alguma entidade autárquica, ou para estatal, que tenha orçamento, a não inserção no orçamento da entidade autárquica ou paraestatal, se é ela que o arrecada, pré-exclui a cobrabilidade do tributo..."(Comentários à Constituição, Tomo V, pág. 624).
- Dessa forma, como salienta Geraldo Ataliba: "Qualquer que seja o nome com que se batize, "toda obrigação pecuniária ex lege em benefício de pessoa pública ou com finalidade de utilidade pública" é tributo e se submete ao chamado regime tributário: conjunto de princípios e normas constitucionais, que regulam a exigência coativa de prestações pecuniárias pelo estado. Este regime caracteriza pelos princípios da isonomia (art. 153, § 1.º), estrita legalidade (arts. 153, § 29 e art. 19, I), anterioridade da lei ao exercício-financeiro art. 153, § 29, "2.ª parte), relação de administração (Ruy Cirne Lima, Princípios, pág. 51) não discricionariedade administrativa etc.. ." (Incidência Tributária, pág. 202).
5. O Decreto-lei n.º 1.388 é caso típico de tributação inconstitucional, por: a) não estar prevista em orçamento; b) não ter o caráter de anuidade; c) não haver a anterioridade da lei ao exercício financeiro.
- Continuando com Geraldo Ataliba verificamos que: "a perspectiva dimensional da hipótese de incidência se costuma designar por base de cálculo ou base imponible. Optamos decididamente por esta segunda designação, rejeitando a primeira deliberadamente. É que a base imponible é incita à hipótese de incidência. É atributo essencial, que, por isso, não deixa de existir em caso algum. Ora, acontece que em inúmeras taxas não há cálculo algum a ser feito, assim como em alguns, - embora raros - impostos. Há, portanto, muitos casos de tributos cujo lançamento (acertamento) não envolve a necessidade de nenhum cálculo. Não obstante, estes tributos têm, em sua hipótese de incidência, base imponible. Este nome, por isso, nos parece mais apropriado. Não parece adequada a designação base de cálculo quando há tributos cuja determinação quantitativa independe de cálculo e cuja base, portanto, não pode ser corretamente designada como "de cálculo" além dos impostos fixos, isto se dá com a maioria das taxas.
- Definição de Base Imponible - Base Imponible é uma perspectiva dimensional do aspecto material da h. i. que a lei qualifica, com a finalidade de fixar critério para a determinação, cru cada obrigação tributária concreta, do quantum debeat.
- A base imponible é a dimensão do aspecto material da hipótese de incidência. E, portanto, uma grandeza ínsita na h. i. (o tributarista ALFREDO AUGUSTO BECKER a coloca, acertadamente, como cerne da h. i.). É, por assim dizer, seu aspecto dimensional, urna ordem de grandeza própria do aspecto material da h. i, é propriamente a sua medida, O aspecto material da h. i. é sempre mensurável, isto é, sempre redutível a uma expressão numérica. O aspecto material, além de necessariamente possuir qualidades físicas (consistência e forma), e outros atributos, é

suscetível também, direta ou indiretamente, de apreciação quantitativa. A base é, pois, uma grandeza apreciável e calculável (mensurável) do aspecto material da h. i.

O aspecto material da hipótese de incidência sempre tem uma determinada consistência e forma, que constituem o seu próprio núcleo essencial. Pois os atributos demissórios (ou a grandeza) deste aspecto se designam base imponible. Esta é sempre mensurável, podendo ser dimensionada, segundo critérios de relação estabelecidos na lei.

Juridicamente, a base imponible é um atributo do aspecto material da h. L, dimensível de algum modo: é o peso, o volume, o comprimento, a largura, a altura, o valor, o preço, o perímetro, a capacidade, a profundidade, a superfície, a grossura ou qualquer outro atributo de tamanho ou grandeza mensuráveis do próprio aspecto material da h. 1. Por isso, AMÍLCAR FALCÃO qualifica a base imponible como "verdadeira e autêntica expressão econômica" da hipótese de incidência (Fato Gerador. . . , cit. pág. 138).

A este atributo a lei designa o papel de base imponible; ou seja: a lei qualifica um ou alguns atributos dimensíveis do aspecto material da h. i. e lhes confere a função jurídica de base imponible." (Geraldo Ataliba, ob. e loc. cit., págs. 113).

6. Em Dino Jarach, em seu "Curso Superior de Derecho Tributário" colhemos o ensinamento inatacável de que a base de medição do tributo é a base imponible. "El principio de la capacidad contributiva es el que está a la base del impuesto. Hemos visto que dicho principio constituye la característica esencial de los hechos imponibles, que siempre son manifestaciones de riqueza sujetas a una valoración política del legislador. Como consecuencia de ello, la obligación de los hechos imponibles, guarda con éstos una relación o una proporción, que estará dada por la alícuota del impuesto. (ob. cit., pág. 226)".

7. Verifica-se, pois, que como fundamento, como causa da obrigação tributária, a base imponible não pode ser livremente alterada, sem ofensa ao Sistema Tributário e aos Princípios Constitucionais.

8. Alterando a alíquota, e a base de incidência, o Decreto-lei n.º 1.388, de 1974 violou a Constituição Federal.

Houve, como consequência da restrição nas deduções para incentivos fiscais, uma alteração da base de incidência do imposto de renda, isto é: houve aumento da renda tributável dos contribuintes pessoas físicas, que, tendo feito aplicações, que lhes permitiam deduções, hoje vem tais investimentos restringidos a novos percentuais, majorando, sensivelmente, a carga tributária.

9. É evidente que, nos próximos dias, o Poder Judiciário será chamado a se pronunciar sobre a constitucionalidade do Decreto-lei n.º 1.388, de 23 do corrente, selando, com sua autoridade in conteste, a inaplicabilidade, neste exercício do novel diploma legal.

Transcrito de "O Estado de S. Paulo"

O BRASIL DEVE MUDAR O DIREITO AGRÁRIO

Gregório Barreto

"Considero positiva a experiência jurídica da reforma agrária peruana, ao criar uma estrutura especial de instâncias para o direito agrário, que poderia ser adotada pelo Brasil, dando ordem a cerca de 14 mil leis existentes em nosso país e não deixando à justiça comum as demandas da propriedade fundiária". Esta declaração, ao enviado especial da "Folha", é do advogado Octávio Mello Alvarenga, diretor da Associação Latino Americana de Direito Agrário e delegado brasileiro no Simpósio Interamericano de Direito Agrário, que se realiza nesta capital.

O delegado brasileiro afirmou também que uma troca de experiências entre o Peru e o Brasil seria de grande proveito no esforço que os dois países desenvolvem, para a ocupação da Amazônia, "por se tratar de uma região ecologicamente singular, devendo ser procuradas soluções técnicas e legais comuns".

Defendendo a idéia de que há necessidade de uma especialização no campo do direito agrário brasileiro, Alvarenga disse que até a semântica atrapalha os procedimentos jurídicos eminentemente agrários, e que esta situação pode ser corrigida com a adoção de um sistema de duas cortes, a exemplo do que ocorre no Brasil com o Direito Trabalhista.

Alvarenga admitiu que a inexistência de profissionais especializados é um entrave à adoção desse sistema. Entretanto, lembrou que a Justiça do Trabalho, no Brasil, surgiu antes dos cursos especializados nas faculdades de Direito. No Brasil, a única escola que mantém um curso de

Direito Agrário é a Universidade de São Paulo mas a implantação de uma justiça especializada poderia fornecer mercado de trabalho aos jovens advogados.

Alvarenga referiu-se também positivamente à experiência da reforma agrária peruana, dizendo que muita coisa pode ser aprendida pelo Brasil, uma vez que existem boas lições tanto no modelo socializante (peruana) quanto no capitalista (brasileiro) e defendeu a criação de cooperativas "aparentadas com as sociedades anônimas".

"O que não se pode - declarou Alvarenga - é separar o desejo natural de lucro por parte dos componentes, fazendo-os participar, em justa parte, do desenvolvimento econômico".

Cerca de 14 mil leis existem hoje no Brasil, para disciplinar o assunto. Mas a grande quantidade de organismos para o mesmo fim, conseguiu ser finalmente unificado no INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Outra tese brasileira, defendida pelo vice-presidente do INDA (Instituto Nacional do Direito Agrário). J. Paulo Bittencourt diz que a pressão política dos proprietários rurais tem atrasado os programas de reforma, numa conspiração "surda e insidiosa" não permitindo que a população rural supere seu atual estágio de uma economia de subsistência e passe a integrar uma economia de mercado,

Segundo Bittencourt, outra pressão política, em sentido contrário, está sendo exercida pelo setor industrial, que tem demonstrado ser favorável à reforma agrária: esta desenvolveria todo o potencial de mercado das populações rurais, o que viria a beneficiar o setor secundário.

O sistema jurídico agrário peruano, bastante elogiado no Simpósio - onde a participação de Cuba foi classificada como "apática" - tem duas instâncias: os "jueces de tierras" (juizes de terras), e o "Tribunal Agrário".

A primeira instância é representada pelos "Jueces de tierras" atualmente em número de 56, com jurisdições delimitadas. São escolhidos pelo Consejo Nacional de Justicia - equivalente a nosso Supremo Tribunal Federal - depois de serem indicados pelo Legislativo.

Todos os juizes devem ser peruanos de nascimento, advogados e não podem ser proprietários de terras, nem possuir parentes até segundo grau que sejam latifundiários.

As decisões tomadas por um juiz de terras, em qualquer questão agrária, cabe somente unia apelação, que deve ser encaminhada ao Tribunal Agrário. Este é composto de 6 vogais, eleitos por 6 anos e devem ser advogados com mais de 15 anos de exercício da profissão. Assim como os juizes de terras, não podem ser proprietários rurais nem ter parentes "terratinentes" (latifundiários). (Transcrito da "Folha de S. Paulo").

O ESTADO DE SÃO PAULO E SUA PRESENÇA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Antônio Raphael Silva Salvador

Promotor Público

O Supremo Tribunal Federal foi criado no Brasil pelo Decreto n.º 848, de 11 de outubro de 1890, como o órgão mais elevado do Poder Judiciário no Brasil. Foi criado com o número de quinze ministros e durante toda a primeira república deu conta perfeitamente de sua missão, mesmo porque, não era grande o número de feitos entregues ao seu exame e julgamento. Em 1926 já se sentia a necessidade de uma mudança no tocante à competência da mais alta corte de justiça do país, para amenizar sua incipiente crise, que decorria do excesso de serviço. Nessa ocasião foi feita uma mudança em sua competência, mas foi mantido o número de seus ministros.

A primeira redução do número de ministros ocorreu em 1931, feita pelo governo provisório, que alterou o número inicial de quinze para onze ministros. A Constituição de 1934, surgida em atendimento à luta da revolução constitucionalista de 1932, fixou nova competência para o Supremo Tribunal Federal, manteve o número de seus ministros em onze e autorizou a divisão em duas turmas de cinco ministros, desde que os feitos não envolvessem matéria constitucional, quando então exigia-se o julgamento pelo Tribunal pleno.

Houve uma modificação do número de ministros, elevado para quinze e com nova redução para onze, tudo após a Revolução Democrática de 1964, com aposentadoria compulsória e voluntária de alguns ministros.

Em toda essa vida do mais alto Tribunal do Brasil, qualquer que fosse o número de seus integrantes, sempre tivemos a participação efetiva e brilhante de São Paulo, através de seus grandes vultos, que ali estiveram para honrar o nome de São Paulo e de toda a cultura jurídica do país.

Indiscutivelmente o Supremo Tribunal Federal sempre se engrandeceu com as figuras dos grandes juízes paulistas Firmino Whitacker, Costa Manso, Pedro Lessa, João Mendes, Laudo de Camargo, Mário Guimarães, Cândido Meta Filho, Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Raphael de Barros Monteiro, José Geraldo Rodrigues de Alckmin, todos grandes, todos aqui citados sem especial destaque, por terem todos a mesma estatura moral, o mesmo valor, todos levando para o Supremo Tribunal a grandeza da justiça de nosso Estado.

São Paulo dá atualmente a alta porcentagem de 37% de todos os feitos levados à apreciação daquela Alta Corte, o que é previsível diante da pujança econômica e da densidade populacional da terra paulista. Basta que se diga que temos em segundo lugar o Estado da Guanabara, com toda a sua importância, com apenas 12%, segundo informações feitas por um dos eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal (e não é paulista!) Em nome dessa atividade marcante de São Paulo nos feitos ali julgados e também da grandeza dos juízes e homens ligados ao direito que aqui temos, temos tido sempre dois ministros paulistas com assento permanente no Supremo Tribunal Federal. Ultimamente tivemos lá os paulistas Raphael de Barros Monteiro e Cândido Morta Filho e com a aposentadoria deste último, o Presidente Médici nomeou para o cargo o desembargador Rodrigues de Alckmin, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Com a lamentada morte do Ministro Barros Monteiro abriu-se nova vaga no Supremo Tribunal Federal e vaga de paulista. Esperava-se a nomeação de outro paulista, como sempre se fez, como seria de justiça, mas com surpresa viu-se a nomeação do Dr. Leitão de Abreu, ex-chefe da Casa Civil do Presidente Médici, homem ilustre e culto, mas que veio ocupar vaga de paulista e passa a ser o terceiro gaúcho no atual Supremo Tribunal Federal, que já tinha os gaúchos Eloy José da Rocha e Thompson Flores. A explicação dada foi a existência de antiga promessa feita ao Dr. Leitão de Abreu e agora a necessidade de cumprir o prometido.

Eis que agora surge nova vaga, com a aposentadoria do Ministro Luiz Galotti. São Paulo insiste em que a vaga é sua, por direito que lhe dá sua pujança econômica, social e jurídica, pela tradição que ali sempre manteve dois ministros paulistas e pela importância de nossos juízes e juristas no campo jurídico nacional. Queremos confiar na escolha a ser feita e acreditamos que São Paulo não será esquecido. São Paulo tem dado tudo de si para o Brasil, sem nunca exigir nada em troca. São Paulo nunca quis ser mais do que seus irmãos, mas não é justo que seja prejudicado, olvidado, preterido em seus legítimos direitos. Faça-se justiça na hora de escolher quem deve fazer justiça. Não será justo esquecer-se de São Paulo que nunca se esquece de todos os irmãos brasileiros.

É hora de união de todos os paulistas: a vaga é de São Paulo e devemos saber reivindicar nosso direito junto ao eminente Presidente que nos dirige.

(Transcrito da "Tribuna da Justiça")

PROVIMENTO N.º LXXVIII-74

O Conselho Superior da Magistratura, usando de suas atribuições e visando autorizar o uso de calças compridas pelas servidoras; deste Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral, Resolve:

Artigo 1.º - Autorizar, a título experimental, o uso de calças compridas por servidoras e permitir o ingresso de pessoas do sexo feminino com esse traje, no Palácio da Justiça, excluídas as salas reservadas à Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral, Sala das Becas e do Expediente dos Desembargadores, e dependências anexas, Sessões de Julgamentos, Salas dos Juízes Auxiliares e do Secretário Diretor Geral e Escrivão Diretor da Corregedoria.

Parágrafo Primeiro - Aplica-se esse regime, no que couber, ao Fórum João Mendes Júnior e Varas Distritais.

Parágrafo Segundo - Nas Salas de audiências somente as testemunhas e partes será permitido o uso desse traje.

Artigo 2.º - O uso do traje, de que trata este Provimento, deverá atender ao decoro, respeito e austeridade do Poder Judiciário.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 8 de março de 1974.

Assinatura: José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente do Tribunal de Justiça.

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça.

COMUNICADO

Recebeu o Exmo. Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, o seguinte ofício: / Ministério da Justiça e Negócios Interiores / DFJ-DE-SUR-Proc. 59.904-73 / UFC-2 / Em 31-1-74 / Do Departamento Federal de Justiça / À Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo / Assunto Alteração de nomes de estrangeiros e de brasileiros naturalizados / Senhor / Tendo em vista a ocorrência de casos de alteração de nomes de estrangeiros e de brasileiros naturalizados concedida pela justiça comum, tenho a honra de solicitar a V. Exa. determinar providências no sentido de alertar as autoridades judiciárias competentes de que a matéria em questão é da alçada do Ministério da Justiça, nos termos dos artigos 2.º e 3.º, Parágrafo único, do Decreto-lei n.º 5.101, de 17 de dezembro de 1942, in verbis: 1 "Art. 2.º. O Ministro da Justiça poderá, em casos excepcionais, autorizar a alteração do nome constante do registro de estrangeiros. / Art. 3.º. No ato da naturalização, poderá, a critério do Ministro da Justiça, ser autorizada a tradução do prenome do naturalizado. / Parágrafo único. Qualquer mudança posterior do nome ou do prenome só por exceção e motivadamente será permitida, fazendo-se a apostila no respectivo título, mediante despacho do Ministro da Justiça". / Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. protestos de perfeita estima e distinta consideração.

a) Ruy Machado de Lima, Diretor-Geral.
(D.O.J. 12-03-74)

Agravo de Petição n.º DJ-229.041 - Ubatuba - Agvte.: Floriano Rodrigues Pinheiro - Agvdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 229.041, da comarca de Ubatuba, em que é agravante Floriano Rodrigues Pinheiro, sendo agravado o Oficial do Registro de Imóveis da mesma comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem qualquer divergência de votos, negar provimento ao recurso.

A espécie é de dúvida suscitada pelo agravado, que adiou o registro de escritura de divisão amigável apresentada pelo agravante, tendo por objeto imóvel localizado no bairro denominado Perequê-Açu, mediante os seguintes fundamentos: a) tendo os outorgantes e reciprocamente outorgados adquirido o domínio de apenas metade ideal do imóvel, impossível se apresentava a execução do ato registrário; b) um dos condôminos já havia transmitido sua parte a terceiros, consoante assentamentos do registro; c) não figurava no título o nome do condômino Pedro João Abitante, mas sim o de Palmyra Espinosa Abitante, cujo estado civil fora omitido e nada havia em Cartório a indicar fosse ela co-proprietária do citado imóvel; d) embora livre de tributo, não havia no título qualquer menção ao imposto de transmissão "inter vivos", pelo que deveria ser expedida a competente guia para a sua lavratura.

O suscitado apresentou a impugnação de fls. 20-39, acompanhada dos documentos de fls. 40-83, tendo o Dr. Curador opinado pela procedência da dúvida (fls. 86v).

A sentença de fls. 88-90 acolheu a dúvida apenas pelo seu primeiro fundamento, afastando os três outros invocados pelo serventuário.

Irresignado, agravou tempestivamente o suscitado, através de recurso devidamente processado, resultado: mantida a decisão de primeiro grau.

O parecer da douta Procuradoria-Geral da Justiça foi pela confirmação do julgado recorrido. E, com efeito, o recurso não comporta provimento.

O agravante adquiriu, juntamente com Orivaldo Lima Cardoso, Pedro João Abitante e Arthur Medeiros, a metade ideal de uma chácara localizada no bairro do Perequê-Açu, comarca de Ubatuba, mediante compra feita a Manoel Rufino e sua mulher Philadelphia Maria de Oliveira (cf. fls. 41-42).

Dessarte, comunheiros em imóvel "pro indiviso", evidente que a divisão amigável por eles acordada no escrito recusado somente poderia ser registrada após a intervenção ratificativa do titular do domínio de outra metade ideal dessa propriedade. Verificada a impossibilidade dessa anuência, outra alternativa não restará aos interessados que a utilização dos meios que o legislador civil colocou ao seu alcance para pôr termo ao mencionado estado de indivisão.

Ao propósito, decidiu certa feita o E. Tribunal de Justiça do Estado que "existindo o estado de

indivisão, não pode um condômino dispor da coisa em sua totalidade ou de parte materialmente fixada (R.T. 261-301).

Da mesma forma, o E. Conselho Superior da Magistratura tem iterativamente proclamado a inadmissibilidade da transcrição de título de venda de parte certa e determinada de imóvel indiviso (Agravos de Petição ns. 184.847, de Auriflama, 166.128, de Jaboticabal, 160.080, de Santo Anastácio, 158.104 e 157.015 de Junqueirópolis e 153.327, de Campos do Jordão). Embora a alusão seja feita à venda, a hipótese não se modifica no caso em cogitação, desde que a localização de parte certa em imóvel indiviso, em escritura de divisão amigável, depende sempre da convergência de vontades de todos os proprietários.

Pelo exposto, é negado provimento ao agravo, pagas as custas na forma da lei.

São Paulo, 8 de março de 1974.

Assinados:
José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente
Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente
Dr. Pedro Paulo Filho, Advogado
(D.O.J. 4-04-74)

AGRAVO DE PETIÇÃO N.º 229.501 ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 229.501, da Comarca de Pereira Barreto, em que é agravante Therezinha Garcia e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca.

I - Alegando que Francisco Moreira da Silva e Romeu Faggioni já outorgaram várias escrituras de venda, que legalmente possuem pela transcrição n.º 4.068; o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, levantou dúvida quanto à transcrição da escritura apresentada pela recorrente, pela qual adquiriu daqueles uma gleba de 30 alqueires, quando remanesce da área original apenas 19 alqueires, mais ou menos.

O MM. Juiz de Direito julgou procedente a dúvida (fls. 30-31) e daí o agravo interposto tempestivamente.

A recorrente insiste na prática do ato transcritivo, sustentando, com base em outros julgados, que a dúvida que o Oficial pode levantar deve restringir-se tão só à forma do título, sua legalidade e validade e não para suprir deficiências de conteúdo, se boa ou não a compra, não lhe cabendo o exame da disponibilidade, pois, se qualquer prejuízo houver será ressaltado o direito de terceiros reclamarem em juízo.

A Procuradoria-Geral da Justiça opina pelo improvimento do recurso.

II - Como se verifica dos autos (fls. 22-27) a estimativa da grandeza real da gleba ficou superada pelas sucessivas alienações, inexistindo o requisito da disponibilidade, ou seja, área remanescente suficiente a legitimar a transcrição pretendida.

Indeclinável é a exigência relativa aos característicos e confrontações do imóvel, nos termos do inciso 5.º do artigo 247 do Dec. n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, pelo que os oficiais do Registro de Imóveis não deverão proceder a transcrições ou inscrições de escrituras, em as quais se verifica a omissão deste requisito, sob pena de resultar dubiedade a respeito da área, afetando a eficácia e a finalidade do registro, colocando em risco a certeza do domínio.

O registro imobiliário é cadastro real das transações e não simples cadastro pessoal dos transmitentes e adquirentes.

Não havendo coincidência quanto à área remanescente, legítima é a oposição argüida pelo Oficial do Registro, subsumindo-se a dúvida no inciso legal acima apontado.

A norma exigente, para a transcrição, dos característicos e confrontações do imóvel visa a certeza do domínio evitando pôr em risco a eficácia e finalidade da transcrição.

A transcrição imobiliária não é mero ato descritivo de transações e sim prova de domínio e não pode ser feita sem a mesma prova dominial por parte do transmitente.

Se inexistir área disponível a se transferir, objetado está o próprio domínio do transmitente com relação à área transmitida, pelo que inviável nova transcrição.

Aplica-se ao caso a advertência de Serpa Lopes, no Tratado dos Registros Públicos, 4.ª edição, Freitas Bastos, 1960, vol. IV, pág. 430:

"Duas situações podem surgir no caso de característicos e confrontações: ou o título é impreciso,

e nesse caso convém ser recusado, para que o titular do domínio melhor o componha pelos meios regulares, ou o título a transcrever contém característicos em colisão com a transcrição anterior, hipótese em que se torna imprescindível, preliminarmente, a retificação da transcrição anterior e a apuração da qual seja a verdadeiramente exata: se a enumeração da transcrição existente ou a do título".

Para o preenchimento do requisito legal apontado é necessário pleno acordo com o registro procedente, inclusive disponibilidade de área, do contrário, a transcrição não operaria efeito além de simples histórico. Se falta área para se dispor, duvidosa é a propriedade daquilo que se está transmitindo.

Nega-se, pelo exposto, provimento ao recurso.

São Paulo, 8 de março de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Marfim Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Daltro Roque Viviani, Advogado

(D.O.J. 4-04-74)

Agravo de Petição - DJ- 229.937 - Suzano - Agvte.: Maria Aparecida Paiva -

Agvdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 229.937, da Comarca de Suzano, em que é agravante Maria Aparecida Paiva e agravado o Oficial de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os Membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

I - Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Suzano, ao lhe ser apresentado, para registro, escritura de compra e venda de um imóvel, na qual o outorgante vendedor de nacionalidade polonesa e casado, compareceu sem outorga uxória.

Impugnada a medida, ensejou-se manifestação do apresentante e do Dr. Curador de Registros, tendo a sentença de fls. 16-16 concluído pela procedência da dúvida.

Irresignado agravou, no prazo, o suscitado, mediante recurso regularmente processado, sendo pelo improvimento o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça.

II - Nega-se provimento ao recurso.

O recorrente sustenta que a venda efetuada independia de outorga da mulher do vendedor, pois na conformidade do direito russo, certificado nos autos, os bens adquiridos por qualquer dos cônjuges, na constância da sociedade conjugal, não se comunicam ao outro e podem ser alienados, independentemente de outorga, quer do marido quer da mulher.

Preliminarmente, de notar-se como acentuou a sentença recorrida a inaplicabilidade do direito russo, vez que o vendedor do imóvel é polonês, residente no Brasil o inexistente qualquer comprovação de ter contraído núpcias na Rússia.

No entanto, "sub specie" o deslinde da questão cinge-se às formas habilitantes, lembradas pela Procuradoria Geral e explanada por Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho, em seu livro "Tratado de Direito Civil Brasileiro" volume VIII, edição 1942, Freitas Bastos, assim designados por se destinarem à complementação ou habilitação do consentimento.

As formas habilitantes destinam-se a habilitar os incapazes a se legitimarem na constituição dos autos jurídicos, cabendo à lei nacional, como lei pessoal, lei reguladora da sociedade, indicar-lhes as formas.

A submissão dos bens imóveis à "lex rei sitae" é o ponto pacífico na doutrina. São leis de ordem social as que organizam a propriedade, em cada país, e por isso mesmo, devem ter caráter territorial. (Clóvis Bevilacqua, Código Civil, volume 1, edição 1956).

Destarte, as transferências de propriedades imobiliárias, por ato entre vivos, subsume-se ao direito do lugar, onde a coisa está situada. Em nossa legislação regula a matéria o artigo 8.º da Lei de Introdução ao Código Civil, consagrada a regra "locus regit actum".

Não há, pois se invocar legislação estrangeira para convalidar o ato jurídico impugnado.

A "lex rei sitae" é de ordem costumeira em relação aos imóveis e nenhum país tolera outro dispositivo, sendo indiscutível.

III - Nestas condições, nega-se provimento ao agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 8 de março de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Dr. Carlos José O. Trevisan. Adv.

Agravo de Petição n.º 231.115 - Santo André - Agvte.: Castor de Oliveira e sua mulher Iva Ranzieri de Oliveira - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 231.115, da Comarca de Santo André, em que são agravantes Castor de Oliveira e sua mulher Iva Ranzieri de Oliveira e agravado o Oficial da Comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1 - O Oficial de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Santo André suscitou dúvida sob o fundamento de que no contrato prenotado sob o n.º 190.489, em que são partes a Companhia Paulista de óleos Vegetais e Castor de Oliveira e outros, ajustou-se um compromisso de compra e venda e não venda e compra sendo de rigor a apresentação em mais de uma via para o arquivo do cartório e necessária a apresentação do certificado próprio passado pelo I.N.P.S., específico para o ato.

A dúvida objetivou, também, o contrato prenotado sob o n.º 190.490, por entender o Oficial do Registro ser o negócio uma cessão e transferência de direitos de 31 partes ideais e não venda e compra, sendo portanto devido o imposto de transmissão "inter-vivos".

Impugnada a medida e atendida a primeira parte da suscitação, manifestou-se o Dr. Curador, sendo oficiado ao INPS para remessa da certidão de quitação dos vendedores. Desatendida a solicitação, a dúvida foi julgada procedente (fls. 44-7).

Irresignados, agravam tempestivamente os suscitados, mediante recurso regularmente processado, cingindo-se o agravo tão-só à desnecessidade da certidão de quitação da Previdência Social.

A Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo provimento do agravo, argüindo a desobediência ao INPS quanto às solicitações judiciais, não podendo, em tais circunstâncias, o direito dos interessados parecer em decorrência da incúria de funcionários da Previdência.

II - Nega-se provimento ao recurso.

A exigência de certidão de inexistência de débito para com a instituição de previdência social, por força do artigo 141 da Lei n.º 3.807, de 1960, em todas as transações relativas a imóveis, nos casos que o dispositivo legal prevê, é inafastável, tornando-se nulo, de pleno direito, o próprio ato.

Esta sanção é imposta pela própria Lei, artigo 142, recusável toda e qualquer arguição de incúria do órgão previdenciário em fornecer os certificados de regularidade.

É necessária a apresentação, pelas empresas abrangidas pela lei da Previdência Social, da quitação para com estas instituições, para alienar, ceder, transferir ou onerar bens imóveis.

Ao comprador competia, na celebração do ato, exigir tal prova, como bem acentuou a decisão recorrida, descabida qualquer alegação de má-fé do vendedor.

A exigência formulada pelo serventuário é procedente, nos termos do art. 141 parágrafo 3.º da

Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação dada pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966, e regulamentação do Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967.

A hipótese em exame se enquadra no elenco legal e regulamentar, donde a conclusão da exigibilidade do referido documento.

Pelos motivos expostos merece confirmação a sentença recorrida.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 14 de março de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente

Adv.: Drs. Renan Lotufo e Fernando Brigante Filho

(D. O. 1. 4-4-74)

Agravo de Petição n.º DJ-231.811 - Capital - Agvte.: Amador da Cunha Bueno Júnior - Agvdo.: Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, de Agravo de Petição n.º 231.811, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Amador da Cunha Bueno Júnior, inventariante do Espólio de José Alcântara Pepé e outros, e agravado o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, negar provimento ao recurso, pagas as custas como de direito.

Apresentado a registro o formal de partilha extraído dos autos de inventário dos bens deixados por Ana Clara Cunha Bueno, suscitou o agravado a presente dúvida, visto que as metragens da frente do imóvel situado à Pça. das Bandeiras, ns.º 31, 39 e 47, conforme constam da transcrição anterior e do título a ser transcrito, não coincidem.

Processada regularmente, foi a dúvida julgada procedente, o que ensejou o recurso do agravante, o qual salienta, de importante, ser mínima a diferença encontrada.

A douta Procuradoria Geral opinou pelo improvimento do agravo.

A sentença de primeiro grau merece ser mantida, porquanto a não coincidência dos característicos do imóvel, já referida, impede realmente a transcrição do formal de partilha.

A questão liga-se à sistemática do registro imobiliário adotada pelo legislador pátrio, caracterizada pela, força probante dos registros feitos, cuja continuidade deve ser respeitada, para que sempre se evidenciem a liquidez e a certeza do domínio.

Daí por que se torna indispensável o atendimento ao requisito do art. 247, item 5.º, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, com o que terá o Oficial do Registro de Imóveis condições para verificar a continuidade dos registros, em observância a uma orientação que deve ser intransigente, e absoluta (Sarpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", 4.º vol., pág. 429, Livraria Freitas Bastos, 5.ª ed.).

O mesmo festejado Mestre conclui, resolvendo expressamente a questão proposta:

"Duas situações podem surgir, no caso de característicos e confrontações: ou o título C impreciso, e nesse caso convém ser recusado, para que o titular do domínio melhor o componha pelos meios regulares, ou o título a transcrever contém característicos e confrontações em colisão com a transcrição anterior, hipótese em que se torna imprescindível, preliminarmente, a retificação da transcrição anterior, e a apuração de qual seja verdadeiramente exata: se a enunciação da transcrição existente ou a do título (ob. cit., pág. 430)".

Nessas condições, desde que confessadamente colidentes as metragens, procedente foi a recusa do agravado, em virtude do que se nega provimento ao recurso interposto.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins; Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente
Dr. Amador da Cunha Bueno Júnior, Advogado
Agravado de Petição n.º 229. 501 - Pereira Barreto - Agvte.: Therezinha Garcia - Agvdo.:
Sr. Oficial do Registro de Imóveis da comarca.
(D. O. J. 4-4-74).

Agravado de Petição n.º 233.604 - Regente Feijó - Agvte.: Expedido Francisco da Silva - Agvdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravado de Petição n.º 233.604, da comarca de Regente Feijó, em que é agravante Expedido Francisco da Silva, sendo agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao agravado, pagas as custas como de direito.

Trata-se de dúvida inversa, proposta pelo agravante, através a qual pretendeu fosse determinada a transcrição da carta de arrematação de fls. 5-11, com dispensa da apresentação ao Oficial Imobiliário do Certificado de Quitação do INPS e da Certidão Negativa de impostos municipais.

Regularmente processada, inclusive com as manifestações do agravado e do ilustre representante do Ministério Público, foi a dúvida inversa julgada improcedente, mediante a consideração de que a exigência daquele oficial fora correta.

A respeitável sentença merece parcial reparo, o que todavia, não implica em provimento do agravado interposto.

Assim é, realmente, des'que dispensável o oferecimento da certidão negativa de impostos municipais, os quais se sub-rogam sobre o preço da arrematação, por força do parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional.

De um lado, porque tratou-se de venda em hasta pública, em virtude do que o arrematante, segundo preciso ensinamento do festejado Ministro Aliomar Baleeiro, escapa ao rigor do art. 130 citado ("Direito Tributário Brasileiro", pág. 426, Forense, 1970); e, de outro, porque os impostos de que fala o art. 703 do Código de Processo Civil em vigor são os da própria arrematação, quer dizer, os impostos sobre a transmissão do bem, de acordo com a lição de Pontes de Miranda, referida, aliás, no decisório recorrido ("Comentários ao Código de Processo Civil", vol. XIII, pág. 407, Forense, 1961).

Acrescente-se, por derradeiro, que o Acórdão comprovado a fls. 14, do E. Conselho Superior da Magistratura, não cuida expressamente da certidão em exame.

Mas o Certificado de Quitação, para com o INPS, bem ao contrário, constitui documento indispensável à transcrição, como afirmado no aresto apontado, com fundamento no art. 141, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu o art. 7.º, da Lei n.º 5.432, de 7 de maio de 1968, cuja norma veio repisada pelo art. 253, 111, "c", do recente Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973 (Regulamento do Regime de Previdência Social).

Através considerações acerca de quem seja o interessado na expedição e registro da carta de arrematação, bem como a propósito da razão pela qual ficaram excepcionadas certas hipóteses, como a dispensa das fazendas públicas, não há como não se concluir que o C. Q. deve ser oferecido pelo arrematante, que assim se coloca, para esse fim, no lugar da empresa vinculada ao INPS, se o documento não foi exigido anteriormente à arrematação.

E como a executada Cinesa - Comércio, Indústria e Exportação S/A., enquadra-se como empresa vinculada, nos termos do art. 4.º da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807/60), evidente a obrigatoriedade da apresentação do C. O., ou de documento que o substitua validamente, um comprovante de manifestação do INPS a propósito da natureza da atividade da empresa cuja vinculação se discute, por exemplo, ou ainda um comprovante da recusa do mesmo Instituto em atender qualquer requerimento naquele sentido do interessado na arrematação ou na transcrição da carta respectiva.

Ademais, a hipótese destes autos é idêntica à ventilada no acórdão já mencionado, visto que débito ajuizado ou não, daí porque irrelevante a circunstância de ter havido, naquele primeiro caso, protesto por preferência por parte do INPS, bem assim, como já se frisou, a de que se trata de bens pertencentes a empresa não inscrita.

O legislador limita-se a dispor sobre a exigência referente ao C. Q. o que basta para que, nessa parte, subsista a sentença impugnada, apenas com mais outro reparo, o de que a hipótese é de procedência da dúvida.

Nega-se provimento, dessarte, ao agravo de petição interposto por Expedito Francisco da Silva. São Paulo, 24-6-74.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente
Márcio marfim Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente
Dr. Thomé Lauro da Rocha, Advogado

Agravo de Petição n.º 233.784 - Orlândia - Agvte.: General Motors do Brasil S.A. - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

Agravo de Petição n.º DJ-233.777 - Jales - Agvte: Dr. Curador de Registros Públicos da comarca - Agvdo.: Leviani Giovani.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 233.777, da comarca de Jales, em que é agravante o Dr. Curador de Registros Públicos da comarca, sendo agravado Leviani Giovani.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, negar provimento ao recurso.

A espécie é de dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da comarca, ao lhe ser apresentada pelo registro instrumento público de re-ratificação de escritura de compra e venda, através da qual os contratantes convieram na retificação do valor da transação, esclarecendo que por lapso de sua parte ficara constando o preço de Cr\$ 50.000,00, quando ria verdade o valor da venda fora de Cr\$ 165.000,00. Aduziu o serventuário suscitante que o preço, elemento essencial do contrato de compra e venda, deveria ser sério e não provir de simulação, não podendo ser alterado ao alvedrio das partes. Ademais, o caso não se enquadrava em nenhuma das hipóteses do artigo 178, "c", da Lei dos Registros Públicos e poderiam surgir implicações fiscais que, igualmente, impediriam a execução do ato.

A dúvida foi impugnada pelo suscitado e o Dr. Curador de Registros da comarca opinou pela sua procedência.

A suscitação, entretanto, foi repelida pela decisão de fls. 22-23, seguindo-se agravo de petição manifestado pelo representante do Ministério Público, regularmente processado, resultando mantido o julgado recorrido.

Nesta instância, o parecer da ilustrada Procuradoria Geral da Justiça foi pela reforma do decisório de primeiro grau.

Mas o recurso não merece provimento.

A questão que se coloca na recusa do serventuário e nos pronunciamentos do Ministério Público de primeira e segunda instâncias é que o preço estipulado em contrato de compra e venda não pode ser ulteriormente modificado pela vontade das partes.

Nada obstante, o fato é que as partes afirmaram a ocorrência de equívoco quanto à fixação do valor da transação e assim fizeram lavrar escrito de re-ratificação revestido de todas as formalidades legais, com o correspondente recolhimento da diferença do imposto de transmissão "inter-vivos".

Assim, não atentando contra a letra e o espírito da lei e nem contrariando os princípios gerais informativos do direito contratual, não havia como negar-se ao registro pretendido, que, ademais, encontra respaldo nos artigos 285 e 286 do Regulamento dos Registros Públicos. Eventuais direitos de terceiros, como é óbvio, estarão resguardados com a publicidade conseqüente ao próprio ato cujo registro se pleiteia.

Pelo exposto, fica mantida a decisão recorrida, pelos seus fundamentos e pelos acima expendidos.

São Paulo, 20 de maio de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente
Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Édison de Antônio Alcindo, Advogado
(D.O.J. 30-05-74)

Agravo de Petição n.º DJ 234.930 - Presidente Prudente Agvte. - Caixa Econômica Federal - Agvdo. - Sr. Oficial do Primeiro Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 234.930, da Comarca de Presidente Prudente, em que é agravante a Caixa Econômica Federal, sendo agravado o Sr. Oficial do Primeiro Cartório do Registro de Imóveis da Comarca. Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao agravo, pagas as custas como de direito.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, quando da apresentação a registro da carta de arrematação de fls. 2-22, em que aparece como arrematante e agravante, por não ter oferecido o certificado de quitação da pessoa em cujo nome está transcrito o imóvel arrematado, conforme exigência constante do art. 141, parágrafo 4.º, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu o artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966 (primeira operação realizada com o prédio após a sua construção),

Ouvido o apresentante e o Dr. Promotor Público da Comarca, foi a dúvida julgada procedente, com fundamento, todavia, não no dispositivo antes referido, mas no artigo 141, parágrafo 10, letra d, daquele mesmo diploma legal (expedição de cartas de arrematação ou adjudicação de bens).

Interposto o presente recurso, pelo apresentante irresignado, manifestou-se a Procuradoria-Geral da Justiça pelo seu provimento.

A sentença agravada, contudo, merece confirmação:

A exigência do certificado de quitação para com o INPS realmente não encontra fundamento no parágrafo 4.º do artigo 141 da Lei n.º 3.807/60, por duas razões básicas, primeira, por não configurar a venda em hasta pública a transação de que trata o dispositivo legal em exame, e, segunda, por não se ter verificado na hipótese sequer uma "primeira operação".

Saliente-se, a propósito, apenas como ilustração, que, tratando-se de construção de prédio em terreno que não pertença a empresa construtora, esta sim vinculada sempre ao INPS, inviável a exigência do C. Q, uma vez que o imóvel recém-construído não responderá por eventuais débitos daquela empresa para com a Previdência Social. De qualquer forma, não havia mesmo necessidade do legislador referir a venda em hasta pública no texto do citado parágrafo 4.º do artigo 141 da Lei n.º 3.807/60, porquanto a expedição das cartas de arrematação ou adjudicação constitui a hipótese expressamente prevista na letra d do § 3.º do mesmo artigo 141.

Nesse sentido, perfeita a sentença impugnada, que, em magnífica síntese, ressalta as circunstâncias de que a dúvida não tem qualquer relação com questões de natureza processual, de que a equiparação dos créditos da agravante aos da Fazenda Federal só vale para efeito de cobrança judicial, e, afinal, de que a espécie em tela não se enquadra entre os casos de dispensa do C. Q.

E interessante observar que o Poder Executivo Federal, ao regular pela primeira vez as disposições contidas no Decreto-lei n.º 66/66, através o Decreto n.º 60.368, de 11 de março de 1967, ressaltou a exigência do C. Q. as expedições de cartas de adjudicação ou arrematação feitas em executivos fiscais (art. 4.º, letra d, desse Decreto), ressalva que evidentemente favorecia a agravante, visto estar seu crédito equiparado ao das Fazendas Públicas, para fins de cobrança judicial.

Logo em seguida, porém, o próprio legislador federal, mediante o Decreto-lei n.º 5.432,

de 1.º de maio de 1968, restringiu mui significativamente aquela ressalva, para determinar que a dispensa do C. Q, em se tratando de cartas de adjudicação ou arrematação, não ocorria em qualquer executivo fiscal, mas só naqueles em que as cartas eram expedidas em favor das Fazendas Públicas (art. 7.º do Decreto-lei referido): confira-se, a pelo, o novo regulamento da Lei Orgânica da Previdência Social. Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973, que não contemplou a referência genérica a "executivas fiscais".

Evidente, portanto, o intuito do legislador, que, para os fins de controle da pontualidade das empresas vinculadas ao INPS, não equiparou as entidades públicas de direito interno às Fazendas Públicas.

Poder-se-ia acrescentar, por outro lado que, sem perder de vista esse mesmo intuito (evitar a transferência do domínio de um imóvel que deva garantir o pagamento de eventuais débitos do alienante para com o INPS), dispensava o C. O. nos casos em que os outorgantes ou os executados, nos processos de execução ou nas ações executivas, não sejam contribuintes obrigatórios do INPS.

Nega-se provimento ao agravo interposto, dessarte, posto que não comprovada a condição de executado não contribuinte obrigatório do INPS, ficando facultado à agravante o registro da carta de arrematação, como pretende, desde que comprove que o executado não é contribuinte do INPS, ou apresente documento que substitua validamente o C. O., assim, por exemplo, comprovante de manifestação do INPS, a propósito da natureza da atividade da empresa cuja vinculação se discuta, ou comprovante da recusa do mesmo instituto em atender qualquer requerimento naquele sentido.

São Paulo, 1.º de julho de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. João Henrique de Oliveira Júnior, Advogado

Agravo de instrumento DJ-235.292 - Capital - Agvte.: Adélia Samea e outras - Agvdo.: Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 235.292, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Adélia Samea e outras e agravado o Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Irresignadas com a decisão que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial Imobiliário, interpuseram as vencidas recurso de apelação, fora do quinquídio legal, em virtude do que foi o processamento respectivo indeferido pelo MM. Juízo de primeiro grau.

Oferecido, então, o presente agravo de instrumento, regularmente processado, manifestou-se a douta Procuradoria Geral pelo seu provimento, visto que o próprio Supremo Tribunal Federal já julgou cabível, nas dúvidas, o recurso de apelação e a Lei 6.015-73 prevê a apelação como recurso das sentenças em procedimento de dúvida.

Inobstante, o parecer da douta Procuradoria Geral da Justiça do Estado, o recurso não merece prosperar.

Dispondo sobre as decisões proferidas em processo de dúvida suscitada pelo Oficial Imobiliário, dispõe o artigo 220 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, que as leis locais poderão estabelecer recursos para tais decisões, sem prejuízo do processo contencioso a que os interessados poderão recorrer.

Em consonância ao preceito supra, a lei de Organização Judiciária do Estado de São Paulo assentou que o recurso cabível, nessas hipóteses seria o de agravo de petição, interposto para o Conselho Superior da Magistratura, dispositivo que resultou mantido pelo Código Judiciário do

Estado (art. 64, VI e 68, IV).

O fato de o novo ordenamento jurídico processual ter abolido o agravo de petição, evidentemente, não implicou na subtração automática desse recurso nos procedimentos de dúvida, quando é certo que a competência do legislador estadual para dispor a respeito permaneceu intocada, posto que continua em vigor o já mencionado artigo 220 do Regulamento dos Registros Públicos.

Não há invocar-se em socorro da pretensão do agravante o Decreto-lei 1.000, de 21 de outubro de 1969, e a nova Lei dos Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), pois aquele primeiro diploma foi expressamente revogado e nunca entrou em vigor, estando o segundo com vigência adiada.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente
Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente
Drs. William Adib Dib e José Antônio Castel Camargo Advogados
(D.O. 16-07-74)

Agravo de Instrumento n.º DJ-234.133 - São Paulo - Agvte.: Massamori Isarnu - Agvdo.: Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 234.133, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Massamori Isarnu e agravado o Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Irresignado com a decisão que julgou procedente a dúvida suscitada pelo Oficial Imobiliário, interpôs o vencido recurso de apelação, fora do quinquídio legal, em virtude do que foi o processamento respectivo indeferido pelo MM. Juízo de primeiro grau.

Oferecido então o presente agravo de instrumento regularmente processado, manifestou-se a douta Procuradoria Geral pelo seu improvimento, visto que, em resumo, o recurso cabível seria o de agravo de petição, no prazo de cinco dias, em face do que dispõe o artigo 1.217 do Código de Processo Civil vigente.

O recurso realmente não merece prosperar.

Achando-se ainda em vigor, o Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 (art. 220), o recurso cabível "in casu" era o de agravo de petição, nos termos dos artigos 64, VI, e 68, IV, do Código Judiciário do Estado, a ser manifestado do quinquídio imediato à intimação da sentença.

Acrescente-se, ademais, que dado o caráter administrativo do processo de dúvida destinado ao debate de questões reguladas em lei especial, não implicou a vigência do novo Código de Processo Civil em alteração do art. 220 do Regulamento dos Registros Públicos, ainda que para tanto não bastassem as circunstâncias de que a Lei n.º 6.014/73 não fez referência ao Decreto n.º 4.857/39 e de que a letra do artigo 1.217 do Código de Processo Civil vigente mantém os recursos nos processos regulados em leis especiais.

Ora, intimado da sentença em 28 de janeiro, e ocorrendo o trânsito em julgado em 6 de fevereiro, só em 11 deste último mês foi formulado o recurso, depois de vencido o prazo legal, do que se conclui também ser inviável o processamento da apelação como agravo de petição, através a consideração de que a interposição de um recurso por outro não pode prejudicar o recorrente.

Evidenciada, dessarte a intempestividade do reclamo, impunha-se de fato o seu não processamento.

São Paulo, 20 de maio de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente
Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Adv.: Drs. Humberto Antônio Mandetta e Rinaldo Souto Lima
D.O.J. 30-05-74

**Recurso n.º 7-74 - Capital - Recte.: José Domingues dos Santos - Recda.:
Comissão de Concurso para provimento do 4.º Cartório de Protestos de
Letras e Títulos da Capital.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por José Domingues dos Santos contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 4.º Cartório de Protestos de Letras e Títulos da Capital,

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, conhecer, unanimemente, do recurso, acolhendo as alegações de fls. 35, e, no mérito, dar-lhe provimento, por maioria de votos, para os fins adiante declarados.

Insurge-se o recorrente contra decisão da Comissão Examinadora de Concurso para provimento do 4.º Cartório de Protestos de Letras e Títulos da Capital, que indeferiu a sua inscrição por ausência do requisito de quinze anos no cargo de serventuário, previsto no artigo 27 do Decreto-lei n.º 159-69.

A matéria foi amplamente examinada no Mandado de Segurança n.º 197.438 e no processo n.º 20-71 deste Conselho.

O Concurso reúne características mistas com a conjugação dos critérios da antigüidade o do merecimento nos moldes do sistema da lei n.º 819-50. Assim sendo não se pode olvidar na sua aplicação a contagem do tempo que a lei determina se inclua para a promoção por antigüidade, como no caso, o de exercício de mandato eletivo.

Vale transcrever o seguinte tópico do julgamento do Mandado de Segurança n.º 197.438;

"E, tal como julgou o Egrégio Conselho Superior da Magistratura no mencionado aresto (Processo de concurso n.º 20-71), "não colhe alegar que se trata de promoção por antigüidade. O de que se cuida é de promoção que atende o critério misto, conjugando a antigüidade ao merecimento.

Logo, ao calcular-se, para o cômputo de pontos, a antigüidade do candidato, não se pode desprezar o tempo, que para promoção por critério a lei manda contar. Assim, aliás já decidia o Colendo Supremo Tribunal Federal, ponderando: "O recorrente, como qualquer outro servidor público na sua situação isto é, no desempenho de mandato eletivo, deve contar o tempo em que ali permaneça para o efeito de antigüidade. É verdade que, no caso trata-se de promoção, não só por antigüidade, mas por critério misto. Segundo esse critério, vários elementos são computados: diplomas, eficiência, prestação de serviço eleitoral, etc... Mas, dentre esses elementos também se inclui, aliás em caráter preponderante, o tempo de serviço, isto é a antigüidade. Não há razão para se excluir na apuração dessa antigüidade, o tempo em que o servidor desempenhou mandatos eletivos. O funcionário de outra carreira, para a qual a lei preveja promoção exclusivamente por antigüidade beneficia-se com os mencionados artigos constitucionais. E beneficia-se de modo absoluto. Conta o tempo de desempenho do mandato e, atingindo o primeiro lugar na classificação por antigüidade, é promovido, sem mais formalidade. Por que razão não se proceder da mesma forma para com aqueles que, como o recorrente, pertencem a carreiras em que a antigüidade entre apenas como elemento relativo, embora preponderante? Terá desejado o legislador constituinte perpetrar tal injustiça, prejudicando exatamente aquele servidor para quem a antigüidade é elemento relativo e não absoluto? O recorrente não tem direito a um maior merecimento em virtude de desempenhar aquele mandato. Mas, inegavelmente, data vênua, continua a contar o tempo em que ali permaneça para efeito de antigüidade (fls. 38 verso)",

Na espécie, os exercícios de mandatos eletivos se desenrolaram sob as Constituições Estaduais de 1947 de 1967 e de 1969, todas outorgando a sua contagem para os efeitos da promoção por antigüidade, aposentadoria e reforma. Se não há o concurso alternativo por antigüidade e por merecimento, e sim único, com a influência concomitante dos dois critérios, não se poderá mutilar a antigüidade como elemento concorrente, ao lado do merecimento.

Considere-se que o Decreto-lei n.º 159-69 contempla as fases do concurso de inscrição e de atribuição de pontos. O artigo 20 parágrafo único, item 6, cuidando de tempo de serviço computável, abarca necessariamente, por força das disposições constitucionais citadas, o desempenho de mandatos coletivos. Reflete-se tal exercício, por conseguinte, no tempo do auxiliar, escrevente ou serventuário, da mesma forma que as funções de Juiz, Promotor ou Advogado, o serve inegavelmente para compor a condição temporal estabelecida no artigo 27 do Decreto-lei n.º 159-69.

Abstraída a alegada prática da advocacia (fls. 5-10), pelo recorrente, por não provada e,

ademais, coincidente com as licenças para o desencargo dos mandatos eletivos, é, o recurso provido para o efeito de serem computados em seu prol os períodos a eles (mandatos eletivos) correspondentes, alcançando-se, em consequência, o mínimo de três lustros necessários à inscrição recusada (art. 27 do Decreto-lei n. 159-69).

São Paulo, 31-5-74.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente, vencido.

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente e Relator,

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça.

D. O. J. 30-5-74

**Processo de Recurso - Araçatuba - Recte.: Waldomiro Rocha Domingues -
Recda.: , Comissão Examinadora do Concurso. (Processo n.º 835-74).**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Waldomiro Rocha Domingues, contra a decisão da Comissão Examinadora do Concurso para provimento do 3.º Ofício de Justiça e Anexos da Comarca de Araçatuba.

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso para admitir a contagem de mais dois pontos ao recorrente, pela conclusão de curso de nível médio.

Dispõe o art. 20 do Decreto-lei 159-69, quanto à atribuição de pontos aos candidatos a concurso: "Parágrafo único - Os valores a serem conferidos aos títulos serão os seguintes:

1 - diploma de bacharel ou doutor em Direito - 3 (três) pontos;

2 - Diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio - 2 (dois) pontos;"

Ora, o diploma de técnico em contabilidade constitui prova de conclusão de curso de grau médio de acordo com os arts. 47, letra "a" e 52 da Lei n.º 4.024, de 20-12-1961, c/c., os arts. 5.º, "3" e 10 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28-12-1943.

Bem frisou o parecer de fls. 35 ser

"... irrelevante que o diploma focalizado tenha servido ou não de instrumento para o acesso ao curso superior de Direito fls. ... 15/16), haja vista que a lei de concursos (Decreto-lei n.º 159-69) não faz distinção ou restrição alguma."

Como aduz:

"Sua finalidade é a prova do término de "outro curso de nível superior ou médio" além da obtenção do diploma de bacharel ou doutor em Direito, catalogado no item 1, sem cogitar do número de diplomas, o que é evidente. Demonstrada a conclusão de outro curso, nos moldes do item 2, parágrafo único, do art. 20 do Decreto-lei n.º 159-69, segue-se que é irrecusável o cômputo de mais dois pontos, a par da atribuição dos pontos relativos ao diploma de bacharel ou doutor em Direito."

"Destaque-se que o Decreto-lei n.º 159-69, quando pretendeu estreitar a interpretação de seu dispositivos, sobretudo se envolvam benefícios, valeu-se de redação expressa a fim de suprimir eventual dúvida, o que ocorreu com os itens 3 e 4, parágrafo único, do art. 20, por exemplo." Nesse sentido, aliás, já se pronunciou este Conselho no recurso de Walter Tebet (Proc. n.º 20-71).

São Paulo, 6 de junho de 1974.

(ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente.

Gentil do Cantão Pinto, Vice-presidente e Relator.

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

D.O. 11-06-74

**Processo de Recurso n.º 5/74 - GAPRE-4 - Itararé Recorrente: - Carlos
Mantovani - Recorrida: - Comissão de Concurso.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Carlos Mantovani, serventuário vitalício do 2.º Ofício de Justiça e Anexos da comarca de Presidente Epitácio, com fundamento no artigo 11, § 2.º, Decreto-lei n.º 1591 69, contra decisão da Comissão Examinadora que indeferiu sua inscrição ao recurso para provimento do Cartório de Registro de

Imóveis e Anexos da comarca de Itararé.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, dar provimento, unanimidade, ao recurso para admitir a inscrição do recorrente no concurso em questão.

Assentou-se o indeferimento da inscrição do recorrente ao concurso na carência de prova de nacionalidade, de ser eleitor e de não estar processado, exigida pelo Provimento 2/70.

Acontece, porém, que posteriormente decidiu este Conselho, no Processo 39/72, que para a Promoção e Remoção (Seção II do Capítulo III) a Lei n.º 159/69, quanto aos requisitos para a inscrição, faz expressa remissão apenas e tão-somente aos itens 1 e 2 do § 1.º do artigo 8.º (artigo 26 e § 2.º).

Dai comunicado de 1973 (doe. de fls. 31) em relação à exigência para a inscrição unicamente de certidões da Egrégia Corregedoria e da Carteira de Previdência do IPESP.

De resto o recorrente possui as certidões reclamadas, que acabou por exhibir.

São Paulo, 15 de fevereiro de 1974.

ãa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente e Relator

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J. 19-02-74)

PROVIMENTO N.º 1/74

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e

Considerando que para fins de urbanização o poder público tem muitas vezes, necessidade de construir edifícios em condomínio nas áreas expropriadas para subsequente alienação dos excedentes com prioridade de aquisição pelos expropriados, e para tanto depende de prévia transcrição ou inscrição dos instrumentos de aquisição amigável ou judicial, dos terrenos em que serão levantados esses edifícios;

Considerando que nas desapropriações judiciais o título translativo da propriedade para o poder expropriante é a carta de sentença só expedida depois do trânsito em julgado da decisão expropriatória, não obstante o expropriante já estar na posse do imóvel desde a imissão provisória no início da ação;

Considerando que o Poder Público e seus representantes ou contratantes poderão executar obras e edificações no imóvel objeto da desapropriação desde a imissão provisória na posse;

Considerando, finalmente, que as edificações previstas nos planos de urbanização podem consistir em edifícios de condomínio passíveis de alienações a terceiros e para tanto dependentes de inscrição prévia do título aquisitivo do terreno e do memorial e especificações da construção;

Resolve:

Art. 1.º - Os registros Imobiliários poderão inscrever as ações expropriatórias em nome do Poder Público expropriante, desde que imitado provisoriamente na posse do imóvel, nos termos do art. 178, VII do Decreto-lei 4.857/39 e, subsequentemente, os instrumentos de cessão ou promessa de cessão de direitos relativos a essas ações a terceiros, para todos os fins da Lei 4.591/64.

Art. 2.º - Procedidas as inscrições nos termos do artigo anterior, poderão ser inscritos, no livro próprio, os instrumentos a que se refere a Lei 4.591/64 para edificações em condomínio, observados os demais dispositivos do art. 32 da referida lei.

Art. 3.º - Para efeito de título de filiação da propriedade objeto da inscrição condominial, deverão constar das certidões das ações expropriatórias a serem inscritas, o número da última transcrição do imóvel abrangido pela desapropriação.

Publique-se e registre-se para observância por todos registros imobiliários do Estado.

São Paulo, 8 de abril de 1974.

Eu, (a) Ézio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, subscrevi.

a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., 11-04-74)

PROVIMENTO N.º 2/74

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas

atribuições legais, considerando a conveniência de se regulamentar, no âmbito da organização judiciária local, o disposto no artigo 762 e seus parágrafos, do Código de Processo Civil (Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973);

Considerando que a adoção de critério uniforme de procedimento, após a sentença que decreta a insolvência, virá afastar a possibilidade de correrem paralelamente execuções individuais ("execução por quantia certa contra devedor solvente") e outros pedidos de insolvência;

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no processo C.G. 40.468/74,

Determina:

Art. 1.º - Ao receber os autos, com a sentença que decreta a insolvência, providenciará o Escrivão, em 24 horas, a expedição de ofício ao Distribuidor (ou aos Distribuidores, onde houver mais de um), comunicando a ocorrência e solicitando informação a respeito de ações e execuções em andamento contra o devedor insolvente.

Art. 2.º - Em resposta, prestará o Distribuidor a informação, por ofício, em 24 horas, e anotará em seus registros o decreto de insolvência, a fim de que outras execuções sejam daí por diante distribuídas para o Juízo e Cartório da insolvência, por prevenção (art. 762, § 1.º, do C.P.C.).

Art. 3.º - Nos autos a informação prestada pelo Distribuidor (ou pelos Distribuidores), o Escrivão do processo da insolvência oficiará ao Juízo e Cartório de cada uma das ações e execuções notificadas (ofício independente para cada processo), dando-lhes ciência do decreto de insolvência, para os fins previstos no artigo 762, § 1.º, do C.P.C. Se alguma das execuções correr perante o próprio Cartório da insolvência, o Escrivão representará, nos autos, ao Juiz, com o mesmo objetivo.

Art. 4.º - Em se tratando de execução de crédito fiscal, não se aplica o disposto no artigo 2.º, quanto à distribuição por prevenção, e no artigo 10, quanto à expedição de ofícios, por força do que dispõe o artigo 187 do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966), sem prejuízo das deliberações que, a esse respeito, sejam adotadas pelo Juízo da insolvência,

Art. 5.º - Nos Juízos onde se processarem as execuções contra devedor solvente, observar-se-á o disposto no § 2.º, do artigo 762, do C.P.C., ou seja, "havendo, em alguma execução, dia designado para a praça ou leilão, far-se-á a arrematação, entrando para a massa o produto dos bens.

Publique-se, registre-se e cumpra-se,

São Paulo, 19 de junho de 1974.

Eu, a) Ézio Donati Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, subscrevi.

a) Márcio Marfins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J. 22-06-74)

PORTARIA N.º 7/74

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando que as requisições judiciais de certidões de antecedentes criminais devem ser atendidas de maneira adequada, a fim de que os MM. Juízes Criminais tenham os elementos indispensáveis à decisão dos casos submetidos a julgamento;

Considerando que a utilização de certidões criminais mediante carimbos apostos no verso das requisições vem prejudicando o carregamento de tais elementos;

Considerando que essas certidões devem, principalmente, ser claras e precisas;

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no Processo CG n.º 39.713-74.

Resolve:

1. Os Escrivães dos Ofícios Criminais da Comarca da Capital, em atendimento às requisições judiciais de certidões de antecedentes criminais, devem utilizar, para tanto, o impresso próprio do Tribunal de Justiça, de n.º 1005, que segue em anexo.

Parágrafo 1.º - Os claros constantes desses impressos serão sempre datilografados;

Parágrafo 2.º - Tratando-se de requisição judicial, fica terminantemente proibido o uso de carimbos, ainda que negativa a certidão.

2. Os Escrivães dos MM. Juízos requisitantes farão com que as requisições mencionem com clareza o nome do réu, a sua qualificação e o seu número no Registro Geral do Serviço de Identificação da Secretaria da Segurança Pública, se constar, cuidando, outrossim, para que cada requisição se refira a um só réu.

Eu, Ézio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria
Geral da Justiça, subscrevi e assino.
Publique-se. Registre-se e cumpra-se.
São Paulo, 15 de fevereiro de 1974.
a) Márcio Marfim Ferreira, Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., 19-02-74)

PORTARIA 9/74

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.
Considerando o grande número de pedidos de certidões de nascimento, casamento ou óbito que diariamente convergem à Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital, oriundos das mais diversas autoridades;
Considerando que, para o atendimento dessas solicitações, o Juízo da Vara dos Registros Públicos expede editais periódicos aos Cartórios do Registro Civil sujeitos a sua correição permanente;
Considerando que referidos editais não abrangem os Cartórios do Registro Civil localizados em territórios pertencentes às Varas Distritais, não sujeitos à correição permanente da Vara dos Registros Públicos;
Considerando que a observância desses editais pelos Cartórios do Registro Civil situados no perímetro das Varas Distritais além de simplificar sensivelmente o atendimento desses pedidos é medida que consulta os interesses da Administração Pública.
Resolve baixar a seguinte portaria:
Art. 1.º - Os Escrivães dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital, situados na jurisdição das Varas Distritais, ficam obrigados a atender aos editais periodicamente expedidos pela Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital, relativamente à existência de assentamentos em nome das pessoas relacionadas no referido edital.
Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e cumpra-se.
São Paulo, 18 de março de 1974.
Eu, a) Ézio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE) subscrevi.
a) Márcia Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., 28-03-74)

Parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, devidamente aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

Constitui consulta da Diretoria de Divisão do DEGE-2, como proceder em vista do Senhor Escrivão do 3.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital fazer contar a diversos funcionários faltas injustificadas aos sábados e domingos e anotar atrasos dados ao serviço, embora compensados ou descontados monetariamente.
I - Com respeito aos atrasos dados aos serviços pelos senhores escreventes e auxiliares de Cartórios, em vista os atestados de frequência, as disposições que orientam a matéria encontram-se no Decreto n.º 42.850, de 30 de dezembro de 1963, que se aplicam, no que couber, aos servidores de cartórios não oficializados, bem como na Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, artigos 193 e seguintes:
1 . Todo servidor, e inclusive os da Justiça, quer sejam de cartórios oficializados ou não, poderá, até 5 (cinco) vezes por mês, sem desconto em seus vencimentos entrar com atraso nunca superior a quinze minutos, desde que compense o atraso no mesmo dia (art. 274 do Decreto n.º 42.850/63 e art. 198, I da C.N.C.G.J.).
Compensado o atraso, no mesmo dia, não resulta qualquer efeito de ordem disciplinar ao servidor. O tempo de serviço exigido foi cumprido e portanto a jornada de trabalho foi integral, não se computando falta, e ao sequer se exige anotação em prontuário.
2. Caso o atraso seja superior a quinze minutos, aplica-se o artigo 277, caput do Decreto n.º

42.850/63 e artigo 198, III da C.N.C.G.J., quando a entrada em serviço ocorrer dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos.

3. Na hipótese de as entradas-tarde, inferiores a 15 minutos, excederem a cinco vezes em um mês, a partir do sexto atraso aplica-se o art. 277, caput do Decreto n.º 42.850/63 e artigo 198, III da C.N.C.G.J., desde que a entrada em serviço ocorra dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos.

4. Se ocorrer o servidor entrar em serviço com atraso inferior a 15 minutos, embora não haja atingido as cinco vezes previstas no artigo 274 do Decreto n.º 42.850 e art. 198, I da C.N.C.G.J., mas não compensar o atraso, aplica-se o art. 277, caput do Decreto n.º 42.850/63 e artigo 198, III da C.N.C.G.J.

5. O servidor perderá a totalidade dos vencimentos quando comparecer ou retirar-se do serviço fora das hipóteses acima, registrando-se sua frequência desde que permaneça no trabalho por mais de dois terços do horário a que estiver obrigado. Assim todo atraso na entrada superior a uma hora enquadra-se nesse item (art. 277, parágrafo único do Decreto n.º 42.850/63 e art. 198, IV da CXC.G.J.)

II - Em todos estes casos especificados do n.º I, não há falta ao serviço, quer justificada ou injustificada. Falta só pode ser considerada, assim mesmo com as exceções previstas no art. 78 dos Estatutos dos Funcionários Públicos, o dia em que o servidor estiver afastado do serviço, o que não ocorre nas hipóteses acima.

O que persiste, para efeito de licença-prêmio, é o artigo 503 da C.L.F., segundo o qual considera-se uma interrupção três entradas-tarde.

E, reforçando, para que fique bem claro, entrada-tarde somente se considera aquele dia em que houve desconto nos vencimentos, não se incluindo, pois, neste caso, o item 1, da exposição de n.º I.

III - Com respeito às faltas contadas aos sábados e domingos reporto-me a parecer que já expedii nesta Corregedoria e que foi aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

É o parecer que sob censura apresento a V. Exa.

São Paulo, 25 de abril de 1974.

a) José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar

Aprovo. Publique-se.

São Paulo, 22 de maio de 1974.

a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J. 28-05-74)

PROCESSO C.G. 40.241-74

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o parecer proferido no Proc. n.º CG. 40.241-74, em que figura como interessado o Juízo de Direito da 8.ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca da Capital, abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

O Juiz de Direito da Oitava Vara da Família e das Sucessões encaminha a esta Corregedoria Geral, expediente relativo à publicação de editais, na imprensa particular, de atos processuais necessários nos processos onde figuram partes beneficiárias da justiça gratuita. Move o expediente o fato de os jornais locais se recusarem a aceitar tais publicações sob o fundamento do alto preço do papel e crise da matéria-prima. Salvo melhor juízo o com vênua ao ilustre Magistrado em questão, creio que a matéria ora ventilada refoge à competência e atribuição desta Corregedoria, por ter feição jurisdicional.

A jurisprudência anterior ao atual Código de Processo Civil se dividiu quanto à necessidade da publicação do edital na imprensa particular, sendo o autor ou interessado beneficiário da justiça gratuita.

O atual Código de Processo Civil orienta a matéria de forma idêntica ao de 1939, persistindo, outrossim, em vigor a lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.

A lei somente exime de pagamento as publicações no jornal encarregado da

divulgação dos atos oficiais, não se referindo e enfrentando o problema quando o Código de Processo Civil ordena as publicações em jornais locais e particulares. Como bem ensina Moniz de Aragão, em seus Comentários ao Código de Processo Civil, o assunto comportaria três possíveis soluções: a) o beneficiário custeia a publicação do edital no órgão da imprensa particular, pois a lei só lhe dispensa a publicação no órgão oficial; b) o Estado arca com o custo dessa publicação ou impõe aos jornais que a façam gratuitamente; c) os juízes desobrigam da publicação, quando o assistido não a possa pagar (Comentários, ed. 1.ª Forense, fls. 241).

A primeira solução é inviável, por se tratar, justamente, de assistência judiciária gratuita, comprovado que está que o interessado não pode pagar custas e demais despesas.

A segunda solução exige previsão orçamentária e nada consta a tenham feito o Estado de São Paulo ou mesmo a União, mesmo porque tal ônus pressupõe e depende de lei. Só nos resta a terceira solução, que parece a mais consentânea.

Analisando-se-lhe o teor, afirma o autor supracitado, ver-se-á que a lei n.º 1.060 fala em publicações dispensáveis, para as quais nem mesmo o órgão oficial isentará do pagamento ao lado de outras indispensáveis. Não se construiu interpretação alguma a esse propósito. Assim caberá ao juiz examinar, em primeiro lugar, se o assistido pode pagar a publicação do edital na imprensa particular. Se puder determiná-la-á; se não puder, desobrigá-lo-á. "Ad impossibilibanemo tenetur".

Poderá ocorrer que outros juízes dêem ao caso solução diversa a que aponto. É questão controvertida, jurisdicional, decidido pelo juízo da causa, decaindo qualquer aspecto correcional.

Afasta-se, destarte, eventual intervenção desta Corregedoria Geral.

É o parecer que sob censura apresento a Vossa Excelência.

São Paulo, 11 de junho de 1974,

a) José de Mello Junqueira, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer. Publique-se.

São Paulo, 11 de junho de 1974.

a) Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., 25-06-74)

COMUNICADO

Recomenda a Corregedoria Geral da Justiça aos MM. Juízes de Direito das Comarcas do Interior e Litoral melhor observância quanto à redação da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, fazendo-se necessária a distinção das epígrafes de Pessoal de Ofícios e Cartórios Oficializados e não Oficializados. Como exemplo, apontamos o disposto no artigo 254 que só atinge o pessoal de ofício e cartório não oficializado e não os nomeados e admitidos pelo Poder Executivo e Poder Judiciário.
(D.O.J., 9-04-74)

DÚVIDA - OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DO 3.º SUBDISTRITO (PENHA DE FRANÇA)

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral

O MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Distrital da Penha de França, nos termos do art. 8.º do Provimento 2/73 (fls. 16-20), encaminha a esta Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça cópias da dúvida suscitada pelo Oficial do Registro Civil do 3.º Subdistrito e da respeitável decisão que a solucionou (fls. 40-44).

Os documentos em apreço referem-se à interpretação dos arts. 6.º e 7.º do aludido Provimento, que tratam da classificação dos escreventes em face das disposições legais vigentes (art. 231 do Código Judiciário c/c o § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 159/69).

O exame da respeitável decisão revela seu inegável acerto.

O MM. Juiz de Direito demonstrou que os efeitos daqueles artigos do Provimento 2/73 na vida prática não criam obstáculo algum à sua boa execução, pelo que s.m.j., torno a liberdade de tecer outras considerações que vêm abonar o escoreito decisório.

I - Quanto aos fundamentos e objetivos do Provimento 2/73 reporto-me ao parecer aprovado de fls. 12-15 reiterando apenas que esta providência salutar da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça tão-somente procurou, entre outras finalidades, dar cumprimento aos preceitos legais do Código Judiciário e do Decreto-lei n.º 159/69 que cuidam da matéria nele enfocada.

II - Como se viu o Código Judiciário do Estado de São Paulo e o Decreto-lei n.º 159/69 inovaram na organização da carreira de escrevente de Cartório não oficializado, deferindo à Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça a incumbência de traçar o planejamento dos critérios avaliativos para a classificação em três categorias, havendo a correspondente repercussão no âmbito salarial (art. 31, § 2.º do Decreto-lei n.º 159/69).

III - Assim sendo, os requisitos prefigurados no inciso II do art. 6.º do Provimento 2/73 devem ser concorrentes, ou seja para a classificação dos escreventes nas três categorias o serventuário deverá observá-los em conjunto e sem dar destaque especial a nenhum deles.

Uma vez feita a proposta, de acordo com tais elementos, o serventuário submeter-se-á à apreciação do MM. Juiz Corregedor Permanente para fins de homologação.

IV - O acesso de uma categoria a outra (art. 6.º, inciso III, do Provimento 2/73), por igual, deverá ser conforme os requisitos do inciso II do mesmo dispositivo, exigindo-se também que a proposta do serventuário seja homologada.

A razão dos incisos II e III consistiu na prevenção da ocorrência de eventual injustiça em detrimento de qualquer escrevente ser classificado, reclassificado ou em vias de ser elevado à categoria superior.

V - Outrossim, sublinhe-se que diante dos dizeres do Provimento 2/73 é perfeitamente possível haver mais de um escrevente em quaisquer das três categorias, ficando tudo na dependência das peculiaridades locais e dos interesses da serventia.

VI - A denominação correta é "escrevente de 1.ª, 2.ª ou 3.ª categoria" não mais se falando de 1.º, 2.º ou 3.º escrevente, em atenção ao que está escrito na legislação (artigo 231 do Código Judiciário e § 2.º do artigo 31 do Decreto-lei n.º 159/69).

VII - O artigo 7.º do Provimento 2/73 considerou todos os escreventes na terceira categoria, exigindo que a implantação inserta no artigo 6.º fosse feita no prazo de 60 dias, desde que classificação anterior não existisse.

A causa primeira e principal residiu na inexistência de manifestações concretas preexistentes consubstanciadas em atos oficiais.

O Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931, que hoje tem eficácia somente quanto à habilitação de escrevente, em seus artigos 2.º e 15.º o § 3.º determinou a sua classificação em categorias sem especificar o número delas. Daí a explicação de haver atualmente escreventes classificados em várias categorias e alguns com títulos apostilados. O Provimento 13/69 em seu artigo 3.º parágrafo único (fls. 7) apenas mencionou as categorias legais dos escreventes (Decreto-lei n.º 159/69 e Código Judiciário), deixando ao elevado critério dos MM. Juízes Corregedores Permanentes a faculdade de homologar os atos dos escrivães nesse sentido, s. m.j.

Por isso que, prevalecendo legislação nova que procedeu à classificação em três categorias, segue-se que foi necessária a fixação de um ponto de partida, para ao depois o serventuário efetuar as adequações devidas, respeitando obviamente as classificações porventura existentes que apenas serão adaptadas ao número de categorias em vigor.

Nesta ordem de idéias, s. m.j., a classificação definitiva ao cabo de 60 dias preservará eventual classificação anterior do escrevente elaborada com base em qualquer regime legal antecedente ao Código Judiciário e Decreto-lei n.º 159/69, inclusive, adaptando-a a estes diplomas, se necessário.

Incorrendo classificação anterior, como foi consignado, o serventuário propô-la-á livremente de conformidade com os dispositivos do Provimento 2/73 aplicáveis à espécie.

Este entendimento quer significar o resguardo inequívoco dos possíveis direitos adquiridos e de situações jurídicas definitivamente constituídas, assertiva essa sempre ressalvada em qualquer provimento ou portaria, em face do preceito constitucional vigente que assegura os direitos individuais.

VIII - Do exposto, nada há que se reparar na respeitável decisão proferida pelo digno Magistrado que deu o conveniente alcance ao assunto em questão. Sugiro s.m.j., a remessa de cópias deste

parecer, se aprovado for aos MM. Juízes de Direito da Primeira Vara Distrital. da Penha de França e da Vara dos Registros Públicos.

À apreciação superior de Vossa Excelência.

São Paulo, 19 de julho de 1973.

Roberto Antônio Vallim Bellocchi, Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer. Divulgue-se pela Imprensa Oficial para servir de orientação.

Data supra.

a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça

D. O. de 25-7-73, pág. 6.

**DA CORREGEDORIA PERMANENTE DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS NATURAIS DA COMARCA DA CAPITAL
ÁLVARO LAZZARINI**

Magistrado em São Paulo

Sumário: 1. - A legislação que rege a matéria. 2. - Crítica a essa legislação. 3. - Solução mediata para a questão. 4. Solução imediata.

1. - Tendo sido criada, pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, a Vara dos Registros Públicos da Comarca de São Paulo, passou para a competência dela toda a atividade censória sobre os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca (artigo 5.º, letra "g", do citado Decreto-lei).

E, assim, continuou a ser, inclusive, na vigência da Lei Estadual n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, isto, por força do seu artigo 32, item III, in verbis:

"Art. 32. Compete ao Juiz da Vara dos Registros Públicos:

.....
.....
III - exercer a corregedoria permanente dos cartórios extrajudiciais da comarca da Capital, rubricar-lhes os livros e aplicar penas disciplinares aos serventuários e escreventes, nos termos das leis vigentes;

.....
.....
Porém, com o surgimento da Lei Estadual n.º 9.508, de 13 de setembro de 1966, que alterou a redação do artigo 48 da Lei Estadual n.º 8.101, de 16 de abril de 1964 e deu outras providências, a referida competência censória do Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos sofreu perda, pois, a corregedoria permanente sobre os cartórios em tela, localizados nos territórios das Varas Distritais, passou para a competência destas (artigo 48, item XIII, da Lei Estadual n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, com a nova redação dada pelo artigo 1.º da Lei Estadual n.º 9.508, de 13 de setembro de 1966).

Essa nova orientação do legislador foi mantida pelo vigente Código Judiciário de 1969 (artigo 38, caput, combinado com o artigo 41, item II), Decreto-lei Estadual n.º 158, de 28 de outubro de 1969 (artigo 33, item VI) e pela recente Resolução n.º 1, de 29 de dezembro de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (artigo 25, item V).

2. - No entanto, com a devida vênia, quer parecer que tal nova orientação, imprimida a partir da Lei Estadual n.º 9.508, de 13 de setembro de 1966, em que pesem os altos propósitos que a ditaram, na prática, não tem alcançado os seus efetivos objetivos.

Com efeito, desde que ocorreu essa partilha de competência correcional, tem-se verificado que falta unidade de direção no que diz respeito aos serviços de registro civil das pessoas naturais, na comarca da Capital. Tal falta de unidade é consequência natural e lógica da descentralização orgânica correcional, sendo, praticamente, inviável o controle das discrepância por parte da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, quer pela sua natureza de órgão de segunda instância administrativa, quer porque raros são os recursos dos interessados.

E essa discrepância causa a inevitável perplexidade entre os interessados - direta ou indiretamente - pelos registros civis em pauta. Mas, o que é pior, enseja, também, a utilização de expedientes menos honestos para ilaquear a boa fé dos diversos magistrados corregedores permanentes, conforme a orientação dos mesmos atenda ou não as conveniências dos interessados e sem uma maior possibilidade de controle da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

3. - De lege ferenda, com a devida vênia, deverá constar, por isso tudo, dispositivo expresso que faça retornar à Vara dos Registros Públicos toda a competência censória sobre todos os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais localizados na Comarca da Capital, retornando-se, pois, ao sistema anterior, ainda, previsto na Lei Estadual n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, artigo 32, item III, transcrito no inciso 1 supra.

4. - Todavia, por enquanto, quer parecer que a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, atendendo motivo de interesse público como se apresenta no caso vertente, usando da faculdade que lhe outorga o artigo 48, parágrafo único, do Código Judiciário de 1969, poderá designar corregedor permanente, também, dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais sediados nos territórios das Varas Distritais o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos.

Tal medida, segundo parece, obviará as discrepâncias de orientação sentidas na Comarca da Capital, além do que, a par de centralizar a atividade censória no Juízo especializado em Registros Públicos, aliviará a sobrecarga de serviços das Varas Distritais, decorrente do aumento de competência ditado pela indicada Resolução n.º 1, de 1971, bem como pelo fato de terem sido conferidas atribuições da Justiça Eleitoral a tais Varas Distritais.

E note-se que tal medida não pode ser considerada ilegítima, porque, embora seja certo que o legislador não pode delegar poderes para a feitura de uma lei, pode, no entanto, através de lei, como é o caso aventado no corrente inciso, delegar poderes para a prática de algum ato que a própria lei faça depender a sua atuação.

COMARCA DE CAMPINAS

Proc. 61/73 - Corregedoria Permanente

Vistos, etc.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CAMPINAS, através de seu presidente, requer seja averbado à margem dos registros imobiliários, protesto judicial contra a alienação de bens requerido e deferido contra CONSTRUÇÕES CIVIS E INDÚSTRIAS "COCIN" LTDA. (fls. 2/3 e documentos de fls. 6/9).

Manifestou-se favoravelmente o órgão do Ministério Público (fls. 10).

As averbações pretendidas referem-se às transcrições especificadas na inicial da 1.ª

Circunscrição Imobiliária local.

Relatados, decido.

A função precípua do protesto é a de conservar e ressalvar direitos. "O protesto conserva o direito de quem o faz, mas não dá direito que não haja, dispunha a Ordenação, o que na linguagem forense se diz: o protesto não dá nem tira direito. Ressalva-o, de modo geral" (HUGO SIMAS, "Comentários ao Código de Processo Civil", ed. 1962, vol. VIII, tomo 2.º, pág. 280).

De modo geral, como é sabido, por outro lado, a averbação é ato acessório, cuja existência supõe a do ato principal, seguindo a sorte deste. A nulidade do ato principal implica na nulidade do acessório, mas a nulidade deste não induz a do principal. Em matéria de registros públicos, há uma única exceção, em que a averbação, contrariando sua natureza, desempenha papel preponderante. É o que ocorre nos contratos de promessa de compra e venda de terreno loteado, nos exatos termos do conhecido Decreto-lei n.º 58/37. É contudo, exceção, como foi frisado.

Quais são os casos de averbação?

São exatamente os capitulados no art. 178, letra e no art. 283 e seguintes do Regulamento dos Registros Públicos (Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939). Examinados esses dispositivos legais, não se encontra a pretendida averbação de protesto judicial contra a alienação de bens, como ora se pretende.

Tem-se, lamentavelmente, observado, que a averbação está se constituindo em verdadeira e milagrosa panacéia, remédio para os interessados modificarem, na essência, o próprio registro originário, como se a averbação fosse apta a criar ou modificar direito, como, por exemplo, modificações em áreas de imóveis, não oriundas de erro ou engano do Cartório do Registro de Imóveis que se limita a transcrever o que contém a escritura (e nem poderia ser diferente). Se a escritura não é exata, das duas uma: ou retifique-se a escritura ou lance-se mão das vias contenciosas normais. Com o capuz de averbação não se pode suprir outros atos notariais ou evitar feito por natureza contencioso.

Embora possa se argumentar que os casos enumerados de averbação não são taxativos, não se

deve esquecer que "a averbação serve, em princípio, para tomar conhecida uma alteração da situação jurídica ou de fato, seja em relação à coisa, seja em relação ao titular do direito real" (SERPA LOPES, "Tratado dos Registros Públicos", 5.ª ed., vol. IV, pág. 196).

As modificações das situações de fato que ensejam averbação são as conhecidas: mudança de numeração, edificação, demolição, etc.

Merece algumas rápidas considerações o problema à alteração da situação jurídica. Dá-se o nome de situação jurídica à posição em que se encontra o sujeito perante a seu próprio interesse. Conflitando-se dois interesses, ver-se-á que, depois de examinados, um se encontra tutelado pelo direito objetivo; outro, não. , As vezes, ambos encontram-se parcialmente tutelados e no restante desprotegidos pelo direito objetivo. Daí decorre que só se sabe se houve ou não alteração da situação jurídica, depois de examinado o caso concreto, não se prestando a alterar situação jurídica mero protesto que não dá nem tira direito.

O Egrégio Conselho Superior da Magistratura de São Paulo já se manifestou sobre o assunto na Correição Parcial n.º 87.507, da comarca de São Paulo:

"As averbações, no registro de imóveis, só cabem nos casos expressamente previstos em lei (v.g., os do art. 178, letra c e dos artigos 283 e seguintes da Lei de Registros Públicos). Nem se argumente com a elasticidade dos termos em que estão redigidos os artigos 285 (parte final) e 286 do mesmo Decreto n.º 4.857. Um simples protesto, justamente porque não cria, nem modifica direitos, não pode evidentemente afetar e muito menos alterar o registro ou as pessoas nele interessadas. Isto do ponto de vista do direito substantivo. No campo do direito adjetivo, é preciso convir também que as averbações têm o seu *modus faciendi* regulado por lei e seria absurdo permitir fossem elas feitas através de protestos judiciais, meio evidentemente inadequado. Acresce-se, por último, que tal averbação e a consignação do protesto nas certidões negativas a serem de futuro fornecidas pelo Oficial do Cartório, podem provocar, naturalmente, dúvidas e incertezas que impeçam a formação de contrato ou a realização de negócio lícito e contra essa possibilidade existe preceito expresso de lei, justamente para coibir abusos (art. 721, do Código de Processo). Não se diga que ao afirmar a realização de um negócio lícito, esteja o Conselho. a prejudicar futuras ações, pelo mérito. O negócio é lícito, pelo menos *si et in quantum* por força apenas do que dispõe imperativamente o art. 859 do Código Civil, pois até prova em contrário presume-se proprietário aquele em que de quem estiver transcrito o imóvel. E se dessa transcrição decorrem, para o proprietário, os direitos de usar, fruir e dispor livremente do imóvel, ainda que o protesto não crie e nem extinga direitos, o certo é que poderá (ainda que por via indireta) dar causa a dúvidas e incertezas impeditores de contratos e negócios lícitos, o que não deixa de ser uma limitação daquela liberdade, cerceamento esse evidentemente não previsto em lei" (In Diário Oficial da Justiça, n. 134, de 20 de junho de 1958, pág. 10).

Além disso, mesmo efetuada a averbação, o Oficial não pode deixar de proceder ao registro, ainda que se refira ao protesto em questão (Agravo de Petição n.º 45.130, comarca de Ubatuba, j. em 1.º de outubro de 1949, rel. pelo Dês. MARCELINO GONZAGA, in Diário Oficial da Justiça de 5 de outubro de 1949, pág. 4).

O máximo que se pode permitir é a notificação do Oficial, para que o protesto conste de seus assentamentos para os devidos fins de direito.

Isto posto e pelo mais que dos autos consta, indefiro a averbação requerida na inicial, devendo, apenas, ser notificado o sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos desta comarca. Dê-se ciência, também, do inteiro teor desta decisão, aos Srs. Oficiais dos demais Cartórios de Registro de Imóveis, intimados o requerente e o dr. Curador.

Custas, pelo requerente.

P. R. I. C.

Campinas, 23 de fevereiro de 1973.

a) Domingos Franciulli Netto - Juiz de Direito da 3.ª Vara Cível e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Imóveis e Anexos da comarca de Campinas.

PROVIMENTO N.º 2/73

Dispõe sobre o fornecimento de certidões de atos relativos ao protesto de títulos.

O Doutor Domingos Franciulli Netto, Juiz de Direito da Terceira Vara Cível e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Imóveis e Protestos desta cidade e Comarca de Campinas, no uso das atribuições normais que lhe são conferidas por lei,

Considerando a necessidade de ser disciplinado o fornecimento de certidões, uma vez lavrado o protesto;

Considerando não ser de interesse geral que todas as certidões sejam extraídas em inteiro teor, Determina aos Oficiais dos Cartórios de Protestos da Comarca de Campinas, a observância das seguintes normas:

1 - Só serão expedidas certidões "verba ad. verbum", aos figurantes do instrumento de protesto, àquele que houver efetuado o pagamento ou por requisição judicial;

2 - Das certidões fornecidas a terceiros, não deverão constar, sob qualquer pretexto, o nome de avalista é de qualquer coobrigado que não seja devedor principal;

3 - Permanece integralmente em vigor o Provimento n.º 1/73, de 13 de março de 1973, deste Juízo;

4 - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência aos Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis e Protestos. Enviem-se cópias, por ofício, ao Exmo. Sr. Dês. Corregedor Geral da Justiça, aos MM. Juízes das Varas Cíveis, ao Dr. Curador-Geral desta Comarca, ao Sr. Presidente da Subseção local da O.A.B. e ao Sr. Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas.

DOMINGOS FRANCIULLI NETTO

Juiz de Direito

CANCELAMENTO DE AVERBAÇÃO DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL LOTEADO.

ALGUNS ASPECTOS

Álvaro Lazzarini Juiz de Direito em São Paulo e Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

SUMÁRIO: 1 - Introdução. 2 - Responsabilidade do Oficial de Registro de Imóveis pela intimação irregular. 3 - O endereço onde deve ser procurado o devedor. 4 - A necessidade de intimação do cônjuge do devedor. 5 - Conclusões.

1 - Pela 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, tramitou ação ordinária, visando a nulidade de cancelamento de averbação de compromisso de venda e compra de imóvel loteado, tendo os autores pretendido, também, responsabilizar o Oficial de Registro de Imóveis que praticou o ato, a pretexto de não ter diligenciado a regular intimação da mulher do devedor, devedor esse não procurado, também, no seu atual endereço, ou seja, no lote que lhe estava compromissado.

Como, na sentença, fizemos algumas considerações, entendemos, agora, de adaptá-las, neste modesto trabalho, para julgamento dos mais doutos.

2 - O Oficial de Registro de Imóveis, evidentemente, era parte ilegítima para a ação.

Com efeito, faltava-lhe maior interesse para que o seu ato, praticado a requerimento do promitente vendedor, após a observância das formalidades legais, fosse mantido ou não. A sua conduta, no caso, não merecia reprimenda, porque, a diligência de intimação pessoal do devedor foi feita de acordo com os dados fornecidos pelo credor, os quais, aliás, estavam consignados no contrato averbado. Não lhe cabia, pois, obter dados alheios aos que lhe foram fornecidos e que constavam de seus registros.

A propósito, salientado merece ficar que o Oficial de Registro de Imóveis, a exemplo dos Oficiais de Justiça, quando procede às diligências intimatórias, não tem funções investigatórias, devendo cingir-se àquilo que lhe é requerido.

De fato, o princípio aplicável à espécie é o mesmo colhido do venerando acórdão no sentido de que "o oficial de justiça está, apenas, adstrito ao teor do mandado e às suas indicações, Está, pois, obrigado a procurar a pessoa a que se refere o mandado no local constante do mandado" (acórdão unânime da 3.ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em 13 de setembro de 1968, no "Hábeas-Corpus" n.º 45.848, do Distrito Federal, relator Ministro AMARAL SANTOS, In "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 47, página 599).

3 - No caso, o local da intimação, indicado no requerimento do promitente vendedor, era o constante do contrato averbado. E neste havia cláusula que obrigava o compromissário comprador a comunicar, incontinentemente, o novo endereço que viesse ter ao promitente vendedor.

Não houve tal comunicação imediata. Mas, provou-se, o quanto suficiente, que o promitente vendedor, por si e seus propositos, tinham conhecimento de que o compromissário comprador tinha se mudado para a casa que construiu no lote. Era de ser admitida, dadas as circunstâncias da espécie, a prova testemunhal de que, no curso dos anos, o compromitente vendedor teve conhecimento de que o compromissário comprador, logo após, a assinatura do compromisso de compra e venda, fez construir prédio, no lote, vindo a nele residir.

Mas, mesmo que assim não tivesse ocorrido, seria de toda oportunidade que o compromitente vendedor tivesse diligenciado, também, a intimação no local do lote. O loteador, via de regra, sempre tem ciência do desenvolvimento do loteamento, inclusive, no que tange às construções nele feitas. Assim, nada mais lógico do que, havendo prédio sobre o lote, diligenciar o promitente vendedor a intimação do compromissário comprador, também, naquele local, independentemente da do local indicado no contrato, como sendo a residência ou domicílio do mesmo comprador. Com isso melhor atendida ficará a finalidade do Decreto-lei n.º 58, de 1937.

4 - Quando da contratação, o compromissário comprador era solteiro e como tal se qualificou.

Todavia, em seguida, se casou, sendo esse o seu atual estado,

É óbvio que sua mulher necessitava ser, igualmente, intimada para o pagamento devido, pena de nulidade do ato de cancelamento da averbação.

A propósito, como foi feito sentir, "exprime-se magnificamente Pontes de Miranda, em comentário ao art. 81 do C. Pr. Civ.: "O marido tem a representação legal da família. Pode litigar em defesa dessa, porém não tem a representação processual da mulher, isto é, não litiga em nome dela ... A mulher não é absolutamente incapaz, que o marido possa representar. Ele administra os bens, não representa a mulher". Observo que o art. 81 do C. Pr. Civ., que trata da capacidade processual, está assim redigido: "Nas causas que versarem sobre bens imóveis, ou sobre direitos a eles relativos, o marido não poderá demandar sem exhibir outorga uxória e, quando réu, será citado juntamente com a mulher". Não se fala em ações, e sim genericamente, em causas. Um velho aresto deste Supremo Tribunal Federal, que se lê na R.F. 39/100, distingue: "Em nosso direito processual, a palavra causa tem um sentido amplo, compreensivo não só das ações propriamente ditas, como de quaisquer processos ou feitos, que não tenham a forma regular das ações (Teixeira de Freitas, nota 4 ao § IV das Primeiras Linhas sobre Processo Civil, por Pereira e Souza; Ribas, Processo Civil, art. 675, §§ 12 a 17)". . . A notificação prévia, que configuraria a mora dos devedores e, com ela, determinaria a aplicação da cláusula comissória ou o exitium iurís, portanto, urna causa de que não podia alhear-se a mulher, cujas oportunas providências bem poderiam convalescer o compromisso. Pouco importa que o item 13 do contrato apenas se refira à notificação judicial (ao comprador). O acordo das partes, ainda que exprimisse a intenção de excluir a mulher (o que é duvidoso), não poderia prevalecer contra a lei (C. Civ., art. 235, ns. I e II; C. Pr. Civ., art. 81). Versando a causa ou lide sobre direito real imobiliário, especialmente para urna resolução ex tunc, com considerável desfalque do patrimônio comum, a mulher tinha direito a essa decisiva notificação, para emenda do erro ou displicência do marido" (cf. despacho de admissão de recurso extraordinário, de lavra do, então, Desembargador PEDRO CHAVES, apud acórdão unânime do Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 24 de agosto de 1967, na Ação Rescisória n.º 620, de São Paulo, relator Ministro LUIZ GALLOTTI, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 43, página 429).

Destarte, "conferindo a promessa de venda de imóveis um direito real ao promissário comprador, sendo este casado, é necessário que a rescisão do contrato seja precedida da notificação da mulher, para que esta seja constituída em mora, na forma do art. 14, do Decreto-lei n.º 58, de 10-12-1937. É essa a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como se vê de acórdãos publicados na RTJ, 43/429 e 50/441, o primeiro do Pleno daquela Corte" ("acórdão unânime da Sexta Câmara do, então, Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, em 5 de março de 1970, na Apelação Cível n.º 129.171, de Guarulhos, relator Juiz ALVES BARBOSA, in "Revista dos Tribunais", volume 415, página 183).

Por isso tudo é que o promitente vendedor, antes de interpelar o compromissário comprador, deveria cuidar de conhecer o atual estado civil do mesmo, mormente quando alguns anos separam a data do contrato e tal interpelação. No caso de dúvida, deve o interessado optar pela intimação ou notificação do compromissário-comprador e sua mulher, se casado for ("Fulano de tal e sua mulher, se casado for"). Aliás, na praxe forense, é comum a citação do destinatário conhecido, com a menção de seu nome acompanhado da expressão: "e sua mulher, se casado for" ou, então, "e seu marido, se casada for".

E, na verdade, a falta de diligência nesse sentido, impossibilita. o cancelamento do ato

registrário, pois, e repetindo, "sendo casado o compromissário comprador de imóvel loteado, na hipótese de atraso no pagamento das respectivas prestações, para ser cancelada a correspondente inscrição será mister que ambos, marido e esposa, sejam notificados, nos termos da lei" (acórdão unânime da Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 28 de agosto de 1969, na Apelação Cível n.º 6.727, de Joinville, relator Desembargador ALVES PEDROSA, in "Revista dos Tribunais", volume 414, página 343).

5 - Resta, portanto, em conclusão, deixar assentado que:

5.1 - O Oficial de Registro de Imóveis não tem funções investigatórias no cumprimento das diligências referidas no artigo 14 do Decreto-lei n.º 58, de 1937, combinado com o artigo 14 do Decreto n.º 3.079, de 1938, competindo-lhe, tão-só, satisfeitas as exigências da lei, proceder como requerido pelo compromitente. Em consequência, não tem o Oficial de Registro de Imóveis legitimidade passiva para responder por eventual ação ordinária que vise o restabelecimento do ato cancelado, por vício na intimação, decorrente de falta de diligência do compromitente.

5.2 - É de toda cautela - e assim recomendável, que o compromitente faça diligenciar a intimação do compromissário, também, no local do lote, se construído estiver. Nesse sentido, deverá requerer, expressamente, ao Oficial de Registro, dando os necessários esclarecimentos a respeito.

5.3 - Igualmente, por necessária que é, pena de nulidade do cancelamento da averbação, deverá ser procedida a intimação, também, do cônjuge do compromissário, dando-se-lhe o prazo de lei para a emenda de mora.

PROVIMENTO N.º 4-74

O Dr. Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos da Capital, Considerando as consultas que lhe foram formuladas por Escrivães de Notas da Capital, sobre a exata aplicação da Nota 6.ª à Tabela 10, do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, quando nas escrituras intervisse a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Considerando que da escritura lavrada às fls. 11, do Livro n.º 946, do 3.º Cartório de Notas da Capital, relativa à transformação da Autarquia Caixa Econômica do Estado em Sociedade Anônima, se verifica que, apesar dessa transformação, visto como os seus acionistas, todas pessoas de direito público, entidades estatais, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo não perdeu o seu caráter de empresa pública,

Considerando que a referida nota se destinou apenas a evitar que as partes, obrigadas a comparecer às repartições públicas por exigência e comodidade destas, fossem compelidas a efetuar o pagamento de custas e emolumentos com o acréscimo ali previsto.

Determina: os Srs. Escrivães dos Cartórios de Notas da Capital que não efetuem a cobrança do acréscimo de 50 por cento previsto na referida nota 6.ª da Tabela 10, anexa ao Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, nem permitam essa cobrança por parte de seus escreventes, nas escrituras em que a referida Caixa Econômica do Estado de São Paulo, aos 6 dias do mês de março quando lavradas fora do Cartório.

A violação deste provimento será considerada, para fins disciplinares, falta grave e importará na aplicação das sanções cabíveis, além daquelas previstas no artigo 14 do Decreto-lei n.º 203, de 25 março de 1970.

Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, remetendo-se cópia desta à Secretaria da Fazenda, ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Estadual. P. R. C. (Código Judiciário do Estado, art. 232). São Paulo, 7 de março de 1974.

a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito
(D.O.J., 14-03-74)

PORTARIA N.º 9/74

O Dr. Gilberto da Silva, MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, na forma da lei,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de manter atualizados os prontuários dos escreventes;

Considerando que falhas desta ordem ocasionaram a ruptura no cadastramento de sua vida funcional,

Determina aos Srs. Oficiais Maiores e Escreventes que, ao prestarem o compromisso como Escrivães, Oficiais Substitutos e Oficiais Maiores Substitutos façam a comunicação relativa ao início de exercício e ao período de substituição.

Determina mais que efetuem as comunicações que, eventualmente, não tenham sido feitas nos exercícios de 1973 e 1974, no prazo de 5 (cinco) dias.

São Paulo, 3 de junho de 1974.

a) Gilberto Valente da Silva, Juiz de Direito
(D.O.J., 11-06-74)

RECOMENDAÇÃO N.º 1/74

Os doutores Gilberto Valente da Silva e Silvério Paulo Braccio, Juízes de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos,

Usando das atribuições que lhes são conferidas por lei fazem aos Srs. Escrivães e Escreventes dos Cartórios sujeitos à Corregedoria a seguinte:

RECOMENDAÇÃO:

Examinando os livros apresentados pelas serventias do Foro Extrajudicial, nos últimos meses, para aposição do necessário visto, em especial o Diário da Receita e da Despesa, o ponto e o de movimento dos servidores, observou este juízo que não há qualquer uniformidade nas escriturações. Com isso, torna-se difícil e às vezes impossível, conforme a serventia, a pronta aquilatação de seu movimento, eis que a escrituração é simplista em certos casos e sibilina em outras, quase sempre, desatendendo às determinações superiores. havendo imperiosa necessidade de traçar recomendações, corrigindo os erros, e impondo a padronização.

Assim, com relação ao:

DIÁRIO DA RECEITA E DA DESPESA

Este livro deve ser escriturado diariamente (art. 23 da Lei 5.129, de 23-7-31 e art. 899 da Consolidação), em forma mercantil.

Significa dizer (cfr. Proc. n.º 959/73 desta Vara) que na parte da receita devem ser lançadas; as quantias pertencentes à serventia, com remissão ao n.º do livro e folhas do ato que ensejou a cobrança.

Admite-se que a remissão se refira a livro ou folha auxiliar, onde foi feito lançamento auxiliar e que permita pronta verificação da equivalência entre a prática do ato e a quantia recebida pelo Serventuário.

No que toca a reconhecimento de firmas, autenticações, xerocópias e certidões, etc., o lançamento será diário, mencionando o número de atos.

Exemplificando:

01-04-1974 - Escrituras, ou transcrições, ou registros, ou inscrições (enfim - atos inerentes à serventia) - livros ... Fls. 8 a 10.....Cr\$.
Certidões de escrituras

(8) Certidões
de procuração (8)
Reconhecimento de

firmas etc.

Observe-se que como receita, são lançadas as quantias efetivamente pertencentes à Serventia. Assim, quantias recebidas em depósito para a prática futura de atos ou verbas devidas ao Estado ou Carteiras de Serventia não constituem receita.

O controle destes recebimentos, devoluções ou recolhimentos, deverá ser feito em livro auxiliar ou folhas soltas, de modo a assegurar o direito do Serventuário e dos interessados e harmonizar-se com os comprovantes expedidos.

Quanto às despesas, esclareça-se desde logo, que estas são as da serventia e não do seu titular. Dessa maneira, não são lançadas a título de despesas, o pagamento do órgão de classe, auxílios a entidades assistências, assinaturas de jornais (exceto o D.O.) e revistas (salvo as técnicas).

Os lançamentos, a exemplo do que ocorre com a receita, devem ser claros e precisos, com remissão à nota Fiscal, recibo ou comprovante.

Tanto na receita como na despesa, escritura-se em seqüência cronológica. Ao final de cada

página, deverá ser feita a sorna do dia e o resultado somado com o transporte da página anterior.

Com isso, retratar-se-á o movimento diário e mensal da serventia. Ao final do mês, ter-se-á a receita e despesa bruta, e será feito um balancete demonstrativo, conforme determina o Provimento 8/66.

Exemplo:

Receita de (mês).....
Cr\$
Despesa de.....
Cr\$
Líquido ou Déficit.....
Cr\$

Ao final do exercício, far-se-á o balanço anual com demonstração da receita, despesa e líquido, mês a mês.

Assim exposto, devem ser abolidos os "termos", impropriamente utilizados por alguns Serventuários, como "livro caixa", causa principal da escrituração simplista ou sucinta, onde genericamente se lança a entrada e saída de dinheiro, "Receita deste mês", "lucro deste mês", "Emolumentos recebidos neste mês", "Entradas de hoje", "Despesas desta data", "prejuízo deste mês".

A serventia não tem lucro ou prejuízo, mas receita ou despesa e Receita líquida ou déficit. Por força do disposto no art. 23 da Lei 5.129, já citada, a escrituração deste livro é feita exclusivamente pelo serventuário ou seu substituto.

LIVRO DE PONTO

Este livro, de acordo com o que determina o Prov. 9/66 (§ 2.º), deve ser assinado (não rubricado), pelos escreventes e auxiliares da Serventia. Não poderão assinar os auxiliares sem contrato arquivado na Corregedoria-Geral da Justiça.

Foi instituído, segundo os considerandos do referido provimento, tendo em vista que tais servidores têm o tempo contado para efeitos nos concursos e, ainda, é contado no caso de ingresso do servidor no funcionalismo público, caso em que, servirá para todos os efeitos de direito.

Ao ponto diário, portanto e da mesma maneira, estão obrigados os servidores do Fórum Judicial e do Extrajudicial.

Deve ser assinado em tinta preta ou azul indelével, tanto na entrada como na saída dos servidores que estão obrigados aos horários (Vide Consolidação das Normas da Corregedoria, pág. 155 (do rodapé) e Provimento 2/47 da C.G.J).

No que tange à tolerância para a entrada, observar-se-á ao disposto no artigo 247 do R.G.S. (Decreto 42.850, de 30-12-1963) e quanto à saída antecipada, ao preceituado pelo art. 275 do mesmo decreto (Vd. proc. 191/74 desta Vara).

Este livro é encerrado obrigatoriamente pelo Escrivão ou seu substituto legal, que anotarás as faltas, licenças, afastamentos, todos os dias.

Verificando que qualquer escrevente ou auxiliar faltou ao serviço por mais de 30 (trinta) dias, o Escrivão ou seu substituto, comunicará "incontinenti" ao Juiz Corregedor, para as providências cabíveis (art. 189 da Consolidação).

Quanto à abonação ou justificação das faltas, a competência é do Escrivão ou seu substituto (§ 1.º do art. 2.º do Prov. 9/66) e a destes, compete ao Juiz Corregedor.

Este livro deve ser apresentado mensalmente para o visto (art. 187 da C.N. - C.G.J.), se em menor prazo não foi determinado.

Cuidando-se de ponto por relógio, observar-se-á ao disposto no § 2.º do art. 187.

O Escrivão e o Oficial Maior também assinam o livro ponto (§ 2.º do art. 188).

LIVRO DE FERIAS

É o livro destinado ao registro de movimento de funcionários e Escrivão. As férias, penas disciplinares, licenças e outros afastamentos, nele são obrigatoriamente lançados, bem como a quitação dos salários ou vencimentos percebidos pelos escreventes e auxiliares nos períodos de afastamento, quando a tanto fazem jus.

No momento do afastamento, pelo Sr. Escrivão será feito o lançamento e será apostado o visto do Juiz Corregedor Permanente, com imediata comunicação ao mesmo, por ofício, que informará à Corregedoria Geral da Justiça. Ao reassumir, nova comunicação será feita pelo interessado. Está obrigado o Serventuário a antecipar o salário do escrevente ou auxiliar (§ 3 do art. 5.º da Lei

2.177, de 23-07-53) que entrar em gozo de férias, pelo que obterá a quitação no livro.

ESCALA DE FÉRIAS

Até o dia 10 de dezembro, o Escrivão organizará, em três vias a escala de férias para o ano seguinte, relativa a ele, os escreventes, fiéis e auxiliares. Essa escala deverá ser entregue e aprovada pelo Corregedor Permanente que enviará uma cópia à Corregedoria (Art. 226 da Consolidação). Outra cópia permanecerá no Cartório da Vara e a terceira com o Serventuário (art. 239 da Consolidação e Prov. 9/66).

As férias são obrigatórias e não podem ser acumuladas, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo prazo máximo de dois anos consecutivos, não devendo ser interrompidas (art. 240).

Uma vez sustadas por necessidade, o interessado as gozará no mesmo ano.

Qualquer alteração da escala depende de autorização do Juiz Corregedor, após justificação do Escrivão ou seu substituto, em três vias, com a manifestação da conveniência.

LICENÇAS

Observar ao disposto nos arts. 244 e seguintes da Consolidação e Provimento 15167 da C.G.J.

QUITAÇÃO COM O IPESP

De acordo com o disposto no inciso VII do art. 53 da Lei 10.394, de 16 de Dezembro de 1970, o Escrivão submeterá ao visto do Juiz Corregedor, o comprovante dos recolhimentos previstos no inciso II, bem como o último comprovante correspondente, devidamente visado, será revisto. Pelo inciso II mencionado, o recolhimento da contribuição dos inscritos, deverá ser feito até o último dia do mês seguinte ao vencido, assim como das demais quantias devidas ao Instituto.

CONTRATOS E DISTRATOS DE AUXILIAR

Tanto no contrato como na rescisão (conforme modelo instituído - fls. 400 e 401 da Consolidação e Rev. Tribs. 450), deverá ser obedecida a determinação superior. Assim, o contrato e o distrato serão feitos em cinco vias e se o auxiliar for menor, com idade inferior a 18 (dezoito) anos, deverá ser juntado o consentimento do pai ou responsável. Admite-se, em substituição, que o pai ou responsável assine ao lado do filho, no instrumento.

Quando do contrato, em sendo menor o contratante, deverá juntar, também, certidão de nascimento.

Para a aprovação, as cinco vias serão apresentadas juntas ao Juiz Corregedor, facilitando a conferência.

CERTIDÃO ANUAL DA FREQUÊNCIA

A frequência dos auxiliares e escreventes, será certificada em duplicata anualmente, para cada servidor, assinadas pelo escrivão ou oficial, ou por quem responder pela serventia. Será mencionada a frequência total, faltas abonadas, justificadas ou injustificadas, férias, licenças, afastamentos e penalidades ou inexistência com base no livro ponto (arts. 183 e segs. da Consolidação).

Deverá ser feita a folha de frequência daqueles exonerados ou demitidos.

Essas certidões deverão ser feitas e entregues até o dia 10 (dez) de janeiro na Vara, que remeterá à Corregedoria Geral nos dez dias seguintes (art. 190 da Consolidação).

Horário para atendimento.

Os livros e papéis para visto, serão apresentados ao Juiz Corregedor pelo Escrivão ou Oficial Maior até às 17:00 horas, do dia 10 de cada mês observado na Portaria 9172 desta Vara após a verificação da Seção competente.

Deverão ser entregues na aludida seção, até às 13:30 horas, quando trazidos por escreventes ou auxiliares.

Autorização para escreventes praticarem determinados serviços em cartórios

1. Este Juízo está buscando uniformizar as autorizações anteriormente concedidas a escreventes de todos os Cartórios da Capital, sujeitos à sua Corregedoria Permanente, nos termos do artigo 17, do Decreto n.º 5.129, de 23 de julho de 1931.

Com efeito, do exame das portarias expedidas nestes quase quarenta e três anos se verifica alguma disparidade de interpretação do texto legal, do que resultou, em alguns casos, ampliações a meu aviso impossíveis e, em outros, restrições que em nada colaboraram para o aprimoramento dos serviços.

No que diz respeito aos Cartórios de Registro de Imóveis, de que, especificamente, trata este procedimento, facilmente se verifica que foram concedidas a três escreventes autorizações para subscreverem averbações, prática que entende este Juízo só possível de ser atribuída, como de lei, ao Oficial ou a seu substituto legal, o Oficial Maior. Quando assim não fosse, ficaria sem

sentido a inovação da Lei n.º 6.015/73, ao estabelecer que alguns atos podem ser praticados por escreventes, especialmente designados pelo Oficial, com aprovação da autoridade judiciária. Por outro lado, também não se justifica que alguns escreventes sejam autorizados a movimentar feitos, certo que o único procedimento possível, em tais cartórios, é o de dar andamento aos feitos de dúvida, de suma importância, de real seriedade e que não pode ser cometido a escreventes, especialmente porque a tanto não se destinaria o artigo 17 do Decreto 5129 citado. Da mesma forma entendo impossível estender a alguns escreventes a possibilidade de certificar nos traslados devolvidos às partes visto como importa tal autorização em permitir que um simples auxiliar certifique a prática de ato privativo do oficial, qual seja a prenotação.

As certidões que os escreventes de todos os Cartórios de Registro de Imóveis da Capital, à exceção do 9.º, 10.º e 15.º são autorizados a subscrever seriam aquelas entregues às partes e aquelas lavradas nas intimações feitas nos termos do art. 14, do Decreto-Lei n.º 58, o que pode ser mantido.

3. Assim, para uniformizar tais autorizações, consubstanciadas em portarias deste Juízo e considerando que o ato administrativo pode ser sempre revisto pela autoridade que o praticou, hei por tornar sem efeito as autorizações concedidas a Júlio César Martins de Souza, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e a José Manoel de Freitas Valle, do 7.º Cartório, para subscreverem averbações, as autorizações concedidas a Waldir Walder, Paulo de Tarso Corrêa, do 4.º Cartório de Registro de Imóveis, Valdeci Wanderley Rosada e Shicko Shiwa, do 13.º Cartório, para movimentarem feitos, a autorização dada a Waldir Walder, do 4.º Cartório, para certificar nos traslados.

Considerando o cadastramento de todos os servidores dos Cartórios sujeitos à Corregedoria Permanente deste Juízo, anatem-se as portarias constantes destes autos, com as atualizações ora feitas.

Baixo, em relação aos escreventes supra relacionados, portarias. Publiquem-se, Comuniquem-se (Código Judiciário do Estado, art. 232). Registre-se. Intime-se o arquite-se.

São Paulo, 15 de abril de 1974.

a) Gilberto Valente da Silva - Juiz de Direito.

Proc. n.º 20-61 - Dúvida: - Súmula - Usufruto - Constituição por ato inter-vivos. - Registro de escritura pública transmitindo a nua propriedade a uma e o usufruto a outra pessoa.

Admissibilidade. - Vistos, etc.

O Oficial do 16.º Registro de Imóveis suscitou dúvida em proceder ao registro da escritura pública outorgada aos Suscdos. Maurício Lerner e s/m. e Moisés Cutin e s/m., por D. Sara Escorel de Moraes e outros, pelas notas do 16.º Tabelião desta Capital, livro 411, fls. 55, em 10 de outubro de 1960, alegando o seguinte:

"Não vemos como possam D. Sara Escorel de Moraes e Míriam Moreira Leite, assistidas dos maridos, ceder e transferir ao suscitado o exercício do usufruto do imóvel situado à rua Laurindo Rabelo, n.º 129, que adquiriram por força da transcrição número 22.453, deste Registro.

"O usufruto, segundo a definição legal, é o direito real de fruir a utilidade e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade (Cód. Civil, art. 713). Trata-se de um direito real limitativo da propriedade, constando do Código Civil no título relativo aos "direitos reais sobre coisa alheia".

"Ora, o proprietário de um imóvel não pode, de acordo com esses princípios, ceder o exercício do usufruto que por força do direito de propriedade lhe é atribuído.

"No caso em apreço, no entanto, parece ter havido equívoco das partes, ou talvez do escrevente que lavrou a escritura, que, ao invés de fazer a transferência da nua propriedade, aliás, a transferência do usufruto, a título oneroso, da propriedade a Maurício Lerner e, ao mesmo tempo, a transferência da nua propriedade ao Dr. Moisés Cutin, fez àquele, inicialmente, cessão do direito ao exercício do usufruto.

"Como, levada essa nossa observação ao apresentante do título a registro, foi solicitada a competente dúvida; e considerando, ainda, que não nos é facultado interpretar a intenção das partes na realização do ato sujeito a registro, suscito a presente dúvida, aguardando de V. Exa. a solução competente".

Refutando-a, disse o Suscd. Dr. Moisés Cutin, por seu advogado, o Dr. Geraldo Dente Neves, que, aliás, o representou na escritura, em síntese, o seguinte:

"O exercício do usufruto - ou o exercício do direito de usufruto, não pode ser cedido, a título oneroso ou gratuito, como preceitua, expressamente, o art. 717 do Código Civil.

"Serpá Lopes, citado pelo suscitante, é explícito a respeito. "A lei, como vimos, proíbe, apenas, a

alienação do usufruto já constituído. Nenhum dispositivo existe que, direta ou indiretamente, vede que um proprietário, a título oneroso, constitua um usufruto, ou aliene a sua propriedade a um e o usufruto a outro".

"E acrescenta o ilustre desembargador, reproduzindo M. I. Carvalho de Mendonça, que: "O usufruto constituído inter-vivos pode ser a título oneroso ou gratuito.

"Ordinariamente ele se funda em doação, permuta, ou em título de venda. Em caso de dúvida, presume-se oneroso o que é constituído por contrato e gratuito o que é fundado em testamento. No usufruto entre vivos a instituição pode assumir formas diversas:

a) pode o doador alienar pura e simplesmente a propriedade despida do uso e gozo reservando estes para si;

b) pode dispor do uso e gozo, reservando para si a propriedade;

c) pode instituir conjuntamente dois titulares, deferindo a uma propriedade e a outro o uso e gozo". (Sent. do Juiz de Dir. da Vara do Registros Públicos do D. F., Miguel Maria Serpa Lopes, "in" Repert. de Jurisp., José G. R. de Alckmin, vol. Dir. das Coisas, página 686, n.º 1.694).

"Na hipótese em apreço, é indubitável. que, se as expressões usadas no instrumento público se ressentem de algum defeito de técnica, esse não prejudica, - de forma nenhuma, - o conteúdo do ato.

"O que os outorgantes quiseram fazer, e fizeram, foi deferir a sua propriedade aos ora suscitados e o uso e gozo a Maurício Lerner e sua mulher.

"Na verdade, constituíram um usufruto, ao destacar os direitos parciais e elementares que integram a propriedade e ao instituir conjuntamente dois titulares, aos quais deferiram, respectivamente a sua propriedade e o uso e gozo da coisa".

Não obstante, o Dr. Curador de Registros Públicos em exercício opinou pela procedência da dúvida, sob invocação do art. 717 do Código Civil.

Entretanto, o preceito do art. 717 do Código Civil não tem aplicação à espécie, como já demonstrei em despacho de 16-XI-60, proferido no processo n.º 34586-58, e publicado no Diário da Justiça de 23 do mesmo mês e ano, ao qual remeto o Suscte. Aliás, enquanto o cartório deste juízo não estiver aparelhado para dar integral cumprimento ao preceituado no art. 34, § 2.º, do Decreto-lei n.º 14.234, é preciso que os srs. serventuários tomem por obrigação a leitura dos despachos de dúvidas pelo Diário da Justiça.

A improcedência da dúvida foi demonstrada pela argumentação do Suscto., como anteriormente fora feito pelo mencionado despacho a que me reporto.

Julgando-a, pois, improcedente, determino se devolvam os documentos ao Suscte. para que proceda à transcrição da sua propriedade e à inscrição do usufruto, na forma requerida pelos Susctos.

P. R. I. e observe-se o preceituado no art. 34, §§ 1.º e 2.º do Dec.-lei 14.234. Sem custas.

São Paulo, 6 de março de 1961 - (ãã) Raul da Rocha Medeiros Júnior. - Advogados Geraldo Dente Neves".

D. O. J. - 10-3-1961.

DÚVIDA

8.º CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL

Vistos.

1 . O sr. Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis suscitou esta dúvida ao lhe ser requerido o registro de incorporação do prédio denominado "Condomínio Edifício Maria Bethânia, situado à Avenida Ordem e Progresso, n.º 1.084, Casa Verde, 23.º Subdistrito, requerido nos termos da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, por K. M. ENGENHARIA S. A., na qualidade de proprietária e incorporadora, de acordo com o memorial e demais documentos que integram o processo correspondente.

Diz a suscitação que "estabelecendo o art. 32 da citada Lei que o incorporador somente poderá negociar unidades autônomas após ter arquivado, no cartório competente, os documentos ali relacionados, entre os quais; figura, sob a letra "f", a certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições essa prova foi solicitada da requerente, que se trata de pessoa jurídica vinculada ao INPS".

A suscitada, entretanto, declara não ter podido obter daquele órgão, apesar de toda a sua

insistência, o certificado próprio de quitação.

A dúvida foi impugnada (fls. 12/19) com documento (fls. 20). O suscitante a manteve (fls. 24/26), tendo trazido, logo depois, documento (fls. 28/29). O dr. Curador opinou pela procedência da suscitação (fls. 30) e após a fala da suscitada sobre o documento (fls. 31/34), o dr. Curador de Registros Públicos ratificou seu parecer.

Relatados, decido:

2. Tenho que a melhor exegese do texto legal está com o suscitante, cuja exigência se afina com o próprio espírito da legislação vigente em matéria de incorporação do condomínio.

Com efeito, se o artigo 32 da Lei 4.591 estabelece que o incorporador deve exibir certidão negativa de débito para com a Previdência Social, quando o titular de direitos sobre o terreno for responsável pela arrecadação das respectivas contribuições e se a suscitada, no caso, pessoa jurídica, está sujeita às contribuições a esse Instituto, não pode fugir à exibição da referida prova.

Apega-se a suscitada ao decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966 que, em seu artigo 25 estabeleceu quais os documentos que o INPS fornecerá, afirmando que deixou de existir a "vaga certidão negativa de débitos". Afirma, ainda, que o documento exigido pelo suscitante não mais existe e que o Instituto legalmente está proibido de fornecê-lo.

Nada menos exato, contudo. O INPS fornece o documento exigido pelo suscitante, como se verifica do documento de fls. 29, a ele exibido em outro pedido de registro de incorporação. Ademais, se o referido Instituto está ou não aparelhado, está ou não impedido de fornecer a prova de quitação (o que não ocorre, como se verificou), cabe aos interessados as medidas judiciais apropriadas para compeli-lo à expedição de certidão relativa à sua situação para com as contribuições devidas.

A propósito, o suscitante bem lembrou o disposto no artigo 153, 35, da Constituição Federal, a amparar a situação da suscitada.

Esta a situação do ponto de vista legal. Os incorporadores, quando contribuintes obrigatórios do INPS e titulares de direitos sobre os terrenos, devem, para inscrição da incorporação, exibir a prova de quitação para com esse instituto. Essa prova, para o Cartório de Registro Imobiliário, tanto pode ser o Certificado de Quitação ou outro documento comprobatório da inexistência de débito.

A tudo há que se acrescentar as judiciosas ponderações do Oficial suscitante e do Dr. Curador de Registros Públicos.

3. Em face do exposto, julgo procedente a dúvida.

Dúvida - 8.ª Circunscrição - Anésio Dias de Oliveira, Pedro Fanti. "Vistos etc. Pedro Fanti e outro apresentaram ao Oficial do 8.º Registro de Imóveis, para registro, a escritura das notas do 5.º Tabelião desta Capital, livro 794, fls. 278, de 11 de março de 1958, de onde consta a cláusula seguinte: "fica esclarecido que a compra ora feita, é na seguinte proporção: Segundo Fanti compra a nua propriedade do prédio acima descrito e Pedro Fanti adquire o usufruto do aludido imóvel". Prenotada a escritura, o Oficial suscitou dúvida em efetuar o registro, alegando que, no seu parecer, não é possível admitir-se o registro de tal título, à vista do disposto no artigo 717 do Código Civil, que só permite a venda do usufruto do proprietário da coisa. Esse princípio deve aplicar-se não somente ao mero usufrutuário, mas, também, ao proprietário pleno. Não se permite a este cindir a propriedade naqueles dois elementos, para transmitir, separadamente, a uma pessoa o usufruto, a outra o domínio direto. De qualquer maneira, a constituição do usufruto só poderá realizar-se por forma apropriada. Não atendida sua sugestão para que se retificasse a escritura, suscitou a dúvida. Impugnando-a, os Suscdos. invocaram em prol da efetuação do registro pretendido, decisão anterior do insigne juiz Serpa Lopes em caso idêntico. Entretanto, o Dr. Curador de Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida por entender que Serpa Lopes houvesse com sublime, mas não deu menor aplicação ao direito, pois são palavras suas "estariamos com a aceitação da tese indicada diante de um usufruto convencional, nascido de um contrato onde o nu-proprietário estaria vinculado ao usufrutuário não por cláusulas por ele estabelecidas, mas sim pelo anterior proprietário que venderia a sua propriedade para A o "constituiria" um usufruto para B. Para quem o usufrutuário terá que dar conta de suas obrigações (art. 729 e seguintes), para o nu-proprietário atual) ou para o que constituiu dito usufruto?". Essa a dúvida a decidir-se, e a que já foi dada solução precisa por Serpa Lopes. A objeção formulada pelo digno Dr. Curador de Registros Públicos não merece acolhida. É ao usufrutuário que a lei proíbe de transferir o usufruto a outrem que não o nu-proprietário; e não vice-versa. Portanto, desmembrada a propriedade e transferidos, sucessiva

ou concomitantemente, o usufruto a um e a nua-propriedade a outro, é claro que o usufrutuário terá de dar contas de suas obrigações sempre ao dono, que o for no momento. O primeiro desaparece substituído por seu sucessor. Afastada essa objeção, prevalece, mais uma vez, a abalizada lição de Serpa Lopes. Com efeito, pouco importa o nome que se dê ao contrato constitutivo do usufruto. Constituído por ato inter-vivos e a título oneroso, não há mal que, por parêmia, se denomine compra e venda ao contrato de constituição de usufruto. Na interpretação da vontade se atenderá mais à intenção do declarante que ao sentido literal da linguagem. Tem razão, portanto. Serpa Lopes, quando diz: "Cumpro ressaltar, antes de tudo, que se trata, no subjude, de uma constituição de usufruto. A constituição de um usufruto C ato jurídico bem diferente da alienação do usufruto. A primeira dá-se por força da lei ou pela vontade do homem; a segunda, é por ato vedado por lei (Código Civil, art. 717) porquanto o usufruto só pode ser transferido, por alienação, ao proprietário da coisa; a primeira é realizada por quem possui a propriedade da coisa e que destaca para transferir a outrem uma parte desse mesmo direito, isto é, o direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa; a segunda seria a alienação desse direito já constituído, outorgado por que não é titular pleno da propriedade, pelo que só se permite a transferência do seu exercício, a menos, como já disse, que se trate do proprietário da coisa (Cód. Civ. art. 717). "É claro portanto, que o vendedor ou vendedores, sendo proprietários plenos da coisa vendida, constituíram um usufruto, a título oneroso, alienando a nua propriedade a um dos outorgados e o usufruto aos demais. Essa operação jurídica constituí, como se afirma no processo, um absurdo jurídico, que obsta a transcrição da escritura impugnada? De modo nenhum. Nem a lei, nem a doutrina ministram qualquer elemento justificativo dessa impugnação. Ao contrário, a lei, como vimos, proíbe apenas a alienação do usufruto já constituído. Nenhum outro dispositivo, existe, direta ou indiretamente vedando um proprietário constituir a título oneroso um usufruto, ou alienar a nua propriedade a um e o usufruto a outro. - Tratado dos Registros Públicos, vol. III, pág. 156-159), - Pelos mesmos fundamentos, julgo improcedente a dúvida para determinar que se proceda a transcrição da alienação de nua propriedade e a inscrição de constituição do usufruto, nos livros competentes, - Devolva-se o título ao Suste., acompanhado de certidão deste despacho e remetam-se cópias do mesmo despacho aos demais serventuários de ofícios congêneres - P. R. L - Sem custas. - advogado - Eugênio M. Bueno Filho.

PROC. 565/62.

Vistos etc.

JULGO Procedente, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a dúvida suscitada pelo Oficial do 8.º Registro de Imóveis, Sr. Oscar Fontes Torres, quanto ao registro do título prenotado sob n.º 104.219, apresentado por José Bustamante.

A impugnação, além de extemporânea, foi absolutamente inconsistente. E o parecer de Dr. Curador de Registros foi pela procedência.

Os bem deduzidos fundamentos da dúvida ficam fazendo parte integrante deste despacho, pelo que será ela publicada conjuntamente com este, para conhecimento e orientação dos demais serventuários de ofícios congêneres.

P. e I. Custas pelo suscitado.

São Paulo, 21 de Setembro de 1962.

(a) Raul R. Medeiros Jr.

Juiz de Direito.

"EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS.

Cumpro-nos, "data vênica", levar ao conhecimento de V. Exa. que adiamos o registro do título incluso, pelos motivos seguintes:

1. - Trata-se de uma escritura de notas do 21.º Tabelião local, datada de 4 de Janeiro do corrente ano, pela qual o Espólio de Ernesto Pinelli, devidamente autorizado por alvará judicial, transmitiu a João Bustamante e José Bustamante Filho, com a interveniência de José Bustamante e sua mulher, pais dos adquirentes, um terreno constituído pelo lote 33, da quadra 29, da Vila Baruel, situado nas Ruas Saguirú e Urbano Duarte, em Casa Verde - 23.º Subdistrito do Município desta Capital.

2. - Examinando essa escritura, nos termos e para fins do disposto no artigo 215 do Decreto n.º 4.857, de 1939, dela verificamos constar que os mencionados intervenientes, tendo compromissado, anteriormente, com o mesmo Espólio, a compra de referido imóvel, indicaram aqueles seus filhos para receber a escritura de sua aquisição definitiva, - reservando, entretanto, para si o seu usufruto vitalício.

3. - Embora tal operação haja sido, por igual, autorizada judicialmente, em virtude de um dos adquirentes ser, ainda, menor impúbere, estamos persuadidos de que ela se processou por forma irregular, eis que os intervenientes, como simples titulares dos direitos relativos a dito compromisso, não podiam, com base, apenas, na doação ou cessão que deles fizeram a seus filhos, reservar para si o usufruto da propriedade em questão.
4. - Com efeito, segundo os ensinamentos do emérito jurista Carvalho de Mendonça, três são as formas pelas quais pode o usufruto ser constituído:
- "a) pode o doador alienar pura e simplesmente a propriedade despida de uso e gozo, reservando estes para si;
- b) pode dispor do uso e gozo reservando para si a propriedade;
- c) pode instituir conjuntamente dois titulares, deferindo a um a propriedade e a outro o uso e gozo" (Do Usufruto, pág. 92).
- 5 - Em qualquer dos casos, porém, conforme se depreende do excerto acima, é indispensável que o, instituidor seja titular da propriedade, - pois salienta, ainda, aquele tratadista que "O domínio ou a livre disposição da coisa e a plena administração são as condições intrínsecas da constituição do usufruto. Para poder constituir o usufruto é, pois, essencial ter o domínio, seja ele pleno, útil ou resolúvel" (Ibidem, pág. 87).
6. - Não discrepa, aliás, do mesmo entendimento a respeito o eminente Serpa Lopes, ao afirmar que,
- "Quer se trate da constituição de usufruto a título gratuito ou oneroso, as condições exigidas para a validade dos títulos de propriedade são igualmente necessárias à validade do título constitutivo do usufruto" (Trat. dos Reg. Publ. Vol. III, pág. 154).
7. - Realmente, se o usufruto representa ou corresponde a um dos elementos integrantes do direito de propriedade, e para a transferência desta se exige, como condição essencial, ser o alienante detentor de sua titularidade, - a mesma condição, obviamente, deve ser exigida para a constituição daquele direito real.
8. - Mas não são apenas os citados tratadistas que, com base nos textos legais, sustentam a legitimidade dessa tese. Também a jurisprudência de nossos colendos Tribunais com ela se identifica, conforme se verifica do seguinte V. acórdão, prolatado pelo Egrégio Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul.
- "O usufruto, como desmembramento que é do direito de propriedade só pode ser constituído por quem tem o domínio. Sem tal requisito, não subsiste o usufruto, sendo evidente a nulidade de um ato que nunca poderia ser tido como válido". (Apud José G. R. Alckmin - "Direito das Coisas", in "Repertório de Jurisprudência do Código Civil").
9. - Infere-se, pois, do exposto, quanto à matéria em foco que, como a ninguém é lícito deter para si aquilo ou parte daquilo que lhe não pertence, ou de que não pode dispor, assim também a reserva do usufruto de qualquer imóvel não poderá ser feita por quem não puder dispor de sua plena propriedade.
10. - Ora, não sendo os intervenientes, José Bustamante e sua mulher, titulares do imóvel em causa, mas apenas dos direitos atinentes ao compromisso de sua compra, não podiam, logicamente, conforme salientamos, reservar para si o usufruto do mesmo pelo simples fato de os terem doado a seus filhos e estes haverem, em consequência, recebido a escritura correspondente à sua aquisição definitiva.
11. - A nosso ver, pois, a consecução do objetivo visado pelos interessados só poderá ser alcançado mediante a retificação do título apresentado. E a maneira menos onerosa de atingi-lo consiste em fazer com que este, por meio dessa retificação, passe a formalizar duas transmissões: - urna, aos intervenientes, do usufruto do imóvel em apreço; e outra, aos seus dois filhos, da nua propriedade, atribuindo-se, a cada uma, o respectivo valor.
12. - Com tal procedimento ficariam as referidas aquisições perfeitamente enquadradas na última das formas pelas quais, segundo a lição de Carvalho de Mendonça, a constituição do usufruto pode ser legalmente realizada, - formas essas cuja relação tivemos a oportunidade de transcrever no item 4.º da presente declaração de dúvida.
- Tais são, Meritíssimo Juiz, os motivos pelos quais adiamos o registro do título anexo. V. Exa., porém, melhor apreciando o assunto, sobre ele se designará determinar, em seu alto critério, o que julgar de direito.
- São Paulo, 24 de Abril de 1962.
- (a) Oscar Fontes Torres.
-

- Oficial -

PROCESSO N.º 1.689/69

Vistos, etc.

1. Apresentada a registro certidão de penhora, extraída dos autos de ação executiva que Sebastião Martins move ao Espólio de Beatriz Ferreira da Costa, em curso no MM. Juízo de Direito da 15.ª Vara Cível da Comarca da Capital, manifestou o Sr. Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital dúvida, porque, o imóvel da rua Oscar Freire, 1965, pela transcrição n.º 25.572, de 27 de março de 1968, fora transmitido a Paulo Soares Rosa. Em sendo dito imóvel o objeto da penhora, entendeu o Sr. Oficial não a poder inscrever, pois, quando apresentado o título pertencia a coisa a terceiro.'

Não houve impugnação (fls. 5), motivo pelo qual o MM. Juiz então em exercício mandou que os autos permanecessem no arquivo, por respeitável despacho datado de 6 de julho de 1970.

Agora, o MM. Juiz de Direito Titular da Vara, por respeitável despacho de 28 de junho passado, houve por bem mandar desarquivar o feito, tendo o douto Curador de Registros Públicos em exercício opinado pela procedência da dúvida não impugnada ou, então, que os autos continuassem arquivados.

2. Não é o caso de permanência de autos de dúvida no arquivo, sem decisão. A sistemática do procedimento da dúvida, segundo o Regulamento dos Registros Públicos, exige sempre que o Juízo competente prolate uma decisão de procedência ou improcedência da dúvida, para as relevantes consequências por parte do Oficial suscitante (cf. artigos 218 e 219 do Decreto n.º 4.857, de 1939).

Na hipótese dos autos é manifesta a procedência da dúvida. Com efeito, a penhora, que data de 28 de março de 1969, teve a respectiva certidão apresentada para inscrição só em 27 de agosto de 1969, quando foi prenotada sob n.º 90.184. Todavia, conforme esclareceu o Sr. Oficial, o imóvel penhorado, sito à Rua Oscar Freire, 1.965, desde 27 de março de 1968 - um ano antes, portanto -, não mais pertencia ao Espólio executado, em razão de alienação transcrita sob n.º 25.572.

Assim, bem andou o Sr. Oficial em adiar o registro do título, aliás, conforme orientação firmada no venerando acórdão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura a que se refere na suscitação, orientação essa ainda mantida pelo venerando acórdão do mesmo Egrégio Conselho Superior da Magistratura a seguir transcrito: "pode o Oficial suscitar dúvida "se a inscrição judicialmente ordenada estiver em oposição com o direito do titular do imóvel, devidamente transcrito, ou por outra, não figurando em nome do devedor a transcrição do imóvel, a inscrição não poderá ser levada a efeito, nem o mandado judicial poderá ter cumprimento" (Serpa Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos", 5.ª ed., 1962, Freitas Bastos, vol. II, pág. 355). Assim, "mesmo limitada a função da inscrição da penhora a tornar esta conhecida de quem quer que tenha interesse sobre o imóvel penhorado, mesmo assim, não se pode prescindir do exame da titularidade do domínio ou do direito do executado, pois, do contrário, seria facultar-se e legitimar-se a ação judiciária tendo por objeto o que, por urna perfuração legal, não pertence ao executado. Basta pensar-se na turbação que em seu direito sofre o proprietário aparente ou legítimo se ficar à merce de execuções por dívidas de que não é responsável, com os bens que já lhes pertencem sem o amparo natural resultante do seu próprio direito" (Serpa Lopes, in obra cit., 4.ª ed., 1960, Freitas Bastos, vol. IV, pág. 467)" (acórdão unânime de Egrégio Conselho Superior da Magistratura, em 31 de julho de 1970, no agrava de petição n.º 189.389, da Capital, relator Desembargador JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, in Diário da Justiça de 6 de agosto de 1970, pág. 9).

3. Diante do exposto, julgo procedente a dúvida manifestada pelo Sr. Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Sebastião Martins, pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 203/70

Vistos, etc.

1. Prenotando-a sob n.º 513.855, o Sr. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital adiou a transcrição da escritura de venda e compra e cessão referente a uma gleba de terra, sita à Estrada Velha do Bororé, bairro de Jequiritiba, Capela do Socorro, nesta Capital, título esse apresentado por Ernesto Jorge Diederischsen, porque, na aquisição originária (transcrição n.º 20.725) por parte de José Reimberg, que, agora, é o outorgante vendedor ao apresentante do título, não houve referência à área total. então adquirida. Outrossim, a aquisição de José Reimberg, ora vendedor, diz respeito a imóvel no Bairro Nhoahiva, Freguesia de Santo Amaro, no qual imóvel, além do terreno havia uma casa, a qual ficou excluída de tal venda, por ser de propriedade de Reimberg (José), tudo conforme certificou o 1.º Cartório de Registro de Imóveis, na época competente para tal registro imobiliário. Por fim, na certidão do 1.º Cartório de Registro de Imóveis, estão relacionadas diversas transações referentes ao mesmo Reimberg, o que impede ao suscitante a efetiva e segura verificação da disponibilidade e características do que restou no domínio dos alienantes.

O suscitado, na sua impugnação, após examinar as diversas transcrições relacionadas na certidão do 1.º O Cartório de Registro de Imóveis, procurou esclarecer as que se prendem à originária transcrição n.º 20,725, bem como as que dela devem ser excluídas, pedindo ao Juízo para nomear perito para o levantamento da área, com a finalidade de esclarecer a dúvida, a qual, a final deve ser julgada improcedente,

O Ministério Público opinou pela procedência da dúvida, lembrando que era inviável. a nomeação de perito para analisar a adequação entre títulos e a área, transformando o rito meramente administrativo do processo, em rito de caráter semi contencioso (fls. 46, v.º).

Houve manifestação do suscitado, que juntou documentos (fls. 51/59), seguindo-se do suscitante (fls. 61) e, novamente, a do Ministério Público (fls. 62, v.º); o primeiro pela nomeação de perito, enquanto que os dois últimos pela não nomeação, com o decreto da procedência da dúvida.

O MM. Juiz de Direito, então, em exercício na Vara nomeou (fls. 63) perito de sua confiança, o qual ofereceu o laudo de fls. 65/70, sobre o qual se manifestaram todos os interessados, mantendo os respectivos pontos de vista, certo que o suscitante admitiu que o laudo se conforma à transcrição n.º 20.725 do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

2. Não é necessário muito esforço para se verificar que o suscitante tinha razões de sobejo para adiar a pretendida transcrição.

Tanto é verdade isso que, segundo tudo indica, apesar da ponderação da douta Curadoria de Registros Públicos de ser inviável, no processo administrativo de dúvida, perito analisar títulos e arcas, o MM. Juiz de Direito, então, em exercício houve por bem nomear o que ofereceu o referido laudo, o que demonstra também ter estado em dúvida em decidir a dúvida.

Repita-se, a propósito, o que disse o douto Curador J. F. DE MAFRA CARBONIERI, in verbis: "não pode, o Juízo, em processo administrativo de dúvida, indicar perito para analisar a adequação entre os títulos e a área. Como se tem decidido nesta Vara, ou a documentação está em ordem e procede-se ao registro, julgando-se a dúvida improcedente, ou então assiste razão ao oficial imobiliário e o ato não é praticado. Impossível atribuir-se aos autos de dúvida um caráter semi-contencioso" (cf. fls. 46, v.º).

E, no caso, o título apresentado não estava, realmente, em ordem, como bem resumido restou na suscitação (cf. 1.ª alínea do item 1 supra).

Saliente-se que "se na descrição do imóvel, feita na escritura, não há elementos seguros para se afirmar seja ele o remanescente de área já transcrita, nem para que se saiba, pelas confrontações consignadas, se exatamente se situa sobre os lotes ainda na disponibilidade dos transmitentes, julga-se procedente a dúvida do oficial em proceder à transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 5 de dezembro de 1969, no agravo de petição n.º 182.563, da Capital, relator Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, in "Rev. dos Tribs.", vol. 410, pág. 214).

Note-se bem, com SERPA LOPES: "no caso de característicos e confrontações: ou o título é impreciso, e nesse caso convém ser recusado, para que o titular do domínio melhor o componha pelos meios regulares, ou o título a transcrever contém características e confrontações em colisão com a transcrição anterior, hipótese em que se torna imprescindível, preliminarmente, a retificação da transcrição anterior, e a apuração da qual seja a verdadeiramente exata: se a enunciação da transcrição existente ou a do título" (in "Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, 4.ª ed., 1960, Freitas Bastos, pág. 430). E lembre-se, também com SERPA LOPES, que "pela expressão característicos e confrontações - compreende-se tudo quanto concerne, às medições e confrontações do imóvel. Se existem medições imprecisas ou se elas não estão consignadas

perfeitamente nos títulos, se ignoram as confrontações, há o recurso à ação demarcatória ou a de aviventação de marcos. E nem para outro mister foram elas criadas no art. 569 do Código Civil" (in obra, vol. e ed. cit., pág. 429). Em outras palavras, a duvidosa disponibilidade de área e demais característicos e confrontações não é de ser dirimida administrativamente, dentro dos restritos termos de um processo de dúvida, malgrado neste ter sido ordenada a produção de prova pericial, que poderia ter dirimido a questão.

Saliente-se que "a transcrição descreve e transcreve o que se contém na escritura" (acórdão unânime da Sexta Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1.º de dezembro de 1967, na apelação Cível n.º 164.248, de Regente Feijó, relator Desembargador DIMAS DE ALMEIDA, in "Rev. dos Tribs.", vol. 389, pág. 165). Portanto, o elemento fático, da transcrição é o título hábil a operar a transferência da propriedade. Este deve estar em termos, a fim de dar a necessária continuidade e segurança ao registro. Cabe, pois, "ao Oficial do Registro a função de proceder a um exame sumário, a levantar perante o juiz as dúvidas que tiver, seja quanto à capacidade das partes ou a qualquer requisito formal, seja quanto ao direito do transmitente ou outro elemento que lhe pareça faltar para que esse direito se reputa correto" (CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in "Instituições de Direito Civil", vol. IV, Direitos Reais, 1.ª ed., 1970, n.º 303, pág. 99). Destarte, o exame é sumário; não comporta, pois, altas indagações, por parte do Oficial do Registro Imobiliário, mormente as que dizem respeito aos levantamentos de áreas disponíveis e demais característicos duvidosos no título apresentado a registro: aliás, nem o Juiz, no processo de dúvida, pode fazer tais incursões, devendo em casos que tais remeter o interessado à via processual adequada.

Ressalte-se que característicos e confrontações estão, via de regra, intimamente ligados, sendo certo que "para o preenchimento desse requisito, quer na transcrição, quer na inscrição, é necessário que o próprio título o contenha devidamente consignado, em perfeito acordo com o registro do título precedente, pouca importando a circunstância dos característicos e confrontações constarem já do registro, o que, de modo nenhum pode justificar a sua omissão ou deficiência. A razão é a seguinte: a nova transcrição (ou inscrição) deve ter por fundamento o título e as enunciações deste, em perfeita concordância com as da transcrição passada, servindo isso para tornar incontestável a individuação do imóvel, isto é, como elemento indicativo da coincidência entre o imóvel especificado na escritura ou título outro qualquer e o que figura já no registro. A conclusão a estabelecer é a seguinte: não pode ser objeto de transcrição ou inscrição a escritura ou título que contiver uma falha de tal natureza" (SERPA LOPES, in obra, vol. e ed. cit., pág. 430; idem agravos de petição ns.º 182.560, de São Sebastião, o 185.276, de Ubatuba, in Diário da Justiça de 24 de janeiro de 1970, págs. 3 e 4, apud acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 31 de julho de 1970, no agravo de petição n.º 187.866, de Bananal, relator Desembargador JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN, in Diário da Justiça de 6 de agosto de 1970, pág. 9).

Assim, se a transcrição anterior (transcrição n.º 20.725, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis) cuida de imóvel localizado no Bairro Nhoaltiva Freguesia de Santo Amaro (V. fls. 9 v.º), não há como se transcrever o título do suscitado que se refere a "uma gleba de terras com a área aproximada de 120.936 m² (cento e vinte mil novecentos e trinta e seis metros quadrados), sita a Estrada Velha do Bororé, no bairro de Jequirituba, 32.º subdistrito - Capela do Socorro, do distrito, município, termo e comarca desta Capital" (escritura, fls. 3, v.º/4). As localizações, como é óbvio, são colidentes. E a admitir-se, para argumentar, que, no longo dos anos, teria havido alteração da nomenclatura dos bairros e distritos, o fato deveria ter sido averbado à margem da transcrição, para os fins de direito. E nem se argumente que o fato pode ser do conhecimento do Oficial, porque, pelo mesmo princípio, "embora seja do conhecimento do Oficial Maior do Registro de Imóveis a alteração do nome da rua, ou que este já conste à margem de outras transcrições, em atenção à regularidade dos registros e ao princípio de sua continuidade, a averbação deve ser procedida pelos interessados à margem de cada transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 13 de março de 1972, no agravo de petição n.º 205.082, da Capital, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Rev. dos Tribs.", vol. 439, pág. 149).

3. Pelo exposto e sendo despidiendas maiores considerações a respeito.

Julgo procedente a dúvida em que é suscitante o Sr. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Ernesto Jorge Diederichsen, pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 1.170/71

Vistos, etc.

1 - Zulmira de Ascensão Cardoso apresentou ao Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital escritura de compra e venda de um terreno, com 145, 40 m², localizado na denominada Vila das Rosas, à rua Independência, no 26.º Subdistrito de Vila Prudente. Prenotado o título o Oficial adiou o registro, manifestando dúvida, porque, a aquisição da Área maior, da qual se originou o lote objeto de título apresentado, fora feita por Nelson Loureiro de Oliveira e, também, estava transcrita no 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, conforme o suscitante tivera conhecimento em representação formulada pelo Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto contra o 11.º Cartório de Registro de Imóveis e que teve curso perante este Juízo. De outro lado, perante o MM. Juízo de Direito da 7.ª Vara Cível da Comarca da Capital, corre feito tendo por objeto dita área maior de onde provém o lote duvidoso, feito que envolve o mencionado Nelson Loureiro de Oliveira e sua mulher. Assim, a dúvida de localização, a duplicidade de transcrições, permitindo alienação simultâneas e conflitantes, são causas impeditivas do registro, conquanto exista compromisso de compra e venda inscrito sob n.º 31.327, em 1963, no 11.º Cartório de Registro de Imóveis. A dúvida foi impugnada (fls. 15/16), batendo-se o suscitado pela sua improcedência, dado que a área maior está transcrita no 11.º Cartório de Registro de Imóveis, onde, também, está inscrito o compromisso segundo o qual Carmino de Biase se comprometeu a adquirir o imóvel de Nelson Loureiro de Oliveira.

Manifestou-se o suscitante, lembrando que o imóvel, nesse entretempo, passou para o território do 6.º Cartório de Registro de Imóveis. Por isso o serventuário deste último Cartório se manifestou às fls. 20, seguindo-se a do suscitado (fls. 22/23) e, novamente, do Oficial do 6.º Cartório de Registro de Imóveis (fls. 29/30). Manifestou-se, também, o Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis (fls. 34) e, ainda uma vez mais, o do 6.º Cartório (fls. 37/39). Não atendeu o suscitado o respeitável despacho de fls. 40.v.º, que deferiu cota da douta Curadoria de Registros Públicos no sentido de que juntasse certidão passa pelo 7.º Ofício Cível a respeito da ação que lá tramita, tendo por objetivo dito imóvel. Por fim a douta Curadoria de Registros opinou pela procedência da dúvida.

2 - E, realmente, procedência merece a dúvida.

Com efeito, em primeiro lugar, surge a questão da competência do suscitante para a prática do ato registrário. A dúvida foi manifestada em abril de 1971, isto é, há mais de dois anos. Em todo esse tempo, foram ouvidos, em diversas oportunidades, os outros serventuários indicados no relatório, sem que, até hoje, dentro dos termos restritos do processo administrativo de dúvida, fosse possível dizer com segurança de quem a competência para a prática do ato de registro. Saliente-se, a propósito, que "o título deve ser levado ao cartório competente, segundo os limites territoriais estabelecidos pela lei reguladora da divisão territorial da comarca. O Oficial do Cartório, se não encontrar no título elementos que demonstrem encontrar-se o imóvel dentro da sua circunscrição territorial, deve abster-se de praticar o ato solicitado para que este não resulte nulo. Efetivamente, entre os requisitos exigidos para a transcrição está o que se refere à circunscrição judiciária ou administrativa em que é situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local (art. 247, 10, decreto citado - Decreto n.º 4.857, de 1939)" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 14 de julho de 1972, no agravo de petição n.º 210.422, de Ribeirão Pires, relator Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, in "Rev. dos Tribs.", vol. 443, pág. 197).

Assim, nesse ponto a dúvida é procedente.

Também, é procedente no que concerne à duplicidade de transcrições. Que o imóvel está transcrito no 11.º Cartório de Registro de Imóveis, onde há a inscrição n.º 31.327, não resta dúvida. Mas, o imóvel da rua Independência, lote 22, Vila das Rosas, Vila Prudente, também, pelo que se deduz da certidão de fls. 26, se encontra transcrito no 9.º Cartório de Registro de Imóveis, embora não em nome de Nelson Loureiro de Oliveira. Note-se que tal certidão é positiva quanto a localização do imóvel no território da 9.ª Circunscrição Imobiliária. Por isso, nas vias adequadas, há de ser resolvida qual a transcrição a prevalecer.

Pois bem! Além desses aspectos que levam à procedência total da dúvida, outro emerge da

escritura de compra e venda. Tal título deixa precisado que o imóvel "figura como lote 22 (vinte e dois) da quadra 3 (três) da planta particular dos vendedores e foi adquirido em área por compra feita à João Borba, . . . " e que "por contrato particular,. . . , eles outorgantes prometeram vender aos anuentes cedentes o imóvel acima referido, pelo preço de. . ." (cf. fls. 6.v.ª). Esses elementos, insofismavelmente, demonstram tratar-se de uma operação imobiliária feita ao arrepio do Decreto-lei n.º 58, isto é, um loteamento clandestino, baseado em "planta particular dos vendedores", nos expressos termos do contrato. Ora, como já se decidiu, "desde que os elementos objetivos indiquem tratar-se de uma operação com os característicos da incidência do decreto-lei n.º 58 e seu regulamento, não há como deixar-se de reconhecer a necessidade indeclinável da inscrição. O loteamento existe de fato, porém, assevera Pontes de Miranda, "o ato administrativo com que opera a entrada do loteamento no mundo jurídico, de modo relativamente completo, é a inscrição a que só se procede como eficácia do ato administrativo do oficial do registro ou de sentença do juiz de registro" (in "Tratado de Direito Predial" vol. III, 2.ª ed., J. Konfino, 1953, pág. 51). É a jurisdição do loteamento. "Juridicamente o loteamento somente começa a existir, para todos os efeitos, isto é, completa e perfeitamente, depois - no instante mediato - da inscrição: com o registro, cessa a unidade anterior do terreno loteado; em vez dele, exsurge, no plano jurídico, a pluralidade de terrenos (lotes), de modo que a idéia é outra, posto que continue a ser a mesma matéria,. o estofo" (autor e ob. cit., págs. 43-44). Outra não é a jurisprudência deste Conselho "(agravos de petição n.º 118.649 - SP, e n.º 142.284, de Campinas, publicados in DJE de 27-10-1962 e 20-4-1963, respectivamente). Por derradeiro, a obrigação indeclinável da inscrição emerge ainda do art. 23 do Decreto-lei n.º 58, que preceitua: "Nenhuma ação ou defesa se admitirá fundada nos dispositivos desta lei, sem a apresentação de documento comprobatório do registro por ela instituído", donde exuberava razão à exigência do agravado" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 7 de junho de 1971, no agravo de petição n.º 198.426, de Campinas, relator Desembargador Rodrigues de Alckmin, in "Rev. dos Tribs. vol. 428, pág. 241). E saliente-se que, no que pertine à publicidade da oferta, vem a pelo o magistério de Serpa Lopes, apoiado na lição de Gasca, no sentido de que "não se faz mister uma oferta processada por anúncios em jornais, pois variados são Os meios pelos quais se pode manifestar, destacando-se dentre eles a exposição da coisa com o intuito de vender, não havendo por assim dizer, forma especial de torná-la definida. São as circunstâncias que deverão indicar se existe ou não oferta pública e é incontestável a sua configuração quando se tratar de um terreno dividido em muitos lotes, com as respectivas plantas aprovadas pela Prefeitura e exposto à venda publicamente, ainda que prescindindo de anúncios pela imprensa" ("Tratado dos Registros Públicos", vol. III, página 46). E outro não é o fragmento que se colhe em Wilson de Souza Campos Batalha (Loteamentos e Condomínio, tomo I, página 265). De consequente, tratando-se desenganadamente de loteamento e vislumbrando-se nitidamente na espécie negócio jurídico sujeito à incidência do Decreto-lei 58, diploma de ordem pública e, pois, de normatividade cogente, a obrigatoriedade do prévio registro apresenta-se imprescindível e nesse sentido é a jurisprudência deste Conselho - (cf. agravos de petição ns.º 118.649, de São Paulo 142.284, 198.426 e 214.523 de Campinas)" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 11 de junho de 1973, no agravo de petição n.º 217.624, de São Paulo, relator Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, in "Diário da Justiça", edição de 19 de junho de 1973, pág. 11).

Portanto, o título, também, não podia ser registrado, por não provada a inscrição do loteamento da área maior, de onde proveio o lote que é seu objeto.

3 - Pelo exposto, julgo totalmente procedente a dúvida em que é suscitante Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Zulmiro de Ascensão Cardoso, pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 4.574/71

Vistos, etc.

- A dúvida de ser julgada conforme se apresentou o título no momento de sua prenotação, devendo o Juiz verificar se o Oficial de Registro de Imóveis tinha ou não razões para adiar o registro do título apresentado.

- Procurar o suscitado colocar o título em termos, no decorrer do processamento da dúvida, é demonstrativo de que a razão estava com o Oficial do Registro de Imóveis, devendo a dúvida ser julgada procedente.

- Se a transmissão do imóvel se opera por venda em hasta pública, isto é, em leilão judicial, o arrematante escapa ao rigor do artigo 130, caput, da Lei Federal n.º 5.172, de 1966, porque a sub-rogação dos créditos tributários se dá sobre o preço por ele depositado, respondendo este pelos tributos devidos e passando o imóvel livre ao domínio de quem o arrematou.

1 - Gustavo Lauro Korte Júnior e Erik B. Hoh-Zelobor apresentaram ao Sr. Oficial do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital carta de arrematação extraída dos autos de ação ordinária que Roberto Gentil Ferreira da Silva moveram a Antônio Gil e sua mulher Julieta Pedroso Gil, perante o MM. Juízo de Direito da 10.ª Vara Cível da Comarca da Capital. Prenotado o título sob n.º 345, o Sr. Oficial adiou o seu registro, dado que o imóvel objeto da arrematação, com 14.082,56 m², é remanescente de área maior de 24.200 m², área essa cujas características e confrontações constam da transcrição originária de ns.º 2.686. E para a referida área menor arrematada, foram dadas os característicos e confrontações que integram aquela área maior. Outrossim, a dúvida foi suscitada, porque, os apresentantes não exibiram as negativas de tributos estaduais e municipais.

A dúvida foi impugnada (fls. 25/26), sendo que o único impugnante, o suscitado Gustavo Lauro Korte Júnior, juntou aditamento à carta de arrematação, com o que entendeu superada a suscitação no que diz respeito aos característicos e confrontações do imóvel arrematado, certo que, também, entendeu sem razão a suscitação no ponto que diz respeito aos tributos, ante a sub-rogação de que trata o artigo 130 da Lei n.º 5.172, de 1966.

Após as manifestações do suscitante e da douta Curadoria de Registros Públicos que insistiam na procedência da dúvida, o suscitado impugnante juntou um segundo aditamento à carta de arrematação (fls. 37) e, posteriormente, um terceiro aditamento ao mesmo título, sempre pleiteando a improcedência da dúvida, no que nunca contou com o apoio da douta Curadoria.

2 - E real procedência tem esta dúvida.

Com efeito, em preliminar de julgamento, cumpre salientar que a dúvida foi suscitada em 12 de novembro de 1971, conforme despacho inicial de fls. 2. O impugnante requereu vista dos autos, por cinco dias, o que foi deferido, conforme despacho de 9 de dezembro de 1971 (fls. 20).

Porém, só em 21 de novembro de 1972 (fls. 25), protocolou a impugnação, devolvendo os autos, possivelmente, em 29 de dezembro de 1972, data da juntada da petição de fls. 23 e da referida impugnação.

Assim, o nobre advogado do suscitado, conforme consta das fls. 22, teria ficado com os autos de 9 de dezembro de 1971 a 29 de novembro de 1972 - quase um ano, portanto - indevidamente. Por essa razão, com a devida vênia, intempestiva a impugnação (apresentada quando faltavam alguns dias para o primeiro ano da vista dos autos). Todavia, foi ela junta aos autos de dúvida, autos esses que, aos poucos, foram se transformando em um verdadeiro depósito de aditamentos à carta de arrematação.

Esses sucessivos aditamentos - três são eles - demonstram, o quanto suficiente, que o próprio impugnante admitiu razão ao suscitante quando adiou a transcrição do título, pois, correu na tentativa de colocar em ordem o título inclusive, retardando, em quase um ano, como supra focalizado, a devolução dos autos a Cartório e procurando procrastinar a decisão do feito, para que permanecesse, assim, o que já se disse, 'lera suspenso um eventual direito para ficar ao sabor de possíveis cavilações processuais' (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 07 de junho de 1966, na correição parcial n.º 154.042, de Ubatuba, relator Desembargador Cordeiro Fernandes, in "Revista dos Tribunais", volume 389, página 216). E a razão realmente está com o suscitante, como bem ponderou a douta Curadoria, nas suas sucessivas manifestações.

A dúvida há de ser julgada conforme se apresentou o título no momento de sua prenotação, devendo o Juiz verificar se o Oficial de Registro de Imóveis tinha ou não razões para adiar o registro do título apresentado.

Procurar o suscitado colocar o título em termos, no decorrer do processamento da dúvida é demonstrativo da não razão sua, vale dizer, demonstra que a razão estava com o suscitante, pois o título não estava, efetivamente, em termos de registro.

E, ainda, hoje, decorridos vários meses, não está em termos de registro, conforme fez sentir o suscitante na sua manifestação de fls. 45 e, após, na de fls. 50, com apoio da douta Curadoria. Quanto aos característicos e confrontações, assevera Serpa Lopes que não pode ser objeto de

registro o título que não preencha o requisito de estar conforme o registro do título precedente (in "Tratado dos Registros Públicos", IV volume, 4.ª edição, 1960, Freitas Bastos, páginas 429/430, n.º 5).

Assim, procedente é a dúvida nesse ponto.

Quanto a falta de negativas tributárias, cumpre continuar na esteira firmada na respeitável decisão do eminente Juiz Ruy de Mello Almada, antigo Titular desta Vara, decisão essa prolatada nos autos do Processo n.º 4.270/72 (Dúvida: 14.º Cartório de Registro de Imóveis e Celso Figueiredo de Mendonça), no sentido de que "a aquisição do apresentante decorreu de Arrematação em hasta pública e consoante disposição, do § único do art. 130 da Lei n.º S. 172, de 25-X-66 (Código Tributário Nacional) os créditos tributários se sub-rogam no preço da arrematação" (cf. xerox do respeitável decisório, fls. 27).

E, assim, entendo, pois, a responsabilidade dos adquirentes de imóveis pelos tributos só diz respeito às situações contempladas no caput do artigo 130 da Lei Federal n.º 5.172, de 1966, certo que, nos termos do parágrafo único desse mesmo artigo 130, "se a transmissão do imóvel se opera por venda em hasta pública, ou seja o leilão judicial, o arrematante escapa ao rigor do art. 130, porque a sub-rogação se dá sobre o preço por ele depositado. Responde este pelos tributos devidos, passando o bem livre ao domínio de quem o arrematou" (Aliomar Baleeiro, in "Direito Tributário Brasileiro", 2.ª edição, Forense, 1970, página 426).

3 - Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a dúvida (procedente, quanto aos característicos e confrontações imprecisos; improcedente, quanto a necessidade de certidões negativas de tributos e municipais), pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 5.433/71

Vistos, etc.

"Casamento de estrangeiro divorciado com brasileiro"

- Perante a lei brasileira, o casamento de estrangeiro divorciado com brasileiro só é viável quando o divórcio diz respeito ao outro cônjuge estrangeiro.

- Se, porém, ele for brasileiro, não poderá o estrangeiro divorciado casar-se com outro brasileiro. Casando-se, mesmo no exterior, a respectiva prova de matrimônio não poderá obter a transcrição de que trata o artigo 82 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

1 - Anita Diltrich, qualificada na inicial, pediu a transcrição de certidão de casamento, pois, sendo brasileira e solteira, contraiu matrimônio com Max Artur Diltrich, suíço e divorciado, em 12 de março de 1971, na cidade de Ilnau, no Cantão de Zurique, " Suíça".

A requerimento do Ministério Público e, devidamente, legalizada, veio para os autos a certidão que contém o extrato do Livro de Decisões Matrimoniais da 2.ª Seção do Tribuna Regional de Zurique, Suíça (fls. 14/17 e 23/24). Em tal certidão se verifica que Max Artur Diltrich, perante aquele Egrégio Tribunal Suíço, obteve divórcio de brasileira, tendo o casamento respectivo sido realizado, em 25 de maio de 1963, no Rio de Janeiro, Brasil.

Por isso mesmo o eminente Titular da Curadoria de Registros Públicos opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 26), ao que a requerente não se conformou tendo apresentado a manifestação de fls. 30/34, instruída com recorte do jornal "O Estado de São Paulo", edição de 29 de abril de 1973, em que foi estampada decisão do mesmo signatário desta e que diz respeito ao "Casamento de estrangeiro divorciado com brasileira".

Diante dos novos argumentos, tendo vista dos autos, o eminente Promotor Público Substituto em exercício na douta Curadoria de Registros Públicos ofereceu parecer em que se bate pela acolhida da anterior manifestação do douto Curador Titular de Registros Públicos.

2 - Seria diletantismo acrescentar-se algo à bem lançada cota do eminente Promotor Público Substituto Hamilton Lima Barros, ora em exercício na douta Curadoria de Registros Públicos. Por isso mesmo, adotando-a, cumpro transcrever, in verbis, os seus jurídicos fundamentos:

"Pretende a Requerente a transcrição do seu casamento com estrangeiro, celebrado no estrangeiro, sendo, porém, o cônjuge varão divorciado de brasileira e tendo este primeiro casamento sido celebrado no Brasil. A toda evidência é o pedido inviável, vez que contraria frontalmente disposição expressa de lei. Louve-se a habilidade do patrono da Requerente na petição de fls. 30/34; sua argumentação, entretanto, se bem que inteligentemente lançada, não

encontra qualquer eco na lei e se choca com a própria sentença por ele junta através de um recorte do jornal "O Estado de São Paulo", sentença esta perfeita. A diferença entre o caso "sub examem" e o daquela sentença consiste em que lá o Cônjuge divorciado o era de estrangeira, com casamento celebrado no estrangeiro, enquanto aqui o cônjuge divorciado o é de brasileira, com casamento celebrado no Brasil. A própria sentença junta, citando o prol. Oscar Tenório, ensina: "o direito brasileiro reconhece o divórcio de cônjuges estrangeiros. Estabelece, apenas, uma restrição: o estrangeiro divorciado de cônjuge brasileiro não poderá casar-se no Brasil. Trata-se de exigência de ordem pública expressa, de proibição absoluta. Em caso algum. . ." É o casamento "sub examem", em nosso direito, inexistente, não podendo, pois, ser levado ao Registro Civil desta Comarca, para transcrição" (do referido parecer, fls. 36 v.º). E, realmente, assim o é, sendo mero sofisma a assertiva da requerente no sentido de que é válido, no Brasil, o casamento de divorciado com brasileira solteira, realizado no estrangeiro, diante do caso concreto dos autos, diverso daquele noticiado na publicação de "O Estado de São Paulo" de 29 de abril de 1973, como bem salientou o referido eminente Promotor Público Substituto.

Aliás, a sentença estrangeira de divórcio, ao que consta dos autos, não mereceu homologação do Egrégio Supremo Tribunal Federal, sendo, assim, inexecutível no Brasil, diante da regra do artigo 15 da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Por isso mesmo, pela lei brasileira, Max Artur Diltrich, ainda, é casado com a sua consorte brasileira, conforme matrimônio realizado em 25 de maio de 1963, no Rio de Janeiro, Brasil.

Note-se que se não falou em desquite desse casal.

Não podia, portanto, contrair novas núpcias com brasileira, mesmo que no estrangeiro. Em tais condições, a requerente, brasileira que é, não podia ter se casado com Artur Diltrich, pois, perante nossas leis, casado é o seu estado civil. Nesse sentido o impedimento do artigo 183, item VI, do Código Civil Brasileiro. E, dada a infração a esse dispositivo legal, é nulo e de nenhum efeito, quanto aos contraentes e aos eventuais filhos, o casamento contraído, mesmo que tal tenha ocorrido na Suíça, com o evidente propósito de fraudar-se a lei brasileira.

Assim, não podendo a requerente casar-se com estrangeiro divorciado de brasileira, é óbvio que ela não pode lograr, no Brasil, o registro de que trata o artigo 82 do Decreto n.º 4.857, de 1939, registro esse que visa reconhecer efeitos jurídicos do matrimônio entre nós.

3 - Pelo exposto, acolhendo a manifestação da douta Curadoria de Registros Públicos, INDEFIRO o pedido de transcrição de casamento, formulado por Anita Diltrich, pagas as custas na forma da lei.

Tendo em vista o delito do artigo 235 do Código Penal, determino que, para os fins do artigo 40 do Código de Processo Penal, sejam remetidas à douta Procuradoria-Geral da Justiça xerox das seguintes peças: fls. 2/8, 11, 13 a 17, 22 a 26.v.º, 30 a 35, 36.v.º e desta decisão.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Pr. n.º 503/72

Vistos, etc.

1 - A Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha dirigiu petição ao Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça em que pede seja determinado ao Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital o cancelamento da inscrição n.º 21.332, referente a escritura de promessa de venda e compra que fez a Carlos Marques Rollo dos prédios e respectivo terreno sitos à Rua Frederico Steidel, 103, 109 e 111 (à tinta, em entrelinha não ressaltada, foi indicado, também, o n.º 99).

Alega, em síntese, que sobre os imóveis pesavam as inscrições de seis penhores, o que impossibilitava a inscrição do aludido compromisso. Esclarece que, perante o Juízo de Direito da Comarca de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, está promovendo ação de anulação do supra indicado contrato.

2 - Manifestou-se o Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, às fls. 3, fazendo remeter os autos a esta Vara dos Registros Públicos.

Ouvido, o Sr. Oficial (fls. 18) ponderou ser inviável o pedido de cancelamento da inscrição, sem consentimento do promitente comprador, que é o único interessado em dito ato. E, inexistindo, o acordo de vontade só pelas vias ordinárias é possível dito cancelamento,

3 - O pedido inicial foi indeferido pela respeitável decisão de fls. 20/21.

Contra o deixado decidido, a requerente apresentou recurso ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça, pedido esse protocolado na Egrégia Corregedoria-Geral em 21 de novembro e na mesma data despachado pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral (fls. 25) e por este Juízo (fls. 24), sendo, ainda,

nessa mesma data juntado aos autos (fls. 23. v.º). No recurso, a requerente afirma que "na realidade, o petitório indeferido, dizia respeito à anulação e não ao cancelamento de inscrição ilegalmente feita pelo Sr. Oficial do 2.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo" fls. 25), terminando por pedir a abertura de inquérito administrativo contra o Sr. Serventuário.

4 - Mas, como se certificou (fls. 30. v.º), a decisão transitara em julgado quando da apresentação do recurso.

Com efeito, a decisão foi publicada em 31 de outubro, terça-feira. O prazo de quinze dias venceu-se em 15 de novembro, feriado. Prorrogou-se até o dia 20 de novembro, segunda-feira, porque, não houve expediente forense nos dias 16 e 17, destinados à apuração das eleições municipais e conforme Portaria da Egrégia Presidência; os dias 18 e 19 foram sábado e domingo, quando, também, não houve expediente forense. Assim, intempestivo foi o recurso, o qual, por isso mesmo, não é recebido.

5 - Aliás, a respeitável decisão recorrida bem andou ao negar a pretensão inicial, porque, "a inscrição da penhora não obsta a transferência do domínio, sabido que o seu efeito principal é caracterizar o estado de má-fé do terceiro adquirente. Corno dilucida o douto M.M. Serpa Lopes, comentando o sistema do Código Civil alemão, a doutrina, perfeitamente, ajustável entre nós, é rio senado de que, a inscrição não priva a disponibilidade do direito cru favor de terceiro, mas essa disponibilidade do direito é ineficaz, tanto quanto aniquile ou afete o direito pleiteado na ação que estiver inscrita" (Tratado dos Reg. Públicos, II pág. 419). A alienação e o registro, portanto, deverão subsistir até que sejam desfeitos através dos meios regulares, mediante ação direta do interessado. E isto porque, uma vez efetuada a transcrição, ou a inscrição de título constitutivo de algum outro direito diverso da propriedade, presume-se pertencer o direito real à pessoa em cujo nome se transcreveu ou inscreveu (Código Civil, art. 859). Na precisa lição de Caio Mário, "o que se deve inferir, é que, se considera dono quem figura no registro como titular do direito, assim deve ser tratado enquanto não cancelar ou anular, uma vez que o registro é ato causal, e exprime sua força na dependência do negócio jurídico subjacente" (Inst. de Dir. Civil, vol. IV, pág. 99), E nesse sentido é a jurisprudência deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura (R. T. 440/136 e Rev. de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado, XV/502)" (acórdão unânime do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, em 6 de outubro de 1972, no agravo de petição n.º 211.626, de São Vicente, relator Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, in "Diário de Justiça", edição de 14 de outubro de 1972, página 8).

E, reconhecida a lisura com que se houve o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis, pois, não se houve com quebra de dever do cargo - aliás, cumpriu com exatidão dever do seu cargo ao inscrever o apontado contrato - não era mesmo de ser instaurado qualquer procedimento administrativo-disciplinar.

6 - Pelo exposto, comunique-se à Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça o trânsito em julgado da respeitável decisão e o conseqüente não recebimento do recurso intempestivo, remetendo-se, também, xerox deste despacho, para os fins devidos.

7 - Publique-se e intimem-se.

PROCESSO CP-114/1973

São Paulo, 19 de março de 1973.

Senhor Presidente:

1 - Tenho a honra de submeter à alta apreciação do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, nos termos e para os fins dos artigos 802, parágrafo único, item I, 803, item III, e 805, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil, as inclusas xerox, devidamente autenticadas, que fiz extrair dos autos do processo n.º CP - 114/73, da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no qual processo reivindico a competência deste Juízo Estadual para processar e julgar o feito em que Arthur Sequeira de Melo, auxiliar de cartório, contendo com o 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital e em curso perante a MM. 23.ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo (Resolução n.º 3.059/71).

2 - Os fundamentos que me levam a suscitar o presente conflito positivo de jurisdição estão expostos no despacho de 09 de março corrente, no qual despacho, inclusive, com a devida vênua, cuidei de examinar a competência do Egrégio Tribunal Federal de Recursos para processar e julgar do mesmo conflito entre a Justiça Estadual de 1.ª Instância e a Justiça do Trabalho de

igual Instância.

E a tais fundamentos me reporto, acrescentando nesta oportunidade, que a própria Justiça do Trabalho, pelas suas Instâncias Superiores, já tenham decidido que "a Justiça do Trabalho C incompetente para conhecer e julgar reclamação de auxiliar de Cartório, que situação análoga a de funcionários públicos, sujeito ao regime próprio de proteção ao trabalho" (acórdão da 2.^a Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 6 de maio de 1957, no recurso de revista n.º 2.18 1, de 1956, Ementa n.º 5.076, in "Revista do Tribunal Superior do Trabalho" 1959, pág. 94), certo que "Tabelionato não é empresa, no sentido do direito positivo, por mais que se queira o lastecer o conceito a fim de amparar os servidores, e não empregados, que nele prestam serviços. Cartório é ofício Público - e não empresa. Assim, por certo, é incompetente a Justiça do Trabalho para conhecer de reclamações formuladas por servidores de Cartório" (acórdão da 3.^a Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em 29 de janeiro de 1957, no Recurso de Revista n.º 2.517, de 1956, in "Revista do Tribunal Superior do Trabalho, 1959, pág. 24, Ementa 4.680). Portanto, sendo indubitoso que "funcionário de Cartório, nomeado pelo Juiz, não goza de amparo da legislação do trabalho" (acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de 1.^a Região, no recurso ordinário n.º TRT n.º 2.282/60, relator Juiz AMARO BARRETO DA SILVA, in "Diário da Justiça da União" de 24 de agosto de 1962, página 791), é certo, também, que a Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer de reclamações em que tais funcionários sejam partes, diante do que dispõe as Leis de Organização Judiciária do Estado de São Paulo, referidas no já aludido despacho de suscitação. Aliás, é por demais sabido que o Estado organiza os seus serviços da forma que melhor lhe aprouver, respeitados, tão-só, os limites previstos na Constituição Federal. 3. Apresento a Vossa Excelência os protestos de alta estima e distinta consideração.

O Juiz de Direito,

a) Álvaro Lazzarini.

Excelentíssimo Senhor

Ministro Presidente do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, Familiar.

1 . Trata-se de expediente encaminhado pelo Sr. Escrivão do 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, no último dia 22 de fevereiro, pelo qual ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO, auxiliar da referida serventia, Caixa 1.225, Prontuário CG - N.º 17.504, lhe está movendo, perante a MM. 23.^a Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, reclamação trabalhista, segundo a qual o serventuário é acusado de não o ter registrado como empregado, não lhe ter pago o 13.º salário, tê-lo obrigado a fazer horas extras não pagas e tê-lo despedido injustamente, no dia 18 de novembro de 1971.

Ainda, pelo referido expediente, a MM. 23.^a Junta de Conciliação e Julgamento decidiu que "não há falar de incompetência desta Justiça, quer em razão da pessoa, quer em razão da matéria. Fosse oficializado o Cartório, teriam os seus funcionários situação análoga a de Funcionário Público e então competente a Vara dos Feitos da Fazenda Estadual" (fls. 4).

2. Data vênua, a Justiça do Trabalho é, absolutamente, incompetente para processar e julgar o feito, não só em razão da pessoa, como também em razão da matéria. E se tudo isso não bastasse não seria a Justiça Trabalhista que está apta a fazer o controle jurisdicional sobre atos do Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, bem como sobre atos ditados na Egrégia Corregedoria- Geral da Justiça do Estado de São Paulo, como se verá, sendo este mais um aspecto de sua incompetência quanto a pessoa.

Competente, isto sim, é o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos para processar e julgar a questão, com recurso à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, por força dos artigos 226 e seguintes do Código Judiciário do Estado de São Paulo e 64 e seguintes da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, expedida nos termos e para os fins do artigo 144, § 5.º, da Constituição Federal vigente, artigo esse regulamentado pela Lei Federal n.º 5.621, de 4 de novembro de 1970, bem como as demais Leis de Organização Judiciária.

3. Com efeito, primeiramente, e ao contrário da afirmativa da MM. Junta Trabalhista, cumpre salientar que AUXILIAR DE CARTÓRIO não oficializado é servidor público, pois, em verdade é servidor da justiça.

É que Auxiliar de Cartório compõe o pessoal dos cartórios, sendo escolhido pelo serventuário, com aprovação do respectivo MM. Juiz Corregedor Permanente, bem como homologação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, no ato de arquivamento (artigos 31 e 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969, que dispõe sobre o provimento das serventias não oficializadas e dá outras providências correlatas). Auxiliar de Cartório é contribuinte obrigatório da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, sob administração do Instituto

de Previdência do Estado de São Paulo (artigo 4.º da Lei n.º 10.393, de 1970). O seu tempo de serviço cartorário é computado integralmente para efeito de aposentadoria no serviço público estadual (artigo 21 da Lei n.º 10.393, de 1970), certo que a aposentadoria é ato deferido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 10.393, de 1970. Suas férias, licenças e outros afastamentos estão disciplinados na Lei n.º 2.177, de 1953, regulamentada pelo Provimento C.G. - n.º 15, de 1967, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, legislação essa em vigor nos termos do artigo 39 do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Seus salários tem os níveis fixados segundo a disciplina imposta pelo Provimento C.G. - n.º 13, de 1969, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, que, dispondo sobre os níveis salariais dos escreventes e auxiliares de cartórios não oficializados, regulamentou o artigo 231, parágrafo único, do Código Judiciário de 1969 e artigo 31, § 3.º, do Decreto-lei n.º 159, de 1969. Outrossim, cumpre lembrar que o expediente judicial e extrajudicial - ou, como se denomina, o expediente do foro judicial e extrajudicial - está regulado por disposições legais, sendo o expediente forense, na Capital e no Interior, aquele estabelecimento pelos artigos 120 do Decreto-lei n.º 11.058, de 20 de abril de 1940, e 37 do Decreto-lei n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, aliás, conforme a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça já expediu comunicado e esclarecimento, com data de 5 de julho de 1966 e publicado no Diário Oficial da Justiça, tudo de acordo com decisão contida, quer no Proc. CG - n.º 29.263/68 (de lavra do, então, Corregedor Geral da Justiça, Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS), quer no Proc. CG n.º 32.750/70 (de lavra do, então, Corregedor Geral da Justiça, agora, Ministro JOSÉ GERALDO RODRIGUES DE ALCKMIN). Anoto que a decisão dada nesse último processo foi aprovando parecer por mim oferecido a S. Exa., quando exerci as funções de seu Juiz Auxiliar na Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 1970/1971.

E não desnatura a sua condição de servidor público o fato de não ser estipendiado, diretamente, pelos cofres públicos, eis que, os seus salários são pagos na forma da lei, em retribuição aos serviços públicos que presta nos termos da legislação apropriada. Tem, portanto, plena aplicação o venerando acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nela previstas, a qual, além dos atributos outros, prevê a forma de remuneração", certo que "não importa que não receba a recorrente salários certos e pagos, diretamente, pelos cofres públicos. A forma de remuneração não o desfigura, já que o cargo foi criado por lei, com atribuição nela prevista, dela decorrendo a forma do estipendio, além de ordenada de atributos, os quais reunidos, caracterizam o cargo público perante a doutrina brasileira, calcada em rumos de direito alienígena, aceita nos tribunais, inclusive perante esta Corte (R. F., 129/136 e seguintes; R. D. A., 79/197; D. J. de 8-6-59, Ap. 127, 291/4)" (acórdão unânime da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, em 1.º de março de 1971, no recurso extraordinário n.º 70.071, de Pernambuco, relator Ministro THOMPSON FLORES, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 56, página 869), Aliás, quando Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, ofereci parecer segundo o qual "o serventuário de Justiça é "uni agente público no dizer de GASTON JEZE (in "Principios Generales del Derecho Administrativo", vol. II, tomo 1, 1949, Editorial Depalma, Buenos Aires, traducción directa de la 3.ª edición francesa por JULIO N. SAN MILLÁN ALMAGRO, pág. 285). A lei o tem como funcionário público, porque, age como representante da autoridade pública, a exemplo do que ocorre na Alemanha, Áustria, URSS (e países satélites), França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Bélgica e Holanda (GEORGES PESTOURIE et ANDRÉ VACCHAREZZA, in "L'Apport du Droit Comparé Dans La Technique Notariale", "Livre du Centenaire de la Société de Legislation Comparée" - 1869/1969, número especial da "Revue Internationale de Droit Comparé", Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, página 361)" (in Parecer de 1.º de setembro de 1971, no Proc. CG - n.º 35.810, de 1971, da Comarca do Santo André).

Portanto, em que pese a assertiva do órgão colegiado da MM. 23.ª Junta de Conciliação e Julgamento no sentido de que AUXILIAR DE CARTÓRIO não é servidor público, tenho para mim que ele o é, pois, colabora, efetiva e permanentemente, no serviço público estadual, formando parte do quadro de servidores da justiça das serventias não oficializadas. Aliás, "atualmente, é pacífica a jurisprudência sobre que a função de auxiliar e datilógrafo de serventia se identifica com a função de cargo público, conquanto ditos funcionários sejam admitidos e pagos pelos titulares das respectivas serventias" (acórdão em Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Paraná, em 27 de novembro de 1970, no mandado de segurança n.º 69/70, de Curitiba, relator Desembargador ARIEL AMARAL, in "Revista dos Tribunais", volume 424, página 185).

4. E essa a natureza de servidor público que deve ser reconhecida na pessoa de ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO, porque, como se verifica às fls. 9, ele, em 16 de março de 1971, firmou contrato de locação de serviços com o Sr. Escrivão do 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, contrato esse aprovado pelo MM. Juiz Corregedor Permanente da serventia, aos 17 de março de 1971, certo que a Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, em 25 de março de 1971, homologou a aprovação de 1.ª instância, mandando arquivar o contrato no prontuário do interessado, conforme meu despacho, como, então, Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (artigo 29 do Decreto-lei n.º 158, de 1969, combinado com o Provimento C.G. - n.º 10, de 1967, da Corregedoria-Geral da Justiça).

Portanto, indubitado é que a pessoa do reclamante na Justiça do trabalho não se enquadra dentro da expressão empregada a que alude o artigo 3.º da Consolidação das Leis Trabalhistas, mesmo porque e repetindo - a natureza pública dos serviços que prestava e as suas relações com o serventuário estão fora do alcance da legislação trabalhista, dado que, como se verificou diante da legislação local citada, AUXILIAR DE CARTÓRIO não oficializado tem regime estatutário próprio, como, verbi gratia, o previsto no Código Judiciário de 1969, no Decreto-lei n.º 159, de 1969, na Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado e nas demais Leis de Organização Judiciária do Estado.

5. Mas, não só por isso a Justiça Obreira é incompetente para processar e julgar o feito, que, em última análise, diz respeito ao controle jurisdicional de atos praticados em 1.ª e 2.ª instância do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Realmente, como verificado acima, a contratação de Auxiliar de Cartório C ato sujeito à aprovação do Juízo Corregedor Permanente, aprovação essa que se subordina à posterior homologação da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça nos termos e para os fins do artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969.

Negou ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO houvesse sido registrado. Todavia, a sua contratação restou homologada, como anotado acima(na Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, que, na forma da lei que rege os cartórios no Estado de São Paulo, deu-lhe um prontuário (Prontuário C.G. - n.º 17.504), o qual está na Caixa C.G. - n.º 1.225.

Assim, em última palavra, não será a Justiça Trabalhista de 1.ª ou 2.ª Instância que poderá fazer o controle jurisdicional dos atos de aprovação e de posterior homologação da contratação em pauta, atos esses praticados pelo Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital e pela Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Os atos em questão só podem ser controlados jurisdicionalmente pelos órgãos de Poder Judiciário local, ou seja, o do Estado de São Paulo, e, assim mesmo, em 2.ª Instância, uma vez que não se há falar, dada a matéria ventilada, em competência do Juízo de Direito de uma das Varas da Fazenda do Estado (estas só conhecem, efetivamente, de matéria relacionada com cartórios oficializados; a de Registros Públicos com a relacionada com cartórios não oficializados).

Destarte, em absoluto, não tem a Justiça Trabalhista competência para processar e julgar feito que ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO move, como auxiliar de cartório, contra o seu Escrivão do 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital. A incompetência quanto a pessoa é evidentiíssima e não merece outras maiores considerações.

6. Pois bem! Demonstrada tal incompetência em razão da pessoa, resta salientar que, insofismavelmente, a Justiça do Trabalho não está apta a processar e julgar a matéria a legada na peça inicial da reclamatória trabalhista ajuizada por ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO, dado que a relação jurídica material que une o referido Auxiliar de Cartório com o Poder Público Estadual, através do respectivo serventuário da Justiça, não diz respeito, em absoluto, as relações de emprego disciplinadas pelas Leis Trabalhistas, aliás, como verificado já restou nos itens anteriores. Ao contrário, estão, plenamente, estabelecidas dentro dos limites impostos unilateralmente pelo Poder Público Estadual, em leis e regulamentos, que prescrevem os direitos e deveres dos cartórios (dentre eles o auxiliar de cartório) para com a Administração em geral e para com o público, bem como lhes impõem requisitos de eficiência, capacidade, sanidade, moralidade, fixando a alterando vencimentos e tudo o mais que conveniente for para a investidura no cargo e desempenho das funções. Isso tudo constitui o estatuto do pessoal de cartório não oficializado, em que pese o fato de, no caso específico dos autos, o auxiliar de cartório firmar, na forma do mesmo regime estatutário, um contrato, que só terá eficácia após a sua homologação na Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, com o despacho de seu arquivamento (artigo 38 do Decreto-lei n.º 159, de 1969). Aliás, nesse sentido explica HELY

LOPES MEIRELLES, com outras palavras é certo, o regime estatutário da função pública (in "Direito Administrativo Brasileiro", 2.ª ed., 1966, Editora Revista dos Tribunais, pág. 341). A competência - mais uma vez se repete - é da Vara dos Registros Públicos, no caso da Comarca da Capital, pois, toda a matéria que verse sobre as serventias e seu pessoal, é submetida à fiscalização, preventiva ou sucessiva, da Vara dos Registros Públicos, como também da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça, exofício (artigo 232 do Código Judiciário de 1969) ou provocadamente (através dos recursos previstos em lei, como, verbi-gratia, o do artigo 246 do referido Código Judiciário, o dos artigos 67 e 68 da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça, etc.). Lembre-se, a propósito, que a fiscalização é elemento de harmonia nos serviços públicos, sendo que "versa a fiscalização preventiva sobre projetos, que só depois dela se transformarão em atos. Concretiza-se em "veto", que embarga o projeto, ou em "aprovação" que lhe dá alento, A fiscalização sucessiva versa sobre atos que podem já estar em vigor, ou sobre atos cujos efeitos, por força de lei, ficam suspensos até o pronunciamento favorável do órgão fiscalizador. Manifesta-se como "visto", que atesta a autenticidade do ato; como "anulação", que o aniquila; como "revogação", que lhe extingue a eficácia; ou como "aprovação", que lhe dá plenitude" (MÁRIO MASAGÃO, in "Curso de Direito Administrativo", tomo 1, 1959, Max Limond, pág. 77, n.º 153).

7. Portanto - insiste-se - é indisputável que não tem a Justiça do Trabalho competência, em razão da pessoa e da matéria, para processar e julgar o feito ajuizado por ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO, auxiliar do 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital.

E, em se considerando a sua decisão que concluiu pela competência da Justiça do Trabalho, certo é que, no caso dos autos, há de ser suscitado conflito positivo de jurisdição, a ser dirimido pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos, conforme vem sendo entendido pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, in verbis: "compete ao Tribunal Federal de Recursos o julgamento de conflito de jurisdição entre juízo trabalhista de primeiro grau e juiz estadual de primeira instância" (acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 9 de agosto de 1972, no conflito de jurisdição n.º 5.798, de Pernambuco, relator Ministro ANTONIO NEDER, in "Diário da Justiça da União", edição de 22 de setembro de 1972, página 6.288, apud "Boletim da AASP", n.º 739, 8 de fevereiro de 1973, Jurisprudência, página. 6).

8. Isto posto, reivindicando o Juízo de Direito da Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo a competência para processar e julgar o feito que ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO, auxiliar do 12.º Cartório de Notas da Comarca da Capital, promove contra o respectivo serventuário, com fundamento nos artigos 802, parágrafo único, item 1, e 803, item III, do Código de Processo Civil, suscito conflito positivo de jurisdição na forma acima indicada ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos, motivo pelo qual, de acordo com o artigo 805, parágrafo único, do mesmo diploma adjetivo, determino que se extraiam xerox das peças dos autos - inclusive, deste despacho -, a fim de serem remetidas à Egrégia Superior Instância, na forma da lei.

Determino, também, que sejam extraídas xerox das peças dos autos, a fim de que se instaure a sindicância de que trata o artigo 64, § 2.º, da Resolução n.º 1, de 1971, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dado que, em tese, ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO é passível da pena de demissão, por haver abandonado as respectivas funções cartorárias por mais de trinta (30) dias (cf. informação de fls. 10, do Cartório da Corregedoria Permanente), infringindo, pois, o dever previsto no artigo 66, item 1, da referida Resolução n.º 1, de 1971.

Determino, finalmente, que sejam extraídas outras tantas xerox das peças dos autos, a fim de que, nos termos do artigo 40 do Código de Processo Penal, sejam remetidas à douta Procuradoria-Geral da Justiça, porque, em tese, ARTHUR SEQUEIRA DE MELLO praticou o delito do artigo 323 (abandono de função), combinado com o artigo 327, ambos do Código Penal vigente.

9. Publique-se, em inteiro teor, e intimem-se.

Remete-se xerox deste despacho à Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça para os efeitos do artigo 232 do Código Judiciário de 1969.

São Paulo, 9 de março de 1973.

O Juiz de Direito,

a) ÁLVARO LAZZARINI.

Vistos, etc.

"CASAMENTO DE TIO COM, SOBRINHA"

É flexível o impedimento referente ao matrimônio de colaterais, até o terceiro grau inclusive, pois, o artigo 183, item IV, do Código Civil deve ser combinado com o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.200, de 1941.

- Assim, tios e sobrinhos podem casar-se, desde que sejam considerados aptos, no aspecto bio-psico-social, para a consumação do matrimônio, através de perícia médica, ordenada pelo Juiz competente a requerimento dos interessados.

1 - Salomão Ferreira dos Santos e Maria Manuela dos Santos, qualificados na inicial, sendo aquele tio desta, requereram a autorização judicial para se casarem, nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.200, de 1941.

A requerimento do Ministério Público, o Instituto Oscar Freire procedeu ao exame bio-psico-social, informando não ter encontrado óbices que impedissem a consumação do matrimônio dos requerentes.

As doudas Curadorias de Casamentos e de Registros Públicos opinaram pelo deferimento do pedido inicial.

2 - A questão está bem exposta por Silvio Rodrigues, in verbis: "O Código Civil, tendo em vista a proximidade do liame consangüêncio proibia, também, o casamento entre tio e sobrinha e entre tia e sobrinho. A proibição se estribava em preocupação de caráter genético. Todavia, o Decreto-lei n.º 3.200/41, chamada lei de proteção à família, visando incentivar os casamentos, veio tornar legal o casamento entre colaterais de terceiro grau, uma vez comprovado não haver inconveniente, sob o ponto de vista da saúde de qualquer deles e da prole, na realização do projetado matrimônio. De acordo com o art. 2.º desse Decreto-lei, os parentes naquele grau, que quiserem casar-se, requererão, no processo de habilitação, sejam nomeados dois médicos para examiná-los e atestar-lhes a sanidade. Se os médicos opinarem favoravelmente, deixa de existir o impedimento do inciso IV do art. 183 do Código Civil (cf., para hipóteses de conclusão médica desfavorável etc., Lei n.º 3.200/41, arts. 2.º, §§ 1.º a 9.º, e 3.º)" (Silvio Rodrigues, in "Direito Civil", vol. 6, Direito de Família, 3.ª ed., 1973, Saraiva, n.º 16, pág. 40).

Assim, no dizer de Orlando Gomes, "o impedimento entre colaterais; de terceiro grau, isto é, entre tios e sobrinhos, não é mais invencível em face da alteração introduzida no Código Civil pela lei de proteção à família. Permite-se o casamento desses parentes, se providos de atestado de sanidade que afirme não haver inconveniente, sob o ponto de vista da saúde de qualquer deles e da prole, na realização do matrimônio. Nulo será o casamento sem essa afirmação. O certificado pré-nupcial, exigido para o casamento dos colaterais de terceiro grau, equívale à dispensa, embora não lhe possa ser assimilado porque depende da apreciação de elementos objetivos, cientificamente determináveis" (Orlando Gomes, in "Direito de Família", 1.ª ed., 1968, Forense, n.º 46, págs. 78/79).

Neste passo, no entanto, é bom anotar, dado o relevo da questão, que, na lição de Pontes de Miranda, "não houve derrogação do impedimento dirimente. Ele continua. Apenas, em vez de regra legal absoluta, se concebeu a proibição à semelhança das presunções *uris tantum* cerceadas, isto é, que admitem prova (no caso, especial) em contrário. Tal prova é sujeita a exigências de tempo e de forma, - antes da habilitação e segundo o art. 2.º (refere-se o autor ao Decreto-lei n.º 3.200, de 1941)" (Pontes de Miranda, in "Tratado de Direito Privado", Parte Especial, Tomo VII, 3.ª ed., 1971, Borsoi § 767, pág. 226).

Portanto, resumidamente, é possível dizer, com Arnold Wald, que "o Código Civil proibira o casamento de colaterais até o terceiro grau mas a Lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941 autoriza tal casamento desde que haja laudo médico favorável (art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.200)" (Arnold Wald, in "Curso de Direito Civil Brasileiro", Direito de Família, 2.ª ed., 1970, Sugestões Literárias, n.º 23, pág. 81).

E essa exata conclusão se torna mais relevante se for considerado o fato de muitos colaterais até o terceiro grau - geralmente, tios e sobrinhos - ignorarem não mais existir tal impedimento matrimonial, desde que satisfaçam às exigências legais acima apreciadas. Nesse sentido são freqüentes as consultas que interessados vem fazer ao Juízo. Mas, há aqueles, mais tímidos, que ficam sem procurar esclarecimentos de quem apto a tanto. E, por que não dizer, há aqueles que obtêm informações incompletas a respeito, como aquelas estampadas na revista "Lar Moderno", Editora Abril, edição de julho de 1973, pág. 4, no sentido de que "Casamento. Não podem se casar. . . . d) os irmãos legítimos ou não, germanos ou não, e os colaterais legítimos ou ilegítimos

até o terceiro grau inclusive; ... ", sem nenhuma referência à situação prevista no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 3.200, de 1941. Saliente-se que tal publicação "é distribuída gratuitamente pelo Serviço de Entrega Automática da Ultragáz" (pág. 3 da mesma revista), entrando e sendo lida, pois, em grande quantidade de lares brasileiros.

Pois bem! Feita essa caminhada doutrinária para o posicionamento do pedido, tenha-se presente que, no caso concreto dos autos, como verificado, após os regulares exames no renomado Instituto Oscar Freire, órgão oficial do Estado, foram os requerentes considerados como aptos à consumação do matrimônio, sob o ponto de vista bio-psico-social, em expediente assinado pelo eminente e conceituado Professor Doutor Ayush Morad Amar, Superintendente do referido órgão estatal.

Portanto, no caso sub judice, viável se torna o pedido vestibular,

3 - Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, deferindo o pedido inicial, determino que, em favor dos requerentes, Salomão Ferreira dos Santos e Maria Manuela dos Santos, seja expedido alvará para que possam casar-se, conforme processo de habilitação matrimonial em curso no 24.º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital -

Indianópolis,

Custas na forma da lei.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Datilografei.

São Paulo, 2 de agosto de 1973,

O Juiz de Direito,

a) (ÁLVARO LAZARINI)

PROCESSO N.º 3.076/73

Vistos, etc.

1 - Saginur & Neumann Sociedade de Engenharia Civil Ltda. apresentou ao 4.º Cartório de Registro de Imóveis instrumento particular de instituição e de convenção condominial, datado de 18 de outubro de 1972, sendo o título prenotado sob n.º 252. 627. Porém, o Sr. Oficial adiou o registro, porque, dito instrumento particular foi assinado somente pela firma construtora do edifício, e não pelos respectivos proprietários, contrariando, por isso, o disposto no artigo 9.º, § 2.º, da Lei n.º 4.591, de 1964, em que pese a apresentante ter se baseado no artigo 44, § 1.º, da Lei n.º 4.591, de 1964,, também, foi adiado o registro à vista de "notificação" e "contra-notificação", segundo os quais os proprietários "parecem recusar-se a aprovar a convenção elaborada pela construtora".

Bateu-se a suscitada pela improcedência da dúvida (fls. 45/46) e o Ministério opinou pela sua procedência (fls. 52).

2 - Merece procedência a dúvida.

Com efeito, alega a suscitada que " a obra constitui uma incorporação, pois ela se integra na definição dada pelo art. 28, § único, da Lei 4.591. O fato de não ter sido arquivado o memorial de incorporação não exclui que a obra não seja unia incorporação. A infração de um artigo de lei, não exclui que o infrator não está sujeito a essa lei" (da impugnação, fls. 45, final).

Realmente, assiste razão ao suscitado, que conta com o apoio do artigo 28, parágrafo único, da Lei n.º 4.591, de 1964, no sentido de que "para efeito desta lei, considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificação ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas". Mas, essa razão é apenas parcial, pois, como salientam J. Nascimento Franco e Nisske Gondo, "uni dos pontos altos da Lei n.º 4.591 está na exigência de ser a incorporação inscrita no registro imobiliário, nos termos do art. 32. Antes dessa providência, não pode o incorporador efetuar qualquer negócio relativo às unidades do edifício, sob pena de responder a processo de contravenção à economia popular (art. 66, n.º 1) (in "Incorporações Imobiliárias" 1972, Editora Revista dos Tribunais, n.º 16, pág. 25). E não é possível fugir aos termos da lei, eis que, a Lei n.º 4.591, de 1964, encerra normas de natureza pública intangíveis, como no caso dos dispositivos legais acima mencionados.

Assim, efetivamente, houve uma incorporação, apesar de, até agora, como deflue dos autos, não ter sido ela regularmente inscrita no registro de imóveis competente.

Em razão disso não se tornava viável o pretendido registro, com fundamento no artigo 44, § 1.º,

da Lei n.º 4.591, de 1964, que estabelece, in verbis: "após a concessão do "habite-se" pela autoridade administrativa, o incorporador deverá requerer a averbação da construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades, respondendo perante os adquirentes pelas perdas e danos que resultem da demora no cumprimento dessa obrigação. Se o incorporador não requerer a averbação o construtor requerê-la-á sob pena de ficar solidariamente responsável com o incorporador perante os adquirentes". Note-se que "esta averbação se faz no Registro de Imóveis, e, ainda, junto às autoridades municipais ou estaduais (conforme o caso), porque com a conclusão da obra, cada unidade para efeito tributário é tratada com autonomia" (Calo Mário da Silva Pereira, in "Condomínio e Incorporações", 1.ª ed., 1965, Forense, n.º 144, pág. 229). Mas, essa averbação do Registro de Imóveis, forçosamente, como verificado, há de ter, como pressuposto, a prévia inscrição da incorporação imobiliária. Ademais, a convenção de condomínio não era de ser admitida a registro, como apresentada unilateralmente pela suscitada. Aliás, esta fora contra-notificada (fls. 41) pela inventariante do Espólio de Arthur Navajas Filho, que se negou a assinar o instrumento particular de especificação e convenção do condomínio "Edifício Arthur Navajas", como unilateralmente elaborado pela suscitada.

A propósito lembre-se que "entregue a Convenção ao oficial competente, terá este de proceder à verificação, e, se encontrar unia irregularidade ou urna deficiência, como a aprovação por menos dos 2/3 de assinaturas, recusará o registro, devolvendo o documento à parte para que o complete. Na insistência desta, levantará a duvida, em termos regulamentares, para que o juiz decida, como for de direito" (Caio Mário da Silva Pereira, in obra e ed. cit., pág. 107, n.º 62). Enfim, no roteiro de uma incorporação imobiliária, como se vê na obra de J. Nascimento Franco e Niske Gondo, o primeiro passo é a inscrição da incorporação, nos termos do artigo 32, § 1.º, da Lei n.º 4.591, de 1964, sendo que, só ao final, deve-se cuidar da "obtenção do habito-se" e averbação da construção, pelo incorporador, construtor, ou pelos próprios adquirentes (art. 44), procedendo-se, em seguida, à definitiva instituição e especificação do condomínio, com atribuição das unidades autônomas e seus respectivos titulares" (in obra e ed. cit., págs. 117/118, ns.º 1 e 7). Não é admissível o inverso, como quer a suscitada, isto é, o registro da especificação e convenção de condomínio do "Edifício Arthur Navajas", sem observância das exigências registarias anteriores, bem como da regra do artigo 9, § 2.º, da Lei n.º 4.591, de 1964, no que tange à circunstância da Convenção contar com o voto de dois terços (2/3) das frações ideais que compõem o condomínio.

Por isso tudo é que dúvida procede.

3 - Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, julgo Procedente a dúvida em que é suscitante Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, sendo suscitado Seginur & Neumann Sociedade de Engenharia Civil Ltda., pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939, mesmo porque, ainda, não se há falar na existência dos registros instituídos pela Lei n.º 4.591, de 1964, regulamentados pelo Decreto n.º 55.815, de 1965.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 4.780/73

Vistos, etc.

1 - Cassiano de Paiva apresentou ao 8.º Cartório de Registro de Imóveis escritura pública de venda e compra, que firmou com José Torini e sua mulher, tendo por objeto dois terrenos situados na Vila Santa Catarina, 42.º Subdistrito do Município e Comarca da Capital - Jabaquara, sendo que o primeiro, localizado na rua Haití, é formado por parte dos lotes ns.º 1 e 2 da Quadra n.º 25-13, contendo a área de 250,00 m2, enquanto que o segundo, com frente para a rua Goianas (ou Guianas), esquina da rua Haití, é constituído pelos lotes ns.º 8, 9 e 10 da mesma Quadra, tendo a área de 1.250 m2. Prenotado o título, o Sr. Oficial adiou o registro, pois, examinando-o, verificou que os referidos terrenos foram havidos, pelos alienantes, em área maior, conforme transcrição n.º 23.428, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Por isso exigiu, no que foi atendido, certidões não só dessa transcrição, como também de outros registros efetuados pelas serventias por onde tivesse "transitado o imóvel", no caso, pelos 4.º e 11.º Cartórios de Registro de Imóveis. E do exame de tal documentação (título e certidões imobiliárias) concluiu ser falha a prova de propriedade, "pois nem sequer esclarece

qual a área adquirida, - o que nos impede de apurar a disponibilidade dos vendedores, - sem se falar na falta de um loteamento regular, que possibilite a identificação correta do imóvel" (fls. 2.v.º). E feitas as exigências constantes do item 5, letras "a" a "h", da suscitação, não foram elas atendidas, ensejando assim o levantamento de dúvida.

Na sua impugnação, o suscitado reconheceu, expressamente, que a dúvida é procedente em parte, aduzindo que "as exigências feitas são todas sanáveis" (fls. 19), motivo pelo qual colocou-se à disposição do Juízo "para cumprir quaisquer determinações", que visem possibilitar o registro (fls. 21).

Insistiu o suscitante na procedência da dúvida e, nesse sentido, manifestou-se a douta Curadoria de Registros Públicos.

2 - Merece procedência a dúvida.

Com efeito, o próprio suscitado isso reconhece, na sua impugnação. E os seus esclarecimentos, como postos, não tem o condão de elidir a dúvida.

Aliás, tais esclarecimentos de nenhuma serventia tem, porque, "a nova transcrição (ou inscrição) deve ter por fundamento o título e as enunciações deste, em perfeita concordância com as da transcrição passada, servindo isso para tornar incontestável a individuação do imóvel, isto é, como elemento indicativo, da coincidência entre o móvel especificado na escritura ou título outro qualquer e o que figura já no registro. A conclusão a estabelecer é a seguinte: não pode ser objeto de transcrição ou inscrição a escritura ou título que contiver uma falha de tal natureza, pois não se acha apta a preencher o requisito" (Serpa Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, 4.ª ed., 1960, Freitas Bastos, n.º 744, item 5, pág. 430). E saliente-se que, "se na descrição do imóvel, feita na escritura, não há elementos seguros para se afirmar seja ele o remanescente de área já transcrita, nem para que se saiba, pelas confrontações consignadas, se exatamente se situa sobre lotes ainda na disponibilidade dos transmitentes, julga-se procedente a dúvida do oficial em proceder à transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 5 de dezembro de 1969, no agravo de petição n.º 182.563. da Capital, relator Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, in "Rev. dos Tribs.", vol. 410, pág. 214). Portanto, mister se torna deixar bem precisos os característicos e confrontações, compreendendo-se nessa expressão "tudo quanto concerne a medições e confrontações do imóvel. Se existem medições imprecisas ou se elas não estão consignadas perfeitamente nos títulos, se ignoram as confrontações, há o recurso à ação demarcatória ou a de aviventação de marcos. E nem para outro mister foram elas criadas no art. 569 do Código Civil" (M. M. SERPA LOPES, in obra, vol., ed., n.º e item cits., pág. 429).

Outrossim, não é possível transcrever-se o título, sem a prévia averbação da abertura de ruas, suas medidas e áreas, sendo válida, a propósito, a lição de que "não basta que a alteração de nome seja conhecida do Oficial do Registro, ou que já conste à margem de outras transcrições. Para atenção à regularidade dos registros e ao princípio de sua continuidade, a averbação deve ser procedida, pelos interessados, à margem de cada transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 13 de março de 1972, no Agravo de Petição n.º 205.082, da Capital, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Rev. dos Tribs.", vol. 439, pág. 149). O princípio extraído desse venerando acórdão, como se disse, é válido para o caso dos autos, onde não consta sequer averbação de abertura de ruas, suas medidas e áreas. Por fim, como bem observou o douto Curador de Registros Públicos, "conforme se verifica pela escritura de fls. 5/6, trata-se de venda de lotes e não se encontra menção referente à inscrição de loteamento de acordo com o DL 58/37, referente à área de 76.000 m² adquirida pela transcrição 23.428" (fls. 29-v.º, final). E isso, também, é causa para o não registro do título. Realmente, divisa-se, na espécie, um loteamento e não mero desmembramento de área maior. Por isso impõe-se, também, a observância das normas legais, referentes à inscrição de loteamentos. A propósito, tenha-se presente que, "desde que os elementos objetivos indiquem tratar-se de uma operação com os característicos da incidência do Decreto-lei n.º 58 e seu regulamento, não há como deixar-se de reconhecer a necessidade indeclinável da inscrição. O loteamento existe de fato, porém, assevera Pontes de Miranda, "o ato administrativo com que opera a entrada do loteamento no mundo jurídico, de modo relativamente completo, é a inscrição a que só se procede como eficácia do ato administrativo do oficial do registro ou de sentença do juiz de registro" (in "Tratado de Direito Predial", vol. III, 2.ª ed., J. Konfino, 1953, pág. 51). É a jurisdicação do loteamento. "Juridicamente o loteamento somente começa a existir, para todos os efeitos, isto é, completa e perfeitamente, depois - no instante mediato - da inscrição: com o registro, cessa a unidade anterior do terreno loteado; em vez dele, exsurge, no

plano jurídico, a pluralidade de terrenos (lotes), de modo que a idéia é outra, posto que continue a ser a mesma matéria, o estofo" (autor e ob. cit., págs. 43-44). Outra não é a jurisprudência deste Conselho (Agravos de Petição n.º 118.649 - SP, e n.º 142.284, de Campinas, publicados in DJE de 27-10-1962 e 20-4-1963, respectivamente). Por derradeiro, a obrigação indeclinável da inscrição emerge ainda do art. 23 do Decreto-lei n.º 58, que preceitua: "Nenhuma ação ou defesa se admitirá fundada nos dispositivos desta lei, sem a apresentação de documento comprobatório do registro por ela instituído", donde exuberava razão à exigência do agravado" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 7 de junho de 1971, no Agravo, de Petição n.º 198.426, de Campinas, relator Desembargador RODRIGUES DE ALCKMIN, in "Rev. dos Tribs.", vol. 428, pág. 241). Por isso mesmo, "tratando-se desenganadamente de loteamento e vislumbrando-se nitidamente na espécie negócio jurídico sujeito à incidência do Decreto-lei n.º 58, diploma de ordem pública e, pois, de normatividade cogente, a obrigatoriedade do prévio registro apresenta-se imprescindível e nesse sentido é a jurisprudência deste Conselho (cf. Agravos de Petição ns.º 118.649, de São Paulo, 42.284, 198.426 e 214.523, de Campinas)" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 11 de junho de 1973, no Agravo de Petição n.º 217.624, de São Paulo, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Diário da Justiça" edição de 19 de junho de 1973, pág. 11).

Esses os fundamentos que levam à procedência da dúvida.

3 - Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, julgo PROCEDENTE a dúvida em que é suscitante Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Cassiano de Paiva, pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

PROCESSO N.º 5.226/73

Vistos, etc.

1 - Alberto Carotta apresentou ao Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital dois "formais de partilha", que foram prenotados sob ns. 254.132 e 254.133, extraídos dos autos de inventário dos bens deixados por falecimento de Júlia Rosa Carotta e de Emílio Carotta. Foi adiado o registro dos títulos, porque, da transcrição originária, sob n.º 36.956, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, consta que Emílio adquiriu o lote sob n.º 1.113, da Chácara Itaim, medindo 10,00 metros de frente para uma rua projetada, por 38,00 metros da frente aos fundos, confinando de um lado com Paulino Bei, de outro e nos fundos com pessoas desconhecidas. Todavia, no formal de partilha de Júlia Rosa Carotta, mulher de Emílio, consta partilha de imóvel da rua Fernandes de Abreu, 9, consistente de uma casa térrea, geminada de um lado, e o respectivo terreno, medindo 10,00 metros de frente por 28,00 metros da frente aos fundos, com 280,00 metros quadrados de área, confinando de um lado com a transmitente, de outro lado com outra rua, e nos fundos com o imóvel de Álvaro Santos (Álvaro Pereira dos Santos e sua mulher adquiriram, anteriormente, pela transcrição n.º 43.744, do 4.º Cartório de Registro de Imóveis, a parte restante dos fundos do imóvel). Com o falecimento de Emílio, os restantes 280,00 metros quadrados, que lhe pertenciam, do imóvel da rua Fernandes de Abreu, 9, foram partilhados. Aduz o Sr. Oficial a impraticabilidade dos registros, sem que, antes, os interessados procedam às necessárias averbações, no 1.º Cartório de Registro de Imóveis, frente à transcrição n.º 36.956, para que fique constando a atual denominação da antiga rua projetada, como sendo rua Fernandes de Abreu, a construção da casa de n.º 9 dessa mesma rua bem como a abertura de outra rua, ainda, sem denominação.

Na impugnação, o suscitado alegou que a dúvida foi suscitada, porque, ambos os Registros de Imóveis (4.º e 1.º) tinham-se por incompetentes, embora tenha ficado, sobejamente, comprovado que o local do imóvel é a rua Fernandes de Abreu, n.º 9, bem como que a "outra rua" é a rua Lício Nogueira, antiga rua Mário de Castro, antes rua projetada. Por isso tudo pede a improcedência da dúvida, acrescentando que, nos órgãos administrativos da Municipalidade e da Superintendência de Água e Esgotos da Capital, consta a construção da casa de n.º 9 da rua Fernandes de Abreu.

Manteve o suscitante a dúvida (fls. 59) e o Ministério Público opinou pela sua procedência.

2 - Realmente, merece procedência a dúvida.

Sem as averbações exigidas, o encadeamento registário estaria quebrado. Haveria infringência ao princípio da continuidade dos registros imobiliários, com reflexos na segurança que eles

representam.

Alega o suscitante ter o suscitante se dado por incompetente para os atos averbatórios. Ora, "a primeira verificação a ser feita pelo Oficial diz respeito a sua competência para a prática do ato, uma vez que o registro feito por oficial incompetente é nulo" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 14 de julho de 1972, no agravo de petição n.º 210.422, da Comarca de Ribeirão Pires, relator Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, in "Rev. dos Tribs.", vol. 443, pág. 197). Por isso o Oficial, diante dos elementos existentes no título apresentado, poderá adiar o seu registro, dando-se por incompetente para a prática de atos da competência de outro Oficial de Registro Imobiliário. No caso, a transcrição originária é a de n.º 36,956, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis, realizada nos idos de 1924. Será à margem desta que deverão ser feitas as averbações que retratem as alterações sofridas em relação ao imóvel transcrito, a fim de possibilitar a transcrição dos formais de partilha, agora, no 4.º Cartório de Registro de Imóveis, que é o competente, dada a mudança atual dos limites territoriais estabelecidos pela lei reguladora da divisão territorial da Comarca da Capital. Se tal não ocorrer, não poderá o suscitante transcrever os títulos que se encontram em completa dissonância com aquela transcrição originária, como se verifica do resumo feito na 1.ª alínea do item 1 supra. Outrossim, não se alegue que os órgãos administrativos da Municipalidade local e os da Superintendência de Água e Esgotos da Capital tem pleno conhecimento dessas alterações sofridas, ao longo dos anos, no imóvel transcrito no 1.º Cartório de Registro de Imóveis. Esse conhecimento de tais órgãos administrativos não implica em improcedência da dúvida, como se pretende. Com efeito, a obrigatoriedade do registro de imóveis é um requisito legal indispensável à relação jurídica, embora o comprador não possa ser compelido a registrar o seu título, arcando, tão-só, com as consequências da falta de registro. Mas, pergunta-se com Serpa Lopes, "qual a sanção dessa obrigatoriedade? Como vimos, a lei, até certo ponto, não força diretamente o interessado; mas nenhum ato pode ser praticado no Registro de Imóveis, sem que antes se faça a transcrição, inscrição ou averbação, quando o oficial tiver fundado conhecimento da existência de atos sujeitos a qualquer das aludidas formalidades, entendido isso nos seus devidos termos, isto é, quando o ato a praticar esteja ligado ao ato ainda não incluído no Registro de Imóveis. Figuremos um exemplo: pretende-se transcrever um título relativo a um imóvel, constante de prédio e terreno, enquanto da transcrição existente figura apenas um terreno; é necessário, portanto, que se averbe primeiramente a construção, para que se possa transcrever a escritura de venda" (in "Tratado dos Registros Públicos", IV vol., 4.a ed., 1960, Freitas Bastos, n.º 691, pág. 312). Assim, o fato das alterações estarem cadastradas em órgãos outros não elide a exigência feita pelo suscitante, devendo ser lembrado àqueles que desconhecem o sistema de registro imobiliário brasileiro - filiado ao alemão, com abrandamentos -, que o "Registro de imóveis vem a ser a aparelhagem criada por lei para fixar a situação da propriedade imobiliária e acompanhar-lhe as subseqüentes mutações, inclusive constituição de ônus reais" (Washington de Barros Monteiro, in "Curso de Direito Civil", 3.º vol., Direito das Coisas, 7.ª ed., 1967, Saraiva, pág. 425). E, saliente-se, não basta que a alteração de nome seja conhecida do Oficial do Registro, ou que já conste à margem de outras transcrições. Para atenção à regularidade dos registros e ao princípio de sua continuidade, a verbação deve ser procedida, pelos interessados, à margem de cada transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 13 de março de 1972, rio agravo de petição n.º -205.082, da Capital, relator Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, in "Rev. dos Tribs.", vol. 439, pág. 149); assim, não basta que os citados órgãos municipais e estaduais, bem como o próprio suscitante tenham conhecimento das alterações, pois, mister se torna, para a transcrição de cada título apresentado, a prévia averbação dessas alterações à margem da transcrição originária do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, como "urna medida complementar, tendente a, pelo meio aludido, tornar o Registro de Imóveis um índice seguro do estado do imóvel, do seu desmembramento, da mudança de numeração, bem como da mudança de nome do titular do domínio, das alterações que possam influir na sua capacidade, etc." (Serpa Lopes, in obra, vol. e ed. cit., pág. 196, n.º 653).

Por isso tudo sorte não colhe o impugnante, em pretender as transcrições, com a improcedência da dúvida. Esta procede totalmente.

3 - Isto posto, julgo procedente a dúvida, em que é suscitante o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Alberto Carotta, pagas as custas na forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1.939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 5.404/73

Vistos, etc.

1 - Levado a registro título de venda e compra e cessão, foi ele prenotado sob n.º 223.654, no 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, tendo o Oficial adiado o ato, porque, o apresentante do título, Manoel Joaquim Afonso, deve regularizá-lo, fazendo ressaltar rasura nele existente, bem como por não se ter, de modo seguro, possibilidade de verificação da área disponível e, ainda, por não comprovado, por certidões do 4.º e 11.º Cartórios de Registro de Imóveis a inexistência de alienação do terreno cujo título aquisitivo ora se pretende transcrito. Na impugnação, o suscitado disse ter satisfeito as exigências de apresentar título não rasurado, bem como de comprovar por certidões dos Registros de Imóveis acima indicados a inexistência de alienações do imóvel. Quanto à disponibilidade da área, pediu a improcedência da dúvida, mesmo porque descabe ao suscitante verificar se há ou não vício no imóvel ou no objeto da transação (fls. 18).

Pela procedência da dúvida é a manifestação da douta Curadoria.

2 - E procedência, realmente, merece a dúvida.

Com efeito, é insofismável que o título prenotado está rasurado nos pontos indicados na suscitação. E a rasura não está ressalvada. Assim, assiste razão ao suscitante, mesmo porque rasuras não ressalvadas são vícios extrínsecos dos documentos, que elidem, a fé dos mesmos, segundo se proclama desde as velhas Ordenações e conforme atesta Moacyr Amaral Santos, in "Prova Judiciária no Cível e Comercial", vol. IV, Prova Documental, 3.ª ed., 1966, Max Limonad, n.º 270, págs. 556 e segs.). Aliás, o suscitado alega ter sanado a dúvida nesse ponto, o que é um demonstrativo de que, efetivamente, reconheceu razão ao suscitante.

No mais, a suscitação, à vista de certidão passada pelo 1.º Cartório de Registro de Imóveis, bem alega que o vendedor, José Torini, pela transcrição n.º 9.453, em 1931, adquiriu diversos imóveis localizados na Vila Santa Catarina, então pertencente ao Distrito de Santo Amaro e, agora, ao 42.º Subdistrito do Município e Comarca da Capital. Esses imóveis, entre outros, eram constituídos por quatro lotes, situados na Quadra 8, fazendo frente e esquina com ruas projetadas (sic), confrontando de outro lado e fundos com Alexandre Lucca. Havia, também, um terreno da mesma quadra, medindo 10,00 ms. de frente para a Avenida Brasil, por 50,00 ms. de fundos, confinando, de um lado, com Paschoal Mozzito, de outro, com Emílio Amatuzzi e nos fundos com Luiz Rinaldi. O imóvel formado pelos quatro lotes não se encontra devidamente caracterizado, uma vez que não contém maiores enunciações, inclusive, no que diz respeito a área e medidas respectivas. Ademais, à margem da referida transcrição, foi averbada a abertura de várias ruas, entre as quais a Rua Dois, sem que se esclarecesse o quantum subtraído à área do imóvel, isto é, qual a área ocupada por tais ruas, a sua largura e comprimento.

E, agora, em janeiro de 1973, José Torini e sua mulher outorgaram escritura de compra e venda e cessão ao suscitado, tendo por objeto um terreno com frente para a Rua Dois, principiando na quadra compreendida pelas ruas acima indicadas, rua Honduras e Avenida Brasil, medindo 16,00 ms. de frente para a citada Rua Dois, por 20,00 ms. da frente aos fundos de ambos os lados, fechando, nos fundos, com 16,00 ms. e encerrando a área de 320,00 ms. 2, confrontando, pelos lados, com os vendedores e pelos fundos com quem de direito, tendo ficado declarado, no título, para fins de localização, que o imóvel é parte dos lotes ns.º 841, 842 e 843 da antiga Quadra 8, tendo sido havido em área maior pela transcrição n.º 9.453 do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

Evidencia-se, assim, que o título não está conforme à referida transcrição, quanto aos característicos e confrontações.

Ora, "a nova transcrição (ou inscrição) deve ter por fundamento o título e as enunciações deste, em perfeita concordância com as da transcrição passada, servindo isso para tornar incontestável a individuação do imóvel, isto é, como elemento indicativo da coincidência entre o imóvel especificado na escritura ou título outro qualquer e o que figura já no registro. A conclusão a estabelecer é a seguinte: não pode ser objeto de transcrição ou inscrição a escritura ou título que contiver uma falha de tal natureza, pois não se acha apta a preencher o requisito" (Serpa Lopes, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, 4.ª ed., 1960, Freitas Bastos, n.º 744, item 5, pág. 430).

Por isso mesmo legítima foi a dúvida do suscitante, o qual bem andou em exigir que o suscitado promova o levantamento das medidas e áreas dos terrenos havidos por José Torini (outorgante vendedor), de conformidade com a transcrição n.º 9.453, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis, de modo a tornar possível a verificação de sua disponibilidade, devendo, ainda, ser provado, através de novas certidões dos 4.º e 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, a inexistência de alienação do terreno objeto do título apresentado à transcrição.

Saliente-se bem: "se na descrição do imóvel, feita na escritura, não há elementos seguros para se afirmar seja ele o remanescente de área já transcrita, nem para que se saiba, pelas confrontações consignadas, se exatamente se situa sobre os lotes ainda na disponibilidade dos transmitentes, julga-se procedente a dúvida do oficial em proceder à transcrição" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 5 de dezembro de 1969, no agravo de petição n.º 182.563, da Capital, relator Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, in "Rev. dos Tribs.", vol. 41º, pág. 214).

Por fim, embora seja despiendo rebater a assertiva do suscitado no sentido de descaber as providências adotadas pelo suscitante, cumpre dizer que o registro imobiliário tem por pressuposto fático um título hábil a operar a transferência, "cabendo ao Oficial do Registro a função de proceder a um exame sumário, a levantar perante o juiz as dúvidas que tiver, seja quanto à capacidade das partes ou a qualquer requisito formal, seja quanto ao direito do transmitente ou outro elemento que lhe pareça faltar para que esse direito se repete escorreito" (Caio Mário da Silva Pereira, in "Instituições de Direito Civil", vol. IV, Direitos das Coisas, 1.ª ed., 1970, Forense, n.º 303, pág. 99).

3 - Pelo exposto, julgo procedente a dúvida, em que é suscitante Oficial do 8.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Manoel Joaquim Afonso, pagas as custas lia forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 5.930/73

Vistos, etc.

"Não está sujeito à partilha, bem imóvel havido após a ratificação do pedido de desquite por mútuo consentimento e antes da decisão que confirma a de homologação em Primeira Instância. Em consequência, dada essa incomunicabilidade, a alienação do imóvel assim adquirido independe da outorga do ex-cônjuge, merecendo registro o respectivo título".

1 - Rogério Fernando Jorge de Nobrega apresentou ao 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital escritura de compra e venda de imóvel, a qual foi prenotada sob n.º 605.116. Todavia, o Oficial do, referido registro imobiliário houve por bem suscitar dúvida, porque, o imóvel alienado fora adquirido, em novembro de 1954, pelo ora outorgante vendedor, Kamel Mohamad Farran, casado em 1937 e desquitado, conforme decisão homologatória de desquite amigável, datada de setembro de 1953, e venerando acórdão que deu improvidimento ao recurso de ofício, datado de abril de 1957. Como se resumiu na suscitação, "a dúvida consiste em saber se no interstício que medeou da sentença da Primeira Instância ao trânsito em julgado do acórdão, podia o alienante dar-se por desquitado e se os bens então existentes pertenciam exclusivamente ao marido, dispensando partilha no desquite".

Na sua impugnação, o suscitado pleiteou a improcedência da dúvida (fls. 17/28), no que foi seguido pela douta Curadoria de Registros Públicos (fls. 29-v.º).

2 - O alienante e sua mulher tiveram homologado o desquite amigável em 1953, sendo que a Egrégia Superior Instância deu por impróvido o recurso de ofício em 1957. Nesse interregno, ou mais precisamente em 1954, o alienante adquiriu o imóvel objeto da alienação ao ora apresentante do título, isto é, ao suscitado. O negócio entre alienante e suscitado data de 1968 (fls. 8).

A questão de direito levantada pelo suscitante é relevante. E note-se que, não raras vezes, ela é alvo de indagações de quem, direta ou indiretamente, tem situações semelhantes pela frente, isto é, de saber se, no espaço de tempo que medeia a decisão homologatória de desquite amigável, em Primeira Instância, e a de improvidimento do recurso, em Segunda Instância, podem os cônjuges dar-se por desquitados e se os bens adquiridos em tal circunstância dispensam partilha, no desquite.

Tal questão, no entanto, já mereceu pronúncia do Egrégio Supremo Tribunal Federal, o qual, então, decidiu que os efeitos da decisão homologatória, para fins patrimoniais, operam-se ex-tunc, a partir da manifestação do acordo de vontades.

A propósito, merecem transcritas as palavras do Ministro AMARAL SANTOS, no seu voto, in verbis: "em primeiro lugar, temos que distinguir a ação de desquite do processo de desquite amigável. Ação de desquite é uma lide, tem por objeto uma lide, é uma ação no sentido técnico. O processo de desquite amigável é de natureza voluntária, graciosa, não se lhe podem aplicar os mesmos princípios que se aplicam à ação de desquite. O processo de desquite amigável conclui por uma decisão, mas essa decisão não é uma sentença que resulta de uma contenda, de uma lide, é apenas uma decisão de delibação, isto é, uma decisão que verifica se aquelas condições necessárias à decretação do desquite foram observadas. Entendo que é uma decisão com força constitutiva, de efeito constitutivo, não declaratório" (do referido voto, no acórdão da antiga Terceira Turma do Supremo Tribunal Federal, em 27 de setembro de 1968, no recurso extraordinário n.º 62.091, de Goiás, relator Ministro AMARAL SANTOS, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", volume 48, pág. 124).

Portanto, mister se torna, em cada caso, verificar se o desquite foi ou não litigioso, pois, quanto às sentenças constitutivas, "urnas tem efeito ex-nunc, em regra, outras tem efeito ex-tunc. Uma tem efeito ex-tunc, à data do ato, outras tem efeito ex-nunc, a partir da sentença de primeira instância, apesar de haver apelação. Então, umas, como esta, tem efeito ex-tunc, a partir da data da manifestação de declaração de vontades" (do referido voto, in publicação citada, página 126).

A propósito, deve ser lembrado que, "comparecendo os desquitados, o juiz os ouvirá ratificarem o pedido, ordenando que se tomem por termo suas declarações, distribuindo-se, então, a petição inicial. Note-se que, até este momento, o pedido não foi dado a público, de maneira que, ocorrendo arrependimento, o assunto não ficará constando dos arquivos judiciais. No entanto, a partir da ratificação, o processo passa a ser público e mais: desde que é assinado o termo de ratificação, o pedido de desquite torna-se irretratável pela manifestação unilateral de um só dos cônjuges; pois, a partir de então, se exaurem as oportunidades de manifestação unilateral da conta de" (SILVIO RODRIGUES, in "Direito Civil", vol. 6, Direito de Família, 3.ª edição, 1973, Saraiva, página 213). Tenha-se presente que tal audiência de ratificação do pedido não se confunde com a primeira em que o magistrado ouve os cônjuges sobre as causas do desquite (cf. artigo 643 do Código de Processo Civil).

Assim, "com a ratificação, que é reafirmação da vontade dos cônjuges, perante o juiz, constitui-se o acordo, irretratável. unilateralmente, antes, como depois da sentença homologatória. Apenas, não é eficaz o acordo, e não se constitui o desquite, sem a sentença homologatória - acórdão desta Turma, no RE 61.363, de 9-2-68. Mas a sentença, mantida em segunda instância, produz efeitos ex-tunc, mormente quanto ao patrimônio. Ensina Clóvis Beviláqua, depois de afirmar que, no desquite amigável, a homologação pelo juiz é apenas a declaração de que foram observadas as formalidades legais: "Resulta daí que, se entre a confirmação feita pelos cônjuges, de que persistem na vontade de se desquitarem, e a homologação judicial sobrevier algum bem a qualquer dos cônjuges, não será isso motivo para se alterar a partilha que houver sido acordada e constar do respectivo processo" (Código Civil Comentado, 5.ª edição, II/283, observação ao art. 322 do C. Civil). Nesse sentido decidiram: a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em acórdão de 12-1-57, Relator o Dr. José Antonio Borges Maciel, ao confirmar sentença do Juiz de Direito, Dr. Antonio Vicira Amaral Braga R.F. 178/244-247; R.J. 31/171-175; e a Terceira Câmara Cível do mesmo Tribunal, em acórdão de 20-7-66, Relator o Senhor Des. Antonio Augusto Uflacker, e que refere, além de doutrina, julgado do Tribunal, publicado nas Decisões de 1927, p. 745, decisão de 17-1-51, da Terceira Turma das Câmaras Cíveis, do Tribunal de Justiça do ex-Distrito Federal - R.F. 142/232-233 - e, ainda, acórdão do Supremo Tribunal Federal - R.J. 74/144-145. Embora não adote, inteiramente, a fundamentação do brilhante acórdão da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, concordo com a tese de que a sentença retroage à data da ratificação do acordo. Foi a orientação do Supremo Tribunal Federal, no RE 49.082, de 28-11-61, da Segunda Turma, na composição antiga, Relator o Senhor Ministro Vilas Boas - f. 59-60 -, com esta ementa: "Recurso extraordinário conhecido e desprovido. Desquite por mútuo consentimento. Tomado por termo o acordo as relações entre marido e mulher ficam em estado de pendência, aguardando a homologação do juiz e do Tribunal. A sentença e o acórdão, constituindo um só juízo sobre o recíproco dissenso, presumem-se proferidos no momento da grave transação, pois operam ex-

turic, pelo princípio da retroatividade da condição. - Assim, os bens havidos depois do acordo, a que a homologação confere plena eficácia, não se comunicam" (do voto do Ministro ELOY DA ROCHA no acórdão do referido Recurso Extraordinário n.º 62.091, de Goiás, in publicação citada, página 127).

Destarte, "o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência no sentido de que a homologação do desquite consensual em segunda instância constitui sentença constitutiva com efeito ex-tunc, que retroage à data da ratificação, quanto às relações patrimoniais dos cônjuges, tanto que, se, nesse interregno, um deles vem a receber uma herança, ela se não comunica ao outro" (acórdão unânime da Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 17 de julho de 1969, na Apelação Cível n.º 4.686, de São Borja, relator Desembargador PEDRO SOARES MUÑOZ, in "Revista dos Tribunais", volume 413, página 344).

Por isso tudo, diante a Jurisprudência e a doutrina acima transcritas, torna-se indubitoso que o suscitado poderá ter transcrito o título apresentado, uma vez que o imóvel lhe alienado fora adquirido pelo outorgante vendedor, após a ratificação e homologação do pedido de desquite por mútuo consentimento, certo que o venerando acórdão da Egrégia Segunda Instância, posterior àquela compra, produziu efeitos ex-tunc. Não houve, assim, comunicação do bem imóvel, o qual não estava sujeito à partilha,

3 - Pelo exposto, julgo improcedente a dúvida, em que é suscitante Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, sendo suscitado Rogério Fernando Jorge de Nobrega, pagas as custas na forma da lei.

Oportunamente, cumpra-se o artigo 219 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

PROCESSO N.º 6.869/73

Vistos, etc.

1 - Trata-se de adjudicação compulsória movida por FIORAVANTE AMLETO CACHIETE contra EMPRESA TERRITORIAL, PIRATININGA LTDA., tendo por objeto lotes havidos pelo requerente através de compromisso particular de compra e venda devidamente inscritos n.º 12.O Cartório de Registro de Imóveis.

2 - Incompetente é a Vara de Registros Públicos para processar e julgar este feito.

Conforme o artigo 38, item I, do Código Judiciário vigente, esta Vara é competente para julgar feitos relativos aos registros públicos, "inclusive os de loteamento de imóveis".

No caso em exame, não se trata de feito relativo à matéria registaria, não se havendo falar, também, em feito relativo a loteamento de imóveis.

Diz respeito, isto sim, ao cumprimento de uma "obrigação de fazer", que, por não atendida, enseja, ante o Decreto-lei n.º 58, a medida do artigo 346 do Código de Processo Civil. Note-se que "embora a promessa de contrato consista em uma obrigação de fazer, nem por isso, em alguns casos, deixa de ser obrigatório, não se resolvendo em perdas e danos, precisamente porque, nas obrigações de fazer, desde que a prestação possa ser exigida, a ela tem direito o credor, e, no caso, possível é exigir a prestação uma vez que a sentença valerá como escritura, para efeitos da transcrição (...). O Decreto-lei n.º 58, afinal, aderiu a essa doutrina, que é a verdadeira, como brilhantemente demonstrou o professor FILADELFO AZEVEDO, e emprestou força executória ao contrato preliminar, na hipótese da venda de lotes em prestações (CARVALHO SANTOS, in "Código de Processo Civil Interpretado", vol. IV, 6.ª ed., 1964, Freitas Bastos, pág. 456).

Saliente-se que os feitos relativos a loteamento de imóveis são aqueles indicados no artigo 345 do Código de Processo Civil, in verbis: "quando terceiro impugnar o registro de imóvel loteado para vender em prestações, ou quando o oficial tiver dúvida em registrá-lo, os autos serão conclusos ao Juiz competente para conhecer da impugnação ou dúvida", que, no caso, é o Juiz da Vara de Registros Públicos.

Portanto, só é da competência da Vara de Registros Públicos, por envolver matéria registária, as questões concernentes às impugnações e dúvidas, referidas no citado artigo 345 do Código de Processo Civil, e não as questões que envolvam direito pessoal entro o compromitente e o compromissário, regidos pelo artigo 346 do mesmo diploma legal adjetivo.

Consigne-se que o próprio legislador estadual, no artigo 42, item II, letra "d", da Resolução TJ - n.º 1, de 1971, diferenciou as "ações de loteamento" das "de adjudicação compulsória", ao se

referir à competência recursal do Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Assim, quanto às adjudicações compulsórias, a competência é de um dos Juízos das Varas Cíveis (artigo 34, item I, do Código Judiciário), salvo a competência dos Juízes das Varas Distritais (artigo 26, item I, letra "a", da Resolução T.J. - n.º 1, de 1971).

3 - Isto posto, dando o Juízo de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos por incompetente em razão da matéria, determino a remessa destes autos a uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital, para os fins devidos, pagas as custas na forma da lei.

PROCESSO N.º 6.992/73

Vistos, etc.

Arrematação judicial só pode ser anulada através da via contenciosa. Enquanto não anulada, a respectiva carta de arrematação produz todos os seus legais e jurídicos efeitos, inclusive, para a sua transcrição no Registro Imobiliário competente. Em ocorrendo a anulação judicial da arrematação, resta nula, também, a transcrição da respectiva carta e, em decorrência, todos os demais atos registários; que se seguirem à mesma transcrição.

A falta de notificação do credor hipotecário induz a nulidade da arrematação. Porém, a arrematação que ocorra, apesar desse vício, produz todos os seus efeitos, enquanto não se desconstituir por ação adequada.

Pode ser alienado ou compromissada a venda de imóvel objeto de penhora inscrita. Por isso mesmo nada obsta o registro do título respectivo, mesmo que ele seja oriundo de ato do Poder Judiciário,

Na carta de arrematação, as partes indicam-se pela autuação, sentença, auto de penhora, quanto ao alienante forçado, isto é, o executado, e pelo auto de arrematação, quanto ao adquirente. O preço indica-se pela arrematação, e como esta deve obedecer a certa base, pela avaliação que a estabelece. Para individuar a coisa, o auto de penhora, a avaliação, o auto de arrematação, bem como o registro do imóvel arrematado.

O artigo 41 do Decreto-lei n.º 203, de 1970, disciplinado pelo Provimento C.O. - n.º 17/70, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, não se aplica aos casos de venda judicial de imóveis. Por isso e para salvaguardar os reais interesses não só dos serventuários, como também da Fazenda Estadual e da Carteira das Serventias, o cálculo das custas, emolumentos e contribuições não será feito à vista dos valores tributários lembrados em tal Provimento. Será, isto sim, diante do valor real do imóvel, encontrado no laudo de avaliação, que instruir o título emanado da autoridade judicial competente, prevalecendo tal valor se superior ao da arrematação. Se, porém, o valor da arrematação, ou adjudicação, for superior ao da avaliação, prevalecerá aquele sobre este.

1 - ORIVALDO PIRES fez prenotar sob n.º 255.567, no 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, carta de arrematação de imóvel que, também, se acha hipotecado a Jorge Borges de Lima (inscrição n.º 21.581), bem como é objeto de penhoras inscritas sob ns.º 21.737, 23.517 e 25.441. Todavia, o Sr. Oficial do referido Registro de Imóveis adiou a pretendida transcrição, pois, não tem notícia "de que tivesse sido devidamente intimado o credor hipotecário, ou de que tivesse sido instaurado o necessário concurso dos credores quirografários das penhoras". E, a propósito, disse justificar-se a dúvida, porquanto, conflitantes são os venerandos acórdãos do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, prolatados no Agravo de Petição n.º 206.115, de Cafelândia, publicado no Diário da Justiça de 16 de maio de 1972, e no Agravo de Petição n.º 216.294, da Capital, publicado no Diário da Justiça de 31 de janeiro de 1973, o primeiro, afirmando ser nula a arrematação em que se não notificou o credor hipotecário, e o segundo, dizendo que a não notificação não impede o registro da carta de arrematação, que produz efeitos erga omnes. Outrossim, restou adiado o registro, também, porque, o apresentante do título não apresentou o recibo do imposto predial de 1973, para efeito de cobrança de custas e emolumentos, bem como não apresentou as negativas dos tributos municipais e estaduais.

A dúvida mereceu a impugnação de fls. 24/27, instruída com os documentos de fls. 28 a 43, tendo o suscitado se batido pela sua improcedência e comprometendo-se a apresentar as negativas exigidas, após ter sido solucionada a questão que diz respeito aos créditos hipotecário e quirografário.

O Ministério Público, em sua manifestação, opinou pela improcedência da dúvida no ponto que

diz respeito à necessidade de notificação do credor hipotecário e na existência de penhoras inscritas, batendo-se, porém, pela procedência naquilo que tange à necessidade de apresentação das negativas de tributos, certo que o aviso-recibo de imposto predial relativo ao ano de 1973 foi apresentado com a impugnação.

2 - E acolhida merece a manifestação da douta Curadoria de Registros Públicos.

Com efeito, em primeiro lugar, não se há dizer que tenha ou haja conflito entre os venerandos acórdãos apontados na suscitação. Ao contrário, ambos são conformes e, é possível dizer-se, se completam. Realmente, no venerando acórdão prolatado no Agravo de Petição n.º 216.294, da Capital, sustentou o recorrente - a exemplo do que, em outras palavras, faz o suscitante nos presentes autos que "não tendo havido notificação do credor hipotecário da venda judicial realizada nos autos da ação por último citada, esse ato era nulo de pleno direito, de conformidade com o art. 826 do Código Civil, como nula era a transcrição operada em prol do adjudicatário, devendo a eiva ser proclamada independentemente de ação direta, "ex-vi" do art. 229 da Lei dos Registros Públicos". Todavia, como em ponderou o Egrégio Conselho Superior da Magistratura ao enfrentar o problema, "é bem de ver que a nulidade que ora se pretende declarada somente poderá ser reconhecida através da via ordinária, ensejando-se aos interessados ampla dilação probatória. É que a exegese que se há de extrair da regra do art. 229 do Decreto n.º 4.857, de 09 de novembro de 1939, deve ser convenientemente ajustada ao temperamento pelo princípio insculpido no art. 859 do Código Civil, de acordo com o qual a transcrição prova existir o direito real a favor da pessoa da pessoa em cujo nome se inscreveu ou transcreveu. Essa prova, esclarece J. M. CARVALHO SANTOS, somente por meio de ação anulatória poderá ser destruída, porque só com a sentença é que poderá cancelar a transcrição ou a inscrição. E, até o cancelamento ser feito, a prova subsiste válida, operando todos os seus efeitos (Código Civil Brasileiro Interpretado, vol. X, 7.ª ed., pág. 549). Nesse mesmo sentido o escólio de PONTES DE MIRANDA, bem lembrado pela decisão agravada. Entende o emérito jurista que, inexistente a notificação, nula é a arrematação; esta, entretanto, irá produzir os seus efeitos enquanto não se desconstituir por ação adequada (Comentários ao Código de Processo Civil, tomo XIII, 2.ª ed., pág. 370) ("acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 24 de janeiro de 1973, no Agravo de Petição n.º 216.294, da Capital, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Diário da Justiça de 31 de janeiro de 1973").

Já o venerando acórdão proferido no Agravo de Petição n.º 206.115, de Cafelândia, está a demonstrar, o quanto suficiente, que "a credora hipotecária, por não ter sido notificada judicialmente da realização da praça, geradora da carta de arrematação mencionada, intentou ação ordinária visando a sua anulação contra. . . , figurando como litisconsortes passivos necessários os titulares das transcrições ns.º 5.845 e 6.210. . . . A ação foi julgada procedente, determinando-se a anulação da arrematação feita na ação executiva, bem como, nula foi declarada a transcrição n.º 4.516, pertinente à carta de arrematação de ... A Sétima Câmara Civil do Egrégio Tribunal de Alçada, em grau de recurso, houve por bem confirmar a decisão em foco, salientando: "A arrematação verificada portou, realmente vício insanável, fazendo-se nula por falta de notificação judicial da Autora, credora com hipoteca inscrita incidente sobre os imóveis objeto da execução (Cód. Civil, art. 826". . . . Em frente ao V. julgado foi expedido o mandado de cancelamento de fls. . . . , referente à transcrição n.º 4.516, causadora da dúvida (art. 293 do Decreto-lei n.º 4.857/39). Decretada a nulidade absoluta do ato que deu margem à transcrição n.º 4.516, ou seja, a arrematação feita na ação executiva, não subsiste o registro em tela, devendo, pois, preponderar a inscrição hipotecária a favor da firma que demandou a anulação daquele ato judicial, sobretudo não tendo havido sua liquidação (da hipoteca - art. 296 do Decreto-lei P.0 4.857/39). Outrossim, como corolário, se o ato de alienação judicial não foi válido, devido à anulação proclamada, é curial que o título derivado, a carta de arrematação não poderá propagar seus efeitos, atingindo, por isso, as vendas posteriores e suas transcrições, maculadas com o vício oriundo da arrematação. Relativamente aos terceiros, eventualmente de boa fé, o cancelamento não pode ocasionar danos, no entanto, na hipótese, foram partes na ação de anulação, pelo que descabe esta defesa, acentuado, mais ainda, o resultado alcançado pela r. decisão agravada. Em suma, a pretensão do agravante improcede totalmente, eis que, anulada a transcrição principal n.º 4.516, da qual provieram as posteriores, estas não poderiam subsistir diante do princípio da continuidade do registro" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em OS de maio de 1972, no Agravo de Petição n.º 206.115, de Cafelândia, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Diário da Justiça de 16 de maio de 1972").

Portanto, como se verifica, ambos os acórdãos, firmaram a tese de que a arrematação só pode ser anulada judicialmente, pela via contenciosa. Por isso, enquanto não anula, da, a respectiva carta de arrematação produz todos os seus jurídicos efeitos, merecendo, assim e em princípio, transcrita no Registro Imobiliário competente. Porém, em ocorrendo a anulação judicial da arrematação, por um vício qualquer - verbi gratia, a falta de notificação de eventual credor hipotecário (caso destes autos) para o ato -, nula é a respectiva transcrição, que passou a não ter um suporte fático válido, dada a nulidade da carta de arrematação. Em decorrência, são nulas, em princípio, todos os demais registros que se seguiram à mesma transcrição. Pois bem! No caso concreto dos autos, o suscitado comprovou ter sido o credor hipotecário notificado do leilão em que ocorreu a arrematação. Inconformado com esta, o credor hipotecário a impugnou, tendo o MM. Juiz do feito proferido decisão homologatória, contra a qual apelou o credor hipotecário. Porém, a Colenda Segunda Câmara do Tribunal de Alçada Cível deu por impróprio o apelo, afirmando que "válida foi a realização do leilão, cumprido que está o disposto no art. 826 do Código Civil. Quanto ao concurso de credores também não há motivo para a nulidade pretendida, dado que poderá versar sobre o preço, segundo estabelece o art. 1.017 do Código de Processo Civil, tendo para isso o digno magistrado determinado a sustação do levantamento da importância depositada pelo arrematante" (acórdão da Segunda Câmara do Tribunal de Alçada Civil, em 14 de março de 1972, na Apelação Cível n.º 171.776, de São Paulo, relator Juiz LAIR LOUREIRO, in fls. 35/36 destes autos).

E, como bem salientou o suscitado, tais elementos não constaram da carta de arrematação, eis que, não exigidos para a regularidade da mesma, uma vez que não exigidos pelo artigo 980 do Código de Processo Civil. Lembre-se, a propósito de tal dispositivo legal, que "a carta de arrematação, que deve ser assinada pelo juiz, que houver presidido o ato da praça, ou por seu substituto legal, compõe-se das peças que o texto supra enumera, como elementos essenciais à sua validade. Não pode a carta de arrematação ser extraída enquanto pendente qualquer recurso" (CARVALHO SANTOS, in "Código de Processo Civil Interpretado", vol. X, 6.ª ed., 1964, Freitas Bastos, pág. 192). E saliente-se que "na carta de arrematação, as partes indicam-se pela autuação, sentença, auto de penhora, quanto ao alienante forçado, isto é, o executado, e pelo auto de arrematação, quanto ao adquirente. O preço indica-se pela arrematação, e como esta deve obedecer a carta-base, pela avaliação que a estabelece. Para fixar a causa (expropriação forçada) temos a autuação, a sentença. Para individuar a coisa, o auto de penhora, a avaliação, o auto de arrematação, devendo acrescentar-lhe o número do registro do imóvel arrematado (Decreto-lei n.º 4.857, de 25 de novembro de 1931, arts. 214, 222 e 224). Em satisfação à legislação estadual sobre transmissão de propriedade, deve constar a quitação dos impostos, inclusive o pagamento da cisa" (JORGE AMERICANO, in "Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil", 4.º vol., 2.ª ed., 1960, Saraiva, pág. 245).

Assim, carta de arrematação que atenda tais requisitos, em princípio, não pode ter obstáculos à sua transcrição, sendo desnecessário que venha acompanhada de prova de ter sido notificado eventual credor hipotecário para a praça ou que tenha sido instaurado ocasional concurso de credores, eis que, tais provas não são exigidas para a validade e eficácia da carta de arrematação, que se aterá ao que disposto está no artigo 980 do Código de Processo Civil. Quanto à existência de penhoras inscritas, também, não havia obstáculo à transcrição da carta de arrematação, eis que, como vem sendo decidido, inclusive, por este Juízo, "a inscrição da penhora não obsta a transferência do domínio, sabido que o seu efeito principal é caracterizar o estado de má-fé do terceiro adquirente. Como dilucida o douto MM. Serpa Lopes, comentando o sistema do Código Civil alemão, " ... a doutrina, perfeitamente, ajustável entre nós, é no sentido de que a inscrição não priva a disponibilidade do direito em favor de terceiro, mas essa disponibilidade do direito é ineficaz, tanto quanto aniquile ou afete o direito pleiteado na ação que estiver inscrita" (Tratado dos Reg. Públicos, II pág. 419). A alienação e o registro, portanto, deverão subsistir até que sejam desfeitos através dos meios regulares, mediante ação direta do interessado. E isto porque, uma vez efetuada a transcrição, ou a inscrição de título constitutivo de algum outro direito diverso da propriedade, presume-se pertencer o direito real à pessoa em cujo nome se transcreveu ou inscreveu (Código Civil, art. 859). Na precisa lição de Caio Mário, "o que se deve inferir, é que, se considera dono quem figura no registro como titular do direito, assim deve ser tratado enquanto não cancelar ou anular, uma vez que o registro é ato causal, e exprime sua força na dependência do negócio jurídico subjacente" (Inst. de Dir. Civil, vol. IV, pág. 99). E nesse sentido é a jurisprudência deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura (R.T., 440/136 e Rev. de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado, XV/502)" (acórdão unânime

do Conselho Superior da Magistratura, em 06 de outubro de 1972, no Agravo de Petição n.º 211.626, de São Paulo, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Diário da Justiça de 14 de outubro de 1972", pág. 8).

Assim, e considerando que "a existência de penhora, devidamente inscrita, não impede a alienação do imóvel, inclusive a oriunda do Poder Judiciário, sendo, consequentemente, permitido o seu registro" (acórdão unânime do Conselho Superior da Magistratura, em 24 de março de 1972, no Agravo de Petição n.º 200.303, de Santos, relator Desembargador JOSÉ CARLOS FERREIRA DE OLIVEIRA, in "Rev. dos Tribs.", vol. 440, pág. 136), é tempo dos Oficiais de Registro Imobiliário não mais temerem as implicações com tais registros. Aliás, na representação que a Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha dirigiu contra o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, deixei bem assente ter o referido serventuário agido com a máxima lisura ao inscrever compromisso de compra e venda de imóvel que era objeto de penhora inscrita.

E note-se que a questão relativa à notícia de existência ou não de concurso de credores quirografários das penhoras é estranha a este processo de dúvida - embora invocada na suscitação -, pois, como acima já se salientou, tal concurso de credores "poderá versar sobre o preço, segundo estabelece o art. 1.017 do Código de Processo Civil, tendo para isso o digno magistrado determinado a sustação do levantamento da importância depositada pelo arrematante" (do supra mencionado acórdão unânime da Segunda Câmara do Tribunal de Alçada Civil, na Apelação Cível n.º 171.776, de São Paulo, relator Juiz LAIR LOUREIRO, in fls. 35/36).

No que tange à exigência de apresentação de aviso-recibo do imposto predial, feita conforme o Provimento C.G. n.º 17/70 da Corregedoria Geral da Justiça, cabe dizer que o suscitado acabou por exhibir o documento, juntamente, com a sua impugnação (fls. 40). No entanto, a exigência era despicienda, porque, tal provimento só diz respeito a atos que não se confundam com a venda judicial da coisa. Nesta, como ocorre na arrematação em pauta, é possível encontrar-se o valor real do bem imóvel, no laudo de avaliação que for aceito pelo magistrado do feito. Sendo a arrematação feita por preço abaixo do encontrado na avaliação, prevalecerá o da avaliação; se, todavia, for superior o da arrematação, prevalecerá este sobre o da avaliação judicial. Com isso estará atendida a regra do artigo 41 do Decreto-lei Estadual n.º 203, de 1970, disciplinado pelo supra aludido Provimento e que visa "salvaguardar os interesses não só dos serventuários, como também e principalmente da Fazenda Estadual e da Carteira das Serventias".

A propósito, note-se, que o laudo de avaliação encontrou o valor real do imóvel como sendo o de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), enquanto que o valor venal constante no aviso-recibo do imposto predial para o ano de 1973 é da ordem de Cr\$ 12.462,00 (doze mil, quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros), tudo conforme consta das fls. 14/16 e 40. O maior lance obtido no leilão foi o do suscitado, na base de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00). Assim, para efeito do cálculo de custas, no caso concreto, deve prevalecer o valor da avaliação, por representar o valor real da coisa transmitida pela via judicial, desprezando-se qualquer outro valor para o seu cálculo.

Por fim, quanto às negativas de tributos estaduais e municipais, reconheceu o suscitado estar em falta com elas. Alegou, na sua impugnação, que o débito tributário incidente sobre o imóvel atinge a cifra de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00), só não o saldando, porque, negava-se o suscitante a registrar a carta de arrematação. E com essa recusa, não iria despender tão significativa importância. Porém, se obtivesse solução favorável ao registro do referido título, por afastadas as questões relativas à notificação do credor hipotecário, à existência de penhoras inscritas e à instauração de concurso de credores, pagaria tal débito tributário, apresentando, em seguida, as respectivas negativas ao suscitante.

Como se vê, nesse ponto assiste razão ao suscitante, pois, o próprio suscitado confessa haver débito tributário que impede a expedição das negativas respectivas.

Nesse ponto, bem andou o suscitante em adiar o registro da carta de arrematação, sendo despiciendas maiores divagações a respeito, mesmo porque o registro não poderia ser lavrado para posterior apresentação de tais negativas.

3 - Por todo o exposto, julgo procedente a dúvida no ponto em que se refere à inexistência de certidões negativas dos tributos incidentes sobre o imóvel objeto da carta de arrematação, julgando-a improcedente em todos os demais pontos da suscitação, em tudo pagas as custas Da forma da lei.

Cumpra-se o artigo 218 do Decreto n.º 4.857, de 1939.

PROCESSO N.º 10.366/73

Vistos, etc.

- "Casamento de brasileiros, sendo um desquitado e outro solteiro, realizado no exterior, não é reconhecível no Brasil".

- "É nula de pleno direito e sujeita o cartório que a lavrou às sanções cabíveis, escritura pública de "adoção de nome", pela qual mulher solteira adota nome do seu companheiro desquitado".

- "Não pode a companheira averbar os apelidos do concubino à margem do seu registro de nascimento".

1. SARITA LIGIA PEREIRA, qualificada na inicial, tendo se casado, na Bolívia, com Francisco Matarazzo Neto, que é desquitado, pede que este Juízo determine o acréscimo ao seu nome o de seu companheiro, passando, pois, a chamar-se SARITA LIGIA PEREIRA MATARAZZO, ou, então SARITA PEREIRA MATARAZZO, conforme consta da certidão de seu casamento na Bolívia.

O Ministério Público ofereceu o parecer de fls. 20 a 25, no qual opina contra a pretensão inicial.

2. Merece acolhida o bem lançado parecer de lavra do eminente Curador de Registros Públicos, em exercício, Dr. Hamilton Lima Barros.

Com efeito, a requerente, que é solteira, contraiu matrimônio, na Bolívia, com Francisco Matarazzo Netto, que, apesar de ser desquitado (fls. 11, certidão de casamento, com certidão de desquite) qualificou-se como divorciado (fls. 12, "certificado de Matrimônio do Registro Civil da Bolívia").

Tal casamento entre o suposto "divorciado" e a requerente ocorreu em 30 de maio de 1970 (cf. fls. 12), quando é certo que a sentença de desquite amigável data de 15 de abril de 1970 e o venerando acórdão, que a confirmou, data de 26 de junho do mesmo ano (cf. fls. 11. V.º).

E é verdade que, conforme o aludido "certificado de matrimônio", a requerente passou a assinar "Sarita Pereira Matarazzo". Certo, também, que logrou obter no 3.º Cartório de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Brasil, escritura pública, lavrada às fls. 156 do Livro de Notas n.º 787, que, sob a epígrafe "Escritura de Adoção de Nome" encerra um verdadeiro "Contrato de Casamento", no qual, também, adota o nome de "Sarita Pereira Matarazzo". Aliás, a lavratura de tal escritura em serventia sujeita à corregedoria permanente deste Juízo, será objeto de regular apuração administrativa-disciplinar; sem prejuízo de outras providências que o Ministério Público houver por bem tomar.

3. Pois bem! O ato jurídico que diz respeito ao matrimônio da requerente, ocorrido na Bolívia, é considerado como viciado, no Brasil. Note-se que a requerente e seu companheiro residem e são domiciliados no Brasil. São brasileiros natos, sendo ela solteira e ele desquitado. Por isso a lei aplicável é a nossa, ex vi do artigo 7.º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Assim, não podendo ocorrer, no Brasil, o casamento do varão, por ser desquitado, ele e a requerente procuraram o que, no Direito Internacional Privado, costumou-se denominar "Juízo Facilitário" da Bolívia. E, naturalmente, para o seu intento de fraudar a lei, como se tenta fraudar a brasileira, o varão se apresentou como "divorciado" embora esse não seja o seu estado civil; e, assim, o casal contraiu o matrimônio boliviano.

Mas, mesmo admitindo, para argumentar, que o varão fosse "divorciado", mesmo assim não seria de dar validade ao casamento da requerente, pois, "se não reconhecemos o divórcio de brasileiros, por preceito imperativo de ordem pública, não devemos, em conseqüência, reconhecer efeitos ao novo casamento contraído no exterior. Não interferimos na órbita da soberania estrangeira, onde proferida a sentença do divórcio é realizado o casamento. Os atos não podem ser considerados inválidos pela Justiça brasileira, que apenas se limitará a não reconhecer efeitos aos dois atos. É precisa a linguagem da Lei de Introdução ao Código Civil: "Não será reconhecido no Brasil o divórcio, se os cônjuges forem brasileiros" (art. 7.º § 6.º, 1.ª parte). Não se diz que é nulo" (OSCAR TENÓRIO, in "Direito Internacional Privado", vol. 11, 6.ª ed., 1961, Freitas Bastos, n.º 793, pág. 130).

Como observei em sentença prolatada nesta mesma 1.ª Vara de Registros Públicos aos 11 de setembro de 1972, sentença essa publicada em "O Estado de São Paulo" edição de 8 de outubro de 1972, pág. 104, e em "Diário Comércio & Indústria", edições de 30 de novembro e 1.º de dezembro de 1972, págs. 4, respectivamente, "há, no caso, evidente fraude à lei. Tal fraude, como observa Oscar Tenório, existe "toda vez que a pessoa, por ato deliberado, se subtrai ao

império da regra jurídica e se submete à regra de outro sistema jurídico mais benevolente" e, dessa forma, a lei imperativa "considera ineficaz o ato constituído segundo a lei estrangeira mais branda, procurada deliberadamente pela pessoa" ("Direito Internacional Privado", 1953, pág. 247). No caso, tal subtração ao império da lei brasileira, lei do domicílio, está evidenciada seja em relação ao cônjuge-varão, seja em relação à apelante" (acórdão unânime da Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 22 de setembro de 1960, na apelação cível n.º 103.519, da Capital, relator Desembargador HOEPPNER DUTRA, in "Revista dos Tribunais", volume 305, pág., 333)".

Em assim sendo, por ser ato jurídico sem a menor eficácia entre nós, o matrimônio realizado na Bolívia não tem o condão de outorgar à requerente os apelidos do seu companheiro, embora conste do aludido certificado de matrimônio que "La esposa de casada firmará como Sarita Pereira Matarazzo" (fls. 12). E melhor sorte não se poderia lograr com a "Escritura de Adoção de Nome", já referida, que não atende o artigo 82 do Código Civil Brasileiro, que, dentre os elementos constitutivos dos atos jurídicos, exige que tenha objeto lícito. E, como salienta WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, "no tocante ao objeto, impõe a lei que este seja lícito (art. 82). A expressão é ampla. Da sua compreensão se excluem: a) atos contrários à moral, à ordem pública e aos costumes. São vedados assim os contratos de corretagem matrimonial e aqueles pelos quais homem e mulher se comprometem a viver como marido e mulher, sem casamento; b) ... A sanção é a nulidade do ato (art. 145, n.º II)" (in "Curso de Direito Civil", 1.º vol., Parte Geral, 8.ª ed., 1971, Saraiva, pág. 185). Lembre-se que "os atos lícitos só se consumam em face do direito, quando suscetíveis de produzir alguma aquisição, modificação ou extinção dos direitos ou obrigações", conforme o magistério de SERPA LOPES, no seu "Curso de Direito Civil", vol. 1, 5.ª ed., 1971, Freitas Bastos, n.º 244, pág. 356. Como tal escritura pública não tem finalidade jurídica amparada na lei, resulta que ela é nula de pleno direito, por constituir ato ilícito, como ora se reconhece nos termos do artigo 145, item II, combinado com o artigo 146, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

Ressalte-se, até mesmo, que não é o fato da certidão de nascimento da menor Venera, filha da requerente com o seu companheiro, trazer estampado ser ela filha da Sarita Pereira Matarazzo, que dá o direito à requerente de usar os apelidos do marido, segundo a lei brasileira. Aliás, solução igualmente à buscada pela requerente e seu companheiro, data vênua, não tem razão de ser, isto é, esconder o concubinato da filha. Esta, na certa, mais dia menos dia, terá conhecimento do que se passa com seus pais, de nada influido que a sua mãe use ou não os apelidos de seu pai. O que importará a ela, então, é que esses pais continuem a ter aquilo que afirmaram no item 4 da inicial, isto é, continuem a manter "uma vida familiar honesta e rígida aos princípios morais que regem a vida social brasileira", embora sua mãe seja uma jovem senhora de vinte e dois anos de idade (cf. sua certidão de nascimento, fls. 8) e seu pai um idoso senhor de sessenta e três anos de idade (cf. sua certidão de casamento, fls. 11).

Portanto, autorizar este Juízo que se inclua o patronímico do varão no nome da requerente será ser conivente com a fraude à lei brasileira, que merece observada em todo o seu rigor.

4. É verdade que alguns julgados isolados de Tribunais brasileiros têm admitido tal inclusão do apelido do companheiro no nome da companheira.

A propósito, bem lembrou o douto Curador de Registros Públicos, em exercício, Dr. HAMILTON LIMA BARROS, que "originou-se este entendimento do desejo - não se pode negar que de certo alcance social - de proteger uniões prolongadas de pessoas impedidas de casar. Salvo engano desta Curadoria, o primeiro pedido deferido foi o da companheira do maestro Vila Lobos, pelo Tribunal de Justiça do então Distrito Federal" (cf. parecer, fls. 23, final). E não é demais dizer que, recentemente, foi cassada decisão do MM. Juiz de Direito Titular da Vara, o - Iminentes Dr.

GILBERTO VALENTE DA SILVA, sob o fundamento de que o Juízo causou à requerente "evidente cerceamento ao seu direito de provar ou tentar provar a legalidade da adição pretendida" (cf. "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", vol. 23, pág. 110).

Mas, no caso presente, repete-se, não se é mesmo de deferir-se o pedido inicial, conforme será, a seguir, exposto. Com efeito, primeiramente, porque, a situação da requerente, conforme o alegado e provado nos autos, não é a mesma da companheira do maestro Villa Lobos, como bem consignou o já aludido Curador de Registros Públicos, em exercício, Dr. Hamilton Lima Barros, in verbis: "a Requerente "casou-se" em 1970, sendo biologicamente improvável que a união de uma jovem de 19 anos com um homem de 60 - pela sobre-vida que este deverá ter - vá durar decênios, como as em que o pedido, por mera liberalidade e contra lei, repetimos, foi deferido" (do parecer, fls. 23/24). Ao depois, porque, não se há falar em cerceamento de defesa, de vez

que despicienda será qualquer justificação, conforme critério inculcado pelo venerando acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo acima indicado, pois, os fatos alegados na inicial estão bem comprovados, certo que "fala-se, muito comumente, "Da prova de um direito", mas a expressão é de receber-se com certa reserva, e entender-se como sendo pura metonímia. O que se prova é o fato, e como ex facto oritur ins, dele se extraem as conseqüências jurídicas. Nasce o direito, para o seu titular, seja de um fato volitivo, (declaração de vontade como pressuposto do negócio jurídico), seja de um acontecimento. Em qualquer caso há um fato, e é este que deve ser provado, por quem invoca a existência do direito. Daí a procedência do brocardo "da mihi factum, dabo tibi jus". Mesmo em Juízo, quando a parte se esforça para convencer do seu direito, o que faz é salientar a evidência do fato, e auxiliar o juiz a chegar ao direito por via de um processo mental de raciocínio" (Caio Mário da Silva Pereira, in "Instituições de Direito Civil", vol. 1, 2.ª ed., 1966, Forense, n.º 103, pág. 352).

E tem mais! Efetivamente, "a lei não consagra a possibilidade da aquisição do patronímico pelo uso, o que evidentemente não poderia ser de outro modo, de vez que o patronímico, em princípio, deve decorrer de relações de família que na verdade existam. Por isso se chama também - nome de família" (R. Limongi França, in "Do Nome Civil das Pessoas Naturais", 2.ª ed., 1964, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 241, n.º 5). Note-se que, pela lei brasileira, não há nenhuma relação familiar a justificar a adoção do nome do companheiro pela companheira, certo, também, que não consta tenha a requerente familiar, ou melhor dizendo, ascendente com o patronímico "Matarazzo".

Por isso mesmo é de ser lembrado venerando acórdão no sentido de que "não é de se autorizar a mulher a adoção de sobrenome alheio, inculcando perante a sociedade sua integração na família do homem com quem vive e uma aparente legalização de uma união constituída à margem do Direito. Não pode, assim, a companheira averbar o sobrenome do concubino à margem do registro de seu nascimento, para passar a usar sobrenome que tal" (cf. "Rev. dos Tribs.", 324/165). Essa orientação se justifica plenamente. Direito ao uso do nome a apelante adquiriria pelo casamento, por justas núpcias, não pela circunstância de, . . . , viver maritalmente com o companheiro" (acórdão unânime da 5.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 23 de abril de 1971, na Apelação Cível n.º 197.224, de São Paulo, relator Desembargador HILDEBRANDO DANTAS DE FREITAS, acórdão ainda não publicado em repertórios).

Aliás, nesse sentido tive oportunidade de decidir, nesta mesma Vara, no Processo n.º 6.904/72, bem como no Processo n.º 9.852/72, sendo que, do venerando acórdão que confirmou a decisão no último processo, consta o tópico seguinte: "Em nosso direito o casamento é indissolúvel (Constituição Federal, art. 175, § 1.º) e só se dissolve pela morte de um dos cônjuges (Código Civil, artigo 315, parágrafo único)", para concluir, como concluiu, que, apesar do desquite do varão, o seu casamento, ainda, "produz os efeitos de um matrimônio válido", pelo que era impossível à sua companheira adotar os seus apelidos (acórdão unânime da 6.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 30 de março de 1973, na Apelação Cível n.º 219.653, de São Paulo, relator Desembargador SOUSA LIMA, acórdão ainda não publicado em repertórios). E a isso é possível acrescentar-se que "a família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos" (artigo 175, caput, da Constituição Federal vigente).

5 - Poder-se-ia dizer que "deve o juiz ajustar o preceito legal à evolução e à realidade, sagrando o texto para dela tirar o direito harmonizável com a situação objetiva. Situações novas exigem novas soluções. O direito não é jogo esotérico de palavras, mas disciplina realística da vida" (acórdão das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 8 de abril de 1964, na revista n.º 93.679, de São Paulo, relator Desembargador CORRÊA FRAGOSO, in "Livro de Registro de Acórdãos n.º 505", fls. 98 e seguintes). Mas, em verdade, "a função do juiz, quanto aos textos, é dilatar, completar e compreender; porém não - alterar, corrigir, substituir" (GÊZA KISS e BROTT, citados por CARLOS MAXIMILIANO, in "Hermenêutica e Aplicação do Direito", 1951, págs. 106/107).

Assim, "a liberdade de exegese atribuída aos juízes não chega, porém, a autorizar o descumprimento da lei, nem mesmo de julgá-la, ainda que a reconheça inconveniente ou inoportuna. Ao juiz, (e muitas vezes se tem dito), não cabe julgar se a lei é boa ou má, mas apenas interpretá-la e aplicá-la" (acórdão unânime da 5.ª Câmara do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, em 04 de junho de 1969, na Apelação Cível n.º 117.431, de São Paulo, relator Ministro OLAVO TABAJARA, in Processo n.º 3.091/68 da 4.ª Vara Distrital da Capital - Santana).

Poder-se-ia argumentar, como se argumenta, que a lei não veda a alteração do nome da requerente, como pretendida. E, em razão disso, se concluiria, como se vem concluindo, que,

não vedando a lei, permitido é que tal ocorra.

Porém, assim, com a devida vênia, não pode ser. Positivamente, na atualidade, se firmou a natureza jurídica do nome no sentido de que este "é concebido como um direito de caráter pessoal, porém absoluto e sem se desconhecer o seu cunho publicístico e como tal tutelado. GANGI aplaude essa orientação, frisando que a pessoa não tem somente o direito de trazer o nome que lhe haja sido atribuído, como ainda assiste, em face do Estado, a obrigação de o trazer" (SERPA LOPES, in "Tratado dos Registros Públicos", vol. 1, 5.ª ed., 1962, Freitas Bastos, n.º 73, pág. 168). Portanto, na atualidade, a pessoa natural tem um verdadeiro direito público a proteger o seu nome civil. Em assim sendo é de ser lembrado que, para o caso, o titular do nome só poderá ter a alteração pretendida se a lei expressamente torná-la viável, sendo inaplicável, pois, o entendimento de que é permitido o que a lei não proíbe expressamente.

Por isso tudo é que, data vênia, não pode o Juízo substituir-se ao legislador, abandonando o direito escrito, a condição inconcussa da lei, sob o pretexto de buscar o ideal de justiça, como se refere CARLOS MAXIMILIANO, apoiado em FRITZ BEROLZHEIMER (in obra e ed. cit., pág. 107), mormente aqui, que se trata de mero processo de jurisdição voluntária.

6 - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido inicial, formulado por Sarita Lúcia Pereira, que pretendia alterar o seu nome para Sarita Ligia Pereira Matarazzo ou Sarita Pereira Matarazzo, pagas as custas pela requerente.

Extraíam-se xerox da inicial e da escritura pública de "adoção de nome" (fls. 15 e verso), bem como desta decisão, xerox essas que serão R. e A. pela Corregedoria Permanente, vindo, a seguir, os autos respectivos conclusos para os devidos fins.

Registre-se esta decisão, requisitando-se a necessária xerox.

Publique-se e intímem-se.

Datilografei.

São Paulo, 11 de setembro de 1973.

O Juiz de Direito,

ÁLVARO LAZZARINI

LEI N.º 6.063 - DE 27 DE JUNHO DE 1974

Altera a data de entrada em vigor do Código Penal (Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, com alterações; posteriores) e dos artigos 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 6.016, de 31 de dezembro de 1973

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O Código Penal instituído pelo Decreto-lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, com as alterações posteriores, bem como os artigos 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 6.016, de 31 de dezembro de 1973, entrarão em vigor juntamente com o novo Código de Processo Penal.

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

(D.O.U., 27-06-74)

LEI N.º 6.064 - DE 28 DE JUNHO DE 1974

Altera a redação do Artigo 310 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O Art. 310 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 310 - Esta Lei entrará em vigor em todo o território nacional no dia 1.º de julho de 1975, revogadas as disposições em contrário. Neste dia lavrarão os oficiais termo de encerramento nos livros e dele remeterão cópia ao Juiz a que estiverem subordinados, podendo ser aproveitados os livros antigos, até o seu esgotamento, mediante autorização judicial e adaptação aos novos

modelos, sem prejuízo do cumprimento integral das disposições desta Lei, iniciando-se nova numeração".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969, e as disposições em contrário. Quando do início da vigência da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, ficarão revogados a Lei n.º 4.827, de 7 de março de 1924, e os Decretos números 4.857, de 9 de novembro de 1939; 5.316, de 2 de fevereiro de 1940; e 5.553, de 6 de maio de 1940.

Brasília, 26 de junho de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

(D.O.U., 28-06-74)

LEI N.º 216 - DE 27 DE MAIO DE 1974

Dá nova redação ao "caput" e ao § 2.º do artigo 48 da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - O "caput" e o § 2.º do artigo 48 da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970, mantidos os demais parágrafos desse dispositivo, ficam assim redigidos:

"Artigo 48 - Para a juntada do instrumento de mandato judicial ao processo, deverá ser paga uma contribuição, por mandante, de 2% sobre o salário mínimo vigente na Capital do Estado, arredondando-se para mais a fração de cruzeiro.

§

1.º

.....

§ 2.º - Pela juntada de substabelecimento será paga a contribuição fixa de 2% sobre o salário mínimo vigente na Capital, qualquer que seja o número de mandatos substabelecidos, observado o arredondamento previsto no "caput" desse artigo.

§

3.º

.....

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de maio de 1974

LAUDO NATEL

Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Secretário da Justiça

Carlos Antonio Rocca, Secretário da Fazenda

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa aos 27 de maio de 1974.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Substituto

(D.O.J., 28-05-74)

LEI N.º 257 - DE 17 DE JUNHO DE 1974

Cria Cartórios de Protestos de Títulos na Comarca da Capital

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criados, na Comarca da Capital, 3 (três) Cartórios de Protestos de Títulos, sob os números de ordem 8.º (oitavo), 9.º (nono) e 10.º (décimo).

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de junho de 1974.

LAUDO NATEL

Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Secretário da Justiça.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de junho de 1974.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Substituto

(D.O., 18-06-74)

Edição Especial JANEIRO DE 1974

LEI N.º 6.015 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FAÇO SABER que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO 1

Das Disposições Geral

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Artigo 1.º - Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta lei.

§ 1.º - Esses registros são:

I - o registro civil de pessoas naturais;

II - o registro civil de pessoas jurídicas;

III - o registro de títulos e documentos;

IV - o registro de imóveis;

V - o registro de propriedade literária, científica e artística.

§ 2.º - O registro mercantil continua a ser regido pelos dispositivos da legislação comercial.

Artigo 2.º - Os registros indicados nos números I a IV do § 1.º do artigo anterior ficam a cargo dos serventuários nomeados de acordo com a legislação em vigor e serão feitos:

I - o de n.º 1, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de nascimentos, casamentos e óbitos;

II - os de n.ºs II e III, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de títulos e documentos;

III - o de n.º IV, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de imóveis.

Parágrafo único - O registro constante do artigo 1.º, § 1.º, n.º V, fica a cargo da administração federal, por intermédio das repartições técnicas indicadas no Título VI desta lei.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Artigo 3.º - A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a esta lei, sujeitos à correção da autoridade judiciária competente.

§ 1.º - os livros podem ter 0,22m até 0,40m de largura e de 0,33m até 0,55m de altura, cabendo ao oficial a escolha, dentro dessas dimensões, de acordo com a conveniência do serviço.

§ 2.º - Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Artigo 4.º - Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Artigo 5.º - Considerando a quantidade dos registros o juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado nesta lei.

Artigo 6.º - Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinação com a primeira, com a segunda, e assim Indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ; 2-BA a 2-BZ, etc.

Artigo 7.º - Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, Indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.

CAPÍTULO III

Da Ordem do Serviço

Artigo 8.º - O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis.

Parágrafo único - O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.

Artigo 9.º - Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.

Artigo 10 - Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.

Parágrafo único - O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

Artigo 11 - Os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar às partes a ordem de precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Artigo 12 - Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e a seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência decorra prioridade de direitos para o apresentante.

Parágrafo único - Independem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos,

Artigo 13 - Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados: I - por ordem judicial;

II - a requerimento verbal ou escrito dos Interessados;

III - a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.

§ 1.º - O reconhecimento de firma nas comunicações ao registro civil pode ser exigido pelo respectivo oficial.

§ 2.º - A emancipação concedida por sentença judicial será anotada às expensas do interessado.

Artigo 14 - As custas devidas aos oficiais do registro, pelos atos que praticarem, incumbirão aos interessados que os requererem e serão pagas no ato do requerimento ou no da apresentação do título.

Artigo 15 - Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo, ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.

CAPÍTULO IV

Da Publicidade

Artigo 16 - Os oficiais e os encarregados das repartições em que se, façam os registros são obrigados:

1.º) a lavrar certidão do que lhes for requerido;

2.º) a fornecer às partes as informações solicitadas.

Artigo 17 - Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Artigo 18 - Ressalvado o disposto nos artigos 45 e 96, parágrafo único a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro do registro ou o documento arquivado no cartório.

Artigo 19 - A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório conforme quesitos e devidamente autenticada pelo oficial ou por seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de cinco (5) dias.

§ 1.º - É facultado o fornecimento de certidão de inteiro teor, mediante reprodução por sistema autorizado em lei.

§ 2.º - A certidão de nascimento mencionará sempre a data em que foi lavrado o assento.

Artigo 20 - No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

Parágrafo único - Para a verificação do retardamento, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte a nota de entrega devidamente autenticada.

Artigo 21 - Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal,

CAPÍTULO V

Da Conservação

Artigo 22 - Os livros de registro não sairão do respectivo cartório, salvo por autorização judicial, ou ocorrendo força maior.

Artigo 23 - Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro ou documento, efetuar-se-ão, sempre que possível, no próprio cartório.

Artigo 24 - Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos e respondem pela sua ordem e conservação.

Artigo 25 - Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório mediante a utilização de processos racionais que facilitem as buscas, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.

Artigo 26 - Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão indefinidamente.

Artigo 27 - Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo ofício.

Parágrafo único - O arquivo do antigo cartório continuará a pertencer-lhe.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade

Artigo 28 - Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos; ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.

Parágrafo único - A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem.

TÍTULO II

Do Registro Civil de Pessoas Naturais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 29 - Serão registrados no registro civil de pessoas naturais:

I - os nascimentos;

II - os casamentos;

III - os óbitos;

IV - as emancipações;

V - as interdições;

VI - as sentenças declaratórias de ausência;

VII - as opções de nacionalidade;

VIII - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1.º - serão averbados:

I - as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

II - as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;

III - os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

IV - os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

V - as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

VI - as alterações ou abreviaturas de nomes.

§ 2.º - É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.

Artigo 30 - Das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente, não será cobrado emolumento pelo registro civil e respectiva certidão.

Artigo 31 - Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

Artigo 32 - Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou, quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1.º - Os assentos de que trata este artigo serão, porém, trasladados nos cartórios do L- Ofício do domicílio do registrado ou no I- Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º - O filho de brasileiro ou brasileira; nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro <<E>> do 1.º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.

§ 3.º - Do termo e das respectivas certidões do nascimento registrado tua forma do parágrafo antecedente constará que só valerão como prova de nacionalidade brasileira, até quatro (4) anos depois de atingida a maioridade.

§ 4.º - Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo Interessado referido no § 2.º deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal.

Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do Cartório do 1.º Ofício do domicílio do optante.

§ 5.º - Não se verificando a hipótese prevista no parágrafo anterior, o oficial cancelará, de ofício, o registro provisório efetuado, na forma do § 2.º.

CAPÍTULO II

Da Escrituração e Ordem de Serviço

Artigo 33 - Haverá em cada cartório os seguintes livros, todos com trezentas (300) folhas cada um:

I - <<A>> - de registro de nascimento;

II - <> - de registro de casamento;

III - <<C>> - de registro de óbitos;

IV - <<D>> - de registro de proclama.

Parágrafo único - No Cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária, em cada comarca, haverá outro livro para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, designado sob a letra <<E>>, com cento e cinquenta (150) folhas, podendo o juiz competente, nas comarcas de grande movimento, autorizar o seu desdobramento, pela natureza dos atos que nele devam ser registrados, em livros especiais.

Artigo 34 - O oficial juntará, a cada um dos livros, índice alfabético dos assentos lavrados pelas nomes das pessoas a quem se referirem.

Parágrafo único - O índice alfabético poderá, a critério do oficial, ser organizado pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.

Artigo 35 - A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas, nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas. Entre um assento e outro, será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

Artigo 36 - Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.

Artigo 37 - As partes, ou seus procuradores, bem como as testemunhas, assinarão os assentos, inserindo-se neles as declarações feitas de acordo com a lei ou ordenadas por sentença. As procurações serão arquivadas, declarando-se no termo a data, o livro, a folha e o ofício em que foram lavradas, quando constarem de instrumento público.

§ 1.º - Se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, Por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2.º - As custas com o arquivamento das procurações ficarão a cargo dos Interessados.

Artigo 38 - Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção.

Artigo 39 - Tendo havido omissão ou erro, de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Artigo 40 - Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser efetuada em cumprimento de Sentença, nos termos dos artigos 110 a 113.

Artigo 41 - Reputam-se Inexistentes e sem efeitos jurídicos quaisquer emendas ou alterações posteriores, não ressalvadas ou não lançadas na forma indicadas nos artigos 39 e 40.

Artigo 42 - A testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas; pela lei civil, sendo admitido o parente, em qualquer grau, do registrando.

Parágrafo único - Quando a testemunha não for conhecida do oficial do registro, deverá apresentar documento hábil da sua identidade, do qual se fará, no assento, expressa menção.

Artigo 43 - Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais expedidos pelo próprio cartório, ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.

Parágrafo único - As despesas de publicação do edital serão pagas pelo interessado.

Artigo 44 - O registro do edital de casamento conterá todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também o edital remetido por outro oficial processante.

Artigo 45 - A certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subsequente matrimônio

deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, como se fosse legítimo, na certidão de casamento também Será omitida a referência àquele filho, salvo, havendo, em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo Interesse em obtê-la.

CAPÍTULO III

Das Penalidades

Artigo 46 - As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/10 do salário-mínimo da região.

§ 1.º - Será dispensado o despacho do juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

§ 2.º - Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (art. 30).

§ 3.º - O juiz Semente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4.º - Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório Serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 5.º - Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco (5) dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.

Artigo 47 - Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o acusado, decidirá dentro de cinco (5) dias.

§ 1.º - Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro (24) horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida, certidão, sob pena de prisão de cinco (5) a vinte (20) dias.

§ 2.º - Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Artigo 48 - Os juizes farão correção e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da organização judiciária.

Artigo 49 - Os Oficiais de registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito (8) dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior, com a indicação dos nomes das pessoas às quais se refiram os registros.

§ 1.º - A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2.º - os mapas serão arquivados e deles poderão ser dadas certidões referentes aos atos registrados, em caso de perda ou deterioração dos livros originais.

§ 3.º - Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, Incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Artigo 50 - os oficiais do registro serão ainda obrigados a satisfazer às exigências da legislação federal sobre alistamento e sorteio militar, sob as sanções nela estabelecidas,

CAPÍTULO IV

Do nascimento

Artigo 51 - Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro no cartório do lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro de quinze (15) dias, ampliando-se até três (3) meses para os lugares distantes mais de trinta (30) quilômetros da sede do cartório.

§ 1.º - Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a Inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

§ 2.º - Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3.º - 2 facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a Inscrição de seu nascimento.

§ 4.º - Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Artigo 52 - Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do art. 65,

deverão ser declarados dentro de cinco (5) dias, a contar da chegada do navio ou aeronave ao local do destino, no respectivo cartório ou consulado.

Artigo 53 - São obrigados a fazer declaração de nascimento;

1.º) o pai;

2.º) em falta ou impedimento do pai a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco (45) dias;

3.º) no impedimento de arribas, o parente mais próximo, sendo maior e achando-se presente;

4.º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5.º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6.º) finalmente, as pessoas encarregadas da guarda do menor.

§ 1.º - Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de dum pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2.º - Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Artigo 54 - No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

Artigo 55 - O assento do nascimento deverá conter:

1.º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2.º) o sexo e a cor do registrando;

3.º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4.º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5.º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6.º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7.º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram e a sua residência atual;

8.º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9.º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.

Artigo 56 - Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único - Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus Portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, cate submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente.

Artigo 57 - O interessado, no primeiro mo após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por Procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Artigo 58 - Qualquer alteração posterior de nome só por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa.

Parágrafo único - Poderá também ser averbado, nos mesmos termos o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

Artigo 59 - o prenome será imutável.

Parágrafo único - Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do art. 56, se o oficial não o houver impugnado.

Artigo 60 - Quando se tratar de filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar, ou não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rogo o respectivo assento com dum testemunhas.

Artigo 61 - O registro conterà o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

Artigo 62 - Tratando-se de exposto, o registro será feito de acordo com as declarações que os

estabelecimentos de caridade, as autoridades ou os particulares comunicarem ao oficial competente, nos prazos mencionados no art. 51, a partir do achado ou entrega, sob a pena do art. 46, apresentando ao oficial, salvo motivo de força maior comprovada, o exposto e os objetos a que se refere o parágrafo único deste artigo,

Parágrafo único - Declarar-se-á o dia, mês e ano, lugar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado e a sua idade aparente. Nesse caso, o envoltório, roupas e quaisquer outros objetos e sinais que trouxer a criança e que possam, a todo o tempo, fazê-la reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em caixa lacrada e selada, com o seguinte rótulo: "Pertence ao exposto tal, assento de fls. ... do livro..." e remetidos imediatamente, com uma guia em duplicata, no juiz, para serem recolhidos a lugar seguro. Recebida e arquivada a duplicata com o competente recibo do depósito, far-se-á, à margem do assento, a correspondente anotação.

Artigo 63 - O registro do nascimento do menor abandonado, sob jurisdição do Juiz de Menores, poderá fazer-se por iniciativa deste, à vista dos elementos de que dispuser e com observância, no que for aplicável, do que preceitua, o artigo anterior.

Artigo 64 - No caso de gêmeos, será declarada no assento espacial de cada um a ordem de nascimento. Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.

Parágrafo único - Também serão obrigados a duplo prenome, ou a nome completo diverso, os irmãos a que se pretender dar o mesmo prenome.

Artigo 65 - Os assentos de nascimento em navio brasileiro mercante ou de guerra serão lavrados, logo que o fato se verificar, pelo modo estabelecido na legislação de marinha, devendo, porém, observar-se as disposições da presente lei.

Artigo 66 - No primeiro porto a que se chegar, o comandante depositará, imediatamente, na capitania do porto, ou em sua falta, na estação fiscal, ou ainda no consulado, em se tratando de porto estrangeiro, duas cópias autênticas das dos assentos referidos no artigo anterior, uma das quais será remetida, por intermédio do Ministério da Justiça, w oficial do registro, para o registro, no lugar de residência dos pais ou, se não for possível descobri-lo, no 1.º- Ofício do Distrito Federal. Uma terceira cópia será entregue pelo comandante ao interessado que, após conferência na capitania do porto, por ela poderá, também, promover o registro no cartório competente.

Parágrafo único - os nascimentos ocorridos a bordo de quaisquer aeronaves, ou de navio estrangeiro, poderão ser dados a registro pelos pais brasileiros no cartório ou consulado do local do desembarque,

Artigo 67 - Pode ser tomado assento de nascimento de filho de militar ou assemelhado em livro criado pela administração militar mediante declaração feita pelo interessado ou remetida pelo comandante de unidade, quando em campanha. Esse assento será publicado em boletim da unidade e, logo que possível, trasladado por cópia autenticada ex officio ou a requerimento do interessado, para o cartório de registro civil a que competir ou para o do 1.º Ofício do Distrito Federal, quando não puder ser conhecida a residência do pai.

Parágrafo único - A providência de que trata este artigo será extensiva ao assento de =cimento de filho de civil, quando, em consequência de operações de guerra, não funcionarem os cartórios locais.

CAPITULO V

Da Habilitação para o Casamento

Artigo 68 - Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.

§ 1.º - Autuada a petição com os documentos, o oficial mandará afixar proclamas de casamento em lugar ostensivo de seu cartório e fará publicá-los na imprensa local, se houver; em seguida abrirá vista do autos ao órgão do Ministério Público, para manifestar-se sobre o pedido e requerer o que for necessário à sua regularidade, podendo exigir a apresentação de atestado de residência firmado por autoridade policial.

§ 2.º - Se o órgão do ministério Público impugnar o pedido ou a documentação, os autos serão encaminhados ao juiz, que decidirá sem recurso.

§ 3.º - Decorrido o prazo de quinze (15) dias a contar da afixação do edital em cartório, se não aparecer quem oponha impedimento nem constar algum dos que de ofício deva declarar, ou se tiver sido rejeitada a impugnação do órgão do Ministério Público, o oficial do registro certificará a circunstância nos autos e entregará aos nubentes certidão de que estão habilitados para se

casar dentro do prazo previsto em lei.

§ 4.º - Se os nubentes residirem em diferentes distritos do Registro Civil, em um e em outro se publicará e se registrará o edital.

§ 5.º - Se houver apresentação de impedimento, o oficial dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem em três (3) dias prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo; Produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de dez (10) dias, com ciência do Ministério Público, e ouvidas os interessados e o órgão do Ministério público em cinco (5) dias, decidirá o juiz em igual prazo.

Artigo 69 - Se o interessado quiser Justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o juiz competente, em petição circunstanciada, indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.

§ 1.º - Ouvidas as testemunhas, se houver, dentro do prazo de cinco (5) dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, este terá o prazo de vinte e quatro (24) horas para manifestar-se, decidindo o juiz em igual prazo, sem recurso.

§ 2.º - Os autos da justificação serão encaminhados ao oficial do registra para serem anexados ao processo de habilitação matrimonial.

Artigo 70 - Para a dispensa de proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao juiz, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando-a, desde logo, com documentos ou indicando outras provas Para demonstração do alegado.

§ 1.º - Quando o pedido se fundar em crime contra as costumes, a dispensa de proclamas será Precedida da audiência dos cantraentes, separadamente e em segredo de justiça.

§ 2.º - Produzidas as provas dentro de cinco (5) dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, que poderá manifestar-se, a seguir, em vinte e quatro (24) horas, o juiz decidirá, em igual prazo, sem recurso, remetendo os autos para serem anexados ao processo de habilitação matrimonial.

CAPITULO VI

Do Casamento

Artigo 71 - Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, as cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

1.º) as nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges;

2.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data de nascimento ou de morte, domicílio e residência atual dos pais;

3.º) os nomes e pronomes do cônjuge precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando for o caso;

4.º) a data da publicação cios proclamas e da celebração do casamento;

5.º) a relação dos documentas apresentados ao oficial do registro:

6.º) as nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;

7.º) o regime de casamento, com declaração da data e do cartório em cujas notas foi tomada a escritura antenupcial, quando o regime não for o da comunhão ou o legal que sendo conhecido, será declarado expressamente;

8.º) o nome, que passa a ter a mulher, em virtude do casamento;

9.º) as nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento,

Parágrafo único. - As testemunhas serão, pelo menos, dum, não dispondo a lei de modo diverso.

CAPITULO VII

Do Registro do Casamento Religioso para efeitos Civis

Artigo 72 - Os nubentes habilitadas para o casamento poderão pedir ao oficial que lhas forneça a respectiva certidão, para se casarem perante autoridade ou ministro religiosa, nela mencionando o prazo legal da validade da habilitação.

Artigo 73 - O temo ou assento da casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por duas testemunhas, conterà os requisitos do art. 71, exceto o 5.º

Parágrafo único. - Será colhida, à margem da termo, a impressão digital do contraente, que não souber assinar o nome e serão quatro nesse caso, as testemunhas do ato.

Artigo 74 - No prazo de trinta dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão

§ 1.º - Anotada a entrada do requerimento, o oficial fará o registro no prazo de vinte e quatro (24) horas.

§ 2.º - Se o documento referente à celebração do casamento religioso omitir requisito que dele deva constar, os contraentes suprirão a falta mediante declaração por ambos assinada, ou mediante declaração tomada por termo pelo oficial.

§ 3.º - A autoridade ou ministro celebrante arquivará a certidão de habilitação que lhe foi apresentada, devendo, nela, anotar a data da celebração do casamento.

Artigo 75 - O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprimindo eles eventual falta de requisitos no termo da celebração.

Parágrafo único - Processada a habilitação com a publicação dos editais e certificada a existência de impedimentos, o oficial fará o registro do casamento religioso, de acordo com a prova do ato e os dados constantes do processo, observado o disposto no art. 71.

Artigo 76 - O registro produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.

CAPÍTULO VIII

Do Casamento em Iminente Risco de Vida

Artigo 77 - Nos casamentos celebrados em iminente risco de vida, sem a presença da autoridade competente, as testemunhas comparecerão dentro de cinco (5) dias, perante a autoridade judicial mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo as suas declarações

§ 1.º - Não comparecendo as testemunhas, espontaneamente, poderá qualquer interessado requerer a sua intimação.

§ 2.º - Autuadas as declarações e encaminhadas à autoridade judiciária competente, se outra for a que as tomou por termo, será ouvido o órgão do Ministério Público e se realizarão as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimento para o casamento,

§ 3.º - Ouvidos dentro em 5 (cinco) dias os interessados que o requerem e o órgão do Ministério Público, o juiz decidirá em igual prezo.

§ 4.º - Da decisão caberá apelação com ambos os efeitos.

§ 5.º - Transitada em julgado a sentença, o juiz mandará registrá-la no Livro de Casamento.

CAPÍTULO IX

Do óbito

Artigo 78 - Nenhum enterramento será feito sem certidão de oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado do médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas, que tiveram presenciado ou verificado a morte.

Parágrafo único - Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de um ano, o oficial indagará se foi registrado o nascimento, e fará a verificação no respectivo livro quando houver sido no seu cartório, em caso de falta, tomará previamente o assento omitido.

Artigo 79 - Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no art. 51.

Artigo 80 - São obrigados a fazer declaração de óbitos:

1.º) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2.º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3.º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos e demais pessoas de coza, indicadas no n.º 1; o parente mais próximo maior e presente;

4.º) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5.º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;

6.º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único - A declaração poderá ser feita por meio de preposto, autorizando-o o declarante em escrito de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

Artigo 81 - O assento de óbito deverá conter:

1.º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2.º) o lugar do falecimento, com indicação precisa;

3.º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4.º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado; se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos;

5.º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

6.º) se faleceu com testamento conhecido;

7.º) se deixou filhos, nome e idade de cada um;

8.º) se, a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;

9.º) o lugar do sepultamento;

10.º) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos;

11.º) se era eleitor.

Artigo 82 - Sendo, o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido.

Parágrafo único - Neste caso, será extraída a Individual dactiloscópica, se no local existir esse, serviço.

Artigo 83 - O assento deverá ser assinado pela pessoa. que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Artigo 84 - Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, Por conhecimento próprio ou por Informação que tiverem colhido, a Identidade do cadáver,

Artigo 85 - Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acordo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes; for aplicável com as referências constantes do art. 81, salvo se o enterro for no Porto, onde será tomado o assento.

Artigo 86 - Os óbitos, verificados em campanha, serão registrados em livro próprio, para esse fim designados, nas formações sanitárias e corpos de tropas, pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro, nas condições especificadas, dos óbitos que se derem no próprio local de combate.

Artigo 87 - Os óbitos a que se refere o artigo anterior, serão publicados em boletim da corporação e registrados no registro civil, mediante relações autenticadas, remetidas ao Ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil, designação dos corpos a que pertenciam, lugar da residência ou de mobilização, dia, mês, ano e lugar do falecimento e do sepultamento Para, à vista dessas relações, se fizerem os assentamentos de conformidade com o que a respeito está disposto no art., 67.

Artigo 88 - O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, em falta de declaração de parentes, segundo a da respectiva administração, observadas as disposições dos art.

81 a 84; e o relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo a comunicação "ex officio", das autoridades policiais, às quais incumbe fazê-la logo que tenham conhecimento do fato.

Artigo 89 - Poderão os juizes togados admitir Justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

Parágrafo único - Será também admitida a Justificação no caso de desaparecimento em campanha, provados a impossibilidade de ter sido feito o registro nos termos do art. 86 e os fatos que convençam da ocorrência do óbito.

CAPITULO X

Da Emancipação Interdição e ausência

Artigo 90 - No cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados, em livro especial as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nela domiciliados.

Artigo 91 - O registro será feito mediante trasladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício

em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão:

1.º) data do registro e da emancipação;

2.º) nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento;

3.º) nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

Artigo 92 - Quando o Juiz conceder emancipação, deverá comunicá-la, de ofício, ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado este dentro de 8 (oito) dias.

Parágrafo único - Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito.

Artigo 93 - As interdições serão registradas no mesmo cartório e no mesmo livro de que trata o art. 90, salvo a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do art. 33, declarando-se:

1.º) data do registro;

2.º) nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito, data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) data da sentença, nome e vara do juiz que a proferiu;

4.º) nome, profissão, estado civil, domicílio e residência do curador;

5.º) nome do requerente da interdição e causa desta:

6.º) limites da curadoria, quando for parcial a interdição;

7.º) lugar onde está Internado o Interdito.

Artigo 94 - A comunicação, com os dados necessários, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo juiz ao cartório, para registro de ofício, se o curador ou promovente não o tiver feito dentro de oito (8) dias.

Parágrafo único - Antes de registrada a sentença, não poderá o curador assinar o respectivo termo.

Artigo 95 - O registro das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador, será feita no cartório do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição, declarando-se:

1.º) data do registro;

2.º) nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que for registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) tempo de ausência, até a data da sentença;

4.º) nome do promotor do processo;

5.º) data da sentença e nome e vara do juiz que a proferiu;

6.º) nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.

CAPÍTULO XI

Da legitimação adotiva

Artigo 96 - Serão registradas; no registro de, nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos se já falecidos, ou sendo vivos. se houverem, em qualquer tempo, manifestada por escrito sua adesão ao ato (Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965. art. 69).

Parágrafo único - O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos (Lei n.º 4.655, de 2-6-65, art. V, parágrafo único).

Artigo 97 - Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original do menor.

CAPÍTULO XII

Da averbação

Artigo 98 - A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de, petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Artigo 99 - A averbação será feita à margem do assento e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Artigo 100 - A averbação será feita mediante a indicação minuciosa da sentença ou ato que a determinar.

Artigo 101 - No livro de casamento, será feita averbação da sentença de nulidade e anulação de casamento, bem como de desquite, declarando-se a data em que o juiz a proferiu, a sua conclusão, os nomes das partes e o trânsito em julgado.

§ 1.º - Antes de averbadas, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros,

§ 2.º - As sentenças de nulidade ou anulação de casamento não serão averbadas enquanto sujeitas a recurso, qualquer que seja o seu efeito.

§ 3.º - A averbação a que se refere o parágrafo anterior será feita à vista da carta de sentença, subscrita pelo presidente ou outro juiz do Tribunal que julgar a ação em grau de recurso, da qual constem os requisitos mencionados neste artigo e, ainda, certidão do trânsito em julgado do acórdão.

§ 4.º - O oficial do registro comunicação, dentro de quarenta e oito (48) horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito a carta de sentença mediante ofício sob registro postal.

§ 5.º - Ao oficial, que deixar de cumprir as obrigações consignadas nos parágrafos anteriores, será imposta a multa de cinco (5) salários-mínimos da região e a suspensão do cargo até seis (6) meses; em caso de reincidência ser-lhe-á aplicada, em dobro, a pena pecuniária, ficando sujeito à perda do cargo.

Artigo 102 - Será também averbado, com as mesmas indicações e efeitos, o ato de restabelecimento, de sociedade conjugal.

Artigo 103 - No livro de nascimento, serão averbados:

1.º) as sentenças que julgarem ilegítimas os filhos concebidos na constância do casamento;

2.º) as sentenças que declararem legítima a filiação;

3.º) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

4.º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;

5.º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça.

Artigo 104 - Será feita, ainda de ofício, diretamente quando no mesmo cartório ou por comunicação do oficial que registrar o casamento a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento de casamento.

Artigo 105 - No livro de emancipações, Interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo à interdição, das substituições dos curadores de Interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação da ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único - Averbar-se-á, também, no assento de ausência, a sentença de abertura de sucessão provisória, após o trânsito em julgado, com referência especial ao testamento do ausente se houver e indicação de seus herdeiros habilitados.

Artigo 106 - Para a averbação de escritura de adoção de pessoa cujo registro de nascimento haja sido feito fora do País, será trasladado, sem ônus para os Interessados no livro "A" do Cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária da comarca em que for domiciliado o adotante, aquele registro, legalmente traduzido, se for o caso, para que se faça, à margem dele, a competente averbação.

CAPITULO XIII

Das anotações

Artigo 107 - Sempre que o oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de cinco (5) dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fará comunicação, com resumo do assento, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre à forma prescrita no art. 99.

Parágrafo único - As comunicações serão feitas mediante cartas relacionadas em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado, o número do protocolo e ficarão arquivadas no cartório que as receber.

Artigo 108 - O óbito deverá ser anotado, com as remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento, e o casamento no deste.

§ 1.º - A emancipação, a Interdição e a ausência serão anotadas pela mesma fome, nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança do nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação ou desquite.

§ 2.º - A dissolução e a anulação do casamento e o restabelecimento da sociedade conjugal serão, também, anotadas nos assentos de nascimento dos cônjuges.

Artigo 109 - Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.

CAPITULO XIV

Das retificações, restaurações e suprimentos

Artigo 110 - Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil

requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco (5) dias, que correrá em cartório.

§ 1.º - Se qualquer Interessado ou o órgão do Ministério Público Impugnar o pedido, o juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez (10) dias e ouvidos, sucessivamente, em três (3) dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco (5) dias.

§ 2.º - Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o juiz decidirá no prazo de cinco (5) dias.

§ 3.º - Da decisão do juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

§ 4.º - Julgado procedente o pedido, o juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado ou retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento,

§ 5.º - Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, no juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu <<cumpra-se>>, executar-se-á.

§ 6.º - As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a transladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento com as remissões à margem do registro original.

Artigo 111 - A correção de erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas.

§ 1.º - Recebida a petição, protocolada e autuada, o oficial de registro a submeterá com documentos ao órgão do Ministério Público e fará os autos conclusos ao juiz da circunscrição, que despachará em quarenta e oito (48) horas.

§ 2.º - Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos.

§ 3.º - Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à muge do registro, mencionando o número do protocolo, a data da sentença e seu trânsito em julgado.

§ 4.º - Entendendo o juiz que o pedido exige maior indagação, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público, mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo.

Artigo 112 - Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação, restauração ou abertura de assento, será entregue a parte.

Artigo 113 - Em qualquer tempo poderá ser apreciado o valor probante da justificação, em original ou por traslado, pela autoridade judiciária competente ao conhecer de ações que se relacionarem com os fatos justificados.

Artigo 114 - As questões de filiação legítima, ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou retoma de assento.

TÍTULO III

Do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO I

Da Escrituração

Artigo 115 - No registro civil de pessoas jurídicas serão Inscritos:

I - os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Parágrafo único - No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8.º da Lei n.º 5.250, de 9-2-1967.

Artigo 116 - Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstância relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos, ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes,

Parágrafo único - Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará

dúvida para o juiz, que a decidirá.

Artigo 117 - Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros:

I - Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do art. 115, com 300 folhas;

II - Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas.

Artigo 118 - Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatuto e de publicações, registrados e arquivados, serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilite a busca e o exame.

Artigo 119 - Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.

Artigo 120 - A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo único - Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem cata não poderá ser feito o registro.

CAPÍTULO II

Da Pessoa Jurídica

Artigo 121 - O registro das sociedades e fundações consistirá na declaração, feita no livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes Indicações:

I - a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração;

II - o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III - se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante à administração, e de que modo;

IV - se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

V - as condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino do seu patrimônio;

VI - os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros, de diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Artigo 122 - Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial, em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste, quando a publicação for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida, do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nos dois exemplares, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha, um dos quais será entregue ao representante e o outro arquivado em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

CAPÍTULO III

Do Registro de Jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias

Artigo 123 - No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:

I - os jornais e demais publicações periódicas;

II - as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III - as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagem, comentários, debates e entrevistas;

IV - as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Artigo 124 - O pedido de matrícula conterá as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I - no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto, a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, ' residência e prova de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária.

II - nos casos de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente. e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes a pessoa jurídica.

III - no caso de empresa de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede de sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

IV - no caso de impressão noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica,

§ 1.º - As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas na matrícula no prazo de oito dias.

§ 2.º - A cada declaração a ser averbada deverá corresponder um requerimento.

Artigo 125 - A falta de matrícula das declarações, exigidas no artigo anterior, OU da averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários-mínimos da região.

§ 1.º - A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a vinte dias, para matrícula ou alteração das declarações.

§ 2.º - A multa será aplicada pela autoridade judiciária em representação feita pelo ofício. e cobrada por processo executivo, mediante ação do órgão competente.

§ 3.º - Se a matrícula ou alteração não for efetivada no prazo referido no § 1.º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Artigo 126 - Considera-se clandestino o jornal, ou outra publicação periódica, não matriculado nos termos do art. 123 ou de cuja matrícula não constem os nomes e as qualificações do diretor ou redator e do proprietário.

Artigo 127 - O processo de matrícula será o mesmo do registro prescrito no art. 122.

TÍTULO IV

Do Registro de Títulos e Documentos

CAPÍTULO I

Das atribuições

Artigo 128 - No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

I - dos Instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

II - do penhor comum sobre coisas móveis;

III - da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador;

IV - do contrato de penhor de animais, não compreendido nas disposições do art. 10 da Lei n.º 492, de 30-8-1934;

V - do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

VI - do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (art. 19, § 2.º do Decreto número 24.150, de 20-4-1934);

VII - facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Parágrafo único - Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

Artigo 129 - A margem dos respectivos registros, serão averbadas quaisquer ocorrências que os alterem quer em relação às obrigações, quer em atinência à pessoas que nos atos figurem, inclusive quanto a prorrogação dos prazos.

Artigo 130 - Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros:

1.º) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto do art. 168, n.º I, letra c;

2.º) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos;

3.º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado;

- 4.º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições;
- 5.º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bem móveis e os de alienação fiduciária;
- 6.º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, das Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, Juízo ou Tribunal;
- 7.º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que Seja a forma que revistam;
- 8.º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior;
- 9.º) os instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação de dação em pagamento.

Artigo 131 - Dentro do prazo de Vinte (20) dias da data da sua assinatura pelas partes, todos os atos enumerados nos art. 128 e 130, serão registrados; no domicílio das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em todas elas.
Parágrafo única - Os registros de documentos apresentados, depois de findo o prazo, produzirão efeitos a partir da data da apresentação.

Artigo 132 - Os registros referidos nos arte. anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição.

CAPITULO II

Da Escrituração

Artigo 133 - No Registro de Títulos e Documentos haverá os seguintes livros, todos com 300 folhas:

I - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e Papéis apresentadas, diariamente, para serem registradas, ou averbados;

II - Livro B - para trasladação Integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;

III - Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, , fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data;

IV - Livro D - Indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.

Artigo 134 - Na parte superior de cada, página do livro se escreverá título, a letra e o número e o ano em que começar.

Artigo 135 - O juiz, em caso de afluência de serviço, poderá autorizar desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízos da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem rigorosa.

Parágrafo único - Esses livros desdobrados terão as Indicações de E, F, G, H, etc.

Artigo 136 - O protocolo deverá c~ colunas para as seguintes anotações:

- 1.º) número de ordem, continuando, indefinidamente, nos seguintes;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) natureza do título e qualidade do lançamento (integral, resumido, penhor, etc.);
- 4.º) o nome do apresentante;
- 5.º) anotações e averbações.

Parágrafo único - Em seguida ao registro, far-se-á, no protocolo, remissão ao número da página do livro em que foi ele lançado, mencionando-se, também, o número e a página de outros livros em que houver qualquer nota ou declaração concernente ao mesmo ato.

Artigo 137 - O livro de registro integral de títulos será escriturado nos termos do art. 143, lançando-se, antes de cada registro, o número de ordem, a data do protocolo e o nome do apresentante e conterá colunas para as seguintes declarações:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) dia e mês;
- 3.º) transcrição;
- 4.º) anotações e averbações.

Artigo 138 - O livro de registro, por extrato, conterá colunas para as seguintes declarações:

- 1.º) número de ordem;

2.º) dia e mês;

3.º) espécie e resumo do título;

4.º) anotações e averbações.

Artigo 139 - O indicador pessoal será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.

Artigo 140 - Se a mesma "os já estiver mencionada no indicador, somente se fará, na coluna das anotações, uma referência ao número de ordem, página e número do livro em que estiver lançado o novo registro ou averbação

Artigo 141 - Se no mesmo registro, ou averbação, figurar mais de uma passos, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançada distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações,

Artigo 142 - Sem prejuízo do disposto no art. 162, ao oficial é facultado efetuar o registro por meio de microfilmagem, desde que, por lançamentos remissivos, com menção ao protocolo, ao nome dos contratantes, à data e à natureza do documentos apresentados, sejam as microfilmes havidos como partes integrantes dos livros de registro, nos seus termos de abertura e encerramento.

CAPÍTULO III

Da Transcrição e da Averbação

Artigo 143 - O registro integral dos documentos consistirá na transladação dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referência às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado, e, bem assim, com menção precisa aos seus, característicos exteriores e às formalidades legais, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita na mesma disposição gráfica em que estiverem escritos, se o Interessado assim o desejar.

§ 1.º - Feita a transladação, na última linha, de maneira a não ficar espaço em branco, será conferida e realizado o seu encerramento, depois do que o oficial, seu substituto legal ou escrevente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado, assinará o seu nome por inteiro.

§ 2.º - Tratando-se de documento impresso, Idêntico a outro já; anteriormente registrado na íntegra, no mesmo livro, poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes, as características do objeto e demais; dados constantes dos claros preenchidos, fazendo-se remissão, quanto no mais, àquele já registrado.

Artigo 144 - O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação a importância, e a qualidade do imposto pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial ou servidores, referidos no art. 143. § 1.º.

Artigo 145 - O registro de contratos de penhor, caução e parceria será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e de devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimento. e especificações dos objetos apenhados, pessoa em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato date, e número de ordem.

Parágrafo único - Nos contratos de parceria, serão considerados credor o parceiro proprietário e devedor, o parceiro cultivador ou criador.

Artigo 146 - Qualquer do Interessados poderá levar a registro os contratos de penhor ou caução.

CAPÍTULO IV

Da Ordem do Serviço

Artigo 147 - Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente a natureza do instrumento a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao mimem de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.

Artigo 148 - Protocolado o título ou documento, far-se-á, em seguida, no livro respectivo, o lançamento (registro integral ou resumido, ou averbação concluído este, declarar-se-á no Corpo

do título, documento ou papel, o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando a oficial ou os servidores referidos no art. 143 §1.º esta declaração e as demais folhas do título, do documento ou do papel.

Artigo 149 - Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres Comuns poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no país e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução o que também, se observará, em relação às procurações lavradas em língua estrangeira,

Parágrafo único - Para o registro resumindo, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.

Artigo 150 - Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feito, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido . feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial ou os servidores referidos no art. 143, § 1.º .

Artigo 151 - O apontamento do título, documento ou papel no protocolo será feito, seguida e imediatamente um depois do outro. Sem prejuízo da numeração individual de cada documento, se a mesma pessoa, apresentar simultaneamente diversos documentos de idêntica natureza, para lançamentos da mesma espécie, serão eles lançados no protocolo englobadamente.

Parágrafo único - Onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha horizontal, separando-o do seguinte, sendo lavrado, no fim do expediente diário, o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por este datado e assinado.

Artigo 152 - o lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento no protocolo quando não for obstáculo por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguir-se-ão os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada Pelo competente apontamento.

Artigo 153 - Cada registro ou averbação será datado e assinado por inteiro, pelo Oficial ou pelos servidores referidos no art. 143, § 1.º separados, um do outro, por uma linha horizontal.

Artigo 154 - Os títulos terão sempre um número diferente segundo ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma Pessoa. O registro e a averbação deverão ser imediatos, e, quando não o puderem ser por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da prenotação. Em qualquer desses casos, o oficial, depois de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas, fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o numero de ardem desta no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado; o recibo será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.

Artigo 155 - Nos termos de encerramento diário do protocolo, lavrados ao findar a hora regulamentar, deverão ser mencionados, pelos respectivos números, os títulos apresentados cujos registros ficarem adiados, com a declaração dos motivos do adiamento

Parágrafo único - Ainda que o expediente continue para ultimização do serviço, nenhuma nova apresentação será admitida depois da hora regulamentar.

Artigo 156 - Quando o título, já registrado por extrato, for levado a registro integral, ou for exigido simultaneamente pelo apresentante o duplo registro, mencionar-se-à, essa circunstância no lançamento posterior e, nas anotações do protocolo, far-se-ão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.

Artigo 157 - O oficial deverá recuar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.

Parágrafo único - Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este Insistir o registro será feito com essa nota, podendo o oficial entretanto, submeter a dúvida ao Juiz competente ou notificar a signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo último aduzidas

Artigo 158 - O oficial, salvo quando agir de má-fé, devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, Por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.

Artigo 159 - As procurações deverão trazer reconhecidas as firmas dos outorgantes,

Artigo 160 - As folhas do título, documento, ou papel que tiver sido registrado e as das certidões

serão rubricadas; pelo oficial, antes de entregues aos apresentantes. As declarações no protocolo, bem como as doas registres e das averbações lançadas; no título, documento ou papel e as respectivas datas poderão ser apostas por carimbo, sendo, porém, para autenticação, de próprio punho do oficial, ou de quem suas vezes fizer, a assinatura ou a rubrica.

Artigo 161 - O oficial será obrigado, quando o apresentante o requerer, a notificar do registro ou da averbação os demais interessados que vigorarem no título, documento, o papel apresentado, e a quaisquer terceiros que lhes sejam indicados, podendo requisitar dos oficiais de registro em outros municípios, as notificações necessárias. Por esse processo, também, poderão ser feitos avisos, denúncias e notificações, quando não for exigida a intervenção judicial.

§ 1.º - Os certificados de notificação ou da entrega de registros serão lavrados nas; colunas das anotações, no livro competente, à margem dos respectivos registros.

§ 2.º - O serviço das notificações e demais diligências poderá ser realizado Por escreventes designados pelo oficial e autorizados pelo juiz competente.

Artigo 162 - As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1.º - O apresentante do título para registro integral poderá, também deixá-lo arquivado em cartório ou a sua fotocópia autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.

§ 2.º - Quando, houver acúmulo de trabalho, um dos suboficiais poderá ser autorizado pelo juiz, a pedido do oficial e sob sua responsabilidade, a lavrar e subscrever certidão.

Artigo 163 - O fato da apresentação de um título, documento ou papel para registro ou averbação, à constituirá, para o apresentante, direito sobre o mesmo desde que não seja o Próprio interessado.

Artigo 164 - Os tabeliães e escrevães, nos atos que praticarem, farão sempre referência ao livro e à folha do registro de títulos e documentos em que tenham sido trasladados os mandatos de origem estrangeira, a que tenham de reportar-se.

CAPITULO V

Do Cancelamento

Artigo 165 - O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.

Artigo 166 - Apresentado qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, o oficial certificara, na coluna das averbações do livro respectivo o cancelamento e a razão dele mencionando-se o documento que o autorizou, datando e assinando a certidão, de tudo fazendo referência nas anotações do protocolo.

Parágrafo único - Quando não for suficiente o espaço da coluna das averbações, será feito novo registro, com referências recíprocas, na coluna própria.

Artigo 167 - Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

TITULO V

Do Registro de Imóveis

CAPITULO I

Das Atribuições

Artigo 168 - No Registro de imóveis serão feitas:

I - a inscrição:

- a) dos Instrumentos públicas de instituição de bem de família;
- b) das hipotecas legais, judiciais e convencionais;
- c) dos contratos de locação de prédios, nos quais; tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;
- d) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, Instalados e em funcionamento, com ou sem os respectivos pertences;
- e) das penhoras, arrestos e seqüestro de imóveis-
- f) dos títulos das servidões em geral, para sua constituição;
- g) do usufruto e do uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultaram do direito de família;
- h) das rendas constituídas ou vinculadas a imóveis, por disposição de última vontade;
- i) da promessa de compra e venda de imóvel não loteado, sem cláusula de arrependimento, cujo preço deva pagar-se a prazo, de uma só vez ou em prestação (art. 22 do Decreto-lei; n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação alterada pela lei n.º 649, de 11 de março de 1949);

- j) da enfiteuse;
 - l) da anticrese;
 - m) dos Instrumentos públicos das convenções antenupciais;
 - n) das cédula de crédito rural (Dec. lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967);
 - o) das cédulas de crédito Industrial (Decreto-lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969);
 - p) dos contratos de penhor rural (141 n.º 492, de 30 de agosto de 1937);
 - q) dos empréstimos Por obrigações ao portador ou debêntures inclusive as conversíveis em ações (lei número 4.278, de 14 de Julho de 1964, artigo 44);
 - r) dos memoriais de incorporação e das instituições e convenções de condomínio a que alude a Lei número 4.591, de 10 de dezembro de 1964;
 - s) dos memoriais de loteamento de terrenos urbanos e rurais, para a venda de lotes, a prazo, em prestações (Decreto-lei n.º 58, de 1937, lei número 4.591, de 1964 e Decreto-lei número 271, de 1967);
 - t) das citações de a~ mais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis;
 - u) das promessas de cessão (art. 69, da Lei n 4.380, de 21 de agosto de 1964);
 - II - a transcrição:
 - a) das sentenças de desquite e de nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos meia sujeitos a registro;
 - b) dos julgados e atos Jurídicos inter vivos que dividiram Imóveis ou os demarcarem;
 - c) das sentenças que nos Inventários e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;
 - d) dos atos de entrega de legados de imóveis formal de partilha, e das sentenças de adjudicação em inventário o quando não houver partilha;
 - e) da arrematação e da adjudicação em hasta. pública;
 - f) do dote;
 - g) das sentenças declaratórias de usucapião, para servirem de títulos aquisitivos;
 - h) da compra e venda pura e condicional;
 - i) da permuta;
 - j) da dação em pagamento;
 - l) da transferência de quota à sociedade, quando for constituída. por Imóvel;
 - m) da doação entre vivos;
 - n) das sentenças que, em processos de desapropriação, fixarem o valor da Indenização;
 - III - a averbação:
 - a) das convenções antenupciais, especialmente em relação aos imóveis existentes, ou posteriormente adquiridos, pela cláusula, do regime legal;
 - b) Por cancelamento da extinção dos direitos reais;
 - c) dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados. em conformidade com as disposições do Dec. lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937;
 - d) da mudança de nome das logradouros e da numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, de desmembramento e do loteamento de imóveis;
 - e) da alteração do nome por casamento ou por desquite ou ainda, de outras circunstâncias que, por qualquer modo, afetem o registro ou as pessoas nele interessadas;
 - f) dos contratos de promessa de compra e venda, cessão desta, ou de promessa de cessão, a que alude a Lei n.º 4.591 de 16 de dezembro de 1964, bem como dos contratos de compra e venda relativas ao desmembramento das unidades autônomas respectivas;
 - g) da individuação das unidades autônomas condominiais de que trata a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e o art. 13 do Decreto n.º 55.815, de 8 de março de 1965;
 - h) das cédulas hipotecárias a que alude o Dec. lei n.º 70, de 21 de novembro de 1966;
 - i) da caução, da caução parcial e da cessão fiduciária dos direitos aquisitivos relativos a imóveis (Dec. lei n.º 70, de 21 de novembro de 1966);
 - j) das sentenças de separação de dote;
 - l) do julgamento sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;
 - m) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como da instituição de fideicomisso;
 - n) das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto os atos ou títulos registrados.
- §1.º - No registro de imóveis serão feitas, em geral, a transcrição, a transcrição, a averbação dos títulos ou atas constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos reais sobre imóveis, reconhecidos em lei, inter vivos e mortis causa quer para sua constituição, transferência

e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros quer para sua disponibilidade.

§ 2.º - Para efeito de lançamento nos livros respectivos, consideram-se englobadas, na designação genérica de registro, tanto a inscrição quanto a transcrição.

Artigo 169 - Todos os atos enumerados no artigo 168 são obrigatórios, e as inscrições e transcrições nele mencionadas efetuar-se-ão no cartório da situação do Imóvel.

Parágrafo único - Em se tratando de Imóveis situados em comarcas ou circunscrições territoriais limítrofes o registro deverá ser feito em todas elas; o desmembramento territorial posterior não exige porém, repetição, no novo cartório do registro já feito.

Artigo 170 - Os atos relativos a viu férreas serão registrados no cartório correspondente a estação Inicial da respectiva linha.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Artigo 171 - Haverá, no registro de Imóveis, os seguintes livros, todos com trezentas (300) folhas cada um:

I - Livro n.º 1 - Protocolo

II - Livro n.º 2 - Registro Geral

III - Livro n.º 3 - Auxiliar

IV - Livro n.º 4 - Registros Diversos

V - Livro n.º 5 - Indicador Real

VI - Livro n.º 6 - Indicador Pessoal

VII - Livro n.º 7 - Registro de Incorporações

VIII - Livro n.º 8 - Registra de Loteamentos

Artigo 172 - O livro n.º 1 - Protocolo - servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente para matrícula registro ou. Averbação. Este livro determinará a quantidade e a qualidade dos títulos, bem como a data da sua apresentação, o nome do apresentante a o número de ordem que seguirá, indefinidamente, sem interrupção, nos livros da mesma espécie.

Parágrafo único - A cada título apresentado corresponderá uma só número de ordem, seja qual for a quantidade de atos que formalizar, os quais serão resumidamente mencionados na coluna das anotações.

Artigo 173 - O livro n.º 2 - Registro Geral - será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro m averbação dos atos relacionados no artigo 168 e não atribuídos especificamente a outros livros e sua escrituração obedecerá às seguintes normas:

a) cada imóvel terá matrícula própria que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência da presente lei;

b) no alto da face de cada folha será lançada. a matrícula do Imóvel, com os requisitos constantes do artigo 227 e no espaço restante e no verso serão lançados, por ordem cronológica e em forma narrativa, os registros e averbações dos atos pertinentes ao imóvel matriculado;

c) preenchida uma folha, será feito o transporte para a primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, onde continuarão os lançamentos, com remissões recíprocas;

d) as matrículas serão numeradas seguidamente, em numeração infinita sem interrupção ao fim de cada livro;

e) os registros e averbações a serem lançados na folha da matrícula serão numerados seguidamente, antecipando-se a essa numeração, separadas por um traço, as letras <<R>> para os registros e <<AV>>, Para as averbações seguidas do número da matrícula (ex. R-1-1, R-2-1, R-3-1 Ou AV-1-1, AV-2-1, AV-3-1).

1.º - Os oficiais, mediante autorização do respectivo juiz, poderão respeitada a precedência da prenotação desdobrar o livro n.º 2 em tantos outros quantos se tomarem necessários para atender ao movimento do cartório, até o limite de dez (10), classificando-os de acordo com o algarismo final da matrícula.

§ 2.º - Observado. o disposto no artigo V, § 2.º, podará o Registro Geral ser realizado pelo sistema de fichas.

Artigo 174 - Na escrituração do livro n.º 3 - Auxiliar - haverá espaços formados por linhas verticais para neles se escreverem o número de ordem do registro, a referência ao mimem de ordem e às páginas dos demais livros, além da margem para as averbações.

§ 1.º - No livro auxiliar do cartório do domicílio conjugal, serão registradas, por extrato, as convencões antenupciais devendo mencionar os nomes dos cônjuges, data, cartório, livro e

folhas onde foi lavrada a escritura e as cláusulas da convenção sem prejuízo da averbação dos imóveis existentes e que forem sendo adquiridos, sujeitos a regime diverso do comum.

§ 2.º - Serão integralmente registrados no livro auxiliar os contratos-padrão a que se refere o Artigo 61 da lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Artigo 175 - No livro n.º 4 - Registros Diversos - serão registrados:

- a) a emissão de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo no livro n.º 2, da hipoteca, da anticrese e do penhor que abonarem, especialmente, tais emissões, firmando-se pela ordem do registro a prioridade entre as séries de obrigações emitidas la mesma sociedade;
- b) as células de crédito rural de que trata o Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967;
- c) as cédulas de crédito Industrial de que trata o Dec. lei n.º 413, de 9 de janeiro de 1969;
- d) os atos que, da competência do registro de imóveis por disposição legal, não se refiram diretamente a um determinado imóvel matriculado.

§ 1.º - Para atender ao movimento do cartório, os oficiais poderão desdobrar o livro n.º 4, mediante autorização judicial, em livros para o registro do penhor rural, das cédulas de crédito rural, das cédulas de crédito Industrial, da emissão de debêntures e dos demais atos a ele atribuídos.

§ 2.º - As hipotecas cedulares a que se referem os Decretos-leis n.ºs 167, de 1969, e 413, de 1969, serão registradas na matrícula do imóvel respectivo.

Artigo 176 - O livro n.º 5 - Indicador Real - será o repositório de todos os imóveis que figurarem nos livros do registro.

§ 1.º - As folhas desse livro repartir-se-ão entre as zonas cadastrais que se compreendam no território da circunscrição imobiliária subordinada ao respectivo ofício de acordo com o zoneamento cadastral estabelecido pela repartição competente.

§ 2.º - Cada indicação terá por espaço, pelo menos, um quinto da página do livro e cada espaço quatro colunas formadas por linhas perpendiculares, correspondentes aos requisitos seguintes:

- 1.º - número de ordem;
- 2.º - identificação do imóvel;
- 3.º - referência aos; números de ordem de outros livros;
- 4.º - anotações.

§ 3.º - Para auxiliar a consulta, os oficiais que não se utilizarem do Indicador Real pelo sistema de fichas, farão um índice pelos logradouros e numeração predial quando se tratar de imóveis urbanos e pelos nomes e situações, quando rurais.

§ 4.º - As repartições municipais são obrigadas a comunicar ao oficial do registro nos dez (10) dias seguintes à sua efetivação, todas as alterações ocorridas no sistema urbano, inclusive as concernentes a nomes de logradouros.

Artigo 177 - O livro n.º 6 - Indicador Pessoal - será distribuído alfabeticamente e nele se escreverão por extenso, os nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos livros de registros

§ 1.º - As indicações no Indicador Pessoal serão distribuídas em quatro colunas perpendiculares, satisfazendo aos seguintes requisitos:

- 1.º) número de ordem;
- 2.º) pessoas;
- 3.º) referência aos números de ordem de outros livros;
- 4.º) anotações.

§ 2.º - O Indicador Pessoal poderá obedecer a sistema de fichas, a critério e sob exclusiva responsabilidade do oficial.

Artigo 178 - Se a mesma pessoa ou o mesmo imóveis já estiverem no Indicador Pessoal ou no, Real, somente se fará referência na respectiva coluna ou ficha, ao número de ordem do livro em que se lavrar o novo registro.

Artigo 179 - Se, no mesmo ato, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado, distintamente, no Indicador pessoal

Artigo 180 - Adotados os livros Indicador Real e o Pessoal, sob a forma encadernada, as indicações neles lançadas terão seu número de ordem especial, correspondendo o número de ordem dos imóveis à zona cadastral onde estão situados e o número de ordem das pessoas à respectiva letra do alfabeto.

Artigo 181 - Esgotadas as folhas destinadas a uma zona cadastral no Indicador Real, se adotado o livro encadernado, a escrituração continuará no livro seguinte, averbando-se o transporte no livro antecedente ou mesmo, em folhas aproveitáveis, feitas as referências recíprocas, da

mesma forma proceder-se-á com relação ao Indicador Pessoal

Artigo 182 - No caso do artigo anterior, caberá, na distribuição das folhas do livro seguinte maior número delas à zona cadastral ou à, letra do alfabeto cujas folhas estiverem esgotadas antes de distribuídas às outras zonas ou letras.

Artigo 183 - O livro n.º 7 - Registro de Incorporação - destina-se ao registro dos memoriais de incorporação dos atos institutivos e das convenções de condomínio, previstos na Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964 e será escriturado de acordo com o modelo previsto no anexo desta lei.

§ 1.º - As averbações relativas aos registros feitos no livro n.º 7 serão lançadas em seguida ao registro, por ordem cronológica e em forma narrativa, numeradas seguidamente, antecipando-se a essa numeração, separado por traço, o número do registro (ex. 1-1, 1-2, 1-3).

§ 2.º - Esgotado numa folha o espaço para as averbações prosseguirão as mesmas na primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, feitas as referências recíprocas.

Artigo 184 - O livro n.º 8 - Registro de Loteamentos - na forma da lei respectiva, destinado ao registro da propriedade loteada para venda de lotes a prazo, em prestações sucessivas e periódicas, obedecerá ao modelo previsto no Anexo desta lei e será escriturado nos mesmos moldes do livro n.º 7.

CAPÍTULO III

Do Processo do Registro

Artigo 185 - Todos os títulos tomarão, no protocolo, a data da sua apresentação e o número de ordem que, em razão dela lhes competir, sendo neles lançados o nome do apresentante e a identidade do título, reproduzindo-se, neste, a data e o número de ordem.

Parágrafo único - A prenotação será feita respeitando-se a ordem rigorosa da apresentação do título e obedecerá a numeração infinita,

Artigo 186 - A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial; titular como ao auxiliar expressamente designado por aquele e autorizado pelo, juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado ou impedido.

Artigo 187 - O número de ordem determinará a prioridade do título e, esta, a preferência dos direitos mais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente.

Artigo 188 - Havendo permuta, e pertencendo os imóveis permutados à circunscrição de mesmo ofício serão feitos os registros nas matrículas respectivas com indicações recíprocas e numeradas; de ordem seguidas no protocolo

Artigo 189 - Tomada a data da apresentação e o número de ordem do protocolo, proceder-se-á ao registro, salvo nos casos previstos nos artigos seguintes.

Artigo 190 - Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante trinta (30) dias, que interessados na primeira promovam a inscrição esgotado esse prazo, que ocorrerá da data da apresentação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será inscrito e obterá preferência sobre aquele.

Artigo 191 - Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

Artigo 192 - Prevalecerá, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados no protocolo sob número de ordem mais baixo, protelando-se o registro dos apresentados posteriormente, pelo prazo correspondente a pelo menos, um expediente diário.

Parágrafo único - Excetuam-se da norma deste artigo as escrituras públicas lavradas na mesma data que, apresentadas no mesmo dia, determinem taxativamente a ordem da sua lavratura, prevalecendo, para efeito de prioridade, a que foi lavrada em primeiro lugar.

Artigo 193 - O registro será feito pela simples exibição do título, sem dependência de extratos.

Artigo 194 - Se o título for de natureza particular, deverá ser apresentado, ao menos, em duplicata, ficando um dos exemplares arquivado no cartório, sendo o outro ou os demais devolvidos ao Interessado, após o registro.

Parágrafo único - Em caso de permuta serão, pelo menos, três os exemplares, sendo feitos os registros relativos a todos os imóveis permutados, ainda que só um dos interessados promova o registro.

Artigo 195 - Se existir uma só via do título e este for de natureza particular, a parte apresentará, também, certidão do Registro de Títulos e Documentos ou fotocópia devidamente autenticada,

que ficará arquivada em cartório,

Artigo 196 - Todo o registro será feito por extrato, salvo se a parte pedir que se faça por extenso, no livro auxiliar, sem prejuízo daquele e com anotações recíprocas.

Artigo 197 - Se o Imóvel não estiver matriculado ou registrado era nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade do registre,

§ 1.º - A matrícula será feita à Vista dos elementos constantes do título apresentado e do registre anterior que constar do próprio cartório.

§ 2.º - Quando o título anterior estiver registrado em outro cartório, o novo título será apresentado juntamente com certidão atualizada comprobatória do registro anterior e da inexistência de ônus.

Artigo 198 - Tomada a nota da apresentação, e conferido o número de ordem o oficial verificará a legalidade e a validade do título, procedendo ao registro, se o mesmo estiver em conformidade com a lei, no prazo máximo de dez (10) dias úteis, salvo no caso previsto no parágrafo único do artigo 7.º do Decreto-lei número 549, de 25 de abril de 1969, em que o prazo será de três (3) dias úteis.

§1.º - O oficial fará essa verificação no Prazo improrrogável de (5) dias úteis, e poderá exigir que o apresentante ponha o documento em conformidade com a lei, concedendo-lhe, para isso, prazo razoável.

§2.º - O oficial indicará por escrito a exigência cuja satisfação seja necessária ao registro. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial ou não podendo satisfazê-la, serão o seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao juízo competente para dirimí-la.

§3.º - Em se tratando de propriedade territorial, desapropriada nos termos do Decreto-lei n.º 549, de 24 de abril de 1969, a verificação a que ajude o § 1.º será feita em quarenta e oito (48) horas,

§ 4.º - Em se tratando de inscrição de incorporação e de loteamento, a verificação dos memoriais e documentos necessários ao registro será feita em quinze (15) dias úteis.

Artigo 199 - Prenotado o título, o lançada nele a dúvida, rubricará o oficial todas as suas folhas, remetendo ao juízo competente.

Artigo 200 - No protocolo anotar o oficial, à margem da prenotação a ocorrência da dúvida.

Artigo 201 - Estando devidamente fundamentada a dúvida, o juiz mandará ouvir o apresentante em dez (10) dias, para impugná-la, com os documentos que entender, ouvindo-se após, o Ministério Público, no prazo de cinco (5) dias.

§ 1.º - Se o interessado, nesse prazo, não impugnar a dúvida, o juiz mandará arquivá-la, essa decisão é irrecurável e dela dar-se-á ciência ao oficial, que cancelará a prenotação, devolvendo os documentos ao interessado.

§ 2 - O arquivamento da dúvida não impedirá que ela seja suscitada novamente, no caso de reapresentação do título para registro.

Artigo 202 - Impugnada a dúvida- o juiz proferirá a sentença no prazo de cinco (5) dias, com os elementos constantes dos autos.

Parágrafo único - Da sentença pode à Interpor recurso de apelação, com ambos os efeitos o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.

Artigo 203 - O documento que for objeto de dúvida, decidida esta, será restituído ao interessado, independentemente de traslado.

Artigo 204 - Julgada improcedente a dúvida, o interessado apresentará de novo os seus documentos, com o respectivo mandado, e o oficial procederá, desde logo, ao registro, declarando, na coluna de anotações do protocolo, que a dúvida foi julgada Improcedente, arquivando-se o mandado ou a cópia da sentença. Se julgada procedente, expedir-se-á mandado ao oficial que cancelará a prenotação.

Artigo 205 - A denegação do registro não impedirá o uso do processo contencioso, competente.

Artigo 206 - Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação, se, decorridos trinta (30) dias do seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado, salvo nos casos de Processo de dúvida ou de inscrição de instituição de bem de família e de Inscrição de memorial de loteamento; casos estes em que o perecimento da prenotação ocorrerá após 30 (trinta) dias da data da publicação do último edital.

Artigo 207 - Se o documento, unia vez prenotado, não puder ser registrado, ou o apresentante desistir do seu registro, a Importância relativa às despesas previstas no artigo 15 será restituída.

deduzida a quantia correspondente às buscas e à prenotação.

Artigo 208 - No processo de dúvida, somente serão devidas custas, a serem pagas pelo interessado, quando a dúvida for julgada procedente.

Artigo 209 - O registro começado dentro das horas fixadas não será interrompido, salvo motivo de força maior declarado, prorrogando-se o expediente até ser concluído.

Artigo 210 - Durante a prorrogação, nenhuma nova apresentação será admitida, lavrando-se temo de encerramento no protocolo.

Artigo 211 - Todos os atos serão assinados pelo oficial, seu substituto legal ou escrevente, expressamente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro, não esteja afastado ou impedido.

Artigo 212 - Na via do título restituída ao apresentante, com todas as folhas rubricadas será declarados, de forma resumida, os atos praticados em decorrência de sua apresentação, nela se consignando, obrigatoriamente, os lançamentos feitos nos indicadores real e pessoal.

Artigo 213 - Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o prejudicado reclamar sua retificação, por meio de processo próprio.

Artigo 214 - A requerimento do interessado, poderá ser retificado o erro constante do registro, desde que tal retificação não acarrete prejuízo a terceiro.

§ 1.º - A retificação será feita mediante despacho judicial, salvo no caso de erro evidente, o qual o oficial, desde logo, corrigirá, com a devida cautela.

§ 2.º - Se da retificação resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel, serão citados para se manifestarem sobre o requerimento, em dez (10) dias, todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores.

§ 3.º - O Ministério Público será ouvido no pedido de retificação

§ 4.º - Se o pedido de retificação for impugnado fundamentalmente, o juiz remeterá o interessado para as vias ordinárias.

§ 5.º - Da sentença do juiz, deferindo ou não o requerimento, cabe o recurso de apelação Com ambos os efeitos.

Artigo 215 - AS nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.

Artigo 216 - São nulos os registros feitos após sentença de abertura de falência, ou do temo legal nela fixado, salvo se a apresentação tiver sido feita anteriormente.

Artigo 217 - O registro poderá também ser retificado ou anulado por sentença em processo contencioso, ou por efeito de julgado em ação de anulação ou de declaração de nulidade de ato jurídico, ou de julgado sobre fraude à execução.

CAPÍTULO IV

Das pessoas

Artigo 218 - O registro pode ser promovido por qualquer interessado.

Parágrafo único - Nos atos a título gratuito o registro pode também ser promovido pelo transferente, acompanhado da prova de aceitação do beneficiado.

Artigo 219 - O registro do penhor rural independe do Consentimento do credor hipotecário.

Artigo 220 - As despesas com o registro Incumbem ao interessado que o requerer, salvo convenção em contrário.

Artigo 221 - São considerados, para fim de escrituração, credores e devedores, respectivamente:

I - nas servidões, o dano do prédio dominante e o dono do prédio serviente;

II - no uso, o usuário e o proprietário;

III - na habitação, o habitante e o proprietário;

IV - na anticrese, o mutuante e o mutuário;

V - no usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;

VI - na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;

VII - na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;

VIII - na locação, o locatário e o locador;

IX - nas promessas de compra e venda, o promitente-comprador e o promitente-vendedor;

X - nas penhoras e ações, o autor e o réu;

XI - nas promessas de cessão de direitos, o promitente-cessionário e o promitente-cedente.

CAPÍTULO V

Dos títulos

Artigo 222 - São admitidos a registro unicamente:

a) escrituras. públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas, ao Sistema Financeiro de Habitação;

c) atos autênticos de países; estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos competentemente no idioma nacional e registrados no cartório de registro de títulos e documentos;

d) cartas de sentença, mandados, formada de partilha e certidões extraídos de autos de processo,

Artigo 223 - Em todas as escrituras e atos relativos a imóveis, bem como nas declarações de bens prestadas nos inventários e nos autos de partilha, o tabelião ou escrivão deve fazer referência à matrícula ou ao registro anterior, seu número e cartório.

§ 1.º - Ficam sujeitas à mesma obriga à as partes que, por instrumento particular, celebrarem os atos relativos a imóveis.

§ 2.º - Nas escrituras lavradas em decorrência de autorização judicial serão mencionados, por certidão em breve relatório, com todas as minúcias que permitam identificá-los, os respectivos alvarás.

CAPÍTULO VI

Da Matrícula

Artigo 224 - Todo imóvel objeto de título apresentado em cartório para registro deve estar matriculado no livro n.º 2 de Registro Geral, obedecidas às normas estabelecidas no art. 173.

Artigo 225 - A matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser lançado na vigência do, presente lei mediante os elementos constantes do título apresentado e do registro anterior no mesmo mencionado, preenchidos os requisitos do art. 227.

§ 1.º - Se o registro anterior foi efetuado em outro cartório, a matrícula será aberta com os elementos que constarem do título apresentado e de certidão atualizada do mencionado registro e da inexistência de ônus, caso em que a certidão ficará arquivada em cartório.

§ 2.º - Na matrícula aberta será lançado, na mesma ocasião, o primeiro registro, com os elementos que constarem do título apresentado.

§ 3.º - Pela matrícula só se cobrarão custas nos casos previstas nos artigos 226 e 231.

Artigo 226 - Se o imóvel não estiver matriculado no Registro de Imóveis e lançado em nome do outorgante, far-se-á a matrícula pelo primeiro título que, na seqüência cronológica dos títulos de domínio, estiver registrado, qualquer que seja a sua natureza. Na matrícula assim formalizada, mão lançados a registro todos os títulos posteriores, até o registro do título apresentado.

Parágrafo único - Se o imóvel estiver matriculado, mas da matrícula não constar lançamento em nome do outorgante, far-se-á na matrícula o registro pelo primeiro título que, na seqüência cronológica dos títulos de domínio, estiver registrado e registro de todos os títulos posteriores, até o lançamento do título apresentado.

Artigo 227 - São requisitos da matrícula:

1.º) o número de ordem;

2.º) a data;

3.º) a identificação do imóvel, feita mediante indicação de suas características e confrontações, localização e denominação, se rural ou logradouro e número, se urbano;

4) nome, domicílio, nacionalidade, profissão e estado civil do proprietário, bem como o seu número do Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de identidade ou, à falta deles, a sua filiação;

5.º) número do registro anterior.

Artigo 228 - Para efeito do disposto no artigo anterior, os tabeliães, escrivães e juizes farão com que, nas escrituras e, nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, as confrontações e a localizam dos Imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se este fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou de esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário.

§ 1.º - As mesmas minúcias com relação à caracterização do Imóvel devem constar dos instrumentos particulares apresentados em cartório para registro.

§ 2º - Consideram-se Irregulares para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do Imóvel não coincida com a que consta do registro anterior,

Artigo 229 - Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

Artigo 230 - Além dos casos de cancelamento previstos nesta lei, será a matrícula encerrada na hipótese prevista no artigo seguinte ou quando, em virtude de alienações parciais, for o imóvel transferido inteiramente, a outros proprietários.

Artigo 231 - Quando dois ou mais imóveis contíguos, pertencentes ao mesmo proprietário constarem em matrículas autônomas, o proprietário pode requerer a fusão delas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.

Artigo 232 - No registro de transferência parcial do imóvel, em virtude de desmembramento ou de loteamento, haverá nova matrícula para a parte desmembrada permanecendo o remanescente na matrícula original, onde também se averbará a ocorrência.

Artigo 233 - No caso do imóvel matriculado passar à subordinação de outro cartório, as anotações e averbações continuarão a ser feitas na matrícula já existente, até que outra se abra no cartório da nova circunscrição, quando do primeiro registro, nos termos do artigo 226.

§ 1.º - Para a abertura da nova matrícula, será apresentada certidão atualizada da matrícula anterior e dos registros e averbações dela constantes a fim de serem reproduzidos no novo lançamento.

§ 2.º - Feita a nova matrícula, o oficial dará ciência imediata do fato ao cartório da matrícula anterior, o qual fará o devido encerramento.

CAPÍTULO VII

Do Registro

Artigo 234 - Os registros atribuídos ao livro n.º 2 de Registro Geral serão lançados nas matrículas dos imóveis, feitas de acordo com o disposto no capítulo VI.

Artigo 235 - Estarão sujeitos a registro no livro n.º 2 todos os títulos ou atos relacionados no artigo 168, inciso I e não atribuídos especificamente a outros livros.

Parágrafo único - Em qualquer caso, não poderá ser feito o registro, sem que o imóvel tenha sido matriculado, ou, quando matriculado, o título anterior, seja qual for a sua natureza, não esteja registrado na respectiva matrícula, mantendo-se, assim, a continuidade do registro.

Artigo 236 - O registro do título de domínio direto aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa, e será feito no livro n.º 2.

Artigo 237 - São requisitos do registro no livro 2:

1.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade e domicílio do transmitente ou do devedor, bem como seu número do Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de identidade ou, à falta deles, a sua filiação

2.º) o nome, estado civil, profissão, nacionalidade e domicílio do adquirente ou do credor, bem como seu número de Cadastro Individual do Contribuinte ou da cédula de Identidade ou, à falta deles, a sua filiação;

3.º) o título da transmissão ou do ônus;

4.º) a forma do título, sua procedência e caracterização;

5.º) o valor do contrato, da coisa ou da dívida, prazo desta, condições e mais especificações, inclusive os juros que houver.

Parágrafo único - Serão considerados irregulares para efeito de registro, na matrícula do imóvel no livro 2, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a descrita na respectiva matrícula.

Artigo 238 - A inscrição da anticrese no livro 2 declarará, também o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.

Artigo 239 - O contrato de locação, com cláusula expressa de vigência, no caso de alienação do imóvel, registrado no livro n.º 2, consignará, além dos requisitos enumerados no artigo 237, o valor do contrato, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento e a pena convencional,

Artigo 240 - As inscrições das hipotecas e anticreses que abonarem, especialmente, empréstimos sob debêntures feitos, nos cartórios da situação dos imóveis, nos termos da legislação em vigor, serão provisórios, para ratificação dentro de seis (6) meses a requerimento da sociedade ou de qualquer credor e deverão conter, além dos requisitos enumerados no art. 242, mais os seguintes:

1.º) valor do crédito e do imóvel, ou sua estimativa por acordo entre as partes;

2.º) juros, penas e demais condições necessárias.

Artigo 241 - A inscrição da hipoteca convencional valerá pelo prazo de trinta (30) anos. findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.

Parágrafo único - Quando o imóvel pertencer a terceiro que o tenha hipotecado em garantia de dívida alheia, serão, também, registrados o seu nome, estado civil nacionalidade, profissão e

domicílio.

Artigo 242 - A Inscrição das emissões de debêntures, a ser feito no livro n.º 4, sem prejuízo do disposto no art. 240, será feito com os seguintes requisitos:

1.º) número de ordem;

2.º) data;

3.º) nome, objeto e sede da sociedade;

4.º) data da publicação de seu estatuto no órgão oficial, bem como das alterações que tiver sofrido;

5.º) data da publicação oficial da ata da assembléia geral que resolveu a emissão e lhe fixou as condições, precisando-se os jornais em que essa publicação foi feita;

6.º) importe dos préstimos anteriormente emitidos pela sociedade;

7.º) o número e valor nominal das obrigações cuja emissão se pretende, com o juro correspondente a cada uma, assim como a época e as condições da amortização, ou do resgate, e do pagamento dos juros;

8.º) Em se tratando de debêntures conversíveis em ações, Serão consignados, além dos requisitos acima, os prazos para o exercício do direito à conversão e as bases dela, relativamente ao número de ações a serem emitidas por debêntures, ou entre o valor do principal destas e das ações em que forem convertidas (Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, art. 44).

Artigo 243 - As escrituras antenupciais serão registradas; no livro n.º 3 de cartório do domicílio conjugal, nos termos do art. 174, § 1.º, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal ou dos que forem sendo adquiridos; e sujeitos a regime de bens diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

Parágrafo único - Sempre que possível, será feita essa averbação nos casos de casamento, em que o regime de bens for determinado por lei, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência,

Artigo 244 - As inscrições das penhores, arrestos, e seqüestros de Imóveis serão feitos à vista da certidão do escrivão, da qual constem, além dos requisitos; a que se referem os artigos 227 e 240, os nomes e a categoria do Juiz, do depositária, das partes e a natureza do processo.

Parágrafo único - A certidão será lavrada pelo escrivão, com a declaração do fim especial a que se destina, após a entrega do mandado devidamente cumprido em cartório.

Artigo 245 - A inscrição da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

CAPÍTULO VIII

Da Averbação e do Cancelamento

Artigo 246 - As averbações no livro n.º 2 serão escrituradas de acordo com as normas estabelecidas no artigo 173. Nos demais casos as averbações serão, lançadas na coluna a tal fim destinada.

Artigo 247 - As averbações abrangerão, além dos casos expressamente indicados no inciso III do artigo 168, as sub-rogações e outras ocorrências que por qualquer modo alterem a matrícula ou os registros em relação aos imóveis e às pessoas que neles figurarem, inclusive a prorrogação do prazo da hipoteca.

Artigo 248 - A averbação da circunstância a que se refere o inciso III, alínea e, do artigo 168, será feita a requerimento do interessado, com a firma reconhecida, instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente. A alteração do nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do registro civil.

Artigo 249 - O cancelamento efetuar-se-á mediante averbação datada e assinada pelo oficial ou seus substitutos legais e declarará a razão do cancelamento e o título em virtude do qual foi ele feito.

Artigo 250 - o cancelamento poderá ser total ou parcial e referir-se a qualquer dos atos do registro, sendo promovido pelos interessados, mediante sentença definitiva ou documento hábil, ou, ainda, a requerimento unânime das partes que convierem no ato registrado, se capazes e conhecidas do oficial.

Artigo 251 - o cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.

Artigo 252 - O dono do prédio, serviente terá, nos termos da lei, direito a cancelar a servidão.

Artigo 253 - O foreiro, poderá, nos termos da lei, averbar a renúncia de seu direito, sem dependência do consentimento do senhorio direto.

Artigo 254 - O cancelamento da hipoteca só pode ser feito:

- a) à vista de quitação outorgada pelo credor em instrumento público;
- b) mediante autorização escrita do credor, com firma reconhecida;
- c) em razão de processo administrativo, ou contencioso, em que o credor tenha sido intimado (Código de Processo Civil, art. 698);
- d) na conformidade do disposto no art. 24 do Dec. lei n.º 70, de 21 de novembro de 1966 (Cédulas Hipotecárias).

Parágrafo único - Excetuadas as hipóteses aqui previstas, a hipoteca continuará gravando o Imóvel, ainda quando registrada em nome do adquirente.

Artigo 255 - O registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais, ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

Parágrafo único - Aos terceiros prejudicados é lícito, em juízo, fazer prova da extinção dos ônus reais e promover o cancelamento do seu registro.

Artigo 256 - O cancelamento não pode ser feito em virtude de sentença ainda sujeita a recurso.

Artigo 257 - Se, cancelado o registro, subsistirem o título e os direitos dele decorrentes, poderá o credor promover novo registro, o qual só produzirá efeitos a partir da nova data.

Artigo 258 - Na matrícula da propriedade que for loteada será averbado registro feito no livro n.º 2, assim que efetuado, com a indicação do número de quadras e lotes e com a descrição da área remanescente.

Artigo 259 - A inscrição da incorporação no livro n.º 7 ou do loteamento no livro n.º 8 só será cancelado:

- a) em cumprimento de sentença;
- b) a requerimento do incorporador ou do loteante, enquanto nenhuma unidade ou lote for objeto de transação devidamente averbada, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou cessionários, expresso em documento por eles assinado, ou por procuradores com poderes especiais;
- c) por mandado judicial.

Artigo 260 - As averbações relativas a incorporação ou loteamento serão canceladas:

- a) a requerimento das partes contratantes;
- b) Pela rescisão do contrato;
- c) pela abertura de matrícula da unidade autônoma ou do lote;
- d) Por mandado judicial.

CAPÍTULO IX

Do Bem de Família

Artigo 261 - A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida

Artigo 262 - Para a inscrição do bem de família, o instituidor apresentará ao oficial do registro a escritura pública de instituição, para que mande publicá-la na imprensa local e, à falta, ria da Capital do Estado ou do Território.

Artigo 263 - Se não ocorrer razão para dúvida, o oficial fará a publicação em forma de edital, do qual constará:

I - O resumo da escritura, nome, naturalidade e profissão do instituidor, data do instrumento e nome do tabelião que o fez, situação e características do prédio;

II - o aviso de que, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro em trinta (30) dias, contados da data da publicação, reclamar contra a Instituição, por escrito e perante o oficial.

Artigo 264 - Findo o prazo do n.º 11 do artigo anterior, sem que tenha, havido reclamação, o oficial transcreverá a escritura, integralmente, no livro n.º 3 e fará a inscrição na competente matrícula, arquivando um exemplar do jornal em que a publicação houver sido feita e restituindo o instrumento ao apresentante, com a nota da inscrição.

Artigo 265 - Se for apresentada reclamação dela fornecerá o oficial, ao instituidor, cópia autêntica e lhe restituirá a escritura, com a declaração, de haver sido suspenso o registro, cancelando a prenotação.

§ 1.º - O instituidor poderá requerer ao juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação.

§ 2.º - Se o juiz determinar que se proceda ao registro, ressalvará ao reclamante o direito de recorrer à ação competente para anular a instituição ou de fazer execução sobre o prédio Instituído, ria hipótese de tratar-se de dívida anterior e cuja solução se tomou inexequível em virtude do ato da instituição.

§ 3.º - O despacho do juiz será irrecorrível e, se deferir o pedido será transcrito integralmente, juntamente com o instrumento.

Art. 266 - Quando o bem de família for Instituído juntamente com transmissão da propriedade (Decreto-lei n.º 3.200, de 14-4-1941, art. 8.º, § 5.º), inscrição far-se-á imediatamente após o registro da transmissão ou, se for o caso, com a matrícula.

CAPITULO X

Da Remição do Imóvel Hipotecado

Artigo 267 - Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários, propondo, para a remição, no mínimo, o preço por que adquiriu o imóvel,

Artigo 268 - Se o credor, citado, não se opuser à remição, ou não comparecer, lavrar-se-á termo de pagamento e quitação e o juiz ordenará, por sentença, o cancelamento da hipoteca.

Parágrafo único. - No caso de revelia, consignar-se-á o preço à custa do credor.

Artigo 269 - Se o credor, citado comparecer e impugnar o preço oferecido, o juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários, os fiadores e o próprio adquirente, autorizando a venda judicial a quem oferecer maior preço.

§ 1.º - Na licitação, será preferido, em igualdade de condições, o lance do adquirente.

§ 2.º - Na falta de arrematante, o valor será o proposto pelo adquirente.

Artigo 270 - Arrematado o imóvel e depositado, dentro de quarenta e oito (48) horas, o respectivo preço, o juiz mandará cancelar a hipoteca, subrogando-se no produto da venda os diretos; do credor hipotecário.

Artigo 271 - Se o credor de segunda hipoteca embora não vencida a dívida, requerer a remição, juntará o título e certidão da inscrição da anterior e depositará a importância devida ao primeiro credor, pedindo a citação deste para levantar o depósito e a do devedor para dentro do prazo de cinco (5), dias remir a hipoteca, sob pena de ficar o requerente sub-rogado nos direitos creditórios, sem prejuízo dos que lhe couberem em virtude da segunda hipoteca.

Artigo 272 - Se o devedor não comparecer ou não remir a hipoteca, os autos serão conclusos ao juiz para julgar por sentença a remição pedida pelo segundo credor.

Artigo 273 - Se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o credor para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo autor.

Artigo 274 - Se o primeiro credor estiver promovendo a execução da hipoteca, a remição, que abrangerá a importância das custas e despesas realizadas, não se efetuará antes da primeira praça, nem depois de assinado o auto de arrematação.

Artigo 275 - Na remição de hipoteca legal em que haja interesse de incapaz intervirá o Ministério Público.

Artigo 276 - Das sentenças que julgarem o pedido de remição caberá recurso de apelação com ambos os efeitos.

Artigo 277 - Não é necessária a remição quando o credor assinar, com vendedor, escritura de venda do imóvel gravado.

CAPITULO XI

Do Registro Torrens

Artigo 278 - Requerida a inscrição de imóvel rural no registro Torrens, o oficial protocolará, e autuará o requerimento e documentas que o instruírem. e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado.

Artigo 279 - O requerimento será instruído com:

I - as documentos comprobatórios do domínio do requerente;

II - a prova de quaisquer atos que modifiquem ou limitem a sua propriedade;

III - o memorial de que constem os encargos do imóvel os nomes dos ocupantes, confrontantes, quaisquer interessadas, e a indicação das respectivas residências;

IV - a planta de imóvel, cuja escala poderá variar entre os limites: 1:500m (1/500) e 1:5.000m (1/5.000).

§1.º - O levantamento da planta obedecerá às seguintes regras:

I- empregar-se-á goniômetros ou outros instrumentos de maior Precisão;

II - a planta será orientada segundo o mediano do lugar, determinada a declinação magnética;

III - fixação das pontes de referência necessárias a verificações ulteriores e de marcos especiais, ligados a pontos certos e estáveis nas sedes das propriedades, de maneira que a planta possa incorporar-se à carta geral cadastral.

2.º - As plantas serão anexadas o memorial e as cadernetas das operações de campo,

autenticadas pelo agrimensor.

Artigo 280 - O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real não será admitido a registro sem consentimento expresso do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.

Artigo 281 - Se o oficial considerar irregular o pedido ou a documentação, poderá conceder o prazo de trinta (30) dias para que o interessado os regularize. Se o requerente não estiver de acordo com a exigência do oficial, este suscitará, dúvida.

Artigo 282 - Se o oficial considerar em termos o pedido, remetê-lo-á a juízo para ser despachado.

Artigo 283 - O juiz, distribuído o pedido a um das cartórios judiciais se entender que os documentos justificam a propriedade do requerente, mandará expedir edital que será afixado no lugar de costume e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e três (3) vezes na imprensa local, se houver, marcando prazo não menor de dois (2) meses, nem maior de quatro (4) meses para que se ofereça oposição.

Artigo 284 - O juiz ordenará, de ofício ou a requerimento da parte, que, à custa do peticionário, se notifiquem do requerimento as pessoas nele indicadas.

Artigo 285 - Em qualquer hipótese será ouvido o órgão do Ministério Público, que poderá impugnar o registro por falta de prova completa do domínio ou preterição de outra formalidade legal.

Artigo 286 - Feita a Publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá contestar o Pedido no Prazo de quinze (15) dias.

§ 1.º - A contestação mencionará o nome e a residência do réu, fará a descrição exata do imóvel e indicará os direitos reclamados e os títulos em que se fundarem.

§ 2.º - Se não houver contestação, e se o Ministério Público não impugnar o pedido, o juiz ordenará que se inscreva o imóvel, que ficará, assim, submetido aos efeitos do registro Torrens.

Artigo 287 - Se houver contestação ou impugnação, o procedimento será ordinário, cancelando-se, mediante mandado, a prenotação.

Artigo 288 - Da sentença que deferir, ou não, o pedido, cabe o recurso de apelação, com ambos os efeitos.

Artigo 289 - Transitada em julgado a sentença que deferir o pedido, o oficial inscreverá, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do registro Torrens, arquivando em cartório a documentação autuada.

TÍTULO VI

Do Registro da Propriedade Literária, Científica e Artística

Artigo 290 - O registro da propriedade literária, científica e artística será feito na Biblioteca Nacional, na, Escola Nacional de Música, na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Instituto Nacional de Cinema conforme a natureza da Produção, para segurança do direito do proprietário.

Artigo 291 - Quando a produção for de caráter misto, será registrada no estabelecimento mais compatível com a natureza predominante da mesma produção, podendo o interessado registrá-la em todos os estabelecimentos com os quais tiver relação.

Artigo 292 - As obras literárias e científicas, cartas geográficas e quaisquer outros escritos, inclusive composições teatrais, serão registradas na Biblioteca, Nacional; as composições musicais, na Escola Nacional de Música, e as obras de caráter artístico, inclusive fotografias, na Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro; as obras cinematográficas, no Instituto Nacional do Cinema,

Artigo 293 - Para obter o registro, o autor ou proprietário, nos termos da lei civil, da obra original ou traduzida, divulgada por tipografia, litografia, gravura, modelagem ou qualquer outro sistema de reprodução, deverá require-lo, por si ou por procurador, ao diretor do estabelecimento que competir e, aí, depositará dois exemplares em perfeito estado de conservação.

§1.º - As composições teatrais poderão ser registradas mediante duas cópias datilografadas, rubricadas pelo autor.

§ 2.º - As obras de pintura, arquitetura, desenho, planos, gravuras, esboços ou de outra natureza mediante dois exemplares das respectivas fotografias, perfeitamente nítidas, conferidas com o original, com as dimensões mínimas de 0,18 m x 0,24 m.

§ 3.º - As obras cinematográficas serão registradas mediante termo lavrado no Livro correspondente, na forma do artigo 297, e depósito de dois exemplares das películas no Instituto Nacional do Cinema.

Artigo 294 - A cada obra a ser registrada deverá corresponder um requerimento, no qual se fará

declaração expressa da nacionalidade e do domicílio do autor, da nacionalidade e do domicílio do proprietário atual no caso de ter havido transferência de direitos, do título da obra, do lugar e do tempo da publicação, do sistema de reprodução que houver sido empregado e de todos os característicos que à mesma obra forem essenciais de modo a ser possível distingui-la, em todo o tempo, de qualquer outra congênere.

Parágrafo único - Qualquer dos colaboradores da obra feita em comum poderá requerer o registro.

Artigo 295 - O diretor do estabelecimento em que tiver de se efetuar o registro poderá exigir, quando julgar necessário, prova da nacionalidade e do domicílio do autor ou do proprietário, bem como a do tempo da publicação.

Artigo 296 - No caso de permissão para ser traduzida ou reduzida a compêndio, alguma obra não entregue ao domínio comum, assim como no de contrato de edição ou no de cessão e sucessão, é indispensável que se faça a respectiva prova,

Artigo 297 - Haverá para o registro, em cada um dos estabelecimentos, um livro especial que será aberto e encerrado pelo diretor e no qual será lavrado, em relação a cada obra, um termo diferente, que conterá um número de ordem e todos os esclarecimentos necessários e que será assinado pelo secretário.

Artigo 298 - Um dos exemplares depositados será arquivado na secretaria, devidamente acondicionado, e o outro será destinado às coleções do estabelecimento, sendo lançados, em ambos, o número de ordem e a data do registro e aplicado um carimbo com o nome do estabelecimento e as palavras <<Direitos do autor>>.

Artigo 299 - A certidão do registro, assinada pelo secretário e autenticada pelo diretor, conterá a transcrição integral do termo, com o número de ordem e do livro em que o registro foi feito.

Parágrafo único - A certidão do registro induz, salvo prova em contrário, a propriedade da obra.

Artigo 300 - Se duas ou mais pessoas requererem simultaneamente o registro de uma mesma obra, ou de obras que se pareçam idênticas ou sobre cuja autoria se tenha suscitado discussão ou controvérsia, não se fará o registro antes que seja resolvido, por acordo das partes ou no juízo competente, a quem cabem os direitos do autor.

Artigo 301 - Proceder-se-á do mesmo modo quando, depois de efetuado o registro de uma obra, for ele novamente requerido em nome de outra pessoa, caso em que, sendo decidido que os direitos cabem ao último requerente, as lavrará novo termo de registro, fazendo-se o cancelamento do anterior.

Artigo 302 - A margem dos termos de registro serão averbadas as cessões, transferências, contratos de edição e mais atos que disserem respeito à propriedade, que os interessados queiram tornar conhecidos de terceiros.

Artigo 303 - A relação das obras registradas será publicada mensalmente no Diário Oficial.

Artigo 304 - Da decisão do diretor, admitindo ou negando registro, haverá recurso, para o Ministro de Estado a que estiver subordinado o estabelecimento, sem prejuízo da ação judicial para registro, cancelamento ou averbação.

Parágrafo Único - O diretor do estabelecimento poderá, ouvir previamente o parecer da congregação, bem como do Conselho Nacional do Direito Autoral.

TÍTULO VII

Das Disposições Final e Transitórias

Artigo 305 - No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

Artigo 306 - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária, financiada pelo Banco Nacional da Habitação, serão reduzidos em 50%.

§ 1.º - A transcrição, inscrição e averbações relativas à aquisição de casa própria em que for parte Cooperativa Habitacional serão considerados, para o efeito do cálculo de emolumentos, um ato apenas, não podendo exceder a sua cobrança o limite corresponde a 40% (quarenta por cento) do salário-mínimo regional.

§ 2.º - Os emolumentos e custas devidos pelos atos de aquisição de Imóveis pelas Cooperativas Habitacionais (COHABS) e os de averbação de construção estarão sujeitos às limitações seguintes:

- a) imóvel de até 60m² de área construída: 10% (dez por cento) do salário-mínimo;
- b) de mais de 60m² e até 70m² de área construída: 15% (quinze por cento) do salário-mínimo;
- c) de mais de 70m² e até 80m² de área construída: 20% (vinte por cento) do salário-mínimo.

§ 3.º - Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal.

Artigo 307 - Nos casos de incorporação de bens imóveis do patrimônio público, para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações da administração indireta ou para a formação do patrimônio de empresa pública, o oficial do respectiva, registro de imóveis fará o novo registro em nome da entidade a que os mesmos forem incorporados ou transferidos, valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confrontações constantes do anterior.

§ 1.º - Servirá como título hábil para o novo registro o instrumento pelo qual a incorporação ou transferência se verificou, em cópia autêntica, ou exemplar do órgão oficial no qual foi aquele publicado.

§ 2.º - Na hipótese de não coincidência das características do imóvel com as constantes do registro existente, deverá a entidade ao qual foi o mesmo Incorporado ou transferido promover a respectiva correção mediante termo aditivo ao instrumento de incorporação ou transferência e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações, sua descrição e caracterização.

§ 3.º - Para fim do registro de que trata o presente artigo, considerar-se-á, como valor de transferência dos bens o constante do instrumento a que alude o § 1.º.

Artigo 308 - O encerramento dos livros em uso, antes da vigência da presente lei, não exclui a validade dos atos neles registrados, nem impede que, neles, se façam as averbações e anotações posteriores.

Parágrafo único - Se a averbação ou anotação deve ser feita no Livro n.º 2 do Registro de Imóveis, pela presente lei, e não houver espaço nos anteriores livros de Transcrição das Transmissões, será aberta a matrícula do imóvel, nos termos do artigo 235, parágrafo único, desta lei.

Artigo 309 - Aplicam-se aos registros referidos no artigo 1.º, § 1.º incisos I, II e III desta lei as disposições relativas ao processo de dúvida no registro de imóveis.

Artigo 310 - Esta lei entrará em vigor em todo o território Nacional no dia 1.º de Julho de 1974, revogada a Lei n.º 4.827, de 7-3-1924 e os Decretos n.ºs 4.857, de 9-11-1939 5.318, de 29-2-1940 e 5.553, de 6-5-1940 e o Decreto-lei n.º 1.000, de 21-10-1969. Nesse dia lavrarão os oficiais termo de encerramento nos livros e dele remeterão cópia ao juiz a que estiverem subordinados, podendo ser aproveitados os livros antigos, até o seu esgotamento, mediante autorização judicial e adaptação aos novos modelos, sem prejuízo do comprimento Integral das disposições desta lei, iniciando-se nova numeração.

Brasília, 31 de dezembro de 1973; 152.º da independência e 85.º da República,

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 1 - Protocolo

REGISTRO DE IMÓVEIS PROTOCOLO				
Livro n.º 1			Ano:	
N.º de ORDEM	DATA	Nome do Apresentante	Qualidade Do Título	ANOTAÇÕES E AVERBAÇÕES

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
 Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 2 - Registro Geral

REGISTRO DE IMÓVEIS Fl.	
REGISTRO GERAL	
Livro n.º 2	Ano:
Matrícula n.º	

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
 Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 3 – Auxiliar

REGISTRO DE IMÓVEIS LIVRO AUXILIAR				
Livro n.º 3			Ano:	
N.º de ORDEM	DATA	REGISTRO	Ref. Aos demais Livros	AVERBAÇÕES

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
 Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 4 - Registros Diversos

REGISTRO DE IMÓVEIS REGISTROS DIVERSOS			
Livro n.º 4			Ano:
N.º de ORDEM	DATA	REGISTRO	AVERBAÇÕES

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
 Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 5 - Indicador Real

REGISTRO DE IMÓVEIS INDICADOR REAL			
Livro n.º 5		Ano:	
N.º de ORDEM	Identificação do Imóvel	Referência aos demais livros	ANOTAÇÕES

Dimensões máximas: Altura: 0,55m
 Largura: 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 6 - Indicador Pessoal

REGISTRO DE IMÓVEIS INDICADOR PESSOAL			
Livro n.º 6		Ano:	
N.º de ORDEM	PESSOAS	Referência aos demais livros	ANOTAÇÕES

Dimensões máximas: Altura: 0,55m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 7 - Registro de Incorporações

REGISTRO DE IMÓVEIS INCORPORAÇÕES		
Livro n.º 7		Ano:
N.º de ORDEM	DATA	REGISTRO DE AVERBAÇÕES

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
Largura : 0,40m

REGISTRO DE IMÓVEIS - Modelo do Livro n.º 8 - Loteamentos

REGISTRO DE IMÓVEIS LOTEAMENTOS		
Livro n.º 8		Ano:
N.º de ORDEM	DATA	REGISTRO DE AVERBAÇÕES

Dimensões máximas: Altura : 0,55m
Largura : 0,40m

LEI N.º 6.014 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 1973

Adapta ao novo Código de Processo Civil as leis que menciona

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º, o artigo 16 e seus parágrafos e o artigo 22 do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo 2.º

.....

§ 1.º - Decorridos 30 dias da última publicação, e não havendo Impugnação de terceiros, o oficial procederá ao registro se os documentos estiverem em ordem. Caso contrário os autos serão desde logo conclusos ao Juiz competente para conhecer da dúvida ou impugnação, publicada a sentença em cartório pelo oficial, que dela dará ciência aos interessados.

§ 2.º - Da sentença que negar ou conceder o registro caberá apelação. D

<<Artigo 16 - Recusando-se os compromitentes a outorgar a escritura definitiva no caso do artigo 15, o compromissário poderá propor, para o cumprimento da obrigação, ação de

adjudicação compulsória, que tomará o rito sumaríssimo.

§ 1.º - A ação não será acolhida se a parte, que a intentou não cumprir a sua prestação nem a oferecer nos casos e formas legais.

§ 2.º - Julgada procedente a ação a sentença, uma vez transitada em julgado, adjudicará o imóvel ao compromissário, valendo como título para a transcrição.

§ 3.º - Das sentenças proferidas nos casos deste artigo, caberá apelação. >>

<<Artigo 22 - Os contratos, sem cláusula de arrependimento, de compromisso de compra e venda e cessão de direitos de imóveis não loteados, cujo preço tenha sido pago no ato de sua constituição ou deva sê-lo em uma ou mais prestações, desde que inscritos a qualquer tempo, atribuem aos compromissários direito real oponível a terceiros, e lhes; conferem o direito de adjudicação compulsória nos termos dos artigos 16 desta lei, 640 e 641 do Código de Processo Civil.

Artigo 2.º - O Poder Executivo baixará decreto adaptando às disposições desta lei os artigos 2.º e 16, do Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938.

Artigo 3.º - Os artigos 12 e 13 da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo 12 - Da sentença, negando ou concedendo o mandado cabe apelação.

Parágrafo único - A sentença fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

Artigo 13 - Quando o mandado for concedido e o Presidente do Tribunal, ao qual competir o conhecimento do recurso, ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, desse seu ato caberá agravo para o Tribunal a que presida.>>

Artigo 4.º - Os artigos 5.º, § 8.º, 9.º <<caput>>, 14, 16, 18 e 19 §§ 1.º, 2.º e 3.º da Lei n.º 5.478, de 25 de julho de 1968, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo

5.º

§ 8.º - A citação do réu, mesmo no caso dos artigos 200 e 201 do Código de Processo Civil, far-se-á na forma do § 2.º do artigo 5.º desta lei .>>

<<Artigo 9.º - Aberta a audiência, lida a petição, ou o termo, e a resposta, se houver, ou dispensada a leitura, o juiz ouvirá as partes litigantes e o representante do Ministério Público, propondo conciliação.>>

<<Artigo 14 - Da sentença caberá apelação no efeito devolutivo.>>

<<Artigo 16 - Na execução da sentença ou do acordo nas ações de alimentos será observado o disposto no artigo 734 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil.>>

<<Artigo 18 - Se, ainda assim, não for possível a satisfação do débito, poderá o credor requerer a execução da sentença na forma dos artigos 132, 733 e 735 do Código de Processo Civil.>>

<<Artigo

19

§ 1.º - O cumprimento integral da pena de prisão, não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias, vencidas ou vencidas e não pagas.

§ 2.º - Da decisão que decretar a prisão do devedor, caberá agravo de instrumento.

§ 3.º - A interposição do agravo não suspende a execução da ordem de prisão. >>

Artigo 5.º - O § 2.º do artigo 11, o § 3.º do artigo 18, o artigo 19 e seu parágrafo único, o § 4.º do artigo 56, o § 4.º do artigo 69, o § 4.º do artigo 77 o § 2.º do artigo 79, o <<caput>> do artigo 97 e seu § 1.º, o § 3.º do artigo 98, o parágrafo único do artigo 99, o § 2.º do artigo 132, o § 4.º do artigo 137, o § 3.º do artigo 155 e o <<caput>> do artigo 207 do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, revogado o parágrafo 5.º do artigo 18, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo

11

§ 2.º - Citado, poderá o devedor, dentro do prazo para defesa, depositar a quantia correspondente ao crédito reclamado, para discussão da sua legitimidade ou importância, elidindo a falência,

Feito o depósito, a falência não pode ser declarada, e se for verificada a improcedência das alegações do devedor, o juiz ordenará, em favor do requerente da falência, o levantamento da quantia depositada, ou da que tiver reconhecido como legitimamente devida.

Da sentença cabe apelação.>>

<<Artigo

18

§ 3.º - Da Sentença cabe apelação.>>

<<Artigo, 19 - Cabe apelação da sentença que não declarar a falência.

Parágrafo único - A sentença que não declarar a falência não terá autoridade de coisa julgada.>>

<<Artigo

56

§ 4.º - Da decisão que ordenar ou indeferir liminarmente o seqüestro, cabe agravo de instrumento.>>

<<Artigo

69

§ 4.º - Da sentença cabe apelação.>>

<<Artigo

11

§ 4.º - Da sentença podem apelar o reclamante, o falido, o síndico e qualquer credor, ainda que não contestante, contando-se o prazo da data da mesma sentença.>>

<<Artigo

79

§ 2.º - Da sentença que julgar os embargos, cabe apelação, que pode ser interposta pelo embargante, pelo falido, pelo síndico ou por qualquer Credor, ainda que não contestante.>>

<<Artigo 97 - Da sentença do juiz, na verificação do crédito, cabe apelação ao prejudicado, ao síndico, ao falido e a qualquer credor, ainda que não tenha sido impugnante.

§ 1.º - A apelação, que não terá efeito suspensivo, pode ser interposta até quinze dias daquele em que for publicado o quadro geral dos credores, e será processada nos autos da impugnação.>>

<<Artigo

98

§ 3.º - Com o parecer do representante do Ministério Público, os autos serão conclusos ao juiz para os fins previstos no artigo 92, cabendo, da sentença que julgar o crédito, recurso de apelação, que não terá efeito suspensivo. >>

<<Artigo

99

Parágrafo único - Esse pedido obedecerá ao processo ordinário, cabendo da sentença o recurso de apelação.>>

<<Artigo

132

§ 2.º - A sentença de encerramento será publicada por edital e dela caberá apelação.>>

<<Artigo

137

§ 4.º - Da sentença cabe apelação.>>

<<Artigo

155

§ 3.º - Da sentença que julgar cumprida a concordata podem apelar os Interessados que hajam reclamado. Da sentença que a julgar não cumprida pode o concordatário agravar de Instrumento.>>

<<Artigo 207 - O processo e os prazos da apelação e do agravo de Instrumento são os do

Código de Processo Civil.>>

<<Artigo 6.º - O § 3.º do artigo 4.º da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, com a redação dada pela Lei n.º 5.145, de 20 de outubro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo

4.º

§ 3.º - Esta decisão estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal.>>

Artigo 7.º - O § 4.º do artigo 6.º e o art. 33 da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo

6.º

§ 4.º - Em seguida serão os autos conclusos ao juiz que decidirá, no prazo de trinta dias, cabendo de sua decisão dentro de quinze dias, apelação para o Tribunal Federal de Recursos.>>

<<Artigo 33 - Da sentença que concluir pelo cancelamento da naturalização caberá apelação, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Federal de Recursos no prazo de quinze dias, contados da audiência em que se tiver realizado a leitura, independente de notificação >>

<<Parágrafo único - Será, também, de quinze dias, e nas mesmas condições, o prazo para o Ministério Público Federal apelar da sentença absolutória.>>

Artigo 8.º - O parágrafo único do art. 27, da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo

27

Parágrafo único - Da sentença caberá apelação, que será recebida somente no efeito devolutivo.>>

Artigo 9.º - O art. 17 da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo 17 - Caberá apelação das decisões proferidas em consequência da aplicação desta lei; a apelação será recebida somente no efeito devolutivo quando a sentença conceder o pedido.>>

Artigo 10 - Os arts. 52 e 57 da Lei n.º 4.137, de 10 de setembro de 1962, passam a ter, a seguinte redação.

<<Artigo 52 - Da sentença que indeferir a intervenção caberá dentro de quinze dias apelação para o Tribunal Federal de Recursos.>>

<<Artigo 57 - A sentença que acolhe os embargos está sujeita ao duplo grau de jurisdição.>>

Artigo 11 - O parágrafo 5.º e as letras <<d>> e <<e>> do parágrafo 6.º do art. 15 da Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967, modificada pelo Decreto-lei n.º 893, de 26 de setembro de 1969, passam a ter a seguinte redação:

<<Artigo

15

§ 5.º - Das sentenças finais nas ações de acidentes do trabalho somente caberá apelação, que terá preferência no julgamento pelos Tribunais, ficando o julgado sujeito ao duplo grau de jurisdição e não produzindo efeito senão depois de confirmado pelo Tribunal, sempre que for vencida a Previdência Social.

<<Artigo

6.º

d) de quinze dias, contados da leitura da sentença, para a Interposição de apelação;

e) de quarenta e oito horas, contadas da resposta do apelado, para a remessa dos autos ao Tribunal.>>

Artigo 12 - O procedimento nas ações fundadas no Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, é ordinário, aplicando-se as normas do Código de Processo civil.

Artigo 13 - O art. 3.º e a alínea <<e>> do art., 8.º do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, passam a vigorar com a seguinte redação:

<<Artigo 3.º - O direito assegurado aos locatários pela presente lei poderá ser exercido pelos seus cessionários ou sucessores.

§ 1.º - Quando o locatário fizer parte de sociedade comercial, a que pertencer o fundo de

comércio instalado no imóvel, a ação renovatória caberá ao locatário ou à sociedade.

§ 2.º - Dissolvida a sociedade comercial por morte de um dos sócios, proceder-se-á à liquidação para apurar os haveres do morto, ficando o sócio sobrevivente sub-rogado, de pleno direito, nos benefícios da lei, desde que continue na mesma atividade empresária.

§ 3.º - O sublocatário do imóvel, ou de parte dele, que exercer a ação de renovação citará o sublocador e o proprietário como litisconsortes. Procedente a ação o proprietário ficará diretamente obrigado à renovação. Todavia será dispensada a citação do proprietário, quando, em virtude de locação originária ou renovada, o sublocador dispuser de prazo que admita renovar-se a sublocação.

§ 4.º - O sublocatário que, nos termos do parágrafo antecedente, puder opor ao proprietária a renovação da sublocação, prestará, em falta de acordo, caução de valor correspondente a seis meses e aluguel.

§ 5.º - Nos contratos em que se inverter o ônus do pagamento de Impostos, taxas e contribuições, o locatário será considerado em mora, para os efeitos de rescisão, do contrato, as, notificado pelo locador, não efetuar o pagamento nos dez dias seguintes à notificação.>>

<<Artigo

8.º

e) que o prédio vai ser usado por ele próprio locador, seu cônjuge ascendentes ou descendentes, devendo provar, em se tratando de alegação de necessitar do imóvel para pessoa de sua família, que o mesmo se destina a transferência de fundo de comércio existente há mais de um ano.>>

Parágrafo único - Nessa hipótese, todavia, o prédio não poderá ser destinado ao uso do mesmo ramo de comércio ou indústria do inquilino do contrato em trânsito>>

Artigo 14 - O art. 5.º da Lei n.º 5.741, de 1.º de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

<<Artigo 5.º - O executado poderá opor embargos no prazo de dez (10) dias contados da penhora e que serão recebidos com efeito suspensivo, desde que alegue e prove:

I - que depositou por inteiro a importância reclamada na inicial;

II - que resgatou a dívida, oferecendo desde logo a prova da quitação.

Parágrafo único - Os demais fundamentos de embargos, previstos no art. 741 do Código de Processo Civil, não suspendem a execução.>>

Artigo 15 - O § 5.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 911, de 1.º de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

<<Artigo

3.º

§ 5.º - A sentença, de que cabe apelação, apenas, no efeito devolutivo não impedirá a venda extrajudicial do bem alienado fiduciariamente e consolidará a propriedade a posse plena e exclusiva nas mãos do proprietário fiduciário. Preferida pelo credor a venda judicial, aplicar-se-á o disposto nos arts. 1.113 a 1.119 do Código de Processo Civil.>>

Artigo 16 - O art. 8.º do Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo 8.º - Da sentença caberá apelação com efeito suspensivo, salvo se fundada em falta de pagamento do aluguel e no caso previsto no art. 4.º , n.º VI>>

Artigo 17 - O art. 19 da Lei n.º 4.717, de 29 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo 19 - A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da mão está sujeita ao duelo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.

§ 1.º - Das decisões interlocutórias cabe agravo de instrumento.

§ 2.º - Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o Ministério Público>>.

Artigo 18 - O § 2.º do art. 5.º da Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

<<Artigo

5.º

§ 2.º - Feita a prova e concluídas as diligências, o juiz ouvido o Ministério Público, proferirá sentença, da qual caberá apelação, com efeito suspensivo.>>

Artigo 19 - O prazo de apelação é de quinze dias.

Artigo 20 - O Poder Executivo fará republicar, no Diário Oficial, o texto das leis constantes da presente lei já corrigidas, com as modificações introduzidas nesta lei.

Artigo 21 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1973 - 152.^o da Independência e 85.^o da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

ANO XXIII

Nº 099 - Publicação: Jan/Jun 1975

ARTIGO INAUGURAL

Vimos recebendo de nossos colegas do Interior, insistentes pedidos, no sentido da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado, bem como do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, seção de São Paulo, pleitearem, junto aos Poderes competentes, a elevação dos provectos de nossa aposentadoria, visto os padrões atuais, - ante a alta constante do custo de vida - não mais atenderem, sequer, à sua própria subsistência.

Realmente, têm esses colegas, assim como os demais, que militam nas cidades de maior densidade demográfica do Estado carradas de razão em se baterem pelo atendimento dessa justa reivindicação, pois os proventos vigentes de nossa aposentadoria mal chegam para o pagamento de sua moradia, tão elevado e duradouro tem sido o surto inflacionário que vem corroendo a economia nacional.

Precisamos deixar de usar apenas da boca para fora "que a meta é o homem", sob pena de incidirmos em mera demagogia, - e cuidar, realmente, do atendimento de suas necessidades vitais, entre as quais; avulta, prioritariamente, a de sua aposentadoria. De outro lado, não vemos razão alguma em se recusar o aumento pleiteado com base no fato da Carteira precisar dispor, para a sua concessão, das correspondentes reservas técnico-monetário. É certo que essas reservas precisam existir. Mas para que tal aconteça basta elevar, "quanto satis", o valor das contribuições devidas e inverter as taxas de emolumentos e aposentadoria, - passando aquelas para 15% e estas para 20%. Tudo, em última instância, depende da boa vontade, tão-somente dos Poderes competentes a que de início aludimos. Esperamos e contamos que nos seja proporcionada.

O. F. T.

SOCIAIS

CANTO REAL DA GLÓRIA

Sob o régio dossel do heleno firmamento,
Donde os Titãs revéis foram precipitados,
Homero, a lira à mãos, celebra o valimento
Dos argivos heróis por Pallas aureolados:
- Canta os feitos de Ajax e Ulisses, a bravura
De Aquiles, o esplendor marcial e a formosura
Da deusa belatriz de graça peregrina
Que brande contra Ílion o gládio que fulmina...
Com dois versos conduz o plaustro da vitória!
E cores, luz e sons o sentideus combina
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!
Paganini dedilha o quérulo instrumento...
Uma nota suspira e evola-se... Abafados,
Vão subindo primeiro os sons num choro lento,
Como um fiébil planger de corações magoados!
Dir-se-ia que o violino uma oração murmura
Para depois clamar! A humana desventura

Acorda, soluçando em trêmula surdina,
E logo sangra numa angústia repentina,
Que esmaece e desmaia em queixa merencória...
É unia alma que se entrega à febre que a domina
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!

Sânzio, mudo, a cismar, num embevecimento,
Deixa o espírito alar-se a mundos encantados:
E no radiante céu do seu deslumbramento
Brilham sideralmente uns olhos adorados!
E, no enlevo feliz, traça, com mão segura,
Tênuas linhas de luz, e em breve, na brancura
Da tela, resplandece, assim como a imagina,
Num balo de turquesa, a loira Fornarina
Que lhe enche de perfume a vida transitória,
E em cujo seio busca inspiração divina
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!
Fídias contempla o alvor do Parós um momento,

E rasga-o: - e logo vão surgindo, arredondados,
Contornos feminis de um claro polimento,
Da venusta feição dos mármore sagrados.
Saltam lascas do bloco, estala a pedra dura:
Um par de seios mostra a rara cinzelura,
Das curvas de Afrodite o encanto predomina,
E as pernas do brancor ondeante da neblina
Sustêm do torso grego a perfeição marmórea
Com que o gênio imortal as gerações fascina,
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!

Ardem os camafeus num vivo irísamento.
Pelas pátenas d'ouro e hostiários rendilhados
Fulge a safira azul, chispa o rubira sangrento,
Entre o glauco esplendor dos prásios abrasados...
Celini, com ardor, faceta opala, fura
Caros metais, e crava o sol em miniatura
De um berilo oriental numa custódia fina.
De um carvão desengasta a estrela matutina. . .
Assim, com gemas abre um sulco astral na história,
Manejando o buril de ponta adamantina
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!

OFERTÓRIO

Egrégia Athene! Tu, que à terra pequenina
Lanças do Olimpo o olhar, que é bênção opalina,
Protege os que, durante a humana trajetória,
Haurem o fel que o inundo ao Sonhador propina,
Para alcançar o beijo olímpico da Glória!

GUSTAVO TEIXEIRA

ATOS DA RECEITA FEDERAL

A Coordenação do Sistema de Tributação do M.F. expediu, recentemente, os seguintes pareceres normativos relacionados com o Imposto de Renda:

- 1 - Pessoas Físicas - Abatimentos da renda bruta - Despesas com instrução - "Contribuinte desquitado, cujo filho esteja sob a guarda do outro cônjuge, por força de sentença judicial, pode abater da sua renda bruta as despesas que realizar com a instrução do referido filho, nos termos do artigo 91 do RIR (Decreto n.º 88.400/65)" (PN-CST n.º 199, de 31-10-74);
- 2 - Pessoas Físicas - Menção do n.º do CPF nos papéis e documentos rurais - "É extensiva a obrigatoriedade da indicação do n.º de inscrição no CPF das pessoas intervenientes, nas Cédulas de Crédito Rural, na Duplicata Rural e nos papéis decorrentes de atos cooperativos que envolvam operações de comercialização, relacionadas ao abate e à frigorificação de carnes ou comercialização de gado vacuum, em pé, leiteiro ou de corte" (PN-CST n.º 191, de 21-10-74);
- 3 - Pessoas Jurídicas - Custos, despesas operacionais e encargos - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - "Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante: computável como depreciação adicional das embarcações a que corresponderem, sem prejuízo da depreciação calculada de acordo com as regras gerais aplicáveis" (PN-CST n.º 203, de 8-11-74);
- 4 - Pessoas Jurídicas - Escrituração contábil - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - "Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante: escriturável, pelos armadores ou empresas de navegação, em conta do Ativo Realizável, enquanto depositado, em conta bancária vinculada, em nome; escrituráveis em conta do Ativo Fixo, tendo como contrapartida depreciação adicional da embarcação, quando revertido em seu benefício (quando autorizada pela SUNAMAM a movimentação da citada conta)" (PN-CST n.º 204, de 8-11-74);
- 5 - Pessoas Jurídicas - Fundações - Retenção na fonte "As Fundações, em face do artigo 16, do Código Civil, são entidades de direito privado. Caso satisfaçam as exigências dos artigos 25 e 31 do RIR (Decreto n.º 58.400/66), podem gozar de isenção do imposto de renda. Tal isenção, porém, não as exime da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto devido na fonte, nos casos previstos em lei, ainda que tenham assumido o ônus do tributo" (PN-CST n.º 193, de 25-10-74);
- 6 - Pessoas Jurídicas - Lucro tributável - "Associações civis constituídas para o exercício da atividade de propaganda, difusão e incremento do turismo do Exterior para o Brasil e vice-versa, não são destinatárias da isenção do artigo 25 do RIR (Decreto n.º 58.400/66)" (PN-CST n.º 212, de 19-11-74) (DOU, 13-12-74).
(Da "Tribuna da justiça")

RETORNO À ATIVIDADE DO APOSENTADO

Francisco Eduardo Nogueira Pacheco,

Juiz Trab. Apos. - Ativ. em São Paulo Prof. das FMU

O artigo 12 e § 4.º da Lei n.º 5.890, de 08-06-73, restringindo a possibilidade de trabalho do segurado aposentado, assim dispõe:

O segurado aposentado por tempo de serviço, por velhice e em gozo de aposentadoria especial que retomar à atividade será novamente filiado e terá suspensa a sua aposentadoria, passando a perceber um abono, por todo o novo período de atividade, calculado na base de 50% da aposentadoria em cujo gozo se encontrar.

O Decreto n.º 72.771, de 06-09-73, aprovou o regulamento da Lei n.º 3.807, de 26-08-1960 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5.890 de 08-06-1973.

O Regulamento do Regime da Previdência Social em seu artigo 147, repete os termos do dispositivo legal supracitado.

A aposentadoria por tempo de serviço disciplinada no artigo 10 da Lei n.º 5.890 e nos artigos 62/70 do Regulamento, é a concedida após 30 anos de serviço com 80% do salário de benefício ao segurado do sexo masculino e com 100% do salário de benefício ao segurado do sexo feminino. Para o segurado do sexo masculino que continuar em atividade após 30 anos de serviço o valor de aposentadoria será acrescido de 4% do salário de benefício para cada novo ano completo de atividade abrangida pela previdência social, até o máximo de 10% desse salário aos 35 anos de serviço.

A aposentadoria especial prevista no artigo 9.º da Lei n.º 5.890 e nos artigos 71/75 do Regulamento é aquela concedida ao segurado que, contando no mínimo 5 anos de contribuição tenha trabalhado durante 15, 20 ou 25 anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por decreto

do Poder Executivo.

A aposentadoria por velhice disciplinada no artigo 8.º da Lei n.º 5.890 e artigos 56/61 do Regulamento é aquela concedida ao segurado que, após haver realizado 60 contribuições mensais completar 65 anos de idade quando do sexo masculino e 60 anos de idade quando do sexo feminino.

O Regulamento no artigo 150 caracteriza o retorno à atividade nas seguintes hipóteses:

1 - a readmissão no mesmo emprego anterior, por prazo superior a 30 dias ou a admissão em emprego novo, por prazo superior a 90 dias;

2 - o retorno ao exercício da mesma atividade ou o início de atividade remunerada por conta própria por prazo superior a 30 dias;

3 - a atividade como titular de firma individual;

4 - a atividade como diretor, sócio gerente, sócio solidário, sócio quotista que recebe pró-labore, sócio de indústria de empresa de qualquer natureza.

O empregado aposentado se readmitido no mesmo emprego por prazo igual ou inferior a 90 dias não sofrerá redução em sua aposentadoria.

O aposentado que inicia atividade remunerada por conta própria por prazo superior a 30 dias, sofre redução de 50% de sua aposentadoria. A atividade por conta própria é característica do trabalhador autônomo. O autônomo é aquele que exerce habitualmente e por conta própria atividade profissional remunerada.

O aposentado que se torna proprietário de empresa de qualquer natureza perde 50% de sua aposentadoria.

A teoria predominante na atualidade- é aquela que, afirma serem os diretores e gerentes, órgãos executivos da sociedade.

O que caracteriza a sociedade em nome coletivo é o fato de todos os sócios possuírem responsabilidade ilimitada e solidária, em forma subsidiária, pelas obrigações sociais.

Nas sociedades em comandita simples existem duas espécies de sócios; os que assumem subsidiariamente responsabilidade ilimitada e solidária pelas obrigações sociais, e que são chamados sócios comanditados, e os que limitam a sua responsabilidade apenas as importâncias que entram para a formação do capital, chamados sócios comanditários.

Na sociedade de capital e indústria existem 2 classes de sócios: os que concorrem para a formação do capital com dinheiro, créditos ou outros bens, que são chamados sócios capitalistas, com responsabilidade ilimitada e solidária, e os que entram para a sociedade apenas com o seu trabalho, chamados sócios de indústria.

Sócio quotista é o da sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Trabalhador avulso é aquele sem vínculo empregatício que, sindicalizado ou não, tenha a concessão de direitos de natureza trabalhista executada por intermédio da respectiva entidade de classe.

O trabalhador eventual é aquele que, sem vínculo empregatício presta, esporadicamente, serviços a uma ou mais empresas. Diferem as figuras do trabalhador eventual e do autônomo, pela subordinação do primeiro e a independência do segundo.

O aposentado na qualidade de empregado autônomo, titular de firma individual, diretor, sócio gerente, sócio solidário, sócio quotista que percebe pró-labore, sócio de indústria poderá vir a ser trabalhador avulso ou eventual sem redução de sua aposentadoria.

O aposentado poderá, sem diminuição do valor da sua aposentadoria, vir a ser sócio de sociedade anônima, sócio comanditário, sócio quotista que não recebe pró-labore, conselheiro de sociedade anônima e de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Ao se desligar, ou se afastar da atividade, o segurado fará jus ao restabelecimento de sua aposentadoria suspensa, majorada de 5% do seu valor primitivo, devidamente reajustado, por ano completo naquela atividade, até o limite de 10 anos.

Quando houver desligamentos sucessivos a majoração de 5% referente a cada novo ano de atividade, incidirá sobre o valor primitivo do benefício devidamente reajustado, excluindo-se para fins de cálculo da majoração, os acréscimos de 5% referentes a desligamentos anteriores.

O segurado aposentado que retornar à atividade é obrigado a comunicar esse fato ao INPS, sob pena de indenizá-lo pelo que lhe for pago indevidamente, respondendo solidariamente a empresa que o admitir.

O abono de retorno à atividade não se aplica aos aposentados cujos benefícios se iniciaram até 10-06-1973, nem aos segurados que, até a mesma data tenham preenchido os requisitos e

requerido a aposentadoria, a menos que por ele venham a optar.

A Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-1969 coloca, no artigo 160, o trabalho como condição da dignidade humana.

A inatividade do aposentado pode causar-lhe distúrbios orgânicos e psicológicos, podendo ocasionar até a morte.

O aposentado já preencheu os requisitos legais, indispensáveis à aquisição da aposentadoria.

Obtida a mesma, tornou-se direito adquirido, não sendo justo que, pelo fato de voltar a ser útil à coletividade, sofra uma punição, com a diminuição do valor da sua aposentadoria.

A inatividade do aposentado, com as consequências orgânicas e psicológicas já mencionadas, obriga-o a se socorrer com muita frequência dos serviços médicos do INPS, sobrecarregando ainda mais os mesmos.

A redução do valor da aposentadoria do aposentado que, não se conforma com a condição de marginalizado, por se sentir em condições de continuar contribuindo com o seu trabalho para progresso da nação, configura uma injustiça social.

(Da "Tribuna da Justiça")

LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Rubens Xavier de Fraga

Inovação interessante trouxe o Decreto-lei n.º 1.351, de 24 de outubro de 1974, com relação a abatimentos.

A legislação do imposto de renda nunca fez discriminação, com relação aos abatimentos que tinham direito os contribuintes do imposto, e isto em função do que dispõe o artigo 1.º do Regulamento do Imposto de Renda vigente. As diversificações estavam sempre em função da espécie de rendimentos.

Sobre um certo aspecto, trazia certas injustiças como esta que, acaba de ser corrigida pelo Decreto-lei mencionado.

O artigo 4.º do Decreto-lei n.º 1.351/74, estabelece:

Os contribuintes do imposto de renda que tenham completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade até o último dia do ano-base, poderão gozar de abatimento adicional, na rubrica de encargos de família, em valor equivalente ao abatimento de dois dependentes.

Sobre certo modo, pareceria a discriminação legislativa injusta, Mas não é. Ocorre que, normalmente, no limite de idade fixado pelo artigo 4.º mencionado, ao chegar-se aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, não há mais dependentes, pelos vários fatores que a própria legislação prevê. E, como consequência, o contribuinte nessa faixa de idade passa a pagar mais imposto de renda, embora como os demais contribuintes, já houvesse contribuído com uma soma razoável do tributo. Esse abatimento adicional, dar-lhe-á uma redução no imposto a pagar, diga-se justo, vez que, a somatória de suas contribuições anteriores, devem ser compensadas ao atingir a idade média de vida, dando-lhes melhores condições de existência, e obrigações menores, particularmente, para aqueles de rendimentos médios, ou mais propriamente os que vivem de vencimentos ou salários (rendas fixas).

Se é certo que, "todos são iguais perante a lei", a lei fiscal, porem, rigidamente não fica adstrita a esse preceito Constitucional, uma vez que, ela fixe um elemento distintivo (no caso a idade), diferenciando uma outra categoria de contribuintes.

A observação é feita, porquanto poderiam aqueles menores de sessenta e cinco anos, julgarem-se com o mesmo direito. Mais aqui, o legislador sabiamente acrescentou que "o abatimento "é adicional" e em decorrência, eliminou a possibilidade de infringência Constitucional, porquanto os abatimentos da renda bruta podem ser discriminatórios a determinados casos, segundo a Lei Ordinária. Por exemplo, não se poderia estabelecer privilégios, com relação às deduções cedulares, ou mesmo com relação a abatimentos concernentes a juros pagos, encargos de família, etc... Mas ao Legislador ordinário é lícito criar adicionais concedendo direito a uma determinada classe de contribuintes, que se encontram em determinado estado de direito. E, em função da idade é um dos casos que podem ocorrer a discriminação. Mesmo porque, quando a Lei qualifica quem não os contribuintes do Imposto de Renda, estabelece, simplesmente, "São contribuintes do imposto de renda sem distinção de nacionalidade, sexo, idade, estado ou profissão" sem determinar, os abatimentos possíveis, e quando a estes se refere no artigo 82 do Regulamento do Imposto de Renda, prevê que: "Poderão ser abatidos da renda bruta os

encargos de família. . .", dando forma optativa, isto é, ficando a critério dos contribuintes abater ou não à quantia que tiver direito. E, assim por diante, todos os abatimentos são optativos, e não obrigatórios. Por conseguinte, no exercício financeiro de 1975 poderão os contribuintes que tenham completado sessenta e cinco anos de idade, gozar de um abatimento adicional, na rubrica "encargos de família", valor equivalente a dois dependentes.
(Da "Tribuna da Justiça")

A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DA NOTA PROMISSÓRIA

Gilson de Sá Rebello
(Fiscal de Rendas - GB)

O Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, estabeleceu que a nota promissória deve ser registrada na repartição competente do Ministério da Fazenda, sob pena de nulidade.

O Decreto n.º 64.156, de 4 de março de 1969, regulamentou o assunto:

"Art. 1.º - São nulas as notas promissórias e letras de câmbio não registradas nas repartições competentes do Ministério da Fazenda, dentro de 15 (quinze) dias de sua emissão ou saque, nos termos do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969".

Embora a legislação citada seja bastante clara e de grande alcance no que tange, principalmente, ao combate à evasão de receitas tributárias, nem sempre ela é observada. Por se tratar de assunto não só de interesse para a Fazenda Pública, como para aqueles que operam com tais títulos, consideramos de vital importância a rigorosa observância das disposições legais acima.

Convém então citar, tendo em vista a aludida legislação, que o vocábulo nulidade provém do latim nullitas, de nullus (nulo, nenhum). Por conseguinte, no sentido técnico-jurídico, quer dizer inexistência, pois instrumento com tal vício é tido como não tendo existência legal. O Vocabulário Jurídico de Plácido e Silva - verbete nulidade, diz que é evidente a sua significação de inexistência" ... quer exprimir o estado daquilo que não é ninguém, que não é coisa alguma, nem mesmo um. Assim, é o estado daquilo que não existe."

Em relação a decisões judiciais, podemos citar as seguintes, que indicam a inaceitabilidade da nota promissória sem o registro:

- "A falta de registro da cambial acarreta a sua nulidade, retirando-lhe a força executiva e tomando inviável o seu protesto." (Tribunal de Alçada Civil de São Paulo - votação unânime - RT, 4201221).

- "Insuficiente é a prova da existência da dívida, quando apoiada em promissórias nulas, por não estarem registradas." (Tribunal de Alçada Civil da Justiça do Estado da Guanabara - 6.ª C.C. - A.C. 17757).

- "Registro de promissórias no Ministério da Fazenda: sua falta acarreta nulidade dos títulos, tanto mais quanto constituem, confessadamente, garantia de mútuo em dinheiro, negócio que é a fonte principal do mercado paralelo de capitais e da sonegação de rendas tributáveis que a lei procurou coibir." (Tribunal de Alçada da Justiça do Estado da Guanabara - 2.ª Câmara Cível - A.C. 21107).

O relator, Juiz Cavalcanti de Gusmão, fundamenta a ementa acima, dizendo:

- "Nesta quadra de formação de jurisprudência sobre o Decreto-lei n.º 427 já se tem dito que talvez seja possível a cobrança, por via ordinária, de promissórias sem o requisito do registro. Não, porém, quando seja possível identificar como "cansa debendi" mútuo em dinheiro. Em tal hipótese, cai o negócio jurídico sob o cutelo da Lei e a proclamação da nulidade é imperativa, nos termos da lei especial".

- "A cambial não registrada como determina o Decreto-lei n.º 427/69 é nula, pois é de essência da criação da obrigação aquele requisito.

Sendo nula, não pode ser exigida nem por via de ação executiva, nem por ação ordinária, pois, padecendo do vício de nulidade, não tem existência legal.

Precedentes jurisprudenciais paulistas, em conformidade com entendimento reiterado da maioria desta Câmara." (Tribunal de Alçada da Justiça do Estado da Guanabara - 2.ª Câmara Cível AP 6533).

- "Não registrada na repartição competente do Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto-lei n.º 427 e Decreto n.º 64.156, ambos de 1969, a cambial não vale como começo de prova em ação ordinária de cobrança, se o autor não indicou, na inicial, o negócio jurídico subjacente que

originou o título". (Tribunal de Justiça de São Paulo - decisão unânime - Rev. dos Tribunais n. 421/174).

Observe-se que, além da indicação do negócio subjacente, cumpre à parte provar o referido negócio pelos meios permitidos no Direito, uma vez que as alegações desacompanhadas de provas nada valem.

(Da "Tribuna da Justiça")

SEGURO OBRIGATÓRIO COBERTURA PARA MOTORISTA E PROPRIETÁRIO

José Geraldo Ramos Virmond

(Advogado em Joinville)

Após a conclusão de que o motorista, mesmo culpado pelo acidente, encontra total cobertura ao âmbito do seguro obrigatório, resta analisar que também o proprietário faz jus à prestação indenitária do seguro do próprio veículo.

Com efeito, a alegação sofismática de que ele não é terceiro em relação ao contrato de seguro de seu carro, não elide a obrigação de indenizar da Seguradora, pois esclarece sobejamente o Decreto-lei n.º 814169 que dito seguro se destina a coibir danos causados a todas as pessoas transportadas, ou não que se vitimarem, não mencionando qualquer exclusão de quem quer que seja, em decorrência da utilização de veículos. Assim, se quisermos entender, numa exegese pouco teleológica, que o motorista não é pessoa transportada, não poderemos afirmar que o mesmo não é vítima em consequência da utilização de veículo.

Cabe, até, rápida digressão sobre a sistemática do seguro obrigatório e ressaltar o sentido de determinados termos técnicos, porque, realmente, não se pode confundir a figura do proprietário com a de Segurado, pois o primeiro é mero estipulante.

Desta forma, neste seguro, constatamos a seguinte trilogia: a Seguradora, que é quem dá a garantia mediante a paga de um prêmio; o estipulante, que é aquele que realiza o contrato; o Beneficiário, que é aquele terceiro que se vitimar em função do uso do veículo segurado, indeterminado mas determinável, por ocasião do evento.

Portanto, nada obsta que o Estipulante, eventualmente o proprietário ou motorista do veículo, venha a ser, se vítima do mesmo, considerado o terceiro beneficiário.

Para melhor compreensão do problema, poderemos exemplificar da seguinte forma: um aluno contrata com determinada Seguradora, estipulando um prêmio para aquele que for distinguido com a melhor colocação ao final do ano letivo, em sua classe. Pode ocorrer, casualmente, que o próprio estipulante consiga as melhores notas e receba o prêmio, reunindo, assim, ao mesmo tempo, a condição de Estipulante e Beneficiário.

É exatamente o que ocorre com o seguro compulsório, em cujo âmbito não existem exclusões. Não podem haver contra-argumentos. Efetivamente, se a lei quisesse excluir o motorista ou o proprietário da cobertura indenitária, teria inserido tal cláusula em seu texto. Se não o fez, não é lícito ao exegeta assim interpretar, porque, em Direito, toda restrição deve ser expressa.

Não causa estranheza o fato de se terem esboçado ante os termos inovações da lei específica (que abandonou a teoria da culpa aquiliana para abraçar a teoria objetiva, a exemplo do que ocorreu com a legislação do acidente de trabalho), porque se trata de um fato normal, já tendo acentuado o renomado Orlando Gomes, que "o misoneísmo jurídico se ergue como uma muralha quase intransponível a idéias novas que revolucionem as bases tradicionais do Direito. Mas esta resistência, não podendo aniquilar o ímpeto inovador, apenas consegue desviá-lo de seu curso. Começam, então, os ensaios, as restrições, as aplicações parciais, todos eles indicativos da vitalidade dos princípios novos, num atestado irrefragável de consolidação do seu prestígio nascente." (Culpa e Risco, Rev. Forense, vol. LXXXIII, pág. 383).

Não vamos afirmar que o seguro obrigatório representa uma panacéia social, porém, em seu móvel, veio ajustar graves situações criadas pelo infortúnio.

Pedro Alvim, paladino do seguro em questão, com sua inegável autoridade, assevera que "todos os que estiverem dentro do veículo, seja como proprietário, seja como motorista preposto, seja como passageiro, parentes ou não do segurado, todos serão beneficiados corra a cobertura, em caso de acidente." (Responsabilidade Civil e Seguro obrigatório, pág. 90).

Acompanha o excerto doutrinário citado, maciça jurisprudência, podendo, para finalizar, ser referendada sentença de grande repercussão nos meios jurídicos, da lavra do eminente Juiz paranaense Oswaldo João Espíndola, na qual ressalta que, "sendo o RCOVAT uma estipulação em

favor de terceiro indeterminado, que vem a determinar-se com a ocorrência do evento, terceiro é sempre a vítima do acidente, seja descendente, seja ascendente, dependente econômico ou o próprio condutor ou proprietário do veículo."

E o Egrégio Tribunal do Estado do Paraná, confirmando sentença do ilustre magistrado, com muito acerto fixou que "não há como afastar o Autor da relação processual sob a alegação de que o seguro em questão não pode cobrir danos relativos a pessoas do motorista do veículo. O seguro, aqui, de caráter obrigatório, é feito em benefício de terceiros quaisquer, que forem vitimados por ação do veículo, sem indagação de culpa. Não importa que a vítima fosse eventualmente o proprietário do automóvel sinistrado". Ap. Cível da Capital n.º 117172). (Da "Tribuna da Justiça")

SOBRENOME DE MULHER

Orlando Gomes

Prof. da F. de Dir. da Univ. da Bahia

A hipocrisia, que tem conservado este país no rol das raras nações do mundo que não permitem o divórcio "a vínculo", vem criando situações embaraçosas para os desquitados unidos pelo concubinato, compelindo-os a forçar efeitos dessa união, que são, entretanto, estritamente matrimoniais.

Uma dessas situações é a adoção, pela concubina do nome-de-família do amásio.

Os Tribunais têm sido chamados a apreciar casos dessa natureza, vacilando na forma do costume.

Numerosos julgados repelem semelhante pretensão de concubinas casamenteiras. O principal argumento da repulsa é o de que seria direito privativo da mulher casada usar o nom. do marido porque o artigo 240 do Código Civil dispõe que ela assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família, alterado, sem fluir sobre nossa questão, pela Lei n.º 4,121, de 27-8-1962, mantendo-se o substantivo plural. Outros, porém, se inclinaram para a tese oposta, interessando divulgar, o do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, publicado às páginas 166/67 do fascículo V, ano III, 1971, dos seus "Arquivos", dado que esta coluna não é sítio próprio para discutir teses jurídicas.

O indigitado acórdão, reformando decisão do primeiro grau, deferiu o pedido da companheira d. um dos grandes compositores de música deste país, famoso internacionalmente. Com ele, a requerente vivera em concubinato longos anos, "dividindo os maus momentos e os dias "fastos", como escreveu o Desembargador relator da apelação. O requerimento da companheira para a adoção do nome do Maestro fora ajuizado dois anos depois da morte da sua esposa, o casal não teve filhos, as irmãs dele o autorizaram, ela era solteira e, durante o concubinato, sempre foi considerada, até por entidades do mais alto renome artístico internacional, mesmo depois da inerte do grande regente, como Madame V.L. É possível que estas particularidades tenham exercido influência na decisão do T.A. da Guanabara, bem como a declaração de última vontade do morto ilustre de que a requerente foi sua animadora constante e fiel por mais de vinte anos, mas, de qualquer maneira, a decisão favorável do Tribunal carioca é das que marcam época pela coragem de romper com jurisprudência assentada num equívoco e sua tentada num preconceito. Tudo vem do medo das palavras. Sabe o distinto leitor por que não ilegítimas cerca de 50% das famílias brasileiras? Porque a maioria dessas famílias se constituiu pelo casamento religioso sem efeitos civis. Pois bem, caríssimos irmãos, quem casa só no religioso vive em concubinato. Imagine-se a decepção da mais austera matrona do alto-sertão do Estado, vindo a saber que não pode usar o sobrenome do marido - os seus apelidos na linguagem ruiana do Código Civil, - porque isso é privativo de mulher casada no civil, que veja indeferido pelo juiz da comarca o seu pedido para se assinar e ser chamada pelo nome-de-família do seu esposo perante Deus! No entanto, tem de se contentar com essa barbaridade, pois, como dizia outro Desembargador do mesmo Tribunal de Alçada a quem também pleiteava usar nome do amásio ou concubinário: "por que mais, se a apelante é casada no religioso com o homem de quem pretende o nome de família e é também casada na Bolívia?" ,

A reação casta, pudenda e catônica de ilibados técnicos do direito com função oficial de julgar tem provocado a malandra imaginação dos nossos versáteis patrícios para contorná-la, quebrando o galho! A distinta, sem dizer que é companheira de alguém, pede lhe seja acrescentado um sobrenome, motivando, por outras razões, o pedido ao juiz e, afinal, obtendo o

competente mandato para averbar a alteração. Pela fraude alcança o objetivo com a preciosa colaboração da Justiça!

Essa vontade de tomar o nome do homem com o qual vive maritalmente, e tantas outras atitudes da companheira, não serão, no fundo, incoercível vocação legatária e legitimista da mulher, inconformada com a ilegitimidade, num país sem divórcio?
(Da "Tribuna da Justiça")

LEI CONCEDE BENEFICIO AOS MAIORES DE 70 ANOS

É a seguinte a íntegra da Lei n.º 6.179, de 10-12-74:

"Art. 1.º - Os maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada ao artigo 2.º, não sejam mantidos por pessoa de quem dependem obrigatoriamente, e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento, passam a ser amparados pela previdência social, urbana ou rural, conforme o caso, desde que:

I - Tenham sido filiados ao regime do INPS, em qualquer época, no mínimo por 12 (doze) meses, consecutivos ou não, vindo a perder a qualidade de segurado; ou

II - Tenham exercido atividade remunerada atualmente incluída no regime do INPS ou do Funrural, mesmo sem filiação à previdência social, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não; ou ainda

III - Tenham ingressado no regime do INPS, após completar 60 (sessenta) anos de idade sem direito aos benefícios regulamentares.

Art. 2.º - As pessoas que se enquadrem em qualquer das situações previstas nos itens I a III do artigo 1.º terão direito a:

I - Renda mensal vitalícia, a cargo do INPS ou do Funrural, conforme o caso, devida a partir da data da apresentação do requerimento e igual à metade do maior salário-mínimo vigente no País, arredondada para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, não podendo ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor do salário-mínimo do local de pagamento.

II - Assistência médica nos mesmos moldes da prestada aos demais beneficiários da Previdência Social, urbana ou rural, conforme o caso.

§ 1.º - A renda mensal de que trata este artigo não poderá ser acumulada com qualquer tipo de benefício concedido pela Previdência Social, urbana ou rural, ou por outro regime, salvo, na hipótese do item III do artigo 1.º, o pecúlio de que trata o § 3.º do artigo 5.º da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973.

§ 2.º - Será facultada a opção, se for o caso, pelo benefício da Previdência Social, urbana ou rural, ou de outro regime a que venha a fazer jus o titular da renda mensal.

Art. 3.º - A prova de idade será feita mediante certidão do registro civil ou por outro meio de prova admitido em direito, inclusive assento religioso ou carteira profissional emitida há mais de 10 (dez) anos.

Art. 4.º - A verificação da invalidez será feita em exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, urbana ou rural.

Art. 5.º - A prova de inatividade e de inexistência de renda ou de meios de subsistência poderá ser feita mediante atestado de autoridade administrativa ou judiciária local, identificada e qualificada, que conheça pessoalmente há mais de 5 (cinco) anos o pretendente à renda mensal ora instituída.

Art. 6.º - A prova de filiação à Previdência Social ou da inclusão em seu âmbito, assim como a do termo de atividade remunerada, será feita por meio de carteira profissional ou de trabalho e previdência social ou por qualquer outro elemento de convicção, inclusive declaração firmada pela empresa empregadora ou sócio remanescente, identificado e qualificado, na qual expressamente afirme o conhecimento pessoal do fato declarado. Assumindo a responsabilidade pela declaração, sob as penas da lei.

Art. 7.º - O pagamento da renda mensal obedecerá às mesmas normas e condições vigentes no INPS e no Funrural.

§ 1.º - O valor da renda mensal em manutenção acompanhará automaticamente as alterações do salário-mínimo, respeitada sempre a base estabelecida no item I do artigo 2.º.

§ 2.º - A renda mensal não estará sujeita ao desconto de qualquer contribuição, nem gerará direito ao abono anual ou a qualquer outra prestação assegurada pela Previdência Social, urbana ou rural.

Art. 8.º - O custeio do amparo estabelecido nesta lei será atendido, sem aumento de contribuições, pelo destaque de uma parcela da receita do INPS e do Funrural correspondente a 0,4% (quatro décimos por cento) da folha de salários-de-contribuição, onerando em partes iguais cada uma dessas entidades.

Art. 9.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário." (DOU, 12-12-74).

DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Brasília - A Secretaria da Receita Federal baixou instrução normativa dispondo sobre o desconto do Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho assalariado, a vigorar de primeiro de janeiro a 30 de junho deste ano, compreendendo classes de renda líquida mensal de 2.300 a 6.400 cruzeiros.

A renda líquida, para efeito do pagamento do imposto segundo a instrução - é apurada fazendo as seguintes deduções: encargos de família à razão de 375 cruzeiros por dependente; contribuição sindical e outras Para o sindicato de representação da respectiva classe; pensões alimentícias pagas em virtude de sentença judicial definitiva e despesas com ação judicial necessária ao recebimento dos rendimentos, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte.

No caso de caixeiros viajantes, quando correrem por sua conta os gastos pessoais de passagens, alimentação e alojamento, bem como os de transporte de volumes o aluguel de locais destinados a mostruários, quando em viagem estada fora do local de residência, poderá a ser deduzido do rendimento bruto, independente de comprovação até 30 por cento do seu valor global.

Apurada, assim, a renda líquida, basta aplicar as alíquotas correspondentes às classes de renda líquida que são as seguintes:

Renda Cr\$	Alíquota (Porcentagem)
Ate 2 . 300	Isento
De 2.301 a 2.600	5
De 2.601 a 3.400.....	8
De 3.401,00 a 4.600,00	10
De 4.601,00 a 6.400	12
Acima de 6.400	16

No caso de renda líquida superior a 6.400 cruzeiros, o imposto será calculado mediante a aplicação de taxa de 16 por cento, deduzida do total a importância de 609 cruzeiros, conforme os exemplos que seguem:

1 . Renda líquida de

Cr\$ 9.542,00

Fórmula de cálculo 9.542,00 X 16

100 1.526,72

-- 609,00

= 917,72

2. Renda líquida de

Cr\$ 12. 000,00

Fórmula de cálculo 12. 000,00 X 16

100 1.920,00

-- 609,00

= 1. 311,00

3. Renda líquida de

Cr\$ 15.000,00

Fórmula de cálculo 15. 000,00 X 16

100 1.920,00

--609,00

= 1.791,00
4. Renda líquida de
Cr\$ 20. 000,00
Fórmula de cálculo 20. 000,00 X 16
100 3.200,00
-- 609,00
= 2.591,00

5. Renda líquida de
Cr\$ 25.000,00
Fórmula de cálculo 25.000,00 X 16
100 4.000,00
--609,00
3.391,00

A partir de julho próximo entrará em vigor uma nova alíquota de 20 por cento - para os rendimentos acima de 8.600 cruzeiros. Para calcular o imposto a ser pago na fonte a fórmula é a seguinte: multiplica-se a renda líquida por 20 e deduz-se a importância de 953 cruzeiros. (DOU, 30-12-74).
(Da "Tribuna da Justiça")

CONCEITO DOUTRINÁRIO DE CARGO DE CONFIANÇA

A. M. N.

Que é cargo de confiança?

Resumiremos a doutrina brasileira.

Para Délio Maranhão (Direito do Trabalho, Fundação Getúlio Vargas, 1966, pág. 44): "Nem todo cargo de direção será de confiança, como de confiança poderá ser função eminentemente técnica. Não há maneira de elaborar, em tese, um elenco dos cargos que possam ser assim considerados. O que importa é o relevo da função, relativamente aos fins a que se destina a atividade do empregador. De confiança serão, portanto, como escreve La Cueva, as funções cujo exercício coloque em jogo "a própria existência da empresa, seus interesses fundamentais, sua segurança e a ordem essencial ao desenvolvimento de sua atividade". Caso típico é o do cargo de gerente".

Segundo Cesarino Jr. (Direito Social Brasileiro, Saraiva, 1970, vol. II, pág. 262): "Os italianos dizem que o empregado de confiança é aquele que tem as vestes do empregador O que importa, pois, é que tenha poderes de representação geral".

Para Arnaldo Sussekind (Instituições de Direito do Trabalho, Freitas Bastos, 1971, vol. 1, pág. 238): "Em princípio serão de confiança aqueles cargos cujo exercício coloque em jogo - como diz La Cueva - "a própria existência da empresa, seus interesses fundamentais, sua segurança e a ordem essencial ao desenvolvimento de sua atividade".

Entende Roberto Barreto Prado (Tratado de Direito do Trabalho, Revista dos Tribunais, 1967, vol. 2, pág. 619): "A lei não define o que seja cargo de confiança. Quer-nos parecer que sempre será necessário que o empregado seja depositário, em razão da natureza das funções que exerce, de confiança excepcional por parte do empregador. Ao exercer os cargos de diretoria e de gerência, os empregados representam e substituem o empregador, com autonomia, efetuando negócios em seu nome com terceiros e dirigindo o estabelecimento. Os cargos de gestão ou de mando constituem tipicamente cargos de confiança. Essa confiança excepcional, caracterizadora do cargo de confiança, pode existir em outros cargos cujo exercício não envolva atos de gestão ou de representação legal".

Ensina Antero de Carvalho (Cargos de Direção no Direito do Trabalho, 1949, pág. 68): "Os empregados que sejam depositários d. haveres da empresa (tesoureiros, caixas, fiéis, etc.); os que, em nome do patrão, a dirijam, entabulando negócios, desfazendo-os, vendendo, comparado, transigindo, comercialmente (diretores comerciais, gerentes, etc.), aqueles que, ainda que em nome do empregador, admitem, suspendem e demitem empregados, como autoridade máxima a respeito, dentro da empresa (direção administrativa, chefes de empresa não patrões, etc.) esses são empregados de confiança. Aqueles que, no entanto, exerçam função hierarquicamente superior, sem dispor dos destinos da empresa e sem que, por seus atos, possam responsabilizar a empresa, em última instância e fora do controle, direto e em cada

caso, do empregador, esses não são empregados de confiança, no sentido estrito e "estabilitário" do termo".

Finalmente para Russomano (Curso de Direito do Trabalho, José Konfino, 1972, pág. 251): "Em nosso ponto de vista, o cargo de confiança pressupõe que o trabalhador tenha poderes outorgados pelo empresário para: a) exercer funções de superintendência; b) de comando administrativo; c) de representação nas relações da empresa com terceiros ou, ainda, embora sem nenhuma dessas características anteriores, d) esteja autorizado a manipular os dinheiros do empregador. Fora desses casos, muito dificilmente se poderá admitir que o trabalhador seja, efetivamente, um empregado de confiança".
(Da "Tribuna da Justiça")

A TESE SOBRE A "LEI DO GALINHEIRO"

Um posto mais elevado na profissão, um casamento com a mulher meiga e humilde, um elogio do chefe ou a amizade com pessoas influentes fazem da maioria das pessoas, um tirano. Essa tirania e prepotência já estão presentes em quase todos os humanos, mas vêm à tona no momento em que se toma uma posição mais destacada. Poucos são os que permanecem na mesma disposição de atender os amigos, dedicando-lhes a atenção e o carinho de tempos atrás. O poder conferido por um alto cargo ou pelo dinheiro, o poder grande ou pequeno de um homem sobre os outros é deformante: deforma a alma e a personalidade. Todos nós temos a oportunidade de conhecer o rapazinho de boa família que depois de seu casamento com a jovenzinha terna e apaixonada tornou-se o tirano, o absoluto, humilhando a esposa em todos os aspectos, restringindo o seu mundo apenas e tão-somente ao fogão, à arrumação de casa e ao cuidado com os filhos. Quando se refere a ela, é apenas para engrandecer-lhe as qualidades culinárias e domésticas. A menor opinião da esposa sobre um outro assunto que fugisse à sua alçada doméstica, ela é logo interrompida com frases como "Deixa isso, bem. De ações, quem entende sou eu" ou "Peça a sua mãe para vir jantar em casa para lhe fazer companhia, que hoje meu chefe vem jantar aqui".

Ou o caso da sogra rabugenta que depois de ver casado seu filho único e amado, tornou-se temperamental, exigindo da nora pratos saborosos e vestidos novos, naturalmente feitos por ela mesma. O chefe do departamento das firmas é outra figura que causa medo e terror aos mais simples e humildes, como o professor, a mestra de balé rigorosa e severa, a superiora do convento e cargos que dão um certo prestígio e poder.

LEI ANIMAL

Para o homem a tentação do poder corresponde a uma lei animal, a lei do galinheiro, onde o galo bica as galinhas e mesmo entre elas a tirania persiste: a maior ou a mais forte bica as outras, que, por sua vez, bicam as mais fracas, que são inferiores. A luta vai num crescer, até chegar à mais fraquinha de todas, que recebe bicadas de todos os lados. Esta não tem salvação, esta condenada a morrer de medo.

Podemos transferir para muitas famílias, partidos políticos, comandos militares ou civis, juris literários ou artísticos e até mesmo para a política internacional, a lei do galinheiro. As pessoas pensam que a escada do poder leva ao alto e se deixam envolver por esse ideal totalmente errado. O poder chega a animalizar as pessoas e isso já vem de longe. Algumas citações históricas revelam a fraqueza do poder. Marco Aurélio, o sábio, deixou que os cristãos fossem devorados pelos leões; Luís de França, denominado o santo, permitiu que os hereges fossem queimados; Bernadette, a menina de Lourdes não foi proclamada santa pelas suas visões extraordinárias, mas por haver suportado durante anos a tirania da madre superiora do convento, que queria pisá-la com seus pés poderosos.

Antes de se tornarem imperadores, Tibério, Nero, Teodósio e Napoleão tinham sido cidadãos exemplares. Tibério tinha ódio do poder, mas quando subiu ao trono sua tirania provocou uma avalanche de suicídios. Nero começou seu reinado reduzindo as penas dos presos e terminou assassinando sua mãe e filho. Teodósio, num ataque de ira, ordenou que toda a população de Tessalônica fosse trucidada e o bom e generoso Napoleão tornou-se totalmente indiferente aos sofrendores e à morte depois de ter a coroa sobre a cabeça.

Ao que parece, por menor que seja o poder, piora o homem. Só o desejo de mandar leva as

peçoas a tomar atitudes contrárias às anteriores. Não é fácil chegar ao poder e muito mais permanecer nele com pensamentos e ideais antigos. Poucos e felizes são aqueles que conseguem ocupar uma posição destacada, sem a preocupação de mandar, de dar ordens, de comandar, de humilhar os mais fracos e diferenciam o poder de seu cargo da tirania que muitos, sem saber impõem aos seus subordinados. (ANSA).

PROVIMENTO N.º LXXXIX-75

Acrescentar um parágrafo ao artigo 1.º, do Provimento n.º LXXXV-74-A.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais, Considerando o que ficou decidido no Processo DEPRO 1-75, e o disposto no artigo 508, do Código de Processo Civil, Resolve acrescentar um parágrafo, que será o quarto ao artigo 1.º do Provimento LXXXV-74-A, com a seguinte redação:
Parágrafo quarto - Em todos os recursos, o prazo, para interpor e para responder, correrá sempre em cartório, tanto em primeira como em segunda instância, onde os autos poderão ser examinados.
Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 4 de fevereiro de 1975.
(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça - Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça - Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça
Provimento n.º LXXXV-74-A, já com o acréscimo do parágrafo quarto mencionado no Provimento n.º LXXXIX-75.

PROVIMENTO n.º LXXXV-74-A

Dá nova redação aos parágrafos do artigo 1.º, do Provimento n.º LXXXV-74-A.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais, Considerando o que ficou decidido nos Processos ns. G-18.106-74 e G-18.047-74 e o disposto nos artigos 40, 1 e 155, parágrafo único, do Código de Processo Civil; Considerando a necessidade de se implantar uma sistemática a ser obedecida nos serviços de primeira e de segunda instância, quanto ao exame e retirada de autos cíveis e criminais; Artigo 1.º - A retirada de autos cíveis de cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários regularmente inscritos na O.A.B., constituídos procuradores de alguma das partes. Parágrafo primeiro - O exame dos autos, em cartório, somente poderá ser efetuado pelas partes, advogados, estagiários e estudantes de direito; estes, desde que credenciados pelos procuradores das partes ou pelo Juiz corregedor permanente do cartório. Parágrafo segundo - Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito às partes e a seus procuradores. Parágrafo terceiro - Não havendo fluência de prazo, os autos somente poderão ser retirados mediante requerimento nesse sentido. Parágrafo quarto - Em todos os recursos o prazo, para interpor e para responder, correrá sempre em cartório, tanto em primeira, como em segunda instância, onde os autos poderão ser examinados. Artigo 2.º - A retirada de processos criminais de cartório somente poderá ser efetuada por advogado ou estagiário regularmente inscritos na O.A.B., mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo. Parágrafo primeiro - A vista dos autos será em cartório, quando, havendo dois ou mais réus com procuradores diversos, haja prazo comum para falarem ou recorrerem. Parágrafo segundo - A vista dos autos poderá ser fora do cartório se não ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, mas exclusivamente ao advogado constituído ou dativo. Artigo 3.º - Somente o Escrivão, o Oficial Maior ou escrevente especialmente designado é que

poderão registrar a retirada e a devolução de autos no livro próprio, sempre rigorosamente atualizado.

Artigo 4.º - No livro do artigo anterior será sempre anotado o numero da carteira profissional e respectiva seção, expedida pela O.A.B., facultado ao funcionário, na dúvida, solicitar sua exibição.

Parágrafo único - Em se tratando de advogado não constituído, a entrega de autos estará sempre condicionada à prévia autorização judicial escrita.

Artigo 5.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de setembro de 1974.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça -

Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em exercício -

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça.

(Publicado novamente por ter saído com incorreção).

(D.J. 18-2-75).

PROVIMENTO N.º LXXXV-74-A

Dá nova redação aos parágrafos do artigo 1.º, do Provimento n.º LXXXV-74.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que ficou decidido nos Processos os. 18.106-74 e G-18.047-74 e o disposto nos artigos 40, 1 e 155, parágrafo único, do Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de se implantar uma sistemática a ser obedecida nos serviços de primeira e de segunda instância, quanto ao exame e retirada de autos cíveis e criminais;

Determina:

Artigo 1.º - A retirada de autos cíveis de cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários regularmente inscritos na O.A.B., constituídos procuradores de alguma das partes.

Parágrafo primeiro - O exame dos autos, em cartório, somente poderá ser efetuado pelas partes, advogados, estagiários e estudantes de direito; estes, desde que credenciados pelos procuradores das partes ou pelo Juiz Corregedor permanente do cartório.

Parágrafo segundo - Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito às partes e a seus procuradores.

Parágrafo terceiro - Não havendo fluência de prazo, os autos somente poderão ser retirados mediante requerimento nesse sentido.

Artigo 2.º - A retirada de processos criminais de cartório somente poderá ser efetuada por advogado ou estagiário regularmente inscritos na O.A.B., mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo.

Parágrafo primeiro - A vista dos autos, será em cartório, quando, havendo dois ou mais réus com procuradores diversos, haja prazo comum para falarem ou recorrerem.

Parágrafo segundo - A vista dos autos poderá ser fora do cartório se não ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, mas exclusivamente ao advogado constituído ou dativo.

Artigo 3.º - Somente o Escrivão, o Oficial Maior ou escrevente especialmente designado é que poderão registrar a retirada e a devolução de autos no livro próprio, sempre rigorosamente atualizado.

Artigo 4.º - No livro do artigo anterior será sempre anotado o numero da carteira profissional e respectiva seção, expedida pela O.A.B., facultado ao funcionário, na dúvida, solicitar sua exibição.

Parágrafo único - Em se tratando de advogado não constituído, a entrega de autos estará sempre condicionada à prévia autorização judicial escrita.

Artigo 5.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de setembro de 1974.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça -

Young da Costa Mamo, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em exercício -

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça.
(D.J. 11-9-74).

**Agravo de Petição n.º DJ-239.197 - Tanabi - Agvte.: Banco do Brasil S. A. -
Agvdo.: Sr. Oficial Maior do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 239.197, da Comarca de Tanabi, em que é agravante o Banco do Brasil S. A. e agravado o Sr. Oficial Maior do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Apresentada a registro a escritura de compra e venda de fls. 6/9, a qual contém menção à escritura anterior, relativa ao mesmo bem e ora repetida por ter omitido requisito essencial, qual seja, a apresentação do certificado de quitação do "Funrural", suscitou o agravado a sua dúvida, através a alegação de que, não representando aquela omissão um caso de nulidade absoluta, bastava à regularização do registro a averbação do esclarecimento respectivo àquela quitação. Julgada procedente a dúvida, manifestou o apresentante o seu recurso, salientando a letra dos diplomas legais pertinentes e pedindo a reforma do decisório de primeiro grau, no que foi secundado pela Douta Procuradoria-Geral da Justiça do Estado.

A decisão impugnada, todavia, à vista das condições que envolvem a hipótese concreta, não merece reforma.

Saliente-se logo que nenhuma dúvida existe quanto à cominação de nulidade dos atos praticados e instrumentos assinados sem o oferecimento do certificado de quitação do "Funrural", uma vez que se trata, em verdade, de uma nulidade expressa ou textual (artigo 4.º da Lei n.º 5.757, de 3-12-71, com remissão aos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807-60, com a redação que lhes deram o Decreto-lei n.º 66-66 e 5.890-73).

Em que pese essa circunstância, porém, o fato é que a cominação não implica em inexistência do ato, mesmo porque inexistente é apenas aquele praticado com ausência de algum de seus elementos essenciais (consentimento, objeto e causa).

O ato nulo existe, até que a nulidade seja proclamada por quem de direito, e por isso gera efeitos, tanto que, bem ao contrário do que à primeira vista se possa pensar, mesmo a negócio nulo de pleno direito consolida-se com a prescrição (Caio Mário da Silva Pereira, "Instituições de Direito Civil", vol. 1, pág. 376, Forense, 1966).

Constatada essa particularidade, considere-se que não se cuidou de ato já declarado nulo, como também não se cuida de declará-lo tal, agora: trata-se, sim, de preencher adequadamente um requisito, sem o qual o ato poderia ser declarado nulo.

O ato declarado nulo realmente não pode ser confirmado, mas é evidente que com essa confirmação não se confunde a re-ratificação de um ato a que se comina pena de nulidade. A causa da nulidade já declarada, por outro lado, não pode, de fato, ser suprida por um elemento estranho ao requisito previsto como indispensável a validade do mesmo ato, assim por exemplo, a vontade do Juiz, a pedido das partes: mas como apenas se trata de preencher um requisito que antes faltou (não suprir ou substituir), bastará agora o simples preenchimento do requisito, porque com esse preenchimento estará sanado o vício que se mostrava capaz de propiciar uma futura declaração de nulidade.

O ato, em suma, não precisa ser repetido; será bastante uma escritura de re-ratificação, como sugeriu o agravado, a qual se averbará à margem do registro imobiliário original.

Reforce-se, outrossim, a recomendação formulada pelo MM. Juízo "a quo", no sentido da fiei observância à legislação referida, porquanto cuida ela, efetivamente, de uma cominação de nulidade, cujo alcance, mormente no que respeita à sua declaração, difere bem do da anulabilidade.

São Paulo, 15 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Agapito Antonio Pimenta, Adv.

Agravo de Petição n.º DJ-239.264 - Piracicaba - Agvte.: Dr. Curador dos Registros Públicos - Agvdo.: Kazuo Miazaki.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 239.264, da Comarca de Piracicaba, em que é agravante o Dr. Curador dos Registros Públicos e agravado Kazuo Miazaki. Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1 - Trata-se de dúvida suscitada pelo Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Piracicaba, quando da apresentação a registro das escrituras de fls. 4/9, por não constar das mesmas a exibição e arquivamento do Certificado de Quitação do INPS.

Processada regularmente a dúvida, manifestou-se pela sua procedência o Dr. Curador dos Registros Públicos, sobrevivendo a decisão de fls. 19/22, que a julgou improcedente, sob o fundamento de que o outorgado comprador não se apresenta como pessoa jurídica ou como empresa e portanto sujeito às restrições do artigo 142 da Lei 3. 807-60, e pelo motivo de se tratar de uma venda, coacta de natureza especial, prevista no artigo 973 do Código de Processo Civil de 1939. Acrescentou a decisão que a não apresentação do Certificado não prejudica o INPS, pois que, estando o valor da transação depositado na Caixa Econômica do Estado de São Paulo, resguardado está o Instituto de qualquer direito que, porventura, provenha de sua posição de credor.

2 - Merece provimento o recurso.

Realmente a Lei 3. 807-60, com as novas redações que lhe foram dadas pelo Decreto-lei 66-66, pela Lei 5. 729-71 e Lei S. 890-73 e regulamentada, ultimamente pelo Decreto Federal 72.771 de 6 de setembro de 1973, não favorece, para o registro, em hipótese alguma, os instrumentos lavrados e trasladados às fls. 4/9.

Não importa tratar-se, no caso "sub examine", de pessoa física, que segundo a r. decisão recorrida estaria isenta de apresentação do certificado de quitação para com o INPS. A Lei 3.807-66, com a redação alterada pelo Decreto-lei 66166, dispõe em seu artigo 79 que o proprietário, o dono da obra, ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma porque haja contratado a execução de obras da construção, reforma ou acréscimo do imóvel, é solidariamente responsável com as obrigações decorrentes desta lei, até expedição do Certificado de Quitação, previsto no n.º II do artigo 141.

Tratando-se de primeira transação, a apresentação de Certificado de Quitação do INPS constitui documento indispensável à transcrição, nos termos expressos do artigo 141, parágrafo 4.º da Lei 3. 807-60, com a redação que lhe deu o artigo 25 do Decreto-lei 66-66, cuja norma veio repisada pelo artigo 253, 111, "d" do recente Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973, que constitui o novo regulamento do regime de Previdência Social.

Assim, embora Kazuo Miazaki e Mário de Moraes Frota e sua mulher, não sejam pessoas jurídicas, estão vinculados às obrigações do INPS, pela co-responsabilidade com o proprietário e tratando-se de primeira venda, exigível o certificado.

Nem importa a forma como tenha sido transacionado o imóvel, se por ordem judicial, em hasta pública ou na forma estabelecida para venda por iniciativa particular, estabelecida no anterior Código de Processo Civil, artigo 973.

É expressa a lei, que não prevê exceções para estas formas de transações, uma vez que estatui, expressamente, ser necessária a apresentação do certificado de Quitação, quando da primeira transação, seja qual for a forma desta.

Na área transacionada existe um barracão, com visto de construção expedido aos 15 de janeiro de 1969 e pois em plena vigência das modificações trazidas pelo Decreto-lei 66/66. Dessa forma impunha-se a exigência de apresentação do certificado de quitação.

Nem se diga encartar-se a presente transação do item 1 do artigo 1.º do Decreto-lei 821-69, pois que a dispensa outorgada por esta norma não atinge os ora contratantes, que como já demonstrado, não estão desobrigados e tão pouco são União, Estado ou Município.

Não se cuida, no caso, como o quer a sentença recorrida, de um tributo devido ou não ao Instituto de Previdência. É uma exigência legal, formal, à qual está adstrito o regime imobiliário brasileiro, sob pena de nulidade do ato que o contraria. O legislador limitou-se a dispor sobre a exigência referente ao C.Q., o que basta para que * registro seja negado,

Pelo exposto, dá-se provimento ao agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 8 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Antonio Orlando Ometto, Adv.

Agravo de Petição n.º DJ - 238.480 - Capital - Agvte.: Paulo de Souza e Silva Filho - Agvda.: Oficial do 11.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 238.480, da Comarca da Capital, em que é agravante Paulo de Souza e Silva Filho e agravada a Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1 - Cuida-se de dúvida inversa em que o agravante requereu ao Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos procedesse à inscrição de um contrato de compromisso de compra, recusado pela Oficial do Registro de Imóveis, sob a alegação da falta de vários requisitos legais para tanto. Regularmente processada a dúvida, sobreveio a sentença de fls. 25/27 que indeferiu o pedido formalizado na peça inicial, julgando procedentes os motivos declinados pela serventuária. Irresignado, o requerente interpôs o presente recurso, que recebido e processado, obteve, em ambas as instâncias, parecer do Ministério Público pela confirmação da r. sentença.

II - O recorrente celebrou com Neyde Bandeira Miranda, um contrato particular de compromisso de venda e compra de um imóvel situado na atual rua Padre José Carsoti, 307, antes rua Paracatu, antiga rua "H" do Bairro do Rio Bonito. O contrato foi avençado quando Neyde Bandeira Miranda ainda era compromissário comprador, através de compromisso celebrado com o INPS.

Apresentado a registro, o contrato foi recusado por não satisfazer à todas formalidades legais, como prova da construção existente, de mudança de denominação das ruas "R" e "H" e vir acompanhado das certidões da Municipalidade e SABESP e aviso recibo do imposto do último exercício. A par destas circunstâncias a recusa deveu-se, ainda, por existir outro título contraditório, também, prenotado.

III - Merece confirmação a r. sentença recorrida. Outra não poderia ter sido a solução, ante a inexistência de tais formalidades essenciais, indispensáveis à segurança do Registro Imobiliário. No contrato em apreço não se indica, como é necessário, a transcrição anterior ou da escritura de venda e compra outorgada pelo INPS ao promitente vendedor. Esta última nem o poderia fazer, uma vez que foi passado quando o vendedor ainda era compromissário comprador. Destarte, imprescindível, a indicação da transcrição, com o objetivo de se assegurar o princípio da continuidade dos registros.

O registro ainda é inviável pela falta de apresentação das exigências fiscais e descrição perfeita do imóvel objeto do contrato. Não consta do documento as certidões devidas e tão pouco prova de construção e de mudança de denominação das ruas.

Não bastassem tais motivos a impedir a inscrição do contrato de fls. 9-11, outro existe reforçando o impedimento, qual seja a existência da escritura de fls. 16-18, prenotada e contraditória àquele contrato.

Em razões de recurso, o agravante, aceitando estar seu título a descoberto destas formalidades, requer uma inscrição provisória ou precária, até que se decida processo judicial, pelo qual intenta prevalecer suas pretensões.

Como bem frisou o Ministério Público, no parecer de fls. 43, o nosso direito desconhece a inscrição provisória ou precária, que por falta de lei que a ampare, simplesmente, deve ser repelida.

Pelo exposto, correta a decisão do MM. Juiz de Primeira Instância, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 8 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos; Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente
Dr.ªs Dayse Souza e Silva e Mariza Souza e Silva, Advs.

Embargos de Declaração n.º DJ-237.009 - Capital - Embgte. Sociedade Beneficente Alemã - Embgdo.: Oficial do 15.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração n.º 237.009, da Comarca da Capital, em que é embargante Sociedade Beneficente Alemã e embargado o Oficial do 15.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em não conhecer do recurso.

Os embargos de declaração devem ser opostos dentro de cinco dias da data da publicação do acórdão, em petição dirigida ao relator (artigo 536 do C. P. Civil).

No caso, o acórdão embargado foi publicado no dia 17-10-74, estando, assim, dele intimado o ora embargante. No entanto, adveio o novo recurso apenas no dia 25 de outubro, quando já escoados os cinco dias do prazo recursal que agora se apresenta.

Evidenciada, dessarte, a intempestividade do reclamo impõe-se o seu não conhecimento, pagas as custas na forma da lei.

São Paulo, 8 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Adyr Gomes Leite, Adv.

Agravo de Petição n.º DJ-239.478 - Bebedouro - Agvte.: Curador de Registros Públicos da comarca - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 239.478, da Comarca de Bebedouro, em que figura como agravante o Dr. Promotor Público e como agravado o Escrivão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais daquela Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando-se a sua distribuição a uma das Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Bebedouro a respeito da escritura de adoção de fls. 4/5, sob fundamento de que nela se determina, indevidamente, que os nomes dos pais e avós de sangue sejam substituídos, no assento de nascimento da adotada, pelos nomes dos adotantes e dos pais deste.

O MM. Juiz, em sua decisão de fls. 14/19, determinou que se procedesse à averbação da escritura de adoção em seus exatos termos, o que ensejou a interposição de recurso de agravo de petição por parte do Dr. Promotor Público que, na qualidade de Curador de Registros da Comarca, propugna pela reforma do decisório que, 4 seu ver ofende a legislação disciplinadora da matéria e destoia da orientação jurisprudencial dominante.

O recurso, todavia, não comporta conhecimento.

Com efeito, o artigo 113, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, tem por fundamento o artigo 64, inciso VI, do Código Judiciário, que dispõe competir ao Conselho Superior da Magistratura "julgar o agravo de petição interposto de decisão sobre dúvida de serventuário de Registros Públicos."

E os recursos deferidos à legislação local, e destarte subtraídos do Código de Processo Civil e de leis federais extravagantes, são aqueles que dizem respeito a decisões que resolverem dúvidas dos Oficiais de Registros de Imóveis (artigos 215 e seguintes do Registro de Títulos e Documentos (artigo 164, Decreto n.º 4.857/139), dos Escrivães do Registro Civil das Pessoas

Jurídicas (artigo 10, do Dec. Federal n.º 9.085, de 25-3-1946).

Aliás, mesmo antes da vigência do Código Judiciário, mas na vigência do Decreto Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, esse sempre foi o entendimento deste Conselho, como se pode ver dos acórdãos referentes ao julgamento da apelação cível n.º 83.971, de Piracicaba ("in" D.O.J. de 11-1-68)1 do Agravo de Petição n.º 168.023, de Matão ("in" D.O.J. de 10-4-68), e do Agravo de Petição n.º 169.093, de São Paulo "in" D.O.J. de 12-6-68).

A espécie dos autos, por conseguinte, não se enquadra em nenhuma das hipóteses atrás mencionadas e à falta de mandamento legal federal autorizando a criação de recurso no âmbito local, segue-se que "in casu" o recurso cabente é o de apelação para uma das Câmaras Cíveis do E. Tribunal de Justiça.

Por esses fundamentos, não se conhece do agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Darly Vigano, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ-239.927 - Campinas - Agvte.: Fazenda Nacional - Agvdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Petição n.º 239.927, da Comarca de Campinas em que é agravante a Fazenda Nacional e agravado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

O agravado suscitou dúvida quanto à inscrição da penhora determinada pelo mandado de fls. 35, expedido nos autos da carta precatória provida do Juízo Privativo das Fazendas Públicas e Acidentes do Trabalho da Comarca de Santos, passada nos autos de executivo fiscal que a Fazenda Nacional move contra Camargo & Coelho, sob alegação de que o imóvel penhorado não mais se encontra transcrito em nome do executado indiciado (Francis Sinclair de Sousa Dantas Forbes), mas sim em nome de terceiros.

Impugnada a dúvida, foi ela julgada procedente, o que ensejou a interposição do presente recurso, manifestando-se os Representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da r. sentença agravada.

E, realmente, outra não é a solução a ser dada à espécie, já que o imóvel não mais se encontra transcrito em nome do executado Francis Sinclair de Sousa Dantas Forbes, eis que foi alienado parte em 14-12-1967, à Sobraplan - Sociedade Brasileira de Planejamento Ltda., e a parte restante em 8-5-1968, à Predial Administradora e Agrícola Santa Rosária S.A., sociedades que não guardam relação com a executada ou com o mencionado Francis Sinclair. A penhora, outrossim, somente foi efetivada anos essas alienações, ou seja, em 6-3-1972.

Ora, é tranqüila a jurisprudência deste Conselho, no sentido de que "pode o Oficial suscitar dúvida" se a inscrição judicialmente ordenada estiver em oposição com o direito do titular do imóvel, devidamente transcrito, ou, por outra, não figurando em nome do devedor a transcrição do imóvel, a inscrição não poderá ser levada a efeito, nem o mandado judicial poderá ter cumprimento" (Serpa Lopes, "in" Tratado dos Registros Públicos, 5.ª ed., vol. II, pág. 355)" (Agravos de Petição ns. 189.389, da Capital, 110.008, de Fernandópolis e 201.377, de Guarujá etc.).

E se fraude houve, há que ser ela resolvida pelas vias adequadas e não neste procedimento de jurisdição voluntária.

Fica, todavia, assente que a presente dúvida diz respeito exclusivamente ao mandado judicial expedido nos autos da carta precatória n.º 86-72, consoante aliás está explícito na suscitação de fls. 2/11, assim não alcançando as demais cartas precatórias em cumprimento na Comarca, entre as mesmas partes, e muito menos aquela em que se dá cumprimento à r. sentença de fls. 50162 (cf. fls. 79/80), indevidamente considerada e refutada pela r. decisão de fls. 86/90, que destarte decidiu matéria que não objeto da dúvida do Oficial.

Nega-se, por conseguinte, provimento ao recurso, restando mantida a r. sentença agravada, com a observação acima.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Arthur de M. Godoy, Advogado

Agravo de Petição n.º DJ - 240.028 - Itu - Agvte. - Raul Cervezon - Agvdo.: o Escrivão do Registro Civil das Pessoas Naturais daquela Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 240.028, da Comarca de Itu, em que é agravante Raul Cervezon e agravado o Escrivão do Registro Civil das Pessoas Naturais daquela Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando-se a sua distribuição a uma das Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo Escrivão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Itu, a respeito de averbação de uma escritura de reconhecimento de filhos ilegítimos, na constância do casamento.

O MM. Juiz de Direito em sua decisão de fls. 17 julgou a dúvida procedente, o que ensejou o presente recurso de agravo de petição. Processado regularmente a Procuradoria-Geral da Justiça deu parecer pelo seu improvimento.

O recurso, todavia, não comporta conhecimento.

Com efeito, o artigo 113, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, tem por fundamento o artigo 64, inciso VI, do Código Judiciário, que dispõe competir ao Conselho Superior da Magistratura "julgar o agravo de petição interposto de decisão sobre dúvida d.-serventuário de Registros Públicos",

E os recursos deferidos à legislação local, e destarte subtraídos do Código de Processo Civil e de leis federais extravagantes, são aqueles que dizem respeito a decisões que resolverem dúvidas dos Oficiais de Registros de Imóveis (artigos 215 e seguintes do Decreto n.º 4.857/39), dos Escrivães dos Registros de Títulos e Documentos (artigo 164, do Decreto n.º 4.857/39), e dos Escrivães; do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (artigo 10, do Decreto Federal n.º 9.085, de 25 de março de 1946).

Aliás, mesmo antes da vigência do Código Judiciário, mas na vigência do Decreto Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, esse sempre foi o entendimento deste Conselho, como se pode ver dos acórdãos referentes ao julgamento da Apelação Cível n.º 83.971, de Piracicaba ("in" D.O.J. de 11-1-68), do Agravo de Petição n.º 168.023, de Matão ("in" 13.03. de 10-4-68), e do Agravo de Petição n.º 169.093, de São Paulo ("in" D.O.J. de 12-6-68).

A espécie dos autos, por conseguinte, não se enquadra em nenhuma das hipóteses atrás mencionadas e à falta de mandamento legal federal autorizando a criação de recurso no âmbito local, segue-se que "in casu" o recurso cabente é o de apelação para uma das Câmaras Cíveis do E. Tribunal de Justiça.

Por esses fundamentos, não se conhece do agravo.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins; Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Lício Marcondes do Amara], Advogado

Agravo de Instrumento n.º DJ-237.521 - Capital - Agvte.: Cal Empreendimentos Limitada - Agvdo.: Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 237.521, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Cal Empreendimentos Limitada e agravado o Juízo da 1.ª Vara dos Registros Públicos,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pelos fundamentos a seguir deduzidos.

Inconformada com decisão proferida pelo MM. Juiz da 1.ª Vara dos Registros Públicos, julgando procedente a dúvida suscitada pelo Oficial do Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição da Capital, a agravante interpôs recurso de apelação, não recebido por inadequado e intempestivo (fls. 14).

Contra o não recebimento de seu apelo foi então interposto o presente agravo de instrumento, mantendo o MM. Juiz sua decisão e com o Ministério Público de ambas as instâncias manifestando-se pelo improvimento.

E realmente outra não pode ser a solução.

Dispõe o Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, em seu artigo 220, que as leis locais poderão estabelecer recursos para as decisões proferidas em procedimentos de dúvidas suscitadas pelos Oficiais do Registro Imobiliário.

E em consonância com esse dispositivo legal, estabeleceu o Decreto-lei Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, em seu artigo 35, que, o recurso cabível em tais hipóteses seria o de agravo de petição, norma essa que restou mantida pelo Código Judiciário do Estado (artigos 64, VI, e 68, IV).

Acrescente-se, ademais, que, dado ao caráter administrativo do procedimento de dúvida, destinado ao debate de questões reguladas em lei especial, não implicou a vigência do novo Código de Processo Civil, ao contrário do asseverado pela agravante, em alteração do artigo 220, do Regulamento dos Registros Públicos ainda que para tanto não bastassem as circunstâncias de que a Lei n.º 6.014/73 não fez referência ao Decreto n.º 4.857/39 e de que a letra do artigo 1217, do Código de Processo Civil vigente, mantém os recursos nos processos regulados em leis especiais. E por isso mesmo, inviável a invocação pretendida pela agravante, "por equidade", do disposto no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Decreto-lei n.º 58, com a redação dada pela Lei n.º 6.014/73.

Destarte, interposta a apelação fora do quinqüídio, como se vê das peças de fls. 10 e 27, não se pode nem mesmo conhecê-la como agravo de petição. Desse teor a jurisprudência deste Conselho, conforme se vê dos acórdãos xerocopiados às fls. 16 e 17.

Evidenciada, por conseguinte, a intempestividade do recurso, impunha-se de fato o seu não recebimento e processamento.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente.

Márcio Marfins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente.

Advs.: Drs. Clóvis Prestes de Mello, João Roberto Ferrara, José Luiz Bayuex Filho, e outros.

Apelação Cível n.º DJ - 237.648 - Guarujá - Apte.: Olímpio de Oliveira - Apdos.: Vera Maria Sayão Carneiro, representada por seu marido Hugo Acreano de Freitas; Carneiro, e Pedro Luiz de Oliveira Sayão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 237.648, da Comarca de Guarujá, em que é apelante Olímpio de Oliveira, sendo apelados Vera Maria Sayão Carneiro, representada por seu marido Hugo Acreano de Freitas Carneiro, e Pedro Luiz de Oliveira Sayão.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem qualquer divergência de votos, não conhecer do recurso e determinar a remessa dos autos ao E. Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Os apelados apresentaram ao Oficial Imobiliário da Comarca de Guarujá, para fins de inscrição, memorial de loteamento de uma área de 742.088,12m², denominada "Balneário Praia do Perequê", situada no município e comarca de Guarujá.

Publicado o edital, sobreveio impugnação, seguindo-se as manifestações dos impugnados e do Dr. Curador de Registros da Comarca.

A decisão de fls. 130/12, desacolheu a impugnação e determinou o registro pretendido, ensejando-se o recurso tempestivamente interposto.

Nesta instância, opinou a d. Procuradoria-Geral da Justiça, sobrevindo o despacho de fls. 164, que foi tornado sem efeito às fls. 225.

A espécie é de pedido de inscrição de, loteamento no Cartório do Registro de Imóveis, que sofreu impugnação prevista no artigo 2.º do Decreto Federal n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938. Assim, competente para dirimir a questão é o Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil, nos termos do disposto no artigo 42, 11, alínea "d", da Resolução n.º 1/71.

Na hipótese em apreço não se trata de dúvida de Oficial Imobiliário, em que o legislador, abrindo exceção à regra geral da competência, comete ao Conselho Superior da Magistratura o julgamento dos agravos de petição interpostos das decisões.

As leis que abrem exceção só abrangem os casos que especificam. No caso, trata-se de apelação, interposta da decisão proferida em litígio particular. Logo, este recurso não pode ser decidido pelo Conselho Superior da Magistratura e sim por uma das Câmaras do Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Na expressão "ação de loteamento" compreendem-se todos os processos relacionados ao loteamento. A questão dispensa maior exame, pois o Tribunal de Alçada em sessão plenária, já reconheceu sua competência para julgamento de processos de impugnação à inscrição de loteamentos.

Neste mesmo sentido foi o que ficou decidido por este E. Conselho no julgamento dos agravos de petição n.º 220.727 e 233.200.

Pelo exposto, o Conselho Superior da Magistratura não conhece do recurso, ficando determinada a remessa dos autos ao E. Segundo Tribunal de Alçada Civil.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos; Ferreira de Oliveira - Presidente.

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advs.: Drs.: José Augusto Trovato - Renato Passarelli Jayce - Roberto Elias Cury e Rubens Garcia.

Agravo de Petição N.º DJ-238.570 - Santa Rosa do Viterbo - Agvte.: Tercílio Dutra - Agvdo.: O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 238.570, da comarca de Santa Rosa do Viterbo, em que é agravante Tercílio Dutra e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis daquela comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1. Apresentada a registro, para transcrição, a escritura de compra e venda de fls. 5-6, re-ratificada pela escritura de fls. 4-4v., negou-se o agravado a transcrevê-la sob o fundamento de que foi a área adquirida, desmembrada de um todo de 36,7 ha., restando apenas como remanescente a área de 8,34,40 ha., que se configura inferior ao módulo e fração mínima de parcelamento permitido, que é de 13,00 ha., para aquela região.

A dúvida foi devidamente processada, manifestando-se o Dr. Curador dos Registros Públicos pela sua improcedência. Sobretudo a decisão de fls. 34-37, que a julgou procedente, sob o fundamento de que o condomínio pretendido na escritura levada a registro, embora a aquisição se refira a partes ideais, porém já certas, de futuro, seria extinto e conseqüentemente, inobservadas as determinações da Lei 4.504-64, que proíbe desmembramentos inferiores ao módulo;

Foi interposto o agravo e a Procuradoria Geral da Justiça, em seu parecer, opinou pelo seu improvimento.

Em razões de recurso o agravante sustenta que embora os vendedores José Fucchi e sua mulher tenham formado o sítio, de três aquisições, integrando-as em única área, transmitiu-lhe parte apenas deste todo conservando-se o condomínio, que não é vedado pelo Estatuto da Terra. Afirmou, ainda, o recorrente que na verdade o sítio "São José", formado pelos vendedores, não tem existência jurídica autônoma, pois que provém de três aquisições de partes ideais e de cessão de direitos hereditários, que continuam partes ideais da fazenda "Monte Alto", e por tais

circunstâncias possível é o registro.

2. Pelo que se deduz dos autos e das alegações do recorrente, José Fucchi adquiriu de José Matos e sua mulher os direitos hereditários que a estes cabiam na herança de Manoel Pedro Pimenta e que consistiam e se referiam exclusivamente ao imóvel agrícola composto de 72,60 ha., que por sua vez estava compreendido em comum no quinhão de 217,80 ha., situado na Fazenda denominada Monte Alto. Posteriormente José Fucchi adquiriu de Lázaro Alves Ferreira e sua mulher e de Rosa Pimenta, outra gleba de terra de 16,74 ha., situado no mesmo imóvel Fazenda Monte Alto e finalmente adquiriu de José Pimenta e outros a área de 11,61,00 ha., que respectivamente, obtiveram as transcrições de n.ºs 1.759 e 2.841. A primeira aquisição não foi transcrita, à vista de não se ter aberto o inventário de Manoel Pedro Pimenta.

José Fucchi reunindo todas estas aquisições formou o sítio denominado São José no total de 36,70 ha. e a seguir vendeu ao recorrente e sua mulher parte ideal destas terras, individuada em 11,72 alqueires, ou seja 28,35,60 ha, restante aos vendedores o remanescente de 8,34,40 ha.

3. A dúvida é procedente, impondo-se o improvimento do recurso.

O cadastramento feito por José Fucchi incluiu para constituição de sua área direitos hereditários e partes certas em comum com outros proprietários, o que por isso o torna irregular, acarretando a impossibilidade do registro. Não poderia uma propriedade ser cadastrada sem a regularização dominial e aperfeiçoada sua titularidade. Irregular o cadastro, como bem observou a Procuradoria Geral da Justiça, toda transação que nela se calca estará marcada por igual vício. Assim é que com respeito à cessão dos direitos hereditários observa-se a inexistência de titulação em nome do vendedor, dada a inexistência do inventário e partilha.

Esta titulação é obrigatória. A finalidade primacial do registro imobiliário de valer para terceiros, torna exigível o registro anterior, para a continuidade e disponibilidade futura.

Além do mais, se o caso é de cessão de direitos hereditários, impossível a transcrição em nome do cessionário, dada a inexistência da individuação dos bens do espólio, cabendo ao cessionário, isto sim, pleitear o pagamento em partilha do que couber ao cedente, sub-rogado nos direitos deste último.

Não bastassem estas circunstâncias impeditivas do registro, as escrituras em apreço não descrevem com perfeição o imóvel que é seu objeto. Não existe a referência de estar a área vinculada a terras da Fazenda "Monte Alto", conforme descrição das escrituras anteriores xerocopiadas às fls. 23/26.

Por derradeiro vale salientar que a transação ora efetuada viola o Estatuto da Terra, que proíbe sejam os imóveis rurais divididos em área de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural (Lei 4.504/64, art. 65).

No caso destes autos objetiva-se a transferência de propriedade por ato entre vivos, a originar um minifúndio, defeso por lei.

Não importa se argumente persista o imóvel em uma indivisão, não vedada pelo Estatuto da Terra.

Mesmo que assim fosse, pois que existe determinação de área certa, a posterior divisão encontraria óbice ao registro, a vista de ter sido formada após o advento da Lei 4.504/64.

A pura extinção do condomínio não acarreta "ipso facto" a obrigatoriedade da transcrição das partes seccionadas.

É orientação deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura, após o Agravo de Petição n.º 235.884, da Comarca da Capital, de que se o ato formador do condomínio representa transmissão da propriedade, a qualquer título, aperfeiçoado após o advento da Lei 4.504/64, a aplicação de seu artigo 65 é medida de rigor.

Destarte, pelos motivos expostos nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcio Marfim Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente

Adv.: Dr. José Francisco Ribeiro

Agravo de Petição n.º DJ-238.753 - Presidente Venceslau - Agvte.: Joaquim dos Reis Neves - Agvdo.: Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 238.753, da Comarca de Presidente Venceslau, em que é agravante Joaquim dos Reis Neves e agravado o Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se negou a proceder à transcrição da escritura de compra e venda de fls. 3-5, sob alegação de que o adquirente e ora agravante, pessoa física estrangeira, não pode, nos termos da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, adquirir imóvel rural que exceda a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua, sendo que a área adquirida alcança 60,97 módulos, consoante Recibo Certificado de Cadastro expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Impugnada a dúvida, o MM. Juiz, acompanhando a manifestação do Dr. Curador, julgou-a procedente, o que ensejou a interposição de recurso, manifestando-se por seu provimento o Douto Procurador da Justiça, para quem, na ausência de regulamentação da Lei n.º 5.709-71, as aquisições por estrangeiros devem ser examinadas individualmente, concluindo que a retratada nos autos pode ser transcrita, pois o adquirente é português, com permanência autorizada no País, pecuarista, não havendo, destarte, possibilidade de afetar à segurança nacional, que é o objetivo da lei proibitiva.

O recurso, no entanto, com a devida vênia, não comporta provimento.

Com efeito, dispõe o artigo 10, da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, que "a aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua".

Ora, a gleba de terras objeto da escritura de fls. 3-5, atinge a 60,97 módulos, bem superior ao limite máximo permitido, com o que não poderia ela sequer ter sido lavrada, consoante a norma proibitiva inserida no artigo 15, da referida lei.

Nem se argumente, como faz o agravante, com a falta, na ocasião, de regulamentação da Lei n.º 5.709-71.

É que a regra jurídica inserida no artigo 3.º retro mencionado, que tem por supedâneo o artigo 153, parágrafo 34, da Constituição Federal, é proibitiva, de direito cogente, não dependendo de nenhuma regulamentação para sua imediata execução.

O que ficou para ser regulamentado e que, portanto, não pode prejudicar aos destinatários da norma legal, pela ausência de regulamentação, é a forma em que se daria a aquisição, por estrangeiro, de imóvel rural não excedente a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida. Por outro lado, não pode a lei ficar dependendo, em sua execução, "ad aeternitatem" do arbítrio do Poder Executivo. Assim, não editada a regulamentação do prazo fixado, que no caso era de noventa dias, os doutrinadores, à unanimidade, afirmam que os destinatários da lei podem se valer de seus preceitos, obviamente desde que se possa prescindir do regulamento (cf. Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, ed. 1966, pág. 77; Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1967, com a emenda n.º 1, de 1969, pág. 312 e seguintes).

Ora, somente agora, a 26 de novembro de 1974, expediu-se o Decreto n.º 74.965, regulamentador da Lei n.º 5.709-71, mas sem que anteriormente se impedissem aos estrangeiros, pela falta de regulamentação, de adquirirem imóveis rurais, uma vez respeitado o módulo máximo fixado.

E nem é de se examinar caso por caso, para eventual deferimento, quando se exceda ao módulo máximo, como pretende o dourro Procurador da Justiça, seja antes como depois de expedido referido regulamento, porquanto estar-se-ia ladeando uma imposição legal, ditada por imperativos de segurança nacional e que só ao Poder Executivo é dado modificar (artigo 10, da Lei n.º 5.709-71 e artigo 7.º, parágrafo 5.º, do Decreto n.º 75.965, de 26-11-74), Resta, finalmente, dizer que nem mesmo se pode examinar a espécie com relação à nacionalidade portuguesa do agravante, porquanto não se valeu ele do denominado "Estatuto de Igualdade", regulamentado pelo Decreto n. 70.436, de 18-4-72, e que possibilitou aos portugueses "a aquisição da igualdade de direitos e obrigações civis e do gozo dos direitos políticos", desde que com residência permanente no País.

Nega-se, destarte, provimento ao recurso.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcia Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator
Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente
Adv.: Dr. Braz Aristeu de Lima

Agravo de Petição n.º DJ-238.952 - Descalvado - Agvte.: Cid Muniz Barreto - Agvdo.: o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados o discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 238.952, da Comarca de Descalvado, em que é agravante Cid Muniz Barreto e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, em negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Sr. Oficial do Registro de Imóveis de Descalvado, que se recusou a efetivar o registro da escritura de fls. 6/8, sob alegação de que se refere ela a compra e venda de uma gleba de terras com a área de 1,00 alqueire, ou 2,42 ha., desmembrada de área maior (3,405 alqueires, ou 8,23,94 ha), portanto com infringência a dispositivos do Estatuto da Terra, já que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fixou, para a região, o módulo mínimo de 13,00 ha. Assim, não só a gleba transacionada, como a remanescente ficaram com dimensões inferiores ao referido módulo. Ademais, não há prova de que o INCRA tenha concordado com a transformação do imóvel de rural em urbano, exigência de ordem legal, assim como não há prova de que a destinação do imóvel não seja rural. E, finalmente, não foi exibido o Recibo - Certificado de Cadastro, expedido pelo INCRA, comprobatório do pagamento do imposto.

A R. sentença de fls. 24/29, acolhendo o parecer do Dr. Curador fls. 23/23 v), julgou procedente a dúvida, o que ensejou a interposição de recurso, manifestando-se a douta Procuradoria da Justiça pela confirmação do r. decisório de primeira instância.

E, realmente, há que se confirmar a r. sentença agravada.

Segundo se vê da escritura de fls. 6/8, o agravante adquiriu de Georgina Maria Gomes Monteiro uma gleba de terras de 1,00 alqueire (ou 2,42 ha), desmembrada de área maior, que o Sr.

Oficial, sem contestação do agravante, diz ter 3,405 alqueires (ou 8,23,94 ha.).

Ora, o módulo mínimo fixado pelo INCRA para a região é de 13,00 ha., com o que a gleba maior, que já era inferior ao módulo (8,23,94 ha), não comporta qualquer desmembramento, porquanto "o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural" (artigo 65, da Lei n.º 4.504, de 30-11-1964), afirmando, outrossim, o Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, em seu artigo 11, que "nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em áreas de tamanho inferior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes do Certificado de Cadastro", imposição ainda repetida na Lei n.º 5.868, de 12-12-72, em seu artigo 8.º.

Destarte, em se tratando de imóvel rural, a transcrição pretendida é de fato inviável, consoante remansosa jurisprudência neste Conselho (R.T. 452/104).

Mas, alega o agravante que já foi o imóvel transformado em urbano, com o que não se sujeitaria às restrições impostas para os imóveis de natureza rural.

Ocorre, no entanto, que no próprio contexto da escritura está explicitado que o imóvel "encontra-se devidamente cadastrado junto ao INCRA ... sob n.º 618.055.006.289" fls. 6), e que foi "apresentado o Certificado de Quitação do Ministério do Trabalho e Previdência Social - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural" fls. 7/ 8), o que por certo, como bem lembrou o douto Procurador oficiente, bem indica a natureza rural do imóvel.

Nem bastaria a declaração de fls. 10, de um lançador da Prefeitura local, transcrita especificamente e devidamente o imóvel, para que o Sr. Tabelião do 1.º Cartório de Notas de São Carlos, considerasse o imóvel como urbano e assim lavrasse o ato,

E mesmo que haja a Lei Municipal n. 197, de 21-11-1973, disposto que o imóvel passou a integrar a área urbana do Município de Descalvado, haveria preliminarmente o interessado que averbar essa modificação da natureza do imóvel à margem da transcrição anterior, porque se trata de circunstância que afeta o registro, consoante a previsão do art. 285, do Decreto n.º 4.857-39. Desse teor o v. acórdão deste Conselho, relatado pelo então Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, referente ao agravo de petição n.º

229.395, da Comarca de Santa Fé do Sul.

Por outro lado, há que se considerar que o conceito de imóvel rural dimana, segundo o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 5. 868, de 12 de dezembro de 1972, e no art. 4.º, inciso I, do Estatuto da Terra, de sua destinação (exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial), independentemente de sua localização.

Em suma, não basta ao agravante simplesmente alegar que o imóvel transformou-se de rural em urbano. Ao invés deve providenciar a averbação dessa transformação à margem da transcrição anterior, mediante certidão passada pela Prefeitura Municipal local, comprobatória do fato, consoante o disposto no parágrafo único, do artigo 285, do Decreto n.º 4.857/39, de aplicação analógica à espécie, conforme já decidiu este Conselho em hipótese semelhante (cf. agr. pet. retro mencionado). Apresentará, outrossim, para evitar a incidência do disposto no art. 6.º, da Lei n. 5. 868, de 12-12-72, e caso não tenha a Prefeitura obtido a respectiva autorização do INCRA quando da elaboração da Lei Municipal n. 197/73, mencionada autorização, que poderá obter diretamente segundo dispõe o art. 4.º e seu parágrafo único, do Decreto n.º 62.504, de 8 de abril de 1968, de aplicação igualmente analógica, pois, do contrário, embora situado dentro do perímetro urbano, o imóvel, já que cadastrado no INCRA, continuará sendo considerado como rural.

Obviamente exigirá também o Sr. Oficial, quando da referida averbação, os respectivos Comproventes tributários.

Por tais fundamentos, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente.

Márcio Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Adv.: Dr. Odemir Albino Micheletti

Agravo de Petição n.º DJ-239.019 - Tatuí - Agvte.: Antenor Thornazi - Agvda.: Sra. Escrivã do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 239.019, da Comarca de Tatuí, em que é agravante Antenor Thomazi, sendo agravada a Sra. Escrivã do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, dar provimento ao recurso pelos fundamentos a seguir deduzidos.

1 - Levada a registro a "escritura de compra e venda de imóvel, com dação em pagamento como parte do pagamento, cessão de compromisso e outras avenças", que se vê às fls. 6-13, negou-se o agravado a transcrevê-las, sob alegação de que seria "in casu" "necessário requerer ao Juízo competente um alvará para representação do Espólio de Alceu Fiusa" (fls. 5), o que motivou a suscitação de dúvida inversa pelo apresentante do título.

O Dr. Promotor acompanhou os argumentos do suscitante, entendendo desnecessária a apresentação de alvará, pois, quando "da lavratura da escritura, o espólio já havia sido partilhado", limitando-se assim a viúva-meeira e a única herdeira "tão-somente a cumprirem uma obrigação anteriormente assumida", já que o imóvel foi compromissado e movido pelo "de cujus".

A r. sentença deu razão à suscitada, tendo por procedente a dúvida, porquanto, nos termos do art. 992, item 1, do Código de Processo Civil, o alvará respectivo deveria ter sido expedido no curso do inventário e lavrada a escritura, providência indispensável já que, "no registro imobiliário, figura o imóvel de título para que, com base nele, passe a figurar em nome de quem o adquiriu, com a abertura da sucessão" fls. 21-22).

Interposto o recurso, o Dr. Promotor manteve seu ponto de vista e o parecer do Douto Procurador da Justiça é pelo provimento, não só pelos fundamentos já alinhados pelo Dr. Promotor, mas também porque não haverá no caso prejuízo de qualquer espécie, sendo mantido "o vínculo da nova transcrição com a anterior (pela prudência da indicação do Espólio de Alceu Fiusa naquela escritora)", além do que, "em matéria imobiliária, as soluções devem ser procuradas no interesse das partes, sempre que estejam de boa-fé o que do atendimento não

decorram prejuízos para terceiros" ffs. 44-45).

2 - Em verdade, a expedição de alvará autorizando o Espólio de Alceu Fiusa a outorgar escritura definitiva do imóvel era providência indeclinável, nem cabendo argumentar-se que o artigo 992, item 1, do Código de Processo Civil, não vigia ao tempo do processamento e encerramento do inventário, porquanto esse dispositivo nada mais fez do que transformar em "jus scriptum" norma imanente em nosso ordenamento jurídico.

Realmente, se no registro imobiliário o imóvel está transcrito em nome do "de cujus", haveria que comparecer o espólio no ato, por seu inventariante, como outorgante, mediante alvará judicial, a ser transcrito na escritura, com o que se asseguraria o princípio da continuidade do registro adotado pelo Regulamento dos Registros Públicos (art. 214).

Por outro lado, encerrado o inventário com a partilha, cessa a representação do espólio pelo inventariante, pois, como bem lembra Pontes de Miranda, "as funções do inventariante vão até transitar em julgado a sentença de partilha" (Comentários ao anterior Código de Processo Civil, 1958, vol. 11-80; Comentários ao novo Código de Processo Civil, 1974, vol. 1-329).

Destarte, cessada a representação (terminologia que Pontes de Miranda condena, mas que entrou definitivamente em nossas leis), não podia a inventariante representar o espólio de seu marido, na indigitada escritura, sem que antes se munisse do competente alvará, consoante a seguinte lição: "Para efeito da gestão de bens, a função do inventariante cessa com a divisão do espólio decretada pelo julgamento da partilha, mas, evidentemente, não cessa para o despacho das obrigações do "de cujus", pelas quais responde o espólio (R.F. 154-293).

Tanto isso é verdade que, sentindo a falha da representação, o Espólio veio a ser representado não só pela viúva-meeira (ex-inventariante), mas também pela "única a universal herdeira" (filha do "de cujus"), sendo esta última providência desnecessária já que o comparecimento exigido é tão-só do inventariante.

Na realidade, os erros no caso vêm desde o inventário, no qual cumpria ser arrolado o bem compromissado e a parte do preço ainda por receber, este como bem a ser partilhado e aquele como obrigação assumida em vida pelo Me cujus" e a ser cumprida pelo inventariante através de alvará judicial.

Mas, pergunta-se: esse abandono às fórmulas e princípios impede, realmente, o registro?

De um ponto de vista rigoroso, como o adotado pelo MM. Juiz, haveria realmente a resposta que ser afirmativa.

Mas, como ponderado pelo Dr. Procurador oficiante, "não haverá, com a transcrição pleiteada, prejuízo de qualquer espécie, garantidos que estão os interesses de todos os intervenientes da escritura lavrada no 5.^o Cartório de Notas de São Paulo, e mantido que será o vínculo da nova transcrição com a anterior (pela prudência da indicação do Espólio de Alceu Fiusa naquela escritura)", a par de que, "em matéria imobiliária as soluções devem ser procuradas no interesse das partes, sempre que estejam de boa-fé e do atendimento não decorram prejuízos para terceiros" (fls. 45).

Ademais, a cautela com que se houveram os interessados, inclusive averbando à margem da inscrição do compromisso o formal de partilha pertinente a parte do preço pago (fls. 19), permite verificar-se a regularidade da transação, dispensando-se a formalidade do alvará. Assim, constata-se por essa averbação que no inventário de Alceu Fiusa figuraram apenas a viúva-meeira e inventariante Lígia da Costa Neves Fiusa e a filha única do casal Maria Francisca Tereza Fiusa, ambas maiores e capazes, as quais compareceram na citada escritura.

Destarte, não passaria de intolerável excrescência exigir-se novamente a lavratura de outra escritura, em tudo idêntica à de fls. 6-13, tão-somente para que nela se transcrevesse um alvará, à esta altura, sem qualquer finalidade, apenas para cumprimento de mera formalidade, acarretando enormes gastos e dissabores às partes.

Obviamente, contudo, para que se assegure a continuidade do registro, deve figurar como transmitente o Espólio de Alceu Fiusa, embora não expedido o alvará judicial que autorizaria a viúva-meeira, na qualidade de inventariante, a alienar o bem.

Para tais fins é dado provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcio Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça o Relator

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente

Advs.: Drs. Raul da Rocha Medeiros Júnior, José Amancio de Fair Motta Medeiros e Mateus Jacó

Hessel.

Processo de Recurso n.º 26/74 - GAPRE-4 - Birigüí Recte,: Orivaldo Pozzobon - Recda.: Comissão Examinadora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso manifestado por Orivaldo Pozzobon, Escrivão do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Cardoso, contra decisão da Comissão Examinadora do concurso para provimento do 2.º Cartório de Notas e Ofícios de Justiça da Comarca de Birigüí.,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, negar provimento, por votação unânime, ao recurso.

Alega o recorrente que lhe assiste mais um ponto pelo exercício da função de Comissário de Menores e que não cabia ao candidato Waldomiro Rocha Domingues dois pontos por diploma de curso médio além dos três recebidos pelo diploma de bacharel em direito.

Sem razão.

O cômputo paralelo do tempo de exercício das funções de Comissário de Menores não se encaixa na previsão do artigo 20, parágrafo único, inciso 6, que reza:

"cada período de 5 anos de efetivo exercício como escrevente ou outra função exercida como servidor da justiça, Juiz, Promotor ou Advogado - um ponto".

A expressão "outra função exercida como servidor da justiça" não compreende a de Comissário de Menores, "munus publico", de exercício cumulativo, suscetível tão-somente de repercutir na aferição da eficiência e boa cooperação de que trata o inciso 8 do citado artigo 20.

Não está na letra nem no espírito do inciso 6 a adição do tempo paralelo de exercício acumulado de função, mormente quando não específica do "servidor da justiça", ou não seja, como explicitado, de Juiz, Promotor ou Advogado.

Frise-se que o novo diploma da legislação contempla a contagem de tempo em dobro, ao contrário da legislação anterior que a admitia restritamente quanto ao período de acumulação de outro ofício que não fosse pertinente à própria serventia (Lei n.º 819/50, artigo 34, § 2.º).

No que tange ao cômputo de pontos para outro candidato, em prejuízo do recorrente, não colhe a reclamação. Tratando-se de diploma de curso médio, confere-lhe o inciso 2 do artigo 20 dois pontos, sem restrição alguma quanto aos três pontos previstos para o diploma de bacharel ou doutor em Direito (inciso 1). As ressalvas (Desde que não ocorram) das hipóteses dos incisos 1 e 2 somente figuram nos números 3 e 4.

Essa, aliás, a orientação deste Conselho (cf. Proc. 20171 e 835174).

São Paulo, 27 de agosto de 1974.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente e Relator
Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça
(D.J., 31108/74)

Processo de Recurso n.º 49174 - GAPRE-4 - Capital Recto.: João Borba de Araújo - Recda.: Comissão Examinadora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por João Borba de Araújo contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 5.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital - Classe Especial:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento ao recurso, pelos fundamentos a seguir deduzidos.

O recorrente, Escrevente do 7.º Cartório de Notas da Capital, inscrito e classificado para o provimento do 5.º Cartório de Registro de Imóveis, mostra-se inconformado com a decisão da Comissão de Concurso, que reduziu de metade a contagem de pontos pelo diploma de bacharel em direito exibido, decisão que teve por supedâneo o artigo 29, do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969.

A seu ver, a redução somente seria possível se, anteriormente, tal título já houvesse sido considerado para promoção ou remoção, hipóteses que não se verificaram.

Está o recorrente, todavia, como bem decidido pela maioria dos membros da Comissão de Concurso, desassistido de razão.

Realmente, dispõe o artigo 29, do Decreto-lei n.º 159-69, que "para os efeitos deste Decreto-lei, a contagem de pontos, proveniente de títulos, será reduzida de metade, se já tiver proporcionado promoção ou remoção anterior ao candidato", preceito semelhante ao constante do artigo 34, da Lei n.º 819, de 31 de outubro de 1950.

E sempre se entendeu que tais dispositivos legais incidem pelo só fato da promoção ou remoção (Decreto-lei n.º 159-69), ou simples nomeação (Lei n.º 819-50) sem que se exija que se completem com a posse e o exercício subseqüentes. Veja-se a respeito os acórdãos deste Conselho e do E. Tribunal de Justiça por sua Sessão Plenária, às fls. 11-14 e 15-19, respectivamente.

Ora, o título de que mais uma vez se vale o recorrente, o de bacharel em direito, já lhe proporcionou promoção ao Cartório do 2.º Ofício de Justiça e Anexos da Comarca de Campos do Jordão, conforme Decreto publicado no D.O.E. de 23-9-1962 (fls. 24). E o fato de não ter ele assumido mencionado Cartório no prazo de sessenta dias, o que tornou caduco seu direito, sendo o decreto de sua promoção declarado sem efeito por outro publicado no D.O.E. de 30-4-1963 (artigo 42, da Lei n.º 819-50), em nada o beneficia, porquanto, repita-se a sanção redutiva dos pontos incide "independentemente da verificação da posse ou exercício complementares, porque a lei não condicionou a eficácia da sanção à ocorrência desses atos posteriores" (fls. 26). Por último, o fato de ter o legislador estadual mudado a terminologia da Lei n.º 819-50 - "concorrido para nomeação anterior" ao editar o Decreto-lei n.º 159-69, para "proporcionado promoção ou remoção anterior", ao contrário do que consta do r. voto vencido de um dos membros da Comissão e do que afirma o recorrente, em nada alterou a questão, pois todas elas nomeação, remoção ou promoção - já geram por si só certos efeitos jurídicos, embora somente se completem com a aceitação por parte do candidato, consubstanciada através de sua posse e exercício (vide especialmente o artigo 56, do Decreto-lei n.º 159-69).

E não se perca de vista ainda, como já acentuou este Conselho, que "a disposição que manda reduzir pela metade os pontos proporcionados pelos títulos em nomeação anterior tem, também, intuítos louváveis de moralização, coibindo, ou pelo menos desencorajando os "negócios" que, em concursos para serventias de justiça, eram encetados antes, ou mesmo depois da posse e exercício, com vistas a verdadeiras "transações" dos concorrentes em relação aos cargos públicos, em consonância, aliás, com a regra salutar do artigo 56, do mesmo Decreto-lei n.º 159-60 fls. 13).

Fica, destarte, mantida a r. decisão negando-se provimento ao recurso.

São Paulo, 13 de dezembro de 1974.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcio Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator.

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Processo de Recurso n.º 46-74 - GAPRE-4 - Capital

Recte.: Affonso Celso Barone de Oliveira - Recda.: Comissão Examinadora

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em processo de concurso n.º 46-74, sendo recorrente Affonso Celso Barone de Oliveira e recorrida a Comissão Examinadora.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência, negar provimento ao recurso, para que subsista a decisão recorrida, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.

O recorrente, escrivão do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos de Pindamonhangaba, inconformado com a decisão da Comissão de Concurso, relativamente aos pontos que lhe foram conferidos em razão de sua obra "Livro para o Escrevente" e de seu diploma de Professor Primário, oferece o presente recurso, com fundamento no artigo 21, parágrafo único, combinado com o artigo 11, parágrafo 2.º, do Decreto-lei n.º 159-69, pretendendo assim como seu reclamo, o acréscimo de mais 2,5 pontos.

Improcede, totalmente, a pretensão.

O ponto concedido pela obra "Livro para o Escrevente" o foi com base em sua natureza e conteúdo. Deveras trata-se de trabalho simples, de alcance restrito, quase que mera. coletânea de modelos.

Assim, não se justificava, realmente, conferir-lhe os valores maiores. E tal arbítrio é concedido à Comissão na aferição dos pontos, uma vez que a lei prefixa valores de até 2 pontos.

A atribuição de pontos, relativos ao item 5 do parágrafo único, do artigo 20 do Decreto-lei n.º 159-69, deve ser mensurada, levado em consideração, principalmente, sua finalidade inovadora e científica. Simples coletânea de modelos o leis, que ultimamente tem proliferado por nossas livrarias, não merece o título "obra" a que o legislador pretendeu lhe emprestar.

Quanto a não concessão de pontos pela conclusão do curso de Professor Primário, bem andou a douta Comissão em negá-los ao recorrente.

O que a lei objetiva, quanto ao item 2 do parágrafo único do artigo 20, do Decreto-lei n.º 159-69 é a contagem de pontos por diploma de qualquer outro curso de nível superior ou médio, que não o de bacharel em direito. Não há neste item previsão de sorna de diploma, pois que a nota é conferida, independentemente, deste número, não importando tenha o candidato concluído dois ou mais cursos.

Outro não tem sido o entendimento deste Conselho Superior da Magistratura, como pode se observar pelo julgado inserido às fls. 12.

Saliente-se, de outra feita, como o fez a decisão de fls. 19, à data do encerramento das inscrições ao concurso, o recorrente ainda não estava diplomado, como exige a lei.

Pelos motivos expostos, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 13 de dezembro de 1974.

José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente

Márcio Martins; Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator.

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

D. O. J. 8-1-75

PROVIMENTO N.º 3/75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 23 da Resolução n.º 1/71 do E. Tribunal de Justiça e

Considerando o decidido no Proc. C.G. n.º 39.617/74;

Resolve:

1 - Acrescentar ao artigo 434 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, a Subseção III, referente à distribuição de feitos para as Varas de Registros Públicos:

Subseção III

A - Feitos da competência das Varas de Registros Públicos

1 - Retificação, Cancelamento e Anulação de Registro Civil

2 - Transcrição de Registro Civil (art. 42, do Dec. n.º 4.857/39)

3 - Registro de Casamento Nuncupativo

4 - Averbação de Registro Civil

5 - Retificação de Registro Imobiliário

6 - Averbação de Registro de Imóveis

7 - Retificação de Área

8 - Matrícula de Revista, de Impressora, de Jornal e de Empresa de Radiodifusão

9 - Averbação em matrículas constantes do item

10 - Justificação

11 - Notificação

12 - Carta Precatória

13 - Ação Ordinária de Cancelamento ou Retificação de Registros Públicos

14 - Usucapião

B - Feitos da competência exclusiva da 1.ª Vara de Registros Públicos

1 - Dúvida de Registros de Imóveis

2 - Dúvida Inversa de Registro de Imóveis

3 - Dúvida de Registro de Títulos e Documentos

4 - Impugnação à Inscrição de Loteamentos

5 - Cancelamento de Protestos

C - Feitos da competência exclusiva da 2.ª Vara de Registros Públicos

1 - Dúvida de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais

2 - Dúvida de Cartório de Notas

3 - Dúvida Inversa de Cartório de Notas

II - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Façam-se as devidas anotações.

Eu, (a) Ezio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.
São Paulo, 9 de abril de 1975.

(a) Márcio Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça. (D.O. 10-04-75)

PROVIMENTO N.º 2/75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e,

Considerando o decidido no Processo C.G. n.º 40.585/74, pertinente ao recolhimento de emolumentos na Comarca da Capital (artigo 43, inciso II, do Decreto-lei n.º 203, de 25-3-1970), resolve baixar o presente Provimento.

1.º) Os alvarás, formais de partilha, certidões, mandados, ofícios, etc., serão expedidos, subscritos e entregues aos interessados, independentemente de prévio recolhimento dos emolumentos devidos.

2.º) Neles se aporá, contudo, uni carimbo com os dizeres: "Somente terá validade após o recolhimento dos Emolumentos de Cr\$, mediante estampagem mecânica".

3.º) As Varas Distritais poderão adotar outros sistemas de recolhimento, objetivando maior comodidade dos interessados, mas desde que obedecido o disposto no artigo 1.º .

4.º) Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 24 de janeiro de 1975.

Eu, (a) Ezio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Márcio Marfins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça

DEGE-1

Por despacho do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo Juiz de Direito Auxiliar no Processo C.G. 41.240-74 em que figura como interessado o Advogado Francisco de Assis Pereira, abaixo transcrito:

Senhor Corregedor-Geral.

1 . Francisco de Assis Pereira, Advogado militante no foro da Comarca de Cândido Mota, representou ao E. Conselho Superior da Magistratura, contra os termos da Portaria 10-74 do MM. Juiz de Direito local, pretendendo fosse a mesma revogada, principalmente por contrariar o seu art. 1.º o dispositivo do art. 141, V, do Código de Processo Civil, que autoriza o escrivão do feito a dar certidões independentemente de despacho judicial.

Recebidas as informações do Juízo, determinou o E. Conselho a remessa dos autos a esta Corregedoria Geral, para a solução que o caso pudesse merecer.

Passo a opinar:

2. O art. 1.º da indigitada Portaria, abaixo reproduzido, realmente fere o disposto no art. 141, V, do Código de Processo Civil.

"Fica expressamente proibida a extração de certidões ou cópias xerográficas relativas a quaisquer feitos (cíveis, criminais, trabalhistas e de menores), salvo mediante autorização judicial, para o que deverão os interessados dirigir petição escrita ao Juízo.

Evidentemente, nesse passo, que não podia a Corregedoria Permanente da Comarca de Cândido Mota olvidar a disposição inserta pelo legislador federal no código de processo, a qual, ademais, apenas confirma uma atribuição inerente à função cartorária, qual seja, a de expedir certidões a respeito de documentos ou de atos ou termos de processos que estejam sob a guarda e responsabilidade do titular da serventia (arts. 499 e 500 da C.N.C.G.J.).

Inquestionável, por outro lado, que a mesma ressalva, como feita relativamente às certidões (dar certidões independentemente de despacho judicial), não se aplica às cópias xerográficas, uma vez que, quanto a estas últimas, geralmente implica a extração na saída do documento ou do processo da serventia, circunstância que em hipótese alguma poderá representar infringência ao item IV do mesmo art. 141 do Código de Processo Civil.

3. Nessas condições, muito útil o intuito evidenciado pelo MM. Juiz Corregedor Permanente, de regulamentar a extração de cópias xerox, para assim evitar a saída irregular dos processos da

guarda do escrivão e, conseqüentemente, todos os malefícios decorrentes do desmonte de autos em estabelecimentos estranhos aos órgãos auxiliares da Justiça.

E além de útil e necessária a regulamentação, mostrou-se ela também legal, como já se frisou, visto que, em suma, a xerox não faz referência o inciso V do art. 141 do Código de Processo Civil, ainda porque só quanto à sua força probatória está a cópia xerox equiparada às certidões (art. 334 do C.P.C.).

4. O art. 1.º daquela Portaria, dessarte, deve ser substituído, especificamente no que pertine às certidões, em virtude do que a sua redação correta, adequada e legal será a que segue:

"Fica expressamente proibida a extração de cópias xerográficas relativamente a quaisquer feitos (cíveis, criminais, trabalhistas e de menores), salvo mediante autorização judicial, para o que deverão os interessados dirigir petição escrita ao Juízo.

5. Seria o caso, porém (e esta observação se faz só a título de colaboração), do próprio Juízo Corregedor Permanente regular com maiores pormenores a extração de xerox em sua Comarca: assim, por exemplo, ao dispensar a autorização por despacho judicial, determinando que o escrivão, ou um seu escrevente especialmente autorizado, providencie pessoalmente a extração da xerox que deve ser feita fora de cartório, e firmando severamente a responsabilidade do titular da serventia pela guarda adequada dos autos e papéis da escrivania; e, afinal, determinar que os autos somente saiam do cartório, em mãos de Advogados, nos casos expressamente previstos em lei e observadas as formalidades respectivas.

Na hipótese do MM. Juízo entender úteis as sugestões ora feitas, poderá ele próprio revogar a sua Portaria e baixar outra, comunicando todas as providências a esta Corregedoria Geral.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 7 de novembro de 1974.

(a) Ralpho Waldo de Barros Monteiro, Juiz Auxiliar.

Aprovo, Mantenho a Portaria n.º 10/74 do Juízo de Direito da Comarca de Cândido MORA, ficando o seu artigo 1.º com a redação explicitada no item 4 do parecer supra. Encaminhe-se cópia do parecer ao MM. Juízo de Direito, para as providências que entender cabíveis, nos termos do item 5 do parecer. Publique-se o parecer pela Imprensa Oficial.

São Paulo, 7 de novembro de 1974.

(a) Márcio Marfins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça

PROVIMENTO 9-69

O Desembargador Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor Geral da Justiça, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Considerando a solicitação do Ministério da Indústria e Comércio, no Processo C.G. 29.532;

Considerando o que dispõe a Lei n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 57.651, de 19 de janeiro de 1966;

Considerando que para o cumprimento dos referidos textos legais, aquele Ministério deve tomar conhecimento dos deferimentos dos pedidos de concordatas preventivas e suspensivas, das falências decretadas e das reabilitações concedidas;

Resolve:

Artigo 1.º - Mensalmente, os Srs. Escrivães das Varas Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado farão remeter, em duas vias, à Delegacia Regional em São Paulo, do Ministério da Indústria e Comércio, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas deferidas, das falências decretadas e das reabilitações deferidas, não compreendidos os pedidos apenas requeridos e que estão sendo processados;

Artigo 2.º - O Serviço de Distribuição Cível da Capital e os Distribuidores das demais comarcas do Estado farão também remeter, mensalmente, em duas vias, à mesma Delegacia, relação de todas as concordatas preventivas e suspensivas e dos pedidos de falência requeridos.

Artigo 3.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se, remetendo-se cópias a todos os Juizes de Direito Cíveis da Capital e de todas as comarcas do Estado.

São Paulo, 5 de setembro de 1969.

(a) Hildebrando Dantas de Freitas, Corregedor-Geral da Justiça

JUIZO DE DIREITO DA

RELAÇÃO A QUE SE REFERE PROVIMENTO N.º 9/69

N.º DE ORDEM	NATUREZA	NOME DA FIRMA	DATA
--------------	----------	---------------	------

1
2
3
4
5
6

São Paulo, de de 19
ESCRIVÃO visto
(D.J. 31-10-74)

Proc. C.G. 33.143-70

Contagem de Tempo

Senhor Corregedor-Geral:

1 - A Chefia da Seção de Contagem de Tempo desta Corregedoria Geral, prestes a atualizar o quadro demonstrativo do tempo de serviço prestado por Sebastião Silva, Escrivão Vitalício do C.R.C.P.N. e A. de Alto Alegre, Comarca de Penapólis, que ora requer a contagem dobrada de suas férias não gozadas em 1956, consulta este Juiz Auxiliar a propósito da aplicação subsidiária, ao pessoal de cartórios não oficializados dos arts. 448, parágrafo 4.º, itens I e II, da CLF, e 176, parágrafo 10, do Estatuto dos Funcionários Públicos, pertinentes à redução do período de férias em virtude de ocorrência de faltas e licenças no período aquisitivo daquele direito.

2 - A respeito da questão aqui ventilada, desde logo destacam-se dois dispositivos da C.N.C.G.J., ambos referentes ao regime jurídico daquele pessoal: o primeiro, conforme consta do art. 38, arrola os diplomas legais aplicáveis, dentre os quais estão o Código Judiciário do Estado, o Decreto-lei n.º 159-69 e o E.F.P.; o segundo, consubstanciado no art. 217, deixa evidenciado que aos servidores dos cartórios do foro extrajudicial - sem distinção entre cartórios oficializados e não oficializados - caberão os direitos previstos no E.F.P.

(*) Natureza - Falência, concordata preventiva ou suspensiva ou reabilitação.

(**) Data - Do despacho que deferiu a concordata ou a reabilitação ou da sentença declaratórias da falência.

Esses dispositivos, portanto, já permitem a assertiva de que a consulta supra referida deve ser respondida afirmativamente, porquanto, se os direitos previstos no E.F.P. são concedidos ao pessoal de cartórios não oficializados, ou se o regime jurídico desses servidores da Justiça conforma-se também aos ditames do E.F.P., está claro que a eles igualmente se aplicam os dispositivos que regulam a concessão de tais direitos ou os que reforçam a Munção do citado regime jurídico.

Quer dizer, em suma, que aos cartórios não se aplicam apenas os dispositivos que a eles concedem direitos, mas também os que regulam a concessão desses mesmos direitos.

3 - É verdade que um exame mais atento de todos os diplomas legais referidos no art. 38, da C.N.C.G.J., pode eventualmente sugerir a resposta negativa, isto é, a não aplicação do art. 176, § 3.º, do E.F.P., àquele pessoal, mesmo porque o outro dispositivo da consolidação a que se fez menção, o art. 217, calca-se no art. 220 do Código Judiciário, que apenas refere os cartórios - ofícios de justiça oficializados.

E feito o exame, a dúvida realmente surge, uma vez que, nos termos do art. 39 do Decreto-lei n.º 159-69, as férias dos servidores da Justiça regulam-se pela Lei 2.177, de 23 de julho de 1953, que não contém a restrição em tela (redução das férias); e justamente por se tratar de uma restrição, poder-se-ia argumentar, em favor dos cartórios, que ela somente aplicar-se-ia expressamente prevista ("odiosa restringenda, favorabilia amplianda").

4 - Essa argumentação, todavia, cai inteiramente por terra, à vista da Lei 6.050, de 3 de fevereiro de 1961, pela qual o legislador pela primeira vez dispôs sobre a indigitada redução: fala-se aí em "servidor público" (art. 1.º), expressão amplíssima que engloba não só os funcionários públicos em sentido estrito, como também todos aqueles que prestam serviços públicos, dentre eles o pessoal de cartórios não-oficializados.

A inclusão desse pessoal resta evidente, de fato, porque os serventuários e seus escreventes e auxiliares são servidores públicos, servidores da Justiça mais precisamente, como os definem os arts. 38 e 39 da C.N.C.G.J., com base no art. 209 do Código Judiciário do Estado.

Acréscete-se que em caso de dúvida sobre a correção de dada interpretação extensiva, deve sempre prevalecer o sentido teológico da norma, sentido que, no caso, está bem claro,

porquanto tratou-se de forçar qualquer pessoa que preste um serviço público a ser assíduo.

5 - A redução das férias, dessarte, por faltas ou licenças, aplica-se aos serventuários, escreventes e auxiliares de cartórios não-oficializados, a partir de 4 de fevereiro de 1961 com fundamento na citada Lei 6.050-61, e a partir de outubro de 1968, com base no vigente E.F.P. (art. 176, parágrafo 3.º).

Conclui-se, outrossim, relativamente à hipótese dos autos (férias de 1957), que a redução não deve ser efetivada, pois então ainda não se achava em vigor a Lei 6.050-61: confira-se, a propósito, o E.F.P. de 1941 (Decreto 12.273, de 28-10-41) e C.L.F. de 1956 (Decreto 26.544, de 5-10-56 e Decreto 32.928, de 27-6-58, arts. 447 e seguintes), que não contam com dispositivo semelhante.

6 - A respeito da contagem dobrada das férias de 1956, que ora pretende o interessado, opina este Juiz Auxiliar pelo indeferimento, por entender, s.m.j., não provada suficientemente a necessidade de serviço: observe-se que a fonte de busca que serviu de fundamento à certidão de fls. 197 constituiu-se do que consta à fls. 58 do Livro 1 do Registro de Férias e Movimento de Autoridades e Funcionários, onde não se percebe qualquer elemento indicativo da real ocorrência daquela necessidade; bem ao contrário, tudo indica ter o serventuário então não gozado férias por motivos particulares, posto que em março de 1956 saiu em licença para tratamento de assuntos seus, licença que pressupõe a ausência do servidor sem prejuízo para o serviço público; em termos mais claros: se ele pôde ausentar-se para tratar de assuntos particulares, também podia fazê-lo para gozar suas férias, que por natureza são anuais, de gozo obrigatório e não acumuláveis (ver parecer de fls. 220-225 destes autos).

E desde que ausente o requisito da necessidade de serviço, de rigor o indeferimento da contagem dobrada das férias não gozadas, conforme a orientação pacífica desta E. Corregedoria Geral (ver pareceres de fls. 211-219).

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 30 de agosto de 1974.

(a) Ralpho Waldo de Barros Monteiro, Juiz Auxiliar.

Aprovo, publicando-se pela Imprensa, à vista do caráter normativo do presente.

São Paulo, 30 de agosto de 1974.

(a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça

(D.J. 7-9-74)

PROVIMENTO N.º 4-74

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que ficou resolvido no Processo n.º 1.756-73 Resolve:

Artigo 1.º - A marcação do ponto dos Escrivães dos Ofícios de Justiça oficializados do Estado será feita através da rubrica que apuserem, na forma do artigo 195 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, em substituição ao registro mecânico.

Artigo 2.º - Os Escrivães assinarão, ainda, folha avulsa de frequência, que será rubricada diariamente pelo MM. Juiz Corregedor Permanente e remetida, mensalmente, ao setor de Pessoal.

Artigo 3.º - Retornarão à marcação do relógio-ponto, além de estarem sujeitos a outras sanções previstas em lei, os Escrivães que descumprirem as normas deste Provimento e deixarem de fiscalizar ou permitir aos funcionários do cartório burlarem o sistema de marcação do ponto-relógio.

Artigo 4.º - A Corregedoria Geral da Justiça exercerá fiscalização, quando necessário, no registro de ponto dos funcionários a ela subordinados.

Publique-se. Registre-se. Comunique-se.

São Paulo, 30 de agosto de 1974.

Eu, (Ezio Donati), Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça

(D.J. 31-8-74).

CORRETOR

Requisitos para ter direito à comissão

Para que o corretor tenha direito à comissão, pela realização do negócio, deve provar: 1) que foi autorizado a trabalhar como mediano; 2) que foi convencionada a remuneração; 3) que aproximou as partes; 4) que em razão de seu trabalho foi obtido o acordo de vontades (1.ª TACIVIL S. P. - 1.ª Câm.; ap. n. 199.549 - Presidente Prudente; rei. Juiz Mendes Pereira; j. 11-12-73; maioria de votos).

IMÓVEL RURAL

Imóvel rural - Despejo - Indenização

Reintegração de posse. É instrumento adequado à obtenção de desocupação de imóvel por aquele que ocupava pequena casa e terreno de fazenda, em nome de terceiro ex-arrendatário do imóvel. Nos despejos rurais a regra oriunda do direito consuetudinário é a indenização das acessões feitas de boa-fé. Recurso parcialmente provido. Apelação n.º 35.141, de Pirai - Ae. unân. da 2.ª Câm. Cív. do Trib. de Justiça - Rei. Des. Roque Batista (DO - RJ 20-12-74).

PARTILHA

Anulação da realizada em inventário, com a concordância de todos os interessados e devidamente homologada - Necessidade da propositura de ação anulatória
INVENTÁRIO

Encontro da metade disponível - Aplicação do artigo 1.722 do Código Civil - Infringência à regra - Partilha anulada - Ação procedente. - Uma vez homologada a partilha, em inventário, com a concordância de todos os interessados, sua anulação somente poderá ser pleiteada em ação ordinária (TJSP - 3.ª Câm. Cív.; Ap. Cív. n.º 233.590 - Moji Mirim; rel. Des. Moretzsohn de Castro; j. 6-6-74; negaram provimento; v.u.)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 233.590, da comarca de Moji Mirim, em que é apelante Rubens Morandi, sendo apelados Olívio Morandi, sua mulher e outros: Acordam, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, adotado o relatório de fls. como parte integrante deste, negar provimento ao agravo no auto do processo e à apelação.

Custas na forma da lei.

O agravo no auto do processo não merece acolhida.

A sentença simplesmente homologara a partilha com a qual haviam acordado os herdeiros, por seus procuradores. Agora, alguns deles alegando terem sido induzidos em erro, decorrente da inobservância do disposto no artigo 1.722, do Código Civil, querem rescindi-la.

Ora, para alcançarem tal objetivo, só poderia ter-se socorrido da ação de anulação de partilha nos precisos termos do artigo 800, parágrafo único do Código de Processo Civil de 1939, combinado com o artigo 1.805, do Código Civil.

No tocante ao mérito, a r. sentença deu a exata solução à espécie.

No cálculo do legado que o "de cujus" deixou ao herdeiro Rubens Morandi, correspondendo à metade disponível, desatendeu-se às expressas disposições do artigo 1.722 do Código Civil: ao invés de calcular-se a metade disponível sobre o total dos bens existentes à data do falecimento do testador, abatidas as despesas de funeral e dívidas, deduziu-se do montemor o legado do apelante, para só então, do remanescente, proceder-se ao abatimento das dívidas de espólio. Tal inversão importou em sensível prejuízo para os demais herdeiros que tiveram seus quinhões reduzidos de forma substancial em face do valor atribuído ao imóvel e o montante das dívidas, como bem se demonstrou na r. sentença recorrida.

Houve erro substancial, por conseguinte, viciando a vontade dos herdeiros, tornando anulável a r. decisão homologatória da partilha.

Daí porque acertada a r. decisão de primeiro grau, que fica mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

São Paulo, 6 de junho de 1974. Desembargador Góes Nobre Presidente com voto;

Desembargador Moretzsohn de Castro - Relator. Participou do julgamento, com voto vencedor, o Sr. Desembargador Alves Braga (Bol. de A.A.S.P., n.º 837, pág. 154).

CONDOMÍNIO - GARAGEM

Vaga de garagem. Parte complementar e acessória do apartamento. Sua utilização por pessoa da família, hospedada no apartamento e que, assim não é estanha ao edifício. Possibilidade desse uso. Provimento do recurso.

Relator: Juiz Carlos Gualda.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 33.580, em que figura como apelante Mirette Genovez Prado e em que é apelado Condomínio do Edifício Assyrius, Acordam os Juizes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Alçada, à unanimidade, em dar provimento ao recurso para julgar improcedente a ação, condenando o apelado nas custas e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Trata-se de processo sumaríssimo para cobrar da ré, ora apelante, a multa que lhe foi imposta pelo condomínio pelo fato de haver permitido estacionar, na vaga correspondente ao seu apartamento, o automóvel de pessoa de sua família, não residente no edifício, infringindo assim, o artigo 9.º, letra p, da respectiva convenção.

Em petição que se antecipa à audiência de instrução, a ré ofereceu a sua defesa, afirmando que apenas hospedara em seu apartamento a sua filha e genro, vindos do Estado de São Paulo, utilizando-se então da vaga da garagem para guarda do seu automóvel.

Não foi feliz a sentença ao inadmitir a defesa e confirmar a multa.

Em primeiro lugar, o fato de, no procedimento sumaríssimo, apresentar o réu a sua defesa antes da audiência de instrução, não a torna inócua ou nenhuma se o julgador a recebeu e mandou juntá-la aos autos. Nem prejuízo algum essa antecipação traz ao autor, que fica desde logo conhecendo os pontos da defesa.

Em segundo lugar, é fora de dúvida que as pessoas da família da ré, a que se refere a inicial, são a sua filha e o seu genro que, vindos de São Paulo, hospedaram-se no seu apartamento. Ou seja, tiveram como residência, enquanto aqui permaneceram, o apartamento da sua mãe e sogra. Ora, se nada proíbe que receba ela, no seu lar, pessoas de sua família, ou mesmo da sua amizade, nada impede igualmente que estas pessoas se utilizem da vaga da garagem, que é complementar e acessória do apartamento. Isso, é claro, desde que a vaga seja usada por um só veículo.

No caso, portanto, não se trata de uso de vaga por pessoa estranha ao edifício, ou não residente nele. A residência temporária também é residência.

Além do mais, o documento de folhas 37 revela encontrar-se aquele apartamento incluído no inventário, ainda em curso, dos bens deixados pelo marido da apelante e onde a sua filha é herdeira necessária.

Sem dúvida que se mostra prudente e razoável a proibição, constante da convenção, quanto ao uso da vaga por pessoa não residente no edifício. Mas terá o dispositivo que ser interpretado e aplicado de acordo com a sua finalidade, sem prejuízo dos legítimos interesses de cada proprietário. Em verdade, iníquo seria que a mãe pudesse receber no seu apartamento a filha, e não pudesse guardar na vaga da garagem o carro desta. Ou seja, poderia o mais, e não poderia o menos.

Merece, pois, provimento o recurso.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1974. - Fernando Celso Guimarães, Presidente. - Carlos Gualda, Relator.

Participou também do julgamento, o Juiz Dr. Geraldo Guerreiro.
(DOE Guanabara 6-1-75).

IMPOSTO DE RENDA - DECLARAÇÃO DE CÔNJUGES EM SEPARADO

Somente à mulher é facultado apresentar declaração em separado, relativa aos rendimentos do seu trabalho.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Bilac Pinto: Trata-se de ação anulatória de lançamento fiscal.

Alega em resumo o A., cabeça do casal, que nos exercícios de 1953 e 1955, apresentou duas declarações do imposto de renda, sendo uma referente aos rendimentos de seu próprio trabalho e outra relativa aos rendimentos do casal, nos termos do § 2.º do art. 67 do Regulamento do Imposto de Renda vigente à época das declarações.

Posteriormente, a Delegacia Seccional do Imposto de Renda procedeu à revisão das referidas declarações, fundindo-as em uma só, daí resultando um aumento do imposto complementar progressivo no valor de Cr\$ 71.645,00, cujo pagamento foi reclamado administrativamente. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instância, bem como em grau de embargos da nulidade e infringentes.

O recurso extraordinário manifestado pela União Federal se apoia nas letras a e d do permissivo constitucional.

A Procuradoria-Geral da República emitiu parecer pelo provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

O Sr Ministro Bilac Pinto (Relator): Conheço do recurso pela letra d, dado que ficou demonstrada a divergência.

O ilustre Ministro Godoy Ilha, no seu voto vencedor, proferido na decisão recorrida, adotou os fundamentos de outro em que discute a mesma tese:

" ... Ao fazer a dupla declaração de rendimentos, no exercício de 1955, estava em pleno vigor o § 2.º, do art. 67, do Regulamento do Imposto de Renda, oriundo da Lei n.º 147, que, introduzindo modificações na legislação do Imposto de Renda, mandou acrescentar àquele artigo os seguintes parágrafos:

§ 1.º - Se o regime for o de separação de bens, é facultado a qualquer dos cônjuges apresentar declaração em separado, relativamente aos rendimentos próprios.

§ 2.º - É facultado, também, a qualquer dos cônjuges, no regime da comunhão de bens, a apresentar declaração em separado, relativamente aos rendimentos do trabalho, bem como dos provenientes de bens gravados com as cláusulas de incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade."

Na vigência dessa norma, procurou-se sustentar que a faculdade contida no § 2.º alcançava apenas, a esposa, não se estendendo ao cônjuge-varão e cabeça do casal, interpretação repudiada pela jurisprudência, inclusive a deste Tribunal Federal de Recursos, reafirmada em copiosos julgamentos. E Aliomar Baleeiro, antes de ascender ao mais alto Pretório e com a sua dupla autoridade de catedrático na matéria e legislador, em parecer publicado na R.F. 175/ 78-81, mostrou o desacerto daquela interpretação que feria e estritamente a letra expressa da lei, assinalando que a rebeldia do Conselho de Contribuintes ao texto tinha como fundamento a reminiscência pessoal de debates, no curso da elaboração legislativa.

Afinal, veio a Lei n.º 3.470, de 28-11-58, e o seu art. 33 deu ao incriminado dispositivo a seguinte redação:

"No regime da comunhão de bens, quando cada cônjuge auferir mais de Cr\$ 90.000,00 anuais, além da declaração de rendimentos do cabeça do casal, poderá ser apresentada declaração de rendimentos do outro cônjuge, relativa aos proventos do trabalho e de bens gravados com as cláusulas de incomunicabilidade e inalienabilidade."

Tito Resende, nos seus comentários à Lei n.º 3.470, lembra a redação infelicíssima do texto anterior que ensejava grandes controvérsias, vindo a interpretação fiscal a ser repelida por este Tribunal, e que a nova redação resguarda o Fisco" (fls. 80-81).

O ponto de vista sustentado pela União Federal, de que somente à mulher é facultado apresentar declaração em separado, relativa aos rendimentos do trabalho, é hoje pacífico em face da legislação.

Ao tempo da apresentação das declarações de rendimentos dos exercícios de 1953 e 1955, que foi discutida nesta ação, outra era a posição do problema, como bem demonstrou o Ministro Godoy Ilha no seu voto.

Eminentes especialistas de direito tributário, como o ilustre Ministro Aliomar Baleeiro (Parecer na R.D.A. 45/562), Rubens Gomes de Souza (Imposta de Renda, n.º 25), e Edgard Leme (Parecer na R.D.A., 44/511), sustentaram, tendo em vista a legislação fiscal da época, a possibilidade da declaração em separado dos rendimentos do trabalho do cabeça do casal.

Convém, finalmente, mencionar que a Primeira Turma, no RE n.º 74.158, de que foi relator o ilustre Ministro Oswaldo Trigueiro, consagrou a tese do acórdão recorrido, como se verifica de sua ementa:

"Imposto de Renda na vigência da Lei n.º 154-47. Possibilidade da declaração em separado, por qualquer dos cônjuges, em relação aos rendimentos de seu trabalho. Recurso desprovida." (R.T.J., 62/553).

Com esses fundamentos, nego provimento ao recurso. É o meu voto. (S.T.F. - RE n.º 74.543 - SP.

- Rel. Ministro Bilac Pinto. Recte., União Federal. - j. em 31-5-73 - Conheceram do recurso, mas lhe negaram provimento. Unânime. Falou, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Presidiu ao julgamento o Senhor Ministro Thompson Flores, na ausência, ocasional, do Sr. Ministro Barros Morteiro, Presidente. - Presidência do Sr. Ministro Thompson Flores, na ausência ocasional do Sr. Ministro Barros Monteiro, Presidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque. Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Oscar Corrêa Pina). Rev. Dir. Adm., vol. 117, pág. 50.

IGUALAÇÃO DE PROVENTOS E VENCIMENTOS

1. É indiscutível que o art. 1.º da Lei 2.622/55 dispõe sobre a igualação de proventos e vencimentos que se refiram ao mesmo cargo.
2. O art. 1.º da Lei 3.709/59 regula futuras aposentadorias, não havendo como se lhe conferir efeito retroativo para beneficiar funcionário aposentado em 1955.
3. Os proventos da inatividade são regulados pelas normas que vigorarem ao tempo em que o funcionário satisfizer os requisitos para obtê-la.
4. Recurso extraordinário conhecido e provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Antonio Neder: - 1. Ao julgar a AC 19.127, o eg. Tribunal Federal de Recursos proferiu acórdão que se acha redigido com esta ementa (f. 79):

"Funcionário aposentado - Escreventes juramentados e tabeliães; substitutos, aposentados de acordo com o § 1.º do art. 74 da Lei 1.301, de 28-12-50, devem ter os mesmos proventos do cargo de titulares dos Offícios de Notas - Aplicação indeclinável do art. 1.º da Lei 2.622, de 18-10-55, quanto ao cálculo dos proventos dos servidores civis na aposentadoria - Apelação desprovida, para confirmação da sentença."

2. A união Federal não se conformou com esse julgado e o impugnou por meio de recurso extraordinário, assim deduzido (f. 88-92):

"A União Federal, inconformada, data venia, com o v. acórdão proferido nos autos da AC 19.127, vem à presença de V. Exa., a fim de interpor o presente recurso extraordinário, com fundamento no art. 114, III, letras a e d, da Constituição do Brasil, pelas razões que passa a expor.

2. Joaquim Gusmão Júnior, exercendo na atividade, o cargo de Escrevente Juramentado, aposentou-se, em dezembro de 1951, como Escrivão Criminal, nos termos do art. 191, § 1.º, da Constituição de 1946, combinado com o art. 74 da Lei 1.301, de 28-12-50 (doe. de f. 12).

3. Posteriormente, com o advento da Lei 3.709, de 28-12-59, julgando-se amparado pelo seu art. 1.º, propôs a presente demanda, para o fim lhe ser assegurado o direito de perceber proventos correspondentes ao cargo de Tabelião de Notas.

4. Ora, é princípio assente em doutrina e jurisprudência que a aposentadoria se rege pela lei vigente à época de sua decretação.

5. Neste sentido, tem sido constante a jurisprudência do Pretório Excelso:

"Funcionário. Aposentadoria. A lei que beneficiou os que se aposentassem depois dela não se aplica aos já aposentados. A questão de isonomia. Argüição de inconstitucionalidade rejeitada" (RE 48.791, ac. in D.J. 14-5-64, p. 1.337).

6. Esse entendimento, aliás, acha-se consubstanciado na Súmula 359, verbis:

"Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários, inclusive a apresentação do requerimento, quando a inatividade for voluntária."

7. Assim, o interessado, que se aposentou em dezembro de 1951, não pode se beneficiar de uma lei (a de número 3.709), que é de 1959.

8. Não lhe socorre, também, o disposto no art. 1.º da Lei 2.622, verbis:

"O cálculo dos proventos dos servidores civis da União, e bem assim dos servidores das entidades autárquicas ou paraestatais que se encontram na inatividade, e dos que para ela forem transferidos, será feito à base dos que perceberem os servidores em atividade, a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados".

9. Como se vê, a lei estabeleceu o princípio de que os proventos dos servidores aposentados deverão corresponder, sempre, ao que perceberem, na atividade, os funcionários de igual categoria.

10. Isto quer dizer que um servidor aposentado como Oficial de Administração terá seus proventos reajustados sempre que se elevarem os vencimentos dos cargos de Oficial de Administração, e não, evidentemente, quando forem majorados, por exemplo, os vencimentos dos Procuradores.

11. Ora, o recorrido, que se aposentou como Escrivão Criminal, não pode, com base no citado dispositivo, pretender que se lhe pague proventos correspondentes ao cargo de Tabelião de Notas.

12. A lei que o poderia ter beneficiado é a de n. 3.709, diploma que assegurou aos Escreventes Juramentados, em exercício na função de Tabelião de Notas, como substitutos, pelo espaço de 10 anos, o direito de se aposentar com as vantagens deste serventuário.

13. Mas, este diploma legal, como assinado, ainda não vigia, quando da aposentadoria do querelante.

14. Para que a ação pudesse ser julgada procedente, tornou-se necessário que o v. acórdão recorrido e a r. sentença de primeiro grau negassem aplicação ao princípio de que a aposentadoria se rege pela lei em vigor à época de sua decretação.

15. É o que está expresso, aliás, no seguinte trecho da aludida sentença, transcrito, como razão de decidir, no voto do eminente Ministro Esdras Gueiros (Relator):

"Realmente, aberra contra a igualdade jurídica vermos serventuários aposentados, que ocupavam idênticas funções na atividade, no mesmo órgão, no mesmo local, do mesmo Poder, percebendo proventos diferentes, exclusivamente em atenção à lei vigente ao tempo da aposentadoria."

"Comprovado, portanto, que o ilustre aresto recorrido diverge da jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal no tocante à aplicação do princípio acima referido, e demonstrado, por outro lado, data venia, que o acórdão deu interpretação totalmente equivocada à regra inscrita no art. 1.º da Lei 2.622, o que equivale, em última análise, a negar vigência ao citado dispositivo legal, consoante entendimento da nossa mais alta Corte de Justiça, espera a União Federal que Vossa Excelência haja por bem admitir o presente recurso, ordenando seu processamento, como de direito."

3. Ao transcrito apelo foi negada admissão pelo nobre Presidente do eg. Tribunal a quo, mas provido que foi, o Ag. 46.511, contraposto pela União ao despacho negatório, subiu o seu processo a esta Corte.

4. As partes deduziram estas razões: ... (lê).

5. A ilustrada Procuradoria-Geral da República emitiu sobre o caso este parecer (f. 115):

"Opinamos no sentido de que seja conhecido e provido o presente recurso extraordinário, pois, como bem demonstra a d. 1.ª Subprocuradoria-Geral da República nos seus pronunciamentos de f. 88-92 e 108, o acórdão recorrido dissentiu da jurisprudência do Excelso Pretório, compendiada na Súmula 339, ao entender que a aposentadoria não se rege pela lei vigente à época de sua decretação."

6. É o relatório.

O Sr. Ministro Antonio Neder (Relator): - 1. Julgando o acórdão agora discutido que o escrevente juramentado Joaquim Gusmão Júnior, que se aposentou em 1951 com as vantagens do cargo de escrivão criminal, como previa o art. 191, § 1.º, da Constituição de 1946, combinado com o art. 74 da Lei 1.301, de 1950, tem o direito de, por força da Lei 3.709, de 1959, art. 1.º, perceber seus proventos em quantia igual à que for devida, na atividade, ao tabelião de notas, com certeza está divergindo, bem se vê, do que expressa o verbete 359 da Súmula de jurisprudência desta Corte, por força do qual os proventos da inatividade são regulados pelas normas que vigorarem ao tempo em que o funcionário satisfazer os requisitos para obtê-la.

Com efeito, eis o que julgou, no detalhe, a decisão contestada (f. 76):

"Realmente, aberra contra a igualdade jurídica vermos serventuários aposentados, que ocupavam idênticas funções na atividade, no mesmo órgão, no mesmo local, do mesmo Poder, percebendo proventos diferentes, exclusivamente em atenção à lei vigente ao tempo da aposentadoria."

Vê-se que o julgado e o verbete estão em discordância.

2. Por outro lado, aplicando à aposentadoria noticiada nestes autos, outorgada em 1951, o art. 1.º da Lei 2.622, de 1955, o acórdão questionado negou vigência a essa regra, que obviamente concede atualização de proventos na mesma base do que percebem, em atividade, os funcionários de categoria igual à do aposentado, e não de outra, superior.

Onde se encontra na Lei 2.622/55 a regra que permite sejam igualados os proventos de escrivão

criminal ao que percebem na atividade os tabeliães de notas?

Se o recorrido foi aposentado em 1951 com as vantagens do cargo de escrivão criminal, como se lhe pode conceder, por força de lei editada em 1959 para regular situação futura, os proventos correspondentes às vantagens do cargo de tabelião de notas?

É indiscutível que o art. 1.º da Lei 2.622, de 18-10-55, dispõe sobre a igualação de proventos e vencimentos que se refiram ao mesmo cargo.

E o art. 1.º da Lei 3.709, de 24-12-59, bem se vê do seu texto ("será aposentado"), regula futuras aposentadorias, não havendo como se lhe conferir efeito retroativo para beneficiar o recorrido.

3. Com a fundamentação acima exposta, conheço do recurso e lhe dou provimento para julgar a ação improcedente, devendo o recorrido pagar as custas, os honorários advocatícios. estes na quantia que for calculada em 20% do valor da causa, e, ainda, a devolver ao Tesouro Nacional a importância que porventura haja recebido na execução do acórdão agora desfeito. (S.T.F. - RE 70.819 - GB - Rel., Ministro Antonio Neder. Recte., União Federal - Conhecido e provido nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. Presidência do Sr. Ministro Thompson Flores. Presentes à sessão os Senhores Ministros Bilac Pinto, Antonio Neder e Xavier de Albuquerque, e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Licenciado, o Sr. Ministro Barros Monteiro, Presidente.

Brasília, 30 de novembro de 1973). R.T.J vol. 68, pág. 693.

PROVIMENTO N.º 2/74

O Dr. Egas Dilson Galbiatti, Juiz de Direito da 2.ª Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro Civil e de Notas da Capital.

Considerando o que ficou decidido no processo n.º 156174, desta Vara, a respeito de revogação de procurações e cuja decisão foi publicada na íntegra pela Imprensa Oficial em caráter normativo;

Considerando que dúvidas têm surgido, principalmente a respeito de lançamento de termo de revogação da procuração à margem do próprio instrumento privativo:

Considerando que as partes insistem, junto aos senhores Escrivães, para que através de ato seu, se julguem seguras de que a procuração foi revogada, inobstante o artigo 1.318 do Código Civil dispor que "A revogação de mandato será notificada somente ao mandatário" quando será considerado revogado o mandato;

Considerando que inexistem qualquer obrigatoriedade legal, para que os senhores Escrivães lavrem à margem do instrumento primitivo que o mesmo se acha revogado;

Considerando que não há impedimento legal para que um novo instrumento, revogando o anterior, seja lavrado:

Determina:

1.º) Que é facultado aos senhores Escrivães lavrar novo instrumento de revogação da procuração, fazendo-se apenas, anotação à margem do revogado.

2.º) Que por inexistir coluna para averbações, no livro de procurações, não mais serão admitidos "Termos" de revogação de procuração à margem dos instrumentos, com a assinatura de mandante e mandatário, mas, somente mediante a lavratura de novo instrumento, revogando-se o anterior.

3.º) Que, a não ser por essa forma, a revogação de procuração somente será feita através de notificação, como determina o artigo 1.318 do Código Civil.

4.º) Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

(D.O.J. 10-12-74).

LEI N.º 6.205 DE 29 DE ABRIL DE 1975

Estabelece a descaracterização do salário-mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao artigo 1.º da Lei n.º 6.147, de 29 de novembro de 1974.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Os valores monetários fixados com base no salário-mínimo não serão considerados

para quaisquer fins de direito.

§ 1.º - Fica excluída da restrição de que trata o "caput" deste artigo a fixação de quaisquer valores salariais, bem como os seguintes

valores ligados à legislação da previdência social, que continuam vinculados ao salário-mínimo:

I - Os benefícios mínimos estabelecidos no artigo 3.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973;

II - a cota do salário-família a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 4.266, de 8 de outubro de 1963;

III - os benefícios do PRORURAL.(Leis Complementares n.ºs 11, de 26 de maio de 1971, e 16, de 30 de outubro de 1973), pagos pelo FUNRURAL;

IV - o salário base e os benefícios da Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

V - o benefício instituído pela Lei n.º 6.179, de 11 de dezembro de 1974;

VI - (Vetado).

§ 2.º - (Vetado).

§ 3.º - Para os efeitos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes aos limites de 10 e 20 vezes o maior salário-mínimo vigente serão reajustados de acordo com o disposto nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 6.147, de 29 de novembro de 1974.

§ 4.º - Aos contratos com prazo determinado, vigentes na data da publicação desta Lei, inclusive os de locação, não se aplicará, até o respectivo término, as disposições deste artigo.

Art. 2.º - Em substituição à correção pelo salário-mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único. - O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem, os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Art. 3.º - O artigo 1.º da Lei n.º 6.147, de 1974, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Todos os salários superiores a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País terão, como reajustamento legal, obrigatório, um acréscimo igual à importância resultante da aplicação àquele limite da taxa de reajustamento decorrente do disposto no "caput" deste artigo."

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República. ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

D. O. União 30-04-75.

Nota: A Cédula de Crédito Rural e a Cédula de Crédito Industrial cujos emolumentos são cobrados em base do salário-mínimo, devem obedecer o "quantum" de Cr\$ 501,00.

LEI N.º 6.071, DE 3 DE JULHO DE 1974

Adapta ao Código de Processo Civil as leis que menciona, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 2.º - O parágrafo único do art. 12 e o art. 19 da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

12
.....

Parágrafo único - A sentença, que conceder o mandato, fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

.....
.....

Artigo 19 - Aplicam-se ao processo do mandado de segurança os artigos do Código de Processo

Civil que regulam o litisconsórcio".

Artigo 2.º - O art. 2.º da Lei n.º 5.741, de 1 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2.º - A execução terá início por petição escrita, com os requisitos do art. 283 do Código de Processo Civil, apresentada em três vias, servindo a segunda e terceira de mandado e contrafé, e sendo a primeira instruída com:

I - o título da dívida devidamente inscrita;

II - a indicação do valor das prestações e encargos cujo não pagamento deu lugar ao vencimento do contrato;

III - o saldo devedor, discriminadas as parcelas relativas a principal, juros, multa e outro encargos contratuais, fiscais e honorários advocatícios;

IV - cópia dos avisos regulamentares reclamando o pagamento da dívida, expedidos segundo instruções do Banco Nacional da Habitação".

Artigo 3.º - O caput do art. 6.º do Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 6.º - Se a ação de despejo tiver por fundamento a falta de pagamento do aluguel arbitrado pelo locador, na conformidade do parágrafo único do art. 3.º deste Decreto-lei, o Juiz, contestado o pedido, fixará previamente o novo aluguel e o homologará por sentença".

Artigo 4.º - O art. 4.º e o parágrafo único do art. 5.º do Decreto-lei n.º 911, de 1 de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4.º - Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, na forma prevista no Capítulo 11, do Título 1, do Livro IV, do Código de Processo civil.

Artigo

5.º

Parágrafo único - Não se aplica à alienação fiduciária o disposto nos incisos VI e VIII do art. 649 do Código de Processo Civil".

Artigo 5.º - O § 1.º do art. 13 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

13

§ 1.º - A cobrança da multa e honorários processar-se-á nos próprios autos de despejo, por via de liquidação da sentença".

Artigo 6.º - A apelação, nas ações de despejo fundadas na Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, será recebida só no efeito devolutivo,

Artigo 7.º - O art. 3.º da Lei n.º 2.770, de 4 de maio de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3.º - As sentenças que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigos nas execuções de sentenças ilíquidas contra a União, o Estado ou o Município, ficam sujeitas ao duplo grau de jurisdição".

Artigo 8.º - O § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 1.207, de 25 de outubro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

1.º

§ 1.º - No caso da convocação para prática de ato proibido, a autoridade policial poderá impedi-la, e, dentro de dois dias, exporá ao Juiz competente os motivos por que a reunião foi impedida ou suspensão. O Juiz ouvirá o promotor da reunião, ao qual dará o prazo de dois dias para defesa. Dentro de dois dias o Juiz proferirá sentença da qual caberá apelação que será recebida somente no efeito devolutivo".

Artigo 9.º - O art. 4.º da Lei n.º 3.193, de 4 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4.º - Da sentença do Juiz caberá apelação, a qual será recebida somente no efeito devolutivo".

Artigo 10 - O § 1.º do art. 28 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar

com a seguinte redação:

"Artigo

28
.....

§ 1.º - A sentença que condenar a Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida fica sujeita ao duplo grau de jurisdição".

Artigo 11 - Os §§ 4.º e 6.º do art. 57 da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

57
.....

§ 4.º - Não havendo contestação, o Juiz proferirá desde logo a sentença, em caso contrario, observar-se-á o procedimento ordinário.

§ 6.º - Da sentença do Juiz caberá apelação, a qual somente será admitida mediante comprovação do depósito, pelo apelante, de quantia igual à importância total da condenação. Com a petição de interposição do recurso o apelante pedirá expedição de guia para o depósito, sendo a apelação julgada deserta se, no prazo de sua interposição, não for comprovado o depósito".

Artigo 12 - Os §§ 3.º e 5.º do art. 61 da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

61
.....

§ 3.º - Findo esse prazo, com a resposta ou sem ela, serão os autos conclusos e, dentro de vinte e quatro horas, o Juiz proferirá sentença.

§ 5.º - Da sentença caberá apelação que será recebida somente no efeito devolutivo".

Artigo 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de julho de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

LEI N.º 6.192 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre restrições a brasileiros naturalizados, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - É vedada qualquer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.

Artigo 2.º - A condição de "brasileiro nato", exigida em leis ou decretos para qualquer fim, fica modificada para a de "brasileiro".

Artigo 3.º - Não serão admitidos a registro os atos de constituição de sociedade comercial ou Civil que contiverem restrição a brasileiro naturalizado.

Artigo 4.º - Nos documentos públicos, a indicação da nacionalidade brasileira alcançada mediante naturalização far-se-á sem referência a esta circunstância.

Artigo 5.º - A violação do disposto no art. 1.º desta Lei constitui contravenção penal, punida com as penas de prisão simples de quinze dias a três meses e multa igual a três vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Artigo 6.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

LEI N.º 6.195, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

Atribui ao FUNRURAL a concessão de prestações por acidente do trabalho.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O seguro de acidentes do trabalho rural de que trata o artigo 19, da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, ficará a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador, Rural (FUNRURAL), na forma estabelecida nesta Lei,

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, acidente do trabalho é aquele assim definido no caput e no § 2.º, do artigo 2.º, da Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967.

§ 2.º - Equipara-se ao acidente do trabalho de que trata este artigo a doença profissional, inerente à atividade rural e definida em ato do Ministro da Previdência e Assistência Social.

Artigo 2.º - A perda da capacidade para o trabalho ou a morte, quando decorrentes de acidente do trabalho, darão direito, conforme o caso:

I - A auxílio-doença, no valor mensal de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo em vigor no País, a contar do dia seguinte ao do acidente;

II - Aos benefícios do FUNRURAL, na forma da legislação em vigor, devidos a contar do dia do acidente, com a aposentadoria ou pensão no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País;

III - A assistência médica.

Parágrafo único. No caso de auxílio-doença, cabe ao empregador pagar o salário do dia do acidente.

Artigo 3.º - A assistência médica, aí incluída a cirúrgica, a hospitalar, a farmacêutica e a odontológica, bem como o transporte do acidentado, será devida em caráter obrigatório, a partir da ocorrência do acidente.

§ 1.º - Quando a perda ou a redução da capacidade para o trabalho puder ser atenuada pelo uso de aparelho de prótese, ele será fornecido pelo FUNRURAL, independentemente das prestações cabíveis.

§ 2.º - Quando o FUNRURAL não mantiver, na localidade, convênio com serviço organizado de assistência médica, o empregador:

a) Prestará ao acidentado completa assistência emergencial comunicando o fato ao FUNRURAL;

b) Promoverá o transporte do acidentado para local onde o FUNRURAL disponha, mediante convênio, de serviço médico.

Artigo 4.º - O FUNRURAL, em colaboração com o Instituto Nacional de Previdência Social, promoverá programas de reabilitação profissional dos acidentados.

Artigo 5.º - O custeio dos benefícios do FUNRURAL, por acidente do trabalho, na forma desta lei, será atendido por uma contribuição adicional de 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o valor comercial dos produtos agropecuários em sua primeira comercialização.

Artigo 6.º - Esta Lei entrará em vigor em 1.º de julho de 1975, revogadas às disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

LEI N.º 6.140 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 1974

Dá nova redação ao artigo 49 e seus parágrafos, e ao item 7.º, do artigo 55, da lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 49 e seus parágrafos, e o item 7.º, do artigo 55, da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 49 - Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1.º - A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2.º - Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da

ação penal que no caso couber.

Artigo

55 .

7.º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal".

Artigo 2.º - A presente Lei entrará em vigor a 1.º de julho de 1975.

Brasília, 28 de novembro de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D. O. U., 29-11-74)

LEI N.º 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971

Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista nesta Lei.

§ 1.º - Fica, todavia, sujeita ao regime estabelecido por esta Lei a pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

§ 2.º - As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam aos casos de transmissão "causa mortis".

Artigo 2.º - Ao estrangeiro, que pretende imigrar para o Brasil, é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda de imóvel rural, desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.

§ 1.º - Se o promissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhe defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel.

§ 2.º - No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente vendedor propor ação para declarar a ineficácia do compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que receber do promissário comprador.

§ 3.º - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado, ouvido o setor competente do Ministério da Agricultura, caso o promitente comprador já tenha utilizado o imóvel na implantação de projetos de culturas permanentes.

§ 4.º - As disposições deste artigo constarão, obrigatoriamente, dos compromissos de compra e venda nele referidos, sob pena de nulidade dos respectivos contratos.

Artigo 3.º - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

§ 1.º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

§ 2.º - O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida.

§ 3.º - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.

Artigo 4.º - Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

Artigo 5.º - As pessoas jurídicas estrangeiras referidas no art.

1.º desta Lei só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários.

§ 1.º - Os projetos de que trata este artigo deverão ser aprovados pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal competente de desenvolvimento regional na respectiva área.

§ 2.º - Sobre os projetos de caráter industrial será ouvido o Ministério da Indústria e Comércio.

Artigo 6.º - Adotará obrigatoriamente a forma nominativa as ações de sociedades anônimas:

I - que se dediquem a loteamento rural;

II - que explorem diretamente áreas rurais; e

III - que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatutárias.

Parágrafo único - A norma deste artigo não se aplica às entidades mencionadas no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 200(*), de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 900 (*), de 29 de setembro de 1969.

Artigo 7.º - A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Artigo 8.º - Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Artigo 9.º - Da escritura relativa à aquisição de área rural por pessoas físicas, estrangeiras constará, obrigatoriamente:

I - menção do documento de identidade do adquirente;

II - prova de residência no território nacional; e

III - quando for o caso, autorização do órgão competente ou assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único - Tratando-se de pessoa jurídica estrangeira, constará da escritura a transcrição do ato que concedeu autorização para a aquisição da área rural, bem como dos documentos comprobatórios de sua constituição e de licença para seu funcionamento no Brasil.

Artigo 10 - Os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual deverá constar:

I - menção do documento de identidade das partes contratadas ou dos respectivos atos de constituição, se pessoas jurídicas;

II - memorial descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e

III - transcrição da autorização do órgão competente, quando for o caso.

Artigo 11 - Trimestralmente, os Cartórios de Registro de Imóveis remeterão, sob pena de perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Agricultura, relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados enumerados no artigo anterior.

Parágrafo único - Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a relação mencionada neste artigo deverá ser remetida também à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Artigo 12 - A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a 114 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o artigo 10.

§ 1.º - As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo.

§ 2.º - Ficam excluídas das restrições deste artigo as aquisições de áreas rurais:

I - inferiores a 3 (três) módulos;

II - que tiverem sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda; de cessão ou de promessa de cessão mediante escritura pública ou instrumento particular devidamente protocolado no registro competente, e que tiverem sido cadastradas no INCRA em nome do promitente comprador, antes de 10 de março de 1969;

III - quando o adquirente, tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.

§ 3.º - O Presidente da República poderá, mediante decreto, autorizar a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País.

Artigo 13 - O artigo 60 da Lei n.º 4.504 (*), de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de

área ou distribuição de terras".

Artigo 14 - Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais, onde se estabeleçam em lotes rurais, como agricultores, estrangeiros imigrantes, é vedada, a qualquer título, a doação de terras da União ou dos Estados a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas.

Artigo 15 - A aquisição de imóvel rural, que viole as prescrições desta Lei, é nula de pleno direito. O tabelião que lavrar a escritura e o oficial de registro que a transcrever responderão civilmente pelos danos que causarem aos contratantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal por prevaricação ou falsidade ideológica. O alienante está obrigado a restituir ao adquirente o preço do imóvel.

Artigo 16 - As sociedades anônimas, compreendidas em quaisquer dos incisos do "caput" do artigo 6.º, que já estiverem constituídas à data do início da vigência desta Lei, comunicarão, no prazo de 6 (seis) meses, ao Ministério da Agricultura a relação das áreas rurais de sua propriedade ou exploração.

§ 1.º - As sociedades anônimas, indicadas neste artigo, que não converterem em nominativas suas ações ao portador, no prazo de 1 (um) ano do início da vigência desta Lei, reputar-se-ão irregulares, ficando sujeitas à dissolução, na forma da lei, por iniciativa do Ministério Público.

§ 2.º - No caso de empresas concessionárias de serviço público, que possuam imóveis rurais não vinculados aos fins da concessão, o prazo de conversão das ações será de 3 (três) anos.

§ 3.º - As empresas concessionárias de serviço público não estão obrigadas a converter em nominativas as ações ao portador, se dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da vigência desta Lei, alienarem os imóveis rurais não vinculados aos fins da concessão.

Artigo 17 - As pessoas jurídicas brasileiras que, até 30 de janeiro de 1969, tiverem projetos de colonização aprovados nos termos do artigo 61 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, poderão, mediante autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Agricultura, concluí-los e outorgar escrituras definitivas, desde que o façam dentro de 3 (três) anos e que a área não exceda, para cada adquirente, 3 (três) módulos de exploração indefinida.

Artigo 18 - São mantidas em vigor as autorizações concedidas, com base nos Decretos-leis n.ºs 494 (*), de 10 de março de 1969, e 924 (*), de 10 de outubro de 1969, em estudos e processos já concluídos, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes.

Artigo 19 - O Poder Executivo baixará, dentro de 90 (noventa) dias, o regulamento para execução desta Lei.

Artigo 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 21 - Revogam-se os Decretos-leis n.ºs 494, de 10 de março de 1969, e 924, de 10 de outubro de 1969, e demais disposições em contrário.

EMÍLIO G. MÉDICI, Presidente da República Alfredo Buzaid

L. F. Cirne Lima

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

DECRETO N.º 74.965, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974

Regulamenta a Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971; que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 181, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19, da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971,

Decreta:

Art. 1.º - O estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil só poderão adquirir imóvel rural na forma prevista neste regulamento.

§ 1.º - Fica também sujeita ao regime estabelecido por este regulamento a pessoa jurídica brasileira da qual participem; a qualquer título, pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior.

§ 2.º - As restrições estabelecidas neste regulamento não se aplicam aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º - A pessoa estrangeira, física ou jurídica, só poderá adquirir imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional mediante assentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 3.º - Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.

Art. 4.º - Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INGRA) fixar, para cada região, o módulo de exploração indefinida, podendo modificá-lo sempre que houver alteração das condições econômicas e sociais da região.

Art. 5.º - A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o artigo 15.

§ 1.º - As pessoas de mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo,

§ 2.º - Ficam excluídas das restrições deste artigo as aquisições de áreas rurais:

I - Inferiores a 3 (três) módulos;

II - Que tiverem sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, constante de escritura pública ou de documento particular devidamente protocolado na circunscrição imobiliária competente, e cadastrada no INCRA em nome do promitente-comprador, antes de 10 de março de 1969;

III - Quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.

§ 3.º - Será autorizada por decreto, em cada caso, a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País.

Art. 6.º - Ao estrangeiro que pretenda imigrar para o Brasil é facultado celebrar, ainda em seu país de origem, compromisso de compra e venda do imóvel rural desde que, dentro de 3 (três) anos, contados da data do contrato, venha fixar domicílio no Brasil e explorar o imóvel.

§ 1.º - Se o compromissário comprador descumprir qualquer das condições estabelecidas neste artigo, reputar-se-á absolutamente ineficaz o compromisso de compra e venda, sendo-lhe defeso adquirir, por qualquer modo, a propriedade do imóvel.

§ 2.º - No caso previsto no parágrafo antecedente, caberá ao promitente-vendedor propor a ação para declarar a ineficácia do compromisso, estando desobrigado de restituir as importâncias que recebeu do compromissário comprador.

§ 3.º - O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado pelo Ministério da Agricultura, ouvido o INCRA, se o promitente comprador, embora sem transferir seu domicílio para o Brasil por motivo justificado, utilizou o imóvel na implantação de projeto de culturas permanentes.

§ 4.º - Dos compromissos de compra e venda devem constar obrigatoriamente, sob pena de nulidade, as cláusulas estabelecidas neste artigo.

Art. 7.º - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

§ 1.º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

§ 2.º - A aquisição de imóvel rural entre 3 (três) e 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida dependerá de autorização do INCRA, ressalvado o disposto no artigo 2.º .

§ 3.º - Dependerá também de autorização a aquisição de mais de um imóvel, com área não superior a três módulos, feita por uma pessoa física.

§ 4.º - A autorização para aquisição por pessoa física condicionar-se-á, se o imóvel for de área superior a 20 (vinte) módulos, à aprovação do projeto de exploração correspondente.

§ 5.º - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.

Art. 8.º - Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total, serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

§ 1.º - A empresa colonizadora é responsável pelo encaminhamento dos processos referentes à aquisição do imóvel rural por estrangeiro, observadas as disposições da legislação vigente, até que seja lavrada a escritura pública.

§ 2.º - Semestralmente a empresa colonizadora deverá encaminhar, ao órgão estadual do INCRA, relação dos adquirentes, mencionando a percentagem atualizada das áreas rurais pertencentes a estrangeiros, no loteamento.

Art. 9.º - O interessado que pretender obter autorização para adquirir imóvel rural formulará

requerimento ao INCRA, declarando:

- a) se possui, ou não, outros imóveis rurais;
- b) se, com a nova aquisição, suas propriedades não excedem 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua;
- c) a destinação a ser dada ao imóvel, através do projeto de exploração, se a área for superior a 20 (vinte) módulos.

Parágrafo único - O requerimento de autorização será instruído por documentos que provem:

- 1 - a residência do interessado no território nacional;
- 2 - a área total do município onde se situa o imóvel a ser adquirido;
- 3 - a soma das áreas rurais transcritas em nome de estrangeiros, no município, por grupos de nacionalidade;
- 4 - qualquer das circunstâncias mencionadas nos incisos do § 2.º do artigo 5.º deste Regulamento.

Art. 10 - Concedida a autorização pelo INCRA, que ouvirá previamente a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, quando for o caso, poderá o Tabelião lavrar a escritura; nela mencionando obrigatoriamente:

- I - O documento de identidade do adquirente;
- II - Prova de residência no território nacional;
- III - A autorização do INCRA.

Parágrafo único - O prazo de validade da autorização de 30 dias, dentro do qual deverá ser lavrada a escritura pública, seguindo-se a transcrição na Circunscrição Imobiliária, no prazo de 15 dias.

Art. 11 - A pessoa jurídica estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil, ou a pessoa jurídica brasileira, na hipótese do artigo 1.º, § 1.º, só poderão adquirir imóveis rurais quando estes se destinem à implantação de projetos agrícolas pecuários, industriais, ou de colonização vinculados aos seus objetivos estatutários.

§ 1.º - A aquisição dependerá da aprovação dos projetos pelo Ministério da Agricultura, ouvido o órgão federal competente.

§ 2.º - São competentes para apreciar os projetos:

- a) o INCRA, para os de colonização;
- b) a SUDAM e a SUDENE, para os agrícolas e pecuários situados nas respectivas áreas;
- c) O Ministério da Indústria e do Comércio, para os industriais e turísticos, por intermédio do Conselho do Desenvolvimento Industrial e da Empresa Brasileira de Turismo, respectivamente.

Art. 12 - A pessoa jurídica que pretender aprovação de projeto deverá apresentá-lo ao órgão competente, instruindo o pedido com documentos que provem:

- a) a área total do município, onde se situa o imóvel a ser adquirido;
- b) a soma das áreas rurais transcritas em nome de estrangeiros, no município, por grupos de nacionalidade;
- c) o assentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, no caso de o imóvel situar-se em área considerada indispensável à segurança nacional;
- d) o arquivamento do contrato social ou estatuto no Registro de Comércio;
- e) a adoção de forma nominativa de suas ações, feita por certidão do Registro de Comércio, nas hipóteses previstas no artigo 13 deste regulamento.

Parágrafo único - Observar-se-á o mesmo procedimento nos casos previstos no § 10, no artigo 5.º, deste regulamento, hipótese em que o projeto, depois da manifestação do Ministério da Agricultura, será encaminhado ao Presidente da República para decisão.

Art. 13 - Adotarão obrigatoriamente a forma nominativa as ações de sociedades anônimas:

- I - Que se dediquem a loteamento rural;
- II - Que explorem diretamente áreas rurais;
- III - Que sejam proprietárias de imóveis rurais não vinculados a suas atividades estatutárias.

Parágrafo único - A norma deste artigo não se aplica às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, mencionadas, no artigo 4.º do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação que foi dada pelo Decreto-lei n.º 900, de 29 de setembro de 1967.

Art. 14 - Deferido o pedido, lavrar-se-á a escritura pública, dela constando obrigatoriamente:

- a) a aprovação pelo Ministério da Agricultura;
- b) os documentos comprobatórios de sua constituição e de licença para seu funcionamento no Brasil;

c) a autorização do Presidente da República, nos casos previstos no § 3.º do artigo 5.º, deste regulamento.

§ 1.º - No caso de o adquirente ser sociedade anônima brasileira, constará a prova de adoção da forma nominativa de suas ações.

§ 2.º - O prazo de validade do deferimento do pedido é de 30 dias, dentro do qual deverá ser lavrada a escritura pública, seguindo-se a transcrição na Circunscrição Imobiliária, no prazo de 15 dias.

Art. 15 - Os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial em livro auxiliar das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual se mencionará:
I - o documento de identidade das partes contratantes ou dos respectivos atos de constituição, se pessoas jurídicas;

II - memorial descritivo do imóvel com área, características, limites e confrontações;

III - a autorização do órgão competente, quando for o caso;

IV - as circunstâncias mencionadas no § 2.º do artigo 5.º.

Parágrafo único - O livro (modelo anexo) terá páginas duplas, divididas em 5 colunas, com 3,5 em, 9,5 em, 14 em, 12 em e 15 em, encimadas com os dizeres "n.º" "Adquirente e Transmitente", "Descrição do Imóvel" "Certidões e Autorizações" e "Averbações" respectivamente, e nele registrar-se-ão as aquisições referidas neste regulamento, na data da transcrição do título.

Art. 16 - Trimestralmente, os Cartórios de Registro de Imóveis remeterão, sob pena de perda de cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e à repartição estadual do INCRA, relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados enumerados no artigo anterior.

Parágrafo único - Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, a relação mencionada neste artigo deverá ser remetida também à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 17 - Para os efeitos da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 e deste regulamento, consideram-se empresas particulares de colonização as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, residentes ou domiciliadas no Brasil, ou jurídicas, constituídas e sediadas no País, que tiverem por finalidade executar programa de valorização de área ou distribuição de terras.

Art. 18 - Salvo nos casos previstos em legislação de núcleos coloniais onde se estabeleçam em lotes rurais, como agricultores, estrangeiros imigrantes, é vedada, a qualquer título a doação de terras da União ou dos Estados a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas.

Art. 19 - É nula de pleno direito a aquisição de imóvel rural que viole as prescrições legais: o Tabelião que lavrar a escritura e o oficial de registro que a transcrever responderão civilmente pelos danos que causarem aos contratantes, sem prejuízo da responsabilidade criminal por prevaricação ou falsidade ideológica; o alienante ficará obrigado a restituir ao adquirente o preço do imóvel, ou as quantias recebidas a este título, como parte do pagamento.

Art. 20 - As normas deste regulamento aplicam-se a qualquer alienação de imóvel rural para pessoa física ou jurídica estrangeira, em casos como o de fusão ou incorporação de empresas, de alteração do controle acionário da sociedade, ou de transformação de pessoa jurídica nacional para pessoa jurídica estrangeira.

Parágrafo único - O Oficial de Registro de Imóveis só fará a transcrição de documentos relativos aos negócios de que trata este artigo, se neles houver a reprodução das autorizações correspondentes,

Art. 21 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas; as disposições em contrário.

Brasília, 26 de novembro de 1974; § 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Alysson Paulinelli

Severo Fagundes Gomes

Modelo a que se refere o artigo 15, parágrafo único do Decreto n.º 74.965, de 26 de novembro de 1974

REGISTRO DE TERRAS RURAIS ADQUIRIDAS POR ESTRANGEIROS

N.º	Adquirente e transmitente	Descrição do imóvel	Certidões e autorizações
	Averbações		
3,5 cm	9,5 cm	14,0 cm	12,0 cm
15,0 cm			
Escala - 1:2			

DECRETO-LEI N.º 1.381, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual em atividades imobiliárias, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item 11, da Constituição,

Decreta

Art. 1.º - Serão equiparadas às pessoas jurídicas, para os efeitos de cobrança do imposto de renda, as pessoas físicas que, como empresas individuais, praticarem operações imobiliárias, nos termos deste Decreto-lei.

Art. 2.º - Para os efeitos do disposto neste Decreto-lei, consideram-se:

I - Imóveis - os definidos no artigo 43, do Código Civil e os direitos à sua aquisição;

II - Data de aquisição ou de alienação - aquela em que for celebrado o contrato inicial da operação imobiliária correspondente, ainda que através de instrumento particular;

III - Ano calendário - período de doze meses consecutivos contados de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

§ 1.º - Caracterizam-se a aquisição e a alienação pelos atos de compra e venda, de permuta, de transferência do domínio útil de imóveis foreiros, de cessão de direitos, de promessas dessas operações, de adjudicação ou arrematação em hasta pública, pela procuração em causa própria, ou por outros contratos afins em que haja transmissão de imóveis ou de direitos sobre imóveis.

§ 2.º - A data de aquisição ou de alienação constante de instrumento particular, se favorável aos interesses da pessoa física, só será aceita pela autoridade fiscal, quando atendida pelo menos uma das condições abaixo especificadas:

a) O instrumento tiver sido registrado no Registro Imobiliário ou no Registro de Títulos e Documentos no prazo de trinta dias contados da data dele constante;

b) Houver conformidade com cheque nominativo pago dentro do prazo de trinta dias contados da data do instrumento;

c) Houver conformidade com lançamentos contábeis da pessoa jurídica, atendidos os preceitos para escrituração em vigor;

d) Houver menção expressa da operação nas declarações de bens da parte interessada, apresentadas tempestivamente à repartição competente, juntamente com as declarações de rendimentos.

§ 3.º - O Ministro da Fazenda poderá estabelecer critérios adicionais para aceitação da data do instrumento particular a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3.º - Serão consideradas empresas individuais, para os fins do artigo 1.º, as pessoas físicas que:

I - alienarem imóveis a empresas a que estejam vinculadas, se as empresas adquirentes explorarem, por qualquer modalidade, a construção ou a comercialização de imóveis;

II - praticarem, em nome individual, a comercialização de imóveis com habitualidade; ou

III - promoverem a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos.

Art. 4.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do inciso I, do artigo 10, serão considerados vinculados à empresa:

I - os seus titulares ou administradores, na data da alienação do imóvel e os que o tenham sido nos doze meses imediatamente anteriores à alienação do imóvel;

II - os acionistas ou sócios que participarem, ou tenham participado em qualquer época do período de doze meses imediatamente anteriores à alienação, com mais de dez por cento do capital da empresa;

III - o cônjuge, os parentes até o terceiro grau e os dependentes das pessoas a que se referem as alíneas anteriores.

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as alienações:

a) de imóveis para a empresa como integralização de seu capital, até 30 de junho de 1975;

b) de imóveis havidos por herança ou legado;

c) de imóveis havidos, por doação ou dação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;

d) de imóveis adquiridos mais de 36 meses antes da data da alienação.

§ 2.º - No caso de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica a que se refere este artigo, não se aplicará o disposto nos artigos 72 e 73, da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 5.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do inciso II, do artigo 10, será considerada habitualidade na comercialização de imóveis a alienação:

I - em cada ano calendário, de mais de três imóveis adquiridos nesse mesmo ano;

II - no prazo de três anos calendários consecutivos, de mais de seis imóveis adquiridos nesse mesmo triênio.

§ 1.º - Nos termos deste artigo, não serão computadas as alienações:

a) de imóveis por desapropriação, recuo, extinção judicial de condomínio ou rescisão contratual;

b) de imóveis havidos por herança ou legado;

c) de imóveis havidos, por doação ou doação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;

d) de imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação;

e) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno, a que se refere o artigo 39, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

f) de vagas para guarda de automóveis.

§ 2.º - Para os efeitos deste artigo, será considerada como uma única operação:

a) a alienação da totalidade ou de fração ideal de um terreno, com ou sem edificações, resultante da unificação de dois ou mais terrenos;

b) a alienação conjunta da totalidade ou de fração ideal de dois ou mais terrenos confinantes com o todo, com ou sem edificações;

c) a alienação, em conjunto ou separadamente, de até cinco terrenos confinantes com o todo, com ou sem edificações, desde que originados do desmembramento de um mesmo terreno e todos possuindo testada para logradouro público, adotando-se como ano de alienação o da primeira que for efetuada;

d) a alienação, em conjunto ou separadamente, de unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento de edifício e confinantes com o todo, construídas ou com a construção contratada, desde que adquiridas de uma só vez pelo alienante, adotando-se como ano de alienação o da primeira que for efetuada;

e) a alienação conjunta de unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento de edifício e confinantes com o todo, construídas ou com a construção contratada, adquiridas separadamente pelo alienante;

f) a alienação de unidade imobiliária, construída ou com a construção contratada, resultante da unificação de duas ou mais unidades do mesmo edifício;

g) a alienação conjunta de unidades imobiliárias que constituam, no todo, uni prédio autônomo, desde que, no caso de haver mais de um adquirente, não sejam atribuídas unidades específicas a cada um deles.

§ 3.º - Quando o imóvel alienado não tiver sido adquirido de uma só vez, mas parceladamente em anos diferentes, inclusive nos casos a que se refere o parágrafo anterior, adotar-se-á como o ano de aquisição aquele em que tiver sido adquirida a maior área de terreno ou as unidades que, em conjunto, correspondam à maior fração ideal de terreno; se, na quantificação desses valores, houver equivalência entre dois ou mais anos, consecutivos ou não, adotar-se-á o mais antigo.

§ 4.º - O número de adquirentes, em condomínio ou em comunhão, não descaracterizará a unicidade da operação para o alienante.

Art. 6.º - Nos termos do inciso III, do artigo 10, serão equiparadas a pessoas jurídicas, em relação às incorporações imobiliárias ou loteamentos com ou sem construção, cuja documentação seja arquivada no Registro Imobiliário a partir da data da vigência deste Decreto-lei:

I - as pessoas físicas que, nos termos dos artigos 29, 30 e 68, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, do Decreto-lei n.º 58, do 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, assumirem a iniciativa e a responsabilidade de incorporações ou loteamentos;

II - os titulares de terrenos ou glebas de terra que, nos termos do § 1.º, do artigo 31, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ou do artigo 10, do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, outorgarem mandato a construtor ou corretor de imóveis com poderes para alienação

de frações ideais ou lotes de terreno, quando os mandantes se beneficiarem do produto dessas alienações.

§ 1.º - Equipara-se também à pessoa jurídica o proprietário ou titular de terrenos ou glebas de terras que, sem efetuar o arquivamento dos documentos de incorporação ou loteamento, neles promova a construção de prédio com mais de duas unidades imobiliárias ou a execução de loteamento, sem iniciar a alienação das unidades imobiliárias ou dos lotes de terreno antes de decorrido o prazo de 36 meses contados da data da averbação, no Registro Imobiliário, da construção do prédio ou da aceitação das obras do loteamento.

§ 2.º - Para os efeitos do parágrafo anterior, caracteriza-se a alienação pela existência de qualquer ajuste preliminar, ainda que de simples recebimento de importância a título de reserva.

§ 3.º - A equiparação de que trata este artigo ocorrerá, para os casos referidos no "caput", na data de arquivamento da documentação do empreendimento, e, para os casos referidos no § 1.º, na data da primeira alienação.

§ 4.º - Não subsistirá a equiparação de que trata este artigo se, na forma prevista no § 5.º, do artigo 34, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ou no artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, o interessado promover, no Registro Imobiliário, a averbação da desistência da incorporação ou o cancelamento da inscrição do loteamento.

§ 5.º - Não se aplicará o disposto no "caput" deste artigo à pessoa física que assumir a iniciativa e a responsabilidade da incorporação imobiliária ou loteamento de terreno, desde que, cumulativamente, satisfaça às seguintes condições:

- a) tenha contratado a aquisição do terreno antes da data da vigência deste Decreto-lei;
- b) tenha requerido à autoridade administrativa competente, antes dessa mesma data, a aprovação de projeto de construção ou de loteamento, no caso de não haver, à época da aquisição do terreno, projeto aprovado ou em tramitação;
- c) não tenha promovido nenhuma incorporação nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores ou nenhum loteamento nos trinta e seis meses imediatamente anteriores àquela data, conforme o caso;
- d) obtenha o arquivamento da documentação do empreendimento no Registro Imobiliário dentro do prazo de doze meses consecutivos contados da mesma data; e
- e) promova apenas um único empreendimento de cada uma dessas duas categorias.

Art. 7.º - Os condomínios na propriedade de imóveis não serão considerados sociedades de fato, ainda que deles façam parte também pessoas jurídicas.

Parágrafo único - A cada condômino, pessoa física, serão aplicados os critérios de caracterização da empresa individual e demais dispositivos legais como se fosse ele o único titular da operação imobiliária, nos limites de sua participação.

Art. 8.º - A equiparação da pessoa física à pessoa jurídica será determinada de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor na data do instrumento inicial de alienação do imóvel, ou do arquivamento dos documentos da incorporação, ou do loteamento e, a posterior alteração dessas normas, não atingirá as operações imobiliárias já realizadas nem os empreendimentos cuja documentação já tenha sido arquivada no Registro Imobiliário.

Parágrafo único - As operações de aquisição e alienação de imóveis praticadas antes da data da vigência deste Decreto-lei só serão computadas para os efeitos de equiparação, nos termos do artigo 5.º, em conjunto com nova operação que a pessoa física venha a praticar, levando-se sempre em conta o ano calendário.

Art. 9.º - A aplicação do regime fiscal das pessoas jurídicas às pessoas físicas a elas equiparadas na forma deste Decreto-lei, terá início na data em que se completarem as condições determinadas da equiparação.

§ 1.º - As pessoas físicas consideradas empresas individuais serão obrigadas a:

- a) inscrever-se no Cadastro Geral de Contribuintes no prazo de noventa dias contados da data da equiparação;
- b) manter Livro-Caixa autenticado no prazo de noventa dias contados da data da equiparação, no qual deverão ser escrituradas todas as receitas e despesas relativas às atividades econômicas da empresa individual;
- c) manter sob a sua guarda e responsabilidade os documentos comprobatórios das operações referidas na alínea anterior nos prazos previstos na legislação para as pessoas jurídicas;
- d) efetuar as retenções e recolhimentos do imposto de renda na fonte previstos na legislação para as pessoas jurídicas;

§ 2.º - O lucro da empresa individual, apurado ao término de cada ano calendário,

compreenderá:

- a) o resultado da operação que determinar a equiparação.
- b) o resultado de incorporações ou loteamentos promovidos pelo titular da empresa individual a partir da data da equiparação, abrangendo o resultado das alienações de todas as unidades imobiliárias ou de todos os lotes de terreno integrantes do empreendimento.
- c) o resultado das alienações de quaisquer outros imóveis, ressalvado o disposto no inciso 1, do § 3.º.
- d) as correções monetárias do preço das alienações de unidades residenciais ou não residenciais, construídas ou em construção, e de terrenos ou lotes de terrenos, com ou sem construção, contratadas a partir da data da equiparação, abrangendo:
 - 1) as incidentes sobre série de prestações e parcelas intermediárias vinculadas ou não à entrega das chaves, representadas ou não por notas promissórias;
 - 2) as incidentes sobre dívidas correspondentes a notas promissórias, cédulas hipotecárias ou outros títulos equivalentes, recebidos em pagamento do preço de alienações;
 - 3) as calculadas a partir do vencimento dos débitos a que se referem as alíneas anteriores, no caso de atraso no respectivo pagamento, até sua efetiva liquidação.
- e) os juros convencionados sobre a parte financiada do preço das alienações contratadas a partir da data da equiparação, bem como as multas e juros de mora recebidos por atrasos de pagamentos.

§ 3.º - Não serão computados para efeito de apuração do lucro da empresa individual o resultado, correção monetária e juros auferidos nas alienações:

- a) de imóveis por desapropriação, recuo ou extinção judicial de condomínio;
- b) de imóveis havidos por herança ou legado;
- c) de imóveis havidos, por doação ou dação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;
- d) de imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação, quando a alienação rescindida tiver sido contratada antes da data da equiparação;
- e) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno, a que se refere o artigo 39, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando essa operação tiver sido contratada antes da data da equiparação;
- f) de unidades imobiliárias ou lotes de terreno integrantes de incorporações ou loteamentos cuja documentação tenha sido arquivada no Registro Imobiliário antes da data da equiparação ou dentro do prazo estipulado na alínea "X", do § 5.º, do artigo 6.º, se se tratar de empreendimento a que se refere o dispositivo citado;
- g) de quaisquer imóveis adquiridos mais de trinta e seis meses antes da data da equiparação.

§ 4.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também:

- a) aos rendimentos de locação, sublocação ou arrendamento de quaisquer imóveis, percebidos pelo titular da empresa individual, bem como os decorrentes da exploração econômica de imóveis rurais, ainda que sejam imóveis cuja alienação acarrete a inclusão do correspondente resultado no lucro da empresa individual.
- b) a outros rendimentos percebidos pelo titular da empresa individual.

§ 5.º - Para efeito de determinação do valor da incorporação ao patrimônio da empresa individual, poderão ser corrigidos monetariamente, com base na variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os custos abaixo especificados, incidindo a correção, desde a época de cada pagamento até a data da equiparação, sobre a quantia efetivamente desembolsada pelo titular da empresa individual:

- a) o custo do terreno ou das glebas de terra em que sejam promovidos loteamentos ou incorporações, bem como das construções e benfeitorias executadas;
- b) o custo do terreno, das construções e das benfeitorias de outros imóveis.

§ 6.º - Os recursos efetivamente investidos, em qualquer época, pela pessoa física titular da empresa individual, nos imóveis a que se refere o parágrafo anterior, bem como a correção monetária nela prevista, constituirão o capital da empresa individual no início de cada exercício, para fins de determinação da manutenção do capital de giro dedutível do lucro tributável, nos termos do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974.

§ 7.º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior os imóveis, objeto das operações referidas nas alíneas "a", "b" e "c", do § 2.º, deste artigo, passarão a ser considerados como integrantes do ativo da empresa individual, respectivamente, na data da equiparação, na data do arquivamento da documentação da incorporação ou do loteamento e na data de cada alienação.

§ 8.º - A distribuição de lucro da empresa individual para a pessoa física de seu titular será tributada à opção do beneficiário, exclusivamente na fonte, à taxa de 25%, ou mediante inclusão na declaração de rendimentos.

Art. 10 - A pessoa física que, após sua equiparação à pessoa jurídica, não promover nenhum dos empreendimentos nem efetuar nenhuma das alienações a que se referem as alíneas "b" e "c", do § 2.º, do artigo M, durante o prazo de trinta e seis meses consecutivos, deixará de ser considerada empresa individual a partir do término desse prazo, salvo quanto aos efeitos tributários das operações então em andamento.

§ 1.º - Permanecerão no ativo da empresa individual:

a) as unidades imobiliárias e os lotes de terreno integrantes de incorporações ou loteamentos, até sua alienação e recebimento total do preço;

b) o saldo a receber do preço de imóveis então já alienados, até seu recebimento total.

§ 2.º - No caso previsto no § 1.º, a pessoa física poderá encerrar a empresa individual desde que recolha o imposto de renda que seria devido:

a) se os imóveis referidos na sua alínea "a" fossem alienados, com pagamento à vista, ao preço de mercado;

b) se o saldo referido na sua alínea "b" fosse recebido integralmente;

c) se o lucro líquido remanescente da empresa individual fosse integralmente transferido para a pessoa física, observado o disposto no § 8.º do artigo 9.º.

Art. 11 - Os imóveis que integrarem o patrimônio da pessoa física e os que forem alienados em cada ano-base deverão ser relacionados em sua declaração de bens do exercício financeiro correspondente, com indicação expressa do ano de sua aquisição.

Art. 12 - Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1975, revogados o Decreto-lei n.º 515, de 7 de abril de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1974; 153.º da Independência e 85.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

DECRETO N.º 5.220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

Majora a remuneração base dos contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado,

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade com o disposto no artigo 69, da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970,

Decreta:

a) Serventias de 1.ª Classe (Comarca da Capital, entrância especial):

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município da sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário 13,00 salários-mínimos

Oficial Maior..... 8,10 salários-mínimos

Escrevente 6,50 salários-mínimos

Auxiliar 3,30 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não

compreendidos no item anterior:

Remuneração-base

Serventuário 8,50 salários-mínimos

Oficial Maior 4,30 salários-mínimos

Escrevente 3,60 salários-mínimos

Auxiliar 2,60 salários-mínimos

b) Serventias de 2.ª Classe (Comarca de 3.3 entrância):

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral, Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Remuneração-base

Serventuário 9,40 salários-mínimos

Oficial Maior 4,70 salários-mínimos

Escrevente 3,90 salários-mínimos

Auxiliar	3,20 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário	8,60 salários-mínimos
Oficial Maior	4,30 salários-mínimos
Escrevente	3,60 salários-mínimos
Auxiliar	2,90 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Remuneração-base	
Serventuário	7,80 salários-mínimos
Oficial Maior	3,90 salários-mínimos
Escrevente	3,60 salários-mínimos
Auxiliar	2,60 salários-mínimos
a) Serventias de 3.ª Classe (Comarca de 2.ª entrância):	
I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral;	
Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário	7,80 salários-mínimos
Oficial Maior	4,30 salários-mínimos
Escrevente	3,60 salários-mínimos
Auxiliar	2,80 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário	7,20 salários-mínimos
Oficial Maior	4,00 salários-mínimos
Escrevente	3,30 salários-mínimos
Auxiliar	2,60 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Remuneração-base	
Serventuário	6,50 salários-mínimos
Oficial Maior	3,60 salários-mínimos
Escrevente	3,00 salários-mínimos
Auxiliar	2,30 salários-mínimos
D) Serventias de 4.ª Classe (Comarca de 1.ª entrância):	
I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral;	
Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário	6,30 salários-mínimos
Oficial Maior	3,90 salários-mínimos
Escrevente	3,20 salários-mínimos
Auxiliar	2,40 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede da comarca:	
Remuneração-base	
Serventuário	5,80 salários-mínimos
Oficial Maior	3,60 salários-mínimos
Escrevente	2,90 salários-mínimos
Auxiliar	2,20 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Remuneração-base	
Serventuário	5,20 salários-mínimos

Oficial Maior	3,30 salários-mínimos
Escrevente	2,60 salários-mínimos
Auxiliar	2,00 salários-mínimos

Artigo 2.º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de dezembro de 1974.

LAUDO NATEL, Governador do Estado

Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 11 de dezembro de 1974.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora de Divisão de Atos do Governador
(D. O., 12-12-74)

DECRETO N.º 5.857, DE 11 DE MARÇO DE 1975

Aprova as Tabelas de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 49 da Lei n. 10.393, de 16 de dezembro de 1970 e a conveniência de manter-se o critério simplificador de leitura direta dos preços dos atos judiciais e extrajudiciais,

Considerando que o Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, que dispôs sobre o regimento de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais, previu, no artigo 1.º, § 2.º a revisão periódica de- suas respectivas tabelas;

Considerando que o atual Regimento acha-se em vigor há quase cinco anos, ou seja, desde a edição do Decreto n.º 52.425, de 25 de março de 1970, pois o Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971 manteve, praticamente, os mesmos valores, alterando apenas a Contribuição para a Carteira de Previdência das Serventias;

Considerando que em razão disso, os serventuários atravessam situação difícil, de vez que sua renda decorre de taxas inalteradas há mais de quatro anos;

Considerando que- a matéria foi objeto de longos e minuciosos estudos por parte de comissão especialmente constituída, cujos trabalhos foram apreciados pelo Egrégio Tribunal de Justiça, no tocante às custas judiciais, nos termos do artigo 1.º, § 2.º, do Decreto-lei n.º 203, de 23 de março de 1970;

Considerando, em face dos motivos expostos, a necessidade de. revisão imediata das Tabelas vigentes - exceção feita apenas à Tabela 14, recentemente alterada - visando-se assim à atualização das custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais;

Considerando finalmente a conveniência de ser mantida a unicidade da matéria, incluindo-se no mesmo diploma todas as tabelas, inclusive a de n. 14, objeto que foi de atualização à parte;

Decreta:

Art. 1.º - Ficam aprovadas, nos termos e para os fins dos artigos 254 e 259 do Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, e do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, as quatorze Tabelas que acompanham este decreto.

Art. 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias. oficializadas e dos atos praticados pelos Oficiais de Justiça.

Art. 3.º - De acordo com o disposto no inciso 11 do artigo 21 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 8% (oito por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, e 12% (doze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Parágrafo único - Os emolumentos que nas serventias não oficializadas são devidos aos respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado não se compreendem na disposição deste artigo.

Art. 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas de Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Art. 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento) do total fixado.

Art. 6.º - As tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou oficial do registro de imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Art. 7.º - As custas e emolumentos, tabelados neste decreto, serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis constará a seguinte observação: "Somente terá valor para fins de financiamento agropecuária".

Art. 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 52.705, de 11 de março de 1971, e o Decreto n.º 3.707, de 21 de maio de 1974.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de março de 1975.

LAUDO NATEL

Waldemar Mariz de Oliveira Júnior, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 11 de março de 1975.

Maria Angélica Galliazi - Diretora da Divisão de Atos do Governador

TABELA 1

Dos Feitos e Recursos Cíveis e Criminais

Notas genéricas:

1.ª - Os preços desta tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas tabelas 2 a 9 e das despesas postais.

2.ª - Nos feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor constituem renda do Estado.

3.ª - Consideram-se de valor inestimável:

a) os pedidos de interdição, tutela, curatela, remoção e destituição de tutor ou curador;

b) os protestos, interpelações e notificações;

c) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiro;

d) qualquer outro feito cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.

4.ª - Os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:

a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial;

b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.

5.ª - Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecida na nota anterior a ação popular (v. item 1, nota 1.ª) o desquite litigioso (v. item 1, nota 2.ª), a execução fiscal (v. artigo 2.º do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970), e item 11, nota 2.ª), a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão, alimentícia (cf. item 11, nota 4.ª), os processos crimes de ação pública.

6.ª - Para que se processe a oposição, o oponente deverá pagar importância igual à devida até o momento, pelo autor ou requerente.

7.ª - Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.ª nota do item II.

8.ª - Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "b" da 4.ª nota genérica.

9.ª - Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.

10.ª - Os feitos cíveis com mais de 200 folhas passarão automaticamente a ser tabelados de acordo com o item 1, sendo exigível a partir desse momento o complemento do preço, vedados espaços inúteis entre os termos do processo.

11.ª - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições, recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

12.ª - A reconvenção está sujeita a distribuição autônoma, e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo.

I - Feitos cíveis não tabelados nos itens II e III prestação inicial:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	A Carteira das Serventias	
Total				
até Cr\$ 500,00 de Cr\$ 500,01 a 600,00 de Cr\$ 600,01 a 800,00 de Cr\$ 800,01 a 1.000,00 de Cr\$ 1.000,01 a 1.200,00 de Cr\$ 1.200,01 a 1.400,00 de Cr\$ 1.400,01 a 1.600,00 de Cr\$ 1.600,01 a 1.800,00 de Cr\$ 1.800,01 a 2.000,00 de Cr\$ 2.000,01 a 3.000,00 de Cr\$ 3.000,01 a 4.000,00 de Cr\$ 4.000,01 a 5.000,00 de Cr\$ 5.000,01 a 6.000,00 de Cr\$ 6.000,01 a 8.000,00 de Cr\$ 8.000,01 a 10.000,00 de Cr\$ 10.000,01 a 12.000,00 de Cr\$ 12.000,01 a 14.000,00 de Cr\$ 14.000,01 a 16.000,00 de Cr\$ 16.000,01 a 18.000,00 de Cr\$ 18.000,01 a 20.000,00 de Cr\$ 20.000,01 a 25.000,00 de Cr\$ 25.000,01 a 30.000,00 de Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00 de Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00 de Cr\$ 50.000,01 a 60.000,00 de Cr\$ 60.000,01 a 80.000,00 de Cr\$ 80.000,01 a 100.000,00 de Cr\$ 100.000,01 a 150.000,00 de Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00 de Cr\$ 200.000,01 a 250.000,00 de Cr\$ 250.000,01 a 300.000,00 de Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00 pelo que exceder de Cr\$ 400.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração de valor Inestimável				
20,0024,0026,4028,8031,2033,6036,0038,4043,2048,0052,8057,6062,4072,0081,6091,20100,80110,40120,00124,80129,60134,40139,20144,00148,80153,60158,40163,20168,00117,60182,40192,007,2048,00	Nihil 4,80 7,20 9,60 12,00 14,40 16,80 19,20 24,00 28,80 33,60 38,40 43,20 52,80 62,40 76,80 91,20 105,60 120,00 139,20 163,20 187,20 211,20 240,00 283,20 326,40 369,60 412,80 456,00 542,40 633,60 768,0028,8032,0020,0028,8033,60 38,4043,2048,0052,8057,6067,2076,80 86,4096,00105,60 124,80 144,00 168,00 192,00 216,00 240,00 264,00 292,80 321,60 350,40 384,00 432,00 480,00 528,00 576,00 624,00 720,00 816,00 960,0036,00 80,00 3,603,60 3,964,324,685,045,405,76 6,487,20 7,928,649,36 10,80 12,2413,68 15,1216,56 18,00 18,7219,4420,1620,8821,6022,32 23,0433,7624,4825,2026,6427,3628,801,08 1,20 23,60 32,4037,5642,7247,8853,0458,2063,3673,6884,0094,32104,64114,96 135,60 156,24 181,68 207,12 232,56 258,00 282,72 312,24 341,76 371,28 405,60 454,32 503,04 551,76 600,48 649,20 746,64 843,36 988,8037,0887,20			

Notas:

- 1.ª - Na ação popular, as custas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.
- 2.ª - No desquite litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com a estabelecido no item III para as causas de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá, até a contestação, efetuar o complemento do preço, de acordo com o item I.
- Havendo bens a partilhar, o interessado deverá pagar sobre o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.
- Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento inicial (v. itens II e III).
- 3.ª - Na falência ou na concordata, as custas e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo, o calculados sobre este.
- As ações que surgem da falência ou de concordata estão sujeitas ao tabelamento deste item, segundo o seu valor. Os processos de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias, as impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (v. item III).
- 4.ª - Nos seguintes feitos, o preço mínimo será igual ao das causas de valor inestimável: desquite litigioso, investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço, para que prossiga.
- 5.ª - Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão os emolumentos dos serventuários dos cartórios não oficializados, ficando dispensados do pagamento das custas devidas ao Estado e, nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.
- 6.ª - Inventário, arrolamento, arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa calculando-se ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.
- II - Ação de despejo; ação de acidente do trabalho; execução fiscal; mandado de segurança; ação de alimentos, pedido de alimentos provisionais ou de revisão de pensão alimentícia; interdição - prestação inicial:

obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias, impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de testamento; venda de quinhão em coisa comum; ação de remição, de imóvel hipotecado; eleição de cabecel de bens enfitêuticos - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	A
Carteiras das Serventias	Total			
até Cr\$ 1.000,00	de Cr\$ 1.000,01 a 1.200,00	de Cr\$ 1.200,01 a 1.400,00	de Cr\$ 1.400,01 a 1.600,00	de Cr\$ 1.600,01 a 1.800,00
de Cr\$ 1.800,01 a 2.000,00	de Cr\$ 2.000,01 a 3.000,00	de Cr\$ 3.000,01 a 4.000,00	de Cr\$ 4.000,01 a 5.000,00	de Cr\$ 5.000,01 a 6.000,00
de Cr\$ 6.000,01 a 8.000,00	de Cr\$ 8.000,01 a 10.000,00	de Cr\$ 10.000,01 a 12.000,00	de Cr\$ 12.000,01 a 14.000,00	de Cr\$ 14.000,01 a 16.000,00
de Cr\$ 16.000,01 a 18.000,00	de Cr\$ 18.000,01 a 20.000,00	de Cr\$ 20.000,01 a 25.000,00	de Cr\$ 25.000,01 a 30.000,00	de Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00
de Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	de Cr\$ 50.000,01 a 60.000,00	de Cr\$ 60.000,01 a 80.000,00	de Cr\$ 80.000,01 a 100.000,00	de Cr\$ 100.000,01 a 150.000,00
de Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00	de Cr\$ 200.000,01 a 250.000,00	de Cr\$ 250.000,01 a 300.000,00	de Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00	pelo que exceder de 400.000,00 cada Cr\$ 100.000,00 ou fração..... de valor inestimável
7,80	8,40	9,00	9,60	10,80
12,00	13,20	14,40	15,60	18,00
20,40	22,80	25,20	27,60	30,00
31,20	32,40	33,60	34,80	36,00
37,20	38,40	39,60	40,80	42,00
44,40	45,60	48,00	51,20	54,00
57,60	60,00	64,80	69,60	74,40
79,20	84,00	88,80	93,60	98,40
103,20	108,00	112,80	117,60	122,40
127,20	132,00	136,80	141,60	146,40
151,20	156,00	160,80	165,60	170,40
180,00	184,80	189,60	194,40	199,20
204,00	208,80	213,60	218,40	223,20
240,00	244,80	249,60	254,40	259,20
276,00	280,80	285,60	290,40	295,20
312,00	316,80	321,60	326,40	331,20
348,00	352,80	357,60	362,40	367,20
384,00	388,80	393,60	398,40	403,20
420,00	424,80	429,60	434,40	439,20
456,00	460,80	465,60	470,40	475,20
492,00	496,80	501,60	506,40	511,20
528,00	532,80	537,60	542,40	547,20
564,00	568,80	573,60	578,40	584,00
600,00	604,80	609,60	614,40	619,20
636,00	640,80	645,60	650,40	655,20
672,00	676,80	681,60	686,40	691,20
708,00	712,80	717,60	722,40	727,20
744,00	748,80	753,60	758,40	763,20
780,00	784,80	789,60	794,40	799,20
816,00	820,80	825,60	830,40	835,20
852,00	856,80	861,60	866,40	871,20
888,00	892,80	897,60	902,40	907,20
924,00	928,80	933,60	938,40	943,20
960,00	964,80	969,60	974,40	979,20
1.000,00	1.004,80	1.009,60	1.014,40	1.019,20
1.040,00	1.044,80	1.049,60	1.054,40	1.059,20
1.080,00	1.084,80	1.089,60	1.094,40	1.099,20
1.120,00	1.124,80	1.129,60	1.134,40	1.139,20
1.160,00	1.164,80	1.169,60	1.174,40	1.179,20
1.200,00	1.204,80	1.209,60	1.214,40	1.219,20
1.240,00	1.244,80	1.249,60	1.254,40	1.259,20
1.280,00	1.284,80	1.289,60	1.294,40	1.299,20
1.320,00	1.324,80	1.329,60	1.334,40	1.339,20
1.360,00	1.364,80	1.369,60	1.374,40	1.379,20
1.400,00	1.404,80	1.409,60	1.414,40	1.419,20
1.440,00	1.444,80	1.449,60	1.454,40	1.459,20
1.480,00	1.484,80	1.489,60	1.494,40	1.499,20
1.520,00	1.524,80	1.529,60	1.534,40	1.539,20
1.560,00	1.564,80	1.569,60	1.574,40	1.579,20
1.600,00	1.604,80	1.609,60	1.614,40	1.619,20
1.640,00	1.644,80	1.649,60	1.654,40	1.659,20
1.680,00	1.684,80	1.689,60	1.694,40	1.699,20
1.720,00	1.724,80	1.729,60	1.734,40	1.739,20
1.760,00	1.764,80	1.769,60	1.774,40	1.779,20
1.800,00	1.804,80	1.809,60	1.814,40	1.819,20
1.840,00	1.844,80	1.849,60	1.854,40	1.859,20
1.880,00	1.884,80	1.889,60	1.894,40	1.899,20
1.920,00	1.924,80	1.929,60	1.934,40	1.939,20
1.960,00	1.964,80	1.969,60	1.974,40	1.979,20
2.000,00	2.004,80	2.009,60	2.014,40	2.019,20
2.040,00	2.044,80	2.049,60	2.054,40	2.059,20
2.080,00	2.084,80	2.089,60	2.094,40	2.099,20
2.120,00	2.124,80	2.129,60	2.134,40	2.139,20
2.160,00	2.164,80	2.169,60	2.174,40	2.179,20
2.200,00	2.204,80	2.209,60	2.214,40	2.219,20
2.240,00	2.244,80	2.249,60	2.254,40	2.259,20
2.280,00	2.284,80	2.289,60	2.294,40	2.299,20
2.320,00	2.324,80	2.329,60	2.334,40	2.339,20
2.360,00	2.364,80	2.369,60	2.374,40	2.379,20
2.400,00	2.404,80	2.409,60	2.414,40	2.419,20
2.440,00	2.444,80	2.449,60	2.454,40	2.459,20
2.480,00	2.484,80	2.489,60	2.494,40	2.499,20
2.520,00	2.524,80	2.529,60	2.534,40	2.539,20
2.560,00	2.564,80	2.569,60	2.574,40	2.579,20
2.600,00	2.604,80	2.609,60	2.614,40	2.619,20
2.640,00	2.644,80	2.649,60	2.654,40	2.659,20
2.680,00	2.684,80	2.689,60	2.694,40	2.699,20
2.720,00	2.724,80	2.729,60	2.734,40	2.739,20
2.760,00	2.764,80	2.769,60	2.774,40	2.779,20
2.800,00	2.804,80	2.809,60	2.814,40	2.819,20
2.840,00	2.844,80	2.849,60	2.854,40	2.859,20
2.880,00	2.884,80	2.889,60	2.894,40	2.899,20
2.920,00	2.924,80	2.929,60	2.934,40	2.939,20
2.960,00	2.964,80	2.969,60	2.974,40	2.979,20
3.000,00	3.004,80	3.009,60	3.014,40	3.019,20
3.040,00	3.044,80	3.049,60	3.054,40	3.059,20
3.080,00	3.084,80	3.089,60	3.094,40	3.099,20
3.120,00	3.124,80	3.129,60	3.134,40	3.139,20
3.160,00	3.164,80	3.169,60	3.174,40	3.179,20
3.200,00	3.204,80	3.209,60	3.214,40	3.219,20
3.240,00	3.244,80	3.249,60	3.254,40	3.259,20
3.280,00	3.284,80	3.289,60	3.294,40	3.299,20
3.320,00	3.324,80	3.329,60	3.334,40	3.339,20
3.360,00	3.364,80	3.369,60	3.374,40	3.379,20
3.400,00	3.404,80	3.409,60	3.414,40	3.419,20
3.440,00	3.444,80	3.449,60	3.454,40	3.459,20
3.480,00	3.484,80	3.489,60	3.494,40	3.499,20
3.520,00	3.524,80	3.529,60	3.534,40	3.539,20
3.560,00	3.564,80	3.569,60	3.574,40	3.579,20
3.600,00	3.604,80	3.609,60	3.614,40	3.619,20
3.640,00	3.644,80	3.649,60	3.654,40	3.659,20
3.680,00	3.684,80	3.689,60	3.694,40	3.699,20
3.720,00	3.724,80	3.729,60	3.734,40	3.739,20
3.760,00	3.764,80	3.769,60	3.774,40	3.779,20
3.800,00	3.804,80	3.809,60	3.814,40	3.819,20
3.840,00	3.844,80	3.849,60	3.854,40	3.859,20
3.880,00	3.884,80	3.889,60	3.894,40	3.899,20
3.920,00	3.924,80	3.929,60	3.934,40	3.939,20
3.960,00	3.964,80	3.969,60	3.974,40	3.979,20
4.000,00	4.004,80	4.009,60	4.014,40	4.019,20
4.040,00	4.044,80	4.049,60	4.054,40	4.059,20
4.080,00	4.084,80	4.089,60	4.094,40	4.099,20
4.120,00	4.124,80	4.129,60	4.134,40	4.139,20
4.160,00	4.164,80	4.169,60	4.174,40	4.179,20
4.200,00	4.204,80	4.209,60	4.214,40	4.219,20
4.240,00	4.244,80	4.249,60	4.254,40	4.259,20
4.280,00	4.284,80	4.289,60	4.294,40	4.299,20
4.320,00	4.324,80	4.329,60	4.334,40	4.339,20
4.360,00	4.364,80	4.369,60	4.374,40	4.379,20
4.400,00	4.404,80	4.409,60	4.414,40	4.419,20
4.440,00	4.444,80	4.449,60	4.454,40	4.459,20
4.480,00	4.484,80	4.489,60	4.494,40	4.499,20
4.520,00	4.524,80	4.529,60	4.534,40	4.539,20
4.560,00	4.564,80	4.569,60	4.574,40	4.579,20
4.600,00	4.604,80	4.609,60	4.614,40	4.619,20
4.640,00	4.644,80	4.649,60	4.654,40	4.659,20
4.680,00	4.684,80	4.689,60	4.694,40	4.699,20
4.720,00	4.724,80	4.729,60	4.734,40	4.739,20
4.760,00	4.764,80	4.769,60	4.774,40	4.779,20
4.800,00	4.804,80	4.809,60	4.814,40	4.819,20
4.840,00	4.844,80	4.849,60	4.854,40	4.859,20
4.880,00	4.884,80	4.889,60	4.894,40	4.899,20
4.920,00	4.924,80	4.929,60	4.934,40	4.939,20
4.960,00	4.964,80	4.969,60	4.974,40	4.979,20
5.000,00	5.004,80	5.009,60	5.014,40	5.019,20
5.040,00	5.044,80	5.049,60	5.054,40	5.059,20
5.080,00	5.084,80	5.089,60	5.094,40	5.099,20
5.120,00	5.124,80	5.129,60	5.134,40	5.139,20
5.160,00	5.164,80	5.169,60	5.174,40	5.179,20
5.200,00	5.204,80	5.209,60	5.214,40	5.219,20
5.240,00	5.244,80	5.249,60	5.254,40	5.259,20
5.280,00	5.284,80	5.289,60	5.294,40	5.299,20
5.320,00	5.324,80	5.329,60	5.334,40	5.339,20
5.360,00	5.364,80	5.369,60	5.374,40	5.379,20
5.400,00	5.404,80	5.409,60	5.414,40	5.419,20
5.440,00	5.444,80	5.449,60	5.454,40	5.459,20
5.480,00	5.484,80	5.489,60	5.494,40	5.499,20
5.520,00	5.524,80	5.529,60	5.534,40	5.539,20
5.560,00	5.564,80	5.569,60	5.574,40	5.579,20
5.600,00	5.604,80	5.609,60	5.614,40	5.619,20
5.640,00	5.644,80	5.649,60	5.654,40	5.659,20
5.680,00	5.684,80	5.689,60	5.694,40	5.699,20
5.720,00	5.724,80	5.729,60	5.734,40	5.739,20
5.760,00	5.764,80	5.769,60	5.774,40	5.779,20
5.800,00	5.804,80	5.809,60	5.814,40	5.819,20
5.840,00	5.844,80	5.849,60	5.854,40	5.859,20
5.880,00	5.884,80	5.889,60	5.894,40	5.899,20
5.920,00	5.924,80	5.929,60	5.934,40	5.939,20
5.960,00	5.964,80	5.969,60	5.974,40	5.979,20
6.000,00	6.004,80	6.009,60	6.014,40	6.019,2

4.^a - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 213 para o primeiro e 1/3 para o segundo.

5.^a - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até no máximo três vezes o fixado nesta Tabela.

V - Cartas precatórias, rogatórias; ou de ordem, recebidas para cumprimento:

A) Para citação ou Intimação:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	À Carteira das Serventias	Total	
até Cr\$ 1.000,00 6,90	Cr\$	6,00	nihil	6,00	0,90
ou Cr\$ 1.000,01 a 5.000,00 ou de valor inestimável 13,44	Cr\$	9,60	2,40	12,00	1,44
de Cr\$ 5.000,00 a 50.000,00 19,98	Cr\$	13,20	4,80	18,00	1,98
mais de Cr\$ 50.000,00 26,52	Cr\$	16,80	7,20	24,00	2,52
B) Para outros fins: até Cr\$ 1.000,00 13,80	Cr\$	12,00	nihil	12,00	1,80
de Cr\$ 1.000,01 a 5.000,00 ou de valor inestimável 26,88	Cr\$	19,20	4,80	24,00	2,88
de Cr\$ 5.000,01 a 50.000,00 39,96	Cr\$	26,40	9,60	36,00	3,96
mais de Cr\$ 50.000,00 53,04	Cr\$	33,60	14,40	48,00	5,04

Notas:

1.^a - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição.

2.^a - Nos feitos criminais, as precatórias, rogatórias o cartas de ordem, expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de beneficiário de assistência judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste item, sendo por ela responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.

3.^a - As precatórias expedidas a requerimento do empregado, nas ações de acidente do trabalho, não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste item.

Notas:

4.^a - Nas cartas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento, antes da devolução ou entrega da precatória, como se se tratasse de feito tabelado no item III.

5.^a - As cartas precatórias, rogatórias ou de ordem não estão sujeitas a pagamento, quando de extração, devendo as cartas precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vias, para que as cópias sirvam de contrafé, quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado.

6.^a - Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.

7.^a - Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda Pública, as custas serão pagar, a final pelo vencido.

VI - Recurso que se processe em apartado - além das despesas de traslado e certidões para a formação do instrumento:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	À Carteira das Serventias	Total
a) quando interposto perante Juiz 32,25	Cr\$	15,00	15,00	30,00
b) quando Interposto perante Tribunal da Justiça ou de Alçada			30,09	30,00

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se

processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo de dúvida suscitada pelo oficial do registro de imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a cota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade e de uma só vez no Juízo ou Tribunal em que interposto o recurso.

3.^a - Os feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste item: não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição parcial: o mesmo que o tabelado no item VI, letra "a", sendo o pagamento total feito em primeira instância.

VIII - Conflito de jurisdição - para distribuição:

Ao Estado Cr\$ 12,00

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas genéricas:

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela 1, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais, está sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

TABELA

I - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, "verbo ad verbum" ou em breve relatório, datilografada:

Ao Escrivão À Carteira

das Serventias

- Pela primeira folha	10,00	1,50
- Por página que crescer	4,00	0,60

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na íntegra, nenhum acréscimo será devido sobre o preço deste item

2.^a - Se na mesma certidão existir, mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentos ou de peças de processos:

Ao Escrivão À Carteira

das Serventias

- Por página datilografada	2,00	0,30
----------------------------	------	------

Notas:

1.^a - Cobrar-se-ão de acordo com este item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos; os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, do adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro documento autêntico extraído de autos para produzir efeito fora deles e que não revista a ferir de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopiadora, será livre ao advogado interessado fornecer as fotocópias ou xerocópias necessárias à formação de instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos de autenticação (item IV), mais o correspondente, no item I, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

III - Reprodução de peças dos autos por página:

Ao Escrivão À Carteira

das Serventias

a) mediante xerocópias ou fotocópias autenticadas

2,00	0,30
------	------

IV - Autenticação de peça extraída

de autos judiciais - por página

0,40	0,06
------	------

V - Alvarás, mandados e ofícios pelo

Seu processamento e expedição

6,00	0,90
------	------

VI - Resposta em folha corrida:

- na comarca da Capital, compreendendo todos os cartórios criminais:

Ao Estado 15,00

- nas demais comarcas - por serventuário que certificar:

1,80 0,27

Nota:

Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

TABELA 3

Dos Distribuidores

I - Distribuição de feito judicial, de reconvocação ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v. Tabela 1.

Notas:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou retificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação à margem da distribuição a oposição, os embargos de terceiro, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da líder.

II - Distribuição, entre os juízes das Varas Cíveis da Comarca, e preparo do livro comercial, para visto em balanço:

Ao Distribuidor Cr\$ 4,00

A Carteira das Serventias..... Cr\$ 0,60

Cr\$ 4,60

III - Distribuição o preparo de livro comercial, inclusive todas as diligências, para autenticação judicial:

Ao Distribuidor À Carteira

das Serventias

a) de livro de até 1.000 folhas 12,00 1,80

b) de livro de mais de 1.000 folhas 24,00 3,60

IV - Distribuição não compreendida nos itens I e III, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:

Ao Distribuidor 3,00

A Carteira das Serventias : 0,45

Notas:

Não estão sujeitas à distribuição as escrituras nem os respectivos registros.

V - Certidão de distribuição:

Ao Distribuidor À Carteira

das Serventias

a) período até 5 anos:

por pessoa 5,00 0,75

b) período superior a 5, até 10 anos:

por Pessoa 8,00 1,20

0 período superior a 10, até 20 anos:

por pessoa 9,00 1,35

d) período superior a 20 anos:

por pessoa 12,00 1,80

Notas:

1.^a - Os preços acima referem-se à certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção do seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente à mesma pessoa.

2.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.^a - Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos neste item.

4.^a - Os preços estabelecidos neste item correspondem à primeira folha de certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrado de acordo com a Tabela 2, item 1.

TABELA 4

Dos Contadores

1 - Conta de liquidação, inclusive juros e rateio sobre o valor apurado:

Ao Contador À Carteira

das Serventias				
- até Cr\$ 5.000,00		8,00		1,20
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	15,00		2,25	
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	23,00		3,45	
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	33,00		4,95	
- Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	8,00	1,20		

Nota:

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta.

II - Conta de liquidação, para purgação de mora, nas ações de despejo.

Sobre o valor da causa:

Ao Contador À Carteira

das Serventias				
- até Cr\$ 5.000,00	5,00		0,75	
- de Cr\$ 5.000,01 a 10.000,00	7,00	1,05		
- de Cr\$ 10.000,01 a 50.000,00	10,00		1,50	
- de 50.000,01 a 100.000,00	12,00	1,80		
- Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	3,00	0,45		

III - Cálculo de imposto de transmissão em qualquer processo, a de liquidação em arrolamento ou inventário: o dobro do constante no item I, sendo o cálculo feito sobre o valor do monte-mor.

Notas:

1.ª - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo e do passivo, não estando sujeito a acréscimo, ainda que no mesmo processo haja mais de uma sucessão.

2.ª - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item I:

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Notas:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de créditos e contas em falência, concordata, concurso creditório e prestações de contas em geral: metade do estabelecido no item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão, à moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de instituições financeiras:

Ao Contador À Carteira

das Serventias				
- por cálculo	Cr\$ 3,00		Cr\$ 0,45	

VII - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

VIII - Conta de liquidação da pena em ação penal:

Cada liquidação:

Ao Escrivão:	À Carteira	Total
das Serventias		
Cr\$ 2,00	Cr\$ 0,30	Cr\$ 2,30

TABELA 5

Dos Partidores

I - Esboço de partilha ou sobrepartilha: o dobro do previsto na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Quando o passivo absorver 80% ou mais do valor do ativo, o preço será reduzido à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sobrepartilha: o mesmo que o fixado na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na tabela 2, item I.

TABELA 6

Dos Depositários

I - Depósito em mãos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa: o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela I.

Notas:

- 1.^a - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito, de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça e sem quaisquer custas ou emolumentos.
- 2.^a - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas, pela guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.
- 3.^a - Não ser expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos, de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.
- 4.^a - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade até o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 50% sobre os rendimentos líquidos do bem depositado.

II - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 7

Dos Oficiais de Justiça

I - Citação, notificação ou intimação:

a) de uma pessoa, em horário normal:

Valor da Causa:

- | | |
|--------------------------------|------------|
| - até Cr\$ 5.000,00 | Cr\$ 9,00 |
| - de Cr\$ 5.000,00 a 50.000,00 | Cr\$ 13,00 |
| - mais de Cr\$ 50.000,00 | Cr\$ 17,00 |

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 172,

§ 2.º, do Código de Processo Civil:

Valor da Causa:

- | | |
|--------------------------------|------------|
| - até Cr\$ 5.000,00 | Cr\$ 12,00 |
| - de Cr\$ 5.000,00 a 50.000,00 | Cr\$ 18,00 |
| - mais de Cr\$ 50.000,00 | Cr\$ 24,00 |

c) por pessoa que acrescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras "a" ou "b".

Notas:

1.^a - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou reside em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informação.

2.^a - Nos feitos de valor inestimável (v. Tabela I. Nota genérica 3.^a) a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000,00; se não for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

3.^a - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandados, para servirem de contrafé, o oficial de justiça terá direito à rasa de Cr\$ 2,00 por página datilografada de contrafé, não se computando na rasa as cópias a carbono até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela independente.

4.^a - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas, anualmente, mediante portaria da Corregedoria-Geral da Justiça, na Comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum das demais comarcas.

5.^a - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

6.^a - Nos processos crimes movidos contra réu pobre e nas diligências realizadas a requerimento do Ministério Público, nos atos de ofício, os oficiais de justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão à conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça. O disposto nesta nota aplica-se também nas diligências realizadas em feitos relativos a menor infrator ou abandonado.

II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares: o dobro do previsto no item I, letra "a".

TABELA 8

Dos Peritos

Notas genéricas:

1.^a - Os salários dos peritos serão fixados pelo Juiz do feito até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição

financeira das partes e valor da causa.

2.^a - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes o comporte, o Juiz poderá fixar os salários do perito em quantia superior à prevista nesta tabela, proferindo despacho devidamente fundamentado.

3.^a - Nos feitos de valor até Cr\$ 10.000,00, o salário do perito não poderá, em caso algum, exceder a 3,5% do valor da causa.

4.^a - O Juiz está obrigado a fixar salários iguais para os peritos da causa, desde que fundamente a diversidade de arbitramento.

5.^a - O perito tem o direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificada e proporcionais ao valor da causa ou à condição financeira das partes.

6.^a - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à condução, se o interessado não a fornecer.

7.^a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código Civil.

TABELA

I - Exames, vistorias e outras perícias de qualquer natureza máximo, conforme o valor da causa:

até Cr\$ 10.000,00	até Cr\$ 350,00
de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	até Cr\$ 500,00
de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 800,00
mima de Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 1.500,00

II - Arbitramento; avaliação de imóveis e outros bens máximo, conforme o valor dos bens:

- até Cr\$ 5.000,00	até Cr\$ 150,00
- de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00	até Cr\$ 250,00
- de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00	até Cr\$ 350,00
- de Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 500,00
acima de Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 700,00

Notas:

Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total.

Excedente de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão ser aumentados até o dobro.

III - Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:

- por Cr\$ 100,00 ou fração, até	até	Cr\$	5,00
Emolumento máximo		Cr\$	20,00

TABELA 9

Dos Porteiros

I - Arrematação de bens em hasta pública ou leilão:

Ao Escrivão e	À Carteira	Total
das Serventias		
- sobre o valor da arrematação, venda ou arrematação	2%	0,3% 2,3%

Notas:

1.^a - Havendo remição ou adjudicação, a percentagem será reduzida à metade.

2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja o número de apregoados, e serão feitos pelo porteiro.

3.^a - A afixação de editais de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.

4.^a - As praças e leilões judiciais serão realizadas pelo porteiro das respectivas Varas, sob fiscalização do Juiz.

TABELA 10

Dos Escrivães de Notas

Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
		das Serventias	
Ate Cr\$ 300,00		30,00	6,00 3,00 39,00
De 300,01 a 500,00		50,00	10,00 5,00 65,00
De 500,01 a 1.000,00		100,00	20,00 10,00 130,00
De 1.000,01 a 2.000,00		120,00	24,00 12,00 156,00

De 2.000,01 a 3.000,00	150,00	30,00	15,00	195,00
De 3.000,01 a 4.000,00	170,00	34,00	17,00	221,00
De 4.000,01 a 5.000,00	220,00	44,00	22,00	286,00
De 5.000,01 a 7.500,00	280,00	56,00	28,00	364,00
De 7.500,01 a 10.000,00	300,00	60,00	30,00	390,00
De 10.000,01 a 12.500,00	340,00	68,00	34,00	442,00
De 12.500,01 a 15.000,00	380,00	76,00	38,00	494,00
De 15.000,01 a 20.000,00	400,00	80,00	40,00	520,00
De 20.000,01 a 25.000,00	440,00	88,00	44,00	572,00
De 25.000,01 a 30.000,00	480,00	96,00	48,00	624,00
De 30.000,01 a 40.000,00	500,00	100,00	50,00	650,00
De 40.000,01 a 50.000,00	520,00	104,00	52,00	676,00
De 50.000,01 a 60.000,00	540,00	108,00	54,00	702,00
De 60.000,01 a 70.000,00	560,00	112,00	56,00	728,00
De 70.000,01 a 80.000,00	580,00	116,00	58,00	754,00
De 80.000,01 a 90.000,00	600,00	120,00	60,00	780,00
De 90.000,01 a 100.000,00	650,00	130,00	65,00	845,00
De 100.000,01 a 150.000,00	100,00	140,00	70,00	910,00
De 150.000,01 a 200.000,00	750,00	150,00	75,00	975,00
De 200.000,01 a 300.000,00	800,00	160,00	80,00	1.040,00
De 300.000,01 a 400.000,00	850,00	170,00	85,00	1.105,00
De 400.000,01 a 500.000,00	900,00	180,00	90,00	1.170,00
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00:				
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração 50,00		10,00	5,00	65,00
II - Escritura s/valor declarado 100,00		20,00	10,00	130,00
III Escritura de testamento público, de revogação ou de aprovação de testamento 400,00		80,00	40,00	520,00
IV - Escritura de convenção ou especificação de condomínio em planos horizontais, ou suas modificações:				
a) pela convenção 150,00		30,00	15,00	195,00
b) por unidade autônoma 30,00		6,00	3,00	26,00
V - Procuração ou subestabelecimento em livro especial ou comum				
a) com Poderes "ad Judicia" somente 20,00		4,00	2,00	26,00
b) outras procurações 30,00		6,00	3,00	39,00
c) revogação feita à margem da procuração 10,00		2,00	1,00	13,00
d) em qualquer hipótese: de cada outorgante que acrescer, não sendo cônjuge, mais 10,00		2,00	1,00	13,00
VI - Certidão ou traslado:				
pela primeira folha 20,00		4,00	2,00	26,00
por Página que acrescer 5,00		1,00	0,50	6,50
Nota:				
Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação, Cr\$ 5,00 de emolumentos.				
VII - xerocópia ou fotocópia de documento, lavrado ou arquivado no cartório 2,00		0,40	0,20	2,60
VIII - Publica Forma de qualquer documento:				
pela primeira folha 10,00		2,00	1,00	13,00
por página que acrescer 5,00		1,00	0,50	6,50
IX - Autenticação de plantas, mapas; e documentos semelhantes, de xerocópias, fotocópias e outras				

reproduções fotográficas; conferências

e consertos de públicas formas:

por página	1,00	0,20	0,10	1,30
X - Reconhecimento de firma, inclusive de letra e sinal	2,00	0,40	0,20	2,60

Notas.

1.^a - No preço da escrita, procuração ou subestabelecimento se inclui o primeiro traslado.

2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias, recolhimento de tributos relativos às escritas o registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.

3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

4.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao contrato de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos.

5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço.

6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade,

7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item I.

8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.

9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido, de qualquer das partes, será devido um terço do preço.

10.^a - Pela procuração ou subestabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do preço.

11.^a - A contribuição devida à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, no caso do item 9.^o, será no mínimo, de Cr\$ 1,00.

12.^a - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária, financiada pelo sistema financeiro da Habitação, nos casos previstos no Art. 59 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, serão reduzidos em 50%.

TABELA 11

Dos Oficiais do Registro de Imóveis

I - Inscrição ou transcrição, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:

Valor do Contrato	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Até Cr\$ 300,00	30,00	6,00	4,50	40,50
De 300,01 a 500,00	40,00	8,00	6,00	54,00
De 500,01 a 1.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
De 1.000,01 a 2.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
De 2.000,01 a 3.000,00	70,00	14,00	10,50	95,50
De 3.000,01 a 4.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00
De 4.000,01 a 5.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
De 5.000,01 a 7.500,00	110,00	22,00	16,50	148,50
De 7.500,01 a 10.000,00	120,00	24,00	18,00	162,00
De 10.000,01 a 15.000,00	140,00	28,00	21,00	189,00
De 15.000,01 a 20.000,00	150,00	30,00	22,50	202,50
De 20.000,01 a 25.000,00	160,00	32,00	24,00	216,00
De 25.000,01 a 30.000,00	170,00	34,00	25,50	229,50
De 30.000,01 a 40.000,00	200,00	40,00	30,00	270,00
De 40.000,01 a 50.000,00	230,00	46,00	34,50	310,50
De 50.000,01 a 60.000,00	240,00	48,00	36,00	324,00
De 60.000,01 a 70.000,00	250,00	50,00	37,50	337,50
De 70.000,01 a 80.000,00	260,00	52,00	39,00	351,00
De 80.000,01 a 90.000,00	270,00	54,00	40,50	364,50
De 90.000,01 a 100.000,00	280,00	56,00	42,00	378,00

De 100.000,01 a 120.000,00	290,00	58,00	43,50	391,50
De 120.000,01 a 150.000,00	300,00	60,00	45,00	405,00
De 150.000,01 a 200.000,00	310,00	62,00	46,50	418,50
De 200.000,01 a 300.000,00	320,00	64,00	48,00	432,00
De 300.000,01 a 400.000,00	360,00	72,00	54,00	486,00
De 400.000,01 a 500. 000,00	380,00	76,00	57,00	513,00
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00:				
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração 16,00	3,20	2,40	21,60	

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

II - Averbação, Inclusive buscas, Indicações e certidão-talão:

Valor do Contrato	Ao Oficial das Serventias	Ao Estado	À Carteira	Total
Até Cr\$ 1.000,00	16,00	3,20	2,40	21,60
De 1.000,01 a 3.000,00	22,00	4,40	3,30	29,70
De 3.000,01 a 6.000,00	28,00	5,60	4,20	37,80
De 6.000,01 a 10.000,00	34,00	6,80	5,10	45,90
De 10.000,01 a 15.000,00	40,00	8,00	6,00	54,00
De 15.000,01 a 20.000,00	44,00	8,80	6,60	59,40
De 20. 000,01 a 30.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
De 30.000,01 a 40.000,00	54,00	10,80	8,10	72,90
De 40.000,01 a 50.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
De 50.000,01 a 80.000,00	64,00	12,80	9,60	86,40
De 80.000,01 a 120. 000,00	72,00	14,40	10,80	97,20
De 120. 000,01 a 170. 000,00	84,00	16,80	12,60	113,40
De 170.000,01 a 250. 000,00	96,00	19,20	14,40	129,60
De 250.000,01 a 350. 000,00	108,00	21,60	16,20	145,80
De 350.000,01 a 500. 000,00	120,00	24,00	18,00	162,00
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00:				
cada Cr\$ 150.000,00 ou fração 6,00		1,20	0,90	8,10
sem valor declarado	16,00	3,20	2,40	21,60

Notas:

1.ª - O preço da averbação Será calculado com base nos Valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.ª _ Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes a mudança de numeração, edificação, reconstrução, desmembramento ou demolição, alteração de nome por casamento ou desquite, averbação de casamento, desquite ou viuvez.

	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			

III - Loteamento:

a) Inscrição de memorial de loteamento urbano - por lote, além das despesas de publicação pela Imprensa	2,60	0,52	0,39	3,51
b) Inscrição de memorial de loteamento rural, por gleba, além das despesas de publicação pela imprensa	6,40	1,28	0,96	8,64
c) Averbação à margem da Inscrição, o mesmo valor do item II -		-	-	-
d) Intimação, além das despesas de condução e publicação pela Imprensa	13,00	2,60	1,95	17,55

Notas:

1.^a - Os emolumentos mínimos do Oficial, no caso da letra "a", serão de Cr\$ 80,00.

2.^a - A qualificação do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido em lei federal.

3.^a - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

IV - Condomínio:

a) A inscrição de memorial de incorporação ou instituição de condomínio: o mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (artigo 32, alínea "h", da Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
b) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades	130,00	26,00	19,50	175,50
c) averbação de unidade autônoma	16,00	3,20	2,40	21,60
V - Inscrição, inclusive buscas, indicações reais ou pessoais e fornecimento de certidão-talão:				
a) de cédula de crédito rural (Decreto-lei Federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, artigo 34, parágrafo único):				
- até Cr\$ 200,00			0,10%	
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00		0,20%		
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00		0,30%		
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00			0,40%	
- acima de Cr\$ 1.500,00			0,50%	
Até o máximo de 114 do salário-mínimo da região.				
b) de cédula de crédito industrial (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 1.º):				
- até Cr\$ 200,00			0,10%	
- de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00		0,20%		
- de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00		0,30%		
- de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00			0,40%	
- acima de Cr\$ 1.500,00			0,50%	
Até o máximo de 114 do salário-mínimo da região.				

Notas:

1.^a - Os atos previstos neste item não estão sujeitos ao pagamento de custas do Estado, nem ao recolhimento de contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

2.^a - No caso de registro de cédula industrial, cinquenta por cento dos emolumentos caberão ao oficial do registro de imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento ser recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969 (artigo 34, § 2.º).

VI - Averbação à margem de inscrição de cédula de crédito rural ou industrial incluindo fornecimento de certidão-talão: 10% do preço fixado no item anterior, até o máximo de um quadragésimo do salário-mínimo, para os emolumentos do oficial.

VII - Certidões:

Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" - por pessoa, ainda que se refira ao seu nome por extenso e abreviado, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida:

	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Pela primeira folha:				
a) até 10 anos	8,00	1,60	1,20	10,80
b) até 20 anos	12,00	2,40	1,80	16,00
c) até 30 anos	16,00	3,20	2,40	21,60
d) mais de 30 anos	22,00	4,40	3,30	28,70
Por página que acrescer	5,00	1,00	0,75	6,75
VIII - Informação verbal: quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.				
IX - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado em Cartório:				
	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			

2,00 0,40 0,30 2,70
X - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida: o mínimo previsto nos itens I e II, conforme se trata de inscrição, transcrição ou averbação.

XI - Microfilmagem de documento referido nesta tabela:

	Ao Oficial	Ao Estado	À Carteira	Total
qualquer que seja o número de páginas, mais	12,00	2,40	1,80	16,20

TABELA 12

Dos Escrivães do Registro de Títulos e Documentos

1 - Registro Integral de contrato, título ou documento com valor declarado:

VALOR DO DOCUMENTO	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Até Cr\$ 300,00	6,00	1,20	0,90	8,10
De 300,01 a 500,00	9,00	1,80	1,35	12,15
De 500,01 a 1.000,00	12,00	2,40	1,80	16,20
De 1.000,01 a 2.000,00	18,00	3,60	2,70	24,30
De 2.000,01 a 3.000,00	24,00	4,80	3,60	32,40
De 3.000,01 a 4.000,00	30,00	6,00	4,50	40,50
De 4.000,01 a 5.000,00	35,00	7,00	5,25	47,25
De 5.000,01 a 7.500,00	40,00	8,00	6,00	54,00
De 7.500,01 a 10.000,00	45,00	9,00	6,75	60,75
De 10.000,01 a 15.000,00	55,00	11,00	8,25	74,25
De 15.000,01 a 20.000,00	65,00	13,00	9,75	87,75
De 20.000,01 a 30.000,00	75,00	15,00	11,25	101,25
De 30.000,01 a 40.000,00	85,00	17,00	12,75	114,75
De 40.000,01 a 50.000,00	95,00	19,00	14,25	128,25
De 50.000,01 a 75.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
De 75.000,01 a 100.000,00	110,00	22,00	16,50	148,50

Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:

cada Cr\$ 25.000,00 ou fração 5,00 1,00 0,75 6,75

II - Registro Integral de título, documento, ou papel sem valor declarado ou para notificação:

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
até uma página	10,00	2,00	1,50	13,50
por página que acrescer	4,00	0,80	0,60	5,40

III - Entrega de notificação, inclusive a respectiva certidão à margem do registro e no documento; além da condução:

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Pela primeira página:				
a) no perímetro urbano	15,00	3,00	2,25	20,25
b) no perímetro rural	26,00	5,20	3,90	35,10
por página que acrescer	4,00	0,80	0,60	5,40

IV - Registro resumido de penhora, caução ou parceria:

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
até uma página	5,00	1,00	0,75	6,75
por página que acrescer	4,00	0,80	0,60	5,40

V - Averbação

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
VI - Matrícula de oficina Impressora, jornal e outros periódicos	30,00	6,00	4,50	40,50

VII - Inscrição de pessoa jurídica

de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive

todos os atos do processo, registro

e arquivamento 15,00 3,00 2,25 20,25

VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Ate Cr\$ 1.000,00	15,00	3,00	2,25	20,25
De 1.000,01 a 5.000,00	24,00	4,80	3,60	32,40
De 5.000,01 a 10.000,00	36,00	7,20	3,00	48,60
De 10.000,01 a 20.000,00	45,00	9,00	6,75	60,75
De 20.000,01 a 30.000,00	55,00	11,00	8,25	74,25
De 30.000,01 a 40.000,00	65,00	13,00	9,75	87,75
De 40.000,01 a 50.000,00	75,00	15,00	11,25	101,25
De 50.000,01 a 60.000,00	85,00	17,00	12,75	114,75
De 60.000,01 a 80.000,00	95,00	19,00	14,25	128,25
De 80.000,01 a 100.000,00	110,00	22,00	16,50	148,50

pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:

cada Cr\$ 20.000,00 ou fração 10,00 2,00 1,50 13,50

IX - Cancelamento de inscrição:

a) em geral: o mesmo que o cobrado por averbação (item V).

b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do preço do Item VIII.

X - Certidão:

 pela primeira folha 10,00 2,00 1,50 13,50
 por página que acrescer 5,00 1,00 0,75 6,75

Nota:

Se o Interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação verbal, 50% dos emolumentos.

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
XI - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no cartório	2,00	0,40	0,30	2,70
XII - Microfilmagem de documento referido nesta tabela: qualquer que seja o número de páginas, mais	12,00	2,40	1,80	16,20
XIII - Sistema de processamento de dados de documento referido nesta tabela: por documento, mais	6,00	1,20	0,90	8,10

TABELA 13

Dos Escrivães de Protestos de Títulos

1 - Apresentação, protesto e registro de Instrumento de protesto quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de editei e condução:

	Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total
	das Serventias			
Até Cr\$ 300,00	6,00	1,20	0,90	8,10
De 300,01 a 500,00	8,00	1,60	1,20	10,80
De 500,01 a 1.000,00	10,00	2,00	1,50	13,50
De 1.000,01 a 2.000,00	20,00	4,00	3,00	27,00
De 2.000,01 a 4.000,00	40,00	8,00	6,00	50,00
De 4.000,01 a 6.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50
De 6.000,01 a 8.000,00	60,00	12,00	9,00	81,00
De 8.000,01 a 10.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00

De 10.000,01 a 25.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
De 25.000,01 a 50.000,00	110,00	22,00	16,50	148,60
De 50.000,01 a 75.000,00	120,00	24,00	18,00	162,00
De 75.000,01 a 100.000,00	130,00	26,00	19,50	175,50

Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00

cada Cr\$ 25.000,00 ou fração 10,00 2,00 1,50 13,50

NOTA:

As Intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas mediante Carta Registrada, com recibo de volta (AR), só se admitindo o Edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

II - Pelo cancelamento do protesto processado na própria serventia, qualquer que seja o seu valor:

Ao Escrivão	Ao Estado	À Carteira	Total das Serventias		
III - Certidão de protesto negativo			20,00	40	3,00
27,00					
a) pela primeira página, por pessoa:					
até 5 anos		5,00	1,00	0,75	6,75
até 10 anos		10,00	2,00	1,50	13,50
b) por página que acrescer, qualquer que seja o número de pessoas		2,00	0,40	0,30	2,70
c) quando a certidão for positiva; por Protesto constante na mesma, mais		2,00	0,40	0,30	2,70
d) certidão extraída por sistema . de processamento de dados (computados) quando negativa, o mesmo fixado na letra "a", e mais			3,00	0,60	0,45
4,50					
quando positiva; o mesmo fixado na letra "a", e mais			6,00	1,20	0,91
8,10					
IV - Certidão de protesto positiva, inclusive sob forma da relação, para entidade de classe		0,70	0,14	0,11	0,95
V - Informação verbal, quando o interessado dispensar certidão: a quarta parte do preço fixado no item III, letra "a"					
VI - Xerocópia ou fotocópia, de documento lavrado ou arquivado no cartório p/ página		2,00	0,40	0,30	2,70
VII - Microfilmagem e/ou sistema de processamento de dados de documento referido nesta Tabela: qualquer que seja o número de páginas, mais		6,00	1,20	0,90	8,10
TABELA 14					
Dos Escrivães do Registro Civil das Pessoas Naturais					
Ao Público	À Carteira	Total das Serventias	Cr\$	Cr\$	Cr\$
I - Assento de nascimento, de óbito, inclusive uma certidão:					
a) quando feito no prazo legal		30,00	3,00	33,00	
b) quando feito mediante petição					

ou mandado, ou por força da lei de exceção	50,00	5,00	65,00
II - Casamento:			
a) pela habilitação, desde o preparo de papéis até a lavratura do assento, excluídas as despesas da publicação, pela Imprensa e incluído o fornecimento de uma certidão	100,00	10,00	110,00
b) pela dispensa parcial ou total do prazo de proclamas mais	50,00	5,00	55,00
c) pela diligência para realização do casamento fora do Cartório, dentro do horário normal de expediente, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo interessado, mais	400,00	40,00	440,00
d) pela diligência para realização do casamento, fora do Cartório, depois do horário normal de expediente, será cobrada mais a metade do preço taxado na letra "C"			
d) pelo traslado de documento desentranhado dos autos, de cada um, mais	10,00	1,00	11,00
f) pelo registro e afixação de edital de proclamas recebidos de outro cartório e pelo fornecimento de certidão respectiva	40,00	4,00	44,00
g) pela lavratura de assento de casamento, à vista da certidão de habilitação expedida por outro Cartório e fornecimento de Uma certidão	50,00	5,00	55,00
Nota:			
Quando o casamento não for realizado no Cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "A", com acréscimo da metade do preço,			

Ao Escrivão À Carteira Total
das Serventias

III - Registro ou Inscrição de emancipação, Interdição, ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade brasileira, transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito, verificado no estrangeiro, inclusive uma certidão fornecida à parte	70,00	7,00	77,00
Ao Público À Carteira Total			
das Serventias			

Cr\$ Cr\$ Cr\$

IV - Retificação de registro pelo processo estabelecido na Lei Federal na 3.764, de 25 de abril de 1960:

a) uma averbação e uma certidão	80,00	8,00	88,00
b) por assento excedente	40,00	4,00	44,00
c) se Indeferida a retificação	40,00	4,00	44,00

Nota:

Quando o erro for atribuível ao cartório, nada será cobrado, inclusive pelo fornecimento de uma certidão contendo a retificação.

Ao Escrivão À Carteira Total

	das Serventias Cr\$	Cr\$	Cr\$
V - Averbação ou retificação de assento não compreendido no Item anterior, lavrada à margem do assento, inclusive o fornecimento de uma certidão	50,00	5,00	55,00
Quando referente a desquite, restabelecimento de sociedade conjugal ou anulação de casamento	70,00	7,00	77,00
VI - Certidão, incluída a busca:			
a) em breve relatório	12,00	1,20	13,20
b) "verbum ad verbum", no todo ou parte	25,00	2,50	27,50
VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela II, Item III			

Nota:

Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta-parte dos emolumentos previstos na letra "a".

Ao Escrivão	À Carteira	Total das Serventias Cr\$	Cr\$	Cr\$
-------------	------------	---------------------------------	------	------

VIII - Arquivamento de lei, decreto, resolução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.º do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969:				
- até duas páginas	5,00	0,50	5,50	

Ao Escrivão	À Carteira	Total das Serventias Cr\$	Cr\$	Cr\$
- mais de duas, até cinco páginas	8,00	0,80	8,80	
- mais de dez, até vinte páginas	10,00	1,00	11,00	
- mais de vinte páginas	20,00	2,00	22,00	

IX - Certidão Integral ou parcial "Verbo ad verbum" ou em breve relatório, de ato mencionado no item anterior:				
- pela primeira folha	4,00	0,40	4,40	
- por página que acrescer	2,00	0,20	2,20	

Nota:

A consulta dos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.

X - Ato que lhe seja permitido praticar como escrivão de notas: o mesmo que o cobrado na Tabela 10.

Nota:

Não será cobrado emolumento algum pelo Registro Civil e respectivas certidões das pessoas pobres, nos termos da Lei.

DECRETO N.º 4.489, DE 13 DE SETEMBRO DE 1974

Dispõe sobre regulamentação da Lei n.º 10.432, de 29 de dezembro de 1971,

LAUDO NATEL, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Art. 1.º - O servidor público do Estado que necessitar de assistência médico-hospitalar prestada pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) ou por entidades médico-hospitalares com as quais o referido órgão mantenha convênio, não perderá o vencimento, a remuneração ou o salário do dia, nem sofrerá descontos, quando deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou tratamento de sua própria saúde.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se ao servidor subordinado a qualquer regime ou jornada de trabalho.

Art. 2.º - Para percepção do vencimento, da remuneração ou do salário, além da necessidade de comunicação prévia ao superior imediato, quando for o caso, deverá o servidor observar as seguintes formalidades:

I - será o beneficiário dispensado de compensar o período de ausência temporária, por motivo de entrada tardia, retirada antecipada ou durante o expediente, cabendo-lhe, porém, comprovar o tempo de permanência no IAMSPE ou nas instituições congêneres referidos no artigo 1.º deste decreto.

II - será exigida prévia comunicação ao chefe imediato, exceção feita à falta do dia ou da entrada após o início do expediente, quando ficar comprovada a urgência do atendimento médico-hospitalar.

III - a comprovação da falta e da retirada antecipada será feita no primeiro dia útil subsequente e nos demais casos, no próprio dia da ocorrência.

IV - a inobservância das formalidades prescritas nos itens anteriores acarretará a perda total ou parcial do vencimento, da remuneração ou do salário do servidor.

Art. 3.º - A ausência do servidor por mais de 1 (um) dia consecutivo ao expediente obriga-o a requerer licença para tratamento de saúde, nos termos da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968.

Parágrafo único - Não há limite para as faltas dessa natureza, desde que sua ocorrência se verifique em dias intercalados, podendo compreender nessa intercalação os dias em que não haja expediente na repartição, sem qualquer prejuízo para a retribuição pecuniária devida ao servidor.

Art. 4.º - As ausências totais ou parciais do servidor ao expediente no dia da consulta ou tratamento médico-hospitalar, em virtude da peculiaridade do benefício, não se confundem com as faltas previstas no artigo 110, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968.

§ 1.º - A falta provocada pelo comparecimento do servidor ao IAMSPE ou instituições médico-hospitalares a que se refere o artigo 1.º, poderá ser abonada mediante atestado médico, desde que compreendida no limite fixado pelo § 1.º do dispositivo legal citado no caput deste artigo.

§ 2.º - As faltas regulamentadas por este decreto não acarretam redução do período de férias, mas serão computadas para o limite de 30 (trinta) dias, exigido para o período de aquisição de licença-prêmio, conforme o disposto no inciso 11 do artigo 210, do diploma legal referido neste artigo.

§ 3.º - As faltas verificadas na conformidade deste decreto serão computadas, exclusivamente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 4.º - A contar do segundo dia de ausência, a falta ou faltas sucessivas ficam sujeitas às normas estatutárias estabelecidas para concessão de licença para tratamento de saúde.

Art. 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de setembro de 1974.

LAUDO NATEL

Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração

Publicado na Casa Civil, aos 13 de setembro de 1974.

Maria Angélica Galiuzzi, Responsável pela D.A.G.

(D. O. 14-09-74).

Nº 100 - Publicação: Jul/Dez 1975

ARTIGO INAUGURAL

Com a publicação do presente número, sai a lume a 100.ª edição de nosso BOLETIM, acontecimento sem dúvida festivo, considerando-se os ótimos e cada vez melhores serviços que ele vem prestando à classe dos serventuários da Justiça do Estado, desde os idos de 1949, que foi o ano de sua fundação.

A iniciativa de dotar a nossa Associação com um veículo destinado a divulgar não só as suas atividades, mas também a estampar matéria, a mais variada possível, de interesse profissional dos serventuários aludidos, - se deve ao nosso prezado colega e velho amigo Dr. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO, quando, naquele ano, exercia a Presidência da mencionada entidade.

A Diretoria da Associação tinha então como Presidente efetivo o Dr. IBSEN DA COSTA MANZO, sendo seus demais integrantes os Drs. ARMANDO COSTA MAGALHÃES, FRANCISCO VERGUEIRO

PORTO, JOÃO NEVES NETO, JOSÉ SOARES DE ARRUDA, OCTAVIO UCHOA DA VEIGA, SILVIO DE BUENO VIDIGAL, WALDOMIRO LOBO DA COSTA e WALDOMIRO BORGES CANTO.

Contribuíram, também, sobremaneira, para que o BOLETIM tivesse assegurada, até hoje, a sua existência utilíssima, nossos ilustres colegas Drs. FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA e ANTONIO AUGUSTO FIRMO DA SILVA, - cumprindo-nos, ainda, assinalar o nome do Sr. ÁLVARO DOS SANTOS, encarregado da coleta de material destinado a publicação, pelo esforço e dedicação com os quais sempre se houve no desempenho de tal atribuição.

Na gestão da atual Diretoria, presidida pelo nosso distinto e dinâmico colega JÚLIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO, e a qual, aliás, está cumprindo seu quarto mandato trienal, é que o nosso BOLETIM grangeou maior prestígio, - o que se deve a vários fatores, entre os quais se destacam o relativo ao aumento de seu número de páginas, que lhe permitiu acolher maior volume de material, bem como a ampliação de sua área de circulação, que abrange, hoje, não só a de nosso Estado, mas, também, a de muitas outras unidades da Federação.

Assim, não podemos deixar de regozijar-nos com tão marcante acontecimento, - razão pela qual cumprimos e agradecemos a todos quantos colaboraram para que aquele órgão difusor de nossas atividades sociais e informativo-profissionais chegasse, vitoriosamente, até os dias que transcorrem, agradecendo esses que tornamos extensivos aos diversos escalões de nosso Poder Judiciário, pela atenção com a qual sempre houveram por bem distinguir o BOLETIM em apreço.

O.F.T.

SOCIAIS

GAUTAMA...

É na Índia remota,

lendária,

- na Índia misteriosa e visionária...

A voz sacratíssima de Brahma

há muito não se escuta...

E a grei sacerdotal,

tendo deslembado

o sentido augural

de seu Apostolado,

ignara e dissoluta,

através a instauração

de opressiva tirania,

de tudo se torna e proclama

dominadora absoluta...

Impera o Nepotismo e o Privilégio...

E a nobre moral Védica,

em cuja fonte pura,

desde tempos imemoriais,

vão as almas tomar os seus banhos lustrais,

- por todos olvidada já, parece...

A Crença, desfalece,

e os homens não sabem mais articular

a linguagem santíssima da Prece...

- Em progressão profunda,

uma grosseira materialidade

a quase todos empolgando vai,

cínica, imunda...

- O Egoísmo aviva as diferenças várias

que existem entre as Castas,

na última das quais,
como se fossem desprezíveis animais,
- curtem os desgraçados Parias
um duro fatalismo...

- A índia toda
parece na iminência
de tombar no profundo abismo
de irremediável decadência ...
- Ah! - Mas Brahma, o Supremo, não dorme!
E para que o lampadário da Fé
jamais se apague em sua ara,
- ordena que Vichnu ao Mundo torne,
em mais outro avatara,
a fim de se encarnar em Çakya - o Solitário

Na terra nasce, então, essa alma peregrina,
entre arminhos e sedas,
príncipe que é de alta jerarquia...
Cresce, depois, no fausto e na opulência...
E quando, um dia,
para cumprimento da Missão a que veio
se lhe acorda a consciência,
- pelo Evangelho puríssimo dos Vedas
a todo esplendor e pompa renuncia!
Depois, para salvar a índia, aflita,
do nefasto materialismo
que seu povo corrompe e infelicita,
- Çakay-Muni vai procurar,
na solidão dos ermos em que habita,
a transcendente inspiração,
que o Caminho lhe aponte da libertação!
- Ilumina-o, por fim, a luz de Brahma,
revelando-lhe a divina Verdade...
E ele, o suavíssimo Gautama,
pregando aos homens a Fraternidade,
pelo Mundo a derrama,
nos seus exemplos de virtude e humildade!

Por toda parte se o vê, a andar,
banhando almas e corações
na luz que de seu verbo emana
E, pobre, morre,
mas ensinando, ainda,
que só pelo conhecimento de nós mesmos
e a compreensão de todos os desejos
- se alcança a paz eterna do Nirvana! ...
Fontes Torres
(De livro "Folhas Mortas" edição de 1930)

CORREÇÃO MONETÁRIA TEM NOVO SISTEMA

BRASÍLIA - O presidente Geisel sancionou com vetos, projeto de lei aprovado pelo Congresso estabelecendo a descaracterização do salário-mínimo como fator de correção monetária. Em substituição à correção pelo salário-mínimo, o Governo estabelecerá um sistema especial de atualização monetária, a ser reajustado periodicamente.
A íntegra da lei é a seguinte:

"Artigo 1.º - Os valores monetários fixados com base no salário-mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito.

Parágrafo 1.º - Fica excluída da restrição de que trata o "caput" deste artigo a fixação de quaisquer valores salariais, bem como os seguintes valores ligados à legislação da Previdência Social que continuam vinculados ao salário-mínimo:

I - Os benefícios mínimos estabelecidos no artigo 3.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973;

II - A cota do salário-família a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963;

III - Os benefícios do Pro-rural (Leis Complementares 11, de 26 de maio de 1971, e 16, de 30 de outubro de 1973), pagos pelo Funrural;

IV - O salário-base e os benefícios da Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

V - O benefício instituído pela Lei n.º 6.179, de 11 de dezembro de 1974;

VI - (Vetado).

Parágrafo 2.º - (Vetado).

Parágrafo 3.º - Para os efeitos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes aos limites de 10 a 20 vezes o maior salário-mínimo vigente serão reajustados de acordo com o disposto nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 6.147, de 29 de novembro de 1974.

Parágrafo 4.º - Aos contratos com prazo determinado, vigentes na data da publicação desta lei, inclusive os de locação, não se aplicarão, até o respectivo término, as disposições deste artigo.

Artigo 2.º - Em substituição à correção pelo salário-mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único - O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Artigo 3.º - O artigo 1.º da Lei n.º 6.147, de 1974, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Todos os salários superiores a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, terão, como reajustamento legal, obrigatório, um acréscimo igual à importância resultante da aplicação àquele limite da taxa de reajustamento decorrente do disposto no "caput" deste artigo".

Artigo 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL PASSA POR REVISÃO

O Imposto Territorial Rural (ITR), instituído em 1964 pelo Estatuto da Terra para ser "o mais eficiente instrumento de desenvolvimento agrário" está sendo revisto pelo Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo e pelo Ministério da Agricultura. Atualmente, esse instrumento é considerado "excessivamente complicado em seus aspectos operacionais, possui uma quantidade de coeficientes e variáveis que dificultam o cálculo do imposto, e não foi capaz de impedir a atividade especulativa sobre terras, embora suas pretensões sejam muito maiores". Uma das funções básicas do ITR é permitir, de forma indireta, a redistribuição de terras excessivamente concentradas nas mãos de poucos, e não aproveitadas, medida que corrigiria uma distorção econômica e social, que no Nordeste é considerada o principal fator limitante da capacidade de desenvolvimento da região, segundo estudos realizados pelos técnicos Douglas Young e Kenton Corum, da Universidade de Oregon (EUA). Eles demonstram que as propriedades rurais com um a dois hectares pagam oito vezes mais ITR que as propriedades com mais de 200 hectares. Computando-se todos os impostos incidentes sobre a terra (ITR, Incra, Contag e CNA) os minifúndios pagam 27 vezes mais do que os latifúndios.

Incoerência nacional

Os estudos para reformular o ITR foram divididos em duas partes: 1) avaliação crítica da situação atual, em seus aspectos institucionais e operacionais; 2) proposta de alterações que se mostrem necessárias para compatibilizar a ação do Incra, com a linha filosófica contida no Estatuto da Terra. Esse segundo item só estará definido no final do ano. O estudo procura evitar julgamentos sobre os princípios que devem definir o uso da terra e, por isso, se baseia apenas

nos conceitos contidos no Estatuto da Terra.

Este procura utilizar-se de dois instrumentos para impor uma estrutura agrária mais eficiente visando ativar o desenvolvimento agrícola brasileiro: um de aplicação direta - a desapropriação e outro de efeitos indiretos - o ITR.

A análise desse segundo instrumento - o ITR - indica que existem sérias inconsistências entre a direção que se pretendeu dar e a que efetivamente tomou o imposto. O governo pretendia que o ITR fosse um mecanismo de desenvolvimento agrário, por meio do qual ele teria uma progressividade ou uma regressividade, na proporção em que a terra é explorada ou inexplorada. O princípio básico que justifica a racionalidade do imposto é de fácil aceitação: penalizar os que detêm a propriedade da terra, sem obediência à sua função socioeconômica, estimulando ao mesmo tempo a sua racional utilização.

O Estatuto da Terra prevê que a carga do ITR de cada propriedade rural será o produto de cinco fatores, ou variáveis, denominados coeficientes, que são os seguintes: a) o valor da terra nua; b) a área e dimensão do imóvel que se traduz no coeficiente de dimensão; c) a natureza e condições das vias de acesso e respectivas distâncias dos centros demográficos - coeficiente de localização; d) a natureza da posse e as condições de contratos de arrendatários, parceiros e assalariados - coeficiente de condições sociais; e) e um último fator que engloba as condições técnico-econômicas da exploração da terra, assim como sua potencialidade - coeficiente de produtividade (ou rendimento).

Acontece, entretanto, que os coeficientes de localização e de produtividade são os principais determinantes do fator referente ao valor da terra nua. Nesse aspecto se verifica unia das muitas incoerências do ITR, pois esta redundância grava duplamente as terras melhores e bem localizadas. Duplamente, porque, já havendo o reflexo desses fatores em seu preço, está provando, portanto, uma taxação adicional ao considerá-los separadamente.

Evidencia-se, mais uma vez, a duplicação da taxação ao se analisar o coeficiente de dimensão, que é progressivo com relação ao tamanho da propriedade. Supondo-se, entretanto, a existência de duas glebas de terras com a mesma qualidade de solo e com a mesma área em hectares, sendo uma bem localizada em relação aos grandes centros urbanos e outra afastada, o ITR incidirá com maior carga tributária na primeira gleba.

Isso ocorre porque o coeficiente de dimensão não é medido em termos de hectares, pois nesse caso as duas glebas teriam o mesmo imposto, por terem a mesma área. Ele é medido em termos de módulos e, portanto, a gleba mais bem localizada terá um maior número deles.

Consequentemente, ela terá que pagar um diferencial, por unia dimensão supostamente . maior, quando na verdade este diferencial é devido à sua localização.

Veremos o que ocorre ao ITR ao se analisar cada um dos seus coeficientes ou variáveis. Valor da terra nua. O artigo 23 do decreto 72.106, de 18 de abril de 1973, estabelece que o valor da terra nua não incluirá o valor das florestas nativas, o valor das áreas consideradas isentas de tributação e o valor dos bens incorporados ao imóvel, como casa de moradia, benfeitorias para empregados, equipamentos, culturas permanentes, animais, valor das florestas plantadas e de pastagens cultivadas ou melhoradas. Nunca poderá ser inferior ao valor mínimo do respectivo município, conforme tabela estabelecida pelo Incra.

Para os técnicos que estão examinando o assunto, o valor da informação que resulta quando se subtraem tantos itens é altamente questionável. Principalmente, porque estes itens dão margem a enormes dúvidas quanto a suas medidas. Além disso, qual é o grau de confiança dos preços das terras declarados pelos proprietários ou mesmo daqueles valores mínimos constantes da tabela do Incra?

Coeficiente de dimensão. Esse coeficiente é progressivo com relação ao tamanho da propriedade, procurando penalizar, por meio da taxação, as grandes áreas. Esse mecanismo tenta impor o princípio de que, para a sociedade como um todo, quanto maior a propriedade, a partir de um certo tamanho considerado ótimo, menor é o seu nível de bem-estar. Contudo, esse tamanho ideal não é definido. Além disso, esse é um princípio incorreto.

Coeficiente de localização. Esse fator procura gravar as terras mais bem situadas com relação aos mercados consumidores, ou seja, tenta justificar que boa localização significa concentração demográfica, o que nem sempre é verdade, pois existem inúmeras variáveis que podem alterar a sua condição de boa localização, apesar de estar próxima a grande centros demográficos.

Coeficiente de condições sociais. As dificuldades para implementação dos princípios determinados pelo Estatuto da Terra são muito grandes. Por isso mesmo, é que o regulamento da lei deixou de enumerar vários pontos que afetariam o coeficiente, tais como forma e natureza

dos contratos de arrendamento e parceria, provisão de condições higiênicas, de saúde e de educação aos assalariados e outros.

Coefficiente de produtividade. Nesse caso, os estudos concluíram que, pelo atual mecanismo do ITR, uma maior utilização de mão-de-obra como alternativa para o capital seria penalizada pelo coeficiente. Isso é altamente injusto para as propriedades localizadas no Nordeste, onde se pode atingir o mesmo nível de eficiência econômica, utilizando-se maior número de mão-de-obra do que capital no Rio Grande do Sul.

Os responsáveis pela reformulação do ITR, para torná-lo um eficiente instrumento indireto de redistribuição de terra, estão procurando agora analisar seus aspectos quantitativos. Essa análise está sendo considerada de fundamental importância, porque será a partir daí que deverá ser eliminado o caráter casual dos pesos dos coeficientes que formam a carga final do imposto. Com isso, será possível responder à indagação: qual deve ser o prêmio pela construção de uma casa para trabalhadores? (coeficiente de condições sociais) ou se o proprietário que constrói essa casa deve ser mais premiado do que aquele que procurou aumentar a mecanização da sua lavoura (coeficiente de produtividade). Inúmeras combinações podem ser formadas por esses coeficientes e somente uma análise rigorosa poderá indicar os valores a serem atribuídos aos mesmos em função da sua importância.

O grande objetivo desses estudos é que, num futuro próximo, as terras mantidas hoje inexploradas sejam taxadas pelo ITR de tal maneira que a sua valorização natural não seja suficiente para cobrir o pagamento do imposto. Entretanto, esse valor irá diminuindo na proporção em que a terra comece a cumprir a sua verdadeira função socioeconômica.

COMO CRIAR UM DELINQUENTE

"Dez Regras Fáceis"

1. Comece na infância a dar ao seu filho tudo o que ele quiser. Assim, quando crescer, ele acreditará que o mundo tem obrigação de lhe dar tudo o que ele deseje.
2. Quando ele disser nomes feios, ache graça. Isso o fará considerar-se interessante.
3. Nunca lhe dê qualquer orientação religiosa. Espere até que ele chegue aos 21 e "decida por si mesmo".
4. Apanhe tudo o que ele deixar jogado: livros, sapatos, roupas. Faça tudo para ele, para que aprenda a jogar sobre os outros toda a responsabilidade.
5. Discuta com frequência na presença dele. Assim não ficará muito chocado quando o lar se desfizer mais tarde.
6. Dê-lhe todo o dinheiro que ele quiser. Nunca o deixe ganhar seu próprio dinheiro. Por que terá ele de passar pelas mesmas dificuldades por que você passou?
7. Satisfazca todos os seus desejos de comida, bebida e conforto. Negar pode acarretar frustrações prejudiciais.
8. Tome o partido dele contra vizinhos, professores e policiais. (Todos têm má vontade para com o seu filho).
9. Quando ele se meter em alguma encrenca séria, dê esta desculpa: "Nunca consegui dominá-lo".
10. PREPARE-SE PARA UMA VIDA DE DESGOSTOS. JÁ O SEU MERECIDO DESTINO.

Lista preparada pelo Departamento de Polícia de Houston, Texas, e divulgada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul no III Congresso Nacional do Ministério Público.

("Tribuna da Justiça")

CASAMENTO RELIGIOSO

Casamento não inscrito no registro civil no prazo do artigo 3.º da Lei n.º 1.110, de 1950. Conquanto possa ser, enquanto ato religioso, existente e válido, é destituído de efeitos civis e só pode vir a adquiri-los se os nubentes, em conjunto, requererem sua inscrição e se habilitarem "ex novo", provando que ainda conservam a plena capacidade matrimonial. Se tal não ocorrer, ou enquanto não ocorrer, conservarão os nubentes o estado civil de solteiros.

STF - 2.ª T. - RE n.º 72.721 - GB - j. 17-8-1873 - rel. Min. Xavier de Albuquerque - DJU 5-10-1973 - unânime.

A REFORMA DO JUDICIÁRIO

Geraldo Ribeiro de Barros
(Juiz de Direito em Minas)

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Djaci Falcão, promete para os próximos meses a conclusão do diagnóstico sobre a reforma do Poder Judiciário, solicitado pelo senhor presidente da República.

Os Tribunais dos Estados foram chamados a apresentar sugestões, bem assim os juízes de direito, promotores de Justiça, advogados e serventuários.

A essa contribuição dos diretamente interessados soma-se a contribuição dos jornalistas especializados, nos grandes órgãos da imprensa brasileira.

Aqui em Belo Horizonte, promovido pelas Faculdades de Direito da Universidade Federal e Católica, houve um ciclo de debates onde se destacaram os nomes dos juristas Aliomar Baleeiro, Seabra Fagundes, Décio Miranda e Josafá Marinho, todos eles com autoridade bastante para opinar sobre a urgente e indispensável reforma do Poder Judiciário.

O Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais enviou sugestões de grande interesse para a reforma.

Em recente artigo, o prof. José Frederico, Marques, de São Paulo, aborda o assunto sob outro prisma, discordando do que se tem propalado, quanto à federalização da Justiça. Sua opinião é contrária. E dá suas justificativas, com argumentos históricos, lembrando que as Justiças estaduais sempre funcionaram melhor que a Justiça federal, noutros tempos. Declara-se favorável a que se dê maior autonomia aos Estados, nesse campo, inclusive possibilitando legislação processual civil e penal complementar da editada pela União.

Assiste razão ao douto professor de processo civil e penal. Não se pode postular a federalização da Justiça, tanto mais quanto, a partir de 1966, temos instituída, entre nós, a Justiça Federal, que fora abolida em 1937. Federalizar a dos Estados-membros seria cortar-lhes a autonomia, o que não é admissível.

Aqui vale recordar a opinião manifestada pelo jurista Seabra Fagundes, no ciclo realizado em Belo Horizonte. Entende que a Constituição Federal deve conter dispositivos sobre a Justiça, mais explícitos, de forma a garantir à magistratura total independência e vencimentos condignos. O emérito publicista do Direito mostrou-se favorável a que a Constituição seja minuciosa no tratar dos assuntos ligados ao Poder Judiciário, a fim de que a este não falem as condições indispensáveis ao seu perfeito funcionamento. Lembrou, mesmo, para rebater argumentos de constitucionalistas ferrenhos, que a Carta Magna da Suíça contém dispositivos sobre a proteção dos pássaros. O que, a seu entendimento, indica que não faz mal algum a Constituição descer a minúcias, principalmente em país como o nosso, ainda não elevado culturalmente como aquele país.

Acrescente-se que, dentro da linha de pensamento do prof. Seabra Fagundes, afigura-se-nos essencial o restabelecimento das garantias constitucionais da magistratura, suspensas temporariamente pelo Ato Institucional n.º 5.

Quanto à participação da União no problema local das Justiças, temos para nós que poderia ela remunerar os serviços que o juiz lhe presta nas áreas do Direito do Trabalho, do Direito Fiscal, Legislação específica de Menores, Serviço Eleitoral, uma vez que a própria Constituição proíbe trabalho sem remuneração.

No que se refere à Justiça de Minas Gerais, especificamente, lembramos que é de interesse a reformulação, em curso no Tribunal, das Comarcas mineiras, a fim de que os juizes do interior não fiquem prejudicados na sua carreira.

Outro ponto que gostaríamos de lembrar aos ilustres desembargadores refere-se à substituição de juizes, que é feita sem remuneração, o que contraria os princípios básicos da Constituição. O Tribunal, data venia, deveria estimular e ampliar os casos de substituição, propiciando aos juizes de Comarcas de menor movimento colaborar com os colegas de Comarcas maiores, ao mesmo tempo em que, ao maior desenvolvimento dos serviços forenses, corresponderia uma compensação financeira para os substitutos.

Oportunamente, voltaremos a desenvolver outros pontos de interesse para a propalada reforma do Poder Judiciário, que, sob muitos aspectos entre nós, ainda não assumiu, efetivamente, o "status" de poder.

("Tribuna da Justiça)

DA DIVISIBILIDADE DE IMÓVEL PERANTE O INCRA

Zoroastro de Paiva Ferreira

(Juiz de Direito em Minas Gerais)

A Reforma Agrária no Brasil visa, antes de tudo, a supressão do minifúndio e do latifúndio, estabelecendo um tamanho ideal para os estabelecimentos rurais. Daí resulta o significado da palavra "módulo" no planejamento da reforma agrária brasileira. Em seu sentido amplo, significa a quantidade que se toma como unidade de qualquer medida. No sentido da Reforma Agrária, quer dizer uma área de terras capaz de produzir o necessário à manutenção e ao bem-estar de uma família, facultando-lhe inclusive o seu desenvolvimento social.

A conceituação do "módulo", como se vê, está revestida de inúmeras dificuldades, oriundas naturalmente num país como o nosso, de agricultura de baixa produtividade e rentabilidade, de variações demográficas extremamente sensíveis, de insuficiência de crédito e outros valores.

Vê-se ainda a correlação entre essa medida e o salário-mínimo regional, dando-lhe equivalência à área da "propriedade familiar". Área inferior ao módulo é considerada minifúndio; se superior à essa medida e corretamente explorada, é empresa rural, não podendo ser objeto de desapropriação, mesmo situada em zonas prioritárias para a reforma agrária; se, todavia, mal explorada ou inexplorada, cai no vício do latifúndio.

Segundo o Estatuto da Terra (art. 65), o imóvel rural não é divisível em áreas inferiores à constitutiva do módulo. Com isso, o legislador procurou obstar o minifúndio, considerando-o entidade antisocial e contrária ao objetivo da Reforma Agrária.

Nos termos da Lei 5.868, de 12-12-72, para fins de transmissão, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área inferior ao módulo, salvo no caso de confrontantes, desde que o imóvel do qual se desmembre continue com área igual ou superior ao módulo.

A partilha ou divisão que importar em constituição de minifúndios, em prédios autônomos, é ato nulo, nada impedindo entretanto que continue em condomínio.

A indivisibilidade: do módulo, cessa quando se transforma o imóvel, de rural em urbano, mudando sua destinação, com o consenso do INCRA.

É, portanto, indivisível o imóvel rural quando resultar na formação de quinhão inferior à fração mínima de parcelamento, exceto no caso acima, em que há mudança de destinação.

MARINHA

A extinção do laudêmio, projetada pelo ministro da Fazenda, Mário Simonsen, resolverá o aspecto econômico da ocupação dos terrenos de marinha, mas não solucionará a burocracia existente na obtenção da licença no Serviço de Patrimônio da União quando da transferência dos direitos de ocupação. Essa é a conclusão do especialista em terrenos de marinha, advogado e economista João Bento de Carvalho, autor de vários trabalhos sobre o assunto.

Essa mesma burocracia já era analisada pelo próprio João Bento de Carvalho em alguns de seus artigos publicados em 1972. Ele afirmava: "Ultimamente várias medidas têm sido apontadas para a solução dos problemas relacionados com os terrenos de marinha. Nas cidades situadas à beira-mar e densamente povoadas, são poucos os proprietários de apartamentos em condomínio horizontal que gozam do privilégio de ter escritura definitiva das frações ideais de terreno, às quais se acham vinculadas as respectivas unidades autônomas.

"A preocupação principal, ao que parece, é reduzir a taxa de laudêmio, mas os que preconizam tal providência legislativa esquecem que o mal reside na complexidade das normas disciplinadoras; do instituto e na completa desatualização do Serviço do Patrimônio da União, em São Paulo. Cada pedido ali apresentado constitui um caso especial, cujo processo passa a arrastar-se sem solução, a menos que determinado funcionário se empenhe em levá-lo a bom termo. Todos quantos lidam com esse departamento de administração federal, sabem como se passam as coisas".

Explicada sua posição em relação à burocracia que deverá continuar, embora haja possibilidade de extinção do laudêmio, o especialista esclarece o que é essa taxa.

A taxa de ocupação é cobrada anualmente na base de 1 % do valor da faixa marinha, incluindo o valor das benfeitorias erigidas pelo próprio ocupante, enquanto o laudêmio é cobrado à razão de

5% sobre aquele valor, incluindo também as benfeitorias, salvo quando estas tiverem sido erigidas pelo próprio promitente cessionário.

"Isto acontece nas incorporações de condomínio nas avenidas que se estendem ao longo das nossas praias e das de São Vicente e Guarujá, vale dizer ao longo do litoral marítimo onde se localizam os núcleos populacionais. O cedente transfere a ocupação do terreno de marinha e sobre ele os cessionários contratam a incorporação do condomínio".
("A Tribuna" - 12-4-75)

RESPONSABILIDADE CIVIL

Responsabilidade Civil - Poceiro - Morte em acidente Trabalhador autônomo - Ação contra o dono da obra - Improcedência. - Improcede ação de indenização ajuizada por viúva de poceiro falecido em acidente quando trabalhava, desde que a vítima não era empregado, mas trabalhava por conta própria e não ficou provada culpa de quem o encarregou de abrir um poço (TJSP - 4.a Câmara; ap. n.º 235.530-SP; rel. Des. Médici Filho; j. 25.7.74; v.u.).

LOCADOR ANALFABETO **Milton Castro Ferreira**

Acontece muitas vezes que, sendo o proprietário do imóvel analfabeto, coloca no contrato particular de locação apenas sua impressão digital. Passa o tempo e por esta ou aquela razão bate o locador às portas do Judiciário pleiteando a anulação do contrato, sob o fundamento de que não o assinará. Proceder a alegação? A resposta é negativa.

A locação pode ser ajustada tanto por escrito como verbalmente. Não há nenhuma exigência quanto ao modo de sua manifestação (Alvim, "Aspectos Loc. Predial", pág. 37; Serpa Lopes, "Curso Dir. Civil", IV, n.º 294; Orlando Gomes, "Contratos", n.º 203; Clóvis, "Dir. Obrigações", parágrafo 72; Silva Pacheco, "Trat. Ações Despejo", pág. 48; W. Barros Monteiro, "Dir. Obrigações" 2.º /159; Sabino, "A Locação" pág. 39; Pontes de Miranda, "Trat. Dir. Predial", 4.º /51; Opitz, "Novos Rumos" pág. 38; Inocêncio, "Senhorio-Inquilino" pág. 6; Machado Barbosa, "Comentários" pág. 14). Em suma, o contrato de locação, verbal ou escrito, resulta do acordo entre locador e locatário, mediante manifestação por qualquer meio ou modo, não exigindo forma solene. A forma é livre (Rev. Trib. . . . 463/177), já que "a lei não exige forma especial para o contrato de locação" (Rev. Trib. 302/374; JTA. 38.0/81 (pub. int.). Por isso mesmo, "o contrato de arrendamento representa um meio de prova e não uma formalidade que se torne necessária para a existência do contrato" (Carv. Santos, "Cód. Civil", 3.º /119; Rev. Trib. 463/177)./ É bem verdade que "o lançamento de impressão digital não constitui meio legal de vincular uma pessoa analfabeta a um contrato. Mas a exigência diz respeito quando o escrito é exigido como essencial à validade do contrato, e não como simples instrumento probatório" (Rev. Trib. 463/177). O analfabeto não é incapaz. Clóvis, Rev. Trib. 125/427; 3441342). Embora a assinatura não possa ser substituída pela impressão digital, especialmente em escritura pública (Rev. Trib. 261/161; 200/304), "se o contrato já teve começo de execução, com a utilização da coisa pelo locatário, constitui ela a prova de sua existência", 3.0/188; Rev. Trib. 463/177; 321/380). Tanto mais que o consentimento expresso não decorre apenas da forma escrita, podendo ser manifestada por outros meios (Alvim, "Aspectos", pág. 43; Espínola, "Manual", 3.0/52; Clóvis, "Dir. Obrigações", pág. 168).

Assim, válido o contrato de locação, embora não assinado pelo locador, por ser analfabeto, que nele após sua impressão digital, salvo se provado qualquer vício de vontade (Rev. Trib. 463/177; 321/380).
(da "Folha de São Paulo").

FALTA GRAVE NÃO CARACTERIZADA - BEIJO

- Não constitui ato punível por pena máxima um beijo dado por um empregado numa companheira de trabalho, fato somente presenciado por uma testemunha, por conseguinte, sem ocorrência de escândalo público.

TST-RR- 1 . 249174 - Ac. 1.a T. 1. 507 / 74, 17 de outubro de 1974 - Rel. Min. Coqueijo Costa

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de revista número TST-RR-1.249/74, em que é Recorrente Vicunha S/A - Indústrias Reunidos e Recorrido Waldomiro Gomes.

A 1.^a Turma do 2.^o Regional, por maioria, deu provimento ao recurso ordinário do reclamante para julgar a reclamação procedente (24), porque não comprovada a justa causa, 'Já que, em razão dos meios de comunicação existentes o beijo tornou-se coisa corriqueira' e o fato não acarretou "grande alarde de molde a abalar os costumes da empresa" (25). Não houve mau procedimento (26).

Inconformada, a empresa vem de revista (30), que preparou devidamente (29 e 34-35).

Recebido no juízo de admissibilidade "a quo" (36) apenas no efeito devolutivo, foi contrarrazoada (39 e seguintes) e tem parecer do doutor Alcides Nunes Guimarães, pelo não conhecimento (46-47).

É o relatório.

Voto - Não há conhecimento por insuficiência do depósito da condenação, pois feito segundo o valor atribuído a esta na sentença da Junta. Mas a jurisprudência de fls. 32 o justifica.

Mérito - Tudo pode acontecer, conforme costuma dizer um birbante, nosso conhecido,

Dois empregados de uma fábrica foram despedidos... por causa de um beijo. A empregada, a beijada, conformou-se com o despedimento, naturalmente temendo o escândalo, até porque é casada. O empregado bateu às portas da Justiça do Trabalho e a reclamação foi julgada improcedente, sob o fundamento, invocado pelo empregador, de que incidiu na justa causa prevista na alínea "V" do artigo 482 da CLT.

O Juiz prolator da decisão só aludiu a "mau procedimento", felizmente não empregando o galicismo, vitando o escurril, "incontinência de conduta". O Regional reformou a sentença da Junta. Não será demais recordar os saborosíssimos versos de um grande poeta mineiro, que também foi Juiz e legislador, Augusto de Lima:

"Que sabor tem o beijo?

A pergunta é moderna e cheia de ousadia...

Mas um antigo assim responderia:

Doce ao primeiro encontro, amargo à despedida.

Ardente no desejo.

Puro, ficção de há muito desmentida:

O beijo

Não tem nenhum sabor, amor, desejo ou ódio.

Isto posto,

Além de que o condene

A higiene,

O beijo só tem o gosto

De cloreto de sódio".

Por que terá sido despedido o empregado? Por causa do beijo, em si, ou porque o beijo, segundo o velho autor mineiro, magistrado da poesia e poeta da magistratura, é falta de higiene? Enfim, de qualquer forma, como já se alegou nos autos, a espécie não está expressamente prevista na lei, e, acrescentamos muito menos no regulamento da empresa.

Tenho, para mim, que a Junta pecou e o Regional acertou. A única testemunha ouvida apenas se refere ao beijo, em meio ao rumor das máquinas. Ninguém mais teria conhecimento do assunto, não fora o olheiro, o delator. Se tudo não passou de um beijo, sem outras conseqüências, inexistente ato libidinoso. E se o fato só foi presenciado por uma testemunha, não haveria que cogitar de atentado ao pudor.

Ademais, o reclamante, ora recorrido, se não é primário na prática de beijos, o é, pelo menos, na de qualquer falta de natureza trabalhista. Como enquadrar o ato em qualquer das alíneas do artigo 482? A Junta à míngua de outro argumento válido, alude a "mau procedimento" que é uma espécie de salsaparrilha, remédio para tudo.

Estamos com o Regional: inexistente falta punível. E, se houvesse, seria leve, levíssima. Quanto ao mérito, a empresa, poderia aplicar ao faltoso uma "advertência", com o parergo de que o puniria na reincidência com pena menos branda. Há, indiscutivelmente, enorme desproporção entre a falta, se é que houve, e a punição - Isto posto, nego provimento - Isto posto: Acordam os Ministros da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sem divergência, conhecer do recurso e por maioria, negar-lhe provimento.

Brasília, 17 de outubro de 1974.

aa) Lima Teixeira - Presidente;

Coqueijo, Coda - Relator.
Ciente: Justíniano José da Silva - Procurador.
(L. Tr., 39/524).

DEDUÇÕES, DO I. R.
ACÓRDÃO N.º 11.289, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1973

"Exercendo o Contribuinte as funções de gerente industrial de empresa, tem direito à dedução de até 5 % dos rendimentos da cédula "C", sem comprovação, para aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos"

Revisando a declaração de rendimentos e bens do exercício de 1968 apresentado por, que tem domicílio fiscal na cidade de, a repartição fiscal glosou a dedução do item 4 relativa à contribuição à associação científica, aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos no montante de Cr\$ por entender não necessária à percepção do rendimento, incluindo tal quantia na renda líquida pela minuta de cálculo de fls. 20.

Em consequência, procedeu o lançamento do imposto suplementar de renda de Cr\$ acrescido da multa de 10%, expedindo a competente Notificação (A.R. de fls. 8).

Reclamou o Contribuinte à fls. 1-3, anexando carta da nos seguintes termos:

"A seu pedido, confirmamos estar V.Sa. registrado nesta Companhia como Gerente Industrial, função de ordem Técnica".

A reclamação foi indeferida pela decisão de fls. 23 que é uma peça mimeografada, sob o fundamento de que o reclamante não comprovou, com documentação hábil, idônea e coincidente o quanto alegou.

Daí o recurso de fls. 29-33, que é tempestivo, onde o Recorrente defende seu direito à dedutibilidade em causa uma vez que exerce funções eminentemente técnicas, conforme comprovado pelo documento que anexou à sua reclamação, fornecido pela sua empregadora . . . , tendo ínsita em suas atribuições empregatícias, a obrigação de realizar pesquisas e aprimorar os seus conhecimentos técnicos visando alcançar uma maior produtividade da empresa a uma consequente melhoria profissional. Reproduz, ainda Acórdãos prolatados por esta Câmara em abono à sua pretensão.

É o relatório.

A empregadora do Recorrente atesta a sua condição de gerente industrial - função de ordem técnica. Não se pode ignorar que a técnica ocupa lugar bastante destacado na estrutura da moderna empresa.

É de se admitir que quem exerce uma função de mando ou direção necessita estar atualizado com toda uma gama de conhecimentos, até mesmo para o exercício de seu poder de decisão. Assim, é inadmissível que se pretenda retirar, o caráter técnico de uma gerência, exercida em uma grande empresa sob a alegação simplista de que a repartição não considera a função precipuamente técnica, e que para seu exercício não é exigida obrigatoriamente habilitação especial, como se tal requisito fosse condição essencial para fazer jus àquela dedução.

Isto posto, e

Considerando que a empregadora atesta a condição do Recorrente como gerente industrial;
Considerando que a gerência de um departamento industrial exige conhecimentos técnicos especializados;

Considerando que na qualidade de gerente industrial tem o contribuinte direito à dedução que efetuou para a aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos, conforme jurisprudência firmada por este conselho;

Considerando mais que dos autos consta.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do 1.º Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

a) Francisco de Assis Miranda, Relator

CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS DE AUTÔNOMO
Geraldo Carvalho Brito

(Fortaleza)

O Diário Oficial da União do, dia 8 de novembro pretérito publicou a seguinte lei, alterando dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (n.º 3.807/160), que trata do teto contributivo das Empresas tomadoras de serviços de trabalhadores autônomos:

"Lei n.º 6.135, de 7 de novembro de 1974.

"Art. 1.º - O § 5.º do artigo 69, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pela lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, passa a § 6.º, acrescentando-se ao artigo o seguinte parágrafo:

"Art.

69

§ 5.º - Para os efeitos dos §§ 2.º e 10, a remuneração total paga em cada mês só será considerada até vinte (20) vezes o maior salário-mínimo vigente no País".

"Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Ressalta, logo à primeira vista, o alto significado econômico-financeiro que o novo dispositivo legal veio representar para o patrimônio da Empresa.

Estabelecem os §§ 2.º e 3.º, da lei n.º 3.807/60, em sua nova redação inserida pela lei n.º 5.890/73, que a Empresa ficava obrigada a recolher ao INPS a contribuição de 8% sobre a diferença entre o valor da retribuição paga ao autônomo e o valor do seu salário-de-contribuição - também conceituado como salário-base e variável de pessoa-a-pessoa, segundo o tempo de filiação previdenciária de cada uma.

Esclarecendo o mandamento da lei, já impunha a letra "b", do item II, do art. 220, do seu decreto regulamentar n.º 72.771/73, que a contribuição da Empresa incidirá sobre a importância que excedesse do valor correspondente ao salário-de-contribuição do autônomo, não estabelecendo, obviamente, nenhum limite tributável.

Da Economia Patronal: - Vejamos, com um exemplo prático, como funciona a nova lei.

Um trabalhador autônomo prestou a uma Empresa, em determinado mês, um serviço pelo qual foi retribuído com Cr\$ 50.000,00.

O salário-base do autônomo correspondente a 3 salários-mínimos regionais, ou seja, Cr\$ 799,20, sobre os quais; recolheu Cr\$ 128,87 (16% do "SB").

Quanto à empresa, no que tange ao fato, cumpre adotar as seguintes providências, na ocasião do pagamento ao autônomo dos 50.000 cruzeiros:

a) A partir de 8-11-74 (Lei 6.135/74):

1. reembolsá-lo em importância igual a 8% do seu salário-base, ou sejam Cr\$ 63,93 (metade de sua contribuição individual; - e

2. recolher ao INPS a importância de Cr\$ 538,84, correspondente a 8% sobre Cr\$ 6.736,80, que representa a diferença entre o valor do salário-base do autônomo (Cr\$ 799,20) e vinte (20) salários-mínimos de maior valor no País (no momento Cr\$ 7.536,00).

b) Antes de 8-11-74 e até 11-6-73:

1. adotar providência 1.a acima registrada, respeitados os valores do salário-base da época - e

2. recolher ao INPS a importância de Cr\$ 3.936,07, correspondente 8% sobre Cr\$ 49.200,80 - que representa a diferença entre o salário-base do autônomo (Cr\$ 799,20) e o total da retribuição pelo serviço (Cr\$ 50.000,00).

Observa-se, através do exemplo oferecido, que a Empresa, ora beneficiada pela lei n.º

6.135/74, teve o seu desembolso reduzido de Cr\$ 54.000,00 (retribuição - Cr\$ 50.000,00, mais reembolso ao autônomo Cr\$ 63,93, mais contribuição - Cr\$ 50.000,00, mais contribuição p/ o INPS - Cr\$ 3.936,07), - para Cr\$ 50.602,87 (retribuição 50.000,00, mais reembolso ao autônomo - 63,93, mais contr. p/ INPS - 538,94) resumindo, de Cr\$ 54.000,00 para Cr\$. . . 50.602,87, - o que representa, para o seu orçamento fiscal, uma ponderável diferença de Cr\$ 3.397,13 em um só mês!

É oportuno enfatizar que a medida, de forma alguma, interferirá prejudicialmente, na situação previdenciária pessoal do autônomo, valendo como um tanto a mais para a Equipe governamental.

Os benefícios pecuniários a que faz jus o autônomo tem por base o seu salário-de-contribuição individual, em nada o alterando a contribuição que constitui obrigação da Empresa, ao lhe tomar serviços específicos.

("Tribuna da Justiça")

CORREÇÃO MONETÁRIA

Correção Monetária - Licitude da Cláusula Contratual que estipula Correção Monetária - É lícita a cláusula de contrato de promessa de cessão o promessa de compra e venda, que estipule a correção monetária do preço a ser pago em prestações. A incidência de juros sobre o preço monetariamente corrigido não constitui cobrança de juros sobre juros, nem contraria nenhum dispositivo legal.

Ac. unânime 7.º C.C. de 18-6-74 - Ap. Cível n.º 82.646 Reg. em 20-8-74 - Rel. Desembargador Marcelo Costa - T.J. Est. da Guanabara - DOE 3-10-74.

ALIMENTOS E EXPLOÇÃO POPULACIONAL,

Paul A. Samuelson

Pergunto: O Sr. acha que há recursos potenciais suficientes no globo, para satisfazer à crescente população mundial?

Resposta: Se todos, no mundo, tivessem seis filhos, como minha mulher e eu tivemos, isso lançaria uma carga sobre a capacidade de recursos do mundo que não poderia deixar de resultar numa exaustão muito rápida de recursos naturais insubstituíveis, numa poluição maior, e num padrão de vida mais baixo. Mas cada um de meus seis filhos não terá seis filhos. Estamos conseguindo uma modificação das idéias relativas ao aumento da população. A tendência para o zero de aumento de população é muito importante, e nos Estados Unidos chegou-se mesmo a ele em meados de 1973.

Creio que os profetas do dia do juízo final, como o Clube de Roma, que quer zero de crescimento econômico e de aumento de população, alertaram o público para um problema real, e há vezes em que é preciso exagerar para chegar à realidade. Isso não quer dizer, porém, que eu concordo com as suas análises ou conclusões científicas. Não é segredo que um computador é apenas tão bom quanto o homem que o programa. E o que temos aqui é apenas uma repetição do que aconteceu na Inglaterra em 1800, quando o ministro da igreja anglicana Thomas Malthus declarou que a população irá aumentar de forma exponencial, mas que os recursos só podem crescer linearmente e, portanto, teremos uma contradição. Ora, por mais de um século, quase há dois, tem-se provado que Malthus estava errado. E desconfio que os profetas do dia do juízo final, do Clube de Roma, estarão errados. Se canalizarmos a ciência para finalidades humanas, acho que poderemos manter-nos na frente não apenas no Século 20, mas no 21. Entretanto, esta é uma questão que merece que nos preocupemos com ela.

"Tribuna da Justiça"

COMUNICADO

De ordem da Egrégia Presidência publica-se na íntegra o Ofício Circular recebido do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Of. Circular P/GDG n.º 144 - Em 18 de junho de 1975.

Senhor Presidente

Tendo em vista o pronunciamento da Comissão de Regimento deste Tribunal, aprovado por esta Presidência, no Processo protocolado sob o n.º 4.564/75, em que foi levantada a dúvida quanto à aplicabilidade do artigo 1.º da Lei n.º 6.205, de 29 de abril último, no que diz respeito a custas previstas no item IV do artigo 308 do Regimento Interno, que tem como base "o maior salário-mínimo vigente no País", informo a V. Exa. que referido dispositivo está em pleno vigor e vigorará até que este Tribunal o modifique.

Assim sendo, a Tabela de Custas do S.T.F. continua tendo por base o maior salário-mínimo vigente no País, na conformidade do Decreto n.º 75.679, de 29-4-75.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. OS Protestos de minha elevada consideração.

Djaci Alves Falcão, Presidente

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

"À Secretaria, para os devidos fins, São Paulo, 27-6-75.
José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça".
D.J.O. 9-7-75

DIVISÃO - Terras em condomínio - Divisibilidade cômoda - Procedência - Inaplicabilidade, à espécie, das restrições previstas no artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Sentença confirmada.

Às ações de divisão de condomínio não se aplica a proibição do artigo 65, da Lei n.º 4.504/64, que exclui a divisão de propriedades rurais em áreas inferiores ao módulo, mormente se o imóvel comporta divisão cômoda (TJSP - 5.a Câ. Civ.; ap. n.º 229.632 - São Simão; rel. Des. João Batista Garcia; j. 5. 7. 74; v.u.).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 229.632, da comarca de São Simão, em que são apelantes Eunice Mourão Figueiredo Silva e outros, sendo apelados José Garcia de Figueiredo e sua mulher:

Acordam, em Quinta Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, não tomar conhecimento do agravo no auto do processo e, por igual votação, negar provimento à apelação.

1. Os réus, ora apelantes, manifestaram agravo no auto do processo (fls. 93 e 94), sob a alegação de que o Magistrado não decidiu o pedido de adjudicação da totalidade da "Fazenda Gramado" à condômina Eunice Mourão, Figueiredo Silva, constante do item 5.º da contestação. Todavia, no saneador de fls. 91 o MM. Juiz deixou claro que as partes são legítimas e que a discussão envolve mérito, vale dizer, a decisão apreciaria toda a matéria ventilada na peça preambular e contestação, observando-se o rito- ordinário.

O agravo não menciona as razões da ilegalidade da decisão recorrida. Além disso, a prova produzida demonstra a inviabilidade do pedido de adjudicação uma vez que se trata de imóvel divisível. A decisão (fls. 363) apreciou esse pedido dos apelantes e deu-lhe solução, indeferindo-o, justamente por reconhecer que a propriedade é divisível (fls. 363).

2. Trata-se de ação ajuizada pelos autores com apoio nos artigos 441 e seguintes do Código de Processo Civil de 1939 e 629 do Código Civil, objetivando a divisão da "Fazenda Gramado", na comarca de São Simão, pedido contestado pelos promovidos e ora apelantes sob a alegação de que se trata de área indivisível. Afirmam que se trata de uma pequena fazenda concebida como unidade agropastoril, destinada à produção. Dividida, "se destruiria, descompondo-se em inexpressivos fragmentos isolados, aos retalhos". Preferem os contestantes seja o imóvel adjudicado em sua totalidade à comunheira D. Eunice Mourão Figueiredo Silva.

A decisão de fls. 361/366, apoiada nos laudos dos peritos dos autores e do Juízo, julgou procedente a ação, a fim de determinar que se proceda à divisão do imóvel "Fazenda Gramado", condenando os réus ao pagamento das custas, salários dos peritos estimados em Cr\$ 4.000,00 para cada um, honorários de advogados arbitrados em Cr\$ 6. 000,00.

Insistem os apelantes na reforma da decisão, repetindo os argumentos na contestação, isto é, sustentando que a divisão é impossível, face à reduzida área do imóvel, existência de poucas aguadas e diversidade de tipos de solo e relevo. Pedem a adjudicação à condômina majoritária, D. Eunice Mourão Figueiredo Silva. Acrescentam, ainda, que tendo em vista o Estatuto da Terra, a divisão é impossível porque os quinhões seriam inferiores ao módulo, contrariando o disposto no artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que impede a divisão de propriedades rurais em áreas inferiores ao módulo. Insurgem-se contra os honorários.

3. Todavia, a apelação não pode prosperar. Antes de mais nada, de conformidade com o que se decidiu a fls. 363, o bem comum é divisível, não tendo o menor amparo legal o pedido de adjudicação formulado pelos contestantes a favor de D. Eunice Mourão Figueiredo Silva. Os peritos dos autores e do Juízo, através de seus laudos, satisfatoriamente fundamentados e ilustrados com expressivas fotografias, demonstraram que o imóvel rural denominado "Fazenda Gramado", com a área de 187,80 hectares de diversas qualidades, considerada "fazenda" de acordo com o padrão da região, está praticamente abandonado. A rigor, não está sendo objeto de nenhuma exploração útil e produtiva, não se podendo classificá-la como estabelecimento agrícola e nem como fazenda de gado. Cuida-se, ao contrário, consoante os laudos mencionados, de gleba de terra perfeitamente divisível, com possibilidades de divisão cômoda, com aguadas suficientes para abastecer todos os quinhões. Atualmente a gleba. está praticamente abandonada, segundo os peritos mencionados, o que justifica perfeitamente o pedido dos

autores, que são proprietários de 113 das terras, não estando obrigados a concordarem com a adjudicação requerida, por ser o imóvel divisível.

Reportando-se aos laudos dos peritos do Juízo e dos autores, demonstrou o Magistrado que o imóvel comporta divisão cômoda, e, além disso, segundo a orientação atual da jurisprudência, às ações de divisão do condomínio não se aplica a proibição do artigo 65 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que exclui a divisão de propriedades rurais em áreas inferiores ao módulo. Nesse ponto menciona decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal, recurso extraordinário n.º 66.409, relator Ministro Adaueto Cardoso, citado no V. acórdão publicado in Revista dos Tribunais 419/175, além dos publicados in Revista dos Tribunais 418/141 e 429/132. Como no caso se trata de ação de divisão, embora na sua primeira fase, improcede: a impugnação dos apelantes aos honorários dos peritos, fixados na sentença. Além disso, trata-se de perícia de maior complexidade e o valor da causa comporta o arbitramento judicial constante da sentença. Também os honorários de advogado foram estimados moderadamente, em apenas 6% sobre o valor da causa, inferior ao mínimo permitido pelo Código de Processo Civil. Custas na forma da lei.

São Paulo, 5 de julho de 1974.

Desembargador Dantas de Freitas - Presidente; Desembargador João Batista Garcia - Relator. Participaram do julgamento, com votos vencedores, os Srs. Desembargadores Penido Burnier e Sydney Sanches.

(Bol. da A.A.S.P., n.º 849, pág. 190)

DOAÇÃO - Meação disponível do doador Valor - Sua consideração à data da liberalidade - Inteligência e aplicação do artigo 1.792 do Código Civil.

Embora existam vozes dissonantes, a maioria dos doutrinadores consagra o entendimento de que se deve tomar por base, nas doações da parte disponível, o valor do tempo da liberalidade (TJSP - 4.a Câm. Cív.; Ap. n.º 231.916 - São José dos Campos; rel. Des. Oliveira Andrade; j. 6-6-74; v.u.).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 231.916, da Comarca de São José dos Campos, em que são apelantes Wanderico Ricardo e sua mulher, sendo apelados Edward Ricardo, sua mulher e outros:

Acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade de votos, adotado o relatório de fls. 127, como parte integrante deste, rejeitar a preliminar de não conhecimento e negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Rejeita-se a preliminar de não conhecimento do apelo.

À causa foi dado o valor de Cr\$ 500,00, não impugnado pela parte contrária, mas que, evidentemente, não representa a realidade, já que os autores se propõem a anular doação de imóvel no valor de Cr\$ 80.000,00 em 1952.

A ação, porém, foi ajuizada em outubro de 1968 e, nessa data, o salário-mínimo mensal vigente era de Cr\$ 129,60 (Decreto n.º 62.461, de 25-3-68), que deve ser considerado para efeito de alçada. Supera, portanto, o valor da causa a dois salários-mínimos.

2. No mérito, nega-se provimento à apelação.

Em 8 de julho de 1952, Ricardo Marcondes e sua mulher doaram ao ora apelado, seu filho, o prédio sito à rua Vilaça n.º 234, antigo 24, de São José dos Campos, ao qual deram o valor estimativo de Cr\$ 80.000,00, declarando que a liberalidade não era feita em adiantamento de legítima, mas saindo da meação disponível deles, doadores, sem nenhum encargo ou condição (fls. 10/11).

Em 2 de julho de 1953, o doador varão, em testamento público, ratificou a doação e retificou o seu valor para Cr\$ 250.000,00 esclarecendo que por esse valor havia sido avaliado Pelo Fisco Estadual e reiterando que a liberalidade saía de sua meação disponível e da legítima que caberia ao donatário, com informação de que o casal possuía bens, que descreveu, no valor de Cr\$ 1.157.000,00.

No inventário dos bens do doador varão, atendendo reclamação de herdeiros, o imóvel foi avaliado judicialmente por Cr\$ 250.000,00, atribuído à data da doação (fls. 34), e na partilha dos bens, homologada por sentença, confirmada em Segunda Instância, foi trazida à colação a doação, verificando-se um excesso de apenas Cr\$ 1,42 que foi repostado pelo apelado (fls. 42/50). Alegam os apelantes que, na época, os doadores não tinham bens suficientes para a

prodigalidade e assim teria sido infringido o artigo 1.576 do Código Civil. Mas, como lhes competia, não fizeram nenhuma prova nesse sentido.

A presunção é da veracidade das declarações dos doadores, reiterada por um deles, no testamento que deixou, com esclarecimento da existência de bens suficientes para a liberalidade. No inventário, apareceram tais bens, consistentes em dinheiro depositado em estabelecimento bancário.

Os próprios autores reconhecem que o casal doador possuía dinheiro, embora alegando que estava nas mãos do apelado e que somente foi depositada a quantia de Cr\$ 700.000,00 em 4-1-55 (fls. 101). Essa alegação, confirmada à fls. 15, vem corroborar a declaração dos doadores da existência de outros bens suficientes para que de sua meação fosse retirada a liberalidade, no valor de Cr\$ 80.000,00.

Acresce mais, como se vê do documento de fls. 84/85, também juntado pelos autores, que em dezembro de 1952, o casal doador possuía também uma propriedade agrícola e gado em sociedade com o donatário, este no valor superior a Cr\$ 135.000,00, e ainda dinheiro em comum não inferior a Cr\$ 19.000,00.

A prova, portanto, não favorece a pretensão dos autores, ora apelantes.

Note-se que o valor dos bens, para efeito de se saber se se contém ou não na meação disponível do doador, é o da data da liberalidade, como dispõe o artigo 1.792 do Código Civil e artigo 488, 2.º, do Código de Processo Civil de 1939.

Embora dissonantes as vozes de Francisco Morato (Da Colaço, RF 84/270) e Carlos Maximiliano (Direito das Sucessões, 11/737, n.º 1.588), a maioria dos nossos doutrinadores consagra o entendimento de que se deve tomar por base o valor do tempo da liberalidade (Clovis, Código Civil, VI/284; Washington de Barros Monteiro, Direito das Sucessões, pág. 294).

Destarte, corno bem assinalou a douta Procuradoria Geral da Justiça, "muito embora possa assistir razão aos autores, que se sentem lesados em seu legítimo direito hereditário, a parte disponível constitui liberalidade do doador ou testador para dispô-la livremente. O réu foi aquinhoadado de maneira privilegiada e preferencial, com a maior parte dos bens do "de cujus" e com o melhor, restando aos autores e demais herdeiros, bens fungíveis, suscetíveis à voragem inflacionária. Contudo, daí vai grande distância entre a injusta preferência paterna e o direito dos autores, que nenhum vício comprovaram na vontade dos doadores, de modo a merecer amparo na Justiça para o ato anulatório pretendido".

A sentença recorrida, portanto, decidiu com acerto e merece subsistir. - São Paulo, 6 de junho de 1974 - Desembargador Henrique Machado, Presidente com voto. - Desembargador Oliveira Andrade, Relator. - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Sr. Desembargador Flávio Torres. (Bol. da AASP., n.º 848, pág. 187).

Agravo de Petição n.º DJ -240.877 - Jales - Agvte.: José Antonio de Carvalho - Agvdo.: Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 240.877, das comarcas de Jales, em que é agravante José Antonio de Carvalho e agravado o Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida inversa, levada ao conhecimento do MM. Juízo recorrido pelo interessado no registro de dois lotes de terreno do loteamento denominado Jardim América, em virtude da recusa do Sr. Oficial em transcrever o título através a alegação de que devia ser averbada a aprovação do loteamento pelo poder público, bem como a passagem do imóvel à condição de urbano.

Entendida como justificada a recusa do agravado, foi oferecido este recurso, tendo a Douta Procuradoria Geral da Justiça opinado pelo seu improvimento.

A hipótese não é, evidentemente, de mero desmembramento, tanto que a escritura de fls. 6 e verso faz referência à compra de lotes do loteamento Jardim América. Tal circunstância, aliás, já indicava a inviabilidade do registro, posto que os característicos e confrontações constantes da escritura acomodam-se a um plano de loteamento, isto é, referem-se a outros lotes e a áreas comuns, em flagrante contraste com os dados da transcrição anterior.

Por outras palavras, não atende a pretensão do interessado o requisito do artigo 247, item 5.º, do Decreto n.º 4.857/39, como se não bastasse a falta da averbação pertinente à passagem do imóvel à condição de urbano, conforme reiteradas decisões deste Conselho (R.T. n.º 452/104). Mas como a espécie, em verdade, é de loteamento, impõe-se, antes de mais nada, a sua regularização perante o registro imobiliário, para que se tornem possíveis as transcrições das escrituras definitivas, através o estabelecimento seguro do nexo entre unidade autônoma e o todo loteado.

Desde que se trata de loteamento não inscrito, cujos lotes, já foram totalmente vendidos, bastarão a essa regularização as providências sugeridas pelo Oficial Imobiliário, isto é, o oferecimento de uma certidão da Prefeitura Municipal, no sentido de que a área passou à condição de urbana e foi loteada mediante sua aprovação, bem como a averbação dessas circunstâncias à margem da transcrição aquisitiva e o depósito do plano de loteamento, segundo ficou ele aprovado.

O importante, a respeito, é que aquelas mesmas circunstâncias afetaram o registro, daí a indispensabilidade da averbação das modificações havidas, nos termos do artigo 285 do Decreto n.º 4.857/39. E acrescente-se que só o depósito do plano de loteamento permitirá a individuação dos diversos lotes e, portanto, juntamente com a providência da averbação, a observância do princípio da continuidade dos registros.

Correta, dessarte, a sentença impugnada, nega-se provimento ao presente agravo.

São Paulo, 30 de junho de 1975.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Nilo Neto, Advogado

D.O.J., 15-7-75

Agravo de Petição n.º DJ - 240.945 - Capital - Agvte.: Paulo de Souza e Silva Filho - Agvda.: Sr. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 240.945, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Paulo de Souza e Silva Filho, sendo agravada a Sra. Oficial do 11.º

Cartório de Registro de Imóveis:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

Em virtude de dúvida inversa requerida perante a 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, entende o agravante que até o trânsito em julgado da decisão proferida naqueles autos, haveria que prevalecer a prenotação de seu título, sem que pudesse a Sra. Oficial, como o fez, cancelada e registrar outro título contraditório ao seu.

Requeriu, por isso, perante aquele Juízo permanecesse vigente a prenotação de seu título até que este Conselho julgasse o recurso interposto da r. decisão que julgara improcedente a dúvida inversa, cancelando-se consequentemente as transcrições feitas posteriormente ao ajuizamento da dúvida inversa.

O MM. Juiz indeferiu-lhe a pretensão, manifestando-se os representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da sentença.

Preliminarmente, conhece-se do recurso.

Em acórdão recente, com menção a inúmeros precedentes, sendo relator o atual Presidente deste Conselho, asseverou-se ser tranqüila a admissão da chamada "dúvida inversa", ajuizada perante a Vara de Registros Públicos e com recurso para o E. Conselho Superior da Magistratura (Acórdãos do E. Conselho Superior da Magistratura, Lex, Biênio 1972/1973, págs. 135-138).

Ora, se assim é, e se a "dúvida inversa" tem o mesmo procedimento imprimido à "dúvida direta" (arts. 215 a 221, do Decreto n.º 4.857, de 1939), apenas invertendo-se a posição dos figurantes nos pólos passivo e ativo, em que o Oficial do Registro de Imóveis passa de suscitante a suscitado, segue-se as decisões pertinentes a incidentes surgidos com relação ao procedimento estabelecido pelo referido decreto haverão que ser decididos pelos mesmos órgãos judicantes, que têm competência para a causa principal.

Destarte, a eficácia da prenotação do título, durante a tramitação procedimental da dúvida, é incidente que compete ao MM. Juiz da Vara de Registros Públicos decidir e, em grau de recurso, a este Conselho, já que disciplinada nos dispositivos retrocitados do Regulamento dos Registros Públicos.

Anota-se, outrossim, que se teve o r. despacho de fls. 25 como de manutenção da r. decisão agravada.

Conhecido o recurso, não há, contudo, como se lhe dar provimento.

Até certo ponto, estaria o agravante assistido de razão.

É que prenotado o seu título a 12-8-1974, "para a satisfação de exigências" (fls. 11), imediatamente suscitou ele, perante o Juízo de Registros Públicos, a respectiva dúvida inversa, o que impedia o cancelamento da mencionada prenotação até o seu julgamento definitivo, nem podendo a serventuária alegar desconhecimento da existência da dúvida, pois obviamente, como suscitada, manifestou-se ela nos autos (fls. 11).

E nem se diga que na dúvida inversa não há prenotação (fls. 19). Se esta, como dito, obedece exatamente ao procedimento estabelecido para a dúvida direta, nada impede que se proceda à prenotação, pois, do contrário, não restarão suficientemente resguardados os direitos dos interessados que a criação jurisprudencial da dúvida inversa objetivou acautelar.

Assim, ou o Oficial prenota o título e o entrega ao interessado para a satisfação de requisitos, podendo este então suscitar a dúvida inversa, ou o prenota, caso tal providência ainda não tenha sido tomada e desde que o requeira a parte, quando recebe os autos para impugnar a dúvida argüida, na qualidade de suscitado.

Ocorre, no entanto, que tais considerações, carecem, no caso, de maiores oportunidades e objetividades, posto que, por acórdão datado de 8 de janeiro último, ao julgar o Agravo de Petição n.º 238.480, decidiu este Conselho, por unanimidade, confirmar a r. decisão do MM. Juiz da 1.ª Vara de Registros Públicos que julgou improcedente a dúvida inversa suscitada pelo agravante, o que, nos termos do art. 218, do R.R.P., determinaria de qualquer maneira o cancelamento da prenotação que o agravante objetiva restabelecer.

Destarte, como bem assinalou o douto Curador de Registros Públicos, só lhe resta, a esta altura, valer-se das vias ordinárias para a defesa de seus eventuais direitos.

Anota-se, à derradeira, que não se abordou a questão de cancelamento dos registros posteriores à prenotação e referidos na inicial, por ser matéria estranha ao procedimento de dúvida, seja inversa ou direta, mesmo porque o próprio agravante disso se apercebeu, já que, em seu recurso, simplesmente se limita a bater pelo restabelecimento da prenotação prematuramente cancelada (fls. 21/22). E de qualquer forma, com a confirmação da r. decisão que julgou a dúvida inversa improcedente, a questão encontra-se superada.

Em suma, conhece-se do recurso, mas nega-se provimento.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 7 de maio de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dras. Deyse Souza e Silva e Mariza Souza Silva, Advs.

D.O.J. - 22-05-75

Agravo de Petição n.º DJ-241.942 Capital - Agvtes.: Ida Cimino e Acheropita Assunta Cimino Agvdo.: Oficial do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 241.942, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Ida Cimino e Acheropita Assunta Cimino e agravado o Oficial do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital,

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial do 14.º Cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital, que recusou proceder à inscrição de um compromisso de venda e compra, por instrumento particular, em que figuram como vendedor Construtora de Lucca Ltda., e como

compradoras Ida Cimino e Acheropita Assunta Cimino.

Julgada procedente, recorreram da decisão, tempestivamente, as interessadas, manifestando-se os doutos representantes do Ministério Público de ambas as instâncias por sua confirmação.

E, realmente, essa é a solução a ser dada à espécie.

O título apresentado a registro não está conforme com a inscrição de incorporação de condomínio quanto à denominação do edifício onde se localiza a unidade autônoma adquirida pelas recorrentes.

Tal divergência impede o registro à vista do princípio da continuidade que preside e confere estabilidade e segurança ao sistema imobiliário brasileiro.

Não bastasse esta desconformidade o título não está perfeitamente apto ao registro quer pela falta de apresentação das certidões negativas do INPS e FUNRURAL, quer pela qualificação da vendedora, incompleta e sem prova de apresentação por parte de quem por ela assinou o contrato.

Destarte, é de se manter a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Quanto à prática de dolo por parte das imobiliárias e financiadoras, em detrimento dos direitos dos recorrentes como lembram as razões de recurso, é matéria que refoge aos lindes objetivos deste procedimento.

Nega-se, de conseguinte, provimento ao recurso.

São Paulo, 3 de julho de 1975.

aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Adv. Drs.: Luiz Nelson Cimino, Geisa Rolim Cimino e Francisco Paschoal Bianco.

D.J.O, 15-7-75

Agravo de Petição n.º DJ-242.166 - Capital - Agvtes.: Farid Miguel Haddad e outro - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.166, da comarca da Capital, em que são agravantes Farid Miguel Haddad e outro, sendo agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Adiou o Sr. Oficial o registro da escritura trazida pelos agravantes, escudado em duas ordens de considerações, primeira, a de que representa o negócio uma transação entre uma sociedade anônima e os seus próprios diretores, vedada absolutamente pelo artigo 120 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, e segunda, a de que as medições constantes do título não correspondera às da transcrição anterior.

Irresignados os agravantes com a decisão que julgou o procedente a dúvida, ofereceram aqueles o presente recurso, cujo improvimento foi sugerido pela Doura Procuradoria Geral da Justiça.

O improvimento se impõe, realmente:

O indigitado artigo 120 da Lei das Sociedades Anônimas, Decreto-lei n.º 2.627/40, não admite dúvidas a propósito da impossibilidade da intervenção dos diretores nas operações Sociais, quando os seus interesses estejam em conflito com os da companhia, confrontação que, na espécie dos autos, fica evidenciada pela natureza do contrato e pela circunstância de que a sociedade esteve representada pelos próprios outorgados compradores.

Indiscutível, outrossim, que, em face da ocorrência do conflito e da ausência das providências destinadas à proteção dos interesses da companhia e de todos os acionistas, principalmente os das minorias, nulifica-se a operação social, apesar da ratificação assemblear posterior, visto que ainda assim não ficaria arredada a eventualidade de abusos de maiorias e de ratificações de ilegalidades.

Nesse sentido, aliás, a opinião valiosa de Sylvio Marcondes, que apoiado no Brilhante Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Darcy de Arruda Miranda Jr., "Repertório de Jurisprudência do Código Comercial", vol. 2, tomo I, págs. 412 e seguintes), defende a inviabilidade da ratificação ou da repetição do ato incriminado: "Ora, afirmar que a norma contida no artigo 120 é de ordem pública, pois visa tutelar os interesses sociais e mesmo de terceiros, e, mais

precisamente, o capital social, em homenagem a respeitáveis princípios de moral e previsão, é afirmar, também, que a sua violação acarreta a nulidade do ato ou contrato, nulidade esta que é absoluta e insanável, justamente porque na violação da ordem jurídica está compreendido o conceito de ilicitude jurídica" ("Problemas de Direito Mercantil", pág. 237, Max Limonad, 1970). Enfocada a questão por esse modo, mesmo porque outro enfoque seria inadmissível, por estarem em jogo os interesses mais altos da coletividade e assim se tratar de matéria de ordem pública, inquestionável que a dúvida versa sobre a validade mesma do contrato incriminado e, por conseguinte, que à recusa do registro podia chegar o exame levado a efeito pelo Oficial Imobiliário.

A decisão recorrida, por outro lado, também deve subsistir com relação ao segundo fundamento, dada a não coincidência dos característicos do imóvel, como constam da transcrição anterior e do título levado a registro.

Essa coincidência constitui requisito indispensável da transcrição e por isso deve ser exigida de maneira intransigente e absoluta (Sarpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", 4.ª vol., pág. 429, Livraria Freitas Bastos, S.A., 1962).

Não importa que a diferença seja mínima: o fato é que os interessados devem adequar os característicos constantes do título com aqueles da última transcrição, ou promover a retificação dos desta, para que não reste desatendido o princípio fundamental da continuidade dos registros, cuja inobservância prejudica a verificação da certeza do domínio.

São Paulo, 30 de junho de 1975.

aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Francisco Augusto da Costa Porto, Advogado.

D.O.J., 15-7-75

Agravo de Petição n.º DJ-242.428 - São Paulo - Agvte.: Ageu Geronimo de Souza - Agvda.: Sra. Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.428, da comarca de São Paulo, em que figuram como agravante Ageu Gerônimo de Souza e como agravada a Sra. Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pela Agravada, que se recusou a transcrever a escritura de compra e venda de fls. 5-6, sob a alegação seguinte: "considerando que a transcrição aquisitiva não faz menção às medidas do terreno nem à designação dos lotes, entendo não ser possível efetuar o registro pretendido sem ferir o princípio da continuidade" (fls. 3).

O MM. Juiz deu-lhe razão, julgando procedente a dúvida (fls. 54-58), o que ensejou a interposição do presente recurso, manifestando-se os doutos representantes do Ministério Público de ambas as instâncias por sua confirmação.

É de ser provido o recurso.

Na lição de Sarpa Lopes, "um princípio devem todos ter em vista, quer o Oficial de Registro, quer o próprio Juiz: em matéria de Registro de Imóveis toda a interpretação deve tender para facilitar e não para dificultar o acesso dos títulos ao Registro, de modo que toda a propriedade imobiliária e todos os direitos sobre ela recaídos fiquem sob o amparo do regime do Registro Imobiliário e participem dos seus benefícios" (Tratado dos Registros Públicos, ed. de 1960, vol. 11/346).

Destarte, só com extremado rigor poder-se-ia negar o registro da escritura de fls. 5-6, sob pretexto de que sua transcrição fere o princípio da continuidade dos registros, adotado em nosso sistema registrário.

É que, consoante reiteradamente, decidido por este Conselho, a falta de menção de área do imóvel, na transcrição anterior, feita antes da vigência do Decreto n.º 4.857-39, não impede o registro de título posterior, presumindo-se então que as partes agiram de boa-fé (Agravos de Petição n.º s 146.181, de Itapeverica da Serra, relator Desembargador Olavo Lima Guimarães e 196.974, de São Paulo, relator Desembargador Rodrigues de Alckmin).

Ora, no caso dos autos, mencionou-se na escritura a ser transcrita que a área transacionada, parte do imóvel transcrito sob n.º 565, é de 10.000 m², individuando-se e designando-se, outrossim, os dez lotes que a compõem com letras e números (cada um com mil metros quadrados).

Por outro lado, a escritura menciona ainda as confrontações da área vendida, que perfeitamente se enquadra dentro da confrontação traçada da área maior, bastando cotejá-la com a escritura de fls. 11-14, com a certidão da transcrição sob n.º 565 fls. 7-8) e com as plantas de fls. 17 e 51, para se concluir quão correta é essa assertiva.

E nem se diga que resta a questão não esclarecida da confrontação na nova escritura e citada pela suscitada. É que logrou o agravante, com muita acuidade, demonstrar que a escritura mencionou todas as três confrontações que já constavam da transcrição anterior e que são três vias públicas, inalteradas nos últimos decênios: Rua Alicke, Banustarke e Pasternake (fls. 67-68), sendo que o último lado do quadrilátero fez divisa com o próprio alienante (basta simples perpassar visual pela planta de fls. 17 para tal se constatar).

De outra parte, não há que se dividir o imóvel transacionado em dois blocos (cada um com cinco lotes), para perquirição de suas confrontações, já que a alienação foi de toda a área de dez mil metros quadrados como um só bloco, sendo a menção aos lotes feita não só para efeito de identificação e designação, mas também e principalmente para que a nova escritura se pusesse de acordo com a transcrição anterior, e assim assegurando o princípio da continuidade dos registros.

Aliás, a própria suscitante da dúvida reconheceu que a escritura estava em termos de ser transcrita, quando asseverou: "Os elementos apresentados pelo ilustre advogado do impugnante parecem, realmente, demonstrar que a transcrição anterior, do 5.º Cartório de Registro de Imóveis, certificada a fls. 7/8, diz respeito à área assinalada na planta de fls. 17, que é, aliás, mencionada expressamente na escritura de que resultou aquela transcrição (cf. fl. 12)" (11. 39). E só não procedeu ela ao registro, por entender, no que - acrescente-se - agiu acertadamente, que, em se tratando de análise de prova ofertada pelo apresentante do título, "só mediante determinação judicial será lícita a transcrição ora pretendida fls. 39).

Resta finalmente dizer que a assertiva do MM. Juiz, não constante aliás da suscitação da dúvida, de que a transcrição buscada "importaria no reconhecimento e legitimação, às avessas, de um loteamento não inscrito (fl. 56), não se aplica ao caso dos autos, posto se tratar de loteamento anterior, em cerca de um decênio, ao Decreto-lei n.º 58-37, que assim, quando de sua vigência, já o encontrou consolidado (vide artigo 1.º, § 2.º, das disposições transitórias do Decreto n.º 3.079, de 15-9-1938, regulamentador do Decreto-lei n.º 58-37, e que define os loteamentos em curso aos quais ambos se aplicam).

Em uma, dá-se provimento ao recurso para que se proceda à transcrição da escritura de fls. 5/6, obviamente atendidas às exigências de natureza fiscal mencionadas pela r. sentença, a fl. 58, "in fine".

Custas na forma da lei.

São Paulo, 11 de julho de 1975.

aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Angelo Villaça Scaglione, Advogado.

D. O. 24-7-75

Agravo de Petição n.º DJ-242.580 - Votuporanga - Agvtes.: Felix Roberto dos Santos e sua mulher. - Agvdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.580, da Comarca de Votuporanga, em que figuram como agravantes Felix Roberto dos Santos e sua mulher e como agravado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis daquela Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento a recurso.

Cuida-se da dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a efetuar o registro da escritura de divisão amigável, de fls. 4-6 v., sob a alegação de que a divisão feita infringe o módulo fixado

para a região, que é de 25 ha., posto que o quinhão dos agravantes é de apenas 15,81,06 ha. Impugnada a dúvida, o MM. Juiz a teve por procedente, o que ensejou a interposição do presente recurso, manifestando-se o Ministério Público, em ambas as instâncias, por sua confirmação. E esta, é, realmente, a solução a ser dada à espécie.

Embora já tenha proferido decisões no sentido preconizado pelos agravantes, qual seja a inaplicabilidade das normas proibitivas do Estatuto da Terra quando se tratar de divisão extintiva de condomínio (agravos de petição n.ºs. 203.309, de Serra Negra, e 212.362, de Jundiá - "Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura - Biênio 1972-1973" Lex, pág. 10 e 55), a verdade é que este Conselho, mais recentemente, reformulou seu anterior entendimento, consoante se vê dos acórdãos referentes aos agravos de petição n.º s 235.884, de São Paulo, e 238.570, de Santa Rosa do Viterbo.

Assim é que daquele primeiro acórdão colhe-se a seguinte passagem, que bem demonstra a proibição legal de que, em divisões como a dos autos, haja infringência ao módulo estabelecido pela "INGRA": "Nesse sentido, os textos indubitáveis do artigo 65 e parágrafos da Lei n.º 4.504-64 (Estatuto da Terra), dentre os quais alcança notável destaque o referente à divisão proibida nas sucessões "causa mortis" e partilhas judiciais (parágrafo primeiro), num intuito que, ademais, restou confirmado com a edição do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, cujo artigo 11 reafirma a proibição mediante as expressões "transmissão a qualquer título" (Agr. Pet. n.º 235.884, de S. Paulo, j. 28-8-74).

Pois bem, essa referência às normas legais, disciplinadoras da matéria, deve ser em verdade completada com a Lei n.º 5.868, de 12-12-72, que criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e com o Decreto n.º 72.106, de 18-4-73, que a regulamentou.

Com efeito, reafirmou o artigo 8.º da mencionada Lei que, "para fins de transmissão, a qualquer título, na forma do artigo 65, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à do módulo calculado para o imóvel ou da fração mínima de parcelamento fixado no parágrafo 1.º deste artigo, prevalecendo a de menor área".

Por sua vez, o Decreto n.º 72.106, ao regulamentar citada Lei, e para que não houvesse qualquer dúvida, explicou "in verbis": "Para fins de transmissão a qualquer título, divisão em partilha judicial ou amigável, divisão de condomínio, nos termos dos artigos 65, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 8.º, da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1962, nenhum imóvel rural poderá ser desmembrado ou dividido em área de tamanho inferior à prevista no artigo 8.º, da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972".

E o próprio E. Supremo Tribunal Federal reformulou seu entendimento anterior (R.T.J. 52-331), ao asseverar, recentemente, que "ex vi" dos arts. 65, da Lei n.º 4.505-64, e 11, do Decreto-lei n.º 57-66, é inadmissível a divisão da gleba em quinhões menores do que os módulos, ainda que para fazer cessar o condomínio entre os co-proprietários. O fim da lei, no caso, é o de evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos e deve preponderar sobre a literalidade do dispositivo. (RE n.º 78.048 - SP., rel. Min. Aliomar Baleeiro, j. 17-5-75, 1.ª Turma, v. u.).

Destarte, não há como se proceder ao registro da mencionada escritura, lavrada "contra legem", restando, em consequência, prejudicada a questão da retificação de área, aliás abordada pela r. sentença sem que fosse objeto da dúvida suscitada.

Por tais fundamentos, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 11 de julho de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Waldir de Melo Carvalho, Advogado.

D.J.O. 24-7-75

Agravo de Petição n.º 242.631 - São Paulo - Agvte.: Convenções Buffet e Restaurantes Ltda. - Agvdo.: Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos, estes autos de Agravo de Petição n.º 242.631, da Comarca de São Paulo, em que figuram como agravante Convenções, Buffet e Restaurantes Ltda. e como

agravado o Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, para manter a r. sentença agravada, posto que, embora a dúvida improceda no tocante ao requisito do artigo 252, inciso 5.º, do Decreto n.º 4.857/139 (características e confrontações do imóvel), por inaplicável a contratos de locação, consoante a conhecida lição de Serpa Lopes (Tratados Registros Públicos, 1960, vol. IV/445/446), não há contudo como se afastar a procedência da dúvida quanto às demais exigências realçadas na r. sentença: a) falta de comprovação da representação das pessoas jurídicas intervenientes no ato e de que têm os representantes poderes para contratar; b) não ser a locadora proprietária do imóvel, que continua pertencendo à Municipalidade de São Paulo, consoante se vê da recente Lei Municipal n.º 8.180, de 17/12/1974 (fls. 36), sendo a locadora segunda cessionária da "concessão de uso" (contrato administrativo) feita pela Prefeitura a terceiro (vide fls. 22/33), questão que inclusive não pode ser suficientemente examinada, por omitirem os autos detalhadas informações sobre quais os registros a respeito do imóvel figurantes no Registro Imobiliário.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 11 de julho de 1975

aa.) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator

Gentil Carmo Pinto, Vice-Presidente

Dr. Luiz Gonzaga de Camargo Aranha, Advogado

D.J.O. 24-7-75

Agravo de Petição n.º DJ - 242.901 - São Paulo - Agvtes.: Joaquim Teixeira Mesquita e sua mulher Maria Cavalheri Mesquita - Agvdo.: - Oficial do 2.º Cartório de Registro de imóveis da capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.901, da Comarca de São Paulo, em que figuram como agravantes Joaquim Teixeira Mesquita e sua mulher Maria Cavalheri Mesquita e como agravado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a efetuar o registro e arquivamento dos documentos referentes a incorporação do "Edifício Dona Júlia" sito à Rua Desembargador Vale n.º 91, nesta Capital, sob alegação de que, conforme determinações do MM. Juiz Corregedor Permanente, o alvará de construção deve ser apresentado no original e não por "xerox" e o atestado de idoneidade financeira, firmado pelo Banco do Brasil, deve referir-se expressamente ao empreendimento lançado e consignar o valor global da obra, requisitos faltantes no atestado apresentado.

A r. sentença de fls. 141-144 acolheu os fundamentos da dúvida, tendo-a por procedente, e acrescentando que o atestado de idoneidade financeira haveria que ser firmado "por quem tem poderes para representar a entidade financeira", e nunca "por um gerente e um chefe de serviço de uma simples agência" (fls. 143).

Os doutos representantes do Ministério Público de 1.ª e 2.ª Instâncias opinaram pela confirmação da r. sentença. Entendem que a exigência da apresentação do alvará de construção no original e não por "xerox" é ilegal, procedendo a dúvida, no entanto, pelos demais fundamentos.

Em que pese o zelo do MM. Juiz Corregedor Permanente, a exigência de que o "alvará de construção" seja apresentado somente no original fere o disposto nos artigos 365, inciso III, do Cód. de Processo Civil, e 32, § 10, da Lei n.º 4.591, de 16-12-1964, de 29-11-1965.

Destarte, o documento de fl. 60 (anterior 57) - "alvará de licença de construção", apresentado por "xerox" devidamente autenticada, faz, nos termos da legislação processual citada, "a mesma prova que o original", a par de ter a lei específica mencionada, a de n.º 4.591-64, expressamente admitido a apresentação "de cópia da licença de construção".

E quanto ao prazo de validade do alvará, bem demonstraram os agravantes a sua nenhuma pertinência com os respectivos registro e arquivamento no Registro Imobiliário, já que diz respeito tão-somente ao início das obras, cuja disciplina e fiscalização cabem à Municipalidade,

encontrando-se o edifício, aliás, em fase final de construção.

Sob esse fundamento, portanto, a dúvida mostra-se improcedente.

Já sob o outro fundamento, qual seja o de não estar o atestado de idoneidade financeira de fl. 40 (anterior 35) de acordo com os requisitos exigidos pelo art. 32, alínea "o", da Lei n.º 4.591, de 16-12-1964, e pelo art. 1.º, alínea "o", do Decreto n.º 5.815, de 8-3-1965, há de se convir estar o MM. Juiz e o agravados assistidos em parte de razão.

Em primeiro, não se reporta ele à incorporadora Maria Cavalheri Mesquita, sendo de desvalia toda a argumentação dos agravantes para contornar a omissão, cabendo inclusive lembrar que a incorporadora, em vários documentos, qualificou-se como industrial fls. 4-5-6), com o que mais se justifica a necessidade da atestação de sua idoneidade financeira.

E em segundo, à toda evidência, como bem frisou o douto procurador oficiante, "não se pode, por melhor boa vontade que se tenha, admitir que o documento de fl. 35 atual 40) seja um atestado de idoneidade financeira" fl. 164).

É que simplesmente diz ele que o incorporador "é correntista em nossa Agência, nada constando em seu desabono" fl. 40), o que em absoluto corresponde aos fins objetivados pela legislação específica retrocitada.

Se em verdade no atestado não há necessidade, ao contrário portanto do preconizado pelo MM. Juiz, de mencionar-se que a idoneidade financeira do incorporador é atestada pelo custo global da obra, não só porque se trata de idoneidade e não de capacidade financeira, como também porque pode o incorporador, sem condições de financiar sozinho o empreendimento, operar inclusive como captador de recursos para sua realização, fato é que o atestado há que se reportar especificamente à legislação que o criou e ao empreendimento objetivado.

Se assim não se entender, poderá o Banco ser levado a erro, passando atestado de idoneidade financeira para um fim e utilizá-lo o cliente para fins de incorporação, da qual sequer tinha o Banco conhecimento. Já a menção do empreendimento, evitará que um mesmo atestado seja utilizado para mais de uma incorporação.

Por outro lado, o atestado deve mencionar desde quando o incorporador é cliente do Banco este deverá ser, consoante a exigência legal, estabelecido no País há mais de cinco anos), pois, quanto mais antigo o cliente, melhores condições terá o Banco para aquilatar da idoneidade do incorporador, seu conceito e seu modo de atuar em empreendimentos precedentes.

Finalmente, quanto à exigência do MM. Juiz, não constante aliás da dúvida, de que o atestado deve ser firmado "por quem tem poderes para representar a entidade financeira" e não "por um gerente e um chefe de serviço de uma simples agência" como ocorreu na espécie, é ela destituída de supedâneo, jurídico.

É que nas agências bancárias, os gerentes, como é sabido, atuam na qualidade de prepostos, podendo assim emitir documentos como o atestado de idoneidade financeira de que se trata.

Aliás, eles melhor do que ninguém, mercê do cadastramento feito de seus clientes, é que podem atestar a respeito de sua idoneidade. Destarte, passado o atestado pelo gerente da agência ou pelo representante legal do banco, o seu valor jurídico é o mesmo.

Por conseguinte, em harmonia com todo o exposto, sendo a dúvida procedente em parte, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 11 de julho de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Sidnei de Oliveira Lucas, Advogado.

D.O. - 24-7-75

Agravo de Petição n.º DJ.243.082 - São José do Rio Preto Agvtes.: Albino Seletto e sua mulher Gervásia Chessa Seletto Agvdo.: Escrivão Interino do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 243.082, da Comarca de São José do Rio Preto, em que são agravantes Albino Seletto e sua mulher Gervásia Chessa Seletto, sendo agravado o Escrivão Interino do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca;

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Apresentada a registro, pelos agravantes, a escritura de compra e venda de fls. 516, em que foram outorgantes vendedores Paulo Nogueira de Freitas e Jorge Ayruth e suas mulheres, e referente a vários lotes da gleba de terras denominada "Vila Aliança", situada no Perímetro suburbano da cidade de São José do Rio Preto suscitou o Oficial Imobiliário a sua dúvida em efetivar a transcrição, salientando a falta de área disponível, posto que toda a gleba já fora alienada a Chicralia Boulos e a José Oscar Mangeon (transcrições n.ºs 29.003 e 31.370), e a falta de regularização do loteamento, bem como serem necessários o oferecimento de certidões negativas de impostos e a comprovação de que o imóvel passou à condição de urbano. Verificou-se em seguida, porém, com o processamento regular da dúvida, que a hipótese não era propriamente de falta de disponibilidade de área, unia vez que a venda feita aos referidos Chicralia Boulos e José Oscar Mangeon fora apenas parcial, no sentido de que as áreas então transferidas correspondiam às metades ideais dos vendedores e de que os compradores deviam respeitar as vendas já efetivadas, de 29 lotes, a serem oportunamente desmembrados da gleba total e demarcados (fls. 30/31 e 32/33), pormenor não esclarecido nas transcrições n.ºs 20.003 e 31.370.

O MM. Juízo "a quo", ao decidir a dúvida, dispensou o oferecimento das certidões negativas de impostos e do comprovante relativo à condição do imóvel, mas entendeu necessária a inscrição do loteamento, determinando, como consequência do reconhecimento da disponibilidade da área, a retificação da transcrição n.º 29.003, pertinente à venda a Chicralia Boulos, para aí constar a reserva relativa aos 29 lotes.

Tal decisão motivou o recurso dos agravantes, tendo a Douta Procuradoria Geral da Justiça opinado pela necessidade da audiência, em ação própria, dos titulares daquelas transcrições, assim se apurando, outrossim, as condições atuais da gleba e a sua ocupação por aqueles que eventualmente adquiriram os diversos lotes.

A razão está, em última análise, com a Douta Procuradoria, visto que a transcrição da indigitada escritura, como a querem os agravantes, fere o princípio da continuidade dos registros, cuja observância é indispensável à certeza e visibilidade do domínio.

Assim é, realmente, porquanto os característicos e confrontações do imóvel objeto da escritura, relativos a um loteamento, não guardam qualquer relação com os dados constantes da transcrição anterior, isto é, a de n.º 39.918.

Está claro que não basta só a regularização do loteamento perante o registro imobiliário, a qual, aliás, poderá ser alcançada, ao contrário do que assevera o decisório impugnado, através a simples averbação do loteamento à margem da transcrição aquisitiva, por se tratar de área já consolidada de fato, vendida e ocupada, e, portanto, de ausência da obrigatoriedade de que trata o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 58-37.

Mas também se mostra indispensável a regularização das transcrições de n.ºs 29.003 e 31.370, pertinentes às aquisições feitas por Chicralia Boulos e José Oscar Mangeon, visando a individualização e caracterização corretas das áreas respectivas.

A verdade, a propósito, é que essas transcrições em hipótese alguma podiam ter sido efetivadas, pois o Oficial Imobiliário, ao concretizá-las, desatendeu a norma expressa no artigo 247, item 5.º, do Decreto n.º 4.857-39: vale dizer, em poucas palavras que, sem a regularização anterior do loteamento, eram absolutamente inviáveis esses registros, em virtudes das ausências de adequadas individuações e caracterizações das áreas transmitidas.

Evidente, por outro lado, que esse erro não justifica um outro; quer dizer, nesse passo, que só a circunstância de ter o Oficial Imobiliário registrado erradamente essas transmissões não justifica o deferimento do registro que ora se pretende, pois persistiria a inobservância do requisito legal inarredável.

Nessas condições, duas são as alternativas possíveis: ou providencia-se a retificação das escrituras outorgadas a Chicralia e a Mangeon, individuando-se as áreas adquiridas em conformidade com o loteamento, bem assim a regularização concomitante deste perante o registro imobiliário; ou a apuração judicial da situação atual de toda a gleba, em ação própria e com a audiência dos titulares das transcrições números 29.003 e 31.370, como muito bem sugeriu a Douta Procuradoria Geral da Justiça.

E acrescente-se que, a regularização do loteamento, de rigor também a prova de que o loteamento foi aprovado pelo poder competente e a de que o imóvel passou regularmente à condição de urbano, uma vez que tais circunstâncias, por afetarem o registro, devem ser

devidamente averbada, em obediência ao que ordena o artigo 285, do Decreto n.º 4.857-39; e, afinal, que a certidão negativa de impostos, segundo a natureza do mesmo imóvel, deve referir-se à época em que a transcrição se concretiza.

Dessarte, procedente a dúvida, nega-se provimento ao agravo.

São Paulo, 12 de agosto de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-presidente;

Wanderley Romano Calil e Wanderley Oliveira Lima - Advogados.

D.J.O. 23-8-75

Agravo de petição n.º DJ-243.615 - Poá - Agvte.: Diógenes Santos Pinto - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 243.615, da comarca de Poá, em que é agravante Diógenes Santos Pinto, sendo agravado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em conhecer do recurso como de agravo de petição e determinar o seu regular processamento.

Julgada procedente a dúvida suscitada pelo serventuário interessado, manifestou o apresentante do título, no quinquídio legal, o seu "recurso ao Conselho da Magistratura" processado como apelação pelo Juízo "a quo".

O recurso cabível, todavia, como assinalou a Douta Procuradoria Geral da Justiça, é o de agravo de petição.

Em consonância com o preceito do artigo 220 do Decreto n.º 4.857/39, dispõe a Lei de Organização Judiciária em vigor que, nas hipóteses como a dos autos, o recurso cabível é o de agravo de petição, interposto para o Conselho Superior da Magistratura (Código Judiciário do Estado, artigos 64, VI, e 68, IV).

A circunstância do novo Código de Processo Civil ter abolido o agravo de petição evidentemente implicou na subtração automática desse recurso nos processos administrativos de dúvida, quando é certo que a competência do legislador estadual para dispor a respeito permaneceu intocada, posto que continua em vigor o já mencionado artigo 220 do Regulamento dos Registros Públicos.

Consequentemente, feitas as devidas anotações, deverão os autos retornar ao Juízo de origem, para regular processamento do reclamo, devendo o Magistrado apreciar o agravo, interposto, mantendo ou reformando a decisão recorrida.

São Paulo, 12 de agosto de 1975.

aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente do Tribunal de Justiça;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente

D.J.O. 23-8-75

Processo de Recurso n.º 5/75 - GAPRE-4 - Capital Recte.: Leven Vampré Filho - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Leven Vampré Filho, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 4.º Cartório de Protesto de Letras da Comarca da Capital,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento parcial ao recurso, para conceder ao recorrente mais 0,5 (meio) ponto, relativamente à sua obra "Do Valor Probante da Fotocópia".

Pretende o Candidato, irresignado com as decisões da Comissão de Concurso, o cômputo a seu favor de mais cinco pontos, assim distribuídos: dois pontos pela conclusão do Curso Preventivo de Falsificação de Documentos, dois pela elaboração da referida obra e um por contar mais de três anos de exercício interino.

A pretensão do recorrente, todavia, só em parte poderá ser atendida.

Inicialmente, porque aquele curso não equivale aos de nível médio, mencionados no item 2 do parágrafo único do art. 20 do Dec. Lei n.º 159/69, visto não ter o mesmo validade nacional e tratar-se de mero curso de especialização ou aperfeiçoamento, que não habilita o interessado a qualquer exercício profissional.

Na verdade, os cursos de nível médio, que o citado dispositivo refere, são tão-só aqueles equivalentes ao antigo curso colegial, ou segundo ciclo do curso secundário, com três séries anuais de duração, e cuja conclusão permite o ingresso aos estudos superiores.

Nesse sentido, a vigente Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 4.024, de 20-12-61, com as alterações posteriores, principalmente as introduzidas pela Lei n.º 5.692, de 11-8-71: este último diploma legal, em seus artigos 1.º, § 1.º, 21 parágrafo único, e 22, parágrafo único, ao fornecer novas nomenclaturas, define o ensino médio como o de segundo grau, indispensável aos estudos superiores e com três ou quatro séries de duração, subseqüentes às 8 séries do ensino de 1.º grau.

Ora, o Curso Preventivo de Falsificação de Documentos é técnico apenas no âmbito da Criminologia e só por definição do Regulamento da Escola de Polícia do Estado de São Paulo (Decreto n.º 26.368, de 3-9-56), não o sendo, à evidência, para os fins dos arts. 34 e 47 e seguintes da Lei n.º 4.024/61; outrossim, tem a duração de um ano, é limitado a um número restrito de profissionais, não tem validade nacional os certificados não são registrados no Ministério de Educação e Cultura), e a sua conclusão por não se conformar com as condições estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases, não habilita ao exercício profissional art. 156, parágrafo único do Decreto Estadual n.º 26.368/56) nem enseja o ingresso em escola de grau superior.

Quanto ao ponto concernente ao tempo de exercício interino, neste incluídos os períodos de substituição, o indeferimento pela Comissão de Concurso merece subsistir, uma vez que o concorrente, à época do encerramento do prazo de inscrição, contava com apenas 2 anos, 7 meses e 27 dias, inferior, portanto, ao exigido pelo art. 20, parágrafo único, item 9, do Dec. Lei n.º 159/69.

Por outro lado, todavia, impõe-se reconhecer que a obra "Do Valor Probante da Fotocópia" tem certa pertinência com a atividade da serventia, a mesma que, com caráter genérico, existe em relação a todo cartório, qualquer que seja a sua natureza, posto que sempre interessa os cartórios saber quando os documentos fotocopiados ou xerocopiados tem valor probatório extrajudicial, como se não bastasse a circunstância de que os escrivães dos Cartórios de Protestos de Letras e Títulos têm atribuição para autenticar cópias de atos da própria serventia. Está claro que aquela pertinência genérica apresenta intensidades maiores ou menores, conforme a natureza das serventias, mas tal circunstância deve implicar apenas na graduação da nota, a qual deve ir de zero a dois pontos.

E nesse passo, a propósito, justo que se conceda somente (0,5 meio) ponto a Leven Vampré Filho, não apenas pela pertinência genérica e relativa ao opúsculo, como também porque a obra não apresenta a substância e profundidade de grande valia, tanto que só de passagem nela se fala do valor probatório extrajudicial.

São Paulo, 9 de maio de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Joio Pedra de Almeida, Advogado.

D.J.O., 14-5-75

Processo de Recurso n.º 41/75 - GAPRE-4 - Capital Recte.: Domingos Lot Neto - Recda.: - Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Domingos Lot Neto, contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento dos 1.º, 8.º, 9.º e 10.º Cartórios de Protestos de Títulos da Comarca da Capital,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, para que subsista a decisão recorrida.

Sem razão o recorrente, como bem salientou a Ilustre Comissão de Concurso, visto que o Decreto-lei n.º 159/69, ao revogar a Lei n.º 819, implicitamente revogou a Lei n.º 6.882/69, que àquela se incorporava, por integrar também o regime de provimento de cartórios não oficializados (Mandado de Segurança n.º 240.148).

Por outro lado, podia o Decreto-lei n.º 159/69 exigir a identidade de natureza das serventias, como o fez em seu artigo 26, sem qualquer afronta ao artigo 222 do Código Judiciário, uma vez que os dois diplomas legais situam-se em igual plano hierárquico (Mandado de Segurança n.º 237.081).

São Paulo, 15 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator.

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente

Processo de Recurso n.º 49/75 - GAPRE-4 - Capital Recte.: Wadi Neaime - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso interposto por Wadi Neaime, escrivão do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Rancharia, contra decisão da Comissão Examinadora de concurso para provimento dos 1.º, 8.º, 9.º e 10.º Cartórios de Protestos de Títulos da Comarca da Capital.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, não conhecer do recurso, por extemporâneo.

Publicada a decisão recorrida no Diário da Justiça de 26 de junho do corrente ano e retificada a publicação no dia 28 seguinte, sábado, somente em 1.º de julho deste ano é que deu entrada no Protocolo da Secretaria do Tribunal de Justiça o recurso do interessado, quando já escoado o quinqüídio, previsto no parágrafo 2.º do artigo 11 do Decreto Lei n.º 159/69.

Daí a intempestividade e o não conhecimento do recurso.

São Paulo, 15 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente.

D.O.J - 10-9-75

Processo de Recurso de Ofício n.º DJ-241.580 - Guarujá Recte.: MM. Juiz de Direito - Recdos.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca e a Fazenda Nacional.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Ofício n.º 241.580, da Comarca de Guarujá, em que é recorrente o MM. Juiz de Direito e recorridos o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca e a Fazenda Nacional.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso.

Julgada procedente, a dúvida suscitada pelo Oficial de Registro de Imóveis, recorreu de Ofício o MM. Juiz de Direito, porquanto a decisão contrariou aos interesses da Fazenda Nacional.

Como já decidiu este Conselho, no Agravo de petição n.º 208.690 e Recurso n.º 215.827 não há previsão obrigatória dos autos de dúvida ao Conselho Superior da Magistratura.

A obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição prevista no artigo 475 do Código de Processo Civil é de interpretação restrita e se refere aos processos contenciosos, devendo as leis disporem neste sentido, quando refugirem a este âmbito.

As decisões que resolvem dúvidas de serventuários acerca de Registros Públicos são de natureza administrativa e para que haja a obrigatoriedade da remessa dos autos a segunda instância, quando não apresentado o recurso voluntário, embora interessada a Fazenda Pública, mister previsão legal específica.

Nestas condições não se conhece do recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 3 de julho de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente.

D.O.J. 24-7-75

COMUNICADO

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, recomenda, à vista do decidido no Processo n.º CG-42.800-75 do DEGE 1, aos Srs. escrivães dos Cartórios Criminais e Distritais para que obedeçam rigorosamente o estabelecido no artigo 608 (fls. 227) da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, abaixo transcrito:

Artigo 608 - Os escrivães, obrigatoriamente, comunicarão ao Distribuidor Criminal, à Delegacia de Polícia de origem, ou ao DEIC, para as necessárias anotações, com a qualificação completa do acusado, o seguinte:

a) o recebimento da denúncia ou queixa contra pessoa não indiciada no inquérito;

b) o aditamento da inicial;

c) o não oferecimento de denúncia contra pessoa anteriormente indiciada no inquérito;

d) o desfecho do inquérito ou da ação penal.

§ 1.º - A comunicação será individual, referir-se-á a cada acusado, isoladamente, com especificação do assunto.

§ 2.º - A comunicação ao Serviço de Identificação (840) deverá ser feita logo que os escrivães receberem os autos com as decisões prolatadas, antes mesmo de decorrido o prazo para recurso.

D.J.O., 6-8-75

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado, que se publicasse o parecer emitido pelo Juízo de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral, no Processo CG 41.409-74, em que figura como interessado o Conselho Regional de Economia 2.ª Região da Capital, abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

Trata-se de pedido do Conselho Regional de Economia, solicitando a colaboração desta Corregedoria Geral no sentido de determinar aos Oficiais dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Estado que se abstenham de promover o registro de constituição ou alteração de sociedades cujo objetivo envolva atividades próprias da profissão de economista, sem a comprovação de que a interessada se encontre registrada primeiramente, naquele conselho, na forma preconizada na Lei Federal 1.411 de 13 de agosto de 1951, com a nova redação dada pela Lei 6.021 de 3 de janeiro de 1974 e regulamentada pelo Decreto 31.794 de 17 de novembro de 1952.

Opinaram neste processo a 1.ª Curadoria de Registros Públicos e o Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos, com pareceres desfavoráveis ao pedido inicial.

Na esteira destes mesmos entendimentos tenho para mim que o pedido, como formulado, deve ser indeferido.

Em síntese pretende a requerente se imponha para a constituição ou alteração de uma sociedade, que envolva atividade de economista, antes seja a mesma registrada no Conselho Regional de Economia.

Como bem acentuou a Curadoria de Registros Públicos, no caso, o que se requer e se está exigindo é uma inversão de ordem natural das coisas, uma vez que, antes, se concedia a uma sociedade a capacidade de exercer determinada profissão, é preciso que se dê a ela uma personalidade jurídica, que somente se adquire pelo registro adequado e competente na órbita civil.

Não se pode impedir se erija uma sociedade, pessoa jurídica de direito privado, quando seus contratos ou atos constitutivos estão regulares e aptos a serem validados.

A existência legal das pessoas jurídicas se opera nos termos do artigo 18 do Código Civil e 127 do Regulamento dos Registros Públicos, Decreto 4.857-39, com a inscrição ou registro de seus atos constitutivos.

Destarte, não se pode exigir, para o registro de uma sociedade que tenha atividade própria de

economista, o prévio registro no respectivo Conselho Regional.

Contudo, pode-se exigir e acreditar deva ser feito, que para o registro de sociedade com tal objetivo, se comprove seja constituída por economistas devidamente registrados no CREP. É evidente que tais sociedades somente adquirirão personalidade jurídica com sua publicidade pelo registro. No entanto, quando dependerem para sua constituição de uma formalidade, o registro não se pode operar sem que tal exigência esteja satisfeita.

No caso em exame, o artigo 8.º do Regulamento a que se refere o Decreto 31.794 de 17 de novembro de 1952, estatui que "as sociedades que se organizarem para prestação de serviço profissionais mencionados no Capítulo anterior, só poderão ser constituídas por economistas devidamente registrados no competente CREP e no pleno gozo dos seus direitos.

Assim, para o registro de tais sociedades deve-se exigir sejam constituídas por economistas devidamente registrados e no pleno gozo de seus direitos profissionais.

Tal mister, evidentemente, caberá ao Oficial do Registro, uma vez que é condição de formação da própria sociedade.

Em conclusão, opino pelo indeferimento do pedido como formulado na inicial recomendando-se, no entanto, aos Oficiais dos Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas que, para o registro de atos constitutivos ou de alteração de sociedade, cujo objetivo envolva atividades próprias da profissão de Economista, se observe o artigo 8.º do Decreto 31.794 de 17 de novembro de 1952.

É o parecer que apresento a Vossa Excelência.

São Paulo, 4 de julho de 1975.

(a) José de Mello Junqueira - Juiz de Direito Auxiliar

Aprovo.

São Paulo, 16 de julho de 1975.

(a) Márcio Marfins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. - 19-7-75

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral, no Processo CP. 40.734/74, em que figura como interessado o Juízo de Direito da 2.ª Vara de São Carlos, abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral.

Diversas Comarcas do Interior do Estado solicitam autorização e forma como proceder para a aplicação do artigo 1215 do Código de Processo Civil, no que diz respeito à incineração de processos, findo o prazo de cinco anos contados da data do arquivamento.

A matéria já foi minuciosamente estudada pelo ilustre Juiz Auxiliar da Egrégia Presidência Dr. Flávio César de Toledo Pinheiro.

Conforme parecer aprovado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ficou estabelecido que os processos não poderão ser, pura e simplesmente, destruídos. Deverá proceder à destruição após os editais de praxe, a microfilmagem das suas peças essenciais para possibilitar sua recuperação, no futuro, se necessário.

A preservação da minoria dos papéis e documentos que se pretende destruir é imposição da Lei 5.433/68 que em vigor deverá, ser sempre observada conjugado com o artigo 1215 do Código de Processo Civil.

Assim, ante esta exigência, opino que se deva exigir, previamente, das Comarcas que desejam aplicar o art. 1215 do Código de Processo Civil um plano de trabalho, onde se incluam os requisitos apontados.

É o parecer "sub censura".

São Paulo, 4 de junho de 1975.

(a) José de Mello Junqueira, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer.

São Paulo, 4 de junho de 1975.

(a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. - 4-7-75

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral, no Processo CG. n. 42.349/75, em que figura como interessado o Sr. Ernesto França Pinto Junior, Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 8.º Subdistrito - Santana - Capital, abaixo transcritos:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

O Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 8.º Subdistrito da Capital, Santana, oferece a presente consulta, a propósito da correta interpretação do art. 7.º da Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949, pertinente à proibição de referências, no Registro Civil, à filiação ilegítima daquele que foi reconhecido segundo as disposições da mesma lei.

Considera o consultante, apelo, que vem omitindo as referências à filiação ilegítima nas certidões que expede, mas que, recentemente, foi solicitado a omiti-las também nos livros do registro de nascimento.

Passo a opinar:

Cumprе esclarecer, antes de mais nada, os significados usuais do vocábulo filiação, para assim facilitar a busca da solução adequada à questão proposta, inclusive porque o esclarecimento mostra-se indispensável até mesmo à perfeita compreensão dos próprios termos da consulta. Assim é, realmente, uma vez que os sentidos vulgar e jurídico não se confundem, compreendendo-se a filiação, por aquele primeiro prisma, a simples designação dos pais de alguém, enquanto que juridicamente expressa tão-só "o vínculo que a geração cria" (Orlando Gomes e Nelson Carneiro, "Do Reconhecimento dos Filhos Adulterinos", pág. 15, Edição Revista Forense, 1.952, ou segundo a lição do Professor Washington de Barros Monteiro, "a relação que existe entre os filhos e as pessoas que o geraram" ("Curso de Direito Civil", 2.º vol., pág. 241, Edição Saraiva, 1964).

O Senhor Escrivão consulente, por conseguinte, quis se referir à possibilidade da omissão dos nomes dos pais do registrando, ou da omissão da nota de ilegitimidade da filiação ou, conforme o intuito do legislador, ficou proibida a menção dos nomes dos pais do registrando ou a referência à ilegitimidade da filiação?

Quer parecer a este Juiz Auxiliar que a disposição do art. 7.º da Lei n.º 883/49 significa apenas que, no Registro Civil, fica proibida qualquer referência à ilegitimidade da filiação de pessoa a quem interessa.

Desde logo impressiona a circunstância de que o legislador não iria utilizar uma expressão com o seu sentido vulgar, principalmente quando existe um significado jurídico preciso, do que se pode concluir, mediante uma interpretação gramatical do texto, que a referência proibida pertine à natureza do vínculo resultante da geração, isto é, à legitimidade ou ilegitimidade da filiação.

Verificamos, por outro lado, que, pela lógica, impossível se torna a omissão dos nomes dos pais que reconhecem filhos naturais ou adulterinos, justamente porque o reconhecimento outra coisa não é que não a confissão de progenitura em relação a outrem, ato de vontade, aliás, que somente se prova através dos elementos constantes do assento de nascimento.

Tome-se, por exemplo, a hipótese do registro de filho de pai desquitado, quando este, aproveitando-se da licença concedida pela Lei 883/49, declara, no ato do registro, ser pai da criança, assim o reconhecendo como filho. Evidente que o nome desse genitor constará obrigatoriamente do assento, pois, caso contrário, não haverá outra maneira de se provar o reconhecimento.

É essa, por igual, a razão pela qual as escrituras públicas de reconhecimento de filhos naturais ou adulterino, bem como a sentença proferida em ação de investigação de paternidade ou maternidade, são averbadas à margem do registro.

Acrescente-se, ainda, que a omissão dos nomes dos pais de filhos ilegítimos só deve ocorrer com fundamento no art. 74 do Decreto n.º 4.857/39, quer dizer, quando a referência for suscetível de deixar evidenciada uma filiação adulterina ou espúria, em relação à qual a lei proíbe o reconhecimento, e assim for também suscetível de causar escândalo.

O indigitado dispositivo diz respeito, em verdade, à declaração da ilegitimidade da filiação, a qual normalmente seria feita em virtude da determinação constante do art. 68, item 4.º, do Decreto n.º 4.857/39, visto que só assim terá a norma um sentido prático.

Mas essa conclusão de pronto projeta duas outras questões: primeira, se a proibição implica apenas em omissão da ilegitimidade da filiação ou significa também a necessidade da anotação de sua legitimidade; e segunda, se o reconhecimento posterior ao ato do registro apaga ou não a nota anterior da ilegitimidade.

Convém salientar, inicialmente, que o reconhecimento voluntário ou forçado não legitima os filhos adulterinos, que para sempre serão ilegítimos, como consequência lógica da aplicação da norma consubstanciada no art. 337 do Código Civil: isso quer dizer, noutros termos, que o legislador não pretendeu afirmar legítima uma filiação que na verdade é ilegítima; ele quis, sim, pura e simplesmente, que se omitisse a nota de ilegitimidade da filiação.

E tendo em vista a segunda questão, embora não se possa, em concreto, apagar a nota anterior da ilegitimidade, de se entender que a mesma ficou automaticamente cancelada com o reconhecimento posterior, em virtude do que sempre se a omitirá das certidões passadas com base no assento respectivo como se já não bastasse a disposição do art. 14 do Decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941.

Em resumo, portanto, o art. 7.º da Lei 883/49 refere-se apenas à legitimidade da filiação: em se tratando de reconhecimento de filho adulterino, nos termos do art. 1.º desse mesmo diploma legal, será omitida pelo Oficial, nos assentos de nascimento, a nota respectiva; e, outrossim, referindo-se a hipótese a reconhecimento posterior ao ato do registro, será tida a nota como automaticamente cancelada.

Respondida, assim, a consulta formulada pelo Senhor Ernesto França Pinto Junior, Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 8.º Subdistrito da Capital, Santana, sugere este Juiz Auxiliar a devolução dos autos ao MM. Juízo de Direito Corregedor Permanente, após a publicação deste parecer, se aprovado for, na Imprensa Oficial.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 19 de junho de 1975.

Auxiliar.

(a) Ralphe Waldo de Barros Monteiro - Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo.

São Paulo, 19 de junho de 1975.

(a) Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça.

Proc. Recurso C.G. 26/75

Capital

Adv. João Rabello de Aguiar Vallim - Interessado: João Alvares Rubião Neto, Oficial do 2.º

Cartório de Registro de Imóveis, foi denegado seguimento ao recurso.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral, no processo C.G. n.º 41.540/75, hera como o Provimento n.º 4/75, abaixo transcritos:

Excelentíssimo Senhor Corregedor:

1. A Federação do Comércio do Estado de São Paulo representou a esta E. Corregedoria, colimando a extensão das normas constantes de Provimento editado pela 1.ª Vara de Registros Públicos da Capital, pertinente a cancelamento de protesto de letras ou títulos pagos, a todas as Comarcas do Estado.

2. Consoante se vê dos, autos, não só a 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital, como inúmeras Comarcas do Estado, já contam com Provimentos ou Portarias, baixados pelos respectivos Juizes Corregedores Permanentes, determinando que o cancelamento de protestos de títulos se faça no próprio Cartório, sem interferência judicial. Ocorre, no entanto, que cada Juiz disciplinou a seu modo a matéria, o que impõe seja o procedimento uniformizado em todo o Estado.

3. De conseguinte, é realmente de volta que esta E. Corregedoria discipline a matéria, mediante Provimento, não só estabelecendo um "modus procedendi" único para todas as Comarcas mas também alcançando aquelas que até o momento não adotaram referida prática.

4. Sabidamente, "o oficial público não tem competência para cancelar protesto ou distribuição feitas. Só o juiz, a que toca a jurisdição sobre os cartórios de protesto, ou sobre o cartório, pode ordená-lo" (Pontes de Miranda, Tratado de Direito Privado, vol. 35, pág. 82), lição igualmente ministrada por Margarino Torres, "in" "Nota Promissória" 6.ª edição n.º 164-bis.

E se se acompanhar a evolução jurisprudencial e doutrinária sobre cancelamento de protesto, constata-se que o cancelamento primeiramente consolidou-se com relação ao protesto irregularmente tirado (vício formal), para ao depois alcançar o protesto indevido do título e, finalmente, o protesto de título posteriormente pago. Aliás, esta última espécie, conquanto já há decênios fosse acolhida por alguns magistrados (vide por. exemplo a decisão do Dr. Martinho Garces Caldas Barrete, Juiz do antigo Distrito Federal, datada de 23 de setembro de 1930, e estampada no livro de Margarino Torres acima citado, págs. 366-367), em verdade só ultimamente encontrou plena receptividade em nossos meios judiciários.

Destarte, não há confundir o cancelamento de protesto, em virtude de pagamento posterior do título, criação pretoriana, com o cancelamento de protesto, por vício formal deste ou por se tratar de protesto indevido do título, sendo que nesta última hipótese o cancelamento decorre da

nulidade do protesto, porquanto se é correto que "o protesto, como ato de fé pública, somente pode ser atacado nos casos em que o seria qualquer outro ato notarial" (Pontes de Miranda, tratado de Direito Privado, vol. XXXV, pág. 69), obviamente pode ser ele judicialmente declarado nulo, nulidade que "ocorre na forma comum relativa aos atos jurídicos em geral 'Código Civil, artigo 145'" (Nelson Abrão, R.T. 387/35).

Ora, já se vê que o cancelamento de protesto, por irregularidade na tirada deste ou nos casos de protesto indevido do título, não pode ser confiado ao Serventuário, exigindo-se sempre decisão judicial que o determine. É que, de um lado inadmissível é que se deixe ao Escrivão de Protestos o exame da regularidade formal do protesto, evidentemente interessado em defender a regularidade dos que praticou e pelos quais responde civil e criminalmente (artigo 33 do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908), de outro e de hialina intuição não ter ele competência para decidir sobre protesto indevidos (títulos já pagos, sem causa, ou referentes à dívidas prescritas ou, por algum modo, extintas), matéria acacianamente privativa de decisão judicial e que refoge do ato do protesto formalmente considerado.

Mas, se assim é, o mesmo não ocorre contudo com o cancelamento de protesto de título pago posteriormente à prática daquele ato, que pode ser efetivado no próprio Cartório, pelo Escrivão de Protestos, obviamente mediante a necessária autorização do Juiz Corregedor Permanente ou da Corregedoria Geral da Justiça, já que a lei é omissa a respeito.

É que nesse caso exerce o Escrivão as mesmas "funções automáticas", referidas por José Maria Whitaker, quando lavra o protesto do título, pois "o oficial, como notário, tem no juízo, uma função de execução, e não de julgamento, não lhe sendo lícito recusar os títulos que lhe sejam apresentados, uma vez que tenham os requisitos cambiais e não sejam exigidos antes da data do vencimento, ou fora do lugar do pagamento" (Letra de Câmbio, 1963, pág. 232).

Em suma, se no desempenho dessas "funções automáticas" o escrivão lavra o protesto de título, desde que revestido dos requisitos cambiais, da mesma forma desconstitui ele o protesto tirado se lhe é apresentado o título protestado, porém, agora já quitado, e sem que haja para tanto necessidade de interferência judicial em cada caso, bastando a autorização genérica, expandida no âmbito correccional, à falta de lei que discipline a matéria.

5. Apresento, destarte, a Vossa Excelência, em anexo, minuta de Provimento, objetivando a disciplina em todo o Estado do cancelamento de protesto de título pago após a prática daquele ato.

Em sua elaboração, adotei como roteiro o Provimento n.º 1/74, da 1.ª Vara dos Registros Públicos da Comarca da Capital.

Assim, os artigos 1.º, 3.º e 5.º, com pequenas modificações, já constavam do aludido Provimento, dispensando-me, por isso mesmo, de outras considerações, que não as já feitas.

O Artigo 2.º foi ampliado para alcançar também o protesto lavrado no Livro Comum, desde que tirado contra devedor comerciante, porquanto a determinação constante do Provimento da 1.ª Vara de Registros Públicos, no sentido de somente se exigir certidão negativa de distribuição de pedido de falência ou concordata quando se trate de protesto lavrado no livro "Registro dos Instrumentos de Protestos para fins Falimentares" (artigo 10, da Lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945), exclue na realidade a maioria dos protestos feitos para fins falimentares, que são aqueles lavrados no Livro Comum, sabido que o protesto cambial ou comum do título enseja por si só pedido de falência, somente se exigindo o protesto especial, falencial, quando se tratar de título não sujeito a protesto obrigatório (Pontes de Miranda, parecer "in" R.T. 446/37).

O Artigo 4.º nasceu da necessidade de se deixar bem evidenciado que o protesto somente será cancelado pelo escrivão, sem interferência judicial, quando o cancelamento se fundar no pagamento posterior do título, porquanto protestos, pelos mais variados fundamentos, desde a irregularidade na tirada do protesto até o protesto indevido do título, vêm sendo indiscriminadamente cancelados por escrivães tanto da Capital, como do Interior, conforme se pode ver dos recursos recebidos nesta E. Corregedoria Geral.

O Artigo 6.º, disciplinando o perpétuo silêncio que deve cercar o protesto cancelado, exceto se a pedido do próprio devedor, ou mediante requisição judicial, também se originou de recursos chegados a esta E. Corregedoria, pelos quais se constatou que escrivães, mesmo após cancelado o protesto, continuaram a fornecer certidões com menção do protesto e de seu cancelamento aos demais participantes do ato negocial e até mesmo a terceiros.

O artigo 7.º estabelece que as, dúvidas que surgirem quanto à aplicação do Provimento serão decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça, consoante dispõe o artigo 246, do Código Judiciário, enquanto o artigo 8.º revoga todas as

disposições em contrário e, em especial, os Provimentos e Portarias baixados pelos Juizes Corregedores Permanentes do Estado e que disciplinaram a matéria.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 14 de maio de 1975.

(a) José Waldecy Lucena - Juiz de Direito Auxiliar.

Acolho o parecer. Expeça-se Provimento, nos termos da minuta, que aprovo, publicando-se.

São Paulo, 14 de maio de 1975.

(a) Márcio Marfins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 4-75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e,

Considerando que os Tribunais do País, inclusive o Egrégio Supremo Tribunal Federal, assentaram em diuturna e iterativa jurisprudência ser possível o cancelamento de protesto de título pagos;

Considerando que inúmeros Juizes Corregedores Permanentes da Capital e do Interior baixaram provimentos ou portarias regulamentando cada um a seu modo a matéria, o que impõe a uniformização por parte desta E. Corregedoria Geral do procedimento a ser adotado em todo o Estado;

Considerando que em várias Comarcas ainda não foi a matéria disciplinada pelos respectivos Juizes Corregedores, o que levou a Federação do Comércio do Estado de São Paulo a solicitar a esta E. Corregedoria a extensão a elas das normas editadas a respeito pelo MM. Juiz da 1.ª Vara de Registros Públicos da Comarca d Capital; e

Considerando, finalmente, o decidido no Processo n.º CG-41.540/75,

Resolve baixar o presente Provimento:

Artigo 1.º - O protesto de letras ou títulos pagos poderá se cancelado, mediante a exibição e entrega, pelo devedor ou se advogado, das letras ou títulos protestados devidamente quitados salvo a hipótese prevista no artigo 2.º infra, os quais serão arquivado em Cartório, não sendo aceitas xerocópias, fotocópias ou reproduções ainda que autenticadas.

Artigo 2.º - O protesto lavrado no livro "Registro dos Instrumentos de Protestos para Fins Falimentares" (artigo 10, da Lei n.º 7. 66 1, de 21 de junho de 1945), ou o lavrado no Livro Comum mas tirado contra devedor comerciante, poderá ser cancelado tal com disposto no artigo anterior, porém, será concomitantemente exibida certidão negativa atualizada de distribuição de pedido de falência ou concordata, a qual será arquivada juntamente com o título.

Artigo 3.º - Se o devedor, por qualquer motivo, não pude exhibir a letra ou o título, poderá requerer o cancelamento do protesto respectivo, desde que apresente declaração de anuência de todos o que figurem no registro do protesto (apresentante, credor originário endossatário, etc.), com qualificação completa (inclusive o número do C.I.C.) e firmas reconhecidas de seus signatários, assim como a menção do número do C.G.C., se se tratar de pessoa jurídica.

Parágrafo único - Quando o pagamento da letra ou do título já estiver averbado à margem do protesto, dispensa-se a declaração de anuência.

Artigo 4.º - O cancelamento de protesto, quando em qualquer outro motivo que não o Pagamento posterior da letra ou do título somente se efetivará mediante decisão judicial que o determine.

Artigo 5.º - O cancelamento poderá ser efetuado por escrevente, especialmente designado pelo Escrivão para esse fim e mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.

Artigo 6.º - Cancelado o protesto, serão expedidas certidões negativas em nome do devedor, sem menção do cancelamento efetuado, exceto se a pedido deste ou em virtude de requisição judicial

Parágrafo único - Também não se fornecerão informações o certidões, ainda que sigilosas, a respeito dos lançamentos feitos no livro de protocolo, a não ser a pedido exclusivo do devedor ou em virtude de requisição judicial.

Artigo 7.º - As dúvidas que surgirem na aplicação deste Provimento serão decididas pelo Juiz Corregedor Permanente, com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça (artigo 246, do Código Judiciário).

Artigo 8.º - Revogam-se as disposições em contrário e especialmente os Provimentos e Portarias

baixados pelos Juízes Corregedores Permanentes das Comarcas da Capital e do Interior do Estado, que disciplinaram a matéria.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 14 de maio de 1975.

Eu, (a) Ezio Donati - Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Márcio Marfim Ferreira - Corregedor Geral da Justiça

D.O. 23-5-75

COMUNICADO

Prot. CG-12.965/75

Interessada: Associação dos Advogados de São Paulo - O Desembargador Corregedor Geral da Justiça, recomenda aos Juízes Corregedores Permanentes, inclusive das Varas Distritais, que determinem aos Escrivães, a juntada aos autos das petições entregues em Cartório, no prazo máximo de 48 horas (artigo 190 do Código de Processo Civil).

D.O.J. 23-9-75

PROVIMENTO 9/75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Considerando o decidido no agravo de petição 242.901, da Comarca de São Paulo, pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura,

Considerando a representação formulada pela Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, objetivando seja uniformizado o "atestado bancário de idoneidade financeira" a ser expedido pelas entidades financeiras; e

Considerando o decidido no processo n.º 42.903/75;

Resolve editar o presente Provimento:

Artigo 1.º - O "atestado bancário de idoneidade financeira", exigido pelo artigo 32, alínea "o", da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e pelo artigo 1.º, alínea "o", do Decreto 55.815, de 8 de março de 1965, conterá, no mínimo, os seguintes requisitos:

"ATESTADO BANCÁRIO"

Atestamos, para os fins do artigo 32, alínea "o", da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e do artigo 1.º, alínea "o", do Decreto 55.815, de 8 de março de 1965, que o

incorporador cliente deste Banco desde..... não registra
mácula cadastral, tendo cumprido com pontualidade as obrigações assumidas, a par de trazer
experiência em negócios, sendo assim financeiramente idôneo para a incorporação objetivando
o condomínio à Rua n.º, subdistrito
de, nesta cidade, Circunscrição Imobiliária".

Artigo 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 4 de setembro de 1975.

Eu, (a) Ezio Donati - Diretor do Departamento da Corregedoria
Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. - 11-9-75

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral, no Processo CG-42.692175, em que figura como interessado o Ministério da Fazenda (Procurador Chefe da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo), abaixo transcrito.

Excelentíssimo Senhor Corregedor.

A Procuradoria da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo, solicita seja expedido provimento determinando que, nos processos de usucapião, a ciência a que se refere o artigo 942, § 2.º do Código de Processo Civil seja dada diretamente ao Procurador da República do Estado, a quem competirá a defesa da União e intervenção nas causas em que esta tiver qualquer interesse.

O pedido estende-se, outrossim, a que se determine a todos os juizes remetam, com esta cientificação, cópia da petição inicial e planta do imóvel que se pretende usucapir, para que aquela Procuradoria possa se manifestar no processo, conclusivamente, sobre eventual interesse da União na causa.

Com respeito à primeira parte da solicitação, oportuna inclusive, sou de parecer que se deva recomendar a todos os juízos e Ofícios de Justiça do Estado se atenham, na ciência ordenada pelo artigo 942 § 2.º do Código de Processo Civil, à pessoa que legalmente representa a Fazenda Pública da União no Estado de São Paulo.

Realmente, como comprovam os documentos juntados aos autos, os ofícios de justiça têm encontrado dificuldades em identificar exatamente qual seja o representante da União, tendo sido as comunicações endereçadas aos mais diferentes órgãos. Daí necessária a fixação exata de quem seja o representante da União a que se refere a Lei.

Como bem friza o parecer de fls. 11-13, conquanto pudesse se argumentar que na espécie não se trata de citação, tal carta viabiliza o ingresso da União em juízo, respeitando o assunto, portanto, à representação judicial.

Aplicável, destarte, à matéria o artigo 30, inciso II da Lei 1.341, de 30 de janeiro de 1951: - "São atribuições do Procurador Geral da República ... II - Representar a União ou a Fazenda Nacional nas causas cíveis em que figurar como autora, ré, assistente, opoente ou por qualquer forma interessada".

Nos Estados-federados definem-se os Procuradores da União como advogados da União, que deverão defender os interessados desta em todas as instâncias (Lei 1.341, cit. artigo 37, "caput").

Cabe, ainda, aos Procuradores da República (artigo 38, 11 da Lei 1.341, cit.) intervir em qualquer causa.

Assim, se a intervenção da União só se dá por Procurador da República, a este deve ser endereçada a cientificação.

Com respeito ao segundo pedido, tenho a informar a Vossa Excelência que já foi examinado por esta Corregedoria Geral da Justiça no processo 40.329-74, concluindo-se tratar de matéria jurisdicional, sendo remetido a todos os juizes cópias da representação e parecer aprovado. Em conclusão, opino se recomende a todos os juizes e Ofícios de Justiça do Estado que nas ciências ordenadas pelo artigo 942, § 2.º do Código de Processo Civil, sejam as cartas remetidas ao Procurador da República no Estado de São Paulo, à Praça da República n.º 299, 8.º andar, "Fórum Pedro Lessa".

É o parecer que, "sub censura", apresento a Vossa Excelência.

São Paulo, 1.º de agosto de 1975.

(a) Dr. José de Mello Junqueira - Juiz Auxiliar

Aprovo o parecer. Para conhecimento, publique-se.

São Paulo, 1.º de agosto de 1975.

(a) Dr. Márcio Marfim Ferreira - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. - 10-9-75

REGISTRO DE CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS

Afonso Caruso

Registrar uma escritura pública de cessão de direitos hereditários, ou mesmo de meação de um espólio, tem encontrado grande controvérsia nos meios jurídicos. Uma primeira corrente não o admite. O motivo principal pelo qual não se admite transcrição de instrumentos de cessão de direitos hereditários, segundo explica Serpa Lopes ("Tratado dos Registros Público"), vol. 4, pg. 76, 3.ª ed. F. Bastos).

"... assenta num fundamento de ordem formal, de vez que a especialização, elemento substancial do Registro de Imóveis, estaria sacrificada dada a impossibilidade ou inexistência de um objeto determinado, sendo certo mesmo que à herança pode mesmo não conter nenhum imóvel em seu acervo".

A corrente doutrinária e jurisprudencial que entende impossível esse registro, conforme ensina o mesmo autor, reflete o pensamento de N. Coviello: a transcrição encontraria impedimento de ordem formal e substancial; desta, porque não se pode conceber propriedade ou direito real sobre coisa indeterminada e daquela, porque a falta de indicação do imóvel acarretaria a

impossibilidade de o descrever no registro. Por isso, a transcrição, se houver especificação do imóvel, só é possível após a partilha, não se sabe se o direito sucessório do herdeiro se corporificou no imóvel, objeto da escritura.

Philadelfo de Azevedo, que é o autor no qual se baseiam os que entendem ser impossível o registro de escritura de cessão de direitos hereditários, em voto proferido no Supremo Tribunal Federal, após observar que, como outros direitos equiparados a imóveis por força de lei, o relativo à sucessão aberta é incompatível com o regime de rigorosa especialização, que rege o registro imobiliário, conclui (Rev. Tribs., 158-871):

"A herança envolve uma universalidade, a compreender ativo e passivo, bens móveis e imóveis, situados, acaso, em vários lugares; por outro lado, antes da partilha não se sabe a quem caberá determinado bem, e em que proporção. Materialmente nem se encontrariam casas para lançamento de lados e falharia o próprio critério geográfico. . . "

De fato, como ensina Pontes de Miranda ("Tratado de Dir. de Família", vol. II, pg. 208, 3.a ed., M. Limonad, S Paulo, 1974), no regime de comunhão universal, tudo o que entra para o acervo dos bens do casal, neste fica como se fora possuído ou adquirido, ao meio, por cada um dos cônjuges, a cada um dos quais pertence a metade imaginária de cada bem. A mesma é a lição de Lafayette ("Direitos de Família", § 55): os cônjuges são meeiros em todos os bens do casal. Portanto, antes da morte de qualquer deles, cada um já é senhor e possuidor da metade de cada bem da comunhão.

Uma segunda corrente entende ser perfeitamente possível o registro da cessão, seja da meação, seja dos direitos hereditários, à qual, "data venia", nos filiamos.

Diz o art. 239, n.º I, do Dec. Fed. n.º 4.857 de 9-XI-1939 que a compra e venda, entre outros atos, está sujeita a registro, desde que seja, é claro, imóvel. Ainda o art. 44, n.º III, do Cód. Civil Brasileiro, reza que se considera imóvel o direito à sucessão aberta. Ora, é sabido que existe compra e venda onde se integram três elementos essenciais: "res, proetium et consensus".

Carvalho Santos, comentando o art. 1.065 do Cód. Civil, com sua clareza de sempre explica:

"Ainda, que da herança façam parte bens imóveis e móveis, cessão é denominada a alienação de direito, a herança (Ceral Cunha Gonçalves, obr. e loc.: cits.: Planiol, "Traité Elem.", vol. 2, n.º 1.639)".

O conceituado Carlos Maximiliano no seu "Direito das Sucessões", nota 47, "in fine", reconhece a necessidade do registro do título, quando afirma:

"... Entretanto, se o ato não está transcrito no registro público, é "res inter alios acta", podem os prejudicados não tomar conhecimento dele contra o cedente apenas. Cód. Civil, artigos 135 e 1.067, 531-32".

Na "Rev. Forense" vol. 29, pg. 303, lê-se:

"Cessão de herança. Necessidade de transcrição - Art. 44, n.º III, do Cód. Civil".

Na mesma "R. Forense", 115-553, encontramos:

"É ato translativo de domínio e posse regendo-se pelos princípios da compra e venda. Seu objetivo é uma universalidade de bens. O comprador e sucessor a título singular".

Outro julgamento ali constante, R. F. 110-77, decidiu:

"A cessão de direitos hereditários se consuma depois que ela se opera regularmente e feita a transcrição do documento de cessão, mesmo antes da sentença que julga a partilha".

O jurista Giges Prado manifesta-se ampla e fundamentalmente pela necessidade da transcrição do título de cessão, "in R.T. 104-166 e 153-451, sendo igual a opinião de José Duarte (v. "Rev. Direito" vol. 153-513, publica excelente trabalho do jurista Jair Lins.

"A aquisição da sucessão aberta, por ser esta bem imóvel por ficção de lei, depende da transcrição do respectivo título". (R.T. 156-703).

"A venda ou cessão de direitos hereditários pode ser transcrita quando referente a parte de imóvel avaliado em inventário". (Rev. Tribs., 153-510, citando apoio ao aresto publicado na Rev. Direito, 95-105).

"As cessões a eles outorgadas não foram ainda transcritas no Registro de Imóveis, como seria mister". (Decr. n.º 4.857, de 9-11-1939, artigo 239, IX), Cfr. Rev. Tribs., 158-151).

O Superior Tribunal Federal ("in" "Rev. Tribs" 368-388), assim decidiu:

"Cessão de direitos hereditários - Obrigatoriedade do registro.

Só após a sua transcrição no registro imobiliário é que a cessão de direitos hereditários pode operar efeitos contra terceiros".

Na apelação cível número 183.507, de Osasco, o subscritor deste trabalho ficou vencido por respeitável aresto do Tribunal de Justiça do Estado. E, através do recurso extraordinário n.º

70.639, teve a satisfação de ser atendido pela Corte Suprema em decisório publicado no DJU de 12 de fevereiro de 1971, pg. 1, onde foi relator o Min. Aliomar Baleeiro. Cabe ressaltar o apoio unânime do Promotor Público Carlos Siqueira Netto e do substancial parecer do Procurador de Justiça, Dr. Mário de Salles Penteado, sufragados pela Procuradoria Federal. Nesse julgado, tomado à unanimidade, ressaltou a Suprema Corte que "num assunto não pacificado até hoje, convém que o STF firme uma diretriz a bem da unidade da aplicação do Direito Federal e da segurança das relações jurídicas entre os cidadãos".

O Pretório Excelso, diante do silêncio do Regulamento dos Registros Públicos do Cód. Civil, entendeu que se não deve privar os titulares de cessões de direitos hereditários, nem dos de meação, de uma garantia jurídica que, na espécie, só se torna efetiva, em relação a terceiros, no Registro de Imóveis. De fato, o titular de uma cessão que pagou o imposto de transmissão, e eventualmente, até uma diferença de sisa, pagou o preço da aquisição, pagou os emolumentos exigidos pelo notário e a este exibe título aquisitivo com todos os requisitos exigidos pela Lei dos Registros Públicos, obviamente deve ter direito a uma proteção "erga omnes" para o título que recebe sacramentado pelo tabelião. Como diz Ihering, o Direito tem por fim a paz, mas é com a luta que se consegue, e na frase sempre atual de Ulpiano: "non exemplis, sed legibus judicandum est." Realmente se a lei não proíbe, nem o ato atenta contra os bons costumes, não há como deixar de dar ampla proteção aos direitos dos cessionários, como agora, definitivamente, parece pender a autorizada jurisprudência do Excelso Sodalício. (de "O Estado")

USUCAPIÃO

Sem prova de que o imóvel tenha pertencido, em algum tempo, a particular, há-de se tê-lo como constituindo terra devoluta, no caso incluída entre os bens do Estado-membro, não se lhe podendo, assim, adquirir a propriedade pela posse prolongada, não perturbada ou contestada. Ac. unânime 4.^a C. C. de 23 de maio de 1974 - Apelação Cível n.º 84.9424 - Reg. em 12 de agosto de 1974 - Rel. Exmo. Soares de Pinho - Tr. Just. - Est. Guanabara - DOE 3 de outubro de 1974.

CONCEITO DE "BEM DE FAMÍLIA" **Vieira de Moraes**

Na apelação cível 223.442-TJ/SP.

O bem de família nada mais é do que um bem gravado da inalienabilidade e impenhorabilidade: temporária, com o objetivo de proteger a família da ação dos credores posteriores à sua instituição.

Com o propósito de evitar a prática de fraude, por parte do instituidor, nos casos normais, a lei processual facultou aos credores anteriores do instituidor a impugnação do pedido de registro, ou a promoção de execução, nos termos do § 2.º do artigo 651, do Código de Processo Civil, se ocorrer a hipótese de ineficácia nele estabelecida.

Como se verifica, o registro imobiliário, precedido de prévia publicação de editais, objetiva a eficácia da cláusula perante os credores do Instituidor. Transcrita ou inscrita a cláusula, o imóvel se torna impenhorável, salvo as exceções abertas pela própria lei.

Contudo, como adverte Serpa Lopes, não sendo apresentada nenhuma impugnação, no prazo estabelecido no inciso II do artigo 649 do estatuto processual, "a inscrição retroage até o momento da escritura" (cf. "Tratado dos Registros Públicos", vol. II, 4.a ed., n.º 257, pág. 194).

DIREITO DE CONSTRUIR

Regulamentos administrativos - Em princípio não viola a Constituição Federal o acórdão que reconhece à autoridade competente o poder de impedir novas construções em área particular incluída em plano legalmente aprovado de urbanização. O direito de construir deve ser exercido em harmonia com os regulamentos administrativos, até porque a Constituição Federal garante a propriedade, mas a erige em função social (STF - 1.a Turma; RE n.º 76.864-GB; rel. Min. Aliomar

Baleeiro; j. 11 de dezembro de 1973; não conhecido; v.u.; DJU 22 de novembro de 1974).

CORRETAGEM EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA CIVIL

A comissão constitui obrigação a cargo de quem incumbe a realização da corretagem. Via de regra, a comissão do corretor é devida pelo vendedor. Inaplicação do art. 64, in fine, do Código Comercial. Precedente do Supremo Tribunal Federal.

Recurso extraordinário provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Djaci Falcão: - O despacho que admitiu o recurso assim esclarece a matéria:

"1. Ultramar Aparelhos e Serviços Ltda., invocando a letra d, do inc. III, do art. 119, da Constituição da República, interpõe recurso extraordinário do acórdão proferido pelas Câmaras Cíveis Reunidas ao ensejo do julgamento do Recurso de Revista n.º 7.648, em que a postulante figura como recorrida, sendo recorrente Peryllo Gonçalves de Siqueira (f. 136-9).

2. Entendeu o aresto, agora atacado, que o corretor de imóveis, que presta serviço de intermediação na compra e venda civil, tem direito a ser remunerado pelos dois contratantes, alienante e adquirente, e não apenas por aquele dentre ambos que lhe cometeu o encargo de prestar o serviço. Em síntese, os argumentos são os seguintes: "Não dispondo o Código Civil a respeito do contrato de corretagem, e existindo contrato de corretagem na vida civil, é indispensável, para regulá-lo, recorrer aos princípios gerais do direito e à analogia. A analogia é fornecida pela aplicação do art. 64 do Código Comercial, perfeitamente aplicável em face da omissão do C. Civil. Os princípios gerais do direito são dois: o primeiro, que proíbe o locupletamento com o trabalho alheio; o segundo é o que veda o enriquecimento sem causa. Ora, se ficou comprovado que ambos os contratantes, vendedor e comprador, aceitaram o labor do corretor profissional, que vive desse mister e cujo trabalho não se pode presumir gratuito, é evidente que lhe devem remunerar, sob pena de se locupletarem o trabalho alheio e, de certo modo, se enriquecerem indevidamente."

A recorrente traz à colação, para validar o apelo extremo, o acórdão unânime que, a 10-6-68, proferiu a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 64.123, decisão que se encontra publicada na R.T.J., 46/778. Este julgado perfilha o entendimento de que: a) "a disposição do art. 64, do Código Comercial, que manda repartir entre as partes o ônus da comissão de corretagem, trata dos corretores comerciais, é uma disposição especial somente aplicável aos mesmos; não pode ser estendida analogicamente à corretagem civil, posto que, criando uma obrigação, é de direito estrito"; b) "nas transações de natureza civil, o costume predominante é no sentido de que, salvo estipulação em contrário, a comissão corre por conta do comitente." Dizer-se que o comprador também se beneficia da mediação, não sendo justo que se locuplete do trabalho do mediador, não me parece argumento válido para modificar a conceituação dos fatos e alterar-lhes as consequências de direito. O comprador, que adquire um imóvel pelo preço pedido, não compreende porque deva remunerar serviço de que não teve necessidade e que não ajustou."

3. Evidencia-se, assim, o conflito jurisprudencial, dada a diferente aplicação do direito em tese a um mesmo fato. É certo, contudo, que se ponderou que o costume vigorante na cidade de Porto Alegre, no sentido de remunerar aos dois intervenientes na alienação, difere do costume existente nas maiores cidades do centro do País, onde a praxe é tão-só o comitente retribuir o serviço ajustado com o intermediário. Mas o dissenso das teses jurídicas é de tal porte, que deve subir à apreciação do Pretório Excelso.

4. Admito, pois, o recurso extraordinário, com base no permissivo invocado.

Vista para razões.

Publique-se e intimem-se.

Porto Alegre, 13 de julho de 1973. - Manoel Brustoloni Martins, Presidente" (f. 141 a 144).

Após as razões da recorrente (f. 146 a 155) e contra-razões do recorrido (f. 157 a 159), além da manifestação da Procuradoria-Geral da Justiça (folhas 161 a 165), subiu o recurso e esta Corte.

VOTO

O Sr. Ministro Djaci Falcão (Relator): - O aresto recorrido entendeu que pelo comprador é devida comissão do corretor, desde que demonstrada a intermediação no negócio. Argumenta no

sentido de que a mediação do corretor foi uma das causas da conclusão do negócio, há o direito à remuneração devida, não só pelo vendedor, mas também pelo comprador. Arrimou-se, sobretudo, no art. 64, in fine, do Código Comercial, que estabelece:

"Toda corretagem, não havendo estipulação em contrário, será paga repartidamente por ambas as partes".

A exegese acolhida no acórdão destoa da adotada no RE 64.123-RS, relatado pelo eminente Ministro Oswaldo Trigueiro, que assinalou em seu voto:

"Não vejo como tornar-se extensivo à mediação civil o preceito do art. 64 do C. Com., que diz respeito aos corretores que, como agentes auxiliares do comércio, estejam para esse efeito devidamente matriculados (arts. 35 e 38).

Nas transações de natureza civil, o costume predominante é no sentido de que, salvo estipulação em contrário, a comissão corre por conta do comitente.

A opinião de Antônio Carvalho Neto é no sentido de que "a responsabilidade da comissão é pura e simples do comitente, só se bipartindo entre as partes, ou passando a terceiro, em face de convenção expressa" (Contrato de Mediação, p. 171).

Em abono dessa tese, invoca esse autor vários precedentes jurisprudências. O Tribunal de Justiça de São Paulo entende que a comissão é paga pelo vendedor (R.T., 66/534). Quando o mediador consegue aproximar as partes, tem direito à remuneração que, entretanto, deve ser exigida de quem lhe encomendou o trabalho (R.T., 98/190). Em outras decisões, afirmou o princípio de que a comissão do intermediário ou corretor constitui obrigação de quem o incumbe da corretagem (R.T., 68/250). Para tornar o comprador responsável pelo pagamento da corretagem, seria necessário que ele houvesse assumido essa obrigação (R.T., 175/246).

Nessa conformidade, é a praxe seguida nas transações civis, especialmente no campo dos negócios imobiliários. Não se convencionando diversamente, prevalece o entendimento de que o corretor, a quem o vendedor incumbiu de procurar comprador, nenhum direito tem de exigir deste último a remuneração de seus serviços. Não me parece razoável, nem fundado em direito, impor-se, ao comprador de um imóvel, o ônus de pagar a comissão a corretor com quem nada contratou e que somente prestou os serviços que lhe foram solicitados pelo vendedor. Dizer-se que o comprador também se beneficia da mediação, não sendo justo que se locuplete do trabalho do mediador, não me parece argumento válido para modificar a conceituação dos fatos e alterar-lhes as conseqüências de direito. O comprador, que adquire um imóvel pelo preço pedido, não compreende por que deva remunerar serviço de que não teve necessidade e que não ajustou.

Quando, para negócio dessa natureza, ele precisa de intermediário, recorre a outro profissional, e não ao do vendedor, não sendo de admitir-se, nessa hipótese, que deva pagar aos dois.

No caso dos autos, como se vê do documento de f. 10, o recorrido foi autorizado a promover a mediação apenas pelo vendedor, a quem prestou serviços que foram pagos, na forma contratada. Não se justifica, assim, que o comprador responda no todo ou em parte, por obrigação que não assumiu" (R.T.J. 46/779-80).

Tenho para mim que a melhor inteligência está no acórdão paradigma. Com efeito, o corretor, a quem o vendedor incumbiu de procurar comprador, não faz jus a cobrar deste a remuneração dos seus serviços, uma vez que ao mesmo não se acha ligado por qualquer liame contratual. Desde que o corretor apenas contratou com o vendedor, a quem representa, somente deste pode exigir o adimplemento da obrigação civil pactuada. O corretor, na hipótese, atuou no interesse do vendedor, a quem prestava serviço. Não se pode situar como um mediador. Sim, como mero intermediário, a serviço do vendedor.

Ante o exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento, para julgar improcedente a ação, condenando o autor ao pagamento das custas e honorários de advogado, estes na base de 20% sobre o valor dado à causa. (S.T.F. - RE 77.800 - RS - Rel., Ministro Djaci Falcão - Conhecido e provido - Unânime - Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti - Presentes à sessão os Senhores Ministros Oswaldo Trigueiro, Djaci Falcão, Rodrigues Alckmin Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Aliomar Baleeiro - Brasília, 26 de novembro de 1973). R.T.J., vol. 69, pg. 584.

MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS

Parecer Normativo n.º 171174 do CST do Ministério da Fazenda:

02 - Imposto sobre a Renda e proventos

02.02 - Pessoa Jurídica

02.02.99 - Outros (Microfilmagem de documentos particulares)

As cópias microfilmadas de documentos particulares de interesse da fiscalização dos Tributos Federais tem sua validade jurídica condicionada ao atendimento dos requisitos estabelecidos pelo Decreto n.º 64.398 de 24 de abril de 1969, regulamentador da Lei número 5.433, de 8 de maio de 1968.

A eliminação dos documentos particulares originais, já microfilmados na forma da lei, é autorizada desde que observadas as cautelas legais previstas pela legislação em vigor.

A interpretação das normas que tratam da mecânica de autorização e fiscalização do processo de microfilmagem é estranha à competência da Secretaria da Receita Federal.

Versa, a questão, sobre a utilização da microfilmagem em documentos particulares que, por exigência legal, devam permanecer à disposição do Fisco.

2. Indaga-se a exibição dos microfilmes de documentos particulares, no lugar dos originais, seria suficiente e bastante para a fiscalização dos Tributos Federais.

3. Indaga-se, ainda, se, uma vez atendidas todas as exigências da legislação em vigor, os microfilmes, cópias fotográficas e os traslados obtidos diretamente de filmes negativos de documentos particulares teriam efeito probante idêntico ao dos próprios documentos originais, a ponto de permitir-se a destruição destes últimos.

4. Questiona-se, por fim, quanto à validade de alternativas não previstas na legislação para a sistemática de autorização e fiscalização do processo de microfilmagem, tais como:

a) não submeter as cópias à autenticação prevista no artigo 22, do Decreto n.º 64.398-69, pelo simples fato de no município em que se encontra sediada a interessada não haver cartório habilitado para tanto, ou,

b) proceder à microfilmagem sem possuir registro no Departamento Federal de Justiça.

5. A microfilmagem de documentos, tanto oficiais quanto particulares, para fins de arquivamento, segurança ou manuseio, foi inicialmente autorizada pela Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto n.º 63.398, de 24 de abril de 1969, que estabeleceram os requisitos e condições para tal prática, visando que os microfilmes produzissem o mesmo efeito legal dos originais microfilmados.

6. Em linhas gerais, a microfilmagem de documentos particulares é permitida desde que sejam atendidas as seguintes condições:

a) a microfilmagem seja feita por cartório ou estabelecimento particular habilitado, autorizado a tanto pelo Departamento Federal de Justiça e sujeito à sua fiscalização;

b) a microfilmagem seja feita na forma prevista nos artigos 9.º e 10 do Decreto n.º 64.398-69;

c) os microfilmes, as cópias fotográficas e os traslados, obtidos diretamente de filmes negativos de documentos particulares, sejam assinados pelo responsável da organização ou estabelecimento detentor do arquivo, e obrigatoriamente autenticados em cartório competente.

7. Vê-se, por conseguinte, que a validade jurídica das cópias obtidas pelo processo de microfilmagem encontra-se condicionada a uma série de limitações legais que se impõem a todo o processo de filmagem e reprodução, vinculando, inclusive, os seus agentes a qualificações especiais.

8. A eliminação dos documentos originais encontra-se prevista, e de forma genérica, tanto para os documentos oficiais quanto para os particulares, nos §§ 2.º, 3.º e 5.º do artigo 1.º da Lei 5.433-68. O decreto regulamentador, contudo, fere-se expressamente apenas à forma, regras e condições para a inutilização de documentos oficiais. Esta omissão, todavia, não nos autoriza a concluir que o legislador pretendeu despir de qualquer formalidade o processo de eliminação dos originais de documentos particulares. Mesmo porque, e como já vimos, a própria Lei n.º 5.433-68, estabelece cautelas especiais para a eliminação de originais de documentos, inclusive particulares. Daí inferimos que a eliminação de tais documentos encontra-se sujeita a formalidades análogas àquelas previstas no artigo 14 do Decreto n.º 64.398-69 para os documentos oficiais.

9. Resta lembrar que não compete à Secretaria da Receita Federal discutir, regulamentar ou interpretar além dos efeitos fiscais as disposições legais relativas à mecânica de autorização e fiscalização do sistema de microfilmagem, por encontrar-se tal competência, afeta ao Ministério da Justiça, conforme se infere do disposto no artigo 33, do Decreto número 64.398-69.

À consideração superior.

SLTN, 2 de março de 1974. - Rodrigo T. S. Muzzi, Técnico de Tributação.

De acordo.

Publique-se e, a seguir, encaminhe-se cópias às SS.RR.R.F. para conhecimento e ciência aos demais órgãos subordinados.
(DOU 17-10-74)

EMBARGOS DE TERCEIROS - REGISTRO - A averbação de contrato de financiamento do carro com alienação fiduciária no Registro Público supre a do recibo para os efeitos da Súmula 489.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro. - 1. O Recorrente insurge-se contra o v. acórdão, à f. 81, da 4.^a Câmara Cível do eg. Tribunal de Justiça da Guanabara, que, confirmando a r. sentença de f. 50, julgou procedente embargos de terceiro. Diz a ementa:

"Embargos de terceiro. O registro anterior do contrato de financiamento para aquisição de veículo, com garantia de alienação fiduciária deste à Financiadora, prevalece sobre o simples recibo de venda feita a outrem, a quem não foi dada a posse do veículo e que só o levou ao registro de títulos quando registrado já estava o contrato de financiamento. Embargos procedentes".

2. Daí o recurso extraordinário do Embargo (f. 83), apenas pela letra d, argüindo contrariedade à Súmula 489, e RE 71.938, R.T.J., 58/77.

3. O em. Des. Rebello Horta, Presidente do eg. Tribunal de Justiça da Guanabara, admitiu o recurso, argumentando, à f. 88:

"II. Na realidade não afirmou o v. acórdão que a compra e venda de automóvel, não transcrita no Registro de Títulos e Documentos, prevaleça contra terceiros. O que afirmou o v. acórdão é que, transcrito que seja no Registro de Títulos e Documentos, o contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária de aquisição de veículo, no qual se encontrem descritas todas as características deste, fica suprida a falta de registro do recibo passado pelo alienante.

No entanto, sendo a matéria nova, e relevante a questão, e atendendo aos termos da Súmula 489, admitido o recurso".

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Aliomar Baleeiro (Relator): - Não conheço, porque o v. acórdão não se opõe à Súmula 489 nem ao RE 71.938, nele calcado. Com mostra, aliás, o despacho de admissão, o acórdão recorrido, aliás, entendeu que o registro do contrato de financiamento com alienação fiduciária do carro, perfeitamente descrito e individuado, supria a falta de registro do recibo. Terceiro de boa-fé poderia ter notícia do negócio, se tivesse tido a curial prudência de indagar do Registro Público. (S.T.F. - RE 75.303 - GB - Rei. Ministro Aliomar Baleeiro - Não conhecido.

Unânime. - Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Rodrigues Alckmin e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. - Brasília, 20 de novembro de 1973).

(R.T.J., vol. 69, pág. 496)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

Portaria n.º 3.210 de 20 de junho de 1975:

Os Ministros de Estado da Agricultura e do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, bem como as conclusões a que chegou o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria MTb n.º 3.179-A, de 28 de maio de 1974, publicada no Diário Oficial de 29, subsequente.

RESOLVEM:

Artigo 1.º - Os trabalhadores eventuais e outros não considerados empregados, mas que exercem atividades no meio rural e que, por não possuírem terras, não constam, obrigatoriamente, do cadastro relativo ao Imposto Territorial Rural (ITR), realizado pelo INCRA, também estão obrigados ao pagamento da Contribuição Sindical Rural (CSR), na forma disposta por esta Portaria.

Artigo 2.º - A Contribuição Sindical referida no artigo anterior será lançada no valor previsto na alínea b do artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho e paga no mês de fevereiro de cada ano, a favor da entidade sindical representativa da categoria profissional.

Artigo 3.º - Os parceiros e arrendatários estão obrigados ao pagamento da contribuição sindical na mesma base referida nos artigos anteriores, recolhendo-a a favor da entidade sindical de empregados ou de empregadores, conforme se enquadrem, respectivamente, a alínea b do item I ou na alínea b do item II, do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971.

Artigo 4.º - O recolhimento da contribuição Sindical em referência será feito diretamente pelo Contribuinte no estabelecimento bancário mais próximo de seu domicílio, mediante guia fornecida pela entidade sindical interessada, devidamente preenchida, em três vias.

Artigo 5.º - Cabe à entidade sindical interessada distribuir, gratuitamente, as guias de recolhimento, bem como orientar os contribuintes no sentido de preenchimento das mesmas.

Artigo 6.º - A agência bancária recebedora terá o prazo de trinta dias, contado da data do recebimento, para creditar nas contas próprias, conforme previsto em lei, as quantias arrecadadas.

Artigo 7.º - As três vias terão o seguinte destino:

a) a primeira destina-se ao contribuinte, como comprovante do pagamento efetuado;

b) a segunda à entidade sindical beneficiária;

c) a terceira ao estabelecimento bancário arrecadador.

Artigo 8.º - Não havendo sindicato com jurisdição na localidade de domicílio do contribuinte, o recolhimento da Contribuição Sindical Rural será feito a favor da Federação respectiva, a quem caberá tomar as providências referidas no artigo 5.º.

Artigo 9.º - Não havendo sindicato nem federação, o recolhimento da C.S.R. será feito a favor da Confederação correspondente.

Artigo 10 - O comprovante do recolhimento da contribuição Sindical Rural constitui elemento indispensável para obtenção de qualquer assistência perante as entidades sindicais rurais.

Artigo 11 - Os estabelecimentos bancários que, por força de execução de contratos de financiamentos ou de empréstimos, se tornarem proprietários de imóveis rurais, ficam obrigados ao recolhimento da C.S.R. em relação a esses imóveis.

Artigo 12 - Os empregadores rurais, organizados em empresas e firmas, recolherão a contribuição sindical proporcionalmente ao capital social, com base nas percentagens estabelecidas no artigo 580, c, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 13 - Para os empregadores rurais não organizados, o valor da contribuição rural será calculado tomando-se por base o lançamento do imposto territorial do imóvel explorado, sobre o qual incidirão as percentagens fixadas no artigo 580, c, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Artigo 14 - A contribuição devida às entidades sindicais da categoria profissional será lançada e cobrada dos empregadores rurais e por estes descontada dos respectivos salários, no valor fixado pela legislação aplicável e tendo por base o número máximo de assalariados que trabalhem nas épocas de maiores serviços.

Artigo 15 - O pequeno proprietário, titular de mais de um imóvel, cuja soma de áreas não alcançar o módulo, enquadrado como trabalhador rural, recolherá a Contribuição Sindical Rural, lançada com base no artigo 580, letra b, da CLT, incidente apenas sobre um imóvel.

Artigo 16 - As pessoas jurídicas possuidoras de vários imóveis, situados em lugares diferentes, deverão atribuir a cada um deles uma parte do capital social, que servirá de base para recolhimento da Contribuição Sindical Rural, observados os valores de avaliação fixados pelo INCRA.

Artigo 17 - No exercício de sua atividade normal, caberá às entidades sindicais zelar pelo fiel recolhimento da Contribuição Sindical Rural, levando ao conhecimento da autoridade fatos que denotem a fraude, omissão ou sonegação nos recolhimentos devidos.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(DOU 3-7-75)

(Da "Tribuna da Justiça")

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exigibilidade do Certificado de Quitação CQ - do FUNRURAL, por ocasião da lavratura de escritura que onere imóvel rural, ou urbano de Proprietário rural.

Recebemos do Ministério da Previdência e Assistência social, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, Diretoria Regional em São Paulo, o seguinte ofício:

OF. F/SPAF 07/75

São Paulo, 03 de setembro de

1975

Senhor Presidente

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa. para solicitar vossos bons ofícios no sentido de serem os Cartórios de Notas do Estado orientados sobre a exigibilidade do Certificado de Quitação - CQ do FUNRURAL, por ocasião da lavratura de escritura que onere imóvel rural, ou urbano de proprietário rural.

As Representações Locais desta autarquia, têm comunicado a esta Diretoria Regional, que a quase totalidade dos referidos Cartórios não está exigindo o documento mencionado para a prática daquele ato.

A legislação pertinente ao assunto não deixa dúvidas quanto à obrigatoriedade mencionada, pois, estabelece a Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social - o seguinte:

"Art. 141 - A previdência social fornecerá os seguintes documentos:

I - às empresas vinculadas:

§ 3.º - O Certificado de Quitação (CQ), que será arquivado e registrado, pelo serventuário público, pela ordem de lavratura dos instrumentos públicos ou da transcrição dos instrumentos particulares, para os quais foi emitido, será exigido obrigatoriamente das empresas vinculadas:

- a) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis;
- b) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens móveis incorporáveis ao ativo imobilizados;
- c) para a cessão e transferência ou para a promessa de cessão e transferência de direitos;
- d) para o pagamento de haveres nas liquidações e dissoluções de sociedades e para a expedição de cartas de adjudicação ou arrematação de bens, salvo quando expedidas em favor da fazenda pública federal, estadual ou municipal, em processos trabalhistas, inclusive de acidentes do trabalho,

§ 4.º - Será também exigido o Certificado de Quitação (CQ) para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após a sua construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa e cessão de direitos aquisitivos.

O Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRO-RURAL - aprovado pelo Decreto n.º 69.919, de 11 de janeiro de 1971, determinou em seu

"Art. 165 - Será obrigatória, à partir do mês de janeiro de 1972, para os contribuintes do FUNRURAL, a que se refere o artigo 15, item I, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, a apresentação de Certificados de Regularidades de Situação e Certificado de Quitação, expedidos pelo FUNRURAL nos mesmos casos e para os mesmos efeitos previstos nos artigos 141 e 142 da Lei 3.807/60.

Com a revogação desse Decreto pelo de n.º 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, a obrigatoriedade foi mantida, através do artigo 160 do novo Regulamento, que transcreveu o artigo acima citado.

Por sua vez, a Lei Complementar n.º 11 de 25 de maio de 1971, que instituiu aquele Programa, cuja execução coube ao FUNRURAL, no artigo mencionado, esclarece:

"Artigo 15 - Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

I - da contribuição de 2% devida pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais, e recolhida:

- a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam sub-rogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;
- b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor;

O descumprimento da legislação mencionada, poderá acarretar ônus não só aos Cartórios, como às partes que intervêm na escritura, ante o contido no artigo. 142 e seus parágrafos da Lei 3.807/60, que estabelece:

"Artigo 142 - Os atos praticados e os instrumentos assinados ou lavrados com inobservância do estipulado no artigo 141 são considerados nulos de pleno direito, para todos os efeitos, assim como os respectivos registros públicos a que estiverem sujeitos.

§

1.º

§ 2.º - Os servidores, serventuários da justiça, autoridades e órgãos que infringirem o artigo 141

desta lei incorrerão em multa correspondente a um salário-mínimo de maior valor vigente no País, imposta e cobrada pela previdência social, sem prejuízo de responsabilidade que no caso couber.

Com o objetivo de evitar sejam tomadas pelo FUNRURAL as providências facultadas pelo referido artigo, faço a V. Exa. a presente solicitação, uma vez que, as Representações Locais se acham em condições de fornecer, em poucos dias, o Certificado de Quitação - CQ aos interessados. Certo de que V. Exa. determinará as medidas necessárias para sanar a irregularidade, aproveito do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) Agenor Maciel de Lemos - Assistente
(No impedimento do Diretor Regional)

LEI COMPLEMENTAR N.º 25 - DE 2 DE JULHO DE 1975

Estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º - As Câmaras Municipais fixarão a remuneração dos Vereadores ao final de cada legislatura, para vigorar na subsequente, observados os critérios e limites determinados na presente Lei Complementar.

Art. 2.º - A remuneração dividir-se-á em parte fixa e parte variável.

§ 1.º - A parte variável da remuneração não será inferior à fixa, e corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador e à participação nas votações.

§ 2.º - Somente poderão ser remuneradas uma sessão por dia e, no máximo, quatro sessões extraordinárias por votações.

Art. 3.º - É vedado o pagamento ao Vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo, representação ou gratificação, não autorizada expressamente por esta lei.

Art. 4.º - A remuneração dos Vereadores não pode ultrapassar, no seu total, os seguintes limites em relação aos subsídios fixados aos Deputados à Assembléia Legislativa do respectivo Estado:

I - nos Municípios com população até 10.000 (dez mil) habitantes, 10% (dez por cento);

II - nos Municípios com população de mais de 10.000 (dez mil) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, 15% (quinze por cento);

III - nos Municípios com população de mais de 50.000 (cinquenta mil) a 100.000 (cem mil) habitantes, 20% (vinte por cento);

IV - nos Municípios com população de mais de 100.000 (cem mil) a 300.000 (trezentos mil) habitantes, 25 % (vinte e cinco por cento);

V - nos Municípios com população de mais de 300.000 (trezentos mil) a 500.000 (quinhentos mil) habitantes, 35% (trinta e cinco por cento);

VI - nos Municípios de mais de 500. 000 (quinhentos mil) a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, 50% (cinquenta por cento);

VII - nos Municípios de mais de 1.000. 000 (um milhão) de habitantes, 70% (setenta por cento);

VIII - nas Capitais com população até 1.000.000 (um milhão) de habitantes, 50% (cinquenta por cento);

IX - nas Capitais com população de mais de 1.000. 000 (um milhão) de habitantes, 70% (setenta por cento);

X - a remuneração mínima dos Vereadores será de 3% (três por cento) do subsídio do Deputado Estadual, podendo, nesse caso, a despesa ultrapassar o percentual prevista no Artigo 7.º .

Parágrafo único. A remuneração dos Vereadores dos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima será calculada com base nos subsídios dos Deputados às Assembléias Legislativas dos Estados do Pará, Amazonas e Acre, respectivamente.

Art. 5.º - As Câmaras Municipais que se instalarem pela primeira vez e as que ainda não tiverem fixado a remuneração dos Vereadores podem determiná-la para a legislatura em curso, obedecido o disposto no artigo anterior.

Art. 6.º - Poderão as Câmaras Municipais, não havendo coincidência de mandatos legislativos estaduais e municipais, atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma legislatura, quando ocorrer fixação de subsídios dos Deputados, nos termos da Constituição do respectivo Estado.

Art. 7.º - A despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá, em cada Município,

ultrapassar, anualmente, 3% (três por cento) da receita efetivamente realizada no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Se a remuneração calculada de acordo com as normas do artigo 4.º ultrapassar esse limite, será reduzida para que não o exceda.

Art. 8.º - Na atual legislatura a remuneração dos Vereadores, fixada com base na Lei Complementar número 2 de vinte e nove de novembro de mil novecentos e sessenta e sete, alterada pela Lei Complementar número 23 de dezoito de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro, não será reduzida.

Art. 9.º - A população do município será aquela estimada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), que fornecerá, por certidão, os dados às Câmaras interessadas.

Art. 10. A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D. O. U. 4-7-75

LEI N.º 6.206 - DE 7 DE MAIO DE 1975

Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É válida em todo o Território Nacional como prova de identidade, para qualquer efeito, a carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores; do exercício profissional.

Art. 2.º Os créditos dos órgãos referidos no artigo anterior serão exigíveis pela ação executiva perante a Justiça Federal.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 7 de maio de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão Arnaldo Prieto,

D.O.U. 08-05-75

LEI N.º 6.207 - DE 28 DE MAIO DE 1975

Modifica o Art. 130 do Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 130 do Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 130 - Não é permitida:

a) aos menores de dezoito anos a entrada em boates, bailes públicos e congêneres, salvo quando, dada a circunstância do caso ou as peculiaridades locais, o Juiz a autorizar, exigindo, sempre, que o menor seja acompanhado de responsável;

b) aos menores de vinte e um anos a frequentar casas de jogo.

Parágrafo único. As penas aplicáveis aos infratores são as do § 7.º do Art. 128 (VETADO).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O.U. - 23-05-75

LEI N.º 6.015 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO 1

Das Atribuições

Art. 1.º - Os serviços concernentes, aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

§ 1.º - Os Registros referidos neste artigo são os seguintes:

- I - o registro civil de pessoas naturais;
- II - o registro civil de pessoas jurídicas;
- III - o registro de títulos e documentos;
- IV - o registro de imóveis.

§ 2.º - Os demais registros reger-se-ão por leis próprias.

Art. 2.º - Os registros indicados no § 1.º do artigo anterior ficam a cargo dos serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Administrativa e Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados, e serão feitos:

- I - o do item I, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de nascimentos, casamentos e óbitos;
- II - os dos itens II e III nos ofícios privativos, ou nos cartórios do registro de títulos e documentos;
- III - os do item IV, nos ofícios privativos, ou nos cartórios de registro de imóveis.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Art. 3.º - A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos a esta lei, sujeitos à correição da autoridade judiciária competente.

§ 1.º - Os livros podem ter 0,22m até 0,40m de largura e de 0,33m até 0,55m de altura, cabendo ao oficial a escolha, dentro dessas dimensões, de acordo com a conveniência do serviço.

§ 2.º - Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.

Art. 4.º - Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo oficial do registro, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.

Art. 5.º - Considerando a quantidade dos registros o juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a terça parte do consignado nesta Lei.

Art. 6.º - Findando-se um livro, o imediato tomará o número seguinte, acrescido à respectiva letra, salvo no registro de imóveis, em que o número será conservado, com a adição sucessiva de letras, na ordem alfabética simples, e, depois, repetidas em combinações com a primeira, com a segunda, e assim indefinidamente. Exemplos: 2-A a 2-Z; 2-AA a 2-AZ; 2-BA e 2-BZ, etc.

Art. 7.º - Os números de ordem dos registros não serão interrompidos no fim de cada livro, mas continuarão, indefinidamente, nos seguintes da mesma espécie.

CAPÍTULO III

Da Ordem do Serviço

Art. 8.º - O serviço começará e terminará às mesmas horas em todos os dias úteis.

Parágrafo único - O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.

Art. 9.º - Será nulo o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à nulidade.

Art. 10 - Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia.

Parágrafo único - O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

Art. 11 - Os oficiais adotarão o melhor regime interno de modo a assegurar às partes a ordem de precedência na apresentação dos seus títulos, estabelecendo-se, sempre, o número de ordem geral.

Art. 12 - Nenhuma exigência fiscal, ou dúvida, obstará a apresentação de um título e o seu lançamento do Protocolo com o respectivo número de ordem, nos casos em que da precedência

decorra prioridade de direitos para o apresentante.

Parágrafo único - Independem de apontamento no Protocolo os títulos apresentados apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos.

Art. 13 - Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados:

I - por ordem judicial;

II - a requerimento verbal ou escrito dos interessados;

III - a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.

§ 1.º - O reconhecimento de firma nas comunicações ao registro civil pode ser exigido pelo respectivo oficial.

§ 2.º - A emancipação concedida por sentença judicial será anotada às expensas do interessado.

Art. 14 - Pelos atos que praticarem, em decorrência desta Lei, os Oficiais do Registro terão direito, a título de remuneração, aos emolumentos fixados nos Regimentos de Custas do Distrito Federal dos Estados e dos Territórios, os quais serão pagos pelo interessado que os requerer, no ato de requerimento ou no da apresentação do título.

Art. 15 - Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo, ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.

CAPÍTULO IV

Da Publicidade

Art. 16 - Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados:

1.º) a lavrar certidão do que lhes for requerido;

2.º) a fornecer às partes as informações solicitadas.

Art. 17 - Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

Art. 18 - Ressalvado o disposto nos arts. 45 e 95, parágrafo único, a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro do registro ou o documento arquivado no cartório.

Art. 19 - A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias.

§ 1.º - A certidão, de inteiro teor, poderá ser extraída por meio datilográfico, ou reprográfico.

§ 2.º - As certidões do Registro Civil das Pessoas Naturais mencionarão, sempre, a data em que foi lavrado o assento e serão manuscritas ou datilografadas e, no caso de adoção de papéis impressos, os claros serão preenchidos também em manuscritos ou datilografados.

§ 3.º - Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.

§ 4.º - As certidões de nascimento mencionarão, além da data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.

§ 5.º - As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente.

Art. 20 - No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

Parágrafo único - Para a verificação do retardamento, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte uma nota de entrega devidamente autenticada.

Art. 21 - Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante: as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil e penal, ressalvado o disposto nos artigos 45 e 94.

Parágrafo único - A alteração a que se refere este artigo deverá ser anotada na própria certidão, contendo a inscrição de que "a presente certidão envolve elementos de averbação à margem do termo."

CAPÍTULO V

Da Conservação

Art. 22 - Os livros de 'registro, bem como as fichas que as substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial.

Art. 23 - Todas as diligências judiciais e extrajudiciais que exigirem a apresentação de qualquer livro, ficha substitutiva de livro ou documento, efetuar-se-ão no próprio cartório.

Art. 24 - Os oficiais devem manter, em segurança, permanentemente, os livros e documentos e respondem pela sua ordem e conservação.

Art. 25 - Os papéis referentes ao serviço do registro serão arquivados em cartório mediante a utilização de processos racionais que facilitem as buscas, facultada a utilização de microfilmagem e de outros meios de reprodução autorizados em lei.

Art. 26 - Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão indefinidamente.

Art. 27 - Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo escritório.

Parágrafo único - O arquivo do antigo cartório continuará a pertencer-lhe.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade

Art. 28 - Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos interessados no registro.

Parágrafo único - A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem.

TÍTULO II

Do Registro Civil de Pessoas Naturais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 29 - Serão registrados no Registro Civil de Pessoas Naturais:

I - os nascimentos;

II - os casamentos;

III - os óbitos;

IV - as emancipações;

V - as interdições;

VI - as sentenças declaratórias de ausência;

VII - as opções de nacionalidade;

VIII - as sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

§ 1.º - Serão averbados:

a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal;

b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima;

c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente;

d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos;

e) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

f) as alterações ou abreviaturas de nomes.

§ 2.º - É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.

Art. 30 - Das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente, não será cobrado emolumento pelo registro civil e respectiva certidão.

Art. 31 - Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no Exército, em campanha, serão imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.

Art. 32 - Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou, quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1.º - Os assentos de que trata este artigo serão, porém, trasladados nos cartórios do 1.º

Ofício do domicílio do registrado ou no 1.º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2.º - O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro "E" do 1.º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.

§ 3.º - Do termo e das respectivas certidões do nascimento registrado na forma do parágrafo antecedente constará que só valerão como prova de nacionalidade brasileira, até quatro anos depois de atingida a maioridade.

§ 4.º - Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo interessado referido no § 2.º, deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal. Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do cartório do 1.º Ofício do domicílio do optante.

§ 5.º - Não se verificando a hipótese prevista no parágrafo anterior, o oficial cancelará, de ofício, o registro provisório efetuado na forma do § 2.º.

CAPÍTULO II

De Escrituração e da Ordem de Serviço

Art. 33 - Haverá, em cada cartório, os seguintes livros, todos com 300 (trezentas) folhas cada um:

- I - "A" - de registro de nascimento;
- II - "B" - de registro de casamento;
- III - "B Auxiliar" - de registro de casamento religioso para efeitos civis;
- IV - "C" - de registro de óbitos;
- V - "C Auxiliar" - de registro de natimortos;
- VI - "D" - de registro de proclama.

Parágrafo único - No cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária em cada comarca, haverá outro livro para inscrição dos demais atos relativos ao estado civil, designado sob a letra "E", com cento e cinquenta folhas, podendo o juiz competente, nas comarcas de grande movimento, autorizar o seu desdobramento, pela natureza dos atos que nele devam ser registrados, em livros especiais.

Art. 34 - O oficial juntará, a cada um dos livros, índice alfabético dos assentos lavrados pelos nomes das pessoas a quem se referirem.

Parágrafo único - O índice alfabético poderá, a critério do oficial, ser organizado pelo sistema de fichas, desde que preencham estas os requisitos de segurança, comodidade e pronta busca.

Art. 35 - A escrituração será feita seguidamente, em ordem cronológica de declarações, sem abreviaturas, nem algarismos; no fim de cada assento e antes da subscrição e das assinaturas, serão ressalvadas as emendas, entrelinhas ou outras circunstâncias que puderem ocasionar dúvidas. Entre um assento e outro, será traçada uma linha de intervalo, tendo cada um o seu número de ordem.

Art. 36 - Os livros de registro serão divididos em três partes, sendo na da esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.

Art. 37 - As partes, ou seus procuradores, bem como as testemunhas, assinarão os assentos, inserindo-se neles as declarações feitas de acordo com a lei ou ordenadas por sentença. As procurações serão arquivadas, declarando-se ao termo a data, o livro, a folha e o ofício em que foram lavradas, quando constarem de instrumento público.

§ 1.º - Se os declarantes, ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

§ 2.º - As custas com o arquivamento das procurações ficarão cargo dos interessados.

Art. 38 - Antes da assinatura dos assentos serão estes lidos às partes e às testemunhas, do que se fará menção.

Art. 39 - Tendo havido omissão ou erro, de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Art. 40 - Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser efetuada em cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 109 a 112.

Art. 41 - Reputam-se inexistentes e sem efeitos jurídicos quaisquer emendas ou alterações posteriores, não ressalvadas ou não lançadas na forma indicada nos artigos 39 e 40.

Art. 42 - A testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, sendo admitido o parente, em qualquer grau, do registrando.

Parágrafo único - Quando a testemunha não for conhecida do oficial do registro, deverá apresentar documento hábil da sua identidade, do qual se fará, no assento, expressa menção.

Art. 43 - Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com o resumo do que

constar dos editais expedidos pelo próprio cartório, ou recebidos de outros, todos assinados pelo oficial.

Parágrafo único - As despesas de publicação do edital serão pagas pelo interessado.

Art. 44 - O registro do edital de casamento conterá todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também o edital remetido por outro oficial processante.

Art. 45 - A certidão relativa ao nascimento de filho legitimado por subsequente matrimônio deverá ser fornecida sem o teor da declaração ou averbação a esse respeito, com se fosse legítimo; na certidão de casamento também será omitida a referência àquele filho, salvo havendo em qualquer dos casos, determinação judicial, deferida em favor de quem demonstre legítimo interesse em obtê-la.

CAPÍTULO III

Das Penalidades

Art. 46 - As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/10 do salário-mínimo da região.

§ 1.º - Será dispensado o despacho do juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade.

§ 2.º - Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (art. 30).

§ 3.º - O juiz somente deverá exigir justificação ou outra prova suficiente se suspeitar da falsidade da declaração.

§ 4.º - Os assentos de que trata este artigo serão lavrados no cartório do lugar da residência do interessado. No mesmo cartório serão arquivadas as petições com os despachos que mandarem lavrá-los.

§ 5.º - Se o juiz não fixar prazo menor, o oficial deverá lavrar o assento dentro em cinco dias, sob pena de pagar multa correspondente a um salário-mínimo da região.

Art. 47 - Se o oficial do registro civil recusar fazer ou retardar qualquer registro, averbação ou anotação, bem como o fornecimento de certidão, as partes prejudicadas poderão queixar-se à autoridade judiciária, a qual, ouvindo o, acusado, decidirá dentro de cinco dias.

§ 1.º - Se for injusta a recusa ou injustificada a demora, o juiz que tomar conhecimento do fato poderá impor ao oficial multa de um a dez salários-mínimos da região, ordenando que, no prazo improrrogável de vinte e quatro horas, seja feito o registro, a averbação, a anotação ou fornecida certidão, sob pena de prisão de cinco a vinte dias.

§ 2.º - Os pedidos de certidão feitos por via postal, telegráfica ou bancária serão obrigatoriamente atendidos pelo oficial do registro civil, satisfeitos os emolumentos devidos, sob as penas previstas no parágrafo anterior.

Art. 48 - Os juizes farão correição e fiscalização nos livros de registro, conforme as normas da Organização Judiciária.

Art. 49 - Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

§ 1.º - A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais de registro que façam as correções que forem necessárias.

§ 2.º - Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários-mínimos da região, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

CAPÍTULO IV

Do Nascimento

Art. 50 - Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, (VETADO) no lugar em que tiver ocorrido o parto (VETADO), dentro do prazo de quinze dias, ampliando-se até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

§ 1.º - Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados à inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

§ 2.º - Os menores de vinte e um anos e maiores de dezoito anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento.

§ 3.º - É facultado aos nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil requerer, isentos de multa, a inscrição de seu nascimento.

§ 4.º - Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados.

Art. 51 - Os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados nos termos do artigo 64, deverão ser declarados dentro de cinco dias, a contar da chegada do navio ou aeronave ao local do destino, no respectivo cartório ou consulado.

Art. 52 - São obrigados a fazer a declaração de nascimento:

1.º) o pai;

2.º) em falta ou impedimento do pai, a mãe, sendo neste caso o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco dias;

3.º) no impedimento de ambos, o parente mais próximo, sendo maior e achando-se presente;

4.º) em falta ou impedimento do parente referido no número anterior, os administradores de hospitais ou os médicos e parteiras, que tiverem assistido o parto;

5.º) pessoa idônea da casa em que ocorrer, sendo fora da residência da mãe;

6.º) finalmente, as pessoas (VETADO) encarregadas da guarda do menor.

§ 1.º - Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.

§ 2.º - Tratando-se de registro fora do prazo legal o oficial, em caso de dúvida, poderá requerer ao juiz as providências que forem cabíveis para esclarecimento do fato.

Art. 53 - No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito.

§ 1.º - No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar" com os elementos que couberem.

§ 2.º - No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o do nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.

Art. 54 - O assento do nascimento deverá conter:

1.º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2.º) o sexo do registrando;

3.º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;

4.º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;

5.º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;

6.º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;

7.º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal;

8.º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;

9.º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento.

Art. 55 - Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.

Parágrafo único - Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do juiz competente. .

Art. 56 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.

Art. 57 - Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.

§ 1.º - Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional.

§ 2.º - A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento

decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3.º - O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união.

§ 4.º - O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5.º - O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6.º - Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça.

Art. 58 - O prenome será imutável.

Parágrafo único - Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do artigo 55, se o oficial não o houver impugnado.

Art. 59 - Quando se tratar de filho ilegítimo, não será declarado o nome do pai sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar, ou não sabendo ou não podendo, mandar assinar a seu rogo o respectivo assento com duas testemunhas.

Art. 60 - O registro conterá o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

Art. 61 - Tratando-se de exposto, o registro será feito de acordo com as declarações que os estabelecimentos de caridade, as autoridades ou os particulares comunicarem ao oficial competente, nos prazos mencionados no artigo 50, a partir do achado ou entrega, sob a pena do artigo 46, apresentando ao oficial, salvo motivo de força maior comprovada, exposto e os objetos a que se refere o parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - Declarar-se-á o dia, mês e ano, lugar em que foi exposto, a hora em que foi encontrado e a sua idade aparente. Nesse caso, o envoltório, roupas e quaisquer outros objetos e sinais que trazer a criança e que possam a todo o tempo fazê-la reconhecer, serão numerados, alistados e fechados em caixa lacrada e selada, com o seguinte rótulo: "Pertence ao exposto tal, assento de fis. . . . do livro" e remetidos imediatamente, com uma guia em duplicata, ao juiz, para serem recolhidos a lugar seguro. Recebida e arquivada a duplicata com o competente recibo do depósito, far-se-á à margem do assento a correspondente anotação.

Art. 62 - O registro do nascimento do menor abandonado, sob jurisdição do Juiz de Menores, poderá fazer-se por iniciativa deste, à vista dos elementos de que dispuser é com observância no que for aplicável, do que preceitua o artigo anterior.

Art. 63 - No caso de gêmeos, será declarada no assento especial de cada um a ordem de nascimento. Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.

Parágrafo único - Também serão obrigados a duplo prenome, ou a nome completo diverso, os irmãos a que se pretender dar o mesmo prenome.

Art. 64 - Os assentos de nascimentos em navio brasileiro mercante ou de guerra serão lavrados, logo que o fato se verificar, pelo modo estabelecido na legislação de marinha, devendo, porém, observar-se as disposições da presente Lei.

Art. 65 - No primeiro porto a que se chegar, o comandante depositará imediatamente, na capitania do porto, ou em sua falta, na estação fiscal, ou ainda, no consulado, em se tratando de porto estrangeiro, duas cópias autenticadas dos assentos referidos no artigo anterior, uma das quais será remetida, por intermédio do Ministério da Justiça, ao oficial do registro para o registro, no lugar de residência dos pais ou, se não for possível descobri-lo, no 1.º Ofício do Distrito Federal. Uma terceira cópia será entregue pelo comandante ao interessado que, após conferência na capitania do porto, por ela poderá, também, promover o registro no cartório competente,

Parágrafo único - Os nascimentos ocorridos a bordo de quaisquer aeronaves, ou de navio estrangeiro, poderão ser dados a registro pelos pais brasileiros no cartório ou consulado do local do desembarque.

Art. 66 - Pode ser tornado assento de nascimento de filho de militar ou assemelhado em livro criado pela administração militar mediante declaração feita pelo interessado ou remetida pelo comandante de unidade, quando em campanha. Esse assento será publicado em boletim da

unidade e, logo que possível, trasladado por cópia autenticada, ex officio ou a requerimento do interessado, para o cartório de registro civil a que competir ou para o do 1.º Ofício do Distrito Federal, quando não puder ser conhecida a residência do pai.

Parágrafo único - A providência de que trata este artigo será extensiva ao assento de nascimento de filho de civil, quando, em consequência de operações de guerra, não funcionarem os cartórios locais.

CAPÍTULO V

Da Habilitação para o Casamento

Art. 67 - Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de uni dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem,

§ 1.º - Atuada a petição com os documentos, o oficial mandará afixar proclamas de casamento em lugar ostensivo de seu cartório e fará publicá-los na imprensa local, se houver. Em seguida, abrirá vista dos autos ao órgão do Ministério Público, para manifestar-se sobre o pedido e requerer o que for necessário à sua regularidade, podendo exigir a apresentação de atestado de residência, firmado por autoridade policial ou qualquer outro elemento de convicção admitido em direito.

§ 2.º - Se o órgão do Ministério Público impugnar o pedido ou a documentação, os autos serão encaminhados ao juiz, que decidirá sem recurso.

§ 3.º - Decorrido o prazo de quinze dias a contar da afixação do edital em cartório, se não aparecer quem oponha impedimento nem constar algum dos que de ofício deva declarar, ou se tiver sido rejeitada a impugnação do órgão do Ministério Público, o oficial do registro certificará a circunstância nos autos e entregará aos nubentes certidão de que estão habilitados para se casar dentro do prazo previsto em lei.

§ 4.º - Se os nubentes residirem em diferentes distritos do Registro Civil, em um e em outro se publicará e se registrará o edital.

§ 5.º - Se houver apresentação de impedimento, o oficial dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem em três dias prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo; produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de dez dias, com ciência do Ministério Público, e ouvidos os interessados e o órgão do Ministério Público em cinco dias, decidirá o juiz em igual prazo.

§ 6.º - Quando o casamento se der em circunscrição diferente daquela da habilitação, o oficial do registro comunicará ao da habilitação esse fato, com os elementos necessários às anotações nos respectivos autos.

Art. 68 - Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o juiz competente, em petição circunstanciada, indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.

§ 1.º - Ouvidas as testemunhas, se houver, dentro do prazo de cinco dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, este terá o prazo de vinte e quatro horas para manifestar-se, decidindo o juiz em igual prazo, sem recurso.

§ 2.º - Os autos da justificação serão encaminhados ao oficial do registro para serem anexados ao processo da habilitação matrimonial,

Art. 69 - Para a dispensa de proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao juiz, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando-a, desde logo, com documentos ou indicando outras provas para demonstração do alegado.

§ 1.º - Quando o pedido se fundar em crime contra os costumes, a dispensa de proclamas será precedida da audiência dos contraentes, separadamente e em segredo de justiça.

§ 2.º - Produzidas as provas dentro de cinco dias, com a ciência do órgão do Ministério Público, que poderá manifestar-se, a seguir, em vinte e quatro horas, o juiz decidirá, em igual prazo, sem recurso, remetendo os autos para serem anexados ao processo de habilitação matrimonial.

CAPÍTULO VI

Do Casamento

Art. 70 - Do matrimônio, logo depois de celebrado, será lavrado assento, assinado pelo presidente do ato, os cônjuges, as testemunhas e o oficial, sendo exarados:

1.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data e lugar do nascimento, profissão, domicílio e residência atual dos cônjuges;

2.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, data de nascimento ou de morte, domicílio e residência atual dos pais;

3.º) os nomes e prenomes do cônjuge precedente e a data da dissolução do casamento anterior, quando for o caso;

4.º) a data da publicação dos proclamas e da celebração do casamento;

5.º) a relação dos documentos apresentados ao oficial do registro;

6.º) os nomes, prenomes, nacionalidade, profissão, domicílio e residência atual das testemunhas;

7.º) o regime de casamento, com declaração da data e do cartório em cujas notas foi tomada a escritura antenupcial, quando o regime não for o da comunhão ou o legal que, sendo conhecido, será declarado expressamente;

8.º) o nome que passa a ter a mulher, em virtude do casamento;

9.º) os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento;

10) à margem do termo, a impressão digital do contraente, que não souber assinar o nome.

Parágrafo único - As testemunhas serão, pelo menos, duas, não dispondo a lei de modo diverso.

CAPITULO VII

Do Registro do Casamento Religioso para Efeitos Cíveis

Art. 71 - Os nubentes; habilitados para o casamento poderão pedir ao oficial que lhes forneça a respectiva certidão, para se casarem perante autoridade ou ministro religioso, nela mencionando o prazo legal de validade da habilitação.

Art. 72 - O termo ou assento do casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por duas testemunhas, conterá os requisitos do artigo 70, exceto o 5.º.

Art. 73 - No prazo de trinta dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.

§ 1.º - O assento ou termo conterá a data da celebração, o lugar, o culto religioso, o nome do celebrante, sua qualidade, o cartório que expediu a habilitação, sua data, os nomes, profissões, residências, nacionalidades das testemunhas que o assinarem e os nomes dos contraentes.

§ 2.º - Anotada a entrada do requerimento, o oficial fará o registro no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3.º - A autoridade ou ministro celebrante arquivará a certidão de habilitação que lhe foi apresentada, devendo, nela, anotar a data da celebração do casamento.

Art. 74 - O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprindo eles eventual falta de requisitos no termo da celebração.

Parágrafo único - Processada a habilitação com a publicação dos editais e certificada a inexistência de impedimentos, o oficial fará o registro do casamento religioso, de acordo com a prova do ato e os dados constantes do processo, observado o disposto no artigo 70.

Art. 75 - O registro produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.

CAPITULO VIII

Do Casamento em Iminente Risco de Vida

Art. 76 - Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se na presença de seis testemunhas, que comparecerão, dentro de cinco dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.

§ 1.º - Não comparecendo as testemunhas, espontaneamente, pode à qualquer interessado requerer a sua intimação.

§ 2.º - Autuadas as declarações e encaminhadas à autoridade judiciária competente, se outra for a que as tomou por termo, será ouvido o órgão do Ministério Público e se realizarão as diligências necessárias para verificar a inexistência de impedimento para o casamento.

§ 3.º - Ouvidos dentro de 5 (cinco) dias os interessados que o requerem e o órgão do Ministério Público, o juiz decidirá em igual prazo.

§ 4.º - Da decisão caberá apelação com ambos os efeitos.

§ 5.º - Transitada em julgado a sentença, o juiz mandará registrá-la no Livro de Casamento.

CAPITULO IX

Do óbito

Art. 77 - Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do

falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

§ 1.º - Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.

§ 2.º - A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

Artigo 78 - Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados no artigo 50.

Art. 79 - São obrigados a fazer declaração de óbitos:

1.º) o chefe de família, a respeito de sua mulher, filhos, hóspedes, agregados e fâmulos;

2.º) a viúva, a respeito de seu marido, e de cada uma das pessoas indicadas no número antecedente;

3.º) o filho, a respeito do pai ou da mãe; o irmão, a respeito dos irmãos, e demais pessoas de casa, indicadas no n.º 1; o parente mais próximo maior e presente;

4.º) o administrador, diretor ou gerente de qualquer estabelecimento público ou particular, a respeito dos que nele faleceram, salvo se estiver presente algum parente em grau acima indicado;

5.º) na falta de pessoa competente, nos termos dos números anteriores, a que tiver assistido aos últimos momentos do finado, o médico, o sacerdote ou vizinho que do falecimento tiver notícia;

6.º) a autoridade policial, a respeito de pessoas encontradas mortas.

Parágrafo único - A declaração poderá ser feita por meio de preposto, autorizando-o declarante em escrito de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.

Art. 80 - O assento de óbito deverá conter:

1.º) a hora, se possível, dia, mês e ano do falecimento;

2.º) o lugar do falecimento, com indicação precisa;

3.º) o prenome, nome, sexo, idade, cor, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto;

4.º) se era casado, o nome do cônjuge sobrevivente, mesmo quando desquitado, se viúvo, o do cônjuge pré-defunto; e o cartório de casamento em ambos os casos;

5.º) os nomes, prenomes, profissão, naturalidade e residência dos pais;

6.º) se faleceu com testamento conhecido;

7.º) se deixou filhos, nome e idade de cada um;

8.º) se a morte foi natural ou violenta e a causa conhecida, com o nome dos atestantes;

9.º) o lugar do sepultamento;

10) se deixou bens e herdeiros menores ou interditos;

11) se era eleitor.

Art. 81 - Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido.

Parágrafo único - Neste caso, será extraída a individual dactiloscópica, se no local existir esse serviço.

Art. 82 - O assento deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo, se não souber ou não puder assinar.

Art. 83 - Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que dizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver,

Art. 84 - Os assentos de óbitos de pessoas falecidas a bordo de navio brasileiro serão lavrados de acordo com as regras estabelecidas para os nascimentos, no que lhes for aplicável, com as referências constantes do artigo 80, salvo se o enterro for no porto, onde será tomado o assento.

Art. 85 - Os óbitos, verificados em campanha, serão registrados; em livro próprio, para esse fim

designado, nas formações sanitárias e corpos de tropas, pelos oficiais da corporação militar correspondente, autenticado cada assento com a rubrica do respectivo médico chefe, ficando a cargo da unidade que proceder ao sepultamento o registro, nas condições especificadas, dos óbitos que se derem no próprio local de combate.

Art. 86 - Os óbitos, a que se refere o artigo anterior, serão publicados em boletim da corporação e registrados no registro civil, mediante relações autenticadas, remetidas ao Ministério da Justiça, contendo os nomes dos mortos, idade, naturalidade, estado civil, designação dos corpos a que pertenciam, lugar da residência ou de mobilização, dia, mês, ano e lugar do falecimento e do sepultamento para, à vista dessas relações, se fizerem os assentamentos de conformidade com o que a respeito está disposto no artigo 66.

Art. 87 - O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento publico será feito, em falta de declaração de parentes, segundo a da respectiva administração, observadas as disposições dos artigos 80 e 83 e o relativo a pessoa encontrada acidental ou violentamente morta, segundo a comunicação, "ex officio", das autoridades policiais, às quais incumbe fazê-la logo que tenham conhecimento do fato.

Art. 88 - Poderão os juizes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.

Parágrafo único - Será também admitida a justificação no caso de desaparecimento em campanha, provados a impossibilidade de ter sido feito o registro nos termos do artigo 85 e os fatos que convençam de ocorrência do óbito.

CAPITULO X

Da Emancipação, Interdição e Ausência

Ar. 89 - No cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados em livro especial as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nela domiciliados.

Art. 90 - O registro será feito mediante transladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, às referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão:

1.º) data do registro e da emancipação;

2.º) nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento;

3.º) nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

Art. 91 - Quando o juiz conceder emancipação, deverá comunicá-la, de ofício ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado este dentro de oito dias.

Parágrafo único - Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito.

Art. 92 - As interdições serão registradas no mesmo cartório e no mesmo livro de que trata o artigo 89, salvo a hipótese prevista na parte final do parágrafo único do artigo 33, declarando-se:

1.º) data do registro;

2.º) nome, prenome, idade, estado civil, profissão, naturalidade, domicílio e residência do interdito, data e cartório em que forem registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) data da sentença, nome e vara do juiz que a proferiu;

4.º) nome, profissão, estado civil, domicílio e residência do curador;

5.º) nome do requerente da interdição e causa desta;

6.º) limites da curadoria, quando for parcial a interdição;

7.º) lugar onde está internado o interdito.

Art. 93 - A comunicação, com os dados necessários, acompanhados de certidão de sentença, será remetida pelo juiz ao cartório, para registro de ofício, se o curador ou promovente não o tiver feito dentro de oito dias.

Parágrafo único - Antes de registrada a sentença, não poderá o curador assinar o respectivo termo.

Art. 94 - O registro das sentenças declaratórias de ausência, que nomearem curador, será feito no cartório do domicílio anterior do ausente, com as mesmas cautelas e efeitos do registro de interdição, declarando-se:

1.º) data do registro;

2.º) nome, idade, estado civil, profissão e domicílio anterior do ausente, data e cartório em que foram registrados o nascimento e o casamento, bem como o nome do cônjuge, se for casado;

3.º) tempo de ausência até a data da sentença;

4.º) nome do promotor do processo;

5.º) data da sentença e nome e vara do juiz que a proferiu;

6.º) nome, estado, profissão, domicílio e residência do curador e os limites da curatela.

CAPÍTULO XI

Da Legitimação Adotiva

Art. 95 - Serão registradas no registro de nascimento as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestado por escrito sua adesão ao ato (Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965, artigo 6.º).

Parágrafo único - O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos (Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965, artigo 8.º , parágrafo único).

Art. 96 - Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original do menor.

CAPÍTULO XII

Da Averbação

Art. 97 - A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista de carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.

Art. 98 - A averbação será feita à margem do assento e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.

Art. 99 - A averbação será feita mediante a indicação minuciosa da sentença ou ato que a determinar.

Art. 100 - No livro de casamento, será feita averbação da sentença de nulidade e anulação de casamento, bem como de desquite, declarando-se a data em que o juiz a proferiu, a sua conclusão, os nomes das partes e o trânsito em julgado.

§ 1.º - Antes de averbação, as sentenças não produzirão efeito contra terceiros.

§ 2.º - As sentenças de nulidade ou anulação de casamento não serão averbadas enquanto sujeitas a recurso, qualquer que seja o seu efeito.

§ 3.º - A averbação a que se refere o parágrafo anterior será feita à vista da carta de sentença, subscrita pelo presidente ou outro juiz do Tribunal que julgar a ação em grau de recurso, da qual constem os requisitos mencionados neste artigo e, ainda, certidão do trânsito em julgado do acórdão.

§ 4.º - O oficial do registro comunicará, dentro de quarenta e oito horas, o lançamento da averbação respectiva ao juiz que houver subscrito a carta de sentença mediante ofício sob registro postal.

§ 5.º - Ao oficial, que deixar de cumprir as obrigações consignadas nos parágrafos anteriores, será imposta a multa de cinco salários-mínimos da região e a suspensão do cargo até seis meses; em caso de reincidência ser-lhe-á aplicada, em dobro, a pena pecuniária, ficando sujeito à perda do cargo.

Art. 101 - Será também averbado, com as mesmas indicações e efeitos, o ato de restabelecimento de sociedade conjugal.

Art. 102 - No livro de nascimento, serão averbados:

1.º) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento;

2.º) as sentenças que declararem legítima a filiação;

3.º) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem;

4.º) o reconhecimento judicial ou voluntário dos filhos ilegítimos;

5.º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça.

Art. 103 - Será feita, ainda de ofício, diretamente quando no mesmo cartório, ou por comunicação do oficial que registrar o casamento, a averbação da legitimação dos filhos por subsequente matrimônio dos pais, quando tal circunstância constar do assento de casamento.

Art. 104 - No livro de emancipação, interdições e ausências, será feita a averbação das sentenças que puserem termo à interdição, das substituições dos curadores de interditos ou ausentes, das alterações dos limites de curatela, da cessação ou mudança de internação, bem como da cessação de ausência pelo aparecimento do ausente, de acordo com o disposto nos artigos anteriores.

Parágrafo único - Averbar-se-á, também, no assento de ausência, a sentença de abertura de sucessão provisória, após o trânsito em julgado, com referência especial ao testamento do ausente se houver e indicação de seus herdeiros habilitados.

Art. 105 - Para a averbação de escritura de adoção de pessoa cujo registro de nascimento haja sido feito fora do País, será transladado, sem ônus para os interessados, no livro "A" do cartório do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária da comarca em que for domiciliado o adotante, aquele registro, legalmente traduzido, se for o caso, para que se faça, à margem dela, a competente averbação.

CAPITULO XIII

Das Anotações

Art. 106 - Sempre que o oficial fizer algum registro ou averbação, deverá, no prazo de cinco dias, anotá-lo nos atos anteriores, com remissões recíprocas, se lançados em seu cartório, ou fará comunicação, com resumo do assento, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, obedecendo-se sempre à forma prescrita no artigo 98.

Parágrafo único - As comunicações serão feitas mediante cartas relacionadas em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo e ficarão arquivadas no cartório que as receber.

Art. 107 - O óbito deverá ser anotado, com as remissões recíprocas, nos assentos de casamento e nascimento, e o casamento no deste.

§ 1.º - A emancipação, a interdição e a ausência serão anotadas pela mesma forma, nos assentos de nascimento e casamento, bem como a mudança do nome da mulher, em virtude de casamento, ou sua dissolução, anulação ou desquite.

§ 2.º - A dissolução e a anulação do casamento e o restabelecimento da sociedade conjugal serão, também, anotadas nos assentos de nascimento dos cônjuges.

Art. 108 - Os oficiais, além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.

CAPITULO XIV

Das Retificação Restaurações e Suprimento

Art. 109 - Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório.

§ 1.º - Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias.

§ 2.º - Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o juiz decidirá no prazo de cinco dias.

§ 3.º - Da decisão do juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

§ 4.º - Julgado procedente o pedido, o juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado ou retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento.

§ 5.º - Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu "cumpra-se", executar-se-á.

§ 6.º - As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a translação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original.

Art. 110 - A correção de erros de grafia poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas.

§ 1.º - Recebida a petição, protocolada e autuada, o oficial a submeterá, com os documentos que a instruírem, ao órgão do Ministério Público, e fará os autos conclusos ao juiz togado da circunscrição, que os despachará em quarenta e oito horas.

§ 2.º - Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos.

§ 3.º - Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à margem do registro, mencionando o número do protocolo, a data da sentença e seu trânsito em julgado.

§ 4.º - Entendendo o juiz que o pedido exige maior indignação, ou sendo impugnado pelo órgão do Ministério Público, mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado observado o rito sumaríssimo.

Art. 111 - Nenhuma justificação em matéria de registro, civil, para retificação, restauração ou abertura de assento, será entregue à parte.

Art. 112 - Em qualquer tempo poderá ser apreciado o valor probante da justificação, em original ou por traslado, pela autoridade judiciária competente ao conhecer de ações que se relacionem com os fatos justificados.

Art. 113 - As questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma de assento.

TÍTULO III

Do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

CAPÍTULO I

Da Escrituração

Art. 114 - No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I - Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II - as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

Parágrafo único - No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o artigo 8.º da Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 115 - Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitas, ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

Parágrafo único - Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o juiz, que a decidirá.

Art. 116 - Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros:

I - Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do artigo 114, com 300 folhas;

II - Livro 13, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas- de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas.

Art. 117 - Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatuto e de publicações, registrados e arquivados, serão encadernados por períodos certos, acompanhados de índice que facilite a busca e o exame.

Art. 118 - Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, podendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.

Art. 119 - A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo único - Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

CAPÍTULO II

Da Pessoa Jurídica

Art. 120 - O registro das sociedades e fundações consistirá na declaração, feita no livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

I - a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração;

II - o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

III - se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante à administração, e de que modo;

IV - se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;

V - as condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino do seu patrimônio,

VI - os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou

definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada uni, bem como o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Art. 121 - Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial, em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste, quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida, do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nos dois exemplares, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha, um dos quais será entregue ao representante e o outro arquivado em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

CAPÍTULO III

Do Registro de Jornais, Oficinas Impressoras, Empresas de Radiodifusão e Agências de Notícias

Art. 122 - No registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados:

I - os jornais e demais publicações periódicas;

II - as oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III - as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV - as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 123 - O pedido de matrícula conterá as informações e será instituído com os documentos seguintes:

I - no caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova da nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova de nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária;

II - nos casos de oficinas impressoras;

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes à pessoa jurídica;

III - no caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede de sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe, responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV - no caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

§ 1.º - As alterações em qualquer dessas declarações ou documentos deverão ser averbadas na matrícula no prazo de oito dias.

§ 2.º - A cada declaração a ser averbada deverá corresponder um requerimento.

Art. 124 - A falta de matrícula das declarações, exigidas no artigo anterior, ou da averbação da alteração, será punida com multa que terá o valor de meio a dois salários-mínimos da região.

§ 1.º - A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a vinte dias, para matrícula ou alteração das declarações.

§ 2.º - A multa será aplicada pela autoridade judiciária em representação feita pelo oficial e, cobrada por processo executivo, mediante ação do órgão competente.

§ 3.º - Se a matrícula ou alteração não for efetivada no prazo referido no § 1.º deste artigo, o juiz poder impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinado na sentença.

Art. 125 - Considera-se clandestino o jornal, ou outra publicação periódica, não matriculado nos termos do artigo 122 ou de cuja matrícula não constem os nomes e as qualificações do diretor ou redator e do proprietário.

Art. 126 - O processo de matrícula será o mesmo do registro prescrito no artigo 121.

TÍTULO IV

Do Registro de Títulos e Documentos

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Art. 127 - No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

I - dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;

II - do penhor comum sobre coisas móveis;

III - da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal ou de Bolsa ao portador;

IV - do contrato de penhor de animais, não compreendido nas disposições do artigo 10 da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1934;

V - do contrato de parceria agrícola ou pecuária;

IV - do mandato judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (artigo 19, § 2.º, do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934);

VII - facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Parágrafo único - Caberá ao Registro de Títulos e Documentos a realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício.

Art. 128 - À margem dos respectivos registros, serão averbadas quaisquer ocorrências que os alterem, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas que nos atos figurem, inclusive quanto à prorrogação dos prazos.

Art. 129 - Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros:

1.º) os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto no artigo 167, 1, n.º 3;

2.º) os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos;

3.º) as cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado;

4.º) os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições;

5.º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária;

6.º) todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal;

7.º) as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam;

8.º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior;

9.º) os instrumentos de cessão de direito e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.

Art. 130 - Dentro do prazo de vinte dias da data da sua assinatura pelas partes, todos os atos enumerados nos artigos 127 e 129 serão registrados no domicílio, das partes contratantes e, quando residam estas em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em todas elas.

Parágrafo único - Os registros de documentos apresentados, depois de findo o prazo, produzirão efeitos a partir da data da apresentação.

Art. 131 - Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição.

CAPÍTULO II

Da Escrituração

Art. 132 - No Registro de Títulos e Documentos haverá os seguintes livros, todos com 300 folhas:

I - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados;

II - Livro B - para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;

III - Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data;

IV - Livro D - indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a

responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.

Art. 133 - Na parte superior de cada página do livro se escreverá o título, a letra com o número e o ano em que começar.

Art. 134 - O juiz, em caso de afluência de serviço, poderá autorizar o desdobramento dos livros de registro para escrituração das várias espécies de atos, sem prejuízo da unidade do protocolo e de sua numeração em ordem reversa.

Parágrafo único - Esses livros desdobrados terão as indicações de E, F, G, H etc.

Art. 135 - O protocolo deverá conter colunas para as seguintes anotações:

1.º) número de ordem, continuando, indefinidamente, nos seguintes;

2.º) dia e mês.

3.º) natureza do título e qualidade do lançamento (integral, resumido penhor etc.);

4.º) o nome do apresentante;

5.º) anotações e averbações:

Parágrafo único - Em seguida ao registro, far-se-á, no protocolo, remissão ao número da página do livro em que foi ele lançado, mencionando-se, também, o número e a página de outros livros em que houver qualquer nota ou declaração concernente ao mesmo ato.

Art. 136 - O livro de registro integral de títulos será escriturado nos termos do artigo 142, lançando-se, antes de cada registro, o número de ordem, a data do protocolo e o nome do apresentante, e conterá colunas para as seguintes declarações:

1.º) número de ordem;

2.º) dia e mês;

3.º) transcrição;

4.º) anotações e averbações.

Art. 137 - O livro de registro, por extrato, conterá colunas para as seguintes declarações:

1.º) número de ordem;

2.º) dia e mês;

3.º) espécie e resumo do título;

4.º) anotações e averbações:

Art. 138 - O indicador pessoal será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.

Art. 139 - Se a mesma pessoa já estiver mencionada no indicador, somente se fará, na coluna das anotações, uma referência ao número de ordem, página e número do livro em que estiver lançado o novo registro ou averbação.

Art. 140 - Se no mesmo registro, ou averbação, figurar mais de uma pessoa, ativa ou passivamente, o nome de cada uma será lançado distintamente, no indicador, com referência recíproca na coluna das anotações.

Art. 141 - Sem prejuízo do disposto no artigo 161, ao oficial é facultado efetuar o registro por meio de microfilmagem, desde que, por lançamentos remissivos, com menção ao protocolo, ao nome dos contratantes, à data e à natureza dos documentos apresentados, sejam os microfilmes havidos como partes integrantes dos livros de registro, nos seus termos de abertura e encerramento.

CAPÍTULO III

Da Transcrição e da Averbação

Art. 142 - O registro integral dos documentos consistirá na transladação dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referências às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado, e, bem assim, com menção precisa aos seus característicos exteriores e às formalidades legais, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita na mesma disposição gráfica em que estiverem escritos, se o interessado assim o desejar.

§ 1.º - Feita a transladação, na última linha, de maneira a não ficar espaço em branco, será conferida e realizado o seu encerramento, depois do que o oficial, seu substituto legal ou escrevente designado pelo oficial e autorizado pelo juiz competente, ainda que o primeiro não esteja afastado, assinará o seu nome por inteiro.

§ 2.º - Tratando-se de documento impresso, idêntico a outro já anteriormente registrado na íntegra, no mesmo livro, poderá o registro limitar-se a consignar o nome das partes contratantes,

as características do objeto e demais dados constantes dos claros preenchidos, fazendo-se remissão, quanto ao mais, àquele já registrado.

Art. 143 - O registro resumido consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação, a importância e a qualidade do imposto pago, depois do que será datado e rubricado pelo oficial ou servidores referidos no artigo 142, § 1.º.

Art. 144 - O registro de contratos de penhor, caução e parceria será feito com declaração do nome, profissão e domicílio do credor e do devedor, valor da dívida, juros, penas, vencimento e especificações; dos objetos apenhadados, pessoa em poder de quem ficam, espécie do título, condições do contrato, data e número de ordem.

Parágrafo único - Nos contratos de parceria, serão considerados credor o parceiro proprietário e devedor, o parceiro cultivador ou criador.

Art. 145 - Qualquer dos interessados poderá levar a registro os contratos de penhor ou caução.

CAPÍTULO IV

Da Ordem do Serviço

Art. 146 - Apresentado o título ou documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel,

Art. 147 - Protocolizado o título ou documento, far-se-á, cru seguida, no livro respectivo, o lançamento (registro integral ou resumido, ou averbação) e, concluído este, declarar-se-á no corpo do título, documento ou papel, o número de ordem e a data do procedimento no livro competente, rubricando o oficial ou os servidores referidos no artigo 142, § 1.º, esta declaração e as demais folhas do título, do documento ou do papel.

Art. 148 - Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, Poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.

Parágrafo único - Para o registro resumido, os títulos, documentos ou papéis em língua estrangeira, deverão ser sempre traduzidos.

Art. 149 - Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, ser feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando, em seguida, o oficial ou os servidores referidos no artigo 142, § 1.º.

Art. 150 - O apontamento do título, documento ou papel no protocolo será feito, seguida e imediatamente um depois do outro. Sem prejuízo da numeração individual de cada documento, se a mesma pessoa apresentar simultaneamente diversos documentos de idêntica natureza, para lançamento da mesma espécie, serão eles lançados no protocolo englobadamente.

Parágrafo único - Onde terminar cada apontamento, será traçada uma linha horizontal, separando-o do seguinte, sendo lavrado, no fim do expediente diário, o termo de encerramento do próprio punho do oficial, por ele datado e assinado.

Art. 151 - O lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento ao protocolo, quando não for obstado por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguir-se-ão os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada pelo competente apontamento.

Art. 152 - Cada registro ou averbação será datado e assinado por inteiro, pelo oficial ou pelos servidores referidos no artigo 142, § 2.º, separados, um do outro, por uma linha horizontal.

Art. 153 - Os títulos terão sempre um número diferente segundo a ordem de apresentação, ainda que se refiram à mesma pessoa. O registro e a averbação deverão ser imediatos, e quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da prenotação. Em qualquer desses casos, o oficial de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas, fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o número de ordem desta

no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado; o recibo será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.

Art. 154 - Nos termos de encerramento diário do protocolo, lavrados ao findar a hora regulamentar, deverão ser mencionados, pelos respectivos números, os títulos apresentados cujos registros ficarem adiados, com a declaração dos motivos do adiantamento.

Parágrafo único - Ainda que o expediente continue para ultimação do serviço, nenhuma nova apresentação será admitida depois da hora regulamentar".

Art. 155 - Quando o título, já registrado por extrato, for levado a registro integral, ou for exigido simultaneamente pelo apresentante o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior e, nas anotações do protocolo, far-se-ão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.

Art. 156 - O oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.

Parágrafo único - Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo último aduzidas.

Art. 157 - O oficial, salvo quando agir de má fé, devidamente comprovada, não será responsável pelos dados decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo do registro.

Art. 158 - As procurações deverão trazer reconhecidas as firmas dos outorgantes.

Art. 159 - As folhas do título, documento ou papel que tiver sido registrado e as das certidões serão rubricadas pelo oficial, antes de entregues aos apresentantes. As declarações no protocolo, bem como as dos registros e das averbações lançadas no título, documento ou papel e as respectivas datas poderão ser apostas por carimbo, sendo, porém, para autenticação, de próprio punho do oficial, ou de quem suas vezes fizer, a assinatura ou a rubrica.

Art. 160 - O oficial será obrigado, quando o apresentante o requerer, a notificar do registro ou da averbação os demais interessados que figurarem no título, documento, ou papel apresentado, e a quaisquer terceiros que lhes sejam indicados, podendo requisitar dos oficiais de registro, em outros Municípios, as notificações necessárias. Por esse processo, também, poderão ser feitos avisos, denúncias e notificações, quando não for exigida a intervenção judicial.

§ 1.º - Os certificados de notificação ou da entrega de registros serão lavrados nas colunas das anotações, no livro competente, à margem dos respectivos registros.

§ 2.º - O serviço das notificações e demais diligências poderá ser realizado por escreventes designados pelo oficial e autorizados pelo juiz competente.

Art. 161 - As certidões do registro integral de títulos terão o mesmo valor probante dos originais, ressalvado o incidente de falsidade destes, oportunamente levantado em juízo.

§ 1.º - O apresentante do título para registro integral poderá também deixá-lo arquivado em cartório ou a sua fotocópia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões.

§ 2.º - Quando houver acúmulo de trabalho, um dos suboficiais poderá ser autorizado pelo juiz, a pedido do oficial e sob sua responsabilidade a lavrar e subscrever certidão.

Art. 162 - O fato da apresentação de um título, documento ou papel, para registro ou averbação, não constituirá, para o apresentante, direito sobre o mesmo, desde que não seja o próprio interessado.

Art. 163 - Os tabeliães e escrivães, nos atos que praticarem, farão, sempre referência ao livro e à folha do Registro de Títulos e Documentos em que tenham sido transladados os mandatos de origem estrangeira, a que tenham de reportar-se.

CAPÍTULO V

Do Cancelamento

Art. 164 - O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.

Art. 165 - Apresentado qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, o oficial certificará, na coluna das averbações do livro respectivo, o cancelamento e a razão dele, mencionando-se o documento que o autorizou, datando e assinando a certidão, de tudo fazendo referência nas anotações do protocolo.

Parágrafo único - Quando não for suficiente o espaço da coluna das averbações, será feito novo registro, com referências recíprocas, na coluna própria.

Art. 166 - Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

TÍTULO V

Do Registro de imóveis

CAPÍTULO I

Das Atribuições

Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos.

1 - o registro:

- 1) da instituição de bem de família;
- 2) das hipotecas legais, judiciais e convencionais;
- 3) dos contratos de locação de prédio, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada;
- 4) do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;
- 5) das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis;
- 6) das servidões em geral;
- 7) do usufruto e do uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultarem do direito de família;
- 8) das rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade;
- 9) dos contratos de compromisso de compra e venda de cessão deste e de promessa de cessão, com ou sem cláusula de arrependimento, que tenham por objeto imóveis não loteados e cujo preço tenha sido pago no ato de sua celebração, ou deva sê-lo a prazo, de uma só vez ou em prestações;
- 10) da enfiteuse;
- 11) da anticrese;
- 12) das convenções antenupciais;
- 13) das cédulas de crédito rural;
- 14) das cédulas de crédito industrial;
- 15) dos contratos de penhor rural;
- 16) dos empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures, inclusive as conversíveis em ações;
- 17) das incorporações, instituições e convenções de condomínio;
- 18) dos contratos de promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas condominiais a que alude a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando a incorporação ou a instituição de condomínio se formalizar na vigência desta Lei;
- 19) dos loteamentos urbanos e rurais;
- 20) dos contratos de promessa de compra e venda de terrenos loteados em conformidade com o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e respectiva cessão e promessa de cessão, quando o loteamento se formalizar na vigência desta Lei;
- 21) das citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis;
- 22) das sentenças de desquite e de nulidade ou anulação de casamento, quando, nas respectivas partilhas, existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro;
- 23) dos julgados e atos jurídicos entre vivos que dividirem imóveis ou os demarcarem inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores;
- 24) das sentenças que nos inventários, arrolamentos e partilhas adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança;
- 25) dos atos de entrega de legados de imóveis, dos formais de partilha e das sentenças de adjudicação em inventário ou arrolamento quando não houver partilha;
- 26) da arrematação e da adjudicação em hasta pública;
- 27) do dote;
- 28) das sentenças declaratórias de usucapião;
- 29) da compra e venda pura e da condicional;
- 30) da permuta;
- 31) da dação em pagamento;
- 32) da transferência de imóvel à sociedade, quando integrar quota social;

33) da doação entre vivos;

34) da desapropriação amigável e das sentenças que, em processo de desapropriação, fixarem o valor da indenização;

II - a averbação:

1) das convenções antenupciais e do regime de bens diversos do legal, nos registros referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer dos cônjuges, inclusive, os adquiridos posteriormente ao casamento;

2) por cancelamento, da extinção dos ônus e direitos reais;

3) dos contratos de promessa de compra e venda, das cessões e das promessas de cessão a que alude o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, quando o loteamento se tiver formalizado anteriormente à vigência desta Lei;

4) da mudança de denominação e de numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis;

5) da alteração do nome por casamento ou por desquite, ou, ainda, de outras circunstâncias que, de qualquer modo, tenham influência no registro ou nas pessoas nele interessadas;

6) dos atos pertinentes a unidades autônomas condominiais a que alude a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando a incorporação tiver sido formalizada anteriormente à vigência desta Lei;

7) das cédulas hipotecárias;

8) da caução e da cessão fiduciária de direitos relativos a imóveis;

9) das sentenças de separação de dote;

10) do restabelecimento da sociedade conjugal;

11) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como da constituição de fideicomisso;

12) das decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto atos ou recursos registrados ou averbados,

13) "ex officio", dos nomes dos logradouros, decretados pelo Poder Público."

Art. 168 - Na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

Art. 169 - Todos os atos enumerados no art. 167 são obrigatórios e efetuar-se-ão no Cartório da situação do imóvel, salvo:

I - as averbações, que serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição;

II - os registros relativos a imóveis situados em comarcas ou circunscrições limítrofes, que serão feitos em todas elas.

Art. 170 - O desmembramento territorial posterior ao registro não exige sua repetição no novo cartório.

Art. 171 - Os atos relativos a vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha."

CAPÍTULO II

Do Escrituração

Art. 172 - No Registro de Imóveis serão feitos, nos termos desta Lei, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei "inter vivos" ou "mortis causa", quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade,

Art. 173 - Haverá, no Registro de Imóveis, os seguintes livros:

I - Livro n.º 1 - Protocolo;

II - Livro n.º 2 - Registro Geral;

III - Livro n.º 3 - Registro Auxiliar;

IV - Livro n.º 4 - Indicador Real;

V - Livro n.º 5 - Indicador Pessoal.

Parágrafo único, Observado o disposto no § 2.º do art. 3.º desta Lei, os livros n.º 2, 3, 4 e 5 poderão ser substituídos por fichas.

Art. 174 - O livro n.º 1 - Protocolo - servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 desta Lei.

Art. 175 - São requisitos de escrituração do Livro n.º 1 Protocolo:

I - O número de ordem, que seguirá indefinidamente nos livros da mesma espécie;

II - a data da apresentação;

III - o nome do apresentante;

IV - a natureza formal do título;

V - os atos que formalizar, resumidamente mencionados.

Art. 176 - O Livro n.º 2 - Registro Geral - será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou averbação dos atos relacionados no art. 167 e não atribuídos ao Livro n.º 3.

Parágrafo único - A escrituração do Livro n.º 2 obedecerá às seguintes normas:

I - cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência desta Lei;

II - são requisitos da matrícula:

1) o número de ordem, que seguirá ao infinito;

2) a data;

3) a identificação do imóvel, feita mediante indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação, se rural, ou logradouro e número, se urbano, e sua designação cadastral, se houver;

4) o nome, domicílio e nacionalidade do proprietário, bem como:

a) tratando-se de pessoa física, o estado civil, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério Fazenda ou do Registro Geral da cédula de identidade. ou à falta deste, sua filiação;

b) tratando-se de pessoa jurídica, a sede social e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

5) o número do registro anterior;

III - são requisitos do registro no Livro n.º 2:

1) a data;

2) o nome, domicílio e nacionalidade do transmitente, ou do devedor e do adquirente, ou credor, bem como:

a) tratando-se de pessoa física, o estado civil a profissão e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou do Registro Geral da cédula de identidade, ou, à falta deste, sua filiação.

b) tratando-se de pessoa jurídica, a sede social e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

3) o título da transmissão ou do ônus;

4) a forma do título, sua procedência e caracterização;

5) o valor do contrato, da coisa ou da dívida, prazo desta, condições e mais especificações, inclusive os juros, se houver."

Art. 177 - O Livro n.º 3 - Registro Auxiliar - será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado.

Art. 178 - Registrar-se-ão, no Livro n.º 3 - Registro Auxiliar:

I - a emissão de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel, da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões, firmando-se pela ordem do registro a prioridade entre as séries de obrigações emitidas pela sociedade;

II - as cédulas de crédito rural e de crédito industrial, sem prejuízo do registro da hipoteca cedular;

III - as convenções de condomínio;

IV - o penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;

V - as convenções antenupciais;

VI - os contratos de penhor rural;

VII - os títulos que, a requerimento do interessado, forem registrados no seu inteiro teor, sem prejuízo do ato praticado no Livro n.º 2"

Art. 179 - O Livro n.º 4 - Indicador Real - será o repositório de todos os imóveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias.

§ 1.º - Se não for utilizado o sistema de fichas, o Livro n.º 4 conterá, ainda, o número de ordem, que seguirá indefinidamente, nos livros da mestria espécie.

§ 2.º - Adotado o sistema previsto no parágrafo precedente, os oficiais deverão ter, para auxiliar a consulta, um livro-índice ou fichas pelas ruas, quando se tratar de imóveis urbanos, e pelos nomes e situações, quando rurais."

Art. 180 - O Livro n.º 5 - Indicador Pessoal - dividido alfabeticamente, será repositório dos nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos demais livros, fazendo-se referência aos respectivos números de ordem.

Parágrafo único. Se não for utilizado o sistema de fichas, o Livro n.º 5 conterá, ainda, o número de ordem de cada letra do alfabeto, que seguirá indefinidamente, nos livros da mesma espécie. Os oficiais poderão adotar para auxiliar as buscas, um livro-índice ou fichas em ordem alfabética.

Art. 181 - Poderão ser abertos e escriturados, concomitantemente, até dez livros de "Registro Geral", obedecendo, neste caso, a sua escrituração, ao algarismo final da matrícula, sendo as matrículas de número final 1 (um) feitas no Livro 2-1, as de final dois no Livro 2-2 e as de final três no Livro 2-3, e assim sucessivamente.

Parágrafo único - Também poderão ser desdobrados, a critério do oficial, os Livros n.ºs 3 "Registro Auxiliar", 4 "Indicador Real" e 5 "Indicador Pessoal".

CAPÍTULO III

Do Processo de Registro

Art. 182 - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da seqüência rigorosa de sua apresentação.

Art. 183 - Reproduzir-se-á, em cada título, o número de ordem respectivo e a data de sua prenotação.

Art. 184 - O Protocolo será encerrado diariamente.

Art. 185 - A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular como ao seu substituto legal, podendo ser feita, ainda, por escrevente auxiliar expressamente designado pelo oficial titular ou pelo seu substituto legal mediante autorização do juiz competente, ainda que os primeiros não estejam nem afastados nem impedidos.

Art. 186 - O número de ordem determinará a prioridade do título, e esta a preferência dos direitos reais, ainda que apresentados pela mesma pessoa mais de um título simultaneamente.

Art. 187 - Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.

Art. 188 - Protocolizado o título, proceder-se-á ao registro, dentro do prazo de trinta dias, salvo nos casos previstos nos artigos seguintes.

Art. 189 - Apresentado título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará durante trinta dias que os interessados na primeira promovam a inscrição. Esgotado esse prazo, que correrá da data da prenotação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será inscrito e obterá preferência sobre aquele.

Art. 190 - Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel Art. 199 - Se o interessado não impugnar a dúvida no prazo referido no item III do artigo anterior, será ela, ainda assim, julgada por sentença."

Art. 200 - Impugnada a dúvida com os documentos que o interessado apresentar, será ouvido o Ministério Público, no prazo de dez dias.

Art. 201 - Se não forem requeridas diligências, o juiz proferirá decisão no prazo de quinze dias, com base nos elementos constantes dos autos.

Art. 202 - Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado."

Art. 203 - Transitada em julgado a decisão da dúvida, proceder-se-á do seguinte modo:

I - se for julgada procedente, os documentos serão restituídos à parte, independentemente de traslado, dando-se ciência da decisão ao oficial, para que a consigne no Protocolo e cancele a prenotação;

II - se for julgada improcedente, o interessado apresentará, de novo, os seus documentos, com o respectivo mandado, ou certidão da sentença, que ficarão arquivados, para que, desde logo, se proceda ao registro, declarando o oficial o fato na coluna de anotações do Protocolo!"

Art. 204 - A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.

Art. 205 - Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos trinta dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.

Art. 206 - Se o documento, uma vez prenotado, não puder ser registrado, ou o apresentante desistir de seu registro, a importância relativa às despesas previstas no artigo 14 será restituída, deduzida a quantia correspondente às buscas e a prenotação.

- Art. 207 - No processo de dúvida, somente serão devidas custas, a serem pagas pelo interessado, quando a dúvida for julgada procedente.
- Art. 208 - O registro começado dentro das horas fixadas não será interrompido, salvo motivo de força maior declarado, prorrogando-se o expediente até ser concluído.
- Art. 209 - Durante a prorrogação nenhuma nova apresentação será admitida, lavrando o termo de encerramento no Protocolo.
- Art. 210 - Todos os atos serão assinados e encerrados pelo oficial, por seu substituto legal, ou por escrevente expressamente designado pelo oficial ou por seu substituto legal e autorizado pelo juiz competente ainda que os primeiros não estejam nem afastados nem impedidos.
- Art. 211 - Nas vias dos títulos restituídas aos apresentantes, serão declarados resumidamente, por carimbo, os atos praticados.
- Art. 212 - Se o teor do registro não exprimir a verdade, poderá o prejudicado reclamar sua retificação, por meio de processo próprio.
- Art. 213 - A requerimento do interessado, poderá ser retificado o erro constante do registro, desde que tal retificação não acarrete prejuízo a terceiro.
- § 1.º - A retificação será feita mediante despacho judicial, salvo no caso de erro evidente, o qual o oficial, desde logo, corrigirá, com a devida cautela.
- § 2.º - Se da retificação resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel, serão citados, para se manifestarem sobre o requerimento, em dez dias, todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores.
- § 3.º - O Ministério Público será ouvido no pedido de retificação.
- § 4.º - Se o pedido de retificação for impugnado fundamentalmente, o juiz remeterá o interessado para as vias ordinárias.
- § 5.º - Da sentença do juiz, deferido ou não o requerimento, cabe recurso de apelação com ambos os efeitos.
- Art. 214 - As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.
- Art. 215 - São nulos os registros efetuados após sentença de abertura de falência, ou do termo legal nele fixado, salvo se a apresentação tiver sido feita anteriormente.
- Art. 216 - O registro poderá também ser retificado ou anulado por sentença em processo contencioso, ou por efeito de julgado em ação de anulação ou de declaração de nulidade de ato jurídico, ou de julgado sobre fraude à execução."

CAPÍTULO IV

Das Pessoas

- Art. 217 - O registro e a averbação poderão ser provocados por qualquer pessoa, incumbindo-lhe as despesas respectivas.
- Art. 218 - Nos atos a título gratuito, o registro pode também ser promovido pelo transferente, acompanhado da prova de aceitação do beneficiado.
- Art. 219 - O registro do penhor rural independe do consentimento do credor hipotecário.
- Art. 220 - São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:
- I - nas servidões, o dono do prédio dominante e dono do prédio serviente;
 - II - no uso, o usuário e o proprietário;
 - III - na habitação, o habitante e o proprietário;
 - IV - na anticrese, o mutuante e o mutuário;
 - V - no usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;
 - VI - na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;
 - VII - na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;
 - VIII - na locação, o locatário e o locador;
 - IX - nas promessas de compra e venda, o promitente comprador e o promitente vendedor;
 - X - nas penhoras e ações, o autor e o réu;
 - XI - nas cessões de direitos, o cessionário e o cedente;
 - XII - nas promessas de cessão de direitos, o promitente cessionário e o promitente cedente.

CAPÍTULO V

Dos Títulos

- Art. 221 - Somente são admitidos a registro:
- I - escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;
 - II - escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades

vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação;

III - atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal;

IV - cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.

Art. 222 - Em todas as escrituras e em todos os atos relativos a imóveis, bem como nas cartas de sentença e formais de partilha, o tabelião ou escrivão deve fazer referência à matrícula ou ao registro anterior, s u número e cartório.

Art. 223 - Ficam sujeitas à obrigação, a que alude o artigo anterior, as partes que, por instrumento particular, celebrarem atos relativos a imóveis.

Art. 224 - Nas escrituras, lavradas em decorrência de autorização judicial, serão mencionadas, por certidão, em breve relatório, com todas as minúcias que permitam identificá-los, os respectivos alvarás.

Art. 225 - Os tabeliães, escrivães e juizes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário.

§ 1.º - As mesmas minúcias, com relação à caracterização do imóvel, devem constar dos instrumentos particulares apresentados em cartório para registro.

§ 2.º - Consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior.

Art. 226 - Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

CAPITULO VI

Da Matrícula

Art. 227 - Todo imóvel objeto de título a ser registrado deve estar matriculado no Livro n.º 2 - Registro Geral - obedecido o disposto no artigo 176.

Art. 228 - A matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser lançado na vigência desta Lei, mediante os elementos constantes do título apresentado e do registro anterior nele mencionado.

Art. 229 - Se o registro anterior foi efetuado em outra circunscrição, a matrícula será aberta com os elementos constantes do título apresentado e da certidão atualizada daquele registro, a qual ficará arquivada em cartório.

Art. 230 - Se na certidão constar ônus, o oficial fará a matrícula, e, logo em seguida ao registro, averbará a existência do ônus, sua natureza e valor, certificando o fato no título que devolver à parte, o que ocorrerá, também, quando o ônus estiver lançado no próprio cartório.

Art. 231 - No preenchimento dos livros, observar-se-ão as seguintes normas:

I - no alto da face de cada folha será lançada a matrícula do imóvel, com os requisitos constantes do artigo 176, e no espaço restante e no verso, serão lançados, por ordem cronológica e em forma narrativa, os registros e averbações dos atos pertinentes ao imóvel matriculado;

II - preenchida uma folha, será feito o transporte para a primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, onde continuarão os lançamentos, com remições recíprocas.

Art. 232 - Cada lançamento de registro será precedido pela letra "R" e o da averbação pelas letras "AV", seguindo-se o número de ordem do lançamento e o da matrícula (ex: R-1-1, R-2-1, AV-3-1, R-4-1, AV-5-1, etc.)

Art. 233 - A matrícula será cancelada:

I - por decisão judicial;

II - quando em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários;

III - pela fusão, nos termos do artigo seguinte.

Art. 234 - Quando dois ou mais imóveis contíguos, pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas.

Art. 235 - Podem, ainda, ser unificados, com abertura de matrícula única:

I - dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores a esta Lei, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar;

II - dois ou mais imóveis, registrados por ambos os sistemas, caso em que, nas transcrições, será feita a averbação prevista no item anterior, e as matrículas serão encerradas na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Os imóveis de que trata este artigo, bem como os oriundos de desmembramentos, partilha e glebas destacadas de maior porção, serão desdobrados com os ônus que sobre eles existirem, sempre que ocorrer a transferência de uma ou mais unidades, procedendo-se, em seguida, ao que estipula o item II do artigo 233.

CAPITULO VII

Do Registro

Art. 236 - Nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado.

Art. 237 - Ainda que o imóvel esteja quadriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro.

Art. 238 - O registro de hipoteca convencional valerá pelo prazo de trinta anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.

Art. 239 - As penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis serão registrados depois de pagas as custas do registro pela parte interessada, em cumprimento de mandado ou à vista de certidão do escrivão, de que constem, além dos requisitos exigidos para o registro, os nomes do juiz, do depositário, das partes e a natureza do processo.

Parágrafo único - A certidão será lavrada pelo escrivão do feito, com a declaração do fim especial a que se destina, após a entrega, em cartório, do mandado devidamente cumprido.

Art. 240 - O registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.

Art. 241 - O registro da anticrese no Livro n.º 2 declarará, também, o prazo, a época do pagamento e a forma de administração.

Art. 242 - O contrato de locação, com cláusula expressa de vigência no caso de alienação do imóvel, registrado no Livro n.º 2, consignará também, o seu valor, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento, bem como pena convencional.

Art. 243 - A matrícula do imóvel promovida pelo titular do domínio direto aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa.

Art. 244 - As escrituras antenupciais serão registradas no Livro n.º 3 do cartório do domicílio conjugal, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime de bens diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.

Art. 245 - Quando o regime de separação de bens for determinado por lei, far-se-á a respectiva averbação nos termos do artigo anterior, incumbindo ao Ministério Público zelar pela fiscalização e observância dessa providência.

CAPITULO VIII

Da Averbação e do Cancelamento

Art. 246 - Além dos casos expressamente indicados no item II do artigo 167, serão averbadas na matrícula as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro.

Parágrafo único - As averbações a que se referem os itens 4 e 5 do inciso II do art. 167 serão feitas a requerimento dos interessados, com firma reconhecida, instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente. A alteração do nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do Registro Civil.

Art. 247 - Averbar-se-á, também, na matrícula, a declaração de indisponibilidade de bens, na forma prevista na Lei.

Art. 248 - O cancelamento efetuar-se-á mediante averbação, assinada pelo oficial, seu substituto legal ou escrevente autorizado, e declarará o motivo que o determinou, bem como o título em virtude do qual foi feito.

Art. 249 - O cancelamento poderá ser total ou parcial e referir-se a qualquer dos atos do registro.

Art. 250 - Far-se-á o cancelamento:

I - em cumprimento de decisão judicial transitada em julgado;

II - a requerimento unânime das partes que tenham participado do ato registrado, se capazes, com as firmas reconhecidas por tabelião;

III - A requerimento do interessado, instruído com documento hábil.

Art. 251 - O cancelamento de hipoteca só pode ser feito:

I - à vista de autorização expressa ou quitação outorgada pelo credor ou seu sucessor, em instrumento público ou particular;

II - em razão de procedimento administrativo ou contencioso, no qual o credor tenha sido intimado (artigo 698 do Código de Processo Civil);

III - na conformidade da legislação referente às cédulas hipotecárias.

Art. 252 - O registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

Art. 253 - Ao terceiro prejudicado é lícito, em juízo, fazer prova da extinção dos ônus reais, e promover o cancelamento do seu registro.

Art. 254 - Se, cancelado o registro, subsistirem o título e os direitos dele decorrentes, poderá o credor promover novo registro, o qual só produzirá efeitos a partir da nova data.

Art. 255 - Além dos casos previstos nesta Lei, a inscrição de incorporação ou loteamento só será cancelada a requerimento do incorporador ou loteador, enquanto nenhuma unidade ou lote for objeto de transação averbada, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou cessionários.

Art. 256 - O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.

Art. 257 - O dono do prédio serviente terá, nos termos da lei, direito a cancelar a servidão.

Art. 258 - O foreiro poderá, nos termos da lei, averbar a renúncia de seu direito, sem dependência do consentimento do senhorio direto.

Art. 259 - O cancelamento não pode ser feito em virtude de sentença sujeita, ainda, a recurso.

CAPÍTULO IX

Do Bem de Família

Art. 260 - A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida.

Art. 261 - Para a inscrição do bem de família, o instituidor apresentará ao oficial do registro a escritura pública de instituição, para que mande publicá-la na imprensa local e, à falta, na da Capital do Estado ou do Território.

Art. 262 - Se não ocorrer razão para dúvida, o oficial fará a publicação em forma de edital, do qual constará:

I - o resumo da escritura, nome, naturalidade e profissão do instituidor, data do instrumento e nome do tabelião que o fez, situação e característicos do prédio;

II - o aviso de que, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro em trinta dias, contados da data da publicação, reclamar contra a instituição, por escrito e perante o oficial.

Art. 263 - Findo o prazo do n.º 11 do artigo anterior sem que tenha havido reclamação, o oficial transcreverá a escritura integralmente ao Livro n.º 3 e fará a inscrição na competente matrícula, arquivando um exemplar do jornal em que a publicação houver sido feita e restituindo o instrumento ao apresentante, com a nota da inscrição.

Art. 264 - Se for apresentada reclamação, dela fornecerá o oficial ao instituidor, cópia autêntica e lhe restituirá a escritura, com a declaração de haver sido suspenso o registro, cancelando a prenotação.

§ 1.º - O instituidor poderá requerer ao juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação.

§ 2.º - Se o juiz determinar que se proceda ao registro, ressalvará ao reclamante o direito de recorrer à ação competente para anular a instituição ou de fazer execução sobre o prédio instituído, na hipótese de tratar-se de dívida anterior e cuja solução se tornou inexecutável em virtude do ato da instituição.

§ 3.º - O despacho do juiz será irrecorrível e, se deferir o pedido, será transcrito integralmente, juntamente com o instrumento.

Art. 265 - Quando o bem de família for instituído juntamente com a transmissão da propriedade (Decreto-lei n.º 3.200, de 14 de abril de 1941, artigo 8.º, § 5.º), a inscrição far-se-á imediatamente após o registro da transmissão ou, se for o caso, com a matrícula.

CAPÍTULO X

Da Remição do Imóvel Hipotecado

Art. 266 - Para remir o imóvel hipotecado, o adquirente requererá, no prazo legal, a citação dos credores hipotecários propondo, para a remição, no mínimo, o preço por que adquiriu o imóvel.

Art. 267 - Se o credor, citado, não se opuser à remição, ou não comparecer, lavrar-se-á termo de

pagamento e quitação e o juiz ordenará, por sentença, o cancelamento da hipoteca.

Parágrafo único - No caso de revelia, consignar-se-á o preço à custa do credor.

Art. 268 - Se o credor, citado, comparecer e impugnar o preço oferecido, o juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários, os fiadores e o próprio adquirente, autorizando a venda judicial a quem oferecer maior preço.

§ 1.º - Na licitação, será preferido, em igualdade de condições, o lance do adquirente.

§ 2.º - Na falta de arrematante, o valor será o Proposto pelo adquirente.

Art. 269 - Arrematado o imóvel e depositado, dentro de quarenta e oito horas, o respectivo preço, o juiz mandará cancelar a hipoteca, sub-rogando-se no produto da venda os direitos do credor hipotecário.

Art. 270 - Se o credor de segunda hipoteca, embora não vencida a dívida, requerer a remição, juntará o título e certidão da inscrição da anterior e depositará a importância devida ao primeiro credor, pedindo a citação deste para levantar o depósito e a do devedor para dentro do prazo de cinco creditórios, sem prejuízo dos que lhe couberem em virtude da segunda hipoteca.

Art. 271 - Se o devedor não comparecer ou não remir a hipoteca, os autos serão conclusos ao juiz para julgar por sentença a remição pedida pelo segundo credor;

Art. 272 - Se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o credor para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo autor.

Art. 273 - Se o primeiro credor estiver promovendo a execução da hipoteca, a remição, que abrangerá a importância das custas e despesas realizadas, não se efetuará antes da primeira praça, nem depois de assinado o auto de arrematação.

Art. 274 - Na remição de hipoteca legal em que haja interesse de incapaz intervirá o Ministério Público.

Art. 275 - Das sentenças que julgarem o pedido de remição caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos.

Art. 276 - Não é necessária a remição, quando o credor assinar, com o vencedor, escritura de venda do imóvel gravado.

CAPITULO XI

Do Registro Torrens

Art. 277 - Requerida a inscrição de imóvel rural no registro Torrens, o oficial protocolizará e autuará o requerimento e documentos que o instruírem e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado.

Art. 278 - O requerimento será instruído com:

I - os documentos comprobatórios do domínio do requerente;

II - a prova de quaisquer atos que modifiquem ou limitem a sua propriedade;

III - o memorial de que constem os encargos do imóvel, os nomes dos ocupantes, confrontantes, quaisquer interessados, e a indicação das respectivas residências;

IV - a planta do imóvel, cuja escala poderá variar entre os limites: 1:500m (1/500) e 1:5.000m (1/5.000).

§ 1.º - O levantamento da planta obedecerá às seguintes regras:

a) empregar-se-ão goniômetros ou outros instrumentos de maior precisão;

b) a planta será orientada segundo o mediano do lugar, determinada a inclinação magnética;

c) fixação dos pontos de referência necessários a verificações ulteriores e de marcos especiais, ligados a pontos certos e estáveis nas sedes das propriedades, de maneira que a planta possa incorporar-se à carta geral cadastral.

§ 2.º - As plantas serão anexadas o memorial e as cadernetas das operações de campo, autenticadas pelo agrimensor.

Art. 279 - O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real não será admitido a registro sem consentimento expresso do credor hipotecário ou da pessoa em favor de quem se tenha instituído o ônus.

Art. 280 - Se o oficial considerar irregular o pedido ou a documentação, poderá conceder o prazo de trinta dias para que o interessado os regularize. Se o requerente não estiver de acordo com a exigência do oficial, este suscitará dúvida.

Art. 281 - Se o oficial considerar em termos o pedido, remetê-lo-á a juízo para ser despachado.

Art. 282 - O juiz, distribuído o pedido a um dos cartórios judiciais, se entender que os documentos justificam a propriedade do requerente, mandará expedir edital que será afixado ao lugar de costume e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e três vezes na imprensa local, se houver, marcando prazo não menor de dois meses, nem maior de quatro meses para que se

ofereça oposição.

Art. 283 - O juiz ordenará, de ofício ou a requerimento da parte, que à custa do peticionário se notifiquem do requerimento as pessoas nele indicadas.

Art. 284 Em qualquer hipótese, será ouvido o órgão do Ministério Público, que poderá impugnar o registro por falta de prova completa do domínio ou preterição de outra formalidade legal.

Art. 285 - Feita a publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá constar o pedido no prazo de quinze dias.

§ 1.º - A contestação mencionará o nome e a residência do réu, fará a descrição exata do imóvel e indicará os direitos reclamados e os títulos em que se fundarem.

§ 2.º - Se não houver contestação, e se o Ministério Público não impugnar o pedido, o juiz ordenará que se inscreva o imóvel, que ficará, assim, submetido aos efeitos do registro Torrens.

Art. 286 - Se houver contestação ou impugnação, o procedimento será ordinário, cancelando-se, mediante mandado, a prenotação.

Art. 287 - Da sentença que deferir, ou não, o pedido, cabe o recurso de apelação, com ambos os efeitos.

Art. 288 - Transitada em julgado a sentença que deferir o pedido, o oficial inscreverá, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do registro Torrens, arquivando em cartório a documentação autuada.

TÍTULO VI

Das Disposições ~ e Transitórias

Art. 289 - No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

Art. 290 - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária, financiada pelo Banco Nacional de Habitação, serão reduzidos em 50%.

§ 1.º - A transcrição, inscrição e averbações relativas à aquisição de casa própria em que parte Cooperativa Habitacional serão considerados, para o efeito do cálculo de emolumentos, um ato apenas, não podendo exceder a sua cobrança o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário-mínimo regional.

§ 2.º - Os emolumentos e custas devidos pelos atos de aquisição de imóveis pelas Cooperativas Habitacionais (COHAB) e os de averbação de construção estarão sujeitos às limitações seguintes:

a) imóvel de até 60 m² de área construída: 10% (dez por cento) do salário-mínimo;
b) de mais de 60 m² e até 70 m² de área construída: 15% (quinze por cento) do salário-mínimo; e
c) de mais de 70 m² e até 80 m² de área construída: 20% (vinte por cento) do salário-mínimo.

§ 3.º - Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal.

Art. 291 - Nos casos de incorporação de bens imóveis do patrimônio público, para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações da administração indireta ou para a formação do patrimônio de empresa pública, o oficial do respectivo Registro de Imóveis fará o novo registro em nome da entidade a que os mesmos forem incorporados ou transferidos, valendo-se, para tanto, dos dados, característicos e confrontações constantes do anterior.

§ 1.º - Servirá como título hábil para o novo registro o instrumento pelo qual a incorporação ou transferência se verificou, em cópia autêntica, ou exemplar do órgão oficial no qual foi aquele publicado.

§ 2.º - Na hipótese de não coincidência das características do imóvel com as constantes do registro existente, deverá a entidade, ao qual foi o mesmo incorporado ou transferido, promover a respectiva correção mediante termo aditivo ao instrumento de incorporação ou transferência e do qual deverão constar, entre outros elementos, seus limites ou confrontações, sua descrição e caracterização.

§ 3.º - Para fins do registro de que trata o presente artigo, considerar-se-á como valor de transferência dos bens, o constante do instrumento a que alude o § 1.º.

Art. 292 - O encerramento dos livros em uso, antes da vigência da presente Lei, não exclui a validade dos atos neles registrados, nem impede que, neles, se façam as averbações e anotações posteriores.

Parágrafo único - Se a averbação ou anotação dever ser feita no Livro n.º 2 do Registro de Imóvel, pela presente Lei, e não houver espaço nos anteriores Livros de Transcrição das Transmissões, será aberta a matrícula do imóvel.

Art. 293 - Aplicam-se aos registros referidos no artigo 1.º, § 1.º, incisos I, II e III, desta Lei, as

disposições relativas ao processo de dúvida no registro de imóveis.

Art. 294 - Os oficiais, na data de vigência desta Lei, lavrarão termo de encerramento nos livros, e dele remeterão cópia ao juiz a que estiverem subordinados.

Parágrafo único - Sem prejuízo do cumprimento integral das disposições desta Lei, os livros antigos poderão ser aproveitados, até o seu esgotamento, mediante autorização judicial e adaptação aos novos modelos, iniciando-se nova numeração.

Art. 295 - Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1976.

Art. 296 - Revogam-se a Lei n.º 4.827, de 7 de março de 1924, os Decretos n.ºs 4.857, de 9 de novembro de 1939, 5.318, de 29 de fevereiro de 1940, 5.553, de 6 de maio de 1940, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMILIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

R E G I S T R O D E I M Ó V E I S P R O T O C O L O Livro n.º 1

ANO:

N.º de ordem Data NOME DO APRESENTANTE Natureza formal do título
ANOTAÇÕES

Dimensões máximas de acordo com o art. 3.º, § 1.º ;

Altura: 0,55 m - Largura: 0,40 m

R E G I S T R O D E I M Ó V E I S R E G I S T R O G E R A L Livro n.º 2

Fls:.....

MATRICULA N.º

Data IDENTIFICAÇÃO NOMINAL: NOME, DOMICÍLIO E NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO: NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR:

Dimensões máximas de acordo com o art. 3.º, § 1.º ;

Altura: 0,55 m - Largura: 0,40 m

R E G I S T R O D E I M Ó V E I S R E G I S T R O A U X I L I A R Livro n.º 3

ANO:

N.º de ordem Data R E G I S T R O Ref. Aos demais livros AVERBAÇÕES

Dimensões máximas de acordo com o art. 3.º, § 1.º ;

Altura: 0,55 m - Largura: 0,40 m

R E G I S T R O D E I M Ó V E I S I N D I C A D O R R E A L Livro n.º 4

ANO:

N.º de Ordem IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL Referência aos demais livros ANOTAÇÕES

Dimensões máximas de acordo com o art. 3.º, § 1.º ;

Altura: 0,55 m - Largura: 0,40 m

R E G I S T R O D E I M Ó V E I S I N D I C A D O R P E S S O A L Livro n.º 5

ANO:

N.º de Ordem PESSOAS Referência aos demais livros ANOTAÇÕES

Dimensões máximas de acordo com o art. 3.º, § 1.º ;

Altura: 0,55 m - Largura: 0,40 m

LEI N.º 668, DE 10 DE SETEMBRO DE 1975

Concede prazo para a inscrição facultativa, no IAMSPE, aos servidores das Serventias de Justiça não Oficializadas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Poderão ser inscritos, como contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, os servidores das serventias de Justiça não

oficializadas, inclusive os respectivos aposentados, desde que o requeiram dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta lei.

Artigo 2.º - Os servidores das serventias de Justiça não oficializadas e os aposentados que venham a inscrever-se com fundamento no disposto no artigo anterior ficarão sujeitos ao pagamento das contribuições previstas na forma da legislação vigente.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de setembro de 1975.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Adhemar de Barras Filho, Secretário da Administração

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 10 de setembro de 1975.

Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Subst.

D. O. - 11-09-75

DECRETO N.º 6.301, DE 13 DE JUNHO DE 1975

Altera a redação do artigo 10, "caput", do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º - O artigo 3.º, "caput", do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso 11, do artigo 18, do Decreto-lei n.º 203, de março de 1970, com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 52, da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 5% (cinco por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - e 15% (quinze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo".

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 1975.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de junho de 1975.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 13 de junho de 1975.

Maria Angélica Galliazi, Diretora da Divisão de Atos do Governador.

ANO XXIV

Nº 101 - Publicação: Jan/Jun 1976

ARTIGO INAUGURAL

Segundo estamos informados, muitos dos colegas que exercem suas atividades em Comarcas do Interior do Estado, estão se atrasando no recolhimento, à nossa Carteira de Previdência, das contribuições que a esta são devidas, consoante o disposto, a respeito, nos artigos 48 e 49 da Lei n.º 10.393, de 16/12/1970.

Se essa negligência vem, de fato, ocorrendo, ela é de todo em todo lamentável, - pois demonstra a falta de compreensão, por parte de tais serventuários, das elevadas finalidades daquela Carteira e de que, assim procedendo, estão, em última instância, se prejudicando a si próprios. Realmente, uma das razões pelas quais vimos encontrando dificuldade para obter dos órgãos competentes a majoração dos proventos de nossa aposentadoria, - medida cuja adoção de há muito se está impondo - é precisamente essa, da falta de regularidade, que se vem observando, no recolhimento das contribuições referidas.

Apelamos, assim, àqueles mesmos órgãos, para que usem do poder que lhes é conferido pela mencionada lei, no sentido de compeli-rem os faltosos, - mediante um procedimento fiscal rigoroso, a porem e manterem em dia as contribuições em apreço, devidas à citada Carteira, sob pena de lhes serem aplicadas as penalidades previstas em tal lei.

O.F.T.

INSTALAÇÃO DO ANO JUDICIÁRIO

Em sessão solene de 2 de fevereiro de 1976, realizada no Salão Nobre "Ministro Manoel da Costa Manso", sob a presidência do Desembargador Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça, e com a presença de Sua Eminência Reverendíssima Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo; do Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Engenheiro Paulo Egydio Martins; do Deputado Leonel Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; do Doutor Olavo Egydio Setúbal, Prefeito do Município de São Paulo; do Ministro Pedro Rodovalho Marcondos Chaves; do Desembargador Francisco Thomaz de Carvalho Filho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; do Doutor Gilberto Quintanilha Ribeiro, Procurador Geral da Justiça; do Professor Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça; do Doutor Alberto Brandão Muylaert, Procurador-Chefe da Procuradoria da República; do Desembargador Pedro Soares Muñoz, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; do Doutor Cândido de Moraes Leme, Procurador Geral da Justiça, aposentado; da. Doutora Arma Cândida da Cunha Ferraz, Procuradora Geral do Estado; do Doutor Homero Diniz: Gonçalves, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; do Conselheiro Nelson Marcondes do Amaral, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representado pelo Conselheiro Oswaldo Müller da Silva; do Doutor Gualter Godinho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; do Doutor João Del Nero, Presidente do Primeiro Tribunal de Alçada Civil; do Doutor Roberto Rezende Junqueira, Presidente do Tribunal de Alçada Criminal; do Doutor Aniceto Lopes Aliende, Presidente do Segundo Tribunal de Alçada Civil; do Coronel Antônio Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública; de Sua Excelência Reverendíssima Dom Ernesto de Paula, Bispo Auxiliar de São Paulo; do Doutor Mário de Moraes Altenfelder Silva, Secretário da Promoção Social; do Coronel Francisco Baptista Torres de Mello, Comandante da Polícia Militar de São Paulo; do Doutor Raimundo Pascoal Barbosa, Presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo; do Doutor Paulo Planet Buarque, Presidente do Tribunal de Contas do Município; do Doutor Paulo Pimentel Portugal, Juiz - Diretor do Fórum da Justiça Federal, em São Paulo; do Doutor Mário Sérgio Duarte Garcia, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo; do Doutor Geraldo Camargo Vidigal, Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo; do Doutor Paulo Moreno de Almeida, Superintendente da Receita Federal, em São Paulo; do Doutor Humberto do Espírito Santo, Diretor Geral da Fiscalização da Receita Federal; do Doutor Teófilo Ribeiro de Andrade Filho, Secretário dos Assuntos Internos e Jurídicos do Município; do Doutor João Benedito de Azevedo Marques, Presidente da PRO-MENOR de São Paulo, do Senhor Júlio de Oliveira Chagas Neto, Presidente da Associação dos Serventuários de Justiça, do Doutor Ruy de Azevedo Sodré, Presidente da Academia Paulista de Direito; do Doutor Paulo Barreto Sã Pinto, Presidente da Empresa Paulista Cinematográfica; do Doutor Ruy Nogueira Martins, Diretor da TV Cultura, Canal 2; do Doutor Arruda Camargo, Diretor do Jornal "City News"; mais autoridades civis e militares, desembargadores, membros da Magistratura e do Ministério Público, advogados e grande número de pessoas gradadas, foi instalado o Ano Judiciário de 1976. Após declarar aberta a sessão e dirigir-se às altas autoridades e demais pessoas presentes, proferiu o Senhor Desembargador Gentil do Carmo Pinto esta oração:

Conhecida é a tradição, que outras nações perfilharam, de comemoração do ano legal na Inglaterra com missa e recepção pelo Lord Chancellor, seguida de procissão, que dirige, através das Reais Cortes de Justiça.

Introduzida entre nós há três lustros, por feliz inspiração do Presidente Pedro Chaves, hoje ministro aposentado da mais Alta Corte do País, vem este Tribunal de Justiça assinalando solenemente, após as férias coletivas de janeiro, a reabertura, em sua plenitude, dos serviços do foro.

Enseja-se, acentuou em 1970 o Desembargador Pedro Barbosa Pereira, o conagraçamento do Judiciário com os outros Poderes do Estado e altas autoridades, bem como o pronunciamento de um dos membros do Colegiado - disse-o em 1965 o então desembargador e ora Ministro Rodrigues de Alckmin,

"sobre temas relativos à Justiça; sobre problemas ou aspectos de sua organização, de seu funcionamento, de sua relevância social".

A matéria a ser objeto de cogitação, - segundo o Desembargador Dimas de Almeida, - deve ser

relacionada àquela que quotidianamente lavramos: o Direito e sua aplicação.

É ocasião própria, nas expressões dos Desembargadores Ferreira de Oliveira e Young da Costa Manso, em aberturas de 1968 e 1972, para focalizar e equacionar

"problemas de interesse imediato da Justiça com o escopo de realçar a sua ação em prol da coletividade e do bem comum, assim como para o aprimoramento dos serviços judiciários"; para "abordar temas doutrinários ou tecer considerações sobre a atualidade forense, com relação a problemas ligados, direta ou indiretamente, à organização e ao funcionamento do Poder Judiciário".

Trata-se, em suma, de "fala" que o Ministro Pedro Chaves comparou à aula magna das universidades, de conteúdo específico, peculiar à instituição ou à liturgia pretoriana.

Dois momentos se delineiam. O da confraternização de preeminentes autoridades com o Poder Judiciário pelo reinício integral dos trabalhos forenses e o da conferência ou estudos a serem desenvolvidos.

Justificando esta celebração, na oração inaugural de 1961, sublinhou o Desembargador Cordeiro Fernandes:

"Numa época em que se fazem sentir o interesse materialista, as preocupações subalternas, e em que os pregões demagógicos visam a subverter a hierarquia de valores; ... numa época em que se nota a deterioração da Ética em geral; numa época em que o declínio do Direito constitui objeto de sérios debates, a instauração de um costume judiciário com o propósito de prestigiar a Justiça, conceitual e praticamente, transluz a sobrevivência de forças capazes de antepor óbice aos impactos dos falsos profetas do materialismo, dos que pregam a ânsia da vida sem finalidade ética".

Registram as primeiras atas da Câmara quinhentista, - verdadeiro assento de nascimento de nossa História - a presença da Lei de Deus e dos homens governando os destinos de Piratininga. O fogo sagrado do espírito de dar a cada um o que é seu atravessou os séculos qual tocha olímpica que esta Corte, como um Templo, recolheu, alimenta e cultua para transmissão às gerações vindouras.

Guardião da lei pela justiça, ergue-se este Palácio como um símbolo de fraternidade imorredouro ao flanco e sob a sombra abençoada e abençoadora da Catedral de São Paulo.

E diante da permanente inquietação humana em busca de novos e melhores caminhos, cabe invocar com o Desembargador Hoepfner Dutra em 1971 a súplica do Apóstolo da Liberdade ao Criador:

"Não permitais que as maquinações do egoísmo de alguns prevaleçam ao bem de um povo inteiro, que a barbárie senhoreie de novo a nossa pátria, que os semeadores de violência e desunião vejam prosperar outra vez a sua funesta sementeira nas regiões benditas, sobre cujos céus acendestes a constelação da vossa cruz".

Com a palpitante realidade que ressoa dessas palavras DECLARO INSTALADO O ANO JUDICIÁRIO DE 1976.

Depois da execução do Hino Nacional Brasileiro, pelo Corpo Musical da Polícia Militar do Estado, falou o Senhor Secretário da Justiça, Professor Manoel Pedro Pimentel, que assim se expressou:

Excelentíssimo Senhor Desembargador, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça;

Excelentíssimas Autoridades que compõem a Mesa; Excelentíssimas Autoridades presentes ou aqui representadas; Excelentíssimos Senhores Desembargadores; Senhoras e Senhores:

Impossibilitado, por motivo de força maior e de última hora, de comparecer a esta solenidade, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Governador, Engenheiro Paulo Egydio Martins, de dizer as palavras que Sua Excelência aqui viria pronunciar nesta oportunidade. Falo, portanto, em nome do Poder Executivo, ao se iniciarem os trabalhos do Ano Judiciário de 1976. E, ao fazê-lo, interpreto o elevado pensamento do Governo no sentido de testemunhar o respeito e a admiração que merece o Poder Judiciário, uma das colunas mestras que sustentam o edifício da democracia.

A Justiça é um ideal imanente, virtude paradigma do homem, presente em todos nós. No entanto, nem sempre esse ideal é perseguido e estimado da mesma maneira. Daí a necessidade de fórmulas capazes de obrigar os que vivem na comunidade humana a realizar ou a tender a realizar a Justiça.

As normas jurídicas, ou de modo mais completo, o Direito, são os instrumentos de que se serve o Estado para atingir o ideal de Justiça, o que não significa necessariamente que todo Direito seja justo. Há leis iníquas, há momentos em que o Direito envereda por caminhos desoladores. Nem tudo o que é jurídico é justo.

Daí a importância do Poder Judiciário no Estado de Direito, pois a ele cabe o papel de dirimir as contendas, de equilibrar as forças em litígio, de proteger o fraco contra o forte, fazendo cumprir a lei e realizando o ideal de Justiça.

O Poder Executivo, no cumprimento da sua parte, nessa tarefa de gerir o Estado, reconhece que nem sempre é possível atingir o justo através do jurídico, mas sabe também que no Estado de São Paulo os juízes porfiam por esse ideal e a ele se consagram diuturnamente.

Cabe ao Governo, portanto, dar ao Poder Judiciário todo o apoio necessário ao cumprimento dessa impostergável missão, e isto tem procurado fazer na medida extrema do possível, acolhendo as propostas legislativas que lhe são encaminhadas, providenciando a construção de fornos, desencadeando a campanha para a instalação das casas do albergado, recuperando celas, antes abandonadas, na Penitenciária do Estado, terminando a construção de cinco novas penitenciárias, providenciando a recuperação de cadeias e construindo outras no Interior, nas mais diversas comarcas, tudo com o objetivo de dar ao Poder Judiciário as condições requeridas para o cabal desempenho de suas atribuições. Nesse sentido, reaparelhando a Polícia Judiciária para que o instrumental dos inquéritos seja uma forma de realização também da ação penal em termos absolutamente corretos.

É com o propósito de reafirmar essa intenção, de persistir na mais ampla colaboração, que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado designou-me para comparecer a esta solenidade a fim de formular os mais sinceros votos de que o Ano Judiciário de 1976 seja fecundo, tranqüilo e que o Egrégio Tribunal de Justiça, pelos seus eminentes integrantes, colha os melhores resultados desse trabalho que hoje se inicia.

Novamente com a palavra o Senhor Desembargador Presidente, Sua Excelência disse:

Nesta sessão se insere a entrega de medalhas do "Colar do Mérito Judiciário", instituído para "galardoar as pessoas que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica, hajam por merecer especial distinção".

Pelos motivos que a inspiram, a concessão da venera dispensaria qualquer referência aos laureados,

Informe-se, todavia, sucintamente, que o Desembargador Pedro Soares Muñoz, do Estado do Rio Grande do Sul, ali ingressou no Ministério Público e, a seguir, na Magistratura, cujos degraus percorreu com brilho. Alçado a Desembargador, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral, ocupando agora, após exercer a Vice-Presidência, o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de seu Estado.

Recebeu várias insígnias, projetando-se por múltiplas virtudes de forma marcante na judicatura nacional.

Solicito a Sua Excelência, o Senhor Vice-Governador Manoel Gonçalves Ferreira Filho, representando neste ato o Senhor Governador do Estado, que se digne entregar o "Colar do Mérito Judiciário" ao Desembargador Pedro Soares Muñoz, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

(Palmas)

O Desembargador Azevedo Franceschini, além de figura exponencial entre os juizes bandeirantes por sua cultura, integridade e proficiência, é autor de várias obras jurídicas de grande valor.

Solicito a Sua Eminência Reverendíssima Dom Paulo Evaristo Aras, Cardeal Arcebispo de São Paulo, que se digne entregar o "Colar do Mérito Judiciário" ao Desembargador José Luiz de Azevedo Franceschini.

(Palmas)

O Doutor Cândido de Moraes Leme, formado em 1920 pela Faculdade de Direito de São Paulo, na Turma paraninfada por Ruy Barbosa, integrou-se no Ministério Público, onde desempenhou com destaque as funções de Curador de Resíduos e as de Curador de órfãos e Ausentes.

Promovido, em 1951, a Sub-Procurador Geral da Justiça, foi Procurador Geral de 1957 a 1962. Pelos seus reconhecidos méritos compôs lista tríplice de indicação para o Primeiro Tribunal de Alçada Civil, quando da sua criação.

Solicito a Sua Excelência, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Leonel Júlio, que se digne entregar a "Medalha do Mérito Judiciário" ao Doutor Cândido de Moraes Leme.

(Palmas)

Em seguida, prosseguindo-se na sessão após suspensão de breves minutos para que autoridades pudessem atender a outros compromissos imediatos, foi dada a palavra ao Doutor Gilberto

Quintanilha Ribeiro, Procurador Geral da Justiça, que se pronunciou- nestes termos:

Meus Senhores:

Quando em 1960 instituiu-se a "Instalação do Ano Judiciário", creio que o seu idealizador e então Presidente desta Augusta Corte, o Ministro Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, não poderia prever o alcance luminoso que a cerimônia estava fadada a alcançar.

Com efeito, desdobra-se, a "Instalação do Ano Judiciário" como um acontecimento memorável na vida forense e administrativa de São Paulo.

É, na verdade, a ocasião em que o Judiciário propicia, através das respectivas autoridades, o congraçamento dos Poderes do Estado, ao dealbar de suas atividades no ano que se instala.

O Ministério Público sabe que é parte integrante ou ingrediente da Justiça. Numa posição "sui generis", que muito longe está daquele "status" embrionário dos chamados "procuradores do rei", assim vistos na famosa Ordenança de Felipe o Belo, aqui se apresenta, reconhecido pela participação, plenamente confiante.

É que se inicia um período todo cheio de promissoras perspectivas para os assuntos da Justiça.

Muito há que fazer.

É o momento da reorganização judiciária do Estado.

É a hora dos novos códigos, cujos projetos tramitam no Congresso Federal.

De tudo se espera uma adequação consentânea com a magnitude dos problemas e a satisfação dos anseios gerais.

É grato, assim, para aqueles que se dedicam aos afanosos labores da cultura e da aplicação do Direito, ver na chefia do Judiciário, em São Paulo, um grande lutador, o ilustre e eminente Desembargador Doutor Gentil do Carmo Pinto.

A larga experiência que lhe exonera a personalidade de magistrado e cidadão, mercê de uma carreira toda ela pontilhada de sucesso e méritos, infunde a todos nós, militantes da atividade forense, como ao povo em geral, confiança, tranqüilidade e justificadas esperanças.

Muito nos alegra registrar, a nós do Ministério Público, que sua Excelência, nos primórdios de sua caminhada a serviço da Justiça, foi Promotor Público.

Não apenas Sua Excelência, senão que muitos, incontáveis, dos próprios Senhores Desembargadores componentes deste Egrégio Tribunal também o foram.

O mesmo acontece a magistrados da Primeira Instância e a eminentes Juízes dos Egrégios Tribunais de Alçada, que se iniciaram ou provieram da chamada "magistratura de pé", a nossa amada Instituição do Ministério Público.

Pelo "quinto constitucional" ou pela via do concurso de ingresso, o Ministério Público vive assim, estou certo, no seio do Judiciário, anelando os mesmos ideais de Justiça.

Vejo, inda agora, que no último concurso, quatro promotores ingressaram nos quadros da Magistratura.

E observo, embora contraditoriamente, pois um tanto apreensivo. . . , que dez (10!) outros estão inscritos no concurso ora em fase de preparação.

Assim sendo, sem ser propriamente órgão do Poder Executivo nem estar subordinado hierarquicamente ao Poder Judiciário, constituindo-se, antes, naquilo que na feliz expressão de José Frederico Marques é algo de "espontâneo, autônomo e originário" (Elementos de Direito Processual Penal, III/49), o Ministério Público sente-se, pela fala do seu Procurador Geral, como que em casa.

Suas armas, o requerimento e o recurso (como já se disse alhures), banidos o pessimismo e o desalento, unem-se, assim, aos esforços que em São Paulo se desenvolverão.

Dando ênfase aos nossos propósitos de preservação dos verdadeiros valores da Sociedade e de agir como um antídoto eficaz na luta contra a multiplicidade de fatores negativos de dissociação comunitária, cumpriremos a parte que nos cabe, ainda que por vezes difícil, confundida e mal compreendida.

O Ministério Público, assim animado, saúda e homenageia este Egrégio Tribunal na pessoa de seu Excelentíssimo Senhor Presidente.

Com as manifestações de respeito às demais autoridades que aqui compareceram, aos senhores magistrados em geral, a Suas Excelências os Senhores Secretários de Estado, aos ilustres e digníssimos componentes da mesa, à nobre classe dos advogados e aos prezados colegas do Ministério Público, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Em seguida, o Doutor Mário Sérgio Duarte Garcia, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestou-se desta forma:

Abrem-se as portas de mais um ano de trabalho para os que se dedicam à dignificante tarefa de distribuir Justiça. Juizes, promotores e advogados reiniciam sua operosa atividade do ano que inaugura o último quartel do século, numa caminhada inexorável para o fim do período que apresentou os maiores progressos da humanidade, marcada profundamente pelas conquistas sociais e tecnológicas.

O homem, avançado no tempo, indaga-se confuso o que encontrará pela frente, no dia-a-dia do seu complexo labor.

Amarrado a concepções jurídicas ultrapassadas, incapazes de atender às exigências do nosso tempo, o jurista preocupa-se com o distanciamento em que se encontram o Direito e a administração da Justiça das mais modernas técnicas que a Ciência empolga.

É verdade, como advertia o "battonier" Caio Mário em discurso proferido em 1962, que "o Direito tornou-se em nosso tempo um agente muito mais ativo na evolução social do que no passado, e por isso mesmo seria trágico se se conservasse a tal ponto petrificado que fosse inapto para atender ao repto perpétuo das mudanças evolutivas e revolucionárias da sociedade." De então para cá, ocorreu no Brasil a insurreição franca das necessidades econômicas contra o direito positivo, como na França, segundo Gaston Morin, se deu a "revolta dos fatos contra o Código".

No entanto, a Justiça brasileira não acompanhou "pari passu" o progresso alcançado em todas as atividades públicas e privadas, permanecendo incólume à moderna técnica, quer no processo unificado para um país de enormes dimensões, e por isso mesmo sofrido e inadequado ante as divergências regionais - quer nos métodos de trabalho, que tornam a sua distribuição emperrada e lenta, complicada pela utilização ainda de fórmulas e vocabulário medievais.

Basta dizer-se, com pasma constatação, que os autos continuam sendo costurados da mesma forma por que o foram os da Inconfidência Mineira, que relembra o herói vibrante e largo, o nosso Tiradentes, patrono dos Advogados, na sua encarnação, dos anseios da liberdade, independência e dignidade, que plantou no solo brasileiro, regado por seu generoso sangue. Preocupados com a mais eficaz distribuição da Justiça, repositórios que são das críticas e reclamos dos litigantes, verdadeiros artesãos do Direito, os advogados de São Paulo, irmanados na família forense, não podem recusar o apoio reclamado no discurso de recente posse de Vossa Excelência, Senhor Desembargador Presidente, que, na sua reconhecida palavra, "nada mais será do que uma resultante da continuidade dos seus ideais de trabalho."

Daí por que hoje aqui comparecem, fraternos na comemoração da mesma festa, que também é nossa, por suas entidades representativas neste Estado: a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, o Instituto dos Advogados de São Paulo, cujos presidentes honraram-me com a distinção magna de representá-los, traduzindo o seu pensamento que, com o da Associação dos Advogados da Paulicéia, é uno e monolítico na confraternização convosco. Senhores Desembargadores, unindo nossas becas às vossas togas, porque ambas irradiam, na feliz expressão de Dario de Almeida Magalhães, "a cultura jurídica, o senso jurídico, a orientação jurídica, princípio, exigência e garantia capital da ordem nos países livres."

Comungam os advogados das mesmas preocupações da magistratura paulista, perseguem idênticos objetivos, caminham com fanal paralelo, porque a nossa meta é comum no esforço conjunto de se atingir a melhor distribuição da Justiça.

Como consegui-lo? É pergunta que atenua os espíritos, turva a mente, traduz constante perplexidade.

Como harmonizar a secular tradição da organização judiciária, com os progressos da técnica mais avançada?

O jurista não pode deixar de encarar o direito apenas no tempo e no espaço - como advertiu Arnold Wald - mas deve fazê-lo no seu grau de adequação aos fatos, procurando assegurar uma igual velocidade à evolução tecnológica e jurídica, a fim de evitar a mora do direito em relação aos fatos, que pode provocar a revolta dos fatos contra o direito.

Daí por que o dever do advogado consiste - hoje mais do que nunca - em viver os problemas de seu tempo, com a responsabilidade social do sacerdócio que exerce, não se admitindo mais que se limite, nos seus trabalhos, ao estudo de questões meramente especulativas; sem repercussão prática.

A reforma do Judiciário está aí, caminhando a passos que se espera não sejam lentos, `Porque é imperioso que os aspectos da dinâmica social, que subverteram as coisas do passado, sejam adequadamente sopesados em modificações que resultem na mais rápida e eficiente distribuição da Justiça, para que esta se aproxime mais do povo e dos litigantes,

Vossas Excelências, Senhores Desembargadores, sentiram os problemas antes da propalada Reforma do Judiciário. Em iniciativa pioneira inauguraram na Justiça paulista a idéia dos Tribunais de Alçada, para citar apenas uma das realizações que mais frutos produziram, tanto que acompanhada por grande parte dos Tribunais de Justiça de outros Estados.

Já em 1969, quando editada a Resolução n.º 1, previa-se a criação de um novo Cartório de Distribuição o Informação estabelecendo-se, para esse órgão, "o registro eletrônico de informações a serem prestadas" (art. 95).

Os novos métodos de trabalho devem ser corrigidos e aperfeiçoados, sempre que aparecerem inovações possíveis, como demonstrado pelo Professor Pedro Aragoneses, em comunicação às IV Jornadas Latino-Americanas de Derecho Procesal, em Caracas, (1971) o que fora dito em estudo com repercussão internacional pelo Professor Hernando Devis Echandia, apresentado ao V Congresso Nacional de Derecho Procesal, realizado (1968) na Argentina.

A Justiça de São Paulo, com a recente inauguração do projetado Cartório, com a instalação do processo de microfilmagem de feitos arquivados, aparelha-se, acompanhando o progresso da moderna técnica, aplicada à sua melhor distribuição.

Com a ressalva de que o domínio do objeto não pode exercer-se sobre o seu criador, como na sociedade escrava imaginada por George Orwell, cru seu célebre "1984", os advogados brasileiros dedicam-se ao problema desde há muito, tendo-o mesmo inserido na temática da IV Conferência Nacional da Ordem, realizada nesta Capital, em 1970.

Os advogados de São Paulo, preocupados apenas com a perspectiva - que sentem remota, como almejam que seja jamais alcançada - da tarefa do juiz vir a ser exercida pelo computador, entendem que o processamento de dados pode ser útil e melhor aproveitado na medida em que empregado para as tarefas paralelas, e não menos importantes, do específico aspecto administrativo do Poder Judiciário.

É aconselhável que se utilize o moderno sistema implantado, para a pesquisa que se faz necessária, das próprias raízes dos problemas que afloram ao Judiciário, dando a este um caráter mais amplo, uma vez que poderá prever, pelo estudo da sociologia jurídica, as falhas das leis e as causas das ações. A utilização de estatísticas habilitará a Justiça a dimensionar, em plano organizado, os aumentos da capacidade funcional, com o estabelecimento de um volume ideal de serviço por Vara.

O pioneirismo desse Tribunal não permite que Vossas Excelências estranhem, Senhores Desembargadores, que se proponha a organização de grupos de trabalho para o exame das matérias discutidas em cada ano, com a elaboração de sugestões ou indicação de aspectos da legislação que mereceriam reforma, dispondo-se os advogados a colaborar com o Judiciário nesse grandioso desiderato.

O cadastro, que o processamento de dados propiciará a esse Egrégio Tribunal, pode ser estendido para a pesquisa de ocorrências, junto à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público, a fim de que se facilite a ação do Corregedor da Polícia e dos Presídios, propiciando-lhe o conhecimento dos fatos que vão ter à Polícia e dos que acabam chegando ao Judiciário.

Todos esses problemas não dizem respeito, é óbvio, apenas ao Judiciário do nosso Estado, e principalmente porque afetam a ação dos advogados, que se preocupam também com a modernização da Justiça Paulista, aqui são trazidos com sugestões sadias de quem se insere no Organismo que atua para a mais eficaz aplicação do Direito, que é a meta de todos nós, Até porque, como salientava Santiago Dantas, "a linha de combate - o 'front' - da luta pelo direito é historicamente móvel e é para ele que se deve transportar o espírito dos juristas, em vez de contentar-se com as tarefas de mera manipulação técnica processada na retaguarda."

Os advogados paulistas; sentem-se felizes de participar desta solenidade, porque a festividade é também sua. E mais felizes ainda porque, falando por esse Egrégio Tribunal, em nome de vós, Senhores Desembargadores, estará o Magistrado que julgam perfeito, o Magistrado que, a despeito dos longos e profícuos anos de judicatura, ainda encarna o espírito do Advogado, que, vindo do seio da classe para esse Colégio julgador, não se desprende dos laços afetivos que ainda o fazem permanecer no coração de todos nós. O Desembargador Adriano Marrey, falando por vós, também não deixará de representar-nos, porque o mandato que nele depositamos de confiança em seu trabalho, a reconfortadora satisfação de que simboliza os maiores de nossa classe, é para nós motivo de júbilo e de satisfação do dever cumprido.

Dada a palavra ao Desembargador Adriano Marrey, orador oficial, proferiu Sua Excelência a seguinte oração:

Senhor Presidente,

Senhores Desembargadores:

Renova-se, neste agosto plenário, a cerimônia da instalação do Ano Judiciário, que vamos viver. Instituída em 1961, por iniciativa do então Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça, o sempre querido, respeitado e eminente Sr. Ministro Pedro Chaves, a fim de que, após as férias, os trabalhos tivessem início com uma "fala", "tal como acontece com a Aula Magna nas Universidades e a Missa do Espírito Santo, nos concílios católicos" permitiu esta solenidade o debate dos mais variados temas.

O saudoso Desembargador Cordeiro Fernandes foi quem a inaugurou, discreteando sobre o Direito Inglês, que tão bem conhecia, e acerca de sua preocupação de resguardar os valores da Liberdade, da Igualdade, da Ordem e da Tradição, que se conjugam nos tribunais I a da Inglaterra. Aludiu S. Exa. ao costume tradicional da justiça inglesa, de realizar o "Michaelmas", "solenização do início do ano legal, com um serviço usual na 'Westminster Abbey' e a celebração de missa na 'Westminster Cathedral' para os membros católicos romanos das cortes e advogados da mesma fé, sucedendo-se a recepção do 'Lord Chancellor' na Real Galeria da Casa dos Lords e procissão através das Reais Cortes de Justiça, dirigida pelo 'Lord Chancellor'.

"A par desse e outros costumes, as vestes suntuosas e as perucas, o inglês, manifestando o seu amor à tradição, revela o quanto de relevo atribui à Justiça."

Acrescentou o orador - "acentue-se, pois, entre nós, esse imperativo de aureolar a Justiça, com atos de respeito o estímulo".

No ano imediato falou o então Desembargador José Frederico Marques, para fixar "os problemas de maior realce e de mais intensa projeção, no âmbito e esfera da vida judiciária". Referiu-se à infeliz verdade, de estarem, na época, procurando os Judiciários estaduais a unificação da justiça em todo o país, "porque os Estados-membros, em sua quase totalidade, não consideraram praticamente a magistratura como um dos poderes da soberania nacional. Deixam-na desprovida de meios para enfrentar as graves funções que aos juízes e tribunais a Constituição outorgou. Respeitam, porque não há outro remédio, as garantias que esta concede aos magistrados; mas lhes dificultam a atuação funcional, ou anarquizando a organização judicial local, ou omitindo-se em relação aos recursos de que o Judiciário deve dispor para cumprir suas augustas atribuições".

E clamou o eminente magistrado e ilustre jurista - "o Estado de São Paulo não pode ter sua autonomia amputada e diminuída, pelo que devemos continuar batalhando em prol da manutenção das justiças estaduais em nosso sistema constitucional".

Seguiram-se outras substanciais orações de eminentes colegas, discutindo temas de atualidade, não se interrompendo o costume estabelecido. Em 1974 comemorou-se condignamente o 1.^o Centenário da instalação deste Egrégio Tribunal de Justiça; e, em 1975, coube ao ilustre colega Desembargador Heráclides Batalha de Camargo aludir, com bravura, à campanha que se faz, apontando o Judiciário como "intenso a aprimoramento condizente com o progresso, impermeável a inovações, estagnado em supostos privilégios, a desfrutar de garantias exclusivas no imobilismo de suas comodidades". Respondia, porém, S. Exa. - "nesse julgamento impensado, iludido das aparências, ao sabor dos efeitos e não de causas, mínima culpa poderá ser atribuída ao próprio Poder Judiciário". Já Frederico Marques denunciara "o descaso dos sucessivos governos da República para com os problemas do Judiciário", e os sucessivos Presidentes do Egrégio Supremo Tribunal haviam enfatizado ao máximo (sem comover a Nação), o clima de desespero em que continua a viver o Poder Judiciário, desaparelhado e desatualizado para enfrentar os problemas que, por imperativo constitucional, cabem a ele decidir".

Hoje, porém, como no início do Ano Judiciário anterior, a tecla a ferir-se é a mesma. O tema permanece, como da mais viva atualidade, pois, para este ano de 1976 promete-se a concretização, pelo menos em termos definidos de projeto de reforma constitucional, da esperada Reforma Judiciária.

É, pois, sob profunda apreensão que se aguarda o pronunciamento dos responsáveis pelo lineamento mestre da mencionada reforma, não se conhecendo, até agora, senão os termos do "diagnóstico" do estado da justiça brasileira, após penoso levantamento feito pelo Egrégio Supremo Tribunal, através de Comissão Especial, numa quase centena de volumes contendo idéias e sugestões.

Quando o Sr. Presidente Ernesto Geisel, em memorável visita protocolar ao Egrégio Supremo

Tribunal, indagava acerca dos problemas que afligiriam a mais alta Corte de Justiça do país, a começar pelas condições materiais de seu funcionamento, em prédio construído segundo plano arquitetônico que ignorou as peculiaridades de cada órgão, a que se destinavam os edifícios levantados, houve por bem o ruão Presidente do Pretório Excelso, o eminente Sr. Ministro Elói da Rocha, externar o pensamento da necessidade da reforma do próprio Poder Judiciário nacional.

Com a manifestação do Sr. Presidente da República, de dispor-se a cooperar para o aprimoramento dos serviços da justiça, dando ao Judiciário a oportunidade de realizar a reforma "pronta, ampla e global", reclamada pelo Sr. Ministro Presidente do Egrégio Supremo Tribunal, desencadeou-se o processo destinado à sua realização.

Assim, a reforma, que irreverentemente se disse ter sido "decidida num lance ocasional", surpreendendo os que não esperavam fosse resolvida tão repentinamente e durante mera visita de cortesia do Chefe do Governo ao Tribunal, passou, desde então, a preocupar a generalidade dos meios judiciários do país.

Como, porém, ao Egrégio Supremo Tribunal, segundo a impressão firmada, somente se cometeria o encargo de verificar as causas que concorrem para o descompasso entre o grau de desenvolvimento econômico do país e o suposto imobilismo do Judiciário, não beneficiado - segundo se tem advertido - com as transformações por que passaram os outros Poderes da República, limitou-se a egrégia Comissão Especial a levantar o chamado diagnóstico da Justiça, mediante os dados e subsídios necessários".

Como fazer-se a reforma, e em que termos, foi deixado para outra ocasião. Quando se supunha se encarregasse o próprio Poder Judiciário de fixar o projeto das modificações tidas como necessárias, eis que ele se transfere para a área do Executivo.

E, embora confiada à prudência e reconhecida alta capacidade e autoridade do eminente Sr. Procurador Geral da República, não deixa a idéia de como se conceberão os planos da reforma, de preocupar todo o Poder Judiciário do Brasil, principalmente nos Estados.

Não nos arreceamos de manifestar tal preocupação, porquanto, tal como já declarou solenemente o Exmo. Sr. Desembargador Ferreira de Oliveira, no ato de transmissão da Presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça a V. Exa., Sr. Presidente Gentil do Carmo Pinto, não há realmente crise na justiça de São Paulo. Afirmou o orador, na ocasião - "ela funciona com eficiência e dignidade em todo o território estadual, ao inteiro alcance do povo".

Efetivamente, os quatro Tribunais que servem a justiça neste Estado de São Paulo receberam em 1975, para julgar, 52.852 feitos, e julgaram nada menos de 50.929, ou seja, 96,4% deles. Isto é prova de que a justiça paulista está organizada e, embora apresente o maior volume de trabalho entre todos os órgãos congêneres do país, e tenha, proporcionalmente agravados, os mesmos problemas que a todos assoberba, não deixa de cumprir a sua missão.

Também o Egrégio Supremo Tribunal, com apenas 11 Ministros, havia recebido em 1975, até fins de novembro, 8.613 feitos e julgado 7.288, num extraordinário esforço para manter-se em dia. Daí nos permitirmos afirmar que o Poder Judiciário não se acha em crise, nem mesmo como organismo vivo, que se dissesse em estado de perturbação e mau funcionamento, à vista de uma realidade que lhe custasse assimilar. Na verdade, é vítima de injusta acusação, a qual o envolve, embora o alvo seja outro, mais significativo.

A propósito, e ao formular o já mencionado "diagnóstico da reforma judiciária", a douta Comissão Especial do Egrégio Supremo Tribunal, na percepção de que a crise existente é antes da "própria ordem jurídica", observa refletirem-se "no Poder Judiciário e contribuir para o desprestígio dele críticas dirigidas, na verdade, à ordem jurídica interna".

O problema não é peculiar ao nosso país, mas dir-se-ia universal; e foi observado na Itália, por Enrico Allorio, notando que ela é mais profundamente uma crise do Direito. Essa desconfiança no instrumento de trabalho, dos juízes, que é o Direito consubstanciado nas leis, decorre antes da ânsia de renovação desse Direito, segundo as diretivas que se delineiam no momento político de nossa atual sociedade. É - diz aquele mestre - "sensação da insuficiência presente do Direito, em vista das novas e superiores exigências morais, que se afirmam gradativamente na realidade". E nós outros já tivemos ocasião de observar que, no Brasil, a crise seria antes de legalidade e resultante da heterogeneidade das leis, muitas ainda oriundas da ditadura que subsistiu até 1945, até agora não reformuladas pelos poderes responsáveis, que são o Executivo, e o Legislativo.

O Poder Judiciário está organizado em todos os Estados de maneira idêntica, sob os mesmos princípios que a Constituição estabelece e a Lei federal n.º 5.621/70 pormenorizou. E se logra

atingir pleno funcionamento tanto em São Paulo, como no Egrégio Supremo Tribunal Federal e, de resto, em todos os Estados, em nenhum dos quais foi ainda preciso intervir, para serem cumpridas as funções judiciais, conclui-se que a chamada "crise" não é do Poder Judiciário em si mesmo. Este não se encontra falido, nem incapacitado para o desempenho de seus deveres funcionais. De modo algum se acha afetado o exercício da função jurisdicional. A crise que se percebe e cujos efeitos se fazem sentir no congestionamento do Egrégio Supremo Tribunal ou na lentidão da justiça local, é puramente funcional. O problema se resume na eficiência dele exigida, no desempenho dos trabalhos judiciais.

Reconhece, aliás, o Relatório da doura Comissão Especial, que "a estrutura do Poder Judiciário não parece justificar maiores alterações". Admite-se, pois, que estruturalmente não há o que alterar-se, nele.

Em consequência, a enfatização da reforma, como devendo atingir aos fines do que se considerou "mudança total e global", vai além das justas proporções do problema.

Diz-se que há uma crise, sim, mas no Egrégio Supremo Tribunal ela própria, todavia, determinada apenas pela saturação, decorrente do excessivo número dos feitos ali distribuídos, obrigando os Srs. Ministros a um esforço desumano. Como resultante, verifica-se a impossibilidade do Pretório Excelso decidir, com a profundidade a que poderia atingir, as causas de sua competência, com o risco, assinalado pelo seu eminente Presidente, de "sacrificar-se a qualidade doutrinária de decisões que devem servir de modelo".

O Sr. Ministro Djaci Falcão, em recente conferência pronunciada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, falando a propósito do tema, deixou claro que "a denominada crise do Supremo Tribunal Federal consiste no excessivo número de feitos submetidos ao julgamento de uma corte composta de onze juizes". E reconheceu igualmente que "o problema não é de hoje, porquanto já na segunda década do século se reclamara o congestionamento do serviço". Percebe-se, com isto, não se poder conferir à chamada "crise do Supremo" a mercê de crismá-la como "crise do Poder Judiciário nacional". A que molesta o Pretório Excelso é simplesmente de serviço. Pode ser remediada com a exclusão dos feitos que não deveriam ser ali julgados. E não se confunde com a que aflige a justiça comam, dos Estados, de diversa causa e necessitada de cura diversa.

O Egrégio Supremo Tribunal, não obstante o excesso de trabalho, nem por isso deixou de ser, como queria Ruy, o guarda da Constituição, "de sua letra, de seu espírito e de sua honra. O árbitro do seu destino"; ou, como escreveu o Sr. Ministro Aliomar Baleeiro, apesar de tudo, ele ainda exerce a sua tarefa, primordial e excelsa, de "sentinela das liberdades asseguradas pela Constituição e dela própria, que para isso o instituiu. . .".

Embora sob a pressão da massa de trabalho a que obrigado, não viu ainda o Egrégio Supremo Tribunal comprometida sua vocação, insculpida no velho Decreto n.º 848, de 1890 - a primeira lei de organização da justiça federal - de manter a autoridade da Constituição e das leis substantivas federais em todo o território brasileiro. Esta é a sua superior missão, de zelar pela unidade nacional, por meio da inteligência uniforme da própria Constituição e das leis federais. Vai daí poder-se afirmar que, se a missão suprema do Pretório Excelso não se acha sob ameaça de descumprir-se, a crise que se evidencia, e está anunciada, não é da instituição judiciária, como a Constituição a estabeleceu, mas do serviço, e por causas puramente exógenas, decorrentes do crescimento do país, do aumento de sua população e do incremento de suas condições de desenvolvimento econômico. Observou exatamente um eminente Desembargador e ex-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina que grande parte dos males diagnosticados é de defeitos de infra-estrutura, problemas de país em desenvolvimento, que só com o tempo poderão ser resolvidos.

Se há crise no Egrégio Supremo Tribunal, inconfundível com a que sucede na justiça dos Estados, sua redução será possível com o reexame do elenco das questões que atualmente podem ser ali apresentadas, ordenando-o pela forma que a experiência está a indicar, sem que a conseqüente reforma deva alterar o Poder Judiciário como se acha constituído.

O tema levaria a muitas considerações, de que nos dispensamos, para não prolongar esta oração.

Preferimos nos fixar, agora, ao que a todos provavelmente mais interessa, e diz respeito à Justiça dos Estados.

Ao se referir à atual estrutura do Poder Judiciário, nos termos da Constituição Federal, menciona o Relatório da doura Comissão Especial do Egrégio Supremo Tribunal a previsão constitucional

de outros Tribunais Federais de Recursos, além do já instalado em Brasília. E desde logo se manifesta pela sua eliminação. "É que a atribuição da mesma competência a vários órgãos judicantes pode acarretar a necessidade de mais recursos para unificar a jurisprudência". E a idéia de estruturar-se a Justiça Federal, "como ocorre com as Justiças Eleitoral e do Trabalho, em três instâncias, com Tribunais Regionais de segundo grau e um Tribunal Superior, este para exame das ofensas ao direito federal e para manter-lhe a unidade de interpretação nos Tribunais Regionais", seria aceitável, pois, conforme se diz, "a solução contribuiria para reduzir o serviço do Supremo Tribunal Federal o possibilitaria a instalação de Tribunais Federais de segundo grau em várias regiões do País, tornando-lhes o acesso mais fácil".

Entretanto, o que parece haver merecido a preferência da douta Comissão Especial é, conforme se lê no respectivo Relatório, a idéia "já prevista na Constituição - de majoração do número de juízes e especialização em Câmaras, Turmas ou Grupos de Câmaras, que, constituiriam Seções distintas do Tribunal", afastando o inconveniente assinalado, "de mais um grau de jurisdição. Permitiria, pelo maior número de feitos encaminhados ao Tribunal, melhores critérios de especialização". E - acrescenta-se "é aplicável às Justiças dos Estados e do Distrito Federal". Nessa ordem de pensamento, acrescenta a douta Comissão Especial que, assim, poderia ser suprimida "a possibilidade de criação de tribunais inferiores". Pondera-se que "esses tribunais inferiores de segunda instância, pela competência que lhes pode ser transferida, acabarão por desempenhar a maior atividade judicante de segundo grau, decidindo, soberanamente, sobre questões de fato relevantes e sobre a interpretação de leis estaduais".

A sugestão implica, como se deduz, na idéia da extinção dos chamados tribunais inferiores já existentes e que são os Tribunais de Alçada, instalados tanto neste Estado, como nos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais e no atual Estado do Rio de Janeiro, com extraordinária contribuição para o desfogo da justiça.

Voltamos, estranhamente, ao estado de espírito de desconfiança que, na Constituinte de 1946, se opunha à instituição de tribunais de hierarquia inferior. Não compreendendo a divisão da competência de segunda instância, via-se na idéia um meio de deslustrar o próprio Poder Judiciário. Assim se manifestou na época o constituinte Ferreira de Souza, clamando que "a criação de tais tribunais prejudica a própria majestade do Poder Judiciário, contra toda a tradição do Brasil e vai estabelecer, na prática, principalmente, importante questão de competência".

O Congresso aprovou a criação dos tribunais questionados, com o aplauso dos mais autorizados comentadores da Lei Magna, entre eles Themistocles Cavalcanti, depois Ministro do Egrégio Supremo Tribunal. Assinalou S. Exa. haver a iniciativa permitido "maior flexibilidade na organização judiciária dos Estados, quebrando o sistema de um único tribunal de segunda instância". E acrescentou "é uma inovação que permite aos Estados quebrar os padrões rígidos das organizações judiciárias tradicionais e abrir o caminho para a instituição de pequenos tribunais tão eficazes para a distribuição da justiça".

A prática evidenciou a viabilidade dos Tribunais de Alçada. O de São Paulo tem existência há um quarto de século. Foi instalado a 11 de agosto de 1951. A experiência coroou-se de êxito, e o Ministro Nelson Hungria lhe deu testemunho, declarando, em voto no Egrégio Supremo Tribunal, que São Paulo "sempre madruga para os empreendimentos felizes". O êxito se revela pelo elevadíssimo número de feitos julgados pelos Tribunais de Alçada, em que se desdobrou, neste Estado, por necessidade do serviço, o primeiro deles, sem prejuízo da alta qualidade dos seus julgados.

A coexistência de órgãos judiciários de segunda instância não representa inconveniente algum. Se nos reportarmos ao exemplo norte-americano, veremos que, em alguns Estados, onde o acúmulo de serviço torna necessário, existem, num mesmo plano, tribunais diferentes, com competência para o julgamento de recursos em casos de jurisdição ordinária, numa mesma área. Essa finalidade de descongestionar os julgamentos nos tribunais superiores é também o que justifica no Brasil a previsão constitucional, para a criação de tribunais inferiores de segunda instância, com alçada em causas de valor limitado ou de espécies, ou de umas e outras (Constituição, artigo 144, § 1.º, "a"), estando a denominação Tribunal de Alçada consagrada no mesmo artigo 144, § 3.º.

E desde que esses tribunais realizam plenamente o seu objetivo, razão não há para inovar-se, com a sua eliminação, simplesmente para aglutinar nos Estados o número de seus juízes ao dos Tribunais de Justiça, dando a estes proporções inusitadas, como as que atingiria este Egrégio Tribunal, se tivesse que englobar o número de juízes que compõem os três Tribunais de Alçada de São Paulo. Seríamos então 114 Desembargadores - o que por si já representa um absurdo.

Por outro lado, faz-se menção, no duto Relatório da Comissão Especial do Egrégio Supremo Tribunal, ao desalento dos juízes de alçada, desestimulados na carreira, pela suposta "grande dificuldade de lhes atingirem o término".

O argumento não se acha à altura de justificar a proposição de suprimirem-se os tribunais inferiores. Os respectivos componentes são Juizes de Tribunal de Segunda Instância, de notório prestígio. Têm as honras que o título lhes confere; reúnem-se freqüentemente: em Congressos exclusivos, de grande proveito intelectual, e não podem dizer-se sem estímulo, pois sua produção judicante é publicada em repertórios próprios, de jurisprudência, a que se dá merecida divulgação. De nada eles carecem, pois percebem vencimentos bem aproximados dos que vencem os Desembargadores. Só lhes faltam, na medida do desejado, vagas para promoção. Mas, como se diz no Eclesiastes, há que aguardar o tempo próprio. Há tempo para tudo... Os três Tribunais de Alçada de São Paulo julgaram, em 1975, em conjunto, nada menos de 38.510 feitos, em perfeito equilíbrio com os 40.936 recebidos. A diferença dos não julgados é de 6%, apenas.

Nem por isso este Egrégio Tribunal de Justiça se desdoroou em sua competência, com a suposta passagem, para outros órgãos de segunda instância, de um número dilatado de processos. Aqui são julgados os feitos de maior relevância, em matéria cível e criminal. Em 1975 foram aqui proferidos 21.139 votos, no julgamento de 12.419 feitos. A cada Desembargador competiriam cerca de 600 votos, tendo o Sr. Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida, que somente desfrutou férias regulamentares, proferido 599 votos no ano passado.

Isto demonstra que a coexistência dos Tribunais de Alçada, ao lado dos de Justiça, é altamente benéfica ao andamento regular do

serviço judiciário de Segunda Instância. Não se pode prescindir deles. Sua extinção viria sobrecarregar 'de modo absurdo os Tribunais de Justiça. E a idéia do neles integrar os respectivos juízes faria com que o Plenário de cada qual reunisse assembléias numerosas, com todos os percalços conhecidos. Além disso, a promoção far-se-ia "sur place", o que é igualmente de toda inconveniência, dispensando demonstração.

Nem mesmo a divisão desse Tribunal, de proporções macroscópicas; (o de São Paulo teria nada menos de 114 Desembargadores!), em Câmaras ou turmas, justifica essa aglomeração de magistrados num só corpo judicante. Se é para dividi-los em Câmaras especializadas, então é preferível especializar os Tribunais de Alçada já existentes, sem fazer uma reforma subversiva da organização judiciária nacional!

Se em algum Estado da Federação brasileira as relações entre os colégios judicantes locais gerou "atributos no tocante à independência administrativa dos tribunais inferiores", o remédio pronto foi dado pelo próprio e Egrégio Supremo Tribunal, julgando inconstitucionais as peias colocadas à autonomia deles.

Isto, podemos assegurar, não sucede em São Paulo, e por culpa de outrem não se devem desencadear medidas reformatórias que venham a alterar a estrutura do Poder Judiciário paulista onde precisamente melhor funcional

Os problemas suscitados, pelo menos neste Estado, pela coexistência dos Tribunais de Alçada com este Egrégio Tribunal de Justiça, são de reduzida importância. Cifram-se à elaboração do orçamento financeiro de cada um deles, e à dos respectivos Regimentos Internos, onde por vezes se dispõe, em matéria de processamento de feitos, de modo contraditório com o estabelecido pelo Tribunal de Justiça; e, mais freqüentemente, na organização dos quadros da Secretaria de cada Tribunal, quando se deparam pretensões a lhes atribuir situação diversa da em que enquadrado o funcionalismo do Tribunal de Justiça.

O desencontro não constituiu, até agora, porém, motivo de desarmonia entre os Tribunais do Estado, e poderá ser corrigido mediante simples emenda ao artigo 115, n.º II da Constituição Federal, sem comprometer, evidentemente, a necessária coexistência desses utilíssimos órgãos judiciários de Segunda Instância,

Assinale-se inexistir conflito possível entre os Tribunais de Alçada e o de Justiça. Segundo o resolvido pelo Pretório Excelso, ao mais alto Tribunal do Estado é que compete resolve-los.

Atualmente, as controvérsias sobre competência manifestam-se sob forma de "dúvidas", e somente chegam a este Egrégio Tribunal de Justiça, para resolvê-las, após o plenário dos Tribunais de Alçada discutirem a matéria e deliberarem manter as "dúvidas". E são decididas pelo Egrégio Tribunal de Justiça, com plena aceitação daqueles tribunais inferiores.

Reina, portanto, plena harmonia no serviço judiciário de São Paulo, onde justamente as questões

se apresentam em maior volume, com maiores problemas e dificuldades proporcionalmente aumentadas. Nos Estados onde porventura haja se mostrado precária essa harmonia, a imposição da mesma forma de resolver os conflitos de competência restabeleceria o equilíbrio, sem necessidade da medida drástica, que se preconiza, da supressão da possibilidade da criação de tribunais inferiores.

Estabelecido, porém, que a chamada "reforma do Poder Judiciário" há de ser feita, não havendo como retardá-la, ante a evidência reiterada do empenho do Sr. Presidente da República, convém como lembrou o Sr. Ministro Aliomar Baleeiro - "enquadrá-la na moldura da competência específica, esvaziada do emocionalismo e de prevenções. . .".

Convém ainda, como diz S. Exa., "repor as coisas em seus lugares, a partir do assentamento das preliminares, que podem parecer óbvias, mas que vêm sendo esquecidas".

As preliminares hão de ser as de que a reforma em exame não há de atingir o Poder Judiciário como instituído na Constituição Federal, nem a autonomia dos Estados.

Sobretudo, a reformar-se a Constituição, restaurem-se as garantias constitucionais devidas à magistratura, ainda suspensas. Conceda-se competência processual supletiva, civil e penal, aos Tribunais de Justiça dos Estados, para dispor em suas Resoluções sobre o que convenha ao interesse local, podendo instituir, onde possível, tribunais permanentes, de categoria inferior, para julgamento de pequenos delitos e contravenções, e para o desate de controvérsias cíveis de menor tomo, sem recurso para outros tribunais, dada a sua natureza de órgãos de justiça rápida e popular, embora sujeitos à ação disciplinar do Conselho Superior da Magistratura, nos Estados.

Respeite-se a autonomia dos Estados, na organização de sua justiça. A lembrança da criação de um denominado "Conselho Judiciário Nacional", a ser estruturado no próprio e Egrégio Supremo Tribunal, ao qual caberia intervir, dentro de determinador, limites, para a supressão de irregularidades mais graves, não somente quanto à atividade dos juízes, como também em relação aos demais órgãos ou instituições ligadas ao Poder Judiciário, resultaria na anulação radical da autonomia da Justiça dos Estados. Ficariam os respectivos Poderes Judiciários sujeitos ao Poder Central, contravindo-se o princípio de sua independência, básico no sistema federativo. Mesmo fosse restrita a competência desse Conselho, o mecanismo a ser montado para a ação fiscalizadora demandaria tempo e a dedicação dos Srs. Ministros, em prejuízo do estado das graves e delicadas questões que lhes são submetidas. E a vigilância exercida de longe teria apenas efeito simbólico.

Já se comentou, porém, que a estrutura que se viesse a montar para o exercício da "função censória" mencionada no Relatório da douta Comissão Especial, "estabeleceria os contornos de uma comissão de investigação a funcionar dentro do próprio aparelhamento judiciário, o que seria francamente inconcebível".

Pode, todavia, a função fiscalizadora, que se quer emprestar ao Pretório Excelso, ser exercida independente da existência de tal Conselho.

É bastante que, tendo conhecimento nos autos, ou por denúncia de interessados, da ocorrência de irregularidade grave, a comunique à Egrégia Presidência do Supremo Tribunal Federal aos Tribunais de Justiça ou Federal competentes, para as providências devidas, exigindo que estas lhe sejam comunicadas.

Aliás, o Regimento Interno do Egrégio Supremo Tribunal prevê, no artigo 9.º n.º II, a competência deste, de censurar ou advertir os juízes de inferior instância, multá-los e condená-los; nas custas.

Para isso não é preciso autorização legislativa. O exercício da função correccional, ou censória é inerente a toda atividade judiciária. O Egrégio Supremo Tribunal pode ainda exercer a correição que pareça necessária, mesmo sem aplicar pena, nas suas manifestações de repreensão ou censura.

Ao que consta, pensa-se até mesmo em promover unia como que "renovação compulsória" dos quadros da magistratura da Instância Superior, para dar lugar a juízes mais novos, ansiosos por promoção.

A providência seria simples imitação do regime vigente para a renovação periódica dos quadros do oficialato, nas Forças Armadas do país, mas por motivo muito diverso. Exige-se nestas que os homens de comando apresentem, na idade e no posto em que se acham, rigidez física, indispensável ao grave mister da direção marcial. Na magistratura, os profissionais quando envelhecem ganham prudência, a experiência e o "savoir faire", indispensáveis à grave missão

de julgar. Não basta ser moço, para que se adquiram tais qualidades. No entanto, pode-se verificar que a renovação se faz naturalmente, pelo menos em São Paulo, na proporção aproximadamente de 10% dos lugares nos Tribunais Superiores, em cada exercício - o que é mais do que suficiente. Não é preciso que se imponha compulsoriamente a retirada dos juízes mais antigos, mas ainda não avizinados da idade em que a própria Constituição lhes aponta a aposentadoria, como o seu destino...

Senhor Presidente. O Judiciário vem cumprindo em todo o país a sua missão, apenas embaraçado por circunstâncias a ele estranhas e resultantes de excesso de serviço, da má distribuição de competências, das leis processuais incapazes de imprimir rapidez e eficiência aos trabalhos judiciários, da baixa remuneração dos juízes e funcionários, da escassez de recursos, da insuficiência de pessoal, da falta de estímulo, etc.

Deve-se aguardar dos responsáveis pela reforma projetada atendam aos seus reais interesses, que são também os da Nação, de possuir Magistratura bem constituída, trabalhando em condições condignas, aplicando leis razoavelmente bem redigidas, inspiradas no interesse público e no conhecimento da vida nacional, muito mais que em teorias e preocupações de ortodoxia doutrinária, restauradas as garantias constitucionais, que se destinam a assegurar estabilidade e independência em face dos outros Poderes Públicos.

Se esse desiderato se realizar, merecerão aqueles a quem confiada tão delicada incumbência, o aplauso de quantos convivem com o Poder Judiciário e a gratidão do povo brasileiro, melhor servido quando precisar de seus juízes.

Que neste Ano Judiciário se realize a esperança de que uma inspiração benfazeja anime os propósitos dos reformadores, operando-se as modificações desejadas como necessárias, sem violação das tradições democráticas do Brasil e com o espírito de servir aos altos interesses nacionais!

Finalmente, o Desembargador Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça, disse textualmente:

Agradeço ao eminente Desembargador Adriano Marrey o magnífico, e oportuníssimo estudo que acabou de desenvolver.

Agradeço as reafirmações de colaboração com o Poder Judiciário aqui externadas pelo ínclito Secretário da Justiça, em nome do DD. Senhor Governador do Estado.

Agradeço as palavras de análise ao sentido desta solenidade e de saudação proferidas pelos ilustres Procurador Geral da Justiça e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo. E, finalmente, agradecendo a presença das altas Autoridades e demais pessoas gradas, declaro encerrada a sessão.

ELEIÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO

Realizou-se em dezembro de 1975, no Palácio da Justiça, a eleição dos novos dirigentes do Poder Judiciário do Estado para o biênio 1976/1978, tendo sido escolhidos, por unanimidade para Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, o Desembargador Gentil do Carmo Pinto; para 1.º Vice-Presidente, o Desembargador Dimas Rodrigues de Almeida; para 2.º Vice-Presidente, o Desembargador Adriano Marrey, - e para Corregedor-Geral da Justiça, o Desembargador Acácio Rebouças.

A posse dos eminentes Desembargadores em seus respectivos cargos, teve lugar no dia 31 do mesmo mês, havendo a solenidade sido assistida por elevado número de pessoas gradas.

Representando nossa classe, esteve presente, ao ato, o Sr. Júlio de Oliveira Chagas Netto, Presidente da Associação, acompanhado de elevado número de serventuários.

Cumprimentando os insígnies Magistrados pela merecida escolha com que foram distinguidos pelos seus ilustres Colegas para desempenho daquelas altas funções, formulamos os melhores votos pelo êxito integral da honrosa missão que lhes foi confiada.

OS 45 ANOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS

Em solenidade cujo orador oficial, o ex-presidente da entidade, Sr. Nehernias Gueiros, apontou, sob aplausos gerais, o advogado Sobral Pinto como paradigma da profissão e "campeão das

liberdades", a Ordem dos Advogados do Brasil iniciou as comemorações do 45.^o aniversário de sua criação.

A OAB foi criada pelo Decreto 19.408, de novembro de 1930, mas somente com o advento de seu Estatuto, consubstanciado na Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, é que o seu Conselho Federal assumiu feição definitiva, contando com três representantes de cada seção estadual. A profissão do advogado tem origem multi-secular mas o disciplinamento legal de seu exercício, a defesa das prerrogativas que lhe são próprias e sua fiscalização em nosso País têm, no surgimento da prestigiosa corporação, um ponto de referência fundamental aí se iniciando uma fase cuja importância transcende os limites do interesse estritamente profissional para interessar, de fato, a sociedade como um todo.

Em verdade, o transcurso do tempo à reforça e revigora o sentido de sua missão, à medida em que acrescenta maior significado ao papel do advogado no contexto social, como agente insubstituível que é de defesa dos direitos dos cidadãos e, por exemplo, das liberdades públicas, no quadro de uma sociedade juridicamente organizada.

Como lembrou o orador oficial do ato com que a OAB iniciou as comemorações de seu 45.^o aniversário de existência, no âmbito de qualquer dos Poderes - Judiciário, Legislativo, e Executivo ninguém pode garantir que as leis sejam invariavelmente cumpridas: "Tanto é certo que não são, tanto é certo que o Direito não é invariavelmente respeitado nas suas regras e disposições, que surgiu, no curso do tempo e das confrontações do homem contra o homem e contra o poder, a figura do advogado, destinada a vindicar a sua afirmação e o seu respeito".

Tal missão atribuída ao advogado exige uma permanente disponibilidade a capacidade de identificar, pôr sobre as situações concretas com que se defronta, as razões mais altas vinculadas ao equilíbrio da ordem social e jurídica, cujo imperativo de preservação de diversas formas nelas se projeta.

A complexidade das relações que se vão instaurando, a nível nacional e internacional, no bojo do próprio processo de desenvolvimento, torna, outrossim, decerto obrigatória a presença do advogado, seja contribuindo para dirimir controvérsias, seja prevenindo-as, na tessitura de direitos e deveres, vantagens e obrigações que dão substância à vida social e fazem também o dia a dia da vida econômica.

Tudo isso confere ao papel social do advogado um conteúdo em torno do qual não será tolerável subsistam incompreensões, tanto mais que os reflexos de sua ação não se circunscrevem, obviamente, à órbita patrimonial mas dizem respeito, sobretudo, aos direitos inalienáveis da pessoa humana, tais como expressos constitucionalmente e traduzidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

O aniversário de criação da Ordem afigura-se, nesse sentido, ensejo a uma reflexão sobre a necessidade da preservação, por inteiro, das condições para o exercício da atividade advocatícia, não se devendo a qualquer título eximir, portanto, o Poder Público, do dever de assegurá-las, evitando e coibindo eventuais constrangimentos que abatendo-se sobre o profissional, não deixam de se refletir negativamente sobre a comunidade, em desabono de nossos próprios foros de civilização.

A independência do advogado constitui-se, a esse respeito, um bem que longe de pertencer-lhe exclusivamente e patrimônio da própria sociedade sobre a qual direta e indiretamente repercutem sua fidelidade às normas que regem o exercício profissional, sua coragem na defesa de princípios em que se assenta a ordem jurídica, sua acuidade e seu desprendimento em um Ministério em que sobreleva a nota de um autêntico e verdadeiro "munus" público. Isto o que faz, afinal de contas, a grandeza da advocacia e, por via de consequência da corporação a que incumbe legalmente defendê-la e fiscalizar-lhe o exercício, na diuturna construção do Direito, inserido conceitualmente na própria gênese de tudo aquilo a que se aspira em matéria de segurança, harmonia e bem-estar social.

("Tribuna da Justiça")

A NOVA LEI DE REGISTROS E A FAMÍLIA NATURAL

Duas medidas de profundo alcance social estão contidas na nova Lei de Registros Públicos, que entrou em vigor em 1.^o de janeiro: a) mulher que vive maritalmente há mais de 5 anos poderá usar o sobrenome do companheiro, com o consentimento deste, ou a qualquer momento, depois da união, se tiver um filho com ele; b) tanto as pessoas casadas, quanto as desquitadas ou

solteiras poderão reconhecer seus filhos havidos fora do casamento, não constando da certidão de nascimento a circunstância da ilegitimidade.

MAIOR PROTEÇÃO A CONCUBINA

As inovações contidas no diploma legal (Lei n.º 6.015/73 como alterações de redação pela Lei n.º 6.216/75) e que consubstanciam em maior proteção a concubina ou companheira e aos filhos ilegítimos de qualquer natureza, estão contidas no artigo 57, parágrafos 2.º a 6.º e nos artigos 59 e 60.

- "Artigo 57 - Qualquer alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandato e publicando-se a alteração pela imprensa.

§ 1.º - Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada, ou em qualquer atividade profissional.

§ 2.º - A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com, homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas.

§ 3.º - O juiz competente somente processará o pedido se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houver decorrido, no mínimo, 5 anos ou existirem filhos da união.

§ 4.º - O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia.

§ 5.º - O aditamento regulado nesta lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra.

§ 6.º - Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de Justiça.

Artigo 59 - Quando se tratar de filho ilegítimo, não será declarado o nome o pai sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial para, reconhecendo-o, assinar, ou não sabendo ou não podendo mandar assinar a seu rogo o respectivo assento com duas testemunhas.

Artigo 60 - O registro conterá o nome do pai ou da mãe, ainda que ilegítimos, quando qualquer deles for o declarante.

LIMITAÇÕES AO RUÍDO AGRESSOR

Este ano foram publicadas as primeiras normas mundiais destinadas a limitar os ruídos e as vibrações nos locais de trabalho. Figuram no novo manual cujo texto foi elaborado durante uma reunião de, peritos da OIT. Além de permitir uma proteção mais eficaz de saúde do trabalhador, o manual tem como objetivo contribuir para evitar a fadiga profissional e fazer com que o trabalho seja mais agradável e humano.

O ruído pode ser a causa da surdez permanente, tornar inaudíveis os alarmas, aumentar a tensão e a fadiga nervosa e reduzir a eficácia de trabalho. Segundo os cálculos conhecidos pela OIT, existem umas 500 profissões e ocupações que, por seu excessivo nível de ruído, ameaçam diretamente o sentido auditivo do trabalhador.

Essa exposição ao ruído se mede em decibéis, na escala conhecida pelos especialistas como curva de atenuação "A". Por exemplo, um nível de 85 decibéis (na curva A) corresponde aproximadamente ao impacto que se recebe em um automóvel rodando a toda velocidade. Em um lugar de trabalho a exposição contínua a um ruído de 85 decibéis, constitui um "valor limite de advertência" que indica a necessidade de ser tomada imediatamente uma medida preventiva. Um nível de 90 decibéis constitui o "valor limite de perigo" mas além do qual se torna real e aguda a ameaça contra o ouvido. O ouvido humano nunca deve ser exposto mais de oito horas seguidas a esse nível.

Existem demasiadas máquinas construídas para funcionar de uma forma ruidosa. Há necessidade de se reduzir o nível do ruído, partindo dos mesmos planos de construção, mesmo

que se tenha de tornar a máquina mais cara. As conseqüências da ociosidade, advertem os peritos, é muito maior.

Outros meios de prevenção do ruído incluem a isolamento sonora, a redução do tempo de exposição ao ruído e o uso de equipamento pessoal de proteção.

Uma reunião anterior da OIT se havia formulado recomendações sobre o controle da poluição atmosférica nos locais de trabalho. Unidas aos resultados desta última reunião, constituirá material de base que servirá à OIT para preparar os projetos de normas internacionais sobre o ambiente de trabalho que serão estudadas pela Conferência Internacional do Trabalho no ano de 1976.

("Tribuna da Justiça")

OS CHEQUES SEM FUNDO E O SUPREMO

Reveste-se sem importância sob o aspecto doutrinário e de interesse, quanto à prática processual, recente acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em pedido de habeas-corpus sob o n.º 52.503. Mais de uma tese foi focalizada no julgamento, como é fácil pôr à mostra.

Em primeiro lugar, discutiu-se a questão nem sempre tranqüila, de saber qual o foro competente para o processo e julgamento do crime de emissão de cheque sem fundos: se do local em que o agente emitiu o título ou se o daquele em que houve a recusa ao pagamento, isto é, o do local em que se acha sediado o estabelecimento bancário. Em segundo lugar, debateu-se também o problema referente a saber se, em Processo Penal, a incompetência territorial do juiz se reveste das mesmas características do processo civil. As duas indagações, igualmente interessantes, e relevantes para a solução da hipótese submetida à Alta Corte se entrelaçam intimamente. Quanto ao primeiro ponto, isto é, o de saber qual o foro competente, no caso em discussão, o Supremo Tribunal Federal, coerente aliás com uma linha de entendimento que vem mantendo há já algum tempo, respondeu com firmeza que é juízo do local onde ocorre a recusa do pagamento.

E no que se refere ao segundo aspecto, ponderou o relator Min. Rodrigues Alckmin, que no processo penal não há texto de lei que restrinja a nulidade de julgamento proferido por juiz incompetente aos casos de incompetência absoluta. Daí a conclusão de que o critério territorial é suficiente para decretar a nulidade de uma ação.

O mesmo magistrado advertiu que, se se tratasse de ação civil, outra, naturalmente, deveria ser a conclusão.

Os argumentos expostos serviram, naturalmente, de fundamento, para que o Supremo Tribunal, por unanimidade de votos concedesse a ordem impetrada, anulando a sentença condenatória proferida contra o acusado pela justiça estadual. Mas somente a sentença foi anulada, porquanto tudo o mais, no processo, foi ressaltado, inclusive a prisão que subsistia contra o réu, em decorrência de condenações por outros processos.

O interesse que decorre do julgamento é, como se percebe, dúplice: de caráter doutrinário, dados os aspectos afluídos, e de caráter prático, pelas razões também referidas.

("Tribuna da Justiça")

DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA NA NOVA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Eduardo Y. Henry
São Paulo

Ainda na hipótese de loteamentos de terrenos, artigo 5.º § 1.º, do Decreto-lei n.º 515/69, previa tratamento análogo ao já referido em relação à venda e compra de imóveis e às incorporações de prédios, quando houvesse mais de um titular sobre o imóvel a ser loteado, quer em condomínio "pro indiviso", quer em condomínio "pro diviso", mandando considerar uma só operação para cada titular pessoa física.

O § 2.º do cit. artigo 5.º estabeleceu, a exemplo do já previsto quanto à venda e compra e à incorporação, determinadas regras de cômputo dos elementos temporais e unitários, para caracterização, ou não, das condições exigidas para equiparação da pessoa física à pessoa jurídica.

Assim, prescreveu-se como data para cálculo dos loteamentos caracterizadores a do respectivo,

registro na Circunscrição Imobiliária competente, ou, faltando este, a do primeiro documento referente à venda de lotes. Excluíram-se os loteamentos denunciados dentro do prazo de carência declarado pelo loteador (regra idêntica já for. prevista em relação à incorporação denunciada no respectivo prazo de carência também declarado pelo incorporador, como anteriormente assinalado). Considerou-se unitariamente, ou seja, como um só loteamento, o de área objeto de um mesmo registro, mesmo quando abrangendo dois ou mais terrenos confrontantes adquiridos de uma só vez ou em separado pelo respectivo titular (regra, também aqui, idêntica à prevista quanto a incorporações). Também unitariamente se consideraria o conjunto de registros de loteamentos em terrenos confrontantes, quando oriundos de desdobramento de um mesmo terreno ou de terreno resultante do desmembramento de terrenos adjacentes, adquiridos pelo seu titular de uma só vez ou separadamente.

O artigo 6.º preceituava que a equiparação de pessoa física à pessoa jurídica seria feita em consonância com a legislação vigente à época do instrumento inicial de cada transação, sendo que a ulterior modificação da mesma, caso mais rigorosa, não atingiria as operações já iniciadas. Mera aplicação do princípio legal de irretroatividade da lei tributária menos favorável ao contribuinte.

Previu-se o tratamento das operações praticadas antes da publicação do decreto-lei examinado à luz da legislação anteriormente em vigor (artigo 6.º, § 1.º), aplicada a nova legislação só em relação às operações realizadas após a data da publicação do mesmo diploma legal (§ 2.º do cit. artigo). Também foi prevista a hipótese de operações imobiliárias enquadráveis sob mais de uma classe de atividades imobiliárias, determinando-se o seu enquadramento sob a preponderante, observada ordem de preponderância em que figurava em primeiro lugar o loteamento de terrenos, seguido das incorporações de prédios em condomínio, vindo por último a compra e venda de imóveis, para os fins de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica (§ 3.º do cit. dispositivo).

O artigo 7.º prescreveu a não equiparação de condomínios organizados para a efetivação de qualquer das atividades imobiliárias em questão a sociedades de fato, mesmo no caso de dos mesmos participarem pessoas jurídicas, aplicados a cada condômino pessoa física os critérios legais de caracterização de empresa individual, como se fosse ele o único titular da operação imobiliária, dentro dos limites dessa participação. A disposição não alcançou as hipóteses de condomínio, nas condições acima, em data anterior à legislação estudada.

O artigo 8.º arrolou as obrigações das empresas individuais caracterizadas na forma do decreto-lei apreciado, mandando se inscrevessem no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, mantivessem livro "Caixa", para escrituração (ainda que sob forma de lançamentos rudimentares) todos os fatos referentes a suas atividades econômicas, mantivessem, ainda, sob sua guarda e responsabilidade os documentos comprobatórios dos lançamentos efetuados na escrituração e, finalmente, efetuassem as retenções e recolhimentos do Imposto de Renda devido, na fonte, na forma da legislação de regência. Como adiante veremos, tais obrigações se transmitiram à nova legislação ora em vigor.

(Diário do comércio e Indústria - SP - 30/5/75)

FUNDOS DE INVESTIMENTOS 157 - ADMINISTRAÇÃO REGULADA

O Banco Central do Brasil, na forma do artigo 9.º da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto na Lei número 4.728, de 14 de julho de 1965 e no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.214, de 26 de abril de 1972, com as modificações introduzidas pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974.

Resolveu:

I - Os Fundos Fiscais de Investimento (Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967) ficam sujeitos às seguintes exigências complementares:

- a) patrimônio líquido de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), no mínimo; e
- b) administração exercida exclusivamente por bancos de investimentos ou sociedades corretoras, que mantenham departamento técnico especializado em análises econômico-financeira sob a supervisão e responsabilidade direta de diretor de instituição, observando-se ainda:

1. a administração do Fundo será exercida por banco de investimento, sempre que o grupo

financeiro dispuser de instituição financeira da espécie;

2. no caso de administração por sociedade corretora, esta deverá apresentar patrimônio líquido não inferior a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

II - Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, contados da data desta Resolução, para que as instituições administradoras de Fundos Fiscais promovam as adaptações necessárias ao atendimento das disposições do item anterior.

III - As instituições administradoras de Fundos Fiscais que não se enquadrarem tempestivamente, na forma do item II, às exigências contidas no item I desta Resolução, transferirão, até o término daquele prazo, a administração do Fundo para instituição que preencha as condições estabelecidas nesta Resolução.

IV - O administrador do Fundo submeterá previamente ao Banco Central do Brasil o nome da instituição para a qual será transferido o Fundo, em cumprimento ao disposto no item III anterior, esclarecido que tal adaptação independerá de Assembléia Geral ou de consulta aos condôminos, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Regulamento anexo à Resolução n.º 145, de 14 de abril de 1970.

V - Todo texto publicitário impresso para oferta de quotas, anúncio ou promoção do Fundo, inclusive relatórios semestrais aos quotistas, deverá conter:

a) a taxa anual de administração cobrada no semestre anterior, expressa em percentual sobre o patrimônio líquido médio do Fundo no mesmo período; e

b) o montante dos encargos e das despesas debitadas ao Fundo no semestre anterior, excluídas apenas as despesas de administração (alínea "a" anterior), expresso em percentual do patrimônio líquido médio do Fundo no mesmo período.

VI - Os recursos dos Fundos de Investimento constituídos na forma prevista no Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e legislação posterior, deverão ser aplicados, pelas instituições encarregadas de sua administração, da seguinte forma:

a) do valor global do Fundo, no mínimo 70% (setenta por cento) deverão estar aplicados em ações ou debêntures conversíveis em ações de sociedades anônimas de capital aberto controladas por capitais privados nacionais, adquiridas por subscrição ou em Bolsa de Valores;

b) os recursos remanescentes deverão estar representados por ações ou debêntures conversíveis em ações de emissão de sociedades anônimas de capital aberto em geral, ou por disponibilidades, incluídas nesse limite as quantias em dinheiro e aquelas disponíveis junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos do Decreto-lei número 1.214, de 26 de abril de 1972;

c) as disponibilidades de curto prazo de que trata a alínea anterior poderão, inclusive, estar representadas por Letras do Tesouro Nacional.

VII - Permanece vedada a aplicação dos recursos arrecadados através do sistema criado pelo Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, em ações ou debêntures conversíveis em ações de instituições financeiras definidas como tais pelo artigo 17 e pelo § 1.º do artigo 18 da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

VIII - As carteiras dos Fundos Fiscais de Investimento estão sujeitas aos seguintes requisitos de diversificação:

a) montante de aplicações em títulos de uma única empresa não deverá exceder 10% (dez por cento) do total das aplicações do Fundo nem representar - no caso de ações e debêntures conversíveis em ações - mais de 10% (dez por cento) do capital votante ou mais de 20% (vinte por cento) do capital da mesma empresa;

b) a média das aplicações por empresa não poderá exceder 5% (cinco por cento) do valor total das aplicações do Fundo.

c) não serão consideradas, na determinação dos limites de diversificação ora estabelecidos, as ações recebidas em bonificação ou resultantes do exercício do direito de preferência, desde que o excesso seja eliminado no prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 6 (seis) meses, quando justificada a medida perante o Banco Central do Brasil. O extravasamento dos limites em virtude da valorização dos títulos também deverá ser regularizado nos prazos máximos aqui fixados.

IX - Não serão aplicados recursos do Fundo em títulos de emissão ou coobrigação de instituição administradora ou de empresa a ela ligada, conceituando-se como ligada à empresa:

a) em que a instituição administradora participe, direta ou indiretamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital;

b) em que diretores ou administradores de gestora do Fundo e seus respectivos parentes até o 2.º grau participem, em conjunto ou isoladamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital,

direta ou indiretamente;

c) em que acionista(s) com mais de 10% (dez por cento) do capital da administradora

participe(m) com mais de 10% (dez por cento) do capital, direta ou indiretamente;

d) que participar com mais de 10% (dez por cento) do capital da administradora, direta ou indiretamente;

e) cujos diretores ou administradores e seus respectivos parentes até o 2.º grau participem, em conjunto ou isoladamente, de mais de 10% (dez por cento) do capital da instituição administradora, direta ou indiretamente.

f) cujo(s) acionista(s) com mais de 10% (dez por cento) do capital participe(m) também do capital da instituição administradora, com 10% (dez por cento) ou mais de seu capital, direta ou indiretamente;

g) cujos membros da diretoria, no todo ou em parte, sejam os mesmos da instituição administradora, ressalvados os cargos exercidos em órgãos colegiados, tais como Conselho de Administração ou semelhantes, previstos no estatuto ou regimento interno da sociedade, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvido previamente o Banco Central do Brasil.

X - Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para a adaptação progressiva ao disposto no item anterior, admitido o exame de cada caso pelo Banco Central do Brasil.

XI - As ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários da carteira do Fundo serão sempre expedidas com especificação precisa do nome do Fundo.

XII - Para os efeitos do disposto no artigo 88 do Regulamento anexo à Resolução n.º 30, de 20 de outubro de 1966, os Fundos ficam equiparados às instituições referidas no citado dispositivo, podendo, portanto, ser beneficiados com o tratamento especial de devolução de corretagem.

XIII - Os títulos e valores mobiliários componentes da carteira dos Fundos Fiscais de Investimento serão obrigatoriamente custodiados em banco comercial, banco de investimento ou Bolsa de Valores.

XIV - As instituições administradoras de Fundos Fiscais terão apresentar ao Banco Ao Brasil S.A., no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua entrega pelos investidores, os Certificados de Compra de Ações (CCAs).

XV - A transferência de administração, a fusão e a incorporação de Fundos Fiscais subordinar-se-ão ao prévio assentimento do Banco Central do Brasil.

XVI - Fica vedada a organização e constituição de novos Fundos Fiscais de Investimento, exceto, quando a instituição interessada atenda às exigências da alínea "b" do item I desta Resolução e, a critério do Banco Central do Brasil, tenha comprovada experiência na administração de fundo mútuo de investimento.

XVII - Nos casos de que trata o item anterior, o Banco Central do Brasil fixará o prazo para que o patrimônio líquido do Fundo se ajuste ao valor mínimo estabelecido na alínea "a" do item I desta Resolução.

XVIII - O Banco Central do Brasil baixará as normas específicas de auditoria e contabilidade aplicáveis aos Fundos Fiscais de Investimento.

XIX - Ficam revogadas a Resolução n.º 263, de 23 de agosto de 1973, e a Resolução n.º 292, de 23 de julho de 1974.

POSSE DE ARMA EM PROPRIEDADE RURICOLA

Gentil Leite

1 - O FATO

A ação contravencional foi motivada contra o acusado porque portava irregularmente um revólver; devidamente municiado, em terrenos atinentes ao sítio. Por causa disto, foi condenado como infrator do artigo 19 da Lei das Contravenções Penais a Cr\$ 0,20 de multa, e perda da arma. Apelou, dizendo que estava na sua propriedade rurícola, no momento da expressão não portava a arma, e a mesma estava desmuniada, no porta-luvas.

2 - O DIREITO

Verifica-se que o caso em apreço apresenta certas peculiaridades, que foram bem exploradas pela defesa em suas razões da apelação. Deixa-se de lado a alegação de que não estava a arma municiada, eis que o próprio réu confessou este fato de início, foi realizada a apreensão do revólver com seis cartuchos íntegros e há referência pelos peritos que a arma estava carregada.

Contudo, existem outros dois aspectos que devem ser apreciados, e que pelo menos, trazem dúvidas a respeito de ter ficado tipicamente a contravenção em tela.

Assim é que a apreensão ocorreu em frente à casa do acusado dentro de sua propriedade rural. E sem uma descrição perfeita do local, não se consegue apurar se pode ser considerado como dependência da casa.

E além do mais, se decidiu: "Não infringe o artigo 19 da Lei das Contravenções Penais aquele que, sendo proprietário de uma fazenda, sítio ou herdade, anda armado dentro da casa da sede ou nas dependências, quaisquer que elas sejam, do solo agrícola", v. acórdão inscrito em Rev. dos Trib., vol. 383, pág. 208,

Outro fato que favorece o agente ativo é que ele, propriamente, não trazia a arma de casa, embora indiretamente dera ensejo a este fato. A isto se chega com base nos depoimentos coligidos, eis que mandara seu filho tirar o carro da garagem para arrumar o banco, e este colocou o carro em frente à casa, quando foi surpreendido pelos militares, que encontraram a arma no porta-luvas. Como se vê, a apreensão ocorreu quando a arma não estava em poder do acusado, o qual se encontrava dentro da residência, e não tinha a posse para condições de uso imediato, o que caracteriza a infração.

Certo é que o simples transporte, 'em circunstâncias que afastem o porte para uso imediato, não é suficiente para caracterizar a contravenção em foco.

3 - A SOLUÇÃO'

Nestas circunstâncias, foi dado provimento à apelação para absolver o apelante, eis que não está configurada a contravenção do artigo 19 da lei específica. Para a devolução da arma, observem-se as prescrições e cautelas necessárias.

(Decisão unânime da 6.^a Câmara do Tribunal de Alçada Criminal, em 7 de outubro de 1975, na apelação criminal 113.257 S. José do Rio Pardo, Sessão presidida pelo Juiz Valentim Silva.

Acompanharam o relator os Juízes Geraldo Ferrari e Cunha Camargo).

O DESAFIO DA ESFINGE

Luiz Carlos Lisboa

A Esfinge da mitologia grega, de grandes asas, cabeça de mulher e corpo de leão, é um velho símbolo humano carregado de significações. Como a própria vida, ela propunha enigmas aos homens e devorava aqueles que não os resolviam. Diz a lenda que a Édipo ela apresentou a seguinte pergunta: "O que é que anda primeiro com quatro pés, depois com dois, em seguida com três, e quanto mais pés ganha mais fraco fica?". O filho de Jocasta não vacilou: "É o homem". A Esfinge, talvez invejosa de tanta esperteza, destruiu-se a si mesma.

São infinitas as especulações sobre esse símbolo arcaico. O ensaísta e pesquisador inglês Daly Yjng acredita ter descoberto a verdadeira pergunta da Esfinge, que seria essa: "Que pode fazer um homem desperto, que não seja nem da ordem dos atos, nem da ordem das sensações, nem da ordem das emoções, nem da ordem dos pensamentos?" A resposta não seria simples, uma vez que não se trata de mera adivinhação a exigir apenas habilidade e imaginação. Se é verdade que Édipo resolveu o problema, ele pode ter sido o mais sábio dos homens de sua época. Esse desafio da Esfinge lembra os koan do Zen Budismo, que têm como finalidade lançar o ouvinte na "verdadeira meditação" que é, num estado em que a mente fica absolutamente vazia, sem os pensamentos convencionais que borboleteiam, fúteis e variados, em nosso espírito. Aquele vazio nada tem a ver com a idiotia; naturalmente. Segundo o Zen, agora evocado pelo desafio da Esfinge, o eu cessa para dar lugar a um fluxo de vida inteiramente incompreensível ao pensamento tradicional. Quando a Esfinge diz "um homem desperto", ela está excluindo o pensamento pueril, divertido, superficial, colorido (ou atormentado) que caracteriza a mente comum do homem comum.

A vida apresenta seus enigmas, cujas soluções conseguimos adiar até o momento da morte. Alegamos que não temos as respostas, que elas estão fora do nosso alcance, que só um sábio perfeito poderia dá-las. Por isso nós todos nos limitamos a viver vegetativamente, vendo o sol se por e se levantar, contando os dias num calendário, emendando semanas, meses e anos. Esse "existir inerte" é satisfatório para a grande maioria. Os que não o aceitam caem no erro oposto e se desesperam, apelam para as sensações fortes, ligam-se aos movimentos mais radicais, passam a crer em soluções milagrosas, esperam por uma futura e mais benigna encarnação, ou coisas assim. A Esfinge propõe enigmas a todo instante, na forma de pequenos e grandes

desafios que nos chegam incessantemente. Cada momento da nossa vida - principalmente na rotina do dia-a-dia - é extraordinariamente rico em enigmas e desafios. Nossa recusa em vermos isso é a maior dificuldade, e o primeiro enigma.

Diz a Esfinge sugerida por Daly King: "Que pode fazer um homem desperto que não seja nem da ordem dos atos, nem da ordem das sensações ... ? Primeiro, isso: desperto. Percebemos que não estamos acordados. Estamos sempre meio adormecidos, num estado sonambúlico permanente, perdidos entre distrações que variam infinitivamente. Nunca estamos no agora, preferindo sempre estar lembrando do ontem ou fazendo planos para o amanhã. Passamos da sonolência à excitação, sem fazer uma parada na atenção pura, na tranqüila lucidez - que existe! Não estamos despertos, na maioria absoluta das vezes. A Esfinge fala para homens despertos. Depois, isso: fazer algo "que não seja nem da ordem dos atos, nem da ordem das sensações". Ocupamos nosso tempo de todo modo, para não cairmos na tão temida armadilha do encontro com nossa própria realidade. Procuramos companhia, distrações, prazeres, preenchemos todos os vazios do nosso tempo. Nunca estamos diante de nós mesmos, e para evitar essa situação embaraçosa a sociedade em que vivemos criou mil ocupações diferentes. Em caso de perigo podemos ligar a televisão, abrir uma revista (de preferência bem colorida e sexy), ir ao cinema, telefonar para um amigo, escrever uma carta, fazer compras compulsivamente. Esses atos e sensações preenchem os claros, evitam as confrontações, removem a desagradável realidade. A Esfinge sugere que se faça algo que não seja "nem da ordem dos atos, nem da ordem das sensações". Propõe que fiquemos sozinhos, interiormente, para ver no que isso dá.

Finalmente, a Esfinge revelada por Daly King encerra seu desafio com um resto de frase: "nem da ordem dos pensamentos". O que pode um homem desperto fazer sem pensamentos? Essa é a grande dificuldade do enigma apresentado e qualquer resposta seria fatalmente limitada pelo uso tradicional e deformante das palavras. O pensamento se expressa com palavras e é produto da memória acumulada nas células cerebrais. Essa memória química (ou fisiológica) é utilíssima, tem funções práticas muito necessárias, mas não é tudo. Os problemas começam quando arquivamos na mente sensações, impressões, conclusões, e queremos viver em consonância com esse acervo. Usamos material velho, teórico, manipulado, para vivermos num mundo em que as coisas se sucedem rapidamente e em que tudo é novo a cada instante, como sempre foi o mundo. Essa inadequação é a fonte de todo sofrimento, segundo a mensagem da filosofia perene - aquele conjunto de conceitos que brilharam no fundo de todas as religiões e filosofias, em todos os tempos.

O que o homem desperto pode fazer fora da ordem dos pensamentos é simplesmente ser. Ser num sentido intenso e profundamente humano, estreitamente ligado à realidade que o cerca, aos demais homens e às coisas que compõem seu mundo. De fato, não há nada a "fazer", mas simplesmente existir, plenamente, como resultado de um auto conhecimento progressivo. Para quem vive assim, a vida já não propõe enigmas mas mostra sua face eterna. O Édipo da lenda grega - jamais o Édipo de Freud - forma com a vida uma só coisa, quando resolve o desafio da Esfinge. Por isso, ela se mata quando ele a compreende, esgotados seus enigmas e cumpridas sua finalidade.

(do Jornal da Tarde)

RETIFICAÇÃO DE NOME

Darcílio Melo Costa

Trecho de parecer:

"O pedido encerra retificação de nome (ou prenome) e retificação de nome patronímico, diante da linguagem assistemática dos textos legais, temos de nos socorrer da doutrina. Decompondo a estrutura do nome das pessoas, os tratadistas ensinam que o nome se compõe dos seguintes elementos: a) nome ou prenome; b) sobrenome; c) nome patronímico; d) cognome. Melhor esclarecendo:

nome ou prenome: nome individual; sobrenome: outro nome individual justaposto; nome patronímico: nome de família (ou "apelido" de família - agnome dos romanos) cognomes: alcunha ou nomes nobiliárquicos.

O Código Civil usa dos vocábulos nomes e prenomes, no artigo 195; nome patronímico, ou apelido de família no artigo 240, quanto ao sob nome, tão influenciado o legislador com os usos e costumes, empregou no artigo 1.039 "nomes e sobrenomes e domicílios dos árbitros"

quando queria dizer nome completo, pois o povo em linguagem corrente, coloquial, quando quer referir-se ao nome completo, diz "nome e sobrenome".

Ilustrando o que foi dito sobre os elementos que compõem o nome, tomemos um exemplo:

Joaquim José da Silva Xavier; Prenome - Joaquim; sobrenome - José; nome patronímico - Silva Xavier; cognome - Tiradentes (algunha). José Maria da Silva Paranhos; Prenome - José; sobrenome.- Maria; nome patronímico Silva Paranhos; cognome - Barão do Rio Branco (nome nobiliárquico). Se o nome é precedido de algum título, cargo, patente Bacharel, Doutor, Engenheiro, Almirante, General, Ministro - este não se incorpora ao nome, em sua conceituação jurídica. Pode incorporar-se ao nome das pessoas como individualidade moral, como personagem histórica - Ministro Nelson Hungria. General Castelo Branco."
("Tribuna da Justiça")

CRÔNICA DA INVEJA

Lembro-me de ter lido há muitos anos a exemplar história de um rei, senhor de pequeno país do Oriente, que, desejando conhecer o mais invejoso de seus súditos, determinou se promovessem as investigações necessárias no sentido de encontrá-lo.

Postos em ação seus agentes secretos, percorreram eles todas as províncias do reino na tarefa difícil de o descobrirem, tão elevado era o número de invejosos que deparavam por toda parte. Depois de longos e exaustivos meses de trabalho nessa busca, os agentes do rei o levaram à presença deste, não apenas um, mas dois indivíduos, cujos sentimentos de cobiça lhes parecera terem as mesmas dimensões.

Cabia, assim, a S. Majestade apurar, em última instância, qual dos dois era, realmente, o mais invejoso de seus súditos.

Indeciso, a princípio, sobre o meio que deveria empregar para sabê-lo, - o monarca, logo depois, esboçou um sorriso enigmático.

Então, voltando-se para os dois homens, que se encontravam genuflexos à sua frente, assim lhes falou:

Era minha intenção satisfazer o maior desejo daquele que demonstrasse ser o mais invejoso de meus súditos. Como, entretanto, ambos me fostes apresentados como tal, - estou disposto a dar a um de vós o dobro do que o outro me pedir. Solicitai, pois, o que quiserdes.

Ante essas palavras, os dois invejosos se entreolharam, com a avidez estampada nos seus rostos sórdidos. Mas, de súbito na mente de ambos assomou a idéia atordoante de que, aquilo que viesse a pedir, seria ao outro concedido em dobro. Remoídos por igual despeito ante essa perspectiva, os dois se mantiveram silenciosos por alguns instantes. Até que, por fim, um deles, erguendo para o monarca o olhar esgazeado, lhe disse:

- Senhor, mandai arrancar-me um dos olhos!

Ao ouvir tal pedido, o semblante do rei se iluminou de satisfação. Achara-o. Aquele era, sem dúvida, o mais invejoso de seus súditos...

SOCIAIS FIAT LUX...

Talvez então a luz se faça,
na escuridão da Noite longa...

Talvez um dia se realize
o Milagre esperado,
quando não mais nos ofuscar
o refalsado brilho
dos valores fungíveis,
e o nosso espírito
apreender o ilusório
das coisas transitórias...

Talvez então a luz se faça,
na escuridão da Noite longa,
- quando nossa alma, ansiosa de Infinito,
se houver de todo emancipado
do jugo deformante dos Instintos ...

Talvez então a luz se faça ...

Luz que dissipe a treva densa
que veda à nossa inteligência
a compreensão insofismáveis
dos valores sem jaça,
imutáveis e eternos,
que o Tempo não corrompe e não destrói...

Nessa hora única e augural
de Entendimento,
talvez se finde então a Noite longa,
e o Caminho nos surja,
iluminado e amplo, da Libertação...
Fontes Torres
(Do livro "Miragem", edição de 1952)

**REGISTRO CIVIL - ASSENTAMENTO DE NASCIMENTO - DECLARAÇÃO FALSA -
POSSIBILIDADE, A TODO TEMPO, SER O MESMO ANULADO -**

O assento de nascimento decorrente de falsa declaração é nulo, e, a todo o tempo, a pessoa que tenha fundado interesse em tomá-lo de nenhuma consequência, poderá, através pretensão regularmente deduzida, requerer ao juiz assim o declare.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível. n.º 10.645, da comarca de Curitiba, em que é apelante Cesário Alves Ferreira e apelada Carolina Camília da Rocha: Acordam, em Segunda Câmara Civil, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

Custas pelo apelante.

Trata-se de ação aforada pela apelada contra o apelante objetivando a anulação do assento de nascimento deste, registro sob n.º 594, fls. 174v., do livro n.º 20, do Cartório de Registro Civil e Anexos, do distrito da sede da comarca de Curitiba.

No registro em apreço, conforme consta da peça preambular, consta ser, o requerido, filho da requerente e de seu falecido marido, fruto, essa declaração, partida do próprio réu quando da lavratura do assento, de evidente má-fé, além de estar tisonada de erro quanto à data do nascimento.

Contestando, o requerido argüiu a prescrição da ação e afirmou ter sido, o registro, decorrente de manifestação do falecido esposo da requerente que, não por ter, em vida, repudiado o registro, anula, tacitamente, à situação. E mais: ser direito assegurado a qualquer brasileiro efetuar o seu próprio registro, bastando, para tal, o singelo encaminhamento de um requerimento subscrito por duas testemunhas.

Houve réplica.

No despacho saneador, irrecorrido, foi afastada a prescrição.

Realizou-se a audiência de instrução e julgamento, inquirindo-se, na oportunidade, o réu e várias testemunhas, inclusive a sua legítima mãe.

As partes, inclusive o representante do Ministério Público, ofereceram memoriais, e, sentenciando, o Dr. Juiz de Direito julgou procedente o pedido declarando nulo o assento de nascimento do o requerido, bem como todos os demais dele consequentes, por não retratar, o registro nulo, a real filiação do réu.

Irresignado, o réu apelou afirmando ter sido, o seu registro, conhecido do apontado pai que seria, na verdade, seu pai, circunstâncias que, aliadas ao conjunto probatório, autorizavam a reforma da sentença de primeiro grau de jurisdição.

O recurso foi rebatido.

O órgão do Ministério Público ofereceu razões.

A douta Procuradoria Geral do Estado opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso por correta e consentânea com a prova produzida a sentença impugnada.

Não há o que reformar na decisão recorrida que bem analisou a questão de fato e de direito. Do conjunto probatório depreende-se que o requerido, como ele próprio confessa (fls. 58), filho de Ana Alves Garcia, foi criado pela requerente e seu falecido esposo desde a mais tenra idade. Esse estado era sabido, conhecido e proclamado, como ressaltado por todas as testemunhas, inclusive por sua mãe (fls. 60v.).

Ora, ante essa circunstância, não podia o pedido deixar de ser julgado procedente, pois, como é de fácil percepção, o registro anulado fora decorrente de falsa declaração do registrando, o próprio réu que, valendo-se das normas legais então vigentes, requereu e teve deferido o seu registro de nascimento.

Não se discutiu, e nem tal discussão poderia ter ocorrido, possa, o registro civil de nascimento, ser realizado pelo próprio registrando. A lei, nesse sentido, é expressa: Lei n.º 765, de 14 de julho de 1949.

Interessante é consignar que ao tempo em que foi requerido o registro de nascimento, pelo próprio registrando, em 10 de agosto de 1945 fls. 6) a matéria era regulada pelo § 2.º, do artigo 63, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, e assim dispunha: "Os menores de 21 e maiores de 18 anos poderão, pessoalmente e isentos de multa, requerer o registro de seu nascimento", hipótese que fora, por Serpa Lopes, mui acertadamente, aliás, considerada como excepcional, posto "que o interessado direto no Registro figura, ao mesmo tempo, com a função de declarante" (Tratado dos Registros Públicos, 3.ª ed., 1955, vol. I, pág. 157).

Não poderia, se exprimisse a real situação. Todavia, eivada, como está por insanável defeito, qual o de falsa declaração, não pode gerar a pretensão do réu, ou seja a imutabilidade do registro, com a conseqüente "situação de estado de família acomodada aos seus interesses" (Serpa Lopes, ob. e vol. cit., pág. 158).

A prova dos autos, bem apreciada pelo douto julgador, não poderia conduzir a outra conclusão que não a procedência do pedido e o cancelamento do registro.

Consigna-se, afinal, não ter sido requerida ao juiz a declaração da existência ou inexistência de relação jurídica, referente à paternidade do réu (artigos 5.º e 325, C.P.C.) que, fundado em exceção legal, falsamente, atribuiu a si a filiação impugnada pela apontada mãe. (T.J. Sta. Catarina - Florianópolis, 4 de julho de 1975 Cerqueira Cintra, Presidente - Tycho Brahe, Relator - Eduardo Luz - Rolyter Nascimento Ferreira, Procurador do Estado).

NULIDADE DE PACTO ANTENUPCIAL DECORRENTE DE CASAMENTO JURIDICAMENTE INEXISTENTE

Se o casamento é juridicamente inexistente e não apenas nulo, não é necessário propor preliminarmente ação de nulidade de casamento, devendo a inexistência do mesmo ser declarada na presente ação de nulidade de pacto antenupcial.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 239.411, da comarca de São Paulo, em que é apelante André Killick, sendo apelado Gerald Killick:

Acordam, em Segunda Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, dar provimento à apelação.

Autora e réu, então cidadãos franceses, casaram-se na França em 1950 fls. 11, 12 e 59). Depois, repetiram o casamento no Brasil (fls. 14), no regime de separação de bens, em razão de pacto antenupcial (fls. 13).

A mulher ajuizou ação visando anular o instrumento do referido pacto, mas a sentença, ainda que reconhecendo ser nulo o segundo casamento e também aquele trato, deu pela carência da ação, argumentando que, preliminarmente, deve ser movida ação de nulidade do casamento dos litigantes para se obter a conseqüência visada na inicial.

Inconformada, a vencida apelou tempestivamente, visando reforma do decisório de primeiro grau, para que seu pedido mereça acolhimento.

O recurso foi regularmente processado e o parecer da Procuradoria Geral da Justiça é pelo provimento da apelação. E com razão.

Inicialmente, de se salientar que a sentença, ainda que concluindo pela carência de ação, na sua motivação examinou o mérito do pedido, até afirmando sua procedência (fls. 80), que só não proclamou no decurso por entender seu ilustre prolator que seria indispensável proposição de

uma demanda versando sobre a anulação do segundo casamento das partes para que a nulidade do pacto antenupcial fosse decretada judicialmente.

Mas, como assim não é, tal como salientado no excelente parecer do Dr. Procurador da Justiça, resulta que esta instância pode reformar o decisório de primeiro grau e, desde logo, apreciar o mérito do pedido inicial, nos termos do artigo 515 do Código de Processo Civil (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, vol. 29/13).

E para se afastar a conclusão da sentença, basta lembrar o mencionado parecer, da lavra do brilhante Procurador da Justiça, Dr. Raphael A. de S. Campos Netto, que magnificamente equacionou a quaestio dos autos, inclusive lembrando caso semelhante já apreciado por este Egrégio Tribunal (Revista dos Tribunais, 454/78).

Em verdade, o pretenso segundo casamento, realizado no Brasil é mais que nulo, é juridicamente inexistente. Sendo os litigantes casados, um com o outro, na França, em casamento plenamente reconhecido pela lei brasileira e idôneo a produzir efeitos no Brasil, nenhuma finalidade teve a celebração de atos neste País, que só aparentemente corresponderam a um casamento. Sendo assim, na lembrada lição de Washington de Barros Monteiro (Curso de Direito Civil Direito de Família, pág. 58), "não haverá necessidade de propositura de ação para a decretação de nulidade do casamento inexistente". Assim que verificada a suprema irregularidade, basta que a autoridade judicial determine o cancelamento, no registro civil, do assento referente a tal casamento.

É o que se decide aqui.

Consequentemente, reconhecida a inexistência do casamento no Brasil, inexistente também é o pacto antenupcial a ele atrelado, ineficaz porque sem eficácia tal casamento.

Isto posto, dá-se provimento ao recurso, para se reconhecer inexistência jurídica do casamento realizado entre as partes no Brasil, bem como do pacto antenupcial de fls. 61. Disso decorre que deve ser cancelado o respectivo assento do matrimônio no registro civil, bem como a escritura daquele pacto no respectivo tabelionato. É o que fica determinado. - Procedente a ação, terá o réu que pagar as custas do processo o honorários advocatícios, arbitrados estes em Cri 2.000,00 (dois mil cruzeiros). (T.J. de São Paulo - São Paulo, 25 de fevereiro de 1975. - Presidente, Almeida Bicudo - Relator, Tomaz Rodrigues - Geraldo Roberto - Sydney Sanches).

IMPOSTO TERRITORIAL URBANO

Não incide sobre imóvel utilizado na exploração agropastoril, aluda que situado nos limites da zona urbana, definida em lei municipal. Negação de vigência, pelas instâncias ordinárias, ao artigo 15 do DI. 57, de 18-11-66, modificador da norma contida no artigo 32 do Código Tributário Nacional. Recurso extraordinário conhecido e provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque- O Município recorrido lançou imposto territorial urbano sobre uma faixa de terras da "Fazenda Horizonte", de propriedade do recorrente, por estar ela situada nos limites da zona urbana definida em lei municipal, movendo executivo fiscal para cobrá-lo. O executado defendeu-se, sustentando que a destinação agropastoril do imóvel o sujeitava ao imposto territorial rural de competência federal, tributo que vinha sendo pontualmente pago, e não ao imposto territorial. urbano de competência municipal. A sentença reconheceu que a área tributária estava sendo utilizada na exploração agropastoril, mas que se situava nos limites da zona urbana definida em lei municipal. Assim, por aplicação do artigo 32 do Código Tributário Nacional, deu pela procedência do executivo fiscal. Em grau de agravo de petição, a Quarta Câmara Cível. do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença, dizendo (f. 426):

"Nenhum reparo pode merecer a bem lançada decisão proferida. A controvérsia se definiu sobre a localização da propriedade imóvel, circunstância que indicaria o tributo a que estaria sujeita. O artigo 32 da Lei n.º 5.172, de 25-10-66, referente ao Sistema Tributário Nacional, refere que o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, da competência dos Municípios, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. O § 1.º desse artigo diz que se entende como zona urbana a prevista em lei municipal. E do processo restou inarredavelmente comprovado que a área de terras, da propriedade do agravante, se encontra localizada na zona urbana, segundo a perícia realizada e a Lei Municipal n.º 634, de 13-4-65, f.

144. Disso tudo, a sujeição ao tributo pedido pela inicial é indestrutível devendo o réu-apelante cumprir a obrigação requerida".

Daí o recurso extraordinário do executado, fundado na letra e, por negação de vigência ao artigo 15 do Decreto-lei n.º 57, de 18-11-66, que teria derogado e substituído o artigo 32 do Código Tributário Nacional.

Admitido e processado o recurso, subiram os autos e a douta Procuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento e provimento.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Xavier de Albuquerque (Relator): - As instâncias ordinárias levaram em conta o artigo 32 do Código Tributário Nacional, que sujeitava ao imposto territorial urbano o imóvel localizado na zona urbana do Município, dando prevalência, assim, ao critério da localização, sobre o da destinação.

Sucede que, como observa o recorrente, tal forma foi posteriormente alcançada pelo Decreto-lei n.º 57, de 18-11-66, que dispôs:

"Art. 15 - O disposto no artigo 32 da Lei n.º 5.172, de 25-10-66, não abrange o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola e pecuária ou agro-industrial, incluindo, assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados". A esse dispositivo as instâncias ordinárias negaram vigência, posto que aplicaram o artigo 32 do Código Tributário Nacional, como se ele não existisse.

Nessas condições, conheço do recurso e lhe dou provimento para julgar improcedente o executivo fiscal, condenando o Município recorrido em honorários de 20% sobre o valor da causa. (S.T.F.) RE 76.057 - PR - Rel., Ministro Xavier de Albuquerque. Reeda., Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso. Conhecido e provido nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. - Presidência do Sr. Ministro Thompson Flores. Presentes à sessão os Senhores Ministros Bilac Pinto e Xavier de Albuquerque. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antônio Neder. Procurador-Geral da República, substituto, Dr. Oscar Corrêa Pina. - Brasília, 10 de maio de 1974. R.T.J., vol. 70, pág. 479.

REPRODUÇÕES POR XEROX DE FOLHAS DE LIVROS CONHECIDOS E REVISTAS JURÍDICAS COM INDICAÇÃO DE PÁGINA DE FÁCIL VERIFICAÇÃO - DESNECESSIDADE DE AUTENTICAÇÃO

Pedido de diligência formulado pela douta Procuradoria-Geral do Estado rejeitado. Volta dos autos àquele órgão para pronunciamento no mérito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 10.167, da comarca de Campos Novos, em que são apelantes Vergílio Antunes Stefanos, sua mulher e outros, sendo apelado o espólio de Francisca Anturtes de Souza:

Acórdão, em Terceira Câmara Civil, à unanimidade, determinar a volta dos autos à Procuradoria-Geral do Estado para que se pronuncie sobre o mérito do pedido.

Custas a final.

E assim decidem porque não há necessidade de se autenticar as reproduções (cópias xerox) de fls. 30 a 36 e eis que foram extraídas de obras conhecidas, quais sejam: "Novo Código de Processo Civil" - Levenhagen; Revista "Bahia Forense", "O Processo Civil à Luz da Jurisprudência" de Alexandre de Paula.

A diligência sugerida pelo ilustre Representante do Ministério Público da segunda instância somente viria procrastinar ainda mais o feito.

A rigor as cópias referidas nem precisariam ser anexadas aos autos, bastando que as decisões, bem como doutrina, fossem citadas com indicação da obra e folha onde se encontram.

Rejeitada, pois, a preliminar era de se devolver os autos à douta Procuradoria-Geral do Estado para que pronuncie sobre o mérito da causa. (T.J. Sta. Catarina - Florianópolis, 22 de setembro de 1975. - Aristeu Schiefler, Presidente. - Geraldo Salles, Relator. - Ayres Gama. - Reyriado Alves.

ESTATUTO DA TERRA - ART. 65 - DIVISÃO DA GLEBA -

1) Ex-vi dos art. 65, da Lei n.º 4.504/64, e 11, do Decreto-lei n.º 57/66, é inadmissível a divisão da gleba em quinhões menores do que os módulos, ainda que para fazer cessar o condomínio

entre os co-proprietários 2) O fim da lei, no caso, é o de evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos, e deve preponderar sobre a lateralidade do dispositivo.

RELATÓRIO

O Senhor Ministro Aliomar Baleeiro: - Os Recorrentes, com base no artigo 629 do Código Civil, pretendem a divisão judicial de um imóvel rural, cadastrado no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com a área de 72,6 hectares - Módulo 33. Pertence a oito condôminos.

Entendem os Recorrentes, co-proprietários, ser inviável a pretensão, em face do artigo 65 da Lei n.º 4.504/64.

2. A 6.ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, unânime, a fl. 72, reformando sentença inicial (fl. 39) decretou a carência da ação, tendo em vista que o Estatuto da Terra não admite a divisão em área inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural, além de a comunhão em causa ter sido estabelecida em 1970, após a plena vigência da Lei n.º 4.504/64.

3. Daí o recurso extraordinário dos Promoventes, a fls. 75, trazendo para prova do dissídio julgados publicados na R.T., 438/146, 418/141, 419/175, 412/172 e R.T.J., 52/331.

4. O recurso foi admitido a fl. 82.

5. A fl. 93, Dr. Mauro L. Soares, pela Procuradoria-Geral da República, preliminarmente, opina pelo não conhecimento, em virtude do valor ínfimo da causa. No mérito, pelo não provimento, apoiado na Súmula 291.

É o relatório.

VOTO

O Senhor Ministro Aliomar Baleeiro (Relator): - A causa, iniciada em 4-8-1972, foi atribuído o valor de Cr\$ 4.000,00 (fls. 5 e 9) e o venerando Acórdão de fl. 72 confirmou a sentença de 1.º grau.

II - É certo que os Recorrentes, a fl. 75, invocando o venerando Acórdão do Supremo Tribunal Federal, na R.T.J., 52/331, citado noutros da R.T., 418/141 e 419/175.

Mas o fazem sucintamente pela breve alusão desses outros julgados. Evidentemente, sem o menor apreço ao artigo 305, do Regimento Interno, e à Súmula n.º 291.

III - Li, porém, o padrão do S.T.F., que é o v. Ac. no RE 66.409 - Rio Grande do Sul, de 12-11-69, Adauto Cardoso, cuja ementa resume o conteúdo:

"Estatuto da Terra, Modulo - Área mínima. Ação Divisória e demarcatória".

A proibição de desmembramento do imóvel em áreas de tamanho inferior ao quociente da área total pelo número de módulos constantes do certificado de cadastro, só se aplica aos casos de transferência da propriedade por ato entre-vivos ou por direito hereditário, excluída a divisão do condômino. Aplicação dos artigos 65, da Lei n.º 4.504, de 1964, e 11, do Decreto-lei n.º 57/66". Razoável, por igual, a interpretação do venerando Acórdão recorrido, que abandona a literalidade o busca a luz no fim da dela.

Entre duas interpretações razoáveis, uma necessariamente é a melhor e impõe-se se confrontadas ambas. Nesse caso, desaparece tolerância da Súmula que, considerando urna inteligência isolada, admite ainda que não seja a melhor, se razoável.

É incontestável que o Estatuto da Terra tem como finalidade precípua uma reforma agrária e uma política rural que evite os dois males geminados, da estrutura agrícola brasileira:

- a convivência do latifúndio com o minifúndio.

Nesse padrão, dois casais, eram os únicos proprietários duma gleba e um deles pediu a divisão impugnada pelo outro, porque cada metade não atingiria o módulo local.

IV - Não conheço do recurso, em obediência aos artigos 305, 308-IV e 22, § 1.º do Regimento Interno.

Mas, se os eminentes Juízes dele conheceram, nego-lhe provimento. É certo que o dispositivo diz: "Para fins de transmissão a qualquer título, nenhum imóvel poderá ser desmembrado ou dividido, etc.". Poder-se-á, razoavelmente, interpretar como fez o padrão, que, a contrario sensu, é divisível a gleba se o co-proprietário não visa a transmissão.

Em Santa Catarina, por exemplo, os lotes iniciais de 25 h da colonização alemã de há um século, como a do Dr. Blumenau, geraram, por efeito das partilhas do C.C. parvifúndios que não bastam a ocupar a atividade duma família, nem a alimentá-la. A extrema divisão engendrou a lavoura de mera subsistência de tipo caboclo das áreas empobrecidas do Nordeste. O Estatuto da Terra pretende impedir essa pulverização do fundo agrário, estabelecendo aqueles módulos indivisíveis.

No caso dos autos, cada co-proprietário viria a receber menos de 7 h e menos de 400 laranjeiras, quinhão tão exíguo que não se conciliaria com a atividade econômica racional. Isso aliás, já

reconhecia um marxista, como Karl Kautsky, quando analisou a reforma agrária ao apagar das luzes do século XIX.

Dividida a gleba pelos 8 comunheiros, nenhum dos quais se poderia manter nela, nada impedira a transmissão dos quinhões. O Estatuto da Terra quer impedir esse fracionamento e, a meu ver, tanto para transmissão imediata, quanto para a posterior em 2 etapas. O que a lei quer evitar diretamente, também o quer por via oblíqua.

De qualquer modo, penso que o S.T.F. deve fixar o sentido daquela vedação, isto é, se ela se refere apenas ao caso de parcelamento por transmissão ou se, também, como penso, quando se pretende a divisão do artigo 629, do C.C. (S.T.F. - RE 78.048 - SP - Rel., Min. Aliomar Baleeiro.

Não conhecido. Unânime. 1.a Turma, em 17-5-74. Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti.

Presentes à Sessão os Srs. Ministros Osvaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djaci Falcão, Rodrigues Alckmin, e, o Dr. Oscar Corrêa; Pina, Procurador-Geral da República, substituto.

NEGOCIO FIDUCIÁRIO

É aquele em que uma pessoa transmite a outra um bem ou direito, para determinado fim, obrigando-se a segunda a restitui-lo, ou transferi-lo a terceiro, uma vez alcançado o objetivo. Existência de escritura pública de compra e venda sem que dessa coaste qualquer cláusula sobre o pactum fiduciae. A lei civil não cogita especialmente dessa forma de negócio que só pode ser reconhecido por prova testemunhal quando essa é complementar da prova por escrito porque in casu importa em anulação de escritura pública revestida das formalidades legais.

Entendimento do parágrafo único, do artigo 141 do Código Civil. Apelação provida.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível, n.º 8.461 da comarca de Braço do Norte, em que são apelantes Alexandre Blasius e sua mulher e apelados Antônio Vicente

Marciano e outros:

Acórdão, em Terceira Câmara Civil, por votação unânime, dar provimento à apelação, para julgar improcedente a ação, condenando autor nas custas e honorários de advogado na base de 20% sobre valor da causa.

Custas pelos apelados.

E assim decidem pelos seguintes motivos:

Em 21 de setembro de 1966, compareceu perante o Tabelião da cidade de Grão-Pará, Comarca de Braço do Norte, neste Estado Maria Vicente Marciano, também conhecida por Maria Tomaz Marciano, representada nesse ato por seu procurador Eustáquio Gonzaga Monteiro, que vendeu a Alexandre Blasius pelo preço de Cr\$ 820,00, uma área de terreno medindo 10.000m², situada naquela cidade.

Falecida a vendedora, seus filhos ingressaram em juízo com uma ação ordinária de indenização por perdas e danos contra o adquirente do imóvel aludido, sob o fundamento de que os réus não fizeram chegar aos herdeiros o que por direito lhes pertencia, pois que a Escritura Pública constante dos autos foi lavrada como decorrência de "negócio fiduciário" e, como esse não foi cumprido têm direito a perdas e danos.

Julgada procedente a ação, apelaram os R.R. para este Egrégio Tribunal de Justiça.

O negócio fiduciário é aquele em que uma pessoa transmite a outra um bem ou direito, para determinado fim, obrigando-se a segunda a restitui-lo, ou transferi-lo a terceiro, uma vez alcançado o objetivo.

É um pacto, que, uma vez não cumprido, se resolve por perdas e danos como nos ensina a doutrina, pois a nossa lei civil sobre ele silencia.

In casu o apelante adquiriu por escritura pública de compra e venda, quitada, da mãe dos apelados, o lote de terras, não constando daquele ato qualquer cláusula que ampare o direito dos Autores, ou melhor, que nos faça crer que se trate, na realidade, de "negócio fiduciário". A prova trazida aos autos é a testemunhal de fls. 39 a 42, que não pode ter os efeitos de anular uma escritura pública de compra e venda de valor superior ao estabelecido no artigo 141 do Código Civil que está assim redigido:

Art. 141 - "Salvo nos casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos, cujo valor não passe de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Parágrafo único - "Qualquer que seja o valor do contrato a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito."

Para se reconhecer a existência do pactum fiduciae, não oferecem os autos elementos

suficientes de convicção, não sendo de se aceitar a simples testemunhal colhida contra a escritura de compra e venda constante de fls. 13, lavrada na forma da lei.

Por outro lado, não há, nem, sequer presunção que nos levem a crer, quis a mãe dos apelados realizar um negócio fiduciário. Se desejava ela transferir seus bens, após sua morte, aos seus filhos deveria, ao invés do pacto que pretendem os apelados ter existido, ter optado por um simples testamento que nenhum problema traria aos herdeiros ou ainda poderia aguardar simplesmente a abertura da sua sucessão pela morte.

"O negócio fiduciário", tem sempre um objetivo, isto é, por meio de interposta pessoa resguardar o patrimônio futuro dos herdeiros, o que no caso não está provado. O negócio fiduciário, na espécie, se apresenta sem qualquer razão de ser. O que houve, na realidade, foi a compra e venda do imóvel, sem qualquer cláusula para cumprimento futuro.

No caso em tela a compra o venda se deu em 21-9-1966, isto é, há quase sete anos, e somente agora, pela primeira vez, alegam a existência do pacto.

"Negócio fiduciário é o negócio sério que as partes efetivamente concluíram, a fim de conseguirem determinado resultado prático." (Pedro Orlando - Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro, vol. 2.º, pág. 65).

Ora, nos autos não existe qualquer prova de que realmente tivesse sido realizado um negócio de tal natureza.

Para reconhecer a existência desta figura, do pactum fiduciae, não oferecem os autos elementos suficientes ou melhor aceitáveis de convicção.

Da escritura pública de compra e venda nada consta de que nos possa levar a crer tivessem os outorgantes a mínima intenção de realizar negócio fiduciário. Mesmo porque, in casu, este se apresentaria completamente sem objeto, pois nenhum negócio foi realizado a não ser a própria escritura de compra e venda. Não ficou demonstrado nos autos qualquer resultado prático do negócio, o que nos leva a convicção de que esse realmente nunca existiu na hipótese dos autos. (T.J., Sta. Catarina - Florianópolis, 18 de junho de 1973. Áristeu Schiefler, Presidente - Geraldo Balles, Relator - Reynaldo Alves).

COMUNICADO

Prot. CG. 12.965-75

Interessada: Associação dos Advogados de São Paulo - O Desembargador Corregedor Geral da Justiça, recomenda aos Juizes Corregedores Permanentes, inclusive das Varas Distritais, que determinem aos Escrivães, a juntada aos autos das petições entregues em Cartório, no prazo máximo de 48 horas (artigo 190 do Código de Processo Civil).

D.O.J., 24-9-75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto-lei 203, de 25 de março de 1970, e pelas notas 4.ª e 6.ª da Tabela 7 do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975, Considerando o que ficou decidido no Processo n.º CG. 31.723-69, 3.º Volume,

Resolve:

Artigo 1.º - Fixar a seguinte tabela de despesas com condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, da Família e Sucessões, das Fazendas Públicas de Acidentes do Trabalho, de Registros Públicos e de Menores:

a) para o primeiro perímetro, correspondente ao raio de 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Pça. da Sé) Cr\$ 5,00.

b) para o segundo perímetro, correspondente ao raio de distâncias superiores a 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Pça. da Sé) Cr\$ 10,00.

c) para os Oficiais de Justiça das Varas Distritais, fixa-se a importância de Cr\$ 5,00 por diligência, independentemente das distâncias efetivamente percorridas.

Artigo 2.º - Os valores referidos no artigo anterior serão adiantados pelos interessados na efetivação das diligências, diretamente aos Oficiais de Justiça, hipótese em que estes fornecerão recibo das importâncias respectivas.

§ 1.º - Cumprida a diligência, os Oficiais de Justiça cotarão, em item apartado, as despesas com condução, assinalando já ter ocorrido o adiantamento, se for o caso; se cobradas em excesso, as importâncias recebidas a esse título serão glosadas, ficando o Oficial obrigado a devolver a

diferença no prazo de 3 dias, sob pena de suspensão.

§ 2.º - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com uso de apenas uma condução, o Oficial de Justiça fará jus ao reembolso de uma só verba.

§ 3.º - Os valores tabelados não serão devidos quando o próprio interessado na diligência fornecer a condução necessária.

Artigo 3.º - Nas diligências realizadas em processos-crime de réus pobres, inclusive as que forem requeridas pelo Ministério Público nos seus atos de ofício, e nas realizadas em feitos relativos a menores infratores ou abandonados, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas com condução, as quais correrão à conta de verba própria do Orçamento do Tribunal de Justiça, observada a tabela fixada no artigo 1.º.

Artigo 4.º - Para os fins do artigo anterior, considera-se pobre:

I - o que for assim declarado pela Autoridade presidente do Inquérito Policial, mediante atestado constante do relatório de que trata o artigo 10, § 1.º, do Código de Processo Penal;

II - o que for assim declarado pela Autoridade Policial da circunscrição em que residir o interessado;

III - o que for assim declarado pelo Diretor do Estabelecimento Penal em que o interessado se encontrar preso;

IV - o que for assim declarado por despacho judicial;

V - o que for defendido pela Procuradoria de Assistência Judiciária ou por Advogados dativos, ainda que se trate de réu revel.

§ 1.º - As diligências realizadas anteriormente à declaração da pobreza somente serão reembolsáveis depois dessa mesma declaração.

§ 2.º - O disposto no artigo 4.º aplica-se aos processos-crime de ação privada, quando se tratar de querelante considerado pobre, nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 5.º - Não são reembolsáveis, à conta da verba orçamentária própria do Tribunal de Justiça, as diligências determinadas pelo ofício pelo Juízo, requeridas pelo Ministério Público ou pela Defesa, em se tratando de processo-crime de réu não pobre.

Artigo 6.º - São reembolsáveis as diligências realizadas em cartas precatórias; de réus pobres, devendo os escrivães dos Juízos deprecantes assinalar com realce a pobreza, quando regularmente declarada.

Artigo 7.º - Para os fins dos reembolsos de que trata o artigo 4.º, os escrivães, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça, certificarão a veracidade dos elementos inscritos nos aludidos mapas, especialmente no que respeitam à pobreza dos interessados.

Artigo 8.º - Na Capital, à vista da certidão mencionada no artigo anterior, os Juízes Corregedores Permanentes aporão seus "vistos" e encaminharão os mapas ao Departamento Técnico de Contabilidade da Secretaria do Tribunal de Justiça (D. E. C. O.) até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, salvo motivo devidamente justificado quanto ao eventual atraso.

Parágrafo único - Se forem constatadas irregularidades a propósito dos elementos constantes dos referidos mapas, serão as mesmas comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito, sem prejuízo da suspensão do pagamento correspondente, a critério daquele órgão.

Artigo 9.º - Este Provimento se aplica também no que couber, aos Oficiais de Justiça das demais Comarcas do Estado, respeitadas as respectivas dotações orçamentárias.

Artigo 10 - Os Juizes de Direito Diretores de Fóruns, aos quais compete baixar portarias sobre as tabelas de despesas com condução de Oficiais de Justiça, segundo o artigo 32 do Decreto-lei 203/70, remeterão cópias das mesmas à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 11 - Nas demais Comarcas do Estado, os Juízes Corregedores Permanentes efetuarão o pagamento das diligências mediante a apresentação dos mapas, estes com os requisitos estabelecidos no artigo 7.º e prestarão as contas na forma da ordem de serviço 1-69, da E. Presidência do Tribunal de Justiça.

Artigo 12 - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 4-12-75.

Eu, (a) Ezio Donafi, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Dr. Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J., 23-12-75

PROVIMENTO N.º 2/76

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições: Considerando que as demolições de prédios devem ser averbadas no competente Registro de Imóveis e que essa averbação, a requerimento dos interessados, depende de documento comprobatório fornecido pela autoridade competente (Lei 6015/73 - artigos 167 - II - n.º 4 e artigo 246 - parágrafo único);
Determina aos Registros de Imóveis do Estado que aceitam, como documento comprobatório, o alvará, o atestado ou a certidão da demolição, que forem expedidos pelos órgãos ou autoridades competentes das Prefeituras Municipais.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
São Paulo, 26 de janeiro de 1976.
(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.
D.O.J., 3-2-76

FOLHAS DE ANTECEDENTES

Recomendação da Corregedoria, aos Juízes de Direito
O Corregedor-Geral da Justiça, recomenda aos Juizes de Direito para que as requisições de folhas de antecedentes sejam feitas ao Instituto de Identificação Civil e Criminal, nos termos do artigo 650 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral, à Avenida Casper Libero, 370, Capital - São Paulo.
D.O.J., 24-1-76

PROC. CG. 42.560-75

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Porto Feliz.
O Desembargador Corregedor Geral da Justiça, faz saber aos Juizes de Direito da Capital e do Interior que aprovou o parecer abaixo transcrito: "Os senhores serventuários titulares do 1.º e 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Porto Feliz representam no sentido de que seja revogada a Portaria 3/75 do Juízo daquela Comarca que determina o recolhimento ao Estado da parte das custas que caberiam ao MM. Juiz, nas Reclamações trabalhistas. Fundamentam o pedido na Resolução n.º 19 do Senado Federal que mandou suspender a execução da expressão "o juiz e" constante do parágrafo 1.º do artigo 789 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

A matéria, antes controvertida, hoje não oferece mais dúvidas quanto à destinação das custas trabalhistas, nas Comarcas onde a prestação jurisdicional especial é dada pela justiça do Estado-Membro.

Com a vedação constitucional de os Magistrados receberem as custas trabalhistas e bem assim os representantes do Ministério Público não implica em isenção delas para os que recebem a prestação jurisdicional, conforme já ficou decidido, anteriormente, por esta Corregedoria Geral no processo n. 36.767-72.

Assim persiste obrigatório o pagamento das custas, como imposto no artigo 789 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Quanto à distribuição das parcelas; sim, outra forma está editada.

Com a Resolução n. 19, de 17 de junho de 1974 do Senado Federal, que declarou inconstitucional a expressão "o juiz e", o artigo 789, parágrafo 1.º da CLT, passou a ter a seguinte redação: "... Nos Juízos de Direito, a importância das custas será dividida proporcionalmente entre os funcionários que tiverem funcionado no feito, excetuando os distribuidores, cujas custas serão pagas no ato, de acordo com o regimento local".

Assim as custas serão divididas, nas Comarcas onde os feitos trabalhistas tramitarem perante a Justiça Estadual, entre os funcionários que tiverem funcionando no feito, excluía qualquer parcela ao Juiz, que, inclusive, não mais deve ser recolhida aos cofres do Estado, por não mais participar do rateio.

A única exceção que se observa, ainda, é com respeito à importância destinada ao Promotor, e Defensores Públicos e Sindicatos que prestem assistência judiciária gratuita.

Quando nas comarcas houver sindicato da categoria profissional do trabalhador e que preste assistência judiciária trabalhista, os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do sindicato assistente (artigo 16 da Lei 5.584-70).

No entanto quando é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar a assistência judiciária, a importância proveniente da condenação nas despesas processuais será recolhida ao tesouro do Estado.

Em conclusão, no rateio das custas trabalhistas não mais se reserva qualquer parcela ao Juiz, e o total será rateado entre os funcionários que tiverem funcionado no feito, observadas as exceções acima, e a divisão imposta pelo Tribunal Superior do Trabalho (parágrafo 2.º do artigo 789 - "A divisão a que se refere o parágrafo 1.º, as custas de execução e os emolumentos de traslados e instrumentos serão destinados em tabelas expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho").

Pela Resolução Administrativa 1/75, de 19-2-75, TST (DJ. 27-2-75) ficou assentado que nos processos trabalhistas de competência dos Juizados de Direito as custas serão rateadas de acordo com a seguinte tabela: ao Escrivão 60%, aos demais funcionários que tenham funcionado no processo, 40%, excluído o distribuidor que terá sua parcela contada à parte na forma regimental.

Pelo exposto é de se atender a representação inicial revogando-se a portaria indigitada, mandando-se outrossim, a todos os demais Juízos de Direito se observe o rateio acima e conclusões deste parecer".

À censura de Vossa Excelência.

São Paulo, 7 de outubro de 1975.

(a.) Dr. José de Mello Junqueira - Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer. Publique-se.

São Paulo, 7 de outubro de 1975.

(a.) Dr. Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça. (23 e 24)

PROVIMENTO 12-75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, CONSIDERANDO o decidido no Agravo de Petição 242.901, da Comarca de São Paulo, pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura;

CONSIDERANDO a representação formulada pela Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, objetivando seja uniformizado o "atestado bancário de idoneidade financeira" a ser expedido pelas entidades financeiras; e

CONSIDERANDO o decidido no Processo n.º CG-42.903/75;

RESOLVE editar o presente Provimento:

Artigo 1.º - O incorporador solicitará do Banco, do qual é cliente, seja-lhe expedido atestado de idoneidade financeira, mencionando a incorporação que pretende realizar, nos termos do artigo 32, alínea "o", da Lei 4.591, de 16-12-1964, e do artigo 1.º, alínea "o", do Decreto 55.815, de 8-3-1964 (v. modelo anexo).

Artigo 2.º - O atestado será passado no corpo do próprio documento que contenha a solicitação e terá, no mínimo, os requisitos constantes do modelo anexo.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial o Provimento n.º 9/75, desta E. Corregedoria.

Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 20 de outubro de 1975.

Eu, (a.) Ezio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a.) Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça,

MODELO

São Paulo,

Exmo. Sr. Gerente do

Banco

Agência

.....

(nome e qualificação)

.....
.....

.....
desejando realizar a incorporação de condomínio que objetivará o
prédio.....

à Rua.....

n.º

subdistrito de nesta

cidade.....

Circunscrição imobiliária, vem solicitar, dessa Instituição Bancária, seja-lhe expedido atestado de idoneidade, financeira, na forma do disposto na alínea 'V', do artigo 32, da Lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e na alínea "o", do artigo 1.º, do Decreto n.º 55.815, de 8 de março de 1965.

.....
assinatura do incorporador

Atestado de Idoneidade Financeira

Atestamos que o solicitante supra, cliente deste Banco desde..... não
registra mácula cadastral, tendo cumprido com pontualidade as obrigações assumidas a par de
trazer experiência em negócios, sendo, portanto, financeiramente idôneo.

São Paulo, ...de de

PROVIMENTO N.º 11-75

O Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e

Considerando o caráter normativo do parecer proferido no Proc. C. G. 33.143-70, pelo qual foi reconhecida a aplicação subsidiária do artigo 76, § 3.º, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, relativo à redução de férias, ao pessoal de cartórios não-oficializados; Considerando que existe imperiosa necessidade de uma correta elaboração das escalas de férias, dentro de prazos que permitam um adequado controle por parte das Corregedorias Permanente e Geral;

Considerando que constitui atribuição exclusiva da Corregedoria Geral da Justiça a concessão de férias ao pessoal de Cartórios, oficializados ou não;

Considerando que as férias são anuais e obrigatórias e devem ser gozadas, sempre que possível, sem interrupções;

Considerando afinal, o que ficou decidido nos Procs. C. G. 41.556-75 e 42.063-75.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Os artigos 27, item V, 190, 225 "caput", 230, 231, 237, 239, 241, § 1.º, e 242, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, passam a vigorar com as seguintes redações:

Artigo

27

.....

.....

.....

.....

.....

V - visar as escalas de férias do ano seguinte, relativas aos servidores e auxiliares da Justiça de Cartórios não oficializados.

Artigo 190 - As certidões e atestados de frequência, visadas aquelas pelo Juiz Corregedor Permanente, ou, na Capital, por quem esse Juiz indicar, serão obrigatoriamente entregues no Cartório da Corregedoria Permanente até o dia 5 do mês de janeiro, devendo o respectivo Escrivão, após arquivar as segundas vias, encaminhá-las à Corregedoria Geral da Justiça até o dia 15 do mesmo mês.

Artigo 225 - Relativamente aos servidores e auxiliares da Justiça dos Cartórios e Offícios de

Justiça, oficializados ou não, de todo o Estado, compete ao Corregedor-Geral da Justiça, conceder, antecipar ou adiar o gozo de férias regulamentares, ressalvadas as alterações determinadas pelo Juiz Corregedor Permanente, por absoluta necessidade de serviço.

Artigo 230 - Os Diretores de Serviço enviarão à Corregedoria Geral, até o dia 15 de dezembro de cada ano, a escala de férias para o exercício seguinte, com o visto do Corregedor Permanente, e que conterà dia e mês em que todos os funcionários em exercício no Cartório e os Oficiais de Justiça entrarão em férias.

Artigo 231 - Somente por motivo justo, devidamente fundamentado em requerimento no qual se pronunciarão o Diretor de Serviço e Juiz Corregedor Permanente, a Corregedoria Geral deferirá o adiamento ou a antecipação do início das férias.

§ 1.º - A alteração da escala só será apreciada se requerida com antecedência mínima de 15 dias, contados do período escalado, se se tratar de adiamento, ou do início de novo período, se a hipótese for antecipação, devendo o servidor, em qualquer caso, aguardar em exercício o deferimento.

§ 2.º - Ocorrendo necessidade de serviço, poderão os Corregedores Permanentes antecipar ou adiar o gozo das férias, caso em que os servidores terão de gozá-las, se possível, no mesmo ano, fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral, sem a qual as férias serão anotadas como gozadas.

Artigo 237 - O servidor admitido no correr do mês de dezembro poderá ter suas férias escaladas para o período imediatamente posterior ao aquisitivo daquele direito, ainda que o gozo das mesmas se prolongue no exercício seguinte. Se isso não for conveniente ao serviço, o servidor poderá gozá-las no ano seguinte, hipótese em que serão escaladas, para esse exercício, dois períodos de férias.

Artigo 239 - No último dia útil do mês de dezembro de cada ano, o serventuário organizará, em 3 vias, a escala de férias relativa a ele próprio, aos escreventes, fiéis e auxiliares do Cartório, submetendo-a ao visto do Juiz Corregedor Permanente, que enviara o original à Corregedoria Geral da Justiça, para aprovação, até o dia 15 de janeiro, ficando uma via arquivada no Cartório da Corregedoria Permanente e a outra no Cartório a que se referir a escala.

§ 1.º - Ao elaborar a escala, o Serventuário reduzirá para 20 dias os períodos de férias dos servidores que, no exercício anterior, tiverem considerados em conjunto, mais de 10 faltas não comparecimentos, correspondentes às faltas abonadas, justificadas e injustificadas, ou às licenças previstas no artigo 244, IV, VI e VII desta consolidação.

§ 2.º - O servidor admitido no correr do mês de dezembro poderá ter suas férias escaladas para o período imediatamente posterior ao aquisitivo daquele direito, ainda que o gozo das mesmas se prolongue no exercício seguinte. - Se isso não for conveniente ao serviço, o servidor poderá gozá-las no ano seguinte, hipótese em que serão escalados, para esse exercício, dois períodos de férias.

§ 3.º - Os servidores que tiverem suas férias escaladas para o mês de janeiro, poderão iniciar o gozo independentemente da aprovação da escala pela Corregedoria Geral, que, em caso de erro na sua elaboração, publicará as retificações necessárias, do que o Serventuário dará ciência aos interessados.

Artigo 241 - Parágrafo único - Ocorrendo necessidade do serviço, poderão os Corregedores Permanentes antecipá-las ou adiar-las, caso em que os Serventuários e demais servidores terão de gozá-las, se possível, no mesmo ano, fazendo-se a devida comunicação à Corregedoria Geral da Justiça, sem a qual as férias serão anotadas como gozadas.

Artigo 242 - Somente por motivo justo, devidamente fundamentado, em requerimento do servidor no qual se manifestarão o Serventuário e o Juiz Corregedor Permanente, a Corregedoria Geral da Justiça deferirá o adiamento ou antecipação do início das férias,

§ 1.º - A alteração da escala só será apreciada se requerida com antecedência mínima de 30 dias contados do período escalado, se se tratar de adiamento, ou do início do novo período, se a hipótese for de antecipação, devendo o servidor, em qualquer caso, aguardar em exercício o deferimento.

§ 2.º - Atendido o interesse do serviço, o servidor poderá gozar as férias em dois períodos iguais, observando o parágrafo anterior, caso a escala de férias já não contemple o gozo bipartido.

§ 3.º - O requerimento será formulado em 3 vias, devendo o original ser encaminhado à Corregedoria Geral e as restantes arquivadas no Cartório do interessado e no Cartório da Corregedoria Permanente, onde os Escrivães anotarão o deferimento ou não do pedido.

Artigo 2.º - As escalas de férias do pessoal de Cartórios não oficializados serão elaboradas de

acordo com o modelo anexo, que fica fazendo parte integrante deste Provimento.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e remetam-se cópias a todas as Comarcas, para distribuição aos Cartórios.

São Paulo, 14 de outubro de 1975.

(aa) Ezio Donati Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça.

COMARCA

.....CARTÓRIO.....

ESCALA DE FÉRIAS PARA O EXERCÍCIO

DE

NOME DO SERVIDOR PERÍODO

Em de de VISTO

.....

O Escrivão ou Oficial

Juiz Corregedor Permanente

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

SEÇÃO XXIII

DEGE-1

Proc. CG. 43.156-75 - Capital - Interessado: Ministério da Previdência e Assistência Social - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Diretoria Regional em São Paulo).

Por despacho do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça.

Cuida-se de representação do Ministério da Previdência e Assistência Social no sentido de que esta Corregedoria-Geral da Justiça ordene aos Cartórios de Notas do Estado exijam o Certificado de Quitação do Funrural, por ocasião da lavratura de escrituras que onerem imóvel rural ou urbano de proprietário rural.

O pedido encontra apoio em lei e portanto é de ser atendido, embora, frise-se, esta Corregedoria Geral em suas correições gerais já venha obrigando os cartórios de notas se atenham a tais exigências.

O artigo 160 do Decreto 73.617 de 12 de fevereiro de 1974, é expresso ao dizer: "Será obrigatória, a partir do mês de janeiro de 1972, para os contribuintes do Funrural, a que se refere o artigo 15, item I, alínea "a" e "b" da Lei Complementar 11, de 25 de maio de 1971, com as alterações da Lei Complementar 16, de 30 de outubro de 1973, a apresentação de Certificados de Regularidade de Situação e Certificado d.- Quitação expedidos pelo Funrural nos mesmos casos e para os mesmos efeitos previstos nos artigos 141 e 142 da Lei 3.807-60".

Destarte opino se recomende a todos os Cartórios de Notas se atenham a tais requisitos, sob as penas da Lei.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 13 de novembro de 1975.

(aa) Dr. José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar;

Dr. Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º XCV-75

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que, apesar dos resultados globalmente satisfatórios, as instalações cartorárias, destituídas de local apropriado para exame e consulta dos autos, dificultaram o cumprimento do Provimento n.º LXXXIX-75 e o exercício da advocacia;

Considerando que, assim, ficaram parcialmente frustrados os objetivos do citado Provimento,

que eram os de permitir a todos os procuradores, igualmente, a oportunidade de examinar os autos, em cartório, para recorrer ou responder, na forma do disposto no artigo 508, do Código de Processo Civil;

Considerando, em que pese a exegese conferida, em geral, na matéria, ao mencionado dispositivo (Pontes de Miranda, Barbosa Moreira, Sérgio Bermudes, etc), ser possível harmonizá-lo com o que preceituam o artigo 40, § 2.º, do mesmo Código e o artigo 89, inciso XVII, e § 2.º, inciso I, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 4.215/63);

Considerando, finalmente, a necessidade de manter a disciplina do procedimento cartorário, uniformizando; superiormente a matéria;

Resolve dar ao § 4.º do artigo 1.º do Provimento n.º LXXXV-74-A esta redação:

"§ 4.º - Em todos os recursos, tanto em primeira como em segunda instância, o prazo para interpor e para responder correrá em cartório, onde serão examinados os autos, cuja retirada somente se permitirá nos casos seguintes:

I - quando o prazo for autônomo ou como tal se apresentar pela existência, no curso do respectivo período, de um só legitimado ao recurso ou à resposta, ao qual se equipará os litisconsortes com o mesmo procurador (EOAB, artigo 89, XVII);

II - quando, comum o prazo, acordarem os interessados por petição, ou termo nos autos, na sua divisão entre todos (CPC, artigo 40, § 2.º EOAB, artigo 89, § 2.º, I);

III - quando houver, e relativamente a este, acréscimo autônomo de prazo concedido à Fazenda Pública e ao Ministério Público (CPC, artigo 188), sem prejuízo da aplicação, em havendo lugar, dos incisos anteriores.

Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

(8-11-13) Provimento n.º LXXXV-74-A, já com a alteração do § 4.º mencionado no Provimento n.º XCV-75.

PROVIMENTO N.º LXXXV-74-A

Dá nova redação aos parágrafos do artigo 1.º, do Provimento n.º LXXXV-74-A.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o que ficou decidido nos Processos n.ºs G-18.106-74 e G-18.047-74 e o disposto nos artigos 40, I e 155, parágrafo único, do Código de Processo Civil;

Considerando a necessidade de se implantar uma sistemática a ser obedecida nos serviços de primeira e de segunda instância, quanto ao exame e retirada de autos cíveis e criminais:

Artigo 1.º - A retirada de autos cíveis de cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários regularmente inscritos na O.A.B., constituídos procuradores de alguma das partes.

§ 1.º - O exame dos autos, em cartório, somente poderá ser efetuado pelas partes, advogados, estagiários e estudantes de direito; estes, desde que credenciados pelos procuradores das partes ou pelo Juiz Corregedor permanente do cartório.

§ 2.º - Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, o seu exame, em cartório, será restrito às partes e a seus procuradores.

§ 3.º - Não havendo fluência de prazo, os autos somente poderão ser retirados mediante requerimento nesse sentido.

§ 4.º - Em todos os recursos, tanto em primeira como em segunda instância, o prazo para interpor e para responder correrá em cartório, onde serão examinados os autos, cuja retirada somente se permitirá nos casos seguintes:

I - quando o prazo for autônomo ou como tal se apresentar pela existência, no curso do respectivo período, de um só legitimado ao recurso ou à resposta, ao qual se equipará os litisconsortes, com o mesmo procurador (EOAB, artigo 89, XVII);

II - quando, comum o prazo, acordarem os interessados por petição, ou termo nos autos, na sua divisão entre todos (CPC, artigo 40, § 2.º; EOAB, artigo 89, § 2.º, I);

III - quando houver, e relativamente a este, acréscimo autônomo de prazo concedido à Fazenda

Pública e ao Ministério Público (CPC, artigo 188), sem prejuízo da aplicação, em havendo lugar, dos incisos anteriores.

Artigo 2.º - A retirada de processos criminais de cartório somente poderá ser efetuada por advogado ou estagiário regularmente inscritos na O.A.B., mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo.

§ 1.º - A vista dos autos, será em cartório, quando, havendo dois ou mais réus com procuradores diversos, haja prazo comum para falarem ou recorrerem.

§ 2.º - A vista dos autos poderá ser fora do cartório se não ocorrer a hipótese do parágrafo anterior, mas exclusivamente ao advogado constituído ou dativo.

Artigo 3.º - Somente o Escrivão, o Oficial Maior ou escrevente especialmente designado é que poderão registrar a retirada e a devolução de autos no livro próprio, sempre rigorosamente atualizado.

Artigo 4.º - No livro do artigo anterior será sempre anotado o número da carteira profissional e respectiva seção, expedida pela O.A.B., facultado ao funcionário, na dúvida, solicitar sua exibição.

Parágrafo único - Em se tratando de advogado não constituído, a entrega de autos estará sempre condicionada à prévia autorização judicial escrita.

Artigo 5.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de setembro de 1974.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça;

Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em exercício;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça

PORTARIA N.º 1.812

O Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o E. Conselho Superior da Magistratura, em sessão de 4 de setembro de 1975, resolveu cometer à PRODASB Processamento de Dados de São Bernardo do Campo S/A a execução dos serviços para a implantação e funcionamento do Cartório da Distribuição e Informação, previsto no artigo 95 da Resolução n.º 1/71;

Considerando que o referido Cartório competirá, dentre outras atribuições, a expedição das certidões referentes às distribuições de inquéritos e processos civis e criminais, bem como sobre os títulos protestados na comarca da Capital;

Considerando, enfim, que para tanto há necessidade de se rever a atual Tabela do Regimento de Custas em vigor, conseqüente ao Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975:

Resolve constituir um Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e sugestões tendentes a propor ao Poder Executivo as convenientes alterações ao citado decreto, integrado por representantes do Poder Judiciário e das Secretarias da Justiça, do Planejamento e da Fazenda, estes a serem oportunamente indicados pelos titulares das respectivas Pastas de Estado.

Resolve, ainda, designar os Juízes Dinio de Santis Garcia e Marcello Martins Motta, bem como os Drs. Luís Soares de Mello Júnior e Fiel M. Teixeira, para integrar o referido Grupo de Trabalho, sob a presidência do primeiro nomeado, ficando fixado o prazo de 10 (dez) dias, para a conclusão dos estudos.

Registre-se. Publique-se.

São Paulo, 6 de novembro de 1975.

(a) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça

D.O.J., 8-11-75

Processo de Recurso n.º 75-75 - GAPRE-4 - Itu - Recte. Octávio Alves de Andrade Filho - Recda.: Comissão Examinadora.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Octavio Alves de Andrade

Filho, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 1.º Ofício de Justiça e Anexos, da comarca de Itu.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, em dar provimento ao recurso, por votação unânime.

Insurge-se o recorrente contra a sua classificação com 6,5 pontos, desprezado o seu exercício interino como serventuário sob o fundamento de cumulatividade.

Assiste-lhe razão.

Desempenhou ele as funções de serventuário interino por mais de três anos, nas comarcas de Bananal e Tietê, lapso que lhe assegura o ponto a que se refere o artigo 20, parágrafo único, n.º 9, do Decreto-lei n.º 159-69 fls. 4-5).

Não importa que parte do tempo espelhe exercício concomitante com outra serventia, situação comum nas comarcas do interior, visto como a lei confere o ponto pelo só exercício interino do cargo de serventuário, durante três anos, consecutivos ou não.

Adverta-se, com o parecer de fls. 16-18 não se conceber que implicando a cumulação em inegável sobrecarga de encargos, pela natural duplicação dos misteres e responsabilidades funcionais, fosse redundar em prejuízo para o exercício da função interina, que não poderia ver considerado esse tempo para os fins previstos em lei.

São Paulo, 13 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente; Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente e Relator; Mácio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça.

Publicado novamente por ter saído com incorreções.

Agravo de Petição n.º 245.316 - Santos - Agvtes. Moysés Chojniak e sua mulher, Rachel Chojniak - Agvdo.: - Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 245.316, da Comarca de Santos em que são agravantes Moysés Chojniak e sua mulher, Rachel Chojniak, sendo agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Expedido o mandado judicial de fls. 5-6, pelo qual se determinava a averbação do desmembramento de duas áreas certas e bem extremadas, ambas referentes ao lufar denominado "Cupara", na Bertioga, Município de Santos, e transmitidas mediante cessão de direitos hereditários, suscitou o agravado a sua dúvida, anotando que o registro somente poderia ocorrer após a adjudicação dos bens nos autos do inventário e, ainda assim, se os títulos estiverem em conformidade com a transcrição anterior. Posteriormente Juntadas pelos apresentantes as duas cartas de adjudicação relativas às mesmas áreas, manteve o Sr. Oficial a sua recusa face a necessidade da demarcação dos imóveis.

Processada regularmente, inclusive com a impugnação dos apresentantes, foi a dúvida julgada procedente, visto que as áreas destacadas do imóvel conhecido dor "Capara" ou "Cupara" apresentam características e confrontações em desacordo com as da transcrição originária.

Oferecido o recurso, a Doma Procuradoria Geral da Justiça manifestou-se pelo se um procedimento, lembrando que o julgamento deve cingir-se à viabilidade ou não da averbação determinada judicialmente.

A dúvida suscitada pelo agravado realmente procede:

O registro da cessão de direitos hereditários apresenta-se inviável, de fato, porque os mesmos direitos devem estar devidamente apurados no respectivo inventário: acrescente-se que o desmembramento, das duas áreas, por outro lado, deveria resultar de processo ordinário regular em que se resguardasse eventuais direitos de terceiros, circunstância, aliás, impeditiva também da pretendida transcrição das cartas de adjudicação.

Assinale-se, a propósito, pois a questão inicial ficou definitivamente arredada com o oferecimento das referidas cartas, que o problema refere-se à certeza do domínio, à qual se chega apenas pela observância irrestrita do princípio da continuidade das transcrições: vale dizer, por outras palavras, que, inobservado tal princípio, impossível se torna a verificação da disponibilidade do transmitente e, portanto, a visibilidade e a liquidez do domínio mesmo.

Ora, a espécie dos autos diz respeito a direitos hereditários, pertinentes a "um dito no lugar Cupara, na Enseada, próximo aos de Benedito do Rosário", descrição que peca pela falta de especificações e esclarecimentos indispensáveis, falha agravada pela circunstância de que já existem registradas outras adjudicações, em favor de terceiros e relativas ao mesmo sítio, formando um conjunto de dificuldades que impedem a aferição da disponibilidade de área dos bens do "de cujus".

Mostra-se inviável por conseguinte, nos autos de inventário, atribuir-se aos imóveis, áreas certas e extremadas, sem antes indicar os elementos de convencimento necessários à contestação da verdade das assertivas, resultando evidente que o pretendido registro somente poderá ser efetivado após as providências tendentes à verificação da disponibilidade e a resguardar os eventuais direitos de terceiros.

Nesse sentido, por sinal, as repetidas manifestações deste Conselho como se vê dos julgamentos que mereceram os Agravos de Petição n.º s 219.332, da Comarca de Juquiá, 221.818, de São Bernardo do Campo, 227.712, de São Bernardo do Campo, 228.754, de Palmeira D'Oeste, e 229.501, de Pereira Barrete.

Nega-se dessarte, provimento ao recurso, pelos motivos expostos.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente;

Advogado Dr. Aluísio de Assumpção Fagundes.

Agravo de Petição n.º DJ 245.364 - Rio Claro - Agvte.: Benedicto Rodrigues - Agvdo.: Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 245.364, da Comarca de Rio Claro, em que é agravante Benedicto Rodrigues, sendo agravado o Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O agravante suscitou dúvida inversa ante a recusa do agravado em transcrever a carta de arrematação de fls. 4-5, expedida nos autos do processo de execução fiscal movido pelo Município de Rio Claro contra Benedito Bueno de Oliveira, sob o fundamento de que o imóvel arrematado não se encontra transcrito em nome do executado e sim do primitivo loteador.

A dúvida foi julgada procedente e o recorrente inconformado manifestou agravo, sendo o parecer da Procuradoria Geral da Justiça pelo seu improvimento.

E, realmente, esta é a conclusão a prevalecer.

O imóvel objeto da carta de arrematação está transcrito em nome de terceiro e não em nome do executado da execução fiscal, o que vem obstar, evidentemente, a transcrição sob pena de se atentar contra o princípio da continuidade, que rege o sistema registário brasileiro.

São exigências da lei e inafastáveis, inobstante o título da recorrente seja de boa-fé e se revista, aparentemente, de todas as formalidades legais, alicerçado em sentença judicial.

O imóvel praxeado não foi ainda transacionado e, por consequência, pertence ainda aos loteadores. Qualquer registro que se pretenda deverá ater-se à sequência exigida pelos artigos 214 e 244 do Regulamento dos Registros Públicos, procedendo-se primeiramente à transcrição em nome do executado, para que se possa, ao depois, registrar-se o título em nome do arrematante.

Do contrário poder-se-á afetar direitos daqueles que não foram partes na execução, prejudicando-os sem se saber se tiveram ou não oportunidade de defesa.

A arrematação deve ter sido precedida de edital, no qual obrigatoriamente constou além da descrição do imóvel e seus característicos a transcrição aquisitiva. Destarte não era desconhecida a situação do registro.

O direito real pertence à pessoa em cujo nome figura o Registro e pouco importa que o título apresentado provenha de hasta pública. Ninguém pode transferir a outrem o direito que não tem e desde que o executado não tinha o terreno transcrito em seu nome a aquisição se deu "a non domino".

Não se pode proceder a transcrição requerida, sem que antes se faça em nome dos antecessores para que o adquirente possa opor o seu domínio a terceiros.

É bem conhecido o processo das execuções nas quais os executados não se defendem, ou quando o fazem é "pour épater les bourgeois". Tal sistema é o de apossamento acobertado pela autoridade do juiz.

A transcrição, pois, não pode ser efetuada sem a prova do registro do título anterior, mesmo nas vendas judiciais, porquanto cumpre que o objeto da arrematação pertença efetivamente ao executado.

Do exposto nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente; Márcio

Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advogado: Dr. José Carlos Vaz de Campos Rocco.

Agravo de Petição n.º 245.783 - São Paulo - Agvtes. Hygino Prado Noronha e Geiser Prado Noronha - Agvda. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Apresentada a registro a escritura de compra e venda outorgada pelo Espólio de Paulino Reimberg Zillig aos agravantes e relativa a uma área de 92.050 m², situada no Subdistrito de Capella do Socorro, suscitou a Sra. Oficial a presente dúvida, realçando que as descrições constantes da mesma escritura não se ajustam às dos títulos anteriores e que o aviso-recibo do imposto municipal não se, refere ao imóvel transacionado.

A dúvida foi julgada parcialmente procedente, pois indispensável aquele aviso-recibo para a verificação do valor venal. do imóvel, para o exame do recolhimento da sisa e, ainda, para o cálculo das custas e emolumentos devidos em virtude do pretendido registro.

Oferecido o recurso pelos apresentantes do título, manifestou-se a Douta Procuradoria da Justiça pela procedência total da dúvida.

Todavia, merece subsistir integralmente a R. sentença impugnada.

Primeiro, porque, tratando-se de títulos aquisitivos não obrigados ao registro imobiliário, os quais, por outro lado, não mencionam a área de todo o imóvel, nada impede a transcrição do título posterior, visto presumir-se a boa-fé das partes.

Nesse sentido, aliás, as reiteradas decisões deste Conselho (Agravos de Petição n.º s 242.428, de São Paulo, e 244.265, de Itu, entre outros).

Acrescente-se que não existe qualquer dúvida sobre a disponibilidade de área, uma vez que o imóvel ora transacionado enquadra-se no remanescente da alienação feita a América Pinheiro Magalhães, objeto da transcrição n.º 84.377; e, outrossim, que as confrontações são mutáveis por sua própria natureza, razão pela qual uma eventual alteração das mesmas não impede a transmissão, se se puder individuar e identificar corretamente o imóvel, circunstância indubitosa na espécie dos autos.

Mas o oferecimento do aviso-recibo do imposto municipal, que se refira à área toda, realmente é de rigor, para os itens já elencados, conforme observação do MM. Juízo "a quo". E tal exigência, ademais, mostra-se perfeitamente legal, posto que, como salientou a Douta Procuradoria Geral da Justiça, os Oficiais de Registro, no exercício de suas funções, devem fiscalizar rigorosamente o pagamento dos impostos e selos devidos Por força dos atos que lhes forem apresentados (artigo 322 do Decreto n.º 4.857-39).

Nega-se provimento, destarte, ao recurso dos agravantes.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente,

Advogado: Dr. Sylvio Prado Noronha.

Agravo de Petição n.º DJ 245.840 - Sorocaba. - Agvtes.: Basílio Cassar e César Cassar Filho - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 2.a Circunscrição Imobiliária da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 245.840, da Comarca de Sorocaba, em que são agravantes Basílio Cassar Filho e César Cassar Filho, sendo agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca, Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Apresentado a registro o formal de partilha extraído dos autos de arrolamento dos bens deixados com o falecimento de Farid Rafael Cassar, suscitou o agravado a sua dúvida, posto que um dos imóveis arrolados fora adquirido pelo viúvo após o passamento da inventariada, conforme se comprova dos dados constantes da transcrição n.º 5.174.

Julgada procedente a dúvida, e oferecido o recurso, regularmente processado, manifestou-se a Douta Procuradoria Geral da Justiça pela subsistência da decisão de primeiro grau.

A dúvida procede, realmente.

Saliente-se, inicialmente, a circunstância de que o processo da demanda intentada pelos agravantes, visando a alteração do regime de bens do segundo casamento de César Cassar, não implicou na determinação de que o imóvel passou a integrar o espólio dos bens deixados pela falecida, uma vez que não faz coisa julgada a verdade de fatos estabelecidos como fundamento de certa sentença, como se não bastasse o pormenor importante de que a referida decisão apenas ordenou a retificação do assento de casamento.

Destituída de qualquer valia, outrossim, a assertiva de que o inventário constitui procedimento de jurisdição contenciosa, porquanto uma eventual controvérsia a respeito da questão em exame não poderia ser resolvida nos autos respectivos, por ser ela de "alta indagação", além do fato de que os filhos do segundo casamento de César Cassar e a sua segunda mulher não forem partes nesse processo.

Inviável, por conseguinte, o pretendido registro, não apenas porque o imóvel não está transcrito em nome da inventariada, como também porque o formal de partilha versa sobre direitos de terceiros, constantes do registro imobiliário, os quais não foram objeto de "res judicata".

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advogado: Dr. Carmine Attilio Graziosi e Antonio Gomes Júnior.

Agravo de Instrumento n.º 246.031 - São Paulo - Agvte.: Espólio de Avelino de Jesus Abrunhosa - Agvdo.: Juízo da 1.ª Vara de Registros Públicos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 246.031, da Comarca de São Paulo, em que é agravante o Espólio de Avelino de Jesus Abrunhosa, representado por sua inventariante Amélia Rosa Teixeira Abrunhosa, e agravado o Juízo da 1.ª Vara de Registros Públicos.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Inconformado com a decisão que julgou procedente a dúvida suscitada o agravante interpôs recurso de apelação, não recebido por inadequado e intempestivo.

Contra o não recebimento de seu apelo foi interposto agravo de instrumento, mantendo o MM. Juiz sua decisão, com o Ministério Público de ambas as instâncias manifestando-se pelo improvimento.

E realmente outra não pode ser a solução.

Dispõe o Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, em seu artigo 220, que as leis locais poderão estabelecer recursos para as decisões proferidas em procedimento de dúvidas suscitadas pelo Oficiais do Registro Imobiliário,

E em consonância com esse dispositivo, estabeleceu o Decreto-lei Estadual n.º 14.234, de 16 de

outubro de 1944, em seu artigo 35, que o recurso cabível em tais hipóteses seria o agravo de petição, norma essa que restou mantida pelo Código Judiciário do Estado (artigos 64, VI e 68, IV). Dado o caráter administrativo do procedimento de dúvida, destinado ao debate de questões reguladas em lei especial, não implicou a vigência do novo Código de Processo Civil, em alterações do artigo 220 do Regulamento dos Registros Públicos.

Destarte, interposta a apelação fora do quinquídio, não se pode nem mesmo conhecê-la como agravo de petição. Desse teor a jurisprudência deste Conselho reiterada em vários julgados. Evidenciada, por conseguinte, a intempestividade do recurso, impunha-se de fato o seu não recebimento e processamento.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil, do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advogado: Dr. José Nogueira de Castro.

Agravo de Petição DJ 246.168 - São Paulo - Agvtes.: Annemarie Frieda Herdwig Zimmer e outros - Agvda.: Sra. Oficial do Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.168, da comarca de São Paulo, em que figuram como agravantes Annemarie Frieda Herdwig Zimmer e outros e como agravada a Sra. Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, para que subsista a r. sentença agravada, por seus fundamentos e pelos constantes do parecer do douto Procurador da Justiça, posto que a dúvida é, realmente, procedente, por não autenticado o documento de fls. 5-23, por não especificar o mandado qual o ato a ser praticado, questão não dirimida nos autos (o MM Juiz da ação fala em inscrição - fls. 85-85 verso, enquanto os agravantes falam em averbação - fls. 59); e, finalmente, por não atendidos os requisitos legais do artigo 281, do Decreto n.º 4.857-39, para a inscrição, que foi o ato registrário determinando pelo MM. Juiz da ação.

Ressalte-se, por outro lado, ser tranqüila a jurisprudência deste Conselho no teor de que o Oficial do Registro de Imóveis é permitido suscitar dúvida quando o mandado judicial, apresentado para cumprimento, versar sobre direito que não foi objeto do coisa julgada, ofender direitos de terceiros ou infringir a lei (agravos de petição números 189.389, rel. Des. Rodrigues de Alckimin, 207.299, rel. Des. Ferreira de Oliveira, e 243.890, relator o mesmo deste acórdão, este último julgado em 18-9-1975).

Custas na forma da lei.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advogados: Drs. Jurandir Scarcela Portela e Paulo de Tarso Santos.

Agravo de Petição n.º DJ - 246.064 - São Paulo - Agvte.: Flávio Gomes Carvalho - Agvdo.: Sra. Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.064, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Flávio Gomes Carvalho, sendo agravada a Sra. Oficial do 10.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os Membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Cuida-se de dúvida inversa, oferecida pelo beneficiário de certa carta de arrematação, cujo registro foi recusado pela agravada, que para tanto assinalou a existência de uma prenotação

anterior, relativa a outra carta e ao mesmo imóvel, e a circunstância de que a execução respectiva foi promovida apenas contra um dos condôminos do imóvel em questão. Indeferido o pedido inicial e julgada procedente a dúvida da Sra. Oficial, foi apresentado o presente recurso, realçando o agravante que se encontra diante de um dilema, pois não consegue o registro de sua carta nem a declaração de invalidade da arrematação. A Doura Procuradoria Geral da Justiça manifestou-se pelo improvimento do Agravo. Merece confirmação a r. Sentença impugnada: A verdade é que não cabe aqui, dados os estreitos limites do processo de dúvida, o exame das razões que ensejaram o impasse em que ora se vê o agravante. O pormenor importante, nesse passo, reside na circunstância de que, em face dos princípios que norteiam o registro imobiliário brasileiro, destina-se a prenotação justamente à determinação da prioridade dos títulos e, por via de consequência, da preferência dos direitos reais. A lição de Serpa Lopes, a propósito, é muito clara: "A posição dos direitos inscritos ou transcritos em relação a um imóvel, suscetíveis de entrarem em conflito entre si, fica necessariamente fixada pela ordem das prenotações, no protocolo, solução que se impõe, como bem refere René Morel, por se harmonizar com um bom sistema de publicidade imobiliária e que, além disso, aparece como uma consequência do princípio do nascimento do direito real a parir da data de sua inscrição" - ("Tratado dos Registros Públicos", vol. IV, pág. 328, Livraria Freitas Bastos, S.A., 5.a ed.). O fato, ademais, de que apenas uma parte ideal do imóvel pertencia ao executado, de acordo com a transcrição anterior, também impede o registro, como este Conselho já teve oportunidade de ressaltar, quando do julgamento de hipótese idêntica à dos autos (Agravo de Petição n.º 219.668, da Comarca de Andradina, "in" "Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972-1973", pág. 153, "Lex", 1974). Nega-se provimento ao recurso, portanto, pelos motivos expostos. São Paulo, 12 de novembro de 1975. (aa) José Carlos Ferreira de Oliveim - Presidente do Tribunal de Justiça; Máreio Marfins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator; Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente. Advogado: Dr. Vicente Comodo.

Agravo de Petição n.º DJ 246.383 - São Bernardo do Campo - Agvte.: Espólio de Nicolao Antônio Militor - Agvdo.: Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.383, de São Bernardo do Campo, em que figuram como agravante o Espólio de Nicolao Antônio Militor e como agravado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a proceder ao registro do "título de propriedade de terras" de fl. 7, expedido pelo Governo do Estado de São Paulo, em 29 de dezembro de 1891, em favor de Nicolao Antônio Militor, por serem vagos e imprecisos os característicos e confrontações do imóvel dele constantes, estando assim em desacordo com o disposto no artigo 247, n.º 5, do Decreto n.º 44857-39.

Julgada procedente a dúvida, recorreu o agravante insistindo no registro enquanto os doutos, representantes do Ministério Público de ambas as instâncias opinaram pela confirmação da r. decisão agravada.

E esta é realmente a solução a ser dada à espécie.

É uniforme a jurisprudência deste Conselho no teor de que não se registram títulos em desconformidade com o requisito constante do artigo 247, n.º 5, do Decreto n.º 4.857, de 1939 (Agravos de petição n.º s 226.738, de S. Caetano do Sul; 225.389, de S. Paulo; 219.802, de S. Paulo etc.).

Ora, o título de fl. 7, como o demonstrou o Oficial agravado, enuncia os característicos e as confrontações do imóvel, de tal forma que, provavelmente adequados para a época, hoje não permitem a perfeita individuação da área, sendo obviamente temporário o seu registro.

E como diz Serpa Lopes, "não se compreende que um imóvel possa ser transcrito ou inscrito com

deficiências a respeito de seus característicos e confrontações" (Tratado dos Registros Públicos, ed. de 1960, vol. IV - 249), lembrando o Des. Ferreira de Oliveira a propósito do disposto no artigo 247, n.º 5, do mencionado Decreto, que, "reputado como integrante da própria transcrição, referido requisito visa precipuamente resguardar o princípio da continuidade do registro e a própria certeza do domínio" (Agr. de Petição n.º 227.577, de S. Paulo).

Destarte, embora o título seja de fato, como afirmado pelo agravante, registrável a qualquer tempo (fls. 34/35), e ainda que não haja necessidade de se comprovar "a disponibilidade de área a esta altura", como asseverado pelo douto Procurador da Justiça (fl. 51), já que não foi matéria da dúvida, a verdade é que o título não preenche requisito essencial para seu registro, devendo o interessado compô-lo, pelas vias próprias, para só então pretender transcrevê-lo.

Sob tais fundamentos, nega-se, destarte, provimento ao recurso.

Custas na forma de lei.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira - Presidente;

Márcio Martins Ferreira - Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto - Vice-Presidente.

Advogado: José Roberto de Medeiros Marques.

Agravo de Petição n.º DJ -248.148 - Santa Cruz do Rio Pardo Agvte.: Centrais Elétricas de São Paulo S/A. - Agvdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 248.148, da Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, em que figuram como agravante Centrais Elétricas de São Paulo S.A. e como agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a proceder ao registro da escritura de venda e compra de fls. 4/7, sob fundamento de que dela não constam os dados exigidos pelo artigo 15, do Decreto n.º 59.900, de 30-12-66, a serem extraídos dos certificados de cadastro dos imóveis transacionados, expedidos pelo "INCRA".

A r. sentença de fls. 23/24 julgou a dúvida procedente, o que ensejou a interposição, do presente agravo de petição, manifestando-se o Dr. Promotor por sua confirmação, enquanto o D.

Procurador da Justiça opinou pelo provimento do recurso, entendendo que, estando a agravante isenta de impostos e em face da natureza dos imóveis, não se justifica o seu cadastramento, como pareceu ao MM. Juiz de Primeira Instância.

Realmente é de se dar provimento ao recurso.

A isenção de impostos de que goza a agravante não guarda relação com a questão posta nestes autos, isto é, da necessidade ou não de cadastramento das terras adquiridas através da escritura de fls. 4/7.

É que públicas ou privadas as terras, isentas ou não de impostos, devem ser cadastradas no "INCRA" desde que rurais (artigo 48 e parágrafo único, do Decreto n.º 55.891, de 31-3-1965, e artigo 5.º do Decreto-lei n.º 57, de 18-11-1966).

Assim, a natureza rural dos imóveis é que determina a obrigatoriedade do cadastramento.

E o próprio Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30-11-1964), em seu artigo 4.º, inciso I, espancando quaisquer dúvidas que pudessem surgir expressamente dispôs que "para os efeitos desta lei, define-se: "imóvel rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada", definição não modificada pela legislação subsequente.

E por isso mesmo, a Lei n.º 5.868, de 12-12-1972, que criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural, harmonizando o Estatuto da Terra com a Lei n.º 5.172, de 25-10-1966 (Código Tributário Nacional), assentou, em seu artigo 6.º, que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidiram, respectivamente, sobre os imóveis conforme sua destinação: o primeiro sobre os imóveis rurais por destinação e o segundo sobre os imóveis não considerados como rurais, em ambos os casos sempre independentemente de sua localização.

Foi, aliás, o que disse o Des. Márcio Martins Ferreira, em acórdão de que foi relator neste Conselho, "verbis": "há que se considerar que o conceito de imóvel rural dimana, segundo o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972, e no artigo 4.º, inciso 1,

do Estatuto da Terra, de sua destinação (exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial), independentemente de sua localização" - (Agravado de Petição n.º 238.952, de Descalvado, julgado em 29-1-1975).

De outra parte, não se pode perder de vista que o Decreto n.º 72.106, de 18-4-1973, ao regulamentar a Lei n.º 5.868, de 12-12-1972, que criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural, expressamente dispôs que o cadastramento tem, entre outras "finalidades primordiais" o de proceder ao levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País" objetivando a aplicação de uma Política Agrícola, norteada principalmente para a "execução dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária e de Colonização" (artigo 2.º).

Ora, os imóveis adquiridos pela agravante - Centrais Elétricas de São Paulo S.A. por compra feita à Companhia Hidrelétrica Paranapanema, ambas concessionárias de serviços públicos, não são rurais por destinação, já que se prestam exclusivamente à produção de energia elétrica, tanto que grande parte das terras transacionadas está inclusive submersa, pois "abrangida pelas águas da bacia de acumulação da usina hidrelétrica de Xavantes" (fl. 29).

As concessionárias - vendedora e compradora - obtiveram concessão do governo para gerar, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica, com o que não poderia a antecessora e nem pode a sucessora dar aos imóveis outra destinação, como por exemplo o de exploração agrícola. E como o afirmado, já se vê que tais imóveis não estão sujeitos a cadastramento, por não serem rurais segundo a definição legal, não podendo obviamente interessar à Política Agrária desenvolvida atualmente no País.

E à derradeira, cumpre consignar que tais imóveis não poderão também ser incluídos no "Cadastro de Terras Públicas" (artigo 48, parágrafo único, do Decreto n.º 55.891, de 31-3-1965; artigo 1.º, V, Da Lei n.º 5.863, de 12-12-1972; e artigos 1.º, IV, e 2.º, IV, do Decreto n.º 72.106, de 18-4-1973), sem consideração de outra ordem, pelo simples motivo de não serem agricultáveis, posto terem outra destinação específica - a produção de energia elétrica.

Por conseguinte, em harmonia com o exposto, dá-se provimento ao recurso, para se julgar a dúvida improcedente.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 21 de janeiro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente;

Rubens Paulo Cruz, Advogado

Agravado de Petição n.º DJ. 244.141 - Capital - Agvte.: Z. W. Y. Henry, Basch - Agvdo.: Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravado de Petição n.º 244.141, da comarca da Capital, em que figuram como agravante Z. W. Y. Henry Basch e como agravado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a proceder ao registro do compromisso particular de venda e compra de fls. 6115, por não exibido o certificado de quitação perante a Previdência Social, posto não constar do título que os promitentes vendedores não se acham a ela vinculados.

Impugnada a dúvida, foi julgada procedente, o que ensejou a interposição do presente recurso, manifestando-se os doutos representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da r. decisão agravada.

E esta é realmente de ser mantida.

Para que o agravante se desobrigue da representação do certificado de quitação, por não vinculados os promitentes vendedores à Previdência Social (artigo 254, 1, última parte, do Decreto n.º 72.771, de 6-9-73), a declaração a esse respeito deveria ter sido inserida no título de fls. 6/15.

Nem vale argumentar que em escritura pública, relativa ao mesmo imóvel, já tenham eles feito

aquela declaração, porquanto segundo os termos do artigo 252, 1, "c", do mencionado Decreto, tal se torna necessário "para cada operação".

E a alegação de que não estavam legalmente obrigados a fazer qualquer declaração a esse respeito, choca-se com o disposto no já citado artigo 254, , última parte, do Decreto n.º 72.771, de 6-9-73, e com a legislação pretérita. Tanto isso é verdade, que de há muito expediu a Corregedoria Geral da Justiça, para o perfeito cumprimento da legislação disciplinadora da matéria, determinações no sentido de que, não apresentado o certificado de quitação, conste obrigatoriamente do instrumento a desvinculação previdenciária, consoante se pode ver do artigo 760, parágrafo único, da Consolidação de Normas. E embora destinadas tais determinações aos Tabeliães, não há que se fazer distinção entre instrumentos públicos e particulares, pois a legislação pertinente não o fez.

Por outro lado, a assertiva do agravado de que os vendedores não estão notoriamente vinculados ao "Funrural" também carece de fundamento, posto que, como se depreende do disposto nos artigos 15, I "a" e "b", da Lei Complementar n.º 11, de 25-5-71, e 145, do Decreto n.º 69.919, de 11-1-72, outras pessoas, que não o produtor rural, podem ser contribuintes do Fundo.

Destarte, não estando os vendedores desobrigados da apresentação do referido certificado, já que não se incluem em nenhuma das hipóteses previstas nos artigos 141, § 5.º, da Lei n.º 3.807, de 26-8-60 (com as alterações da Lei n.º 5.890, de 8-6-73, e de leis anteriores), e 254, do Decreto n.º 72.771 de 6-9-73, não há como se dar provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 6 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Dr. Luigi Chierichetti, Advogado

D.O. 20-11-75

Agravo de Petição n.º DJ - 244.061 - Santa Fé do Sul - Agvte.: Dorival Silvestre - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis daquela Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 244.061, da Comarca de Santa Fé do Sul, em que figuram como agravante Dorival Silvestre e como agravado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Cuida-se da dúvida suscitada pelo agravado, que se negou a efetuar o registro das escrituras públicas de compromisso de compra e venda de fls. 4-7 e 15-17, sob fundamento de que os imóveis compromissados não se situam dentro do território da Comarca, nem foram exibidos os certificados de cadastramento do "INCRA" e de quitação do "Funrural", assim como as negativas de Imposto c "certidões de filiação completa das áreas a serem alienadas ou prometidas a alienar" (sic.).

Julgada procedente a dúvida, recorreu o agravante insistindo na efetivação do registro, opinando os doutos representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da r. decisão agravada.

E esta há que ser realmente confirmada, por seus próprios e jurídicos fundamentos, assim como pelos constantes do excelente parecer de fls. 88-91, do douto Curador da Comarca.

Desde logo, ressalte-se ter restado indemonstrado nos autos que os imóveis se situem dentro dos limites territoriais da Comarca, pelo que falece competência ao Oficial agravado para a prática de qualquer ato registrado a eles relativos.

Como bem o disse o insigne Des. Ferreira de Oliveira, em acórdão por ele relatado quando Corregedor Geral da Justiça, "o título deve ser levado ao cartório competente, segundo os limites territoriais estabelecidos pela lei reguladora da divisão territorial da Comarca. O Oficial do Cartório, se não encontrar no título elementos que demonstrem encontrar-se o imóvel dentro da sua circunscrição territorial, deve abster-se de praticar o ato solicitado para que este não resulte nulo" (Agravo de Petição n.º 210.422, de Ribeirão Pires, C.S.M., j. 14-7-72, v.u.).

Destarte, esse fundamento por si só é impeditivo dos registros pretendidos, dispensando-se qualquer outro.

Mas, não é despendendo ressaltar que o agravante não comprovou o cadastramento dos imóveis no "INCRA", nem exibiu o certificado de quitação do "Funrural", assim como não juntou as negativas fiscais, omissões essas igualmente impeditivas das inscrições referidas.

Por outro lado, a assertiva do agravante de que as exigências do agravado só teriam cabimento se se tratasse de transcrição, quando o caso é de mera inscrição, é sem supedâneo legal, porquanto tanto em uma hipótese como em outra as exigências feitas pelo Oficial são absolutamente pertinentes. Aliás, basta um confronto do artigo 247 (transcrição) com o artigo 252 (inscrição), do Decreto n.º 4.857, de 1939, para se constatar que em ambos os registros exigem-se praticamente os mesmos requisitos.

De conseguinte, em harmonia com o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Custas de lei.

São Paulo, 6 de novembro de 1975.

(aa) Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Eduardo Teixeira Brancatto e Irineu Motta Ramos, Advogados

Agravo de Petição n.º DJ - 245.628 - Tanabi - Agvte.: - Curador dos Registros Públicos - Agvdo.: - Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 245.628, da Comarca de Tanabi, em que é agravante o Curador dos Registros Públicos e agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam em sessão do Conselho, Superior da Magistratura, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O agravado suscitou dúvida quanto à transcrição dos títulos apresentados às fls. 8127, por entender que as escrituras públicas de remição e resgate de enfiteuse devem apenas ser averbadas às margens das respectivas transcrições aquisitivas e não transcritas como o requer o Banco do Brasil S.A.

A dúvida devidamente processada foi julgada improcedente. Inconformado o Curador dos Registros Públicos da Comarca opôs o presente recurso e nesta instância a Procuradoria Geral da Justiça é pelo seu improvimento.

E, evidentemente, esta é a conclusão a prevalecer.

O resgate da enfiteuse opera transferência de domínio direto para o enfiteuta devendo, pois, o ato translativo ser transcrito no registro de imóveis.

Como bem acentuou a r. decisão recorrida, citando Pontes de Miranda, a transferência que emana do resgate é transmissão da propriedade, dando ensejo à exigência da transcrição.

Pelo título apresentado ao registro operou-se o resgate previsto no artigo 693 do Código Civil, unindo-se o domínio útil ao domínio direto, tornando-se o enfiteuta exclusivo senhor e possuidor do imóvel.

A lição de Serpa Lopes é clara e precisa. Partindo do ponto de vista dos efeitos de direito de resgate, conclui o autor produzir ele uma real transferência de domínio, que dentro do nosso sistema é ato suscetível de transcrição. (Tratado dos Registros Públicos, 4.ª ed. 1962, n.º 504, pág. 280).

Nestas condições nega-se provimento ao recurso, mantida a decisão recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Drs. Agapito Antonio, Pimenta e Arnaldo de Carvalho Machado, Advogados

Agravo de Petição n.º DJ -245.365 - Rio Claro - Agvte.: Manoel Maria Domingos - Agvdo.: - Oficial do 1.º Cartório de Registro daquela Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 245.365, da Comarca de Rio Claro, em que figuram como agravante Manoel Maria Domingos e como agravado o Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Cuida-se da denominada dúvida inversa, suscitada pelo agravante, por ter o agravado se recusado a efetuar o registro da carta de arrematação de fls. 6/12, sob fundamento de que o imóvel arrematado "não está transcrito em nome de executada Ana Maria da Conceição" (fls. 13).

Julgada improcedente dúvida inversa, recorreu o suscitante insistindo no registro do título, manifestando-se os doutos representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da r. decisão agravada.

E esta é realmente a solução a ser dada à espécie.

Se o imóvel não se acha transcrito em nome da executada Ana Maria da Conceição, inviável obviamente o registro pretendido pelo arrematante do imóvel, em flagrante infringência ao disposto no artigo 244, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

Aliás, nem sequer se aclarou convenientemente nos autos a que título veio o imóvel a pertencer à executada. Se o foi por herança, como se pretende, deve-se exhibir, como bem o disse o insigne Procurador da Justiça, "o formal de partilha comprobatório da aquisição" (fls. 32), para o devido registro.

Já a argumentação do agravante de que o imóvel veio a pertencer aos pais da executada mediante divisão judicial efetuada antes da vigência do Código Civil, o que a dispensaria do respectivo registro, torna-se no caso completamente anódina, porquanto, de qualquer forma, não se admitiria que os registros dos títulos posteriores se efetivassem por saltos, quebrando-se a sua continuidade, exigência basilar da sistemática adotada no registro imobiliário brasileiro.

Nega-se, destarte, por tais fundamentos, provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 12 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

José Jonasson Filho, Advogado

D.O. 20-11-75

Agravo de Petição n.º DJ 242.485 - Campinas - Agvtes: Maria Helena Siqueira Hespanhol, seu marido Carlos Benedito Hespanhol e Fernando Siqueira - Agvdo: - Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Campinas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.485, da Comarca de Campinas, em que são agravantes Maria Helena Siqueira Hespanhol, seu marido Carlos Benedito Hespanhol e Fernando Siqueira e agravado o Oficial do 1.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Campinas.

Acordam os Membros do Conselho Superior da Magistratura, sem divergência de votos, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida inversa levantada pelos recorrentes que pretendem seja averbado à margem da transcrição 14.733 do 1.º Registro de Imóveis da Comarca de Campinas diversos lotes pertencentes às quadras 19 e 20 do loteamento denominado Salto Grande, situado à Praia Azul, antigo Olho d'Água, hoje pertencente à circunscrição imobiliária da Comarca de Americana.

O agravado negou-se ao pedido alegando, em síntese, inexistir em seus registros qualquer inscrição, no referido loteamento, das quadras 19 e 20 a ensejar a pretensa averbação.

E esta, realmente, é a solução a ser dada à espécie, dada a impossibilidade de averbações à margem de inscrições inexistentes no registro anterior, o que infringiria o princípio basilar da continuidade do nosso sistema imobiliário.

Consta do 1.º Registro de Imóveis da Comarca de Campinas a inscrição do loteamento denominado Balneário Salto Grande, constituído de, uma área de 96.456,43 m², dividida em 18 quadras, de números 1 a 17 e mais a quadra "X". Os recorrentes pretendem, no entanto, a averbação de lotes das quadras 19 e 20, o que, de evidência, torna-se impossível em face de a inscrição existente não apontar tais quadras como partes integrantes do loteamento acima. Se houve novo loteamento, posterior àquele constante à margem da transcrição n.º 14.733, e isto é impossível à vista dos documentos de fls. 6, 9, 24 e 25, compete aos interessados inscrevê-lo no registro de sua nova circunscrição, para posteriormente se proceder os demais registros.

Daí caber razão ao agravado, que cautelosamente, se opôs à averbação requerida. Nem se infira tratar-se de mero desmembramento, o que não permite os documentos trazidos para os autos. Destarte, merece confirmação a decisão recorrida, negando-se provimento ao recurso.

São Paulo, 18 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;
Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente.

Agravo de Petição n.º 131 242.933 - Guarujá - Agvtes.: Giusfredo Santini e Roberto Mário Santini - Agvda.: - Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.933, da Comarca de Guarujá, em que são agravantes Giusfredo Santini e Roberto Mário Santini e agravado o Oficial do Registro, de Imóveis da Comarca, interessado no Serviço de Patrimônio do Ministério da Aeronáutica.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, para, acolhendo a preliminar da Procuradoria Geral da Justiça, anular a sentença e procedimento, a fim de que se propicie à Curadoria dos Registros Públicos oficiar nos termos do artigo 43, I, letra "i" do Decreto-lei Complementar n.º 12, de 9 de março de 1970.

A Curadoria de Registros Públicos não foi chamada para intervir no presente procedimento. Ora em face da Lei Orgânica de Ministério Público, que o obriga a oficiar nos procedimentos de dúvida, sua intervenção é obrigatória, por envolver questões onde sua presença se exercita como "custos legis".

Nesta atividade exerce o Ministério Público indiscutível tutela de fiscalização, outorgada e imposta pela lei estadual, que desatendida, na ordem procedimental, acarreta nulidade de seus atos.

Não se argumente o Regulamento dos Registros Públicos não se referir à obrigatoriedade da presença do Ministério Público nos procedimentos de dúvida, pois no tocante à forma procedimental, por ciente, deixou, como o fez na previsibilidade do recurso, às leis estaduais sua melhor regulamentação.

E nos termos do Código de Processo Civil, sempre aplicável à espécie subsidiariamente, nulo será o processo quando obrigatória e desatendida a intervenção do Ministério Público (art. 84). Pelo exposto, anula-se o procedimento, acolhida a preliminar da Procuradoria Geral da Justiça. São Paulo, 18 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos; Ferreira de Oliveira, Presidente;
Márcio Martins Ferreira - Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;
Advogados: Drs. César Romano de Costa Gomes e José Gomes da Silva.

Agravo de Petição n.º DJ 243.609 - Capital - Agvtes.: Tito Ribeiro de Almeida e sua mulher, Madalena Sofia Ribeiro de Almeida - Agvdo.: - Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 243.609, da Comarca da Capital, em que são agravantes Tito Ribeiro de Almeida e sua mulher, Madalena Sofia Ribeiro de

Almeida, e agravado o Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis. Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. Residiu a dúvida do suscitante nas circunstâncias de que o promitente vendedor do imóvel objeto do instrumento particular de fls. 3/5 estar com os seus bens indisponíveis, por força do artigo 1.º, parágrafo único, do Decreto n.º 685-69, e de que não constou do referido contrato o pormenor referente à sujeição ou não do mesmo promitente às restrições da Lei n.º 3.807-60 (Previdência Social) e Decreto n.º 73.617-74 (Prorural). Julgada procedente a dúvida e manifestado o presente recurso, opinou a Douta Procuradoria Geral da Justiça pelo seu improvimento. Sem razão os agravantes, realmente: Saliente-se logo que o lançamento concretizado no Livro de Registro de Notificações, por força das comunicações feitas à Corregedoria Geral da Justiça, corresponde a uma verdadeira averbação, posto que a indisponibilidade dos bens, conforme declarada por quem de direito, afeta decisivamente o registro imobiliário. Enquanto persistir o registro pertinente àquelas notificações, subsistirão as limitações delas decorrentes, à vista dos princípios norteadores do sistema imobiliário brasileiro, caracterizado pela força probante dos registros. Posto que a indisponibilidade perdura até final e definitiva apuração e liquidação das responsabilidades, imprescindível ao cancelamento daquelas notificações a prova através certidões, de que essa apuração já se encerrou, ou, se for o caso, de que a ação judicial respectiva não chegou a ser proposta nos prazos mencionados pelo parágrafo 1.º do artigo 5.º da Lei n.º 1.808, de 7 de janeiro de 1953, diploma legal que, à época, dispunha sobre a responsabilidade de diretores de empresas sujeitas ao regime de liquidação extrajudicial. Indispensável, outrossim, as referências a eventuais vinculações do promitente vendedor ao I.N.P.S. e ao Prorural, como reconheceram, aliás, os próprios apresentantes do título, razão pela qual também por esse motivo tem procedência a dúvida suscitada pelo Sr. Oficial Imobiliário. São Paulo, 18 de setembro de 1975.
(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;
Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;
Adv. Dr. Durval A. Moura de Araújo.

Agravo de Petição n.º DJ 243.890 - São Paulo - Agvtes.- Espólios de Pedra Maria de Moraes e João Baptista da Cruz Agvdo.: - Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 243,890, da Comarca de São Paulo, em que figuram como agravantes os Espólios de Pedra Maria de Moraes e João Baptista da Cruz e como agravado o Sr. Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1. Cuida-se de dúvida inversa, suscitada pelos agravantes, em face de ter o agravado se negado a cumprir mandado judicial, expedido pelo Juiz da 1.ª Vara Distrital de Itaquera, e no qual se determina o cancelamento da inscrição n.º 9.425, em nome de Affonso Affo e outros. Alega o suscitado não poder dar cumprimento ao mandado, em virtude de estar averbada, à margem da inscrição, a respectiva quitação do compromisso. além de terem os direitos sido cedidos a terceiros, que Pão fizeram parte da ação, a par de ter esta versado "tão-somente sobre o contrato, esquecendo-se da situação registrada que é a que confere qualidade ao direito" fls. 28).

O Dr. Promotor opinou pela improcedência da dúvida e desse teor a r. sentença agravada. Os agravantes, em seu recurso, insistem no cumprimento do mandado, já que se trata de decisão judicial revestida de coisa julgada, no que foram secundados pelo douto Procurador da Justiça.

2. A r. sentença agravada é de ser confirmada.

A lição de Serpa Lopes, citada pelo suscitado e pelo MM Juiz em sua decisão, sempre foi acolhida por este Conselho, como se pode ver de seus precedentes (agravos de petição n.º s 189.389, rel. Des. Rodrigues de Alckmin, e 207.299, rel. Des. Ferreira de Oliveira).

Destarte, pacífico que o Oficial do Registro de Imóveis deve suscitar dúvida, se o mandado judicial apresentado para cumprimento "versar sobre um direito constante do registro e que não foi objeto da resjudicata, ou quando a ordem judicial implique numa ofensa aos direitos de terceiros que não foram partes na ação, direitos esses constantes do registro"

Ora, no caso dos autos, sobre não ter a r. sentença prolatada pelo MM. Juiz da 1.ª Vara Distrital de Itaquera examinado a lide sob o ângulo registrário, há que se ressaltar que o cumprimento do mandado de fls. 4 atingirá direitos de terceiros que não fizeram parte da ação, como muito bem o demonstrou o Oficial agravado (fls. 26128).

E nem há que se argumentar para o cancelamento da inscrição, como faz o douto Procurador da Justiça, com o disposto no artigo 472, do Código de Processo Civil, porquanto, ao contrário, se "a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros", não se poderá dar cumprimento a um mandado que, como se viu, prejudica terceiros que não integraram a demanda.

Finalmente, é de se dizer aos agravantes que a nulidade da escritura de quitação do compromisso, por eles argüida nesta fase recursal, deve ser dirimida pelas vias próprias e não neste procedimento.

Por todo o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 18 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio, Marfim Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv. Dr. Nilço Soares de Carvalho.

Agravo de Petição n.º DJ 244.080 - Serra Negra - Agvte.: Instituto Nacional de Previdência Social - Agvdo.: - Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 244.080, em que é agravante o Instituto Nacional de Previdência Social e agravado o Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Serra Negra.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso.

O Oficial do Registro de Imóveis da comarca de Serra Negra suscitou dúvida ao lhe ser apresentada para registro carta de sentença expedida a favor da Companhia Paulista de Força e Luz, sob o fundamento entre outros de que não consta da referida carta a transcrição do certificado de quitação ao INPS.

Regularmente processado, ao final, a dúvida foi julgada improcedente, ensejando o recurso de fl. 39146, que obteve da Procuradoria Geral da Justiça parecer pelo seu improvimento, com a ressalva de que o INPS era parte ilegítima para o presente recurso.

Quanto à preliminar oposta pela Procuradoria Geral da Justiça cumpre registrar que o Egrégio Conselho Superior da Magistratura, em reiteradas oportunidades já decidiu ser interessado o Instituto Nacional de Previdência Social para recorrer em processos de dúvida, não se podendo negar-lhe legitimidade para tanto, quando vislumbra, ao menos em tese, algum dispositivo legal que condiciona o registro.

No mérito, no entanto, o recurso não merece ser provido.

Derivada de ato de império de Poder Público, a transmissão da propriedade operada com a desapropriação apresenta características próprias e inconfundíveis com aquela regulada pelo Direito Civil.

Verificada a incorporação do imóvel ao patrimônio da entidade de direito público expropriante, a transcrição do título deve ser feita, sem maiores delongas, uma vez que esse registro tem aspectos e efeitos diversos daquele outro disciplinado pela lei civil. Esse último, uma vez realizado, obsta a transcrição ou inscrição de direitos com ele incompatíveis; já na transcrição da desapropriação a situação difere, porquanto não pode haver incompatibilidade, pela razão óbvia

de que os direitos porventura transcritos vão refletir-se na indenização e não mais no imóvel desapropriado. (Agravado de Petição n.º 215.078, da Comarca de Ibitinga, in Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972/1973, Des. José Carlos Ferreira de Oliveira). Esse entendimento, extraído da lição de Serpa Lopes (Tratado, pág. 173174) tem, outrossim, encontrado apoio na jurisprudência deste Conselho.

Ademais, a satisfação prévia dos interesses previdenciários não pode ser exigida para o caso 'sub judice', porquanto não prevista na Lei Orgânica da Previdência Social, devendo o instituto interessado procurar outros meios para satisfazer seus créditos.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 19 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv.: Drs.: Aziz Macedo Thomazelli Padula e Milhem Carlos Farhat.

Agravado de Petição n.º DJ 244.254 - Tatuí - Agvto.: - Curador-Geral da Comarca - Agvdo.: - Benedito Geraldo Costa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravado de Petição n.º 244.254, da Comarca de Tatuí, em que é agravante o Dr. Curador-Geral da Comarca, sendo agravado Benedito Geraldo Costa.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime em dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de escritura de compra e venda de imóvel, lavrada em 20 de agosto de 1965, anteriormente portanto, à vigência do Decreto-lei n.º 66166, cujo artigo 25 tornou obrigatória a apresentação do C.Q. para com o INPS nas hipóteses de alienação de bens imóveis por empresas vinculadas, título que somente agora foi levado à transcrição no registro imobiliário.

Suscitada a dúvida pela Sra. Oficial, através o entendimento de que o referido documento era indispensável, decidiu o MM. Juízo "a quo", após regular processamento, pela sua improcedência, o que motivou o recurso do Dr. Curador-Geral.

A Douta Procuradoria Geral da Justiça manifestou-se pelo improvimento do agravo, salientando a circunstância de que a outorgante declarou-se, na escritura, não vinculada ao INPS.

A razão, em verdade, está com a Ilustre Curadoria recorrente: lembre-se, a propósito, que a matéria está hoje regulamentada pelo Decreto n.º 72.771, de 6 de setembro de 1973, pelo qual persistiu a exigência do certificado de quitação para com o INPS, em se tratando de transação imobiliária, no caso de uma alienação, está expressamente prevista pelo artigo 25 do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

Essa alienação mesmo, por outro lado, conforme realçou o Dr. Curador, apenas se completa com a transcrição do título no registro imobiliário, daí por que também nesta oportunidade de rigor a apresentação do referido documento.

Nesse sentido, aliás, a noticiada decisão anterior deste Conselho (agravo de petição n.º 184.472, da Comarca da Capital): afirmou-se, então, não só a indispensabilidade do C.Q. na oportunidade da transcrição, como também esclareceu-se o pormenor fundamental de que o momento do contrato não importa, posto que a exigência legal refere-se ao momento da alienação, o qual ocorre com a transcrição.

Anote-se, por último, que a declarada não vinculação da outorgante ao INPS não libera o apresentante do oferecimento reclamado, pois basta a dúvida a respeito para que se torne indispensável o documento que comprove a regularidade da situação da empresa.

São Paulo, 19 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv.: Dr. Cláudio José Mantovani.

Agravo de Petição n.º DJ 244.392 Laranjal Paulista - Agvte.: - Maria de Moraes - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 244.392, da Comarca de Laranjal Paulista, em que figura como agravante Maria de Moraes e como agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso por intempestivo.

Com efeito, como bem realçaram os doutos Representantes do Ministério Público de ambas as instâncias, a intimação da r. sentença agravada deu-se anteriormente ao dia 20 de maio último, posto que nesse dia o recibo de "AR." da Empresa de Correios já era juntado aos autos, eis que retornava com a assinatura do destinatário (fls. 42 v.).

Pois bem, mesmo que se considere o termo "a quo" como sendo 20 de maio (terça-feira), o quinqüídio venceu-se em 25 de maio (terça-feira), sendo o recurso, no entanto, somente protocolado dois dias após, isto é, a 27 de maio.

Destarte, intempestivo o recurso, desde não se conhece.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 19 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv.: Dr. Benedito Jorge Coelho Júnior.

Agravo de Petição n.º DJ 244.743 - Ourinhos - Agvte. Companhia de Habitação Popular de Bauru - Agvdo. - Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 244.743 da Comarca de Ourinhos, em que é agravante a Companhia de Habitação Popular de Bauru e agravado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Apresentado o título de fls. 1 2 para averbação à margem de diversas inscrições hipotecárias, foi suscitada dúvida por entender o oficial do registro tratar-se o título apenas de uma missiva dirigida ao BNH, para reforço de caução, quando o mencionado reforço, por ter sido feito a contrato bilateral passado entre as partes e terceiros, só poderá ser procedido da mesma forma que foi lavrado o contrato, ou seja, entre as mesmas partes, consignadas quais; as garantias dadas em reforço.

A dúvida devidamente processada foi julgada procedente e em razões de recurso a agravante insiste na averbação, consignando que o reforço oferecido da caução nada mais é do que ficou estabelecido na cláusula 7.ª do contrato, juntado às fls. 3-10.

A Procuradoria Geral da Justiça oficiando nos autos, opinou pelo improvimento do recurso.

E, realmente, esta deve ser a decisão.

Embora tenha-se a recorrente, pelas cláusulas 4.ª e 13.ª do contrato de fls. 3-10 se obrigado a caucionar ao Banco Nacional de Habitação, em complemento, todos os créditos decorrentes de novos financiamentos, não poderá averbá-los, unilateralmente, sem a aquiescência dos demais intervenientes do contrato.

O simples envio de uma carta noticiando os novos reforços de caução não legitima a pretensão deduzida nestes autos, pois que é preciso que os demais intervenientes e o próprio BNH se manifestem concordes com a caução, sendo inábil para o registro o mero aviso documentado pela carta de fls. 12.

A caução ora em apreço é convencional e se insere entre os direitos de garantia, devendo, portanto, para sua validade, contar com a anuência dos credores e terceiros interessados que previamente deverão ter conhecimento e nele anuírem quanto às formalidades e conteúdo, embora já previsto de modo genérico, em contrato anterior.

Pelo exposto impõe-se o improvimento do agravo.
São Paulo, 19 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;
Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;
Adv. Drs. Eder Serra de Campos e Plácido Berriel.

**Agravo de Petição n.º DJ 244.918 - São Paulo - Agvtes.: Teruszkin
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Adv.: - Sr. Oficial do 5.º
Cartório de Registro de Imóveis da Capital.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 244.918, da Comarca de São Paulo, em que figuram como agravantes Teruszkin Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e como agravado o Sr. Oficial do 5.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida inversa suscitada pela agravante por ter o agravado se recusado a efetivar a inscrição do contrato de locação de fls. 6/10, prorrogado conforme fls. 11/12, sob fundamento de omitir "a qualificação dos fiadores e, na hipótese, de serem casados o comparecimento das mulheres" e ainda por não mencionar o "Início da locação" (fls. 14).

Julgada em parte procedente a dúvida, já que foi afastada pelo MM. Juiz sentenciante a alegada falta de menção do início da locação, teve-a no entanto como procedente no mais, o que ensejou a interposição do presente recurso, opinando o Ministério Público de ambas as instâncias pela conformação da sentença:

O recurso comporta provimento.

No contrato anterior, realmente, os fiadores não estavam qualificados, ignorando-se o seu estado civil.

Mas, pelo contrato de fls. 11/12, no qual se pactuou a prorrogação do anterior, o fiador passou a ser um só, isto é, Flávio Teruszkin, que se qualificou devidamente, constatando-se assim ser ele desquitado, como o que não há falar em outorga uxória.

Ademais, há de se ter presente que a fiança é contrato acessório, cuja nulidade não pode atingir o contrato principal, sendo que as garantias concedidas ao locador pelo locatário passam, tal como se encontram, ao adquirente do prédio (Pontes de Miranda, Tratado de Direito Privado, vol. XL, pág. 255), o que responde à assertiva do douto Procurador da Justiça de que a inscrição do contrato tal como está poderia eventualmente prejudicar um futuro adquirente.

Por outro lado, não é demais lembrar-se que "a anulação dos atos praticados sem outorga da mulher somente pode ser demandada por ela, ou seus herdeiros (art. 239, do C. Civil)" (Pontes de Miranda, ob. cit., vol. VIII, pág. 131), lição igualmente repetida por Caio Mário da Silva Pereira (Instituições de Direito Civil, 1972, vol. V, pág. 113). Assim, o registro deve ser feito, posto que, sendo independente do negócio jurídico subjacente, enquanto não há decisão judicial passada em julgado que descontinua suficientemente a inscrição (retificação, cancelamento, anulação etc.)" (Pontes, ob. cit., vol. XL, págs. 253/254), produzirá ela todos os seus efeitos sendo que, no presente caso, mesmo que a mulher ou seus herdeiros demandem a anulação da fiança, tal atingirá somente esse contrato acessório, sem atingir a inscrição do contrato principal.

Mas, como dito, no caso específico dos autos, o fiador solitário, que substituiu os dois anteriores, é desquitado, não sendo caso de se falar em outorga uxória.

Isto posto, dá-se provimento ao recurso, para que se efetive a inscrição pretendida, mas obviamente desde que atendido ao disposto nos artigos 211 e 212, do Decreto n.º 4.857, de 1939, questão não esclarecida nos autos.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 19 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;
Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;
Adv. Dr. José La Salvia.

Agravo de Petição n.º DJ 243.916 - São Paulo - Agvte.: Maria Vaitsman Wjunishi - Agvdo.: Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 243.916, da Comarca de São Paulo, em que é agravante Maria Vaitsman Wjunishi, sendo agravado o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital,

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao agravo, pagas as custas como de direito.

Trata-se de escritura definitiva de compra e venda relativa a uma loja comercial, cujo registro foi recusado pelo Sr. Oficial Imobiliário em virtude da declaração de indisponibilidade dos bens de Ruy de Mello e Faro, um dos outorgantes e antigo diretor do Banco Faro S.A., ora em liquidação extrajudicial, por determinação do Banco Central do Brasil.

Após a impugnação da apresentante, oportunidade em que ela salientou a existência de um compromisso de compra e venda anterior à intervenção de Banco Central, decidiu o MM. Juízo "a quo" pela procedência da dúvida, dado que aquele contrato preliminar não fora inscrito no Registro Imobiliário.

Regularmente processado o agravo, manifestou-se a Douta Procuradoria Geral da Justiça pelo seu improvimento.

Não há dúvida que a promessa de venda implica principalmente em promessa de outorga da escritura definitiva de venda e, dessarte, em ato de disponibilidade, daí por que aquela outorga pode concretizar-se mesmo após a declaração de indisponibilidade feita com fundamento no Dec. Lei n.º 695/69.

Mas, assim se há de compreender apenas o compromisso devidamente registrado, capaz de gerar um direito real na coisa alheia, dessa forma oponível "erga omnes".

Nesse sentido, aliás, o art. 252 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, realçando que a validade do compromisso contra terceiros e a disponibilidade do bem somente se alcançam através a regular inscrição no Livro 4 do Registro de Imóveis.

Incensurável, portanto, a sentença recorrida, negar provimento ao agravo.

São Paulo, 18 de setembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv. Dr. Ferry de Azeredo Filho e Santiago Moreira Lima.

Agravo de Petição n.º 243.938 - Presidente Prudente Agvte.: Curadoria dos Registros Públicos - Agvdo.: Sr. Oficial do Primeiro Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 243.938 da Comarca de Presidente Prudente, em que é agravante a Curadoria dos Registros Públicos e agravado o Oficial do Primeiro Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O Oficial do Registro de Imóveis suscitou dúvida ao lhe ser apresentada, para transcrição, escritura de doação com reserva de usufruto e gravada com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, em que figuram como outorgantes doadores Antônio Walter Lerosa e sua mulher e outorgados donatários os filhos do casal Valéria Coimbra Lerosa, Beatriz Coimbra Lerosa e Ricardo Coimbra Lerosa, todos menores impúberes.

Motivou a dúvida o fato de não se ter dado curador especial aos donatários, consoante o artigo 387 do Código Civil e porque não foi exibido o certificado de quitação do Funrural, exigido pelo artigo 165 do Decreto Federal n.º 69.919, de 11 de janeiro de 1972.

A sentença de fls. 16/18 concluiu pela procedência parcial, não considerando necessária a intervenção de curador especial para o ato o exigível, para formalização do registro, a apresentação do certificado do Funrural.

Inconformada a Curadoria dos Registros Públicos opôs o presente recurso, tão só com respeito à parte da decisão em que julgou desnecessária a presença de curador especial para o ato de doação a menores, constituída com as cláusulas de impenhorabilidade, incomunicabilidade e inalienabilidade e reserva de usufruto.

Mantida a decisão, a Procuradoria Geral da Justiça opinou pelo improvimento do recurso.

Há que se confirmar a r. sentença agravada,

É controvertida na doutrina e inclusive neste próprio Conselho Superior da Magistratura, sobre se a doação com reserva de usufruto e imposição das cláusulas restritivas acima apontadas seja pura ou simples indispensável a nomeação de curador especial ao menor impúbere donatário, para perfeição do ato.

No entanto, e, embora já tenha se manifestado este Conselho Superior da Magistratura sobre a indispensabilidade da presença de curador especial em tais atos (Agravos de Petição n.º 213.099, da Comarca de São José do Rio Preto, Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972/1973, pág. 81, Desembargador José Carlos Ferreira de Oliveira, Edição Lex, 1974 e Agravo de Petição n.º 101.513, de Fernandópolis e 175.474 de Dracena) em que o Agravo de Petição n.º 222.258, da Comarca de São Paulo (op. cit., pág. 189) ficou assentado que tais restrições não podem ser havidas; como constitutivas de gravame que ultrapasse os limites de simples administração.

E, realmente, assim é de se decidir, de acordo com os fundamentos desta última decisão.

Tais cláusulas, na afirmação de Agostinho Alvim, não se consideram encargos, pois não são impostas em benefício do doador, nem de terceiro, nem da coletividade, sendo estas as três hipóteses da lei (Código Civil, art. 1.180). Por isso mesmo, tais doações se consideram puras, para os efeitos daí decorrentes. E, mais adiante escreve o autor, quanto à cláusula de impenhorabilidade, que o bem ficará a salvo de penhoras (Da doação, págs. 222/245).

O próprio Tribunal de Justiça de São Paulo já afirmou serem válidas as doações que são feitas à pessoa absolutamente incapaz, sendo desnecessária a intervenção do tutor, já que a aceitação expressa é simples formalidade (R.T., vol. 383/179).

Apesar das cláusulas restritivas e da reserva imposta, a doação é pura, porque não traz encargos aos donatários e tão pouco os sujeita a condições, pelo contrário, apenas os beneficia.

Em idêntico diapasão mantém-se a doutrina de Pontes de Miranda conforme as citações constantes da r. decisão recorrida.

Por tais motivos, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 18 de setembro de 1975.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente.

D.O.J., 26-09-75

Agravo de Petição n.º DJ -243.327 - São José dos Campos Agvte.: Darcy Pereira de Carvalho - Agvdo.: o Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 243.327, da Comarca de São José dos Campos, em que é agravante Darcy Pereira de Carvalho e agravado o Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso pagas as custas na forma da lei.

Apresentado a registro, para inscrição, o contrato particular de compromisso de venda e compra de fls. 7-8, negou-se o agravado a inscrevê-lo, sob o fundamento de que já recebera notificação judicial de revogação do mandato que outorgava poderes ao mandatário para representar a promitente, vendedora, naquele ato.

A dúvida, como inversa, foi devidamente processada e julgada improcedente, opinando a Procuradoria Geral da Justiça, em seu parecer pelo improvimento do recurso.

Sustenta o recorrente na inicial e em suas razões de recurso que o compromisso foi celebrado antes da revogação do mandato, razão porque da impossibilidade de se discutir sua validade.

Incensurável a r. decisão recorrida.

Maria de Jesus Siqueira, pela procuração xerocopiada às fls. 6, outorgou poderes a Osmar Freitas da Silva para representá-la perante o IPESP quando da assinatura de contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações a ser celebrado em favor do recorrente Darcy Pereira de Carvalho e referente ao imóvel descrito na inicial.

A procuração foi outorgada no dia 14-5-74 e no dia seguinte, aos 15 de maio, por simples instrumento particular, sem a interveniência do IPESP, o mandatário prometeu a venda ao recorrente. Logo a seguir, em 11 de junho a outorgante mandante, pela notificação copiada às fls. 9, cessou os efeitos da procuração, com ciência ao IPESP, Registro de Imóveis e terceiros. Destes fatos emergem, de pronto, a subsistência da dúvida do senhor Oficial do Registro em proceder a inscrição requerida. Realmente, não poderia aceitar o título ante os termos da própria procuração que denota dubiedade quanto aos poderes específicos outorgados, se alcançando representação somente perante o IPESP ou extensíveis a simples contrato particular sem interveniência daquele Instituto.

Além do mais, não poderia o senhor oficial, ante a notificação judicial, lançar a inscrição sem que a matéria fosse solucionada por via própria e, agora, devidamente adequada.

Dessarte, dessume-se que todas as questões suscitadas neste procedimento devem ser submetidas ao juízo contencioso, competente, inclusive quanto à verificação de excesso de mandato, e presença obrigatória ou não do Instituto de Previdência como elemento de validade e legalidade do título.

Carreta a recusa por parte do agravado, mantém-se a decisão recorrida.

São Paulo, 18 de setembro de 1975.

José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça a Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente -

Adv. Dr. Francisco Moreno Ariza.

D.O.J. 25-09-75

Agravo de Petição n.º DJ-242.520 - Assis - Agvtes.: Jamil Haddad e Paschoal Vicente Neto - Agvdo.: Sr. Oficial do Segundo Cartório de Registros Públicos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 242.520, da Comarca de Assis, em que são agravantes Jamil Haddad e Paschoal Vicente Neto, sendo agravado o Sr. Oficial do Segundo Cartório de Registros Públicos da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Sr. Oficial agravado, que entendeu indispensável ao registro de certa carta de arrematação o oferecimento do certificado de quitação para com o I.N.P.S.; julgada procedente, inclusive com apoio em decisões anteriores deste Conselho, apresentaram os interessados o seu reclamo, tendo a Douta Procuradoria Geral da Justiça opinado pelo improvimento do agravo.

A hipótese em exame já foi apreciada anteriormente pelo Conselho Superior da Magistratura, oportunidade em que restou firmada a exigibilidade do C.Q. pois o artigo 141, § 3.º, alínea "E", da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei federal n.º 3807160), com a redação dada pela Lei n.º 5.432, de 7 de maio de 1968, equiparou o arrematante, à empresa vinculada ao I.N.P.S., caso aquele documento não fosse exigido anteriormente à arrematação.

Tal entendimento teve por base uma compreensão literal dos textos enlencados, a qual leva o intérprete à conclusão de que, prevista expressamente a exigência relativa ao C.Q. para as hipóteses de expedição de cartas de adjudicação e arrematação de bens, mostra-se indispensável o referido documento à transcrição imobiliária.

Os textos são claros, inquestionavelmente, inclusive no que respeita à cominação de nulidade dos atos praticados com inobservância do requisito legal, tanto mais quando se considera que a legislação posterior ao Decreto-lei n.º 66, de 21 de dezembro de 1966, o manteve incólume.

Uma exegese rígida e severa, mas absolutamente correta ante os termos da lei.

Este Conselho, todavia, não pode olvidar a recente manifestação do E. Plenário do Tribunal de Justiça do Estado, quando do julgamento do Mandado de Segurança n.º 228.644, da Comarca de

São Paulo, sem dúvida, mais liberal. Estabeleceu a dispensabilidade, do C.Q. para com o I.N.P.S. naqueles casos: de um lado, em virtude do comprometimento do interesse pelas vendas judiciais, visto que ficariam arredados do mercado respectivo os imóveis pertencentes a empresas vinculadas ao Instituto interessado; e, de outro lado, face a elevação do crédito previdenciário, simplesmente para-fiscal, a um regime de proteção mais rígido que o desfrutado pelos créditos tributários da própria União.

Dessarte, embora com ressalva a alguns fundamentos do referido V. Acórdão, aceita-se a sua tese mais liberal, para acolher o recurso, dando-lhe provimento.

São Paulo, 6 de novembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Advs.: Drs. Francisco Maldonado Júnior e Asdrubal Angelo Baruffaldi.

Agravo de Petição n.º DJ -246.016 - Avaré - Agvtc.: Jorge Gonçalves Serodio - Agvdo.: Oficial de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.016, da Comarca de Avaré, em que figuram como agravante Jorge Gonçalves Serodio e como agravado o Sr. Oficial de Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, eis que, como o demonstraram o MM. Juiz e o douto Procurador da Justiça, a inscrição pretendida da "declaração-recibo" (sic) de fl. 5, é de fato inviável: a) por não conter ela os característicos e confrontações do imóvel (artigo 252, do Decreto n.º 4.857/39); h) por não estar assinada por todos os participantes do ato, nem por duas testemunhas, a par de não reconhecida a firma de Maria do Carmo Ferreira (artigo 237, "b", do Decreto citado; c) e, finalmente, por objetivar inclusive bens de incapaz, sem que tenha sido impossível cindir-se, como pretende o agravante, o ato negocial, para se extremar a parte do incapaz, já que para tanto não há dados indicativos no documento.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 10 de dezembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv. Dr. Jairo Assis de Oliveira.

Agravo de Petição n.º DJ -246.355 - São Paulo - Agvtc.: Hilda Costa - Agravado: Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.355, da comarca de São Paulo, em que é agravante D. Hilda Costa e agravado o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, sendo interessado o Sr. Ruy Homem de Meio Lacerda,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao agravo.

O Sr. Oficial Imobiliário, através uma só manifestação de dúvida, ofereceu as razões de sua recusa aos registros das escrituras apresentadas pela agravante Hilda Costa e pelo interessado Ruy Homem de Melo Lacerda, todas referentes aos mesmos imóveis: conforme esclareceu o agravado, cuida-se de escrituras apresentadas a registro num mesmo dia, umas oferecidas pela agravante, que se tornou cessionária dos direitos decorrentes de um compromisso de compra e venda assinado entre a titular da transcrição aquisitiva e o Sr. Ruy Homem de Melo Lacerda, e outra de compra e venda definitiva, assinada entre estes mesmos últimos interessados, de tal forma que pareceu ao Sr. Oficial Imobiliário, tratar-se de registro de direitos reais contraditórios, hipótese regulada no art. 207 do Decreto n.º 4.857-39.

O mesmo serventuário, ademais vislumbrou outras irregularidades, também impeditores do registro de todos os títulos.

Regularmente processada, foi a dúvida julgada procedente; o MM. juízo "a quo", embora concluindo apenas por uma oposição de direitos, entendeu, por razões diversas, não preencherem os títulos os requisitos necessários aos registros.

Oferecido um só recurso, o agravo interposto por Hilda Costa, a Douta Procuradoria Geral da Justiça manifestou-se pelo seu improvimento, considerando, para tanto, que a agravante não demonstrou qualquer equívoco porventura existente na sentença.

Antes de mais nada, a observação de que as irregularidades realmente existentes, quando da prolação da r. sentença, mostram-se todas sanáveis, e, de tal modo que as regularizações de pronto poderiam ser alcançadas, pelo menos, em tese: vale dizer, primeiro, que a cópia xerox de fls. 7, em parte ininteligível, pode ser imediatamente substituída por outra, e, segundo, que a escritura de re-ratificação, indispensável aos esclarecimentos dos pontos ressaltados na peça decisória, logo poderia ser providenciada, como de fato já o foi (fls. 127-128).

Os títulos em questão, dessarte, estão em condições de registro, inclusive porque, relativamente à escritura de cessão de direitos outorgada à agravante, não restou ferido o princípio da continuidade dos registros, dado que o necessário encadeamento ficará observado com a inscrição do compromisso originário e com as averbações das cessões que se lhes seguiram.

Impõe-se enfrentar, por conseguinte, a questão concernentes à eventualidade da ocorrência de direitos reais contraditórios, ocorrência que, nos autos, já fora afirmada não apenas pelo Sr.

Oficial Imobiliário, como, também pelo ilustre Promotor Público, Dr. Álvaro Pinto de Arruda.

E a verdade é que a apontada contradição realmente existe:

O importante, a respeito, reside na circunstância de que todos os títulos relacionam-se a uma só transmitente, as cessões decorrentes da promessa de compra e venda feita por Lúcia Elvira de Campos Gonzaga e Ruy Homem de Melo Lacerda e, posteriormente, a compra e venda celebrada entre esses mesmos interessados.

Além disso, as circunstâncias de que os imóveis são os mesmos e, de que o conteúdo das escrituras reciprocamente se anulam.

Este último ponto merece ficar bem frisado: se é verdade que um compromisso de compra e venda não inscrito gera tão-só vínculos de natureza pessoal, não menos verdadeira se apresenta a assertiva de que, com a inscrição no Registro de Imóveis (a qual pode ser alcançada a todo o tempo), passa a promessa a ter efeitos reais, de modo a impedir qualquer outro direito da mesma natureza, que lhe seja oposto;

Numa só palavra, contradizem-se as escrituras também no que respeita aos respectivos conteúdos.

Cabe aqui, portanto, com precisão, o claríssimo ensinamento de Serpa Lopes, mas, para firmar a noticiada contradição entre os direitos reais que adviriam dos pretendidos registros, se, simultaneamente feitos: "entendemos por direitos reais contraditórios, os que, oriundos de um só transmitente e, por este atribuídos a titulares diversos e recaindo sobre o mesmo imóvel, se contradizem no seu conteúdo, de modo a se anularem reciprocamente, se fossem transcritos ou inscritos, contemporaneamente" ("Tratado dos Registros Públicos" vol. IV, pág. 339, "Livreria Freitas Bastos S.A." 5.ª edição).

Ora, como já ressaltado, aponta o art. 207 do Regulamento dos Registros Públicos a solução para o impasse: em existindo direitos reais contraditórios, cujas escrituras tenham sido apresentadas num mesmo dia, será registrada a que por primeiro tiver sido lavrada, no caso a da promessa de compra e venda assinada em 8 de fevereiro de 1966, com as averbações correspondentes às cessões, também anteriores, aliás, à venda concretizada a Ruy Homem de Melo Lacerda.

Lembre-se ainda, por oportuno, que a discussão pertinente à retrocessão, conforme mencionada na impugnação desse último interessado, não cabe nos estreitos limites do processo, dúvida, razão pela qual deverá ser dirimida através as vias judiciais ordinárias, como, se não bastasse a letra do parágrafo único do artigo 218 do mesmo Regulamento, no sentido de que a denegação ao registro não impede o uso do processo contencioso competente.

Pelos motivos expostos, considerada improcedente a dúvida, relativamente aos títulos oferecidos pela agravante Hilda Costa, a qual deverá substituir a xerox ininteligível, no prazo que o Sr.

Oficial Imobiliário assinalar, nos termos do art. 215, § 1.º, do Decreto n.º 4.857-39, dá-se provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

São Paulo, 10 de dezembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Advogados: Drs. José Bonifácio Ferreira e Marco Agripa Homem de Mello Lacerda.

Agravo de Petição n.º DJ -246.672 - Monte Alto - Agvte: Avelino Câmara - Agvdo.: Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 246.672, da Comarca de Monte Alto, em que é agravante Avelino Câmara, sendo agravado o Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em não conhecer do recurso, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça.

Cuida-se de pedido de cancelamento de certa transcrição, relativa a um formal de partilha, esclarecendo o peticionário, ora agravante, ter o Sr. Oficial Imobiliário efetivado o registro por engano, visto que, na verdade, tratava-se de transcrição de carta de adjudicação.

Após ter o serventuário reconhecido o lapso cometido, bem assim procurado justificá-lo através a consideração de que fora provocado pela falta de alguns dos requisitos indispensáveis à formalização da referida carta, deixou o MM. Juízo de conhecer do pedido, mediante simples despacho, o qual ensejou o reclamo oferecido pelo agravante.

A Douta Procuradoria Geral da Justiça, em preliminar, salientou não se tratar de caso de dúvida, nem mesmo da chamada dúvida inversa.

A hipótese não é de dúvida, realmente:

Em que pese a circunstância de referir-se a questão à matéria pertinente a registro imobiliário, o fato é que não manifestou o Sr. Oficial qualquer recusa a propósito do indigitado título, inclusive porque o pedido inicial fora de mero cancelamento de transcrição, mandado processar pelo MM. Juízo na condição de Corregedor Permanente do Cartório.

O procedimento, por conseguinte, foi de natureza puramente administrativa, razão pela qual a reapreciação da matéria, em grande recurso, cabe ao Corregedor Geral da Justiça, por força do disposto no art. 246 do Código Judiciário e, em respeito ao princípio do reexame dos atos administrativos.

Nesse sentido, aliás, a orientação deste Conselho, manifestada quando do julgamento do Agravo de Petição n.º 221.109, da Comarca de Campinas ("Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972-1973" página 134, Lex Editora S/A., 1974).

Pelos motivos expostos, não se conhece do recurso, devendo os autos ser remetidos à Corregedoria Geral da Justiça.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 10 de dezembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Advogado: Julio Raposo do Amaral.

Agravo de Petição n.º DJ . 246.690 - Igarapava - Agvte.: Fazenda do Estado - Agvdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 246.690, da Comarca de Igarapava, em que figuram como agravante a Fazenda do Estado e como agravado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso.

Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a proceder ao registro da escritura de compra e venda de fls. 3/3 v.º, que lhe foi apresentada pela agravante, sob pretexto de existirem débitos fiscais, relativos ao imóvel transacionado, em favor da Fazenda Municipal de Igarapava.

A dúvida foi julgada procedente (fls. 25/27), o que ensejou a interposição do presente recurso, manifestando-se os doutos Representantes do Ministério Público de ambas as instâncias pela confirmação da r. decisão agravada.

O recurso comporta, no entanto, provimento.

Em execução fiscal, a Fazenda do Estado adjudicou o bem penhorado a Wilson Saad, o executado. Ao pretender, todavia, transcrever a respectiva carta de adjudicação, verificou que a escritura pública através da qual o executado adquirira o bem não fora ainda transcrita.

Pretendeu, assim, o registro desse título, para ao depois transcrever a carta. Negou-se o agravado, porém, ao registro, sob fundamento da existência de débitos fiscais municipais, referentes ao imóvel. Esses, em resumo, os fatos.

Desde logo é de se dizer que não poderia ter sido afastada a imunidade recíproca, prevista na Constituição Federal (art. 19, III, "a"), e no Código Tributário Nacional - Lei n.º 5.172, de 25-10-1966 (art. 9.º, IV, "a"), e segundo a qual é vedado "à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros".

E, nem se afirme, como o fazem o MM. Juiz e o douto Procurador oficiante, que, em se tratando de registro de escritura pública entre particulares e sendo os débitos anteriores, a Fazenda não goza de qualquer imunidade.

É que, segundo o disposto no art. 130, do Cód. Tributário Nacional, "os créditos tributários relativos à impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e, bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Trata-se, em casos que tais, de transferência da responsabilidade tributária para o sucessor, com a exceção de que "a transferência evidentemente não se opera contra quem seja imune ou isento do imposto" (Aliomar Baleeiro, Direito Tributário Brasileiro, 2.ª ed., página 424).

Assim, em face da imunidade da Fazenda do Estado, não se opera a sub-rogação, com o que não há de se lhe exigir a quitação de impostos perante a Fazenda Municipal de Igarapava, para só então conseguir o registro pretendido. A esta última só resta, pelas vias próprias, procurar receber do primitivo e efetivo devedor o crédito tributário municipal em aberto.

De conseguinte, em harmonia com o exposto, dá-se provimento ao recurso para julgar a dúvida improcedente.

Custas na forma da lei,

São Paulo, 10 de dezembro de 1975.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Advogado: Dr. Aldo Glanco Landi.

Agravo de Petição n.º DJ 247.698 - Capital - Agvte, Dulce Simões Rocco - Agvdo. Sr. Oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 247.698, da Comarca da Capital, em que é agravante Dulce Simões Rocco, sendo agravado o Sr. Oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida suscitada pelo agravado, o qual, seguindo orientação do MM. Juízo Corregedor Permanente, recusou-se à transcrição parcial de certa carta de adjudicação, conforme era a vontade da apresentante, que pretendia o registro de um só dos imóveis constantes do referido título.

Julgada procedente a dúvida, manifestou a agravante o seu reclamo, tendo a Douta Procuradoria Geral da Justiça opinado pelo seu improvimento.

Sem razão, a agravante, realmente:

Não há dúvida que os interessados em transmissões de imóveis não estão obrigados ao registro dos títulos respectivos; todavia, desde que apresentados estes ao Oficial Imobiliário, inquestionável que a transcrição dos mesmos deve concretizar-se por inteiro, integralmente, de acordo com a sistemática atual do registro imobiliário brasileiro, em que aquela transcrição constitui o seu ato primacial.

Vale dizer, por outras palavras, que não basta o registro do imóvel no indicador real, mero

repertório dos imóveis figurantes nos outros livros, inclusive no das transcrições (n.º 3); mostra-se indispensável, ao contrário, a transcrição do título, por expressa determinação legal (art. 178, letra "b", item VI, do Decreto n.º 4.859-39).

Poder-se-ia dizer, em poucas palavras, que a pretensão da agravante mostra-se inviável porque não existe transcrição de imóvel, segundo a legislação respectiva em vigor.

Ora, se a transcrição é do título e se este deve ser transcrito por inteiro, evidente que essa mesma transcrição há de se referir a todos os imóveis constantes do título, daí derivando as anotações subseqüentes, próprias do registro imobiliário.

Apresentado um título a registro, vê-se o apresentante compelido à sua transcrição integral, seja qual for o número dos imóveis transmitidos por seu intermédio, sob pena de restar desnaturado o próprio título, como muito bem assinalou a Douta Procuradoria Geral da Justiça.

Dessarte, nega-se provimento ao agravo interposto por Dulce Simões Rocco.

(aa) José Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente;

Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça;

Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente;

Adv. Dr. Helladio Marco Nogueira de Sá.

LEI N.º 6.268 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 1975

Dispõe sobre a averbação do pagamento de títulos protestados, a identificação do devedor em títulos cambiais e duplicatas de fatura e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1.º - É facultado ao responsável por título protestado perante notário ou oficial público, na forma da legislação reguladora dos títulos de crédito, uma vez efetuado seu respectivo pagamento, requerer seja este averbado à margem do competente registro de protesto.

Parágrafo único - O oficial público, não poderá recusar a averbação requerida nos termos deste artigo, a não ser com fundamento na ocorrência de vício capaz de invalidar a prova do pagamento realizado, que será feita por qualquer meio permitido em direito.

Artigo 2.º - A averbação de que trata o artigo anterior constará, obrigatoriamente, de qualquer certidão extraída do registro de protesto e eliminará a eficácia deste em relação ao credor, ressalvados direitos de coobrigados e terceiros, nos termos da Lei.

Artigo 3.º - Os títulos cambiais e as duplicatas de fatura conterão, obrigatoriamente, a identificação do devedor pelo número de sua cédula de identidade, de inscrição no cadastro de pessoa física, do título eleitoral ou da carteira profissional.

Parágrafo único - Nos instrumentos de protesto, serão descritos os elementos de que trata este artigo.

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Mário Henrique Simonsen

25-11-75

D.O.U.

LEI N.º 6.314 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975

Dá nova redação ao artigo 508 do Código de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 508 do Código de Processo Civil (Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973), passa a vigorar com a seguinte redação, revogado o seu parágrafo único:

"Art. 508 - Em todos os recursos, salvo o de agravo de instrumento e o de embarque de declaração, o prazo para interpor e para responder, será sempre de 15 (quinze) dias."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O.U. 17-12-75

LEI N.º 6.306, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975

Altera o § 2.º do artigo 26 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O § 2.º do artigo 26 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentado ao mesmo artigo pela Lei n.º 4.686, de 21 de junho de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

26

.....

.....

.....

§ 2.º - Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República".

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

João Paulo dos Reis Velloso

D.O.U. 10-12-75

LEI N.º 6.236 - DE 18 DE SETEMBRO DE 1975

Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - A matrícula, em qualquer estabelecimento de ensino público ou privado, de maior de dezoito anos, alfabetizado, só será concedida ou renovada mediante a apresentação do título de eleitor do interessado.

§ 1.º - O diretor, professor ou responsável por curso de alfabetização de adolescentes e adultos encaminhará o aluno que o concluir ao competente juiz eleitoral, para obtenção do título de eleitor.

§ 2.º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior sujeitará os responsáveis às penas previstas no artigo 9.º do Código Eleitoral.

Artigo 2.º - Os eleitores do Distrito Federal, enquanto não se estabelecer o seu direito de voto, ficam dispensados de todas as exigências legais a que se sujeitam os portadores de títulos eleitorais.

Artigo 3.º - Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, participantes do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, encarecerão em seus programas as vantagens atribuídas ao cidadão eleitor, no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, e informarão da obrigatoriedade do alistamento a do voto, Para os brasileiros de ambos os sexos.

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Ney Braga

D.O.U. 19-09-75

LEI N.º 6.304 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975

Estende às duplicatas o processo de autenticação mediante chancela mecânica, nos termos do artigo 1.º da Lei 5.589, de 3 de julho de 1970.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 1.º da Lei n.º 5.589, de 3 de julho de 1970, acrescido de um parágrafo, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1.º - Os títulos ou certificados de ações, debêntures ou obrigações, bem como suas cautelas representativas, de emissão das sociedades anônimas de capital aberto, e as duplicatas emitidas ou endossadas pelo emitente, podem ser autenticadas mediante chancela mecânica, obedecidas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único - Aquele que utilizar chancela mecânica, obriga-se e responde integralmente pela legitimidade e valor dos títulos e endossos assim autenticados, inclusive nos casos de uso indevido ou irregular de tal processo, por quem quer que seja."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

Severo Fagundes Gomes

10-12-75

D.O.U.

LEI N.º 6.239 - DE 19 DE SETEMBRO DE 1975

Regula as ações de despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e ensino.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Nas locações de prédios utilizados por hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e ensino, somente caberá ação de despejo:

I - Se o locatário não pagar o aluguel no prazo convencionado ou, na falta de contrato escrito, até o décimo dia útil subsequente ao mês vencido;

II - Se o locatário infringir obrigação legal ou contratual;

III - Se o proprietário, promitente-comprador ou promitente-cessionário, em caráter irrevogável e imitado na posse, com título registrado, que haja quitado o preço da promessa ou que, não o tendo feito, seja autorizado pelo proprietário, pedir o prédio para demolição e edificação licenciada, ou reforma, de que venha a resultar aumento mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área útil;

IV - Se o proprietário, promitente-comprador ou promitente-cessionário, nas condições do inciso anterior, pedir o prédio para reparações urgentes determinadas pela autoridade pública competente, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel ou, podendo, o locatário se recusar a nelas consentir.

Parágrafo único - A ação de despejo será precedida de notificação, com o prazo de 30 (trinta) dias para os casos de inciso, I do artigo 1.º, e 90 (noventa) dias para as demais hipóteses.

Artigo 2.º - Nas ações de despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e ensino, dar-se-á ciência do pedido inicial aos eventuais sublocatários.

Artigo 3.º - Da sentença que decretar o despejo caberá apelação com efeito suspensivo, salvo no caso do inciso I, em que o efeito é devolutivo.

Artigo 4.º - Na execução da sentença o juiz fixará prazo não inferior a 90 (noventa) dias para desocupação do prédio, salvo se, entre a data da sentença de primeira instância e a execução da mesma, houver decorrido mais de 6 (seis) meses, hipótese em que o prazo de desocupação será de 30 (trinta) dias.

Artigo 5.º - Aplicam-se às ações de despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde e ensino as demais disposições legais pertinentes, desde que não conflitem com esta Lei.

Artigo 6.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Ney Braga

Paulo de Almeida Machado

22-9-75

D.O.U.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para conhecimento dos interessados, transcrevemos, abaixo, os Capítulos IV e V do Decreto n.º 77.077, de 24 de janeiro de 1976, que dispõe sobre a Consolidação em epígrafe:

CAPÍTULO IV

Arrecadação e recolhimento das contribuições

Artigo 142 - A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de qualquer outra importância devida ao INPS ou ao FLPS obedecerão às normas seguintes:

I - cabe ao empregador:

a) arrecadar as contribuições dos seus empregados, descontando-as da respectiva remuneração;

b) recolher ao INPS, até o último dia do mês seguinte àquele a que se referir, o produto arrecadado de acordo com a letra a, juntamente com a contribuição dos itens VI e VII e § 2.º e 3.º do artigo 128.

II - cabe ao trabalhador autônomo, ao segurado facultativo e ao segurado na situação do artigo 11 recolher diretamente ao INPS, por iniciativa própria, no prazo da letra b do item 1, o que for devido de acordo com o seu salário-de-contribuição;

III - cabe ao INPS descontar de seus servidores as contribuições por eles devidas, inclusive a destinada à assistência patronal;

IV - cabe à empresa concessionária de serviços públicos e demais entidades incumbidas de arrecadar as cotas de previdência, recolher mensalmente o produto delas ao Banco do Brasil S.A., à conta especial do Fundo de Liquidez da Previdência Social.

§ 1.º - O desconto das contribuições e o das consignações legalmente autorizadas sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento e ficando diretamente responsável pelas importâncias que deixar de receber ou que tiver arrecadado em desacordo com esta Consolidação.

§ 2.º - O proprietário, o dono da obra, ou o condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma por que haja contratado a execução de obras de construção, reforma ou acréscimo de imóvel, é solidariamente responsável com o construtor pelo cumprimento das obrigações decorrentes desta Consolidação, ressalvado seu direito regressivo contra o executor ou contraente das obras e admitida a retenção de importâncias a estes devidas para garantia do cumprimento dessas obrigações, até a expedição do "Certificado de Quitação" (artigo 152, item I, letra c).

§ 3.º - A empresa construtora e os proprietários de imóveis poderão isentar-se da responsabilidade solidária estabelecida no § 2.º em relação à fatura, nota de serviço, recibo ou documento equivalente que pagarem por tarefa sub-empregada de obras a seu cargo, desde que façam o sub-empregado recolher, previamente, quando do recebimento, o valor fixado pelo INPS como contribuição previdenciária devida inclusive com relação ao seguro de acidentes do trabalho.

§ 4.º - Não será devida contribuição previdenciária quando a construção de tipo econômico for efetuada sem mão-de-obra assalariada, no regime de mutirão, comprovado previamente perante o INPS, conforme estabelecido em regulamento.

§ 5.º - No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período durante o qual o trabalhador esteve sob suas ordens.

§ 6.º - O valor líquido do salário-maternidade e as cotas de salário-família pagos pela empresa serão deduzidos do montante das contribuições previdenciárias que lhe caiba recolher mensalmente ao INPS.

§ 7.º - As cotas do salário-família não se incorporam, para qualquer efeito, ao salário ou remuneração.

§ 8.º - As contribuições previdenciárias relativas aos trabalhadores avulsos (artigo 7.º) poderão ser recebidas pelos sindicatos de classe respectivos, que se incumbirão de elaborar as folhas correspondentes e de, no prazo da letra b do item I, recolhê-las na forma estabelecida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Artigo 143 - Cabe à empresa abrangida pelo regime desta Consolidação:

I - preparar folhas-de-pagamento dos salários de seus empregados, anotando nelas os descontos para o INPS;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua escrituração mercantil o montante das quantias descontadas de seus empregados, a correspondente contribuição da empresa e o total recolhido ao INPS;

III - entregar ao órgão arrecadador, anualmente, por ocasião do recolhimento relativo ao mês seguinte ao do balanço, cópia autenticada dos registros contábeis relativos aos lançamentos das importâncias devidas ou pagas ao INPS, com discriminação, mês a mês, das respectivas parcelas.

Parágrafo único. Os comprovantes discriminativos desses lançamentos deverão ficar arquivados na empresa durante 5 (cinco) anos, para fiscalização.

Artigo 144 - O recolhimento das contribuições devidas pelo segurado facultativo (artigo 12) poderá ser feito por entidade, órgão ou pessoa a que ele esteja vinculado, enquanto persistir a vinculação.

Artigo 145 - Compete ao INPS fiscalizar a arrecadação e o recolhimento de qualquer importância prevista nesta Consolidação, obedecendo, no que se refere à cota de previdência, às instruções do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 1.º - É facultada ao INPS a verificação dos livros de contabilidade, não prevalecendo, para esse efeito, o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, e estando a empresa e o segurado obrigados a prestar os esclarecimentos e informações que lhes forem solicitados.

§ 2.º - Ocorrendo a recusa ou a sonegação de elementos e informações, ou sua apresentação deficiente, o INPS poderá, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício as importâncias que reputar devidas, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

§ 3.º - Na falta de comprovação regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obras de construção poderá ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, de acordo com a área construída, cabendo ao proprietário, dono da obra, condomínio da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.

Artigo 146 - A falta de recolhimento, na época própria, de contribuição ou outra quantia devida à previdência social sujeitará o responsável ao juro moratório de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, além de multa variável de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do débito.

Artigo 147 - O débito apurado pelo INPS, assim como a multa imposta, serão lançados em livro próprio destinado à inscrição de sua dívida ativa.

§ 1.º - A certidão textual do livro de que trata este artigo servirá de título para o INPS, por seu procurador ou representante legal, promover em juízo a cobrança do débito ou da multa, pelo mesmo processo e com as mesmas prerrogativas e privilégios da Fazenda Nacional.

§ 2.º - O instrumento de confissão de dívida, a cópia autenticada dos registros contábeis de que trata o item III do artigo 143 'e a carta de abertura de conta-corrente bancária, firmados pela empresa, servirão também de títulos para a cobrança da dívida ativa do INPS.

§ 3.º - O INPS poderá, antes de ajuizar a cobrança de sua dívida ativa, promover o protesto dos títulos dados em garantia de sua liquidação, ficando, entretanto, ressalvado que esses títulos serão sempre recebidos pro solvendo.

Artigo 148 - A cobrança judicial de quantia devida à previdência social por empresa cujos bens sejam legalmente impenhoráveis, será executada, depois de transitada em julgado a sentença condenatória, mediante precatório expedido à empresa pelo presidente do tribunal de justiça local, a requerimento do INPS, incorrendo o diretor ou administrador da empresa nas penas do crime de desobediência, além da responsabilidade funcional cabível, se não der cumprimento ao precatório dentro de 30 (trinta) dias.

Artigo 149 - A falta de recolhimento, na época própria, de contribuição ou outra importância devida ao INPS e arrecadada dos segurados ou do público será punida com as penas do crime de

apropriação indébita.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, consideram-se pessoalmente responsáveis o titular da firma individual, sócios solidários, gerentes, diretores ou administradores da empresa, abrangida pelo regime desta Consolidação.

Artigo 150 - A União, Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, entidades paraestatais, empresas sob regime especial e sociedades de economia mista com orçamento próprio e com servidores empregados compreendidos no regime desta Consolidação incluirão obrigatoriamente em seus orçamentos anuais as dotações necessárias para atender às suas responsabilidades para com o INPS.

Artigo 151 - O diretor ou administrador de empresa compreendida no regime desta Consolidação, quando remunerado pelos cofres públicos federais, estaduais, territoriais, municipais ou autárquicos, responde pessoalmente pela multa imposta por infração de dispositivo dela, sendo obrigatório o respectivo desconto em folha de pagamento, mediante requisição do INPS e a partir do primeiro pagamento que se seguir à requisição.

CAPITULO V

Certificados de Matrícula, Regularidade de Situação e Quitação

Artigo 152 o INPS fornecerá os seguintes documentos:

I - à empresa:

- a) o Certificado de Matrícula (CM) previsto, no § 1.º do artigo 22, para prova de sua vinculação;
- b) o Certificado de Regularidade de Situação (CRS), válido até 28 de fevereiro do ano seguinte ao da sua emissão, para prova de que se acha, na forma estabelecida em regulamento, em situação regular perante o INPS;
- c) o Certificado de Quitação (CQ), que constitui condição para que possa praticar determinados atos, enumerados neste artigo, com a validade de 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão.

II - ao segurado autônomo, o certificado de que trata a letra b do item I.

§ 1.º - O Certificado de Matrícula deverá ser apresentado:

- a) à autoridade competente, para o licenciamento de obras de construção, reforma ou acréscimo de prédio, pelo responsável direto pela sua execução;
- b) aos órgãos do INPS e aos arrecadadores das contribuições a ele devidas, para identificação do contribuinte e dos elementos cadastrais de sua inscrição.

§ 2.º - O Certificado de Regularidade de Situação, a ser trasladado no instrumento pelo servidor público ou escrevente juramentado, juntado por cópia autenticada ao processo ou ao pedido inicial da empresa, ou caracterizado pelo seu número e data de emissão, mediante certidão passada no documento fornecido à empresa, conforme o caso, será exigido:

- a) para a concessão de financiamento, empréstimo ou ajuda financeira, para o pagamento das parcelas dos mesmos, cotas-partes e alíquotas de impostos ou de subvenções de qualquer espécie por parte de repartição pública, estabelecimento de crédito oficial e seus agentes financeiros, autarquia, entidade de economia mista e empresa pública ou concessionária de serviços públicos;
- b) para a assinatura de convênio, contrato ou outro instrumento com repartição ou entidade pública, autarquia, sociedade de economia mista ou seus agentes;
- c) para o arquivamento de qualquer ato no registro de comércio, exceto o ato pelo qual a empresa substitui total ou parcialmente seus gestores, desde que não implique mutação patrimonial;
- d) para a participação em licitações para compras, obras, serviços e alienações;
- e) para registro, no Ministério do Trabalho, de empresa de trabalho temporário.

§ 3.º - O Certificado de Quitação, que será arquivado e registrado pelo serventuário público, pela ordem de lavratura dos instrumentos públicos ou da transcrição dos instrumentos particulares para os quais tenha sido emitido, será exigido da empresa:

- a) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens imóveis;
- b) para a alienação ou promessa de alienação, oneração ou disposição de bens móveis incorporáveis ao ativo imobilizado;
- c) para a cessão e transferência ou para a promessa de cessão e transferência de direitos;
- d) para o pagamento de haveres nas liquidações e dissoluções de sociedades e para a expedição de cartas de adjudicação ou arrematação de bens, salvo quando expedidas em favor da Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e em processos trabalhistas, inclusive de acidentes do trabalho.

§ 4.º - Será também exigido o Certificado de Quitação para a primeira operação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária após sua construção, seja de promessa de venda, de compra e venda, de cessão e transferência ou de promessa de cessão de direitos aquisitivos.

§ 5.º - Independem da apresentação do Certificado de Quitação:

a) a transação em que for outorgante a União Federal, Estado, Município ou entidade pública de direito interno sem finalidade econômica, assim como pessoa ou entidade não sujeita à contribuição para o INPS;

b) a transação realizada por empresa que exerce a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresente o Certificado de Regularidade de Situação e que dele conste expressamente essa finalidade;

c) o instrumento, ato ou contrato que retifique, ratifique ou efetive outro para o qual tenha sido apresentado o Certificado de Quitação

d) a transação de unidade imobiliária resultante da execução de incorporação, na forma da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, desde que a certidão própria tenha sido apresentada para a inscrição do respectivo memorial no Registro de Imóveis;

e) a transação de unidade construída com financiamento contratado por instrumento para cuja lavratura já tenha sido apresentado o Certificado de Quitação.

Artigo 153 - O disposto no § 4.º do artigo 152 aplica-se apenas ao imóvel construído a partir de 22 de novembro de 1966, data do início da vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

Artigo 154 - O ato praticado e o instrumento assinado ou lavrado com inobservância do estabelecido no artigo 152 são considerados nulos de pleno direito, para todos os efeitos, assim como os registros públicos a que estiverem sujeitos.

§ 1.º - o INPS poderá intervir no instrumento que dependa do Certificado de Quitação, para dar quitação da dívida do contribuinte ou autorização para a lavratura, independentemente da liquidação da dívida, desde que fique assegurado o seu pagamento quando parcelado, com o oferecimento de garantia suficiente, estabelecida em regulamento.

§ 2.º - O servidor, serventuário da justiça, autoridade ou órgão que infringir o artigo 152 incorrerá em multa correspondente ao maior valor-de-referência (artigo 225) vigente no País, imposta e cobrada pelo INPS, sem prejuízo da responsabilidade cabível.

§ 3.º - A empresa, enquanto estiver em débito não garantido, por falta de recolhimento das contribuições devidas ao INPS, não poderá:

a) distribuir qualquer bonificação aos seus acionistas;

b) dar ou atribuir participação nos lucros aos seus sócios cotistas, nem aos seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

§ 4.º - A desobediência ao disposto no § 3.º sujeitará o responsável à multa de 50% (cinquenta por cento) das quantias que tiver pago indevidamente, imposta e cobrada nos termos dos artigos 147 e 206).

Artigo 155 - O Certificado de Quitação, quando exigível, só o será com relação às contribuições devidas pela dependência da empresa da localidade onde se situar o objeto da transação, se for o caso, ou por sua sede.

LEI N.º 6.260 - DE 6 DE NOVEMBRO DE 1975

Institui benefícios de previdência e assistência social em favor dos empregados rurais e seus dependentes e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - São instituídos em favor dos empregadores rurais e seus dependentes os benefícios de previdência e assistência social, na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1.º - Considera-se empregador rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física, proprietário ou não, que, em estabelecimento rural ou prédio rústico, explore, com o concurso de empregados, em caráter permanente, diretamente ou através de prepostos, atividade agro-econômica, assim entendidas as atividades agrícolas, pastoris, hortigranjeiras ou a indústria rural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais.

§ 2.º - Não será considerada, para os efeitos desta Lei, a equiparação prevista no artigo 4.º da Lei n.º 5.889, de 8 de julho de 1973.

§ 3.º - Respeitada a situação dos empregadores rurais que, na data desta Lei, satisfaçam as condições estabelecidas no § 1.º, não serão admitidos em seu regime os maiores de 60 anos que, após a sua vigência, se tornarem empregadores rurais por compra ou arrendamento.

Artigo 2.º - O benefícios instituídos por esta Lei são adiante especificados:

I - quanto ao empregador rural:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria por velhice;

II - quanto aos dependentes. do empregador rural:

a) pensão;

b) auxílio-funeral;

III quanto aos benefícios em geral:

a) serviços de saúde;

b) readaptação profissional;

c) serviço social.

§ 1.º O auxílio-funeral, devido por morte do empregador rural, será pago a quem, dependente ou não, houver, comprovadamente, promovido às suas expensas o sepultamento.

§ 2.º - A aposentadoria por velhice será devida a contar dos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Artigo 3.º - Os benefícios pecuniários serão fixados em função da contribuição estabelecida no artigo 5.º, nas seguintes bases:

I - aposentadoria por velhice ou invalidez - valor mensal correspondente a 90% (noventa por cento) de 1/12 (um doze avos) da média dos três últimos valores sobre os quais tenha incidido a contribuição anual de que trata o artigo 5.º, arredondando-se o resultado para a unidade de cruzeiro imediatamente superior;

II - pensão - valor correspondente a 70% (setenta por cento) da aposentadoria calculada conforme o item I, arredondando-se o resultado para a anuidade de cruzeiro imediatamente superior;

III - auxílio-funeral - concedido e pago nas mesmas bases e condições vigorantes no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 1.º - Nos casos em que venha a caber a concessão da aposentadoria ou da pensão no exercício de 1977, será considerada como realizada, na forma do artigo 5.º, para efeito de cálculo, a contribuição relativa à produção do ano de 1974.

§ 2.º - Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados segundo as normas que vigorarem para o reajustamento dos benefícios a cargo do INPS.

§ 3.º - Os valores mensais da aposentadoria por velhice ou invalidez não poderão, em nenhuma hipótese, ser inferiores a 90% (noventa por cento) do maior salário mínimo vigente no País.

Art. 4.º - O direito aos benefícios instituídos por esta Lei fica condicionado aos seguintes prazos de carência:

I - pecuniário (artigo 2.º, itens I e II) - 12 (doze) meses após o pagamento da primeira contribuição anual, desde que efetuado o recolhimento da segunda (artigo 5.º);

II - outros benefícios (artigo 2.º, item III) - 30 (trinta) dias após o pagamento da primeira contribuição anual.

Artigo 5.º - Para custeio dos benefícios previstos nesta Lei, fica estabelecida uma contribuição anual obrigatória, a cargo do empregador rural, pagável até 31 de março de cada ano, e correspondente a 12% (doze por cento):

I - de um décimo do valor da produção rural do ano anterior, já vendida ou avaliada seguindo as cotações do mercado; e

II - de um vigésimo do valor da parte da propriedade rural porventura mantida sem cultivo, segundo a última avaliação efetuada pelo INCRA.

Parágrafo único - O valor total que servirá de base de cálculo para a contribuição anual devida pelo empregador rural não será inferior a 12 (doze) nem superior a 120 (cento e vinte) salários mínimos de maior valor vigente no País, arredondando-se as frações para o milhar de cruzeiros imediatamente superior.

Artigo 6.º - O empregador rural que entrar em gozo de aposentadoria continuará obrigado à contribuição que lhe couber, na forma do artigo anterior, se prosseguir na exploração da respectiva atividade ou voltar a explorá-la.

Artigo 7.º - Os benefícios Previstos nesta Lei não serão concedidos ao empregador rural, ou a

seus dependentes, na forma de pagamento da contribuição devida, até que esta seja recolhida com os seguintes acréscimos:

I - multa de 10% (dez por cento) por ano ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito, até o limite de 50% (cinquenta por cento) deste;

II - juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária sobre o aludido montante.

§ 1.º - O débito verificado na forma deste artigo ficará sujeito à cobrança judicial, como dívida pública, pelo mesmo processo e com os privilégios reservados à Fazenda Nacional.

§ 2.º - Não haverá incidência de (Vetado) multa e mora quando ocorrerem condições climáticas adversas que comprovadamente afetem a produção.

Artigo 8.º - O empregador rural que perder essa qualidade e não estiver obrigado a ingressar em outro regime de previdência social poderá permanecer filiado ao FUNRURAL mediante o continuado pagamento da contribuição anual, prevalecendo, para tanto, o valor da última que haja recolhido, que não poderá ser inferior à contribuição mínima de que tratam o artigo 5.º e seu parágrafo único.

Artigo 9.º - Não será beneficiário do FUNRURAL, ficando desobrigado de pagar a contribuição nessa qualidade, o empregador rural que exercer, também atividade diversa, em virtude da qual seja segurado obrigatório de outra entidade de previdência Social.

Artigo 10 - O diretor, sócio-gerente, sócio solidário, sócio cotista que receba pro labore e sócio de indústria em empresa de natureza agrária ou que preste serviços dessa natureza são segurados obrigatórios do INPS.

Artigo 11 - O sistema previdenciário e assistencial instituído por esta Lei será administrado pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, a ele se aplicando, em tudo aquilo que n o contrarie o disposto nas Leis Complementares n.º 11, de 25 de maio de 1971, n.º 16, de 30 de outubro de 1973, e respectiva regulamentação.

Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1976.

Artigo 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

L. G. do Nascimento e Silva

LEI N.º 986, DE 29 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre o provimento de Serventuários de Justiça em Cartórios não oficializados
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Leonel Júlio, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos serventuários de Justiça providos em cartórios cujo território foi desmembrado do Município de São Paulo e que estejam nas condições vedadas pelo artigo 48 do Decreto-lei n. 159, de 28 de outubro de 1969, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 206, de 25 de março de 1970, prevalecendo no inciso VI os consangüíneos e afins, é assegurado o direito de remoção ou promoção para serventia vaga ou criada, de qualquer natureza e de classe imediatamente superior, com prioridade sobre quaisquer outros interessados, mesmo detentores de preferência absoluta para remoção promoção ou opção.

§ 1.º - Para os serventuários de Terceira Classe a remoção ou promoção se fará para a Classe Especial.

§ 2.º - Se o motivo do impedimento for anterior à nomeação, será tomado sem efeito o provimento do último nomeado; se posterior, o daquele que deu causa a incompatibilidade; se esta for imputável a ambos, o do mais novo no cargo.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 28 de abril de 1976.

a) Leonel Júlio - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 28 de abril de 1976.

a) Ary de Oliveira Santos - Diretor Geral Substituto.

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 6, DE 8 DE ABRIL DE 1976
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do item XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

"Artigo único - Os §§ 1.º e 2.º do artigo 100 da Constituição Estadual - Emenda n.º 2, de 30 de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

100

§ 1.º - O território dos municípios será dividido, para fins administrativos em distritos e suas circunscrições urbanas se classificarão em cidades e vilas na forma que a lei estabelecer.

§ 2.º - A criação de municípios, distritos e suas alterações territoriais, só poderão ser feitas à época determinada pela lei complementar federal, atendidos os demais requisitos da legislação federal e estadual."

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 8 de abril de 1976.

a) Leonel Júlio - Presidente

a) Del Bosco Amaral - 1.º Secretário

a) Hélyio Nunes da Silva - 2.º Secretário

D. O. - 09-04-76

LEI N.º 762, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1975

Dispõe sobre a identificação funcional dos juizes de casamentos

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Vicente Botta, na qualidade de seu 1.º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos juizes de casamento será fornecido, pela autoridade competente, documento de identificação funcional por ocasião do ato de sua posse.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 21 de novembro de 1975.

a) Vicente Botta - 1.º Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de novembro de 1975.

a) Ary de Oliveira Santos - Diretor Geral Substituto.

D. O. J. - 22-11-75

LEI N.º 730, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

Cria o 4.º Ofício de Justiça no Comarca de Piracicaba e dá nova redação ao inciso IV do artigo 2.º da Lei n.º 592, de 12 de dezembro de 1974

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica criado, na Comarca de Piracicaba, o 4.º Ofício de Justiça, como anexo do 4.º Cartório de Notas, passando a denominar-se "4.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Piracicaba".

Artigo 2.º - O inciso IV do artigo 2.º da Lei nº 592, de 12 de dezembro de 1974, fica assim redigido:

"IV - 3.º Ofício de Justiça, como anexo do 3.º Cartório de Notas, a denominar-se 3.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Marília".

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de outubro de 1975.

a) PAULO EGYDIO MARTINS

a) Manoel Pedro Pimentel - Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de outubro de 1975.

a) Nelson Petersen da Costa - Diretor Administrativo Substituto.
D. O. - 31-10-75

DECRETO N.º 7.246, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1975
Acrescenta novas disposições ao Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais,
Decreta.

Artigo 1.º - Fica acrescentada à tabela 3, inciso V, do Regimento de Custas e Emolumentos, a seguinte alínea:

"e - expedição de certidão por sistema de processamento de dados: o previsto nas alíneas anteriores e mais... Cr\$ 3,00"

Artigo 2.º - Fica acrescentada à tabela 3, inciso V, do Regimento de Custas e Emolumentos, a seguinte nota:

"5.ª - Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Ofícios de Distribuição hoje existentes".

Artigo 3.º - Fica acrescentado, ao final da Tabela 13 do Regimento de Custas e Emolumentos, o seguinte:

"Nota":

"Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição, e Informação compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Cartórios de Protesto de Títulos".

Artigo 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de dezembro de 1975

a) PAULO EGYDIO MARTINS - Governador do Estado

a) Manoel Pedro Pimentel - Secretário da Justiça

NOTA: Publicado novamente por ter o referido Decreto saído, por equívoco, no Diário Oficial de 17-12-75, sob o número 7.300, de 16-12-75, prevalecendo a publicação de 11-12-75.

Publicado na Casa Civil, aos 10 de dezembro de 1975

a) Maria Angélica Galliazi - Diretora da Divisão de Atos do Governador

Nº 102 - Publicação: Jul/Dez 1976

REDAÇÃO:

Conforme não se ignora, é de todo pacífica, em nossa Jurisprudência, a tese que considera, como funcionários públicos, os serventuários da Justiça do foro extrajudicial, principalmente em face dos deveres e obrigações cujo cumprimento lhes é imposto por lei.

Na espécie, foram eles, por sinal, fartamente aquinhoados, sendo certo que, até hoje, nenhum dos diplomas legais que regulam as suas atribuições, deixou de lembrar-lhes as responsabilidades civis e criminais que sobrecarregam suas funções.

A vista, pois, de tal circunstância, parece-nos de inteira justiça que, quando tiverem de se aposentar, sejam eles considerados, também, funcionários públicos e possam, consequentemente, usufruir das vantagens a estes concedidas quando já aposentados.

Todos sabem que a própria Constituição dispõe, no que tange ao Funcionalismo, que o servidor público aposentado deve perceber vencimentos idênticos aos recebidos pelos seus substitutos em serviço ativo.

Ora, sendo assim, estamos; em que tal princípio deve ser tomado extensivo, por forma expressa, aos serventuários aludidos, a fim de se evitar o uso, para com eles, de dois pesos e duas medidas, como vem acontecendo até agora.

A formulação das presentes considerações nos foi sugerida tendo em vista a existência, tanto na órbita federal como na esfera estadual, de projetos tendentes a fixar vencimentos para os serventuários providos em serventias; que se vagarem após a vigência das leis a que tais proposições pretendem dar origem.

Parece-nos de todo oportuno chamar a atenção de nossos ilustres legisladores para o problema acima focalizado, especialmente no que diz respeito ao seu aspecto constitucional, a fim de que, uma vez fixados os vencimentos dos serventuários, nenhuma diferença seja estabelecida entre o

valor dos que eles percebem quando em atividade e os que receberem uma vez aposentados.
O.F.T.

TRIBUNAL DE ALÇADA CIVIL ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 224.015, da comarca de São Paulo, em que é apelante Antônio Cláudio Furcin Bruzian, apelado Henrique Roberto de Cunto.

Acordam, em Terceira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, dar provimento ao recurso para julgar procedentes os embargos de terceiro, com inversão dos ônus da sucumbência.

Custas na forma da lei.

1. Insurgiu-se o embargante, via embargos de terceiro, contra penhora havida na execução movida por Henrique Roberto de Cunto e Alice Fernandes de Almeida, pois, através de carta de arrematação, devidamente transcrita, houvera o domínio do imóvel penhorado, motivo pelo qual tal penhora não poderia subsistir, certo que o imóvel assim penhorado estava para ser levado a uma segunda praça.

Entendeu o digno magistrado que o embargado fez inscrever a penhora em 5 de agosto de 1974, sendo que a arrematação do imóvel, pelo embargante, só ocorreu alguns meses após isto, razão pela qual não se há falar em qualquer ato construtivo do embargado contra o embargante, já que não lhe era dado ignorar a existência do ônus sobre o imóvel que arrematou e cuja subsistência não ficou prejudicada.

Mas, como ponderou o embargante a penhora, que deu origem à arrematação, ocorreu em 1.º de março de 1974, enquanto que a penhora embargada é de 5 de agosto de 1974. Quando da arrematação, conforme se verifica dos autos, nenhuma menção se fez de eventual ônus a gravar o imóvel, certo que a respectiva carta de arrematação foi regularmente transcrita no Registro Imobiliário competente.

E nem se argumente que inscrição de penhora outorga direito real ao exequente. Serpa Lopes deixa claro que nada obsta a transferência a terceiro do imóvel onerado por uma tal inscrição. E a jurisprudência do Egrégio Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo, de muito, se encaminhou no sentido de autorizar o registro dos títulos aquisitivos da propriedade imobiliária, sejam judiciais ou extrajudiciais, pois, a inscrição em foco está limitada à função de tornar a penhora conhecida de quem quer que tenha interesse sobre o imóvel penhorado e, mesmo assim, "não se pode prescindir do exame da titularidade do domínio ou do direito do executado, pois, do contrário, seria facultar-se e

legitimar-se a ação judiciária tendo por objeto o que, por uma presunção legal, não pertence ao executado. Basta pensar-se na turbação que em seu direito sofre o proprietário aparente ou legítimo, se ficar à mercê de execuções por dívidas de que não é responsável, com os bens que já lhe pertencem sem o amparo natural resultante do seu próprio direito", certo que, ainda como adverte Serpa Lopes, "se a alienação feita ao terceiro foi fraudulenta, ela prevalece até que, pelos meios processuais normais, o interessado isto demonstre e torne sem efeito a alienação realizada em tais condições. O contrário é que é absurdo, ou seja, efetuar-se a penhora, a despeito do imóvel já não mais pertencer ao executado, o compelir-se ao adquirente a opor embargos de terceiro, invertendo-se a força da presunção que lhe assegura sua situação jurídica de proprietário, senão indestrutível, pelo menos intangível, até prova em contrário, mediante sentença anulatória da alienação feita e transcrita em fraude de credores" ("Tratado dos Registros Públicos", volume IV, 4.ª edição, 1960, Freitas Bastos, n.º 755, páginas 464/469).

No caso dos autos, não se há falar que a aquisição do imóvel pelo embargante tenha sido feita em fraude a credores. O embargante o adquiriu judicialmente, através de regular arrematação. Proprietário, agora, é do imóvel, pois, a carta de arrematação respectiva está, devidamente, transcrita.

Assim, indubitavelmente, a esta altura dos acontecimentos não mais pode prevalecer a penhora, que merece levantada, pois, o imóvel já não mais pertence à executada Alice Fernandes de Almeida, não podendo, sequer, ser levado à praça.

2. Daí porque se julgam procedentes os embargos de terceiros, invertidos os ônus da sucumbência, devendo o magistrado determinar o levantamento da penhora e dando-se baixa à inscrição da mesma penhora.

Tomou parte no julgamento o Sr. Juiz César de Moraes.

São Paulo, 15 de setembro de 1976.

Francisco Negrisolli - Presidente com voto.

Álvaro Lazzarini - Relator.

GARANTIAS DA MAGISTRATURA

Petronilo Santa Cruz

No momento em que líamos uma notícia a respeito da conclusão dos estudos para a emenda constitucional que possibilitará a reforma judiciária, vieram-nos à mente, de súbito, as palavras do grande mestre italiano Giuseppe Chiovenda, que serviram de epígrafe à exposição de motivos do nosso Código de Processo Civil vigente: "Convien decidersi a una riforma fondamentale o rinunciare alla speranza di un sério progresso". Aliás, diga-se de passagem, tal afirmação deveria advertir e inspirar ao legislador que aspire a qualquer reforma de relevo. seja qual for a sua natureza.

Na verdade, não temos conhecimento razoável dos termos em que se pretende propor uma nova estrutura para o nosso Judiciário. Mas, silenciosos ou não os trabalhos que precedem a mensagem do Executivo, o fato é que de nada adiantaria qualquer esforço objetivando dar uma nova dimensão ao nosso aparelhamento jurisdicional se, dentre outras medidas, não forem asseguradas aos nossos magistrados, em toda a sua plenitude as garantias constitucionais, que lhes permite exercer a função jurisdicional com absoluta independência.

Ensina Chiovenda: "Para o fim de manter correto e seguro o funcionamento do Poder Judiciário instituiu-se entre o Estado, os magistrados e os cidadãos, um sistema de garantias recíprocas". Isso importa dizer que se rigorosos deveres são impostos aos juízes, por outro lado alguns direitos fundamentais não lhes podem ser negados, de tal sorte que um sistema racional e bem posto de direitos e deveres coopere para que haja efetivamente uma boa distribuição de justiça na comunidade.

Sejamos breves, citando apenas dois insuspeitos processualistas brasileiros que se expressaram assim: Tão marcante é o princípio da independência do Judiciário, diz Frederico Marques, que nele vê Radbruch a consagração do Direito em frente ao Estado, como um mundo que se rege por suas próprias leis, separado da atividade governamental, da mesma forma que torna a administração da justiça, afastada da restante administração. Por isso é que dizia Story, que a magistratura, deve ser organizada pelo Estado, como se fosse uma instituição fora do mesmo Estado: "at ir were something exterior to the state". E o professor Moacir Amaral Santos ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, não fez por menos ao asseverar: "Mas a independência do Poder Judiciário se reveste de características especiais, porque nela está a sua própria força. Sendo sua função específica e de compor conflitos de interesses pela aplicação da lei aos casos concretos, ou seja julgar, fazer justiça, indispensável é que seus órgãos se caracterizem por sua insuspeição e serenidade e, pois, deverão gozar da mais absoluta independência, sem o que não se sentirão em condições de julgar".

Em suma, quanto maior for a independência dos magistrados tanto mais seguras serão as possibilidades de realizarem a sua função. Daí a razão da lei alemã de 22 de março de 1924, expressar de forma tão magnífica: "A justiça é distribuída por juízes independentes, única e exclusivamente subordinados à lei".

Mas, como veremos adiante, a independência do juiz, para atingir o ponto desejado, deve ser jurídica e política.

INDEPENDÊNCIA JURÍDICA

No exercício da função jurisdicional o juiz está subordinado tão somente à lei. De fato, quando exerce a sua atividade judicante o juiz é absolutamente autônomo, imune a influxos de natureza hierárquica. O que prevalece é a sua própria convicção. Mas se a sua função precípua é realizar o direito objetivo, obviamente que o juiz está condicionado aos ditames da lei. Nada mais do que isto.

Ora, se o juiz é independente inclusive em relação aos órgãos superiores da magistratura, o que não dizer da sua situação em face dos órgãos do Poder Legislativo e Executivo? Evidentemente que se deve guardar, em ambas as hipóteses, o mesmíssimo grau de independência.

Todavia, a segurança da independência jurídica está condicionada à existência de certas garantias que são corolários da independência política que assegura a independência jurídica do

juiz".

INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

Além do autogoverno da magistratura, assegurado pela Constituição, (art. 115), que possibilita ao Poder Judiciário dirigir seus próprios destinos a vitaliciedade. Inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, são garantias fundamentais de uma organização judiciária, boa, que têm no direito moderno o caráter de dogmas, destinadas a dar ao juiz a sua independência política.

CONCLUSÃO

Por tudo quanto foi dito, depreende-se, claramente, que ao ensejo da reforma judiciária é chegado o momento, antes de mais nada, de serem restauradas, sem limitações as garantias da magistratura que se nos afiguram imprescindíveis para a boa administração da justiça. No exercício da sua nobre e difícil função social, o juiz deve estar cercado de garantias tais que, combinadas aos inúmeros e rígidos deveres que lhe são impostos, levem-no a julgar bem, com independência e segurança, de maneira a assegurar para si o respeito e a confiança dos seus jurisdicionados.

O direito tem sede de segurança, não resta dúvida, razão porque é ao Poder Judiciário que incumbe dar a última palavra objetivando a atuação do direito objetivo aos casos ocorrentes, inclusive quanto aos litígios que envolvam o Estado e os seus cidadãos.

E o nosso ponto de vista.

(Diário de Pernambuco)

DEVEDORES DO FGTS

Técnicos ligados ao setor imobiliário informaram "não ter qualquer fundamento" a ameaça do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, de que as empresas em atraso com o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço serão dissolvidas. "Pelo contrário, acrescentaram, uma ordem de serviço da coordenação do FGTS, intitulada CDS N.º 1176, fixa o prazo até 28 de dezembro deste ano para as firmas que se encontrarem nessa situação pedirem o parcelamento do débito".

Explicaram os especialistas que até as execuções judiciais, previstas inicialmente em cerca de 1.200 mil, estão suspensas até o fim do prazo concedido pelo FGTS. A ordem de serviço do Fundo de Garantia dá todas as instruções para as empresas quitarem o débito, as quais prevêem, entre outras coisas, que a firma não poderá incluir no parcelamento dívidas correspondentes a empregados cujos contratos de trabalho hajam sido extintos ou rescindidos anteriormente ao pedido.

A ordem de serviço, expedida pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estabelece as seguintes condições para as empresas quitarem o débito relativo ao recolhimento do FGTS de seus empregados:

1. O parcelamento do débito será concedido em prestações mensais, bimestrais ou trimestrais ate o prazo máximo de 60 meses, não podendo, porém, exceder o dobro do número de meses em atraso.
 2. No requerimento, a empresa deverá indicar em quantas parcelas, dentro do previsto, pretende liquidar o débito e, se for o caso, o número de parcelas que comporão cada prestação. Nessa hipótese, quais as prestações que serão compostas de mais de uma parcela.
 3. Na eventualidade de o débito exceder de 60 meses, as prestações iniciais ímpares deverão ser compostas de, no mínimo, duas parcelas, de modo que o débito relativo aos meses excedentes seja liquidado desde o início do curso do parcelamento.
 4. O valor de cada parcela corresponderá a determinado mês, que não poderá, em qualquer hipótese, ser fracionado.
 5. Os juros e a correção monetária serão calculados pela empresa, quando do recolhimento de cada parcela que integra a prestação, aplicando-se, para esse fim, os coeficientes próprios, relativos ao trimestre civil em curso.
 6. A multa será também calculada pela empresa, sobre os depósitos de cada parcela, acrescidos dos juros e correção monetária.
 7. As prestações serão acrescidas de taxa de remuneração de serviços técnicos e administração, na base de 6 por cento sobre o seu respectivo montante.
 8. A taxa será calculada pela empresa sobre o montante de cada parcela que compõe a
-

prestação, compreendendo depósitos, juros e correção monetária e multa.

9. O recolhimento da taxa poderá ser feito de uma só vez, calculada sobre o montante da dívida, compreendendo depósitos, juros e correção monetária e multa computados até a data do respectivo pagamento.

10. A data de vencimento da primeira prestação será o último dia do mês subsequente ao do deferimento do pedido.

11. A empresa deverá antecipar a efetivação dos depósitos parcelados referentes ao empregado, sempre que ocorrer, durante o período do parcelamento, rescisão ou extinção do contrato de trabalho de optante, ou de não-optante com menos de um ano de serviço ou ainda sempre que ocorrer utilização de conta vinculada para aquisição de moradia ou para atender a necessidade grave e premente em caso de doença.

(Fonte: Noticiário à imprensa).

COMO FAZER BOAS RELAÇÕES HUMANAS

Revista "Relações Públicas"

1. Dizer sempre menos do que pensa. Falar em tom baixo e persuasivo. O modo de dizer, muitas vezes, importa mais do que o que se diz.

2. Fazer promessas quando puder cumpri-las, fielmente.

3. Nunca deixar passar uma oportunidade de dizer uma palavra amável e animadora sobre uma pessoa. Louvar um serviço bem feito, sem cuidar de quem o fez. Se o caso for para censuras, criticar de maneira construtiva.

4. Interessar-se pelos outros; interessar-se por seus esforços, seu bem-estar, seus lares e famílias. Que todos, por funções, sintam que são considerados como pessoas de importância.

5. Ser animador. Sorrir sempre. Ocultar as próprias dores, aborrecimentos e decepções, com um sorriso amável. Rir das boas anedotas e aprender a contá-las também.

6. Manter uma opinião franca sobre todas as questões duvidosas. Debater mas não alterar. É próprio dos espíritos superiores discordar, no entanto, não guardar rancor.

7. Que as suas virtudes sejam o seu porta-voz e se recusar a falar dos vícios alheios.

Desencorajar o "disse-me-disse" e, adotar como regra, nada dizer sobre outrem, a menos que seja algo de bom.

8. Ter cautela com os sentimentos alheios. Brincadeiras e chacotas, às custas de outra pessoa, raramente valem o esforço, podendo magoar em casos em que menos espera.

9. Não dar ouvidos a observações de má índole, a seu respeito. Viver corretamente, para que ninguém dê crédito às maledicências.

10. Não ter muita ansiedade por conseguir, rigorosamente, o que exigir. Fazer seu serviço: ser paciente; manter boa disposição; esquecer a si mesmo; para assim, conseguir respeito e recompensa.

"Tribuna da Justiça"

O QUE É AFINIDADE

Washington de B. Monteiro

Desembargador-SP

Afinidade é vínculo que se estabelece entre cada cônjuge e os parentes do outro. Como se realçou, a afinidade mantém certa simetria com o parentesco consanguíneo, principalmente na discriminação das linhas, graus e espécies.

A afinidade comporta, como o parentesco, duas linhas: a reta e a colateral, abrangendo a primeira a linha ascendente e a descendente. Na linha reta ascendente estão sogro, sogra, padasto e madраста, no mesmo grau que pai e mãe. Serão eles, destarte, afins em primeiro grau.

Na linha reta descendente encontram-se genro, nora, enteado e enteada, no mesmo grau de filho ou filha; serão eles, portanto, igualmente, afins do primeiro grau.

Na linha colateral para a contagem dos graus, um dos cônjuges fica colocado na posição do outro, com relação aos parentes deste; cunhados serão, assim, afins em segundo grau.

Também quanto às espécies, a afinidade é legítima ou ilegítima, bem como adotiva. E legítima quando procede de casamento válido; não haverá, portanto, afinidade entre determinado varão

e os parentes de sua companheira, se entre eles existe simples mancebia; ou melhor, a afinidade será ilegítima se decorre tão-somente de união livre ou extralegal. A afinidade é vínculo de ordem jurídica; ela não decorre da natureza, ou do sangue, como o parentesco por consangüinidade, mas tão-somente da lei. Esse conceito vem claramente expresso na língua inglesa, que designa o afim pelo mesmo vocábulo com o qual indica o consangüíneo correspondente, acrescentando-lhe a frase *in law* (segundo a lei). Assim, sogro é chamado *father-in-law* (pai segundo a lei) e cunhado *brother-in-law* (irmão segundo a lei). (No livro "Curso de Direito Civil - Direito de Família")
(De "A Tribuna da Justiça")

O CONGRESSO E A DEDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

BRASÍLIA - Novos tipos de deduções do Imposto de Renda são permitidos em nove projetos aprovados, por unanimidade, pela Comissão de Justiça do Senado, todos eles apresentados por senadores nos últimos meses, sendo que oito por parlamentares da Arena. A decisão da Comissão de Justiça apresentou uma inovação no exame de projetos desse tipo, os quais até agora sumariamente eram declarados inconstitucionais, já que o Congresso julgava que essas deduções eram atingidas pelo impedimento da constituição quanto à iniciativa parlamentar em legislação financeira.

No entanto, o relator dos nove projetos na Comissão, senador Itálio Coelho, de Mato Grosso, apresentou nova argumentação, defendendo a competência parlamentar para propor novas leis que permitam deduções do Imposto de Renda, sendo sua tese aceita por todos os que integram a Comissão. Como observou ainda o senador Itálio Coelho, à Comissão de Justiça compete apenas reconhecer que os nove projetos eram constitucionais e jurídicos. A conveniência financeira da transformação em lei de cada um deles competiria, agora, à Comissão de Finanças. Dos novos projetos, apenas um foi apresentado através do MDB, pelo senador Ruy Carneiro, da Paraíba, permitindo a dedução de pensões e proventos de inatividade pagas a pessoas com 70 anos ou mais. Dos outros oito, um vice-líder da Arena, o senador Osires Teixeira, de Goiás, foi o responsável pela metade. Os primeiros dois permitem à pessoa física deduzir despesas com remédios e com os salários de empregados domésticos; o terceiro, as despesas com livros e material didático, independentemente de serem técnicos; e o quarto, a dedução de despesas com o aluguel de residência para o contribuinte. Essa mesma providência, relativa a aluguel residencial, é prevista em outro projeto, do senador Paulo Guerra, de Pernambuco, o qual foi apresentado antes.

"Tribuna da Justiça"

MÉTODO CIENTÍFICO E TEORIA DA JUSTIÇA

Arnold Brecht

O que é justo e o que é injusto constitui questão igualmente fundamental para a Filosofia Política e para a do Direito; estas duas disciplinas não deviam, portanto, ser separadas (seção 1). A velha idéia de que uma Lei da Natureza responde à questão, pelo menos, em certa medida, já sofrera nada menos de três eclipses, seguidos de três renascimentos, quando, no dealbar do presente século, a ascensão do Relativismo de Valor Científico pareceu marcar o eclipse final daquela, no pensamento científico sobre justiça (seção 2). Entre as fontes concebíveis do senso humano de justiça, algumas, como Deus e a alma, não são acessíveis a afirmações científicas, enquanto a "natureza das coisas", que pode ser estudada cientificamente, não conduz a prescrições concludentes, na medida em que há uma faculdade de escolha aberta ao homem (seção 3). A ciência, portanto, é lançada de volta às idéias ou sentimentos humanos sobre justiça. Porém, essas idéias e sentimentos possuem um caráter relativo; são mesmo duplamente relativas, a saber, sempre relativas a certo estado de coisas que se considera desejável e, em segundo lugar, pelo menos, em grande parte (ver adiante), relativas também a idéias particulares com respeito ao estado de coisas que é desejável. Podem prevalecer distintas idéias de justiça, inclusive na mesma pessoa, em diversos níveis e em diferentes épocas, ou até mesmo tempo, segundo as instituições vigentes sejam aceitas ou criticadas e, no último caso, segundo a crítica obedece a opiniões de grupo, etc., ou é original (seção 4).

(De "A Tribuna da Justiça")

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS

A certidão negativa de tributos é espécie do gênero certidão administrativa, que por sua vez apresenta como o documento expedido por ato vinculado da autoridade, dizendo da existência de fatos ou situações que constam de livros, papéis ou documentos em poder da administração pública.

Ensina-nos Hely Lopes Meirelles que "certidões administrativas são cópias ou fotocópias fiéis e autênticas de atos ou fatos constantes de processo, livro ou documentos que se encontrem nas repartições públicas. Podem ser de inteiro teor, ou resumidas, desde que expressem fielmente o que contém no original de onde foram extraídas. Em tais atos o poder público não manifesta a sua vontade, limitando-se a trasladar para o documento a ser fornecido ao interessado o que consta de seus arquivos".

O direito à certidão, previsto no § 35 do artigo 153 da Carta Magna, aprovada sua liquidez e certeza, é garantido pela norma estabelecida no § 21 do preciso dispositivo, por via do mandado de segurança.

Essa garantia se estende, na forma do preceito contido no artigo 205 e seu parágrafo único do Código Tributário Nacional, à certidão negativa.

Não obstante, para que ela possa ser invocada, necessário é que se comprove ter o requerente efetivo interesse em obtê-la, e mais, que a certidão negativa pretendida diga respeito a atos já consumados.

Segundo Laan de Oliveira Barros, "tendo já o contribuinte apresentado sua inscrição, declaração ou matrícula, embora não haja ainda lançamento, ou esteja em fase de elaboração, ou não estejam ainda vencidos os prazos de pagamento, ou mesmo que vencidos e

NOTA: O Autor se refere as primeiras seções do Capítulo IV da Parte 1 do livro "Teoria Política" Seção 1 - A função da Justiça na Ciência Política e na Jurisprudência; Seção 2 - Eclipses e renascimento das idéias do Direito Natural; seção 3 - O Método Científico e a Natureza das Coisas; Seção 4 - Idéias de Justiça: relativas à Segunda Potência e em diversos níveis.

ainda não pagos, terá o direito à certidão de qualquer desses atos. Porém, essa não se revestirá das características e privilégios da certidão negativa, embora possa, ainda que precariamente, suprir a prova de quitação, por induzir a referência a créditos tributários ainda não plenamente constituídos, ou já constituídos, porém ainda não vencidos, ou não pagos".

Certidão negativa de tributos é o documento deferido por ato da autoridade administrativa competente, afirmando constar dos registros do poder público os recolhimentos ou os pagamentos dos créditos de determinado tributo, ou a inexistência de débito relativamente aos créditos apontados.

Como certidão administrativa é que- compreende as características da categoria em que se integra, apresentando o aspecto específico de se reportar à quitação de tributos.

Realmente, a prova de quitação fiscal, em sua plenitude, só pode ser realizada por meio da certidão negativa, tendo em vista que o recibo de pagamento do tributo só se habilita a demonstrar a quitação do crédito a que alude o lançamento indicado do recibo.

De acordo com o magistério de Hely Lopes Meirelles, "a quitação fiscal só se dá pela certidão negativa de débito. O recibo quita, apenas, a parcela nele referida; a certidão negativa quita toda a dívida anterior à sua expedição. Aliás, para os tributos que recaem sobre imóveis, o Código Civil é expresso no reconhecer o efeito liberatório da certidão negativa tanto para o alienante, quanto para o adquirente (artigo 1137, § único). Para os demais créditos fiscais a regra é a mesma, embora não expressa a legislação" (Dir. Municipal Brasileiro, vol. 1).

Bernardo Ribeiro de Moraes assim se manifesta a respeito da matéria: "Quitação de aviso recibo de imposto. Representa quitação da importância paga, do quantum referido no aviso. Não quita o exercício todo. Não quita nenhum débito fiscal... pois podem existir lançamentos do exercício (aditivos, suplementares ou complementares). Prova somente que certa importância foi recebida pelo Fisco. Quitação através de certidão negativa de imposto. Prova que o contribuinte nada deve ao fisco, a título do citado imposto, até a data da expedição do citado documento. O valor probante da certidão negativa de imposto é grande. Mesmo no caso da certidão negativa ter sido expedida por erro ou engano do funcionário, seu valor probante é forte, embora não possa servir para exonerar o devedor da obrigação de liquidar o imposto devido. Por outro lado, não

permitirá... a cobrança do tributo por meio de ação executiva fiscal" (Doutrina e Prática do Imposto de Indústrias e Profissões, vol. II).

A inserção na Lei n. 5.172/66, que promulgou o Código Tributário Nacional de um capítulo específico sobre certidões negativas, não gera o direito à certidão, que este já se acha plenamente assegurado através de ordenamento constitucional. O artigo 205 do Código Tributário Nacional determina: "A lei poderá exigir que a prova de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido". Parágrafo único - "A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição".

Exigia pela lei a prova de quitação, essa somente se processará, em toda a sua extensão, através da apresentação de certidão negativa.

A expedição de certidão negativa só é normalmente possível quanto aos tributos que dependem de prévio lançamento, pois somente nestes casos é que existe, desde logo, a prática dos atos aludidos no artigo 142 do CNT. Nos demais casos, a constituição definitiva do crédito ficará, na prática, quase sempre, a aguardar alguma provocação, que pode se estender por todo período decadencial. E essa provocação não pode ser o pedido de certidão, que se destina a produzir documento que diga o que consta, e não a regularizar o que consta, para posterior expedição de certidão.

"Para os tributos lançados por declaração, ou por homologação, só caberá certidão de que houve recolhimento nos períodos indicados, os quais ficam sujeitos a revisão, a qualquer tempo, dentro do prazo decadencial (CNT, artigo 173)".

A certidão alusiva a simples recolhimento de tributos em períodos certos não tem caráter liberatório, mesmo para tais períodos.

Realizadas, entretanto, diligências prévias, para verificação e atualização da situação fiscal do contribuinte, poderá ser expedida a certidão negativa, que declara estar o sujeito passivo quite, ou declare que nada deve à Fazenda Pública.

Diz Laan de Oliveira Barros que o "valor probante da certidão negativa se restringe ao período e tributos nela referidos; ao contribuinte e domicílio fiscal especificados; ao ramo de negócios ou atividades exercidas, ou seja, ao sujeito passivo e ao fato gerador que deu origem aos lançamentos procedidos, como expressamente indicados no documento. Não alcança, portanto, qualquer fato ou circunstância que se fora dos limites por ela descritos". Um dos maiores problemas que envolve a matéria que ora examinamos é o que diz respeito ao prazo para expedição da certidão negativa, o qual é ainda escasso e imprecisamente obedecido, em grande parte, senão na maioria das repartições incumbidas dessa tarefa, em decorrência da organização falha e deficiente que geralmente se caracteriza.

No depoimento de Laan de Oliveira Barros, "entro óbice ao cumprimento do prazo é a tendência, muito comum, da própria administração, de utilizar-se do pedido de certidão negativa para, através do seu procedimento, efetuar levantamento de débitos atrasados, não cobrados e não ajuizados em época adequada e realizar lançamentos e retificações não procedidos no tempo próprio, geralmente por deficiência dos órgãos lançadores e arrecadadores",

No entendimento do ilustre causídico, que adotamos plenamente, "certidão negativa não é o caminho adequado para regularizar lançamentos e situações fiscais, como, infelizmente, freqüentemente supõem contribuintes e autoridades, tumultuando esse procedimento com uma série de atos que a impedem de alcançar os objetivos previstos pela norma administrativa tributária, por pretenderem torná-la instrumento para cobrir e suprir falhas outras da administração e dos administrados. Destes, por não terem na época cumprido suas obrigações acessórias; daquela, por não ter, em melhor oportunidade, ajustado e atualizado seus registros e lançamentos tributários".

Da "Tribuna da Justiça"

REFORMA AGRÁRIA E O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA

Frederico Heller

As poucas experiências de colonização agrícola no Brasil somente obtiveram êxito com a ampla participação da iniciativa privada.

Ao serem recebidos recentemente pelo Presidente Ernesto Geisel, os diretores da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, iniciativa paulista que colonizou Londrina, com mais de trezentos mil habitantes fazendo dessa cidade um grande centro em menos de cinquenta anos, ressaltaram a importância do papel representado pelos empresários no processo, que com sua ação o surgimento de graves problemas fundiários.

Em um País como o nosso, de dimensões continentais, urge, pois, que as autoridades federais estructurem uma política fundiária, se não perfeita, pelo menos realista, que preveja a posse jurídica da terra antes da posse física. Não se pode conceber que num País com 8.500.000 quilômetros quadrados e mais de 100 milhões de habitantes, exista ainda uma classe como a dos posseiros, apenas com acesso a créditos de custeio, mas sem direito a financiamentos regulares, porque a propriedade não lhes pertence.

A existência de uma imensa quantidade de terras devolutas, principalmente na Amazônia, sem que se definam as normas para seu aproveitamento, gera e incentiva ações deletérias, como as dos grileiros profissionais que, na maioria das vezes, se utilizam criminosamente de posseiros inocentes. De outro lado, as terras tituladas passam a ter valor maior que o valor real gerando perniciosa especulação.

A trágica indefinição sobre problemas vitais, como a ocupação ao longo dos eixos rodoviários da região amazônica, vem deixando rastros trágicos, em consequência de graves fatos como os recentemente ocorridos em Paragominas, no Pará, além de outros tantos acontecimentos deploráveis em toda a região.

Essa situação lamentável gera insegurança tanto para o pequeno agricultor como para o grande empresário rural. Ninguém se atreve a deixar sua região de origem, sem clara definição da estrutura jurídica e dos limites físicos da propriedade da terra que se propõe ocupar.

Tanto em nosso Estado como no Estado vizinho, do Paraná, a administração federal tem numerosos modelos de como fazer uma ocupação racional, dividindo com a iniciativa privada os ônus e a responsabilidade de um processo que, de fato, cabem a toda a coletividade.

Cumpra ao governo Geisel consolidar no setor rural seus objetivos sociais, viabilizando e garantindo a propriedade da terra às camadas menos favorecidas da Nação. Com isso contribuirá para consolidar o regime da iniciativa privada, intensificar a produção agropecuária e reduzir as diferenças de ordem regional. Beneficiária também, com essas medidas, a balança comercial e o balanço de pagamentos. A razão disso tudo é muito simples: há escassez de gêneros de primeira necessidade, tanto na Europa Oriental como na África e na Ásia. Dessa forma, com a consolidação da iniciativa privada no campo, aumentará naturalmente o ingresso de divisas em nosso País.

(Da "Folha de São Paulo")

NÚMERO ÚNICO PARA CIDADÃO

Para acelerar o projeto da criação de um órgão que irá identificar todo cidadão brasileiro com um único número para todos os seus documentos, o Governo Federal pediu que cada Ministro escolha seu representante para um grupo de trabalho que estudará as medidas necessárias à implantação do projeto. Este já foi registrado com a sigla Renap - Registro Nacional de Pessoas, As Secretarias dos Ministérios iniciaram estudos sobre o assunto na parte que lhe compete. O Ministério da Justiça, encarregado da parte jurídica da criação do Renap, trabalha sem prazo para a instalação do GT interministerial.

Segundo técnicos que estudam o assunto no que interessa à segurança nacional, a importância do projeto está no fato de terminar com os problemas relativos a homônimos e facilitar ao cidadão e ao Estado essa distinção, porque os diversos documentos, como título de eleitor, carteira de identidade, carteira profissional, cartão de contribuinte e outros passarão a ter um só número.

Ao que tudo indica, o sistema terá por base um centro de computação de dados e identificará o brasileiro com o seu número único quando do registro civil. A viabilidade da mudança da documentação dos brasileiros já registrados está sendo cuidadosamente considerada tendo em vista a complexidade funcional que exigiria.

(Da "Tribuna da Justiça")

CONCORRÊNCIA ENTRE DEPENDENTES

Raul Portanova

(Adv. - Porto Alegre)

Não existe qualquer restrição quando a concorrência se apresenta na horizontalidade dos beneficiários. Dentro das classes existe livre concorrência entre os dependentes. Na primeira há concorrência livre entre a esposa, marido inválido, filhos de qualquer condição, respeitadas as faixas etárias ou a invalidez e a companheira. O problema é a concorrência vertical. Mediante declaração escrita do segurado, diz o artigo 19, o pai inválido e a mãe poderão concorrer com a esposa, a companheira ou o marido inválido ou com a pessoa designada, e no fim do artigo condição que toma afilativa a situação dos pais: salvo se existirem filhos com direito às prestações. Comum viverem sob a dependência exclusiva dos filhos o pai inválido e a mãe; estes podem concorrer com a esposa enquanto não sobrevier prole. No momento em que nasce o filho, os pais estão afastados do quadro de dependentes, não sendo contemplados com os benefícios nem da assistência médica nem com o seguro social. Situação curiosa é a concorrência com a pessoa designada no "estágio quinquenal" do concubinato. No momento em que surge a prole, os pais são afastados da dependência e a pessoa designada elevada à condição de companheira. Como o concubinato não é estável, nada impede que o segurado manifeste expressamente que não deseja a concorrência da agora já companheira com o filho permanecendo na situação de "pessoa designada" então poderá se estabelecer o amparo aos pais. O expediente, do qual não tenho conhecimento tenha sido usado, oferece alternativa muito mais favorável do que o casamento, pois que para afastar a esposa necessário se faz o procedimento judicial. A companheira concorrerá com os filhos menores do segurado. havidos em comum ou não, salvo se houver daquele expressa manifestação em contrário. Concorrerá também, com os filhos menores do segurado e a esposa, se esta estiver dele separada, percebendo pensão alimentícia, com ou sem desquite. O item 11 do artigo 20 deve ser estudado em conjunto com o parágrafo primeiro do artigo 81 que prescreve: "o cônjuge ausente não excluirá do benefício a companheira designada. Somente ser-lhe-á o mesmo devido a partir da data de sua habilitação e comprovação de efetiva dependência econômica, isto porque se existe a obrigação de prestar alimentos em favor da esposa, estando ou não desquitado o segurado. Há, necessariamente, a certeza jurídica da inocência do cônjuge mulher caso contrário os alimentos não seriam conferidos. E qual a situação quando existe a separação, por culpa da mulher, que mantendo um concubinato, embora possa pretender, dificilmente encontrará patrono para sua causa? Não requererá alimentos porque é adúltera e o cônjuge-varão não se encontra motivos maiores para promover o abandono do lar, que pode representar uma faca de dois gumes, e não tem interesse no desquite. A solução está na "ausência" e "efetiva dependência econômica" referida no parágrafo primeiro do artigo 81 do R.R.P.S." Ausente na linguagem jurídica, é a pessoa sobre cuja existência há dúvida, esse é o conceito extraído do Código Civil, que abre o capítulo "Da Ausência" com norma do seguinte teor: "Desaparecendo uma pessoa de seu domicílio, sem que dela haja notícia, se não houver deixado representante, ou procurador, a quem toque administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, ou do Ministério Público, nomear-lhe-á curador (artigo 463). Três são os requisitos para que se configure ausência: I) não presença? II) falta de notícias e III) decisão judicial. Esse é o conceito jurídico de ausência, sendo certo, porém, que o Código Civil usa, por vezes, o termo ausente no sentido comum de não presente. Válido é repetir Carvalho Santos e Clóvis. Carvalho Santos diz que "não é qualquer ausência que determina a incapacidade absoluta. É preciso distinguir a não presença da ausência propriamente dita. A não presença é o afastamento da pessoa de seu domicílio, mas cuja existência não é posta em dúvida, de modo que, apesar de viva, não está presente em seu domicílio, por um motivo qualquer. A ausência propriamente dita só se verifica quando não haja notícias da pessoa, na incerteza de sua morte, uma pessoa na incerteza de sua morte, uma vez verificadas as condições dos artigos 469 e seguintes do Código Civil. "Clóvis em síntese: "Ausente, em Direito Civil, é aquela pessoa cuja habitação se ignora ou de cuja existência se duvida e cujos bens ficaram ao desamparo". A ausência mencionada no regulamento é a não presença. Admitir que se trata da ausência prevista nos artigos 463 e seguintes do Código Civil seria dificultar uma solução que deve ser pronta". O outro elemento é a efetiva dependência econômica. Se o cônjuge não presente, em vida não dependeu economicamente do outro, não cabe após o óbito denunciar esta dependência. Entendo como efetiva prova de dependência econômica a obrigação alimentar com relação ao cônjuge não

presente, caso contrário contemplar-se-ia de sob perceptiva mais favorável o cônjuge mulher adúltera que aquele de vida honesta que não teve culpa pela dissolução fática ou jurídica, da sociedade conjugal. Em 1949, um caso de bigamia, quando a existência da esposa afastava do rol dos dependentes o cônjuge mulher segundo casamento de forma liminar, a procuradoria do Instituto dos Industriários, usando de decisão Salomônica, tanto quanto permitia a Lei, só excluiu a segunda esposa após a sentença de nulidade do casamento segundo.
(Da "Tribuna da Justiça")

SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA SERÃO INTEGRADOS BRASÍLIA

O Ministro da Previdência Social anunciou que a perspectiva a longo prazo é de que venha a ocorrer uma integração dos diversos regimes previdenciários existentes no país nos níveis federal, estadual e municipal, aí incluído o dos trabalhadores rurais, que deverá ser gradativamente absorvido pelo sistema urbano, na medida em que a atividade agrícola se for organizando em moldes empresariais.

A informação foi prestada durante conferência feita na Escola Superior de Guerra, onde ele falou sobre "Política de previdência e assistência social". O Ministro, segundo o qual "só alcançaremos uma verdadeira democracia, estável e tranqüila, se paralelamente à distensão política caminharmos no rumo da distensão social", reafirmou que a política de previdência e assistência social do Governo tem como meta a universalização da proteção social no país:

- Essa meta vem sendo paulatinamente alcançada através de medidas adotadas inclusive por governos da Revolução anteriores ao atual, como foi o caso da extensão da previdência social aos trabalhadores rurais e aos empregados domésticos e da integração do seguro de acidentes do trabalho no sistema da previdência social.

Recordou que, a partir da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, vários outros passos foram dados em direção àquela meta: a instituição de benefícios previdenciários em favor dos empregadores rurais e respectivos dependentes; a extensão do seguro de acidentes do trabalho aos trabalhadores rurais; a contagem recíproca do tempo de serviço estatutário e trabalhista para fins de aposentadoria; a transferência do salário-maternidade para a previdência social; e, o que considera medida de grande repercussão social, a concessão de uma renda mensal vitalícia aos maiores de 70 anos ou inválidos com algum tipo de vinculação à previdência social urbana ou rural.

Acrescentou que, no setor de assistência médica, "houve grande expansão e melhoria nos serviços prestados à massa previdenciária, principalmente através do Plano de Pronto Ação posto em prática pelo INPS".

- Cumpre ressaltar a implantação gradativa do programa de fornecimento gratuito, ou a preços reduzidos, de medicamentos adquiridos ou produzidos pela Central de Medicamentos, o que tomará muito mais efetivas as condições de tratamento oferecidas às camadas mais pobres da população. Por outro lado, acha-se em fase final de implementação um programa materno-infantil de reforço alimentar a cargo do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, com a colaboração do MPAS, destinado às gestantes, nutrízes e crianças até 7 anos de idade.

Destacou que outro objetivo, no campo da saúde, é uma redefinição de rumos em seus serviços, com base na adoção do Sistema Nacional de Saúde e na criação de uma entidade autônoma, vinculada ao Ministério da Previdência Social, que reunirá sob comando único as atividades de assistência médica atualmente a cargo do INPS, Funrural, LBA e Ipase, para gerir um fundo comum que assegure melhor aproveitamento dos recursos à disposição do setor.

O Ministro Nascimento e Silva apontou os principais objetivos a alcançar na nova fase de desenvolvimento da política de assistência médica: regionalização dos serviços nos níveis de macro-regiões, Estados e micro-regiões homogêneas, reunindo e articulando recursos e serviços da União, Estados e Municípios; organização dos serviços, em rede assistencial de complexidade crescente, com a utilização de recursos humanos e materiais de menor custo, maior eficácia e possibilidade de maior difusão nas zonas periféricas; melhor utilização de pessoal já radicado nas regiões carentes de atividades de saúde; e mobilização das comunidades para participação ativa na melhoria das condições sanitárias de cada região.

Lembrou que embora a ação mais direta e imediata da assistência social deva fazer-se sentir nas

grandes áreas urbanas, onde se concentram os mais prementes problemas sociais, grande número destes tem suas raízes no campo, "donde a imperiosa necessidade de se criarem estímulos à fixação do homem ao seu local de origem e assim refrear esse fenômeno inteiramente negativo entre nós: o êxodo rural".

Acentuou que "o planejamento político reflete cada vez mais, em toda parte, o desenvolvimento social do País, ao mesmo passo que as transformações sociais se projetam no desenvolvimento do planejamento social".

- E certo que os fatores econômicos são bastante importantes, notadamente o custo de vida, elemento básico de influência na qualidade da vida. Mas a maneira por que os recursos públicos são aplicados no campo social torna-se cada vez mais relevante. É preciso que o povo disponha de dados sobre a evolução dos serviços nesse campo para que possa também compreender o sentido das limitações impostas a algumas de suas aspirações. O desenvolvimento de um país não deve ser apenas um programa de crescimento econômico, mas também um processo de construção de uma sociedade.

(Da "Tribuna da Justiça")

A DIFÍCIL SOLUÇÃO PARA OS CHEQUES SEM FUNDOS

Rubens B. Mattos

(Santos-SP)

O instituto do cheque corre o sério risco de se desmoralizar completamente como meio de pagamento, se não forem tomadas providências concretas para se coibir o abuso da emissão de cheques sem fundos.

O alerta é do Sindicato do Comércio Varejista de Bauru e, segundo informa a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, seus técnicos estão examinando a sugestão daquele sindicato de ser proposta a constituição de um grupo de trabalho com representantes do Banco Central, Banco do Brasil e Federação dos Bancos, para estudar as medidas que seriam necessárias para se coibir tais abusos.

O problema do cheque sem fundos existe desde que foi criado o cheque e a legislação específica para combater esse tipo de fraude que varia muito de país para país. Nos países onde se registrou um maior sucesso no combate à prática da emissão de cheques sem fundos, nota-se geralmente que os procedimentos penais são mais simples e rápidos contra os emitentes de cheques sem fundos, tornando efetiva a medida.

No caso do Brasil, existem três ordens de medidas legais para o combate aos cheques sem fundos: administrativas, civis e penais.

Na ordem administrativa, determina uma resolução do Banco Central que o banco que devolver pela segunda vez um cheque sem fundos, ou devolver um segundo cheque sem fundos, emitido pelo mesmo cliente, é obrigado a encerrar a conta do cliente e comunicar ao Banco Central o nome da pessoa ou firma. O Banco Central inclui o nome no "livro negro" periodicamente distribuído a toda a rede bancária e nenhum banco pode abrir conta movimentável por cheques em nome dessa pessoa ou firma, nem permitir que os inscritos no "livro negro" atuem como procuradores de outras pessoas para movimentar contas bancárias com cheques.

Essa medida administrativa decorreu da absoluta ineficiência prática dos dispositivos civis e penais vigentes. Levada a sério, forçaria a "depuração" da clientela bancária a médio prazo. Mas nem todos os bancos se dão ao trabalho de verificar o "livro negro" antes de autorizar a abertura de uma conta corrente para um novo cliente; menos ainda cuidam de encerrar eventuais contas de clientes que tenham sido incluídos no "livro negro" por passarem cheques sem fundos contra outros bancos. E, assim, a "depuração" vai-se fazendo muito lentamente, com uma série enorme de subterfúgios, em prejuízo do próprio sistema bancário.

No âmbito judicial civil, as medidas contra os emitentes de cheques sem fundos são simples e fáceis de serem tomadas. O problema é que dificilmente resultam em qualquer proveito para quem recebeu o cheque, além de obrigarem a despesas antecipadas que muitas vezes ultrapassam o próprio valor do cheque.

Assim, a primeira medida civil é o protesto do cheque para o que o seu portador terá que apresentá-lo a um Cartório de Protestos, efetuando o depósito das custas, tabeladas pelo Estado. Se o cheque não for pago no Cartório, o portador pode acrescentar ao seu prejuízo potencial mais essas despesas.

O passo seguinte é o executivo judicial. Se o cheque for de emissão de pessoa jurídica as coisas ficam um pouco melhores, porque pode ser requerida a falência da emitente; ou ela paga em Juízo em 24 horas, ou a falência é decretada e o portador do cheque se habilitará com os demais credores a receber o que lhe couber da massa falida. Mas se o cheque for de emissão de uma pessoa física, a execução só dará resultado se o emitente do cheque tiver algum bem que possa ser penhorado; caso contrário, serão apenas mais despesas a serem somadas ao prejuízo. As medidas de ordem criminal não são mais eficientes ou melhores que as administrativas e civis. Apesar de o Código Penal capitular como crime de fraude a emissão do cheque sem fundos, dificilmente alguém é condenado à prisão por tal crime. Além de que é necessária a apresentação de queixa na polícia, com todos os aborrecimentos de tomada de depoimentos, testemunhas, etc., o emitente do cheque sem fundos só será condenado se, não tendo argumentos a apresentar (como, por exemplo, alegar que o cheque foi dado em garantia do pagamento de dívida e mil outras desculpas desqualificadoras do crime) também não efetuar o pagamento do cheque antes que o promotor público apresente a denúncia a um juiz criminal; ou seja, mesmo depois de encerrado o inquérito e remetido ao Fórum, o pagamento do cheque impede a condenação do emitente por fraude.

Dentro desse quadro, é bastante oportuna a sugestão do Sindicato do Comércio Varejista de Bauru, pois o comércio é exatamente um dos setores econômicos mais prejudicados com o abuso dos cheques sem fundos.

(Da "Tribuna da Justiça")

CORREÇÃO MONETÁRIA DAS MULTAS FISCAIS

José Jappur

(Adv. no RGS e Auditor do Tribunal de contas do Estado do RGS)

O instituto da correção monetária foi implantado, no Brasil, em relação às finanças públicas, pela Lei Federal 4.357, de 16 de julho de 1964. O artigo 7.º do referido diploma define o seguinte: "Os débitos fiscais, decorrentes de não recolhimento, na data devida, de tributos, adicionais ou penalidades, que não forem efetivamente liquidados no trimestre civil em que deveriam ter sido pagos, terão o seu valor atualizado monetariamente em função das variações no poder aquisitivo da moeda nacional". A expressão legal - "tributos, adicionais ou penalidades" - possui base inicial de largo espectro. A correção envolve tributos, acessórios e multas. O remédio da correção monetária veio, assim, para curar a inflação, mas acabou matando as fontes de contribuição pelo excesso de carga, chegando as raias do confisco.

2. Surge, então, no tablado tributário o artigo 16 da Lei Federal 4.862, de 29 de novembro de 1965, aparando as anomalias originárias: "Não são passíveis de correção monetária do respectivo valor, nem poderão ultrapassar, na sua totalidade, de 30%, da importância inicial da dívida as multas moratórias, inclusive os juros de mora, acrescido aos débitos resultantes da falta de recolhimento dos tributos, adicionais e penalidades, dentro dos prazos legais." Corrige-se, sem dúvida, o tributo, jamais a penalidade. A multa fiscal, com pena, basta-se por si mesma. Diante de sua fisionomia, torna-se intocável.

3. É certo que o artigo 13 do Decreto-lei n.º 326, de 8 de maio de 1967, permitiu, posteriormente, a correção monetária sobre as multas de mora. O dispositivo assegura o seguinte: "as multas de mora também são sujeitas à correção monetária. A simples mora de pagamento não deve ser considerada como infração. No direito tributário, encontramos comumente a figura da chamada multa de mora. O contribuinte incide em multa de mora, quando vai pagar o imposto fora do prazo marcado. Incide então em um acréscimo. Essa multa de mora, entretanto, não tem o caráter de punição, mas antes o de indenização pelo atraso de pagamento. Quem está em mora, nada mais é do que um devedor em atraso." (1)

4. Vale, pois, distinguir a multa de mora, como mero acessório do tributo da multa como pena. A hermenêutica fiscal não pode fazer "tabula rasa" das duas espécies, de características diversas pelo conteúdo e destinação. Aí a interpretação deve ser literal. (2) Ademais disso, o artigo 13 do Decreto-lei 326, de 1967, revogou, em parte, o artigo 16 da Lei Federal 4.862, de 1965, remanescendo a limitação do percentual de 30% a título de correção monetária. Não fazia lógica a suspensão do limite, por importar num melancólico retorno ao confisco. O limite de 30% corresponde ao presumível índice inflacionário anual.

5. A jurisprudência dos Tribunais mostra-se oscilante quanto à imposição indiscriminada da

correção sobre as multas. É o que se depreende da decisão atual da La Turma daquele respeitável Pretório: "Dívida Fiscal. Multa. Correção Monetária. A correção monetária incide sobre as multas fiscais, sejam moratórias ou tenham caráter de pena, como resultado do artigo 7.º da Lei 4.357/64, e do artigo 13 do Decreto-lei 326, de 1967, que revogou o artigo 16 da Lei 4.862, de 1965, que excluía a correção quanto às multas moratórias. Inaplicabilidade dos precedentes relativos às multas administrativas". (3)

6. Discorda dessa orientação o Supremo Tribunal Federal, através de sua La Turma. Dois acórdãos relatados pelos Ministros Oswaldo Trigueiro e Djaci Falcão sustentam invariavelmente: "Correção Monetária. Incide sobre o líquido o tributo devido, excluídos

(1) Ruy Barbosa Nogueira in Direito Financeiro, 2.ª Edição, 1970, pág. 169. (2) Artigo 111, item II do Código Tributário Nacional.

(3) Apelação n.º 37.540, Relator Ministro Jorge Lafayette Guimarães, 1.ª Turma, in. DJ de 17-12-74, pág. 9433. No mesmo sentido, AMS n.º 73.078, Rei. Min. Décio Miranda, 2.ª Turma, in DJ de 12-8-74, pág. 5448.

a multa e quaisquer acessórios". (4) Disse, no seu voto, o Ministro Djaci Falcão: "A correção monetária resulta da desvalorização da moeda, enquanto a multa constitui uma penalidade. Todavia, é de convir que, segundo assinala com acerto o parecer da Procuradoria Geral, a correção monetária deve incidir sobre o líquido do imposto, excluído qualquer acessório."

7. De qualquer ângulo que se analise a matéria, percebe-se que o Supremo Tribunal Federal espousa critério mais prudente e racional. É sabido que a correção monetária é parte integrante do tributo. É suplemento do débito fiscal, evitando a perda de substância. "A correção monetária é, pois, o próprio imposto que sem ela estaria sendo reduzido no tempo". (5) A multa, como pena, não se identifica com o tributo. O acessório não tem a dimensão do principal. A multa, como pena, nasce da infração. Já o tributo resulta de contribuição "ut universi". Dentro do próprio orçamento, a multa não chega a ser uma receita tributária e sim mera transferência corrente. (6)

8. A distinção entre multa "moratória" e "punitiva" não é, portanto, devaneio doutrinário. Possui efeitos práticos de largo alcance. O problema foi sacudido no Supremo Tribunal Federal em relação ao processo falimentar. Duas Súmulas do Pretório Excelso disciplinam a matéria. Diz a Súmula 191: "Inclui-se no crédito habilitado em falência a multa fiscal simplesmente moratória". Diversamente, pontifica a Súmula 192: "Não se inclui no crédito habilitado em falência a multa fiscal com efeito de pena administrativa". Merece registro aqui da observação arguta do ex-ministro Victor Nunes Leal: "As multas fiscais nem sempre são apenas moratórias. Temos multas de caráter exclusivamente punitivo, que visam a reprimir a ação dolosa do contribuinte." Conclui seu pensamento, alegando que nasce com "a marca da autonomia". (7)

9. Acotovelam-se, porém, com a Súmula 191 do Supremo Tribunal Federal as recentíssimas decisões de sua 1.ª Turma: "Falência. Multa Moratória. Caso de sua inexigibilidade. Cobrança, pela Fazenda do Estado de São Paulo, em executivo fiscal contra massa falida, de multa moratória. Sua inexigibilidade. Existência de abuso do poder fiscal do Estado e ocorrência, em razão da correção monetária de "bis in idem". Precedentes do Plenário: Recursos Extraordinários

(4) Rec. Ext. 74.659 - MG - Rel. Min. Oswaldo Trigueiro, in Rev. Trim. de Jurispr., vol. 65, pág. 793 e Rec. Ext. 69.650 - MG - Rel. Min. Djaci Falcão, in. Rev. Trim. de Jurispr., vol. 55, pág. 675.

(5) Parecer do Ministério da Fazenda, in. Rev. de Dir. Adm., vol. 92, pág. 370/372.

(6) Artigo 11 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

(7) Rec. Ext. 47.566 (Embargos), Relator Min. Ribeiro da Costa.

80.093, 80.123, 80.134, 80.147 e 80.185". (8) A colidência da nova orientação com a súmula é aparente, uma vez que constitui verdadeiro "bis in idem" a admissão de correção monetária sobre multa moratória. No fundo, percebeu o Supremo Tribunal Federal que não é possível correção da correção. De certo sentido, o novo entendimento torna vazio o conteúdo do artigo 13 do Decreto-lei 326, de 8 de maio de 1967.

10. Andou bem o ilustre Juiz Federal do Pio Grande do Sul, Dr. Kermillo Galant, em rejeitando a incidência de correção monetária sobre a multa de 100% prevista no artigo 60 da Lei Federal n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957. Contrariando erudita exposição da Procuradoria da República gaúcha, em execução fiscal da União Federal, a decisão amoldou-se no atual quadro jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, ao determinar o expurgo da correção. Na realidade, a multa de 100% do referido diploma é tipicamente "punitiva". É categórica que, no dizer do ex-ministro Victor Nunes Leal, está tangida pela "marca da autonomia". É independente de imposto e aplica-se sem correlação, de causa ou efeito, com quaisquer tributos. Não se pode, pois,

catalogá-la como "multa moratória", e, "per cause", não pode sofrer majoração através da correção monetária.
(Da "Tribuna da Justiça")

CASAMENTO REALIZADO NO ESTRANGEIRO

Teófilo Cavalcanti Filho

Casamento de brasileiro com estrangeiro, realizado perante autoridade competente de outro país, pode ter o assento devidamente transcrito em Cartório de Registro Civil, em nosso país? A dúvida se justifica, ou pelo menos tem sido justificada, à vista das expressões da lei de Registro Público, tanto da anterior como da atual, que, ao cuidarem do assunto, se referem sempre ao casamento de brasileiros, sem aludirem ao fato de o matrimônio envolver brasileiro e estrangeiro. Assim dispunha o artigo 82, do Decreto 4.857, de 1939, e assim também dispõe o artigo 32, da vigente lei n.º 6.015, de 31 de Dezembro de 1973.

O juiz da 2.ª Vara de Registros Públicos, em sentença recentemente proferida, deferiu, entretanto, pedido de registro, de matrimônio contraído na Argentina, de cidadão brasileiro com uma moça

(8) Ementa do Rec. 81.358, de S. Paulo, Rel. Min. Bilac Pinto - DJ da União de 13 de junho de 1975, pág. 4.184. Em igual sentido, diversos acórdãos publicados na mesma fonte. argentina. Ambos solteiros, ali convolveram núpcias, e passando a residir em nosso país, pretenderam fosse aqui transcrito, para que produzisse todos os efeitos legais, o ato matrimonial. O juiz deferiu o pedido, contra expressa manifestação da Curadoria, que, irredutível, apelou da decisão, ensejando assim oportunidade para manifestação do Tribunal de Justiça sobre o interessante tema, através da 2.ª Câmara Civil, em acórdão relatado pelo d.ºs. Horacídes Batalha de Camargo. É de importância conhecer os argumentos que serviram de fundamento à conclusão, tanto da sentença como do acórdão. O primeiro ponto ressaltado, como era de se esperar, se refere à tese contrária, que decorre de interpretação literal dos textos legais pertinentes. A finalidade da norma conduz, precisamente, à ampliação do seu alcance. E isso porque a razão finalística do registro, a natureza administrativa do ato cartorário e a indiferença em relação a terceiros permitem a aplicação ampla do texto legal. Segundo se ponderou, e parece fora de qualquer dúvida, o interesse da prole, em que se proceda à transcrição, é evidente. Ao contrário, inexistente interesse de terceiros, que oponha à providência. Tudo isso está a aconselhar seja acolhido, em sua inteireza, o disposto no artigo 1.109, do vigente Código de Processo Civil, que desvincula o juiz de critério da estrita legalidade. Outro argumento, igualmente relevante, invocado no acórdão, é extraído da atual Lei dos Registros Públicos, que considera autênticos os assentos de casamentos de brasileiros no estrangeiro, de acordo com a lei do lugar, sem distinguir que ambos os cônjuges devam ser brasileiros; e uma vez legalizados ditos assentos, impõe sejam trasladados nos cartórios do 1.º ofício do domicílio do registrado, quando devam produzir efeitos no país. Diante de tais ponderações, a Corte nenhuma dúvida teve quanto à pertinência do pedido. A conclusão da sentença foi assim integralmente acolhida, ampliando-se o alcance das disposições da legislação sobre registros públicos.

O interesse do pronunciamento é dos maiores, não só pela relevância do assunto, que envolve elevado número de pessoas, como ainda porque, ao que sabemos, é a primeira oportunidade que surge para a Justiça focalizar diretamente o tema e sobre ele emitir pronunciamento.

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA DOS ESTADOS

Carlos A. Dunshee de Abranches

No conjunto dos problemas que a Reforma do Poder Judiciário suscita, a Justiça dos Estados concorre com vários deles, alguns comuns a todos os outros ramos do sistema judicial brasileiro, outros peculiares aos juízes e tribunais encarregados da solução dos litígios comuns em cada unidade da Federação.

A preeminência da Justiça dos Estados na problemática desse Poder da República explica-se perfeitamente não só porque cabe a tal Justiça exercer a mais intensa atividade, em comparação com os outros órgãos jurisdicionais, como porque é aquela cujos defeitos estruturais e mau funcionamento dos cidadãos sofre mais diretamente.

Muitas são as causas desses defeitos, inclusive a interferência da política local, mas a todos sobreleva o fator econômico.

Na maioria dos Estados, os magistrados locais, além de numericamente insuficientes, são mal remunerados. Os serviços forenses também estão mal instalados e aparelhados para o desempenho de suas funções específicas, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do país. Existe disparidade de remuneração entre os juízes locais e os dos outros ramos do Judiciário - o federal, o do trabalho, o eleitoral e o militar - todos pagos pelos cofres da União. A remuneração inadequada dificulta o recrutamento de bons elementos para a magistratura estadual, pois os mais competentes são atraídos para o serviço público federal, as atividades privadas ou a judicatura das regiões mais desenvolvidas, do Rio de Janeiro até o Sul. Para solucionar esses problemas econômicos, algumas figuras respeitáveis, tanto da magistratura como da advocacia, defendem, como fórmula salvadora, a denominada "federalização" da Justiça dos Estados. Os outros, como o eminente Alcino Salazar, propõem a mesma coisa, mas com conceituação mais precisa: - "A unidade da Justiça, integralmente organizada e mantida pela União, com transferência dos órgãos e aparelhamento da Justiça dos Estados para o quadro do Poder Judiciário nacional".

Este artigo não comporta a demonstração da inconstitucionalidade de tal proposição. Bastará relembrar que todas as Constituições republicanas consagraram a intangibilidade do princípio federativo e conferem aos Estados "todos os poderes" não vedados pela Constituição federal. Assim, as unidades federadas têm o direito de exercer tanto as funções legislativa e executiva como a judiciária, na esfera de sua competência, bem como o dever de organizar esses três poderes, de forma harmônica e independente.

O importante, porém, é que para solucionar os problemas econômicos que, em geral, afligem a Justiça dos Estados, não se faz indispensável ferir tão fundo a federação, num país de dimensões subcontinentais. O Brasil já não comporta maior centralização administrativa e a ele não se aplicam os modelos de unificação judiciária, que poderão servir à Argentina, ao México, à Venezuela e à Itália, mas não a nós.

Mesmo sem federalizar ou unificar todo o mecanismo judiciário, podem e devem os cofres federais suplementar os recursos financeiros indispensáveis para que os Estados possam custear os serviços de uma Justiça local, condigna e eficiente, quando os meios do erário estadual não sejam bastantes.

Os juízes e serventuários estaduais prestam certos serviços nos locais onde não existem juízes e tribunais federais, do trabalho e eleitoral, nas matérias da competência destes, sem receber remuneração dos cofres da União.

Nem era preciso invocar essa circunstância para justificar a inclusão, no orçamento federal, de verbas supletivas, indispensáveis ao bom funcionamento da Justiça de- todos ou de determinados Estados, sem atentar contra o regime federativo.

A prestação de assistência, por parte da União aos Estados, nos mais variados campos, inclusive no financeiro, não fere qualquer prerrogativa constitucional e está consagrada pela prática, desde a transformação do nosso império unitário em uma república federativa.

Para compensar, ao menos em parte, a contribuição que caberia à União, seria efetivado, em todo o território nacional, o sistema de oficialização dos cartórios, repartindo-se o produto da taxa judiciária e dos mais emolumentos forenses, recolhidos em cada Estado, entre os cofres estadual e federal, na proporção da contribuição dada pela respectiva entidade para o custeio dos serviços judiciários locais.

Condição lógica para a concessão desse novo tipo de auxílio federal aos Estados será a promulgação do Estatuto ou Lei Orgânica da Magistratura Nacional, aplicável tanto aos juízes e tribunais mantidos pela União, como aos das Justičas dos Estados. Nesse estatuto será regulada a remuneração mínima dos vários cargos da carreira da magistratura, escalonando os proventos; básicos de cada categoria de cima para baixo, a partir do Supremo Tribunal Federal.

O padrão da remuneração mais elevada teria paridade com o de Ministro de Estado e os valores correspondentes aos padrões na escala descendente deveriam ser estabelecidos mediante dedução de percentuais fixos. Desse modo, qualquer alteração no poder aquisitivo da moeda seria periodicamente corrigida, sempre que aumentados os vencimentos do Poder Executivo, porque tal aumento se aplicaria automaticamente a todo o Poder Judiciário, sem que seus membros ficassem na dependência da iniciativa ou boa vontade de outros dois Poderes.

Esses padrões de remuneração, do juiz-substituto ao desembargador, como das várias classes de serventuários, seriam padrões mínimos. Isso facultaria aos Estados, cujas receitas

orçamentárias o permitam - como será o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e outros - elevar os padrões de remuneração de cada categoria, desde que não ultrapassem a diferença percentual entre os vários níveis da escala.

Todas as outras causas, que concorrem atualmente para a morosidade, ineficiência e até desvios éticos da Justiça dos Estados, poderão ser corrigidas mediante a definição clara dos direitos e deveres de cada um no aludido Estatuto. Este regulará também a forma de fiscalização e a ação disciplinar a que todos os magistrados e serventuários ficarão sujeitos, através do Conselho Estadual da Magistratura, cuja criação e atribuições serão articuladas com as do Conselho Nacional da Magistratura, como exposto em artigos anteriores.

Em conclusão, não é caso de federalizar as Justiças dos Estados, mas apenas de aperfeiçoá-las, dando-lhes os meios materiais e os instrumentos jurídicos imprescindíveis para torná-las mais rápidas, eficientes e responsáveis que agora.

("Jornal do Brasil")

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

ACIDENTE DO TRABALHO RURAL

N.R.: Durante os trabalhos do XIV Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado de 9 a 14 de novembro de 1975, a delegação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, teve oportunidade de oferecer ao plenário as reivindicações a seguir transcritas, que representam a lúcida colaboração das lideranças sindicais do setor para a melhoria da legislação acidentária (AF).

"A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, entidade sindical de grau superior, representativa dos trabalhadores rurais brasileiros, na oportunidade da realização do XIV Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho apresenta alguns comentários à Lei 6.195, de 19 de dezembro de 1974, que atribui ao Funrural a concessão das prestações por acidentes do trabalho, destinadas ao trabalhador rural, conforme o anteriormente previsto no artigo 19, da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973.

Há muito tempo vinha o CONTAG, reivindicando o seguro de acidente do trabalho para os integrantes da categoria que representa e, por ocasião do XIII CONPAT, levado a efeito em São Paulo, no ano passado, manifestou-se a respeito, porquanto ao integrar o Seguro de Acidentes do Trabalho no Sistema Geral da Previdência Social, a Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967, exclui do âmbito de sua aplicação os trabalhadores rurais.

Com o advento da Lei 6.195, os trabalhadores rurais manifestaram sua alegria face ao atendimento de antiga aspiração, medida indispensável à tranquilidade do homem do campo, que com dificuldades vem conseguindo os benefícios protecionistas inspiradores da legislação trabalhista, bem como da previdenciária.

Em 1.º de julho do corrente a Lei entrou em vigor e seu regulamento foi aprovado em 24 do mesmo mês, através do Decreto n.º 76.022.

O Decreto n.º 76.022, define o beneficiário do Seguro de Acidentes, ensejando de plano uma dificuldade quanto à definição dos trabalhadores, posto que, este Decreto, beneficia, apenas uma parcela de trabalhadores rurais, relegando ao esquecimento grande número de homens do campo, que não são assalariados, mas vivem exclusivamente do cultivo da terra.

Efetivamente, assim diz o artigo 3.º do Decreto n.º 76.022, "in verbis":

"Art. 3.º - Beneficiário do Seguro de Acidentes de que trata este Regulamento é a pessoa física que presta serviço de natureza rural diretamente a empregador em estabelecimento rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou parte "in natura" e parte em dinheiro, ou por intermédio de empregado ou organização que, embora não constituídos em empresa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimento de produto agrário "in natura".

O texto legal enunciado apresenta séria discriminação quanto aos demais trabalhadores rurais, visto deter-se tão somente nos assalariados, parcela constituinte dos integrantes do grupo de trabalhadores no campo.

Constatamos, em todo o território nacional, a existência na agricultura das mais diversas formas de posse e uso da terra, surgindo deste relacionamento, os diferentes grupos de trabalhadores. Quantitativamente temos, segundo o último Cadastramento levado a efeito pelo INCRA, em 1972: os assalariados, temporários e permanentes (8.070.000); os pequenos proprietários (2.350.000); os parceiros e arrendatários (530.000); e os posseiros (520.000).

Todos esses trabalhadores estão expostos aos riscos e infortúnios dos acidentes de trabalho. Vemos o minifundista que fornece cana para as usinas, empenhados no plantio e corte do produto atividades desempenhadas manualmente. O mesmo ocorre com o parceiro na pecuária ou o posseiro nas lavouras da juta, onde ao risco soma-se a insalubridade decorrente do tipo de atividade. Poderíamos enumerar muitos outros exemplos que, por si só, justificam a abrangência da proteção legal àqueles trabalhadores.

Representar os trabalhadores rurais, defender seus interesses e reivindicar melhores condições de vida e trabalho constitui-se para a CONTAG não apenas um dever de consciência, mas também uma obrigação imposta pela legislação em vigor, definida mais concretamente na Consolidação das Leis do Trabalho e na Emenda Constitucional n.º 1. E o âmbito dessa representação está disposto no Decreto-Lei n.º 1.166, de 16 de abril de 1971, que assim define, em seu art. 1.º, alínea I o conceito de trabalhador rural:

"Art. 1.º - Para efeito de enquadramento sindical, considera-se:

I - Trabalhador Rural:

- a) a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie;
- b) quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros." (nós grifamos)

Daí podemos inferir que não apenas os assalariados, mas pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros, pela identidade de condições de vida, pela similitude de interesses, formam o grupo ao qual nos compete representar.

Tem sido incansável o trabalho desenvolvido pelo Movimento Sindical de trabalhadores rurais, através Sindicatos, Federações e Confederação na busca de reivindicações que, traduzidas em lei, possam trazer maior tranquilidade e segurança àqueles que labutam no campo. Nesse sentido, um dos exemplos mais expressivos refere-se à instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL.

Sabemos que a Previdência Social Rural, foi instituída por intermédio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, nos termos da Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, Lei esta que sofreu algumas alterações, consoante a Lei Complementar n.º 16, de 30 de outubro de 1973. Tais documentos, além do Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, formam a estrutura do PRORURAL, disciplinando a maneira do amparo previdenciário ao homem do campo, por intermédio do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 6.195, o Seguro de Acidentes do Trabalho, está a cargo do FUNRURAL.

O Regulamento do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Decreto n.º 73.617, de 12 de fevereiro de 1974), define explicitamente e de maneira incontestável, os beneficiários do Programa, determinando: os trabalhadores rurais e seus dependentes. Senão vejamos o artigo 2.º do citado Decreto:

"Art. 2.º - São beneficiários do PRORURAL: 1.º) Na qualidade de trabalhadores rurais:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza agrícola diretamente a empregador, em estabelecimento rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou parte "in natura" e parte em dinheiro, ou por intermédio de empreiteiro ou organização que, embora não constituídos em empresa, utilizem mão-de-obra para produção e fornecimento de produto agrário "in natura";
- b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendidos o trabalho dos membros da mesma família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração." (Nós grifamos)

Nota-se que a própria Lei de Previdência Social Rural não estabelece distinções quanto aos beneficiários de sua proclamação e vem corroborar o entendimento desta Confederação.

Com efeito, nos termos da letra b do artigo 2.º do Decreto n.º 73.617, de 12 de fevereiro de 1974, diploma legal que cuida exatamente da assistência ao trabalhador rural, estão incluídos todos os demais trabalhadores rurais não assalariados já referidos.

Carece, pois, a Lei n.º 6.195, de 19 de dezembro de 1974, bem como seu Regulamento, de dispositivos que incorporem todos os trabalhadores rurais ao Seguro de Acidentes do Trabalho, como o já acontecido no que tange ao PRORURAL.

Apresenta a Lei, outra lacuna, visto não considerar os acidentes porventura sofridos pelos trabalhadores rurais no itinerário da jornada de trabalho. Eis que, mais uma vez evidencia-se a necessidade de se suprir tal falha, posto que, este tipo de proteção já está consagrado em benefício das outras categorias profissionais.

São os assalariados temporários, mais conhecidos como volantes, bóias-frias ou clandestinos, aqueles que se utilizam de transporte para chegar ao local de trabalho.

Representam estes trabalhadores o expressivo contingente de mão-de-obra abundante e barata, decorrente de uma estrutura agrária pautada na concentração de terra e de renda. Inseguros quanto ao emprego, inseguros quanto ao salário e demais garantias trabalhistas, têm, nas próprias condições de trabalho a marca da insegurança. São transportados para os respectivos locais de trabalho em caminhões, não raro, velhos e sem qualquer cobertura, num raio que varia de 60 até 100 Km de distância. Os acidentes são comuns e sua incidência vem crescendo a cada dia.

Não possui, contudo, o assalariado temporário o mínimo de condições para arcar com o ônus de um acidente para o qual não concorreu, mas que reduz sua já minguada renda, pela diminuição de sua capacidade laborativa.

Do outro lado, o art. 2.º do Decreto 76.022, considera acidente de trabalho aquele que "ocorrer pelo exercício do trabalho rural, a serviço de empregador. . .". Ora, entendemos que no percurso de viagem está o trabalhador a serviço do empregador. Reconhecemos, no entanto, a necessidade de ser a Lei expressa nesse sentido, garantindo àqueles trabalhadores acesso ao benefício decorrente do acidente.

Na oportunidade em que Governo, técnicos e dirigentes sindicais reúnem-se em mais um Congresso de Prevenção de Acidentes do Trabalho, vem esta Confederação colaborar como representante dos interesses dos trabalhadores rurais, SUGERINDO, com base no exposto neste trabalho:

1.º) Sejam estendidos os benefícios estatuídos pela Lei n.º 6.195 aos trabalhadores rurais, assim definidos no

§ 1.º, letras a e b do art. 3.º da Lei Complementar n.º 11 e no art. 2.º do Decreto 73.617, que a regulamenta.

2.º) Seja considerado de efetivo exercício, para efeito de acidente do trabalho, o percurso de viagem transcorrido pelo trabalhador rural até seu local de trabalho.

(a) José Francisco da Silva, Presidente

SOCIAIS

"VIAGEM DE GULLIVER"

Às vezes ponho-me a assistir

à passagem da vida...

... Da vida e de seus bonecos...

... E, quase sempre, nessas ocasiões,

ao ver tais fantoches animados,

me surge no espírito a convicção

de que, este mundo é, na verdade,

o verdadeiro País de Liliput ...

"A VIDA"

Disseram-me, certa vez, que a

vida era um pau-de-sebo

com uma nota falsa na ponta...

- Não sei porque, - mas, desde então,

fiquei com uma raiva danada da vida!

"QUADRINHA"

Qual terá sido a razão

por que nos coube a má sorte
de nascer numa prisão,
- já condenados à morte? . . .
O.F.T.

DESAPROPRIAÇÃO.

Os juros incidem sobre o valor do bem, monetariamente corrigido. Os honorários do advogado se calculam sobre a diferença entre a oferta e a condenação, também corrigidas monetariamente estas parcelas.

Recurso extraordinário conhecido e provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Rodrigues Alckmin: - Decidiu o acórdão de f. 81 que, em desapropriação, os honorários de advogado e os juros compensatórios deviam ser calculados tendo à vista o valor do bem não corrigido.

O recurso extraordinário, pelas letras a e d, alega dissídio de julgados (RE 48.540, 71.612, 77.959, 73.400) e ofensa ao artigo 153, § 22, da Constituição Federal.

Admitido e processado o recurso, alega-se que um dos fundamentos do aresto foi o de não ter, a decisão exequenda, concedido a correção de tais parcelas.

A Procuradoria-Geral da República opina pelo não conhecimento ou pelo não provimento do recurso extraordinário.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Rodrigues Alckmin (Relator): - Conheço do recurso e lhe dou provimento para que os juros se calculem sobre o valor do bem expropriado, corrigido monetariamente; e para que os honorários se calculem sobre a diferença entre a oferta e a condenação, ambos estes valores também monetariamente corrigidos.

Para comprovar o dissenso do aresto recorrido, por qualquer de seus pretendidos fundamentos, leio o trecho do julgado trazido à colação:

O representante não é parte na relação jurídica processual; ele tão somente age em nome do representado. E, como quer Philadelpho de Azevedo, se a sociedade tem representação implícita dos autores o. ela filiados, parte em juízo são os autores, ou compositores, e não a sociedade que os representa.

Nisso, aliás, difere a substituição processual da mera representação, pois, enquanto o substituto processual é parte, o representante não o é. Na substituição processual, o substituto age em nome próprio, como sujeito da relação processual, diferentemente do representante que age em nome do representado, o verdadeiro titular da relação jurídica processual.

Na espécie sub censura, ainda que se entendesse haver representação implícita, os titulares do direito de ação seriam, evidentemente, os compositores cujos interesses estão sendo reclamados. A sociedade apenas os representa como mera mandatária, pois

"... se os honorários constituem parcela da indenização; se a lei manda que, decorrido prazo de um ano a partir do laudo, se corrija o valor da indenização, o melhor entendimento é o de que também aquela parcela deverá ser corrigida por força do disposto no artigo 26, § 2.º, da Lei das Desapropriações. Conseqüentemente, não há falar em que, no caso, se concede correção monetária sem lei que a autorize; nem em vulneração, do artigo 891 do C. Pr. Civ./39 (pois a correção decorre de lei aplicável na fase executória); nem de ofensa ao artigo 27, § 1.º, do Dec-Lei 3.365/41, que não exclui a revalorização".

E quanto aos juros moratórios invoca-se julgado que os mandou computar sobre o valor atual, "feita a correção monetária".

REGISTRO DE IMÓVEIS E SENTENÇAS DE DESQUITE, NULIDADE OU ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Nicolau Balbino Filho

Desquite: "O desquite é um dos modos terminativos da sociedade conjugal".

Amigável ou judicial, ele está sempre dependente de sentença; no primeiro caso, uma sentença de efeito meramente homologatório; no segundo caso, de natureza decisória.

Em qualquer hipótese, uma das consequências da sentença proferida no processo de desquite, judicial ou amigável, é a de pôr termo ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido (Cód. Civil, artigos 267 e 322).

No desquite por mútuo consentimento o casal regula na inicial a partilha dos seus bens (Cód. de Processo Civil, artigo 1.121, n.º 1).

Não havendo acordo quanto à partilha dos bens, esta será feita depois de homologado o desquite, na forma do Livro IV, Título 1, Capítulo IX, do Código de Processo Civil.

No desquite litigioso, a partilha é, porém, uma consequência da sentença decisória.

"Esta, nenhuma relação pode ter com a partilha, ato posterior e em fase distinta".

Nulidade ou anulação de casamento. "Casamento nulo é o que, inquinado por algum vício essencial, não produz efeito algum, nem para os contraentes, nem para os filhos, nem para terceiros (Cód. Civil art. 207). A declaração da nulidade pode ser provocada por qualquer pessoa, que tenha interesse nela, ou ex-officio, pelo Ministério público. Considera-se como não existente, o que não existe e nenhum efeito produz, segundo afirma conhecida regra jurídica."

O casamento é anulável quando contraído com algum vício capaz de determinar sua ineficácia, porém, que poderá ser eliminado, restabelecida, assim a normalidade do enlace matrimonial.

São anuláveis os casamentos contraídos com infração de preceitos relativos à verdade e à clareza do consentimento das pessoas sob cujo poder o cuidado se acham os contraentes, à idade matrimonial.

A nulidade do casamento retroage ao momento da celebração do matrimônio e o anula em sua origem.

Seu efeito, quanto ao regime de bens, estabelece a suposição de que, de direito, ele nunca existiu; mas, antes da sentença de anulação, o matrimônio existiu de fato.

Os bens que estiverem em comunhão de fato devem ser partilhados e, consequentemente, registrados em nome de seus respectivos proprietários.

Segundo Pontes de Miranda, "cada cônjuge se retira, não com a metade, mas com os bens que entraram para o casal, lucros, dívidas e demais ônus, salvo o direito a cada um de reaver por indenização, o que a arbítrio do outro se tenha alienado."

Ensina M.M. de Serpa Lopes: "No casamento inexistente, da sentença que assim o reconhecer (se para tanto houver necessidade de julgamento) nada há que transcrever, pois se trata de um fato de existência impossível".

"Por conseguinte, se os bens já se encontram transcritos em nome do cônjuge, que, efetivamente, seja o seu proprietário, sem que tais bens tenham ingressado na comunhão de fato, não se faz mister nova transcrição."

(Da "Tribuna da Justiça")

INTERESSE PÚBLICO, NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA

José Cretella Júnior
(Catedrático - FD/USP)

"Propriedade e desapropriação são dois pratos da mesma balança, cujo rei é o interesse público. Este é que deverá ditar, em cada caso, a preponderância de uma ou de outra. Mas a noção do interesse público varia no tempo e no espaço" (Carlos; Medeiros Silva, A desapropriação por interesse social, em RDA 29/3).

Ao lado da expressão utilidade pública, usa-se também a expressão interesse público. Não só a noção do interesse varia no tempo e no espaço. A própria causa toma nomes diferentes, ora sendo designada por necessidade pública, ora por utilidade pública. Haveria matizes significativos que permitissem distinguir, de modo absoluto, a necessidade da utilidade pública? A nosso ver, essas duas expressões são de significação relativa. ("Comentários às leis de desapropriação").

I.R. - TRIBUTAÇÃO DE EMPRESAS RURAIS

Parecer normativo CST N.º 145 de 21 de novembro de 1975.
Imposto sobre a renda e proventos

MNTPJ - 2.24.1500 - Resultados das empresas que exploram a agricultura, a pecuária e a criação

de outros animais.

O regime tributário instituído pelo Decreto-lei n.º 1.382/74 só se aplica às empresas agrícolas constituídas exclusivamente para exploração das atividades relacionadas no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 902/69, com exclusão das de transformação de seus produtos e subprodutos. Duvidas têm sido levantadas a respeito da aplicação do regime tributário de que trata o Decreto-lei n.º 1.382 de 26-12-74, no tocante às atividades das empresas beneficiárias.

2. O referido diploma legal, ao instituir nova forma de tributação das empresas rurais, contemplou apenas aquelas constituídas exclusivamente para a exploração das atividades agrícolas ou pastoris, da apicultura, avicultura, sericultura, piscicultura e outras, de pequenos animais, e das indústrias extrativas vegetal e animal, excetuadas as de transformação de seus produtos e subprodutos.

3. Deste modo, empresa que se dedique a outras atividades além daquelas não será alcançada pelo referido regime tributário. Nesse caso, poderá constituir uma empresa subsidiária exclusivamente para a exploração das atividades abrangidas pelo Decreto-lei n.º 1.382/74, admitindo-se, como despesa operacional, valores razoáveis pagos à controladora, a título de aluguel e arrendamento, pela utilização de local e instalações de sua propriedade, se for o caso. (D.O.U. 19-12-75)

Ação executiva - Arrimada em escritura de confissão de dívida, com garantia hipotecária e títulos de crédito que a originaram. Procedência.

II - Recurso extraordinário invocando negativa de vigência dos artigos 223, parágrafo único, do C. Pr. Civ., e 8.º do Dev. 22.626/33, (despesas judiciais) e dissídio.

III - Inocorrência de qualquer dos pressupostos. Motivação.

IV - Excepcional não conhecido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Thompson Flores: Contra o recorrente - pessoa física e jurídica, e, como assim Antônio Doris - promoveu a recorrida ação executiva fundada não só nos títulos de crédito de fls. 8 e segs., avalizados pelo último demandado, como, quanto aos dois primeiros, não só por aqueles, mas também pelo contrato de fls. 5-6v. - escritura de confissão de dívida com garantia hipotecária, para a cobrança das dívidas nela referidas.

2. Procedida a penhora no imóvel hipotecado, houve contestação.

Saneado o processo, originando agravo processual, a termo sentenciou o magistrado, acolhendo o pedido.

Assim conclui o decisório, f. 61:

"... Julgo procedente a ação, para condenar, como condeno os réus solidariamente, a pagarem à autora a quantia de Cr\$ 9.050,91 (nove mil e cinquenta cruzeiros e noventa e um centavos), acrescida dos juros convencionados de um, por cento ao mês, contados do vencimento dos títulos; outrossim, condeno apenas o réu Libório Doris na multa de dez por cento, sobre a dívida, prevista na escritura de hipoteca. Como é evidente, os outros réus não podem ser responsabilizados por essa obrigação, assumida tão-somente pelo hipotecante. A multa em apreço, outrossim, segundo o artigo 8.º do Decreto 22.626/33, reputa-se destinada a atender a honorários de advogado. Condeno, ainda, os réus nas custas e julgo subsistente a penhora de f. 22".

3. Apelou, apenas, o recorrente. Sem sucesso, entretanto, eis que o eg. Tribunal de Justiça, por sua 3.ª Câmara Civil, após julgar prejudicado o agravo processual, manteve a sentença.

Data o acórdão de 10-8-71 e sua ementa dispõe, f. 81:

"Ação executiva. Títulos de dívida líquida e certa. Sentença julgando procedente a ação. Recurso não provido".

4. Daí o recurso extraordinário interposto a fls. 84/86, sob pretenso pálio das letras a e d do permissivo constitucional.

Admitido, com restrições, pelo despacho de f. 96, processou-se com razões de ambas as partes, fls. 78/79 e 101/103.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): - Não conheço do recurso.

2. Fundou-se ele, como explicitou o relatório, no artigo 119, III, a e d, da Constituição.

No que toca àquele sustenta o executado que ocorreu negativa de vigência do artigo 223, parágrafo único, do C. Pr. Civ., e 8.º do Dec. 22.626/33; ali porque se admitiu inserção do contrato da venda de mercadorias que originou não só os títulos em execução, como o contrato com hipoteca, depois da inicial; aqui porque não se compreendem na multa contratual as custas judiciais; e no que se refere ao dissídio, dado que decisórios de outros tribunais os quais são indicados e parcialmente transcritos, cuidaram de hipóteses diversas.

3. Inocorrem, todavia, quaisquer dos pressupostos.

Realmente.

Assinalou a sentença que não se fazia mister a exibição do contrato em questão face à índole de execução e os documentos oferecidos. Demais, tinha o recorrente meio próprio para alcançá-lo, f. 3 1.

Mas, nesse particular assinalou o acórdão, f. 81:

"A sentença recorrida deve ser confirmada, e o agravo no auto do processo, interposto a fls. 32-33, contra o despacho saneador, perdeu o objeto, uma vez que o documento cuja exibição foi indeferida veio aos autos (fls. 35-55), entregue pela apelada ao perito, e anexado ao laudo de f.". Assim por outro meio alcançou o recorrente o seu propósito, e antes da audiência, o que proporcionou sua apreciação, afastando, pois, a incidência do invocado parágrafo do artigo 223 citado.

Sem préstimo, pois, os arestos paradigma por cuidarem de hipóteses totalmente diversas (RI, artigo 305).

Resta o artigo 8, argüido.

Quando razões outras inexistissem para afastar sua inaplicação, sucede que, com o advento da Lei 3.942/161, a dúvida ficou dirimida e já vigorava ela ao tempo do contrato de fls. 5-6v., de 15-6-67.

Eis o seu texto, (196-400, R. For.):

"Artigo 1.º - Acrescente-se ao artigo 8.º do Decreto 22-626, de 7-4-33 (Lei da Usura), o seguinte: Parágrafo Único - Quando se tratar de empréstimo até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e com garantia hipotecária, as multas ou cláusulas penais convencionadas reputam-se estabelecidas para atender, apenas, a honorários de advogados, sendo as despesas judiciais pagas de acordo com a conta feita nos autos da ação judicial para cobrança da respectiva obrigação".

Por esta mesma razão sem valia o único julgado, o desta Corte

RE 55.274 de 30-4-64 (Ementário 579), pois não consta que reflita hipótese análoga ou semelhante à dos autos (RI, artigo cit., Súmula 291).

4. Em consequência, o recurso não tem qualquer possibilidade de vencer a preliminar de conhecimento.

É o meu voto. (S.T.17. - RE 76.730 - PR - Rel., Ministro Thompson Flores - Recda., Companhia Atlantic de Petróleo Não conhecido unânime. - Presidência do Sr. Ministro Barros Monteiro.

Presentes à Sessão os Srs. Ministros Thompson Flores, Bilac Pinto, Antônio Neder e Xavier de Albuquerque e o Dr. Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. - Brasília, 1.º de outubro de 1973). R.T.E, vol. 73, pag. 829.

REGISTRO CIVIL

ASSENTO DE NASCIMENTO - Filho Adotivo - Pedido de retificação para a consignação dos nomes dos avós adotivos.

Em recurso, a que deu provimento, unanimemente, decidiu o Tribunal: "Entendeu o Magistrado ser impossível o acolhimento do pedido porque a adoção estabelece parentesco meramente civil entre o adotante e o adotado, não se extinguindo o parentesco natural resultante da adoção "ex vi" do art. 378 do C. Civil." "Em que pesem as considerações do nobre Magistrado e os fundamentos do v. acórdão inserto no vol. 18/96, da revista deste Tribunal, é de se acolher o pedido de averbação formulado pelo apelante." "É evidente o seu exagero, face ao art. 2.º da Lei 3.133/57 ... Verifica-se, assim, como assinala o ven. acórdão inscrito na RT 323/198, que o atual sistema da lei brasileira "é o da mais extensa liberdade." É verdade que essa liberdade não pode ir ao extremo de excluir o parentesco sanguíneo, como ainda assinalou aquele venerando aresto e isto por óbvias razões, como as relativas à sucessão e aos impedimentos matrimoniais. Por isso mesmo é que não se pode confundir a adoção simples admitida pelo C. Civil, com a legitimação

adotiva da Lei 4.655/65. O que pode e deve ser admitido é exatamente o que pediu o apelante, ou seja, averbar os nomes dos avós adotivos no assento de nascimento do adotado, com o que ficará preservado o direito do parentesco sangüíneo ou natural, como determina o art. 378 do C. Civil, para que nas futuras certidões a serem expedidas apareça o nome da menor como sendo filha dos adotantes e neta dos pais adotivos, dos adotantes, sem qualquer outra referência, a não ser que resulte de requisição judicial."

- Acórdão de 10-12-73, da 1.ª Câmara. Civ. do TJSP, na Ap. 228.513, de Itapetininga (Jorras Vilhena, Pres. e Rel.). - Rev. Jur. do TJSP, Vol. 27, pág. 133/4.

(Tribuna da Justiça)

EMIÇÃO DE POSSE

Ação do adquirente de bens - Meio processual abolido pelo vigente Código de Processo Civil - Obtenção da entrega de imóvel arrematado em hasta pública - A lei processual vigente aboliu a ação de emissão de posse destinada ao adquirente de bens para haver a respectiva posse do alienante ou daqueles terceiros que em nome do primeiro a detinham. Tratando-se de arrematação, o procedimento adequado para a obtenção da entrega do imóvel arrematado é a execução para a entrega de coisa certa (TJSP - 6.ª Câmara. Civ.; ap. n.º 241.134 - Piracicaba rel. Dês. Dimas R. de Almeida; j. 14-03-75; v.u.).

POSSESSÓRIA

Mandado liminar concedido - Turbação pelo réu - Expedição de novo mandado a favor do autor - A circunstância de ser facultada ao autor a via de artigos de atentado, nos termos do art. 879, III do Código de Processo Civil, nada impede que peça simples revigoramento do mandado inicial de posse, não obedecido pelo réu (TJSP - 1.ª Câmara. Civ.; ag. Inst. n.º 239.237 Mogi das Cruzes: rel. Dês. Moretzsohn de Castro; j. 17-12-74; v. u.).

REGISTRO DE IMÓVEIS

Cessão e transferência de direitos hereditários - Inexiste disposição legal que permita a transcrição de escritura de cessão e transferência de direitos hereditários (TJSP-CSM; ag. pet. DJ. 240.459 - SP rel. Dês. Márcio Martins Ferreira; j. 24-2-75).

REGISTRO DE IMÓVEIS

Inventário - Finalidade do registro do formal de partilha - A transcrição da partilha em inventários é feita não para investir os herdeiros no domínio, mas para completar um dos direitos elementares do domínio, ou seja, direito de dispor do imóvel, justamente para oferecer maior segurança às relações jurídicas que a tiveram por objeto (TJSP-CSM; ag. pet. 240.668 - Estrela d'Oeste; rel. Dês. Márcio Martins Ferreira; j. 7-3-75).

DIREITO DE VIZINHANÇA

Muro divisório - Construção - Falta de consentimento do vizinho interessado Cobrança de metade da despesa - Ação improcedente Para que o proprietário do terreno vizinho seja obrigado a concorrer para a construção do muro, é preciso que as despesas sejam previamente acordadas, ou em caso de recusa a determinação judicial (TJSP-3.ª Câmara. Civil; ap. n. 243.686 - Leme; rel. Dês. Carlos A. Antonini; j. 3-7-75; neg. provto.; V.U.).

Acordam, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado, adotado o relatório de fls., por votação unânime, negar provimento à apelação.

O autor construiu um muro divisório entre o seu prédio e o do réu, deste reclamando a metade das despesas efetuadas, com fundamento no art. 588, § 1.º, do Código Civil.

Provado ficou, entretanto, pelo depoimento do próprio autor, que ele não obteve o

consentimento do adversário para a edificação do muro, nem ajuizou previamente ação para o reconhecimento de tal obrigação por parte do réu.

O Juiz, repelindo a demanda por estes motivos, decidiu de acordo com a doutrina e a

jurisprudência: Washington de Barros Monteiro,

"Direito das Coisas", pág. 154; Orlando Gomes, "Direitos Reais", pág. 289; Carvalho Santos,

"Código Civil Brasileiro Interpretado", 10.^a ed., vol. VIII, pág. 194; Revista dos Tribunais, 407/141 e 4651167.

É certo que a matéria não é de todo pacífica, sustentando Pontes de Miranda a desnecessidade do acordo prévio ou de ação que reconheça a obrigação do confinante ("Tratado de Direito Privado", 3.^a ed., tomo 13, pág. 432).

Merece ser seguido, contudo, o entendimento tradicional, sob pena de facultar-se a quem constrói o muro realizar as despesas que bem entender, até em medida supérflua, não restando ao confinante senão sujeitar-se a elas. Daí dizer Orlando Gomes que, "Para que o proprietário do terreno vizinho seja obrigado a concorrer para a construção dos tapumes, preciso é que as despesas sejam previamente acordadas; exige-se, em suma, seu consentimento, ou, em caso de recusa, a determinação judicial" (ob. e loc. cit.).

E bem o caso dos autos. O réu é homem pobre, que foi obrigado a valer-se da assistência judiciária para defender-se. O autor construiu muro que se pode reputar de "luxo", avaliado hoje em cerca de Cr\$ 10.000,00. Seria injurídico que o réu, sem ter anuído na construção, fosse compelido a arcar com despesa tão vultosa para as suas posses. A sentença, pois, além de acomodar-se à doutrina e à jurisprudência vencedoras, fez justiça às partes. - São Paulo, 3 de julho de 1975 Desemb. Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente com voto Desemb. Carlos A. Antonini" Relator. - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Sr. Desembargador Costa Leite (Bol. da AASP, n.º 884, pág. 295).

CASAMENTO

Anulação - Ação proposta pela mulher - Impotência "coeundi" atribuída ao marido - Prova não convincente - Ação improcedente. O sistema de nulidade do casamento é dominado pelo cuidado de manter a estabilidade do matrimônio, no interesse da família e do Estado. N. 242.567 - Capital - Apelante: V.B.L. - Apelado: M.LL.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 242.567, da comarca de São Paulo, em que é apelante V.B.L. sendo apelado M.J.L.

1. A sentença julgou improcedente a ação e a autora apelou dizendo que até a separação do casal, ocorrida quase um ano após o matrimônio, continuava virgem, pois o marido não conseguira realizar o ato sexual. O Curador Geral adotou sua argumentação, mas o Defensor do Vínculo e a Procuradoria-Geral da Justiça manifestaram-se pela confirmação.

2. No casamento não há nulidades virtuais. São inaplicáveis os princípios gerais de Direito que invalidam os atos jurídicos. Rege-se por normas próprias, O sistema de nulidade do casamento é dominado pelo cuidado de manter a estabilidade do matrimônio, no interesse dos cônjuges, da prole, e do Estado. Assim, esse regime não se adapta ao Direito das coisas ou das obrigações, quando eivado de nulidade.

3. Inegável a tendência jurisprudencial de anular o casamento quando, apesar de longa coabitação, o marido não consegue consumá-lo, conservando-se virgem a mulher. A diversidade das decisões decorre da matéria fática, vale dizer, do exame da prova dos autos. A prova compete a quem alega a nulidade ou anulabilidade do matrimônio. E tratando-se de direitos indisponíveis das partes, insignificante é o valor da confissão, ficta ou não.

4. O laudo, por demais sucinto, aceita a versão do marido de tratar-se de impotência psíquica, e consigna a falta de sinais de ruptura himenal. Não explica porque é relativa a impotência, nem esclarece se a membrana é complacente ou não. No entanto, sabem todos que a impotência "coeundi" pode ser antecedente ou subsequente, absoluta ou relativa, irremediável ou não. Sabe-se, também, que varia o hímen: delgado, fibroso, complacente ou não.

5. Ora, ensina a doutrina que, se a integridade do hímen é o sinal mais característico da virgindade, nem sempre constitui prova irrecusável, pois pode subsistir não obstante o comércio sexual (Washington de Barros Monteiro, "Direito de Família", pág. 90). Lembre-se, ainda, que 115 do total dos himens é complacente (Alípio Silveira, "O Erro Essencial na Anulação do Casamento", pág. 66).

6. Impõe-se, destarte, a conclusão de ser precária a prova coligida. O Juiz não está adstrito ao laudo pericial (art. 436 do CPC), que só vale por sua fundamentação, aqui inexistente salvo para admitir, sem afirmar, como causa um "distúrbio psíquico" e sem sugerir seja perpétuo. Portanto, inconsequente.

7. A outra prova é a confissão judicial do réu, de reduzido do valor. Inócua face a flagrante contradição entre o depoimento e a contestação, em ponto essencial, "qual seja, ter a autora conhecimento, anteriormente ao casamento, da inaptidão sexual do marido". Tão frágeis elementos tornam desnecessária a conversão do julgamento em diligência para complementar a prova.

8. Ante o exposto: Acordam os Juízes da 2.ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo por votação unânime, negar provimento à apelação.

São Paulo, 24 de junho de 1975 - Lafayette Salles Júnior, Pres. com voto - Almeida Ricudo, Relator - Participou do julgamento, com voto vencedor, o Dês. Gonzaga Júnior. (Rev. dos Tribs., vol, 482, pag. 77).

Processo de Recurso n.º 50/76 - Monte Azul Paulista - Recte.: Ary Ribeiro Leite - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Ary Ribeiro Leite, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito de Paraíso, da comarca de Monte Azul Paulista.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, dar provimento, ao recurso, para contar a prol do recorrente mais um ponto, resultante da conclusão de nível médio.

O artigo 20, parágrafo único, n.º 2, do Decreto-lei 159/69, atribui dois pontos a candidato que disponha de diploma de outro curso, além de bacharel, de nível superior ou médio. Os diplomas, quer de técnico de contabilidade, quer o de professor, são de conclusão de curso de grau médio (artigos 47, "a" e 52, da Lei n.º 4.024/61 e 5 e 10 do Decreto-lei n.º 6.141/43).

São Paulo, 24 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Relator; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Processo de Recurso n.º 49/76 - Osasco - Recte.: Antônio Lários Fernandes - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Antônio Lários Fernandes, contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do 4.º Ofício de Justiça e Anexos da Comarca de Osasco.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento.

A preferência reclamada, com base no artigo 30 do Decreto-lei n.º 159/69, dá-se entre os classificados: supõe que o candidato tenha, pela classificação obtida, condições de figurar na lista, isto é, supõe a classificação no concurso. Isso não ocorre, uma vez que os pontos conferidos, contra o que nada reclama o recorrente, o puseram em undécimo lugar (f. 37).

Evidentemente, o candidato não pode prevalecer-se de classificação alcançada em concursos de menor disputa, para sobrepor-se, a despeito da suplantação de seus títulos, em concurso onde apareceram pretendentes melhor titulados: classifica-se por três vezes para cartórios fracos, e, depois, arreda o concurso, requisitando um direito de preferência apenas por ter sido admitido a ele.

Não é esse o entendimento da lei. Faz-se mister que, além de admitido, o candidato tenha sido também classificado. Aí, então, poderá ser invocada a preferência.

Não é só.

Trata-se de promoção de 2.ª para 3.ª classe, e o recorrente não demonstrou que, nessa categoria, o presente concurso se alinhe em ordem de consecutividade, relativamente àqueles de 1973 e 1974, onde se deram as alegadas preterições (f. 10); nem mostra que suas anteriores

classificações tenham sido consecutivas. A lei diz: "que figurar em três listas tríplices consecutivas e imediatamente anteriores". O objetivo não é armar o candidato de um trunfo a ser usado quando bem lhe aprouver. O que ela visa é dar realidade à carreira que implantou, estimulando os funcionários a segui-la. Para isso premia aqueles que querem realmente fazê-la, isto é, os que se inscrevem e disputam consecutivamente as vagas ocorrentes e que, classificados, são preteridos na nomeação. Quem não tenha disputado consecutivamente as três últimas vagas, não goza do favor legal.

São Paulo, 24 de setembro de 1976

Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Agravo de Petição n.º 247.363 - Ubatuba - Agvte.: João Bento de Carvalho - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca. Acórdão.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Petição n.º 247.363, de Ubatuba, em que figuram como agravante João Bento de Carvalho e como agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

1. Cuida-se de dúvida suscitada pelo agravado, que se recusou a registrar o formal de partilha de fls. 4/23, sob o fundamento de que os característicos e confrontações do imóvel nele descrito são completamente divergentes daqueles constantes das duas transcrições anteriores, assim explicitando as diferenças:

"Nos títulos anteriores que foram objeto do citado arrolamento, consta que o finado José Ignácio do Rosário, adquiriu cinquenta braças pela transcrição n.º 1.439 e as outras cinquenta (50) braças pela transcrição n.º 1.440, totalizando cem (100) braças de uma parte de terras no lugar denominado "Cambory", mencionado pois, nos referidos títulos, apenas a denominação do imóvel e metragem, não fazendo menção se o mesmo faz frente para terrenos de marinha da Praia do Camburi e como também omite suas confrontações".

"No título ora apresentado, o mesmo imóvel é agora consistente de uma gleba de terras com cem (100) braças de frente para a Praia do Camburi ou Cabori, subentendendo que estão incluídos os terrenos de marinha, bem como o surgimento das confrontações" (fls. 3/3 v. sic.). Impugnando, o suscitado bateu-se pelo registro do formal, que se origina de títulos anteriores ao Código Civil, fato que, diz bem demonstra a improcedência da dúvida (fls. 25/30). Opinou o Dr. Curador, todavia, pela procedência (fls. 44/44v.) e nesse sentido sobreveio a sentença de fls. 46/49).

Tempestivamente, agravou o suscitado, reiterando suas anteriores assertivas (fls. 52/58). Opinou o Dr. Procurador da Justiça, após a subida dos autos, pelo desprovimento do recurso (fls. 99/100).

2. É de toda evidência que não podia o agravante, unilateralmente modificar os característicos e confrontações do imóvel, colocando-os em total divergência com os constantes do Registro Imobiliário (ef. artigo 213, parágrafo 22.º, da Lei n.º 6.015/73). Se o fez, sujeita-se agora a norma do artigo 225, parágrafo 2.º da Lei citada, que, dispondo a respeito dos títulos admitidos a registro, assentou: "consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com o que consta do registro anterior".

Aliás, nesse mesmo sentido sempre foi interpretado o disposto nos artigos 247 e 248 do anterior regulamento dos Registros Públicos, Decreto n.º 4.857, de 9-11-1939 (cf. Acórdão do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972/1973, Lex Editora, págs. 112, 131, 133, 242 e 336). Não vale argumentar, como o agravante, que os dois títulos, aos quais se filia o formal de partilha, são anteriores ao Código Civil, tendo sido desnecessariamente registrados em 1916 e 1917, circunstância que, ao que pretende, elidiria a dúvida, não podendo ser consideradas, como óbices ao registro, as transcrições n.ºs 1.439 e 1.440, feitas em 1954 (fls. 31/32), meramente repetitivas daquelas efetuadas em 1916 e 1917 (cf. fls. 53/54).

Na verdade, nada têm a ver com o desate da questão a ancianidade dos títulos, a eventual repetição de suas transcrições, e a discutidíssima questão da obrigatoriedade de seus registros, quando anteriores ao Código Civil.

É que, registrados como estão (fls. 31/32) - o que, aliás, atende ao disposto no art. 195 da atual Lei de Registros Públicos - o formal que se lhes seguiu não pode ser registrado, por não

descrever o imóvel com os mesmos característicos e confrontações.

Por outro lado, se os títulos não estivessem registrados, ao contrário do afirmado pelo agravante, seriam necessariamente apresentados quando do registro do formal de partilha, pois ambos constituem marcos iniciais de transações subseqüentes (cf. acórdão "in" obra citada, pág. 140/142, especialmente item 4).

Em suma, os títulos originários, se não registrados, ou as transcrições deles, haveriam de ser retificados, para se assegurar o princípio da continuidade, de par com a segurança e certeza que devem embaçar os atos do Registro Imobiliário. Sem isso, o formal é que terá de ser retificado, para pôr-se em harmonia com os títulos anteriores.

Sob tais fundamentos, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 13 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv. Dr. João Bento de Carvalho.

Apelação Cível n.º 254.633 - Capital - Apte. Anselmo Laso Lopes - Apdo. Sr. Oficial do 17.º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 254.633, de São Paulo, em que é apelante Anselmo Laso Lopes e apelado o Sr. Oficial do 17.º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, desta Capital:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

I. Efetivamente, como bem salientado pelo Dr. Procurador da Justiça, no lúcido parecer de fls. 45-46, a sentença só merece crítica quando admitiu que a Lei dos Registros Públicos, através de seus artigos 55, 59 e 60, teria aberto uma exceção à regra contida no artigo 1.º da Lei n.º 883, de forma a permitir, em hipótese como a dos autos, o reconhecimento do filho adulterino, ainda na constância da sociedade conjugal.

Por sinal, parece que o equívoco cometido pela decisão recorrida ganha dimensões maiores no recurso interposto e no parecer lançado, às fls. 30-37, pelo Dr. Curador de Registros Públicos.

É certo, porém, que o acórdão prolatado por este E. Conselho, no julgamento da Apelação Cível n.º 251.558-76, de Araraquara, faz, não só o necessário reparo à sentença, como, ainda, responde, com segurança, às críticas do apelante e às objeções da douta Curadoria, bastando, assim, que aqui seja reproduzido o tópico da decisão, que foi transcrito no parecer de fls. 45: A legislação sobre reconhecimento de filhos ilegítimos (artigos 355 e seguintes do Código Civil e Lei n.º 883-49) é de ordem pública e de natureza material ou substantiva. Não foi expressamente revogada pelo artigo 296 da nova Lei dos Registros Públicos e nem se mostra incompatível com esta.

Nada autoriza o entendimento de que norma simplesmente regulamentadora da prática de atos materiais, estabelecidos com o único objetivo de documentar ou facilitar a prova de certas situações de fato, possa por interpretação não autorizada à vista daquela finalidade restrita, abrogar ou derogar regras de Direito Material e de ordem pública.

Os artigos 55, 59 e 60 da Lei n.º 6015/73 correspondem, respectivamente, aos arts. 69, 73 e 74 parágrafo único do Decreto n.º 4.857/39, pelo que permanece inalterada a legislação civil anterior.

Quando se refere aos filhos ilegítimos, o artigo 60 da nova Lei dos Registros Públicos não pode ser interpretado isoladamente, mas, sim, em conjunto com o artigo 55 da mesma Lei, onde o legislador expressamente referiu a existência de condições de ilegitimidade, impeditentes do reconhecimento".

Acrescente-se, apenas, para que se complete a resposta, e sempre com utilização fiel das palavras da decisão colacionada, que "as condições impeditentes, na conformidade da lei substantiva, são, exatamente, a incestuosidade e a adulterinidade da filiação". E prosseguindo: "A primeira vigora sempre, e a segunda, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do progenitor adúltero".

Por essas razões, não se pode entender que a legislação vigente tenha sofrido qualquer alteração pela superveniência. da Lei dos Registros Públicos.

II. Não se argumente, em favor da ab-rogação da legislação anterior, com o disposto no artigo 57, § 2.º da Lei 6.015/73, como pretende a digna Curadoria de Registros Públicos, ao afirmar que a regra citada teria alterado o artigo 240 do Código Civil,

É que as disposições invocadas têm campo de incidência distinto, de sorte que uma não interfere na matéria disciplinada pela outra.

Com efeito, o artigo 240 do Código Civil, na verdade, atribui à mulher, com o casamento, o nome do marido, independentemente da vontade deste.

Já o artigo 57, § 2.º, da Lei 6.015/73, cuja crítica não cabe aqui fazer, apenas contempla uma faculdade, que dá à mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável a possibilidade de averbar o patronímico de seu companheiro; e, por isto mesmo, o aditamento fica na dependência da concordância daquele com quem ela viva, e só pode ser procedido de decorridos, no mínimo, 5 anos da convivência comum, ou existindo filhos nascidos daquela união.

As hipóteses são, assim, completamente diferentes, o que torna inaproveitável a conclusão que se quer extrair da previsão legal, pois nelas não se vê revogação geral ou parcial, expressa ou tácita da lei substantiva civil.

Ademais, o exame do dispositivo citado, da Lei dos Registros Públicos, se insere num conjunto de disposições que bem revelam o caráter instrumental do referido diploma legal, pois a averbação para o aditamento do nome do companheiro parece destinada, pela Lei, a provar o estado de convivência comum, tanto que poderá ser cancelada a requerimento de uma das partes, ouvida a outra, o que não ocorre com os apelidos do marido, que são acrescentados ao nome da mulher.

III. Cumpre, por último, ponderar que o processo de dúvida se insere numa atividade de natureza administrativa, onde a Corregedoria-Permanente fica adstrita às decisões superiores, que têm caráter normativo. Assim, a orientação expendida pelo Conselho, na matéria, deve nortear os casos idênticos, sem prejuízo da convicção pessoal de cada um, que pode ser ressalvada, mas não pode erigir-se em contestação neste âmbito, devendo reservar-se para a esfera jurisdicional, que é de natureza diversa.

IV. Ante o exposto, com o reparo inicialmente feito à decisão recorrida, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 13 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv. Drs. Carlos de San Juan e Adriano Pires de Andrade.

Apelação Cível n. 252.816 - Santo André - Apte.: Antônio Damianovich - Apdo.: Oficial do 1.º Registro de Imóveis

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 252.816, da Comarca de Santo André, em que é apelante Antônio Daminanovich, apelado o Oficial do 1.º Registro de Imóveis.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, ainda que por outros fundamentos.

1. Trazem os autos, dúvida relacionada com o registro de uma escritura de venda e compra, outorgada ao apelante por Francisco Antônio de Oliveira e outros, tendo por objeto as quotas que detêm na área denominada Quinhão n. 26, do Sítio dos Vianas, com 86.587 m2, equivalente a 1151, da área total desse Sítio.

A sentença acolheu a dúvida, entendendo que há divergência entre o título exibido e a transcrição n. 6.189, que lhe serve de lastro, pois, esta nenhuma alusão faz ao Quinhão n. 26. Se a transcrição é que está errada, deve ser, antes, corrigida. Enquanto subsistir, há de prevalecer sobre o título recusado. Entendeu, outrossim, que essa transcrição n. 6.189 já teria sido parcialmente esvaziada por outras vendas, cujos títulos foram regularmente transcritos.

"Consoante se reconhecem nos autos" - diz a sentença - "várias são as transcrições anteriormente feitas sobre a área objeto do título duvidoso", embaraço que só comporta solução em ação própria, já que os titulares dessas transcrições estão protegidos pelos artigos 859 do Código Civil e 252 da Lei n.º 6.015/73.

2. Embora a escritura de fls. 6-7, realmente, não tenha condições de registro, a questão que os

autos oferecem não foi adequadamente enfocada na sentença.

Os outorgantes da escritura transmitiram ao apelante as suas partes ideais de um imóvel, que haviam recebido no inventário de João Viana Batista e sua mulher, dona Eulália Miquelina do Carmo. A transcrição n. 6.189, que serve de lastro para a escritura recusada, é a do formal de partilha. Outrossim, o título do Espólio derivava de uma decisão judicial, em ação divisória, transcrita sob n. 31.455, no 14.º Registro de Imóveis da Capital.

O confronto dessas duas transcrições (ris. 6.189 e 31.455), leva à conclusão de que a escritura do apelante lhe transmite exatamente aquilo que os outorgantes receberam no inventário, ou seja, as quotas ideais que herdaram no Quinhão n. 26 do Sítio dos Vianas, com área de 86.587 m², equivalendo a 1/51 da área total desse Sítio.

Conforme expressa certidão lavrada às fls. 10, "in fine", a transcrição n. 6.189, do 1.º Registro de Imóveis de Santo André, pertine a imóvel havido pela transcrição n. 31.455, do 14.º Registro Imobiliário da Capital, e esta última tem por objeto o Quinhão n. 26 do Sítio dos Vianas, cujas características já foram apontadas (Cfr. fls. 6v-7; fls. 9-10 e fls. 11).

Por outro lado, o 1.º Registro de Imóveis de Santo André, de modo estranho e inexplicável, faz uma tríplice transcrição do formal de partilha acima aludido. Em favor da totalidade dos herdeiros, transcreveu-o sob n. 6.189, e também lavrou, posteriormente, duas outras transcrições do mesmo formal: uma, sob o n. 7.930, para a herdeira Ana de Oliveira Gomes e seu marido Euclides Correia Gomes; outra, de n. 7.931, para a herdeira Palmira Maria Nascimento e seu marido José Nascimento (fls. 32 a 33 v.). Isso criou confusão, levando a Corregedoria Permanente a ver, nessas transcrições ris. 7.930 e 7.931, alienações posteriores ao registro do formal (fls. 86), quando não passam de atos repetitivos, desnecessariamente lavrados, cujo conteúdo nada de novo proporcionou aos respectivos titulares, além do que já lhes proporcionava a transcrição do formal, sob n. 6.189.

Com isto, fácil é verificar que os problemas decorrentes da apontada divergência entre as escrituras do apelante e a transcrição do formal (n. 6.189), que não destaca o Quinhão n. 26, objeto das transmissões, limitando-se a descrever o todo do Sítio dos Vianas, estariam implicitamente resolvidos na certidão de fls. 10, "in fine", lavrada pelo Oficial Maior da mesma serventia. Cuidar-se-ia de uma hipótese em que a retificação, pelo próprio Oficial (art. 213, § 1.º, da Lei n.º 6.015/73), poderia ser feita, caso os obstáculos ficassem circunscritos ou resumidos nessa simples divergência.

Supõe-se que o Oficial, ao prenotar a escritura, tenha verificado situar-se o imóvel na sua Circunscrição, face ao perímetro individuatório constante da escritura, deve saber apurar, preliminarmente, se é sua, ou não é, a competência territorial. Se não fosse, teria indicado ao apresente a Circunscrição competente, sem prenotar e sem suscitar nada mais.

Verifica-se, pelo título impugnado, que os herdeiros aquinhoados na sucessão de João Viana Baptista e sua mulher, à exceção de Leontina Maria das Dores Viana, que já havia alienado a sua parte, vendem, agora, ao recorrente, as quotas ideais que herdaram. Caso têm título transcrito, a alienação em foco traz filiação e continuidade,

As transcrições ns. 7.930 e 7.931, do mesmo Cartório, como já observado, são meras repetições da 6.189, como esclarece o Oficial, feitas apenas para correção de nomes. Expediente nada regular, todavia, elas não criam óbice na espécie, devendo ser, simplesmente, anotadas, para encerramento, com a transcrição do título do apelante, onde as mesmas herdeiras são alienantes.

Quanto à transcrição n. 16.561, da alienação da herança por Leontina Maria das Dores Viana, constitui res inter alios: dita herdeira não figura entre as alienantes, no título agora trazido a registro.

Se na transcrição n. 6.189 não figura o estado civil de alguns adquirentes, a qualificação destes, no título alienatório, como solteiros, não enseja nenhuma dúvida.

O único ponto relevante é o que concerne à identidade de alguns dos transmitentes, por discrepância de nome, ou de estado civil, entre o registro anterior e a escritura presente.

Realmente, o apelante terá de promover as necessárias retificações, ou da transcrição n. 6.189, ou da escritura de sua própria aquisição, para esclarecer a dúvida constante dos itens 5 e 6 da suscitação.

Afastadas, pois, as demais arguições, a dúvida é acolhida nesses termos, ficando denegada a transcrição do título até as retificações apontadas.

Custas "ex-lege".

São Paulo, 21 de setembro de 1976

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente e Revisor; Advs.: Drs.: William Damianovich e Antônio Luiz Nicolini

Apelação Cível n. 253.799 - Sumaré - Apte.: Dr. Curador de Registros Públicos - Apdos.: Antônio Foga e Edivaldo Luiz dos Santos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 253.799, da Comarca de Sumaré, em que é apelante o Dr. Curador de Registros Públicos, e apelados Antônio Foga e Edivaldo Luiz dos Santos, este último representado pela mãe, dna. Lourdes Merlotto dos Santos Bassi.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

1. Pietro Rocchi, sua mulher e outros, outorgaram, em favor dos ora apelados, as escrituras de venda e compra de fls. 4, 5 e 7, tendo por objeto os lotes os. 13, 14 e 5, da Quadra L, do Loteamento "Jardim São Rocchi", o último para o menor Edivaldo, com usufruto vitalício em favor da mãe, dna. Lourdes; os dois primeiros para Antônio Foga.

Levados a registro, os títulos foram recusados pelo Serventuário de Sumaré, que argüiu dúvida baseada no fato dos lotes já estarem compromissados a Luiz Augusto Morgado, conforme inscrição n. 426, lavrada no Livro n. 4, folhas 116, daquele Cartório.

O Ilustre Magistrado, adotando fundamentação de sentença que anteriormente proferira em caso análogo (autos apensos), determinou o registro das escrituras, dizendo que a anterior inscrição de compromisso particular, irregularmente feita no Livro 4, "não pode prevalecer sobre contratos-tipo, que obedecem aos rigores do Dec. Lei n.º 58 e Decreto n.º 3.079, de 15-9-38" (fls. 38). Essa fundamentação, um tanto concisa, melhor se esclarece no caso precedente, que está apensado. O MM. Juiz entende que a averbação dos compromissos de imóveis loteados só confere direito real, oponível a terceiros, quando lançada no Livro 13. Isto é, em resumo, o que ficou decidido.

A apelação, oferecida pelo Dr. Curador de Registros Públicos, pretende que a irregularidade da inscrição do compromisso no Livro 4, quando deveria estar averbado, à margem da inscrição do loteamento, no Livro 8, não retira a eficácia do registro que, enquanto não for anulado, em processo contencioso, produz todos os efeitos legais, mesmo perante terceiros. Acresce o argumento de que o registro em livro errado não resultou de simples inobservância da lei, mas de fato de "não poderem os interessados levar a efeito a averbação no Livro 8, já que o loteamento correspondente achava-se inscrito no 3.º Cartório do Registro de Imóveis de Campinas, inscrição essa que data do tempo em que, inexistente a Comarca de Sumaré, os imóveis deste Município integravam a Circunscrição de Campinas" (fls. 35 e 41).

O parecer da Procuradoria-Geral da Justiça, inclinado pelo provimento, sustenta que "a distribuição dos registros em livros apropriados é apenas questão de organicidade, não atingindo, de forma alguma, a essência da vontade dos contratantes que se formalizou devidamente". Acrescenta que "se a transcrição está em livro errado, deve ser corrigida. Entender-se que o ato, por isso, é nulo de pleno direito, é apegar-se a exagerado formalismo" (fls. 53).

2. A tese do apelante, secundada pela Procuradoria-Geral da Justiça, tem indubitavelmente, os seus atrativos, mas não deve vingar.

A execução dos registros públicos repousa, como ato jurídico, na disciplina da forma legal (Código Civil, art. 145, III), sem a qual deixará ele de cumprir a sua missão precípua, de informar, com segurança, a situação jurídica relacionada a determinado negócio. Estabelecida, por lei, a forma como tal escopo se atinge, bem é de ver que a inobservância dela há de o mais das vezes resultar na frustração do objetivo que motivou a sua criação.

Trata-se de verificar se o registro, erroneamente lançado, alcançou a sua finalidade. A resposta, aqui, é negativa.

O Decreto-lei n.º 58, de 1957, nascido da necessidade, francamente proclamada, de amparar juridicamente, dado "o crescente desenvolvimento da loteação de imóveis para venda mediante o pagamento do preço em prestações", os compradores, que só tinham por garantia, até então, a seriedade, a boa-fé e a solvabilidade das empresas vendedoras, entendeu, de par com outras providências, de instituir um registro especial, constituído pela inscrição dos loteamentos e pela averbação dos compromissos à margem dela, para a conferência do direito real aos

compradores, oponível a terceiros, quanto a alienação ou onerações posteriores (art. 5.º). Isso significa que, tratando-se de loteamento para venda pública no sistema de que se cuida, era nessas averbações, à margem da inscrição do loteamento, que se deveria buscar a informação da existência ou inexistência do supradito direito real oponível a terceiros, decorrente de precedentes outorgas de compromissos. Nada constando ali, o lote estava livre do ônus e podia ser adquirido.

O Compromisso de Luiz Augusto Morgado nunca foi assim averbado. Resultava, pois, que os lotes estavam livres para serem vendidos aos apelados, na época em que o foram.

Permitir que uma serôdia inscrição, feita em lugar legalmente inadequado, tenha a força de invalidar operações lididamente realizadas com terceiros de boa-fé, seria frustrar a finalidade precípua do registro público. A inscrição do compromisso no livro 4 violou a garantia legal emergente da lei específica. O Cartório de Sumaré não podia realizá-la sem informar-se da situação do imóvel na Circunscrição de origem e, conseqüentemente, tinha conhecimento do loteamento inscrito, bastante para encaminhar o pretendido registro em forma legal, abstenendo-se de uma prática destituída de eficácia.

A matéria foi objeto do anterior exame da Corregedoria-Permanente, como se vê dos autos apensos, e a decisão nessa oportunidade tomada, de caráter administrativo e normativo, não constando que tivesse sido posteriormente desconstituída, estabelece precedente a ser seguido em todos os casos posteriores, sem necessidade de maior indagação. Neste campo, não se justificam decisões contraditórias.

Não se cogita, aqui, da apuração de culpa. Isso, se examina na instância jurisdicional. Trata-se, bem ao contrário, de exame objetivo da formalização, dos títulos, para a verificação da inexistência de embaraços regulamentares ao registro dos que os apelados apresentaram.

Reconhecida a ineficácia do registro apontado na dúvida, para impedir o dos títulos dos apelados, tudo se reduz à simples localização dos terrenos em causa, para o que o Cartório terá de recorrer ao registro do loteamento, existente na Circunscrição de origem, de modo a poder elaborar as novas matrículas com a segurança exigível.

Negam provimento.

São Paulo, 21 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente e Revisor; Advs.: Drs. João Roberto de Mello e Dionísio Kalvon.

Apelação Cível n. 253.994 - Capital - Apte.: Brasil Companhia de Seguros Gerais - Apdo.: Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 253.994, da Comarca da Capital, em que é Apelante Brasil - Companhia de Seguros Gerais, e apelado o Oficial do 13.º Cartório de Registro de Imóveis:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. Sem relevância a ausência do ato notarial de reconhecimento de assinaturas, a cujo respeito não surge controvérsia, dispondo-se a apelante a promovê-lo, todavia, os instrumentos particulares de alteração da incorporação imobiliária e de instituição, especificação e convenção do condomínio, que não trazem a assinatura de compromissário titular de contratos regularmente inscritos, ou, por qualquer outra forma, a manifestação de sua anuência, devem ser regularizados, antes de admitidos a registro.

Convém assinalar que se está disputando em esfera administrativa, a respeito da efetivação do ato administrativo de inscrição de condomínio no registro imobiliário. Aqui, não se vêem "partes", não se convocam, nem se ouvem terceiros, não se discutem obrigações, não se interpretam vontades, não se analisam comportamentos. Examina-se, objetivamente o título, verificando-se a sua idoneidade para o pretendido acesso ao registro. Havendo exigência a ser satisfeita, diz o art. 198 do Regulamento baixado com a Lei n.º 6.015, de 1973: é o germe do processo de dúvida, que se dirige à jurisdição administrativa do Corregedor Permanente e, afinal, à jurisdição administrativa deste Conselho.

Trata-se, no caso, de uma incorporação já devidamente lançada no Registro de Imóveis. Nos

termos da legislação anterior, ela figura inscrita, sob n. 439, no Livro 8 do Cartório competente. Pretende-se, agora, alterá-la; mas já existe um compromissário comprador de unidades, com contratos regularmente registrados.

Veja-se como se comporta a lei, em relação a tais compromissários. A inscrição só será cancelada, a requerimento do incorporador, enquanto nenhuma unidade for objeto de transação averbada, ou mediante o consentimento de todos os compromissários ou cessionários (Lei n.º 6.015, de 1973, art. 255). É vedado ao incorporador alterar o projeto, especialmente no que se refere à unidade do adquirente e às partes comuns, modificar as especificações, ou desviar-se do plano de construção, Salvo Autorização Unânime dos Interessados ou Exigência Legal (Lei n.º 4.591, de 1964, art. 43, IV). Sempre, pois, a imposição de formalidade que o título da apelante não satisfaz. Logo, procedente a dúvida.

Pode ter o compromissário em causa, como arquiteto profissional, assinado a planta de alteração. A recusa a assinar o requerimento de registro (f. 25) envolve mudança de atitude, cuja legitimidade ou ilegitimidade não está em julgamento. Faria isso com justa razão, ou sem ela: é matéria a ser investigada na jurisdição contenciosa, e a ser nela julgada. O que não pode, é a jurisdição administrativa passar por cima da exigência legal, para dispensar a expressa anuência de quem possui direito real na incorporação.

Essa orientação do Conselho (Rev. Trib. 431-137) deve ser mantida.

Não satisfazendo o título as exigências legais, o registro não pode ser feito, remetidos os interessados ao deslinde de seus interesses na jurisdição contenciosa.

A anuência da totalidade dos compromissários titulares de direito real é condição legal para que se introduza qualquer alteração no plano da incorporação inscrita.

Na espécie, a apelante expressamente esclareceu que o compromissário, titular de contratos de promessa e de incorporação inscritos sob ns. 14.721 e 14.722 nos Livros 4-T (ímpar e par) e averbados sob ns. 3 e 4 à margem da incorporação n. 439, estaria se recusando, terminantemente, a assinar qualquer documento relativo aos instrumentos particulares apresentados a registro.

Evidente, assim, a deficiência formal dos documentos referidos.

Se a recusa noticiada é justa ou injusta e se deve, ou não, ser suprida judicialmente, são questões outras, alheias à jurisdição administrativa, porque extravasam dos limites estreitos do processo de dúvida, onde a regularidade formal dos títulos condiciona a viabilidade de qualquer registro.

Enquanto não superada, regularmente, a recusa de anuência pelo compromissário discordante, os títulos examinados não poderão ser admitidos a registro.

Assim, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 21 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Rabello de Aguiar Vallim.

**Apelação Cível n. 254.589 - Capital - Apte.: Mário Mendes Coimbra - Apdo.:
Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 254.589, da Comarca da Capital, em que é apelante Mário Mendes Coimbra, e apelado o Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. Quando da apresentação dos títulos do apelante, a pessoa jurídica promitente não mais possuía a disponibilidade dos direitos prometidos, porque havia alienado os imóveis, objeto dos compromissos, a Olavo Pacheco Barra, mediante título translativo do domínio, regularmente registrado.

É certo haver consignado esse título (fls. 20/33) que o adquirente conhecia a pré-existência de compromissos celebrados com terceiros, tendo por objeto alguns dos terrenos então negociados, e, ainda, que se obrigava a outorgar as respectivas escrituras definitivas, quando solicitadas. A ressalva, porém, feita em termos genéricos, sem nenhuma especificação dos negócios a que

se referia, criou, apenas, uma obrigação pessoal que não autoriza, mas realmente impede a efetivação do registro dos documentos do apelante, ato que ofenderia os princípios da disponibilidade e da continuidade da filiação imobiliária, violando os direitos do novo proprietário. Veja-se que um dos lotes já foi, até, por este transferido a terceiro (f. 39). Não se pode passar por cima de tudo isso, para contemplar o apelante que, de resto, foi descuidado, deixando sem registro o seu negócio, e por tanto tempo.

Negam, de conseguinte, provimento ao recurso, ficando prejudicados os demais fundamentos da dúvida, porque, subsidiários, só teriam expressão se, em tese, os títulos do apelante reunissem condições de admissibilidade.

São Paulo, 21 de setembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Fernando Gêiser.

Apelação Cível n.º 252.192 - Guarulhos - Aptes.: Noemy Ferreira de Souza - Roberto José Paschoa e sua mulher Irene Dulce Ferraz Paschoa - Apdo.: Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 252.192, da Comarca de Guarulhos, em que são apelantes Noemy Ferreira de Souza - Roberto José Paschoa e sua mulher Irene Dulce Ferraz Paschoa, e apelado o Senhor Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Os títulos examinados não estão em condições de registro, pelas inúmeras falhas apontadas pelo Oficial suscitante, no estrito cumprimento do dever legal.

Apesar do protesto feito quando impugnação, os apelantes não ofereceram as respectivas certidões da Municipalidade e do INCRA.

Existe, porém, falha grave na formação dos títulos recusados, a impedir igualmente o registro pretendido,

Abriu-se, perante o Juízo de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Guarulhos, desmembrada da Capital, o arrolamento dos bens deixados por Antônio Leite da Silva, Vicência Maria da Conceição e Euclides Leite da Silva (processo n.º 1.763, de 1969 - 2.º Ofício) e, afinal, os bens respectivos, que teriam sido adquiridos pela falecida Vicência Maria da Conceição, em condomínio "pro indiviso", por força da transcrição n.º 6.112, do 12.º Registro de Imóveis de São Paulo, foram adjudicados aos apelantes, na condição de cessionários da herdeira Alice Leite da Silva ou Alice Leite da Silva Santana, dando origem aos títulos recusados.

Omitiu-se, porém, qualquer referência a que os bens deixados por Vicência Maria da Conceição já haviam sido inventariados, há mais de vinte anos, perante a 5.ª Vara Cível de São Paulo, e cartório respectivo, quando, por força de cessão de direitos hereditários, a fração condominial, havida pela transcrição n. 6.112, mencionada, foi adjudicada a terceiros, que se apresentavam como cessionários de Antônio Leite da Silva, Adelma Leite da Silva, Euclides Leite da Silva e Alice Leite da Silva.

Estes cessionários, com título regularmente transcrito no Registro Imobiliário (fls. 153-155), não participaram, em momento algum, do segundo processo de arrolamento, aberto na Comarca de Guarulhos, onde os promoventes, no desempenho de jurisdição graciosa, precederam ao levantamento planimétrico unilateral da fração pertencente à condômina Vicência Maria da Conceição e lograram obter a expedição de mandado judicial, quando, então, por simples averbação à margem da transcrição n. 6.112, referida, ficou constando, com divisas certas e determinadas, que o imóvel pertencente àquela "de cujus" encerraria a área de 40.014,56 alqueires ou 971.401.788,75 metros quadrados (fls. 112 v. e 160), na posse mansa e pacífica do Espólio.

Prosseguindo nesse arrolamento, os promoventes partilharam o imóvel mencionado na averbação de fls. 112 v.º, com partes certas e determinadas, que foram adjudicadas aos apelantes, apesar de não extinta regularmente a comunhão oriunda da transcrição n. 6.112.

Irregular a averbação procedida unilateralmente por sucessores de apenas um dos primitivos

condôminos, porque a retificação feita exigia não só a participação dos demais co-proprietários, como, ainda, o processo contencioso (R.T. 429/80, 436/69 e 437/105).

Os títulos recusados pretendem transferir para os apelantes, com exclusividade e sem anuência dos demais comunheiros, imóvel certo e determinado, circunstância que, só por si, bastaria para impedir o registro (R.T. 366/177 e 4681102).

Aquela averbação unilateral, quando atribuiu área certa, extensa e determinada a um só dos comunheiros, fez surgir duvidosa disponibilidade na transcrição n. 6.112, porque os demais condôminos primitivos, nas diversas alienações feitas pessoalmente, sempre indicaram o todo como encerrando a área aproximada de apenas oito alqueires (transcrições n.ºs 8.001, 12.202 e 19.558 - fls. 153/155).

Os títulos examinados também são falhos na localização do imóvel, porque indicam o Bairro do Baquirivu Mirim, local diverso do Bairro São Miguel, único referido na transcrição anterior.

Os apelantes ainda pretenderam discutir a validade de algumas das cessões de direitos hereditários aceitas na 5.ª Vara Cível da Comarca da Capital (fls. 198, 199 e 179/180 v.0), onde se expediu título atualmente transcrito em nome de terceiros (fls. 153/155), mas para tanto existe via própria, que não é aquela administrativa do processo de dúvida.

Assim, negam provimento ao recurso, mantendo a sentença, que decidiu a espécie acertadamente.

Conseqüentemente, ordenam, nos termos do artigo 214 da atual Lei dos Registros Públicos (n.º 6.015, de 13 de dezembro de 1973), o cancelamento da averbação feita sob n.º 2, à margem da transcrição aquisitiva n.º 6.112 do 12.º Registro de Imóveis (fls. 112 v.º), cuja invalidade resulta aqui reconhecida. Expeça-se o competente mandado,

São Paulo, 16 de agosto de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente e Revisor; Adv.: Dr. Luiz Roberto Carvalho.

Apelação Cível n.º 253.616 - Capital - Apte.: Eljass Gliksmanis - Apdo.: Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 253.616, da Comarca da Capital, em que é apelante Eljass Gliksmanis e apelado o Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O apelante apresentou a registro contrato particular, através do qual se comprometeu a comprar da Companhia Imobiliária Ibitirama, da qual é Diretor Presidente, um prédio residencial sito nesta cidade.

O Oficial do Registro de Imóveis teve dúvida em proceder ao registro, afirmando que a transação seria defesa em lei, por conter promessa de venda e compra feita por sociedade anônima a um dos seus Diretores (artigos 119 e 120 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940).

A dúvida foi acolhida, porque o negócio implicava num autocontrato, onde o conflito de interesses dos participantes ofenderia o disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, afora a circunstância de que o bem negociado integraria o ativo imobilizado da alienante, não se tratando de imóvel por ela adquirido para revenda, dentro dos limites do seu objeto social; e, ainda, por ser o negócio verdadeira doação em pagamento, onde o imóvel era transferido para satisfação de crédito do diretor adquirente, contra a sociedade, cujo ativo imobilizado sofreria desfalques sem contraprestação imediata.

Sustentando não estar presente um contrato - consigo mesmo, em conseqüência do que é inaplicável o artigo 120 da Lei das Sociedades Anônimas, a Procuradoria-Geral da Justiça opinou pelo provimento da apelação, salientando que o objeto da transação havia passado do ativo imobilizado para o ativo realizável (fls. 28) e, assim, o contrato teria sido validamente celebrado pela Diretoria, como simples ato de administração, por força da ressalva inserta na última parte do "caput" do art. 119 da referida Lei, que dispensa autorização especial para a prática dos atos ou operações que constituam objeto da sociedade.

Dão provimento.

O Registro de Imóveis integra-se num sistema legal de publicidade dos atos jurídicos, visando ao

resguardo de sua autenticidade, segurança e eficácia (Lei n.º 6.015, de 1973, artigo 1.º). Sua execução obedece a regras, cujo império pode erigir-se em óbice aos interesses dos particulares, que a ele recorrem. São regras expressas em regulamento de caráter meramente instrumental, em cujo âmbito não penetram, em princípio, as questões fundamentais, regidas pela Lei substantiva.

As regras regulamentares são restritas, consistindo em requisitos formais, a cujo atendimento deverão os interessados prestar cooperação, através dos títulos trazidos a Cartório.

Nesta jurisdição administrativa, que se inicia com o exame dos títulos pelo Oficial e que culmina no julgamento da dúvida acaso suscitada, não se examinam questões de alta indagação, como a aqui proposta, dependentes, o mais das vezes, da oposição de um interesse pessoal, concreto e fundado, eventualmente atingido pela convenção das partes. A lei substantiva disciplina determinados negócios, tendo em vista o resguardo desses interesses que, muitas vezes, nem chegam a existir. Os diretores não podem praticar atos de liberalidade à custa da sociedade, mas muitos desses atos são praticados e subsistem, sem maiores conseqüências, exatamente porque a ninguém prejudicam.

O que há a considerar é então, a conseqüência prática de determinada operação, mas isso é tarefa do poder jurisdicional, acaso chamado a amparar os interesses que se digam lesados. Se o título trazido a registro possui os requisitos formais que a lei exige, e oferece os elementos necessários, se há disponibilidade dos bens pelas pessoas que os negociaram, se o negócio se inclui entre os que devem ser registrados (artigo 167 da citada Lei n.º 6.015, de 1973) e são legítimas as pessoas que o trazem ao registro, nada mais há a reclamar.

A pretensão de trazer para a Corregedoria o exame da regularidade substancial do negócio, implica em fazê-la censor dos particulares, invadindo campo reservado à atividade jurisdicional, que é a incumbida de dizer dos seus direitos. A autoridade administrativa polícia o registro público, resguardando-o da violação de suas regras próprias e peculiares, fazendo satisfazer as exigências a ele necessárias (artigo 198 da Lei n.º 6.015, de 1973), e só por exceção, na evidência de ilegalidade ofensiva de um interesse público, se permitirá uma incursão mais profunda.

A hipótese do autocontrato, está, no caso, tão longe dessa evidência, que não convenceu a douta Procuradoria-Geral da Justiça. cuja manifestação foi pela efetivação do registro.

Impõe-se, assim, o provimento do apelo.

São Paulo, 16 de agosto de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Armando Vilardi.

Agravo de Petição n.º 253.352 - Ourinhos - Agvte.: União Financeira S/A., Créditos, Financiamentos e Investimentos - Agvdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 253.352, de Ourinhos, em que figuram como Agravante União financeira S/A., Créditos, Financiamentos e Investimentos e como agravado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls. conhecer do recurso como apelação (artigo 202, da Lei n.º 6.015/73), e negar-lhe provimento, pagas as custas "ex-lege".

A apelante tem por título a penhora, objeto da certidão de fl. 3, extraída dos autos da carta precatória provida da 1.ª Vara Cível da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, por onde tramita execução promovida pela apelante contra Paulo Sérgio Alves da Costa e Mário Aluizio Viana Egreja, em nome dos quais está transcrito o imóvel cuja parte ideal foi penhorada. A dúvida do Oficial, em face do julgamento parcial da suscitação, reduz-se ao fato de ter a penhora recaído sobre "parte ideal do imóvel", sem indicação quantitativa da parte penhorada. A sentença está certa.

A penhora, como foi feita, é imprecisa na determinação do seu objeto. A descrição dos bens penhorados, com os seus característicos, e requisito formal indispensável (Código de Processo Civil, artigo 665, terminação dessa parte, pelas respectivas medidas (tantos alqueires ou tantos

metros quadrados), ou pelo percentual no todo (metade, terça-parte, tantos por cento), é fundamental para que se saiba o que ficou onerado e o que remanesce livre.

Os autos judiciais devem indicar, com precisão, os característicos dos imóveis (Lei n.º 6015/73, artigo 225), precisamente para que possam ter acesso ao registro. A penhora, como feita, prescindindo da caracterização do seu objeto, não pode ter esse acesso, pois irá trazer insegurança, fugindo a uma das finalidades dos Registros Públicos.

Negam, de conseguinte, sob tais fundamentos, provimento ao recurso.

São Paulo, 16 de agosto de 1976.

(ãa.) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.ª Dr.ª Márcia Maria Pereira de Godoy.

**Embargos de Declaração no Agravo de Petição n.º 252.739 - Embgtes.:
Simplicio de Rizueno Iranzo, e Paolo Mascheretti - Embgdo.: Oficial do
Registro de Imóveis da Comarca de Itanhaem.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Agravo de Petição n.º 252 739, de Itanhaem, em que são embargantes Simplicio de Rizueno Iranzo e Paolo Mascheretti e embargado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime rejeitar os embargos opostos.

Segundo os embargantes, o v. acórdão embargado apresenta "uma falha, um ponto obscuro, duvidoso, qual seja a subsistência do agravo de petição rios processos de dúvida, em face do novo Código de Processo Civil, que o extinguiu" (11. 286), "ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o Tribunal" (fls. 287).

Das duas uma: ou os agravantes não leram o acórdão, já que sua compreensão emerge de simples leitura; ou estão querendo atribuir a seus embargos o caráter de infringentes do julgado. Basta a comprovação do afirmado a menção da seguinte passagem do acórdão embargado:

"Ora, o recurso cabente de sentença sobre dúvidas do Oficial Imobiliário era, até a entrada em vigor da nova Lei de Registros Públicos, o agravo de petição, a ser interposto no quinqüídio, como assentou este Conselho em dezenas de decisões (entre outros, agravos de petição n.ºs 242.266, de São Paulo; 242.520, de Assis; 244.392, de Laranjal Paulista; 239.047, de Campinas; 239.862, de Suzano; 233.473, de Santo André; 246.191, de São Bernardo do Campo; 246.031, de São Paulo; 239.884, de Mirandópolis; etc.). Assim, a apelação somente poderia ser conhecida se interposta dentro do quinqüídio, o que não ocorreu" (fls. 279-280).

Essa copiosa jurisprudência, que obviamente não passou pelo crivo dos embargantes, deixou assentado que, após a vigência do novo Código de Processo Civil, o agravo de petição continuou a ser o recurso adequado das sentenças sobre dúvidas dos Oficiais Imobiliários, situação somente alterada com a vigência, em 1.04-1976, da nova Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6015, de 21-12-1973), quando então o recurso passou a ser o de apelação, mercê do disposto em seu artigo 202.

"Ex abundancia", citam-se:

"Dispõe o Decreto n.º 4857, de 9 de novembro de 1939, em seu artigo 220, que as leis locais poderão estabelecer recursos para as decisões proferidas em procedimento de dúvidas suscitadas pelos Oficiais do Registro Imobiliário.

E em consonância com esse dispositivo, estabeleceu o Decreto Lei Estadual n.º 14.234, de 16 de outubro de 1944, em seu artigo 35, que o recurso cabível em tais hipóteses seria o agravo de petição, norma essa que restou mantida pelo Código Judiciário do Estado (artigos 64, VI e 68, IV). Dado o caráter administrativo do procedimento de dúvida, destinado ao debate de questões reguladas em lei especial, não implicou a vigência do novo Código de Processo Civil, em alteração do artigo 220 do Regulamento dos Registros Públicos". (Agr. Pet. n.º 246.031, de S. Paulo).

"O fato de o novo ordenamento jurídico processual ter abolido o agravo de petição, não implica na subtração automática desse recurso, nos procedimentos administrativos de dúvida. A competência do legislador estadual permaneceu intocada. Acha-se, ainda, em vigor o Decreto n.º 4.857/39, competindo aos Estados indicarem quais serão os recursos cabíveis, nominando-os

como entender e dando-lhes o rito que melhor afeição à sua estrutura judiciária". (ag. pet. n.º 239.047, de Campinas).

"Acréscite-se, ademais, que, dado o caráter administrativo do processo de dúvida, destinado ao debate de questões reguladas em lei especial, não implicou a vigência do novo Código de Processo Civil em alteração do artigo 220 do Regulamento dos Registros Públicos, ainda que para tanto não bastassem as circunstâncias de que a Lei n.º 6.014/73 não fez referência ao Decreto n.º 4.857/39 e de que a letra do artigo 1.217 do Código de Processo Civil vigente mantém os recursos nos processos regulados em leis especiais". (agr. pet. n.º 233.473, de Santo André).

Já o argumento dos embargantes de que este Conselho, mesmo após 1.º de janeiro de 1976, conhece dos recursos ora como agravo de petição, ora como apelação "não havendo uniformidade de tratamento" (fl. 286, item 11), revela total desconhecimento da matéria. Os recursos são recebidos e processados segundo a data de sua interposição: os interpostos até 31 de dezembro último, foram-no como agravo e os posteriores como apelação. É o óbvio. Por conseguinte, nada havendo a ser declarado (artigo 535, do C.P.C.), rejeitam os embargos. Castas na forma da lei.

São Paulo, 16 de agosto de 1976.

(ãa.) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.ª Dr.ª Marisa Costa.

Apelação Cível N.º DJ.231.103 - São Paulo - Aptes. Rubens Gentile e sua mulher, Nicola Galizia e sua mulher e Wladimir Ribeiro e sua mulher - Sendo. Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 251.102, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes Rubens Gentile e sua mulher, Nicola Galizia e sua mulher e Wladimir Ribeiro e sua mulher, sendo apelado o Sr. Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento aos recursos, pagas as custas "ex lege".

Os títulos apresentados a registro - o instrumento particular de fls. 6-10 e a escritura pública de fls. 18-19 - versam sobre a alienação do mesmo imóvel, feita pelos proprietários a diferentes compradores.

Se registrados, haveria a contradição entre os direitos reais, entendendo-se, na lição de Serpa Lopes citada na r. sentença, "por direitos reais contraditórios os que oriundos de um só transmitente e por este atribuído a titulares diversos, e recaindo sobre o mesmo imóvel, se contradizem no seu conteúdo, de modo a se anuarem reciprocamente, se fossem transcritos ou inscritos, contemporaneamente," (Tratado dos Registros Públicos, vol. IV-339, 3.ª ed.).

Inviável o registro simultâneo dos títulos, a solução da dúvida reclama, inicialmente, o exame dos mesmos, em ordem a verificar se algum deles se impõe à prioridade, pelo seu conteúdo intrínseco, dado que o critério da antecedência na apresentação é subsidiário.

Esse exame mostra que os apelantes defendem o registro de uma escritura de transmissão dominial, resultante de contrato de compra e venda perfeito e acabado, formalmente concluído e de indiscutível adequação ao regulamento dos Registros Públicos (fls. 18), enquanto que os apelados vêm munidos de título preliminar, incompleto e insuficiente para a criação do direito real a que alude a Lei n.º 649/49.

De fato, dita Lei atribuiu aos compromissários direito real sobre o imóvel, quando munidos de contratos de compromisso de compra e venda inscritos no Registro de Imóveis. Contrato é o encontro de vontades expresso em forma legal, contendo a formação do negócio jurídico. A lei acautela nesse passo, o pressuposto basilar do acordo, com a regra interpretativa que manda atender à intenção com que os instrumentos são escritos, mais do que ao sentido literal de linguagem (art. 85 do Código Civil).

Pesquisando, no instrumento particular que os apelados oferecem (fls. 6), a intenção que o ditou, fácil é verificar que consubstanciava ele mero acerto das preliminares de uma futura formação de contrato de compromisso de compra e venda, cuja celebração ficava protraída por sessenta

dias, à espera de que: a) o comprador completasse a prestação inicial do preço; b) os vendedores exibissem a documentação essencial ao estabelecimento do vínculo negocial.

Não cabe, aqui, a discussão em torno ao implemento ou inadimplemento de tais obrigações, por uma parte ou pela outra, nem às consequências jurídicas a que possa qualquer delas, por sua falta, estar sujeita. Isso é matéria jurisdicional, a ser deslindada "in judicio".

Na instância administrativa, em que circula a dúvida de Serventuário, o que se olha é o aspecto regulamentar dos Registros Públicos.

A Lei n.º 649/49, regulamentada no artigo 167, 1, 9, da Lei n.º 6.015/73, dá curso aos contratos de compromisso de compra e venda.

Os apelados não chegaram a receber um tal contrato, porque este, consoante a avença que firmaram, só lhes seria outorgado após o pagamento a que alude a alínea b da cláusula 3.ª da convenção preliminar que exibem, quando se daria a transmissão da posse do imóvel, "simultâneo com a escritura de compromisso de venda e compra"; e quando as demais prestações do preço seriam representadas por notas promissórias "que serão entregues quando da assinatura do compromisso de venda e compra" (cláusula 3.ª, alínea d, "in fine"). A posse, reafirma a cláusula 6.ª, série transmitida "no ato da assinatura da escritura de compromisso de venda e compra",

Pactuada estava, pois a essencialidade de uma escritura de compromisso de venda e compra a ser firmada dias após o pacto lançado no instrumento particular exibido, e isso mostra ter este último consistido em mera estipulação preliminar dos termos em que dito compromisso viria a ser outorgado na época convencionada. Tratava-se, pois, de tratativa preliminar, de pré-contrato, a que a lei jamais conferiu condições de ingresso no Registro Público, ou de instituição de direito real na coisa alheia.

O insigne Orlando Gobes, estudando os compromissos de compra e venda de imóveis, acentua como, atendendo às necessidades oriundas da difusão de loteamentos de terrenos e incorporações de edifícios e, prestigiados pela utilidade desde logo revelada, pela proteção que passaram a dispensar a grande cópia de interesses, tais contratos logo evoluíram de conceituação escapando ao caráter de pacto preliminar ou pré-contrato, para se constituírem numa modalidade de contrato típico (Direitos Reais, 2/446).

"Duas particularidades impedem considerá-las, em nosso Direito, espécie do contrato preliminar em sua tradicional conceituação. Primeiramente, a possibilidade, prevista na lei, de substituir o contrato preliminar em sua tradicional conceituação. Primeiramente, a possibilidade, prevista na lei, de substituir o contrato definitivo por uma sentença constitutiva. Em seguida, a atribuição ao promitente comprador, de um direito real sobre o bem que se comprometeu a comprar".

Dada essa característica de contrato típico, capaz de dispensar a ulterior reiteração da outorga, esta de pleno direito substituída pela adjudicação compulsória, e capaz ainda, de criar direito real sobre coisa alheia, com ingresso assegurado no Registro Público da Propriedade, evidente que podem os compromissos mesmo atribuí, todavia firmam a obrigação de tal obrigação, apenas efeitos patrimoniais sugere, no terreno específico das perdas e danos, que o Direito das Obrigações disciplina. O pré-contrato é mera promessa de contratar, conservando com as partes e poder inerente à vontade, insuscetível de coação jurídica específica, sancionável o inadimplemento nos termos gerais do Direito. O compromisso de compra e venda é negócio definitivo; a promessa de contraí-lo é pré-contrato.

O pré-contrato não cria direito real e não é admissível no Registro de Imóveis. Bem por isso, os apelados nunca o apresentaram a registro, a despeito de virem demandando, há anos, com base nele, e os apelantes puderam alcançar, nesse período, a certidão negativa de fls. 32, com que se vincularam lididamente.

Não impressiona que o título dos apelados apresente minúcias, na estipulação das cláusulas do negócio, pois, como lembra o emérito Carvalho de Mendonça (Tratado de Direito Comercial, VI, parágrafo 545), o contrato preliminar deve conter exatamente as cláusulas do contrato futuro a cuja formação tende, para que não surjam dificuldades e dúvidas futuras. Ele pré-anuncia o tipo técnico que se apresentara no contrato ou nos contratos definitivos, os quais, por isso, são sempre homogêneos e paralelos ao tipo do próprio contrato preliminar.

O que importa é que dito título estabeleceu a essencialidade de uma outorga de compromisso a sessenta dias de prazo, mediante condições recíprocas, ocasião em que a posse seria transmitida e o resto do preço mobilizado através da emissão de notas promissórias. Até que isso ocorresse, os apelados não dispunham de um compromisso de compra e venda, que criasse direito real e legitimasse a adjudicação compulsória, mas de mero título de crédito de uma

obrigação de fazer que, inadimplida, e não interessa saber por quem, nem por que, só lhes assegura o direito de discutir perdas e danos; não o de embaraçar a livre disponibilidade do imóvel por seus verdadeiros donos.

Parecer singular, prossegue, observando, Carvalho de Mendonça (loc. cit.), que as partes, ao invés de concluírem definitivamente o contrato, o adiem, firmando o contrato preliminar. Neste contrato, fixa-se, entretanto, o acordo final, que, por motivos de conveniência ou de necessidade, não pode assumir desde logo a forma definitiva. Não há mais dúvida sobre o contrato e, por isso, as partes querem ter a segurança de vê-lo realizado, aparando a possibilidade de fraudes e prejuízos. O contrato preliminar é um contrato autônomo, que assinala simples parada na formação do contrato, entre o período da vinculação e o da perfeição. Dá origem a uma obrigação de fazer, subordinada à declaração de vontade posterior, e o devedor, que culposamente impossibilita a prestação nestas obrigações, responde por perdas e danos. A conclusão é óbvia.

Os apelados não têm título a registrar, nos termos da Lei n.º 4.949/49 e da Lei n.º 6.015/73. O que retém é um documento de obrigação cujo inadimplemento terão de discutir com as pessoas com quem contrataram, em termos de Direito das Obrigações, sem prejuízo da transmissão operada entre os apelantes, relativamente no direito dominial do terreno indicado na escritura que estes apresentam, à qual é assegurada a transcrição imobiliária prevista no art. 167.

A dúvida é, de fato, procedente em parte, mas para efeitos opostos aos ditados na sentença. O registro deve ser feito do título dos apelantes, cancelada a prenotação do título dos apelados, que não é hábil ao fim em vista.

Custas "ex lege".

São Paulo, 21 de junho de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv. Drs. Antonio Barbosa Lima, Maria Cândida S. Sandoval, João Rabello de Aguiar Vallim, Antonio Luiz do Amaral Rego e Regina Lúcia Alayon.

PROVIMENTO N.º XCVII

Dispõe sobre a estrutura funcional provisória do quadro de funcionários dos cartórios oficializados das Comarcas da Capital, Santos, Campinas e Santo André.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a necessidade de se fixar, desde logo, a real lotação de funcionários com um quadro mínimo para cada Ofício, distribuídos em seções;

Considerando que a organização das serventias, de acordo com a legislação vigente, constitui assunto interno da máxima importância e urgência para que o Poder Judiciário possa melhor atingir suas finalidades;

Considerando o estudo do Processo n.º CG-43.458/75,

Resolve:

Artigo 1.º - Os Ofícios de Justiça Oficializados serão organizados de acordo com as normas estabelecidas neste Provimento.

Artigo 2.º - Compõem o pessoal dos Ofícios de Justiça Oficializados, os escrivães, os oficiais maiores, os escreventes, os fiéis e os porteiros dos auditórios, os quais terão atribuições especificadas em Provimento a ser baixado pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 3.º - Os Ofícios de Justiça são estruturados em Seções, cada uma com chefia e atribuições próprias.

Artigo 4.º - Para atribuições de trabalhos e responsabilidades nos Ofícios de Justiça oficializados nas comarcas da Capital, Santo André e Campinas, ficam implantadas Seções, distribuídas na seguinte conformidade:

I - Comarca da Capital

a) Três em cada Ofício de Justiça Criminal, denominadas "Seção Processual", "Seção Administrativa" e "Seção de Registros e Audiências";

b) Quatro em cada Ofício de Justiça do Júri, denominadas "Seção Processual", "Seção Administrativa", "Seção de Registros e Audiências - Juiz Auxiliar" e "Seção de Julgamentos - Plenário do Júri";

- c) Cinco em cada Ofício de Justiça da Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária, denominadas "Seção do Expediente e Administração", "Seção de Sindicâncias - Exames de sanidade mental e Remoções de presos", "Seção de Fichários e Apresentação de presos", "Seção dos Serviços Auxiliares" e "Seção de Depósitos de Armas e Objetos";
- d) Seis em cada Ofício de Justiça das Execuções Criminais, denominadas "Seção do Protocolo", "Seção Processual", "Seção Administrativa", "Seção de Expediente" e "Seção de Certidões";
- c) Seis em cada Ofício de Justiça Distrital, denominadas "Registros e Audiências", "Administrativo", "Processual Civil em Geral", "Processual de Família e Sucessões", "Processual Criminal" e "Partidor e Contador";
- f) Seis em cada Ofício de Justiça Cível, denominadas, "Seção Ordinários e Sumaríssimos", "Seção de Execuções", "Seção de Falências, Concordatas, Inquéritos Judiciais e Verificação de Livros", "Seção de Procedimentos Especiais", "Seção de Despejos, Cartas Precatórias, Medidas Cautelares e Preparatórias" e "Seção Administrativa, Registros e Audiências";
- g) Quatro em cada Ofício de Justiça da Família e Sucessões, denominadas "Primeira Seção", "Segunda Seção", "Terceira Seção", e "Quarta Seção";
- h) Quatro em cada Ofício de Justiça dos Feitos da Fazenda Municipal denominadas "Desapropriações", "Ações Diversas", "Processos de Execução Fiscal", "Administrativa, Registros e Audiências";
- i) Quatro em cada Ofício de Justiça da Fazenda Estadual, denominadas "Administrativa, Registros e Audiências", "Execução Fiscal V", "Execução Fiscal 2" e "Processos Diversos";
- j) Três em cada Ofício de Justiça de Acidentes do Trabalho, denominadas "Processual", "Administrativa" e "Registros e Audiências";
- k) Três em cada Ofício de Justiça do Depositário Público, denominadas "Seção de Contabilidade", "Seção de Expediente" e "Seção de Registros";
- l) Quatro em cada Ofício de Justiça do Contador e Partidor, denominadas "Seção Contador 1", "Seção Contador 2", "Seção Contador 3 e Partido" e "Seção Administrativa, Registros e Fichários";
- m) Quatro em cada Ofício de Justiça Distribuidor e Partidor, denominadas "Expediente", "Registros e Fichas", "Certidões" e "Administração - Partilhas";
- n) Três em cada Ofício de Justiça do Distribuidor Criminal denominadas "Busca e Informações", "Administrativa e Protocolo" e "Registro - Processamento";
- o) Cinco em cada Ofício de Justiça de Registros Públicos, denominadas "Contenciosa", "Procedimentos de Jurisdição Voluntária", "Corregedoria Permanente", "Administrativa - Registros e Audiências" e "Cadastro e Informações";
- p) Três no Cartório da Portaria dos Auditórios e Hastas Públicas, denominadas "Praças e Leilões", "Expediente" e "Administrativa, Protocolo o Arquivo";
- q) Três em cada Ofício de Justiça de Menores, denominadas "Processual", "Administrativa" e "Registros e Audiências".

II - Comarca de Santos

- a) Três em cada Ofício de Justiça Criminal, denominadas "Seção Processual", "Seção Administrativa", e "Seção de Registros e Audiências";
- b) Cinco no 3.º Ofício de Justiça Criminal, denominadas "Seção Processual", "Seção de Execuções Criminais", "Seção Administrativa e da Corregedoria Permanente", "Seção de Registros, Audiências e Júri" e "Seção da Corregedoria dos Presídios e Polícia Judiciária";
- c) Três em cada Ofício de Justiça de Menores, denominadas "Processual", "Administrativa" e "Registros e Audiências";

III - Comarcas de Santo André e Campinas

- a) Três em cada Ofício de Justiça Criminal, denominadas "Seção Processual", "Seção Administrativa", e "Seção de Registros e Audiências";

§ 1.º - Até que sejam criadas as Chefias de que trata este Provimento, as respectivas funções serão atribuídas sem ônus para o Estado.

§ 2.º - As Chefias de Seção serão exercidas provisoriamente, a título experimental, por indicação do escrivão, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente, e homologada pela Corregedoria Geral da Justiça, até a criação dos cargos correspondentes, a ser solicitada à Administração do Estado, na forma da lei.

§ 3.º - Por conveniência do serviço, a Corregedoria Geral da Justiça poderá, a qualquer momento, modificar a designação dos responsáveis pelas Chefias.

Artigo 5.º - O número efetivo de escreventes de cada Ofício de Justiça, decorrente das lotações

por força de atos legislativos, ficará acrescido de tantos funcionários quantos sejam necessários para complementar o quadro de servidores, na seguinte proporção:

Ofícios Criminais - 17.

Tribunais do Júri - 25.

Corregedoria dos Presídios - 18.

Execuções Criminais - 35.

Ofícios Distritais - 33.

Ofícios Cíveis - 32.

Ofícios da Família e Sucessões - 29.

Fazenda Municipal - 28.

Acidentes do Trabalho - 17.

Fazenda Estadual - 24.

Depositário Público - 13.

1.º e 2.º Ofícios de Menores - 20.

Regionais de Menores - 12.

3.º Ofício de Menores Infratores - 17.

1.º Ofício Contador e 1.º Partidor - 27.

2.º Ofício Contador e 4.º Partidor - 27.

3.º Ofício Contador e 5.º Partidor - 27.

Distribuidores Criminais - 33.

1.º e 2.º Ofícios de Registros Públicos - 23.

1.º Ofício Distribuidor e 2.º Partidor - 46.

2.º Ofício Distribuidor e 3.º Partidor - 26.

3.º Ofício Distribuidor e 6.º Partidor - 39.

Hastas Públicas - 27.

1.º, 2.º, 4.º e 5.º Ofícios Criminais da Comarca de Santos - 17.

3.º Ofício Criminal da Comarca de Santos - 33.

Ofício de Menores da Comarca de Santos - 12.

Distribuidor Criminal da Comarca de Santos - 9.

Ofícios Criminais das Comarcas de Campinas e Santo André, cumulados com serviços de Menores - 26.

Parágrafo único - A Corregedoria Geral da Justiça solicitará da Presidência do Tribunal de Justiça a designação de funcionários que bastem para que o número de servidores de cada Ofício de Justiça se mantenha nos limites mínimos constantes deste artigo.

Artigo 6.º - Deverão os Juizes Corregedores Permanentes remeter à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo de quinze (15) dias contados da publicação deste Provimento, para homologação, a relação dos Escreventes designados para as funções de Chefia.

Artigo 7.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 14 de maio de 1976.

(aa.) Gentil do Carmo Pinto - Presidente do Tribunal de Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças - Corregedor Geral da Justiça.

Publicado novamente por ter saído com incorreção.

PROVIMENTO N.º XCVIII

Dispõe sobre a cobrança de autos em poder de Advogados O Conselho Superior da Magistratura,

Considerando a necessidade de atualizar as disposições do Provimento n.º XX-66, sobre cobrança de autos em poder de Advogados;

Considerando a sugestão da Associação dos Advogados de São Paulo, constante do Processo n.º 19.659/76;

Recomenda aos Juizes de Direito da Capital e do Interior a observância das seguintes normas:

1. Sempre que receber autos com vista ou para exame (Lei n.º 4.215/63, artigo 89, XVII-XVIII, o Advogado assinará a carga respectiva, ou dará recibo que o Escrivão colara imediatamente no registro da carga.

2. O Advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado de Cartório. Não o fazendo, mandará o Juiz, de ofício:
- a) notificá-lo para que o faça em vinte e quatro (24) horas;
 - b) cobrar, decorrido esse prazo, os autos não restituídos, para imediata entrega ao Oficial de Justiça encarregado da diligência;
 - c) comunicar o fato à seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (O.A.B.).
3. Ao Advogado que não restituir os autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado (alínea "a" do item anterior), não será mais permitida a vista fora do Cartório, até o encerramento do processo (CPC, artigo 196; E.O.A.B., artigo 89 § 2.º, IV).
4. Além disso, e não sendo o processo de natureza criminal, o Juiz, de ofício, mandará riscar o que nele houver o Advogado escrito, e desentranhar as alegações e documentos que apresentar (CPC, artigo 195).
5. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as do Provimento n.º XX-66.
- Publique-se. Registre-se e cumpra-se. São Paulo, 21 de maio de 1976.
- (aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em exercício; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Processo de Recurso n. 15/76 - GAPRE-4 - Taubaté - Recte.: Odilon Milani - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Odilon Milani, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 3.º Ofício de Justiça e Anexos da comarca de Taubaté.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por maioria de votos, dar provimento ao recurso, para mandar que se compute ao recorrente o ponto reclamado, pelo exercício interino.

Como se verifica das informações constantes dos autos, prevalece, afinal, o entendimento que equipara o exercício em substituição do titular e o verificado em Serventia vaga, para o efeito da contagem. do ponto conferido no artigo 20, parágrafo único, inciso 9, do Decreto-lei n.º 159, de 1969.

São Paulo, 12 de abril de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator designado; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, vencido, com declaração em separado.

Declaração de voto vencido do Desembargador Dimas R. de Almeida.

'Data vênua', dirijo da douta maioria, pelos fundamentos do voto vencido no mandado de segurança n. 233.387, nestes termos:

Meu voto denega a segurança, porque ao artigo 20, parágrafo único, inciso 9, considera que só faz jus ao ponto de classificação ali referido, o candidato que haja exercido cargo de serventuário, nos restritos termos da concepção de interinidade.

Conforme já acentuou este Tribunal, no julgamento do recurso manifestado por Paulo de Tarso Rocha Lessa (Diário da Justiça de 19 de julho de 1973, pág. 10), não há confundir interinidade com substituição; e acrescenta-se agora, máxime em se tratando de substituição automática, como ocorre nas serventias de Justiça, desde o Decreto n.º 5.129, de 1931, artigo 20, a primeira regulamentação das funções e cargos de escrevente (cf. Consolidação Malheiros, artigo 353). O escrevente, nas serventias não oficializadas, sempre foi o substituto legal do serventuário, com preferência quando também fosse Oficial Maior.

O exercício interino da serventia, de que cuida o artigo 20, parágrafo único, inciso 9, da Lei n.º 159/69, é aquele relativo a quem não tem a condição de substituto automático ou designável porque não pertence ao mesmo quadro ou carreira. Outro não pode ser o entendimento, ante a disposição do artigo 57 desse Decreto-lei n.º 159, cujo § 2.º só permite o provimento interino do cartório vago quando inexistente nele lotado. Aí então se fará a interinidade, na ordem prevista nos respectivos incisos 1 e 2: primeiro, por escrevente de outro cartório; segundo, na falta desse escrevente que o Juiz indicará, pessoa estranha apta para o exercício do cargo.

Conforme acentua o V. Acórdão proferido na interpretação dada pelo eminente Relator ao conceito de interino, para dela extrair o direito líquido e certo justificador da concessão do "writ" o impetrante à época ou período que o Egrégio Conselho não considerou de exercício em interinidade, estava submetido ao Decreto n.º 5.129/31; e nessas condições, era o substituto automático do serventuário, em afastamento deste ou vacância do cargo. Foi nomeado escrevente do Cartório de Parnaso, aos 26 de novembro de 1940 (fls. 37); e assumiu o cargo a 7 de janeiro de 1941 fls. 38). A partir dessa data, somente serviu como interino em dois outros cartórios, os de Juliana e Lagoa Azul, sem perfazer os três anos exigidos (cf. certidão de fls. 27). O Decreto n.º 5.129/31 não foi nesse ponto modificado pelo primeiro Estatuto do Funcionário Civil do Estado, Decreto 12.273/41, cujos princípios eram aplicáveis aos serventuários de cartórios, oficializados ou não, segundo norma expressa do seu art. 1.º, parágrafo único; e no tocante às substituições somente excluiu, reservando regime próprio, os componentes do magistério e do Ministério Público (art. 273). O regime de substituição era o mesmo adotado pelo Decreto n.º 5.129/31, no que se relacionava com as serventias: ou automático, ou por designação (arts. 89 e 90).

A Lei n.º 819/50, que dispôs sobre o provimento dos Offícios de Justiça, não revogou o Decreto n.º 5.129/31, ou o Decreto n.º 12.273/41, no tocante à forma de substituição nas serventias de justiça. E a Lei n.º 2.177/53, em seu art. 12, adotou o mesmo critério do art. 57 do Decreto-lei n.º 169/69. Todas essas disposições legais sempre consideraram o escrevente, oficial maior preferencialmente, substituto automático do serventuário; ainda mesmo em caso de vacância do cartório.

O Código Judiciário do Estado, Decreto-lei Complementar de 3 de agosto de 1969, em seu art. 220 submeteu os servidores de cartórios oficializados ao regime estatutário; e determinou em relação aos não oficializados a sua submissão ao mesmo regime disciplinar, no que coubesse, atribuído aos oficializados. Vale dizer, também os submeteu aos Estatutos então vigentes. Esses Estatutos, consolidados pelo Decreto número 41.981/63, também aplicáveis aos servidores da Justiça (art. 1.º, § 1.º), mantiveram as duas formas de substituição: automática e por designação (art. 94-95). Finalmente, o vigente Estatuto, Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, manteve o mesmo sistema, em seus arts. 23 e 24.

Conclusão óbvia: no serviço público, em que se inclui as serventias de justiça, existe, como princípio, a substituição que, se houver disposição legal expressa, como acontece nas serventias de justiça, será automática. A interinidade, C a própria douta maioria que assinala tal ponto, foi banida, pela sistemática constitucional.

Daí só um entendimento ser admissível: o art. 20, parágrafo único, inciso 9, do Decreto-lei n.º 159-69, quando se refere a exercício interino do candidato, está cogitando da hipótese, não de substituição automática, que é a que ocorre por escrevente em relação ao serventuário; mas daqueles estranhos aos quadros da serventia e que, à falta de substitutos designados pela lei, o são para o exercício das funções da serventia.

Por isso é que o escrevente que tenha substituído o serventuário, não terá exercido a serventia interinamente, mas em mera substituição, o que não é objeto do preceito benéfico em causa.

(a) Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Processo de Recurso n. 17-76 - Gapre-4 - Taubaté - Recte.: Antônio Carlos Lara - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Antônio Carlos Lara, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 3.º Ofício de Justiça e Anexos da comarca de Taubaté:

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por maioria de votos, julgar prejudicado o pedido de exclusão de Domingos Souza Dias; e por maioria de votos, dar provimento, para mandar que se compute ao recorrente o ponto reclamado, pelo exercício interino.

Como se verifica das informações constantes dos autos, prevalece, afinal, o entendimento que equipara o exercício em substituição do titular e o verificado em Serventia vaga, para o efeito da contagem do ponto conferido no artigo 20, parágrafo único, inciso 9, do Decreto-lei n.º 159-69. Nessa conformidade, o recurso recebe provimento em parte, ficando prejudicado no pedido de

exclusão do concorrente já afastado do certame.

São Paulo, 12 de abril de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator designado; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça vencido, com declaração em separado.

Declaração de voto vencido do Desembargador Dimas R. de Almeida.

"Data vênua", divirjo da douda maioria, pelos fundamentos do voto vencido do mandado de segurança

n. 233.387, nestes termos;

"Meu voto denega a segurança, porque ao artigo 20, parágrafo único, inciso 9, considera que só faz jus ao ponto de classificação ali referido, o candidato que haja exercido cargo de serventuário, nos restritos termos da concepção de interinidade.

Conforme já acentuou este Tribunal, no julgamento do recurso manifestado por Paulo de Tarso Rocha Lessa (Diário da Justiça de 19 de julho de 1973, pág. 10), não há confundir interinidade com substituição; e acrescenta-se agora, máxime em se tratando de substituição automática, como ocorre nas serventias de Justiça, desde o Decreto 5.129, de 1931, artigo 20, a primeira regulamentação das funções e cargos de escrevente (cf. Consolidação Malheiros, artigo 353).

O escrevente, nas serventias não oficializadas, sempre foi o substituto legal do serventuário, com preferência quando também fosse Oficial Maior.

O exercício interino da serventia, de que cuida o artigo 20, parágrafo único, inciso 9, da Lei 159169, é aquele relativo a quem não tem a condição de substituto, automático ou designável porque não pertence ao mesmo quadro ou carreira. Outro não pode ser o entendimento, ante a disposição do artigo 57 desse Decreto-lei 159, cujo parágrafo 2.º só permite o provimento interino do cartório vago, quando inexistente escrevente nele lotado. Aí então se fará a interinidade, na ordem prevista nos respectivos incisos 1 e 2; primeiro, por escrevente de outro cartório; segundo, na falta desse escrevente que o Juiz indicará, pessoa estranha apta para o exercício do cargo.

Conforme acentua o V. Acórdão proferido na interpretação dada pelo eminente Relator ao conceito de interino, para dela extrair o direito líquido e certo justificador da concessão do "writ", o impetrante à época ou período que o Egrégio Conselho não considerou de exercício em interinidade, estava submisso ao Decreto 5.129/31, e nessas condições era o substituto automático do serventuário em afastamentos deste ou vacância do cargo, Foi nomeado escrevente do Cartório de Parnaso, aos 26 de novembro de 1940 (fls. 37); e assumiu o cargo a 7 de janeiro de 1941 (fls. 38). A partir dessa data, somente serviu como interino em dois outros cartórios, os de Juliana e Lagoa Azul, sem perfazer os três anos exigidos (cf. certidão de fls. 27). O Decreto 5.129/31 não foi nesse ponto modificado pelo primeiro Estatuto do Funcionário Civil do Estado, Decreto 12.273/41, cujos princípios eram aplicáveis aos serventuários de cartórios, oficializados ou não, segundo norma expressa do seu artigo 1º parágrafo único; e no tocante às substituições somente excluiu, reservando regime próprio, os componentes do magistério e do Ministério Público (artigo 273). O regime de substituição era o mesmo adotado pelo Decreto 5.129/31, no que se relacionava com as serventias: ou por designação (artigos 89 e 90).

A Lei 819/50, que dispõe sobre o provimento dos Ofícios de Justiça, não revogou o Decreto 5.129/31, ou o Decreto 12.273/41, no tocante à forma de substituição nas serventias de justiça. E a Lei n.º 2.177/53, em seu artigo 12, adotou o mesmo critério do artigo 57 do Decreto-lei 159/69. Todas essas disposições legais sempre consideraram o escrevente, oficial maior preferencialmente, substituto automático do serventuário; ainda mesmo em caso de vagância do cartório.

O Código Judiciário do Estado, Decreto-lei Complementar de 3 de agosto de 1969, em seu artigo 220 submeteu os servidores de cartórios oficializados ao regime estatutário; e determinou em relação aos não oficializados a sua submissão ao mesmo regime disciplinar, no que coubesse, atribuído aos oficializados. Vale dizer, também os submeteu aos Estatutos então vigentes. Esses Estatutos, consolidados pelo Decreto 41.981/63, também aplicáveis aos servidores da Justiça (artigo 1º § 1.0), mantiveram as duas formas de substituição: automática e por designação (artigo 94-95). Finalmente, o vigente Estatuto, Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, manteve o mesmo sistema, em seus artigos 23 e 24.

Conclusão óbvia: no serviço público, em que se inclui as serventias de justiça, existe, como princípio, a substituição que, se houver disposição legal expressa, como acontece nas serventias de justiça, será automática. A interinidade, é a própria douda maioria que assinala tal ponto, foi

banida, pela sistemática constitucional.

Daí só um entendimento ser admissível: o artigo 20, parágrafo único, inciso 9, do Decreto-lei n.º 159-69, quando se refere a exercício interino do candidato, está cogitando da hipótese, não de substituição automática, que é a que ocorre por escrevente em relação aos serventuário; mas daqueles estranhos aos quadros da serventia e que, à falta de substitutos designados pela lei, o são para o exercício das funções da serventia.

Por isso é que o escrevente que tenha substituído o serventuário, não terá exercido a serventia interinamente; mas em mera substituição, o que não é objeto do preceito benéfico em causa".

(a) Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Apelação Cível n. DJ.250.498 - Pereira Barreto - Apte.: Ageu Jeronymo de Souza - Apelado: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação Cível n. 250.498. da comarca de Pereira Barreto, em que é apelante Ageu Jeronymo de Souza e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da comarca:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls. negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Por escritura pública de venda e compra, lavrada em 20 de outubro de 1949, mas somente apresentada ao registro imobiliário em 1975, o apelante adquiriu, de João Ismael e sua mulher Da. Messias Ismael, uma gleba de terras com a área de 484,000,00 ha. ou 200 alqueires, encravada na Fazenda Ponte Pensa, com parte de área maior em comum, de 1.500 alqueires, gleba aquela localizada nas imediações do Ribeirão Ponte Pensa, Córrego Buriti e Córrego Sucuri. O casal alienante houvera o imóvel alienado, em área maior de 400 alqueires, por força da transcrição n. 38, feita em 11 de janeiro de 1946. no Registro de Imóveis do apelado, o qual fundamentou a recusa no entendimento de que os acidentes geográficos referidos no título do apelante (Ribeirão Ponte Pensa, Córrego Buriti e Córrego Sucuri), em virtude de desmembramentos territoriais, não estão localizados, atualmente, na circunscrição imobiliária da Comarca de Pereira Barreto.

A decisão recorrida acolheu a dúvida, por que os cursos d'água referidos no título do apelante não constam das divisas da Comarca de Pereira Barreto, mas, sim, conforme documentos de fls. 5/12, estão referidos naquelas das atuais Comarcas de Palmeira D'Oeste, Jales, General Salgado e Auriflâma; e, ainda, porque o apelante não demonstrou, inequivocamente, estar o imóvel localizado no território da circunscrição imobiliária do apelado.

Merece subsistir a decisão recorrida, a vista dos elementos constantes dos autos.

Entre os requisitos da transcrição, destinados a tornar certo o domínio e a garantir a continuidade do registro imobiliário, está o respeito à circunscrição judiciária ou administrativa da legislação local, por isso que o registro será efetuado no cartório da situação do imóvel (art. 179 do Decreto n.º 4.857 de 9 de novembro de 1939 e art. 169 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, corri a redação dada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975).

Regulamenta o registro a lei vigente ao tempo da apresentação do título, pouco importando a época de sua lavratura. Daí porque, ocorrendo, no interregno, desmembramento territorial, aquele deverá ser feito na circunscrição imobiliária a que se subordinar, então, o imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Correta a atuação do apelado, suscitando dúvida por não encontrar no título elementos demonstrativos de achar-se o imóvel dentro da sua circunscrição territorial, com o que se absteve de praticar ato em detrimento da segurança do registro imobiliário.

Não dissipada convenientemente a dúvida, impossível efetivar-se o registro pretendido pelo apelante.

Assim, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 9 de abril de 1976

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator: Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente e Revisor: Adv.: Dr. Luiz Antônio Taguchi

Agravo de Petição N.º 248.641 - Jundiaí - Agvte.: Dr. Curador dos Registros Públicos - Agvdo.: João Maciejczack..

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição N.º 248.641, da Comarca de Jundiaí, em que é agravante o Dr. Curador dos Registros Públicos e agravado João Maciejczack. Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

Trata-se de dúvida, suscitada pelo Oficial da Segunda Circunscrição do Registro de Imóveis de Jundiaí quando lhe foi apresentada, para registro, a carta de adjudicação passada em favor do ora agravado, extraída dos autos da execução que João Carlos Rossi moveu a Francisco Bueno Oliveira, tendo por objeto um lote de terreno sob n.º 2, da quadra "B", Vila Nambi, com área de 312 m2, de frente para a Rua Um, havido pela transcrição n.º 17.313 da Primeira Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca (fls. 6-19).

Em resumo, o Oficial suscitante tem dúvida em fazer o registro porque o título apresentado não menciona as benfeitorias; do imóvel, sendo certo que sobre este há duas casas construídas, consoante averbação feita no Registro de Imóveis (certidão de fls. 20). O registro pretendido, assim, estaria conflitando com o princípio da continuidade. Além disso, não foi apresentada certidão de quitação do INPS, nos termos do Decreto n.º 72.771/73, artigo 253, n.º III, letra "d". Vindo a impugnação (fls. 22/23), o Dr. Curador opinou pela procedência, em parte, sustentando apenas a necessidade de regularizar-se o título pelas vias próprias, antes de se lhe deferir a transcrição, sob pena de ferir-se o princípio da continuidade (fls. 27/28).

A respeitável sentença de fls. 30/32 julgou improcedente a dúvida. Demonstrada a construção das casas em data anterior a 21-11-66, não é necessária a certidão do INPS; e quanto à omissão das benfeitorias, houve apenas um lapso do meirinho que deixou de consignar, no auto de penhora, a existência das duas casas construídas no terreno, erro que não altera a realidade dos fatos.

Irresignado, agravou tempestivamente o Dr. Curador Geral, mediante recurso regularmente processado (fls. 34/35), após o que o MM. Juiz manteve a sua decisão (fls. 37).

A Procuradoria Geral de Justiça opina pela confirmação da sentença (fls. 40).

Negam provimento.

O único ponto objeto do recurso é a regularização do título, que o agravante entende necessária para possibilitar a transcrição, sem infringência do princípio da continuidade. Em suma, a transcrição interior, de n.º 17.313, da Primeira Circunscrição, a que o imóvel então pertencia (fls. 20), contém a averbação de duas casas construídas no terreno, o título exibido para registro omite essas benfeitorias. Daí, a necessidade do adjudicatário retificar o erro havido, para fazer coincidir o seu título com o anterior.

Ora, as edificações, assim como as plantações, estão fisicamente unidas ao solo, "não se podendo dele separar, sem que percam a sua entidade" (Clóvis, "Comentários", ed. 30, vol. 11, pág. 398). Ao lavrar a penhora, o oficial de justiça não teria como excluir as casas existentes sobre o terreno que descreveu no auto.

Conseqüentemente, se o terreno tinha árvores, elas também foram penhoradas. Se possuía duas casas, estas se incluíram no ato de construção judicial. Juntamente com o terreno, foram à praça e arrematadas, afinal pelo agravado, em favor de quem se passou a carta de adjudicação.

"Accessorium sequitur suum principale" é o princípio consagrado no artigo 59 do Código Civil. Como acessão, a casa construída sobre um terreno não pode ser objeto de domínio separado e sempre seguirá a sorte da coisa principal. "O direito que se tem sobre esta qualifica o direito sobre aquela. Alienada a coisa principal, aliena-se "ipso facto a acessão". (cf. Orlando Gomes. Introdução, ed. 57, § 154, pág. 235).

Só por excessivo amor à forma se poderia sustentar a dúvida, depois que a sentença ressaltou, de modo expresso, que o erro do meirinho não alterava a realidade dos fatos. Como observa a douta Procuradoria Geral da Justiça, isto já deu a retificação almejada, com evidente economia processual.

Confirmada a sentença, determinam o registro.

São Paulo, 28 de janeiro de 1976.

(aa.) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça;
Advogado: Dr. Altamir de Almeida Goulart.

D.O.J. 12-02-76

Agravo de Petição n. DJ-247.507 - Capão Bonito - Agvte.: Manoel Gonçalves Faia - Agvdo.: Oficial do Cartório do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 247.507, da Comarca de Capão Bonito, em que figuram como agravante Manoel Gonçalves Faia e como agravado o Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca,

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, assim confirmando a r. decisão agravada, por seus fundamentos e pelos alinhados pelo douto Procurador da Justiça, posto se tratar, como afirmado por quantos oficiara nestes autos, de cessão de posse, irregistrável, além de não se mencionar no instrumento o cadastramento do imóvel no "INCRA", nem o número do registro anterior, não contendo o documento, ademais, assinatura da "promitente-vencedora", que, ao contrário do afirmado, não é analfabeta, pois assinou os documentos de fls. 13/14.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 13 de fevereiro de 1976

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente; Adv.: Dr. Celso Tristão de Lima.

Agravo de Petição n. 248.474 - São Paulo - Agvte.: Nicolau Cobucci - Agvdo.: Sr. Oficial Substituto do 15.º Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 248.474, da comarca de São Paulo, em que é agravante Nicolau Cobucci e agravado o Sr. Oficial Substituto do 15.º Registro de Imóveis da Capital.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento, pagas as custas "ex-lege".

1. Trata-se de dúvida suscitada pelo Oficial Substituto do 15.º Registro de Imóveis da Capital, quando lhe foi apresentada, para inscrição de penhora, a certidão de fls. 4/6, extraída dos autos da reclamação trabalhista n. 1.080/62, processada na 19.ª Junta de Conciliação o Julgamento de São Paulo, entre partes o ora agravante e a firma Três Leões Cia. de Comércio, Indústria e Representações.

Em resumo, o Oficial suscitante alega que o imóvel penhorado, sito na rua Cadete, n. 209, esquina da rua Mariana Teves, atual Alfredo de Castro, 35.º Subdistrito, Barra Funda, nesta Capital, não mais pertence à executada. Em 16-2-65, ele foi alienado para Rublex: S.A., Indústria Têxtil (transcrição n. 46.741) e, em 9-1-67, esta última o vendeu para Frical Administração e Serviços Ltda. (transcrição n. 52.096).

Vindo a impugnação (fls. 819), o Dr. Curador opinou pela procedência (fls. 10 e v.0) e nesse sentido foi a respeitável sentença de fls. 12/15.

Irresignado, agravou tempestivamente o suscitado, mediante recurso regularmente processado (fls. 17/20), e, após juntada de documentos (fls. 28/85), o Magistrado manteve sua decisão (fls. 86 v.º).

A Procuradoria Geral da Justiça opina pela confirmação da sentença (fls. 90/91).

2. Ao impugnar a dúvida, o então suscitado esclareceu que a atual proprietária do imóvel (Frical) teve conhecimento da penhora e viu rejeitados, em todas as instâncias, os embargos de terceiro que apresentou. Assim, a dúvida não podia prosperar, face à supremacia da coisa julgada (fls. 8-9). De fato, a certidão exibida e prenotada da expressa notícia desses embargos de terceiro, dos quais; não se conheceu em primeira instância, por intempestivos, confirmada a sentença pelo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho (fls. 5v. 6).

A respeitável sentença entendeu que a dúvida tinha procedência, face ao princípio da continuidade, segundo o qual "não há lugar para o registro de um título se o anterior não estiver transcrito". O deferimento da inscrição quebraria esse princípio e, além disso, atingiria de forma irregular imóvel de que não foi parte na ação. Isso traria insegurança no campo do direito imobiliário, pois, nada impediria que um imóvel, transmitido dezenas de vezes, fosse atingido

numa ação intentada contra o primitivo dono. Acrescenta que a rejeição dos embargos de terceiro não favorece o suscitado e que a coisa julgada não pode produzir efeitos no registro imobiliário, quando a dúvida versar direito não objeto da "res judicata", ou quando a ordem judicial ofender direito de terceiros, que não participaram da ação. Nessas circunstâncias, compete ao juiz dos Registros Públicos decidir a matéria surgida à margem da sentença exequenda (fls. 13-14).

A esse tema, acrescenta-se o problema da venda em fraude à execução (a executada teria alienado o bem na pendência da lide) que o agravante insere no recurso.

3. Dão provimento, e mandam fazer o registro, tendo a dúvida por improcedente.

O agravante intentou reclamação trabalhista contra a firma então proprietária do imóvel agora penhorado. A reclamação é de 1962 e a alienação do imóvel, pela executada data de 1965. A penhora foi lavrada em 2-7-70 (fls. 2, 4 e 33). Daí porque o agravante tomou a iniciativa de chamar a adquirente para a lide, dando-lhe ciência da penhora (fls. 42-43). Os embargos vieram, mas fora de prazo, e não foram conhecidos (Cf. fls. 49-53). A embargante recorreu até a última instância, mas viu a sentença confirmada pelo Egrégio Superior Tribunal do Trabalho, com trânsito em julgado (fls. 55-84).

Prevaleceu, assim, o ato de constrição judicial que se quer inscrever à margem da transcrição do domínio.

Sem embargo de douras opiniões e respeitáveis julgados que militem em prol da sentença agravada, os princípios jurídicos a prevalecerem, na espécie, são outros.

A penhora é ato de constrição judicial. O Estado, através do Juiz, apreende bens, para sujeitá-los à execução em benefício do credor.

É certo que ela deve recair em bens do devedor. Pode entretanto, atingir bens que já se encontrem no domínio de terceiros. São os que se dizem alienados em fraude de execução (Dec.-Lei 960/38, artigo 4.º, X, aplicável ao caso, por força do artigo 889 da Consolidação das Leis do Trabalho).

Verificada a hipótese, os bens fraudulentamente alienados são submetidos à execução, resultando da atividade jurisdicional, que isso determine, a ineficácia da precedente alienação. Saber se houve, em cada caso, esse vício, é atribuição do juízo da penhora. Quem por ela sofra o desapossamento tem a via processual dos embargos de terceiro, onde poderá desconstituir a evidência da fraude de execução, que o juízo penhorante admitiu quando homologou a constrição.

O juízo administrativo, que preside ao Registro de Imóveis, não entra nesse terreno. Nem o Registro de Imóveis tem a missão de erigir-se, como dique, contra o livre curso da atividade jurisdicional do juízo executório.

O Registro de Imóveis é mero instrumento de publicidade dos direitos reais imobiliários. Ele tem suas regras, entre as quais sobrelevam as da filiação e continuidade, destacadas na sentença. Mas estas cedem, quando outras mais fortes se apresentam. Um mandado judicial representa força maior, a que o Serventuário deve atender. A sentença de usucapião apresenta caso típico de transcrição prescindindo de filiação e continuidade, que são requisitos indispensáveis nos negócios privados, mas não podem sobrepor-se à autoridade pública. Consequência da ordem judicial é a ineficácia dos registros, desde aquele onde se houve por presente o vício da fraude de execução, isso para que o título resultante da arrematação ou adjudicação judicial possa ser registrado, indo filiar-se à anterior transcrição da executada e fazendo-se continuidade dela. Na fraude de execução, não se cogita de nulidade ou anulabilidade da alienação, a exigir ação rescisória do negócio. Dá-se simples ineficácia deste, como ensinou Pontes de Miranda, em comentário ao art. 888 do Código de Processo Civil de 1939 (nota 6).

Pretender o oposto, seria antecipar a intranscritibilidade do título transmissivo, oriundo da execução judicial, interferindo na ordem do Juízo, cerceando o Poder Judiciário, usurpando-lhe a atribuição de dizer do Direito nos dissídios individuais. Erigindo-se um órgão administrativo em censor do judicante.

A penhora em foco é resultante da atividade normal e legal do Juiz que a mandou fazer, e que, em sentença, a declarou subsistente. E um fato que existe, chancelado pela autoridade do órgão estatal.

Deve constar do Registro Público, atingindo a matrícula do imóvel penhorado, para ensejar o conhecimento de terceiros, em qualquer relação jurídica que o alcance. Deixar de registrá-la, seria permitir a sonegação de relevante dado informativo, frustrando a finalidade precípua do instituído. Constituem precedentes, rigorosamente ortodoxos, os julgados deste Conselho no

agravo de petição n. 79.230 e na Correição Parcial n. 96.580.

Demais, devendo-se acreditar que o imóvel seja posto em praça no juízo da execução, há de o Poder Público colocar-se do lado de eventual adquirente, a menos que pretenda enganá-lo, vendendo sem poder assegurar ao comprador a eficácia do negócio.

Ainda, do registro da penhora irá resultar, para a atual detentora da transcrição, a consciência de que o imóvel será mesmo, e eficazmente, praceado. É um efeito de suma relevância, pois fará a interessada mexer-se, em defesa de seus interesses, sem pretender que o Registro de Imóveis a substitua na lide e lute por ela.

São Paulo, 9 de fevereiro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente: Adv.: Dr. Paulo Rabelo Corrêa.

Agravo de Petição n. DJ-249.048 - São Paulo - Agvte.: Dr. Curador de Registros Públicos - Agvdo.: Roberto Ferreira.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n. 249.048, da comarca de São Paulo, em que é agravante o Dr. Curador de Registros Públicos, e agravado Roberto Ferreira.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1. A hipótese é de dúvida inversa, suscitada pelo agravado, face à recusa do Oficial do 9.º Registro de Imóveis da Capital em transcrever a escritura de venda e compra lavrada em 6-5-74, nas fls. 7-9 do Livro n. 55, das Notas do Cartório de Lagoinha, comarca de São Luiz do Paraitinga. O agravado comprou de Manoel dos Santos Guindaste e sua mulher Zulmira de Jesus Guindaste, e de Mariana de Jesus Gonçalves, a metade ideal que estes possuíam no lote n. 26, da quadra 8, Vila Progresso, Itaquera. Os transmitentes haviam recebido essa parte ideal na sucessão de João Batista Rodrigues e Mariana de Jesus Rodrigues, juntamente com Augusto Baptista, sua mulher, e Maria do Carmo Trovato e seu marido, estes herdeiros da outra metade ideal. Do formal de partilha, transcrito sob n. 135.146, constou que, com as partes ideais, os herdeiros recebiam duas casas existentes sobre o imóvel, consignando-se que a de número quatro seria de Augusto Baptista e Maria do Carmo Trovato. A outra, então sem número, seria dos ora transmitentes. Desta forma, o agravado contratou a compra da metade ideal do terreno e também da casa que, na partilha, coubera aos transmitentes, casa essa posteriormente numerada (número seis da rua Rio Araguaia). A escritura deixou claro que a parte ideal transacionada permanecia em comum com os outros condôminos. Estes, por sua vez, deram expressa anuência ao negócio (fls. 9-10 v.).

A escritura, inicialmente, descreveu o objeto da transação como se fosse certo e determinado, fornecendo medidas. Mais adiante, porém, retificou a descrição, para deixar expresso que o seu objeto era a metade ideal do terreno, além de uma casa determinada, já constante da transcrição anterior.

A recusa do título fundou-se em que, sem prévia divisão entre os comunheiros, impossível seria registrar escritura que transmite parte certa e determinada do terreno (fls. 22).

A sentença determinou o registro, considerando que os transmitentes só venderam o que receberam da partilha. Ainda que esta tenha sido inadequadamente lançada, não há infringência do princípio da continuidade, restando apenas uma situação de fato e de direito, pendente de ser solucionada através de divisão (fls. 28).

O agravo, manifestado pela Curadoria dos Registros Públicos e regularmente processado, sustenta que, estando o imóvel em comum, não se pode vender parte certa, e que o entendimento da sentença torna inócua a divisão preconizada, pois, assegura a transcrição de novas alienações (fls. 32).

A decisão foi mantida (fls. 40) e os autos subiram, opinando a Procuradoria Geral da Justiça pela confirmação, considerada a inexistência de prejuízo para os condôminos remanescentes e a tendência de não criar dificuldades quando presente a boa-fé (fls. 43).

2. Negam provimento.

É verdade que, alienando área certa e determinada do terreno, os transmitentes iriam exorbitar dos seus direitos. Detinham apenas a metade ideal, e nenhuma divisão fizeram com os comunheiros, anuentes no negócio. Estes permanecerão donos do todo, em comum com o

adquirente, ora agravado. A escritura retificou a inicial descrição da área negociada, para enfatizar que o agravado não comprava mais do que a metade ideal do terreno. Isto é pacífico, decorrendo literalmente do título.

E exato, outrossim, que houve coisa certa e determinada no objeto do negócio. O agravado também adquiriu benfeitoria, que é a casa número seis, existente sobre o terreno comum, havida pelos transmitentes, cujo título (formal de partilha) assim foi registrado (fls. 23). O fato parecendo inusitado, deveria ter suscitado dúvida anteriormente, quando do registro do formal de partilha.

Os comunheiros do imóvel conseguiram, todavia transcrever esse formal, que lhes atribuíra partes iguais do terreno, e também com exclusividade a cada grupo de dois herdeiros, casas certas e determinadas, nele existentes. Agora, quando um desses grupos aliena a sua parte ideal ao agravado, com a casa atribuída na partilha, não é mais tempo de embaraçar o registro.

Nada impede que haja, em imóvel comum, posse individual localizada, de forma que a compossessão subsista apenas de direito, e não de fato. E o exemplo do possuidor que tem posse "pro diviso", exercitada sobre "pars certa, lócus certa ex fundo" (Cf. Washington, "Coisas", ed. 70, p. 81-82; R. Limongi França, "A Posse no Cód. Civil", ed. 64, p. 75).

Ocorreu isso no caso dos autos. Quando o formal de partilha, objeto da transcrição anterior, atribuiu aos herdeiros partes ideais de um terreno, além de, nominalmente, atribuir-lhes casas determinadas, ali construídas, nasceu o trato da posse "pro diviso".

Essa é a posição dos transmitentes. Mais do que possuem não podiam transmitir, nem o agravado haver. A escritura expressa que o agravado adquiriu a metade ideal do imóvel e, com ela, os direitos decorrentes da posse "pro diviso", exercidos pelos transmitentes. Expressa, outrossim, que não houve divisão geodésica e que a comunhão remanesce, dois dos comunheiros agora substituídos pelo agravado e todos concordes com o trato da posse "pro diviso", que subsiste entre eles, gerando a obrigação de respeito mútuo.

Em resumo, não há nulidade na partilha objeto da anterior transcrição e, conseqüentemente, no seu registro; nem se impõe a necessidade de prévia divisão do imóvel, para o registro pretendido pelo agravado. Na verdade, não há obstáculo de qualquer ordem, respeitadas que ficam as regras da filiação e continuidade, como acentuou a sentença.

Custas ex lege.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.: Dr. João Alves de Souza Campos.

DEGE-1 - Proc. CG 45.375/76.

Guarulhos.

Interessado: Juízo de Direito da 3.^a Vara da Comarca de Guarulhos.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. O Juízo de Direito da 3.^a Vara da Comarca de Guarulhos, adiantando a existência de orientações dispares no exercício da jurisdição civil, sugere seja editado Provimento que, uniformizando, torne obrigatória a adoção de providências preliminares para a distribuição por dependência, registro no livro geral de feitos e fiscalização do recolhimento das custas, nos processos de Embargos do Devedor ou Embargos do Executado ou Embargos à Execução.

Trazendo argumentos doutrinários sobre possuírem os Embargos do Devedor a natureza de ação conexa àquela exercitada no processo de execução o Juízo afirma a necessidade da distribuição por dependência - (C.P.C., art. 253), do registro no livro geral de feitos (C.P.C., art. 251) e do controle judicial do recolhimento das custas, emolumentos e contribuições (art. 27 do Regimento de Custas Decreto-Lei Estadual n.º 203, de 25 de março de 1970).

2. Não é necessária ou mesmo conveniente, s.m.j., a edição de qualquer Provimento a respeito da matéria proposta, que se apresenta, a meu ver, ora regulamentada pelo legislador processual, ora impregnada de natureza jurisdicional, pelo que infensa à regulamentação exclusivamente administrativa,

3. Não há dúvida de que os Embargos do Executado são ação, em que o executado é autor e o exeqüente é réu (Carnelutti, "Lezioni", vol. 1, n.º 169; Liebman; "Embargos do Executado", §

14); mais precisamente, a ação incidente do executado visando a anular ou reduzir a execução, ou tirar ao título sua eficácia executória.

Se o autor é aquele que formula o primeiro pedido com respeito a determinado objeto (rem in indicium, deducens - cf. Chiovenda, "Principii", pág. 581; "Instituições", vol. II, pág. 322), autor é o devedor opoente, que é o primeiro interessado (e o único interessado) a propor um pedido destinado a fazer declarar nulo ou inadmissível um ato executivo.

É conceituação lógica que objetiva, lia prática, retirar ao executado a posição cômoda de réu, condicionando à eventual iniciativa sua a superveniência de efetiva oposição, na qual assuma a obrigação de provar.

Como esclarece Liebman ("Processo de Execução", edição Saraiva, § 10), o processo de execução é construído na suposição de não haver matéria litigiosa a discutir e decidir, e com a definida intenção da Lei, de evitar que sejam suscitadas questões que só retardariam e complicariam o andamento do processo. Para conseguir este resultado é que a lei recorreu à figura do título executório, cuja eficácia abstrata permite promover e percorrer a execução sem depender de demonstração da existência do direito. Mas não é e nem poderia ser absoluta a independência da execução, em face da verdadeira situação jurídica material existente entre as partes. O problema se resolve atribuindo ao título eficácia abstrata e independente no plano da execução, estritamente entendido, e conferindo ao mesmo tempo ao executado o poder de reagir indiretamente, tirando ao título a sua força por meio de processo de cognição incidente, em que possa demonstrar a inexistência do direito do credor.

Assim, a atividade cognitiva fica condicionada à eventualidade do processo de execução se tornar contraditório, por ação ou iniciativa do executado.

4. O Código de Processo Civil dispôs que os embargos do executado serão "autuados em apenso" (artigo 736), sem cominar nulidade para a hipótese de descumprimento.

Theotônio Negrão sustenta não haver razão para aquela providência, porque ou o Juiz os rejeita "in limine" (artigo 739) ou os embargos terão efeito suspensivo (artigo 741) - Código de Processo Civil, 3.^a edição da Revista dos Tribunais, nota de rodapé n. 173, à pag. 146.

Muitos Juízes preferem a providência prática de juntar os embargos aos autos da própria execução, e o Egrégio Primeiro Tribunal de Alçada Civil tem aprovado esta orientação (Milton Evaristo dos Santos, "O novo Código de Processo nos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo", Editora Lex, 1975, 2.^o volume, n.^o 842).

5. Completo o silêncio do Código a propósito da distribuição por dependência dos embargos do executado.

A circunstância avulta, ao se constatar, em outros casos, a existência de determinação expressa (reconvensão e intervenção de terceiro - parágrafo único do artigo 253; oposição - artigo 57; embargos de terceiro - artigo 1049; pedido de pagamento de dívida em inventário - parágrafo 1.^o do artigo 1017), sendo irrelevante para o legislador que o processamento subsequente se faça algumas, vezes em apenso e outras vezes nos próprios autos principais.

Se considerasse necessária a providência, o legislador também teria determinado a distribuição por dependência dos embargos do executado.

A regra é que a distribuição se destina a fixar a competência entre Juízos que a tenham igual equilibrando, entre eles, a quantidade de trabalho a ser desempenhado, para evitar "que alguns Juízes estejam excessivamente atarefados, enquanto outros permaneçam quase ociosos" (Arthur Vanderbilt "La Justicia Emplazada a Reformarse", página 92).

Fora daí, a distribuição é desnecessária e somente deve ocorrer por imperativo da lei, com o que se afasta a possibilidade da sua imposição através de medida administrativa, como é o Provimento.

6. A finalidade do registro determinado no artigo 251 do Código é, tão só, anotar a existência do litígio, de modo a que fique perpetuado, podendo ser atestado a qualquer tempo, quando necessário (Moniz de Aragão, "Comentários ao Código de Processo Civil", edição Forense, 11 volume n. 379, pág. 324).

Com o registro do processo de execução está cumprido o objetivo da norma processual.

O eventual ajuízo dos embargos do executado não obriga a novas anotações, ainda que a cognição incidente seja processada em apenso (artigo 736) ou nos autos principais, porque não ocorre qualquer risco para a segurança informativa, que se quis garantir.

7. A propósito do prévio recolhimento das custas, entendendo relevante, mais uma vez, a atuação do legislador processual, que não determinou o seu pagamento antecipado embora o fizesse para outras situações (cumprimento de carta precatória - arts. 208 e 212; comparecimento de

testemunha - artigo 419; pagamento do assistente-técnico e do perito - art. 33; nos procedimentos de jurisdição voluntária - art. 24; na reconvenção, na oposição e na ação declaratória incidental - arts. 19 e 34),

Ora, o Provimento não pode alterar a Lei, nem criar obrigações para os cidadãos, que somente estão sujeitos aos encargos constantes da própria disposição legislativa,

8. Ante o exposto, proponho determine Vossa Excelência o arquivamento dos presentes autos, encaminhando-se cópia deste parecer ao Juízo interessado.

São Paulo, 25 de setembro de 1976.

(a) Antônio Galvão Furquim Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo. Publique-se.

São Paulo, 1.º de outubro de 1976.

(a) Dês. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".

RECOMENDAÇÃO

Aos Serventuários do Fora Judicial e Extrajudicial do Estado.

O Desembargador Acácio Rebouças, - Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, à vista das exigências da Lei dos Registros Públicos em vigor (Lei n.º 6015/73), no concernente à identificação de pessoas e coisas, Recomenda aos serventuários do Foro Judicial e Extrajudicial do Estado que observem, e façam observar por seus subordinados, nas escrituras, nos formais de partilha, nas cartas de sentença, certidões, mandados e demais atos destinados a registro, as seguintes disposições:

1. das pessoas físicas, serão sempre mencionados o estado civil, a profissão e, nos casos em que a lei exige, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, o número do registro geral constante da cédula de identidade ou, na falta deste último, a filiação;

2. das pessoas jurídicas, a sede social e o número de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes, do Ministério da Fazenda;

3. o imóvel será identificado com a indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação, se rural; logradouro e número do emplacamento, ou, quando não o tiver, a situação do lado par ou ímpar do logradouro, a quadra, a distância métrica da edificação ou esquina mais próxima, se urbano, e sua designação cadastral, se houver, matrícula ou registro anterior;

4. nas alienações parciais, seja o imóvel rural ou urbano, deve-se observar rigorosa precisão na descrição da linha perímetrica, com pontos de referência inequívocos, para o devido controle da disponibilidade no Registro de Imóveis, e, sendo alienada parte ideal, deve-se fazer constar a medida ou arca, para o mesmo fim.

Publique-se.

São Paulo, 07 de outubro de 1976.

(a) Dês. Acácio Rebouças - Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. - 8-10-76

Proc. Recurso CG. n. 78-76 - Capital - Adv. Dr. José Frederico Marques - Interessado: Délcio Trevisan.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. Trata-se de recurso administrativo, interposto por Délcio Trevisan contra a r. decisão de fls. 64 e verso do Juízo da 2.ª Vara de Registros Públicos da Capital, proferida na qualidade de Corregedor Permanente do 4.º Cartório de Notas, a qual repeliu pedido de reforma do r. despacho de fls. 10 e verso.

Adiantando que o Escrivão do referido Cartório de Notas estaria em dúvida quanto à possibilidade de ser lavrada uma Escritura Pública de Doação, com subsequente Instituição de Servidão de Uso e Outras Avenças, a ser firmada entre o Condomínio Ribeirão Preto e a Prefeitura do Município de São Paulo, na qualidade recíproca de outorgantes e outorgados, e informando que o escrúpulo do Notário decorreria, em resumo da ausência da outorga uxória dos condôminos casados na ata da Assembléia Geral, em que unanimemente deliberada a

conveniência da doação e, ainda, na dissidência de quatro condôminos, que teriam se retratado depois daquela deliberação coletiva, o recorrente formulou consulta à Corregedoria Permanente (processo n. 339/76) sobre a viabilidade do ato notarial, esclarecendo que o Poder Público, na condição de donatário, estaria disposto a receber a outorga, na forma primitiva deliberação condominial.

O Juízo autorizou, de plano, a lavratura do ato pretendido (fls. 2) e a deliberação foi comunicada ao Notário; mas, posteriormente, a autorização foi reconsiderada, através do r. despacho de fls. 10 e verso, com o recolhimento da comunicação expedida e tomada de nova providência, esta cautelar, para que se abstinhasse o Oficial do Registro de Imóveis de registrar a escritura, na hipótese da mesma lhe ser apresentada.

O recurso objetiva restabelecer os efeitos da autorização inicialmente concedida, mediante reforma do r. despacho reconsiderador.

Passo a opinar.

2. São vários e complexos os efeitos do r. despacho de fls. 10 e verso, pelo que, s.m.j., o exame da matéria devolvida a esta Corregedoria Geral deve ser desdobrado, quanto à consulta inicial e quanto à determinação proibitiva endereçada ao Oficial do Registro de Imóveis.

3. A Corregedoria Permanente não é órgão consultivo ou de assessoria jurídica, ao qual possam recorrer os particulares para esclarecimento das circunstâncias em que devam celebrar os seus negócios.

Só por equívoco ou injustificável desvio de finalidade se pode transformar a Corregedoria Permanente em órgão orientador e controlador da validade dos negócios jurídicos particulares, pois suas determinações, de natureza eminentemente administrativa, não obrigam além dos órgãos que lhe são hierarquicamente subordinados.

Elas não podem impedir, até dentro da mesma Corte, que entendimento diverso seja acolhido, em caráter administrativo, por outras Corregedorias Permanentes; e não resistem a orientação oposta ou diferente, porventura adotada no exercício da atividade exclusivamente jurisdicional, por órgão de qualquer instância.

Evidencia-se, por conseguinte, a conclusão de que descabe à Corregedoria Permanente a função de assessoria jurídica ou de órgão consultivo, porque eventual proibição da prática do ato por Serventia subalterna não obsta a que os particulares contratantes contornem a ordem, mediante a providência simples de recorrerem a Cartórios afetos a outros Juízos; enquanto que eventual determinação para que o ato seja praticado desta ou daquela forma corre o risco de colocar o Serventuário, em situação, no mínimo, vexatória.

Os Escrivães dos Cartórios de Notas são hábeis e capacitados ao exame da regularidade dos atos, cuja lavratura lhes seja solicitada, podendo praticá-los ou recusá-los, em cada caso. Esta faculdade não lhes pode ser retirada, porque eles próprios são os primeiros interessados em que a Serventia funcione em bases seguras, pela responsabilidade que lhes advenha ou possa advir dos atos praticados.

4. Delineia-se, no caso concreto, um desacordo entre pessoas físicas, co-proprietárias do Condomínio Ribeirão Preto, recaindo a comunhão sobre um prédio de apartamentos, sito à Avenida Paulista n. 266, cuja garagem foi atingida por ato da Municipalidade, que a declarou de utilidade pública, para fins de alargamento da via.

A desapropriação do subsolo, área de uso comum, onde localizada a garagem, implicaria na necessidade da expropriação total do prédio (art. 632 do Código Civil c.c. § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 4.591, de 16-12-1964) e conseqüente extinção do condomínio.

Visando a resguardar este último, optaram os interessados pelo afastamento do processo expropriatório, mediante doação da área necessária às obras da avenida e subsequente instituição de servidão de uso, quando o subsolo continuaria servindo ao condomínio.

A providência foi aprovada em Assembléia Geral e, ao que consta, unanimemente.

Depois, alguns condôminos voltaram atrás, discordando da solução eleita; outro faleceu; ainda outro alienou sua unidade autônoma a terceiro. O Escrivão de Notas, por sua vez, salientou que as esposas dos condôminos casados não participaram, diretamente, da deliberação coletiva e entendeu que o mandato aprovado na reunião seria simples minuta, para embaçar a oportuna lavratura do instrumento de procuração.

Estas questões foram levadas ao exame da Corregedoria Permanente sob a forma de consulta e o próprio recorrente esclareceu que a Municipalidade, através de sua assessoria, estaria disposta a receber a outorga da doação, por considerá-las despiciendas (fls. 7).

Ora, constitui matéria de alta indagação saber qual a validade da discordância superveniente de

alguns condôminos e decidir da possibilidade do suprimento judicial da outorga respectiva, ante o dispositivo legal que assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e livremente dispor de seus bens (Cód. Civil, art. 524), do qual deriva a atributo de ser irrevogável ou perpétuo o direito de propriedade. Lembra Washington de Barros Monteiro que "uma vez adquirida, a propriedade em regra não pode ser perdida senão pela vontade do proprietário. Não pode estar na vontade de quem quer que seja fazer cessar o direito de propriedade contra o intento do proprietário" (Curso de Direito Civil - Direito das Coisas, edição Saraiva de 1975, 3.ª volume, pág. 90). A regra não é absoluta perante o Poder Público, que pode usar do instituto da desapropriação.

Também constitui matéria de alta indagação decidir, no caso concreto, se há necessidade da outorga uxória dos condôminos casados ou se dispensável a providência, à vista do disposto no art. 16 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 (Desapropriação por utilidade pública); apreciar a necessidade da participação direta do Espólio do condômino falecido no ato a ser lavrado; examinar se o terceiro adquirente de unidade autônoma está, ou não, vinculado às deliberações aprovadas anteriormente pelo ex-condômino, de quem houve a coisa, estabelecer a verdadeira natureza da outorga concedida na Assembléia Geral, definindo-a como mandato completo ou simples minuta, dependente de ato posterior.

O exame destas questões extravasa dos limites de atuação administrativa da Corregedoria Permanente, e devem ser apreciadas pelo órgão jurisdicional, se ocorrer regular provocação.

5. Impõe-se, portanto, o reconhecimento de não ter sido correto o envolvimento da Corregedoria Permanente em assunto estranho às suas atribuições, ainda que sob a forma equívoca de consulta, já outorgando autorização, já, em seguida, proibindo a lavratura de contrato cuja legitimidade não se põe sob o seu critério e controle.

Se a Municipalidade está disposta a receber a outorga da doação na conformidade da escritura minutada a fls., é necessário deixar-se aos interessados (doador, donatária e Escrivão de Notas) a oportunidade de se orientarem por si mesmos, porque o contrato envolve apenas interesses privados.

Cabe à donatária aceitar ou repudiar a outorga, segundo a orientação de sua assessoria jurídica.

Cabe ao Escrivão de Notas, no máximo, recusar-se à lavratura do ato pretendido, com o que estarão livres os contratantes para escolherem outro Notário.

A validade e a eficácia de tal ato, quando e se houver oposição, jamais poderão ser afirmadas ou negadas administrativamente.

6. A proibição endereçada ao Oficial do Registro de Imóveis, para que se abstenha do registro da escritura caso a mesma lhe seja apresentada (letra "c" do r. despacho de fls. 10 e verso), não deve prevalecer.

Em primeiro lugar, porque a ordem partiu de autoridade incompetente, pois os Cartórios de Registro de Imóveis não estão subordinados à Corregedoria Permanente da 2.ª Vara de Registros Públicos (artigos 21 e 22 da Resolução n. 1/71), onde tramitava o processo administrativo.

Irrelevante tenha emanado a proibição de Juiz de Direito que, normalmente, auxilia em ambas as Varas de Registros Públicos, porque o exercício simultâneo não autoriza sejam confundidas as respectivas atribuições legais. A prevalecer entendimento diverso, chegar-se-ia à equívoca conclusão de ser lícito ao Juiz de Direito Auxiliar expedir ordens aos Oficiais do Registro de Imóveis em processos afetos à 2.ª Vara de Registros Públicos, enquanto que o Juiz de Direito Titular, precisamente porque não designado para ter exercício em ambas as Varas de Registros Públicos, não poderia expedir tais ordens e sequer rever os atos de seu auxiliar, nessa matéria. Mas, não é só.

Os Oficiais de Registro de Imóveis tem, por lei, a obrigação de verificar a legalidade e adequação formal dos títulos levados a exame, pelo que também hábeis e capacitados para, por iniciativa própria, efetuar o registro ou suscitar dúvida.

As atribuições, que lhe deu a lei, não podem ser retiradas, no âmbito administrativo, pela Corregedoria Permanente.

Não deve este órgão tomar a iniciativa de determinar ou proibir, "a priori", a efetivação de qualquer registro, porque estaria suprimindo a atuação fiscalizadora dos Oficiais de Registro de Imóveis e dispensando o uso normal do processo administrativo de dúvida, onde sempre se respeita o direito do interessado a sustentar, com provas e argumentos próprios, a viabilidade do ato pretendido.

O processo de dúvida nasceu para garantia da segurança dos registros, onde predomina matéria de interesse público. Faltando este último, descabe o seu uso.

Nasceu, também, para colocar a responsabilidade do Oficial de Registro de Imóveis a coberto, pela decisão administrativa do seu superior hierárquico (Decreto n.º 18.542, de 1928), e com esta finalidade foi mantido na legislação posterior (art. 215 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939 e art. 198 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Ao longo de sua história, foi ampliado para uso dos Oficiais dos Registros de Títulos e Documentos (art. 164 do Decreto n.º 4.857, de 1939, com a redação dada pelo Decreto n.º 5.318, de 29 de fevereiro de 1940) e dos Oficiais do Registro Civil de Pessoas Jurídicas (art. 3.º do Decreto n.º 9.085, de 25 de março de 1946). E acabou sendo estendido aos Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais (art. 293 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Para os Cartórios de Notas não existe previsão legal, exatamente em virtude da natureza privada aos interesses ali tratados e porque, nos casos onde o registro se faça necessário e exista interesse público a resguardar, subsiste sempre, para o Oficial do Registro, o processo de dúvida, que também alcança a formação do título.

Assim, a proibição encaminhada ao Oficial do Registro de Imóveis no presente caso, porque genérica, apriorística e deliberada "ex-offício", deve ser cassada e, só para isto, merece provimento o recurso apreciado.

7. Pelo provimento parcial do recurso, tão só para cassar a indevida intervenção da Corregedoria Permanente no caso e toda e qualquer ordem a respeito por ela emitida, quer a Tabelião, quer a Oficial do Registro de Imóveis (letra "c" do r. despacho de fls. 10 e verso), é o parecer que, respeitosamente, submeto à consideração de Vossa Excelência, deixando aos interessados a oportunidade de se orientarem por si mesmos quanto à conveniência e oportunidade de ser lavrada a pretendida Escritura de Doação e Outras Avenças, e aos Serventuários a liberdade de se conduzirem sob sua própria e exclusiva orientação e responsabilidade.

São Paulo, 27 de setembro de 1976.

(a) Antônio Galvão Furquim Rebouças, Juiz Auxiliar

Aprovo o parecer. De conformidade com ele, e para os fins indicados, provejo o recurso.

Publique-se,

São Paulo, 4 de outubro de 1976.

(a) Dês. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça".

RECOMENDAÇÃO

Aos Cartórios do Foro Judicial e Extra Judicial do Estado.

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, visando a impedir que as naturais demoras no fornecimento de certidões em geral, enseje a exploração do público interessado, por parte de pessoas que, insinuando o tráfico de influência, ou por outros meios não menos danosos para a reputação do serviço público, propalem a viabilidade de atendimento mais rápido, Recomenda aos Senhores Escrivães e Titulares de Cartórios do Foro Judicial e extrajudicial do Estado que exerçam rigorosa fiscalização sobre esses serviços, obstando a qualquer possibilidade de antecipações ou retardamentos de uns pedidos em relação a outros, e garantindo o atendimento ao público com obediência às prioridades decorrentes da ordem cronológica da entrada dos pedidos em Cartório.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 27 de setembro de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 30-9-76

Proc. CG n.º 42.295/75.

Capital.

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

1. Trata-se de expediente aberto na Corregedoria Geral para estudo e orientação na matéria afeta ao registro de filhos adulterinos "a patre".

Ao contrário dos respeitáveis entendimentos de fls. 49 e 51, a nova Lei dos Registros Públicos não trouxe alteração à disciplina do Código Civil (artigos 355 e seguintes) e da Lei n.º 883-49. Recentemente, o E. Conselho Superior da Magistratura enfrentou o problema no julgamento da Apelação Cível n.º 251.558, de Araraquara, decidindo que a legislação dos Registros Públicos tem a natureza formal e adjetiva, não podendo invadir a esfera do Direito Civil para derrogar normas substantivas, das quais depende e para cuja execução existe. Seu caráter é instrumental daquelas outras, permanecendo condicionado, o reconhecimento de filho adulterino "-i patre", à

prévia dissolução da sociedade conjugal.

Em torno do artigo 60 da atual Lei n.º 6015/73, o entendimento acolhido é o de que não importa interpretação isolada do artigo 55 do mesmo diploma, onde o legislador se referiu expressamente à existência de condições de ilegitimidade, impiedientes do reconhecimento. Estas seriam a incestuosidade e a adulterinidade da filiação, a primeira que sempre vigora e a segunda enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do progenitor adúltero. A matéria, pela sua importância, justifica a transcrição literal do referido aresto, onde aspectos importantes foram analisados:

"Impõe-se a reforma da decisão recorrida, porque a nova Lei dos Registros Públicos (n.º 6015, de 31 de dezembro de 1973, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6216, de 30 de junho de 1975 e pela Lei n.º 6140, de 28 de novembro de 1974) não derogou os artigos 355 e seguintes do Código Civil e nem ab-rogou a Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949, que não são incompatíveis com ela.

Por imperativo da Constituição Federal, a família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos (artigo 175).

A sentença, totalmente divorciada do preceito constitucional e ignorando a natureza instrumental da Lei dos Registros Públicos, chegou a conclusão equívoca, não amparada pela sistemática da legislação substantiva.

O Registro Civil das Pessoas Naturais existe para tornar certo * estado civil de uma pessoa e assegurar situação jurídica, em que a ordem pública é interessada (Pianiol Ripert et Savatier, "Traité de Droit Civil", I, n. 15).

O estado civil decorre do organismo familiar e integra o Direito de Família, cujas regras são obrigatórias e de ordem pública (Salvat, "Tratado de Derecho Civil Argentino", 11-4), pelo que bastante limitada a esfera de ação deixada à vontade individual.

O registro é a menção de certos atos ou fatos, exarada em assentos especiais, por um Oficial Público, quer à vista dos títulos comuns que lhe são apresentados, quer em face de declarações escritas ou verbais das partes interessadas, para preconstituição de prova especial ou para conservação de documento (Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", edição Freitas Bastos de 1962, vol. 1, pág. 17).

Pela finalidade exclusiva de preconstituir prova especial do estado civil de uma pessoa, os atos do registro civil se submetem aos princípios gerais do direito das provas.

Na sistemática do Direito Brasileiro, os princípios referentes à prova se incluem no Direito Material e no Direito Formal (Clóvis Beviláqua, "Código Civil Preliminares", n.º 77; Espínola, "Brev. Anot. do Código Civil Brasileiro", 1.º vol., pág. 194; João Monteiro "Proc. Civ. e Com.", 2.º vol. pág. 90; Gusmão, "Proc. Civ. e Com.." vol. II, pág. 54).

Entram na esfera do Direito Substantivo a determinação das provas e a indicação tanto do seu valor jurídico, quanto das condições de sua admissibilidade.

Ao Direito Processual cabe estabelecer o modo de constituir a prova a de produzi-la em juízo (Clóvis Beviláqua, "Cod. Civil preliminares", n.º 77).

Indiscutível a natureza formal ou adjetiva da legislação regulamentadora dos Registros Públicos, com função meramente probatória, pelo que a sua instrumentalidade não lhe permite invadir a esfera do Direito Civil, para ab-rogar ou derogar normas substantivas, para cuja execução aquela existe e das quais, necessariamente, depende.

A Legislação sobre reconhecimento de filhos ilegítimos (artigos 355 e seguintes do Código Civil e Lei n.º 883/49) é de ordem pública e de natureza material ou substantiva. Não foi expressamente revogada pelo artigo 296 da nova Lei dos Registros Públicos e nem se mostra incompatível com esta.

Nada autoriza o entendimento de que norma simplesmente regulamentadora da prática de atos materiais, estabelecidos com o único objetivo de documentar ou facilitar a prova de certas situações de fato, possa, por interpretação não autorizada à vista daquela finalidade restrita, ab-rogar ou derogar regras de Direito Material e de Ordem Pública.

Os artigos 55, 59 e 60 da Lei n.º 6.015/73 correspondem, respectivamente, aos artigos 69, 73 e 74, parágrafo único do Decreto n.º 4.857/39, pelo que permanece inalterada a legislação civil anterior.

Quando se refere aos filhos ilegítimos, o artigo 60 da nova Lei dos Registros Públicos não pode ser interpretado isoladamente, mas, sim, em conjunto com o artigo 55 da mesma lei, onde o legislador expressamente referiu a existência de condições de ilegitimidade, impendentes do reconhecimento.

As condições impeditivas, na conformidade da lei substantiva, são, exatamente, a incestuosidade e a adulterinidade da filiação.

A primeira vigora sempre, e a segunda, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do progenitor adúltero.

A propósito da filiação incestuosa, o impedimento recai sobre ambos os progenitores e só ressurge pela indicação dos nomes respectivos, com o que a admissibilidade do registro, como concluiu o Magistrado, transformaria a criança em atestado vivo de ligações condenadas pela Moral e pelo Direito, obrigando-a a carregar pela vida a pecha da incestuosidade, a qual, à evidência, é mais danosa e escandalosa do que a simples filiação desconhecida.

A filiação adulterina, por outro lado, pode resultar, ou da união de duas pessoas casadas (duplo adultério), ou de homem casado com mulher ex-soluta (adulterinidade unilateral "a patre") ou de homem ex-soluta com mulher casada (adulterinidade unilateral "a matre").

Nos casos de duplo adultério e de adulterinidade unilateral "a matre", não sendo contestada a paternidade, a legislação substantiva estabelece que o filho é legítimo do casal em que a mulher é adúltera, visto como prevalece a presunção absoluta de paternidade em favor do marido, como consequência do princípio "pater is est quem nuptiae demonstrant" e por ser personalíssima a ação contestatória (Cód. Civil, art. 344), não bastando o adultério da mulher para ilidir aquela presunção (Código Civil, art. 343).

Na adulterinidade unilateral "a patre", o reconhecimento da paternidade, no próprio termo de nascimento, continua condicionado à prévia dissolução da sociedade conjugal, porque, ainda neste particular, a legislação substantiva não foi alterada.

Em resumo, e no caso concreto, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do apelado-varão, prevalece o impedimento legal no reconhecimento da filiação adulterina no próprio assento de nascimento (Lei n.º 6.015/73, art. 52). O assento deve conter

São Paulo, 28 de maio de 1976.

(ãã.) Gentil do Carmo - Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor, Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Cantidiano Garcia de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça em exercício.

2. Inalterado o sistema legal, não obstante o advento da atual Lei dos Registros Públicos, entendo que permanece o tema, inicialmente suscitado, sobre a exigência, pelos Cartórios, da exibição da certidão de casamento, quando os pais se declaram casados; de qualquer outro documento hábil à demonstração de que são solteiros e, na dependência do que for declarado, da prova do desquite, da anulação do casamento e do estado e viuvez.

A exigência, fulcrada em decisões pretéritas da Corregedoria Permanente, não obstante o mérito dos propósitos motivadores, é excessiva.

A Lei dos Registros Públicos exaure as formalidades para a prática dos atos ali previstos. Outras, que não decorram de lei, simplesmente não existem, descabendo a imposição administrativa.

O sistema legal vigente, nesse campo está integralmente apoiado nas declarações do pai ou das outras pessoas obrigadas a declarar o nascimento da filha pelo que fica provido o recurso, exatamente aquilo que for declarado, cuidando, o Oficial do Registro, da completa identificação das testemunhas que não forem suas conhecidas (art. 42 e parágrafo único) para resguardo do ato e das proibições legais, independentemente da responsabilidade dos declarantes.

Esse é o sistema formal, que não comporta outras formalidades não previstas em lei. E é exatamente o interesse público que exige respeito ao princípio da legalidade por parte dos órgãos e autoridades que a tutelam, antes de qualquer outra indagação sobre os fundamentos ou os propósitos dos seus atos.

Opino sejam estes os critérios administrativos a prevalecer, na hipótese.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 03 de agosto de 1976.

(a) Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer.

São Paulo, 03 de agosto de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".

Proc. Recurso CG N.º 55-76.

Por despacho do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, foi determinado que se publicasse o parecer emitido pelo Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria-Geral, no Processo C.G. 42.692/75, em que figura como interessado o Ministério da Fazenda (Procurador Chefe da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo), abaixo transcrito.

Excelentíssimo Senhor Corregedor.

A Procuradoria da Fazenda Nacional do Estado de São Paulo solicita seja expedido provimento determinando que, nos processos de usucapião, a ciência a que se refere o artigo 942, § 2.º do Código de Processo Civil seja dada diretamente ao Procurador da República do Estado, a quem competirá a defesa da União e intervenção nas causas em que esta tiver qualquer interesse. O pedido estende-se, outrossim, a que se determine a todos os juízos remetam, com esta cientificação, cópia da petição inicial e planta do imóvel que se pretende usucapir, para que aquela Procuradoria possa se manifestar no processo, conclusivamente, sobre eventual interesse da União na causa.

Com respeito à primeira parte da solicitação, oportuna inclusive, sou de parecer que se deva recomendar a todos os juízos e Ofícios de Justiça do Estado se atenham, na ciência ordenada pelo artigo 942 § 2.º do Código de Processo Civil, à pessoa que legalmente representa a Fazenda Pública da União no Estado de São Paulo.

Realmente, como comprovam os documentos juntados aos autos, os ofícios de justiça têm encontrado dificuldades em identificar exatamente qual seja o representante da União, tendo sido as comunicações endereçadas aos mais diferentes órgãos. Daí necessária a fixação exata de quem seja o representante da União a que se refere a Lei.

Como bem frisa o parecer de fls. 11-13, conquanto pudesse se argumentar que na espécie não se trata de citação, tal carta viabiliza o ingresso da União em juízo, respeitando o assunto, portanto, à representação judicial.

Aplicável, destarte, à matéria o artigo 30, inciso II da Lei 1.341, de 30 de janeiro de 1951: - "São atribuições do Procurador-Geral da República ... II - representar a União ou a Fazenda Nacional nas causas cíveis em que figurar como autora, ré, assistente, opoente ou for por qualquer forma interessada".

Nos Estados-federados definem-se os Procuradores da União como advogados da União, que deverão defender os interessados desta em todas as instâncias (Lei 1.341, cit. art. 37, "caput"). Cabe, ainda, aos Procuradores da República (art. 38, 11 da Lei 1,341, cir.) intervir em qualquer causa.

Assim, se a intervenção da União só se dá por Procurador da República, a este deve ser endereçada a cientificação.

Com respeito ao segundo pedido, tenho a informar a Vossa Excelência que já foi examinado por esta Corregedoria Geral da Justiça no processo 40.329/74, concluindo-se tratar de matéria jurisdicional, sendo remetido a todos os juizes, cópias da representação e parecer aprovado.

Em conclusão, opino se recomende a todos os juizes e Ofícios de Justiça do Estado que nas ciências ordenadas pelo artigo 942, § 2.º do Código de Processo Civil, sejam as cartas remetidas ao Procurador da República no Estado de São Paulo, à Praça da República n.º 299, 8.º andar, "Fórum Pedro Lessa".

É o parecer que, "sub censura", apresento a Vossa Excelência.

São Paulo, 1.º de agosto de 1975.

(a) Dr. José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer. Para conhecimento publique-se.

D.O.J. 10-09-75

DEGE-1

Proc. Recurso CG n.º 35/76.

Capital.

Interessado: Raul Andraus, Advogado.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. Raul Andraus, qualificado às fls., oferece recurso contra a decisão do MM. Juiz da 2.ª Vara dos Registros Públicos que, acolhendo dúvida suscitada pelo Escrivão interino do 2.º Cartório de Notas da Capital, obsteu à pretensão do recorrente de outorgar e receber escrituras pela firma "Ocian - Organização Construtora e Incorporadora Andraus Ltda.".

O Tabelião entendeu que o recorrente não representava a firma, isoladamente, pois, o contrato social exigia assinatura conjunta dos dois sócios, sendo que um deles, Roberto Andraus, havia

falecido.

A respeitável sentença, analisando o contrato social e demais documentos que vieram, com a dúvida, para os atos, decidiu pela procedência, estabelecendo que os estatutos sociais impunham a representação pelos dois sócios e que, o falecimento de um deles não implicava em dissolução da sociedade, continuando esta com o representante legal do sócio falecido. E determinou que, nos atos notariais de seu interesse, essa firma fosse representada pelo sócio remanescente e pelo representante legal dos herdeiros do falecido (cf. fls. 21/23).

No recurso (fls. 32/36), o interessado sustenta que o falecimento de um dos sócios, em sociedade dois sócios, acarreta a dissolução pleno jure" e, pois, enquanto não escolhido o liquidante, a representação social é exclusiva do quotista sobrevivente.

A Procuradoria Geral da Justiça lançou o parecer de fls. 42/44, observando, com muita propriedade, que o rótulo dado ao procedimento não estava certo, pois, os tabelionatos não estão incluídos no rol dos cartórios de registros públicos, não se lhes aplicando o artigo 293 da Lei n.º 6015-73.

2. De fato, o que se levou à apreciação do Ilustre Magistrado foi uma simples consulta que, aliás, exorbitava os limites da competência da Corregedoria-Permanente, sendo correta a observação da Procuradoria Geral sobre não se prestar, a Vara dos Registros Públicos, a consulta dessa natureza.

A autoridade administrativa de que se investe a Corregedoria não alcança, fora dos casos expressos em lei, a fiscalização de interesses privados, limitando-se ao controle das atividades funcionais subordinadas ao seu poder correicional.

Para declarar que o recorrente não podia, isoladamente, outorgar ou receber escrituras em nome da firma, teve, o Juízo Administrativo, de invadir seara alheia, interpretando o contrato social e adotando conclusão de todo inócua, pois, não pode impedir que o interessado consiga o seu propósito em qualquer outro Tabelião do Estado ou do País não subordinado à sua Corregedoria além do que, nada impede que, invocada a tutela própria, o Juízo ordinário decida de modo inteiramente diverso.

As decisões administrativas do Juízo dos Registros Públicos não esboçam, muito menos exaurem, a tutela jurisdicional garantida no art. 153, § 4.º, da Constituição da República, razão pela qual estão sujeitas à crítica do Judiciário, até mesmo em primeira instância (v. art. 204 da Lei n.º 6015/73).

Esse problema da representação da sociedade de dois sócios, quando ocorre o falecimento de um, é daqueles de alta indagação, dirimível nas vias adequadas. Para o Juízo Administrativo é irrelevante. Indagar se quem comparece em cartório para substabelecer um mandato realmente possui a procuração; se quem assina pela firma realmente a representa. O controle disto está exclusivamente relacionado com o propósito de fiscalizar interesses privados, não indo tão longe a competência da Vara dos Registros Públicos.

Entendo que a consulta não podia ser aceita como o foi. Conseqüentemente, opino pela desconstituição do respeitável julgado.

É o meu parecer.

São Paulo, 30 de agosto de 1976.

(a) Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças - Juiz de Direito Auxiliar.

Como salienta o Dr. Juiz Auxiliar, não tem a Corregedoria da Justiça, órgão meramente administrativo, qualidade para interferir nos negócios de particulares, decidindo, a priori, da legitimidade ou ilegitimidade de representação das partes contratantes. A jurisdição, para tanto, é a contenciosa, cabendo aos próprios interessados o exame da regularidade da outorga, em ato notarial, ou a opção pelas vias judiciais próprias, para solução de suas controvérsias. A consultoria, que nestes autos se pretendeu estabelecer, acarreta vinculações com que não pode o órgão administrativo arcar, porque a orientação eventualmente emitida não exclui a dedução da matéria perante o órgão apropriado, que é o jurisdicional.

Se o Dr. Raul Andraus deseja assinar sozinho a escritura, não cabe ao Tabelião argumentar com ele, nem consultar a Corregedoria-Permanente, pois, não há matéria de interesse público e à parte outorgada é que toca aceitar ou repudiar a outorga, segundo a orientação de sua assessoria jurídica. No máximo, poderá o Tabelião recusar-se a lavrar o pretendido ato.

Esboça-se um desacordo entre pessoas físicas, discutindo-se a dissolução de uma firma, com a morte de um sócio, e a intervenção do Espólio nos negócios da empresa. É matéria de alta indagação, que se pode encerrar-se com a tutela jurisdicional a que eventualmente alguém recorra, e onde a solução administrativa é ineficaz.

Daí porque, conhecendo do recurso com base no art. 246 do Código Judiciário, dou-lhe provimento, em parte, para cassar a decisão da digna Corregedoria Permanente, deixando aos interessados a oportunidade e se orientarem por si mesmos.

São Paulo, 03 e setembro de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças - Corregedor Geral da Justiça".

PROVIMENTO N.º 9-76

Regulamenta a cobrança das despesas de intimação pelos Cartórios de Protesto e Cartórios de Títulos e Documentos da Capital.

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições: Considerando a necessidade de regulamentar a cobrança das intimações postais e pessoais pelos Cartórios de Protestos e pelos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Capital. Determina:

Artigo 1.º - Nas intimações por via postal, os Cartórios de Protestos e os do Registro de Títulos e Documentos cobrarão da parte a reposição da quantia efetivamente despendida com a EMBRATEL, consoante o contrato de tarifa com esta mantido, ou, não havendo contrato, conforme as tarifas em vigor.

Artigo 2.º - Nas intimações pessoais, a condução será cobrada em importância igual às tarifas vigorantes para passagens de ida e volta em transporte coletivo, da sede do Cartório ao local da intimação.

Artigo 3.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas; as disposições em contrário.

São Paulo, 19 de julho de 1976.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça

D.O. 21-07-76

Proc. Recurso CG. n. 53-76 - Santos - Interessado: Colégio Notarial do Brasil - Subseção de Santos.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. Cuida-se de recurso interposto pelo Colégio Notarial do Brasil, Subseção de Santos, contra decisão do MM. Juiz Corregedor Permanente, que lhe indeferiu pedido, formulado através da representação de fls. 5-12, no sentido de que fosse determinado, aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca, que se abstenham de proceder à transcrição, ou outra qualquer anotação, de contratos celebrados por instrumentos particulares" (sic), que tenham por objeto imóveis cujo "habite-se" date de mais de 180 dias, nos termos do artigo 9.º, § 2.º, da Lei n.º 4.380, de 21-8-1964.

2. Passo a opinar.

Entende o recorrente que, datando o "habite-se" do imóvel de mais de 180 dias, não pode sua aquisição ser feita mediante instrumento particular, por vedado em lei. Inviável, se conseguinte, seria o registro desse instrumento no Cartório Imobiliário.

Ora, como argutamente referido na r. sentença, não se compreende em que a mudança da forma - instrumento particular para escritura pública - contornaria a alegada proibição. Se ela realmente existisse para o Oficial Imobiliário, com maior razão existiria para o Tabelião, que se veria então impedido de levar o ato notarial.

Mas, o que cumpre acentuar é que não cabe ao Oficial Imobiliário fazer mais do que lhe manda a Lei. E esta simplesmente determina que ele receba, "autenticamente, das pessoas jurídicas mencionadas na presente Lei, o instrumento a que se refere o parágrafo anterior, tudo de modo a facilitar os competentes registros" (art. 61, §§ 4.º a 7.º, da Lei n.º 4.380, de 21-8-1964, com a redação da Lei n.º 5.049, de 29-6-1966).

Não lhe ordena que examine se o imóvel encarta-se dentro das exigências do "Sistema Financeiro de Habitação", pela óbvia razão de que essa tarefa toca ao Banco Nacional de Habitação, que fiscaliza e inclusive pune os agentes financeiros e entidades credenciadas que descumpram as normas disciplinadoras do Sistema (Lei n.º 4.380, de 21-8-1964; Decreto n.º 63.182, de 27-8-1968; Dec. Lei n.º 70, de 21-11-1966; etc.).

Assim, a anciaidade do imóvel, a partir do "habite-se", com que estaria abrangido ou não pelo

"Sistema Financeiro de Habitação", é matéria que refoge do controle e exame do título a que deve ele proceder, os quais, como visto, se restringem às exigências dos §§ 4.º a 7.º, da Lei n.º 4.380, retro citada.

Destarte, correta se me afigura a decisão do MM. Juiz Dr. Roberto Rubens Correia, Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Santos, ao determinar o arquivamento da representação do Colégio Notarial, a merecer integral confirmação por parte de Vossa Excelência.

3. Mas, em suas razões de recurso, juntando "xerox" do instrumento particular de fls. 36/39, argumenta ainda o recorrente, o que não fizera quando da representação inicial, que os valores dos contratos são, em geral, superiores aos valores financiados, recolhendo-se no entanto "meia , sisa" sobre o valor total, quando o benefício deveria alcançar apenas a parte do preço financiado.

Em primeiro, a alegação caberia, como é evidente, à Fazenda e não ao recorrente. E em segundo, é sabido que a Fazenda sempre aceitou essa forma de recolhimento do imposto de transmissão, fato inclusive constatado em inúmeras correções desta Corregedoria Geral, acompanhados por Agentes Fiscais da Fazenda Estadual.

Já quanto à forma do contrato, ponto à evidência visado pelo recorrente, embora sem o dizer expressamente, é de se ter presente, a par do afirmado no item 2 retro, que o Decreto n.º 69.245, de 21-9-1971, liberou "o valor do imóvel financiável" (art. 1.º, § único), sendo, de consequente, o instrumento particular, independentemente do valor da transação, adequado à formalização do ato (art. 61, § 5.º, da Lei n.º 4.380, de 21-8-1964, c/ redação da Lei n.º 5.049, de 29-6-1966; e art. 26, do Dec. Lei n.º 70, de 21-11-1966).

Em suma, também por esse prisma, não comporta provimento o recurso.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 3 de agosto de 1976.

(a) José Waldecy Lucena, Juiz Auxiliar

Acolho o parecer do Dr. Juiz Auxiliar e, de conformidade com ele, mantenho a decisão da Corregedoria Permanente.

A matéria está bem colocada nos autos, pois a forma do contrato não foi estabelecida como meio de controle das operações em pauta.

A lei atribui o instrumento particular como forma, nos contratos de que forem parte o Banco Nacional de Habitação ou as entidades que integram o Sistema Financeiro de Habitação, sem nenhuma reserva.

Saber se essas empresas estão operando dentro das limitações regimentais, ou fora delas, é questão diversa, que não compete ao Registro de Imóveis, ou mesmo ao Colégio Notarial, fiscalizar. A presunção é que sim, mas quando isso não esteja ocorrendo, o controle caberá ao órgão hierárquico, na esfera do Sistema, ao qual poderá o interessado levar os casos concretos que ocorrem.

Conseqüentemente, sem delegação legislativa específica, não pode a Corregedoria criar regras que embarquem a atividade das referidas empresas.

São Paulo, 16 de agosto de 1976.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça

D.O.J. 20-8-76

RECOMENDAÇÃO

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça Recomenda aos servidores dos Cartórios Extrajudiciais do Estado que, em caso de extravio da cédula de identidade funcional, remetam à Corregedoria Geral da Justiça unia declaração que mencione o extravio, assinada pelo próprio interessado, juntamente com três (3) publicações dessa mesma declaração em jornal diário da Capital ou do Interior. Sem essas formalidades, a Corregedoria Geral não fornecerá a segunda-via da cédula de identidade funcional. (Portaria n. 24-76).

D.O.J. 2-7-76

Proc. Recurso CG. n.º 22-76 - Capital - Adv.s.: Drs. Osório Faria Vieira - Wilson Soares.

Interessado: Fausto Passanesi, escrevente do 12.º Cartório de Registro de Imóveis.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. Trata-se de recurso de Fausto Passanesi, escrevente do 12.º Registro de Imóveis da Capital, contra a decisão de fls. 32-39, que indeferiu seu pedido de remuneração dos dias 12 a 31 de

dezembro p.p., quando faltou seguidamente em razão de moléstia, obtendo a justificação dessas faltas; indeferindo, outrossim, o pagamento da gratificação de Natal.

O recorrente sustenta, em resumo, que o empregado afastado do serviço por motivo de doença deve receber do empregador os salários dos primeiros quinze dias e que, daí por diante, o pagamento é feito pelo INPS. Sustenta, ainda, seu direito à gratificação de Natal, que há anos vem sendo reiteradamente paga pelo Escrivão, incorporando-se aos seus vencimentos (fls. 46-47).

2. Opino pelo improvimento.

As faltas sucessivas foram consideradas justificadas na própria sentença (fls. 36) que negou a correspondente remuneração. Tal indeferimento está baseado no art. 110, I, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. A gratificação de Natal também foi negada porque não prevista em lei, constituindo liberalidade do Serventuário, que a defere segundo o merecimento do funcionário, não cabendo a concessão judicial (fls. 37-39).

A questão, a meu ver, está bem focalizada. O pessoal dos Cartórios não oficializados, ainda que em sentido lato, insere-se na categoria dos funcionários públicos, não se lhes aplicando a legislação trabalhista nos dissídios que surjam. Sobre o tema já se manifestaram, nesse sentido, o E. Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região e o próprio E. Supremo Tribunal Federal (cf. Processo TRT-SP, n. 1.013-52 e RTJ, vol. 34.417). O seu regime é o estatutário, disciplinado, no Estado de São Paulo, pela Resolução n. 1-71 do Tribunal de Justiça, pelo Decreto-lei n.º 159-69 e outras leis estaduais, aplicando-se-lhes, subsidiariamente, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Em recursos anteriores, da comarca de Bauru (cf. Processos ns. 80-75 e 81-75), sustentei que as lacunas existentes na legislação aplicável aos servidores dos cartórios não oficializados, aos quais; efetivamente se reconhece a condição de funcionários públicos em sentido amplo (Rev. Tribs. 459-103), devem mesmo completar-se com as normas disciplinadoras do regime estatutário (v. art. 233 do Código Judiciário).

Quanto ao regime previdenciário, também diverge daquele existente para as categorias de trabalhadores, em geral. Os escreventes contribuem para carteira própria do IPESP, não sendo contribuintes do INPS (Lei n.º 10.393-70).

Enfim, em nada se assemelham aos destinatários da legislação trabalhista, como já sustentado em parecer anterior, nesta Corregedoria-Geral, pelo MM. Juiz Auxiliar Dr. José Waldecy Lucena (ef. Proc. 41.451-74, item 11 - fls. 71 v.).

As faltas em razão de moléstia comprovada são admissíveis até o máximo de seis por ano, não excedendo a uma por mês. Só assim podem ser abonadas (art. 110, I e § 1.º do E.F.P.). Na espécie, entretanto, o recorrente faltou sucessivamente, excedendo os limites legais, não cabendo a remuneração.

Quanto à gratificação de Natal, cuida-se de mera liberalidade do Escrivão, não prevista em lei e que, no caso dos autos, nem mesmo com esteio em merecimento pode ser pleiteado. O recorrente está suspenso em virtude de sindicância contra ele instaurada para investigação de fatos que o comprometem (ef. Portaria de fls. 6-9).

É o meu parecer.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Trata-se de funcionário sujeito a regime estatutário. Suas faltas ao serviço, sucessivas, por quase um mês, foram justificadas. Não há, porém, previsão legal que assegure a percepção dos salários.

Não houve licenciamento, por motivo de enfermidade, que preservasse o dever de disciplina inerente ao relacionamento funcional. O recorrente faltou ao serviço, sem dar satisfação da sua conduta.

Embora excluído, com a justificação, o abandono da função, nada autoriza o pedido de salários, ou de gratificação natalina,

Nego provimento.

São Paulo, 29 de junho de 1976.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 8-7-76

1. Mário Crêm dos Santos, Escrivão do 3.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Santo André, requer seu afastamento do cargo, pelo prazo de seis meses, por "pretender concorrer às eleições municipais que se realizarão em novembro próximo futuro" (fls. 42).

2. De início, a observação de que à Egrégia Justiça Eleitoral compete decidir sobre casos de inelegibilidade (art. 10, da Lei Complementar n.º 5, de 29-4-1970).

Todavia, como o interessado requer a esta Corregedoria Geral seu afastamento do cargo, cumpre emitir decisão a respeito.

3. Em casos que tais, vem o E. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo exigindo que os serventuários, por exercerem cargos de chefia, ao se candidatarem a cargos eletivos, se desincompatibilizem de suas funções, "desde a data em que forem registrados até o dia seguinte ao pleito" (art. 2.º, da Lei Federal n.º 3.506, de 27 de dezembro de 1958). Assim foi decidido, por exemplo, nos v. acórdãos sob n.ºs. 60.851, de 22-4-1970 e 64.911, de 24-8-1972.

Já o E. Tribunal Superior Eleitoral, manifestando-se sobre a questão, acolheu parecer do então Procurador-Geral Prof. Moreira Alves, segundo o qual "escrivães e oficiais de registro, cujos cartórios não sejam oficializados, são funcionários públicos que apenas não recebem diretamente dos cofres públicos, e as custas e emolumentos que eles cobram são espécies de taxa, razão por que esses serventuários se enquadram na hipótese prevista no artigo 1.º, II, "c", da Lei Complementar n.º 5, de 29-4-1970" (Acórdão n.º 5.504, de 2-4-1974, publicado no Boletim Eleitoral n.º 273, pág. 214).

Como se vê, a desincompatibilização do requerente, seja com fundamento na Lei n.º 3.506/68, seja com supedâneo na Lei Complementar n.º 5/70, é sempre obrigatória, apenas havendo divergência se ela se dá desde a data do registro de sua candidatura, como quer a primeira, ou três meses antes do pleito (para Prefeito e Vice-Prefeito) ou dois meses (para Vereador), como determina a segunda (artigo 1.º, 11, c, c/c, os incisos IV, a, e VII, a).

Destarte, para não se ver prejudicado, de futuro, com eventual reconhecimento de inelegibilidade, deve o Serventuário, s.m.j., requerer seu afastamento tão logo ocorra qualquer uma das hipóteses retro, sem que uma fique na dependência da verificação da outra: registro como candidato, ou atingimento do prazo de desincompatibilização sem que tenha ainda sido registrado.

Anoto que o requerente não esclareceu se pretende se candidatar a Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador, cabendo ressaltar mais uma vez que os prazos são diferentes, sendo três meses para os dois primeiros e dois meses para o último.

Assim, de momento, já que não comprovado o registro como candidato, nem atingido nenhum dos prazos de desincompatibilização referidos, prematuro se apresenta o pedido de fls. 42, em razão do que opino por seu indeferimento, sem prejuízo de sua renovação futura.

A consideração de Vossa Excelência, com a nota de que o presente parecer e o r. despacho de sua eventual aprovação não impedirão, obviamente, que o interessado se dirija à E. Justiça Eleitoral, em busca de uma solução definitiva sobre a questão.

São Paulo, 10 de junho de 1976.

(a) José Waldecy Lucena, Juiz Auxiliar

Despacho: "Aprovo o parecer. Publique-se.

São Paulo, 11 de junho de 1976.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".

D.O.J. 15-06-76

PARECER EMITIDO PELO MM. JUIZ DE DIREITO, AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA, DEVIDAMENTE APROVADO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Constitui consulta da Diretoria de Divisão do DEGE-2, como proceder em vista do Senhor Escrivão do 3.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital fazer contar a diversos funcionários faltas injustificadas aos sábados e domingos e anotar atrasos dados ao serviço, embora compensados ou descontados monetariamente.

I - Com respeito aos atrasos dados aos serviços pelos senhores escreventes e auxiliares de Cartórios, em vista os atestados de freqüência, as disposições que orientam a matéria encontram-se no Decreto n.º 42.850, de 30 de dezembro de 1963, que se aplicam, no que

couber, aos servidores de cartórios não oficializados, bem como na Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, artigos 193 e seguintes:

1. Todo servidor, e inclusive os da Justiça, quer sejam de cartórios oficializados ou não, poderá, até (5) vezes por mês, sem desconto em seus vencimentos entrar com atraso nunca superior a quinze minutos, desde que compense o atraso no mesmo dia (art. 274 do Decreto 42.850/63 e art. 198, I da C.N.C.G.J.).

Compensado o atraso, no mesmo dia, não resulta qualquer efeito de ordem disciplinar ao servidor. O tempo de serviço exigido foi cumprido e portanto a jornada de trabalho foi integral, não se computando falta, e ao sequer se exige anotação em prontuário.

2. Caso o atraso seja superior a quinze minutos, aplica-se o artigo 277, "caput" do Decreto n.º 42.850/63 e artigo 199, III da artigo 199, III da C.N.C.G.J., quando a entrada em serviço ocorrer dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos.

3. Na hipótese de as entradas-tarde, inferiores a 15 minutos, excederem a cinco vezes em um mês, a partir do sexto atraso aplica-se o art. 277, "caput" do Decreto 42.850/63 e artigo 198, III da C.N.C.G.J., quando a entrada em serviço ocorrer dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos.

4. Se ocorrer o servidor entrar em serviço com atraso inferior a 15 minutos, embora não haja atingido as cinco vezes previstas no artigo 274 do Decreto 42.850 e art. 198, I da C.N.C.G.J., mas não compensar o atraso, aplica-se o art. 277, "caput" do Decreto 42.850/63 e artigo 193, III da C.N.C.G.J.

5. O servidor perderá a totalidade dos vencimentos quando comparecer ou retirar-se do serviço fora das hipóteses acima, registrando-se sua frequência desde que permaneça no trabalho por mais de dois terços do horário a que estiver obrigado. Assim todo atraso na entrada superior a uma hora, enquadra-se nesse item art. 277, único do Decreto 42.850/63 e art. 198, IV da (C.N.C.G.J.).

II - Em todos estes casos especificados do n.º 1, não há falta ao serviço, quer justificada ou injustificada. Falta só pode ser considerada, assim mesmo com as exceções previstas no art. 78 do Estatuto dos Funcionários Públicos, o dia em que o servidor estiver afastado do serviço, o que não ocorre nas hipóteses acima.

O que persiste, para efeito de licença-prêmio, é o artigo 503 da C.L.F., segundo o qual considera-se uma interrupção três entradas-tarde.

E, reforçando, para que fique bem claro, entrada-tarde somente se considera aquele dia em que houve desconto nos vencimentos, não se incluindo, pois, neste caso, o item 1, da exposição de n.º 1.

III - Com respeito às faltas contadas aos sábados e domingos, reporto-me a parecer que já expedi nesta Corregedoria e que foi aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

É o parecer que sob censura apresento a V. Exa.

São Paulo, 25 de abril de 1974.

(a) José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar

Aprovo. Publique-se.

São Paulo, 22 de maio de 1974.

(a) Márcio Martins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça.

Proc. CG n.º 44.522-76

Capital.

Interessado: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Delegacia Estadual de São Paulo). Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi aprovado o Parecer abaixo transcrito.

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. A Delegacia Estadual de São Paulo, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, consulta sobre a possibilidade de ser averbado, neste Estado, à margem das transcrições imobiliárias, o "Termo de Responsabilidade pela Preservação de Florestas", conforme modelo às fls. 3, elaborado visando tornar mais efetivo o cumprimento do artigo 16 do Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965).

Instrui a consulta com parecer favorável, aprovado pela Douta Corregedoria Geral da Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em vigor no território respectivo (fls. 4-6).

2. O Código Florestal prevê, em resumo, as seguintes situações:

a) florestas e formas de vegetação natural de preservação permanente (artigos 2.º e 3.º);

- b) florestas de domínio privado sujeitas ao regime de utilização limitada;
- c) florestas de domínio privado, não preservadas pelo Código, as quais podem ser objeto de gravame voluntário de perpetuidade, medindo vínculo constante de termo assinado pelo proprietário e averbado no Registro Público (art. 6.º);
- d) florestas de domínio privado suscetíveis de exploração, obedecidas apenas as restrições previstas no art. 16.

3. Examina-se, especificamente, pretensão relacionada com o cumprimento do art. 16 do Código Florestal.

A norma prevê restrições à exploração das florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e nem reconhecidas como de preservação permanente.

Atribui, outrossim, ao critério da autoridade competente a localização da área mínima de cobertura arbórea florestal em cada propriedade.

Pretende-se a delimitação da referida área, através de termo de responsabilidade pela preservação permanente da floresta contida, a ser assinado pelo proprietário, por si, herdeiros ou sucessores, e posteriormente averbado no Registro Público.

A pretensão, vista objetivamente, representa um "minus", quando comparada à faculdade inserta no art. 6.º do Código Florestal, que permite ao proprietário gravar floresta não preservada com vínculo de perpetuidade, através de termo assinado e averbado posteriormente. No caso concreto, a restrição já está prevista em lei (art. 16 e suas subdivisões) e o termo de responsabilidade apenas localiza a área excluída da exploração.

A averbalidade em foco, seja na substância, seja na forma do título, é mera extensão da que instituiu o art. 6.º do Código Florestal (Lei n.º 4.771/65) - segundo o qual, o proprietário pode gravar com o vínculo de preservação, por termo assinado perante a autoridade florestal e averbado no Registro de Imóveis, a floresta existente no imóvel.

Quem pode o mais, pode o menos. Assim, a delimitação de área, com fulcro no art. 16 do mesmo Código, constituindo gravame, de menor extensão, será averbável também, desde que tal objetivo e finalidade conste expressamente no termo, para que o proprietário saiba que está assinando um termo que vai ser averbado e não possa, mais tarde, alegar erro ou ignorância.

4. Assim e s.m.j., proponho seja respondida afirmativamente a consulta apresentada desde que conste expressamente do termo de responsabilidade a autorização do proprietário à efetiva averbação do documento no registro de imóveis.

Proponho, ainda, a oportuna publicação do parecer, quando aprovado, para conhecimento dos Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 9 de abril de 1976.

(a) Dr. Antônio Galvão Furquim Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo. Publique-se.

São Paulo, 4 de maio de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".

D.O.J. - 6-5-76

Prot. CG. 309-76 - Capital - Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Despacho proferido pelo Desembargador Corregedor Geral da Justiça, no protocolado supra, datado de 19-3-76, abaixo transcrito:

"Vistos.

Trata-se de correição parcial extraordinária, provocada pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, objetivando atos do 2.º Tabelião de Notas e Anexos da Comarca de Itatiba e do Oficial de Registro de Imóveis da mesma Comarca que, respectivamente, a 13 de março de 1974 e a 2 de maio do mesmo ano, deram curso a divisão geodésica de imóvel rural com violação dos limites de módulos impostos pela legislação agrária, o primeiro lavrando e o outro registrando a respectiva escritura.

Invocou o Tabelião venerando julgado do Supremo Tribunal Federal, prolatado no Recurso extraordinário 66.409 (RTJ 52/331), no sentido de que a proibição só se aplica nos casos de transmissão de propriedade, porque a lei dizia "Para fins de transmissão a qualquer título". Ora, conclui, na divisão não há transmissão da propriedade, "apenas se extrema e se separa o que a

cada condômino toca na coisa antes indivisa".

Essa respeitável doutrina, todavia, não subsistiu, segundo mostra o reclamante, vindo aquela mesma Suprema Corte, no Recurso Extraordinário n.º 78.048, a dispor que "é inadmissível a divisão da gleba em quinhões menores do que os módulos, ainda que para fazer cessar o Condomínio entre os co-proprietários". E explica: o fim da lei é o de evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos, e deve preponderar sobre a literalidade do dispositivo.

Nem há que cogitar da anterioridade do condomínio. O Tabelião informa que a sucessão, gênese deste, foi aberta a 6 de dezembro de 1965. A proibição desmembratória vinha do Estatuto da Terra, de 1964, artigo 65, focalizando, desde então, a partilha na sucessão "mortis causa" (parágrafo 1.º).

Não há apenamento a impor. A confusão, que se estabeleceu no tema, é própria das épocas de transição e revisão de conceitos. A ela, nem os mais altos Magistrados lograram escapar. E razoável que os Serventuários, orientando-se por exegeses que lhes foram comunicadas, errassem simplesmente, sem pretenderem burlar a vedação legal.

A divisão e as transcrições, porém, são nulas (Código Civil, artigo 145, V). A nulidade está cominada no artigo 11, § 1.º, do Decreto-lei 57, de 1966, reafirmada no artigo 8.º, § 3.º, da Lei n.º 5.868, de 1972. Leis anteriores aos atos atingidos, portanto. Para os respectivos cancelamentos, expeçam-se ordens aos Serventuários. a serem encaminhadas por intermédio da Corregedoria Permanente.

Publique-se, para conhecimento de todos os Serventuários do Estado, como orientação normativa.

São Paulo, 19 de março de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".

D.O. 25-3-76

PROVIMENTO N.º 4/76

Regulamenta, na Capital, a publicação das intimações para ciência do valor das custas e outras importâncias.

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, considerando o decidido no Processo

n.º CG. 43.999/76,

Determina

1.º) Os Escrivães - Diretores de Serviço - dos Ofícios de Justiça da Capital do Estado (Centrais e Distritais) farão publicar na imprensa oficial, juntamente com as respectivas intimações, o valor das custas que devam ser recolhidas pelas partes, bem como o valor das importâncias que, objeto de cálculo, devam ser depositadas, em quaisquer processos e a qualquer título.

2.º) Todas as intimações, publicadas para que as partes se manifestem sobre cálculos e contas, conterão os respectivos valores, em resumo, limitando-se a publicação ao que baste para perfeita ciência das partes sobre o objeto do cálculo ou da conta.

3.º) Eventuais inexatidões ou incorreções serão sanadas em vinte e quatro horas, através de nova publicação, sob responsabilidade do Sr. Escrivão - Diretor de Serviço.

4.º) As determinações constantes do presente Provimento serão observadas nas comarcas do interior do Estado, nas quais vigore o sistema de publicação oficial pela imprensa local para as intimações.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 18 de março de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

Proc. CG. n.º 44.339/76 - Interessado: Juízo de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos da Capital.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

1. O MM. Juiz Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital, ao apreciar solicitação oferecida pela Associação dos Advogados de São

Paulo, determinou a remessa dos autos à consideração desta Corregedoria-Geral, entendendo que a providência pretendida só atingiria os efeitos desejados quando tomada em âmbito estadual, pois facilmente contornável qualquer medida adstrita aos limites de sua competência correcional.

Aquela entidade de classe, pelos motivos expostos às fls. 2, pretende a edição de provimento regulamentador da atividade dos cartórios referidos, de molde a impedir: a) o registro de sociedade que inclua, entre suas finalidades, a representação em qualquer juízo ou tribunal, mesmo administrativo, o procuratório extrajudicial, os trabalhos jurídicos de consultoria e assessoria e as funções de diretoria jurídica; e b) o registro de sociedades prestadoras de serviços, que contenham em sua denominação expressões equívocas como "Lex", "Jus", "Assessoria Legal" "Assessoria Jurídica", "Orientação Jurídica ou Legal" e outras do mesmo gênero, porque hábeis a induzirem o público em erro. Pretende, também, tornar obrigatória para os Serventuários respectivos a remessa à OAB-SP de cópias dos documentos que lhes forem apresentados a registro, sempre que contenham aquelas características.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, através da manifestação de fls. 17-23, opinou favoravelmente à acolhida do pedido, com restrição apenas a propósito da obrigatoriedade da pretendida remessa de cópias, vislumbrando aí indébita. delegação do seu controle fiscalizador aos Serventuários.

Manifestaram-se favoravelmente à providência, ainda, os Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Capital (fls. 6-10) e a Consultoria Jurídica do Gabinete do Exmo. Sr. Secretário da Justiça (fls. 28-30).

2. "Permissa vênica", desnecessária a adição de qualquer provimento a respeito da matéria.

A pretendida proibição já conta expressamente de texto de lei (art. 71 c.c. art. 81 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - Lei Federal n.º 4.215, de 27 de abril de 1963), quer quanto ao registro de sociedade com objetivo jurídico-profissional em qualquer ofício, junta ou departamento, quer quanto ao funcionamento das que não observem os dispositivos daquele diploma legal.

A adição de provimento proibitivo importaria em desnecessário "bis in idem".

As únicas sociedades com objetivo jurídico-profissional, cuja existência a lei admite, são aquelas constituídas por advogados e registradas nas Seções da OAB em que forem inscritos os seus membros (arts. 77 e 78, da mesma lei).

Resta, tão-só, a fiscalização do cumprimento daqueles dispositivos legais.

Esta providência, como evidente, compete com exclusividade à própria OAB, através do controle do exercício profissional no território do Estado, para o que conta com a colaboração das diversas subseções de sua estrutura interna, além de facultativa cooperação dos diversos advogados, provisionados e estagiários inscritos em seus quadros.

A OAB, assim, está provida legalmente dos meios necessários para, uma vez constatada violação ao preceito proibitivo, pleitear providências administrativas junto aos diversos Juizes

Corregedores Permanentes, com recurso facultativo para esta Corregedoria-Geral, além de fazer responsabilizar criminalmente os que, de forma ilegal, exerçam a profissão ou atividade, cujo controle lhe está afeto.

3. Proponho, s.m.j. e quando aprovado este parecer, sejam arquivados os presentes autos, remetendo-se cópias deste a publicação na Imprensa Oficial, à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo e à Associação dos Advogados de São Paulo.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 13 de março de 1976.

(a) Dr. Antônio Galvão Furquim Rebouças, Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer.

São Paulo, 18 de março de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

Proc. CG. n.º 43.999/76 - Capital - Interessada: Associação dos Advogados de São Paulo.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça.

A Associação dos Advogados de São Paulo solicita uma determinação desta Corregedoria para que- todos os cartórios de Ofício de Justiça desta Capital incluam, nas intimações para recolhimento de custas, o valor a ser recolhido.

Obtive informações do Foro Central, verificando que, de todas as Varas Cíveis, apenas quatro publicam intimações pela imprensa sem mencionar o valor das custas. E, para isso, não apresentam nenhuma explicação razoável. Vejam-se os ofícios de fls. 15, 20, 29 e 44.

As demais Varas do Foro Central publicam os valores. Algumas restringem a hipótese a certos processos. É o caso da 8.a Vara, que só adota o procedimento nos casos de despejo, quando se pede emenda de mora (fls. 28); da 11.^a Vara, que exclui do sistema os processos de falência e concordata (fls. 21); da 13.^a Vara, que só faz publicar os cálculos, mas não as custas (fls. 14); da 15.^a Vara; que restringe a publicação às hipóteses de emenda de mora e preparo de recursos. As outras todas já adotam o sistema objeto do pedido da AASP e ainda esclarecem que isto se faz com absoluto êxito, sem que surjam quaisquer problemas.

Opino pelo atendimento, não vendo como deixar de acolher solicitação tão útil. Inserir uma pequena cifra, nessas intimações, em nada onera o espaço no Diário Oficial. Se implica em aumento de trabalho dos Cartórios, esse acréscimo é justificado pela utilidade de um serviço público, além do que a grande maioria dos cartórios já adota o sistema. Se isto irá quebrar a praxe de alguns poucos Ofícios de Justiça, é preciso considerar que as praxes só se justificam quando também criam utilidade, a par de facilitar o serviço, não podendo vingar apenas em razão da facilidade. Ser útil ao público é da essência da função pública. Praxe que contraria esse fim é mera burocracia, que não se justifica e deve ser evitada.

Finalmente, não se vê inconveniência de qualquer ordem, nem mesmo face a eventualidade de publicações incorretas. Isto pode ser imediatamente sanado através de nova publicação, além do que o problema já existe em qualquer intimação pela imprensa, e não será criado com a adoção do sistema.

Caso Vossa Excelência aprove este parecer, submeto desde já, em anexo, modelo do provimento a ser editado.

São Paulo, 18 de março de 1976.

(a) Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Aprovo o parecer. Expeça-se o Provimento.

São Paulo, 18 de março de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

Proc. Recurso CG 18-76 - Santa Fé do Sul - Adv.: Irineu Motta Ramos - Interessado: Luiz Bernardi.

Despacho proferido pelo Desembargador Corregedor Geral da Justiça, datado de 9-3-76.

Vistos.

A decisão administrativa da Corregedoria-Permanente, fazendo cancelar esdrúxula averbação de carta arrematatória, é incensurável, como acentuou o Juiz Auxiliar. Carta de arrematação transcreve-se, não se averba. Estava isso no regulamento 4.857/39, art. 178, b, VII, está na lei 6.015/73, art. 167 I, n. 26.

Evidentemente a relação jurídica sub judice não tem merecido adequado enfoque. O mau ordenamento do fato resulta, normalmente, em desorientada solução.

Ao que se descobre nos autos, ainda que péssima a apresentação da carta de arrematação (fls. 7-12), houve um executivo fiscal contra Orestes da Silva, ajuizado em 1957, para garantia do qual o Juízo da Comarca seqüestrou, em 1964, uma parte ideal de imóvel agrícola, que o auto assim descreveu:

"um tracto de terra medindo 2,42 ha., ou seja um alqueire na medida paulista, dentro de área maior, medindo 12,10 ha., localizado na fazenda Ponte Pensa, imóvel esse adquirido pelo executado acima em 10-1-60, registrado a fls. do livro 3-I sob n. 6.389, gleba essa que tem as seguintes confrontações":

As confrontações eram as mesmas que ainda figuram no título do atual proprietário: Anésio Chiqueto, Angelo Chiqueto, Estrada do Bacuri, Córrego Açoita Cavalo (f. 16). Tratava-se, pois, de seqüestro de parte ideal, mais tarde convertido em penhora (f. 10). Em hasta pública, o recorrente Luiz Bernardi arrematou "direitos que o executado possui sobre uma área de terras com 2,42,00 ha., dentro de maior área de 12,10,00 ha." (f. 10).

Essa hasta realizou-se a 19 de agosto de 1966, mas a carta de arrematação só foi expedida em 1969.

Entretanto, diz o arrematante que o executado, em julho de 1965, isto é, após o seqüestro, transmitiu a totalidade do imóvel a Francisco Pozinado (fls. 14) ou Posinatto (fls. 22). Este, em 1970, o vendeu a Sebastião Pereira da Silva que, por sua vez, o passou, em 1971, para Beneval Jonas Ferreira (fls. 16). Essas alienações e mais o respeito ao minifúndio, impediram a transcrição da carta. Daí o expediente da averbação.

De início, convém observar que o Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, dando execução ao que dispusera o artigo 65 do Estatuto da Terra, apenas impediu o Desmembramento ou Divisão. Era o que prevenia o citado artigo 65: "o imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural". - A divisão ou desmembramento é que ficou vedada. Não o condomínio. A carta de arrematação, sendo transcrita, sujeitará o arrematante a permanecer em condomínio, se a área arrematada for inferior ao módulo, porque Dividir ele não pode, seja amigável ou judicialmente. Então, havendo indivisibilidade, o direito comum estabelece as relações condominiais.

Tratar-se-ia, porém, de imóvel totalmente alienado no curso da ação judicial onde parte dele estava penhorado.

A penhora é ato público, de constrição judicial, cuja ignorância não é tolerável da parte de ninguém - Ainda que não inscrita no registro imobiliário, não se desfazia do caráter público, oponível a todos, inerente aos atos judiciais. Acresce assinalar que o sucessor no domínio de bens penhorados não é terceiro: representa o antecessor, parte na cobrança judicial preexistente, sub-rogando-se, de pleno direito, na situação, portanto, a sofrer o desmembramento, ou ver implantado o condomínio, ao apresentar-se o arrematante com título hábil, como é a carta de arrematação.

Ninguém adquire imóveis sem pesquisar a situação do alienante, não só no Registro Público, relativamente aos direitos dominiais, mas também em outros setores igualmente públicos e informativos, onde se registram atos jurídicos capazes de influir na segurança do negócio, como são os cartórios judiciais e os de protestos de títulos. Isso é cautela elementar, rigorosamente implantada no mundo dos negócios; quem a não tenha, deverá arcar com as conseqüências. Suposta a linha sucessória dominial referida nos autos, evidencia-se que Francisco Posinatto seria adquirente de bens penhorados. Como tal, sujeitou-se aos efeitos da execução. Estes foram minuciosamente examinados em recente acórdão do Conselho Superior da Magistratura (agravo de petição n.º 248.474), normativo na esfera administrativa, cujo teor, divulgado no Diário da Justiça de 27-2-1976, página 10, não vai ser, aqui repetido.

Em conclusão, munido o arrematante de título hábil para a transmissão da propriedade imobiliária, com filiação idêntica à de Beneval Jonas Ferreira, porque ambos sucedem a Orestes da Silva, no domínio, mas de qualidade melhor porque originário de arrematação judicial, limpo de vícios, as posições se invertem: a ele cabe o direito à transcrição, com a conseqüente invalidação, por ineficácia, e dentro da força do título, daquelas que se vieram sucedendo desde a primeira operação sobre bens penhorados; e aos adquirentes por título singular tocará a obrigação de pleitearem no contencioso a anulação da hasta, caso pretendam manter a integridade de suas aquisições, ou o direito de acobertarem-se da evicção, nos termos da lei civil.

Fica, assim, confirmada a ordem de cancelamento da averbação, mas assegurado o direito de transcrição da carta de arrematação, desde que para esse fim apresentada no Registro de Imóveis.

São Paulo, 9-3-76.

D.O.J. - 12-3-76

PROVIMENTO N.º 3-76

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e visando a regulamentar a execução de quanto dispôs o Provimento n.º XCI-75 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

Determina aos Srs. Escrivães e Diretores de Serviço de Cartórios Judiciais do Estado que a remessa dos mandatos de prisão à Delegacia de Vigilância e Capturas seja feita, tanto na Comarca da Capital, quanto nas do Interior, por intermédio do Cartório da Corregedoria dos

Presídios e da Polícia Judiciária, observando-se o seguinte ordenamento:

1. Os mandados de prisão conterão, além da indicação do nome, de filiação e registro geral (RG) das pessoas a que se refiram, consoante os dados constantes dos autos da ação penal, a data da infração e serão acompanhados, quando possível, de cópias das planilhas de identificação;
 2. As remessas serão feitas diariamente, pelo Escrivão ou Diretor de Serviço do Cartório por onde o mandado tenha sido expedido, ou por Escrevente especialmente designado pela Corregedoria-Permanente, acompanhadas de relação;
 3. Sendo a remessa feita por portador, o Diretor ou Escrevente designado do Cartório da Corregedoria dos Presídios, dará recibo da entrega, na segunda-via da relação;
 4. O Diretor de Serviço do Cartório da Corregedoria dos Presídios, ou o Escrevente para isso designado, aporá em cada mandado, com o devido destaque o prazo de eficácia do mesmo, consoante estabelecido nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do mencionado Provimento n.º XCI-75;
 5. Em seguida fará extrair e encaminhará xerocópias dos mandados ao Cartório de Distribuição e informação que, no mesmo dia, processará os respectivos registros no sistema informático em implantação;
 6. Cumpridas essas providências, os mandados serão entregues à Delegacia de Vigilância e Capturas, através de funcionário por esta credenciado para recebê-los;
 7. O Cartório de Distribuição e Informação providenciará a microfilmagem de todos os mandados atualmente em poder da Delegacia de Vigilância e Capturas, para o respectivo processamento no sistema em implantação e, com base nesse registro, expedirá informação à mesma Delegacia, para a devolução daqueles que devam ser recolhidos, nos termos do Provimento n.º XVI-75 citado. Igual informação será prestada aos Cartórios das Execuções Criminais, por intermédio das quais se oporá a devolução e encaminhamento às Varas competentes, para as providências de que cuidam os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 1.º, parágrafos 2.º, 3.1 e 4.º do artigo 2.º e artigo 5.º do Provimento n.º XCI-75;
 8. As segundas e demais vias de relações, necessárias para os recibos das remessas entre os Cartórios ou entre estes e a Delegacia de Vigilância e Capturas serão providenciadas através do sistema de "xerox" ou através de listagens de computador;
 9. O Presente provimento será imediatamente publicado no Diário da Justiça, para ser executado a partir do dia 15 do corrente mês.
- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 9 de março de 1976.
(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.
D.O. 10-3-76

PORTARIA N.º 24-76

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Recomenda, aos MM. Juizes Corregedores Permanente de Serventias de Justiça que façam observar o que dispõe o Decreto-n.º 3.915, de 28 de junho de 1974, a saber:

- 1 - Sem prejuízo dos requisitos já previstos em lei ou regulamento, o processo de exoneração, dispensa, aposentadoria ou afastamento do serviço público, que desvincule o servidor dos quadros funcionais, só poderá ter seguimento se acompanhado da respectiva identidade funcional, a qual deverá ser nele obrigatoriamente incluída. No caso de extravio ou perda de identidade funcional, comprovada mediante publicação em jornal diário da Capital ou do Interior do Estado, durante três dias consecutivos, aceitar-se-á a declaração por escrito do servidor, quanto à referida ocorrência, sujeitando-se ele, no entanto, às punições previstas na legislação, inclusive no Código Penal, por motivo de irregularidades porventura verificadas.

Publique-se. Anote-se. Comunique-se.

São Paulo, 8 de março de 1976.

(a) Ezio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, DEGE, subscrevi.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 9-3-76

Proc. Recurso n.º CG-93/75 - São Bernardo do Campo Interessado: Banco Geral do Comércio S/A - Adva.: Dra. Silvana Fazzi.

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral.

1. Trata-se de recurso do Banco Geral do Comércio S/A, da decisão do Juiz Corregedor Permanente do Cartório de Protestos de São Bernardo do Campo (1.^a Vara), que lhe indeferiu reclamação formulada contra o referido Cartório por não lavrar protesto de uma duplicata aceita, de prestação de serviços, sob fundamento de que o ato está condicionado à comprovação do vínculo contratual e da efetiva prestação do serviço, prova que o recorrente não fez.

O recurso objetiva o reconhecimento de que o artigo 20, § 3.^o, da Lei n.^o 5.474/68 (redação do Decreto-lei n.^o 436/69) tem aplicação restrita às duplicatas não aceitas. - Desde que o recorrente porte um título aceito, pode tirar o protesto independentemente de provar o vínculo contratual ou a efetiva prestação do serviço. Pede que, provido o recurso, seja-lhe garantido o protesto para exercer direito de regresso contra o endossador.

A duplicata está nos autos, por fotocópia (fls. 3) e no original (fls. 16).

2. Opino pelo provimento.

O recorrente, através de endosso translatício do sacador, tomou-se portador de título aceito pelo sacado, cuidando-se de uma duplicata de prestação de serviço n.^o 169/75, no valor de Cr\$ 60.000,00, vencida em 29 de outubro de 1975, extraída por "Monteg - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda." contra "Aranami Country Club", pagável na praça de São Bernardo do Campo. Pretendeu protestá-la no prazo do artigo 13, § 4.^o, da Lei n.^o 5.474/68, a fim de exercer o direito de regresso contra o endossante e respectivos avalistas, mas foi obstado pelo cartório e pelo MM. Juiz da 1.^a Vara de São Bernardo do Campo, este ao repelir a reclamação apresentada, pelos motivos e fundamentos já expostos.

Com o advento da Lei n.^o 5.474/68, o protesto de duplicata não aceita só era tirado à vista do título ou à vista de triplicata, acompanhados de cópia da fatura, ou ainda "mediante apresentação de qualquer documento comprobatório do recebimento do título pelo sacado... ou de outro documento comprobatório da entrega da mercadoria" (artigo 13, n.^o I). Mas, a exigência caiu com o Decreto-lei n.^o 436/69, a partir do qual esse mesmo protesto passou a ser tirado sem qualquer demonstração da entrega da mercadoria, mediante simples apresentação do título ou de triplicata, ou ainda, pelas indicações do portador (artigo 13, § 1.^o).

Então, aquela prova exigida para o protesto passou a condição da ação cambial por duplicata não aceita. É que, na época, resguardou-se o rito executivo da ação por duplicata não aceita e protestada, desde que acompanhada de documento comprobatório da entrega da mercadoria (artigo 15).

Obviamente, estando aceita a duplicata, os princípios de direito cambiário voltavam a atuar de forma pura. A ação não dependeria de nenhuma prova "initio litis" e o protesto, tirado à vista do título, de triplicata, ou pelas indicações do portador, só se considera necessário para exercício do direito de regresso, ou para a realização de outros efeitos legais extracambiários (instruir pedido de falência, obstar à formação de concordata, garantir exercício da ação reintegratória ínsita ao pacto "reservati dorninii", etc.).

Ocorre, porém, que a duplicata dos autos não é de venda mercantil, irias, sim de prestação de serviços, modalidade especial prevista no artigo 20, da Lei n.^o 5.474/68, cujo § 3.^o dispôs: "Aplicam-se à fatura e à duplicata ou triplicata de prestação de serviços, com as adaptações cabíveis, as disposições referentes à fatura e à duplicata ou triplicata de venda mercantil, constituindo documento hábil, para transcrição do instrumento de protesto, qualquer documento que comprove a efetiva prestação dos serviços e o vínculo contratual que a autorizou".

Dai o entendimento do ilustre Magistrado, obstando ao requerente o protesto do título, embora aceito, porque não fez demonstração dos serviços prestados e do vínculo a que se subordina.

3. Entendo, porém, que a restrição alcança, no máximo, as duplicatas de prestação de serviços que não estiverem aceitas. Havendo aceite, com "firma apposta sovra un titolo fornito di tutti i requisiti essenziali di una cambiale", a duplicata em poder do recorrente é o "documento necessário por esercitare il diritto letterale ed autonomo che vi è menzionato" (Vivante, "Trattato", ed. 1914, vol. III, §§ 953 o 1.015, págs. 163, 164 e 255). - A ação cambial não depende de outra prova "initio litis" e só existe necessidade de protesto (tirado à vista do título, de triplicata ou pelas indicações do portador) para exercício do direito de regresso ou para realização daqueles mencionados efeitos extracambiários.

Na espécie, o ato formal colimado pelo recorrente é necessário para o exercício do direito de regresso, além do que o título foi exibido dentro do prazo de trinta dias do vencimento (artigo

13, § 4.º) da Lei n.º 5.474/68).

Observo que aqui não interessa a discussão, que se encontra na jurisprudência posterior ao advento do atual Código de Processo Civil, sob ser ou não, a duplicata desprovida de aceite, um título executivo. - Aquela que o recorrente exhibe está aceita e ninguém pôs em dúvida a sua natureza cambial.

Afirmo apenas que, estando aceita a duplicata, o credor não precisa provar o lastro no momento do protesto, sendo irrelevante a natureza do saque.

Questões como a da eficácia do saque sem lastro, e outras que podem surgir na ação, têm natureza jurisdicional e não comportam exame na esfera administrativa. - O importante é que se garanta ao recorrente o cumprimento de uma formalidade não vedada expressamente na lei e que, no caso dos autos, é imprescindível para o exercício de um direito.

Assim, opino pelo provimento do recurso do Banco Geral do Comércio S/A a fim de que possa ter o seu título protestado, independentemente de qualquer demonstração da prestação dos serviços e do vínculo contratual que autorizou o saque,

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1976.

(a) Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Aprovo e dou provimento ao recurso do Banco Geral do Comércio S/A, nos termos do parecer.

São Paulo, 10 de fevereiro de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça

Proc. Rec. CG 8-76 - Monte Alto - Interessado: Avelino Câmara.

Por despacho do Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

1. Trata-se de recurso em matéria administrativa, interposto por Avelino Câmara contra ato do MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Monte Alto, inicialmente processado como agravo de petição e encaminhado à consideração do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, que declinou da competência, na conformidade do V. Acórdão de fls. 61-63.

O recorrente pleiteou o cancelamento da transcrição n.º 17.953, feita no Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, alegando haver recebido em adjudicação os bens do Espólio de Manuel Câmara, seu pai, por direito próprio à legítima e, ainda por haver adquirido por cessão os direitos de diversos herdeiros, além de depositado em Juízo o valor proporcional relativo ao pagamento dos direitos de outros herdeiros, tudo conforme constou dos autos de inventário, que tramitou perante o 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca.

Expedida a carta de adjudicação, levou este documento ao Registro de Imóveis quando, por lapso do Serventuário, foi feita a transcrição mencionada como se o documento fosse formal de Partilha, por isso que os bens imóveis inventariados ficaram registrados, equivocadamente, em nome dos herdeiros primitivos, conforme documento de fls. 37.

O Sr. Oficial do Registro de Imóveis confirmou o equívoco, informando que o lapso ocorreu porque o documento levado a registro, embora denominado carta de adjudicação, não continha o auto respectivo, mas tão só esboço de partilha devidamente homologado, por isso que, não dando pela, falha, procedeu ao registro em nome dos herdeiros (fls. 39).

O representante local do Ministério Público opinou pelo cancelamento da transcrição, face ao equívoco evidente de haver sido homologada a partilha feita nos autos do inventário, quando deveria ter sido lavrado auto de adjudicação em favor do recorrente (fls. 40).

Como consta de fls. 41v. e 50 o d. Juízo "a quo" não conheceu do pedido inicial, entendendo que "a transcrição, uma vez feita, só pode ser cancelada através da via apropriada, com citação dos envolvidos na mesma" e porque "se algo é possível de eventual alteração, esta prende-se à decisão e não à transcrição".

Sobreveio o presente recurso (fls. 43-45), regularmente processado.

Passo a opinar.

2. O documento de fls. 5-36 consiste de carta de adjudicação expedida pelo 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Monte Alto, a favor do recorrente e extraída dos autos de inventário dos bens deixados por Manuel Câmara (Processo n.º 154-68), mas não contém o auto de adjudicação, que não foi lavrado.

Transcreve, no entanto, o esboço de partilha (fls. 26-30), a final homologada pela r. decisão de fls. 33, do seguinte teor: "Vistos etc. Homologo, por sentença, a partilha de fls., para que produza seus jurídicos e legais efeitos, adjudicando o imóvel ao herdeiro Avelino Câmara, diante da concordância dos interessados e do Dr. Curador Geral, eis que as partes cabentes aos menores foram depositadas na agência local da C.E.E.S.P. Int., ciente o M.P. d. s. (a.) Gilberto de Carvalho D. Junqueira".

Equívoca, data vênia, a afirmação do d. Juízo recorrido de que "se algo é possível de eventual alteração, esta prende-se à decisão e não à transcrição" (fls. 50).

Houve efetiva adjudicação dos bens imóveis inventariados ao herdeiro Avelino Câmara, e a consequência normal daquela r. sentença de fls. 33 seria a lavratura do auto de adjudicação, a ser devidamente homologado, antes da expedição da Ccita de fls. 5/36.

Falhou o 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça daquela Comarca, ao expedir precipitadamente a carta de adjudicação, antes de concluídos os atos processuais que, por força da r. sentença homologatória, deveriam ter sido praticados nos autos de inventário.

Falhou, também o Sr. Oficial do Registro de Imóveis quando examinou a validade do título e sua conformidade com a lei (art. 215 do antigo Regulamento dos Registros Públicos), pois, embora incompleto o documento de fls. 5/36, não teve dúvida em proceder ao registro, que, afinal, acabou sendo lançado equivocadamente em nome dos primitivos herdeiros, como ele próprio reconheceu às fls. 39.

Data máxima vênia, também não concordo com o entendimento do douto Juízo "a quo" de que "a transcrição, uma vez feita, só pode ser cancelada através da via apropriada, com citação dos envolvidos na mesma" (fls. 41 v.).

A propósito, o artigo 229 do Decreto 4857, de 9 de novembro de 1939, já dispunha que "as nulidades, de pleno direito, do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta".

É a consagração do princípio de que as nulidades absolutas, por não admitirem com validação, invalidam o ato jurídico do registro, de pleno direito e independentemente de ação direta.

Como esclarece Serpa Lopes ("tratado dos Registros Públicos 4.a Edição Freitas Bastos de 1962 - Vol. IV - n.º 714, páginas 355 e 356), "o Registro Imobiliário entre nós é de natureza causal, diferentemente do sistema germânico, e aproximando-se, assim, do sistema suíço. Destarte, não é possível apreciar o sistema de nulidade da nossa publicidade imobiliária, sem considerarmos a seguinte classificação que propomos: a) nulidade exclusivamente formal, inerente tão-somente ao próprio registro; b) nulidade mista, isto é, a que alcança não só o título causal, como igualmente o seu respectivo registro, de modo a invalidá-los conjuntamente; c) nulidade do título causal, decorrendo daí, obliquamente, a nulidade o seu respectivo registro, o qual não é atingido diretamente, em consequência da invalidação, do título que lhe serviu de fundamento".

No caso dos autos, ocorre a primeira espécie de nulidade, aquela exclusivamente formal o inerente tão só ao próprio registro.

A transcrição n.º 17.953, feita no Livro n.º 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Alto, em 27 de agosto de 1975, tendo como adquirentes Serafim Câmara, Avelino Câmara, Juverial Câmara, Herdeiros netos de nomes ignorados e filhos de Leonora Câmara, Américo Esteves, Maria Esteves Alves, Manuel Esteves e José Carlos Esteves, e como transmitente o Espólio de Manuel Câmara tudo conforme consta do documento de fls. 37, não guarda qualquer vinculação com o documento de fls. 5/36, equivocadamente referido como sendo o seu título causal.

A carta de adjudicação de fls. 5/36, conquanto falha, não era formal de partilha passado em favor dos herdeiros de Manuel Câmara e, assim, jamais poderia ensejar a lavratura da transcrição n.º 17.953, que é nula de pleno direito, porque lançada sem causa bastante.

3. Ante o exposto e, pagas as custas na forma da lei, opino pelo provimento do recurso administrativo, para os seguintes fins:

- determinar o cancelamento da transcrição, com as averbações necessárias de sorte a estabelecer a disponibilidade das transcrições primitivas em nome do Espólio transmitente;
- condicionar a oportuna transcrição dos bens imóveis inventariados em nome do recorrente à prévia regularização de seu título nos autos de inventário, tudo sem prejuízo da verificação a ser feita pelo Oficial do Registro de Imóveis da validade da carta de adjudicação e de sua conformidade com a lei, quando da oportuna apresentação daquele título.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 28 de janeiro de 1976.

(a) Dr. Antônio Galvão Furquim Rebouças - Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer e determino o cancelamento da transcrição n.º 17.953, do Registro de Imóveis de Monte Alto, em ordem a restabelecer a disponibilidade das transcrições primitivas e ensejar que, regularizado o título perante o Juiz do inventário, outra se faça, assegurando ao recorrente adequada disponibilidade dos bens adquiridos. Provejo, pois, o recurso.

A insuficiência do título que serviu à impugnada transcrição era manifesta, evidenciando-se já da incompatível sentença, ao mesmo tempo homologatória da partilha e adjudicatória do acervo inventariado a um único herdeiro. O Oficial do Registro não se dando conta do defeito, lavrou registro que não condiz com a realidade emergente do inventário.

O interessado, ora recorrente, não fiscalizou, como devia, o instrumento que levou ao registro, concorrendo, por omissão, para o equívoco. Deverá, agora, cuidar da regularização dos termos do inventário, para que nova carta se lhe expeça, sem o auto de partilha, mas com o da adjudicação, tudo sob fiscalização do Ministério Público, unia vez que há interesse de incapazes e ausentes, ao que consta.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 2 de fevereiro de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças - Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. - 12-02-76

Processo CG. 43.706-75 - Araras - Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Araras.

Por despacho do Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito.

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça.

1. O Dr. Promotor Público da Comarca de Araras requereu ao MM. Juiz daquela Comarca "determine ao Sr. Escrivão do Cartório dos Registros Públicos que não mais se subordine ao Provimento n.º 4-75, de 14-5-1975, da E. Corregedoria-Geral da Justiça, ante a entrada em vigor da Lei n.º 6.268, de 24-11-1975" (fls. 3 "sic").

O Juiz, sem se pronunciar a respeito, encaminhou o expediente a esta Corregedoria-Geral, por se referir a Provimento expedido pelo Exmo. Sr. Corregedor-Geral da Justiça (fls. 4).

2. Ouvido o Juiz da 1.ª Vara de Registros Públicos, informou ele que nenhuma providência, no âmbito correccional, foi tomada por aquela Vara, em relação aos Cartórios de Protestos de Títulos da Capital, em face da vigência da Lei n.º 6.268, de 24-11-1975 (fls. 12-13).

3. Passo a opinar.

Em parecer que exarei, quando da apresentação de minuta de Provimento disciplinando o cancelamento de protestos no âmbito correccional, deixei dito que, acompanhando-se "a evolução jurisdicional e doutrinária sobre o cancelamento de protesto, constata-se que o cancelamento de protesto, constata-se que o cancelamento primeiramente consolidou-se com relação ao protesto irregularmente tirado (vício formal), para ao depois alcançar o protesto indevido do título e, finalmente, o protesto de título posteriormente pago. Aliás esta última espécie, enquanto já há decênios fosse acolhida por alguns magistrados (vide por exemplo a decisão do Dr. Martinho Garces Caldas Barreto, Juiz do antigo Distrito Federal, datada de 23-9-1930, e estampado no livro de Margarino Torres acima citado, págs. 366-367), em verdade só ultimamente encontrou plena receptividade em nossos meios judiciários" (fls. 72 dos autos em apenso).

Ora, cabe acrescentar por oportuno que, anteriormente a que essa evolução ganhasse desenvolvimento, procurou-se atenuar os efeitos do protesto com a averbação do pagamento à margem do protesto lavrado. A par de decisões nesse sentido, os escrivães dos Cartórios de Protestos da Capital "solicitaram e obtiveram, no ano de 1950, uma autorização do Juízo Corregedor para passarem a averbar à margem dos protestos, que o título havia sido resgatado. Assim, todas as futuras certidões saíam relatando o protesto, mas com a informação adicional de que o título estava pago" (Edison Josué Campos de Oliveira, Protestos de Títulos e Seu Cancelamento, ed. 1971, pág. 92).

Destarte, a averbação do pagamento do título, autorizada pela Lei n.º 6.268-75, abarca justamente os primórdios da evolução operada na jurisprudência e na doutrina sobre a matéria. Como afirmado alhures, a inovação legal é tímida e tardia: tímida por não alcançar o

cancelamento do protesto, hoje autorizado de maneira uniforme pelos Tribunais do País, inclusive o E. Supremo Tribunal Federal; tardia porque não havendo lei que a proibisse, a averbação do pagamento à margem do protesto já é feita há decênios. Em suma, a indigitada lei, em mora com os fatos, há de ser convenientemente interpretada (art. 5.º, da Lei de Introdução ao Código Civil). Se não proíbe ela expressamente o cancelamento do protesto, há de se entender que ao portador do título pago após o "protestatio" resta a opção de averbar o seu pagamento, como autoriza a lei, ou de proceder ao cancelamento do protesto, como o permite o Provimento n.º 4-76, desta E. Corregedoria.

Lei e Provimento harmonizam-se, completam-se.

Nem se dirá que objetivou a Lei não permitir o cancelamento do protesto. O legislador obviamente não poderia ignorar a solidez da jurisprudência autorizadora do cancelamento.

Haveria que ter presente as decisões nesse sentido do E. Supremo Tribunal Federal.

Se nada disse a respeito, por certo preferiu dar um primeiro passo no âmbito legislativo, para ao depois, com maior segurança, avançar mais, encampando em definitivo os rumos traçados pela jurisprudência

Não foi o que ocorreu com vários institutos do Direito de Família, com questões de Registro Civil e com a Prisão-Albergue?

Em conclusão, a pretensão do ilustre Promotor Público da Comarca de Araras, se acolhida, importaria "data vênia" em retrocesso.

De qualquer forma, aconselhável o prudente que se aguarde os pronunciamentos dos Tribunais sobre a nova Lei, principalmente do E. Supremo Tribunal Federal, que, se rever sua jurisprudência, obviamente levará a que se revogue mencionado Provimento.

Cabe, por outro lado, lembrar que, a se cancelar o Provimento n.º 4-75, novo chorrilho de pedidos de cancelamento será endereçado à 1.ª Vara dos Registros Públicos, supedaneados principalmente nas decisões do Excelso Pretório. Basta dizer-se que, somente no ano de 1973, segundo nos informou o MM. Juiz da mencionada Vara, deram ali entrada 23.000 pedidos de cancelamento de protestos, fato que o levou a editar o pioneiro Provimento n.º 1-75, autorizador do cancelamento do protesto pelo escrivão, no próprio cartório e sem interferência judicial. O argumento em verdade é de ordem prática, mas nem por isso deixa de ser ponderável.

Aliás, na Consolidação de Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Distrito Federal, publicada no Diário da Justiça da União de 14 de janeiro último, manteve-se o cancelamento de protestos (art. 81), embora já em vigor a Lei 6.268-75,

O parecer é, pois, no sentido de que não se revogue o Provimento n.º 4-75, desta Corregedoria Geral da Justiça, que não conflita com a recente Lei n.º 6.268, de 24-11-1975.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 20 de janeiro de 1976.

(a) Dr. José Waldecy Lucena, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer. Publique-se.

O Provimento n.º 4-75 apoiou-se na jurisprudência dos "Tribunais do País, inclusive o Egrégio Supremo Tribunal Federal", e deve subsistir até que essa jurisprudência se altere, mesmo porque suas disposições, além de plasmadas no reconhecimento de legítimos anseios do meio social, consubstanciando notável evolução do entendimento jurídico, difícil de recuar, não se incompatibilizam com a execução da Lei n.º 6.268-15, senão por interferências, que são sempre perigosas.

São Paulo, 20 de janeiro de 1976.

(a) Dr. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

COMUNICADO

O Corregedor Geral da Justiça, determina a todos os servidores de Cartórios Extrajudiciais do Estado, que todas as vezes em que se dirigirem, por requerimento ou petição, à E. Corregedoria Geral, façam constar o número de seu prontuário e respectiva caixa.

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça.

(Proc. 41.451/74)

1. O Juiz da 1.ª Vara de Registros Públicos formulou consulta a esta Corregedoria a respeito de poder auxiliar de Cartório não oficializado acumular um cargo de professor, ilustrando sua consulta com "súmula de deliberação" da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos da

Coordenadoria da Administração de Pessoal da Secretaria do Trabalho e Administração, que reconheceu "regular" tal acumulação.

Das informações prestadas pela mencionada Comissão, verifica-se que seus ilustres membros entendem que não só o auxiliar de Cartório, mas também o escrevente habilitado, pode acumular um cargo de professor, tendo assim decidido em caso concreto que lhe foi apresentado (fls. 20-26).

Somente em relação ao serventuário (escrivão ou oficial), não teve ainda a Comissão oportunidade de se manifestar a respeito (fls. 42).

2. Passo a opinar.

A consulta formulada é de grande oportunidade, não só porque denuncia a existência de orientações contraditórias sobre a matéria, já que os precedentes desta E. Corregedoria, embora sem maiores estudos, tem mencionadas acumulações como inconstitucionais (fls. 4-9 e 11-13), como também porque obriga a uma definição do regime jurídico do pessoal das serventias não oficializadas do Estado, posto indispensável ao deslinde não somente da questão proposta, mas de várias outras em pendência nesta E. Corregedoria.

3. Não cabe aqui, evidentemente, aprofundar estudos em torno da natureza jurídica do vínculo que se forma entre o Estado e aquele que exerce uma função pública.

Problema dos mais tormentosos, "uma das mais clássicas controvérsias do direito administrativo" na expressão de André de Laubadère (Manuel de Droit Administratif, 4.^a ed., 1955, pg. 252), basta a respeito uma tomada de posição, como ponto de partida para a análise da questão em exame.

Assim, deixando de lado as discussões que envolvem a matéria, é de se assentar que tenho o "vinculum juris" formado entre o Estado e o seu funcionário como de natureza estatutária, vale dizer, filio-me à "doutrina da situação legal" e que se opõe principalmente às "doutrinas contratuais", que vêm na relação Estado-funcionário um contrato de direito público, privado ou misto.

Mas em verdade, embora ainda muito se digladie na doutrina sobre tão apaixonante tema, as doutrinas contratuálistas, principalmente na jurisprudência, estão nitidamente perdendo terreno para a doutrina da situação legal ou estatutária.

E como diz Roger Bonnard, 1^a situation juridique du, fonctionnaire appartient a La categorie des situations légales ou réglementaires. Le fonctionnaire est entièrement dans une situation légale ou réglementaire. Cela signifie que tous les pouvoirs et devoirs du fonctionnaire sont fixes par les lois ou par les règlements, c'est-à-dire d'une façon unilatérale par les autorités législatives ou réglementaires, et cela par voie générale et impersonnelle. De ce que La situation du, fonctionnaire est légale ou réglementaire, il resulte: 1.^o Que La situation est uniforme pour chaque catégorie de fonctionnaires; 2.^o Que La situation peut être librement modifiée à tout instant sans le, consentement du fonctionnaire, par l'autorité législative ou réglementaire qui l'a établie." *ÇTrécis de Droit Public*, Librairie du Recueil Sirey, 1946, pg. 186).

E "tais preceitos é que constituem o estatuto em sentido amplo. Pela investidura no cargo os funcionários ficam sujeitos às disposições estatutárias que lhes prescrevam obrigações ou lhes; reconheçam direitos e vantagens". Já "as normas estatutárias devem atender aos princípios básicos estabelecidos na Constituição Federal, como mínimos legais de direitos, obrigações e vantagens a serem assegurados aos funcionários e à Administração, para eficiência, moralidade e aperfeiçoamento do serviço público" (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, ed. de 1966, págs. 342 e 344).

Aliás, no Direito Francês existe norma específica sobre a matéria o que levou Marcel Waline a firmar o seguinte: "on ne peut conclure qu'en règle générale, le fonctionnaire n'est pas lié à l'Etat par un contrat. Aussi bien, La controverse peut-elle paraître aujourd'hui tranchée par l'article 5 de La loi du 19 octobre 1946, qui dit formellement que le fonctionnaire est vis-à-vis de l'administration dans une situation statutaire réglementaire" (*Traité Élémentaire de Droit Administratif*, Librairie du Recueil Sirey, 6.^a ed., pg. 329).

4. Fixado que a natureza da relação Estado-funcionário é a estatutária, passo a focalizar agora, à vista dessa conclusão, qual o posicionamento daqueles que prestam serviços em serventias não oficializadas.

Segundo João Mendes de Almeida Júnior, "as funções da jurisdição, determinadas pela competência, são executados por órgãos, que são os juízes. Mas, para facilitar o exercício das funções jurisdicionais, há funções de ofício, emprego, ministério ou encargo, funções auxiliares, que são exercidas por órgãos correspondentes. A atividade jurisdicional, para conhecer, julgar e

fazer executar, exige, além dos órgãos principais, ou melhor, dos órgãos diretos, que são os juízes, órgãos auxiliares, que, não tendo jurisdição, têm uma competência consistente na delimitação das atribuições dos seus respectivos ofícios, empregos, ministérios ou encargos; a organização judiciária consiste na nomenclatura, enumeração, disposição, competência material e territorial, tanto dos juízes, como desses auxiliares do juízo" (Direito Judiciário Brasileiro, 2.^a ed., 1918, págs. 72-73).

Tira-se dessa magnífica lição que nas serventias não oficializadas preste-se serviço público dos mais relevantes, ligadas que estão à administração da Justiça, e por isso mesmo o Estado, através de suas leis de organização judiciária, regulamenta-lhes a criação, provimento e atribuições, assim como fixa os direitos, deveres e disciplina de seus ocupantes, isto é, os serventuários.

E essa competência regulamentadora, no âmbito estadual, deriva da Constituição Federal, a qual, após asseverar que "os Estados organizarão a sua Justiça" (art. 144), estatuiu caber "ao Tribunal de Justiça dispor, em resolução, pela maioria absoluta de seus membros, sobre a divisão e a organização judiciária, cuja alteração somente poderá ser feita de cinco em cinco anos" (art. 144, § 5.^o).

Disciplinando, a seu turno, esse dispositivo constitucional, explicitou a Lei Federal n.^o 5.621, de 4 de novembro de 1970, em seu art. 6.^o, inciso IV, que, "respeitada a legislação federal, a organização judiciária compreende a organização, classificação, disciplina e atribuições dos serviços auxiliares da Justiça, inclusive tabelionatos e ofícios de registros públicos".

Destarte, é de se concluir, desde logo, que o serventuário de justiça de serventia não oficializada é provido em cargo público, criado por lei, mediante concurso de provas e títulos, sendo que "nenhum provimento de cargo de escrivão será feito, se não na classe inicial da carreira" (art. 221 do Cód. Judiciário).

O provimento na serventia através de concurso de provas e títulos, o acesso na carreira mediante promoção, o direito de remoção, a posse e o exercício, as atribuições, os direitos, os deveres e o regime disciplinar estão previstos em variada legislação esparsa, mencionando-se como mais importantes o Dec.Lei n.^o 159, de 28-10-1969, o Dec.Lei Complementar n.^o 3, de 27-8-1969 (Cód. Judiciário), a Resolução n.^o 1-71, do E. Tribunal de Justiça, a Lei n.^o 2.177, de 23-7-53, o Decreto n.^o 4.786, de 3-12-1930 (Regimento das Correições), o Decreto n.^o 5.129, de 27-3-1931, etc.

S. Mas, se o serventuário pode prestar seus serviços sozinho, a regra é que organize ele o quadro de pessoal de sua serventia, segundo as necessidades do serviço. E é por isso que o Decreto-lei n.^o 159, de 28-10-1969, em seu art. 31, dispôs que "compõem o pessoal dos cartórios não oficializados os escreventes e auxiliares necessários à execução dos serviços", cujo número é fixado pelo Juiz Corregedor Permanente, ouvido o serventuário (§ 1.^o).

É de se examinar, assim, a situação de cada um deles separadamente, isto é, serventuário, escrevente e auxiliar.

Presente a noção, ao que parece pacífica, de que todo cargo público deve ser necessariamente criado por lei e em face do que atrás já se disse, segue-se que o serventuário ocupa cargo público, posto que as serventias são atualmente criadas mediante Resolução do Tribunal de Justiça, enquanto a criação dos respectivos cargos o são através do "devido processo legislativo" (v. g. o art. 99, da Resolução n.^o 1-71, do E. Tribunal de Justiça; cf. art. 4.^o n.^o I, da Lei Federal 5.621, de 4-11-1970).

Já os escreventes e auxiliares de cartório têm os seus cargos disciplinados pelo artigo 31, parágrafo 1.^o, do Decreto-lei n.^o 159, de 28-10-1969, "verbis": "O Juiz Corregedor Permanente fixará o número dos escreventes e auxiliares do Cartório sob sua alçada, ouvido o respectivo serventuário". Trata-se, assim, de norma em branco, que defere à autoridade superior a criação, nos momentos próprios, do número de cargos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

Ora, quer-me parecer que essa forma de criação dos cargos não os desnatura, porquanto "cargo público é o lugar instituído na organização do funcionalismo, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 2.^a ed. pg. 355).

Assim, ao ser fixado pelo Juiz o número de escreventes e auxiliares de cartório, estão os "lugares instituídos na organização" da serventia. Os escreventes submetem-se à habilitação respectiva perante Comissão Examinadora, constituída na forma do disposto no artigo 34, do Decreto-lei n.^o

159/69, presidida pelo Juiz de Direito. Aprovados nos exames, sua habilitação ainda depende de "apreciação e homologação" pela Corregedoria Geral da Justiça (artigo 33, do Decreto-lei citado). Os auxiliares tem os seus contratos submetidos ao mesmo ato homologatório, quando de seu arquivamento na E. Corregedoria, o que se dá após aprovado pelo Juiz Corregedor Permanente (artigo 38, do Decreto-lei citado). Destarte, tais cargos são criados, providos e exercidos segundo o disposto em lei.

Por outro lado, tanto os escreventes como os auxiliares têm suas atribuições específicas fixadas em inúmeras leis e decretos e ainda em provimentos e portarias.

Assim, os escreventes, por disposição legal, competem (não se mencionam, por fastidioso, as atribuições constantes de provimento e portarias: a) "funcionar em quaisquer processos cíveis e criminais, em cartório e fora dele, sempre que houver acúmulo de serviço e mediante ordem do Juiz, ministro ou Presidente do Tribunal" (artigo 7.º, da Lei n.º 1.419, de 24-9-1914; aliás do mesmo sentido dispunha a Lei n.º 914, de 29-7-1904, artigo 1.º); b) "presume-se ordenado pelo Juiz, ministro ou Presidente do Tribunal, o ato ou termo feito pelo escrevente, em presença ou com a assinatura dos mesmos" (artigo 8.º, da Lei citada); c) lavrar, na presença dos tabeliães, "escrituras fora de cartório, desde que não contenham disposições testamentárias e que não sejam de doações causa-mortis" (artigo 11, da Lei citada); d) realizar "determinados serviços, como reconhecimento de firmas, as intimações, o expediente dos feitos, etc.", que lhe forem distribuídos pelo serventuário, "de acordo com o Juiz", sendo que "o serventuário do cartório não fica impedido de executar cumulativamente o serviço distribuído" (artigo 17 e parágrafo 2.º do Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931); e) substituir o serventuário, em seus impedimentos e ausências (artigo 2.º, da Lei n.º 914, de 29-7-1904 artigo 4.º, da Lei n.º 1.419, de 24-9-1914; artigo 20, do Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931); f) quando nomeado Oficial Maior, "substituir o escrivão nas suas ausências e impedimentos, podendo praticar, simultaneamente com ele, os atos que lhe forem atribuídos pelo titular da serventia, com aprovação do Corregedor Permanente" (artigo 32, parágrafo 2.º, do Decreto-lei n.º 159, de 28-10-1969).

Já "os praticantes e fiéis (hoje auxiliares, cf. art. 31, do Decreto-lei 159/69) não podem escrever nos autos ou fazer intimações, salvo aos advogados e solicitadores, quando estes fizerem declaração, datada e assinada, à margem da sentença, despacho ou cota, de que foram intimados" (art. 21, § 2.º, do Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931), sendo atualmente estendida a proibição à escrituração de livros judiciais e extrajudiciais.

Propositadamente deixei para focalizar por último o requisito do "estipêndio correspondente", constante da conceituação de cargo público feita por Hely Lopes Meirelles e atrás transcrita. Generalizada é hoje a opinião de que a forma de pagamento não desnatura o cargo público, como se verá das lições dos doutos adiante mencionados, não me furtando ao prazer de transcrever, desde logo, a magnífica síntese feita a respeito do cargo de serventuário pelo Min. Thompson Flores, "verbis": "A forma de remuneração não o desfigura, já que o cargo foi criado por lei com atribuições nela previstas, dela decorrendo a forma de estipêndio, além de ordenada de atributos, os quais reunidos, caracterizam o cargo público perante a doutrina brasileira, calcada em rumos do direito alienígena, aceita nos tribunais, inclusive perante esta Corte" (R.T.J. 56/870).

Destarte, a forma indireta de remuneração do serventuário percepção de custas pagas pelas partes - não descaracteriza em absoluto o cargo público por ele exercido. E tanto isso é verdade que o próprio Estado fixou a renda mínima das serventias em quantia equivalente a três salários-mínimos, complementando-a quando não atingido esse "quantum", ocasiões em que os serventuários são obviamente pagos pelos cofres do Estado (art. 45, do Decreto-lei n.º 203, de 25-3-1970 e Decreto n.º 52.839, de 30-11-71).

Já no tocante aos escreventes e auxiliares, pagos evidentemente com a renda da serventia, seus salários obedecem ao disposto no art. 31, §§ 2.º e 10, do Decreto-lei n.º 159, de 28-10-1969, e no art. 231 e parágrafo único, do Código Judiciário, dispositivos esses regulamentados pelo Provimento n.º 2/73, da E. Corregedoria Geral da Justiça, que estipulou a adoção de critérios para a fixação de seus níveis salariais, sendo finalmente tais salários, para validade, homologados pelo Juiz Corregedor Permanente do Cartório.

Em suma, tem-se que o serventuário, o escrevente e o auxiliar - servidores da Justiça como são chamados pela Resolução n.º 1/71 (art. 67, § 2.º), pelo Cód. Judiciário (art. 241, § 1.º), pelo Decreto-lei n.º 159/69 (art. 39) e pela Lei n.º 2.177, de 23-7-1953 - ocupam cargos públicos, sendo de consequência inafastável a sua qualidade de funcionários públicos. Aliás, tais diplomas legais expressamente dispõem que os serventuários e os escreventes ocupam cargos públicos

(Resolução art. 99; Cód. Judiciário, arts. 221, 225; Decreto-lei 159/69, arts. 6.º, 26, § 2.º, n.º 2, 27 e parágrafo único, 28, 45, 46 etc.).

6. Mas, já é tempo de se ver como encaram os autores a matéria.

Para Pontes de Miranda, "isso não quer dizer, de modo nenhum, que as percentagens, as custas, as multas e outros proventos com que se remuneram certos funcionários públicos, sejam pagos pelos particulares, e não pelo Estado. As percentagens, as custas, as multas e outros proventos, que os particulares prestam, ainda que as recebam, diretamente, os funcionários públicos, são prestadas ao Estado e destinadas simultaneamente, ou não, aos funcionários públicos assim remunerados. A concepção de serem prestadas ao funcionário público privatizaria o serviço e o seu custeio. Seria degradar tais proventos à categoria jurídica das passagens de trens, ou de bondes, às taxas de estrada de rodagem, que o Estado fixou, em sua legislação sobre concessões. Não é essa, de jeito nenhum, a concepção do direito brasileiro. Por aquela alguns juristas estrangeiros e alguns brasileiros, que não viram a diferença fundamental entre os sistema jurídico brasileiro e os dos outros países, chegam ao absurdo de negar ao titular de ofício de justiça o serem funcionários públicos e de neles ver a figura do concessionário de serviço público, o que, perante a Constituição de 1946, artigo 187, regra jurídica que se acha no título dos funcionários Públicos como perante a tradição do nosso direito, é de se repelir energicamente". - E mais adiante: "A relação jurídica entre o escrivão ou o tabelião e o Estado é a de funcionário público. O direito do escrivão ou do tabelião é ao cargo" (Comentários à Constituição de 1946, vol. f, págs. 336/338).

Alaim de Almeida Carneiro, em excelente estudo - "os serventuários de justiça - sua situação jurídica", afirma que "nada justifica, realmente, que se abandone a análise antológica, que nos conduz a examinar a natureza mesma da função, para adotar critério meramente formal (a forma de pagamento), que há de ser secundário na caracterização jurídica ... De fato. A simples percepção de custas não é suficiente, por si só, para retirar a qualidade de funcionário, de quem a tenha, nem a forma ou espécie de remuneração podem caracterizar a natureza do vínculo jurídico" (R.D.A. 3, págs. 451/52).

Caio Tácito, profundo conhecedor da matéria, peremptoriamente assevera que "os serventuários da Justiça são, tradicionalmente, em nosso direito administrativo, funcionários públicos em sentido lato" - (R.D.A. 50/253).

Já Walter Barbosa Correa (Rev. Dir. Público, vol. 2, págs. 131/138 e Alcides Jorge Costa (Rev. Dir. Público, vol. 4, págs. 101/106), concluindo que "os serventuários da justiça não estão sujeitos ao imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza", afirmam sem rebuços a sua qualidade de funcionários públicos (o primeiro) ou de servidores públicos (o segundo).

E José de Aguiar Dias, invocando as lições de Castro Nunes, Alcino Pinto Falcão, Frederico Sussekund, Alaim de Almeida Carneiro, Carlos Medeiros da Silva e Nemístocles B. Cavalcáriti, conclui "que o serviço da Justiça é serviço público e, portanto, é funcionário público todo serventuário da Justiça" (RUA. 31/319).

Gaston Jeze, a seu turno, após afirmar a qualidade de funcionário público dos "notários, procuradores, escribanos, oficiales ministeriales y ujieres", o que é aceito "al menos, para los escritores de derecho público más modernos", lembra incisivamente: "Es ésta una circunstancia que jamás debe perderse de vista cuando se trata de determinar el régimen jurídico al que se someten esos funcionarios. Ciertas particularidades relativas al nombramiento hacen olvidar a veces este carácter esencial, así como también el modo de remuneración. Ante todo, se los remunera mediante emolumentos pagados por los individuos que han requerido seus serviços. Aparentemente, puede asimilárselos, en este punto, a los abogados o a los médicos, pues arriendan su actividad, sus; servicios, como un obrero o un empleado, como un abogado o un médico. Por otra parte, parece que los oficiales ministeriales compraram su oficio, en la misma forma que un comerciante adquiere efectos de comercio, o que el dentista compra un consultorio de su especialidad, etc. En realidad, no ocurre nada de esto. La remuneración de los oficiales ministeriales no tiene carácter de sueldo, sino de tasa propriamente dicha; trátase de un impuesto especial, autorizáridoles la ley para que la cobren al público, según las tarifas determinadas por las leyes; y reglamentos y en las condiciones previstas por ellos". (Princípios Generales del Derecho Administrativo, Traducciên, directa de la 3.ª ediciór francesa, Editorial Depalma, vol. II, tomo I, págs. 285-287).

Do mesmo sentir é Maurice Hauriou, para quem, "les officiers ministériels, notaires, avoués, huissiers, greiffiers, commissairespriscurs, agems de change, avocats au Conseil d'État et à la Cour de cassation, sont des fonctiormaires publics. On a mis quelquefois cette qualité en doute

parce qu'ils sont directement rémunérés par leur clientèle, mais il ne faut pas oublier que les; offices de Pancien régime, même-ceux de judicature, outre les gages du roi, comportaient rémunération directe par le public, épices, etc., et n'en étaient pas moindres des fonctions publiques" (Précis de Droit Administratif et de Droit Public, Librairie Recueil Sirey, 7.^a ed. de 1911, pág. 634).

Veja-se agora a jurisprudência.

O E. Supremo Tribunal Federal em acórdão memorável, de 10 de novembro de 1947, sendo relator o Ministro Laudo de Camargo, assentou serem o serventuário e o escrevente funcionários públicos, proferindo o Ministro Castro Nunes, na oportunidade, voto dos mais brilhantes, que fez carreira nos Tribunais e entre os estudiosos da matéria. Assim, após urna síntese histórica a respeito dos ofícios e de seus ocupantes, afirmou o insigne Ministro: "O direito moderno aboliu e transformou essa noção do serventuário, que passou a ser o que é em nosso direito positivo. Atualmente ele é um funcionário como qualquer outro. Conservou-se a denominação de serventuário, mas na realidade é ele um funcionário. Pouco importa que não receba dinheiro do tesouro, como acontece com os escrivães, que recebem das partes os emolumentos taxados em leis. E tanto isso é exato que lei recente, de poucos anos atrás, estabeleceu até a aposentadoria, à custa do Tesouro, dos serventuários" (RUA. 19, págs. 141 a 143).

E em várias oportunidades a Suprema Corte reafirmou sua posição. Entre vários arestos mencionam-se:

"Assim, o titular de ofício de justiça pode não ser funcionário público pela Constituição de algum outro País, mas pela Constituição brasileira iniludivelmente o é" (Rel. Min. Luiz Gallotti, j. em 25-7-56, RUA. 54/287).

"O próprio Estatuto dos Funcionários optou por determinada corrente, definindo: "Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público". Nesse sentido não se pode duvidar sejam os tabeliães funcionários públicos". E mais adiante: "Os tabeliães são, portanto, autênticos funcionários públicos" (relator Min. Lafayette de Andrade, j. em 31-7-1957, RUA. 51/219).

"O recorrente (serventuário da Justiça), como qualquer outro servidor público na sua situação, isto é, no desempenho de mandato eletivo, deve contar o tempo em que ali permaneça para efeito de antigüidade" (Relator Min. Ari Franco j. em 13-6-1957, RUA. 52/196).

"Os serventuários de Justiça (escreventes) são funcionários públicos pela remuneração e pela natureza do serviço que exercem" (Relator Min. Hermes Lima, j. em 21-8-1964, RUA. 79/197).

"Resta, pois, a conceituação de dita serventia como cargo público, o qual, se não o fora, justificaria o reconhecimento do excepcional. Mas o é, como reconheceu o decisório, inspirado pela melhor doutrina. Não importa que não receba a recorrente salários certos e pagos, diretamente, pelos cofres públicos" (Relator Min. Thompson Flores, j. em 1.^o -3-1971, R.T.J. 56/870).

E firmado nessa conceituação, concluiu aquele Egrégio Tribunal: "Os serventuários exercem função pública, embora não sejam remunerados pelos cofres públicos e não estão sujeitos à legislação trabalhista nos dissídios entre auxiliares de cartório e seus escrivães (Relator Min. Hermes Lima, j. em 20-9-1965, R.T.S. 34/417).

Aliás, à conclusão idêntica já havia também chegado o E. Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região "verbis": "A situação dos escreventes de cartórios, como bem demonstrado ficou nos artigos de exceção, é regulada por leis estaduais e concernentes aos serviços auxiliares de distribuição de Justiça. . . O assunto em foco escapa totalmente ao âmbito jurisdicional trabalhista, não podendo a Justiça do Trabalho imiscuir-se em questões concernentes aos auxiliares de distribuição da Justiça comum" (Relator: Min. Campos Batalha, j. 11-8-1952, Proc. n. TRT-SP 1.013/52 .

O Colendo Tribunal Federal de Recursos não distoa dessa orientação, mencionando-se os seguintes arestos:

"No conceito genérico de funcionário público, se insere a classificação especial de serventuário de Justiça... Não vejo em que tratar diferentemente, no que toca à conceituação de funcionário público, os serventuários de Justiça. São nomeados por ato governamental, recebem, alguns, pelos cofres públicos; outros, em identidade de condições, recebem parte em vencimentos e parte em custas e outros ainda recebem apenas custas ou equivalentes, diretamente daqueles que se servem dos serviços judiciários" (Relator Min. Elmano Cruz, 29-12-1954, R.D.A. 47/124).

"A gratificação adicional por tempo de serviço é devida ao serventuário da Justiça, quando aposentado, ainda que não recebesse vencimentos dos cofres públicos, ao tempo da atividade" (Relator Min. Elmano Cruz, j. 19-9-1955, R.D.A. 62/152).

O E. Tribunal de Justiça de São Paulo, chamado em várias oportunidades a se manifestar sobre a questão embora com uma ou outra manifestação isolada em sentido contrário, sempre perfilhou a mesma orientação. Assim, citam-se:

"A qualidade de funcionário público do serventuário de justiça é irrecusável" (R.T. 306/276 e RUA. 67/126).

"Não aparece aqui o requisito da remuneração pelo Estado; e todos os demais se descobrem no escrevente habilitado, que exerce função efetiva, de cargo criado por lei, mediante nomeação por autoridade competente e prova de habilitação e saúde. É de se notar, por outro lado, que no campo da responsabilidade criminal ele é e sempre foi considerado funcionário público, qualidade essa também que nunca se lhe recusou para o efeito do Estado responder pelo seu ato ilícito" (R.D.A. 21/105).

"Não mais se discute atualmente quanto à condição dos serventuários da Justiça, os quais são, para todos os efeitos legais, considerados funcionários públicos" (R.T. 334/211).

"Os escreventes juramentados ou habilitados são considerados funcionários públicos" (R.T. 157/203).

O E. Tribunal de Alçada de São Paulo afirmou igualmente a qualidade de funcionários públicos de serventuários e escreventes, como se podem ver dos arestos insertos na R. T. 343/397 e na RUA., vol. 48, págs. 163/170. Neste ultimo, em que há inclusive um voto vencido, a matéria foi amplamente discutida, havendo o relator Washington de Barros Monteiro proferido voto dos mais perfeitos, no qual analisa o "status" a que se submete o escrevente para então concluir de maneira irretorquível: "Essa minúcia com que se houve o legislador ao disciplinar o "status" do escrevente convence-nos de que não nos defrontamos com um simples preposto ou empregado de serventuário, mas com um servidor público, com funções de marcante relevância. Repetimos, pois, o escrevente a verdadeiro funcionário do Estado".

8. De outra parte, no mesmo sentido os precedentes administrativos, como se podem ver, a título exemplificativo, dos pareceres incertos na R.D.A. 2/849 (Interventoria Federal no Estado da Bahia), RUA. 5/289 (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), na R.D.A. 21/282 (Departamento Administrativo do Serviço Público DASP), na R.F. 75/181 (Ministério da Justiça) e mui especialmente o inserto na Revista de Direito Público, vol. 9, págs. 227/230, da autoria de Clenício da Silva Duarte, consultor jurídico do D.A.S.P., que bem estudou a matéria e cuja ementa é a seguinte: "Os serventuários da justiça do Distrito Federal (escrivães e escreventes), como tais se entendendo os titulares de cargos públicos criados por lei, com denominação própria, quer sejam, ou não, remunerados pelos cofres públicos, são servidores públicos federais "lato sensu".

9. Em suma, no Direito Brasileiro e Comparado, na jurisprudência, a partir do E. Supremo Tribunal Federal, e nos precedentes administrativos, está seguramente assente que aqueles que militam em serventias não oficializadas são funcionários públicos.

A terminologia, como é natural, varia, já que os conceitos não são pacíficos no campo do Direito Administrativo (vide crítica de Celso Antonio Bandeira de Mello "in" RUA., vol. 13, pág. 48, nota 4). Mas, o fato inegável é que - chamando-os de "servidores públicos lato sensu", "servidores públicos" simplesmente ou "servidores públicos estrito sensu"; de "funcionários públicos" "lato sensu" ou "funcionários públicos" simplesmente; ou ainda de "agentes públicos" presente está sempre a noção de que exercem eles uma função pública, prestando serviço público dos mais relevantes, ligados à administração da Justiça, tendo um "status" próprio que os liga diretamente ao Estado, não podendo ser tratados como particulares no desempenho de funções públicas, como ocorrem, por exemplo com os jurados e os advogados.

A respeito, vale a pena reproduzir as palavras de Themistocles B. Cavalcanti: "Não temos o fetichismo das palavras, e, para nós, dentro do regime estatutário que preside a toda a vida jurídica dos funcionários, a questão da terminologia não tem importância porque, qualquer que seja a denominação dada, o que prevalece sempre é a norma legal, é o regime de garantias e deveres fixados pela lei para cada categoria de funcionário" (Tratado de Direito Administrativo, ed. 1956, vol. IV, pág. 59).

10. Há, convém frisar-se, urna ou outra voz discordante. Na jurisprudência, o Prof. Washington de Barros Monteiro menciona alguns pronunciamentos contrários (RUA. 48/163). Na doutrina, não pode deixar de ser citado o autorizado Oswaldo Aranha Bandeira de Mello ("Teoria dos Serviços Públicos" - Rev. Dir. Público, vol. 1, págs. 40/53), cuja lição sobre a matéria foi integralmente aceita por Celso Antônio Bandeira de Mello (Rev. Dir. Público, vol. 13, pág. 48, nota 4).

Entende Oswaldo Aranha Bandeira de Mello que inúmeros particulares, "bem distintos dos agentes públicos, ... realizam funções públicas", como "delegados", "em seu nome, por sua conta e risco", "embora no interesse da coletividade". Entre eles incluiu os serventuários, os quais "são providos nas serventias mediante ato-união", sendo que "a remuneração de seus serviços ... se faz através da cobrança de emolumentos ou custas, ... por fixação estatal, pagos pelos usuários do ofício". E acrescenta: "Pelo fato de exercerem tais particulares atividades de interesse coletivo, e que, portanto, podem afetar o bem público, estão sujeitos ao controle do poder público. Tal dependência, certamente, não se confunde com a hierarquia, pela razão simplíssima de não serem agentes públicos" (ob. cit., págs. 59/52).

Já no tocante aos escreventes e auxiliares, assevera o mestre que "não são agentes públicos, nem participantes diretos como particulares na execução de serviço público, mas auxiliares" dos serventuários, "portanto, empregados privados deles". "A retribuição de seus trabalhos é paga ... pelo particular participante de função pública, como delegado" vale dizer, pelo próprio serventuário, (idem pág. 53).

"Data vênua", pelo que se tem dito até aqui não há como se concordar com a lição do douto Professor, porquanto, como atrás firmado, tanto o serventuário como o escrevente e o auxiliar são providos em cargos públicos, o primeiro mediante concurso de provas e títulos e o segundo mediante exame, perante banca examinadora constituída nos termos da lei, nomeados pelo Estado (Executivo ou Judiciário, conforme a hipótese), enquanto o auxiliar tem sua nomeação feita indiretamente, só podendo entrar em exercício depois que seu contrato de trabalho é aprovado pelo Juiz Corregedor Permanente e arquivado e homologado pela E. Corregedoria Geral da Justiça. Há, como se verá adiante, a carreira dos "Servidores da Justiça", na qual estão todos integrados.

Mas, se não bastasse isso, não se pode admitir a assertiva de que estão eles submetidos ao poder hierárquico do Estado (ob. cit. pág. 52).

"O poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública" (Hely Lopes Meirelles, Dir. Adm. Brasileiro, ed. 1966, pág. 68). "Jerarquia es la relaciótt de supremacia y autoridad de los órganos superiores respecto de los inferiores, y reciprocamente la relaciótt de subordinación en que se encuentran los órganos inferiores respecto de los superiores" (Bielisa, Compendio de Derecho Administrativo, 2.ª ed., 1957, pág. 132, ou, como diz Otto Mayer, "dentro de la jerarquia, hay para cada obligado una autoridad colocada por encima de él para ejercer esc poder; es su superior (Dienstvorsetzter), su autoridad jerárquica (Dienstbeh irde)" "Derecho Administrativo Alemán, 1954, Tomo IV-65).

E junto ao poder hierárquico, mas sem com ele se confundir, encontra-se o poder disciplinar, já que este, ao contrário daquele, tem por objetivo punir o funcionário faltoso, para que se emende, ou, em face da gravidade da falta cometida, até mesmo expulsá-lo do serviço público (Marcelo Caetano, Do Poder Disciplinar, Coimbra, ed. 1932, pág. 25; Carlos S. de Barros Júnior, Do Poder Disciplinar na Administração Pública, ed. 1972, pág. 60).

Por isso, Pontes de Miranda ensina: "quem diz transgressão disciplinar refere-se, necessariamente, a: (a) hierarquia, através da qual flui o dever de obediência e de conformidade com instruções, regulamentos internos e recebimento de ordens; a (b) poder disciplinar, que supõe: a atribuição de direito de punir, disciplinarmente, cujo caráter subjetivo o localiza em todos, ou em alguns, ou somente em algum dos superiores hierárquicos" (Comentários à Constituição de 1946, ed. 1963, tomo V, págs. 2471248. É que "el poder del superior jerárquico se ejerce de dos maneras distintas: la ordem jerárquica y el poder disciplinário" (Otto Mayer, Derecho Administrativo Alemán, Buenos Aires, Tomo IV, pág. 65).

Ora, presentes tais ensinamentos, há de se ver que todos os que militam nas serventias não oficializadas têm os seus serviços superiormente dirigidos e orientados pelo Juiz Corregedor Permanente e pela E. Corregedoria Geral da Justiça, mediante provimentos, portarias, instruções, etc., a par de se subordinarem hierarquicamente uns aos outros: os auxiliares e escreventes ao serventuário; todos ao Juiz Corregedor Permanente e por último ao Corregedor Geral da Justiça. E a par disso, na mesma ordem, sujeitam-se ao poder disciplinar, consoante o respectivo regime instituído pelo Regimento das Correições (Decreto n.º 4.786, de 3-12-1930, arts. 34139) e pela Resolução n.º 1/71 (arts. 64/67).

Inadmissível de conseguinte que particulares, sem nenhuma subordinação hierárquica ou disciplinar com o Poder Público, tenham tal tratamento próprio de servidores públicos, sob regime estatutário.

Como disse Aníbal de Mello Couto, "se o serventuário ou escrevente é provido no cargo por ato de autoridade administrativa ou judiciária, sua atividade há de sofrer o controle e, quando necessário, a repressão do Estado que, de algum modo, é fiador pelos danos que tais servidores venham a causar a terceiros" (RUA. 37/510).

E é por isso, sempre com a devida vênia, que não podemos concordar com a douda lição do renomado mestre.

11. E sendo funcionários públicos há que se definir o seu regime jurídico, porquanto, na lição de Marcel Waline, la valeur des fonctionnaires dépend elle-même, d'une large mesure, de la façon plus ou moins judicieuse dont ont été élaborées les règles de leur statut. - Le régime juridique des fonctionnaires est donc un, facteur capital de la valeur de l'administration" (Traité Élémentaire de Droit Administratif, Librairie du Recueil Sirey, 6.^a ed., pág. 322).

A esta altura, já se pode asseverar, em face do quanto se disse, que o seu regime jurídico é o estatutário.

Mas, isso em absoluto vem a significar que ao pessoal de serventias não oficializadas se aplique o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261, de 28-10-1968). - O próprio Estatuto, em seu art. 1.º, parágrafo único, diz que "suas disposições, exceto no que colidirem com a legislação especial, aplicam-se aos funcionários; de 3 (três) Poderes do Estado" reconhecendo, assim, a existência de outras normas estatutárias.

Necessário é "salientar aqui a diferença inconfundível entre o regime estatutário e o estatuto dos funcionários, considerado em seu sentido formal, como conjunto de normas consolidadas que reúnem num corpo único de lei os direitos e os deveres dos funcionários. Sob o aspecto formal, alguns autores dividem, como Nezard, os estatutos em gerais e especiais - os primeiros interessando à generalidade dos funcionários, enquanto que os segundos a uma determinada categoria" (Themistocles R. Cavalcanti, O Funcionário Público e o Seu Regime Jurídico, 1946, pág. 78).

Destarte, o Estatuto consubstanciado na Lei 10.261, de 28-10-1968, diz respeito ao funcionalismo em geral, sendo assim, formalmente considerado, de caráter "geral", - Aos funcionários que militam nas serventias não oficializadas, que também estão sob regime estatutário, aplica-se o seu próprio Estatuto, de natureza "especial", vale dizer composto, além das normas constitucionais, por inúmeras leis, decretos e provimentos, esparsos é verdade, mas que reunidos, se aplicam a essa classe especial de funcionários que não se encontram incluídos no quadro geral do funcionalismo.

Resumindo, todos os funcionários estão sob regime estatutário, a generalidade deles submetida ao "estatuto geral", enquanto outros se submetem a "estatutos especiais", por não se enquadrarem nos quadros gerais do funcionalismo. - O que milita nas serventias não oficializadas "é um funcionário como qualquer outros", disse-o o E. Supremo Tribunal Federal (R.F. 118/119), explicitando, a seu turno, o E. Tribunal Federal de Recursos que "no conceito genérico de funcionário público se insere a classificação especial de serventuário da justiça". (RUA. 47/123).

Assim, mercê dessa "classificação especial", tem o pessoal das serventias não oficializadas do Estado o seu estatuto, embora não consolidado em corpo único.

Como já se viu, os escreventes e auxiliares de cartório têm as suas atribuições fixadas em leis, decretos, provimentos e portarias (item 5 retro). Os serventuários (escrevães e oficiais) têm suas atribuições estabelecidas de acordo com a natureza de suas serventias, cujo número varia segundo o movimento da Comarca, eis que nas de menor expressão umas se acoplam a outras como anexos. O Decreto n.º 123, de 10 de novembro de 1892 (art. 142 e seguintes), fixou as atribuições de cada tipo de serventia, sofrendo obviamente modificações por leis subseqüentes. A Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal (Dec.Lei n.º 8.527, de 31-12-1945), dispôs em seu art. 206: "São serventuários: I - os Tabeliães de Notas; II - os Oficiais de Registros; III - os Escrevães; IV - os Contadores; V - os Partidores; VI os Avaliadores Judiciais; VII os Depositários Judiciais; VIII os Inventariantes Judiciais; IX o Tutor e Testamenteiro Judicial; X - o Liquidante Judicial; XI - os Porteiros de Auditórios; XII - os Escreventes; XIII - os Oficiais de Justiça; XIV - o Auxiliar dos Curadores de Ausentes".

Como se vê, as serventias variam de um local para outro, dependendo sempre de lei (hoje Resolução dos Tribunais) que as crie. A resolução n.º 1/71, do E. Tribunal, "verbi gratia", criou inúmeras serventias (arts. 93, 94, 96 e 97). A denominação "serventuário" também varia de um local para outro. Em nosso Estado, é ela atualmente empregada apenas para designar o escrevão e o oficial do Registro de Imóveis.

Ao serventuário expede o Poder Executivo o respectivo título de nomeação. Ao escrevente expede-o o Poder Judiciário. Ao auxiliar, embora não se especie título, conforme dispõe o art. 21, § 1.º do Dec. n.º 5.129, de 23-7-1931, há de se convir que o contrato que ele assina com o serventuário, verdadeiro "ato-união", na expressão de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello (R.D.A. 1/52), já que simplesmente adere a condições impostas unilateralmente pelo Estado, constitui-se em autêntico título de nomeação, porquanto, após receber a aprovação e concordância do Juiz Corregedor Permanente, é encaminhado à E. Corregedoria Geral da Justiça, para apreciação e homologação, só após o que pode o auxiliar tomar posse no cargo e entrar em exercício. Esse contrato, tal como os títulos de nomeação dos escrivães, oficiais, oficiais maiores e escreventes, recebe certidão de que tais formalidades foram cumpridas e é visado quando das correições realizadas na serventia.

A posse e o início do exercício de todo o pessoal dos cartórios não oficializados vêm minuciosamente previstos em lei (v. Dec. Lei n.º 159/69, arts. 45146 - serventuário; art. 33 - escrevente; e art. 38 auxiliar).

Todos eles, serventuários, escreventes e auxiliares integram uma carreira, por alguns denominada de "Servidores da Justiça". Os auxiliares, para passarem a escreventes, necessitam se habilitar na forma prevista em lei (art. 7.º, do Dec. n.º 6.697/A, de 21-9-1934). Os escreventes habilitam-se, mediante exame perante comissão examinadora, tudo segundo o disposto em lei (art. 34, do Dec. Lei 159/69). Classificam-se em 1.º, 2.º e 3.º escreventes (art. 231, do Cód. Judiciário). Já as serventias (e seus titulares) classificam-se em 1.ª, 2.ª e 3.ª classes e ainda a especial, sendo que os serventuários somente são admitidos "para a serventia da classe inicial - 1.ª classe" (art. 5.º, do Dec. Lei n.º 159/69), mediante concurso de provas e título (arts. 5.º e 6.º, do Dec. Lei n.º 159/69). A promoção para as classes seguintes ou a remoção obedecem ao disposto nos arts. 26 e seguintes do Dec. Lei n.º 159/69, que disciplina a forma do concurso

Em relação a seus direitos mencionam-se entre outros: a) como contribuintes obrigatórios são eles e seus dependentes beneficiários (aposentadoria ou pensão) da Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado (Lei n.º 10.393, de 16-12-1970); b) computa-se o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal e o prestado em serventia não oficializado, para efeito de aposentadoria (art. 21 da Lei retro-citada); c) suas férias, licenças e afastamentos estão disciplinados na Lei n.º 2.177, de 23-7-1953, regulamentada pelo Provimento n.º 15/67, da E. Corregedoria Geral da Justiça; d) poderão inscrever-se e a seus dependentes no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE (arts. 158/160, da C.N.C.G.J.); e) beneficiam-se do horário especial para servidores estudantes (Lei n.º 94, de 29-12-1972); f) têm direito à licença-gestante; g) idem à licença-prêmio (art. 283 e seguintes da Cons. Normas da Corregedoria Geral da Justiça); h) assegura-se aos escreventes e auxiliares o direito de não serem dispensados, após cinco anos de serviço, a não ser "por motivo de sensível diminuição de renda da serventia", e antes de completado aquele tempo sem que haja motivo, mas em ambos os casos devem ser indenizados na forma prevista no art. 68, da Resolução n.º 1/71, do E. Tribunal de Justiça; i) assegura-se ao serventuário o direito de receber dos cofres do Estado a complementação da renda de sua serventia, quando não atingido o equivalente a três salários-mínimos (art 45, do Decreto-lei n.º 203, de 25-3-1970, e Decreto n.º 52.839, de 30-11-1971) etc. Aliás, até os benefícios concedidos aos funcionários públicos para a aquisição de casa própria já lhes foram reconhecidos (RUA. 95/227).

No tocante aos deveres, sujeitam-se aos constantes do Estatuto Geral dos Funcionários Públicos e consolidados no art. 287 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Aliás, também direitos constantes do mencionado Estatuto são lhos estendidos.

Já com relação ao regime disciplinar, estão todos eles sujeitos ao estabelecido pela citada Resolução n.º 1/71, em seus artigos 64 a 67, assim como pelo Regimento das Correições, em seus arts. 34 a 39 (Decreto n.º 4.786, de 3-12-1930), cuja vigência nesse particular vem de ser reconhecida, recentemente, pela Sessão Plenária do E. Tribunal de Justiça (Recurso n.º 241.985, de Itapeverica da Serra, J. em 16-7-1975, relator Des. Mendes França).

Em suma, toda essa legislação esparsa constitui formalmente, o estatuto especial que rege tais funcionários. A eles ainda se aplicam inúmeras normas do Estatuto Geral, na forma do disposto em seu art. 1.º, parágrafo único. É o que por exemplo ocorre com a revisão do processo administrativo (arts. 312 e seguintes), com o direito de petição (art. 239 e seguintes), etc., já que não disciplinados em lei específica e posto não ocorrer a colidência mencionada pelo citado art. 1.º, parágrafo único, daquele Estatuto Geral.

Nem foi outra a lição do E. Supremo Tribunal Federal, no tocante aos serventuários de Justiça do Distrito Federal, quando afirmou estarem eles "sujeitos a Estatuto Especial" e que "só se lhes aplica o Estatuto comum, no que couber" (RUA. 54/290).

12. Por isso, inaceitável, com a devida vênia, a conclusão a que chegou o E. Tribunal Federal de Recursos, ao decidir o conflito positivo de jurisdição n.º 1.962, suscitado pelo MM. Juiz Álvaro Lazzarini, quando julgava na Vara de Registros Públicos, que de forma notável sustentou a incompetência da Justiça Obreira para decidir dissídios surgidos entre o pessoal de serventias não oficializadas do Estado de São Paulo e os respectivos serventuários.

Afirmou então o relator do v. acórdão, Ministro Jorge Lafayette Guimarães, que o controle jurisdicional dos atos praticados pelo serventuário, lesivos dos direitos dos servidores dos cartórios não oficializados, por regidos pela C.L.T. o posto não submetidos a regime estatutário, é feito pela Justiça do Trabalho, nos termos do art. 142, da Constituição Federal.

A assertiva é correta em parte quando reconhece a qualidade de "servidores" aos cartorários, mas peca ao se deslembrar de que não estão eles submetidos à C.L.T., mas sim a regime estatutário especial, como atrás demonstrado.

Em um ponto, todavia, "vênia permissa", discordo da sustentação feita pelo então Juiz da Vara dos Registros Públicos, isto é, quando refere que "os atos em questão só podem ser controlados jurisdicionalmente pelos órgãos do Poder Judiciário local, ou seja, o do Estado de São Paulo, e, assim mesmo, da 2.ª instância, uma vez que não se há falar, dada a matéria ventilada, em competência do Juízo de Direito de uma das Varas da Fazenda do Estado (estas só conhecem, efetivamente, de matéria relacionada com cartórios oficializados; a de Registros Públicos com a relacionada com cartorários não oficializados)".

É que não vejo razão para distinguir o controle jurisdicional dos atos administrativos praticados em relação ao pessoal cartorário, segundo se trate ou não de serventia oficializada.

O controle administrativo exercido por ambas as Varas de Registros Públicos da Comarca da Capital sobre o pessoal dos cartórios extrajudiciais decorre do exercício, pelos respectivos juízes, de suas atribuições de corregedores permanentes. É o mesmo controle administrativo que os outros juízes das demais Varas exercem sobre o pessoal dos órgãos de justiça oficializados. E algumas nuances existentes entre um e outro tipo de pessoal de tais serventias não desnaturamos afirmado.

Assim, os corregedores permanentes, sejam oficializadas ou não as serventias, praticam em relação a seu pessoal atos administrativos, emanados do poder disciplinar e do poder hierárquico, os quais obviamente se sujeitam ao controle do Estado-Juiz (art. 153, § 4.º, da Const. Federal). E se decidem, em grau de recurso, contra atos do serventuário, o fazem como órgãos administrativos de hierarquia superior e não como juízes.

Por isso mesmo, também as decisões do Corregedor-Geral da Justiça, originárias ou em grau de recurso, são de cunho administrativo, igualmente sujeitas a controle jurisdicional, independentemente da natureza da serventia.

E pelo afirmado já se vê que as próprias Varas dos Registros Públicos não podem exercer o controle jurisdicional dos atos administrativos que praticam. O controle há de ser feito por outro órgão jurisdicional do Poder Judiciário Estadual.

Obviamente, a natureza da ação proposta é que indicará o órgão que, no plano da jurisdição contenciosa, irá proceder ao controle do ato impugnado: no caso de mandado de segurança contra ato do juiz ou do Corregedor-Geral da Justiça a competência será de uma das Câmaras Cíveis do E. Tribunal de Justiça, na primeira hipótese (Assento n.º 44, do E. Tribunal de Justiça, inciso 1, ultima parte, referente à interpretação do art. 41, n.º II, da Resolução n.º 1/71, c/c o artigo 60, 1, "a", do Código Judiciário), e da Sessão Plenária do E. Tribunal de Justiça, na segunda hipótese (artigo se tratando de outra ação, será ela ajuizada, na Comarca da Capital, perante uma das Varas da Fazenda do Estado, não se podendo ajuizá-la, como quer o MM. Juiz Álvaro Lazzarini, em segunda instância, com supressão de uma instância, por quanto, como lembra o Prol. Washington de Barros Monteiro no v. acórdão já mencionado, "conquanto praticado por autoridade judiciária (Juiz e Corregedor-Geral da Justiça), cuida-se de puro ato administrativo, cuja apreciação em Juízo segue a regra geral, observado o princípio da dualidade de instância (RUA. 48/164).

Em finais palavras, em se tratando de ações pertinentes a funcionários públicos, submetidos que estão a estatuto especial, devem elas ser ajuizadas na Justiça local e jamais na Justiça do Trabalho, incompetente para o seu julgamento, consoante decidiu o E. Supremo Tribunal Federal em acordo da lavra do Min. Hermes Lima (of. item 7 retro, R.T.J. 34/417).

13. Assentando que o pessoal das serventias não oficializadas é considerado como funcionário público submetido a um estatuto especial, passo agora a focalizar especificamente a matéria objeto da consulta formulada pelo MM. Juiz da 1.a Vara de Registros Públicos, isto é, a possibilidade ou não de acumulação de cargos públicos.

A Constituição Federal de 1967, com a emenda n.º 1, de 1969, dispõe em seu art. 99: "É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto: III - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico". Por óbvio, as demais exceções previstas no artigo não interessa ao caso em exame.

Assim, o que se tira desse artigo é que "a regra, no direito constitucional brasileiro, é a proibição de acumular. Contudo, tal proibição admite exceções: as enumeradas nos vários incisos do artigo 99". - (Apontamentos Sobre os Agentes Públicos, Celso Antônio Bandeira de Mello, "in" Rev. de Dir. Público, vol. 13/65).

E a vedação constitucional evidentemente se insere no "estatuto especial" do pessoal das serventias não oficializadas (of. Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, ed. de 1966, pág. 344).

Resta, destarte, examinar se os cargos exercidos por serventuários, escreventes e auxiliares podem ser considerados técnicos ou científicos, porquanto, se afirmativa a conclusão, permitida seria a acumulação com um cargo de professor.

É intuitivo que tais cargos não são científicos.

Também não podem ser considerados como técnicos.

"Na realidade, a idéia de técnico não exclui a de científico, embora esta possa existir independentemente daquela" (J. Cretella Junior, Tratado de Direito Administrativo, ed. de 1967, vol. IV, pág. 354). E Pontes de Miranda, após referir que "dificuldade existe no definir-se cargo técnico-científico", diz que o exerce "aquele que, pela natureza do cargo, nele põe em prática métodos organizados, que se apoiam em conhecimentos científicos correspondentes" (Comentários à Constituição de 1967, com a emenda n.º 1, de 1969, Tomo III, pág. 495), conceituação que tirou de Espinas, como se pode ver do estudo de Alaim de Almeida Carneiro, publicado na R.D.A., vol. 25, pág. 380. Já Themistocles B. Cavalcanti aludindo à mesma dificuldade de conceituação, afirma que "cargo técnico ou científico é aquele que, não tendo caráter permanente burocrático, pressupõe uma especialização, a aplicação usual de processos e de conhecimentos especializados" (Tratado de Direito Administrativo, ed. de 1956, vol. IV, pág. 296).

Por isso aceita-se a conclusão de Alaim de Almeida Carneiro, que bem estudou a matéria, "in verbis": "cargos técnicos são aqueles para cujo desempenho é mister familiaridade com determinados métodos, sistematicamente organizados, que repousam no conhecimento científico, ministrado em determinada cátedra. É em outras palavras a solução adotada na Circular 6-47, da Presidência da República, que assim os define: "V - Os cargos técnicos-científicos são os que encerram funções próprias do técnico, do mesmo ramo genérico de estudos científicos, ainda que não da mesma disciplina particularizada, ou da mesma especialidade" (RUA. 25-381 e R.DA. 29-401).

Em outros termos e como está dito em parecer emanado do DASP, "o vocábulo técnico, no art. 185 da Constituição de 1946, não pode entender-se na acepção vulgar, como significando o oposto a leigo num determinado ramo de atividade profissional. Técnico é indivíduo possuidor de conhecimento ou treino especializado em ciências ou artes peculiares a uma profissão" (RUA. 25-379).

Aliás, a se entender de outro modo, todos os cargos viriam a ser considerados técnicos e burlada restaria a vedação constitucional.

Lembre-se, a propósito, que o Decreto Federal n.º 35.956, de 2-8-1954, definiu cargo técnico ou científico como "aquele para cujo exercício seja indispensável e predominante a aplicação de conhecimentos científicos ou artísticos de nível superior de ensino", ou "para cujo exercício seja exigida habilitação em curso legalmente classificado como técnico, de grau ou de nível superior de ensino" (art. 3.º e parágrafo único).

Destarte, em face da conceituação doutrinária e legal do que seja cargo técnico, inegavelmente as funções exercidas pelo pessoal das serventias não oficializadas não podem ser consideradas como de natureza técnica.

Tanto isso é verdade que o Decreto-lei n.º 159, de 28-10-1969, que dispõe sobre o provimento das serventias de justiça não oficializadas e institui a carreira dos Servidores da Justiça, nela enquadrando os serventuários e os escreventes "de todos os cartórios do Estado não

estipendiados pelos cofres públicos, não exige sequer o nível de curso ginásial para o candidato ao cargo inicial de serventuário ou para promoção, tanto que manda contar, para a classificação, mais um ponto ao que apresentar certificado de conclusão de curso ginásial - 1.º ciclo (art. 20, parágrafo único,, n.º 4)" (cf. parecer de fls. 53, da lavra do Juiz Edgard A. de Souza).

Já os escreventes se habilitam mediante exame perante Comissão Examinadora, que "constará de provas manuscrita datilográfica. e oral, versando sobre matéria atinente à serventia" (art. 36, do Decreto-lei retro citado), sem que se lhes exija a conclusão de qualquer curso, seja de nível médio ou superior.

E finalmente os auxiliares não se submetem, quando contratados, a qualquer tipo de provas, o que aliás se reputa errôneo, mas que aqui se consigna apenas "de jure constituendo".

Destarte, tanto os serventuários, como os escreventes e auxiliares, pelo nível de conhecimentos que se lhes exigem para o desempenho de suas atribuições, não ocupam cargos técnicos ou científicos, com o que a vedação constitucional da acumulação de cargos alcança a todos eles. Por isso mesmo, contrários à acumulação sempre foram os pareceres administrativos emitidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP citando-se entre outros os seguintes:

"Verifica-se, portanto, que à luz da jurisprudência administrativa e judiciária que o serventuário da Justiça não pode deixar de ser considerado "funcionário público" e nesta condição, é óbvio, deve ser abrangido pelos dispositivos legais que disciplinam o regime de acumulação de cargos" (RUA. 78-357).

"Embora não percebam (os serventuários) remuneração diretamente dos cofres públicos, percebem-na, entretanto, por delegação do Poder Público que fixa as percentagens, custas e emolumentos que arrecadam". . . estando "sujeitos ao regime de acumulação estabelecido na Constituição" - (RUA. 67-241-242).

"O fato de o serventuário da Justiça não ser remunerado pelos cofres públicos não desnatura sua condição de servidor público, nem o exclui do regime de acumulação, eis que o pagamento mediante custas é, inegavelmente, uma forma de retribuição pecuniária instituída pelo próprio Estado, por força de legislação específica" (RUA. 82-329).

E Clenício da Silva Duarte, da Consultoria Jurídica do DASP, igualmente afirmou que aos escrevões "se aplicam as normas proibitivas de acumulação, como é pacificamente aceito" (Rev. Dir. Público, vol. 9, pg. 141).

Aliás, em parecer bastante antigo, datado de 20 de junho de 1938, Carlos Medeiros Silva, com a aprovação do então Ministro da Justiça Francisco Campos, asseverou que "não poderá o interessado acumular os proventos... com os de escrevente juramentado da justiça local, atividade também equiparada, para os efeitos da acumulação à dos funcionários públicos (R.F. 75/423).

E o E. Supremo Tribunal Federal, a seu turno, tem prestigiado essa orientação, como se pode ver de seu mais recente pronunciamento sobre a matéria, cujo v. acórdão tem a ementa seguinte:

"Acumulação remunerada: Serventia de Justiça e Magistério Público. Proibição. O serventuário da Justiça, embora estipendiado sob forma de custas, desempenha cargo público, dado que criado em lei, com atribuições nelas previstas a qual, além de atributos outros, prevê a forma de remuneração. Assim alcançado pelo art. 97 "caput", da Constituição de 1967" (Relator Thompson Flores, j. 1.º -3-1971, R.T.J. 56/869).

Em suma, o pessoal de serventias não oficializadas enquanto em atividade não pode acumular cargos, em face do disposto no artigo 99, da Constituição Federal.

A vedação, todavia, sofre temperamentos dos mais acentuados, em relação aos inativos, uma vez que no parágrafo 4.º, do mencionado dispositivo constitucional, diz-se que "a proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão OU quanto a contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados".

Houve assim sensível modificação em relação à Constituição de 1946, porquanto nela "o especializado não era considerado um técnico para efeito de acumulação. Técnico só era o que se inseria em nível superior. Já o mesmo não acontece dentro do regime da Carta de 1967, pelo menos neste particular, porquanto o preceito constitucional expressamente se refere aos serviços especializados; ao lado dos serviços técnicos. Não há cogitar, assim, de serviços de nível superior, bastando que seja especializado para se incluir na possibilidade de acumular facultada aos aposentados pela atual Constituição" (parecer do DASP, "in" R.D.A. 102/406).

Ora, se as funções cometidas àqueles que militam em serventias não oficializadas não são, como

se viu, técnicas ou científicas, não se pode negar que o sejam especializadas, tanto que são os respectivos cargos preenchidos após exame de provas (escreventes) ou de provas e títulos (serventuários), atinentes; aos serviços especificamente exercidos na serventia.

Por isso, permitido é ao aposentado de serventias não oficializadas voltar a trabalhar em cartório, desde que obviamente atendidos os requisitos do Decreto-lei n.º 159, de 28-10-1969, fato que aliás vem ocorrendo ultimamente com freqüência, sendo de se anotar apenas que o tempo de serviço que ensejou a aposentadoria é considerado completamente desvinculado, para todos os efeitos, do tempo de serviço iniciado no novo cargo.

Finalmente, é de se dizer que em face da recente instituição de remuneração aos vereadores, decorrente da Emenda Constitucional n.º 4, de 23-4-1975, e da Lei Complementar n.º 25, de 2-7-1975, para o exercício da vereança, deverão aqueles que militam em serventias não oficializadas, como funcionários públicos que são, afastar-se de seus cargos, optando pelos subsídios ou pelos vencimentos, tudo consoante o disposto no art. 111, inciso I, da Constituição Estadual.

E se remunerado for o cargo de Vice-Prefeito também deverá ele desincompatibilizar-se, não podendo acumular seus subsídios com remuneração a qualquer título oriunda de serventia (artigo 113, última parte, da Constituição Estadual).

Como quer que seja, o tempo em que estiverem afastados será contado como de "serviço público, singela e exclusivamente para fins de aposentadoria ... e promoção por antigüidade" (artigo 111, inciso I, da Const. Estadual), direito esse que já lhes foi expressamente reconhecido pelo E. Supremo Tribunal Federal (rel. Min. Ari Franco, j. 13-6-1957, R.D.A. 52/195), valendo lembrar ainda que o E. Tribunal de Justiça de São Paulo já assentou que o servidor de cartório eleito, como funcionário público que é, sujeita-se a todos os mandamentos constitucionais e legais aplicáveis aos funcionários públicos que passam a ocupar cargos eletivos (R.D.A. 21-104, j. em 27-10-1949).

14. A derradeira consigno que este parecer, caso aprovado, operará como autêntico "leading case", revestido de caráter normativo, e será trasiadado para os processos cuja solução está na dependência da definição do regime jurídico a que se submetem aqueles que desempenham suas funções em serventias não oficializadas.

A consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 2 de dezembro de 1975.

(a) José Waldecy Lucena, Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer.

São Paulo, 2 de dezembro de 1975.

(a) Márcio Marfins Ferreira, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O. 14-2-76

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 6

Dá nova redação ao artigo 104 da Constituição

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único - O artigo 104 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 104 - O servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eletivo obedecendo as disposições deste artigo.

§ 1.º - Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

§ 2.º - Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 3.º - Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma prevista no parágrafo 1.º deste artigo.

§ 4.º - Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5.º - É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função."

Brasília, 4 de junho de 1976,
A Mesa da Câmara dos Deputados
Célio Borja, Presidente
Herbert Levy, 1.º Vice-Presidente
Alencar Furtado, 2.º Vice-Presidente
Odulto Domíngues, 1.º Secretário
Henrique Eduardo Alves, 2.º Secretário
Pinheiro Machado, 3.º Secretário
Léo Simões, 4.º Secretário

A Mesa do Senado Federal
José de Magalhães Pinto, Presidente
Wilson Gonçalves, 1.º Vice-Presidente
Benjamin Farah, 2.º Vice-Presidente
Dinarte Mariz, 1.º Secretário
Marcos Freire, 2.º Secretário
Lourival Baptista, 3.º Secretário
Lenoir Vargas, 4.º Secretário
D.O.U. 8-6-76

LEI N.º 6.355, DE 8 DE SETEMBRO DE 1976

Altera o caput do Artigo 20 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O "caput" do artigo 20 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1976, 155.º da independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O.U. 9-9-76

DECRETO N.º 5.857, DE 11 DE MARÇO DE 1975

Aprova as Tabelas de Custos e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

Retificação do D.O. de 22-5-76

Na Tabela 13

Leia-se como segue e não como constou:

TABELA 13

DOS ESCRIVÃES DE PROTESTOS DE TÍTULOS

1 - Apresentação, protesto e registro de instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de edital e condução:

A Carteira

Ao Escrivão	Ao Estado	das Serventias	Total		
Até Cr\$ 300,00			6,00	1,20	0,90
8,10					
de 300,01 a		500,00	8,00	1,60	1,20

de	10,80 500,01 a 13,50		1.000,00	10,00	2,00	1,50
de	1.000,01 3,00	a 27,00	2.000,00	20,00	4,00	
de	2.000,01 6,00	a 54,00	4.000,00	40,00	8,00	
de	4.000,01 7,50	a 67,50	6.000,00	50,00	10,00	
de	6.000,01 9,03	a 81,00	8.000,00	60,00	12,00	
de	8.000,01 108,00	a	10.000,00	80,00	16,00	12,00
de	10.000,01 a 121,50		25.000,01	90,00	18,00	13,50
de	25.000,01 a 148,50		50.000,00	110,00	22,00	16,50
de	50.000,01 a 162,00		75.000,00	120,00	24,00	18,00
de	75.000,01 a 175,50		100.000,00	130,00	26,00	19,50
Pelo que exceder de Cr\$						
100.000,00: cada Cr\$ 25.000,00						
ou fração						
	13,50			10,00	2,00	1,50

Nota:

As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas mediante Carta Registrada, com recibo de volta (AR), só se admitindo o Edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

II - Pelo cancelamento do protesto processado na própria serventia, qualquer que seja o seu valor:

A Carteira

	AO Escrivão	Ao Estado	das Serventias	Total
20,00	4,00	3,00	27,00	
III - Certidão de protesto negativa:				
a) pela primeira página, por pessoa:				
até 5 anos	5,00	1,00	0,75	6,75
até 10 anos	10,00	2,00	1,50	13,59
b) por página que acrescer, qualquer que seja o número de pessoas				
	2,00	0,40	0,30	2,70
c) quando a certidão for positiva;				
por protesto constante na mesma, mais	2,00	0,40	0,30	
2,70				
d) certidão extraída por sistema de processamento de dados (computador):				
quando negativa, o mesmo fixado na letra a, e mais .	5,00	0,60	0,45	
4,50				
quando positiva; o mesmo				

fixado na letra a, e mais	4,00	1,20	0,91
3,10			
IV - Certidão de protesto positiva, inclusive sob forma de relação, para entidade de classe	0,70	0,14	0,11
0,95			
V - Informação verbal, quando o interessado dispensar certidão: a quarta parte do preço fixado no item III, letra a			
VI - Xerocópia ou fotocópia, de documento lavrado ou arquivado no cartório p/ página	2,03	0,40	0,30
2,70			
VII - Microfilmagem e/ou sistema de processamento de dados de documento referido nesta			
Tabela:			
qualquer que seja o número de páginas, mais	6,00	1,20	0,90
8,10			
D.O. 25.546			

ANO XXV

Nº 103 - Publicação: Jan/Jun 1977

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 7, DE 13 DE ABRIL DE 1977

O Presidente da República,
no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional N.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e
considerando que, nos termos do Ato Complementar N.º 102, de 1.º de abril de 1977, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional;
considerando que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo Federal é autorizado a legislar sobre todas as matérias, como preceitua o citado dispositivo do Ato Institucional N.º 5, de 13 de dezembro de 1968;
considerando que a elaboração de emendas à Constituição, compreendida no processo legislativo (artigo 46, 1), está na atribuição do Poder Executivo Federal,
PROMULGA a seguinte Emenda ao texto constitucional:
Artigo único - Ficam incorporadas ao texto da Constituição Federal as disposições resultantes das emendas aos artigos adiante indicados, bem assim incluídos, em seu Título V, os artigos 201 a 207 e suprimido o parágrafo único do artigo 122:
"Artigo 8.º

.....
XVII

.....
c) normas gerais sobre orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde, de regime penitenciário;
e) registros públicos, juntas comerciais e tabelionatos;
.....
.....

Artigo

72	
	
	§ 7.º - O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, independentemente de sua apreciação as melhorias posteriores.
	§ 8.º - O Presidente da República poderá ordenar a execução ou o registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior e a alínea b do § 5.º ad referendum do Congresso Nacional.
	Artigo 96 - O Ministério Público dos Estados será organizado em carreira, por lei estadual.
	Parágrafo único - Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, estabelecerá normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual, observado o disposto no § 1.º do artigo anterior.
	Artigo 111 - A lei poderá criar contencioso administrativo e atribuir-lhe competência para o julgamento das causas mencionadas no artigo anterior (Artigo 153, § 4.º).
	Artigo
112	
	
	I - Supremo Tribunal Federal;
	II - Conselho Nacional da Magistratura;
	III - Tribunal Federal de Recursos e juízes federais;
	IV - Tribunais e juízes militares;
	V - Tribunais e juízes eleitorais;
	VI - Tribunais e juízes do trabalho;
	VII - Tribunais e juízes estaduais.
	Parágrafo único - Lei complementar, denominada Lei Orgânica da Magistratura Nacional, estabelecerá normas relativas à organização, ao funcionamento, à disciplina, às vantagens, aos direitos e aos deveres da magistratura, respeitadas as garantias e proibições previstas nesta Constituição ou dela decorrentes.
	Artigo
113	
	
	11 - inamovibilidade, exceto por motivo de interesse público, na forma do § 3.º, e
	
	
	§ 1.º - Na primeira instância, a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício não podendo o juiz, nesse período, perder o cargo senão por proposta do Tribunal a que estiver subordinado, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos ou dos integrantes do órgão especial a que alude o artigo 144, V.
	§ 2.º - A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público em todos os casos com vencimentos integrais.
	§ 3.º - O Tribunal competente, ou o órgão especial previsto no artigo 144, V, poderá determinar, por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, a remoção ou a disponibilidade do juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juízes.
	Artigo
114	
	
	I - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular, e nos casos previstos nesta Constituição;
	II - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, porcentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento; e
	
	
	Artigo
115	
	
	I - eleger seus Presidentes e demais titulares de sua direção, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

II - organizar seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos, na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III - elaborar seus regimentos internos e neles estabelecer, respeitado o que preceituar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a competência de suas câmaras ou turmas isoladas, grupos, seções ou outros órgãos, com funções jurisdicionais ou administrativas; e

IV - conceder licença e férias, nos termos da lei, a seus membros e aos juízes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

Artigo 116 - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial (Artigo 144, V), poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Artigo

119

.....

I

-

.....

e) os conflitos de jurisdição entre quaisquer Tribunais e entre Tribunal e juiz de primeira instância a ele não subordinado;

.....

.....

i) os mandados de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara e do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional da Magistratura, do Tribunal de Contas da União, ou de seus presidentes, e do Procurador-Geral da República, bem como os impetrados pela União contra atos de governos estaduais;

.....

.....

l) a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade ou para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual;

m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

.....

.....

o) as causas processadas perante quaisquer juízos ou Tribunais, cuja avocação deferir, a pedido do Procurador-Geral da República, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos de decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido; e

p) o pedido de medida cautelar nas representações oferecidas pelo Procurador-Geral da República;

.....

.....

§ 1.º - As causas a que se refere o item III, alíneas a e d, deste artigo, serão indicados pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e relevância da questão federal.

§ 2.º - O Supremo Tribunal Federal funcionará em plenário ou dividido em turmas.

§ 3.º - O regimento interno estabelecerá:

a) a competência do plenário, além dos casos previstos nas alíneas a, b, c, d, i, j, l e o do item I deste artigo, que lhe são privativos;

b) a composição e a competência das turmas;

c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou recursal e da arguição de relevância da questão federal; e

d) a competência de seu Presidente para conceder o exequatur a cartas rogatórias e para homologar sentenças estrangeiras.

SEÇÃO III

Do Conselho Nacional da Magistratura

Artigo 120 - O Conselho Nacional da Magistratura, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de sete Ministros do Supremo Tribunal Federal, e por este escolhidos.

§ 1.º - Ao Conselho cabe conhecer de reclamações contra membros de Tribunais, sem prejuízo da competência disciplinar destes, podendo avocar processos disciplinares contra juízes de primeira

instância e, em qualquer caso, determinar a disponibilidade ou a aposentadoria de uns e outros, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 2.º - Junto ao Conselho funcionará o Procurador-Geral da República.

SEÇÃO IV

Do Tribunal Federal de Recursos

Artigo 121 - O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de vinte e sete Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, sendo quinze dentre juízes federais, indicados em lista tríplice, pelo próprio Tribunal; quatro dentre membros do Ministério Público Federal; quatro dentre advogados que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do artigo 118; e quatro dentre magistrados ou membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1.º - A nomeação só se fará depois de aprovada a escolha pelo Senado, salvo quanto à dos juízes federais indicados pelo Tribunal.

§ 2.º - A Lei Orgânica da Magistratura Nacional disporá sobre a divisão do Tribunal, podendo estabelecer a especialização de suas turmas e constituir, ainda, órgão a que caibam as atribuições reservadas ao Tribunal Pleno, inclusive a de declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

Artigo 122 - Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I

-
.....

b) os juízes federais, os juízes do trabalho e os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e os do Ministério Público da União, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

c) os mandados de segurança contra ato do Ministro de Estado, do Presidente do próprio Tribunal ou de suas câmaras, turmas, grupos ou seções; do diretor-geral da polícia federal ou de juiz federal;

.....
.....

e) os conflitos de jurisdição entre juízes federais a ele subordinados e entre juízes subordinados a tribunais diversos;

II - julgar, originariamente, nos termos da lei, o pedido de revisão das decisões proferidas pelos contenciosos administrativos (Artigo 204); e

III - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais.

SEÇÃO V

Dos Juízes Federais

Artigo 123 - Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos, sempre que possível, em lista tríplice, organizada pelo Tribunal Federal de Recursos.

§ 1.º - O provimento do cargo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, organizado pelo Tribunal Federal de Recursos, devendo os candidatos atender aos requisitos de idoneidade moral e de idade superior a vinte e cinco anos, além dos especificados em lei.

§ 2.º - A lei poderá atribuir a juízes federais exclusivamente funções de substituição, em uma ou mais Seções Judiciárias, e ainda, as de auxílio a juízes titulares de varas, quando não se encontrarem no exercício de substituição.

Artigo 125

-

.....

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional em que, iniciada a execução no País, seu resultado ocorreu ou deveria ter ocorrido no estrangeiro, ou, reciprocamente, iniciada no estrangeiro, seu resultado ocorreu ou deveria ter ocorrido no Brasil;

.....
.....

VIII - os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, como tal definida em lei, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar; e

.....
.....

Artigo 126 - A lei poderá permitir que a ação fiscal e outras sejam promovidas, nas comarcas do interior, onde tiver domicílio a outra parte, perante a Justiça do Estado ou do Território, e com recurso para o Tribunal Federal de Recursos, bem como atribuir ao Ministério Público local a representação judicial da União.

SEÇÃO VI

Dos Tribunais e Juízes Militares

Artigo 128

§ 2.º - Os juízes militares e togados do Superior Tribunal Militar terão vencimentos iguais aos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

§ 3.º - O Superior Tribunal Militar funcionará em plenário ou dividido em turmas, na forma estabelecida em lei.

SEÇÃO VII

Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

Artigo 131

I

b) de dois juízes entre os membros do Tribunal Federal de Recursos;

SEÇÃO VIII

Dos Tribunais e Juízes do Trabalho

Artigo 142

§ 2.º - Os litígios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, salvo exceções estabelecidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Artigo 143 - Das decisões do Tribunal Superior do Trabalho somente caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal quando contrariarem esta Constituição.

SEÇÃO IX

Dos Tribunais e Juízes Estaduais

Artigo 144 - Os Estados organizarão a sua justiça, observados os artigos 113 a 117 desta Constituição, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os dispositivos seguintes:

I - o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo a lei exigir dos candidatos prova de habilitação em curso de preparação para a magistratura; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista tríplice;

II

a) apurar-se-á na entrância a antigüidade e o merecimento, este em lista tríplice, sendo obrigatória a promoção do juiz que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

b) no caso de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar

o juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos que integrem o órgão especial a que alude o item V deste artigo, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) somente após dois anos de exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver, com tal requisito, quem aceite o lugar vago, ou forem recusados, pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do órgão especial previsto no item V deste artigo, candidatos que hajam completado o estágio;

IV - na composição de qualquer Tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados, em efetivo exercício da profissão, e membros do Ministério Público, todos de notório

merecimento e idoneidade moral, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por membros do Ministério Público ou advogados, indicados em lista tríplice;

V - nos Tribunais de Justiça com número superior a vinte e cinco desembargadores será constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições, administrativas e jurisdicionais, da competência do Tribunal Pleno, bem como para a uniformização da jurisprudência no caso de divergência entre seus grupos ou Seções;

VI - a lei poderá estabelecer, como condição à promoção por merecimento, a partir de determinada entrância, ou de acesso aos Tribunais de segunda instância, pelo mesmo critério, frequência e aprovação em curso ministrado por escola de aperfeiçoamento de magistrados;

VII - nos casos de impedimento, férias, licença ou qualquer afastamento, os membros de qualquer Tribunal serão substituídos, sempre que possível, por outros de seus componentes, sem acréscimo de remuneração. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional regulará a forma e os casos em que poderão ser convocados, para a substituição, juízes não pertencentes ao Tribunal.

§ 1.º

-

a) Tribunais inferiores de segunda instância, observados os requisitos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

b) juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios;

c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamento;

d) justiça militar estadual, constituída em primeira instância pelos Conselhos de Justiça, e, em segunda, pelo próprio Tribunal de Justiça, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes das polícias militares.

.....

§ 4.º - Os vencimentos dos juízes vitalícios serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos não inferiores aos que percebam os Secretários de Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

§ 5.º - Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesa.

§ 6.º - Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça ou do órgão especial previsto no item V deste artigo a alteração do número de seus membros ou dos membros dos Tribunais inferiores de segunda instância, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Artigo 153

-

§ 4.º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual. O ingresso em juízo poderá ser condicionado a que se exauram previamente as vias administrativas, desde que não exigida garantia de instância, nem ultrapassado o prazo de cento e oitenta dias para a decisão sobre o pedido.

.....

Artigo 193

-

..

§ 1.º - O título de desembargador é privativo dos membros dos Tribunais de Justiça; o de juiz, dos integrantes dos Tribunais inferiores de segunda instância e da magistratura de primeira instância;

§ 2.º - Os membros do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios terão o título de conselheiro.

Artigo 196 - É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de

tributos e multas.

Artigo 201 - Ficam transformados os atuais cargos de juiz federal substituto em cargos de juiz federal.

Parágrafo único - Os juízes federais substitutos ficam investidos nos cargos ora transformados, respeitada, porém, a antigüidade dos atuais juízes federais.

Artigo 202 - Os Estados adaptarão sua organização judiciária aos preceitos estabelecidos nesta Constituição e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, dentro de seis meses contados a partir da

vigência desta última, ficando extintos os cargos de juiz substituto de segunda instância, qualquer que seja sua denominação.

§ 1.º - Os juízes cujos cargos forem extintos ficarão em disponibilidade, com vencimentos integrais, até serem aproveitados, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 2.º - No Estado do Rio de Janeiro, a critério do Governador, poderão ser previamente aproveitados os atuais desembargadores em disponibilidade, observada sempre, quanto ao quinto reservado a advogados e membros do Ministério Público, a condição com que ingressaram no Tribunal de Justiça.

Artigo 203 - Poderão ser criados contenciosos administrativos, federais e estaduais, sem poder jurisdicional, para a decisão de questões fiscais e providenciárias, inclusive relativas a acidentes do trabalho (art. 153, § 4.º).

Artigo 204 - A lei poderá permitir que a parte vencida na instância administrativa (artigos 111 e 203) requeira diretamente ao Tribunal competente a revisão da decisão nela proferida.

Artigo 205 - As questões entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou entre umas e outras, serão decididas pela autoridade administrativa, na forma da lei, ressalvado ao acionista procedimento anulatório dessa decisão.

Artigo 206 - Ficam oficializadas as serventias do foro judicial e extrajudicial, mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo.

§ 1.º - Lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, disporá sobre normas gerais a serem observadas pelos Estados e pelo Distrito Federal na oficialização dessas serventias.

§ 2.º - Fica vedada, até a entrada em vigor da lei complementar a que alude o parágrafo anterior, qualquer nomeação em caráter efetivo para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos.

§ 3.º - Enquanto não fixados pelos Estados e pelo Distrito Federal os vencimentos dos funcionários das mencionadas serventias, continuarão eles a perceber as custas e emolumentos estabelecidos nos respectivos regimentos.

Artigo 207 - Enquanto não for promulgada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, somente serão preenchidos seis dos novos cargos de Ministro do Tribunal Federal de Recursos criados pelo artigo 121 desta Constituição, sendo três escolhidos dentre juízes federais indicados em lista tríplice, pelo próprio Tribunal, e três de acordo com os demais critérios estabelecidos no mesmo artigo."

Brasília, 13 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 8, DE 14 DE ABRIL DE 1977

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e

Considerando que, nos termos do Ato Complementar n.º 102, de 1.º de abril de 1977, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional;

Considerando que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo Federal é autorizado a legislar sobre todas as matérias, como preceitua o citado dispositivo do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968;

Considerando que a elaboração de emendas à Constituição, compreendida no processo legislativo (Artigo 46, I), está na atribuição do Poder Executivo Federal,

PROMULGA a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações nos artigos adiante indicados, incluindo-se em seu Título V os artigos 208, 209 e 210:

"Artigo 13

§ 2.º - A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal, obedecidas as seguintes normas:

- a) o colégio eleitoral compor-se-á dos membros da respectiva Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais do respectivo Estado;
- b) cada Câmara indicará, dentre seus membros, um delegado e mais um por duzentos mil habitantes do município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados, admitindo-se o voto cumulativo;
- c) o colégio eleitoral reunir-se-á na sede da respectiva Assembléia Legislativa, a 1.º de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato do Governador;
- d) será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos;
- e) se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, esta será repetida e a eleição dar-se-á, na terceira votação, por maioria simples;
- f) o candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado;
- g) a composição e o funcionamento do colégio eleitoral serão regulados em lei.

Artigo 15

I - pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores realizada simultaneamente em todo o país, na mesma data das eleições gerais para deputados.

Artigo 21

§ 2.º

I - contribuições, observada a faculdade prevista no item I deste artigo, tendo em vista intervenção no domínio econômico ou o interesse de categorias profissionais e para atender diretamente a parte da União no custeio dos encargos da previdência social.

Artigo 39 - A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e vinte representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

§ 2.º - Obedecido o limite máximo previsto neste artigo, o número de deputados, por Estado, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, para cada legislatura, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de cinquenta e cinco ou menos de seis deputados.

§ 3.º - Excetuado o de Fernando de Noronha, cada Território será representado, na Câmara, por dois deputados.

§ 4.º - No cálculo das proporções em relação à população, não se computará a do Distrito Federal nem a dos Territórios.

Artigo 41 - O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, eleitos dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

§ 1.º - Cada Estado elegerá três senadores com mandato de oito anos, renovando-se a

representação, de quatro em quatro, alternadamente por um e por dois terços.

§ 2.º - Na renovação do terço e, para o preenchimento de uma das vagas, na renovação por dois terços, a eleição far-se-á pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário. O preenchimento da outra vaga na renovação por dois terços, far-se-á mediante eleição, pelo sufrágio do colégio eleitoral constituído, nos termos do § 2.º do artigo 13, para a eleição do Governador de Estado, conforme disposto em lei.

§ 3.º - Cada senador será eleito com dois suplentes.

Artigo 43

-

X - contribuições sociais para custear os encargos previstos nos artigos 165, itens II, V, XIII, XVI e XIX, 166, § 1.º, 175, § 4.º e 178.

Artigo 47

-

1 - de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; ou

.....

§ 3.º - No caso do item I, a proposta deverá ter a assinatura de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e um terço dos membros do Senado Federal.

Artigo 48 - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de noventa dias a contar de seu recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as sessões, maioria absoluta dos votos do total de membros do Congresso Nacional.

Artigo 74

-

...

§ 2.º - Cada Assembléia indicará, dentre seus membros, três delegados e mais tini por milhão de habitantes, não podendo nenhuma representação ter menos de quatro delegados.

.....

Artigo 75 - O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional a 15 de outubro do ano anterior àquele em que findar o mandato presidencial.

.....

Artigo 77

-

§ 1.º - O candidato a Vice-Presidente, que deverá preencher os requisitos do artigo 74, considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado; seu mandato é de seis anos e, na posse, observar-se-á o disposto no artigo 76 e seu parágrafo único.

.....

Artigo 97

-

§ 3.º - Nenhum concurso terá validade por prazo maior de quatro anos contado da homologação.

Artigo 151 - Lei complementar estabelecerá os casos de inelegibilidade e os prazos nos quais cessará esta, com vistas a preservar, considerada a vida progressa do candidato:

.....

IV - a moralidade para o exercício do mandato.

Artigo 153

-

.....

§ 29 - Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem cobrado, em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro, ressalvados a tarifa alfandegária e a de transporte, o imposto sobre

produtos industrializados e outros especialmente indicados em lei complementar, além do imposto lançado por motivo de guerra e demais casos previstos nesta Constituição:

Artigo 208 - Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos a 15 de janeiro de 1974 terminarão a 15 de março de 1979.

Artigo 209 - Os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 1980 terão a duração de dois anos.

Artigo 210 - Na aplicação do disposto no § 2.º do artigo 39, para a legislatura a iniciar-se em 1979, não haverá redução do número de deputados de cada Estado, fixado para a legislatura iniciada em 1975".

Brasília, 14 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

DECRETO-LEI N.º 1.534, DE 13 DE ABRIL DE 1977

Assegura a prorrogação, pelos prazos que especifica, de locações residenciais;

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n.º 102, de 1.º de abril de 1977,

Decreta:

Artigo 1.º - Nas locações residenciais é assegurada ao locatário, uma vez findo o prazo contratual, ou vigorando este por tempo indeterminado, a faculdade de continuar no prédio, como inquilino, por período equivalente a 2 (dois) meses por ano ou fração de ano de vigência da locação.

§ 1.º - Vigorando a locação há mais de 1 (um) e até 2 (dois) anos, será de 6 (seis) meses o período a que este artigo se refere.

§ 2.º - Qualquer que seja o tempo da vigência da locação, o período de prorrogação de que trata este artigo não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3.º - Mesmo no decurso do período de prorrogação de que trata este artigo poderá a locação ser rescindida:

a) nos casos previstos no artigo 11 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, nas locações por ela regidas; e

b) nos casos de infração de obrigação legal ou contratual, nas demais locações.

Artigo 2.º - Durante os períodos a que aludem o artigo antecedente e seus parágrafos, o aluguel será corrigido monetariamente na mesma proporção da variação do valor nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ocorrida entre o mês-base e o primeiro mês do período de prorrogação, tomando-se como mês-base:

a) o primeiro mês após o último reajuste contratual, quando o contrato estipular reajuste; e

b) o primeiro mês da locação, quando no contrato não houver previsão de reajuste ou se a locação for verbal.

Artigo 3.º - O novo aluguel, calculado nos termos do artigo 2.º, vigorará pelo período de prorrogação da locação fixado no artigo 1.º e seus parágrafos; sendo ele superior a 12 (doze) meses, haverá novo reajuste a partir do 13.º mês.

Artigo 4.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

DECRETO-LEI N.º 1.535, DE 18 DE ABRIL DE 1977

Altera o Capítulo IV do Título II de Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a Férias, e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato

Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n.º 102, de 1 de abril de 1977,

Decreta:

Artigo 1.º - O Capítulo IV do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei

n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

Das Férias Anuais

SEÇÃO I

Do Direito a Férias e da sua Duração

Artigo 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

Artigo 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1.º - É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.

§ 2.º - O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

Artigo 131 - Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado:

I - nos casos referidos no artigo 473;

II - durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto não criminoso, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;

III - por motivo de acidente do trabalho ou de incapacidade que propicie concessão de auxílio-doença pela Previdência Social, excetuada a hipótese do inciso IV do artigo 133;

IV - justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário;

V - durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido; e

VI - nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese do inciso III do artigo 133.

Artigo 132 - O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 90 (noventa) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

Artigo 133 - Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

I - deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída;

II - permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias;

III - deixar de trabalhar, com percepção de salário, por mais de 30 (trinta) dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; e

IV - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1.º - A interrupção da prestação de serviços deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 2.º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

SEÇÃO II

Da Concessão e da Época das Férias

Artigo 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1.º - Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2.º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Artigo 135 - A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com

antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

§ 1.º - O empregado não poderá entrar no gozo das férias sem que apresente ao empregador sua CTPS, para que nela seja anotada a respectiva concessão.

§ 2.º - A concessão das férias será, igualmente, anotada no livro ou nas fichas de registro dos empregados.

Artigo 136 - A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.

§ 1.º - Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

§ 2.º - O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

Artigo 137 - Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o artigo 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

§ 1.º - Vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas.

§ 2.º - A sentença cominará pena diária de 5% (cinco por cento) do salário-mínimo da região, devida ao empregado até que seja cumprida.

§ 3.º - Cópia da decisão judicial transitada em julgado será remetida ao órgão local do Ministério do Trabalho, para fins de aplicação da multa de caráter administrativo.

Artigo 138 - Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

SEÇÃO III

Das Férias Coletivas

Artigo 139 - Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.

§ 1.º - As férias poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2.º - Para os fins previstos neste artigo, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

§ 3.º - Em igual prazo o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional, e providenciará a afixação de aviso nos locais de trabalho.

Artigo 140 - Os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.

Artigo 141 - Quando o número de empregados contemplados com as férias coletivas for superior a 300 (trezentos), a empresa poderá promover, mediante carimbo, as anotações de que trata o artigo 135, § 1.º.

§ 1.º - O carimbo, cujo modelo será aprovado pelo Ministério do Trabalho, dispensará a referência ao período aquisitivo a que correspondem, para cada empregado, as férias concedidas.

§ 2.º - Adotado o procedimento indicado neste artigo, caberá à empresa fornecer ao empregado cópia visada do recibo correspondente à quitação mencionada no parágrafo único do artigo 145.

§ 3.º - Quando da cessação do contrato de trabalho, o empregador anotará na CTPS as datas dos períodos aquisitivos correspondentes às férias coletivas gozadas pelo empregado.

SEÇÃO IV

Da Remuneração e do Abono de Férias

Artigo 142 - O empregado perceberá durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 1.º - Quando o salário for pago por hora, com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

§ 2.º - Quando o salário for pago por tarefa, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.

§ 3.º - Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem à concessão das férias.

§ 4.º - A parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação na CTPS.

§ 5.º - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão

computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.

§ 6.º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência por percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes.

Artigo 143 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

§ 1.º - O abono de férias deveser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

§ 2.º - Tratando-se de férias coletivas, a conversão a que se refere este artigo deveser objeto de acordo coletivo entre o empregador o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, independentemente de requerimento individual a concessão do abono.

Artigo 144 - O abono de férias de que trata o artigo anterior, bem como o concedido em virtude de cláusula do contrato de trabalho, do regulamento da empresa, de convenção ou acordo coletivo, desde que não excedente de 20 (vinte) dias do salário, não integrarão a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho e da Previdência Social.

Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso o do abono referido no artigo 143, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

SEÇÃO V

Dos Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho

Art. 146 - Na cessação do contrato de trabalho qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único - Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o artigo 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Artigo 147 - O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo predeterminado, antes de completar 12 (doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo-anterior.

Artigo 148 - A remuneração das férias, ainda quando devida após a cessação do contrato de trabalho terá natureza salarial, para os efeitos do artigo 449.

SEÇÃO VI

Do Início da Prescrição

Artigo 149 - A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do prazo mencionado no artigo 134 ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

SEÇÃO VII

Disposições Especiais

Artigo 150 - O tripulante que, por determinação do armador, for transferido para o serviço de outro, terá computado, para o efeito de gozo de férias, o tempo de serviço prestado ao primeiro, ficando obrigado a concedê-las o armador em cujo serviço ele se encontra na época de gozá-las.

§ 1.º - As férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripulantes ali residentes.

§ 2.º - Será considerada grande estadia a permanência no porto por prazo excedente de 6 (seis) dias.

§ 3.º - Os embarcadichos, para gozarem férias nas condições deste artigo, deveser pedi-las, por escrito, ao armador, antes do início da viagem, no porto de registro ou armação.

§ 4.º - O tripulante, ao terminar as férias, apresentar-se-á ao armador, que deveser designá-lo para qualquer de suas embarcações ou o adir a algum dos seus serviços terrestres, respeitadas a condição pessoal e a remuneração.

§ 5.º - Em caso de necessidade, determinada pelo interesse público, e comprovada pela autoridade competente, poderá o armador ordenar a suspensão das férias já iniciadas ou a iniciar-se, ressalvado ao tripulante o direito ao respectivo gozo posteriormente.

§ 6.º - O Delegado do Trabalho Marítimo poderá autorizar a acumulação de 2 (dois) períodos de férias do marítimo, mediante requerimento justificado:

I - do sindicato, quando se tratar de sindicalizado; e

II - da empresa, quando o empregado não for sindicalizado.

Artigo 151 - Enquanto não se criar um tipo especial de caderneta profissional para os marítimos, as férias serão anotadas pela Capitania do Porto na caderneta-matricula do tripulante, na página das observações.

Artigo 152 - A remuneração do tripulante, no gozo de férias será acrescida da importância correspondente à etapa que estiver vencendo.

SEÇÃO VIII

Das Penalidades

Artigo 153 - As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas com a multa de no mínimo 2 (duas) até 20 (vinte) vezes o valor de referência previsto no artigo 2.º parágrafo único, da Lei n.º 6.205 (*), de 29 de abril de 1975, calculada a razão de um valor de referência por empregado em situação irregular.

Parágrafo único - Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

Artigo 2.º - O Poder Executivo expedirá nova regulamentação à Lei n. 5.085(*), de 27 de agosto de 1966, com a finalidade de ajustá-la às alterações decorrentes deste Decreto-lei.

Artigo 3.º - O presente Decreto-lei entrará em vigor no dia 1.º de maio de 1977.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

ERNESTO GEISEL, Presidente da República

ARNALDO PRIETO

DECRETO-LEI N.º 1.537 - DE 13 DE ABRIL DE 1977

Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, tendo em vista o artigo 182 da Constituição e o disposto no Ato Complementar n.º 102, de 1.º de abril de 1977,

Decreta:

Artigo 1.º - É isenta a União do pagamento de custas e emolumentos aos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, com relação às transcrições, inscrições, averbações e fornecimento de certidões relativas a quaisquer imóveis de sua propriedade ou de seu interesse, ou que por ela venham a ser adquiridos.

Artigo 2.º - É isenta a União, igualmente, do pagamento de custas e emolumentos quanto às transcrições, averbações; e fornecimento de certidões pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como quanto ao fornecimento de certidões de escrituras pelos Cartórios de Notas.

Artigo 3.º - A isenção de que tratam os artigos anteriores estende-se à prática dos mesmos atos, relativamente a imóveis vinculados ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília (FRHB).

Artigo 4.º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Mário Henrique Simonsen

DECRETO-LEI N.º 1.510 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participação societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - O lucro auferido por pessoas físicas na alienação de quaisquer participações societárias; está sujeito à incidência do imposto de renda, na cédula "H" da declaração de rendimentos.

Artigo 2.º - O rendimento tributável, de acordo com o artigo anterior será determinado pela diferença entre o valor da alienação e o custo de subscrição ou aquisição da participação societária, corrigido monetariamente segundo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Artigo 3.º - Considera-se valor da alienação:

- a) o preço efetivo da operação de venda ou da cessão de direitos;
- b) o valor efetivo da contraprestação, nos demais casos de alienação.

Parágrafo único - Nos casos de alienação a título gratuito, será sempre imputável à operação o valor real da participação alienada.

Artigo 4.º - Não incidirá o imposto de que trata o artigo 1.º

- a) nas negociações, realizadas em Bolsa de Valores, com ações de sociedades anônimas;
- b) pelo espólio, nas alienações "mortis causa";
- c) nas alienações em virtude de desapropriação por órgãos públicos;
- d) nas alienações efetivadas após decorrido o período de cinco anos da data da subscrição ou aquisição da participação.

Artigo 5.º - Para os efeitos da tributação prevista no artigo 1.º deste Decreto-lei, presume-se que as alienações se referem às participações subscritas ou adquiridas mais recentemente e que as bonificações são adquiridas, a custo zero, às datas de subscrição ou aquisição das participações a que corresponderem.

Artigo 6.º - A tributação prevista no artigo 1.º deste Decreto-lei não se aplica às cotas de fundos em condomínio a que se refere o artigo 18 do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974.

Artigo 7.º - O adquirente da participação societária deverá reter e recolher, no ato da operação sujeita à tributação prevista no artigo 1.º deste Decreto-lei, 1 % (um por cento) do valor da aquisição, como antecipação do imposto devido pelo alienante na declaração de rendimentos.

§ 1.º - O adquirente, fornecerá ao alienante o comprovante do recolhimento do imposto antecipado na forma deste artigo.

§ 2.º - A falta de retenção de que trata este artigo sujeitará o adquirente à multa de 50% (cinquenta por cento) do imposto que deveria ter sido retido.

Artigo 8.º - Em qualquer caso, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do imposto à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros auferidos, conjuntamente com o devido r.a. declaração de rendimentos, sem direito a abatimentos e reduções por incentivos fiscais.

Artigo 9.º - O Ministro da Fazenda baixará normas complementares necessárias à aplicação do disposto aos artigos anteriores inclusive quanto aos critérios de avaliação das operações sujeitas a imposto.

Artigo 10 - São procedidas as seguintes alterações no Decreto-lei número 1.381, de 23 de dezembro de 1974:

I - Nova redação ao artigo 3.º:

"Artigo 3.º - Serão consideradas empresas individuais para os fins do artigo 1.º as pessoas físicas que:

I - Alienarem imóveis a empresa a que estejam vinculadas, se as empresas adquirentes explorarem, por qualquer modalidade, a construção, a comercialização de imóveis ou atividade de florestamento ou reflorestamento;

II - praticarem, em nome individual, a comercialização de imóveis com habitualidade; ou

III - promoverem a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos".

II - Nova redação ao § 1.º do artigo 4.º:

"§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as alienações:

a) de imóveis havidos por legado, herança, e doação como adiantamento da legítima;

b) de imóveis adquiridos mais de 60 (sessenta) meses antes da data da alienação".

III - Nova redação ao artigo 5.º:

"Artigo 5.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do artigo 3.º inciso II, será considerada habitualidade na comercialização de imóveis a alienação:

I - No prazo de 2 anos calendários consecutivos, de mais de 3 (três) imóveis adquiridos nesse biênio;

II - No prazo de 5 anos calendários consecutivos, de mais de 5 (cinco) imóveis adquiridos nesse mesmo quinquênio.

§ 1.º - Nos termos deste artigo, não serão computadas as transferências de imóveis em decorrência de herança ou legado, as doações como adiantamento da legítima, nem as alienações:

a) de imóveis por motivo de desapropriação, recuo, ou extinção judicial de condomínio;

b) de imóveis por legado, herança e doação como adiantamento da legítima;

c) de imóvel reavido por rescisão do contrato de alienação desse mesmo imóvel;

d) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno a que se refere o artigo 39, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando se tratar de terreno havido mais de 60 (sessenta) meses antes dessa operação;

e) de vagas para guarda de automóveis.

§ 2.º - Para os efeitos deste artigo, será considerada como uma única operação:

a) alienação da totalidade ou de fração ideal de um terreno, com ou sem edificações, resultante da unificação de dois ou mais terrenos;

b) a alienação conjunta da totalidade ou de fração ideal de dois terrenos confinantes, com ou sem edificações;

c) a alienação em conjunto de até 5 (cinco) terrenos confinantes com o todo, sem edificações, desde que originados do desmembramento de um mesmo terreno e todos possuindo testada para logradouro público;

d) a alienação conjunta de até 3 (três) unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento de edifício e confinantes com o todo, desde que adquiridas de uma só vez pelo alienante.

§ 3.º - Quando o imóvel alienado não tiver sido adquirido de uma só vez, mas parceladamente em anos diferentes, inclusive nos casos a que se refere o parágrafo anterior, adotar-se-á como ano de aquisição, aquele em que tiver sido adquirida a maior área de terreno ou as unidades que, em conjunto, correspondera a maior fração ideal de terreno; se, na quantificação desses valores, houver equivalência entre dois ou mais anos, consecutivos ou não, adotar-se-á o mais antigo.

§ 4.º - O número de adquirentes, em condomínio ou em comunhão, não descaracterizará a unicidade da operação para o alienante".

IV - Nova redação ao § 1.º do artigo 6.º:

"§ 1.º - Equipara-se, também, à pessoa jurídica, o proprietário ou titular de terrenos ou glebas de terras que, sem efetuar o registro dos documentos de incorporação ou loteamento, neles promova a construção de prédio com mais de duas unidades imobiliárias ou a execução de loteamento, se iniciar a alienação das unidades imobiliárias ou dos lotes de terreno antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) meses contado da data da averbação, no Registro Imobiliário, da construção do prédio ou da aceitação das obras do loteamento".

V - Nova redação ao § 3.º do artigo 9.º:

"§ 3.º - No caso das operações a que se refere a alínea "c" do § 2.º não serão computados para efeito de apuração do lucro da empresa individual, o resultado, correção monetária e juros auferidos nas alienações:

a) de imóveis por desapropriação, recuo ou extinção judicial de condomínio;

b) de imóveis havidos por legado, herança e doação como adiantamento da legítima;

c) de imóveis adquiridos mais de 120 (cento e vinte) meses antes da data da equiparação.

Artigo 11 - A subdivisão ou desmembramento de imóvel rural em mais de 10 (dez) lotes, ou a alienação de mais de 10 (dez) quinhões ou frações ideais desse imóvel serão equiparadas a loteamento para os efeitos do disposto no inciso III do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

§ 1.º - Quando a subdivisão do imóvel rural resultar em até 10 (dez) lotes ou a alienação de frações ideais não exceder de 10 (dez) quinhões, a alienação de cada um desses lotes ou de cada uma das frações ideais será computada como uma operação para os efeitos do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.381.

§ 2.º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a subdivisão se efetive por força de partilha amigável ou judicial em decorrência de herança, legado, doação como adiantamento da legítima, ou extinção de condomínio.

Artigo 12 - A pessoa física equiparada à empresa individual por força do disposto no artigo 3.º inciso III do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, e do "caput" do artigo 11 deste Decreto-lei, fica obrigada a manter escrituração contábil completa.

Artigo 13 - A pessoa física equiparada à empresa individual, caso já esteja equiparada em razão da exploração de outra atividade, poderá optar por apresentar mais de uma declaração de rendimentos como pessoa jurídica abrangendo, em uma delas, unicamente os resultados de operações com imóveis.

Parágrafo único - No caso previsto neste artigo a pessoa física deverá ter registro específico no Cadastro Geral de Contribuintes, e a opção exercida será irrevogável.

Artigo 14 - O lucro anualmente apurado pela pessoa física equiparada à empresa individual em razão de operações com imóveis será considerado como automaticamente distribuído no ano-base.

§ 1.º - O lucro de que trata este artigo, deduzido da provisão para pagamento do imposto de renda, está sujeito à retenção do imposto na fonte, à alíquota de 10% (dez por cento), que deverá ser recolhido no prazo de 90 (noventa) dias contado do encerramento do ano-base.

§ 2.º - O contribuinte poderá considerar a incidência referida no parágrafo anterior como exclusiva na fonte, ou optar pela inclusão do rendimento na cédula "F" da declaração.

Artigo 15 - Os serventuários da Justiça responsáveis por Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ficam obrigados a fazer comunicação à Secretaria da Receita Federal dos documentos lavrados, anotados, averbados ou registrados em seus Cartórios e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis por pessoas físicas, conforme definidos no artigo 2.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

§ 1.º - A comunicação deve ser efetivada em formulário padronizado e em prazo a ser fixado pela Secretaria da Receita Federal.

§ 2.º - O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator a multa correspondente a 1 % (um por cento) do valor do ato.

Artigo 16 - As disposições referentes à equiparação da pessoa física à pessoa jurídica introduzidas por este Decreto-lei somente se aplicarão às alienações de imóveis havidos após 30 de junho de 1977.

Parágrafo único - Não obstante o disposto neste artigo, ocorrerá a equiparação a empresa individual da pessoa física que, no ano de 1977, alienar mais de três imóveis adquiridos nesse mesmo ano ou, em cada um dos triênios 1975 a 1977 ou 1976 a 1978, alienar mais de seis imóveis adquiridos no mesmo triênio, respeitadas as demais condições de equiparação da legislação que ora se modifica.

Artigo 17 - O artigo 6.º do Decreto-lei n.º 1.493, de 7 de dezembro de 1976, constitui nova redação do caput do artigo 10 do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968, cujos parágrafos permanecem inalterados.

Artigo 18 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e, excetuado o contido no artigo 17, seus efeitos se produzirão a partir do ano base de 1977.

Brasília, 27 de dezembro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

(D. O. União de 28-12-76)

LEI N.º 6.367, DE 19 DE OUTUBRO DE 1976

Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O seguro obrigatório contra acidentes do trabalho dos empregados segurados do regime de previdência social da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), e legislação posterior, é realizado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 1.º - Consideram-se também empregados, para os fins desta lei, o trabalhador temporário, o trabalhador avulso, assim, entendido o que presta serviços a diversas empresas, pertencendo ou não a sindicato, inclusive o estivador, o conferente e assemelhados, bem como o presidiário que exerce trabalho remunerado.

§ 2.º - Esta lei não se aplica ao titular de firma individual, ao diretor, sócio-gerente, sócio-solidário, sócio cotista e sócio de indústria de qualquer empresa, que não tenha a condição de empregado, nem ao trabalhador autônomo e ao empregado doméstico.

Artigo 2.º - Acidente do trabalho é aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1.º - Equiparam-se ao acidente do trabalho, para os fins desta lei:

I - a doença profissional ou do trabalho, assim entendida a inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS);

II - o acidente que, ligado ao trabalho, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte, ou a perda, ou redução da capacidade para o trabalho;

III - o acidente sofrido pelo empregado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:

a) ato de sabotagem ou de terrorismo praticado por terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada com o trabalho;

c) o ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, inclusive companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação ou incêndio;

f) outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

IV - a doença proveniente de contaminação acidental de pessoal de área médica, no exercício de sua atividade;

V - o acidente sofrido pelo empregado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, seja qual for o meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do empregado;

d) no percurso da residência para o trabalho ou deste para aquela.

§ 2.º - Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado será considerado a serviço da empresa.

§ 3.º - Em casos excepcionais, constatando que doença não incluída na relação prevista no item 1 do § 1.º resultou de condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, o Ministério da Previdência e Assistência Social deverá considerá-la como acidente do trabalho.

§ 4.º - Não poderão ser consideradas, para os fins do disposto no § 3.º a doença degenerativa, a inerente a grupo etário e a que não acarreta incapacidade para o trabalho.

§ 5.º - Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data da comunicação desta à empresa ou, na sua falta, a da entrada do pedido de benefício do INPS, a partir de quando serão devidas as prestações cabíveis.

Artigo 3.º - Não será considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho lesão que, resultante de outro acidente, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.

Artigo 4.º - Em caso de acidente do trabalho, os segurados de que trata o artigo 1.º e seus dependentes terão direito, independentemente de período de carência, às prestações previdenciárias cabíveis, observado o disposto nesta lei.

Artigo 5.º - Os benefícios por acidente do trabalho serão calculados, concedidos, mantidos e reajustados na forma do regime de previdência social do INPS, salvo no tocante aos valores dos benefícios de que trata este artigo, que serão os seguintes:

I - auxílio-doença - valor mensal igual a 92% (noventa e dois por cento) do salário-de-contribuição do empregado, vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a 92% (noventa e dois por cento) de seu salário-de-benefício;

II - aposentadoria por invalidez - valor mensal igual ao do salário-de-contribuição vigente no dia

do acidente, não podendo ser inferior ao de seu salário-de-benefício;

III - pensão - valor mensal igual ao estabelecido no item II, qualquer que seja o número inicial de dependentes.

§ 1.º - Não serão considerados para a fixação do salário-de-contribuição de que trata este artigo os aumentos que excedam os limites legais, inclusive os voluntariamente concedidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se resultantes de promoções reguladas por normas gerais da empresa admitidas pela legislação do trabalho, de sentenças normativas ou de reajustamentos salariais obtidos pela categoria respectiva.

§ 2.º - A pensão será devida a contar da data do óbito, e o benefício por incapacidade a contar do 16.º (décimo sexto) dia do afastamento do trabalho, cabendo à empresa pagar a remuneração integral do dia do acidente e dos 15 (quinze) dias seguintes.

§ 3.º - O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que em consequência do acidente do trabalho necessitar da assistência permanente de outra pessoa, segundo critérios previamente estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, será majorado em 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4.º - No caso de empregado de remuneração variável e de trabalhador avulso, o valor dos benefícios de que trata este artigo, respeitado o percentual previsto no seu item 1, será calculado com base na média aritmética:

I - dos 12 (doze) maiores salários-de-contribuição apurados em período não superior a 18 (dezoito) meses imediatamente anteriores ao acidente, se o segurado contar, nele, mais de 12 (doze) contribuições;

II - dos salários-de-contribuição compreendidos nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do acidente ou no período de que trata o item I, conforme for mais vantajoso, se o segurado contar 12 (doze) ou menos contribuições nesse período.

§ 5.º - O direito ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez ou à pensão, nos termos deste artigo, exclui o direito aos mesmos benefícios nas condições do regime de previdência social do INPS, sem prejuízo porém dos demais benefícios por este assegurados.

§ 6.º - Quando se tratar de trabalhador avulso referido no § 1.º do Artigo 1.º desta lei, o benefício por incapacidade ficará a cargo do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir do dia seguinte ao do acidente.

§ 7.º - Nenhum dos benefícios por acidente do trabalho de que trata este artigo poderá ser inferior ao salário-mínimo do local de trabalho do acidentado, ressalvado o disposto no inciso I deste artigo.

Artigo 6.º - O acidentado do trabalho que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, permanecer incapacitado para o exercício da atividade que exercia habitualmente, na época do acidente, mas não para o exercício de outra, fará jus, a partir da cessação do auxílio-doença, a auxílio-acidente.

§ 1.º - O auxílio-acidente, mensal, vitalício e independente de qualquer remuneração ou outro benefício não relacionado ao mesmo acidente, será concedido, mantido e reajustado na forma do regime de previdência social do INPS e corresponderá a 40% (quarenta por cento) do valor de que trata o inciso II do Artigo 5.º desta lei, observado o disposto no § 4.º do mesmo artigo.

§ 2.º - A metade do valor do auxílio-acidente será incorporada ao valor da pensão quando a morte do seu titular não resultar de acidente do trabalho.

§ 3.º - O titular do auxílio-acidente terá direito ao abono anual.

Artigo 7.º - Em caso de morte decorrente de acidente do trabalho, será também devido aos dependentes do acidentado um pecúlio no valor de 30 (trinta) vezes o valor de referência, fixado nos termos da Lei número 6.205, de 29 de abril de 1975, vigente na localidade de trabalho do acidentado.

Artigo 8.º - Em caso de aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente de trabalho, será devido, também, ao acidentado, um pecúlio de 15 (quinze) vezes o valor de referência, fixado nos termos da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, vigente na localidade de trabalho do acidentado.

Artigo 9.º - O acidente do trabalho que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, apresentar, como seqüelas definitivas, perdas anatômicas ou redução da capacidade funcional, constantes de relação previamente elaborada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), as quais, embora não impedindo o desempenho da mesma atividade, demandem, permanentemente, maior esforço na realização do trabalho, fará jus, a partir da cessação do auxílio-doença, a um auxílio mensal que corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor de que

trata o inciso II do Artigo 5.º desta lei, observado o disposto no § 4.º do mesmo artigo.

Parágrafo único - Esse benefício cessará com a aposentadoria do acidentado e seu valor não será incluído no cálculo de pensão.

Artigo 10 - A assistência médica, aí incluídas a cirúrgica, a hospitalar a farmacêutica e a odontológica, bem como o transporte do acidentado e a reabilitação profissional, quando indicada, serão devidos em caráter obrigatório.

Artigo 11 - Quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada pelo uso de aparelhos de prótese ou órtese, esses serão fornecidos pelo INPS, independentemente das prestações cabíveis.

Artigo 12 - Nas localidades onde o INPS não dispuser de recursos próprios ou contratados, a empresa prestará ao acidentado a assistência médica de emergência e, quando indispensável a critério do médico, providenciará sua remoção.

§ 1.º - Entende-se como assistência médica de emergência a necessária ao atendimento do acidentado até que o INPS assuma a responsabilidade por ele.

§ 2.º - O INPS reembolsará a empresa das despesas com a assistência de que trata este artigo, até limites compatíveis com os padrões do local de atendimento.

Artigo 13 - Para pleitear direitos decorrentes desta lei, não é obrigatória a constituição de advogado.

Artigo 14 - A empresa deverá, salvo em caso de impossibilidade absoluta, comunicar o acidente do trabalho ao INPS dentro de 24 (vinte e quatro) horas, e à autoridade policial competente no caso de morte, sob pena de multa de

1 (uma) a 10 (dez) vezes o maior valor de referência fixado nos termos da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975.

Parágrafo único - Compete ao INPS aplicar e cobrar a multa de que trata este artigo.

Artigo 15 - O custeio dos encargos decorrentes desta lei será atendido pelas atuais contribuições previdenciárias a cargo da União, da empresa e do segurado, com um acréscimo, a cargo exclusivo da empresa, das seguintes percentagens do valor da folha de salário de contribuição dos segurados de que trata o Artigo 1.º:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) para a empresa em cuja atividade o risco de acidente do trabalho seja considerado leve;

II - 1,2% (um e dois décimos por cento) para a empresa em cuja atividade esse risco seja considerado médio;

III - 2,5% (dois e meio por cento) para a empresa em cuja atividade esse risco seja considerado grave.

§ 1.º - O acréscimo de que trata este artigo será recolhido juntamente com as demais contribuições arrecadadas pelo INPS.

§ 2.º - O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) classificará os três graus de risco em tabela própria organizada de acordo com a atual experiência de risco, na qual as empresas serão automaticamente enquadradas, segundo a natureza da respectiva atividade.

§ 3.º - A tabela será revista trienalmente pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de acordo com a experiência de risco verificada no período.

§ 4.º - O enquadramento individual na tabela, de iniciativa da empresa, poderá ser revisto pelo INPS, a qualquer tempo.

Artigo 16 - A contribuição estabelecida no Artigo 5.º da Lei n.º 5.161, de 21 de outubro de 1966, que criou a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), será de 0,5% (meio por cento) da receita adicional estabelecida no Artigo 15 desta Lei.

Artigo 17 - O INPS recolherá 1,25% (um e vinte e cinco centésimos por cento) da receita adicional estabelecida no Artigo 15 desta lei ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), para aplicação em projetos referentes a equipamentos e instalações destinados à prevenção de acidentes do trabalho, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo único - A aplicação prevista neste artigo será feita sob a forma de empréstimo sem juros, sujeito apenas à correção monetária, segundo o valor nominal reajustado das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Artigo 18 - As ações referentes a prestações por acidente do trabalho prescreverão em 5 (cinco) anos contados da data:

I - do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo do INPS;

II - da entrada do pedido de benefício no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ou do afastamento do trabalho, quando este for posterior àquela, no caso de doença profissional, e da ciência, dada pelo Instituto acima mencionado ao paciente, de reconhecimento de casualidade entre o trabalho e a doença, nos demais casos de doenças do trabalho. Não sendo reconhecida pelo Instituto essa relação, o prazo prescricional aqui previsto se iniciará a partir do exame pericial que comprovar, em juízo, a enfermidade e aquela relação;

III - em que for reconhecida pelo INPS a incapacidade permanente ou sua agravação.

Artigo 19 - Os litígios relativos a acidentes do trabalho serão apreciados:

I - na esfera administrativa, pelos órgãos da previdência social, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações previdenciárias - mas com prioridade absoluta para conclusão;

II - na via judicial, pela justiça comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, segundo o procedimento sumaríssimo.

Artigo 20 - A legislação do regime de Previdência Social do INPS aplica-se subsidiariamente à matéria de que trata esta lei.

Artigo 21 - Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês seguinte ao de sua publicação.

Artigo 22 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, e a Lei n.º 5.316, de 14 de setembro de 1967.

Brasília, 19 de outubro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

L. G. do Nascimento e Silva

DECRETO N.º 9.555, DE 4 DE MARÇO DE 1977

Aprova as Tabelas de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970 e a conveniência de manter-se o critério simplificador de leitura direta dos preços dos atos judiciais e extrajudiciais,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovadas, nos termos e para os fins dos artigos 254 e 259 do Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, e do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, as quatorze Tabelas que acompanham este decreto.

Artigo 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias oficializadas e dos atos praticados pelos Oficiais de Justiça.

Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso II do artigo 21 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos tanto cíveis como criminais, 8% (oito por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, e 12% (doze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Parágrafo único - Os emolumentos que nas serventias não oficializadas são devidos aos respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado não se compreendem na disposição deste artigo.

Artigo 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Artigo 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento) do total fixado.

Artigo 6.º - As Tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou ao oficial do registro de imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 7.º - As custas e emolumentos, tabelados neste decreto, serão devidos pela metade

quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis constará a seguinte observação: "Somente terá valor para fins de financiamento agropecuário".

Artigo 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os decretos n.ºs 5.857, de 11 de março de 1975 e 7.246, de 10 de dezembro de 1975.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de março de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 4 de março de 1977.

Maria Angélica Gialazzi, Diretora de Divisão de Atos do Governador

TABELA I

DOS FEITOS E RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Notas genéricas:

1.ª) Os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas Tabelas 2 a 9 e das despesas postais.

2.ª) Nos feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor constituem renda do Estado.

3.ª) Consideram-se de valor inestimável:

a) os pedidos de interdição, tutela, curatela, remoção e destituição de tutor ou curador;

b) os protestos, interpelações e notificações;

c) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiros;

d) qualquer outro feito cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.

4.ª) Os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:

a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial;

b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.

5.ª)) Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecidos na nota anterior a ação popular (v. item I, nota 1.ª) o desquite litigioso (v. item I, nota 2.ª) a execução fiscal (v. artigo 2.º do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e item II, nota 2.ª) a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia (v. item II, nota 4.ª) e os processos-crimes de ação pública.

6.ª) Para que se processe a oposição, o oponente deverá pagar importância igual à devida até o momento, pelo autor ou requerente.

7.ª) Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.ª Nota do item II.

8.ª) Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "b" da 4.ª Nota genérica.

9.ª) Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.

10.ª) Os feitos cíveis com mais de 200 folhas Passarão automaticamente a ser tabelados de acordo com o item I, sendo exigível a partir desse momento o complemento do preço, vedados espaços inúteis entre os termos do processo.

11.ª) Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

12.ª) A reconvocação está sujeita à distribuição autônoma e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo.

1 - Feitos cíveis não tabelados nos itens II e III - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	AO ESCRIVÃO	AO E AO DISTRIBUIDOR	ESTADO	TOTAL	CARTEIRA
TOTAL					
DA SERVENTIA					
Até Cr\$	2.000,00		56,00	31,00	87,00

8,40	95,40				
De 2.000,01 a 3.000,00		62,00	37,00	99,00	9,30
108,30					
De 3.000,01 a 4.000,00		69,00	44,00	13,00	10,35
123,35					
De 4.000,01 a 5.000,00		75,00	50,00	125,00	11,25
136,25					
De 5.000,01 a 6.000,00		81,00	56,00	137,00	12,15
149,15					
De 6.000,01 a 8.000,00		94,00	69,00	163,00	14,10
177,10					
De 8.000,01 a 10.000,00	106,00	81,00	187,00	15,90	
202,90					
De 10.000,01 a 12.000,00	119,00	100,00	219,00	17,85	
236,85					
De 12.000,01 a 14.000,00	131,00	119,00	250,00	19,65	
269,65					
De 14.000,01 a 16.000,00	144,00	137,00	281,00	21,60	
302,60					
De 16.000,01 a 18.000,00	156,00	156,00	312,00	23,40	
35,40					
De 18.000,01 a 20.000,00	162,00	181,00	343,00	24,30	
367,30					
De 20.000,01 a 25.000,00	168,00	212,00	380,00	25,20	
405,20					
De 25.000,01 a 30.000,00	175,00	243,00	418,00	26,25	
444,25					
De 30.000,01 a 40.000,00	181,00	275,00	456,00	27,15	
483,15					
De 40.000,01 a 50.000,00	187,00	312,00	499,00	28,05	
527,05					
De 50.000,01 a 60.000,00	193,00	368,00	561,00	28,95	
589,95					
De 60.000,01 a 80.000,00	200,00	424,00	624,00	30,00	
654,00					
De 80.000,01 a 100.000,00	206,00	480,00	686,00	30,90	
716,90					
De 100.000,01 a 150.000,00	212,00	537,00	749,00	31,80	
780,80					
De 150.000,01 a 200.000,00	218,00	593,00	811,00	32,70	
843,70					
De 200.000,01 a 250.000,00	231,00	705,00	936,00	34,65	
970,65					
De 250.000,01 a 300.000,00	237,00	824,00	1.061,00		
35,55	1.096,55				
De 300.000,01 a 400.000,00	250,00	999,00	1.249,00		
37,50	1.286,50				
pelo que exceder de Cr\$					
400.000,00: cada Cr\$					
100.000,00 ou fração	9,00	37,00	46,00	1,35	
47,35					
de valor inestimável	62,00	41,00	103,00	9,30	
112,30					

Notas:

1.ª - Na ação popular, as costas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.

2.ª - No desquite litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III para a causa de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá, até a contestação, efetuar o complemento do preço de acordo com o item I.

Havendo bens a partilhar, o interessado deverá pagar sobre o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.

Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento inicial (v. itens II e III).

3.^a - Na falência ou na concordata, as custas e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo, e calculados sobre este.

As ações que surgem da falência ou de concordata estão sujeitas ao tabelamento deste item, segundo o seu valor. Os processos de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias, as impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (v. item III).

4.^a - Nos seguintes feitos, o preço mínimo será igual ao das causas de valor inestimável: desquite litigioso, investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço para que prossiga.

5.^a - Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão os emolumentos dos serventuários do cartório não oficializados, ficando dispensados do pagamento das custas devidas ao Estado e, nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.

6.^a - Inventário, arrolamento arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa, calculando-se ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.

II - Ação de despejo; ação de acidente do trabalho; execução fiscal; mandado de segurança; ação de alimentos, pedido de alimentos provisionais ou de revisão de pensão alimentícia: interdição - prestação inicial:

AO ESCRIVÃO E VALOR DA CAUSA	AO AO DISTRIBUIDOR	CARTEIRA ESTADO	TOTAL	DA SERVENTIA
TOTAL	Até Cr\$	2.000,00	28,00	16,00
44,00	4,20	48,20		
De 2.000,01 a 3.000,00	31,00	19,00	50,00	4,65
54,65				
De 3.000,01 a 4.000,00	34,00	22,00	56,00	5,10
61,10				
De 4.000,01 a 6.000,00	37,00	25,00	62,00	5,55
67,55				
De 5.000,01 a 6.000,00	41,00	28,00	69,00	6,15
75,15				
De 6.000,01 a 8.000,00	47,00	34,00	81,00	7,05
88,05				
De 8.000,01 a 10.000,00	53,00	41,00	94,00	7,95
101,95				
De 10.000,01 a 12.000,00	59,00	50,00	109,00	8,85
117,85				
De 12.000,01 a 14.000,00	66,00	59,00	125,00	9,90
134,90				
De 14.000,01 a 16.000,00	72,00	69,00	141,00	10,80
151,80				
De 16.000,01 a 18.000,00	78,00	78,00	156,00	11,70
167,70				
De 18.000,01 a 20.000,00	81,00	90,00	171,00	12,15
183,15				
De 20.000,01 a 25.000,00	84,00	106,00	190,00	12,60
202,60				
De 25.000,01 a 30.000,00	87,00	122,00	209,00	13,05
222,05				
De 30.000,01 a 40.000,00	90,00	137,00	227,00	13,50
240,50				
De 40.000,01 a 50.000,00	94,00	156,00	250,00	14,10
264,16				

De 50.000,01 a 60.000,00	97,00	184,00	281,00	14,55
295,55				
De 60.000,01 a 80.000,00	100,00	212,00	312,00	15,00
327,00				
De 80.000,01 a 100.000,00	103,00	240,00	343,00	15,45
358,45				
De 100.000,01 a 150.000,00	106,00	268,00	374,00	15,90
389,90				
De 150.000,01 a 200.000,00	109,00	296,00	405,00	16,35
421,35				
De 200.000,01 a 250.000,00	115,00	353,00	468,00	17,25
485,25				
De 250.000,01 a 300.000,00	119,00	412,00	531,00	17,85
548,85				
De 300.000,01 a 400.000,00	125,00	499,00	624,00	18,75
642,75				
pelo que exceder de Cr\$				
400.000,00: cada Cr\$				
100.000,00 ou fração	5,00	19,00	24,00	0,75
24,75				
de valor inestimável	31,00	21,00	52,00	4,65
56,65				

Notas:

1.^a - Acidente do trabalho: quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária, o preço total será calculado à razão de 1,5% sobre a indenização paga em dinheiro e rateado proporcionalmente, depois de deduzidas as despesas de condução do oficial de justiça, pela forma seguinte:

Ao Escrivão	63%
Ao Distribuidor	7%
Ao Oficial de Justiça	30%

Se as despesas de condução já estiverem incluídas no preço da diligência do oficial de justiça, o rateio assim se fará:

Ao Escrivão	54%
Ao Distribuidor	6%
Ao Oficial de Justiça	40%

Nestas hipóteses, a Ordem dos Advogados e as Carteiras de Previdência nada receberão.

2.^a- Execução fiscal: antes de decorrido o prazo para embargos à Penhora, aplica-se o item III. A Fazenda Pública nada pagará, sujeito o vencido aos encargos da sucumbência (C. P. C. artigo 27).

3.^a - Para ser admitido como assistente em mandado de segurança, cada interessado deverá juntar aos autos, sem prejuízo do andamento do feito, comprovante de haver pago:

Ao Escrivão	Cr\$ 19,50
Ao Distribuidor	Cr\$ 2,60
Ao Estado	Cr\$ 19,50
Cr\$ 41,60	
A Carteira das Serventias	Cr\$ 2,92
Cr\$ 44,52	

4.^a- Nas ações de alimentos, de alimentos provisionais e de revisão de pensão alimentícia, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III. Se rejeitada a conciliação em audiência, deverá no prazo de três dias, efetuar o complemento da prestação inicial, fixada no item II.

III - Feitos não contenciosos: desquite por mútuo consentimento: processos preparatórios, preventivos e incidentes, inclusive alvará de separação de corpos, busca e apreensão de menor, arrolamento de bens do casal; protestos, interpelações e notificações; retificações e averbações do registro civil; nomeação, remoção e destituição

d eutor ou curador; pedido de extinção das obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias, impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de testamento; venda de quinhão em coisa comum; ação de remição de

imóvel hipotecado; eleição de cabecel de bens enfitêuticos prestação inicial:

AO ESCRIVÃO E AO		CARTEIRA		DA SERVENTIA	
VALOR DA CAUSA	AO DISTRIBUIDOR	ESTADO	TOTAL		
TOTAL					
Até Cr\$ 2.000,00	14,00		8,00	22,00	
2,10	24,10				
de 2.000,01 a 3.000,00	16,00	9,00	25,00	2,40	
27,40					
de 3.000,01 a 4.000,00	17,00	11,00	28,00	2,55	
30,55					
de 4.000,01 a 5.000,00	19,00	12,00	31,00	2,85	
33,80					
de 5.000,01 a 6.000,00	20,00	14,00	34,00	3,00	
37,00					
de 6.000,01 a 8.000,00	23,00	17,00	40,00	3,45	
43,45					
de 8.000,01 a 10.000,00	27,00	20,00	47,00	4,05	
51,05					
de 10.000,01 a 12.000,00	30,00	25,00	55,00	4,50	
59,50					
de 12.000,01 a 14.000,00	33,00	30,00	63,00	4,95	
67,95					
de 14.000,01 a 16.000,00	36,00	34,00	70,00	5,40	
75,40					
de 16.000,01 a 18.000,00	39,00	39,00	18,00	5,85	
83,85					
de 18.000,01 a 20.000,00	41,00	45,00	86,00	6,15	
92,15					
de 20.000,00 a 25.000,00	42,00	53,00	95,00	6,30	
101,30					
de 25.000,01 a 30.000,00	44,00	61,00	105,00	6,60	
111,60					
de 30.000,01 a 40.000,00	45,00	69,00	114,00	6,75	
120,75					
de 40.000,01 a 50.000,00	47,00	78,00	125,00	7,05	
132,05					
de 50.000,00 a 60.000,00	48,00	92,00	140,00	7,20	
147,20					
de 60.000,01 a 80.000,00	50,00	106,00	156,00	7,50	
163,50					
de 80.000,01 a 100.000,00	51,00	120,00	171,00		
7,65	178,65				
de 100.000,01 a 150.000,00	63,00	134,00	187,00		
7,95	194,85				
de 150.000,01 a 200.000,00	55,00	148,00	203,00	8,25	
211,25					
de 200.000,01 a 250.000,00	58,00	176,00	234,00	8,70	
242,70					
de 250.000,01 a 300.000,00	59,00	206,00	265,00	8,85	
273,85					
de 300.000,01 a 400.000,00	62,00	650,00	312,00	9,30	
321,30					
pelo que exceder de Cr\$					
400.000,00: cada Cr\$					
100.000,00 ou fração	2,00	9,00	11,00	0,30	
11,30					
de valor inestimável	16,00	10,00	26,00	2,40	

28,40

N o t a s :

- 1.^a - Desquite por mútuo consentimento: a prestação corresponderá à dos feitos de valor Inestimável.
Havendo partilha de bens, sobre o valor destes será paga prestação de acordo com o item M.
Havendo recurso da decisão que julgar a partilha, nova prestação será devida.
2.^a - Extinção das obrigações do falido: o valor da causa equivalerá a 40% dos créditos habilitados na falência.
3.^a - Habilitação de credor retardatário e pedido de restituição de mercadorias: o preço será calculado de acordo com o valor do crédito ou das mercadorias.
4.^a - Impugnação de crédito em falência ou concordata: gozam de isenção total o síndico, o comissário, o falido, o concordatário e o representante do Ministério Público.

IV - Processos-Crimes:

AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	CANTEIRA TOTAL	DAS SERVENTIAS	TOTAL
a) de ação pública processo comum	23,00	nihil	23,00	3,45
26,45				
processo especial	31,00	17,00	48,00	4,65
52,65				
B) de ação privada	109,00	69,00	178,00	16,35
194,35				

N o t a s :

- 1.^a - Os preços deste item compreendem o custo total do feito, inclusive recursos processados nos autos principais.
2.^a - Nos processos-crimes de ação privada, o querelante pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b", a outra metade será paga por ocasião do recurso pelo recorrente.
Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.
3.^a - Os "hábeas corpus", inclusive os da competência originária dos Tribunais, estão isentos de qualquer pagamento com base neste item.
4.- - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo,
S.- - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela.

V - Cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, recebidas para cumprimento:

AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	CARTEIRA TOTAL	DAS SERVENTIAS	TOTAL
a) Para citação ou intimação: Até Cr\$ 5.000,00 ou de valor inestimável	13,00	3,00	16,00	1,95
17,95				
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 50.000,00	17,00	6,00	23,00	2,55
25,55				
Mais de Cr\$ 50.000,00	22,00	9,00	31,00	3,30
34,30				
b) Para outros fins: Ate Cr\$ 5.000,00 ou de valor inestimável	25,00	6,00	31,00	3,75
34,75				
De Cr\$ 5.001,00 a Cr\$ 50.000,00	33,00	12,00	45,00	4,95
49,95				
Mais de Cr\$ 50.000,00	44,00	18,00	64,00	6,60
70,60				

N o t a s :

- 1.^a - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição:

2.^a - Nas feitas criminais, as precatórias, rogatórias e cartas de ordem, expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de beneficiário e assistência judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste item, sendo por ela responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.

3.^a - As precatórias expedidas a requerimento do empregado, nas ações de acidente do trabalho, não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste item.

4.^a - Nas cartas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento, antes da devolução ou entrega da precatória, como se se tratasse de feito tabelado no item III.

5.^a - As cartas precatórias, rogatórias ou de ordem não estão sujeitas a pagamento, quando de sua extração, devendo as cartas precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vim, para que as cópias sirvam de contra-fé, quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado.

6.^a - Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.

7.^a - Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda Pública, as custas serão pagas a final pelo vencido,

VI - Recurso que se processe em apartado - além das despesas de traslado e certidões para a formação do instrumento:

AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	CARTEIRA TOTAL DAS SERVENTIAS	TOTAL
a) quando Interposto perante Juiz	20,00	20,00	40,00
43,00			3,00
b) quando interposto perante Tribunal de Justiça ou de Alçada		39,00	39,00

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo de dúvida suscitada pelo oficial do registro de Imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a cota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade de uma só vez no Juízo ou Tribunal em que Interposto o recurso.

3.^a - Os feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste item; não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição parcial: o mesmo que o tabelado no item 6, letra "a", sendo o pagamento total feito em primeira instância.

VIII - Conflito de jurisdição - para distribuição:

Ao Estado Cr\$ 16,00

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas genéricas:

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela 1, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais, está sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

TABELA

I - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, "verbo ad verbum" ou em breve relatório, datilografada:

AO ESCRIVÃO	A CARTEIRA DAS SERVENTIAS	
Pela primeira folha	15,00	2,25
Por página que acrescer	5,00	
0,75		

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na Integra, nenhum acréscimo será devido

sobre o preço deste item.

2.^a - Se na mesma certidão existir mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentos ou de peças de processos:

AO	A CARTEIRA	
ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	
Por página datilografada		5,00
0,75		

Notas:

1.^a - Cobrar-se-ão de acordo com este Item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos; os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro documento autêntico extraído de autos para produzir efeito fora delas e que não revista a forma de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopladora, será livre ao advogado Interessado fornecer as fotocópias ou xerocópias necessárias à formação de Instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos de autenticação (item IV), mais o correspondente, no item I, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

III - Reprodução de peças dos autos, por página:

AO	A CARTEIRA	
ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	
a) mediante xerocópias ou fotocópias autenticadas		3,00
0,45		
IV - Autenticação da peça extraída de autos		
Judiciais - por pagina	1,00	0,15
V - Alvarás, mandados e ofícios pelo seu		
processamento e expedição	10,00	1,50
VI - Resposta em folha corrida: - na comarca da Capital, compreendendo todos os cartórios		
criminais:		
- Ao Estado	20,00	
- Nas demais comarcas por serventuário		
que certificar	4,00	0,60

Nota:

Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

TABELA 3

DOS DISTRIBUIDORES

I - Distribuição de feito judicial, de reconvenção ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v. Tabela 1.

Notas:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou retificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação à margem da distribuição a oposição, os embargos de terceiro, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da lide.

II - Distribuição, entre os juízes das Varas Cíveis da Comarca, e preparo do livro comercial, para visto em balanço:

	Cr\$	
Ao Distribuidor	6,00	
A Carteira das Serventias	0,90	
6,90		
III - Distribuição e preparo de livro comercial, inclusive todas as diligências, para autenticação		
judicial:		
AO	A CARTEIRA	
DISTRIBUIDOR	DAS SERVENTIAS	
a) de livro até 1.000 folhas	18,00	2,70
b) de livro de mais de 1.000 folhas	36,00	
5,40		

IV - Distribuição não compreendida nos itens I e III, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:

Cr\$

Ao Distribuidor 5,00
A Carteira das Serventias 0,75

N o t a :

Não estão sujeitas à distribuição as escrituras nem os respectivos registros.

V - Certidão de distribuição:

AO A CARTEIRA
DISTRIBUIDOR DAS SERVENTIAS

a) período até 5 anos:

por pessoa 10,00
1,50

b) período superior a 5, até 10 anos:

por pessoa 16,00
2,40

c) período superior a 10, até 20 anos:

por pessoa 18,00
2,70

d) período superior a 20 anos:

por pessoa 24,00
3,00

e) expedição de certidão por sistema de
processamento de dados: metade do previsto
nas alíneas anteriores e mais

3,00

N o t a s :

1.^a - Os preços acima se referem é, certidão por pessoa, não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção do seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou mama falida correspondente à mesma pessoa.

2.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.^a - Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos neste item.

4.^a - Os preços estabelecidos neste item correspondem à primeira folha de certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrados de acordo com a Tabela 2, item I.

5.^a - Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação, compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos órgãos de Distribuição hoje existentes, diminuídos da metade dos valores constantes da presente tabela.

TABELA 4

DOS CONTADORES

I - Conta de liquidação. inclusive juros e rateios sobre o valor apurado:

AO	A CARTEIRA	
CONTADOR	DAS SERVENTIAS	
Ate Cr\$ 5.000,00		12,00
1,80		
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00		20,00
3,00		
De Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00		30,00
4,50		
De Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00		45,00
6,75		

Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:

Cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	12,00	1,80
-------------------------------	-------	------

N o t a :

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta.

II - Conta de liquidação, para purgação de mora, nas ações de despejo: Sobre o valor da causa:

AO	A CARTEIRA	
CONTADOR	DAS SERVENTIAS	
Até Cr\$ 5.000,00		7,00

1,05	
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	10,00
1,50	
De Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	15,00
2,25	
De Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	20,00
3,00	

Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:

Cada Cr\$ 50.000,00 ou fração 5,00 0,75

III - Cálculo de imposto de transmissão em qualquer processo, e de liquidação em arrolamento ou inventário o dobro do constante no item I, sendo o cálculo feito sobre o valor do monte-mor.

N o t a s :

1.^a - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo e do passivo, não estando sujeito a acréscimo, ainda que no mesmo processo haja mais de uma sucessão.

2.^a - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item I.

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

N o t a :

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V - Verificação ou Conferência de crédito e contas em falência concordata, concurso creditório e prestações de contas em geral: metade dos estabelecidos no item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão à moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida Pública, ações de companhias ou de instituições financeiras:

AO	A CARTEIRA	
CONTADOR	DAS SERVENTIAS	
Por cálculo	5,00	0,75

VII - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item 1.

VIII - Conta de liquidação da pena em ação penal:

AO	A CARTEIRA	
ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
Cr\$ 5,00	Cr\$ 0,75	Cr\$ 5,75

TABELA 5

DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sub-repartilha: o dobro do previsto na Tabela 4, Item I calculado sobre o valor do monte-mor.

N o t a :

Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, o preço será reduzido à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sub-repartilha: o mesmo que o fixado na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

N o t a :

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 6

DOS DEPOSITÁRIOS

I - Depósito em mãos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa: o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela I.

N o t a s :

1.^a - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça e sem quaisquer custas ou emolumentos.

2.^a - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas, pela guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

3.^a - Não será expedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

4.^a - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade até o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 50% sobre os rendimentos líquidos do bem

depositado.

II - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

T A B E L A 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

I - Citação, notificações ou intimação:

a) de uma pessoa, em horário normal:

Valor da causa:

Até Cr\$ 5.000,00	15,00
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000	20,00
Mais de Cr\$ 50.000,00	25,00

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 172, § 2.º, do Código de Processo Civil:

Valor da causa:

Até Cr\$ 5.000,00	20,00
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00.....	30,00
Mais de Cr\$ 50.000,00	40,00

c) por pessoa que crescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto: um quarto do preço tabelado nas letras "a" ou "b".

N o t a s :

1.ª - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou residente em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de Informação.

2.ª - Nos feitos de valor inestimável (V. Tabela I, Nota genérica 3.ª) a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000; se não for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

3.ª - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandados, para servirem de contra-fé, o Oficial de Justiça terá direito à rasa de Cr\$ 2,00 por página datilografada de contra-fé, não se computando na rasa as cópias a carbono até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela Independente.

4.ª - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas, anualmente, mediante portaria da Corregedoria Geral da Justiça, na Comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum nas demais comarcas.

5.ª - Quando forem efetuadas; várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas =a condução, o Oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

6.ª - Nos Processos-Crimes; movidos contra réu pobre e nas diligências realizadas a requerimento do Ministério Público, nos atos de ofício, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão á conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça. O disposto nesta nota aplica-se também nas diligências realizadas em feitos relativos a menor infrator ou abandonado.

1 - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares: o dobro do previsto no item 1, letra "a".

TABELA 8

DOS PERITOS

Notas genéricas:

1.ª - Os salários dos peritos serão fixadas pelo Juiz do feito até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.

2.ª - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes o comporte, o Juiz poderá fixar os salários do perito em quantia superior à prevista nesta Tabela, proferindo despacho devidamente fundamentado.

3.ª - Nos feitos de valor até Cr\$ 10.000,00, o salário do perito não poderá, em caso algum, exceder de 3,5% do valor da causa.

4.ª - O Juiz está obrigado a fixar salários iguais para os peritos, da causa, desde que fundamente a diversidade de arbitramento.

5.ª - O perito tem o direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificadas e proporcionais ao valor da causa ou à condição financeira das partes.

6.^a - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à condução, se o interessado não a fornecer.

7.^a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código Civil.

TABELA

I - Exames, vistorias e outras perícias de qualquer natureza - máximo, conforme o valor da causa:

Até Cr\$ 10.000,00	até Cr\$ 500,00
De Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	até Cr\$ 750,00
De Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 1.200,00
Acima de Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 2.000,00

II - Arbitramento: avaliação de Imóveis e outros bens - máximo, conforme o valor dos bens:

Até Cr\$ 5.000,00	até Cr\$ 300,00
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	até Cr\$ 500,00
De Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	até Cr\$ 700,00
De Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 1.000,00
Acima de Cr\$ 100.000,00	até Cr\$ 1.400,00

N o t a :

Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total.

Excedendo de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão ser aumentados até o dobro.

III Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:

Por Cr\$ 100.000,00 ou fração até	Cr\$ 10,00
Emolumentos máximo	Cr\$ 50,00

TABELA 9

DOS PORTEIROS

I - Arrematação de bens em hasta pública ou leilão:

AO	A CARTEIRA	
PORTEIRO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
Sobre o valor da arrematação,		
venda ou arrendamento	2%	0,3%
2,3%		

N o t a s :

1.^a - Havendo remição ou adjudicação, a percentagem será reduzida à metade.

2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja o número de apregoados, e serão feitos pelo porteiro.

3.^a - A afixação de editais; de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.

4.^a - As praças e leilões judiciais serão realizados pelo porteiro das respectivas Varas sob fiscalização do juiz.

TABELA 10

DOS ESCRIVÃES DE NOTAS

I - Escrituras com valor declarado:

AO	AO	CARTEIRA		
ESCRIVÃO	ESTADO	DAS SERVENTIAS	TOTAL	
Até Cr\$ 5.000,00		310,00	62,00	31,00
403,00				
De 5.000,01 a 10.000,00	420,00	82,00	42,00	
544,00				
De 10.000,01 a 15.000,00	540,00	108,00	54,00	
702,00				
De 15.000,01 a 20.000,00	580,00	116,00	58,00	
154,00				
De 20.000,01 a 25.000,00	600,00	120,00	60,00	
780,00				
De 25.000,01 a 30.000,00	630,00	126,00	63,00	
819,00				

De 30.000,01 a 40.000,00	650,00	130,00	65,00
845,00			
De 40.000,01 a 50.000,00	680,00	136,00	68,00
884,00			
De 50.000,01 a 60.000,00	710,00	142,00	71,00
923,00			
De 60.000,01 a 70.000,00	730,00	146,00	73,00
949,00			
De 70.000,01 a 80.000,00	740,00	148,00	74,00
962,00			
De 80.000,01 a 90.000,00	750,00	150,00	75,00
975,00			
De 90.000,00 a 100.000,00	800,00	160,00	80,00
1.040,00			
De 100.000,01 a 120.000,00	850,00	170,00	85,00
1.105,00			
De 120.000,01 a 150.000,00	880,00	176,00	88,00
1.144,00			
De 150.000,01 a 200.000,00	900,00	180,00	90,00
1.170,00			
De 200.000,01 a 300.000,00	960,00	192,00	96,00
1.248,00			
De 300.000,01 a 400.000,00	1.020,00		204,00
102,00	1.326,00		
De 400.000,01 a 500.000,00	1.080,00		216,00
108,00	1.404,00		
Pelo que exceder de 500.000,00 cada Cr\$ 100.000,00			
Ou fração	65,00	12,00	6,50
84,50			
II - Escritura sem valor declarado	300,00	60,00	30,00
390,00			
III - Escritura de testamento público de revogação ou de aprovação de testamento			
	800,00	160,00	80,00
1.040,00			
IV - Escritura de convenção ou especificação de condomínio em planos horizontais, ou suas modificações:			
a) Pela convenção	300,00	60,00	30,00
390,00			
b) Por unidade autônoma	50,00	10,00	5,00
65,00			
V - Procuração ou subestabelecimento em livro especial ou comum:			
a) com poderes para o foro			
em geral e fins previdenciários	40,00	8,00	4,00
52,00			
b) outras procurações	100,00	20,00	10,00
130,00			
c) em qualquer hipótese: de cada outorgante que crescer, não sendo cônjuge, mais	15,00	3,00	1,50
19,50			
VI - Certidões ou Traslado:			
a) pela primeira folha	35,00	7,00	3,50
45,50			
b) por página que crescer	10,00	2,00	1,00

13,00			
VII - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no cartório	3,00	0,60	0,30
3,90			
Nota:			
Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação, Cr\$ 6,00 de emolumentos:			
VIII - Pública forma de qualquer documento:			
Pela primeira folha	15,00	3,00	1,50
19,50	Por página que acrescer	7,00	1,40
0,70	9,10		
IX - Autenticação de Plantas, Mapas e Documentos semelhantes, de xerocópias, fotocópias e outras reproduções fotográficas; conferência e consertos de públicas formas: por página	1,93	0,38	0,19
2,50			
X - Reconhecimento de firma inclusive de letra e sinal	3,85	0,77	0,38
5,00			

Notas:

- 1.^a - No preço da escrita, procuração ou substabelecimento se Inclui o primeiro traslado.
- 2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição, nas escrituras, de alvarás, talões de atas, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias, recolhimento de tributos relativos às escritas e registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.
- 3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.
- 4.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao contrato de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos.
- 5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço.
- 6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de cartório, salvo em repartições, públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.
- 7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item I.
- 8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.
- 9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um terço do preço.
- 10.^a - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do preço.
- 11.^a - A contribuição devida à Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado, no caso do item 9.^o, será no mínimo de Cr\$ 1,00.
- 12.^a - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição Imobiliária financiada pelo sistema financeiro da Habitação, nos ~ previstos no artigo 59 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, serão reduzidos em 50%.
- 13.^a - Nas escrituras de permuta, cada permutante pagará os emolumentos sobre o valor do imóvel por ele adquirido.

TABELA 11

DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I - Registro, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais:

VALOR DO	AO	AO	CARTEIRA
----------	----	----	----------

CONTRATO	OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 5.000,00	140,00	28,00	21,00
189,00			
De 5.000,01 a 10.000,00	170,00	34,00	25,50
229,50			
De 10.000,01 a 15.000,00	200,00	40,00	30,00
270,00			
De 15.000,01 a 20.000,00	210,00	42,00	31,50
283,50			
De 20.000,01 a 25.000,00	220,00	44,00	33,00
297,00			
De 25.000,01 a 30.000,00	230,00	46,00	34,50
310,50			
De 30.000,01 a 40.000,00	270,00	54,00	40,50
364,50			
De 40.000,01 a 50.000,00	310,00	62,00	46,50
418,50			
De 50.000,01 a 60.000,00	320,00	64,00	48,00
432,30			
De 60.000,01 a 70.000,00	330,00	66,00	49,50
445,50			
De 70.000,01 a 80.000,00	340,00	68,00	51,00
459,00			
De 80.000,01 a 90.000,00	350,00	70,00	52,50
472,50			
De 90.000,01 a 100.000,00	360,00	72,00	54,00
486,00			
De 100.000,01 a 120.000,00	370,00	74,00	55,50
499,50			
De 120.000,01 a 150.000,00	380,00	76,00	57,00
513,00			
De 150.000,01 a 200.000,00	390,00	78,00	58,50
526,50			
De 200.000,01 a 300.000,00	400,00	80,00	60,00
540,00			
De 300.000,01 a 400.000,00	460,00	92,00	69,00
621,00			
De 400.000,01 a 500.000,00	480,00	96,00	72,00
648,00			
Acima de Cr\$ 500.000,00			
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração	20,00	4,00	3,00
27,00			
N o t a :			
O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano, rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.			
II - Averbação, inclusive buscas, indicações:			
VALOR DO	AO	AO	CARTEIRA
CONTRATO	OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 6.000,00	40,00	8,00	6,00
54,00			
De 6.000,01 a 10.000,00	50,00	10,00	7,50
67,50			
De 10.000,01 a 20.000,00	60,00	12,00	9,00
81,00			
De 20.000,01 a 30.000,00	68,00	13,60	10,20
91,80			
De 30.000,01 a 40.000,00	76,00	15,20	11,40
102,60			
De 40.000,01 a 50.000,00	84,00	16,80	12,60
113,40			
De 50.000,01 a 80.000,00	88,00	17,60	13,20
118,80			

De 80.000,01 a 120.000,00	94,00	18,80	14,10	
126,90				
De 120.000,01 a 170.000,00	110,00	22,00	16,50	148,50
De 170.000,01 a 250.000,00	120,00	24,00	18,00	
162,00				
De 250.000,01 a 350.000,00	136,00	27,20	20,40	
183,60				
De 350.000,01 a 500.000,00	150,00	30,00	22,50	
202,50				
Acima de Cr\$ 500.000,00				
cada Cr\$ 150.000,00 ou fração	8,00	1,60	1,20	10,80
sem valor declarado	30,00	6,00	4,50	40,50

N o t a s :

1.^a - O preço da averbação será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.^a - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes a mudança de numeração, edificação, reconstrução, desmembramento ou demolição, alteração de nome por casamento ou desquite, averbação de casamento, desquite ou viuvez.

III - Loteamento:

a) Registro de memorial de loteamento urbano - por lote, além das despesas de publicação pela imprensa	4,00	0,80	0,60	-,
b) Registro de memorial de loteamento rural, por gleba, além das despesas de publicação pela imprensa	10,00	2,00	1,50	
13,50				
c) Averbação no registro, o mesmo valor do item II	-,	-,	-,	-,
d) Intimação, além das despesas de condução e publicação pela imprensa	20,00	4,00	3,00	27,00

N o t a s :

1.^a - Os emolumentos mínimos do Oficial, no caso da letra "a", serão de Cr\$ 200,00.

2.^a - A qualificação do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido em lei federal.

3.^a - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

IV - Condomínio:

a) O Registro de memorial de incorporação ou instituição de condomínio: o mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (artigo 32, alínea "h", da Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

AO AO CARTEIRA

OFICIAL ESTADO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
b) Registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades	180,00 36,00	27,00 243,00
c) Averbação de unidade autônoma	24,00 4,80	3,60 32,40

V - Registro, inclusive buscas, indicações reais ou pessoais:

a) De cédula de crédito rural (Decreto-lei Federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, artigo 34, parágrafo único):

Até Cr\$ 200,00	0,10%
De Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00	0,20%
De Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00	0,30%
De Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00	0,40%
Acima de Cr\$ 1.500,00	0,50%
Até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.	

b) De cédula de crédito industrial (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 1.º):

Até Cr\$ 200,00	0,10%
De Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00	0,20%
De Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00	0,30%
De Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00	0,40 %
Acima de Cr\$ 1.500,00	0,50%
Até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.	

Notas:

1.ª - Os atos previstos neste Item não estão sujeitos a pagamento de custas do Estado, nem ao recolhimento da contribuição à Carteira de Previdência das; Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

2.ª - No caso de registro de cédula industrial, cinquenta por cento dos emolumentos caberão ao oficial do registro de imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento ser recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 2.º).

VI - Averbação no registro da cédula de crédito rural ou industrial: 10% do preço fixado no item anterior, até o máximo de um quadragésimo do salário-mínimo, para os emolumentos do oficial.

VII - Certidões: Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" por pessoa, ainda que se refira ao seu nome por extenso e abreviado, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida:

Pela primeira folha:

a) até 10 anos	12,00	2,40	1,80
16,20			
b) até 20 anos	20,00	4,00	3,00
27,00			
e) até 30 anos	30,00	6,00	4,50
40,50			
d) mais de 30 anos	40,00	8,00	6,00
54,00			
Por página que acrescer	10,00	2,00	1,50
13,50			

VIII - informação verbal: quando o interessado dispensar certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.

IX - Xerocópia ou fotocópia de documento arquivado em Cartório:

AO	AO	CARTEIRA	
OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
3,00	0,60	0,45	4,05

X - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida: o mínimo previsto nos itens I e II, conforme se trata de registro ou averbação.

XI - Microfilmagem de documento referido nesta tabela:

AO	AO	CARTEIRA	
OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
Qualquer que seja a número de páginas, mais	20,00	4,00	3,00
27,00			

TABELA 12

DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

I - Registro integral de contrato, título ou documento com valor declarado:

VALOR DO DOCUMENTO	AO ESCRIVÃO	AO ESTADO	CARTEIRA DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 1.000,00	20,00	4,00	3,00
27,00			
De 1.000,01 a 3.000,00	30,00	6,00	4,50
40,50			

De 3.000,01 a 6.000,00	40,00	8,00	6,00	
54,00				
De 6.000,01 a 10.000,00	50,00	10,00	1,50	
67,50				
De 10.000,01 a 20.000,00	10,00	14,00	10,50	
94,50				
De 20.000,01 a 40.000,00	90,00	18,00	13,50	
121,50				
De 40.000,01 a 70.000,00	110,00	22,00	16,50	
148,50				
De 70.000,01 a 100.000,00	120,00	24,00	18,00	
162,00				
Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00				
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	10,00	2,00	1,50	
13,50				
II - Registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado ou para notificação:				
Até uma página	20,00	4,00	3,00	
27,00				
Por página que acrescer	5,00	1,00	0,75	
6,75				
III - Entrega de notificação, inclusive a respectiva certidão à margem do registro e no documento; além da condução:				
AO AO CARTEIRA				
OFICIAL ESTADO DAS SERVENTIAS TOTAL				
Pela primeira página:				
a) no perímetro urbano	30,00	6,00	4,50	
40,50				
b) no perímetro rural	50,00	10,00	7,50	67,50
por página que acrescer	5,00	1,00	0,75	
6,75				
IV - Registro resumido de penhora, caução ou parceria:				
Até uma página	10,00	2,00	1,50	
13,50				
Por página que acrescer	5,00	1,00	0,75	
6,75				
V - Averbação	10,00	2,00	1,50	
13,50				
VI - Matrícula de oficina impressora, jornal e outros periódicos	50,00	10,00	7,50	
67,50				
VII - Inscrição de pessoa jurídica de fim científicos, culturais, beneficentes ou religiosos inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento	30,00	6,00	4,50	
40,50				
VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:				
VALOR DO DOCUMENTO AO ESCRIVÃO AO ESTADO CARTEIRA DAS SERVENTIAS				
TOTAL				
Até Cr\$ 5.000,00	30,00	6,00	4,50	
40,50				
De 5.000,01 a 10.000,00	40,00	8,00	6,00	
54,00				
De 10.000,01 a 30.000,00	60,00	12,00	9,00	
81,00				
De 30.000,01 a 50.000,00	80,00	16,00	12,00	

108,00				
De 50.000,01 a 75.000,00	100,00	20,00	15,00	
135,00				
De 75.000,01 a 100.000,00	120,00	24,00	18,00	
162,00				
Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 40.000,00 ou fração	20,00	4,00	3,00	
27,00				
IX - Cancelamento de inscrição:				
a) em geral: o mesmo que o cobrado por averbação (item V)				
b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte de preço do item VIII.				
X - Certidão:				
a) pela primeira folha	20,00	4,00	3,00	27,00
b) por página que acrescer	10,00	2,00	1,50	
13,50				
c) Pelo sistema de processamento				
de dados, por nome a mais	5,00	1,00	0,75	6,75
Nota:				
Se o interessado dispensar a certidão, o escrivão poderá cobrar, pela informação verbal, 50% dos emolumentos.				
XI - Xerocópia ou fotocópia de				
documento lavrado ou arquivado no cartório	3,00	0,60	0,45	
4,05				
XII - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela: qualquer que seja o número de				
páginas, mais	20,00	4,00	3,00	27,00
XIII - Sistema de processamento de				
dados de documento referido				
nesta Tabela: por documento, mais	10,00	2,00	1,50	
13,50				
XIV - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5.433, de 8 de março de 1968				
regulamentada pelo Decreto n.º 64.398, de 24-4-1969:				
a) De microfilme por rolo de				
16 mm	50,00	10,00	7,50	
67,50				
por rolo de 35 mm	80,00	16,00	12,00	
108,00				
b) de cópia extraída de rolo				
de microfilme legalizado				
por página ou fotograma	10,00	2,00	1,50	
13,50				

TABELA 13

DOS ESCRIVÃES DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I - Apresentação, protesto e registro de instrumento de protesto, quando houver, de letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de edital e condução:

AO	AO	CARTEIRA				
ESCRIVÃO	ESTADO		DAS SERVENTIAS	TOTAL		
Até Cr\$	1.000,00		14,00	2,80	2,10	
18,90						
De 1.000,01 a 2.000,00	30,00	6,00	4,50	40,50		
De 2.000,01 a 4.000,00	50,00	10,00	7,50	67,50		
De 4.000,01 a 6.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50		
De 6.000,01 a 8.000,00	80,00	16,00	12,00	108,00		
De 8.000,01 a 10.000,00		100,00	20,00	15,00		
135,00						
De 10.000,01 a 25.000,00		120,00	24,00	18,00		
162,00						
De 25.000,01 a 50.000,00		130,00	26,00	19,50		

175,50				
De 50.000,01 a 75.000,00	140,00	28,00	21,00	
189,00				
De 75.000,01 a 100.000,00	150,00	30,00	22,50	
202,50				
Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 25.000,00 ou fração	14,00	2,80	2,10	18,90
N o t a :				
As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas por carta registrada, com recibo de volta (AR), só se admitindo edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado				
AO AO CARTEIRA				
ESCRIVÃO ESTADO	DAS SERVENTIAS		TOTAL	
II - Pelo cancelamento do protesto processado na própria serventia, qualquer que seja o seu valor	30,00	6,00	4,50	40,50
III - Certidão de protesto negativa:				
a) pela primeira página, por pessoa:				
até 5 anos	7,50	1,50	1,13	10,13
até 10 anos	15,00	3,00	2,25	
20,25				
b) por página que acrescer, qualquer que seja o número				
de pessoas	3,00	0,60	0,45	
4,05				
c) certidão de protesto positiva ou de cancelamento de protesto ou negativa de homônimo: por pessoa	12,00	2,40	1,80	
16,20				
c) certidão extraída por sistema de processamento de dados (computador): o mesmo fixado na letra "a", e mais	4,50	0,90	0,68	
6,08				
IV - Certidão de protesto positiva, inclusive sob forma de relação, para entidade de classe: por protesto	1,40	0,28	0,21	
1,89				
V - Informação verbal, quando o interessado dispensar certidão	2,00	0,40	0,30	
2,70				
VI - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no cartório: por página	3,00	0,60	0,45	
4,05				
VII - Microfilmagem de documento referido nesta tabela, qualquer que seja o número de páginas sistema de processamento de dados (computador) de documento referido nesta tabela, qualquer que seja o número de páginas	6,00	1,20	0,90	8,10
N o t a :				
Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e informação compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Cartórios de Protestos de Títulos,				

diminuindo de 1/3 (um terço) dos valores constantes da presente tabela.

TABELA 14

DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

AO	CARTEIRA		
ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	TOTAL	
I - Assento de Nascimento, de óbito, inclusive uma Certidão:			
a) quando feito no prazo legal	80,00	8,00	
88,00			
b) quando feito mediante petição ou mandado de ou por força da Lei de exceção	90,00	9,00	
99,00			
II - Casamento:			
a) pela habilitação, desde o preparo de papéis, até a lavratura do assento, excluídas as despesas da publicação, pela Imprensa e incluído o fornecimento de uma certidão	300,00	30,00	
330,00			
b) pela dispensa parcial ou total do prazo de proclamas, mais	70,00	7,00	77,00
c) pela diligência para realização do casamento, fora do cartório, dentro do horário normal de expediente, excluídas; as despesas de condução, que será fornecido pelo interessado, mais	600,00	60,00	
660,00			
d) pela diligência, para realização do casamento, fora do cartório, depois do horário normal de expediente, será cobrado mais a metade do preço taxado na letra "c"			
e) pelo traslado de documento desentranhado dos autos, de cada um mais	20,00	2,00	
22,00			
f) pelo registro de afixação de edital de proclamas recebidos de outro cartório e pelo fornecimento de certidão respectiva	70,00	7,00	77,00
g) pela lavratura de assento de casamento, à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório e fornecimento			

de uma certidão 88,00	80,00	8,00	
N o t a : Quando o casamento não for realizado no Cartório, por impossibilidade de comparecimento, de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á, de acordo com a letra "a", com acréscimo da metade do preço.			
III - Registro ou Inscrição de Emancipação, Interdição, Ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade Brasileira, transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito, verificado no estrangeiro, inclusive uma certidão fornecida à parte 220,00	200,00	20,00	
IV - Averbação ou retificação de assento lavrado à margem do assento, inclusive o fornecimento de uma certidão 88,00	80,00	8,00	
Quando referente a DESQUITE, restabelecimento de sociedade Conjugal ou ANULAÇÃO de Casamento	140,00	14,00	154,00
V - Certidão incluída a busca:			
a) Em breve relatório 33,00	30,00	3,00	
b) "Verbo ad verbum", no todo ou em parte 60,00		6,00	66,00
VI - Xerocópia ou fotocópia autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela II, item III.			
N o t a : Pela Informação verbal, se o Interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".			
VII - ARQUIVAMENTO de lei, decreto, resolução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.º do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro			

de 1969:					
	até duas páginas	10,00		1,00	
11,00					
mais de duas, até cinco					
páginas	20,00	2,00		22,00	
mais de dez, até vinte					
páginas	40,00		4,00		44,00
mais de vinte páginas		50,00		5,00	
55,00					
VIII - CERTIDÃO integral ou					
parcial "verbo ad. verbum"					
ou em breve relatório, de					
ato mencionado no item					
anterior:					
pela primeira folha		10,00		1,00	
11,00					
por página que acrescer		5,00		0,50	
5,50					

Nota:

A consulta dos atos municipais
é gratuita e não poderá ser
negada a qualquer interessado.

IX - ATO que lhe seja permitido
praticar como Escrivão de
notas: - o mesmo que o cobrado
na Tabela 10.

Nota:

Não será cobrado emolumento
algum pelo Registro Civil e
respectivas certidões, das pessoas
pobres, nos termos da Lei.

LEI N.º 1.173, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1976

Cria cargos previstos na Resolução n.º 1, de 29 de dezembro de 1971, do Tribunal de Justiça do Estado, e dá Providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - 14 (catorze) de Juiz de Direito, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 25.ª, 26.ª, 27.ª, 28.ª, 29.ª e 30.ª Varas Cíveis, 25.ª, 26.ª, 27.ª, 28.ª, 29.ª e 30.ª Varas Criminais e 5.ª e 6.ª Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital;

II - 2 (dois) de Juiz de Direito, padrão "D", classificados em 3.ª entrância, destinados à 3.ª Vara da Comarca de Franca e à 4.ª Vara da Comarca de Presidente Prudente;

III - 1 (um) de Juiz de Direito, padrão "C", classificado em 2.ª entrância, destinado à 2.ª Vara da Comarca de Assis;

IV - 6 (seis) de Promotor Público, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 25.ª, 26.ª, 27.ª, 28.ª, 29.ª e 30.ª Varas Criminais da Comarca da Capital;

V - 2 (dois) de Promotor Público, padrão "D", classificados em 3.ª entrância destinados à 3.ª Vara da Comarca de Franca e à 4.ª Vara da Comarca de Presidente Prudente;

VI - 1 (um) de Promotor Público, padrão "C", classificado em 2.ª entrância, destinado à 2.ª Vara da Comarca de Assis;

VII - 2 (dois) de Curador de Acidentes do Trabalho, padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 5.ª e 6.ª Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca da Capital.

Artigo 2.º - Ficam criados:

I - na Comarca da Capital, os 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º e 30.º Ofícios Cíveis, os 25.º, 26.º, 27.º, 28.º

29.º e 30.º Ofícios Criminais e os 5.º e 6.º Ofícios de Acidentes do Trabalho, para servirem, respectivamente, junto às Varas da mesma denominação e numeração ordinal, a que alude o inciso I do artigo anterior;

II - na Comarca da Capital, o Cartório de Distribuição e Informação, previsto no artigo 95 da Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça, de 29 de dezembro de 1971;

III - na Comarca de Franca, o 3.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça;

IV - na Comarca de Presidente Prudente, o 4.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça.

Artigo 3.º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - na Tabela 1, 15 (quinze) de Diretor (Serviço - Nível II), referência "CD-7";

II - na Tabela III:

- a) 33 (trinta e três) de 1.º Escrevente, referência "18";
- b) 66 (sessenta e seis) de 2.º Escrevente, referência "16";
- c) 183 (cento e oitenta e três) de 3.º Escrevente, referência "14";
- d) 155 (cento e cinquenta e cinco) de Oficial de Justiça, referência "16";
- e) 24 (vinte e quatro) de Fiel, referência "8".

Artigo 4.º - Os cargos criados pelo artigo anterior destinam-se:

I - aos Ofícios a que alude o inciso I do artigo 2.º os seguintes:

- a) 14 (catorze) de Diretor (Serviço - Nível II),
- b) 28 (vinte e oito) de 1.º Escrevente;
- c) 56 (cinquenta e seis) de 2.º Escrevente;
- d) 168 (cento e sessenta e oito) de 3.º Escrevente;
- e) 140 (cento e quarenta) de Oficial de Justiça;
- f) 14 (catorze) de Fiel;

II - à 3.ª Vara da Comarca de Franca, 5 (cinco) de Oficial de Justiça;

III - à 2.ª Vara da Comarca de Assis, 5 (cinco) de Oficial de Justiça;

IV - à 4.ª Vara da Comarca de Presidente Prudente 5 (cinco) de Oficial de Justiça.

V - ao Cartório de Distribuição e Informação, a que alude o inciso II do artigo 2.º:

- a) 1 (um) de Diretor (Serviço-Nível II);
- b) 5 (cinco) de 1.º Escrevente;
- c) 10 (dez) de 2.º Escrevente;
- d) 15 (quinze) de 3.º Escrevente;
- e) 10 (dez) de Fiel.

Artigo 5.º - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta dos Códigos 03 - Tribunal de Justiça - Unidade Orçamentária 01 - Tribunal de Justiça - Elemento 3.1.1.º - Pessoal e 17 - Secretaria da Justiça - Unidades Orçamentárias 01 e 02 - Secretaria da Justiça e Ministério Público - Elemento 3.1.1.0 - Pessoal, do Orçamento-Programa, suplementadas, se necessário, com recursos provenientes de créditos suplementares, que o Poder Executivo está autorizado a abrir nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 865, de 12 de dezembro de 1975.

Artigo 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de novembro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Nélson Gomes Teixeira, Secretário da Fazenda

Jorge Wilhelm,, Secretário de Economia e Planejamento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de novembro de 1976

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Subst.

(D. O. 30-11-76)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recebeu o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça,

o seguinte ofício: "Supremo Tribunal Federal - Of. Circular. P/GDG n.º 196 - Em 2 de dezembro de 1976 - Senhor Presidente - Transmito a Vossa Excelência a anexa cópia da Portaria n.º 159 de 25 de novembro p. passado, desta Presidência, que altera a Tabela de Custas pelo processamento, julgamento e execução dos feitos de competência do Supremo Tribunal Federal, a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1977. - Solicito as necessárias determinações de Vossa

Excelência no sentido de sua ampla divulgação através da Imprensa Oficial e dos jornais de maior circulação no Estado. - Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração. - (ãa) Djaci Alves Falcão, Presidente - Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. - Portaria n.º 159 - Aprova Tabelas de Custas do Supremo Tribunal Federal. - O Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos da decisão do Tribunal Pleno, em sessão desta data, proferida no uso da atribuição que lhe confere o artigo 120, parágrafo único, letra "e" da Constituição Federal, resolve aprovar as seguintes tabelas para a cobrança de custas devidas pelo processamento, julgamento e execução dos feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, bem como pela prática de atos judiciais e extrajudiciais por parte de sua Secretaria: - Tabela A - Recursos Interpostos na Instância Inferior.

Importância

Unidade

Cr\$

I - Recurso Extraordinário:

a) se o valor da causa exceder de cem (100) vezes o maior salário mínimo vigente no

País 1.000

b) nos casos previstos na Última parte do inciso VIII, do artigo 308, do Regimento

Interno 500

II - Agravo de

Instrumento 1.000

III - Arguição de

Relevância 1.000

IV - Apelação

Cível 1.000

Observações: I - As custas fixadas nesta Tabela compreendem todos os atos necessários ao julgamento do recurso do Supremo Tribunal Federal, excluídas as despesas de remessa e retorno dos autos. II - O Recurso Extraordinário que venha a ser processado, em virtude de Agravo de Instrumento provido ou de Arguição de Relevância acolhida, não ficará sujeito às custas específicas. No caso de interposição simultânea de Agravo de Instrumento e Arguição de Relevância, apenas aquele estará sujeito ao pagamento das custas respectivas. III - O preparo será efetuado nos Tribunais ou Juízes de origem dos recursos, na conformidade dos artigos 110, 111 e seus respectivos parágrafos, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observadas as isenções previstas no parágrafo 1.º, do artigo 113. IV - A falta de preparo do recurso, no devido prazo, no órgão de origem, acarretará a deserção (parágrafo 3.º do artigo 111 do Regimento Interno). V - As importâncias correspondentes às custas fixadas nesta Tabela serão recolhidas ao órgão arrecadador local de tributos federais, juntamente com o valor da despesa de retorno dos autos, mediante o preenchimento do "Documento de Arrecadação de Receitas Federais" (DARF): Tabela B - Feitos da Competência Originária.

D.O.J. 28-12-76

Importância

Unidade

Cr\$

I - Ação

Cível 2.000

..... 2.000

II - Ação

Rescisória 2.000

..... 2.000

III - Ação Penal

Privada 1.000

. 1.000

IV - Revisão criminal dos processos a que se refere o

item

anterior 1.000

. 1.000

V - Mandado de Segurança:

a) um

impetrante	1.000
b) mais de um impetrante (cada um)	500
VI - Reclamação sobre os processos a que se refere esta Tabela e a anterior, salvo quando reclamante o Procurador-Geral da República	500
VII - Homologação de Sentença Estrangeira	1.000
TABELA C - Atos Judiciais e Extrajudiciais praticados pela Secretaria: Importância	
Unidade	
Cr\$	
I - Carta de sentença - por folha	5
II - Certidões, traslados, mandados e editais:	
a) uma única folha	20
b) por folha excedente	5
III - Despesas de transporte nas citações, intimações e notificações:	
a) no Plano Piloto	100
b) nas Cidades Satélites	200
OBSERVAÇÕES FINAIS: I - As custas a que se referem estas Tabelas serão cotadas pelo funcionário encarregado de sua cobrança, nas folhas dos respectivos autos ou nos documentos entregues às partes. II - As custas a que se referem as Tabelas B e C serão escrituradas em livro próprio, rubricado pelo Diretor do Serviço Judiciário, e recolhidas ao Banco do Brasil S.A., mediante o preenchimento do "Documento de Arrecadação de Receitas Federais" (DARF). III - As despesas de transporte para o cumprimento dos atos a que se refere o item III, da Tabela C, serão pagas ao funcionário encarregado da diligência, na Secretaria do Tribunal mediante recibo. IV - Incorrerá em falta disciplinar, sujeita às sanções legais, o funcionário que solicitar ou receber custas excessivas ou indevidas, demorar, em virtude delas, a expedição de atos, termos ou traslados, ou não der recibo das quantias que lhes forem entregues para pagamento das mesmas. V - As custas previstas nas Tabelas constantes deste ato terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 1977. Brasília, 25 de novembro de 1976. Djaci Alves Falcão, Presidente. (D. J. 28-12-76)	

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Apelação Cível n.º 257.298 - São Paulo - Apte.: Dulce Farias Lowe - Apdo.: Oficial do 11.º Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.298, da comarca de São Paulo, em que é apelante Dulce Farias Lowe e apelado o Oficial do 11.º Registro de Imóveis. Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege". O título do apelante não foi admitido a registro, basicamente porque um dos pontos de referência do perímetro, a rua Mariano da Costa, não está averbado no Registro de Imóveis e, para isso, seria insuficiente o documento de fls. 11, que acusa a existência dessa via pública, fazendo esquina com a rua Visconde, de Porto Seguro, mas não a localiza relativamente à gleba do transmitente. Além disso, ao redor desse cruzamento haveria, em nome de terceiros, uma

série de outras transmissões, de origem diversa, exigindo que primeiro se localize, com exatidão, a área do transmitente.

Da certidão de fls. 10, decorre haver Antônio Nascimento Oliveira adquirido, em 1930, pela transcrição n.º 2.599, da 4.ª Circunscrição, uma área de 48.400 metros quadrados, cujo perímetro atravessava a estrada do Cupecê, ou Aracaçus, hoje rua Visconde de Porto Seguro, não havendo, no título, referência a que acompanhasse, em qualquer ponto, o alinhamento dessa via.

Pelo croquis da apelante (fls. 35), a rua Mariano da Costa, que foi oficializada em 1955 (fls. 11), corta a área retro mencionada, a partir do alinhamento da rua Visconde de Porto Seguro, dividindo-a em duas.

A averbação dessa via pública, a ser feita "ex-offício", reclama certidão de sua perfeita localização, não bastando a informação de que ela faz esquina com a rua Visconde de Porto Seguro. Observou, com acerto, o Serventuário da 4.ª Circunscrição (fls. 27): nada autoriza, até agora, a ilação de que o imóvel do transmitente passasse a fazer frente, também, para a rua Mariano da Costa. Se faz, ainda não se tem certeza legal de que essa nova rua tenha cortado dito imóvel, ou o margeado apenas.

Certo é que a 11.ª Circunscrição tem por existente a rua Mariano da Costa, pois informa que, ao redor da esquina dela com a rua Visconde de Porto Seguro, as áreas imobiliárias pertencem a outras pessoas, que não o alienante, filiadas; a outra origem fls. 2).

Só este último fato, assim oficialmente informado, basta a impedir a entrada do título da apelante, que iria conflitar com outros, de terceiros, frente ao Indicador Real da Circunscrição, gerando incertezas e inseguranças no Registro Público, coisa que está necessariamente fora e em conflito com a finalidade precípua do instituto (Lei n.º 6.º15/73, art. 1.º).

O registro aqui pretendido depende, pois, de melhores informes da localização da área transmitida, e de prévia anulação de outro, ou outros, tendo por objeto a mesma área, resultantes de transmissões eventualmente a non domínio, para que não surja o conflito de títulos, com acavalamento de áreas, que inquietaria o domínio e posse dos atuais detentores das transcrições precedentes e geraria confusão e duvida, ao invés da almejada segurança no cadastro imobiliário.

Nessas condições, confirmam a sentença.

São Paulo, 11 de fevereiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. João

Rabello de Aguiar Vallim

**Apelação Cível n.º 257.900 - Itanhaem - Apte.: Nicolau Caggiano - Apdo.:
Oficial Maior do Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.900, da Comarca de Itanhaem, em que é apelante Nicolau Caggiano e apelado o Oficial Maior do Registro de Imóveis. Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

A apelação traz o tema do registro da mera ocupação de terreno de marinha. O imóvel é uma casa e o seu terreno, na Praia do Sonho, em Itanhaem, objeto da Escritura de Venda, compra e cessão, lavrada em 3-6-76, nas folhas 211 do Livro 675, do 14.º Tabelião da Capital. Não se trata de terreno aforado, mas simplesmente ocupado, como, aliás, o recurso reconhece.

Ponderou o Magistrado, acertadamente, que a ocupação não gera direito real, sendo insuscetível. de registro.

O apelante pretende que a segurança das relações jurídicas impõe o registro, que é feito nas demais Comarcas litorâneas, sem maiores indagações, pois, embora exista efetiva autorização para a ocupação, tanto que os interessados pagam taxa anual e laudêmio na transferência, a certeza e segurança das relações jurídicas entre os particulares só é obtida através do registro, que deve ser determinado com fulcro em razões de ordem social e exigências do bem comum, atendidas as normas de equidade, a despeito do não ser ele previsto na lei. O contrário - adverte o apelante - resultaria no "summum jus, injuria injuria".

A apelação é muito bem articulada, mas não abala a sólida estrutura da sentença e das contra-razões do Ministério Público (cf. fls. 23-25 e fls. 46-47).

Estando, o terreno de marinha, sob o regime de aforamento, o ingresso do respectivo título no Registro Imobiliário decorre do artigo 116, do Decreto-lei n.º 9.760/46. A Lei n.º 6.015/73, regulamento dos Registros Públicos, dá-lhe guarida (art. 167, 1, n.º 10).

Sob o regime da ocupação, entretanto, nada existe, além de mero reconhecimento e tolerância, que não obsta à cobrança de taxa (Decreto-lei n.º 9.760/46, art. 127), nem impede a transferência, condicionada à prévia licença e ao pagamento de laudêmio (art. 130), num liame jurídico precário, entre o ocupante e a União, sem que esta reconheça direito de propriedade ou qualquer pretensão de domínio pleno (art. 130, "in-fine", art. 131 e art. 198), ou mesmo de domínio útil.

Tanto isto é certo que, para as hipóteses de ocupação, não existe no Decreto-lei n.º 9.760/46 nenhuma disposição que se assemelhe à do seu artigo 116, pelo que, de forma clara, se percebe uma diferença de tratamento entre o titular do aforamento, cujo domínio útil pode ser registrado, e o mero ocupante, cujos direitos de ocupação não têm ingresso no Registro Imobiliário, ainda que se lhes possa reconhecer comerciabilidade (art. 130) e valor indenizável por expropriação (Rev. Tribs., 443-230).

Os motivos de ordem social e as exigências do bem comum, invocados no recurso, cedem às razões de segurança e de defesa do patrimônio da União, devendo o título do apelante ser registrado na Delegacia concedente do alvará, como neste recomendado (f. 7).

Quando o apelante obtiver o aforamento, terá acesso ao Registro de Imóveis. A atual ocupação não é título de direito real, subordinado a registro.

São Paulo, 31 de janeiro de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.: Dr. Carlos Alberto Senatore.

Apelação Cível n.º 257.912 - Santo André - Apte.: Soinco - Imobiliária e Loteamentos S/C Apdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.912, da Comarca de Santo André, em que figuram como apelante Soinco - Imobiliária e Loteamentos S/C e apelado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Santo André.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso pagas as custas na forma da lei.

1. A documentação carreada para os autos, efetivamente, não é de molde a permitir a realização do registro pelo Cartório a que o título foi apresentado.

Veja-se, inicialmente, que, já nas primeiras declarações do inventário, se dava o imóvel como localizado na Comarca de São Bernardo do Campo (fls. 10), circunstância que foi reafirmada no pedido de retificação da carta de adjudicação, formulado em 14 de março de 1975 (fls. 23-25, item 2.º).

O documento de fls. 27, por outro lado, igualmente demonstra que o imóvel está situado na Comarca de São Bernardo do Campo.

Outra não é a localização na carta de sentença de fls. 29-34.

O decreto expropriatório, que se vê por xerocópia às fls. 74, como bem acentuou a Curadoria (fls. 88), por seu turno, não favorece o entendimento do apelante, no sentido de demonstrar que o imóvel está situado em Santo André, porque a área que no ato municipal se menciona é diversa daquela que nos títulos figura, pois enquanto o primeiro se refere a uma superfície de 88.250 metros quadrados, estes aludem a uma extensão superficial de 85.710,00 metros quadrados; e, ainda, não há identidade de nomes, pois no decreto as terras seriam pertencentes a Amador Bueno, enquanto nos títulos o proprietário é Amadeu Buono.

Os documentos juntados por linha também não favorecem o apelante, pois se a certidão de fls. 3 apenas elucida que a Prefeitura nada pode dizer sobre os limites da comarca, as plantas não têm autenticidade suficiente para invalidar a localização que emerge da prova documental.

2. Em face da prova documental, inteiramente favorável ao agasalho da dúvida, agiu bem o Juiz ao dispensar as diligências requeridas, pois estas não se mostravam necessárias.

Na verdade, como salientado no parecer do Dr. Procurador da Justiça, o desfazimento da confusão de nomes e a exata localização do bem só poderiam ser deslindados pela via própria, através de processo adequado que, à evidência, escaparia, da esfera de atribuições do Juízo administrativo.

3. A sentença fez inadequado uso de orientação expedida em caso anterior, onde se acentuou o dever do Oficial de Registro de Imóveis apurar, preliminarmente, se é sua, ou não, a competência territorial, indicando ao apresentante, na hipótese negativa, a Circunscrição competente, sem prenotar o título e sem suscitar dúvida.

É que, no caso presente, ante a manifestação do Oficial, a apelante insistiu no registro e reclamou a suscitação, surgindo, assim, o dissenso, a exigir solução da Corregedoria Permanente, na forma do artigo 198, da Lei n.º 6.015/73, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6.216, de 30-6-75.

A competência administrativa do Serventuário apresenta-se, em casos semelhantes, como um dos pressupostos necessários à realização do registro, pois este, conforme resulta claro do artigo 169 da Lei dos Registros Públicos, deve ser realizado no Cartório da situação do imóvel. Não existindo ela, deve isso ser simplesmente informado à parte, para que esta se dirija ao lugar certo.

Afrânio de Carvalho (Registro de Imóveis, pág. 318), ao dissertar sobre as providências preliminares a serem tomadas pelo registrador, quando passa ao exame dos títulos, aconselha que proceda a uma seleção eliminatória, excluindo aqueles que "sem sombra de dúvida, são irregistráveis, entre os quais o relativo a imóvel pertencente à jurisdição de outro Cartório". Surgida, porém, a controvérsia, insistindo a parte na competência que o Serventuário nega, tem ela de ser dirimida pelo Corregedor-Permanente. A dúvida é, então, o caminho adequado e necessário.

O que se expendeu, no caso precedente, é que o Serventuário não pode prenotar o título para provocar discussão administrativa em torno do título. Cumpre-lhe, em tal caso, simplesmente indicar a Circunscrição competente, pelo conhecimento, que tem dos limites do seu próprio território. Se prenotar, sem que o faça no interesse do apresentante, implicitamente reconheceu a sua competência para o ato do registro.

4. Ante o exposto, negam provimento ao recurso, para manter a recusa dos títulos e o cancelamento das prenotações.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Nilço Soares de Carvalho.

Apelação Cível n.º 257.938 - São Paulo - Apte.: Luiz Avelino Gonçalves Simões - Apdos.: Oficial Substituto do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Condomínio Edifício Phaedra.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.938, da comarca de São Paulo, em que é apelante Luiz Avelino Gonçalves Simões, apelados o Oficial Substituto do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Condomínio Edifício Phaedra.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

É taxativo e elenco legal dos atos suscetíveis de ingresso no Registro Público ("Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972-1973", n.º 78, pág. 109-110 e n.º 117, pág. 165-166; Revista dos Tribunais, 433-222), apresentando-se impróprio a justificar a lavratura de qualquer outro assento o mero interesse ou conveniência dos particulares.

No Registro de Imóveis, os atos suscetíveis de averbação, com previsão legal genérica (art. 246 da Lei dos Registros Públicos) ou específica (v.g.: item II do art. 167, art. 230, art. 235), são vinculados às ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro.

As eleições e destituições de síndicos, e demais dirigentes dos edifícios, não constituem matéria

de averbação, não só por falta de expressa previsão legislativa, como porque essas ocorrências, de interesse restrito à vida interna do condomínio, não alteram os assentos do registro imobiliário.

No caso concreto, correta a decisão recorrida que, acolhendo a dúvida, obistou ao ingresso das atas das Assembléias Gerais Extraordinárias de eleição dos novos dirigentes e destituição dos anteriores, porque irrelevantes essas ocorrências à segurança do Registro de Imóveis, e, assim, inviável a averbação pretendida.

Correta, também, ao determinar de ofício o cancelamento das averbações de n.ºs 113 e 114, feitas à margem da inscrição n.º 378, de incorporação do empreendimento.

Irrelevante, para a solução da dúvida, a regularidade ou irregularidade de qualquer investidura ou destituição de administrador do condomínio, e bem assim o resultado de qualquer demanda que vise a declará-la, porque aquelas averbações, que contêm matéria não registrável, sequer podiam ter sido feitas, como admitiu o Oficial Substituto suscitante, ao reconhecer o seu equívoco. Não fora a falha do Cartório, ao lavrá-las, a presente dúvida sequer teria surgido. Alcançadas irregularmente, as referidas averbações são nulas de pleno direito e não podem subsistir. O cancelamento delas é imperioso (art. 214 da Lei dos Registros Públicos).

Assim, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1977

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Bruno Bechelli.

Apelação Cível n.º 257.077 - Cerqueira César - Aptes.: Abdo Caim Zedan e Outros - Apda.: Escrivã Interina do Primeiro Cartório de Notas e Ofício da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 258.077, da Comarca de Cerqueira César, em que figuram como apelantes Abdo Caim Zedan e Outros e apelada a Escrivã Interina do Primeiro Cartório de Notas e Ofícios da Comarca de Cerqueira César.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. O caso, ao contrário do que se ponderou às fls. 26, é de dúvida.

Realmente, como já acentou este Conselho, o processo de dúvida fundamenta-se num dissenso relativamente à necessidade de determinada providência, exigida pelo Serventuário para a prática do ato.

Ora, na hipótese, malgrado não se tenha conferido à suscitação o procedimento previsto nos artigos 198, 199 e 200 da Lei dos Registros Públicos, é inegável que, por via da petição de fls. 2, a Serventuária quis se opor ao registro, por entender que ao título faltava um requisito essencial. Configura-se, nessas condições, perfeitamente, a dúvida, a reclamar decisão que ordene ou negue o registro.

Pouco importa que a matéria tenha sido rotulada, na inicial, de simples consulta, pois não será o nome que irá marear a natureza do procedimento, e sim a substância ou o conteúdo do requerimento formulado pela escrivã.

O recurso também não se prejudica pela irregularidade do processo administrativo, pois, no julgamento do apelo, o exame dos requisitos de validade e legalidade dos títulos deve ser feito amplamente, uma vez que o conhecimento das razões da apelação é total, compreendendo toda a matéria posta em discussão e que, eventualmente, se invoque como obstáculo ao ato pretendido.

Conhecem, assim, do reclamo.

2. Superada essa questão preliminar, no mérito, não vêem como negar provimento à apelação. Com efeito, mostra Washington de Barros Monteiro, lastrado em mais de uma dezena de decisões de nossos Tribunais Superiores, que a doação com reserva de usufruto não é onerosa, mas, pura e simples (cf. Curso de Direito Civil, Direito das Obrigações - II - pág. 141).

Por sinal, como salientado às fls. 10, este Conselho já deixou assentado, em mais de uma oportunidade, que, "não obstante a reserva do usufruto pelos doadores e a imposição das

cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade", é pura a doação (cf. Rev. dos Tribs., 480/108). Essa a orientação que prevaleceu, por igual, na Apelação n.º 251.603, recentemente julgada neste Conselho.

É, exatamente, o caso dos autos, pois a leitura da escritura de fls. 3/v. mostra que a doação não se marcou por qualquer encargo, havendo mera reserva de usufruto em favor do doador.

A aceitação, assim, poderia decorrer do simples silêncio, suficiente para caracterizar anuência presumida do donatário.

Por outro lado, em face dos termos da certidão de fls. 19, não é possível informar o valor da presunção.

A certidão lavrada pelo Tabelião Interino do Cartório do Registro Civil de Santa Bárbara do Rio Pardo, onde o ato foi praticado, tem fé pública e não pode ser destruída pela simples afirmação, contida na petição de fls. 15-16, que não se fez acompanhar de qualquer prova.

Igualmente, não se pode pretender, como quer a digna Curadoria, que a morte do doador, ocorrida antes de qualquer manifestação do donatário, determine a rejeição do título na instância administrativa em que corre o processo da dúvida.

A matéria, no campo doutrinário, não é pacífica sendo suficiente mostrar que Clóvis Beviláqua citou várias opiniões, todas respeitáveis, em sentido contrário à sua própria (Código Civil Comentado, nota ao art. 1.165).

João Luiz Alves, por exemplo, ensinava que, "morto o doador, sem revogar o seu ato, pode o donatário aceitar a doação, pela qual respondem os herdeiros daquele, por isso que a vontade do doador já estava manifestada e o contrato só dependia, como se vivo fosse o doador, da manifestação da vontade do donatário" (Código Civil Anotado, ed. 1917, pg. 798).

Essa opinião se renova nas lições de Caio Mário da Silva Pereira (Inst. de Dir. Civ., vol. III, pág. 162), Arnaldo Wald (Curso Obrigações e Contrato, pág. 280).

Trata-se, pois, de matéria reservada à esfera jurisdicional, onde já corre litígio (f. 15), devendo o título prevalecer perante a autoridade administrativa, até que o Poder Judiciário se manifeste.

Finalmente, a existência de domínio transcrita do doador está fora da dúvida, nenhuma contestação tendo havido, do Serventuário, na suscitação.

A demanda proposta por um dos donatários, visando à anulação judicial do título (f. 15), não tem efeito impeditivo do registro, não pode servir de empecilho a ele, pois enquanto não alcançada a declaração da nulidade, a escritura de doação permanecerá eficaz.

3. Ante o exposto, dão provimento ao recurso, declarando improcedente a dúvida.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Paulo Mazza.

Apelação Cível n.º 258.433 - Santa Isabel - Aptes.: Luiza Fujiko Ogaçawara e Tamayo Ogaçawara - Apdo.: Juízo de Direito de Santa Isabel.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 258.433, da comarca de Santa Isabel, em que figuram como apelante Luiza Fujiko Ogaçawara e Tamayo Ogaçawara e apelado o Juízo de Direito de Santa Isabel.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso, pagas as custas na forma da lei.

Como observa o Dr. Procurador da Justiça (fls. 54) o processo, malgrado o rótulo da autuação, não cuida de qualquer tipo de dúvida.

Por sinal, sequer ocorreu intervenção do Oficial do Registro de Imóveis.

Não existe, assim, matéria que vincule a competência deste Conselho, pois, na verdade, os autos demonstram, apenas, o desatendimento de pretensão desenvolvida no âmbito exclusivamente administrativo.

A questão situa-se, por conseguinte, na competência recursal da Corregedoria Geral da Justiça, na forma do artigo 246 do Código Judiciário, devendo a ela ser o presente recurso encaminhado. São Paulo, 4 de fevereiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.: Dr. Massao Kinoshita.

Apelação Cível n.º 258.565 - São Paulo - Aptes.: Espólios de Tereza Diamante Sisto e José Sisto - Apdo.: Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 258.565, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes os Espólios de Tereza Diamante Sisto e de José Sisto, apelado o Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Correta a decisão recorrida, que acolheu a dúvida, porque o formal de partilha levado a registro não resiste ao exame obrigatório dos requisitos de validade e legalidade.

Falta ao documento regular menção ao número de transcrição aquisitiva do imóvel inventariado, apresentando-se imprópria a simples referência indireta à transcrição n.º 21.750 do 3.º Registro de Imóveis.

O dado omitido constitui requisito legal da matrícula do imóvel (n.º 5, do item II, do parágrafo único, do art. 176, da Lei dos Registros Públicos) e do subsequente registro do título de transmissão derivada n.º 4, do item III, daquele dispositivo).

Existem outras falhas a serem sanadas.

Pela transcrição n.º 21.750, feita em 13 de abril de 1923, José Sisto adquiriu de Augusto Gonçalves Neves e sua mulher Antônia Pires Neves o imóvel consistente em um terreno, sito à rua A, atual rua Sábado D'Angelo, em Itaquera, medindo 260 metros, aproximadamente, de frente para a mencionada rua e confrontando, nos fundos, com o Ribeirão Jacu; tendo da frente aos fundos, do lado em que divide com Albino Rodrigues de Lima, 75 metros, desde a rua até o ribeirão; e do lado em que divide com Júlio Cláudio, 66 metros, também da rua ao ribeirão. O registro, efetuado anteriormente à vigência da Lei n.º 4.827/14 e Decreto n.º 18.542/28, deixou de assinalar a metragem de uma das divisas, a dos fundos, ao longo do curso d'água (Ribeirão Jacu).

Ainda em vida, José Sisto e sua mulher Tereza Diamante Sisto alienaram diversas glebas, fazendo-as derivar daquela transcrição, e mencionaram, nos títulos translativos, que o imóvel encerraria a área aproximada de 15.600 m² (fls. 42-43). As glebas desmembradas, como informa o suscitante, encerram, em conjunto, área superior a 16.000 m² (fls. 3).

O formal de partilha esclarece que foi inventariada, como área remanescente daquela transcrição, uma gleba contendo 13.000 m².

Ora, as três únicas medidas lineares, mencionadas na transcrição n.º 21.750, não podem comportar, por cálculo simples, uma área total de 29.000 m², que seria resultante da soma das alienações anteriores (16.000 m²) com o remanescente inventariado (13.000 m²).

Pelo contrário, aquelas medidas, enquanto não esclarecida convenientemente a metragem da linha divisória ao longo do curso natural do Ribeirão Jacu, oferecem elementos para uma pronta aferição sobre a inexistência de disponibilidade no registro anterior, hipótese em que, como tem decidido este Conselho, não é possível a admissão de novo título transmissivo no registro imobiliário (agravos de petição n.ºs 167.002, de Marília, in DJ, de 18-4-68; n.º 168.519, de Cananéia, in DJ, de 10-5-68; n.º 172.744, de Fernandópolis, in DJ, de 17-5-59; n.º 180.365, de São Paulo, in DJ, de 6-10-69; n.º 182.563, da Capital, in DJ, de 30-12-69 e n.º 187.866, de Bananal, in DJ, de 6-8-70).

Além disso, a identificação do imóvel inventariado não coincide com aquela constante do registro anterior.

O formal de partilha consigna que o prêmio confronta com um pequeno afluente, sem denominação, que deságua no Ribeirão Jacu, e aquele dado não consta da transcrição n.º 21.750, embora incorporado na identificação atual. Os apelantes esclarecem que esse pequeno afluente teria surgido por obra do Poder Público, quando retificou o curso natural do Ribeirão Jacu. Trata-se, como é evidente, de ocorrência que altera o registro anterior, quanto à identificação do imóvel, pelo que de obrigatória averbação (arts. 246 e 229 da Lei dos Registros

Públicos), para resguardo da segurança do registro imobiliário (n.º 3 do item II e n.º 4 do item III, do parágrafo único, do art. 176).

O levantamento pericial, feito no curso da ação movida contra a Municipalidade, onde apurada a área remanescente de 13.000 m², conquanto possa servir de princípio de prova, não basta, por si só, para autorizar a complementação dos dados constantes da transcrição n.º 21.750, retificando a falha na indicação da área primitiva.

Trata-se de prova emprestada e produzida unilateralmente, enquanto que a Lei dos Registros Públicos determina, de forma expressa, que se resguardem os interesses de todos os confrontantes e do alienante ou seus sucessores, que devem ser chamados a se manifestar (§ 2.º do art. 213).

O imóvel objeto da transcrição n.º 21.750 foi desmembrado de área maior adquirida por Augusto Gonçalves Neves, por força do registro aquisitivo n.º 4.009 do 3.º Registro de Imóveis (fls. 48-50). O casal deste alienante, por si, herdeiros ou sucessores, tem legítimo interesse em acompanhar qualquer alteração que se pretenda introduzir na descrição das divisas ou da área do imóvel transmitido ao extinto José Sisto.

Da prévia regularização do registro anterior, a ser providenciada nos assentos do 3.º Registro de Imóveis (art. 229 da Lei dos Registros Públicos), depende o ingresso do títulos dos apelantes no registro imobiliário.

Assim, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 11 de fevereiro de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Ângelo Rafael Rossi.

Apelação Cível n.º 258.595 - Laranjal Paulista - Apte.: Francisco Rugolo - Apdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 258.595, da comarca de Laranjal Paulista, em que é apelante Francisco Rugolo e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

1. O tema em discussão se resume na compra de parte de terreno rural, com infringência da fração mínima de parcelamento prevista no Estatuto da Terra. Já o imóvel, no seu todo, possui área inferior a do módulo. As terras medem, na sua integralidade, 3,63 hectares, e, naquela região a fração mínima é de 4,8 hectares. O apelante adquiriu metade dos 3,63 hectares e entende que isto é possível pelo fato da área global permanecer indivisa, não ocorrendo desmembramento ou divisão. A Procuradoria Geral da Justiça concorda com esse entendimento, desacolhido na respeitável sentença.

2. De fato, não é possível o registro. O Conselho Superior da Magistratura tem orientação recente, no sentido de que "o artigo 65 da Lei n.º 4.504/64 é de ordem pública. Tem por fim evitar a proliferação de minifúndio antieconômico impedindo a divisão de gleba rural em quinhões de área menor que a prevista para o módulo, ainda que para cessar o condomínio entre co-proprietários. A orientação foi firmada, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 78.048, não havendo porque ignorá-la, na espécie". No mesmo aresto, com respeito ao direito adquirido, ficou assentado que "depois da Lei 4.504/64, o direito do condômino à divisão, assim como o direito do proprietário ao fracionamento, sofrem a restrição do respeito ao módulo rural" (cf. Apelação Cível n.º 256.054 de Salto, j. em 8-11-76). A cláusula de que "a parte ideal de metade do imóvel continuará em comum dentro do todo" (fls. 11), expressando mera invisibilidade tem, no caso, substrato legal, e não convencional, de sorte que dita cláusula não acresce um grão de pó no mundo das coisas sensíveis, e como se não estivesse escrita.

O que importa é a essência do negócio em que a divisão geodésica, proibida, pode decorrer da simples transcrição do título, gerando domínio localizado.

Neste passo, a escritura é, pelo menos, equívoca, pois descreve um terreno com 3,63 hectares identificado pelas benfeitorias que o destacam no todo, dentro de um perímetro que se fecha

com a área total de 4,8 hectares, cadastrado no INCRA; e enfatiza a venda de Metade Certa de dito imóvel.

Não houve transmissão de parte ideal para estabelecimento de condomínio, mas de parte certa, e isso configura violação do Estatuto da Terra, porque, a partir da transcrição do título, cada um dos proprietários passará a ter o seu domínio restrito a área certa e determinada, inferior ao módulo, ainda que aparentemente se comportem como se fossem condomínios num imóvel indiviso.

Esse o real obstáculo ao pretendido registro.

São Paulo, 11 de fevereiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Victor Rodrigues Machado.

Processo de Recurso n.º 62-76 - Gapre-4 - Bilac - Recte. Pedro Castilho - Recda. Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Pedro Castilho, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais com os Anexos do Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Bilac.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Pretende o recorrente a contagem de mais dois pontos pelo Certificado de Conclusão do Curso Colegial.

Sem razão.

Consoante a sistemática do Decreto-lei n.º 159/69, a apresentação de diploma de conclusão de curso colegial, correspondente ao 2.º ciclo do curso secundário, para fins de concurso, apenas garante 1 (um) ponto ao candidato, desde que não verificadas nenhuma das hipóteses previstas nos itens 1 e 2 do parágrafo único do artigo 20 do citado diploma. Isso está claro no item 3 do mencionado dispositivo legal.

Como o recorrente exibiu o diploma de Bacharel em Direito, colhendo três pontos (fls. 7), absorvido ficou o ponto correspondente ao curso colegial, como resulta da redação inequívoca do aludido preceito legal.

Nesse sentido vem este Conselho decidindo reiteradamente (cf. Recursos ns. 44-74, 70-74, etc.)

São Paulo, 14 de março de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça. D.O.J. 17-3-77

Processo n.º 3-77 - Capital - Repte. Altino Lorena Machado Recda.: Comissão de Concurso - Gapre-4.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Altino Lorena Machado, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 3.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca da Capital - Classe Especial.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

1. O recorrente, serventuário de quarta classe segundo o disposto no artigo 4.º, inciso IV, alínea "a", do Dec.-Lei n.º 159/69, combinado com o artigo 5.º do Dec.-Lei n.º 158/69, não se conforma com a decisão da Comissão de Concurso para o provimento do 3.º Registro de Imóveis da Capital, classe especial, que apenas admitiu o seu pedido de inscrição para "promoção", não considerando o pedido de "remoção".

2. Mas não tem razão. "Remoção" pressupõe igualdade e identidade de classes; e os Serventuários das antigas 4.ª e 5.ª classes segundo a classificação dos Dec.-Leis n.ºs 158 e 159/69, não são classificados em classe especial ou a esta equivalente, conforme julgou o

Plenário deste Tribunal no mandado de segurança n.º 254.228, impetrado por Waldomiro Borges Canto (As. 28).

Criada na carreira de serventuário a "classe especial", o recorrente classificado como 4.ª classe não obteve elevação automática de classificação, segundo o disposto no artigo 63, parágrafo único, da Resolução n.º 1/71, preceito reiterado no artigo 81, parágrafo único da Resolução n.º 2/77.

São Paulo, 11 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Relator Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Processo de Recurso n.º 4-77 - Gapre-4 - Capital - Repte. Francisco Antônio Chiavassa - Recda. Comissão de Concurso.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso, interposto por Francisco Antônio Chiavassa, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 6.º Cartório de Títulos e Documentos da Comarca da Capital - Classe Especial.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

A Comissão de Concurso não recolheu ao recorrente a eficiência e boa cooperação, ante o elevado número de faltas injustificadas que a folha de serviço registra (f. 5-7).

O critério está justificado (f. 11) e, como elemento objetivo de avaliação do mérito funcional, prevalece sobre os atestados agraciados ao recorrente sem consideração ou sem conhecimento da falha em causa.

Confirmam a decisão.

São Paulo, 11 de março de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Processo de Recurso n.º 6-77 - Gapre-4 - Capital - Rcte. Sérgio de Almeida - Recda. Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Sérgio de Almeida, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 6.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital - Classe Especial.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento ao recurso para que a contagem dos pontos do recorrente atenda a certidão atualizada apresentada após o encerramento da inscrição, mas antes da classificação.

Conforme observa o parecer de fls. 10, embora apresentada após o encerramento da inscrição a certidão atualizada que consignava o tempo de serviço do recorrente como "auxiliar de cartório", dela a Comissão teve conhecimento antes da classificação; e mesmo assim, não computou o tempo de serviço como auxiliar.

Ora, aproveitável esse tempo, e tendo a Comissão tomado conhecimento da sua existência antes da classificação, nada justifica não ter sido computado. Isso é o que resulta do V. Acórdão deste Conselho, no recurso de Joffre Teixeira de Carvalho (Livro 12, fls. 59, do Registro de Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura), ao acentuar que satisfeito o requisito da exibição da certidão de tempo de serviço expedida pela Corregedoria Geral da Justiça, no ato da inscrição, empecilho não há para que se retifique ou complemente dita certidão até o dia do julgamento da classificação.

São Paulo, 11 de março de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Relator; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 15-3-77

Processo de Recurso n.º 69/76 - Gapre-4 - Recte.: Luiz Arantes Netto - Recria.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Luiz Arantes Netto, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do 2.º Cartório de Notas da comarca da Capital - Classe Especial.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

Havendo empate entre candidatos, no concurso para provimento de Serventia vaga, encontrou a Comissão apuradora sólido critério de desate no tempo de serviço no cargo de escrevente, que o recorrente tem sensivelmente inferior ao do candidato Oscar Serra (fls. 5 e 9).

A lacônica manifestação de inconformismo (f. 2) deixa entrever que o recorrente acena ao seu título de bacharel, como fator preponderante.

Certo é, porém, que a lei manda fixar-se a solução no primeiro elemento que a forneça, dentre os enumerados ordinalmente (artigo 23 do Decreto-lei n.º 159/69). Encontrado o primeiro ponto de diferenciação entre os candidatos empatados, a pesquisa cessa, como no caso ocorreu; de sorte que o título de bacharel, quarto elemento da enumeração legal, só viria a ser ponderado se os três anteriores deixassem indefinido o concurso.

São Paulo, 18 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Processo de Recurso n.º 72/76 - Gapre-4 - Capital - Recte.: Henrique Navarro Júnior - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso interposto por Henrique Navarro Júnior, contra a decisão da Comissão de Concurso para provimento do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 35.º Subdistrito (Barra Funda), do distrito da sede da comarca da Capital - Classe Especial.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso.

O recorrente, com seis anos de exercício do cargo de escrevente, não preenche o requisito do artigo 28 do

DL 159/69, que reza:

"Os escreventes com mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no cargo, poderão inscrever-se, em concurso de promoção, de cartório de qualquer classe ou natureza da própria comarca, em que estejam em exercício nos últimos 5 (cinco) anos".

Como se decidiu em caso análogo.

"A expressão "escrevente" ligada ao requisito temporal de vinte e cinco anos de efetivo exercício no cargo, confere ao texto sentido restrito. Não se fala em tempo de serviço público ou sequer em exercício de funções cartorárias, que daria agasalho aos objetivos do recorrente".

"O legislador, aludindo a "escrevente" com "efetivo - exercício no cargo", quis, à evidência, qualificar o tempo de serviço capaz de configurar o direito de inscrição, limitando-o ao exclusivo exercício do cargo de escrevente".

"Assim fazendo, é bem de ver, que visou dar amparo àquela classe de servidores, livrando-a da concorrência de quem, com o desempenho de outras atividades públicas, pudesse preencher o questionado requisito com fração inexpressiva de tempo de exercício do cargo de escrevente. É o efetivo exercício deste cargo, e não de qualquer outro, que gera a presunção de habilitação para promoção à serventia, traduzida na condição temporal questionada".

Esse, aliás, o entendimento reiterado deste Conselho (Procs. n.ºs 28/72, 60/72, 102175, 32/76).

São Paulo, 18 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de

Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Processo de Recurso n.º 1/77 - Gapre-4 - Capital - Recte.: Francisco Pereira Lima Netto - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Francisco Pereira Lima Netto, contra decisão da Comissão de Concurso para provimento do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 35.º Subdistrito do distrito da sede da comarca da Capital - Classe Especial. Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento.

O recorrente se insurge contra o indeferimento de sua inscrição por não ter apresentado no prazo legal os documentos necessários (certidões de tempo de serviço e do IPESP atualizadas). Sem razão.

Os papéis ora exibidos, além de extemporâneos carecem de regularidade, consoante verificação realizada pela Secretaria fls. 30/31).

Como assinalado a fls. 32, "as inscrições tiveram início a 12 de agosto de 1976 e se encerraram a 31 do mesmo mês e ano, tendo o recorrente juntado certidões de 11 de julho de 1975 (tempo de serviço) e 14 de julho de 1975 (IPESP), referindo-se a última à quitação da prestação de março de 1976, portanto muito antes do prazo da inscrição, inábeis para produzir os efeitos que delas devem decorrer, como bem assinalado no parecer de fls. 27/28, em consonância com a orientação do E. Conselho Superior da Magistratura, que tem prestigiado o entendimento da decisão impugnada".

São Paulo, 18 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Agravo de Petição n.º 250.755 - Itanhaem - Agvte.: Educandário Santo Ivo - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 250.755, da Comarca de Itanhaem, em que é agravante o Educandário Santo Ivo e agravado o Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, rejeitar a preliminar argüida no parecer da Procuradoria-Geral da Justiça e, no mérito por igual votação, negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

1. O Educandário Santo Ivo, representado pelo Dr. Anésio de Lara Campos Júnior, pretendeu registrar a escritura de venda e compra de fls. 4-8, que lhe outorgou o Clube de Campo, Caça e Pesca do Guaraú de Peruíbe, tendo por objeto o Sítio Maracujá, composto de quatro glebas (alfa, beta, gama e delta), destacadas de gleba maior, na Fazenda Guaraú, Município de Peruíbe, Comarca de Itanhaem, sítio esse que perfaz a área total de 10,06 hectares, ou 100.600 metros quadrados.

O Oficial do Registro de Imóveis argüiu dúvida, dizendo que os interessados não apresentaram o certificado de regularidade de situação e o certificado de quitação do Funrural. Além disso, o desmembramento das quatro glebas, que compõem o Sítio Maracujá, não consta de planta aprovada, inexistindo a correspondente averbação no Registro de Imóveis. Finalmente, trata-se de imóvel rural, e os interessados não cumpriram os princípios exigidos pelo INCRA para loteamento (fls. 2).

A respeitável sentença, acolhendo a dúvida, entendeu obrigatória a apresentação do certificado de regularidade de situação do Funrural, pelo outorgante (Clube de Campo), além do que as glebas objeto da escritura levada a registro fazem parte de um plano de loteamento ilegal que esse Clube, de longa data, vem promovendo, alienando milhares de lotes sem observar o cumprimento da legislação pertinente, e sem obter aprovação do projeto pelo INCRA, não se cuidando de simples desmembramento (fls. 91-94).

No agravo, oferecido na vigência do Decreto n.º 4.857/39, o Educandário Santo Ivo sustenta que não interessa saber se o Clube pretendeu fazer loteamento futuro, aliás, beneficiando seus

associados, apenas. O fato é que a alienação em seu favor não implicou em "oferta pública", o que exclui a incidência da legislação de loteamentos. A escritura levada a registro expressa realização de finalidade cultural e educacional do outorgante, como previsto em seus estatutos. O local é declarado, pela Municipalidade de Peruíbe, como área urbana, não havendo falar na sujeição ao INCRA, além do que o Clube outorgante não explora atividade agrícola, industrial ou comercial de produtos rurais. Sustenta, outrossim, que os desmembramentos não poderiam ser averbados "a priori", antes de efetivamente realizados (fls. 96-100).

Mantida a sentença (fls. 119 v.), os autos subiram e a Procuradoria-Geral da Justiça lançou o parecer de fls. 123-127, onde em preliminar, diz que o agravante não está regularmente representado nos autos, através do competente instrumento de procuração para o ilustre Advogado que, embora diretor-presidente daquela entidade, não advoga em causa própria, No mérito, opina pelo improvimento.

2. A preliminar levantada no parecer da Ilustrada Procuradoria-Geral é improcedente.

Os atos constitutivos do Educandário Santo Ivo, ora agravante, nomeiam o Advogado, Dr. Anésio de Lara Campos Júnior, seu diretor-presidente vitalício, com amplos poderes para, isoladamente, representar a entidade (cf. documento de fls. 32). Sendo advogado, detém capacidade postulatória, e tem poderes para assumir a representação judicial da Fundação que dirige, para o que, evidentemente, não carece da auto-outorga de mandato especial. A exigência não se afigura razoável, no caso.

3. No mérito, resulta despropositada a discussão posta nos autos sobre o loteamento que o Clube outorgante estaria promovendo de forma irregular; se haveria, ou não, oferta ao público, ou se o loteamento existe apenas para os sócios desse Clube.

O Educandário Santo Ivo, beneficiário da escritura levada a registro, é Fundação de caráter beneficente, instituição de educação e assistência social (fls. 32). Não é empresa que se dedique ao comércio de loteamentos urbanos ou rurais, à qual se pudesse destinar a presunção de que adquiriu área de 100.600 m2 para explorar negócios imobiliários.

As circunstâncias indicam, claramente, que, com relação ao Educandário Santo Ivo, a escritura de fls. expressa desmembramento da propriedade do Clube outorgante, com propósitos beneméritos sociais bem mais evidentes do que as intenções que se busca presumir, na espécie, como sendo as norteadoras da avença.

Então, a possibilidade do outorgante estar promovendo um loteamento irregular não é o melhor prisma para o enfoque da questão, devendo ser posto de lado.

A exibição do certificado de quitação do Funrural é outra exigência da qual não se pode cogitar, na espécie. O artigo 165 do Decreto n.º 69.919/72 declara que a obrigatoriedade desse documento se destina aos contribuintes do Funrural, não constando que as partes o sejam, porque, sem melhores esclarecimentos, não se pode confundir um Clube de Campo e uma entidade beneficente, como o Educandário Santo Ivo, com aqueles proprietários que vivem da exploração da atividade econômica, comercial ou industrial, rural. Na escritura, aliás, o outorgante declarou que não se vincula ao Funrural (fls. 5).

No agravo de petição n.º 211.489, de Garça, decidiu o Conselho Superior da Magistratura que "o simples proprietário de imóvel rural, que não industrializa os seus produtos e nem os vende no varejo, diretamente ao consumidor, está isento do certificado de quitação do Funrural, porque não é devedor da contribuição. Resta-lhe, tão-só, demonstrar a regularidade de sua situação perante o órgão federal competente (Rev. Jurisprudência do Tribunal de Justiça, vol. 23, pág. 529/530).

Em julgamento posterior, o mesmo Conselho, no Agravo de Petição n.º 215.402, de Santa Cruz do Rio Pardo, dispondo sobre a prova da regularidade de situação, acima referida, decidiu que o registro do título prescindiria dessa demonstração, desde que os interessados declarassem que se responsabilizavam pelos débitos junto ao Funrural (cf. Des. Ferreira de Oliveira, "Acórdãos do Conselho -, ed. 74, n.º 52, págs. 73/74).

Irrelevante, outrossim, que o desmembramento objeto da escritura recusada não conste de planta aprovada, no Registro de Imóveis. Desde que nenhuma dúvida surgiu, no caso, sobre a identificação da gleba, quanto à área, limites e confrontações, a planta seria mero dado esclarecedor, de utilidade, mas que não se mostra imprescindível. Basta que haja possibilidade de exaurimento da matrícula, para que desapareçam empecilhos dessa ordem. E é óbvio que o desmembramento deve ser objeto de anotações posteriores à escritura, concomitantes ao registro.

Finalmente, não havendo demonstração alguma de que o imóvel se localiza em zona urbana,

como dito pelo agravante, e, justamente ao contrário, como todas as suas características são indicativas de gleba rural, inclusive pelo que decorre do certificado do Incra (fls. 101), o verdadeiro entrave material ao registro do título é a falta de anuência ou prévia autorização desse mesmo órgão, para um desmembramento que, no caso do Educandário agravante, é autorizado pelo artigo 2.º, n.º II, item "c", n.º 2, e artigo 4.º do Decreto n.º 62.504/68, que regulamentou o artigo 65, do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/64). Esse último dispositivo (artigo 4.º), limitou o desmembramento à área comprovadamente necessária à realização dos objetivos que forem declinados, e a autorização do Incra será obrigatoriamente transcrita na escritura (cf. art. 5.º do mesmo Decreto n.º 62.M/68). Tais os elementos omitidos "in casu" e que resumem os obstáculos ao deferimento do colimado registro. As partes devem obter expressa autorização do Incra, transcrevendo-a na escritura, oportunidade em que juntarão prova da regularidade de situação perante o Funrural, ou então declaração que se responsabilizam pelos débitos correspondentes.

São Paulo, 4 de outubro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Advogado: Anésio de Lara Campos Júnior.

Agravo de Petição n.º 251.018 - Mairiporã - Agvte.: José de Freitas Menezes - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 251.018, da Comarca de Mairiporã, em que é agravante José de Freitas Menezes e agravado o Oficial do Registro de Imóveis:

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

1. O agravante apresentou, para ser inscrito, o compromisso particular de venda e compra de fls. 4-7, título da aquisição feita a Francisco Arantes Fagundes e outros, de uma área de 1.232 m2, destacada de porção maior, com 107.673 m2, que é objeto da transcrição n.º 1.816 do Registro de Imóveis de Mairiporã.

O Oficial arguiu dúvida baseada em: a) não estar descrita, no contrato, a arca maior que sofreu o desmembramento; b) não haver perfeita descrição das características da área alienada, não combinando, a que consta do contrato, com a do imóvel transcrito sob n.º 1.816; c) apesar de urbano, o imóvel, não haver loteamento inscrito, que autorize a venda de lotes em prestações; d) não constar que a mencionada "rua Projetada" seja rua oficial da cidade (cf. fls. 3).

A respeitável sentença acolheu a dúvida (fls. 17-18), porque "a área descrita no contrato não foi situada na área maior"; porque "necessário seria a prévia averbação da abertura da Rua Projetada, inexistente na transcrição n.º 1.816"; e ainda porque impossível seria a "averbação do contrato", conforme o pedido do interessado.

O agravo, oferecido na vigência do Decreto n.º 4.857/39, objetiva reformar a decisão de primeiro grau, sustentando não haver lei que obrigue a descrição da área maior já constante da transcrição mencionada no contrato; que o desmembramento é necessário porque o imóvel é urbano, sendo impossível a total coincidência na descrição de uma área de 1.232 m2, com a outra, donde provém, que possui 107.673 m2. Finalmente, informa que "rua Projetada" é apenas a denominação de um caminho, não havendo porque falar-se em prévia averbação dela fls. 19-20).

Mantida a sentença (fls. 24), os autos subiram, e a Procuradoria-Geral da Justiça ofereceu parecer pelo improvimento fls. 33-34).

2. A dúvida realmente procede, em parte.

Não é relevante que o compromisso do agravante omita a descrição da área maior, donde se desmembrou o terreno adquirido. A sua cláusula primeira se reporta à transcrição n.º 1.816, certificada às fls. 7. Nessa transcrição está descrito o perímetro da gleba originária, nada mais havendo a exigir.

A inexistência de loteamento inscrito também não se erige em obstáculo a que o dono de uma gleba, mesmo situada em zona urbana, venda parte dela, desmembrando a sua propriedade.

Não se trata, nesse caso, de lançamento de loteamento clandestino no mercado imobiliário, que burle o interesse público urbanístico e de natureza social, com infringência da legislação específica sobre loteamentos urbanos. A alienação de uma fração da propriedade não será vedada só pelo fato de haver pacto de pagamento do preço em prestações. A Lei dos Registros Públicos não é omissa na previsão dos compromissos a prazo, ou em prestações, de imóveis não loteados, nem mesmo na de alienações parciais ou desmembramentos dos imóveis (Lei 6.015/73, artigo 167, 1, n.º 9 e artigo 233, 11 e artigo 235, parágrafo único).

O que obsta, realmente, ao pretendido registro, é a imprecisão do título, no tocante à localização da área destacada e prometida à venda. É como diz a sentença (fls. 18): "a área descrita no contrato não foi situada na área maior".

Reporta-se o título a pontos de referência arbitrariamente convencionados, que não desfrutam de uma situação topográfica inconfundível e imutável. Não consta do título anterior nenhuma "Rua Projetada", cuja localização sirva ao ponto de partida do perímetro e à localização dos marcos referidos; não há medida de ângulos, que permita fechar o quadrilátero irregular descrito, onde duas faces opostas têm medidas diferentes.

Se registrado o título em causa, não se possibilitaria a perfeita localização do trato negociado, mas implantar-se-ia uma situação equívoca, que só iria criar conflitos e perturbações possessórias.

A identificação do imóvel é requisito essencial, para admissão dos títulos ao registro. Ela tem de ser feita através de pontos de referência precisos e inalteráveis, com minúcias, na palavra da lei (Lei n.º 6.015/73, art. 225, parágrafo 1.º).

Em que ponto, a que altura da "Rua Projetada" se cravou o marco M-1? Não se sabe. A linha reta, que parte em demanda do marco M-2, sai para a direita, ou para a esquerda? Não se sabe. Onde se situa essa "Rua Projetada" e em qual de seus lados está o marco M-1? Também não se sabe. Vê-se, pois, que o título não se presta ao registro e reclama retificação, para pôr-se em condições de admissibilidade.

Assim, negam provimento.

São Paulo, 4 de outubro de 1976.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.: Dr. Arlindo Aparecido Rubio.

Apelação Cível n.º 254.936 - São Paulo - Aptes.: Lupormont - Administração de Bens S.A. e Ceres Comercial S.A. Apdo. Oficial do 13.º Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 254.936, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes Lupormont - Administração de Bens S.A. e Ceres Comercial S.A., sendo apelado o Oficial do 13.º Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex lege".

As apelantes pretenderam registrar dois contratos particulares de promessa de venda o compra de frações ideais de terreno objeto de incorporação imobiliária, regulamentada pela Lei n.º 4591-64, Como, entretanto, nenhum registro havia dessa incorporação, a Corregedoria Permanente obsteu à pretensão, acolhendo a dúvida do Oficial do Registro de Imóveis.

Expurgados outros fatos incidentes e irrelevantes para o deslinde da questão, o tema central foi bem focado, pela sentença que, realmente, não podia desprezar a dúvida.

Os contratos que as apelantes querem registrar estão às fls. 10 e 16. São promessas particulares de venda e compra de frações ideais de terreno, sendo que este é objeto de incorporação imobiliária, a que alude a Lei n.º 4.591-64. Ora, não tendo a incorporadora arquivado no Registro de Imóveis os documentos enumerados no artigo 32 dessa lei, estava impedida de negociar frações ideais do terreno e as unidades autônomas que iriam resultar da construção do edifício, o que, até mesmo, representa, em tese, contravenção contra a economia popular (art. 66, I, do mesmo diploma).

O que as apelantes agora sustentam, na apelação, não infringe o tema central ou o cerne da questão, relacionando-se com fatos incidentes e desprovidos de relevância, na espécie.

É que a vendedora (Elizabeth Castro O'Shea Monteiro), passando ao largo dos contratos que outorgara às apelantes, alienou os imóveis a terceiro, a Coest - Construtora de Oleodutos e Serviços Técnicos S.A. fls. 32-34), em negócio que as apelantes taxam de fraudulento. A sentença analisou esse fato, dele nada mais extraíndo do que a necessidade de levá-lo ao conhecimento do Ministério Público, o que determinou.

Esse enfoque, porém, é despiciendo, além do que os próprios contratos das apelantes já demonstram, em tese, a infração do artigo 66, n.º 1, da Lei n.º 4.591-64.

De qualquer modo, o fato incidente não poderia servir de base à desconstituição do julgado, assentado este num outro fato, diverso, desvinculado e independente.

Não se discute a existência de fraude, civil ou penal, nem se questiona sobre a boa ou má-fé das apelantes no momento em que receberam a outorga dos seus títulos. Diz-se apenas que esses títulos, em tais circunstâncias, face à inexistência formal da incorporação imobiliária, não podem ser registrados.

No fundo, as apelantes querem usar o Registro de Imóveis para alimentar litígio com a vendedora. Sabem, desde a primeira vez que exibiram seus contratos (e o fizeram três vezes - fls. 15 e 21), quais os obstáculos erigidos à satisfação dos seus interesses. Mas, só depois que a vendedora alienou os imóveis a terceiros é que, justamente por isso, pleitearam a arguição de dúvida fls. 7-8), tendo por escopo definido "impugnar qualquer registro do imóvel" (sic. fls. 9). Colimam, apenas obstar ao registro da última escritura, que favorece terceiro.

Não podem ser atendidas, entretanto, devendo voltar-se para a esfera jurisdicional ordinária, onde podem buscar a tutela apropriada aos seus eventuais direitos. A tutela administrativa, aqui procurada, não é devida.

Daí o improvimento do recuso.

São Paulo, 4 de outubro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Revisor.

Advs.: Drs. Carlos Eduardo de Camargo Aranha, Salvador Moutinho Durazzo e outros.

Apelação Cível n.º 255.256 - Bragança Paulista - Aptes.: Franco Delle Vedone ou Vedove, sua mulher Maria José Zecchin Delle Vedone ou Vedove e Sofia Maria Lubomirska Humnichi - Apdo.: Oficial Maior do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n.º 255.256, da Comarca de Bragança Paulista, em que são apelantes Franco Delle Vedone ou Vedove, sua mulher Maria José Zecchin Delle Vedone ou Vedove e Sofia Maria Lubomirska Humnichi e apelado o Oficial Maior do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos:

Acordam em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., rejeitar a preliminar de intempestividade, e, no mérito, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Rejeitam a preliminar de intempestividade porque o recurso, consoante informação de fls. 52 verso e documento de fls. 53, foi entregue em cartório no prazo para a interposição, muito embora tardiamente despachado (parágrafo único do artigo 514 do Código de Processo Civil e enunciado n.º 428 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

No mérito, negam provimento, porque os títulos dos apelantes, que consistem em cartas de adjudicação, não estão formalmente em ordem.

Falta-lhes o Certificado de Quitação do INPS, documento indispensável à vista do disposto no parágrafo 3.º do artigo 141 com a redação introduzida pelo Decreto-lei n.º 66 (de 21 de novembro de 1966) e no artigo 142, ambos da Lei Orgânica da Previdência Social, por estarem os imóveis registrados em nome da Companhia Têxtil Santa Basilissa, empresa vinculada àquela autarquia federal.

A pretensão dos apelantes não encontra adequação nas exceções em que for, lei, o registro das Cartas de Adjudicação pode ser feito independentemente daquela prova (ressalva contida na letra "d" do parágrafo 3.º do citado artigo 141).

Nas razões do recurso os apelantes informam que a empresa alienante não pode conseguir hoje

o Certificado de Quitação, por estar em débito para com a Previdência Social, muito embora estivesse em situação regular na oportunidade da lavratura e da inscrição das promessas de venda e compra quando não lhe exigiram a apresentação do documento.

A declarada impossibilidade não pode dar ensejo à feitura dos registros, com descumprimento da exigência legal, pois esta condiciona a validade e a eficácia dos atos pretendidos (artigos 142 da LOPS), pelo que inarredável.

A solução seria outra, se a exigência houvesse sido satisfeita com precedência regular, porque independem da apresentação do Certificado de Quitação os instrumentos, atos e contratos que constituam retificação ou efetivação de outros anteriores, para os quais já tenha sido apresentado o documento (item III do parágrafo 5.º do referido artigo 141).

A matéria legal está agora, consolidada no Decreto n.º 77.077, de 24-1-76, artigos 151 e seguintes.

São Paulo, 8 de outubro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Dr. Essio Maiolino, Advogado.

Apelação Cível n.º 256.164 - Itanhaem - Apte.: Armando Ferretti - Apdo.: Sr. Oficial Maior do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 256.164, da comarca de Itanhaem, em que é apelante Armando Ferretti, sendo apelado o Sr. Oficial Maior do Cartório de Registro de Imóveis da comarca.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, indeferida a conversão em diligência, negar provimento. Custas ex lege.

Nesta altura do procedimento, perde interesse a tempestividade da impugnação. É que esta acabou repelida, revelando-se inócua, de sorte que eventual intempestividade reúne aspectos meramente doutrinários em efeitos práticos. O direito de apelar ex lege do interesse em desconstituir a sentença, e podia ser exercido ainda que não tivesse havido impugnação, de modo que a preliminar válida diria com a oportunidade do recurso, que está fora de dúvida. No mérito, a pretensão do apelante não é acolhível. O livro Auxiliar, do Registro de Imóveis, não tem a destinação pretendida como bem realça o Dr. Procurador da Justiça. O que nele se registra são os atos especificados no artigo 178 da Lei n.º 6.015/73. Nessa enumeração não cabe a especificação de loteamentos.

Na realidade, o apelante, não tendo registrado o loteamento e não querendo fazê-lo agora, terá de oferecer a identificação minuciosa de cada lote que transmitir, em cada escritura que outorgar, de modo a tornar possível a segura localização dele na área total, sob seu domínio, de quase quinhentos mil metros quadrados.

Com o loteamento regularmente registrado, a área estaria desmembrada e bastaria a referência ao lote e quadra para autorizar-se o registro das escrituras individuais. Como assim não está, este registro é possível, mas mediante todas as minúcias exigidas pela Lei n.º 6.015/73, artigo 225, que permitam, ao simples exame da escritura, determinar-se com rigor a localização do terreno transmitido.

Há, também, o recurso à averbação do desmembramento total, nos termos da Lei n.º 6.015/73, artigo 178, II, 4, e artigo 169, I, independentemente da exibição de escrituras definitivas, como quis a sentença; mas isso não autorizará a oferta pública, na modalidade do Decreto-lei n.º 58-37. Essa averbação poderá ser feita à margem da transcrição do título de domínio, que consta estar em Santos, e obrigará à observância do artigo 229 da Lei n. 60.157/73 cada vez que tiver de ser aberta matrícula individual de qualquer lote, no Cartório de Registro Imobiliário de Itanhaem.

São Paulo, 1.º de novembro de 1976.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Albertino de Almeida

Baptista, Advogado.

Apelação Cível n.º 256.174 - Piracicaba - Apte.: Ruth Diehl Serra Rensi - Apdo.: Oficial Maior do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.174, da comarca de Piracicaba, em que é apelante Ruth Diehl Serra Rensi e apelado o Sr. Oficial Maior do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, rejeitada a conversão em diligência, negar provimento. Custas, na forma da lei.

Os elementos oferecidos mostram não ter havido muita exatidão nos títulos precedentes, figurando o imóvel ora com uma medida, ora com outra.

Em 1927, ele foi transmitido, por metade, com doze metros por quarenta e seis e fração (fl. 41). A outra metade surgiu, em transcrição de 1970, com dezesseis e oitenta e cinco por cinquenta e quinze (fl. 42), sendo estas as medidas adotadas no inventário que originou o formal sob exame, deduzidas as alienações parciais certificadas fls. 43 e verso).

Não consta aquisição posterior a 1927, que justificasse o crescimento do terreno.

Ora, se o formal perfilha, com precisão, a transcrição n.º 50.038, que é um dos títulos aquisitivos do Espólio, todavia conflita com o outro, de n.º 21.624, não havendo como passar-se por cima da dúvida, que a discrepância sugere, para, arbitrariamente, aceitar por verdade umas medidas, ou as outras.

É indispensável localizar o erro, e corrigi-lo, onde ele esteja, para que o registro consolide a fé pública que se destina a infundir.

A hipótese reclama a retificação de um dos dois registros anteriores, para pô-los, a ambos, em harmonia. Isso, como bem acentuou o digno Corregedor-Permanente, não se faz neste processo de dúvida, mas em procedimento próprio, que o artigo 213 da Lei n.º 6.015/73 disciplina.

Essa a razão do desacolhimento do pedido de diligência, formulado pelo douto Procurador da Justiça. Aqui, examina-se, exclusivamente, o título e verifica-se a sua impropriedade, por discordância, na caracterização do imóvel com o que consta de um dos anteriores registros (Lei n.º 6.015/73, artigo 225, parágrafo 2.º). Enquanto essa discordância persistir, a inadmissibilidade dele prevalecerá. Desaparecida ela, "ipso facto" o impedimento cessará e o formal será registrado.

São Paulo, 1.º de novembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Dr. Lázaro Ralph Ribeiro de Barros, Advogado.

Apelação Cível n.º 255.257 - Campinas - Apte.: Leonor Martinho Alves ou Leonor Alves - Apdo.: Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 255.257, da comarca de Campinas, em que é apelante Leonor Martinho Alves ou Leonor Alves e apelado o Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não tomar conhecimento do recurso, que deverá ser encaminhado ao conhecimento da Corregedoria Geral da Justiça. Custas "ex lege".

Como observa o Dr. Procurador da Justiça (fl. 48), não se dá dúvida no caso, nem mesmo de forma inversa, que vincula a competência recursal deste Conselho. O pedido inicial é de simples cancelamento de uma transcrição, reputado necessário para que ingresse no Registro de Imóveis a carta de adjudicação de que a recorrente é titular.

O processo de dúvida fundamenta-se num dissenso relativamente à necessidade de determinada providência, exigida pelo Serventuário para a prática do ato. Isso aqui não ocorre, pois já na

inicial a interessada reconhece que o Oficial tem muita razão e seu pedido é de cancelamento da transcrição que obsta o registro da adjudicação.

A matéria situa-se, pois, na competência recursal da Corregedoria Geral da Justiça, com lastro no artigo 246 do Código Judiciário, devendo a ela ser o presente recurso encaminhado.

São Paulo, 15 de outubro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor.

Advogado: Dr. José de Oliveira.

Apelação Cível n.º 255.415 - São José do Rio Preto - Apte.: FEPASA - Ferrovia Paulista S/A. - Apto.: Oficial do Segundo Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 255.415, da comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante a FEPASA - Ferrovia Paulista S/A., e apelado o Oficial do Segundo Registro de Imóveis.

ACORDAM, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento em parte, pagas as custas "ex-lege".

A Fazenda do Estado detém o domínio transcrito de diversos imóveis, classificados como "ativo imobilizado da Estrada de Ferro Araraquara" integrantes de faixas das linhas e da exploração ferroviária, onde se implantam leitos de linhas e de desvios, prédios de estações, de armazéns, depósitos, oficinas, casas de funcionários e de empregados, pátios, esplanadas, servidões de água e aquedutos, segundo disse em escritura pública (f. 17).

Na constituição da sociedade de economia mista, que recebeu o nome de Estrada de Ferro Araraquara S.A., a Fazenda do Estado transferiu-lhe, em subscrição de ações, tais imóveis, alguns dos quais situados e transcritos na Comarca de São José do Rio Preto.

O registro dessa transmissão é regido pelo artigo 291 da Lei n.º 6.015/73: a incorporação de bens imóveis do patrimônio público, para a formação ou integralização do capital de sociedade por ações, da administração indireta, ou para a formação do patrimônio de empresa pública, implica em novo registro em nome da entidade a que os mesmos forem incorporados ou transferidos.

Esse registro, porém, deve ser feito na Circunscrição Imobiliária correspondente à estação inicial da linha. A regra especial derogatória do artigo 861 do Código Civil, veio com o Decreto-lei n.º 3.109/41, figurou no artigo 180 do Decreto n.º 4.857,139 e está mantida no artigo 171 da Lei n.º 6.015/73.

A pretensão de averbar a transmissão nos registros anteriores, existentes na Circunscrição Imobiliária de São José do Rio Preto, não deve ser repelida. Isso pode ser feito, com lastro no artigo 246 da Lei n.º 6.015/73; e deve ser feito, com o objetivo de encerrar a disponibilidade do anterior proprietário, emergente desses registros.

Só essa averbação dará, no foro da situação, publicidade ao fato de estar o domínio, agora, com uma via férrea e, conseqüentemente, remeterá os interessados ao registro na Circunscrição da estação inicial da linha. Sem ela, o anterior proprietário conservará aparente disponibilidade, com a faculdade de redispôr da coisa, em detrimento alheio. É verdade que, tratando-se da Fazenda do Estado, não há temer tal eventualidade; mas a via férrea pode adquirir outros bens, de particulares, e as regras devem ser as mesmas, para a segurança dos negócios, estabelecidas "ratione materiae" e não "intuitu personae".

Alertada a apelante de que a averbação não opera transferência do domínio, mas, apenas, e enquanto subsistir, trancará a matrícula no lugar da situação dos bens, a apelação fica provida, em parte, para autorizá-la, relativamente à aquisição da Estrada de Ferro Araraquara S.A. À vista de título explícito na indicação dos registros anteriores a serem averbados, ela será feita.

A ulterior operação, de interesse da incorporante, Fepasa, Ferrovia Paulista S.A, só poderá ser considerada na Circunscrição da estação inicial da linha, que não é São José do Rio Preto, quando lá for o título apresentado, e estando registrada a aquisição da empresa incorporada. Então, caberá ao Corregedor-Permanente desse Cartório a solução de dúvida que eventualmente surja.

São Paulo, 18 de outubro de 1976.

(ãã) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
Advogado: Dr. Roldão Martins Nogueira.

Apelação Cível n.º 255.634 - Ribeirão Preto - Aptes.: Waldemar Gouveia Velludo, Jacy Velludo Varella Costa e Dorival Olmiro Varella Costa - Apdo.: Oficial do 1.º Registro de Imóveis.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 255.634, da comarca de Ribeirão Preto, em que são apelantes Waldemar Gouveia Velludo, Jacy Velludo Varella Costa e Dorival Olmiro Varella Costa; sendo apelado o Oficial do 1.º Registro de Imóveis.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

1. A preliminar, sobre a viabilidade das chamadas "dúvidas inversas", no sistema da atual Lei dos Registros Públicos, não tem maior alcance. Dúvida-inversa é "nomem-juris" de criação jurisprudencial, visando a, na vigência do Decreto 4857/39, contornar as omissões dos Oficiais do Registro Imobiliário à formalização das dúvidas. Na atual legislação (Lei n.º 6.015/73), o apresentante do título deve requerer a remessa dele a juízo, com a declaração de dúvida (artigo 198). Quaisquer que sejam as disciplinas formais, as dúvidas dos Registros Públicos se dirimem no Juízo Administrativo-Correcional, não importando como elas cheguem lá. Na hipótese dos autos, ela chegou, foi conhecida e julgada, ensejou o presente recurso, não havendo interesse prático em embaracá-la, já nessa altura.

2. No mérito, impõe-se a reforma da sentença.

A apelante, Jacy Velludo Varella Costa, é filha e herdeira do casal Eugênia Gouveia Velludo e Antônio Lopes Velludo. O pai já havia morrido quando, em 1-11-74, faleceu a mãe, Dna. Eugênia fls. 22-24).

O bem que lhe coube, na partilha homologada nos autos do inventário de Dna. Eugênia Gouveia Velludo, é o imóvel da rua Marcondes Salgado, n.º 1613, que fez parte integrante das primeiras declarações (fls. 27-28 - item "f") e do esboço (fls. 48 - 6.º pagamento).

Tal imóvel deixou de ser inventariado por ocasião do falecimento do progenitor, Antônio Lopes Velludo, e ainda se acha registrado em nome deste. Esse, a rigor, o único problema encontrado pelo Oficial do Registro de Imóveis, que nada mais pretende além de "perfeição na corrente filiatória" (SIC, fls. 56 v.).

Ora, o simples exame do formal de partilha revela que os interessados, no inventário de dona Eugênia, acabaram suprimindo a deficiência do inventário anterior, de Antônio Lopes Velludo.

Incluíram o imóvel nas primeiras declarações, acrescentando a seguinte explicação:

"... terreno esse ainda em nome do falecido marido da inventariada, Sr. Antônio Lopes Velludo, que o compromissará à venda a Alberto Tavella... acontecendo que esse compromissário comprador rescindiu amigavelmente o compromisso... conforme instrumento de contrato de 25 de maio de 1961. Daí dever, no presente inventário, ser pago o imposto "causa-mortis" correspondente às duas transmissões, a saber, a do Sr. Antônio Lopes Velludo e a da ora inventariada" (fls. 28).

Desta forma, foi o bem inventariado e partilhado, sem fidelidade às normas processuais da sobrepartida ou do inventário conjunto (CPC, artigos 1040 e 1043), mas sem outros prejuízos, além da inobservância da forma. Os herdeiros, relacionados às fls. 24-25, são maiores e capazes, e a sentença homologatória da partilha, que só a eles interessa, transitou em julgado fls. 52 e verso), extraíndo-se o formal fls. 53) para que fosse "cumprido e guardado como nele se contém".

Resulta, pois, do exposto, que as questões jurídicas viram-se dirimidas na jurisdição competente, não se justificando que órgãos administrativos, como são o Registro de Imóveis e a Corregedoria respectiva, se apeguem a preciosismos jurídicos para contestar a prestação jurisdicional dispensada a quem de direito. O juízo do inventário admitiu arrolamento e partilha, conjuntamente com os bens do espólio do cônjuge supérstite, de determinado bem que, por circunstâncias reveladas, haviam ficado à margem da partilha do espólio do cônjuge pré-morto. O formal, levado a registro, filia à perfeição o direito dominial, apontando o título aquisitivo devidamente transcrito, de forma a afastar qualquer cogitação de envolvimento de bens alheios

na partilha. O Registro de Imóveis não tem dúvida relacionada com a transmissão sucessória; apenas se bate por fórmulas procedimentais mais complicadas e onerosas, "para efeito de melhor perfeição na corrente filiatória". Bastar-lhe-ia, porém, anotar os dois espólios como transmitentes, como está ínsito, e o inventário de que emergiu o formal, para alcançar tal perfeição. Essa a ordem que a Corregedoria Permanente deveria ter expedido, ajustando a espécie às exigências regulamentares e evitando dificuldades às partes, como observa o Dr. Procurador da Justiça no parecer em que opina pelo provimento da presente apelação (fls. 77). Em suma, não cabe indagar sobre a regularidade da cumulação das duas heranças num só inventário, problema que deve ser posto e discutido por quem tiver interesse, através da invocação da tutela jurisdicional, nas vias próprias. Certa ou errada, a cumulação havida desmancha o objeto da dúvida, mostrando, de forma cristalina, a filiação e a continuidade. Para que o formal seja registrado, dão provimento à apelação.

São Paulo, 8 de novembro de 1976.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advs.: Drs. Romeu Coltro, Ramiro Martins Silva e Celso Octávio Braga.

**Apelação Cível n.º 255.649 - São Paulo - Apte.: Adelino Moniz Berenguer. -
Apto.: Oficial do**

16.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 255.649 da Comarca de São Paulo, em que é apelante Adelino Moniz Berenguer, e apelado o Oficial do 16.º Cartório de Registro de Imóveis:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Um dos prédios é de recente edificação e está sendo transacionado pela primeira vez, mas o título está desacompanhado do Certificado de Quitação do INPS, sendo que a apresentação desse documento condiciona a validade e a eficácia do registro (artigo 152, parágrafo 4.º e artigo 154, do Decreto Federal n.º 77.077, de 24 de janeiro de 1976). A existência desse mesmo prédio ainda não consta dos assentamentos do Registro de Imóveis e o apresentante, apesar de instalado diversas vezes, não ofereceu prova documental, hábil a embasar a lavratura da necessária averbação.

O título se ressentia, ainda, de outras falhas, apontadas na sentença, e o apelante como expressamente declarado nas razões da apelação, não objetiva alcançar o registro, mas tão-só continuar prenotando o documento, quantas vezes necessário, até a decisão definitiva de precedentes demanda judicial, que pende entre os próprios contratantes.

A pretensão, porém, desnatura a essência do ato, porque a prenotação imobiliária tem finalidade própria (artigos 182 e ss. da Lei 6.015/73), que não ampara o objetivo do recurso.

Assim, negam-lhe provimento.

São Paulo, 12 de novembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Acácio Vaz de Lima Filho.

**Apelação Cível n.º 256.054 - Salto - Apte.: Antônio Rossi Apdo.: Oficial do
Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.054, da comarca de Salto, em que é apelante Antônio Rossi, e apelado o Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

1. A respeitável sentença de fls. 33-36, acolhendo dúvida do Sr. Oficial do Registro de Imóveis

de Salto, impediu o registro da escritura de divisão amigável, firmada entre o apelante, sua mulher e outros, aos 22 de junho de 1976, nas folhas 52-58, do Livro 224, das Notas do Primeiro Ofício de Capivari, pois, das glebas resultantes, nessa divisão, duas acabaram perfazendo área inferior ao módulo rural, infringindo o artigo 65 do Estatuto da Terra (Lei n.º 4504/64).

Em suma, o apelante sustenta que a restrição do módulo rural não se aplica nas hipóteses de comunhão estabelecida anteriormente ao advento do Estatuto da Terra, sendo certo que os julgados existentes sobre a matéria só cuidam de obstar à divisão infringente do módulo nos condomínios gerados após a vigência da Lei n.º 4.504/64, deixando a entender que os anteriores não sofrem as restrições do referido artigo 65, ressalvados os direitos adquiridos no artigo 46, parágrafo 6.º, do mesmo diploma.

2. A tese não comporta acolhida.

É certo que os julgados publicados sobre o tema, o que inclui a orientação normativa da Corregedoria-Geral da Justiça, estampada à fls. 4, apreciaram hipóteses de divisão de condomínios rurais estabelecidos após a vigência do Estatuto da Terra. - Também é exato que, no caso dos autos, a comunhão surgiu em 1954, no inventário dos bens deixados por Luiza Angelina Rossi (cf. fls. 6 v), dez anos antes da Lei n.º 4504/64.

Ocorre, entretanto, que o artigo 65 da Lei n.º 4.504/64 é de ordem pública. Tem por fim evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos, impedindo a divisão de gleba rural em quinhões de área menor que a prevista para o módulo, ainda que para cessar o condomínio entre co-proprietários. A orientação foi firmada, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 78.048, não havendo por que ignorá-la, na espécie.

O apelante pretende escudar-se no direito adquirido, pelo fato do condomínio anteceder o Estatuto da Terra. Este, entretanto, não é o melhor prisma para o enfoque do problema.

Assim como os condôminos tinham direito a divisão, o proprietário exclusivo da gleba também tinha direito ao fracionamento da sua propriedade. Antes da Lei n.º 4.504/64, esses direitos eram exercidos sem as restrições por estas criadas (art. 65). Não existiam os chamados módulos rurais, sendo praticamente livres os fracionamentos da propriedade. Assim, quem os exerceu até o advento do Estatuto da Terra (em escritura ou ação divisória) tem a proteção do direito adquirido. Mas, depois da Lei 4.504/64, o direito do condômino à divisão, assim como o direito do proprietário ao fracionamento, sofrem a restrição do respeito ao módulo rural.

Outrossim, não se confundem, o cadastro da área relativa à parte ideal do herdeiro (artigo 46, § 6.º), com a parcela mínima de fracionamento representada pelo módulo (art. 46, § 1.º, "a").

Todos os imóveis rurais são objeto de cadastro, permitindo a lei que se cadastrem, individualmente, as partes ideais de cada herdeiro, como se houvesse divisão, o que não implica em anuência para divisão em desacordo com o módulo constante desse mesmo cadastro. De qualquer forma, o certificado de cadastro do apelante prevê o módulo de 13,5 hectares (fls. 9), o que impede o registro da sua escritura de divisão do imóvel em glebas de 19,36 ha; 9,68 ha e 9,68 ha, respectivamente. As duas últimas infringem a restrição legal, carecendo de expressa autorização do INCRA, que não foi obtida.

Assim, negam provimento, mantida a respeitável sentença.

São Paulo, 8 de novembro de 1976.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Leonir Capóssoli.

Agravo de Petição n.º 233.784 - Orlândia - Agvte.: General Motors do Brasil S.A. - Agvdo.: Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Petição n.º 233.784, da comarca de Orlândia, em que é agravante a General Motors do Brasil S.A., sendo agravado o Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento.

A General Motors do Brasil S.A., em execução hipotecária que moveu a João Denipoti S.A. - Representações, Comércio e Indústria, alcançou a adjudicação de bens imóveis, mas viu-se

impedida de registrar a competente carta por falta de certificado de Quitação (CQ) do INPS. A exigência vem da legislação da Previdência Social, agora consolidada no Decreto n.º 77.077/76, artigo 152 e este Conselho, na apelação n. 255.919, de Mauá, já assentou que não lhe cabe, em jurisdição administrativa, contestar a proteção legal de que goza o Instituto. É certo que, quando da constituição do ônus, em 1970, o CQ foi apresentado (f. 47). Trata-se, porém, aqui, de ato jurídico diverso. Lá, a oneração, acompanhada de prova da inexistência de débito previdenciário, liberou a crédito hipotecário de eventual disputa de preferência entre credores, como advertiu o acórdão transcrito (f. 63). Aqui, a transmissão de domínio é outro negócio, cujo título não estará completo enquanto desacompanhado da prova da quitação atual. O que se verifica, assim, é a insuficiência do título levado a registro, que o Oficial pode e deve exigir que seja completado, para admiti-lo como hábil ao fim pretendido. De fato, o mencionado regulamento previdenciário, reproduzindo legislação anterior, assenta que a exigência do CQ é requisito para a expedição de cartas de adjudicação, o que significa que, sem isso, a carta estará incompleta e não poderá ser registrada. A cominação de nulidade está expressa no artigo 154 do referido Decreto n.º 77.077. Não se verificando qualquer das exceções enumeradas no texto legal, não há fugir procedência da dúvida. Não é o crédito hipotecário que está tendo sua realização embaraçada, por força de outros créditos não preferenciais. É a adquirente dos bens executados, posição juridicamente ocupada pela mesma pessoa. Tivesse havido arrematação, a exequente levantaria o seu pagamento sem nenhum embaraço. O arrematante é que iria se haver com a necessidade do CQ para o registro da carta. Assim, a agravante está as voltas com exigências legais, na condição de adquirente de imóveis, não na credora hipotecária, e isso afasta as considerações que inspiraram o parecer, nesta fase, da digna Procuradoria Geral da Justiça. São Paulo, 13 de dezembro de 1976. (aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal da Justiça. Advts.: Drs. Rubens Coutinho Florenzano e Sylésio Soares.

Apelação Cível n.º 256.566 - Itanhaem - Aptes.: Elvino Malagoli e Anésio de Lara Campos Júnior - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.566, da Comarca de Itanhaem, em que são apelantes Elvino Malagoli e Anésio de Lara Campos Júnior, sendo apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento aos recursos, pagas as custas na forma da lei.

I - A apelação de Elvino Malagoli não merece agasalho.

Com efeito, não se afirma que a enumeração, feita no inciso II do artigo 167 da Lei de Registros Públicos, tenha caráter exaustivo, pois a própria lei, em seu artigo 246, diz que, além dos casos expressamente indicados no dispositivo citado, poderão ser averbados, na matrícula as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro.

É certo que, tecnicamente, não se pode cogitar, dada a sistemática adotada pela Lei dos Registros Públicos, da averbação de uma planta nas matrículas, pois, materialmente, a providência tornar-se-ia impossível.

Por sinal, parece que tal observação não escapou à aguda percepção do recorrente de fls. 105/108, tanto que, já no preâmbulo do recurso, ele esclareceu que o que pretendia era averbar, à margem da transcrição, o depósito e arquivamento da planta no Cartório do Registro de Imóveis.

Entretanto, também não é menos correto que já se admite, quando se cogita da formação de um perfeito sistema de cadastro, em lugares onde existe disponibilidade de engenheiro topógrafo, o socorro a desenho e à respectiva planta que, depois, é mandada averbar no registro de imóveis, com objetivo de tornar certa a área, como alude Afrânio de Carvalho (cf. Registro de Imóveis, Forense, pág. 462).

Não é, portanto, a mera impossibilidade prática, que poderia surgir com a averbação, que conduz este Conselho à manutenção da sentença.

A decisão merece ser confirmada porque, em face das circunstâncias nela apontadas, o arquivamento, a averbação, ou qualquer outro nome que se possa dar ao ato pretendido pelo recorrente, iria, apenas, tumultuar o processo dos registros filiados à transcrição n.º 16.018, relativa à chamada Fazenda Guaraú.

É que, embora se reconheça que a planta existente no Cartório tem uma função meramente auxiliar, não se pode deixar de admitir que é através dela que a Serventia vem exercendo o controle da transcrição originária e dos desmembramentos havidos.

Ora, se como mostram os autos e anotou o Juiz, a planta exibida é diversa da que já existia no Cartório, que serviu de base para garantir a conformidade dos desmembramentos com a extensão da área transcrita, não se poderá entender, como pretende o recorrente, que as divergências anotadas não iriam influir em eventuais direitos de terceiros.

A observação cresce de importância quando se nota, como foi lembrado na sentença (fls. 94), que a transcrição n.º 16.018, referente a toda Fazenda Guaraú, não indica a área exata do imóvel.

Vê-se, assim, que a planta, que se acha arquivada, adquiriu importância no controle daquela transcrição e, embora tenha um valor subsidiário, não se integrando no registro, não pode ela ser desprezada, sobretudo para se admitir que outra, com características diversos, possa ser averbada.

Se a planta primitiva, na falta de melhor meio de individuação do imóvel, serviu como elemento de garantia e certeza do domínio, não se lhe pode emprestar caráter tão secundário, que permita oscilações, ao sabor da vontade dos eventuais interessados no objeto da transcrição.

D.O. 28-12-76

Além disso, ou por isso, como lembrou o Magistrado, se alguns desmembramentos; foram feitos sem referência às glebas correspondentes na planta geral da Fazenda Guaraú, qualquer alteração posterior só poderia ser validamente feita com a concordância dos demais interessados.

Acresce que a existência na área, como está bem esclarecida nos autos, de loteamentos urbanos, desaconselha, por completo, o agasalho ao apelo, que importaria na aceitação de planta divergente, com profundas alterações nos desmembramentos e loteamentos verificados. Como bem ponderou o Dr. Procurador da Justiça, a averbação da planta não se mostra como via adequada para solucionar questões que escapam, por completo, aos limites estreitos do processo administrativo de dúvida.

II - Da mesma forma não merece guarida o reclamo de Anésio de Lara Campos Júnior.

As falhas referentes à área, evidentemente, impediram o regular registro.

III - Indispensável, também, no caso, a exibição do certificado de quitação.

E bem verdade que, como aponta o recorrente, com a concordância do representante local do Ministério Público, em alguns casos, tem o Conselho entendido dispensável tal certificado, ou, até mesmo, o de regularidade de situação com o FUNRURAL.

Ainda recentemente, este Conselho, no julgamento do Agravo de Petição n.º 250.755, da mesma Comarca de Itanhaem, entendeu que o certificado de regularidade de situação poderia ser substituído por declaração das partes, no sentido de que se responsabilizariam elas pelos débitos correspondentes.

Entretanto, é preciso não perder de vista que, em uma das decisões, a solução encontrada buscava acomodar-se às dificuldades, reconhecidas, na obtenção de tais documentos, por falta de aparelhamento do FUNRURAL (cf. Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura, biênio 72/73), enquanto, em outra, considerou-se a exigüidade da área, com aptidão para afastar qualquer possibilidade de débito junto ao aludido FUNRURAL (cf. Rev. Jur. do Tribunal de Justiça, vol. 23, pág. 530).

Finalmente, na primeira decisão citada este Conselho, para a dispensa, louvou-se na atividade e na própria qualificação das partes.

No caso dos autos, porém, nada recomenda a dispensa do certificado, pois, a extensa área que integrava o domínio do transmitente, e até mesmo a extensão das áreas transmitidas, que, em conjunto, superam a 100 alqueires paulistas, conforme se vê pelas escrituras de fls. 3/6 do 3.º apenso (proc. 223/74), não autorizam presunção que afaste débito por industrialização ou venda de produto, diretamente pelo produtor, de forma a responsabilizá-lo pelo recolhimento da contribuição que seria devida ao Fundo.

Além do mais, inexistente, atualmente, como ponderou o julgador, dificuldade na obtenção do certificado de quitação, pois, ao que consta, na região, o FUNRURAL está suficientemente aparelhado para tanto.

IV - Em face dessas considerações, mantendo a decisão, negam provimento aos recursos.

São Paulo, 17 de dezembro de 1976.

(ãã) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. Advogado: Dr. Justino Maria Pinheiro.

**Apelação Cível n.º 256.531 - Americana - Apte.: Newton Moreira - Apdo.:
Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.531, da comarca de Americana, em que é apelante Newton Moreira, e apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Os títulos sob exame, escrituras públicas de retificação e ratificação, que objetivam substituir por outros os lotes de terreno anteriormente adquiridos, aquisições transcritas, cumprindo tradição que já ensinou ao apelante a prática de atos legalmente assegurados só ao proprietário, não se mostram hábeis a alcançar o intento declarado, revelando-se impróprios ao ingresso no registro imobiliário.

Após registrar, em seu nome, os lotes de terreno n.ºs 2 e 3, da quadra n.º 18, com frente para a rua "E" do loteamento Jardim Guanabara, e de, na condição de proprietário, sobre eles instituir hipoteca regularmente inscrita, resgatada e cancelada, o apelante conveyou, com o casal de quem houve referidos bens, em lavrar escritura de retificação e ratificação, para ficar constando que os imóveis objeto dos primitivos contratos eram os lotes de n.ºs 26 e 27, da mesma quadra n.º 13, com frente para a rua "F" do loteamento.

Entretanto, o novo título, quando admitido ao registro, implicaria no concomitante retorno dos lotes n.ºs 2 e 3 à disponibilidade do casal alienante.

A substituição dos imóveis, objeto da transação anterior, por outros totalmente diversos, importa em novo negócio, ainda que se pretenda denominar tal ato de mera retificação.

Irrelevante o nome que se dê ao ato, pois, como esclarece o legislador, nas declarações de vontade atende-se mais à intenção das pessoas, do que ao sentido literal da linguagem (Cód. Civil, art. 85).

Não se trata na espécie, como é evidente, de simples retificação do negócio anteriormente celebrado.

Ao impugnar a dúvida, o apelante mesmo esclareceu a causa verdadeira da retificação. Ele, efetivamente, adquirira os lotes n.ºs 2 e 3, que transcreveu em seu nome e com relação aos quais passou a se comportar como proprietário. Cientificado, porém, agora, de que o casal alienante teria vendido a terceiros aqueles mesmos lotes e, ainda, de que um desses adquirentes teria edificado uma casa residencial no lote n.º 3, o apelante aquiesceu, diante dessa realidade e da equivalência dos valores econômicos das áreas respectivas, em alterar seu título aquisitivo, mediante retificação e ratificação, para ficarem constando como objeto do negócio primitivo os lotes n.ºs 26 e 27.

O confessado intento demonstra, fora de qualquer dúvida, que a retificação celebrada objetiva reconduzir os imóveis inicialmente negociados à disponibilidade do casal alienante, o que, indistintamente, extravasa dos limites do aditamento retificador, porque encobre forma derivada de transmissão do domínio imobiliário.

O expediente seria engenhoso, sem dúvida, não deixasse a descoberto interesses de terceiros. Com efeito, a dissimulada transferência de domínio deixa insatisfeitos os direitos fiscais, como anota o Dr. Procurador da Justiça

(fls. 69). Ainda, observa o Oficial suscitante, desconsidera a outorga uxória, imperiosa nas disposições imobiliárias.

A averbação pretendida não se mostra legítima, pelo que negam provimento ao apelo.

São Paulo, 2 de dezembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Flausino Silvério de Toledo.

Apelação Cível n.º 256.548 - Capão Bonito - Apte.: Espólio de Ângelo Matarazzo - Apdo.: Sr. Escrivão do Cartório de Registros Públicos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.548, da Comarca de Capão Bonito, em que é apelante o Espólio de Ângelo Matarazzo, e apelado o Sr. Escrivão do Cartório de Registros Públicos.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

Os títulos exibidos não são anteriores ao Código Civil. O mais antigo deles é a certidão de partilha homologada em 25-3-1920, no inventário de Maria Francisca Ramos (fls. 6 v.). O seguinte, é a certidão de partilha, no inventário de Domingos Matarazzo, homologada em 6-5-1921 (fls. 8 v.). Os outros títulos são escrituras bem mais recentes, de 1941, 1947, 1950 e 1952 (fls. 10-16).

Ainda que a ausência de filiação, no Registro Imobiliário, decorra dos títulos precedentes serem anteriores a 1916, a impossibilidade do registro, na espécie, decorre da falta de identificação dos imóveis.

Nenhum dos títulos descreve a área, denominação, situação, divisas e confrontações, fornecendo indicações imprecisas, tais como: uma parte de terras no campo de João Oliva; uma casa e quintal nos subúrbios da cidade; uma casa pequena na rua General Carneiro; um quintal na rua Cerqueira César; duas casas pequenas e quintal, na rua Aristides Lobo; uma parte na chácara, nos subúrbios desta cidade; uma parte nos campos de João Arcanjo; uma parte numa chácara e respectiva casa de morada, nos subúrbios; partes em comum, numa casa e respectivo terreno, nos subúrbios desta cidade, sita no prolongamento da rua Silva Jardim, nas proximidades da Estrada de Rodagem, na saída da cidade, e partes no campo, também nos subúrbios; duas partes de 183\$33,3, cada uma, em relação à avaliação de Cr\$ 2. 000,00, numa chácara nos subúrbios desta cidade, confrontando, pela frente, com a continuação da rua Silva Jardim; de um lado com Ikeda de tal; de outro lado com Polidoro Ferreira e, pelos fundos, com a continuação da rua do Xafariz; uma legítima de Cr\$ 50,00, com relação à avaliação de Cr\$ 200,00, num quintal fechado de muros e valos, nos subúrbios desta cidade, beirando a estrada de Itapetininga, no lugar denominado "Portão" (cf. fls. 6, 8, 10, 12, 14 e 16).

É evidente que as descrições oferecidas estão aquém do necessário para a abertura da matrícula (art. 176, da Lei n.º 6.015/73), sem a qual nenhum registro é feito (arts. 227, 228 e 236, da mesma lei), e que, por si, constitui obstáculo à pretensão do apelante.

A última escritura, que também padece das mesmas imprecisões descritivas (fls. 16), revela bem mais uma cessão de direitos hereditários do que, propriamente, uma venda e compra.

" ... pelos vendedores e cedentes me foi dito que são senhores e possuidores de uma legítima de Cr\$ 50,00, com relação à avaliação de Cr\$ 200,00, num quintal fechado de muros e vales, nos subúrbios desta cidade

por direitos hereditários provindos do

falecimento de Rafael

que por sua houve o referido

Rafael

por herança no inventário de seu pai

Francisco Pelo outorgado e cessionário me foi dito que aceitava

(fls. 16 e v.).

Como quer que tenha sido, como cessão de direito hereditário, é insusceptível de registro, cabendo ao interessado a habilitação nos autos do inventário para obter a sentença de adjudicação, que será registrada (cf. Agravo de Petição n.º 248.189, de São Carlos, j. pelo CSM em 6-2-76; Apelação Cível n.º 251.461, de Ourinhos, j. pelo CSM em 28-5-76, este último aresto já publicado na "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça" volume 40, página 394). Como escritura de venda o compra, carece de melhor identificação do seu objeto, para efeito de matrícula que, necessariamente, precede o registro.

Veja-se que, até mesmo no registro das sentenças declaratórias de usucapião, os requisitos da

matrícula devem constar do mandado judicial. É uma hipótese em que se prescinde da filiação imobiliária, perdendo interesse o princípio da continuidade. Permanece, entre tanto, a necessidade de identificar o imóvel, coisa imprescindível para a matrícula (cf. art. 226, da Lei n.º 6.015/73).

Impedindo o registro colimado pelo apelante, a sentença decidiu com acerto, e é mantida.

São Paulo, 2 de dezembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. José Mendes.

Apelação Cível n.º 256.444 - Amparo - Apte.: - Dr. Curador de Registros Públicos - Apdo.: - Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Sede da aludida Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.444, da comarca de Amparo, em que é apelante o Dr. Curador de Registros Públicos e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Sede da aludida comarca.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. A respeitável sentença não pode prevalecer, pois, efetivamente, contraria orientação pacífica deste E. Conselho Superior da Magistratura.

Realmente, a nova Lei dos Registros Públicos (n.º 6.015/73, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6.216/75 e pela Lei n.º 6.140/74) não derogou os artigos 355 e seguintes do Código Civil, e nem ab-rogou a Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949, que não são incompatíveis com ela.

Por imperativo da Constituição Federal, a família é constituída pelo casamento, e terá direito à proteção dos Poderes Públicos (artigo 175).

A respeitável sentença, divorciada do preceito constitucional e ignorando a natureza instrumental da Lei dos Registros Públicos, chegou a conclusão equívoca, não amparada pela sistemática da legislação substantiva.

O Registro Civil das Pessoas Naturais existe para tomar certo o estado civil de uma pessoa e assegurar situação jurídica, em que a ordem pública é interessada (Planiol, Ripert et Savatier, "Traité de Droit Civil" I, n.º 15).

O Estado civil decorre do organismo familiar e integra o Direito de Família, cujas regras são obrigatórias e de ordem pública (Salvat, "Tratado de Derecho Civil Argentino" 11/4), pelo que bastante limitada a esfera de ação deixada à vontade individual.

O registro é a menção de certos atos ou fatos, exarada em assentos especiais, por um Oficial Público, quer à vista dos títulos comuns que lhe são apresentados, quer em face de declarações escritas ou verbais das partes interessadas, para pré-constituição de prova especial ou para conservação de documento (Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos" edição Freitas Bastos de 1962, vol. I, pág. 17).

Pela finalidade exclusiva de pré-constituir prova especial do estado civil de uma pessoa, os atos do registro civil se submetem aos princípios gerais do direito das provas.

Na sistemática do Direito Brasileiro, os princípios referentes à prova se incluem no Direito Material e no Direito Formal (Clóvis Beviláqua, "Código Civil - Preliminares", n.º 77; Espínola, "Brev. Anot. do Código Civil Brasileiro", 1.º vol., pág. 194; João Monteiro, "Proc. Civ. e Com.", 2.º vol., pág. 90; Gusmão, "Proc. Civ. e Com." vol. II, pág. 54).

Entram na esfera do Direito Substantivo a determinação das provas e a indicação, tanto do seu valor jurídico, quanto das condições de sua admissibilidade.

Ao Direito Processual cabe estabelecer o modo de constituir a prova e de produzi-la em Juízo (Clóvis Beviláqua, Cód. Civ. - Preliminares", n.º 77).

Indiscutível a natureza formal ou adjetiva, da legislação regulamentadora dos Registros Públicos, com função meramente probatória, pelo que a sua instrumentalidade não lhe permite invadir a esfera do Direito Civil, para ab-rogar ou derogar normas substantivas, para cuja execução aquela existe e das quais, necessariamente, depende.

A legislação sobre reconhecimento de filhos ilegítimos (arts. 355 e seguintes do Código Civil e Lei

n.º 883/49), é de ordem pública e de natureza material ou substantiva. Não foi expressamente revogada pelo artigo 296 da nova Lei dos Registros Públicos e nem se mostra incompatível com esta.

Nada autoriza o entendimento de que norma simplesmente regulamentadora da prática de atos materiais, estabelecidos com o único objetivo de documentar ou facilitar a prova de certas situações de fato, possa, por interpretação não autorizada a vista daquela finalidade restrita, abrogar ou derogar regras de Direito Material e de ordem Pública.

Os artigos 55, 59 e 60 da Lei n.º 6.015/73, correspondem, respectivamente, aos artigos 69, 73 e 74, parágrafo único, do Decreto n.º 4.857/39, pelo que permanece inalterada a legislação civil anterior.

Quando se refere aos filhos ilegítimos, o artigo 60 da nova Lei dos Registros Públicos não pode ser interpretado isoladamente, mas, sim, em conjunto com o artigo 55 da mesma lei, onde o legislador expressamente referiu a existência de condições de ilegitimidade, impedientes; do reconhecimento.

As condições impedientes, na conformidade da lei substantiva, são exatamente, a incestuosidade e adulterinidade da filiação.

A primeira vigora sempre, e a segunda enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do progenitor adúltero.

A propósito da filiação incestuosa, o impedimento recai sobre ambos os progenitores e só exsurge pela indicação dos nomes respectivos, com o que a admissibilidade do registro transformaria a criança em atestado vivo de ligações condenadas pela Moral e pelo Direito, obrigando-a a carregar pela vida a pecha da incestuosidade, a qual, à evidência, é mais danosa e escandalosa do que a simples filiação desconhecida.

A filiação adulterina, por outro lado, pode resultar, ou da união de duas pessoas casadas (duplo adultério), ou de homem casado com mulher ex-soluta (adulterinidade unilateral "a patre") ou de homem ex-soluto com mulher casada (adulterinidade unilateral "a matre").

Nos casos de duplo adultério e de adulterinidade unilateral "a matre", não sendo contestada a paternidade, a legislação substantiva estabelece que o filho é legítimo do casal em que a mulher é adúltera, visto como prevalece a presunção absoluta de paternidade em favor do marido, como consequência do princípio "pater is est quem nuptiae demonstrat" e por ser personalíssima a ação contestatória (Cód. Civil, art. 344), não bastando o adultério da mulher para ilidir aquela presunção (Código Civil, art. 343).

Na adulterinidade unilateral "a patre", o reconhecimento da paternidade, no próprio termo de nascimento, continua condicionado à prévia dissolução da sociedade conjugal, porque, ainda, neste particular, a legislação substantiva não foi alterada.

Em resumo, e no caso concreto, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal do progenitor, prevalece o impedimento legal do reconhecimento da filiação adulterina.

2. Dão, assim, integral provimento ao recurso, cujas razões se afinam, perfeitamente, com a orientação adotada neste Conselho Superior da Magistratura, no julgamento das Apelações 251.558, de Araraquara, 253.557, de Registro 253.992 e 254.633, ambos desta Capital, além de outros, ficando dessa forma, reformada a decisão agravada, pois, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal, não pode o pai reconhecer o filho, havido fora do matrimônio.

São Paulo, 26 de novembro de 1976.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado Dr.

Márcio Braz de Souza.

D.J. 6-1-77

**Apelação Cível n.º 256.851 - Piraju - Apte.: Abel Pedro Ribeiro - Apdo.:
Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Piraju.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.851, da comarca de Piraju, em que é apelante Abel Pedro Ribeiro, apelado a Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Piraju.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o

relatório de fls., dar provimento, pagas as custas na forma da lei.

I - A sentença não pode prevalecer, pois, no caso, não subsistem razões que justifiquem a recusa da Oficial.

Realmente, o primeiro fundamento da dúvida foi bem afastado pela sentença, pois consta da própria escritura que a área desmembrada, embora inferior ao módulo, será anexada ao imóvel rural vizinho, pertencente ao outorgado comprador.

Inaplicável, portanto, no caso, o disposto no artigo 8.º, da Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972, porque a venda se amolda perfeitamente à autorização contida no parágrafo 4.º do mencionado dispositivo legal.

II - Também não se pode acolher a alegação de que o título é falho, pela falta de menção da área remanescente e da exata configuração desta, circunstância, no caso, irrelevante.

É que a escritura, claramente, se reporta à transcrição n.º 29.963 (fls. 3), sendo certo, além disso, que o documento de fls. 14/15 contém uma descrição precisa da área maior, de que foi desmembrado o imóvel adquirido.

Ora, a matrícula, conforme resulta do artigo 228 da Lei dos Registros Públicos, abre-se com base no título anterior, levado a efeito no mesmo Cartório ou em outro, caso ocorra a hipótese prevista no artigo 229.

Assim, se o imóvel já está perfeitamente caracterizado no título anterior, dispensável é que se repita a descrição contida no ato precedente, sendo suficiente, para satisfazer às exigências do artigo 225 e à realização da matrícula, a menção dos característicos, das confrontações e da localização do imóvel objeto da venda.

Não se pode dizer, também, que haja conflito entre os termos da escritura que se quer registrar (fls. 416), e os dizeres da escritura que ensejou a transcrição anterior, sob n.º 29.963 (fls. 14/15). Efetivamente, a segunda escritura, referindo-se à doação feita por Firmino Rodrigues da Silva e sua mulher aos outorgantes e anuentes da primeira escritura mencionada, indicou que seu objeto era uma área remanescente, com 82,28 ha.

Ora, se o negócio seguinte teve por objeto uma área de 22,99 ha, apura-se uma sobra, na transcrição primitiva, de 59,29 ha, quantidade muito superior à área mínima de desmembramento que vem mencionada nos atos públicos noticiados no processo.

Por outro lado, como bem explicou o recorrente, a diferença entre a primitiva área do imóvel, que vem mencionada, na escritura de fls. 4-6, como cadastrada no INCRA, e aquela que foi objeto de doação, decorre do negócio jurídico revelado no compromisso de compra e venda de fls. 49-50, compreendendo uma superfície de 48,40 ha.

A soma da área descrita na escritura de compra e venda que foi apresentada a registro (fls. 4-6), equivalente a 22,99 ha., com o remanescente da área doada, que é igual a 59,29 ha, adicionada à área comprometida à venda, abrangendo 48,40 ha, irá perfazer, exatamente, a superfície cadastrada, a que se refere a transcrição n.º 28.486, com um total de 130,58 ha.

Não há, dessa forma, a menor discrepância entre os títulos exibidos, ao contrário do que faz crer a sentença.

Observe-se, por último, que o título não contraria as disposições contidas no parágrafo único do artigo 176, e no corpo do artigo 225, da Lei dos Registros Públicos, pois o objeto do negócio foi indicado, minuciosamente, no ato mencionado, indo mesmo a detalhes de divisas, confrontações e localização, que só raramente são encontráveis em documentos de tal natureza.

A descrição da parte remanescente não constitui exigência legal, razão pela qual não pode ser reclamada como condição para o registro ou para a matrícula, embora constante do Provimento do Juízo.

São Paulo, 4 de janeiro de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Abel Pedro Ribeiro.

**Apelação Cível n.º 256.901 - Assis - Apte. Joaquim Balbino de Campos -
Apdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.901, da Comarca de Assis,

em que é apelante Joaquim Balbino de Campos, apelado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., rejeitar a preliminar de não conhecimento e, no mérito, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Rejeitam a preliminar de não conhecimento do recurso porque não se pode negar ao apelante, na qualidade de transmitente, o direito de pleitear a averbação da Escritura de Retificação e Ratificação, que celebrou com participação e ausência de todos os que, na primitiva escritura, figuram como adquirentes. Os compradores, titulares da transcrição que, se pretende retificar, manifestaram sua vontade de forma expressa e concordaram, quando da lavratura do título retificador, com a introdução das alterações no registro imobiliário, à margem da sua aquisição. A reciprocidade, inerente aos contratos sinalagmáticos, habilita qualquer dos contratantes a pleitear a subsequente execução da avença, o que basta, na espécie, para legitimar a atuação do apelante. (Lei n.º 6.015/73, art. 217).

No mérito, negam provimento, porque o título do recorrente, consubstanciado na Escritura de Retificação e Ratificação, não resistindo ao exame dos requisitos de sua validade e legalidade, se revela impróprio ao ingresso no registro imobiliário.

Não se trata na espécie, como é evidente, de simples retificação de negócio anteriormente celebrado.

A Escritura de Venda e Compra, transcrita sob n.º 18.358, derivou a transmissão de domínio da primitiva transcrição n.º 11.874, feita em nome do apelante.

Este último, no início de 1973, transcreveu outra área, desta feita sob n.º 19.782, em seu nome; e a presente retificação, objetiva alterar profundamente a individuação do imóvel alienado três anos antes, não só transferindo para o novo registro a filiação de título anteriormente transcrito, mas, ainda, substituindo a indicação dos confrontantes, de modo a ajustá-la à nova situação de fato pretendida.

Isso implica, na verdade, em substituição de um imóvel por outro, expediente censurado pelo Conselho, em recente decisão (apelação n.º 256.531, de Americana, julgada a 2 de dezembro de 1976), como meio de restabelecimento de uma disponibilidade já extinta.

Equívoca e imprópria, pois, a via eleita. A averbação pretendida não se mostra legítima, imprescindível se fazendo a formal anulação do primitivo negócio e a outorga de nova transmissão que descreva o filie o imóvel com os dados constantes do novo título dos alienantes (f. 26).

Negam provimento.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Bráulio Costa.

São Paulo, 4 de janeiro de 1977

D. J. 14-1-77

Processo de Recurso n.º 63-76 - GAPRE-4 - Conchas Recte.: Maria Aparecida Fornitano Lêntola - Recda.: Comissão de Concurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso interposto por Maria Aparecida Fornitano Lêntola, contra a Comissão de Concurso para provimento do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito de Pirambóia, da comarca de Conchas,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento, em parte, ao recurso para conferir à recorrente mais um ponto.

Reclama a candidata um ponto relativo a eficiência, já computado, e mais um ponto pela prova de diploma de curso médio, a que se atribuiu apenas um ponto.

Exibiu a interessada diploma de "Curso Colegial de Formação de Professores Primários".

O título de Professor Primário, constitui conclusão de curso de grau médio, como se infere dos artigos 47, letra "a" e 52, da Lei n.º 4.024, de 20-12-1961, c/c os artigos 5.º, III, e 10 do Decreto-lei n.º 6.141, de 28-12-1943 (cfr. acórdão deste Conselho no processo 20-71, em que foi recorrente Walter Tebet, a fls. 22-23).

Faz jus a recorrente, portanto, à contagem de dois pontos (Decreto-lei n.º 159169, art. 20, parágrafo único n.º 2), um dos quais já lhe foi computado.

São Paulo, 13 de janeiro de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Apelação Cível n.º 256.822 - Capão Bonito - Apte.: Joaquim Antônio da Cruz - Apdo.: Oficial do Cartório dos Registros Públicos da Comarca.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 256.822, da Comarca de Capão Bonito, em que é apelante Joaquim Antônio da Cruz, sendo apelado o Oficial do Cartório dos Registros Públicos da Comarca de Capão Bonito.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

1. Em face dos termos do decisório recorrido, os lindes da dúvida ficaram reduzidos ao fundamento de que os característicos e confrontações dos imóveis descritos no formal, inclusive os relativos à própria denominação, são discrepantes daqueles constantes das descrições anteriores.

Assim colocada a questão, não se vê como dar agasalho ao recurso.

Saliente-se, de início, que a divergência na individuação dos imóveis foi admitida pelo próprio apelante, tanto na impugnação da dúvida (fls. 38 e 41), como nas razões do recurso (fls. 86-87). Para que se perceba a impossibilidade do registro é suficiente que se confrontem, como de certa forma já o fez o Oficial suscitante: às fls. 21, as certidões de fls. 24, 25, 26, 27 e 28, com os termos das descrições constantes do auto de partilha retificado, que se vê às fls. 11.

Tanto é exato que a incerteza rodeia a especialização dos bens, que no próprio inventário, do qual se extraiu o formal, procurou-se retificar a descrição constante das primeiras declarações, numa tentativa frustrada de ajustá-la às transcrições existentes.

É de toda evidência, porém que o apelante não podia, unilateralmente, modificar os característicos do imóvel, colocando-os em total divergência com os constantes do registro imobiliário, pois tal propósito conflitaria com a regra inscrita no § 2.º do artigo 213 da Lei 6.015/73. Se assim procedeu, como já decidiu este Conselho, "sujeita-se agora à norma do artigo 225, § 2.º, da Lei citada, que, dispondo a respeito dos títulos admitidos a registro, assentou: consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro 947.363 - Ubatuba, julgado em anterior" (Agravio de Petição n.º 13 de setembro de 1976).

Por sinal, como se ponderou na decisão colacionada, nesse mesmo sentido sempre foram interpretados os artigos 247 e 248 do artigo regulamentado dos Registros Públicos, baixado com o Decreto 4.857, de 9-11-39 (cf. acórdão do Conselho Superior da Magistratura, biênio 72-73, Lex Editora, págs. 112, 131, 133, 242 e 236).

No deslinde da questão, é irrelevante discutir a falta de registro das partilhas procedidas nos inventários de José Antônio Sudário e Gertrudes Maria do Espírito Santo, por serem elas anteriores ao Código Civil, como também, não interessa indagar sobre a ancianidade de tais títulos.

É que, ria verdade, depois daqueles formais, sucederam-se os negócios relativos a partes ideais, por eles atribuídas a várias pessoas, nascendo daí as transcrições n.ºs 2.121 (fls. 24), 2.122 (fls. 25), 2.123 (fls. 26), 707 (fls. 27) e 708 (fls. 28), de tal forma que o registro, que agora se pretende fazer, deve pôr-se de acordo com elas, acomodando-se às transcrições anteriores, para que a matrícula possa ser feita regularmente, com observância dos requisitos dos artigos 176 e 225 da Lei dos Registros Públicos.

O formal em questão não atende sob tal aspecto as exigências da lei.

2. Nessas condições, negam provimento ao recurso, para manter a decisão, pelos seus próprios fundamentos.

São Paulo, 26 de janeiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Celso Tristão de Lima.

Apelação Cível n.º 257.160 - Serra Negra - Aptes.: Francisco Paulo Spina e Geraldo Ramalho Machado - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.160, da Comarca de Serra Negra em que são apelantes Francisco Paulo Spina e Geraldo Ramalho Machado e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, dar provimento. Custas ex-lege.

O problema não está adequadamente enfocado.

Trata-se de vendas "ad corpus".

As duas escrituras, quer a de Francisco Paulo Spina (f. 5), quer a de Geraldo Ramalho, Machado e outros (outros apensos), têm por objeto imóveis certos e determinados, com linhas perimetrais minuciosamente descritas. Ambas são bastante claras na menção de que a venda é feita do "imóvel acima descrito" (escritura de Spina) ou da "faixa de terreno descrita e confrontada na cláusula anterior" (escritura de Geraldo).

Ante isso, a menção às áreas, ainda que contenha equívocos, se faz irrelevante porque:

a) a aquisição de Spina, com área inferior ao módulo (seja ela de 5,86,85 ou de 7,08,25 ha), se destina anexação a imóvel vizinho, do comprador, e isso o Serventuário suscitante da dúvida não contesta, cabendo-lhe, simplesmente, unificar as matrículas;

b) a aquisição de Geraldo e outros, com 16,21,40 ha, ou com 15,00,00, está dentro do módulo.

Como a escritura de Geraldo foi prenotada antes, tem prioridade no registro, isso para o caso, meramente hipotético, de conflitarem, os dois títulos que a dúvida não sugere.

Cronologicamente, as escrituras são, ainda, inatáveis, porque, quando se lavrou a primeira (f. 5), a área remanescente satisfazia o módulo.

Como não se contesta que os perímetros descritos, numa e noutra escritura, caibam nas disponibilidades dos alienantes, face às transcrições anteriores, as questões, que possam advir das discrepâncias notadas nas referências às áreas, são de interesse da jurisdição comum, e não do Registro de Imóveis. Este, se limitará a consignar nos seus assentos os perímetros alienados e descritos acrescentando que aos mesmos as escrituras atribuíram a medida de tantos hectares. Nessas condições, rejeitam a dúvida, para que os registros sejam feitos.

São Paulo, 31 de janeiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advs.: Drs. Paulo Aloísio Novaes Moreira e Geraldo Ramalho Machado.

Apelação Cível n.º 257.341 - Capital - Apte.: Laurentina dos Anjos - Apdos.: Augusto César Salles Varmi e o Oficial do 2.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.341, da comarca da Capital, em que figuram como apelante Laurentina dos Anjos e apelados Augusto César Salles Vanni e o Oficial do 2.º Cartório do Registro de Imóveis da Capital.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. O agravo retido é recurso inadequado no processo administrativo de dúvida, onde a lei só prevê a apelação (art. 202 da Lei dos Registros Públicos).

É que, em tal procedimento, conforme tem acentuado este Conselho, o exame dos requisitos de validade e legalidade dos títulos deve ser feito amplamente, sem vinculação aos limites estreitos

da suscitação inicial.

Permite-se, até mesmo, o acréscimo ou o reconhecimento de outras falhas do documento, que não aquelas denunciadas na suscitação. Inexistem. limitações que importem em julgamento "extra petita".

Por essa razão, a própria Lei exige que a dúvida seja julgada por sentença, ainda que o interessado não venha impugná-la (art. 199).

Não há motivo, assim, que justifique a interposição de outro recurso, além do de apelação.

Nesta, o conhecimento das razões do apelante é total, compreendendo a matéria que, com o desentranhamento da impugnação, realmente apresentada fora de prazo, deixou de ser examinada na sentença.

Inútil a distinção que se traça entre ciência e notificação, porque os termos da certidão de fls. 4 deixam claro que o artigo 198, III, da Lei dos Registros Públicos, foi cumprida por inteiro.

Por outro lado, como salientou o apelado Augusto César Salles Varmi, às fls. 44-46 do apenso, os termos da procuração outorgada aos procuradores da apelante convalidam a intimação, levada a efeito na pessoa do procurador, que assinou o "ciente" (f. 3) porque estava no exercício da representação da cliente.

Por igual, não se pode pretender que o ato só se considerasse aperfeiçoado com a publicação na Imprensa Oficial.

Aqui tem inteira aplicação, pela semelhança das situações, a observação de Theotonio Negrão, no sentido de que começa "a correr o prazo, também, da ciência inequívoca que o advogado tenha de decisão ou sentença (RTJ 58-576, 72-793, 74-481; RT 439-256, 469-213, 281-145)" (Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 5.ª edição, pág. 87).

A ordem de desentranhamento, por conseguinte, não contém qualquer vício.

2. No mérito, a decisão merece integral agasalho.

Efetivamente, como ponderou a sentença, com apoio em decisão deste Conselho, dada a impossibilidade de registro simultâneo dos títulos, "a solução da dúvida reclama, inicialmente, o exame dos mesmos, em ordem a verificar se algum deles se impõe à prioridade, pelo seu conteúdo intrínseco, dado que o critério da antecedência na apresentação é subsidiário" (cf. Apelação Cível n.º 251.102, desta Comarca, julgado em 21-6-76).

Presente esse ensinamento, fica patente que o título da apelante não tem condições para registro.

Em primeiro lugar, falta no documento, como anotou o Oficial do Registro, a necessária outorga uxória, exigência posta em realce não só pela doutrina, como, também, pela jurisprudência. Não firmado o contrato em nome também da esposa, o título está incompleto para o registro imobiliário. A obrigação ficou sendo apenas do marido, o que a torna insuficiente.

A respeito, no campo doutrinário, são bem claras as lições dos civilistas: cf. Orlando Gomes, Direitos Reais - 1958 - Forense, n.º 266, pág. 449; Washington de Barros Monteiro, Dir. de Fam. pág. 100; Sílvio Rodrigues, Dir. de Fam. vol. VI, pág. 161-162, Arnold Walt, Dir. das Coisas, pág. 254; Caio Mário da Silva Pereira, Ins. de Dir. Civ. vol. 4.º - Dir. Reais, pág. 307).

Veja-se que até mesmo para o simples traspasso do compromisso já se tem reclamado a outorga uxória, como condição para que a avença possa ser inscrita, conforme decidiu este Conselho Superior da Magistratura, na vigência do Decreto 4.857 (cf. Rev. dos Tribs. 470-121, 452-106). É inegável, também, que a falta de indicação das divisas e confrontações do imóvel objeto do recibo, com caráter de verdadeiro compromisso, é outro óbice que o documento exibido pela apelante não consegue transpor, de forma que a objeção do Oficial encontra amparo no disposto no artigo 225 parágrafo 1.º da Lei 6.015, com as alterações introduzidas pela Lei 6.216.

Por último, pondo de parte outras falhas apontadas pelo Oficial, o documento não se fez acompanhar das declarações de ordem fiscal, reclamadas pela natureza do negócio.

3. Ainda que o título resistisse ao exame acima feito, o dispositivo da sentença não poderia ser modificado porque, então, por força do disposto no artigo 191 da Lei 6.015/73, a escritura pública, levada a Cartório oito dias antes e prenotada sob número de ordem mais baixo, é que deve ser registrada.

4. Irrelevante que o contrato do apelante fosse levado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Esse registro deu-lhe publicidade contra terceiros, mas não criou direito real. A relação jurídica manteve-se na órbita das obrigações pessoais, não impedindo a aquisição do apelado e o registro imobiliário do seu título.

As demais alegações da apelante, quando da frustrada impugnação (f. 63 e seguintes), só poderão encontrar relevância na esfera jurisdicional, em que se discutirão amplamente as

obrigações de cada um e as suas conseqüências legais. O juízo administrativo da Corregedoria se limite à verificação objetiva dos títulos em conflito, recebendo aquele que, pelos caracteres formais, se mostra em situação de superioridade.

S. Nessas condições, negaram provimento.

São Paulo, 31 de janeiro de 1977.

(ãã) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Adv.: Drs. Maurício dos Santos e Francisco Sérgio Sanches.

Apelação Cível n.º 257.402 - Poá - Apte.: Orlando Famá Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.402, da comarca de Poá, em que é apelante Orlando Famá e apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., não conhecer do recurso, acolhida a preliminar de intempestividade. Vencido em processo de dúvida, onde apreciados diversos títulos que apresentou a ingresso no registro imobiliário, o interessado pretende alcançar a reforma da decisão adversa, e apelou (fls. 63), requerendo oportuna "vista dos autos para a apresentação das razões".

Nos termos do artigo 202 da Lei dos Registros Públicos, o recurso específico na matéria é a apelação, a ser fundamentalmente interposta no próprio ato (art. 514 do Código de Processo Civil). Ainda que se admita a possibilidade das razões serem apresentadas em ato distinto daquele de interposição do apelo, teria de ser respeitado o prazo recursal de quinze (15) dias, previsto no artigo 508 do Estatuto Processual.

Na espécie, o apelante foi intimado da sentença em 10 de setembro de 1976 (fls. 61 e 62), uma sexta-feira, e apresentou o pedido de recurso a 14 (fls. 63), quando o prazo para isso terminaria em 27 do mesmo mês.

As razões da apelação, que se encontram às fls. 65-66, porém, somente foram entregues ao Cartório em 21 de outubro de 1976 (fls. 67), quando transcorrido integralmente o prazo legal de quinze (15) dias após o qual seria intempestivo o recurso.

A interposição desfundamentada era irrita.

Apelação assim manifestada, sem exposição de fundamentos e sem especificação da nova decisão pretendida (requisitos indispensáveis em face do art. 514 referido), e recurso inexistente, que por isso não impede o trânsito da decisão em julgado.

Esta tem sido a orientação do Conselho Superior da Magistratura, em casos precedentes (v.g.: Agravo de Petição n.º 250.875 Jundiá, julgado em 7 de maio de 1976).

Intempestivo o recurso, porque interposto irregularmente, dele não conhecem.

Custas "ex lege".

São Paulo, 31 de janeiro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. João Manoel Lobo.

Apelação Cível n.º 257.721 - São José dos Campos - Apte.: Margarido da Costa Machado - Apdo.: Oficial do Cartório dos Registros Públicos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.721, de São José dos Campos, em que figuram como apelante Margarido da Costa Machado e apelado o Oficial do Cartório dos Registros Públicos da Comarca.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

1. Realmente, descabe o provimento, porque o documento apresentado pelo apelante não tem aptidão para ser registrado.
2. Está claro que o título não tem condições para registro, dadas as divergências com os característicos e confrontações constantes da transcrição anterior.
Suscitando a dúvida, o Oficial procurou, apenas, assegurar a exata aplicação do princípio da continuidade, resguardando, assim, a segurança e a certeza que devem informar os atos do registro imobiliário.
Como bem argumentou a sentença, não se pode, por via do registro, acertar os característicos referentes à área e às confrontações, inexistentes na transcrição anterior.
As divergências mostram, perfeitamente, a irregularidade do título, a exigir as providências apontadas nos artigos 212 a 216 da Lei n.º 6.015/173, para pôr-se em condições de matrícula e registro.
3. Mesmo que se admitisse o convalidamento da nulidade formal, pelo advento de lei nova que elevou o limite de valor para o escrito particular, na compra e venda imobiliária, ainda assim o ingresso de título no registro encontraria barreira na regra do artigo 225 - § 2.º, da Lei 6.015/173, que prevalece no caso.
4. Nessas condições, negam provimento.
São Paulo, 26 de janeiro de 1977.
(ãã) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Thales Fernandes Bennati.

Apelação Cível n.º 257.749 - Piracicaba - Apte.: Curtume Erê S.A. - Apdos.: Diva Athié e Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 257.749, da Comarca de Piracicaba, em que é apelante Curtume Erê S.A., apelados Diva Athié e Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Correta a decisão recorrida, que autorizou o ingresso da Escritura de Venda e Compra no registro imobiliário, reconhecendo inexistir qualquer óbice decorrente do anterior registro de penhora judicial sobre o bem imóvel transmitido à compradora.

A constrição, judicial, ainda quando registrada, não retira ao proprietário executado a faculdade de dispor de seus bens, mas apenas sujeita o adquirente, que não poderá alegar boa fé ou falta de conhecimento, aos efeitos que possam advir do resultado da ação, onde tais bens foram individualizados para suportarem, "in concreto", a responsabilidade executiva, (Sarpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", vol. II, 5.ª edição, n.º 401, págs. 417 e segs.).

Um dos efeitos materiais da penhora consiste em tornar ineficazes (não nulos, nem anuláveis), em relação ao credor penhorante, os atos de disposição dos bens penhorados, que porventura venha o devedor a praticar, permitindo que a atividade executiva continue a realizar-se sobre eles.

Este, ainda, o entendimento do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, consoante inúmeras decisões mencionadas nos autos (Revista dos Tribunais, 451-128 e 430-136; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 15-102, 21-579 e 30-470).

A lei dispõe que o registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior (artigo 240 da Lei dos Registros Públicos), mas o eventual reconhecimento desse defeito do ato jurídico translativo extravasa os estreitos limites do processo administrativo de dúvida, porque exige ato jurisdicional, condicionado a outros

requisitos e a ser pleiteado no momento oportuno.

A decisão recorrida expressamente ressaltou os efeitos da penhora registrada; a ressalva, porém, sequer era necessária, porque o registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido (art. 252 da Lei dos Registros Públicos). No caso concreto, a validade e a subsistência da penhora estão sendo apreciadas pelo Juízo da Execução, onde a apresentante do Título ofereceu Embargos de terceiro. O registro da Escritura de Venda e Compra não cancela a penhora anteriormente registrada, cujos efeitos subsistem íntegros enquanto não cancelados no processo executório, de modo que não reduz a garantia do apelante. Assim sendo, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 26 de janeiro de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. José Edson Viveiros.

Agravo de Instrumento n.º 257.775 - Mirante do Paranapanema - Agvte.: Serventuário do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Santo Anastácio - Agvdo.: Serventuário do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Mirante do Paranapanema.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 257.775, da Comarca de Mirante do Paranapanema, em que é agravante o Serventuário do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Santo Anastácio e agravado o Serventuário do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Mirante do Paranapanema.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça, pagas as custas "ex-lege".

Trazem, os autos, sob o errôneo título de dúvida, reclamação administrativa formulada pelo Serventuário do Registro Civil de Santo Anastácio perante o Juízo de Mirante do Paranapanema, gerando conflito de atribuições com o Titular da correspondente Serventia do Registro Civil desta última Comarca.

Em resumo, José Garcia Ribeiro e Glória Lima dos Santos, domiciliados em Santo Anastácio, promoveram sua habilitação de casamento na Comarca de Mirante do Paranapanema. O edital de proclama foi enviada para publicação no domicílio dos nubentes, encontrando oposição do agravante, que ofereceu a reclamação afinal julgada improcedente pelo Juiz Corregedor-Permanente de Mirante do Paranapanema. Contra a solução da sentença oferece-se o presente recurso, que deve ser conhecido pelo Corregedor-Geral da Justiça, face à natureza meramente administrativa do problema enfocado (Código Judiciário, art. 246).

São Paulo, 26 de janeiro de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Apelação Cível n.º 258.953 - Itapequerica da Serra - Apte.: Dr. Aldo Lins e Silva - Apto.: Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 258.953, da Comarca de Itapequerica da Serra, em que é apelante o Dr. Aldo Lins e Silva e apelado o Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento, pagas as custas "ex-lege".

O título, apresentado pelo recorrente para registro, constitui instrumento particular de compromisso de compra e venda de imóvel, outorgado por Annita Sucker. Sob o aspecto formal, não suscita controvérsia outra, senão a deficiência descritiva da coisa a que se refere.

Certo é, porém, que o seu conteúdo, a despeito da parcimônia de expressão, resulta claro do cotejo das diferentes cláusulas, elemento interpretativo, que vai encontrar referendo em outros, também de inegável valor no caso.

Trata-se de

"uma casa e seu respectivo terreno, sito à Rua da Capelinha n.º 136, antigo n.º 5", que a vendedora adquirira por escritura pública de venda e compra das notas do tabelionato do Embu, livro 46, fls. 159, lavrada a 11 de dezembro de 1968,

"escritura essa que descreve e caracteriza, nos itens (A), (B) e (C), os terrenos adquiridos pela mesma vendedora, transcrita sob os n.ºs 2.816, 2.817 e 2.818, a fls. 22, livro n.º 3-13, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapeverica da Serra".

Nesses terrenos, acrescenta o título, a vendedora construiu uma casa conhecida no Município pelo nome de "Casa Branca do Embu", dando a frente para a rua da Capelinha. n.º 136, antigo n.º 5, e fundos para a rua Belo Horizonte (f. 4).

Depois de outras estipulações, a vendedora autoriza a averbação do contrato

"à margem das transcrições n.º 2.816, 2.817 e 2.818, fls. 22, livro 3-B, já referidas" (fls. 5).

Tem-se aí a demonstração objetiva de que o compromisso abrange os três lotes descritos no título aquisitivo da vendedora, cujo traslado está nos autos (f. 11).

É que a proprietária, tendo unificado esses três lotes na utilização que deles fez, sobre os mesmos construiu um prédio de quinhentos metros quadrados (f. 10), cadastrando na Prefeitura, sob o n.º 000.021, uma propriedade única, com a área de dois mil quinhentos e trinta e cinco metros quadrados (2.535 m²), precisamente a soma de toda a sua mencionada aquisição (f. 32). Não teria sentido o consentimento de averbação do compromisso sobre as três transcrições, se qualquer delas não devesse ser atingida pelo vínculo real conseqüente ao negócio.

Essa propriedade unificada, compromissada com o recorrente, não suscita dúvida de localização e de extensão, uma vez que o título se reporta aos registros aquisitivos da outorgante, sem nenhuma reserva ou restrição. A lei, quando reclama os dados característicos, confrontações e localização, não estabelece um dogma. Quer, apenas, segurança nas estipulações negociais; e se a esse resultado se chega, "tollitur quaestio".

Para isso, manda que a matrícula, por ela instituída, acompanhe "os elementos constantes do título apresentado, e do registro anterior, nele mencionado" (Lei n.º 6.015/73, art. 228). Essas as balizas. Se o título apresentado não inova as características constantes do registro anterior, estas prevalecem, e por elas a matrícula será feita, só se opondo restrição aos títulos que descrevam características não coincidentes (art. 225, parágrafo 2.º).

Não há, assim, objetivamente, e tanto quanto interessa à autoridade administrativa que preside aos registros públicos, óbice algum ao acolhimento do título do recorrente, certo que este, como promitente comprador, está qualificado para promover a unificação cadastral do imóvel, quando necessária. Questões outras, que possam alimentar dissenso entre as partes contratantes, ficam reservadas para a esfera jurisdicional.

A dúvida é improcedente e, para assim declará-la, o recurso é provido.

São Paulo, 1.º de abril de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente e Revisor; Adv.: Dr. Aldo Lins e Silva.

Apelação Cível no 258.863 - Fernandópolis - Apte.: Mário de Mattos & Cia. Ltda., Apdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

Imóveis.

ACÓRDÃO

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex lege".

Trata-se de um condomínio rural de grande extensão, denominado "Fazenda Santa Rita" (com área de 338,80,00 ha), onde os condôminos detentores de uma parte denominada "Fazenda Bela Vista", alienaram para a apelante a área de 44,98,00 ha, permanecendo com um saldo que não é precisamente definido. A escritura alude a uma diferença entre a gleba total dos transmitentes

(49,82,00 ha.) e o registro dessa mesma gleba no INCRA (50,70,00 lia) atribuindo-a a mero engano (fls.). Por outro lado, o Registro de Imóveis afirma que tal diferença é ainda maior, pois, a rigor, os transmitentes só teriam 48,91,50 ha (fls. 3, item 2).

Essa objeção do Oficial era irrelevante, e devia, mesmo, ser afastada, mas não pelo fundamento da sentença. O artigo 1.136 do Código Civil, e seu parágrafo, são inaplicáveis na hipótese, pois, disciplinam a diferença encontrada na área transmitida, e não na gleba remanescente, em poder dos vendedores. Aqui, não há dúvida sobre a área transmitida, que é de 44,98,00 ha, e o que interessa é o controle da disponibilidade (Lei n.º 6.015/73, art. 233, II). Se a escritura menciona a área de 49,82,00 lia, se o Registro de Imóveis acusa a de 48,91,50 lia, e o INCRA consigna 50,70,00 ha, em qualquer desses casos a disponibilidade existe para a alienação em foco. Todavia, a matrícula exige coincidência de caracterização do imóvel descrito no título, com aquela constante do registro anterior (Lei n.º 6.015/73, art. 225, § 2.º), prevalecendo este último até que eventual demarcatória fixe descrição mais perfeita (cf. Apelação Cível n.º 257.696, de São Roque).

Além disso, a fração mínima de parcelamento, ou módulo rural, constitui óbice a que os alienantes conservem área inferior a 25,00,00 ha (cf. fls. 10), sendo este outro empecilho ao registro do título.

O Conselho Superior da Magistratura tem orientação recente, no sentido de que o artigo 65, da Lei n.º 4.504/64 é de ordem pública, tendo por fim evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos. Por isso, dita lei impede a divisão de gleba rural em quinhões de área menor que a prevista para o módulo, ainda que para cessar o condomínio entre co-proprietários. A orientação foi firmada, pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário

n.º 78.048, não havendo porque ignorá-la, na espécie. (cf. Apelação Cível n.º 256.054, de Santo, j. em 8-11-76 e Apelação Cível n.º 258.595, de Laranjal Paulista, j. em 11-2-77).

É verdade que a lei agrária apenas veda divisão geodésica, não impedindo o condomínio.

No caso, porém, ao que decorre do título, os apelantes negociaram área determinada por divisas certas e benfeitorias localizadas, e isso implica em desmembrar-se, o condomínio, excluído os demais comunheiros de qualquer relação com a área assim transmitida. Como os vendedores têm, naquele condomínio, posse pro-diviso cadastrada no INCRA (f. 10), fácil é ver que a presente alienação resultará em desmembramento dessa posse, remanescendo eles com a área de mais ou menos cinco hectares, inferior ao módulo; e isso é impraticável.

O registro de alienações parciais não pode ser feito sem que o todo esteja devidamente matriculado, com indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação (Lei n.º 6.015/73, art. 176, II, n.º 3; arts. 227 e 228).

Como a matrícula deve reportar-se ao registro anterior, considerando-se irregulares os títulos em que a caracterização do imóvel com ele não coincida (Lei n.º 6.015/73, art. 225, parágrafo 2.º), segue-se que é na transcrição

n.º 1.891, da Comarca de Tanabí, apontada no título como fonte dominal dos transmitentes (f. 6), que devem ser buscados os característicos reclamados, não podendo, de nenhum modo, prevalecer aqueles mencionados irregularmente na escritura que os apelantes querem registrar. Aliás, essa escritura é muito precisa, quando diz que existe um condomínio de 338,80,00 ha, (trezentos e trinta e oito hectares e oitenta ares), área que corresponde, exatamente, aos cento e quarenta alqueires objeto do título original (fls. 12), o que mostra que nenhum desmembramento regular foi ainda feito, que implique em alteração dos característicos primitivos.

Esse é o ponto, não importando que a escritura mencionasse por condômino quem não o era, declaração meramente enunciativa, que não cria, nem extingue direitos. Compreende-se implícita a cláusula "ou sucessores".

Cumpra, assim, retificar o título dos apelantes, para pô-lo em termos de alienação e parte ideal em condomínio ainda não extinto, cujas características e confrontações, localização, área, denominação, deverão coincidir com as que figuram no título aquisitivo dos transmitentes.

São Paulo, 1 de abril de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Adv.: Dr. Moacyr Rodrigo Molina.

Apelação Cível n.º 258.815 - Santo André - Apte.: Antônio Damianovich - Apdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Santo André.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 258.815, da Comarca de Santo André, em que figuram como apelante Antônio Damianovich e apelado Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Santo André.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

A dúvida, efetivamente, é procedente, como bem ponderou o Dr. Procurador Geral da Justiça, pelos fundamentos da suscitação.

A averbação, por outras palavras, era de ser denegada, por faltar ao apelante qualidade para a prática do ato.

Com efeito, o artigo 167, 11, n.º 5, da Lei dos Registros Públicos, permite a averbação de circunstâncias que possam, de qualquer modo, ter influência no registro, ou nas pessoas nele interessadas.

São, também, susceptíveis de averbação as decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto atos ou títulos registrados ou averbados, conforme o n.º 12 do mesmo inciso.

Entretanto, continua válida, para a atual Lei dos Registros Públicos, a definição de averbação, dada por Longobardi, citada por Serpa Lopes: "a menção que, a requerimento da parte e com fundamento em título autêntico, ou ordem judicial, o Oficial apõe à margem das inscrições ou transcrições, para tomar conhecido dos terceiros que a formalidade sofreu uma modificação na sua consistência, como na mudança do credor ou na modificação dos seus direitos, porém sem mudar a natureza e a causa do título que serviu de base ao ato da transcrição ou inscrição" (Cf. Trat. dos Registros Públicos, vol. IV, pág. 469).

Vale dizer: a averbação só pode ser produzida a requerimento da parte e com fundamento em título autêntico, ou ordem judicial.

Evidentemente, como decorre do próprio conceito, só pode ser considerada parte, legitimada para o requerimento da averbação, a pessoa que figure no registro, como transmitente ou como adquirente, ou ainda como interveniente ou anuente.

No caso, não se identifica, na pessoa do apelante, título que o qualifique para a prática do ato, uma vez que o seu nome não figura no registro anterior e não aparece no posterior, sendo certo, ainda, que não se insere em título hábil para produzir a averbação pretendida.

A vedação a prática do ato não se coloca aqui como mera consequência do conceito doutrinário de averbação; é o resultado da letra clara do parágrafo único do artigo 246 que, expressamente, reclama requerimento dos interessados.

A pretensão do apelante não pode encontrar lastro no título que possui, cuja regularidade foi questionada para efeito de registro, e, assim, não pode arrimar o pedido de averbação.

Ademais, o que está evidente é que o quinhão n.º 26, mencionado no pedido de averbação (fls. 3), transcrito sob o n.º 31.455 na 14.ª Circunscrição de São Paulo, constitui o título anterior ao oriundo da sucessão de João Baptista Viana, nada havendo, pois, a averbar, uma vez que no registro imobiliário já consta provir a transcrição n.º 6.189 da referida transcrição n.º 31.455 (fls. 21).

Na verdade a pretensão visa, como se notou às fls. 74, corrigir, indiretamente, a escritura de aquisição em que o apelante figura como outorgado comprador, revelando-se, porém, via inadequada para tanto.

Ante o exposto negam provimento ao recurso.

São Paulo, 11 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogados: Drs.

William Damianovich e Antônio, Luiz Nicolini.

Apelação Cível n.º 258.877 - Itápolis - Apte.: Júlio Rodrigues - Apdo.: Oficial do Cartório dos Registros Públicos e Anexos.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 258.877, da Comarca de Itápolis, em que é apelante Júlio Rodrigues, apelado o Oficial do Cartório dos Registros Públicos e Anexos: Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Está assente, sem qualquer contestação, a existência de erro na transcrição n.º 25.412 do Registro de Imóveis da Comarca de Itápolis.

Consiste ele na qualificação de um dos adquirentes, Júlio Rodrigues, por brasileiro, quando é português. A evidência decorre da cédula de identificação de estrangeiro exibida (fls. 8-9). Havendo erro, deve ser corrigido, para que o registro se ponha em harmonia com o que é certo e passe a irradiar fé pública, como é o seu destino. No estado atual, ele está deturpando a verdade. Corre a obrigação de extirpar a fonte do erro.

A lei estabelece a necessidade do despacho judicial, salvo no caso de evidência, que o Oficial, com a devida cautela, corrigirá desde logo. No caso, a suscitação da dúvida sujeitou o fato a despacho judicial.

Não importa que o erro provenha do título, ou do registro dele. Em qualquer caso, o que cumpre ver é se da retificação pode decorrer prejuízo, para terceiro.

Verifica-se que os filhos, genros e noras de José Dias Moreira e Eulógia Martinez Moreira receberam dos pais, a título de doação, a sua propriedade do imóvel rural, dizendo-se todos brasileiros (f. 43). Entretanto, Júlio Rodrigues era português. Mais tarde, falecendo os doadores, consolidou-se a propriedades dos donatários (f. 47).

A complexidade, que. recomenda campo da mais alta indagação, vias de discussão mais amplas, é a da matéria de fato. A matéria jurídica, por árdua que seja, não exime o juiz de decidir desde logo os casos a ele submetidos: jura novit cúria.

O fato é, aqui, simples e está provado.

Surta ele consequências jurídicas de ordem penal, civil ou administrativa, aí está o Ministério Público informado de tudo e capacitado para agir, como fiscal da lei. Extraíam-se do incidente, por seu intermédio, todos os efeitos legais. Entre estes, porém, não está a obrigação de deixar que o erro persista no registro público, defraudando a verdade.

Tratando-se de avanço de legítima, cumpre lembrar que à doação sobreveio o falecimento dos doadores. Com isso, os donatários teriam adquirido, por sucessão hereditária, livre de qualquer restrição, mesmo a da lei de estrangeiros, os bens a eles pouco antes doados. É esse um ponderável aspecto do jus superveniens, a ser considerado em qualquer caso.

Quando da irregular sonicação, na escritura de doação, do estado de nacionalidade de um dos donatários, devesse advir qualquer forma de inalienabilidade dos bens doados, bem é de ver que a tal título nada foi suscitado. Fica, então, ao Ministério Público deduzir qualquer oposição, de ordem legal, ao registro da alienação a que se refere a segunda parte da dúvida, certo como é que a consolidação do domínio dos donatários, com a morte dos doadores, afastou a inalienabilidade convencional constante do título, destinada a preservação do usufruto apenas. Nesses termos, a dúvida, como suscitada, é repelida, provido para tanto o recurso.

São Paulo, 18 de março de 1977.

(ãa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. Advogado: Dr. Michel David Asckar.

Proc. Recurso CG. n.º 09/77 - Presidente Prudente - Interessado: Banco Financial S.A.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

"Senhor Corregedor-Geral.

1. Os autos trazem recurso do Banco Financial S.A., contra despacho da Corregedoria-Permanente do 1.º Tabelião de Protestos de Presidente Prudente, que rejeitou a sua reclamação, acolhendo as objeções do Oficial em lavrar o protesto de dois títulos apresentados a Cartório para esse fim.

Em resumo, o Banco recorrente é credor da firma Pontalti - Utilidades Domésticas Ltda., em decorrência de dois contratos de abertura de crédito (fls. 23 e 26) garantidos por duas notas-promissórias (fls. 20 e 21), a primeira no valor de Cr\$ 300.000,00 e a segunda no valor de Cr\$ 120.000,00, emitidas pela firma creditada e avalizadas por Sylvio Pontalti e Fany Lapa Pontalti. Foram passadas com vencimento "à vista".

Ocorre que a firma creditada e emitente dos títulos obteve os favores da concordata preventiva, fato que, no entender da recorrente, produziu o vencimento antecipado das obrigações (art. 163 da Lei de Falências), e lhe dá o direito de protesto para, em seguida, exigir dos avalistas o pagamento da dívida. O Oficial de Protestos, por sua vez, recusou-se a lavrar os atos, dizendo que a tanto estava impedido pela formação da concordata da emitente, devendo ser habilitados, esses créditos, nos respectivos autos.

O Magistrado rejeitou a reclamação, decidindo que "o vencimento antecipado, decorrente do processamento da concordata, não afeta a posição dos avalistas, que estão sujeitos ao termo que consta do título" (fls. 7).

O recurso sustenta que o artigo 163 da Lei de Falências não autoriza essa distinção, não existindo duplo vencimento da obrigação cambial. A antecipação do vencimento, por força da concordata da emitente, atinge os avalistas, e o protesto habilita o credor a exigir imediato pagamento dos coobrigados. É o que, em Suma, procura deduzir da extensa doutrina que cita (cf. fls. 9-12).

2. Opino pelo provimento, pois, entendo que a solução dada na Corregedoria Permanente não é correta.

As promissórias foram emitidas por firma que, posteriormente, obteve concordata. Mas, são títulos avalizados e que, assim, contêm outras obrigações autônomas. Além disso, foram passadas "a vista", não se confundindo, pois, com títulos vincendos e passados a dia certo. Elas espelham a aparência formal das obrigações imediatamente exigíveis, pelo menos dos avalistas, visto que, em relação à emitente, o credor está preso ao processo de habilitação na concordata. Ainda que não ocorra a hipótese de protesto necessário, pois, contra o avalista do emitente o credor tem ação direta, não havendo falar em regresso (cf. Whitaker, "Letra de Câmbio", ed. 32, § 147, p. 213; Magarinos Torres, "Nota Promissória", ed. 35, § 142, nota 62, p. 224; J. Eunápio Borges, "Títulos de Crédito", ed. 71, § 112, p. 93; Paulo J. da Silva Pinto, "Direito Cambiário", ed. 51, §§ 258 e 260, págs. 432-438; Alfredo Buzaid, "Rev. Justitia", vol. 60, página 59; Félix Ruiz Alonso, "Rev. de Direito Mercantil", n.º 12, pág. 114), o caso concreto traz problemas de direito que só comportam solução na esfera jurisdicional. São questões de alta indagação que exorbitam os terrenos da Corregedoria-Permanente.

As cartas, aparentemente autônomas, nasceram para garantir contrato de abertura de crédito subscrito apenas pela emitente e pelo Banco credor. Os avalistas não firmaram esses contratos, limitando-se a lançar aval em notas promissórias passadas "a vista". Os próprios contratos trazem cláusula de vencimento das obrigações contratuais por efeito de concordata (cláusula 9.ª) e houve expresso pacto de que o vencimento do contrato dá ao credor o direito de apresentar o título garante (cláusula 6.ª).

Sob esse aspecto, clássica é a lição de Carvalho de Mendonça: não obstante o prazo fixado no contrato de abertura de crédito, "o banco pode reservar a faculdade de revogar o crédito e exigí-lo imediatamente no caso de ocorrerem determinadas circunstâncias, exemplos, a verificação de um protesto cambial por falta de pagamento, a mudança de situação econômica do creditado, etc." (cf. "Tratado", ed. 34, vol. VI, 3.ª parte, § 1496, pág. 197). No mesmo sentido leciona o Prof. Sylvio Marcondes (cf. "Problemas de Direito Mercantil", ed. 70, cap. XIII, n.º 5, pág. 289).

Por outro lado, há o entendimento de que o vencimento antecipado, decorrente da concordata, não tem influência sobre os co-devedores, em relação aos quais - explica Valverde - continuam a fluir até mesmo os juros da dívida (cf. "Comentários", ed. 48, vol. 2.º, § 990, pág. 308).

Tais algumas das questões que se apresentam, e que não podem ser analisadas na Corregedoria-Permanente, embora comportem dedução nas vias ordinárias.

O credor não está proibido de levar esses títulos a protesto, conquanto não haja necessidade cambial disto. Nada impede, outrossim, que os devedores lancem mão de medida cautelar para sustar o protesto, visando a discussão da matéria no lugar adequado. Mas, não se pode conceber que a autoridade administrativa da Corregedoria-Permanente impeça, "a priori", o exercício dos direitos de um ou de outro, por caminhos que não lhes são vedados; nem o Oficial do Protesto tem por missão substituir os devedores na defesa dos seus interesses.

Com isto, opino pelo provimento do recurso do Banco Financial S.A., para que lhe seja possível

levar a protesto os seus títulos.

É o meu parecer.

São Paulo, 10 de março de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Acolho o parecer do Dr. Juiz Auxiliar e de acordo com ele, dou provimento ao recurso do Banco Financial S.A.

São Paulo, 11 de março de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

D. O. J. 17-03-77

Proc. CG. n.º 46.541/77 - São José dos Campos - Interessado: Estância de São José dos Campos (Prefeitura).

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, datado de 8-3-77.

"Vistos.

Trata-se de solicitação da Procuradoria Judicial da Prefeitura de São José dos Campos, inconformada com despacho do MM. Juiz da 4.ª Vara daquela Comarca, proferido em representação administrativa, visando a obter solução favorável à sua pretensão de distribuir execuções fiscais sem efetuar o depósito dos emolumentos que são devidos alegando que o artigo 27 do Código de Processo Civil determina sejam as despesas pagas afinal, pelo vencido. O Magistrado indeferiu a pretensão, fundamentando seu despacho (f. 43), e a interessada agora submete a questão ao exame da Corregedoria-Geral.

A reclamação se refere às custas de execuções fiscais municipais. Determinou o Dr. Juiz de Direito que sejam recolhidas, "initio litis", por metade (Tabela I, do Decreto n.º 5.857/75, "notas genéricas" n.º 4, alínea "a"), os emolumentos do Serventuário, uma vez que o Cartório de sua Vara não é oficializado.

O entendimento conflita com a nota 5, imediata:

"Excetua-se da regra de recolhimento dos preços, estabelecida na nota..... anterior a execução fiscal"

Há remissão ao artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 203/70 e à nota 2.ª, do item II. Esta última é peremptória:

"Execução fiscal, antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, aplica-se o item III. A Fazenda Pública nada pagará, sujeito o vencido aos encargos da sucumbência (CPC, artigo 27). Não há especificação, nem distinção. A Fazenda Pública nada pagará, qualquer que ela seja. Não existe, quando do ajuizamento da cobrança fiscal, preço determinado. Antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, a tabela é uma; depois, passa a ser outra. Impossível, pois, o recolhimento liminar (antes da distribuição, ou do despacho da inicial), quando não se sabe qual o preço que será devido.

Ademais, o recolhimento liminar das custas, em cada ação, nos moldes vigorantes para os processos em geral, iria determinar a impraticabilidade do ajuizamento, pela imposição de um ônus que geraria desinteresse econômico, quando grande número dessas cobranças fica sem resultado arrecadatício efetivo.

A Fazenda Pública, a que se refere o benefício da nota 2, do item II, do Regimento de Custas, é qualquer delas - federal, estadual e municipal. Isso corresponde à tradição do foro na matéria. Quanto à remissão que o n.º 5, das "notas genéricas" faz ao artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 203/70, seu objetivo é lembrar que, também nos executivos fiscais, a União e o Estado ficam isentos de quaisquer responsabilidades pelos "emolumentos dos atos praticados em Serventia não oficializada". Conjugada essa regra com a do item II, nota 2.ª, do Decreto n.º 5.857/75, como requer a remissão conjunta no n.º 5, das mencionadas "notas genéricas" impõe-se a conclusão de que a Fazenda Municipal, depois de decorrido o prazo para embargos à penhora, suportará os efeitos da sucumbência nos seus executivos fiscais, em relação aos emolumentos dos atos praticados em Serventia não oficializada. Antes, nada pagará.

É importante observar que novas tabelas de custas estão em vigor, desde ontem, aprovadas pelo Decreto n.º 9.555/77, cujas disposições, pertinentes ao assunto aqui ventilado, não alteraram as correspondentes normas do Decreto n.º 5.857/75.

Acolho a reclamação, pelos fundamentos expostos, que mando publicar para efeitos normativos.

São Paulo, 8 de março de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça".
D.O.J. 10-3-77

Proc. Recurso CG n.º 12/77 - Guaratinguetá - Adv.: Dr. Paulo de Araújo Barros - Interessado: Conrado Tolentino Caldeira Brant, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Guaratinguetá.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

"Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça.

1. Aprecia-se o recurso de fls. 20/23, interposto por Conrado Tolentino Caldeira Brant, Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Guaratinguetá, contra as decisões de fls. 2 e 19, do Juízo Corregedor Permanente.

Wellington Silva, Oficial Maior daquela Serventia, após obter a concessão e entrar em gozo de licença-prêmio, que vai de 15 de dezembro de 1976 até 12 de junho de 1977, requereu fixasse o Juiz o Corregedor Permanente o "quantum" de seus vencimentos mensais, esclarecendo os valores efetivamente percebidos, durante os seis meses imediatamente anteriores ao seu afastamento.

O Corregedor Permanente, atendida a média mensal do período apontado, fixou em Cr\$ 9.000,00 os vencimentos mensais, ressaltando o desconto da contribuição devida à Carteira do IPESP (fls. 2).

O Serventuário reclamou (fls. 5/8), pretendendo pagar ao servidor licenciado, apenas a parte fixa de seus vencimentos Cr\$ 1.390,00), e não aquela excedente, porque variável, não integrante do salário e concedida, como liberalidade, para estimular a atuação dos cartórios; mas o Juízo manteve a decisão impugnada, através do despacho de fls. 19, que ensejou o recurso do Serventuário, respondido às fls. 27/28.

Passo a opinar.

2. Através de concessão regular, Wellington Silva, Oficial Maior do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Guaratinguetá, obteve autorização para gozo de licença-prêmio, devendo afastar-se do serviço pelo período de 15 de dezembro de 1976 até 12 de junho de 1977.

Os autos esclarecem que, quando em exercício, o referido funcionário percebe, mensalmente, vencimentos mistos, com uma parte fixa de Cr\$ 1.300,00 e outra variável, proporcional ao resultado de sua produtividade.

Neste particular, não ocorre divergência.

O Serventuário pretende estar obrigado apenas ao pagamento mensal da parte fixa dos vencimentos, enquanto durar a licença-prêmio; enquanto que o servidor licenciado objetiva perceber a remuneração integral, proporcionalmente ao valor dos vencimentos recebidos durante os últimos seis meses, que antecederam o afastamento.

3. Como salienta Hely Lopes Meirelles ("Direito Administrativo Brasileiro", 4.ª edição, Editora Revista dos Tribunais, 1976, pág. 451), a licença-prêmio é uma concessão administrativa para afastamento do serviço, sem prejuízo dos vencimentos e demais acréscimos, a que tinha direito o funcionário. Essa licença objetiva fins exclusivamente higiênicos, para possibilitar a restauração do presumível desgaste físico e psíquico que um trabalho repetido e prolongado naturalmente acarreta ao servidor.

Originariamente concedido apenas aos funcionários públicos "stricto sensu", o instituto da licença-prêmio, após a vigência da Lei Estadual n.º 2.177 de 23 de julho de 1953 (artigo 15), passou a beneficiar também os Serventuários, Escreventes, Fiéis e demais Auxiliares de Cartório não Oficializado.

É da índole do instituto, que o período de licença-prêmio será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará desconto algum do vencimento, remuneração e gratificação de função.

Assim dispunha o § 2.º do artigo 502 da antiga Consolidação das Leis do Funcionalismo (C.L.F.); e vem repetido, com alteração insignificante, no parágrafo único do artigo 209 do vigente Estatuto dos Funcionários Públicos Civis (E.F.P.).

Em caso análogo, a Doutrina 4.ª Câmara Civil do E. Tribunal de Alçada, então único, teve

oportunidade de assentar, em votação unânime, "que não obstante a composição anômala dos vencimentos dos escreventes de cartórios não oficializados, não é regular qualquer dedução durante o período em que ele entra no gozo da licença-prêmio" (Rev. Tribs. 345/365).

Nesta Corregedoria Geral, idêntica solução foi adotada por Ilustre antecessor de Vossa Excelência, em 4 de outubro de 1968, no Processo C. G. n.º 29.2 8 3 / 68, em que foi interessado Donato Grieco, escrevente do Cartório do 2.º Ofício, da Comarca de Mogi das Cruzes.

No caso concreto, a meu ver, não há dúvida de que o Serventuário-recorrente está obrigado a pagar a Wellington Silva, durante o gozo da licença-prêmio, os vencimentos integrais, abrangendo não só a parte fixa (Cr\$ 1.390,00), como também aquela variável, esta em proporção ao período imediatamente anterior à data do afastamento.

4. Vale, entretanto, a pergunta: de que forma calcular a parte variável dos vencimentos, durante o gozo da licença-prêmio?

Não encontrei precedentes na Corregedoria-Geral.

No caso, o Juízo Corregedor Permanente deixou decidido (fls. 2) que os vencimentos a serem pagos, abrangendo a parte fixa e aquela variável, importariam em Cr\$ 9.000,00 mensais, que correspondem à média da remuneração recebida por Wellington Silva de junho a novembro de 1976, consoante demonstrativo de fls. 2 e 4.

Os valores daquelas parcelas estão confirmados pelo próprio recorrente (fls. 17).

É certo, também, que a média mensal seria um pouco menor, cerca de Cr\$ 7.415,50, quando calculada em proporção aos vencimentos percebidos de janeiro a novembro de 1976, inclusive, consoante dados lançados às fls. 17, a respeito dos quais inexistente controvérsia.

A matéria não está regulamentada em lei, pelo que qualquer critério, desde que razoável e eqüitativo, pode ser firmado administrativamente.

Para tanto, acredito preferível fixar-se os vencimentos do período de licença-prêmio em função daqueles percebidos durante os últimos doze meses, imediatamente anteriores ao afastamento em gozo do benefício, com o que restariam diluídos os efeitos de eventuais causas excepcionais de aumento temporário da produção cartorária.

A ser aceito este critério, os vencimentos a serem pagos ao funcionário licenciado, no caso concreto, corresponderão à média mensal de dezembro de 1975 até novembro de 1976, inclusive.

O cálculo da média aritmética será feito pela Corregedoria Permanente, com base nos elementos existentes no arquivo da Serventia e nestes autos (fls. 17), deduzindo-se e recolhendo-se a contribuição devida à Carteira do IPESP.

5. Pelo provimento, em parte, do recurso, determinando-se que os vencimentos do período de afastamento sejam calculados e pagos em proporção à média dos doze meses imediatamente anteriores, é o parecer que, respeitosamente, submeto à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 16 de março de 1977.

(a) Antônio Galvão Furquim Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Acolho o parecer, dou provimento em parte, fixando-se como normativo o critério proposto.

Publique-se.

São Paulo, 16 de março de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça".

RECOMENDAÇÃO

Aos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais.

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, considerando a representação da Mitra Arquidiocesana de São Paulo;

Recomenda a todos os Oficiais e demais funcionários dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado, que orientem as pessoas interessadas na celebração de casamento religioso com efeitos civis (artigos 71 a 75 da Lei n.º 6.015/73), dando-lhes todos os esclarecimentos necessários à perfeita realização do ato que pretendem, facilitando o atendimento dos nubentes e das autoridades e ministros religiosos que os procurem para esse fim. Publique-se.

São Paulo, 21 de dezembro de 1976.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

(D.O.J. 24-12-76)

COMUNICADO

O Corregedor Geral da Justiça, recomenda aos Srs. Escrivães dos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais que cumpram o estabelecido na Lei 6.015, de 31-12-1973, artigo 49, parágrafos 1.º e 2.º, abaixo transcrito:

"Artigo 49 - Os oficiais do registro civil remeterão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro dos primeiros oito dias dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos no trimestre anterior.

Parágrafo 1.º - A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornecerá mapas para a execução do disposto neste artigo, podendo requisitar aos oficiais do registro que façam as correções que forem necessárias.

Parágrafo 2.º - Os oficiais que, no prazo legal, não remeterem os mapas, incorrerão na multa de um a cinco salários mínimos, que será cobrada como dívida ativa da União, sem prejuízo da ação penal que no caso couber".

(D.O.J. 28-12-76)

RECOMENDAÇÃO

Aos Cartórios dos Registros Públicos do Estado.

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e Considerando a orientação do Conselho Superior da Magistratura de que as declarações meramente enunciativas, nos contratos, notadamente as que se destinam à qualificação das partes, devem ser recebidas como soam, ficando aos declarantes as responsabilidades que possam advir de falsidades acaso cometidas (Acórdão na Apelação Cível n.º 256.302, da Capital);

Recomenda:

Aos Oficiais dos Registros Públicos do Estado, em geral, e aos Oficiais dos Registros de Imóveis, em particular, que se abstenham de exigências não fundadas em lei, nem criem desnecessários obstáculos ao atendimento do público, com investigações que lhe não competem, e que devem ser deixadas aos titulares dos interesses jurídicos, para discussão na esfera própria, limitando-se ao exame dos elementos efetivamente condicionantes do exato desempenho de suas atribuições funcionais.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 28 de março de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

(D.O.J. 30-03-77)

Provimento n.º 11-76

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, tendo em vista o protocolado n.º 9.787/76, em que figura como interessado o MM. Juiz de Direito da Vara de Menores da Capital, solucionando a questão suscitada, e visando ao ordenamento do serviço.

Determina:

1. Os Oficiais de Registros Públicos não podem deixar de receber mandado judicial que lhes seja apresentado, para a prática de ato de ofício.

2. Quando a apresentação se fizer por portador, deverão anotar os elementos de identidade deste, para qualquer eventualidade.

3. Havendo dúvida de autenticidade do mandado, de legitimidade da ordem nele contida, da sua exeqüibilidade, ou qualquer outra, deverão proceder na forma prevista na Lei n.º 6.015/73, artigos 198 e 293, sendo a dúvida, que acabe suscitada, encaminhada ao Corregedor Permanente do Cartório, para decisão.

4. O mesmo processo de dúvida deve ser usado nos casos em que a requisição do ato de ofício parta do próprio interessado, sem interferência da ordem judicial: o Serventuário indicará por escrito o obstáculo com que se defronte e, a requerimento da parte, encaminhará a dúvida ao julgamento do Corregedor Permanente, não admitindo discussões, alterações, recados ou

recusas verbais, como sistema de serviço.

Publique-se para conhecimento e observância.

São Paulo, 26 de outubro de 1976.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

27-10-76

PROVIMENTO N.º 14/76

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e pelas notas 4.ª e 6.ª da Tabela 7 do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975, Considerando o que ficou decidido no Processo n.º CG 31.723/69, 3.º Volume.

Resolve:

Artigo 1.º - Fixar a seguinte tabela de despesas com condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, da Família e Sucessões, das Fazendas Públicas, de Acidentes do Trabalho, de Registros Públicos e de Menores:

a) para o primeiro perímetro, correspondente ao raio de 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Pça. da Sé) Cr\$ 7,50.

b) para o segundo perímetro, correspondente ao raio de distância superiores a 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Pça. da Sé) - Cr\$ 15,00.

c) para os Oficiais de Justiça das Varas Distritais, fixa-se a importância de Cr\$ 7,50 por diligência, independentemente das distâncias efetivamente percorridas.

Artigo 2.º - Os valores referidos no artigo anterior serão adiantados pelos interessados na efetivação das diligências, diretamente aos Oficiais de Justiça, em dinheiro trocado, no montante exato do devido, mediante recibo.

§ 1.º - Os interessados poderão, se preferirem, adiantar as despesas de condução dos Oficiais de Justiça através de depósito em mãos do Escrivão, contra recibo deste, que anotará o pagamento no livro de carga de mandados. Neste caso, a carga do mandado, assinada sem ressalva, valerá como recibo do Oficial, do pagamento da despesa de condução.

§ 2.º - Salvo em casos de urgência, mediante ordem do Juiz, ou nos casos de justiça gratuita e nos processos referidos no artigo 3.º (terceiro), os Oficiais de Justiça não estão obrigados a assinar carga dos mandatos sem o prévio pagamento, pelos interessados, das despesas de condução.

§ 3.º - Cumprida a diligência, os Oficiais de Justiça cotarão, em item apartado, as despesas de condução, assinalando já ter ocorrido o adiantamento, se for o caso; se cobradas em excesso, as importâncias recebidas a esse título serão glosadas, ficando o Oficial obrigado a devolver a diferença no prazo de 3 (três) dias, sob pena de suspensão.

§ 4.º - Quando várias diligências forem efetuadas, ao mesmo tempo, em locais vizinhos, usada apenas uma condução, o Oficial de Justiça fará jus ao reembolso de uma só verba. Quando necessária mais de uma diligência, ao mesmo local, para cumprimento de um mesmo mandado. O Oficial certificará o fato para reembolsar-se, ulteriormente, contra recibo.

§ 5.º - Os valores tabelados não serão devidos quando o próprio interessado na diligência fornecer a condução necessária.

Artigo 3.º - Nas diligências realizadas em processos-crimes de réus pobres, inclusive as que forem requeridas pelo Ministério Público nos seus atos de ofício, e nas realizadas em feitos relativos a menores infratores ou abandonados, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas com condução, as quais correrão à conta de verba própria do Orçamento do Tribunal de Justiça, observada a tabela fixada no artigo 1.º e respeitada a respectiva dotação orçamentária.

Artigo 4.º - Para os fins do artigo anterior, considere-se pobre:

I - o que for assim declarado pela Autoridade presidente do Inquérito Policial, mediante atestado constante do relatório de que trata o artigo 10, § 1.º do Código de Processo Penal;

II - o que for assim declarado pela Autoridade Policial da circunscrição em que residir o interessado;

III - o que for assim declarado pelo Diretor do Estabelecimento Penal em que o interessado se encontrar preso;

IV - o que for assim declarado por despacho judicial;

V - o que for defendido pela Procuradoria de Assistência Judiciária ou por Advogados dativos, ainda que se trate de réu revel.

§ 1.º - As diligências realizadas anteriormente à declaração da pobreza somente serão reembolsáveis depois dessa mesma declaração.

§ 2.º - O disposto no artigo 4.º aplica-se aos processos-crimes de ação privada, quando se tratar de querelante considerado pobre, nos termos do "caput" deste artigo.

Artigo 5.º - Não são reembolsáveis, à conta da verba orçamentária própria do Tribunal de Justiça, as diligências determinadas de ofício pelo Juízo, requeridas pelo Ministério Público ou pela Defesa, em se tratando de processo-crime de réu não pobre.

Artigo 6.º - São reembolsáveis as diligências realizadas em cartas precatórias de réus pobres, devendo os Escrivães dos Juízes deprecantes assinalar com realce a pobreza, quando regularmente declarada.

Artigo 7.º - Para os fins dos reembolsos de que trata o artigo 4.º, os Escrivães, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça, certificarão a veracidade dos elementos insertos nos aludidos mapas, especialmente no que respeitam à pobreza dos interessados.

Artigo 8.º - Na Capital, à vista da certidão mencionada no artigo anterior, os Juízes Corregedores Permanentes aporão seus "vistos" e encaminharão os mapas ao Departamento Técnico de Contabilidade da Secretaria do Tribunal de Justiça (D. E. C. O.), até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, salvo motivo devidamente justificado quanto ao eventual atraso.

§ único - Se forem constatadas irregularidades a propósito dos elementos constantes dos referidos mapas, serão as mesmas comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito, sem prejuízo da suspensão do pagamento correspondente, a critério daquele órgão.

Artigo 9.º - Este Provimento se aplica também, no que couber, aos Oficiais de Justiça das demais Comarcas do Estado, respeitadas as respectivas dotações orçamentárias.

Artigo 10 - Os Juízes de Direito Diretores dos Fóruns, aos quais compete baixar portarias sobre as tabelas de despesas com condução de Oficiais de Justiça, segundo o artigo 32 do Decreto-lei n.º 203/70, remeterão cópias das mesmas à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 11 - Nas demais Comarcas do Estado, os Juízes Corregedores Permanentes efetuarão o pagamento das diligências mediante a apresentação dos mapas, estes com os requisitos estabelecidos no artigo 7.º, e prestarão as contas na forma da ordem de serviço n.º 1-69, da E. Presidência do Tribunal de Justiça.

Artigo 12 - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1977, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 30 de dezembro de 1976.

Eu (Ézio Donati) - Diretor do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 5/77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e,

Considerando que a movimentação de presos, para atendimento de atos processuais em Comarcas diversas daquelas em que se encontram recolhidos, ocasiona, não raro, atrasos na instrução, com graves repercussões na marcha dos processos;

Considerando, ainda, que a remoção de presos, pelas cautelas que demanda, reclama providências onerosas aos cofres públicos, com dispêndio de combustível, além de diárias e alimentação da escolta;

Considerando, finalmente, a necessidade disciplinar, de modo uniforme, a matéria, conciliando os superiores interesses da Justiça com o ideal de um processo célere e menos custoso,

Resolve:

Artigo 1.º - Sempre que, nos processos criminais, figurem como réus pessoas que se encontrem presas em outras jurisdições, deverá o Juiz, ao receber a denúncia, determinar as providências necessárias à transferência das mesmas para o presídio local, em que deverão permanecer até o

julgamento e eventual interposição de recurso, retornando, depois, ao presídio de origem, onde a vaga deverá ficar preservada.

Parágrafo único - Para os fins previstos neste artigo, os Juízes, além de conferirem prioridade aos processos nessas condições, cuidarão de abreviar as designações de audiências, bem assim, a prática dos atos que a elas se seguirem, de forma a propiciarem o mais rápido desembaraço do preso e sua volta ao presídio em que se achava.

Artigo 2.º - Antes de determinar a requisição do preso, o Juiz deverá certificar-se das condições de segurança e da existência de recursos no presídio local, a fim de que a providência não enseje fuga, ou, por motivo de ordem material, não se frustrar.

Artigo 3.º - Quando se tratar de presos oriundos de Institutos Penais Agrícolas, os Juízes requisitantes cuidarão para que se lhes assegurem, no presídio local, condições semelhantes ao regime prisional a que estavam sujeitos nos referidos Institutos.

Artigo 4.º - Os presos recolhidos no Manicômio Judiciário e na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, continuarão a ser requisitados, para cada ato do processo, mediante ofício endereçado ao Juiz da Vara das Execuções Criminais.

Artigo 5.º - Havendo processos em várias Comarcas, contra réus que se encontrem presos numa delas, as respectivas autoridades judiciárias deverão comunicar-se entre si, ajustando pauta harmônica de designações, que permita a presença dos réus em cada uma das jurisdições diferentes, nos momentos próprios, com o mínimo de movimentação possível.

Artigo 6.º - As disposições deste provimento não se aplicam entre as Comarcas da Capital, São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Mairiporã, Franco da Rocha, Cotia, Itapeverica da Serra, Guarulhos, Barueri e Osasco, casos em que as requisições de réus presos serão, sempre, feitas através dos respectivos Juízes das Varas das Execuções, sem a transferência a que alude o artigo 1.º salvo se os Juízes do processo e da execução optarem por ela.

Artigo 7.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 20 de abril de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

(D.O.J. 23-04-77)

Proc. Recurso CG n.º 75/76 - Capital - Adv.: Dr. Aurélio Quaranta - Interessado: Banco do Estado de São Paulo S.A.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, foi aprovado o parecer abaixo transcrito:

Senhor Corregedor-Geral.

1. O Banco do Estado de São Paulo S. A. oferece recurso contra a decisão da Corregedoria Permanente do Quarto Tabelião de Protestos, que indeferiu seu pedido administrativo de lavrar o protesto especial da Lei de Falência, relativamente a uma duplicata já protestada para efeitos cambiais.

O título e o respectivo instrumento de protesto estão à fls. 9110, cuidando-se de uma duplicata de venda mercantil (n.º 273, vendida em 20-8-74, no valor de Cr\$ 48. 000,00), extraída pela firma Máquinas e Equipamentos Hefáistos Ltda. contra Indústria Têxtil Spyrtex Ltda., aceita por Têxtil - Confecções Spyrtex Ltda., e contra esta última protestada por falta de pagamento, ato levado a cabo pela sacadora, segundo consta (fls. 10). Está endossada para o Banco recorrente que, por sua vez, pretendeu extrair novo protesto, o especial da Lei de Quebras, contra a sacadora, para requerer a sua falência.

Em resumo, o pedido se baseia em julgados que rejeitam o requerimento de falência de coobrigado não intimado do protesto, sustentando que o protesto comum supre o especial apenas quando o sujeito passivo da falência foi intimado daquele ato. Caso contrário, impõe-se o protesto especial previsto no artigo 10, do Decreto-lei n.º 7.661/45. Entre esses julgados, menciona-se um do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 76.505 - PE, julgado em

19-11-73, publicado no DJU de 28-6-74, pág. 4571 (fls. 12).

A respeitável sentença da Corregedoria Permanente entendeu irrelevantes; as questões

argüidas, indeferindo a pretensão pela simples inviabilidade, de um título ser protestado duas vezes (fls. 24).

Daí o presente recurso, reforçando o tema com esteio em novas citações (fls. 27132). Não foi conhecido pela E. Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, nem pelo Colendo Conselho Superior da Magistratura (cf. fls. 49 e 55),

2. De fato, a matéria posta nos autos só poderia ser conhecida, em grau de recurso, pelo Corregedor-Geral da Justiça, com base no artigo 246 do Código Judiciário. Não há lide que reclame dirimência jurisdicional, nem se trata de dúvida formulada por Serventuário de Registro Público. A reclamação indeferida é meramente administrativa e nesse âmbito foi solucionada por quem, na espécie, não exerceu jurisdição alguma.

A oportunidade é excelente para lembrar a exata construção posta pelo Eminentíssimo Juiz Márcio Sampaio, em julgado do E. Tribunal de Alçada Civil. A hipótese não envolve sequer a chamada jurisdição voluntária, atividade administrativa excepcional da função judiciária. Não se trata disso. Nos presentes autos, como no paradigma que menciono, o Juiz da Vara dos Registros Públicos agiu como simples fiscalizador do cumprimento da lei em assunto da administração interna do Cartório. E tanto não exerceu jurisdição, que "sua decisão pode estar sujeita ao controle jurisdicional de uma outra decisão, esta proferida em ação ordinária". Se a tutela invocada fosse jurisdicional, certamente "não admitiria solução do conflito no mesmo grau" (cf. Rev. Tribs. 419/203-204).

Não há novidade alguma no fato dos juízes possuírem funções de caráter puramente administrativo, coisa já observada por Mário Guimarães (cf. "O Juiz e a Função Jurisdicional" 1.^a ed., pág. 276, n.º 170), completando, o Prof. J. Frederico Marques que, na fiscalização da atividade dos Notários e outros Serventuários, o juiz não pratica qualquer atividade de jurisdição voluntária, "porquanto o fim imediato de sua função é verificar o andamento regular da atividade pública que lhe está subordinada hierarquicamente na parte disciplinar" (cf. "Jurisdição Voluntária", ed. 1959, págs. 135/136). Esses conceitos já vieram expressos em acórdão do Plenário do Tribunal de Justiça, no Mandado de Segurança n.º 40.604, relatado pelo Desembargador Moretzsofin de Castro (cf. Desemb. Henrique Machado, "Auxiliares da Justiça", ed. 75, § 107, pág. 300).

O Ministro Rodrigues Alckmin, em voto recente, no Supremo Tribunal Federal, deixou bem nítido que, no exercício do poder correicional, na sua função corretiva do Tabelião de Protesto de Títulos, "a decisão do Juiz é meramente administrativa. A ela não se segue qualquer ação principal, e não se confunde, portanto, com a função jurisdicional do juiz nos processos acatelatórios (cf. Recurso Extraordinário n.º 80.427 - SC", "in" R.T.J., 751249).

Assim, tenho insistido, em casos análogos, na observação de que as decisões administrativas do Juízo dos Registros Públicos não esboçam, muito menos exaurem, a tutela jurisdicional garantida no artigo 153, § 4.º, da Constituição da República, razão pela qual estão sujeitas à crítica do Judiciário, até mesmo em primeira instância. Esboça-se um exemplo prático disso no artigo 204, da Lei n.º 6015/73. Outrossim, deduz-se, para todos os casos semelhantes, uma conclusão necessária, que também já constou de parecer anterior, aprovado por Vossa Excelência: a autoridade administrativa de que se investe a Corregedoria não alcança, fora dos casos expressos em lei, a fiscalização e a tutela de interesses privados, limitando-se ao controle das atividades funcionais subordinadas ao seu poder correicional.

3. Lançadas essas premissas, opino pelo conhecimento do recurso, com base no artigo 246, do Código Judiciário e, no mérito, pelo improvimento. É verdade que alguns julgados, um deles do Supremo Tribunal Federal, registram a alteração de conceitos, na jurisprudência, sobre o protesto de título cambial para fins de requerer a falência do devedor.

Autorizada doutrina, como v.g., a de Miranda Valverde, e J. Eunápio Borges, considera o protesto especial do artigo 10, da Lei Falimentar, apenas para os títulos que não estão subordinados a protesto obrigatório, como, aliás, diz a lei textualmente. Valverde comenta que os títulos de crédito propriamente ditos, subordinados ao regime do protesto comum, escapam à necessidade do protesto especial. O protesto é tirado na conformidade dos preceitos que regulam o título e a sua circulação, servindo para instruir o pedido de falência do devedor (cf. "Comentários" ed. 48, vol. 1, § 91, pág. 109). J. Eunápio Borges acrescenta que o protesto não é feito contra ninguém, destinando-se a documentar a falta de aceite ou de pagamento e que, em face da lei, somente o sacado ou aceitante (ou emitente) deverá ser intimado, figurando no instrumento, necessariamente, os nomes de todos os coobrigados (cf. "Títulos de Crédito", ed. 71, § 144, pág. 111).

Já havia escrito, sobre o avalista, o clássico Tratado de Carvalho de Mendonça: "Para que fique responsável, não há necessidade de protesto especial". (...) "A lei não exige protesto direto e distinto contra o avalista, nem lhe manda dar aviso do protesto". (cf. "Tratado", ed. 34, vol. V, parágrafo 766, pág. 331).

Outro escrito recente, do prol. Orlando Gomes, estribado nas lições de Vampré, Lacerda, Waldemar Ferreira, Muniz Barrete, e outros, também prestigia a doutrina ortodoxa, no sentido de que os títulos cambiais endossados estão sujeitos ao protesto cambial obrigatório que, uma vez tirado, supre o protesto especial da Lei de Falências (cf. "Questões de Direito Civil", ed. 76, pág. 455-467).

Daí os conhecidos enunciados de que o protesto de um título produz efeitos contra todos os signatários e que, para fins de requerer a falência do devedor, o protesto comum supre o especial.

Há julgados, entretanto, estabelecendo, em sentido contrário, que não se pode requerer a falência da avalista sem que ele seja, pessoalmente, intimado do protesto. Assim decidiu a E. Terceira Câmara do Tribunal de Justiça, na Apelação n.º 239.506, de Amparo, em acórdão relatado pelo Desembargador Alves Braga (cf. "Revista de Jurisprudência do TJSP", vol. 35, pág. 85). E o Supremo Tribunal Federal, em acórdão da Segunda Turma, tomado por maioria de votos, decidiu que para requerer a falência do endossante de duplicata não paga pelo sacado, não basta o protesto Cambiário, mas impõe-se o protesto especial do artigo 10, da Lei Falimentar, que caracteriza a impontualidade do devedor regressivo (cf. R.T.J., vol. 71, pág. 146).

Ocorre que esse entendimento é recente e ainda não está definitivamente consagrado, sem embargo da observação de que o aresto da Suprema Corte não é unânime, contendo voto vencido do Ministro Antônio Neder no sentido do sistema tradicional. Defensores deste, aliás, já ofereceram crítica ao que chamam de "doutrina da subjetividade do protesto" (cf. comentários de Nelson Abrão e de Paulo Afonso de Sampaio Amaral, na "Revista de Direito Mercantil" vol. 15, pág. 115, e vol. 18, pág. 94).

Deixei ressalvado que a Corregedoria da Justiça, órgão administrativo, não critica as decisões do Poder Judiciário; ao contrário, submete-se a elas. Uma vez consagrada, em termos definitivos, a tese que aqueles julgados sustentam, será imperiosa a revisão das normas administrativas vigentes, que ora impedem a extração de protesto das obrigações autônomas contidas na cártula, porque a lei se refere ao protesto da letra (artigo 28, do Decreto n.º 2044/1908) ou do título (artigo 10, do Decreto-Lei n.º 7661/45).

Assim, o pedido do recorrente não comporta atendimento, porque o título de fls. 9 já está protestado. Mesmo que não o tenha sido pelo próprio endossador, expressando, como consta, plena ciência do ato (fls. 10), creio demonstrado que a orientação administrativa, fulcrada na jurisprudência predominante, deve ser mantida, "si et in quantum".

É o meu parecer.

São Paulo, 4 de janeiro de 1977.

(ãa) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Proc. 75/76.

Acolho o parecer do Dr. Juiz Auxiliar e nego provimento ao recurso.

O título, de que se trata, foi levado a protesto no prazo legal (Lei n.º 5.474/68, artigo 13, § 4.º).

Documentado, por essa forma, o inadimplemento, o ato não se repete.

Indagar se o protesto foi completo ou incompleto, se vinculou, ou não, para fins falimentares ou meramente obrigacionais, o sacador-endossante, se houve culpa, e de quem, em eventual desvinculamento, assuntos são esses da esfera jurisdicional. O órgão administrativo limita-se à verificação da ausência de suporte legal para o propósito de lavar-se novo protesto de título já protestado.

São Paulo, 12 de janeiro de 1977.

(ãa) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça

PROCESSO CG N.º 96/76

Senhor Corregedor Geral da Justiça:

1. Trata-se de recurso interposto por UNIÃO SÃO PAULO S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, objetivando a reforma da decisão de fls. 21, do MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Salto, que rejeitou reclamação da recorrente, versando sobre a cobrança de custas

e emolumentos devidos pelo registro de cédula de crédito industrial de sua emissão. Vê-se pela leitura da inicial que, em síntese, a recorrente pretende ter havido excesso na cobrança da importância de Cr\$ 192,20, por aplicação da Tabela 11, inciso V, letra b, do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado, por entender que, em face das disposições constantes da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, a qual descaracterizou o salário-mínimo como fator de correção, o máximo devido deveria levar em conta o valor de referência, reduzindo a importância cobrada para Cr\$ 159,58. Argumenta, também, que além da despesa acima nenhuma outra seria devida, porque a cédula industrial só estaria sujeita aos emolumentos referidos no artigo 34, § 1.º do Decreto-lei n.º 413, conforme, aliás, dispõe a letra b, do inciso V, da Tabela já referida.

Manifestando-se sobre a pretensão da recorrente, o Oficial do Registro de Imóveis esclareceu que a cobrança se fizera de conformidade com a orientação desta Corregedoria dispondo, após o advento da Lei n.º 6.015/73, que o registro da cédula no Livro 3, não dispensa o registro da hipoteca cedular. Por outro lado, enfatizou que a cobrança da importância de Cr\$ 192,20, guardava conformidade com a disposição regimental (Tabela 11, V, letra b), enquanto que a exigência da cobrança de Cr\$ 8.267,20, obedecera o disposto na mesma Tabela, inciso I, adequando-se à autorização contida no artigo 14, da Lei dos Registros Públicos, afinando-se, ademais, com a letra clara do artigo 290, § 3.º do aludido diploma legal (fls. 15/16). Opinou o Dr. Curador às fls. 19/20, pelo acerto da cobrança, e nesse sentido sobreveio a sentença (fls. 21).

Tempestivamente, apelou a firma interessada, sendo o recurso respondido pelo Dr. Promotor de Justiça (fls. 30).

2. Com esse breve relatório, passamos a opinar.

Embora o processo tenha-se desenvolvido sob a forma de dúvida, constitui ele na verdade, reclamação, amoldando-se, perfeitamente, à previsão do artigo 13, do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado, baixado com o Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, sendo, correta, portanto, a remessa dos autos a essa E. Corregedoria, na forma do § 2.0, do aludido dispositivo legal.

3. Feito esse reparo, destaque-se, desde logo, que o recurso merece provimento quando vê excesso de cobrança por aplicação do disposto na Tabela 11, inciso V, letra b, do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975.

É que, realmente, em face da Lei Federal n.º 6.205, de 29 de abril de 1975 (Lex, 1975, pág. 215) - aplicável no âmbito da legislação estadual, por força do disposto no artigo 1.º, da Lei n.º 994, de 25 de maio de 1976, cuja xerocópia se vê às fls. 29 - a expressão salário-mínimo referida na letra b, do inciso V, da Tabela 10, do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado, repetindo, aliás, o disposto no artigo 34, § 1.º, do Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969 (Lex - 1969 - págs. 21/32), deve ser substituída pelos valores de referência fixados pelo Decreto n.º 77.511, de 29 de abril de 1976 (Lex - 1976 - pág. 343).

Assim, tomando-se em conta o aludido valor de referência, que é de Cr\$ 638,30, para nossa região, teremos que os emolumentos devidos não poderiam exceder de Cr\$ 159,58, como quer o recorrente.

Evidentemente, a aplicação da Lei n.º 6.205, não pode ser afastada, no caso, porque a Lei Estadual n.º 994, foi expressa ao determinar a aplicação de seu sistema à legislação do Estado e a Lei Federal citada foi expressa na enumeração das exceções que comportava, nelas não se compreendendo custas e emolumentos.

Por sinal, o artigo 1.º, do aludido diploma legal, foi bem claro ao dispor que os valores monetários fixados "com base no salário-mínimo, não serão considerados para quaisquer fins de direito", sendo certo, por outro lado, que o artigo 2.º, do Decreto n.º 75.704, de 8 de maio de 1975 (Lex - 1975 - pág. 277), com igual clareza, estabeleceu que o coeficiente de atualização monetária seria aplicável inclusive "às penas pecuniárias previstas em Lei e aos valores mínimos estabelecidos para alçada e recurso para os Tribunais".

Também não se pode invocar um eventual caráter tributário nas custas ou emolumentos, para que se coloque as normas do regimento fora do alcance da Lei que descaracterizou o salário-mínimo, instituindo o chamado salário de referência.

De fato, como acentua Hely Lopes Meirelles, na exposição de motivos que acompanhou o Projeto do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado à consideração do Senhor Governador, o Código Judiciário do Estado "inovou fundamentalmente o sistema de custas, despesas judiciais e extrajudiciais (artigos 252 e 260), caracterizando todas elas como preços e estabelecendo o seu

"quantum" global, em proporção ao valor da causa, ou segundo a natureza do feito, ou a espécie de recurso ou do ato, fixado em tabelas aprovadas por decreto."

Por sinal, o caráter de preços, que a exposição de motivos reconhece ter o Código Judiciário atribuído às custas e despesas judiciais não é negado também pela doutrina, conforme se vê em Bernardo Ribeiro de Moraes (A Taxa no Sistema Tributário Brasileiro págs. 62 e 63).

Não se pode, assim, reclamar para alteração de disposições do Regimento de Custas e Emolumentos, lei especial de caráter tributário, pois, os preços públicos não se incluem dentre os tributos do nosso sistema (cf. Código Tributário Nacional - Lei n.º 5.172/66, artigo 5.º).

Nessa parte, portanto, assiste razão ao recorrente.

4. O recurso, porém, não merece agasalho quando pretende ser indevida a cobrança da importância de

Cr\$ 8.267,20, feita com base na Tabela 11, inciso I, do Regimento de Custas.

Com efeito, a cobrança aqui se fez de conformidade com a orientação desta Corregedoria.

Tem inteira aplicação na espécie, favorecendo o entendimento do Oficial do Registro de Imóveis, a lição lançada por Vossa Excelência ao negar provimento ao Recurso n.º CG 31/76:

"A Lei n.º 6.015/76, que regulamentou o Registro de Imóveis, ampliou o processo: o registro das cédulas, no Livro 3, não dispensa o registro da hipoteca cedular (art. 178, II)."

Assim, sob o domínio da nova Lei, com a apresentação da cédula, dois registros tornam-se obrigatórios: primeiro, aquele que é feito no livro auxiliar n.º 3 e, em segundo lugar, aquele que se procede no livro auxiliar n.º 2, relativo à hipoteca cedular, antecedido da abertura da respectiva matrícula do imóvel.

Pelo ato da matrícula nada pode ser cobrado, pois, inexistente previsão legal para tanto.

O registro da cédula de crédito industrial, feito no livro n.º 3, deve ser cobrado na forma indicada na Tabela

n.º 11, V, b, do Regimento de Custas e Emolumentos.

A hipoteca, que demanda registro diferente, em face do novo sistema legal, fica sujeita ao referido no inciso I, da Tabela 11, do aludido regimento.

O engano do recorrente está em supor que a hipoteca, tal qual o registro da cédula fica isenta de cobrança, pois, tal isenção só pode alcançar os atos decorrentes de financiamento rural, na forma do artigo 290, da Lei n.º 6.015, de 21 de dezembro de 1973, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975.

A nova Lei dos Registros Públicos de forma muito clara dispõe em seu artigo 14, que os Oficiais, a título de remuneração pelos atos que praticaram em decorrência desta Lei, terão direito aos emolumentos fixados, nos Regimentos de Custas do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios.

Ora, se o Regimento de Custas do Estado não cuidou de isentar o registro da hipoteca cedular, decorrente de financiamentos industriais e se, por outro lado, a Lei dos Registros Públicos também não impôs uma forma especial de cobrança a tais financiamentos, segue-se que o ato do Oficial se ateve à legislação vigente, não merecendo qualquer censura.

5. Ante o exposto, o parecer que, respeitosamente, submetemos à apreciação de Vossa Excelência, conclui pela redução, apenas, das custas cobradas de conformidade com a Tabela 11, inciso V, letra b, para fixá-la na quantia de

Cr\$ 159,58, equivalente a um quarto do salário de referência, tudo na forma atrás indicada, mantendo-se quanto ao mais, a decisão recorrida.

São Paulo, 26 de janeiro de 1977.

a) Antônio Joaquim de Oliveira, Juiz de Direito Auxiliar Aprovo o parecer, dando provimento, em parte, ao recurso. Devolvam-se os autos.

São Paulo, 31 de janeiro de 1977.

a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça

Ação declaratória n.º 946/73

Cio. Melhoramentos e Urbanização Kiaja Fazenda do Estado e Outros

Vistas, etc.

A Companhia Melhoramentos e Urbanização Kiaja sediada no Rio de Janeiro, na qualidade de sucessora cessionária do Banco Evolucionista do Brasil, move a presente ação declaratória

contra o Estado de São Paulo e os Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis das 1.^a, 3.^a, 6.^a, 7.^a, 9.^a, 11.^a, 12.^a e 15.^a Circunscrições Imobiliárias, objetivando decisão, através da qual fique definitivamente declarada a certeza do não exaurimento do título de propriedade do Banco Evolucionista, com a declaração do saldo remanescente exato apurado no curso da ação, devendo proceder-se à averbação da decisão à margem da Transcrição n.º 9.095, restaurando-se a ordem jurídica, de modo a que nem os réus, nem terceiros, jamais possam alegar dito exaurimento.

Assim proposta a ação, esclarece a inicial que a autora é parte legítima para propor esta ação declaratória, uma vez que o Estado de São Paulo e os Oficiais vêm alegando, há anos, em Juízo e fora dele que o título de propriedade do ex-Banco Evolucionista do Brasil está completamente exaurido, por excesso de vendas, já que a Transcrição n.º 9.095 está indisponível.

Diante de tais alegações, coisa não resta que esclarecer de vez a matéria, a fim de que os negócios da autora não sofram prejuízos.

Mas, salienta a autora, o título de propriedade não está exaurido, como pretendem os réus, tanto que em outro processo, o único perito que ofertou laudo, esclareceu da existência de um saldo de 71.997.805,47 m². Como se isso não bastasse, a própria Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado, através do processo interno n.º 23.793 também concluiu pela existência de saldo remanescente.

Ademais, acrescenta a inicial, a decisão proferida pelo Colorido Supremo Tribunal Federal em processo de dúvida em que era interessado Domingos da Costa, não produz coisa julgada em relação ao esgotamento ou não do título de propriedade da autora, isto porque a decisão foi proferida em processo de jurisdição voluntária. E, sendo assim, não produz coisa julgada, de acordo com farto material doutrinário e jurisprudencial que traz à colação.

Por outro lado, em recente decisão proferida pela Vara dos Registros Públicos, anulou-se a inscrição n.º 5.208, por causa de não pagamento do preço combinado, do que resultou um retorno de terras em benefício do título cuja declaração de validade e não esgotamento se pretende. Da mesma forma a decisão proferida serve de argumento da inoccorrência de coisa julgada, porque, caso esta existisse, não poderia a Justiça novamente se pronunciar sobre o assunto. No entanto, surgiu um fato novo e sobre este houve pronunciamento. Daí concluir a autora que não há se falar em coisa julgada.

Por fim, pretende a suplicante que os réus sejam havidos como responsáveis pelas alegações gratuitas que lançam em processos, pelo que deverão responder solidariamente por culpa indireta, nos termos do artigo 15 do Código Civil e 105 da Constituição Federal.

Daí a presente ação, através da qual se objetiva a declaração do não exaurimento da transcrição n.º 9.095, bem como da determinação do saldo remanescente e que a decisão fique transcrita no Registro de Imóveis, para evitar posteriores alegações de qualquer pessoa de esgotamento do título.

A inicial vem instruída com os documentos de fls. 34/108.

Regularmente citados (fls. 144/146), os Oficiais contestaram a ação (fls. 148/175). Aduzem, preliminarmente, que a autora não provou, suficientemente, ser sucessora do Banco Evolucionista. Ainda preliminarmente, sustentam ser ela carecedora da ação, uma vez que a declaratória é inábil ao fim pretendido. Isto porque o pretendido pela suplicante é uma declaração de que não alienou todas as terras objeto da transcrição n.º 9.095, do 1.º Cartório do Registro de Imóveis, com delineamento do saldo remanescente. Ora, dizem os réus, não há qualquer relação jurídica entre a autora e os réus a ser declarada. Por outro lado, não podem ser objeto de ação declaratória os fatos. Trazem à colação material doutrinário e jurisprudencial. Propugnam, como prejudicial, a decretação da carência de ação.

No mérito, esclarecem os réus que a questão já foi suficientemente examinada através de inúmeros outros acórdãos sempre se tendo decidido pelo esgotamento do título da autora. Pelo que se vê, o que pretende a autora, dizem os réus, é obter a rescisão de diversas sentenças, como também de arrestos do Egrégio Conselho Superior da Magistratura e também do Colendo Supremo Tribunal Federal.

Sustentam, por fim, inexistir qualquer má-fé dos cartórios que suscitaram as dúvidas, já que exercem, com exaço, suas funções.

Ao final, pleiteiam a declaração da carência de ação, pelo acolhimento da preliminar e, no mérito, pelo reconhecimento de sua improcedência.

A contestação vem instruída com os documentos de fls. 178/234.

Apresentou a Fazenda do Estado sua defesa (fls. 238/250. Alega, preliminarmente, a

inviabilidade da ação declaratória, para o fim pretendido, trazendo aos autos a lição dos doutos e o ensinamento da jurisprudência. Ainda preliminarmente, sustenta a carência de ação, pelo fato de se chegar a um fim imoral e ilícito através da presente demanda. Acontece, também a título de preliminar, que o Banco Evolucionista promoverá ação contra o Estado, a fim de obter a divisão das áreas, tendo sido julgado dela carecedor, por ilegitimidade de parte. Destarte, dois pontos ficaram irrecorridos, ante a não interposição de qualquer recurso: excluir tudo quanto estiver no domínio e posse de terceiros, a qualquer título, para a final individualizar o remanescente e, após isso, verificar se será possível dividir com o Estado. Tal decisão operou trânsito em julgado e não pode ser abalada por qualquer sentença posterior.

No mérito, afirma já ter a autora esgotado seu título, não havendo mais área disponível, pelo que pretende a decretação da improcedência da ação.

Sobre a contestação dos Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis manifestou-se a autora (fls. 253/313), refutando a preliminar argüida, pelo fato de que não se pretender a declaração de simples fato, mas de fato jurídico, que surge para o campo do direito, tecendo relações jurídicas entre as partes. Objetiva, pondera, a eliminação de um estado de incerteza e, nos termos de um julgado do Tribunal de Justiça do Paraná "há situações de fato em que a incerteza só pode ser desfeita pela ação declaratória". Após repetir alegações constantes da inicial e fazer cálculo contábil da área remanescente (fls. 266/267) conclui pela admissibilidade da ação declaratória e, no mérito, continua a propugnar pela procedência da ação, não sem antes refutar as alegações tendenciosas que recaíram sobre o seu diretor, esclarecendo que em todos os inquéritos que foi indiciado, foram eles arquivados ou tiveram julgada extinta a punibilidade.

A impugnação vem instruída com os documentos de fls. 314/412.

Ofereceu, também, a autora a manifestação de fls. 414/464, através da qual refuta as alegações constantes da contestação da Fazenda, reiterando os mesmos argumentos de sua fala anterior, pelo que se dispensa de resumi-los.

A impugnação vem acompanhada dos documentos de fls. 465/510.

Sobre os documentos oferecidos com as impugnações, manifestaram-se os réus (fls. 512/516).

Determinado que as partes se manifestassem sobre as provas que pretendessem produzir, a autora solicitou fossem requisitadas certidões dos Cartórios apontados na inicial, para sobre elas incidir perícia contábil, no tocante à metragem da área, pedidos esses que foram impugnados pelos réus (fls. 523/524).

Trouxeram os réus aos autos os documentos de fls. 527 e 530/589 e 593/594.

Determinado que fosse esclarecido o objeto da realização da prova pericial (fls. 590/590 v.º), ofereceu a autora os esclarecimentos de fls. 596/602, insistindo em seu deferimento e juntando o documento de fls. 603/604.

Reiterando alegações já formuladas, a autora insistiu no deferimento da realização da prova pericial (fls. 609/618).

Foi a prova pericial indeferida (fls. 619 v.º), facultando-se às partes que oferecessem razões finais em dez dias.

Trouxe a Fazenda do Estado aos autos o documento de fls. 622/628.

Interpôs a autora, diante do indeferimento da realização da prova pericial, o competente agravo de instrumento, que solicitou ficasse retido nos autos, Determinou-se, no entanto, a formação de instrumento, pelo que o agravo vem em apenso a estes autos.

Ofereceu a autora, através de sua petição de fls. 630/635, os documentos de fls. 636/758, solicitando que, ao invés da prova pericial, fossem os autos ter ao contador a fim de que este procedesse a soma das alienações certificadas, ratificando ou retificando as conclusões do laudo pericial (documento de fls. 8).

Manifestaram-se os réus (fls. 760/761) em alegações finais, ratificando seus anteriores pronunciamentos, e solicitando o julgamento antecipado da lide, com a extinção do processo. É o relatório. Decido.

Cabe-me decidir, desde logo, a causa, no saneador, por força do disposto no artigo 329 do Código de Processo Civil. É que, ocorrendo qualquer das causas previstas nos artigos 267 e 269, o juiz declarará extinto o processo. Como me parece que se encontra presente um de tais casos ventilados nos artigos citados, ocorre a hipótese de extinção do processo, nesta oportunidade. O agravo de instrumento retido que se acha em apenso não merece provimento, nem acolhimento, neste momento processual. Primeiro, ante a conclusão a que se chegou, de que a ação é inviável ao fim a que se destina. Segundo, porque a perícia contábil se me afigura inábil para o deslinde da matéria. Caso fosse de se realizar prova pericial, seria ela de engenharia (ou

de agrimensura) combinada com exame técnico das certidões extraídas dos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Daí porque entendo deva ser mantido o respeitável despacho agravado.

A perícia de simples somatória é de todo inadequada para a solução do dimensionamento da área, mesmo porque pode ela existir somente no título, sem a correspondente base territorial em que se assente.

Mantém-se, pois, o respeitável despacho que indeferiu a realização de tal prova.

No que toca à preliminar argüida de ilegitimidade de parte, por falta de prova suficiente da sucessão, hei-a por rejeitada. Tendo sido o Banco Evolucionista fundado em 1891, por ata arquivada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob n.º 1.705, sofreu a modificação de 1921, entrando em liquidação em 1947. Por Assembléia Geral, ficou estabelecida a mudança de sua denominação social para "Companhia Melhoramentos e Urbanização Kiaja", sendo certo que houve a averbação da mudança de denominação junto à transcrição n.º 9.095, no Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição (documento n.º 2 que acompanha a inicial).

Tenho, entretanto, que caso é de se acolher a inicial que diz respeito à impropriedade de ação. Trata-se de ação declaratória, através da qual se visa a obtenção de manifestação judicial, onde conste que a transcrição n.º 9.095 não está esgotada e, por via de consequência, que se declare o saldo remanescente, com a necessária averbação do que aqui ficar decidido, no Cartório de Registro de Imóveis.

Argumenta a autora que sendo sucessora do Banco Evolucionista e tendo este obtido do Governo a concessão de venda de 25.000 hectares ou de 250.000.000 de metros quadrados e, como perdera para o Estado de São Paulo metade de tal área e tendo procedido à venda de parte dela, restar-lhe-ia um saldo de 71.997.805.47, ainda disponível, saldo este que vem sendo objeto de impugnação por parte dos réus em diversos processos.

Esse o objetivo da ação.

Objetam os réus que existiria coisa julgada em seu benefício, já declarada através de diversas decisões de primeiro grau, além de acórdãos do Egrégio Conselho Superior da Magistratura e, também, do Colendo Supremo Tribunal Federal.

Em contrapartida, a autora esclarece que o procedimento de dúvida é de jurisdição graciosa e, portanto, a decisão ali proferida não faz coisa julgada.

O que se objetiva, pois, é obter uma decisão que elimine o estado de incerteza, com relação ao esgotamento ou não do título da autora, declarando-se o saldo remanescente das terras e procedendo-se à averbação da decisão, para possibilitar à outra que continue alienando suas terras.

Tenho que a ação, como proposta, não merece apreciação em seu merecimento, sendo de se acolher a preliminar argüida nas contestações, no sentido da inadmissibilidade do remédio jurídico processual escolhido para a solução da controvérsia.

Além de a pessoa possuir o interesse jurídico necessário é que o remédio processual escolhido se encarte no pretendido direito material e seja hábil à solução do conflito. Assim, toda pretensão deve se ajustar ao meio posto à disposição do interessado na solução do litígio. Existem diversos tipos de ação. Pontes de Miranda, analisando os diversos meios de formação e pedidos, formula sua classificação a fls. 141 do seu tomo I de seus novos "Comentários ao Código de Processo Civil". Pelo Código atual, eliminadas sutilezas de ordem doutrinária, pode-se dizer que existem pretensões meramente declarativas (as chamadas por CHJOVENDA de "azione d'accertamento") através das quais se visa, precisamente, a evitar a violação do direito, afirmá-lo, defini-lo, de forma a adquirir a estabilidade que se faz mister aos interesses sociais, notadamente os de ordem econômica. As executivas, caracterizadas pela antecipação da executividade, possuindo procedimento específico para satisfação dos ditos direitos líquidos e certos, taxativamente estabelecidos em lei (títulos judiciais e extrajudiciais). As cautelares (preparatórias ou incidentais) que objetivara resguardar o interessado da mora ou do retardo da solução da matéria principal. E, por fim, as condenatórias, através da qual se busca, não apenas a declaração de rim direito, mas também a obtenção do título executório, ou a sanção imposta à não subordinação da pretensão, através da qual se forma a lide.

Eliminando, desde logo, qualquer análise de outras ações, limitar-nos-emos ao estudo da ação declaratória, assim como proposta e que nos interessa para a composição do litígio deduzido em Juízo.

A ação declaratória já era conhecida da Roma antiga, conforme nos dá notícia CHJOVENDA ("Instituições de Direito Processual Civil", vol. 1, pág. 211, ed. Saraiva). Depois de sofrer o influxo

dos tempos, discutiu-se, ainda que não expressamente prevista em texto de lei, poderia ela ser reconhecida, como integrante do direito positivo processual e se poderia ser utilizada como ação autônoma. Esclarecem os autores que ela deflui da própria consciência jurídica nacional e está inserta na processualística. Ainda que não prevista expressamente, ela promana de todo um sistema. Já o próprio autor acima citado diz que "certo non esiste una norma "expressa" che arrunetta questa mezzo, e forse per escludere ogni questione sarebbe benche esistesse; ma essa non é necessária" ("Dir. Proc. Civil", parte I, pág. 7.111). No mesmo sentido leciona BELEZA DOS SANTOS, ao dizer que "sendo a ação de pura declaração, em certos casos, um meio indispensável e bastante de defesa, a lei do processo não poderia negá-la, sem comprometer a tutela do direito que se propôs assegurar. O simples fato do sistema processual ter como fim a ampla proteção dos direitos que a lei civil reconhece como consequência necessária a admissibilidade destas ações. O silêncio da lei deve, portanto, interpretar-se no sentido de sua permissão" ("A Simulação em Direito Civil", vol. 2, pág. 14).

Portanto, a ação "dichiarativa" está entre nós. O novo Código de Processo Civil estabelece a possibilidade da ação declaratória no artigo 4.º, prescrevendo que "o interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência ou da inexistência de relação jurídica; II - da autenticidade ou falsidade de documento". E, por seu turno, o parágrafo único do mesmo artigo veio a apaziguar velha pendência, esclarecendo da possibilidade da interposição da ação declaratória, "ainda que tenha ocorrido a violação do direito".

Destarte, ante a clareza do texto legal, dúvida não há em se admitir a ação declaratória, como solução ao reconhecimento ou não reconhecimento de uma "relação jurídica".

Afasta-se, de plano, qualquer discussão sobre o inciso II do artigo 4.º, já que este cuida de ação típica e que diz respeito a simples fato.

Para bem se aproximar do conceito emitido pela norma, necessário indagar-se sobre o conteúdo da expressão "relação jurídica".

É óbvio que todo direito pressupõe uma relação entre duas pessoas, ou entre pessoas e coisas, por aplicação do sentido dado à relação jurídica por SAVIGNY (BORCHARD, "declaratory judgements", págs. 102 e 213). Mas, nem todas relações dizem respeito ao âmbito legal, já que problemas como a moral, a religião, etc., não entram para o campo do direito. Quando, no entanto, uma relação entre homens é regulada pela vontade da lei, qualificar-se-á de "relação jurídica". O conceito da expressão é mais amplo que o de direito subjetivo. Mas, tais relações podem existir não apenas entre pessoas, como também em relação ao Estado. Neste caso, no entanto, apenas pode fazer valer sua vontade contra o Estado, quando exista um interesse pessoal, direto, imediato.

Ora, no caso dos autos, a relação que se pretende estabelecer é entre uma pessoa e entre os Oficiais dos Cartórios de Registros de Imóveis, em virtude de estarem estes opondo obstáculos às vendas realizadas pela autora, por causa de seu título de propriedade. Segundo os réus, tal título estaria já esgotado e, portanto, inutilizado. Tenho que não existe qualquer relação jurídica entre autora e réus. O que aquela pretende é que se declare que ela não alienou todas as terras objeto da transcrição n.º 9.095 do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

Positivamente, tal matéria não pode ser objeto de declaração. Senão, vejamos.

Distinguem-se as ações declaratórias das condenatórias. Isto porque, enquanto que nas primeiras o autor só visa obter acerto de relação jurídica, nas condenatórias procura conseguir a condenação do réu, para contra ele executar a sentença. As declaratórias têm como única função dar certeza jurídica pelo caso julgado, sobre a existência ou inexistência de relação de direito, concreta, que interessa imediatamente à parte. As outras, ao contrário, encerram dupla função: estabelecer a certeza jurídica e condenar alguém a cumprir a sentença, mediante execução forçada, se preciso for. As declaratórias não trazem em si o elemento de execução, as condenatórias, pela sua própria razão de ser, constituem título para tanto.

Em regra, escreve O. A. BANDEIRA DE MELLO, em notável arrazoado constante da "Revista dos Tribunais", vol. 155/191, a admissibilidade das declaratórias subordina-se ao concurso dos seguintes requisitos: "1.º) que exista incerteza objetiva quanto à existência ou inexistência da relação jurídica, porque a declaratória se destina a fazer desaparecer tal incerteza, pelo efeito da coisa julgada; 2.º) que, dada a situação de incerteza, sem a sua eliminação, pela sentença declaratória e, conseqüentemente, efeito de coisa julgada, o autor viria a sofrer certo dano; 3.º) que a sentença declaratória, passada em julgado, seja apta e bastante, por si mesma, para eliminar a incerteza e impedir o dano, independente de qualquer outro procedimento judicial".

Do mesmo sentir são GUILHERME ESTELITA, "Da Ação Declaratória no Direito Brasileiro", pags. 9-

27, ed. 1933; TORQUATO CASTRO, "Ação Declaratória", págs. 9-27, ed. 1942; MICHEL MAYNARD, "Les Jugements Déclaratoires", págs. 1-7 e 76-116, ed. 1922).

Ora, os requisitos apontados pelo ilustre jurista em suas razões, não se acham presentes na hipótese deduzida em Juízo, o que implica em não se reconhecer da viabilidade da ação declaratória, com fim de eliminar o litígio apontado na inicial. É que não existe relação jurídica a ser declarada. Haveria, caso se pretendesse uma declaração sobre a força ou validade do título. No entanto, não se pode admitir é que se pretenda dirimir o litígio através da declaratória, quando se pretende adequar ou equacionar o título sobre uma base física.

O título como tal, representa o direito de propriedade. Se este é impugnado, pelo Serventuário competente e sua validade ou força é contestada, imputando-lhe qualquer vício ou nulidade, possível seria o acerto de tal dúvida, através do veículo processual escolhido. Mas, se se pretende colocar tal título dentro de uma base física, incidente sobre território indeterminado, não se o pode aceitar. Aí, afirmar-se-ia simples questão de fato, sem qualquer relação de direito, já que o título teria validade por si só, independente de seu enquadramento no mundo físico. Seria mera abstração.

Os fatos, pois, não podem ser objeto de ação declarativa. É que estes, "ainda que juridicamente relevantes, não podem ser objeto de ação declaratória" ("Rev. dos Tribs.", vol. 1711684; Pontes de Miranda, "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. 1, pág. 172; Chiovenda, "Instituições de Direito Processual Civil", vol. 1/324). No mesmo sentido ainda já se decidiu que "é descabida a via declaratória seja para a declaração da existência jurídica de fatos, seja para a produção de provas que interessem à defesa representada em outra demanda. A ação declaratória destina-se a aclarar direitos, definindo-os de modo a prevenir litígios" (Rev. dos Tribs.", vol. 414/136, rel. Des. Carmo Pinto). Veja-se, ainda, o mesmo repertório, vols. 382/185 e 185/397.

Manifestação sobre o não exaurimento importa em análise de simples fatos, sem qualquer ressonância no mundo jurídico.

Ainda que se entenda admissível a ação proposta, com a finalidade de dirimir dúvida sobre o domínio "Rev. dos Tribs.", vols. 1821269, 169/127; "Rev. Trim. de Jur.", vol. 59/10, rel. Min. Antarl. Santos), a verdade é que, como já se disse, apenas é ela admissível, quando não se pergunta a respeito da dimensão territorial. sobre que incidiria o respectivo título. No caso, o assunto é diferente. Pretende-se obter um preceito que estabeleça uma relação fática sobre o montante da terra recebida em concessão para a alienação, a quantidade de terras já alienadas e o remanescente que permaneceria em poder ou no domínio da autora, para que ela dele possa dispor.

Além de tal matéria escapar a seu âmbito, a relação jurídica (que se pretende estabelecer) inexistente. Isto porque "a relação jurídica de que cogita a declaratória é, segundo o conceito de Del Vecchio, citado por Alfredo Buzaid ("Ação Declaratória no Direito Brasileiro", pág. 110), um vínculo entre várias pessoas em razão do qual, uma delas pode pretender algo a que a outra está obrigada" ("Rev. dos Tribs.", vol. 279/542).

Ainda aqui peca o meio procedimental escolhido. Inexiste relação de direito material entre a autora e os réus. O Estado e seus funcionários dos Cartórios de Imóveis, apenas autenticam os atos de documentação imobiliária. Apenas atestam os fatos e atos jurídicos ocorridos, dos quais estão e são alheios. Limitam-se a exercer função notarial, autenticando a vontade das partes convenientes e estabelecendo, através de processos específicos, a filiação dos títulos, para o efeito de evitar, exatamente, futuros litígios no que tange à propriedade das terras situadas dentro do Estado. Não agem os Oficiais, pois, como partes interessadas nas relações estabelecidas, seja entre particulares, ou entre estes e o Estado. Mas, simplesmente documentam e dão força de validade aos atos sujeitos a sua esfera territorial.

Daí o motivo por que os Oficiais, no exercício de suas atribuições, podem suscitar as dúvidas notariais, que serão decididas, em segundo grau, pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura. E que a eles nada cabe decidir ou rejeitar. Os documentos que lhes são apresentados, ou são autênticos e estão em ordem e, portanto, não podem sofrer qualquer objeção, ou não estão regulares, devendo o órgão competente ser chamado a dirimir a controvérsia que se estabelece, com a suscitação da dúvida perante o juízo competente. Este é quem dirá, naquele caso concreto e específico, se cabe ou não a transcrição do título que se pretende. Eis por que o Oficial do Registro de Imóveis não pode ser parte na presente ação, nem existe no pertinente à autora qualquer relação jurídica a ser dirimida, via declaratória.

Assim é que, se afirma da robustez de direitos sobre determinada área, a prova é simplesmente documental, se se entende haver confusão de divisas, o meio seria a demarcatória; se a dúvida

decorre da comunhão, o veículo certo seria a divisória; se a dúvida é de apossamento, teria cabimento a ação reivindicatória; nos casos de ameaça ou turbação, existem os interditos. Mas, o que a autora pretende é coisa de maior âmbito. Visa a afastar toda e qualquer discussão sobre a área. Aliás, esta é por demais controvertida e necessitaria de maiores indagações, exatamente no plano fático. Tanto assim é que o Banco Evolucionista já teve inúmeras ações propostas seja como autor seja como réu, e nelas, ora foi vencedor, ora vencido.

No entanto, necessário, ainda, para poder vingar a presente ação, que existisse um vínculo tal "em virtude do qual uma delas (pessoas) pretenda qualquer coisa a que a outra lhe esteja obrigada" ("Rev. estão obrigados. Limitam-se a cumprir seus misteres para os quais For.", vol. 84169). Ora, os Oficiais do Registro de Imóveis a nada foram designados e devem, dentro de suas atribuições específicas, suscitar, quando necessário, as dúvidas para que sofram a necessária dirimência pelo órgão julgador competente.

Não se pode, portanto, obrigá-los a, de uma vez por todas, não mais suscitar qualquer dúvida. Seria indevida intromissão na vida íntima dos Cartórios e cerce inusitado no direito, quiçá obrigação ou dever da exposição da dúvida.

Demais, com o acolhimento da pretensão, outorgar-se-ia a autora um título que, talvez ela não tenha. É que, de nada adianta declarar seus direitos sobre uma determinada quantidade de terras, se estas não existem, ou não estão de acordo com a importância mencionada nos próprios títulos. Eis por que seria uma temeridade a declaração que se pretende, entendendo-se da inviabilidade da ação declaratória, já que necessário seria fazer apuração pericial, com levantamento topográfico para, com base no título de propriedade, fazer assentar a área correspondente em metragem.

Seria absurdo declarar tal pretensão.

Por outro lado, apenas para se atentar a outro detalhe, comprovando a inadequação do veículo escolhido, basta se atentar ao fato de a ação declaratória "sempre produz coisa julgada; a coisa julgada é de eficácia só entre partes" (Pontes de Miranda, "Comentários; ao Código de Processo Civil", vol. 1/ 177). E, se assim é, a nada estariam obrigados os proprietários ou posseiros dos terrenos lindeiros ao de possível propriedade da autora. Diante da coisa julgada, declarando-se como se pretende, o domínio da autora a um saldo de 71.997.805, 47 m² o efeito da coisa julgada estender-se-ia a todos os terrenos limítrofes, sem que seus proprietários pudessem arguir qualquer vício no título, uma vez que o direito já fora declarado. Mas, está evidente que quem não é parte não pode ser prejudicado pela decisão, que é "res inter alios". Daí o motivo de o artigo 472 do Código de Processo Civil estabelecer que "a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros".

Ora, os terceiros, alheios à presente demanda a nada estariam obrigados.. E o objetivo da autora é que também terceiros, "jamais possam alegar dito exaurimento" (fls. 31). E como se fazer respeitar a decisão, se se declara um direito a um saldo de área, sem a respectiva base física em que assente o título correlato?

Não se discute, no caso e tal matéria deve desde logo ser afastada, a alegada coisa julgada em relação às decisões trazidas aos autos. A matéria é apenas secundária e está evidente, não apenas pelas lições doutrinárias (Pontes de Miranda, "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. IV, pág. 288; Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", vol. 11, págs. 363 e verso) trazidas à colação, como também pela jurisprudência apresentada, que a decisão proferida em processo de jurisdição voluntária ou graciosa não faz coisa julgada.

O que importa, verdadeira análise é, exatamente a matéria, tal como enfocada. Não resiste ela às questões oferecidas e desenvolvidas no curso da decisão. Afirma-se pois, inexistir relação jurídica entre as partes e a ser dirimida através de ação declaratória. Inexiste simples questão de direito a ser deslindada, caindo a controvérsia para o terreno dos fatos e estes, como se viu, não podem ser objeto de ação declarativa.

Aliás, manifestando-se sobre o assunto já entendeu Celso Agrícola Barbi que a matéria debatida oferece aspectos difíceis, pois não há dúvida de que o direito de propriedade vale erga omnes, podendo "levar o juiz menos avisado a conceder na sentença declarações tais que a parte pretenda ver aí o seu verdadeiro título de domínio. Mas, bem colocadas as questões, deve-se notar desde logo que a ação declaratória como qualquer outra, não cria nenhum direito de propriedade imóvel. A aquisição desta tem sua forma prescrita no Código Civil, e o que a sentença vem declarar será apenas se entre os dois contendores a propriedade já é de um ou de outro, em virtude de sua aquisição feita anteriormente na forma da lei civil" ("A ação declaratória no Processo Civil Brasileiro", pág. 90).

Vê-se, pois, que, em questão dominial, apenas é lícito discutir a força do título aquisitivo; jamais assentá-lo em base física. E, o reconhecimento do vínculo importaria em sujeição da área de terras à força de propriedade do título. Tal decisão desvirtuaria o conceito da ação declaratória, que se limita a eliminar o estado de incerteza em relação ao próprio título; nunca criar a propriedade incidente no mundo fático sobre que recai esse título.

Tal como não se poderia declarar se tal ou qual quantidade de mercadoria está ou não sujeita ao pagamento de certo tributo, a área de terras igualmente não pode ser objeto de declaração, porque recairia na análise de simples fatos. Pode-se pretender o acertamento de uma relação fiscal ou tributária, obtendo-se manifestação judicial de que tal fato (jurídico) ou tal operação está imune ou isenta de exigência tributária, por existência de lei que o diga. No entanto, não se pode pretender declaração sobre se as mercadorias mantidas em estoque (mercadorias indefinidas) estão ou não sujeitas ao pagamento de determinado tributo. Isto porque importaria em desviar a análise ou o conceito da ação declarativa para o âmbito de simples relação de fato, inadmissível se tornando o deslinde do problema mediante simples "azione d'accertamento". Do mesmo modo, pode-se perquirir, através de tal via processual se o título de Propriedade da autora é ou não válido, se foi concedido regularmente, etc. Mas, não se pode pleitear o acertamento de relação entre o título tal como inscrito abstratamente no Registro de Imóveis e possível assento físico a que ele se refere.

Entendo, pois, inadmissível, o uso da via declarativa para o esclarecimento da questão trazida a Juízo, tal como seria inadmissível a pretensão de se sujeitar os bens em depósito a um título de isenção (os bens não se adequam ao pressuposto de direito previsto em abstrato na lei), a ação proposta é inadequada para a dirimência litigiosa pretendida.

Pelo exposto e considerando o mais que dos autos consta, julgo a autora carecedora da ação, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 267 do Código de Processo civil.

Pagará a autora as custas do processo e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor da causa, para cada um dos réus (levando-se em conta cada contestação).

P.R.I.

São Paulo, 3 de setembro de 1974.

(a) Régis Fernandes de Oliveira, Juiz de Direito

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 241.121, da comarca de São Paulo, em que são apelantes a Companhia Melhoramentos e Urbanização Kiaja e os Srs. Oficiais dos 1.º, 3.º, 6.º, 7.º, 9.º, 11.º, 12.º e 15.º Cartórios de Registro de Imóveis da Capital, sendo apelados os mesmos e a Fazenda do Estado:

ACORDAM, em Terceira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, adotado o relatório de fls., por votação unânime, negar provimento ao agravo de instrumento retido e a ambas as apelações. Assim decidem, quanto ao agravo de instrumento, porque a prova pericial requerida pela agravante era mesmo dispensável.

Cuidando-se de ação declaratória em que a autora pretende a declaração de existência de uma relação jurídica, de modo a definir-se que o imóvel objeto da Transcrição n.º 9.095, da Primeira Circunscrição Imobiliária da Capital, ainda lhe pertence em parte, não havia fatos suscetíveis de prova técnica, repousando a questão no puro âmbito do direito. Até porque desde logo a matéria já se desenhava em termos de carência da demanda, não havia lugar para deferir-se a demorada e dispendiosa perícia que a agravante postulou.

No mérito, houve-se o Magistrado com igual acerto, proferindo sentença excelente, onde mostra ser a autora carecedora da ação que aforou.

É a suplicante sucessora do Banco Evolucionista, de Brasil, que recebeu do governo concessão de venda de enorme extensão de terras nesta Capital, filiadas à Transcrição n.º 9.095.

Procedidas inúmeras alienações, julga-se ainda com direito a um remanescente, que seria de 68.000.000 ou 71.997.805,47 metros quadrados, conforme apurado em laudo pericial de outro processo.

Os Oficiais das Circunscrições Imobiliárias citados para a demanda e a Fazenda do Estado vêm contestando, porém, o direito da autora sobre a gleba remanescente. Os primeiros ao se recusarem à transcrição de títulos de alienação por ela outorgados. A Fazenda do Estado, pela propositura de ações e em pareceres de seus Procuradores, sempre no teor de que já se exauriu a disponibilidade da demandante com relação à referida Transcrição n.º 9.095.

Criou-se, assim, situação de incerteza, com danos patrimoniais à suplicante, que, pela via

processual eleita, intenta eliminar, acertando-se o seu direito sobre as áreas ainda contidas no aludido registro, à margem do qual se deverá fazer a necessária averbação como consequência da sentença declaratória.

Basta o enunciado da pretensão para verificar-se que a autora não objetiva a declaração de existência ou inexistência de uma relação jurídica. Demanda, ao revés, obter a prova de fato que vem sendo impugnado, vale dizer, de que as alienações que fez não abracem toda a área contida na Transcrição n.º 9.095, restando-lhe a sobra que indica.

Por mais que se esforce o nobre Procurador da autora, em trabalho merecedor de encômios, não há fugir daí: o que almeja a suplicante é a prova de um fato, não a declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica.

Salva a exceção pertinente à autenticidade ou falsidade de documento, a ação declaratória só se presta à afirmação de existência ou inexistência de relações de direito, isto é, de laços que prendem sujeitos sob o império da lei. Os fatos não são suscetíveis de acerto por meio da declaratória.

Chiovenda ensina que: "Objeto da sentença declaratória não pode constituí-lo um simples fato, ainda que juridicamente relevante. Não se pode declarar que se concluiu um contrato, e sim que existe um contrato válido" ("Instituições de Direito Processual Civil", 2.ª ed., vol. I, pág. 232). Pontes de Miranda, por seu turno, assenta que: "A ação declaratória há de ter por fito declarar existência ou inexistência de relação jurídica, quer esteja em causa de direito, ou pretensão, quer ação ou exceção. Não pode declarar relação puramente fática" ("Comentários ao Código de Processo Civil", 2.ª ed., vol. I, pág. 114).

Entenda-se que aqui não se postula em torno da qualidade jurídica da autora como proprietária do imóvel. Não se litiga em derredor de sua relação jurídica de titular do domínio. A questão é estritamente fática, a saber, se o seu título envolve outras áreas ou já se esgotou pelas alienações que ela fez. Matéria, portanto, que extravasa dos lindes da declaratória.

É suficiente este fundamento, pois, para evidenciar-se a carência da ação intentada. O ilustre Magistrado, em erudita decisão, apreciou exaustivamente todas as questões debatidas, nada sendo preciso acrescentar para repelir-se o apelo da autora.

O recurso dos réus, por sua vez, não comporta provimento.

Não obstante o esforço que despenderam os seus patronos, a verba honorária foi estabelecida na base usual de 20% sobre o valor da causa, que, de resto, não sofreu impugnação. Não havia razão especial para elevá-los além do limite de praxe.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 13 de maio de 1975.

(aa) Cantidiano Garcia de Almeida, Presidente com voto;

Carlos A. Antônini, Relator.

CERTIFICO haver, ainda, participado do julgamento, com voto vencedor, o Sr. Desembargador Costa Leite. O referido é verdade e dou fé.

(a) Darcy D'Alvear Silva

Apelação Cível n.º 241.121 - São Paulo

Salva a exceção pertinente à autenticidade ou falsidade de documento, a ação declaratória só se presta à afirmação de existência ou inexistência de relações de direito, isto é, de laços que prendem sujeitos sob o império da lei. Os fatos não são suscetíveis de acerto por meio da declaratória.

Chiovenda ensina que: "Objeto da sentença declaratória não pode constituí-lo um simples fato, ainda que juridicamente relevante. Não se pode declarar que se concluiu um contrato, e sim que existe um contrato válido" ("Instituições de Direito Processual Civil", 2.ª ed., vol. I, pág. 232).

PONTES DE MIRANDA, por seu turno, assenta que: "A ação declaratória há de ter por fito declarar existência ou inexistência de relação jurídica, quer esteja em causa de direito, ou pretensão, quer ação ou exceção. Não pode declarar relação puramente fática" ("Comentários ao Código de Processo Civil" 2.ª ed., vol. I, pág. 114).

Entenda-se que aqui não se postula em torno da qualidade jurídica da autora como proprietária do imóvel. Não se litiga em derredor de sua relação jurídica de titular do domínio. A questão é estritamente fática, a saber, se o seu título envolve outras áreas ou já se esgotou pelas alienações que ela fez. Matéria, portanto, que extravasa dos lindes da declaratória" (fls.

846/847).

Vulnerados não foram, como se depreende, os direitos de propriedade (CF 153, § 22.º; CCiv 524) ou de ação (CPC 4.º, I).

Nem se comprovou dissídio pretoriano na forma do artigo 305 do RI-STF "com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados".

Os arestos paradigmas não espelham circunstâncias suficientes de identificação ou assemelhação com o julgado recorrido.

3. Pelo exposto, indefiro o recurso.

São Paulo, 23 de julho de 1975.

(a) Gentil do Carmo Pinto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Sessão de 20 de outubro de 1975 - Acórdão n.º 1.9-776

Recurso n.: 26.629 - I. R. - Pessoa Física - Ex. 1972

Recorrente: Manoel de Lima Machado

Recorrida: Delegacia da Receita Federal em São José do Rio

Preto/SP.

EMENTA

Livro "Caixa", devidamente autenticado pela M.M. Juiz Corregedor, tratando-se de serventuário da Justiça, supre a autenticação exarada pela Secretaria da Receita Federal, para fim de legitimar deduções cedulares, sempre que adequadamente escriturado, com base em documentação idônea.

ACORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por Manoel de Lima Machado,

ACORDAM os Membros da 9.ª Câmara do 1.º Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

São Paulo, Sala das Sessões em 20 de outubro de 1975.

(a) Paulo de Barros Carvalho, Presidente e Relator.

Visto:

(a) Lutero Xavier Assunção, Procurador representante da Fazenda Nacional.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros:

Ricardo Grzeidak

Agostinho Toffoli Tavoraro

Nélson Petri

Antônio Domenes Filho

Pedro Teixeira Coelho

RELATÓRIO

Manoel de Lima Machado, oferece razões de recurso voluntário a este Conselho, predicando demonstrar a improcedência da Delegacia da Receita Federal em São José do Rio Preto-SP, que deu seguimento a lançamento suplementar do imposto de renda, relativo ao exercício de 1972, ano de base 1971, em que a Fazenda Federal, desconsidera as deduções cedulares; (cédula "D") superiores a 40% do rendimento bruto declarado, exigindo o imposto correspondente, bem como impondo penalidade pecuniária e demais cominações; de estilo.

Já nos argumentos articulados na impugnação, procurara o recorrente enfatizar sua condição de serventuário da Justiça, obrigando, por determinação legal, a manter livro "caixa", cercado de rigorosas cautelas, sob controle rígido e atento da Egrégia Corregedoria Geral, em que todas as receitas e despesas se encontram consignadas, de maneira cronológica, e na conformidade de documentação idônea.

A manifestação administrativa de primeiro grau não acatou os motivos assinalados na peça impugnatória, fazendo prosperar a exigência tributária, primordialmente, por virtude de inexistir "autenticação" de autoridade da Secretaria da Receita Federal, no livro "Caixa" oferecido à consideração administrativa.

Ao deduzir sua inconformidade, roborava o recorrente as razões já aduzidas, dando relevo às específicas atividades cometidas aos serventuários da Justiça, o que abre margem a constante e rigorosa verificação dos movimentos contrários, circunstância por si suficiente para legitimar as despesas inscritas regularmente, como dedutíveis; do rendimento bruto declarado.

Este, é o relatório.

VOTO

Conselheiro Paulo de Barros Carvalho, Presidente e Relator:

O tema já suscitado perante esta Câmara que, por reiteradas vezes e de modo unânime, se tem manifestado de maneira contrária aos interesses da Fazenda.

A análise detida e aturada do escopo jurídico que presidiu a instituição da obrigatoriedade do livro "caixa", não pode conduzir ao absurdo de consagrar a forma pela forma, desvinculando tal dever de índole eminentemente instrumental, de sua teologia intrínseca, bem como da posição que ha. de assumir, numa visão sistemática das pretensões impositivas do Estado.

A autenticação do livro, na repartição competente da Secretaria da Receita Federal, atribui à escrituração das receitas e despesas, promovidas durante o ano-base, numa dimensão adequada para o devido controle dos rendimentos declarados e, bem assim, das deduções cedulares admitidas na legislação do imposto de renda. Tal asserto consubstancia verdade manifesta, sendo despicienda a demonstração de seus antessupostos.

Ao reconhecer, todavia, que os objetivos fiscais estão inscritos no quadro destes parâmetros, haveremos de convir, em obséquio à coerência e à harmonia da Ordem Jurídica, em que outro instrumento, de idênticas proporções, formais, mas que faça surtir efeitos, equáveis e, por tudo, semelhantes, revestirá inequívoca procedência, senão pela identidade dos fins colimados, ao menos em homenagem ao decoro do raciocínio jurídico, que passaria a representar complexo intangível de fórmulas rígidas e herméticas, vazias de conteúdo e sem qualquer valor semântico para o universo do Direito.

Somos por entender, na latitude que a exegese legal define para a compreensão do assunto, que as pretensões da Fazenda Federal estarão suficientemente amparadas e garantidas, mediante o acompanhamento rigoroso que a Corregedoria Geral imprime às contas dos serventuários da Justiça, não lobrigando qualquer supedâneo jurídico que possa enfraquecer o teor desse controle, em ordem a determinar escrituração paralela, apenas com objetivos tributários, ou mesmo a necessidade de autenticação justaposta por autoridade federal.

Dou provimento ao recurso, para restabelecer as deduções cedulares, acima do limite de 40%, admitido naquela época, desde que correspondente a despesas efetivamente comprovadas, segundo as diretrizes do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

São Paulo, Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

(a) Paulo de Barros Carvalho, Presidente e Relator.

Promessa de venda de imóvel, em instrumento particular não inscrito, com expressa cláusula de arrependimento. Faculdade usada pelo vendedor.

Inaplicação do artigo 1.141 do C. Civ. Incidência dos artigos 1.088 e 177 do citado Código.

Caducidade e prescrição desprezadas.

I - Recurso Extraordinário provido.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Thompson Flores: Promoveram os recorrentes, em 24-2-72, perante o Dr. Juiz de Direito de Linhares, Espírito Santo, contra os recorridos ação ordinária, tendendo a rescindir a promessa de venda constante do recibo de f. 16, assim concluindo sua pretensão, f. 4:

"Que, em face do exposto, deve a presente ação ser julgada procedente a fim de ser declarada a rescisão do compromisso firmado pelo primeiro requerente em 28-1-54, recebendo os réus o sinal em dobro, representado pela quantia de Cr\$ 125,00 (cento e Vinte C cinco cruzeiros), ficando os autores e as terras que foram objeto da promessa livres de qualquer outro ônus decorrente da promessa, condenados os réus nas custas e honorários de advogado".

2. Citados os réus, contestaram, invocando a ocorrência de prescrição.

Acolheu-a o magistrado, com assento no artigo 178, § 9.º, V, do C. Civil, f. 44.

3. Recorreram, sem sucesso, os autores, eis que o Eg. Tribunal de Justiça, por sua 1.ª Turma, unanimemente, manteve a sentença, corrigindo sua fundamentação, para reconhecer a ocorrência do prazo previsto no artigo 1.141 do C. Civ., em lugar daquele prescricional mencionado na sentença, f. 73.

4. Daí o recurso extraordinário, manifestado com base nas letras a e d da permissão constitucional, f. 79, invocando as súmulas 279 e 400.

Mandei-o processar, todavia, para melhor exame, provendo o Ag. 60.879, como tudo consta dos apensados.

Apenas os recorrentes ofereceram razões, fls. 84 e seguintes.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Thompson Flores (Relator): Conheço do recurso e lhe dou provimento, para que o

Eg. Tribunal a quo, afastada a prejudicial que acolheu, prossiga no julgamento e decida o recurso como entender de direito.

2. O recibo que vinculou as partes guarda o seguinte teor, f.:

"Recebi do Sr. Otávio Meneguelli a importância acima de Cr\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) referentes à venda que lhe fiz de uma área de terras com vinte e cinco (25) alqueires, sita na Lagoa de Terra Alta, Distrito de São Rafael, Município de Linhares, Estado do Espírito Santo; confrontando-se por seus diversos lados com o vendedor Ângelo Vago. A venda ora realizada da área referida é de Cr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros); correspondendo o pagamento de Cr\$ 62.500,00 a 50% do preço total acima referido; ficando o restante, ou seja, Cr\$ 62.500,00 para ser pago no ato da escritura definitiva, a qual será outorgada ao comprador Otávio Meneguelli pelo vendedor Ângelo Vago, assim que o mesmo receber a dita do Estado do Espírito Santo; correndo todas as despesas por conta do comprador e do vendedor, sendo devida esta importância para ser paga pelos mesmos. Fica esclarecido que toda e qualquer riqueza existente no subsolo da área ora vendida fica sendo reservada ao vendedor Ângelo Vago, seja ela qual for. Por força do presente recibo, dou plena e geral quitação da importância ora recebida, que é de Cr\$ 62.500,00, ficando à parte que se arrepender do negócio ora feito a pagar a mesma como arrependimento. Desde logo, transmito ao comprador os direitos que me são reservados na área ora vendida, ficando, porém, reservadas as riquezas do subsolo, as quais pertencerão ao vendedor Ângelo Vago."

3. Verifica-se de suas palavras finais que os promitentes vendedores reservaram-se o direito de arrepender-se.

Evidenciaram-no através de outra ação, a qual não teve sucesso porque consideraram os decisórios que impedia, primeiramente, obterem a rescisão do ajuste. É o que fazem agora. Aplicando ao decisório o artigo 1.141 do C. Civ. para reconhecer que ocorrera decadência, adotaram preceito que diz respeito à retrovenda, a meu ver, inadequado, deixando de fazê-lo do artigo 1.088 do mesmo diploma, o qual teve sua vigência negada e que afasta não só a ocorrência do prazo de decadência, como de prescrição, que não se rege pelo artigo invocado na sentença, mas pelo artigo 177 do citado Código, o qual incorreu. É o meu voto. (S.T.F. - RE 79.850 - ES - Rel. Ministro Thompson Flores. Conhecido e provido nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Leitão de Abreu. Presidência do Sr. Ministro Thompson Flores. Presentes à Sessão os Srs. Ministros Xavier de Albuquerque e Cordeiro Guerra. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Leitão de Abreu. Brasília, 28 de fevereiro de 1975). R.T.J., vol. 76, pág. 225.

DIREITO DE VIZINHANÇA - Loteamento - Cláusulas restritivas - Obrigação de sucessores de compradores - Nunciação de obra nova - Procedência - Irrelevância de alvará de licença para construção - Apelação impunida. Quem adquire lote diretamente de empresa urbanizadora ou de seus sucessores, deve observar a todas as restrições impostas no contrato, notadamente as que preservam as condições residenciais e a harmonia das edificações. A apuração de planta de construção pela Prefeitura não revoga cláusulas de contrato lícito (TJSP-4.ª Câmara. Civ.; ap. n.º 239.756-SP; rel. Des. Carlos A. Ortiz; j. 27-2-75; v.u.).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 239.756, da comarca de São Paulo, em que é apelante Ronaldo Pavesi, sendo apelados Antônio Carlos Flaquer da Rocha e outros:

Nega-se provimento à apelação.

Impunha-se, com efeito, a procedência da ação de nunciação de obra nova ajuizada por vizinhos contra proprietário de lote, em loteamento inscrito, que, ao iniciar construção, não observou cláusulas restritivas estabelecidas no contrato-tipo de compromisso, depositado por ocasião da inscrição do loteamento (fls. 102/108) e reiterados no contrato de compromisso firmado pelos loteadores com o antecessor do réu (fls. 71/12).

É que, depositado o contrato-tipo, como disposto no artigo 1.º, n.º III, do Decreto-lei n.º 58, de 10-12-37, as cláusulas restritas nele contidas, reiteradas em compromisso de venda, tornaram-se obrigatórias, para o compromissário e seus sucessores por títulos necessariamente vinculados aos registros do loteamento e da primeira venda feita. Tais restrições gerais de vizinhança, como leciona Waldemar Ferreira, autor do anteprojeto, que determinou o Decreto-lei n.º 58, "se constituem servidões estáticas e higiênicas e como tal devem ser havidas, em favor dos terrenos contíguos e vizinhos, senão de todos que formam o conjunto urbanístico, tendo em vista o interesse coletivo, e a bem dizer, o interesse público. E essas restrições às propriedades resultaram não de dispositivos legais, que as estabelecessem, senão da própria convenção dos

contratantes, no ato de adquirirem os lotes de terrenos. Que estas restrições não constituem simples obrigações de não fazer, as que impedem aos adquirentes dos lotes de dar-lhes diferentes destinos do estipulado no contrato, mas uma servidão real, gravando cada um dos lotes em proveito de todos os outros, já tem sido decidido pelos Tribunais Franceses" ("O Loteamento?", vol. I, págs. 100/101). No mesmo sentido, embora sem chegar ao extremo de configurar as cláusulas restritivas, como ônus reais ou servidões, Hely Lopes Meirelles pondera que "com estas restrições de caráter negocial, mas de finalidade nitidamente coletiva, os particulares suprem as deficiências de nossa legislação urbanística, e asseguram ao bairro a privacidade residencial e as condições de conforto e harmonia estética previstas no plano de urbanização do loteamento. São restrições de ordem urbanística e, por isso, atendem não só ao interesse individual dos contratantes como ao de todos os moradores do bairro. Equiparam-se, assim, às estipulações em favor de terceiros, nas quais tanto os estipulantes como os beneficiários podem exigir o cumprimento do estipulado (Código Civil, art. 1.098). Na verdade, o que se tem por objetivo nestas restrições gerais ao direito de construir é o interesse de todos, na formação a manutenção do bairro com as condições de conforto e bem-estar, idealizadas e procuradas por seus moradores. Inadmissível é que qualquer vizinho descumpra as imposições urbanísticas, para construir em desacordo com o estipulado em favor dos moradores do bairro. Além disso, o desatendimento das restrições urbanísticas do bairro lesa patrimonialmente a toda a vizinhança, desvalorizando as propriedades, pela supressão das vantagens previstas no loteamento e que atuaram como fator valorizante dos lotes adquiridos... Quem adquire lote diretamente da empresa urbanizadora ou de seus sucessores deve observância a todas as restrições urbanísticas do bairro, notadamente as que preservam as condições residenciais e a harmonia das edificações" ("O Direito de Construir", ed. 1965, págs. 69/70). Não discrepa a jurisprudência predominante, merecendo transcrição tópicos inquestionáveis de julgado da Egrégia Quinta Câmara Civil deste Tribunal, relator o Desembargador Gomes Corrêa: "se, no plano geral, não mais se compreende, hoje, a propriedade destacada de seu fim social, consagrado pelo artigo 147 da Constituição Federal, que a ela é inerente e constitui sua essência, com maior facilidade se compreenderá o regulamento imposto aos lotes vendidos ... O interesse individual deve ficar nos limites do social. Nem de outro modo se pode conceber a forma perfeita de realização da pessoa humana. Aqueles que pretendem usar de sua propriedade apenas com as restrições públicas, devem adquirir terrenos que não estejam submetidos a regulamentos... A complexidade das relações estabelecidas tem, num dos seus aspectos, o significado de uma estipulação em favor de terceiro, uma verdadeira polícitação ... Somente com o respeito fiel às cláusulas contratuais se poderá conseguir a formação e manutenção da fisionomia urbanística e social do bairro, no interesse de todos os contratantes" (R.T. 371/104). No mesmo sentido, outros julgados: R.T. 203/287, 226/374, 285/289, 312/169 e 427/76 e "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça" 17/105. Apurou-se "in casu" que o réu transgrediu as mencionadas cláusulas restritivas, não observando, do lado que faz divisa com o lote do autor Raul J. Kliemann, o recuo de 1,60 m e nem, integralmente, o recuo de fundo de 8 m. Quanto ao recuo lateral, verifica-se que a edificação está sendo construída na divisa, sem qualquer afastamento. Evidente, dessarte, o legítimo interesse dos autores, proprietários de lotes na mesma quadra do loteamento e um deles confinante, na proposição da renunciado novi operis, buscando obstar o prosseguimento da obra nova porque prejudicial ao plano urbanístico do bairro, afetando a estética pela quebra da harmonia do conjunto e constituindo, por isso mesmo, fator desvalorativo dos lotes e edifícios já construídos, todos, como explica o perito desempatador, do "tipo fino", obedecendo recuos de frente, laterais e de fundo" (fls. 143/144). Os titulares de lotes, assim como o loteador e o Poder Público, têm, como adverte Hely Lopes, Meirelles, "legítimo interesse na manutenção do bairro com as características de sua urbanização originária e, por isso mesmo, dispõem das ações adequadas para fazer respeitar as imposições consignadas no memorial de loteamento. Não importa a omissão das escrituras subseqüentes, porque o direito do loteador e dos moradores do bairro repousa no plano de urbanização e não no ajuste individual entre compradores e vendedores de lotes isolados" (Obra citada, pág. 71). Havendo obras iniciadas, em andamento, com violação das cláusulas restritivas, a renúncia constitui ação ajustada à lícita pretensão dos vizinhos de sustarem o seu prosseguimento e obterem o seu adequamento às posturas convencionadas. E nestas se estribando a postulação, irrelevante, que, na escritura de aquisição do réu, firmada com o primitivo compromissário, não se tenham repetido as restrições, expressamente consignadas no contrato de compromisso, do qual,

anteriormente, tomara-se ele concessionário (fls. 13/15).

Também não vale em favor do réu o argumento de que a obra fora licenciada pela Municipalidade, simplesmente porque o licenciamento é ato administrativo, que não se presume liberatório dos deveres contratuais, por isso que sempre contém ressalva implícita dos direitos dos vizinhos. A aprovação da planta de construção pela Prefeitura, como bem ponderado em venerando aresto do antigo Tribunal de Alçada, não tem consequência alguma, ;'não só porque esta não entra na apreciação de possíveis ofensas a direitos de vizinhos, como porque, de qualquer modo, não poderia ela revogar cláusulas de um contrato lícito, livremente firmado por particulares e que lhe é res inter alios" (R.T. 266/373).

É certo que, sem lesividade, o vizinho não pode embargar obra nova pelo simples fato de infração às posturas municipais. Se, todavia, a infração lhe acarreta prejuízos, terá a ação de nunciação, se violados os deveres de vizinhança. Em se tratando de cláusulas restritivas de construção em loteamento, o prejuízo nem dependeria de prova, pois que tais cláusulas sempre constituíam fator determinante de aquisições feitas com a certeza do cumprimento do plano urbanístico estabelecido pelo loteador, com proveito estético e de indiscutível valorização do loteamento e de cada uma de suas unidades.

Não fosse por estas razões, do interesse de todos os proprietários e compromissários de lotes, ainda por outra razão se imporia a procedência da ação, pelo menos em relação ao autor confinante, Raul J. Mernann, que já não poderia construir casa totalmente isolada e nem poderia contar com o recuo lateral mínimo, de 2,50 m, exigido pelo Código de Obras para a iluminação dos dormitórios, como esclarecido pelo perito-desempatador (fls. 157).

A sentença, em suma, deu a solução correta à demanda, por isso que fica mantida. Ante o exposto, acordam, em Quarta Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, negar provimento à apelação. Custas na forma da lei. São Paulo, 27 de fevereiro de 1975. Desembargador Barbosa Pereira, Presidente - Desembargador Carlos A. Ortiz, Relator. (Bol. da AASP, n.º 867, pág. 244).

INALIENABILIDADE NO ANTEPROJETO DE CÓDIGO CIVIL

CLÓVIS DE ARRUDA CAMPOS

Advogado - Araçatuba-SP.

O Anteprojeto de Código Civil, nenhuma inovação apresenta à sucessão testamentária.

Tudo, nele, continua como dantes, no quartel de Abrantes.

Especialmente, o artigo 1676 do Código vigente, é, no projeto, assim reproduzido:

"Artigo 2. 101 - A cláusula de inalienabilidade temporária ou vitalícia, imposta aos bens pelo doador ou testador, importa em impenhorabilidade, mas não prevalece contra as dívidas de caráter tributário".

Como aí está, a inalienabilidade continua vitalícia e, até bivialícia, se acontecer de o testador valer-se do fideicomisso.

O artigo 2.142 do Anteprojeto, reproduz, *ipsis literis*, o 1.733 do Código Civil, no que respeita à substituição fideicomissária.

Como a inalienabilidade e o fideicomisso, são antiquilhas que, de há muito, deveriam ter sido tombadas para o patrimônio histórico do nosso direito, torna-se necessária a exposição dos motivos que justificam as suas aposentadorias compulsórias.

Um dos principais motivos é o atraso pronunciado do afastamento total e parcial dessas figuras, do Direito das Sucessões.

Comentando o artigo 1.676 do Código Civil, em edição de 1919, Clóvis Beviláqua sentenciava "A inalienabilidade imobiliza os bens, impede a circulação normal das riquezas, é, portanto, antieconômica, do ponto de vista social".

Concordando com essa assertiva, está Roquebert, citado por Washington de Barros Monteiro, que também transcreve o prof. Augusto César, o qual, indo além, diz que

"A cláusula em questão fomenta a ociosidade dos filhos das famílias opulentas." (Curso de Direito Civil - 6.º volume - pág. 143 - Ed. Saraiva - 1962).

A fim de contornar as dificuldades que a inalienabilidade vem oferecendo à vida moderna, adotou-se o expediente da sub-rogação dos vínculos.

Essa abertura no dique da última vontade do defunto, surgiu em consequência do parecer da Comissão da Câmara dos Deputados, suprimindo do texto original, a proibição da sub-rogação,

que deveria constar do artigo 1.676 - (vide Código Civil Anotado - João Luiz Alves).

No mesmo estado de decadência, demonstrando, ainda maior inanição, está o artigo 2.142 do Anteprojeto que estabelece o fideicomisso, reproduzindo, simplesmente, o Código Civil.

Essa figura de direito antigo, foi rejeitada pelo Senado, que, ao pretender suprimi-la, por sua Comissão, assim justificou:

"O Código Civil ganha em desprender-se de coisas inúteis, que só têm por si o prestígio da tradição. O fideicomisso está neste caso: se o fiduciário puder dispor dos bens, difícil coisa seria obter, que o fideicomissário viesse a receber o equivalente; se não puder dispor, toma-se patente a identidade entre o fideicomisso e o usufruto.

Tudo aconselha a banir do Código essa fonte de controvérsias e de Fraudes, como procedeu o Código italiano. (João Luiz Alves - obra citada - Com. ao art. 1.733 - Cód. Civil).

Tanto o testamento simples, direto, como o complexo ou indireto, feito através das substituições, constituem reminiscências do Direito Romano que o feudalismo conservou até nós, com especial carinho.

Se, antes, a propriedade, os bens imóveis, constituíam a fonte de riqueza e a segurança econômica da nobreza e do suserano, isso já não acontece.

A revolução industrial, iniciou a mudança e o seu prolongamento na atual tecnologia, complementou-a.

A riqueza e o progresso das nações, dependem muito mais das tecnologias que das propriedades imobiliárias.

A Economia Política e a privada operam, hoje, tanto na área das substâncias, como na dos campos.

Se, por um lado, as Ciências Exatas revolucionaram as mentalidades, na proporção dos seus estágios culturais, por outro, as humanas e sociais aferem transformações comportamentais de grupos, de acordo com as diferenciações civilizatórias de cada um.

Essas transformações, oriundas da evolução constante, deslocam as coisas, alteram conceitos e transformam costumes.

Daí, não se justificar, nesta época, a mesma carga mística que acrescia ao respeito dado à última vontade do pater famílias redivivo.

Será muito interessante ao progresso e à atualização do nosso direito positivo, a revisão dos institutos superados, quer para expurgá-los, quer para adaptá-los às contingências atuais.

Assim, desde, já parece oportuno pleitear-se o banimento do fideicomisso, já veementemente condenado por José Augusto César, Orlando, Gomes, Pacífico Mazzoni e Muratori, mencionados por Washington de Barros Monteiro. (obra citada pág. 215).

Quanto à cláusula de inalienabilidade, ao invés da sua ablação, deverá, ela, ser adaptada.

Poderá continuar, no futuro Código, com as restrições que a melhor lógica e a objetividade aconselharem.

Ao invés da vitaliciedade, poderiam, doador e testador, estabelecer a inalienabilidade somente temporária.

Esse tempo, seria o de vinte anos a contar da abertura da sucessão.

Na hipótese de existir herdeiro e/ou legatário menores, à época da abertura da sucessão, o tempo da inalienabilidade começaria a ser contado a partir da maioridade deles.

E, porque seria lógico e objetivo esse tempo de vinte anos, como termo de inalienabilidade? - Simplesmente pelo fato de ser esse o prazo estabelecido pelo Código e Anteprojeto, para efeito de usucapião máximo.

Se uma propriedade clausulada com inalienabilidade, pode ser usucapida, torna-se ilógico a vontade de doadores e testadores prevalecerem após a defunção deles.

Com mutatis mutantis a aplicação das regras do usucapião máximo à temporalidade do vínculo, adaptaria com objetividade a inalienabilidade às condições atuais.

Embora haja quem possa objetar e confundir inalienabilidade legal com inalienabilidade imposta pela vontade do doador ou testador, para efeito de usucapião, Clóvis Beviláqua ao comentar o artigo 550 do Código Civil, dissipa qualquer dúvida a respeito. (Código Civil, dos Estados Unidos do Brasil vol. 3.º pág. 83 - Edição 1917).

De fato seria repugnante, em face dos princípios gerais de direito, que um particular ditando regras a herdeiros e legatários, atingisse terceiros, no caso os usucapientes.

Com a eliminação dos institutos oriundos de um passado individualista e feudal, poderá, um novo Código estabelecer as perspectivas da função social da propriedade privada, a fim de a jurisprudência concretizá-la.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

O PROBLEMA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

EUGÊNIO GUDIN

A operação de serviços públicos por delegação, arrendamento, ou concessão do Poder Público as empresas privadas são uma modalidade das mais recomendáveis para a economia e a eficiência desses serviços. Porque a empresa privada não sofre das peias burocráticas inerentes à administração do Estado, porque não é vulnerável às ingerências políticas, que atingem mesmo as "empresas" do Estado; porque alivia a tarefa do Estado para outros e muitos misteres.

Mas a adoção da modalidade de concessão para a execução dos serviços públicos não é tão fácil nem tão acessível como pode à primeira vista parecer.

Por dois motivos essenciais:

1.ª) - O da capacidade ética e cultural do Estado para respeitar os termos dos contratos de concessão. O que exige um grau de civilização que está longe de ter sido atingido no Terceiro e mesmo no Segundo Mundo. Participei durante 40 e mais anos, da direção de empresas de serviços públicos urbanos (bondes, luz, força, telefone, gás), nacionais (estradas de ferro) e internacionais (telégrafo). Meu campo de experiência foi portanto muito vasto no que se passava no Brasil como no estrangeiro.

Tive conhecimento, quando não experiência, de casos em que governos da América Latina desrespeitaram da forma mais flagrante os termos dos contratos de concessões. O "record", tanto quanto me lembro, foi o da Venezuela, ao tempo da ditadura do General Castro, em que, após uma série de greves instigadas pelo ditador, a empresa foi confiscada "por ter mergulhado a cidade na escuridão", passando os serviços da concessionária, a "International General Electric" (se bem me lembro do nome), a serem executados por um sindicato local de que largamente participava a esposa do ditador. . .

Vi muitos outros casos, vários deles em nosso país, em que o Governo alterava, unilateralmente, cláusulas das concessões tornando-as inoperáveis. Fui diretor de uma estrada de ferro inglesa, que servia os quatro Estados do Nordeste, de que o Governo encampou (1920) as linhas de propriedade da empresa, com pagamento consistente num contrato de arrendamento de toda a Rede e garantia de tarifas que remunerassem o capital "reconhecido" da empresa. Na primeira ocasião em que, por motivos de uma crise econômica e cambial (1921), tornou-se necessário elevar as tarifas, o Ministro da Viação indeferiu sob o espantoso fundamento de que "a tarificação financeira obedece aos limites das leis naturais"!

Em 1934, ao apagar das luzes da primeira ditadura Vargas, o Governo baixou um decreto-lei implementando um Código de Águas, que abrangia todas as empresas de energia elétrica, cujo capital, tanto para efeitos de remuneração, como de encampação, passava a ser o "custo histórico" com total abstração da desvalorização da moeda. O que valia 100 em 1934 continuaria a valer 100 em 1960 ou 1970, quando mesmo o valor do cruzeiro tivesse baixado da metade (quando não anulado). Foi o que sofreram a American Foreign Power, que fugiu espavorida, obtendo afinal uma encampação, precária, e a Light, que desde então e até 1964, viveu de língua de fora.

Um dia veio um prefeito, creio que de Maracangalha... e declarou que a concessão da Empresa Telefônica (que já tinha uma grande rede instalada e funcionando) era nula, por falta de formalidades ditas essenciais. E se não fosse o Supremo Tribunal, na undécima hora, a empresa teria sido sumariamente confiscada.

Tais são os riscos que correm "as concessionárias" nestas latitudes. O que seria no Terceiro Mundo, propriamente dito, dos Generais Amin Dada e Mobutu?...

2.ª) - Mas não é só da capacidade do Estado que depende a possibilidade de execução satisfatória de um serviço público concedido. Depende também da IDONEIDADE da empresa concessionária.

Seria lógico supor que essa idoneidade teria sido condição preliminar para a outorga da concessão. Mas na prática a teoria é, muitas vezes, outra. Ora em resultado de concorrências públicas em que os Governos se acham obrigados a preferir as propostas mais baratas ou que prometem mais, ora por erro de apreciação.

No inundo de empresas com as quais lidei, várias conheci que trataram as concessões como negócio especulativo, relegando a administração dos serviços a segundo plano. Arrendatários

que enriqueceram enquanto os serviços definhavam e o Estado era obrigado a assumir. Há a esse respeito um episódio inesquecível. Logo no início da Primeira Guerra, a França, diante da precária situação militar, remodelou inteiramente o seu Governo. Ao Sr. Renê Viviani, Primeiro Ministro então congediado, deu o Governo uma comissão de "boa vontade" na América Latina. Aqui esteve com o nosso Presidente Wenceslau Braz, que em conversa lhe disse que havia queixas contra o comportamento de algumas concessionárias francesas. Ao que o Sr. Viviani respondeu: "Senhor Presidente, há em toda a parte a boa e a má Finança; infelizmente alguns negócios do Brasil foram feitos com a má finança francesa. . .". Um concessionário 100% idôneo, como conheci alguns, deve ser apreciado pelo Governo como um elemento de valor para a economia dos serviços públicos concedidos e tratado com decência e consideração, e a meu ver, o caso da Light, de honroso passado e de um enorme acervo de serviços prestados ao Brasil. Está longe de ser único o caso da empresa canadense. Conheci empresas inglesas, com quem lidei e trabalhei "por dentro", que eram da mais integral idoneidade. Um exemplo recente foi o da Western Telegraph de cabos submarinos, que trabalhou 100 anos no Brasil, agindo sempre com a maior lisura. Manipulando durante todo esse tempo o serviço telegráfico internacional do Governo brasileiro, sem uma só indiscrição ou incorreção. Também o Governo brasileiro nunca a desconsiderou, seja dito por justiça. Sem essas duas condições: um Governo de padrão civilizado, respeitador de seus contratos - e um concessionário de inteira idoneidade, o regime dos serviços públicos concedidos não funciona satisfatoriamente. Conquanto às vezes ainda funcione melhor do que nas mãos do Governo... (de "O Globo")

TAXAS BANCÁRIAS

JOSÉ AUGUSTO BECK DA SILVA Advogado - Porto Alegre-RS

Referentemente aos juros cobrados em operações realizadas por instituições de crédito, públicas ou privadas, que funcionam sob o estrito controle do Conselho Monetário Nacional, é farta e pacífica a jurisprudência, inclusive da Suprema Corte, de que a Lei de Usura (Dec. 22.626/33) não mais é aplicável. Tal entendimento decorre não do seu desuso, ou da inflação, mas da vigência da Lei n. 4.595, de 31-12-64, que prescreve em seu artigo 4.º:

Compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

"IX - limitar, sempre que necessário as taxa de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros... (grifamos).

Pelo texto legal, é fácil concluir que as taxas bancárias estão liberadas, cabendo ao C.M.N. limitá-las sempre que necessário. Em assim sendo, está indubitavelmente revogado o artigo 1.º da Lei de Usura, pelo menos no que, se relaciona às operações realizadas por estabelecimentos creditícios.

É comum argüir-se em matéria de Embargos à Execução que as taxas cobradas por determinada organização financeira são superiores às autorizadas pelo Dec. 22.626/33, motivo pelo qual o montante requerido é improcedente e incabível. Tais alegações, em regra, objetivam única e exclusivamente procrastinar o andamento do processo, constituindo-se em atos meramente protelatórios, devendo, conforme o caso, ser aplicado o artigo 31 da lei adjetiva civil, segundo o prudente arbítrio do juiz.

O próprio Supremo Tribunal Federal, tanto em suas Turmas como em sua composição Plena e, sempre a unanimidade, encarregou-se de dirimir eventuais dúvidas que pudessem ainda ser suscitadas. Nesse sentido, coletamos 10 acórdãos:

- RE. 78.953 (SP) - Pleno - In D.J.U. de 11-4-75
- RE. 79.122 (SP) - 1.ª Turma - In D.J.U. de 24-6-75;
- RE. 79.943 (SP) - 1.ª Turma - In D.J.U. de 12-9-75;
- RE. 81.217 (SP) - 2.ª Turma - In D.J.U. de 03-10-75;
- RE. 82.196 (SP) - 2.ª Turma - In D.J.U. de 17-10-75;
- RE. 82.508 (SP) - 1.ª Turma - In D.J.U. de 20-02-76;
- RE. 83.466 (SP) - 1.ª Turma - In Trib. da Just. n.º 858, de 07-07-76;
- RE. 83.743 (SP) - 1.ª Turma - In D.J.U. de 26-03-76;
- RE. 84.008 (SP) - 2.ª Turma - In D.J.U. de 13-02-76;
- RE. 85.102 (SP) - 2.ª Turma - In Trib. da Just. n.º 874, de 27.10.76,

O Banco Central do Brasil é quem, por delegação do C.M.N., possui competência legislativa para fixar os limites de taxas para a rede bancária (Lei n. 4.595/64 e Lei 4.728, de 14-07-65 art. 29). Sendo inaplicável a Lei de Usura às operações mencionadas, resta à parte interessada, litigante ou não, perquirir se as taxas cobradas pela instituição financeira estão limitadas pelo C.M.N. e, em caso positivo, se estão dentro do autorizado. Havendo limite a respeitar, as faixas de crédito oferecidas ao público, aliadas à lei da oferta e da procura, além de outras peculiaridades de mercado, é que concorrerão para determinar a taxa a vigorar, de acordo com a natureza de cada transação.

Mas a questão que se nos afigura interessante, ainda dentro do mesmo tema, é se as Resoluções e Circulares do BACEN disciplinadoras de determinado tipo de negócio constituem-se em direito material. Tal indagação reveste-se de importância na medida em que, uma vez reconhecidas, o estabelecimento de crédito não necessitaria indicar ou promover a juntada da instrução normativa que o autoriza a cobrar certa taxa (juros, comissões, etc.). Bastaria, por conseguinte, requerer a cobrança da taxa convencionada, independentemente da indicação ou comprovação da tutela legal. Em outras palavras, invocar-se-ia o consagrado adágio latino

"Narra mihi factum dabo tibi jus!",

aguardando-se a aplicação do Direito. Não fossem direito material, não há dúvida de que incumbiria à organização financeira indicar e/ou juntar a instrução normativa que a autorizou postular a taxa impugnada.

Ao examinar tal proposição, há que se fazer uma pequena mas fundamental distinção entre as Circulares e Resoluções publicadas no Diário Oficial da União, e as que não se revestem do requisito indispensável para completar o ciclo legislativo, qual seja a publicidade. Destarte, considerando que a partir da Resolução n.º 81 e da Circular n.º 103 (publicadas em 12-01-68) passou a ocorrer a publicação regular no Diário Oficial, não mais se justifica o desconhecimento da matéria nem procede a indicação ou comprovação do embasamento legal. Não confundir com os fundamentos jurídicos do pedido - requisito da petição inicial (artigo 282 III do C. P. C.). Enquanto tais instruções permaneciam "ocultas", restringidas ao conhecimento das instituições financeiras, sob a possível alegação de que só às mesmas interessava, sem dar-se a devida divulgação a terceiros, não há dúvida de que a impugnação em juízo tinha o seu fundamento e a intimação para comprovação do permissivo legal era perfeitamente cabível. Todavia, como já se frisou, a omissão está sanada, e a matéria em foco, certamente, constituir-se-á até mesmo em súmula ante os reiterados e unânimes julgamentos uniformes do Supremo Tribunal Federal.

UMA RECOMENDAÇÃO

Júlio de Oliveira Chagas Neto

Quando 1.º Curador de Registros Públicos da Capital, o escritor Mafra Carbonieri publicou dois trabalhos literários neste Boletim. Um extraído de seu primeiro livro O Canto Furtivo e outro da coletânea. de contos Os Gringos. Com essas obras, respectivamente, o autor obteve o Prêmio Governador do Estado de São Paulo de 1965 e de 1967.

Posteriormente, ainda como cultor do conto, Mafra Carbonieri recebeu o Prêmio Adelino Magalhães (1973) de Niterói. Mas o que aqui cumpre destacar é que esse contista - com quem mantivemos sempre um contato cordial na 1.ª Vara de Registros Públicos - é até agora o único escritor paulista a ser agraciado com o primeiro lugar no Concurso Nacional de Contos do Paraná - a mais prestigiosa láurea que no Brasil se confere ao gênero. Os contos então premiados acham-se na coletânea Arma e Bagagem, que a Editora Martins. publicou em 1973.

Nessa ocasião, por ter sido apontado entre os livros mais significativos do ano, um dos contos de Arma e Bagagem foi escolhido pela Editora Globo de Porto Alegre para integrar unia antologia: Os Melhores Contos Brasileiros de 1973.

Agora, Mafra Carbonieri o a Editora Civilização Brasileira lançam Homem Esvaziando os Bolsos, nova série de contos sobre desajustes e vícios da cidade grande, no caso, o problemático aglomerado urbano de São Paulo.

Já lemos o livro e acompanhamos as notícias de sua repercussão no Brasil. É uma obra que recomendamos pela seriedade do assunto, sua oportunidade, além do estilo vigoroso e original. É um prazer assinalar no Boletim o julgamento crítico unânime, sobre o Homem Esvaziando os Bolsos, pois Mafra Carbonieri, que conhecemos como Curador de Registros Públicos, sempre conduziu o seu trabalho com simpatia e adesão humana, sem que isso tivesse, afetado o

cumprimento de seus deveres funcionais.

"UM PINGO DE ÁGUA NA TERRA"

- Autobiografia de um médico -

Sobre a comunicação que há tempo recebi da publicação do livro cujo título encima esta nota e o qual, na ocasião, ainda se encontrava no prelo, - tive a oportunidade de dirigir a seguinte carta à filha de seu autor:

- "PREZADA IRACY:

Deu-me você grande satisfação ao transmitir-me, há dias, a notícia relativa à iniciativa que tomou de mandar editar as memórias deixadas por seu Pai, - o meu saudoso e querido amigo Dr. OSCAR DEUSDÉDITH ALVES.

É que, semelhante gesto, constitui uma demonstração inequívoca do inalterável afeto que ele continua a merecer-lhe, bem como da nítida compreensão, que você tem, do que foi a sua personalidade invulgar.

Ora, é sabido que, atitudes de tal natureza, mesmo em se tratando de relações de ordem familiar, são bem pouco freqüentes nos torvos e agressivos dias que transcorrem, justificando-se, assim, a alegria que sentimos sempre que, vemos alguém assumi-las.

Como você não ignora, conheci seu Pai, - o Xará! consoante o tratava na intimidade - poucos dias depois de sua chegada a Araçatuba, quando da primeira visita que fez a "O Jornal" um dos órgãos da imprensa local, por mim fundado em 1930.

Após se apresentar e declinar a sua condição de médico, adiantou que acabara de transferir-se, com a família, para aquela cidade, onde pretendia continuar a exercer a Medicina, tendo já instalado consultório em sua própria residência.

Noticiei, naturalmente, essa visita no seguinte número de "O Jornal", pondo em relevo a ótima impressão que tivera do novo e experiente clínico com o qual Araçatuba passava a contar, - isso em face da longa palestra que com ele mantivera e através da qual pude notar tratar-se de um espírito fidalgo, inteligente, culto e que, tal como eu, - nesse tempo que já vai bem longe! - adorava cultivar as Musas...

Está claro que, ao saber de seus pendores poéticos coloquei, de imediato, à sua disposição as colunas de "O Jornal, - que o inspirado autor de "OS SETE PECADOS MORTAIS" e de "O TEATRO DA VIDA", passou a freqüentar, abordando os mais variados temas, com exceção daqueles que diziam respeito à política, pela qual nutria verdadeira ojeriza ...

Mais tarde, quando esse denodado defensor da propagação e da elevação do ensino profissional em nosso Estado, que é o PROFESSOR JOAQUIM DIBO, instalou em Araçatuba a FACULDADE DE COMÉRCIO D. PEDRO II, o Dr. DEUSDÉDITH ALVES foi um dos primeiros intelectuais ali residentes a ser convidado para lecionar nesse então moderníssimo estabelecimento de ensino, - de onde só saiu quando voltou a domiciliar-se nesta Capital.

Como seu companheiro, que igualmente fui, nessa Faculdade, em virtude de convite que também recebera para integrar o seu Corpo Docente, - posso atestar que seu Pai lá deixou grande número de Amigos, que soubera grangear graças à superior conduta com que se houve sempre em suas relações.

Mais tarde, em 1939, quando também transferi minha residência para São Paulo, - aqui vim encontrar novamente o meu velho e querido Xará, em plena atividade, com seu consultório instalado na Rua Benjamin Constant.

Largamente conhecido, que era, não só como excelente médico, senão também como didata da melhor estirpe, soube que tinha sido convidado, logo após haver regressado de Araçatuba, para lecionar na ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO, tida na época como o Estabelecimento de Ensino de mais alto padrão existente no País, e na qual pontificava o grande educador PROF. HORÁCIO BERLINCK.

A ele devo, por sinal, o fato de também ali ter lecionado durante seis meses, - isso por volta de 1940, - substituindo professor que obtivera, para tratamento de saúde, uma licença correspondente àquele período de tempo. Por indicação de seu Pai recebi da Direção desse prestigioso Estabelecimento de Ensino convite para tal fim, que só fui levado a aceitar para não desapontar o velho amigo, pois meus serviços de Servidor da Justiça, cujas funções já então exercia, quase não me deixavam tempo para o desempenho de outras funções.

Aí tem você, prezada Iracy, um descolorido e sucinto relato da convivência que, durante longos anos, tive a satisfação de manter com seu Pai, - que aprendi a estimar e admirar desde o nosso primeiro encontro, ocorrido na Redação de "O Jornal", em Araçatuba, nos começos da década de 30.

Renovando-lhe, assim, os meus cumprimentos pela feliz idéia que teve de publicar suas memórias, abraça-a o velho amigo de sempre.

Algum tempo após a remessa da carta acima transcrita à sua destinatária, veio a lume o livro de memórias ali mencionado cuja leitura é digna de meditação, pela admirável lição de tenacidade e otimismo que encerra, não obstante as dificuldades e desilusões muitas vezes enfrentadas, pelo espírito culto, prestativo e bom de seu autor.

O.F.T.

SOCIAIS

"DEGREDO QUE DEGRADA "

Francamente, se eu pudesse, entraria para o Espiritismo...

É que, às vezes, fico a pensar se os espíritos não terão carradas de razão, quando dizem ter sido o Mundo destinado, por Deus, ao degrado dos homens ...

- Quem sabe se não é por isso que, na vida, a gente só encontra almas "degradadas" ...

QUESTIONÁRIO ...

Poderemos, realmente, dizer que a humanidade, no seu estado atual, de evolução, atingiu o seu mais alto grau de progresso?

~ ~ ~

Em que sentido, em que acepção deveremos tomar o vocábulo "Civilização"?

~ ~ ~

Constituiremos nós, por acaso, uma sociedade verdadeiramente civilizada?

~ ~ ~

Que benefícios reais, positivos, a atual civilização trouxe ao homem?

Será porventura, o homem da idade contemporânea mais feliz do que o seu irmão pré-histórico?

~ ~ ~

Sufrerá ele, hoje, menos do que então? Ser-lhe-á a vida mais fácil e farta?

~ ~ ~

Eis aí umas perguntazinhas bestas que às vezes dão que pensar à gente!

GAVIÕES

Em verdade, este mundo pertence aos gaviões de penacho, - de vôos altos e largos ...

Que poderia eu, por isso, esperar dele - eu, pobre avezinha doméstica, mansa e prosaica?!

- O que espera a todas as aves dessa espécie, indefesas contra os gaviões ...

O. F. T.

Nº 104 - Publicação: Jul/Dez 1977

PROVIMENTO N.º CIII/77

Dispõe sobre restauração de autos extraviados ou destruídos

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1.º - Quando da distribuição de inquéritos policiais, os Escrivães dos Cartórios Distribuidores, da Comarca da Capital, farão anotar, nas fichas respectivas, além dos dados lançados atualmente, o número de registro dos autos na repartição policial e a Delegacia de Polícia de origem.

Artigo 2.º - Nos Cartórios Judiciais da Comarca da Capital, os Escrivães formarão atos suplementares dos processos criminais, mediante xerocópias autenticadas da denúncia do interrogatório, da prova testemunhal e pericial, e de outras diligências judiciais de que inexistir registro específico.

Artigo 3.º - Os autos suplementares, que se destinam a conservar os elementos necessários a eventual restauração dos principais, permanecerão sempre em Cartório e serão arquivados a final, juntamente com os da ação principal, aos quais; serão apensados.

Artigo 4.º - Quando, após o arquivamento, os autos originais forem requisitados por autoridade judiciária superior, os suplementares serão desapensados, para permanência em Cartório, encaminhando-se apenas o processo principal.

Artigo 5.º - A providência do artigo 2.º poderá ser adotada pelos Juízes Criminais das demais Comarcas do Estado quando circunstâncias peculiares aconselharem a conservação, em arquivo à parte, das peças essenciais dos processos.

Artigo 6.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 29 de abril de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças,
Corregedor Geral da Justiça.

D.º.J. 30-4-77

PROVIMENTO N.º CIV/77

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições,
Considerando o disposto no artigo 76, § 1.º do Decreto-lei n.º 158, de 28 de outubro de 1969;
Considerando o disposto no artigo 93, inciso III, da Resolução n.º 1, de 29 de dezembro de 1971;
Considerando que se acha em instalação na Comarca de Campinas o 7.º Cartório de Notas e
Ofício de Justiça;

Resolve:

Artigo 1.º - A partir de 1.º de agosto de 1977, os feitos cíveis, na Comarca de Campinas, serão distribuídos às quatro Varas e aos sete Ofícios de Justiça, atendendo-se à rigorosa igualdade entre os Juízes, com as seguintes regras:

O 1.º e 2.º Ofícios de Justiça servirão perante a 1.ª Vara Cível.

O 3.º e 4.º Ofícios de Justiça servirão perante a 2.ª Vara Cível.

O 5.º e 6.º Ofícios de Justiça servirão perante a 3.ª Vara Cível.

O 7.º Ofício de Justiça servirá perante a 4.ª Vara Cível.

Artigo 2.º - A Corregedoria Permanente caberá a cada Juiz sobre os Cartórios que o servem, tanto no escrivanato como no notariado. Além disso, caberá à 1.ª Vara Cível a Corregedoria Permanente do Cartório do Distribuidor e Cartório do Partidor e Contador.

À 2.ª Vara Cível os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da Comarca.

À 3.ª Vara Cível os Cartórios do 1.º, 2.º e 3.º Registro de Imóveis e Anexos.

A 4.ª Vara Cível os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais dos demais distritos da Comarca.

Artigo 3.º - Os feitos distribuídos até 1.º de agosto de 1977 permanecerão com a competência definida no Provimento n.º XC/75, quer em relação ao Juiz, quer ao Cartório.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 9 de maio de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças,
Corregedor Geral da Justiça.

D.J. 11-5-77

PROVIMENTO N.º VC/77

Modifica, parcialmente, dando nova redação aos itens I, XV, XVI e XX, do Provimento n.º LIX-A-70, que dispõe sobre depósitos e levantamentos judiciais de quantias em dinheiro.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, modifica os itens I, XV, XVI e XX do Provimento LIX-A-70, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - Os depósitos judiciais de quantias em dinheiro serão feitos, preferencialmente, na Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. - CEESP e ou no Banco do Estado de São Paulo S.A. -

BANESPA, mediante abertura de "Conta Judicial" numerada, com os juros legais capitalizados, semestralmente, sem limite de depósito e dispensada a emissão de caderneta correspondente. XV - Todos os Juízes em exercício na Capital terão seus padrões de firma, para identificação, na Agência Liberdade do Banco do Estado de São Paulo S.A. BANESPA e na Agência Clóvis Bevilacqua da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, colhidos no setor competente do Tribunal de Justiça, em impressos fornecidos pelas referidas Agências.

XVI - Nas demais comarcas, os Juízes providenciarão para que as agências locais do Banco do Estado de São Paulo S.A. BANESPA e da Caixa Econômica do Estado de São Paulo possuam seus padrões de firma.

XX - Anualmente, as agências do BANESPA e da CEESP com depósitos judiciais remeterão, na Capital, ao Tribunal de Justiça e, no Interior, aos Juízes competentes de cada comarca, o balanço do movimento das contas respectivas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 8 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º CV/77

Modifica, parcialmente, dando nova redação aos itens I, XV, XVI e XX, do Provimento n.º LIX-A/70, que dispõe sobre depósitos e levantamentos judiciais de quantias em dinheiro.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, modifica os itens I, XV, XVI e XX do Provimento n.º LIX-A/70, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - Os depósitos judiciais de quantias em dinheiro serão feitos, preferencialmente, na Caixa Econômica do Estado de São Paulo, S.A. - CEESP e ou no Banco do Estado de São Paulo, S.A. - BANESPA, mediante abertura de "Conta Judicial", numerada, com os juros legais capitalizados, semestralmente, sem limite de depósito e dispensada a emissão de caderneta correspondente.

XV - Todos os Juízes em exercício na Capital terão seus padrões de firma, para identificação, na Agência Liberdade do Banco do Estado de São Paulo, S.A. BANESPA e na Agência Clóvis Bevilacqua da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, colhidos no setor competente do Tribunal de Justiça, em impressos fornecidos pelas referidas Agências.

XVI - Nas demais comarcas, os Juízes providenciarão para que as agências locais do Banco do Estado de São Paulo, S.A. BANESPA e da Caixa Econômica do Estado de São Paulo possuam seus padrões de firma.

XX - Anualmente, as agências do BANESPA e da CEESP com depósitos judiciais remeterão, na Capital, ao Tribunal de Justiça e, no Interior, aos Juízes competentes de cada comarca, o balanço do movimento das contas respectivas.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 8 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça,

(Publicado novamente por ter saído com incorreções.)

13-7-77

PROVIMENTO N.º CVI/77

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a solicitação da Associação dos Advogados de São Paulo, interessada na publicação de um repertório das decisões de primeira instância, em obra a ser por ela editada, nos termos de seus ofícios n.º 2.435 e 2.436/77;

Considerando que a cooperação do Poder Judiciário, facilitando tal objetivo, atende ao bom relacionamento que deve existir entre as duas corporações;

Resolve:

Artigo 1.º - A Associação dos Advogados de São Paulo poderá credenciar associados junto aos MM. Juízes titulares da Capital e Corregedores Permanentes dos respectivos Offícios de Justiça,

com o propósito de coletar elementos já constantes do Livro de Registro de Sentenças de cada uma das Varas.

Artigo 2.º - Os Juízes Corregedores-Permanentes estabelecerão o horário das consultas, que serão feitas no recinto dos Cartórios, de modo a não embaraçar o regular funcionamento da Serventia, sendo vedado aos consulentes retirar do Cartório o Livro de Registro de Sentenças.

Artigo 3.º - Os Escrivães-Diretores de Serviço providenciarão a extração de cópias das sentenças ou folhas do Livro que forem solicitadas pelos advogados credenciados, mediante o regular pagamento das custas devidas, sendo-lhes vedado fornecer, sob pena de responsabilidade, certidões ou cópias de sentenças proferidas em autos que correram em segredo de justiça (Código de Processo Civil, art. 141, V, e art. 155, I e II).

Artigo 4.º - A Associação dos Advogados de São Paulo velará para que os seus credenciados respeitem no sigilo, relativamente aos fatos resguardados pelo segredo de justiça, de que venham a ter conhecimento no desempenho da atividade ora autorizada.

Artigo 5.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 25 de julho de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

D.ºJ. 27-7-77

PROVIMENTO N.º CVII

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições, e Considerando necessário participar do esforço desenvolvido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, pelas demais entidades associativas dos profissionais da advocacia e pelo Ministério Público Estadual, no sentido de aprimorar a formação técnico-profissional dos estudantes matriculados nos diversos Cursos de Bacharelado em Direito;

Considerando a conveniência do aprendizado prático, como complementação dos conhecimentos teóricos e doutrinários transmitidos no curso curricular;

Considerando ser grande o número de estudantes sem condições financeiras para suportarem o ônus do pagamento das taxas dos cursos de estágios, mantidos por alguns estabelecimentos de ensino;

Considerando que só a experiência poderá comprovar a utilidade de ser permitido o acesso dos estudantes à parte prática do desempenho da atividade profissional por eles escolhida;

Resolve:

Artigo 1.º - Fica instituído o estágio de estudantes de Direito nos Cartórios do foro judicial.

Parágrafo único - Os estagiários serão designados pelo Corregedor Geral da Justiça, dentre alunos do curso de bacharelado de direito de estabelecimentos de ensino, oficiais ou oficializados, sediados no Estado.

Artigo 2.º - A designação de estagiários, em número máximo de cinco para cada Cartório, será precedida de convocação por edital, pelo prazo de 15 dias, devendo os candidatos instruir os requerimentos de habilitação com os seguintes documentos:

I - certificado de matrícula escolar;

II - atestado de idoneidade, fornecido por Juiz de Direito, Promotor Público, Delegado de Polícia ou membro da Diretoria de Seção ou Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo;

III - atestados de sanidade física e mental, passados por facultativo inscrito no CREMESP;

IV - títulos que possua;

V - declaração assinada do cargo, função, profissão ou atividade, pública ou particular, que o candidato exerça, para exame da compatibilidade dos horários.

Parágrafo 1.º - Encerradas as inscrições, o Departamento da Corregedoria Geral ordenará os documentos oferecidos, que serão apreciados pelo Corregedor Geral da Justiça, para a oportuna designação, dentro da possibilidade do serviço cartorário e da preferência, acaso manifestada pelo candidato.

Parágrafo 2.º - Antes de proceder à designação, o Corregedor Geral da Justiça poderá recorrer a quaisquer fontes de informação, para colher, reservadamente, elementos que aconselhem, ou

não, o atendimento do pedido.

Artigo 3.º - Os estagiários tomarão posse perante o Corregedor Geral da Justiça ou qualquer dos Juizes Auxiliares, assinando o compromisso de respeitar fielmente os devedores atribuídos ao pessoal cartorário; e assumirão o exercício dentro dos dez dias seguintes, perante o Corregedor Permanente do Cartório, que comunicará a ocorrência.

Parágrafo único - O estágio poderá ser feito em Cartório da Comarca onde sediado o estabelecimento de ensino freqüentado, ou da em que residir o estudante.

Artigo 4.º - Compete ao estagiário:

I - auxiliar no desempenho do serviço cartorário, sob a orientação do Juízo ou do Escrivão, de acordo com a sua aptidão pessoal e necessidades da serventia;

II - estudar e examinar autos e papéis, realizando pesquisas e fichários;

III - colaborar, materialmente, na elaboração de peças, termos e documentos judiciais, para oportuna conferência e autenticação pelo Escrivão;

IV - dar ciência, ao Juízo ou ao Escrivão, das irregularidades que observar nos serviços a que tiver acesso.

Artigo 5.º - É vedado ao estagiário:

I - elaborar, sozinho, peças, termos e documentos judiciais, assim como subscrevê-los;

II - intervir em qualquer ato processual ou atender o público, com o fim de orientar a solução de conflitos de interesses afetos ao órgão judicial.

Artigo 6.º - São deveres do estagiário, além daqueles específicos do pessoal cartorário:

I - Seguir, no serviço de estágio, a orientação que receber do Juízo ou do Escrivão;

II - Permanecer na Serventia ou à disposição do Juízo, durante o horário que lhe for fixado;

III - Apresentar à Corregedoria Geral da Justiça, a cada dois meses, relatório circunstanciado sobre o seu desempenho no estágio, o qual será juntado ao prontuário individual.

Artigo 7.º - Compete ao Juiz Corregedor Permanente em relação ao estagiário:

I - visar o atestado de freqüência do estagiário, para juntada ao prontuário individual;

II - fornecer informações reservadas sobre o desempenho do estagiário, sempre que solicitadas pelo Corregedor Geral da Justiça;

III - propor a dispensa ou o remanejamento do estagiário, indicando a conveniência daquele e do serviço judicial;

IV - orientar o estagiário, possibilitando-lhe o máximo aproveitamento na complementação do currículo escolar;

V - fiscalizar, juntamente com o Escrivão, a observância do disposto nos artigos 5.º e 6.º.

Artigo 8.º - A freqüência é obrigatória e será atestada mensalmente, pelo Escrivão, em duas vias, uma das quais ficará em poder do estagiário, sendo a outra remetida à Corregedoria Geral da Justiça, para as anotações e controles necessários.

§ 1.º - A falta injustificada do estagiário ao expediente, por mais de oito dias consecutivos ou quinze alternados, será comunicada pelo Juízo ao Corregedor Geral da Justiça, para as providências cabíveis, de remanejamento ou dispensa.

§ 2.º - Até o quinto dia útil de cada mês, o Departamento da Corregedoria Geral remeterá ao Corregedor de freqüência nos últimos sessenta dias, a fim de ser providenciada a dispensa ou a regularização.

§ 3.º - É permitido ao estudante afastar-se do estágio no período de exames e provas curriculares, com prévio conhecimento do Juízo ou do Escrivão.

Artigo 9.º - A Corregedoria Geral da Justiça superintenderá a organização dos assentamentos e prontuários individuais dos estagiários, coligindo os elementos necessários à aferição do aproveitamento, que poderá ser atestado, inclusive, pelo Juízo ou pelo Escrivão.

Artigo 10 - Os estagiários poderão ser dispensados a qualquer tempo, a Juízo do Corregedor Geral da Justiça, e sê-lo-ão obrigatoriamente, quando concluído o curso de bacharelado, quando se inscreverem em quadro correspondente da Ordem dos Advogados do Brasil, ou quando designados estagiários do Ministério Público.

Artigo 11 - O Corregedor Geral da Justiça, à vista dos elementos constantes do prontuário individual, poderá mandar expedir certificado de estágio com aproveitamento a quem tenha estagiado em Cartório do foro judicial pelo prazo mínimo de 24 meses.

Artigo 12 - O aproveitamento, que tem como pressuposto a assiduidade e a regular apresentação dos relatórios referidos no item III do artigo 6.º, é avaliado pelas informações dos Juizes e Escrivães, junto aos quais tenha servido o estagiário, e por entrevista realizada por Juiz

Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 13 - O certificado deve ser requerido pelo interessado, dentro de 30 dias da cessação do estágio.

Artigo 14 - O certificado de estágio com aproveitamento será apreciado como título, no concurso de ingresso à Magistratura Estadual.

Artigo 15 - A função de estagiário é gratuita, será desempenhada sem qualquer ônus para o Estado, e o prazo de exercício não será contado para qualquer efeito.

Artigo 16 - Aos estudantes de direito que integrem, como servidores públicos de qualquer categoria, pelo prazo mínimo de 24 meses, o quadro funcional dos Ofícios de Justiça ou das Varas, poderá ser fornecido, para os mesmos fins, certificado de aproveitamento no exercício de função pública, com base apenas nas anotações constantes do prontuário funcional, e no que for atestado pelo Juízo ou pelo Escrivão.

Parágrafo único - O certificado deve ser requerido pelo interessado, dentro de 30 dias após desvinculado, a pedido, do serviço público judicial.

Artigo 17 - O estágio é incompatível com outras atividades relacionadas com o exercício da advocacia, de funções judiciárias ou policiais.

Artigo 18 - Os casos omissos ou de necessária interpretação serão apreciados pelo Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 19 - Este Provimento entrará em vigor, a título experimental, na data de sua publicação. São Paulo, 29 de julho de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças,
Corregedor Geral da Justiça.
D.J. 2-8-77

COMUNICADO

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições e elucidando o alcance do Provimento CV/77.

Determina, com vistas aos itens 4 e 5 do Provimento XXXIII/67, em vigor (Provimento LIX-A/70, item XXII):

1. os depósitos judiciais, sempre que possível em correção monetária, far-se-ão preferencialmente na Caixa Econômica do Estado - C.E.S.P. e ou no Banco do Estado de São Paulo - BANESPA, e quando de interesse de menores e interditos "com a cláusula de prazo fixo e correção monetária, fixando-se o prazo mínimo de acordo com a probabilidade de permanência do dinheiro no estabelecimento de crédito, e podendo tal prazo ser prorrogado quantas vezes for possível até o levantamento" (Provimento XXXIII/67, item 4);

2. os depósitos judiciais de importâncias de menores e interditos sem correção monetária ou cláusula de prazo fixo serão transformados em contas sob tais regimes (conforme item anterior), desde que atendidos o valor e o prazo mínimo exigidos pelos regulamentos (Provimento XXXIII/67, item 5);

3. ocorrendo diversidade de taxa de juros nos depósitos ou períodos sem correção monetária (Provimento CV/77, item 1) a opção deverá recair no estabelecimento que melhores condições oferecer.

Publique-se, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

São Paulo, 14 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças,
Corregedor Geral da Justiça.

D.ºJ. 15-7-77

Apelação Cível n.º 259.105 - Paraibuna - Apte.: Ministério Público - Apdo.: Mílton Alvarenga Peixoto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 259.105, da comarca de Paraibuna, em que é apelante o Ministério Público da referida comarca e apelado Mílton Alvarenga Peixoto.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado

neste o relatório de fls. negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. O confronto do documento de fls. 7 com a manifestação de fls. 25, mostra que as exigências feitas, inicialmente, pelo Oficial do Registro Imobiliário, foram ampliadas, sendo, assim, conveniente, em face da natureza administrativa do processo de dúvida, que se deslindem todas as questões debatidas, de modo que não se alegue omissão no julgamento.

Ao exame das objeções levantadas pelo Oficial, destaca-se, desde logo, a improcedência das relativas ao estado de comunhão do imóvel.

Com efeito, não cria óbice ao registro a circunstância de ser a gleba vendida integrante de área maior, em estado de condomínio.

É que, conforme resulta claro do título originário, devidamente transcrito sob n.º 12.677 no Registro de Imóveis competente, a área objeto da venda, está individualizada, no todo a que pertence, "por divisas certas e respeitadas há longos anos. . ." (f. 20), vindo as delimitações e confrontações de expresso mencionadas.

A escritura é precisa no indicar que o objeto da venda é constituído por uma área de 27.029 alqueires, ou 65,41 hectares, mais ou menos, que abrange a totalidade da aquisição dos transmitentes, e que, por seu turno, se filia a várias transcrições anteriores, precisamente indicadas.

Tratando-se de transmissão da totalidade da área adquirida e guardando o negócio fidelidade com o ato que lhe deu origem, transcrito sob n.º 12.677 no Registro de Imóveis, não se vê como criar obstáculo ao registro dela.

A recusa do Oficial, no caso presente, calha como luva a observação feita em Acórdão anterior, deste Conselho (Agravo de Petição n.º 249.048):

"Nada impede que haja, em imóvel comum, posse individual localizada, de forma que a compossessão subsista apenas de direito, e não de fato. É o exemplo do possuidor que tem posse pro diviso, exercitada sobre pars certa, lócus certa ex fundo (cfr. Washington "Coisas", ed. 70, pág. 81-82; R. Limongi França, "A Posse no Código Civil", ed. 64, pág. 75)".

Por isso, é possível afirmar aqui, como no Acórdão trazido à colação, que não se impõe a necessidade de prévia divisão do imóvel, para o registro pretendido pelo recorrido, tanto mais que a venda cogitada nestes autos não vai além dos limites daquela outra, já regularmente transcrita.

2. Evidentemente, não tem qualquer pertinência, no caso, a invocação do artigo 628 do Código Civil.

Referida disposição tem por objeto conferir ao condômino poderes para impedir que o seu sócio altere a coisa comum.

Ora, muito embora o Código não determine o conceito de alteração, a verdade é que a proibida pela Lei, como bem leciona Clóvis Bevilacqua, é aquela "que muda o destino da coisa, ou lhe transforma o modo de ser" (Cód. Civ. Com, Ed. 1953 - Vol. III pág. 178).

Nenhuma incidência tem, pois, a disposição invocada, no negócio jurídico que agora se examina. Não se entrelaça, na espécie, alteração na coisa, vedada pela lei.

Ademais, ainda que tal ocorresse, a circunstância não poderia ensejar obstáculo ao registro pretendido, suscetível de embaçar arguição do Oficial, pois o seu substrato constituiria matéria do exclusivo interesse dos condôminos, inexistindo interesse público autorizador de qualquer objeção por parte do Serventuário.

3. Igualmente não procedem as exigências relativas a dados pertinentes à área da qual foi destacado o imóvel objeto da venda.

A sentença bem respondeu à arguição do Oficial.

A decisão recorrida descansa em Acórdão deste Conselho que bem se ajusta à espécie, Embora necessária, a rigor, a descrição da área maior, seria injusto qualquer embaraço, ao registro pretendido, quando se observa que ele se acomoda, perfeitamente, à transcrição anterior citada, e desde que se note que a matrícula a que se apegou o Oficial para negar o registro, é tarefa do Cartório, que, para isso, dispõe dos elementos constantes das transcrições anteriores (Lei n.º 6.015, cit., art. 228).

Como se observou na decisão invocada pela sentença, se há disponibilidade da área e se a transmissão se ajusta aos atos anteriores, já transcritos, não se vê embaraço jurídico que possa impedir a leitura da matrícula e o registro do título prenotado.

4. Sem qualquer propósito a exigência de menção dos condôminos da área maior, desde que se perceba que eles figuram no Cartório, através dos registros dos respectivos títulos de domínio.

5. Por último, cumpre salientar que, no caso, se afigura descabida, também, a resistência ao

registro, sob o fundamento de que a escritura não atende aos requisitos do artigo 176, parágrafo único, inciso II, n.º 3, da Lei dos Registros Públicos, cujo escopo principal é permitir a identificação do bem transmitido.

A exigência legal é consequência do princípio da especialidade e, como explica Afrânio de Carvalho, ao

reclamar-se, "para o registro, que o imóvel se apresente com as suas características, limites e confrontações, o que se exige é que ele apareça com um corpo certo. A sua descrição no título há-de conduzir ao espírito do leitor essa imagem." (Cf. Reg. de Imóveis, pág. 223).

O princípio de especialidade visa a resguardar o registro imobiliário de equívocos que possam confundir as propriedades, causando embaraço à rápida consulta dos títulos.

No caso, porém, a escritura satisfaz plenamente ao objetivo da lei, pois nela vem o imóvel perfeitamente descrito, sendo certo que, além de mencionar a área e dar as confrontações, ainda acrescenta que a gleba alienada é constituída pelo remanescente "do todo que pertencia primitivamente a Ernesto Fernandes da Silva e sua mulher, como se declarou na citada escritura, de 1.º de dezembro de 1975, ficando esclarecido que o todo do qual se destacou a dita área remanescente está cadastrada no INCRA sob número 639-060-001-538, em nome de Ernesto Fernandes da Silva, com a área total de 152,4 ha. módulo 433, n. de módulos 2,655 fração mínima de parcelamento 15,00 e com imposto pago no ano de 1975, conforme comprovante que ora foi exibido" (fls. 12v-13).

Com tal riqueza de detalhes, impossível será confundir-se o imóvel com outro registrado no mesmo Cartório, de sorte que está atendida a exigência legal que o princípio da especialidade inspirou.

6. Ante o exposto, negam provimento ao recurso mantendo a decisão recorrida.

São Paulo, 22 de abril de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Dr.

Humberto Passarelli Filho.

Apelação Cível n.ºs 259.641 e 259.671 - Registro - Apte.: Ministério Público (Curadoria dos Registros Públicos) - Apdos.: Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul Scelisul a Amigos da Legião Mirim - A.L.E.M. e Indústria e Comercio de Roupas Vale do Ribeira Ltda.

ACÓRDÃO

Vistos relatados e discutidos estes autos das Apelações Cíveis n.ºs 259.641 e 259.671, da Comarca de Registro, em que figuram, como apelante, o Ministério Público (Curadoria dos Registros Públicos) e, como apeladas, respectivamente, a Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul, Scelisul, a Amigos da Legião Mirim, A.L.E.M., e a Indústria e Comércio de Roupas Vale do Ribeira Ltda.,

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento às duas apelações, aqui reunidas com o apensamento dos autos, pagas as custas "ex-lege".

Os títulos apresentados a exame, consubstanciados nas escrituras públicas, juntas aos autos, através das quais as Apeladas receberam, da Prefeitura Municipal de Registro, em doação com encargo, as partes determinadas do terreno urbano, que compõe a quadra n.º 11 do loteamento denominado "Vila Tupy", apresentam-se válidos, para ingresso no registro imobiliário.

Dita quadra integrava o patrimônio da Municipalidade doadora, na categoria de bem público de uso comum do povo, porque destinada a uma praça pública; mas foi desafetada pelas Leis Municipais n.º 251, de 28-11-75, e n.ºs 292 e 293, de 2-9-76, que autorizaram a doação de lotes em favor das Apeladas.

Os títulos levados a registro se ativeram ao estrito cumprimento das mencionadas leis municipais e se apresentam formalmente em ordem, sem vício de ilegalidade.

É certo que o imóvel, isto é, a quadra n.c. 11 do loteamento, fora doado à Municipalidade de Registro, por Kelichi Ogawa e outros, com o encargo de nele ser feita uma praça pública. Dai sustentar, o apelante, que a subsequente alienação importou em desvio da primitiva destinação, com risco de revogar a liberalidade recebida pelo Poder Público Municipal.

É certo, também, que os autos esclarecem o anterior falecimento de alguns dos primitivos doadores, enquanto que outros ainda vivem.

O apelante apegar-se às regras dos artigos 1180, parágrafo único, 1181, parágrafo único, ambos do Código Civil, entendendo impossível o registro dos títulos, porque a execução do encargo de fazer a praça pública, instituído no interesse geral da comunidade, pode ser exigida pelo Ministério Público; ou, sob pena de revogação da liberalidade, por qualquer dos doadores.

Não se pode esquecer, no entanto, que o Código Civil regula os direitos e obrigações de ordem privada, concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações (cf. artigo 1.º).

Clóvis, adverte que "o pensamento do artigo é assinalar que no Código Civil se não encontram disposições relativas ao direito público" ("Comem.", ed. 1927, vol. 1.º pág. 162). Quando trata dos bens públicos, a doutrina civilista lembra que faz incursão em terreno alheio (cf. Washington, P. Geral, ed. 1970, pág. 163; Sílvia Rodrigues, P. Geral ed. 1976, § 60, pág. 127), explicando, o Prof. Orlando Gomes, que o Código Civil só se ocupa dos bens públicos, domínio do direito administrativo, ao propósito de "torrar completa a sistemática" (cf. Introd., ed. 1957, § 159, pág. 239).

Aliás, dispondo com toda clareza, o Código Civil Italiano remete expressamente para o Direito Administrativo a regulamentação do domínio público:

"Artigo 828 - I bem che costituiscono il patrimonio dello Stato, dele provincie e dei comuni sono soggetti alle regole particolari, che li concernono e, in quanto non è diversamente disposto, alle regole del presente codice. I bem che fanno parte del patrimonio indisponibile non possono essere sottratti alla loro destinazione, se non nei modi stabiliti dalle leggi che li riguardano".

A propósito, esclarece o Prof. Hely Lopes Meirelles:

"o domínio patrimonial do Estado sobre os seus bens é direito de propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial. A esse regime se subordinam todos bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos, e, como tais, regidos pelo direito público, embora supletivamente

sê-lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem, apenas, as omissões das leis administrativas". (cf. "Direito Administrativo Brasileiro", 3.ª ed., RT, págs. 463-464, 4.ª e 5.ª edições, pág. 470).

Semelhantes observações faz Marcello Caetano:

"O regime da dominialidade é autônomo relativamente ao da propriedade particular, do mesmo modo que o direito administrativo o é em relação ao Direito Civil. Por isso, na ausência de "regulamentação especial" - e justamente por causa da natureza própria do domínio público - a integração das lacunas deve fazer-se pelo recurso aos casos análogos regulados em leis administrativas ou aos princípios gerais do Direito administrativo ou do Direito público ... Só na falta deste é lícito lançar mão dos princípios gerais do Direito (público e privado) porventura contidos no Código Civil" (cf. "Manual de Direito Administrativo", ed. Bras., 1970, Tomo II, págs. 826-827).

Essa distinção é, pois, de inegável relevância para o caso dos autos.

Merece especial destaque a circunstância de que a opção manifestada pelo Poder Público Municipal, quando da aprovação e promulgação das suas referidas leis, se ateve aos limites da autonomia municipal, em matéria de sua estrita conveniência e peculiar interesse, cujo respeito vem assegurado no artigo 15 da Constituição da República.

Se é certo que o controle judiciário dos atos administrativos se faz apenas sob o ponto-de-vista da legalidade, que não alcança o exame dos critérios de conveniência e oportunidade, exsurge forçosamente a conclusão de que, no processo administrativo da dúvida, com maior razão, não se pode pretender impugnar a escolha manifestada pelo Poder Público, quando deliberou dispor do bem patrimonial

O processo de dúvida, assim, não é a via adequada para o Ministério Público exercer a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 1.180, do Código Civil, que, aliás, somente surge depois da morte do doador, e na hipótese de não haver este exigido a execução do encargo.

As razões trazidas pelo Ministério Público não autorizam a reforma do que ficou decidido em primeira instância, motivo pelo qual negam provimento aos dois recursos.

São Paulo, 22 de abril de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogados: Drs.

Ildefonso Pinto Nogueira Filho e Wilson Detogni Amaral.

Apelação Cível n.º 259.251 - Itapequerica da Serra - Apte.: Fariz Farah Elias e outros - Apdo.: - Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 259.251, da Comarca de Itapequerica da Serra, em que são apelantes Fariz Farah Elias e Outro, apelado o Oficial do Registro de Imóveis da referida Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Posta como preliminar a questão relativa à natureza do contrato, convém dizer que, a respeito, bem se orientou a sentença.

Os títulos, malgrado o nome a eles dados, configuram verdadeiras promessas de venda.

É oportuno assinalar, acolhendo o ensinamento de Orlando Gomes, que a promessa de compra e venda se distingue do contrato de compra e venda, porque neste "a obrigação fundamental consiste em transferir a propriedade da coisa pela transcrição, naquele, a obrigação do promitente-vendedor é contrair a obrigação de transferir, ou, por outras palavras, realizar o contrato de compra e venda" (Direitos Reis - n.º 262 - pág. 441).

Nos títulos apresentados, a chamada "outorgante-vendedora", na cláusula quarta, claramente se obrigou a comparecer a Cartório "para outorgar a escritura pública alusiva à presente venda", denunciando, com isso, a verdadeira natureza jurídica dos contratos firmados entre as partes.

2. Isto posto, não há como dar agasalho ao reclamo, pois, efetivamente, os títulos não satisfazem às exigências dos artigos 176, II/III e 225, § 1.º da Lei n.º 6.015, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.216, como já não satisfaziam às do Artigo 252, V, do Dec. n.º 4.857, de 1939.

De fato, embora se refiram, na caracterização do imóvel, a plantas e memoriais que os deveriam integrar, a verdade é que os documentos de fls. 21 a 22 só vieram para os autos após o pedido de registro, sendo certo que foram elaborados em época muito posterior à avença.

Ora, se o compromisso de compra e venda, uma vez inscrito, gera um direito real, possibilitando, na forma da lei, ao promitente-comprador, substituir o contrato definitivo por uma sentença constitutiva, que o autoriza a ter o bem em seu nome, mediante registro do ato judicial, terá ele de incidir sobre coisa caracterizada por seus elementos identificadores. O seu objeto há, pois, de ser certo e determinado.

A própria natureza do negócio jurídico, não fosse da lei a exigência, estaria a reclamar, como condição do registro, que o bem no documento, se caracteriza e se individualize perfeitamente. É uma decorrência do princípio da especialização, que emerge da própria índole do ato.

Pretende-se que a falha do título esteja suprida pelos documentos de fls. 21/22 e 23/24 ou seja, pelos memoriais descritivos e mapas das glebas objeto dos negócios.

Ocorre, porém, que tais documentos, obviamente aceitas pelos promitentes compradores, não estão autenticados pela vendedora como sendo os que, nos termos dos contratos, cláusulas terceira, deveriam vir integrá-los. Se tudo se resume na aceitação desses mapas e memoriais, para a caracterização das áreas negociadas (f. 105), todavia é certo que as partes contratantes, e não o Registro de Imóveis, são que devem manifestar tal aceitação.

Nessas condições, para que os documentos referidos possam ser considerados como parte integrante dos contratos celebrados, possibilitando o registro destes, necessário se torna que eles tragam, também, a aceitação das partes, como expressão do consentimento de todos os trabalhos e levantamentos procedidos.

A descrição do bem, ou está contida no ato, ou depende da anuência de todos, para, produzida posteriormente, vir a integrá-lo.

A dúvida, neste ponto, tem integral procedência, inviável a pretendida transmutação do objeto do contrato em parte ideal de imóvel indiviso (f. 108), que nunca esteve na intenção das partes negociar.

3. Houve-se, por igual, com acerto a sentença, quando repudiou a incorreta retificação do número de transcrição.

Irrelevante, no caso, o propósito que animou o apurado reparo.

Mesmo que se admita a ocorrência de uma inexatidão material, de um erro manifesto, tal

circunstância não autorizaria retificação produzida unilateralmente.

Vã a invocação da lei processual, que admite a retificação de inexatidões materiais ou erros de cálculo, pois, a autorização da lei adjetiva não permite que as retificações se processem por intermédio de qualquer pessoa, porque, como assinala Pontes de Miranda, comentando o Artigo 463 do atual Código de Processo Civil, competente para corrigir é, apenas, o Juiz prolator da sentença em que as inexatidões se encontram (Cf. Comentários ao Código de Processo Civil - Vol. V - pág. 103).

Da mesma forma, qualquer retificação de inexatidão ou erro contido em documento particular ou público, só pelas mesmas partes, não por uma delas isoladamente, poderá ser produzida.

4. Finalmente, fica anotada a necessidade de exibição do instrumento ratificatório do mandato de f. 20, expressamente mencionado nos títulos, como condição de recebimento destes.

5. Sanadas que foram as demais falhas apontadas na suscitação, pelos fundamentos agora desenvolvidos, fica a sentença confirmada.

São Paulo, 12 de maio de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advs. Drs. Irineu José Pascoal e Onésimo Silveira.

Apelação Cível n.º 260.375 - Promissão - Apte.: Rafael Uroz Baron - Apdos.: Mário de Almeida Galvão e Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 260.375, da Comarca de Promissão, em que é apelante Rafael Uroz Baron, apelados Mário de Almeida Galvão e Oficial do Registro de Imóveis,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Cabe ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis o exame dos requisitos formais de validade e legalidade dos títulos apresentados, devendo valer-se, em caso de dúvida, do procedimento previsto no artigo 198 da atual Lei dos Registros Públicos, o qual, porque de natureza administrativa, tem finalidade específica e não pode alcançar questões cujo deslinde pertença, com exclusividade, aos órgãos jurisdicionais.

Entre essas questões vedadas se inclui, inegavelmente, o reconhecimento de que a alienação do bem importou em fraude à execução, matéria complexa, dependente de provas outras, que não aquela haurível da simples exame formal do título.

Inclui-se, também, enquanto não houver invalidação judicial definida do título a simples alegação, de qualquer dos contratantes, de demanda pendente, visando a rescindir o negócio que deu causa à formação do documento examinado.

Questões dessa natureza ultrapassam a mero exame formal do título e, assim, não podem obstar, no juízo administrativo, ao ingresso do documento no registro imobiliário.

Na espécie, como reconheceu a sentença, a Escritura Pública de Venda e Compra de fls. 5/6 está formalmente em ordem, e a dúvida do Serventuário, porque circunscrita à circunstância de pesarem sobre o imóvel cinco penhoras judiciais, registradas anteriormente em favor de dois estabelecimentos bancários e de uma forma, de financiamento e investimento, não tem consistência hábil para obstar ao registro pretendido.

O Conselho Superior da Magistratura, apoiado na melhor doutrina e jurisprudência (Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos" vol. II, 5.ª ed., n.º 401, págs. 417 e segs.; "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado", vols. 15/502, 21/579 e 30/470; "Revista dos Tribunais", vols. 430/136 e 451/128), entende que a existência da penhora, ainda que inscrita, não impede a alienação do imóvel e, conseqüentemente o registro do título respectivo, uma vez que a constrição processual não tira ao executado a titularidade do domínio, nem a disponibilidade do bem penhorado.

Essa disponibilidade será, simplesmente, ineficaz, tanto quanto afete o direito pleiteado na ação que originou a penhora inscrita.

Assim, nada obsta a que um terceiro adquira imóvel sobre o qual exista penhora inscrita, porque a consequência é sujeitar-se esse adquirente aos efeitos que possam advir do resultado da ação,

sem que possa alegar boa-fé ou falta de conhecimento.
Como salientou a Procuradoria Geral da Justiça, o apelado exhibe título de sub-rogação nos direitos dos maiores credores, Banco Brasileiro de Descontos S/A. e Banca Bandeirantes S/A., conforme as cessões e transferências de fls. 45 a 48.
D.J., 26-5-77

Apelação Cível n.º 260.311 - Rio Claro - Apte. Arlindo Ungaretti - Apdo, Sr. Oficial do Segundo Cartório de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 260.311, da Comarca de Rio Claro, em que é apelante Arlindo Ungaretti e apelado o Sr. Oficial do Segundo Cartório de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACORDAM os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento.

Realmente, não tem o apelante título para reavivar, junto à Corregedoria-Permanente, matéria já encerrada por julgamento administrativo de que não recorreu.

A disponibilidade da área, para fins de filiação aquisitiva, é assunto reservado ao exame do Oficial do Registro de Imóveis, à vista dos elementos constantes de seus livros e arquivos. Face ao que ficou julgado na dúvida anterior, e se, após ela, alterações ocorreram no registro do título aquisitivo dos transmitentes, ao Oficial do Registro de Imóveis e que compete, em primeira mão, o reexame da disponibilidade em causa, para recebimento do título do apelante ou provocação de nova dúvida. Isso mostrou o Dr. Procurador da Justiça, com segurança (f. 116), Aliás, a denegação do registro não impedia o uso das vias contenciosas (Decreto n. 4.857-39, artigo - 113, parágrafo), e é incompreensível que o apelante permanecesse até agora sem disputar a respeito do seu domínio. Se ele recebeu a posse ao tempo de escritura, nada melhor do que ela para a evidência da questionada disponibilidade, devendo estar, já agora, até coberta pelos efeitos do usucapião.

Em suma, não foi legítimo o procedimento aqui encetado, ficando mantido o despacho recorrido, que o trancou liminarmente.

São Paulo, 6 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral de Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Alcyr Afonso Leopoldino.

Apelação Cível n.º 260.582 - Piedade. - Apte. Satoshi Sakaguti - Apdo. Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 260.582, da comarca de Piedade, em que é apelante Satoshi Sakaguti, apelado o Oficial do Registro de Imóveis.

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

A Escritura Pública de Divisão Amigável de fls. 7-11 se ressentiu de falhas que lhe tolhem o ingresso no registro imobiliário.

O título consigna que os contratantes, por força de diversas transcrições derivadas, houveram, em comumhão, um imóvel rural, sito no bairro do Douradinho ou Turvinho, com a área total de 75,022 ha., ou 31 alqueires, mais ou menos, dos quais, 26 alqueires ficaram pertencendo ao casal de Itaru Miyake e os restantes 5 alqueires ao casal de Nobuki Tanaka. Consigna, também, que, em virtude de levantamento perimétrico, procedido a mando dos contratantes, ficou apurado, extrajudicialmente, que a área correta do imóvel comum seria 61,30 ha. ou 25,35 alqueires, e não como constou dos registros aquisitivos, razão pela qual, por força da divisão contratada amigavelmente, coube ao casal de Itaru Miyake um imóvel com a área de 49,26 ha., ou 20,35 alqueires, e ao casal de Nobuki Tanaka o remanescente, com a área de 12,10 ha., ou 5 alqueires.

Obsta à extinção do condomínio, como convencionada, a circunstância de receber o casal de Nobuki Tanaka área inferior à do módulo regional, fixado pelo INCRA. O anterior cadastramento

dessa área, como propriedade rural exclusiva, é irrelevante, porque não afasta a expressa proibição legal de desmembramento da propriedade, estabelecida no Estatuto da Terra. Verifica-se, ademais, divergência de característicos, no que concerne à área, entre os dados constantes do título apresentado e os que figuram no Registro de Imóveis, lançados quando da transcrição dos títulos aquisitivos. Nessas condições, o título deixa de cumprir o requisito da continuidade, reputando-se irregular (Lei n.º 6.015-73, artigo 225, parágrafo 2.º). Não pode ser admitido.

Impõe-se preliminar retificação do registro anterior, a esta terá de ser feita por despacho judicial, observadas as cautelas legais (artigo 213 da citada lei).

A questão por último colocada pelo dr. Procurador da Justiça (fl. 52) fica para exame na Comarca, pela Corregedoria-Permanente, à vista dos elementos que os interessados possam oferecer, quando vencidos os óbices já agora opostos à admissão do título.

São Paulo, 6 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Satosbi Sakaguti.

Apelação Cível n.º 260.763 - Ibitinga - Aptes.: Judith Constantino e outros - Apdo.: Oficial Substituto do Cartório de Registros Públicos.
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 260.763, da comarca de Ibitinga, em que são apelantes Judith Constantino e outros, apelado o Oficial Substituto do Cartório de Registros Públicos,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O título em causa, consubstanciado na Escritura Pública de Divisão Amigável de fls. 4-11, não preenche os requisitos de legalidade e validade, pelo que impróprio a ingressar no registro imobiliário.

Como esclarece o Oficial suscitante, os área inferior a 13 hectares, que é a fração mínima de parcelamento constante de Certificado de Cadastro do INCRA, mencionado no próprio título (fls. 10).

Existe, assim, óbice legal à lavratura do registro pretendido, pois o art. 65 da Lei Federal n.º 4.504-64, que é de ordem pública, impede a divisão de gleba rural em quinhões de área menor que a prevista para o módulo, ainda que para cessar o condomínio preexistente entre os co-proprietários.

Referida lei objetiva evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos e incide sempre, porque de ordem pública, mesmo nos casos de comunhão surgida antes da sua vigência.

Como consta dos autos, esta é a orientação recente do Conselho Superior da Magistratura (Apelação Cível n.º 256.054, de Salto, julgada em 8-11-1976; Apelação Cível n.º 258.595, de Laranjal Paulista, julgada em 11-2-1977; Apelação Cível n.º 258.863, de Fernandópolis, julgada em 1.º 04-1977), a qual corresponde ao entendimento firmado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 78.048.

A decisão recorrida, porque conforme àquela orientação, não pode ser reformada.

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Adv. Dr. Geraldo Teixeira de Godoy.

Apelação Cível n.º 260.693 - Capital - Apte.: Sidon Construtora S/A. - Apte.: Oficial do 4.º Cartório de Registro de Imóveis da referida Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 260.693, da Comarca da Capital, em que é apelante Sidon Construtora S/A. e apelado o Oficial do Registro de Imóveis da referida

Comarca.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., repetir a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Preliminarmente, bem andou a decisão recorrida quando denegou o pedido de ciência à Prefeitura Municipal, formulado pela apelante, com amparo no artigo 50, e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil.

De fato, como ponderado às fls. 22, não se pode ver, no processo administrativo da dúvida, a existência de lide, que justifique a convocação de terceiro para assistir a uma das partes.

Embora o artigo 201, da Lei 6.015-73, permita a realização de diligências, e o artigo 202 admita o recurso de terceiro predicado, nada muda a natureza administrativa do processo de dúvida, a que não se aplicam as regras processuais que a apelante invoca.

2. No mérito, cumpre acentuar que a pretendida vinculação da totalidade do terreno às edificações licenciadas, que a legislação municipal n.º 10.107-72 imaginou a formalidade da averbação do alvará no Registro de Imóveis, não constitui direito real.

Trata-se de obrigação pessoal, sancionável em âmbito administrativo apenas, e nos moldes preestabelecidos em posturas municipais.

Nestes termos, a providência se evidencia ineficaz e desnecessária, pois, de um lado, não iria impedir o indesejado desmembramento do terreno, porque o Registro de Imóveis, como diz a sentença, não poderia deixar de acolher títulos transmissivos que nisso implicasse, nada impedindo o proprietário de, a qualquer tempo, fazer cancelar a averbação; de outro lado, tem a Municipalidade, através de seus cadastros, elementos suficientes para o controle dos terrenos vinculados, uma vez que todas as transmissões imobiliárias recebem comunicação, através de certidões fornecidas pelos Cartórios de Registro.

Não há notícia de precedente na matéria, o que mostra ter caído em desuso o decreto municipal, certamente por vazio de efeitos.

3. Pelas razões expostas, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 6 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr.

Gastão Toledo de Campos Mello Filho.

D.O.J. 24-6-77

Apelação Cível n.º 261.031 - Taubaté - Apte.: Benedito Alves Cândido e outros - Apdos.: Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos e outros.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 261.031, da comarca de Taubaté, em que são apelantes Benedito Alves Cândido e outros, apelados o Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos e outros.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls. dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Consoante decisões recentes, deste Conselho, tomadas nos Agravos de Petição n.ºs 248.474, 249.860 e 250.008, a investigação da legitimidade da penhora é tarefa, do Juiz da causa. Ele é que vai examinar, em cada caso, ante a defesa do executado, ou ante os embargos de eventuais terceiros, se a constrição judicial subsiste ou não.

Quem não se conforme com a sentença, vá impugná-la lá, no foro da causa, através das providências processuais adequadas.

Não é problema do Oficial, nem da Corregedoria, defender os interesses individuais que o litígio judicial possa atingir. É lá, perante o Juiz que mandou registrar a penhora, que eventuais atingidos deverão defender os seus direitos.

Na espécie, o cumprimento do mandado de fls. 3/4, expedido pelo MM. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Taubaté, nos autos do processo de execução trabalhista n.º 449-76, em que são exequentes os ora apelantes, executada a firma Indústrias Químicas Vera Cruz S/A., para fins de registro da penhora judicial, não podia ser recusado no Registro de Imóveis. A responsabilidade dos titulares da transcrição n.º 44.602, ora apelados, na condição de sócios

ou ex-sócios da firma executada, restou reconhecida perante a Justiça do Trabalho, na conformidade da sentença documentada às fls. 81-84 que, conquanto ainda sujeita ao recurso noticiado às fls. 99-101, rejeitou os Embargos de Terceiro e manteve subsistente a constrição judicial.

O Oficial, suscitada a dúvida, a Corregedoria, acolhendo-a, ultrapassaram os lindes da atividade administrativa de que são detentores, pois atingiram e afrontaram a atividade jurisdicional do Poder Judiciário, representada pela decisão do Juiz do Trabalho que dirimiu controvérsia judicial e ditou o Direito a ser aplicado.

A matéria está afeta à jurisdição da Justiça do Trabalho, a que não se pode sobrepor a jurisdição administrativa da Corregedoria dos Órgãos de Registro Público.

Certo ou errado, a junta de Conciliação e Julgamento envolveu os proprietários do imóvel na execução de que se trata; determinou a penhora e a tem por boa e regular para os fins executórios.

O Registro de Imóveis só tem que respeitar o que foi disposto na jurisdição competente, perante a qual as razões dos prejudicados terão de ser deduzidas em processo próprio, para alcançarem o levantamento da penhora.

Ante o exposto, dão provimento ao recurso e autorizam o registro da penhora judicial documentada às fls. 3-4.

São Paulo, 27 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogados: Drs.

Almir Pazzianotto Pinto, João Pereira Cerralvo e Terezinha Aparecida da Silva Ronconi.

**Apelação Cível n.º 261.330 - Sorocaba - Apte.: Município de Sorocaba -
Apdo.: Oficial Substituto do 1.º Cartório do Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 261.330, da Comarca de Sorocaba, em que é apelante o Município de Sorocaba, apelado o Oficial Substituto do 1.º Cartório do Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Não merece reparo a sentença recorrida, que repeliu a pretensão da Municipalidade de ver matriculados em seu nome, no registro imobiliário, os espaços livres do loteamento denominado "Jardim Planalto", reservados pelas anteriores proprietárias, desde a aprovação do projeto, à abertura de ruas, área de recreação, jardim e prédio público.

Trata-se de loteamento regular, inscrito desde 21 de outubro de 1969 (fls. 5), pelo que legalmente inalienáveis as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta (art. 3.º do Decreto-Lei Federal n.º 58, de 10 de dezembro de 1937; art. 3.º do Decreto Federal n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938).

Dispôs a lei que, desde a inscrição do loteamento, passam a integrar o domínio público do Município as vias e praças e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, ressalvando ao proprietário ou loteador a reintegração judicial dessas arcas em seu domínio privado, quando não se efetuarem vendas de lotes (art. 4.º e seu parágrafo único, do Decreto-Lei Federal n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967).

Não há dúvida, portanto, de que os espaços livres do loteamento "Jardim Planalto", na forma constante do projeto e do memorial descritivo aprovados, integram, "ex vi legis", e por sua destinação, o domínio público do apelante, independentemente de qualquer assento no registro imobiliário.

Argumenta o apelante com preceitos do Código Civil (fls. 23). Não se confundem porém, as sistemáticas legislativas que disciplinam o domínio privado e o público.

Sujeita-se, o primeiro, aos dispositivos da legislação civil, porque o referido Código regula, os direitos e obrigações de ordem privada, concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações (art. 1.º).

A Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos,

apenas disciplina os serviços estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art. 1.º); e foi por essa razão que o Oficial suscitado não encontrou, no diploma, previsão para a lavratura dos assentos pretendidos (fls. 8).

Em comentário ao artigo 1.º do Estatuto Civil, Clóvis adverte que "o pensamento do artigo é assinalar que no Código Civil se não encontram disposições relativas ao direito público" ("Comentários", ed. 1927, vol. 1.º pág. 162). Quando trata dos bens públicos, a doutrina civilista lembra que faz incursão em terreno alheio (cf. Washington, P. Geral, ed. 1970, pág. 163); Sílvio Rodrigues, P. Geral, ed. 1976, § 60, pág. 127), explicando o Prof. Orlando Gomes, que o Código Civil só se ocupa dos bens públicos, domínio do direito administrativo, no propósito de "tornar completa a sistemática" (cf. Introdução, ed. 1957, § 159, pág. 239).

Totalmente diversa a situação, relativamente aos bens do domínio público.

A propósito, o Prof. Hely Lopes Meirelles esclarece que "o domínio patrimonial do Estado sobre os seus bens é direito de propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial. A esse regime se subordinam todos os bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos, e, como tais, regidos pelo direito público, embora supletivamente se lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas, advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem apenas, as omissões das leis administrativas" (cf. "Direito Administrativo Brasileiro", 3.ª ed., RT, págs. 463-464, 4.ª e 5.ª edições, pág. 470).

Semelhante observação faz Marcello Caetano (cf. "Manual de Direito Administrativo", ed. Bras., 1970, tomo II, págs. 826-827).

Essa distinção, de inegável relevância para o caso dos autos, mostra a desnecessidade de qualquer assento dos bens do domínio público no registro imobiliário, pelo que descabida a pretensão do apelante, à vista do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei Federal n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 27 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Ativ.: Dr. Vicente de Oliveira Rosa.

**Apelação Cível n.º 261.332 - Sorocaba - Apte.: Município de Sorocaba -
Apdo.: Oficial Substituto do 1.º Cartório do Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 261.332, da comarca de Sorocaba, em que é apelante o Município de Sorocaba, apelado o Oficial Substituto do 1.º Cartório do Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Não merece reparo a sentença recorrida, que repeliu a pretensão da Municipalidade de ver matriculados em seu nome, no registro imobiliário, os espaços livres do loteamento denominado "Jardim Izabel", reservados pela anterior proprietária, desde a aprovação do projeto, à abertura de ruas, área de recreação, jardim e prédio público.

Trata-se de loteamento regular, inscrito desde 16 de maio de 1960 (fls. 5), pelo que legalmente inalienáveis as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta (art. 3.º do Decreto-Lei Federal n.º 58, de 10 de dezembro de 1937; art. 3.º do Decreto Federal n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938).

Dispôs a lei que, desde a inscrição do loteamento, passam a integrar o domínio público do Município as vias e praças e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, ressalvando ao proprietário ou loteador a reintegração judicial dessas áreas em seu domínio privado, quando não se efetuarem áreas em seu domínio privado, quando não se efetuarem vendas de lotes (artigo 4.º e seu parágrafo único, do Decreto-Lei Federal n.º 261, de 28 de fevereiro de 1967).

Não há dúvida, portanto, de que os espaços livres do loteamento "Jardim Izabel", na forma constante do projeto e do memorial descritivo aprovados, integram "ex vi legis", e por sua

destinação, o domínio público do apelante, independentemente de qualquer assento no registro imobiliário.

Argumenta o apelante com preceitos do Código Civil (fls. 24). Não se confundem porém, as sistemáticas legislativas que disciplinam o domínio privado e o público.

Sujeita-se, o primeiro, aos dispositivos da legislação civil, porque o referido Código regula os direitos e obrigações de ordem privada, concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações (art. 1.º).

A Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, apenas disciplina os serviços estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (artigo 1.º); e foi por essa razão que o Oficial suscitado não encontrou no diploma, previsão para a lavratura dos assentos pretendidos (fls. 13).

Em comentário ao artigo 1.º do Estatuto Civil, Clóvis adverte que "o pensamento do artigo é assinalar que no Código Civil se não encontram disposições relativas ao direito público" ("Comentários", ed. 1927, vol. 1.º pág. 162). Quando trata dos bens públicos, a doutrina civilista lembra que faz incursão em terreno alheio (cf. Washington, P. Geral, ed. 1970, pág. 163; Sílvio Rodrigues, P. Geral, ed. 1976, § 60, pág. 127), explicando o Prof. Orlando Gomes que o Código Civil só se ocupa dos bens públicos, domínio do direito administrativo, no propósito de "tomar completa a sistemática" (cf. Introdução, ed. 1957, § 159, pág. 239).

Totalmente diversa a situação, relativamente aos bens do domínio público.

A propósito, o Prof. Hely Lopes Meirelles esclarece que "o domínio patrimonial do Estado sobre os seus bens é direito da propriedade, mas direito de propriedade pública, sujeito a um regime administrativo especial. A esse regime se subordinam todos bens das pessoas administrativas, assim considerados bens públicos, e, como tais, regidos pelo direito público, embora supletivamente se lhes apliquem algumas regras da propriedade privada. Mas, advirta-se que as normas civis não regem o domínio público; suprem, apenas, as omissões das leis administrativas" (cf. "Direito Administrativo Brasileiro", 3.ª ed., RT, págs. 463-464, 4.ª e 5.ª edições, pág. 470).

Semelhante observação faz Marcello Caetano (cf. "Manual de Direito Administrativo", ed. Bras., 1970, tomo II, págs. 826-827).

Essa distinção, de inegável relevância para o caso dos autos, mostra a desnecessidade de qualquer assento dos bens do domínio público no registro imobiliário, pelo que descabida a pretensão do apelante, à vista do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei Federal n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 27 de junho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Dr. Vicente de Oliveira Rosa.

D.J. 6.7.77

Apelação Cível 282.057 - Bauru - Apte.: Ministério Público - Apdo.: Antônio Sementille Filho.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação Cível n.º 262.057, da Comarca de Bauru, em que é apelante o Ministério Público e Apelado Antônio Sementille Filho.

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., não conhecer do recurso, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça.

Correta é a preliminar levantada pela Douta Procuradoria Geral da Justiça. Os autos não trazem dúvida de Serventuário, cuja declaração o interessado deixou de requerer (Lei 6015-73, art. 198), limitando-se a encaminhar um pedido de providência administrativa, afinal acolhido pela Corregedoria-Permanente com a ordem de matrícula de uma carta de arrematação e de anulação de transcrições anteriores, pertinentes ao imóvel arrematado, que, segundo entendido, "se operaram em fraude de execução".

Descabendo ao Conselho Superior da Magistratura o reexame da decisão em foco, deve o

recurso ser encaminhado à apreciação da Corregedoria Geral da Justiça (Cód. Judiciário, art. 246).

Custas "ex lege".

São Paulo, 4 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Drs.

Munir Zugaib e Chaquer Mussalam.

D.O.J. 22-7-77

Apelação Cível n.º 262.060 - Itanhaem - Apte.: Espólio de Gustavo Adolpho Pinto Pacca Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.060, da Comarca de Itanhaem, em que é apelante o Espólio de Gustavo Adolpho Pinto Pacca, apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

A averbação do desmembramento do imóvel em áreas menores encontra amparo no n.º 4 do item II do art. 167 da Lei dos Registros Públicos (n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com as alterações posteriores) e, portanto, em nada contraria os dispositivos do Decreto-Lei Federal n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, os quais dispõem sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, por oferta pública, estabelecendo disciplina específica.

O apelante, entretanto, demonstra não haver compreendido o alcance da regra invocada (item I do art. 169 da Lei dos Registros Públicos) e do entendimento firmado por este Conselho, no precedente apontado (Acórdão de 1.º de novembro de 1976, proferido na Apelação Cível n.º 256.164, da Comarca de Itanhaem, em que foi apelante Armando Ferretti).

A norma estabelece que as averbações serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição.

Isto significa, em outras palavras, que a averbação, como providência acessória, está vinculada à matrícula ou ao registro anterior, que são os atos principais a serem corrigidos ou alterados (art. 246 da Lei dos Registros Públicos).

Na espécie, está esclarecendo que o "de cujus" houve, por força das transcrições aquisitivas n.ºs 25.877, 28.710 e 29.047, da 3.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Santos, um imóvel litorâneo, que dividiu em duas glebas, denominadas "A" e "B" respectivamente. A gleba "A", com frente para o mar, foi loteada, na conformidade do Decreto-Lei Federal n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e o plano respectivo está inscrito sob n.º 72, desde 5 de março de 1954, na 3.ª Circunscrição Imobiliária de Santos. A gleba "B", contígua à primeira, não foi loteada, mas totalmente desmembrada em quadras (de M a VI), lotes, vias públicas e espaços reservados, com aprovação da Municipalidade, de Mongaguá, que cadastrou os lotes, individualmente, para fins tributários.

A pretendida averbação do desmembramento total da gleba "B", assim, jamais poderia ser efetuada no Cartório de Registro de Imóveis de Itanhaem, porque as transcrições aquisitivas estão lançadas na Comarca de Santos.

Não tem amparo legal, portanto, o pedido do apelante, que pretende obter a referida averbação à margem "da matrícula que se abrir" (fls. 4).

No caso, além disso, ocorre a total ausência de título do pretendido desmembramento, que possa ser recebido em Cartório (Lei n.º 6.015 cit., art. 221), evidenciando-se que o apelante se lança à procura do caminho mais complexo, que o do simples registro do loteamento para alcançar a regularidade da situação de fato criada.

Ante o exposto, negam provimento.

São Paulo, 8 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr.

Albertino de Almeida Baptista.

D.J. 23-7-77

Apelação Cível n.º 261.900 - Aptes.: - Espólios de José Navarra e Gersumina Manetti Navarra - Apdo.: - Oficial Interino do 3.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 261.900, em que são Apelantes os Espólios de José Navarra e Gersumina Manetti Navarra, por sua inventariante Gioconda Navarra de Vicenzo, e apelado o Oficial Interino do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, integrado neste o relatório de falhas, negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. O pedido de conversão do julgamento em diligência não merece agasalho.

Com efeito, os motivos invocados pelo suscitante, ora apelado, no processo n.º 82/77 (fls. 2-4), e, bem assim, os títulos trazidos para os autos, bastam ao perfeito deslinde da matéria, não se justificando a providência reclamada pelos recorrentes com apoio no artigo 201 da Lei dos Registros Públicos.

2. O recurso não pode prosperar.

É que, como bem demonstrou o Oficial suscitante, às fls. 2-4, Alexandrina Buono de Assumpção e seu marido Francisco Augusto, que venderam o imóvel a José Navarra, esgotaram por completo, através de várias transmissões, todas devidamente registradas, a transcrição n.º 22.272, a que se deve filiar o registro da escritura, porque nesta indicada.

Examinando-se o objeto das transcrições ris. 22.676, 27.202, 29.395 e 35.997, vê-se que a soma das testadas dos imóveis alienados perfaz um total de 128,00 (cento e vinte e oito) metros, quando) imóvel descrito na transcrição

n.º 22.272, tem, de frente, apenas 114,00 (cento e catorze) metros.

O excesso de área é admitido pelos próprios recorrentes, pois estes, na manifestação de fls. 47, consignam que a transcrição n.º 22.272 contempla uma área de aproximadamente 6.670,00 (seis mil e seiscentos e setenta) metros quadrados, enquanto as alienações, que deram causa às transcrições já referidas, somam 7.738,00 (sete mil e setecentos e trinta e oito) metros quadrados,

Essas observações mostram que a transcrição n.º 22.272, da 3. Circunscrição Imobiliária, efetivamente, se exauriu, trancando a possibilidade de registro da escritura de fls. 6-8 do apenso, o que impede, por consequência, o registro da carta de adjudicação.

3. Evidentemente, os autos não trazem hipótese de simples retificação de registro, com apoio no artigo 213 da Lei n.º 6.015, de 31-12-73, uma vez que não ficou demonstrada a ocorrência de erro, retificável mediante simples requerimento do interessado.

A retificação, referida no artigo 213, mostra Afrânio de Carvalho, só abrange incorreções de fatos inexatamente mencionados no registro, que interessem apenas a uma das partes, por se referirem "à sua identidade ou à identidade do objeto que lhe pertence" (cf. Registro de Imóveis - Forense - 1976 - pág. 177).

Ora, no caso, embora os recorrentes se refiram a inexatidão na referência ao número da transcrição, no título que pretendem registrar, o erro ou engano não restou demonstrado.

Ao contrário, o n.º 22.272 figura, não só na escritura aludida, como também no formal extraído dos autos do inventário.

O documento n.º 3, que os recorrentes fizeram juntar por linha, por sua vez, não prova a ocorrência de qualquer equívoco sendo irrelevante, na hipótese, a demonstração de que a transcrição n.º 22.272, se encontre filiada à 6.806, que contempla uma área maior.

Efetivamente, embora a transcrição n.º 6.806 compreendesse propriedade mais extensa, com cerca de 12.600,00 (doze mil e seiscentos) metros quadrados, a verdade é que ela se refere a uma área adquirida por Antônio Buono e sua mulher, em 23 de outubro de 1917, enquanto que a transcrição n.º 22.272 nasceu de uma carta de adjudicação, expedida no inventário de Antônio Buono da Silva, julgado por sentença vinte e dois anos depois, conforme bem esclarecido na letra "a" dos motivos inspirados da dúvida que deu causa ao processo 82/77, apensado a estes autos.

Não se depara, por esses motivos, com erro que justifique retificação por simples requerimento

do interessado.

4. Por último, vale notar que os recorrentes, quando acenam a erro na menção do número da transcrição, como se vê nas razões do recurso, e, depois, apontam erros na indicação da metragem do terreno, como está escrito na letra "d" da petição juntada por linha, alterando, assim, os motivos da sua crítica à sentença, estão também, pondo à mostra o acerto do decisório recorrido, que reconheceu a procedência de dúvidas.

5. Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 5 de agosto de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor do Tribunal de Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Carlos Edgard Corrêa.

D.J. 16-8-77

Apelação Cível n.º 262.486 - Itaporanga - Apte.: Herculano de Almeida Pires - Apdo. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.486, em que é Apelante Herculano de Almeida Pires, e Apelado o Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itaporanga.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Para melhor compreensão da hipótese em julgamento, convém consignar, em forma sintética, que Paulino Colaço Júnior e sua mulher, proprietários, por força da transcrição n.º 14.926, do Registro de Imóveis da Comarca de Itaporanga, de uma área de 421 (quatrocentos e vinte e um) alqueires, através de compromissos distintos, prometeram a venda da totalidade desse imóvel, fracionando-o em duas partes iguais, correspondentes, portanto, a 210,5 (duzentos e dez e meio) alqueires cada uma.

Uma dessas partes foi compromissada a Jamil. Abo Arrage, que, posteriormente, cedeu os seus direitos ao apelante.

Observe-se, ainda, que, por escritura de retificação e ratificação, Jamil Abo Arrage e o apelante, ao verificarem que a gleba, objeto do negócio entre eles realizado, tinha área maior do que aquela constante do primitivo compromisso, por via da escritura de fls. 14-15, corrigiram a extensão territorial, aumentando-a para 235,33 (duzentos e trinta e cinco e trinta e três centésimos) alqueires, isto é 569,5 (quinhentos e sessenta e nove e meio) hectares. Ocorreu, portanto, um acréscimo de 24,83 (vinte e quatro e oitenta e três centésimos) alqueires, conforme foi consignado, na sentença.

2. Exposta a questão de fato, assenta-se, de início, que a sentença andou bem quando repeliu o primeiro fundamento da suscitação, consistente na falta de descrição da área remanescente.

É que o título, que se pretende registrar, descreve, minuciosamente, o imóvel que constitui seu objeto, de sorte que se torna prescindível a descrição da parte restante,

A descrição da parte remanescente, como já decidiu este Conselho, "não constitui evidência legal, razão pela qual não pode ser reclamada como condição para o registro ou para a matrícula, embora constante do Provimento do Juízo" (Apelação Cível n.º 256.851, da Comarca de Piraju).

3. Tal circunstância, porém, não impede que se reconheça a procedência da dúvida, por falta de disponibilidade na transcrição n.º 14.926, a que se deve filiar o registro da escritura.

Efetivamente, a transcrição n.º 14.926, do Registro de Imóveis da Comarca de Itaporanga, alude, com precisão, a um imóvel com área de 421 (quatrocentos e vinte e um) alqueires, não comportando o registro do título alienatório de duzentos e trinta e cinco alqueires e trinta e três centésimos (235,33) porque, à sua margem, já existe a inscrição n.º 3.094, de 14 de agosto de 1974, do compromisso celebrado com Eir Zahonl, que abrange a área de 210,5 (duzentos e dez e meio) alqueires.

O excesso, referido na escritura de retificação e ratificação de fls. 4, truncou, assim, a possibilidade de ser efetivado o registro, porque não se acomoda a disponibilidade existente na transcrição n.º 14.926.

É irrelevante, no caso, que o proprietário tenha, através da escritura de fls. 18/19, concordado

com a retificação e ratificação avençada na escritura de fls. 14115, pois, constituindo a promessa de venda verdadeiro direito real à coisa alheia, ela produz, como mostra Orlando Gomes "uma paralisação do direito de propriedade na sua dinâmica, por antecipação conferida a quem vai adquiri-lo" (Cf. Direitos Reais - pág. 440).

O proprietário, por força da inscrição dos compromissos celebrados com os promitentes compradores, já não podia transmitir, alienar ou onerar a coisa.

É indiferente, também, como foi salientado às fls. 48-49, que a venda tenha sido realizada "ad corpus" ou "ad mensuram", pois a distinção não faz desaparecer a divergência entre as áreas mencionadas na transcrição anterior e na escritura apresentada para registro.

4. Por último, a retificação e ratificação produzidas na inscrição do compromisso, através das averbações das escrituras de fls. 14/15 e 18119, certificadas às fls. 16 e 20, respectivamente, em nada interferem no deslinde da matéria, porque não atingiram a transcrição n.º 14.926, que, assim, permaneceu sem disponibilidade (item 3 supra). Além disso, não estando ajustadas às exigências do art. 213 da Lei de Registros Públicos, não podem ser, agora, aproveitadas. Com efeito, no regime jurídico, vigente, a retificação, que importe em alteração da área do imóvel, só pode ser efetivada, no Registro de Imóveis, mediante despacho judicial, com audiência de todos os interessados.

Os compromissos outorgados por Paulino Colaço Júnior e sua mulher, quer a Jamil Abo Arrage, quer a Elias Zahonl, não estão nos autos. Desconhecem-se-lhes as extensões. Todavia, ainda que não criem confrontação direta entre o apelante e Elias como afirmado, a gleba de interesse do apelante confronta com outras propriedades, que o título menciona, inclusive com a estrada municipal, que se interpõe entre as duas glebas da primitiva Fazenda Santa Rosa; e não se vê que tenha havido despacho judicial, após audiência de todos os confrontantes, o alienante ou seus sucessores e o Ministério Público (art. 213, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º da Lei n.º 6.015/73). A forma prescrita em lei não foi, pois, observada para alcançar a pretendida retificação de área, ficando comprometido o ato jurídico que se procurou produzir (Cód. Civil, art. 82).

O apelante complicou inutilmente o seu negócio, pois podia ter recebido a escritura definitiva sem qualquer inovação, reservando-se para retificar, depois de transcrita ela, a área de sua aquisição, pelo processo traçado na lei dos Registros Públicos. Da forma como agiu, acabou criando um título irregular (art. 225, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6.015/73), que não pode ter ingresso no registro público.

5. Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 15 de agosto de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. José Xavier de Mendonça Neto.

Apelação Cível n.º 262.861 - São Paulo - Apte.: Primeiro Curador de Registros Públicos da Capital - Apdo.: Bansulvest - Banco de Investimento S/A.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.851, da comarca de São Paulo, em que é apelante o Primeiro Curador de Registros Públicos da Capital e apelado Bansulvest Banco de Investimento S/A.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas "ex-lege".

1. Os autos resumem o seguinte tema:

A Corregedoria Permanente, repelindo dúvida do Registro de Imóveis, autorizou o registro de uma penhora levada a cabo em autos de execução, consoante certidão expedida para os fins do art. 239 da Lei n.º 6015/73 (fls. 314). Assim decidiu o Magistrado, na trilha de recentes julgados do Conselho Superior da Magistratura (agravos de petição n.º 248.474, 249.860 e 250.008), estabelecendo que os Oficiais do Registro de Imóveis e a Corregedoria não podem embaraçar o cumprimento de ordem judicial, restando aos prejudicados a defesa de seus direitos perante o juiz que ordenou a penhora.

A isto, opõe o recorrente a tese de que é impossível o registro de penhora sobre o imóvel que,

antes da constrição judicial, já estava compromissado a venda, hipótese não alcançada pela atual jurisprudência do Conselho Superior da Magistratura, que só permite o registro de penhora sobre imóvel de domínio de terceiro, nos casos de fraude à execução.

2. A respeitável sentença, fundada na orientação do Conselho Superior da Magistratura, deve ser mantida, não sendo exato que os precedentes acórdãos, invocados no recurso, contenham a restrição que o recorrente vislumbra.

Esses acórdãos, proferidos no agravo de petição n.º 249.860, de São Paulo (que reitera os fundamentos de precedente julgado, no Agravo de Petição n.º 248.474, de São Paulo) e no Agravo de Petição n.º 250.008, de Campinas, estão publicados, respectivamente, na "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" volume 41, págs. 394-395, e na "Revista dos Tribunais", volume 485, págs. 89/91, e volume 488, págs. 112/113.

Quando mencionam os bens alienados em fraude de execução, os referidos arestos não estabelecem nenhuma condição ao registro da penhora, mas dão mero exemplo de hipótese em que a penhora atinge bem que já se acha no domínio de terceiro; e isto, no exclusivo propósito de demonstrar que o fato do imóvel não estar no patrimônio do executado não constitui óbice, quer à penhora, quer ao respectivo registro.

O Conselho Superior da Magistratura jamais poderia criar a condição suposta no presente recurso, quando, justamente ao contrário, vem enfatizando a impropriedade do deslocamento das questões jurisdicionais para o campo da atividade administrativa da Corregedoria Permanente.

"Muito se falou do descabimento, em processo de dúvida, do exame de fraude que inquiere os atos alienatórios de bens. Ora, exatamente porque essa discussão aqui não cabe, é que o mandato judicial não pode ser contestado." (Rev. Tribs., 488/113).

O Juiz competente para dirimir dúvida de Serventuário do Registro Público, ao fazê-lo, não exerce atividade jurisdicional, nem mesmo na modalidade processual de jurisdição voluntária (cf. Rev. Jurispr. TJSP, vol. 43, págs. 415-417), mas atividade administrativa "stricto-sensu", sujeita, aliás, ao controle jurisdicional, que pode ocorrer, inclusive, em Juízo singular de primeira instância (v. art. 204, da Lei n.º 6.015/73).

Assim sendo, a investigação da legitimidade da penhora é tarefa do juiz da causa. Ele é que vai examinar, ante a defesa do executado, ou ante os embargos de eventuais terceiros, se houve fraude na alienação do patrimônio do executado e se a penhora feita subsiste ou não. A Corregedoria Permanente limita-se a verificar se o título trazido a registro se reveste dos requisitos formais que lhe dão trânsito (v. Rev. Tribs., 388/112-113).

O terceiro, que compromissou a aquisição do imóvel penhorado, não tem título mais vigoroso que o detentor de escritura definitiva de venda e compra. E este, nem por isso prescindiria dos embargos, no juízo executório, para livrar-se da constrição judicial.

Consignou-se, aliás, no julgamento do agravo de petição n.º 249.860:

"A penhora em foco é resultante da atividade normal e legal do Juiz que a mandou fazer. É um fato que existe, chancelado pela autoridade do órgão estatal. Deve constar do Registro Público, atingindo a matrícula do imóvel penhorado, para ensejar o conhecimento de terceiros, em qualquer relação jurídica que o alcance. Deixar de registrá-la, seria permitir a sonegação de relevante dado informativo, frustrando a finalidade precípua do instituto".

"Demais, devendo-se acreditar que o imóvel seja posto em praça no juízo da execução, há de o Poder Público colocar-se do lado de eventual adquirente, a menos que pretenda enganá-lo, vendendo sem poder assegurar ao comprador a eficácia do negócio".

"Ainda, do registro da penhora irá resultar, para o atual detentor da transcrição, a consciência de que o imóvel será mesmo, e eficazmente, praxeado. É um efeito de suma relevância, pois fará o interessado, tanto que dela tome conhecimento, mexer-se, em defesa de seus interesses, sem pretender que o Registro de Imóveis o substitua na lide e por ele". (cf. Rev. Jurispr. do TJSP., vol. 41, pág. 395).

Em suma, o que esses julgados estabelecem é que o Registro de Imóveis não pode erigir-se, como dique, contra o livre curso da atividade jurisdicional do juízo executório, e que o Juiz Corregedor Permanente, órgão administrativo, não é censor do Poder Judiciário, nem pode cerceá-lo, usurpando-lhe a atribuição de dizer o Diretor nos dissídios individuais.

O registro da penhora não vai criar, nem extinguir direitos, para uns ou para outros. Apenas dá publicidade a um ato jurisdicional que existe e que precisa figurar no cadastro público do imóvel, para que terceiros não venham a envolver-se em negócios na ignorância dos fatos que vinculam

ou oneram determinado bem.

A Corregedoria Administrativa dos Registros Públicos não indaga, nem discute, se determinado ato judicial (no caso, a penhora) foi bem ou mal praticado, se vai substituir ou não. Isso pertence à esfera jurisdicional e deve ser decidido pelo juiz que ordenou a penhora e mandou registrá-la. Tudo quanto compete ao Oficial do Registro é, acolhido o título que lhe foi apresentado, registrá-lo e informar ao Juízo da penhora a existência da hipoteca e do compromisso de compra e venda anteriormente registrados. Ao juiz da penhora fica o encargo das providências tendendo ao resguardo da eficácia da execução a que preside. Como a sentença já determinou tal comunicação (f. 20), as cautelas administrativas estão exauridas.

Se a hipoteca é mais do que o compromisso de venda e não impede o registro da penhora, no que convém o parecer e a sentença (fls. 10 e 12), não se vê como possa o compromisso, que é menos, ter tal força impeditiva. Isso se diz sob o ângulo administrativo. Único aqui versado, porque saber se o compromisso de compra e venda atribui aquela prioridade e exclusividade que a Curadoria sustenta (fl. 10), é tarefa a ser examinada em cada caso ocorrente, à vista do respectivo suporte fático, e pelo juiz da execução, ou seja, pelo detentor da função jurisdicional, perante quem tais interesses têm de ser deduzidos e discutidos.

Assim sendo, negam provimento ao recurso, para confirmar a respeitável sentença que ordenou o registro da penhora.

São Paulo, 22 de agosto de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Tarcísio Sílvio Beraldo.

Apelação Cível n.º 262.196 - Jundiaí - Apelante: Joaquim Rossi - Apelado: Oficial do Primeiro Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.196, da comarca de Jundiaí, em que é apelante Joaquim Rossi e apelado o Oficial do Primeiro Registro de Imóveis

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas "ex lege".

O apelante e sua esposa, quando doaram a uma filha determinado bem imóvel, corri reserva de usufruto vitalício, expressamente pactuaram que a morte de qualquer um dos doadores não interromperia o direito de usufruto, que passaria a ser exercido pelo doador sobrevivente, até a sua morte (f. 10). Esse pacto foi inscrito, sem nenhuma dificuldade, no Registro de Imóveis.

Falecendo a esposa doadora, quis o viúvo averbar o fato à margem da inscrição, "a fim de que, por força do pactuado, possa o cônjuge sobrevivente (o requerente) exercer o usufruto em sua totalidade" (f. 4). Aí foi que se manifestou a dúvida, sustentando a Serventuária ser o caso de cancelamento da inscrição, por extinção do ônus, e não da desejada averbação para o exercício do direito de crescer (f. 2).

O incidente ensejou erudito debate, e que não faltou a consideração de vício de vontade, por ninguém alegado, mas tido por presente em anuências de tal ordem, geralmente dadas pelos filhos em forma reverencial (f. 16). A decisão dispensou-lhe amparo, havendo por mais justa a extinção do usufruto, na parte relativa e doadora falecida, do que o seu acréscimo ao sobrevivente. Não se advertiu, porém, a digna Corregedoria Permanente, de que a disposição ultrapassava os limites de sua atividade meramente administrativa, restrita ao controle da regularidade dos atos do Registro de Imóveis, sem possibilidade de incursões jurisdicionais, jamais invocadas pelos titulares do direito em causa.

O usufruto se extingue com a morte do usufrutuário, é a regra.

No caso, porém, noticia-se estipulação diversa, em que acordaram as partes, segundo a qual deve o quinhão do usufrutuário falecido crescer ao sobrevivente. Nesse rumo, a execução do contrato faz, realmente, imperiosa a averbação requerida, cuja legitimidade deita raízes no artigo 167, II, n.º 5 da Lei n.º 6.015/73: A ocorrência altera o registro existente, porque acresce a um dos usufrutuários a parte de usufruto que era da outra.

O controle administrativo se detém aí: legitimidade do objeto, idoneidade do título para tanto exibido.

Se alguém sofre lesão de direito com a execução que o apelante está dando ao contrato, se houve vício de vontade na formação deste, se há interesses de terceiros em sentido contrário, é isso matéria de outra natureza, de outra titularidade, de outra jurisdição, cumprindo aguardar-se que a questão seja proposta em juízo, para ser julgada com as formalidades e cautelas do processo civil. O registro de Imóveis e a Corregedoria respectiva não estão legitimados a suscitar tais debates.

Dão, conseqüentemente, provimento ao apelo, para repelir a dúvida e determinar que se faça a averbação requerida.

São Paulo, 29 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogados: Drs.

Dilço Feltran e Orlando Mônaco Filho.

Apelação Cível n.º 262.296 - São José dos Campos - Aptes.: José Frederico Meinberg e sua mulher Maria Ângela Marano Meinberg - Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.296, da comarca de São José dos Campos, em que são apelantes José Frederico Meinberg e sua mulher Maria Ângela Marano Meinberg, apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e anexos.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Após sucederem o casal do primitivo incorporador do empreendimento condominial denominado "Edifício Versailles" (ex-Edifício Michel Neme), os apelantes celebraram e pretenderam registrar novos contratos, firmados para alienação das unidades autônomas denominadas apartamentos 62, 132, 151, 152 e 161.

Descabia o pretendido registro, porque aquelas unidades autônomas, por força de assentos anteriores, constavam como objeto de direito real em favor de terceiros, em decorrência de averbação das cartas-propostas firmadas por esses últimos com os representantes do primitivo casal incorporador.

Em processo de dúvida inversa, os apelantes pretenderam obter de forma alternativa, o cancelamento das averbações das cartas proposta, firmadas sem a participação direta dos primitivos incorporadores, ou o imediato registro dos novos contratos, com simples ressalva dos eventuais direitos dos titulares dos documentos de ajuste preliminar.

A pretensão não merecia acolhida, sendo correta a decisão atacada no presente recurso, O título aquisitivo dos apelantes (fls. 8-12 v.º) esclarece, de forma inequívoca, que eles ficaram sub-rogados em todos os direitos e obrigações da incorporação do empreendimento e dos contratos de compromisso de venda e compra já firmados com terceiros.

Nessa ressalva estão incluídos, em tese, os documentos de ajuste preliminar ou cartas-proposta preexistentes, os quais, quando registrados, conferem direito real oponível a terceiros, com o conseqüente direito à obtenção compulsória do contrato correspondente (§ 4.º do art. 35 da Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

Nessas condições, os registros dos documentos de ajuste preliminar, lavrados em conformidade com aquele dispositivo legal, não contêm nulidades de pleno direito, que possam ser reconhecidas em processo de dúvida, independentemente de ação direta (art. 214 da Lei dos Registros Públicos).

Esses registros, que conferiram aos signatários das cartas-proposta direito real oponível a terceiros, produzirão enquanto não cancelados, todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prevê que os documentos de ajuste preliminar estão desfeitos, anulados, extintos ou rescindidos (art. 252 da Lei dos Registros Públicos).

Assim, o reconhecimento de eventuais vícios na formação dos títulos já registrados extravasa os lindes do procedimento administrativo e deve ser pleiteado em processo contencioso, onde os registros também podem ser retificados ou anulados (art. 216 da Lei dos Registros Públicos).

Entre os efeitos legais, que o registro das carta-proposta produz, inclui-se o de conferir direito real aos respectivos titulares, com caráter de exclusividade, no sentido de não ser possível

instalar-se novo direito real, conflitante com o que já exista.

Conseqüentemente, não merece acolhida, também, o pedido alternativo de registro dos novos contratos, com simples ressalva dos eventuais direitos dos titulares dos documentos de ajuste preliminar. A providência, incompatível com a exclusividade do direito real preestabelecido, atentaria contra a segurança do registro imobiliário.

Merece destaque, finalmente, a notícia de que, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas nos documentos de ajuste preliminar ou cartas-proposta registrados, há litígio judicial envolvendo alguns dos proponentes, a firma construtora e o casal do primitivo incorporador, de quem os apelantes são sucessores (fls. 75-87 e 91-107).

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 29 de julho de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Dr.

Agenor Luz Moreira.

**Apelação Cível n.º 262.368 - Cotia - Apte.: Antônio Vieira da Silva - Apdo.:
Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.368, da comarca de Cotia, em que é apelante Antônio Vieira da Silva, apelado o Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis.

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Cabe ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis o exame dos requisitos de validade e legalidade dos títulos levados a registro, para verificar o cumprimento das exigências legais que condicionam, na atualidade, a lavratura dos assentos necessários.

Os requisitos legais a serem satisfeitos são aqueles vigentes à época do ingresso do título no registro imobiliário, por força do princípio "tempus regit actum".

O apelante apresentou a registro simultâneo três títulos de aquisição imobiliária, que são, respectivamente, a Escritura Pública de Doação de fls. 8-9, lavrada em 21 de dezembro de 1897, tendo por objeto a área calculada de 60 alqueires, que corresponde à meia-parte ideal de um sítio, localizado no bairro das Pitãs, do Município e comarca de Cotia, havida pelos doadores em estado de comunhão "pro-indiviso"; a Escritura Pública de Ratificação de fls. 10-11, lavrada em 12 de agosto de 1921, e a Escritura Pública de Venda e Compra e Cessão de Direitos Hereditários, outorgada ao recorrente e lavrada em 26 de maio de 1956.

Nenhum dos títulos havia sido até então, registrado e sua apresentação se fez na vigência da nova Lei dos Registros Públicos (n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com alterações posteriores), que condiciona qualquer registro à prévia matrícula do imóvel (art. 176, parágrafo único, item I e art. 236).

No caso concreto, não é possível proceder-se à matrícula do imóvel porque a Escritura Pública de Doação, lavrada em 1897, não fornece os elementos exigidos no n.º 4, do item II, do parágrafo único, do artigo 176 referido, de identificação do proprietário, o que inclui os condôminos, na propriedade em comum.

A Escritura Pública de Doação, que tem por objeto parte ideal de imóvel havido em condomínio "pro-indiviso", não indica os nomes dos demais condôminos dos doadores, o que obsta ao cumprimento daquela exigência legal.

Conseqüentemente, o título não resiste ao exame de validade e legalidade para merecer ingresso no registro imobiliário e ensejar a matrícula do imóvel, a ser aberta, necessariamente, por ocasião do primeiro registro feito Da vigência da nova Lei dos Registros Públicos (art. 176, parágrafo único, item I).

Diante da impossibilidade de abertura da matrícula do imóvel, não há como pretender-se o registro dos títulos posteriores, de alienação ao recorrente (art. 236).

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 22 de agosto de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Advogada: Dra. Maria Lúcia Junqueira.

Apelação Cível n.º 262.437 - Ubatuba - Aptes,: Roberto Franco do Amaral e Companhia Predial de Taubaté - Apdo.: Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.437, da comarca de Ubatuba, em que são apelantes Roberto Franco do Amaral e Companhia Predial de Taubaté, e apelado o Oficial do Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., indeferir o requerimento de fls. 433, rejeitar a preliminar da nulidade da sentença e, no mérito, negar provimento aos recursos, pagas as custas "ex-lege".

1. Indeferem o requerimento de fls. 433, afastada a pretendida conexão entre este procedimento administrativo e a ação consignatória de pagamento que, notara comarca, corre pela esfera jurisdicional. Dúvida de Serventuário não e demanda ou causa, nem traz lide posta "in judicio", cabendo a sua decisão a órgãos administrativos, e não judiciais.

2. Afastam a preliminar de nulidade da sentença (fls. 413), porque os títulos exibidos bastam ao exato deslinde da matéria, revelando-se inúteis as diligências reclamadas, que concernem a eventual litígio judicial para acerto de relações jurídicas, mas não têm adequação na esfera administrativa de mera polícia do Registro de Imóveis.

3. Nos termos da legislação disciplinadora das incorporações imobiliárias e dos condomínios em edificações (Lei n.º 4.591/64 e Decreto n.º 55.815/65), a Companhia Predial de Taubaté lançou, em Ubatuba, o empreendimento denominado "Condomínio Ancoradouro". devidamente inscrito no Registro Imobiliário (Livro 8, fls. 89, n.º 15), e compromissou à venda algumas unidades autônomas.

A 20 de agosto de 1976, para solver suas dívidas com a Crefisul - São Paulo S/A. - Crédito Imobiliário, a referida Companhia Predial de Taubaté, através de doação em pagamento, transferiu o negócio para a credora, inclusive a propriedade do imóvel, em Ubatuba, com todos os acréscimos decorrentes da incorporação imobiliária denominada "Condomínio Ancoradouro". Essa escritura foi retificada e ratificada por outra, de 31 do mesmo mês, sendo, posteriormente, levadas ambas a registro (cf. fls., 3, 53-54 e fls. 56-57).

As partes consignaram, no momento dessa última transação, que 13 (treze) compromissos de compra e venda já haviam sido outorgados pela Companhia Predial de Taubaté, e, assim, a Crefisul se comprometeu a respeitá-los. Vieram eles enumerados na escritura. de retificação e ratificação (fls. 56 v.º).

Ocorre que outros 49 (quarenta e nove) contratos agora surgem, em mãos da Companhia Predial de Taubaté, que pleiteia o registro, encontrando as objeções do Oficial do Registro de Imóveis, afinal acolhidas na sentença, sobre a inviabilidade do pleito sem a expressa anuência da Crefisul, sucessora do empreendimento. São os compromissos relacionados às fls. 8 e 71 e juntados nos autos (fls. 72-192 e fls. 193-366).

A solução é óbvia, e não exige complicadas digressões.

O Oficial do Registro de Imóveis sabe, pela inscrição do condomínio, que é o incorporador que está legalmente autorizado a negociar as unidades autônomas do respectivo empreendimento (Lei ... 4.591/64, artigo 32 e seu § 12 - redação da Lei 4.864/65, artigo 10). Tem, pois, condições de verificar a autenticidade formal dos compromissos levados a registro e, certamente, não admite o ingresso de título que não foi outorgado pelo incorporador, A cautela elementar.

Ora, estando o Cartório ciente, pelo prévio registro da transmissão, que a Crefisul sucedeu a Companhia Predial de Taubaté na incorporação, e que, em tal oportunidade, as partes denunciaram a existência de apenas treze (13) compromissos outorgados pela primitiva incorporadora, é claro que o Oficial não pode dar ingresso, agora, no registro, a contratos que aparecem em mãos da Companhia Predial de Taubaté, outorgados por ela, e não pela Crefisul. São documentos que não operam efeitos a respeito de terceiros, porque não figuram no registro público (Código Civil, art. 135), nem tiveram sua existência denunciada à Crefisul, quando esta adquiriu o negócio.

Trata-se de evidente irregularidade formal, inserida no campo específico das investigações do

Cartório e da Corregedoria Permanente, que daí não podem partir para indagações de maior profundidade, como aquelas pretendidas pelos apelantes. A estes, restam as vias contenciosas, ressalvadas no artigo 204 da Lei n.º 6.015/73, para imporem à Crefisul o reconhecimento do direito que entendem ter. Na esfera administrativa basta a evidência de que os contratos em pauta apresentam-se no mundo jurídico ao tempo em que o poder de outorgá-los já não pertence a quem os outorgou, para que sejam recusados, em homenagem à segurança jurídica dispensada a quem oportunamente registrou o seu título aquisitivo, e a cuja tutela se destinam os serviços do Registro Público (Lei n.º 6.015/73, artigo 1.º).

São Paulo, 22 de agosto de 1977

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogados Drs.:

Ruy Nogueira Porto e Raul Guisard.

Apelação Cível n.º 262.826 - Capital - Apte.: Cassiano de Paiva - Apdo.: Oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.826, em que é apelante Cassiano de Paiva e apelado o oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Saliente-se, desde logo, que a alegação inicial das razões, referente à não impugnação da dúvida por desconhecimento de seus motivos, não merece agasalho.

Com efeito, além da dúvida ter sido suscitada a requerimento do apresentante do título, após as exigências formuladas pelo Oficial, como bem se ponderou no parecer de fls. 126, a xerocópia de fls. 15 denota que o recorrente foi regularmente notificado para impugná-la.

2. O recurso não pode vingar.

Os autos mostram, com muita clareza, que os lotes n.ºs 21 e 22, da Quadra n.º 32, da Vila Ré, objeto do título alienatório levado a registro, já se encontram em nome da Sociedade Piratini de Imóveis Limitada, por força de Carta de Adjudicação expedida nos autos de Adjudicação Compulsória que aludida Sociedade moveu, pela 1.ª Vara Cível, à firma Sociedade Civil Irmãos Ré, ou Sociedade Civil Irmãos Ré & Cia.

A Carta de Adjudicação deu origem à transcrição n.º 110.514 (fls. 14).

Dessa forma, em face do disposto no artigo 859 do Código Civil, trancada está a possibilidade de registro do título apresentado, pois existe uma presunção de domínio em favor da firma adjudicatária, que só pode ser destruída em processo de jurisdição contenciosa, através da ação adequada.

Como escreve Carvalho Santos, em comentário feito ao artigo citado, a transcrição prova existir o direito real a favor da pessoa em cujo Dome se inscreveu ou transcreveu.

Por isso, acrescenta:

"Essa prova, somente por meio de ação anulatória pode ser destruída, porque só com a sentença é que se poderá cancelar a transcrição ou a inscrição. E até o cancelamento ser feito, a prova subsiste válida, operando todos os seus efeitos" (Cf. Cód. Civ. Bras. Interp. 2.ª Ed. Vol. X - pág. 549).

Os limites estreitos do processo de dúvida não permitem, por outro lado, até por sua natureza administrativa, que se examinem eventuais vícios informativos da carta de adjudicação, que deve produzir todos os seus efeitos, enquanto, também através da via jurisdicional, não venha a ser desconstituída.

O processo de dúvida não é, em resumo, o meio certo para o confronto de títulos pretendido no recurso, sobretudo quando se vê que a possibilidade do registro está afastada pela transcrição dos bens em nome de terceiros, por força de ato judicial.

Por sinal, também o apelante assim entende, tanto que, nas razões do recurso, noticia o ajuizamento de ação rescisória para a desconstituição da adjudicação, providência que seria desnecessária se o presente processo pudesse atingir o mesmo objetivo.

3. Acresce, ainda, que o título que se pretende transcrever, conforme mostra a documentação

carreada para os autos pelo próprio apelante, não poderia ser filiado à transcrição n.º 17.353, nele mencionada.

Com efeito, o documento de fls. 84 revela que a transcrição referida é resultante do registro do título representado pela escritura de fls. 71/83.

Ocorre, porém, que a aludida escritura não inclui, no seu objeto, lote situado na Quadra n.º 32 (Cf. folhas 71 v.º/72).

A apuração de lotes vagos, de que dá conta a averbação certificada às fls. 107/108, foi providência ineficaz, estranha ao sistema legal e às atribuições do Registro de Imóveis, desconforme à realidade, porque conflitante com a transmissão registrada sob n.º 110.514, no livro 3-CA, pág. 116, do mesmo Cartório.

Evidentemente, com base nela, nada pode ser pretendido. A dúvida, assim, procede integralmente.

4. Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 26 de agosto de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; advogados: Drs. Nilço Soares de Carvalho e Aicler Ângela Drimel.

Apelação Cível n.º 262.757 - Araraquara - Apte.: - Olívio Batista de Carvalho e Outros - Apdo.: - Daniel Bueno.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.757, da comarca de Araraquara, em que são apelantes Olívio Batista de Carvalho e outros, apelado DANIEL BUENO: ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls. dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Como terceiros prejudicados, os recorrentes interpuseram a apelação ora apreciada, que devolve o conhecimento de todas as questões relacionadas ao pretendido registro.

Os apelantes legitimam-se como sucessores da mesma Sebastiana Rufina de Carvalho, por direito hereditário, desfrutando, pois no concernente ao assunto, posição jurídica idêntica à do apelado, que é marido da herdeira Delmira Baptista de Carvalho Bueno.

A dúvida foi suscitada pelo Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca, na ocasião em que o apelado, apresentando-lhe certidão da partilha datada de 8 de junho de 1906, do espólio de Dona Maria Vitória de Oliveira, pretendeu alcançar a abertura da matrícula do imóvel componente do acervo inventariado, esclarecendo que a maior parte dele já fora alienada, segundo títulos figurantes no registro imobiliário, faltando, apenas, a área correspondente à legítima da mencionada Sebastiana Rufina de Carvalho, mãe e sogra de apelantes e apelado. A abertura da pretendida matrícula viria regularizar, consolidar e ratificar as transcrições parciais anteriores (fls. 3-5).

O imóvel em causa integrava, à época do inventário, um condomínio maior, estando encravado, na Fazenda Engenho Velho, ou Fazenda do Servo, ou Sesmaria das Cabeceiras.

Consistia em:

"um sítio de criar, encravado na Fazenda Engenho Velho, situada no bairro das Cabeceiras, desta freguesia de São Bento, município da comarca de Araraquara, pertencente ao presente acervo e que confronta com José Baptista de Carvalho, Carlos Baptista de Carvalho, D.ª Anna Baptista de Carvalho e Matheus Baptista de Carvalho" (f. 7 verso).

Foi avaliado por cinco contos de réis (5:000\$000) e partilhado ao viúvo e inventariante Salvador Baptista de Carvalho e aos herdeiros filhos João Eleutério de Carvalho, Virgílio Alípio de Carvalho, D.ª Sebastiana Rufina de Carvalho e D.ª Lúcia Belmira de Carvalho, cabendo ao viúvo uma parte correspondente a cento e vinte e sete mil réis (127\$000), e a cada um dos herdeiros uma parte correspondente a um conto, duzentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta réis (1:218\$250).

A referida partilha, porque anterior à vigência do código Civil, não chegou a ingressar, como título autônomo, no registro imobiliário.

Consoante documento de fls. 39, quando da Divisão Judicial da Sesmaria das Cabeceiras, em

demanda promovida por José Alves Nogueira contra João de Arruda Falcão e outros (1.º Ofício de Araraquara), foram atribuídos a Salvador Batista de Carvalho, por sentença de 15 de setembro de 1909, duas glebas de terras. Na segunda delas, com área pouco superior a 322 (trezentos e vinte e dois) hectares ou 130 (cento e trinta) alqueires aproximadamente (fls. 39 e verso), estaria integrado o imóvel cuja matrícula o requerente pleiteia.

O pagamento efetuado a Salvador Batista de Carvalho, na divisão judicial referida (fls. 39), também não chegou a ingressar no registro imobiliário, pela mesmo motivo.

Consoante documentos de fls. 19 e 21 v.º em 14 de fevereiro de 1913 e em 14 de maio de 1918, foram registradas duas escrituras de venda e compra (transcrições ns. 15.489 e 17.594 - 1.º Registro de Imóveis de Araraquara), onde aparecem como transmitentes os casais de Antônio Alexandre de Lara e de Lúcia Belmira de Carvalho. Essas alienações, que incidiam sobre a área total de 105 alqueires, tinham por objeto parte dos 130 alqueires atribuídos a Salvador Batista de Carvalho.

Do pagamento documentado às fls. 39 e verso, remanesce, assim, a área de 25 alqueires, que corresponde à herança de Sebastiana Rufina de Carvalho, na sucessão de Maria Victória de Oliveira.

Para alcançar o registro imobiliário dessa área, foi que o apelado requereu a matrícula do imóvel partilhado aos sucessores de Maria Victória de Oliveira.

Não se presta, porém, o título, ao fim em vista; e, nesse ponto, cabe a observação de não ser exato que, por anterior ao Código Civil, qualquer título dispense, para o registro, a "satisfação de maiores formalidades" (f. 4). A regra é outra, consubstanciada na máxima "tempus regit actum". Os requisitos para o ingresso de um título no registro imobiliário são os exigidos pela lei vigente ao tempo da apresentação (Apelação Cível n.º 262.368, de Cotia, julgada a 22 de agosto de 1977).

Achando-se o imóvel, segundo a certidão de partilha exibida, em estado de comunhão na propriedade denominada Fazenda Engenho Velho, onde era encravado, a matrícula a ser feita teria de ser da totalidade desse condomínio maior, sob pena de conferir-se à partilha do inventário um efeito desmembratório (communi dividundo), que ela, evidentemente, não teve. Ora, à matrícula da Fazenda Engenho Velho a certidão exibida não se presta, por omissa em relação à totalidade dos requisitos legais (Lei n.º 6.015/73, art. 176, parágrafo único, II, ns. 34). Acresce que a partilha sucessória em causa constitui-se, já agora, em título superado por ulteriores atos, tanto judiciais como extrajudiciais, pois os autos informam que, em 1909, o viúvo de Dona Maria Victória de Oliveira houve, em seu próprio nome, o pagamento das terras.

Apelação Cível n.º 263.331 - Americana - Apte.: Banco Nacional de Habitação - "BNH" - Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 263.331, da Comarca de Americana, em que é Apelante o Banco Nacional de Habitação - "BNH", apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Trata-se de dúvida suscitada pelo Apelado, que entendeu impossível o registro do Decreto Federal n.º 77.666, de 24 de maio de 1976, que confiscou à empresa Fábrica de Tecidos Carioba S.A., e incorporou ao patrimônio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), administrado pelo Apelante, o imóvel consistente em um lote de terreno situado na rua Carioba, sem número, em Americana, objeto do registro aquisitivo de n.º 9.615, lançado às fls. 210, do Livro 3-G, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas.

A impossibilidade decorreria da circunstância de que, anteriormente, o imóvel já havia sido alienado a terceiro, pela empresa que sofreu o confisco.

A Fábrica de Tecidos Carioba S.A., através da Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada em 26 de janeiro de 1965 (Livro 22, fls. 24, do 1.º Tabelião de Americana) e regularmente transcrita sob n.º 24.369, em 17 de outubro de 1973 (Livro 3-Q, fls. 168, do Cartório do Apelado), alienou o referido imóvel à firma Naisa - Najar, Agrícola e Imobiliária S.A., que o unificou a outros imóveis de sua propriedade e fez construir, na área resultante, um prédio assobradado, contendo lojas,

salões e apartamentos.

A sentença acolheu a dúvida e obsteu à lavratura do pretendido assento, entendendo não ser nula de pleno direito, na forma estabelecida pelo art. 6.º do Decreto Federal n.º 77.666, de 24 de maio de 1976, a transcrição n.º 24.369, efetuada em 17 de outubro de 1973, porque a alienação do imóvel teria ocorrido em 26 de janeiro de 1965, quando foi lavrada a Escritura Pública de Venda e Compra. A decisão recorrida não pode subsistir.

O confisco de bens da Fábrica de Tecidos Carioba S.A. foi determinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, através do Decreto Federal n.º 77.666 de 24 de maio de 1976, com base no Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 e no Ato Complementar n.º 42, de 27 de janeiro de 1969.

Como assevera José Frederico Marques ("Confisco de Bens por Enriquecimento Ilícito" - Revista de Direito Público, volume 9, pág. 95):

"É no ato institucional que reside a expressão máxima do poder normativo da revolução. O que vem estatuído em ato dessa natureza, só por outro ato institucional pode ser alterado ou modificado. E a posição hierárquica do ato institucional alcança culminância tão elevada, que a própria Constituição se coloca, perante ele, em posição subalterna."

O confisco de bens, dentre os efeitos da aplicação dos Atos Constitucionais que o comando constitucional preservou, é, sem dúvida, o que se apresenta revestido da mais típica roupagem institucional, dêse que refoge aos modelos do sistema constitucional e se embaça, tão-só, na disciplina ditada pelo poder revolucionário.

Recorde-se, outrossim, que as deliberações fundadas em Atos Institucionais foram expressamente excluídas do controle judiciário, por força do disposto no art. 181 da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.

Essa exclusão impede, ainda com maior razão, a incidência do simples controle administrativo, de que se acha investido o Juízo Corregedor-Permanente dos Cartórios de Registros Públicos, quando examina processos de dúvida.

Não se pode esquecer que, tios casos de confisco, só o Presidente da República detém jurisdição, para decretar a providência (art. 8.º do Ato Institucional. n.º 5, de 13 de dezembro de 1968) ou para rever sua decisão o restituir os bens (parágrafo único do art. 8.º referido c.c. art. 9.º do Decreto-Lei Federal n.º 359, de 17 de dezembro de 1968), à vista da defesa que o interessado tenha oferecido, no prazo de seis meses, perante a Comissão Geral de Investigações.

Verifica-se, portanto, que ao Poder Judiciário, no exercício da função específica de compor eventuais conflitos de interesses, ou na administrativa de dirimir dúvidas dos Registros Públicos, não se deixou a mínima prestação jurisdicional sobre o ato de confisco, pois, até mesmo sob o ângulo de conformação à ordem legal revolucionária, seu controle foi posto sob processo especial, de julgamento atribuído ao Presidente da República, conforme o art. 9.º do Decreto-Lei Federal n.º 359/58, combinado com as disposições do Ato Complementar n.º 42, de 24 de janeiro de 1969, e dos Decretos-Leis Federais n.ºs 449/69 e 457/69.

Decretado o confisco, executa-se o ato, fazendo-se nos Registros de Imóveis os lançamentos acaso necessários, a serem praticados de ofício (§ 1.º do art. 5.º do Decreto-Lei Federal n.º 760, de 13 de agosto de 1969).

Invertem-se as posições, cabendo ao interessado ou prejudicado pelo ato confiscatório pleitear a revisão do mesmo, mas sob processo especial, de julgamento atribuído ao Presidente da República, única autoridade a quem compete a revisão.

Logo, a assertiva de que, no caso concreto, a alienação do bem confiscado teria ocorrido à data da Escritura Pública de Venda e Compra (26 de janeiro de 1965) e não na lavratura do registro n.º 24.369 (17 de outubro de 1973), importou em indébito reexame de mérito do ato confiscatório, feito por quem não estava legitimado a tanto.

Ademais, a hipótese do terceiro, adquirente de bens alienados pela pessoa alcançada pelo ato confiscatório, possui previsão legislativa, podendo resultar, a juízo do Presidente da República, ou na restituição do bens (parágrafo único do art. 8.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 c.c. art. 9.º do Decreto-Lei Federal n.º 359, de 17 de dezembro de 1968), ou no simples asseguração do direito regressivo contra o alienante (§ 4.º do artigo 8.º do Decreto-Lei Federal n.º 359, de 7 de dezembro de 1968, na redação dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei Federal n.º 760, de 13 de agosto de 1969).

Ante o exposto, dão provimento ao recurso e determinam a lavratura do registro pretendido, para os fins de direito, cancelado, por incompatível com o confisco, o registro n.º 24.369, do título de alienação.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;
Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; advogados: Drs.
Aricê Moacyr Amaral Santos e Samuel Sinder.
D.O.J. 30-9-77

**Apelação Cível n.º 263.798 - Itapira - Apte.: - Celso Soares da Silva - Apdo.:
- Oficial do Cartório de Registra de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapira.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 263.798, em que é apelante Celso Soares da Silva e apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itapira:

ACORDAM as membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. A matéria argüida à guisa de preliminar já mereceu segura resposta deste Conselho em decisão anterior, de sorte que agora só resta repeti-la:

"A preliminar, sobre a viabilidade das chamadas "dúvidas inversas", no sistema da atual Lei dos Registros Públicos, não tem maior alcance. Dúvida inversa é nomem juris de criação jurisprudencial, visando a, na vigência do Decreto n.º 4.857/1939, contornar as omissões dos oficiais do Registro Imobiliário à formalização das dúvidas. Na atual legislação (Lei n.º 6.015/1973), o apresentante do título deve requerer a remessa dele a juízo, com a declaração de dúvida (artigo 198). Quaisquer que sejam as disciplinas formais, as dúvidas dos Registros Públicos se dirimem no Juízo Administrativo Correccional, não importando como eles cheguem lá. Na hipótese dos autos, ela chegou, foi conhecida e julgada, ensejou o presente recurso, não havendo interesse prático em embaraçá-la, já nessa altura. (Apelação Cível n.º 255.634 Ribeirão Preto).

2. Superada essa questão, no mérito, o recurso desmerece agasalho.

Efetivamente, o exame dos títulos mostra que a impossibilidade do registro, na espécie, decorre da falta de identificação das várias glebas representadas no pagamento.

Tanto pelo título de fls. 8-12, como pelo de fls. 13, se percebe que o herdeiro Augusto Amâncio recebeu porções diversas, em glebas distintas, que formavam a propriedade chamada "Monjolinho", bairro do mesmo nome, no Município e Comarca de Itapira.

Ocorre, porém, que os dois títulos se marcam pela pobreza, ou mesmo carência, de elementos relativos à área, denominação, divisas e confrontações, sendo imprecisos, a respeito, os dados que neles se contêm.

É significativa, no particular, a informação do Sr. Oficial, não contestada pela parte, no sentido de que as buscas nos livros do Cartório não favorecem, sequer, uma perfeita determinação da área total do bem.

A propriedade, composta pela integração das várias glebas, restaria, portanto, de extensão indeterminada, dificultando, por conseguinte, a exata indicação da parte cabente a cada um dos condôminos.

Ora, a identificação do imóvel, com todos os dados indicados no artigo 176, parágrafo único, I, n.º 3, da Lei

n.º 6.015, de 1973, de forma a permitir o seu pronto reconhecimento, constitui um dos requisitos da matrícula.

No caso presente, para justificar a improcedência do pedido, calha como luva a feliz observação de Afrânio Carvalho:

"Assim como a ementa da Lei não dispensa a disposição normativa, assim também o sumário da matrícula não prescinde o seu contexto inteiriço, que, de par com as demais elementos, mencionará as características e confrontações". (Cf. Registro de Imóveis - Ed. Forense - 1977 - pág. 402). Positivamente, os títulos apresentados pelo recorrente não permitem a abertura da matrícula, truncando, assim, a possibilidade de registro.

3. Ante o exposto, negam provimento ao recurso e mantém a decisão recorrida.

São Paulo, 19 de setembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;
Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: - Dr. Celso Soares da Silva.

**Apelação Cível n.º 262.517 - Capital - Apte.: - Bernardo Dias Aguiar - Apdo.:
- Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.517, da Comarca de São Paulo, em que é apelante Bernardo Dias Aguiar, apelado a Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis:

ACORDAM, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

O Apelante apresentou a registro a Escritura Pública de fls. 4 e seguintes, através da qual ele e sua mulher adquirem, de Júlio Giorgi e outros, o apartamento n.º 91 do Edifício Palatino, à Avenida Duque de Caxias n.º 20, no 11.º subdistrito - Santa Cecília e, em ato simultâneo, instituem usufruto vitalício do imóvel, em favor de D.ª Victória Martins de Toledo.

Entendendo incabível o registro do título porque a usufrutuária não participou do ato, para expressamente aceitar a instituição do direito real, o Oficial suscitou dúvida, que restou acolhida através da sentença de fls. 29-33.

A decisão, entretanto, não deve subsistir, porque os fatos não foram convenientemente considerados.

Esclareça-se, inicialmente, que Octávio Martins de Toledo, primitivo compromissário do imóvel, e D.ª Victória Martins de Toledo não eram marido e mulher, como equivocadamente menciona a sentença (fls. 30 e 31), mas irmãos (fls. 16). Equívoca, ainda, a assertiva de ser viúva aquela senhora (fls. 31), quando ela própria se declarou solteira (fls. 16).

Equivocou-se o Juízo, também, ao afirmar (fls. 30) que não está nos autos a Escritura Pública de Doação com Reserva de Usufruto Vitalício, outorgada por D.ª Victória Martins de Toledo ao casal do Apelante, quando é certo que esse documento se encontra às fls. 16.

Como salientou a Procuradoria Geral da Justiça, a Escritura Pública de fls. 4 e seguintes, onde os contratantes se limitaram ao estrita cumprimento de alvará judicial, nela transcrito, está formalmente em ordem e em condições de ingressar, para todos os efeitos, no registro imobiliário.

A continuidade se verifica com a presença, na escritura, do titular do domínio, que opera a transmissão dele aos compradores.

O registro intermédio, do compromisso ao Dr. Octávio Martins; de Toledo e da herança de D.ª Victória Martins de Toledo, é cancelado por força do alvará da Juízo da 2.ª Vara da Família e das Sucessões, que autorizou a outorga direta ao Dr. Bernardo Dias Aguiar.

As questões jurídicas intercorrentes presumem-se vistas e afastadas pelo órgão judicial.

Sendo condição da venda ordenada ao casal do Apelante a desoneração do imóvel, o cancelamento do compromisso do Dr. Octávio, depois herdado por D.ª Victória, insere-se na execução do alvará.

O usufruto mandado instituir no mesmo alvará é mera execução da vontade de D.ª Victória, constante da Escritura de Doação de fls. 16.

De outra forma, o adquirente não poderá registrar a escritura, que estaria violando a mesmo alvará.

Assim, a reclamada aceitação do benefício por D.ª Victória também foi verificado pelo Juiz que expediu o alvará. Caso aquela beneficiária não queira mais o usufruto, fará cancelá-lo a qualquer tempo, através de nova manifestação de vontade, em título hábil.

Ante o exposto, dão provimento ao recurso e autorizam o integral registro do título apresentado, com a oportuna lavratura de todos os assentos necessários.

São Paulo, 22 de setembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relatar;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor; Advogado: Dr.

Oswaldo Estanislau do Amaral Filho.

PROVIMENTO N.º 06/77 DEGE-1

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições. Considerando a delegação de competência aos Estados, contida na Lei Federal Complementar n.º 14/73, para a disciplina do uso do solo, visando à proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse das Regiões Metropolitanas, referidas no art. 164 da Constituição Federal, bem como ao controle da poluição ambiental e outros aspectos sócio-econômicos de interesse comum dessas regiões integradas; Considerando que, no uso dessa competência delegada, o Estado de São Paulo editou a Lei Complementar n.º 94/74, a Lei n.º 898/75, a Lei n.º 1172/76 e o Decreto regulamentar n. 9714/77, dispondo sobre a Região Metropolitana da Grande São Paulo, realização do seu planejamento integrado, reserva de áreas de interesse metropolitano, criando limitações administrativas sobre essas áreas, perfeitamente definidas e delimitadas, nelas restringindo o exercício de atividades e a realização de obras, inclusive o licenciamento de quaisquer órgãos públicos à aprovação prévia da Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Considerando que o Decreto n.º 9714/77 condiciona a aprovação de projetos, nessas áreas, à prévia vinculação dos imóveis aos empreendimentos a que servirão, determinando que os Registros de Imóveis, a pedido dos interessados, averbem a circunstância (art. 20, combinado com o art. 52, seus parágrafos, e o art. 53); Considerando que a Lei dos Registros Públicos (Lei Federal n.º 6015/73, além das enumeradas no art. 167, n.º II, permite a averbação de outras ocorrências que, por algum modo, alteram o registro (art. 246); Considerando a necessidade de dispor a Administração de um controle que lhe permita intervir, em defesa dos interesses sob sua tutela; Determina:

Artigo 1.º - para a execução do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual n.º 9.714, de 19 de abril de 1977, pode o proprietário do imóvel requerer, ao Oficial de Registro, que averbe a vinculação do terreno ou gleba a empreendimento sujeito a aprovação ou licenciamento da Secretaria dos Negócios Metropolitanos do Governo do Estado.

Parágrafo único - A averbação será feita pela forma estabelecida na Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, artigo 169, I.

Artigo 2.º - Qualquer parcelamento, divisão, desmembramento ou fracionamento posterior, do terreno ou gleba vinculados, ou o simples pedido de cancelamento da averbação, que se apresente desacompanhado de declaração de desvinculação fornecida pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos, será a ela imediatamente comunicado pelo Oficial do Registro de Imóveis.

PROVIMENTO N.º 7/77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e, Considerando a necessidade de disciplinar, de modo uniforme, a execução do Decreto n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, que dispôs sobre a remuneração de exames psiquiátricos para verificação da responsabilidade penal; Considerando que os exames deverão ser feitos por um perito relator, auxiliado por um segundo perito, devendo a escolha recair, em médicos selecionados pela Coordenadoria da Saúde Mental, da Secretaria da Saúde, sem preferências especiais; Considerando, finalmente, que a remuneração dos peritos deverá obedecer a processamento próprio, na forma da Resolução n.º 10-77, de 30 de junho do corrente ano, da Secretaria da Fazenda, Resolve:

Artigo 1.º - A Corregedoria Geral da Justiça publicará, anualmente, no Diário da Justiça do Estado, a relação dos médicos psiquiatras, selecionados na forma do decreto citado, segundo as instruções baixadas pela Resolução n.º 26, de 28 de junho do corrente ano, da Secretaria da Saúde.

Parágrafo único - A relação a ser publicada, além do endereço residencial e respectivo telefone, mencionará o RG., CIC, número de inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), dos médicos selecionados, bem como o telefone o endereço do local de trabalho de cada um deles.

Artigo 2.º - Os peritos serão nomeados pelo Juiz, segundo a região administrativa ou a comarca onde se dispõem a servir, de forma a assegurar distribuição eqüitativa de trabalho entre eles.

Artigo 3.º - Nas comarcas onde não existam médicos psiquiatras funcionários do Estado, ou selecionados pela Coordenadoria da Saúde Mental, o Juiz poderá nomear médicos locais qualificados para o exame, observando, quanto ao mais, as disposições do presente provimento.

Artigo 4.º - Desde que nomeado, o perito relator poderá retirar do Cartório os autos do incidente, contendo os quesitos e as cópias do processo necessários ao exame, mediante assinatura do competente livro de carga, cuidando para que a devolução, com laudo, se faça dentro do prazo marcado pelo Juiz.

Artigo 5.º - Tratando-se de réu preso, o exame será realizado no local em que este estiver recolhido,

procedendo-se ao exame de réu solto no dia, hora e local designados pelo Juiz, ouvidos os peritos.

Artigo 6.º - O perito relator ou o segundo perito, pode ser excluído da relação (Decreto n.º 9.867 art. 5.º) quando:

I - Revelar carência de conhecimento técnico ou científico;

II - Sem motivo justificado, deixar de elaborar o laudo no prazo fixado pelo Juiz.

Parágrafo Único - Para os fins previstos neste artigo o Juiz comunicará à Corregedoria Geral da Justiça a ocorrência da falta ensejada da exclusão.

Artigo 7.º - Concluída a perícia, o Juiz ordenará o pagamento das importâncias referidas no artigo 4.º do decreto aludido, mediante requisição, através de ofício, na forma do artigo 3.º, da Resolução 10/77, da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único - O ofício a que se refere o presente artigo, será endereçado ao órgão de finanças da Procuradoria Geral do Estado, e deverá indicar, obrigatoriamente, além do número do processo, a qualificação do réu, o nome, RG, CIC, CREMESP e endereço dos médicos beneficiários do requisito.

Artigo 8.º - Os recursos financeiros, criados pelo Decreto n.º 9.867, serão aplicados, unicamente, na realização dos exames de sanidade mental para verificação da responsabilidade penal, nos termos dos artigos 22 e seu parágrafo único do Código Penal, 159 e seguintes do Código de Processo Penal e 29, § 1.º da Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976, requisitados a partir da vigência do mencionado decreto, vedada a requisição, referida no artigo 7.º deste provimento, para remuneração de qualquer outra espécie de perícia.

Artigo 9.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 7 de julho de 1977.

(a) Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça

D. J. 9-7-77

Provimento n.º 8-77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições: Considerando a necessidade de aprimoramento constante dos serviços públicos prestados pelo Poder Judiciário do Estado, entre os quais assume especial importância, pela utilidade de que se reveste a publicação das intimações judiciais pela imprensa;

Considerando que essas publicações devem transmitir o conhecimento exato da intimação feita, para que não se vejam as partes o seus advogados, forçados a virem inteirar-se do seu objeto em Cartório, com inegável sobrecarga de serviço de atendimento:

Determina:

Art. 1.º - A publicação das intimações de despachos e decisões judiciais deve ser feita de maneira objetiva e precisa, zelando os Srs. Escrivães dos Cartórios Judiciais pela eficiente realização desse serviço, através da conferência diária do material que é remetido à imprensa.

Art. 2.º - Os atos a serem publicados, além da indicação das partes, dos seus advogados, do

número e espécie dos autos, incluirão os elementos necessários ao seu completo entendimento, tais como a indicação do objeto específico da intimação, de quem deve tomar conhecimento de alguma coisa nos autos, e do quê, de quem deve neles se manifestar, sobre o quê, etc.

Art. 3.º - As decisões dos Magistrados serão publicadas pelo resumo da parte dispositiva; os despachos ordinatórios e de mero expediente serão transcritos ou resumidos, com as cautelas do artigo anterior.

Art. 4.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 20 de julho de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Provimento n.º 9-77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, Determina:

Art. 1.º - Os Srs. Escrivães do Foro Criminal da Capital e de Interior, ao dirigirem a outros Cartórios, pedidos de informações de antecedentes do réu, consignarão nessa requisição, através de carimbo ou por outro meio que assegure destaque, e quando for o caso, a circunstância de estar o réu preso pelo processo em curso no seu Cartório ("réu preso à disposição deste Juízo").

Art. 2.º - Quando a prisão advenha após a requisição de que trata o artigo anterior, os mesmos Escrivães expedirão comunicação do fato aos Cartórios onde conste a existência de processo contra o réu.

Art. 3.º - O Escrivão, ao receber de outro Cartório a requisição ou a informação de que trata os artigos anteriores, levará o fato da prisão do réu ao conhecimento do Juiz, para as providências de interesse do processo em curso no seu Cartório.

Art. 4.º - Este Provimento entra em vigor trinta (30) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 20 de julho de 1977.

(a) Dês. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

D.J. 22-7-77

Provimento n.º 10-77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições; Considerando a reivindicação constante do Processo número CG-39.266/73, da "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo", sobre ciência de testamentos públicos que favoreçam as sociedades ou entidades de caráter beneficente;

Considerando que a publicidade ou o sigilo das disposições testamentárias decorrem diretamente da forma de testamento escolhida pelo testados que, outorgando escritura pública, necessariamente anui na publicidade que "de jure constituto" é inerente ao ato;

Determina

Art. 1.º - Quando lavrarem escrituras públicas de testamento, que contenham disposições favorecendo sociedades ou entidades de caráter beneficente, os Tabeliães de Notas do Estado levarão o fato ao conhecimento dessas sociedades ou entidades, através de ofício.

Art. 2.º - Idêntica comunicação devem fazer nas hipóteses de escritura pública de revogação do testamento ou da cláusula testamentária que favoreciam ditas sociedades ou entidades.

Art. 3.º - As comunicações acima referidas limitam-se ao fornecimento do nome do testador, data da escritura, número do livro de notas e número da folha onde foi lavrado o ato da liberalidade ou o da respectiva revogação.

Art. 4.º - Este Provimento, que entra em vigor na data de sua publicação, só se aplica aos casos de testamento público (Código Civil, arts. 1.632 a 1.637), revogadas as disposições em contrário. São Paulo, 22 de agosto de 1977.

(a) Dês. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Processo Recurso CG. n.º 67/77.

Aparecida.

Dr. Paulo Guimarães de Almeida, Procurador.

Interessado: Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. foi negado provimento ao recurso. (Publicado no D.O.J. 25-8-77).

Processo n.º CG 39.206173 - Capital - Interessada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi aprovado o Parecer abaixo transcrito:

Senhor Corregedor-Geral:

Trata-se de antiga reivindicação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, buscando uma disciplina administrativa que tome obrigatória a comunicação das cláusulas testamentárias, constantes de escritura pública, que favoreçam as sociedades beneficentes. Opino pelo atendimento, já que a pretensão se circunscreve à hipótese de testamento público (Código Civil, arts. 1632 a 1637), onde a publicidade é inerente ao ato. Escolhida essa forma de testar, ninguém pode pretender que a divulgação só ocorra após a morte do testador, pois, o testamento já foi tomado público na outorga.

O prof. Orlando Gomes, que é partidário de uma disposição legal que proíba o fornecimento de certidão, salvo ao próprio testador, fundado na inconveniência da revelação de certos fatos, como o reconhecimento de filho havido fora do matrimônio (cf. "sucessões", ed. 1970, pág. 128), nesse sentido chegou a inserir dispositivo expresso em seu Anteprojeto (art. 815). Entretanto, além do exemplo citado não ter nenhuma relação com a hipótese dos autos, o eminente civilista não contou com o apoio de outros doutrinadores.

Sílvio Rodrigues entestou a pretendida inovação, reputando-a inócua e inconveniente. "Como os livros de notas são públicos e como qualquer pessoa pode obter certidão de seu conteúdo, o testamento público, como o seu nome o declara, não enseja ao testador a possibilidade de ocultar sua disposição de última vontade". (cf. "Sucessões", ed. 1976, págs. 114/115). As disposições de natureza sigilosa, secreta, íntima ou reservada, podem ser resguardadas pelo testamento cerrado, ou pelo testamento particular.

"De jure constituto", o que figura em escritura pública não é secreto.

Assim, proponho a inclusa minuta de Provimento, e sugiro que os Tabeliões comuniquem não só as liberalidades, mas também os atos públicos de sua posterior revogação.

É o meu parecer.

São Paulo, 22 de agosto de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

Aprovo o parecer.

Expeça-se o Provimento, nos termos da minuta.

Publique-se.

São Paulo, 22 de agosto de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

D.J. 23.8.77

Proc. CG n.º 12.886/77 - Capital - Advs.: Drs. Nelson Neto e Newton Roque Monteiro - Interessada: Cia. Financiadora "Mappin São Paulo" - Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça abaixo transcrito:

"Vistos. Questões de competência jurisdicional não podem ser decididas na esfera administrativa, muito menos verbalmente, através da recusa da distribuição.

O Provimento n.º 11/76 desta Corregedoria Geral (artigo 4.º), contém dispositivo que, analogicamente, se aplica aos Serventuários em geral, inclusive os Distribuidores, ao reprovar discussões, alterações, recados ou recusas verbais como sistema de serviço.

As petições levadas à distribuição devem ser distribuídas no foro a que o autor se dirigir e encaminhadas ao Cartório, que as submeterá ao despacho judicial. Com esta ordem de serviço, fica, desde logo, solucionado o problema que se pudesse suscitar em âmbito administrativo.

Recebendo a petição já distribuída, o Juiz poderá decidir da competência, no exercício da atividade jurisdicional, aceitando-a ou recusando-a em despacho fundamentado, que permita

recurso da parte, ou dê azo à suscitação de conflito, para decisão do Tribunal.

Publique-se para conhecimento dos Distribuidores e demais interessados.

Intime-se e archive-se.

São Paulo, 18 de agosto de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

D. J. 23.8.77

DEGE-1 - Proc. CG. N.º 40.244/74 - Recomendação.

Sobre expedição de mandados de prisão pelos Juízes Cíveis, das Varas Centrais e Distritais. O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, considerando representação do Instituto de Identificação Civil e Criminal, da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Recomenda aos Srs. Escrivães-Diretores de Serviço dos Offícios de Justiça Cíveis, das Varas Centrais e Distritais, que, nos mandados de prisão expedidos, atendam ao que dispõe o art. 659 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, não omitindo a qualificação de quem deva ser procurado e preso, para facilitar o cumprimento da ordem e evitar que a medida alcance pessoa homônima.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 6 de julho de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

Prot. CG. n.º 11.107177

Capital - Int.: Associação dos Advogados de São Paulo. Tomo conhecimento de que alguns Offícios de Justiça não estão observando o Provimento n.º 8/77 desta Corregedoria-Geral. O principal objetivo das publicações das intimações judiciais pela imprensa é a transmissão do conhecimento exato da intimação feita, em benefício não só das partes e advogados, como também dos próprios Cartórios; daqueles, para que não se vejam forçados a virem inteirar-se do objeto da intimação, como se a publicação fosse um serviço inócuo ou carente de complementação; dos Cartórios, pela diminuição de uma sobrecarga de trabalho representada pelo atendimento do público no balcão. Essas considerações figuram expressamente no texto da disciplina normativa, para que não haja possibilidade de dúvida ou mal entendimento. Verifico, entretanto, pela leitura do Diário Oficial, que alguns Cartórios têm omitido, nas intimações, a "natureza da ação" ou a "espécie dos autos", item que passa, então, a figurar num título ou subtítulo da coluna. O resultado é que isto pode trazer dificuldades para os advogados, quando patrocinam mais de uma causa, de naturezas diversas, entre as mesmas partes. Recebendo o recorte da intimação, fornecido pela AASP, não sabem, por exemplo, em qual dos processos ocorreu o fato objeto do seu interesse, exceto se guardarem de memória ou em registro o número dos autos, se tiverem o trabalho de localizar o jornal que estampou a intimação, ou ainda (precisamente o que se quer evitar), se vierem inteirar-se do ato em Cartório. O conhecido serviço de recortes da AASP visa a facilitar o trabalho profissional dos seus sócios. É benefício interno de uma entidade privada. Ninguém ignora isso. Mas, não se pode olvidar que, além dos órgãos públicos que funcionam ao lado do Poder Judiciário, ou que direta ou indiretamente se encontram vinculados aos seus objetivos, sem esquecer a ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB), que também é uma entidade de serviço público (cf. ESTATUTO, art. 139), hoje, no Estado de São Paulo, até mesmo empresas privadas são admitidas a colaborar com os serviços judiciários (art. 110, letra "c", da Resolução n.º 2/76 do Tribunal de Justiça). Portanto, a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) tem mais do que justo título para participar diretamente dessa colaboração. Na medida em que o aprimoramento dos seus serviços e benefícios internos, como esse da triagem e transmissão das intimações judiciais, alcançam as metas do Provimento n.º 8/77 desta Corregedoria-Geral, diminuindo, no Fórum, a sobrecarga de trabalho que representa, para os Cartórios, o atendimento do público no balcão, é imprescindível que haja, por parte dos Cartórios e da Corregedoria, o equivalente esforço de cooperação no objetivo comum. É uma necessidade que passa a ser imposta pelo interesse público, razão pela qual não se justificam inovações ou interpretações do artigo 2.º do Provimento n.º 8/77, que não tragam maior clareza, maior perfeição e maior eficiência. "Os atos a serem publicados, além da

indicação das partes, dos seus advogados, do número e espécie dos autos (grifei), incluirão os elementos necessários ao seu completo entendimento, tais como a indicação do objeto específico da intimação, de quem deve tomar conhecimento de alguma coisa nos autos, e do que, de quem deve neles se manifestar, sobre o quê, etc." Assim, sem prejuízo do destaque que alguns Cartórios entendem útil fazer, da indicação da espécie dos autos em título ou subtítulo da coluna, acréscimo que podem continuar fazendo, a "natureza da ação" também deve figurar, obrigatoriamente, ainda que de forma abreviada, ao lado do número do processo, em cada intimação. Proponho, caso aprovado este parecer, que se dê conhecimento da decisão aos ilustres Escrivães da Capital, e também aos do interior, considerado o fato de muitas Comarcas do Estado já usarem a imprensa local para a intimação dos atos judiciais. SP., 19-9-77.

(aa) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar. Aprovo. SP., 19-9-77. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça. D.O.J., 20-9-77

PROCESSO N.º 48.334/77

TABELIÃO DE NOTAS - Reconhecimento de firma - Documento escrito em idioma estrangeiro - Proibição legal.

Proc. 48.334/77 - Senhor Corregedor Geral

1. Trata-se de representação do Dr. Antônio Tupinambá Vampré, ilustre Tabelião da Capital, pretendendo alterar o Provimento decorrente do Proc. CG-45.943/76, para obter autorização de reconhecer firmas de pessoas brasileiras, lançadas em documentos produzidos no Brasil, embora em língua estrangeira, atento à circunstância de que esses documentos devem surtir efeitos no exterior.

Exemplifica com as faturas de exportação, lavradas em inglês; currículo escolar de bolsistas brasileiros, destinado às Universidades estrangeiras; documentos de concorrências públicas internacionais, etc.

Entende que o Provimento anterior, firmado no Proc. CG-45.943/76, refere-se a documentos alienígenas, firmados por pessoas estrangeiras. Ademais, a exigência de tradução se prende ao simples fato de ser oficial, no Brasil, a língua portuguesa, além do que, uma coisa é autenticar o documento, outra coisa é usá-lo. Não se confunde o ato de autenticação de um documento, reconhecendo-se a firma de seus autores, com o possível meio de prova desse mesmo documento no Brasil.

Sugere que a autorização para os Tabeliães reconhecerem firmas nos documentos escritos em idioma estrangeiro seja condicionada à aposição de um carimbo com os dizeres: "Para valer no Brasil, o documento deve ser traduzido".

2. Com efeito, o Provimento anterior, decorrente do parecer e decisão proferidos no Proc. CG-45.943/76, deixou assente:

"O reconhecimento de firma, por Tabelião, empresta aos documentos a presunção de autenticidade para fins processuais (CPC, art. 369); torna válidas as procurações em relação a terceiros (Cód. Civ., art. 1289, parágr. 3.º) e dá-lhes ingresso no Registro de Títulos e Documentos (cf. Lei n.º 6.015/73, art. 158).

Esses e quaisquer outros efeitos legais decorrentes do ato de reconhecimento de firma, por Tabelião, pressupõem documento escrito em língua portuguesa, visto que os documentos escritos em língua estrangeira, enquanto não traduzidos, não produzem efeitos legais no Brasil (Cód. Civ., art. 140; Cód. Comercial, art. 125), nem são admitidos em Juízo (CPC de 1939, art. 228; CPC vigente, artigos 151 e 157; CPP, art. 236). A Lei n.º 6.015/73, além da tradução, exige o registro, para que os documentos de procedência estrangeira produzam efeitos em Juízo ou Tribunal, em repartições da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 129, 6.º).

Salvo exceções expressas, v.g., o testamento cerrado e o testamento particular (Cód. Civ., arts. 1640 e 1649; Clóvis, "Comentários". ed. 1927, vol. I, art. 140), os escritos em idioma alienígena, desacompanhados; da respectiva tradução, e, em certos casos, do registro, não têm efeitos legais no Brasil, exceto o ingresso no Registro Público para efeito exclusivo de conservação e perpetuidade, com ressalva clara, da própria lei, que para produzirem efeitos legais no País o para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que também se observará em relação às procurações lavradas em língua

estrangeira' (Lei n.º 6.015/73, art. 148).

Independentemente da exigência de registro, que, anteriormente à Lei n.º 6.015/73, o Supremo Tribunal Federal entendia dispensável, os documentos originais, em idioma alienígena, podem ser autenticados por via consular (Súmula n.º 259), mas não podem obter, no País, o reconhecimento de firma, por Tabelião, que é uma etapa do curso legal que eles não têm. (. . . 'omissis') (cf. Rev. Tribs., vol. 497/429)".

3. A reinserção de velho texto na atual Lei dos Registros Públicos, sobre a vedação de curso legal no País aos documentos vazados em língua estrangeira, ressalvado o mero registro de efeitos conservatórios, acabou suscitando a questão do reconhecimento de firma nesses documentos, não obstante jamais resultassem revogadas as normas proibitivas do seu curso legal que, por certo, repousavam esquecidas na praxe tabelioa, dia a dia mais solicitada dos interesses que lhes são levados, e que inegavelmente procriam nos grandes centros econômicos, com as implicações específicas da importação, exportação e concorrências internacionais.

Não é, pois, difícil presumir a grande quantidade de papéis de natureza obrigacional que, em função desses negócios, entram e saem do país, para produzir os efeitos jurídicos que lhes são destinados. É o próprio autor da representação que lembra as faturas dos exportadores, lavradas em inglês; os documentos de concorrências públicas internacionais, etc.

Há papéis que, assim, produzirão efeitos no Brasil; outros são destinados a produzi-los no exterior,

4. Se algum efeito jurídico deve surtir no Brasil, a lei exige que o documento seja escrito em português. Pode ser nacional, não interessando onde foi produzido o documento, mas se está escrito em português ou noutro idioma. A língua - reduz Pontes de Miranda - é apenas "a materialidade com que se expressa o conteúdo intelectual" (Coment. CPC, ed. 74, v. III, P. 72), não significando que o idioma estrangeiro corresponda a documento estrangeiro.

Evidentemente, o objetivo da lei é a segurança jurídica, antes de qualquer outro propósito relevante, como existe, para tornar obrigatório o emprego do vernáculo, ou da língua oficial do País, nos atos públicos. Os propósitos legais não estão detidos em civismo, moral e decoro, ou fiscalização da receita tributária. Também não impõem, como observa Tornaghi, exageradas preocupações puristas (Comentários CPC, ed. 75, v. II, p. 13). É a segurança das relações e implicações jurídicas, nos atos públicos, que deve ser, antes de tudo, resguardada.

Há palavras, frases e expressões alienígenas que podem constar de documentos públicos ou particulares, sem que esses motivos de segurança imponham a tradução. Num contrato de "leasing", são as cláusulas escritas em vernáculo que interessam, não o título importado, que não interfere na compreensão do conteúdo, na eficácia ou ineficácia do negócio.

A própria linguagem forense é abundante em expressões e brocardos latinos, italianos, franceses (até alguns ingleses e alemães) de uso corrente e, principalmente, seguro quando a serviço da síntese e da precisão conceitual. Outras, porém, que expressem idéia ou definam coisas de entendimento restrito a determinada ciência, a certo ramo da atividade negocial, ou de uso não generalizado e, portanto, desconhecidas, não se safam à tradução, devendo ser, antes, evitadas para não se verem traídas.

Os interesses do comércio internacional também não abalam essa estrutura. Veja-se que, até mesmo na disciplina das sociedades estrangeiras que poderão funcionar no País, o Projeto de Lei n.º 634/75, condiciona a autorização governamental à apresentação de documentos "autenticados de conformidade com a lei nacional da sociedade requerente, legalizados no consulado brasileiro da respectiva sede e acompanhados da tradução em vernáculo". Tal será a redação, segundo o Projeto, do artigo 1.168, § 2.º, do Código Civil (cf. Mensagem n.º 160/75, do Poder Executivo, apud Sylvio Marcondes, "Questões de Direito Mercantil", ed. 77, págs. 253 e 281).

É uma simples questão de segurança jurídica, não obstante a inegável validade dos outros propósitos informadores dessa restrição legal que, paralelamente, subsistem e também a justificam.

5. O Tabelião de Notas, que tem a atribuição legal de reconhecer firmas, não escapa dessas prescrições. O Decreto n.º 13.6091/43, faz expressa referência aos Notários:

"Art. 18 - Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento."

Parágrafo único - Estas disposições compreendem também os Serventuários de Notas, e os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos que não poderão registrar, passar certidões ou públicas-formas de documento no todo ou em parte redigido em língua estrangeira". É evidente que as vedações específicas do parágrafo único (passar certidões e públicas-formas) não abrogam as proibições genéricas lançadas no "caput". As disposições do "caput" compreendem também os Serventuários de Notas. . . " (Sic), que estão impedidos de dar curso legal a quaisquer papéis ou documentos não escritos em português, ou desacompanhados da tradução em vernáculo, não importando o lugar da produção do documento, nem a nacionalidade dos signatários.

Ainda que se possa sustentar que o reconhecimento de firma tem eficácia restrita à assinatura, dando-lhe presunção "juris-tantum" de autenticidade, por semelhança com aquela constante do registro notarial, não se pode olvidar que o Código de Processo Civil reputa assim autêntico todo o documento (art. 369), isto é, empresta-lhe a mesma presunção "juris" de autenticidade, admitindo prova em contrário não apenas sobre a falsidade da assinatura que foi reconhecida, mas também sobre o conteúdo material.

O ínclito Pontes de Miranda, que limita a eficácia do reconhecimento à assinatura, adverte que o Tabelião deve verificar, no texto, se não há ocorrências que tornem duvidoso o conteúdo (Coment. CPC, ed. 74, v. IV, P. 346). E ele não pode fazê-lo, validamente, se o documento estiver escrito em língua estrangeira.

Como quer que seja, o serviço público prestado pelo Tabelião, inserido na tutela administrativa do Estado, tem caráter oficial. Em substitutivo ao Projeto de Lei n.º 1.530, inscreveu-se, no artigo 3.º que o tabelião "é profissional diretamente pelo utente de seu serviço e cuja função pública consiste em receber, interpretar e dar forma juridicamente válida à vontade das partes" (apud J. Frederico Marques, "Rev. Notarial Brasileira", ano II n.º 2, pág. 13). Tal o que se pretende "de jure constituendo", sem embargo de que, independentemente desse preconizado estatuto, a sua chancela é sinal de Estado, detentor de fé pública. Os documentos que tramitam perante ele têm curso oficial. Reconhecer firma num documento é dar-lhe o curso legal.

A indagação sobre o lugar destinado aos efeitos precípuos (decorrentes do conteúdo material do documento) é despicienda. A atuação do Notário não pode extravasar os limites da lei, que nenhuma atribuição lhe conferiu nesse sentido. Sem base em lei que o autorize, expressamente, está impedido de apor o sinete ou a chancela de seu ofício público em documentos que, no País, não têm curso legal, pois, que isto equivaleria a dar-lhe o fluído vedado.

Ainda aqui não se omite Pontes de Miranda. Ressalvando os efeitos entre os figurantes do documento, ou seja, entre as partes, prescreve que esses efeitos subsistem e escapam das vedações legais ou das "regras de legalização e reconhecimento de firmas" (Coment. CPC, ed. 74, v. III, p. 66).

6. A sugestão oferecida pelo Ilustre Tabelião da Capital carece de expressa autorização legislativa, que a Corregedoria não pode dar, porque não detém a competência. Os atos oficiais dos Notários brasileiros não podem valer no exterior quando são ilegais no Brasil. Seria ilógico admitir que a eficácia reconhecida fora de nossas fronteiras não tivesse por pressuposto a integral legitimidade do ato público aqui praticado.

Assim, opino pela manutenção do anterior Provimento, expedido no Processo CG-45.943/76. É o meu parecer.

São Paulo, 9 de novembro de 1977

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL - Inviabilidade do cancelamento só pelo fato da prescrição da ação - Provimento n.º 6/76 e art. 620 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
REC. 72/77 - Senhor Corregedor-Geral

1. Ryoiti Miyayishi, por seu advogado, interessado em obter certidão negativa do Segundo Distribuidor Criminal, requereu o cancelamento de uma distribuição feita à 22.ª Vara Criminal (proc. 330/69), onde se viu processado por violação dos artigos 168 e 171, I e II, do Código Penal, sendo condenado, à pena de multa, por sentença datada de 3-11-1971. Posteriormente, em 22-12-71, com arrimo na Súmula n.º 146 do Supremo Tribunal Federal, teve reconhecida a prescrição, mas deixou de pedir o cancelamento da distribuição, como lhe era facultado pelo art.

620 da Consolidação de Normas desta Corregedoria-Geral, prejudicando-se com a vigência do Provimento n.º 06/76, que alterou aquele dispositivo. Não obstante, exercendo o seu direito antes do Provimento n.º 06/76, o co-réu Inda Thau conseguiu mesmo cancelamento, segundo está informado. Entende-se, assim, amparado pelo mandamento constitucional que garante o direito adquirido (Constituição Federal, art. 153, § 3.º), pois, na vigência do Provimento n.º 06/76, tinha direito ao pleito agora exercido.

O MM. Juiz Corregedor-Permanente, decidindo em função da regra "tempus regit actum", indeferiu o pedido, estabelecendo que é taxativa a enumeração contida no art. 620 da Consolidação de Normas, segundo a redação atual, dada pelo Provimento n.º 06/76 (cf. fls. 39 e verso).

O recurso insiste no tema invocado, do direito adquirido, sustentando que, na época, o cancelamento da distribuição devia ocorrer automaticamente (fls. 42/43).

2. Passo a opinar.

O pedido de cancelamento de distribuição foi mal posto, porque não se reveste de amparo legal. O recorrente jamais teve esse direito, não sendo exato que o Provimento n.º 06/76, desta Corregedoria, haja suprimido prerrogativa da qual, na verdade, não cuidou, nem mesmo o previu ou estabeleceu o art. 620 da citada Consolidação de Normas, quer na primitiva, quer na atual redação.

Percebe-se, entretanto, que o pedido não tem essa amplitude. O recorrente quer, apenas, uma certidão que não acuse a existência de ação penal efetivamente proposta contra ele, na qual foi condenado a pena de multa, obtendo, mais tarde, o reconhecimento da prescrição.

Embora essa pretensão também não possua o menor alicerce de juridicidade, é exato que, anteriormente à vigência do Provimento n.º 06/76, o artigo 620 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral, sem nenhum respaldo legislativo, autorizava a expedição de certidões negativas, entre outras hipóteses:

d) para os condenados em simples pena de multa, estando esta paga;

e) nos casos de condenação com suspensão condicional da pena;

g) quando ocorrer a extinção da punibilidade, por prescrição da ação penal;

Fácil é deduzir, no caso dos autos, que durante a vigência dessa permissão administrativa, o recorrente iria obter uma certidão branca do Distribuidor Criminal, não obstante, a efetiva existência de ação penal contra ele, e a despeito de ter sido condenado, porque, afinal, obteve o reconhecimento da prescrição da ação, nos termos da Súmula n.º 146 do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não ocorresse tal reconhecimento, ele foi condenado a pena de multa que, uma vez paga, autorizava a expedição de idêntica certidão branca, ou negativa, com a expressão "nada consta".

3. Ocorre que, em 12 de abril de 1976, examinando representação do Ilustre Juiz Geraldo de Faria Lemos Pinheiro, integrante do E. Tribunal de Alçada Criminal deste Estado, Vossa Excelência editou o Provimento n.º 06/76, alterando a redação do art. 620 da Consolidação de Normas, no duplo escopo de 1) preservar o afastamento do rigor exagerado, que pode causar prejuízos injustificáveis, e também no de 2) revogar a exagerada liberalidade, igualmente nociva, por criar situações embaraçosas de descrédito e responsabilidade. Assim ficou redigido o art. 620:

"Art. 620 - As Certidões de antecedentes, a pedido da parte interessada, serão expedidas com a anotação 'nada consta':

a) nos casos de inquéritos arquivados;

b) para os indiciados não denunciados;

c) nos casos de não recebimento da queixa-crime, com trânsito em julgado;

d) nos casos de absolvição, com trânsito em julgado;

e) nos casos de reabilitação não revogada, após o trânsito em julgado do respectivo decreto: Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica aos casos de requisição judicial, onde a informação será completa."

Vossa Excelência não deixou de considerar a grande margem de insegurança que resultava do sistema revogado. Tais certidões, com a expressão "nada consta", podiam ser facilmente obtidas pelos réus interessados em relaxamento de prisão, suspensão condicional da pena, prisão-albergue, etc., sem mencionar os candidatos a concursos para investidura em cargos públicos, até na Magistratura, que também podiam exibir certidão branca, com omissão de processos criminais anteriores, nos quais, inclusive, podiam estar condenados sob "sursis". O sistema revogado possibilitava que órgãos públicos de informação sonegassem dados de pesquisa

substancial, de fornecimento necessário e obrigatório pelo simples fato da existência do registro. Na melhor das hipóteses, isto proporcionava julgamentos fundados em erro de informação.

Havia, então, flagrante irregularidade a corrigir,

4. Justificando a correção feita, que era imperiosa, Vossa Excelência formulou conceitos que aqui transcrevo literalmente:

"A informação se destina a fornecer elementos de segurança, não dúbios ou capciosos, como deixei acentuado em processo que teve o n.º 114.700, de que foi junta aos autos cópia do acórdão. Quem quer tratar na base dos antecedentes da pessoa com quem se envolve, tem o direito de ser lealmente informado."

"Quem emite certidão negativa, tendo em seus assentos registros positivos, . . . está, em tese, praticando falsidade documental."

"Evidentemente, o grave alcance da proposição tem passado despercebido. Ninguém deve dificultar a vida de ninguém, mas essa é uma obrigação recíproca. O funcionário não forja informações desfavoráveis, nem carrega nas cores das que deve dar; o particular não reclama certidões capciosas, não acumpricia o serviço público nas sonegações de seu interesse pessoal."

"A simples edição de norma, como a do art. 620 em foco, é um descrédito antecipado para o serviço público. Todo o mundo supõe que uma certidão pública seja a expressão da verdade. O preceito está prevenindo que não. Como ele é de ordem interna, forçosa a conclusão, malgrado o generoso propósito que o informa, de que alguém está sendo iludido."

"Como acentuado, é preciso não ir a exageros: nem rigor formalístico, nem condescendência comprometedora."

"Positivamente, quem recebeu acusação formalizada, através de denúncia judicialmente recebida, registra antecedente relevante que importa conhecer e examinar. Tal antecedente não se apaga pela prescrição da ação, ou por ser imposta pena meramente pecuniária, ou, ainda, pela obtenção do 'sursis', ou pela perempção da queixa. Essas são circunstâncias que ora excluem o apenamento, ora o encarceramento, mas que não eliminam o fato imputado. No transcurso da ação penal, é preciso indagar do motivo, pois ele pode advir, precisamente, de prescrição, de perempção, de outras questões formais, embora vez ou outra possa também ter efeitos mais profundos. O funcionário que certifica os antecedentes não tem competência para tal discriminação".

"Já, a rigor, no arquivamento de inquérito, ria ausência de denúncia, no não recebimento da queixa, na absolvição definitiva, na reabilitação confirmada, a pessoa, positivamente, não registra antecedentes: contra ela nada consta, justificando-se a informação negativa",

"O art. 709 do Código de Processo Penal rege os registros policiais. Não disciplina as folhas corridas judiciais".

(Cfr. despachos de 12-4-76 e de 7-6-76, no Processo CG-43.442/75. V.tb. o despacho na Apelação Criminal n. 129.657, de Santos).

Assim, o Provimento n. 06/76, como Vossa Excelência deixou nítido, "só acarreta a obrigação de completar, com certidão extraída dos autos da ação penal, a informação esboçada na folha de antecedentes, ficando a critério da pessoa, perante quem se deseje fazer a prova de folha corrida, emprestar à informação completa o valor que quiser. O que não é possível é arcar a Administração Pública com as consequências, sempre imprevisíveis, da sonegação de antecedentes constantes de seus registros" (Cf. Proc. 43.442/75, cit.).

5. Ora, com esses propósitos, o Provimento n.º 06/76 não trouxe nenhuma restrição de direito a quem quer que seja. Limitou-se a extirpar, do art. 620 da Consolidação, alguns textos que se ressentiam de legitimidade, disposições que davam azo a "ampliações carentes de lastro legislativo", como já observado no Processo n. 47/77, desta Corregedoria (parecer do Dr. Antônio Joaquim de Oliveira).

Veja-se que nem mesmo a recente Lei n. 6.416/77 trouxe base legislativa para alcançar os propósitos do recorrente, limitando-se a estabelecer, em seu benefício, que "para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos" (Cód. Penal, art. 46, § único).

Em outras palavras, o fato que "não prevalece" para o efeito de "reincidência", é um fato que existe e, aliás, pode prevalecer para outros efeitos, tanto que interessa à pesquisa da vida pregressa, para aferição da personalidade ou periculosidade do agente (C. Penal, art. 77, 1). A própria exceção da regra que autoriza presumir a periculosidade pelos antecedentes (C. Penal,

art. 78, § 1.º), exige a existência do registro da condenação anterior, sem o que a pesquisa do fato é inviável.

Sendo a legalidade o pressuposto específico do ato administrativo, é evidente que, padecendo da sua falta, o texto revogado não outorgou nem gerou direito.

As normas abrogadas não eram simplesmente inconvenientes ou inoportunas; e o interesse público decorrente do ato posterior, que anula ou altera o precedente assim viciado, impõe a sua vigência imediata em todos os casos, mesmo naqueles formados antes do seu advento, ainda porque a administração tem o direito de reconhecer a ilegitimidade dos seus próprios atos, e a conseqüente obrigação de extirpá-los, sem que disto resulte violação a direito adquirido, que não podia ser gerado pela norma assim maculada desde a origem.

O Supremo Tribunal Federal já deixou incontroverso, na Súmula n.º 473, que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos".

A Consolidação de Normas desta Corregedoria-Geral, assim como os Provimentos da alta direção administrativa do Tribunal, são atos administrativos-regulamentares. Daí porque se torna viável substituir-se ou alterar-se a norma ilegítima, através de novo ato regulamentar, sem declarar-se expressamente a sua nulidade, como seria curial se fosse outra a categoria do ato.

A forma nem sempre demonstra, mas também não altera, a real natureza das coisas!

Vê-se que o recorrente não pode escudar-se em direito adquirido para obter uma certidão apócrifa, sendo isto, em última análise, o que pretende.

Assim sendo, opino pelo improvimento do recurso.

É o meu parecer.

São Paulo, 12 de outubro de 1977.

Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar.

O Dr. Juiz Auxiliar esgotou o tema em seu parecer, que acolho e subscrevo integralmente.

Limito-me à observação de que não há direito adquirido contra a realidade das coisas. Ninguém, jamais, teve qualquer direito à sonegação da verdade, nos termos pretendidos, de sorte que, totalmente adequada a aplicação do princípio "tempus regit actum", constante da sentença (f. 39), a certidão de antecedentes, a partir do Provimento n.º 06/76, por este é regida e nos seus termos é expedida.

Nego provimento.

São Paulo, 17 de outubro de 1977.

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.

RECURSO N.º 75/77

TABELIÃO DE PROTESTOS - Início e término de contagem do prazo para o Oficial tirar o protesto do título.

Rec. 75/77 - Senhor Corregedor-Geral.

1. Trata-se de recurso do Banco do Brasil S/A, contra decisão da Corregedoria-Permanente do Cartório de Protestos de Bragança Paulista.

O recorrente ofereceu representação para obter, nos protestos de duplicatas, a fiel observância do artigo 28 do Decreto n.º 2.044, de 1908, que exige a prática do ato dentro de três dias úteis contados da apresentação dos títulos. O Serventuário objetou, informando, em resumo, que o prazo é contado da intimação do devedor. O Magistrado acolheu essas informações, determinando o arquivamento da representação (cf. fls. 2, 16, 24 v.º e 29).

No recurso, o Banco do Brasil insiste na sua pretensão (fs. 26/27), e o Dr. Promotor Público, tendo vista dos autos, prestigiou a decisão recorrida (cf. fls. 34/35).

2. O Provimento n.º 10/70 da Corregedoria-Geral, e a Portaria n.º 38/74 do Juízo de Direito de Bragança Paulista fls. 17 e 23), invocados pelo Serventuário, não têm aqui nenhuma aplicação. O primeiro, no dispositivo posto em destaque, disciplina as intimações por edital, e a Portaria pertine às intimações postais e às deprecações entre duas comarcas, nos processos judiciais. Outra é a questão debatida: a do início e término de contagem ("dies-a-quo" e "dies-ad-quem") do prazo para o Oficial tirar o protesto do título. Não é o prazo do credor para o protesto cambial necessário (garantia do direito de regresso) que, na duplicata, é de 30 (trinta) dias contados do vencimento (Lei n.º 5.474/68, art. 13, § 4.º), mas aquele do Tabelião, em qualquer protesto a seu cargo.

A tese defendida pelo recorrente, de que esse lapso é sempre de três dias úteis, contados da entrega do título ao Cartório, peca, antes de tudo, pela falta de lógica. Basta considerar que o instrumento do protesto deve conter a certidão da intimação do devedor (ou as substitutivas, de ausência e edital), para a conclusão necessária de que a intimação do devedor é pressuposto do ato a ser praticado. Em outras palavras, ainda que se marque o "dies-a-quo" naquele da entrega do título ao Tabelião, há uma condição que deve ocorrer, nesse interregno entre a recepção do título e o terceiro dia do prazo, que é a intimação do devedor (intimação real ou ficta), sem o que, não havendo como certificá-la, o ato não se pratica, a despeito de correrem três ou mais dias úteis.

Com fulcro em restrita interpretação de Pontes de Miranda (cf. "Tratado de Direito Privado", ed. 61, tomo 35, pág. 92), os Cartórios da Capital estão orientados no sentido de que o protesto deve ser tirado em três dias úteis contados da apresentação. Quando, por motivo de força maior, a intimação não se faz nesse lapso de tempo, prorroga-se o termo final do prazo. Nessas condições (prorrogado o termo final), assim que realizada a intimação, no mesmo dia se lavra o protesto.

Então, a falta de intimação do devedor faz prorrogar, enquanto dure, o "dies-ad-quem" desse tríduo legal. O prazo continua sendo o de três dias úteis, contados da recepção do título no Cartório, mas o último dia pode ser prorrogado até que se faça a intimação, que virá certificada no instrumento.

No âmbito administrativo da Corregedoria é esta a orientação que existe sobre o prazo que o Oficial de Protestos tem para lavrar o termo no seu livro. Entendo deva ser mantida, mesmo porque, na Capital, já constituiu praxe que, até o momento, não foi amputada pela atividade censória do Judiciário. No máximo, pode-se observar, em acréscimo da orientação vigente, que a incidência do princípio "dies; a quo non computatur in termino" é plenamente defensável, pela evidente assimilação que teve no direito brasileiro, inclusive no Código Comercial (art. 135). Nesse sentido, encontra-se prudente lição em Carlos Fulgêncio (cf. "Comentários", ed. Forense, 1970, § 126, pág. 139) e também, na jurisprudência, em acórdão relatado pelo Desembargador Nogueira Garcez (cf. Rev. Tribs., 328/494; Franceschini, "Títulos de Crédito", ed. 72, 4.º volume, § 4.884).

As informações do Ilustre Serventuário interino de Bragança Paulista (fs. 16), dão conta de que, naquela Comarca, segue-se orientação diversa.

Opino, assim, no sentido do recurso ser provido, em parte, valendo a solução, pelos efeitos normativos, como provimento correccional específico.

É o meu parecer.

São Paulo, 24 de outubro de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Dou provimento em parte nos termos do parecer. Devolvam-se os autos.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

Recurso n.º 77/77 - Bauru

Recorrente: DR. CURADOR DE REGISTROS PÚBLICOS

Recorrido: ANTÔNIO SEMENTILLE FILHO

**PENHORA - Alienação do bem penhorado no curso da execução -
Cancelamento administrativo do registro da venda, para dar ingresso à Carta
de Arrematação.**

CORREGEDORIA - órgão administrativo que não pode sobrepor-se ao órgão judicial executório.

VISTOS - REC. 77/77

1 . Os fatos vêm resumidos no relatório de fs. 51:

"Trata-se de apelação do Ministério Público, manifestando inconformismo com a sentença de fs. 37/39. Esta, em resumo, deferiu um requerimento do apelado, Antônio Sementille Filho, ordenando a matrícula de sua carta de arrematação e anulando transcrições imobiliárias anteriores, pertinentes ao imóvel objeto da praça. Conforme a sentença, os registros anulados teriam sido obtidos em fraude de execução."

"O apelante sustenta que o decisório afronta o art. 216, da Lei n.º 6.015/73, pois, os registros devem prevalecer até que sejam anulados em processo contencioso, que não se confunde com este procedimento administrativo, sendo, pois, nula a decisão, nesse aspecto (fs. 40/41)."

A eles acrescento que o E. Conselho Superior da Magistratura não conheceu do recurso, determinando a remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça (Código Judiciário, art. 246).
2. Em executivo fiscal movido pela Fazenda do Estado a Olívio Jacinto, efetivou-se a penhora em terreno urbano do domínio do executado, transcrito sob o número 18.520, na Segunda Circunscrição Imobiliária da Comarca de Bauru, estando o respectivo auto datado de 4 de fevereiro de 1974 (fls. 14). A hasta pública realizou-se a 10 de junho de 1975 (fls. 16), quando o imóvel foi arrematado por Antônio Sementille Filho.

Cerca de cinquenta dias antes dessa venda judicial, porém, aconteceu serem transcritas escrituras alienatórias do imóvel penhorado, em que figurava como vendedor o casal do executado; como comprador Evaristo Maia. Após essas transcrições, o comprador transmitiu a propriedade a Francisco Rodolfo da Silva, cujo título foi transcrito quatro dias antes da hasta pública.

Em virtude dessas transmissões, recusou-se o Oficial do Registro de Imóveis a receber a carta de arrematação de Antônio Sementille Filho. Este, então, sem requerer suscitação de dúvida, dirigiu-se diretamente ao Corregedor Permanente da Serventia, com o pedido de cancelamento ou anulação dos registros posteriores à penhora, para que o seu título pudesse ter ingresso no cadastro dominial.

A pretensão resultou acolhida, ensejando o presente recurso do Dr. Curador de Registros Públicos, que vê, na solução dada, violação do art. 216 da Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015/73).

3. Assim não é, porém, tratando-se, ao contrário, de atos ineficazes, assim reconhecíveis de plano, independentemente de ação direta (lei cit. art. 214).

Sendo certo que a transmissão da propriedade imobiliária, por ato inter vivos, se opera com a transcrição do título no registro de imóvel (Código Civil, art. 530, I), certo é, também, que tal transferência não podia ser validamente feita após a penhora que submeteu a coisa à satisfação do crédito fiscal em execução.

A penhora é o ato pelo qual o órgão judiciário submete ao seu poder imediato determinados bens do executado, fixando sobre eles a destinação de servirem à satisfação do direito do exequente. Ela produz o efeito de modificar a situação jurídica do bem penhorado, com a finalidade de preparar ou realizar a satisfação do credor, pela arrematação ou a adjudicação. É ato executório de eficácia constitutiva (Liebman, "Processo de Execução", § 56).

A penhora, prossegue o doutrinador (§ 57), impõe sobre a coisa um vínculo de caráter processual, que, sem afetar os direitos do executado, sujeita a mesma ao poder sancionatório do Estado, para servir à satisfação do exequente. Esse vínculo permanece invariado, quaisquer que sejam as modificações que possam ocorrer na condição jurídica da coisa: a alienação total ou parcial do bem, a constituição de direito de garantia sobre o mesmo, não podem ser opostos ao exequente e não podem impedir o prosseguimento da execução, permanecendo a sujeição ao poder executório do órgão público, qualquer que seja o direito adquirido por terceiro.

No caso, a penhora foi feita face a certidão, do Registro de Imóveis, de que, nos seus assentos, não figurava qualquer outro direito real em benefício de terceiro, achando-se o imóvel livre para responder pelos débitos patrimoniais do executado (fls. 11). Com ela, adquiriu o credor exequente o direito de preferência para a satisfação do seu crédito pelo bem penhorado (Código de Processo Civil, art. 612), direito esse cuja desconstituição ficou rida dependência de ordem judicial de liberação, que não consta ter sido emitida.

Nessas condições, não podem prevalecer os registros de transmissão de domínio operados à véspera da hasta pública que ultimou o processo expropriatório inerente à execução judicial (CPC, art. 646).

Essa expropriação, adverte Liebman (ob. cit., § 68) é ato de autoridade, ato de império, com a estrutura e os efeitos de ato estatal: o órgão judicial, em exercício do seu poder soberano, transfere, a título oneroso, a propriedade dos bens do executado para outrem. O poder de realizar essa transferência cabe institucionalmente ao órgão, pela autoridade soberana de que está investido para conseguir a satisfação do interesse público, como é, indubitavelmente, o de dar atuação à ordem jurídica positiva; por isso, é poder próprio do órgão, autônomo, imediato e permanente, não derivado ou recebido de qualquer um dos particulares interessados no Processo. As modificações nas relações de direito privado, de que são titulares os vários interessados, se produzem como efeito do exercício daquele poder, e têm sua fonte no ato em que aquele poder se manifesta, o ato de desapropriação, tipicamente processual e executório. É certo que esse ato pode, por vezes, atingir interesses de terceiro. Para a sua defesa, têm,

estes, as vias processuais dos embargos, ou da ação direta.

No caso, consta terem sido rejeitados os embargos de terceiro (fls. 27 a 30). A instância encerrou-se, não importa o fundamento da sentença.

Como a transmissão do domínio, através da expropriação judicial operada na hasta pública, depende do registro da carta de arrematação para completar-se, é evidente que a incompatibilidade desse registro com aqueles apontados, pelo Oficial, que se recusou a fazê-lo, há-de resolver-se, pela ineficácia dos últimos, que devem ser cancelados para que se restabeleça a disponibilidade do executado, que fundamentou todo o processo executório. De ineficácia é que, realmente, se trata, como acentuou Liebman, em nota de rodapé (ob. cit. pág. 99; na edição de 1968, pág. 98):

"Neste caso, as alienações são ineficazes em face da execução, por efeito do vínculo imposto sobre os bens pela penhora, sem depender da fraude, nem dos seus requisitos."

O oposto, seria o contra-senso, a contestação do poder estatal de que dotado o órgão executório, cujo ato, de expropriação e venda a benefício da execução, restaria inócuo e inoperante, submetido a recusa de funcionários e órgãos meramente administrativos, como são o Registro de Imóveis e a Corregedoria que os coordena e dirige (cf. Apelação Cível n.º 262.851, de São Paulo, j. pelo CSM em 22-8-77, e outros precedentes já publicados na "Revista dos Tribunais", 485/89; 488/112; e na "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo" (Lex), 41/394 e 43/415).

Correta, pois, a solução ditada pela digna Corregedoria Permanente, devendo os registros incompatíveis ser administrativamente cancelados, restabelecendo-se a disponibilidade inerente ao título de domínio do executado, para que a ela se filie a transmissão judicialmente operada em favor do arrematante.

Os terceiros, acaso atingidos pela providência assim determinada, são que ficam remetidos à esfera jurisdicional, para a defesa dos seus direitos; não o arrematante, que tem por si a autoridade do ato judicial que lhe conferiu direito e que só por outro ato judicial poderá ser desfeito ou coarctado.

Nego provimento ao recurso.

Int.

São Paulo, 15 de setembro de 1977

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

CARGO PÚBLICO - Acumulação - Escrevente de Registro de Imóveis e Professor estadual - Processo de desincompatibilização na esfera do Judiciário.

Proc. 57/76 - Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

Trazem, os autos, matéria relacionada com a acumulação indevida de cargos públicos.

I - O recurso, de Domingos José Ramos de Mello, escrevente do Registro de Imóveis de Pindamonhangaba, objetiva reformar a decisão da Corregedoria-Permanente que, em sindicância administrativa, determinou o seu afastamento do cargo de escrevente, enquanto estiver no exercício de outro cargo público, em função docente, no Instituto de Educação "João Gomes de Araújo" (fls. 53/54).

Em preliminar, sustenta o recorrente que: a) O procedimento é ilegal, sendo nula a decisão, pois, o Estado possui órgão criado com o fim específico de apreciar a hipótese dos autos (Decreto n.º 42.850/63), não podendo ser substituída pelo Juiz Corregedor-Permanente e pela Comissão de Sindicância. b) A sentença considerou impossível ao recorrente acumular um cargo de escrevente com outro de "preparador". Ocorre que o recorrente não é preparador, mas "professor", motivo suficiente para cessar o afastamento que lhe foi imposto, c) Não é prevista em lei a pena de "afastamento", que acaba equivalendo à suspensão sem prazo, sendo certo que esta não pode exceder de noventa dias. d) O mesmo Decreto n.º 42.850/63 lhe garante direitos que a sentença postergou, tais como, o direito de opção por um dos cargos (art. 460, I) e o direito de recorrer para o Governador do Estado, com efeito suspensivo (art. 458).

No mérito, contesta a irregularidade de sua conduta de acumular os cargos de escrevente do Registro de Imóveis e de Professor do Instituto de Educação "João Gomes de Araújo", pelo que não pode ser punido. O elemento subjetivo seria fundamental para que se positivasse a indisciplina e o comportamento infrigente da Constituição Federal. É verdade que se tornou

funcionário público estadual em novembro de 1947, sendo também verdade que a compatibilidade de horário lhe permitiu, em 1952, assumir o cargo de escrevente do Registro de Imóveis. Mas, nunca escondeu isto de ninguém e todas as autoridades que passaram pela Comarca sabiam dessa acumulação, que jamais foi entendida irregular. A sentença, considerando o recorrente passível de punição, cometeu injustiça, merecendo reforma para que o recorrente retorne ao cargo de escrevente, assegurados os seus direitos desde o afastamento preventivo (fls. 57/61).

II - Examinei as preliminares.

1. O fundamento da proibição de acumular cargos públicos, bem como o das exceções à norma proibitiva, tem índole constitucional (Const. Federal, art. 99), integrando os princípios mínimos que a Constituição do Estado declara respeitar (art. 92); projetando-se na legislação ordinária que define o regime jurídico estatutário (Const. do Estado, art. 99). Alcança todas as esferas da administração e os respectivos Poderes, estendendo-se às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista (Const. Fed., art. 99, § 2.º, e art. 108).

Não obstante a evidente diversidade das fontes legislativas do regime jurídico dos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios (Const. Fed., art. 109; Const. do Estado, arts. 92 a 99; Lei Orgânica dos Municípios, art. 46) e, a despeito da consagrada independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aqueles preceitos constitucionais configuram o mínimo a observar na legislação ordinária e em qualquer setor da Administração Pública. Trata-se de vedação genérica, como observa Hely Lopes; Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 4.ª edição, 1976, página 405).

Portanto, quando o Decreto Estadual n.º 42.850/63 regulamentou a forma de solucionar, no Estado de São Paulo, os problemas decorrentes de acumulações remuneradas (arts. 440 a 465), é evidente que permaneceram resguardados os princípios constitucionais da autonomia das unidades federativas, dos respectivos municípios, e também o da independência dos Poderes, sem o que a disciplina sofreria de pecha insanável e comprometedora.

Veja-se que o artigo 461 daquele Decreto é muito claro no reconhecimento de ser impossível, ao Estado, interferir noutra administração. Se o problema a resolver é o da acumulação de um cargo público estadual com outro da União ou de qualquer Município, é evidente que o Estado resolverá o impasse dentro da sua área administrativa, não havendo como extravasar os seus limites.

Ora, dentro do Estado, o mesmo raciocínio é válido em função da independência dos Poderes, que a Constituição também ressalva (art. 2.º). Cada um dos Poderes do Estado deve resolver as suas questões administrativas sem interferir na área privativa dos demais. O funcionário público estadual que acumula dois cargos remunerados, um do Poder Judiciário e outro do Executivo, pode ser afastado de qualquer deles em decorrência de ato próprio, das respectivas administrações. Tanto o executivo quanto o Judiciário podem fazê-lo. A inércia de um não impedirá a ação do outro, para o resguardo da proibição constitucional. Mas, o Executivo não interferirá na administração do Judiciário e vice-versa. Ainda que, num caso concreto, provenha do Poder Executivo o ato de nomeação do funcionário para um cargo do Poder Judiciário, o que equivale a dizer que é o Executivo que o demite, ocorrendo a hipótese de demissão, e ainda que, nesse mesmo caso, o Executivo tenha condições de não expedir o decreto de nomeação, extirpando o mal na sua origem, nada disto apaga a verdade de que é o Judiciário que cuida, privativamente, da disciplina dos seus funcionários e da sua administração. O Executivo cuida do que é seu, e os demais Poderes, igualmente, não interferem.

É inegável que a acumulação de cargos públicos, infringindo proibição constitucional, há que gerar consequências administrativas para o beneficiário da acumulação, independentemente da eventual responsabilidade do superior que deu a posse ou admitiu a entrada em exercício (Decr. 42.850/63, art. 454). Trata-se de uma questão disciplinar administrativa em sentido amplo.

Nesse campo, relativamente aos seus funcionários e servidores, o Poder Judiciário tem normas próprias, compatíveis com a sua independência constitucional (Cód. Judiciário, art. 220, art. 233; Decreto-Lei n.º 159/69, art. 40; Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça, art. 64). As normas estatutárias vigentes para os funcionários do Estado, em geral, são, obviamente, aplicáveis dentro do Poder Judiciário, mas em caráter subsidiário, naquilo que não colidem com o estatuto próprio e naquilo que não ferem a independência do Poder. Essa última ressalva não está expressa na lei ordinária, mas não precisa estar. É imperativo constitucional.

O Decreto n.º 42.850/63, integrante das normas estatutárias aplicáveis aos funcionários do Estado, criou um procedimento para solucionar esses problemas, definiu o que se consideraria

cargo público, cargo de magistério e cargo técnico ou científico, para os efeitos da acumulação remunerada; ressaltou o direito de opção já referida em lei pretérita e também cuidou de criar a chamada "Comissão Permanente de Acumulação" (CPA), subordinada ao Governador do Estado e incumbida de decidir sobre o assunto (art. 465, redação do Decreto n.º 47.333/66).

É evidente que essa "Comissão" não passa de órgão subordinado ao Poder Executivo, delegado para atribuição específica daquele Poder. Não tem qualquer atribuição ou competência para assuntos que naveguem nas águas privativas do Poder Judiciário, onde os funcionários estão subordinados ao poder hierárquico de um Juiz Corregedor-Permanente e à disciplina própria já mencionada.

No Judiciário não existe órgão equivalente à CPA, nem Comissões Processantes Permanentes (art. 278 do Estatuto). Conforme se trate de apurar fato relacionado com funcionário de Cartório oficializado ou com o pessoal de Serventia não oficializada, e, havendo necessidade de Sindicância ou Processo Administrativo, estes se formam perante Comissão que é especialmente constituída pelo Juiz Corregedor. A Comissão aprecia unicamente o assunto gerador da sua própria formação, observados os princípios gerais do Direito Administrativo e as diretrizes que se traçam no Estatuto ou na Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça.

Aqui se cuida de examinar a hipótese de um escrevente de Serventia não oficializada que acumula um cargo de Professor. A apuração do fato interessa tanto ao Judiciário quanto ao Executivo. Este, se quisesse, iria averiguar a situação fazendo atuar o órgão próprio, que é a C.P.A. Querendo o Judiciário fazê-lo, também tem órgãos próprios, que são o Juiz Corregedor-Permanente e, dependendo da hipótese (para impor penas de suspensão e demissão), a Comissão prevista no art. 64, § 2.º, da Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça. (*)

Cada qual pode agir dentro da sua área, e os reflexos de tal ação têm a mesma área por campo de eficácia. A Corregedoria-Permanente não pode mais do que simplesmente afastá-lo do cargo de escrevente, ou tornar sem efeito a nomeação, dando recurso para o Corregedor-Geral da Justiça. A C.P.A. nada mais pode além de tomar sem efeito a nomeação ou afastá-lo do cargo letivo, com recurso para o Governador do Estado (cf. Resol. 1, art. 67; Código Judiciário, art. 246 e Decreto n.º 42.850/63, art. 458).

Qualquer confusão esbarraria no princípio constitucional da separação e independência dos Poderes, sendo, assim, improcedente a primeira questão prejudicial.

2. Igualmente improcede a segunda preliminar. O que a sentença considera impossível, em última análise, é a acumulação de

(*) A Resolução n. 02/76 do TJSP (art. 78, I) fez desaparecer essa "Comissão". As sindicâncias e processos administrativos são hoje realizados pelo Juiz Corregedor-Permanente, que aplica quaisquer penas, exceto a de demissão dos Serventuários, que pode propor ao Governo do Estado, através da Corregedoria Geral da Justiça (art. 78, II).

dois cargos públicos, sendo irrelevante a denominação desses cargos. Realmente, a prova demonstra que as funções docentes do recorrente eram desempenhadas no cargo de "preparador". Esse cargo não mais existe, exercendo hoje, o recorrente, o de "professor", o que não muda, em essência, coisa alguma. Alterou-se, apenas, a denominação do cargo (fls. 36), fato destituído de importância, conforme, aliás, expressa diretriz legal (Decreto n.º 42.850/63, art. 443, § único).

3. A terceira preliminar também não merece acolhida. Ao recorrente não se impôs pena, como, à primeira vista, pode parecer. Embora a sentença se reporte a um trecho do relatório da Comissão Processante, sobre ser, a conduta do recorrente, "passível de punição", foi ela lavrada com integral assimilação dos fundamentos do relatório. E este deixou claro que o afastamento constituiria mera desincompatibilização, sem caráter punitivo (fls. 50 e 54). De qualquer forma, as soluções que a espécie comporta não se consideram pena em sentido estrito, pois, estas, no campo disciplinar, são as que integram o rol do art. 251 do Estatuto e art. 64 da Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça. A acumulação de cargos públicos, no máximo, sujeita o funcionário a determinadas sanções administrativas, resultados que não configuram pena em sentido estrito, tendo por meta específica a desincompatibilização referida no relatório da Comissão Processante. Tais resultados são, precisamente, o afastamento de um dos cargos, com prejuízo de vencimentos; a ineficácia da nomeação, por ato administrativo que lhe retire os efeitos; a demissão de todos os cargos acumulados com dolo ou má-fé, (Decreto n.º 42.850/63, arts. 449, 461 e 462). Na hipótese, a responsabilização disciplinar e aplicação de pena em sentido estrito, dentre as previstas no artigo 251 do Estatuto e artigo 64 da Resolução n.º 1, do Tribunal de Justiça, só é viável em procedimento contra a autoridade que dá posse e admite a entrada em

exercício, ou contra o funcionário responsável pela fiscalização permanente o que omite a denúncia da acumulação indevida (Decr. citado, arts. 452, § único; 454 e 464).

Assim, não há confundir, o afastamento imposto, com a pena de suspensão.

III - A última preliminar, examinada englobadamente com o mérito, porque se relacionam, merece acolhida, em parte.

Há, nesta Corregedoria-Geral, orientação emanada de exaustivo e brilhante estudo do Magistrado José Waldecy Lucena (Proc.... 41.451/74 - fls. 4/18) que, a meu ver, deve ser mantido íntegro. Partindo da definição do regime jurídico do pessoal das Serventias não oficializadas do Estado para concluir, acertadamente, que tais servidores são funcionários públicos submetidos a estatuto especial, investe no exame da matéria da acumulação de cargos públicos, justamente em caso análogo ao destes autos, demonstrando que os cargos públicos exercidos nas Serventias de Justiça não oficializadas nenhuma relação guardam com cargos científicos ou técnicos, para que permitida resultasse a acumulação de qualquer desses cargos com o de magistério. Aliás, o Decreto n.º 42.850/63 define o que se considera cargo técnico ou científico, como aquele carente, para seu exercício, de conhecimentos específicos de nível superior, normal ou profissional de ensino (art. 443), não havendo como pretender que se considerem científicos ou técnicos os cargos públicos existentes nas Serventias de Justiça.

Reporto-me àquele parecer, que constitui precedente normativo, tornando pacífica, na Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado, a absoluta inviabilidade do recorrente, como funcionário de Serventia não oficializada, acumular cargos públicos. Enquanto em exercício do cargo de escrevente, não pode ser Professor em Escola Pública. Não cabendo ao Judiciário afastá-lo de cargo subordinado ao Poder Executivo, resolve o problema na sua área administrativa, com o que fica resguardada a vedação constitucional.

Entretanto, pela matéria aduzida na última preliminar, que se entrosa com o mérito, o recurso merece provimento, em parte.

À mingua de procedimento equivalente no seu estatuto disciplinar, o Judiciário deve assimilar o que pode do outro, previsto para o Executivo, quer pela integração analógica das lacunas, quer pelo reconhecimento da aplicação subsidiária das normas gerais, em tudo que não colida com a sua disciplina específica.

Há dois direitos do recorrente que foram ignorados pela respeitável sentença. Um deles decorre do artigo 458 do Decreto n.º 42.850/63, que atribui o efeito suspensivo ao recurso para o Governador do Estado contra a decisão tomada pela CPA. Tudo aconselha, na espécie, a integração analógica das lacunas do estatuto do Poder Judiciário, para que, nessas hipóteses, fique ressalvado o efeito suspensivo do recurso hierárquico equivalente.

Por outro lado, dever-se-ia respeitar o direito de opção do recorrente que, em tese, pode preferir o exercício do cargo de escrevente, exonerando-se do cargo de professor, ou vice-versa. De qualquer forma, tem direito a um prazo de quinze dias, prorrogável até noventa dias, para exercer o direito de opção, tudo após o resultado do recurso que ofereceu (Decreto citado, arts. 449, § único, 460, I e 461).

A sentença, determinando, pura e simplesmente, o afastamento do escrevente, enquanto exercer o cargo docente, não concluiu de forma adequada, pois, reconhecida a existência de acumulação ilegal de cargos, cumpria oferecer ao funcionário oportunidade de opção por um deles, exonerando-se do outro. Afastamento é a solução prevista no artigo 449 do Decreto n.º 42.850/63, em hipótese diversa.

O efeito suspensivo, que a lei dá ao recurso, refere-se à manifestação dessa opção, e, como esta ainda não foi feita, ele obviamente imperou.

IV - Opino pela confirmação da sentença, no que concerne ao reconhecimento da imperiosidade de desacumulação, na espécie, e pelo provimento, em parte, do recurso, para, cassada a ordem de afastamento, ficar determinado que o funcionário opte por um dos cargos, apresentando o pedido de exoneração do outro, sob pena de exoneração do cargo de escrevente, que é a providência que está ao alcance da Corregedoria-Permanente. Com isto se resolve a desincompatibilização em moldes adequados à legislação específica (art. 460 e 461 do Decreto n.º 42.850/63).

É o meu parecer.

São Paulo, 30 de agosto de 1976

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Aprovo o parecer e, de conformidade com ele, provejo em parte o recurso.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

PROCESSO N.º 48.328/77.

EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - Alteração dos sistemas e métodos do registro postal - Questão "interna-corporis" da empresa, que não pode ser afrontada pela Corregedoria-Permanente.

Proc. 48.328/77 - Senhor Corregedor-Geral.

1. Trata-se de expediente enviado pelo MM. Juiz Corregedor-Permanente da Comarca de Aparecida, visando a obter providências da Corregedoria-Geral da Justiça sobre questão lá surgida entre os Serventuários e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Em resumo, a EBCT adotou, internamente, um sistema de recibo para os órgãos da Administração Pública que usando os serviços dos correios, adquirem estampilhas. Alterou o sistema de registro postal, e não mais fornece qualquer recibo da postagem de cartas simples (cf. fls. 3 e 9).

Os Serventuários daquela Comarca representaram à Corregedoria-Permanente, entendendo que não podem ficar sem recibo da correspondência que expedem, pois, estão obrigados a fazer uso do livro "Protocolo de Correspondência". (cf. fls. 2).

O Magistrado acolheu a representação e oficiou ao posto local da EBCT, determinando-lhe a observância do procedimento de praxe, anteriormente adotado, declarando sem efeito, até segunda ordem, as novas instruções da empresa (fls. 4/5). Em seguida, remete os autos, "ex-officio", para a Corregedoria-Geral, fls. 5 v.º).

2. Opino pela cassação do resp. despacho da Corregedoria-Permanente.

Trata-se de questão "interna-corporis" da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, referente à alteração de seus sistemas e métodos que, assim, não podem ser afrontados pela Corregedoria-Permanente de Aparecida, órgão administrativo de outra esfera da Administração e que, nesse âmbito, não tem autoridade alguma sobre pessoas ou entidades que não lhe estão correcionalmente subordinadas.

Se o novo procedimento daquela empresa infringe norma legal, ou fere direito dos Serventuários, isto é matéria a solver na esfera judicial, pelos meios adequados ao restabelecimento do direito que se diz violado. A representação administrativa não podia ter sido acolhida, muito menos através de ato que acarreta indevida ingerência em assunto interno de empresa não subordinada à Corregedoria-Permanente de seu Ilustre prolator. Quando muito, seria admissível dirigir a representação aos órgãos diretivos da empresa.

É o parecer que submeto à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 07 de novembro de 1977.

(aa) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

RECURSO N.º 79/77

ESCREVENTE - Justificação de faltas - Indeferimento, inobstante reconhecimento de motivo justo - Recurso provido, para considerá-las justificadas.

Rec. 79/77 - Senhor Corregedor Geral.

1. A hipótese dos autos, em vários aspectos, é inusitada.

José Roberto Augusto, 1.º escrevente do Oitavo Ofício de Santos, tomou conhecimento, recentemente, de uma decisão proferida, há mais de dez anos, pelo MM. Juiz da 4.ª Vara Cível daquela Comarca, considerando injustificadas, para todos os efeitos legais, as faltas que deu no período de 13-10-1966 a 27-3-1967.

Esse despacho, datado de 3-6-67, determinou a intimação do funcionário, fato que, porém, não consta ter ocorrido (fs. 37). Há uma informação do Cartório da Corregedoria-Permanente de que os autos foram arquivados e de que o funcionário só tomou conhecimento do despacho no dia 9 de setembro do corrente ano (fs. 41 v.º).

Proponho, assim, em preliminar, o conhecimento do recurso de fs. 38/39.

2. No mérito, os fatos também são peculiares.

Realmente, no período de 13-10-66 a 27-3-1967, o recorrente esteve ausente do Cartório, mas por motivo de doença, sendo farta a prova documental que, na época, o funcionário produziu por atestados e receituários médicos (fs. 8/20, 22 e 26). O seu escrivão, em duas oportunidades,

ponderou ao Magistrado que, de fato, o caso era de moléstia impeditiva do trabalho, além do que se tratava de um excelente funcionário (fs. 23 e 29). Outrossim, o Serventuário confirma as explicações do escrevente sobre as confusões e equívocos no preenchimento da competente guia-médica e requerimento que iriam formalizar o afastamento por motivo de saúde (fs. 5 e 29), fato que também decorreu da inexperiência de ambos. Ainda é certo que, posteriormente, no período de dezembro de 1967 a agosto de 1968, o escrevente novamente se afastou, desta feita em regular licença para tratamento de saúde (fs. 40).

Assim, não parece haver nenhuma dúvida sobre a natureza daquele primeiro afastamento. O próprio juiz que considerou injustificadas as faltas afirma, de modo incongruente, que elas estão cobertas por "justa causa, qual seja, moléstia grave devidamente comprovada nos autos" (cf. fs. 33 v.º).

Ocorre que esta velha sindicância havia sido instaurada para investigação de abandono de cargo, fato que o Magistrado percebeu não ocorrer, em razão de ser "justa" a causa do afastamento. Entretanto, não quis; admitir, desde logo, a justificação das faltas, entendendo que somente a Corregedoria-Geral da Justiça poderia apreciar o fato (fs. 33 v.º). Os autos subiram, recebendo despacho, do MM. Juiz Auxiliar, no sentido de que a decisão compete à Corregedoria-Permanente. Entretanto, o despacho também adiantou que "as faltas não perdem o seu caráter de injustificadas, não obstante não tenham caracterizado, para os efeitos legais, o abandono do cargo" (fs. 34 v.º).

Daí para o juiz de Santos considerar injustificadas as faltas foi um simples passo. Os autos baixaram e, de fato, isto ocorreu (fs. 37), nos exatos termos da orientação ditada pela Corregedoria Geral, que era, em última análise, a instância revisora.

Tudo isso me leva a opinar pelo provimento do recurso. A hipótese é peculiar, e a decisão recorrida conflita com as suas próprias motivações, anteriormente lançadas, sobre a justa causa do afastamento. Acrescem as informações sobre a primorosa vida funcional do recorrente, que nada tem anotado em seu prontuário (fs. 43 v.º).

Se o afastamento foi justo, as faltas estão justificadas. O oposto só poderia decorrer de raciocínio administrativista divorciado da equidade e de qualquer sentido de utilidade prática para a boa execução e administração do serviço público.

Proponho o conhecimento do recurso e o seu cabal provimento.

São Paulo, 5 de outubro de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Aprovo o parecer supra e dou provimento, mandando justificar as faltas.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

RECURSO N.º 96/77

ESCRIVÃO - Responsabilidade por ato do escrevente que retarda a remessa de autos ao Tribunal, provocando a prescrição da ação penal.

Rec. 96/77 - Senhor Corregedor Geral.

1. Trata-se de recurso oferecido pelo Escrivão Sérgio Pereira, de Primeiro Ofício de Rio Claro, manifestando inconformismo com a pena (de três dias de suspensão, convertida em multa) que lhe foi imposta pelo MM. Juiz Corregedor-Permanente, considerada a sua responsabilidade pelo retardamento na remessa à 2.ª instância dos autos da ação penal promovida pela Justiça Pública contra o réu José Válder Pinheiro da Silva, o que acarretou a prescrição, reconhecida no acórdão de fs. 26/28, do Egrégio Tribunal de Alçada Criminal.

A sentença pondera que o sindicato admite os fatos, limitando-se a atribuí-los à responsabilidade dos seus escreventes auxiliares, e ao acúmulo de serviço. Entende o Magistrado que a distribuição de funções não exime o Serventuário do dever de fiscalizar os seus subordinados. Descurando-se do Escrivanato, não se livra, entretanto, da responsabilidade, que é "múnus" pessoal e intransferível. Aplica-lhe a pena de três dias de suspensão, convertendo-a em multa (fs. 62/64).

No recurso, o Serventuário insiste na impossibilidade material de exercer vigilância sobre os serviços dos auxiliares. Sustenta que não agiu com dolo ou culpa, sendo, pois, incabível a punição (fs. 70/71).

2. Entendo que a decisão recorrida bem equacionou os elementos da prova.

Entre o despacho de subida dos autos e a sua remessa ao E. Tribunal de Alçada Criminal,

correram mais de nove meses. O despacho é de 9 de fevereiro de 1976, seguindo-se a paralisação até 19 de novembro de 1976 (fs. 20 v.º e 21).

O recorrente, Escrivão do 1.º Ofício, confessa que a procrastinação ocorreu no Cartório. Havia acúmulo de serviço e o escrevente responsável pelo processamento dos feitos criminais não verificou que os autos foram postos em "lugar indevido", onde dormiram de fevereiro a novembro de 1976 (fs. 34 e 55). As testemunhas ouvidas não discrepam quanto a isso. O processo ficou esquecido no Cartório, por acúmulo de serviço (cf. fs. 59, 60 e 61).

O fato é plenamente imputável ao Escrivão, que não se exime de culpa com a justificativa da delegação de atribuições aos escreventes, ou pela impossibilidade material de exercer o dever de vigilância sobre o serviço dos auxiliares. A sentença bem acentua que tal obrigação é pessoal e intransferível.

A delegação de atribuições é solução que tende a resolver os problemas administrativos do Cartório, não a

criá-los. A contratação de maior número de escreventes, e sua correta preparação para assumir as funções delegadas são, justamente, imposições do excesso de serviço. Portanto, esses fatos não servem para o Escrivão justificar ocorrências lamentáveis como a dos autos. Tem ele o dever de garantir o funcionamento do Cartório, quer na parte de notas, quer no Escrivanato, e a obrigação de preparar e fiscalizar os escreventes com o denodo compatível ao interesse e à responsabilidade que possui.

Opino pelo improvimento do recurso.

É o meu parecer.

São Paulo, 16 de novembro de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

Nego provimento. 17-11-1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça.

PROTOCOLO CG. 11. 107/77

IMPrensa Oficial - Publicação das intimações de despachos, judiciais - Consolidação dos dispositivos editados pela Corregedoria-Geral da Justiça em 1977.

Circular n.º 5.354/77 - Senhor Escrivão-Diretor:

Objetivando a necessária cooperação de V. S.ª, e de seus funcionários, nessa fase de implantação dos novos sistemas adotados, pela Imprensa Oficial, para a composição fotográfica do caderno do "Diário da Justiça do Estado", transmito a V. S.ª, devidamente consolidadas, as normas editadas, pela Corregedoria-Geral da Justiça, no Provimento n.º 8/77, no Prot. C.G. 11.107/77 e no anterior ofício circular n.º 4.688/77.

1. A publicação das intimações de despachos e decisões judiciais deve ser feita de maneira objetiva e precisa, zelando os Srs. Escrivães dos Cartórios Judiciais pela eficiente realização desse serviço, através da conferência diária do material que é remetido à imprensa.
2. Os atos a serem publicados, além da indicação das partes, dos seus advogados, do número e espécie dos autos, incluirão os elementos necessários ao seu completo entendimento, tais como a indicação do objeto específico da intimação, de quem deve tomar conhecimento de alguma coisa nos autos, e do quê, de quem deve neles se manifestar, sobre o quê, etc.
3. As decisões dos Magistrados serão publicadas pelo resumo da parte dispositiva; os despachos ordinatórios e de mero expediente serão transcritos ou resumidos, com as cautelas do artigo anterior.
4. Sem prejuízo do destaque que se entenda útil fazer, da indicação da espécie dos autos em título ou subtítulo da coluna, a "natureza da ação", também deve figurar, obrigatoriamente, ainda que de forma abreviada, ao lado do número do processo, em cada intimação.
5. As intimações devem ser superpostas e destacadas (separadas), umas das outras, por pequeno espaço (espaço um) suficiente para não confundi-las.
6. Os nomes dos advogados devem ser datilografados em letras maiúsculas. Os nomes das partes podem ser datilografados em letras minúsculas.
7. O Cartório não deve usar carimbo sobre o texto, para não inutilizá-lo, visto que a publicação é feita pelo sistema fotográfico.

Outrossim, acolhendo sugestão da Imprensa Oficial do Estado, transmito, por intermédio de V. S.ª, aos funcionários encarregados do serviço datilográfico das matrizes, as seguintes instruções

complementares:

- a) a datilografia deve ser nítida, em espaço um, com fita nova, fazendo-se as margens rentes aos fios laterais, inclusive nos parágrafos, evitando-se rasuras, carimbos e anotações.
 - b) os títulos e subtítulos devem ser centralizados.
 - c) apenas um espaço deve ser dado entre um parágrafo e outro.
 - d) a datilografia deve ser iniciada logo abaixo do fio azul-claro. Na primeira lauda, escrevem-se os nomes do Juiz Titular e do Juiz Auxiliar, um em cada linha, seguindo-se, numa terceira linha, os dizeres "Despachos do Juiz".
 - e) as laudas não devem ser dobradas, evitando-se, outrossim, a utilização de grampos em excesso. Os grampos usados devem ser postos fora do campo fotográfico (fora dos fios), O mesmo deve ocorrer com a numeração das laudas (acima e fora dos fios).
 - f) observar economia de espaço, abreviando-se o que for possível. Os números não devem ser escritos por extenso, evitando-se a aposição de "zeros" desnecessários (Ex.: 1 e 44, e não 01 e 044); evitando-se sinais desnecessários (Ex.: -, /, =/-, o0o, etc.); abreviando-se as palavras "horas" (h), "metros" (m), "quilômetro" (km), e as datas (25-8-1977, e não 25 de agosto de 1977).
 - g) a última palavra de uma lauda não deve ser repetida na próxima lauda. Ex.: Tribu-Tribunal; Pro-Provimento; des-despacho). Quando não couber por inteiro, deve ser, apenas, completada. (Ex.: Tri-bunal; Tribu-nal; Pro-vimento; Provimen-to; despa-cho; des-pacho).
- Contando com a compreensão e o inestimável auxílio de V. S.^a, renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.
- (aa) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar

FUNCIONÁRIO PÚBLICO - SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA - UNIÃO DE CÔNJUGES

Para o efeito de assegurar a união de cônjuges o conceito de funcionário público deve ser estendido ao serventuário da justiça.

Supremo Tribunal Federal - Recurso Extraordinário n.º 79.911 - SP - Relator: Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro: Recurso extraordinário do Estado de São Paulo, nos autos da segurança impetrada por Maria Mércia de Souza, não foi admitido (fls. 195) por despacho assim fundamentado:

"I - Maria Mércia de Souza, professora primária em Riolândia, obteve mandado de segurança para ver deferido e devidamente considerado o seu pedido de inscrição para o concurso de remoção por união de cônjuges, por ser casada com serventuário do 1.º Ofício de Notas e Anexos da Comarca de Olímpia.

II - Irresignada contra o acórdão da eg. Terceira Câmara Cível, a Fazenda do Estado entrou com o presente apelo extremo, com fulcro no art. 119, n.º III, letra a, da Constituição da República.

Sustenta que o julgado vulnerou o art. 175 da Lei Maior e o § 1.º do art. 2.º da Lei de Introdução ao Código Civil, por considerar o serventuário funcionário público, quando apenas é servidor público.

III - O recurso foi impugnado às fls. 170-172, levantando-se a preliminar de intempestividade.

IV - A ilustrada Procuradoria-Geral opinou pela repulsa da preliminar e pela acolhida.

V - O apelo foi formulado dentro do prazo, porque o acórdão só foi publicado no dia 13 de setembro e a petição recursal deu entrada no dia 29 do mesmo mês.

VI - Não obstante, não há base para admiti-lo. O art. 175 da Carta Magna estatui que a família terá direito à proteção dos Poderes Públicos e não se percebe em que teria o aresto contrariado esse princípio. Igualmente não se infringiu o § 1.º do art. 2.º da Lei de Introdução ao Código Civil, porque não se considerou válida lei revogada. Realmente, a turma julgadora entendeu que, para os efeitos do art. 93 da Carta de Piratininga, o conceito de funcionário público não deve ser restrito, mas alargado, alcançando todos os que, sendo funcionários estejam casados com funcionários, compreendidos estes e aqueles na mais ampla acepção do termo. Trata-se, por conseguinte, de interpretação mais do que razoável de lei local, o que não enseja o extraordinário (Súmulas 400 e 280)".

Subiu o recurso, todavia, em razão do provimento dado ao Ag. 59.761, sendo-lhe desfavorável o parecer da Procuradoria-Geral da República (folha 281), que diz:

"Interpõe-se recurso extraordinária de decisão que, para os fins do art. 93 da Constituição Estadual - remoção por união de cônjuges - entendeu podem ampliar o conceito de funcionário público, concedendo o benefício à professora primária do Magistério Público Estadual, casado com escrivão de notas do interior do Estado, mero servidor público, do foro extrajudicial. E o fundamento do v. Acórdão é o de que tal entendimento viria em benefício da instituição da família, sob a proteção constitucional (art. 175).

Por este motivo, esclarece:

"A união de cônjuges, como benefício outorgado à família e à sua mais perfeita manutenção, há de alcançar todos aqueles que sendo funcionários, estejam casados com funcionários, compreendidos estes e aqueles em a mais ampla acepção do termo."

Portanto, parece-nos improceder, a toda evidência, o extraordinário, que, embasado exclusivamente na alínea a do permissivo, sustenta violação desse mesmo art. 175, e, ainda, do art. 2.º, § 1.º, da Lei de Introdução ao Código Civil, pois fora considerada como não revogada a Lei 1.819/52, na parte em que se estendiam aos cartorários os benefícios da união de cônjuges. Realmente, e como bem salientou o r. Despacho Indeferitório de fls., não há como admitir-se o apelo, uma vez que a decisão atacada nada mais fez do que interpretar, razoavelmente, lei local, em estrita consonância com o dispositivo constitucional invocado, fato que obsta, inarredavelmente, o cabimento do recurso, nos termos da Súmula 280.

E descabe, a alegação de negativa de vigência do art. 2.º, § 1.º, da LICC, pois resulta claro do entendimento do Tribunal local, que, na espécie, inexistente incompatibilidade entre o benefício concedido pela Lei n.º 1.819/52 e a regulamentação da matéria por Decreto-Lei posterior. Diante do exposto e nos termos da Súmula 280, opinamos pelo não conhecimento do recurso extraordinário".

VOTO

O Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro (Relator): - Melhor exame dos autos convenceu-me de que a impugnação do Estado de São Paulo não tem procedência.

A controvérsia diz respeito ao alcance de norma do direito local, que o acórdão de fls. 71 interpretou de forma razoável, sem ofensa a qualquer preceito da Constituição da República ou de lei federal.

De acordo com os pronunciamentos do Ministério Público Estadual (folha 265) e da Procuradoria-Geral da República, não conheço do recurso. (S.T.F. - RE 79.911 - SP - Rel., Ministro Oswaldo Trigueiro. Recte., Estado de São Paulo. Não conhecido, à unanimidade. - Presidência do Sr. Ministro Oswaldo Trigueiro. Presentes à Sessão os Srs. Ministros Aliomar Baleiro, Djaci Falcão e Rodrigues Alckmin. Procurador-Geral da República, substituto, o Dr. Oscar Corrêa Pina. Ausente, justificadamente, o Ministro Bilac Pinto, - Brasília, 27 de novembro de 1974). - Rev. de Dir. Adm., vol. 126, pág. 151.

Transcrito da "Tribuna da Justiça".

INVENTÁRIO - Partilha - Impugnação - Alegação de existirem bens litigiosos - Não acolhimento - Filha havida pelo "de cujus" após desquite - Herança igual ao de filho legítimo - Apelação impróvida -

O filho nascido após o desquite é considerado natural e recebe a mesma cota hereditária que o legítimo (TJSP - 1.ª Câmara; ap. n.º 241.964 - São Paulo; rei. Dês. Jonas Vilhena; j. 24.6.75; v.u.).

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 241.964, da comarca de São Paulo, em que são apelantes O. F. V. e outros, representados por sua mãe, M. E. F., sendo apeladas A. M. G. e suas filhas menores:

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso e confirmar a sentença agravada, que está de acordo com a lei, a jurisprudência e a prova dos autos.

Trata-se de recurso interposto contra a decisão homologatória da partilha dos bens deixados pelo pai dos recorrentes, sustentando estes que ali foram incluídos bens litigiosos que deveriam ser objeto de sobrepartilha; e, além disso, foram atribuídos quinhões iguais aos dos apelantes, que são filhos legítimos, às duas filhas havidas pelo "de cujus" após o seu desquite e que são as apeladas A. e A.

O recurso se processou regularmente e teve preparo oportuno, opinando a Procuradoria Geral da Justiça pelo seu não provimento.

É o relatório.

Realmente, o recurso não merece acolhida em qualquer de suas afirmações.

A alegação de que se incluíram na partilha bens litigiosos, não está comprovada. Sustentaram os apelantes que as 3.120.000 ações de Brazil Transportes Ltda. não podiam ter sido ali incluídas, devendo ficar para uma sobrepartilha, porque há duas ações versando sobre elas. Para comprovar esta alegação, juntaram as certidões de fls. 279 e 339.

Com relação à ação certificada à fls. 279, verifica-se, embora a redação um tanto confusa dessa certidão, que a mesma se refere à anulação de doação feita pelos pais dos apelantes e das apeladas em favor daqueles, de ações da Vieholding S/A. - Administrações e Participações. Não se cuida de ações da Brazil, como afirmam os apelantes.

Aliás, os próprios recorrentes confirmam em suas razões de recurso, fls. 327, que dita ação tem por objeto a anulação da doação da Vieholding. Portanto, nada tem a ver com as ações da Brazil.

Também não lhes assiste razão em relação à ação que os apelantes e a Vieholding propuseram objetivando as 3.120.000 ações da Brazil, uma vez que tal ação, embora ajuizada em 14 de novembro de 1974, não havia obtido ainda nem o despacho inicial, ordenando a citação das apeladas, como reconheceram os próprios apelantes, no pedido que fizeram em 13 de dezembro daquele ano, ou seja, na data em que já havia sido proferida a decisão apelada.

Nessas condições, ainda que se possa considerar proposta a ação com o só fato da sua distribuição, é certo que ela só produziria efeitos e faria a coisa litigiosa "depois que fosse validamente citado o réu", nos expressos termos do art. 263 do Código de Processo Civil, em sua parte final.

Não há, pois, que falar em bens litigiosos e, em consequência, nem em reserva de qualquer deles para ulterior sobrepartilha.

Por outro lado, como lembra a douta Procuradoria, não têm os apelantes legitimidade para pedir reserva de bens (no caso as ações da Brazil) com fundamento no parágrafo único do art. 1.018 do Cód. Proc. Civ., já que não são titulares de qualquer direito contra o espólio.

De outra feita, não têm razão os apelantes, ao pretenderem que, às duas herdeiras apeladas, por serem legitimidade, dever-se-ia partilhar apenas uma parte correspondente à metade do quinhão de cada herdeiro, de acordo com a lei 883/1849.

Renova-se, assim, questão que já foi controvertida nos tribunais, qual seja, a de saber se os filhos nascidos após o desquite do casal são considerados naturais e, em caso afirmativo, se lhes cabe o direito de concorrer em iguais condições e pela mesma cota hereditária que os legítimos. As discussões foram inúmeras, não só neste Tribunal, como no Supremo, havendo julgados a favor e contra. Mas, acabou vencedora a tese favorável aos filhos, como se vê da jurisprudência citada pelas partes, principalmente o acórdão do Supremo referido pelas apeladas e onde ficou assentado que: "É natural e não adulterino, o filho de pessoa já desquitada, porque, com o desquite, cessou o dever de fidelidade conjugal. Assim, tem ele direito de receber, por morte do pai, não a metade, mas o mesmo que herdou cada um dos filhos legítimos. Nem cabe objetar com o § 1.º do artigo 1.605 de Código Civil, pelo qual lhe tocaria a metade, pois o preceito se refere a filho natural reconhecido na constância do casamento e, na espécie, as filhas nasceram e foram reconhecidas depois de dissolvida a sociedade conjugal pelo desquite. E, quanto à Lei 883, de 21.10.49, certo é que teve em vista a filiação adulterina". (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 58/656).

Nessa mesma conformidade, também se orientou este Tribunal, em seus mais recentes julgados, estabelecendo que: "O filho nascido após o desquite do casal, é considerado natural, com direito a concorrer em iguais condições e pela mesma quota hereditária que o legítimo (cf. acórdãos em revistas n.ºs 191.517 e 175.280, ambos julgados em 1971 - Dez Anos de Jurisprudência - Desembargador Henrique Augusto Machado).

Ora, as apeladas A. e A. são filhas naturais, porque havidas após a homologação do desquite de seu pai com a mãe dos apelantes, como eles mesmos reconhecem. Portanto, com direito a receberem, na partilha dos bens do pai, a mesma quota que coubesse àqueles, como, aliás, ficou consignado na partilha.

Está pois, correta, a sentença apelada, razão por que, impõe-se a sua confirmação.

Custas na forma da lei.

São Paulo, 24 de junho de 1975.

Desemb. Cardoso Rolim, Presidente com voto; Desemb. Jonas Vilhena, Relator.

Participou do julgamento, com voto vencedor, o Sr. Desembargador Oetterer Guedes (Bol. da AASP, n.º 896,

pág. 20).
Transcrito da "Tribuna da Justiça"

DESPEJO - Embargos à execução - Rejeição "in limine" - Agravo não provido - Aplicação do artigo 741 do Código de Processo Civil.

Toda matéria de defesa do despejando há de ser argüida na contestação. Na ação de despejo não há "actio judicati", mas fase executória "aequitatis causa" (2.ª TA-CIVIL - 2.ª Câmara; ag. inst. n.º 55.179 - São Paulo; rel. Juiz Franciulli Netto; j. 16-2-77; v.u.).

ACORDAM, em Segunda Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, negar provimento ao recurso,

Trata-se de agravo de instrumento contra despacho que, em ação de despejo, indeferiu in limine (fls. 63), embargos à execução.

Alega o despejando, ora agravante, que: a) a execução é provisória e não definitiva, já que pende de julgamento recurso extraordinário, razão pela qual deveria ter sido prestada caução; b) ausência de citação de pensionistas fixos, residentes no imóvel, por se tratar de hotel; c) direito de retenção do imóvel até indenização das benfeitorias nele introduzidas; d) ausência de notificação premonitória, na espécie, indispensável; e) desrespeito ao prazo legal para desocupação, que deveria ser de 120 e não de 10 dias.

Depois de contraminutado o recurso, foi mantida a r. decisão recorrida (fls. 103).

É o sucinto relatório.

Consoante preleciona FREDERICO MARQUES, são inadmissíveis embargos do executado em ação de despejo. É que, em se tratando de ação de instância única, sem formação de nova relação processual para cumprimento e satisfação do julgado, não há de se cogitar de incidentes com caráter de outra ação a obstar a execução (RT 169/74, apud JTACIV 29/312).

"As ações de despejo são ações executivas lato sensu em que a execução é proposta, mas nela a eficácia executiva é contemporânea à sentença, sem que a desocupação dependa da ação de execução, mas simplesmente, aequitatis causa, no prazo de 10 dias, como fase executória, após a notificação do réu" (cf. Mandado de Segurança n.º 143.332, Oitava Câmara do antigo Tribunal de Alçada Civil, rel. pelo ilustre Juiz Muniz Barreto, in RT 422/208).

Toda matéria passível de defesa do despejando de conformidade com o art. 741 do Código de Processo Civil, há de ser, necessariamente, argüida na contestação, "pois nelas não há actio judicaf, mas fase executória, aequitatis causa" (RT 422/208).

É o entendimento doutrinário predominante, conforme se constata em AMORIM LIMA (Código de Processo Civil Comentado, ed. 1941, vol. 21204, n. 122, apud JTACIV 21/45), PONTES DE MIRANDA (Tratado, vol. XL, § 4.491,

n.º 6, apud RT 422/208) e FREDERICO MARQUES, já citado, com respaldo em pacífica jurisprudência (JTACIV 20/142, 21/45, 25/151, 28/191 e 29/311, etc.).

Ainda que fossem possíveis embargos, em ação de despejo, ad-argumentandum, ainda assim era de rigor a rejeição in limine, já que foram articuladas alegações inadequadas a qualquer ampliação apta a impedir os efeitos da execução.

Repelida em ambas as instâncias foi a matéria relativa à retenção por benfeitorias, necessidade de citação de pensionistas do locatário (com os quais nenhuma relação o locador estabeleceu) e, finalmente, à notificação premonitória, nada apresentando o agravante de novo, digno de nota. Porém, sendo inadmissível os embargos nas ações de despejo, como é pacífico, contudo, ainda que admitidos fossem, mesmo que não se tratasse de fato superveniente, a que não aludiam SILVESTRE GOMES DE MORAIS e MANUEL ALVARES PÊGAS, na esteira deles foi incisivo PEREIRA E SOUZA no seguinte passo: "Podem, porém, as mesmas sentenças definitivas ser embargadas com embargos modificativos, ainda que não sobrevenham de novo, contanto que não hajam sido alegados na causa principal" (PONTES DE MIRANDA, Código de Processo Civil, tomo XIV, art. 1.010, pág. 139, 2.ª ed., 1961). Vê-se, pois, que o impetrante pretende, por via oblíqua, obter a suspensão da execução do despejo, reiterando, em embargos incabíveis, matéria já alegada na causa principal da qual pende recursos somente de devolução" (Mandado de Segurança n.º 169.955, da Oitava Câmara Civil do antigo Tribunal de Alçada Civil, rel. pelo ilustre juiz MUNIZ BARRETO in JTACIV 20/143).

A questão concernente ao caráter definitivo ou provisório de execução em que pende recurso, quanto à necessidade ou não de caução, extravasa dos limites em que se trava esta

controvérsia, por se tratar de matéria incidental típica da própria execução que, nem por isso, passa a ser embargável.

Acresça-se, por outro lado, que se trata de locação não residencial ao desabrigo da Lei de Luvas, não se aplicando, para a desocupação, o prazo previsto no Decreto-Lei n.º 890/69, em decorrência do que foi escorreitamente assinalado o prazo de 10 dias.

De resto, pode o Juiz rejeitar de plano embargos do executado, quando manifesta a desnecessidade de provas JTACIV 21/45).

Nega-se, em assim sendo, por protelatórios e inadmissíveis os presentes embargos, provimento ao agravo.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1977.

(a) Juiz Joaquim Francisco, Presidente com voto; Juiz Franciulli Netto, Relator; Participou do julgamento o Juiz Sousa Lima. (Bol. da AASP, n.º 973, pág. 94).

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

A ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS E O IMPOSTO DE RENDA

Parecer Normativo CST N.º 46 de 20-07-77

"A exclusão do lucro real, instituída pelo DL n.º 1.260/73 (art. 223, s, do RIR/75), tem por pressuposto a entrada de recursos financeiros e/ou econômicos oriundos do resultado da alienação, a serem incorporados ao capital social da empresa.

Ocorrendo retorno à situação de fato, ou jurídica, anterior à alienação do imóvel que ensejou o aproveitamento do benefício fiscal previsto no Decreto-lei n.º 1.260/73, poderá o Fisco considerar descaracterizada a situação que, por sua apresentação jurídico-formal, tiver fundamentado o uso do favor tributário.

Suscitam-se dúvidas sobre os efeitos tributários que decorrerão na hipótese em que, tendo a empresa alienado um imóvel para o fim de incorporação deste a outra empresa, como integralização de capital subscrito, e por isso desfrutado das vantagens do Decreto-lei n.º 1.260, de 26 de fevereiro de 1973, venha posteriormente a ser promovida a fusão, incorporação ou outra forma de combinação ou associação das entidades participantes do negócios.

2. Legislação Aplicável - Considerações Gerais

2.1 O tratamento favorecido de que trata o DL n.º 1.260/73, ao visar à redução do lucro tributável, está em contraposição à regra geral do artigo 222, alínea g, do Regulamento do Imposto de Renda - RIR - aprovado pelo Decreto n.º 76.186, de 2 de setembro de 1975 que manda adicionar ao lucro real, para tributação em cada exercício.

"as quantias correspondentes ao aumento do valor do ativo, em consequência de novas avaliações, ou à venda de parte do mesmo, desde que não representem restituição de capital. . .".

2.2 Os dispositivos do referido DL n.º 1.260/73, estão incorporados ao texto do artigo 233, alíneas, e seus §§ 31, 32, 33 e 34 do RIR, na interpretação dos quais o Parecer Normativo CST número 59/76, publicado no D.O.U. de 1-10-76, exarou o entendimento de que "a incorporação de imóvel a outra empresa, como integralização do capital desta, é considerada transação de compra e venda e caracteriza uma forma de alienação, podendo a alienante beneficiar-se do incentivo fiscal", esclarecendo-se, assim, a permissibilidade de serem excluídos do lucro real os resultados obtidos pela alienação, sob a moralidade supra, de imóveis que integram o ativo imobilizado, desde que cumpridas as condições fixadas na legislação, entre elas a da capitalização do respectivo valor e a irredutibilidade do capital ou a não extinção da pessoa jurídica beneficiária.

2.3 Cabe acentuar que também constitui tratamento excepcional o preconizado pelo Decreto-lei n.º 1.346, de

25-9-74, aplicável nos casos de fusão, incorporação ou outras formas de combinação ou associação de empresas consideradas de interesse para a economia nacional, que permite seja efetivada a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado (inclusive imóveis) acima dos limites da correção monetária, até o valor de mercado declarado pela Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COME), sem que se exija o recolhimento do imposto sobre a parcela representativa do acréscimo de valor do ativo (art. 577 e § 2.º do RIR).

2.4 Oportuno acrescentar, em conformidade com as conclusões do Parecer Normativo CST n.º 282/72, publicado no D.O.U. de 07 de novembro de 1972, em interpretação do Decreto-lei n.º

1.109, de 26-6-70, que a condição legal pela qual a tributação passará a ser exigida diz respeito às "modalidades ordinárias de extinção" e não à decorrente e concomitante com o nascimento de nova personalidade (fusão) ou com a agregação a personalidade existente (incorporação). Observe-se, a propósito, que "os recursos aplicados pelos detentores do capital de ambas continuarão os mesmos, apenas não mais representados contabilmente em duas (ou mais) empresas, mas daí por diante, concentrados apenas na empresa que as suceder" (grifamos). 2.5 Vê-se, pois, a preocupação do legislador em restringir apenas aos casos excepcionados, devidamente limitados às hipóteses que sirvam aos propósitos da política tributária ou econômica, a exclusão em referência. Lícito concluir, daí, que, se ocorrer a eliminação dos pressupostos materiais ou formais que permitiram o enquadramento nas normas legais excepcionantes, deverá o ato desvincular-se dessas normas, para ser regido pelos preceitos comuns aplicáveis às pessoas jurídicas.

3. Conclusões

3.1 A fusão, incorporação ou outras formas de combinação ou associação de empresas, desde que não enquadradas como de interesse para a economia nacional, nos moldes do artigo 577 e §§ do RIR, podem revelar-se como meio indireto de elidir a incidência do tributo sobre o valor acrescido ao ativo, quando entre elas tenha havido precedentemente alienação-aquisição de imóvel sob o benefício do DL n.º 1.260,173, especialmente quando façam parte do mesmo grupo econômico, uma vez que os recursos aplicados pelos detentores do capital continuarão os mesmos, como assinalamos no subitem 2.4.

3.2 Convém alertar, igualmente, que a reaquisição de imóvel alienado, antes de decorridos cinco anos da incorporação ao capital social, poderá importar na aplicação do mesmo tratamento tributário acima indicado, se houver obtenção do benefício, cuja ilegitimidade seja revelada pela alteração ou eliminação do pressuposto econômico e legal que fundamentou a característica jurídico-formal do negócio, ou seja, quando houver retomo a uma situação jurídica ou de fato, semelhante ou idêntica à existente antes da alienação.

3.3 Em ambos os casos, a não obediência aos princípios legais, estritamente considerados, acarretará a incidência do imposto de renda no exercício de competência, na forma da alínea g do artigo 222 do RIR, combinado com o artigo 6.º do DL n.º 1.260/73".

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

O IMPOSTO DE RENDA E A NOVA LEI DA S. A.

C. C. GIACOMETTI

Arthur Andersen & Co.

A adoção de princípios contábeis, geralmente aceitos pelas Sociedades Anônimas, como decorrência da recente lei n.º 6.404, trouxe à baila diversas questões de caráter fiscal, na área de imposto de renda, que merecem estudo cuidadoso por parte de nossas Autoridades Fazendárias.

Em realidade, a adaptação da legislação fiscal aos novos dispositivos da lei das Sociedades por Ações, não é tarefa simples que se possa fazer de forma global ou superficial. Também pressupomos que os princípios consagrados na legislação inovadora das Sociedades por Ações, à medida que aplicam maior rigidez e geram maior confiabilidade às demonstrações financeiras, ao mesmo tempo deveriam ser acolhidos no âmbito da legislação de imposto de renda. Se a adoção de bons princípios contábeis na busca de informações mais genuínas ao público e mandatória, também mandatório deveria ser o seguimento de tais princípios para efeito de apuração de resultados tributáveis. Se a nova lei determina critérios mais corretos de apuração e medição de resultados, tais critérios, por serem mais corretos, também deveriam ser aceitos no âmbito fiscal.

Ao efetuarmos uma retrospectiva da evolução da técnica contábil brasileira vemos que ainda existe uma conformação de seus princípios aos requisitos da legislação fiscal. Muitos profissionais foram formados nesta conformação e nela exercem sua atividade profissional. A necessidade de atualização técnica é premente e irreversível e princípios contábeis; geralmente aceitos não mais podem ser confundidos com normas fiscais regulamentares para apuração dos resultados fiscais das empresas.

A nova lei prevê, em tópico especial sobre escrituração que a companhia observará, em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil, as disposições da legislação tributária.

Acreditamos que esta solução é simplista demais para a complexidade dos problemas que estão a merecer cuidadosa e urgente atenção. Por outro lado, a escrituração fiscal, ao lado da escrituração mercantil, redundaria na quase duplicação dos funcionários dos departamentos de contabilidade de nossas empresas, originando a criação de duas áreas de especialização profissional - o "contador mercantil" e o "contador fiscal".

Por outro lado, não há dúvida de que o comedimento na regulamentação desta nova disposição legal seria de suma importância, tendo em vista que a criação de novos controles fiscais, complexos e onerosos, só teria o efeito de dificultar ainda mais o cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas.

Não temos a pretensão de esmiuçar, neste trabalho, todos os ângulos dos problemas apresentados, nem mesmo a enunciação de todos os pontos preocupantes da natureza fiscal que a nova legislação das Sociedades por Ações veio ressaltar. Apenas comentamos sumariamente algumas das áreas atuais conflitantes entre a nova lei das Sociedades por Ações e a legislação do Imposto de Renda, tentando, onde possível, oferecer sugestões para correção.

1. CORREÇÃO MONETÁRIA

Consoante a nova lei das Sociedades por Ações, os valores componentes do patrimônio da empresa deverão ser corrigidos monetariamente, na mesma data de encerramento do balanço, sendo que o resultado líquido de tal correção representará débito ou crédito à conta de lucros e perdas. Tal correção monetária é integral, e o resultado líquido da mesma, corresponderia, teórica e englobadamente ao que, na legislação fiscal, se convencionou chamar de correção monetária ao ativo imobilizado e de manutenção do capital de giro próprio.

Assim, saltam aos olhos os conflitos existentes:

- a) A correção monetária, agora obrigatória na data do balanço, seria uma reavaliação integralmente tributável? E o que fazer com a indesejável defasagem de um ano do sistema atual?
- b) Se o débito líquido da correção monetária a lucros e perdas for maior do que o débito que corresponderia à manutenção positiva do capital de giro próprio fiscal, tal excesso seria dedutível? E se tal débito for menor do que a manutenção de capital de giro fiscal, poder-se-ia contabilizar o complemento correspondente?
- c) Da mesma forma, se a correção monetária líquida do balanço resultar em crédito a lucros e perdas, este não estaria limitado às atualizações monetárias de empréstimos para ativo imobilizado, como o está o ganho com giro negativo? Tal crédito, não deveria ser tributável na proporção em que seja realizado?

Estas e outras perguntas deveriam ser respondidas com legislação fiscal própria. Cremos que o reconhecimento, na área fiscal, e aceitação dos princípios contábeis geralmente aceitos, é uma premência, o que não é aceitável pelos princípios geralmente aceitos, também não o deveria ser fiscalmente. Neste contexto a proposição seria de abandono dos velhos critérios fiscais de correções monetárias do ativo imobilizado e do capital de giro, para a aceitação dos critérios eleitos na nova legislação das Sociedades por Ações, com introdução de normas complementares mais detalhadas para contabilização, das correções monetárias aos índices de preços.

2. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Uma outra inovação, relaciona-se com a necessidade de investimentos relevantes em empresas coligadas e controladas, na base do valor patrimonial das ações lastreado no patrimônio líquido da empresa investida ("equity accounting"). Tal avaliação deverá ser determinada em base ao balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado com observância dos princípios eleitos na nova lei, na mesma data, ou até 60 dias antes da data do balanço da empresa possuidora do investimento.

O valor do investimento deverá assim, refletir valor da participação no capital na coligada ou controlada, em bases mais correntes. A diferença entre o valor do custo corrigido do investimento e o valor a ser atribuído à avaliação do mesmo investimento, será registrado como resultado do exercício, se corresponder comprovadamente, a ganhos ou perdas efetivos.

Assim, depreende-se:

- a) No caso da coligada ou controlada ser empresa rentável, os lucros acumulados constantes de seu patrimônio líquido deverão entrar no cálculo do percentual mencionado anteriormente, e provavelmente ocasionarão um crédito à conta de resultado da investidora.
- b) No caso da coligada ou controlada ser empresa deficitária, é de se prever eventual débito à conta de resultado da investidora, em reconhecimento ao insucesso atual do investimento

efetuado.

No caso, ressaltado na letra "a", o crédito às contas de resultado seria praticamente uma antecipação teórica de reconhecimento dos lucros já realizados pela coligada ou controlada. Evidente está que tais lucros seriam objeto de tributação na empresa que os gerou, e o crédito a resultado da empresa investidora deveria ser equiparado, para efeitos fiscais, aos créditos provenientes de dividendos e bonificações em dinheiro ou resultados de capitalizações de lucros das coligadas ou controladas. Portanto, tal crédito não deveria ser tributável, bastando apenas ligeira adaptação da legislação atual.

Já o problema comentado na letra "b", em que haja situação deficitária na empresa coligada ou controlada, não seria de tão simples solução. A legislação fiscal em vigor impõe condições à dedutibilidade de prejuízos de capital incorridos na alienação de investimentos. Como não mais subsistem as razões que fundamentam essas restrições fiscais, acreditamos que condições substitutivas deveriam ser introduzidas para dedutibilidade de reservas para avaliação de investimentos em coligadas ou controladas, quando tais reservas fossem necessárias à luz da realidade dos fatos afetando as empresas investidas.

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS

Outro ponto a merecer adaptação específica da legislação fiscal refere-se, a nosso ver, às avaliações de ativos que não representem investimentos ou imobilizações das sociedades. Preocupamo-nos principalmente com os direitos e outros títulos de crédito e outros valores mobiliários não classificados como investimentos, e com os estoques de mercadorias, matérias-primas, produtos em fabricação e acabados, e outros em almoxarifado da companhia. A nova lei estipula que, no balanço, os elementos do ativo acima mencionados serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor. Muito embora os dispositivos da legislação atual das Sociedades por Ações não se diferenciem, significativamente, da legislação anterior, a formação de provisão específica para avaliação destes ativos ao seu valor de mercado, quando este for inferior ao custo, carece, ainda, de normas regulamentares específicas. O atual Regulamento do Imposto de Renda prevê, em seu artigo 169, a possibilidade do registro, como custo ou despesa operacional, das importâncias de provisão para o ajuste do custo de bens do ativo ao valor de mercado, nos casos em que tal ajuste é determinado por lei. Tal como está, no entanto, a norma fiscal é excessivamente genérica, e sua aplicação na prática é quase inexistente, pois que, carente de orientação mais precisa, o contribuinte prefere não atrever-se à utilização de faculdades expressamente existentes na legislação, porém, que por falta de dispositivos regulamentares ou normativos esclarecedores, poderiam colocá-lo em situação vulnerável no evento de uma fiscalização.

(O Estado de São Paulo)

USUCAPIÃO: CIC, CGC e RG

Benedito Silvério Ribeiro

Juiz de Direito no Estado de São Paulo

A exigência da menção dos números do Cadastro de Identificação do Contribuinte ou Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Geral de Contribuinte e do Registro Geral ou cédula de identificação, muito embora devam constar do mandado de transcrição, poderá ser atendida a qualquer momento, já que não se trata de ato indispensável à propositura da ação, melhor cabendo falar-se em elemento indispensável à prova instrutória, para que a referência seja feita na sentença ou no mandado que vier a ser expedido. Todavia, nada impede que a extração do mandado fique condicionada à apresentação desses dados, mesmo porque não poderá ser feita a matrícula ou aberta a transcrição do imóvel usucapiente sem tais requisitos.

A atual Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015/73), ao falar do registro dos títulos, menciona as "cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo" (art. 221, IV), prescrevendo no art. 226: "Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial".

Ora, se para o registro deverá o imóvel ter a sua matrícula, aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência da Lei n.º 6.015, no usucapião a matrícula e o registro serão feitos de uma só vez, pela primeira oportunidade.

Entre os requisitos preceituados no art. 176 da Lei dos Registros Públicos, há o de n.º 4, que exige "o nome, domicílio e nacionalidade do proprietário, bem como: a) tratando-se de pessoa

física, o estado civil, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou do Registro Geral da cédula de identidade, ou à falta deste, sua filiação; b) tratando-se de pessoa jurídica, a sede social e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda".

Destarte, há que se entender obrigatória a menção desses dados, por imposição legal. No entanto, há situações que desobrigam a tal, muito embora não se apliquem à hipótese de usucapião, pois, neste caso, mesmo que o autor tenha um compromisso ou uma escritura de venda e compra de posse ou ainda um documento que não conseguiu registrar, até mesmo um simples recibo de aquisição da propriedade, tem o único caminho de se valer do pedido de declaração de domínio. Se por acaso tivesse um compromisso registrável, valer-se-ia o autor de eventual ação de adjudicação compulsória, menos dispendiosa.

Por fim, tratando-se de requisito obrigatório à figuração no registro imobiliário, a sua menção será feita no mandado de transcrição, nada impedindo também o seja em petição ou documento integrante deste, pois é sabido que nas cartas de sentença, nos formais de partilha e mesmo nos mandados de transcrição qualquer peça dos autos será parte integrante, desde que indispensável ou obrigatória, acima de tudo.

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Verifica-se que até mesmo no registro das sentenças declaratórias de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial.

É uma hipótese em que se prescinde da filiação imobiliária, perdendo interesse o princípio da continuidade.

Permanece, entretanto, a necessidade de se identificar o imóvel coisa imprescindível para a matrícula (artigo 226 da Lei n.º 6.015/73).

O art. 176, parágrafo único, II, n.º 3, da Lei dos Registros Públicos diz ser um dos requisitos da matrícula, "a identificação do imóvel, feita mediante indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação, se rural, ou logradouro e número, se urbano, e sua designação cadastral, se houver".

Por outro lado, diz o art. 225 da citada lei: "Os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário".

Para que os juízes possam dar integral atendimento a tais disposições, motivo a mais à obrigatoriedade da realização da perícia, não só pela certeza, segurança e seriedade dos atos registrais, mas por envolver o assunto interesse público a ser resguardado, o meio será determinar ao perito que dê atendimento a essas exigências, através da formulação de quesitos. (Extraído do livro sobre Usucapião e Retificação de Área, a ser lançado pelo autor do artigo).

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

FERIAS FORENSES - SUGESTÃO PARA MELHORIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO **Oswaldo José Octaviani**

Advogado em Sumaré-SP

Sem dúvida alguma vivemos em pleno momento de crises: crise do petróleo, crise da fome, crise de valores morais, crise do judiciário.

A última, a crise do judiciário, nos interessa de perto visto que no momento fala-se muito em reforma do judiciário.

Todos dizem que a reforma está começando pelo Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte de justiça do país.

Mas, reformas devem ser iniciadas por baixo, pelo começo. É que todo feito começa nas primeiras instâncias e primeiras entrâncias.

O problema é de estrutura e essa se inicia na base e não no cume.

De nada adiantaria a reforma no órgão máximo se o material que lá chega não é o melhor. É preciso que a reforma comece por melhorar os fóruns e as condições dos juízes de primeiro grau,

passando, a seguir, pelos diversos tribunais, chegando, a final, ao Pretório Excelso.

O primeiro problema que encontra o juiz interiorano é a paralisação dos processos por meio ano por causa das férias forenses. Não há exagero: somem 31 dias de janeiro, 31 de julho, 44 semanas (excluídas as dos meses de janeiro e julho) a dois dias por semana (sábado e domingo) temos 88 dias, mais a semana santa e já temos 157 dias. A partir do dia 20 de dezembro não se faz mais nada: temos aí 10 dias. E quem diria que o foram não fecha em mais outros 13 dias por outros motivos como feriados, dias santos, feriados locais, dia da justiça, dia do advogado e outros motivos? Por que não lembrar a paralisação devido às correições?

Logo se vê que um dos principais motivos da crise da justiça é que se trabalha realmente só meio ano.

Algumas dessas paralisações (sábados, domingos e feriados) devem ser consideradas normais, porém a sustação das atividades da justiça durante todo o mês de janeiro, todo o mês de julho e toda a Semana Santa (nesse período até os cartórios costumam ter só meio expediente: ou só abrem à tarde ou encerram o expediente às 15,30 horas), que só aí passam de 60 dias, absolutamente não pode ser considerada paralisação normal. Por isso mesmo o sistema, que é arcaico, precisa ser modificado para se adequar ao século XX e já às portas do XXI.

É comum ouvir-se falar que a "Justiça é um Templo". Pois bem: Alguma vez alguém foi a uma Igreja no domingo e foi informado de que "hoje não haverá missa (ou culto) porque o padre (ou o pastor) está em férias?" No templo da justiça isso ocorre. É o que mais se ouve em janeiro e julho: "sua ação está parada porque o Juiz está em férias". "Estamos em férias forenses". "Sua ação não "corre" nas férias".

De modo algum somos contrários às férias das autoridades judiciárias conforme determina no artigo 39 do C.P.C. revogado. O que afirmamos é que as férias devem ser do funcionário e não da justiça.

É que a justiça regula os fatos da vida e a vida não tem férias. Não é porque é julho ou janeiro que não haverá furtos, assaltos, falta de pagamento das obrigações e outros fatos sujeitos à ação da justiça. Se ela funcionasse pelo menos uns 250 dias por ano, renderia muito mais seu trabalho. Teríamos um acréscimo de produção em cerca de 40% e nenhum processo seria paralisado por meses e meses.

É que quando os juízes saem em férias nunca têm substitutos e quando reassumem devem trabalhar em dobro porque seus serviços ficaram paralisados durante um mês e ninguém os fez. Essa opinião não é só a nossa, pois de há muito assim se pensa. Prova disso é a notícia que nos vem de Belo Horizonte, através da Tribuna da Justiça de 24 de abril de 1974, página 2, a seguir, com a devida vênia, transcrita:

"BELO HORIZONTE - JUIZ TRABALHA DOBRADO QUANDO FÉRIAS ACABAM - A justiça do Estado esteve novamente em férias, durante esta Semana Santa. No Tribunal de Justiça e no Fórum Lafaiette, alguns desembargadores e juízes estiveram de plantão para atendimento dos casos mais urgentes e que têm andamento obrigatório.

O instituto das férias coletivas, aos poucos, vai sendo extinto das organizações judiciárias de todos os Estados - e o próprio Supremo Tribunal pretende adotar o critério de férias individuais para seus ministros.

O presidente da Ordem dos Advogados, professor Arioswaldo de Campos Pires, tem uma posição firme contra as férias coletivas, que considera "uma instituição retrógrada e inconcebível para os dias de hoje, quando todos os setores da administração pública estão se modernizando". As férias coletivas, segundo o presidente da OAB, não beneficia a ninguém: nem aos juízes, nem aos advogados, nem aos funcionários e, principalmente, ao interesse coletivo.

Os juízes, desembargadores, promotores e funcionários, escolheriam, livremente, de acordo com seus interesses particulares, se adotado o processo de férias individuais, os seus períodos de férias, sem a paralisação injustificada de todo um Poder, por um largo período, durante o ano. E os juízes, quando voltam das férias, têm que trabalhar dobrado, para dar conta do serviço acumulado, pois os juízes de plantão não têm a menor condição de dar andamento a um mínimo dos processos distribuídos no período de recesso".

Sabe-se que o pensamento da O.A.B. Paulista era completamente diferente da mineira, tanto assim que lutava por projeto que impedia a contagem dos prazos em fevereiro "para que nesse mês os advogados pudessem tirar férias" afirmavam.

Todavia, "data vênia", o problema não seria solucionado, apenas seria agravado, piorando a ação da justiça, pelos motivos já pontados. Demais disso, o interesse público está acima dos particulares.

Existe outro projeto, este sim, mais razoável, pelo qual o advogado que quisesse tirar férias, comunicaria o fato ao juiz dos processos onde funcionasse sozinho (o que é muito raro hoje) e contra ele não correriam prazos para recurso, isso uma vez cada 12 meses, por 30 dias. Com algum aperfeiçoamento parece que aí está uma solução.

Mas, a melhor solução mesmo, porque definitiva, seria a extinção das férias forenses coletivas, transformando-as exclusivamente em férias individuais pelo sistema de rodízio, conforme vemos na Tribuna da Justiça de 11 de maio de 1977, última página:

"Férias exclusivamente individuais, sem o recesso das Varas e Tribunais - eis o que propôs à 2.ª Conferência Nacional dos Institutos dos Advogados, instalada no Rio, o jurista Alcino Salazar, ex-Procurador Geral da República e

ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele alega que as férias coletivas resultam em "perda substancial do tempo para exame e julgamento das causas e considerável prejuízo do respectivo rendimento."

É costume falar que certos feitos "correm nas férias forenses, mas a expressão é até irônica. Na justiça nada "corre" e, quando muito anda e vagarosamente. Segundo o entender de alguns juízes, pelo atual C.P.C. quase nada tramita (é melhor que corre) nas férias forenses, sendo total a paralisação. Outros entendem que quase tudo deve tramitar, mas, como não há substituição, a paralisação, na prática, é sempre quase total e, na discussão do que tramita e do que não, frequentemente levam o mês das férias, sempre sendo o autor o maior prejudicado.

DA NECESSIDADE DA EXTINÇÃO DAS FÉRIAS FORENSES Como ficou dito as férias forenses são uma instituição arcaica que não condiz com os dias de hoje e não se concebe tenha o C.P.C. que entrou em vigor em janeiro de 1974 conservado as mesmas.

Daí a necessidade da revogação pura e simples dos artigos 173 e 174 daquele código, pois sua manutenção só prejudica a justiça. A título de exemplo, na Justiça do Trabalho não há férias forenses, salvo o exíguo período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

Nossa região compreende a 52.ª Circunscrição Judiciária sendo composta das comarcas de Americana e Sumaré. A primeira tem 3 varas e um juiz substituto e a última apenas uma vara.

Há determinação superior para que o juiz substituto fique na sede da comarca.

Logo Sumaré nunca tem juiz substituto nas férias forenses a não ser que as partes e os cartórios se desloquem até Americana. Em teoria pode, em casos urgentes, o juiz substituto transportar-se até Sumaré, mas na prática (somos essencialmente práticos) isto é quase impossível (apesar de toda boa vontade). Como pode um só homem substituir cinco?

Com as férias individuais em primeiro lugar entraria em férias o juiz da primeira vara (ou outro, a ordem não importa). Nesse período o juiz substituto iria para a sala do substituído e funcionaria em todos os processos (salvo raros casos de incompetência que iriam para um dos vizinhos) sem paralisação da justiça. No 2.º mês sairia de férias o 2.º juiz, no 3.º mês o 3.º juiz e no 4.º mês o juiz da outra comarca, indo para lá o substituto, tudo funcionando normalmente, sem paralisação. No 5.º mês o próprio substituto entraria em férias e sobraria o 6.º mês para compensação de eventuais faltas ou licenças. No 7.º mês recomençaria o ciclo.

Exemplos como esse sobejam.

OS JUÍZES SÃO TAMBÉM PREJUDICADOS

Entrando em gozo de férias sem ter quem os substitua integralmente, quando os juízes retornam ao trabalho encontram pilhas e mais pilhas de autos para despachar, já que durante as férias, as partes (cujos advogados quase nunca entraram em férias), formularam seus pedidos e aguardam decisão judicial.

O sistema de férias individuais, com real substituição, seria muito melhor para os magistrados que, inclusive teriam melhores acomodações em hotéis fora das chamadas "temporadas".

No momento tramitam pelas casas legislativas vários projetos visando alterar, para aperfeiçoar, os dispositivos do C.P. Civil. A reforma do Judiciário agora é quase uma realidade. Já é hora de se pensar também na extinção das retrógradas férias forenses.

Eis nossa modesta sugestão.

Transcrito da "Tribuna da Justiça"

CHEQUE SEM FUNDO AGORA TEM CORREÇÃO MONETÁRIA

Todo aquele que de agora em diante emitir cheques sem fundos será condenado ao pagamento de correção monetária.

A decisão é do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo seu 1.º Grupo de Câmaras Cíveis, atendendo às razões apresentadas pelo advogado Arnold Wald, que defende essa tese há 20 anos.

Entendeu a corte que não era possível que o crime se tornasse compensatório para o devedor, como aconteceria caso não houvesse incidência da correção. Pela lei, o emitente de um cheque sem fundos estaria obrigado a pagar apenas os juros de mora, 6%, quando o investimento do valor devido em cadernetas de poupança, letras de câmbio ou certificados de depósito teria alcançado mais de 40% ao ano.

A generalização da tese poderá ser ainda um importante instrumento para reduzir o movimento forense, eliminando ações judiciais nas quais a defesa tem caráter exclusivamente procrastinatório.

Transcrito de "Voz Forense"

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 9

Dá nova redação ao § 1.º do artigo 175 da Constituição Federal

s Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1.º - O § 1.º do artigo 175 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 175

.....
§ 1.º - O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos".

Art. 2.º - A separação, de que trata o § 1.º do artigo 175 da Constituição, poderá ser de fato, devidamente comprovada em Juízo, e pelo prazo de cinco anos, se for anterior à data desta Emenda.

Brasília, em 28 de junho de 1977.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

Marco Maciel, Presidente; João Linhares, 1.º Vice-Presidente; Adhemar Santillo, 2.º Vice-Presidente; Djalma Bessa, 1.º Secretário; Jäder Barbalho, 2.º Secretário; João Climaco, 3.º Secretário; José Camargo, 4.º Secretário.

A Mesa do Senado Federal:

Petrônio Portella, Presidente; José Lindoso, 1.º Vice-Presidente; Amaral Peixoto, 2.º Vice-Presidente; Mendes Canale, 1.º Secretário; Mauro Benevides, 2.º Secretário; Henrique De La Rocque, 3.º Secretário; Renato Franco, 4.º Secretário.

D.O. União 29-6-77

LEI N.º 6.416, DE 24 DE MAIO DE 1977

Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), do Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 29

.....
§ 2.º - As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à sua falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, sujeitas a trabalho interno, admitido o benefício do

trabalho externo.

Artigo 30 - O período inicial, do cumprimento de pena privativa da liberdade, consiste na observação do recluso, sujeito ou não a isolamento celular, por tempo não superior a três meses, com atividades que permitam completar o conhecimento de sua personalidade.

§ 1.º - O recluso passará, posteriormente, a trabalhar em comum dentro do estabelecimento em que cumpre a pena ou fora dele, na conformidade de suas aptidões ou ocupações anteriores, desde que haja compatibilidade com os objetivos da pena.

§ 2.º - O trabalho externo é compatível com os regimes fechado, semi-aberto e aberto, desde que tomadas as cautelas próprias, contra a fuga e em favor da disciplina; os condenados que cumprem pena em regime fechado somente se dedicarão a trabalho externa em serviços ou obras públicas, sob vigilância do pessoal penitenciário.

§ 3.º - O trabalho do recluso será remunerado, aplicando-se o seu produto:

- a) na indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) na assistência à família, segundo a lei civil;
- c) em pequenas despesas pessoais;
- d) ressalvadas outras aplicações legais, em depósito da parte restante, para constituição de pecúlio, em caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal, a qual lhe será entregue no ato de ser posto em liberdade.

§ 4.º - A freqüência a cursos profissionalizantes, bem como de instrução de segundo grau ou superior, fora da prisão, só é compatível com os regimes semi-aberto e aberto.

§ 5.º - O condenado não, perigoso, cuja pena não ultrapasse oito anos, poderá ser recolhido a estabelecimento de regime semi-aberto, desde o início, ou, se ultrapassar, após ter cumprido um terço dela em regime fechado.

I - Se a pena não for superior a quatro anos, poderá ser recolhido a estabelecimento de regime aberto, desde o início, ou,

a) se for superior a quatro até oito, após ter cumprido um terço em outro regime;

b) se for superior a oito, após ter cumprido dois quintos em outro regime.

II - Observados os termos do caput deste artigo e os deste parágrafo, e guardada a separação dos presos provisórios, a pena poderá ser cumprida em prisão da comarca da condenação ou da residência do condenado.

§ 6.º - Deverão ser regulamentadas por lei local ou, à sua falta, por provimento do Conselho Superior da Magistratura ou órgão equivalente, as seguintes concessões a serem outorgadas pelo juiz, a requerimento do interessado, seu cônjuge ou ascendente, ou na falta desses, de descendente ou irmão, ou por iniciativa de órgão para isso competente, ou, ainda, quanto às três primeiras, também de ofício:

I - cada um dos três regimes, bem como a transferência e o retorno de um para outro;

II - prisão-albergue, espécie do regime aberto;

III - cumprimento da pena em prisão na comarca da condenação ou da residência do condenado;

IV - trabalho externo;

V - freqüência a curso profissionalizante, bem como de segundo grau ou superior, fora do estabelecimento;

VI - licença para visitar a família, em datas ou ocasiões especiais;

VII - licenças periódicas, combinadas ou não com as concessões dos incisos IV e V deste parágrafo, para visitar a família e ir à sua igreja, bem como licença para participar de atividades que concorram para a emenda e reintegração no convívio social, aos condenados que estão em regime aberto e, com menos amplitude, aos que estão em regime semi-aberto.

§ 7.º - As normas supletivas, referidas no parágrafo anterior estabelecerão, quanto a qualquer das concessões:

I - os requisitos objetivos e subjetivos que os condenados deverão ter para a sua obtenção;

II - as condições e normas de conduta a serem observadas pelos contemplados, e os casos de modificação facultativa e obrigatória de umas e de outras.

III - os casos de revogação e os requisitos para nova obtenção;

IV - a audiência da Administração Penitenciária, bem como a do Ministério Público e, quanto as dos incisos IV e V, a do Conselho Penitenciário;

V - a competência judicial;

VI - exceto quanto às concessões dos incisos I, II e III, a expedição de documento similar ao descrito no artigo 724 do Código de Processo Penal, e a indicação da entidade fiscalizadora.

Artigo 31

Parágrafo único - Aplica-se ao detento o disposto nos parágrafos do artigo anterior.

Artigo 46

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos.

Artigo 47 - Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares ou puramente políticos.

Artigo 57 - A execução da pena privativa da liberdade, não superior a dois anos, pode ser suspensa, por dois a seis anos, desde que:

I - o sentenciado não haja sofrido, no País ou no estrangeira, condenação irrecorrível por outro crime a pena privativa da liberdade, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 46.

Artigo 59

I - é condenado, por sentença irrecorrível, a pena privativa da liberdade;

II - frustra, embora solvente, o pagamento da multa, ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 1.º - A suspensão pode também ser revogada se o sentenciado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, infringe as proibições inerentes à pena acessória, ou é irrecorrivelmente condenado à pena que não seja privativa da liberdade.

Artigo 60 - O juiz pode conceder livramento condicional ao condenado à pena privativa da liberdade igual ou superior a dois anos, desde que:

I - cumprida mais da metade da pena ou, tratando-se de reincidente, mais de três quartos;

II

III - tenha reparado, salvo impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

Parágrafo único - As penas que correspondem a infrações diversas podem somar-se, para efeito do livramento.

Artigo 63 - O liberado fica sob observação cautelar e proteção de serviço social penitenciária, patronato, conselho de comunidade ou entidades similares de que trata o § 4.º do artigo 698 do Código de Processo Penal.

Artigo 64 - Revoga-se o livramento, se o liberado vem a ser condenado à pena privativa da liberdade, em sentença irrecorrível:

III - por motivo de contravenção.

Parágrafo único - O juiz pode, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, de observar proibições inerentes à pena acessória ou for irrecorrivelmente condenado, por crime, a pena que não seja privativa da liberdade.

Artigo 69

Parágrafo único

V - na interdição a que se refere o inciso V, o condenado a pena privativa da liberdade, enquanto durarem os efeitos da condenação.

Artigo 77 - Quando a periculosidade não é presumida por lei, deve ser reconhecido perigoso o agente:

I - se seus antecedentes e personalidade, os motivos determinantes e as circunstâncias do fato, os meios empregados e os modos de execução, a intensidade do dolo ou o grau da culpa, autorizam a suposição de que venha ou torne a delinquir;

II - se, na prática do fato, revela torpeza, perversão, malvadez, cupidez ou insensibilidade moral.

§ 1.º - Compete ao juiz que presidir a instrução, salvo os casos de promoção, remoção, transferência ou aposentadoria, para os fins do disposto no § 5.º do artigo 30, declarar na sentença a periculosidade do réu, valendo-se, para tanto, dos elementos de convicção constantes dos autos e podendo determinar diligências.

§ 2.º - O juízo poderá dispor, na forma da lei local, de funcionários para investigar, coletar dados

e informações com o fim de instruir o requerimento de verificação de periculosidade.

Artigo 78

§ 1.º - A presunção de periculosidade não prevalece se, entre a data do cumprimento ou da extinção da pena e o crime posterior, tiver decorrido período de tempo superior a dez anos, no caso do inciso I deste artigo, ou de cinco anos, nos outros casos.

Artigo 108

IX - pelo casamento da ofendida com terceiro, nos crimes referidos no inciso anterior, salvo se cometidos com violência ou grave ameaça e se ela não requerer o prosseguimento da ação penal no prazo de sessenta dias a contar da celebração;

X - pelo ressarcimento do dano, no peculato culposos.

Artigo 110

§ 1.º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se, também, pela pena aplicada e verifica-se nos mesmos prazos.

§ 2.º - A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, importa, tão-somente, em renúncia do Estado à pretensão executória da pena principal, não podendo, em qualquer hipótese, ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia.

Artigo 121

§ 5.º - Na hipótese de homicídio culposos, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Artigo 129

§ 8.º - Aplica-se igualmente à lesão culposa o disposto no § 5.º do artigo 121."

Artigo 2.º - O Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigor com as seguintes alterações.

"Artigo 219 - O juiz poderá aplicar à testemunha faltosa a multa prevista no artigo 453, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência, e condená-la ao pagamento das custas da diligência.

Artigo 221

§ 1.º - O Presidente e o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício.

§ 2.º - Os militares deverão ser requisitados à autoridade superior.

§ 3.º - Aos funcionários públicos aplicar-se-á o disposto no artigo 218, devendo, porém, a expedição do mandado ser imediatamente comunicada ao chefe da repartição em que servirem, com indicação do dia e da hora marcados.

Art. 310

Parágrafo único - Igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inoccorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312).

Art. 313 - Em qualquer das circunstâncias, previstas no artigo anterior, será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos:

I - punidos com reclusão;

II - punidos com detenção, quando se apurar que o indiciado é vadio ou, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou não indicar elementos para esclarecê-la;

III - se o réu tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 46 do Código Penal.

Art. 322 - A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.

Parágrafo único - Nos demais casos do artigo 323, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em quarenta e oito horas.

Art. 323

I - nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a dois anos;
II - nas contravenções tipificadas nos artigos 59 e 60 da Lei das Contravenções Penais;
III - nos crimes dolosos punidos com pena privativa da liberdade, se o réu já tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado;
V - nos crimes punidos com reclusão, que provoquem clamor público ou que tenham sido cometidos com violência contra a pessoa ou grave ameaça.

Art. 324

IV - quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva (artigo 312).

Art. 325

Parágrafo único - Se assim o recomendar a situação econômica do réu, a fiança poderá ser:

I - reduzida até o máximo de dois terços;

II - aumentada, pelo juiz, até o décuplo.

Art. 387

III - aplicará as penas, de acordo com essas conclusões, fixando a quantidade das principais e, se for o caso, a duração das acessórias;

IV - declarará, se presente, a periculosidade real e imporá as medidas de segurança que no caso couberem.

Art. 453 - A testemunha que, sem justa causa, deixar de comparecer, incorrerá na multa de cinco a cinquenta centavos, aplicada pelo presidente, sem prejuízo do processo penal, por desobediência, e da observância do preceito do artigo 218.

Parágrafo único

Art. 581

V - que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva, ou relaxar prisão em flagrante.

Art. 687

II - permitir, nas mesmas circunstâncias, que o pagamento se faça em parcelas mensais, no prazo que fixar, mediante caução real ou fidejussória, quando necessário.

§ 2.º - A permissão para o pagamento em parcelas será revogada, se o juiz verificar que o condenado dela se vale para fraudar a execução da pena. Nesse caso, a caução resolver-se-á em valor monetário, devolvendo-se ao condenado o que exceder à satisfação da multa e das custas processuais.

Art. 689

II - se não forem pagas pelo condenado solvente as parcelas mensais autorizadas sem garantia.
§ 3.º - Na hipótese do inciso II deste artigo, a conversão será feita pelo valor das parcelas não pagas.

Art. 696 - O Juiz poderá suspender, por tempo não inferior a dois nem superior a seis anos, a execução das penas de reclusão e de detenção que não excedam a dois anos, ou, por tempo não inferior a um nem superior a três anos, a execução da pena de prisão simples, desde que o sentenciado:

I - não haja sofrido, no País ou no estrangeiro, condenação irrecorrível por outro crime a pena privativa da liberdade, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 46 do Código Penal.

Art. 697 - O Juiz ou tribunal, na decisão que aplicar pena privativa da liberdade não superior a dois anos, deverá pronunciar-se, motivadamente, sobre a suspensão condicional, quer a conceda, quer a denegue.

Art. 698 - Concedida a suspensão, o juiz especificará as condições a que fica sujeito o condenado, pelo prazo previsto, começando este a correr da audiência em que se der conhecimento da sentença ao beneficiário e lhe for entregue documento similar ao descrito no artigo 724.

§ 1.º - As condições serão adequadas ao delito e à personalidade do condenado.

§ 2.º - Poderão ser impostas, além das estabelecidas no artigo 767, como normas de conduta e obrigações, as seguintes condições:

I - frequentar curso de habilitação profissional ou de instrução escolar;

II - prestar serviços em favor da comunidade;

III - atender aos encargos de família;

IV - submeter-se a tratamento de desintoxicação.

§ 3.º - O juiz poderá fixar, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, outras condições além das especificadas na sentença e das referidas no parágrafo anterior, desde que as circunstâncias o aconselhem.

§ 4.º - A fiscalização do cumprimento das condições deverá ser regulada, nos Estados, Territórios e Distrito Federal, por normas supletivas e atribuída a serviço social penitenciário, patronato, conselho de comunidade ou entidades similares, inspecionadas pelo Conselho Penitenciário, pelo Ministério Público ou ambos, devendo o juízo da execução na comarca suprir, por ato, a falta das normas supletivas.

§ 5.º - O beneficiário deverá comparecer periodicamente à entidade fiscalizadora, para comprovar a observância das condições a que está sujeito, comunicando, também, a sua ocupação, os salários ou proventos de que vive, as economias que conseguiu realizar e as dificuldades materiais ou sociais que enfrenta.

§ 6.º - As entidade fiscalizadora deverá comunicar imediatamente ao órgão de inspeção, para os fins legais (arts. 730 e 731), qualquer fato capaz de acarretar a revogação do benefício, a prorrogação do prazo ou a modificação das condições.

§ 7.º - Se for permitido ao beneficiário mudar-se, será feita comunicação ao juiz e à entidade fiscalizadora do local da nova residência, aos quais deverá apresentar-se imediatamente.

Art. 706 - A suspensão também ficará sem efeito se, em virtude de recurso, for aumentada a pena de modo que exclua a concessão do benefício.

Art. 707 - A suspensão será revogada se o beneficiário:

I - é condenado, por sentença irrecorrível, a pena privativa da liberdade;

II - frustra, embora solvente, o pagamento da multa, ou não efetua, sem motivo justificado, a reparação do dano.

Parágrafo único - O juiz poderá revogar a suspensão, se o beneficiário deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, de observar proibições inerentes à pena acessória, ou é irrecorrivelmente condenado à pena que não seja privativa da liberdade; se não a revogar, deverá advertir o beneficiário, ou exacerbar as condições ou, ainda, prorrogar o período da suspensão até o máximo, se esse limite não foi o fixado.

Art. 710 - O livramento condicional poderá ser concedido ao condenado à pena privativa da liberdade igual ou superior a dois anos, desde que se verifiquem as condições seguintes:

I - cumprimento de mais da metade da pena, ou mais de três quartos, se reincidente o sentenciado;

V - reparação do dano causado pela infração, salvo impossibilidade de fazê-lo.

Art. 711 - As penas que correspondem a infrações diversas, podem somar-se para efeito do livramento.

Art. 717 - Na ausência da condição prevista no art. 710, inciso I, o requerimento será liminarmente indeferido.

Art. 718 - Deferido o pedido, o juiz, ao especificar as condições a que ficará subordinado o livramento, atenderá ao disposto no art. 698, parágrafos 1.º, 2.º e 5.º.

§ 1.º - Se for permitido ao liberado residir fora da jurisdição do juiz da execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento à autoridade judiciária do lugar para onde ele se houver transferido, e à entidade de observação cautelar e proteção.

§ 2.º - O liberado será advertida da obrigação de apresentar-se imediatamente à autoridade judiciária e à entidade de observação cautelar e proteção.

Art. 724

.....
IV - a pena acessória a que esteja sujeito.

§ 1.º - Na falta de caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, em que constem as condições do livramento e a pena acessória, podendo substituir-se a ficha de identidade ou o retrato do liberado pela descrição dos sinais que possam identificá-lo.

§ 2.º - Na caderneta e no salvo-conduto deve haver espaço para consignar o cumprimento das condições referidas no art. 718.

Art. 725 - A observação cautelar e proteção realizadas por serviço social penitenciário, patronato, conselho de comunidade ou entidades similares, terá a finalidade de:

I - fazer observar o cumprimento da pena acessória, bem como das condições especificadas na sentença concessiva do benefício;

II - proteger o beneficiário, orientando-o na execução de suas obrigações e auxiliando-o na obtenção de atividade laborativa.

Parágrafo único - As entidades encarregadas de observação cautelar e proteção do liberado apresentarão relatório ao Conselho Penitenciário, para efeito da representação prevista nos artigos 730 e 731.

Art. 727 - O juiz pode, também, revogar o livramento, se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença, de observar proibições inerentes à pena acessória ou for irrecorrivelmente condenado, por crime, à pena que não seja privativa da liberdade.

Parágrafo único - Se o juiz não revogar o livramento, deverá advertir o liberado ou exacerbar as condições.

Art. 730 - A revogação do livramento será decretada mediante representação do Conselho Penitenciário, ou a requerimento do Ministério Público, ou de ofício, pelo juiz, que, antes, ouvirá o liberado, podendo ordenar diligências e permitir a produção de prova, no prazo de cinco dias.

Art. 731 - O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou mediante representação do Conselho Penitenciário, poderá modificar as condições ou normas de conduta especificadas na sentença, devendo a respectiva decisão ser lida ao liberado por uma das autoridades ou por um dos funcionários indicados no inciso I do artigo 723, observado o disposto nos incisos II e III, e parágrafos 1.º e 2.º do mesmo artigo."

Art. 3.º - A Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6.º - A pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semi-aberto ou aberto.

.....
Art. 11 - Desde que reunidas as condições legais, o juiz pode suspender por tempo não inferior a um ano nem superior a três, a execução da pena de prisão simples, bem como conceder livramento condicional".

Art. 4.º - Ficam reajustados para o atual padrão cruzeiro, na proporção de 1:2000 (um por dois mil), os valores monetários previstos no Código Penal (Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940), no Código de Processo Penal (Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941) e na Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941), com suas modificações.

Art. 5.º - O Poder Executivo fará republicar o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei das Contravenções Penais, com as modificações posteriores.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial os incisos III e IV do artigo 14 e o inciso III do artigo 15 da Lei das Contravenções Penais.

Brasília, 24 de maio de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Armando Falcão

LEI N.º 6.423 - DE 17 DE JUNHO DE 1977

Estabelece base para correção monetária e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A correção, em virtude de disposição legal ou estipulação de negócio jurídico, da expressão monetária de obrigação pecuniária somente poderá ter por base a variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN).

§ 1.º - O disposto neste artigo não se aplica:

a) aos reajustamentos salariais de que trata a Lei n.º 6.147, de 29 de novembro de 1974;

b) ao reajustamento dos benefícios da previdência social, a que se refere o § 1.º do artigo 1.º da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975; e

c) às correções contratualmente prefixadas nas operações de instituições financeiras.

§ 2.º - Respeitadas as exceções indicadas no parágrafo anterior, quaisquer outros índices ou critérios de correção monetária previstos nas leis em vigor ficam substituídos pela variação nominal da ORTN.

§ 3.º - Considerar-se-á de nenhum efeito a estipulação, na vigência desta Lei, de correção monetária com base em índice diverso da variação nominal da ORTN.

Art. 2.º - O disposto nesta Lei não se aplica aos contratos pelos quais; a empresa se obrigue a vender bens para entrega futura ou a prestar ou fornecer serviços a serem produzidos, cujo preço poderá reajustar-se em função do custo de produção ou da variação no preço de insumos utilizados.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Mário Henrique Simonsen

João Paulo dos Reis Velloso

LEI N.º 6.447 - DE 6 DE OUTUBRO DE 1977

Renova o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O prazo de validade das carteiras de identidade para estrangeiros, "modelo 19", de que trata o art. 2.º do Decreto-lei n.º 499, de 17 de março de 1969, alterado pelo que dispuseram as Leis n.ºs 5.587, 5.815, 6.110 e 6.370, de 2 de julho de 1970, 31 de outubro de 1972, 1.º de outubro de 1974 e 27 de outubro de 1976, respectivamente, fica renovado até 1.º de outubro de 1978, após o que deverão ser apreendidos aqueles documentos onde forem apresentados, e remetidos ao Departamento de Polícia Federal.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Armando Falcão

D.O.U. 7-10-77

DECRETO-LEI N.º 1.559 - DE 29 DE JUNHO DE 1977

Fixa percentuais de depreciação aplicáveis a bens desembaraçados com a isenção de que tratam os incisos IV e V do artigo 15 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966.

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º - Na transferência de propriedade ou de uso, a qualquer título, de bens desembaraçados com isenção, como bagagem ou não, de acordo com o artigo 15, itens IV e V do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, inclusive automóveis, quando exigível o pagamento de tributos, a depreciação do valor obedecerá aos seguintes percentuais:

De mais de 12 até 24 meses 30%

De mais de 24 até 36 meses 70%

De mais de 36 meses 100%

Art. 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Mário Henrique Simonsen

D.O. União 30-6-77

DECRETO-LEI N.º 1. 569 - DE 8 DE AGOSTO DE 1977

Modifica o artigo 11 do Decreto-lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, alterado pelo artigo 1.º do Decreto-lei

n.º 623, de 11 de junho de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º - O § 4.º do artigo 11 do Decreto-lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, alterado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 623, de 11 de junho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4.º - O requerimento do devedor solicitando o parcelamento valerá como confissão irretratável da dívida."

Art. 2.º - Ficam acrescentados ao artigo 11 do Decreto-lei n.º 352, de 17 de junho de 1968, alterado pelo artigo

1.º do Decreto-lei n.º 623, de 11 de junho de 1969, os seguintes parágrafos:

1 7.º - O valor do débito constante do pedido não exclui a verificação de sua exatidão e a cobrança de eventuais diferenças.

§ 8.º - O pedido de parcelamento de débito inscrito como Dívida Ativa da União, ainda que ajuizado, será dirigido diretamente à competente Procuradoria da Fazenda Nacional e, se a execução judicial já estiver garantida por penhora, o requerente deverá juntar ao pedido certidão ou cópia autenticada do auto de penhora.

§ 9.º - O parcelamento do débito ajuizado será formalizado por termo lavrado e assinado pelas partes na Procuradoria da Fazenda Nacional, cuja juntada aos autos será requerida pelo representante da Fazenda Nacional, para que o Juiz declare suspensa a execução, nos termos do artigo 792 do Código de Processo Civil.

§ 10 - O recolhimento das prestações do débito parcelado, inscrito como Dívida Ativa da União, far-se-á por meio de guia emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

§ 11 - O Ministro da Fazenda poderá avocar o processo de parcelamento, em qualquer fase, para decisão nas condições que estabelecer."

Art. 3.º - O encargo previsto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.025, de 21 de outubro de 1969 calculado sobre o montante do débito, inclusive multas, atualizado monetariamente e acrescido dos juros e multa de mora, será reduzido para 10% (dez por cento), caso o débito, inscrito como Dívida Ativa da União, seja pago antes do ajuizamento da execução.

Art. 4.º - Os bens móveis adjudicados à Fazenda Nacional ou por ela arrematados em execuções judiciais poderão, caso não aproveitados em seus serviços, ser doados a órgãos oficiais, a instituições de educação ou de assistência social, na forma fixada em portaria do Ministro da Fazenda, ou, ainda alienados em concorrência pública ou leilão.

Art. 5.º - Sem prejuízo da incidência da atualização monetária e dos juros de mora, bem como da exigência da prova de quitação para com a Fazenda Nacional, o Ministro da Fazenda poderá determinar a não inscrição como Dívida Ativa da União ou a sustação da cobrança judicial dos débitos de comprovada inexecutabilidade e de reduzido valor.

Parágrafo único - A aplicação do disposto Deste artigo suspende a prescrição dos créditos a que se refere.

Art. 6.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Mário Henrique Simonsen

D.O. União de 9-8-77

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 7, DE 6 DE JULHO DE 1977

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do item XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1.º - O Capítulo IV do Título II da Constituição do Estado de São Paulo fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo - Os servidores públicos do Estado e de suas autarquias, desde que tenham completado 5

(cinco) anos de efetivo exercício, terão computado, para efeito de aposentadoria compulsória e a pedido, o tempo de serviço prestado em atividade de natureza privada regulada por lei federal. Artigo 2.º - O Ato das disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo - É assegurado, ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 (treze) de maio de 1967, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a obtenção do benefício".

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de julho de 1977.

NATAL GALE, Presidente

Jorge Fernandes, 1.º Secretário

Dulce Salles Cunha Braga, 2.ª Secretária

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 8, DE 6 JULHO DE 1977

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do item XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1.º - O Capítulo IV do Título II da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo - O funcionário do Estado e de suas autarquias que exercer cargos em comissão ou em substituição durante cinco anos ininterruptos, ou dez intercalados, terá o cargo de que é titular transformado no correspondente ao que estiver exercendo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, nas mesmas condições, ao funcionário que estiver no exercício de fato de funções diversas das do seu cargo efetivo, bem como àqueles que, mediante percepção de

"pro-labore", desempenhar atribuições próprias de encarregatura, chefia, ou direção.

Artigo 2.º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo - Ao servidor público do Estado e de suas autarquias que, à data da promulgação desta Emenda, esteja, a qualquer título, há mais de cinco anos no exercício de cargo ou função pública, fica assegurada a situação de efetividade em tais cargos ou em correspondentes, independentemente de qualquer título ou formalidade".

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de julho de 1977.

NATAL GALE, Presidente

Jorge Fernandes, 1.º Secretário

Dulce Salles Cunha Braga, 2.ª Secretária

D.O. 7-7-77

LEI COMPLEMENTAR N.º 157, DE 13 DE JULHO DE 1977

Dispensa de novo exame médico o servidor público nas condições que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - Fica dispensado de, novo exame médico o servidor público estadual, admitindo a qualquer título, que, nomeado para cargo público com atribuições correspondentes às funções por ele desempenhadas, conte, à data da posse, pelo menos 5 anos de exercício nessas funções. Parágrafo único - Vetado.

Artigo 2.º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de julho de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Murillo Macedo, Secretário da Fazenda

Paulo da Rocha Camargo, Secretário da Agricultura

Francisco Henrique Fernando de Barros, Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Thomaz Pompeu Borges Magalhães, Secretário dos Transportes

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação

Antonio Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública
Mário de Moraes Altenfelder Silva, Secretário da Promoção Social
Jorge Maluly Neto, Secretário das Relações do Trabalho
Adhemar de Barros Filho, Secretário da Administração
Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde
Jorge Wilhelm, Secretário de Economia e Planejamento
Raphael Baldacci Filho, Secretário do Interior
Max Feffer, Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia
Ruy Silva, Secretário de Esportes e Turismo
Roberto Cerqueira Cesar, Secretário dos Negócios Metropolitanos
Afrânio de Oliveira, Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil
Péricles Eugênio da Silva Ramos, Secretário Extraordinário do Governo
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 13 de julho de 1977
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo-Subst.^o
D. O. 14.7.77

LEI N.º 1.368, DE 12 DE AGOSTO DE 1977

Considera de caráter público relevante os serviços prestados, gratuitamente, no exercício das funções de Comissário de Menores, Auxiliar de Fiscalização e Membro de Comissão Técnica, de livre nomeação, por Juízes de Direito de Vara de Menores, do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Natal Gale, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º São considerados de caráter público relevante os serviços prestados, gratuitamente, no exercício das funções de Comissário de Menores, Auxiliar de Fiscalização e Membro de Comissão Técnica, de livre nomeação, por Juízes de Direito de Vara de Menores, do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - O exercício das funções referidas neste artigo estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará preferência, em igualdade de condições, nos concursos públicos.

Artigo 2.º - Mantido o veto.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 12 de agosto de 1977.

a) NATAL GALE, Presidente

Publicaria na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 12 de agosto de 1977.

a.) Alfredo Maia Bonato, Diretor Geral

D. O. 13.8.77

DECRETO N.º 10.400, DE 26 DE SETEMBRO DE 1977

Majora a remuneração base dos contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 69 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica majorada de acordo com a tabela anexa, que passa a fazer parte integrante deste decreto, a remuneração base dos contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 5.220,

de 11 de dezembro de 1974.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de setembro de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Adhemar de Barros Filho, Secretário da Administração

Publicado na Secretaria do Governo, aos 26 de setembro de 1977.
Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

TABELA DE REMUNERAÇÃO BASE
SERVENTIAS DE 1.ª CLASSE

Comarca da Capital, entrância especial

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município da sede da comarca:

Serventuário - 16,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 10,00 salários-mínimos

Escrevente - 8,00 salários-mínimos

Auxiliar - 4,00 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos no item anterior:

Serventuário - 10,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 5,50 salários-mínimos

Escrevente - 4,50 salários-mínimos

Auxiliar 3,50 salários-mínimos

SERVENTIAS DE 2.ª CLASSE

Comarca da 3.ª Entrância

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral: Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Serventuário - 11,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 6,00 salários-mínimos

Escrevente 5,00 salários-mínimos

Auxiliar - 4,00 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:

Serventuário 10,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 5,50 salários-mínimos

Escrevente - 4,50 salários-mínimos

Auxiliar - 3,50 salários-mínimos

III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:

Serventuário - 9,50 salários-mínimos

Oficial Maior 5,00 salários-mínimos

Escrevente - 4,00 salários-mínimos

Auxiliar - 3,30 salários-mínimos

SERVENTIAS DE 3.ª CLASSE

Comarca de 2.ª Entrância

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral: Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Serventuário - 9,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 5,50 salários-mínimos

Escrevente - 4,50 salários-mínimos

Auxiliar - 3,50 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:

Serventuário - 9,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 5,00 salários-mínimos

Escrevente - 4,00 salários-mínimos

Auxiliar - 3,30 salários-mínimos

III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:

Serventuário - 8,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 4,50 salários-mínimos

Escrevente - 3,80 salários-mínimos

Auxiliar - 2,80 salários-mínimos

SERVENTIAS DE 4.ª CLASSE

Comarca de 1.ª Entrância

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral: Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Serventuário - 8,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 5,00 salários-mínimos

Escrevente - 4,00 salários-mínimos

Auxiliar - 3,00 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:

Serventuário - 7,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 4,50 salários-mínimos

Escrevente - 3,50 salários-mínimos

Auxiliar - 2,80 salários-mínimos

III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:

Serventuário - 6,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 4,00 salários-mínimos

Escrevente - 3,30 salários-mínimos

Auxiliar - 2,50 salários-mínimos

D.O. 28-09-77

SOCIAIS

PANGLOSS ...

Afinal, pelo que se vê,
tudo contraria e desmente
o famoso otimismo
da personagem de Mr. Arouet...

A Peste, a Fome e a Guerra,
desde tempos imemoriais,
freqüentemente assolam,
terríficas, a Terra,
em lances trágicos, profundos...

A despeito, porém, de desventuras
tais,
é muito natural
que, para alguns mortais,
- espertos e vorazes
parasitas sociais,
às misérias alheias insensíveis
e incomovíveis ante a humana dor,
- tudo lhes; corra e vá pelo melhor,
e este lhes seja o mais feliz dos mundos...

F.T.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DECLARAÇÃO SOBRE OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA

- * LEGISLAÇÃO
- * INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO
- * DUVIDAS E SUAS SOLUÇÕES

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é fornecer as informações necessárias ao correto preenchimento da Declaração sobre Operação Imobiliária, reunindo toda a legislação pertinente num só volume e padronizando as soluções às dúvidas levantadas, de forma a facilitar e poupar o tempo dos Cartórios, obrigados a apresentação da referida Declaração aos órgãos da Receita Federal.

Recomenda-se a observação rigorosa destas instruções a fim de evitar-se a eventual devolução, pelos órgãos da Receita Federal, de declarações recebidas com falhas e omissões, o que acarretará perda de tempo e atraso no processamento.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO INFORMATIVA DO SRF N.º 35 DE 11.05.77

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, CONSIDERANDO o que consta do Decreto-lei 1.510, de 27 de dezembro de 1976, especialmente no que se refere o artigo 15; e CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um instrumento padronizado para a prestação de informações, prescrita no supramencionado Decreto-Lei n.º 1.510/76, RESOLVE:

1. Aprovar o modelo anexo de "Declaração sobre Operação Imobiliária" com as seguintes características: papel: tipo AP-24 k; dimensão: A4; impressão: verde seda escuro super-cor 692 ou equivalente, retícula 10%.
 2. Determinar que o modelo ora aprovado, seja utilizado para comunicar as alienações de imóveis ocorridas a partir de 1.º de julho de 1977.
 3. Determinar que a entrega dos formulários se faça no órgão da Secretaria da Receita Federal Jurisdicionante do município do cartório, observando os seguintes prazos: os Cartórios de Notas e Títulos e Documentos deverão entregar os formulários na primeira semana do mês subsequente ao da operação a que se referir e os cartórios de Registros de Imóveis na segunda semana do mês subsequente a operação.
 4. Delegar às Superintendências Regionais da Receita Federal a competência de aprovar, através dos respectivos Núcleos Regionais de Informações Econômico-Fiscais, a impressão, distribuição e comercialização deste modelo.
 5. Determinar que o Centro de Informações Econômico-Fiscais baixe normas complementares à presente Instrução.
 6. Revogar a Instrução Normativa n.º 40, de 14 de agosto de 1970.
- a.) Adilson Gomes de Oliveira, Secretário da Receita Federal
Publicado no D.O.U. de 17.06.77, às fls. 7561

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF N.º 48 DE 26.07.77

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, CONSIDERANDO o que consta do Decreto-lei n.º 1.510, de 27 de dezembro de 1976, especialmente no que se refere ao artigo 15; e, CONSIDERANDO o que trata a Instrução Normativa SRF n.º 35, de maio de 1977, em seu item 3, RESOLVE:

1. Determinar a prorrogação dos prazos para a entrega das Declarações sobre Operações Imobiliárias aos órgãos da Secretaria da Receita Federal, relativas ao mês de julho do corrente ano, como segue:
 - I - Cartórios de Notas e Títulos e Documentos
Formulário de Declarações sobre Operações Imobiliárias, relativas aos meses de julho e agosto; entrega na primeira semana de setembro.
 - II - Cartórios de Registro de Imóveis
Formulários de Declarações sobre Operações Imobiliárias, relativas aos meses de julho e agosto; entrega na segunda semana de setembro.



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

2. Esclarecer que para os demais meses a entrega desses formulários obedecerá a programação prevista na Instrução Normativa SRF n.º 035/77.

a.) Adilson Gomes de Oliveira, Secretário da Receita Federal
Publicado no D.O.U. de 04.08.77, às fls. 10017)

11 OUTROS ADQUIRENTES

NOME OU RAZÃO SOCIAL N.º DE INSCRIÇÃO NO CPF OU CGC

N/R 21-122 - Tip. E Pap. Formosa S/A - R. Silveira Martins 41 - 36-3874 R. Formosa 431 - 34-3306
- S.P. - C.G.C. 61.347.639/0001-32 - 77/08-1540

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Centro de Informações Econômico-Fiscais

ATO DECLARATÓRIO CIEF N.º 2, DE 22 DE JUNHO DE 1977

O COORDENADOR DO CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, utilizando-se da competência outorgada pelo Secretário da Receita Federal pela Instrução Normativa SRF n.º 035/77 e considerando a necessidade de esclarecer a Utilização competência e normas para o preenchimento do formulário a que se refere o artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 1.510, de 27 de dezembro de 1976.

Declara:

Ficam definidas as seguintes regras sobre o cabimento e preenchimento da "Declaração sobre Operações Imobiliárias", modelo CIEF n.º 2.267, aprovado pela IN-35/77 de 11-5-77.

1. O formulário "Declaração sobre Operações Imobiliárias" deverá ser preenchido pelos cartórios de Ofícios de Notas, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis

2. Cada alienação imobiliária origina o preenchimento de um formulário quando, entretanto, em uma única transação constam vários alienantes, deverá ser preenchido um formulário para cada alienante.

3. Para qualquer informação complementar, sobre competências e utilização do da "Declaração sobre Operação Imobiliária", o interessado deverá procurar os órgãos locais da Secretaria da Receita Federal.

4. Os Cartórios que se interessarem em proceder padronização dos formulários para seu uso, poderão imprimir com seus dados próprios os itens 3, 4, 5, 38 e 40.

5. A utilização do formulário entra em vigor a partir do dia 1.º de julho de 1977.

6. Considerações complementares para esclarecer o preenchimento da "Declaração sobre Operações Imobiliárias" são oferecidas em documento anexo e componente, do presente Ato.

a) José Sotero Telles de Menezes, Coordenador Substituto
(Publicado no D.O.U. de 27-06-77, As fls. 8.025)

DECLARAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS
(A SER PREENCHIDA PELOS CARTÓRIOS PÚBLICOS)
ANEXO AO ATO DECLARATÓRIO CIEF N.º 02

CAMPO DO	Quadro	Item	Orientação para Preenchimento
----------	--------	------	-------------------------------

FORMULÁRIO

Uso da SRF	01	01	
Um do Processamento	02	02	
	03	03	TIPO: - Use o código seguinte: 01 - Cartório de Ofício de Notas 02 - Cartório de Registro de Imóveis 03 - Cartório de Registro de Títulos e Documentos Observação: - Quando o Cartório acumular várias competências
Identificação do Cartório			
deverá ser identificado pela natureza do ato realizado.			
04 NUMERO: - Indique qual o número do ofício do cartório usando dois algarismos.			
		05	MUNICÍPIO (Código): - utilize a listagem dos códigos dos municípios que pode ser
encontrada nos órgãos da Secretaria da Receita Federal.			
algarismos.			O número deverá ter quatro
Identificação da Operação	04	06	NÚMERO SEQUENCIAL DE
CONTROLE: - Deverá ser adotada uma numeração seqüencial crescente. Ao final do número deverá ser colocada uma barra inclinada e mais dois			algarismos do ano Ex.: 000001/77.
		07	REGISTRO - Dado do cartório
		08	LIVRO - Dado do cartório
09 FOLHA - Dado do cartório			

ANEXO AO ATO DECLARATÓRIO CIEF N.º 02

CAMPO DO FORMULÁRIO	Quadro	Item	Orientação para Preenchimento
Identificação do Alienante	05	10	NATUREZA - Assinale com um X se Pessoa Física ou Jurídica.
		11	SE PESSOA FÍSICA (CPF) - A ser preenchido quando o alienante
for Pessoa Física.			Observação: - Para evitar incorreções
na fase de processamento eletrônico, observe: - o número do CPF deverá conter 9 algarismos e mais dois de controle.		12	SE PESSOA JURÍDICA (CGC) - Preencha quando o alienante for Pessoa Jurídica, cuidando que ocorra a transcrição correta
do n.º de Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).		13	NOME: - Indique o nome completo

quantos forem os alienantes.			ou Razão Social do alienante.
Identificação do Adquirente			Se a transação compreende vários alienantes, deverão ser preenchidos tantos formulários
06	14	NATUREZA: - Assinale com X se Pessoa Física ou Pessoa Jurídica	
	15	SE PESSOA FÍSICA (CPF): - Ver instrução no item 11	
	16	SE PESSOA JURÍDICA (CGC) - Ver instrução no item 12	
	17	NOME - Indique o nome completo ou razão social do adquirente.	
Informações sobre o Imóvel	07	18	LOGRADOURO (Rua, Avenida, Praça, etc.)
		19	NÚMERO
		20	COMPLEMENTO (apto., andar, etc.)
		21	BAIRRO
		22	DISTRITO
		23	MUNICÍPIO
		24	SIGLA DA UF
		25	CARACTERÍSTICAS (assinale com X) imóvel urbano ou imóvel rural
26	ÁREA - Indique em metros quadrados (m2) ou hectares (ha)		
		27	UNIDADE ADOTADA (Assinale com X) metros quadrados (m2) ou hectares (ha).
	08	28	DATA DA ALIENAÇÃO
		29	VALOR DA ALIENAÇÃO - Em
cruzeiros. Não preencher os centavos. Indicar o valor referente ao alienante indicando no item 13. Mostre o valor total da transação no campo "Observação" do formulário, se houver mais de um alienante.			
Informações sobre a Alienação			
30	HÁ VINCULO COM O ADQUIRENTE:		
- Indicar. Os casos possíveis são os previstos nos seguintes atos legais: - D.L. 1.381 de 23-12-77 - artigos 3.º item I e artigo 4.º			
			D.L. 1.510 de 27-12-76 - artigo 10 item II.
		31	FINS DE INCORPORAÇÃO OU
			LOTEAMENTO: - Deverá ser preenchido somente quando o adquirente for Pessoa Jurídica.
			Observação: - Os quadros 30 e 31 são preenchidos em conjunto.
		32	FORMA DE ALIENAÇÃO
33	PARTICULARIDADES DA ALIENAÇÃO: São anotados aqui casos de exceção ao enquadramento		
Informações sobre a Alienação			no dispositivo legal. Para facilidade de preenchimento, o texto legal indicado
na quadrícula n.º 25 é reproduzido a seguir:			

"Artigo 39 da Lei 4.591 de 16-12-1954:

Nas incorporações em que a aquisição do terreno se der com pagamento total ou parcial em unidades a serem construídas, deverão ser discriminadas em todos os documentos de ajuste:

I - a parcela que, se houver, será paga em dinheiro;

II - A quota-parte da área
Informações sobre
a Alienação
a cada uma das unidades, a qual deverá ser expressa em metros quadrados.

das
unidades a serem entregues em
pagamento do terreno, que corresponderá

§ único:

Deverá constar, também de todos os

documentos de ajuste, se o alienante do terreno ficou ou não sujeito a qualquer prestação ou encargo."

Informações sobre 09 34
a Aquisição 35

DATA DA AQUISIÇÃO
VALOR DA AQUISIÇÃO - Em
cruzeiros. Não preencher os
centavos.
Observação: - Indique neste campo o

valor da transação referente ao adquirente indicado no item 17. O total da transação deve ser indicado no campo "Observação" na parte inferior do formulário, se houver mais de um adquirente.

36 FORMA DE AQUISIÇÃO

Informações 10 37
Complementares

38 APENAS UM ADQUIRENTE OU
MAIS DE UM ADQUIRENTE
CARIMBO DE IDENTIFICAÇÃO
DO CARTÓRIO - Deve conter: - Nome

do Titular número do Ofício e tipo (Notas,

Registro de Imóveis ou Títulos e Documentos)

e a comarca onde se localiza.

39 OBSERVAÇÃO - Quando a transação reunir vários alienantes ou adquirentes os valores totais da alienação e da aquisição deverão ser indicados neste campo.

40 LOCAL - Preencher o nome do
município onde estiver localizada

comarca.

41 DATA - Da operação imobiliária
42 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
- Funcionário do cartório

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO CIEF N.º 4, DE 18 DE JULHO DE 1977

O COORDENADOR DO CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS, utilizando de competência outorgada pelo Secretário da Receita Federal, através da Instrução Normativa SRF n.º 35/77,

Declara:

Fica modificado o Anexo ao Ato Declaratório CIEF n.º 2, de 22 de junho de 1977, na parte referente a "Informações sobre a Aquisição", quadro 9, itens 34 a 36, que passam a ter a seguinte redação:

Item 34 - DATA E AQUISIÇÃO - Data em que o imóvel foi adquirido pelo alienante, indicado no quadro

05, item 13.

Item 35 - VALOR DA AQUISIÇÃO - Em cruzeiros.

Observação - Indique o valor pago, na ocasião da aquisição do imóvel, pelo atual alienante, caracterizado no quadro OS, item 13.

Item 36 - FORMA DE AQUISIÇÃO - Referente aos itens 34 e 35.

a) José Sotero Telles de Menezes, Coordenador Substituto

(Publicado no D.O.U. de 26-07-77, às fls. 9.546)

DÚVIDAS SOBRE O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE "DECLARAÇÃO SOBRE OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA" E SUAS SOLUÇÕES

OBSERVAÇÃO INICIAL

Sempre que os cartórios não dispuserem de algum dado, para preenchimento da declaração, deverão inutilizar os itens respectivos e fazer menção dessa circunstância no Item 39 - observações.

1. A numeração seqüencial será feita por número de alienação ou por número de declaração (um formulário para cada alienante)?

R. Por número de formulários. Ex.: Se num mês forem utilizados 300 formulários (significando 300 alienantes) serão eles numerados de 000001/77 a 000300/77, seguindo a numeração seqüencial até o final do ano em curso.

2. Quando for construção e terreno - deverá constar só a área do terreno? E é obrigatório o preenchimento do quadro respectivo ainda que no título aquisitivo do alienante não conste essa área? (quadro 26).

R. A indicação da área do terreno, na escritura é obrigatória (Lei 6.015/75). No preenchimento deste item deve-se adotar o seguinte procedimento quanto a área a ser indicada, em cada caso:

a) CASA - indicar a área do terreno;

b) EDIFÍCIO COMPOSTO DE UNIDADES AUTÔNOMAS - (prédio de aptos., lojas, etc.) - área da construção;

c) UNIDADE AUTÔNOMA (apto., loja, etc.) EM UM EDIFÍCIO - área da unidade autônoma (apto., loja, etc.).

Nota: assim, nos casos "b" e "c", despreza-se a área correspondente ao terreno.

3. Nas instruções expedidas pelo CIEF, consta em "Observações", que os quadros 30 e 31 deverão ser preenchidos em conjunto. Que o quadro 31 será preenchido somente quando o adquirente for pessoa jurídica. Que o quadro 30 deverá ser preenchido nos casos previstos no artigo 3.º, item I e artigo 4.º do DL. 1.381/74 e artigo 10, item II do DL. 1.510/76. Pergunta-se: Ambos os quadros, quando o adquirente não for pessoa jurídica ou equiparada à jurídica, deverão ser deixados em branco?

R. Sim. Só devem ser preenchidos "sim" ou "não", quando o adquirente for pessoa jurídica, ou equiparada à jurídica, observados os casos de vínculos, de acordo com os artigos citados.

4. Quando marido e mulher, casados sob o regime de comunhão de bens mas tendo CPF em separado, são alienantes, deve-se preencher um ou dois formulários? Quando forem casados sob o regime de separação de bens, tendo cada cônjuge seu CPF, serão 2 formulários?

R. No primeiro caso preencher somente um formulário para o cabeça do casal; no segundo caso devem ser preenchidos dois formulários, um para cada cônjuge.

5. No item 32 diz: "Promessa de Operação" significa toda e qualquer promessa?

R. Sim. Promessa de cessão, de venda e compra, de cessão de direitos hereditários, enfim, toda a promessa cuja definitiva envolva transmissão de imóveis ou de direitos sobre eles.

6. No caso de divisão há necessidade de preenchimento de formulário?

R. Não. Ver C. Civil, artigo 631, que diz: "A divisão entre condôminos é simplesmente declaratória e não atributiva da propriedade. Esta poderá, entretanto, ser julgada preliminarmente ao mesmo processo".

7. Pode-se usar o item "Observações" do Formulário para qualquer outro esclarecimento ocasional?

R. Sim.

8. Qualquer que seja o valor da transação, ainda que mínimo, deverá ser preenchido o

Formulário após 1.º-07-77?

R. Sim.

9. No caso de uma das partes ser "Espólio", o CPF será sempre em nome do Espólio?

R. Sim. Quando o "de cujus" for o marido, cabeça do casal, o CPF será o mesmo que ele possuía em vida. Mesmo que a declaração de renda tenha sido feita em nome do Espólio, o número do CPF continuará sempre o mesmo que o "de cujus" possuía. Caso seja a mulher, a falecida, o seu Espólio, deverá ter um número próprio no Cadastro de Pessoas Físicas se a falecida não possuíse CPF em vida, não valendo o do marido viúvo.

10. Os anexos de Notas dos Cartórios de Registro Civil de alguns bairros do Município da Capital não possuem numeração própria. Como fazer quanto ao item 04?

R. Preencher o item 04, com o número do subdistrito (29.º Subdistrito de Santo Amaro, por exemplo). O carimbo distinguirá do outro Tabelionato de Notas (29.º, por ex.).

11. A declaração, no caso de uma escritura de compra e venda, deve ser apresentada pelo Cartório de Registro de Imóveis, gerando duas declarações com os mesmos dados?

R. Sim. Também o Cartório de Registro de Títulos e Documentos deverá apresentar uma Declaração se o documento vier, eventualmente, a ser registrado no mesmo, gerando desta forma, até 3 (três) declarações.

12. Quando os alienantes forem um casal, cujo regime de bens é o da separação total, mas que tenham um só CPF, sendo a mulher dependente do marido, há necessidade de 2 formulários?

R. Sim, pois os alienantes são dois.

13. Se o alienante ou o adquirente residirem no exterior brasileiros ou estrangeiros - não tendo CPF sendo apresentados por procurador - como fazer? (Esclarece-se que, até agora, nesses casos, nas comunicações feitas à Receita Federal sobre Operações Imobiliárias, mencionava-se o CPF do procurador).

R. Mencionar o CPF do procurador, registrando essa circunstância em observação.

14. Se o adquirente ou alienante for menor, portanto dependente de terceiro, o CPF a ser mencionado será a deste último? Neste caso, deverá constar essa circunstância em "Observações"? Vale a pergunta também quanto a pessoas idosas, proprietárias de partes ideais de imóveis, que sejam dependentes de filhos, etc.

R. O dependente sempre usa o CPF do declarante; exceto quando possua um CPF próprio, apesar de dependente de um terceiro.

15. Se o imóvel transacionado for um box em garagem, ou apartamento mais uma vaga na garagem, dever-se-á somar a área de ambos para constar no quadro 26? Deverão ser feitas duas declarações?

R. Deverá ser adotado o seguinte procedimento em cada caso:

a) EDIFÍCIO DE GARAGEM - Uma declaração com a área da garagem;

b) APARTAMENTO MAIS BOX PARA GARAGEM

Duas declarações, com as respectivas áreas: uma para o apartamento e outra para o box para garagem;

c) APARTAMENTO COM DIREITO A USO DA GARAGEM, DETERMINADO OU NÃO: uma declaração com a área do Apartamento e indicação no quadro 33, item 27 da vaga para garagem.

16. Numa escritura definitiva em que tenha sido mencionado um instrumento particular anterior a 1.º.07.77, com o qual possa ocorrer as seguintes circunstâncias:

a) Está registrado (em 1973 por exemplo), mas não nos 30 dias após a leitura dele, como pede a lei (o fato de ser registrado bem antes da vigência da lei não caracteriza a legitimidade dele)?

R. Sim.

b) Não está registrado mas a parte declara haver consignado a sua existência no imposto de renda, por ocasião de sua declaração, no ano em que ele foi feito, não podendo, entretanto, provar-nos a não ser com uma 2.ª via da declaração que não é autenticada. Ou que exista outras circunstâncias em vista das quais a parte insista para que consideremos como data da alienação o do instrumento particular, uma vez que o § 3.º do artigo 2.º do DL 1381/74 diz que o Ministério da Fazenda poderá estabelecer critérios adicionais para aceitação da data do instrumento particular. Até onde vai a nossa responsabilidade se, considerando como data da alienação o instrumento particular, não preencheremos o Formulário por ser a alienação anterior a 1.º.07.77? Poderíamos, nesses casos de dúvida ou falta de comprovação do alegado, preencher os Formulários dando como data da alienação a data do instrumento, ainda que anterior a 1.º.07.77, e citar em Observações porque o fazemos a fim de que o "Fisco" possa constatar junto ao informante, ou seja, junto ao alienante e adquirente a veracidade da informação?

R. Sim. O Cartório deve proceder como propõe na parte final de sua pergunta, ou seja, preencher a Declaração. Em se tratando de Registro de Imóveis, sendo a escritura pública com data anterior a 1.º.07.77 não é necessária a Declaração.

17. Foram feitas as seguintes operações:

1. A vende para B mediante Promessa de Compra e Venda e o compromisso é registrado.

2. B vende para C mediante Promessa de Cessão.

3. C vende para D por escritura definitiva com anuência de B.

Quantas Declarações deverão ser feitas?

R. Uma declaração para cada operação.

18. A e B são proprietários de um imóvel constante de dois terrenos confrontantes, perfeitamente divisível. Feita a divisão por escritura pública devem ser feitas 2 declarações ou não serão necessárias?

R. Trata-se de permuta e não de divisão. Devem ser feitas duas declarações, uma para cada imóvel.

19. No caso em que o vendedor não puder informar o total da área em hectares ou m2, o cartório pode deixar em branco os itens correspondentes da Declaração?

R. Não. Estes dados são obrigatórios devendo constar da escritura, de acordo com a lei de Registros Públicos (Lei 6.015/75). Porém se a informação não puder ser conseguida, mencionar essa circunstância no item 29 Observações.

20. Quando os alienantes são representados na escritura por procuradores e da procuração não constar o CPF dos alienantes, em virtude do valor da transação ser inferior a Cr\$ 10.000,00, como proceder?

R. Mencionar essa circunstância em Observações.

21. Quando se tratar de venda de lotes de terrenos, objetos de Loteamento Inscrito, e sendo vários os alienantes, devem ser feitas tantas declarações, quantos forem os alienantes, ou pode ser feita somente uma delas, mencionando-se o número dos alienantes no item n.º 39?

R. Tendo em vista que o objetivo do preenchimento da Declaração é no sentido de se controlar a verificação da alienação em relação aos alienantes, deve ser preenchida uma Declaração para cada alienante.

22. É obrigatório o preenchimento da Declaração, mesmo quando o alienante tenha adquirido o imóvel há mais de 60 meses e os demais casos previstos no artigo 10, n.º II do DL. 1.510, de 27-12-76?

R. Sim, desde que a alienação tenha sido a partir de 1.º-07-77.

23. Nos autos de Inventário, Arrolamento, Desquite com partilha de bens, etc., deve ser preenchida também a mesma Declaração?

R. Sim, por ocasião do registro no cartório respectivo.

24. Quando a escritura for outorgada em cumprimento a compromisso de venda e compra, com pagamento do preço em prestações, (art. 2.º, § 2.º do DL. 1.381 de 23-12-74), onde se fará menção no preenchimento da Declaração?

R. O item n.º 39 é o lugar próprio.

25. No caso de uma Cessão de Direitos Hereditários sobre imóveis, ainda em inventário, sem especificação desses imóveis, como fazer a Declaração?

R. Com os dados disponíveis, mencionando-se no item 39 Observações que se trata de Cessão de Direitos Hereditários.

26. Nas escrituras lavradas de 1.º-7-77 até 17-7-77 não foi exigido o n.º de controle do CPF. Pode ser dispensado esse dígito de controle na Declaração?

R. Não sendo possível levantar-se esse dado, deve-se colocar um traço no item correspondente e fazer menção dessa falta no item 39 - Observações,

27. Quando o alienante adquiriu apenas o terreno e vende o imóvel com terreno e construção, feita após a aquisição, qual o valor a ser registrado no item 35 - VALOR DA AQUISIÇÃO?

R. Somente o valor do terreno.

28. Idem, idem, em casos de incorporação, como se proceder para fixar o custo:

a) Valor total do terreno?

b) Valor total do terreno e construção?

c) Valor da fração ideal do terreno correspondente à unidade vendida?

d) Valor da fração ideal do terreno e de custo da unidade vendida?

R. De acordo com a alternativa "c".

29. As frações de metros quadrados podem ser desprezadas?

R. Sim

30. Em quantas vias deve ser preenchida a Declaração?

R. Em uma única via, para a Receita Federal.

DECRETO-LEI N.º 1.381, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º - Serão equiparadas às pessoas jurídicas, para os efeitos de cobrança do imposto de renda, as pessoas físicas que, como empresas individuais, praticarem operações imobiliárias, nos termos deste Decreto-lei. (1345)

Art. 2.º - Para os efeitos do disposto neste decreto-lei, consideram-se: (1346)

I - Imóveis - os definidos no artigo 43, do Código Civil e os direitos à sua aquisição;

II - Data de aquisição ou de alienação - aquela em que for celebrado o contrato inicial da operação imobiliária correspondente, ainda que através de instrumento particular;

III - Ano calendário - período de doze meses consecutivos contados de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

§ 1.º - Caracterizam-se a aquisição e a alienação pelos atos de compra e venda, de permuta, de transferência do domínio útil de imóveis foreiros, de cessão de direitos, de promessas dessas operações, de adjudicação ou arrematação em hasta pública, pela procuração em causa própria, ou por outros contratos afins em que haja transmissão de imóveis ou de direitos sobre imóveis. (1347)

§ 2.º - A data de aquisição ou de alienação constante de instrumento particular, se favorável aos interesses da pessoa física, só será aceita pela autoridade fiscal, quando atendida pelo menos uma das condições abaixo especificadas. (1348)

(1345) Vide alínea "c" do § 1.º do art. 100 do RIR.

(1346) Vide § 2.º do art. 100 do RIR.

(1347) Vide § 3.º do art. 100 do RIR.

(1348) Vide § 4.º do art. 100 do RIR.

a) O instrumento que tiver sido registrado no Registro Imobiliário ou no Registro de Títulos e Documentos no prazo de trinta dias contados da data dele constante;

b) Houver conformidade com cheque nominativo pago dentro do prazo de trinta dias contados da data do instrumento;

c) Houver conformidade com lançamentos contábeis da pessoa jurídica, atendidos os preceitos para escrituração em vigor;

d) Houver menção expressa da operação nas declarações de bens da parte interessada, apresentadas tempestivamente à repartição competente, juntamente com as declarações de rendimentos. (1349)

§ 3.º - O Ministro da Fazenda poderá estabelecer critérios adicionais para aceitação da data do instrumento particular a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3.º - Serão consideradas empresas individuais, para os fins do artigo 1.º, as pessoas físicas que: (1350)

I - alienarem imóveis a empresas a que estejam vinculadas, se as empresas adquirentes explorarem, por qualquer modalidade, a construção ou a comercialização de imóveis;

II - praticarem, em nome individual, a comercialização de imóveis com habitualidade; ou

III - promoverem a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos.

Art. 4.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do inciso I, do artigo 10, serão considerados vinculados à empresa: (1351)

I - os seus titulares ou administradores, na data da alienação do imóvel e os que o tenham sido nos doze meses imediatamente anteriores à alienação do imóvel;

II - os acionistas ou sócios que participarem, ou tenham participado em qualquer época do período de doze meses imediatamente anteriores à alienação, com mais de dez por cento do capital da empresa;

III - o cônjuge, os parentes até o terceiro grau e os dependentes das pessoas a que se referem as

alíneas anteriores.

§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, não serão consideradas as alienações: (1352)

(1349) Vide § 5.º do art. 100 do RIR.

(1350) Vide art. 101 do RIR.

(1351) Vide § 1.º do art. 101 do RIR.

(1352) Vide § 2.º do art. 101 do RIR.

a) de imóveis para a empresa como integralização de seu capital, até 30 de junho de 1975;

b) de imóveis havidos por herança ou legado;

c) de imóveis havidos, por doação ou dação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;

d) de imóveis adquiridos mais de 36 meses antes da data da alienação.

§ 2.º - No caso de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica a que se refere este artigo, não se aplicará o disposto nos artigos 72 e 73, da Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964. (1353)

Art. 5.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do inciso II, do artigo 3.º será considerada habitualidade na comercialização de imóveis à alienação: (1354)

I - em cada ano calendário, de mais de três imóveis adquiridos nesse mesmo ano;

II - no prazo de três anos calendários consecutivos, de mais de seis imóveis adquiridos nesse mesmo triênio.

§ 1.º - Nos termos deste artigo, não serão computadas as alienações: (1355)

a) de imóveis por desapropriação, recuo, extinção judicial de condomínio ou rescisão contratual;

b) de imóveis havidos por herança ou legado;

c) de imóveis havidos, por doação ou dação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;

d) de imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação;

e) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno, a que se refere o artigo 39, da Lei número 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

f) de vagas para guarda de automóveis.

§ 2.º - Para os efeitos deste artigo, será considerada como uma única operação: (1356)

a) a alienação da totalidade ou de fração ideal de um terreno, com ou sem edificações, resultante da unificação de dois ou mais terrenos;

(1353) Vide § 3.º do art. 101 do RIR.

(1354) Vide § 5.º do art. 101 do RIR.

(1355) Vide § 4.º do art. 101 do RIR.

(1356) Vide § 6.º do art. 101 do RIR.

b) a alienação conjunta da totalidade ou de fração ideal de dois ou mais terrenos confinantes com o todo, com ou sem edificações;

c) a alienação, em conjunto ou separadamente, de até cinco terrenos confinantes com o todo, com ou sem edificações, desde que originados do desmembramento de um mesmo terreno e todos possuindo testada para logradouro público, adotando-se como ano de alienação o da primeira que for efetuada;

d) a alienação, em conjunto ou separadamente, de unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento de edifício e confinantes com o todo, construídas ou com a construção contratada, desde que adquiridas de uma só vez pelo alienante, adotando-se como ano de alienação o da primeira que for efetuada;

e) a alienação conjunta de unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento de edifício e confinantes com o todo, construídas ou com a construção contratada, adquiridas separadamente pelo alienante;

f) a alienação de unidade imobiliária, construída ou com a construção contratada, resultante da unificação de duas ou mais unidades do mesmo edifício;

g) a alienação conjunta de unidades imobiliárias que constituam, no todo, um prédio autônomo, desde que, no caso de haver mais de um adquirente, não sejam atribuídas unidades específicas a cada um deles.

§ 3.º - Quando o imóvel alienado não tiver sido adquirido de uma só vez, mas parceladamente, em anos diferentes, inclusive nos casos a que se refere o parágrafo anterior, adotar-se-á como o ano de aquisição aquele em que tiver sido adquirida a maior área de terreno ou as unidades que, em conjunto, correspondam à maior fração ideal de terreno; se, na quantificação desses valores, houver equivalência entre dois ou mais anos, consecutivos ou não, adotar-se-á o mais antigo.

(1357)

§ 4.º - O número de adquirentes, em condomínio ou em comunhão, não descaracterizará a unidade da operação para o alienante. (1358)

Art. 6.º - Nos termos do inciso III, do artigo 10, serão equiparadas a pessoas jurídicas, em relação às incorporações imobiliárias ou loteamentos com ou sem construção, cuja documentação seja arquivada

(1357) Vide § 7.º do art. 101 do RIR.

(1358) Vide § 8.º do art. 101 do RIR.

no Registro Imobiliário a partir da data da vigência deste Decreto-lei: (1359)

I - as pessoas físicas que, nos termos dos artigos 29, 30 e 68, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, ou do Decreto-lei número 271, de 28 de fevereiro de 1967, assumirem a iniciativa e a responsabilidade de incorporações ou loteamentos;

II - os titulares de terrenos ou glebas de terra que, nos termos do § 1.º, do artigo 31, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ou do artigo 10, do Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, outorgarem mandato a construtor ou corretor de imóveis com poderes para alienação de frações ideais ou lotes de terreno, quando os mandantes se beneficiarem do produto dessas alienações.

§ 1.º - Equipara-se também à pessoa jurídica o proprietário ou titular de terrenos ou glebas de terras que, sem efetuar o arquivamento dos documentos de incorporação ou loteamento, neles promova a construção de prédio com mais de duas unidades imobiliárias ou a execução de loteamento, se iniciar a alienação das unidades imobiliárias ou dos lotes de terreno antes de decorrido o prazo de 36 meses contados da data da averbação, no Registro Imobiliário, da construção do prédio ou da aceitação das obras do loteamento. (1360)

§ 2.º - Para os efeitos do parágrafo anterior, caracteriza-se a alienação pela existência de qualquer ajuste preliminar, ainda que de simples recebimento de importância a título de reserva. (1361)

§ 3.º - A equiparação de que trata este artigo ocorrerá, para os casos referidos no "caput", na data de arquivamento da documentação do empreendimento, e, para os casos referidos no § 1.º, na data da primeira alienação.

(1362)

§ 4.º - Não subsistirá a equiparação de que trata este artigo se, na forma prevista no § 5.º, do artigo 34, da Lei

n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, ou no artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, o interessado promover, no Registro Imobiliário, a averbação da desistência da incorporação ou o cancelamento da inscrição do loteamento. (1363)

§ 5.º - Não se aplicará o disposto no "caput" deste artigo à pessoa física que assumir a iniciativa e a responsabilidade da incorporação

(1359) Vide § 9.º do art. 101 do RIR.

(1360) Vide § 10 do art. 101 do RIR.

(1361) Vide § 11 do art. 101 do RIR.

(1362) Vide § 12 do art. 101 do RIR.

(1363) Vide § 13 do art. 101 do RIR.

imobiliária ou loteamento de terreno, desde que cumulativamente, satisfaça às seguintes condições: (1364)

- a) tenha contratado a aquisição do terreno antes da data da vigência deste Decreto-lei;
- b) tenha requerido à autoridade administrativa competente, antes dessa mesma data, a aprovação de projeto de construção ou de loteamento, no caso de não haver, à época da aquisição do terreno, projeto aprovado ou em tramitação;
- c) não tenha promovido nenhuma incorporação nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores ou nenhum loteamento nos trinta e seis meses imediatamente anteriores àquela data, conforme o caso;
- d) obtenha o arquivamento da documentação do empreendimento no Registro Imobiliário dentro do prazo de doze meses consecutivos contados da mesma data; e
- e) promova apenas um único empreendimento de cada uma dessas duas categorias.

Art. 7.º - Os condomínios na propriedade de imóveis não serão considerados sociedades de fato, ainda que deles façam parte também pessoas jurídicas. (1365)

Parágrafo único - A cada condômino, pessoa física, serão aplicados os critérios de caracterização

da empresa individual e demais dispositivos legais como se fosse ele o único titular da operação mobiliária, nos limites de sua participação. (1366)

Art. 8.º - A equiparação da pessoa física à pessoa jurídica será determinada de acordo com as normas legais ou regulamentares em vigor na data do instrumento inicial de alienação do imóvel, ou do arquivamento dos documentos da incorporação, ou do loteamento e, a posterior alteração dessas normas, não atingirá as operações imobiliárias já realizadas nem os empreendimentos cuja documentação já tenha sido arquivada no Registro Imobiliário. (1367)
Parágrafo único - As operações de aquisição e alienação de imóveis praticadas antes da data da vigência deste Decreto-lei só serão computadas para os efeitos de equiparação, nos termos do artigo 5.º, em conjunto com nova operação que a pessoa física venha a praticar, levando-se sempre em conta o ano calendário. (1368)

(1364) Vide § 14 do art. 101 do RIR.

(1365) Vide art. 102 do RIR.

(1366) Vide § único do art. 102 do RIR.

(1367) Vide art. 103 "caput" e § 1.º do RIR.

(1368) Vide § 2.º do art. 103 do RIR.

Art. 9.º - A aplicação do regime fiscal das pessoas jurídicas às pessoas físicas a elas equiparadas na forma deste Decreto-lei, terá início na data em que se completarem as condições determinadas da equiparação. (1369)

§ 1.º - As pessoas físicas consideradas empresas individuais serão obrigadas a: (1370)

a) inscrever-se no Cadastro Geral de Contribuintes no prazo de noventa dias contados da data da equiparação;

b) manter Livro-Caixa autenticado no prazo de noventa dias contados da data da equiparação, no qual deverão ser escrituradas todas as receitas e despesas relativas às atividades econômicas da empresa individual;

c) manter sob a sua guarda e responsabilidade os documentos comprobatórios das operações referidas na alínea anterior nos prazos previstos na legislação para as pessoas jurídicas;

d) efetuar as retenções e recolhimentos do imposto de renda na fonte previstos na legislação para as pessoas jurídicas.

§ 2.º - O lucro da empresa individual, apurado ao término de cada ano calendário, compreenderá: (1371)

a) o resultado da operação que determinar a equiparação;

b) o resultado de incorporações ou loteamentos promovidos pelo titular da empresa individual a partir da data da equiparação, abrangendo o resultado das alienações de todas as unidades imobiliárias ou de todos os lotes de terreno integrantes do empreendimento;

c) o resultado das alienações de quaisquer outros imóveis, ressalvado o disposto no § 3.º;

d) as correções monetárias do preço das alienações de unidades residenciais ou não residenciais, construídas ou em construção, e de terrenos ou lotes de terrenos, com ou sem construção, contratadas a partir da data da equiparação, abrangendo:

1. as incidentes sobre série de prestações e parcelas intermediárias vinculadas ou não à entrega das chaves, representadas ou não por notas promissórias;

2. as incidentes sobre dívidas correspondentes a notas promissórias, cédulas hipotecárias ou outros títulos equivalentes, recebidos em pagamento do preço de alienações;

(1369) Vide § 3.º do art. 103 do RIR.

(1370) Vide § 7.º do art. 100 do RIR.

(1371) Vide § 4.º do art. 103 do RIR.

3. as calculadas a partir do vencimento dos débitos a que se referem as alíneas anteriores, no caso de atraso no respectivo pagamento, até sua efetiva liquidação.

c) os juros convencionados sobre a parte financiada do preço das alienações contratadas a partir da data da equiparação, bem como as multas e juros de mora recebidos por atrasos de pagamentos.

§ 3.º - Não serão computados para efeito de apuração do lucro da empresa individual o resultado, correção monetária e juros auferidos nas alienações: (1372)

a) de imóveis por desapropriação, recuo ou extinção judicial de condomínio;

b) de imóveis havidos por herança ou legado;

c) de imóveis havidos, por doação ou dação em pagamento, mais de doze meses antes da data da alienação;

d) de imóveis reavidos por rescisão de contratos de alienação, quando a alienação rescindida

tiver sido contratada antes da data da equiparação;

e) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno, a que se refere o artigo 39, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando essa operação tiver sido contratada antes da data da equiparação;

f) de unidades imobiliárias ou lotes de terreno integrantes de incorporações ou loteamentos cuja documentação tenha sido arquivada no Registro Imobiliário antes da data da equiparação ou dentro do prazo estipulado na alínea "d", do § 5.º, do artigo 6.º, se se tratar do empreendimento a que se refere o dispositivo citado;

g) de quaisquer imóveis adquiridos mais de trinta e seis meses antes da data da equiparação.

§ 4.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também: (1373)

a) aos rendimentos de locação, sublocação ou arrendamento de quaisquer imóveis, percebidos pelo titular da empresa individual, bem como os decorrentes da exploração econômica de imóveis rurais, ainda que sejam imóveis cuja alienação acarrete a inclusão do correspondente resultado no lucro da empresa individual;

b) a outros rendimentos percebidos pelo titular da empresa individual.

(1372) Vide § 5.º do art. 103 do RIR.

(1373) Vide § 6.º do art. 103 do RIR.

§ 5.º - Para efeito determinação do valor de incorporação ao patrimônio da empresa individual, poderão ser corrigidos monetariamente, com base na variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, os custos abaixo especificados, incidindo a correção, desde a época de cada pagamento até a data da equiparação, sobre a quantia efetivamente desembolsada pelo titular da empresa individual: (1374)

a) o custo do terreno ou das glebas de terra em que sejam promovidos loteamentos ou incorporações, bem como das construções e benfeitorias executadas;

b) o custo do terreno, das construções e das benfeitorias de outros imóveis.

§ 6.º - Os recursos efetivamente investidos, em qualquer época, pela pessoa física titular da empresa individual, nos imóveis a que se refere o parágrafo anterior, bem como a correção monetária nela prevista, constituirão o capital da empresa individual no início de cada exercício, para fins de determinação da manutenção do capital de giro dedutível de lucro tributável, nos termos do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974. (1375)

§ 7.º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, os imóveis, objeto das operações referidas nas alíneas "a", "b" e "c", do § 2.º, deste artigo, passarão a ser considerados como integrantes do ativo da empresa individual, respectivamente, na data da equiparação, na data do arquivamento da documentação da incorporação ou do loteamento e na data de cada alienação. (1376)

§ 8.º - A distribuição de lucro da empresa individual para a pessoa física de seu titular será tributada à opção do beneficiário, exclusivamente na fonte, à taxa de 25%, ou mediante inclusão na declaração de rendimentos. (1377), (1378), (1379)

Art. 10 - A pessoa física que, após sua equiparação à pessoa jurídica, não promover nenhum dos empreendimentos nem efetuar nenhuma das alienações a que se referem as alíneas "b" e "c", do § 2.º, do artigo 9.º, durante o prazo de trinta e seis meses consecutivos, deixará de ser considerada empresa individual a partir do término desse prazo, salvo quanto aos efeitos tributários das operações então em andamento. (1380)

(1374) Vide § 7.º (to art. 103 do RIR.

(1375) Vide § 8.º do art. 103 do RIR.

(1376) Vide § 9.º do art. 103 do RIR.

(1377) Vide Inciso IV do art. 37 do RIR

(1378) Vide § 10 do. Art. 103 do RIR.

(1379) Vide Inciso II do art. 337 do RIR.

(1380) Vide art. 104 do RIR.

§ 1.º - Permanecerão no ativo da empresa individual: (1381)

a) as unidades imobiliárias e os lotes de terreno integrantes de incorporações ou loteamento, até sua alienação e recebimento total do preço;

b) o saldo a receber do preço de imóveis então já alienados, até seu recebimento total.

§ 2.º - No caso previsto no § 1.º, a pessoa física poderá encerrar a empresa individual desde que recolha o imposto de renda que seria devido: (1382)

a) se os imóveis referidos na sua alínea "a" fossem alienados, com pagamento à vista, ao preço de mercado;

- b) se o saldo referido na sua alínea "b" fosse recebido integralmente;
c) se o lucro líquido remanescente da empresa individual fosse integralmente transferido para a pessoa física, observado o disposto no § 8.º do artigo 9.º.

Art. 11 - Os imóveis que integrarem o patrimônio da pessoa física e os que forem alienados em cada ano-base deverão ser relacionados em sua declaração de bens do exercício financeiro correspondente, com indicação expressa do ano de sua aquisição. (1383)

Art. 12 - Este Decreto-lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1975, revogados o Decreto-lei n.º 515, de 7 de abril de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1974; 153.º da Independência e 86.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

D.O.U. I-I 24-12-74

DECRETO-LEI N.º 1.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operação com imóveis, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

(1381) Vide § 1.º do art. 104 do RIR.

(1382) Vide § 2.º do art. 104 do RIR.

(1383) Vide § 5.º do art. 408 do RIR.

Decreta:

Art. 1.º - O lucro auferido por pessoas físicas na alienação de quaisquer participações societárias, está sujeito à incidência do imposto de renda, na cédula "II" da declaração de rendimentos.

Art. 2.º - O rendimento tributável, de acordo com o artigo anterior, será determinado pela diferença entre o valor da alienação e o custo de subscrição ou aquisição da participação societária, corrigido monetariamente segundo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Art. 3.º - Considera-se valor da alienação:

- a) o preço efetivo da operação de venda ou da cessão de direitos;
b) o valor efetivo da contraprestação, nos demais casos de alienação.

Parágrafo único - Nos casos de alienação a título gratuito, será sempre imputável à operação o valor real da participação alienada.

Art. 4.º - Não incidirá o imposto de que trata o artigo 1.º:

- a) nas negociações, realizadas em Bolsa de Valores, com ações de sociedades anônimas;
b) pelo espólio, nas alienações "mortis causa";
c) nas alienações em virtude de desapropriação por órgãos públicos;
d) nas alienações efetivadas após decorrido o período de cinco anos da data da subscrição ou aquisição da participação.

Art. 5.º - Para os efeitos de tributação prevista no artigo 1.º deste decreto-lei, presume-se que as alienações se referem às participações subscritas ou adquiridas mais recentemente e que as bonificações são adquiridas, a custo zero, às datas de subscrição ou aquisição das participações a que corresponderem.

Art. 6.º - A tributação prevista no artigo 1.º deste decreto-lei não se aplica às cotas de fundos em condomínio a que se refere o artigo 18 do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974.

Art. 7.º - O adquirente da participação societária deverá reter e recolher, no ato da operação sujeita à tributação prevista no artigo 1.º deste decreto-lei, 1 % (um por cento) do valor da aquisição, como antecipação do imposto devido pelo alienante na declaração de rendimentos.

§ 1.º - O adquirente fornecerá ao alienante o comprovante do recolhimento do imposto antecipado na forma deste artigo.

§ 2.º - A falta de retenção de que trata este artigo sujeitará o adquirente à multa de 50% (cinquenta por cento) do imposto que deveria ter sido retido.

Art. 8.º - Em qualquer caso, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do imposto à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros auferidos, conjuntamente com o devido na

declaração de rendimentos, sem direito a abatimentos e reduções por incentivos fiscais.

Art. 9.º - O Ministro da Fazenda baixará normas complementares necessárias à aplicação do disposto nos artigos anteriores, inclusive quanto aos critérios de avaliação das operações sujeitas a imposto.

Art. 10 - São procedidas as seguintes alterações no Decreto-lei número 1.381, de 23 de dezembro de 1974:

I - Nova redação ao artigo 3.º:

"Art. 3.º - Serão consideradas empresas individuais, para os fins do artigo 1.º, as pessoas físicas que:

I - Alienarem imóveis a empresa a que estejam vinculadas, se as empresas adquirentes explorarem, por qualquer modalidade, a construção, a comercialização de imóveis ou atividade de florestamento ou reflorestamento;

II - praticarem, em nome individual, a comercialização de imóveis com habitualidade; ou

III - promoverem a incorporação de prédios em condomínio ou loteamento de terrenos".

II - Nova redação ao § 1.º do art. 4.º:

"§ 1.º - Para os efeitos deste artigo, não são consideradas as alienações:

a) de imóveis havidos por legado, herança, e doação como adiantamento da legítima;

b) de imóveis adquiridos mais de 60 (sessenta) meses antes da data da alienação".

III - Nova redação ao artigo 5.º:

"Art. 5.º - Para os efeitos de equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, nos termos do artigo 3.º, inciso II, será considerada habitualidade na comercialização de imóveis a alienação:

I - No prazo de 2 anos calendários consecutivos, de mais de 3 (três) imóveis adquiridos nesse biênio;

II - No prazo de 5 anos calendários consecutivos, de mais de 5 (cinco) imóveis adquiridos nesse mesmo quinquênio.

§ 1.º - Nos termos deste artigo, não serão computadas as transferências de imóveis em decorrência de herança ou legado, as doações como adiantamento da legítima, nem as alienações:

a) de imóveis por motivo de desapropriação, recuo, ou extinção judicial de condomínio;

b) de imóveis por legado, herança e doação como adiantamento da legítima;

c) de imóvel reavido por rescisão do contrato de alienação desse mesmo imóvel;

d) de unidades imobiliárias havidas em pagamento de terreno a que se refere o artigo 93, da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando se tratar de terreno havido mais de 60 (sessenta) meses antes dessa operação;

e) de vagas para guarda de automóveis.

§ 2.º - Para os efeitos deste artigo, será considerada como uma única operação:

a) alienação da totalidade ou de fração ideal de um terreno, com ou sem edificações, resultante da unificação de dois ou mais terrenos;

b) a alienação conjunta da totalidade ou de fração ideal de dois terrenos confinantes, com ou sem edificações;

c) a alienação em conjunto de até 5 (cinco) terrenos confinantes com o todo, sem edificações, desde que originados do desmembramento de um mesmo terreno e todos possuindo testada para logradouro público.

d) a alienação conjunta de até 3 (três) unidades não residenciais situadas no mesmo pavimento do edifício e confinantes com o todo, desde que adquiridas de uma só vez pelo alienante.

§ 3.º - Quando o imóvel alienado não tiver sido adquirido de uma só vez, mas parceladamente, em anos diferentes, inclusive nos casos a que se refere o parágrafo anterior, adotar-se-á como ano de aquisição, aquele em que tiver sido adquirida a maior área de terreno ou as unidades que, em conjunto, correspondam à maior fração ideal de terreno; se na quantificação desses valores, houver equivalência entre dois ou mais anos, consecutivos ou não, adotar-se-á o mais antigo.

§ 4.º - O número de adquirentes, em condomínio ou em comunhão, não descaracterizará a unicidade da operação para o alienante".

IV - Nova redação ao § 1.º do artigo 6.º:

"§ 1.º - Equipara-se também, à pessoa jurídica, o proprietário ou titular de terrenos ou glebas de terras que, sem efetuar o registro dos documentos de incorporação ou loteamento, neles promova a construção de prédio com mais de duas unidades imobiliárias ou a execução de

loteamento, se iniciar a alienação das unidades imobiliárias ou dos lotes de terreno antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) meses contado da data da averbação, no Registro Imobiliário, a construção do prédio ou da aceitação das obras do loteamento".

V - Nova redação ao § 3.º do artigo 9.º:

"§ 3.º - No caso das operações a que se refere a alínea "c" do § 2.º, não serão computados para efeito de apuração do lucro da empresa individual o resultado, correção monetária e juros auferidos nas alienações:

a) de imóveis por desapropriação, recuo ou extinção judicial de condomínio;

b) de imóveis havidos por legado, herança e doação como adiantamento da legítima;

c) de imóveis adquiridos mais de 120 (cento e vinte) meses antes da data da equiparação".

Art. 11 - A subdivisão ou desmembramento de imóvel rural em mais de 10 (dez) lotes, ou a alienação de mais de 10 (dez) quinhões ou frações ideais desse imóvel, serão equiparadas a loteamento para os efeitos do disposto no inciso III do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

§ 1.º - Quando a subdivisão do imóvel rural resultar em até 10 (dez) lotes, ou a alienação de frações ideais não exceder de 10 (dez) quinhões, a alienação de cada um desses lotes ou de cada uma das frações ideais será computada como uma operação para os efeitos do disposto no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.381.

§ 2.º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a subdivisão se efetive por força de partilha amigável ou judicial em decorrência de herança, legado, doação como adiantamento da legítima, ou extinção de condomínio.

Art. 12 - A pessoa física equiparada a empresa individual por força do disposto no artigo 3.º, inciso III, do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974, e do "caput" do artigo 11 deste decreto-lei, fica obrigada a manter escrituração contábil completa.

Art. 13 - A pessoa física equiparada a empresa individual, caso já esteja equiparada em razão da exploração de outra atividade, poderá optar por apresentar mais de uma declaração de rendimentos como pessoa jurídica abrangendo, em uma delas, unicamente os resultados de operações com imóveis.

Parágrafo único - No caso previsto neste artigo, a pessoa física deverá ter registro específico no Cadastro Geral de Contribuintes, e a opção exercida será irrevogável.

Art. 14 - O lucro anualmente apurado pela pessoa física equiparada à empresa individual em razão de operações com imóveis será considerado como automaticamente distribuído no ano-base.

§ 1.º - O lucro de que trata este artigo, deduzido da provisão para pagamento do imposto de renda, está sujeito à retenção do imposto na fonte, à alíquota de 10% (dez por cento), que deverá ser recolhido no prazo de 90 (noventa) dias contado do encerramento do ano-base.

§ 2.º - O contribuinte poderá considerar a incidência referida no parágrafo anterior como exclusiva na fonte, ou optar pela inclusão do rendimento na cédula "F" da declaração.

Art. 15 - Os serventuários da Justiça responsáveis por Cartórios de Notas ou de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, ficam obrigados a fazer comunicação à Secretaria da Receita Federal dos documentos lavrados, anotados, averbados ou registrados em seus Cartórios e que caracterizem aquisição ou alienação de imóveis por pessoas físicas, conforme definidos no artigo 2.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

§ 1.º - A comunicação deve ser efetivada em formulário padronizado e em prazo a ser fixado pela Secretaria da Receita Federal.

§ 2.º - O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator à multa correspondente a 1% (um por cento) do valor do ato.

Art. 16 - As disposições referentes à equiparação da pessoa física à pessoa jurídica, introduzidas por este decreto-lei, somente se aplicarão às alienações de imóveis havidos após 30 de junho de 1977.

Parágrafo único - Não obstante o disposto neste artigo, ocorrerá a equiparação a empresa individual da pessoa física que, no ano de 1977, alienar mais de três imóveis adquiridos nesse mesmo ano ou em cada um dos triênios; 1975 a 1977 ou 1976 a 1978, alienar mais de seis imóveis adquiridos no mesmo triênio, respeitadas as demais condições de equiparação da legislação que ora se modifica.

Art. 17 - O artigo 6.º do Decreto-lei n.º 1.493, de 7 de dezembro de 1976, constitui nova redação do caput do artigo 10 o Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1966, cujos parágrafos permanecem inalterados.

Art. 18 - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e, excetuado o contido no artigo 17, seus efeitos se produzirão a partir do ano-base de 1977.

Brasília, 27 de dezembro de 1976; 155.º da Independência e 88.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

(D.O.U. 28-12-76)

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6101	Adamantina	6173	Ariranha
6103	Adolfo	6175	Artur Nogueira
6105	Aguai	6177	Arujá
6107	Águas da Prata	6179	Assis
6109	Águas de Lindóia	6181	Atibaia
6111	Águas de São Pedro	6183	Auriflama
6113	Agudos	6185	Aval
6115	Alfredo Marcondes	6187	Avanhandava
6117	Altair	6189	Avaré
6119	Altinópolis	6191	Bady Bassit
6121	Alto Alegre	6193	Balbinos
6123	Alvares Florence	6195	Bálsamo
6125	Alvares Machado	6197	Bananal
6127	Álvaro de Carvalho	6201	Barão de Antonina,
6129	Alvinlândia	6199	Barbosa
6131	Americana	6203	Bariri
6133	Américo Brasiliense,	6205	Barra Bonita
6135	Américo de Campos	6207	Barra do Turvo
6137	Amparo	6209	Barretos
6139	Analândia	6211	Barrinha
6141	Andradina	6213	Barueri
6143	Angatuba	6215	Bastos
6145	Anhembi	6217	Batatais
6147	Anhumas	6219	Bauru
6149	Aparecida	6221	Bebedouro
6151	Aparecida D'Oeste	6223	Bento de Abreu
6153	Apiáí	6225	Bernardino de Campos
6155	Araçatuba	6227	Bílac
6157	Araçoiaba da Serra	6229	Birigüi
6159	Aramina	6231	Biritiba Mirim
6161	Arandu	6233	Boa Esperança do Sul
6163	Araraquara	6235	Bocaina
6165	Araras	6237	Bofete
6167	Arealva	6239	Boituva
6169	Areias	6241	Bom Jesus dos Perdões
6171	Areiópolis	6243	Borá

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6245	Boracéia	6319	Cássia dos Coqueiros
6247	Borborema	6321	Castilho
6249	Botucatu	6323	Catanduva
6251	Bragança, Paulista	6325	Catiguá
6255	Braúna	6327	Cedral.

6257	Brodósqui	6329	Cerqueira Cesar
6259	Brotas	6331	Cerquilha
6261	Buri	6333	Cesario Lange
6263	Buritama	6335	Charqueada
6265	Buritizal	6337	Chavantes
6267	Cabralia Paulista	6339	Clementina
6269	Cabreuva	6341	Colina
6271	Caçapava	6343	Colômbia
6273	Cachoeira Paulista	6345	Conchal
6275	Caconde	6347	Conchas
6277	Cafelândia	6349	Cordeirópolis
6279	Caiaçu	6351	Coroados
6281	Caieiras	6353	Coronel Macedo
6283	Caiua	6355	Corumbataí
6285	Calamar	6357	Cosmópolis
6287	Cajobi	6359	Cosmorama
6289	Cajuru	6361	Cotia
6291	Campinas	6363	Cravinhos
6293	Campo Limpo	6365	Cristais Paulista
6295	Campos do Jordão,	6367	Cruzália
6297	Campos Novos Paulista	6369	Cruzeiro
6299	Cananéia	6371	Cubatão
6301	Cândido Mota	6373	Cunha
6303	Cândido Rodrigues	6375	Descalvado
6305	Capão Bonito	6377	Diadema
6307	Capela do Alto	6379	Dívinolândia
6309	Capivari	6381	Dobrada
6311	Caraguatatuba	6383	Dois Córregos
6313	Carapicuíba	6385	Dolcinópolis
6315	Cardoso	6387	Dourado
6317	Casa Branca	6389	Dracena

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item OS da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6391	Duartina,	6465	Guararapes
6393	Dumont	6467	Guararema
6395	Echaporã	6469	Guaratinguetá
6397	Eldorado	6471	Guareí
6399	Elias; Fausto	6473	Guariba
6401	Embu	6475	Guarujá
6403	Embu Guaçu	6477	Guarulhos
6405	Estrela D'Oeste	6479	Guzolândia
6407	Estrela do Norte	6481	Herculândia,
6409	Fartura	6483	Iacanga
6413	Fernando Prestes	6485	Iacri
6411	Fernandópolis	6487	Ibaté
6415	Ferraz de Vasconcelos	6489	Ibira
6417	Flora Rica	6491	Ibirarema
6419	Floreal	6493	Ibitinga
6421	Flórida Paulista	6495	Ibiuna
6423	Florínea	6497	Icem
6425	Franca	6499	Iepê
6427	Francisco Morato	6501	Igaraçu do Tietê
6429	Franco da Rocha	6503	Igarapava
6431	Gabriel Monteiro	6505	Igaratá
6433	Gália	6507	Iguape
6435	Garça	6509	Ilhabela

6437	Gastão Vídgal	6511	Indaiatuba
6439	General Salgado	6513	Indiana
6441	Getulina	6515	Indiaporã
6443	Glicéreo	6517	Inubia Paulista
6445	Guaíçara	6519	Ipauçu
6447	Guaimbé	6521	Iperó
6449	Guaíra	6523	Ipeúna
6451	Guapiacu	6525	Iporanga
6453	Guapiara	6527	Ipuá
6455	Guará	6529	Iracemápolis
6457	Guaraçá	6531	Irapuã
6459	Guaraci	6533	Irapuru
6461	Guarani D'Oeste	6535	Itaberá
6463	Guarantã	6537	Itaí
6539	Itajobi		

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6541	Itaju	6613	João Ramalho
6543	Itanhaem	6615	José Bonifácio
6545	Itapeçerica da Serra	6617	Júlio Mesquita
6547	Itapetininga	6619	Jundiaí
6549	Itapeva	6621	Junqueirópolis
6551	Itapevi	6623	Juquiá
6553	Itapira	6625	Juquitiba
6655	Itápolis	6627	Lagoinha
6557	Itaporanga	6629	Laranjal Paulista
6559	Itapuí	6631	Lavínia
6561	Itapura	6633	Lavrinhos
6564	Itaquaquecetuba	6635	Leme
6565	Itararé	6,537	Lençóis Paulista
6567	Itariri	6639	Limeira
6569	Itatiba	6641	Lindóia
6571	Itatinga	6643	Lins
6573	Itirapina	6645	Lorena
6575	Itirapuã	6647	Louveira
6577	Itobi	6649	Lucélia
6579	Itu	6651	Lucianópolis
6581	Itupeva	6653	Luís Antônio
6583	Ituverava	6655	Luisiânia
6M	Jaborandi	6657	Lupércio
6587	Jaboticabal	6659	Lutécia
6589	Jacareí	6661	Macatuba
6591	Jaci	6663	Macaubal
6593	Jacupiranga	6665	Macedônia
6595	Jaguariúna	6667	Magda
6597	Jales	6669	Mairinque
6599	Jambeiro	6671	Mairiporã
6601	Jandira	6W3	Manduri
6603	Jardinópolis	6675	Marabá Paulista
6605	Jarinu	6677	Maracá
6607	Jaú	6679	Mariápolis
6609	Jeriquara	6681	Marília
6611	Joanópolis	6683	Marinópolis
6685	Martinópolis		

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6971	Ribeirão Vermelho do Sul	7029	Santa Cruz do Rio Pardo
6973	Rifaina	7031	Santa Ernestina
6975	Rincão	7033	Santa Fé do Sul
6977	Rinópolis	7035	Santa Gertrudes
6979	Rio Claro	7037	Santa Isabel
6981	Rio das Pedras	7039	Santa Lucia
6983	Rio Grande da Serra	7041	Santa Maria da Serra
6985	Riolândia	7043	Santa Mercedes
6987	Roseira	7049	Santa Rita D'Oeste
6989	Rubíacea	7051	Santa Rita do Passa Quatro
6991	Rubinéia	7053	Santa Rosa do Viterbo
6993	Sabino	70,45	Santana da Ponte Pensa
6995	Sagres	7047	Santana do Parnaíba
6997	Sales	7055	Santo Anastácio
6999	Sales Oliveira	7057	Santo André
7001	Salesópolis	7059	Santo Antonio da Alegria
7003	Salmourão	7061	Santo Antonio da Posse
7005	Salto	7063	Santo Antonio do Jardim
7007	Salto de Pirapora	7065	Santo Antonio do Pinhal
7009	Salto Grande	7067	Santo Expedito
7011	Sandovalina	7069	Santópolis do Aguapeí
7013	Santa Adélia	7071	Santos
7015	Santa Albertina	7073	São Bento do Sapucaí
7017	Santa Bárbara D'Oeste	7075	São Bernardo do Campo
7019	Santa Bárbara do Rio Pardo	7077	São Caetano do Sul
7021	Santa Branca	7079	São Carlos
7023	Santa Clara D'Oeste	7081	São Francisco
7025	Santa Cruz da Conceição	7083	São João da Boa Vista
7027	Santa Cruz das Palmeiras		

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
7085	São João das Duas Pontes	7143	Socorro
7087	São João do Pau D'Alho	7145	Sorocaba
7089	São Joaquim da Barra	7147	Sud Menucci
7091	São José da Bela Vista	7149	Sumaré
7093	São José do Barreiro	7151	Suzano
7095	São José do Rio Pardo	7153	Tabapuã
7097	São José do Rio Preto	7155	Tabatinga
7099	São José dos Campos	7157	Taboão da Serra
7101	São Luís do Paraitinga,	7159	Taciba
7103	São Manuel	7161	Taguaí
7105	São Miguel Arcanjo	7163	Taiacu
7107	São Paulo	7165	Taiuva
7109	São Pedro	7167	Tambaú
7111	São Pedro do Turvo	7169	Tanabi
7113	São Roque	7171	Tapiraí
7115	São Sebastião	7173	Tapiratiba
7117	São Sebastião da Grama	7175	Taquaritinga
7119	São Simão	7177	Taquarituba
7121	São Vicente	7179	Tarabaí
7123	Sarapuí	7181	Tatuí
7125	Sarutaia	7183	Taubaté
7127	Sebastianópolis do Sul	7185	Tejupá
7129	Serra Azul	7187	Teodoro Sampaio
7131	Serrana	7189	Terra Roxa

7133	Serra Negra	7191	Tietê
7135	Sertãozinho	7193	Timburi
7137	Sete Barras	7195	Torrinha
7139	Severínia	7197	Tremembé
7141	Silveiras		

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
7199	Três Fronteiras	7223	Valentim Gentil
7201	Tupã	7225	Valinhos
7203	Tupi Paulista	7227	Valparaíso
7205	Turiuba	7231	Vargem Grande do Sul
7207	Turmalina	7233	Várzea Paulista
7209	Ubatuba	7235	Vera Cruz
7211	Ubirajara	7237	Vinhedo
7213	Uchôa	7239	Viradouro
7215	União Paulista	7241	Vista Alegre do Alto
7217	Urânia	7243	Votorantim
7219	Uru	7245	Votuporanga
7221	Urupês		

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód.	Município	Cód.	Município
6687	Matão	6757	Nova Aliança
6689	Mauá	6759	Nova Europa
6691	Mendonça	6761	Nova Granada
6693	Meridiano	6763	Nova Guataporanga
6695	Miguelópolis	6765	Nova Independência
6697	Mineiros do Tietê	6767	Nova Lusitânia
6701	Mira Estrela	6769	Nova Odessa
6699	Miracatu	6771	Novo Horizonte
6703	Mirandópolis	6773	Nuporanga
6705	Mirante do Paranapanerna	6775	Ocaçu
6707	Mirassol	6777	Óleo
6709	Mirassolândia	6779	Olímpia
6711	Mococa	6781	Onda Verde
6713	Mogi das Cruzes	6783	Oriente
6715	Mogi Guaçu	6785	Orindiuba
6717	Mogi Mirim	6787	Orlândia
6719	Mombuca	6789	Osasco
6721	Monções	6791	Oscar Bressane
6723	Mongaguá	6793	Oswaldo Cruz
6725	Monte Alegre do Sul	6795	Ourinhos
6,727	Monte Alto	6797	Ouro Verde
6729	Monte Aprazível	6799	Pacaembu
6731	Monte Azul Paulista	6801	Palestina
6733	Monte Castelo	6803	Palmares Paulista
6737	Monte Mor	6805	Palmeira D'Oeste
6735	Monteiro Lobato	6807	Palmital
6739	Morro Agudo	6809	Panorama
6741	Morungaba	6811	Paraguaçu Paulista
6743	Murutinga do Sul	6813	Paraibuna
6745	Narandiba	6815	Paraíso
6747	Natividade da Serra	6817	Paranapanerna
6749	Nazaré Paulista	6819	Paranapuã

6751 Neves Paulista

6753 Nhandeara

6755 Nipoã

CÓDIGO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Item 05 da Declaração)

Cód. Município

6827 Patrocínio Paulista

6829 Paulicéia

6831 Paulínea

6833 Paulo de Faria

6835 Pederneiras

6837 Pedra Bela

6839 Pedranópolis

6841 Pedregulho

6843 Pedreira

6845 Pedro de Toledo

6'847 Penápolis

6849 Pereira Barreto

6851 Pereiras

6853 Peruíbe

6855 Piracatu

6857 Piedade

6859 Pilar do Sul

6861 Pindamonhangaba

6863 Pindorama

6865 Pinhal

6867 Pinhalzinho

6869 Piquerubi

6571 Piquete

6873 Piracaia

6875 Piracicaba

6877 Piraju

6879 Pirajuí

6881 Pirangi

6883 Pirapora do Bom Jesus

68a5 Pirapozinho

6887 Pirassununga

6889 Piratininga

6891 Pitangueiras

6893 Planalto

6895 Platina

6897 Poá

6821 Parapuã

6823 Pardinho

6825 Pariquera Açu

Cód. Município

6899 Poloni

6901 Pompéia

6903 Pongai

6905 Pontal

6907 Pontes Gestal

6909 Populina

6911 Porungaba

0913 Porto Feliz

6915 Porto Ferreira

6917 Potirendaba

6919 Pradópolis

6921 Praia Grande

6923 Presidente Alves

6925 Presidente Bernardes

6927 Presidente Epitácio

6929 Presidente Prudente

6931 Presidente Venceslau

6933 Promissão

6935 Quatá

6937 Queiroz

6939 Queluz

6941 Quintana

6943 Rafard

6945 Rancharia

6947 Redenção da Serra

6949 Regente Feijó

6951 Reginópolis

6953 Registro

6955 Restinga

6957 Ribeira

6959 Ribeirão Bonito

6961 Ribeirão Branco

6963 Ribeirão Corrente

6965 Ribeirão do Sul

6967 Ribeirão Pires

6969 Ribeirão Preto

ANO XXVI

Nº 105 - Publicação: Jan/Jun 1978

REDAÇÃO

ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

No dia 13 de dezembro do ano findo, realizou-se a eleição da nova diretoria da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, tendo sido eleita para o triênio 1978/1980 a seguinte chapa: Presidente: Luiz de Toledo Mendes Pereira; Diretores: Antônio Augusto Firmino da Silva, Oswaldo de Oliveira Penna, Armando Veridiano Laranja, Adroaldo José de Menezes, Carlos Alberto Bueno Netto, Benedito Silveira, Cássio Ribeiro Porto e Branca Regina Forster. Foi em toda a história da Associação, a mais concorrida e em que houve o maior número de sócios votantes, portanto foi sentido o grande interesse da classe.

O nosso Presidente está imbuído da melhor boa vontade em tratar e resolver os problemas da

classe e todos nutrem a mais viva esperança, na capacidade de trabalho, na dedicação e inteligência do nosso companheiro Luiz de Toledo Mendes Pereira.
De outra parte, fica consignada com louvor a passagem pela Presidência da Associação, do nosso colega Júlio de Oliveira Chagas Neto, que exerceu com eficácia durante vários anos, os destinos da Associação.

HOMENAGEM A OSCAR FONTES TORRES

Faleceu em 18 de fevereiro findo o amigo e colega do Registro de Imóveis - OSCAR FONTES TORRES.

Não é possível silenciar sobre a figura e a existência extremamente preciosa do desaparecido. Nos contatos e encontros sempre conversávamos e pude aquilatar o seu espírito crítico da vida, com apreciações de um estilo profundo de realidade.

Certa vez, em conversa, disse-me: porque será que todas as pessoas que morrem passam a ser boas?

Respondi-lhe: - Todos nós, temos defeitos, virtudes ou qualidades.

O importante é se avaliar qual dos pratos da balança pesa mais, se o dos defeitos ou se o das qualidades.

Você, saudoso OSCAR, o prato das qualidades foi pesado demais para ser suplantado pelo outro. Como diretor da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado, o seu trabalho foi fecundo e altamente proveitoso, no sentido de valorização da classe.

Com que facilidade expandia um tema!

Já doente e combalido, realizava trabalhos durante a noite, sempre visando esclarecer e atender as necessidades da Revista, ou do Boletim da Associação.

Toda a classe lhe é reconhecida e imensamente grata pelo seu esforço, nobreza de caráter e de dignidade.

Nada mais resta dizer, a não ser realçar a maneira competente com que dirigiu durante longos anos o Cartório do 8.º Registro de Imóveis, de que foi titular.

À família enlutada, sua dedicada esposa e seus dignos filhos, as mais sentidas condolências de toda a classe dos Serventuários da Justiça do Estado.

De você, OSCAR, ficou a imagem magnífica de sua personalidade e a imensa tristeza que nos causou a sua definitiva partida!

DESNECESSÁRIO O "VISTO" DO REPRESENTANTE FISCAL NO PRÓPRIO TÍTULO APRESENTADO PARA REGISTRO OU AVERBAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL

PAULO PENTEADO DE FARIA E SILVA **Advogado**

1. A lei n.º 5.172, de 25-10-1966, que "dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional" regula em seus artigos 35 a 42 o "imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos" - os quais são "de competência dos Estados" onde se situam os imóveis, transmitidos "a qualquer título", ou "sobre que versarem os direitos cedidos" (artigos 35, 40 e 41).

2. Consoante estabelece seu artigo 217, a referida Lei (denominada "Código Tributário Nacional") passou a vigorar, em todo o território nacional, em 1.º de janeiro de 1967, "revogadas as disposições em contrário" - o que tornou insubsistente, a partir daquela data, a legislação federal, estadual e municipal concernente aos tributos de suas respectivas competências, suprimidos, alterados ou transferidos pelo novo Sistema - fundado na Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, que foi incorporada pela Constituição de 1967 e pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-1969 (artigos 18 a 28 e 18 a 26, respectivamente).

3. No Estado de São Paulo, a Lei n.º 9.591, de 30-12-66, veio dispor "a respeito do imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos", regulando englobadamente: a tributação relativa à transmissão "causa mortis" (até então incidente sobre a propriedade em geral e regulada pelo Livro V do Código de Impostos e Taxas - C. i. T.) e à transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" - a qual, quando competia ao Estado, era regida pelo Livro

IV do mesmo Código, passando depois à Prefeitura, que o regulamentara pela Lei municipal n.º 6.125, de 30-11-62.

4. Unificados e atribuídos ao Estado aqueles dois tributos, que passaram a constituir um único e a incidir, indistintamente, apenas sobre a "transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos", (*) (cfr. PONTES DE MIRANDA, "Comentários à Constituição de 1967, tomo II, nota 2 letra "b" ao artigo 24, pág. 482), o Estado de São Paulo legislou em tempo oportuno, consoante já foi lembrado, sobre o referido imposto, cujo cálculo, em harmonia com o artigo 38 do Código Tributário Nacional, se baseia no "valor venal dos bens ou direitos transmitidos" (ementa da Lei n. 9.591 /66 e seus artigos 11 e 13).

5. No tocante às "Obrigações dos Serventuários da Justiça" estatuiu o artigo 34 da referida Lei estadual:

"Artigo 34 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto".

6. O artigo 34 da Lei estadual n.º 9.591/66, transcrito no item anterior, corresponde, com leve e irrelevante alteração, ao artigo 74 do antigo Livro IV do C.I.T., integrando seu Capítulo XIII - referente às "Obrigações dos Tabeliães, Escrivães, Oficiais de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos" (estes últimos excluídos do atual dispositivo). Por outro lado, o artigo 49 da mencionada Lei, coerente com o artigo 217 do Código Tributário Nacional, preceituou que suas disposições entrariam em vigor em 1.º de janeiro de 1967, sendo revogadas as disposições em contrário pelo artigo 50.

7. A Lei estadual agora vigente não contém qualquer norma equivalente à do artigo 43 do Capítulo X

("Das Obrigações dos Serventuários de Justiça") do Livro V do antigo C. I. T., que rezava:

"Artigo 43 - As partilhas a que se referem o artigo 512 e seu parágrafo, do Código de Processo Civil, não serão registradas sem o visto do representante fiscal."

7. 1 Note-se que o artigo 512 do CPC de 1939, correspondente ao artigo 1.773 do Código Civil, se refere à partilha amigável entre herdeiros maiores e capazes, equivalendo ao artigo 1.029 do estatuto processual vigente.

8. Resulta do exposto que o dispositivo legal transcrito no item 7. supra foi revogado pelo Código Tributário Nacional e pela Lei Estadual n.º 9.591/66, em consonância com o artigo 2.º, "caput" e § 1.º, da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro: "a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue"; "a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior"

8, 1 "Se a lei nova cria, sobre o mesmo assunto da anterior, um sistema inteiro, completo, diferente, é claro que todo o outro sistema foi eliminado" (CARLOS MAXIMILIANO, "Hermenêutica e Aplicação do Direito -, 4.ª edição, n.º 443, pág. 428). "Do simples fato de se promulgar lei nova em contrário, resulta ficar a antiga revogada" (Ibidem, n.º 441 "in fine", pág. 426).

9. O exame do artigo 34 da Lei estadual n.º 9.591/66, integrante do seu Capítulo IX, evidencia, que a intenção do legislador foi uniformizar a regulamentação da matéria sob a epígrafe "Das Obrigações dos Serventuários da Justiça", extraída do Capítulo X do Livro V do antigo C.I.T. (cfr. itens 5 e 7 supra), reproduzindo no artigo em tela, quase "ipsis litteris", o texto do artigo 74 do superado Livro IV do mesmo Código - que integrava o Capítulo XIII daquele Livro IV, sob título mais específico (cfr. item 6 acima).

10. A Lei estadual n.º 9.591 baseou-se no "Sistema Tributário Nacional", revogando a legislação anterior. Assim, tendo em vista o artigo 2.º e seu § 1.º da Lei de Introdução ao Código Civil, para que qualquer preceito do aludido Livro V do suplantado C.I.T. continuasse em vigor seria preciso que a mencionada Lei estadual o declarasse expressamente - como o fez no Capítulo X ("Disposições Especiais"), ao dispor:

"Artigo 40 - Continuam em vigor o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 2.934, de 28 de dezembro de 1954, com a redação alterada pelo artigo 9.º da Lei n.º 4.507, de 31 de dezembro de 1957, e as disposições do Capítulo V do Livro V do Código de Impostos e Taxas (Decreto n.º 22.022, de 31 de janeiro de 1953)".

10.1 As duas leis estaduais indicadas no referido artigo 40 se referem ao pagamento do imposto "causa mortis" em prestações, ao passo que o Capítulo V do Livro V do C.I.T. abrange somente seus artigos 28 a 30, únicos que continuaram em vigor - e nunca o artigo 43, transcrito no item 7 supra e subordinado ao Capítulo X do mesmo Livro V.

11. Observe-se também que consta necessariamente, do formal ou da escritura de partilha (títulos sujeitos a registro ou averbação), a prova do pagamento do imposto de transmissão "causa mortis", calculado e homologado com audiência da Fazenda do Estado, ao passo que, se na partilha (amigável ou judicial) houver torna ou reposição por parte do herdeiro ou meeiro que receba bens de valor superior à meação ou quinhão, o recolhimento do imposto "inter vivos" devido será comprovado no título.

12. Portanto, nos termos do citado artigo 34 da Lei estadual n.º 9.591/66, feita essa "prova do pagamento do imposto", os Srs. Oficiais de Registro de Imóveis deverão registrar ou averbar as partilhas amigáveis que lhes forem apresentadas, independente do "visto" do representante fiscal no próprio título - formalidade esta desnecessária e inexigível. O "visto" do representante da Fazenda é necessário nas guias de recolhimento do imposto ou de isenção, como condição "sine qua non" para que o tributo seja recebido, ou para que a "guia de isenção" seja carimbada. Diante do aludido preceito legal, o comportamento dos Srs. Oficiais de Registro de Imóveis deve ser o mesmo, indistintamente, nos casos de transmissão de propriedade imobiliária "inter vivos" ou "causa mortis".

12. 1 Nada justifica, pois, que se dê tratamento diverso às escrituras públicas de partilha amigável e aos formais resultantes de partilha amigável, no tocante ao "visto". Entretanto, embora nenhum Cartório exija que os referidos formais sejam visados pelo representante fazendário, alguns impõem ou hesitam em dispensar essa formalidade quanto às escrituras públicas de partilha do acervo hereditário. Ora, se tal exigência fosse cabível (o que não acontece), ela abrangeria as duas hipóteses, pois o superado artigo 43 do Livro V do C.I.T. determinava, indistintamente, que "as partilhas a que se referem o artigo 512 e seu parágrafo" do CPC de 1939 só seriam registradas com o "visto" do representante fiscal (cfr. item 7 acima) - compreendendo assim as três modalidades de partilha amigável previstas por aqueles preceitos e pelo artigo 1.773 do Código Civil: a "escritura pública", o "escrito particular" homologado pelo juiz e o "termo nos autos", estas últimas geradoras do "formal" (que será o "título" sujeito a registro, nos expressos termos dos artigos 167, item I, n.º 25, e 221, item IV, da Lei n.º 6.015, de 31-12-73, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30-6-75). Revogado o artigo 43 do Livro V do C.I.T., é fora de dúvida que a exigência tornou-se descabida em qualquer caso, aplicando-se invariavelmente o disposto no artigo 34 da Lei estadual n.º 9.591/66 (cfr. item 5 supra).

12.2 Por fim, cumpre ponderar que, no tocante às transmissões "causa mortis", o § 9.º do artigo 9.º do Decreto estadual n.º 47.672, de 27-1-67, que regulamentou a Lei n.º 9.591 estabelece que, antes do recolhimento do imposto, devem ser "visadas pelo representante da Fazenda" as "guias" expedidas, na forma do § 5.º, pelos escritôres em cujos cartórios tramitam os inventários ou arrolamentos - o que patenteia que o próprio Fisco considera revogado o artigo 43 do Livro V do antigo C.I.T. (item 7 supra), cuja aplicação importaria novo "visto" do representante fiscal - constituindo um inadmissível "bis in idem", porquanto a "guia" visada é trasladada para o título.

TABELA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

Competência estadual para seu reajustamento - Inteligência do art. 8.º, n.º XVII, "c", da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional n.º 7, de 1977

JOSÉ DUTRA

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

1 A Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, já atribuiu à União competência para legislar sobre normas gerais relativas a orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira etc. (art. 8.º, n.º XVII, "c").

A Emenda Constitucional n.º 7, do ano em curso, ampliou essa competência, conferindo à União, ainda, o poder de legislar sobre normas gerais atinentes à taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais (art. 8.º, n.º XVII, "c").

Qual será o exato sentido da expressão normas gerais?

Pontes de Miranda diz que normas gerais são aquelas que a União considera essenciais.

Se se trata, por exemplo, de saúde pública, são aquelas normas essenciais a plano ou programa geral de defesa e proteção à saúde, ainda que se especialize a respeito de endemias ou epidemias, ou a respeito da infância, da maternidade, da velhice. "No texto constitucional, fala-

se de normas gerais de defesa e proteção; todavia, o adjetivo não tem função limitativa, como à primeira vista poderia parecer: apenas significa que o legislador recomenda a legislação de defesa e de proteção à saúde" ("Comentários à Constituição de 1946", 2.^a ed., I/369).

Visando ainda mais a precisar o conceito de normas gerais, vem a propósito invocar, outra vez, a lição de Pontes, no tocante ao Direito Financeiro (para esta matéria também existe cláusula constitucional idêntica). O tratadista ensina que, no exercício dessa competência, a União pode definir o suporte fático, "in abstracto" ou "in concreto" (e.v., qual o suporte fático do imposto de licença e qual o do imposto de indústria e profissão), regular a prescrição e demais exceções, formular regras jurídicas sobre o enriquecimento injustificado fiscal ou de processo tributário ou fiscal. "Não pode fixar o quanto, nem editar regras jurídicas sobre pressupostos de oportunidade, ou limitações temporárias, ou espaciais, ou discriminações territoriais, ou contra o princípio da isonomia. As normas gerais de Direito Financeiro podem regular a arrecadação dos impostos do artigo 21 e a entrega das percentagens aí referidas" (ob. cit., I/368).

Nesse mesmo esforço para que se compreenda devidamente o significado da expressão normas gerais, vem a lançar recolher a lição do Ministro Aliomar Baleeiro: "É norma geral de Direito Tributário, dentre outras, a que define o fato tributável, adote ou não os conceitos e definição dos negócios de direito privado, assim como a que regula a prescrição e outros institutos de Direito Tributário, inclusive o processo" ("Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar", 2.^a ed., pág. 38).

Pelo sistema adotado, a autoridade federal enuncia as regras essenciais, cabendo aos estados-membros a tarefa de editar as medidas de aplicação (Alcindo Pinto Falcão, in "Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro", de Carvalho Santos, vol. II/328).

2. À luz de tais ensinamentos, dá para se descobrir o significado da inovação constitucional, segundo a qual compete à União a edição de normas gerais sobre custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais.

Sem dúvida que a missão do legislador federal se há de limitar em definir o que sejam custas e emolumentos, dispondo sobre a incidência e estabelecendo critérios para a sua contagem, em cada tipo de serventia, etc. Nada mais que isso, ou pouco mais que isso, já que as normas gerais não podem representar instrumento de regulamentação da atividade de uma pessoa pública, por outra (Geraldo Ataliba, in R.D.P. 10/70).

À União não é dado mais que enunciar certos princípios, certas normas uniformes, certas diretrizes (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "Comentários à Constituição Brasileira", ed. Saraiva, 1.^o/93).

3. Mas a verdade é que, para a solução do problema proposto, não importa saber da amplitude das normas gerais que a União venha a editar.

Tenha-se presente que a Emenda Constitucional n.º 7, vinda ao mundo jurídico com o propósito de promover a chamada Reforma do Poder Judiciário, em nada modificou o parágrafo único do artigo 8.º da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Está prescrito, neste diploma, que a competência da União para legislar sobre as matérias de que se ocupa o n.º XVII, "c", do mesmo artigo 8.º, "caput", não exclui a competência dos estados para legislar supletivamente.

A referida Emenda Constitucional n.º 7 apenas criou, no plano constitucional, as condições para se efetivar a reforma do Judiciário. Mas a reforma ainda não foi implantada, por depender de leis ordinárias. Tudo o que até agora se fez não passa de normas programáticas. A União ainda não exerceu a competência que a Emenda Constitucional n.º 7 lhe conferiu, pois ainda não chegou a editar nenhuma regra geral sobre a matéria em exame (custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, dos registros públicos e notariais).

Por isso mesmo, toda a legislação estadual, que versa a matéria, ainda está em pleno vigor. Esse entendimento é confortado pela lição dos doutos, como se demonstrará.

"Se não existe lei federal sobre a matéria, a estadual é supletiva total" (Sahil Maluf, "Direito Constitucional" 8.^a ed., pág. 116).

"Não existindo lei federal sobre o assunto, valerá a estadual supletiva" (Sahil Maluf, ob. cit., pág. 117).

"Se o governo federal não exerceu o seu poder de legislar sobre determinada matéria prevista no artigo 8.º, parágrafo único, o Estado-membro poderá legislar amplamente" (ob. cit., pág. 117).

Tal interpretação é prestigiada pela autoridade de Pontes de Miranda: "Enquanto não há legislação federal, a legislação estadual é aplicada, ainda em se tratando de regra jurídica geral,

ou regra jurídica fundamental. (Não é a mesma situação a que resulta da existência de leis estaduais nas matérias do artigo 8.º, não mencionadas no artigo 8.º, n.º XVII, "c" e "q"; tais leis, se existiam, estão sub-rogadas; se depois foram feitas, são inconstitucionais") ("Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n.º 1, de 1969", 2.ª ed., tomo II/170).

4. As considerações, que se acabam de expor, permitem-me assentar as conclusões seguintes:
a) com referência à matéria em apreço (custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais), a legislação estadual, que lhe é pertinente, ainda está em plena vigência;

b) enquanto a União não legislar, não só a legislação estadual estará em vigor, como ainda será exclusiva, e não meramente complementar ou supletiva, a competência dos Estados para legislar a respeito da matéria em exame.

5. Uma derradeira consideração é de molde a desvanecer qualquer dúvida que porventura ainda pudesse existir.

Em absoluto, não se está pretendendo legislar sobre custas e emolumentos. O que simplesmente se deseja é fazer um reajustamento, em base percentual, das tabelas existentes.

Ora, se o Estado do Rio Grande do Sul ainda tem competência para legislar exclusivamente (o que representa o "plus"), é evidente que ainda não perdeu o poder de reajustar as tabelas (o que representa o "minus").

É o que penso, s.m.j.

Porto Alegre, 5 de julho de 1977.

(transcrito da Revista de Direito Imobiliário - N.º 1, de 1978)

DIVÓRCIO

Os juízes paulistas mostram-se espantados com o irrisório número de pedidos de divórcios entrados no Fórum da Capital. A média é de um por dia, quando as estatísticas mais amenas indicavam que haveria pelo menos uns 30 mil, só em janeiro, todos decorrentes de antigos processos de desquite com mais de três anos, que poderiam facilmente ser convertidos em sentenças de divórcio.

Mas, não aconteceu o esperado débâcle da família brasileira. Os juízes atribuem a pouca procura a um detalhe muito importante: o alto custo dos processos. Não há uma tabela específica para esse serviço e, sendo assim, os advogados cobram o que bem entendem, baseados unicamente no valor dos bens a serem repartidos entre os litigantes. Em outras palavras, quanto mais rico for o casal, maior será o honorário do advogado. Além do mais - é bom não esquecer o detalhe - quem se divorcia fica livre e desimpedido, e em certos casos esta situação não é nada boa, havendo quem prefira permanecer desquitado ou simplesmente separado, sem nenhuma chance legal de novo casamento.

Tudo isso demonstra também um fato: apesar do que se disse antes da implantação do divórcio, o brasileiro está preparado para ele. Não houve a corrida ao Fórum e nem as mais trêfegas estrelas da televisão resolveram brincar de Hollywood. Assim, a instituição do casamento permanece mais ou menos salva.

(Transcrito da "A Tribuna", de Santos de 13-2-78)

SUSTAÇÃO DE PROTESTO CAMBIAL

1. Por economia processual, pode-se recomendar que o processo de s~o de protesto e o da ação principal sejam processados simultaneamente, inclusive, na produção de provas, e assim sejam julgados, em simultâneos processos dois pedidos, distintos e~ si, mas ligados pela "conexão Instrumental".

Acórdão da 4.ª Câmara do 1.º Tribunal de Alçada

Civil, relatado pelo juiz

ROQUE KOMATSU

A propôs ação de sustação de protesto, relativamente a uma nota promissória que foi apresentada por B ao Cartório de Protestos da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro.

Pretendeu o autor sustar liminarmente o protesto, mediante o depósito prévio do valor correspondente, tornando-se ela definitiva, oportunamente. O título de crédito, a seu ver, não teria causa e não poderia produzir efeito. A pretensão do autor se cingiria à causa, à ordem e à

validade do título de crédito.

A medida liminar foi concedida em 13-3-1975.

O então protestante do título 13, apresentou a sua resposta.

O magistrado processante determinou o apensamento dos autos da sustação de protesto aos autos da ação, em que se observa o procedimento ordinário, declarando que "naquela fase processual entendia desnecessário o prosseguimento do feito, uma vez que o objetivo almejado com a decisão final é o mesmo colimado na ação principal, já em fase de instrução e julgamento. Da referida decisão, B apresentou pedido de reconsideração ou no caso de não se reconsiderar a determinação supra-referida requereu fosse aceita a petição como agravo de instrumento. Este foi processado, nestes autos, conforme despacho. Inocorreu o juízo de retratação.

Relatando o acórdão, o eminente juiz da 4.^a Câmara do 1.^o Tribunal de Alçada Civil, Dr. Roque Komatsu, a certa altura, pondera:

"A decisão agravada peca na sua fundamentação, quando afirma que o objetivo almejado com a decisão final, na sustação de protesto, é o mesmo colimado na ação principal.

"Com efeito, a sustação ou suspensão de protesto de títulos cambiários importa em medida cautelar nominada, ou seja, é ela ação cautelar. E esta corresponde a uma pretensão autônoma, definida e perfeitamente isolada, como espécie de pretensão à tutela jurídica.

"Muitos escritores denominam condições de ação cautelar a pressupostos ou requisitos que devem ser alegados por aquele que pretende obter um provimento de cautela. E entre eles, se citam a plausibilidade do direito que se diz ameaçado ("sumus boni juris") e o perigo de dano decorrente de uma situação anormal ("periculum in mora").

"Em face dos conceitos da ação cautelar, da autonomia da pretensão assecurativa e da especificidade dessa especial modalidade de tutela, são pressupostos da ação cautelar, o temor de dano jurídico decorrente de uma situação objetiva de perigo e a plausibilidade do direito invocado por quem pretende segurança, a tutela cautelar.

"A sentença, que tem de ser proferida, na ação cautelar, manterá relação de conformidade com os pressupostos da tutela assecurativa e com a peculiar natureza do procedimento adotado.

"E a "causa finalis" (o objeto colimado, referido na decisão agravada) na jurisdição cautelar consiste em garantir eficazmente o resultado do processo de conhecimento ou do processo executório.

"A fim de que a demora processual não venha a frustrar a prestação jurisdicional que deve ser entregue, podem os litigantes pedir que o órgão jurisdicional determine, medidas, denominadas cautelares, que venham resguardar o processo de conhecimento ou o processo executivo.

"Já diferente é o objetivo do processo de conhecimento, pelo qual o autor, no caso, o agravado, pretende obter na denominada ação ordinária de anulação da obrigação cambiária. A sentença pedida pelo autor é a constituição, mudança ou extinção de uma situação jurídica, em virtude de ocorrência de nulidade da obrigação cambiária. Nessa hipótese, a tutela jurisdicional de conhecimento tem natureza constitutiva e se exerce através do processo de conhecimento de igual nome (processo constitutivo).

"Assim, a declaração da desnecessidade do prosseguimento do feito cautelar não pode subsistir. No processo cautelar, um pronunciamento final do juiz, aprecie ou não o respectivo mérito, é pedido. Se desnecessário o prosseguimento do feito, impossível a entrega da prestação jurisdicional, a ser feita, através da sentença. Esta tem de ser proferida, examinando-se as condições ou os pressupostos e o mérito da ação cautelar. Este, na sustação de protesto, não pertine com a causa, a origem e a validade do título cambiário, uma vez que a cautelar possui o seu próprio mérito.

"A questão da oportunidade da sentença, na ação cautelar, deve ter influído o MM. juiz, quando da determinação, ora agravada. Ela pode ser prolatada, juntamente com a sentença, a ser proferida no processo constitutivo. Isso porque, em face da sua especial natureza, a sustação de protesto tem caráter preparatório, mas, com o decurso de um trintídio, após a efetivação da medida liminar, pode se tornar incidente com a propositura da chamada ação principal. Então, dois procedimentos surgem; um, relativo à tutela cautelar, e outro, relativo ao processo constitutivo. A economia processual, então, pode recomendar que os dois processos sejam processados simultaneamente, inclusive, na produção de provas, e assim sejam julgados, em simultâneos processos os dois pedidos, distintos entre si, mas ligados pela "conexão instrumental". Isso se justifica, uma vez que o processo cautelar, não obstante distinto do processo de conhecimento ou de execução a que se acede, é acessório e a jurisdição cautelar tem o caráter de meio e modo destinado a garantir o resultado do processo de conhecimento ou

do processo executório.

"Assim, se dá provimento ao recurso, uma vez que o procedimento, pertinente à tutela cautelar, deve prosseguir, apreciando-se as preliminares e questões, argüidas no processo cautelar, os pressupostos, requisitos e mérito da ação cautelar. Em face do que acima se disse, o apensamento dos autos se justifica."

Além do relator juiz Roque Komatsu, tomaram parte no julgamento os juízes Bandeira de Mello e Comes Corrêa, sendo unânime a decisão da 4.^a Câmara do 1.^o Tribunal de Alçada Civil, dando provimento ao recurso de agravo

n.^o 223.847 de Santa Rita do Passa Quatro - R.T.- 492.

DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO

1 . Provada a existência de sociedade de fato na constituição ou no aumento do patrimônio, a concubina tem direito à metade dos bens adquiridos pelo esforço comum.

2. A união "more uxório", sem comprovação de a concubina ter contribuído eficazmente para a aquisição dos bens deixados pelo companheiro, não autoriza qualquer reivindicação de ordem patrimonial.

Decisão do juiz de Limeira

DR. RENATO RIOTARO TAKIGUTHI

Em ação de dissolução de sociedade de fato, A pretendeu a meação dos bens adquiridos por seu companheiro, com esforço comum de ambos.

Houve contestação, pela mulher e filhos do falecido, onde foi argüido preliminar de carência da ação pela inexistência de sociedade de fato entre os concubinos e porque a autora não contribuiu para a aquisição do imóvel aludido na inicial. No mérito foi pedida a improcedência da demanda, uma vez que nenhum era o direito da autora.

Examinando o pedido, o juiz de Limeira, Dr. Renato Riotaro Takiguthi, julgou improcedente o pedido, condenando a requerente no pagamento das custas e honorários advocatícios, dos réus, arbitrados em 20% sobre o valor da causa, uma vez que ficou provado que não houve qualquer aumento no patrimônio do falecido.

Ora - concluiu o magistrado, invocando jurisprudência: "a união "more uxório", sem comprovação de a concubina ter contribuído eficazmente para a aquisição dos bens deixados pelo companheiro, não autoriza qualquer reivindicação de ordem patrimonial (RT 438/214, 458/224, 469/184 e 486/175).

Inexistindo provas de que o patrimônio do falecido tenha aumentado em razão do esforço comum dos concubinos, visto que restou descomprovado haver a autora contribuído eficazmente para a aquisição dos bens deixados pelo companheiro, falece a ela qualquer direito à partilha dos bens daquele com quem se amasiou (RT 438/216).

(Transcrito do "Diário Comercio e Indústria", de 3-1-78)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DA JUSTIÇA DO ESTADO

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE a partir de 1.^o/05/78

Decreto Estadual n.^o 10.400, de 26/09/77, pub. no D.O.E. de 27/09/77

Decreto Federal n.^o 81.615, de 28/04/78, pub. no D.O.U. de 28/04/78

Salário-Mínimo - Cr\$ 1.560,00

Entrância	Comarca/Cargo	Remuneração-Base S.M.	Remuneração-Base Cr\$
Contribuição Cr\$			
ESPECIAL	COMARCA		
Serventuário	16,00	24.960,00	1.997,00
Oficial Maior	10,00	15.600,00	1.248,00
Escrevente	8,00	12.480,00	998,00
Auxiliar 4,00	6.240,00	499,00	
DISTRITO			
Serventuário	10,50	16.380,00	1.310,00

	Oficial Maior	540	8.580,00	686,00
	Escrevente	4,50	7.020,00	562,00
	Auxiliar 3,50	5.460,00	437,00	
3.ª ENTRÂN.	COMARCA			
	Serventuário	11,50	17.940,00	1.435,00
	Oficial Maior	6,00	9.360,00	749,00
	Escrevente	5,00	7.800,00	624,00
	Auxiliar 4,00	6.240,00	499,00	
	MUNICÍPIO			
	Serventuário	10,50	16.380,00	1.310,00
	Oficial Maior	5,50	8.580,00	686,00
	Escrevente	4,50	7.020,00	562,00
	Auxiliar 3,50	5.460,00	437,00	
	DISTRITO			
	Serventuário	9,50	14.820,00	1.186,00
	Oficial Maior	5,00	7.800,00	624,00
	Escrevente	4,00	6.240,00	499,00
	Auxiliar 3,30	5.148,00	412,00	
2.ª ENTRÂN.	COMARCA			
	Serventuário	9,50	14.820,00	1.186,00
	Oficial Maior	5,50	8.580,00	686,00
	Escrevente	4,50	7.020,00	562,00
	Auxiliar 3,50	5.460,00	437,00	
	MUNICÍPIO			
	Serventuário	9,00	14.040,00	1.123,00
	Oficial Maior	5,00	7.800,00	624,00
	Escrevente	4,00	6.240,00	499,00
	Auxiliar 3,30	5.148,00	412,00	
	DISTRITO			
	Serventuário	8,00	12.480,00	998,00
	Oficial Maior	4,50	7.020,00	562,00
	Escrevente	3,80	5.928,00	474,00
	Auxiliar 2,80	4.368,00	349,00	
1.ª ENTRÂN.	COMARCA			
	Serventuário	8,00	12.480,00	998,00
	Oficial Maior	5,00	7.800,00	624,00
	Escrevente	4,00	6.240,00	499,00
	Auxiliar 3,00	4.680,00	374,00	
	MUNICÍPIO			
	Serventuário	1,00	10.920,00	874,00
	Oficial Maior	4,50	1.020,00	562,00
	Escrevente	3,50	5.460,00	437,00
	Auxiliar 2,80	4.368,00	349,00	
	DISTRITO			
	Serventuário	6,50	10.140,00	811,00
	Oficial Maior	4,00	6.240,00	499,00
	Escrevente	3,30	5.148,00	412,00
	Auxiliar 2,50	3.900,00	312,00	

NOTIFICAÇÃO

Medida cautelar deferida para que o Oficial do Registro de Imóveis se abstenha de proceder no registro de alienação - Inexistência de impedimento à prática do ato - Deferimento Indevido, ademais - Aplicação dos artigos 867 e 869 do CPC

Não possuindo conteúdo condenatório, a notificação judicial não pode impedir a prática de ato

regular de registro.

Apelação Cível n.º 24.005 - Santa Cruz do Sul - Apelante: Empresa de Reflorestamento Santa Cruz Ltda.
- Apelado: Ministério Público (TJRS).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos: Acórdam, unanimemente, em 1.ª Câmara Cível Especial do Tribunal de Justiça do Estado, integrados neste o relatório retro e as notas taquigráficas anexas, em darem provimento à apelação. Custas na forma da lei.

Participou do julgamento, além dos signatários, o Dr. Ruy Ruben Ruschel.

Porto Alegre, 13 de maio de 1975.

(aa) José Silva, Presidente; Nathaniel M. Guimarães, Relator

RELATÓRIO

O Dr. Nathaniel M. Guimarães: Sr. Presidente. Na comarca de Santa Cruz do Sul, a Empresa de Reflorestamento Santa Cruz do Sul Ltda. apresentou a registro uma escritura pública de compra e venda de imóvel com cessão e transferência de direitos contratuais, entre partes outorgantes vendedoras Bernardo Chazam S/A, sucessora de Bernardo Chazam & Cia., representada pela apresentante e como outorgante cedente, vendedores, Empresa de Reflorestamento Santa Cruz Ltda., escritura esta lavrada em Porto Alegre, distrital da Tristeza, e versando sobre uma área de 1.348 ha e 3.012 m², situada em Pinhal, 5.º Distrito de Santa Cruz do Sul.

O registro foi obstado face à dúvida levantada pelo Oficial do Cartório, em razão da existência de uma notificação oriunda da 8.ª Vara Cível desta Capital, e atendendo requerimento de Antonieta Lubisco e requerida contra a Empresa de Reflorestamento Santa Cruz Ltda., no sentido de que não se registrasse qualquer transação com dita companhia.

A notificação ao oficial veio através de carta precatória. Daí a dúvida suscitada, a qual foi enfrentada pela ora apelante, recebeu parecer favorável do órgão do Ministério Público de primeira instância e foi decidida pelo juiz, que a tomou como procedente.

Contra essa decisão é que veio a apelação, fundamentado o recurso de modo igual à impugnação, que fizeram, porém enriquecido com jurisprudência oriunda do nosso C. Tribunal de Justiça.

O parecer do órgão do Ministério Público nesta instância foi pelo provimento do apelo.

Os autos preparados foram conclusos.

É o relatório, sujeito à revisão do eminente Juiz Revisor.

VOTO

O Dr. Nathaniel M. Guimarães (relator): Sr. Presidente. A sentença de primeiro grau que deu pela procedência da dúvida não pode subsistir. Efetivamente, partindo-se do dispositivo no artigo 867 do CPC - protestos, notificações e interpelações - tem-se que aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, valer-se-á de uma daquelas modalidades, deduzindo seu pedido através de petição ao juiz.

Trata-se de procedimento não contencioso e com objetivos cautelares, pois leva meramente à prevenção de responsabilidades, conservação ou ressalva de direitos, além de transportar intenções e cujos efeitos estão previstos na lei civil ou comercial.

O que não tem é qualquer conteúdo condenatório, e, por tal consequência, não poderia produzir, de modo algum, os efeitos que lhe emprestou o juiz de primeiro grau, ao manter a dúvida e rejeitar o registro da escritura aludida. E não poderia, a rigor, pelo juiz deprecante da Capital, ter sido despachada a notificação aludida, com vistas ao oficial do Registro de Imóveis de Santa Cruz, uma vez que deferindo o contido no pedido, poderia estar gerando dúvida, como afinal sucedeu ao serventuário, determinando a não realização de atos tipicamente de ofício.

Cito o artigo 869, que diz o seguinte: "O juiz indeferirá o pedido quando o requerente não houver demonstrado o legítimo interesse, e o protesto, dando causa a dúvidas e incertezas, possa impedir a formação de contrato ou a realização de negócio lícito".

Quando fui juiz de Vara Cível da Capital, sempre observei muitas vezes o excesso de pedir contido nas notificações que comumente se processam no foro da Capital. Vejam V. Exas. que aqui no caso, pois há nos autos em xerox a cópia daquela notificação, depois de formalizado o requerimento ao juiz, com vistas a possíveis direitos da interessada Antonieta Lubisco, onde é

expressada a notificação dando ciência com referência à alienação, como apêndice e último requerimento da petição, diz aquela requerente: "Requer ainda a expedição da competente carta precatória à comarca de Santa Cruz do Sul, a fim de que seja também notificado o Registro de Imóveis daquela cidade para que não proceda ao registro de qualquer venda por parte da notificada, tendo por objeto as áreas constantes da perícia que vai anexada". Quer dizer, requerimento desse feitio não poderia, a rigor, ser despachado pelo juiz. O juiz deveria despachar a petição, mas não determinar a notificação ao oficial do registro para que não proceda ao registro de qualquer documento, porque é exatamente um ato de ofício do oficial proceder ao registro das escrituras. Se ela é irregular, se é nula, se tem qualquer vício, não cabe a ele apreciar. E com essa notificação recebida através de precatória, o serventuário ficou em dúvida quanto a sua interpretação. Suscitou a dúvida diante disso. Então o juiz da Capital já poderia ter obviado esta situação, deferindo a notificação da interessada, mas abstraindo notificação com aquele caráter. Bastava notificá-lo apenas de que havia aquele protesto, deferindo em parte. O oficial deu margem ao que diz o artigo 869, a não realização de um negócio lícito, ou seja, a disponibilidade dos bens por parte de quem estava fazendo a alienação. A sua vez, ao juiz da sentença apelada cabia discernir que se tratava de uma mera notificação, objetivando efeito de ciência não constitutiva, capaz de levar ao não registro da escritura apontada. Aliás, a jurisprudência invocada pela parte impugnante e ora apelante é abundante e serviria a espancar qualquer dúvida existente. V. RF 80/333, no acórdão do STF. Decisão do nosso E. Tribunal de Justiça consta na "Revista de Jurisprudência" 5/212, 19/83, 29/346, 4/150, que serve ao preenchimento de qualquer dúvida ainda subsistente, uma vez que a jurisprudência invocada exaure o problema em profundidade. Dou, pois, provimento à apelação para reformar a sentença, tornando insubsistente a dúvida suscitada para o fim de que possa a vir a ser registrada a escritura.

O Dr. Ruy Ruben Ruschel: Não existe na Lei dos Registros Públicos qualquer artigo, qualquer dispositivo que impeça uma inscrição ou transcrição do registro pela existência de uma simples notificação. A notificação não possui qualquer conteúdo mandamental. De modo que acompanho o voto do eminente Relator.

(Transcrito da Revista de Direito Imobiliário - N.º 1/78)

SOCIEDADE DE MARIDO E MULHER

Não pode o magistrado, num simples despacho interlocutório, modificar a sentença de falência para considerar nula a sociedade e ordenar a arrecadação dos bens particulares da mulher. Em recurso, a que deu provimento, unanimemente, decidiu o Tribunal: "O relator do presente acórdão, embora já tenha acolhido a tese da decisão agravada, modifica sua opinião, para concluir que não existe nulidade absoluta de sociedade formada entre marido e mulher principalmente em face da atual legislação, que tem conferido a esta última grande autonomia, seja na família, seja nas atividades econômicas fora do lar. Se cada um dos cônjuges pode associar-se a estranhos, ou a parentes inclusive os filhos, em sociedades por quotas de responsabilidade limitada, não se vê por que não possam fazê-lo entre si. É claro que, se houver irregularidade ou fraude, a sociedade poderá ser anulada, como, aliás, aconteceria em relação a outra qualquer. Nulidade relativa. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de outras Cortes de Justiça tende para se firmar nessa orientação, como demonstraram os recorrentes. Não deveria o magistrado, assim, de ofício, num simples despacho interlocutório, modificar a sentença de falência, para considerar nula a sociedade e ordenar a arrecadação dos bens particulares da mulher, a fim de eles responderem pelas dívidas da massa falida."

- Acórdão de 25-3-76, da 3ª Câmara Cív. do TJSP, no AI 249.367, de São Paulo (Candidiano de Almeida, pres.; Young da Costa Manso, rel.) - Rev. de Jur. do TJSP, vol. 41, pág. 209.

Transcrito do "Diário, Comércio e Indústria", de 3-1-78

Apelação Cível n.º 262.489 - Araraquara - Apte.: Dr. Hugo Fernando Salinas Fortes - Apdo.: Sr. Oficial Maior do Primeiro Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 262.489, da Comarca de Araraquara, em que é apelante o Dr. Hugo Fernando Salinas Fortes e apelado o Sr. Oficial Maior

do Primeiro Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento, pagas as custas "ex lege".

1. A decisão, que acolheu a dúvida, impediu o registro de um formal de partilha, mas a discussão travada nos autos, até mesmo no recurso, ficou limitada à representação dos herdeiros interessados no registro, tanto que o advogado apelante nunca se manifestou sobre o mérito, e insiste na assertiva de que não é parte, pleiteando a anulação do processo, que correu à revelia dos reais interessados, não representados nos autos; e insurgindo-se contra a sua condenação nas custas.

O advogado apelante patrocinava os interesses dos herdeiros no inventário (fls. 9 e 11), e diz que o último ato praticado, no cumprimento do mandato, foi a apresentação do título (formal de partilha) a registro (fls. 31). A partir daí, não mais representa os outorgantes.

O processo de dúvida é de natureza administrativa (Lei n.º 6.015/73, art. 204); não corre "in judicio", mas perante a Corregedoria Permanente dos Registros Públicos, que é órgão administrativo, sendo essa a natureza dos atos praticados pelo juiz que a dirime (Cf. Apelação Cível n.º 262.851, da Capital, j. pelo CSM em 22-8-77; Rec. 77/77 de Bauru, "in" D.J.E. de 17-9-77, pág. 8; e Rev. Jurispr. TJSP, v. 43, págs. 415-417).

Aqui, as formalidades não são as mesmas do processo judicial. Qualquer pessoa é habilitada a apresentar títulos a registro, incumbindo, a quem o fizer, as respectivas despesas (Lei cit., art. 217).

Nesse âmbito, o apresentante fica vinculado à discussão da dúvida, pois a lei manda notificá-lo para a impugnação; a mais ninguém (Lei n.º 6.015/73, art. 198, n.º III).

Todavia, e isso está enfatizado na citação constante da sentença (f. 45), o processo de dúvida não deve instaurar-se de ofício, só podendo ser suscitado a requerimento do apresentante (Lei cit., art. 198).

Este pode convencer-se dos embaraços opostos e retirar o título do Cartório, Aliás, é o que consta ter acontecido "em 7 de fevereiro deste ano", segundo relato do Oficial. O fato de ter o apresentante retornado, e insistido, não deslocava o problema, continuando a depender de requerimento seu a remessa do título ao Corregedor da Serventia, com as razões da dúvida. Assiste, pois, razão ao apelante, quando impugna o envolvimento, que acabou tendo, em procedimento administrativo que não provocou. Trata-se, realmente, de processo nulo, por não haver ninguém nele interessado. Essa nulidade fica declarada "ab initio", ordenada a simples restituição do título, após cancelada a prenotação.

Dão provimento, pois.

São Paulo, 22 de setembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Hugo Fernando Salinas Fortes.

D.O.J. 19-10-77

Apelação Cível n.º 264.057 - Americana - Apte.: Roberto Ragazzo de Camargo - Apdo.: Escrivão do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.057, em que é Apelante Roberto Ragazzo de Camargo e Apelado o Escrivão do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Americana:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

As peculiaridades do caso não foram devidamente consideradas pela sentença que, assim, merece ser reformada.

Com efeito, o exame do título mostra que o terreno, objeto da venda, está situado dentro dos limites de uma área maior, pertencente ao late Clube de Limeira, Sociedade Civil que, segundo o artigo 2.º de seus estatutos, tem por finalidade "proporcionar aos associados e respectivas famílias, a prática das mais diversas modalidades de esportes e atividades recreativas e sociais"

(fls. 8 v).

A escritura mostra, ainda, que, ao adquirir o terreno, o recorrente tomou-se dono, também, de uma parte ideal "correspondente a 1/400 avos da área de 83.268,00 metros quadrados, acima confrontada destinada ao sistema de recreação dos associados e a seus melhoramentos, em regime de comunhão indivisível".

Está claro, da mesma forma, que o domínio útil do lote, por expressa disposição estatutária, nada mais é do que uma consequência do ingresso na sociedade, na qualidade de sócio-proprietário, conforme reza o artigo 7.º do Capítulo IV dos Estatutos do referido clube, transcritos na escritura.

Por isso, o recorrente tornou-se dono de uma cota condominial correspondente a 1/400 (um quatrocentos avos) de todo o patrimônio social integrado pelo terreno e pelas benfeitorias especificadas no estatuto.

Veja-se, ademais, que o título de sócio-proprietário, que confere esses direitos, tem a sua transferência condicionada às normas estipuladas no artigo 10 do Estatuto, dentre as quais se inclui a aprovação da Diretoria.

Por outro lado, os privilégios patrimoniais e condominiais atribuídos aos sócios não poderão ser objeto de venda ou alienação de qualquer espécie, razão pela qual a sua transmissão será regulada pela sistemática estabelecida para transferência do Título de sócio-proprietário. O exame dessas normas, que regem o negócio jurídico celebrado entre as partes, torna evidente que, no caso, a venda do terreno não pode ficar subordinada à disciplina do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, regulamentado pelo Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938. Não há motivo que aconselhe, na hipótese, a aplicação dos dispositivos citados, porque o fracionamento da área do clube, para a venda exclusiva àqueles que pertençam ou venham a pertencer aos seus quadros, está longe de caracterizar oferta pública no conceito jurídico do termo.

Realmente, como mostra Serpa Lopes, referido por Wilson de Souza Campos Batalha "a lei de loteamento, estipulando a condição de oferta pública, para um dos característicos da venda de lotes de terreno a prestação, visou a venda a pessoas indeterminadas, vendas a serem feitas com quem quer que se apresente em condições de contratar" (Cf. Loteamentos e Condomínios - Vol. I - pag. 255).

Evidentemente, não se encarta nesse conceito de oferta aquela venda feita a um grupo determinado de pessoas, que queiram integrar o quadro social de um clube, com o compromisso de zelar pelo seu patrimônio, solver as obrigações contraídas pela sociedade, bem como contribuir, mensalmente, com uma cota para as despesas de manutenção e conservação do patrimônio social, como se reclama no artigo 6.º do Capítulo III dos Estatutos que integram a escritura.

Não há interesse que justifique a inclusão do fracionamento da área pertencente ao late Clube de Limeira na órbita das leis federais disciplinadoras dos loteamentos urbanos, ainda que situados nas zonas rurais, e nem que o inclua na esfera das leis municipais referidas nestes autos.

De fato, se o clube tem os seus limites perfeitamente traçados, se toda a área fracionada se integra no patrimônio da associação, se o conjunto se destina apenas a finalidades esportivas e recreativas e se os sócios, nos expressos termos das disposições estatutárias, se comprometem a zelar pelas áreas de circulação e recreação, não se vê a que título se possa vislumbrar, no desmembramento efetuado, um loteamento sujeito à disciplina e controle dos Poderes Públicos Federais, Estaduais ou Municipais.

Tudo se passa na órbita social, não se podendo falar em bens públicos quando estes são de uso exclusivo de uma sociedade.

Observe-se, por acréscimo, que um dos objetivos da legislação sobre loteamento, como é sabido, é assegurar os direitos dos compromissários, quer quanto à legitimidade da propriedade, quer quanto à realização efetiva da compra e venda.

Ora, numa sociedade civil os seus sócios já têm, nas assembléias e órgãos de direção, eficientes instrumentos de controle dos negócios por ela praticados, de sorte que nem esse argumento poderia favorecer as razões da suscitação.

Por sinal, parece que essas razões não foram estranhas ao Oficial suscitante, tanto que, a despeito dos motivos por ele alegados, a Serventia procedeu a várias dezenas de registros em condições semelhantes, inclusive depois da vigência da nova Lei dos Registros Públicos (fls. 56/73).

As leis municipais, pelas razões que aqui se alinham, também não poderiam constituir obstáculo ao registro, pois, conforme foi enfatizado na manifestação de fls. 85/101, todas elas foram inspiradas em motivos de ordem urbanística e de saneamento básico, que não podem ter incidência em área estritamente particular, pertencente a uma sociedade civil.

É por isso que a jurisprudência invocada em desfavor do registro se torna inaplicável à espécie, pois não se vê, aqui, loteamento no sentido exato do termo, que justifique a suscitação.

Por último, tendo em conta que o título, que se pretende registrar, descreve, minuciosamente, o terreno que tem por objeto, torna-se prescindível a descrição da parte restante, o que remove o outro obstáculo oposto pelo suscitante à prática do ato.

A descrição da parte remanescente, como tem decidido este Conselho, "não constitui exigência legal, razão pela qual não pode ser reclamada como condição para o registro ou para a matrícula, embora constante do provimento do Juízo" (cf. Apelação Civil n.º 262.486 da Comarca de Itaporanga e Ap. Civ. n.º 256.851 da Comarca de Piraju) .

Ante o exposto, dão provimento ao recurso para ordenar o registro, declarando improcedente a dúvida.

São Paulo, 30 de setembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Drs. Fernando Rudge Leite e José Manoel de Almeida.

Apelação Cível n.º 246.199 - Capital - Apte.: Antônio Nascimento de Oliveira e sua mulher - Apdo.: Sr. Oficial do Quarto Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.199, da Capital, em que são apelantes Antônio Nascimento de Oliveira e sua mulher, e apelado o Sr. Oficial do Quarto Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex lege".

Os apelantes, titulares da transcrição n.º 2.599, do 4.º Registro Imobiliário desta Capital, pretendem nela averbar a abertura de via pública, denominada Rua Mariano da Costa.

É certo que o imóvel não mais pertence à 4.ª Circunscrição Imobiliária, mas isso não constitui óbice, nos termos da Lei n.º 6.015/73, art. 169, I.

Entretanto, os apelantes não trouxeram documentação adequada, limitando-se a exibir uma certidão de que

"... no processo acima mencionado, foi constatada a existência e abertura das seguintes vias: Rua Mariano da Costa, possuindo cento e vinte metros de extensão e dezesseis metros de largura;..." (fls. 8).

A informação é insuficiente para o acolhimento da pretensão que os autos trazem, de "averbar ao lado da transcrição n.º 2.599 que, no terreno objeto da mesma, com frente para a Rua Visconde de Porto Seguro, foi aberta, transversalmente a esta, com a qual passou a fazer esquina, uma rua denominada Mariano da Costa, possuindo 120 metros de extensão e 16 metros de largura" (cf. fls. 4).

De fato, como aconteceu no julgamento da Apelação Cível n.º 257.298, da Capital, a averbação dessa rua "reclama certidão de sua perfeita localização, não bastando a informação de que ela faz esquina com a rua Visconde de Porto Seguro" (cf. fls. 27/28 e Boletim da Ass. Serv. Justiça, Vol. 103/75).

Sem isto, não há como averbar a abertura da rua, pois, não se sabendo que imóveis ela atingiu e que registros ela alterou, não há como orientar-se o Oficial nas suas anotações. O precedente julgamento, acima referido, considerou a existência de outros proprietários ao redor do cruzamento das ruas Mariano da Costa e Visconde de Porto Seguro, de sorte que a averbação, aqui pretendida sem documento hábil, poderá gerar outras averbações, à margem de registros existentes noutra Circunscrição Imobiliária, com reflexos no seu indicador real.

Assim, a falta de localização precisa da nova via pública é obstáculo ao provimento do recurso, não oferecendo interesses o controle da disponibilidade, pois a esta não se atém o Poder Público na abertura de ruas, restando aos interessados defenderem pelas vias próprias os direitos que possam ter.

Negam provimento.

São Paulo, 7 de outubro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. João Rabello de Aguiar Vallim.

Apelação Cível n.º 264.290 - Cruzeiro - Apte.: F.N.V. Fábrica Nacional de Vagões S/A. Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.290, da comarca de Cruzeiro, em que é apelante a F.N.V. Fábrica Nacional de Vagões S/A., apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Desnecessário o retorno dos autos à Comarca de origem, como pretende a D. Procuradoria Geral da Justiça, para que o Dr. Curador de Registros Públicos se manifeste, como "custos legis", sobre o recurso apreciado. O Ministério Público, de 1.ª e 2.ª instâncias, acompanhou o desenrolar da relação processual e exerceu amplamente, como órgão único e indivisível, a sua função de fiscal da lei.

No mérito, negam provimento ao recurso.

A pretensão da Apelante, de matricular o imóvel já registrado em seu nome desde 22 de abril de 1948 (transcrição n.º 3.410, Livro 3-13, fls. 291), não tem amparo legal.

Na sistemática dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores), "a matrícula será efetuada por ocasião do primeiro registro a ser lançado na vigência desta Lei" (art. 228 e item I do parágrafo único do art. 176), sendo que "na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis" (art. 168).

A retificação da área de imóvel, objeto de assento anterior, se faz através de averbação, que será efetuada, obrigatoriamente, na matrícula ou à margem do registro a ser alterado (item I do art. 169).

No caso, como não há qualquer título pendente de registro, mas apenas requerimento para anotação da área remanescente, é indiscutível que não podia ser aberta a matrícula do imóvel. Também não merece acolhida o pedido alternativo, contido no recurso, para que se autorize a lavratura da averbação da área remanescente, com base no levantamento unilateral procedido por engenheiros e aprovado pela Municipalidade (docs. de fls. 5 e seguintes), ou através das diligências estabelecidas para o processo de retificação bilateral (art. 213 e parágrafos, da Lei dos Registros Públicos), a serem realizadas, de forma incidente, ainda nestes autos de dúvida. O processo de dúvida é de natureza administrativa, e se caracteriza pela ausência de partes. O processo de retificação bilateral dos assentos imobiliários é contencioso, e se caracteriza pela possibilidade de ocorrer contraditório, tanto que a lei determina sejam citados todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores, sempre que da emenda resultar alteração da área do imóvel (§ 2.º do art. 213 referido).

Dentre eles não pode ocorrer a simbiose pretendida pela Apelante, que implicaria na instauração de processo misto. Para acerto da área remanescente, do imóvel objeto do registro anterior, a Apelante deverá socorrer-se do processo contencioso próprio, onde resguardados os interesses de terceiros, poderá proceder ao levantamento bilateral da extensão contida "intra muros" e averbar o resultado final, sanando a sua transcrição aquisitiva, que é totalmente omissa neste particular.

Ante o exposto, negam provimento ao recurso.

São Paulo, 30 de setembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr.

Darcy Marques da Silva.

Apelação Cível n.º 264.517 - Mogi das Cruzes - Apte.: Adolfo Afonso Fernandes - Apdo.: Oficial do 2.º Cartório de Registros de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.517, em que é apelante Adolfo Afonso Fernandes e apelado o Oficial do 2.º Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Mogi das Cruzes:

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., dar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

1. Pondere-se, inicialmente, que a sentença decidiu com acerto, quando arredou a possibilidade de infringência à legislação que dispõe sobre execução da Reforma Agrária e Promoção de Política Agrícola.

Inocorre, na espécie, qualquer infração à Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, bem como aos dispositivos legais que lhe alteraram o texto, inclusive do Decreto-Lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966.

Com efeito, o fracionamento da área, que motivou o desmembramento dos lotes, não se deu por força das escrituras trazidas a registro, mas, sim, em consequência da averbação procedida à margem da transcrição, ato muito anterior à lei que editou o Estatuto da Terra.

Não há, assim, que se cogitar de divisão em áreas inferiores ao módulo de propriedade rural, como, aliás, foi ponderado, também, no parecer do Dr. Curador dos Registros Públicos (fls. 33 verso).

A inscrição, posteriormente, do imóvel no INCRA, em consequência de cadastramento procedido pela Prefeitura Municipal, para efeito de lançamento de imposto territorial rural e taxas, pode significar, quando muito, que o imóvel está localizado na zona rural, fora do perímetro urbano, mas não tem o condão de apagar os efeitos produzidos pela averbação procedida.

2. Superada esta questão, impõe-se o reconhecimento da improcedência da dúvida pelo motivo remanescente, ou seja, por infração às disposições do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e do Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938, que o regulamentou.

Realmente, não há, nos autos, indício de que as vendas das chácaras se realizassem, por oferta pública, que constitui um dos requisitos fundamentais para aplicação do Decreto-Lei n.º 58, ou de seu decreto regulamentador.

Ao contrário, a própria averbação, de maneira clara, afastou essa hipótese, ao mencionar que as chácaras não eram destinadas à venda por oferta pública.

É certo que a ressalva, isoladamente, não poderia afastar o parcelamento do terreno da órbita disciplinar dos diplomas legais já aludidos, uma vez que a oferta pública poderia ser presumida de outras condições objetivas que rodeassem a venda dos lotes, como o uso de corretores, empresas de corretagem ou imobiliária, que fizessem oferta das unidades a quem por elas se interessasse.

Ocorre, contudo, que, no caso, nenhum dado concreto veio para o processo, de forma a positivar, ainda que por via indireta, ofertas públicas, que submetessem as chácaras em questão à disciplina da legislação especial.

3. Acresce, também, que as escrituras exibidas para registro mostram negócios à vista, sem qualquer parcelamento, ou seja, com preço integralmente pago no ato da própria lavratura. O acolhimento da dúvida, dessa forma, iria violar o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 58 e do Decreto n.º 3.079, por falta de demonstração do segundo requisito que ali se exige, para que um loteamento se submeta à disciplina que aqueles diplomas legais impõem, ou seja, o pagamento do preço em prestações sucessivas e periódicas.

Vale, aqui, para ilustrar o acerto da afirmação, o ensino de Wilson Souza Campos Batalha:

"Por conseguinte, escapam às exigências formuladas no citado inciso legal, as vendas à vista, ou aquelas feitas mediante certa entrada e pagamento do saldo em determinada data" (Cf.

Loteamentos e Condomínios - Vol. I - pág. 258).

Por isso, o autor citado, logo adiante, em trecho apropriado ao caso, assevera:

"Se, porém, o proprietário-loteador não desejar vender os lotes a prestações e não promover a inscrição do memorial e documentos, o compromisso de compra e venda será inscrito,

averbando-se à margem da transcrição, o desmembramento havido (Cf. infra: Capítulo VIII, Seção III).

Se se perfizer, logo de início, a venda definitiva, proceder-se-á à transcrição do título" (Op. loc. cit.).

Ora, na hipótese, o que se verifica, é que o proprietário, procedendo à averbação, à margem da transcrição, do desmembramento que levou a efeito, exauriu o rol de providências a seu cargo, para que as escrituras que se seguissem pudessem ser levadas a registro, sem qualquer infração à legislação especial invocada, principalmente quando se vê que o negócio realizado não foi precedido de oferta pública, e nem se marcou pelo pagamento do preço em prestações sucessivas e periódicas.

A averbação procedida se ateve, assim, aos princípios norteadores da matéria, afeiçoando-se a autorização contida no artigo 285, do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939; e se ela dá suporte suficiente à localização dos lotes em causa, apresentando-os como corpo certo dentro da área a que se refere a transcrição mencionada na escritura, injustificada se torna, a recusa aos registros.

4. Ante o exposto, dão provimento ao recurso, para ordenar os registros, declarando improcedente a dúvida.

São Paulo, 7 de outubro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Drs. Clécio Ribeiro e Tomaz Roberto Nogueira.

Apelação Cível n.º 264.073 - Santo André - Apte.: Walter Dias da Silva - Apdo.: Oficial do Primeiro Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.073, da Comarca de Santo André, em que é apelante Walter Dias da Silva, e apelado o Oficial do Primeiro Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., negar provimento, pagas as custas "ex-lege".

O apelante mesmo esclarece, com base nos documentos exibidos, que o objeto da ação divisória (quinhão n.º 84 do Sítio dos Viannas) tem a área de dezesseis mil, trezentos e setenta e sete (16.377) metros quadrados (fls. 10), da qual a Municipalidade, por ação expropriatória, ainda em curso, foi imitada na posse de doze mil seiscentos e setenta e cinco (12.675) metros quadrados (cf. fls. 21).

Ora, a certidão negativa que agora exhibe, juntada por linha, não cobre toda a gleba, mas unicamente a parte expropriada, cadastrada sob n.º 29.001.013 (cf. fls. 9, 35, 48), o que deixa insuficiente o suprimento da documentação.

Por outro lado, tratando-se de contrato de valor superior a dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), tendo por objeto transação imobiliária, obrigatória a menção, no instrumento, do número de cadastro da pessoa física do vendedor, a que se refere a Instrução Normativa 043, de 25-10-73, da SRF, item 2.4, exigência respaldada no Decreto-Lei n.º 401/68, artigo 3.º. Omissa a escritura, o título não se reveste dos requisitos necessários ao ingresso no Registro de Imóveis que cumpre, aqui, função fiscalizadora que lhe é cometida.

No caso, surgem, ademais, veementes dúvidas em torno à formação da escritura, relacionadas com a identidade do outorgante. Admitindo possível fraude, a sentença não negou validade a documento federal, em nenhum momento exibido nos autos e nele não figurante sob qualquer aspecto.

Com efeito, a escritura de fls. 57, também copiada às fls. 67 e 69, de 25 de junho de 1976, traz como outorgante pessoa desaparecida, que há mais de cinquenta anos transferiu residência para o Ceará, não tendo os parentes, aqui residentes, qualquer notícia do seu paradeiro (fls. 50), citada por edital no processo expropriatório em curso (fls. 25), fato noticiado pelo Procurador da Municipalidade de Santo André (fls. 32).

À vista dos valores que estão envolvidos, da ordem de quase meio milhão de cruzeiros (fls. 32), e, de outro lado, não dispondo a repartição competente dos elementos que assegurem a

idoneidade do documento de identidade usado na escritura (fls. 86 e 88), a qual foi lavrada no objetivo único de ensejar o levantamento, no processo expropriatório, do valor da indenização, porque o imóvel já está incorporado, por sentença, ao patrimônio do poder público expropriante e este tem imissão na posse desde fevereiro de 1974 (fls. 47); consignando, ainda, a sentença, o envolvimento, no caso, de pessoa bastante conhecida da Corregedoria Permanente, onde teve suscitadas várias dúvidas em processos de registro, em casos análogos, e, por último, as diligências negativas, empreendidas nas várias ruas da Capital de São Paulo, com o nome de Epitácio Pessoa, verificando-se inexistir qualquer residência como o n.º 239, tida na escritura duvidosa como domicílio do vendedor, que também não é pessoa conhecida nesses logradouros (fls. 92), logo se vê que os autos fornecem fortes indícios de que a escritura é fraudada, realidade que não se pode simplesmente ignorar para, dando curso, em terreno administrativo, a negócio suspeito, forrá-lo ao escalpelo da jurisdição contenciosa competente.

Sendo a desapropriação forma originária de aquisição da propriedade, porque não provém de nenhum título anterior (Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 5.ª ed., pág. 548), nenhum interesse há, para o processo expropriatório, no registro dos títulos em causa. Estes interessam, realmente, ao levantamento do preço, pelo que sua apresentação nos respectivos autos, ensejando a discussão de sua idoneidade e valia, atende ao objetivo que o apelante persegue, sem maiores comprometimentos que o do Tabelião desinformado de aspectos relevantes, agora conhecidos, e menos alertado da necessidade de mais rigoroso contraste no documento de identidade apresentado quando da outorga.

Negam provimento e mandam comunicar o decidido ao Juízo da ação expropriatória.

São Paulo, 31 de outubro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Nilço Soares de Carvalho e Aicler Angela Drimel.

Apelação Cível n.º 264.896 - São Bernardo do Campo Apte.: Giagui S/A - Indústria e Comércio - Apdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.896, da comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante Giagui S/A - Indústria e Comércio, apelado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis,

Acordam, em sessão do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, integrado neste o relatório de fls., negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei.

Nos processos de dúvida, onde são examinados os requisitos de validade e legalidade do título entregue a registro, descabe a realização de prova técnico-pericial, para acerto da área efetiva ou levantamento daquela disponível, como remanescente de assentos anteriores (Acórdão do E. Conselho, na Apelação Cível n.º 264.290, da comarca de Cruzeiro, julgada em 30 de setembro de 1977). A providência, além de extravasar os limites da dúvida, redundaria inútil porque a escritura de fls. 21/23, que se pretende registrar, menciona a área maior primitiva e descreve, por inteiro, o imóvel anterior, desprezando as glebas já desmembradas.

Assim, qualquer que fosse o resultado do levantamento topográfico, os dados consignados no título continuariam divergindo da área remanescente disponível, porventura encontrada.

Indeferem, assim, o pedido de diligência.

No mérito, mantêm a decisão recorrida, porque ninguém pode transferir a outrem mais direitos do que tem.

Os autos esclarecem que a vendedora, Indústrias Pelosini S.A., na qualidade de condômina e detentora de uma terça parte ideal (1/3), "pro indiviso", do lote n.º 47 do Núcleo Colonial de São Bernardo do Campo, com a primitiva área total de aproximadamente duzentos e nove mil e seiscentos metros quadrados (209.600 M2), promoveu ação de usucapião, onde obteve o reconhecimento de domínio exclusivo sobre duas glebas do mesmo lote, certas e delimitadas, as quais, depois, matriculou em seu nome (fls. 11/12).

Conseqüentemente, o antigo lote n.º 47 passou a ter alteradas as suas características, seja de área, seja de conformação, por força do desmembramento assim sofrido.

A presente escritura (fls. 22), transmitindo à apelante o direito condominial que a transmitente

houve pela transcrição n.º 8.423, feita no mesmo Cartório suscitante (fls. 13) e filiada à de n.º 5.882, da primeira Circunscrição de São Paulo (fls. 19), ignorou aquele desmembramento, pois continuou dando ao objeto da transmissão a mesma descrição constante do título primitivo. Entretanto, destacou a decisão recorrida, o usucapião importou, para todos os condôminos, na redução da área do condomínio, e não na extinção deste, como talvez esteja sendo pretendido. A promovente, criando para si domínio exclusivo sobre as áreas mencionadas no título originário que fez transcrever (fls. 11/12), deixou para o condomínio a área remanescente, não abrangida pela ação. Assim, o título ora apresentado (fls. 21/23) diverge dos assentos existentes no registro imobiliário, porque omite os desmembramentos havidos e continua a descrever um terreno que não mais existe, quer na área atribuída, quer na conformação mencionada. Além de não identificar o imóvel que remanesceu no condomínio "pro indiviso", o título, por outro lado, transmitindo fração ideal, não esclarece quem são os demais condôminos. Ora, essas divergências e omissões tornam irregular, segundo dispõe § 2.º do artigo 255 da Lei de Registros Públicos, o título examinado, e impedem a abertura da matrícula do imóvel objeto do condomínio, deixando de fornecer requisitos essenciais à lavratura do assento (artigo 176, parágrafo único, item II n.ºs 3 e 4). Logo, apresenta-se impróprio, na forma em que redigido, para ingressar no registro imobiliário. Ante o exposto, negam provimento ao recurso. São Paulo, 31 de outubro de 1977. (aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça; Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Antonio Pinto.

Apelação Cível n.º 264.989 - Capital - Apte.: Paulo de Rezende Barbosa - Apdo.: Oficial em exercício no 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 264.989, em que é apelante Paulo de Rezende Barbosa, e Apelado o Oficial em exercício no 7.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, em negar provimento ao recurso, pagas as custas na forma da lei. O confronto da certidão de fls. 21/24v., relativa às transcrições anteriores, mostra que, efetivamente, foram introduzidas várias inovações na descrição dos imóveis compreendidos nas letras "c" e "s" da escritura levada a registro. De fato, enquanto nas transcrições produzidas, calcadas nos títulos anteriores, os diversos imóveis apenas eram descritos pelas suas confrontações e áreas, no título atual figuram elas com divisas certas, extremadas por medidas e rumos exatos, inexistentes nos títulos primitivos. Essa diferença, como destacou o Oficial suscitante, gera patente conflito entre o que consta dos registros existentes e aquilo que deverá constar dos registros a serem efetuados, com inegável ofensa ao princípio da continuidade. Tem inteira aplicação a advertência já lançada por este Conselho no julgamento do Agravo de Petição n.º 247.363, versando hipótese não muito diferente da destes autos: "É de toda evidência que não podia o agravante, unilateralmente, modificar os característicos e confrontações do imóvel, colocando-os em total divergência com os constantes do registro imobiliário (Cf. art. 213, § 2.º, da Lei n.º 6.015/73). Se o fez, sujeita-se agora à norma do art. 225, § 2.º, da Lei citada, que, dispondo a respeito dos títulos admitidos a registro, assentou: "Consideram-se irregulares para efeito de matrícula os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior." Aliás, nesse mesmo sentido sempre foi interpretado o disposto nos artigos 247 e 248 do anterior regulamento dos Registros Públicos, Decreto n.º 4.857, de 9-11-1939 (Cf. Acórdão do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1972/1973, Lex Editora, págs. 112, 131, 133, 242 e 236)".

Tal ponderação, de resto, se reeditou no julgamento das Apelações Cíveis n.ºs 257.721 e 256.822.

Não há dúvida que o registro não poderia ser praticado sem quebra do princípio da continuidade, cujo objetivo é resguardar a segurança e a certeza que devem informar os atos do registro imobiliário.

Não vale argumentar, como pretende o apelante em suas razões, que as modificações citadas não teriam produzido alteração na área total dos diversos imóveis, pois essa consideração não é suficiente para afastar eventuais prejuízos que poderiam ser ocasionados a terceiros, com a mudança de configuração dos lotes, embora mantidas as mesmas medidas de superfície de cada um deles.

É claro, também, que o apelante faz inadequada invocação do julgamento proferido por este Conselho no Agravo de Petição n.º 242.428, da Comarca de São Paulo, porque, ali, o que se reconhecia era a irrelevância de referência a uma determinada área vendida, porque evidente que ela se continha dentro das confrontações que já constavam da transcrição anterior.

No caso, porém, as alterações versam, exatamente, sobre as confrontações iminentes de título já transcrito. Engana-se o suscitado, quando pretende, ainda, que as modificações estejam ajustadas ao provimento que invoca, pois, na realidade, como ponderou a sentença, o ato citado não autoriza correção que infrinja o princípio da continuidade, que é por ele ressalvado na íntegra.

Pelas mesmas razões, procede também a dúvida com relação ao imóvel descrito no item "f" do título, pois, como apontou o registrador, não poderia a escritura mencionar confrontação com a Estrada de São Simão, quando, pelo registro anterior, a confinação se dá com o lote n.º 121. Se houve erro no registro primitivo, como se aponta, claramente, no item 5 da petição de fls. 27/29, o reparo só pode ser feito mediante as cautelas indicadas, no artigo 213, e seus parágrafos, da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973, não cabendo ao apelante, unilateralmente, com dispensa da intervenção do registrador ou prescindindo de despacho judicial, proceder à retificação, tanto mais que, ela importando em alteração da descrição das divisas, poderia eventualmente, reclamar a manifestação de todos os confrontantes do imóvel (Cf. art. 213, § 2.º).

A recusa ao registro, dessa forma, guarda conformidade com a lei e a jurisprudência.

Ante o exposto, nega provimento ao recurso, para confirmar a respeitável sentença que julgou procedente a dúvida.

São Paulo, 7 de novembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr.

Luiz Ralpho Mil-Homens Costa.

Apelação Cível n.º 265.207 - São Paulo - Apte.: Silvia Maria Ferreira Curi - Apdo.: Oficial Interino do Terceiro Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 265.207, da Comarca de São Paulo, em que é apelante Silvia Maria Ferreira Curi, e apelado o Oficial Interino do Terceiro Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento ao recurso.

Não tem propósito o decreto de carência. A apelante reclama a prestação de um serviço público, posto por lei à sua disposição, cumprindo decidir-se do seu direito, e não atrelar o procedimento administrativo a preciosismos estiolantes e desalentadores. Essencialmente, o inconformismo da parte com a exigência do Serventuário está manifestada, e expresso o seu pedido de intervenção da Corregedoria, para forçar à satisfação de seus interesses (f. 3). A sustentação da recusa se vê à f. 26 e, assim, presentes todos os pressupostos da postulação administrativa que como dúvida inversa, ou simples reclamação, dê-se-lhe o nome que se queira, cumpre solucionar, pois que nenhum dano isso acarreta a ninguém, mas o órgão se prestigia, prestigiando as instituições.

Se a parte demonstra inarredável interesse no registro e o Oficial responde com inarredável.

exigência, para a Corregedoria não importa como esse conflito chegou ao seu conhecimento. Basta a consideração evidente de que ele precisa ser resolvido. Daí, a orientação construtiva do Conselho Superior da Magistratura, citada pelo Dr. Procurador da Justiça (f. 59), que fica mantida.

Verifica-se, na espécie, que a apelante quer averbar uma escritura de pacto antenupcial, vendendo-se obrigada a recorrer ao Corregedor do Cartório, em razão das dificuldades que lhe opõe o Serventuário. Este, chamado a informar, confirma que não pôde atender ao pedido de averbação, porque a apresentante: (a) forneceu dados imprecisos sobre as transcrições; (b) pretende um novo registro, que é impraticável; (c) figura, no título, com nome diverso do constante nas transcrições n.º 34.733 e 34.732 (cf. 26).

Como a interessada concordou em que fizera indicação inexata das transcrições a serem averbadas e corrigiu adequadamente o erro (f. 17), elidindo, a tal propósito, qualquer dúvida; como o pedido é de simples averbação do pacto antenupcial, já registrado no domicílio dos nubentes, à margem do registro dos imóveis no mesmo mencionados (f. 6), procedimento inteiramente consonante com o que preceitua o art. 244 da Lei n.º 6.015/73; como a certidão do casamento (f. 13) espanca qualquer dúvida de identidade, evidenciando ser a requerente a filha e herdeira de Josué Pereira Ferreira e de Almerinda Villela Ferreira, cujo registro de nascimento omitira o patronímico materno "Villela", assim condicionando o do casamento; considerando cerebrina a hipótese de duas filhas do casal, uma ficando fora da herança sem nada reclamar durante mais de trinta anos, logo concluem pelo excesso de escrúpulo do Serventuário, no desempenho que procurou dar ao caso; e conseqüentemente, dão provimento ao recurso, para, repelida a dúvida por ele sustentada, mandar que se façam as averbações pretendidas, lembrando à apelante a oportunidade de também averbar o nome resultante do casamento, para acerto definitivo do registro (Lei cit., art. 107, 11, 5).

Custas "ex-lege".

São Paulo, 31 de outubro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Hernel de Godoy Costa.

Apelação Cível n.º 267.427 - Itapetininga - Apte.: Josineida de Alencar Barros Kneubuhler - Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis. Direitos Hereditários, ou de Herança - Instrumento de Cessão - impossibilidade de Registro. Compra e venda - Aproveitamento, como tal, de Escritura de Cessão de Direitos Hereditários - Impossibilidade diante da Falta de Registro do Título dos Cedentes; ou Vendedores - Obrigatoriedade do Registro do Título anterior, segundo a Lei Vigente. Características e Confrontações - Minudência - Pressuposto e Elemento Necessário do Registro.

ACÓRDÃO

Acordam, os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Cuida-se de recurso, tempestivo e bem processado, contra a respeitável sentença que, reconhecendo a inviabilidade de registro de escritura de cessão de direitos hereditários, acolheu dúvida suscitada do Oficial de Registro de Imóveis. Argüi a apelante que, inobstante a denominação do instrumento, o negócio jurídico corresponderia a venda e compra, encadeada a sucessivas alienações desde o inventário de Firmino Elias Ayres, cujo formal prescindiria de transcrição.

2. Inconsistente o recurso.

Assente a inexecutabilidade de registro de instrumento de cessão de direitos hereditários, segundo orientação firmada sob o direito anterior, que, por resguardo do princípio da continuidade, não previa o ato ("Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo", Lex, 18/194, e "Revista dos Tribunais", 380/171 e 359/237), como o não prevê o artigo 167, 1, da vigente Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São

Paulo", 40/394), sai-se a recorrente com que se trataria de negócio jurídico de venda e compra, a cujo registro se não opõe aquele fundamento.

Não será ouvida, contudo.

Concedendo-se que, por incidir sobre coisa certa e suceder à partilha em que foram contemplados os antecessores dos cedentes, ao instrumento de cessão dos "direitos hereditários à sucessão de Firmino Elias Ayres" (fls. 4 verso) transparecera negócio jurídico de venda e compra, em primeiro lugar sua operância, como tal, dependeria do registro prévio do formal de partilha (art. 167, 1, 25, da Lei de Registros Públicos). Desde o regime precedente, em que o artigo 179, ec. artigo 178, h, VI, do Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939, sancionava a obrigatoriedade da transcrição, não mais se questiona da necessidade desse registro, menos para produzir a aquisição do domínio que para lhe completar uma das faculdades ou direitos, o direito de dispor do imóvel.

Inconcusso que, suposto se transfira o domínio pela só abertura da sucessão (arts. 530, IV, e 1.572, do Código Civil), dele não podem dispor os herdeiros enquanto, assegurando a observância dos princípios da continuidade e publicidade do registro imobiliário e, eventualmente, pondo termo à indivisão, não promovam o registro do formal. "O interesse da publicidade e o da continuidade do Registro Imobiliário, a necessidade de se lhe dar uma feição equivalente a uma espécie de estado civil do imóvel, assinalando todas as suas mutações e recebendo o contato de todas as circunstâncias modificativas, quer inerentes à coisa, quer aos direitos dos seus titulares, eis a precípua razão de se impor, em todas as legislações, a admissão ou extensão, do Registro Imobiliário aos atos causa mortis" (Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", Freitas Bastos, 5.^a ed., 1962, vol. IV, págs. 49 e 50, n.º 598. Grifos do original). Por o aprender, basta notar que o nome dos herdeiros aquinhoados não consta do registro da coisa transmitida. Não a podem, dessarte, transferir antes de registado o formal e assim perfeita a genealogia jurídica do imóvel.

Nem prospera a objeção de que, in casu, não seria exigível o registro prévio, em virtude de a sucessão mortis causa ter operado antes da vigência do Código Civil.

É que, admitindo-se que o longínquo predecessor Firmino Elias Ayres tenha falecido antes do advento do Código Civil, bem que o contrário se presuma (cf. fls. 14, 15, 18 a 31), quando muito independeria da transcrição prévia do formal a primeira alienação posterior de parte dos herdeiros daquele, consoante vinha do artigo 234, do Decreto 18.542, de 24 de dezembro de 1928, que estatuiu: "Em qualquer caso não se poderá fazer transcrição ou inscrição sem prévio registro do título anterior, salvo se este não estivesse obrigado a registro, segundo o direito então vigente. . . ". Conquanto sob redação menos precisa, esse mandamento foi incorporado no artigo 244, do Decreto 4.857, com as alterações introduzidas do Decreto 5.318, de 1940. Se o imóvel não estiver matriculado ou registado em nome do outorgante, não se admite, hoje, o registro, antes da matrícula e do registro do título anterior, qualquer que seja sua natureza (art. 195, da Lei de Registros Públicos). Vale dizer, não se aproveitaria a apelante daquela exceção legal, porque não houve a coisa diretamente aos herdeiros de Firmino Elias Ayres, mas dos cessionários destes, os quais adquiriram os direitos correspondentes mediante instrumento celebrado em maio e julho de 1970 (fls. 4 a 12). Evidente, portanto, que a eficácia própria de negócio de compra e venda estaria subordinada à aquisição da propriedade de partes dos vendedores, através da necessária transcrição do instrumento por cuja via receberam o imóvel aos herdeiros de Firmino Elias Ayres (arts. 530, 1, 533, do Código Civil). Noutras palavras, ainda que dispensado o registro prévio do formal de partilha dos bens do espólio de Firmino, seus herdeiros só consumariam a alienação aos antecessores da ora apelante, na vigência do Código Civil, por via de registro do título de transferência. Logo, se se não procedeu ou procede a esse registro prévio, necessário para operar a transmissão do domínio, não há reputar o conteúdo da escritura da apelante como negócio jurídico de compra e venda, pela manifesta razão de que os supostos vendedores não poderiam alhear coisa de que, à ausência de transcrição, não são proprietários!

Em segundo lugar - e o argumento é decisivo -, abstraídas todas as considerações anteriores, obstáculo de tomo impede o registro do instrumento contendido.

A individuação da coisa é, cristalinamente, deficiente (fls. 4 verso). Não se lhe exararam as características e divisas, com menção dos nomes dos confrontantes, em minúcias, como impõe a lei (art. 225, § 1.º, cc. art. 176, § único, II, 3, da vigente Lei de Registros Públicos). Esses são requisitos de rigorosa observância, com que, para certeza do domínio, não transigem a lei e a jurisprudência (cf. "Revista dos Tribunais", 495/93). A precisa identificação do imóvel, através da

descrição minudente de suas características e confrontações, é pressuposto e elemento necessário do registro, que se não autoriza quando dela careça o instrumento.

3. A regularização da escritura, cuja eventual dificuldade, aliás, não desobrigaria à atenção aos princípios legais deduzidos, deve perseguida aos transmitentes (rectius, cedentes), contra os quais dispõe a apelante de ação adequada para a obter ou se ressarcir.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 31 de janeiro de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young de Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Luiz Márcio da Costa Melo.

7-3-78

Apelação Cível n.º 265.785 - Santos - Apte.: Claudino Álvares de Castro - Apdo.: Oficial Maior do Segundo Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 265.785, da Comarca de Santos, em que é apelante Claudino Álvares de Castro, e apelado o Oficial Maior do Segundo Registro de Imóveis.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por votação unânime, adotado o relatório de fls., dar provimento, pagas as custas "ex lege".

A sentença se prende à informação do Serventuário, de que a quadra "E" é composta de oito lotes, numerados de 21 a 28, todos já vendidos e registrados em nome de terceiros; isso, não obstante o expresse reconhecimento de que houve irregular acréscimo de um lote, o de número 29 (vinte e nove), nessa quadra, fato que demanda regularização para possibilitar o ingresso do título exibido pelo tipelante.

Dessa forma, corrigido o erro da quadra "E" possuir nove (9), e não oito (8) lotes, cessa o obstáculo ao registro aqui pleiteado, que poderá ser feito.

Verifica-se - e o recurso salienta isso muito claramente que o Cartório do 2.º Registro de Imóveis de Santos deu guarida a um título de venda do lote n.º 29 (vinte e nove) da quadra "E" (fls. 28/29), quando esse lote não figurava na averbação do desmembramento do terreno.

Então, o que existe é erro de interpretação dos títulos precedentemente registrados, porque o terreno do apelante, individuado (fls. 15, 16, 40), está na sua posse e, portanto, não é nenhum daqueles indicados nas escrituras de fls. 24, 26 e 28.

O Serventuário procura justificar o que foi feito nos registros anteriores, mas em termos inadequados (fls. 19):

"Os dois últimos lotes dessa quadra "E", foram registrados, respectivamente, como lote 28, antigo 27, e lote 29, antigo lote 28 (transcrições 36.907 e 37.746, respectivamente).

Se, porém, os vendedores, ao alienarem esses dois lotes declararam erradamente o lote 28, como sendo antigo 27, e o lote 29, como sendo antigo lote 28, quando ambos seriam simplesmente lotes 28 e 29, então, nesse caso, o lote 27 (objeto do título desta dúvida), estaria disponível para ser alienado".

Se o lote n.º 29 não figurava na averbação, a escritura de fls. 28 é que não devia ser registrada.

O Serventuário não teve dúvida (fls. 42), mas errou; e esse erro não pode prejudicar terceiro, que tem título filiado e posse localizada, porque o título do apelante se refere ao lote n.º 27 da quadra "E", precisamente apontado como distante cinquenta e seis metros da esquina da rua Comendador Aristides C. Corrêa da Cunha (fls. 5, verso), e só poderia ser recusado se houvesse outro título referente ao mesmo lote, com precedência de registro, o que não ocorre e nem foi declinado.

O Serventuário, que já registrou oito títulos na quadra averbada com a composição de oito lotes, não quer admitir o ingresso de um nono registro. O que lhe compete, todavia, é anotar "ex-officio" os registros das escrituras de fls. 24 e 28, para situá-las regularmente nos lotes 28 e 29, este último não precedentemente averbado, de modo a liberar-se o lote n.º 27 para o ingresso do título do apelante, que nenhum defeito apresenta.

Todos esses fatos se confirmam, sem sombra de dúvida, no trabalho técnico de fls. 68/76, revelando a exatidão da planta de fls. 33, confirmando que é o apelante, e ninguém mais, o

detentor do lote n.º 27 (emplacamento n.º 35) e, principalmente, que. o lote apontado sob n.º 29 (vinte e nove), a despeito de ocupado, não integra a quadra "E", nem se relaciona com o loteamento (fls. 70/72 e planta de fls. 76). Isto também não deixa de decorrer, claramente, das últimas Informações da Serventia do Registro de Imóveis (fls. 78/80).

O lapso decorrente do registro do lote n.º 29 sana-se, assim, por meios adequados, para que não fique interferindo na disponibilidade sobre área certa, efetivamente existente, e que não foi esgotada por nenhum registro anterior.

Assim, dão provimento para autorizar o registro da escritura do apelante.

São Paulo, 23 de dezembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça e Relator;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr.

Francisco James de Faro Mello.

D.J. 13-01-78

PROVIMENTO N.º CVIII

Altera e consolida as normas que regulamentam o Plantão Judiciário

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1.º - São feriados, para efeitos forenses, os domingos e dias de festa nacional, os que forem especialmente decretados e aqueles que a lei estadual assim o declarar.

Artigo 2.º - O plantão judiciário será realizado aos sábados e naqueles dias em que não houver expediente forense na Capital, das 9 às 13 horas, destinando-se exclusivamente ao conhecimento dos pedidos de "habeas corpus" em que figurar como coatora autoridade policial.

Parágrafo único - Em caso de "ponto facultativo", o ato que determinar o fechamento do Fórum providenciará o respectivo plantão.

Artigo 3.º - Os plantões judiciários obedecerão escala publicada na última semana de cada mês, funcionando sob a presidência de um Juiz.

§ 1.º - Para esse fim, serão designados, pela ordem, os magistrados que estiverem em exercício nas Varas Criminais, Cíveis, da Família e das Sucessões, de Acidentes do Trabalho, da Fazenda Estadual, da Fazenda Municipal, Distritais, dos Registros Públicos, das Execuções Criminais e de Menores, bem como os Juízes Auxiliares das Varas do Júri e de Menores, obedecendo-se, sempre que possível, a numeração ordinal crescente.

§ 2.º - A competência dos Juízes de plantão judiciário perdurará mesmo depois do encerramento deste, estendendo-se até a reabertura do expediente do dia imediato.

Artigo 4.º - O Juiz que, por motivo excepcional, não puder comparecer ao Plantão, será substituído por Juiz Auxiliar da Capital, designado pelo Presidente do Tribunal, ou, quando para isso já não houver tempo, pelo Juiz Criminal em exercício na Vara de numeração imediatamente superior, através de comunicação direta de um para outro.

Parágrafo único - Nessa hipótese, no primeiro dia útil seguinte, o Juiz da escala dará conhecimento à Presidência do Tribunal dos motivos de sua ausência caso em que compensará oportunamente a sua falta, preferencialmente no lugar daquele que o substituiu.

Artigo 5.º - Os Juízes de plantão, quando titulares de Varas ou Auxiliares das Varas do Júri ou de Menores, além de sua competência própria, substituirão os Juízes das demais Varas, praticando nessas condições, os atos pertinentes ao exercício de suas atribuições.

Parágrafo único - Quando estiverem de plantão Juízes Auxiliares da Capital, competir-lhes-á a substituição dos Juízes titulares de Varas, seja qual for a sua natureza.

Artigo 6.º - Cada Juiz comparecerá ao plantão com um Escrivão ou Oficial Maior, quatro escreventes, um contínuo e três oficiais de justiça, designados pela E. Corregedoria Geral da Justiça, conforme escala publicada.

Artigo 7.º - São os seguintes os livros utilizados no plantão:

1. registro de feitos;
2. carga de ofícios;
3. carga aos distribuidores.

Artigo 8.º - As petições de "habeas corpus" serão dirigidas ao Juiz de Plantão, instruídas com a respectiva cópia, e conterão, sempre que possível, a qualificação do paciente e o nome da

autoridade coatora.

Parágrafo único - Não se permitirá, num só pedido, a relação de vários pacientes presos por autoridades e fundamentos diversos e em lugares diferentes.

Artigo 9.º - O ofício requisitório, instruído com a cópia da inicial, será entregue à autoridade coatora por intermédio do Oficial de Justiça, com recibo indicativo da hora e local.

Artigo 10 - Ao receber o auto de prisão em flagrante, nos casos relativos ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, o Juiz de Plantão providenciará a imediata distribuição, cientificando a Autoridade Policial a respeito do resultado.

Artigo 11 - Na distribuição, atender-se-á à competência reservada, na Organização Judiciária do Estado, às Varas Distritais para os crimes punidos com detenção.

Artigo 12 - As distribuições feitas no Plantão Judiciário autorizam compensação no primeiro dia útil imediato, o que será feito pelos próprios Distribuidores. Os Juízes, que presidirem plantões nos domingos ou sem dias sucessivos, devem excluir da distribuição as Varas sorteadas na véspera ou nos plantões imediatamente anteriores.

Artigo 13 - Encerrado o expediente, o escrivão guardará em lugar seguro os processos e, no dia útil seguinte, providenciará o seu encaminhamento para a distribuição pelas Varas, atendendo-se, quando for o caso, ao critério da prevenção.

Parágrafo único - Realizados dois ou mais plantões consecutivos, o escrivão transmitirá ao que lhe suceder os processos que dependam de informações da Polícia e de julgamento.

Artigo 14 - A Secretaria do Tribunal tomará as providências para abertura e fechamento da sala de plantão, fornecerá o material necessário para o expediente e requisitará o serviço de policiamento.

Artigo 15 - A Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria de Assistência Judiciária poderão designar, respectivamente, promotor e advogado para acompanharem os serviços de plantão.

Artigo 16 - O Juiz e os funcionários, que tiverem dado plantão completo, poderão gozar um dia de folga, como compensação, dentro do prazo máximo de trinta dias que se seguir, sob pena de caducidade.

Artigo 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelos Juízes de Plantão, ficando ressalvado aos interessados pedido de reexame dirigido à Presidência do Tribunal.

Artigo 18 - Nas Comarcas do Interior, o Juiz Diretor do Fórum, poderá adotar o regime instituído neste Provimento adaptando-o às peculiaridades locais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 26 de dezembro de 1977.

(aa) Gentil do Carmo Pinto, Presidente do Tribunal de Justiça;

Dimas Rodrigues de Almeida, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Acácio Rebouças,

Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 27-12-77

Apelação n.º 267.012 - Diadema - Apte.: Ministério Público - Apdo.: Oficial do Registro Civil do Distrito da sede da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação n.º 267.012, de Diadema, em que figura como apelante o Ministério Público, sendo apelado o Oficial do Registro Civil do distrito da sede da Comarca.

Acordam os membros do Conselho Superior da Magistratura, por maioria de votos, dar provimento, para julgar improcedente a dúvida, pagas as custas na forma da lei.

Em inteira consonância com o disposto no art. 70, inciso 9.º, da Lei n.º 6.015/73, que dispõe sobre os Registros Públicos, Antônio Borges de Almeida e Ana Lúcia Ferreira, contraindo casamento civil no distrito de São Bernardo do Campo, a 23 de julho de 1977, declararam legitimada a filha do casal Fátima Daniela Ferreira, nascida a 22 de dezembro de 1976 e com registro civil no Cartório de Diadema, livro A-10, fls. 153 verso, sob n.º 6.401. Em conformidade, ainda, ao que dispõe o art. 103 da mesma lei, operou-se a comunicação do fato ao Oficial do Registro Civil do Distrito de Diadema, para a devida averbação da legitimação no assento de nascimento, aduzindo-se, mais, a integração, no mesmo assento, do patronímico paterno, segundo o acertado pelo casal, a ser usado pela legitimada. A comunicação se vê à f. 3.

Opôs-se o apelado ao dever de ofício, reclamado o formalismo do reconhecimento da

paternidade, a exigir escritura pública, quando não figurou no assento do nascimento. Nesse sentido foi a decisão, rejeitando a manifestação do órgão do Ministério Público que, inconformado, apelou.

Atendem ao pedido.

É inteiramente fora de dúvida que a legitimação pressupõe o reconhecimento ou perfilhação. Efeito necessário do casamento dos pais (Código Civil, art. 353), impõe-se por esse simples fato, independentemente da vontade de quem quer que seja. Presente o reconhecimento, que pode ser manifestado por qualquer das formas estabelecidas no art. 357 do mesmo Código, a legalização da união dos genitores, pelo casamento civil, atua de pleno direito, deferindo legitimidade à prole nascida ou apenas concebida. Despicienda, para tanto, a menção, no termo do casamento, dos nomes dos filhos assim legitimados.

A regra determinante dessa menção, advinda com o Decreto n.º 4.857/39, art. 81, inciso 9.º, mantida na Lei

n.º 6.015/73, art. 70, inciso 9.º, objetivou precisamente os casos em que, inexistente o prévio reconhecimento, cumpria simplificá-lo, em suas formalidades, em atenção ao interesse público, para que a legitimação não se protraísse em detrimento da prole, à espera de uma escritura pública ou de um testamento. Mandando consignar no assento do casamento os nomes dos filhos legitimados, a lei contornou com sabedoria as dificuldades, certo que o ato da legitimação traz ínsito a evidência do reconhecimento ou perfilhação: pode-se reconhecer sem legitimar, mas é impossível legitimar sem reconhecer.

Nada de estranho em que a mãe, recebendo em justas núpcias a filha impúbere, também por esta recebesse, concomitantemente, a declaração do reconhecimento da paternidade, que foi manifesto quando o casal, celebrando o casamento civil, fez consignar no termo a legitimação da menor Fátima, conforme o comunicado (f. 3).

Já o insigne Pontes de Miranda advertia, versando a legitimação:

"Tem-se de compor a certeza de dois fatos: paternidade, casamento subsequente. É possível que ambos constem do mesmo instrumento, - A Escritura Nupcial". (Tratado de Direito da Família, ed. Max Limonad, 1947, vol. III, pág. 74).

Não havia, pois, embarçar a consumação da vontade dos genitores, expressa em ocasião e forma rigorosamente legais.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente e Relator designado;

Young da Costa Manso, Vice-Presidente; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça com voto vencido, em separado.

Declaração de voto vencido do Desembargador Andrade Junqueira:

I - Não há confundir dois institutos que se regem por normas diversas: reconhecimento de filho e legitimação de filho por subsequente casamento dos pais.

O reconhecimento está disciplinado no Capítulo IV do Título V do Código Civil (art. 355 e seguintes), ao passo que a legitimação está disciplinada no Capítulo, III, do mesmo Título.

II - O reconhecimento é feito no momento do assento de nascimento, quer pela mãe quer por esta e pelo pai, desde que a filiação não seja adulterina ou incestuosa.

Mas, se do assento de nascimento somente consta o reconhecimento por parte da mãe, o reconhecimento, por parte do pai, somente poderá ser feito "mediante escritura pública ou por testamento" (art. 357 CC).

Portanto, a lei dá um caráter formal absoluto ao ato de reconhecimento.

III - Ao passo que a legitimação resulta do simples fato do casamento subsequente dos pais (art. 357 CC).

Não há necessidade de qualquer ato formal dos pais no sentido da legitimação; nem mesmo declararem eles, no ato do casamento, que legitimam este, ou aquele, filho havido anteriormente; declarando, ou não, pouco importa, porquanto a simples existência do casamento posterior dos pais acarreta, ex vi, legis, a legitimação dos filhos havidos ou concebidos anteriormente.

IV - Quando a lei prescreve que do assento de casamento hão de constar "os nomes e as idades dos filhos havidos de matrimônio anterior ou legitimados pelo casamento" (art. 70, 9.º, da Lei dos Registros Públicos), a prova da existência desses filhos e do casamento há de constar de documentos que os nubentes exibem no processo de habilitação; não basta simples declaração verbal dos cônjuges no ato do casamento; do assento ficam constando referências que já constam de documentos existentes no processo de casamento.

A prova do casamento anterior e de sua dissolução (art. 70, n.º 3), as certidões de nascimento dos filhos do casamento anterior (item 9.º), assim como a escritura antenupcial quando o regime de bens convencional não for o comum (item 7.º).

Óbvio que, se os cônjuges tiverem filhos anteriormente ao casamento, mister se faz que comprovem o fato com exibição da certidão de nascimento, da qual constem os nomes do pai e da mãe de tais filhos; mas, se o filho somente foi reconhecido pela mãe, como na hipótese dos autos, o pai há de exibir escritura pública de reconhecimento, ainda que não averbada ao lado do assento de nascimento, para que fique constando a legitimação; essa prova documental há de ser exibida no processo de habilitação ao casamento, a ser lavrado quando de sua realização, se fará menção a tal filho em razão dessa prova documental já existente nos autos.

Não tem sentido admitir-se declaração de existência de filhos anteriores ao casamento sem prova documental nos autos.

V - Se se considerar que o assento de casamento se equipara à escritura pública, podendo servir para o reconhecimento de filho ilegítimo nascido anteriormente ao casamento, em contrário ao disposto no art. 357, então não haveria razão para a exigência de uma escritura antenupcial quando o regime de bens não for o convencional ou legal, pois, bastaria então os cônjuges declararem qual o regime preferido e com isso estaria satisfeita a exigência legal.

No entanto, a lei, nesse aspecto, tanto quanto no que diz respeito ao reconhecimento de filho, é absolutamente formal, pois exige "escritura antenupcial" passada em cartório, escritura que precede o casamento e que deve ser exibida antes da realização do casamento.

Tanto a escritura antenupcial como o reconhecimento comportam averbação posterior; aquela, após a realização do casamento, nos registros "referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer dos cônjuges, inclusive os adquiridos posteriormente ao casamento" (art. 167, II, n.º 1, da Lei dos Registros Públicos); no assento de casamento não há necessidade de averbação porque já consta do próprio assento do casamento. E o reconhecimento do filho ilegítimo é averbado à margem do assento de nascimento (art. 102, n.º 4, da Lei dos Registros Públicos).

É óbvio que a averbação, de ofício, prevista no art. 103, relativa à legitimação dos filhos havidos anteriormente, somente se justifica quando houver o reconhecimento do filho por parte de ambos os cônjuges, reconhecimento que há de se verificar por um dos modos previstos no art. 357 do CC: por ocasião do assento do nascimento ou por escritura pública.

VI - O assento de casamento serve tão somente para comprovar que no ato os cônjuges manifestaram ao juiz de casamento o seu consentimento; o casamento se consuma pela simples declaração dos cônjuges perante o juiz de que ambos se recebem por marido e mulher, conforme forma literal constante do art. 194 do CC.; feito isso, o casamento está consumado, ainda que o oficial deixe de lavrar o assento; este simplesmente registra um fato já acontecido; o casamento "in extremis" se consuma sem a presença do juiz, bastando seis testemunhas, sem qualquer assento lavrado na hora.

Vê-se, por aí, que o assento de casamento tem finalidade específica, não podendo ser considerada escritura pública para efeito de reconhecimento de filho ou de escolha do regime matrimonial de bens, pois estes necessitam de atos jurídicos normais, previstos em lei.

VII - O próprio Pontes de Miranda ensina que o reconhecimento do filho ilegítimo somente pode ocorrer por ocasião do registro do nascimento, por escritura pública ou por testamento (Tratado, vol. 9, § 964); óbvio que na escritura antenupcial, pela qual os cônjuges disciplinam o regime de bens, pode ser feito o reconhecimento do filho ilegítimo, o qual será legitimado quando da realização do casamento; mas, admitir-se que o reconhecimento se faça no assento de casamento, dando-se a esse assento o "status" de escritura pública; é que não se pode admitir, por infringente do disposto no art. 357.

VIII - Esses os motivos da minha divergência com a douta maioria.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1978.

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça e Relator.

D.O.J. 22-3-78

Recurso CG. n.º 84/77

Piraju - Adv. Dr. Esber Chaddad, Int. Dr. Luiz Carlos Dalcim. 1.

Trata-se de recurso de Luiz Carlos Dalcim, contra a decisão da Corregedoria Permanente (fls. 6 v.º) que acolheu consulta da Sra. Oficial do Cartório de Protestos de Piraju, e indeferiu a lavratura do protesto de um cheque, por estar prescrito. Em suma, o recorrente sustenta que o protesto é

ato extrajudicial, destinado a provar a apresentação do título, ao tempo devido, e a não realização da promessa nele contida. Afirma que o sacador, agindo de má fé, datou o saque de 1976, quando, na verdade, é de 1977, além do que sustou o seu pagamento no banco sacado. Na esfera do protesto não se discute se o título é líquido e certo, mas se está formalmente perfeito. Daí a necessidade de ser provido o recurso, para a lavratura do ato (cf. fls. 8/11). 2. O cheque (n.º 12.310, ao portador) está às fls. 4. Revela um saque de Francisco Leite Mendes Gonçalves, no valor de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), contra a sua conta no Banco Brasileiro de Descontos, agência de Piraju. É datado de 1.º-3-1976, tendo sido apresentado em 3-3-1977, oportunidade em que o banco carimbou que o pagamento estava suspenso, embora houvesse fundos na conta sacada. Foi levado a protesto em 11-4-1977. Seguiu-se a consulta e o indeferimento do protesto. 3. Proponho o acolhimento do recurso, não pelos seus fundamentos, mas na trilha da orientação assente nesta Corregedoria-Geral, de serem vedadas as incursões jurisdicionais pelos órgãos administrativos do Poder Judiciário. Prescrição não é matéria correccional e, afetando direitos patrimoniais, não se reconhece, nem mesmo "in-judicio", quando não invocada pelas partes. Cabe sua arguição em processo cautelar, mas este também se encontra no âmbito da atividade jurisdicional, que não se relaciona com as funções meramente administrativas da Corregedoria (cf. Cód. Civil, art. 166; CPC, arts. 810 e 811, IV; Revista de Jurisprudência do TJSP, vol. 43, págs. 415 e 417). Em hipótese equivalente, no que toca a irregular intervenção da Corregedoria em matéria jurisdicional, ficou estabelecido que, não estando o credor proibido de levar os títulos a protesto, mesmo incorrendo necessidade cambial, e nada impedindo, por outro lado, que o devedor lance mão de medida cautelar para sustar o protesto, visando a discussão da matéria no lugar adequado, não se concebe que a autoridade administrativa da Corregedoria-Permanente impeça "a priori" o exercício dos direitos de um ou de outro, por caminhos que não lhes são vedados; nem o oficial do protesto tem por missão substituir os devedores na defesa dos seus interesses (cf. Rev. Tribs. vol. 497, págs. 430-431). O Ilustre Juiz Paulo Restiffe Neto, observa, com muita propriedade, que não existe, em nosso ordenamento jurídico, nenhuma proibição do protesto tardio. "A tirada ou não do protesto tempestivo ou tardio fica na exclusiva dependência do arbítrio do portador, que é o responsável pela ordem dada e sofre os riscos de sua inocuidade". Prossequindo em suas observações: "A ineficácia ou não do protesto nestas condições constitui problema que, de regra, refoge ao âmbito meramente administrativo ou correccional da atividade cartorária". (cf. Lei do Cheque, ed. 75, pág. 218). O acórdão do E. Primeiro Tribunal de Alçada Civil, que é citado pela Procuradoria-Geral da Justiça (Rev. Tribs., 490/127), é provimento jurisdicional. A crítica que encerra sobre o protesto de título, prescrito é comando a que a Corregedoria se submeterá, desde que a tese resulte inquestionavelmente consagrada. Por enquanto, a sustação de um tal protesto, ou o seu cancelamento, devem provir de ordem judicial. O mesmo se diga da apreciação dos ternas aqui propostos sobre a prescrição do direito cartular, e sobre os meios de cobrança do crédito. 4. Opino pelo provimento, para garantir o protesto do cheque, "sub-censura" da atividade jurisdicional que venha a ser adequadamente invocada. É o meu parecer.

São Paulo, 14 de outubro de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar Dou provimento, nos termos e pelos fundamentos do parecer retro, que acolho. Devolvam-se os autos.

São Paulo, 15 de outubro de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça
D.O. 18-10-77

Recurso CG. n.º 72177

Capital Adv. Dr. Raimundo Pascoal Barbosa - Int.: Ryoiti Miyanishi 1. Ryoiti Miyanishi, por seu advogado, interessado em obter certidão negativa do Segundo Distribuidor Criminal, requereu o cancelamento de uma distribuição feita à 22.ª Vara Criminal (proc. 330/69), onde se viu processado por violação dos artigos 168 e 171, I e II, do Código Penal, sendo condenado, à pena de multa, por sentença datada de 3-11-1971. Posteriormente, em 22-12-71, com arrimo na Súmula n.º 146 do Supremo Tribunal Federal teve reconhecida a prescrição, mas deixou de pedir o cancelamento da distribuição como lhe era facultado pelo artigo 620 da Consolidação de Normas desta Corregedoria-Geral,

prejudicando-se com a vigência do Prov. n.º 6/76, que alterou aquele dispositivo. Não obstante, exercendo seu direito antes do Prov. 6/76, o co-réu Inda Thau conseguiu esse mesmo cancelamento, segundo está informado. Entende-se, assim, amparado pelo mandamento constitucional que garante o direito adquirido (Constituição Federal, art. 153, § 3.º), pois, na vigência do Prov. n.º 6/76, tinha direito ao pleito agora exercido. O MM. Juiz Corregedor-Permanente decidindo em função da regra "tempus regit actum", indeferiu o pedido, estabelecendo que é taxativa a enumeração contida no artigo 620 da Consolidação de Normas, segundo a redação atual, dada pelo Provimento n.º 6/76 (cf. fls. 39 e verso). O recurso insiste no tema invocado, do direito adquirido, sustentando que, na época, o cancelamento da distribuição devia ocorrer automaticamente (fls. 42143). 2. Passo a opinar. O pedido de cancelamento de distribuição foi mal posto, porque não se reveste de amparo legal. O recorrente jamais teve esse direito, não sendo exato que o Prov. n.º 6/76, desta Corregedoria, haja suprimido prerrogativa da qual, na verdade, não cuidou, nem mesmo o previu ou estabeleceu o artigo 620 da citada Consolidação de Normas, quer na primitiva, quer na atual redação. Percebe-se, entretanto, que o pedido não tem essa amplitude. O recorrente quer, apenas, uma certidão que não acuse a existência de ação penal efetivamente proposta contra ele, na qual foi condenado a pena de multa, obtendo, mais tarde, o reconhecimento da prescrição. Embora essa pretensão também não possua o menor alicerce de juridicidade, é exato que, anteriormente à vigência do Prov.

n.º 6/76, o artigo 620 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Geral, sem nenhum respaldo legislativo, autorizava a expedição de certidões negativas, entre outras hipóteses: d) para os condenados em simples pena de multa, estando esta paga; e) nos casos de condenação com suspensão condicional da pena; g) quando ocorrer a extinção da punibilidade, por prescrição da ação penal; fácil é deduzir, no caso dos autos, que durante a vigência dessa permissão administrativa, o recorrente iria obter uma certidão branca do Distribuidor Criminal, não obstante a efetiva existência de ação penal contra ele, e a despeito de ter sido condenado, porque, afinal, obteve o reconhecimento da prescrição da ação, nos termos da Súmula n.º 146 do Supremo Tribunal Federal. Ainda que não ocorresse tal reconhecimento, ele foi condenado a pena de multa que, unia vez paga, autorizava a expedição de idêntica certidão branca ou negativa, com a expressão "nada consta". 3. Ocorre que, em 12-4-1976, examinando representação do Ilustre Juiz Geraldo de Faria Lemos Pinheiro, integrante do

E. Tribunal de Alçada Criminal deste Estado, V. Exa. editou o Provimento n.º 6/76, alterando a redação do artigo 620 da Consolidação de Normas, no duplo escopo de 1) preservar o afastamento do rigor exagerado, que pode causar prejuízos injustificáveis, e também no de 2) revogar a exagerada liberalidade, igualmente nociva, por criar situações embaraçosas de descrédito e responsabilidade. Assim ficou redigido o artigo 620: "Art. 620 - As certidões de antecedentes, a pedido da parte interessada, serão expedidas com a anotação 'nada consta': a) nos casos de inquéritos arquivados; b) para os indiciados não denunciados; c) nos casos de não recebimento da queixa-crime, com trânsito em julgado; d) nos casos de absolvição, com trânsito em julgado; e) nos casos de reabilitação não revogada, após o trânsito em julgado do respectivo decreto: Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica aos casos de requisição judicial, onde a informação será completa." V. Exa. não deixou de considerar a grande margem de insegurança que resultava do sistema revogado. Tais certidões, com a expressão "nada consta" podiam ser facilmente obtidas pelos réus interessados em relaxamento de prisão, suspensão condicional da pena prisão-albergue, etc., sem mencionar os candidatos a concursos para investidura em cargos públicos, até na Magistratura, que também podiam exibir certidão branca, com omissão de processos criminais

anteriores, nos quais, inclusive, podiam estar condenados sob "sursis". O sistema revogado possibilitava que órgãos públicos de informação sonegassem dados de pesquisa substancial, de fornecimento necessário e obrigatório pelo simples fato da existência do registro. Na melhor das hipóteses, isto proporcionava julgamentos fundados em erro de informação. Havia, então, flagrante irregularidade a corrigir. 4. Justificando a correção feita, que era imperiosa, V. Exa. formulou conceitos que aqui transcrevo literalmente: "A informação se destina a fornecer elementos de segurança, não dúbios ou capciosos, como deixei acentuado em processo que teve o n.º 114.700, de que foi junta aos autos cópia do acórdão. Quem quer tratar na base dos antecedentes da pessoa com quem se envolve, tem o direito de ser lealmente informado." "Quem emite certidão negativa, tendo em seus assentos registros positivos, . . . está, em tese, praticando falsidade documental." "Evidentemente, o grave alcance da proposição tem passado despercebido. Ninguém, deve dificultar a vida de ninguém, mas essa é uma obrigação recíproca. O funcionário não forja informações desfavoráveis, nem carrega nas cores das que deve dar; o particular não reclama certidões capciosas, não acumplicia o serviço público nas sonegações de seu interesse pessoal." "A simples edição de norma, como a do artigo 620 em foco, é um descrédito antecipado para o serviço público. Todo o mundo supõe que uma certidão pública seja a expressão da verdade. O preceito está prevenindo que não. Como ele é de ordem interna, forçosa a conclusão, malgrado o generoso propósito que o informa, de que alguém está sendo iludido. "Como acentuado, é preciso não ir a exageros: nem rigor formalístico, nem condescendência comprometedora." "Positivamente, quem recebeu acusação formalizada, através de denúncia judicialmente recebida, registra antecedente relevante que importa conhecer e examinar. Tal antecedente não se apaga pela prescrição da ação, ou por ser imposta pena meramente pecuniária, ou, ainda, pela obtenção do "sursis", ou seja perempção da queixa. Essas são circunstâncias que ora excluem o apenamento, ora o encarceramento, mas que não eliminam o fato imputado. No trancamento da ação penal, é preciso indagar do motivo, pois ele pode advir, precisamente, de prescrição, de perempção, de outras questões formais, embora vez ou outra possa também ter efeitos mais profundos. O funcionário que certifica os antecedentes não tem competência para tal discriminação". "Já, a rigor, no arquivamento de inquérito, na ausência de denúncia, no não recebimento da queixa, na absolvição definitiva, na reabilitação confirmada, a pessoa, positivamente, não registra antecedentes: contra ela nada consta, justificando-se a informação negativa". "O art. 709 do Código de Processo Penal rege os registros policiais. Não disciplina as folhas corridas judiciais". (Cfr. despachos de 12-4-76 e de 7-6-76, no processo CG-43.442/75. V.tb. o despacho na Apelação Criminal n.º 129.657, de Santos). Assim, o Provimento n.º 6/76, como V. Exa. deixou nítido, "só acarreta a obrigação de completar, com certidão extraída dos autos da ação penal, a informação esboçada na folha de antecedentes, ficando a critério da pessoa, perante quem se deseje fazer prova de folha corrida, emprestar à informação completa o valor que quiser. O que não é possível é arcar a Administração Pública com as consequências, sempre imprevisíveis, da sonegação de antecedentes constantes de seus registros" (Cf. Proc. 43.442/75, cit.). 5. Ora, com esses propósitos, o Provimento n.º 6/76 não trouxe nenhuma restrição de direito a quem quer que seja. Limitou-se a extirpar, do artigo 620 da Consolidação, alguns textos que se ressentiam de legitimidade, disposições que davam azo a "ampliações carentes de lastro legislativo" como já observado no Processo n.º 47/77, desta Corregedoria (parecer do Dr. Antonio Joaquim de Oliveira). Veja-se que nem mesmo a recente Lei n.º 6.416/77 trouxe base legislativa para alcançar os propósitos do recorrente, limitando-se a estabelecer, em seu benefício, que "para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido

período de tempo superior a 5 anos" (Cód. Penal, art. 46, § único). Em outras palavras, o fato que "não prevalece" para o efeito de "reincidência" é um fato que existe e, aliás, pode prevalecer para outros efeitos, tanto que interessa a pesquisa da vida pregressa, para aferição da personalidade ou periculosidade do agente (C. Penal, art. 77, I), A própria exceção da regra que autoriza presumir a periculosidade pelos antecedentes (C. Penal, art. 78, § 1.º), exige a existência do registro da condenação anterior, sem o que a pesquisa do fato é inviável. Sendo a legalidade o pressuposto específico do ato administrativo, é evidente que, padecendo da sua falta, o texto revogado não outorgou nem gerou direito. As normas ab-rogadas não eram simplesmente inconvenientes ou inoportunas; e o interesse público decorrente do ato posterior, que anula ou altera o precedente assim viciado, impõe a sua vigência imediata em todos os casos, mesmo naqueles formados antes do seu advento, ainda porque a administração tem o direito de reconhecer a ilegitimidade dos seus próprios atos, e a conseqüente obrigação de extirpá-los, sem que disto resulte violação a direito adquirido, que não podia ser gerado pela norma assim maculada desde a origem, O Supremo Tribunal Federal já deixou incontroverso, na Súmula n.º 473, que "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos". A Consolidação de Normas desta Corregedoria-Geral, assim como os Provimentos da alta direção administrativa do Tribunal, são atos administrativo-regulamentares. Daí porque se torna viável substituir-se ou alterar-se a norma ilegítima, através de novo ato regulamentar, sem declarar-se expressamente a sua nulidade, como seria curial se fosse' outra a categoria do ato. A forma nem sempre demonstra, mas também não altera, a real natureza das coisas! Vê-se que o recorrente não pode escudar-se em direito adquirido para obter uma certidão apócrifa, sendo isto, em última análise, o que pretende. Assim, sendo, opino pelo improvimento do recurso. É o meu parecer.

São Paulo, 12 de outubro de 1977.

(a) Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito
Auxiliar

O Dr. Juiz Auxiliar esgotou o tema em seu parecer, que acolho e subscrevo integralmente. Limito-me à observação de que não há direito adquirido contra a realidade das coisas. Ninguém, jamais, teve qualquer direito à sonegação da verdade, nos termos pretendidos, de sorte que, totalmente adequada a aplicação do princípio "tempus regit actum", constante da sentença (f. 39), a certidão de antecedentes, a partir do Provimento n.º 6/76, por este é regida e nos seus termos é expedida. Nego provimento.

São Paulo, 17 de outubro de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça
19-10-77

Recurso CG. n.º 75/77 - Bragança Paulista - Adv. Dr. Paulo Pereira Nogueira - Int. Banco do Brasil S/A.

1. Trata-se de recurso do Banco do Brasil S/A, contra decisão da Corregedoria-Permanente do Cartório de Protestos de Bragança Paulista.

O recorrente ofereceu representação para obter, nos protestos de duplicatas, a fiel observância do art. 28 do Decreto n.º 2.044, de 1908, que exige a prática do ato dentro de três dias úteis contados da apresentação dos títulos. O serventuário objetou, informando, em resumo, que o prazo é contado da intimação do devedor. O Magistrado acolheu essas informações, determinando o arquivamento da representação (cf. fs. 2, 16, 24 v.º e 29).

No recurso, o Banco do Brasil insiste na sua pretensão (fs. 26/27) e o Dr. Promotor Público, tendo vista dos autos, prestigiou a decisão recorrida (cf. fls. 34/35).

2. O Provimento n.º 10/70 da Corregedoria-Geral, e a Portaria n.º 38/74 do Juízo de Direito de

Bragança Paulista (fs. 17 e 23) invocados pelo Serventuário, não têm aqui nenhuma aplicação. O primeiro, no dispositivo posto em destaque, disciplina as intimações por edital, e a Portaria pertine às intimações postas e as deprecações entre duas comarcas, nos processos judiciais. Outra é a questão debatida: a do início e término de contagem ("dies-a-quo" e "dies-ad-quem") do prazo para o Oficial tirar o protesto do título. Não é o prazo do credor para o protesto cambial necessário (garantia do direito de regresso) que, na duplicata, é de 30 (trinta) dias contados do vencimento (Lei n.º 5.474/68, art. 13, § 4.º), mas aquele do Tabelião, em qualquer protesto a seu cargo.

A tese defendida pelo recorrente, de que esse lapso é sempre de três dias úteis, contados da entrega do título ao Cartório, peca, antes de tudo, pela falta de lógica. Basta considerar que o instrumento do protesto deve conter a certidão da intimação do devedor (ou as substitutivas, de ausência e edital), para a conclusão necessária de que a intimação do devedor é pressuposto do ato a ser praticado. Em outras palavras, ainda que se marque o "dies-a-quo" naquele da entrega do título ao Tabelião, há uma condição que deve ocorrer, nesse interregno entre a recepção do título e o terceiro dia do prazo, que é a intimação do devedor (intimação real ou ficta), sem o que, não havendo como certificá-la, o ato não se pratica, a despeito de correrem três ou mais dias úteis.

Com fulcro em restrita interpretação de Pontes de Miranda (cf. "Tratado de Direito Privado", ed. 61, tomo 35, pág. 92), os Cartórios da Capital estão orientados no sentido de que o protesto deve ser tirado em três dias úteis contados da apresentação. Quando, por motivo de força maior, a intimação não se faz nesse lapso de tempo, prorroga-se o termo final do prazo. Nessas condições (prorrogado o termo final), assim que realizada a intimação, no mesmo dia se lavra o protesto.

Então, a falta de intimação do devedor faz prorrogar, enquanto dure, o "dies-ad-quem" desse tríduo legal. O prazo continua sendo o de três dias úteis, contados da recepção do título no Cartório, mas o último dia pode ser prorrogado até que se faça a intimação, que virá certificada no instrumento.

No âmbito administrativo da Corregedoria é esta a orientação que existe sobre o prazo que o Oficial de Protestos tem para lavrar o termo no seu livro. Entendo deva ser mantida, mesmo porque, na Capital, já constituiu praxe que, até o momento, não foi amputada pela atividade censória do Judiciário. No máximo, pode-se observar, em acréscimo da orientação vigente, que a incidência do princípio "dies a quo non computatur in termino" é plenamente defensável, pela evidente assimilação que teve no direito brasileiro, inclusive no Código Comercial (art. 135). Nesse sentido, encontra-se prudente lição de Carlos Fulgêncio (cf. "Comentários", ed. Forense, 1970, § 126, pág. 139) e também, na jurisprudência, em acórdão relatado pelo Desembargador Nogueira Garcez (cf. Rev. Tribs., 328/494; Franceschini, "Títulos de Crédito", ed. 72, 4.º volume, § 4.884).

As informações do Ilustre Serventuário interino de Bragança Paulista (fs. 16), dão conta de que, naquela Comarca, segue-se orientação diversa.

Opino, assim, no sentido do recurso ser provido, em parte, valendo a solução, pelos efeitos normativos, como provimento correcional específico.

É o meu parecer.

São Paulo, 24 de outubro de 1977.

(a.) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar Dou provimento em parte, nos termos do parecer.

Devolvam-se os autos.

São Paulo, 25 de outubro de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça

RECOMENDAÇÃO AOS SERVENTUÁRIOS DO FORO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO

O Corregedor Geral da Justiça, à vista de entendimento inexacto que, ao que consta, vem tendo a Recomendação de 7 de outubro de 1976, observa que a mesma, visando a disciplinar a formação dos instrumentos, de modo a desembaraçar-lhes o recebimento dos registros públicos, é dirigida aos Serventuários que os elaboram, e não aos registradores.

Não devem os registradores criar embaraços com fulcro na sobredita recomendação, cuja

fiscalização não lhes foi cometida, mas pautar a sua atividade, como anteriormente, pela exigência do que for de lei, admitindo, quando possível, o suprimento das omissões, pela mesma forma como antes faziam. A Recomendação pretendeu suprimir barreiras, e não criá-las, à tramitação dos negócios.

Quanto à indicação do CPF e do RG (item 1), ela é muito explícita na restrição aos "casos em que a lei exige". Conseqüentemente, a recusa de papéis sob esse fundamento deverá apontar a lei que exija tais elementos na formação do negócio de que se trata. Para a simples formalidade de matrícula ou registro imobiliário, a lei regulamentadora desse serviço reclama, alternativamente, o número de inscrição no CPF do MF ou do RG da cédula de identidade, ou à falta deste, a filiação (Lei n.º 6.015/73, art. 176, II, 4, a; e III, 2, a).

De outro lado, cabe acentuar que a Recomendação não pretendeu dispensar, e muito menos tolher o zelo e a prudência dos Serventuários, na identificação das pessoas perante eles envolvidas em negócios jurídicos. Isso é dever elementar, inerente à função. A indicação de que os atos devem conter tais ou quais elementos visou a ensejar fácil acesso deles aos registros públicos, mas não retirou de nenhum Serventuário o poder e o dever de se certificar, quando necessário e pelos meios usuais e idôneos a seu alcance, da identidade das pessoas para quem escrevem.

Publique-se.

São Paulo, 26 de outubro de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça

(Publicar dois dias consecutivos)

D.O.J. 27-10-77

COMUNICADO

Em cumprimento ao despacho da E. Corregedoria, comunico aos Srs. Escrivães que os funcionários sujeitos ao registro de ponto, a partir da publicação deste, deverão compensar saídas antecipadas ou temporárias sempre no início do expediente, do mesmo dia ou dos três dias subseqüentes, ficando vedadas as compensações ao final da jornada de trabalho.

DEPE-4, em 10-11-77

Processo CG. n.º 48334/77 - Capital - Int.: Antonio Tupinambá Vampré (14.º Tabelião de Notas).

1. Trata-se de representação do Dr. Antonio Tupinambá Vampré, ilustre Tabelião da Capital, pretendendo alterar o Provimento decorrente do Processo CG. n.º 45.943/76, para obter autorização de reconhecer firmas de pessoas brasileiras, lançadas em documentos produzidos no Brasil, embora em língua estrangeira, atento à circunstância de que esses documentos devem surtir efeitos no exterior.

Exemplifica com as faturas de exportação, lavradas em inglês; currículo escolar de bolsistas brasileiros, destinado às Universidades estrangeiras; documentos de concorrências públicas internacionais, etc.

Entende que o Provimento anterior, firmado no Processo CG. n.º 45.943/76, refere-se a documentos alienígenas, firmados por pessoas estrangeiras. Ademais, a exigência de tradução se prende ao simples fato de ser oficial, no Brasil, a língua portuguesa, além do que, uma coisa é autenticar o documento, outra coisa é usá-lo. Não se confunde o ato de autenticação de um documento, reconhecendo-se a firma de seus autores, com o possível meio de prova desse mesmo documento no Brasil.

Sugere que a autorização para os Tabeliães reconhecerem firmas nos documentos escritos em idioma estrangeiro seja condicionada à aposição de um carimbo com os dizeres: "Para valer no Brasil, o documento deve ser traduzido".

2. Com efeito, o Provimento anterior, decorrente do parecer e decisão proferidos no Processo CG. n.º 45.943/76, deixou assente:

"O reconhecimento de firma, por Tabelião, empresta aos documentos a presunção de autenticidade para fins processuais (CPC, art. 369); torna válidas as procurações em relação a terceiros (Cód. Civ., art. 1.289, § 3.º) e dá-lhes ingresso no Registro de Títulos e Documentos (cf. Lei n.º 6.015/73, art. 158).

Esses e quaisquer outros efeitos legais decorrentes do ato de reconhecimento de firma, por Tabelião, pressupõem documento escrito em língua portuguesa, visto que os documentos escritos em língua estrangeira, enquanto não traduzidos, não produzem efeitos legais no Brasil

(Cód. Civ., art. 140; Cód. Comercial, art. 125), nem são admitidos em Juízo (CPC de 1939, art. 228; CPC vigente, artigos 151 e 157; CPP, art. 236). A Lei n.º 6.015/73, além da tradução, exige o registro, para que os documentos de procedência estrangeira produzam efeitos em Juízo ou Tribunal, em repartições da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 129, 6.º).

Salvo exceções expressas, v.g., o testamento cerrado e o testamento particular (Cód. Civ., arts. 1.640 e 1.649; Clóvis, "Comentários", ed. 1927, vol. I, art. 140), os escritos em idioma alienígena, desacompanhados da respectiva tradução, e, em certos casos, do registro, não têm efeitos legais no Brasil, exceto o ingresso no Registro Público para efeito exclusivo de conservação e perpetuidade, com ressalva clara, da própria lei, que "para produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que também se observará em relação às preocupações lavradas em língua estrangeira" (Lei n.º 6.015/73, art. 148).

Independentemente da exigência de registro, que, anteriormente à Lei n.º 6.015 / 73, o Supremo Tribunal Federal entendia dispensável, os documentos originais, em idioma alienígena, podem ser autenticados por via consular (Súmula n.º 259), mas não podem obter, no País, o reconhecimento de firma, por Tabelião, que é uma etapa do curso legal que eles não têm. (... "omissis"...) (cf. Rev. Tribs., vol. 497/429)",

3. A reinserção de velho texto na atual Lei dos Registros Públicos, sobre a vedação de curso legal no País aos documentos vazados em língua estrangeira, ressalvado o mero registro de efeitos conservatórios, acabou suscitando a questão do reconhecimento de firma nesses documentos, não obstante jamais resultarem revogadas as normas proibitivas do seu curso legal que, por certo, repousavam esquecidas na praxe tabelioa, dia a dia mais solicitada dos interesses que lhes são levados, e que inegavelmente procriam nos grandes centros econômicos, com as implicações específicas da importação, exportação e concorrências internacionais.

Não é, pois, difícil presumir a grande quantidade de papéis de natureza obrigacional que, em função desses negócios, entram e saem do país, para produzir os efeitos jurídicos que lhes são destinados. É o próprio autor da representação que lembra as faturas dos exportadores, lavradas em inglês; os documentos de concorrências públicas internacionais, etc.

Há papéis que, assim, produzirão efeitos no Brasil; outros são destinados a produzi-los no exterior.

4. Se algum efeito jurídico deve surtir no Brasil, a lei exige que o documento seja escrito em português. Pode ser nacional, não interessando onde foi produzido o documento, mas se está escrito em português ou noutro idioma. A língua - reduz Pontes de Miranda - é apenas "a materialidade com que se expressa o conteúdo intelectual (Coment. CPC, ed. 74, v. III, p. 72), não significando que o idioma estrangeiro corresponda a documento estrangeiro.

Evidentemente, o objetivo da lei é a segurança jurídica, antes de qualquer outro propósito relevante, como existe, para tornar obrigatório o emprego do vernáculo, ou da língua oficial do País, nos atos públicos. Os propósitos legais não estão detidos em civismo, moral e decoro, ou fiscalização da receita tributária. Também não impõem, como observa Tornaghi, exageradas preocupações puristas (Comentários CPC, ed. 75, v. II, p. 13). É a segurança das relações e implicações jurídicas, nos atos públicos, que deve ser, antes de tudo, resguardada.

Há palavras, frases e expressões alienígenas que podem constar de documentos públicos ou particulares, sem que esses motivos de segurança imponham a tradução. Num contrato de "leasing", são as cláusulas escritas em vernáculo que interessam, não o título importado, que não interfere na compreensão do conteúdo, na eficácia ou ineficácia do negócio.

A própria linguagem forense é abundante em expressões e brocardos latinos, italianos, franceses (até alguns ingleses e alemães) de uso corrente e, principalmente, seguro quando a serviço da síntese e da precisão conceitual. Outras, porém, que expressam idéia ou definam coisas de entendimento restrito a determinada ciência, a certo ramo da atividade negocial, ou de uso não generalizado e, portanto, desconhecidas, não se safam à tradução, devendo ser antes, evitadas para não se verem traídas.

Os interesses de comércio internacional também não abalam essa estrutura. Veja-se que, até mesmo na disciplina das sociedades estrangeiras que poderão funcionar no País, o Projeto de Lei n.º 634175 condiciona a autorização governamental à apresentação de documentos

"autenticados de conformidade com a lei nacional da sociedade requerente legalizados no consulado brasileiro da respectiva sede e acompanhados da tradução em vernáculo". Tal será a redação, segundo o Projeto, do artigo 1.168, § 2.º, do Código Civil (cf. Mensagem n.º 160/75, do

Poder Executivo, apud Sylvio Marcondes, "Questões de Direito Mercantil", ed. 77, págs. 253 e 281).

É uma simples questão de segurança jurídica, não obstante a inegável validade dos outros propósitos informadores dessa restrição legal que, paralelamente, subsistem e também a justificam.

5. O Tabelião de Notas, que tem a atribuição legal de reconhecer firmas, não escapa dessas prescrições. O Decreto n.º 13.609/43, faz expressa referência aos Notários:

"Art. 18 - Nenhum livro, documento ou papel de qualquer natureza que for exarado em idioma estrangeiro, produzirá efeito em repartições da União, dos Estados ou dos Municípios, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, ou entidades mantidas, fiscalizadas ou orientadas pelos poderes públicos, sem ser acompanhado da respectiva tradução feita na conformidade deste regulamento

Parágrafo único - Estas disposições compreendem também os Serventuários de Notas, e os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos que não poderão registrar, passar certidões ou públicas-formas de documento no todo ou em parte redigido em língua estrangeira".

É evidente que as vedações específicas do parágrafo único (passar certidões e públicas-formas) não ab-rogam, as proibições genéricas lançadas no "caput". As disposições do "caput" "compreendem também os Serventuários de Notas. . ." (Sic), que estão impedidos de dar curso legal a quaisquer papéis ou documentos não escritos em português, ou desacompanhados da tradução em vernáculo, não importando o lugar da produção do documento, nem a nacionalidade dos signatários.

Ainda que se possa sustentar que o reconhecimento de firma tem eficácia restrita à assinatura, dando-lhe presunção "juris-tantum" de autenticidade, por semelhança com aquela constante do registro notarial, não se pode olvidar que o Código de Processo Civil reputa assim autêntico todo o documento (art. 369), isto é, empresta-lhe a mesma presunção "juris" de autenticidade, admitindo prova em contrário não apenas sobre a falsidade da assinatura que foi reconhecida, mas também sobre o conteúdo material.

O ínclito Pontes de Miranda, que limita a eficácia do reconhecimento à assinatura, adverte que o Tabelião deve verificar, no texto, se não há ocorrências que tornem duvidoso o conteúdo (Coment. CPC, ed. 74, v. IV, p. 346). E ele não pode fazê-lo, validamente, se o documento estiver escrito em língua estrangeira.

Como quer que seja, o serviço público prestado pelo Tabelião, inserido na tutela administrativa do Estado, tem caráter oficial. Em substitutivo ao Projeto de Lei n.º 1.530, inscreveu-se, no artigo 3.º, que o tabelião "é profissional de direito, investido de fé pública pelo Estado, retribuído diretamente pelo utente de seu serviço e cuja função pública consiste em receber, interpretar e dar forma juridicamente válida à vontade das partes" (apud J. Frederico Marques, "rev. Notarial Brasileira", ano II n.º 2, pág. 13). Tal o que se pretende "de jure constituendo" sem embargo de que, independentemente desse preconizado estatuto, a sua chancela é sinal de Estado, detentor de fé pública. Os documentos que tramitam perante ele têm curso oficial. Reconhecer firma num documento é dar-lhe o curso legal.

A indagação sobre o lugar destinado aos efeitos precípuos decorrentes do conteúdo material do documento) é despicienda. A atuação do Notário não pode extravasar os limites da lei, que nenhuma atribuição lhe conferiu nesse sentido. Sem base em lei que o autorize, expressamente, está impedido de apor o sinete ou a chancela de seu ofício público em documentos que, no País, não têm curso legal, pois, que isto equivaleria a dar-lhe o fluído vedado.

Ainda aqui não se omite Pontes de Miranda. Ressalvando os efeitos entre os figurantes do documento, ou seja, entre as partes, prescreve que esses efeitos subsistem e escapam das vedações legais ou das "regras de legalização e reconhecimento de firmas" (Coment. CPC, ed. 74, v. III, p. 66).

6. A sugestão oferecida pelo Ilustre Tabelião da Capital carece de expressa autorização legislativa, que a Corregedoria não pode dar, porque não detém a competência. Os atos oficiais dos Notários brasileiros não podem valer no exterior quando são ilegais no Brasil. Seria ilógico admitir que a eficácia reconhecida fora de nossas fronteiras não tivesse por pressuposto a integral legitimidade do ato público aqui praticado.

Assim, opino pela manutenção do anterior Provimento, expedido no Processo CG. n.º 45.943/76. É o meu parecer.

São Paulo, 9 de novembro de 1977.

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar Aprovo o parecer.

São Paulo, 16 de novembro de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. 17-11-77

PROVIMENTO N.º 11/77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 do Decreto-Lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e pelas notas 4.ª e 6.ª da Tabela 7 do Decreto n.º 5.857, de 11 de março de 1975, Considerando o que ficou decidido no Proc. n.º CG-31.723/69, 3.º Volume,

Resolve:

Art. 1.º - Fixar a seguinte tabela de despesas com condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, da Família e Sucessões, das Fazendas Públicas, de Acidentes do Trabalho, de Registros Públicos e de Menores:

a) para o primeiro perímetro, correspondente ao raio de 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Praça da Sé) Cr\$ 10,50;

b) para o segundo perímetro, correspondente ao raio de distâncias superiores a 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Praça da Sé) - Cr\$ 21,00;

c) para os Oficiais de Justiça das Varas Distritais, fixa-se a importância de Cr\$ 10,50 por diligência, independentemente das distâncias efetivamente percorridas.

Art. 2.º - Os valores referidos no artigo anterior serão adiantados pelos interessados na efetivação das diligências, diretamente aos Oficiais de Justiça, em dinheiro trocado, no montante exato do devido, mediante recibo.

§ 1.º - Os interessados poderão, se preferirem, adiantar as despesas de condução dos Oficiais de Justiça através de depósito em mãos do Escrivão, contra recibo deste, que anotará o pagamento no livro de carga de mandados. Neste caso, a carga do mandado, assinada sem ressalva, valerá como recibo do Oficial, do pagamento da despesa de condução.

§ 2.º - Salvo em casos de urgência, mediante ordem do Juiz, ou nos casos de justiça gratuita e nos processos referidos no art. 3.º (terceiro), os Oficiais de Justiça não estão obrigados a assinar carga dos mandados sem o prévio pagamento, pelos interessados das despesas de condução.

§ 3.º - Cumprida a diligência os Oficiais de Justiça cotarão, em item apartado, as despesas de condução, assinalando já ter ocorrido o adiantamento, se for o caso; se cobradas em excesso, as importâncias recebidas a esse título serão glosadas, ficando o Oficial obrigado a devolver a diferença no prazo de 3 (três) dias, sob pena de suspensão.

§ 4.º - Quando várias diligências forem efetuadas ao mesmo tempo, em locais vizinhos, usada apenas uma condução, o Oficial de Justiça fará jus ao reembolso de uma só verba. Quando necessárias mais de uma diligência, ao mesmo local, para cumprimento de um mesmo mandado, o Oficial certificará o fato para reembolsar-se, ulteriormente, contra recibo.

§ 5.º - Os valores tabelados não serão devidos quando o próprio interessado na diligência fornecer a condução necessária.

Art. 3.º - Nas diligências realizadas em processos-crimes de réus pobres, inclusive as que forem requeridas pelo Ministério Público nos seus atos de ofício, e nas realizadas em feitos relativos a menores infratores ou abandonados, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas com condução, as quais correrão à conta de verba própria do Orçamento do Tribunal de Justiça, observada a tabela fixada no art. 1.º e respeitada a respectiva dotação orçamentária.

Art. 4.º - Para os fins do artigo anterior, considere-se pobre:

I - o que for assim declarado pela Autoridade presidente do inquérito Policial, mediante atestado constante do relatório de que trata o art. 10, § 1.º, do Código de Processo Penal;

II - o que for assim declarado pela Autoridade Policial da circunscrição em que residir o interessado;

III - o que for assim declarado pelo Diretor do Estabelecimento Penal em que o interessado se encontrar preso;

IV - o que for assim declarado por despacho judicial;

V - o que for defendido pela Procuradoria de Assistência Judiciária ou por Advogados dativos, ainda que se trate de réu revel.

§ 1.º - As diligências realizadas anteriormente à declaração da pobreza somente serão reembolsáveis depois dessa mesma declaração.

§ 2.º - O disposto no art. 4.º aplica-se aos processos-crimes de ação privada, quando se tratar de querelante considerado pobre, nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 5.º - Não são reembolsáveis, à conta da verba orçamentária própria do Tribunal de Justiça, as diligências determinadas de ofício pelo Juízo, requeridas pelo Ministério Público ou pela Defesa, em se tratando de processo-crime de réu não pobre.

Art. 6.º - São reembolsáveis as diligências realizadas em cartas precatórias de réus pobres, devendo os Escrivães dos Juízos deprecantes assinalar com realce a pobreza, quando regularmente declarada.

Art. 7.º - Para os fins dos reembolsos de que trata o art. 4.º, os Escrivães, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça, certificarão a veracidade dos elementos incertos nos aludidos mapas, especialmente no que respeitam à pobreza dos interessados.

Art. 8.º - Na Capital, à vista da certidão mencionada no artigo anterior, os Juízos Corregedores Permanentes aporão seus "vistos" e encaminharão os mapas ao Departamento Técnico de Contabilidade da Secretaria do Tribunal de Justiça (DECÔ), até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, salvo motivo devidamente justificado quanto ao eventual atraso.

§ único - Se forem constatadas irregularidades a propósito dos elementos constantes dos referidos mapas, serão as mesmas comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito, sem prejuízo da suspensão do pagamento correspondente, a critério daquele órgão.

Art. 9.º - Este provimento se aplica também, no que couber, aos Oficiais de Justiça das demais Comarcas do Estado, respeitadas as respectivas dotações orçamentárias.

Art. 10.º - Os Juízes de Direito Diretores dos Fóruns, aos quais compete baixar portarias sobre as tabelas de despesas com condução de Oficiais de Justiça, segundo o art. 32 do Decreto-Lei n.º 203/70, remeterão cópias das mesmas à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Art. 11.º - Nas demais Comarcas do Estado, os Juízes Corregedores Permanentes efetuarão o pagamento das diligências mediante a apresentação dos mapas, estes com os requisitos estabelecidos no artigo 7.º, e prestarão as contas na forma da ordem de serviço n.º 1/77, da E. Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 12.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1978, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 6 de dezembro de 1977.

Eu, (a.) (Ézio Donati), Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi; (a.) Des. Acácio Rebouças Corregedor-Geral da Justiça.

D.O. 8-12-77

PROVIMENTO N.º 12/77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições;

Considerando que o Decreto-lei Federal n.º 58/37 sujeita os loteamentos de terrenos à aprovação da autoridade sanitária (art. 1.º, 1.º, redação da Lei n.º 4.778/65);

Considerando que o Código Nacional da Saúde (Decreto n.º 49.974-A/61) determina, como medida de saneamento, a audiência da autoridade sanitária, para aprovação desses loteamentos (art. 34, parágrafo único);

Considerando que o Estado submete à autoridade sanitária os loteamentos de imóveis em geral, nas áreas urbanas e zonas rurais (Decreto-lei n.º 211/70, art. 3.º, "A", n.º XVI);

Considerando que o saneamento do meio se inclui como providência legal de prevenção de saúde (Lei n.º 211/70, art. 2.º; Lei n.º 997/76, art. 2.º);

Considerando o controle prévio estabelecido, das fontes de poluição (Lei n.º 997/76, art. 5.º), entre as quais se inclui todo e qualquer loteamento de imóveis, independentemente do fim a que se destina (Decreto n.º 8.468/76, art. 57, n.º X);

Considerando que, sujeitos os loteamentos, por providência sanitária a licença prévia de instalação (art. 58, I), o mesmo regulamento confia à Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente - CETESB, na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado, a função de outorgá-la (art. 6.º, n.º VI);

Considerando a representação objeto do processo CG-48.414177;

Determina:

Artigo 1.º - Para o registro dos loteamentos sujeitos ao regime do Decreto-lei n.º 58/37, os Senhores Oficiais do Registro de Imóveis exigirão prova da licença de instalação por parte da CETESB Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente.

Artigo 2.º - As demais exigências legais, relacionadas com a aprovação, em cada caso, da Secretaria da Saúde, das Prefeituras Municipais, das autoridades militares, florestais e quaisquer outras, já em vigor, continuarão sendo observadas.

Artigo 3.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 12 de dezembro de 1977.

(a) Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. 13-12-77

PROVIMENTO N.º 1/78

O Desembargador Humberto de Andrade, Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Considerando os fatos ocorridos no Terceiro Cartório de Protestos de Letras e Títulos desta Capital, no ano de 1972, objeto de processo criminal ainda em trâmite no foro desta comarca; Considerando os fatos recentemente verificados no Quinto Cartório de Protestos de Letras e Títulos desta Capital, objeto de sindicância em andamento e que justificaram a suspensão do Escrivão e do Oficial Maior;

Considerando que o numerário, depositado em cartório para solução de Títulos apresentados para protesto, pertence aos credores e não, ao cartório, não tendo o Serventuário direito a seu uso, sob pretexto algum;

Considerando os prejuízos conseqüentes e a repercussão negativa desses escândalos, no tocante à imagem que o respeitável público deve ter de nossa organização judiciária, e Considerando ainda que é obrigação da Corregedoria Geral tomar as providências adequadas a que tais fatos não mais se repitam,

Resolve:

Artigo 1.º - Os pagamentos de títulos apresentados para protesto só poderão ser efetuados através de cheque visado e cruzado, no valor correspondente apenas ao da obrigação, emitido pelo interessado em nome e à ordem do credor ou do apresentante autorizado a receber, e pagável na praça do Cartório, sem prejuízo dos emolumentos devidos, que serão pagos no ato e em apartado.

§ 1.º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em feriado bancário que não o seja também do foro extrajudicial.

§ 2.º - De todas as intimações deverá constar advertência que transcreva o "caput" e o parágrafo anterior deste artigo.

§ 3.º - O título quitado será entregue ao interessado, mediante recibo, apenas à vista de cheque que preencha todos os requisitos do "caput" deste artigo.

§ 4.º - O Escrivão verificará da regularidade formal dos cheques, inclusive em consonância com este Provimento, e reterá o cheque e o título, até que se lhe esclareça a inocorrência, quando suspeitar de irregularidade. Positivada esta, devolverá o cheque ao interessado, salvo se se prefigurar ilícito penal.

§ 5.º - Os cheques serão entregues ao credor ou ao apresentante autorizado a receber, mediante recibo, e no mesmo dia, se um ou outro o exigir.

Artigo 2.º - Quando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não devolver os "avisos de recebimento" (ARs) de intimações, dentro do prazo contratual, o Escrivão expedirá, incontinenti, intimação em mão própria.

Parágrafo Único - O Escrivão elaborará relação diária das intimações em mão própria, expedidas de conformidade com este dispositivo, e remetê-la-á, no fim do expediente diário, ao Juízo Corregedor Permanente, que o arquivará em pasta própria e ordem cronológica.

Artigo 3.º - O Escrivão só sustará lavratura de instrumento de protesto, à vista de requerimento escrito do credor ou do apresentante, ou por ordem judicial.

Parágrafo Único - Em se tratando de requerimento escrito do credor ou do apresentante, o Escrivão devolverá o título no ato de protocolo do requerimento, que será arquivado em pasta própria e ordem cronológica, anotando a devolução no livro próprio. Permanecerão, em Cartório, à disposição do respectivo Juízo, apenas os títulos cujo protesto for sustado por decisão judicial.

Artigo 4.º - Este Provimento entrará em vigor, para todos os Cartórios de Protestos de Letras e Títulos do Estado de São Paulo, no dia 1.º (primeiro) de fevereiro do corrente, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 24 de janeiro de 1978.

Eu, (a) Ézio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

(27, 28, 31/1 e 1/2)

D.O.J. 27-1-78

PROVIMENTO N.º 2/78

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando o que dispõe o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977, a propósito da retenção do Imposto sobre a Renda, na fonte pagadora, incidente sobre verbas apuradas em processos judiciais:

Considerando as atribuições cometidas, nessa matéria, aos Ofícios de Justiça em geral, por esse mandamento legal e na forma da Portaria n.º 746, de 15 de dezembro de 1977, do Ministro de Estado da Fazenda, e da Instrução Normativa n.º 74, de 16 de dezembro de 1977, da Secretaria da Receita Federal;

Considerando ainda a necessidade de cumprirem os Cartórios os misteres atribuídos, em estrita colaboração com os estabelecimentos depositários das quantias em dinheiro, à disposição dos Juízos de Direito, na forma do que determina o Provimento n.º CV/77, do E. Conselho Superior da Magistratura, a saber, Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. - CEESP e Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA;

Considerando a necessidade de ser disciplinado e uniformizado, a propósito, o procedimento dos Cartórios do Estado, implantando-se mecanismos práticos e seguros para a consecução dos objetivos legais; e

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no Processo CG n.º 48.924/78,

Resolve:

Artigo 1.º - Nos pagamentos de verbas sujeitas à retenção do Imposto sobre a Renda, na fonte, como antecipação do que for devido na declaração do beneficiário, os Cartórios só entregarão as ordens de levantamento aos interessados, mediante a apresentação dos correspondentes "Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF", em cinco vias e devidamente preenchidos, sob sua responsabilidade, na forma da Instrução Normativa n.º 74, de 16 de dezembro de 1977, da Secretaria da Receita Federal.

§ 1.º - Nesses casos, as ordens de levantamento serão preenchidas com indicação do montante da verba a ser levantada e menção expressa da quantia a ser retida, a título de Imposto sobre a Renda, na fonte, conforme modelo anexo a este Provimento.

§ 2.º - Quando, em se tratando de levantamento de honorários advocatícios, houver mais de um procurador constituído nos autos, o fornecimento da ordem de levantamento deverá ser precedido de indicação efetiva do beneficiário do rendimento, por parte dos interessados.

§ 3.º - O Cartório deverá apor visto e carimbo nos "DARF" apresentados pelos interessados, para efeito de identificação segura, pelo estabelecimento arrecadador, do Cartório a que deverão se destinar as vias próprias daqueles documentos.

§ 4.º - De posse das ordens de levantamento e dos "DARF", os interessados se dirigirão aos estabelecimentos depositários, os quais, no ato do pagamento, recolherão, autenticando as vias do "DARF", a quantia equivalente ao desconto devido, indicada nas ordens apresentadas.

§ 5.º - Os mesmos estabelecimentos, dentre as vias do "DARF", entregarão uma delas ao interessado, para servir de comprovante da retenção, e deixarão outras duas, à disposição dos Cartórios, os quais deverão retirá-las diariamente, uma para juntada ao processo respectivo e

outra para arquivamento em pasta própria e em ordem cronológica.

§ 6.º - Os estabelecimentos depositários deverão ainda, em seguida à retenção, creditar a quantia respectiva, em conta especial, à disposição de cada Juízo de Direito, com a denominação "Poderes Públicos - Juízo de Direito da (Vara ou Comarca) - Portaria Ministerial n.º 746/77", transferindo o respectivo saldo, dentro do mês seguinte e mediante ordem do Juízo, para o Banco do Brasil S.A., à disposição da Secretaria da Receita Federal.

Artigo 2.º - Os Cartórios, após retirarem as vias do "DARF", na forma do § 5.º do artigo 1.º, lançarão no livro a que se refere o item 4 da Portaria Ministerial n.º 746/77, as retenções efetivamente realizadas, com remissão expressa ao número do processo, à natureza do feito, ao montante e à data da liberação do rendimento, ao nome do beneficiário e ao valor da retenção, tudo conforme modelo anexo a este Provimento.

Parágrafo único - O livro aludido neste artigo, devidamente escriturado, deverá ser levado a "visto" mensal do Juiz Corregedor Permanente.

Artigo 3.º - Enquanto houver saldo em poder dos Depositários Públicos, para eventuais levantamentos, daqueles de que trata este Provimento, esses órgãos deverão aplicar, no que couberem, as normas ora baixadas, atuando em colaboração com a agência local da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. - CEESP.

Artigo 4.º - Ao artigo 900 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescentado o seguinte inciso, concernente ao livro aludido no artigo 2.º deste Provimento: "VII - Registro das Retenções do Imposto sobre a Renda"

Artigo 5.º - Os Cartórios do Contador, ao elaborarem contas de liquidação que incluam verbas sujeitas à retenção do Imposto sobre a Renda na fonte, deverão, desde logo, destacar os montantes devidos a esse título, mediante a aplicação do percentual determinado por lei.

Artigo 6.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 27 de fevereiro de 1978.

(a) Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA N.º 746 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1977

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977,

Resolve:

1. O imposto de renda na fonte de 5% (cinco por cento) previsto no artigo 7.º do Decreto-lei n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973, incide sobre os valores pagos ou creditados a pessoas físicas ou jurídicas a título de:

a) Juros;

b) Honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiros, médicos, contabilistas, peritos, assistentes técnicos, avaliadores, leiloeiros, síndicos, testamentários, liquidatários ou assemelhados;

c) Lucros cessantes.

2. A retenção deve ser efetivada no Cartório do Juízo onde se processa o feito, no momento em que, por qualquer forma, o recebimento se torne disponível para o beneficiário.

3. O imposto retido constitui antecipação do devido na declaração do beneficiário do rendimento.

4. Os Cartórios responsáveis pela retenção do Imposto de Renda devem escriturar livro "Caixa", previamente registrado em repartição da Secretaria da Receita Federal, onde deverão registrar, diariamente, a partir de 1.º de março de 1978, as retenções e recolhimentos que efetivarem.

(a) Mário Henrique Simonsen

(1.º, 2 e 3/3)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF N.º 74 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1977

Dispõe sobre o recolhimento do Imposto de Renda incidente sobre honorários pela prestação de serviços quando retido por Cartórios.

O Secretário da Receita Federal, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977, que deu nova redação ao artigo 7.º do Decreto-lei n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973,

Resolve:

1. O Imposto de Renda retido com fundamento no artigo 7.º do Decreto-lei n.º 1.302/73 deve ser recolhido dentro do mês-seguinte àquele em que tenha ocorrido o fato gerador podendo, no entanto, ser antecipado nos Juízos em que haja determinação das autoridades judiciárias competentes nesse sentido.

1.1 O recolhimento deve ser efetivado com uso do "Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF", podendo ser utilizada uma via adicional para entrega ao beneficiário do rendimento, após receber a autenticação do estabelecimento bancário que faça parte da rede arrecadadora de receitas federais.

1.2 No preenchimento do "DARF" o beneficiário do rendimento deverá indicar os seus dados nos respectivos campos.

1.3 No campo 31 deverão ser indicados o Juízo onde se processa o pleito, o número do processo, a natureza do feito e o nome do beneficiário do rendimento.

1.4 No campo 20 deverá ser indicado o código do imposto -0844.

2. O beneficiário do rendimento-pessoa física ou jurídica poderá compensar o imposto retido na fonte com o devido em sua declaração do exercício financeiro relativo ao ano-base em que os rendimentos forem computados.

3. A via adicional do DARF, prevista no item 1.1, constituirá comprovante hábil da retenção desde que, sendo o beneficiário pessoa física, conste seu nome no campo 31 do formulário.

4. Atendendo ao disposto no item 4 da Portaria Ministerial n.º 746 de 15 de dezembro de 1977, os Cartórios e Ofícios de Justiça devem escriturar, a partir de 1.º de março de 1978, livro "Caixa" previamente registrado em repartição da Secretaria da Receita Federal, onde deverão ser lançadas as retenções efetivadas com expressa remissão ao número do processo, natureza do feito, data da liberação do rendimento, nome do beneficiário e valor do recolhimento.

4.1 Os comprovantes de recolhimento do imposto devem ser mantidos arquivados pelos Cartórios e Ofícios de Justiça em pasta própria e em ordem cronológica.

5. Não ocorre a incidência do imposto em indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, de rescisões de contratos de trabalho ou de outros rendimentos considerados como não tributáveis pela legislação do imposto de renda, conforme disposto no artigo 22 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto n.º 76.186, de 2-9-75, bem como sobre os juros calculados sobre tais indenizações.

5.1 Também não ocorre a incidência quando o beneficiário do rendimento for pessoa jurídica de direito público, ou entidade que goze de imunidade tributária.

6. Ocorre, no entanto, a incidência do imposto em relação aos rendimentos correspondentes à prestação de serviços de advogado e de outros profissionais, como dispõe o artigo 7.º do Decreto-lei n.º 1.302/73, ainda que seja nos processos citados no item anterior.

(a) Adilson Gomes de Oliveira, Secretário da Receita Federal.

(1.º, 2 e 3/3/78)

PODER JUDICIÁRIO

São Paulo

..... a Vara

Cartório do º Ofício Processo

n.º

GUIA DE LEVANTAMENTO N.º

Em de de 19 .

Senhor

Em virtude do despacho proferido às fls. dos autos

n.º, desta Vara, autorizo

.....

.....

a levantar da guia n.º em nome de

.....

conta

.....
a quantia de Cr\$

.....
deduzindo-se a quantia de..... referente
ao IR
na fonte.

.....
Juiz de Direito
Obs.: O Procurador tem poderes especiais para receber e dar quitação, conforme procuração às
fls.....
dos autos.
Conferido por

.....
Escrivão Diretor

.....
Recebi
A quantia de Cr\$

.....
Em de de 19 .

Documento:

Cart.

N.º

(1.º, 2 e 3/3)

MÊS DE

DE 19

N.º de Ordem

N.º do Processo

Natureza do Feito

Montante do Rendimento

Data da

Liberação

Beneficiário

Valor do Recolhimento

D.O.J. 2-3-78

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Cartórios de Ofícios de Justiça em geral que, enquanto não preparados impressos próprios para o livro "Caixa" a que se referem o item 4 da Portaria n.º 746, de 15 de dezembro de 1977, do Ministro de Estado da Fazenda, e o artigo 900, inciso VII, da Consolidação de Normas de Corregedoria Geral da Justiça, deverão se utilizar de livros tipo "ata", adaptando-se na forma do modelo anexo ao Provimento n.º 2, de 27 de fevereiro de 1978.

(02, 03, 04)

D.O.J. 4-3-78

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Cartórios de Ofícios de Justiça em geral, para execução das medidas de que trata o Provimento n.º 2/78, que: a) segundo o que se decidiu no Processo CG. n.º 48.924/78, aos Cartórios Oficializados não se aplica, a exigência de registro prévio do livro "Caixa", em órgão da Receita Federal; b) em razão de a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. - CEESP não se achar, por ora, integrada na rede arrecadadora da Receita Federal, quando se tratar de levantamentos junto àquele estabelecimento, será acrescida uma via adicional da respectiva guia, para entrega imediata ao contribuinte como comprovante da retenção, enquanto não fornecido o "DARF" regularmente autenticado; c) os interessados deverão ser informados de que, na hipótese tratada no item anterior o "DARF"



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NEAR – Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.
Organização: Sérgio Jacomino.

deverá ser retirado, com a competente autenticação e oportunamente, na própria agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. CEESP.
D.O.J. 4-3-78

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, comunica em aditamento aos modelos anexos ao Provimento n.º 2/78, publicado nos dias 1.º 2, 3 do corrente mês, que passarão a vigorar com as alterações abaixo ilustradas:
(18, 21 e 22/3)

PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

..... a Vara GUIA DE LEVANTAMENTO N.º
Cartório do º Ofício N.º
Em de de 19 .
Senhor
Em virtude do despacho proferido às fls. dos autos
n.º, desta Vara, autorizo
.....
..... CPF n.º
a levantar da guia n.º em nome de

.....
conta
.....
a quantia de Cr\$
.....
.....
.....
.....
deduzindo-se a quantia de Cr\$ referente ao
Imposto
de Renda na fonte.
.....

Juiz de Direito
Obs.: O Procurador tem poderes especiais para receber e dar quitação, conforme procuração às
fls.....
dos autos.
Conferido por

.....
Escrivão (a) Diretor
.....
Recebi
A quantia de Cr\$
.....

.....
Em de de 19 .
Documento:
Cart.
N.º
(1.º, 2 e 3/3)

N.º de Ordem	N.º do Processo	Natureza do Feito	Montante do Rendimento Cr\$	Data do
Recolhimento	Beneficiário	CPF	Valor do Recolhimento	

Medidas internas 415 mm

RECOMENDAÇÃO

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, Considerando que é obrigação dos Serventuários a guarda e conservação dos livros do Cartório, tanto no foro judicial como no extrajudicial, e a necessidade de bem fixar-se essa responsabilidade, que não se elide com a confiança acaso depositada em pessoas estranhas ao serviço, que queiram e possam ter a eles acesso direto;

Recomenda que tais exames não sejam permitidos fora das vistas e fiscalização do Serventuário, salvo determinação em contrário, por escrito e em cada caso, do Corregedor-Permanente do Cartório, Nesta última hipótese, o Serventuário deverá verificar o estado do livro no momento da restituição e em presença do restituinte, ou, na recusa deste, de testemunhas que atestem qualquer anormalidade, que será imediatamente comunicada por escrito ao Corregedor-Permanente.

São Paulo, 20 de dezembro de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça. D.O.J. 27-12-77

DESPACHO PROFERIDO - No pedido formulado pelos titulares dos Cartórios de Protestos e Títulos e Letras desta Capital e o 2.º de São Bernardo do Campo, para efeito de prorrogação do prazo para entrada em vigor do Provimento n.º 1178, o Senhor Corregedor Geral deu o seguinte despacho:

"O pedido vem desacompanhado de qualquer justificativa para o adiamento das providências determinadas; e como os que o assinaram representam uma minoria em face dos serventuários dos cartórios de protestos de todo o Estado de São Paulo, os quais não pleitearam qualquer adiamento; e considerando que esta Corregedoria Geral verificou que não há dificuldade alguma no aproveitamento dos impressos já existentes nos cartórios, quer pelo uso de carimbo quer pelo grameamento de papeleta com as novas exigências; e levando em consideração que amanhã, o Provimento já estará sendo cumprido em todo o Estado, indefiro o pedido, muito embora a Corregedoria esteja disposta a estudar e resolver qualquer dificuldade que possa surgir na aplicação do Provimento, desde que comprovada e levada ao conhecimento da Corregedoria Geral.

São Paulo, 31 de janeiro de 1978.

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça."

D.O.J. 27-1-78

PROVIMENTO N.º 13/77

O Desembargador Acácio Rebouças, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que ficou decidido no Processo N.º CG. 48.482/77, Resolve:

Disciplinar a comunicação às Prefeituras Municipais, para atualização de cadastro, das transmissões imobiliárias levadas a registro.

Artigo 1.º - Os Oficiais de Registro de Imóveis comunicarão às Prefeituras Municipais interessadas as transmissões imobiliárias, efetivadas ou compromissadas, que têm a registro em seus cartórios.

§ 1.º - A comunicação conterà, em resumo, os dados necessários à atualização cadastral do Município, podendo ser feita pelo sistema de listagem diária, semanal ou mensal, segundo o movimento do cartório no setor.

§ 2.º - A listagem será feita em duas vias, a primeira delas para uso do Município e a outra para arquivamento em cartório, com recibo, para prova do cumprimento da obrigação.

Artigo 2.º - A comunicação será isenta de qualquer remuneração, enquanto não estabelecido para ela um preço no Regimento de Custas e Emolumentos.

Artigo 3.º - Este provimento entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 22 de dezembro de 1977.

(a) Des. Acácio Rebouças, Corregedor-Geral da Justiça.
D.O.J. 24-12-77

PORTARIA N.º 17/78

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Autoriza:

1. O afastamento dos Senhores Escrivães dos Cartórios de Notas e Protestos de Letras e Títulos e Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado, para participarem do V Congresso Notarial Brasileiro, a realizar-se entre os dias 5 e 9 de abril próximo, em Brasília, Distrito Federal.

2. Os dias de comparecimento serão considerados de efetivo exercício, à vista de comprovante fornecido pelo Colégio Notarial do Brasil, organizador do conclave, apresentado no prazo de 30 (trinta) dias.

3. Durante o afastamento serão observadas as regras constantes do artigo 297 e seu parágrafo único da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Publique-se. Anote-se. Comunique-se.

São Paulo, 10 de março de 1978.

Eu (a.) (Ézio Donati), Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi; (a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 11-03-78

A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA para ciência dos MM. Juízes e dos Srs. Escrivães transcreve o ofício autuado no DEGE sob o n.º CG. 49.451/78:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OFÍCIO/INCRA/DP/N.º 242/78 Brasília DF

Em, 10/3/78

Senhor Corregedor,

Tem sido levado ao nosso conhecimento que muitos projetos de loteamento de imóveis rurais, aprovados pelo INCRA, vêm sendo inscritos no Registro Geral de Imóveis sem a observância do disposto no Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937.

Sucedem que a aprovação do projeto pelo INCRA, tem efeitos específicos e serve somente como pré-requisito para a devida inscrição do loteamento no Registro Geral de Imóveis.

A observância do Decreto-lei n.º 58, como é da ciência de V. Excia, tem por finalidade preservar os direitos dos compradores dos lotes e, a sua inobservância, ilidirá esses direitos.

Por estas razões, solicito de V. Excia. alertar os Srs. Oficiais de Registros de Imóveis no sentido

de que a aprovação de um projeto de loteamento pelo INCRA, não exime o loteador de cumprir o referido Decreto.

Nesta oportunidade, apresento meus protestos de consideração e apreço.

(a) Hélio Palma de Arruda, Diretor do DP

Exmo. Sr. Desembargador Humberto de Andrade Junqueira MD. Corregedor Geral da Justiça.

São Paulo - SP.

(29, 30, 31/3 e 1/4)

D.O. 30-3-1978

PROVIMENTO N.º 4/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando os fundamentos do Provimento CG. 8/77, que vem concorrendo, eficazmente, para aprimorar os serviços judiciários, e

Considerando a necessidade de lhe estender a bem sucedida disciplina às intimações que se efetuam nos termos do art. 237, II, do Código de Processo Civil,

Resolve:

Artigo 1.º - As intimações de despachos, decisões e sentenças devem consumir-se de maneira objetiva e precisa, assim quando efetuadas através de publicação, como de carta registrada.

Para esse fim, as publicações e as cartas devem conter, além do nome das partes, dos seus advogados, do número e espécie do processo ou procedimento, os elementos necessários ao seu imediato e completo entendimento, tais como o objeto e sujeito da intimação, natureza e espécie da matéria de que se dá ciência, explicitação do conteúdo da ordem judicial (sobre o que se deve manifestar, conhecer ou omitir) etc.

Artigo 2.º - As decisões interlocutórias e as sentenças serão publicadas, ou transmitidas por carta, pelo resumo do capítulo dispositivo. Os despachos ser-lo-ão com as cautelas do artigo anterior.

Artigo 3.º - Os Srs. escrivães velarão pelo estrito cumprimento deste Ato, conferindo, diariamente, o material de publicação e de cartas, sem prejuízo da fiscalização ordinária dos Juízes Corregedores Permanentes.

Artigo 4.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, mantidos os pareceres normativos e os ofícios circulares, concernentes ao Processo CG. 11.107, e revogado o Provimento CG. 8/77.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 30 de março de 1978.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

(1.º e 4/4)

D.O.J. 1.º e 4-4-78

PROVIMENTO N.º 5/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e Considerando que se viu o Juízo Corregedor Permanente obrigado a determinar a suspensão dos serventuários do Terceiro e Quinto Cartórios de Protestos de Letras e Títulos da comarca da Capital, em razão de graves fatos já do conhecimento público;

Considerando que, com o regime introduzido por esta E. Corregedoria Geral da Justiça, através do Provimento 1/78, desapareceram os riscos na entrega do numerário aos credores, de parte dos Cartórios de Protesto, e

Considerando que, para além de manifesta conveniência funcional, está informado de equidade o requerimento, formulado por todos os serventuários dos Cartórios de Protesto da Capital, de instituição do regime de distribuição obrigatória dos títulos e letras sujeitos a protesto,

Resolve:

Art. 1.º - Fica criado, na Corregedoria Geral da Justiça, o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de Letras e Títulos, para fins de protesto cambiário.

Art. 2.º - A distribuição prévia e eqüitativa, entre todos os Cartórios de Protesto desta comarca

da Capital, de toda e qualquer espécie de título, letra ou documento para fins de protesto cambiário, é obrigatória e processa-se de conformidade com as normas deste Provimento.

Art. 3.º - A apresentação de títulos, letras e documentos, por parte de pessoas jurídicas, e sua distribuição obedecerão às seguintes disposições:

I - A apresentação dar-se-á no período das 11:00 (onze) às 12:00 (doze) horas.

II - Os apresentantes entregarão, juntamente com os títulos, letras e documentos, relação destes, em duas vias.

III - As relações têm de corresponder às categorias dos valores tabela 13, inciso 1, do Decreto-lei estadual 9.555, de 1977.

IV - Da relação constarão, necessariamente, os nomes e os significativos de cada devedor (art. 3.º, da Lei federal de novembro de 1975).

V - Para efeito de identificação, os títulos, letras e documentos originais devem ser acompanhados, individualmente, de memorando do apresentante.

VI - A primeira via de cada relação (inciso II) constitui comprovante da apresentação e a segunda acompanhará os títulos, letras e documentos, para fins de distribuição.

VII - Cada relação deve ser entregue na seção própria da correspondente categoria de valor (inciso III).

VIII - Os títulos, letras e documentos, após conferidas as relações, serão, a partir das 12:00 (doze) horas do mesmo dia da apresentação, distribuídos equitativamente entre os Cartórios.

IX - Concluída a distribuição, serão os títulos, letras e documentos relacionados por ordem numérica, em duas vias, segundo as categorias de valores e os Cartórios a que foram distribuídos.

X - A primeira via constitui comprovante de entrega dos títulos, letras e documentos, aos cartórios, e a segunda acompanhará aqueles até estes.

XI - Os títulos, letras e documentos serão entregues aos Cartórios no mesmo dia da apresentação e distribuição, vedando-se-lhes, por qualquer motivo, a retenção no SERVIÇO. Quando necessário, o expediente deste se prorroga até que se consumem as entregas, caso em que os Cartórios prorrogam o seu até que se conclua o recebimento.

XII - Até às 12:00 (doze) horas do dia útil subsequente, cada Cartório remeterá ao SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO cópia das folhas concernentes ao apontamento dos títulos, letras e documentos distribuídos no dia anterior, bem como lista, por ordem alfabética, dos nomes e elementos identificativos (art. 3.º, da Lei federal 6.268, de 24 de novembro de 1975) dos respectivos devedores. Estas relações constituem o registro de distribuição.

XIII - A distribuição de títulos, letras ou documentos que, por qualquer motivo, não puderem ser apontados, será compensada. Para este fim, os Cartórios devolver-los-ão ao SERVIÇO, no dia útil subsequente ao da distribuição, relacionados em duas vias, de que a primeira constitui recibo, anotando-lhes, no verso e em resumo, o motivo da devolução.

XIV - Os títulos, letras e documentos, devolvidos pelos Cartórios na forma do inciso anterior, serão entregues, incontinenti, ao representante ou pessoa credenciada de cada pessoa jurídica.

XV - Os documentos, a que se refere o inciso XII, serão acompanhados dos "boletos" de entrada, correspondentes a cada título, letra ou documento, previamente agrupados por apresentante. O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO colocá-los-á à disposição dos apresentantes, a partir das 14:00 (catorze) horas. Este comprovante de apresentação e distribuição será entregue ao representante ou pessoa credenciada de cada pessoa jurídica.

Art. 4.º - A apresentação de títulos, letras e documentos, por parte de pessoas físicas, e sua distribuição obedecerão às seguintes disposições:

I - A distribuição efetua-se no ato de apresentação ao SERVIÇO, durante todo seu expediente público, segundo as categorias de valores previstos na Tabela 13, I, do Decreto-lei estadual 9.555, de 4 de março de 1977.

II - Quando a mesma pessoa apresentar mais de um título, letra ou documento, serão todos distribuídos ao mesmo Cartório, procedendo-se a compensação nesse ou no dia subsequente.

III - De posse do título, letra ou documento, em que se anota a distribuição, o apresentante o levará ao Cartório a que foi distribuído, onde pagará as custas e emolumentos.

IV - Os títulos, letras ou documentos, que por qualquer motivo, não puderem ser apontados, terão anotada, no verso, a irregularidade e serão, no ato, devolvidos ao apresentante. Para os fins do disposto no inciso XII do artigo anterior, os Cartórios encaminharão ao SERVIÇO, no dia útil subsequente, rol discriminativo dos títulos devolvidos e respectivas irregularidades, sem prejuízo do disposto no inciso XII do artigo anterior.

Art. 5.º - Para fins de apontamento e protesto, reputam-se irregulares as indicações que não contenham, além do nome do apresentante, todos os requisitos essenciais do título a que correspondam, ou o reproduzam por cópia (xerográfica, fotográfica, heliográfica etc.).

Art. 6.º - O expediente público do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO será das 11:00 (onze) às 16:00 (dezesseis) horas e o dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos, em todo o Estado de São Paulo, passa a corresponder ao ordinário dos bancos.

Art. 7.º - A Corregedoria Geral da Justiça providenciará, por Atos específicos, local adequado e servidores necessários ao funcionamento do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, com a colaboração dos Cartórios de Protestos e sob supervisão de Chefe que designará.

Art. 8.º - O processamento da obrigatória distribuição, prévia e eqüitativa, disciplinada neste Provimento, entrará em vigor no dia 24 (vinte e quatro) de abril do corrente ano.

Art. 9.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 04 de abril de 1978.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. 5-4-78

PROVIMENTO N.º CIX/78

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o decidido no Processo UNI-8/77, à vista da representação formulada pelo Senhor Diretor do Instituto de Identificação Civil e Criminal,
Resolve:

Artigo 1.º - Requisição de folha de antecedentes (código 826), mandado de prisão (código 789) e comunicações de decisão criminal (código 345) passam a ser processados em conformidade com os modelos anexos.

§ único - Os cartórios do interior adaptarão os modelos aos nomes das respectivas comarcas e os não oficializados deverão arcar com as despesas de impressão.

Artigo 2.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 17 de abril de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;
Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, faz saber aos Srs. Escrivães dos Cartórios Extrajudiciais do Interior do Estado que os impressos de Mandado de Prisão, Requisição de Folha de Antecedentes, deverão ser confeccionados às suas expensas, conforme modelos que lhes foram enviados.

D.O.J. 25-4-78

PROVIMENTO N.º 3/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e
Considerando que o Regimento das Correições. (Decreto estadual 4.786, de 3 de dezembro de 1930) foi editado pelo Poder Público, "considerando que é indispensável uma severa disciplina nos serviços da Justiça; considerando que, por falta de uma organização fiscalizadora adequada, os abusos se multiplicam, diariamente, quer entre funcionários subalternos, quer entre os próprios funcionários superiores da Justiça, com sacrifício do interesse público; considerando que a velha instituição das correições, uma vez renovada e adaptada às condições atuais de vida, pode, perfeitamente, contribuir para a reforma dos maus costumes forenses e coibir inúmeros abusos; considerando que não devem ser adiadas providências que visem à moralização e à boa

ordem dos serviços públicos";

Considerando que são, atualmente, generalizadas as queixas trazidas ao conhecimento dos Juízes e desta E. Corregedoria Geral da Justiça, de exigência e cobrança excessivas de emolumentos, principalmente por parte dos cartórios de Registros de Imóveis;

Considerando que, em razão desses fatos, é, indiretamente, agredido o bom conceito das serventias, cartórios, ofícios e tabelionatos do Estado, que timbram em cumprir a lei, cobrando os emolumentos de conformidade com o Regimento;

Considerando que a maior dificuldade na apuração da procedência dessas queixas está na prova do "quantum" cobrado pelo cartório e pago pelo reclamante, "pois esse usa não fornecer o recibo previsto em lei, e

Considerando que, na comarca de Campinas, está em vigor, há vários anos, sistema introduzido pelos MM. Juízes Corregedores Permanentes, com bom sucesso até agora.

Resolve:

Art. 1.º - Salvo pelos atos próprios praticados dos cartórios judiciais ou ofícios de justiça oficializados, a forma de cobrança e pagamento das custas, emolumentos e contribuições, devidos por atos praticados por todos os demais cartórios, serventias, ofícios e tabelionatos judiciais ou extrajudiciais do Estado de São Paulo, obedece às disposições deste Provimento.

§ único - Não se sujeita à disciplina deste Ato a forma de cobrança e pagamento das custas, emolumentos e contribuições, devidos por atos de reconhecimento de firmas e autenticações, quando praticados isoladamente.

Art. 2.º - O pagamento, provisório ou definitivo, é apenas efetivado à vista de recibo, cuja confecção, emissão, preenchimento, entrega, arquivamento e controle devem atender às normas seguintes:

§ 1.º - Serão confeccionados talonários de recibos, numerados em seqüência ininterrupta, em tamanho 22 x 33 em, encadernados com termos de abertura e encerramento assinados pelo Juiz Corregedor Permanente, cuja rubrica será aposta em todas as folhas.

§ 2.º - Cada recibo compreenderá três vias, das quais a primeira será entregue a quem efetuar o pagamento, a segunda será destinada ao Juiz Corregedor Permanente e a terceira permanecerá no talonário. As duas últimas serão preenchidas com uso de papel carbono.

§ 3.º - Para os atos próprios dos cartórios judiciais ou ofícios de justiça não oficializados, cada recibo conterá, no mínimo: denominação do cartório, nome do serventuário e seu número no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, a palavra "recibo", indicação da via, número e (quando necessária) série de ordem, natureza do ato, número, natureza e valor do processo ou causa, nome das partes, número da guia por que se recolherem verbas devidas ao Estado e à Carteira das Serventias, nome e endereço da pessoa que efetua o pagamento, valor da importância recebida, discriminação e quantia dos emolumentos, total da importância recebida, data e assinatura do responsável pelo caixa do cartório, tudo conforme com o anexo modelo primeiro, que integra este provimento.

§ 4.º - Para os atos próprios de todos os demais cartórios, serventias, ofícios e tabelionatos, cada recibo conterá, no mínimo: denominação do cartório, nome do serventuário e seu número no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, a palavra "recibo", indicação da via, número e (quando necessária) série de ordem, natureza e número do ato, número do livro e folha em que foi praticado, número da guia por que se recolherem verbas devidas ao Estado e à Carteira das Serventias, nome e endereço da pessoa que efetua o pagamento, valor da importância recebida, valor do contrato, documento ou valor aceito pela Prefeitura ou pelo INCRA (segundo seja a base da cobrança), discriminação e quantia dos emolumentos, total da importância recebida, data e assinatura do responsável pelo caixa do cartório, tudo conforme com o anexo modelo segundo, que integra este Provimento.

§ 5.º - Todos os espaços e colunas, previstos nos parágrafos anteriores, devem ser preenchidos. Tratando-se, porém, de recibo provisório, a que se refere o art. 4.º, do Decreto-Lei estadual 203, de 25 de março de 1970, dispensa-se, na primeira via, em que se anotará a circunstância, o preenchimento dos números do ato, livro, folha e da guia de recolhimento. Essas lacunas serão, no entanto, supridas por ocasião do pagamento ou acerto definitivo.

§ 6.º - Das segundas e terceiras vias constarão ainda, em espaço próprio, declaração, data e assinatura de quem efetuou o pagamento, de que recebeu a primeira via, conforme com o anexo terceiro, que integra este Provimento.

§ 7.º - Nos autos dos processos, nos documentos expedidos e nos livros ou fichas, ao lado da cota de emolumentos e do número da guia, serão lançados o número do recibo e (quando

houver) a série respectiva. Quando o registro de títulos e documentos operar por microfilmagem, serão lançados no livro "Protocolo".

§ 8.º - As segundas vias, para efeito de arquivamento e controle, e o talonário das terceiras, para fins de visto, devem ser encaminhadas ao Juízo Corregedor Permanente, até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte.

§ 9.º - Faculta-se uso simultâneo de mais de um talão, segundo necessidade do serviço, desde que diferenciados por série alfabética não coincidente.

§ 10 - Ainda que os atos praticados estejam isentos de alguma verba, serão sempre extraídos os recibos, devendo-lhes a soma dos valores corresponder à da receita escriturada no livro "Diária da Receita e Despesa".

§ 11 - Cancelar-se-á recibo preenchido com irregularidade, mas permanecerão no talonário as três vias correspondentes, cumprindo ao serventuário comunicá-lo ao Juízo Corregedor Permanente, quando da providência de que trata o parágrafo oitavo deste artigo.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 17 (dezessete) de abril deste ano, revogadas as disposições em contrário, e cada Juízo Corregedor Permanente velará por que seja publicado no lugar de costume e divulgado durante noventa dias, sem prejuízo de afixação permanente em local acessível ao público, no interior de cada cartório.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 15 de março de 1978.

(a.) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.
(27, 30 e 31/5)

PARECER NORMATIVO 1/78

Para regulamentação e dilucidação do Provimento CG 3/78, tenho a honra de, em tomo das ponderações apresentadas do Colégio Notarial do Brasil - Seção de São Paulo, emitir, "sub censura", o seguinte parecer normativo:

1. Consoante grifam os considerando do Provimento 3/78, sua motivação e alcance dizem com a necessidade indiscutível de, disciplinando e aprimorando os serviços judiciais, por cobro a situações anômalas, figuradas na exigência e cobrança excessivas de emolumentos, ventiladas em não poucas oportunidades junto aos Juízes Corregedores Permanentes e a esta E.

Corregedoria Geral da Justiça. O regime introduzido visou, destarte, a oferecer instrumento adequado de controle e remédio eficazes, à disposição imediata do público e dos órgãos corregedores.

Esse é o valor básico e substrato axiológico que devem prevalecer na interpretação e aplicação do Ato ora publicado, cujas vantagens laterais não merecem a posição de conteúdo ideológico fundamental. A observação desse espírito concorre para dissipar dificuldades aparentes de ordem prática e contornar obstáculos secundários, tutelando os interesses públicos inspiradores daquelas normas.

2. Nessa conformidade, precisa-se que se não subsumem ao art. 1.º as hipóteses em que não ocorre pagamento de emolumentos, custas ou contribuições, de parte dos interessados, os quais, por conseguinte, carecem de interesse, ainda que prático ou de fato, para demandar extração e entrega de recibo de quantias que não pagam! Quando, portanto, por razões que não vêm a pelo, os sujeitos não depositam provisoriamente nenhuma quantia nem pagam importância alguma, procedendo o serventuário, por sua conta e risco, aos recolhimentos devidos, desnecessário senão impossível será que, nessa oportunidade, se extraia recibo. Não há como fazê-lo, porque, se algum recibo é porventura devido a alguém, o é ao serventuário ou servidor que financie ou antecipe os pagamentos!

Isto, entretanto, não liberta o serventuário à obrigação de, quando acertadas as contas ou reembolsadas as verbas adiantadas, de parte do interessado, extrair, então, de forma completa, o recibo disciplinado no Provimento, entregando àquele a via que lhe toca. Pouco se dá a divergência de datas entre a prática dos atos por que se fazem ou fizeram devidos os emolumentos, custas e contribuições, e a extração do recibo, pois o que se persegue, segundo já se realçou, não é o controle do recolhimento oportuno e preciso das custas e contribuições, que esse é controle que continuará assegurado pelas normas anteriores e vigentes, mas a disciplina estrita do relacionamento entre o Cartório e o público. De nenhuma relevância ou significação, portanto, que alguns recibos acabem preenchidos em datas posteriores aos atos

correspondentes. O importante e obrigatório é que sejam extraídos no ato do pagamento, pelo interessado, ao caixa do Cartório. E não haveria de ser doutro modo, porquanto a receita, expressa nos recibos, deve corresponder aos lançamentos do livro "Diário da Receita e Despesa" (§ 10.º) - o que só é exequível quando coincidirem as datas da entrada do numerário, em que se extrai o recibo, e a da escrituração diária.

Desnecessário, por fim, acentuar que, estando o ato por praticar isento de toda e qualquer verba de emolumentos, custas e contribuições, não incidem os cânones do Provimento, que supõe o pagamento, pelo menos, de alguma verba (cf. § 10.º).

3. O lançamento do número da guia ou guias de recolhimento de custas e contribuições e das referências dos atos, em geral, só será possível depois da extração do recibo, já que não se dispõe, à mão, desses elementos dependentes da repartição arrecadadora e de diligências posteriores.

Para transpor tal dificuldade é que previu dispensa provisória de menção desse dado na primeira via do recibo, destinada à parte ou interessado no pagamento (§ 5.º). Note-se que não há razão por exonerar o Cartório do lançamento na segunda e terceira vias, por isso que, enquanto aquela é entregue à parte, estas continuam no talonário até o cumprimento da providência de que trata o § 8.º. Nesse ínterim, destarte, deverá o Cartório lançar os números nos espaços próprios da segunda e terceira vias constantes do talonário, em seu poder. E, nisto, embora algum se entrevê, ante a singeleza da medida, que deve ser operada imediatamente após o recolhimento e a prática do ato, por que se não acumule serviço nem se desatenda ao invocado preceito.

Ora, o suprimimento da lacuna na primeira via está, por razão óbvia, subordinada à apresentação dela ao Cartório, de parte do interessado, ao depois! Não se poderia inferir ao § 5.º pré-citado a absurda consequência de exigir que o serventuário andasse à cata do interessado para preencher, na primeira via, o espaço reservado ao número da guia ou guias. A providência, assim, só tem sentido quando a reapresente o interessado para a devida menção. Mas frise-se que, apresentando-a o interessado, para os fins do § 5.º, não pode o serventuário, por nenhum modo ou pretexto, escusar-se de lançar os números corretos faltantes! E de insistir em que o objetivo do Provimento está em armar o interessado de instrumento necessário à comprovação de eventual excesso dos Cartórios. Se se conforma em não exigir o número da guia ou guias e do ato, para verificação do "quantum" devido das custas e contribuições, após seu recolhimento, de nada pode queixar-se.

4. Os modelos, anexos ao Provimento, são simples "modelos" e não esquemas rígidos para cópia.

Cada Cartório poderá adaptá-los à peculiaridade de suas atribuições e às necessidades do serviço. Nada entrava, por conseguinte, que, por exemplo, tabelionato prescindia da coluna própria a "número" do ato, bastando os espaços reservados à identificação do livro e das folhas! Por outro lado, nada impede, antes o bom senso o aconselha, que se imprimam ou confeccionem talonários destinados a atos específicos, com discriminação impressa do ato ou atos por praticar. Nesse sentido, o Provimento não veda que, por exemplo, sejam elaborados talonários onde já esteja impressa a natureza do ato ou atos (ex., intimação, nos Cartórios de Títulos e Documentos), nem que se providenciem talonários específicos para classe ou classes de atos (por exemplo, reservar talonário só para procurações etc.). Basta que, no uso simultâneo desses diferentes talonários, se observe a norma do § 9.º, quando os números coincidirem. Se não coincidem, embora deva necessariamente ser observada seqüência numérica ininterrupta, nem mesmo se faz mister discriminação por série alfabética, pela evidentíssima razão de que a supre a ordem cardinal dos números dos talonários.

Os modelos são exemplificativos. Basta que, na sua adequação às necessidades funcionais de cada cartório, serventia, ofício ou tabelionato, se guardem as características essenciais da especificação das quantias e dos atos correspondentes (§§ 3.º e 4.º), podendo dispô-las os cartórios, na impressão, segundo o que lhes parecer conveniente ou consentâneo com as respectivas atribuições, bem como imprimir os talonários por grupo de atos.

Por outra parte, o disposto no § 1.º, no que concerne ao tamanho dos talonários, não se reveste de índole de determinação inflexível. Trata-se de circunstância accidental ou secundária, com alcance exemplificativo ou de caráter geral. Está autorizada, assim, a confecção de talonário de dimensão inferior, desde que presentes os demais requisitos estatuídos no Provimento, que não é objeto de nenhuma contravenção quando se lhe não obedeça à sugestão do tamanho dos impressos.

5. Dilucida-se, outrossim, que o âmbito da disposição do § único do art. 1.º se preordena a

desembargar a prática de atos isolados e corriqueiros, como o são os reconhecimentos de firma e autenticações. Do contrário, criar-se-ia desproporcional obstáculo ao desenvolvimento dessas atividades ordinárias, cuja retribuição, via de regra, não ocasiona aquelas situações que o Provimento visa a atalhar.

Ora, nesse contexto, é de concluir que a mesma ressalva, por interpretação expansiva, quadra aos atos de extração de públicas-formas e certidões, quando praticada isoladamente. A natureza e a expressão destes atos, afins do reconhecimento de firmas e autenticações, autorizam a ilação de que a forma de cobrança e pagamento de emolumentos, custas e contribuições, devidos por atos de reconhecimento de firmas, autenticações e extração de certidões e públicas-formas, quando praticados isoladamente, não se sujeita à disciplina do Provimento 3/78.

6. De esclarecer, outrossim, que nenhum inconveniente se descobre no fato de a declaração, de que versa o § 6.º do art. 1.º, nem sempre se preenchida pela parte. Pode ocorrer, e freqüentemente ocorrerá, que o pagamento seja efetuado de terceiros, como no caso de despachantes ou de tabelionatos que se encarregam de registros dos instrumentos lavrados ou de outros serviços conexos. Óbvio que, nesses casos excepcionais, a primeira via deve ser entregue ao terceiro, que paga e preenche e assina a aludida declaração. Com isto, assegura-se, só por só, o alcance do Provimento, dirigido também a possibilitar à parte a obtenção do recibo junto a quero, em seu nome, consuma o pagamento. O interessado, destarte, reclamará ao preposto a entrega da via que lhe toca, como é de procedimento corrente nas relações dessa natureza.

7. Considerando, por fim, as ponderações de dificuldade na pronta elaboração e impressão de talonários, de parte dos tabelionatos e serventias desta Capital, dentro do prazo fixado, prejuízo algum às finalidades do Provimento advirá de eventual prorrogação da data de sua entrada em vigor, em caráter geral, para todo o Estado. Nesse sentido, opino, s.m.j., que, sem prejuízo das demais disposições inseridas no art. 3.º, seja dilatada a entrada em vigor do Provimento 3/78 para primeiro de junho do corrente ano, tempo mais que bastante à preparação dos cartórios. Opino, pois, que, eventualmente aprovado este parecer, Vossa Excelência lhe outorgue caráter normativo, registrando-se e autuando este, em processo de edição do Provimento 3/78, publicando-se, por seis dias consecutivos, ao lado daquele, no Diário da Justiça.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 3 de abril de 1978.

(a.) Antonio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar.

Aprovo o Parecer. I.

S. P., 03/04/78.

(a.) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

LEI N.º 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

Art. 2.º - É igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta.

Art. 3.º - As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebam subvenções ou auxílio dos cofres públicos federais.

Art. 4.º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exercerem, e, no caso do artigo 3.º, a suspensão da subvenção ou auxílio.

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O. União 25-10-77

LEI N.º 6.458, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1977

Adapta ao Código de Processo Civil a Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O § 2.º do artigo 7.º, o Capítulo V (arts. 15 a 18) e o § 4.º do artigo 22 da Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 7.º

-
§ 2.º - A comunicação de que trata o parágrafo anterior substituirá, quando necessário, no ato do protesto ou na execução judicial, a duplicata a que se refere.

CAPITULO V

Do processo para cobrança da duplicata

Artigo 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar:

I - de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não;

II - de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente:

a) haja sido protestada;

b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e

c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos artigos 7.º e 8.º desta Lei.

§ 1.º - Contra o sacador, os endossantes e respectivos avalistas caberá o processo de execução referido neste artigo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto.

§ 2.º - Processar-se-á também da mesma maneira a execução de duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que haja sido protestada mediante indicações do credor ou do apresentante do título, nos termos do artigo 14, preenchidas as condições do inciso II deste artigo.

Artigo 16 - Aplica-se o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil à ação do credor contra o devedor, por duplicata ou triplicata que não preencha os requisitos do artigo 15, incisos I e II, e §§ 1.º e 2.º, bem como à ação para ilidir as razões invocadas pelo devedor para o não aceite do título, nos casos previstos no artigo 8.º.

Artigo 17 - O foro competente para a cobrança judicial da duplicata ou da triplicata é o da praça de pagamento constante do título, ou outra de domicílio do comprador e, no caso de ação regressiva, a dos sacadores, dos endossantes e respectivos avalistas.

Artigo 18 - A pretensão à execução da duplicata prescreve:

I - contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do vencimento do título;

II - contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do protesto;

III - de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

§ 1.º - A cobrança judicial poderá ser proposta contra um ou contra todos os coobrigados, sem observância da ordem em que figurem no título,

§ 2.º - Os coobrigados da duplicata respondem solidariamente pelo aceite e pelo pagamento.

.....
.....
Artigo 22

-
§ 4.º - O instrumento do protesto, elaborado com as cautelas do artigo 14, discriminando a fatura ou conta original ou a certidão do Cartório de Títulos e Documentos, autorizará o ajuizamento do competente processo de execução na forma prescrita nesta Lei."

Artigo 2.º - Para os efeitos do artigo 586 do Código de Processo Civil, considera-se título líquido, certo e exigível a duplicata ou triplicata que, nos termos da Lei n.º 5.474, de 18 de julho de

1968, com as alterações introduzidas por esta Lei, legitimar o processo de execução.

Artigo 3.º - Fica acrescentado ao artigo 1.º do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, Lei de Falências, o seguinte parágrafo:

"Artigo 1.º

§ 3.º - Para os efeitos desta Lei, considera-se obrigação líquida, legitimando o pedido de falência, a constante dos títulos executivos extrajudiciais mencionados no artigo 15 da Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968."

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 1.º de novembro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Armando Falcão

D.O. 3-11-77

LEI N.º 6.463, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1977

Torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Nas vendas a prestação de artigos de qualquer natureza e na respectiva publicidade escrita e falada será obrigatória a declaração do preço de venda a vista da mercadoria, além do número e do valor das prestações mensais a serem pagas pelo comprador.

Parágrafo único - É obrigatória a emissão de fatura nas vendas de mercadoria a prestação, da qual, além dos demais requisitos legais, deverão constar, separadamente, o valor da mercadoria e o custo do financiamento, de forma a documentar o valor total da operação.

Artigo 2.º - O valor do acréscimo cobrado nas vendas a prestação, em relação ao preço de venda a vista da mercadoria, não poderá ser superior ao estritamente necessário para a empresa atender às despesas de operação com seu departamento de crédito, adicionada a taxa de custo dos financiamentos das instituições de crédito autorizadas a funcionar no País.

Parágrafo único - O limite percentual máximo do valor do acréscimo cobrado nas vendas a prazo, em relação ao preço da venda a vista da mercadoria, será fixado e regulado através de atos do Ministro da Fazenda.

Artigo 3.º - Às empresas e casas comerciais que infringirem as disposições desta Lei serão impostas multas nos valores que forem fixados pelo Ministério da Fazenda.

Artigo 4.º - Dentro de 90 (noventa) dias, o Ministério da Fazenda expedirá instruções regulando a fiscalização e o comércio de que trata esta Lei, bem como fixará os valores das multas a que se refere o Artigo 3.º.

Artigo 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 09 de novembro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Mário Henrique Simonsen

D.O.U. 10-11-1977

LEI N.º 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - A separação judicial, a dissolução do casamento, ou a cessação de seus efeitos civis, de que trata a Emenda Constitucional n.º 9, de 28 de junho de 1977, ocorrerão nos casos e segundo a forma que esta Lei regula.

CAPÍTULO I

Da dissolução da sociedade conjugal

Artigo 2.º - A sociedade conjugal termina:

I - pela morte de um dos cônjuges;

II - pela nulidade ou anulação do casamento;

III - pela separação judicial;

IV - pelo divórcio.

Parágrafo único - O casamento válido somente se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

SEÇÃO I

Dos casos e efeitos da separação judicial

Artigo 3.º - A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido.

§ 1.º - O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges e, no caso de incapacidade, serão representados por curador, ascendente ou irmão.

§ 2.º - O juiz deverá promover todos os meios para que as partes se reconciliem ou transijam, ouvindo pessoal e separadamente cada uma delas e, a seguir, reunindo-as em sua presença, se assim considerar necessário.,

§ 3.º - Após a fase prevista no parágrafo anterior, se os cônjuges pedirem, os advogados deverão ser chamados a assistir aos entendimentos e deles participar.

Artigo 4.º - Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há mais de

2 (dois) anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado.

Artigo 5.º - A separação judicial pode ser pedida por um só dos cônjuges quando imputar ao outro conduta desonrosa ou qualquer ato que importe em grave violação dos deveres do casamento e tornem insuportável a vida em comum.

§ 1.º - A separação judicial pode, também, ser pedida se um dos cônjuges provar a ruptura da vida em comum há mais de 5 (cinco) anos consecutivos, e a impossibilidade de sua reconstituição.

§ 2.º - O cônjuge pode ainda pedir a separação judicial quando o outro estiver acometido de grave doença mental, manifestada após o casamento, que torne impossível a continuação da vida em comum, desde que, após uma duração de 5 (cinco) anos, a enfermidade tenha sido reconhecida de cura improvável.

§ 3.º - Nos casos dos parágrafos anteriores, reverterão, ao cônjuge que não houver pedido a separação judicial, os remanescentes dos bens que levou para o casamento, e, se o regime de bens adotado o permitir, também a meação nos adquiridos na constância da sociedade conjugal.

Artigo 6.º - Nos casos dos §§ 1.º e 2.º do artigo anterior, a separação judicial poderá ser negada, se constituir, respectivamente, causa de agravamento das condições pessoais ou da doença do outro cônjuge, ou determinar, em qualquer caso, conseqüências morais de excepcional gravidade para os filhos menores.

Artigo 7.º - A separação judicial importará na separação de corpos e na partilha de bens.

§ 1.º - A separação de corpos poderá ser determinada como medida cautelar (art. 796 do CPC).

§ 2.º - A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida.

Artigo 8.º - A sentença que julgar a separação judicial produz seus efeitos à data de seu trânsito em julgado, ou à da decisão que tiver concedido separação cautelar,

SEÇÃO II

Da proteção da pessoa dos filhos

Artigo 9.º - No caso de dissolução da sociedade conjugal pela separação judicial consensual (art. 4.º),

observar-se-á o que os cônjuges acordarem sobre a guarda dos filhos.

Artigo 10 - Na separação judicial fundada no "caput" do artigo 5.º, os filhos menores ficarão com o cônjuge que a ela não houver dado causa.

§ 1.º - Se pela separação judicial forem responsáveis ambos os cônjuges, os filhos menores ficarão em poder da mãe, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

2.º - Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai, deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges.

Artigo 11 - Quando a separação judicial ocorrer com fundamento no § 1.º do artigo 5.º, os filhos ficarão em poder do cônjuge em cuja companhia estavam durante o tempo de ruptura da vida em comum.

Artigo 12 - Na separação judicial fundada no § 2.º do artigo 5.º, o juiz deferirá a entrega dos filhos ao cônjuge que estiver em condições de assumir, normalmente, a responsabilidade de sua guarda e educação.

Artigo 13 - Se houver motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos filhos, regular por maneira diferente da estabelecida nos artigos anteriores a situação deles com os pais.

Artigo 14 - No caso de anulação do casamento, havendo filhos comuns, observar-se-á o disposto nos artigos 10 e 13.

Parágrafo único - Ainda que nenhum dos cônjuges esteja de boa fé ao contrair o casamento, seus efeitos civis aproveitarão aos filhos comuns.

Artigo 15 Os pais, em cuja guarda não estejam os filhos, poderão visitá-los e tê-los; em sua companhia, segundo fixar o juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

Artigo 16 - As disposições relativas à guarda e à prestação de alimentos aos filhos menores estendem-se aos filhos maiores inválidos.

SEÇÃO III

Do Uso do Nome

Artigo 17 - Vencida na ação de separação judicial (art. 5.º "caput"), voltará a mulher a usar o nome de solteira.

§ 1.º - Aplica-se, ainda, o disposto neste artigo, quando é da mulher a iniciativa da separação judicial com fundamento nos §§ 1.º e 2.º do artigo 5.º.

§ 2.º - Nos demais casos, caberá à mulher a opção pela conservação do nome de casada.

Artigo 18 - Vencedora na ação de separação judicial (art. 5.º "Caput"), poderá a mulher renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o nome do marido.

SEÇÃO IV

Dos Alimentos

Artigo 19 - O cônjuge responsável pela separação judicial prestará ao outro, se dela necessitar, a pensão que o juiz fixar.

Artigo 20 - Para manutenção dos filhos, os cônjuges, separados judicialmente, contribuirão na proporção de seus recursos.

Artigo 21 - Para assegurar o pagamento da pensão alimentícia, o juiz poderá determinar a constituição de garantia real ou fidejussória.

§ 1.º - Se o cônjuge credor preferir, o juiz poderá determinar que a pensão consista no usufruto de determinados bens do cônjuge devedor.

§ 2.º - Aplica-se, também, o disposto no parágrafo anterior, se o cônjuge credor justificar a possibilidade do não recebimento regular da pensão.

Artigo 22 - Salvo decisão judicial, as prestações alimentícias, de qualquer natureza, serão corrigidas monetariamente na forma dos índices de atualização das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Parágrafo único - No caso do não pagamento das referidas prestações no vencimento, o devedor responderá, ainda, por custas e honorários de advogado apurados simultaneamente.

Artigo 23 - A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do artigo 1.796 do Código Civil.

CAPÍTULO II

Do divórcio

Artigo 24 - O divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso.

Parágrafo único - O pedido somente competirá aos cônjuges, podendo, contudo, ser exercido, em caso de incapacidade, por curador, ascendente ou irmão.

Artigo 25 - A conversão em divórcio da separação judicial dos cônjuges, existente há mais de três anos, contada da data da decisão ou da que concedeu a medida cautelar correspondente (art. 8.º), será decretada por sentença, da qual não constará referência à causa que a determinou.

Artigo 26 - No caso de divórcio resultante da separação prevista nos §§ 1.º e 2.º do artigo 5.º, o cônjuge que teve a iniciativa a separação continuará com o dever de assistência ao outro. (Código Civil - art. 231, n.º III).

Artigo 27 - O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos.

Parágrafo único - O novo casamento de qualquer dos pais ou de ambos também não importará restrição a esses direitos e deveres.

Artigo 28 - Os alimentos devidos pelos pais e fixados na sentença de separação poderão ser alterados a qualquer tempo.

Artigo 29 - O novo casamento do cônjuge credor da pensão extinguirá a obrigação do cônjuge devedor.

Artigo 30 - Se o cônjuge devedor da pensão vier a casar-se, o novo casamento não alterará sua obrigação.

Artigo 31 - Não se decretará o divórcio se ainda não houver sentença definitiva de separação judicial, ou se esta não tiver decidido sobre a partilha dos bens.

Artigo 32 - A sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no Registro Público competente.

Artigo 33 - Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal só poderão fazê-lo mediante novo casamento.

CAPÍTULO III

Do processo

Artigo 34 - A separação judicial consensual se fará pelo procedimento previsto nos arts. 1.120 e 1.124 do Código de Processo Civil, e as demais pelo procedimento ordinário.

§ 1.º - A petição será também assinada pelos advogados das partes ou pelo advogado escolhido de comum acordo.

§ 2.º - O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial, se comprovar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

§ 3.º - Se os cônjuges não puderem ou não souberem assinar, é lícito que outrem o faça a rogo deles.

§ 4.º - As assinaturas, quando não lançadas na presença do juiz, serão, obrigatoriamente, reconhecidas por tabelião.

Artigo 35 - A conversão da separação judicial em divórcio será feita mediante pedido de qualquer dos cônjuges.

Parágrafo único - O pedido será apensado aos autos da separação judicial. (art. 48).

Artigo 36- Do pedido referido no artigo anterior, será citado o outro cônjuge, em cuja resposta não caberá reconvenção.

Parágrafo único - A contestação só pode fundar-se em:

I - falta de decurso do prazo de 3 (três) anos de separação judicial;

II - descumprimento das obrigações assumidas pelo requerente na separação.

Artigo 37 - O juiz conhecerá diretamente do pedido, quando não houver contestação ou necessidade de produzir prova em audiência, e proferirá sentença dentro em 10 (dez) dias.

§ 1.º - A sentença limitar-se-á à conversão da separação em divórcio, que não poderá ser negada, salvo se provada qualquer das hipóteses previstas no parágrafo único do artigo anterior.

§ 2.º - A improcedência do pedido de conversão não impede que o mesmo cônjuge o renove, desde que satisfeita a condição anteriormente descumprida.

Artigo 38 - O pedido de divórcio, em qualquer dos seus casos, somente poderá ser formulado uma vez.

Artigo 39 - No capítulo III do Título II do Livro IV do Código de Processo Civil, as expressões "desquite por mútuo consentimento", "desquite" e "desquite litigioso" são substituídas por "separação consensual" e "separação judicial".

CAPÍTULO IV

Das disposições finais e transitórias

Artigo 40 - No caso de separação de fato, com início anterior a 28 de junho de 1977, e desde que completados

5 (cinco) anos, poderá ser promovida ação de divórcio, na qual se deverão provar o decurso do tempo da separação e a sua causa.

§ 1.º - O divórcio, com base neste artigo, só poderá ser fundado nas mesmas causas previstas

nos artigos 4.º

e 5.º e seus parágrafos.

§ 2.º - No divórcio consensual, o procedimento adotado será o previsto nos artigos 1.120 a 1.124 do Código de Processo Civil, observadas, ainda, as seguintes normas:

I - a petição conterá a indicação dos meios probatórios da separação de fato, e será instruída com a prova documental já existente;

II - a petição fixará o valor da pensão do cônjuge que dela necessitar para sua manutenção, e indicará as garantias para o cumprimento da obrigação assumida;

III - se houver prova testemunhal, ela será produzida na audiência de retificação do pedido de divórcio a qual será obrigatoriamente realizada.

IV - a partilha dos bens deverá ser homologada pela sentença do divórcio.

§ 3.º - Nos demais casos, adotar-se-á o procedimento ordinário.

Artigo 41 - As causas de desquite em curso na data da vigência desta Lei, tanto as que se processam pelo procedimento especial quanto as de procedimento ordinário, passam automaticamente a visar à separação judicial.

Artigo 42 - As sentenças já proferidas em causas de desquite são equiparadas, para os efeitos desta Lei, às de separação judicial.

Artigo 43 - Se, na sentença do desquite, não tiver sido homologada ou decidida a partilha dos bens, ou quando esta não tenha sido feita posteriormente, a decisão de conversão disporá sobre ela,

Artigo 44 - Contar-se-á o prazo de separação judicial a partir da data em que, por decisão judicial proferida em qualquer processo, mesmo nos de jurisdição voluntária, for determinada ou presumida a separação dos cônjuges.

Artigo 45 - Quando o casamento se seguir a uma comunhão de vida entre os nubentes, existentes antes de 28 de junho de 1977, que haja perdurado por 10 (dez) anos consecutivos ou da qual tenha resultado filhos, o regime matrimonial de bens será estabelecido livremente, não se lhe aplicando o disposto no artigo 258, parágrafo único, n.º II, do Código Civil.

Artigo 46 - Seja qual for a causa da separação judicial, e o modo como esta se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer a todo o tempo a sociedade conjugal, nos termos em que fora constituída, contanto que o façam mediante requerimento nos autos da ação de separação.

Parágrafo único - A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.

Artigo 47 - Se os autos do desquite ou os da separação judicial tiverem sido extraviados, ou se encontrarem em outra circunscrição judiciária, o pedido de conversão em divórcio será instruído com a certidão da sentença, ou da sua averbação no assento de casamento.

Artigo 48 - Aplica-se o disposto no artigo anterior, quando a mulher desquitada tiver domicílio diverso daquele em que se julgou o desquite.

Artigo 49 - Os §§ 5.º e 6.º do artigo 7.º da Lei de Introdução ao Código Civil passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 7.º.

§ 5.º - O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.

§ 6.º - O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de três anos da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no País. O Supremo Tribunal Federal, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, a requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de que passem a produzir todos os efeitos legais."

Artigo 50 - São introduzidas no Código Civil as alterações seguintes:

1. "Artigo 12.

I - os nascimentos, casamentos, separações judiciais, divórcios e óbitos."

2. "Artigo 180.

V - certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior ou do registro da sentença de divórcio."

3. "Artigo 186 - Discordando eles entre si, prevalecerá a vontade paterna, ou, sendo o casal

separado, divorciado ou tiver sido o seu casamento anulado, a vontade do cônjuge, com quem estiverem os filhos."

4. "Artigo 195.

VII - o regime do casamento, com a declaração da data e do cartório em cujas notas foi passada a escritura antenupcial, quando o regime não for o de comunhão parcial, ou o legal estabelecido no Título III deste livro, para outros casamentos."

5. "Artigo 240 - A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

Parágrafo único - A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido."

6. "Artigo 248.

VIII - propor a separação judicial e o divórcio."

7. "Artigo 258 - Não havendo convenção, ou sendo nula, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime de comunhão parcial."

"Artigo 267.

III - pela separação judicial;

VI - pelo divórcio."

9. "Artigo 1.611 - À falta de descendentes ou ascendentes será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se, ao tempo da morte do outro, não estava dissolvida a sociedade conjugal."

Artigo 51 - A Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1. "Artigo 1.º.

Parágrafo único - Ainda na vigência do casamento, qualquer dos cônjuges poderá reconhecer o filho havido fora do matrimônio, em testamento cerrado, aprovado antes ou depois do nascimento do filho, e, nessa parte, irrevogável."

2. "Artigo 2.º - Qualquer que seja a natureza da filiação, o dirão à herança será reconhecido em igualdade de condições."

3. "Artigo 4.º.

Parágrafo único - Dissolvida a sociedade conjugal do que foi condenado a prestar alimentos, quem os obteve não precisa propor ação de investigação para ser reconhecido, cabendo, porém, aos interessados o direito de impugnar a filiação."

4. "Artigo 9.º - O filho havido fora do casamento e reconhecido pode ser privado da herança nos casos dos arts. 1.595 e 1.744 do Código Civil."

Artigo 52 - O n.º I do art. 100, o n.º II do artigo 155 e o § 2.º do artigo 733 do Código de Processo Civil passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 100.

I - da residência da mulher, para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento.

Artigo 155.

II - que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores."

"Artigo 733.

§ 2 - º - O cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas e vincendas."

Artigo 53 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 54 - Revogam-se os arts. 315 a 328 e o § 1.º do artigo 1605 do Código Civil e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 26 de dezembro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Armando Falcão

D.O.U. 27-12-77

LEI N.º 6.465, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1977

Dá nova redação ao Artigo 14 da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 14 da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 14 - Os profissionais liberais designados para o desempenho do encargo de defensor ou de perito, conforme o caso, salvo justo motivo previsto em lei ou, na sua omissão, a critério da autoridade judiciária competente, são obrigados ao respectivo cumprimento, sob pena de multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), sujeita ao reajustamento estabelecido na Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, sem prejuízo da sanção disciplinar cabível.

§ 1.º - Na falta de indicação pela assistência ou pela própria parte, o juiz solicitará a do órgão de classe respectivo.

§ 2.º - A multa prevista neste artigo reverterá em benefício do profissional que assumir o encargo na causa."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de novembro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

Ernesto Geisel

Armando Falcão

D.O.U. 16-11-77

DECRETO N.º 1.584, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - Os limites fixados nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-lei n.º 1.493, de 7 de dezembro de 1976, ficam elevados, a partir do exercício de 1978, para Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) e Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), respectivamente.

Artigo 2.º - O pecúlio recebido pelos filiados da previdência social, previsto no artigo 1.º da Lei n.º 6.243, de 24 de setembro de 1975, é isento do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos do beneficiário.

Artigo 3.º - O artigo 7.º do Decreto-lei n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 7.º - Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 5% (cinco por cento), como antecipação do que for devido na declaração do beneficiário, as importâncias pagas ou creditadas a pessoas físicas ou jurídicas, a título de:

I - juros, indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial;

II - honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamentário, liquidante, etc.

§ 1.º - O imposto será retido pelo cartório do juízo onde ocorrer a execução da sentença, no ato do pagamento ou crédito do rendimento, ou no momento em que, por qualquer forma, o recebimento se torne disponível para o beneficiário.

§ 2.º - O recolhimento do imposto a que se refere este artigo será feito no mês seguinte àquele em que se verificar o fato gerador.

§ 3.º - As importâncias percebidas pelas pessoas físicas a título de indenização por lucros cessantes

classificam-se nas cédulas correspondentes à natureza do rendimento indenizado.

§ 4.º - O Ministro da Fazenda baixará as normas necessárias para aplicação do disposto neste artigo".

Artigo 4.º - O parágrafo 6.º do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 902, de 30 de setembro de 1969, alterado pelo artigo 12 do Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:"

§ 6.º - O rendimento líquido tributável será de 15% (quinze por cento) da receita bruta se, após a aplicação das reduções mencionadas nos parágrafos anteriores, ainda exceder a este limite".

Artigo 5.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1977; 156.º da Independência e 89.º da República.

ERNESTO GEISEL
José Carlos Soares Freire
D.O. União 30-11-77

LEI COMPLEMENTAR N.º 32 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977

Altera a redação do artigo 5.º, caput, da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação de novos Municípios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1.º - O artigo 5.º, caput, da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5.º - Somente será admitida a elaboração de lei que crie município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos."

D.O. União 26-12-77

LEI N.º 1.504, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1977

Reabre o prazo para inscrição facultativa, no instituto de Assistência Médica ao Serviço Público Estadual - IAMSPE, aos servidores das serventias da Justiça não oficializadas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica reaberto no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta lei, o prazo a que se refere o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 257, de 29 de maio de 1970, para que os servidores das serventias da Justiça, mencionados no artigo 206 da Constituição Federal, requeiram sua inscrição como contribuintes facultativos, permitindo-se, no mesmo prazo, a renovação para aqueles que a tenham cancelado anteriormente.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de dezembro de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Adhemar de Barros Filho, Secretário da Administração

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 19 de dezembro de 1977.

Nélson Petersen da Costa, Diretor Administrativo - Substituto

Nota: A Lei acima, foi promulgada, tendo em vista os esforços do nobre deputado Benedito Campos, seu autor, a pedido de nossa Associação.

LEI N.º 1.508, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1977

Cria cargos previstos na Lei n.º 8.101, de 16 de abril de 1964, e nas Resoluções n.ºs 1 e 2, de 29 de dezembro

de 1971 e 15 de dezembro de 1976, respectivamente, do Tribunal de Justiça do Estado e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - 22 (vinte e dois) de Juiz de Direito, Padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às 3.ªs e 4.ªs Varas Distritais de Casa Verde, Lapa, Penha de França, Santo Amaro, Tatuapé, Tucuruvi, Vila Maria e 3.ªs Varas Distritais do Ipiranga, Itaquera, Pinheiros, Santana, São Miguel Paulista, Saúde, Vila Prudente e Jabaquara da Comarca da Capital;

II - 30 (trinta) de Juiz de Direito Auxiliar da Capital, Padrão "D", classificados em 3.ª entrância;

III - 44 (quarenta e quatro) de Juiz de Direito, Padrão "D", classificados em 3.ª entrância,

destinados às Vara Criminal e de Menores da Comarca de Americana; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Araçatuba; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Araraquara; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Barretos; 2.^a e 3.^a Varas da Comarca de Barueri, Vara Criminal e de Menores da Comarca de Bauru; 4.^a Vara Criminal da Comarca de Campinas; Vara do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Campinas; Varas Distritais de Valinhos e Paulínia, da Comarca de Campinas; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Catanduva; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Diadema; 2.^a Vara da Comarca de Guarujá; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Guarulhos; 2.^a Vara da Comarca de Itapetininga; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Jundiaí; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Marília; 3.^a Vara da Comarca de Mauá; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Mogi das Cruzes; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Osasco; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Piracicaba; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Presidente Prudente; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Ribeirão Preto; 5.^a Vara Criminal da Comarca de Santo André; Vara do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Santo André; 5.^a e 6.^a Varas Cíveis da Comarca de Santos; 5.^a Vara Criminal da Comarca de Santos; 2.^a Vara da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho da Comarca de Santos; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de São Bernardo do Campo; 2.^a Vara Criminal da Comarca de São Caetano do Sul; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Carlos; 2.^a Vara da Comarca de São João da Boa Vista; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São José do Rio Preto; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Vicente; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Sorocaba e Vara Criminal e de Menores da Comarca de Taubaté.

IV - 24 (vinte e quatro) de Juiz de Direito Auxiliar do Interior, Padrão "C", classificados em 2.^a entrância, a saber: 1.^o e 2.^o de Santos; 5.^o e 6.^o de Campinas; 9.^o e 10.^o de Santo André; 13.^o de Ribeirão Preto; 15.^o de São Bernardo do Campo; 17.^o de Guarulhos; 19.^o de Sorocaba; 21.^o de Jundiaí; 23.^o de São Caetano do Sul; 25.^o de Osasco; 27.^o de Araçatuba; 29.^o de Araraquara; 31.^o de Bauru; 33.^o de Marília. 35.^o de Piracicaba; 37.^o de Presidente Prudente; 39.^o de São José do Rio Preto; 41.^o de São José dos Campos; 43.^o de São Vicente; 45.^o de Mogi das Cruzes e 47.^o de Taubaté.

V - 14 (quatorze) de Juiz de Direito Adjunto, Padrão "C", classificados em 2.^a entrância, destinados às Varas Criminais e de Menores das Comarcas de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Marília, Osasco, Piracicaba, Presidente Prudente, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Vicente e 1.^{as} e 2.^{as} Varas Criminais das Comarcas de São Caetano do Sul e de Ribeirão Preto;

VI - 15 (quinze) de Juiz de Direito, Padrão "C", classificados em 2.^a entrância, destinados às 2.^a Vara da Comarca de Avaré, 2.^a Vara da Comarca de Bragança Paulista, 2.^a Vara da Comarca de Cotia, 2.^a Vara da Comarca de Fernandópolis, 2.^a Vara da Comarca de Itanhaem, Vara Distrital de Taboão da Serra, da Comarca de Itapeverica da Serra, 2.^a Vara da Comarca de Itu, 2.^a Vara da Comarca de Jacareí, 2.^a Vara da Comarca de Lins, 2.^a Vara da Comarca de Lorena, 2.^a Vara da Comarca de Ourinhos, 2.^a Vara da Comarca de Piraçununga, 2.^a Vara da Comarca de Poá, Vara Distrital de Mairinque, da Comarca de São Roque e 2.^a Vara da Comarca de Suzano;

VII - 30 (trinta) de Juiz Substituto, Padrão "A", destinados a Circunscrições Judiciárias a que se refere o artigo 35 da Resolução n.^o 2.

Artigo 2.^o - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - 22 (vinte e dois) de Promotor Público, Padrão "E", classificados em entrância especial, destinados às Varas mencionadas no inciso I, do artigo 1.^o;

II - 40 (quarenta) de Promotor Público, Padrão "D", classificados em 3.^a entrância, destinados às Vara Criminal e de Menores da Comarca de Americana; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Araçatuba; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Araraquara; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Barretos; 2.^a e 3.^a Varas da Comarca de Barueri; 4.^a Vara Criminal da Comarca de Campinas; Vara do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Campinas; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Catanduva; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Diadema; 2.^a Vara da Comarca de Guarujá; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Guarulhos; 2.^a Vara da Comarca de Itapetininga; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Jundiaí; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Marília; 3.^a Vara da Comarca de Mauá; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Mogi das Cruzes; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Osasco; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Piracicaba; Vara Criminal e de Menores da Comarca de Presidente Prudente; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Ribeirão Preto; 5.^a Vara Criminal da Comarca de Santo André; Vara do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Santo André; 5.^a Vara Criminal da Comarca de Santos; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da

Comarca de São Bernardo do Campo; 2.^a Vara Criminal da Comarca de São Caetano do Sul; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Carlos; 2.^a Vara da Comarca de São João da Boa Vista; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São José dos Campos; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São José do Rio Preto; Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Vicente; 1.^a e 2.^a Varas Criminais da Comarca de Sorocaba e Vara Criminal e de Menores da Comarca de Taubaté;

III - 1 (um) de Curador Geral, Padrão "U", classificado em 3.^a entrância, destinado à Comarca de Santos;

IV - 14 (quatorze) de Promotor Público, Padrão "C", classificados em 2.^a entrância, destinados às 2.^a Vara da Comarca de Avaré, 2.^a Vara da Comarca de Bragança Paulista, 2.^a Vara da Comarca de Cotia, 2.^a Vara da Comarca de Itanhaém, Vara Distrital de Taboão da Serra, da Comarca de Itapeverica da Serra, 2.^a Vara da Comarca de Itu, 2.^a Vara da Comarca de Jacareí, 2.^a Vara da Comarca de Lins, 2.^a Vara da Comarca de Lorena, 2.^a Vara da Comarca de Ourinhos, 2.^a Vara da Comarca de Piraçununga, 2.^a Vara da Comarca de Poá, Vara Distrital de Mairinque, da Comarca de São Roque e 2.^a Vara da Comarca de Suzano.

Artigo 3.^o - Ficam criados:

I - na Comarca da Capital, os 3.^{os} e 4.^{os} Ofícios das Varas Distritais de Casa Verde, Lapa, Penha de França, Santo Amaro, Tatuapé, Tucuruvi, Vila Maria e 3.^{os} Ofícios das Varas Distritais do Ipiranga, Itaquera, Pinheiros, Santana, São Miguel Paulista, Saúde, Vila Prudente e Jabaquara para servirem junto às Varas da mesma denominação e numeração ordinal, a que alude o artigo 1.^o, inciso I;

II - os Ofícios Criminais e de Menores das Comarcas de Americana, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Catanduva, Diadema, Franca, Marília, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Vicente e Taubaté;

III - os 2.^{os} e 3.^{os} Ofícios da Comarca de Barueri; 4.^o Ofício Criminal da Comarca de Campinas; Ofício do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Campinas; 1.^o e 2.^o Ofícios Criminais da Comarca de Guarulhos; 1.^o e 2.^o Ofícios Criminais da Comarca de Jundiaí; 3.^o Ofício da Comarca de Mauá; 1.^o e 2.^o Ofícios Criminais da Comarca de Ribeirão Preto; 5.^o Ofício Criminal da Comarca de Santo André; Ofício do Júri, Menores e Execuções Criminais da Comarca de Santo André; 5.^o Ofício Criminal da Comarca de São Bernardo do Campo; 2.^o Ofício Criminal da Comarca de São Caetano do Sul; 1.^o e 2.^o Ofícios Criminais da Comarca de Sorocaba; Ofícios Judiciais de Valinhos e Paulínia, da Comarca de Campinas; Ofício Judicial de Taboão da Serra, da Comarca de Itapeverica da Serra e Ofício Judicial de Mairinque, da Comarca de São Roque.

Artigo 4.^o - Ficam criados na Parte Permanente do Quadro da Justiça, os seguintes cargos:

I - Na Tabela I:

66 (sessenta e seis) de Diretor (serviço - Nível II), referência "CD-7";

II - Na Tabela III,

a) 198 (cento e noventa e oito) de 1.^o Escrevente, referência "18";

b) 286 (duzentos e oitenta e seis) de 2.^o Escrevente, referência "16";

c) 440 (quatrocentos e quarenta) de 3.^o Escrevente, referência "14";

d) 346 (trezentos e quarenta e seis) de Oficial de Justiça, referência "16".

Parágrafo único - Os cargos criados neste artigo, destinados aos ofícios a que alude o artigo anterior, serão neles lotados por ato do Corregedor-Geral da Justiça.

Artigo 5.^o - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta dos Códigos 03 - Tribunal de Justiça - Unidade Orçamentária 01 - Tribunal de Justiça - Elemento 3.1.1.0 - Pessoal e 17 - Secretaria da Justiça - Unidades Orçamentárias 01 e 02 - Secretaria da Justiça e Ministério Público - Elemento 3.1.1.0 - Pessoal, do Orçamento-Programa, suplementadas, se necessário, com recursos provenientes de créditos suplementares, que o Poder Executivo está autorizado a abrir, nos termos dos artigos 6.^o e 7.^o da Lei n.º 1.204, de 10 de dezembro de 1976.

Artigo 6.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de dezembro de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Murillo Macêdo, Secretário da Fazenda

Jorge Wilhelm, Secretário de Economia e Planejamento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 23 de dezembro de 1977.

Nelson Petersen da Costa, Diretor-Administrativo - Substituto.

D. O. de 24-12-77

LEI N.º 1.518, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977
Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, criada pela Lei n.º 9.589, de 30 de dezembro de 1966, será devida em virtude da utilização de serviço público ou do exercício do poder de polícia, na conformidade das Tabelas anexas a esta lei e segundo os valores nelas fixados.

§ 1.º - O tributo é devido por quem solicitar a prestação do serviço público ou a prática do ato decorrente da atividade do poder de polícia ou, ainda, por quem for o beneficiário direto do serviço ou do ato.

§ 2.º - O recolhimento da taxa far-se-á antes de solicitada a prestação do serviço ou a prática do ato, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento.

§ 3.º - A taxa prevista para expedição de alvará anual será, quando se tratar de estabelecimento novo, devida proporcionalmente, a partir do trimestre civil em que ocorrer o início da atividade.

Artigo 2.º - São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos:

I - os atos relativos à situação dos servidores públicos em geral, ativos ou inativos;

II - vetado;

III - os certificados de registro de veículos motorizados, quando estes pertencerem a consulados ou representantes consulares devidamente credenciados, cujos países concedam reciprocidade de tratamento aos representantes brasileiros;

IV - os atos destinados a fins militares, desde que neles venha declarado ser essa exclusivamente, a sua finalidade;

V - os atos relativos ao alistamento e ao processo eleitoral, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;

VI - os atos relativos à vida escolar, com referência aos estabelecimentos de ensino oficiais, oficializados e da rede particular, desde que neles venha declarado ser esse, exclusivamente, o seu fim;

VII - os alvarás para porte de arma solicitados por autoridades e servidores públicos em razão do exercício de suas funções;

VIII - vetado;

IX - os atos de interesse das autarquias e fundações criadas por leis estaduais;

X - os atestados de residência fornecidos para finalidade relacionada com a previdência social;

XI - os atos de interesse das pessoas comprovadamente pobres, à vista de atestado da autoridade competente.

Artigo 3.º - A inobservância de momentos ou prazos estabelecidos para solicitação da prática de qualquer dos atos enumerados na Tabela "B" anexa a esta lei e/ou para pagamento da taxa correspondente, sujeitará o contribuinte às seguintes penalidades:

I - multa de valor igual a 2 (duas) vezes o da taxa devida, se verificada, pela autoridade competente, cumulativamente, falta de solicitação e falta de pagamento da taxa;

II - multa de valor igual a 2 (duas) vezes o da taxa devida ou da parte faltante se, feita a solicitação, verificar-se falta ou insuficiência de pagamento;

III - multa de valor igual a 1 (uma) vez o da taxa devida, se regularizada a situação antes de qualquer procedimento administrativo.

Parágrafo único - As disposições dos incisos I e II não excluem a aplicação de outras sanções cabíveis.

Artigo 4.º - Em qualquer hipótese não compreendida no artigo anterior, solicitada a prestação do serviço sem o pagamento da taxa ou com insuficiência de pagamento, sujeitar-se-á o contribuinte a multa de valor igual a 1 (uma) vez o da taxa devida ou da parte faltante.

Artigo 5.º - Todos os que adulterarem ou falsificarem estampilhas ou guias de recolhimento do tributo, ou, ainda, de qualquer forma contribuir para a prática da adulteração ou falsificação, ficarão sujeitos à multa de valor igual a 100 (cem) vezes o da taxa devida, nunca inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único - Sujeitar-se-ão também à multa os que, tendo conhecimento do fato, conservarem, por mais de

8 (oito) dias, guia de recolhimento adulterada ou falsificada, sem a adoção de providências perante a autoridade competente.

Artigo 6.º - Na forma a ser estabelecida em regulamento, poderá ser autorizado o pagamento parcelado de taxa devida pela expedição de alvarás.

§ 1.º - O recolhimento espontâneo de qualquer parcela fora de prazo ficará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) de seu valor.

§ 2.º - Verificada a falta de recolhimento de qualquer parcela até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento, considerar-se-ão vencidas também as demais, sujeitando-se o valor correspondente às parcelas não recolhidas à multa prevista no parágrafo anterior e promovendo-se a inscrição do débito para cobrança executiva.

Artigo 7.º - O tributo não é restituível, salvo se, regularmente recolhida a taxa devida, for recusada a prestação do serviço ou a prática do ato.

Artigo 8.º - O servidor ou autoridade pública que prestar o serviço ou praticar o ato decorrente da atividade do poder de polícia, sem o recolhimento da respectiva taxa ou com insuficiência de pagamento, responderá solidariamente com o sujeito passivo da obrigação pelo tributo não recolhido, bem como pela multa cabível.

Artigo 9.º - Sem prejuízo da ação dos Agentes Fiscais de Renda, incumbe a fiscalização do tributo, na parte que lhes for atinente, também aos servidores e autoridades públicas estaduais em geral.

Artigo 10 - São obrigados a exhibir os documentos e livros relacionados com o tributo, a prestar informações solicitadas pelo Fisco e a não embaraçar a ação dos funcionários fiscais:

I - os contribuintes e todos os que tomarem parte nos atos sujeitos ao tributo;

II - os serventuários da justiça;

III - os servidores e autoridades públicas estaduais em geral.

Parágrafo único - Em caso de recusa ou embaraço à ação fiscal por parte de serventuário da justiça, o funcionário fiscal solicitará ao juiz corregedor competente as providências necessárias ao desempenho de suas funções.

Artigo 11 - O valor da Taxa de Assistência aos Médicos, criada pelo artigo 2.º da Lei n.º 610, de 2 de janeiro de 1950, com as alterações posteriores, fica elevado para Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), observado o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 9.673, de 24 de janeiro de 1967.

Artigo 12 - Ficam revogadas, a partir de 1.º de janeiro de 1978, as Leis n.ºs 9.589, de 30 de dezembro de 1966, exceto o artigo 1.º, "caput", 9.996, de 20 de dezembro de 1967, bem como o Decreto-lei n.º 176, de 30 de dezembro de 1969.

Artigo 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1978.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 1977.

PAULO EGYDIO MARTINS

Murillo Macêdo, Secretário da Fazenda

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 28 de dezembro de 1977.

Nélson Petersen da Costa, Diretor-Administrativo - Substituto.

TABELAS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

TABELA "A"

Atos de Serviços Diversos

1. Atestado:

1.1 de antecedentes policiais e políticos; 35,00

1.2 de residência 15,00

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública.

2. Auto de Exame Pericial referente a impressões digitais 70,00

Nota: A requerimento da parte e expedido pela Secretaria da Segurança Pública.

3. Carteira de Despachante Policial e de Proposto:

a) 1.ª via 500,00

b) 2.ª via e subsequentes 000,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.

4. Cédula de Identidade:

a) 1. ^a via	65,00
b) 2. ^a via e subsequentes	130,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
5. Cédula de Identidade para Estrangeiros:	
a) 1. ^a via	65,00
b) 2. ^a via e subsequentes	130,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
Certidão:	
6.1 de "Sesmaria", "Inventário" "testamento" e "Provisão"	300,00
6.2 de "Registro Paroquial", "Aviso Régio" e "Núcleo Colonial"	150,00
6.3 de outros documentos arquivados na Seção Histórica	100,00
Notas: (itens 6.1, 6.2 e 6.3):	
1. ^a - Expedida pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.	
2. ^a - O valor da taxa se refere a cada documento certificado.	
6.4 de viagem, para estrangeiros	100,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
6.5 de registro de animais	50,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
6.6 negativa de tributos estaduais:	
a) requerida por um só interessado, referindo-se a um só tributo	85,00
b) requerida por um só interessado, referindo-se o pedido a mais de um tributo, além da taxa da alínea anterior, por tributo que acrescer	10,00
c) requerida por mais de um interessado e referindo-se o pedido a um só tributo, por interessado	85,00
Nota: A taxa referente à certidão requerida por mais de um interessado, referindo-se o pedido a mais de um tributo, será a resultante da combinação das alíneas "b" e "c",	
d) requerida no interesse de condôminos e com rei a até 5 imóveis possuídos em comum, ou requerida. por várias pessoas e versando sobre o mesmo assunto	85,00
e) requerida no interesse de condôminos, ou por várias pessoas, e versando sobre o mesmo assunto, referindo-se o pedido a mais de 5 imóveis, além da taxa da alínea anterior, por imóvel que acrescer	10,00
Notas: (item 6.6):	
1. ^a - Expedida pela Secretarie da Fazenda.	
2. ^a - Quando a certidão for positiva, poderá o interessado, saldando o débito dentro de 30 dias da expedição da certidão, obter certidão negativa no mesmo processo independentemente de novo pagamento de taxa.	
6.7 negativa de multa de veículos motorizados	65,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
6.8 de antecedentes políticos	65,00
Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.	
6.9 não especificada:	
a) pela primeira página	45,00
b) por página que acrescer	10,00
Nota: Expedida por repartições públicas estaduais, autarquias e corporações militares do Estado.	
7. Certificado:	

7.1 de habilitação profissional:

a) 1.ª via 100,00

b) 2.ª via e subseqüentes 150,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.

7.2 de registro de veículos motorizados 450,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.

8. Declaração Cadastral de Contribuinte do ICM - 2.ª via ou cópia 150,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Fazenda.

9. Ficha de Inscrição de Contribuinte do ICM:

a) pela 1.ª expedição 65,00

b) pela 2.ª expedição via e subseqüentes 200,00

Notas:

1.ª - Expedida pela Secretaria da Fazenda.

2.ª - Não será devida a taxa nas hipóteses de recadastramento determinado pelo Fisco e na 1.ª expedição relativa à inscrição de produtor.

3.ª - São também considerados como 1.ª expedição os casos em que tiverem ocorrido alterações legais dos dados existentes na ficha.

10. Fotocópia ou semelhante:

a) por folha até 22 x 33 em 25,00

b) por área igual ou fração que exceder 10,00

Nota: Fornecida por repartições públicas estaduais, autarquias e corporações; militares do Estado.

11. Guia de Recolhimento de Tributos Estaduais

2.ª expedição, por processamento eletrônico, de jogo de guias de recolhimento para:

11.1 pagamento do ICM - regime de estimativa 100,00

11.2 pagamento do ICM - parcelamento 200,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Fazenda.

12. Identificação Domiciliar, de

peças 200,00

Nota: Expedida pela Secretaria da Segurança Pública.

13. Inscrição:

13.1 para exames de habilitação profissional 100,00

Nota: Realizados pela Secretaria da Saúde.

13.2 em concurso ou seleção para Ingressos no serviço público estadual e autarquias, em cargos ou funções:

a) quando exigida formação universitária 100,00

b) quando exigida escolaridade mínima de 2.º grau completo 50,00

O nos casos não indicados nas alíneas anteriores 30,00

Nota: Realizados pelos órgãos competentes das Secretarias de Estado e Autarquias.

14. Laudo:

14.1 corpo de delito 100,00

14.2 necroscópico 100,00

14.3 toxicológico	100,00	
Notas:		
1. ^a - A requerimento da parte e expedido pela Secretaria da Segurança Pública.		
2. ^a - Não há cobrança de taxa quando solicitado por autoridade pública, em razão do cargo ou função.		
15. Planta de Imóveis - cópia de mapa:		
a) por até 1 m2 (metro quadrado)	150,00	
b) por dm2 (decímetro quadrado) que exceder	2,00	
Nota: Fornecida pela Secretaria da Justiça,		
16. Retificação:		
16.1 de Guia de Recolhimento de Tributo e/ou de Guia de Informação e Apuração do ICM, quando solicitada pelo contribuinte por documento		150,00
Nota: Efetuada pela Secretaria da Saúde.		
16.2 mediante apostila, decorrente de alteração do estado civil, de nome etc., efetuada a pedido do interessado, em alvarás, diplomas e certificados por documento.....		100,00
Nota: Efetuada pela Secretaria da Saúde.		
17. Requerimento	50,00	
Nota: Não será devida esta taxa nas seguintes hipóteses:		
a) nas petições formuladas por funcionários públicos em geral, ativos ou inativos;		
b) nas petições para serviços ou atos previstos nesta lei;		
c) nas defesas e recursos administrativos interpostos perante órgãos julgadores;		
d) nu petições formuladas nos temos do § 30 do artigo 153 da Constituição da República.		
18. Serviços da Academia de Polícia do Estado de São Paulo:		
18.1 inscrição para concursos	200,00	
18.2 inscrição para exame de vigilante bancário	150,00	
18.3 expedição de certificado de aprovação em exame de vigilante bancário	200,00	
18.4 expedição de 2.- via de certidão de conclusão do curso de vigilante bancária	200,00	
18.5 elaboração e fiscalização de exame psicotécnico para vigilante bancário realizado em estabelecimento	1.400,00	
Nota: Prestados pela Secretaria da Segurança Pública.		
19. Serviço da Polícia Militar do Estado de São Paulo:		
Policiamento ornamental, de caráter particular, efetuado em casamentos, batizados, festas comemorativas, formaturas etc., por turno de serviço e por policial empregado, independentemente da classe a que pertencer		1,000,00
Nota: Prestado pela Secretaria da Segurança Pública.		
20. Título de propriedade de terras devolutas e de lotes em núcleos coloniais:		
por Cr\$ 1,00 ou fração	0,50	
Nota: Expedido pela Secretaria da Justiça.		
TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS		
TABELA "B"		
Atos decorrentes do Poder de Polícia		
1. Alvará para porte de Arma, válido por um ano:		
a) de defesa	350,00	
b) de caça	100,00	

Nota: Expedido pela Secretaria da Segurança Pública.

2. Alvará de Licença Anual, relativo a:

2.1 Amas, munições, explosivos, inflamáveis, produtos químicos agressivos ou corrosivos:

2.1.1 para fabrico, importação e exportação para fora do

Estado 2.000,00

2.1.2 para comercio, por estabelecimento aberto ao público ou depósito

fechado 500,00

2.1.3 para uso:

a) fins industriais 550,00

b) fim comerciais..... 500,00

2.1.4 para manipulação de produtos químicos em farmácias 100,00

2.1.4 Para transporte de armas e munições 300,00

2.2 Fogos:

2.2.1 para fabrico 2.000,00

2.2.2 para comércio:

a) nos municípios da Capital, Campinas, Cubatão, Diadema, Guarulhos, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos e Sorocaba 500,00

b) nos demais municípios 300,00

Nota: (dos itens 2.1 e 2.2) - Expedido pela Secretaria da Segurança Pública.

Alvará de Licença Anual para funcionamento de:

3.1 banco de sangue 850,00

3.2 casa de artigos dentários 650,00

3.3 Casa de artigos cirúrgicos 650,00

3.4 casa de ótica 850,00

3.5 clínica dentária popular 250,00

3.6 clínica médico-veterinária 650,00

3.7 depósito de drogas 950,00

3.8 drogaria 850,00

3.9 fábrica de material médico e ortopédico 850,00

3.10 fábrica de óculos 850,00

3.11 fábrica de produtos químicos 850,00

3.12 fábrica de produtos de toucador 850,00

3.13 farmácia 850,00

3.14 instituto de beleza com responsabilidade médica 850,00

3.15 Instituto de fisioterapia 850,00

3.16 Instituto de ortopedia 850,00

3.17 instituto de Raios-X e substâncias radioativas	850,00
3.18 laboratório de análises clínicas	850,00
3.19 laboratório anatomopatológico	850,00
3.20 laboratório industrial farmacêutico	2.550,00
3.21 laboratório de prótese dentária	1.250,00
3.22 salão de cabeleireiros	400,00
3.23 socorro farmacêutico.....	400,00
3.24 demais estabelecimentos, não especificados, sujeitos à fiscalização	850,00
Notas (item 3):	
1.ª) Expedido pela Secretaria da Saúde.	
2.ª) Para expedição de 2.ª via do alvará, a pedido do Interessado, o valor da taxa será o mesmo do documento original.	
4. Alvará Anual, de registro de hotéis, pensões, hospedarias, casa de cômodos ou semelhantes:	
4.1 até 5 quartos ou apartamentos	150,00
4.2 de 6 até 10 quartos ou apartamentos	250,00
4.3 de 11 até 25 quartos ou apartamentos	400,00
4.4 de 26 até 50 quartos ou apartamentos	750,00
4.5 de 51 até 100 quartos ou apartamentos	2.500,00
4.6 de mais de 100 quartos ou apartamentos	7.000,00
Nota (item 3): Expedido pela Secretaria da Segurança Pública.	
5. Registro de animais, por animal	50,00
Nota: Efetuado pela Secretaria da Segurança Pública.	
6. Registro de armas, por arma	100,00
Nota: Efetuado pela Secretaria da Segurança Pública.	
7. Registro de Diplomas, Títulos e/ou Certificados, por diploma, título ou certificado:	
a) de curso de nível superior	150,00
b) de nível médio	100,00
Nota: Efetuado pela Secretaria da Saúde.	
8. Rubrica de Livros; de registros referentes a fiscalização do exercício profissional:	
a) livro contendo até 100 folhas	100,00
b) livro contendo mais de 100 folhas, até 200 folhas	200,00
O livro contendo mais de 200 folhas	400,00
Nota: Efetuado pela Secretaria da Saúde.	
9. Termo de Responsabilidade	100,00
Nota: Firmado na Secretaria da Saúde, perante autoridade sanitária.	
10. Vistoria de Armas, Munições e Explosivos	600,00
Nota: Efetuado pela Secretaria da Segurança Pública.	
11. Vistoria de Local:	
Vistoria para expedição de alvará de funcionamento, quando do início das atividades, de transferência ou alteração de local, dos estabelecimentos enumerados no Item 3 desta Tabela:	
taxação correspondente à fixada nos itens 3.1 a 3.24 desta Tabela.	
Nota: Efetuado pela Secretaria da Saúde.	

12. Vistoria de Alimentação Pública:

12.1 Vistoria para expedição de alvará de funcionamento dos estabelecimentos enquadrados na:

12.1.1	1.ª categoria	
	a) municípios classe especial	4.500,00
	b) demais municípios	2.500,00
12.1.2	2.ª) categoria	
	a) municípios classe especial	2.500
	b) demais municípios	1.000,00
12.1.3	3.ª) categoria	
	a) municípios classe especial	1.000,00
	b) demais municípios	500,00
12.1.4	4.ª) categoria	
	a) municípios classe especial	500,00
	b) demais municípios	200,00
12.1.5	5.ª) categoria	100,00

12.2 Vistoria de veículo automotor para transporte de alimentos

Nota (item 12):

1.ª) Efetuada pela Secretaria da Saúde.

2.ª) A classificação dos estabelecimentos por categorias e dos municípios em classe obedecerá às especificações estabelecidas na legislação pertinente.

3.ª) Não há cobrança de taxa para expedição de alvará para o qual tenha sido efetuada a vistoria.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

TABELA "C"

Serviços de Trânsito	Cr\$
1. Autorização para remarcação de chassis	50,00
2. Carteira Internacional de Habilitação	600,00
3. Carteira Nacional de Habilitação:	
3.1 Carteira Nacional de Habilitação - Amador	250,00
3.2 Carteira Nacional de habilitação - Profissional	100,00
4. Certidão ou cópia de Boletim de Ocorrência, sem vitima	150,00
5. Certidão de Habilitação (Diretor e Instrutor de Auto-Escola e Examinador)	200,00
6. Diligência para vistoria e lacração a domicílio, por veículo	300,00
7. Emissão de jogo de cópias, já registradas, de documentos de veículos (certificados de registro, seguro obrigatório e Taxa Rodoviária única)	80,00
8. Estadia de veículo no DETRAN além de 5 dias, por dia	60,00
9. Exame especial para portador de defeito físico	150,00
10. Exame Especial de Sanidade	200,00
11. Exame Psicotécnico	200,00
12. Exame de Sanidade (física e mental)	150,00
13. Inscrição para Exame de Habilitação:	
Categoria Amador	250,00
Categoria Profissional	100,00
14. Lacração e relacração	150,00
15. Licença anual de aprendizagem para Auto-Escola	500,00
16. Licença, de aprendizagem para particular	100,00
17. Licença especial (veículo)	200,00
18. Rebocamento, de veículo	300,00
19. Registro de Carteira Nacional de Habilitação	200,00
20. Registro de jogo de cópias de documentos de veículos	45,00
21. Registro de livros para Auto-Escola, por folha	1,00

22. Revistoria de veículo	110,00
23. Revistoria de Auto-Escola	600,00
D.O. 29-12-77	

LEI N.º 1.518, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1977

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei n.º 1.518, de 28 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa da Fiscalização e Serviços Diversos.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO

PAULO, decreta e eu, Natal Gale, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado, o seguinte dispositivo da Lei n.º 1.518, de 28 de fevereiro de 1977, da qual passa a fazer parte integrante:
Artigo 2.º

.....
.....

II - os atos de interesse de hansenianos, tuberculosos, psicopatas, cardiopatas, chagásicos, vítimas de doenças ou acidentes do trabalho, seus filhos e dependentes, bem como de suas Caixas de Beneficência ou Institutos de Previdência;

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 28 de março de 1978.

NATAL GALE, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 28 de março de 1978.

Dante Yatauro Perri, Diretor Geral

D.O. 29-3-78

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 20 DE 10 DE MAIO DE 1978

O Secretário da Receita Federal, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no Artigo 15 do

Decreto-Lei n.º 1.510, de 27 de dezembro de 1976,

Resolve:

1. Não haverá obrigatoriedade de preenchimento do formulário "Declaração sobre Operação Imobiliária" aprovado e regulado pela Instrução Normativa SRF n.º 035 de 11 de maio de 1977, quando se tratar de alienações de imóveis:

a) em que o alienante seja pessoa jurídica de direito público;

b) em que o alienante seja pessoa jurídica de direito privado integrante do Sistema Financeiro de Habitação, quando:

I - for a pessoa física adquirente de casa própria através do PLANAP - Plano Nacional de Habitação Popular;

II - for a pessoa física adquirente de casa própria através do Programa de Cooperativas Habitacionais;

III - for a pessoa física adquirente de casa própria como Associado das promoções habitacionais dos Institutos de Previdência Social ou Montepios Estaduais e Municipais.

2. Não haverá obrigatoriedade de emissão da "Declaração sobre Operações Imobiliárias":

a) pelos Cartórios de Registro de Imóveis e Títulos e Documentos, quando no documento apresentado para Registro ou Averbação estiver expressamente declarado e identificado pelo Cartório de Notas ter este emitido e enviado ao órgão da S.R.F. a "Declaração sobre Operação Imobiliária" correspondente à transação;

b) pelo Ofício único quando já tiver emitido anteriormente a "Declaração sobre Operação Imobiliária" ou quando a escritura for levada a registro imediatamente após a sua lavratura, desde que expressamente consignada e identificada a D.O.I. emitida e enviada ao órgão da S.R.F.

3. Esta Instrução vigorará a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.
Adilson Gomes de Oliveira
D. O. União de 15-5-78

Nº 106 - Publicação: Jul/Dez 1978

REDAÇÃO

MENSAGEM DE NATAL

É chegado o momento das festas de Natal, quando nossos corações se inclinam ante a majestade do Poder Supremo, nossa alma vibra de suavidade e ternura no sentido da solidariedade humana. Com este propósito e com este sentido, que nos dirigimos a todos os colegas e suas dignas famílias, neste número de nosso boletim.

O mundo cristão festeja a magna data deste Natal com o novo Sumo Pontífice o Papa João Paulo II, de origem humilde, que sofreu as maiores opressões dos poderosos da Polônia, sendo depositário de todas as esperanças na direção dos destinos religiosos. Toda humanidade sente aproximar-se aquele doce enlevo que convida à meditação e à prece. É Natal! Os sinos tangem notas de fé e de amor!

Todos param suas atividades para a comemoração de aniversário do nascimento do menino Jesus!

As crianças vivem instantes de encantamento ao receberem os presentes coloridos e o afeto do lar.

Há comunicação! Há fraternidade!

A diretoria da Associação dos Serventuários de Justiça do Estado de São Paulo deseja aos prezados colegas, às suas famílias, aos escreventes, aos auxiliares, enfim a toda coletividade cartorária, um Feliz Natal com muita paz e alegria, para os seus lares e o prenúncio de novas e redobradas esperanças para o Novo Ano!

COLABORAÇÃO

CARLOS ALBERTO BUENO NETTO

Oswaldo de Oliveira Penna

Com profunda tristeza vamos noticiar em nosso boletim, a perda de mais um de nossos colegas e companheiro de diretoria.

Em uma tarde fria de julho, recebemos a notícia do falecimento do CARLOS ALBERTO, ocorrido pela manhã, notando-se que o dia, era um domingo, como que marcando o destino, de quem tanto trabalhou e descansava para sempre!

Como titular do 3.º Cartório de Títulos e Documentos organizou a serventia com um capricho e com uma ordem de servir de exemplo e modelo aos demais cartórios da mesma natureza, tendo sido talvez o pioneiro nas instalações do serviço de microfilmagem.

A aparelhagem e as instalações todas próprias, o que por certo demonstra a vontade de aprimorar e acelerar os serviços atendendo da melhor maneira o público.

Teve vida social intensa, fazendo parte de várias associações de classe, inclusive a presidência do Rotary Club de São Paulo.

A sua vontade e o seu desejo era "servir", aliás o "lema" dos rotarianos.

Nessas singelas palavras, rendemos ao nosso saudoso companheiro, que, por diversas vezes, foi substituto do Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo, a sincera homenagem de toda classe, e em particular, dos seus colegas de diretoria.

MAIS UMA VEZ EM TORNO DO REGIME MATRIMONIAL

WALTER TEBET

Escrivão

Não obstante, o parecer normativo 2/78 Proc. CG n. 49.822178, tivesse sido aprovado pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça de nosso Estado, concluindo pela permissibilidade de escritura pública para colher as vontades dos nubentes para a convenção de pacto antenupcial do regime de comunhão universal, sob fundamento de que permanecem

incólumes as disposições dos arts. 134, I e 256, parágrafo único, I, do Código Civil, a minha interpretação a respeito da matéria em tela, permanece nas formas já manifestadas, através de nossa imprensa.

Entendo, com a devida vênia, como órgão superior de minhas funções, não cabendo outra alternativa senão o respeito à aprovação do ilustro parecer do MM. Juiz Auxiliar, Dr. Antônio Cezar Peluso, cumprindo nos devidos termos, que, face à lei vigente 6.515 (Lei do divórcio), disciplinadora das modificações constitucionais e introdutoras das alterações no Código Civil, o regime universal ou de comunhão de bens, após 26 de dezembro de 1977, somente abre uma exceção, com duas condições previstas pelo art. 45, da aludida lei 6.515, como já tive a oportunidade de afirmar várias vezes, inclusive em contestação à Dra. Yara P. C. O. Romano; quando o casamento se seguir a uma comunhão de vida entre os nubentes, existente antes de 27 de junho de 1977, que perdurado por dez (10) anos consecutivos - ou da qual tenha resultado filhos.

Destarte, torno a reafirmar o que tantas vezes tenho manifestado "o capítulo do regime de bens universal foi cancelado, embora não tenha sido excluído do Código; pois se prevalecer, colide com aquilo que a lei estabeleceu, isto é, o regime parcial de bens a lei revogou as disposições em contrário e o regime "comunhão universal" se insere entre essas disposições revogadas'. Igualmente, se há de entender que o artigo 134, n. I se enquadra se assim não houvesse decidido a Egrégia Corregedoria, para o pacto antenupcial de separação espontânea, como também no que se refere o artigo 256, parágrafo único, também do Código Civil considerando eliminado.

Daí, como não cabe a mim, no cumprimento de minhas funções, deixar de atender as decisões superiores, com escritura pública, na forma do parecer normativo aprovado n. 2/78, o Cartório, do qual sou o titular, consignará de acordo com o artigo 195, VII, o regime de comunhão geral de bens quando se registrar o casamento, se houver concordância da Curadoria de Casamentos e ainda se houver recurso para o Corregedor Permanente do Cartório, sem efeito suspensivo.

Nesta oportunidade, externo mais uma referência de igualdade de pensamentos com o Ilustre Senador e Jurista Nélson Carneiro, com exceção da permissibilidade de mais de uma concessão de divórcio, pois neste ponto de restrição, creio que o Congresso acertou melhor com o limite. Pois, do contrário, em razão da idade, o interessado de má fé, poderia se valer do direito que a lei conferiria a todos e o Senador Divorcista também prima pela boa-fé, creio eu e daí a razão de não compreendê-lo em querer limitações no divórcio. Mais do que um desacerto nas uniões matrimoniais não se pode configurar o regime de "bonafide".

Externo também mais uma situação concludente de colisão à disposição legal da lei 6.515/77, objeto da matéria em tela, que revogou as disposições em contrário e se ela estabeleceu o regime parcial, revogou o pacto antenupcial previsto pelo artigo 134, I, de comunhão geral e via de consequência, também deixou inócuo o capítulo do regime de comunhão geral ou universal de bens - artigo 256, parágrafo único; pois, se a lei em causa abriu aquela exceção mencionada implicando a convivência marital, antes da modificação constitucional, isto é, a dissolubilidade do casamento, 27 de junho de 1977, para permitir regime de bens universal, não foi somente para estabelecer condição formal, ou melhor para permitir essa opção ao concubinato de boa fé, do regime de bens que convier, somente para eliminar a escritura e permitir a manifestação. Daí, então, se há de concluir que o objetivo foi realmente o de eliminar o regime de comunhão universal, para prevalecer somente o parcial e o de separação espontânea.

Transcrito do "O Liberal", de 12. 8.78

HOMENAGEM A BUENO DA ROCHA

A 12.^a Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil, de Ribeirão Preto, prestou homenagem na última segunda-feira a Antônio Bueno da Rocha. O homenageado acaba de se aposentar do cargo de titular do Cartório do

3.^o Tabelião de Notas desta Comarca. Bueno da Rocha começou em 1922 a trabalhar em cartórios. Passou por Santos, Salesópolis, Mogi das Cruzes e em 1956 veio para Ribeirão Preto, como Oficial do 3.^o Cartório de Notas. Comendador, tendo recebido diversas comendas e medalhas, tem um largo círculo de amizade em todo o Estado. No jantar de homenagem da OAB, que foi realizado na Recreativa, estiveram presentes advogados, juízes de Direito, funcionários de cartórios, comerciantes e industriais. O Dr. Augusto Benito Florenzano foi o orador da noite

que, em nome da OAB, traçou e síntese um perfil de Antônio Bueno da Rocha.
Transcrito do "O Diário" de Ribeirão Preto

REGIMENTO DE CUSTAS

Ao receberem o presente número da revista da Associação dos Serventuários da Justiça, os nossos sócios e colegas já estarão aplicando a nova tabela de Custas e Emolumentos decretada pelo Exmo. Governador do Estado.

É possível que muitos achem que a referida tabela não alcançou ainda o índice que desejavam ou aspiravam.

Entretanto, convém salientar, que ela representa muito do esforço, do trabalho e da dedicação, no interesse de nossa classe.

A diretoria da Associação, pelo seu Presidente Luis de Toledo Mendes Pereira, manteve permanente contato com a Corregedoria Geral da Justiça e com a Secretaria da Justiça.

A alta compreensão do Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça Desembargador Humberto de Andrade Junqueira e ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura nas pessoas de seu Presidente e Vice-Presidente - Desembargadores Acácio Rebouças e Young da Costa Manso, se deve o êxito de nossa reivindicação.

Uma palavra de agradecimento ao Exmo. Sr. Secretário da Justiça, Dr. Manoel Pedro Pimentel, que sempre recebeu a diretoria com a sua proverbial atenção, acolhendo as nossas justas solicitações.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA PROC. 48.296/77

CARTÓRIO DE NOTAS - Tabelionato - Distribuição das escrituras a exemplo da distribuição dos feitos judiciais - Comparação imprópria entre as duas situações, ou mesmo com a distribuição de títulos para Protesto

- Parecer no sentido da rejeição e arquivamento da matéria.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA PROC. CG. 48.296/77

SENHORES DESEMBARGADORES MEMBROS DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA:

A Egrégia Corregedoria Geral da Justiça encaminha estes autos, contendo representação de Josué da Silva Neto, escrivão do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Itu, pleiteando a prévia distribuição de escrituras aos Tabelionatos, a exemplo do que ocorre com os feitos judiciais (fls. 2/4).

Ao relatório e parecer de fls. 6/8 acrescento que não se pode confundir ou pretender equivalência entre a distribuição dos feitos judiciais e as escrituras notariais.

A distribuição equitativa dos feitos judiciais entre juízes e escrivães (onde há mais de um juiz e mais de um escrivão) é norma de processo (CPC, arts. 251 e. 252; CPP, art. 75).

Não obstante, a rigorosa igualdade dessa distribuição (CPC, art. 252) pode ser destemperada pela diversidade de competência, quer dos magistrados, quer dos escrivães. Em comarcas de uma só Vara e dois Cartórios especializados (um ofício criminal e um ofício cível) a distribuição entre os escrivães não obedece rigorosa igualdade. Em comarcas de grande porte, como a Capital, pode ser equitativa a distribuição entre juízes e ofícios cíveis; mas não haverá igualdade entre estes e os magistrados e cartórios da Família e Sucessões ou os da Fazenda do Estado. Também não há igualdade na distribuição entre os diversos Tribunais do Estado. Igualdade rigorosa é impossível.

De qualquer forma, a distribuição dos feitos judiciais também se impõe pela necessidade de se resguardar a isenção e a independência do Poder Judiciário, cujos juízes não podem ser escolhidos pela parte.

Ora, é exatamente o oposto que ocorre na função do notário. Tradicionalmente, ele é conselheiro daqueles que o procuram e, entre nós, isto tem sido um fator de segurança nas relações jurídicas.

Para formalizar negócios, as partes sempre procuram o notário de sua confiança, e assim também agem, com frequência, os próprios advogados, que vêem no tabelião não apenas o autenticador de suas declarações de vontade (v.g. o reconhecimento de firmas, autenticação de documentos, lavratura de protesto de títulos), "mas o colaborador, o órgão que se coloca entre a

lei e o negócio jurídico, para dar a esse negócio jurídico os contornos adequados, segundo o direito objetivo, para prevenir litígios, para garantir, enfim, o patrimônio do cliente" (v. J. FREDERICO MARQUES,

"O Notariado no Direito Brasileiro", "in" Revista Notarial Brasileira, n.º 2, p. 11).

Tanto isto é exato, que já houve lei, neste Estado, impondo a prévia distribuição das escrituras entre os diversos tabeliães. Lei divorciada da realidade prática e dos costumes implantados, foi mais fraudada que observada, até a sua revogação.

Do parecer do juiz FURQUIM REBOUÇAS (fls. 7), transcrevo:

"A providência da prévia distribuição de escrituras aos Tabelionatos vigorou até a vigência do Decreto-lei Estadual n.º 158, de 28-10-1969, mas não produziu, na prática, os resultados desejados porque as partes contratantes, no intuito de melhor resguardarem seus interesses, insistiam em procurar os Cartórios de Notas de sua confiança.

Ora, a confiança não se impõe, mas deve ser conquistada paulatinamente, através da qualidade dos serviços prestados.

Formou-se, então, o hábito da prévia lavratura dos atos notariais em Serventia livremente procurada pelas partes contratantes, subsistindo a distribuição das escrituras "a posteriori", como simples formalidade, inútil e dispensável."

Deve-se ponderar, finalmente, que a distribuição de títulos para protesto (providência recentemente adotada nesta Capital), não justifica a extensão da medida para as escrituras dos tabeliães. Embora os tabeliães de notas e os de protesto se considerem ramos de um mesmo serviço, desmembrados para a boa execução das funções (Res. 2/76, art. 87), é exatamente nas notas (e não na formalização dos protestos, reconhecimento de firmas, autenticação de documentos) que os tabeliães podem agir como colaboradores e conselheiros da parte, sem embargo de que a doutrina comercial registra entendimento sobre a prescindibilidade dos serviços cartorários de protesto de títulos, que podiam realizar-se, perfeitamente, na rede bancária (Rev. Dir. Merc., vol. 18, pág. 113/115).

A pretensão, em suma, não esbarra em nenhum impedimento legal. Embora possa, a lei de organização judiciária, voltar a exigir a distribuição entre os notários, onde houver mais de um, entendo discutível que isto venha a realizar o interesse público.

Ademais, estando pendente, em órbita federal, o célebre tema da "oficialização dos cartórios", parece preferível que os Estados aguardem a solução de tal impasse. Oficializados os cartórios, a distribuição certamente viria incorporada, ou poderia ser imposta complementamente, se bem que resultaria inócua para os propósitos do requerente.

Mantido o "status quo", a Comissão de Organização Judiciária ainda poderia voltar ao exame da matéria que, entretanto, conta, desde logo, com o meu parecer desfavorável.

Opino pelo arquivamento.

São Paulo, 14 de julho de 1978

(a) Francisco de Paula Sena Rebouças, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ATO DA PRESIDÊNCIA
TABELA DE CUSTAS
Portaria N.º 159

Aprova Tabelas de Custas do Supremo Tribunal Federal. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos da decisão do Tribunal Pleno, em sessão desta data, proferida no uso da atribuição que lhe confere o artigo 120, parágrafo único, letra "c" da Constituição Federal, resolve aprovar as seguintes Tabelas para cobrança de custas devidas pelo processamento, julgamento e execução dos feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, bem como pela prática de atos judiciais e extrajudiciais; por parte de sua Secretaria:

TABELA A

Recursos Interpostos na Instância Inferior

Importância

unidade

Cr\$

I - Recurso Extraordinário:

a) se o valor da causa exceder de cem (100) vezes o maior salário mínimo vigente no País	1.000
b) nos casos previstos na última parte do inciso VIII, do artigo 308, do Regimento Interno.....	500
II - Agravo de Instrumento	1.000
III - Arguição de Relevância	1.000
IV - Apelação Cível	1.000
Observações:	
I - As custas fixadas nesta Tabela compreendem todos os atos necessários ao julgamento do recurso no Supremo Tribunal Federal, excluídas as despesas de remessa e retorno dos autos.	
II - O Recurso Extraordinário que venha a ser processado em virtude de Agravo de Instrumento provido ou de Arguição de Relevância acolhida, não ficará sujeito às; castas específicas. No caso de interposição simultânea de Agravo de Instrumento e Arguição de Relevância, apenas aquele estará sujeito ao pagamento das castas respectivas.	
III - O preparo será efetuado nos Tribunais ou Juízos de origem dos recursos, na conformidade dos artigos 110, 111 e seus respectivos parágrafos, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observadas as isenções previstas no § 1.º, do artigo 113.	
IV - A falta de preparo do recurso, no devido prazo, no órgão de origem, acarretará a deserção (§ 3.º do artigo 111 do Regimento Interno).	
V - As importâncias correspondentes às custas fixadas nesta Tabela serão recolhidas ao órgão arrecadador do local de tributos federais, juntamente com o valor da despesa de retorno dos autos, mediante o preenchimento do "Documento de Arrecadação de Receitas Federais" (DARF).	
TABELA B	
Feitos de Competência Originária	
Importância	
Unidade	
Cr\$	
I - Ação Cível	2.000
II - Ação Rescisória	2.000
III - Ação Penal Privada.....	1.000
IV - Revisão criminal dos processos a que se refere o item anterior	1.000
V - Mandado de Segurança:	
a) um impetrante.....	1.000
b) mais de um impetrante (cada um)	500
VI - Reclamação sobre os processos a que se refere esta Tabela e a anterior, salvo quando reclamante o Procurador-Geral da República	500
VII - Homologação de Sentença Estrangeira	1.000
TABELA C	
Atos Judiciais e extrajudiciais aplicados pela Secretaria	
Importância	
Unidade	
Cr\$	
I - Carta de Sentença - por ficha	5
II - Certidões, traslados, mandados e editais	
a) uma única	

folha	20
b) por folha	
excedente	5
III - Despesas de transporte nu citações, intimações e notificações:	
a) no Plano	
Piloto	100
b) nas Cidades	
Satélites	
200	
Observações finais:	
I - As custas a que se refere estas Tabelas serão cotadas pelo funcionário encarregado de sua cobrança nas folhas do respectivos autos ou nos documentos entregues às partes.	
II - As custas a que se referem as Tabelas B e C serão escrituradas em livro próprio, rubricado pelo Diretor do Serviço Judiciário, e recolhidas ao Banco do Brasil S.A., mediante o preenchimento do "Documento de Arrecadação de Receitas federais" (DARF).	
III - As despesas de Transporte para o cumprimento dos atos a que se refere o item III, da Tabela C, serão pagas ao funcionário encarregado da diligência, na Secretaria do Tribunal, mediante recibo.	
IV - Incorrerá em falta disciplinar, sujeita às sanções, legais, o funcionário que solicitar ou receber castas excessivas ou indevidas, demorar, em virtude delas, a expedição de atos, termos ou traslados, ou não der recibo das quantias que lhe forem entregues Para Pagamento das mesmas.	
V - As custas previstas nas Tabelas constantes deste ato terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 1977.	
Brasília, 25 de novembro de 1976.	
(aa) Djaci Alves Falcão, Presidente.	
(Publicado em cumprimento ao artigo 224 § 3.º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).	
D. O. J. 13-9-78	

SOCIAIS

SONHOS E AGRURAS

Edson Machado

CONVITE A MEU FILHO

Meu filho,

Busquei-te, ontem, em teu berço, para confessar-te uma falta. Dormias o sono leve da inocência. Procurando, pela manhã, na grande floresta do Norte, um presente para te encher os olhos, ao acordares, entreguei-me à caça de um bichinho da mata. Corri muito, até alcançá-lo. Quase o feri para, finalmente, apresá-lo.

Rapidamente, segurei-o e o fiz prisioneiro de meu egoísmo.

Caminhando de volta, alegremente, com minha dádiva, não compreendia a dor de alguém que, na floresta, ficara solitário. Voltei-me e deparei com a companheira do meu prisioneiro que, aconchegando-se mais ainda aos seus filhotes, olhava-me com espanto e desespero.

Não era possível resistir. Contrafeito, a princípio, ia-me decidir por ti, por teu prazer, sem compreender que a tua genuína alegria estava em me ver soltar o bichinho, e não em mantê-lo cativo.

E agora, meu filho, venho convidar-te para, juntos, irmos à grande floresta do Norte, em visita a uns olhinhos que, como os teus, têm o brilho suave do mais puro amor.

Transcrito do "Jornal Municipalista", de agosto de 1978.

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL

1. Embargos do devedor.

2. Ante o contexto do atual Código de Processo Civil, é duvidoso que se possam conceituar os embargos do devedor como ação propriamente dita, pois não se desvestiram da natureza de resposta ao pedido do exequente.

Decisão do juiz da 27.^a Vara Cível

Dr. Marco César Muller Valente

Apreciando questões que freqüentemente têm aflorado, quando da apresentação de embargos em execuções por títulos extrajudiciais, foi prolatado o seguinte despacho, pelo Dr. Marco César Müller Valente, eminente juiz de Direito da 27.^a Vara Cível:

Embargos com efeito suspensivo são juntados aos autos da execução.

Não há a mais remota utilidade em fazê-los pensar. O processo não é um fim em si mesmo, mas apenas meio, e suas normas, pois, devem considerar sobretudo um caráter de praticidade, sem prejuízo da perfeita garantia dos direitos das partes. Não é campo para inutilidades, e, destarte, a norma do artigo 736, do Código de Processo Civil, não pode ser interpretada literalmente.

Embargos à execução não pagam custas, pois não há qualquer previsão legal mandando pagar em dobro as custas em execuções onde o réu se defenda. E nunca é demais lembrar que a obrigação tributária exige expressa previsão legal, e não se cria por analogia, sendo certo que o Regimento de Custas não contém qualquer precisão no sentido de serem preparados os embargos de devedor.

Os embargos de devedor não estão adstritos às exigências formais do artigo 282, do Código de Processo Civil, pois não se configuram como petição inicial, propriamente dita, e portanto tomam a forma de contestação.

Aliás, para os dogmáticos partidários da dita ação de embargos, certamente não caberia a apresentação de exceções nas execuções, já que estas, pelo Código, são apresentáveis no prazo para resposta.

A equiparação dos títulos executivos judiciais e extrajudiciais, trazida pelo novo Código, tem que ser vista com bom senso, e sem radicalismos, sob pena de, só por estima a um purismo doutrinário, chegar-se a situações esdrúxulas e carentes de bom senso.

A propósito, muito elucidativa a leitura de interessante artigo publicado pelo eminente jurista Roger de Carvalho Mange, na "Revista dos Tribunais", volume 475.

Para os que imaginam que, na execução por título extrajudicial, devam-se julgar os embargos, e não a execução mesma, sempre resta a indagação de como procederá o juiz quando, embora não apresentados embargos, o pedido infrinja norma de ordem pública. E geralmente respondem que, em tais casos, haveria sentença, para expurgar a pretensão indevida, o que leva à notável construção da sentença meramente mental e não escrita, pois sempre que omitida a sentença em execução não embargada, em verdade teria o juiz decidido que o "petitum" estava conforme ao bom direito; ademais, extravagante imaginar-se que a prolação ou não de sentença, vale dizer, a prática ou não do ato processual, fique a depender do mérito da postulação.

Para os intérpretes dogmáticos do novo Código, não caberá ação rescisória em execução por título extrajudicial não embargada, por mais nula que seja, inclusive quanto à própria citação, precisamente porque não haverá julgado a rescindir.

Também é intranquilizante imaginar-se discutido por simples ação anulatória de ato jurídico, mesmo muitos anos após encerrada execução por título extrajudicial, o próprio mérito da cobrança nela encetada.

Notadamente a aquisição do bem penhorado em hasta pública, a admitir-se execução sem sentença, revela-se insegura e sujeita a toda espécie de percalços futuros.

Mas é preciso deixar de lado as esquematizações doutrinárias e as inspirações estrangeiras, prevalecendo antes e sobretudo a consciência do conteúdo finalístico do processo.

No Egrégio Primeiro Tribunal de Alçada Civil, em memorável acórdão, unânime, de sua Colenda Quinta Câmara, de que foi relator o eminente juiz Toledo Piza, já decidiu que julga-se a execução por título extrajudicial, haja ou não embargos (juiz Milton Evaristo dos Santos, em "O Novo Código de Processo Civil nos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo, Lex Editora, volume 2.^o, pág. 734).

O mesmo diz Orlando de Souza ("Processo de Execução Doutrina e Prática", Saraiva, págs. 12/14).

O emérito jurista Theotônio Negrão, em nota contida na 7.^a edição de seu festejado Código de Processo Civil, defende idêntica opinião, lembrando a questão da falta de cabimento da ação rescisória, se sentença não houvesse nas execuções por título extrajudicial não embargadas (pág. 156).

E, a partir do momento em que se admita que há julgamento da execução, venha ou não o executado a responder a seus termos, cai por terra todo o radicalismo criado em torno da

chamada ação de embargos, na execução por títulos não judiciais.

Pois, sua concepção não se harmoniza com o próprio contexto geral do Código.

A questão da cominação de honorários advocatícios, por exemplo, exige concessões a propósito, estas feitas com aplauso geral.

Transcrito do "Diário Comércio & Indústria" de 30-8-78.

Apelação Cível n.º 267.735 - Atibaia - Aptes.: Yoshiro Katayama e sua mulher, Chikako Katayama - Apdo.: - Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

Matrícula - Desdobramento Obrigatório e Facultativo - Desmembramento da Coisa em Novas Unidades, oriundas de Desapropriação - Possibilidade - Interpretação do art. 235, § único, da Lei de Registros Públicos.

Registro - Procedimento de Retificação - Conceito de Erro - Interpretação dos Arts. 212 e 213, da Lei de Registros Públicos - Distinção de Desdobramento de Matrículas.

Alienação - Conceito - Desapropriação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.735, da Comarca de Atibaia, em que são apelantes Yoshiro Katayama e sua mulher, Chikako Katayama, e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a dúvida. Custas ex causa.

I. Prospera o recurso.

Tratando-se de configuração de imóveis, oriundos de desmembramento conseqüente, a expropriação que seccionou e decotou o corpo primitivo, de todo em todo adequado o pretendido desdobramento em matrículas distintas, correspondentes às novas unidades físicas em que se decompôs aquele. Autoriza-o, senão o determina o art. 235, § único, da vigente Lei de Registros Públicos.

A todo imóvel, enquanto unidade geodésica, deve corresponder uma matrícula, no sistema de registro imobiliário (art. 227, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). É o que se pode denominar de princípio da correspondência necessária entre a unitariedade da matrícula e a unidade física. Dessume-se, portanto, que, fracionando-se a coisa em áreas determinadas, deverão corresponder-lhes novas matrículas, sempre que ocorrer alienação de uma ou mais unidades, até que, pela transferência de todas, se exauria e cancela a matrícula primitiva. É verdade que, se não transmitem todas as unidades em que se dividiu a coisa, não estará o proprietário desta obrigado a requerer a atribuição de novas matrículas para os corpos remanescentes, posto que a cada alienação seja obrigatória outra matrícula. Não se pode, entretanto, deixar de reconhecer que, à vista das meridianas conveniências do expediente em relação à publicidade e certeza do domínio, cujos princípios informam o sistema do registro imobiliário, nada embaraça que, em ocorrendo alienação de, pelo menos, uma das unidades desmembradas, se faculte a atribuição de novas matrículas às remanescentes, quando estas se tomem desconvizinhas.

Neste caso, a perda da relação de contigüidade das áreas remanescentes aconselha a autonomia em face do registro imobiliário. Fundamenta-o a completa independência geodésica, subsequente à transmissão de uma das unidades decompostas que desfigurou o imóvel primitivo do mesmo proprietário. Noutras palavras, a alienação de uma das unidades inculca a distinção de matrículas correspondentes àquelas que, perdendo o caráter de confinidade, sobejaram. Esta é interpretação que se conforma assim à letra como ao conteúdo ideológico da disposição invocada (art. 235,

§ único, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

2. Foi o que sucedeu in casu.

A expropriação, cuja sentença foi transcrita, produziu o seccionamento do imóvel primitivo em duas áreas infusíveis, entrecortadas pela faixa expropriada, agora de domínio de autarquia estadual.

Conquanto ato expropriatório se não ajuste ao conceito de alienação, dada a natureza originária com que é menos modo de adquirir que de perder o domínio, não há recusar-lhe sensível analogia com a noção de transferência de bens. Num e noutro casos, a propriedade suporta mutação subjetiva. E, precisamente, esta circunstância comum é que sustenta o exercício da

faculdade concedida pelo art. 235, § único, da Lei de Registros Públicos, que pressupõe alteração da titularidade de, pelo menos, uma das unidades em que se fracione o imóvel primitivo. Nessa hipótese, a matrícula original deixa de expressar a unidade geodésica primária, que se amputou. Releve-se que, na espécie, a matrícula fundamental, de cujo conteúdo se destacou o registro concernente à faixa expropriada, entrou a corresponder as duas glebas autônomas e descontínuas. Força concluir que postula desdobramento.

E não poderia ser negado.

Consoante notou a douta Procuradoria, estão presentes os requisitos necessários dos registros perseguidos. As descrições, tomadas aos memoriais topográficos, coincidem, sem nenhuma discrepância significativa - com as enunciações individuantes da matrícula anterior. Guardaram-se os pontos, rumos e distâncias inalterados. Observou-se o novo limite com a faixa expropriada. E as áreas espelham o remanescente ao destaque expropriatório (cf. fls. 4 a 13). Atendeu-se, destarte, aos elementos de identificação (arts. 176, § único, II, 3, e 225, § 1.º, da Lei de Registros Públicos).

O desdobramento é de rigor.

3. Não se abona a interpretação da r. sentença.

A hipótese não é de retificação. Os arts. 212 e 213, da vigente Lei de Registros Públicos, dizem com "uma desconformidade entre o estado jurídico exterior, aparente com o real" (Serpa Lopes, "Tratado dos Registros públicos", Freitas Bastos, 5.ª ed., 1962, vol. IV, pág. 344, n.º 705), mas quando tal divergência não emane de superveniente modificação do estado físico da coisa.

Noutras palavras, o procedimento legal indigitado supõe erro de registro, como, aliás, se expressa o cânone (art. 213, caput), na reprodução também do sentido de disposição anterior, que especificava a natureza de erros cometidos na tomada de indicações constantes dos títulos (art. 228, do Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939).

É verdade que erros, nem todos se atrelam à dissonância entre a realidade física e sua simbolização lingüística nos títulos, apanhando ainda, enquanto vícios suscetíveis de retificação através daquele procedimento, outras discordâncias entre os atos jurídicos e a verdade das coisas e dos fatos (cf. Serpa Lopes, op. cit., págs. 344 a 351, n.ºs 706 a 708).

Quando, todavia, se argua desacordo entre o conteúdo do registro e a conformação física do prédio, por que se mostre passível de retificação por via do procedimento especial, disciplinado no art. 213 e §§ da vigente Lei de Registros Públicos, é indispensável que o erro preexistia ínsito no título que se registrou. O teor do registro não exprime a verdade, porque não a exprimia o instrumento registrado.

Mas se, por obra de desmembramento, partilha ou expropriação, à coisa lhe sobrevêm alteração da primitiva individualidade, de todo em todo impertinente excogitar de incidência do art. 212. O teor do registro, aqui, expressava e continua expressando a verdade, porque contém a averbação necessária da modificação operada (arts. 176, caput, e 167, II, 4, da Lei de Registros Públicos). Para o ajustamento da circunstância ulterior de fragmentação do imóvel à indispensável correlação entre a unitariedade de matrícula e a unidade geodésica (princípio da correspondência necessária), é que se preordena o Instituto de desdobramento (art. 235, § único, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Exegese diversa, sobre embaralhar as funções dos distintos atos e procedimentos do registro imobiliário, seria

ab-rogante, em negando utilidade e vigência ao art. 235, § único, precitado, que a nada serviria.

A que se alcançasse o acomodamento da nova situação fática ao estado jurídico superveniente, chegar ao processo de retificação, que, no entanto, se predispõe a remediar insegurança no teor dos registros.

4. Do exposto, acordam dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a dúvida. Custas ex causa.

São Paulo, 3 de abril de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. - Advogados: - José Maurício de Oliveira e Shigueo Tada.

Apelação Cível n.º 266.812 - São Bernardo do Campo Apte.: Walter Dias da Silva - Apdo.: Oficial do 2.º Cartório do Registro de Imóveis.

Ementa - Registro Imobiliário. Dúvida. Título antigo, com as divisas e confrontações descritas à maneira da época, transcrito no registro imobiliário.

Posteriores compromisso de venda e cessão, que se limitam a repetir fielmente essa descrição do título original. Sentença que, entretanto, acolhendo dúvida do oficial competente, nega os registros imobiliários desses compromissos e cessão. Recurso do interessado, a que se dá provimento (maioria de votos).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível n.º 266.812, de São Bernardo do Campo, em que é apelante Walter Dias da Silva, sendo apelado o Oficial do 2.º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

O Conselho Superior da Magistratura, por maioria de votos, adotado o relatório de fls. 56, provê o recurso, para ordenar os registros (o Desembargador Andrade Junqueira, relator, vencido, negou provimento).

Por escritura particular de venda e compra, João Marotti e sua mulher venderam a Jorge Meyer Sobrinho, por "um conto de réis", em 15 de dezembro de 1928, um terreno situado no Bairro do Rio Acima, em São Bernardo, com divisas perfeitamente especificadas no título (fls. 15), constando do contrato que as terras eram o remanescente de propriedade da "Light", com exclusão de meio alqueire reservado ao Dr. Humberto X. Scigliano (este meio alqueire foi, por isso, expressamente, excluído das divisas do terreno vendido a Jorge Meyer Sobrinho). Transcreveu-se a escritura no registro imobiliário, sob n. 20.160, aos 20 de março de 1940 (fls. 15).

Em 12 de março de 1953, Jorge Meyer Sobrinho comprometeu-se a vender aquele terreno (naturalmente com a exclusão do meio alqueire de Humberto Scigliano) a Antônio Campos Pereira Valiengo (fls. 10). O compromisso ainda não foi registrado (é instrumento particular).

Em 29 de outubro de 1975, por escritura pública, o casal de Antônio Campos Pereira Valiengo cedeu os seus direitos, relativamente ao mesmo terreno, a Walter Dias da Silva.

Este cessionário, agora, foi registrar os seus títulos (promessa de venda e compra, bem como a cessão) mas, o oficial competente se negou a fazê-lo, sob fundamento de que na venda do remanescente de terras da "Light" a Meyer se fizera reserva de meio alqueire a Scigliano, reserva que não consta dos atuais títulos.

É claro, porém, que, adquiridas as terras, por Meyer, com a exclusão do meio alqueire reservado a Scigliano, e descritas as divisas, nessa ocasião, colocando-se fora delas o aludido meio alqueire, não precisaria Meyer referir-se a essa propriedade vizinha quando realizou mais tarde o contrato de promessa de venda do que lhe pertencia.

As divisas de todos os títulos apresentados a registro coincidem, são as mesmas constantes da transcrição imobiliária n.º 20.160. Irrelevante é a circunstância do antigo título mencionar, como divisas - barrocas, valos, descáidas, córregos, etc., porque isso era usual e deve ser respeitado até que, no futuro, com demarcações, venham possíveis correções ou esclarecimentos mais precisos.

Por outro lado, não interessa aos atuais proprietários a delimitação do meio alqueire de Scigliano, que está fora dos títulos filiados à aquisição de Meyer no julgamento da Apelação n.º 265.929, em que figurava, aliás, o mesmo apelante, assentou este Conselho, apoiado na lição de Caio Mário da Silva Pereira, que, "entre o interesse social do resguardo à ordem legal, contida na vulnerabilidade do negócio jurídico constituído com infração de norma de ordem pública, e a paz social, também procurada pelo ordenamento jurídico, sobreleva esta última, e deve ter-se como susceptível de prescrição a faculdade de atingir o ato nulo".

Trata-se, aqui de uma transcrição imobiliária feita em 1940 (fls. 15), há cerca de quarenta anos, que nunca foi impugnada por ninguém, o que mostra não ter suscitado dúvida o negócio jurídico que ela explícita.

Não deve o Estado, agora, de ofício e em jurisdição administrativa, acometê-la de defeito formal que nunca suscitou, nem vai suscitar, porque a enunciação de área interessa a vendedor e comprador, nunca a terceiros que, apenas, terão de policiar suas linhas divisórias, livrando-as de invasão.

Já o título primário acentuou ficar ao comprador o encargo da medição (fls. 11) ; e os registros pretendidos são de simples compromissos, que vão incorporar-se, e não suceder à transcrição dominial mencionada como origem do direito transmitido. Os compromissos repetem fielmente a descrição do imóvel, como está no registro originário, e, assim, reputam-se títulos regulares (Lei

n.º 6.015/73, art. 225, § 2.º). A matrícula lastreia-se no registro anterior (Lei cit., art. 228).

Não se vê motivo para impedir os registros.

Oportunamente, o apelante, ou eventual sucessor, medirá o imóvel e, mencionando a área, fará a averbação, com assistência dos confrontantes.

São Paulo, 13 de março de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Relator designado; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça com voto vencido; Advogado: Reynaldo de Toledo.

Apelação Cível n.º 267.112 - Monte Alto - Aptes.: Adelino Honorato Bertolo e outros - Apdo.: Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.112; da comarca de Monte Alto, em que são apelantes Adelino Honorato Bertolo, e outros, e apelado o Sr. Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis da comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurgem-se os recorrentes contra a respeitável sentença que, entendendo configurada permuta no negócio jurídico em que, extinguindo-se condomínio sobre diversos prédios, se convencionou atribuir a um dos consenhores a propriedade exclusiva sobre um dos imóveis, acolheu dúvida suscitada do Oficial de Registro, baseada em que estaria o ato sujeito ao pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis.

2. Inconsistente o recurso.

A hipótese não envolve divisão em sentido próprio, cuja partilha teria caráter simplesmente declaratório. Tratando-se de comunhão sobre diversos imóveis rurais; o extingui-la com atribuição de domínio exclusivo de um deles a determinado consorte implica, à evidência, permuta de frações ideais. Se todos tinham apenas partes ideais sobre todas as coisas e, pois, nenhum ostentava propriedade exclusiva sobre uma delas, quando vem, por força de negócio jurídico rotulado de divisão e extinção do condomínio, a ocorrer esta situação, aquele que recebeu o domínio exclusivo transferiu aos outros as parcelas ideais de que era titular sobre os demais prédios, e em troca, transmitiram-lhe os outros as frações que possuíam sobre o imóvel que se tornou de propriedade exclusiva. E o correspondente negócio jurídico encobre autêntica permuta, que é fato gerador do imposto de transmissão.

Por que se cuidasse de partilha de natureza só declaratória, era de mister fosse o condomínio uno e divisível. Versando-se, no entanto, de co-propriedade em vários imóveis, cada um dá acesso a uma partilha, ou divisão e, in casu, os condôminos passaram, entre si, o que tinham e receberam o que não tinham. Desenhou-se, portanto, verdadeira permuta, segundo já o reconheceu, em causa idêntica, o E. STF: "No caso não se trata de divisão ou escritura de divisão de determinado imóvel. Dois irmãos duas pessoas distintas, eram proprietários de dois imóveis, situados até mesmo em comarcas diversas. Celebraram uma escritura, segundo a qual cada pessoa ficou com determinado, uma ficou com um imóvel, outra ficou com o outro. Neste caso, a meu ver, e como decidiu o acórdão recorrido, houve permuta..." (Do voto do Min. Gonçalves de Oliveira, no RE 53.638, in "Revista Trimestral de Jurisprudência", vol. 47, págs. 103 a 105). Nem destoam os pronunciamentos deste E. Tribunal de Justiça, em que se invocam precedentes do Egrégio Conselho Superior da Magistratura (cf. "Revista dos Tribunais", 297/606, 292/638, 287/645).

Só não incide o imposto, por inocorrência de fato gerador, quando a partilha atua sem reposição sobre a mesma coisa (cf. "Revista Trimestral de Jurisprudência", 77/548-551, "Revista dos Tribunais", 307/691 e 217/185, e "Revista do Tribunal de Alçada de São Paulo", 111/108-109).

3. Não quadrava, dessarte, o registro.

Condicionando-se este à solução do tributo, enquanto se lhe não providencia o pagamento, não se faz. E

anota-se que, em seu cálculo, se há de atender ao valor das partes adquiridas, excedentes ao de que dispunham os consortes sobre as coisas dantes comuns (arts. 2.º, V e X, e 12, parágrafo único, da Lei estadual n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966).

São Paulo, 2 de maio de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;
Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Douglas Piffer Sallum

Apelação Cível N.º 267.737 - Itaporanga - Aptes.: Hildebrando Alves de Toledo e sua mulher, Maria José do Espírito Santo - Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.737, da comarca de Itaporanga, em que são apelantes Hildebrando Alves de Toledo e sua mulher, Maria José do Espírito Santo, e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da comarca.

1. Cuida-se de recurso, tempestivo e bem processado, contra a r. sentença que, entendendo inviável retificação de transcrição de imóvel cuja área e confrontação se desconhecem, remeteu as partes para "as vias próprias". O recurso insiste em que o levantamento topográfico, que instrui a inicial, supre as omissões notadas pela sentença.

A douta Procuradoria é pelo improvimento ao recurso.

2. A transcrição, que se pretende retificar (n.º 14.602, a fls. 11), resultou da escritura pública de fls. 7.

Pelo que consta de dita escritura, os vendedores eram condôminos da Fazenda Lageado, pois eram titulares de "partes" do dito imóvel, partes indivisas, recebidas em inventário, e outras em escrituras públicas outorgadas por herdeiros no mesmo inventário.

Essa escritura padece de imprecisão no tocante aos característicos dos imóveis, área, percentual das partes em relação ao total, etc., e, a confundir mais ainda, a escritura alude a "parte nos terrenos divididos" da mesma fazenda, havida em inventário, ignorando-se o significado dessa alusão.

Portanto, se não consta do registro a área do imóvel, cabente aos compradores, não tem sentido a presente ação de "retificação" dessa área desconhecida, pois somente se retifica quando há erro, isto é, quando "o teor do registro não exprimir a verdade" (art. 212, da lei n.º 6.216, de 1975, art. 213).

Ocorre ponderar, ainda, que, nos termos da nova lei dos Registros Públicos, "cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência da presente lei" (art. 173 da lei n.º 6.015, de 1973); art. 176, § único, inciso I, da lei n.º 6.216, de 1975).

Portanto, para a matrícula do imóvel objeto da Transcrição n.º 14.602, mister se faz que o instrumento contenha os requisitos previstos no inciso II do aludido art. 176, sendo que o número de ordem 3. exige: "a identificação do imóvel, feita mediante indicação de suas características e confrontações, localização, área e denominação, se rural, ou logradouro e número, se urbano, e sua designação cadastral, se houver".

Ora, do instrumento que se pretende retificar não consta que os imóveis lá mencionados contêm a área de 70 hectares e 18 ares, ou seja, 29 alqueires paulistas; e os próprios apelantes afirmam, na inicial, que, na verdade, a área toda tem 86 hectares, 20 ares e 4 centiares, conforme medição que mandaram fazer; portanto, o caso não é de "erro" que necessite de correção, mas, sim, de omissão de um dado que a lei reputa essencial para se proceder à matrícula do imóvel e, em seguida, ao registro da doação de fls. 14, doação que faz alusão à área errada de 70 hectares e 18 ares.

Daí o acerto da sentença recorrida em trancar o procedimento "ab initio", pois, se se admitir, pura e simplesmente, a retificação da área, com os elementos exibidos pelos apelantes, estar-se-á admitindo a conversão em área certa e determinada de vendas de partes ideais em imóvel em condomínio.

Por todo o exposto, negam, por votação unânime, provimento ao recurso.

São Paulo, 2 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;
Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor.
Advogado: José Carlos e Silva.

Apelação Cível n.º 268.549 - São Bernardo do Campo Apte.: Geraldo Delcolli - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório do Primeiro Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 268.549, da comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante Geraldo Delcolli e apelado o Sr. Oficial do Cartório do Primeiro Registro de Imóveis da Comarca.

1. Trata-se de processo de Dúvida, porquanto o Oficial do Registro de Imóveis entende que, em se tratando de cessão de direitos de compromissário comprador e de venda, o imposto de transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos deve incidir sobre o valor da cessão e não sobre o valor da escritura de venda, valor correspondente ao do contrato de promessa de cessão do compromisso. De acordo com a tese do oficial do Registro, as duas sisas devem ser pagas sobre o valor da cessão do compromisso, que é o valor atual da propriedade. Julgada procedente a dúvida, apelou o vencido, insistindo em que não cabe ao oficial levantar dúvida a respeito do montante do imposto, e que, na espécie, o imposto foi bem pago, incidindo a sisa por duas vezes, pela cessão do compromisso e pela venda em seguida. O parecer da Procuradoria da Justiça é pela confirmação. É o relatório.

2. Dá-se provimento ao recurso.

No caso em exame, os impostos foram pagos, isto é, o apelante pagou sisa relativa à cessão e também sobre a compra.

Desde que o fisco recebeu os impostos, não compete ao oficial do Registro de Imóveis levantar dúvida sobre o montante do imposto pago.

O art. 289 da Lei dos Registros Públicos não autoriza o levantamento de dúvida a respeito; as escrituras foram passadas em cartório de notas, quando, então, a obrigação de verificar os impostos é desse cartório; as guias de recolhimento foram visadas pelo fisco estadual. Não compete ao oficial do Registro de Imóveis afirmar que o imposto deve ser este ou aquele; desde que há prova do recolhimento, "tollitur quaestio".

A lei estadual é expressa quando dispõe que "não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais do Registro de Imóveis, os atos e termos de seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto" (art. 34 da Lei n. 9.591, de 1966); ora, no caso em exame, os impostos foram recolhidos legalmente, pelo que ao oficial do Registro não cabia levantar dúvida a respeito.

Se o recolhimento foi inferior ao devido, a matéria diz respeito ao fisco estadual e não ao oficial do Registro de Imóveis, tanto assim que a referida lei dispõe sobre a multa cabível na espécie, além do recolhimento do imposto devido (art. 46, § 2.º).

Por esse fundamento, o recurso procede, para o efeito de ser julgada improcedente a dúvida, dado o descabimento de sua interposição no caso.

São Paulo, 2 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator;

Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Elvio Floresti.

Apelação Cível n.º 269.666 - Santos Aptes.: Édison Augusto dos Santos e Imobiliária Tupiry Ltda. Apdo.: Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.666, da comarca de Santos, em que são apelantes Édison Augusto dos Santos e Imobiliária Tupiry Ltda., e apelado o Sr. Oficial do 3.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Rebelam-se os apelantes contra a respeitável sentença que, entendendo inadmissível pretensão de cancelamento de registro imobiliário concernente a terceiro, indeferiu requerimento formulado por figurantes de instrumento de promessa de venda e compra. Sustenta o recurso que, tratando-se de glebas distintas e não sobrevivendo prejuízo ao titular da averbação lavrada por equívoco, nada impediria o cancelamento desta para registro de

instrumento apresentado.

2. Não se atende ao recurso.

Cuida-se de pretensão de cancelamento de averbação de promessa de venda e compra, atinente a terceiro, que se não manifestou nem foi citado. Pouco se dá eventual circunstância de o registro ora questionado ter sido produto de equívoco, aliás não configurado. Esta não é a via adequada para dedução de pedido de cancelamento de registro imobiliário que interessa a terceiro, que não aderiu à pretensão desconstitutiva do ato. Segundo expressa disposição legal, procede-se a cancelamento por obra de decisão judicial transitada em julgado, ou mediante requerimento unânime das partes do ato registrado ou, quando só um o seja, requerimento do interessado, instruído com documento hábil (art. 250, I, II e III, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Evidente, portanto, que a esfera administrativa só é apropriada para cognição de requerimento unânime dos participantes do negócio cujo instrumento foi registrado, ou de postulação do interessado, calcada em documento idôneo, quando se verse de registro concernente a ato unilateral. Ora, os recorrentes perseguem nada mais nada menos que o cancelamento de averbação de promessa de venda e compra, negócio jurídico bilateral, cujo compromissário comprador, titular de direito real consequente, não aderiu à pretensão desconstitutiva nem foi citado para se pronunciar! Por que se operasse o cancelamento no âmbito administrativo, neste caso, onde se disserta de registro de instrumento de ato jurídico bilateral, era necessária expressa anuência do titular da averbação, enquanto figurante ou parte do negócio jurídico que lhe deu suporte (art. 250, II, da Lei de Registros Públicos).

Para ressalva de eventual direito de terceiro, estranho ao instrumento registrado, quando o titular do registro não aquiesça ao cancelamento, outro caminho não se abre senão o de apelo para a função jurisdicional, na propositura de ação própria. Nenhum significado teria, destarte, conhecer da pretensão deduzida dos apelantes, como se tratara de matéria de natureza administrativa. O pedido, como apresentado, reveste-se de caráter jurisdicional, conquanto não tenha assumido o procedimento correspondente, razão por que foi indeferido. Logo, não subsiste matéria que se insira na competência deste E. Conselho, que já acentuou a índole jurisdicional de pretensão de cancelamento de registro imobiliário, quando não seja caso de incidência do artigo 250, II e III, da Lei de Registros Públicos (cf. "Revista dos Tribunais", 504/133). O cancelamento, que independa de assentimento ou pedido explícitos do participante do ato registrado, só é exequível na esfera jurisdicional, em conformidade com o inciso I do invocado artigo 250.

3. Do exposto, negam provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

São Paulo, 2 de maio de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Antelino Alencar Dorez.

**Apelação Cível n.º 270.349 - Sorocaba - Apte.: Agésilao Septímio Pereira da Silva - Apdo.: Sr. Serventuário do
2.º Cartório de Protestos da comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.349, da Comarca de Sorocaba, em que é apelante Agésilao Septímio Pereira da Silva, e apelado o Sr. Serventuário do 2.º Cartório de Protestos da Comarca, acordam, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando oportuna remessa dos autos à Corregedoria Geral da Justiça.

Cuida-se de recurso intentado de avalista de notas promissórias, contra a respeitável sentença que indeferiu pretensão de cancelamento de transcrição do nome em instrumento de protesto.

A espécie não se insere na competência deste E. Conselho Superior da Magistratura, circunscrita aos procedimentos de dúvida relacionada com os serviços concernentes aos Registros Públicos de Imóveis, Civil de Pessoas Naturais, Civil de Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos (arts. 198 e 293, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

A previsão legal não pode dilargada, para alcançar casos oriundos dos Cartórios de Protesto, que não configuram rigoroso procedimento de dúvida, senão de assunto administrativo sujeito às atividades de Corregedoria permanente. Sua cognição, destarte, toca à E. Corregedoria Geral da Justiça, por força do art. 246, do Código Judiciário (Decreto-lei Complementar 3, de 27 de agosto de 1969), segundo já se reconheceu (cf. Apelação Cível 262.601).

São Paulo, 15 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Carmine Attilio Graziosi. D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível N.º 267.370 - Capital - Apte.: Floriza Dias Ribeiro - Apdo.: Sr. Oficial do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.370, da Comarca da Capital, em que é apelante Floriza Dias Ribeiro, e apelado o Sr. Oficial do 14.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se conforma a recorrente com a respeitável sentença que lhe denegou registro de carta de arrematação, sob fundamento de que carecia esta de prova de quitação de débitos previdenciários e não se procedera à necessária averbação das construções constantes do título. Argumenta o recurso com que se não poderia desprezar o auto de penhora, que demonstraria a existência daquelas acessões.

2. Conhece-se do recurso.

Conquanto assentado em enunciação literal da vigente Lei de Registros Públicos (art. 198), o entendimento esposado em primeiro grau tem sido costeado por orientação menos estrita deste E. Conselho. A chamada dúvida inversa é criação pretoriana, que pode sustentada à luz das normas vigorantes, pois à cognição de dissenso entre o interessado e o oficial basta que a matéria se apresente ao Juízo competente, ainda que por via oblíqua (cf. Apelação Cível n.º 255/634).

3. Nega-se-lhe provimento.

Arredados os fundamentos concernentes à prova do regime de casamento dos devedores, que a própria respeitável sentença cuidou inexigível à apelante, e à necessidade de exibição de certificado de quitação de dívidas previdenciárias, que este E. Conselho vem dispensando quando se não desenhe indício de fraude, cf. Apelação Cível n.º 267.372), subsiste ponderado obstáculo ao registro.

É que, constando do título apresentado (carta de arrematação) a transferência de direitos abrangentes de duas construções (fls. 17, 18, 19, 21 e 32) é pressuposto necessário do registro perseguido que a existência jurídica destas decorra da prévia averbação de sua edificação (art. 167, II, 4, e 246, § único, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Se da transcrição a que se vincula não consta a averbação das construções (fls. 11 e verso), não lhes exsurge disponibilidade dependente de acesso ao registro imobiliário. Noutras palavras, é juridicamente impossível consumir, por ato de registro imobiliário, a transmissão de direitos cujo nascimento depende de registro prévio.

Nem quadra determinar apenas o registro circunscrito ao aspecto do terreno. A uma, porque não há cindir o título, destacando a só transferência dos direitos incidentes sobre o terreno. Este procedimento, que carecia de base jurídica, acabaria descaracterizando a unidade do objeto do ato expropriatório, inerente à arrematação. A duas, porque estimularia negócios jurídicos, à margem do registro, com graves riscos à confiança de terceiros desavisados.

Nem se entreve rigor na solução. Será singela a providência de obtenção de certidão do "habite-se" das duas casas, para instruir o requerimento a que se refere o art. 246, § único, já invocado.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 15 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Clóvis Bosque.

D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível n.º 267.499 - Dracena - Apte.: Ministério Público da Comarca - Apda.: Eucília de Castro Spada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.499, da Comarca de Dracena, em que é apelante o Ministério Público da Comarca e apelada Eucília de Castro Spada, acordam, por votação unânime, dar provimento parcial ao recurso, para que se proceda à averbação para os efeitos que forem de direito. Custas ex causa.

1. Não se conforma a douta Curadoria com a respeitável sentença que, desacolhendo dúvida suscitada do Oficial do Registro Imobiliário, autorizou averbação de falecimento do cônjuge co-donatário, reconhecendo operância do disposto no art. 1.178, § único, do Código Civil. Sustenta o recurso que se não justificaria a conclusão do respeitável decisório, porque o princípio assente incidiria apenas na hipótese de falecimento anterior à aceitação da liberalidade. Postula, assim, recusa à averbação.

2. O recurso merece acolhida parcial.

A questão, concernente à incidência ou não, do art. 1.178, § único, do Código Civil, na hipótese, não pode destrinchada neste procedimento de dúvida, circunscrita ao exercício da chamada jurisdição administrativa sobre os registros públicos. A matéria da operância, ou não, de substituição recíproca entre os donatários que sejam cônjuges, enquanto assunto sujeito ao pronunciamento da jurisdição própria, tem de ser desatada no processo, hoje contencioso, do inventário do cônjuge pré-morto. O recurso, portanto, não pode aspirar a que se assente esta ou aquela consequência jurídica à averbação, como não a poderia ter estatuído a respeitável sentença apelada, que deveria ter-se limitado ao âmbito administrativo do conteúdo da dúvida. A averbação, todavia, encontra suporte no art. 167, II, 5, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, pois o falecimento do cônjuge co-donatário, que figura na transcrição correspondente, envolve circunstância de manifesta influência no registro e nas pessoas nele interessadas. Não há denegá-lo. O que não quadra a este procedimento é decidir-lhe dos efeitos jurídicos, que hão de ser discutidos e reconhecidos no processo do inventário.

Para o só fim de autorizar a averbação perseguida, sem julgamento da atuação, ou não, do art. 1.178, § único, do Código Civil, atende-se, em parte, ao recurso, com observação de que esta matéria deve ser perquirida no processo de inventário de Galileu Spada.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento parcial ao recurso, para determinar se proceda à averbação, para os efeitos que forem de direito. Custas ex causa.

São Paulo, 15 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Júlio da Costa Barros.

Apelação Cível n.º 261.992 - Sorocaba - Apte.: Domingos Puglia Neto e apelado o Sr. Oficial do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 267.992, da Comarca de Sorocaba, em que é apelante Domingos Puglia Neto e apelado o Sr. Oficial do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou transcrição de instrumento de alteração contratual, atinente a sociedade mercantil, sob

fundamento de que não foi, previamente, arquivado na Junta Comercial. Sustenta o recurso que se cuida de pretensão para fins de prova de obrigações convencionais e de conservação.

2. Conhecendo-se do recurso, cuja legitimidade ativa se não restringe, nesta sede, aos figurantes do instrumento apresentado a registro, nega-se-lhe provimento.

Conquanto a pretensão externada pudesse, em tese, apoiar-se no art. 127, I e VII, da Lei de Registros Públicos, contrapõe-se-lhe circunstância muito para advertir. É que, tratando-se de instrumento de alteração contratual, concernente a sociedade mercantil, a atribuição de registro não é dos Cartórios de Títulos e Documentos, senão da Junta Comercial. O apresentante não justificou, quantum sufficit, a recusa em o submeter ao arquivamento prévio naquele órgão, nem deu prova de que à sua consecução se anteporia obstáculo que tornasse conveniente ou necessário o registro aqui perseguido. Para demonstração das obrigações convencionais, inter partes, escusa-se a transcrição. E, para fins conservativos, outros procedimentos bastam, sem que desponte necessidade de autorização de ato cujas conseqüências, gravosas ao interesse de terceiros desavisados, são meridianas.

A transcrição pretendida pode, em princípio, induzir a erro quanto à regularidade da alteração contratual, dependente do arquivamento na Junta, criando impressão danosa ao interesse da coletividade. Incurial, portanto, não é que, nesse contexto, se invoquem, ex analogia, as disposições dos arts. 115, caput, e 127, § único, da Lei de Registros Públicos, por repudiar a pretensão. Se em tese, a esta se não oporiam fundamentos significativos, as particularidades da espécie, em que o interessado não carrou razões convincentes da subtração do papel ao juízo prévio da Junta Comercial, postulam a conclusão de que o provimento ao recurso importaria risco ao interesse de terceiros e, destarte, infringiria o art. 115, caput, já invocado. Nem despropositado seria acrescer que, nos termos do art. 127, § único, ao Registro de Títulos e Documentos não tocara a efetivação de ato que, para contornar os embaraços entrevistos, se há de reconhecer privativo da Junta Comercial.

3. Do exposto, acordam negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 24 de abril de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Domingos Puglia Neto.

D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível N.º 268.272 - Pederneiras - Apte.: Calisto Dias Soares - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 268.272, da comarca de Pederneiras, em que é apelante Calisto Dias Soares, e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurgindo-se contra a respeitável sentença que acolheu dúvida suscitada do Oficial, ao entender que o título importava desmembramento em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural, aduz o recorrente que apenas se estaria acrescentando parte destacada a outro imóvel de tamanho inferior àquele.

2. O raciocínio está certo, mas outro é o fundamento da subsistência do decisório.

Não se questiona - e, nisto, não andaram fundadas as largas divagações da respeitável sentença - que é lícito destacar a um imóvel de trinta e seis hectares, cujo remanescente contará com área de dimensão superior à constitutiva do módulo de propriedade rural, conquanto em estado de comunhão pro indiviso, uma fatia de seis hectares e fundi-la a outra gleba, originariamente de igual extensão. Não se agride, nessas coordenadas, o princípio da indivisibilidade legal, estatuído no artigo 65 do Estatuto da Terra e especificado no artigo 8.º da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que coíbe o desmembramento ou a divisão em áreas autônomas de tamanho inferior ao módulo calculado para a coisa ou à fração mínima de parcelamento fixado. É que se está agregando, por via do instrumento controvertido, à área que, primitivamente, é de dimensão inferior à do módulo regional, uma gleba de seis alqueires, desmembrada de outra cujo remanescente continuará ostentando tamanho superior àquela unidade legal.

Evidente que, nesse caso, não se está criando minifúndio. Antes, dilata-se, pela fusão, a área de

prédio cuja dimensão original é inferior à do módulo estabelecido para a região. Nem quadra argumentar com que a espécie envolveria mera declaração de vontade das partes e comunhão remanescente com índices de proporção inferior à área do módulo. Manifesto, aqui, o engano da respeitável sentença. A uma, porque é, exatamente, aquela vontade declarada que determinará o procedimento de fusão, previsto na vigente Lei de Registros Públicos (art. 234), não se cuidando, portanto, de mera intenção inoperante, mas juridicamente conseqüente. A unificação aumentará a área da coisa primitiva, duplicando-a. A duas, porque, suposto a participação ideal de cada consenhor na comunhão do remanescente possa materializar-se em unidades inferiores à do módulo, nada embaraça a manutenção desse estado condominial pro indiviso. Já teve este E. Conselho oportunidade de assentar que a invocada prescrição de indivisibilidade legal, independente de desmembramento ou divisão, em nada entende com o nascimento ou subsistência de condomínio indiviso (cf. Apelação n.º 267.465). Pouco se dá, destarte, que a fração ideal de cada co-proprietário sobre o remanescente, de área superior à constitutiva do módulo, possa traduzir-se em extensão inferior à deste. Basta inferir que aos condôminos não lhes será dado proceder a divisão ou desmembramento em áreas de tamanho inferior à da fração mínima de parcelamento. Uma coisa são coeficientes de participação ideal num condomínio. Outra, muito diversa, é a concreta divisão em áreas determinadas!

Não tinha, pois, como sustentar-se a respeitável decisão enquanto escorada em tão inconsistentes fundamentos, valendo notar que a escritura apresenta a necessária anuência de todos os condôminos à determinação da área destacada. Nenhum sentido, assim, tinha a objeção de que ao consenhor é defeso alienar coisa certa enquanto se não extingue o condomínio.

3. A causa do improvimento é distinta.

Posto que desnecessários planta e memorial descritivo para a minudente individuação de terrenos, bastando constem do instrumento os elementos mínimos de caracterização precisa (arts. 176, 11, 3 e 225, caput, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973), a escritura apresentada carece de indicação dos quinhões dos outros condôminos sobre o remanescente, que, de seu turno, tem de ser descrito quantum sufficit.

Esse o único obstáculo ao registro pretendido e, ao supri-lo, providenciarão as parte a solução dos emolumentos e custas correspondentes ao ato, contornando a irregularidade inculcada do Oficial suscitante (fls. 21).

4. Do exposto, acordam negar provimento ao recurso, para manter a respeitável sentença recorrida pelos fundamentos ora deduzidos. Custas ex lege.

São Paulo, 5 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor com declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. Luiza Helena Francisca, em virtude de herança dos pais, tornou-se proprietária de duas glebas:

a) pela transcrição n.º 18.698, tinha 2,5 alqueires ou 6,05 hectares, já localizada de fato na área comum;

b) pela transcrição n.º 20.637 (ou 20.771, como esclareceu o oficial do registro imobiliário), tinha outra gleba idêntica, em comum.

Por escritura pública a que compareceram os demais condôminos, para anuir e manifestar concordância, foram descritas e separadas as duas glebas, com divisas e confrontações, para a venda, que no mesmo ato se efetuou, a Calisto Dias Soares. Também ficou declarado que a parte restante do condômino Diogo Osés Ximenes seria anexada a outra propriedade deste último, de 29,1 hectares.

Levado o título ao registro, levantou dúvida o oficial, "por se tratar de título de venda de parte certa em imóvel indiviso".

Ouvido o representante do Ministério Público, o Magistrado julgou procedente a dúvida, mas fundamentou sua decisão no Estatuto da Terra, que impediria o desmembramento. Daí a apelação do vencido.

2. A impossibilidade do registro deve ser mantida, não por impedimento do Estatuto da Terra, mas por um dos fundamentos contidos na dúvida do oficial.

Em princípio, nada impediria, na hipótese, a extinção parcial do condomínio, feita por escritura

pública, com a divisão da propriedade entre os condôminos interessados, Luiza Helena Francisca e casal de Diogo Osés Ximenes, com a venda das áreas da primeira a Calisto Dias Soares e anexação da área do segundo a outra sua propriedade vizinha.

Note-se que Luiza Helena Francisca já tinha gleba contígua autônoma, cadastrada pelo INCRA, sob número 617.024.002.500 (fls. 11), com pouco mais de seis hectares (6,05); assim, o acréscimo de outro tanto aumentaria a gleba cadastrada autônoma, atendendo ao espírito que ditou o Estatuto da Terra (cf. instruções de fls. 44, fornecidas pelo INCRA em colaboração com o Banco Brasileiro de Descontos). Nada impediria, pois, a venda das áreas reunidas assim a Calisto Dias Soares.

Outra porção, de 6.05 hectares, pelo mesmo ato, seria anexada a sítio contíguo do condômino Diogo Osés Ximenes, que já se acha, também, cadastrado pelo INCRA (fls. 20), com área superior ao módulo da região. Anexação perfeitamente admissível.

O serventuário, contudo, está com a razão, no tocante à deficiência da escritura, que deveria fazer a divisão da propriedade comum, cumpridas as exigências legais, quanto a divisas mais exatas, memorial descritivo e planta, se houver, observadas outras regras técnicas aplicáveis às divisões extrajudiciais, não só para a venda a terceiro, mas, também, para a anexação de uma parte a outro sítio do condômino Ximenes, e caracterização da área remanescente, com abertura de novas matrículas no registro imobiliário.

Impõem-se, assim, que os interessados lavrem outra escritura, quando aproveitarem oportunidade para corrigir ou esclarecer o indicado erro em número da transcrição (20.637 ou 20.771?).

São Paulo, 5 de maio de 1978.

(a) Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça. Advogado: Nílson Ticianelli.

D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível n.º 268.792 - Santa Cruz do Rio Pardo Apte.: Jorge da Cunha Bueno - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 268.792, da Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, em que é apelante Jorge da Cunha Bueno, e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula e registros dos instrumentos apresentados, sob fundamento de que, para além de alguns destes não aludirem à transcrição anterior nem à comarca, as características e confrontações mencionadas não se conformariam com as constantes do registro procedente. Argumenta o recurso que é indubitosa a coincidência entre as descrições dos títulos e as dos registros anteriores, notando-se apenas divergências acidentais irrelevantes.

2. Procedente o recurso.

Conquanto lhe não fosse defeso, a respeitável decisão atacada, com motivação convincente, repudiou os fundamentos deduzidos do Oficial suscitante e acolheu a dúvida inversa por outras razões. Mas, no fazê-lo, desacertou.

Não eram, em realidade, consistentes as objeções do Oficial, enquanto exigia que os instrumentos apontassem a comarca como circunscrição da Fazenda, quando a explícita remissão ao registro anterior, originário daquele cartório, não autorizava dúvidas no particular. Não menos infundadas, no entanto, são-no as em que se assentou a respeitável sentença por recusar os registros pretendidos.

Consoante, à larga, demonstrou o recurso, substancialmente coincidentes se mostram as minuciosas características e confrontações, lançadas nos instrumentos, e a individuação emergente da transcrição anterior (fls. 68 a 70 e 141 a 144). A descrição dos títulos apóia-se, outrossim, no levantamento de planta elaborada, obra de cinquenta anos (fls. 112), que constitui subsídio estimável de segurança do domínio. Por que se operem a matrícula e os registros perseguidos, não há demandar correspondência literal entre a enunciação dos característicos e confrontações do instrumento e os dados constantes da transcrição ou registro anteriores, que é coisa nem sempre possível e exigência despropositada. O que se estatui, para assegurar a

continuidade dos registros e a segurança dos atos transmissivos, é a necessidade da presença de elementos minudentes de identificação da coisa. Se, no descrevê-la com observância dos requisitos legais (arts. 176, parágrafo único, II, 3, e 225, "caput", da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), ainda que desponham discrepâncias secundárias, se guardou precisa individuação da coisa, bastante para a compatibilidade com o registro a que se vincula e certeza do domínio, estão, quantum sufficit, configurados os pressupostos da continuidade dos registros públicos.

É o que sucede na espécie, onde o conjunto de referências individualizantes das escrituras se afina com as circunstâncias elementares da transcrição anterior e não subsiste, portanto, a mais tênue dúvida quanto à coincidência dos objetos.

3. A omissão, por fim, do registro anterior em alguns dos instrumentos, apresentados na mesma oportunidade, não embaraça a prática dos atos consequentes.

Posto não vingue o argumento concebido da douta Procuradoria, para contornar a dificuldade remanescente, porquanto a norma do artigo 222, da vigente Lei de Registros Públicos, apenas ressuscita condição entrevista no artigo 247, 1.º, do Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939, in casu desnecessário o rigor inculcado na r. decisão.

É que, apresentando-se os títulos para matrícula e registros em conjunto, concernentes todos à mesma propriedade, havida por força da transcrição mencionada no instrumento que servirá de base para a matrícula, essa peculiaridade supre a exigência. Não se vislumbra deficiência que impossibilite cumprimento ao artigo 176, parágrafo único, II, 5, da invocada Lei 6.015.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

São Paulo, 15 de maio de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: José Carlos Dias.

D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível n.º 269.516 - Aparecida - Apte.: Lourenço Marcolino Ferreira - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.516, da Comarca de Aparecida, em que é apelante Lourenço Marcolino Ferreira e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, rejeitar a preliminar, conhecer do recurso com observação e negar-lhe provimento, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se o apelante contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrículas dos prédios mencionados em formal de partilha, sob fundamento de que sua descrição carecia de referência às características e confrontações das coisas repartidas. Sustenta o recurso que, para além de injustificada a demora na solução da controvérsia, o instrumento não padeceria dos vícios inculcados, pois fora homologada a partilha e constariam dos autos elementos bastantes à individuação dos imóveis.

2. Não se atende à preliminar suscitada da douta Procuradoria.

Conquanto fundamentada na necessidade de coibir procedimentos menos legítimos dos oficiais do registro imobiliário, consoante denuncia o recorrente, a manifestação da douta Procuradoria não convence do desacerto da sedimentada orientação deste E. Conselho, quanto à cognição da chamada dúvida inversa. Tratando-se de procedimento administrativo, destituído de rigoroso formalismo e tendente a dar resposta a pretensão de acesso ao registro imobiliário, não há por que proscrever a instituição pretoriana da dúvida inversa, quando sustentável à luz da vigente Lei de Registros Públicos e destinada a costear as omissões dos oficiais na formalização das dúvidas (cf. "Revista dos Tribunais", 500/102 e Apelação Cível 255.634).

A repressão de comportamentos desidiosos ou, de outro modo, infringentes dos deveres próprios dos oficiais do registro imobiliário, bastam os meios de que dispõe a função de corregedoria-permanente, cujo exercício pode nascer do conhecimento de irregularidades verificadas ainda no curso ou a propósito das dúvidas inversas. É o que sucede na espécie, onde se determina, às expensas, que o Juízo Corregedor Permanente, quando da baixa dos autos, apure a - responsabilidade disciplinar do oficial pelos fatos inculcados do apresentante.

Com essa observação, conhece-se do recurso.

3. Mas nega-se-lhe provimento.

A respeitável sentença apontou, sem objeção válida, as vistosas deficiências do instrumento apresentado, no que concerne à precisa identificação dos prédios partilhados. Na verdade, as descrições dos quinhões hereditários, discriminados na respeitável decisão, ressentem-se da ausência de indicação de suas características e confrontações. De nenhuma das individualizações ressaltadas consta referência aos dados de confrontação dos lotes e dos prédios, embora não falte a outras (fls. 19 a 21). Em duas delas acresce a carência de precisamento de área maior de que se destacaram as coisas partilhadas, notando-se, ademais, que, em outra, a situação mencionada do prédio na rua Américo Alves Pereira Filho, no bairro de Vila Santa Terezinha, discrepa do conteúdo da transcrição 10.195, a que se vincula e que o localiza no bairro de Aroeira (cf. fls. 35), sem que, admitindo-se alteração da denominação daqueles pontos de referência, se tenha providenciado a necessária averbação prévia dessa suposta mutação objetiva (arts. 167, II, 4, e 246 e § único, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Evidente, portanto, que o formal não observa os requisitos exigidos dos arts. 176, § único, II, 3, e 225, "caput", da Lei de Registros Públicos, cujos dados de descrição minudente das características e confrontações são, nos pronunciamentos deste E. Conselho, pressuposto e elemento necessário do registro, que se não autoriza quando deles careça o instrumento (Apelação Cível 267.427).

Nem poderiam tão fundas lacunas e imprecisões ser contornadas com socorro das circunstâncias constantes das transcrições anteriores, cujas certidões foram exibidas (fls. 35 a 37). É que, sobre estas divergir em alguns passos já realçados, tem o instrumento de a elas ajustar-se, conforme com o que escorre ao art. 225, § 2.º, da Lei de Registros Públicos. Não seria de mister insistir em que os elementos de individualização, emergentes de região anterior, a que se deve adequar o instrumento apresentado a matrícula, não constituem fonte de suprimento de omissão de minúcias indispensáveis, que hão de ser interiores ao título (cf. "Revista dos Tribunais", 484/99). Este tem de ser completo! E pouco se dá tratar-se de formal de partilha, porque os instrumentos de origem judicial não escapam aos fundamentados rigores formais, necessários à publicidade e continuidade registros públicos e à segurança do domínio, reclamados da Lei de Registros Públicos.

4. Do exposto, acordam rejeitar a preliminar, conhecer do recurso com observação e negar-lhe provimento, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 15 de maio de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Antônio Augusto de Carvalho e Silva.

D.O.J. 21-6-78

Apelação Cível N.º 269.731 - Guarujá - Aptes.: Siegmundo Wolosker e outro - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.731, da Comarca de Guarujá, em que são apelantes Siegmundo Wolosker e outro, e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se conforma o recorrente com a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou os registros dos instrumentos apresentados, que careceriam de elementos precisos de identificação da coisa e de alvará indispensável à celebração dos contratos. Sustenta o recurso, para além de nulidade da sentença, que os instrumentos satisfariam às exigências de descrição minudente e, tratando-se de herdeiros maiores, não se mostrava necessário alvará.

2. Inconsistente o recurso.

Arredando-se a arguição de nulidade da sentença, porque do procedimento de dúvida não é parte o oficial suscitante, que não tem de ser ouvido ao propósito de documentos supervenientes, sobravam motivos à denegação dos registros.

Concedendo-se bastante a identificação da coisa em ambos os instrumentos, que se

aperfeiçoariam ao conteúdo da transcrição anterior, não se lhes autorizava o registro. É que, em primeiro lugar, como não emerge prova de conclusão dos inventários e conseqüentes partilhas, nem se colhem elementos elucidativos da relação e capacidade dos herdeiros, de todo em todo necessária era a apresentação de alvará que legitimasse aos espólios a consumação do negócio preliminar e a anuência na promessa de cessão dos direitos deste. A insuficiência dos dados é ainda mais expressiva quando sequer foi exibida certidão da qualidade dos supostos inventariantes! Ora, conquanto não pareça configurar-se hipóteses de atos jurídicos concernentes a imóveis loteados de forma regular, inconcusso que o registro dos instrumentos apresentados outorga direito real aos promitentes compradores e cessionários destes, ex vi do art. 22, do Decreto-lei 58, de 10 de dezembro de 1937, com a redação introduzida da lei 649, de 11 de março de 1949. Assim, posto estivessem os inventariantes no exercício da administração dos bens dos espólios, entre seus poderes não se inclui o de gravar-lhes as coisas de direito real, assecutorio de transmissão forçosa. Intuitivo que excede às faculdades inerentes à administração ordinária, donde a evidente necessidade de alvará judicial que legitimasse a prática dos atos apontados. Não foi por acaso que o previram os instrumentos (fls. 13). Em segundo lugar, impondo-se a matrícula prévia, enquanto pressuposto dos registros por efetivar na vigência da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (arts. 227, 228 e 236), os instrumentos não cumprem as exigências estatuídas no art. 176, parágrafo único, II, 4, "a" e "b", 5, e III, 2, "a" e "b".

Trata-se, como se percebe, de requisitos de singelo atendimento, não se justificando a renitência externada.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 15 de maio de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Armando Roberto Bellio

D.O.J. 21-6-78

**Apelação Cível n.º 270.503 - Registro - Apte.: João Geraldo de Oliveira -
Apdo.: Sr. Oficial de Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.503, da comarca de Registro, em que é apelante João Geraldo de Oliveira e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Rebelar-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula e registros de formais de partilha, sob fundamento de deficiência na caracterização da coisa e incerteza quanto à disponibilidade. Sustenta o recurso que às peças apresentadas se não aplicavam as exigências de lei posterior.

2. Inconsistente o recurso.

Como é indispensável a matrícula do terreno (arts. 227, 228 e 236, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), os instrumentos apresentados não contêm os elementos, que se exigem minudentes, da precisa identificação da coisa (art. 176, parágrafo único, II, 3 e 5). Basta reparar na vaga descrição (fls. 25, 27, 29 e 31), que nem reproduz a deficiente caracterização das transcrições anteriores (fls. 39 a 44), circunstância que não deixa de constituir desconformidade impeditiva da matrícula (art. 225, § 2.º).

Não aproveita ao recorrente a época das partilhas, porque os requisitos legais por observar são os vigentes à data do ingresso do título no registro imobiliário, por força do princípio "tempus regit actum" (Apelação Cível 262.368). Acresça-se a necessidade de apresentação de certidões negativas, passadas dos cartórios a cuja circunscrição pertenceu o terreno, em nome dos transmitentes, para efeito de comprovação da disponibilidade. Manifesta é a insuficiência senão inocuidade de certidão em nome do adquirente (fls. 45), desde que ainda não está em jogo a transmissão deste para o apresentante, seu herdeiro.

Nem, por fim, à bem lançada sentença ficou despercebida a perplexidade quanto ao domínio de Nascimento Francisco de Oliveira, cujo espólio cedeu direitos hereditários concernentes à fração

ideal que tinha sobre o sítio Itopamirim (fls. 41 e verso). A comunhão, ao que se infere, não foi extinta, porque ausente prova da alienação dos consortes, estando impreciso eventual remanescente que tocasse aos herdeiros daquele.

3. Do exposto, acordam negar provimento ao recurso, para manter a respeitável sentença apelada, inclusive por seus fundamentos. Custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Joel Carneiro dos Santos.

Apelação Cível n.º 270.639 - São Paulo - Apte.: Theodoro Hirschzon - Apda.: - Sra. Oficial Substituta do 10.º Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.639, da comarca de São Paulo, em que é apelante Theodoro Hirschzon e apelada a Sra. Oficial Substituta do 10.º Cartório de Registro de Imóveis, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Contrapõe-se o recorrente à respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou registro a instrumento de cessão de direitos de promessa de cessão, concernente a uma loja, sob fundamento de que se não exibira certificado de quitação de débitos previdenciais da cedente. Argumenta o recurso com que, por equidade e analogia, seria dispensável a apresentação do certificado, segundo, noutros negócios, escusara a Justiça Federal.

2. Inconsistente o recurso.

Não tem amparo legal a pretensão de costear exigência inequívoca do ordenamento jurídico (art. 152, § 3.º, "c", do Decreto n.º 77.077/76), sob invocação de equidade ou analogia, que apenas atuam em caso de lacuna da lei. As respeitáveis decisões, a que se apegam o recorrente, não têm caráter normativo nem virtude para contornar explícita disposição legal. Regime de liquidação não desonera a apresentação do certificado e as singulares certidões acostadas a este não se substituem como prova de quitação de dívidas previdenciais. O recurso carece de fundamento.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young de Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Theodoro Hirschzon.

D.O.J. 20-7-78

Apelação Cível n.º 270.642 - Capital - Apte.: Carmine Capua Filho - Apdo.: Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.642, da comarca da Capital, em que é apelante Carmine Capua Filho, e apelado o Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou registros de instrumentos particulares, que careceriam de vários requisitos de acesso ao registro público. O recurso argumenta com que o apresentante estaria na posse da coisa, assegurada por decisões judiciais, e não se justificaria rigoroso formalismo para reconhecer a eficácia e a validade de instrumento particular.

2. Inconsistente o recurso.

Posto se deplora a situação concreta do apresentante, na faina de regularizar senão assegurar a materialização dos seus direitos aquisitivos do apartamento, esta não é razão bastante para contornar as vistosas deficiências dos instrumentos apresentados, que não atendem aos

pressupostos de acesso ao registro imobiliário. A respeitável sentença guerreada foi minudente no realçar os impedimentos dos registros.

O contrato de promessa de cessão omite o estado civil do promitente cedente. Admitido que é casado (fls. 16), necessário se faz o consentimento da mulher, em se tratando de negócio cujo registro do instrumento outorgará direito real, assecuratório da transmissão forçosa da coisa (art. 235, I, do Código Civil). A rigor, aliás, nem constam as exigências do artigo 176, parágrafo único, III, 2 "a", da Lei de Registros Públicos, que têm de ser observadas, segundo o princípio do tempus regit actum, ainda que se cuide do título nascido antes da vigência da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Doutro lado, os venerandos acórdãos invocados, que se limitaram a apreciar e desatar questão possessória, não assentaram dispensa da intervenção uxória ou dos outros requisitos de ingresso no registro de imóveis. Este E. Conselho, aliás, em data recente, teve oportunidade de acentuar a natureza real do direito conseqüente ao registro de promessa, conquanto não incidente sobre apartamento (Apelação Cível ... 269.731).

Acresça-se carência da alusão necessária ao registro, precedente e à praxeada desvinculação previdencial, indispensável em cada negócio (arts. 222 e 223, da Lei de Registros Públicos, e art. 154, do Decreto 77.077, de 24 de janeiro de 1976). Porque se forrasses a necessidade de minuciosa descrição da coisa, era de mister que, em se versando de apartamento a cuja identificação bastariam referências menos pormenorizadas, o instrumento contivesse menção do registro da incorporação. Tais defeitos não os suprem as declarações sobrevindas no curso deste procedimento de dúvida, pois cumpre indagar da coexistência de requisitos interiores aos títulos apresentados para registro (cf. Revista dos Tribunais, 484/99, e Apelação Cível 269.516). Releve-se por derradeiro, que se não reconheceu a firma de uma testemunha, consoante é de rigor (art. 221, II, da Lei de Registros Públicos).

Inexeqüível o registro.

Ora, suposto se conceda caráter de promessa de cessão ao segundo instrumento, como negócio jurídico preliminar subjacente ao recibo de sinal, também mareado de omissões, impossível seria autorizar-lhe o registro, enquanto ato subordinado ao registro prévio do já analisado instrumento de promessa. Denegado esse, inexcogitável aquele.

A solução às aflições do apresentante deve perseguida na ação de adjudicação compulsória já proposta, cujo bom sucesso independe do registro do contrato (cf. Revista dos Tribunais, 495/155). O que não faz senso é condescender nos pressupostos indeclináveis do registro imobiliário.

3. Do exposto, acordam negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso,

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Luiz Gonzaga Frutuoso Braga.
D.O.J. 20-7-78

Apelação Cível n.º 270.256 - São José do Rio Preto - Apte.: Marden Ivan Negrão - Apdo.: Sr. Oficial do

2.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.256, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante Marden Ivan Negrão e apelado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Cuida-se de recurso, tempestivo e bem processado, contra a r. sentença que, acolhendo dúvida, denegou o registro de instrumento particular de venda e compra, que apresentaria falta de coincidência de nomes, de individuação bastante da coisa e divisão inferior ao módulo de propriedade rural.

Sustenta o recurso que seria irrelevante a divergência de nomes, suficiente a descrição da coisa e que se trataria de venda de parte ideal dentro da comunhão.

A douta procuradoria é pelo improvimento ao recurso.

2. A questão relacionada com a identidade do compromitente vendedor, Alcides Piedade de

Oliveira Filho, não é óbice ao registro, porquanto o próprio cartório já o identificou perfeitamente, não somente em razão da identidade do seu cônjuge, Vera Lúcia Raduam Piedade de Oliveira, como também em razão do nome que consta das transcrições anteriores, relativas ao imóvel objeto do contrato. Simples observação do cartório de que o nome certo do aludido comprometente é Alcides Piedade de Oliveira Filho, que também se assina Alcides Piedade de Oliveira, é o suficiente para dissipar a dúvida, em face da prova documental constante destes autos.

3. A área, objeto do contrato, é a de quatro (4) alqueires paulistas, ou, 9.68,00 ha, como está evidente na cláusula 2.^a.

4. O contrato envolve simples compromisso de venda e compra, não obstante rotulado de "contrato de compra e venda": na cláusula 4.^a e na 6.^a, nas quais se faz alusão à futura escritura definitiva de compra e venda, as partes deixam patente tratar-se de mero compromisso.

5. Como se trata de área rural, inferior ao módulo, da região, a venda é de parte ideal, correspondente a

4 alqueires, dentro de um imóvel de área maior (132 alqueires):

Como não há divisão nem desmembramento do imóvel, não houve infringência do módulo rural previsto no Estatuto da Terra.

Como consequência, o comprador há de exercer posse conjunta com os demais compossuidores do imóvel, sem possibilidade de dividi-lo, por escrito particular ou judicialmente.

6. Na cláusula 3.^a, as partes convencionaram dar posse ao compromissário comprador na gleba de 22 alqueires e 23.228,60 m².

Pelo que se verifica da escritura de fls. 7/8, o imóvel de 132 alqueires está separado pela rodovia de acesso à localidade de Engenheiro Schmidt; a localização dos 4 alqueires, objeto do compromisso, para efeito de posse, se dará no local indicado na escritura, isto é, na gleba já aludida, correspondente à parte que fica à esquerda do acesso à localidade de Engenheiro Schmidt.

Como a matéria de posse não interessa ao registro imobiliário, segue-se que nada impede o registro do contrato de venda de parte ideal correspondente a quatro alqueires; evidente que o compromissário comprador está sujeito às normas que presidem o condomínio (art. 623 e seguintes, do Código Civil), sendo a posse exercida segundo a norma do art. 488, do Código Civil.

Se essa parte do imóvel tem somente 22 alqueires e 23.228,60 m² e se o módulo rural da região é de 20 alqueires, segue-se que dito imóvel é indivisível, pelo que os condôminos estão sujeitos, também, à norma do art. 1.139 do Código Civil; mas, tudo isso é irrelevante para o efeito do registro imobiliário, uma vez que a venda é de parte ideal.

7. Por todo o exposto, dão provimento, por votação unânime, ao recurso para o efeito de determinar o registro, com as observações acima. Custas ex causa.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Wanderley Romano Calil.

D.O.J. 20-7-78

**Apelação Cível n.º 270.254 - São José do Rio Preto - Apte.: José Gerosa -
Apdo.: Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 270.254, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante José Gerosa, e apelado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se conforma o recorrente com a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou matrícula, sob fundamento de que à escritura apresentada faltava necessária outorga uxória para os transmitentes casados, que, inobstante estrangeiros domiciliados; na Itália, se escravizavam àquela exigência, em conformidade com o artigo 8.º, da Lei de Introdução ao Código Civil. Argumenta o recurso com que, em se tratando de questão concernente à

capacidade das pessoas, não se aplicaria a norma invocada senão o artigo 7.º da Lei de Introdução.

2. Procede o recurso.

Incontroverso que os transmitentes casados são estrangeiros domiciliados na Itália, não incide na espécie, circunscrita à questão prévia da inteireza do negócio jurídico translativo de propriedade imobiliária, o artigo 8.º senão o artigo 7.º, caput da Lei de Introdução ao Código Civil, que, em consequência sustenta a pretensão de matrícula do prédio.

A bem lançada decisão recorrida não discerniu entre as questões centradas nos pressupostos ou elementos de validade do título e aquelas concernentes às exigências de realização e atuação do modo de adquirir. Uma coisa é o conjunto dos requisitos de validade do negócio jurídico, cujo instrumento servirá de suporte para o registro imobiliário, e outra, as demais condições jurídicas a que se subordina a lavratura deste. Não se discute de que a efetivação do registro depende da apresentação de instrumento de negócio jurídico válido ou de ato jurídico regular, mas a indagação da validade ou regularidade do título, que será fundamento das operações de consumação do modo aquisitivo, não pertence às normas que disciplinam o regime jurídico deste. Noutras palavras, a questão da exigibilidade, ou não, da outorga uxória nos atos translativos de bens de raiz, entende, enquanto pressuposto do registro, imobiliário, com o regime jurídico do negócio, à luz de cujos preceitos tem de ser desatada.

Ora, perquirir dessa exigência é apreciar o condicionamento legal, consequente ao casamento, da capacidade das pessoas casadas. Ninguém jamais pôs em xeque que as restrições, padecidas dos conjugues para a prática de negócios jurídicos patrimoniais, respeitam à esfera da capacidade, ou mais rigorosamente, ao âmbito do poder de disposição, que se situa no problema da chamada legitimação para agir. Não se nega que a desatenção aos princípios legais da regularidade subjetiva dos negócios de transmissão da propriedade imobiliária impedirá a consumação do modo de a adquirir, quando se identifique este com um ato de registro público. Essa é, entretanto, mera consequência da resposta prévia à questão da validade do título sobre a possibilidade do modo. Ou seja, aquele projeta reflexos sobre este, mas os campos de indagações e de regimes jurídicos são distintos, não se justificando, destarte, misturar o problema da capacidade, ou legitimação dos intervenientes em ato translativo de bens imóveis, com o do regulamento das relações a eles concernentes, em que se inserem as outras condições próprias do registro, ou modo de aquisição.

Segue-se, por conseguinte, que, para avaliar da necessidade, ou não, de outorga uxória à inteireza de negócio de compra e venda de bens de raiz, se deve recorrer ao artigo 7.º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil, onde se estatui que a lei do domicílio determina as regras da capacidade, principalmente quando se cuide de limitações emergentes dos direitos ou relações de família.

Esta posição, muito ao contrário do que pareceu à bem fundamentada sentença, não esvazia o conteúdo do artigo 8.º, que se não encontra, aliás, em conflito aparente de normas que postulasse resolução através do princípio da especialidade. Sobre-lhe, antes, toda a extensa área dos outros pressupostos e elementos do registro imobiliário, permitindo assentar que a disciplina legal deste, enquanto condição de operância da transmissão de bens, é a do país em que estiverem situados. Por força desta exegese, não se daria ouvido a pretensão eventual de forrar o registro às exigências da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, ou à indispensabilidade de instrumento público nos atos excedentes à taxa legal. A todas essas hipóteses acode o artigo 8.º, da Lei de Introdução ao Código Civil.

Intui-se, pois, a substância da distinção latente no escólio trazido nas razões de recurso, quando se transcreveu que "no que concerne às disposições relativas ao modo de adquirir a propriedade que se fundam em um contrato, algumas escapam à competência da lei "rei sitae", como verdadeiramente estranhas ao regime dos bens. Tais são, por exemplo, as relativas à capacidade das partes" (Carvalho Santos, "Código Civil Brasileiro Interpretado" Freitas Bastos, vol. I, pág. 144). Nem disse coisa diversa o venerando acórdão, proferido deste E. Conselho no agravo de petição 229.937, onde se notou "a inaplicabilidade do direito russo, vez que o vendedor do imóvel é polonês, residente no Brasil" ("Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1974/1975", SP, Lex, 1977, pág. 32). Se a lei do domicílio, naquele caso era a brasileira, não admira a conclusão do venerando acórdão!

D.O.J. 20-7-78

De nenhuma invocabilidade, portanto, aqui, onde os transmitentes são italianos domiciliados na Itália, o art. 235, I, do Código Civil brasileiro. Subjuga-se a hipótese ao direito peninsular, no que

diz com a capacidade ou legitimação daqueles vendedores.

Ora, advertindo-se de que não vigem os arts. 217 e 220, do Código Civil italiano, invocados do recorrente, por revogado esse e alterado aquele pela Lei n.º 151, de 19 de maio de 1975, não constituem, ali, objeto de comunhão e são bens pessoais do cônjuge, "i beni acquistati successivamente al matrimonio per effetto di donazione o successione", quando à comunhão não sejam atribuídos no ato da liberalidade ou em testamento (art. 179, "b" do Codice Civile). Como cada cônjuge tem o gozo e a administração dos bens de que é titular exclusivo (art. 217, primo comma),

conserva-lhes a faculdade. irrestrita de disposição cujo exercício independe de outorga do consorte. O direito italiano não conhece preceito equivalente ou assemelhado ao art. 235, I, do nosso Estatuto.

Logo, versando-se de alienação de coisa havida na sucessão de Francesco Mosca, ao que se deduz aberta na constância das sociedades conjugais dos transmitentes, que dela podem dispor como bem pessoal, não há excogitar de necessidade ou oportunidade de concurso ou outorga uxório, de que, aliás, prescindia, nos atos onerosos, o direito revogado (art. 220, do Codice Civile). E, se se argumenta com ausência de prova da data dos matrimônios, nada muda, porquanto os bens, de que, antes deles, eram os cônjuges proprietários, também não participam da comunhão" (art. 179, "a"). E sem falar que tudo são conclusões calcadas na suposição de casamentos sob regime comunitário, quando se não ignora que, até o advento da chamada reforma do direito de família, em 1975, o regime legal vigorante, salva convenção diversa, era o da separação, em que "il marito dispone del suo patrimonio e la moglie conserva piena autonomia sopra i suoi beni personali" (Alberto Trabucchi "Istituzioni di Diritto Civile", Padova, Cedam, 19.ª ed., 1973, pág. 290, n.º 117)! Não quadra, assim, reparo à capacidade dos transmitentes, que nenhum o prevê a lei de seu domicílio, a qual, por obra do art. 7.º, caput, da Lei de Introdução ao Código Civil, incide na espécie.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a dúvida suscitada, pagas as custas ex causa.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Olímpio Rodrigues dos Santos.

Apelação Cível N.º 270.104 - Capital - Apte.: José de Alcântara Novaes - Apdo.: Sr. Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível N.º 270.104, da comarca da Capital, em que é apelante José de Alcântara Novaes, e apelado o Sr. Oficial do 9.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Insurge-se o apelante contra a respeitável sentença que, fundada na ausência de prova bastante do prolongamento de ruas, acolheu dúvida suscitada do oficial do registro imobiliário, denegando averbação da circunstância e do desfalque da área correspondente. Sustenta o recurso que as provas exigidas se encontrariam nos autos e teriam sido desprezadas pela respeitável decisão recorrida.

2. Inconsistente o recurso.

A hipótese envolve questão de mutação objetiva de registro imobiliário, consistente no seccionamento de propriedade em decorrência do prolongamento de vias públicas, segundo escore do "croquis" juntado pelo apresentante (fls. 25). De conformidade com a transcrição 155.527, a cuja margem se pretende averbar a circunstância indigitada, o terreno faz frente para a rua Canuto de Abreu (fls. 34 e 39 verso) e teria sido agora cortado pelo prolongamento das ruas João de Oliveira Torres, 15 ou Nagib Izar e 14, que o desfalcaram.

A prova é deficiente.

Arreda-se, para logo, a incidência do art. 167, II, 13, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que autorizaria averbação espontânea 'em não se tratando de mera nominação de logradouros decretados pelo Poder Público, coisa, aliás, que não prescindiria de suporte documental idôneo. As artérias, com que não extremava a conformação originária do prédio agora subdividido,

preexistem e não se lhes alteraram as denominações, senão que se teriam prolongado, decotando área da coisa. Induvidoso, portanto, que a espécie vertente cai sob o foco do art. 167, II, 4, principalmente porque se infere que a superveniente modificação física é de iniciativa pessoal do proprietário (fls. 19). Não se cuida de transformação conseqüente a ato expropriatório ou a apossamento administrativo.

Ora, a averbação de tal circunstância só pode ser operada à vista de requerimento instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente (art. 246, § único). Não são suficientes ilações calcadas em elementos indiretos, máxime quando de alcance duvidoso, como se passa in casu, onde o apresentante fundamenta a pretensão em talões de aviso de lançamento de imposto territorial, que nada esclarecem. A norma determina senão documento específico, emanado da autoridade competente, ao menos prova conclusiva da mutação. E esta não veio.

Dos subsídios constantes dos autos, deduz-se apenas a existência daquelas apontadas vias públicas, enquanto integrantes do loteamento do Jardim Anália Franco, aprovado pela Municipalidade e devidamente inscrito (fls. 3 e 53). Intuitivo que não vão além das divisas desse loteamento, em que a propriedade do apresentante se não insere. Esta se situa, precisamente, fora do sistema viário do loteamento, e é atingida apenas pelo prolongamento ideal das ruas incorporadas ao patrimônio público (fls. 53).

Evidente, dessarte, que não basta a reserva pessoal do particular, que dispõe de áreas correspondentes à projeção da continuidade de vias públicas, para a averbação pretendida. É necessária a prova da incorporação desses espaços, como bens de uso comum do povo, ao patrimônio municipal, pela oficialização de ruas. E essa prova não será outra que certidão da Prefeitura que ateste a transferência para o domínio público e a pressuposta aprovação do prolongamento de ruas.

Os avisos juntados, se tivessem força suficiente que ultrapassasse a quantificação de tributo, demonstrariam apenas o prolongamento da rua João de Oliveira Torres (fls. 26), até porque o lançamento subsequente contém advertência de que a outra área, ainda que lançada na situação da rua 15, se situa na rua Canuto de Abreu (fls. 27 e verso). Nada transpira quanto ao prolongamento da rua 14! Acresça-se que o apresentante ventila a alteração da denominação da rua 15 para rua Nagib Izar, sem nenhuma prova da ocorrência. E a certidão de fls. 8, reproduzida a fls. 50, não atesta mais que a existência do lançamento do imposto sobre a gleba confrontante com a rua João de Oliveira Torres.

Obtenha, pois, o apresentante, Certidão da Municipalidade, quanto à explícita incorporação ao seu patrimônio dos espaços correspondentes ao prolongamento daquelas artérias.

3. Do exposto, acordam negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young de Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Edwal Marques Falcão.

Apelação Cível N.º 269.938 - Ourinhos - Apte.: João Malachias de Campos - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível N.º 269.938, da Comarca de Ourinhos, em que é apelante João Malachias de Campos e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, acordam, por votação unânime, rejeitar a preliminar e negar provimento ao recuso, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou matrícula de prédio, cuja área seria inferior à constitutiva do módulo regional. Assenta-se o recurso em que o apresentante tem necessidade do ato recusado, para fins de financiamento. A douta Procuradoria argüi que se não deveria conhecer do recurso.

2. Arreda-se a preliminar.

Conquanto, em verdade, não tenha o apresentante impugnado a dúvida, manifestando-se apenas quando da interposição do recurso, merece este conhecido. É que ao procedimento de dúvida não se afina a aplicação ortodoxa dos princípios processuais, máxime o da defesa concentrada com efeito preclusivo, face passiva do princípio da eventualidade. À cognição do

recurso é suficiente o dissenso virtual entre o oficial e o interessado, ainda que se atualize tão-só ao depois da sentença.

3. Mas ao recurso não se atende.

O instrumento apresentado consubstancia divisão em área de tamanho inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural da região, coisa que nem o recorrente ousou questionar. A matrícula, portanto, contrariaria ao princípio da indivisibilidade legal dos prédios rurais (arts. 65, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 8.º, da Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972). Nem socorreria ao apelante a circunstância, ventilada pelo oficial suscitante com base em seu conhecimento privado, mas não demonstrada, de que se trataria de divisão de fato, anterior à vigência do Estatuto da Terra. Se se cuidasse de loteamento irregular, impediria à matrícula o disposto no art. 10, § 2.º, da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, com a redação introduzida da Lei 5.672, de 2 de julho de 1971, que autorizou venda de lotes rurais remanescentes de loteamentos já inscritos até o advento da Lei 4.947. E inscrição não houve!

O recurso, aliás, carece de fundamento jurídico.

4. Do exposto, acordam rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. José Soares de Oliveira.

D.O.J. 20-7-79

Apelação Cível n.º 269.771 - Registro - Apte.: Misao Fujii - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.771, da Comarca de Registro, em que é apelante Misao Fujii, e apelado o Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, nos termos que o acórdão especifica. Custas ex lege.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou registro de escritura e de formal de partilha, que careceriam de elementos precisos de identificação da coisa e de prova bastante de disponibilidade. Sustenta o recurso que os dados eram suficientes para individuação do prédio, não se justificando demasiado formalismo.

2. Convincente o recurso.

Conquanto algo precários os elementos individualizantes da coisa, outros dados concorrem para juízo de sua suficiência, na espécie. Os instrumentos não mencionam a área e o perímetro, mas, no corpo da escritura, consta recibo de pagamento de imposto, que esclarece a situação do prédio à rua Nova, sem número (fls. 6). O formal de partilha dilucida que esse logradouro é o mesmo que Rua de Baixo ou Antônio Rafael, suprimindo a omissão. A confusão de grafias, doutro lado, explica a divergência quanto ao nome do confrontante Guiraku. Nishioka ou Guisoku Nishika (fls. 5 verso e 31).

Ora, a só carência de enunciação do perímetro e da área, na escritura datante de 1935, quando vigia o Decreto

n.º 18.542, de 24 de dezembro de 1928, cujo art. 237, inc. 5, impunha tão-só especialização dos limites e confrontações, que o instrumento guardou, merece condescendência singular, neste caso concreto. É que, suposto se trate de elemento de todo não interior aos títulos apresentados, do formal de partilha emerge certidão atualizada da Prefeitura Municipal, que, contornando as deficiências, atesta o lote, a quadra, a área total do terreno e o nome atual da rua, que é Antônio Rafael (fls. 19). Com isso, não se violenta o princípio "tempus regit actum", pois ficam integradas aos instrumentos, as necessárias referências à identificação, à área, à situação e à natureza de prédio urbano.

Autorizam-se a matrícula e os registros em princípio.

3. Pende, no entanto obstáculo.

Tendo a cidade de Sete Barras, circunscrição da coisa, passado a pertencer ao município de Registro e comarca de Iguape, quando da abertura do inventário de Monyemon Fujii, que figura como adquirente na escritura, é indispensável se exiba certidão negativa atualizada de

transcrição nessa comarca, para prova de disponibilidade.

A essa prova escoreita, ficam condicionados a matrícula e os registros pretendidos.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para autorizar a matrícula e os registros, se produzida a prova indicada de disponibilidade. Custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator, Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Orivaldo Ruiz.

Apelação Cível n.º 269.741 - Pederneiras - Apte.: João Mariano de Pontes Sobrinho - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.741, da Comarca de Pederneiras, em que é apelante João Mariano de Pontes Sobrinho, e apelado o Sr. Oficial do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se conforma o apelante com a respeitável sentença que, acolhendo dúvida suscitada do Oficial do registro imobiliário, denegou matrículas de prédios individuados em formal de partilha, sob fundamento de que este atribuíra áreas inferiores à do módulo regional. Sustenta, contudo, o recurso que, sobre a matéria, era de reconhecer coisa julgada conseqüente ao venerando acórdão que autorizou a partilha, cadastrada pelo INCRA, segundo orientação do Pretório Excelso que a não obstava quando se tratasse de extinção de condomínio.

2. Inconsistente o recurso.

Não se desenha coisa julgada acerca da questão de acesso do formal ao registro imobiliário. Em primeiro lugar, porque inconcussa a extensão subjetiva dessa qualidade dos efeitos da sentença, que atua apenas em relação às partes entre as quais é dada (art. 472, do Código de Processo Civil). Não transcende aos sujeitos do processo de inventário, entre os quais, está evidente, não se inseriu nem cabia a administração dos registros públicos. Trata-se, portanto, de imutabilidade circunscrita aos herdeiros. Em segundo lugar, porque a força da coisa julgada se manifesta nos limites do assunto discutido e decidido (art. 468, do Código de Processo Civil). Ora, não se debateu, no recurso apreciado do venerando acórdão, a questão da indivisibilidade legal aqui agitada. Não a suscitou a apelação (fls. 57 a 59), até porque sobre ela não se pronunciou a decisão denegatória da partilha, nem a examinou, de qualquer modo, o venerando acórdão, que se cingiu a solucionar a pendência respeitante à admissibilidade, ou não, da divisão de bens excedentes ao quinhão dos herdeiros (fls. 46 e 47). Provendo ao recurso que postulava a homologação da partilha, acentuou o venerando acórdão invocado que, cuidando-se de herdeiros maiores e capazes, podiam repartir o acervo segundo suas conveniências. Nem uma só palavra ao propósito do tema agora controvertido, não subsistindo premissa alguma de que se pudesse inferir mandamento jurisdicional dirigido ao registro imobiliário.

D.O.J. 20-7-78

O que emerge ao venerando acórdão é tão-só a provisão de juridicidade da partilha inter partes, sem nenhum reflexo no juízo de admissibilidade do registro do formal, em situação que, aliás, não discrepa daquelas em que as partilhas são homologadas sem recurso. Nunca se ouviu sustentar, entretanto, que, pelo só fato de terem sido homologadas (até porque, não o sendo, é impensável o registro de formal ...), têm as partilhas livre trânsito no registro imobiliário. Est modus in rebus! O só julgamento irreversível de partilhas não dispensa aos instrumentos respectivos a observância de outros requisitos legais, condicionantes do registro imobiliário.

3. O cadastramento é insuficiente.

Enfocando hipótese semelhante, já teve este E. Conselho oportunidade de, em torno da Lei 4.504/64, assentar que "não se confundem o cadastro da área relativa à parte ideal do herdeiro (art. 46, § 6.º) com a parcela mínima de fracionamento representada pelo módulo (art. 46, § 1.º, a). Todos os imóveis rurais são objeto de cadastro, permitindo a lei que se cadastrem, individualmente, as partes ideais de cada herdeiro, como se houvesse divisão, o que não implica em anuência para divisão em desacordo com o módulo constante desse mesmo cadastro" ("Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo", Lex, vol. 42, pág. 404).

O lançamento individual, que se funda na declaração cadastral e é meramente atributivo de

valor, não autoriza o registro de instrumento de partilha, porque carece de virtude para disciplinar a situação dominial.

4. Nem é outro o entendimento da jurisprudência, nesta sede de indivisibilidade legal. O recurso argumenta com base em decisão isolada e ultrapassada do E. STF (Recurso Extraordinário 66.409, in "Revista Trimestral de Jurisprudência" 52/331). Não lhe aproveita, todavia.

A uma, porque incontornável o princípio de ordem pública, determinante da indivisibilidade dos imóveis rurais em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural (art. 65 do Estatuto da Terra). A sua incidência imediata não se opõe direito adquirido a divisão que o contrarie. Os condôminos de co-propriedade, nascida antes de seu advento, tinham mera faculdade de requerer a divisão, como tem mera faculdade de casar-se o homem que complete dezoito anos, sem que possa invocar direito adquirido se a lei eleva a idade matrimonial. A propriedade, enquanto conjunto de faculdades, poderes e deveres, não é atingida como direito subjetivo, se lei nova exclui faculdade, a de dividir, que o sujeito não exerceu antes de sua vigência. Neste ponto, não se colhe vantagem particular que se tenha tornado elemento da personalidade do indivíduo, senão de direito também ordenado em função do interesse público ou político, suscetível, assim, de imediata alteração legal. Demais, não se aplica o artigo 629, do Código Civil, porque o preceito de ordem pública se superpõe ao de direito privado, limitando a disponibilidade do comunheiro em benefício da coletividade, o qual ficaria lesionado se, a pretexto de que se não trata de transmissão, se criasse minifúndio proibido (cf. Fernando Pereira Sodero, "O Módulo Rural e Suas Implicações Jurídicas", Ed. LTr, SP, 1975, págs. 122 a 133, n.º 23).

Não foi por outro motivo que o próprio E. STF ponderou que "o que a lei quer evitar diretamente, também o quer por via oblíqua" (do voto do Relator, Min. Aliomar Baleeiro, no RE 78.048, in "Revista Trimestral de Jurisprudência" 73/862).

As duas, porque aquele venerando acórdão, a que se aferra o apelante, se calcou na exegese do artigo 11 do Decreto-lei 57/66, hoje revogado pelo artigo 12 da Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972, cujo regulamento, editado pelo Decreto 72.106, de 18 de abril de 1973, especificou a impossibilidade de desmembramento ou divisão, "para fins de transmissão a qualquer título, divisão ou partilha, judicial ou amigável, divisão em condomínio ..." (grifos nossos).

Induvidoso, destarte, que o artigo 629 do Código Civil não apanha os casos previstos na legislação agrária, quando ocorra hipótese de divisão de coisa comum, em que a área de cada condômino seja inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Assim decidindo e negando registro ao formal, não merece nenhuma censura a respeitável sentença recorrida, que se afina com sedimentada orientação deste E. Conselho.

5. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 23 de junho de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Waldir Pereira.

D.O.J. 20-7-78

Apelação Cível N.º 271.182 - Atibaia - Apte.: Ministério Público da Comarca - Apdo.: Fidêncio de Azevedo Trigo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.182, da Comarca de Atibaia, em que é apelante o Ministério Público da Comarca, e apelado Fidêncio de Azevedo Trigo, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para indeferir o registro, pagas as custas ex lege.

1. Não se conforma a douta Curadoria com a respeitável sentença que, entendendo caracterizados os lotes, objeto de carta de arrematação, autorizou o registro desta, não obstante faleça registro do plano do loteamento correspondente. Argumenta o recurso com que não estaria demonstrada a inaplicabilidade, do Decreto-lei 58/37 à espécie, que não consubstancia caso de desmembramento, e, ao depois, estaria quebrantado o princípio da continuidade dos registros públicos.

2. **Procede o recurso.**

Consoante apreendeu a douta Curadoria recorrente, temerário fora assentar que a espécie não se escraviza às exigências do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1973. O que emerge dos autos é apenas o convencimento de que os lotes arrematados teriam sido adquiridos, primitivamente, por Rafael de Martino Júnior (fls. 8, item II), sem dilucidação da forma e condições do negócio. Está evidente que esse fato não exclui a ocorrência dos pressupostos de sujeição do loteamento ao império daquele diploma cogente, bem podendo ter sucedido oferta pública e pagamento parcelado, circunstâncias que constrangeriam à observância das prescrições invocadas. Cuidando-se, portanto, de hipótese em princípio submissa àquele Decreto-lei, à transmissibilidade dos lotes se torna exigível o registro prévio do loteamento ("Revista dos Tribunais", 451/130 e 436/149).

Concedendo-se, todavia, ad argumentandum tautum, estivesse disjungida a incidência desses preceitos, não deixaria de configurar loteamento, então clandestino ou irregular, persistindo obstáculo de torno à exigibilidade do registro.

É que, tendo havido mera aprovação do plano de parcelamento ou subdivisão urbana, sem aproveitamento de preexistente sistema viário oficial, mas com proposta de abertura de novas vias e logradouros públicos - o que caracteriza loteamento (art. 1.º, § 1.º e 2.º, do Decreto-lei Federal n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967), constando ainda doação à Municipalidade das áreas destinadas a circulação e recreio (fls. 41), não se demonstrou a incorporação destas ao patrimônio público. A liberalidade anunciada não se concretizou, ao quase dessume, por negócio jurídico, cujo instrumento deveria transcrito, nem se procedeu ao registro do loteamento, que é o modus legal da transferência das áreas ao domínio público da comuna (art. 4.º, caput). Esta regra veio por cobro às dissensões doutrinárias e pretorianas (cf. Pontes de Miranda, "Tratado de Direito Predial", vol. III, pág. 108, § 31, 4 e "Tratado de Direito Privado", tomo XIII, pág. 89, § 1, 452; Waldemar Ferreira, in "Revista dos Tribunais" 215/10-12, e "Revista dos Tribunais", 359/425) acerca da operância da incorporação ao patrimônio público, que agora é consequência do registro do loteamento (cf. "Revista dos Tribunais", 417/152). A inalienabilidade, prevista no art. 3.º, do Decreto-lei 58137, não excluía o domínio particular, cujo sujeito poderia dele desistir, como ainda o pode em certas circunstâncias, reassumindo a disponibilidade dos espaços livres. Ora, nessas coordenadas, a pretensão esbarra no incontornável princípio da continuidade dos registros públicos. Não se providenciou que, pelo destaque das áreas, reservadas ao sistema viário, ao conteúdo da transcrição abrangente da gleba maior e pela matrícula respectiva, ficassem registradas tais mutações subjetiva e objetivas da coisa ou corpo originário, enquanto conjunto de referências e pressuposto de admissibilidade de matrícula autônoma dos lotes arrematados. Noutras palavras, se se não procedeu ao registro da transmissão ou incorporação de áreas precisas e individuais ao patrimônio público, não há como reconhecer a existência jurídica desses dados, como pontos de individuação e caracterização de lotes. Não há ruas com que pudessem dividir e confrontar as unidades de fracionamento e, por isto mesmo, nem se cogita de autonomia e independência destas, enquanto a identificação de cada qual pressupõe existência de vias públicas que as separem e estremem. Impensável é lote um, situado na rua dois, se rua dois não se concebe!

A conclusão imediata está em que não se guarda necessária conformidade ou correspondência entre a caracterização dos lotes, emergente do instrumento apresentado, e a constante da transcrição anterior n.º 26.755, que apenas figura quinhão de dezoito alqueires (fls. 13). O registro, portanto, é simplesmente impossível (arts. 227, 228, 236, 225, § 2.º, e 176, parágrafo único, II, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Nem se objete com o caráter do título exibido (carta de arrematação). A origem judicial deste, simples expressão documental de expropriação do poder de disponibilidade, não o alivia ao ônus de satisfazer aos requisitos de ingresso no registro imobiliário.

3. Do exposto, acordam dar provimento ao recurso, por votação unânime, para indeferir o registro, julgando procedente a dúvida. Custas ex lege.

São Paulo, 29 de junho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Octávio de Mesquita Sampaio.

D.O.J. 25-7-78

**Apelação Cível n.º 271.480 - Mogi das Cruzes - Aptes.: Manoel Pinheiro Rosa e outro - Apdo.: Sr. Oficial do
2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.480, da Comarca de Mogi das Cruzes, em que é apelante Manoel Pinheiro Rosa e outro e apelado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, com observação que constará do acórdão, pagas as custas ex lege.

1 . Não se conformam os recorrentes com a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou registro das escrituras e de um instrumento particular apresentados, sob fundamento de que, expressando negócios jurídicos incidentes sobre totalidade de imóveis em condomínios, não excluíram parcelas ideais transmitidas aos herdeiros que não compareceram ao ato. Insiste o recurso na cindibilidade, dos títulos, que possibilitaria registros limitados às frações ideais dos outros consenhores.

2. Convincente o recurso.

O entrave, ainda subsistente para o registro das escrituras e instrumento particular encadeados, estaria em que, transmitida a seus herdeiros, com registro do formal de partilha (fls. 12, 13 e verso), a fração ideal de um catorze avos, dantes pertencente a José Batista de Faria, não seria exeqüível a fragmentação da promessa de venda e compra para o só registro concernente aos negócios jurídicos relativos às outras quotas partes da comunhão. Anote-se que estaria superado o obstáculo oriundo do comparecimento dos herdeiros do falecido Benedito da Cunha Branco, mediante o registro prévio do formal de partilha, apresentado no curso do procedimento de dúvida (fls. 40 a 58 e 60).

Não se autoriza, em princípio, cisão ou consideração parcial de instrumentos de negócios jurídicos unitários, para efeitos de registro. Mensurando-se, todavia, as peculiaridades deste caso concreto, afigura-se exeqüível a providência pretendida de registros dos instrumentos, na decomposição dos negócios jurídicos plurissubjetivos formalizados, observadas as cautelas adiante determinadas. Nenhuma dificuldade decorre da circunstância de os promitentes vendedores, que, ao ensejo, eram os titulares das co-propriedades, não terem discriminado as correspondentes parcelas ideais. Se representavam o conjunto dos sujeitos condominiais, estava evidente que cada qual prometia a venda do que lhe tocava. Consoante invocaram os apelantes, ainda que tivesse um dos condôminos alienado a coisa toda, e não a sua parte, o negócio seria válido e, conquanto não houvera aludido à sua parte, seria eficaz quanto a esta (cf. Pontes de Miranda, "Tratado de Direito Privado" Borsói, tomo XII, pág. 39).

Sucedeu, no entanto, que, entre a lavratura do primeiro instrumento público, em que se acordou aquela promessa de venda e compra, e sua apresentação a registro, faleceu o comunheiro promitente, José Batista de Faria, e seus herdeiros lograram o registro do formal de partilha da fração ideal, adquirida com a abertura da sucessão, mas que, antes desta, fora já objeto da promessa firmada do sucedido. Ou seja, os herdeiros do promitente vendedor asseguraram a disponibilidade da parte ideal cujo domínio lhes veio mortis causa.

Inconcusso que o registro do formal impediria, a priori o registro do instrumento de promessa, enquanto esta envolve negócio jurídico consumado de quem, ao tempo da apresentação para registro, não mais era consenhor das coisas abrangidas na promessa de venda e compra. É, no entanto, perfeitamente identificável a expressão de participação desses herdeiros nos condomínios, isto é, sua quota parte ideal não passa de um catorze avos, porquanto fração idêntica pertencia à viúva Senhorinha de Souza Branco, que já a prometera à venda (fls. 8 verso, 12, 13 e versos).

Ora, presente que os herdeiros tentaram, sem bom sucesso, desrespeitar a promessa celebrada (fls. 21) e, suposto não o tenham tentado, poderiam embaraçar-lhe a execução específica ou in natura, pondo em risco os direitos dos promitentes compradores sobre a totalidade das coisas, incurial não será autorizar os registros circunscritos às demais parcelas da comunhão. A plurissubjetividade dos negócios não constitui embargo à decomposição do instrumento em tantas promessas quantas são as frações ideais nas comunhões. Delimitadas e precisas umas e outras, tal decomposição equivale a negócios jurídicos autônomos, que poderiam ter sido formalizados por instrumentos independentes, sem nenhuma objeção valedia à pretensão de registros separados!

Basta, portanto, se exclua o registro da fração de um catorze avos, pertencente aos herdeiros de José Batista de Faria, no que concerne à promessa de venda e compra, e se guarde a exclusão consequente nos registros das cessões e promessas de cessões dos direitos correlatos. Noutras palavras, registrar-se-ão apenas a promessa de venda e compra, a cessão e a promessa de dação, incidentes sobre treze catorze avos de ambos os imóveis.

3. O Oficial procederá ao registro prévio do formal de partilha, passado em favor dos herdeiros de Benedito da Cunha Branco e Carmem Pereira Beleza Branco (fls. 40 a 58), estando em ordem, e, em seguida, aos registros inculcados neste venerando acórdão.

E, por que não se dê causa a equivocadas suposições de terceiros desavisados, lavrará, em cumprimento ao disposto no art. 211, da Lei de Registros Públicos, certidão extensa e explícita dos registros, com menção da parte excluída e do resultado deste procedimento de dúvida.

4. Com estas observações, acordam dar provimento ao recurso, para que se proceda aos registros agora autorizados. Custas ex lege.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator, Young da Costa Manso, Vice-Presidente de Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Nílton Sansone.

D.O.J. 16-8-78

Apelação Cível n.º 271.971 - Santa Cruz do Rio Pardo Apte.: Ângelo Áloe - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.971, da Comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, em que é apelante Ângelo Áloe e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se resigna o apelante à respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou matrícula de imóvel rural, sob fundamento de que, participando de área maior cadastrada, o título discrepava na enunciação desta e, assim, impunha retificação prévia do cadastro. Argumenta o recurso com que nenhuma lei obrigava à alteração previa do cadastro da área maior.

2. Consistente o recurso.

Trata-se de pretensão de matrícula de terreno integrante de corpo maior, cadastrado no INCRA com indicação de área total, incoincidente com a resultante da somatória das áreas constantes das transcrições que o compõem. Desnecessária a retificação prévia exigida do cadastramento. A unidade territorial, de área superior à do módulo especificado para a região, não está cadastrada individualmente, senão compreendida no cadastro de conjunto de terrenos. Ora, a inexpressiva divergência, verificada entre as áreas globais do cadastramento e das transcrições correspondentes, não constitui estorvo à matrícula singular, que atende ao disposto no artigo 176, parágrafo único, II, 3, da Lei de Registros Públicos. Designação cadastral há. O que não há é estrita conformidade aritmética entre as aludidas áreas totais, persistente ainda que se não proceda à matrícula questionada e de nenhuma repercussão no princípio da indivisibilidade legal.

À retificação do cadastro basta se comunique, a posteriori o exato dimensionamento das áreas participantes do conjunto, segundo o teor da matrícula determinada e das outras transcrições respectivas. É o cadastramento que deve afeiçoar-se à realidade jurídica emergente dos registros públicos.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, determinando se proceda à matrícula pretendida e se comunique ao INCRA a correta dimensão da área maior. Custas ex lege.

São Paulo, 25 de julho de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Ângelo Áloe.

D.O.J. 16-8-78

Apelação Cível n.º 271.998 - Guarulhos - Apte.: Nestor Brumatte e outros - Apdo.: O Juízo de Direito da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.998, da Comarca de Guarulhos, em que é Apelante Nestor Brumatte e outros e apelado o Juízo de Direito da Comarca, acordam, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando oportuna remessa dos autos à E. Corregedoria Geral da Justiça.

1. Contrapõe-se o apelante à respeitável sentença que indeferiu requerimento de retificação de matrícula, sob fundamento de que, importando alteração da área, exigiria processo adequado. Sustenta o recurso que se trataria de sanar mero erro de cálculo na enunciação da área total, sem possibilidade de gravame a terceiros ou modificação das medidas.

2. Não se conhece do recurso.

Cuidando-se de irrisignação contra sentença emanada no exercício de atividade de corregedoria permanente, sem preconstituição de dissenso entre o postulante e o oficial, não se desenhou procedimento de dúvida, a que se limita a competência deste E. Conselho Superior da Magistratura (arts. 198 e 293, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Trata-se de assunto submisso à competência recursal da E. Corregedoria Geral da Justiça (art. 246, do Código Judiciário, Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969), a que se determina remessa oportuna dos autos.

São Paulo, 25 de julho de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young de Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Bertolino Luiz da Silva.

Agravo de Instrumento n.º 272.416 - Mauá - Agvte.: Brooklin S/A. Facas Industriais - Agvdo.: Edem S/A. Fundação de Aços Especiais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 272.416, da Comarca de Mauá, em que é agravante Brooklin S/A Facas Industriais, e agravado Edem S/A Fundação de Aços Especiais, acordam, por votação unânime, não conhecer do recurso, determinando oportuna remessa dos autos à E. Corregedoria Geral da Justiça.

Cuida-se de agravo interposto contra a r. decisão que, em procedimento de dúvida acerca de protesto, deixou de receber apelação, sob fundamento de que a apelante careceria de interesse processual.

A espécie não se insere na competência deste E. Conselho Superior da Magistratura, circunscrita aos procedimentos de dúvida relacionada com os serviços concernentes aos Registros Públicos de Imóveis, Civil de Pessoas Naturais, Civil de Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos (arts. 198 e 293, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973). A previsão legal não pode dilargada, para alcançar casos oriundos dos Cartórios de Protesto, que não configuram rigoroso procedimento de dúvida, senão de assunto administrativo, sujeito às atividades de corregedoria permanente. Sua cognição, destarte, toca à E. Corregedoria Geral da Justiça, por força do artigo 246, do Código Judiciário (Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969), segundo já se reconheceu (Apelações Cíveis 262.601 e 210.349).

São Paulo, 25 de julho de 1978

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Romeu Pari e Eduardo D. Bottallo. D.O.J. 16-8-78

Apelação Cível n.º 269.915 - São Bernardo do Campo Apte.: Círculo Social do Ipiranga - Apdo.: Sr. Oficial do

2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 269.915, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante Círculo Social do Ipiranga, e apelado o Sr. Oficial do 2.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se dobra o recorrente à respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula e registros subseqüentes, relativos a prédio individuado nos autos, sob fundamento de que seriam imprecisas as características e confrontações enunciadas no título e se desconheceria o estado de transcrições anteriores. Arrazoa o recurso que é bastante a identificação da coisa, segundo os elementos apresentados, e impertinentes as exigências argüidas contra título de origem judicial.

2. Atende-se ao recurso.

Não se justifica o demasiado rigor manifestado quanto à caracterização da coisa. Trata-se de prédio havido por força de título antiquíssimo, contra cuja vistosa legitimidade nada se poderia argüir. Ora, considerando a época em que foi passado, fins do século transato, de nenhum sentido o reparo de imprecisão aos minudentes característicos enunciados, que correspondiam aos pontos de referência existentes na época. Eventual alteração da titularidade dos domínios circundantes não constitui estorvo à matrícula, aliás originária, em possibilitando reconstituição atualizada das divisas. Não lhe falta sequer referência à área e a marcos seguros, e a fonte da propriedade resguarda-lhe a consistência dominial. Outros elementos, ao depois, permitem a localização indubitosa dentro do conjunto atual das circunstâncias objetivas de confrontação (cf. fls. 48, verso, 201, 202 e 204).

Nem passa despercebido que a exigência conduziria ao insustentável absurdo de impossibilidade absoluta da matrícula, escorada em título estreme. Ninguém teria legitimidade ou via adequada, antes do registro, para postular precisamente atualizado das características e confrontações!

3. Inconsistente, ademais, o embaraço ao registro do formal.

Procedeu-se a transcrições de instrumentos de cessão de direitos sucessórios, concernentes a quotas ideais do mesmo prédio, em favor de Salvador Julião Falletti e Joaquim Ribeiro (fls. 31/33 e 185).

Ora, esses atos, que violentaram sedimentada orientação deste Conselho, são ineficazes para produzir transmissão de domínio. Já se acentuou que, enquanto não providenciam o registro do formal ou de carta de adjudicação, os herdeiros não têm disponibilidade do domínio advindo da abertura da sucessão (Apelação Cível n.º 267.427). Força convir, portanto, em que as aludidas transcrições não atuaram transferência da propriedade, incidente sobre aquelas frações ideais, ao depois adjudicadas ao ora apresentante, no curso do inventário de Bento Dias Fernandes. Já se disse, em caso semelhante, que registro de cessão de direitos hereditários de forma alguma significa transferência de determinado bem ao domínio do cessionário ("Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" Lex, vol. XV, pág. 497).

Logo, aquelas irregulares transcrições não estorvam a pretensão de registros, fundados em carta de adjudicação definitivamente homologada em processo de inventário.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para determinar a matrícula e os registros pretendidos, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 21 do julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor - Advogados: Dr. Raul da Rocha Medeiros e J. A. de Faria Motta Medeiros.

D.O.J. 24-8-78

Apelação Cível n.º 271.556 - São Roque - Apte.: Amando Furukawa - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.556, da Comarca de São Roque, em que é apelante Armando Furukawa e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula de imóvel rural, sob argumento de que o auto de adjudicação apresentaria área e divisas destoantes da transcrição anterior. Sustenta o recurso que seria dispensável processo de retificação, pois se verificara área menor que a decorrente do registro anterior e apenas se atualizaram os nomes dos confrontantes, em perícia elaborada no curso do inventário.

2. Consistente o recurso.

Andou a respeitável sentença apelada com excessivo rigor. Posto que ao oficial não fosse defeso examinar a coexistência dos pressupostos de registro, em carta correspondente a auto de adjudicação homologado (cf. Apelação Cível 271.490), outros são os fundamentos de acolhida do recurso.

Demasiada a exigência, in casu, de processo contencioso de retificação. É preciso entender que o caráter litigioso deste (arts. 212 e 213, da Lei de Registros Públicos) se predispõe a resguardar terceiros de reflexos gravosos, conseqüentes a alteração da descrição das divisas ou da área da coisa. Não se desenhando, em tese, possibilidade de repercussão danosa ao transmitente e aos confrontantes, não se justifica necessidade de recurso àquela via contenciosa, quando as peculiaridades da espécie configuram retificação de interesse exclusivo dos sujeitos do negócio jurídico.

Se, na verdade, o conteúdo da transcrição 7.546, enquanto expressa remanescente de destaque de 6.550 metros quadrados (fls. 15) a área primitiva, adquirida ad corpus, de 60.500 metros quadrados (fls. 35), deveria corresponder a 53.950 metros quadrados, não é indeclinável que, para tutela dos interesses dos herdeiros transmitentes, entre os quais se encontra menor, se demande apelo para processo contencioso outro que não o inerente ao inventário, no precisamento da área certa transmitida. Note-se que foi essa a razão por que se deferiu perícia no processo de inventário, ou seja, a necessidade de aferir se a cessão dos direitos hereditários, relativos àquele remanescente, não teria prejudicado a menor (fls. 38). Tratava-se, portanto, de medida limitada à tutela de interesses dos transmitentes.

Ora, verificando-se que o remanescente não alcança os 51.809 metros quadrados, objeto da cessão, mas apenas 51.111 metros quadrados (fls. 37), cabíveis no saldo da transcrição anterior, representado por medidas meramente enunciativas, de manifesta superfluidade o aceno para ação de retificação. Perceba-se que bem poderiam as partes, calcadas na diferença aritmética entre a aquisição original e a venda de 6.550 metros quadrados, sustentar lavratura de auto de adjudicação, concernente a 53.950 metros quadrados, à revelia dos confrontantes e sem que algo pudesse objetar o Juízo! Convindo, entretanto, em que se apurasse a área determinada do negócio, por meio de prova técnica controlada do Juízo do inventário, não há, a fortiori, excogitar de novo processo, quando assentiu o adquirente, em que fosse reduzida a 51.111 metros quadrados.

Como se percebe, o que ocorre é apenas transmissão ad mensuram de remanescente adquirido ad corpus! E a tal circunstância não convém o qualificativo de retificação quando de nada podem queixar-se os confrontantes. A transcrição anterior não reclama nenhuma retificação!

Nem se descobre irregularidade de discrepância entre as divisas exaradas na perícia e as emergentes da transcrição anterior, quando essa apenas atualizou os nomes dos confrontantes. A hipótese não se subsume ao art. 225, § 2.º, da Lei de Registros Públicos.

3. Do exposto, acordam dar provimento ao recurso, para que se proceda à matrícula, pagas as custas ex causa.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado:

D.O.I. 24-8-78

Apelação Cível N.º 271.911 - Laranjal Paulista - Apte.: Viúva Attilio Zalla & Cia. Ltda. - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos. de Apelação Cível n.º 271.911 da Comarca do Laranjal Paulista, em, que é apelante Viúva Attilio Zalla & Cia. Ltda. - Apdo: Sr. Oficial do Registro Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex

lege.

1. Insurge-se a recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida, denegou o cancelamento de registros de hipoteca, sob alegação de que, modificada a composição da diretoria da credora mandante, não teria o mandatário poderes para firmar a quitação. Insiste o recurso em que a alteração não importou extinção do mandato.

2. Convincente o recurso.

O equívoco da fundamentação da respeitável sentença é manifesto. Firmaram o instrumento de quitação da dívida hipotecária, o atual diretor vice-presidente e um mandatário da sociedade credora. Não consta revogação do mandato, emergindo, antes, circunstâncias conclusivas de sua subsistência, pois, outorgado em janeiro de 1977 e expedida certidão em fins de maio desse ano (fls. 5 e 7 verso), a nova diretoria da mandante tomou posse no mês de março, sem ter providenciado revogação (fls. 8112).

Esse interregno era bastante a que se atualizasse alguma preocupação de o extinguir. Ora, a alteração da composição dos órgãos diretivos da sociedade não opera extinção de mandato, regularmente outorgado. Encambulharam-se as qualidades ou condições jurídicas dos comparentes aos atos questionados. Quem outorgou o mandato foi a pessoa jurídica da sociedade, apresentada pelos órgãos estatutários que, no mundo jurídico, estão legitimados a exprimir-lhe as declarações de vontade. Primário é que não foi concedido pelas pessoas físicas integrantes daqueles órgãos, enquanto se limitaram a emprestar a realidade física de seu comportamento para expressar as volições jurídicas da sociedade. O argumento da sentença está a pressupor que outorgantes foram as pessoas físicas in nomine próprio e dele se teria de concluir que o mandatário não é nem nunca foi procurador da sociedade! ...

Não se tendo dissolvido esta nem ocorrido revogação, persiste o mandato que outorgou, suposto substituídas as pessoas físicas componentes de seus órgãos de apresentação. De indubitosa consistência, portanto, instrumento, de quitação, firmado de sociedade credora hipotecária, apresentada por órgão diretivo estatutário e representada de procurador bastante, nomeado através de mandato regular subsistente.

3. Notou-se remediável engano no reconhecimento da firma do procurador (fls. 3 e 4 verso). Ao cancelamento, portanto, bastará o suprimento dessa irregularidade, que passou despercebida às preocupações excessivas do Oficial.

4. Do exposto, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, para autorizar o cancelamento perseguido, depois de sanada a irregularidade referida. Custas ex lege.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Victor Rodrigues Machado D.O.J. 24-8-78

**Apelação Cível N.º 271.967 - Garça - Apte.: Banco do Estado de São Paulo S/A.
- Apdo.: Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.967, da Comarca de Garça, em que é apelante Banco do Estado de São Paulo S/A e Apelado o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, contra o voto do Presidente, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Rebelar-se a apelante contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou registro de carta de arrematação, sob fundamento de que, se não exibiram certificados de cadastro rural e de quitação de débitos previdenciais. Argüi o recurso que, urbanos os prédios arrematados, não havia excogitar de certificado de cadastro e, diante da natureza do crédito executado, se dispensava prova de cumprimento de obrigações fiscais.

2. Convincente o recurso.

A erudita dissertação da respeitável sentença não deu tino de que os prédios arrematados são urbanos (fls. 32 e 33). Impertinente, destarte, exigência de apresentação de certificado de cadastro rural.

Não estivessem, doutro lado, a concessão de crédito rural, a constituição de suas garantias e conseqüente execução pelas instituições financeiras, em que se inclui a recorrente, libertas à

exibição de comprovantes de adimplemento de obrigações fiscais e previdenciais (art. 37, da Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, cc. art. 78, do Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967), outro fundamento dispensaria ao registro a apresentação do certificado reclamado. É que este E. Conselho, afeiçoando-se à orientação emanada do colendo Plenário do E. Tribunal de Justiça, tem insistido em que exibição

de certificado de quitação de débitos previdenciais não constitui pressuposto necessário do registro de cartas de arrematação e de adjudicação de bens imóveis, salvo quando, desenhando-se possibilidade de fraude a credora ou credor autárquico, deva exigida, enquanto ato do contribuinte devedor, para a expedição (cf. "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", Lex, XXXIV/172, "Revista dos Tribunais", 483/106, e Apelações Cíveis 267.372 e 270.748).

3. Do exposto, acordam, contra o voto do Presidente, dar Provimento ao recurso, para determinar o registro pretendido, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. José Quatro de Oliveira Borges.

D.O.J. 24-8-78

Apelação Cível n.º 271.556 - São Roque - Apte.: Armando Furukawa - Apdo.: Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 271.556, da Comarca de São Roque, em que é apelante Armando Furukawa e apelado o Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, dar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Insurge-se o recorrente contra a respeitável sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula de imóvel rural, sob argumento de que o auto de adjudicação apresentaria área e divisas destoantes da transcrição anterior. Sustenta o recurso que seria dispensável processo de retificação, pois se verificara área menor que a decorrente do registro anterior e apenas se atualizaram os nomes dos confrontantes, em perícia elaborada no curso do inventário.

2. Consistente o recurso.

Andou a respeitável sentença apelada com excessivo rigor. Posto que ao Oficial não fosse defeso examinar a coexistência dos pressupostos de registro, em carta correspondente a auto de adjudicação homologado (cf. Apelação Cível 271.490), outros são os fundamentos de acolhida do recurso.

Demasiada a exigência, in casu, de processo contencioso de retificação. É preciso entender que o caráter litigioso deste (arts. 212 e 213, da Lei de Registros Públicos) se predispõe a resguardar terceiros de reflexos gravosos, conseqüentes a alteração da descrição das divisas ou da área da coisa. Não se desenhando, em tese, possibilidade de repercussão danosa ao transmitente e aos confrontantes, não se justifica necessidade de recurso àquela via contenciosa, quando as peculiaridades da espécie configuram retificação de interesse exclusivo dos sujeitos do negócio jurídico.

Se, na verdade, o conteúdo da transcrição 7.546, enquanto expressa remanescente de destaque de 6.550 metros quadrados (fls. 15) a área primitiva, adquirida ad corpus, de 60.500 metros quadrados (fls. 35), deveria corresponder a 53.950 metros quadrados, não é indeclinável que, para tutela dos interesses dos herdeiros transmitentes, entre os quais se encontra menor, se demande apelo para processo contencioso outro que não o inerente ao inventário, no precisamento da área certa transmitida. Note-se que foi essa a razão por que se deferiu perícia no processo do inventário, ou seja, a necessidade de aferir se a cessão dos direitos hereditários, relativos àquele remanescente, não teria prejudicado a menor (fls. 38). Tratava-se, portanto, de medida limitada à tutela de interesses dos transmitentes.

Ora, verificando-se que o remanescente não alcança os 51.809 metros quadrados, objeto da cessão, mas apenas 51.111 metros quadrados (fls. 37), cabíveis no saldo da transcrição anterior, representado por medidas meramente enunciativas, de manifesta superfluidade o aceno para ação de retificação. Perceba-se que bem poderiam as partes, calcadas na diferença aritmética

entre a aquisição original e a venda de 6.550 metros quadrados, sustentar lavratura de auto de adjudicação, concernente a 53.950 metros quadrados, à revelia dos confrontantes e sem que algo pudesse objetar o Juízo!.. Convindo, entretanto, em que se apurasse a área determinada do negócio, por meio de prova técnica controlada do Juízo do inventário, não há, a fortiori, excogitar de novo processo, quando assentiu o adquirente em que fosse reduzida a 51.111 metros quadrados.

Como se percebe, o que ocorre é apenas transmissão ad mensuram de remanescente adquirido ad corpus! E a tal circunstância não convém o qualificativo de retificação, quando de nada podem queixar-se os confrontantes. A transcrição anterior não reclama nenhuma retificação! Nem se descobre irregularidade de discrepância entre as divisas exaradas na perícia e as emergentes da transcrição anterior, quando essa apenas atualizou os nomes dos confrontantes. A hipótese não se subsume ao art. 225, § 2.º, da Lei de Registros Públicos.

3. Do exposto, acordam dar provimento ao recurso, para que se proceda à matrícula, pagas as custas ex causa.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(aa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça;

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Jair Macoggi da Fonseca Asbahr. D.O.J. 25-8-78

Processo C.G. n.º 31.723169, 3.º vol. - Adv. Dra. Carmelita Gnecco - Int. Associação dos Oficiais de Justiça.

Sr. Des. Corregedor Geral:

1. A advogada Carmelita Gnecco representa a esta E. Corregedoria Geral da Justiça, contra o Provimento

CG 11/77, no que concerne à tabela de despesas de condução de oficiais de justiça, argumentando, em suma, com que

ex vi do artigo 179, § 1.º, do Decreto federal n.º 77.077/76, seriam gratuitas as ações acidentárias, quando vencido o autor, e só duas Varas desta Capital estariam a exigir depósitos correspondentes.

2. Não prospera a arguição.

Não se tratasse de matéria tipicamente jurisdicional, em cuja interpretação não teriam cessado divergências inculcadas da representante e em cuja sede não tem esta E. Corregedoria Geral da Justiça como intervir, merece mantido, por outra razão de tomo, o Provimento guerreado.

Consoante orientação assentada do E. II Tribunal de Alçada Civil do Estado, competente para desate da questão da gratuidade, ou não, das ações acidentárias, conforme noticiam as certidões que ora acosto a este Parecer (Agravo de Instrumento n.º 60.262 e Mandados de Segurança n.ºs 58.526 e 58.522), não subsiste o artigo 179, § 1.º, do Decreto federal n.º 77.077/76. É que tal dispositivo se atrelava, enquanto, no terna, ato regulamentar que incorporou o Decreto n.º 61.784, de 28 de novembro de 1975, quanto ao artigo 55, § 2.º, se atrelava, dizíamos, ao artigo 22, da Lei n.º 5.316/67, que, então, disciplinava o assunto dos acidentes do trabalho. Noutras palavras, a disposição era explicitação regulamentar da então vigente Lei Acidentária, quanto ao princípio da gratuidade das ações correspondentes.

Ora, revogando a Lei n.º 5.316/67, a vigorante Lei n.º 6.367, de 10 de outubro de 1976, não manteve aquele princípio, deixando de prever gratuidade para os autores das ações acidentárias. E, calcada em sólidos argumentos que não vêm a pelo, a jurisprudência vem entendendo insubsistente o princípio, diante da revogação implícita do artigo 179, § 1.º, destituído de aplicabilidade.

Pouco se dá que a orientação pretoriana não seja definitiva nem majoritária. Prevalece, enquanto de outro modo e de maneira definitiva não se pronunciem os Tribunais, a interpretação razoabilíssima de que não mais são gratuitas as ações acidentárias. E isto só justifica, sem mais, a manutenção do Provimento 11/77, no que concerne à fixação das despesas de condução de oficiais de justiça também das ações acidentárias.

Esta a razão por que, s.m.j., nos manifestamos pela subsistência do Provimento CG 11/77, quanto ao tópico controvertido nesta representação.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, data retro.

- (a) Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.
Aprovo o parecer. Cabe aos acidentados pleitearem a assistência gratuita. O provimento não padece de qualquer vício, mesmo porque, nas próprias ações de acidente de trabalho há diligências que podem ter sido requeridas por parte que esteja sujeita ao pagamento de custas.
São Paulo, 9 de maio de 1978.
(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

COMUNICADO

Para Conhecimento Geral

A Corregedoria Geral da Justiça recebeu do Sr. Presidente do Conselho do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo o ofício do teor seguinte:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Instituto de Previdência do Estado de São Paulo C.A. n.º 05178

São Paulo, em 30 de maio de 1978.

Senhor Corregedor Geral da Justiça:

Vimos comunicar a Vossa Excelência que a contribuição devida pela juntada de Mandato Judicial (Código 304 - Guia de Recolhimento de Custas e Emolumentos, Mod. 9), prevista no artigo 48 da Lei Estadual n.º 10.394/70, passa a ser de Cr\$ 32,00 (trinta e dois cruzeiros), por mandante, assim considerado também o casal, isto é, 2% do Salário Mínimo efetivo vigente no Estado de São Paulo.

Ante o exposto, solicitamos de Vossa Excelência se digne de dar conhecimento, aos Serviços de Distribuição de 1.ª Instância, de que a nova contribuição deverá vigorar a partir de 1.º de junho. Atenciosamente,

(a) Raif Kurban, Presidente do Conselho

A Sua Excelência,

Dr. Desembargador Humberto de Andrade Junqueira

DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo Capital.

D.O.J. 6-6-78

Proc. CG n.º 49.800/78 - Capital - Int.: Henrique Braga de Araújo, Escrivão-Diretor do Cartório do 2.º Contador e 4.º Partidor.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

1. Trata-se de consulta formulada pelo Senhor Escrivão-Diretor do Cartório do 2.º Contador e 4.º Partidor da Comarca da Capital, indagando, em face da atribuição que lhe é cometida pelo artigo 5.º do Provimento n.º 2/78, desta Corregedoria Geral, "se não estão isentos do desconto do Imposto de Renda, na fonte, os honorários, juros, remunerações e lucros cessantes cujo montante seja inferior a Cr\$ 1.300,00" (fls. 2).

Atendendo a despachos proferidos, foram juntadas aos autos as cópias de fls. 4/22 e 24/26, pertinentes ao tema em exame.

Passo a opinar.

2. A questão suscitada tem razão de ser, a partir do advento do Decreto-Lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977, que erigiu em hipóteses de incidência do imposto sobre a renda, "juros, indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial" e "honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamenteiro, liquidante, etc."

E a indagação merece, ao menos em parte, resposta positiva.

Porque, em verdade, no correr deste exercício de 1978, deve ser aplicada, a propósito, a Instrução Normativa

n.º 73, de 15 de dezembro de 1977, que aprovou as tabelas práticas para cálculo do imposto sobre a renda, a ser descontado na fonte; e tal Instrução, em seu item III, contém tabela progressiva de classes de renda, com a determinação da correspondente alíquota para a retenção, no que diz respeito e interessa ao objeto da consulta, aos "rendimentos da prestação de serviços sem vínculo de emprego", deixando assente que até o piso de Cr\$ 1.300,00 de

rendimento, não há desconto a ser Procedido.

Nessas condições, essa limitação atinge, sem, dúvida, aqueles rendimentos capitulados como sujeitos a retenção e definidos, com hipóteses de incidência, pelo inciso II do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973, com a redação que lhe deu o Decreto-Lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977.

Certamente, porém, desde limitado o âmbito da Instrução Normativa n.º 73/77, na forma acima reproduzida, esse piso não prevalece, para os efeitos excludentes cogitados pela consulta, quando se trate de rendimentos havidos a título de "juros, indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial", definidos como hipóteses de incidência tributária, pelo inciso I do supracitado mandamento legal.

Tenho, pois, que a resposta adequada à consulta se cinge à afirmação, em face da norma inserta no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1.302/73, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 1.584/77, de que não cabe o desconto do imposto sobre a renda, na fonte, quando se trate de rendimentos pela prestação de serviços sem relação de emprego (inciso II - honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamentário, liquidante etc.) desde que não ultrapassem o limite do Cr\$ 1.300,00 (Instrução Normativa SRF-73/77, item III) ou os que vierem a ser futuramente fixados, para os exercícios vindouros.

3. É o parecer que, respeitosamente, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, propondo, caso aprovado: a) seja remetida cópia ao consulente; b) seja publicado, versando matéria de interesse geral, por três vezes na Imprensa Oficial, para especial conhecimento dos Contadores Judiciais.

São Paulo, 6 de junho de 1978

(a) Hélio Quaglia Barbosa, Juiz Auxiliar

Aprovo o parecer. Faça-se a publicação.

São Paulo, 8 de junho de 1978.

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. 10-6-78

Proc. CG. n.º 49.520-A/78 - Capital - Int.: Corregedoria Geral da Justiça.

COMUNICADO

Por determinação do Exmo. Sr. Des. Corregedor Geral da justiça, comunica-se a todos os MM. Juízes Corregedores Permanentes do Estado que, se ainda não o fizeram, devem remeter, com a máxima urgência, a esta E. Corregedoria Geral da Justiça, cópias das 1.ª, 2.ª e 3.ª vias dos modelos de recibos, eventualmente aprovados em conformidade com o Provimento CG 3/78, adotados em cada Cartório da comarca, e que devem estar sendo utilizados desde 1.º do corrente.

Comunica-se, outrossim, que as 2.ª e 3.ª vias devem reproduzir o recibo da 1.ª, ou seja, conter espaço para nome e endereço completos de quem paga ("solvens"), data e importância total do recibo e assinatura do caixa do Cartório, Não basta o espaço reservado para declaração de entrega da primeira via. Os modelos, que não o observem, devem ser, de imediato, substituídos.

PROVIMENTO N.º 6/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de disciplinar, de modo uniforme, a execução do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, que dispõe sobre a remuneração de exames psiquiátricos para verificação de responsabilidade penal;

Considerando que os exames deverão ser feitos por um perito relator, auxiliado por um segundo perito, devendo a escolha recair em médicos selecionados pela Coordenadoria de Saúde Mental, da Secretaria da Saúde, sem preferências especiais;

Considerando, finalmente, que a remuneração dos peritos deverá obedecer a processamento próprio, na forma da Resolução SS n.º 41/78, de 9 de junho de 1978, do Secretário da Saúde, em seu artigo 3.º, §§ 1.º e 2.º,

Resolve:

Artigo 1.º - A Corregedoria Geral da Justiça publicará, anualmente, no Diário da Justiça do Estado, a relação dos médicos psiquiatras, selecionados na forma do decreto referido, segundo as instruções baixadas pela Resolução SS n.º 41/78, de 9 de junho de 1978, do Secretário da Saúde. Parágrafo único - A relação a ser publicada, além do endereço residencial e do respectivo telefone, mencionará R.G., C.I.C., n.º de inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), dos médicos selecionados, bem como endereço e telefone do local de trabalho de cada um.

Artigo 2.º - Os peritos serão nomeados pelo Juiz, segundo a região administrativa ou a comarca onde se dispõem a servir, de forma a assegurar distribuição equitativa de trabalho entre eles.

Artigo 3.º - Nas comarcas onde não existem médicos psiquiatras funcionários do Estado, ou selecionados pela Coordenadoria de Saúde Mental, o Juiz poderá nomear médicos locais qualificados para o exame, observando, quanto ao mais, as disposições deste provimento.

Artigo 4.º - Desde que nomeado, o perito relator poderá retirar do Cartório os autos do incidente, contendo os quesitos e as cópias do processo necessários ao exame, mediante assinatura no competente livro de carga, cuidando para que a devolução, com o laudo e o ofício de requisição de pagamento, já preenchido segundo o modelo n.º 1 anexo a este provimento, se faça dentro do prazo marcado pelo Juiz.

Artigo 5.º - Tratando-se de réu preso, o exame será realizado no local em que este estiver recolhido, procedendo-se ao exame de réu solto no dia, hora e local designados pelo Juiz, ouvidos os peritos.

Artigo 6.º - O perito relator ou o segundo perito podem ser excluídos da relação (artigo 5.º do Decreto

n.º 11.627/78), quando:

I - revelar carência de conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo justificado, deixar de apresentar o laudo no prazo fixado pelo Juiz.

Parágrafo único - Para os fins previstos neste artigo, o Juiz comunicará à Corregedoria Geral da Justiça a ocorrência da falta ensejadora de exclusão.

Artigo 7.º - Concluída a perícia, o Juiz ordenará o pagamento das importâncias referidas no artigo 4.º do decreto aludido, mediante requisição, através de ofício, segundo o modelo n.º 1 anexo a este provimento, entregue ao próprio perito relator, que o remeterá ao órgão de finanças da Coordenadoria de Saúde Mental (Rua da Consolação, n.º 1681/89, 4.º andar, CEP 01301, Capital).

§ 1.º - O ofício a que se refere este artigo deverá indicar, obrigatoriamente, além do número do processo, a qualificação do réu, o nome, R.G., C.I.C., CREMESP e endereço dos médicos beneficiários.

§ 2.º - O procedimento referido neste artigo será adotado, nas mesmas condições, para a remuneração dos exames realizados durante a vigência do Decreto n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, e que ainda não tenha sido satisfeita, nos termos do parágrafo único do artigo 7.º do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, mediante requisição por ofício, segundo o modelo n.º 2 anexo a este provimento.

Artigo 8.º - Os recursos financeiros, criados pelo Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, serão aplicados exclusivamente na realização dos exames de sanidade mental para verificação de responsabilidade penal, nos termos dos artigos 22 e seu parágrafo único do Código Penal, 159 e seguintes do Código de Processo Penal, e 29, § 1.º, da Lei n.º 6.369, de 21 de outubro de 1976, requisitados a partir da vigência do Decreto n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, vedada a requisição prevista no artigo 7.º deste provimento, para remuneração de qualquer outra espécie de perícia.

Artigo 9.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Provimento n.º 7/77, da Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 21 de junho de 1978

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

MODELO N.º 1

Ofício a que se referem os artigos 4.º e 7.º, "caput" do Provimento

N.º....., DE DE DE 1978,

A Diretoria da Divisão de Finanças da Coordenadoria de Saúde Mental -

Secretaria de Estado da Saúde - Rua da Consolação n.º 1681/89 -

4.º andar - São Paulo - SP - CEP 01301.

Requisito o pagamento das importâncias previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978 ao Dr.

.....
C.I.C. CREMESP
residente e domiciliado à rua n.º.....
em SP, na condição de Segundo Perito
correspondente a 7,5% do valor mesmo valor, pela apresentação do
laudo referente a exame psiquiátrico realizado para verificação da
responsabilidade penal do réu
(qualificação completa) (n.º do processo)
..... de de 1978
.....

Juiz de Direito

MODELO N.º 2

Ofício a que se referem os § 2.º e 7.º do Provimento

N.º....., DE DE DE 1978,

A Diretoria da Divisão de Finanças da Coordenadoria de Saúde Mental -

Secretaria de Estado da Saúde - Rua da Consolação n.º 1681/89 -

4.º andar - São Paulo - SP - CEP 01301.

Requisito, nos termos do parágrafo único do artigo 7.º do Decreto
n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, o pagamento das importâncias de
Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) ao Dr.

..... R.G.....
C.I.C. CREMESP
residente e domiciliado à rua n.º.....
em SP, na condição de Perito Relator
e de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) ao Dr.

..... R.G C.I.C.
CREMESP residente e domiciliado a rua
..... n.º em
SP, na condição de Segundo Perito, pela apresentação do laudo
referente a exame psiquiátrico realizado para verificação da
responsabilidade penal do réu (qualificação
completa) (n.º do processo)
..... de de 1978
.....

Juiz de Direito

DECRETO N.º 11.627, DE 23 DE MAIO DE 1978

**Dispõe sobre a remuneração dos exames psiquiátricos para verificação da
responsabilidade penal, realizados por requisição judicial, e dá outras
providências.**

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições
legais, Considerando:

que o sistema de remuneração dos exames psiquiátricos para verificação da responsabilidade
penal, por requisição judicial, estabelecido pelo Decreto n.º 9.867, de 03 de junho de 1977,
comprovou eficácia para a realização dos fins visados;

Considerando:

que a experiência adquirida demonstrou a conveniência de modificações objetivando a
agilização dos procedimentos e a atualização da remuneração atribuída aos peritos,

Decreta:

Artigo 1.º - A Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria da Saúde anualmente selecionará
médicos psiquiatras, servidores estaduais, para a realização de exames de sanidade mental, por
nomeação judicial.

§ 1.º - Serão selecionados médicos psiquiatras que manifestarem interesse em realizar os exames fora de seu horário normal de trabalho.

§ 2.º - Nas comarcas onde não existam, selecionados, psiquiatras servidores do Estado poderão ser selecionados outros médicos que apresentem a necessária qualificação profissional.

Artigo 2.º - A relação dos selecionados será remetida à Corregedoria Geral da Justiça, com a indicação da região administrativa ou comarca onde se dispõem a servir, a fim de que sejam nomeados, diretamente pelo juiz do processo, para cada perícia.

Artigo 3.º - Os médicos nomeados retirarão no cartório do juízo os quesitos e as cópias das peças do processo necessários ao exame e o realizarão no estabelecimento em que o réu estiver recolhido, ou tratando-se de réu solto, no dia, hora e local designados pelo juiz, ouvidos os peritos.

Artigo 4.º - Ao perito-relator será paga, por exame, importância correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do padrão 44-A da Tabela I da escala de Vencimentos dos Funcionários Civis do Estado e ao segundo perito

50% (cinquenta por cento) dessa mesma importância, mediante ofício expedido pelo juízo à repartição competente da Secretaria da Saúde.

Artigo 5.º - A Corregedoria Geral da Justiça comunicará à Coordenadoria de Saúde Mental os nomes dos médicos que não servirem a contento a fim de serem excluídos quando da renovação da lista.

Artigo 6.º - O regime estabelecido neste Decreto será aplicado unicamente aos exames de sanidade mental para a verificação de responsabilidade penal, nos termos dos artigos 22 e seu parágrafo único do Código Penal, 159 e seguintes do Código de Processo Penal e 29, parágrafo 1.º da Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976, requisitados a partir da data da vigência do mesmo regime.

Artigo 7.º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão a conta da seguinte categoria de programação: Secretaria da Saúde Código 09, U.O. 04 - Coordenadoria de Saúde Mental, U.D. 01 - Administração da Coordenadoria de Saúde Mental, Programa 75 - Saúde, Subprograma 021 - Administração Geral, Atividade 004 - Coordenação Orientação Técnica e Administração, elemento 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros.

Parágrafo único - O pagamento dos exames psiquiátricos realizados durante a vigência do Decreto n.º 9.867, de 03 de junho de 1977, que ainda não tenha sido efetuado, passa à responsabilidade da Secretaria da Saúde, por intermédio da Coordenadoria de Saúde Mental.

Artigo 8.º - Este Decreto entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, ficando revogado o Decreto

n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, prazo em que as Secretarias da Saúde e Fazenda expedirão as instruções necessárias à sua execução.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de maio de 1978.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Murillo Macedo, Secretário da Fazenda

Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde

Publicado na Secretaria do Governo, aos 23 de maio de 1978

Maria Angélica Gialuzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

RESOLUÇÃO SF N.º 14-78, DE 9-6-78

Dispõe sobre o processamento e pagamento da despesa referente aos exames psiquiátricos realizados por requisição judicial para verificação da capacidade de imputação.

O Secretário da Fazenda, nos termos do artigo 8.º do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978.

Considerando que os pedidos de pagamentos poderão ser dirigidos pelo respectivo juízo diretamente à Coordenadoria de Saúde Mental - Secretaria da Saúde.

Considerando que em vista disso o próprio órgão de finanças daquela Coordenadoria providenciará o pagamento da despesa, resolve:

Artigo 1.º - A despesa a que se refere o Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, será processada por estimativa, pelo órgão de finanças da Coordenadoria de Saúde Mental, à vista da relação dos médicos selecionados anualmente, com a indicação dos respectivos nomes, RG, CIC

e CREMESP, bem como previsão do montante a ser pago no exercício.

Artigo 2.º - Atendido ao disposto no artigo 1.º desta Resolução e realizado o exame de sanidade mental, será providenciado o subempenhamento da despesa, à vista da requisição de pagamento expedida pelo juízo.

Artigo 3.º - A requisição de pagamento, referida no artigo 2.º, será através de ofício, expedida pelo juízo, indicando, necessariamente, nome, RG, CIC, CREMESP, endereço dos médicos beneficiários, e entregue ao órgão de finanças da Coordenadoria de Saúde Mental.

Artigo 4.º - Após as providências de natureza contábil, será emitida a respectiva ordem de pagamento ao Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, a favor dos credores, a ser cumprida em agência da localidade do juízo requisitante.

Artigo 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a SF 10-77, de 30 de junho de 1977.

RESOLUÇÃO SS N.º 41, DE 9-6-78

Expede instruções para a execução do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978.

O Secretário de Estado da Saúde, considerando:

- a necessidade de disciplinar os trabalhos destinados à elaboração de exames psiquiátricos para fins de verificação da responsabilidade penal realizados por requisição judicial com recursos previstos pelo Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978;

- que caberá à Secretaria da Saúde, pela sua Coordenadoria de Saúde Mental, promover a seleção de médicos psiquiatras e a realização dos trabalhos destinados a atender às requisições da Justiça, de acordo com o citado decreto;

- que de acordo com o decreto mencionado a Secretaria da Saúde, pela sua Coordenadoria de Saúde Mental, providenciará o pagamento da despesa, seja aquela a que se refere o artigo 4.º do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, seja o previsto no artigo 4.º do Decreto n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, que ainda não tenha sido efetuado, e

- que de acordo com o decreto referido a Secretaria de Estado da Saúde expedirá instruções necessárias à sua execução, Resolve:

Artigo 1.º - A Coordenadoria de Saúde Mental selecionará, anualmente, médicos psiquiatras servidores do Estado para realizar exames de sanidade mental por nomeação judicial, para verificação de responsabilidade penal.

§ 1.º - Serão selecionados os médicos psiquiatras que manifestarem interesse em realizar os exames fora de seu horário normal de trabalho.

§ 2.º - Nas Comarcas onde não existam psiquiatras funcionários do Estado serão selecionados outros médicos que apresentem a necessária qualificação profissional.

Artigo 2.º - A Coordenadoria de Saúde Mental promoverá a inscrição e seleção dos candidatos, bem como a elaboração de uma relação nominal daqueles que estiverem qualificados para realizar os exames psiquiátricos e elaborar laudos forenses.

§ 1.º - A inscrição dos candidatos será precedida de edital publicado na Imprensa Oficial do Estado.

§ 2.º - A inscrição dos candidatos residentes na 1.ª Região Administrativa (Região da Grande São Paulo) será feita na Sede da Coordenadoria de Saúde Mental e a dos candidatos residentes nas demais Regiões Administrativas será feita na Sede da respectiva Divisão Regional de Saúde da Coordenadoria de Saúde da Comunidade, na forma mais conveniente estabelecida pelas duas Coordenadorias.

§ 3.º - O Coordenador de Saúde Mental designará Comissão especialmente encarregada do processo seletivo e estabelecerá os critérios de seleção.

§ 4.º - A Coordenadoria de Saúde Mental encaminhará anualmente, durante o mês de julho, à Corregedoria Geral da Justiça uma relação nominal dos médicos psiquiatras selecionados, com a indicação da Região Administrativa e dos Municípios em que cada um se propõe a servir e os demais dados pessoais necessários à nomeação pelo juiz do processo.

Artigo 3.º - A Secretaria da Saúde providenciará o pagamento das importâncias referidas no artigo 4.º do Decreto aludido, mediante requisição do Juiz, através de ofício que obedecerá modelo a ser fixado em Provimento do Corregedor Geral da Justiça, entregue ao próprio perito-relator que o remeterá ao órgão de finanças da Coordenadoria de Saúde Mental, sito à Rua da Consolação n.º 1.681/89, 4.º andar - CEP n.º 01301 - Capital.

§ 1.º - O ofício a que se refere o presente artigo será endereçado ao órgão de finanças da Coordenadoria de Saúde Mental, e deverá indicar, obrigatoriamente, além do número do processo, a qualificação do réu, o nome, R.G., CIC, CREMESP e o endereço do médico beneficiário do requisitório.

§ 2.º - O procedimento referido neste artigo será adotado, nas mesmas condições, para o pagamento dos exames realizados durante a vigência do Decreto n.º 9.867, de 3 de junho de 1977, e que ainda não tenha sido efetuado, nos termos do parágrafo único do artigo 7.º do Decreto n.º 11.627, de 23 de maio de 1978, mediante requisição por ofício, segundo modelo a ser fixado em Provimento do Corregedor Geral da Justiça.

Artigo 4.º - Fica revogada a Resolução SS n.º 26, de 28 de junho de 1977.

Artigo 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

DEGE 1

Proc. CG. N.º 49.917/78 - Capital - int.: Corregedoria Geral da Justiça.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral abaixo transcrito:

"Em atenção ao expediente de fls. 9/10, oficie-se, esclarecendo que: 1) Nos processos criminais, os interrogatórios e as audiências para colheita de prova de acusação, quando houver prova de defesa por produzir noutra oportunidade, devem ser computados como "audiências com instrução iniciada e não encerrada". Se não houver prova de defesa por produzir, os interrogatórios serão classificados nesta categoria, e as audiências de colheita de prova de acusação, como "audiências com instrução encerrada", ainda que, em caso de incidência do art. 499, do Código de Processo Penal, outras provas se definiram. 2. As cartas precatórias e de ordem não devem ser consideradas para efeito de cômputo de audiências, como não o devem ser as audiências destinadas exclusivamente para conciliação ou advertência. 3. As audiências de justificação, em processos cautelares, possessórios etc., devem ser classificadas como "audiências com instrução iniciada, mas não encerrada". 4. No tópico de "audiências redesignadas", devem ser computadas apenas as "adiadas".

Publique-se também durante 3 dias, em esclarecimento ao Ofício Circular 3.188. SP., 23-06-78.

(a) Antonio Cesar Peluso, Juiz de Direito Auxiliar.

D.O.J. 27-6-78

Rec. CG. 53/78 - Nova Granada - Int. Francisco Peres Rodrigues, Escrivão do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

1. Cuida-se de recurso interposto por Francisco Peres Rodrigues, Escrivão do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Nova Granada, contra decisão do MM. Juiz Corregedor Permanente, que indeferiu seu pedido de anexação, com fundamento no artigo 100 da Resolução n.º 1/71, à Serventia de que é titular, do Cartório do Registro de Imóveis, vago em virtude do falecimento do antigo Titular, ocorrido recentemente.

Com efeito, apresentada a postulação, desmereceu acolhida de parte do MM. Juiz Corregedor Permanente, a quem competia efetivamente apreciá-la (art. 88 da Resolução n.º 2176), invocando obstáculo vislumbrado no artigo 206 da Constituição Federal, alterado que foi pela Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977 (fls. 6 e vs.).

Insurge-se agora o recorrente, com fulcro no artigo 246 do Código Judiciário, do Estado (Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969), insistindo em que não estaria a almejar nomeação para a Serventia, que pretende ver anexada, bem assim que, enquanto não editada a lei complementar prometida pelo artigo 206, § 1.º, da Carta Magna, inexistiria óbice à concretização, no caso concreto, da medida alvitada, com esteio no artigo 100 da Resolução n.º 1/71 (fls. 10/11).

Passo a opinar.

2. O recurso é tempestivo (art. 246 do Código Judiciário do Estado).

Todavia, malgrado a respeitabilidade das razões ofertadas pelo recorrente, não merece prosperar o apelo.

Porque, com o advento da Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, a regra a ser seguida é a de que, ao se vagar qualquer serventia, das hoje consideradas não oficializadas, deverá aguardar, sem ocupação senão por interino ou por responsável pelo expediente, até que se concretize a prometida oficialização, ao sobrevir a lei complementar a que alude o § 1.º do

mandamento da Carta Magna (art. 206).

Não é por razão diversa que o § 2.º estatui no sentido de que "fica vedada, até a entrada em vigor da lei complementar a que alude o parágrafo anterior, qualquer nomeação em caráter efetivo para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos".

Ora, dir-se-á, na espécie não se cuida de nomeação, senão que de uma alvitrada anexação, de uma serventia a outra, já ocupada em caráter efetivo pelo recorrente.

Mas essa diferença não altera o deslinde a ser outorgado à pendência, porque, substancialmente, o que pretendeu o constituinte foi, respeitando a situação de que gozavam os "atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo" (art. 206), impedir que o preenchimento de serventias que viessem a se tornar vagas, antes do advento da lei complementar prometida pelo § 1.º, pudesse postergar a progressiva oficialização das serventias, erigida em princípio com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 7.

Destarte, assim como se não admite nomeação, inadmitir-se-á igualmente a pretendida anexação, que, à guisa de imagem, pode ser entrevista como uma maneira de se obter provimento às avessas, deslocando-se uma serventia vaga para onde já existe um titular efetivo, porém dotado de limites menores pela ressalva constitucional de seus direitos.

Tenho, pois, que está correta e adequada ao princípio que rege a matéria, a R. decisão recorrida, ao desacolher a postulação do recorrente, indiscutivelmente conflitante com os fins colimados pela reforma implantada a partir da Emenda Constitucional n.º 7.

3. Pelo não provimento do recurso, pois, é o parecer que, respeitosamente, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 6 de junho de 1978.

(a) Hélio Quaglia Barbosa, Juiz Auxiliar

No regime federativo que vige no Brasil, não obstante as mutilações que vem recebendo decorrentes da excessiva ação centralizadora da União Federal, compete aos Estados a organização e a disciplina dos seus serviços, obedecidos os preceitos previstos no artigo 13 da Constituição Federal.

E o § 1.º de dito dispositivo constitucional é expresso no sentido de que "Aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedados por esta Constituição".

No assunto atinente ao caso que se discute neste processo, o Estado de São Paulo, no gozo das regalias constitucionais, deliberou, por intermédio do Tribunal de Justiça, que as comarcas de primeira entrância passariam a ter dois ofícios de justiça, ao invés de três (art. 100 da Resolução n.º 1).

E o parágrafo único dispôs que a implantação desse regime novo ocorreria com a vacância das atuais serventias.

No caso dos autos, ocorreu a vacância dos cargos do 2.º Ofício de Justiça e do Ofício de Registro de Imóveis, restando somente o titular do 1.º Ofício.

Surge, então, o problema relacionado com o artigo 206, parágrafo único, da Constituição Federal, que veda, até a entrada em vigor de lei complementar disciplinando a oficialização dos cartórios, qualquer nomeação em caráter efetivo para as serventias não remuneradas pelo poder público.

O magistrado de primeira instância e o douto parecer de fls. concluem pela vedação constitucional à implantação da redução dos cartórios.

Com a devida vênia, tenho em que não há óbice à implantação do regime implantado pela Resolução n.º 1. Não cabe à União Federal determinar o número de cartórios que cada comarca do Estado comporta; menos ainda disciplinar a competência de cada um deles.

Somente o Estado tem competência legislativa a respeito.

Ora, se o Estado deliberou manter somente dois ofícios de justiça em cada comarca de primeira entrância, ficando um deles com o serviço de tabelionato e anexos e o outro com o serviço de registro de imóveis e anexos, segue-se que nada impede que, ocorrendo a oportunidade prevista em lei, qual seja a vacância de dois deles, seja implantado o regime previsto em lei.

Se assim não se entender, chegar-se-á à conclusão de que à União compete também disciplinar o número de cartórios de cada comarca dos Estados e a competência de cada um.

Além do mais, o próprio artigo 206 da Constituição Federal ressaltou "a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo", pelo que o recorrente tem o direito de exigir o cumprimento da lei que lhe assegura, em caso de vacância dos demais cartórios, a implantação do regime novo, ou seja, a anexação, ao Cartório do 1.º Ofício de Justiça, de que é

titular, do Cartório do Registro de Imóveis, que se acha vago.

Por via de consequência, ao Cartório do 2.º Ofício de Justiça, que se acha vago, caberá o tabelionato.

Os cartórios remanescentes, que se encontram vagos, continuam providos interinamente, até que a matéria seja disciplinada por lei.

A serventia concernente ao Registro de Imóveis e anexos deixou de existir com a vacância de seu titular, segundo dispôs a legislação estadual; desapareceu com a obrigatoriedade de sua anexação ao Cartório do 1.º Ofício, pelo que não está sendo provida.

Por todo o exposto, dou provimento ao recurso para determinar a implantação do sistema previsto no artigo 100 da Resolução n.º 1.

São Paulo, 29 de junho de 1978.

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

Proc. CG 49.734/78 - Serra Negra - Int.: Juiz de Direito de Serra Negra.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

Cláudio Fioranti, Oficial do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Serra Negra consulta esta Corregedoria Geral como proceder para a tirada do protesto, se dentro de três dias úteis da apresentação do título ou se dentro de três dias após a intimação do devedor.

A dúvida originou no fato de o Diário Oficial da Justiça do dia 18 de abril do corrente ano ter publicado os termos de Correição Geral da Comarca de Osasco, constando deste a recomendação de que o tríduo legal para tirada do protesto conta-se da apresentação do título, quando já era orientação desta Corregedoria a de que o protesto é tirado após a respectiva intimação.

A consulta é procedente e merece apreciação de Vossa Excelência.

Realmente foi publicado com certa dubiedade os termos da Correição Geral procedida na Comarca de Osasco no tocante ao tópico do prazo para tirada do protesto.

O que se quis dizer e pretendeu orientar naquela Comarca é que o prazo para a tirada do protesto é de três dias úteis contados da apresentação e no caso de a intimação não se ter feito neste entretempo, prorroga-se o termo final do prazo.

É que se deixou de consignar, considerando desnecessário, que o prazo é realmente de três dias úteis contados da apresentação, mas quando a intimação do devedor não se faz neste entretempo, prorroga-se termo final do prazo, para que assim realizada a intimação, no mesmo dia se lavre o protesto.

É esta a orientação dada pela Corregedoria Geral da Justiça e, inclusive, por Vossa Excelência em todas as demais Comarcas do Estado.

A falta de intimação do devedor prorroga, enquanto dure, o "dies ad quem" desse tríduo. O prazo continua sendo o de três dias úteis, contados da apresentação do título em Cartório, mas o último dia é prorrogado até que se aperfeiçoe a intimação.

Aliás existe parecer normativo neste sentido orientando todos os Cartórios de Protestos, aprovado pelo então Corregedor Geral Dr. Acácio Rebouças.

Em brilhante parecer da lavra do ilustre colega Dr. Francisco de Paula Sena Rebouças fundamenta-se:

"Basta considerar que o instrumento do protesto deve conter a certidão da intimação do devedor (ou as substitutivas, de ausência e edital, para a conclusão necessária de que a intimação do devedor é pressuposto do ato a ser praticado. Em outras palavras, ainda que se marque o "dies-a-quo" naquele da entrega do título ao Tabelião, há uma condição que deve ocorrer, nesse interregno entre a recepção do título e o terceiro dia do prazo, que é a intimação do devedor (intimação real ou ficta), sem o que, não havendo como certificá-la, o ato não se pratica, a despeito de correrem três ou mais, dias úteis". (Rec. CG. 75/77).

Entendo, pois deva ser mantida esta orientação, traçando-a, definitivamente como norma geral.

À consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 28 de junho de 1978.

(a) José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar

Aprovo. I.SP 30-6-78

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

Rec. CG. 54178 - Jaboticabal - Int.: Giudice dos Santos, Escrivão do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1.º Subdistrito da sede.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

Singelamente a questão ora suscitada se propõe em saber se a aposentadoria prevista no artigo 20, inciso III, da Lei 10.393, de 16 de dezembro de 1970, acarreta a vacância definitiva da serventia e sua correspondente extinção, nos termos do artigo 93 da Resolução n.º 2/76, do Tribunal de Justiça do Estado.

O artigo 20 da Lei 10.393/70 dispõe que o segurado poderá aposentar-se, desde que preencha uma destas condições e dentre elas menciona no item III a "invalidez para o desempenho das funções".

Dá-se a aposentadoria por invalidez quando o segurado sofrer qualquer lesão de órgão ou perturbação de função que reduza de mais de 2/3, por prazo superior a um ano, a capacidade para o exercício de suas atribuições, comprovada em laudo elaborado por três médicas do Instituto de Previdência, ou por este indicados (art. 22).

O aposentado nestas condições deverá, de dois em dois anos, ou quando lhe for exigido, submeter-se a exame médico para que se examine suas condições físicas e mentais e se conclua sobre a possibilidade ou não de seu retorno às próprias funções (art. 22, § 1.º e art. 30).

Dada a peculiaridade deste afastamento e denominá-lo a lei de aposentadoria com possibilidade de retorno ao serviço, logrou-se chamá-lo de aposentadoria provisória.

Acarreta esta aposentadoria a vacância do cargo como previsto no artigo 86 da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado)?

A resposta é pela negativa.

O que ocorre, em verdade, é uma licença por motivo de saúde, dada a impossibilidade para o exercício do cargo, por prazo até 4 anos, findos os quais o funcionário é definitivamente aposentado. É uma assemelhação ao que se prevê no artigo 191 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, com a diferença de que os provectos são pagos, aqui, pela Carteira de Previdência das Serventias não oficializadas da Justiça do Estado.

Enquanto não ocorrer a aposentadoria definitiva do segurado a serventia não pode ser considerada definitivamente vaga, uma vez que persiste a possibilidade do retorno do interessado às suas funções, caso cesse a invalidez, no período dos quatro anos subsequentes. É o que dispõe, claramente, o artigo 30 da Lei 10.393/70: "A serventia vaga em razão de invalidez de seu titular, será provida interinamente durante os quatro anos subsequentes à aposentadoria deste, para que o Serventuário possa retomar às suas funções, se neste período cessar a invalidez".

O escrivão Washington Martins Pinheiro, titular do Cartório do Distribuidor e Anexos da Comarca de Jaboticabal foi aposentado provisoriamente em 28 de agosto de 1974 e até agora sua aposentadoria não foi transformada em definitiva.

Dever-se-á, pois, aguardar este último ato para que se possa aplicar o artigo 93 da Resolução n.º 2/76, considerando extinta a serventia e o cargo correspondente.

São estas as considerações que considero oportunas, e devam ser apresentadas a Vossa Excelência, para que se dirimam as dúvidas oriundas deste expediente.

São Paulo, 28 de junho de 1978.

(a) José de Mello Junqueira, Juiz Auxiliar

Aprovo o parecer. I.SP. 30-6-78

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

Proc. CG. 49.672/78 - Capital - Int.: Ministério do Trabalho (Conselho Regional de Técnicos de Administração - 8.ª Região São Paulo.

O Exmo. Sr. Corregedor Geral Recomenda aos Oficiais dos Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas que, para o registro de atos constitutivos ou de alteração de sociedade, cujo objetivo envolva atividades próprias da profissão de Técnico de Administração, se observe o artigo 12 do Decreto n.º 61.934, de 22 de dezembro de 1967.

A Corregedoria Geral da Justiça para ciência dos MM. Juízes transcreve o ofício protocolado no DEGE sob o

n.º 16.970178

Processo CG n.º 40.043/74:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. 0895 - 178178 - GPC

Em 30 de junho de 1978

Do: Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo

Ao: Desembargador-Corregedor do Tribunal da Justiça de São Paulo

Assunto: Dívida Ativa da União - Guia de Recolhimento.

Meritíssimo Desembargador.

Com o presente, tenho a honra de encaminhar a V. Excia. cópia da Portaria n.º 158 de 8 de junho de 1978, do Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicada no D.O.U. do dia 13 seguinte, que aprovou o modelo do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF - Guia de Recolhimento de Dívida Ativa da União.

O novo documento, em 5 (cinco) vias, deverá ser utilizado pelos cartórios dos egrégios Juízes de Direito das Comarcas do Interior do Estado e o recolhimento da Dívida Ativa da União poderá ser feito em qualquer Agência da rede bancária autorizada a receber receitas federais.

Solicitando se digne de determinar seja dado conhecimento da referida Portaria aos Meritíssimos Senhores Juízes de Direito, aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de alto apreço e de distinta consideração.

(a) Antônio Celso de Oliveira Carvalho, Procurador-Chefe.

Exmo. Sr.

Dr. Humberto de Andrade Junqueira

DD. Desembargador-Corregedor do Tribunal da Justiça

Palácio da Justiça

CAPITAL

Portaria n.º 158 de 8 de junho de 1978

(Publ. no D.O.U. de 13-6-78, pag. 8.823)

O Procurador Geral da Fazenda Nacional, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 25, inciso III, do Decreto n.º 63.335, de 30 de setembro de 1968, combinado com o artigo 22, inciso IV, letra "a", da Portaria n.º 486, de 6 de setembro de 1977, do Senhor Ministro da Fazenda, resolve:

I - Fica aprovado o modelo Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF - Guia de Recolhimento de Dívida Ativa da União, constante do Anexo A.

II - O modelo de que trata o item anterior será utilizado nos recolhimentos da Dívida Ativa da União que se efetuarem perante:

a) a Procuradoria da Fazenda Nacional, nos casos de:

1. débito inscrito como Dívida Ativa da União e não ajuizado, pago de uma só vez;

2. débito inscrito como Dívida Ativa da União, objeto de concessão de parcelamento;

b) O Juízo de Direito de Comarca do Interior dos Estados da Federação e dos Territórios Federais.

III - O modelo de que trata esta Portaria não se aplicará aos recolhimentos de Dívida Ativa da União em fase de cobrança executiva nas Varas da Justiça Federal.

IV - O recolhimento de Dívida Ativa da União de que trata o item II desta Portaria será efetuado através de qualquer agência da rede bancária autorizada a receber receitas federais.

V - A Guia de Recolhimento de Dívida Ativa da União será preenchida, conforme o caso, em quatro (4) ou cinco (5) vias, as quais serão autenticadas pela agência bancária arrecadadora; a primeira e a terceira vias terão distribuição idêntica a dos demais documentos de arrecadação de receitas federais. No caso do item II, letra "a", preenchidas quatro (4) vias, as segunda e quarta serão restituídas ao devedor que entregará a última ao órgão competente da Procuradoria da Fazenda Nacional. No caso do item II, letra "b", preenchidas cinco (5) vias, as segunda, quarta e quinta serão restituídas ao devedor que entregará a quarta ao órgão competente da Procuradoria da Fazenda Nacional e a última ao Juízo de Direito da Comarca.

VI - O disposto em portarias ministeriais e nas normas de execução e instruções normativas da Secretaria da Receita Federal, regulando a arrecadação de receitas federais, através da rede bancária, bem como a autenticação dos documentos de arrecadação, será aplicado a Guia de Recolhimento de Dívida Ativa da União, de que trata esta Portaria.

VII - A impressão do modelo, ora aprovado, estará sujeita ao disposto no item 6 da Instrução Normativa n.º 37, de 29 de outubro de 1974, da Secretaria de Receita Federal.

(7 e 8/7)

VIII - O preenchimento do modelo, ora aprovado, obedecerá às instruções constantes dos Anexos B e C.

IX - A Procuradoria da Fazenda Nacional deverá fazer observar, quanto ao preenchimento do campo 18 do formulário, "N.º Inscrição da Dívida Ativa da União", as instruções constantes dos Anexos D e E.

X - Revogadas as Portarias n.º 125, de 28 de setembro de 1972, e n.º 13, de 5 de fevereiro de 1975, e demais disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor em 3 de julho de 1978.

(a) Francisco Neves Dornelles

Despacho: Providencie-se.

São Paulo, 3 de julho de 1978.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira

ANEXO B

Instruções anexas à Portaria n.º , de de de 1978, para preenchimento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF - Guia de Recolhimento de Dívida Ativa da União.

I - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Número de vias a serem preenchidas: 4 (quatro) ou 5 (cinco), conforme o caso.

2. Número de vias a serem devolvidas ao devedor após a quitação:

2 (duas), quando o recolhimento da Dívida Ativa da União se efetuar perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, nos casos de:

a) débito inscrito como Dívida Ativa da União e não ajuizado, pago de uma só vez;

b) débito inscrito como Dívida da União, objeto de concessão de parcelamento.

3 (três) vias, quando o recolhimento da Dívida Ativa da União se efetuar perante o Juízo de Direito de Comarca do interior dos Estados da Federação e dos Territórios Federais.

O devedor entregará a quarta via à Procuradoria da Fazenda Nacional e quando for o caso, a quinta ao Juízo da Comarca.

3. Forma de preenchimento:

Datilografado ou manuscrito em letra de forma, sem emendas ou rasuras, utilizando-se papel carbono.

4. Recolhimento:

Será feito através de qualquer agência da rede bancária autorizada a receber receitas federais.

5. Observação:

Em caso de dúvida, consultar o órgão local da Procuradoria da Fazenda Nacional ou da Secretaria da Receita Federal.

II - PREENCHIMENTO

Campo do DARF O QUE DEVE CONTER

01 Preencher com o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou no Cadastro de Pessoa Física - CPF, podendo o número ser apostado por meio de carimbo, datilografado ou manuscrito.

02 Não preencher.

03 Preencher com a data prevista para o pagamento, indicando dia, mês e ano. Exemplo: 09.08.78.

04 Não preencher.

05 a 12 Preencher com os dados Identificadores do devedor, inclusive sobre o espaço hachurado.

13 Preencher com a dezena do ano do processo administrativo.
Exemplo: 75.

14 Não preencher.

15 Preencher somente em se tratando de parcelamento, com 6 algarismos, sendo 3 a 3, separados por barra, indicando os primeiros o número da parcela recolhida e os últimos, o total de parcelas previstas.

16 Preencher com um dos seguintes números, conforme a modalidade do recolhimento:

17 Em caso de parcelamento: n.º 1.

18 Em caso de recolhimento em um só pagamento: n.º 3.

19 Preencher com o número do processo administrativo. Exemplo: 0168-01274. Vide Campo 13.

20, 23, Preencher com o número de inscrição da Dívida Ativa da União, de acordo com os

Anexos D e E.

- 26, 32, Anexo C. Preencher com a especificação da receita, conforme discriminado no Anexo C.
- 21, 24, Preencher com os códigos relativos a cada receita, previstos no Anexo C.
- 27, 33. Preencher com os valores em cruzeiros, inclusive centavos, Correspondentes às receitas recolhidas.
- 29 Preencher com o resultado da soma dos valores dos campos 21, 24, 27 e 33.
- 30 Não preencher.
- 31 A Preencher com o resultado da soma dos valores dos campos 21, 24 e 27.
- 31 B Preencher com o valor percentual de 20%, quando se aplicar o Decreto-lei n.º 1025/69, e de 10%, no caso do Decreto-lei n.º 1569/77.
- 31 e Preencher com o valor do cálculo efetuado, resultante da aplicação do percentual indicado em 31 B sobre o valor constante em 31 A.
- 31 D Preencher com o nome da Seção Judiciária ou da Comarca por onde tramita o processo de cobrança do débito.
- 31 E Preencher com a identificação da Vara por onde tramita o processo Judicial, quando for o caso.
- 31 F Preencher com o número do proc.: judicial de execução e a respectiva dezena do ano. Após o preenchimento, o funcionário deverá datar e assinar o documento, que será visado pela autoridade competente.

(7 e 8/7)

ANEXO C

Códigos de Receita				Códigos
Especificação da Receita				
Receita multa e/ou juros		Correção Monetária		
Imposto de Importação	3527	9697		9988
Imposto de Renda:				
Pessoa Física	3543	9005		9523
Pessoa Jurídica	3551	9021		9540
Arrecadado na Fonte	3560	9902		9929
Imposto sobre Produtos Industrializados		3578	9048	9566
Imposto único sobre Minerais	3586	9822		9970
outros impostos		3615	9515	9179
Multas CLT	3623	-		9890
Outras Cobranças	3640	9515		9179
Custas Judiciais		1513	-	-
Encargo do Dec.-Lei n.º 1025/69 ou Dec.-Lei n.º 1569/77 (10%):				
Recolhimento efetuado perante a Justiça Federal		9610	-	-
Recolhimento efetuado perante a Justiça Estadual		7026	-	-
Recolhimento efetuado perante a Procuradoria da Fazenda Nacional	7034	-		-

ANEXO D

INSTRUÇÕES ANEXAS À PORTARIA PGFN N.º DE
PARA PREENCHIMENTO DO CAMPO N.º 18 "N.º INSCRIÇÃO
NA DÍVIDA ATIVA"

Essa informação poderá assumir uma das características:

1.1 Para as dívidas, que já tenham recebido o número de inscrição gerado Pelo processamento eletrônico, a estrutura será a seguinte:

XX X XX XXX XXX XX

Dígitos de controle

Número da folha

Número do livro

Ano

Série: IR/A - 1

IR/B - 2

IPI - 3

TD - 4

CLT - 5

DO - 6

Unidade da Federação

1.2 Para as demais inscrições de Dívida Ativa, será especificado um número com as seguintes características:

XX X XX XXX

Número da inscrição (somente algarismos)

Ano

Série: IR/A - 1

IR/13 - 2

IPI - 3

TD - 4

CLT - 5

DO - 6

Unidade da Federação

(7 e 8/7)

ANEXO E

Unidades da Federação

TABELA

Unidades da Federação Siglas Códigos

DISTRITO FEDERAL	DF	01
ACRE	AC	02
ALAGOAS	AL	03
AMAZONAS	AM	04
BAHIA	BA	05
CEARÁ	CE	06
ESPÍRITO SANTO	ES	07
GOIÁS	GO	08
MARANHÃO	MA	09
MATO GROSSO	MT	10
MATO GROSSO DO SUL	MS	11
MINAS GERAIS	MG	12
PARÁ	PA	13
PARAÍBA	PB	14
PARANÁ	PR	15
PERNAMBUCO	PE	16
PIAUÍ	PI	17
RIO GRANDE DO NORTE	RN	18
RIO GRANDE DO SUL	RS	19
RIO DE JANEIRO	RJ	20
SANTA CATARINA	SC	21
SÃO PAULO	SP	22
SERGIPE	SE	23
AMAPÁ	AP	24
FERNANDO DE NORONHA	FN	25
RONDÔNIA	RO	26
RORAIMA	RR	27

A Corregedoria Geral da Justiça para ciência dos MM. Juízes do Estado transcreve o ofício

protocolado no DEGE sob n.º 17.837/78:
ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DE

CGJ n.º Of. Circular n.º 6178
Manaus, 16 de junho de 1978

Senhor Desembargador Corregedor:

Pelo presente, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência a fim de solicitar os seus bons ofícios para determinar a todos os Juízes de Direito das Comarcas desse Estado, que ao enviarem Cartas Precatórias às Varas deste Estado, o façam com as despesas de Correio, para a devolução, devidamente pagas, em face de os Cartórios, em especial os criminais, reterem as Cartas Precatórias às vezes até cumpridas, ocasionando sérios entraves ao bom andamento da Justiça, por falta de verba para esse fim.

Esta solicitação visa a um maior rendimento nos trabalhos, destes Cartórios.

Renovo os meus protestos de alta estima e distinguida consideração.

Cordiais saudações

(a) Desembargador Joaquim Paulino Gomes, Corregedor Geral de Justiça
Excelentíssimo Senhor
Desembargador Corregedor Geral da Justiça de São Paulo
São Paulo
D.O.J. 25-7-78

COMUNICADO

O Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, por despacho proferido no Processo G-21.005/78, recomenda aos Ofícios de Justiça para que observem os dispositivos do artigo 515 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral, no sentido de que todos os termos de movimentação do processo, principalmente o de conclusão, deverão ser datados e preenchidos com os nomes dos Juízes que respondem pela Vara naquele dia, lançando-se a carga no respectivo livro, Provimento do E. Conselho Superior da Magistratura n.º XXXI/67, e caso sejam os autos devolvidos sem despacho ou sentença, deverão os Srs. Escrivães consignar por certidão e de imediato nova conclusão e assim sucessivamente caso se repitam as devoluções.
D.O.J. 25-5-78

PROVIMENTO N.º 8/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de conciliar o caráter sigiloso dos atos notariais com a pretensão, manifestada pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, à ciência de disposições testamentárias que a favoreçam;

Considerando, ainda, que a obrigatoriedade de comunicação, determinada no Provimento CG 10/77, tem motivado incidentes semelhantes ao do Processo CG-48.942, resultantes da inconformidade do testador com a publicidade exigida, e

Considerando que, em tal assunto, deve prevalecer a vontade do testador, mesmo porque o testamento é revogável a qualquer tempo,

Determina:

Artigo 1.º - Quando lavrarem escrituras públicas de testamento, que contenham disposições favoráveis a associações de caráter beneficente, os Tabeliães deverão consultar o testador sobre a conveniência de o comunicarem, por escrito, à entidade ou entidades favorecidas.

Parágrafo único - Idêntica consulta será formulada nas hipóteses de escritura pública de revogação de testamentos ou de cláusulas testamentárias favoráveis àquelas associações.

Artigo 2.º - As comunicações desejadas limitar-se-ão ao nome do testador e à data, número do livro e folhas da escritura pública de testamento ou de revogação.

Artigo 3.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Provimento CG 10/77.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 25 de julho de 1978.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

Proc. CG. N.º 49.822178 - Capital - Int.: Corregedoria Geral da Justiça.
PARECER NORMATIVO 2/78

Cuida-se de consultas formuladas por Juízos Corregedores Permanentes, acerca de questões nascidas da vigência da Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que, regulamentando o artigo 175, § 1.º, da Constituição Federal, com a redação introduzida da Emenda Constitucional n.º 9, de 28 de junho de 1977, disciplina dissolução da sociedade conjugal e do casamento. As indagações são especificadas e, conclusivamente, apreciadas em cada tópico deste parecer.

I - Da Formalização da Escolha do Regime de Comunhão Universal

1. Em consequência da vigente redação do artigo 258, "caput", do Código Civil, imposta pela invocada Lei 6.515 (art. 50, inc. 7), que, neste passo, instituiu o da comunhão parcial como regime comum de bens entre os cônjuges, o que se perquire é se a convenção do regime de comunhão universal quadraria mera declaração de vontade dos nubentes, externada no procedimento de habilitação e transcrita no assento, como forma substitutiva de escritura pública.

Negativa a resposta.

2. Conquanto manifestas as vantagens decorrentes da admissibilidade da forma sugerida para expressão da declaração de vontade, enquanto equívale a opção reduzida a termo no procedimento de habilitação matrimonial, como o alvitra o Projeto do Código Civil, em trâmite no Congresso Nacional (Projeto de Lei n.º 634, de 1975, art. 1.695, § único), sobretudo quando os nubentes careçam de patrimônio por arrolar, estamos em que não a autorizam os textos legais vigentes. Há mister de provisão legislativa.

Em primeiro lugar, com efeito, permanecem incólumes as disposições dos arts. 134, I, e 256, § único, I, do Código Civil, que condicionam a validade absoluta das convenções ou pactos antenupciais à formalização por escritura pública. Trata-se de princípio consagrado de nossa tradição jurídica (cf. Lobão, "Notas a Mello", Livro II, Título IX; Teixeira de Freitas, "Consolidação das Leis Civis", RJ, B. L. Garnier, 3.ª ed., 1876, art. 76 e nota 17 ao artigo 88, pág. 96; Coelho Rodrigues, "Projeto", artigo 1.877, § 5.º, e Carlos Carvalho, "Nova Consolidação", artigo 1.418, § 4.º Cf. ainda, quanto ao falecido contrato esponsalício, a lei de 6 de outubro de 1784). A preocupação de inequivocidade dessa exigência pode mensurada pela edição do Decreto Legislativo 3.725, de 15 de janeiro de 1919, que, dentre outros, no artigo 134, do Código Civil, alterou "instrumento público" por "escritura pública". Clareza maior não fora possível!

Induvidoso, portanto, que não resiste à crítica, nenhuma tentativa de dilatar o sentido da expressão, sabidamente espécie do gênero "Instrumento Público", por abranger os assentos ou registros exarados por oficial público, segundo suas atribuições e com as formalidades legais, nos livros dotados de fé pública. Escritura pública é apenas o escrito lavrado por tabelião em seus livros de nota (cf. Pereira e Souza, "Primeiras Linhas sobre o Processo Civil", RJ, Typ. Perseverança, 1879, tomo I, pág. 233, § CCXXXIV, 3, e nota 486, de Teixeira de Freitas; Paula Baptista, "Compendio de Theoria e Prática do Processo Civil" A. M. Teixeira, 7.ª ed., 1910, pág. 130, § 143; João Monteiro, "Programa do Curso de Processo Civil", SP, Typ. Acadêmica, 5.ª ed., 1936, pág. 379, § 134, e Antônio Ferreira Coelho, "Código Civil dos EU do Brasil Comparado, Commentado e Analysado", RJ, Off. Graph. do Jornal do Brasil, 1927, vol. IX, pág. 79, n.º 43, e pág. 94, n.º 51).

Consistente ou não, o fundamento de tão severa formalidade está em que, envolvendo relações econômicas de tomo, com reflexos sobre terceiros, a avença demanda a firmeza e a solenidade da escritura (cf. Clóvis, "Código Civil Comentado" RJ, Francisco Alves, 12.ª ed. at. vol. II, pág. 126, obs. 3 ao art. 256; Teixeira de Freitas, op. e loc. cit., e Cândido de Oliveira, "Manual do Código Civil Brasileiro", de Paulo de Lacerda, "Do Direito de Família", RI, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918, vol. V, pág. 143).

A subsistência, já de si inconcussa, desse requisito de consumação válida do pacto antenupcial pode inferida, ao depois, à mera adequação ao disposto no art. 195, VII, do Código Civil, ao

regime comum introduzido. A persistente necessidade de menção das circunstâncias individuantes da escritura (art. 50, inc. 4) confirma a expressividade daquele princípio legal.

3. O que desponta manifesto, ao ensejo, é a conveniência de os Oficiais do Registro Civil advertirem os nubentes da transformação processada. Grande parcela da população, principalmente de condição mais humilde, não se deu conta ainda da grave inversão operada, que violentou orientação tradicional de nosso ordenamento jurídico.

Seria, destarte, de recomendar aos MM. Juízes Corregedores Permanentes que fizessem observar a oportunidade dessa advertência, inclusive através de avisos escritos no interior dos Cartórios.

II - Do Registro da Sentença de Divórcio

4. Considerando o teor dos artigos 32 e 50, da Lei 6.515/77, a segunda consulta indaga se a sentença de divórcio deve ser registrada no Livro "E", existente nos Cartórios do 1.º Ofício ou da 1.ª subdivisão judiciária, em cada comarca, com remissões recíprocas ou comunicação (arts. 33, § único, e 106, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), ou deve apenas averbada à margem do assento matrimonial respectivo (arts. 29, § 1.º, e 100, "ex analogia").

Deve tão-só averbada, é a resposta.

5. As objeções ordinárias a essa resposta cifram-se na natureza do ato homologado ou decretado pela sentença e na literalidade daqueles cânones da Lei sobrevinda (cf. Gastão de Moura Maia Filho, "O Registro da Sentença de Divórcio").

Argumenta-se, na verdade, que a distinção técnica entre "registro", tomado na acepção de espécie de atos registrários, e "averbação", advém de o primeiro ordenar-se à exaração dos fatos e atos jurídicos básicos do estado civil, enquanto o segundo se predispõe à consignação de suas mutações jurídicas e, como tal, é acessório ou acidente do primeiro. O asserto é procedente, mas, provando muito, nada prova.

O divórcio não pode comparado a nenhum desses fatos ou atos jurídicos fundamentais e especificados no

art. 29, "caput", da Lei de Registros Públicos. Se afinidade apresenta, apresenta-a com a declaração de nulidade e decretação de anulabilidade do casamento e, de certo modo com a homologação ou decretação da separação judicial, enquanto modos de desconstituição, ou reconhecimento de desvalia do matrimônio e da terminação sociedade conjugal. Não é preciso insistir. Assim estes como aquele pressupõem ato básico ou capital do estado civil, que é o casamento, do qual representam circunstâncias acidentais supervenientes, que, em coerência com a distinção enunciada, devem merecer tratamento jurídico idêntico, ao nível dos registros públicos.

Da distinção, pois, não se tira argumento contrário à resposta.

6. Nem do segundo vem coisa melhor.

Seria ocioso relembrar que, no açodamento legisferante a que se assiste de uns tempos a esta parte, se não guarda precisão técnica na redação das leis. Para não ir longe, basta examinar a ausência de organicidade de que padece a própria Lei 6.515/77 e as dúvidas que, alimentadas de dicções menos rigorosas, têm sido praceadas da doutrina. Não estranha, portanto, descobrir-lhe carência ou deficiência de propriedade terminológica, em assunto em que esta é essencial por extremar procedimentos técnicos, como os dos registros Públicos. Desse reparo, aliás, nem se salva o Código Civil (cf. Serpa Lopes, "Tratado dos Registros Públicos", RJ, Freitas Bastos, 5.ª ed., 1962, vol. I, págs. 27 e 28, n.º 7).

Ora, a uma, a palavra "registro" não tem apenas o sentido de ato-espécie. Acaciano seria tentar demonstrar que lhe convém o conceito de ato-gênero, de que "averbação", "inscrição", "transcrição" e "registro" são espécies, como é correntio na própria Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Não caberia, portanto as duas, desprezar aquele significado primitivo de menção genérica de fatos ou atos, enquanto termo conveniente a todas as espécies conceituais; de registro público, para entrever, nos precitados; arts. 32 e 50, preocupação de uso rigoroso dos verbos "registrar" e "inscrever". Os textos aprovados não guardaram, nesse ponto, a precisão técnica observada noutros projetos, como a da Emenda n.º 1, de autoria do ilustre Juiz Yussef Cahali, por mãos do deputado Cleverson Teixeira (art. 2.º, que distingue entre registro e averbação, impondo esta à sentença de divórcio). Do absurdo de outro entendimento, dizem-no a equivalência analógica entre a desconstituição do matrimônio por via de sentença anulatória, que se averba, e por via de divórcio, que se sustenta devesse inscrita, e o embaraço em que se meteria o intérprete diante da nova redação do artigo 12, I, do Código Civil.

Do primeiro ponto, já se discorreu. Do segundo, fosse verdadeiro o argumento, ter-se-ia de admitir que também as separações judiciais, novo rótulo dos desquites, deixaram de ser averbadas, porque incluídas entre os fatos e atos que o artigo 12, I, do Código Civil, na redação atual, determina sejam inscritos! ... Por realçar a incongruência, nem se faria mister recorrer ao art. 47, da mesma Lei 6.515/1977, que conserva o comando de averbação das sentenças do antigo desquite, ou separação judicial! Esse cânone, ao propósito, não tem outro alcance senão o de disciplinar a produção da prova da ocorrência do desquite ou da separação judicial que se busque converter em divórcio.

Como se percebe, seria perigoso, não fosse despropósito, ceder à tentação de entender "registro", em acepção estrita de ato-espécie, onde se lê registrar ou inscrever! Bem por isto, a doutrina acentua que, de ambas as disposições comentadas, o que se há de dessumir é o cabimento de averbação (cf. Sílvia Rodrigues, "O Divórcio e a Lei que o Regulamenta", SP, Saraiva, 1978, págs. 160 e 208, e Limongi França, "A Lei do Divórcio Comentada e Documentada", SP, Saraiva, 1978, págs. 125, 126 e 169).

7. A Lei não criou novo livro.

Não se passa, entretanto, desse fato à conclusão, ofensiva às inconfutáveis razões anteriores, de que as sentenças de divórcio serão registradas no livro "E". Do contexto da Lei, não se extrai nenhum indício ou circunstância que estimule descoberta de tão sensível intenção legislativa. Fora não exergar a pobreza técnica de que se reveste, desaguar em tão esforçada conclusão. Se se não descobre nem intui motivo bastante a esse registro autônomo, com remissões recíprocas ou comunicações indispensáveis, providência que nada adiantaria a segurança e publicidade da menção do divórcio, não há elucubrário-lo por mera desafeição para com a tendência de simetria. Esta não é gratuita, mas recurso simplificador do espírito humano, que, em tema jurídico, informa os procedimentos analógicos.

Naquele livro cabe apenas a inscrição dos atos, concernentes ao estado civil, que não podem ser inseridos sob registros; e averbações, nos outros livros. E já se viu que, enquanto mutação objetiva do conteúdo do assento matrimonial, assemelhado à nulidade e anulação do casamento e à separação judicial, o divórcio postula e justifica averbação.

De tudo, a resposta de que as sentenças de divórcio merecem tão-só averbadas à margem do registro de casamento.

III - Das Custas da Ação e da Averbação

5. A terceira questão entende com o cálculo das custas, emolumentos e contribuições, devidos pela distribuição e processamento das ações de divórcio e pela prática de averbação das sentenças respectivas.

Como corolário da exposição, em que se assentou a afinidade entre essas sentenças e as de decretação e homologação de separação judicial ou desquite, a analogia responde à consulta. Tratando-se de lacuna legal, pois as hipóteses não estão previstas na Tabela aprovada pelo Decreto estadual 9.555, de 4 de março de 1977, supre-a a analogia (art. 4.º, da Lei de Introdução ao Código Civil). A distribuição e processamento de ações e pedidos consensuais de divórcio e as averbações das sentenças respectivas suportarão as custas, emolumentos e contribuições, estatuídos para a distribuição e processamento de ações e pedidos consensuais de desquite ou separação judicial e averbações das sentenças correlatas, até que sobrevenha Tabela que os contemple.

Não se professa analogia com os casos de nulidade e anulação de casamento, com que o divórcio mantém vínculo mais estreito de parentesco ou aproximação ideológicos, porquanto aqueles não comportam concretização mediante procedimento de jurisdição voluntária e, assim, não autorizam integração analógica para as hipóteses de divórcio consensual ou amigável.

Seria, por fim, oportuno relevar que já se encontra em mãos da Secretaria da Justiça, para exame e encaminhamento, nova Tabela de custas, elaborada por esta E. Corregedoria Geral da Justiça e onde se regulamentam esses casos omissos.

9. É o parecer que submetemos à alta apreciação de Vossa Excelência, propondo que, eventualmente aprovado, se lhe outorgue caráter normativo, publicando-se, no Diário da Justiça, por três dias.

São Paulo, 17 de julho de 1978.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar.

Aprovo o parecer. Expeça-se publicação. S.P., 24-07-78.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 7/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e
Considerando a necessidade de adequar a distribuição, apontamentos e lavratura de protestos, às exigências do artigo 3.º e parágrafo único, da Lei federal n.º 6.268, de 24 de novembro de 1975, evitando os inconvenientes de homonímia nos instrumentos e certidões,
Determina:

Artigo 1.º - Não se distribuirão, apontarão ou protestarão títulos, letras ou documentos, a que falte identificação do devedor pelo número de cédula de identidade, ou de inscrição no cadastro de pessoa física, ou do título eleitoral, ou da carteira profissional.

Parágrafo único - Os instrumentos e as certidões de protesto deverão transcrever o elemento de identificação a que se refere este artigo.

Artigo 2.º - Este Provimento entra em vigor dentro de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Os Juízos Corregedores Permanentes, os Cartórios e o Serviço de Distribuição providenciarão ampla divulgação deste Ato inclusive através de avisos no interior dos Cartórios e nas publicações oficiais.

São Paulo, 24 de julho de 1978

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. 1.º-8-78

PROVIMENTO N.º 9/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições etc.,

Considerando a necessidade de adequar o exercício das competências, discriminadas nas leis de organização judiciária, ao disposto nos artigos 153, § 12, da Constituição Federal, e 310, parágrafo único e 322, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com as redações introduzidas pela Lei n.º 6.416, de 24 de maio de 1977,

Determina:

Artigo 1.º - Toda prisão em flagrante será imediatamente comunicada ao juízo que, nos termos das leis de organização judiciária, for competente para a respectiva ação penal.

§ 1.º - A autoridade policial formalizará as comunicações, indicando o endereço, o telefone e o teletipo do estabelecimento onde se encontre o detento, através de ofício que, instruído com duas cópias do auto, protocolará no Distribuidor Central ou no do Distrito Judiciário, no período das 11.00 (onze) às 16.00 (dezesesseis) horas.

§ 2.º - Quando não houver expediente no foro judicial, os ofícios serão entregues ao juiz de plantão, no período das 9.00 (nove) às 13.00 (treze) horas.

Artigo 2.º - O órgão que receber a comunicação promoverá a imediata distribuição e remessa de uma das cópias do auto ao juízo sorteado, cientificando a autoridade policial. A distribuição previne o juízo para a cognição do inquérito e de eventual ação penal.

§ 1.º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo subsequente, o órgão distribuidor cientificará a autoridade policial mediante ofício, uma de cujas cópias deverá acompanhar o auto remetido ao juízo sorteado. Encaminhará ainda a segunda cópia do auto à Vara das Execuções Criminais, Corregedoria de Presídios e da Polícia Judiciária.

§ 2.º - O Juiz de plantão e o Distribuidor Central, a par de comunicações telefônicas em casos de urgência, deverão, ao fim do expediente, encaminhar relação das distribuições ao Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), para comunicações por teletipo. Os Distribuidores dos Distritos Judiciários procederão a comunicações telefônicas, no mesmo dia.

§ 3.º - As distribuições processadas no plantão judiciário serão compensadas no primeiro dia útil seguinte.

Artigo 3.º - Recebendo o auto, o juízo sorteado conhecerá da prisão em flagrante, relaxando-a incontinenti, se não for legal, ou, registrada o autuada a cópia, ouvirá o representante do Ministério Público, para os fins dos artigos 310 e parágrafo único e 322, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Parágrafo único - A cópia do auto será apensada ao inquérito policial.

Artigo 4.º - Os recibos dos ofícios, entregues, em caráter por oficiais de justiça, bem como as cópias das comunicações por teletipo, previstos neste provimento, serão juntados aos autos. As comunicações telefônicas serão certificadas pelo escrivão.

Artigo 5.º - Nas comarcas do interior, os Juízes Diretores do Fórum baixarão ato que adapte este Provimento às condições locais, remetendo cópia à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 6.º - Este, Provimento entra em vigor dentro de 10 (dez) dias, contados de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, ao Exmo. Sr. Presidente da Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil e aos Srs. Diretores do DEIC, DEOPS, DEGRAN, DERIN etc. Divulgue-se.

São Paulo, 7 de agosto de 1978

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

COMUNICADO

Por determinação do Exmo. Sr. Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral, solicita-se aos I M. Juízes de Direito que façam anotar, nos espaços próprios das fichas a que se refere o Ofício Circular n.º 2.802, o nome da respectiva comarca, e que as encaminham sem quebra ou dobra, para efeitos de arquivamento.

Conforme ficou decidido no Proc. CG. n.º 49.940/78. Recomenda-se aos senhores Contadores Judiciais que deixem de calcular o imposto de renda, para dedução na fonte, quando o beneficiário dos honorários advocatícios for a Fazenda do Estado.

D.O.J. 8-8-78

PORTARIA N.º 57/78

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Autoriza o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2.º Subdistrito da Capital, instalado à Rua Tamandaré n.º 1060, a manter um plantão, no horário das 17:30 às 8:30 de segunda a sábado e das 12:30 às 8:30 horas aos domingos e feriados, no Serviço Funerário do Município de São Paulo, Agência Central, situada nos baixos do Viaduto Dona Paulina, na jurisdição do aludido subdistrito, para atendimento do registro de óbito de pessoas falecidas dentro daqueles períodos e cujos corpos necessitam ser transferidos para fora da Capital no período noturno ou então que demandam sepultamento urgente.

Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Publique-se. Anote-se. Comunique-se.

São Paulo, 7 de agosto de 1978.

Eu, (a) (Ézio Donati), Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

D.O. 10-8-78

Processo CG. n.º 49.976/78 - Capital - Int.: Ministério da Indústria e do Comércio (Delegacia Estadual da Indústria e do Comércio). Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

1. Trata-se de representação subscrita pelo responsável pelo expediente da Delegacia Estadual em São Paulo, do Ministério da Indústria e do Comércio, almejando a alteração do modelo anexo ao Provimento n.º 9/69, que determinou a remessa periódica àquele órgão, de informações a propósito dos deferimentos dos pedidos de concordatas preventivas e suspensivas, das falências decretadas e das reabilitações concedidas (Processo C.G. n.º 29.532).

Com o modelo ora sugerido, propõe outrossim a referida Delegacia Estadual sejam divulgadas instruções para o seu preenchimento, pelos Cartórios do Estado (fls. 415).

Passo a opinar.

2. O Provimento n.º 9/69 foi baixado por esta Corregedoria Geral, tendo em vista as disposições constantes da Lei n.º 4.726, de 13 de julho de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 57.651, de 19 de janeiro de 1966, e exatamente tendo por meta a satisfação dos objetivos afirmados na representação ora apresentada.

Destarte, desde que a coleta de dados informativos tem por escopo exatamente fornecer elementos ao órgão competente do Ministério da Indústria e do Comércio, sem outra razão de ser, tenho que caberia o atendimento da pretensão oferecida, com a publicação, pela Imprensa Oficial, para conhecimento e observância dos Cartórios Cíveis de todo o Estado, do modelo proposto (fls. 4), anotando-se que passa a ser adotado como anexo do Provimento n.º 9/69, das instruções enumeradas e adaptadas (fls. 4) e do próprio ofício inicial, que bem esclarece a respeito do efetivo alcance das alterações.

3. É o que, respeitosamente, proponho à elevada consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 30 de junho de 1978.

(a) Dr. Hélio Quaglia Barbosa, Juiz Auxiliar

Despacho: - Aprovo. Atenda-se. S.P., 06-07-78.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

"MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO"

OF. DEIC/Gb/SP/N.º 036/78 - São Paulo, 19 de junho de 1978

Senhor Desembargador,

Pelo presente, tenho a honra de dirigir-me a V. Exa., com o objetivo de solicitar a colaboração dessa Corregedoria, no sentido de aprimorar o uso das informações que as Comarcas Judiciais e suas respectivas Varas nos enviam, referentes a Falências e Concordatas, conforme o Provimento n.º 9/69.

Atualmente, os dados que nos são remetidos não possibilitam a este Ministério u'a manipulação adequada das informações que possam propiciar um panorama do comportamento de vida econômica das empresas.

Por outro lado, os dados enviados não estão padronizados, o que impede a montagem de um quadro geral que registre, quantifique e qualifique as ocorrências relativas às Falências e Concordatas.

Esclareço a V. Exa. que, com as informações prestadas, não é possível detectar em que setor econômico se registra o problema nem a sua intensidade e periodicidade.

Em vista dos fatos e, visando obter dados que proporcionem a montagem de indicadores que forneçam elementos conjunturais setorializados, foi elaborado um quadro de informação que propicie ao Departamento Nacional de Registro do Comércio acompanhar o comportamento das empresas dentro do momento econômico brasileiro.

Por conseguinte, para que este Ministério da Indústria e do Comércio possa fazer chegar o referido quadro, cujo modelo segue em anexo, as várias Comarcas do Estado, recorre a V. Exa., de modo a que tais órgãos possam recebê-lo e sejam informados das normas de preenchimento, que também estão em anexo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. meus protestos de estima e respeito.

(a) Francisco Salazar, responsável pelo Expediente da Delegacia Estadual da Indústria e do Comércio em São Paulo.

A Sua Excelência o Senhor

Desembargador Humberto de Andrade Junqueira

Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

(Prot. CG. n.º 15.964/78).

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO BOLETIM PARA ATENDIMENTO AO PROVIMENTO N.º 9/69

DATA - Deverá ser fornecida a data em que o fato indicado ocorreu,

REQUERENTE - Deverá ser mencionado o nome por extenso da pessoa física ou jurídica que requereu a falência ou concordata (poderá ser usada mais de uma linha);

REQUERIDO - Deverá ser mencionado o nome por extenso da pessoa jurídica em causa (poderá ser usada mais de uma linha);

CIDADE - Deverá ser indicado o Município onde a empresa está sediada;

NATUREZA - Deverá ser indicado com um "x", se se trata de falência requerida ou decretada, ou

de concordata requerida, deferida ou indeferida.

Ex.: NATUREZA

FALÊNCIA CONCORDATA

Req. Decr. Ref. Def. Indef.

X - - - -

ÁREA - Deverá ser indicado em que área econômica ocorreu o fato (indústria ou comércio), mencionando-se o setor (têxtil, metalúrgico, drogaria, bazar, supermercado etc.);

OBSERVAÇÃO - A observação deverá ser utilizada para esclarecer a informação ou ampliar o fornecimento de dados.

D.O.J. 11-8-78

Processo CG. n.º 49.875178 - Americana - Int.: Juiz de Direito da 1.ª Vara.

O Exmo. Sr. Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, considerando o requerido e decidido no Processo CG n.º 49.875, determina, em caráter normativo:

1. (item 6) - As alterações necessárias de nomes, nos assentos de nascimento de filhos legitimados, independem de procedimento de retificação, devendo processar-se, "ex officio", no ato mesmo da averbação da legitimação por subsequente matrimônio dos pais (art. 103, da Lei de Registros Públicos).
2. (item 7) - A incestuosidade e a adulterinidade permanecem como condições impeditivas de perfilhação. A primeira, perpétua. A segunda, enquanto não dissolvida a sociedade conjugal.
3. (item 8) - Para lavratura de assento de nascimento de filhos legítimos, os oficiais devem exigir apresentação de certidão de casamento dos pais, sempre que o declarante se mostrar de qualquer modo inseguro quanto aos elementos do registro, ou seja, a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido, os nomes e prenomes completos, a naturalidade e profissão dos pais, o lugar e cartório onde casaram, a idade da genitora do registrando em anos completos, na ocasião do parto, o domicílio ou a residência do casal, e os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos (art. 54, 6.º, 7.º e 8.º, da Lei de Registros Públicos).

Processo CG. n.º 50304/78 - Protocolado n.º 20.419/78 Transmido aos MM. Juízes de Direito, para a consideração que merecer, a íntegra do ofício de n.º P-350/PJ-580/78 do Sr. Carlos de Paiva, Lopes, Vice-Presidente da TELESP - Telecomunicações de São Paulo S/A.

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A.

CT. OF. P-350/PI-580/78

São Paulo, 26 de julho de 1978

Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, DD. Corregedor Geral de Justiça São Paulo - SP

Excelentíssimo Corregedor:

1. Esta Empresa tem, atualmente, cerca de quatro mil linhas telefônicas envolvidas em penhoras e arrecadações em Massa Falida, só na área da Grande São Paulo, número esse que se avoluma a base de 15 novas medidas judiciais por dia.
2. Recebendo em média 15 (quinze) Oficiais de Justiça diariamente, nosso serviço de atendimento público que cuida dos casos de penhora, se vê sensivelmente agravado, dada a enorme quantidade de pessoas que nos procuram diariamente para tratar de assuntos ligados a movimentação de linhas telefônicas.
3. Além disso, do jeito que são cumpridos os mandados atualmente, mediante simples entrega de uma via à funcionária do setor, resulta que um sem número de linhas não pertencentes aos devedores réus nas ações, ou mesmo linhas com vultosos débitos, são penhoradas sem perspectiva de assegurar-se o Juízo de efetiva composição da lide, dada a inocuidade da medida. Estas situações que tornam crítica a eficácia da penhora, têm acarretado freqüentes decisões dos Juízes, tornando sem eleito a arrematação, pois o arrematante, só tardiamente é informado dos ônus que pesam sobre as linhas levadas a hasta pública.
4. Ha casos de pluralidade de penhoras sobre única linha, (um caso de dezoito penhoras). Inúmeros telefones penhorados não têm ainda o direito aperfeiçoado, pois se trata de linhas adquiridas pelo plano de expansão e os adquirentes desistem de quitar o carne, rompendo-se o

contrato de promessa de tornada de assinatura, tendo como consequência penhora sobre direito inexistente.

5. Recentemente fizemos uma exposição ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça expondo as dificuldades e os enormes prejuízos que a Empresa tem sofrido com penhoras em ações nas quais não se identifica o seu mais remoto interesse (cópia anexa).

6. Embora não se pretenda discutir aqui a penhorabilidade do direito à assinatura, - a nosso ver, "data vênua" incabível dada a peculiaridade desse direito que resulta de um contrato de trato continuado - é nosso intuito colaborar com o Judiciário, no que atendemos a um dever de contribuir para que, nos termos do artigo 659 § 2.º do Código de Processo Civil, o ato processual se faça de maneira mais segura em benefício do Juízo e das partes.

Por isto, fizemos organizar um serviço de informações preferenciais de modo a que, ao realizar-se a penhora, esteja o Juízo informado acerca da verdadeira titularidade da assinatura, bem como do montante do débito e de pendências inclusive por penhoras anteriores que possam existir sobre a linha telefônica objetivada pela medida.

Entretanto, tal informação não se pode obter de imediato, dado o extraordinário volume de problemas ligados à inadimplência de assinantes nesta Empresa que, como Vossa Excelência bem sabe, tem, só em São Paulo, cerca de um milhão de telefones instalados, exigindo organização complexa e mão-de-obra de nível para esse tipo de trabalho.

Estas dificuldades impõem-nos, ao receber o Oficial de Justiça, a necessidade de marcar com ele uma data posterior, de início fixada em 5 (cinco) dias, para efetivação da penhora, quando, então, toda a situação da linha desejada estaria devidamente levantada. (A prática, entretanto, tem revelado que 5 (cinco) dias são insuficientes).

Mas esta iniciativa impõe seu reconhecimento a aceitação por parte dos dignos Juízes da Capital. Assim, almejando a que os elevados propósitos da Justiça sejam alcançados garantindo o direito dos que pleiteiam a jurisdição, servimo-nos da presente para solicitar de Vossa Excelência se digne de, convencido de nossas ponderações, recomendar os seguintes procedimentos das Varas:

1. que os Senhores Oficiais de Justiça, para cumprirem os mandados de penhora de linha telefônica, procedam à diligência em duas etapas. A primeira, mediante aviso ao nosso escritório na Rua 7 de Abril, a fim de fornecer os dados necessários à pesquisa sobre a situação da linha a ser penhorada. Na data posterior, de posse das informações o Oficial avalia se convém ou não penhorar e, em caso Positivo, efetiva o ato.

Nota: Este procedimento acautela o Juízo dos efeitos prejudiciais à execução, de conformidade com os artigos 659, § 2.º e 667, inciso III do Código de Processo Civil.

2. que não seja penhorada linha não pertencente ao executado;

3. que, por efeito do artigo 612 do Código de Processo Civil, não se faça penhora de linha telefônica já penhorada anteriormente;

4. que não seja penhorada linha telefônica que apresente débito de conta telefônica superior a três (3) meses;

5. que não seja penhorada linha telefônica cujo carne de plano de expansão não haja sido integralizado. Isto se deve à circunstância de que sendo condição para aquisição de assinatura, a integralização do carne, enquanto esta condição não seja atendida, não se aperfeiçoa o direito correspondente. Se a TELESP, por antecipação, instala o telefone, tal instalação é feita a título precário, havendo em relação a ela apenas uma expectativa de direito até a integralização do valor do carne;

6. que o depositário seja cientificado de que deve pagar, mensalmente nos escritórios da TELESP, a conta relativa à linha sob sua guarda (conforme artigos 148 a 150 do Diploma Processual);

7. que, em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento da conta, seja levantada a penhora, para que a concessionária possa cancelar a assinatura, consoante lhe está permitido pela concessão.

Esteja Vossa Excelência certo de que este pleito se deve a elevado propósito de evitar-se um sem-número de questões e dificuldades resultantes de penhoras sem estas cautelas, com as consequências já acima relatadas, em nada desejáveis tanto para o Judiciário quanto para as partes e esta Empresa, que está sofrendo com isto prejuízo de milhões de cruzeiros, já que, em última análise, tem, até aqui, propriamente financiado os devedores e credores nos diferentes pleitos envolvendo expropriação de linhas telefônicas.

Desde já nos colocamos ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer informações outras que sejam julgadas de interesse para uma completa apreciação do problema.

Na oportunidade, reiteramos os protestos do mais elevado apreço.

Atenciosamente

(a) Carlos de Paiva Lopes, Vice-Presidente

D.O.J. 16-8-78

Processo CG. N.º 49.069/78 - Protocolado CG. N.º 23.431/78

A Corregedoria Geral da Justiça faz saber a vista do Ofício n.º 417/78 da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, que com referência ao Provimento CG. 7178, só pode ser aplicado aos títulos de edição posterior à data do referido Provimento.

Processo CG. 48.863/78 - Capital - Int.: Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A.

PARECER NORMATIVO 4/78

Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. A Caixa Econômica do Estado de São Paulo representa a esta E. Corregedoria Geral da Justiça, quanto à necessidade de disciplina normativa da cobrança de custas e emolumentos, devidos por atos de registros de cédulas de crédito rural, em face da relutância de algumas Serventias em observar a legislação federal, incidente nesses casos.

2. Como reconhece a representante, não é nova a questão, que, comportando distinções relevantes de procedimento, administrativo, tem sido objeto de decisões singulares desta E. Corregedoria Geral da Justiça.

O primeiro ponto está na diluição de que a vigente Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973) ampliou o processo de registro de cédulas de crédito rural e de crédito industrial, desdobrando-o em atos sucessivos (arts. 178, II, e 167, I, 2).

A apresentação da cédula, portanto, seguem-se-lhe, primeiro, o registro no Livro Auxiliar n.º 3 e, após, o registro necessário no Livro Geral n.º 2, concernente à hipoteca cedular, precedido de abertura de matrícula do prédio, se ainda não providenciada.

3. No que diz com as cédulas de crédito rural, a prática desses atos está submissa ao pagamento das custas e emolumentos previstos na legislação federal, com observância das considerações subseqüentes.

Dispõe, com efeito, o artigo 290, § 3.º, da Lei de Registros Públicos:

"Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal".

Trata-se de preceito ordenado a uniformizar e minorar os custos das operações de financiamento rural, enquanto instrumento político de incentivo às atividades agrícolas. Esse princípio geral foi tomado ao artigo 4.º, do Decreto federal 62.141, de 18 de janeiro de 1968, que sistematizou as disposições dos artigos 34 a 40, do Decreto-lei federal 167, de 14 de fevereiro de 1967. Em consequência, todos estes preceitos subsistem, afastando o império dos Regimentos de Custas dos Estados. Logo, a cobrança e o pagamento dos preços, devidos por aqueles atos de registros de cédulas de crédito rural, subordinam-se aos percentuais estatuídos em ambos os diplomas e não podem, de nenhum modo, exceder os limites previstos nos artigos 34 e 36 do Decreto-lei 167 (art. 4.º, do Decreto 62.141). Os excessos serão restituídos em dobro, sem prejuízo de penalidades disciplinares aos serventuários responsáveis, em medidas de competência de cada Juiz Corregedor Permanente (arts. 4.º, § 1.º, e 5.º, do Decreto 62.141, invocado).

Quando a matrícula for aberta por ocasião e como pressuposto necessário do registro da hipoteca cedular, nenhuma importância pode ser exigida, à falta de previsão legal.

Por fim, para cálculo dessas custas e emolumentos, não se considera o salário mínimo da região, senão os coeficientes de atualização monetária, a que se refere o artigo 2.º, da Lei federal 6.205, de 29 de abril de 1975. Para esta conclusão, nem há mister recorrer ao artigo 1.º, da Lei estadual 994, de 25 de maio de 1976, que ajustou o ordenamento jurídico do Estado à descaracterização do salário mínimo como fator de correção ou cálculo monetário. Basta a Lei federal.

4. A orientação fixada não apanha os registros de cédulas de crédito industrial.

A isenção relativa, acentuada neste parecer, respeita apenas aos atos decorrentes de financiamento rural, donde aos registros de títulos nascidos de financiamentos de outra natureza, como de cédulas de crédito industrial, quadrar a aplicação do artigo 14, da Lei de

Registros Públicos.

O artigo 34, § 1.º, do Decreto-lei federal 413, de 9 de janeiro de 1969, foi revogado (art. 2.º, § 2.º, da Lei de Introdução ao Código Civil), e seus valores, circunscritos ao só registro da cédula, persistem apenas em função do fato de terem sido incorporados ao regimento estadual, por obra do Decreto 9.555, de 4 de março de 1977 (Tabela 11, V, b e Nota 2.ª). A força legal, portanto, é deste e não da norma ab-rogada.

Inconcusso, deste modo, que o registro da cédula de crédito industrial, no Livro 3, está sujeito ao pagamento das custas e emolumentos previstos na Tabela 11, V, b, do Regimento aprovado pelo Decreto estadual 9.555, de 4 de março de 1977, e o registro subsequente da hipoteca, ao das custas e emolumentos contemplados na Tabela 11, I.

5. Em resumo, o que, s.m.j., nos parece é que:

6. A vigente Lei de Registros Públicos ampliou o processo de registro de cédulas de crédito rural e industrial: o registro destas, no Livro 3 - Registro Auxiliar, não dispensa o registro de hipoteca cédular, no Livro 2 - Registro Geral.

7. A prática desses registros, concernentes a cédulas de crédito rural, está sujeita ao pagamento das custas e emolumentos, previstos na legislação federal (arts. 34 a 40, do Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, e art. 4.º, do Decreto 62.141, de 18 de janeiro de 1968), calculados com base no coeficiente de atualização monetária (art. 2.º, da Lei Federal 6.205, de 29 de abril de 1975). A abertura eventual de matrícula, nesse caso, independe do pagamento de custas e emolumentos.

8. A prática daqueles registros, concernentes a cédulas de crédito industrial, está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, previstos na legislação estadual (Tabela 11, V, b, e 11, I, aprovada pelo Decreto 9.555, de 4 de março de 1977)

9. Propomos que, eventualmente aprovado este, Vossa Excelência lhe outorgue caráter normativo, publicando-se por três dias consecutivos.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 18 de agosto de 1978.

(aa) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar.

Despacho: Aprovo o parecer. Publique-se. S. P., 25-08-78.

(aa) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 10/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo n.º CG-50.201/78.

Determina:

Artigo 1.º - Os instrumentos de ordens, requisições, precatórias e autorizações judiciais, bem como dos demais atos de comunicação processual, subscritos por Juízes, devem conter os prenomes, nomes e cargo ou função da autoridade judiciária e dos servidores que os lavrem, confirmam e subscrevam, e guardar estrita coincidência entre esses elementos identificativos e as pessoas que os assinem.

Artigo 2.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 06 de setembro de 1978.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 14-9-78

PROVIMENTO N.º 12/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que o inciso II da Tabela 13, anexa ao Decreto Estadual 12.369, de 2 de outubro corrente, instituiu custas pela distribuição de letras e títulos para fins de protestos cambiários, e Considerando que o Serviço de Distribuição de letras, títulos e documentos, enquanto órgão desta Corregedoria, criado pelo Provimento CG-5/78, não tem função nem meios de arrecadação de rendas do Estado, em geral cobradas e recolhidas pelos cartórios, juntamente com os

emolumentos que lhe são devidos,

Determina:

Artigo 1.º - Incumbe a cada Cartório de Protesto da Capital arrecadar e recolher as custas relativas "Ao Distribuidor", previstas no inciso 11 da Tabela 13 anexa ao Decreto Estadual 12.369, de 2 de outubro de 1978, incidentes sobre os títulos, letras ou documentos apresentados.

§ único - Das quantias arrecadadas juntamente com as demais custas, emolumentos e despesas devidos, os Cartórios passarão recibo nos termos do artigo 10, do Decreto-Lei Estadual 203, de 25 de março de 1970.

Artigo 2.º - Os Tabeliães dos Cartórios de Protestos recolherão ao Estado os valores arrecadados na forma do artigo anterior, no primeiro dia útil subsequente ao da distribuição dos títulos sobre que se fizerem devidos

§ 1.º O recolhimento far-se-á através de guia própria (modelo 12 Código 244) e será calculado com base no Livro Protocolo, deduzidos os títulos que, por qualquer motivo, tenham sido devolvidos na forma do inciso XIII do artigo 3.º, do Provimento CG, n.º 5/78.

§ 2.º - Cada guia especificará a data da distribuição a que se refere o recolhimento, a quantidade dos títulos distribuídos nessa data, e dos que foram devolvidos, bem como o número correspondente à base de cálculo do preço público recolhido (modelo anexo).

§ 3.º - Os Tabeliães dos Cartórios de Protesto, sem prejuízo do arquivamento das vias que lhes concernem, ficam obrigados a encaminhar, às segundas-feiras ao Serviço de Distribuição, uma via autenticada de cada gola de recolhimento diário. O Serviço de Distribuição manterá servidor para recepção, conferência, controle e arquivamento das guias.

Artigo 3.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Encaminhe-se cópia ao Juízo Corregedor Permanente dos Cartórios de Protesto, ao Serviço de Distribuição e a cada Cartório de Protesto.

São Paulo, 5 de outubro de 1978.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

Recurso CG. N.º 85/78 - Franca - Int.: Acácio Lima, Escrivão do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos. Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral.

1. Cuida-se de recurso interposto pelo Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Franca, contra decisão proferida pelo MM. Juiz Corregedor Permanente, determinando que, para os efeitos de cálculos de emolumentos nas transcrições, inscrições e averbações relativas à aquisição de casa própria, em que for parte Cooperativa Habitacional, seja observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 290 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Entende o recorrente que os emolumentos relativos ao registro de aquisição de casa própria, em que figura como parte Cooperativa Habitacional, devem ser calculados de acordo com a Lei Estadual n.º 905, de 18 de dezembro de 1975 que prevê apenas uma redução de 50% sobre o valor fixado no regimento de custas e não nos termos da Lei Federal n.º 6015/73 que os fixa no valor teto de 40% do salário-mínimo regional.

Sustenta em razões de recurso, prevalecer a norma estadual em razão de ser da exclusiva atribuição dos Estados Membros e sua organização judiciária, competindo-lhes todos os poderes que não lhes foram vedados, explícita ou implicitamente, pela Constituição Federal (art. 13, § 1.º e 8.º, letra "T" da Constituição Federal).

2. As normas jurídicas não existem e atuam isoladamente. Elas se integram nutre todo, em uma estrutura e organização, formando um ordenamento e unidade que tem como pressuposto fundamental uma base.

A norma, toda ela, haure sua validade jurídica de uma outra que serve de fundamento a todo o sistema. É o princípio da constitucionalidade que fixa este travamento lógico - estrutural do ordenamento, jurídico.

Toda norma extrai sua validade, direta ou indiretamente, da norma constitucional, devendo estar conforme com esta, sem discrepância com tal parâmetro, para que não seja destituída de valor jurídico.

Na Constituição Federal é que devemos buscar, pois, a solução atual do problema ora objeto; é

ela a norma maior e fundamental.

3. Dispõe o artigo 8, XVII, letra "c" da Constituição Federal, com redação lhe dada pela Emenda n.º 7, de 13 de abril de 1977.

Artigo 8.º - Compete à União:

XVII - legislar sobre:

c) Normas gerais sobre orçamento, despesas e gestão patrimonial e financeira de natureza pública: taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário."

Constitui competência específica da União editar normas gerais sobre custas e emolumentos, definindo os fatos como suporte de incidência, tanto em abstrato como em concreto, cabendo-lhe, ainda, regular as exceções e os casos específicos de sua área de competência.

Destarte, insere-se no campo de sua atribuição estrita prever, também, a forma de cobrança de emolumentos e custas remuneratórias dos registros públicos sobre os quais tem pleno poder para editar as normas.

Sobre normas de taxas judiciárias, custas e emolumentos dos serviços forenses e atos de registros públicos e notariais apenas prevalece a norma estadual se não existem leis federais sobre a matéria, podendo, no caso, a lei estadual, por supletiva, ter validade plena, com vigência, eficácia e efetividade.

É o que adverte PONTES DE MIRANDA, ao dizer que "enquanto não há legislação federal, a legislação estadual é aplicada, ainda em se tratando de regra jurídica geral, ou regra jurídica fundamental (Comentários à Constituição de 1967, com a emenda n.º 1, de 1969, 2.ª ed., tomo II/170).

No caso em apreço aí está a norma federal ditando uma conduta e organizando um serviço, prevalentemente às regras do direito estadual.

Seria oportuno discutir-se a inconstitucionalidade da lei federal se inexistisse a Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, que ampliou as atribuições legislativas da União, outorgando-lhe competência para ditar normas gerais sobre custas e emolumentos.

A discussão se cingiria apenas a simples deleite de uma lucubração jurídica e forense em azos de praticidade, que não se intenta no momento.

Ao direito constitucional também corresponde, em última análise e como princípio geral, o direito intertemporal. A Constituição incide desde logo.

Acentua PONTES DE MIRANDA que a Constituição "tendo de ser superior às leis ordinárias, corta o que é contrário no presente e no futuro ... O princípio jurídico fundamental é o da incidência imediata da nova Constituição" (Dez anos de pareceres, ed. Livraria Francisco Alves, 1975, 5.º vol., pág. 293).

Se com a nova Constituição, são inconciliáveis, implícita ou explicitamente, leis ordinárias, deixarão de vigorar no instante mesmo em que se iniciou a vigência da nova Constituição. À Constituição têm de se amoldar as leis, tanto as futuras como as já promulgadas. Todo o material legislativo que existe, considera-se revogado, no que contraria os novos dispositivos constitucionais.

Este fenômeno se explica porque a lei não tem sua vida ligada ao momento de sua leitura e sim incide nos fatos à medida que eles se dão.

Em continuação ao que afirmava na citação anterior, acrescenta PONTES DE MIRANDA que "não é a mesma situação a que resulta da existência de leis estaduais nas matérias do artigo 8.º, não mencionados no artigo 8.º, XVII, c) e q): tais leis, se existiam, estão ab-rogadas; se depois foram feitas, são inconstitucionais."

Já, portanto, não é de se falar na lei estadual porque em última hipótese estaria revogada no inciso que dispõe sobre custas e emolumentos quando parte Cooperativa Habitacional. É o principado do princípio da imediata incidência das regras jurídicas constitucionais, salvo se a própria Constituição protraí ou se retrotraí, o que não ocorreu.

4. Não se infira, embora todas estas considerações, que o objeto fático em exame, não se encarta em "normas gerais" a que alude o artigo 8.º, XVII, letra "c" da Constituição Federal.

A lei dos registros públicos por ser uma lei nacional vincula a todos, opondo-se, no campo de sua aplicação, às demais normas quer específicas federais, quer estaduais e municipais, abstraindo-se de todas elas, transcendendo-se.

Embora no artigo 290 desta lei se cogite de custas e emolumentos previstos para um caso concreto,

contemplou-se antecipadamente uma possível distorção entre os Estados Membros, com desigualdade de tratamento para um caso idêntico para o qual o critério do governo da União foi o de assegurar o mínimo gasto, ante a filosofia da política habitacional.

No âmbito das normas gerais se incluem tais previsões específicas, e inclusive critérios de fixação de contagem.

É o que afirma José Dutra no artigo publicado sobre a matéria, n Boletim da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo e trazido para os autos nas xerocópias de fls. 43/46.

A intenção da lei foi resguardar a própria política habitacional, que tem por fito minorar o mais possível os custos e as despesas com tais operações. Procurou o legislador uniformizar e conter, favorecendo o espírito próprio que instituiu a transação imobiliária através de tais cooperativas.

5. Destarte, a prática destes atos está submissa ao pagamento das custas e emolumentos previstos na legislação dos registros públicos, que subsistem afastando o império dos Regimentos de Custas dos Estados. Assim, a cobrança e o pagamento dos preços, devidos por aqueles atos, subordinam-se ao percentual estatuído no artigo 290 da Lei dos Registros Públicos. Observe-se, no entanto, que para este cálculo não se deve considerar o salário mínimo da região e sim os coeficientes de atualização monetária, a que se refere o artigo 2.º da Lei Federal n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, que o legislador estadual firmou como aplicável no âmbito local, por força do artigo 1.º da Lei n.º 994, de 25 de maio de 1976. A expressão salário mínimo deve ser substituída pelo valor de referência.

6. É o parecer que submeto a Vossa Excelência e se eventualmente aprovado propondo-lhe caráter normativo, publicando-se.

São Paulo, 28 de setembro de 1978.

(a) Dr. José de Mello Junqueira, Juiz de Direito Auxiliar.

DESPACHO: - "Aprovo o parecer, pelo que nego provimento ao recurso. I. S.P., 2-10-78 - (a) Des. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça".

Processo CG. n.º 50.392/78 - Capital - Int.: Juízo de Direito da 23.ª Vara Cível

Sr. Des. Corregedor Geral:

1. O Juízo da Vigésima Terceira Vara Cível comunica a esta E. Corregedoria Geral da Justiça, que, tendo sido indeferida medida liminar em processo preventivo de sustação de protesto, de que desistiu ao depois o requerente, este redistribuiu, no mesmo dia e desta feita a outra Vara, ação idêntica em que obteve a liminar. A Distribuição informou o critério adotado.

2. Trata-se de comunicação de expediente nada raro, destinado a fraudar a regularidade da distribuição. Não é caso isolado. A experiência revela que, de quando em quando, não obtendo o interessado decisão ou despacho inicial pretendido, junto ao Juízo a que tocou a petição distribuída, repropõe a ação ou representa requerimento, cuja distribuição a outra Vara pode ocasionar prestação jurisdicional de conteúdo diverso. Outras vezes, buscando eleger Juízo certo ou evitar cognição de Juízo determinado, distribuem-se ações sucessivas, de que a parte vai desistindo até alcançar o objetivo perseguido.

Em tese, essas hipóteses são objeto da disciplina do art. 453 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, cuja redação genérica, exigente de apreciação subjetiva que os funcionários nem sempre podem formular com rigor, se mostra insuficiente para atalhar aquelas burlas. Nem parece adequado, s.m.j., o critério vigorante (fls. 7), que não evita a consumação das fraudes ou lhes subordina a interceptação a providência formal que se não observa ou que o novo Juízo acaba não percebendo.

Frac a provisão normativa.

3. Tomamos a liberdade de acrescentar que do mesmo pecado sofrem outras disposições, no que concerne às prioridades absolutas e relativas de distribuição.

A Consolidação, na verdade, apenas prevê e concede preferência relativa a processos falimentares e preventivos (artigo 443, caput) e ainda assim dependente de estimativa casuística de quem esteja na presidência da distribuição. Outros feitos há que, de sua natureza, postulam igual prioridade, que não deve estar condicionada a preceitos singulares de manifesta inconveniência, na medida em que possibilitam mensurações discrepantes em cada caso. O ideal seria mandamento genérico, que discernisse entre as ações de distribuição necessariamente urgente e as de urgência eventual, deixando-se tão-só a ponderação destas à análise singular.

4. Seria, por fim, oportuno se regulamentasse o procedimento de resolução dos incidentes de distribuição, por coartar delongas prejudiciais ao bom conceito desse serviço judiciário, submetido a esta E. Corregedoria Geral da Justiça.

5. Do exposto, sub censura opinamos que, sem prejuízo de ofício ao Juízo da Décima Sétima Vara Cível, que o cientifique da identidade dos processos e do indeferimento apontado, para as providências que entenda curiais, se regulem os pontos ressaltados, através de Provimento cuja minuta apresentamos à alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 11 de setembro de 1978.

(a) Antônio Cezar Peluso - Juiz Auxiliar.

Despacho: "Aprovo. S. P., 29-9-78.

(a) Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça".

PROVIMENTO 11/78

O Exmo. Sr. Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de preservar o princípio da regularidade das distribuições e de assegurar a cognição imediata dos feitos que, de sua natureza, ou por circunstâncias singulares, reclamam distribuição prioritária,

Determina:

Artigo 1.º - Os artigos 433, § único, 443, 444, 453 e 461, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 433. § único. De cada registro e petição far-se-á constar o número de ordem diária de protocolo ou entrada das petições na seção, a indicação da Vara a que foi distribuída e a respectiva data. As petições de distribuição prioritária ou preferencial, a que se refere o artigo 443, "caput", serão numeradas em ordem autônoma."

Art. 443. As petições serão distribuídas, registradas e encaminhadas, rigorosamente na respectiva ordem de protocolo ou entrada, (art. 433, § único). Terão preferência na ordem dos sorteios as petições concernentes a:

1. ações de alimentos, definitivos ou provisionais;
2. processos falimentares, concordatas, dissolução e liquidação de sociedades e execuções contra devedor insolvente;
3. processos e medidas cautelares ou preventivos, incidentes ou preparatórios, nominados ou inominados;
4. ações de mandado de segurança;
5. ações de nulidade de obra nova e possessória com requerimento de liminar e
6. ações destinadas a conservação de direitos, que possam ser prejudicadas pela distribuição ordinária, mediante despacho fundamentado do Juiz Corregedor Permanente da distribuição.

§ 1.º - Não será distribuído requerimento de concordata preventiva ou liquidação judicial de sociedade, sem a prova negativa de execução fiscal proposta pela Fazenda Pública, fornecida pelo Cartório Distribuidor competente.

§ 2.º - Acusada a existência de execução fiscal, terá efeito de certidão negativa aquela que vier acompanhada da prova da ocorrência de penhora aceita, mediante certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do Juízo respectivo."

Art. 444 - Distribuída e registrada, cada petição, concernente às ações, processos e medidas discriminados no "caput" do artigo anterior, será imediatamente encaminhada ao escrivão do Cartório a que foi distribuída, o qual, nela, certificará a hora de recebimento e a anotar no protocolo de distribuição."

"Art. 453 - Serão distribuídas à mesma Vara e compensadas as petições substancialmente idênticas a outras que tenham sido distribuídas nos últimos trinta dias. Entendendo o Juízo que não se trata de expediente destinado a fraudar a regularidade das distribuições, devolvê-la-á para imediata redistribuição.

§ Único - Quando houver fundada suspeita de que a petição apresentada visa a burlar, de outro modo, a regularidade das distribuições, será distribuída mediante despacho fundamentado do Juiz Corregedor permanente."

"Art. 461 - Os casos omissos, as dúvidas e os incidentes serão resolvidos, em vinte e quatro horas, pelo Corregedor Geral da Justiça, por um de seus Juízes Auxiliares ou pelo Juiz Corregedor

Permanente designado."

Artigo 2.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se à Seção local da Ordem dos Advogados, à Associação dos Advogados e ao Instituto dos Advogados. Divulgue-se. Cumpra-se.

São Paulo, 29 de setembro de 1978.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 3.10.78

PORTARIA N. 77178

O Desembargador Humberto de Andrade Siqueira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o pedido formulado pela Prefeitura Municipal de Mauá,

Considerando os resultados satisfatórios com a implantação dos Anexos dos Ofícios de Justiça das Varas dos Feitos da Fazenda do Estado:

Resolve:

Artigo 1.º - Fica autorizada a instalação, na Comarca de Mauá, de Anexos aos Cartórios de Ofícios de Justiça, para atendimento das execuções fiscais municipais.

Artigo 2.º - Os Juízes de Direito das Varas da Comarca de Mauá baixarão Portaria regulando os serviços e funcionamento destes Anexos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 16 de outubro de 1978.

Eu, (a) (Ézio Donadi), Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça.

D.O.J. 18.10.78

LEI N. 6.570, DE 30 DE SETEMBRO DE 1978

Prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O prazo de validade das carteiras de identidade para estrangeiros, "Modelo 19" de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n. 499, de 17 de março de 1969, alterado pelo que dispuseram as Leis n.s 5.587, 5.815, 6.110, 6.370 e 6.447, de 2 de julho de 1970, 31 de outubro de 1972, 1.º de outubro de 1974, 27 de outubro de 1976 e 6 de outubro de 1977, respectivamente, fica prorrogado até 1.º de outubro de 1979.

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de setembro de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O. 3.10.78

LEI N. 6.578, DE 11 DE OUTUBRO DE 1978

Revoga o Decreto lei n. 1.004, de 21 de outubro de 1969, e as Leis nos 6.016, de 1913, e 6.063, de 1974.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Ficam revogados o Decreto-lei n. 1.004, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal), e as Leis n.ºs 6.016, de 31 de dezembro de 1973, e 6.063, de 27 de junho de 1974.

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 11 de outubro de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D. O. União 13.10.78

DECRETO-LEI N.º 1.632, DE 4 DE AGOSTO DE 1978
Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse de segurança nacional.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República.

§ 1.º - Compreendem-se na definição deste artigo a produção, a distribuição e a comercialização.

§ 2.º - Consideram-se igualmente essenciais e de interesse da segurança nacional os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta, indireta, delegada ou concedida, inclusive os do Distrito Federal.

Artigo 2.º - Para os efeitos deste Decreto-lei, constitui greve a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarrete a cessação da atividade ou diminuição de seu ritmo normal.

Artigo 3.º - Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1.º incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento do fato, independentemente de inquérito.

I - Advertência;

II - Suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - Rescisão do contrato de trabalho, com demissão, por justa causa.

§ 1.º - Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

§ 2.º - Sujeita-se ao disposto neste artigo, igualmente, o empregado que, por qualquer forma, concorrer para a greve.

Artigo 4.º - Cabe ao Ministro do Trabalho o reconhecimento da ocorrência de greve em qualquer das atividades essenciais definidas no artigo 1.º, para os efeitos deste Decreto-lei.

Artigo 5.º - Sem prejuízo da responsabilidade penal, será punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do Ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional que direta ou indiretamente, apoiar ou incentivar movimento grevista em serviço público ou atividade essencial.

Artigo 6.º - Incorre em falta grave, punível com demissão ou suspensão, o funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer.

Artigo 7.º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de agosto de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Geraldo Azevedo Henning

Fernando Bethlem

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Mário Henrique Simonsen

Dyrceu Araújo Nogueira

Alysson Paulinelli

Euro Brandão

Arnaldo Prieto

J. Araripe Macedo

Paulo de Almeida Machado

Ângelo Calmon de Sá

Shigeaki Ueki

João Paulo dos Reis Velloso

Maurício Rangel Reis
Euclides Quandt de Oliveira
L. G. do Nascimento e Silva
Gustavo Moraes Rego Reis
Golbery do Couta e Silva
Octávio Aguiar de Medeiros
Tácito Theophilo
D. O. União 4-8-78

LEI N.º 1.671, DE 1.º DE JUNHO DE 1978

Dá a denominação de Águas de Santa Bárbara ao atual Município de Santa Bárbara do Rio Pardo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se Águas de Santa Bárbara o atual Município de Santa Bárbara do Rio Pardo.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 1.º de junho de 1978.

PAULO EGYDIO MARTINS

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

João Lopes Guimarães, Secretário do Interior

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, a 1.º de junho de 1978.

Nélson Petersen da Costa, Diretor (Divisão Nível II) Subst.

D.O. 2 6-78

LEI N.º 1773, DE 10 DE OUTUBRO DE 1978

Autoriza a inscrição como contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, dos inativos das viúvas dos membros da Magistratura, dos servidores públicos e dos servidores das Serventias de Justiça não oficializadas, inclusive dos aposentadas, no prazo que estabelece.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Poderão ser inscritos, como contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, os inativos, as viúvas dos membros da Magistratura, dos servidores públicos e dos servidores das Serventias de Justiça não oficializadas, inclusive dos aposentados, desde que o requeiram dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei.

Artigo 2.º - Os que vierem a se inscrever, na forma do artigo anterior, ficarão sujeitos ao pagamento das contribuições previstas na legislação pertinente.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de outubro de 1978.

PAULO EGYDIO MARTINS

Fernando Milliet de Oliveira, Secretário da Administração Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 10 de outubro de 1978

Nélson Petersen da Costa, Diretor (Divisão Nível II) Subst.^a

D.O. 11-10-78

DECRETO N.º 12.369, DE 2 DE OUTUBRO DE 1978

Aprova as Tabelas de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970 e

a conveniência de manter-se o critério simplificador de leitura direta dos preços dos atos judiciais e extrajudiciais,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovadas, nos termos e para os fins dos artigos 254 e 259 do Decreto-Lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, e do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, as quatorze Tabelas que acompanham este decreto.

Artigo 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias oficializadas e dos atos praticados pelos Oficiais de Justiça.

Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso II, do artigo 18, do Decreto-Lei n.º 203, de 25 de março de 1970 com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 52, da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 5% (cinco por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - e 15% (quinze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Parágrafo único - Os emolumentos que, nas serventias não oficializadas, são devidos aos respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado, não se compreendem na disposição deste artigo.

Artigo 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em Cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Artigo 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento) do total fixado.

Artigo 6.º - As Tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou ao oficial do Registro de Imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 7.º - As castas e emolumentos, tabelados neste decreto, serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário".

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis constará a seguinte observação: "somente terá valor para fins de financiamento agropecuário".

Artigo 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos n.ºs 5.857, de 11 de março de 1975, 7.246, de 10 de dezembro de 1975, e 9.555, de 4 de março de 1977.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de Outubro de 1978

PAULO EGYDIO MARTINS .1

Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 2 de outubro de 1978.

Maria Angélica Galiuzzi, Diretora de Divisão de Atos do Governador

TABELA 1

DOS FEITOS E RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Notas genéricas:

1.ª - Os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas Tabelas 2 a 9 e das despesas postais.

2.ª - Nos feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor, constituem renda de Estado.

3.ª - Consideram-se de valor inestimável:

a) os pedidos de interdição, tutela, curatela, remoção e destituição de tutor ou curador;

b) os protestos, interpelações e notificações;

c) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiros;

d) qualquer outro feito Cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.

4.ª - Os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:

a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito, ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial;

b) a segunda, por ocasião de recurso voluntário, interposto da sentença.

5.^a - Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecidos na nota anterior a ação popular (v. item I, nota 1.^a), a separação judicial litigiosa (v. item I, nota 2.^a), a execução fiscal (v. artigo 2.^o do Decreto-Lei n.º 203, de 25 de março de 1970, e Item II, nota 2.^a), a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia (v. item II, nota 4.^a), e os processos-crimes de ação pública.

6.^a - Para que as processe a oposição, o oponente deverá pagar importância. igual à devida até o momento, pelo autor ou requerente.

7.^a - Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.^a Nota do item II.

8.^a - Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "b" da 4.^a Nota genérica,

9.^a - Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.

10.^a - Os feitos cíveis com mais de 200 folhas passarão automaticamente a ser tabelados de acordo com o Item I, sendo exigível a partir desse momento o complemento do preço, vedados espaços inúteis entre os termos do processo.

11.^a - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

12.^a - A reconvenção está sujeita à distribuição autônoma e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo.

I - Feitos cíveis não tabelados nos item II e III - prestação inicial:

Valor da Causa	Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	Carteira das Serventias
Total				
Até 2.000,00	78,00	43,00	121,00	11,70
De 2.001,01 a 3.000,00	81,00	52,00	139,00	13,05
De 3.000,01 a 4.000,00	97,00	62,00	159,00	14,55
De 4.000,01 a 5.000,00	105,00	70,00	175,00	15,75
De 5.000,01 a 6.000,00	113,00	78,00	191,00	16,95
De 6.000,01 a 8.000,00	132,00	97,00	229,00	19,80
De 8.000,01 a 10.000,00	148,00	113,00	261,00	22,20
De 10.000,01 a 12.000,00	187,00	140,00	307,00	25,05
De 12.000,01 a 14.000,00	183,00	167,00	350,00	27,45
De 14.000,01 a 16.000,00	202,00	192,00	394,00	30,30
De 16.000,01 a 18.000,00	218,00	218,00	436,00	32,70
De 18.000,01 a 20.000,00	227,00	253,00	480,00	34,05
De 20.000,01 a 25.000,00	235,00	297,00	532,00	35,25
De 25.000,01 a 30.000,00	245,00	340,00	585,00	36,75
De 30.000,01 a 40.000,00	253,00	385,00	638,00	37,95
De 40.000,01 a 50.000,00	262,00	437,00	699,00	39,30
De 50.000,01 a 60.000,00	270,00	515,00	785,00	40,50
De 60.000,01 a 80.000,00	280,00	594,00	874,00	42,00
De 80.000,01 a 100.000,00	288,00	672,00	960,00	43,20
De 100.000,01 a 150.000,00	297,00	752,00	1.049,00	44,55
De 150.000,01 a 200.000,00	305,00	830,00	1.135,00	45,75
De 200.000,01 a 250.000,00	323,00	987,00	1.310,00	48,45
De 250.000,01 a 300.000,00	332,00	1.154,00	1.486,00	49,80
De 300.000,01 a 400.000,00	350,00	1.399,00	1.749,00	52,50
Pelo que exceder de Cr\$ 400.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração	1,95	66,95	13,00	52,00
De valor inestimável	87,00	57,00	144,00	13,05

Notas:

1.^a - Na ação popular, as custas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.

2.^a - Na separação judicial litigiosa e divórcio litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III para a causa de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá.

até a contestação, efetuar o complemento do preço de acordo com o item I.

Havendo bens a partilhar, o Interessado deverá pagar sobre o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.

Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento inicial (v. Itens II e III).

3.^a - Na falência ou concordata, as custas e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo, e calculados sobre este.

As ações que surgem de falência ou de concordata estão sujeitas ao tabelamento deste Item, segundo o seu valor. Os processos de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias Impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (v. Item III).

4.^a - Nos seguintes feitos, o preço mínimo sem igual ao das causas de valor inestimável; separação judicial litigiosa, divórcio litigioso, Investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço para que prossiga.

5.^a - Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão a emolumentos dos serventuários dos Cartórios não oficializados, ficando dispensados do pagamento das custas devidas ao Estado e, nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.

6.^a - Inventário, arrolamento, arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa calculando-se ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.

II - Ação de despejo; ação de acidente do trabalho; execução fiscal; mandado de segurança; ação de alimentos, pedido de alimentos provisionais ou de revisão de pensão alimentícia: interdição - prestação Inicial:

Preço da Causa		Ao Escrivão e ao Distribuidor		Ao Estado		Total	Carteira das Serventias		
Total									
Ate Cr\$ 2.000,00	39,00	22,00	61,00	5,85	66,85				
de 2.000,01 a 3.000,00	43,00	27,00	70,00	6,45	76,45				
de 4.000,01 a 5.000,00	52,00	35,00	87,00	7,80	94,80				
de 5.000,01 a 6.000,00	57,00	39,00	96,00	8,55	104,55				
de 6.000,01 a 8.000,00	66,00	48,00	114,00	9,90	123,90				
de 8.000,01 a 10.000,00		74,00	57,00	131,00	11,10	142,10			
de 10.000,01 a 12.000,00		83,00	70,00	153,00	12,45	165,45			
de 12.000,01 a 14.000,00		92,00	83,00	175,00	13,80	188,80			
de 14.000,01 a 16.000,00		101,00	97,00	198,00	15,15	213,15			
de 16.000,01 a 18.000,00		109,00	109,00	218,00	16,35	234,35			
de 18.000,01 a 20.000,00		113,00	126,00	239,00	16,95	255,95			
de 20.000,01 a 25.000,00		118,00	148,00	266,00	17,70	283,70			
de 25.000,01 a 30.000,00		122,00	171,00	293,00	18,30	311,30			
de 30.000,01 a 40.000,00		126,00	192,00	318,00	19,90	336,00			
de 40.000,01 a 50.000,00		132,00	218,00	350,00	19,80	369,80			
de 50.000,01 a 60.000,00		136,00	258,00	394,00	20,40	414,40			
de 60.000,01 a 80.000,00		140,00	297,00	437,00	21,00	458,00			
de 80.000,01 a 100.000,00		144,00	336,00	480,00	21,60	501,60			
de 100.000,01 a 150.000,00		148,00	375,00	523,00	22,20	545,20			
de 150.000,01 a 200.000,00		153,00	414,00	567,00	22,95	589,95			
de 200.000,01 a 250.000,00		161,00	494,00	655,00	24,16	679,15			
de 250.000,01 a 300.000,00		167,00	577,00	744,00	25,05	769,05			
de 300.000,01 a 400.000,00		175,00	699,00	874,00	26,25	900,25			
Pelo que exceder de Cr\$ 400.000,00 cada Cr\$ 100.000,00 ou fração							7,00	27,00	34,00
1,05							35,05		
De valor inestimável	43,00	29,00	72,00	6,45	78,45				

Notas:

1.^a - Acidente do trabalho: quando houver acordo homologado Pela autoridade judiciária, o preço total será calculado à razão de 1,5% sobre a indenização paga em dinheiro e rateado proporcionalmente, depois de deduzidas as despesas de condução do Oficial de Justiça, pela forma seguinte:

Ao Escrivão 62%

Ao Distribuidor 7%

Ao Oficial de Justiça 30%

Se as despesas de condução Já estiverem incluídas no preço da diligência do Oficial de Justiça, o rateio assim se fará:

Ao Escrivão 54%

Ao Distribuidor 6%

Ao Oficial de Justiça 40%

Nestas hipóteses, a Ordem dos Advogados e as Carteiras de Previdência nada receberão.

2.^a - Execução Fiscal: antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, aplica-se o Item III.

A Fazenda Pública nada pagará, sujeito o vencido aos encargos da sucumbência (C.P.C. - artigo 27).

3.^a - Para ser admitido como assistente em mandado de segurança cada Interessado deverá juntar aos autos, sem prejuízo do andamento do feito, comprovante de haver pago:

Cr\$

Ao Escrivão 21,00

Ao Distribuidor 4,00

Ao Estado 27,00

58,00

À Carteira das Serventias 4,05

62,05

4.^a - Nas ações de alimentos, de alimentos provisionais e de revisão de pensão alimentícia, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no Item III. Se rejeitada a conciliação em audiência, deverá no prazo de três dias, efetuar o complemento da prestação inicial, fixada no item II.

III - Feitos não contenciosos: separação consensual; processos preparatórios, preventivos e Incidentes, inclusive alvará de separação de corpos, busca e apreensão de menor, arrolamento de bem do casal; protestos, Interpelações e notificações; retificações e averbações; do registro civil; nomeação remoção e destituição de tutor ou curador, pedido de extinção das obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias; impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de imóvel hipotecado; eleição de cabedal de bens enfitêuticos, prestação inicial; testamento; venda de quinhão em coisa comum; ação de remição de

Valor da Causa Total	Ao Escrivão e Serventias	Ao Estado	Total	Carteira das
ao Distribuidor				
Até Cr\$ 2.000,00	20,00	11,00	31,00	3,00
34,00				
De 2.000,01 a 3.000,00	22,00	13,00	35,00	3,30
38,30				
De 3.000,01 a 4.000,00	24,00	15,00	39,00	3,60
42,60				
De 4.000,01 a 5.000,00	27,00	17,00	44,00	4,05
48,05				
De 5.000,01 a 6.000,00	28,00	20,00	48,00	4,20
52,20				
De 6.000,01 a 8. 000 00	32,00	24,00	56,00	4,80
60,80				
De 8.000,01 a 10.000,00	38,00	28,00	66,00	5,70
71,70				
De 10.000,01 a 12. 000,00	42,00	35,00	77,00	6,30
83,30				
De 12. 000,01 a 14.000,00	46,00	42,00	88,00	6,90
94,90				
De 14.000,01 a 16.000,00	50,00	48,00	98,00	7,50
105,50				
De 16.000,01 a 18.000,00	55,00	55,00	110,00	8,25

118,25				
De 18.000,01 a 20. 000,00	57,00	63,00	120,00	8,55
128,55				
De 20.000,01 a 25.000,00	59,00	74,00	133,00	8,95
141,85				
De 25.000,01 a 30.000,00	62,00	85,00	147,00	9,30
156,30				
De 30. 000,01 a 40.000,00	63,00	97,00	160,00	9,45
169,45				
De 40.000,01 a 50 . 000,00	66,00	109,00	175,00	9,90
184,90				
De 50.000,01 a 60. 000,00	67,00	129,00	196,00	10,05
206,05				
De 60.000,01 a 80 . 000,00	70,00	148,00	218,00	10,50
228,50				
De 80. 000,01 a 100. 000,00	71,00	168,00	239,00	10,65
249,65				
De 100.000,00 a 150.000,00	74,00	188,00	262,00	11,10
273,10				
De 150. 000,01 a 200.000,00	77,00	2017,00	284,00	11,55
295,55				
De 200.000,01 a 250.000,00	81,00	246,00	327,00	12,15
339,15				
De 250.000,01 a 300 - 000,00	83,00	288,00	371,00	12,45
383,45				
De 300.000,01 a 400. 000,00	87,00	350,00	437,00	13,05
450,05				
Pelo que exceder de				
Cr\$ 400.000,00 cada Cr\$				
100.000,00 ou fração	3,00	13,00	16,00	0,45
16,45				
De valor Inestimável	22,00	14,00	36,00	3,30
39,30				

Notas:

1.^a - Separação consensual e divórcio consensual: a prestação corresponderá à dos feitos de valor Inestimável.

Havendo partilha de bens, sobre o valor destes será paga prestação de acordo com o item III. Havendo recurso da decisão que julgar a partilha, nova prestação será devida.

2.^a - Extinção das obrigações do falido: o valor da causa equivalerá a 40% dos créditos habilitados na falência.

3.^a - Habilitação de credor retardatário e pedido de restituição de mercadorias: o preço será calculado de acordo com o valor do crédito ou das mercadorias.

4.^a - Impugnação de crédito em falência ou concordata: gozam de Isenção total o síndico, o comissário, o falido, o concordatário e o representante do Ministério Público.

IV - Processos-Crimes:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	Carteira das Serventias	Total	
a) de ação pública:					
processo comum	32,00		Nihil	32,00	4,80
processo especial	43,00		24,00	67,00	6,45
b) de ação privada	153,00		97,00	250,00	22,95
					272,95

Notas:

1.^a - Os preços deste item compreendem o custo total do feito, inclusive recursos processados nos autos principais.

2.^a - Nos processos-crimes de ação privada, o querelante pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b", a outra metade será paga por ocasião do recurso pelo recorrente.

Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.

3.^a - Os "habeas corpus", inclusive os de competência originária dos Tribunais, estão isentos de qualquer pagamento com base neste item.

4.^a - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 2/3 para o primeiro e 1/3, para o segundo.

5.^a - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela.

V - Cartas-precatórias, rogatórias; ou de ordem, recebidas para cumprimento:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	Carteira das Serventias	Total	
a) para citação ou intimação:					
Até Cr\$ 5.000,00 ou de valor inestimável	18,00		4,00	22,00	2,70
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00	24,00		8,00	32,00	3,60
Mais de Cr\$ 50.000,00	31,00		13,00	44,00	4,65
b) Para outros fins:					
Até Cr\$ 5.000,00 ou de valor inestimável	35,00		8,00	43,00	5,25
De Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00	46,00		17,00	63,90	6,90
Mais de Cr\$ 50.000,00	62,00		25,00	87,00	9,30

Notas:

1.^a - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição.

2.^a - Nos feitos criminais, as precatórias, rogatórias e cartas de ordens expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de benefício de assistência, judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste Item, sendo por ele responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.

3.^a - As precatórias expedidas a requerimento do empregado, nas ações de acidente do trabalho, não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste Item.

4.^a - Nas cartas Precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento, antes da devolução ou entrega da precatória, como se se tratasse de feito tabelado no Item III.

5.^a - As cartas Precatórias, rogatórias ou de ordem, não estão sujeitas a Pagamento, quando de sua extração, devendo as cartas Precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vias, para que as cópias sirvam de contra fé, quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado.

6.^a - Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.

7.^a - Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda Pública, as custas serão pagas a final pelo vencido.

VI - Recurso que se processe em apartado - além das despesas de traslado e certidões para a formação do instrumento:

Ao Escrivão e ao Distribuidor	Ao Estado	Total	Carteira das Serventias	Total	
a) quando Interposto Perante Juiz	28,00		28,00	56,00	4,20
b) quando interposto perante Tribunal de Justiça ou de Alçada			55,00	55,00	

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo de dúvida suscitada pelo oficial do registro de imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a cota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade de uma só vez no Juízo ou Tribunal em que interposto o recurso.

3.^a - Os feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste Item; não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição parcial: o mesmo que o tabelado no item 6, letra "a", sendo o pagamento total feito em Primeira Instância.

VIII - Conflito de jurisdição- para distribuição:

Ao Estado Cr\$ 22,00

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas Genéricas:

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela I, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais está sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

I - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, "verbo ad verbum" ou em breve relatório, datilografada:

Ao Escrivão	À Carteira
das Serventias	
Pela primeira folha	21,00 3,15
Por página que acrescer	7,00 1,05

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na Inteira, nenhum acréscimo será devido sobre o preço deste item.

2.^a - Se na mesma certidão existir mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentos ou de peças de processos:

Ao Escrivão	À Carteira
das Serventias	
Por página datilografada	7,00 1,05

Notas:

1.^a - Cobrar-se-ão de acordo com este Item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos; os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro documento autêntico extraído de autos para produzir efeito fora deles e que não revista a forma de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopiadora será livre ao advogado interessado fornecer as fotocópias necessárias à formação de instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos de autenticação (item IV), mais o correspondente, no item 1, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

III - Reprodução de peças dos autos, por página:

Ao Escrivão	À Carteira
das Serventias	
a) mediante xerocópias ou fotocópias autenticadas	5,00 0,75

IV - Autenticação de peça extraída de autos judiciais	
- por página	1,50 0,22

V - Alvarás, mandados e ofícios, pelo seu processamento e expedição	14,00 2,10
---	------------

VI - Resposta em folha corrida:

- na comarca da Capital, compreendendo todos os

Cartórios Criminais:

- Ao Estado	28,00
- Nas demais " comarcas por serventuário que certificar	6,00 0,90

Nota:

Na Capital, o Interessado recolherá antecipadamente o preço total.

TABELA 3

DOS DISTRIBUIDORES

I - Distribuição de feito judicial, de reconvenção ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos Interessados nos livros-índices: v. Tabela I.

Notas:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou ratificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação à margem da distribuição a oposição, os embargos de terceiro, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da lide.

II - Distribuição, entre os Juízes das Varas Cíveis da Comarca, e preparo do livro comercial, para visto em balanço:

Ao Distribuidor	8,00	
A Carteira das Serventias	1,20	
	9,20	

III - Distribuição e preparo de livro comercial, inclusive todas as diligências, para autenticação judicial:

Ao Escrivão À Carteira
das Serventias

a) de livro até 1.000 folhas	25,00	3,75
b) de livro de mais de 1.000 folhas	50,00	7,50

IV - Distribuição não compreendida nos itens I e II, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:

Ao Distribuidor	7,00	
A Carteira das Serventias	1,05	

Nota:

Não estão sujeitas à distribuição as escrituras nem os respectivos registros.

V - Certidão de distribuição:

Ao Distribuidor	À Carteira
das Serventias	
a) período de 5 anos:	
por pessoa	14,00 2,10
b) período superior a 5, até 10 anos:	
por pessoa	22,00 3,30
c) período superior a 10, até 20 anos:	
por pessoa	25,00 3,75
d) período superior a 20 anos:	
por pessoa	34,00 5,10
e) expedição de certidão por sistema de processamento de dados:	
o previsto nas alíneas anteriores e mais	5,00

Notas:

1.^a - Os preços acima se referem à certidão por pessoa não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou mama falida correspondente à mesma pessoa.

2.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.^a - Pela informação verbal se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos neste Item.

4.^a - Os preços estabelecidos neste Item corresponderá à primeira folha de certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrados de acordo com a Tabela 2, item I.

5.^a - Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação, compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Ofícios de Distribuição hoje existentes.

TABELA 4

DOS CONTADORES

I - Conta de liquidação, inclusive juros e rateios sobre o valor apurado:

Ao Contador	À Carteira		
das Serventias			
- até Cr\$ 5.000,00	17,00		2,55
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	28,00		4,20
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	42,00		6,30
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	83,00		9,45
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:			
cada Cr\$ 5.000,00 ou fração	11,00	2,55	

Nota:

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta,

II - Conta de liquidação, para purgação de mora, nas ações de despejo:

Sobre o valor da causa:

Ao Distribuidor	À Carteira		
das Serventias			
- até Cr\$ 5.000,00	10,00		1,50
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	14,00		2,10
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	21,00		3,15
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	28,00		4,20
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:			
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	7,00	1,05	

III - Cálculo de imposto de transmissão, em qualquer processo, o de liquidação em arrolamento ou inventário, o dobro do constante no item I, sendo o cálculo feito sobre o valor do monte-mor.

Nota:

1.^a - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo e do passivo, não estando sujeito a acréscimo, ainda que no mesmo processo haja mais de uma sucessão.

2.^a - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item I.

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do Item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V - Verificação ou conferência de crédito e contas em falências, concordatas, concurso creditório e prestações de contas em geral:

- metade dos estabelecidos no Item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão à moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou de Instituições financeiras:

Ao Contador	À Carteira		
das Serventias			
Por cálculo	7,00	1,05	

VII - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2 Item 1

VIII - Conta de liquidação da pena em ação penal:

Cada liquidação:

Ao Escrivão	À Carteira	Total	
das Serventias			
Por cálculo	7,00	1,05	8,05

TABELA 5

DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sub-repartilha:

- o dobro do previsto na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, o preço será reduzido à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sub-repartilha:

- o mesmo que o fixado na Tabela 4, Item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 6

DOS DEPOSITÁRIOS

I - Depósito em mãos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa:

- o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela I.

Notas:

1.^a - As quantias; em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em estabelecimento oficial de crédito de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça e sem quaisquer custas ou emolumentos.

2.^a - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas pela guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados:

3.^a - Não será pedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

4.^a - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o Juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade até o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 50% sobre os rendimentos líquidos do bem depositado.

II - Certidão:

- o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

1 - Citação, notificação ou intimação:

a) de uma pessoa, em horário normal:

Valor da Causa:

- até Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 21,00

- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 28,00

- mais de Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 35,00

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 172, § 2.^o do Código de Processo Civil:

Valor da Causa:

- ate Cr\$ 5.000,00 Cr\$ 28,00

- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 42,00

- mais de Cr\$ 50.000,00 Cr\$ 56,00

c) por pessoa que crescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto:

- um quarto do preço tabelado nas letras "a" e "b".

1.^a - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou residente em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as; diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informações.

2.^a - Nos feitos de valor inestimável (v. Tabela I, Nota genérica 3.^a) a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000,00: se não contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

3.^a - Se a parte interessada não fornecer cópias das Petições ou dos mandados, para servirem de contra fé, o Oficial de Justiça terá direito à rasa de Cr\$ 2,00 por página datilografada de contra fé, não se computando na rua as; cópias a carbono até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rua, em parcela independente.

4.^a - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas, anualmente, mediante portaria da Corregedoria Geral da Justiça, na comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum nas demais comarcas.

5.^a - Quando forem efetuadas; várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

6.^a - Nos processos-crimes movidos contra réu pobre e nas diligências realizadas a requerimento do Ministério Público, nos atos de Ofício, os oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão à conta de verba própria do Orçamento do Tribunal de Justiça. O disposto nesta nota aplica-se também nas diligências realizadas em feitos relativos a menor infrator ou abandonado.

II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares:

- o dobro do previsto no item I, letra "a".

TABELA 8

DOS PERITOS

Notas genéricas:

- 1.^a - Os salários dos peritos serão fixados pelo Juiz do feito até os limites máximos previstos nesta Tabela, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da Causa.
- 2.^a - Nos exames, vistorias e perícias de maior complexidade, ou que exijam verificação demorada, desde que o valor da causa ou a condição financeira das partes o Comporte, o Juiz poderá fixar os salários do perito em quantia superior à prevista nesta Tabela, proferindo despacho devidamente fundamentado.
- 3.^a - Nos feitos de valor até Cr\$ 10.000,00, o salário do perito não poderá, em caso algum, exceder de 3,5% do valor da causa.
- 4.^a - O Juiz está obrigado a fixar salários iguais para os peritos da causa, desde que fundamente a diversidade de arbitramento.
- 5.^a - O perito tem o direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificadas e proporcionais ao valor da causa ou à condição financeira das partes.
- 6.^a - Quando a perícia tiver de ser feita tom do perímetro urbano, terá o perito direito à condição, se o interessado não a fornecer.
- 7.^a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código Civil.

TABELA

I - Exames, vistorias e outras perícias de qualquer natureza - máximo, conforme o valor da causa:

- até Cr\$ 10.000,00	até	Cr\$ 700,00
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	até	Cr\$ 1.050,00
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	até	Cr\$ 1.680,00
- acima de Cr\$ 100.000,00	até	Cr\$ 2.800,00

II - Arbitramento: avaliação de imóveis e outros bens - máximo, conforme o valor dos bens:

- até Cr\$ 5.000,00	até	Cr\$ 420,00
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00	até	Cr\$ 700,00
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	até	Cr\$ 980,00
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	até	Cr\$ 1.400,00
- acima de Cr\$ 100.000,00	até	Cr\$ 1.960,00

Nota:

Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total. Excedendo de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão ser aumentados até o dobro.

III - Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:

- por Cr\$ 100.000,00 ou fração	até Cr\$ 14,00
- emolumento máximo	até Cr\$ 70,00

TABELA 9

DOS PORTEIROS

1 - Arrematação de bem em hasta pública ou leilão:

Ao Porteiro	À Carteira	Total
das Serventias		
- Sobre o valor de arrematação, venda ou arrendamento	2%	0,3% 2,3%

Notas:

- 1.^a - Havendo remição ou adjudicação, a percentagem será reduzida à metade.
- 2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja o número de apregoados, e serão feitos pelo porteiro.
- 3.^a - A afixação de editais de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.
- 4.^a - As praças e leilões judiciais serão realizados pelo porteiro das respectivas Varas sob fiscalização do Juiz.

TABELA 10

DOS TABELIÃES DE NOTAS

I - Escrituras com valor declarado:

Valor da Escritura	Ao Tabelião	Ao Estado	Carteira das	Total
	Serventias			

Até Cr\$ 5.000,00	440,00	88,00	44,00	572,00
De Cr\$ 5.000,01 a 10.000,00	590,00	118,00	59,00	767,00
De Cr\$ 10.000,01 a 15.000,00	760,00	152,00	76,00	988,00
De Cr\$ 15.000,01 a 20.000,00	810,00	162,00	81,00	1.053,00
De Cr\$ 20.000,01 a 25.000,00	840,00	168,00	84,00	1.092,00
De Cr\$ 25.000,01 a 30.000,00	880,00	176,00	88,00	1.144,00
De Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00	910,00	182,00	91,00	1.183,00
De Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	950,00	190,00	95,00	1.235,00
De Cr\$ 50.000,01 a 60.000,00	1.000,00	200,00	100,00	1.300,00
De Cr\$ 60.000,01 a 70.000,00	1.020,00	204,00	102,00	1.326,00
De Cr\$ 70.000,01 a 80.000,00	1.040,00	208,00	104,00	1.352,00
De Cr\$ 80.000,01 a 90.000,00	1.050,00	210,00	105,00	1.365,00
De Cr\$ 90.000,01 a 100.000,00	1.120,00		224,00	1.456,00
De Cr\$ 100.000,01 a 120.000,00	1.190,00		238,00	1.547,00
De Cr\$ 120.000,01 a 150.000,00	1.230,00		246,00	1.599,00
De Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00	1.260,00		252,00	1.638,00
De Cr\$ 200.000,01 a 300.000,00	1.350,00		270,00	1.755,00
De Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00	1.430,00		286,00	1.859,00
De Cr\$ 400.000,01 a 500.000,00	1.510,00		302,00	1.963,00
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração 90,00	18,00	9,00	42,00	117,00
II - Escritura sem valor declarado	420,00	84,00	42,00	546,00
III - Escritura de testamento público e revogação ou aprovação de testamento	1.120,00	224,00	112,00	1.456,00
IV - Escritura de Convenção ou Especificação de Condomínio em planos horizontais ou suas modificações:				
a) Pela Convenção	420,00	84,00	42,00	546,00
b) Por Unidade Autônoma	70,00	14,00	7,00	91,00
V - Procuração ou subestabe- lecimento em Livro Especial ou Comum:				
a) Com poderes para o foro em geral e fins previdenciários	60,00	12,00	6,00	78,00
b) Outras procurações	140,00	28,00	14,00	182,00
c) Em qualquer hipótese: de cada outorgante que acrescer, não sendo cônjuge, mais	20,00	4,00	2,00	26,00
VI - Certidões ou Traslados:				
a) Pela primeira folha	50,00	10,00	5,00	65,00
b) Por página que acrescer	20,00	4,00	2,00	26,00
VII - xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no cartório	5,00	1,00	0,50	6,50
Nota:				
Se o interessado dispensar a certidão, o tabelião poderá cobrar, pela informação, Cr\$ 8,00 de emolumentos.				
VIII - Pública forma de qualquer documento:				
a) Pela primeira folha	20,00	4,00	2,00	26,00

b) Por página que crescer	10,00	2,00	1,00	13,00
IX - Autenticação de Plantas, Mapas e Documentos semelhantes, de xerocópias, fotocópias e outras reproduções fotográficas; conferência e consertes de públicas formas:				
Por página	2,69	0,54	0,27	3,50

X - Reconhecimento de firmas, inclusive de Letra e Sinal	5,38	1,08	0,54	7,00
--	------	------	------	------

Notas:

1.^a - No preço da escritura, procuração ou subestabelecimento se inclui o primeiro traslado.

2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nu escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias de recolhimento de tributos relativos às escrituras e registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.

3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

4.^a - Se a escritura contiver mais de um contrato, ainda que entre as mesmas partes, será devido por inteiro o preço relativo ao contrato de maior valor e pela quarta parte o dos demais contratos.

5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço.

6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de Cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.

7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item I.

8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.

9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um terço do preço.

10.^a - Pela procuração ou subestabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do preço.

11.^a - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária financiada pelo sistema financeiro da habitação, nos casos previstos no artigo 59 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, serão reduzidos em 50%.

12.^a - Nas escrituras de permuta, cada permutante pagará os emolumentos sobre o valor do imóvel por ele adquirido.

TABELA 11

DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE IMÓVEIS

I - Registro, incluindo buscas, indicações reais ou pessoais:

VALOR DO CONTRATO	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até Cr\$ 20.000,00	290,00	58,00	43,50	391,50
De Cr\$ 20.000,01 a 30.000,00	330,00	66,00	49,50	445,50
De Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00	380,00	76,00	57,00	513,00
De Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	430,00	86,00	64,50	580,50
De Cr\$ 50.000,01 a 75.000,00	470,00	94,00	70,50	634,50
De Cr\$ 75.000,01 a 100.000,00	510,00	102,00	76,50	688,50
De Cr\$ 100.000,01 a 150.000,00	540,00	108,00	81,00	729,00
De Cr\$ 150.000,01 a 200.000,00	570,00	114,00	85,50	770,50
De Cr\$ 200.000,01 a 300.000,00	600,00	120,00	90,00	810,00
De Cr\$ 300.000,01 a 400.000,00	630,00	126,00	94,50	850,50
De Cr\$ 400.000,01 a 500.000,00	670,00	134,00	100,50	904,50
De Cr\$ 500.000,01 a 750.000,00	800,00	160,00	120,00	1.080,00
De Cr\$ 750.000,01 a 1.000.000,00	1.000,00	200,00	150,00	1.350,00
Acima de Cr\$ 1.000.000,00:				
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração	40,00	8,00	6,00	54,00

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o

valor declarado na escritura for inferior a estes.

II - Averbação, inclusive buscas, indicações:

VALOR DO CONTRATO	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até Cr\$ 30.000,00	90,00	18,00	13,50	121,50
De Cr\$ 30.000,01 a 40.000,00	100,00	20,00	15,00	135,00
De Cr\$ 40.000,01 a 50.000,00	110,00	22,00	16,50	148,50
De Cr\$ 50.000,01 a 80.000,00	120,00	24,00	18,00	162,00
De Cr\$ 80.000,01 a 120.000,00	130,00	26,00	19,50	175,50
De Cr\$ 120.000,01 a 170.000,00	150,00	30,00	22,50	202,50
De Cr\$ 170.000,01 a 250.000,00	170,00	34,00	25,50	229,50
De Cr\$ 250.000,01 a 350.000,00	190,00	38,00	28,50	256,50
De Cr\$ 350.000,01 a 500.000,00	210,00	42,00	31,50	283,50
Acima de Cr\$ 500.000,00:				
cada Cr\$ 150.000,00 ou fração	16,00	3,20	2,40	21,60
Sem valor declarado	50,00	10,00	7,50	67,50

Notas:

1.^a - O preço da averbação será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.^a - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes a mudança de numeração, desmembramento ou demolição, alteração do nome por casamento, separação consensual, separação judicial litigiosa, divórcio consensual ou divórcio litigioso, averbação de casamento, viuvez, separação judicial ou consensual e divórcio litigioso ou consensual.

III - Loteamento:

Valor do Contrato	Ao Escrivão	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
a) Registro de memorial de loteamento urbano - por lote, além das despesas de publicação pela imprensa	6,00	1,20	0,90	8,10
b) Registro de memorial de loteamento, por gleba, além das despesas de publicação pela imprensa	16,00	3,20	2,40	21,60
c) Averbação no registro - o mesmo valor do item II.				
d) Intimação, além das despesas de condução e publicação pela imprensa	50,00	10,00	7,50	67,50

Notas:

1.^a - Os emolumentos mínimos do Oficial, no caso da letra "a", serão de Cr\$ 200,00.

2.^a - A qualificação do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido pela Lei Federal.

3.^a - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

IV - Condomínio:

a) O registro de memorial de incorporação ou instituição de condomínio:

- o mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (artigo 32, alínea "h", da Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).

	Ao Escrivão	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
b) Registro de Convenção de Condomínio, qualquer que seja o número de unidades	1.000,00	200,00	150,00	1.350,00
c) Averbação de unidade autônoma	36,00	7,20	5,40	48,60

V - Registro, inclusive buscas, indicações reais ou pessoais:

a) Da cédula de crédito rural (Decreto-lei Federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, artigo 34, parágrafo único):

Até Cr\$ 200,00	0,10%
de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00	0,20%
de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00	0,30%
de " 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00	0,40%
Acima de Cr\$ 1.500,00	0,50%

Até o máximo de 1/4 do salário-mínimos da região.

b) Da cédula de crédito industrial (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 1.º):

Até Cr\$ 200,00	0,10%
de Cr\$ 200,01 a Cr\$ 500,00	0,20%
de Cr\$ 500,01 a Cr\$ 1.000,00	0,30%
de Cr\$ 1.000,01 a Cr\$ 1.500,00	0,40%
Acima de Cr\$ 1.500,00	0,50%

Até o máximo de 1/4 do salário-mínimo da região.

Notas:

1.ª - Os atos previstos neste item não estão sujeitos a pagamento de custes do Estado, nem ao recolhimento de contribuição à carteira de Previdência. das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

2.ª - No caso de registro de cédula industrial, cinquenta, por cento do emolumentos caberão ao Oficial do Registro de Imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento serem recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 2.º).

VI - Averbação no registro da cédula de crédito rural ou industrial: 10% (dez por cento) do preço fixado no item anterior, até o máximo de um quadragésimo do salário-mínimo, para os emolumentos do oficial.

VII - Certidões:

Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" - por pessoa, ainda que se referia ao seu nome por extenso e abreviado, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Pela primeira folha:				
a) até 10 anos		20,00	4,00	3,00
b) até 20 anos		30,00	6,00	4,50
e) até 30 anos		42,00	8,40	6,30
d) mais de 30 anos		56,00	11,20	8,40
Por página que acrescer		14,00	2,80	2,10
				18,90

Certidão de matrícula:

(por xerocópia)	20,00	4,00	3,00	27,00
-----------------	-------	------	------	-------

VIII - Informação verbal, quando o interessado dispensar a certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.

IX - Relação de transferência de Imóveis, em forma de listagem, por solicitação de Prefeituras Municipais:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Por transferência de imóvel		10,00	2,00	1,50
				13,50

X - Xerocópia ou fotocópia de documento arquivado em Cartório:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
5,00	1,00	0,75	6,75	

XI - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida: o mínimo previsto nos itens I e II, conforme se trata de registro ou averbação.

XII - Microfilmagem de documento referido nesta tabela:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				

Qualquer que seja o número de

páginas, mais	28,00	5,60	4,20	37,80
TABELA 12				
DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS				
VALOR DO CONTRATO	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até 1.000,00	28,00	5,60	4,20	37,80
De Cr\$ 1.000,01 a 3.000,00	42,00	8,40	6,30	56,70
De Cr\$ 3.000,01 a 6.000,00		56,00	11,20	8,40
75,60				
De Cr\$ 6.000,01 a 10.000,00	70,00	14,00	10,50	94,50
De Cr\$ 10.000,01 a 20.000,00	98,00	19,60	14,70	132,30
De Cr\$ 20.000,01 a 40.000,00	126,00	25,20	18,90	110,10
De Cr\$ 40.000,01 a 70.000,00	154,00	38,80	23,10	207,90
De Cr\$ 70.000,01 a 100.000,00	168,00	33,60	25,20	226,80
Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	10,00	2,00	1,50	13,50
VALOR DO CONTRATO	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até uma página	28,00	5,60	4,20	37,80
por página que acrescer	7,00	1,40	1,05	9,45
III - Entrega de notificação, inclusive a respectiva certidão à margem de registro e no documento; além da condução:				
VALOR DO CONTRATO	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Pela primeira página				
a) no perímetro urbano	42,00	8,40	6,30	56,70
b) no perímetro rural	70,00	14,00	10,50	94,50
por página que acrescer	7,00	1,40	1,05	9,45
IV - Registro resumido de penhora, caução ou parceria:				
	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até uma página	14,00	2,80	2,10	18,90
por página que acrescer	7,00	1,40	1,05	9,45
V - Averbação	14,00	2,80	2,10	18,90
VI - Matrícula de oficina impressora, jornal e outros periódicos:				
	70,00	14,00	10,50	94,50
VII - Inscrição de pessoa jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:				
	42,00	8,40	6,30	56,70
VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:				
Valor do Contrato	Ao Escrivão	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até Cr\$ 5.000,00	42,00	8,40	6,30	56,70
De Cr\$ 5.000,01 a 10.000,00	56,00	11,20	8,40	75,60
De Cr\$ 10.000,01 a 30.000,00	84,00	16,80	12,60	113,40
De Cr\$ 30.000,01 a 50.000,00	112,00	22,40	16,80	151,20
De Cr\$ 50.000,01 a 75.000,00	140,00	28,00	21,00	189,00
De Cr\$ 75.000,01 a 100.000,00	168,00	23,60	25,20	226,80
Pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:				
cada Cr\$ 40.000,00 ou fração	20,00	4,00	3,00	27,00
IX - Cancelamento de inscrição:				
a) em geral: o mesmo que o cobrado por averbação - (item V).				

b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do preço do item VIII.

X - Certidão:

a) pela primeira folha	28,00	5,60	4,20	37,80
b) por página que acrescer	14,00	2,80	2,10	18,90
0 pelo sistema de processamento de dados por nome a mais	7,00	1,40	1,05	9,45

Nota:

Se o interessado dispensar a certidão, o oficial poderá cobrar, pela informação verbal, 50% (cinquenta por cento) dos emolumentos.

XI - Xerocópia ou fotocópia

de documento lavrado ou arquivado no cartório	5,00	1,00	0,75	6,75
---	------	------	------	------

XII - Microfilmagem de documento - referido nesta

Tabela: - qualquer que seja o número de páginas, mais	28,00	5,60	4,20	37,80
---	-------	------	------	-------

XIII - Sistema de processamento de dados de documento referido

nesta Tabela:

- por documento, mais	14,00	2,80	2,10	18,90
-----------------------	-------	------	------	-------

XIV - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5.433, de 8-3-1968. regulamentada pelo Decreto

n.º 64.393 de 24-4-1969:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
a) de microfilmagem por rolo de 16 mm.	70,00	14,00	10,50	94,50
Por rolo de 35 mm.	112,00	22,00	16,80	151,20
b) de cópia extraída de rolo de microfilme legalizado:				
por página ou fotograma	14,00	2,80	2,10	18,90

TABELA 13

DOS ESCRIVÃES DE PROTESTOS DE TÍTULOS

I - Apresentação, protesto e registro de instrumento de protesto, quando houver, letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de edital e condução:

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
Até Cr\$ 2.000,00		32,00	6,40	4,80
de Cr\$ 2.000,01 a 20.000,00		120,00	24,00	18,00
de Cr\$ 20.000,01 a 100.000,00		200,00	40,00	30,00
acima de Cr\$ 100.000,00		300,00	60,00	45,00

II - Distribuição:

Ao Distribuidor	Cr\$ 5,00
A Carteira das Serventias	Cr\$ 0,75

Nota:

As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas por carta registrada, com Recibo de Volta (AR), só se admitindo editais quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

	Ao Oficial	Ao Estado	Carteira das	Total
Serventias				
II - Pelo cancelamento de protesto				
- processado na própria serventia, qualquer que seja o seu valor	42,00	8,40	6,30	56,70

III - Certidão de protesto negativa:

a) pela primeira página, por pessoa:

até 5 anos	10,50	2,10	1,57	14,17
até 10 anos	21,00	4,20	3,15	28,35
b) por página que crescer, qualquer que seja o número de pessoas	4,20	0,84	0,63	5,67
c) certidão de protesto positiva ou de cancelamento de protesto ou negativa de homônimo:				
por Pessoa	17,00	3,40	2,55	22,95
d) certidão extraída por sistema de processamento de dado (computador): o mesmo fixado na letra "a", e mais	6,00	1,20	0,90	8,10
IV - Certidão de protestos positiva, inclusive sob forma de relação, para entidade de classe:				
por protesto	2,00	0,40	0,30	2,70
V - Informação verbal quando o interessado dispensar certidão	2,80	0,56	0,42	3,78
VI - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório:				
por página	4,00	0,80	0,60	5,40
VII - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas	8,00	1,60	1,20	10,80
VIII - Sistema de processamento de dados (computador), de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas	8,00	1,60	1,20	10,80

Nota:

Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Cartórios de Protestos de Títulos.

TABELA 14

DOS ESCRIVÃES DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

	Ao Escrivão	Carteira das	Total
Serventias			
1 - Assento de Nascimento, de óbito, inclusive uma certidão:			
a) quando feito no prazo legal	135,00	13,50	148,50
b) quando feito mediante petição ou mandado, ou por força da Lei de exceção	130,00	13,00	143,00
II - Casamento:			
a) pela habilitação, lavratura do assento, excluídas as despesas da publicação, pela imprensa, incluindo o fornecimento de uma certidão	450,00	45,00	495,00
b) pela dispensa parcial ou total do prazo de proclamas, mais.	100,00	10,00	110,00
c) pela diligência para realização do casamento fora do cartório, dentro do horário normal de expediente, excluídas as despesas de condução, que será fornecida pelo interessado, mais	1.000,00	100,00	1.100,00

d) pela diligência para realização de casamento, fora do cartório, depois do horário normal de expediente, será cobrado mais a metade do preço taxado na letra "c"

e) pela traslado de documento desentranhado dos autos, de cada um, mais 30,00 3,00 33,00

f) pelo registro e afixação de edital de proclamas recebidos de outro cartório e pelo fornecimento de certidão respectiva 100,00 10,00 110,00

g) pela lavratura de assento de casamento, à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório e fornecimento de uma certidão 120,00 12,00 132,00

Nota:

Quando o casamento não for realizado no cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "a", com acréscimo da metade do preço.

III - Registro ou inscrição de casamento religioso com efeito civil, emancipação, interdição, ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade brasileira, transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito, verificado no estrangeiro, inclusive uma certidão fornecida à parte.

350,00 35,00 385,00

IV - Averbação de retificação lavrada

à margem do assento 120,00 12,00 132,00

V - Averbação de divórcio ou Separação judicial

300,00 30,00 330,00

VI - Certidão, incluída a busca:

a) em breve relatório 50,00 5,00 55,03

b) "verbo ad, verbum", no todo ou em parte 100,00 10,00 110,00

c) por averbação que crescer, mais 45,00 4,50 49,50

VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada, de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela II, item III.

Nota:

Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".

VIII - Arquivamento de lei, decreto, resolução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.º do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969:

- até duas páginas 14,00 1,40 15,40

mais de duas, até cinco páginas 28,00 2,80 30,80

- mais de dez até vinte páginas 60,00 6,00 66,00

- mais de vinte páginas 70,00 7,00 77,00

IX - Certidão integral ou parcial

"Verbo ad verbum" ou em breve relatório, de ato mencionado no item anterior:

- pela primeira folha 14,00 1,40 15,40

- por página que crescer 8,00 0,80 8,80

Nota:

A consulta dos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.

X - Ato que lhe seja permitido praticar como Tabelião de Notas:

- O mesmo que o cobrado na Tabela 10.

Nota:

Não será cobrado emolumento algum Pelo Registro Civil e respectivas certidões, das pessoas

pobres, nos termos do artigo 30, da Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, podendo o Oficial do Registro dispensar o atestado de pobreza.

ÍNDICE PRÁTICO DA LEI N.º 6.015 31 de dezembro de 1973

O índice prático da Lei 6.015 de 31-12-1973, é um trabalho dos escreventes do cartório do 16.º Registro de Imóveis da Capital, Vanda Maria de Oliveira, Penna Antunes da Cruz e Lincoln Bueno Alves. Trabalho despretensioso, porém de grande utilidade e rapidez no exame dos títulos e documentos apresentados nos Cartórios Imobiliários.

O paciente esforço e a boa vontade demonstrada pelos mesmos, foi voltada e dirigida para o aperfeiçoamento do serviço pertinente aos imóveis, e portanto, é digno de elogios e servirá para que outros sigam o mesmo caminho.

Publicando-o, antecipamos a sua aceitação como obra de utilidade prática.

"A"

ALVARÁ

- Judicial - Autorização aos Espólios para a venda de Imóveis
- Conservação - Para a averbação de construção; licença para obras da Prefeitura

APELAÇÃO

- Artigo 202 (recurso em dúvida)

ANTI-CRESE

- Artigo 241

ANTI-NÚPCIAS

- Artigo 244

ADJUDICAÇÃO

- É uma forma de aquisição judicial de imóvel

ARREMATACÃO

- Pressupõe sempre a hasta pública (leilão)

ARRESTOS

- Artigo 239

AVERBAÇÕES

- Artigo 246

ARQUIVO

- 26 e 27

"B"

BUSCAS

- Ato de verificar os ônus e disponibilidade de bens.

BEM DE FAMÍLIA

- Artigo 260

B. N. H.

- Artigo 290

"C"

CAUÇÃO

- Artigo 167, item 2, n.º 8

CERTIDÃO ATUALIZADA

- Artigo 229

CERTIDÃO

- Prazo 5 dias - Artigo 19 - para expedição

CONTRIBUINTE

- Artigo 176 - n.º 3

CARACTERÍSTICAS

- Artigo 176 - n.º 3

CONFRONTAÇÕES

- Artigo 176 - n.º 3

CANCELAMENTO - (matrícula)

- Artigo 233 de I a III

CERTIDÕES

- Artigo 239 - Penhoras; Arrestos; e Seqüestros - Vide Mandado

CARTA DE SENTENÇA

COMPROMISSOS

CONDOMÍNIO

- Especificações à margem das transcrições

CONVENÇÃO

- Lei 4.591/64 de 16-12-1964 e Decreto 55.815 de 8-3-1965.

CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL E INDUSTRIAL - abaixo

CANCELAMENTO

- Artigo 248

CARIMBO

- Artigo 211

CIC

- Artigo 176, § único, letra "A"

CPF

Pessoa Jurídica - Artigo 176, § único, letra "A"

CADASTRAL

CERTIDÕES DE PENHORAS

- Artigo 239, § único

CONSTRUÇÕES

- Artigo 167, Itens 4 e 5, inciso II, combinado - Artigo 246

CONSTRUÇÕES ANTI-NUPCIAIS

- Artigo 178, n.º V, livro 3, § Único e Artigo 244 - dom. - conjugal

CÉDULAS

- Crédito Rural, Dec. Lei 167, de 14-2-67

- Crédito Industrial, Lei 413, de 9-1-69

CONSTITUIÇÃO DE RENDA

- Artigo 167, n.º 8 da Lei 6.015 e Código Civil Artigo 1.424

- Figura jurídica e previsto o seu registro, porém pouco usual

CENSUÁRIO

- Código Civil Artigo 1.427

"D"

DECISÕES JUDICIAIS

- Exame da validade e legalidade do título pelo Oficial, fls. 72, n.º 2, Revista do Tribunal

DÚVIDAS

- Artigo 198 - protocolo I a IV - item I a IV

DESAPROPRIAÇÃO

DIVISÃO

DENOMINAÇÃO - (ruas)

- Artigo 246, Único, comb. com 167, itens 4 e 5

DESQUITE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

- Artigo 246, § Único

DESMEMBRAMENTO

- Artigo 167, inciso II, item 4, AV.

"E"

EXTRATO

- Artigo 193 - sem dependência de extratos

ERRO EVIDENTE

- Artigo 213, § 1.º

EMOLUMENTOS

- Artigo 14

EDITAL

- Bem de Família - prazo 30 dias, artigo 262, n.º II

"F"

FORMA NARRATIVA

- os registros devem ser lançados em:

Fusão - Artigo 234 Formais;

- Artigo 221, n.º IV

FIDEICOMISSO

- Artigo 1.733 - Código Civil

FIDEICOMISSÁRIO

- Artigo 1.735 - Código Civil

FIDUCIÁRIO

- Artigo 1.734 - Código Civil

"H"

HIPOTECA

INDISPONIBILIDADE DE BEM

- Artigo 247

INVENTÁRIO

IMPOSTOS DEVIDOS

- Artigo 289

INDICADOR DEVIDOS

- Artigo 289

INDICADOR REAL

- Artigo 179

INDICADOR PESSOAL

- Artigo 180

IMPEDIMENTO

"J"

"K"

"L"

LOCAÇÃO

- Cláusula de vigência - artigo 242

LIVROS ANTIGOS

- Artigo 294, § Único

LIVROS

- Artigo 173

"M"

MATRÍCULAS

- Artigo 227 - Vide Artigo 196

MINISTÉRIO PÚBLICO

- Artigo 213, § 3.º - Artigo 275 - (quandra intervem)

MANDADOS

- Artigo 239 - Penhoras: Arrestos; e Seqüestros - (Vide Certidão)

"N"

NULIDADE

- Artigo 214

NUA PROPRIEDADE

NECESSIDADE DE ESCRITURA PÚBLICA

- Artigo 260

NUMERAÇÃO - (Prédios)

- Aviso de Imposto da Prefeitura e Certidão - Artigo 246

"O"

ÔNUS

- Artigo 230

OFICIAIS DE REGISTRO

- Artigo 289

"P"

PRENOTAÇÃO

- Artigo 205 - de hipoteca convencional - 30 anos

PRAZO

- (Trinta Dias) Prenotação

PRAZO

- (Dúvida) - 15 dias - Artigo 198, n.º III

PENHORA

- Artigo 239

PROTOCOLO

- Artigo 174

PACTO ANTENUPCIAL

- Artigo 178, n.º I, livro 3 - Vide Artigo 244

PACTO-COMISSÓRIO

- Artigo 1.1163, § Único do Código Civil. Definição
- Artigo 167, n.º 7, Lei 6.015

PERMUTA OU TROCA

- Artigo 167, n.º 30, Código Civil Artigo 1.164

Q"

QUITAÇÃO

- Artigo 167, Capítulo II, n.º 2
- Pode ser a requerimento do credor com firma reconhecida ou por meio de escritura pública. É o ato necessário para o cancelamento de uma dívida, contraída através de hipoteca de imóvel

"R"

REGISTRO ANTERIOR

- Artigo 222

RETIFICAÇÃO

Artigo 213, § 1.º e 2.º

REGISTRO

- Artigo 236

REQUERIMENTO

- Artigo 250, n.º III

RUBRICA

- Artigo 198, n.º II

REGISTRO - (não cancelado)

- Artigo 252

REGISTRO TORRENS

- Artigo 277

REGISTRO GERAL

- Artigo 176

REGISTRO AUXILIAR

- Artigo 177

"S"

SEQÜESTRO

- Artigo 239

SUB-ROGAÇÃO

- Artigo 246

"T"

TALÃO

- Artigo 211
- TÍTULOS
- Artigo 221

"U"

USUCAPIÃO

- Artigo 226

USUFRUTO

- É o direito real de fruir as utilidades e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado na propriedade

ANO XXVII

Nº 107 - Publicação: Jan/Jun 1979

Apelação Cível n.º 273.895 - Piratininga - Aptes.: Osório Crepaldi e sua mulher Maria Rodrigues Manzutti Crepaldi - Apdo.: Juízo de Direito da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 273.895, da comarca de Piratininga em que são apelantes Osório Crepaldi e sua mulher Maria Rodrigues Manzutti Crepaldi e apelado o Juízo de Direito da comarca, acordam, por votação unânime, não conhecer do recurso e determinar a remessa dos autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Custas ex lege.

1. Não se vergam os apelantes à r. sentença que, acolhendo dúvida inversa, indeferiu pretensão de matrícula de duas unidades fundidas, calcando-se em que, subsistente comunhão sobre uma delas, se fazia mister divisão prévia para a unificação perseguida. O recurso insiste em que não haveria glebas por dividir, desde que cada condômino ocuparia parte certa, em conformidade com o respectivo título. O Oficial prestou esclarecimentos, apresentando certidões dos registros mencionados e encadeados.

2. Não se conhece do recurso.

Como se não desenhou nenhum conflito, atual ou virtual, entre os requerentes e o Oficial do Registro Imobiliário, dúvida não há. Ora, consoante ponderou a doura Procuradoria, a espécie não se insere na competência deste Conselho Superior da Magistratura, limitada aos procedimentos de dúvida (Arts. 198 e 293, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

É assunto administrativo submisso à competência recursal da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (Art. 246, do Código Judiciário, Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969), a que se determina a oportuna remessa dos autos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogados: Drs. Roberto José Libel e Antônio Galvão de Castro Neto.

Apelação Cível N.º 275.009 - Taquaritinga - Apte.: Francisco Ascêncio Machado - Apdo.: Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 275.009, da comarca de Taquaritinga, em que é apelante Francisco Ascêncio Machado e apelado o Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se dobra o apelante à r. sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula e registro de escritura pública de partilha, sob fundamentos de que esta não escusa homologação judicial e de que, não sendo herdeiro, o apresentante não tinha como compartilhar daquele ato senão como cessionário de direito à sucessão. O recurso defende que o vigente Código de Processo Civil dispensaria a homologação e, como o apelante recebera parte dos bens ao

herdeiro, com este poderia concorrer na partilha.

2. Inconsistente o recurso.

Como acentuou a r. sentença apelada, a escritura de doação não operou nem poderia operar transmissão de domínio que capacitasse o apresentante a intervir na partilha subsequente, como se herdeiro fosse, quando indiscutível que essa tolera apenas a participação dos sucessores. Trata-se, na verdade, de mero negócio jurídico de cessão de direitos hereditários, suposto rotulado de doação para lhe denotar o caráter gratuito, e que, consoante já se dilucidou, não tem efeito de transferir o domínio dos bens do espólio, mas, tão-somente o de transferir os direitos de sucessores, a serem apurados em inventário" (cf. "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", Lex, vol. XV, pág. 497). As cessões de direitos hereditários, por fundamentar título posterior de aquisição de propriedade, dependem de apuração dos bens que, ria partilha, tocarem aos herdeiros cedentes! Estes é que, na cadeia de transmissão dos registros públicos, devem figurar como adquirentes mortis causa das coisas registradas em nome do falecido.

Autorizar o registro, portanto, aqui, importaria flagrante violação do princípio da continuidade dos registros imobiliários, na medida em que, figurando na partilha quem herdeiro não é, se reconheceria transferência de propriedade, que não ocorreu por ausência de poder de disposição. Não é preciso insistir em que, enquanto não registrado o formal ou carta de adjudicação, não têm os herdeiros, disponibilidade do domínio que lhes adveio à abertura da sucessão (cf. Apelações Cíveis 267.427 e 269.915).

A posição jurídica do apresentante é de cessionário de direitos hereditários. Como tal, não disporá de título aquisitivo da propriedade, em que se especificarão os direitos sucessórios de que é titular, senão em consequência do registro do título dos herdeiros cedentes. Noutras palavras, segundo o indigitou a r. sentença recorrida, deve integrar o inventário na qualidade de cessionário de uma parte dos direitos que lhe adjudiquem os herdeiros. Registrados, sucessivamente, o título destes e o seu, preservando-se, destarte, a continuidade dos registros públicos, concretizará a aquisição do domínio.

Este é fundamento bastante.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas ex lege. São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Adail Nunes da Silva.

Apelação Cível N.º 276.469 - Campinas - Aptos.: Caio Soares Pinto e outros - Apdo.: Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 276.469, da comarca de Campinas, em que são apelantes Caio Soares Pinto e outros e apelado o Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, por votação unânime, julgar prejudicado o recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurgem-se os apelantes contra a r. sentença que, acolhendo dúvida, indeferiu averbações concernentes à abertura de logradouros públicos em loteamento, fundando-se na necessidade de prévio registro deste. O recurso sustenta que, com doação de áreas à Municipalidade para implantação de logradouros públicos, o aproveitamento destes caracterizaria a hipótese como desmembramento. O Oficial suscitante certificou que os proprietários do terreno providenciaram o registro do loteamento, após a prolação da sentença recorrida.

2. Prejudicado o recurso.

Certificando-se que, após a r. sentença apelada, os proprietários do terreno iniciaram o processo de registro do loteamento exigido (fls. 187 a 197), não subsiste objeto de cognição recursal. Cuida-se de aquiescência explícita ao mandamento decisório que suprime interesse ao conhecimento do recurso, prejudicando a própria dúvida. Se as averbações pretendidas estavam subordinadas ao registro prévio do loteamento clandestino, o espontâneo processamento desse configura adesão ao comando da sentença que exclui interesse no recurso.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, julgar prejudicado o recurso. Custas ex lege.

São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. Advogado: Dr. Gilberto Vicente de Azevedo.

Apelação Cível N.º 277.170 - São Bernardo do Campo Apte.: Ministério Público - Apdo Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível N.º 277.170, da comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante Ministério Público e apelado o Sr. Oficial do 1.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, acordam, contra o voto do Presidente, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Rebelar-se a d. Curadoria contra a r. sentença que, desacolhendo dúvida, autorizou matrícula e registro de escritura de venda e compra de imóvel rural, outorgada, em condomínio, a estrangeiro, que não estaria impedido de adquirir, porque lavrada antes da edição do Decreto N.º 74.965, de 26 de novembro de 1974, que regulamentou a aquisição de áreas entre três e cinquenta módulos. Aduz o recurso que o instrumento teria sido apresentado na vigência desse Decreto e estaria, portanto, submisso à lei vigente na data da apresentação.

2. Inconvincente o recurso.

Arredando o obstáculo entrevisto do Oficial suscitante, a r. sentença apelada acomodou os preceitos jurídicos à realidade social e, fazendo justiça, não merece nenhuma censura.

Trata-se de instrumento de venda e compra de área rural de dimensão superior a três e inferior a cinquenta módulos de exploração indefinida, outorgada, em condomínio, a estrangeiro, em cumprimento a promessa de venda e compra, irrevogável e irrevogável, muito anterior ao Decreto n.º 74.965, de 26 de novembro de 1974, que regulamentou a Lei Federal N.º 5.709, de 7 de outubro de 1971.

Em primeiro lugar, não é exato que a escritura tivesse sido apresentada já na vigência do Decreto regulamentar, que subordinou a aquisição, por parte de estrangeiro, de áreas intermediárias, à prévia autorização do Incra. Conquanto não emergam elementos bastantes à dilucidação do ponto, não pode aceitar a data a que se apegou a d. Curadoria recorrente (fls. 16). É que o processo de registro parece ter sido iniciado muito antes de vinte e nove de novembro de 1974, data de carimbo de prenotação e de cálculo de emolumentos, ao depois anulado (fls. 15 verso). Esta circunstância é decisiva na convicção de que o instrumento teria sido apresentado antes da edição daquele Decreto que introduziu a exigência inobservada. Nesse contexto, como bem argumentou a r. decisão recorrida, invocando precedente deste Conselho que assentou a inoperância de norma dependente de regulamentação, "o que ficou para ser regulamentado e que, portanto, não pode prejudicar aos destinatários da norma legal, pela ausência de regulamentação, é a forma em que se daria a aquisição, por estrangeiro, de imóvel rural não excedente a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida. Por outro lado, não pode a lei ficar dependendo, em sua execução, ad aeternitatem, do arbítrio do Poder Executivo. Assim, não editada a regulamentação do prazo fixado, que no caso era de 90 dias, os doutrinadores, à unanimidade, afirmam que os destinatários da lei podem se valer de seus preceitos, obviamente desde que se possa prescindir do regulamento (cf. Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", ed. 1966, pág. 77; Pontes de Miranda, "Comentários à Constituição de 1967", com a emenda n.º 1, de 1969, págs. 312 e segs.). Ora, somente agora, a 26 de novembro de 1974, expediu-se o Decreto n.º 74.965, regulamentador da Lei n.º 5.709/71, mas sem que anteriormente se impedisse aos estrangeiros, pela falta de regulamentação, de adquirirem imóveis rurais, respeitado o módulo máximo fixado" (Agravado de Petição n.º 238.753, in "Acórdãos do Conselho Superior da Magistratura do Biênio 1974/1975", Lex 1977, pág. 148. Grifos nossos).

Em segundo lugar, infere-se que o terreno, posto cadastrado como rural, não o é de todo, consoante inculca a declaração de utilidade pública, emanada da Municipalidade local e concernente também a prédios limítrofes (fls. 44) , Bastaria, dessarte, se providenciasse averbação da transformação por suprimir o fundamento da dúvida.

Cumpriria, ao depois, não restringir o conteúdo do direito real inerente a promessa anterior. Não

mais corresponde à natureza desse direito, segundo o perfil construído da jurisprudência, sustentar revele apenas limitação do poder dispositivo do titular do domínio. Como já se acentuou, em exegese das consequências jurídicas da elaboração pretoriana, "temos que o direito de propriedade que restou ao compromitente, vendedor após o pagamento do preço se aniquilou ao ponto de se converter em mera obrigação de assinar uma escritura. essa obrigação integra, por certo, o complexo de relações jurídicas do promitente vendedor mas, por não ter expressão econômica, não integra seu patrimônio" (José Osário de Azevedo Jr., "O Compromisso de Compra e Venda - Uma Tentativa de Atualização" SP, tese de mestrado na PUCSP, 1978, pág. 42).

Nenhuma heresia jurídica, pois, se perpetraria no ponderar a extensão do caráter real da promessa de venda e compra, de muito antecedente à entrada em vigor do regulamento que condicionou a aquisição e cujo preço foi totalmente pago. Neste caso concreto, assim, não fosse pelas manifestas inconveniências sociais de uma desconstituição indireta do negócio jurídico, a autonomia substantiva da promessa postula o argumento concorrente de que o registro consumará o cumprimento de obrigação economicamente inexpressiva. A coisa de há muito está no patrimônio dos adquirentes, por força de negócio de natureza real, que se exauriu antes da vigência do Decreto n.º 74.965, de 26 de novembro de 1974.

3. Do exposto, acordam, contra o voto do Presidente, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça, dei provimento - Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor, Advogado: Dr. Paulo Ruggeri.

Apelação Cível n.º 278.753 - Capital - Apte.: Irmãos Kherlakian - Exportação, Indústria, Comércio e Importação Ltda. Apdo.: Sr. Oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 278.753, da comarca da Capital, em que é apelante Irmãos Kherlakian - Exportação, Indústria, Comércio e Importação Ltda. e apelado o Sr. Oficial do 12.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se a recorrente contra a r. sentença que, acolhendo dúvida, indeferiu registro de contrato de locação cuja cláusula de vinculação de herdeiros e sucessores não equivaleria a convenção de vigência em caso de alienação. O recurso invoca decisão isolada em sentido contrário à exigibilidade de cláusula expressa.

2. Insubsistente o recurso.

Por que tenham acesso ao registro imobiliário e assegurem o efeito previsto no artigo n.º 1.197, caput, segunda parte, do Código Civil, devem os instrumentos de contrato de locação ostentar cláusula expressa de vigência no caso de alienação do prédio locado (art. 167. 1, n.º 3, e 242, da Lei de Registros Públicos,. Não basta a convenção usual de que o negócio obriga a herdeiros e sucessores.

"A expressão herdeiros e sucessores, embora a palavra sucessores possa indicar tanto a sucessão inter-vivos como a mortis causa, é geralmente usada como fórmula de praxe em todas as escrituras públicas, para significar a sucessão mortis causa, mesmo porque a designação de herdeiro é mais restrita que a de sucessor, pois há também o legatário. É preciso considerar que o artigo 1.197 do Código Civil consagra, como princípio básico e geral, que a alienação rescinde o contrato de locação. Para que tal não ocorra é mister, dispõe o referido artigo 1.197, que seja consignada a cláusula de sua vigência no caso de alienação, etc. Por conseguinte, não é suficiente o simples emprego das expressões herdeiros e sucessores, a menos que outros elementos do contrato indiquem, da parte dos contratantes, uma inequívoca vontade de manter vigente o contrato, Tio caso de alienação" (Sarpa Lopes, "Tratado de Registros; Públicos", RJ, Freitas Bastos, 5.ª ed., 1962, vol. III pág. 105, n.º 428. Grifos são do original).

Ora, o instrumento questionado, para além da cláusula equívoca, não abriga nenhum elemento de que se pudera inferir tenham os contratantes acordado a vigência no caso de alienação.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex

lege.

São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça, Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Adriano Marrey, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor - Convocado. Advogado: Jorge Abud Simon.

Apelação Cível n.º 279.051 - São Paulo - Aptes.: Octávio Vivone, sua mulher e outra - Apda.: Sra. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados o discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 279.051, da comarca de São Paulo, em que são apelantes Octávio Vivone, sua mulher e outra, e apelada a Sra. Oficial do 11.º Cartório de Registro de Imóveis da comarca, Acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1 - Não se dobram os apelantes à r. sentença que, acolhendo dúvida, denegou abertura de matrícula e registro de escrituras de venda e compra de imóvel, cujo certificado de cadastramento, não foi exibido. Insiste o recurso em que parte da área estaria cadastrada e o excedente seria regularizado após conclusão de ações judiciais em andamento.

2. Inconsistente o recurso.

Não está em xeque o princípio de que o certificado de cadastro, conseqüente à declaração obrigatória (Art. 4.º § 2.º da Lei n.º 4.504, de 30 de dezembro de 1964, e Art. 2.º caput, da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972), é condição necessária de validade de negócios jurídicos dispositivos que tenham por objeto prédios rurais e, portanto, sua apresentação é indeclinável à lavratura de matrícula e registros (Apelação Cível n.º 271.969). Não o questionam os recorrentes, que se apegam a outros argumentos.

Sem razão, contudo.

Não foi exibido o certificado concernente a parte das terras alienadas (fls. 11, 24 e 88).

Respondendo, aliás, a súplica dos interessados, esclareceu o Instituto que a inclusão cadastral do excesso depende de apresentação de certidões atualizadas de registros anteriores (fls. 75).

Não se verifica, pois, o pretense círculo vicioso.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas ex lege.

São Paulo, 22 de fevereiro de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator - Adriano Marrey, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor - Convocado. Advogado: Dr. João José Rodrigues.

D.O.J. 22-4-79

Apelação Cível n.º 278.038 - Martinópolis - Apte.: Caixa Econômica Federal de São Paulo - Apdo.: Sra. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 278.038, da comarca de Martinópolis, em que é apelante Caixa Econômica Federal de São Paulo e apelado a Sra. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Insurge-se a recorrente contra a r. sentença que, acolhendo dúvida, indeferiu registro de carta de arrematação, passada em execução extrajudicial, sob fundamento de que a suscitada não teria juntado certificado de quitação, expedido em seu nome. O recurso alega que o certificado é expedido em nome dos proprietários e sua apresentação estaria dispensada pela jurisprudência.

2. Inconsistente o recurso. A r. sentença recorrida não resistiria, na verdade, ao argumento contraposto de que o certificado é expedido em nome dos proprietários. Subsiste, entretanto, pelo fundamento que sustentou a dúvida. Não se controverte que, afeiçoando-se à orientação emanada do Colendo Plenária do Egrégio Tribunal de Justiça, tem este Conselho sustentado a

inelegibilidade de exibição de certificado de quitação de dívidas previdenciais, para o registro de cartas de adjudicação e de arrematação. Trata-se de princípio normativo, enraizado na necessidade de recomposição do sentido axiológico do art. 152, § 3º "d", do Decreto n.º 77.077, de 24 de janeiro de 1976, por evitar consequências exegéticas disparatadas. E o despropósito, que se busca atalhar, estaria na submissão da sorte dos processos judiciais ao aviso dos responsáveis por débitos da previdência e no correlato comprometimento do interesse público subjacente à atividade jurisdicional. Esse o fundamento substantivo da jurisprudência invocada (cf. "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" Lex, XXXIV 1172, "Revista dos Tribunais", 483/106, e Apelações Cíveis 267.372, 270.748 e 271.967).

Ora, as coordenadas da espécie são muito distintas e não guardam proporcionalidade alguma com os pressupostos daquela conclusão pretoriana.

A carta não proveio de atividade jurisdicional, cercada das garantias de controle, próprias do exercício do Poder judicante. Cuida-se de documento de índole privada, expedido no curso da chamada execução extrajudicial, prevista nos arts. 31 e seguintes, do Decreto-lei federal 70, de 21 de novembro de 1966, em favor de instituições financeiras. Como se percebe, esse anômalo instituto de autodefesa de créditos determinados, que outorga aos agentes fiduciários a faculdade de promover autênticos leilões das coisas hipotecadas, de nenhum modo se equipara ao processo, enquanto instrumento técnico do exercício da função jurisdicional. Falto das notas essenciais da jurisdição, tal expediente discriminativo não pode aspirar à condição processual dos atos publicísticos de expropriação da disponibilidade, cujos interesses transcendentes; se procura resguardar por via daquela interpretação.

Noutras palavras, não há simetria possível entre os interesses do desenvolvimento regular da atividade jurisdicional, inerente às execuções judiciais, e os de procedimento singular de satisfação de créditos, apelidado de execução extrajudicial. Todo dano ou embaraço àqueles é dano ou embaraço direto à jurisdição. A estes, não passará de dano ou embaraço a uma forma extravagante de autodefesa, que não exclui recurso à última instância do processo jurisdicional (rectius, processo).

Os argumentos, predispostos a assegurar a operância das transmissões forçosas, decorrentes de atos jurisdicionais, quando se não desenhe fraude, não convêm, portanto, às peculiaridades das alienações autorizadas no artigo 32, do Decreto-Lei 70/66. Equiparam-se estas, antes, aos demais atos de disposição negocia], consumados no plano das iniciativas dos sujeitos das relações jurídicas materiais. Os leilões mais não são que procedimentos do próprio sujeito ativo do vínculo de débito e crédito, tendentes ao adimplemento.

Força concluir, destarte, que não há costear incisivas disposições legais, que condicionam a validade absoluta de atos de transformação subjetiva da propriedade à apresentação do certificado. Sobretudo na hipótese vertente, em que a arrematação, configura a primeira transferência de domínio de prédio, construído ao depois de 22 de novembro de 1966, e a exigência ordena-se a preservar a responsabilidade solidária do dono ou comitente das obras, para com possíveis dívidas previdenciais do construtor (arts. 142, § 2.º e 152, § 4.º e 153, do Decreto 77.077, de 24 de janeiro de 1976).

O registro de cartas de arrematação, passadas em execuções extrajudiciais, na forma do art. 37, caput, do Decreto-Lei Federal, 70, de 21 de novembro de 1966, está subordinado à apresentação de certificado de quitação de débitos previdenciais (cf. Apelação Cível 271.939). Não lhe aproveita orientação contrária, firmada ao propósito de cartas de adjudicação ou arrematação, expedidas em execuções judiciais.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas ex lege. São Paulo, 12 de março de 1979.

Assinatura: Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. - Advogado - Dr. José Roberto Barbosa de Castro.

Apelação Cível N.º 279.278 - Fernandópolis - Apto.: José Manoel de Mattos - Apdo.: Sr. Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 279.278, da comarca de

Fernandópolis, em que é apelante José Manoel de Mattos e apelado o Sr. Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex causa.

1. Rebelar-se o apelante contra a r. sentença que, acolhendo dúvida, denegou registro de instrumento particular de retificação e ratificação de promessa de venda e compra, calcando-se em que não haveria possibilidade de controle de disponibilidade, a demonstração da área não procedera de perito e seria casado o promitente vendedor. Aduz o recurso que as novas certidões atenderiam às exigências do oficial e era solteiro o promitente quando firmara mandato em causa própria.

2. Inconvincente o recurso.

Abstraídas as questões concernentes a intervenção de terceiros e à qualificação do promitente vendedor, pesa, por entravar o registro pretendido, obstáculo insuperável.

Inconcusso que, no vigente sistema, nenhum registro ou averbação se opera sem prévia matrícula do corpo físico.

Necessário seria, portanto, se procedesse à matrícula da unidade imobiliária a que se refere a fração ideal, objeto do instrumento apresentado (fls. 10). Trata-se do quinhão quarenta e oito da antiga Fazenda "Marinheiro", cuja descrição e confrontação são minudentes no compromisso. Acontece, entretanto, que a divisão, de que teria resultado tal quinhão, não foi registrada senão no Cartório de Títulos e Documentos (fls. 16 e verso), nem consta dos autos que tivesse sido homologada ou decidida por sentença Impossível, em consequência, matricular o imóvel correspondente ao quinhão quarenta e oito e proceder ao registro subsequente da promessa. E é o quanto basta por sustentar a conclusão de procedência da dúvida.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso. Custas ex causa. São Paulo, 12 de março de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. - Advogados: - Drs. Maria Aracy Bittencourt, Wanderley Louzada e Délcio Francisco Ramos.

Apelação Cível N.º 279.635 - Capital - Apte.: Benedicto da Paixão Branco, e Outra. - Apdo.: Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível N.º 279.635, da comarca da Capital, em que são apelantes Benedicto da Paixão Branco e Outra e apelado o Sr. Oficial do 15.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

1. Não se conformam os apelantes com a r. sentença que, acolhendo dúvida inversa, denegou matrícula e registro de carta de adjudicação, sob fundamento de que não estaria registrado o título da ré da ação de adjudicação compulsória. O recurso insiste em que, como a sentença valeria como título para transcrição, líquido e certo seria o direito ao registro recusado.

2. Insubsistente o recurso.

Tenciona violentar o princípio da continuidade dos registros imobiliários, em pretendendo dar ingresso a sentença de ação de adjudicação compulsória, que se não encadeia ou liga aos assentos correspondentes à mesma coisa. Noutras palavras, o imóvel está transcrito em nome de outrem que não a promitente cedente, vencida na ação de adjudicação compulsória.

Ora, este Conselho já teve, em caso análogo, oportunidade de notar que, "se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, não se admite, hoje, registro antes da matrícula e do registro do título anterior, qualquer que seja sua natureza (arts. 195, 227, 228 e 236, da vigente Lei de Registros Públicos).

A deficiência inculcada configura obstáculo absoluto aos atos pretendidos, porque nenhuma prova há, no fundo, de que o promitente vendedor fora proprietário dos prédios adjudicados. Essa é circunstância que não é purgada pela força de sentença que acolha pretensão de adjudicação compulsória, circunscrita à substituição jurisdicional de declaração de vontade recusada. Ação de adjudicação compulsória não cria nem transfere domínio.

Atém-se à pretensão de suprir declaração de vontade negocial, cuja eficiência jurídica assume. Logo, conseqüente carta de adjudicação não pode mais do que o poderia o instrumento do

negócio recusada (Apelação Cível 272.223).

A solução, portanto, está no registro prévio de título aquisitivo da promitente cedente.

3. Do exposto, acordam, por votação unânime, negar provimento ao recurso, pagas as custas ex lege.

São Paulo, 12 de março de 1979.

(ãa) Acácio Rebouças, Presidente do Tribunal de Justiça; Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça e Relator; Young da Costa Manso, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Revisor. - Advogado: - José Francisco de Souza.

**AS ATIVIDADES E IMPLICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS, E JUDICIAIS
CONCERNENTES AO REGISTRO DE IMÓVEIS EM DECORRÊNCIA DA NOVA
LEI N.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com as alterações da Lei N.º
6.216, de 30 de junho de 1975.**

Lodovico Trevizam, Oficial Maior do 1º Registro de Imóveis e da Corregedoria Permanente.

Nos últimos anos muitos pensaram em modificar o nosso sistema de registro imobiliário que regia através do Decreto-lei N.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, não pelo prazer (te reformar o que lhes parecia antiquado, mas por um sincero propósito de aperfeiçoamento. Esse propósito busca raízes nas idéias de LYSIPO GARCIA, que foi um grande jurista e Oficial de Registro de Imóveis no Rio de Janeiro, procurando dar um passo à frente no caminho do sistema germânico, do qual todavia ainda se acha distante, como de resto não poderia deixar de acontecer em virtude das nossas naturais deficiências de estrutura. As boas leis, as verdadeiras leis, não são aquelas que pairam na estratosfera pretendendo soluções ideais, porém, fora da realidade. A realidade brasileira não está somente nas suas capitais; está também na sua imensa hinterlândia. As nossas leis não podem esquecer este fato incontornável, Por isso elas não devem ser meras tradições ou simples adaptações de leis alienígenas. Em vez de asas, devem ter principalmente pés.

E, se bem que seja natural que os nossos juristas e legisladores se inspirem nas fontes do direito estrangeiro, nunca devem esquecer que em direito, como em literatura, é preciso manter os pés em terra e consultar, com igual freqüência, a realidade socioeconômica nacional.

A nova Lei 6.015, ora enfocada, está prestando serviços de grande relevo colaborando com a coletividade e com os poderes, públicos no aperfeiçoamento da nossa legislação imobiliária e registral e da nossa organização judiciária, bem como no aprimoramento dos serviços cartorários que lhe disserem respeito, tudo isso porque os integrantes desse novo organismo conhecem, teórica e praticamente, as atribuições de cada um, sendo assim lícito esperar que as suas contribuições intelectuais e sugestões funcionais sejam reconhecimento válidas e mereçam o acatamento, o apreço e a valiosa acolhida de todos aqueles que desejem sinceramente acertar nesse campo de atividades.

Todos os problemas que direta ou indiretamente se relacionem com as nossas funções vão ser agora versados, debatidos, analisados, conferidos, estudados e esclarecidos, empreendendo efetiva colaboração aos advogados, aos cartórios de notas (onde se lavram escrituras) e órgãos de justiça (processamentos de inventários, arrolamentos, desquites e divórcios, arrematações em basta pública, etc.), as autoridades em geral e ao Poder Judiciário; de servir à coletividade e aos governantes oferecendo-lhes o testemunho da nossa sincera intenção de ir ao encontro dos objetivos colimados.

REQUISITOS ESSENCIAIS PARA MATRICULA E REGISTRO

Ao elucidarmos os fatos da problemática admitida, não poderíamos deixar de início transcrever o artigo 225 do citado diploma, assim vazado:

Os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis, mencionando os nomes dos confrontantes e, ainda, quando se tratar só de terreno, se esse fica

ao lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima, exigindo dos interessados certidão do registro imobiliário.

§ 1.1 - As mesmas minúcias, com relação à caracterização do imóvel, devem constar dos instrumentos particulares apresentados em cartório para registro.

§ 2.º - Consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior".

Passaremos a analisar de forma objetiva e peremptória o artigo em tela e seus parágrafos.

I - Comumente o cartório imobiliário devolve a escritura levada a registro pela inobservância daqueles preceitos legais, apesar de insistirmos no aperfeiçoamento. Há casos em que o comprador já alienou parte do imóvel, sem que, para tanto, tenha o Tabelião o cuidado necessário para evitar o engano, para posterior correção. Há casos em que a transcrição (na lei anterior 4.857) já foi encerrada pela abertura de matrícula, em razão do registro de um contrato de locação, de arrendamento, ou por constituição de cédula rural pignoratícia e hipotecária. Para se evitar tais dissabores, o legislador, no artigo 225, parte final, introduziu. . ." exigindo dos interessados (vendedores) certidão do registro imobiliário". É óbvio que, cumprindo o preceito legal, o fato jamais viria a ocorrer.

II - Por analogia, debatidos, analisados, conferidos e estudados, deparamos, freqüentemente, com formais de partilha extraídos de inventários homologados, desquites, penhoras, arrematações, onde, por evidente equívoco, fatos ocorrem na Comarca de Piracicaba, demais comarcas, até mesmos nos ofícios de justiça da Capital. Expedido o título declaratório e levado a cartório para registro, às vezes é ele impugnado, não só em razão do artigo 225 e seus parágrafos, como, principalmente, pela falta da individualização do imóvel objeto de partilha. Exemplo típico: O advogado presta as primeiras declarações e descreve o imóvel como um só todo e deixa o inventário ter o processamento normal. Na Liquidação, recolhe-se o imposto "causa-mortis". Ao se lavrar o Esboço de Partilha, por intermédio do Cartório do Distribuidor e Contador do Juízo, de acordo com o procurador das partes, é aí que a coisa entorta: Pagamentos: À viúva meeira . . ., o prédio X, da rua. . . no valor de Cr\$... Ao herdeiro. . . o prédio H, da rua. . no valor de Cr\$... Ao herdeiro. . ., o prédio P, da mesma rua. . no valor de Cr\$... Onde os característicos e confrontações de cada uni - separadamente - dos imóveis atribuídos no Esboço? Existem casos em que na inicial os imóveis são descritos, separadamente, e, no Esboço de Partilha, aparecem com um só valor, como proceder-se os registros? Inúmeros casos em que o imóvel nem sequer é descrito, constando apenas o prédio n.º da rua. . ., havido pela transcrição, ou Matrícula n.º Há casos em que a transcrição foi encerrada em virtude de alienação de parte ideal de condomínio, formando-se matrícula do todo, ou, em havendo locação e outras avenças, constantes do item 1. Por tais fundamentos, insistimos na parte final do artigo 225, ou seja, "certidão do registro imobiliário", evitando-se, conseqüentemente, um novo processamento judicial, acarretando, evidentemente, sobrecarga de trabalho aos dignos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos cartórios, das partes e dos Advogados, estes, em particular.

III - Quando o artigo 225 enumera as exigências legais, expressamente determinadas, imprimindo esta redação: "Os tabeliães, escrivães e juízes farão com que, nas escrituras e nos autos judiciais, as partes indiquem, com precisão, os característicos, as confrontações e as localizações dos imóveis (especialmente suas metragens, de frente, da frente aos fundos, e dos fundos), quando se tratar só de terreno, se esse fica do lado par ou do lado ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima teve o legislador o necessário cuidado de assim proceder, a fim de evitar, destarte, futuros aborrecimentos às partes ao se defrontarem diante do Oficial de Registro de Imóveis.

FUSÃO DE IMÓVEIS

Em consonância com o que já nos referimos anteriormente, estipula a lei que nenhum registro poderá ser feito, sem que o imóvel, a que se referir, esteja matriculado, nos termos do artigo 236 da Lei 6.015.

Quando um cidadão possuir dois ou mais imóveis contínuos, constarem de matrículas autônomas (art. 234), pode ele requerer ao Oficial a Fusão destas em uma só, encerrando-se as primitivas, com a abertura de nova matrícula-unificadora.

Idêntica providência pode ser pleiteada quando dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores (decreto-lei 4.857), face ao artigo 235, inciso 1 da nova Lei, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar.

Os documentos comprovatórios são os elementos colhidos por certidão no Registro de Imóveis, quando se tratar de imóvel urbano, nalguns casos, de memorial e planta elaborados por engenheiro civil ou agrimensor; para imóvel rural, são indispensáveis memorial descritivo e planta, necessariamente a área levantada deve corresponder aos títulos aquisitivos, além de Cadastrada no INCRA, para imóvel rural. (Revista dos Tribunais, volume 456/116).

Em havendo área superior aos títulos de origem, é óbvio que o Oficial não poderá atender o pedido, infringindo o disposto no artigo 213, § 2.º, da Lei em referência, que diz: "a retificação será feita mediante despacho judicial", serão citados, para se manifestarem sobre o requerimento, todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores, ouvindo-se o Ministério Público. Com fundamento no § 4.º se o pedido de retificação for impugnado, o MM. Juiz de Direito Corregedor do Cartório remeterá o interessado para as vias ordinárias, deferindo ou não o requerimento com ambos os efeitos, cabendo recursos de apelação ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

INCRA

Nos inventários e escrituras o E. Supremo Tribunal Federal reformulou seu entendimento anterior (R.T.J. 52/331), ao asseverar, recentemente, que "ex vi" dos artigos 65, da Lei n.º 4.504-66 Estatuto da Terra, e 11, do Decreto-lei n.º 57-66, é inadmissível a divisão da gleba em quinhões menores do que os módulos, ainda que para fazer cessar o condomínio entre os co-proprietários. O fim da lei, no caso, é o de evitar a proliferação de minifúndios antieconômicos e deve preponderar sobre a literalidade do dispositivo (RE n.º 78.048 - SP; rel. Ministro Aliomar Baleeiro. Saliente-se haver o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado firmado jurisprudência, nesse sentido, vide Revistas dos Tribunais, volumes 495/96 - janeiro/977, e 506/117 - dezembro/977.

PERMISSIBILIDADE

A Lei Federal n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972, artigo 8º, § 4.º, permite a alienação de área inferior ao módulo desde que se destine comprovadamente à sua anexação ao prédio rústico, confrontante, cujo imóvel do qual se desmembre permaneça com área igual ou superior à fração mínima do parcelamento.

FUNRURAL

Em recente Acórdão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura Paulista, preferido no Agravo de Petição n.º DJ 229.209, decidiu que o Decreto n.º 69.919, de 11 de janeiro de 1972, através de seu artigo 165, torna obrigatória, em todas as transações relativas a imóveis rurais, entre outras hipóteses, a exibição do Certificado de Situação e de Quitação do FUNRURAL, de conformidade com os preceitos dos artigos 141 e 142 da Lei n.º 3.807/960 (Lei Orgânica da Previdência Social) exigência a que estão sujeitos os contribuintes a que se reporta o artigo 15, item 1, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar 11.0 11, de 25 de maio de 1971. Ainda, Revista dos Tribunais, volume 450/120.

IAPAS - ANTERIORMENTE INPS

O Decreto Federal n.º 77.077, de 24.01.1976, artigos 152, § 4.º e 154, não revogou o disposto no artigo 4º do Decreto Federal n.º 60.368/967, que condiciona a apresentação do Certificado de Quitação com a Previdência Social na primeira transação a ser realizada com prédio ou unidade imobiliária, seja qual for a sua forma, desde que a respectiva construção tenha sido terminada após a vigência de Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

Ora, mesmo que construção tenha sido iniciada antes de 20 de novembro de 1966, se o seu término ocorreu posteriormente a essa data, para a primeira venda é exigida a apresentação do Certificado de Quitação.

Na forma do Decreto-lei 821/1969, artigo 1º inciso 11, do § 5.º independem da apresentação do Certificado de Quitação as transações realizadas pelas empresas que exercitem a atividade de comercialização de imóveis, desde que apresentem o Certificado de Regularidade de Situação e que dele conste expressamente essa finalidade.

Para que a operação se enquadre na hipótese figurada no inciso 11 do § 5.0 do artigo 1.0 do Decreto-lei n.º 821, não há necessidade de que a empresa exercite exclusiva ou principalmente a atividade de comercialização de imóveis; basta que, na realidade, a exercite. Seria, porém, quase desnecessário acrescentar que só se dispensa o Certificado de Quitação no caso de venda imóveis que se destinam efetivamente à comercialização; não de outros que, por exemplo, integrem o ativo imobilizado da empresa.

EXTRATO DO REGISTRO

Ressalte-se uma falha "gritante" da Lei ao eliminar o livro-talão obrigatoriamente exigido pelo Decreto-lei n.º 4.857. Na atual legislação (art. 193) prescreve:

"O registro será feito pela simples exibição do título, sem dependência de extratos".

De modo algum podemos estar acordes, já chegamos a criticar veementemente esse absurdo, por ocasião da realização do IV Congresso dos Oficiais dos Registros Públicos do Brasil, em Serra Negra, de 7 a 10 de outubro de 1976, quando fomos os primeiros na apresentação de tese.

CONCLUSÃO

A responsabilidade civil e penal dos cartórios pelos atos por eles praticados implica a concessão do direito, aos seus servidores, à contraprestação correspondente, mesmo porque as obrigações e responsabilidades sempre estiveram e deverão estar sempre na razão diretamente prerrogativas inalienáveis.

A segurança da coletividade ou da Nação resulta segurança individual dos que a integram.

Não há segurança sem ordem nem ordem sem segurança. Sem ordem e segurança também não se pode pensar em tranquilidade. E sem tranquilidade o progresso é uma utopia!

Transcrito do "Jornal de Piracicaba", de 25-11-1978.

FILIAÇÃO ADOTIVA

WALTER TEBET

Registro Civil - Americana

Os filhos adotivos são considerados "legítimos" para todos efeitos e para todos os fins de direito; com exceção apenas em alguns casos específicos que não abrangem os da sucessão hereditária. O instituto de direito que estabelece essa forma de filiação adotiva desde 1916, no próprio Código Civil Brasileiro, se completou com as leis específicas n.º 3.133, de 8 de maio de 1957 e de n.º 4.655, de 2 de junho de 1965, que condicionam as regras respectivas, sendo que esta última é que promove práticas diferentes, sem contudo caracterizar distinções causadoras das finalidades objetivadas nessa filiação adotiva. Exatamente nessas promoções é que se pretende cuidar da matéria em tela.

A Lei n.º 4.655, denominada legitimação adotiva, obedece maiores requisitos e somente concedida judicialmente; e a diferenciação com o Código Civil e a Lei n.º 3.133, específica também, consiste na principal condição de ser "irrevogável".

Quanto à sucessão hereditária, quando assim também for concedida, mediante escritura pública e sobrevida filhos ao casal, no caso de ambos adotarem essa filiação, também ocorrerá a restrição prevista para os filhos, legítimos ou legitimados, consangüíneos; somente a metade caberá aos adotivos que, embora também legítimos, não sendo consangüíneos, são civis.

O vínculo da adoção somente se estende à família dos legitimantes quando os seus ascendentes derem adesão ao ato que o consagrou, salvo se forem falecidos, conforme prevê o artigo 95, da Lei dos Registros Públicos.

Outra diferenciação existente entre a última lei reguladora da matéria em tela n.º 4.655), quanto à forma, reside na anulação do registro de nascimento anterior e promoção de novo registro, causando assim imperfeição à estatística, quando, pelo Código Civil e pela Lei n.º 3.133, se procede somente à averbação dessa adoção à margem direita do assento de nascimento respectivo.

Quanto ao segredo de justiça que se torna obrigatório, é genérico para todas as formas de adoção.

Destarte, somente nos casos imprescindíveis, tais como da impossibilidade dos pais consanguíneos comparecerem, principalmente pelo desaparecimento ou falecimento, para se estabelecer a adoção ou essa legitimidade adotiva se deve recorrer à Lei n.º 4.655. Em sentido contrário, havendo possibilidade dos pais, ou outro meio que o supra, por intermédio da curadoria, deve-se estabelecer a adoção através de escritura pública, de acordo com as duas primeiras legislações (Código Civil e Lei n.º 3.311).

A Lei n.º 4.655, surgiu para resolver a legitimação adotiva do infante exposto, cujos pais sejam desconhecidos ou hajam declarado por escrito que pode ser dado bem como do menor abandonado, cujos pais tenham sido destituídos do pátrio-poder, ou ainda, do filho natural reconhecido apenas pela mãe, impossibilitada de prover sua criação.

Para o órfão não reclamado por qualquer parente, por mais de um ano, também se aplica a Lei n.º 4.655, desde que o menor esteja sob a guarda dos legitimantes.

A legitimidade adotiva somente é concedida após o período da guarda do menor, diligências e conveniências que se apresentam para o casal legitimante e para o menor em causa.

Excepcionalmente ao viúvo, com mais de 35 anos será autorizada a legitimidade adotiva e ainda se o menor estiver integrado em seu lar e onde viva há mais de cinco anos, quando geralmente, a guarda dos menores em situação prévia é de sete anos, para posteriormente se tornar concedida a legitimidade adotiva pelo Juízo competente, que a procederá, quando solicitada pelos legitimantes ou pelo Ministério Público.

Toda concretização da adoção, quer por uma ou outra forma deve ser precedida de registro de nascimento do menor.

Publicado pela imprensa "O Liberal", de 8 de janeiro de 1979, de Americana - SP.

VALIDADE DO CASAMENTO POR AUTORIDADE RELIGIOSA

WALTER TEBET

Registro Civil - Americana

O casamento religioso com efeito civil, originou-se com a Constituição de 1934, cujo artigo 46 o consagrava. A Constituição de 1937 não fez alusão a casamento dessa espécie e daí foi sancionada a Lei n.º 397, de 1937, regulando os efeitos civis do casamento religioso, modificada posteriormente pelo Decreto-lei n.º 3.200/41 (Lei da Proteção à Família), pelos artigos 4.º e 5.0. Pela Lei n.º 1.110, de 23-5-1950, o instituto desse casamento se estabeleceu em definitivo, consagrando a validade perfeita e acabada, sem nenhuma fixação de prazo para o registro da Celebração do casamento religioso com efeito civil.

A entrega do ato religioso em apreço tem sido feita em Cartório pelas autoridades religiosas, para se evitar que o ato não seja concluído e acabado, quando da lei prevê a entrega por outro interessado também.

As autoridades religiosas fazendo a entrega direta devem fazer com que as partes efetuem o pagamento devido, porque o fato de ser entregue dentro de trinta (30) dias não se lhes assegura o registro previsto no prazo estabelecido; embora seja aposta a assinatura desse recebimento apenas, por que o pagamento para o registro dessa celebração é antecipado e nem poderia ser diferente, eis que, o trabalho executado para recebimento a posteriori, resulta num desembolso da taxa previdenciária que deve ser recolhida, por um recebimento incerto ou demorado.

Sendo o prazo em causa de decadência, face a nova lei dos registros públicos, os interessados perderão o direito da habilitação, se decorridos os três meses de sua validade também e daí, não somente a celebração terá que ser repetida, como a própria habilitação.

O legislador foi realmente muito rigoroso; pois para o sentido educativo o prazo não deveria ser de decadência, pois poderia ser de prescrição, com multa ou outra modalidade, mas nunca da perda do direito.

Embora se tenha afirmado anteriormente pelo "O Liberal que celebração não se repete, reside

tal entendimento antes de 1.º-1-76, o que vale dizer antes da vigência da nova lei dos Registros Públicos.

Publicado no "O Liberal", de 21-1-79

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DEGE 1

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, recomenda aos MM. Juízes de Direito das Comarcas do Estado que determinem aos Srs. Escrivães que enviem mensalmente as fichas modelo CGJ-1/2 e CGJ-3, referentes ao Ofício Circular n.º 2.802, de 6 de junho de 1978, preenchidas à máquina, verso e anverso: Nome do MM. Juiz de Direito um nome em cada ficha), mês, ano, Comarca e Vara; "Visto" do MM. Juiz, data, nome por extenso e assinatura do Sr. Escrivão e Cartório, ficando proibida a remessa de fichas em xerox, devendo ser requisitadas com antecedência ao Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, o encaminhamento suplementar, sempre que necessário.

(15, 16, 19, 20, 21, 22, 23 e 27-12-78)

DEGE 1

Portaria n.º 102/78

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo G. 21.389/78 às fls. 208.

Resolve transferir para o Juízo da 3.ª Vara de São Bernardo do Campo a Corregedoria Permanente do Cartório do Distribuidor da Comarca.

Publique-se. Anote-se. Comunique-se.

São Paulo, 13 de dezembro de 1978.

Eu (a) Ézio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), subscrevi.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

COMUNICADO

Para conhecimento geral transcreve-se o ofício enviado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - Gerência Regional no Estado de São Paulo, ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça do teor seguinte:

"Ministério da Previdência e Assistência Social - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.

Gerência Regional no Estado de São Paulo.

IAPAS/421-000.0/169/78 - São Paulo, 15 de dezembro de 1978 Senhor Corregedor,

Temos a honra de nos dirigir a Vossa Excelência para solicitar a divulgação dos esclarecimentos e orientação, no objetivo de uniformizar os procedimentos com referência aos Certificados de Quitação (CQ) e de Regularidade de Situação (CRS) expedidos pelos órgãos do IAPAS.

2. Diante do que dispõe o artigo 142 da Lei n.º 3.807, de 26-8-60, e o contido no artigo 152 da Consolidação das Leis da Previdência Social - CLPS, expedida pelo Decreto n.º 77.077, de 24-1-76 e ainda o artigo 4.º da Lei n.º 5.757, de 3-12-71, foram cometidos ao IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social os poderes, competência e atribuições do INPS originário e do extinto Funrural, no tocante a observância das normas legais pertinentes às obrigações e direitos dos contribuintes, conforme o disposto no artigo 1.º da Lei n.º 6.439, de 11 de setembro de 1977, que institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS.

3. Deste modo, em consonância com essa legislação os Certificados acima referidos, a serem fornecidos aos contribuintes do INPS originário e do extinto Funrural, tem embasamento normativo na legislação de previdência geral, cabendo, em consequência, ao TAPAS, como foi dito, pelas suas Agências de Previdência Social e ainda, aos Representantes Locais do Funrural, a expedição dos Certificados de Quitação (CQ) e de Regularidade de Situação (CRS), a, partir de

fevereiro próximo como Certificados do IAPAS, deixando-se, portanto de se mencionar Certificados do INPS ou Funrural.

4. Queremos, ainda, esclarecer a Vossa Excelência que cabe ao TAPAS, através da Secretaria Regional de Arrecadação e Fiscalização desta Superintendência, a fixação de rotinas uniformes de processamento dos documentos referidos.

Valendo-nos do ensejo apresentamos a Vossa Excelência expressões de nosso mais elevado apreço.

(a) Agenor Maciel de Lemos, Superintendente Regional

D.O.J. 16-12-78

PROVIMENTO N.º 13/78

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, Considerando a necessidade de racionalizar os serviços de distribuição cível de primeira instância e dilatar os prazos de eficácia de alvarás, Determina:

Artigo 1.º - O artigo 590 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 590 - Requerimentos de alvarás não comportam distribuição. Quando formulados por inventariante, herdeiro ou sucessor, serão juntados nos autos do inventário ou arrolamento e, quando formulados por terceiros, serão registrados, autuados e processados em apenso. Parágrafo único - O prazo de eficácia não será inferior a trezentos e sessenta dias, sempre que o permitam os interesses das partes."

Artigo 2.º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

São Paulo, 18 de dezembro de 1978.

Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 29-12-78

Processo CG. N.º 50.801178 -

Serra Negra - Int.: Juízo de Direito

Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Serra Negra encaminha consulta, formulada pelo Oficial de Registro de Imóveis, acerca da exigibilidade, ou não, de apresentação de cadastro de imóvel rural para inscrição de cédula hipotecária, tendo em vista que, em recente decisão, o E. Conselho Superior da Magistratura teria assentado a obrigatoriedade da prova do cadastramento, que estaria, contudo, dispensada pelo artigo 6.º do Decreto n.º 62.141, de 19 de janeiro de 1968.

2. Desnecessária a exibição.

Foi sempre preocupação do legislador desembaraçar a concessão do denominado crédito rural, consistente no suprimento de recursos financeiros a produtores rurais e suas cooperativas, para determinadas aplicações. Nesse sentido, a Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, que o institucionalizou, dispôs, no artigo 37, que a concessão e a constituição de suas garantias independem da exibição de comprovante de cumprimento de obrigações fiscais, previdenciais, de declaração de bens ou de certidão negativa de multas por infringência do Código Florestal. Vale dizer, desatrelou o acesso efetivo àqueles financiamentos, de manifesto alcance social, a condicionantes laterais, tendentes a assegurar o cumprimento de deveres de índole fiscal "lato sensu", a que a legislação costuma subordinar a obtenção de recursos oriundos de entidades públicas e estabelecimentos particulares do sistema financeiro, em sede de política de incentivos,

A exibição de certificado de cadastramento, na medida em que pode assimilada a esses ônus ou obrigações paralelas, como providência indireta, necessária à disponibilidade para constituição de garantia hipotecária, não foi objeto de dispensa do artigo 37, pela singela razão de que apenas passou a exigida pela posterior Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966 (art. 22, § 1.º). Neste tema, aliás, cumpriria relevar que tal norma se ordena a tutela de outro interesse público que, tão só pelo caráter de generalidade (. . .-hipotecar. . .), apanharia, em princípio, o conjunto dos

requisitos de concessibilidade do crédito rural. Doutro lado, nenhuma dúvida persiste. hoje, quanto à compreensão de "cédula rural hipotecária", ao lado da rural pignoratícia, rural pignoratícia e hipotecária e nota de crédito rural, dentro da categoria de "cédula rural ou mais precisamente, de cédula de crédito rural. Todas consubstanciam espécies ou modalidades da promessa de pagamento em dinheiro, com ou sem garantia real cedularmente constituída, e que se- qualifica, "ope legis", como cédula de crédito rural (art. 9.º do Decreto-lei federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967).

Ora, quando, por obra deste Decreto-lei n.º 167, se procedeu ao redisciplinamento dos títulos de crédito rural, instituindo-se as cédulas como instrumentos técnicos de expressão creditícia (título) e também de garantia dos empréstimos, de par com os institutos tradicionais relacionados no art. 25, da Lei n.º 4.829, precitada, não se esqueceu o legislador de arrear o embaraço que a exigência de prova do cadastramento passou a representar desde a edição da Lei n.º 4.947/66. Estatuiu-se, em consequência, no artigo 78, "caput", do Decreto-lei federal 167, que "A exigência constante do artigo 22, da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, não se aplica às operações de crédito rural proposta por produtores rurais e suas cooperativas, de conformidade com o disposto no artigo 37 da Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965".

Intuitivo, destarte, que se retomou, a partir de 14 de fevereiro de 1967, a linha de preocupação de desembaraço na concessão de crédito rural, enunciada como princípio no artigo 37 da Lei n.º 4.829/65, que, entretanto, carecia de força bastante para costear o requisito sobrevivendo com o artigo 22, § 1º da Lei n.º 4.947/66. Isto é, o artigo 78, "caput", suso transcrito, visou a suprimir o obstáculo superveniente, reassumindo a insubordinabilidade dos negócios jurídicos de constituição de crédito rural ao adimplemento de deveres jurídicos "a latere" de caráter fiscal ou geral.

Ora, quando o artigo 6.º, do Decreto federal n.º 62.141, de 18 de janeiro de 1968, sublinhou que a inscrição da cédula de crédito rural independe de apresentação do Certificado de Cadastro expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, mais não fez que especificar uma das consequências do princípio, insculpido no Decreto-lei regulamentado, de que a validade do negócio ou negócios jurídicos indispensáveis à concessão de crédito rural e constituição de suas garantias está desvinculada do dever de apresentação do certificado de cadastro. Noutras palavras, a constituição válida da garantia de crédito rural, seja ou não cedular, não se submete à necessidade de exibição do certificado de cadastro de propriedade rural.

3. É verdade que, como problematiza o consulente, o E. Conselho Superior da Magistratura assentou que: " ... Acontece entretanto, que essa prova do cadastramento já deve ter sido exibida quando o registro de cédula hipotecária, nos expressos e precisos termos do artigo 22, § 1º da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966. O oficial não poderia ter procedido a esse registro, acaso não apresentada, presumindo-se, portanto, que o tenha sido. Basta, dessarte, seja reexibida tal prova. . ." (Apelação Cível n.º 271.969, de Garça).

A primeira impressão, conseqüente à natureza normativa das decisões desse E. órgão, em tema de dúvida, poderia figurar orientação contrária aos textos legais retroinvocados.

É, rio entanto, superficial. Atento em que se não há de presumir, em qualquer dicção normativa, assim legal como judiciária, significado contrastante com preceitos hierarquicamente superiores, aquelas proposições devem ajustadas ao contexto concreto que as justificou.

D.O.J. 13-11-79

Assim, desconhecendo-se os dados da situação ali decidida, não há postular entendimento que afronte, em tese, cláusulas da lei. O que se tem de dessumir, portanto, é que as asserções se afinaram às peculiaridades da hipótese, cujos elementos indicariam que o certificado já teria sido exibido e, desse modo, se acenou para a possibilidade de representação. Por outro lado, bem pode ter sucedido que o registro da cédula, naquele caso, se efetivou entre a edição da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, e a superveniência do Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, que, então e só então, afastou a incidência do art. 22, § 1º daquela, nos casos de constituição de garantia de crédito rural. Nessa hipótese, a veneranda decisão estaria, de per si, justificada quando suscitou que o Oficial não poderia ter procedido ao registro sem a apresentação do certificado. É que, nesse interregno, perdurava a necessidade de apresentação.

4. De todo exposto, parece-nos, s, m. j., que o venerando acórdão relembrado (Apelação Cível 271.969) não introduziu orientação normativa que insulte o princípio legal dos arts. 78, "caput", do Decreto-lei 167/67, e 6.º do Decreto 62.141/68. Apreciei e solveu caso singular. Entendemos, "sob censura, que prevalece a desnecessidade de exibição de certificado de cadastro para

registro de instrumento de garantia de crédito rural. E, nesse sentido, a resposta à consulta, que, eventualmente aprovada por Vossa Excelência, sugerimos seja publicada.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 5 de janeiro de 1979.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar.

Despacho: Aprovo o Parecer. S. P., 8-01-79.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor-Geral da Justiça.

PROCESSO CG. N.º 50.857/78

Tatuí - Int. Juiz de Direito.

Senhor Desembargador Corregedor Geral

1. O MM. Juiz de Direito da comarca de Tatuí transmite, sob forma de consulta, a esta E. Corregedoria, promoção da Subseção local da OAB, que se há por competente para também deferir assistência judiciária a necessitados (provisionar patronos), ao lado da competência judicial que reconhece. A Lei federal 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados) é que fecundaria esse entendimento.

2. Posto, "in concreto", se verse de matéria em princípio submissa ao exercício jurisdicional, a forma genérica da indagação permite pronunciamento teórico, enquanto mero subsídio à orientação procurada pelo Juízo consulente.

Infundada a tese.

As Seções e Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil carecem de atribuição legal para conhecer de requerimentos de concessão dos benefícios da assistência judiciária, disciplinada pela Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e para expedir conseqüentes provisões. Trata-se de competência exclusiva do Judiciário.

O argumento básico da Subseção centra-se em que a Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, teria dilatado as fontes dos benefícios, em acrescentando à via judicial de acesso, prevista no artigo 4.º, "caput", da Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, a possibilidade de os obter à Ordem.

Engano crasso. O Estatuto, nesse ponto, nada inovou. Sem introduzir nenhuma regra que ressumbre princípio oposto, ao estatuir que a assistência judiciária, destinada à defesa judicial dos necessitados no sentido da lei, se regularia por legislação especial (art. 90), confirmou, antes, que a concessão desses benefícios advém através do ato próprio do Juiz (arts. 4.º, "caput", e 5º, "caput" e § 1.º, da Lei 1.060/50). Bastaria tão vistosa cláusula legal, que se não acanhou em face de outras disposições do mesmo Estatuto, por desautorizar a esforçada conclusão aqui repelida.

Há mais, porém. O art. 91, da Lei 4.215/63, cuja redação insere na publicação oficial envolve manifesto erro de imprensa já notado (cf. Theotonio Negrão, "Código de Processo Civil e Legislação Processual em vigor", Ed. RT, 2.º ed., 1974, pág. 267, nota 58-a), ao preceituar que, onde não houver (e não, "onde houver") Assistência Judiciária organizada pelo Estado, a nomeação toca à Ordem, "depois de deferido o pedido em Juízo, mediante a comprovação do estado de necessidade", não poderia estimular nenhuma dúvida razoável. O deferimento é ato exclusivo do Juiz, preenchidos os requisitos legais. A indicação ou nomeação (igual a nomeação) do advogado é que, depois da concessão judicial dos benefícios, poderá ser feita pela Ordem, onde não houver o serviço mantido pelo Governo. Note-se ainda que tal indicação ou nomeação não é sequer privativa da Ordem, porque ao Juiz e à parte também é dado fazê-lo, consoante se depreende ao art. 92, "caput" do Estatuto, e ao art. 14, § 1º, da Lei 1.060/50, com a redação introduzida pela Lei 6.465, de 14 de fevereiro de 1977.

À Ordem, por conseguinte, não impede deferir a concessão dos benefícios da assistência judiciária, senão e apenas indicar ou nomear o patrono, após deferimento judicial, onde não houver serviço mantido pelo Estado.

Se a Subseção interpreta "provisionar" como sinônimo de indicar ou nomear advogado, nesse caso, só se lhe poderia argüir reparo terminológico. Se professa, contudo, como o faz, que significaria poder concorrente de deferir os benefícios da assistência judiciária, prescindindo da intervenção do Juiz, o entendimento é francamente insustentável, e sua prática, absolutamente ineficaz.

Em suma, a concessão dos benefícios da assistência judiciária depende sempre de requerimento ao juiz competente.

3. Do exposto, opinamos em que, eventualmente aprovado este, seja publicado, oficiando-se ao Juízo interessado e à Seção local da OAB.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 26 de janeiro de 1979.

Dr. Antônio Cem Peluso, Juiz Auxiliar.

Despacho: "Aprovo o parecer. Publique-se, officie-se. S.P., 31-01-79.

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor-Geral da Justiça".

D.O.J. 01-02-79

Processo CG. N.º 49.800178

Capital - Int.: Henrique Braga de Araújo, Escrivão-Diretor do Cartório do 2.º Contador e 4.º Partidor.

Interpretação do Art. 5.º do provimento CG 2/78

Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. O Superintendente da Receita Federal em São Paulo inculca a necessidade de revisão do Parecer, emitido nestes autos e publicado no "Diário da Justiça" de 10, 13 e 14 de junho último, que assentou deveria aplicado aos rendimentos previstos no art. 7.º, inciso 11, do Decreto-lei n.º 1.302/73, com a redação do Decreto-lei n.º 1.584/77, o disposto no inciso 111 da Instrução Normativa SRF 73/77. Sustenta que este Ato não incidiria na espécie, sujeita, antes, à disciplina traçada na Portaria 747/77 e nas Instruções Normativas SRF 74/77 e 36/78.

2. Com razão a Superintendência.

Por bem estimar a diversidade das situações envolvidas na exegese do art. 5.º, do Provimento CG 2/78, conviria remontar à origem legal da distinção.

Ex vi do art. 6.º, § 1.º, do Decreto-Lei federal n.º 1.198, de 27 de dezembro de 1971, sujeitavam-se ao imposto de oito por cento, mediante desconto na fonte, as quantias superiores a trezentos e quarenta e cinco cruzeiros, pagas ou creditadas, em cada mês, por pessoas jurídicas a pessoas físicas, a título de comissões, corretagens, gratificações, honorários, direitos autorais ou remunerações por quaisquer serviços prestados. O § 2.º desse dispositivo estabelecia alíquota de sete por cento sobre os rendimentos pagos a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos, sem vínculo empregatício com a empresa vendedora. Acareando-as com o artigo 7.º do mesmo Decreto, o qual cuidava da tributação dos proventos do trabalho assalariado, escorre que tais disposições legais entendiam apenas com a incidência do IR, mediante alíquota invariável, sobre rendimentos de trabalho não assalariado, ou seja, prestado sem vínculo empregatício, pagos ou creditados por pessoas jurídicas.

Sucede, entretanto, que, dessa categoria tributável de remuneração do trabalho despidido de subordinação hierárquica, o art. 7.11 "caput", do Decreto-Lei federal n.º 1.302, de 31 de dezembro de 1973, destacou os honorários, recebidos em decorrência de condenação judicial, para os submeter, ao lado das importâncias representativas de juros e indenizações por lucros cessantes, ao imposto de cinco por cento, descontado na fonte, como antecipação do que fosse devido na declaração da pessoa física ou jurídica beneficiária.

Percebe-se que este cânone não apenas tributou as quantias pagas ou creditadas a título de juros e ressarcimento por lucros cessantes, objeto de condenações judiciais, como lhes estendeu o tratamento aos honorários "lato sensu" pagos ou creditados por qualquer pessoa, em cumprimento a imposição jurisdicional. Vale dizer, alforriou os honorários, recebidos a pessoas jurídicas, em decorrência de condenação judicial, ao jugo do preceito do art. 6.º, § 1.º, do Decreto-lei n.º 1.198/71, os quais, como espécie autônoma, entraram a pautar-se no regime dos juros e indenizações, como os honorários recebidos a pessoas físicas também passaram a fato gerador. Neste ponto, operou-se a independência das situações, discernindo-se as hipóteses de incidência.

O mais é seqüência histórico-jurídica. Pelo art. 9.º, "caput", do Decreto-Lei federal n.º 1.493, de 7 de dezembro de 1976, o IR, incidente nos rendimentos contemplados no artigo 6.º, §§ 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 1.198/71, e, genericamente, denominados rendimentos de "trabalho não assalariado" (cf. Tabelas IV das Instruções Normativas SRF 73/77 e 72/78), passou a ser calculado por alíquotas progressivas. Este mandamento legal superveniente, não fosse explícito no modificar a alíquota de hipótese determinada de incidência, não apanhou nem poderia apanhar os fatos geradores previstos no artigo 7.º, do Decreto-lei n.º 1.302/73, enquanto objeto

de disciplina independente, que só padeceu alteração quando da edição do Decreto-lei n.º 1.584, de 29 de novembro de 1977, cujo art. 3.º lhe deu redação destinada a sujeitar (ou tornar mais explícita a sujeição?) ao mesmo desconto na fonte, à alíquota uniforme de cinco por cento, "os honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamenteiro, liquidante, etc.". Em 15 e 16 de dezembro de 1977, respectivamente, baixaram-se a Portaria 746 e a Instrução Normativa SRF 74, tendentes a regulamentar a execução do artigo 7.º, do Decreto-lei n.º 1.302/73, com a redação do Decreto-lei n.º 1.584/77.

Temos, dessarte, que o desconto, a que se refere o artigo 5.º do Provimento CG 2/78, ordenado à observância destes últimos dispositivos, não se consuma pela aplicação de alíquotas progressivas, adequadas apenas a específica tributação dos demais rendimentos de trabalho não assalariado, de que versa o artigo 6.º, §§ 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 1.198/71 (consolidado no artigo 317 e § 1º, do Decreto federal n.º 76.186, de 2 de setembro de 1975), senão pela só incidência do percentual de cinco por cento, aliás muito mais vantajosa aos credores desses honorários.

3. Concluindo, poderíamos sintetizar a orientação que, com a devida vênia, se nos mostra curial para o caso, na seguinte fórmula:

"Os pagamentos ou créditos, efetuados através de Cartório, a título de juros ou indenizações por lucros cessantes decorrentes de sentença, bem como de honorários advocatícios e remunerações de serviço prestado no curso de processo judicial (tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamenteiro, liquidante etc.), estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda, na forma do artigo 5.º do Provimento CG 2/78, à alíquota de 5% (cinco por cento), qualquer que seja seu montante".

4. É o que, "sub censura", nos parece. Estamos ainda em que, eventualmente aprovado este, seja encaminhado por cópia à SRF em São Paulo e, para conhecimento dos demais interessados, especialmente os Srs. contadores judiciais, seja publicado, por três vezes consecutivas, na Imprensa Oficial.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 5 de fevereiro de 1979

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso - Juiz Auxiliar

Despacho: - Aprovo o parecer. I. SP., 09-02-79 - (a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira -

Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. 15-2-79

Processo CG. N.º 51.222/79

Capital - Int.: Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

1. Cuida-se de expediente formado a partir de consulta dirigida pelo Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), ao MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos da Capital, versando a propósito de itens encartados na Tabela 11 - Dos Oficiais do Registro de Imóveis -, aprovada pelo Decreto n.º 12.369, de 2 de outubro de 1978, e, simultaneamente, propondo deliberações interpretativas, com o escopo da uniformização da cobrança de emolumentos em todo o Estado.

Quatro são os temas suscitados e as proposições pertinentes ofertadas: a) a averbação de edificação e de reconstrução, propondo-se que o interessado mencione no requerimento próprio o valor da edificação ou da reconstrução, valor que será acolhido caso esteja em harmonia com o custo unitário do metro quadrado de construção, fixado mensalmente pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, se não se verificar essa correspondência, prevaleceria aquele valor calculado segundo tais parâmetros técnicos; de outra parte, é proposto que, em se tratando de edificação ou de reconstrução antiga, o interessado faça ver o seu valor, mediante o respectivo valor venal, fixado pela Municipalidade local; e, finalmente, em se tratando de edificação ou de reconstrução, cujo requerimento de averbação se contenha na própria escritura, uma vez realizada pelo comissário comprador, se aplique, segundo o caso, um dos critérios anteriores; b) a averbação do ônus na abertura da matrícula, na forma determinada pelo artigo

230 da Lei dos Registros Públicos, que se propõe seja cobrada sem valor declarado; c) o registro de pacto antenupcial, que diante da alteração introduzida no artigo 258 do Código Civil e não havendo, na Tabela 11 do Regimento de Custas e Emolumentos, previsão específica para a freqüente apresentação de escrituras de pacto antenupcial para o estabelecimento do regime da comunhão universal de bens, se propõe seja cobrada pelo valor mínimo da Tabela, no seu item I; e, por final d) a certidão da matrícula (por xerocópia), referida no item VII, propondo-se que seja entendida a expressão "por xerocópia", abrangendo frente e verso, daí só se adicionar à cobrança mais Cr\$ 20,00 por peça, ou quanto se estipule em futuras atualizações do Regimento, quando a certidão se complete por duas ou mais folhas.

Após ouvida a digna Curadoria de Registros Públicos (fls. 11/12), decidi o MM. Juiz, assim respondendo em suma, a consulta formulada, em seus compartimentos acima noticiados: a) pela cobrança da averbação de edificação e de reconstrução, com base no valor para o cálculo do imposto predial, quando possível, ou, quando não, pelo valor declarado pelo próprio interessado, ainda quando se trate de pedido formulado no corpo de escritura, desacolhido o critério corretivo calcado nos valores fixados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil; b) pela impossibilidade da cobrança da averbação ordenada pelo artigo 230 da Lei dos Registros Públicos; c) pela acolhida da cobrança do registro dos pactos antenupciais segundo o valor mínimo fixado para qualquer ato de registro; e d) igualmente pela acolhida da interpretação proposta a respeito dos emolumentos das certidões de matrícula por xerocópia, como tal se entendendo frente e verso de cada folha (fls. 13/17).

Assim deslindando a matéria suscitada, não obstante entendeu o MM. Juiz que a consulta versou sobre critérios gerais, a serem observados, segundo a manifestação do IRIB, em todo o Estado, por isso que reputou oportuno fosse apreciada pela Corregedoria Geral da Justiça, a quem fez encaminhar os presentes autos.

Passo a opinar.

2. Segundo se viu, à exposição da consulta e ao desfecho que se lhe seguiu, por força da r. decisão proferida pelo MM. Juiz Corregedor Permanente, quatro são os tópicos a merecerem apreciação, para efeito de se tornar geral a orientação almejada pelo consulente, com vista aos Registros Imobiliários de todo o Estado.

Pela ordem de apresentação, passam, por conseguinte, a ser examinados:

I - Averbação da Edificação e da Reconstrução:

O terna se ofereceu suscitado à vista de alteração entrevista, diante da nota 2.^a do item 11, todos da Tabela 11, do Regimento de Custas e Emolumentos, aprovada pelo Decreto n.º 9.555, de 4 de março de 1977, através da redação atribuída à nota correspondente, encartada no atual Regimento, aprovado pelo Decreto n.º 12.369, de 2 de outubro de 1978.

Com efeito, a nota anterior mencionada, cogitando das averbações sem valor declarado, incluía nessa categoria aquelas atinentes a edificações e reconstruções; já a nota inserida no atual Regimento, com idêntico escopo, exclui menção àquelas modalidades de averbação, o que permite, conforme feito sentir pelo consulente, concluir que foi propósito normativo não mais serem tidas aquelas averbações, como das que dispensam perquirição de valor, singelamente reputadas "sem valor declarado".

D.O.J. 7-3-79

Útil pois, que se busque a fixação de parâmetros para o encontro incontroverso de tais valores, aplicáveis genericamente aos casos concretos que se ofereçam a registro; e, de outra parte, perfeito que se conclua pela necessidade, em todas as espécies. do gênero, de se perseguir um valor determinado, expressivo em relação à obra encetada, que dê corpo à edificação ou reconstrução.

Paralelamente, se deve considerar que as averbações da edificação e da reconstrução devem ser feitas mediante requerimento dos interessados, segundo preceitua, dentro outras espécies, o artigo 246, parágrafo único, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), em combinação com o artigo 167, 11, 4., do mesmo diploma, exigindo-se, nesses termos, requerimentos, "com firma reconhecida, instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente".

Ora, sem dúvida, tal é a oportunidade que se afigura própria e respaldada em lei, para a obtenção pelo Oficial do Registro de Imóveis, dos valores perquiridos, até porque, segundo o caso, incumbirá aos interessados a demonstração da aceitabilidade de sua estimação, de forma documental que retratará valor adotado, para fins tributários, pela autoridade competente.

Destarte, exibido pelo interessado, o hábil comprovante do valor venal estimado para fins de

cálculo do imposto predial correspondente, o mais atualizado possível, outro não poderá ser o valor acolhido para fins de cobrança, do que for devido pela averbação, à vista do vigente Regimento de Custas e Emolumentos.

Resta indagar da aceitabilidade da proposição formulada, quando, na ausência daquele valor venal fixado, propugna por que o valor a ser adotado promane de declaração do próprio interessado, com a ressalva, porém, de se sujeitar ao crivo do Oficial, que só o acolherá, quando de acordo com o custo unitário, por metro quadrado, de construção, estampado em tabela mensal, que publica o Sindicato da Indústria da Construção Civil (artigo 94, da Lei n.º 4.591), de 16 de dezembro de 1974).

Tenho para mim que a melhor solução foi a que ofertou a R. decisão do MM. Juiz da 1ª Vara dos Registros Públicos, ao reputar adequado que, nesses casos, a menção do valor da edificação ou da reconstrução seja de exclusiva atribuição do próprio interessado, seja quando tal se contenha no requerimento apropriado, seja quando na própria escritura, em se tratando de obra materializada pelo compromissário comprador.

Com efeito, encampando manifestação da lavra do digno Curador de Registros Públicos, que já se opusera a consagração de bases de valor não agasalhadas pelo Regimento (cf. fls. 11, 1, "in fine"), sustentou a R. decisão, com figura de irretocabilidade, que ,não parece, contudo, aceitável a proposição no sentido de que, inexistindo lançamento fiscal, possa a averbação ser cobrada com esteio no custo unitário de metro quadrado de construção fixado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, já que esse sistema seria, inevitavelmente, fonte de atritos entre os requerentes de tais averbações e os Cartórios" (fls. 15).

Mas o que sobreleva e cumpre aditar é que a fixação daqueles valores, propostos à guisa de paradigma, se faz com o objetivo específico e diverso, decorrente de lei especial; e sua extensão ou empréstimo aos atos do Registro Imobiliário, especificamente às averbações em estudo, careceriam de qualquer base normativa, que os abrigasse, quando de eventual insurreição dos interessados.

A título de confirmação, tem-se que, quando o diploma regimental desejou se reportar a paradigmas extravagantes, para fixação de valores, com vista à cobrança de atos nele previstos, fê-lo através de menções expressas, como as que se contêm, v.g., na nota 3.ª, da Tabela 10, atinente aos Tabeliões de Notas, sobre valores de escrituras, assim reputados com base naqueles tributários aceitos, conforme o caso, pelas Prefeituras Municipais ou pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); destarte, só quando o Regimento agasalhasse, formalmente, o critério proposto, poderia ele prevalecer em relação ao valor declarado pelo interessado, razão de a solução entrevista pelo IRIB, ainda que em caráter emergencial, só poder ser cogitada, validamente, "de lege ferenda".

Nessas condições, tenho que, nessa parte da consulta, merece confirmada a solução que lhe foi disposta pela R. decisão de primeiro grau administrativo, no sentido de que a cobrança da averbação de edificação ou de reconstrução seja feita com vista ao valor do lançamento fiscal correspondente e' atual, e, à falta deste, considerado o valor declarado pelo próprio interessado, seja em requerimento, seja através do que constar de escritura, quando se cuidar de obra empreendida por compromissário comprador.

II - Averbação do ônus na abertura da matrícula:

Diante da determinação constante do artigo 230 da Lei dos Registros Públicos, no sentido de que, em se havendo ônus gravando imóvel a ser objeto de matrícula, o Oficial devera, assim que a fizer e logo em seguida ao registro, averbar a existência do ônus, certificando o fato no título que devolver à parte, alvitra o consulente que, diante dos encargos conferidos ao Oficial para a desincumbência dessa obrigação, e de se manter silente o Regimento quanto ao valor a se adotar para a cobrança do referido ato, seja ele cobrado, sempre uma só vez, sem valor declarado, segundo o comando da Tabela 11, item II.

Tenho que, ainda desta feita, a proposição desmerecida guarida, que não a ofereceu, efetivamente, a R. decisão do MM. Juiz da 1.ª Vara dos Registros Públicos.

Com efeito, é patente e indiscutido que a averbação em causa promana de comando legal impositivo, qual o apontado artigo 230 da Lei dos Registros Públicos, que a vislumbra como consequência inseparável da própria abertura da matrícula, em havendo o ônus incidente sobre o imóvel objeto; donde, inclusive à mingua de previsão específica de cobrança do ato Conseqüencial, não se vislumbra onde se possa escorar tal exigência, ainda que pelo mínimo montante sugerido. E, riem se divide, como anotou a R. decisão proferida, que, em tais hipóteses, anteriormente, "o Cartório já percebeu emolumentos e o Estado arrecadou custas

quando da inscrição (registro) do referido ônus" fls. 16), não se justificando, pois, a nova exigência, que, a ser admitida, tornaria incensurável que também se cobrassem as averbações consequentes às alterações de nomes de logradouros públicos (artigo 167, 11, 13., da Lei dos Registros Públicos), o que, evidentemente, fere a mínima razoabilidade.

Tenho, destarte, que, nesse compartimento, a resposta à consulta deve se orientar pela impossibilidade de cobrança da averbação efetuada em cumprimento ao artigo 230 da Lei dos Registros Públicos.

111 - Registro de Pacto Antenupcial:

A instituição do regime legal da comunhão parcial de bens, por efeito da alteração consumada no artigo 258 do Código Civil pela Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977, motiva a consulta no sentido da base a ser adotada para a cobrança do registro de pactos antinupciais que estabeleçam o seguimento do regime da comunhão universal de bens.

Certo que, malgrado inexistente previsão especial para a cobrança desse registro, ele não pode ser gratuito, devendo ser cobrado, como registro que é (artigo 178, V, da Lei dos Registros Públicos) e não mera averbação, diversamente do que cogitado no artigo 167, 11, 1., do mesmo diploma - versando sobre a que incide sobre registros referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer um dos cônjuges, na hipótese em que exista convenção antinupcial e regime de bens diverso do legal -, com base no item 1, da Tabela 11 do Regimento de Custas e Emolumentos.

Adotada tal premissa, a da não gratuidade do mencionado registro e de dever ser ele cobrado como tal, o mais é resultado de operação de boa razão, com a acolhida justificada da proposição do consulente, pugnando pela cobrança pelo valor mínimo de tabela, para exigência de custas e emolumentos; é o que tenho por adequado e razoável, na esteira do pronunciamento do MM. Juiz e do digno Curador, à parte final do item 3 de sua manifestação de fls. 11 vs.

IV - Certidão de Matrícula (por xerocópia):

A Tabela 11, do vigente Regimento de Custas e Emolumentos, em seu item VII parte derradeira, versou sobre a chamada "certidão de matrícula (por xerocópia)", cuidando a consulta de saber qual a forma adequada de entendimento para a cobrança de tais atos, quando se trate de certidão que envolva, singelamente, "frente e verso", e quando se corporifique em duas ou mais folhas, assim que acrescidas também em frente e verso.

Na verdade, a questão se cinge a definir o que se deva entender à vista da expressão "por xerocópia", ou até mais especificamente definir o que resulta do emprego da partícula "por": se indicação de meio, ou de unidade em sentido distributivo (cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", 1.ª edição, verbete "por", alínea "d", itens 3 e 13).

Parece adequado, porém, que se vislumbre na partícula, presente no texto regimental, a retratação da idéia de meio, assim como se fosse dito "por meio de xerocópia" ou "através de xerocópia"; daí porque, também adequado se oferece que, mesmo em frente e verso, a cobrança se faça pela taxa unitária, assim que o documento reproduzido e adotado à guisa de certidão só se integraliza, quando focado nas duas faces da folha que o abriga.

Da mesma forma se afigura justo e razoável que, sendo necessárias reproduções de duas ou mais folhas, quando essa pluralidade se oferecer na matrícula a ser certificada, que a cobrança para composição inclusive dos custos materiais do processo de reprodução, seja feita por unidade de folha xerocopiada, sempre porém em frente e verso, na trilha do que se respondeu à indagação inaugural deste compartimento da consulta.

3. É o que me parece, s.m.j., diante dos temas suscitados e trazidos à manifestação desta Corregedoria Geral, e em face do alcance pretendido pelo consulente, desbordando dos limites da Corregedoria Permanente a, que se dirigiu.

Nessas condições, e diante do objetivo perseguido, proponho que, caso aprovado este parecer por Vossa Excelência, seja ele publicado, por três vezes, pelo Diário Oficial da Justiça, para conhecimento e orientação dos interessados, devolvendo-se estes autos, a seguir, à Vara de origem, e ficando cópia de todo o expediente arquivada junto ao DEGE-1, incluindo todos os pronunciamentos nele contidos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 1979.

(a) Dr. Hélio Quaglia Barbosa, Juiz Auxiliar.

Despacho: "Aprovo o parecer. 1. e Publique-se. SP., 1-3-79

(a) Dr. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça."

DEGE 1
PROVIMENTO N.º 1/79

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto-lei N.º 203, de 25 de março de 1970 e pelas notas 4.ª e 6.ª da Tabela 7 do Decreto N.º 5.857, de 11 de março de 1975,

Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. N.º 31.723/69, 3.0 volume,

Resolve:

Artigo 1.0 - Fixar a seguinte tabela de despesas corria condução dos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, Criminais, da Família e Sucessões, das Fazendas Públicas, de Acidentes do Trabalho, de Registros Públicos e de Menores:

a) para o primeiro perímetro, correspondente ao raio de 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Praça da Sé) Cr\$ 16,00;

b) para o segundo perímetro, correspondente ao raio de distâncias superiores a 8 quilômetros, contados do marco zero da cidade (Praça da Sé) Cr\$ 32,00;

c) para os Oficiais de Justiça das Varas Distritais, fixa-se a importância de Cr\$ 16,00 por diligência, independentemente das distâncias efetivamente percorridas.

Artigo 2.0 - Os valores referidos no artigo anterior serão adiantados pelos interessados na efetivação das diligências, diretamente aos Oficiais de Justiça, em dinheiro trocado, no montante exato do devido, mediante recibo.

§ 1.º - Os interessados poderão, se preferirem, adiantar as despesas de condução dos Oficiais de Justiça através de depósito em mãos do Escrivão, contra recibo deste, que anotará o pagamento do livro de carga de mandados. Neste caso, a carga do mandado, assinada sem ressalva, valerá como recibo do Oficial, do pagamento da despesa de condução,

§ 2.º - Salvo em casos de urgência, mediante ordem do Juiz, ou nos casos de justiça gratuita e nos processos referidos no artigo 3.º (terceiro), os Oficiais de Justiça não estão obrigados a assinar carga dos mandados sem o prévio pagamento, pelos interessados, das despesas de condução.

§ 3.º - Cumprida a diligência os Oficiais de Justiça cotarão, em item apartado, as despesas de condução, assinalando já ter ocorrido o adiantamento, se for o caso; se cobradas em excesso, as importâncias recebidas a esse título serão glosadas, ficando o Oficial obrigado a devolver a diferença no prazo de 3 (três) dias, sob pena de suspensão.

§ 4.º - Quando várias diligências forem efetuadas, ao mesmo tempo, em locais vizinhos, usada apenas uma condução, o Oficial de Justiça fará jus ao reembolso de uma só verba. Quando necessária mais de uma diligência, ao mesmo local, para cumprimento de um mesmo mandado, o Oficial certificará o fato para reembolsar-se, posteriormente, contra recibo.

§ 5.º - Os valores tabelados não serão devidos quando o próprio interessado na diligência fornecer a condução necessária.

Artigo 3.º - Nas diligências realizadas em processos-crime de réus pobres, inclusive as que forem requeridas pelo Ministério Público nos seus atos de ofício, e nas realizadas em feitos relativos a menores infratores ou abandonados, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas com condução, as quais correrão à conta da verba própria do Orçamento do Tribunal de Justiça, observada a tabela fixada no artigo 1.º e respeitada a respectiva dotação orçamentária.

Artigo 4.º - Para os fins do artigo anterior, considere-se pobre:

I - o que for assim declarado pela Autoridade presidente do Inquérito Policial, mediante atestado constante do relatório de que trata o artigo 10, § 1º, do Código de Processo Penal;

II - o que for assim declarado pela Autoridade Policial da circunscrição em que residir o interessado;

III - o que for assim declarado pelo Diretor do Estabelecimento Penal em que o interessado se encontrar preso

IV - o que for assim declarado por despacho judicial;

V - o que for defendido pela Procuradoria de Assistência Judiciária ou por Advogados dativos, ainda que se trate de réu revel.

§ 1.º - As diligências realizadas anteriormente à declaração da pobreza somente serão reembolsáveis depois dessa mesma declaração.

§ 2.º - O disposto no artigo 4.º aplica-se aos processos-crime de ação privada, quando se tratar

de querelante considerado pobre, nos termos do 'caput' deste artigo.

Artigo 5.º - Não são reembolsáveis, à conta da verba orçamentária própria do Tribunal de Justiça, as diligências determinadas de ofício pelo Juízo, requeridos pelo Ministério Público ou pela Defesa, em se tratando de processo-crime de réu não pobre.

Artigo 6.º - São reembolsáveis as diligências realizadas em cartas precatórias de réus pobres, devendo os Escrivães dos Juízos deprecantes assinalar com realce a pobreza, quando regularmente declarada.

Artigo 7.º - Para os fins dos reembolsos de que trata o artigo 4.º, os Escrivães, após verificarem e conferirem os dados constantes dos mapas apresentados pelos Oficiais de Justiça, certificarão a veracidade dos elementos insertos nos aludidos mapas, especialmente no que respeitam à pobreza dos interessados.

D.O.J. 29-3-79

Artigo 8.º - Na Capital, a vista da certidão mencionada no artigo anterior, os Juízes Corregedores Permanentes aporão seus "vistos" e encaminharão os mapas ao Departamento Técnico de Contabilidade da Secretaria do Tribunal de Justiça (DECÔ), até o 10.º dia útil do mês seguinte ao vencido, salvo motivo devidamente justificado quanto ao eventual atraso.

§ único - Se forem constatadas irregularidades a propósito dos elementos constantes dos referidos mapas, serão as mesmas comunicadas à Corregedoria Geral da Justiça para as medidas cabíveis, a fim de ser apurada a responsabilidade de quem de direito, sem prejuízo da suspensão do pagamento correspondente, a critério daquele órgão.

Artigo 9.º - Este provimento se aplica também, no que couber, aos Oficiais de Justiça das demais Comarcas do Estado, respeitadas as respectivas dotações orçamentárias.

Artigo 10.º - Os Juízes de Direito Diretores dos Fóruns, aos quais compete baixar portarias sobre as tabelas de despesas com condução de Oficiais de Justiça, segundo o artigo 32 do Decreto-Lei n.º 203/70, remeterão cópias das mesmas à Corregedoria Geral da Justiça, para os devidos fins.

Artigo 11.º - Nas demais Comarcas do Estado, os Juízes Corregedores Permanentes efetuarão o pagamento das diligências mediante a apresentação dos mapas, estes com os requisitos estabelecidos no artigo 7.º, e prestarão as contas na forma da Ordem de Serviço n.º 1/77, da E. Presidência do Tribunal de Justiça.

Artigo 12.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de abril de 1979, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 05 de março de 1979.

(a) Dês. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

Recurso C.G. n.º 25/79 -

Americana - Int.: Dr. Miguel Alfredo Malufe Neto

Pelo Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"O recurso merece provimento.

O Dec. Lei n.º 203, que disciplina a cobrança de custas e emolumentos na nossa organização judiciária, introduziu a inovação constante do art. 19, segundo a qual, os emolumentos previstos nas Tabelas 'abrangerão todos os atos judiciais do processo, tanto na fase da ação como na da execução, inclusive organização dos autos suplementares, publicação de intimações em primeira e segunda instância, remessa, distribuição e julgamento na instância superior, porte e baixa dos autos'. 1

As exceções estão expressamente referidas no § único.

Ora, não tem sentido afirmar-se que exatamente o mandado inicial, que é o primeiro ato do processo, sem o qual a ação não caminha, esteja excluído da regra geral do art. 19; se 'todos os atos judiciais do processo' devem ser considerados pagos pela importância que a parte é obrigada a depositar logo de início, por ocasião da distribuição de qualquer feito ou, 'se esta não for necessária, do despacho inicial (art. 20, inciso 1, do referido decreto lei)', segue-se que também o mandado de citação está incluído.

Interpretar-se a lei, como o fez o magistrado de primeira instância, importa em negar aplicação ao citado artigo 19, pois, entender-se que a expedição do mandado inicial está previsto na

Tabela 2 importa em subversão completa do princípio, sadio e prático, adotado pelo legislador, princípio esse que tem por finalidade exatamente evitar à parte (e quando se diz parte logo vem à mente o advogado que a representa) a amolação ou incômodo ele estar a toda hora sendo chamado a cartório para depositar sucessivas importâncias relativas ao pagamento de cada ato processual; o advogado tem coisas mais importantes a fazer do que se preocupar com essas pequeninas importunações, razão pela qual o legislador adotou a norma geral de simplificar o sistema, estipulando unia quantia fixa para todos os atos do processo, de modo que o advogado já sabe que somente em duas oportunidades terá que recolher custas, ou seja, quando da distribuição ou despacho inicial, quando então depositará metade, e quando for interposto recurso (art. 20, incisos I e II); fora daí, a parte não será incomodada com o pagamento picado de custas e emolumentos.

Dir-se-á que o inciso V da Tabela 2 prevê emolumentos a título de 'Alvarás' mandados e ofícios, pelo seu processamento e expedição', não reproduzindo a Tabela atual a menção de que cuidou o decreto n.º 52.425, de 25-03-1970, expedido para dar cumprimento ao decreto-lei n.º 203. Irrelevante, a meu ver, o argumento.

Houve omissão evidente na expedição dos Decretos posteriores, inclusive no Decreto n.º 12.369, de 02-10-1978, em não reproduzir na íntegra o que constava do item V, isto é, que aqueles emolumentos eram devidos pelo seu processamento e expedição 'Em processos findos e arquivados'; os decretos posteriores ao primeiro reproduziram o texto inicial 'ipsis litteris virgulisque', somente alterando o 'quantum' dos emolumentos, pelo que a omissão daqueles vocábulos está evidente; não houve intenção alguma de inovar nesse item.

E a prova disso está em que a parte que apresente uma precatória para citação de alguém, pagará as custas e os emolumentos previstos na Tabela 1, de acordo com a Nota Genérica 1ª.

"Os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas Tabelas 2 a 9 e despesas postais".

Nesse feito, isto é, precatória para citação de alguém, a parte pagará as custas e emolumentos previstos no item V da Tabela 1, letra a); o escrivão perceberá o emolumento ali previsto, emolumentos que corresponderão ao seu trabalho de expedir o mandado de citação, que é o maior e quase único serviço a ser executado nesse feito simples.

No entanto, pela interpretação dada em primeira instância, o escrivão terá direito às custas da Tabela 1 e mais ainda aos emolumentos da Tabela 2, inciso V, numa evidente duplicidade de emolumentos por um único serviço.

E isso acontecerá com todos os feitos!

Na interpretação das normas jurídicas nunca se deve esquecer, o intérprete, de que se procura sempre esclarecer o sentido das palavras; se a finalidade da norma geral era a de simplificar o pagamento de custas e emolumentos, repartindo-o em duas prestações a serem pagas em épocas Predeterminadas, inadmissível cogitar de exigir da parte que efetuou tal pagamento o ter de voltar a cartório para pagar custas pela expedição de um mandado que teria forçosamente de ser expedido em tal feito; daí porque Carlos Maximiliano ensinou que na aplicação do método teleológico, o intérprete há de verificar que 'se o fim decorre de uma série de leis, cada uma há de ser, quanto possível, compreendida de maneira que corresponda ao objetivo resultante do conjunto' e "cumpre atribuir ao texto um sentido tal que resulte haver a lei regulado a espécie a favor, e não em prejuízo, de quem evidentemente visa proteger" (Hermenêutica e Aplicação do Direito, pág. 194, 3ª ed.).

A situação do Escrivão não é diversa da do distribuidor, pois, sendo obrigatória a distribuição de qualquer feito, recebe o Distribuidor emolumentos previstos na Tabela 1, por sinal em quantia Idêntica às dos escrivães, o que não deixa de ser absurdo, porquanto o Distribuidor pratica o ato uma vez, anotando-o em seus livros, ao passo que o Escrivão fica com o processo em cartório, nele trabalhando durante dias, meses e até anos a fio.

E, a se adotar a interpretação acolhida em primeira instância, o Distribuidor teria direito não somente aos emolumentos da Tabela I como também aos emolumentos da Tabela III, item IV, que assim dispõe:

"Distribuição não compreendida nos itens I e II, inclusive lançamento do nome dos interessados nos Livros Índices:

Ao distribuidor 7,00

À Carteira das Serventias 1,05"

E, isso pela simples razão de que a distribuição de um pedido de alvará, de um pedido de expedição de ofício ou de um mandado também não estariam compreendidos nos itens 1 e 11

da Tabela 111, pela mesma forma como se entendeu, em primeira instância, que a expedição de uma mandado de citação em um feito que acaba de ser distribuído, dá direito aos emolumentos da Tabela II, item V.

Examinem-se os diversos itens da Tabela II e verificar-se-á que os "alvarás", mandados e ofícios, pelo seu processamento o expedição" somente Podem ser aqueles expedidos em autos findos e arquivados, pois somente assim guardarão similitude com os itens I, II, III, IV e VI, da mesma Tabela, pois todos estes não se referem a processos novos, que pagaram custas inicialmente mas, sim, à extração de certidões de autos, livros e documentos (I); a traslado de documentos e peças de processos (II); à reprodução de peças de autos (III); à autenticação de peça extraída de autos (IV); e resposta em folha corrida (VI).

Enfim, todos esses atos são estranhos ao procedimento normal de um feito em juízo, que está em andamento e que necessita ser praticado para que o processo caminhe como determina a lei e para cujos atos a parte pagou custas.

Afirma o recorrente que normalmente, o distribuidor gasta 48 horas para ser feita a distribuição de um feito da Comarca de Americana, o que está em desacordo com as normas gerais da Corregedoria Geral, porquanto a distribuição há de ser imediata, no mesmo dia da apresentação do feito em cartório (art. 450 e seguintes).

Pelo exposto, dou provimento ao recurso, para o efeito de determinar a devolução dos emolumentos pagos, evitando-se para o futuro semelhante cobrança.

São Paulo, 23 de março de 1979.

(a) Dês. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 03/79

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Determina:

Artigo 1.º - As certidões de antecedentes, a pedido da parte interessada, quando destinadas a fins judiciais ou a concursos públicos e posse em cargo público, consignarão todas as informações constantes dos registros.

Artigo 2.º - As certidões de que trata este Provimento deverão ser requeridas por escrito pelo próprio interessado ou por procurador com poderes especiais.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e Intime-se.

São Paulo, 26 de março de 1979.

(a) Dês. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

ORDEM DE SERVIÇO N.º 1/79

ORDEM DE SERVIÇO NÚMERO 1/79 DO MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO CORREGEDOR PERMANENTE DO 25.º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL, PUBLICADA PARA CONHECIMENTO E COMO SUGESTÃO AOS MERITÍSSIMOS JUÍZES DE DIREITO CORREGEDORES PERMANENTES DE SÃO PAULO.

O Dr. Laerte Nordi, Juiz de Direito Corregedor Permanente do 25.º Ofício Cível, no uso de suas atribuições, baixa a seguinte Ordem de Serviço:

CARTÓRIO

1. Nenhum processo ficará paralisado em Cartório, por mais de trinta dias, aguardando providências, salvo os casos de suspensão do processo. Vencido o prazo, o fato será certificado, fazendo-se conclusão dos autos.

2. Quando ocorrerem as hipóteses do artigo 267, 11 e 111, do Código de Processo Civil, a parte será intimada para providenciar o andamento do feito através de publicação no Diário Oficial. Não o fazendo, será intimada, pessoalmente, para suprir a falta em quarenta e oito (48) horas, importando o não atendimento na declaração de extinção do processo e conseqüente arquivamento.

3. Nas ações principais, vinculadas às cautelares de sustações de protesto, em havendo necessidade de citação por precatória, o autor deverá provar, em vinte (20) dias, a distribuição

da carta e o pagamento das custas no Juízo Deprecado.

4. Nas precatórias expedidas nas ações em que há assistência judiciária gratuita ou determinação do Juízo, se houver negativa no cumprimento por falta de pagamento das custas, oficiar-se-á diretamente ao Juiz da Comarca solicitando o cumprimento independentemente do pagamento exigido.
5. Havendo insuficiência de cópias para a citação inicial, a parte será intimada para fornecer tantas quantas necessárias, sob pena de extinção do processo.
6. As precatórias serão expedidas com observância de todas as formalidades previstas no artigo 202, § 1.º, do Código de Processo Civil.
7. Os despachos e sentenças serão encaminhados à publicação no Diário Oficial dentro de cinco (5) dias a contar da devolução dos autos em Cartório.
8. Recomenda-se, inclusive, mais atenção na datilografia desses despachos e sentenças encaminhados à imprensa, evitando-se a reiteração de erros já anotados, que prejudicam a compreensão do texto e obrigam à republicação.
9. Desentranhadas as contestações ou quaisquer outras peças por intempestividade, serão colocadas em pasta própria e devolvidas à parte, evitando-se o costume de grampeá-las na contracapa do processo.
10. Evitar erros na numeração das folhas dos processos, várias vezes observados.
11. Abrir-se o segundo volume a partir de fls. 200, ou, em casos especiais, segundo determinação expressa do Juízo.
12. Distribuídas às respectivas seções as petições despachadas, providenciar-se-á o seu entranhamento nos autos, diariamente, no final do expediente, fazendo-se imediata conclusão.
13. Os mandados devolvidos pelos Srs. Oficiais de Justiça deverão ser juntados nos autos no mesmo dia.
14. Haverá o controle do prazo para recurso, certificando-se o decurso do prazo corretamente em não recorrendo a parte.
15. Prestado o compromisso pelos Srs. peritos, colher-se-á imediatamente a assinatura do Juiz, evitando-se a prática de se colher posteriormente.
16. As xerocópias solicitadas pelas partes serão colocadas em pasta própria, inutilizando-se aquelas que não forem procuradas no prazo de três (3) meses.
17. Os funcionários observarão, na conclusão dos autos, a divisão estabelecida entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar, no tocante à numeração. Em havendo processos apensados, prevalecerá o número daquele distribuído em primeiro lugar.
18. Determina-se que, nas cartas de adjudicação, arrematação, certidões, etc., sujeitas ao Registro Imobiliário, se mencionem o Registro Geral (RG) e o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) dos intervenientes, esclarecendo, quando for o caso, que as partes não o têm.
19. Para a pronta identificação dos processos em que haja interesse de menores ou incapazes e nos quais funciona o Representante do Ministério Público se colocará na capa uma fita colorida indicativa da circunstância. Idem em relação aos processos em que figurar beneficiário da assistência judiciária gratuita.
20. Não se lançará termos (conclusão, vistas, datas, etc.) no verso de sentenças, petições, guias de custas, etc.).
21. Nas medidas cautelares, o cartório controlará o decurso do prazo para propositura da ação principal, certificando, no 30.º dia, contado da efetivação da liminar, o decurso "in albis" do prazo legal.
22. Haverá, igualmente, o controle do prazo para oposição de embargos, nas execuções contra devedor solvente, devendo, o Cartório, certificar o decurso "in albis" do prazo para embargos logo após a ocorrência do mesmo.
23. Certificar nos autos os motivos da não realização das audiências designadas.
24. Expedir ofício ao Distribuidor logo após o trânsito em julgado da sentença que julgou elidido o pedido de falência.
25. Anotar na autuação dos processos os embargos de terceiro e agravos de instrumento e retido.
26. Nas ações de despejo por falta de pagamento, não contestadas, expedir-se-á o mandado independentemente do trânsito em julgado, se a parte o requerer; nas contestadas, aguardar-se-á o trânsito em julgado ou se extrairá, a requerimento, carta de sentença, para a execução provisória.
27. Designada a praça e leilão, o devedor será intimado no prazo de cinco (5) dias, sendo

prioritário o cumprimento do mandado, expedindo-se após os editais.

São Paulo, 1.º de fevereiro de 1979.

(a) Laerte Nordi, Juiz de Direito.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

1. Os mandados, devidamente cumpridos, serão devolvidos a Cartório quarenta e oito (48) horas antes das audiências, excetuados os casos especiais.
2. Nas ações sumaríssimas, o Sr. Oficial de Justiça diligenciará para que a citação do réu se concretize quinze (15) dias antes da audiência, ressalvados os casos excepcionais.
3. Nas citações por hora certa, certificar-se-á nos autos os dias e horas em que o réu foi procurado, justificando-se após os motivos da suspeita de ocultação, fazendo-se a citação, preferentemente, em pessoa da família.
4. Nas citações de pessoas jurídicas ou sociedades sem personalidade jurídica, observar os incisos VI e VII do artigo 12 do Código de Processo Civil, cercando a diligência das cautelas necessárias no sentido de evitar prejuízos às partes.
5. Na condução coercitiva, o Sr. Oficial de Justiça diligenciará, no dia da audiência, o comparecimento da testemunha, acompanhando-a até o Fórum com bastante antecedência, usando suas prerrogativas legais para conseguir êxito na diligência.
6. Se o Sr. Oficial de Justiça for maltratado pela parte ou testemunha, deverá certificar nos autos, detalhadamente, a fim de que, na audiência, se advirta a pessoa quanto ao seu procedimento, podendo-se, conforme o caso, adotar outras medidas mais rigorosas.
7. Não se justificará a indevida retenção dos mandados a pretexto de acordo entre as partes ou solicitação do interessado exclusivamente ao juiz sustar o cumprimento dos mandados expedidos.
8. Cobranças indevidas ou excessivas não serão toleradas, implicando, desde que apuradas, na adoção das medidas necessárias à apuração das responsabilidades.
9. Os mandados serão cumpridos e devolvidos dentro do prazo legal, salvo os casos excepcionais e autorizados pelo Juiz.
10. No cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial de Justiça atenderá sempre ao que dispõe o artigo 226 e incisos do Código de Processo Civil.
11. Antes de o Sr. Oficial de Justiça certificar que o réu se encontra em lugar desconhecido, incerto ou inacessível, deverá esgotar todas as possibilidades de localização pessoal, considerada a gravidade das conseqüências decorrentes de uma informação incorreta.
12. Os Srs. Oficiais de Justiça deverão fiscalizar, junto ao funcionário do Cartório, a baixa do mandado.
13. Os Srs., Oficiais de Justiça deverão assinar as cargas no Livro de Carga de Mandados e nos processos.
14. Os mandados, devidamente cumpridos, serão devolvidos a Cartório no dia seguinte ao cumprimento e também quando ficarem cientes de petições de desistência ou depósitos nos autos.
15. Os Srs. Oficiais de Justiça, no seu próprio interesse, controlarão os mandados em atraso, que deverão ser certificados para a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, fazendo a necessária conferência com a relação da escrivã.
16. Os Srs. Oficiais de Justiça certificarão, sempre, a hora em que a diligência for realizada.
17. Os mandados para intimação dos devedores da designação da praça e leilão serão cumpridos, prioritariamente, no prazo improrrogável de cinco (5) dias.
18. Salvo quando autorizados por despacho judicial, os Srs. Oficiais de Justiça não excederão o prazo de trinta (30) dias para a devolução dos mandados, devidamente cumpridos.
19. Os mandados para lacração de estabelecimentos comerciais, cuja falência for decretada, serão cumpridos no dia imediato ao da sentença pelo Oficial de Justiça de plantão.
20. Todos os Oficiais de Justiça deverão entregar à parte ou advogado o recibo correspondente à quantia paga para a diligência realizada, observando-se no mais os Provimentos n.º 7/76 e 11/77.

Registre-se e Cumpra-se.

(a) Laerte Nordi, Juiz de Direito

Processo CG. N.º 50.555178 -

Capital - Int.: Juiz de Direito da 2.ª Vara de Registros Públicos.

Senhor Desembargador Corregedor Geral.

1. O MM. Juiz da 2.ª Vara de Registros Públicos representa a esta E. Corregedoria quanto à necessidade de disciplinar a extração de certidões e reproduções através do processo reprográfico, bem como as autenticações. Apresentou minuta de provimento, que, submetida ao Colégio Notarial do Brasil, resultou em nova proposta.

2. Indiscutível, "vênia permissa", a necessidade de regulamentação da matéria. A natureza do processo reprográfico enseja falsificações de difícil ou impossível percepção, quando não se obtenha acarear a reprodução com o original. Não podem, pois, os Tabeliães, a que toca competência exclusiva para autenticar as cópias, fiar-se nas reproduções desacompanhadas da identificação de seu autor e do original, quando extraídas por terceiros. Nem pode a segurança da coletividade estar a mercê de agentes inescrupulosos, sempre que inevitável reproduzir xerocópia de xerocópia.

3. Do exposto e fundando-nos nas considerações inseridas em seu texto, tomamos a liberdade de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Provimento, para disciplina do assunto, sugerindo, outrossim, que, eventualmente aprovado este, se oficie ao Sr. Prefeito Municipal para as urgentes e necessárias providências, no sentido de coibir a generalizada propaganda de "xerocópias autenticadas", denunciada pelo MM. Juiz representante. São Paulo, 13 de março de 1979.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar.

Despacho: "Aprovo o parecer. Expeça-se provimento. São Paulo, 26-03-79 (a) Dês. Humberto de Andrade Junqueira Corregedor Geral da Justiça".

PROVIMENTO N.º 2/79

O Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, no uso de suas atribuições,

Considerando que à Corregedoria Geral da Justiça impende estabelecer o regime jurídico-administrativo das reproduções de documentos públicos ou particulares e das autenticações; Considerando que ao Tabelião de Notas compete extrair públicas-formas de qualquer natureza, traslados, certidões e cópias, através de processo mecânico, de impressão ou reprográfico, de documentos públicos e particulares, certificando, expressamente, se acharem conformes com o original (art. 152, do Decreto n.º 123, de 10 de novembro de 1892, artigo 2.º, do Decreto Federal n.º 2.148, de 25 de abril de 1940, e arts. 739, "caput" e §§ 4.º e 5.º, e 499, "caput" e § 2º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça);

Considerando que pública-forma é a cópia integral e fiel de documento avulso que, para esse fim, o interessado apresenta ao Tabelião;

Considerando que o Tabelião de Notas está autorizado a autenticar reproduções de documentos públicos (art. 365, 111, do Código de Processo Civil) e goza de competência privativa para autenticar cópias de documentos particulares e traslados de instrumento do foro judicial, extraídos por sistema reprográfico (arts. 500 e 739, § 1º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça), e

Considerando a necessidade de, evitando abusos e preservando a autenticidade de que se devem revestir as reproduções reprográficas, disciplinar a matéria, segundo o decidido no Processo CG-50.555.

DETERMINA:

Artigo 1.º - Não será extraída, autenticada ou utilizada para a prática de nenhum ato notarial ou de registro público, reprodução reprográfica de cópia, autenticada ou não, de documento público ou particular, senão sob pública-forma.

§ 1.º - Não se sujeitam a esta restrição a cópia ou o conjunto de cópias reprográficas que, emanadas e autenticadas de autoridade ou repartição pública, constituam documento originário, tais como cartas de ordem, de sentença, de arrematação, de adjudicação, formais de partilha, certidões positivas de registros públicos e de protestos e certidões da Junta Comercial.

§ 2.º - Quando a reprodução reprográfica for extraída por Cartório de Notas ou Ofício de Justiça, do instrumento de autenticação deverá constar a circunstância (modelo dois).

§ 3.º - Só se extrairá pública-forma de reproduções reprográficas oriundas de outras comarcas, se estiver reconhecida a firma do signatário da autenticação.

Artigo 2.º - A cada documento reproduzido, ainda que mais de um o seja na mesma peça, corresponderá sempre um instrumento de autenticação.

§ 1.º - Sempre que possível, o instrumento de autenticação constará do anverso da cópia. Quando tenha de constar do verso, inutilizar-se-ão os espaços remanescentes através de carimbo apropriado (modelo cinco).

§ 2.º - Só serão autenticadas cópias reprográficas extraídas por terceiros, que estejam assinadas pelo autor identificado da reprodução e mediante exibição do original (modelo três).

Artigo 3.º - Os Tabeliães de Notas manterão arquivadas e atualizadas, junto às Corregedorias Permanentes, fichas com assinatura própria, do Oficial Maior e dos escreventes autorizados.

Artigo 4.º - Os atos, de que trata este Provimento, serão formalizados através de carimbos que obedeçam aos modelos anexos.

Artigo 5.º - Este Provimento entra em vigor dentro de 15 (quinze) dias da sua publicação.

Registre-se. Cumpra-se. Publique-se por 5 (cinco) dias consecutivos e encaminhem-se cópias à 2.ª Vara de Registros Públicos e à seção local do Colégio Notarial do Brasil.

São Paulo, 26 de março de 1979.

(a) Dês. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

(07 e 10-4-79)

MODELO 1: Pública-Forma

.....º CARTÓRIO DE NOTAS DA COMARCA DE

(nome do Tabelião, endereço)

PÚBLICA-FORMA

Extraída por reprodução reprográfica

Certifico e dou fé que confere com o original.

(artigo 2.º, do Decreto Federal n.º 2.148/40)

....., ... de de 19.....

Em Test.º da Verdade

.....
Tabelião, Oficial Maior ou
Escrevente Autorizado

MODELO 2: Autenticação de cópias reprográficas extraídas no próprio cartório

.....º CARTÓRIO DE NOTAS DA COMARCA DE

(nome do Tabelião, endereço)

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas

notas, a qual confere com o original, do que dou fé.

....., ... de de 19.....

.....

Tabelião, Oficial Maior

ou Escrevente Autorizado

(7 e 10-

4-79)

MODELO 3: Autenticação de cópias reprográficas extraídas fora do Cartório

.....º CARTÓRIO DE NOTAS DA COMARCA DE.....

(nome do Tabelião, endereço)

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica conforme

ao original a mim apresentado, do que dou fé.

....., ... de de 19...

.....

Tabelião, Oficial Maior

ou Escrevente Autorizado

(7 e

10-4-79)

MODELO 4: Certidão extraída nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei Federal n.º 2.148/40

.....º CARTÓRIO DE NOTAS DA COMARCA DE.....

OFÍCIO DE JUSTIÇA

(nome do Tabelião, endereço)

CERTIDÃO

A presente certidão, extraída por processo reprográfico, foi expedida de acordo com o artigo 2.º do Decreto-lei Federal n.º 2.148/40, estando de conformidade com o original constante do livro (de notas ou procuração) (ou dos autos) n.º....., página.....a..... deste cartório, do que dou fé.

.....de de 19.....

.....

Tabelião ou Oficial Maior

(7 e

10-4-79)

MODELO 5: Inutilização de espaços remanescentes

EM BRANCO

(7 e

10-4-79)

COMUNICADO

O Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, faz saber aos Escrivães dos Cartórios Extrajudiciais que o Ofício circular S/N., de dezembro de 1978, expedido pelo DEPE-4., não se referem às escalas de férias dos Servidores dos Cartórios supra, as quais deverão ser encaminhadas, anualmente conforme vinha sendo feito, nos termos do artigo 239 do Provimento 11/75 de 14-10-75.

Publicar no- dias 27/28-04 e 2-3-4-5-05.

D.O.J. 3-5-79

**JURISPRUDÊNCIA
ADVOGADOS**

* A questão das custas de diligência do oficial de justiça foi apreciada pelo juiz da 26.ª Vara Cível na precatória n.º 3.610178. Diz a manifestação do magistrado que, consoante entendimento jurisprudencial acolhido no 1.º Tribunal de Alçada Civil e no Tribunal de Justiça, "não está o meirinho obrigado a financiar o andamento das custas, desembolsando as despesas de condução, para só ressarcir-se dos gastos afinal, mesmo quando haja interesse das Fazendas Públicas". A partir de abril a matéria foi reiterada pelo Provimento 1/79, da Corregedoria Geral, o qual, em seu artigo 2.º, mantém a orientação do Provimento n.º 11/77, embora preveja a possibilidade de dispensar-se o depósito quando o meirinho tenha recebido, de outro interessado, o aditamento para as despesas de condução, relativo à diligência que deva fazer nas proximidades do mesmo local, não se justificando o pagamento de duas conduções, quando só ama bastará para cumprir os dois mandados.

* A comprovação de residência para efeito de expedição de documento público poderá ser feita, a partir da recente Lei n.º 6.629, além do atestado de residência firmado por autoridade policial ou judicial, mediante a apresentação dos seguintes documentos: 1 notificação do Imposto de Renda do último exercício ou recibo da declaração referente ao exercício em curso: 11 - contrato de locação em que figure como locatário; 111 - conta de luz, água, gás ou telefone correspondente ao último mês. Quando o interessado for menor de vinte anos bastará a comprovação da residência do pai ou responsável legal.

* No RE 90.837-4-MG a matéria da promessa de venda de imóvel, não inscrita no registro imobiliário, foi esclarecida pela 1.ª Turma do STF (rel. min. Xavier de Albuquerque). O entendimento é o de que ao contrato não inscrito não se aplica o regime do Decreto-lei n.º 58137 nem Decreto-lei n.º 745/69.

Transcrito da "Folha de S. Paulo" de 15-5-79.

LEIS E DECRETOS FEDERAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 12

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:
Artigo único - É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:
I - educação especial e gratuita;
II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.
Brasília, em 17 de outubro de 1978.

LEI N.º 6.584, DE 24 DE OUTUBRO DE 1978

Prorroga o prazo estabelecido no artigo 1.º da Lei N.º 5.972, de 11 de dezembro de 1973, que regula o procedimento para o registro de propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1.º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1988, o prazo estabelecido no artigo 1.º da Lei N.º 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e modificado pelo artigo 1.11 da Lei N.º 6.282, de 9 de dezembro de 1975.
Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, em 24 de outubro de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.
ERNESTO GEISEL
Armando Falcão
Mário Henrique Simonsen

(D.O.U. de 25-10-1978)

LEI N.º 6.616, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1978

Acrescenta artigos à Lei N.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1.º - Os artigos 31 e 32 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passam a ter a seguinte redação:
"Artigo 31 - Nos processos judiciais que tenham por objeto matéria incluída na competência da Comissão de Valores Mobiliários, será esta sempre intimada para, querendo, oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, no prazo de quinze dias a contar da intimação.
§ 1.º - A intimação far-se-á, logo após a contestação, por mandado ou por carta com aviso de recebimento, conforme a Comissão tenha, ou não, sede ou representação na comarca em que tenha sido proposta a ação.
§ 2.º - Se a Comissão oferecer parecer ou prestar esclarecimentos, será intimada de todos os atos processuais subsequentes, pelo jornal oficial que publica expediente forense ou por carta com aviso de recebimento, nos termos do parágrafo anterior.
§ 3.º - À Comissão é atribuída legitimidade para interpor recursos, quando as partes não o fizerem.
§ 4.º - O prazo para os efeitos do parágrafo anterior começará a correr, independentemente de nova intimação, no dia imediato em que findar o das partes.

Artigo 32 - As multas impostas pela Comissão de Valores Mobiliários, após a decisão final que as impôs na esfera administrativa, terão eficácia de título executivo e serão cobradas judicialmente, de acordo com o rito estabelecido pelo Código de Processo Civil para o processo de execução."

Artigo 2.º - A intimação da Comissão de Valores Mobiliários, consoante previsto no artigo 31 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, far-se-á, em relação aos processos em curso na data da entrada em vigor desta Lei, dentro de trinta dias dessa data.

Parágrafo único - A intimação, na hipótese deste artigo, será dispensada relativamente aos processos que, na data a que se refere o caput, estiverem conclusos, ou incluídos em pauta, para julgamento.

Artigo 3.º - Os atuais artigos 31 e 32 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passam a ter, respectivamente, os ris. 33 e 34.

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Mário Henrique Simonsen

João Paulo dos Reis Velloso

D.O.U. 19-12-78

LEI N.º 6.602, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1978

Altera a redação da alínea i do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e acrescenta parágrafos ao mesmo artigo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - A alínea i do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º.....

.....

i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o loteamento de terreno, edificados ou não, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais".

Artigo 2.º - São acrescentados ao artigo 5.º do Decreto-lei N.º 3.365, de 21 de junho de 1941, os seguintes parágrafos:

"Art. 5.º.

§ 1º - A construção ou ampliação de distritos industriais, de que trata a alínea i do caput deste artigo, inclui o loteamento das áreas necessárias à instalação de indústrias e atividades correlatas, bem como a revenda ou locação dos respectivos lotes a empresas previamente qualificadas.

§ 2.º - A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação".

Artigo 3.º - A desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para os fins de criação ou ampliação de distritos industriais, que tenha por objeto imóvel rural, incluído em área declarada prioritária para fins de reforma agrária, nos termos do artigo 161 e parágrafos da Constituição Federal, depende de decreto autorizativo do Presidente da República, não se aplicando nesse caso o disposto no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969.

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 07 de dezembro de 1978; 157.º da independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D. O. União de 12-12-78

LEI n.º 6.620, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1978

Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

Da aplicação da Lei de Segurança Nacional

Artigo 1.º - Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Artigo 2.º - Segurança Nacional é o estado de garantia proporcionado à Nação, para a consecução dos seus objetivos nacionais, dentro da ordem jurídica vigente.

Parágrafo único - Constituem objetivos nacionais, especialmente:

- Soberania Nacional
- Integridade Territorial
- Regime Representativo e Democrático
- Paz Social
- Prosperidade Nacional
- Harmonia Internacional

Artigo 3.º - A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1.º - A segurança interna, integrada ria segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2.º - A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3.º - A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Artigo 4.º - Na aplicação desta Lei observar-se-á, no que couber, o disposto na Parte Geral e, subsidiariamente, o disposto na Parte Especial do Código Penal Militar.

Artigo 5.º - Na aplicação desta Lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

CAPITULO II

Dos crimes e das penas

Artigo 6.º - Entrar em entendimento ou negociação com governo estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil.

Pena: reclusão, de 2 a 15 anos.

Parágrafo único - Se os atos de hostilidade forem desencadeados.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 7.º - Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil.

Pena: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único - Se, da tentativa, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 8.º - Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual for o motivo ou pretexto.

Pena: reclusão, de 4 a 20 anos.

Parágrafo único - Verificando-se a invasão.

Pena: reclusão, de 6 a 30 anos.

Artigo 9.º - Comprometer a Segurança Nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações.

Pena: reclusão, de 4 a 15 anos.

§ 1.º - Se, em decorrência da sabotagem, verifica-se paralisação de serviço público ou atividade

essencial.

Pena: reclusão, de 6 a 20 anos.

§ 2.º- Se, da sabotagem, resultar lesão corporal grave ou morte .

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 10 - Apoderar-se ou exercer o controle, ilicitamente, de aeronave ou embarcação.

Pena: reclusão, de 1 a 8 anos.

Artigo 11 - Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou idéias incompatíveis com a Constituição.

Pena: reclusão, de 1 a 8 anos.

Artigo 12 - Formar, integrar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governa estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Artigo 13 - Promover ou manter, em território nacional, serviço de espionagem em proveito de país estrangeiro ou de organização subversiva.

Pena: reclusão, de 2 a 20 anos.

§ 1.º - Obter ou procurar obter, para o fim de espionagem, notícia de fatos ou coisas que, no interesse do Estado, devam permanecer secretas, desde que o fato não constitua delito mais grave.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

§ 2.º- Destruir, falsificar, subtrair, fornecer ou comunicar à potência estrangeira, organização subversiva ou a seus agentes ou, em geral, a pessoa não autorizada, documentos, planos ou instruções classificados como sigilosos por interessarem à Segurança Nacional.

Pena: reclusão, de 3 a 12 anos.

§ 3.º - Entrar em relação com governo estrangeiro, organização subversiva ou seus agentes, para o fim de comunicar qualquer outro segredo concernente à Segurança Nacional.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos,

§ 4.º- Fazer ou reproduzir, para o fim de espionagem, fotografias, gravuras ou desenhos de instalações ou zonas militares e engenhos de guerra, de qualquer tipo; ingressar para o mesmo fim, clandestina ou fraudulentamente, nos referidos lugares; desenvolver atividades aerofotográficas, em qualquer parte do território nacional, sem autorização de autoridade competente.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

§ 5.º- Dar asilo ou proteção a espiões, sabendo que o sejam.

Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

§ 6.º- Facilitar o funcionário público, culposamente, o conhecimento de segredo concernente à Segurança Nacional.

Pena: detenção, de 6 meses a 5 anos.

Artigo 14 - Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

Parágrafo único - Se a divulgação provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil.

Pena: detenção, de 2 a 5 anos.

Artigo 15 - Falsificar, suprimir, tornar irreconhecível, subtrair ou desviar de seu destino ou uso normal algum meio de prova relativo a fato de importância para o interesse nacional.

Pena: reclusão, de 1 a 6 anos.

Artigo 16 - Violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de Chefe ou representante de Nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional.

Pena: reclusão, de 6 a 12 anos,

Artigo 17 - Violar neutralidade assumida pelo Brasil em face de países beligerantes.

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Artigo 18 - Destruir ou ultrajar bandeira, emblemas ou escudo da Nação amiga, quando expostos em lugar público.

Pena: detenção, de 6 meses a 1 ano.

Artigo 19 - Ofender publicamente, por palavras ou escrito, Chefe de Governo de Nação

estrangeira.

Pena: reclusão, de 6 meses a 4 anos.

Artigo 20 - Exercer violência de qualquer natureza, contra Chefe de Governo estrangeiro, quando em visita ao Brasil ou de passagem pelo território brasileiro,

Pena: reclusão, de 2 a 15 anos.

Parágrafo único - Se, da violência, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 21 - Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Artigo 22 - Promover insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada.

Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

Parágrafo único - Se, da prática do ato, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 23 - Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único - Se, em virtude deles, a guerra sobrevém.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 24 - Impedir ou tentar impedir, por meio de violência ou ameaça de violência, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados.

Pena: reclusão, de 2 a 6 anos.

Artigo 25 - Favorecer ou permitir a utilização de meios de transporte a serviço de prática subversiva, para subtrair-se o autor de crime à ação de autoridade pública ou, ainda, a utilização de meio de comunicação para efetivar qualquer crime contra a Segurança Nacional.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Artigo 26 - Devastar, saquear, assaltar, roubar, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, sabotagem ou terrorismo, com finalidades atentatórias à Segurança Nacional.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único - Se, da prática do ato, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 27 - Impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado ou executados mediante concessão, autorização ou permissão.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único - Se, da prática do ato, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 28 - Tentar desmembrar parte do território nacional, para constituir país independente.

Pena: reclusão, de 4 a 12 anos.

Artigo 29 - Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurretos ou rebeldes.

Pena: reclusão, de 2 a 10 anos.

Artigo 30 - Matar, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, quem exerça autoridade ou estrangeiro que se encontrar no Brasil, a convite do Governo brasileiro, a serviço de seu país ou em missão de estudo.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 31 - Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra quem exerça autoridade.

Pena: reclusão, de 2 a 15 anos.

Parágrafo único - Se, da violência, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 32 - Atentar contra a liberdade pessoal do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado e de Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios.

Pena: reclusão, de 4 a 12 anos.

Artigo 33 - Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado e de Governadores de Estado, do Distrito Federal ou de Territórios.

Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

Parágrafo único - Se o crime for praticado por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social.

Pena: reclusão, de 2 a 5 anos.

Artigo 34 - Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social, contra estrangeiro que se encontre no Brasil, a serviço de seu país, em missão de estudo, ou a convite do Governo brasileiro.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único - Se, da violência, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 35 - Promover paralisação ou diminuição do ritmo normal de serviço público ou atividade essencial definida em lei, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República.

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Artigo 36 - Incitar:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - à desobediência coletiva às leis;

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais;

V - à paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais;

VI - ao ódio ou à discriminação racial.

Pena: reclusão, de 2 a 12 anos.

Parágrafo único - Se, do incitamento, decorrer lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 37 - Cessarem funcionários públicos, coletivamente, no todo, ou em parte, os serviços a seu cargo.

Pena: detenção, de 8 meses a 1 ano.

Parágrafo único - Incorrerá nas mesmas penas o funcionário público que, direta ou indiretamente, se solidarizar com os atos de cessação ou paralisação do serviço público ou que contribua para a não execução ou retardamento do mesmo.

Artigo 38 - Perturbar, mediante o emprego de vias de fato, ameaças, tumultos ou arruídos, sessões legislativas, judiciárias ou conferências internacionais, realizadas no Brasil.

Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos.

Parágrafo único - Se, da ação, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 39 - Constituir, integrar ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento com finalidade combativa.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

Artigo 40 - Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação, dissolvidos por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, ou fazê-lo funcionar, nas mesmas condições, quando legalmente suspenso.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Artigo 41 - Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em lugar público.

Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

Artigo 42 - Fazer propaganda subversiva:

I - utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - realizando greve proibida;

V - injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.

Peita: reclusão, de 1 a 3 anos.

Artigo 43 - Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou

ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Forças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente.

Pena: reclusão, de 1 a 6 anos.

Artigo 44 - Incitar à prática de qualquer dos crimes previstos neste Capítulo, ou fazer-lhe a apologia ou a de seus autores, se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: reclusão, de 1 a 5 anos.

Parágrafo único - A pena será aumentada de metade, se o incitamento, publicidade ou apologia for feito por meio de imprensa, radiodifusão ou televisão.

Artigo 45 - Promover ou facilitar a fuga de pessoa legalmente presa, em decorrência da prática de crimes previstos nesta Lei.

Pena: reclusão, de 2 a 8 anos.

Parágrafo único - Se, do crime, resultar lesão corporal grave ou morte.

Pena: reclusão, de 8 a 30 anos.

Artigo 46 - São circunstâncias agravantes, quando não elementares do crime:

I - ser o agente militar ou funcionário público, a este se equiparando o emprego de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista;

II - ter sido o crime praticado com a ajuda de qualquer espécie ou sob qualquer título, prestada por Estado ou organização internacional ou estrangeiro;

III - ter, no caso de concurso de agentes, promovido ou organizado a cooperação no crime, ou dirigido a atividade dos demais agentes.

Artigo 47 - A tentativa de crime, previsto nesta Lei, será punida com a pena cominada para o crime, reduzida de um a dois terços, se não houver cominação específica.

Artigo 48 - Extingue-se a punibilidade dos crimes previstos nesta Lei:

a) pela morte do autor;

b) pela prescrição da pena.

Artigo 49 - Atendendo à gravidade do fato e suas conseqüências, quando o crime for praticado por meio de jornal, revista, rádio ou televisão, o juiz poderá, na sentença, decretar a suspensão por até sessenta dias da publicação ou do funcionamento da emissora de radiodifusão ou televisão.

Artigo 50 - O Ministro da Justiça poderá, sem prejuízo da ação penal, determinar a apreensão de livro, jornal, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie que constitua, ou possa vir a constituir, o meio de perpetração de crimes previstos nesta lei, bem como adotar outras providências necessárias para evitar a consumação de tais crimes ou seu esaurimento, como a suspensão de sua impressão, gravação, filmagem ou apresentação ou, ainda, a proibição da circulação, distribuição ou venda daquele material.

Artigo 51 - A responsabilidade penal pela propaganda subversiva independe da civil e não exclui as decorrentes de outros crimes, na forma desta Lei ou de outras.

CAPÍTULO III

Do Processo e Julgamento

Artigo 52 - O processo e julgamento dos crimes contra a Segurança Nacional são da competência exclusiva da Justiça Militar e reger-se-ão pelas disposições do Código de Processo Penal Militar, no que não colidirem com as disposições especiais desta Lei.

Artigo 53 - Durante as investigações, a autoridade responsável pelo inquérito poderá manter o indiciado preso ou sob custódia por até trinta dias, fazendo comunicação reservada à autoridade judiciária competente.

§ 1.º - O responsável pelo inquérito poderá manter o indiciado incomunicável por até oito dias, observado o disposto neste artigo, se necessário à investigação.

§ 2.º - Os prazos de prisão ou custódia fixados neste artigo poderão ser prorrogados uma vez, pelo mesmo período de tempo acima referido, mediante solicitação do encarregado do inquérito à autoridade judiciária competente, que decidirá, ouvido o Ministério Público.

§ 3.º - O preso ou custodiado deverá ser recolhido e mantido em lugar diverso do destinado aos presos por crime comum, observando-se, ainda, os artigos 239 a 241 do Código de Processo Penal Militar.

§ 4.º - Em qualquer fase do inquérito a defesa poderá solicitar ao encarregado do inquérito que determine exame na pessoa do indiciado para verificação de sua integridade física; do laudo expedido pela autoridade médica será feita juntada aos autos do inquérito.

§ 5.º - Esgotado o prazo de trinta dias de prisão ou custódia ou de sua eventual prorrogação, o indiciado será imediatamente libertado, salvo se decretada prisão preventiva, a requerimento do

encarregado do inquérito ou do órgão do Ministério Público.

§ 6.º - O tempo de prisão ou custódia será computado na execução da pena privativa de liberdade.

Artigo 54 - O inquérito policial nos crimes contra a Segurança Nacional compete à Polícia Federal e será iniciado:

I - de ofício,

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

III - mediante requisição de autoridade militar responsável pela segurança interna, instruída com as informações por esta colhida sobre o fato.

§ 1.º - Mediante convênio, a União poderá delegar a Estado, ao Distrito Federal ou a Território a realização do inquérito de que trata este artigo, por órgão especializado da respectiva polícia judiciária.

§ 2.º - A Polícia Federal, ou no caso de convênio, a Polícia do Estado, do Distrito Federal ou do Território, procederá em conformidade com a legislação processual penal militar, no que couber e não colidir com as disposições especiais desta Lei, remetendo o inquérito ao órgão competente da Justiça Militar.

§ 3.º - Será instaurado Inquérito Policial-Militar se o agente for militar ou pessoa assemelhada, ou quando o crime:

I - lesar patrimônio sob administração militar;

II - for praticado em lugar diretamente sujeito à administração militar ou contra militar ou assemelhado, em serviço;

III - for praticado nas regiões atingidas pelas normas previstas nos artigos n.ºs 155, 156 e 158 da Constituição Federal.

Artigo 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos-lei n.ºs 898, de 29 de setembro de 1969, e 975, de 20 de outubro de 1969, a Lei n.º 5.786, de 27 de junho de 1972, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1978; 157.º da Independência e 90.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O.U. de 20-12-78

LEI N.º 6.629, DE 16 DE ABRIL DE 1979

Estabelece normas para a comprovação de residência, quando exigida por autoridade pública para a expedição de documento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Artigo 1.º - A comprovação de residência para efeito de expedição de documento público poderá ser feita, além do atestado de residência firmado por autoridade policial ou judicial, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - notificação do Imposto de Renda do último exercício ou recibo da declaração referente ao exercício em curso;

II - contrato de locação em que figure como locatário;

III - conta de luz, água, gás ou telefone correspondente ao último mês.

Parágrafo único - Quando o interessado for menor de vinte e um anos bastará a comprovação da residência do pai ou responsável legal.

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de abril de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

Petrônio Portella

D.O.U. de 17-04-1979

LEI N.º 6.649, DE 16 DE MAIO DE 1979

Regula a locação predial urbana e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO 1

Disposições Gerais

SEÇÃO 1

Da Locação em Geral

Artigo 1.º- A locação do prédio urbano regula-se pelo disposto nesta Lei.

§ 1.º- Aplica-se à sublocação o disposto quanto à locação, no que couber.

§ 2.º- As locações para fins comerciais ou industriais continuam regidas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934.

§ 3.º- Não proposta a ação renovatória do contrato, prevista no Decreto N.º 24.150, de 20 de abril de 1934, sujeita-se à locação ao regime instituído nesta Lei.

§ 4.º- A locação dos prédios urbanos de propriedade da União continua regida pela legislação que lhe é própria.

§ 5.º - Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários, se o contrário não se estipulou.

Artigo 2.º- O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo; se por mais de dez anos, depende de vênua conjugal.

Artigo 3.º - Havendo prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador, antes do vencimento, reaver o prédio alugado; nem o locatário poderá devolvê-lo ao locador, senão pagando multa (VETADO).

Artigo 4.º- A partir do término do contrato, enquanto o locatário continuar na posse do prédio alugado, a relação de locação reger-se-á pelas condições do contrato terminado, com as modificações decorrentes do disposto nesta Lei.

§ 1.º- Seja qual for o fundamento do término da relação de locação, a ação do locador para reaver o prédio alugado é a de despejo.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica se a relação de locação termina em decorrência de desapropriação, com imissão do expropriante na posse do prédio alugado.

Artigo 5.º- O contrato por tempo determinado cessa, de pleno direito, findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso, (VETADO).

Parágrafo único - (VETADO), findo o prazo contratual, (VETADO) presumir-se-á prorrogada a locação, nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado.

Artigo 6.º- O locatário pode, mediante notificação ou aviso ao locador, com antecedência mínima de trinta dias, dar por findo o contrato por tempo indeterminado.

Artigo 7.º - O contrato de locação ajustado pelo usufrutuário ou fiduciário termina com a extinção do usufruto ou fideicomisso, salvo se com ele anuiu, por escrito, o nu-proprietário ou o fideicomissário, ou se a propriedade se consolidar em mãos do usufrutuário.

Artigo 8.º- O empregador pode (VETADO) dar por findo o contrato de locação com o empregado, quando houver rescisão do contrato de trabalho e o prédio locado se destinar a moradia de empregado.

Parágrafo único - (VETADO).

Artigo 9.º (VETADO).

Artigo 10 - A cessão de locação, a sublocação e o empréstimo do prédio, sejam totais ou parciais, dependem do consentimento prévio, por escrito, do locador.

Parágrafo único - Não se presume o consentimento da simples demora do locador em manifestar formalmente a sua oposição.

Artigo 11 - Morrendo o locador, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo determinado ou indeterminado.

Artigo 12 - Morrendo o locatário, terão direito a continuar a locação ajustada por tempo indeterminado ou por prazo certo:

I - nas locações residenciais, o cônjuge sobrevivente e, sucessivamente, os herdeiros necessários e as pessoas que viviam na dependência econômica do locatário, desde que residentes no prédio;

II - nas locações não residenciais, o espólio do inquilino falecido e, a seguir, se for o caso, seu sucessor no negócio.

Artigo 13 - Extinta, por separação judicial ou divórcio, a sociedade conjugal do locatário, prosseguirá a locação com o cônjuge que, por acordo ou decisão judicial, continuar residindo no prédio.

§ 1.º - Durante a separação de fato, sub-rogar-se-á na locação o cônjuge que permanecer no

prédio.

§ 2.º - Nos casos deste artigo e do seu §, 1.º, a sub-rogação será comunicada ao locador, se o sub-rogado for pessoa diversa da que contratou a locação, e o locador terá direito de exigir, nos termos do artigo 31, novo fiador ou depósito em caução.

Artigo 14 - Se, durante a locação, for alienado o prédio, poderá o adquirente denunciá-la, salvo se a locação for por tempo determinado e o respectivo contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e constar do Registro de Imóveis.

SEÇÃO II

Do Aluguel

Artigo 15 - É livre a convenção do aluguel.

§ 1.º - A correção monetária do aluguel somente poderá ser exigida quando o contrato a estipular, fixando a época em que será efetuada e as condições a que ficará sujeita.

§ 2.º - A correção monetária do aluguel não poderá ultrapassar a variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

§ 3.º - Sem prejuízo do disposto no artigo 31 do Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, é admitida a correção monetária dos aluguéis, na forma e pelos índices que o contrato fixar, limitada pelo disposto no § 2.º deste artigo.

Artigo 16 - (VETADO).

Parágrafo único - (VETADO).

Artigo 17 - (VETADO).

SEÇÃO III

Dos Deveres do Locador e do Locatário

Artigo 18 - O locador é obrigado:

I - a entregar o imóvel locado, ao locatário, em estado de servir ao uso a que se destina;

II - a garantir-lhe, durante o tempo do contrato, o uso pacífico do prédio locado;

III - a manter, durante o contrato de locação, a forma e o destino do prédio alugado;

IV - a pagar os impostos que incidam sobre o imóvel;

V - a dar ao locatário recibo das importâncias por este pagas, com a discriminação do aluguel e de cada um dos encargos convencionados;

VI - a pagar as taxas e quaisquer despesas de intermediação ou administração imobiliária, bem como as despesas extraordinárias de condomínio.

§ 1º - Por despesas extraordinárias de condomínio compreendem-se todos os encargos referentes a obras que interessem à estrutura integral ou à aparência interna ou externa do prédio, bem como os necessários para repor suas condições de habitabilidade, e que não se incluam nos custos de condomínio previstos no § 1.0 do artigo 19.

§ 2º - O contrato pode estipular a obrigação de o locatário pagar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e as taxas municipais relativas ao prédio locado.

Artigo 19 - O locatário é obrigado:

I - a servir-se do prédio locado para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com os fins a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado, como se fosse seu;

II - a pagar pontualmente o aluguel, no prazo ajustado, ou, na falta de ajuste, até o dia dez do mês seguinte ao vencido;

III - a levar ao conhecimento do locador as turbações de terceiros;

IV - a restituir o prédio, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal;

V - a pagar os encargos de limpeza, força e luz, água e saneamento, bem como as despesas ordinárias de condomínio.

§ 1.º - Por despesas ordinárias de condomínio entendem-se as necessárias à administração respectiva, a saber:

a) salários e demais encargos trabalhistas, além de contribuições previdenciárias dos empregados;

b) água, luz e força utilizadas nas instalações e partes de uso comum;

c) limpeza e conservação das instalações e dependências de uso comum;

d) manutenção e conservação de equipamentos hidráulicos e elétricos de uso comum: e) manutenção e conservação de elevadores;

f) pequenos reparos em partes externas das instalações hidráulicas e elétricas.

§ 2.º - A indenização dos danos, no caso de descumprimento do disposto no inciso IV, ficará

sujeita a correção monetária.

Artigo 20 - O locador resguardará o locatário dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direitos sobre o prédio locado, e responderá pelos seus vícios ou defeitos, anteriores à locação.

Artigo 21 - Incumbem ao locador todas as reparações de que o prédio necessitar.

Artigo 22 - O locatário é obrigado a fazer por sua conta, no prédio, as reparações de estragos a que der causa, desde que não provenham do uso normal.

Artigo 23 - O locatário tem direito de exigir do locador, quando este lhe entregar o prédio, relação escrita do seu estado.

Artigo 24 - No caso de venda, promessa de venda, ou cessão de direitos, o locatário tem preferência para adquirir o prédio locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento do negócio, mediante notificação judicial ou comprovadamente efetuada.

§ 1.º - Se o prédio estiver sublocado em sua totalidade, a preferência caberá ao sublocatário e, sendo vários os sublocatários, a todos em comum ou a qualquer deles, se um só for o interessado.

§ 2.º - Em se tratando de venda de mais de uma unidade imobiliária, a preferência incidirá sobre a totalidade dos bens objeto de alienação.

§ 3.º - Havendo pluralidade de candidatos, caberá a preferência ao locatário mais antigo.

§ 4.º - O direito de preferência, previsto neste artigo, não alcança os casos de venda judicial, permuta e doação.

§ 5.º - Aplica-se o disposto neste artigo às locações regidas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934.

Artigo 25 - O locatário a quem não se notificar a venda, promessa de venda, ou cessão de direitos poderá, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses a contar da transcrição ou inscrição do ato competente no Cartório do Registro de Imóveis.

Artigo 26 - Não é lícito ao locatário reter o prédio alugado, exceto no caso de benfeitorias necessárias, ou no de benfeitorias úteis, se estas houverem sido feitas com consentimento, por escrito, do locador.

Artigo 27 - O sublocatário responde, subsidiariamente, ao locador, pela importância que dever ao sublocador, quando este for demandado, e, ainda, pelos aluguéis que se vencerem durante a lide.

§ 1.º - Neste caso, notificado o sublocatário da ação, se não declarar logo que adiantou aluguéis ao sublocador, presumir-se-ão fraudulentos todos os recibos de pagamentos adiantados, salvo se constarem de escrito com data autenticada.

§ 2.º - Salvo o caso deste artigo, a sublocação não estabelece direitos nem obrigações entre sublocatário e locador.

Artigo 28 -- Rescindida ou finda a locação, resolvem-se as sublocações, salvo o direito de indenização que possa competir ao sublocatário contra o sublocador.

Parágrafo único - Permanecendo sublocatários no prédio, (VETADO) terão estes, mediante aviso ou notificação, o prazo de noventa dias para desocupá-lo.

Artigo 29 - Se o prédio necessitar de reparos urgentes, o locatário será obrigado a consenti-los.

§ 1.º - Se os reparos durarem mais de quinze dias, o locatário poderá pedir abatimento proporcional no aluguel.

§ 2.º - Se durarem mais de um mês, e tolherem o uso regular do prédio, o locatário poderá rescindir o contrato.

Artigo 30 - O contrato pode estipular que, em caso de mora do locatário no pagamento de aluguel ou encargos convencionados, a importância devida vencerá juros de até um por cento ao mês e que, se o atraso for superior a trinta dias, ficará também sujeita a

- O direito de preferência, previsto neste artigo, não alcança os casos de venda judicial, permuta e doação.

§ 5.º - Aplica-se o disposto neste artigo às locações regidas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934.

Artigo 25 - O locatário a quem não se notificar a venda, promessa de venda, ou cessão de direitos poderá, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de seis meses a contar da transcrição ou inscrição do ato competente no Cartório do Registro de Imóveis.

Artigo 26 - Não é lícito ao locatário reter o prédio alugado, exceto no caso de benfeitorias necessárias, ou no de benfeitorias úteis, se estas houverem sido feitas com consentimento, por escrito, do locador.

Artigo 27 - O sublocatário responde, subsidiariamente, ao locador, pela importância que dever ao sublocador, quando este for demandado, e, ainda, pelos aluguéis que se vencerem durante a lide.

§ 1.º - Neste caso, notificado o sublocatário da ação, se não declarar logo que adiantou aluguéis ao sublocador, presumir-se-ão fraudulentos todos os recibos de pagamentos adiantados, salvo se constarem de escrito com data autenticada.

§ 2.º - Salvo o caso deste artigo, a sublocação não estabelece direitos nem obrigações entre sublocatário e locador.

Artigo 28 -- Rescindida ou finda a locação, resolvem-se as sublocações, salvo o direito de indenização que possa competir ao sublocatário contra o sublocador.

Parágrafo único - Permanecendo sublocatários no prédio, (VETADO) terão estes, mediante aviso ou notificação, o prazo de noventa dias para desocupá-lo.

Artigo 29 - Se o prédio necessitar de reparos urgentes, o locatário será obrigado a consenti-los.

§ 1.º - Se os reparos durarem mais de quinze dias, o locatário poderá pedir abatimento proporcional no aluguel.

§ 2.º - Se durarem mais de um mês, e tolherem o uso regular do prédio, o locatário poderá rescindir o contrato.

Artigo 30 - O contrato pode estipular que, em caso de mora do locatário no pagamento de aluguel ou encargos convencionados, a importância devida vencerá juros de até um por cento ao mês e que, se o atraso for superior a trinta dias, ficará também sujeita a correção monetária, com base na variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

SEÇÃO IV

Das Garantias Locatícias

Artigo 31 - No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes garantias:

I - caução em dinheiro;

II - garantia fidejussória na forma do artigo 1.481 do Código Civil;

III - seguro de fiança locatícia.

Parágrafo único - É vedada mais de uma modalidade de garantia num mesmo contrato de locação.

Artigo 32 - A caução em dinheiro não poderá exceder ao valor de três meses de aluguel.

§ 1.º - A caução será efetuada mediante depósito em carteira de poupança autorizada pelo Poder Público pelo prazo de duração da locação, cabendo ao locatário as vantagens daí decorrentes, por ocasião do levantamento da soma respectiva.

§ 2.º - A infração ao disposto no § 1.º sujeitará o locador ou seu representante ao pagamento de uma multa equivalente às vantagens decorrentes do depósito, que o locatário poderá cobrar por via executiva.

Artigo 33 - O Poder Executivo expedirá, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta Lei, as normas regulamentares do seguro de fiança a que se refere o inciso III do artigo 31.

Artigo 34 - Se a fiança for por prazo certo, poderá o locador exigir do locatário, durante a prorrogação contratual, a apresentação de novo fiador, no prazo de trinta dias. Se este não o fizer, ficará sujeito à caução prevista no inciso I do artigo 31.

SEÇÃO V

Da Ação de Despejo

Artigo 35 - A ação de despejo será regulada pelo disposto nesta Seção.

Parágrafo único - Além de citar-se o locatário, dar-se-á ciência do pedido aos sublocatários, que poderão intervir no processo, como assistentes do réu (Código de Processo Civil, artigo 50).

Artigo 36 - Fundando-se a ação de despejo em falta de pagamento, poderá o réu evitar a rescisão da locação requerendo, no prazo da contestação, lhe seja permitido o pagamento do aluguel e dos encargos devidos, inclusive os que se vencerem até a efetivação do pagamento; das multas, ou penalidades contratuais, quando aplicáveis; dos juros de mora; das custas e dos honorários do advogado do locador, fixados estes, de plano, pelo juiz, em percentual sobre o valor do débito.

§ 1.º - O juiz mareará dia e hora para que, dentro em quinze dias, seja purgada a mora, procedendo-se ao depósito da importância, caso o locador se recuse a recebê-la.

§ 2.º - Não se admitirá a purgação da mora se o locatário já se houver beneficiado desta

faculdade, por duas vezes, nos doze meses imediatamente anteriores à propositura da ação, e se o débito, na data do ajuizamento da petição inicial, for superior a dois meses de aluguel (VETADO).

§ 3.º - Para os fins do disposto no parágrafo anterior, não serão consideradas as purgações realizadas até a entrada em vigor desta Lei.

§ 4.º- O disposto neste artigo aplica-se às locações amparadas pelo Decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934.

Artigo 37 - O juiz, ao julgar procedente a ação de despejo, assinará ao réu o prazo de sessenta dias para a desocupação do prédio, salvo se, entre a data da citação e a da sentença de primeira instância, tiverem decorrido mais de três meses, ou, ainda, se a locação houver sido rescindida por infração ao disposto no § 2.º do artigo 18, nos incisos II e V do artigo 19 e no artigo 29, ou nos casos do inciso VI do artigo 52 e do inciso II do artigo 54, quando o prazo para a desocupação não excederá de quinze dias.

Artigo 38 - Ressalvada a preferência do locatário, o sublocatário legítimo, desde que satisfaça as exigências do artigo 35 e ofereça uma das modalidades de garantia previstas no artigo 31, subrogar-se-á nos direitos decorrentes desta, com relação ao prédio.

Parágrafo único - Se houver mais de um pretendente, o juiz, ouvido o locador, decidirá por equidade, concedendo a locação a um dos interessados.

Artigo 39 - Ficará o retomante sujeito a pagar ao locatário multa arbitrada pelo juiz, até o máximo de vinte e quatro meses de aluguel, e mais vinte por cento de honorários de advogado, se, salvo motivo de força maior, nos casos dos incisos III a V e VII a X do artigo 52, não usar o prédio para o fim declarado, dentro de sessenta dias, ou nele não permanecer durante um ano.

Parágrafo único - A cobrança da multa e honorários far-se-á nos próprios autos da ação de despejo (VETADO).

Artigo 40 - Se, rescindida amigavelmente a locação escrita ou verbal, ou sendo a locação por prazo indeterminado, morrer o locatário sem qualquer dos sucessores previstos no artigo 12, o sublocatário legítimo poderá continuar a locação, desde que ofereça qualquer das garantias previstas no artigo 31.

§ 1.º - Havendo mais de um sublocatário legítimo, é facultado ao locador optar entre reconhecer a todos, daí por diante, como locatários diretos, ou indicar aquele que deve continuar como locatário sublocador, o qual manterá as sublocações existentes.

§ 2.º- Não aceita a indicação pelo sublocatário escolhido, nem por qualquer daqueles que, em substituição, o locador indicar, todos os sublocatários serão havidos como locatários diretos.

Artigo 41 - A sentença que julgar procedente a ação de despejo de hospitais, unidades sanitárias oficiais, estabelecimentos de saúde ou de ensino, ou asilos, assinará ao réu o prazo de um ano para a desocupação do prédio, salvo se, entre a data da citação e a da sentença de primeira instância, houver decorrido mais de um ano, caso em que o prazo para a desocupação não excederá de seis meses.

Parágrafo único - Em se tratando de estabelecimento de ensino, o juiz, respeitado o prazo mínimo de seis meses, disporá de modo a que a desocupação se dê durante as férias escolares.

Artigo 42 - Será recebida, somente no efeito devolutivo, a apelação interposta contra sentença que decretar o despejo por infração ao disposto no § 2.º do artigo 18, nos incisos II e V do artigo 19 e no artigo 29, ou nos casos do inciso VI do artigo 52 e do inciso II do artigo 54.

Artigo 43 - A execução da sentença que decretar o despejo far-se-á por notificação ao réu, e, quando presentes, às pessoas que habitem o prédio, para que o desocupem no prazo assinado, sob pena de despejo.

§ 1.º - Findo o prazo, o prédio será despejado por dois oficiais de justiça, se necessário com o emprego de força, inclusive arrombamento.

§ 2.º - Os oficiais entregarão os móveis à guarda de depositário judicial, se não os quiser retirar o despejado.

§ 3.º - Sob pena de suspensão ou demissão, os oficiais não executarão o despejo até o sétimo dia seguinte ao do falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de qualquer das pessoas que o habitem, e o sobrestarão, até nova ordem, quando houver no prédio pessoa acometida de enfermidade grave.

Artigo 44 - Quando, após ajuizada a ação, o prédio for abandonado, o juiz, se o requerer o autor, verificado o fato, expedir-lhe-á mandado de emissão de posse, aplicando-se, se for o caso, o disposto no § 2.º do artigo 43.

SEÇÃO VI

Das Penalidades

Artigo 45 - Constitui contravenção penal, punível com prisão simples, de cinco dias a seis meses, ou multa entre o valor de um a dez aluguéis vigentes à época da infração:

I - exigir, por motivo de locação ou sublocação, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos permitidos;

II - recusar-se a fornecer recibo de aluguel ou de encargos;

III - cobrar o aluguel antecipadamente, salvo nos casos dos incisos 1 e 11 do artigo 54;

IV - deixar o retomante, dentro de cento e oitenta dias após a entrega do prédio, nos casos dos incisos III, V e X do artigo 52, de usá-lo para o fim declarado;

V - não iniciar o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, nos casos dos incisos VIII e IX do artigo 52, a demolição ou a reparação do prédio, dentro de sessenta dias contados da entrega do imóvel salvo motivo de força maior.

Artigo 46 - São nulas de pleno direito as cláusulas do contrato de locação que visem a elidir os objetivos da presente Lei, e, nomeadamente, aquele que proíbe a sua prorrogação.

Artigo 47 - No que for omissa esta Lei, aplica-se o direito comum.

CAPÍTULO II

Disposições Especiais sobre Locações Residenciais

SEÇÃO I

Da Prorrogação Contratual e do Reajustamento do Aluguel

Artigo 48 - Consideram-se prorrogadas por tempo indeterminado todas as locações que se vencerem na vigência desta Lei, continuando em vigor as demais cláusulas contratuais.

Parágrafo único - Regulam-se, igualmente, por esta Lei os reajustamentos de aluguéis.

Artigo 49 - Durante a prorrogação da locação de que trata o artigo 48, o aluguel somente poderá ser reajustado quando o salário mínimo legal no País for aumentado, ou por mútuo acordo.

§ 1.º - O aluguel reajustado será exigível a partir do segundo mês após o da entrada em vigor do novo salário-mínimo.

§ 2.º - O aluguel será reajustado na mesma proporção da variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, ocorrida entre os meses da entrada em vigor do antigo e do novo salário-mínimo.

§ 3.º - O primeiro reajuste após a entrada em vigor desta Lei será na mesma proporção da variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, ocorrida entre o mês-base e o da entrada em vigor do novo salário-mínimo, considerando-se como mês-base:

a) o mês do último reajustamento do aluguel efetuado nos termos da legislação anterior à vigência da presente Lei;

b) o mês do último reajustamento contratual, no caso de locação por prazo certo, terminando na vigência desta Lei;

c) o último mês do prazo contratual, no caso de locação por prazo certo, terminado na vigência desta Lei, que não estipular reajustamento ou correção do aluguel.

§ 4.º - O disposto nos §§ 2.º e 3.º não invalida a estipulação contratual de outros critérios de reajustamento que importem aluguel menor.

Artigo 50 - O locador e o locatário podem, na vigência das prorrogações de que trata o artigo 48, ajustar novo aluguel, fixado por novo acordo, assim como seu reajustamento nos termos do artigo 49.

SEÇÃO II

Da Rescisão e Retomada

Artigo 51 - A locação somente poderá ser rescindida:

I - (vetado);

II - nos casos dos artigos (vetado) 7.º, (vetado) 14, 52 e 54;

III - por mútuo acordo ou por denúncia do locatário.

Artigo 52 - O despejo (vetado) será concedido:

I - se o locatário não pagar o aluguel da locação e demais encargos no prazo convencionado ou, na falta deste, até o dia dez do mês seguinte ao vencido;

II - se o locatário infringir obrigação legal ou cometer infração à obrigação contratual;

III - se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, em caráter irrevogável e emitido na posse, com título registrado, pedir o prédio para residência de ascendente ou descendente que não dispuser, nem o respectivo cônjuge, de prédio residencial próprio;

IV - se o locador pedir parte do prédio que ocupa, ou em que reside, para seu uso próprio ou para residência de descendente, ascendente ou de seu cônjuge;

V - se o locador que residir ou utilizar prédio próprio, ou de que seja promitente comprador ou promitente cessionário, pedir para seu uso outro de sua propriedade, ou do qual seja promitente comprador ou promitente cessionário, sempre em caráter irrevogável, com emissão de posse e título registrado, comprovada em juízo a necessidade do pedido;

VI - se o empregador pedir o prédio locado a empregado, quando houver rescisão do contrato de trabalho, e a ocupação do imóvel se relacionar com o emprego;

VII - se o Instituto ou a Caixa, promitente vendedor, pedir o prédio para residência de seu associado ou mutuário, promitente comprador;

VIII - se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, que preencha as condições do inciso III, e haja quitado o preço da promessa, ou que, não o tendo feito, seja autorizado pelo proprietário, pedir o prédio para demolição e edificação licenciada, ou reforma, que lhe dêem maior capacidade de utilização, considerando-se como tal a de que resulte aumento ao menos ' de vinte por cento na área construída. Se o prédio for destinado a exploração de hotel, o aumento deverá ser, no mínimo, de cinquenta por cento;

IX - se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, nas condições do inciso III, pedir o prédio para reparações urgentes determinadas por autoridade pública, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel, ou, podendo ser, ele se recuse em consenti-las;

X - se o proprietário, promitente comprador ou promitente cessionário, nas condições do inciso III, residindo em prédio alheio ou dele se utilizando, pedir, pela primeira vez, o prédio locado para uso próprio, ou se, já o havendo retomado anteriormente, comprovar em juízo a necessidade do pedido.

Artigo 53 - A atualização dos aluguéis das locações residenciais, contratadas antes de 7 de abril de 1967, será feita por arbitramento judicial ou por acordo entre as partes. Após, reajustar-se-á na forma do artigo 49 desta lei.

§ 1.º - A ação poderá ser proposta:

a) para as locações contratadas até 30 de novembro de 1957;

b) a partir de 1.º de agosto de 1979, para as locações contratadas entre 1.º de dezembro de 1957 e 30 de novembro de 1964;

c) a partir de 1.º de dezembro de 1979, para as locações contratadas entre 1.º de dezembro de 1964 e 6 de abril de 1967.

§ 2.º - Na falta de acordo, o aluguel será arbitrado pelo juiz.

§ 3.º - Os acréscimos de aluguel correspondentes aos meses decorridos durante a ação de revisão serão pagos pelo locatário, corrigidos na proporção da variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, em parcelas mensais fixadas pelo juiz, até o máximo de seis, a partir do mês seguinte ao em que a sentença da ação de revisão transitar em julgado.

§ 4.º - Fundando-se a ação de despejo nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII, VIII e X do artigo 52, se o locatário, no prazo de quinze dias, declarar nos autos que concorda com o pedido de desocupação do prédio, o juiz homologará o acordo por sentença, na qual fixará o prazo de seis meses, contados da citação, para desocupação, e imporá ao mesmo o ônus do pagamento das custas, fixando os honorários do advogado em vinte por cento do valor da causa. Se, findo o prazo, o locatário houver desocupado o imóvel, ficará isento do pagamento das custas e dos honorários. Em caso contrário, será expedido mandado de despejo.

§ 5.º - Contestada a ação, o juiz, se a julgar procedente, assinará ao réu o prazo de cento e vinte dias para a desocupação do prédio, salvo se, entre a data da citação e a da sentença de primeira instância, houver decorrido mais de seis meses, ou, ainda, se a locação houver sido rescindida com fundamento nos incisos I, II, VI e IX do artigo 52, casos em que o prazo para a desocupação não excederá de trinta dias.

§ 6.º - No caso do inciso V do artigo 52, o retomante é obrigado a dar ao locatário, em igualdade de condições com terceiros, a preferência para a locação do prédio que ocupa e do qual se queira mudar, a menos que a mudança decorra de desapropriação ou de interdição do prédio por autoridade pública.

Artigo 54 - É vedado ao locador, nas locações residenciais, cobrar antecipadamente o aluguel, salvo:

I - (VETADO);

II - se tratar de prédio situado na orla marítima ou em estação climática, alugado por prazo não superior a três meses a pessoa domiciliada em outra cidade. caso em que poderá ser convencionado o pagamento antecipado do aluguel pela temporada.

CAPITULO III

Das Disposições Transitórias

Artigo 55 - Não se aplicam as disposições desta Lei aos processos em curso (VETADO).

Artigo 56 - (VETADO).

Parágrafo único - (VETADO).

Artigo 57 - Observadas as condições e os limites fixados pelo Banco Nacional da Habitação, as Caixas Econômicas e demais entidades do Sistema Financeiro de Habitação poderão, até 31 de dezembro de 1983, destinar até quarenta por cento de suas aplicações, no setor habitacional, a empréstimos a inquilinos para aquisição do prédio em que residam, qualquer que seja a data da concessão do 'habite-se'.

Artigo 58 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Artigo 59 - Ficam revogadas as disposições contrárias, especialmente:

I - o Decreto-Lei n.º 7.959, de 17 de setembro de 1945;

II - o artigo 9.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951;

III - a Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964;

IV - os artigos 17 e 28 da Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965;

V - o Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966;

VI - o Decreto-lei n.º 6, de 14 de abril de 1966;

VII - o Decreto-lei n.º 322, de 7 de abril de 1967;

VIII - a Lei n.º 5.334, de 12 de outubro de 1967;

IX - a Lei n.º 5.441, de 24 de maio de 1968;

X - o Decreto-lei n.º 890, de 26 de setembro de 1969;

XI - os artigos 8.º e 16 da Lei n.º 6.014, de 27 de dezembro de 1973;

XII - os artigos 3.º 5.º e 6.º da Lei n.º 6.071, de 3 de julho de 1974;

XIII - a Lei n.º 6.146, de 29 de novembro de 1974;

XIV - o Decreto-lei n.º 1.534, de 13 de abril de 1977.

Brasília, em 16 de maio de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Karlos Rischbieter

Mário Henrique Simonsen

LEI COMPLEMENTAR N.º 035, DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TITULO I

Do Poder Judiciário

CAPITULO I

Dos órgãos do Poder Judiciário

Artigo 1.º - O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I - Supremo Tribunal Federal;

II - Conselho Nacional da Magistratura;

III - Tribunal Federal de Recursos e juízes federais;

IV - Tribunais e juízes militares;

V - Tribunais e juízes eleitorais;

VI - Tribunais e juízes do trabalho;

VII - Tribunais e Juízes estaduais;

VIII - Tribunal e juízes do Distrito Federal e dos Territórios.

Artigo 5.º - Os juízes federais serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos, sempre que possível, em lista tríplice, organizada pelo Tribunal Federal de Recursos, dentre os candidatos com idade superior a vinte e cinco anos, de reconhecida idoneidade moral, aprovados em concurso público de provas e títulos, além da satisfação de outros requisitos especificados em lei.

§ 1º - Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constitui uma Seção Judiciária, que tem por sede a respectiva Capital, e Varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

Artigo 11 - Os Juízes de direito exercem as funções de Juízes eleitorais, nos termos da lei.

§ 1.º - A lei pode outorgar a outros Juízes competência para funções não decisórias.

§ 2.º - Para a apuração de eleições, constituir-se-ão, Juntas Eleitorais, presididas por juiz de direito, e cujos membros, indicados conforme dispuser a legislação eleitoral, serão aprovados pelo Tribunal Regional Eleitoral e nomeados pelo seu Presidente.

Artigo 14 - As Juntas de Conciliação e Julgamento têm a sede, a jurisdição e a composição definidas em lei, assegurada a paridade de representação entre empregadores e trabalhadores, é inadmitida a recondução dos representantes classistas por mais de dois períodos de três anos.

§ 1.º- Nas Comarcas onde não for instituída Junta de Conciliação e Julgamento, poderá a lei atribuir as suas funções aos Juízes de direito.

§ 2.º- Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

Artigo 17 - Os Juízes de direito, onde não houver Juízes substitutos, e estes, onde os houver, serão nomeados mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1.º- (VETADO).

§ 2.º- Antes de decorrido o biênio do estágio, e desde que seja apresentada a proposta do Tribunal ao Chefe do Poder Executivo, para o ato de exoneração, o juiz substituto ficará automaticamente afastado de suas funções e perderá o direito a vitaliciedade, ainda que o ato de exoneração seja assinado após o decurso daquele período.

§ 3.º- Os Juízes de direito e os Juízes substitutos têm a sede, a jurisdição e a competência fixadas em lei.

§ 4.º- Poderão os Estados instituir, mediante proposta do respectivo Tribunal de Justiça, ou órgão Especial, Juízes rogados, com investidura limitada no tempo e competência para o julgamento de causas de pequeno valor e crimes a que não seja cominada pena de reclusão, bem como para a substituição dos Juízes vitalícios.

§ 5.º- Podem, ainda, os Estados criar justiça de paz temporária, competente para o processo de habilitação e celebração de casamento.

CAPITULO II

Dos Tribunais

Artigo 21 - Compete aos Tribunais, privativamente:

I - eleger seus Presidentes e demais titulares de sua direção, observado o disposto na presente Lei;

II - organizar seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos, na forma da lei; propor ao Poder Legislativo a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III - elaborar seus regimentos internos e neles estabelecer, observada esta Lei, a competência de suas Câmaras ou Turmas isoladas, Grupos, Seções ou outros órgãos com funções jurisdicionais ou administrativas;

IV - conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos Juízes e serventuários que lhes são imediatamente subordinados;

V - exercer a direção e a disciplina dos órgãos e serviços que lhes forem subordinados;

VI - julgar, originariamente, os mandados de segurança contra seus atos, os dos respectivos Presidentes e os de suas Câmaras, Turmas ou Seções.

TITULO VIII

Da Justiça dos Estados

CAPITULO I

Da Organização Judiciária

Artigo 95 - Os Estados organizarão a sua Justiça com observância do disposto na Constituição Federal e na presente Lei.

Artigo 96 - Para a administração da Justiça, a lei dividirá o território do Estado em comarcas, podendo agrupá-las em circunscrição e dividi-las em distritos.

Artigo 97 - Para a criação, extinção e classificação de comarcas, a legislação estadual estabelecerá critérios uniformes levando em conta:

I - a extensão territorial;

II - o número de habitantes;

III - o número de eleitores;

IV - a receita tributária;

V - o movimento forense.

§ 1.º - Os critérios a serem fixados, conforme previsto no caput deste artigo, deverão orientar, conforme índices também estabelecidos em lei estadual, o desdobramento de juízos ou a criação

de novas Varas, nas Comarcas de maior importância.

§ 2.º - Os índices mínimos estabelecidos em lei poderão ser dispensados, para efeito do disposto no caput deste artigo, em relação a município com precários meios de comunicação.

CAPITULO II

Dos Tribunais de Justiça

Artigo 103 - O Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão as Câmaras ou Turmas. A lei estadual poderá estender a mesma proibição também aos Vice-Presidentes.

§ 1.º - Nos Tribunais com mais de trinta desembargadores a lei de organização judiciária poderá prever a existência de mais de um vice-presidente, com as funções que a lei e o Regimento Interno determinarem, observado quanto a eles, inclusive, o disposto no caput deste artigo.

§ 2.º - Nos Estados com mais de cem Comarcas e duzentas Varas, poderá haver até dois Corregedores, com as funções que a lei e o Regimento Interno determinarem,

Artigo 104 - Haverá nos Tribunais de Justiça um Conselho da Magistratura, com função disciplinar, do qual serão membros natos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, não devendo, tanto quanto possível, seus demais integrantes ser escolhidos dentre os outros do respectivo órgão Especial, onde houver. A composição, a competência e o funcionamento desse Conselho, que terá como órgão superior o Tribunal Pleno ou o órgão Especial, serão estabelecidos no Regimento Interno.

Artigo 105 - A lei estabelecerá o número mínimo de Comarcas a serem visitadas, anualmente, pelo Corregedor, em correição geral ordinária, sem prejuízo das correições extraordinárias, gerais ou parciais, que entenda fazer, ou haja de realizar por determinação do Conselho da Magistratura.

CAPITULO IV

Da Justiça de Paz

Artigo 112 - A Justiça de Paz temporária, criada por lei, mediante proposta do Tribunal de Justiça, tem competência somente para o processo de habilitação e a celebração do casamento.

§ 1.º - O Juiz de Paz será nomeado pelo Governador, mediante escolha em lista tríplice, organizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o juiz de direito da Comarca, e composta de eleitores residentes no distrito, não pertencentes a órgão de direção ou de ação de partido político. Os demais nomes constantes da lista tríplice serão nomeados primeiro e segundo suplentes.

§ 2.º - O exercício efetivo da função de Juiz de Paz constitui serviço público relevante e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até definitivo julgamento.

§ 3.º - Nos casos de falta, ausência ou impedimento do Juiz de Paz e de seus suplentes, caberá ao juiz de direito da Comarca a nomeação de Juiz de Paz ad hoc.

Artigo 113 - A impugnação à regularidade do processo de habilitação matrimonial e a contestação a impedimento oposto serão decididas pelo juiz de direito.

TITULO X

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 130 - Compete à Justiça Federal o processo e julgamento das ações decorrentes de acidentes do trabalho, quando o pedido tiver por objetivo o reconhecimento de doença profissional não incluída na relação organizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. O recurso cabível no caso será interposto para o Tribunal Federal de Recursos.

§ 1º - Continuam na competência da Justiça Estadual o processo e julgamento das ações a ela distribuídas até seis meses após a entrada em vigor da presente Lei.

§ 2.º - Nas Comarcas onde houver juiz federal, ressalvadas as localizadas em região metropolitana onde não houver seção judiciária da Justiça Federal, os litígios relativos a acidentes do trabalho ou a doenças a eles equiparadas continuarão sendo processados e julgados pela Justiça Estadual.

Artigo 139 - Dentro de seis meses, contados da vigência desta Lei, os Estados adaptarão sua organização judiciária aos preceitos nela estabelecidos e aos constantes da Constituição Federal.

Artigo 146 - Esta lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação.

Artigo 147 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de março de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

D.O.União 14-3-1979

DECRETO N.º 82.935, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1978

Dispõe sobre o dimensionamento do modulo rural, para efeito de enquadramento sindical e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º- O dimensionamento do modulo rural regional, para efeito do enquadramento sindical rural, é o fixado pela Instrução Especial INCRA n.º 5-Aº do, aprovada pela Portaria n.º 196, de 07 de junho de 1973, expedida pelo Ministério da Agricultura.

Artigo 2.º- As entidades sindicais poderão firmar convênio com o INCRA com o objetivo de deferir à autarquia, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical rural, a cobrança judicial dos débitos, valendo as guias de lançamento por ela emitidas como documento hábil para execução, na forma do estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971.

Parágrafo único - A dívida ativa resultante da contribuição sindical rural poderá ser incorporada, com os acréscimos legais, às guias de cobrança do Imposto Territorial Rural.

Artigo 3.º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL Alysso Paulinelli Arnaldo Prieto

D.O.U. de 27-12-78

Nº 108 - Publicação: Jul/Dez 1979

JUIZES DE CASAMENTO

Luiz Carlos da Silva

Serventuário Aposentado

No "Diário Oficial" de 18 de agosto de 1979, à página 4, consta despacho do Exmo. Sr. Dr. Secretário da Justiça ao requerimento de Orlando Luz de Freitas, Juiz de Casamento da Comarca de Mirassol, indeferindo pretensão do aludido Juiz, para que fossem procedidos estudos visando remuneração aos Juizes de Casamento.

No citado despacho, o Exmo. Sr. Dr. Secretário alega o preceito constitucional da gratuidade da celebração do casamento (art. 175, § 2.º da Constituição em vigor) lembrando que a pretensão do suplicante tem sido reiteradamente formulada, sempre sem sucesso, citando os processos SJ-293.669/70, SJ-140.154/71, SJ-119.075/73, ... SJ-122.120/73 e SJ-137.273/75; e alegando ainda "que projeto de lei a respeito foi vetado pelo Chefe do Executivo Estadual no ano de 1974 (Projeto 587, de 1973, com veto através de mensagem 211/74)".

Embora prevendo que esteja "malhando em ferro frio", gostaria que a pretensão do Sr. Juiz de Mirassol fosse aceita, por julga-la mais que justa.

A propósito, pleiteei, perante um deputado federal por nosso Estado, a revogação daquele § 2.º do artigo 175, da Constituição Federal, pois a meu ver, não mais tem sentido aquele dispositivo, copiado das Constituições anteriores.

Em havendo essa revogação penso que não haveria óbice a que se estudasse o meio de dar-se merecida remuneração aos juizes de casamento, pois não se concebe que os mesmos deixem os seus lares e afazeres quando precisam celebrar casamentos, sem uma ajuda qualquer.

Não obstante esses juizes gozem de certas regalias, estas a meu ver, não compensam os encargos que lhes são atribuídos.

DA REVISÃO PERIÓDICA DAS TABELAS DO REGIMENTO DE CUSTAS

Alcebiades Nascimento Moreno

Oficial do Registro Civil

do Subdistrito do Jardim

América - Capital

Até a década de 60, se não nos falha a memória, a competência legislativa para alterações no Regimento de Custas cabia à Assembléia Estadual. Isso, é inegável, e muitos estarão certamente lembrados, trazia uma série de inconvenientes. Em síntese, os serventuários ficavam à mercê de interesses políticos, sem se falar no estrangulamento econômico provocado pela defasagem entre os valores constantes das tabelas vigentes e o real poder aquisitivo desses valores.

Com o deslocamento da competência legislativa para o Executivo, houve uma sensível melhora, o que, todavia, ainda não eliminou todos os inconvenientes que precedem a uma alteração dos valores constantes das Tabelas do Regimento de Custas. Com efeito, sanaram-se as pressões políticas, mas as revisões dessa tabelas, infelizmente, não se têm feito com a constância ou com a periodicidade desejada. Desejada, não! Necessária, ante a inexorável. marcha inflacionária.

Para que se promova, via Decreto, uma alteração (atualização) dos valores das custas e emolumentos, ainda se faz mister que os serventuários se organizem, formem comissões de estudos, enviem subsídios, com extensa tramitação burocrática do pleito. Enquanto isso, o tempo passa e as serventias tem que fazer frente a suas despesas, sujeitas à inflação, com salários, impressos, alugueres, taxas, impostos, etc., etc., fazendo com que os respectivos titulares, muitas vezes, cheguem ainda a situações de estrangulamento econômico.

A solução para o problema global dos reajustes e atualizações das Tabelas do Regimento de Custas se nos afigura de uma clareza ímpar. Com efeito, o critério básico da sistemática de atualização já foi preconizado em norma legal estadual, o Decreto-Lei 203, de 25 de março de 1970, mormente no que diz respeito às serventias extrajudiciais, posto que o § 2.º daquele diploma estabeleceu:

"As Tabelas serão revistas periodicamente, ouvido previamente o Tribunal de Justiça de São Paulo sobre os emolumentos das serventias judiciais e custas correspondentes."

Esse dispositivo, de mérito indiscutível, de inegável alcance, pecou, todavia, "data venia", por omissão: não fixou com a clareza necessária e indispensável o prazo entre uma e outra revisão, ou seja, não determinou a periodicidade das revisões.

Assim, para se atingir um maior aprimoramento no critério das revisões das Tabelas, bastaria a edição de um novo Decreto, fixando, desde logo, a periodicidade das revisões e as bases delas. Aliás, as taxas e emolumentos devidos pelos atos de registro de comércio e afins, praticados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, que não deixa de ter função extremamente análoga à das serventias não oficializadas, já têm tratamento diferenciado, de acordo com o que acima se disse. Com efeito, aquelas taxas e emolumentos, sistematicamente, têm sido reajustadas, através de decretos em cujos teores tem constado, sempre, um dispositivo nos seguintes moldes:

"O Poder Executivo promoverá, anualmente, no mês de janeiro, a correção monetária dos valores das taxas e emolumentos expressos neste decreto, adotando para tal fim os coeficientes estabelecidos pelos órgãos competentes, podendo, nos resultados de cálculos, ser desprezadas as frações inferiores a Cr\$ 1,00 (um cruzeiro)." (vide, p. ex., Dec. 10.113, de 16-8-77 e 13.138, de 15-1-79).

Nada mais justo. Nada mais realístico. Todavia, "data venia", o Executivo não vem dando o mesmo tratamento a serviços do mesmo gênero. Para aqueles cuja renda lhe cabe, promove a correção com a periodicidade anual. Para os das serventias extrajudiciais, não. Ora, cremos, modestamente, que por equidade, por coerência, senão por justiça, ao Estado não seria lícito estipular que sua renda, proveniente das taxas e emolumentos da Junta Comercial, fosse corrigida anualmente, deixando, em contrapartida, de adotar o mesmo critério para as serventias extrajudiciais, cuja fixação está afeta, por força de lei, ao Executivo.

A despeito de todos os inconvenientes, o Brasil já aprendeu a conviver com a inflação, esse mal se corrói e solapa o valor aquisitivo de nossa moeda. O que propugnamos aqui é que se evitem trâmites burocráticos, que se agilize, que se automatize o meio dos serventuários conviverem com a inflação.

A propósito, grande parte dos Estados de nossa República Federativa já adotaram Regimentos de Custas variáveis anualmente, sem se falar que o próprio Supremo Tribunal Federal, de há muito, possui Tabela de Custas auto-reajustável periodicamente.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, comunica aos seus Advogados e às partes em geral que os pedidos de autos, arquivados nos depósitos geral da Vila Leopoldina e central da rua Barão de Iguape, estão sendo atendidos dentro de 24 horas imprerivelmente, não obstante os trabalhos de mudança do arquivo para a Rua Barão de Iguape, razão pela qual devem levar ao conhecimento da Corregedoria Geral qualquer reclamação quanto ao não atendimento por parte dos cartórios de tais requisições naquele prazo.

(5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 17-7-79).

Para conhecimento dos Srs. Oficiais e Tabeliães foi determinada a publicação abaixo transcrita, protocolada sob n.º 20.612/79.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
OF. INCRA/CR-08/N.º 1111/79
CR/08-TF N.º 21/79

São Paulo - SP Em, 06-07-79.

REF.: Aquisição imóvel rural por estrangeiros

Senhor Desembargador

Pelo presente ternos a satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa., o inteiro teor dos Ofícios Circulares INCRA/32/Ns. 732/78 e 242/79, recebidos do Diretor do Departamento de Recursos Fundiários desta Autarquia, transcritos a seguir:

"Do: DIRETOR DO INCRA/DF

Ao: Senhor Coordenador de CR (08)

Assunto: Aquisição de imóvel rural por Estrangeiro

Senhor Coordenador

Com o objetivo de sanar algumas dúvidas relacionadas à aplicação da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, e do Decreto n.º 74.965, de 26 de novembro de 1974, solicitamos a V. Sa. recomendar a adoção do procedimento seguinte:

1. 1 Não sendo possível ao Senhor Oficial do Registro de Imóvel declarar a soma das áreas rurais em nome de estrangeiros, no Município e o total das áreas adquiridas pelo da nacionalidade do Requerente, incluindo o período anterior à promulgação do Decreto-Lei n.º 494, de 10 de março de 1969, poderá ser considerada a certidão referente às transações que se efetivarem a partir da Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, ou mesmo do Decreto n.º 74.965, de 26 de novembro de 1974, que instituíram o livro especial auxiliar para registro de terras rurais adquiridas por estrangeiros.

2.2 A Lei n.º 6.572, de 30 de setembro de 1978, alterou o § 2.º do artigo 1.º da Lei n.º 5.709/71, que passou a ter a seguinte redação: "As restrições estabelecidas nesta Lei não se aplicam aos casos de sucessão legítima, ressalvado o disposto no artigo 7.º" (grifamos). Ressalte-se, porém, que as aquisições por via sucessória devem ser, também, incluídas no cômputo das áreas pertencentes aos alienígenas.

2.3 Os pedidos de aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira que excedem a 50 módulos, em área contínua ou descontínua, não podem ser indeferidos liminarmente, porquanto se admite a possibilidade de o Senhor Presidente da República autorizá-los, ouvido o Conselho de Segurança Nacional; devem ser enviados ao DF com registro sobre o fato.

2.4 Tratando-se de imóvel com área não superior a três módulos, a aquisição será livre de autorização ou licença ressalvadas as exigências gerais determinadas em Lei, quais sejam:
a) se o imóvel estiver situado em área considerada indispensável à segurança nacional (faixa de fronteiras de 150 km e faixa abrangida pelo Decreto-Lei n.º 1.164/71, e legislação posterior que o alterou), a aquisição dependerá sempre do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

b) face ao artigo 7.º, § 3.º do Decreto n.º 74.965/74, deve o estrangeiro apresentar ao Cartório competente uma declaração de que não é possuidor de outros imóveis no território nacional, bem como a carteira de identidade para estrangeiros (permanente) e o atestado de vida e residência passado pela Secretaria de Segurança Pública,

c) a aquisição de mais de um imóvel com área inferior a três módulos, só será possível com a anuência do INCRA, se com a nova aquisição, somada à anteriormente efetivada, o estrangeiro não detiver área superior a 3 módulos a aquisição posterior é livre, mas, deve o pedido ser,

também, apreciado na esfera do INCRA.

c.a. - quando se tratar de aquisição de um ou mais imóveis com área total inferior a três módulos, que somada à anteriormente efetivada pelo estrangeiro, superar o referido limite, deve a petição, dirigida ao INCRA, ser instruída com os documentos que vêm sendo exigidos às pessoas físicas alienígenas (item 4 da Metodologia para aplicação da Lei n.º 5.709/71 e do Decreto n.º 74.965/74). Em seguida, deve o processo ser encaminhado ao DF/DFD;

c.b. - quando se tratar de aquisição de um ou mais imóveis com área total inferior a três módulos, que somada à anteriormente efetivada pelo estrangeiro, não superar o referido limite, deve o requerente, declarar junto ao INCRA, se é ou não possuidor de outros imóveis no território nacional, anexando, ainda, fotocópia das certidões do(s) imóvel(is) de sua propriedade, fotocópia autenticada da carteira de identidade para estrangeiro (permanente) e o atestado de vida e residência passado pela Secretaria de Segurança Pública. Nesses casos, a própria Coordenadoria dará ciência ao requerente e ao cartório competente, que a aquisição é livre de qualquer autorização ou licença. (item c.a. e c.b. Ofício 242).

2.5 Na certidão do Oficial do Registro de Imóveis devem ser computadas, igualmente, áreas rurais inferiores a 3 módulos.

2.6 A aquisição de imóvel com área inferior a 20 módulos que, somada a outro limítrofe de propriedade do adquirente alienígena, superar o referido limite, condicionar-se-á à apresentação, pelo interessado, do projeto correspondente.

2.7 Para efeito do cálculo do módulo, deverá ser adotada a tabela 1-A Índices Básicos por Microregiões, ora em vigor, anexa à Instrução Especial n.º 14/78, aprovada pela Portaria n.º 134, de 20 de janeiro de 1978, do Senhor Ministro da Agricultura, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 1978. Veio, assim, a referida Instrução alterar a tabela 1 da Instrução Especial INCRA/ n.º 5-A, de 07-06-73, devendo ser aplicada, inclusive, aos casos em andamento, anteriormente à sua vigência.

2.8 Nos estatutos das sociedades anônimas estrangeiras ou brasileiras a elas equiparadas, não poderá constar a possibilidade de serem emitidas, em qualquer época, ações ao portador, devendo dos referidos estatutos constar que a sociedade somente pode emitir ações nominativas.

2.9 Para efeito do controle do percentual de 40% do limite de 1/4 da superfície dos Municípios, no que se refere à pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira, por força do § 1.º do artigo 1.º da Lei n.º 5.709/71, as áreas deverão ser computadas proporcionalmente à participação acionária, estrangeira, na sociedade.

2.10 A aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira, depende sempre de autorização do Senhor Ministro da Agricultura, mesmo para imóveis com área inferior a 3 módulos de exploração indefinida.

2.11 Somente quando ocorrer a hipótese de a soma das áreas rurais pertencentes a 1/4 da superfície dos Municípios onde se situem ou as pessoas da mesma nacionalidade serem proprietárias, em cada Município, de mais de 40% deste limite, e que serão considerados os casos de exclusão mencionadas na lei, a saber: a) áreas inferiores a 3 (três) módulos; b) áreas que tiverem sido objeto da compra e venda de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão: constante de escritura pública ou de documento particular devidamente protocolado na circunscrição imobiliária competente, e cadastrada no INCRA em nome do promitente comprador, antes de 10 de março de 1969; c) quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.

2.12 Exigir das empresas particulares de colonização o cumprimento do disposto no artigo 8.º e seus §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 5.709/71.

2.13 As relações das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, encaminhadas a essa Coordenadoria Trimestralmente pelos Cartórios de Registro de Imóveis, deverá ser objeto de análise prévia por esse Órgão, e remetidas ao DF/DFD com separação daquelas que contrariem os dispositivos legais.

2.14 A aquisição de imóvel rural por cônjuge brasileiro, casado sob o regime de comunhão de bens, com estrangeiros, dependerá de autorização do INCRA (Parecer PJR n.º 18/78).

2.15 Quanto aos cidadãos portugueses que adquiriram a igualdade de direitos e obrigações civis, de acordo com o Decreto n.º 70.436, de 18-04-72, serão estes considerados naturalizados, para efeitos cadastrais. Os que não obtiveram tais direitos, terão suas áreas computadas.

2.16 Quando existirem condomínios estrangeiros, a área será computada no seu todo para os efeitos de controle dos limites referentes ao módulo e a 1/4 de superfície de cada Município. No

tocante ao percentual de 40% de 1/4 será considerada a fração ideal pertencente a cada alienígena.

2.17 Somente poderá participar de Concorrências promovidas pelo INCRA, para a alienação de terras públicas, o estrangeiro residente no país.

Solicito o obséquio de dar ciência dos dizeres deste as Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados jurisdicionados a essa Coordenadoria, colocando o INCRA à disposição das mesmas para quaisquer providências julgadas necessárias.

Peço remeter cópias deste Ofício as Divisões Estaduais Técnicas porventura subordinadas e aos Órgãos dessa CR, que participem desta atividade, inclusive CR(00) T e CR(00)J.

Dúvidas deverão ser objeto de consultas a este Departamento.

Atenciosamente, Ass. Diretor INCRA/DF".

Ao ensejo apresentamos nossos protestos de consideração.

(a) Moacyr Rodrigues Barbosa, Coordenador Regional

Exmo. Sr. Doutor Desembargador

Huraberto de Andrade Janqueira

DD. Corregedor Geral da Justiça em São Paulo

Palácio da Justiça

São Paulo - SP

/na.

Processo CG. n.º 52.770179 - Capital - Int.: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo

Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. A Seção local da Ordem dos Advogados do Brasil encaminha e encampa representação formulada por vários advogados, no sentido de, em face das inúmeras dificuldades, de parte dos cartórios, no atendimento de certidões que demoram, quase sempre, mais de dez dias, baixar esta E. Corregedoria provimento que, interpretando o artigo 3.º do Decreto-lei 858, de 11 de setembro de 1969, permita a distribuição de requerimentos de concordata preventiva, ou de dissolução de sociedade, sem apresentação de certidões que deverão ser juntadas num prazo mínimo de trinta dias.

Manifestou-se o MM. Juiz Corregedor Permanente designado, ponderando da inexecutabilidade de afrontar texto de lei, sugerindo, no entanto, por minorar as dificuldades, se determine aos 1.º e 3.º. Distribuidores que certifiquem, ao pé de cada petição inicial, a existência, ou não de ações.

2. Com inteira razão o MM. Juiz opinante.

Posto se concedam alguns dos incômodos descritos na representação a proposta final não merece, "data máxima venia", agasalhada, na medida em que a edição do provimento alvitrado insultaria, de modo escanchado, o disposto no artigo 3.º, do Decreto-lei federal 858, de 11 de setembro de 1969 - que, como não o ignoram os subscritores da dita representação, e posterior ao artigo 158, da Lei de Falências. Escusa-se de discutir a bondade desse controle fiscal, entremetido na Lei de Quebras.

O indiscutível, no entanto, parece-nos, "venia permissa", residir na absoluta impossibilidade jurídica de esta E. Corregedoria, que não dispõe de poderes legisferantes, dispensar, por via oblíqua, o explícito condicionamento da distribuição de requerimentos de concordatas preventivas ou liquidação judicial de sociedades a exibição de prova negativa de execução fiscal. A lei diz, às claras, que, sem tal prova, "não será distribuído requerimento"! A vedação é absoluta e insuscetível. de ser trespçada, diferindo-se a apresentação da prova subordinante para depois da distribuição e cuja ausência não teria a virtude de apagar, por obra de cancelamento, a distribuição já efetuada e a realidade material de um processo em adiantado estado procedimental. E a dificuldade teórica se agrava na proporção em que a exegese ab-rogante fluiria de orientação administrativa e sequer de comando jurisdicional!

Sensata, todavia, afigura-se a sugestão advinda do MM. Juiz opinante, a qual, se não supera todos os obstáculos à distribuição de concordatas que andam na casa mensal de vinte (cf.

"Diário Comércio e Indústria", de 20 de setembro 1979, pág. 11), mitiga-os sensivelmente. Com a vantagem de a medida se inserir na competência desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

3. Do exposto, estamos em que, s.m.j., se não acolha a representação, mas se determine aos 1.º e 3.º Distribuidores - que já assentaram a viabilidade do cumprimento (fls. 23) - que

certifiquem, no ato da apresentação, ao pé de cada requerimento de concordata preventiva e de dissolução judicial de sociedades, a existência, ou não, de execuções fiscais; e aos Diretores-escrivães dos Cartórios das Fazendas Estadual e Municipal que dêem prioridade absoluta na extração de certidões, para aquele fim solicitadas. Eventualmente aprovado este, propõe-se ofício à Seção local da OAB, ao MM. Juiz interveniente e aos Srs. Diretores-escrivães do 1.º e 3.º Distribuidores e dos Cartórios das Fazendas Estadual e Municipal, publicando-se, por duas vezes, no órgão oficial.

À alta consideração de Vossa Excelência. São Paulo, 21 de setembro de 1979.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso - Juiz Auxiliar

Despacho: Aprovo o parecer. 1. S.P., 25/9/79 - (a) Des. Humberto, de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça.

Processo CG. n.º 52.180/79 - Capital - Int.: Diretora de Divisão do Décimo Quinto (15.º) Ofício Cível.

Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. Alguns Diretores de Divisão suscitam dúvidas ao propósito da execução do Provimento CG. 2/78, em face da superveniência de atos legais e normativos. Não saberiam, desse modo, preencher alguns campos da guia, reservados a identificação de contribuinte, quando não o seria o Cartório, bem como subsistiria incerteza acerca dos códigos, do número de guias e de alíquotas.

Manifestou-se a Superintendência Regional da Receita Federal.

2. 1 Não merece alimentada nenhuma perplexidade acerca do sujeito passivo que há de, nas guias, figurar no campo reservado a identificação do contribuinte.

Como bem dilucidou a Superintendência, pode aquele apresentar-se com qualificações diversas, adequadas aos nexos que a legislação estabeleça entre ele e a obrigação. Nada surpreende, portanto, que, malgrado não se revista da condição de contribuinte, o sujeito passivo o substitua em dado segmento da relação jurídica, como responsável pelo pagamento ou recolhimento do tributo. É o que sucede com os cartórios que, ex vi do artigo 10, Parágrafo único, do Decreto-Lei Federal 1.584, de 29 de dezembro de 1977, e artigo 494, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto Federal 76.186, de 2 de setembro de 1975, devem figurar, no campo reservado a identificação do contribuinte, como fonte pagadora.

2.2 Em relação à segunda indagação, cumpre observar que, suposta a Instrução Normativa SRF 036/78 tenha determinado se preenchesse o campo 20 do DARF com o código 0844, este corresponde apenas aos "rendimentos pagos ou creditados em decorrência de fatos feitos judiciais", em conformidade com o que estabelecia o Decreto-lei 1.302, de 31 de dezembro de 1973, reservando-se o código 0991 para "outros rendimentos não especificados" (cf. Tabela de Códigos de Receitas Federais" anexa à Instrução Normativa SRF 40/78, publicada no D.O.U. de 23 de outubro de 1978).

Sucede, porém, que, tendo o Decreto-Lei Federal 1.584/77 criado nova incidência, referente às "remunerações pela prestação de serviços no curso de processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamenteiro, liquidante etc.", o Ato Declaratório 01/79 enquadrava essa nova hipótese no código 0991.

Induvidoso, destarte, que o código 0844 pertence apenas aos rendimentos pagos ou creditados em decorrência de fatos judiciais, quando não se trate de honorários pela prestação de serviços especificados no artigo 10, 11, do precitado Decreto-lei n.º 1.584/77, caso em que o preenchimento se fará sob o código 0991.

2.3 Por fim, consistente a representação no que concerne à necessidade de cálculo do adicional estatuído no Decreto-lei 1.672/79, consistente em 10% (dez por cento) do valor da retenção, pela fonte pagadora, sobre os rendimentos sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, quando constituam antecipação do devido na declaração. Como o imposto, previsto na artigo 7.º do Decreto-lei 1.302/73, é cobrado a título de antecipação, procede a representação.

Anote-se que, em conformidade com a redação do artigo 10, introduzida pelo Decreto-lei 1.672/79, o adicional vige de 1.º (primeiro) de março a 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano.

3. Em resumo, Sr. Desembargador Corregedor Geral, estas as respostas normativas que, s.m.j.,

convém às dúvidas formuladas:

3. 1 O Cartório, enquanto responsável pela retenção, deve figurar no campo reservado à identificação do contribuinte.
- 3.2 O Código 0991 destina-se às hipóteses de incidência do imposto sobre "remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamentário, liquidante etc." (art. 10, 11, do Decreto-lei n.º 1.584/77) e sobre outros rendimentos não especificados.
- 3.3 P devido, desde primeiro de março a trinta e um de dezembro do corrente ano, o acréscimo de 10% (dez por cento) de que trata o artigo 2.º, do Decreto-lei 1.672/79.
4. Proponho que, eventualmente aprovado este, seja publicado, por três vezes consecutivas, no órgão oficial, para conhecimento e orientação dos Srs. escrivães, oficiando-se aos consulentes e à Superintendência da Receita Federal em São Paulo.
- À alta consideração de Vossa Excelência.
- São Paulo, 1.º de agosto de 1979.
- (a) Dr. Antônio Cezar Peluso - Juiz Auxiliar
- Despacho: Aprovo o parecer. Publique-se e officie-se. S.P., 7-8-79 - (a) Des. Humberto de Andrade, Junqueira - Corregedor Geral da Justiça.

Processo CG. n.º 51.902/79 - São Vicente - Int.: Juízo de Direito da Vara Criminal e de Menores.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral

O M.M. Juiz de Direito Titular da Vara Criminal e de Menores da Comarca de São Vicente solicita orientação de como proceder com os processos crimes arquivados nos cartórios que, antes, funcionavam cumulativamente com ofícios cíveis e criminais, se os conserva nestas mesmas serventias ou se os transfere para o novo ofício criminal e bem assim com relação aos feitos relativos aos menores, afetos ao Cartório do Júri e Registro de Imóveis. Indaga, ainda, se deve estalar o cartório criminal nos moldes daqueles de Campinas, Santos e Santo André ou se a Corregedoria Geral da Justiça irá baixar novo provimento para fixar normas diferentes a esses novos ofícios criminais.

A essas indagações o parecer propõe que permaneçam os autos de processos crimes e menores findos arquivados nos próprios cartórios de origem e que na estrutura do novo ofício criminal se observem identicamente, as normas do Provimento n.º XCVII, do Egrégio Conselho Superior da Magistratura de 25 de maio de 1976 e Provimento n.º 10, de 9 de agosto de 1976 da Corregedoria Geral da Justiça.

Não bastasse o dispositivo inserido no artigo 933 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, que afirma pertencer indefinidamente ao arquivo do cartório os próprios papéis e livros, a conveniência do serviço não oferece outra alternativa se não essa ora proposta.

É que estão arquivados pelos três cartórios por onde tramitavam os processos crimes quase vinte e cinco mil processos e sua transferência, de pronto, para o novo ofício, traria sério, transtorno a movimentação dos processos novos em andamento e que merecem toda atenção e rapidez do juízo. A transferência importaria na organização imediata de um arquivo, em maços ordenados, com índices escriturados em ordem alfabética, com indicação nas colunas respectivas do Livro de Registro de Feitos (art. 932 da C.N.C.G.J.).

Ora o Livro de Registro de Feitos, obrigatoriamente, deverá permanecer no cartório de origem porque aí escriturado e sob a responsabilidade de quem o confeccionou.

Além disso é taxativo o artigo 930 da mesma Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça quando diz que os inquéritos policiais e os processos criminais definitivamente julgados, cumpridas as formalidades legais, serão arquivados mediante despacho, nos ofícios de justiça por onde tramitaram.

Não se oponha a esse sistema o argumento de que deveriam todos os processos crimes ser canalizados para um mesmo cartório, facilitando-se as buscas e eventuais certidões. Não prospera, porquanto, o ofício de justiça criminal que foi instalado recentemente, tem sua distribuição fixada a partir de uma data e seu livro de registro de feitos terá início com a documentação de todos os processos em andamento recebidos por herança.

Ademais, por analogia, poder-se-ia aplicar a norma do parágrafo único do artigo 27 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que assim se expressa: "O arquivo do antigo cartório continuará a

pertencer-lhe".

Quanto à segunda indagação o parecer opinou pela instalação da nova serventia criminal nos moldes preconizados nos provimentos específicos, em razão de os serviços serem idênticos. 12 certo que irá o Egrégio Conselho Superior da Magistratura estender os mesmos dispositivos a esses novos ofícios criminais das Comarcas do Interior do Estado recém-instalados, mas, acredito deverá aguardar momento mais propício, quando pedirá, inclusive, a criação das novas chefias. É o parecer que submeto à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 8 de junho de 1979.

(a) Dr. José de Mello Junqueira - Juiz Auxiliar.

Despacho: Aprovo o parecer. Oficie-se. S.P., 25/6/79. (a) Des. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça.

Para conhecimento dos Cartórios de Protesto do Estado, a Corregedoria Geral da Justiça, transcreve o ofício recebido do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos.

Prot. CG. n.º 21.848179

INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS

São Paulo, 20 de julho de 1979.

Excelência

Como já foi dado conhecimento a Vossa Excelência, foi fundado em S. Paulo, o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento das atividades do protesto cambial.

O Instituto não cobra taxa de qualquer espécie, e distribuirá boletim informativo sobre as novidades normativas e principais decisões correccionais e do judiciário.

Para filiar-se basta o pedido feito por carta, acompanhado de uma xerocópia de documento comprobatório da condição de serventuário, oficial maior ou escrevente de cartório de protesto, a ser encaminhado para a Av. Brigadeiro Luís Antônio, 475 - CEP 01317.

Pelo presente vimos solicitar a Vossa Excelência a inestimável cooperação da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, fazendo publicar o presente através do Diário Oficial, para chegar ao conhecimento de todos os Cartórios de Protesto do Estado, cujos funcionários ficam convidados afiliar-se, sem quaisquer despesas.

Nesta oportunidade renovamos a Vossa Excelência nossa manifestação de elevado apreço e distinta consideração.

(a) Marcos Milani, Presidente

(a) Edison Josué Campos de Oliveira

Ao

Dr. Humberto de Andrade Junqueira

Exmo. Desembargador Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. 27-7-1979

PROCESSO CG. n.º 52.481/79 - CAPITAL - INT.: ASSOCIAÇÃO DOS BANCOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO.

Sr. Des. Corregedor Geral:

1. A Associação dos Bancos no Estado de São Paulo, a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e a Associação Comercial de São Paulo requerem lhes seja autorizada a remessa diária, por parte de todos os Cartórios de Protesto do interior, de certidão dos cancelamentos efetivados, segundo já ocorre na Capital.

2. A medida postulada está, em verdade, já em vigor nesta Capital, por força da sentença normativa editada pelo Juízo da 1.ª Vara de Registros Públicos, em 24 de outubro de 1978, atendendo, aliás, a pretensão externada por duas das atuais postulantes (fls. 14 e 15). É benéfica e não encontra óbice legal. Realmente, conquanto os devedores, favorecidos pelo cancelamento, possam sentir-se por instante reabilitados, tal sentimento não se concretiza em situação objetiva senão quando aquele seja anotado nos assentamentos das entidades relacionadas com o sistema creditício. E essa anotação de ofício escusaria a todos de novas

diligências a cada negócio. E lei alguma a impede.

As certidões, no entanto, deverão ter os correspondentes emolumentos pagos pelas interessadas, que, de seu turno, para esse fim e para ajuste da forma de entrega das certidões, deverão entrar em contato com os respectivos serventuários, salvo sugerida outra modalidade por estudar.

Com estas observações, opinamos em que se defira o requerido, cientes as interessadas e os Srs. serventuários do interior. À alta consideração de V. Exa.

São Paulo, 05 de julho de 1979.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz de Direito Auxiliar

Despacho: - "Aprovo o parecer retro. 1. Oficie-se. SP., 09-07-79 - (a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça.

D.O. 12-7-1979

Modelos de Impressos utilizados pelos Distribuidores Criminais
Publicado novamente com retificação.

Por despacho de 11 do corrente, aprovou o Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça os novos modelos sugeridos pelo Corregedor Permanente, a serem utilizados pelos Distribuidores Criminais, tão logo sejam os impressos entregues pelo DEPA, Setor da Administração do E. Tribunal de Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

----- VARA -----

REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES AO
SEGUNDO DISTRIBUIDOR CRIMINAL

NOME:

FILIAÇÃO:

NATURAL DE:

ESTADO DE:

DATA NASC.:

R.G. N.º

ESTADO CIVIL:

COR:

ESTADO:

CPF:

São Paulo, de de 19

JUIZ DE DIREITO

Pesquisado por:

São Paulo, de de 19

.....
1.º- Distribuidor Criminal

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

----- VARA -----

REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES AO
PRIMEIRO DISTRIBUIDOR CRIMINAL

NOME:

FILIAÇÃO:

NATURAL DE:

ESTADO DE:

DATA NASC.:

R.G. N.º

ESTADO CIVIL:

COR:

ESTADO:

CPF:

São Paulo, de de 19

JUIZ DE DIREITO
Pesquisado por: _____
São Paulo, _____ de _____ de 19____

2.º- Distribuidor Criminal
D.O.J, 13-6-79

LEI n.º 6.660, DE 21 DE JUNHO DE 1979.

Dá nova redação à alínea e, do artigo 2.º . do Decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, que "dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - A alínea e, do artigo 2.º , do Decreto-lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, será assim redigida:

"Artigo

2.º . _____

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à comunidade e à família, buscando-se o fortalecimento desta como núcleo natural e fundamental da sociedade, a preparação para o casamento e a preservação do vínculo que o constitui."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de junho de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

E. Portela

LEI n.º 6.688, DE 17 DE SETEMBRO DE 1979

Introduz alterações na Lei dos Registros Públicos, quanto às escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Inclua-se no artigo 176, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com as alterações das Leis ns. 6.140, de 28 de novembro de 1974, e 6.216, de 30 de junho, de 1975, um § 2.º , passando a § 1.º o atual parágrafo único, com a seguinte redação:

"Artigo

176 _____

§1.º . _____

§ 2.º - Para A matrícula e registro das escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, não serão observadas as exigências deste artigo, devendo tais atos obedecer ao disposto na legislação anterior."

Artigo 2.º - Esta Lei , entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de setembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

DECRETO-LEI n.º 1.695, DE 18 DE SETEMBRO DE 1979

Suprime a incidência do imposto de renda na fonte sobre o 13.º salário e atribui competência ao Ministro da Fazenda para fixar prazos de

recolhimento de imposto de renda retido por fontes pagadoras de rendimentos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, II da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - Compete ao Ministro da Fazenda fixar prazos para o recolhimento do imposto de renda retido pela fonte pagadora.

Artigo 2.º - Mantida a tributação na declaração de rendimentos, não incidirá imposto de renda na fonte sobre a gratificação instituída pela Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962.

Artigo 3.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de setembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Karlos Rischbieter

LEI n.º 6.690, DE 25 DE SETEMBRO DE 1979

Disciplina o cancelamento de protesto de títulos cambiais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O cancelamento de protesto de títulos cambiais disciplinar-se-á por esta Lei, conforme os preceitos estabelecidos nos artigos seguintes.

Artigo 2.º - Será cancelado o protesto de títulos cambiais posteriormente pagos mediante a exibição e a entrega, pelo devedor ou procurador com poderes especiais, dos títulos protestados, devidamente quitados, que serão arquivados em cartório.

Parágrafo Único - Para os fins previstos no caput deste artigo, não serão aceitas cópias ou reproduções de qualquer espécie, ainda que autenticadas.

Artigo 3.º - Na impossibilidade de exibir o título protestado, o devedor, para obter o cancelamento do protesto, deverá apresentar declaração de anuência de todos que figurem no registro do protesto, com qualificação completa e firmas reconhecidas, devendo ser arquivada em cartório a referida declaração.

Artigo 4.º - O cancelamento do protesto, se fundado em outro motivo que não o pagamento posterior do título, somente se efetuará por determinação judicial decorrente de ação própria.

Artigo 5.º - O cancelamento de protesto de títulos cambiais deverá ser feito pelo próprio oficial do cartório ou por quem o estiver substituindo.

Parágrafo único - Em caso de acúmulo de serviço no competente ofício de protestos, o cancelamento poderá ser efetuado por escrevente indicado pelo oficial do cartório, com prévia autorização da Corregedoria da Justiça do Estado.

Artigo 6.º - Cancelado o protesto, não mais constarão das certidões expedidas nem o protesto nem seu cancelamento, a não ser mediante requerimento escrito do devedor, ou requisição judicial.

Artigo 7.º - Não serão fornecidas informações ou certidões, mesmo sigilosas, a respeito dos apontamentos feitos no livro de protocolo, a não ser mediante requerimento escrito do devedor, ou requisição judicial.

Artigo 8.º - As averbações feitas até a data de entrada em vigor desta Lei serão havidas como cancelamento de protesto.

Parágrafo único - As certidões emitidas em consequência do disposto neste artigo deverão obedecer às normas estabelecidas na presente Lei.

Artigo 9.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10.º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei n.º 6.268, de 24 de novembro de 1975.

Brasília, em 25 de setembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Marcio J. de Andrade Fortes

LEI n.º 6.697, DE 10 DE OUTUBRO DE 1979
Institui o Código de Menores

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CÓDIGO DE MENORES

LIVRO 1

Parte Geral

TÍTULO 1

Disposições Preliminares

Artigo 1.º - Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Artigo 2.º - Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único - Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.

Artigo 3.º - Os atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a menores são gratuitos e sigilosos, dependendo sua divulgação, ainda que por certidão, de deferimento da autoridade judiciária competente. Os editais de citação limitar-se-ão aos dados essenciais à identificação dos pais ou responsável.

Parágrafo único - A notícia que se publique a respeito de menor em situação irregular não o poderá identificar, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência, salvo no caso de divulgação que vise à localização de menor desaparecido.

TÍTULO II

Da Aplicação da Lei

Artigo 4.º - A aplicação desta lei levará em conta:

I - as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, definidas pela legislação pertinente;

II - o contexto sócio-econômico e cultural em que se encontrem o menor e seus pais ou responsável;

III - o estudo de cada caso, realizado por equipe de que participe pessoal técnico, sempre que possível.

Parágrafo único - Na ausência de serviço especializado, a autoridade judiciária poderá atribuir a pessoal habilitado o estudo a que se refere este artigo.

Artigo 5.º - Na aplicação desta lei, a proteção aos interesses do menor sobrelevará qualquer outro bem ou interesse juridicamente tutelado.

TÍTULO III

Da Autoridade Judiciária

Artigo 6.º - A autoridade judiciária a que se refere esta lei será o Juiz de Menores, ou o Juiz que exerça essa função na forma da legislação local.

Artigo 7.º - À autoridade judiciária competirá exercer diretamente, ou por intermédio de servidor efetivo ou de voluntário credenciado, fiscalização sobre o cumprimento das decisões judiciais ou determinações administrativas que houver tomado com relação à assistência, proteção e vigilância a menores.

Parágrafo único - A fiscalização poderá ser desempenhada por comissários voluntários,

nomeados pela autoridade judiciária, a título gratuito, dentre pessoas idôneas merecedoras de sua confiança.

Artigo 8.º - A autoridade judiciária, além das medidas especiais previstas nesta lei, poderá, através de portaria ou provimento, determinar outras de ordem geral, que, ao seu prudente arbítrio, se demonstrarem necessárias à assistência, proteção e vigilância ao menor, respondendo por abuso ou desvio de poder.

TÍTULO IV

Das Entidades de Assistência e Proteção ao Menor

CAPÍTULO I

Das Entidades Criadas pelo Poder Público

Artigo 9.º - As entidades de assistência e proteção ao menor serão criadas pelo Poder Público, segundo as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e terão centros especializados destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores.

§ 1.º - O estudo do caso do menor no centro de recepção, triagem e observação considerará os aspectos social, médico e psicopedagógico, e será feito no prazo médio de três meses.

§ 2.º - A escolarização e a profissionalização do menor serão obrigatórias nos centros de permanência.

§ 3.º - Das anotações sobre os menores assistidos ou acolhidos constarão data e circunstâncias do atendimento, nome do menor e de seus pais ou responsável, sexo, idade, ficha de controle de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização de seu tratamento.

CAPÍTULO II

Das Entidades Particulares

Artigo 10 - As entidades particulares de assistência e proteção ao menor somente poderão funcionar depois de registradas no órgão estadual responsável pelos programas de bem-estar do menor, o qual comunicará o registro à autoridade judiciária local e à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

Parágrafo único - Será negado registro à entidade que não se adequar às diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor e ao disposto nesta lei.

Artigo 11 - Toda entidade manterá arquivo das anotações a que se refere o § 3.º do artigo 9.º desta lei, e promoverá a escolarização e a profissionalização de seus assistidos, preferentemente em estabelecimentos abertos.

Artigo 12 - É vedado à entidade particular entregar menor sub judice a qualquer pessoa, ou transferi-lo a outra entidade, sem autorização judicial.

TÍTULO V

Das Medidas de Assistência e Proteção

CAPÍTULO I

Das Medidas Aplicáveis ao Menor

Artigo 13 - Toda medida aplicável ao menor visará, fundamentalmente, à sua integração sócio-familiar.

Artigo 14 - São medidas aplicáveis ao menor pela autoridade judiciária:

I - advertência;

II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;

III - colocação em lar substituto;

IV - imposição do regime de liberdade assistida;

V - colocação em casa de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado.

Artigo 15 - A autoridade judiciária poderá, a qualquer tempo e no que couber, de ofício ou mediante provocação fundamentada dos pais ou responsável, da autoridade administrativa competente ou do Ministério Público, cumular ou substituir as medidas de que trata este Capítulo.

Artigo 16 - Para a execução de qualquer das medidas previstas neste Capítulo, a autoridade judiciária poderá, ciente o Ministério Público, determinar a apreensão do menor.

Parágrafo único - Em caso de apreensão para recambiamento, este será precedido de verificação do domicílio do menor, por intermédio do Juizado do domicílio indicado.

SEÇÃO I

Da Colocação em Lar Substituto

SUBSEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 17 - A colocação em lar substituto será feita mediante:

I - delegação do pátrio poder;

II - guarda;

III - tutela;

IV - adoção simples;

V - adoção plena.

Parágrafo único - A guarda de fato, se decorrente de anterior situação irregular, não impedirá a aplicação das medidas revistas neste artigo.

Artigo 18 - São requisitos para a concessão de qualquer das formas de colocação em lar substituto:

I - qualificação completa do candidato a responsável e de seu cônjuge, se casado, com expressa anuência deste;

II - indicação de eventual relação de parentesco do candidato ou de seu cônjuge com o menor, especificando se este tem ou não parente vivo;

III - comprovação de idoneidade moral do candidato;

IV - atestado de sanidade física e mental do candidato;

V - qualificação completa do menor e de seus pais, se conhecidos;

VI - indicação do cartório onde foi inscrito o nascimento do menor.

Parágrafo único - Não se deferirá colocação em lar substituto a pessoa que:

I - revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida;

II - não ofereça ambiente familiar adequado.

Artigo 19 - A colocação em lar substituto não admitirá transferência do menor a terceiros ou sua internação em estabelecimento de assistência a menores, sem autorização judicial.

Artigo 20 - O estrangeiro residente ou domiciliado fora do País poderá pleitear colocação familiar somente para fins de adoção simples e se o adotando brasileiro estiver na situação irregular, não eventual, descrita na alínea "a", inciso 1, do artigo 2.º desta lei.

SUBSEÇÃO II

Da Delegação do Pátrio Poder

Artigo 21 - Admitir-se-á delegação do pátrio poder, desejada pelos pais ou responsável, para prevenir a ocorrência de situação irregular do menor.

Artigo 22 - Precederão a decisão homologatória:

I - estudo social do caso;

II - audiência do Ministério Público;

III - advertência pessoal, certificada nos autos, aos delegantes e delegados, quanto à irretratabilidade da delegação.

Artigo 23 - A delegação do pátrio poder será exercida pessoalmente, vedada desoneração unilateral.

Parágrafo único - A delegação deverá ser reduzida a termo, em livro próprio, assinado pelo Juiz e pelas partes, dele constando advertência sobre os direitos e as obrigações decorrentes do instituto.

SUBSEÇÃO III

Da Guarda

Artigo 24 - A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional ao menor, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive pais.

§ 1.º - Dar-se-á guarda provisória de ofício ou a requerimento do interessado, como medida cautelar, preparatória ou incidente, para regularizar a detenção de fato ou atender a casos urgentes.

§ 2.º - A guarda confere ao menor a condição de dependente, para fins previdenciários.

Artigo 25 - Ao assumir a guarda, o responsável prestará compromisso em procedimento regular.

SUBSEÇÃO IV

Da Tutela

Artigo 26 - A tutela será deferida nos termos da lei civil em benefício do menor em situação irregular que carecer de representação permanente.

Parágrafo único - A tutela, para os fins desta lei, implica necessariamente o dever de guarda e será exercida por prazo indeterminado.

SUBSEÇÃO V

Da Adoção Simples

Artigo 27 - A adoção simples de menor em situação irregular reger-se-á pela lei civil, observado o disposto neste Código.

Artigo 28 - A adoção simples dependerá de autorização judicial, devendo o interessado indicar, no requerimento, os apelidos de família que usará o adotado, os quais, se deferido o pedido, constarão do alvará e da escritura, para averbação no registro de nascimento do menor.

§ 1.º - A adoção será precedida de estágio de convivência com o menor, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas a idade do adotando e outras peculiaridades do caso.

§ 2.º - O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade.

SUBSEÇÃO VI

Da Adoção Plena

Artigo 29 - A adoção plena atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Artigo 30 - Caberá adoção plena de menor, de até sete anos de idade, que se encontre na situação irregular definida no inciso 1, artigo 2.º desta lei, de natureza não eventual.

Parágrafo único - A adoção plena caberá em favor de menor com mais de sete anos se, à época em que completou essa idade, já estivesse sob a guarda dos adotantes.

Artigo 31 - A adoção plena será deferida após período mínimo de um ano de estágio de convivência do menor com os requerentes, computando-se, para esse efeito, qualquer período de tempo, desde que a guarda se tenha iniciado antes de o menor completar sete anos e comprovada a conveniência da medida.

Artigo 32 - Somente poderão requerer adoção plena casais cujo matrimônio tenha mais de cinco anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tenha mais de trinta anos.

Parágrafo único - Provadas a esterilidade de um dos cônjuges e a estabilidade conjugal, será dispensado o prazo.

Artigo 33 - Autorizar-se-á a adoção plena ao viuvo ou a viúva, provado que o menor está integrado em seu lar, onde tenha iniciado estágio de convivência de três anos ainda em vida do outro cônjuge.

Artigo 34 - Aos cônjuges separados judicialmente, havendo começado o estágio de convivência de três anos na constância da sociedade conjugal, é lícito requererem adoção plena, se acordarem sobre a guarda do menor após a separação judicial.

Artigo 35 - A sentença concessiva da adoção plena terá efeito constitutivo e será inscrita no Registro Civil mediante mandado, do qual não se fornecerá certidão.

§ 1.º - A inscrição consignará o nome dos pais adotivos como pais, bem como o nome de seus ascendentes.

§ 2.º - Os vínculos de filiação e parentesco anteriores cessam com a inscrição.

§ 3.º - O registro original do menor será cancelado por mandado, o qual será arquivado.

§ 4.º - Nas certidões do registro nenhuma observação poderá constar sobre a origem do ato.

§ 5.º - A critério da autoridade judiciária, poderá ser fornecida certidão para a salvaguarda de direitos.

Artigo 36 - A sentença conferirá ao menor o nome do adotante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome.

Artigo 37 - A adoção plena é irrevogável, ainda que aos adotantes venham a nascer filhos, aos quais estão equiparados os adotados, com os mesmos direitos e deveres.

SEÇÃO II

Da Liberdade Assistida

Artigo 38 - Aplicar-se-á o regime de liberdade assistida nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do artigo 2.º desta lei, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor.

Parágrafo único - A autoridade judiciária fixará as regras de conduta do menor e designará pessoa capacitada ou serviço especializado para acompanhar o caso.

SEÇÃO III

Da Colocação em Casa de Semiliberdade

Artigo 39 - A colocação em casa de semiliberdade será determinada como forma de transição para o meio aberto, devendo, sempre, que possível, utilizar os recursos da comunidade, visando à escolarização e profissionalização do menor.

SEÇÃO IV

Da Internação,

Artigo 40 - A internação somente será determinada se for inviável. ou malograr a aplicação das demais medidas.

Artigo 41 - O menor com desvio de conduta ou autor de infração penal poderá ser internado em estabelecimento adequado, até que a autoridade judiciária, em despacho fundamentado, determine o desligamento, podendo, conforme a natureza do caso, requisitar parecer técnico do serviço competente e ouvir o Ministério Público,

§ 1.º - O menor sujeito à medida referida neste artigo será reexaminado periodicamente, com o intervalo máximo de dois anos, para verificação da necessidade de manutenção da medida.

§ 2.º - Na falta de estabelecimento adequado, a internação do menor poderá ser feita, excepcionalmente, em seção de estabelecimento destinado a maiores, desde que isolada destes e com instalações apropriadas, de modo a garantir absoluta incomunicabilidade.

§ 3.º - Se o menor completar vinte e um anos sem que tenha sido declarada a cessação da medida, passará à jurisdição do Juízo incumbido das Execuções Penais.

4.º - Na hipótese do parágrafo anterior, o menor será removido para estabelecimento adequado, até que o Juízo incumbido das Execuções Penais julgue extinto o motivo em que se fundamentara a medida, na forma estabelecida na legislação penal.

CAPÍTULO II

Das Medidas Aplicáveis aos Pais ou Responsável

Artigo 42 - São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - advertência;

II - obrigação de submeter o menor a tratamento em clínica, centro de orientação infanto-juvenil, ou outro estabelecimento especializado determinado pela autoridade judiciária, quando verificada a necessidade e houver recusa injustificável;

III - perda ou suspensão do pátrio poder;

IV - destituição da tutela;

V - perda da guarda.

SEÇÃO I

Da Obrigação de Submeter o Menor a Tratamento

Artigo 43 - Os pais ou responsável firmarão termo de compromisso, no qual a autoridade judiciária fixará o tratamento a ser ministrado ao menor.

Parágrafo único - A autoridade verificará, periodicamente, o cumprimento das obrigações previstas no termo.

SEÇÃO II

Da Perda ou Suspensão do Pátrio Poder e da Destituição da Tutela

Artigo 44 - A perda ou suspensão do pátrio poder e a destituição da tutela regem-se pelo Código Civil e pelo disposto nesta lei.

Artigo 45 - A autoridade judiciária poderá decretar a perda ou a suspensão do pátrio poder e a destituição da tutela dos pais ou tutor que:

I - derem causa a situação irregular do menor;

II - descumprirem, sem justa causa, as obrigações previstas no artigo 43 desta lei.

Parágrafo único - A perda ou a suspensão do pátrio poder não exonera os pais do dever de sustentar os filhos.

SEÇÃO III

Da Perda da Guarda

Artigo 46 - A autoridade judiciária decretará a perda da guarda nos casos em que aplicaria a perda ou a suspensão do pátrio poder ou a destituição da tutela.

CAPÍTULO III

Da Apreensão de Objeto ou Coisa

Artigo 47 - A autoridade judiciária poderá, em despacho fundamentado, determinar a apreensão, por prazo determinado, do objeto ou da coisa cuja detenção pelo menor possa ensejar reincidência no fato.

§ 1.º - O objeto ou coisa apreendido permanecera em poder de depositário judicial ou pessoa idônea, a critério da autoridade judiciária.

§ 2.º - A apreensão e seu levantamento serão determinados através de mandado, ciente o Ministério Público.

CAPÍTULO IV

Das Medidas de Vigilância

SEÇÃO 1

Disposições Gerais

Artigo 48 - Os estabelecimentos referidos neste Capítulo poderão ser inspecionados, a qualquer tempo, pela autoridade judiciária competente e pelo Ministério Público.

Artigo 49 - A autoridade judiciária poderá, de ofício ou por provocação da autoridade administrativa, ouvido o Ministério Público, ordenar o fechamento provisório ou definitivo do estabelecimento particular que infringir norma de assistência e proteção ao menor.

§ 1.º - O procedimento de verificação de infração será instaurado por portaria, devendo a autoridade judiciária inspecionar o estabelecimento.

§ 2.º - O - A autoridade judiciária poderá determinar, liminarmente, o afastamento provisório do dirigente do estabelecimento, designando-lhe substituto.

§ 3.º - Se a decisão final reconhecer a inidoneidade da entidade particular, ou de seus dirigentes, será o estabelecimento fechado, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, dentre as quais o cancelamento da respectiva inscrição no registro civil, através de mandado.

§ 4.º - Se o fechamento for recomendável por falta de condições técnicas ou materiais, a autoridade poderá conceder prazo à entidade para supri-las. Se as condições não forem preenchidas no prazo concedido, o estabelecimento será fechado até que atenda às exigências estabelecidas.

SEÇÃO II

Das Casas de Espetáculos, das Diversões em Geral, dos Hotéis e Congêneres

SUBSEÇÃO 1

Dos Espetáculos Teatrais, Cinematográficos, Circenses, Radiofônicos e de Televisão

Artigo 50 - Já proibida a menor de dez anos, quando desacompanhado dos pais ou responsável, a entrada em salas de espetáculos teatrais, cinematográficos, circenses, de rádio, televisão e congêneres.

§ 1.º - Nenhum menor de dez anos poderá permanecer em local referido neste artigo depois das vinte e duas horas.

§ 2.º - Tratando-se de espetáculo instrutivo ou recreativo, a autoridade judiciária poderá alterar os limites e as condições fixadas neste artigo.

Artigo 51 - Nenhum menor de dezoito anos, sem prévia autorização da autoridade judiciária, poderá participar de espetáculo público e seus ensaios, bem como entrar ou permanecer em qualquer dependência de estúdios cinematográficos, de teatro, rádio ou televisão.

Artigo 52 - A autoridade judiciária poderá ampliar, dado as circunstâncias, o limite de idade fixado pelo Serviço Federal de Censura.

Artigo 53 - Será vedada a apresentação, em rádio e televisão, de espetáculos proibidos para menores de:

I - dez anos, até as vinte horas;

II - quatorze anos, até as vinte e duas horas;

III - dezoito anos, em qualquer horário.

Artigo 54 - Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes e durante sua transmissão, apresentação ou exibição.

SUBSEÇÃO II

Das Casas de Jogo, dos Bailes Públicos e Hotéis

Artigo 55 - É proibida a entrada de menor de dezoito anos em casa de jogo.

Parágrafo único - Considera-se casa de jogo a que explore apostas, ainda que eventualmente.

Artigo 56 - Já proibida a hospedagem de menor de dezoito anos, desacompanhado dos pais ou responsável, em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere.

Parágrafo único - A autoridade judiciária poderá autorizar a hospedagem em circunstância especial. À falta de autoridade judiciária, a autorização será suprida por autoridade administrativa, que oficiará ao Juiz de imediato.

SUBSEÇÃO III

De Outros Locais de Jogos e Recreação

Artigo 57 - É proibida aos menores de dezoito anos a entrada em estabelecimento que explore comercialmente bilhar, sinuca ou congênere.

Artigo 58 - Tendo em vista as peculiaridades locais e os princípios desta lei, a autoridade judiciária poderá disciplinar:

I - a entrada e a permanência de menor em estádio, ginásio e campo desportivo, em clube e associação recreativa ou desportiva;

II - a entrada e a permanência de menor em boate, salão de bilhar, sinuca, boliche, bocha, ou

congêneres;

III - a participação e o comparecimento de menor em competição desportiva;

IV - a participação de menor em festividade pública.

§ 1.º - Em qualquer hipótese, é proibida:

a) a permanência de menor de dezoito anos, quando desacompanhado dos pais ou responsável, em lugar referido neste artigo, depois das vinte e quatro horas;

b) a admissão de menor de dezoito anos em sala de jogo;

c) a entrada de menor de dezoito anos em local destinado a espetáculo e serviço de bar para espectadores em veículos, depois das vinte horas.

§ 2.º - Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentro outros fatores:

a) a exigência de instalações adequadas;

b) o tipo de frequência habitual ao local;

c) a localização em lugar apropriado;

d) a adequação do ambiente à eventual frequência de menores.

CAPÍTULO V

Da Execução das Medidas Judiciais pelas Entidades de Assistência e Proteção ao Menor

Artigo 59 - As medidas de assistência e proteção determinadas pela autoridade judiciária, no âmbito desta lei, serão executadas pelas entidades criadas pelo Poder Público com a finalidade de atender aos menores a que se refere o artigo 1.º desta lei.

Parágrafo único - As entidades privadas dedicadas à assistência e proteção ao menor comporão o sistema complementar de execução dessas medidas.

Artigo 60 - As entidades criadas pelo Poder Público e as de natureza privada planejarão e executarão suas atividades de assistência e proteção ao menor atendendo às diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

§ 1.º - O trabalho de toda entidade dedicada à assistência e à proteção ao menor em situação irregular visará, prioritariamente, ao ajustamento ou integração sócio-familiar deste.

§ 2.º - As entidades comunicarão à autoridade judiciária, cada caso de menor em situação irregular que acolherem.

Artigo 61 - As entidades fornecerão à autoridade judiciária, no prazo por esta assinado, relatório de seus órgãos técnicos, nas fases de estudo, diagnóstico e tratamento do caso, podendo a autoridade determinar a realização de estudos complementares.

CAPÍTULO VI

Da Autorização para Viajar

Artigo 62 - O menor de dezoito anos dependerá de autorização da autoridade judiciária para viajar, desacompanhado dos pais ou responsável, para fora da Comarca onde reside.

§ 1.º - A autorização é dispensável:

I - quando se tratar de Comarca contígua à de sua residência, se na mesma Unidade da Federação, ou incluída na mesma Região Metropolitana;

II - quando se tratar de viagem ao exterior, se:

a) o menor estiver acompanhado de ambos os genitores ou responsável;

b) o pedido de passaporte for subscrito por ambos os genitores, responsável ou representante legal.

§ 2.º - A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais, conceder autorização permanente de viagem, pelo prazo máximo de dois anos, mediante verificação da conduta do menor e do exercício do pátrio poder.

TÍTULO VI

Dos Infrações Cometidas contra a Assistência, Proteção e Vigilância a Menores

CAPÍTULO 1

Das Infrações

Artigo 63 - Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, atos ou documentos de procedimento judicial relativo a menor.

Pena - multa de até cinquenta valores de referência.

§ 1.º - Incorre na mesma pena quem exhibe fotografia de menor em situação irregular ou vítima de crime, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam imputados, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2.º - Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação

ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números.

Artigo 64 - Anunciar, por qualquer meio de comunicação, peças teatrais, filmes cinematográficos ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade para o ingresso de menor.

Pena - multa de até um valor de referência, dobrada na reincidência, aplicável, separadamente, ao estabelecimento de diversão e aos órgãos de divulgação ou publicidade.

Artigo 65 - Transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em faixa de horário diversa da autorizada ou sem aviso de sua classificação.

Pena - multa de dez a cinquenta valores de referência, aplicando-se o dobro na reincidência.

Artigo 66 - Exibir, no todo ou em parte, filme, cena, peça, amostra ou congênere, bem como propaganda comercial de qualquer natureza, cujo limite de proibição esteja acima do fixado para os menores admitidos ao espetáculo.

Pena - multa de meio a dois valores de referência.

Parágrafo único - A pena poderá ser cumulada com a suspensão da exibição ou do espetáculo, no caso de inobservância da classificação fixada pelo Serviço Federal de Censura.

Artigo 67 - Deixar o responsável pelo estabelecimento, o empresário do espetáculo ou o acompanhante maior de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de menor a espetáculos e diversões, ou sobre sua permanência e participação nestes.

Pena - multa de até cinquenta valores de referência; na reincidência, além da multa, a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até seis meses.

Artigo 68 - Promover a participação de menor de dezoito anos em certame de beleza ou similar.

Pena - multa de um a vinte valores de referência, aplicando-se o dobro na reincidência.

Artigo 69 - Hospedar menor de dezoito anos, desacompanhado dos pais ou responsável, em hotel, pensão, motel ou congênere, sem autorização da autoridade competente.

Pena - multa de meio a dois valores de referência, em cada caso.

Artigo 70 - Transportar menor de dezoito anos, desacompanhado dos pais ou responsável e sem autorização escrita da autoridade judiciária, para fora da Comarca onde resida, nos termos do artigo 62 desta Lei.

Pena - multa de um a três valores de referência, se por via terrestre; de três a seis valores de referência, se por via marítima ou aérea; aplica-se o dobro na reincidência, em qualquer caso.

Artigo 71 - Deixar de apresentar ao Juiz de sua residência, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, menor trazido de outra Comarca para prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável.

Pena - multa de meio a três valores de referência, independentemente do pagamento das despesas de retorno do menor, se for o caso.

Artigo 72 - Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrentes de tutela ou de guarda, bem assim determinação judicial sobre medida de assistência, proteção ou vigilância a menor.

Pena - multa de até três valores de referência, aplicando-se o dobro na reincidência.

Artigo 73 - Descumprir qualquer disposição dos artigos 10, 11 e 12 desta Lei.

Pena - multa de um a três valores de referência.

Artigo 74 - Descumprir as normas de proteção ao menor no trabalho.

Pena - multa de um até dez valores de referência, aplicando-se o dobro na reincidência.

Parágrafo único - Não incidirá, porém, a sanção, se pelo mesmo fato outra de igual natureza tiver sido aplicada pela autoridade administrativa competente.

CAPÍTULO II

Da Aplicação das Penalidades

Artigo 75 - As normas do Capítulo anterior serão aplicadas em observância ao disposto na Parte Geral do Código Penal.

Artigo 76 - As penalidades previstas neste Título são de caráter administrativo, não induzindo efeitos de natureza penal.

Artigo 77 - Quando não expressamente especificada, a pena mínima de multa será de um quarto do valor de referência.

Artigo 78 - Sendo primário o infrator, poderá ser aplicada a pena de advertência.

Artigo 79 - Considera-se reincidente, para efeito desta Lei, aquele que pratica o fato depois de condenado por decisão passada em julgado, por qualquer infração prevista no Capítulo anterior.

Parágrafo único - A reincidência prescreve em dois anos, contados do pagamento da multa ou do recebimento da advertência.

TÍTULO VII

Do Registro Civil do Menor

Artigo 80 - As medidas de assistência e proteção de que trata este Livro serão necessariamente precedidas da regularização do registro civil do menor.

Artigo 81 - O registro de nascimento de menor em situação irregular poderá ser feito de ofício ou a pedido, à vista dos elementos de que dispuser a autoridade judiciária, comprovada a inexistência de registro anterior.

Parágrafo único - O registro será feito mediante mandado, expedido ao Ofício competente.

Artigo 82 - A autoridade judiciária poderá determinar qualquer retificação no registro do menor em situação irregular.

Parágrafo único - Para fins de adoção ou legitimação adotiva, a retificação poderá incluir mudança ou alteração no prenome.

TÍTULO VIII

Do Trabalho do Menor

Artigo 83 - A proteção ao trabalho do menor é regulada por legislação especial.

LIVRO II

Parte Especial

TÍTULO I

Do Processo

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 84 - A jurisdição de menores será exercida, em cada Comarca, por Juiz a quem se atribuam as garantias constitucionais da magistratura, especializado ou não, e, em segundo grau, pelo Conselho da Magistratura ou órgão Judiciário equivalente, conforme dispuser a Lei de Organização Judiciária.

Artigo 85 - A jurisdição de menores será exercida através do processo de conhecimento, cautelar e de execução imprópria, cabendo a execução própria às entidades a que se refere o artigo 9.º desta Lei.

Artigo 86 - As medidas previstas neste Código serão aplicadas mediante procedimentos administrativo ou contraditório, de iniciativa oficial ou provocados pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.

Artigo 87 - Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar livremente os fatos e ordenar, de ofício, as providências.

Parágrafo único - Aplicar-se-á na jurisdição de menores, subsidiariamente, a legislação processual pertinente.

CAPÍTULO II

Da Competência

Artigo 88 - A competência será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontra o menor, à falta de pais ou responsável e quando aplicáveis as medidas dos incisos II, III, V e VI do artigo 14 desta Lei.

§ 1.º - Nos casos de desvio de conduta ou de infração penal, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2.º - A execução das medidas de intenção ou de liberdade assistida poderá ser delegada ao Juiz da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar o menor.

Artigo 89 - Quando se tratar de menor em situação irregular, é competente o Juiz de Menores para o fim de:

I - suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento;

II - conceder a emancipação, nos termos da Lei Civil, quando faltarem os pais;

III - designar curador especial em casos de adoção, de apresentação de queixa ou de representação, e de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesse do menor;

IV - conhecer da ação de alimentos;

V - determinar o registro de nascimento e de óbito, bem assim a averbação de sua retificação ou

cancelamento, nos casos previstos nesta Lei;

VI - decretar a perda ou a suspensão do pátrio poder e a destituição da tutela.

CAPITULO III

Do Ministério Público

Artigo 90 - As funções do Ministério Público serão exercidas pelo Curador de Menores, ou quem suas vezes fizer, nos termos da legislação local.

Artigo 91 - O representante do Ministério Público será intimado, pessoalmente, para qualquer despacho ou decisão proferida pela autoridade judiciária nos procedimentos e processos regulados por esta Lei.

Artigo 92 - O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre menor.

CAPITULO IV

Do Procurador

Artigo 93 - Os pais ou responsável poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado com poderes especiais, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de Justiça.

Parágrafo único - Será obrigatória a constituição de advogado para a interposição de recurso.

TITULO II

Dos Procedimentos Especiais

CAPITULO I

Da Verificação da Situação do Menor

Artigo 94 - Qualquer pessoa poderá e as autoridades administrativas deverão encaminhar à autoridade judiciária competente o menor que se encontre em situação irregular, nos termos dos incisos I, II, III e IV do artigo 2.º desta Lei.

§ 1.º - Registrada e relatada a ocorrência pelos órgãos auxiliares do Juízo, com ou sem a apresentação do menor, a autoridade judiciária, mediante portaria, termo ou despacho, adotará de plano as medidas adequadas.

§ 2.º - Se as medidas a que se refere o parágrafo anterior tiverem caráter meramente cautelar, prosseguir-se-á no procedimento verificatório, no qual, após o estudo social do caso ou seu aprofundamento, e realizadas as diligências que se fizerem necessárias, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decidirá, em cinco dias, definindo a situação do menor e aplicando a medida adequada.

Artigo 95 - Instaurar-se-á procedimento contraditório:

I - discordando os pais ou responsável das medidas aplicadas em procedimento verificatório simples previsto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 94 desta Lei;

II - nas hipóteses das alíneas a e h do inciso I do artigo 2.º desta Lei, quando a perda do pátrio poder constituir pressuposto lógico da medida principal;

III - para a perda da guarda ou quando sobre esta houver controvérsia;

IV - para o decreto de suspensão do pátrio poder.

Artigo 96 - Será observado o procedimento verificatório simples, previsto no § 2.º do artigo 94 desta Lei, quando:

I - na hipótese da alínea b do inciso I do artigo 2.º desta Lei, os pais concordarem, mediante declaração escrita ou termo nos autos, em que o menor seja posto sob tutela ou adotado;

II - recolhido à entidade pública, provisoriamente, há mais de quatro anos, ou amparado por entidade particular, por igual lapso de tempo, o menor, na situação irregular prevista nas alíneas a e b, inciso I do artigo 2.º desta Lei, não tiver sido reclamado pelos pais ou parentes próximos;

III - já integrado em família substituta, ainda que mediante guarda de fato, há mais de três anos, não tiver sido reclamado pelos pais ou parentes próximos;

IV - já integrado em família substituta, ainda que mediante guarda de fato, há mais de um ano, não tiver sido o menor, em orfandade total ou o menor não reconhecido pelos pais, reclamado pelos parentes próximos ou, na segunda hipótese, pelos genitores.

Artigo 97 - O procedimento contraditório terá início por provocação do interessado ou do Ministério Público, cabendo-lhes formular petição devidamente instruída com os documentos necessários e com a indicação da providência pretendida.

§ 1.º - Serão citados os pais, o responsável ou qualquer outro interessado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta, instruída com os documentos necessários, requerendo, desde logo, a produção de outras provas que houver.

§ 2.º - Apresentada, ou não, a resposta, a autoridade judiciária mandará proceder ao estudo

social do caso ou à perícia por equipe interprofissional, se possível.

§ 3.º - Requerida prova testemunhal ou se for conveniente e possível ouvir o menor, juntado aos autos o relatório do estudo social, a autoridade judiciária designará audiência.

§ 4.º - Cumpridas as diligências, presente o relatório do estudo do caso e ouvido o Ministério Público, os autos serão conclusos à autoridade judiciária que, em dez dias, decidirá definindo a situação do menor e aplicará a medida cabível ou requerida.

§ 5.º - Este procedimento poderá ser, também, iniciado de ofício mediante portaria ou despacho nos autos de procedimento em curso.

Artigo 98 - Como medida cautelar, em qualquer dos procedimentos, demonstrada a gravidade do fato, poderá ser, liminar ou incidentemente, decretada a suspensão provisória do pátrio poder, da função de tutor ou da de guardador, ficando o menor confiado à autoridade administrativa competente ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade, até a decisão final.

CAPÍTULO II

Da Apuração de Infração penal

Artigo 99 - O menor de dezoito anos, a que se atribua autoria de infração penal, será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

§ 1.º - Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do menor à data do fato.

§ 2.º - Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial responsável encaminhará o menor a repartição policial especializada ou a estabelecimento de assistência, que apresentará o menor à autoridade judiciária no prazo de vinte e quatro horas.

§ 3.º - Na falta de repartição policial especializada, o menor aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores de dezoito anos.

§ 4.º - Havendo necessidade de dilatar o prazo para apurar infração penal de natureza grave ou em co-autoria com maior, a autoridade policial poderá solicitar à autoridade judiciária prazo nunca superior a cinco dias para a realização de diligências e apresentação do menor. Caso defira o prazo, a autoridade judiciária determinará prestação de assistência permanente ao menor.

§ 5.º - Ao apresentar o menor, a autoridade policial encaminhará relatório sobre a investigação da ocorrência, bem como o produto e os instrumentos da infração.

Artigo 100 - O procedimento da apuração de infração cometida por menor de dezoito e maior de quatorze anos compreenderá os seguintes atos:

I - recebidas e autuadas as investigações, a autoridade judiciária determinará a realização da audiência de apresentação do menor;

II - na audiência de apresentação, presentes o Ministério Público e o procurador, serão ouvidos o menor, seus pais ou responsável, a vítima e testemunhas, podendo a autoridade judiciária determinar a retirada do menor do recinto;

III - após a audiência, a autoridade judiciária poderá determinar a realização de diligências, ouvindo técnicos;

IV - a autoridade judiciária poderá, considerando a personalidade do menor, seus antecedentes e as condições em que se encontre, bem como os motivos e as circunstâncias da ação, proferir decisão de plano, entregando-o aos pais ou responsável, ouvido o Ministério Público;

V - se ficar evidente que o fato é grave, a autoridade judiciária fixará prazo, nunca superior a trinta dias, para diligência e para que a equipe interprofissional apresente relatório do estudo do caso;

VI - durante o prazo a que se refere o inciso V, o menor ficará em observação, permanecendo ou não internado;

VII - salvo o pronunciamento em audiência, o Ministério Público e o procurador terão o prazo de cinco dias para se manifestarem sobre o relatório e as diligências realizadas;

VIII - a autoridade judiciária terá o prazo de cinco dias para proferir decisão fundamentada, após as manifestações do Ministério Público e do procurador.

Artigo 101 - O menor com mais de dez anos e menos de quatorze anos será encaminhado, desde logo, por ofício, à autoridade judiciária, com relato circunstanciado de sua conduta, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto nos §§ 2.º e 3.º de artigo 99 desta lei.

Parágrafo único - A autoridade judiciária poderá, considerando a personalidade do menor, seus antecedentes e as condições em que se encontre, bem como os motivos e as circunstâncias da ação, proferir, motivadamente, decisão de plano, definindo a situação irregular do menor, ouvido o Ministério Público.

Artigo 102 - Apresentado o menor de até dez anos, a autoridade judiciária poderá dispensá-lo da audiência de apresentação, ou determinar que venha à sua presença para entrevista, ou que seja ouvido e orientado por técnico.

Artigo 103 - Sempre que possível e se for o caso, a autoridade judiciária tentará, em audiência com a presença do menor, a composição do dano por este causado.

Parágrafo único - Acordada a composição, esta será reduzida a termo e homologada pela autoridade judiciária, constituindo título executivo, nos termos da lei processual civil.

CAPÍTULO III

Da Perda e da Suspensão do Pátrio Poder e da Destituição da Tutela

Artigo 104 - A perda do pátrio poder, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V e VI do artigo 2.º desta lei, terá o procedimento ordinário previsto na lei processual civil, e poderá ser proposta pelo Ministério Público, por ascendente, colateral ou afim do menor até o quarto grau.

Artigo 105 - Na destituição da tutela, observar-se-á o procedimento para remoção de tutor previsto na lei processual civil e no disposto neste Capítulo.

Artigo 106 - A autoridade judiciária poderá, em qualquer dos procedimentos deste Capítulo, determinar o sobrestamento do processo por até seis meses, se o pai, a mãe ou o responsável comprometer-se a adotar as medidas adequadas à proteção do menor.

Parágrafo único - A ação prosseguirá em caso de inobservância das medidas impostas.

CAPÍTULO IV

Da Adoção

Artigo 107 - Na petição inicial, os requerentes atenderão aos requisitos gerais para colocação do menor em lar substituto e aos específicos para a adoção pretendida, juntando os documentos probatórios, inclusive certidões do registro civil.

§ 1.º - Não existindo decisão anterior, poderá ser cumulado o pedido de verificação da situação do menor, caso em que será também observado o disposto nos artigos 95, 96 e 97 desta lei.

§ 2.º - A petição poderá ser assinada pelos próprios requerentes.

Artigo 108 - Estando devidamente instruída a petição, será determinada a realização sobre os resultados do estágio de convivência e a conveniência da adoção.

Parágrafo único - Cumprindo-se o estágio de convivência no exterior, a sindicância poderá ser substituída por informação prestada por agência especializada, de idoneidade reconhecida por organismo internacional.

Artigo 109 - Apresentado o relatório de sindicância e efetuadas outras diligências reputadas indispensáveis, após ouvir o Ministério Público, a autoridade judiciária decidirá em cinco dias.

§ 1.º - Autorizada a adoção simples, com a designação de curador especial, será expedido alvará contendo a indicação dos apelidos de família que passará o menor a usar.

§ 2.º - Decretada a adoção plena, será expedido mandado para o registro da sentença e o cancelamento do registro original do adotado, nele consignando-se todos os dados necessários, conforme o disposto nos artigos 35 e 36 desta lei.

CAPÍTULO V

Das Penalidades Administrativas

Artigo 110 - As penalidades estabelecidas, nesta lei serão impostas pela autoridade judiciária em processo próprio ou nos autos de procedimentos em curso.

Parágrafo único - A multa será imposta através de decisão fundamentada, intimando-se o infrator.

Artigo 111 - O processo será iniciado por portaria da autoridade judiciária, representação do Ministério Público, ou auto de infração lavrado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.

§ 1.º - No processo iniciado com o auto de infração, poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2.º - Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, certificando-se, em caso contrário, os motivos do retardamento.

Artigo 112 - O infrator terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I - pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado na presença do infrator;

II - por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia do auto ao infrator ou a seu representante legal, lavrando certidão;

III - por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o infrator ou seu representante legal;

IV - por edital, com prazo de trinta dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do infrator ou de seu representante legal.

Artigo 113 - Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma Comarca, será competente, para a aplicação de penalidade, a autoridade judiciária do local de emissão.

Artigo 114 - As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão, serão exigidas através de execução pela União.

TÍTULO III

Dos Recursos

Artigo 115 - Poderá ser interposto, no prazo de dez dias, pelos interessados ou pelo Ministério Público, recurso administrativo:

I - sem efeito suspensivo, contra atos expedidos com base no artigo 8.º desta lei e decisões relativas a medidas de vigilância;

II - com efeito suspensivo, contra penalidades relativas às infrações previstas no Título VI do Livro I desta lei.

Artigo 116 - Das decisões proferidas nos procedimentos de verificação da situação irregular de menor, as partes interessadas e o Ministério Público poderão recorrer, para o órgão judiciário de grau de jurisdição superior, mediante instrumento, no prazo de dez dias, contado da intimação, oferecendo, desde logo, suas razões.

§ 1.º - O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 2.º - Formado o instrumento e ouvida a parte recorrida, no prazo de cinco dias, a autoridade judiciária manterá ou reformará a decisão recorrida, em despacho fundamentado. Se a reformar, remeterá o instrumento à jurisdição superior em vinte e quatro horas, a requerimento do Ministério Público, ou em cinco dias, a requerimento da parte interessada.

Artigo 117 - Os recursos contra decisões do Juiz de Menores terão preferência de julgamento, e dispensarão revisor.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 118 - Em nenhum caso haverá incomunicabilidade, de menor, o qual terá sempre direito à visita de seus pais ou responsável e de procurador com poderes especiais, de comum acordo com a direção do estabelecimento onde se encontrar internado, ou devidamente autorizado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único - A autoridade judiciária poderá suspender, por tempo determinado, a visita dos pais ou responsável, sempre que a visita venha a prejudicar a aplicação de medida prevista nesta lei.

Artigo 119 - O menor em situação irregular terá direito à assistência religiosa.

Artigo 120 - As multas impostas com base nesta lei reverterão ao órgão estadual executor da Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Artigo 121 - Às autoridades e ao pessoal técnico e administrativo a que couber a aplicação desta lei deverão ser proporcionadas oportunidades de aperfeiçoamento e especialização.

Parágrafo único - A autoridade judiciária, na medida das possibilidades locais, promoverá e incentivará atividades destinadas ao aperfeiçoamento e à especialização previstas neste artigo, bem como à conscientização da comunidade.

Artigo 122 - Esta lei entrará em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Artigo 123 - Revogam-se o Decreto n.º 5.083, de 1.º de dezembro de 1926; o Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927; a Lei n.º 4.655, de 2 de junho de 1965; a Lei n.º 5.258, de 10 de abril de 1967; e a Lei n.º 5.439, de 22 de maio de 1968.

Brasília, em 10 de outubro de 1979; 158.ª da Independência e 91.ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI n.º 6.698, DE 15 DE OUTUBRO DE 1979

Dispõe sobre o reajuste do aluguel nas locações residenciais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 49 da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte

redação:

"Artigo 49 - No silêncio do contrato, o aluguel será reajustável anualmente.

§ 1.º - Na locação contratada por tempo determinado, sem cláusula de reajuste, o locador só poderá exigi-lo ao término do prazo contratual e a cada ano subsequente.

§ 2.º - O aluguel será reajustado proporcionalmente à variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, desde o dia do reajuste anterior ou, na falta deste, desde o início do contrato.

§ 3.º - É lícito às partes fixar, de comum acordo, novo aluguel.

§ 4.º - Não tendo havido acordo, nos termos do parágrafo antecedente, o locador, após cinco anos de vigência do contrato, poderá pedir a revisão judicial do aluguel, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado, aplicando-se o disposto nos §§ 2.º e 3.º do artigo 53.

§ 5.º - A revisão judicial poderá ser requerida de cinco em cinco anos, contados do acordo, ou, na falta deste, do início do contrato."

Artigo 2.º - Ressalvadas as disposições do contrato, o primeiro reajuste do aluguel residencial, após a publicação desta Lei, só será exigível:

I - a partir de 1.º de novembro de 1979, se o aluguel em vigor foi fixado antes de 1.º de agosto de 1978;

II - a partir de 1.º de dezembro de 1979, se fixado entre 1.º de agosto e 30 de setembro de 1978, inclusive;

III - a partir de 1.º de janeiro de 1980, se fixado entre 1.º de outubro e 30 de novembro de 1978, inclusive;

IV - a partir de 1.º de fevereiro de 1980, se fixado após 30 de novembro de 1978.

Artigo 3.º - Os artigos 24 e 25 da Lei n.º 6.649, de 16 de maio de 1979, passam a vigorar com o acréscimo dos parágrafos a seguir indicados:

"Artigo

24

.....

.....

.....

§ 6.º - Caducará o direito de preferência não o exercendo o locatário nos trinta dias subsequentes àquele em que for notificado."

"Artigo

25

.....

.....

.....

§ 1.º - Ressalvada a prioridade do condômino (Código Civil, art. 1.º 139), o locatário só poderá exercer o direito assegurado neste artigo se, pelo menos trinta dias antes da venda, promessa de venda ou cessão de direitos, estiver inscrito no registro imobiliário, na forma a ser estabelecida em regulamento, o contrato de locação.

§ 2.º - O locatário, preterido na sua preferência, poderá reclamar do alienante perdas e danos."

Artigo 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Karlos Riscbbieter

Delfim Neto

LEI n.º 6.707, DE 29 DE OUTUBRO DE 1979

Dá nova redação ao § 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que "estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados"

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O § 1.º de artigo 4.º da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo

4.º
.....

§ 1.º - A petição será instruída por um atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo pagar as despesas do processo. Este documento será expedido, isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, sendo dispensado à vista de contrato de trabalho comprobatório de que o mesmo percebe salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal regional."

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI n.º 6.709, DE 31 DE OUTUBRO DE 1979

Altera a redação do artigo 17 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 17 da Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 17 - Os condôminos que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) do total de unidades isoladas e frações ideais correspondentes a 80% (oitenta por cento) do terreno e coisas comuns poderão decidir sobre a demolição e reconstrução do prédio, ou sua alienação, por motivos urbanísticos ou arquitetônicos, ou, ainda, no caso de condenação do edifício pela autoridade pública, em razão de sua insegurança ou insalubridade.

§ 1.º - A minoria não fica obrigada a contribuir para as obras, mas assegura-se à maioria o direito de adquirir as partes dos dissidentes, mediante avaliação judicial, aplicando-se o processo previsto no artigo 15.

§ 2.º - Ocorrendo desgaste, pela ação do tempo, das unidades habitacionais de uma edificação, que deprecie seu valor unitário em relação ao valor global do terreno onde se acha construída, os condôminos, pelo quorum mínimo de votos que representem 2/3 (dois terços) das unidades isoladas e frações ideais correspondentes a 80% (oitenta por cento) do terreno e coisas comuns, poderão decidir por sua alienação total, procedendo-se em relação à minoria na forma estabelecida no artigo 15, e seus parágrafos, desta Lei.

§ 3.º - Decidida por maioria a alienação do prédio, o valor atribuído à quota dos condôminos vencidos será correspondente ao preço efetivo e, no mínimo, à avaliação prevista no § 2.º ou, a critério desses, a imóvel localizado em área próxima ou adjacente com a mesma área útil de construção."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI n.º 6.724, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1979

Acrescenta parágrafo único ao artigo 14 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O artigo 14 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.

14
.....

Parágrafo único - O valor correspondente às custas de escrituras, certidões, buscas, averbações, registros de qualquer natureza, emolumentos e despesas legais constará, obrigatoriamente, do próprio documento, independentemente da expedição do recibo, quando solicitado."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de novembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

(NOTA: vida comunicado à página 68).

LEI COMPLEMENTAR N.º 37, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1979
Altera a Lei Complementar n.º 35 de 14 de março de 1979
(Lei Orgânica da Magistratura Nacional)

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1.º - Os dispositivos da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, abaixo enumerados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo

22

.....

I -

.....

e) os desembargadores, os juízes dos Tribunais de Alçada e dos Tribunais de segunda instância da Justiça Militar dos Estados;

II - após dois anos de exercício:

a) os juízes federais;

b) os juízes-auditores e juízes-auditores substitutos da Justiça Militar da União;

c) os juízes do trabalho Presidentes de Junta de Conciliação e Julgamento e os juízes do trabalho substitutos;

d) os juízes de direito e os juízes substitutos da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem assim os juízes-auditores da Justiça Militar dos Estados.

§ 1.º - Os juizes mencionados no inciso II deste artigo, mesmo que não hajam adquirido a vitaliciedade, não poderão perder o cargo senão por proposta do Tribunal ou do órgão Especial competente, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos.

§ 2.º - Os juízes a que se refere o inciso II deste artigo, mesmo que não hajam adquirido a vitaliciedade, poderão praticar todos os atos reservados por lei aos juízes vitalícios.

Artigo

71

.....

§ 1.º - Os períodos de licenças concedidos aos magistrados não terão limites inferiores aos reconhecidos por lei ao funcionalismo da mesma Pessoa de direito público. .

§ 2.º - Salvo contra-indicação médica, o magistrado licenciado poderá proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe hajam sido conclusos para julgamento ou tenham recebido o seu visto com relator ou revisor.

Artigo 73

-

.....

I - para frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Tribunal ou de seu órgão Especial, pelo prazo máximo de dois anos;

Artigo

80

.....

§

1.º

.....

I - (VETADO);

Artigo

100

§ 6.º - (VETADO).

Artigo

108

III - limitar-se a competência do Tribunal de Alçada, em matéria cível, a recursos:

a) em quaisquer ações relativas à locação de imóveis, bem assim nas possessórias;

b) nas ações relativas à matéria fiscal da competência dos municípios;

c) nas ações de acidentes do trabalho;

d) nas ações de procedimento sumaríssimo, em razão da matéria;

e) nas execuções por título extrajudicial, exceto as relativas à matéria fiscal da competência dos Estados;

IV - limitar-se a competência do Tribunal de Alçada, em matéria penal, a habeas corpus e recursos:

a) nos crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada;

b) nas demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, executados os crimes ou contravenções relativas a tóxicos ou entorpecentes, e a falência.

Parágrafo único - Nos Estados em que houver mais de um Tribunal de Alçada, caberá privativamente a um deles, pelo menos, exercer a competência prevista no inciso IV deste artigo.

Artigo 134

Parágrafo único - As disposições dos artigos 115 e 118 da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979, não se aplicarão ao Tribunal Federal de Recursos, enquanto não forem preenchidos os oito cargos de Ministro, para completar o número de vinte e sete, nos termos previstos neste artigo.

Artigo 139

§ 1.º - Nos Estados em que houver Tribunal de Alçada, os Tribunais de Justiça observarão, quanto à competência, o disposto no artigo 108, incisos III e IV.

§ 2.º - Os Tribunais de Justiça e os de Alçada conservarão, residualmente, sua competência, para o processo e julgamento dos feitos e recursos que houverem sido entregues, nas respectivas Secretarias, até a data da entrada em vigor da lei estadual de adaptação prevista no artigo 202 da Constituição, ainda que não tenham sido registrados ou autuados."

Artigo 2.º - Ficam revogados o artigo 130 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979.

Artigo 3.º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 13 de novembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI COMPLEMENTAR n.º 38, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1979

Modifica a redação de dispositivos da Lei Complementar n.º 25, de 2 de julho de 1975, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de Vereadores

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1.º - Nos artigos 1.º, 2.º, e seu § 1.º, e artigo 5.º da Lei Complementar n.º 25, de 2 de julho de 1975, substitua-se a palavra "remuneração" por "subsídio".

Artigo 2.º - Os dispositivos da Lei Complementar n.º 25, de 2 de julho de 1975, abaixo enumerados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo

1.º

Parágrafo único - Na falta de fixação do subsídio a que se refere o caput deste artigo, poderá a Câmara Municipal eleita fixá-lo para a mesma legislatura, observados os critérios e limites estabelecidos nesta Lei, retroagindo a vigência do ato à data do início da legislatura.

Artigo 4.º - A remuneração dos Vereadores não pode ultrapassar, no seu total, os seguintes limites em relação à dos Deputados à Assembléia Legislativa do respectivo Estado:

I

-

II

-

III

-

IV

-

V

-

VI

-

VII

-

VIII

-

IX

-

X - a remuneração mínima dos Vereadores será de 3% (três por cento) da que couber ao Deputado Estadual, podendo, nesse caso, a despesa ultrapassar o percentual previsto no artigo 7.º.

Parágrafo único - A remuneração dos Vereadores dos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima será calculada com base na dos Deputados às Assembléias dos Estados do Pará, Amazonas e Acre, respectivamente.

Artigo 6.º - Poderão as Câmaras Municipais atualizar a remuneração dos Vereadores para a mesma legislatura quando ocorrer fixação ou reajustamento da remuneração dos Deputados dos respectivos Estados, observado o disposto no artigo 4.º.

Artigo 3.º - Fica revogado o artigo 3.º da Lei Complementar n.º 25, de 2 de julho de 1975.

Artigo 4.º - Poderão as Câmaras Municipais, na legislatura em curso, atualizar a remuneração dos Vereadores, segundo os critérios da presente Lei.

Artigo 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 13 de novembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

DECRETO-LEI n.º 1.687, DE 18 DE JULHO DE 1979

Dispõe sobre cobrança da Dívida Ativa da União e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam cancelados os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), inscritos como Dívida Ativa da União, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, até 31 de dezembro de 1978, arquivando-se os respectivos processos administrativos.

Parágrafo único - Os autos das execuções fiscais dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do Juiz, ciente o representante da União em Juízo.

Artigo 2.º - Ficam cancelados os débitos concernentes ao imposto de renda, ao imposto sobre produtos industrializados, ao imposto sobre a importação, a multas de qualquer natureza previstas na legislação em vigor e a custas processuais, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), constituídos até 31 de dezembro de 1978, ainda não inscritos como Dívida Ativa da União.

Artigo 3.º - Para os efeitos deste Decreto-lei, entende-se como valor originário do débito o definido no artigo 5.º da Lei n.º 5.421, de 25 de abril de 1968.

Artigo 4.º - O caput e o § 2.º do artigo 22 do Decreto-lei n.º 147, de 3 de fevereiro de 1967, mantidos os demais parágrafos, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 22 - Dentro de noventa dias da data em que se tornarem findos os processos ou outros expedientes administrativos, pelo transcurso do prazo fixado em lei, regulamento, portaria, intimação ou notificação, para o recolhimento do débito para com a União, de natureza tributária ou não tributária, as repartições públicas competentes, sob pena de responsabilidade dos seus dirigentes, são obrigadas a encaminhá-los à Procuradoria da Fazenda Nacional da respectiva unidade federativa, para efeito de inscrição e cobrança amigável ou judicial das dívidas deles originadas, após a apuração de sua liquidez e certeza."

"§ 2.º - O exame do processo ou outro expediente administrativo, a inscrição da dívida, a extração da certidão e, se for o caso, sua remessa ao competente órgão do Ministério Público, federal ou estadual, deverão ser feitos no prazo máximo de sessenta dias, contados da data do recebimento do processo ou expediente, pela Procuradoria, sob pena de responsabilidade de quem der causa à demora."

Artigo 5.º - As multas previstas nos artigos 80 e 81 da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo artigo 2.º, alterações 22.ª e 23.ª, do Decreto-lei n.º 34, de 18 de novembro de 1966, serão reduzidas para 5% (cinco por cento), se o débito relativo ao imposto sobre produtos industrializados houver sido declarado em documento instituído pela Secretaria da Receita Federal ou por outra forma confessado, até a data da publicação do Decreto-lei n.º 1.680, de 28 de março de 1979.

Artigo 6.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de julho de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO 13. DE FIGUEIREDO

Karlos Rischbieter

DECRETO N.O 83.936, DE 6 DE SETEMBRO DE 1979

Simplifica exigências de documentos e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica abolida, nos órgãos e entidades da Administração Federal, Direta e Indireta, a exigência de apresentação dos seguintes atestados, aceitando-se em substituição a declaração do interessado ou procurador bastante:

I - atestado de vida;

II - atestado de residência;

III - atestado de pobreza;

IV - atestado de dependência econômica;

V - atestado de idoneidade moral;

VI - atestado de bons antecedentes.

Artigo 2..º - As declarações feitas perante os órgãos ou entidades da Administração Federal Direta e Indireta serão suficientes, salvo quando a exigência de prova documental constar expressamente de lei, e reputar-se-ão verdadeiras até prova em contrário.

Artigo 3..º - Havendo fundadas razões de dúvida quanto à identidade do declarante ou à veracidade das declarações, serão desde logo solicitadas ao interessado providências para que a dúvida seja dirimida, anotando-se a circunstância no processo.

Artigo 4..º - Quando a apresentação de documento decorrer de dispositivo legal expresso ou do disposto no artigo anterior, o servidor anotar os elementos essenciais do documento, restituindo-o em seguida ao interessado.

Artigo 5..º - A juntada de documento, quando decorrente de dispositivo legal expresso, poderá ser feita por cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

Parágrafo único - A autenticação poderá ser feita, mediante cotejo da cópia com o original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado, se não houver sido anteriormente feita por tabelião.

Artigo 6..º - As exigências necessárias à instrução do requerido serão feitas desde logo e de uma só vez ao interessado, justificando-se exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente.

Artigo 7..º - Não será exigida prova de fato já comprovado pela apresentação de outro documento válido, seja por dele constar expressamente, seja por necessário à sua obtenção.

Artigo 8..º - Para complementar informações ou solicitar esclarecimentos, a comunicação, entre o órgão e o interessado poderá ser feita por qualquer meio: comunicação oral, direta ou telefônica, correspondência, telegrama ou telex, registrando-se a circunstância no processo, caso necessário.

Artigo 9..º - Nenhum assunto deixará de ter andamento por ter sido dirigido ou apresentado a setor incompetente para apreciá-lo, cabendo a este promover de imediato o seu correto encaminhamento.

Artigo 10 - Para controlo e correção de eventuais abusos decorrentes da simplificação de exigências de que trata este Decreto, os órgãos e entidades intensificarão as atividades de fiscalização "a posteriori", por amostragem e outros meios estatísticos de controle de desempenho, concentrando-se especialmente na identificação dos casos de irregularidade.

Parágrafo único - Verificada em qualquer tempo a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental ou declaração do interessado, a exigência será considerada como não satisfeita e sem efeito o ato praticado em consequência de sua apresentação ou juntada, devendo o órgão ou entidade dar conhecimento do fato à autoridade competente, dentro de 5 (cinco) dias, para instauração de processo criminal.

Artigo 11 - Dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste decreto, os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta identificarão na legislação, na regulamentação e em normas internas, relativas à sua área de competência, as disposições de que resulte exigência de prova documental excessiva ou redundante e proporão ao respectivo Ministro de Estado as alterações necessárias para adaptá-las à orientação fixada neste Decreto e no Programa Nacional de Desburocratizarão instituído pelo Decreto n.º 83.740, de 18 de julho do corrente ano.

Artigo 12 - Os órgãos e entidades darão execução imediata ao disposto no presente decreto, independentemente das medidas previstas no artigo anterior.

Artigo 13 - Ao Ministro Extraordinário para a Desburocratizarão caberá:

I - receber, examinar e coordenar as propostas de alterações encaminhadas pelos Ministros de Estado em consequência do que determina o artigo 11;

II - submeter à consideração do Presidente da República os projetos de decretos e anteprojeto de lei que consubstanciem as aludidas alterações, inclusive os de sua própria iniciativa;

III - orientar e acompanhar a execução das medidas constantes deste decreto, assim como dirimir as dúvidas a propósito suscitadas.

Artigo 14 - Este decreto revoga quaisquer disposições em contrário constantes de decretos, regulamentos ou normas internas em vigor no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta.

Artigo 15 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de setembro de 1979; 158.º da Independência e 91..º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Hélio Beltrão

DECRETO n.º 1.700, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979
Extingue o registro das letras de câmbio e notas promissórias e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica extinto o registro das letras de câmbio e notas promissórias estabelecido no artigo 2.º e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 427, de 22 de janeiro de 1969, e no artigo 1.º, § 11, do Decreto-lei n.º 1.042, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 2.º - Fica revogado o artigo 2.º da Lei n.º 5.614, de 5 de outubro de 1970, que dispõe sobre o Cadastro Geral de Contribuintes.

Artigo 3.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Karlos Risclíbieter

Hélio Beltrão

(D.O. União de 18-10-79)

DECRETO n.º 84.047, DE 2 DE OUTUBRO DE 1979
Limita os casos de obrigatoriedade, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização.

DECRETA:

Artigo 1.º - Não será exigida a apresentação do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) ou a indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), salvo nos casos previstos neste Decreto ou em ato do Ministro da Fazenda.

Artigo 2.º - Estão obrigados a inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF):

a) as pessoas físicas sujeitas à apresentação de declaração de rendimentos;
b) as pessoas físicas cujos rendimentos estejam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte;

c) os profissionais liberais, assim entendidos aqueles que exerçam, sem vínculo de emprego, atividades que os sujeitem a registro perante órgão de fiscalização profissional;

d) as pessoas físicas locadoras de bens imóveis;

e) os participantes de operações imobiliárias, inclusive a constituição de garantia real sobre imóvel, de valor superior a 1.000 Unidades Padrão de Capital (UPC).

Parágrafo único - Não estão obrigadas à inscrição no CPF as pessoas físicas mencionadas nas alíneas "b" a "e" deste artigo quando tiverem domicílio fiscal no exterior.

Artigo 3.º - O número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será mencionado obrigatoriamente:

a) nos documentos de informação e nas declarações de impostos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, com relação às pessoas físicas neles mencionados;

b) nos comprovantes de rendimentos pagos ou creditados caso tenha ocorrido retenção do imposto de renda na fonte ou quando o valor dos rendimentos exceda o limite de isenção para apresentação da declaração anual;

c) nos papéis e documentos emitidos no exercício de profissão liberal;

d) nos contratos de locação de bens imóveis, com relação aos locadores, quando o locatário for pessoa jurídica;

e) nos instrumentos públicos relativos a operações imobiliárias, de valor superior a 1.000 (mil) Unidades Padrão de Capital (UPC).

§ 1.º - Os dependentes de contribuintes farão uso do número da inscrição destes, citando sua condição de dependência.

§ 2.º - A pessoa física com domicílio fiscal no exterior que participar de qualquer das operações previstas neste artigo fica desobrigada da menção da inscrição no CPF, devendo constar o seu domicílio no exterior nos documentos em que figurar.

§ 3.º - Quando o domiciliado no exterior constituir procurador no Brasil, o número de inscrição deste deverá ser declarado nos atos em que participar nessa condição.

§ 4.º - A comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será exigida nos casos abaixo:

a) pelas fontes pagadoras, quando o beneficiário sofrer retenção do imposto de renda sobre seus rendimentos ou quando o valor destes exceder o limite de isenção para apresentação da declaração anual;

b) pelos serventuários, na lavratura dos instrumentos mencionados na alínea "c" do artigo 3.º ;

c) pela Secretaria da Receita Federal, no interesse da fiscalização, do controle cadastral e do lançamento e cobrança de créditos tributários.

Artigo 5.º - O Secretário da Receita Federal estabelecerá a sistemática de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e de seu controle.

Artigo 6.º - Este Decreto entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de outubro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Marcio J. de Andrade Fortes

Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 1.713, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1979

Dispõe quanto ao imposto de renda devido na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Decreta:

Artigo 1.º - Os rendimentos 'do trabalho assalariado estão sujeitos, a partir de 1.º de janeiro de 1980, à retenção do imposto de renda na fonte, como antecipação, mediante aplicação de alíquotas progressivas de acordo com a seguinte tabela:

classe de Renda	Renda Líquida Mensal Cr\$		Alíquota %
1	Até	15.000,00	isento
2	De	15.001,00 a 22.000,00	10
3	De	22.001,00 a 30.000,00	12
4	De	30.001,00 a 42.000,00	16
5	De	42.001,00 a 66.000,00	20
6	De	66.001,00 a 106.000,00	25
7	De	106.001,00 a 150.000,00	30
8	Acima de	150.000,00	35

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, também, aos rendimentos dos titulares, administradores ou dirigentes de pessoas jurídicas, quando corresponderem a remuneração mensal por prestação de serviços.

Artigo 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Karlos Risclíbieter

José Flávio Pécora

LEI n.º 2.018, DE 22 DE JUNHO DE 1979

Dispõe sobre a distribuição, na Comarca da Capital, das ações previstas na Lei federal n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - As ações de nulidade ou anulação do casamento, de separação judicial e de divórcio de que trata a Lei federal n. 6.515, de 26 de dezembro de 1977, correrão na Comarca da Capital, perante as Varas da Família e Sucessões e as Varas Distritais, observadas as regras de competência territorial

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de junho de 1979.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos de Oliveira, Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de junho de 1979.

Nelson Petersen da Costa, Diretor (Divisão Nível II), Substituto

D.O. 23-6-1979

LEI n.º 2.151, DE 29 DE OUTUBRO DE 1979

Veda à Administração Pública a exigência da apresentação de atestado de antecedentes político-sociais nos casos em que especifica

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, ROBSON MARINHO, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4.º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Artigo 1.º - É proibida a exigência de atestado de antecedentes político-sociais para a posse ou ingresso no serviço público estadual, bem como a todos os que, funcionários ou servidores a qualquer título, prestem serviços à Administração Pública.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, nas mesmas formas e condições, às entidades descentralizadas, de que trata o Decreto-lei n.º 7, de 6 de novembro de 1969.

Artigo 2.º - Fica vedado aos responsáveis por estabelecimentos de ensino oficial, de qualquer grau ou nível, exigir, sob qualquer pretexto, dos candidatos a integrantes dos seus corpos docentes ou discentes, a apresentação do documento referido no artigo anterior.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 29 de outubro de 1979.

Robson Marinho, Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 29 de outubro de 1979.

Nivaldo Campos Camargo, Diretor Geral

(D.O. de 30-10-79)

LEI n.º 2.144, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979

Dispensa o reconhecimento de firmas em documentos que transitem pela Administração Pública, direta e indireta, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica dispensada a exigência de reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no País, quando apresentado para fazer prova perante repartições e entidades estaduais da administração direta e indireta, salvo naquelas em que lei federal expressamente determine.

Artigo 2.º - Verificada, em qualquer tempo, falsificação de assinatura em documento público ou privado, a repartição ou entidade considerará não satisfeita a exigência e dará conhecimento do fato à autoridade competente, dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para instauração do processo criminal.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 18 de outubro de 1979.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 18 de outubro de 1979.

Nelson Petersen de Costa, Diretor (Divisão Nível II), Substituto (D.O. de 19-10-79)

DECRETO N.º 13.925, DE 13 DE SETEMBRO DE 1979

**Revoga o artigo 37 do Decreto n.º 33.790, de 16 de outubro de 1958
e o Decreto n.º 52.845, de 15 de dezembro de 1971**

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam revogados o artigo 37 do Decreto n.º 33.790, de 16 de outubro de 1958 e o Decreto n.º 52.845, de 15 de dezembro de 1971 que dispõem sobre pedidos de licença e exoneração de cargo ou função formulados por servidor público, contribuinte obrigatório do IPESP e IAMSPE.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 13 de setembro de 1979.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Afonso Celso Pastore, Secretário da Fazenda

Eduardo Pereira de Carvalho, Secretário da Agricultura

Silvio Fernandes Lopes, Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Leon Alexandr, Secretário dos Transportes

Luiz Ferreira Martins, Secretário da Educação

Adib Domingos Jatene, Secretário da Saúde

Octávio Gonzaga Júnior, Secretário da Segurança Pública

Antonio Salim Curiati, Secretário da Promoção Social

Antonio Henrique Cunha Bueno, Secretário Extraordinário da Cultura

Osvaldo Palma, Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia

Otávio Celso da Silveira, Secretário de Esportes e Turismo

Sebastião de Paula Coelho, Secretário de Relações do Trabalho

Wadih Helu, Secretário da Administração

Rubeus Vaz da Costa, Secretário da Economia e Planejamento

Waldemar Lopes Ferraz, Secretário do Interior

Calim Eid, Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Mário Trindade, Secretário dos Negócios Metropolitanos

José Blota Júnior, Secretário Extraordinário de Informação e Comunicações

Publicado na Casa Civil, aos 13 de setembro de 1979.

Maria Angélica Galiuzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

(D.O. 14-09-79)

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE A PARTIR DE 1.0-11-79

Decreto Estadual n.º 10.400, de 26-9-77, pub. no D.O.E. de 27-9-77.

Decreto Federal n.º 84.135, de 31-10-79, pub. no D.O.U. de 31-10-79.

Salário Mínimo - Cr\$ 2.932,80

Entrância Remun.BaseS.M. Rumun.. BaseCr\$ Contribuição Mensal 8%

ESPECIAL Serventuário, Oficial Maior Escrevente Auxiliar Distrito Serventuário, Oficial

Maior Escrevente Auxiliar 3.ª ENTRÂNCIA Comarca Serventuário Oficial

Maior Escrevente Auxiliar Município Serventuário Oficial

Maior Escrevente Auxiliar Distrito Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar 2.ª

ENTRÂNCIA Comarca Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar Município Serventuário Oficial

Maior Escrevente Auxiliar Distrito Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar 1.ª

ENTRÂNCIAComarcaServentuárioOficial MaiorEscreventeAuxiliarMunicípioServentuárioOficial
MaiorEscreventeAuxiliarDistritoServentuárioOficial MaiorEscreventeAuxiliar
16,0010,008,004,0010,505,504,503,5011,506,005,004,0010,50 5,50 4,50 3,509,50 5,00
4,003,309,50 5,50 4,50 3,509,00 5,00 4,00 3,308,004,50 3,80 2,808,005,00 4,00 3,007,00
4,503,50 2,806,504,00 3,302,50 46.925,00
29.328,0023.462,0011.731,0030.794,0016.130,0013.198,0010.265,0033.727,00
17.597,0014.664,0011.731,0030.794,0016.130,0013.198,0010.265,0027.862,0014.664,00
11.731,00 9.678,0027.862,0016.130,0013.198,0010.265,0026.395,0014.664,00 11.731,00
9.678,0023.462,0013.198,0011.145,00 8.212,0023.462,0014.664,00 11.731,00 8.798,0020.530,00
13.198,00 10.265,008.212,0019.063,00 11.731,009.678,007.332,00 3.754,002.346,00
1.877,00 938,002.464,001.290,00 1.056,00 821,002.698,001.408,00 1.173,00
938,002.464,001.290,001.056,00821,002.229,001.173,00938,00774,002.229,001.290,001.056,0
0821,002.112,001.173,00938,00774,001.877,001.056,00892,00657,001.877,001.173,00938,00704
,001.642,00 1.056,00821,00657,001.525,00938,00774,00587,00

COMUNICADO

O Exmo. Sr. Des. HUMBERTO DE ANDRADE JUNQUEIRA, Corregedor Geral da Justiça, comunica aos MM. Juizes Corregedores Permanentes, aos Senhores Oficiais de Registros Públicos e aos Escrivães de Notas, que o parágrafo único acrescido, pela Lei Federal 6.724, de 19 de novembro de 1979, ao art. 14, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, não ab-roga nem derroga o Provimento 3/78 desta Corregedoria Gera~l da Justiça, que continua, portanto em pleno vigor.

ANO XXVIII

Nº 109 - Publicação: Jan/Jun 1980

DOUTOR FRANCISCO VERGUEIRO PORTO **Luiz de Toledo Mendes Pereim**

Com muita tristeza e saudade, noticiamos o falecimento do Doutor Francisco Vergueiro Porto, ocorrido nesta Capital aos 3 de março último.
Perdemos mais um colega e nossa Associação um de seus mais ferrenhos colaboradores. Como Titular do segundo Cartório de Protestos desta Capital, sempre exerceu suas nobres funções de forma a oferecer a seus clientes a certeza do cumprimento de seus deveres. Mesmo após sua aposentadoria, conservou-se sócio da nossa Associação e jamais deixou de trabalhar para seu maior engrandecimento. Sócio desde janeiro de 1938, foi eleito conforme Assembléia de 16 de dezembro de 1938 membro do Conselho Fiscal da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo. No ano de 1941 foi eleito diretor dessa entidade, cargo esse que exerceu até o ano de 1949 por ter sido conduzido ao cargo de Presidente Interino em virtude do afastamento a pedido de Ibsen Costa Manso. Foi o Dr. Porto quem deu início ao nosso boletim que modestamente começou transformando-se no atual que além de propiciar aos nossos colegas muita coisa de interesse da classe é muito solicitado até pelos M. Juizes de Direito. Eleito Presidente para o triênio 1951/1953, teve marcante sua presença em benefício de seus associados. Em janeiro de 1954 passou a pertencer novamente ao Conselho Fiscal, do qual foi seu presidente desde o ano de 1960 até o ano de 1967.
Foi nosso colega um verdadeiro representante de nossa classe e jamais deixou de atender as solicitações de cada um. Seu passamento deixa entre nós que tivemos a felicidade de com ele conviver uma lacuna imorredoura e somente nos resta orar pela sua paz eterna. Aos seus dignos filhos e extraí. família a certeza de nosso profundo pesar e que estamos todos juntos nessa grande dor.

MODIFICAÇÃO NA LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS (1)

Walter Tebet
Escrivão

A Lei n.º 6.015/73 dos Registros Públicos vigindo atualmente, como as demais anteriormente vigidas, nada mais são do que a codificação ou compilação de leis específicas, que na sua maioria surgiram posteriormente a situações, a jurisprudência, a decretos, a leis propriamente existentes, revogadas ou não, mas tudo como especificação e pertinentes propriamente aos R. Públicos.

Destarte, o que se observa no artigo 105 da atual lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015, de 31-12-73), nada mais é do que a legalização da jurisprudência e da norma estabelecida pela própria Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo no sentido de registrar "certidão estrangeira traduzida, no livro "E" dos Registros Públicos", para que se pudesse "averbar", ato secundário e completar de várias naturezas, inclusive da "adoção" de estrangeiro que se encontra em nosso país usufruindo os mesmos direitos dos nacionais, isto é, aplicação das leis a todos, e no caso, adoção. Essa situação se constata com a publicação no DOJ de 5-2-71, quando publica o Acórdão do Egrégio Conselho da Magistratura Paulista, nos autos de Agravo de Petição n.º 195.090, da Comarca da Capital, em que surge um agravante e como agravado o Sr. Oficial do Cartório do 1.º Subdistrito (Sé) São Paulo, Capital. Daí, se constata facilmente, como se observou a mesma decisão do mesmo Conselho em autos da mesma natureza de n.º 191.207, que "não se trata de novo registro, mudança de nacionalidade ou alteração defesa em lei, sem a satisfação de certas condições (Dec. lei n.º 941, de 13-10-69), mas de providência obrigatória para se dar publicidade ao ato da adoção e conhecimento dela a terceiros, sem prejuízo de outras medidas que se devam ser tomadas junto ao Ministério da Justiça e outras repartições". Assim, desde então, isto é, 5-2-71, os Cartórios dos Registros Públicos das Pessoas Naturais no Estado de São Paulo, promovem no Livro E, de registros de Emancipações, Interdições e Ausências, além desses termos as certidões estrangeiras relativas ao estado das pessoas; e ainda da "Nacionalidade Brasileira Provisória", consignada também na lei vigente dos Registros Públicos. Indubitavelmente, se há de entender que o Livro A, se destina "exclusivamente" para registros de nascimentos de "Nacionalidade Brasileira Definitiva".

Ora, como admitir que o citado artigo 105 mencione a letra A ao invés da letra E. Resta pois, após acolhida a manifestação em causa, que se promova "Alteração Legal", para que os Cartórios executem perfeitamente os serviços que lhe estão afetos, sem confusão e sem prejuízo para os interessados, que posteriormente voltando ao cartório para obtenção de outras certidões, não poderão encontrar facilmente por mais organizado que seja, o arquivo e o índice dos guardiães desses registros, se sabem que no livro A só se registra nacionalidade brasileira definitiva e quando fizerem buscas, somente irão consultar o livro E, porque este é que registra as certidões de estrangeiros.

MODIFICAÇÃO NA LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS (2)

Walter Tebet
Escrivão

Prevê o artigo 33 da Lei de registros públicos os livros de registros cabíveis e necessários a cada cartório e dentre eles, o de proclama; para, de acordo com o artigo 43 " ... serem escriturados cronologicamente com o resumo do que constar dos editais expedidos pelo próprio Cartório, ou recebidos de outros, todos assinados pelo Oficial".

Igualmente, o artigo 44, prevê que: "O registro de edital de casamento conterá todas as indicações quanto à época de publicação e aos documentos apresentados, abrangendo também o edital remetido por outro Oficial processante".

De acordo com o artigo 18 I do Código Civil, o Oficial do registro lavrará os proclamas de casamento, mediante edital, que se afixará durante quinze dias, em lugar ostensivo do edifício, onde se celebram os casamentos e se publicará pela imprensa, onde houver. . . "

Acontece, pelo direito consuetudinário, que o oficial promove (Lavrando) o edital respectivo, em tantas vias quanto preciso for para se dar a "publicidade" devida; transcreve esse edital na forma prevista, no livro competente, denominado "D"; com todos os requisitos enunciados e previstos pelos arts. 43 e 44 da atual lei dos registros públicos (6.015/73 vigindo desde 1.º de janeiro de 1976). Além disso, junta-se urna das vias na habilitação do casamento e anexa o recorte da publicação na imprensa.

Como se vê, nesse edital lavrado constam todos os elementos intrínsecos e extrínsecos e daí se

pergunta, por que se "transcrever" a totalidade do "edital" no livro "D", para ser arquivado eternamente, sem nenhuma utilidade?

O registro do casamento menciona o início e o término da publicação, bem como a data que a imprensa publicou; consigna assim mais elementos congregatórios duma pesquisa futura, se necessário para o direito geral e para a Justiça.

O livro "D" deveria apenas, conforme os artigos 43 e 44 consignar o número do edital, a data e o nome dos pretendentes e ainda "as indicações quanto à época de publicação e a imprensa, abrangendo também o edital. remetido por outro oficial processante". Não haverá necessidade de livro tão completo e oneroso quanto dos de nascimento, casamento e óbito. Assim se processa todas as repartições que elaboram "editais" também.

Igualmente se poderia rever a posição em que se encontram os "arquivos" dos cartórios, principalmente dos Registros Públicos das pessoas naturais, que já estão causando preocupações aos seus responsáveis na guarda e conservação de documentos, papéis, livros simples, ou controladores, como de Feitos, protocolos, cargas - descargas livro "D", de registros de editais; mesmo as habilitações para casamentos e outros papéis que permitiram os "registros essenciais", tais como de nascimento, casamentos, óbitos e de emancipações, interdições e ausências, que consigam todos os elementos originários; para serem incinerados após um período limite como de doze anos, como se estabeleceu na Justiça Eleitoral; e daí, conservando eternamente, somente os de nascimentos, casamentos, óbitos e emancipação.

Destarte após a divulgação desta manifestação, se levará ao conhecimento do nosso Representante na Câmara Federal, Deputado Ralph Biasi, Ministério da Justiça, Associação dos Serventuários da Justiça, Corregedoria Geral da Justiça de nosso Estado, através da Corregedoria Permanente local; para que haja apreciação e acolhida, inclusive com a necessária provocação do Poder Judiciário, dotado da competência cabível na legislação que lhe é pertinente, para que as alterações, sejam processadas.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 88.793-8 - SÃO PAULO

(Supremo Tribunal Federal)

RECORRENTE: Sérgio Pereira

RECORRIDO: Alberto José Laiun

EMENTA - Serventuário de cartório não oficializado. Exercício de função pública. Possuindo estatuto legal próprio, Código Judiciário do Estado de São Paulo, incompetente é a Justiça do Trabalho para dirimir acusa ajuizada contra o escrivão do cartório, sob alegação de rescisão de contrato do trabalho.

RE conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso.

Brasília, 14 de março de 1979.

Antonio Neder - Presidente

Cordeiro Guerra - Relator

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 88.793-8 - SÃO PAULO

RELATOR: O Sr. Ministro Cordeiro Guerra

RECORRENTE: Sérgio Pereira

RECORRIDO: Alberto José Laiun

RELATÓRIO

O SR. MINISTRO CORDEIRO GUERRA - O v. acórdão recorrido consagrou a tese de que os serventuários de cartórios de justiça não oficializados, em suas relações com os titulares das serventias de justiça, se encontram tutelados pela legislação trabalhista consolidada, f. 267, reformando, em grau de recurso de embargos, o v. acórdão, que, em revista, decidira caber ao Tribunal de Justiça dispor sobre a divisão e organização judiciárias (artigo 144, § 5.º, da CF). E o

Código de Organização Judiciária de São Paulo contempla, como servidor auxiliar de justiça, entre outros órgãos, os cartórios de fora judicial, neles incluídos os ofícios de justiça não oficializados (artigos 4.º e 224), consequentemente, que o recorrido tinha situação análoga ao do funcionário público, pelo que julgara o recorrido carecedor da ação proposta, f. 234.

O acórdão recorrido, pois, reconheceu ao escrevente de cartório não oficializado a proteção da legislação trabalhista.

Interposto recurso extraordinário onde se argüiu a incompetência da Justiça Trabalhista, art. 142 da CF, e dissídio com julgado do STF, foi ele indeferido, porém, mandado processar em virtude de provimento dado ao agravo.

A douta Procuradoria-Geral da República, por seu ilustre Subprocurador-Geral Mauro Leite Soares, assim opina:

"1. O Tribunal Superior do Trabalho, f. 267, recebendo os embargos, declarou a procedência de reclamação formulada por serventuário de cartório não oficializado contra o seu titular porque não se encontrando os serventuários sob o regime estatutário aplicável lhes é a legislação trabalhista.

2. Daí o recurso extraordinário do titular do cartório alegando contrariedade aos arts. 142 e 144, § 5.º, da Constituição Federal, isto é, incompetência da Justiça Trabalhista para dirimir causa entre serventuários.

3. Somos pelo conhecimento do recurso.

4. O recorrido, Oficial Maior do Cartório do primeiro Ofício de Rio Claro, ajuizou reclamação trabalhista contra o recorrente, titular do Cartório, alegando despedida direta e indireta.

5. Trata-se de serventuário de cartório não oficializado e, por isso, a instância trabalhista declarou-se competente para julgar a causa.

6. O recorrente trouxe como subsídio à sua impugnação à competência da justiça especializada o RMS 14.966, Relator Ministro HERMES LIMA, RTJ 34/417, no qual o Egrégio Tribunal Pleno assentiu à unanimidade, versando-se a situação de serventuários do foro extrajudicial de São Paulo, que os mesmos, embora não sejam remunerados pelos cofres públicos exercem função pública e não estão sujeitos à legislação trabalhista nos dissídios com os escrivães.

7. Os serventuários dos cartórios não oficializados do Estado de São Paulo possuem legislação própria como determinado nos arts. 224 e segs. do Código Judiciário, f. 47. O recorrido foi nomeado, após aprovação em concurso, para o cargo de escrevente através de ato do Juiz de Direito e Corregedor da Comarca de Rio Claro, f. 85. Segundo o art. 236 do Código Judiciário Paulista, Lei n.º 10.219, de 1968, o regime disciplinar dos serventuários dos cartórios não oficializados é aplicável aos dos cartórios não oficializados, no que couber. Dispõe o art. 248 que a aposentadoria e pensão dos serventuários dos cartórios não oficializados serão regidas por lei própria e outros dispositivos do Código em questão não deixam margem a dúvida quanto a que o recorrido possui amparo legal próprio, que não o da Consolidação Trabalhista. O recorrido é subordinado ao Juiz Corregedor e à Corregedoria-Geral da Justiça. Possui estatuto legal próprio. Foi admitido no Cartório não pelo recorrente, mas, sim, através de ato do Juiz Corregedor, o qual, conforme decisão trasladada às f. 105, aplicou-lhe a pena de demissão de acordo com a Resolução 1/71 do Tribunal de Justiça, acolhendo o parecer da comissão sindicante.

S. Permitindo-nos, ainda, remissão às razões de f. 289, somos pelo provimento do recurso extraordinário a fim de decretada ser a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a causa."

É o relatório.

VOTO

O SR. MINISTRO CORDEIRO GUERRA (Relator): - De fato, como observa o parecer que venho de ler, o recorrido era Oficial Maior do Cartório do 1.º Ofício de Rio Claro, cargo para que foi nomeado após aprovação em concurso, para o cargo de escrevente, através de ato do Juiz de Direito da Comarca, f. 85, e, certo ou errado, foi demitido, por abandono de emprego, após sindicância, por ato do Juiz Corregedor, f. 105.

Como já decidiu este Egrégio Tribunal, no RMS 14.966-SP Tribunal Pleno - relator o eminente Ministro HERMES LIMA, ao apreciar o Ato do Secretário de Justiça fixando o nível mínimo dos salários dos escreventes, auxiliares e fiéis de cartórios não oficializados, de acordo com a Lei n.º 7.830, de 15-02-63, "os serventuários exercem função pública, embora não sejam remunerados pelos cofres públicos, e não estão sujeitos à legislação trabalhista nos dissídios entre auxiliares de cartório e seus escrivães."

Disse, então, expressamente, o eminente relator: "cartórios não são empresas e a Justiça do

Trabalho é incompetente para conhecer de dissídios entre auxiliares de cartórios e seus escrevães" - RTJ 34/417 e 418.

Em consequência, conheço do recurso, com fundamento nos arts. 142 e 144, § 5.º, da CF e lhe dou provimento, para considerar incompetente a Justiça do Trabalho.

É o meu voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO DÉCIO MIRANDA - Sr. Presidente, o escrevente de cartório, nomeado pelo Juiz, e também pelo Juiz demitido, tem, nos vários Estados da Federação, sua situação regulada pela Lei de Organização Judiciária.

Trata-se de uma relação estatutária, certamente anômala, porque não precisamente tratada nos Estatutos dos Funcionários Públicos Cíveis, mas, de qualquer forma, uma relação estatutária entre o escrevente e o Estado. De resto, basta considerar, para evitar eventual qualificação trabalhista, a circunstância de que esses agentes do Poder Público exercem função pública e têm fé pública. Como tal, não podem ser considerados meros empregados trabalhistas do titular do Cartório.

O SENHOR MINISTRO XAVIER DE ALBUQUERQUE Sim, mas poderiam ser empregados trabalhistas do Estado. E, se o fossem, não haveria como dar provimento a este recurso.

O SENHOR MINISTRO DÉCIO MIRANDA - Não desconheço a possibilidade de o titular do Cartório, dito não oficializado, ter a seu serviço, e até a serviço do Cartório, empregado regido pela legislação do trabalho. Serão aqueles empregados ocupados em função secundária e não em função pública.

No caso, porém, trata-se de escrevente que, por designação oficial, seja do Juiz, seja da Corregedoria, chegou ao status de Oficial Maior de Cartório, isto é, substituto do próprio escrevão, praticando os mesmos atos atribuídos, pela lei civil e pela Lei de Organização Judiciária, ao titular do Cartório.

Contra o escrevão não têm tais empregados, ou servidores, reclamação trabalhista. Tratar-se-ia de ilegitimidade de parte e não de incompetência da Justiça do Trabalho. Creio, porém, que, na reclamação trabalhista, que se estabeleceu entre escrevente e escrevão, o primeiro ponto a considerar é que a Justiça do Trabalho é incompetente. Não há matéria para pronunciamento da Justiça do Trabalho.

Não está agora ao nosso alcance, não constitui objeto do presente recurso extraordinário, decidir se há, ou se não há, reclamação trabalhista, ou outro tipo de ação contra o Estado, que investe esse servidor numa função pública.

Restrinjo-me à situação concreta destes autos. Nestes autos, nessa relação judicial que se estabeleceu, a Justiça do Trabalho é incompetente.

Acompanho o voto do eminente Ministro Cordeiro Guerra, conhecendo do recurso e dando-lhe provimento.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SOARES MUÑOZ - Senhor Presidente, entre os litigantes não existe contrato de trabalho. O recorrido foi nomeado pelo Juiz de Direito e demitido por autoridade judiciária.

Dir-se-á que o Juiz de Direito, em face da Constituição Federal, não tem atribuições para nomear servidor público. É verdade. A atribuição para nomear funcionário público é do Governador do Estado, com as restrições referentes aos quadros da Secretaria da Assembléia e da Secretaria dos Tribunais de 2.ª Instância.

Mas a verdade é que existia lei estadual atribuindo ao Juiz de Direito essas funções. E foi em face dessa lei que o recorrido foi nomeado. Inconstitucional que seja a lei, nem por isso se transmutará a situação do recorrido em empregado regido pela CLT. Será, então, um servidor público do fato, se declarada a inconstitucionalidade da lei, a ter seus direitos resguardados pelo Estado, de quem emanou a norma. Relação empregatícia, porém, não há, a essa constatação é suficiente para, nos termos do art. 142 da Constituição da República, declarar a incompetência da Justiça do Trabalho, e, assim, dar provimento ao recurso, para anular, ab initio, o processo, acompanhando o voto do eminente Relator.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CUNHA PEIXOTO - Senhor Presidente, não preciso alongar-me em meu voto, ante os argumentos já expendidos pelos Ministros que votaram anteriormente.

Entendo igualmente que, no caso, não há relação de trabalho. O serventuário não é, no sentido estrito da palavra, um funcionário, mas não deixa de ser um servidor público, razão por que

também acho não ser a Justiça do Trabalho competente.

Acompanho o eminente Relator, dando provimento ao recurso.

EXTRATO DA ATA

RE 88.793 - 8 - SP - Rel., Min. Cordeiro Guerra, Recte.: Sérgio Pereira (Adv. José Paulino Franco de Carvalho). Recdo.: Alberto José Laiun (Adv. José Elias).

Decisão: Pede vista o Ministro Moreira Alves após os votos dos Ministros Relator, Decio Miranda, Soares Muñoz e Cunha Peixoto conhecendo e dando provimento ao recurso. Falaram: pelo Recte. o Dr. José Paulino Franco de Carvalho e pelo Recdo. o Dr. José Elias. T. Pleno, 06-12-78.

Presidência do Sr. Ministro Thompson Flores. Presentes à sessão os Srs. Ministros Djaci Falcão, Antonio Neder, Xavier de Albuquerque, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra, Moreira Alves, Cunha Peixoto, Soares Muñoz e Decio Miranda.

Procurador-Geral da República, o Prol. Henrique Fonseca de Araújo.

Dr. Alberto Veronese Aguiar, Secretário do Tribunal Pleno.

VOTO (Vista)

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Como o eminente relator, conheço do recurso e lhe dou provimento, por ser incompetente, no caso, a Justiça do Trabalho.

Com efeito, como se vê do exame dos autos, o pessoal dos escritórios ou dos cartórios não oficializados não é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, mas, sim, pelo Código Judiciário do Estado de São Paulo (Lei 10.219, de 12 de setembro de 1968), que os sujeita a regime próprio de proteção de trabalho.

EXTRATO DA ATA

RE 88.793 - 8 - SP - Rel., Min. Cordeiro Guerra. Recte.: Sérgio Pereira (Adv. José Paulino Franco de Carvalho). Recdo.: Alberto José Laiun (Adv. José Elias).

Decisão: Pede vista o Ministro Moreira Alves após os votos dos Ministros Relator, Decio Miranda, Soares Muñoz e Cunha Peixoto conhecendo e dando provimento ao recurso. Falaram pelo Recte. o Dr. José Paulino Franco de Carvalho e pelo Recdo. o Dr. José Elias. T. Pleno, 06-12-78.

Decisão: Conhecido e provido, unanimemente. Não tomou parte no julgamento o Sr. Ministro Rafael Mayer, por não ter assistido ao Relatório. T. Pleno, 14-03-79.

Presidência do Sr. Ministro Antonio Neder. Presentes à sessão os Srs. Ministros Djaci Falcão, Thompson Flores, Xavier de Albuquerque, Leitão de Abreu, Cordeiro Guerra, Moreira Alves, Cunha Peixoto, Soares Muñoz, Decio Miranda e Rafael Mayer.

Procurador Geral da República, o Prof. Henrique Fonseca de Araújo.

Dr. Alberto, Veronese Aguiar, Secretário do Tribunal Pleno.

GRUPO 29 - Funcionários e Agentes da Administração Pública não especificados nos grupos anteriores:

.....
293 - Serventuários da justiça (exceto Tabelião)

294 - Tabelião".

Considerando-se que o referido Manual é publicado com a aprovação da Secretaria da Receita Federal vê-se que a Administração considera os Tabeliães como exercendo função pública.

Além do mais, na Tabela anexa à C.L.T., onde se relacionam as várias profissões a que alude o art. 577, não se fez menção ao serventuário da justiça.

Cabe invocar, neste passo, o entendimento constante do item 4 do Parecer CST n.º 2.391/78, da Coordenação do Sistema de Tributação, anexo às fls. 5/7 do presente, de acordo com o qual "... os serviços prestados pelos cartórios, de foro ou extrajudiciais, não se configuram como prestação de serviços por pessoas físicas, mas como serviços prestados pelo poder público, através de órgãos administrados diretamente por ele, ou indiretamente por delegação de competência". (grifou-se). O mesmo raciocínio é válido, também, para os Tabeliães de Notas. Assim sendo, soluciono a consulta, com base no Parecer CST n.º 2.391/78, declarando que os Tabeliães de Notas não estão sujeitos à obrigatoriedade do recolhimento antecipado do imposto de renda, na forma do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.705/79.

Da presente decisão, recorro de ofício ao Sr. Coordenador do Sistema de Tributação.

Encaminhe-se à Agência da Receita Federal - PINHEIROS (5.º) para ciência.

Localidade - São Paulo (SP) - CGC - 62.870.548/0001-40 - CNM - 3.99.01.00.

Ementa: IR. Fonte - Os Tabeliães de Notas não estão sujeitos ao recolhimento antecipado do imposto de renda, na forma do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.705/79.

Trata-se de consulta sobre interpretação da legislação tributária, cuja solução é dada a seguir, no uso da competência estabelecida no artigo 54, 1, "a", do Decreto n.º 70.235/72.

A entidade interessada, em 08-02-80, apresentou os seguintes quesitos sobre o Decreto-lei n.º 1.705/79:

"a) estão os Tabeliães de Notas sujeitos à obrigatoriedade do recolhimento antecipado do imposto de renda prescrito no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.705/79?

b) em caso positivo, os rendimentos percebidos pelos Tabeliães de Notas de pessoas jurídicas estarão também sujeitos ao recolhimento antecipado?"

É o relatório.

O Manual de Orientação - Imposto de Renda Pessoa Física 1980 - MADIR apresentou, a partir da pág. 28, a codificação de ocupações, valendo salientar a seguinte classificação:

"CLASSE 2 - MEMBROS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO; FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS.

De acordo:

Emita-se Ato Declaratório (Normativo), nos termos propostos.

a) Antônio Augusto de Mesquita Neto, Coordenador do Sistema de Tributação

CONSULTA n.º 2.084

PARECER CST n.º 2391

M.N.T.F. Interessado

3.30.00.00 OBRIGAÇÕES DAS FONTES PAGADORAS

3.99.01.00 DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA

Assunto: As custas, taxas e emolumentos pagos pelos serviços prestados por cartórios de foro e extrajudiciais, não se configuram como rendimentos do trabalho e, consequentemente, não sofrem retenção de imposto na fonte, quer a fonte pagadora seja pessoa física ou jurídica.

A empresa interessada indaga se está obrigada a reter o imposto de fonte sobre os pagamentos de custas e emolumentos efetuados a cartórios de ofício de notas, de registro de imóveis, de títulos e documentos, de protestos; para lavratura de escrituras, averbações, transcrições, registros de títulos, protestos, documentos, bens etc.

2. Compulsando a legislação do imposto de renda verifica-se que, como regra geral, a transferência de numerário em pagamento de serviços prestados sofrem tributação na fonte quando se configura como rendimento do trabalho, mas escapam a essa incidência quando se trata de receita operacional. Assim, para determinar se há incidência de imposto de fonte sobre as operações descritas é necessário identificar a natureza fiscal do rendimento transferido, ou seja, se este é rendimento do trabalho ou receita operacional para a fonte recebedora. A conceituação fiscal do rendimento está diretamente vinculada à natureza da fonte beneficiária dos ganhos. Portanto, de início, é indispensável identificar se na conceituação fiscal a fonte credora é pessoa física ou jurídica. Por outro lado, para determinar se há obrigatoriedade de reter o imposto de fonte sobre os pagamentos efetuados, é indispensável determinar a natureza jurídica da fonte pagadora, pois à pessoa física só é permitido reter o imposto de fonte' quando o beneficiário, do rendimento for pessoa física assalariada, conforme entendimento expresso nos PN-C5T ns: 993/71 e 203/72.

3. Os cartórios, sejam eles de foro ou extrajudiciais, são serventias de justiça, com funções de caráter público e missão autenticadora, quer sejam os ditos "oficializados" (aqueles cujos serviços são prestados diretamente pelo poder público, com titular e funcionários não vitalícios remunerados exclusivamente pelos cofres públicos) ou "não-oficializados" (aqueles cujos serviços são prestados mediante delegação do poder público, por titular privativo e vitalício e empregados por ele nomeados e remunerados). As custas, taxas e emolumentos pagos a essas serventias de justiça não se caracterizam como rendimento do trabalho, porque são efetuados em contraprestação dos serviços inerentes a esses órgãos investidos de funções de caráter público, e não pelos serviços prestados pelas pessoas físicas de seus integrantes, além do que esses pagamentos não se destinam especificamente a cobrir apenas os gastos com funcionários ou empregados, mas a ressarcir todas as despesas decorrentes das atividades exercidas por esses órgãos, tais como despesas com pessoal, compra de material e equipamento de escritório, livros de escrituração, despesas com a implantação e manutenção das instalações etc.

4. Pelo exposto no item anterior, verifica-se que os serviços prestados pelos cartórios, de foro ou

extrajudiciais, não se configuram como prestação de serviços por pessoas físicas, mas como serviços prestados pelo poder público, através de órgãos administrados diretamente por ele, ou indiretamente por delegação de competência.

S. Se aprovado o entendimento acima exposto, propomos a emissão de Ato Declaratório (Normativo), por ser o assunto de interesse geral.

À consideração superior.

CST, em 15 de agosto de 1978.

a.) José Magno Pombo Veiga, Fiscal de Tributos Federais

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

Sr. Superintendente da Receita Federal

O Colégio Notarial do Brasil - Seção de São Paulo, entidade representativa dos Tabeliães de Notas do Estado de São Paulo, com personalidade jurídica conforme estatutos devidamente registrados sob n.º 4.149, no 1.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca desta Capital, com sede nesta Capital na Rua Bela Cintra, 746, 12.º andar, conjunto n.º 122, distrito de Cerqueira César, por seu presidente abaixo assinado, tendo em vista as disposições do Decreto-Lei n.º 1.705, de 23 de outubro de 1979, com a devida vênia, vem expor a V.S. e consultar o seguinte:

I - Dispõe o artigo 1.º do citado Decreto-Lei:

"Fica sujeito ao recolhimento antecipado do imposto de renda a pessoa física que receber de outra sessão física, rendimentos decorrentes do exercício, com vínculo empregatício, de profissão legalmente regulamentada, bem como os decorrentes de locação e sublocação, arrendamento e subarrendamento de imóveis." (os grifos são nossos).

Conclui-se da redação deste artigo que fica sujeita à obrigatoriedade de recolhimento antecipado do imposto de renda:

a) a pessoa física que receber rendimento de outra pessoa física;

b) que tais rendimentos sejam decorrentes do exercício sem vínculo empregatício, de profissão regulamentada por lei.

II - Para os Tabeliães de Notas do Estado de São Paulo face a expressão "profissão legalmente regulamentada e a condição de pessoa física receber de outra pessoa física" surgiu a dúvida se estariam ou não enquadradas nas disposições do citado Decreto-Lei n.º 1.705/79.

III - Realmente, os Tabeliães de Notas não exercem propriamente uma profissão que esteja regulamentada por lei. A doutrina contemporânea reconhece o notário como um agente do Poder Público "que exerce atividade concernente à tutela administrativa de interesses privados" (Moacyr Arnaral Santos, primeiras linhas do Direito Processual Civil, Saraiva, 1979, 5.ª ed., vol. I, pág. 116). Assim têm os notários o exercício privado de uma função pública, investida da Fé Pública que lhe é atribuída por lei.

Ensina o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello em sua obra "Apontamentos sobre Agentes e órgãos Públicos", que os notários são particulares em atuação celebradora com o Poder Público.

IV - No direito brasileiro atual o Tabelião de Notas é um agente público. A sua atividade consiste no exercício privado de uma função pública. Sua atividade, não por força de lei regulamentadora, mas pelas características de função pública, consiste em documentar, legitimar, assessorar e sob a Fé Pública que lhe é delegada, dar autenticidade à manifestação de vontade dos contratantes. Tais características decorrem do exercício normal da função pública que exercem e não poderiam deixar de transcrever o abalizado ensinamento do Dr. Alcides Jorge Costa (Revista do Direito Público, 4/101) quando afirma que "sob o aspecto doutrinário não subsistem dúvidas a respeito da natureza pública da função notarial". Portanto, não se pode afirmar que os Tabeliães de Notas exercem uma profissão regulamentada por lei.

V - É de se considerar que se os notários não mantêm qualquer vínculo empregatício com seus clientes, não exercem eles, como acima pretendemos esclarecer "uma profissão legalmente regulamentada, e sim uma função pública.

VI - É de se ponderar ainda que os notários como pessoa física não percebem rendimentos somente de pessoas físicas, pois atendem também, no exercício de sua função pública, a pessoas jurídicas das quais recebem emolumentos pela prática dos atos que lhes são solicitados. Estaria estes rendimentos excluídos do recolhimento antecipado?

VII - Deve-se ressaltar que a remuneração dos Tabeliães de Notas, sujeitas a imposto de renda, deve ser incluída, na cédula D, conforme dispõe o art. 32 do RIR/75 - letra d. E ainda devemos citar o reconhecimento da situação fiscal dos Tabeliães de Notas pelo Ato Declaratório (Normativo) CST n.º 13, de 15 de agosto de 1978 que,

"DECLARA, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal e demais interessados, que as custas, taxas e emolumentos pagos pelos serviços prestados por cartórios de foro, e os extrajudiciais de ofício de notas, de registro de imóveis e de títulos e documentos, e de protestos, não sofrem incidência do imposto de renda de fonte, quer a fonte pagadora usuária desses serviços seja pessoa física ou jurídica".

VIII - Face ao exposto, o Colégio Notarial do Brasil, Seção de São Paulo, para esclarecimento de seus associados,

Consulta:

a) estão os Tabeliães de Notas sujeitos à obrigatoriedade do recolhimento antecipado do imposto de renda prescrito no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 1.705/1979?

b) em caso positivo, os rendimentos percebidos pelos Tabeliães de Notas de pessoas jurídicas estarão também sujeitos ao recolhimento antecipado?

A Consulente informa que:

a) que não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou já instaurado para apurar fatos que se relacione com a matéria objeto da consulta;

b) que não está intimado para cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

c) que o fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior (ainda não modificado), proferida em consulta ou litígio de que foi parte interessada.

São Paulo, 8 de fevereiro de 1980.

a) Antônio Augusto Firmo da Silva, Presidente

LEI N.º 6.735, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1979

Renova o prazo de validade de carteira de identidade para estrangeiros

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Fica revogado, por dois anos, a partir de 1.º de outubro de 1979, o prazo de validade das carteiras de identidade para estrangeiros, "modelo 19% de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 499, de 17 de março de 1969, alterado pelas Leis n.ºs 5.587, 5.815, 6.110, 6.370 e 6.570, respectivamente, de 2 de julho de 1970, 31 de outubro de 1972, 1.º de outubro de 1974, 27 de outubro de 1976 e 30 de setembro de 1978, após o que deverão ser apreendidos aqueles documentos, onde forem apresentados, e remetidos ao Departamento de Polícia Federal.

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI N.º 6.734, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1979

Altera o artigo 20 do Decreto-Lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º - O artigo 20 do Decreto-lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 20 - Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provar aborto:

Pena - multa de um mil cruzeiros a dez mil cruzeiros."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

(D.O. União de 5-12-79)

LEI N.º 6.739, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - A requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor Geral da Justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o artigo 221 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975.

§ 1.º - Editado e cumprido o ato, que deve ser fundamentado em provas irrefutáveis, proceder-se-á, no quinquídio subsequente, à notificação pessoal:

a) da pessoa cujo nome constava na matrícula ou no registro cancelados;

b) do titular do direito real, inscrito ou registrado, do imóvel vinculado ao registro cancelado.

§ 2.º - Havendo outros registros, em cadeia com o registro cancelado, os titulares de domínio do imóvel e quem tenha sobre o bem direitos reais inscritos ou registrados serão também notificados, na forma prevista neste artigo.

§ 3.º - Inviável a notificação prevista neste artigo ou porque o destinatário não tenha sido encontrado, far-se-á por edital:

a) afixado na sede da Comarca ou do Tribunal de Justiça respectivos; e

b) publicado uma vez na imprensa oficial e três vezes, e com destaque, em jornal de grande circulação da sede da Comarca, ou, se não houver, da Capital do Estado ou do Território.

§ 4.º - O edital será afixado e publicado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data, em que for cumprido o ato do Corregedor Geral.

Artigo 2.º - A retificação de registro sempre será feita por serventuário competente, mediante despacho judicial, como dispõe o artigo 213 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975, e, quando feito em livro impróprio, será procedida por determinação do Corregedor Geral, na forma do artigo 1.º.

Artigo 3.º - A parte interessada, se inconformada com o Provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não suspenderá os efeitos deste, admitido o registro da citação, nos termos do artigo 167, 1, 21, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975.

Parágrafo único - Da decisão proferida, caberá apelação e, quando contrária ao requerente do cancelamento, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição.

Artigo 4.º - Nas ações anulatórias de registro ou de matrícula de imóvel rural, a citação será pessoal aos réus residentes na Comarca e por edital aos demais.

§ 1.º - Aplicam-se, quando editalícia a citação, os artigos 232 e 233 do Código de Processo Civil.

§ 2.º - O edital será, ainda, publicado, por 2 (duas) vezes, no espaço de 15 (quinze) dias, em jornal de grande circulação da Capital do Estado ou do Território.

Artigo 5.º - O Corregedor-Geral, quando em inspeção ou correição verificar a ocorrência de graves irregularidades, determinará exames ou vistorias nos respectivos livros de registros, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1.º - Na impossibilidade material da realização, em Cartório, das diligências previstas neste artigo, o Corregedor-Geral requisitará o livro, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2.º - Apurada a existência de matrícula ou registro de imóveis rurais, ou retificações abrangidas pelos artigos 1.º e 2.º desta Lei, e nos quais esteja envolvido interesse de pessoa jurídica de direito público, será esta identificada de todo o teor das irregularidades, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da inspeção ou correição.

§ 3.º - Cancelados o registro e a matrícula ou procedida a retificação, o Corregedor-Geral enviará, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Representante do Ministério Público, cópia do ato, para as providências cabíveis.

Artigo 6.º - Sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Organização Judiciária da unidade federativa respectiva, considera-se incurso nas penas previstas no artigo 319 e conexos do Código Penal Brasileiro quem levar a termo matrícula e registro ou retificação sem exigir a apresentação de título formalmente válido segundo o artigo 221 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não será aplicável quando a matrícula ou o registro

houverem sido objeto de dúvida decidida pelo Juiz ou se a retificação decorreu de ordem judicial.
Artigo 7.º - Os títulos de posse ou quaisquer documentos de ocupação, legitimamente outorgados por órgão do Poder Público Estadual, continuarão a produzir os efeitos atribuídos pela legislação vigente à época de suas expedições e configuram situação jurídica constituída, nos termos do artigo 5.º, alínea b, do Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º de abril de 1971.

Artigo 8.º - Os Corregedores-Gerais deverão providenciar para que, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, todos os Oficiais de Registro de Imóveis recebam seu texto integral.

Artigo 9.º - Esta Lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

(D.O. União de 6-12-79)

LEI N.º 6.742, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979

Modifica o art. 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que fixou o valor do bem de família.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O art. 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre o valor do bem de família, com a redação que lhe deu a Lei n.º 2.514, de 27 de junho de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1.º - Não há limite de valor para o bem de família desde que o imóvel seja a residência dos interessados por mais de dois anos."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Karlos Rislábieter

LEI N.º 6.745, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979

Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O art. 20 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"Artigo

20

.....

§ 1.º

.....

.....

§

2.º

.....

§

3.º

.....

§

4.º

.....

§ 5.º - Nas ações de indenização por ato ilícito contra pessoa, o valor da condenação será a soma das prestações vencidas com o capital necessário a produzir a renda correspondente às prestações vincendas (art. 602), podendo estas ser pagas, também mensalmente, na forma do § 2.º do referido art. 602, inclusive em consignação na folha de pagamentos do devedor."

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

LEI N.º 6.746, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1979

Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Os artigos 49 e 50 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) passam a ter a seguinte redação:

Artigo 49 - As normas gerais para a fixação do imposto sobre a propriedade territorial rural obedecerão a critérios de progressividade e regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores:

I - o valor da terra nua;

II - a área do imóvel rural;

III - o grau de utilização da terra na exploração agrícola, pecuária e florestal;

IV - o grau de eficiência obtido nas diferentes explorações;

V - a área total, no País, do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário.

§ 1.º - Os fatores mencionados neste artigo serão estabelecidos com base nas informações apresentadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, obrigados a prestar declaração para cadastro, nos prazos e segundo normas fixadas Da regulamentação desta Lei.

§ 2.º - O órgão responsável pelo lançamento do imposto poderá efetuar o levantamento e a revisão das declarações prestadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, procedendo-se a verificações "in loco" se necessário.

§ 3.º - As declarações previstas no parágrafo primeiro serão apresentadas sob inteira responsabilidade dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, e, no caso de dolo ou má-fé, os obrigará ao pagamento em dobro dos tributos devidos, além das multas decorrentes e das despesas com as verificações necessárias.

§ 4.º - Fica facultado ao órgão responsável pelo lançamento, quando houver omissão dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, na prestação da declaração para cadastro, proceder ao lançamento do imposto com a utilização de dados indiciários, além da cobrança de multas e despesas necessárias à apuração dos referidos dados.

Artigo 50 - Para cálculo do imposto, aplicar-se-á sobre o valor da terra nua, constante da declaração para cadastro, e não impugnado pelo órgão competente, ou resultante de avaliação, a alíquota correspondente ao número de módulos fiscais do imóvel, de acordo com a tabela adiante:

Número de módulos fiscais	Alíquota
Até 2	0,2%
Acima de 2 até 3	0,3%
Acima de 3 até 4	0,4%
Acima de 4 até 5	0,5%
Acima de 5 até 6	0,6%
Acima de 6 até 7	0,7%
Acima de 7 até 8	0,8%
Acima de 8 até 9	0,9%
Acima de 9 até 10	1,0%
Acima de 10 até 15	1,2%

Acima de 15 até 20	1,4%
Acima de 20 até 25	1,6%
Acima de 25 até 30	1,8%
Acima de 30 até 35	2,0%
Acima de 35 até 40	2,2%
Acima de 40 até 50	2,4%
Acima de 50 até 60	2,6%
Acima de 60 até 70	2,8%
Acima de 70 até 80	3,0%
Acima de 80 até 90	3,2%
Acima de 90 até 100	3,4%
Acima de 100	3,5%

§ 1.º - O imposto não incidirá sobre o imóvel rural, ou conjunto de imóveis rurais, de área igual ou inferior a um módulo fiscal, desde que seu proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, o cultive só ou com sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros.

§ 2.º - O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I - hortifrutigranjeira;

II - cultura permanente;

III - cultura temporária;

IV - pecuária;

V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4.º desta Lei.

§ 3.º - O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município.

§ 4.º - Para os efeitos desta Lei, constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal. Não se considera aproveitável:

a) a área ocupada por benfeitoria;

b) a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;

c) a área comprovadamente imprecável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

§ 5.º - O imposto calculado na forma do "caput" deste artigo poderá ser objeto de redução de até 90% (noventa por cento), a título de estímulo fiscal, segundo o grau de utilização econômica do imóvel rural, da forma seguinte:

a) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento), pelo grau de utilização da terra, medido pela relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural;

b) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento), pelo grau de eficiência na exploração, medido pela relação entre o rendimento obtido por hectare para cada produto explorado e os correspondentes índices regionais fixados pelo Poder Executivo e multiplicado pelo grau de utilização da terra, referido na alínea "a" deste parágrafo.

§ 6.º - A redução do imposto de que trata o § 5.º deste artigo não se aplicará para o imóvel que, na data do lançamento, não esteja com o imposto de exercícios anteriores devidamente quitado, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 151 do Código Tributário Nacional.

§ 7.º - O Poder Executivo poderá, mantido o limite máximo de 90% (noventa por cento), alterar a distribuição percentual prevista nas alíneas "a" e "b" do § 5.º deste artigo, ajustando-a à política agrícola adotada para as diversas regiões do País.

§ 8.º - Nos casos de intempérie ou calamidade de que resulte frustração de safras ou mesmo destruição de pastos, para o cálculo da redução prevista nas alíneas "a" e "b" do § 5.º deste artigo, poderão ser utilizados os dados do período anterior ao da ocorrência, podendo ainda o Ministro da Agricultura fixar as percentagens de redução do imposto que serão utilizadas.

§ 9.º - Para os imóveis rurais que apresentarem grau de utilização da terra, calculado na forma da alínea "a" do § 5.º deste artigo, inferior aos limites fixados no § 11, a alíquota a ser aplicada será multiplicada pelos seguintes coeficientes:

- a) no primeiro ano: 2,0 (dois);
- b) no segundo ano: 3,0 (três);
- c) no terceiro ano e seguintes: 4,0 (quatro).

§ 10 - Em qualquer hipótese, a aplicação do disposto no § 9.º não resultará em alíquotas inferiores a:

- a) no primeiro ano: 2% (dois por cento);
- b) no segundo ano: 3% (três por cento);
- c) no terceiro ano e seguintes: 4% (quatro por cento).

§ 11 - Os limites referidos no § 9.º são fixados segundo o tamanho do módulo fiscal do Município de localização do imóvel rural, da seguinte forma:

Grau de Arca do módulo fiscal	utilização da terra
Até 25 hectares	30%
Acima de 25 hectares até 50 hectares	25%
Acima de 50 hectares até 80 hectares	18%
Acima de 80 hectares	10%

§ 12 - Nos casos de projetos agropecuários, a suspensão da aplicação do disposto nos §§ 9.º, 10 e 11 deste artigo, poderá ser requerida por um período de até 3 (três) anos."

Artigo 2.º - A Taxa de Serviços Cadastrais prevista no artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, não incidirá sobre imóveis rurais abrangidos pelo § 6.º do artigo 21 da Constituição Federal e sobre aqueles não sujeitos à incidência do imposto por força do § 1.º do artigo 50 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada por esta Lei, salvo nos casos de expressos pedidos de atualização cadastral.

Artigo 3.º - A contribuição de que trata o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970, não será cobrada dos imóveis rurais de tamanho até 3 (três) módulos fiscais, que apresentem grau de utilização da terra igual ou superior a 30% (trinta por cento), calculado na forma da alínea "a" do § 5.º do artigo 50 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada por esta Lei.

Artigo 4.º - Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA autorizado a instituir prêmio-incentivo a produtores rurais das diferentes regiões do País, nas diversas modalidades de exploração, como forma de estimular o uso racional e intensivo da terra, e o cumprimento da sua função social.

Artigo 5.º - Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1980, revogados o artigo 52 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 10 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Karlos Rischbieter

Ângelo Amaury Stabile

D.O. da União de 11-12-79

LEI N.º 6.754, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1979

Altera disposições do Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - Ficam acrescidos ao artigo 60 do Decreto-lei n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, os seguintes parágrafos:

"Artigo

60

§ 1.º - O endossatário ou o portador de Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural não tem direito de regresso contra o primeiro endossante e seus avalistas.

§ 2.º - É nulo o aval dado em Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural, salvo quando dado pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente ou por outras pessoas jurídicas.

§ 3.º - Também são nulas quaisquer outras garantias, reais ou pessoais, salvo quando prestadas pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente, por esta ou por outras pessoas

jurídicas.

§ 4.º - As transações realizadas entre produtores rurais e entre estes e suas cooperativas não se aplicam as disposições dos parágrafos anteriores."

Artigo 2.º - (VETADO).

Artigo 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Karlos Risclíbieter

Angelo Aumury Stábile

D.O. da União de 18-12-79

LEI N.º 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1.º - O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.

Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Artigo 2.º - O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1.º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, corri abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2.º - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Artigo 3.º - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tornadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

CAPÍTULO II

Dos Requisitos Urbanísticos para Loteamento

Artigo 4.º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1.º deste artigo;

II - os lotes terão área mínima de 125 M² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa non aedificandi de 15 (quinze) metros

de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

IV - as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

§ 1.º - A percentagem de áreas públicas previstas no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores de que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

§ 2.º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

Artigo 5.º - O Poder Público, competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa non aedificandi destinada a equipamentos urbanos.

Parágrafo único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

CAPÍTULO III

Do Projeto de loteamento

Artigo 6.º - Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, requerimento e planta do imóvel contendo, pelo menos.

I - as divisas da gleba a ser loteada;

II - as curvas de nível à distância adequada, quando exigidas por lei estadual ou municipal;

III - a localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;

IV - a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V - o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

VI - as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

Artigo 7.º - A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, indicará, nas plantas; apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal:

I - as ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade e "do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;

II - o traçado básico do sistema viário principal;

III - a localização aproximada dos terrenos destinados a equipamento urbano e comunitário e das áreas livres de uso público;

IV - as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis;

V - a zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

Parágrafo único - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Artigo 8.º - O Município de menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes poderá dispensar, por lei, a fase de fixação das diretrizes previstas nos artigos 6.º e 7.º desta Lei, para a aprovação do loteamento.

Artigo 9.º - Orientado pelo traçado e diretrizes oficiais, quando houver, o projeto, contendo desenhos e memorial descritivo, será apresentado à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, acompanhado do título de propriedade, certidão de ônus reais e certidão negativa de tributos municipais, todos relativos ao imóvel.

§ 1.º - Os desenhos conterão pelo menos:

I - a subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração;

II - o sistema de vias com a respectiva hierarquia;

III - as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

IV - os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

V - a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

VI - a indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais.

§ 2.º - O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

I - a descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas

de uso predominante;

II - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

III - a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento;

IV - a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências.

CAPÍTULO IV

Do Projeto de Desmembramento

Artigo 10 - Para a aprovação de projeto de desmembramento, o interessado apresentará requerimento à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, acompanhado do título de propriedade e de planta do imóvel a ser desmembrado contendo:

I - a indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;

II - a indicação do tipo de uso predominante no local;

III - a indicação da divisão de lotes pretendida na área.

Artigo 11 - Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento, em especial o inciso II do artigo 4.º e o artigo 5.º desta Lei.

Parágrafo único - O Município, ou o Distrito Federal quando for o caso, fixará os requisitos exigíveis para a aprovação de desmembramento de lotes decorrentes de loteamento cuja destinação da área pública tenha sido inferior à mínima prevista no § 1.º do artigo 4.º desta Lei.

CAPÍTULO V

Da Aprovação do Projeto de Loteamento e Desmembramento

Artigo 12 - O projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os artigos 6.º e 7.º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte.

Artigo 13 - Caberão aos Estados o exame e a anuência prévia para a aprovação, pelos Municípios, de loteamento e desmembramento nas seguintes condições:

I - quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal;

II - quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal;

III - quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados).

Parágrafo único - No caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana.

Artigo 14 - Os Estados definirão, por decreto, as áreas de proteção especial, previstas no inciso I do artigo anterior.

Artigo 15 - Os Estados estabelecerão, por decreto, as normas a que deverão submeter-se os projetos de loteamento e desmembramento nas áreas previstas no artigo 13, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único - Na regulamentação das normas previstas neste artigo, o Estado procurará atender às exigências urbanísticas do planejamento municipal.

Artigo 16 - A lei municipal definirá o número de dias em que um projeto de loteamento, uma vez apresentado com todos os seus elementos, deve ser aprovado ou rejeitado.

Artigo 17 - Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, desde a aprovação do loteamento, salvo as hipóteses de caducidade da licença ou desistência do loteador, sendo, neste caso, observadas as exigências do artigo 23 desta Lei.

CAPÍTULO VI

Do Registro do Loteamento e Desmembramento

Artigo 18 - Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado dos seguintes documentos:

I - título de propriedade do imóvel;

II histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - certidões negativas:

a) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel;

b) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública;

IV - certidões:

a) dos cartórios de protestos de títulos, em nome do loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

b) de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

c) de ônus reais relativos ao imóvel;

d) de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos;

V - cópia do ato de aprovação do loteamento e comprovante do termo de verificação pela Prefeitura da execução das obras exigidas por legislação municipal, que incluirão, no mínimo, a execução das vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais ou da aprovação de um cronograma, com a duração máxima de 2 (dois) anos, acompanhado de competente instrumento de garantia para a execução das obras;

VI - exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constarão obrigatoriamente as indicações previstas no artigo 26 desta Lei;

VII - declaração do cônjuge do requerente de que consente no registro do loteamento.

§ 1.º - Os períodos referidos nos incisos III, alínea b, e IV, a, b e d, tomarão por base a data do pedido de registro do loteamento, devendo todas elas ser extraídas em nome daqueles que, nos mencionados períodos, tenham sido titulares de direitos reais sobre o imóvel.

§ 2.º - A existência de protestos, de ações pessoais ou de ações penais, exceto as referentes a crime contra o patrimônio e contra a administração, não impedirá o registro do loteamento se o requerente comprovar que esses protestos ou ações não poderão prejudicar os adquirentes dos lotes. Se o Oficial do Registro de Imóveis julgar insuficiente a comprovação feita, suscitará a dúvida perante o juiz competente.

§ 3.º - A declaração a que se refere o inciso VII deste artigo não dispensará o consentimento do declarante para os atos de alienação ou promessa de alienação de lotes, ou de direitos a eles relativos, que venham a ser praticados pelo seu cônjuge.

Artigo 19 - Examinada a documentação e encontrada em ordem, o Oficial do Registro de Imóveis encaminhará comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 (três) dias consecutivos, podendo este ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação.

§ 1.º - Findo o prazo sem impugnação, será feito imediatamente o registro. Se houver impugnação de terceiros, o Oficial do Registro de Imóveis intimará o requerente e a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, para que sobre ela se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do processo. Com tais manifestações o processo será enviado ao juiz competente para decisão.

§ 2.º - Ouvido o Ministério Público no prazo de 5 (cinco) dias, o juiz decidirá de plano ou após instrução sumária, devendo remeter ao interessado as vias ordinárias caso a matéria exija maior indagação.

§ 3.º - Nas capitais, a publicação do edital se fará no Diário Oficial do Estado e num dos jornais de circulação diária. Nos demais municípios, a publicação se fará apenas num dos jornais locais, se houver, ou, não havendo, em jornal da região.

§ 4.º - O Oficial do Registro de Imóveis que efetuar o registro em desacordo com as exigências desta Lei ficará sujeito a multa equivalente a 10 (dez) vezes os emolumentos regimentais fixados para o registro, na época em que for aplicada a penalidade pelo juiz corregedor do cartório, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.

§ 5.º - Registrado o loteamento, o Oficial de Registro comunicará, por certidão, o seu registro à Prefeitura.

Artigo 20 - O registro do loteamento será feito, por extrato, no livro próprio.

Parágrafo único - No Registro de Imóveis far-se-ão o registro do loteamento com uma indicação para cada lote, a averbação das alterações, a abertura de ruas e praças e as áreas destinadas a espaços livres ou a equipamentos urbanos.

Artigo 21 - Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o

registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada. Procedido o registro nessa circunscrição, o interessado requererá, sucessivamente, o registro do loteamento em cada uma das demais, comprovando perante cada qual o registro efetuado na anterior, até que o loteamento seja registrado em todas. Denegado o registro em qualquer das circunscrições, essa decisão será comunicada, pelo Oficial do Registro de Imóveis, às demais para efeito de cancelamento dos registros feitos, salvo se ocorrer a hipótese prevista no § 4.º deste artigo.

§ 1.º - Nenhum lote poderá situar-se em mais de uma circunscrição.

§ 2.º - É defeso ao interessado processar simultaneamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados com infração a esta norma.

§ 3.º - Enquanto não procedidos todos os registros de que trata este artigo, considerar-se-á o loteamento como não registrado para os efeitos desta Lei.

§ 4.º - O indeferimento do 'registro do loteamento em uma circunscrição não determinará o cancelamento do registro procedido em outra, se o motivo do indeferimento naquela não se estender à área situada sob a competência desta, e desde que o interessado requeira a manutenção do registro obtido, submetido o remanescente do loteamento a uma aprovação prévia perante a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso.

Artigo 22 - Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

Artigo 23 - O registro do loteamento só poderá ser cancelado:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato;

III - a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, e do Estado.

§ 1.º - A Prefeitura e o Estado só poderão se opor ao cancelamento se disto resultar inconveniente comprovado para o desenvolvimento urbano ou se já se tiver realizado qualquer melhoramento na área loteada ou adjacências.

§ 2.º - Nas hipóteses dos incisos II e III, o Oficial do Registro de Imóveis fará publicar, em resumo, edital do pedido de cancelamento, podendo este ser impugnado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da última publicação. Findo esse prazo, com ou sem impugnação, o processo será remetido ao juiz competente para homologação do pedido de cancelamento, ouvido o Ministério Público.

§ 3.º - A homologação de que trata o parágrafo anterior será precedida de vistoria judicial destinada a comprovar a inexistência de adquirentes instalados na área loteada.

Artigo 24 - O processo de loteamento e os contratos depositados em Cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo, independentemente do pagamento de custas ou emolumentos, ainda que a título de busca.

CAPÍTULO VII

Dos Contratos

Artigo 25 - São irretratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

Artigo 26 - Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão poderão ser feitos por escritura pública ou por instrumento particular, de acordo com o modelo depositado na forma do inciso VI do artigo 18 e conterão, pelo menos, as seguintes indicações:

I - nome, registro civil, cadastro fiscal no Ministério da Fazenda, nacionalidade, estado civil e residência dos contratantes;

II - denominação e situação do loteamento, número e data da inscrição;

III - descrição do lote ou dos lotes que forem objeto de compromissos, confrontações, área e outras características;

IV - preço, prazo, forma e local de pagamento bem como a importância do sinal;

V - taxa de juros incidentes sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e não pagas, bem como a cláusula penal, nunca excedente a 10% (dez por cento) do débito e só exigível nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a 3 (três) meses;

VI - indicação sobre a quem incumbe o pagamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote

compromissado;

VII - declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente.

§ 1.º - O contrato deverá ser firmado em 3 (três) vias ou extraídas em 3 (três) traslados, sendo um para cada parte e o terceiro para arquivo no registro imobiliário, após o registro e anotações devidas.

§ 2.º - Quando o contrato houver sido firmado por procurador de qualquer das partes, será obrigatório o arquivamento da procuração no registro imobiliário.

Artigo 27 - Se aquele que se obrigou a concluir contrato de promessa de venda ou de cessão não cumprir a obrigação, o credor poderá notificar o devedor para outorga do contrato ou oferecimento de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de proceder-se ao registro do pré-contrato, passando as relações entre as partes a serem regidas pelo contrato-padrão.

§ 1.º - Para fins deste artigo, terão o mesmo valor de pré-contrato a promessa de cessão, a proposta de compra, a reserva de lote ou qualquer outro instrumento, do qual conste a manifestação da vontade das partes, a indicação do lote, o preço e modo de pagamento, e a promessa de contratar.

§ 2.º - O registro de que trata este artigo não será procedido se a parte que o requereu não comprovar haver cumprido a sua prestação, nem a oferecer na forma devida, salvo se ainda não exigível.

§ 3.º - Havendo impugnação, daquele que se comprometeu a concluir o contrato, observar-se-á o disposto nos artigos 639 e 640 do Código de Processo Civil.

Artigo 28 - Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como da aprovação pela Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, devendo ser depositada no Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original, com a devida averbação.

Artigo 29 - Aquele que adquirir a propriedade loteada mediante ato inter vivos, ou por sucessão causa mortis, sucederá o transmitente em todos os seus direitos e obrigações, ficando obrigado a respeitar os compromissos de compra e venda ou as promessas de cessão, em todas as suas cláusulas, sendo nula qualquer disposição em contrário, ressalvado o direito do herdeiro ou legatário de renunciar à herança ou ao legado.

Artigo 30 - A sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes não rescindir os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma. Se a falência ou insolvência for do proprietário da área loteada ou do titular de direito sobre ela, incumbirá ao síndico ou ao administrador dar cumprimento aos referidos contratos; se do adquirente do lote, seus direitos serão levados à praça.

Artigo 31 - O contrato particular pode ser transferido por simples trespasse, lançado no verso das vias em poder das partes, ou por instrumento em separado, declarando-se o número do registro do loteamento, o valor da cessão e a qualificação do cessionário, para o devido registro.

§ 1.º - A cessão independe da anuência do loteador mas, em relação a este, seus efeitos só se produzem depois de cientificado, por escrito, pelas partes ou quando registrada a cessão.

§ 2.º - Uma vez registrada a cessão, feita sem anuência do loteador, o Oficial do Registro dar-lhe-á ciência, por escrito, dentro de 10 (dez) dias.

Artigo 32 - Vencida e não paga a prestação, o contrato será considerado rescindido 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor.

§ 1.º - Para os fins deste artigo o devedor-adquirente será intimado, a requerimento do credor, pelo Oficial do Registro de Imóveis, a satisfazer as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionados e as custas de intimação.

§ 2.º - Purgada a mora, convalescerá o contrato.

§ 3.º - Com a certidão de não haver sido feito o pagamento em cartório, o vendedor requererá ao Oficial do Registro o cancelamento da averbação.

Artigo 33 - Se o credor das prestações se recusar a recebê-las ou furtar-se ao seu recebimento, será constituído em mora mediante notificação do Oficial do Registro de Imóveis para vir receber as importâncias depositadas pelo devedor no próprio Registro de Imóveis. Decorridos 15 (quinze) dias após o recebimento da intimação, considerar-se-á efetuado o pagamento, a menos que o credor impugne o depósito e, alegando inadimplemento do devedor, requeira a intimação deste para os fins do disposto no artigo 32 desta Lei.

Artigo 34 - Em qualquer caso de rescisão por inadimplemento do adquirente, as benfeitorias necessárias ou úteis por ele levadas a efeito no imóvel deverão ser indenizadas, sendo de nenhum efeito qualquer disposição contratual em contrário.

Parágrafo único - Não serão indenizadas as benfeitorias feitas em desconformidade com o contrato ou com a lei.

Artigo 35 - Ocorrendo o cancelamento do registro por inadimplemento do contrato e tendo havido o pagamento de mais de 1/3 (um terço) do preço ajustado, o Oficial do Registro de Imóveis mencionará este fato no ato do cancelamento e a quantia paga; somente será efetuado novo registro relativo ao mesmo lote, se for comprovada a restituição do valor pago pelo vendedor ao titular do registro cancelado, ou mediante depósito em dinheiro à sua disposição junto ao Registro de Imóveis.

§ 1.º - Ocorrendo o depósito a que se refere este artigo, o Oficial do Registro de Imóveis intimará o interessado para vir recebê-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser devolvido ao depositante.

§ 2.º - No caso de não ser encontrado o interessado, o Oficial do Registro de Imóveis depositará a quantia em estabelecimento de crédito, segundo a ordem prevista no inciso I do artigo 666 do Código de Processo Civil, em conta com incidência de juros e correção monetária.

Artigo 36 - O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só poderá ser cancelado:

I - por decisão judicial; ,

II - a requerimento conjunto das partes contratantes;

III - quando houver rescisão comprovada do contrato.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Artigo 37 - É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado.

Artigo 38 - Verificado que o loteamento ou desmembramento não se acha registrado ou regularmente executado ou notificado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, deverá o adquirente do lote suspender o pagamento das prestações restantes e notificar o loteador para suprir a falta.

§ 1.º - Ocorrendo a suspensão do pagamento das prestações restantes, na forma do caput deste artigo, o adquirente efetuará o depósito das prestações devidas junto ao Registro de Imóveis competente, que as depositará em estabelecimento de crédito, segundo a ordem prevista no inciso I do artigo 666 do Código de Processo Civil, em conta com incidência de juros e correção monetária, cuja movimentação dependerá de prévia autorização judicial.

§ 2.º - A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, ou o Ministério Público, poderá promover a notificação ao loteador prevista no caput deste artigo.

§ 3.º - Regularizado o loteamento pelo loteador, este promoverá judicialmente a autorização para levantar as prestações depositadas, com os acréscimos de correção monetária e juros, sendo necessária a citação da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, para integrar o processo judicial aqui previsto, bem como audiência do Ministério Público.

§ 4.º - Após o reconhecimento judicial de regularidade do loteamento, o loteador notificará as adquirentes dos lotes, por intermédio do Registro de Imóveis competente, para que passem a pagar diretamente as prestações restantes, a contar da data da notificação.

§ 5.º - No caso de o loteador deixar de atender à notificação até o vencimento do prazo contratual, ou quando o loteamento ou desmembramento for regularizado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, nos termos do artigo 40 desta Lei, o loteador não poderá, a qualquer título, exigir o recebimento das prestações depositadas.

Artigo 39 - Será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.

Artigo 40 - A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, se desatendida pelo loteador a notificação, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.

§ 1.º - A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, que promover a regularização, na forma deste artigo, obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros, nos termos do § 1.º do artigo 38 desta Lei, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com

equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento.

§ 2.º - As importâncias despendidas pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, para regularizar o loteamento ou desmembramento, caso não sejam integralmente ressarcidas conforme o disposto no parágrafo anterior, serão exigidas na parte faltante do loteador, aplicando-se o disposto no artigo 47 desta Lei.

§ 3.º - No caso de o loteador não cumprir o estabelecido no parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, poderá receber as prestações dos adquirentes, até o valor devido.

§ 4.º - A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, para assegurar a regularização do loteamento ou desmembramento, bem como o ressarcimento integral de importâncias despendidas, ou a despende, poderá promover judicialmente os procedimentos cautelares necessários aos fins colimados.

Artigo 41 - Regularizado o loteamento ou desmembramento pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, o adquirente do lote, comprovando o depósito de todas as prestações do preço avençado, poderá obter o registro de propriedade do lote adquirido, valendo para tanto o compromisso de venda e compra devidamente firmado.

Artigo 42 - Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

Artigo 43 - Ocorrendo a execução de loteamento não aprovado, a destinação de áreas públicas exigidas no inciso I do artigo 4.º desta Lei não se poderá alterar sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e criminais previstas.

Artigo 44 - O Município, o Distrito Federal e o Estado poderão expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação, ressalvada a preferência dos expropriados para a aquisição de novas unidades.

Artigo 45 - O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.

Artigo 46 - O loteador não poderá fundamentar qualquer ação ou defesa na presente Lei sem apresentação dos registros e contratos a que ela se refere.

Artigo 47 - Se o loteador integrar grupo econômico ou financeiro, qualquer pessoa física ou jurídica desse grupo, beneficiária de qualquer forma do loteamento ou desmembramento irregular, será solidariamente responsável pelos prejuízos por ele causados aos compradores de lotes e ao Poder Público.

Artigo 48 - O foro competente para os procedimentos judiciais previstos nesta Lei será sempre o da comarca da situação do lote.

Artigo 49 - As intimações e notificações previstas nesta Lei deverão ser feitas pessoalmente ao intimado ou notificado, que assinará o comprovante do recebimento, o poderão igualmente ser promovidas por meio dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebe-las.

§ 1.º - Se o destinatário se recusar a dar recibo ou se furtar ao recebimento, ou se for desconhecido o seu paradeiro, o funcionário incumbido da diligência informará esta circunstância ao Oficial competente que a certificará, sob sua responsabilidade.

§ 2.º - Certificada a ocorrência dos fatos mencionados no parágrafo anterior, a intimação ou notificação será feita por edital na forma desta Lei, começando o prazo a correr 10 (dez) dias após a última publicação.

CAPÍTULO IX

Disposições Penais

Artigo 50 - Constitui crime contra a Administração Pública:

I - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II - dar início de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III - fazer, ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:

I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento, ou desmembramento não-registrado no Registro de Imóveis competente;

II - com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de 10 (dez) a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Artigo 51 - Quem, de qualquer modo, concorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta Lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial os atos praticados na qualidade de mandatário de, loteador, diretor ou gerente de sociedade.

Artigo 52 - Registrar loteamentos ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não-registrado.

Pena: Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

CAPÍTULO X

Disposições Finais

Artigo 53 - Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Artigo 54 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 55 - Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO FIGUEIREDO, Presidente da República

Petrônio Portella

Ângelo Amaury Stábile

Mário David Andreazza

(D.O. União de 20-12-79)

DECRETO N.º 84.451, DE 31 DE JANEIRO DE 1980

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e no Decreto n.º 83.740, de 18 de junho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização.

Decreta:

Artigo 1.º - São consideradas válidas as cópias dos atos notariais e de registro civil escriturados nos livros do serviço consular brasileiro produzidas por máquinas fotocopadoras, quando autenticadas por assinatura original de autoridade consular brasileira.

Artigo 2.º - As assinaturas originais dos cônsules do Brasil, em documentos de qualquer tipo, têm validade em todo o território nacional, ficando dispensada sua legalização.

Parágrafo único - Somente em caso de dúvida da autoridade judiciária sobre a autenticidade da assinatura de cônsul do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, mediante solicitação daquela autoridade, autenticará a referida firma.

Artigo 3.º - Ficam dispensados da legalização consular, para ter efeito no Brasil, os documentos expedidos por autoridades de outros países, desde que encaminhados por via diplomática, por governo estrangeiro ao Governo brasileiro.

Artigo 4.º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de janeiro de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

R. S. Guerreiro

Hélio Beltrão
D.O. da União de 1-2-80

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 15, DE 25 DE ABRIL DE 1980

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do inciso XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:
Artigo único - O capítulo IV do Título II da Constituição do Estado de São Paulo fica acrescido do seguinte dispositivo:

"Artigo . . . - É vedada a estipulação de limite máximo de idade para o ingresso no serviço público: respeitar-se-ão apenas o limite constitucional da idade para a aposentadoria compulsória e os requisitos estabelecidos em lei para a forma e as condições de provimento dos cargos."

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de abril de 1980.

- a) ROBSON MARINHO, Presidente
 - a) Luiz Carlos Santos, 1.º Secretário
 - a) M. A. Castello Branco, 2.º Secretário
- D. O. de 26-4-80

LEI N.º 2.240, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979

Dá nova redação ao artigo 12 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a ter a seguinte redação o artigo 12 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970:

"Artigo 12 - Sempre que se alterar o salário mínimo regional, serão reajustados, na mesma proporção, os benefícios concedidos por esta lei.

Parágrafo único - A vigência do reajuste a que se refere o "caput" coincidirá com a da alteração do salário mínimo."

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de dezembro de 1979.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Wadih Helu, Secretário da Administração

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 20 de dezembro de 1979.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão - Nível II) Substituto

LEI N.º 2.289, DE 7 DE JANEIRO DE 1980

Dispõe sobre identificação funcional dos Suplentes de Juiz de Casamentos

O VICE-GOVERNADOR, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Aos suplentes de Juiz de Casamentos será fornecida, pela autoridade competente, Carteira de Identificação Funcional, por ocasião do ato de sua posse.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 1980.

JOSÉ MARIA MARIN

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 7 de janeiro de 1980.

Nelson Petersen da Costa, Diretor (Divisão Nível II) Subst..º

D. O. de 8-1-80

DECRETO N.º 14.716, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1980

Aprova as Tabelas de Custos e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970 e a conveniência de manter-se o critério simplificador de leitura direta dos preços dos atos judiciais e extrajudiciais,

Decreta:

Artigo 1.º - Ficam aprovadas, nos termos e para os fins dos artigos 254 e 259 do Decreto-lei Complementar n.º 3, de 27 de agosto de 1969, e do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970, as quatorze Tabelas que acompanham este decreto.

Artigo 2.º - Além das custas, constituem renda do Estado os emolumentos das serventias; oficializadas e dos atos praticados pelos Oficiais de Justiça.

Artigo 3.º - De acordo com o disposto no inciso II, do artigo 18, do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970 com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 52 da Lei n.º 10.394, de 16 de dezembro de 1970, das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto cíveis como criminais, 5% (cinco por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo e 15% (quinze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Parágrafo único - Os emolumentos que, nas serventias; não oficializadas, são devidos aos respectivos serventuários e que nas oficializadas constituem renda do Estado, não se compreendem na disposição deste artigo.

Artigo 4.º - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, embora mencionada nas Tabelas, somente será devida nos atos praticados em Cartórios não oficializados e obedecerá ao disposto no artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970.

Artigo 5.º - Nas colunas em que estiverem englobados os emolumentos do escrivão e do distribuidor, ser-lhes-ão atribuídos, respectivamente, 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento) do total fixado.

Artigo 6.º - As Tabelas em anexo não se aplicam:

I - aos atos judiciais ou extrajudiciais já solicitados a qualquer dos escrivães ou ao oficial do Registro de Imóveis, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial das custas e emolumentos previstos;

II - aos recursos já interpostos e às execuções iniciadas.

Artigo 7.º - As custas e emolumentos, tabelados neste decreto, serão devidos pela metade quando o ato praticado ou as certidões expedidas se destinarem à formalização de contratos de financiamento agropecuário.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, das certidões e papéis constará a seguinte observação: "somente terá valor para fins de financiamento agropecuário".

Artigo 8.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 5 de fevereiro de 1980.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 5 de fevereiro de 1980.

Maria Angélica Galiazzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais

TABELA I

DOS FEITOS E RECURSOS CÍVEIS E CRIMINAIS

Notas genéricas:

1.ª - Os preços desta Tabela remuneram todos os atos e termos do respectivo feito, à exceção dos expressamente referidos nas tabelas 2 a 9, das despesas postais e microfilmagem.

2.ª - Nos feitos de competência originária dos Tribunais de Justiça e de Alçada, os emolumentos consignados na coluna relativa ao escrivão e ao distribuidor, constituem renda do Estado.

3.ª - Consideram-se de valor inestimável:

a) os pedidos de interdição, tutela, curatela, remoção e destituição de tutor ou curador;

b) os protestos, interpelações e notificações;

c) os processos acessórios, preparatórios, preventivos e incidentes, salvo os embargos de terceiros;

a) qualquer outro feito cível em que não seja formulado pedido economicamente apreciável.

4.ª - os preços serão divididos em duas prestações iguais, pagas nas seguintes oportunidades:

a) a primeira, obrigatoriamente, para a distribuição do feito, ou, se esta não for necessária, para despacho da inicial;

b) a segunda, por ocasião do recurso voluntário, interposto da sentença.

5.^a - Excetuam-se da regra de recolhimento dos preços estabelecidos na nota anterior a ação popular (v. item I, nota 1.^a), a separação judicial litigiosa (v. item 1, nota 2.^a), a execução fiscal (v. artigo 2.^o do Decreto-lei n.^o 203, de 25 de março de 1970, e item II, nota 2.^a), a ação de alimentos, o pedido de alimentos provisionais, a ação de revisão de pensão alimentícia (v. item II, nota 4.^a), e os processos-crimes de ação pública.

6.^a - Para que se processe a oposição, o oponente devera pagar importância igual à devida até o momento, pelo autor ou requerente.

7.^a - Para ser admitido no feito como litisconsorte ativo ou assistente do autor, deve o interessado reembolsar previamente a este uma quota-parte correspondente de custas e emolumentos já pagos, ressalvado o disposto na 3.^a Nota do item II.

8.^a - Aplica-se ao recurso interposto por litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro prejudicado a disposição da letra "h" da 4.a Nota genérica.

9.^a - Se o feito estiver tabelado em mais de um item, a disposição específica prevalecerá sobre a genérica.

10.^a - Nos feitos em que o valor declarado for inferior ao da liquidação, a parte vencedora não poderá prosseguir na execução sem que efetue o pagamento da diferença de custas, emolumentos e contribuições recalculados de acordo com a importância a final apurada ou resultante da condenação definitiva.

11.^a - A reconvenção está sujeita à distribuição autônoma e preparo calculado sobre a metade do seu valor, sem outros acréscimos no curso da lide, não podendo ser junta aos autos antes desse preparo.

12.a - Na Comarca da Capital o autor pagará, ainda, para cobrir despesas de microfilmagem, a importância de Cr\$ 50,00, que se constituirá renda do Estado.

I - Feitos cíveis não tabelados nos itens II e III - prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	TOTAL CARTEIRA
DASSERVENTIAS	TOTAL		

Até 10.000,00	de 10.000,01 a 20.000,00	de 20.000,01 a 30.000,00	de 30.000,01 a 40.000,00	de 40.000,01 a 50.000,00	de 50.000,01 a 100.000,00	de 100.000,01 a 400.000,00	de 400.000,01 a 500.000,00	Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração De valor inestimável
---------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---------------------------	----------------------------	----------------------------	---

350,00480,00600,00620,00700,00740,00750,00770,00780,00800,0026,00300,00

110,00160,00360,00460,00700,001.500,002.000,002.500,002.800,003.200,00104,00150,00

460,00640,00960,001.080,001.400,002.240,002.750,003.270,003.580,004.000,00130,00450,00
52,5272,0090,0093,00105,00111,00112,50115,50117,00120,003,9045,00

512,50712,001.050,001.173,001.505,002.351,002.862,503.385,503.697,004.120,00133,90495,00

Notas:

1.^a - Na ação popular, as custas, emolumentos e outras despesas somente serão pagos a final.

2.^a - Na separação judicial litigiosa e divórcio litigioso, o autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III para a causa de valor inestimável. Se rejeitada a conciliação, deverá, até a contestação, efetuar o complemento de preço de acordo com o item I.

Havendo bens a partilhar, o interessado deverá pagar sobre o valor destes, ao ser iniciada a execução, mais a prestação inicial do item I, sendo devida nova prestação por ocasião do recurso, se houver, da decisão que julgar a partilha.

Os incidentes processados em apartado estão sujeitos a pagamento inicial (v. itens II e III).

3.^a - Na falência ou concordata, as custas e emolumentos serão complementados, se for o caso, quando apurado o valor do ativo e, calculados sobre este.

As ações que surgem de falência ou de concordata estão sujeitas ao tabelamento deste item, seguindo o seu valor. O processo de habilitação retardatária de crédito, os pedidos de restituição de mercadorias, as impugnações de crédito e o pedido de extinção das obrigações do falido estão enquadrados em tabelamento especial (V. item III).

4.^a- Nos seguintes feitos, o preço mínimo será igual ao das causas de valor inestimável: separação judicial litigiosa, divórcio litigioso, investigação de paternidade, falência, concordata, dissolução e liquidação de sociedade, divisão, demarcação e qualquer processo em que se instaure concurso de credores, devendo ser pago o complemento do preço para que prossiga.

5.^a- Desapropriação e outras ações movidas pela Fazenda Pública: a União e o Estado nada pagarão; os Municípios somente recolherão os emolumentos dos serventuários dos Cartórios não oficializados, ficando dispensados do pagamento das custas devidas ao Estado e, nas serventias oficializadas, dos emolumentos que a este competem.

6.^a- Inventário, arrolamento, arrecadação de herança jacente, bens de ausente e vagos: a prestação inicial será paga por estimativa calculando-se ulteriormente o preço, de acordo com o valor do monte-mor ou dos bens arrecadados.

7.^a- Nos Embargos do Devedor não são devidas custas, emolumentos e contribuições.

II - Ação de despejo; ação de acidente do trabalho: execução fiscal; mandado de segurança; ação de alimentos, pedido de alimentos provisionais ou de revisão de pensão alimentícia: interdição prestação inicial:

VALOR DA CAUSA	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	TOTAL	CARTEIRA
DASSERVENTIAS	TOTAL			
Até 10.000,00	de 10.000,01 a 20.000,00	de 20.000,01 a 30.000,00	de 30.000,01 a 40.000,00	de 40.000,01 a 50.000,00
de 40.000,01 a 50.000,00	de 50.000,01 a 100.000,00	de 100.000,01 a 200.000,00	de 200.000,01 a 300.000,00	de 300.000,01 a 400.000,00
de 400.000,01 a 500.000,00	Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração De valor inestimável			
150,00	200,00	250,00	300,00	350,00
370,00	380,00	385,00	390,00	400,00
13,00	250,00			
45,00	65,00	150,00	220,00	350,00
750,00				
1.000,00	1.200,00	1.400,00	1.600,00	52,00
150,00	195,00	265,00	400,00	520,00
700,00	1.120,00	1.380,00	1.635,00	1.790,00
2.000,00	65,00	400,00	22,50	30,00
37,50	45,00	52,50	55,50	57,00
57,75	5850	60,00	1.9537,50	217,50
295,00	437,50	565,00	752,50	1.175,50
1.437,00	1.692,75	1.848,50	2.060,00	66,95
437,50				

Notas:

1.^a - Acidente do trabalho: quando houver acordo homologado pela autoridade judiciária o preço total será calculado à razão de 1,5% sobre a indenização paga em dinheiro e rateado proporcionalmente, depois de deduzidas, as despesas de condução do Oficial de Justiça, pela forma seguinte:

Ao Escrivão	63%
Ao Distribuidor	7%
Ao Oficial de Justiça	30%

Se as despesas de condução já estiverem incluídas no preço da diligência do Oficial de Justiça o rateio assim se fará:

Ao Escrivão	54%
Ao Distribuidor	6%
Ao Oficial de Justiça	40%

Nestas hipóteses, a Ordem dos Advogados e as Carteiras de Previdência nada receberão.

2.^a - Execução Fiscal: antes de decorrido o prazo para embargos à penhora, aplica-se o item III. A Fazenda Pública nada pagará sujeito o vencido aos encargos da sucumbência (C.P.C. - artigo 27).

3.^a - Para ser admitido como assistente em mandado de segurança, cada interessado deverá juntar aos autos, sem prejuízo do andamento do feito, comprovante de haver pago:

	Cr\$
Ao Escrivão	120,00
Ao Distribuidor	20,00
Ao Estado	120,00
	260,00
À Carteira das Serventias	18,00
278,00	

4.^a - Nas ações de alimentos, de alimentos provisionais e de revisão de pensão alimentícia, o

autor pagará inicialmente de acordo com o estabelecido no item III. Se rejeitada a conciliação em audiência, deverá no prazo de três dias, efetuar o complemento da prestação inicial, fixada no item II.

III - Feitos não contenciosos: separação consensual; processos preparatórios, preventivos e incidentes, inclusive alvará de separação de corpos, busca e apreensão de menor, arrolamento de bens do casal; protestos, interpelações e notificações; retificações e averbações do registro civil: nomeação, remoção e destituição de tutor ou curador, pedido de extinção das obrigações do falido; habilitação de credor retardatário, pedido de restituição de mercadorias; impugnação de crédito em falência ou concordata; registro de testamento: venda de quinhão em coisa comum; ação de remição de imóvel hipotecado; eleição de cabedal de bens enfitêuticos, prestação inicial:

VALOR DA CAUSA DASSERVENTIAS	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR TOTAL	AO ESTADO	TOTAL CARTEIRA
Até 10.000,00	de 10.000,01 a 20.000,00	de 20.000,01 a 30.000,00	de 30.000,01 a 40.000,00
de 40.000,01 a 50.000,00	de 50.000,01 a 100.000,00	de 100.000,01 a 200.000,00	de 200.000,01 a 300.000,00
de 300.000,01 a 400.000,00	de 400.000,01 a 500.000,00	Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00: cada Cr\$ 100.000,00 ou fração	De valor inestimável
152,00	228,00	248,00	252,00
264,00	284,00	308,00	332,00
348,00	380,00	436,00	480,00
588,00	640,00	700,00	756,00
1.136,00	1.280,00	1.440,00	1.584,00
1.800,00	2.096,00	2.264,00	2.460,00
22,80	34,20	37,20	39,60
46,20	49,80	52,20	54,60
205,40	202,70	22,80	286,80
514,20	625,20	677,80	739,60
998,60	182,20	1.533,80	1.620,20
1.854,00	98,70	286,80	

IV - PROCESSOS-CRIMES:

VALOR DA CAUSA DASSERVENTIAS	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR TOTAL	AO ESTADO	TOTAL CARTEIRA
a) de ação pública	processo comum	processo especial	b) de ação privada
128,00	172,00	612,00	70,00
96,00	12,00	388,00	198,00
268,00	1.000,00	19,20	25,80
91,80	217,20	293,80	1.091,80

Notas:

- 1.ª - Os preços deste item compreendem o custo total do feito, inclusive recursos processados nos autos principais.
- 2.ª - Nos processos-crimes de ação privada, o querelante pagará, na distribuição, metade do previsto na letra "b", a outra metade será paga por ocasião do recurso pelo recorrente.
- Nos demais casos, o pagamento será feito a final, conforme o disposto no artigo 38 do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.
- 3.ª - Os "habeas corpus", inclusive os de competência originária dos Tribunais, estão isentos de qualquer pagamento com base neste item.
- 4.ª - Se no mesmo feito funcionarem o escrivão do ofício e o escrivão do júri, os emolumentos destinados ao escrivão serão divididos à razão de 2/3 para o primeiro e 1/3 para o segundo.
- 5.ª - Os preços acima estão sujeitos ao acréscimo de 1/4 "per capita", quando houver mais de um réu, até o máximo de três vezes o fixado nesta Tabela.

V - Cartas-precatórias, rogatórias ou de ordem, recebidas para cumprimento:

VALOR DA CAUSA DASSERVENTIAS	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR TOTAL	AO ESTADO	TOTAL CARTEIRA
a) para citação ou intimação: Até Cr\$ 20.000,00 ou de valor inestimável	De Cr\$ 20.000,01 a Cr\$ 50.000,00	Mais de Cr\$ 50.000,00	b) Para outros fins: Até Cr\$ 20.000,00 ou valor inestimável
.....De Cr\$ 20.000,01 a Cr\$ 50.000,00	Mais de Cr\$ 50.000,00	90,00	120,00
210,00	175,00	230,00	310,00
20,00	40,00	91,00	40,00
85,00	125,00	110,00	160,00
301,00	215,00	315,00	435,00
13,50	18,00	31,50	26,25
34,40	46,50	123,50	178,00
332,50	241,25	349,50	481,50

Notas:

- 1.ª - O preço acima deverá ser integralmente pago por ocasião da distribuição.
- 2.ª - Nos feitos criminais, as precatórias, rogatórias e cartas de ordens expedidas a requerimento da Justiça Pública ou de beneficiário de assistência judiciária, serão distribuídas e processadas independentemente de pagamento do preço estabelecido neste item, sendo por ele responsável, a final, o réu, se condenado, ou o Estado, nos demais casos.
- 3.ª - As precatórias expedidas a requerimento do empregado, nas ações de acidente do trabalho,

não estão sujeitas ao pagamento estabelecido neste item.

4.^a- Nas cartas precatórias vindas de outros Estados para avaliação de bens e recolhimento do imposto de transmissão, o requerente pagará inicialmente de acordo com a letra "b" e, se for o caso, completará o pagamento, antes da devolução ou entrega da precatória, como se se tratasse de feito tabelado no item III.

5.^a- As cartas precatórias, rogatórias ou de ordem, não serão sujeitas a pagamento, quando de sua extração, devendo as cartas precatórias e de ordem ser confeccionadas em até três vias, para que as cópias sirvam de contrafé, quando de seu cumprimento no Juízo deprecado ou ordenado.

6.^a- Deverá sempre constar das cartas precatórias ou de ordem o valor da causa.

7.^a- Nas precatórias expedidas a requerimento da Fazenda Pública, as custas serão pagas a final pelo vencido.

VI - Recurso que se processe em apartado além das despesas de traslado e certidões para a formação do instrumento:

VALOR DA CAUSA	AO ESCRIVÃO E AO DISTRIBUIDOR	AO ESTADO	TOTAL	CARTEIRA
DASSERVENTIAS	TOTAL			

a) quando interposto Perante Juiz .b) quando interposto perante Tribunal de Justiça ou de Alçada 84,00 84,00250,00 168,00250,00 12,60 180,60

Notas:

1.^a - Não estão sujeitos ao pagamento do preço constante deste item os recursos que se processam nos próprios autos, salvo os agravos de petição em processo de dúvida suscitada pelo oficial do registro de imóveis, que pagarão de acordo com a letra "a", cabendo ao oficial a cota destinada ao escrivão.

2.^a - O preço deve ser pago na sua totalidade de uma só vez no Juízo ou Tribunal em que interposto o recurso.

3.^a - Os feitos criminais estão isentos das custas e emolumentos referidos neste item; não, porém, das despesas com a extração de traslado e certidões.

VII - Correição Parcial: o mesmo que o tabelado no item 6, letra "a", sendo o pagamento total feito em Primeira Instância.

VIII - Conflito de jurisdição - para distribuição:

Ao

Estado
.... Cr\$ 100,00

TABELA 2

DOS ESCRIVÃES JUDICIAIS E DAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA E DE ALÇADA

Notas Genéricas:

1.^a - Além dos emolumentos especificados na Tabela I, o escrivão judicial tem direito aos previstos na Tabela abaixo.

2.^a - Se o ato for praticado em serventia oficializada ou em Secretaria de qualquer dos Tribunais está sujeito aos mesmos preços, arrecadando o Estado os respectivos emolumentos.

I - Certidão extraída de autos, livros ou documentos, "verbo ad vertum" ou em breve relatório, datilografada:

À CARTEIRA

AO

DAS

Pela primeira folha

Por página que acrescer

ESCRIVÃO
100,00

SERVENTIAS
15,00

40,00

6,00

Notas:

1.^a - Se a certidão somente contiver peças transcritas na íntegra, nenhum acréscimo será devido sobre o preço deste item.

2.^a - Se na mesma certidão existir mais de um breve relatório, pelo que exceder será pago, além do preço fixado neste item, o correspondente a uma página.

II - Traslado de documentos ou de peças de processos:

À CARTEIRA

AO

DAS

Por página datilografada

ESCRIVÃO
40,00

SERVENTIAS
6,00

Notas:

1.^a - Cobrar-se-ão de acordo com este item os traslados para a formação de recursos que se processam em apartado ou para desentranhamento de documentos, os formais de partilha; as cartas de sentença, de arrematação, de adjudicação ou de remição, bem como qualquer outro documento autêntico extraído de autos para produzir efeito fora deles e que não revista a forma de certidão.

2.^a - Se o cartório não dispuser de máquina fotocopadora ou xerocopiadora será livre ao advogado interessado fornecer as fotocópias necessárias à formação de instrumentos de recurso, cartas e formais de partilha, fazendo o escrivão jus unicamente aos emolumentos de autenticação (item IV), mais o correspondente, no item I, a uma folha, por instrumento, carta ou formal.

III - Reprodução de peças dos autos, por página:

À CARTEIRA

AO

DAS

a) mediante xerocópias ou fotocópias autenticadas

ESCRIVÃO
8,00

SERVENTIAS
1,20

IV - Autenticação de peça extraída de autos judiciais por página

4,35

0,65

V - Alvarás, mandados e ofícios, pelo processamento e expedição em processos findos e arquivados

28,00

4,20

VI - Resposta em folha corrida:

- na comarca da Capital, compreendendo todos os Cartórios Criminais:

- Ao Estado

40,00

- Nas demais comarcas por serventuário que certificar

50,00

7,50

Notas:

Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

À CARTEIRA

AO

DAS

VII - Consulta em autos recolhidos ao Arquivo Central da Secretaria do Tribunal de Justiça

ESCRIVÃO

SERVENTIAS

30,00

Notas:

1.^a - O preço é para a consulta em cada processo.

2.^a - Na Capital, o interessado recolherá antecipadamente o preço total.

3.^a - Se for solicitada a expedição de certidão, metade do preço da consulta será abonada em favor do interessado.

TABELA 3

DOS DISTRIBUIDORES

I - Distribuição de feito judicial de reconvenção ou de carta precatória, rogatória ou de ordem, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices: v. Tabela I.

Nota:

1.^a - Nada será devido pela anotação de cancelamento ou retificação de distribuição.

2.^a - Estão sujeitos a averbação a margem da distribuição a oposição, os embargos de terceiro, a assistência em mandado de segurança e qualquer intervenção no curso da lide.

II - Distribuição, entre os Juizes das Varas Cíveis da Comarca, e preparo do livro comercial, para visto em balanço:

Ao Distribuidor

21,00

À Carteira das Serventias 3,15
24,15
III - Distribuição e preparo de livro comercial, inclusive todas as diligências, para autenticação judicial:

À CARTEIRA

AO

DAS

	ESCRIVÃO	SERVENTIAS
a) de livro até 1.000 folhas	52,00	7,80
b) de livro de mais de 1.000 folhas . .	100,00	15,00
IV - Distribuição não compreendida nos itens I e II, inclusive lançamento do nome dos interessados nos livros-índices:		
Ao distribuidor	17,00	
A Carteira das Serventias		2,55
Nota:		
Não estão sujeitas à distribuição as escrituras nem os respectivos registros.		
V - Certidão de distribuição:		

À CARTEIRA

AO

DAS

	DISTRIBUIDOR	SERVENTIAS
a) período de 5 anos:		
por pessoa	42,00	6,30
b) período superior a 5, até 20 anos:		
por pessoa	75,00	11,25
c) período superior a 20 anos:		
por pessoa	102,00	15,30
d) Expedição de certidão por sistema de processamento de dados:		
o previsto nas alíneas anteriores a mais	10,00	

Notas:

1.^a - Os preços acima se referem à certidão por pessoa não havendo qualquer acréscimo se for solicitada a menção de seu nome por extenso e abreviado, de solteira e de casada, bem como de espólio ou massa falida correspondente à mesma pessoa.

2.^a - Se a certidão constar de diversos nomes em vários períodos, o preço será calculado pela média de todos os períodos.

3.^a - Pela informação verbal se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos neste item.

4.^a - Os preços estabelecidos neste item correspondem à primeira folha de certidão, sendo pelas páginas seguintes cobrados de acordo com a Tabela 2, item I.

5.^a - Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação, compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Ofícios de Distribuição hoje existentes.

TABELA 4

DOS CONTADORES

I - Conta de liquidação, inclusive juros e rateio sobre o valor apurado:

À CARTEIRA

AO

DAS

	CONTADOR	SERVENTIAS
Até Cr\$ 10.000,00.....	85,00	12,75
de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00.....	150,00	22,50
de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00.....	250,00	37,50
pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:		
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração.....	35,00	5,25

Notas:

Não haverá acréscimo de preço pela emenda ou reforma de conta.

II - Conta de liquidação para purgação de mora, nas ações de despejo:

Sobre o valor da causa:

À CARTEIRA

DAS	AO	
	CONTADOR	SERVENTIAS
- Até Cr\$ 10.000,00	28,00	4,20
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00.....	40,00	6,00
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00.....	56,00	8,40
- pelo que exceder de Cr\$ 100.000,00:		
cada Cr\$ 50.000,00 ou fração	14,00	2,10
III - Cálculo de imposto de transmissão, em qualquer processo, e de liquidação em arrolamento ou inventário o triplo do constante no item I, sendo o cálculo feito o valor do monte-mor.		

Notas:

 1.^a - O preço inclui todos os cálculos necessários à formação do ativo e do passivo, não sujeito a acréscimo, ainda que no mesmo processo haja mais de uma sucessão.

 2.^a - Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, aplicar-se-á o item 1.

IV - Emenda ou reforma de cálculo: o mesmo do item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do contador, nada perceberá.

V- Verificação ou conferência de crédito e contas em falências, concordatas, concurso creditório e prestações de contas em geral:

- metade dos estabelecidos no item I, calculada sobre o valor total dos créditos.

VI - Conversão à moeda nacional ou estrangeira, de papel de crédito, título da dívida pública, ações de companhias ou instituições financeiras:

À CARTEIRA

DAS	AO	
	CONTADOR	SERVENTIAS
Por cálculo	20,00	3,00
VII Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.		
VIII Conta de liquidação da pena em ação penal: Conta de liquidação:		

À CARTEIRA

DAS	AO	
	CONTADOR	SERVENTIAS
20,00	3,00	23,00

TABELA 5
DOS PARTIDORES

I - Esboço de partilha ou sub-repartilha:

- o triplo do previsto na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Quando o passivo absorver 80%, ou mais, do valor do ativo, o preço será reduzido à metade.

II - Emenda ou reforma de esboço de partilha ou sub-repartilha:

- o mesmo que o fixado na Tabela 4, item I, calculado sobre o valor do monte-mor.

Nota:

Se a emenda ou reforma resultar de erro ou culpa do partidor, nada receberá.

III - Certidão: o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 6
DOS DEPOSITÁRIOS

I - Depósito em mãos do depositário público, qualquer que seja o valor da coisa:

- o mesmo que o estipulado para os distribuidores, na Tabela I.

Notas:

 1.^a - As quantias em dinheiro, as pedras e os metais preciosos serão depositados em

estabelecimento oficial de crédito de acordo com instruções da Corregedoria Geral da Justiça e sem qualquer custas ou emolumentos.

2.^a - O depositário tem direito à indenização das despesas autorizadas, pela guarda, fiscalização, conservação e administração dos bens depositados.

3.^a - Não será pedido mandado de levantamento de penhora, arresto ou seqüestro, sem o comprovante, nos autos de recolhimento dos emolumentos fixados nesta Tabela e das despesas feitas com os bens depositados.

4.^a - O depositário particular que não seja parte ou interessado no feito fará jus a salário, que o Juiz fixará por ocasião do levantamento da penhora, entre metade até o dobro do que caberia ao depositário judicial, podendo ainda abonar-lhe até 50% sobre os rendimentos líquidos do bem depositado.

II - Certidão:

- o mesmo que o cobrado na Tabela 2, item I.

TABELA 7

DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

1 - Citação, notificação ou intimação:

a) de uma pessoa, em horário normal:

Valor da Causa:

Cr\$	
- até Cr\$ 5.000,00.....	40,00
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00	60,00
- mais de Cr\$ 50.000,00	70,00

b) de uma pessoa, com hora certa ou nos termos do artigo 172, § 2.^o do Código do Processo Civil:

Valor da Causa:

Cr\$	
- até Cr\$ 5.000,00.....	60,00
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 50.000,00	80,00
- mais de Cr\$ 50.000,00	100,00

c) por pessoa que crescer, residente ou encontrada debaixo do mesmo teto:

- um quarto do preço tabelado nas letras "a" e "b".

1.^a - Os emolumentos deste item serão devidos quando o Oficial certificar, após as necessárias diligências, que a pessoa procurada se encontra em lugar incerto e não sabido ou residente em outra comarca. Neste caso, deverá indicar minuciosamente as diligências que praticou, os locais em que esteve e as fontes de informações.

2.^a - Nos feitos de valor inestimável (v. Tabela I, Nota genérica 3.^a) a diligência será cobrada: se for contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 10.000,00; se não contencioso, como se tivesse o valor de Cr\$ 5.000,00.

3.^a - Se a parte interessada não fornecer cópias das petições ou dos mandados, para servirem de contrafé, o Oficial de Justiça terá direito à rasa de Cr\$ 40,00 por página datilografada de contrafé, não se computando na rasa as cópias a carbono até o limite de três, e devendo cotar à margem o custo da rasa, em parcela independente.

4.^a - O preço acima não inclui despesas de condução, que serão fixadas, anualmente, mediante portaria da Corregedoria Geral da Justiça, na comarca da Capital, ou do Juiz Diretor do Fórum nas demais comarcas.

5.^a - Quando forem efetuadas várias diligências ao mesmo tempo, em locais vizinhos, com o uso de apenas uma condução, o Oficial de Justiça só terá direito ao reembolso de uma verba.

6.^a - Nos processos-crimes movidos contra réu pobre e nas diligências realizadas a requerimento do Ministério Público, nos atos de ofício, os Oficiais de Justiça serão reembolsados das despesas de condução, que correrão à conta de verba própria do orçamento do Tribunal de Justiça. O disposto nesta nota aplica-se também nas diligências realizadas em feitos relativos a menor infrator ou abandonado.

II - Auto de penhora, seqüestro, arresto, apreensão, despejo, prisão e outros não especificados, inclusive todos os atos complementares:

- o dobro do previsto no item I, letra "a".

TABELA 8

Dos Peritos

Notas genéricas:

- 1.^a - Os salários dos peritos serão fixados pelo Juiz do feito, atendendo à relevância e dificuldade do trabalho, tempo consumido, condição financeira das partes e valor da causa.
- 2.^a - O Juiz está obrigado a fixar salários iguais para os peritos da causa, desde que fundamente a diversidade de arbitramento.
- 3.^a - O perito tem o direito ao reembolso das despesas feitas, desde que justificadas e proporcionais ao valor da causa ou à condição financeira das partes.
- 4.^a - Quando a perícia tiver de ser feita fora do perímetro urbano, terá o perito direito à condução, se o interessado não a fornecer.
- 5.^a - Nas ações de divisão e demarcação de terras, os salários do agrimensor serão fixados de acordo com as normas previstas no Código Civil.

TABELA

I - Avaliação de móveis e imóveis e outros bens penhorados, nos termos do artigo 680 do C.P.C.:

Cr\$	
- Até Cr\$ 5.000,00	700,00
- de Cr\$ 5.000,01 a Cr\$ 10.000,00.....	1.200,00
- de Cr\$ 10.000,01 a Cr\$ 50.000,00	1.600,00
- de Cr\$ 50.000,01 a Cr\$ 100.000,00	2.000,00
- acima de Cr\$ 100.000,00	3.000,00

Nota.

Os salários serão calculados sobre o conjunto dos bens avaliados ou o arbitramento total. Excedendo de cinco o número de bens, os máximos estabelecidos poderão, ser aumentados até o dobro.

II - Avaliação de ações de companhias, debêntures ou títulos semelhantes e aluguéis ou rendas:

- por Cr\$ 100.000,00 ou fração	até Cr\$ 100,00
- emolumento máximo	até Cr\$ 300,00

TABELA 9

Dos Porteiros

I - Arrematação de bens em hasta pública ou leilão:

À CARTEIRA

	CONTADOR	AO	SERVENTIAS	DAS TOTAL
Sobre o valor de arrematação, venda ou arrendamento		2%	0,3%	2,3%

Notas:

- 1.^a - Havendo remissão ou adjudicação, a percentagem sera reduzida à metade.
- 2.^a - São gratuitos os pregões em audiência, qualquer que seja o número de apregoados, e serão feitos pelo porteiro.
- 3.^a - A afixação de editais de qualquer natureza será efetivada e certificada pelo escrivão do feito, sem custas nem emolumentos.
- 4.^a - As praças e leilões judiciais serão realizados pelo porteiro das respectivas Varas sob fiscalização do Juiz.

TABELA 10

Dos Tabeliães de Notas

I - Escrituras com valor declarado:

À CARTEIRA

VALOR DA ESCRITURA	AO TABELIÃO	AO ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Ate Cr\$ 100.000,00	1.500,00	300,00	150,00
1.950,00			
de 100.000,01 a 200.000,00	2.200,00	440,00	220,00
2.860,00			
de 200.000,01 a 400.000,00	2.700,00	540,00	270,00
3.510,00			

de 400.000,01 a 500.000,00.....	3.000,00	600,00	300,00
3.900,00			
Pelo que exceder de Cr\$			
50.000,00, cada Cr\$ 100.000,00			
ou fração	150,00	30,00	15,00
195,00			
II - Escritura sem valor			
declarado	700,00	140,00	70,00
910,00			
III - Escritura de testamento			
público e revogação ou			
aprovação de Testamento.....	2.000,00	400,00	200,00
2.600,00			
IV - Escritura de Convenção ou			
Especificação de Condomínio em			
planos horizontais ou suas modificações:			
a) Pela Convenção	100,00	140,00	70,00
910,00			
b) Por Unidade Autônoma	100,00	20,00	10,00
130,00			
V - Escritura de Pacto Ante-			
nupcial	500,00	100,00	50,00
650,00			
VI - Procuração ou substabelecimento			
em Livro Especial ou Comum:			
a) Com poderes para o foro			
em geral e fins previdenciários.....	100,00	20,00	10,00
130,00			
b) Outras procurações	200,00	40,00	20,00
260,00			
c) Em qualquer hipótese: de cada			
Outorgante que acrescer, não			
sendo cônjuge, mais.....	30,00	6,00	3,00
39,00			
VII - Certidões ou Traslados:			
a) Pela primeira folha	100,00	20,00	10,00
130,00			
b) Por página que acrescer.....	40,00	8,00	4,00
52,00			
VIII - Xerocópia ou fotocópia de			
documento lavrado ou arquivado			
no cartório	10,00	2,00	1,00
13,00			
Nota:			
Se o interessado dispensar a			
certidão, o tabelião poderá cobrar,			
pela informação, Cr\$ 10,00			
de emolumentos.			
IX - Pública forma de qualquer			
documento:			
a) Pela primeira folha	30,00	6,00	3,00
39,00			
b) Por página que acrescer.....	15,00	3,00	1,50
19,50			
X - Autenticação de Plantas, Mapas			
e Documentos semelhantes,			
de xerocópias, fotocópias e outras			
reproduções fotográficas; conferência			

e consertos de públicas formas:

Por página	3,85	0,77	0,38
5,00			
XI - Reconhecimento de firmas, inclusive de Letra e Sinal.....	10,00	2,00	1,00
13,00			

Notas:

- 1.^a - No preço da escritura, procuração ou substabelecimento se inclui o primeiro traslado.
- 2.^a - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição de ato, nem pela expedição de guias de recolhimento de tributos relativos às escrituras e registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.
- 3.^a - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.
- 4.^a - Se a escritura contiver mais de um ato, ainda que entre as mesmas partes, além do preço integral do contrato de maior valor, será cobrada a quarta parte do preço dos demais contratos observando-se sempre o disposto na nota 3.a.
- 5.^a - As intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimo de preço, a não ser que impliquem em outros atos.
- 6.^a - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de Cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.
- 7.^a - As escrituras de quitação pagarão um quinto do preço fixado no item I.
- 8.^a - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.
- 9.^a - Pela escritura declarada sem efeito por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um terço do preço. Se não for declarado o motivo, responderão solidariamente o escrevente e o Serventuário pelas custas e contribuição à Carteira das Serventias (terça parte).
- 10.^a - Pela procuração ou substabelecimento declarado sem efeito será devida a metade do preço.
- 11.^a - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária financiada pelo sistema financeiro de habitação, nos casos previstos no artigo 59 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, serão reduzidos em 50%.
- 12.^a - Nas escrituras de permuta o preço será calculado como se houvesse mais de um ato (nota 4.a) e será pago em partes iguais pelos permutante.
- 13.^a - Quando em escritura de compra e venda ou outras, houver procuração, o preço desta será o do item VI.

TABELA 11

Dos Oficiais do Registro de Imóveis

I - Registro incluindo buscas, indicações reais ou pessoais:

À CARTEIRA

VALOR DA CONTRATO	AO OFICIAL	AO ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 75.000,00	510,00	102,00	76,50
De 75.000,01 a 150.000,00	630,00	126,00	94,50
850,50			
De 150.000,01 a 300.000,00	800,00	160,00	120,00
1.080,00			
De 300.000,01 a 500.000,00	1.100,00	220,00	165,00
1.485,00			
De 500.000,01 a 1.000.000,00	1.400,00	280,00	210,00
1.890,00			
de 1.000.000,01 a 1.500.000,00	1.800,00	360,00	270,00
2.430,00			
de 1.500.000,01 a 2.000.000,00	2.000,00	400,00	300,00

2.700,00
Acima de 2.000.000,00 cada
100.000,00 ou fração 100,00 20,00 15,00 135,00

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

II - Averbação, inclusive buscas, indicações:

À CARTEIRA

VALOR DA CONTRATO	AO OFICIAL	AO ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 80.000,00	150,00	30,00	22,50 202,50
de 80.000,01 a 120.000,00	190,00	38,00	28,50
256,50			
de 120.000,01 a 250. 000,00	250,00	50,00	37,50
337,50			
de 250.000,01 a 500.000,00	350,00	70,00	52,50
472,50			
de 500.000,01 a 1.000.000,00	450,00	90,00	67,50 607,50
de 1.000.000,01 a 1.500.000,00	600,00	120,00	90,00
810,00			
de 1.500.000,01 a 2.000.000,00	800,00	160,00	120,00
1.080,00			
Acima de 2.000.000,00 cada			
100.000,00 ou fração 30,00		6,00	4,50
40,50			
Sem valor declarado..... 150,00		30,00	22,50
202,50			

Notas:

1.ª - O preço da averbação será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização ou Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.ª - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes à mudança de numeração, desmembramento ou demolição, alteração do nome por casamento, separação consensual, separação judicial litigiosa, divórcio consensual ou divórcio litigioso, averbação de casamento, viuvez.

III - Loteamento:

À CARTEIRA

	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
a) Registro de memorial de loteamento urbano ou rural, além das despesas de publicação pela imprensa; por lote ou gleba..... 20,00		4,00	3,00
27,00			
b) Registro do desmembramento do loteamento urbano 20,00		4,00	3,00 27,00
c) Averbação no Registro: o mesmo valor do Item II, qual-quer que seja o número de lotes.			
d) Intimação, excluída despesa			

de publicação de edital,

mas incluídas as despesas com

condução	200,00	40,00	30,00
270,00			

e) Abertura de matrícula, a

requerimento do interessado....	100,00	20,00	15,00	135,00
---------------------------------	--------	-------	-------	--------

Notas:

1.^a - Os emolumentos mínimos do Oficial no caso da letra e "b", serão de Cr\$ 1.000,00.

2.^a - A qualidade do loteamento como urbano ou rural atenderá ao critério estabelecido em Lei Federal.

3.^a - Os preços deste item incluem o fornecimento de urna certidão.

IV - Condomínio:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
a) O registro de memorial de incorporação ou instituição de condomínio: o mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global da obra (artigo 32, alínea "H", da Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964).					
b) Registro de Convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades, incluindo averbação		1.500,00		300,00	225,00
2.025,00					
c) Averbação de unidade autônoma.....		50,00	10,00	7,5	
67,50					

V - Registro de escritura de pacto antenupcial:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
300,00	60,00		45,00	405,00	
VI - Registro inclusive buscas, indicações reais ou pessoais:					
a) De cédulas de crédito rural (Decreto-Lei Federal n.º 167, de 14 de fevereiro de 1967, artigo 34, parágrafo único).					
Até Cr\$ 200,00				0,10%	
de 200,01 a 500,00				0,20%	
de 500,01 a 1.000,00				0,30%	
de 1.000,01 a 1.500,00.....				0,40%	
Acima de 1.500,00.....				0,50%	
Até o máximo de 1/4 do salário mínimo da região.					
b) De cédula de crédito industrial (Decreto-Lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 1.º).					
Até Cr\$ 200,00				0,10%	
de 200,01 a 500,00.....				0,20%	
de 500,01 a 1.000,00.....				0,30%	
de 1.000,01 a 1.500,00.....				0,40%	
Acima de 1.500,00.....				0,50%	

Até o máximo de 1/4 do salário mínimo da região.

Notas:

1.^a - Os atos previstos neste item não estão sujeitos a pagamento de custas do Estado nem ao recolhimento de contribuição a Carteira de Previdência das Serventias; não Oficializadas da Justiça do Estado,

2.^a - No caso de registro da cédula industrial, cinquenta por cento dos emolumentos caberão ao Oficial do Registro de Imóveis, devendo os restantes cinquenta por cento ser recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Decreto-Lei Federal n.º 413, de 9 de janeiro de 1969 artigo 34, § 2.º).

VII - Averbação no registro da cédula de crédito rural ou industrial:

10% do preço fixado no item anterior, até o máximo de um quadragésimo do salário mínimo para os emolumentos do Oficial.

VIII - Certidões:

Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum" - por pessoa, ainda que se refira a nomes por extenso e abreviados, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida, qualquer que seja o período solicitado:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL				
Pela primeira folha	100,00	20,00	15,00	
135,00				
Por página que crescer	30,00	6,00	4,50	
40,50				
Certidão de matrícula	80,00	16,00	12,00	
10,80				

IX - Informação verbal, quando o interessado dispensar a certidão, cobrar-se-á a quarta parte do fixado no item anterior.

X - Relação de transferência de imóveis, em forma de listagem, por solicitação de Prefeituras Municipais:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL				
Por transferência de imóvel	10,00	2,00	1,50	13,50

XI - Xerocópia ou fotocópia certificada de documento arquivado em Cartório:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL				
	10,00	2,00	1,50	13,50

XII - Prenotação do título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação, de dúvida, quer se trate de registro ou averbação.

XIII - Microfilmagem de documento referido nesta tabela:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL				

Qualquer que seja o número de

páginas, mais..... 40,00 8,00 6,00
54,00

TABELA 12

Dos Oficiais do Registro de Títulos e Documentos

1 - Registro integral de contrato, títulos e documento com valor declarado:

À CARTEIRA

VALOR DA CONTRATO	AO OFICIAL	AO ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 10.000,00	100,00	20,00	15,00
de 10.000,01 a 50.000,00	180,00	36,00	27,00
243,00			
de 50. 000,01 a 500.000,00	300,00	60,00	45,00
405,00			
de 500.000,01 a 1.000.000,00 ..	450,00	90,00	67,50
607,50			
Pelo que exceder de			
1.000.000,00: cada			
100.000,00 ou fração	20,00	4,00	3,00
27,00			

II - Registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado.

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até uma página	60,00	12,00	9,00
81,00			
Por página que acrescer.....	15,00	3,00	2,25
20,25			

III - Registro e entrega de notificação, inclusive condução e certidão à margem do registro e no documento:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
a) no perímetro urbano	100,00	20,00	15,00
135,00			
b) no perímetro rural ou em			
local distante mais de 05 km			
do Cartório.....	150,00	30,00	22,50
202,50			

IV - Registro resumido de penhora, caução ou parceria:

À CARTEIRA

AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Uma pagina	30,00	6,00	4,50
40,50			
Por pagina que acrescer	15,00	3,00	2,25
20,25			

V - Averbação:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL	30,00	6,00	4,50	40,50

VI - Matrícula de oficina impressora, jornal e outros periódicos:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL	100,00	20,00	15,00	135,00

VII - Inscrição de pessoa jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL	90,00	18,00	13,50	121,50

VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo; registro e arquivamento:

À CARTEIRA

VALOR DA CONTRATO	AO OFICIAL	AO ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL			
Até Cr\$ 10.000,00	100,00	20,00	151,00
de 10.000,01 a 50.000,00	150,00	30,00	22,50
202,50			
de 50.000,01 a 100.000,00	350,00	70,00	52,50
472,50			
de 100.000,01 a 500.000,00	500,00	100,00	75,00
675,00			
de 500.000,01 a 1.000.000,00	800,00	160,00	120,00
1.080,00			
Pelo que exceder de			
1.000.000,00: cada			
100.000,00 ou fração	50,00	10,00	7,50
67,50			

IX - Cancelamento de inscrição:

a) em geral o mesmo que o cobrado por averbação (item V).

b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do preço do item VIII

X - Certidão:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL				
a) pela primeira folha	50,00	10,00	7,50	
67,50				
b) por página que acrescer	25,00	5,00	3,75	33,75
c) pelo sistema de processa- mento de dados por nome a				

mais 15,00 3,00 2,25 20,25

Nota:

Se O interessado dispensar a certidão, o Oficial poderá Cobrar pela informação verbal 50% (cinquenta por cento) dos emolumentos.

XI - Xerocópia ou fotocópia do documento lavrado ou arquivado no cartório.

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
	10,00	2,00	1,50	13,50	

XII - Microfilmagem do documento - referido nesta Tabela:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
- qualquer que seja o número de páginas, mais.....		40,00	8,00	6,00	
54,00					

XIII - Sistema de processamento de dados de documento referido nesta Tabela:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
- por documento, mais.....		20,00	4,00	3,00	
27,00					

XIV - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5.433, de 8 de março de 1968, regulamentada pelo Decreto n.º 64.393, de 24 de abril de 1969:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
a) de microfilmagem por rolo de 16 mm		100,00	20,00	15,00	135,00
por rolo de 35 mm.....		160,00	32,00	24,00	216,00
b) de cópia extraída de rolo de microfilme legalizado:					
por página ou fotograma.....		20,00	4,00	3,00	27,00

TABELA 13

Dos Escrivães de Protestos de Títulos

I - Apresentação, protesto e registro de instrumento de protesto, quando houver letra de câmbio, nota promissória, duplicata ou qualquer outro título, inclusive intimação, e notificação pessoal ou por edital - além das despesas de edital e condução:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS	SERVENTIAS
TOTAL					
Até Cr\$ 2.000,00		40,00	8,00	6,00	
54,00					

de 2. 000,01 a 20. 000,00	150,00	30,00	22,50
202,50			
de 20.000,01 a 100.000,00	250,00	50,00	37,50
331,50			
Acima de 100.000,00	375,00	74,00	55,50
504,50			

II - Distribuição:

Ao Distribuidor 7,00

À Carteira das Serventias..... 1,50

Nota:

As intimações de protestos deverão ser entregues em mão própria ou feitas por carta registrada, com Recibo de Volta (AR), só se admitindo edital quando o devedor estiver em lugar incerto ou desconhecido, o que deverá ser expressamente certificado.

III - Pelo cancelamento de protesto processado na própria serventia, qualquer que seja o seu valor:

À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL				
80,00	16,00	12,00	108,00	

IV - Certidão de protesto negativa:
À CARTEIRA

	AO	AO OFICIAL	ESTADO	DAS SERVENTIAS
TOTAL				
a) pela primeira página, por pessoa:				
até 5 anos		20,00	4,00	3,00
27,00				
até 10 anos.....		40,00	8,00	6,00
54,00				
b) Por página que acrescer, qualquer que seja o número de pessoas		6,00	1,20	0,90
8.10				
c) certidão de protesto positiva ou de cancelamento de protesto ou negativa de homônimo: por pessoa.....		22,00	4,40	3,30
29,70				
d) certidão extraída por sistema de processamento de dados (computador), na Comarca da Capital, englobados todos os Cartórios.....		264,00	52,80	
316,80				
V - Certidão de protesto positiva, inclusive sob forma de relação, para entidade de classe: por protesto		2,50	0,50	0,37
3,37				
VI - Informação verbal quando o interessado dispensar certidão		5,00	1,00	0,75
6,75				

VII - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no cartório:

Por Página.....	10,00	2,00	1,50
13,50			

VIII - Microfilmagem. de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas
20,25

15,00	3,00	2,25
-------	------	------

IX - Sistema de processamento de dados (computador), de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas
20,25

15,00	3,00	2,25
-------	------	------

Nota:

Os emolumentos devidos pelas certidões expedidas pelo Cartório de Distribuição e Informação compõem-se dos originariamente atribuídos a cada um dos Cartórios de Protestos de Títulos.

TABELA 14

Dos Escrivães do Registro Civil das Pessoas Naturais

À CARTEIRA

	AO	ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
- por documento, mais Assento de Nascimento, de óbito, inclusive uma certidão, mesmo quando feito mediante petição ou mandado, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 6.015/73		200,00	20,00	
220,00				
II - Casamento:				
a) pela habilitação, lavratura do Assento, excluídas as despesas da publicação, pela imprensa, incluindo o fornecimento de uma certidão		700,00	70,00	
170,00				
b) pela dispensa parcial ou total do Prazo de proclamas, mais.....		100,00	10,00	
110,00				
c) pela diligência para realização do casamento fora do cartório, dentro do horário normal de expedientes, excluídas as despesas de condução, a serem fornecidas pelo interessado,.....		1.500,00		150,00
1.650,00				
d) pela diligência para realização de casamento, fora do cartório, depois do horário normal de expediente, correndo a condução por conta do interessado		2.500,00		250,00
2.750,00				
e) pelo traslado de cada documento desentranhado dos autos, mais		45,00	4,50	
49,50				
f) pelo registro e afixação de edital de proclamas recebido de outro cartório e pelo fornecimento de certidão respectiva		140,00	14,00	
154,00				
g) pela lavratura de assento de casamento, à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório e fornecimento de uma certidão.....		180,00	18,00	
198,00				

Nota:

Quando o casamento não for realizado no cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "a", com acréscimo da metade do preço.

À CARTEIRA

AO	ESCRIVÃO	DAS SERVENTIAS	TOTAL
III - Registro ou inscrição de casamento religioso Com efeito civil, emancipação, interdição, ausência ou aquisição definitiva de nacionalidade brasileira, transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito, verificado no estrangeiro, inclusive uma certidão fornecida à parte.....	400,00	40,00	
440,00			
IV - Averbação de retificação lavrada à margem do assento	180,00		18,00
198,00			
V - Averbação de divórcio ou separação judicial	350,00	35,00	
385,00			
VI - Certidão, incluída a busca:			
a) em breve relatório	80,00	8,00	
88,00			
b) "verbo ad verbum", no todo ou em parte	150,00	15,00	165,00
O por averbação que acrescer, mais	60,00	6,00	
66,00			

Notas:

1..ª - A certidão de nascimento, em breve relatório, conterà, no mínimo: dia, mês, ano, lugar e hora do nascimento; sexo do registrado; nome, prenome e naturalidade dos pais; nome e prenome dos avós.

VII - Xerocópia ou fotocópia, autenticada de ato da serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela II, item III.

Notas:

Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".

VIII - Arquivamento de lei, decreto, solução ou decreto legislativo municipais, nos termos do artigo 55, § 4.ª, do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969:

- até duas páginas	20,00		2,00
22,00			
- mais de duas, até cinco páginas	40,00	4,00	
44,00			
- mais de dez, até vinte páginas	90,00	9,00	
99,00			
- mais de vinte páginas	100,00		10,00
110,00			
IX - Certidão integral ou parcial "verbo ad verbum" ou em breve relatório, de ato mencionado no item anterior:			
pela primeira folha	20,00	2,00	
22,00			
por página que acrescer	10,00	1,00	
11,00			

Nota:

A consulta dos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.

X - Ato que lhe seja permitido praticar como Tabelião de Notas:

- o mesmo que o cobrado na Tabela I0.

Nota:

Não será cobrado emolumento algum pelo Registro Civil e respectivas certidões, das pessoas pobres, nos termos do artigo 30, da Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, podendo o Oficial de Registro dispensar o atestado de pobreza.

**Recurso CG. n.º 21/79 - Capital - Int.: Dr. Paulo Apolinário Grego (advogado)
Senhor Desembargador Corregedor Geral:**

1. Trata-se de recurso, tempestivo e bem processado, contra a r. decisão do MM. Juiz da 2.ª Vara de Registros Públicos, que, fundando-se na orientação normativa, traçada por esta E. Corregedoria Geral da Justiça nos Processos CG. 44.943/76 e 48.334/77, indeferiu autorização para reconhecimento de firma constante de documento vazado em idioma estrangeiro. Sustenta o recurso, em suma, que as disposições legais, invocadas como fundamentos daquela orientação, não lhes secundavam as conclusões, estabelecendo, antes autenticidade restrita às firmas reconhecidas e possibilitando a distinção entre a correspondente atividade do tabelião e outros juízos de valor acerca do conteúdo do texto subscrito.

2. Convincente o recurso.

Estamos em que mereceria alterada a orientação normativa questionada nesta via, entrando-se a assentar que nada obsta o reconhecimento de firmas inseridas em documentos vazados em língua estrangeira, desacompanhados de instrumento de tradução. E o estamos, lastreados nas seguintes razões.

O disposto no artigo 369, do Código de Processo Civil, que estatui:

"Reputa-se autêntico o documento, quando o tabelião reconhecer a firma do signatário, declarando que foi aposta em sua presença" não empresta ao documento nenhuma presunção extravagante de autenticidade, que impedira ou desaconselhara o reconhecimento de firmas sob texto grafado em idioma estrangeiro, nem a conseqüente presunção de concordância do signatário com os seus termos conduz à idêntica conclusão. "Est modus in rebus".

Em primeiro lugar, a doutrina pondera que

"Se o tabelião reconhece a firma, com a declaração de que foi aposta em sua presença, atribui-se autenticidade a tal documento. Se a lei ou negócio jurídico exigiu a escrita e a assinatura, ou testemunhas, a eficácia probatória é restrita à assinatura e não a autenticidade de todo o documento. Cabe ao tabelião verificar se no texto não há raspões, entrelinhas ou outras ocorrências que façam duvidoso o conteúdo; mas a eficácia do reconhecimento da firma é restrita à assinatura" (Pontes de Miranda, "Comentários ao Código de Processo Civil", Forense, 1974, vol. IV, pág. 346).

Não poderia ser doutra forma.

Pressuposta a distinção já esboçada, não havia encambulhar as conseqüências jurídicas do ato singular de reconhecimento de firma e as da presunção que advém à mera determinação legislativa e de outras circunstâncias independentes e idôneas. O âmbito de eficácia do ato de reconhecimento está predeterminado por sua natureza mesma. Outra coisa, de muito diversa, no entanto é a presunção de autenticidade que, não constituindo efeito legal direto daquele (que não é, por sua conformação lógica, apto por causá-lo), deriva da circunstância de a assinatura, reconhecida e com presunção própria, pospor-se imediatamente ao conteúdo do documento. E o só fato da assinatura, subseqüente ao texto, inculcar, segundo regra de experiência "id quod plerumque fit", conformidade do signatário com o teor subscrito, é que dá consistência à presunção firmada do legislador no estabelecer evidente regra de distribuição de ônus de prova. São coisas diferentes. O legislador poderia assentar a mesma presunção de autenticidade do conteúdo documental, sem ligá-la à necessidade de prévio reconhecimento da firma. Bastaria, por exemplo, enunciar que, se não questiona a autenticidade da assinatura, autêntico se presumiria o documento. E nenhuma heresia se haveria de entrever em semelhante disposição legal, porque a sustentaria a relação lógica entre o teor do documento e a posposição imediata de assinatura identificada e incontrovertida.

Dizer, portanto, que se presume autêntico o documento, não significa que ao tabelião seja dado recusar-se ao reconhecimento quando não possa entender o conteúdo daquele. O juízo de concordância, que por naturalidade se infere, não nasce nem reconhecimento como tal (uma das formas possíveis de conferir presunção de autenticidade a assinaturas, mas não a única), nem

da capacidade de inteligência textual de parte do tabelião, a quem, às escâncaras, não impende avaliar a consistência substancial da comunicação, muito embora se lhe exija vele pela regularidade formal do papel. Por isto é que Pontes de Miranda releva que

"Cabe ao tabelião verificar se no texto não há raspões, entrelinhas ou outras ocorrências que façam duvidoso o conteúdo; mas a eficácia do reconhecimento da firma é restrita à assinatura" (op. e loc. cit.).

Este dever de cuidado predispõe-se a evitar seu concurso à circulação de documentos de ostensiva dubiedade formal. Não se lhe pede - nem se admite que o faça que mensure da regularidade lógica, da indiscutibilidade substancial e sequer da inteligibilidade do conteúdo - campo que lhe é, desabridamente, estranho às funções até porque se chegaria a não poucos absurdos. Basta pensar, numa hipótese extrema, se se condiciona o reconhecimento da firma (repita-se que é da firma) à condição de entendimento efetivo (compreensibilidade do tabelião que, sobre reconhecer apenas em casos de texto acessível a qualquer um, ainda deveria certificar que entendeu o conteúdo! .). Do contrário, não se saberia nunca da inteireza do ato de reconhecimento, pois não se saberia se o tabelião entendeu o conteúdo do documento cuja firma reconheceu!

Em segundo lugar, a presunção de autenticidade, posta pelo artigo 369, está subordinada à cláusula de a assinatura ter sido lançada na presença do tabelião, como reza a lei. Isto quer dizer que, se se não lança em sua presença, não está impedido de reconhecer, nem corre a presunção. Logo, é patente a possibilidade de haver reconhecimento da firma sem presunção de autenticidade coisa, aliás, nunca questionada, mas a que se apegava o argumento da orientação por modificar.

Em terceiro lugar, como já deixamos entreaberto, a norma do artigo 369 é mera regra de distribuição do ônus da prova, não no sentido de que- o reconhecimento cause diretamente, a presunção de autenticidade do conteúdo, mas no sentido de que, como é isto o que acontece de ordinário, o só fato de alguém ter lançado assinatura na presença do tabelião, sobre dado texto, induz a crer que lhe adere ao conteúdo ou pelo menos não o rejeita. Nesses dados, cabe aos argüentes a prova escorreita da pecha de falsidade ideológica ou material do documento! Este é o cerne do conteúdo processual da regra, ou melhor, o cerne de sua processualidade.

Não se guerreia, outrossim, que o reconhecimento é condição de eficácia de procuração, em relação a terceiros (art. 1.289, § 3.º, do Código Civil), e pressuposto de acesso ao Registro de Títulos e Documentos (art. 158, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Neste passo, aliás, indispensável acentuar que o reconhecimento, como grafamos, é mera condição de eficácia, no que concerne à oponibilidade da procuração a terceiros e simples pressuposto de ingresso dela no Registro de Títulos e Documentos, pois, à evidência, a validade e a eficácia da procuração não dependem apenas do reconhecimento em si, mas de um conjunto de requisitos legais, sem cuja coexistência, ainda que reconhecida a firma do mandante ou mandantes, o ato é inválido ou ineficaz. Trata-se, como está claro, no caso do art. 1.289, § 3.º, do Código Civil, de expressão imprópria, que não pode ser lida na simples literalidade, mas no sentido técnico que lhe corresponde, ou seja, o reconhecimento é condição de eficácia da procuração em relação a terceiros. 1~ válida "inter partes", mas, sem o reconhecimento, não produz efeitos jurídicos em face de terceiros! E, no que tange ao art. 158, da Lei de Registro Públicos, está elevado a condição de acesso e sequer de eficácia!

Não podia deixar de ser assim.

O fato de, enquanto não vertido a vernáculo, não gerar o documento efeitos legais no país (arts. 140, do Código Civil; 125, do Código Comercial) e não poder, ademais, ser admitido em juízo, inclusive sem registro (art. 151 e 157, do Código de Processo Civil; 236, do Código de Processo Penal, e 129, § 6.º, da Lei de Registros Públicos), não significa que, reconhecida a firma passe a apresentar a eficácia suspensa. Está claro que nenhum desses dispositivos condiciona a plena operância do documento ou sua aptidão atualizada de produzir efeitos jurídicos, no país, senão à circunstância que menciona, ou seja, à tradução. Logo, sem esta, conquanto reconhecida a firma, o documento continua a ostentar a eficácia subordinada ao implemento dessa condição legal, que é o ser traduzido! Isto quer dizer apenas que a tradução é requisito elementar (é elemento) da plena operabilidade jurídica, no país, do documento redigido em língua estrangeira, mas não exclui que, preenchido, não se exija, por expressa disposição da lei outros fatores concorrentes ou suplementares ("posteria" lógicas) de eficácia, nem que, atendidos estes, se dispense aquele (tradução). No primeiro caso, temos a hipótese do art. 129, § 6.º, da Lei de Registros Públicos, que acresce (adiciona) à necessidade de tradução, (condição

necessária mas não suficiente), para os fins que especifica, a sujeição a registro no Registro de Títulos e Documentos, isto, é não basta a tradução. E, no segundo caso, tem-se a própria hipótese do reconhecimento de firma, que, consumado, não é suficiente para determinar a eficácia condicionada.

O art. 148, "caput", cc. art. 158, todos da Lei de Registros Públicos, por fim, convalida o entendimento de que nada obsta o só reconhecimento de firmas em documentos vazados em língua estrangeira. É que o primeiro admite o registro desses documentos, independentemente da tradução, para fins de conservação ou perpetuidade, condicionando-lhes a eficácia, no país, à versão e seu registro. O segundo exige que, em se tratando de procurações, estejam as firmas dos outorgantes reconhecidas. Vale dizer, quando se trate de instrumentos de mandato, redigidos em idioma estrangeiro, poderão, no original, ter acesso ao registro público, para efeito de conservação e independentemente de tradução desde que estejam reconhecidas as firmas dos mandantes. Fora insensato interpretar o cânone do art. 158, "caput" inutilizando-se-lhe o comando permissivo da primeira proposição, sob argumento de que não têm acesso ao registro sem prévia tradução. A tradução exige-a o mesmo artigo, no segundo discurso normativo, apenas para fins de eficácia no país! Não, para fins de conservação, está visto!

O mesmo princípio extrai-se ao art. 18 e parágrafo único do Decreto 13.609, de 23 de outubro de 1943, que não soa coisa diversa. A capacidade de produzir efeitos jurídicos, no país, não se atualiza senão depois de traduzido o documento e registrada a tradução. E, se exprimissem outra coisa, estaria abrogado pelo art. 158 "caput", da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Não se deve confundir curso legal, que é sinônimo de "eficácia jurídica" (pressuposta a validade), com o mero reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira. O reconhecê-la não é dar curso legal ao documento. Será, em alguns casos, condição para o curso. Nenhuma lei exige tradução prévia para o só reconhecimento de firmas, procedimento que se adota em outros Estados.

3. Do exposto e secundando as lúcidas razões do recorrente, somos em que, s.m.j., se dê provimento ao recurso, alterando-se a orientação normativa, firmada nos Processos CG 45.953/76 e 48.334/77, para assentar que nada obsta o reconhecimento de firmas inseridas em documentos vazados em língua estrangeira, desacompanhados de tradução. Se se entender necessária alguma cautela, poder-se-ia determinar aos Tabeliães que ressalvassem, expressamente, que o reconhecimento não importa presunção de validade, eficácia ou autenticidade do conteúdo documental. Opinamos ainda em que, eventualmente aprovado este, seja publicado no Diário Oficial e juntada cópia ao Processo CG 50.686.

À alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 12 de setembro de 1979.

(a) Antônio Cesar Peluso, Juiz Auxiliar

1. O parecer do MM. Juiz Auxiliar bem colocou o problema do reconhecimento de firma por tabelião em documento lavrado em idioma estrangeiro, documento esse destinado a produzir efeitos no estrangeiro.

O entendimento de que o reconhecimento da firma traz, como pressuposto, o fato do tabelião necessitar conhecer o conteúdo do documento, isto é, entender o que dele consta, não resiste à crítica feita pelo apelante a fls. 34/35:

"Por outro lado, não compete ao tabelião examinar o conteúdo de uma declaração. Se ininteligível o documento, não pode aquele opor-se ao reconhecimento da firma que o subscreve. Seria exigir omnisciência de um notário, tendo-se em conta a vastidão e a complexidade dos assuntos existentes que podem constituir matéria desses documentos, que para reconhecer uma firma, fato independente do conteúdo, devesse ele compreender o conteúdo de tal documento.

O mesmo se diga quando tais documentos estiverem escritos em língua estrangeira. Se os primeiros, escritos em língua nacional, mas de compreensão fora do alcance de um notário, constituírem atos ilícitos, mesmo com firma reconhecida serão nulos (arts. 81, 82, 129, 131 e outros do Cód. Civil). Se, os segundos, em linguagem estrangeira, não poderão, embora com firmas reconhecidas, surtirem efeitos nesse país. Vê-se, pois, que a salvaguarda da moral, do civismo e dos direitos existe de qualquer forma, e não será o tabelião o árbitro dessa salvaguarda, ainda mais quando há dispositivos legais a respeito, como demonstramos".

Realmente, exigir-se que o tabelião entenda o significado do documento do qual está reconhecendo a firma de quem o subscreveu, constitui exigência que não consta de qualquer dispositivo de lei e que não se concebe, mesmo, se possa exigir de um tabelião, ainda que

vazado em muito bom português o documento.

Documentos os há da mais variada espécie.

Para quem não é versado em estudos de direito, o memorial de um advogado, tratando de intrincados e complexos textos jurídicos aplicados a ambíguas e esdrúxulas cláusulas contratuais, constitui o que o homem do povo costuma chamar de "grego", isto é, ininteligível, ainda que para um homem ilustrado, um médico, um engenheiro, etc: ... ; o mesmo se diga de um relatório médico, com o emprego do palavreado técnico, conjugado a fenômenos relacionados com a psicopatologia e outros quadros clínicos de não fácil entendimento; idem, se o documento com firma a reconhecer se constitua de um amontoado de fórmulas algébricas ou trigonométricas, para não se falar dos documentos contendo fórmulas que se destinem a desvendar os mistérios da energia atômica.

Tais documentos, ainda que vazados em muito bom português, de regra geral são ininteligíveis para grande maioria da população, inclusive para os tabeliães; e se mantido for o princípio de que estes precisam conhecer o "conteúdo" do documento, então os tabeliães acabariam não podendo nunca reconhecer a firma em documento contendo uma fórmula referente à energia nuclear, ainda que escrita em português, uma vez que somente raros físicos neste Brasil teria capacidade bastante para isso.

Resulta, daí, que há necessidade de cautela na afirmação de certo princípios, uma vez que podem estes conduzir ao absurdo.

Se, com ufanismo, está o Brasil caminhando para ser uma potência mundial, com a colaboração de centenas de empresas e de indivíduos providos de países que falam idiomas diferentes do nosso, está evidente que precisamos nos adaptar à convivência com essa situação nova.

Como bem observou o Desembargador Dr. Paulo Boeckel Velloso, então DD. Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

"Não se pode ignorar, por outro lado, a força dos fatos, o impacto que o mundo dos negócios traz no tocante às formas jurídicas adotadas para a sua celebração, mormente quando, como no caso, intervém como contratante, , um Banco estrangeiro e que, embora contratando com uma firma sediada no Brasil, utiliza a língua de seu país, usualmente, para formalizar semelhantes ajustes, bem como sua moeda, como referência de valor, - o que, aliás, conta com suporte legal. Em semelhantes casos, se o Tabelião conhecer a língua utilizada e pela leitura do contrato verificar que não ocorrem as hipóteses que impedem o reconhecimento, poderá promover o mencionado reconhecimento, mesmo sem a formalidade, sempre útil, da prévia tradução, ou da contratação bilingüe, que seria a ideal. Se não conhecer a língua, poderá recusar-se ao reconhecimento, sendo lícito a qualquer das partes contratantes apresentar a tradução de seu conteúdo, feita por um tradutor juramentado e com a fé de corresponder ao original, - quando então, nada mais obstando, o reconhecimento deverá ser feito" (fls. 76).

O mundo está ficando cada vez mais um só; diariamente, os estabelecimentos bancários expedem centenas de documentos nos mais variados idiomas para centenas de países autorizando pagamentos, dando ordens e contra-ordens, remetendo contratos, e vice-versa; as faturas dos exportadores são expedidas em língua estrangeira; as propostas de concorrência pública internacional são feitas em línguas estrangeiras; os documentos relacionados com bolsas de estudos concedidas por entidades estrangeiras são expedidos no idioma do país de onde provém; muitos desses documentos exigem autenticação no Brasil, e a autenticação que a nossa lei conhece, no tocante à firma de quem subscreve, ou aceita tais documentos, é o reconhecimento de firma pelo tabelião (art. 369 C.P.C.).

Tais documentos irão Produzir efeitos no estrangeiro; têm como finalidade fazer prova no estrangeiro, pelo que não tem sentido invocar a legislação brasileira que disciplina o uso de documento vazado em idioma estrangeiro para produzir efeitos no Brasil.

O próprio Código Civil, elaborado no início do século e somente promulgado em 1916, admitiu, como não poderia deixar de fazê-lo, que o estrangeiro redigisse o seu testamento no idioma do seu país de origem, ou por intermédio de outra pessoa a seu rogo, assinando-o, em seguida (art. 1.640 do C.C.), testamento esse que, "depois de aprovado e cerrado", "o oficial lançará, no seu livro nota do lugar, dia, mês e ano, em que o testamento foi aprovado e entregue" (art.º 1.643); e esse testamento poderá ser cumprido, quando então, obviamente, deverá ser objeto de tradução em vernáculo (art.º 1.644).

Mesmo o testamento particular, a lei admite que seja escrito em língua estrangeira, "contanto que as testemunhas a compreendam" (art.º 1.649).

Dir-se-á que se trata de uma exceção expressa à regra geral, ocorre, porém, que no princípio do

século, era a exceção que ao legislador pareceu necessitar de disciplinação, mas, como ensina Erich Danz,

"o juiz deve ter presente que os "conceitos" são um produto das realidades da vida existentes no momento da sua criação; que, por isso, acontece muitas vezes não serem os conceitos exatos; em relação àquelas realidades; e sobretudo,, quando estas mudam, os antigos conceitos, que não podem abranger as novas realidades, perdem necessariamente, o seu valor".

(A Interpretação dos Negócios Jurídicos, pág. 129).

E esse mestre cita Hartmann:

"Não nos afastemos do terreno da vida prática, tomemos por ponto de partida as suas necessidades e as suas concepções, como faziam os juristas romanos clássicos, e será esse o meio preventivo mais eficaz contra toda a espécie de cegas especulações apriorísticas" (pág. 129).

Vê-se, por aí, que os conceitos jurídicos fundamentais mudam com o decorrer do tempo, necessariamente, porque se não mudarem perderão sua utilidade face à mudança das circunstâncias que os tornam obsoletos.

Ora, não se concebe que uma firma brasileira ou estrangeira, sediada no Brasil, não possa outorgar uma procuração para produzir efeitos no estrangeiro, quando, então o documento muita vez há de ser lavrado no idioma do país onde irá produzir efeitos, mas, para que possa valer perante terceiros, a lei brasileira exige que o instrumento particular tenha a firma reconhecida por tabelião (art.º 1.289, § 3.º do Cód. Civ.).

Por instrumento público, a procuração não poderá ser outorgada no idioma estrangeiro, necessitando tradução; se o país estrangeiro exige procuração no idioma próprio, o instrumento há de ser particular e com firma reconhecida por tabelião, que é a forma usual de provar que quem outorgou a procuração é a pessoa mesma que o assinou.

Se, pelos próprios termos da procuração, não terá outra finalidade senão produzir efeitos no estrangeiro, não há por que invocar textos de lei que exigem tradução para produzir efeitos no Brasil.

E não há absurdo algum em produzir o documento efeito no estrangeiro e não poder produzir no Brasil senão após tradução, pois esse é o resultado ou consequência de todo e qualquer documento em língua estrangeira, quer produzindo aqui quer no estrangeiro.

Não vejo como se possa caracterizar o simples reconhecimento de firma em documento avulso como equivalente a dar-lhe curso legal no país; tenho em que se há de entender como, curso legal o emprego ou uso de um documento para fazer prova em juízo, numa repartição pública, numa operação bancária, etc. . . , porquanto em tal hipótese o documento está sendo usado no país para uma determinada finalidade.

2. O problema que surge na espécie é aquele relacionado com o fato de se cogitar, na espécie, de procurações, pelas quais uma empresa brasileira outorga poderes a vários outorgados para determinada providência em países estrangeiros.

O simples fato de se cogitar de documento cuja única finalidade é produzir efeitos no estrangeiro, já vem revelar que nunca será usado no Brasil, por falta de objeto.

O recorrente argumenta com o Protocolo sobre Uniformidade do Regime Legal das Procurações, subscrito pelos países da União Pan-Americana, em 1940.

Embora subscrito esse documento pelo Brasil, sem restrições, certo é, contudo, que esse documento consagra um sistema de procuração pelo chamado sistema de notariado tipo Latino, em uso na Argentina, França e outros países latinos, nos quais o notário exerce funções que vão além daquelas exercidas pelo tabelião brasileiro, muito embora o nosso regime se aproxime mais do regime Latino, do que do regime russo, que é o da oficialização dos cartórios, determinado pela Emenda Constitucional n.º 7, que transforma os tabeliões em simples funcionários públicos incumbidas de praticar determinados atos.

Assim é que, pelo citado Protocolo, nas procurações expedidas para terem valor no estrangeiro, o tabelião terá de dar fé de que não somente conhece o outorgante e de que ele está no gozo de suas faculdades mentais, como deveria também certificar que o outorgante "tem efetivamente a representação em cujo nome procede e de que esta representação é válida segundo os documentos autenticados que para esse efeito lhe tem sido exibidos e os quais mencionará especificamente, com declaração de sua data e de sua origem ou procedência", sendo certo, ainda que, em se tratando de outorga por pessoa jurídica, o tabelião dará fé de sua devida constituição, de sua sede, sua existência legal atual e de que o ato para o qual foi outorgada a procuração está compreendido entre os que constituem o objetivo ou atividade dela" (art.º 1.º,

itens I, II e III, do Protocolo).

Vê-se, por aí, que o Protocolo impõe uma série de exigências para as procurações "destinadas à utilização no estrangeiro" (artigo 1.º).

Tais procurações, pelo visto, somente poderiam ser outorgadas por instrumento público, uma vez que somente dessa forma o tabelião poderia consignar tais exigências, mas, o tabelião brasileiro não está habilitado, por lei, a dar fé mima procuração daquelas exigências previstas no Protocolo, pois a lei brasileira exige, tão-somente, os requisitos do artigo 1.289, do Código Civil; nem o tabelião tem condições, dado o sistema usado no Brasil, para dar fé das exigências previstas no Protocolo.

Portanto, o citado Protocolo, conquanto assinado pelo Brasil, não terá possibilidade de aqui ser cumprido, face à nossa legislação, que não dá direito ao tabelião de, numa procuração, certificar que o outorgante tem, efetivamente, a representação em cujo nome procede e de que dita representação é válida segundo os documentos autênticos que para esse efeito lhe foram exibidos, os quais precisam ser mencionados, assim como não pode o tabelião certificar que a pessoa jurídica foi devidamente constituída, que tem existência legal atual e que o ato para o qual foi outorgada a procuração está compreendido entre os que constituem o objetivo da empresa, com especificação dos documentos apresentados.

O Protocolo somente poderá ser cumprido pelos países que acolhem o sistema Latino em sua integridade, como se verifica do modelo de fls. 11 e versus, da Colômbia, onde constam no verso as certidões que o notário deverá fornecer.

No Brasil, as certidões exigidas pelo Protocolo são dadas pela Junta Comercial e não pelo tabelião.

Portanto, as procurações que o tabelião poderá reconhecer a firma somente poderão ser expedidas de acordo com a legislação brasileira, segundo a qual o tabelião somente autentica ser o outorgante pessoa sua conhecida e que ele está no gozo de sua capacidade legal, sendo o próprio quem assinou o instrumento público; no instrumento particular, assinado na presença ou não do tabelião, limitar-se-á este ao reconhecimento da firma, isto é, da assinatura de quem subscreveu o documento, além de verificar se extrinsecamente o documento se apresenta formalmente em ordem.

Ora, na hipótese dos autos, as procurações exibidas pelo recorrente não preenchem as formalidades legais.

No documento de fls. 10, destinado a produzir efeitos na Grécia, sequer consta o nome da pessoa, firma ou empresa que seria a outorgada, porquanto está em branco o espaço destinado ao preenchimento; o mesmo se diga quanto ao documento de fls. 15, destinado ao Irã.

Nas demais procurações consta o nome do outorgado, mas este sequer é identificado com os seus dados pessoais, residência, domicílio, filiação, identificação datiloscopia, etc. . . , isto é, não há elemento algum pelo qual se possa estabelecer a individuação de quem seja o outorgado" (artigo 1.289, § 1.º do Cód. Civ.), ou seja, a pessoa física ou a empresa que será o titular, no estrangeiro, dos poderes conferidos na procuração.

Com tais falhas, tais procurações não poderiam ter tido a firma reconhecida pelo Tabelião de Belo Horizonte, como o foram, pois poderão elas induzir a erro no estrangeiro quem delas se utilizar, ou provocar equívocas nas repartições públicas ou perante as pessoas quando do seu uso.

Além de haver absoluta necessidade de ficar consignado, no reconhecimento de firma, que o tabelião estava reconhecendo somente a autenticidade da assinatura, e não dos dizeres constantes da procuração, a fim de evitar equívocos no estrangeiro relacionados com o sistema adotado pelo Protocolo de 1940.

Creio que a solução para o problema suscitado pelos documentos lavrados em outro idioma e que necessitem ter a firma reconhecida por tabelião, seria a lavratura do texto da procuração nos dois idiomas, isto é, em português e no idioma do outro país (como consta, aliás, do documento de fls. 12, referente ao Paraguai), recebendo o texto em português e reconhecimento da firma por tabelião, ficando a aceitação do texto em outro idioma por conta do país onde fosse o instrumento utilizado. O texto em português poderia estar no anverso do documento e o outro texto no verso, ou então ambas numa mesma página, como a fls. 12.

Mas, em qualquer hipótese, a procuração haveria de contar com os requisitos mínimos da lei brasileira, o que não ocorre com nenhuma daquelas exibidas nos autos.

Além disso, no ato de reconhecer a firma, o tabelião deverá escrever que simplesmente reconhece a firma, isto é, a assinatura como sendo do próprio punho da pessoa indicada,

segundo a lei brasileira, e que o documento somente poderá ser utilizado no estrangeiro. O tabelião deverá mandar confeccionar carimbo com a frase Válido para ser utilizado somente no estrangeiro, e de preferência o carimbo deverá conter esta advertência em inglês, francês e espanhol.

3. Por todo o exposto, mantenho a decisão recorrida, por sua conclusão.

São Paulo, 8 de novembro de 1979.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. de 7-12-79

PROVIMENTO N.º 07/79

O Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais e considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 43.442/75, dá ao artigo 620, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, a seguinte redação: Artigo 620 - As certidões de antecedentes, para fins exclusivamente civis, serão expedidas com a anotação "nada consta", nos casos de:

- a) inquéritos arquivados;
- b) indiciados não denunciados;
- c) não recebimento de queixa-crime;
- d) extinção da punibilidade por prescrição da ação penal, decadência do direito de queixa ou de representação, desistência e perempção da ação penal privada (arts. 108, IV e IX, do Código Penal, e 60 do Código de Processo Penal);
- e) trancamento da ação penal;
- f) absolvição;
- g) condenação tão somente à pena de multa, estando esta paga;
- h) condenação, com suspensão condicional da pena, não revogada;
- i) reabilitação não revogada.

§ 1.º - As anotações constantes das alíneas e, d, f, g, h e i somente serão omitidas após o trânsito em julgado da respectiva sentença.

§ 2.º - As anotações, nas fichas de distribuição, de que o registro passa a ser secreto para fins exclusivamente civis, serão procedidas pessoalmente pelo Escrivão-Diretor, que nelas aporá sua assinatura.

§ 3.º - O Magistrado que revogar o "sursis" comunicará a revogação ao Distribuidor Criminal, quando então a certidão voltará a ser positiva (alínea h).

§ 4.º - As comunicações ao Distribuidor, determinadas no artigo 608, desta Consolidação, mencionarão o trânsito em julgado da sentença (v. § 1.º).

§ 5.º - O disposto neste artigo não se aplica às requisições judiciais, nem às certidões para fim eleitoral, posse em cargo público o inscrição em concurso público, quando a informação será completa.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 7 de dezembro de 1979

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., 11-12-79

DEGE 1 - COMUNICADO

O Exmo. Sr. Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça, comunica aos MM. Juízes Corregedores Permanentes, aos Senhores Oficiais de Registros Públicos e aos Escrivães de Notas, que o parágrafo único acrescido, pela Lei Federal 6.724, de 19 de novembro de 1979, ao artigo 14, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, não ab-roga nem derroga o Provimento 3/78 desta Corregedoria Geral da Justiça, que continua, portanto em pleno vigor.

LEI N.º 6.724, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1979

Acrescenta parágrafo único ao artigo 14 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216, de 30 de junho de 1975

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O art. 14 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n.º 6.216,

de 30 de junho de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art.

14

Parágrafo único - O valor correspondente às custas de escrituras, certidões, buscas, averbações, registros de qualquer natureza, emolumentos e despesas legais constará, obrigatoriamente, do próprio documento, independentemente da expedição do recibo, quando solicitado.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de novembro de 1979; 158.º da Independência e 91.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

D.O.J. de 13-12-79

Processo CG. n.º 53.440/79 - Capital - Int.: Juiz de Direito da 1.a Vara de Registros Públicos.

Sr. Desembargador Corregedor Geral:

1. O Juiz da 1.º Vara de Registros Públicos submete a esta E. Corregedoria a conveniência de edição de Provimento que dê interpretação extensiva ao artigo 1.º da Lei Federal n.º 6.690, de 25 de setembro de 1979, para abranger todos os títulos passíveis de protesto, e que considere válidas, as autorizações concedidas para cancelamento por parte de escreventes.

2. No que concerne ao último considerado, a questão está prejudicada em face da Portaria 129/79, de lavra de Vossa Excelência, que delegou aos Juizes Corregedores Permanentes dos Cartórios de Protestos as atribuições de autorização contidas no parágrafo único do art. 5.º, da Lei federal 6.690, de 25 de setembro de 1979.

3. Não há dúvida razoável de que o disposto no art. 1.º desse diploma legal não pode interpretado e aplicado, "stricto sensu", no sentido de excluir o benefício aos papéis que, não se reputando títulos cambiais, são suscetíveis de protesto.

O cânone apenas coroou a criação pretoriana de iniciativa feliz do Poder Judiciário paulista, conquanto fundado em precedentes administrativos de alguns Cartórios de outros Estados. Ora, tal orientação jamais discerniu a propósito, abarcando sempre os títulos de dívida que, cambiais não fossem, tinham acesso ao protesto.

A razão esteve sempre em que o fundamento da providência não entendia com a natureza jurídica das letras e títulos, em distinção de nenhuma ressonância nos propósitos de sua instituição, mas com a circunstância de a consumação do protesto representar grave estorvo à atuação econômica, não merecendo agravar devedor que se redimira na solução do débito respectivo.

Se fluiu a Lei dessa orientação e destes altos objetivos sociais, coisa que não padece questionamento, menos curial fora dar-lhe leitura que estabelecesse nítido conflito entre ambos os princípios, através de decote conceitual de nenhum alcance, nem mesmo de ordem prática. A que viria a distinção?

Se é verdadeiro que as construções doutrinárias, em sede de hermenêutica e exegese, se prestam apenas a dar explícito suporte aos ditames do bom senso, a conclusão postula se reconciliem a letra da lei e sua dimensão teleológica, casando-se aqueles princípios, sem quebra da ortodoxia.

A Lei disse menos do que quis!

4. Sensata, por fim, a sugestão do douto Juízo opinante, no sentido de conferir caráter normativo ao entendimento da necessidade de exibição de instrumento de mandato, quando se cuidar de pretensão externada por procurador.

O feito liberatório do ato de cancelamento não autoriza desconsiderar o expresso comando legal que exige poderes especiais, vale dizer, prova deles (art. 2.º, "caput").

Como bem ponderado na r. decisão, do contrário não se poderia evitar que se procedesse a cancelamento de protestos indevidamente tirados, por culpa do apresentante, sem a interveniência do devedor que, não raro, o ignorava! Este é argumento lateral, que a própria expressividade do texto legal não comporta indecisão.

5. Para outorga de caráter normativo às interpretações assentadas, não se faz necessária edição

de Provimento, bastando que, eventualmente este, o dê Vossa Excelência às seguintes conclusões:

5. 1 A expressão "títulos cambiais", empregada no art. 1.º, da Lei federal 6.690, de 25 de setembro de 1979, abrange todos os títulos, letras, documentos e papéis protestados, ainda que cambiais não sejam.

5.2 Ao cancelamento requerido por outrem que não o devedor pessoalmente, é imprescindível apresentação de instrumento de mandato com poderes especiais (art. 2.º "caput", da Lei 6.690, de 25 de setembro de 1979).

À alta consideração de V. Exa.

S.P., 30 de novembro de 1979

(a) Antônio Cezar Peluso - Juiz de Direito

Aprovo o parecer.

S.P., 5-12-79

(a) Des. Dr. Humberto de Andrade Junqueira - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. de 13-12-79

Processo CG. N.º 50.747178 - Capital - Int.: Dr. Raul Gotilla (Adv.). Senhor Desembargador Corregedor Geral:

1. O advogado Raul Gotilla propõe seja determinado o curso dos processos de inventário e arrolamento, durante as férias forenses, sempre que todos os interessados estejam de acordo ou seja único o patrono. Argumenta com que os processos se amontoam depois das férias e, ademais, se trataria de atividade de jurisdição voluntária ou gratuita, de índole, portanto, administrativa.

Os MM. Juízes pronunciaram-se.

2. Equivocou-se o culto proponente quando invocou a natureza voluntária ou graciosa da jurisdição exercida no processamento de inventários e arrolamentos, sob a égide do vigente Código de Processo Civil.

Este Estatuto, tomando opção doutrinária, incluiu tal atividade entre as da chamada jurisdição contenciosa ou jurisdição propriamente dita. Cuida-se, portanto, de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa (cf. Livro IV, Título I, Capítulo IX, e arts. 982 e segs.).

Não haveria base, destarte, para, afrontando a origem normativa do caráter dogmático desses processos, entremetê-los na previsão do art. 174, I, primeira parte, do Código de Processo Civil. A proibição do art. 173, "caput", do Código, não conduz, entretanto, a reconhecimento de nulidade, quando os processos de inventários e arrolamentos tramitam durante as férias forenses, mediante acordo explícito de interessados maiores, manifestado através de patrono, ou patronos com poderes bastantes, como sugere, com evidente economia para as partes e prestígio para a Justiça, o advogado proponente (cf. art. 249, § 1.º, do Código Civil). Esta interpretação, que não é - admite-se - infensa a questionamentos, pode sustentada em face do peculiar caráter do objeto dos processos de inventários e arrolamentos, onde o acordo dos interessados lhes retira fundamento doutrinário à tese da natureza contenciosa. Nenhuma semelhança, sequer analogia, existe entre processo de inventário, em que os interessados são concordes, e os demais processos jurisdicionais; típicos, em qualquer de seus estados possíveis. Suprime-se a conflitividade, que não guarda feição potencial equivalente aos casos de revelia. É evidente, aí, o traço negocial.

Conclui-se, pois, nada obsta que, nesse caso, corram os processos de inventário e arrolamento, durante as férias forenses.

Doutro lado, não é de esquecer que, posto sejam estes qualificados entre os processos de jurisdição contenciosa, os requerimentos de alvarás podem ser definidos como atos de jurisdição voluntária, nada impedindo, em consequência, que, anuindo os interessados, tenham curso em meio as férias, nos exatos e precisos termos do art. 174, I, primeira parte, do Código de Processo Civil.

3. Do exposto e não obstante se revista a matéria de aspectos que orçam pela função jurisdicional, somos em que, s.m.j., se poderia recomendar aos MM. Juízes que dessem andamento, durante as férias forenses, aos processos de inventário e arrolamento e aos requerimentos de alvarás que, no curso deles, se insiram, sempre que o requeiram todos os interessados maiores.

A alta consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 24 de setembro de 1979.

(a) Dr. Antônio Cezar Peluso, Juiz Auxiliar

Fls. 41. - Aprovo o parecer. Publique-se.

S.P., 20-12-79.

(a) Des. Humberto de Andrade Junqueira, Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. 21-12-79

PROVIMENTO .º 01180

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Processo C.G. n.º 50.712, e ter-se verificado a inutilidade do livro denominado "Cofre de órfãos", previsto no art. 904, inciso III, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, porquanto, atualmente os depósitos de dinheiro de órfãos, interditos e incapazes em geral, são feitos na Caixa Econômica do Estado de São Paulo com mais segurança e evidente maior proveito; e, ainda,

Considerando a conveniência de eliminar-se toda sorte de impressos, cuja escrituração importe em avolumar, sem vantagem, o serviço dos Cartórios,

Resolve:

Artigo 1.º - Fica abolido o livro "Cofre de órfãos", devendo os magistrados proceder ao seu encerramento, arquivando-se o existente nos Cartórios.

Artigo 2.º - O presente Provimento aplica-se a todas as Comarcas do Estado.

Artigo 3.º - Os Srs. Juizes de Direito determinarão aos Srs. Escrivães certifiquem se os depósitos ainda escriturados no mencionado livro estão em vigor. Em caso positivo, deverão desde logo ser transferidos para conta a ser aberta na Caixa Econômica do Estado de São Paulo ou estabelecimento de crédito oficial, em nome individual do beneficiário, e à ordem do Juízo, certificando-se, nos autos a que correspondam, a providência adotada.

Artigo 4.º - Os depósitos de interesse de órfãos, interditos ou incapazes em geral, que se efetuarem desta data por diante, deverão ser certificados nos autos, pelo Escrivão ou escrevente responsável, mencionando-se o número da caderneta ou conta aberta e a Agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo ou estabelecimento congênere.

Artigo 5.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

São Paulo, 17 de janeiro de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça

Proc. CG. n.º 53.873180 - Capital - Int.: Serviço Público Federal.

Pelo Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"1. A Delegacia Estadual de São Paulo, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, encaminhou consulta à Corregedoria Geral da Justiça sobre a possibilidade de ser averbado, no Estado de São Paulo, à margem das transcrições imobiliárias, o "Termo de Responsabilidade pela Preservação de Florestas" conforme modelo apresentado, visando tomar mais efetivo o cumprimento do artigo 16 do Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965).

Formou-se, então, o Processo CG. n.º 44.522/76, que se acha em apenso.

A consulta recebeu resposta afirmativa, tendo o Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça aprovado o parecer do Juiz Auxiliar, Dr. Antônio Galvão Furquint Rebouças, que considerou pertinente a averbação "desde que conste expressamente do termo de responsabilidade a autorização do proprietário à efetiva averbação do documento no registro de imóveis" Ms. 11 dos autos em apenso).

2. Em 5 de dezembro de 1979, a Procuradoria Geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal endereçou consulta à Corregedoria Geral da Justiça, sobre "a possibilidade de adoção junto aos Cartórios de Registro de Imóveis deste Estado, de averbação à margem das transcrições imobiliárias de "Termo de Responsabilidade pela Preservação de Florestas". O modelo do referido termo, cartas circulares do Banco do Brasil e parecer favorável, tanto da

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, quanto da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, instruíram a consulta.

No dia 11 do corrente mês, a Procuradoria Geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal reiterou a consulta, instruindo-a com a mesma documentação anterior.

3. A matéria, objeto da consulta, foi examinada, de modo exaustivo, no parecer do Juiz Auxiliar, nos autos do Processo CC. n.º 44.522/76.

A delimitação da área mínima de cobertura florestal a ser preservada pode ser feita, através de termo de responsabilidade, firmado pelo proprietário, por si, herdeiros ou sucessores, e tal termo de responsabilidade tem condições de ser averbado no Cartório do Registro de Imóveis.

Não há dúvida de que a preservação de uma determinada área, na qual o proprietário fica impedido de proceder à derrubada de árvores, significa uma inquestionável restrição ao uso da propriedade. Tal limitação possui, contudo, embasamento legal (art. 16 do Código Florestal) e, em verdade, representa um "minus", se posta em confronto com a faculdade deferida ao proprietário, pelo artigo 6.º do Código Florestal, de gravar, através de termo averbável, floresta não preservada, com vínculo de perpetuidade.

O termo de responsabilidade em questão visa apenas estabelecer, de modo preciso, os limites da área preservada. A averbação desse termo não encontra nenhum óbice na Lei de Registros Públicos. Já é exato que, entre as treze hipóteses do inciso II do artigo 167 da referida lei, não se inclui o termo. Mas o elenco de hipóteses não é taxativo, e a averbação sempre cabe desde que guarde pertinência com o registro e represente a alteração dos elementos que o compõem.

É óbvio que o termo de responsabilidade pela preservação de florestas se traduz na delimitação de uma área específica da propriedade, que não poderá ser explorada, e tal circunstância modifica o registro de propriedade. A averbação se destina a tornar pública a obrigação assumida, de preservação permanente da área florestada.

A averbação do termo de responsabilidade não pode, no entanto, ser efetuada por ato unilateral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: depende, como é lógico, de manifestação de concordância do proprietário do imóvel. E foi nesse sentido o parecer lançado no Processo C.G. n.º 44.522/76 e aprovado pelo Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça.

4 - Na nova consulta, contudo, além da notícia da desnecessidade em relação ao pequeno produtor rural, assim definido de acordo com a orientação dos Bancos do Brasil e Central, de assinar o termo de responsabilidade, a Procuradoria Geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal exibiu modelo novo, desse termo, em que consta a cláusula pela qual o proprietário se compromete a efetuar a averbação do referido termo e da planta ou croqui delimitando a área preservada, no Cartório do Registro de Imóveis. Deste modo, o silêncio do termo de responsabilidade anterior foi substituído pela expressa manifestação de vontade do proprietário, no sentido de assumir a incumbência de efetuar a averbação. E tal acréscimo veio ao encontro da manifestação do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça, no Processo C.G. n.º 44.522/76.

Assim, a inclusão da mencionada cláusula no termo de responsabilidade não modificou, substancialmente, a situação antes enfocada, já que explicitou a concordância do proprietário, ao ato da averbação, na ocasião de firmar o compromisso.

A consulta merece, portanto, resposta positiva em termos idênticos à anteriormente manifestada.

São Paulo, 30 de janeiro de 1980

(a) Des. Adriano Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 12-2-80

DESE 2

COMUNICADO

Juiz de Casamento

O Desembargador ADRIANO MARREY, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA do Estado, recomenda aos Meritíssimos; Juizes de Direito Corregedores Permanentes de Cartórios de Registro Civil, diante do disposto no artigo 112, §§ 1.º e 10, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e nos termos do artigo 836 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, que, nos casos de falta, ausência ou impedimento de Juiz de Casamentos, procedam à nomeação de Juiz de Casamento "ad hoc", dentre eleitores residentes no Distrito, não pertencentes a órgão de direção ou de ação de partido político, sem prejuízo de outros requisitos de ordem moral,

cultural, etc.
D.O.J. de 14-2-80

COMUNICADO

Tendo em vista a nota genérica 12.a, constante da Tabela I, de Custas e Emolumentos Judiciais, aprovada pelo Decreto Estadual n.º 14.716, de 5-2-1980, dispondo que "Na Comarca da Capital o autor pagará, ainda, para cobrir despesas de microfilmagem, a importância de Cr\$ 50,00, que se constituirá renda do Estado" deverão os Distribuidores exigir e fazer observar o recolhimento da referida parcela, adicionando-a no código 275 do modelo oficial de guia de recolhimento do preparo inicial de distribuição, em todas as ações cíveis e nos processos crimes de ação privada, como renda do Estado.

D. O. J. de 21-2-80

Processo CG. N.º 52.997/79 - Capital - Int.: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda
Pelo Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"1. A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda encaminhou consulta sobre "a possibilidade de ser baixado provimento, no sentido de estabelecer, quando do registro de óbito, a obrigação de esclarecer se o falecido percebia vencimentos, proventos ou pensão dos cofres públicos estaduais ou de suas autarquias, para fins de comunicação à Secretaria da Fazenda, em caso positivo" (fls. 107).

A respeito da matéria, manifestaram-se, de modo contrário, tanto a Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo (fls. 112), quanto o Dr. Juiz da 2.a Vara dos Registros Públicos, Corregedor Permanente dos Cartórios do Registro Civil (fls. 114/115).

2. O art. 79 da Lei dos Registros Públicos, enumera, em ordem sucessiva, as pessoas obrigadas a fazer a declaração de óbito; e o seu art. 80 relaciona os dados informativos que o declarante deve transmitir ao serventuário, incluindo, entre eles, o da profissão do falecido.

Propõe a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que, através de provimento emanado da Corregedoria Geral da Justiça, se exija a especificação dessa profissão e, em se tratando de morte de funcionário público, que se explicita se percebia vencimentos, proventos ou pensão dos cofres públicos estaduais, ou de suas autarquias, para fins de comunicação àquela Secretaria.

3. Considero inviável a providência sugerida, pelos motivos seguintes.

Em primeiro lugar, por não surtir o efeito pretendido, visto que o declarante não apresenta, com frequência, condições para prestar um informe seguro sobre a profissão do morto, máxime para distinguir o funcionário público do autárquico, ou para fixar a diferença conceitual entre vencimentos, proventos e pensão. E enormes são os equívocos que o homem comum costuma fazer nessas matérias.

Em segundo, porque a medida não terá nenhum valor cogente, uma vez que o registro de óbito não deixará de ser efetuado mesmo que o declarante omita, conscientemente, a qualidade de funcionário público ou autárquico do falecido. Como observa Walter Ceneviva ("Lei de Registros Públicos Comentada" - pág. 182, "não sendo possível a obtenção de todos os elementos impostos pelo art. 80 o assente será lavrado com os de que dispuserem o declarante e o serventuário".

Em terceiro lugar, porque a providência proposta dará margem a inúmeros erros nos assentos de óbito, redundando em posteriores processos de retificação, tais como os que têm curso para corrigir declarações feitas a respeito do estado civil ou sobre a existência, ou não, de testamento ou de filhos do morto.

Por último, porque o provimento sugerido acarretaria o ônus de mais uma comunicação, que em verdade seria ineficaz, além de inúmeras outras (I.B.G.E., Justiça Eleitoral, Exército e Cartório onde o nascimento foi registrado), que já sobrecarregam os Registros Cíveis.

A matéria que ensejou a presente consulta deve, portanto, ser equacionada no âmbito da própria Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, não cabendo nenhuma medida da alçada da Corregedoria Geral da Justiça.

4. Oficie-se, em resposta, ao Exmo. Sr. Secretario da Fazenda, transmitindo o teor desta decisão

e as manifestações do Sr. Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo (fls. 112 e v.) e do Dr. Juiz Corregedor Permanente (fls. 114/ 15).

São Paulo, 11 de fevereiro de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 15-2-80

PROVIMENTO N.º 02/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do artigo 39 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional,

Resolve:

Determinar sejam observadas as seguintes normas, em substituição ao sistema ora vigente, de informações mensais a respeito da Magistratura de primeira instância.

Artigo 1.º - O Magistrado de primeira instância do Estado de São Paulo remeterá, mensalmente, até o dia dez de cada mês, referentemente ao anterior, informação à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, contendo:

I - relação dos feitos em seu poder, cujos prazos para despacho ou decisão hajam sido excedidos, identificados pelos respectivos números de registro; e

II - número de sentenças proferidas, registradas no livro adequado, separando-as, tanto quanto possível, em cíveis, criminais e administrativas, bem como as decorrentes do concomitante exercício da jurisdição eleitoral e/ou trabalhista (arts. 135 e 141, § 2.º, in fine, da Constituição da República).

Parágrafo único - Poderá o Magistrado expor as razões de eventual atraso.

Artigo 2.º - A obrigação é pessoal e subsiste mesmo no caso de férias. Poderá, todavia, ficar dispensado o Magistrado, a requerimento ou ex officio, em casos como de licença, afastamento, e desempenho de função docente a que se refere o artigo 26, § 2.º, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, se exclusiva.

Artigo 3.º - O controle da atividade da Magistratura, referida neste Provimento, será feito na Corregedoria Geral da Justiça, por meio de fichas próprias, com colunas destinadas à menção dos números de feitos e de sentenças, a que se referem os incisos I e II do artigo 1.º, e linhas destinadas a eventuais observações.

Artigo 4.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de março de 1980, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e remetam-se cópias ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura e a todos os Magistrados do Estado, mesmo em disponibilidade.

São Paulo, 4 de fevereiro de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. de 13-2-80

Processo CG. n.º 53.995/80 - Capital - Int.: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB.

Despacho:

O INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL, por seu Presidente, representa a esta E. Corregedoria no sentido de baixar provimento ou instrução dê caráter normativo para a aplicação da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, em vigor a contar da data de sua publicação.

Antes de formular as diversas indagações, observa que a Lei n.º 6.766/79 disciplina o parcelamento do solo urbano, alterando disposições do Decreto-lei n.º 58/37, que apenas se aplicava ao parcelamento em lotes destinados à venda mediante pagamento em prestações e por oferta pública. Embora, em inúmeros dispositivos, a nova lei demonstre que seu intuito tenha sido o mesmo, ou seja, o de reger loteamentos e desmembramentos cujos lotes sejam prometidos à venda naquelas condições, inexistente ressalva expressa a respeito; ao contrário, outros dispositivos sugerem que também a compra e venda mediante pagamento à vista abrangida pelas novas normas legais.

E prossegue: diversamente do que ocorria na vigência da lei anterior, o novo diploma praticamente equipara aos loteamentos os desmembramento e disciplina o registro destes. Ainda quanto aos desmembramentos, salienta que, comumente, são apresentados a registro, títulos relativos a imóveis cujos lançamentos já vêm sendo feitos pela Municipalidade, separadamente; em outros casos, ao contrário, a Municipalidade aguarda o registro da parte vendida para, em seguida, proceder ao cadastramento e conseqüente lançamento do imposto cabível.

De algum tempo para cá, a Prefeitura Municipal de São Paulo, com o elogiável intuito de procurar resolver situações de fato, criadas pela existência de antigos arruamentos, tem solicitado, administrativamente, a averbação da abertura de ruas (muitas vezes já oficializadas) à margem das transcrições correspondentes; tais processos, após a verificação da disponibilidade da área pelos Cartórios correspondentes, encerram-se com a expedição de mandado cabível, pelo MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos, para que se a proceda. Após isso, os lotes, geralmente já totalmente vendidos, podem ser registrados em nome de seus atuais proprietários. Ao que consta, há centenas de processos dessa natureza em tramitação, parecendo que ficarão frustrados os salutareos propósitos da Municipalidade paulistana, caso se passem a considerar esses imóveis como desmembramentos, para os efeitos da nova lei, sujeitando-se, por conseguinte, o registro às exigências dela constantes. Ademais, a nova lei comina penas gravíssimas para os Oficiais responsáveis por registros que não observem suas disposições, sem prejuízo, das sanções administrativas cabíveis.

Daí a formulação das seguintes indagações.

1.ª - "A Lei n.º 6.766/79 aplica-se a qualquer loteamento, mesmo no caso do proprietário não pretender efetuar a venda dos lotes mediante pagamento do preço em prestações?"

2.ª - "No que se refere aos desmembramentos de lotes que já venham sendo lançados individualizadamente pela Municipalidade, poderá o registro ser feito sem a observância do disposto no artigo 18 e seus parágrafos, da nova lei?"

3.ª - "No caso de desmembramentos já em curso, com transmissões registradas anteriormente, mas cujo lançamento tributário ainda esteja sendo feito pela área maior, é passível o registro de novas transmissões sem as mesmas exigências referidas na questão anterior?"

4.ª - "A mesma solução será aplicável aos arruamentos que vêm sendo regularizados pela Municipalidade, com a averbação da abertura das respectivas ruas?"

5.ª - "O desdobro de lote deve ser considerado como um desmembramento, para os efeitos da citada lei?"

6.ª - "As normas contidas na mesma lei incidem sobre os atos efetivados mediante escrituras públicas ou instrumentos particulares comprovadamente anteriores à data de sua publicação?"

7.ª - Devem ser considerados como desmembramentos, para os efeitos da nova lei, os atos de divisão amigável ou judicial destinados a extinguir o estado de comunhão?"

Continua, depois, afirmando que outras questões que têm sido levantadas são de solução mais simples. Assim, por exemplo, parece que não devam ser tratados como desmembramentos, para os fins da nova lei, os casos de: (a) venda e compra efetivando promessa de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de direitos anteriores à vigência da Lei n.º 6.766/79, (b) transmissão de terreno no qual já exista edificação aprovada pela Municipalidade, ainda que a construção tenha sido feita pelo compromissário comprador, e (c) a transmissão do remanescente de área anteriormente desmembrada. Todavia, mesmo estes casos poderão ser contemplados no provimento ou instruções que a E. Corregedoria Geral venha a baixar.

A representação encontra-se instruída com artigo do Dr. Walter Ceneviva, sob o título "loteamento sem registro é crime", publicado na "Folha de São Paulo", edição de 5 do corrente. É o relatório.

2. Antes de mais nada, louve-se a iniciativa do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, visando obter uma orientação de caráter geral, a permitir uniformização da atuação dos Serventuários do Estado, a evitar soluções discrepantes.

3. A Lei n.º 6.766/79, decorrente da competência legislativa da União (art. 8.º, inc. XVII, b e c, da Constituição da República), entrou em vigor na data de sua publicação, a 20 de dezembro de 1979.

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, admitidas as modalidades de loteamento e de desmembramento. O parcelamento do solo, preceitua seu artigo 2.º, "poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento". E, conforme se reconhece na representação, o novo diploma, praticamente, equipara aos loteamentos os desmembramentos.

Era menor o campo de aplicação do Decreto-lei n.º 58/37, que regulava apenas o loteamento e a venda dos respectivos lotes, por oferta pública, mediante o pagamento do preço a prazo, em prestações sucessivas e periódicas (art. 1.º).

A nova lei não distingue entre vendas a prazo e vendas para pagamento à vista. É vedado - estabelece seu artigo 37 - "é vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado". Mais adiante, no capítulo das "Disposições Penais", depois de descrever hipóteses de crimes contra a Administração Pública (art. 50), estatui a lei: "O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido: I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente; " ... (art. 50, parágrafo único).

O novo diploma legal, além de não permitir o parcelamento do solo em várias situações (art. 3.º e parágrafo único), estabelece requisitos mínimos para o loteamento (arts. 4.º -5.º), bem como normas para os projetos de loteamento (arts. 6.º -9.º) e de desmembramento (arts. 10-11). Ademais, regula o registro de um e de outro (arts. 18-24) e os contratos pertinentes (arts. 25-36). Por último, fixa as disposições gerais (arts. 37-39), as penais (arts. 50-52) e as finais (arts. 53-55).

Sua aplicação é imediata.

A nova lei considera, tanto o loteamento quanto o desmembramento, como "subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação". (art. 2., §§ 1.º e 2.º). Melhor seria que se referisse à divisão de lotes, como ocorre no art. 10, inc. III, diferentemente de subdivisão das quadras em lotes, como aparece no art. N.º, § 1.º, inc. E Isso porque subdivisão é a divisão de uma divisão. Todavia, certo é que a lei não regula, especificamente, o fracionamento, de lote.

4. Por outro lado, cumpro respeitar a regra constitucional de vedação de lei retroeficazes. Aliás, na Lei n.º 6.766/79 nada se dispôs em contrário. Incide, portanto, o princípio mantido pela Constituição vigente, segundo o qual "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" (art. 153, § 3.º). Corno se não bastasse, também é claro o artigo 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil: "A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".

"Sem o princípio da irretroatividade - escreve Washington de Barros Monteiro -, inexistiria qualquer segurança nas transações, a liberdade civil seria um mito, a estabilidade patrimonial desapareceria e a solidez dos negócios estaria sacrificada, para dar lugar a um ambiente de apreensões e de incertezas, impregnado de intranquilidade e altamente nocivo aos interesses do indivíduo e da sociedade. Seria negação do próprio direito, cuja específica função, no dizer de Ruggiero-Maroi, é tutela e garantia" ("Curso de Direito Civil - Parte Geral", págs. 32-33. Saraiva, 1962).

Daí a necessidade de não se perder de vista este outro ordenamento jurídico, de respeito ao passado.

Pode-se concluir, assim, que a Lei n.º 6.766/79 é de aplicação imediata, não retroativa, não podendo atingir relações jurídicas perfeitas e acabadas.

5. Feitas estas considerações, e sem prejuízo de outras, abaixo, pode-se passar a responder às indagações.

À 1.ª - "A Lei n. 6.766/79 aplica-se a qualquer loteamento, mesmo no caso do proprietário não pretender efetuar a venda dos lotes mediante pagamento do preço em prestações?" - sim. A nova lei aplica-se a qualquer loteamento, pouco importando a forma de pagamento do preço. A lei não distingue, se a prazo, ou não.

À 2.ª e à 3.ª - "No que se refere aos desmembramentos de lotes que já venham sendo lançados individualizadamente pela Municipalidade, poderá o registro ser feito sem a observância do disposto no artigo 18 e seus parágrafos, da nova lei? no caso de desmembramentos já em curso, com transmissões, registradas anteriormente, mas cujo lançamento tributário ainda esteja sendo feito pela área maior, é possível o registro de novas transmissões sem as mesmas exigências na questão anterior?" - sim, porque a Lei n.º 6.766/79 não é retroativa. Se a Municipalidade, quando do advento da nova lei, já havia lançado tributo sobre parcela do imóvel é porque, implicitamente, havia reconhecido o desmembramento anterior. O mesmo ocorre na hipótese de transmissão de parte do imóvel, registrada na vigência da legislação antiga, com a tácita aceitação do desmembramento pelo Registro Público. Isto tudo, porém, é claro, desde que, se não fosse a lei nova, o registro imobiliário poderia ter sido levado a efeito, com os instrumentos comprovadamente formalizados na vigência da legislação anterior.

À 4.^a - "A mesma solução será aplicável aos arruamentos que vêm sendo regularizados pela Municipalidade, com a averbação da abertura das respectivas ruas?" - sim. Os arruamentos que vêm sendo regularizados pela Municipalidade de São Paulo constituem situações de fato, irreversíveis, tanto que apenas se cuida de sua regularização. Não há como fazer incidir, retroativamente, quanto a eles, a lei nova. Entretanto, a resposta somente se aplica aos contratos anteriores à vigência da Lei n.º 6.766/79,

À 5.^a - "O desdobro de lote deve ser considerado como uni desmembramento, para os efeitos da citada lei?" - não, pois, conforme já observado, o novo diploma legal não regula, especificamente, o fracionamento do solo. Contudo, a subdivisão de lote não pode desatender ao preceito do artigo 3.º, parágrafo único, nem ao mínimo exigido no artigo 4.º, inc. II, da Lei. Não pode implicar na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem ao prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes (artigo 2.º, § 2.º).

À 6.^a - "As normas contidas na mesma lei incidem sobre os atos efetivados mediante escrituras públicas ou instrumentos particulares comprovadamente anteriores à data de sua publicação?" - não. A lei não atinge relações jurídicas perfeitas e acabadas, com instrumentos comprovadamente formalizados na vigência da legislação anterior, observando-se, no mais, as respostas às questões 2.^a e 4.^a

À 7.^a - finalmente, - "Devem ser considerados como desmembramentos, para os efeitos da nova lei, os atos de divisão amigável ou judicial, destinados a extinguir o estado de comunhão?" - não. O desmembramento visa permitir a transferência de partes reais do todo a terceiros. A divisão, amigável ou judicial, diferentemente, envolve os condôminos e visa a partilha da coisa comum, sem transmissão da propriedade (artigo 631 do Código Civil).

No mais, quanto às outras questões, especificamente quanto aos exemplos mencionados, deve ser aproveitada a resposta às questões 2.^a e 3.^a.

6. Não é o caso de se baixar provimento, dada a natureza transitória das questões levantadas. Determino, apenas, que se proceda à publicação deste despacho, para observância pelos Srs. Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado.

Após, arquivem-se os autos, comunicando-se.

São Paulo, 5 de fevereiro de 1980.

a) Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça.

(D.O.J. de 13-2-80)

COMUNICADO AOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis e aos interessados em geral, tendo em vista o disposto no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 6.766, de 1979, que a anuência prévia da autoridade metropolitana, no caso de loteamento ou desmembramento localizado em Município da Região Metropolitana da Grande São Paulo, deverá ser da Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos, por sua Assessoria Técnica. 12 o que consta da Resolução SNM I 3, de 29, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 1980.
(D.O.J. de 14-02-80)

PROVIMENTO N.º 03/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o artigo 3.º e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 858, de 11-9-1969, transpostos para os §§ 1.º e 2.º do artigo 443 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, dispunham que: "Não será distribuído requerimento de concordata preventiva ou liquidação judicial de sociedade sem a prova negativa de executivo fiscal proposto pela Fazenda Pública, fornecida pelo competente Ofício Distribuidor". E o parágrafo único: "Terá efeito de certidão negativa aquela que, mesmo acusando executivo fiscal proposto, vier acompanhada de prova de existência de penhora aceita, mediante certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do Juízo respectivo";

CONSIDERANDO que o impedimento formal aludido restringe até mesmo o exercício do direito das partes de verem apreciados seus pedidos, que nem ao menos poderão ser objeto de protocolamento no setor de distribuição, onde haja mais de um juiz, sendo, por isso mesmo, de legitimidade constitucional duvidosa, por ferir uma das manifestações do direito de petição em seu sentido mais amplo;

CONSIDERANDO que a aplicação pura e simples, da limitação trazida pelo Decreto-lei n.º 858, acima transcrito, tem concorrido para situações aflitivas, e de grave prejuízo, após o advento do Código de Processo Civil de 1973, por desatenta à distinção implícita no respectivo artigo 263, 1.ª parte, dado que a distribuição é ato que somente precede o despacho inicial dos feitos nas comarcas onde há mais de um juiz, porquanto, nas demais, conforme o texto da lei processual, "considere-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz". Em consequência, torna-se intolerável que, em casos absolutamente iguais, o tratamento seja desigual;

CONSIDERANDO, ademais, a superveniência do Decreto-lei n.º 1.715, de 22-11-1979, que restringe a exigência da prova de quitação de tributos, multas e outros encargos fiscais da esfera federal, apenas às hipóteses de "concessão de concordata e declaração de extinção das obrigações do falido" (art. 1.º), vedando expressamente a ampliação dessa exigência para quaisquer outras hipóteses (art. 2.º);

CONSIDERANDO que a Lei Falimentar atribui conceitos processuais técnicos precisos às expressões "concessão de concordata" (arts. 146 e 147) e "extinção das obrigações do falido" (arts. 134 e 138), tirando qualquer possibilidade de confusão, pois a concessão se faz por sentença, que, por sua vez, pressupõe formação do processo, como se acha no Título VI, do Livro I, do Código de Processo Civil, o mesmo sucedendo em relação à extinção das obrigações, somente possível através de sentença, no final do processo falencial;

CONSIDERANDO que no tocante à liquidação judicial de sociedade, prevista no Decreto-lei n.º 858, de 1969, e não referida no recente Decreto-lei n.º 1.715, de 1979, cabem as mesmas considerações;

CONSIDERANDO que não se justifica a liberação em relação a Fazenda Nacional (Dec. Lei n.º 1.715/79) e a manutenção do óbice em relação às Fazendas Estaduais e Municipais;

CONSIDERANDO, por último, tratar-se de matéria jurisdicional a ser apreciada pelo Juiz competente após o ajuizamento do pedido, nos termos do artigo 263, do Código de Processo Civil.

Resolve:

Artigo 1.º - Ficam suprimidos os atuais §§ 1.º e 2.º do artigo 443 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 2.º - Ao mencionado artigo 443 acrescente-se um parágrafo, do seguinte teor:

"Parágrafo único - Nos feitos distribuídos, em que incida a exigência legal de prova negativa de débito fiscal ajuizado, caberá ao juiz competente decidir a seu respeito".

Registre-se. Publique-se. Comunique-se à Ordem dos Advogados, Seção de São Paulo, à Associação dos Advogados e ao Instituto dos Advogados. Divulgue-se. Cumpra-se.

São Paulo, 28 de fevereiro de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 1.0-3-80

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DEGE 1

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Artigo 1.º - Os Cartórios de Registro Civil e de Registro de Imóveis manterão fichas com padrões de firmas dos serventuários dos cartórios, ou substitutos eventuais, e dos Juizes de Direito das respectivas comarcas, destinadas à confrontação com os títulos e documentos públicos que forem apresentados para registro ou averbação.

Parágrafo único - A confrontação prevista neste artigo é isenta de emolumentos e não importa em ato notarial.

Artigo 2.º - Sempre que ocorra fundada dúvida sobre a autenticidade da firma constante de

documento público ou particular, o Oficial do registro deverá, sob pena de responsabilidade, exigir o seu reconhecimento.

Artigo 3.º - Os serventuários ficam autorizados a reconhecer ou determinar o reconhecimento das firmas dos subscritores de títulos e de documentos públicos destinados a serem registrados em outras comarcas, margeando os emolumentos referentes ao ato.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 5 de março de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça.

D.O.J. de 11-3-80

PORTARIA N.º 28/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a conveniência de ser uniformizada a averbação de escrituras de adoção simples à margem dos registros de nascimento de menores, na forma da Lei n.º 6.697, de 10-10-79, (Código de Menores) ;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 82 e parágrafo único da referida lei;

CONSIDERANDO, que na adoção simples (artigo 27 do Código de Menores) aplicam-se as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil;

CONSIDERANDO, finalmente, que a ADOÇÃO SIMPLES é reversível consensualmente e nos casos em que é admitida a deserdação (artigo 374 do Código Civil);

RECOMENDA o seguinte:

1.º) A modificação do prenome, nos casos de menores colocados em lar substituto, somente será admitida na ADOÇÃO PLENA, prevista nos artigos 29 a 37 da mencionada Lei n.º 6.697/79.

2.º) No decorrer do processo de adoção plena, os adotantes indicarão os apelidos de família que o menor passará a usar, podendo ser solicitada a modificação do prenome do adotado plenamente.

3.º) A sentença conferirá ao menor os apelidos de família dos adotantes, e o prenome, quando solicitada a modificação, determinando a autoridade judiciária a expedição de mandado para cancelamento do registro original do menor e inscrição do novo.

4.º) Nos casos de ADOÇÃO SIMPLES é admissível somente a averbação, à margem do registro de nascimento do menor, dos apelidos de família do adotante, que usará o adotado (Código de Menores, art. 28).

5.º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 12 de março de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. de 21-3-80

Proc. CG. N.º 48.491/77 - Capital - Int.: Secretaria da Receita Federal.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"I. Trata-se de representação do serventuário do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Roque - SP., solicitando informações sobre se os Cartórios em geral devem ou não, em face da Lei Federal n.º 1.718, de 27-11-1979, continuar enviando informações ao órgão da Secretaria da Receita Federal a respeito de operações imobiliárias (fls. 1923/1929).

A representação foi juntada no Processo C.G. n.º 48.491/77, concernente à espécie.

E o relatório.

O artigo 15 do Decreto-lei n.º 1.510, de 27-12-1976, determina aos Cartórios de Notas e Registro de Imóveis, que realizem comunicações ao órgão da Secretaria da Receita Federal, sobre operações imobiliárias.

Assim, não constando referido dispositivo da relação de normas revogadas pelo Decreto-lei n.º 1.718, de 27-11-1979 (fls. 1.924), permanece a obrigação imposta.

Aliás, ao perceber o equívoco quanto à dispensa dessas comunicações, em face da errônea interpretação dada ao Decreto-lei n.º 1.718/79, a própria Superintendência Regional da Receita Federal - São Paulo - 8.ª R.F., voltou a exigir, expressamente, o obrigatório "preenchimento das

Declarações Sobre Operações Imobiliárias" (fls. 1.925/1.926).

Oficie-se ao interessado e publique-se comunicado sobre o assunto, a fim de que sejam dirimidas eventuais dúvidas.

São Paulo, 17 de março de 1980

a) Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça".

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça leva ao conhecimento dos Senhores serventuários dos Cartórios de Notas e de Registros de Imóveis, que continua em vigor a obrigatoriedade do preenchimento das "Declarações Sobre Operações Imobiliárias" e o seu encaminhamento ao órgão da Secretaria da Receita Federal, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 1.510, de 27-12-1976. (D.O.J. de 22-3-80)

PROVIMENTO N.º 08/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a freqüente movimentação de juízes, nas diversas comarcas e Varas, por motivo de interesse público; CONSIDERANDO que, por tal circunstância, permanecem algumas comarcas, durante largo período, sem a presença de juiz titular, que efetivamente desempenhe as atribuições correccionais, de sua competência;

CONSIDERANDO, todavia, a necessidade dos serviços correccionais serem exercidos constantemente, sob a fiscalização imediata dos MM. Juizes Corregedores Permanentes; CONSIDERANDO, ainda, necessitar a Corregedoria Geral da Justiça, de conhecer os problemas de cada comarca, ou Vara, a fim de que seja resguardada a responsabilidade funcional de cada magistrado,

Resolve:

Artigo 1.º - Sem prejuízo da correção anual a que se acham obrigados os MM. Juizes de Direito Corregedores Permanentes (Regimento das Correções, art. 11; Código Judiciário do Estado, art. 51), deverá cada magistrado titular, logo após seu provimento em qualquer comarca, ou vara, efetuar correção geral nos cartórios a ela sujeitos.

Artigo 2.º - Na correção realizada, verificará o magistrado especialmente, se todos os processos se acham em cartório, ou sob controle da escrivanina, anotando a falta de qualquer deles. Em tal caso, determinará sua cobrança, ou pronta restauração. No levantamento efetuado, o magistrado fará anotar os processos que se encontrem fora de cartório, por qualquer motivo, mediante relação a ser arquivada no Cartório da Corregedoria Permanente.

Artigo 3.º - Procederá, também, o magistrado, ao exame dos livros dos Cartórios de Notas, do Registro Civil e do Imóveis, observando, inclusive, sua regularidade formal.

Artigo 4.º - Efetuará, igualmente, o magistrado, fiscalização nos presídios locais, desde que sujeitos à sua competência, examinando a situação carcerária de cada preso.

Artigo 5.º - No anexo da Corregedoria Permanente será apurada a existência de sindicâncias, ou processos administrativos em andamento, e determinada sua imediata conclusão, para as providências que o magistrado entenda cabíveis.

Artigo 6.º - Qualquer rasura ou anormalidade encontrada em processo, ou livro do Cartório, será imediatamente comunicada à Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 7.º - Ainda no caso de não ser observada qualquer irregularidade, os MM. Juizes de Direito farão lavrar termo, no livro próprio, arquivando o relatório datilografado no Cartório da Corregedoria Permanente.

Artigo 8.º - A determinação constante deste Provimento aplica-se às Varas da comarca da Capital e da Grande São Paulo, sem prejuízo da dispensa da correção anual, nos termos da Lei Estadual n.º 225, de 1979, artigos 25 e 26.

Artigo 9.º - O magistrado ao assumir a comarca, ou Vara, fará elaborar relação dos processos conclusos com o anterior titular, ou substituto para ela designado, encaminhando-a à Corregedoria Geral da Justiça.

Anote-se. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 28 de março de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. de 29-3-80

Processo CG. n.º 53.995/80 - Capital - Int.: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"O MM. Juiz de Direito de Presidente Epitácio encaminha consulta formulada pelo Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com referência a loteamentos irregulares ali existentes.

Esclarece o consulente existirem em Presidente Epitácio 30 loteamentos irregulares, não registrados de acordo com o Decreto-Lei n.º 58, de 1937 e alterações ocorridas, todos anteriores à instalação da Comarca, a 20-12-1963, estando os lotes compromissados e quitados, a maioria pendente de escritura definitiva.

Com a instalação da Comarca, o novo Cartório, por falta de pessoal habilitado, inadvertidamente, adotou o sistema observado pelo Cartório anterior, de Presidente Venceslau, ou seja, continuou procedendo ao registro das escrituras de vários lotes daqueles loteamentos, arquivando certidão de inteiro teor da transcrição aquisitiva, com negativa de ônus e alienações, fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Venceslau, e planta do loteamento, para controlar a disponibilidade dos lotes, efetuando os registros e transcrições com os elementos constantes dos títulos apresentados, citando como título aquisitivo (registro anterior) a transcrição da área total, efetuada na antiga circunscrição, para preservar a continuidade do registro.

Com o advento da Lei n.º 6.015, de 1973, o consulente procurou regularizar a situação desses loteamentos, com a averbação junto à transcrição da área total, mas não obteve êxito, visto que os loteadores não demonstraram interesse, alegando alguns não terem condições de gastar com plantas, memoriais, aprovações, etc. Para facilitar o controle da disponibilidade, foi aberto um livro (não oficial), com o lançamento desses loteamentos, discriminando quadras e lotes.

Vigente, agora, a Lei n.º 6.766, de 1979, foram suspensos tais registros, seguindo-se consulta ao Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, de quem o consulente recebeu resposta no sentido de aguardar a solução da representação formulada a esta E. Corregedoria Geral da Justiça. Pretende, pois, já apreciada essa representação, obter esclarecimentos com relação às respostas dadas, indagando:

a) se se aplicam, por analogia, ao caso enfocado, as respostas às indagações 2.ª e 3.ª, constantes do despacho naquela representação.

b) se a resposta à indagação 6.ª permite o registro de escrituras que tenham por objeto lotes de tais loteamentos, lavradas antes da vigência da Lei n.º 6.766, de 1979.

2. Como se percebe, não há razão para se confundirem situações dissemelhantes.

As indagações 2.ª e 3.ª, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, na aludida representação, referiram-se a desmembramentos de lotes.

A Lei n.º 6.766, de 1979, considera tanto o loteamento quanto o desmembramento, como modalidades de parcelamento do solo urbano (art. 2.º).

O loteamento é a divisão (ou subdivisão, como está na lei) "da gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes" (art. 2.º , § 1.º).

Já o desmembramento é a divisão "da gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes" (art. 2.º , § 2.º).

Como se verifica no trabalho intitulado "Parcelamento do Solo Urbano - Comentários à Lei n.º 6.766, de 19-12-79", elaborado pela Assessoria Técnico-Jurídica da Secretaria de Negócios Metropolitanos no Estado, "dentre as diferenças entre uma figura e outra, está em que o loteamento há que se entender como um meio de urbanização, e o desmembramento é apenas repartição de gleba, sem atos de urbanização" (pág. 5, São Paulo, fevereiro de 1980).

Ademais, os loteamentos, de modo geral, já estavam regulados em lei anterior, o que não ocorria com os desmembramentos, agora considerados como modalidade de parcelamento do solo urbano. De modo que, diante de situações fáticas irreversíveis encontradas na vigência da

lei nova, foi preciso esclarecer dúvidas a respeito e fornecer uma orientação de caráter geral. Os loteamentos, ao contrário, já de há muito disciplinados, não estão a exigir providências semelhantes.

Como se vê, a atual consulta versa sobre loteamentos e loteamentos irregulares - enquanto que a anterior, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, nas indagações mencionadas, disse respeito a desmembramentos, notadamente. As espécies são diversas.

3. O mesmo se diz com relação à indagação 6.a daquele Instituto. A resposta teve em vista situações novas, decorrentes da lei nova. Não as antigas, que deveriam estar sendo resolvidas com base na legislação anterior.

4. Diante disso, a resposta aos dois itens da consulta só pode ser negativa.

Com efeito, estas foram as respostas às indagações do Instituto e ora objeto destes novos esclarecimentos:

"A 2.^a e à 3.^a - 'No que se refere aos desmembramentos de lotes que já venham sendo lançados individualizadamente pela Municipalidade, poderá o registro ser feito sem a observância do disposto no artigo 18 e seus parágrafos, da nova lei? No caso de desmembramentos já em curso, com transmissões registradas anteriormente, mas cujo lançamento tributário ainda esteja sendo feito pela área maior, é possível o registro de novas transmissões sem as mesmas exigências referidas na questão anterior? - sim, porque a Lei n.º 6.766/79 não é retroativa. Se a Municipalidade, quando do advento da nova lei, já havia lançado tributo sobre parcela do imóvel, o porque, implicitamente, havia reconhecido o desmembramento anterior. O mesmo ocorre na hipótese de transmissão de parte do imóvel, registrada na vigência da legislação antiga, com a tácita aceitação do desmembramento pelo Registro Público. Isto tudo, porém, é claro, desde que, se não fosse a lei nova, o registro imobiliário poderia ter sido levado a efeito, com os instrumentos comprovadamente formalizados na vigência da legislação anterior.

"A 6.^a - 'As normas contidas na mesma lei incidem sobre os atos efetivados mediante escrituras públicas ou instrumentos particulares comprovadamente anteriores à data de sua publicação? - não. A lei não atinge relações jurídicas perfeitas e acabadas, com instrumentos comprovadamente formalizados na vigência da legislação anterior, observando-se, no mais, as respostas às questões 2.^a, 3.^a e 4.^a,. (E foi esta a resposta à indagação 4.^a do Instituto: "À 4.^a 'A mesma solução será aplicável aos arruamentos que vêm sendo regularizados pela Municipalidade, com a averbação da abertura das respectivas ruas' - sim. Os arruamentos que vêm sendo regularizados pela Municipalidade de São Paulo constituem situações de fato, irreversíveis, tanto que apenas se cuida de sua regularização. Não há como fazer incidir, retroativamente, quanto a eles, a lei nova. Entretanto, a resposta somente se aplica aos contratos anteriores à vigência da Lei n.º 6.766/79").

Não se aplicam, portanto, no caso da consulta, versando sobre loteamentos já irregulares no advento do Decreto-lei n.º 58, de 1937, as respostas a tais indagações formuladas pelo Instituto Brasileiro de Registro Imobiliário.

5. Por outro lado, a abertura de livro não oficial, ainda mais para lançar loteamentos irregulares, não produz qualquer efeito jurídico, daí porque deve ser encerrado, determinação que se dirige ao MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente do Cartório em questão.

Para conhecimento do fato e, igualmente, para as providências cabíveis, oficie-se, também, ao MM. Juiz de Direito de Presidente Venceslau. Publique-se.

São Paulo, 31 de março de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 18-4-8

Processo CG. n.º 50.555/78 - Capital - Int.: Juízo de Direito da 2.^a Vara de Registros Públicos.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"1. A ilustre Câmara Municipal de São José dos Campos encaminha Requerimento, de n.º 125, de autoria do nobre vereador João Bosco da Silva, formulando protesto contra a exigência, para a autenticação de xerocópias, de carimbo de identificação de terceiros, que as tenham extraído. Alega tratar-se de providência descabida, dado que a xerocópia é apresentada juntamente com o original para a autenticação fls. 63/66).

O ofício foi juntado ao Processo CG. n.º 50.555/78, que regulamentou a matéria. Idêntica reclamação é formulada pelo digno advogado Dr. Aldo Ruzzante, conforme autos em apenso, remetidos pelo Exmo. Sr. Secretário da Justiça, do Estado.

É o relatório.

2. Preceitua o artigo 2.º, § 2.º, do Provimento n.º 2/79, desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, que "só serão autenticadas cópias reprográficas extraídas por terceiros, que estejam assinadas pelo autor identificado de reprodução e mediante exibição do original (modelo três)". E, não obstante possa parecer, prima facie, que a exigência se consubstancia em medida desnecessária e até burocrática, tal não ocorre.

3. É de se assinalar, "ab initio", que os atos normativos da Administração visam sempre o interesse público, ou o bem comum, que se confundem com o próprio interesse da comunidade. São tais princípios, aliás, os que ensejam a segurança e o resguardo coletivo contra eventuais abusos e fraudes.

Assim, com fulcro no interesse público e alicerçada na experiência decorrente de casos de falsificação chegados ao conhecimento da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, ao se estabelecer o regime jurídico-administrativo das reproduções de documentos públicos ou particulares e das autenticações (art. 152, do Decreto n.º 123, de 10-11-1892; arts. 739, "caput" e §§ 4.º e 5.º, e 499 "caput" e § 2.º, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça), foi que procurou-se estabelecer nariñas de caráter preventivo, objetivando a coibir certos abusos e fraudes praticados na autenticação de cópias reprográficas.

Nota-se, conseqüentemente, que a exigência contida na aludida norma do Provimento n.º 2/79, desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (art. 2.º, § 2.º), prende-se exclusivamente a interesse de ordem pública. Através da obrigatoriedade da identificação do autor da reprodução reprográfica, procura-se evitar possível falsidade documental.

É óbvio que, compelido a identificar-se o reproduutor da xerocópia não se arriscará, provavelmente, à falsificação do documento.

E, também, na hipótese de xerocópia falsificada ser autenticada por descuido do cartorário, que não a tenha conferido com devido rigor, como exigido na espécie - será possível identificar autor do crime, fim de responsabilizá-lo nos termos da lei.

4. Destarte, não há como suprimir a exigência reclamada, cujos benefícios a coletividade, em face dos resultados obtidos, são evidentes.

Publique-se e oficie-se à ilustre Câmara Municipal de São José dos Campos, transmitindo cópia deste despacho. Em seguida, archive-se.

São Paulo, 11 de abril de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 23-4-80

Processo CG. n.º 54.902/80 - Capital Int.: Procuradoria Geral do Estado (Procuradoria Fiscal).

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"I. Representa a Procuradoria Fiscal do Estado, a fim de solicitar seja examinada "a possibilidade de determinar-se o cumprimento dos mandados, expedidos pelas Varas Cíveis e Distritais nas cartas precatórias de interesse das Fazendas Públicas de outros Estados da Federação, sem prévio depósito para despesas de condução".

Propõe-se, concomitantemente, que, em havendo autorização, os Oficiais de Justiça sejam pagos, mensalmente, das despesas efetuadas a esse título.

2. Considero perfeitamente viável a sugestão. Realmente, não se prevê, nas leis e nos Provimentos desta Egr. Corregedoria Geral da Justiça, a dispensa de pagamento das despesas de condução, para o cumprimento de mandados, em causas de interesse da Fazenda Pública.

Todavia, e consoante ponderado na representação em apreço, não se acha a Fazenda do Estado em condições de, em cada caso, efetuar o depósito da quantia correspondente à condução do Oficial de Justiça, tendo-se em vista os problemas relacionados com prestação de contas, etc., segundo e conforme exigência do Egr. Tribunal de Contas. Nem se pode exigir que os interessados no cumprimento das deprecadas em questão enviem o numerário preciso.

Por outro lado, mantém a Fazenda do Estado de São Paulo convênio com suas congêneres das

outras unidades da Federação, para facilitar a tramitação das precatórias. Se procedesse de modo diverso, poderia sofrer igual exigência, em seu prejuízo, pois, numerosas as que se remetem para fora do Estado, na cobrança de sua dívida ativa.

Em relação aos Oficiais de Justiça lotados; nas Varas Privativas da Fazenda Estadual, já obteve esta sejam os mandados de seu interesse cumpridos sem prévio depósito, sendo as despesas de condução pagas mediante folha mensal, no mês subsequente.

Entendo que tal sistema pode, e deve ser adotado no tocante aos Oficiais de Justiça das Varas Cíveis e Distritais, sem prejuízo algum para eles, e assegurado o pagamento pela mesma forma vigente para seus colegas das Varas da Fazenda do Estado, conforme proposta feita na representação em exame.

Aliás, oportunamente ouvidas, manifestaram-se as entidades de classe dos Srs. Oficiais de Justiça favoravelmente a providência ora determinada.

Determino, pois, se expeça Portaria, em que estabelecida a obrigação de cumprimento, pelos Srs. Oficiais de Justiça das Varas Cíveis e Distritais, das cartas precatórias de interesse da Fazenda Pública de outros Estados, independente de prévio pagamento das despesas de condução.

São Paulo, 11 de abril de 1980.
(a) Des. Adriano Marrey, Corregedoria Geral da Justiça".
D.O.J. de 23-4-80

PORTARIA. N.º 53/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça,
CONSIDERANDO a dificuldade de cumprimento de cartas precatórias de interesse da Fazenda Pública de outros Estados, em face da exigência de depósito prévio para pagamento de despesas com condução de Oficiais de Justiça.

CONSIDERANDO mais a solicitação feita pela Procuradoria Fiscal do Estado de São Paulo, no sentido da remoção dessa dificuldade, mediante a proposta de pagamento posterior, pela própria Fazenda do Estado, das despesas de condução daqueles Oficiais de Justiça, tal como procede em relação aos que se acham lotados nas Varas da Fazenda do Estado,

Determina

Aos Srs. Oficiais de Justiça das Varas Cíveis e das Varas Distritais de São Paulo, cumpram, independentemente de prévio depósito das despesas com condução, os mandados que forem expedidos em razão das mencionadas precatórias, respondendo a Fazenda do Estado pelo seu pagamento, mediante a apresentação pelos srs. Oficiais de Justiça, de folha mensal de condução. Cumpra-se. Registre-se, e publique-se.

São Paulo, 11 de abril de 1980.
(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça
D.O.J. de 23-4-80

Prot. CG. n.º 13-511/80 - Taquaritinga - Int.: Juízo de Direito.
Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"Não compete a esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça nenhuma determinação, no que tange à inutilização do arquivo dos Cartórios, consistentes em cópias de ofícios expedidos ou outros papéis arquivados.

Os argumentos expedidos pelo Sr. Serventuário do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da Comarca de Taquaritinga, são rigorosamente exatos. Cabe, todavia, ao M. Juízo Corregedor Permanente a autorização a fim de que sejam inutilizados.

A Portaria n.º 22/80, desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, na parte em que se refere às cópias de ofícios, de requisições ou de precatórias, a serem colocadas em pastas, ou em apenso aos processos, podendo ser inutilizadas, com o trânsito em julgado da sentença, contém recomendação, cuja aplicação ficou na dependência do prudente arbítrio de cada magistrado Corregedor Permanente, quanto à oportunidade e às demais cautelas indispensáveis (v.g., a verificação de que a sentença, nos feitos em que extraídas as cópias, haja transitado em julgado, etc.). Aliás, qualquer determinação nesse sentido, além de útil, não estaria a "atropelar normas

ditadas por esta Egrégia Corregedoria Geral", como terá se afigurado no ofício aqui recebido. Ao contrário, com elas coincidiria, no propósito de eliminar papéis tornados inúteis.

Quanto às sugestões do Sr. Serventuário do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça da mesma comarca de Taquaritinga, referente à inutilização de diversos tipos de processos (v.g., autos de retificação de assento civil, arquivados há mais de cinco anos; de suprimento de idade para casamento e de executivos fiscais, arquivados a igual espaço de tempo), necessário é observar-se a inexistência de qualquer manifestação desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, a seu respeito. E não seria possível ditá-la, pois, foi suprimida, por legislação federal, a faculdade constante do artigo 1.215, do Cod. Proc. Civil. A matéria constitui, no entanto, por sua manifesta relevância, seria preocupação desta Egrégia Corregedoria, que está preparando estudo para o equacionamento da questão do modo mais abrangente possível.

Finalmente, no tocante propriamente aos "autos referentes à concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, arquivados há mais de um ano, que se contam em milhares" ao que se diz nas informações a fls. 4, do Cartório do 2.º Ofício de Taquaritinga, observo que sua inutilização, se autorizada pelo M. Juízo Corregedor Permanente, não infringiria o dispositivo já citado, da lei processual civil. 12 que tal espécie de autos aludem a providências antecedentes ao ingresso das partes, em juízo, ou meramente incidentes nos feitos ajuizados, não constituindo, de per si, feitos judiciais, resguardáveis nos termos da legislação federal que suspendeu a autorização para a inutilização de processos arquivados.

Publique-se, para conhecimento geral.

São Paulo, 28 de abril de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 30-4-80

PROVIMENTO N.º 9/80

Dispõe sobre comunicação ao distribuidor, a requerimento do interessado, de decisão que ponha fim ao processo.

O Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO as dificuldades de ordem funcional e materiais existentes na aplicação do Provimento n.º 04/79,

CONSIDERANDO o decidido no Processo n.º 52.142/79, desta Egrégia Corregedoria Geral, Resolve:

Artigo 1.º - O artigo 8.º, inciso VII, letra "h", do Provimento n.º 43/53, passa a vigorar com a seguinte redação:

"h) Comunicar, nos autos, a requerimento do interessado, ao distribuidor respectivo, o dispositivo da decisão, que ponha fim ao processo, com ou sem julgamento do mérito, e as datas de sua prolação e de seu trânsito em julgado".

Artigo 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Provimento n.º 04/79.

Artigo 3.º - Terão processamento normal os ofícios de comunicação já expedidos, em cumprimento ao Provimento ora revogado.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 23 de abril de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça

D.O.J. de 30-4-80

Processo CG- n.º 54.870 - Capital - Int.: Dr. Heitor Araújo Carvalho Bernardes (Advogado).

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"Cuida-se de pedido de providências, formulado pelo advogado Heitor Araújo Carvalho Bernardes, com referência a feito em tramitação perante o MM. Juízo de Direito de Cotia.

Tendo apresentado títulos para registro no Cartório de Imóveis da Comarca, o Sr. Escrivão dirigiu "consulta" ao MM. Juiz, que, ouvido o Curador de Registros Públicos, ordenou o levantamento da área registrada. Todavia, o Magistrado revogou o despacho e deu o feito por terminado, mandando-o ao arquivo.

Inconformado, o interessado interpôs recurso de apelação ao E. Conselho Superior da

Magistratura. Mas, indeferiu-o o MM. Juiz, afirmando não se referir o caso a um processo formal de dúvida.

Seguiu-se um pedido de correção parcial. Entretanto, sua remessa a este E. Tribunal foi sustada, sendo transformado em agravo de instrumento, que, ainda, não subiu.

Por outro lado, afirmou o requerente que em outro feito processo de usucapião - onde é atingida parte da área, o MM. Juiz mandou efetuar perícia antes que pudesse ser oferecida contestação, e permitiu a retirada dos autos de cartório, mesmo com prazo cri comum a vários advogados. Inexistindo outra medida legal conclui o peticionário - pretende "que se ponha cobro a tais desmandos".

2.º Magistrado prestou informações, dizendo tratar-se de consulta informal do Registro de Imóveis, com pedido de orientação. Acolheu o parecer favorável do Dr. Curador de Registros Públicos ao registro do título, desde que o interessado providenciasse planta e memorial descritivo da área. Como três outras partes ingressaram nos autos, transformando um simples pedido de orientação em um quase processo contencioso, tumultuado, determinou ele que as partes fossem para as vias próprias, sustando o registro. A apelação para o Egrégio Conselho Superior da Magistratura não foi acolhida, pois incabível contra decisão em pedido de orientação. Já a correção parcial foi aceita, para ser processada como agravo de instrumento.

Sobre o processo de usucapião, concluiu o Dr. Juiz de Direito, "nada de anormal parece ter ocorrido" e, se houvesse qualquer prejuízo, poderiam as partes se utilizar dos meios processuais disponíveis.

3. Como se verifica, há uma correção parcial sendo processada como agravo de instrumento. A matéria, pois, está sub judice.

Todavia, no caso específico dos autos, diante do rumo tomado pela consulta - não prevista na Lei de Registros Públicos, mas semelhante à dúvida -, recomendo ao Magistrado que determine a remessa do recurso ao Egrégio Conselho Superior da Magistratura, para exame, ao menos, tal como ocorreu no Agravo de Petição n.º 240.254 e Correção Parcial n.º 240.069, julgados pelo Egrégio Conselho, sendo relator o Desembargador Márcio Martins Ferreira (in Revista dos Tribunais, vol. 476/120).

4. Por outro lado, quanto à ação de usucapião, deve o interessado, sendo caso, se utilizar do recurso próprio.

5. Assim, sem qualquer providência de ordem correccional a ser tomada, ressalvada a recomendação ao MM. Juiz, determino o arquivamento dos autos.

Oficie-se e publique-se.

São Paulo, 28 de abril de 1980.

(a) Des. Adriana Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J. de 3-5-80

Rec. CG. n.º 33/80 - Garça - Adv. Dr. Paulo de Toledo Ribeiro - Int.: Paulo Henrique de Toledo Ribeiro.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"Trata-se de recurso interposto de decisão do MM. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Garça, que deferiu, com ressalvas, a averbação, à margem da distribuição, de processo que tramitou pela mencionada Comarca.

Entende o recorrente que o Provimento n.º 7/79 da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, ao mencionar "fim exclusivamente civis", alcança os eleitorais e administrativos.

É o relatório. Decido.

O artigo 620 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça teve sua redação alterada pelo Provimento n.º 6/76. Com base em tal dispositivo, não havia qualquer ressalva para a expedição de certidões. Inobstante, o Provimento n.º 3/79, também da Egrégia Corregedoria, dispôs, em seu artigo 1.º, que "m certidões de antecedentes, a pedido da parte interessada, quando destinadas a fins judiciais ou a concursos públicos e posse em cargo público, consignarão todas as informações constantes dos registros".

Em seguida, foi editado o Provimento n.º 7, de dezembro de 1979, que refundiu o aludido artigo 620 da Consolidação, anteriormente alterado, para consignar a dispensa da menção de antecedentes, com observação "nada consta", quando a certidão destinar-se a "fins

exclusivamente civis".

O teor do Provimento n.º 7/79 não revogou o artigo 1.º do Provimento n.º 3/79. Ao reverso, acrescentou ele, ao tear do artigo 620, com a nova redação que lhe imprimiu, um § 5.º, onde praticamente se repetem os termos do Provimento n.º 3/79, ao dispor "o disposto neste artigo não se aplica às requisições judiciais, nem às certidões para fim eleitoral, posse em cargo público e inscrição em concurso público, quando a informação será completa".

O objetivo desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça aí se acha patente, visando a propiciar à Justiça Eleitoral e aos órgãos administrativos que presidem concursos, perquirir a vida pregressa dos candidatos.

Em vista do exposto, nega-se provimento ao recurso.

São Paulo, 2 de maio de 1980.

(a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

Rec. CG. n.º 35/80 - Porto Feliz - Adv. Dr. Benedito Antônio Dias da Silva - Int.: Ivan Laurindo Matarazzo da Silva, Escrivão interino do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Distrito e Município de Iperó.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"1. Ivan Laurindo Matarazzo da Silva, escrivão interino do cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do distrito e município de Iperó, comarca de Porto Feliz, recorre da decisão do M. Juiz de Direito Corregedor Permanente, que, após sindicância regular, lhe aplicou a pena de 90 (noventa) dias de suspensão.

Imputara-se ao ora recorrente a ausência constante da serventia que ocupa, permanecendo a maior parte do tempo na cidade de Registro, onde reside.

A portaria inicial veio acompanhada do documento de fls. 3.

Expediu-se carta precatória para a comarca de Registro, procedendo-se a uma sindicância sigilosa sobre os negócios do sindicato, pois, havia indícios de exercício, por ele, naquela comarca, das funções de advogado.

Apresentou o indiciado sua resposta (fls. 17/28). Veio aos autos recorte de publicação estampada em jornal na cidade de Registro fls. 33). Foram ouvidos o sindicato fls. 51/52) e uma testemunha fls. 53). Manifestaram-se o Dr. Promotor Público (fls. 54 verso/55) e o ora recorrente fls. 58/61). Juntaram-se os antecedentes do sindicato.

Proferiu o MM. Juiz Corregedor Permanente a respeitável decisão de fls. 71/72, mediante a qual impôs a Ivan Laurindo Matarazzo da Silva a pena de 90 (noventa) dias de suspensão.

2. Apresentou o sindicato o recurso de fls. 77/84, alegando, em resumo, que tudo não passou de mera vindita do então Juiz de Direito e Corregedor Permanente da Comarca. Não praticou qualquer ato privativo de advogado. Nos fins de semana, aproveitando-se da circunstância de ser seu tio advogado, examina "escrituras e papéis sobre questões de terras", pois necessita aumentar suas parcas rendas. Da mesma forma, o cartão juntado à portaria inicial, já se encontrava em poder do MM. Juiz, há algum tempo, sabendo ele da situação precária do recorrente.

É o relatório. Decido.

3. Restou devidamente comprovado que o sindicato reside na cidade de Registro. Esta circunstância, por si, fere o princípio estabelecido no artigo 241, inciso VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos. Em decorrência, o recorrente, às vezes, fica dias sem aparecer em sua serventia (fls. 53). Indubitavelmente, tal omissão é a responsável pelas inúmeras irregularidades apuradas pelo Dr. Juiz de Direito Corregedor Permanente, em Correição Extraordinária (fls. 516), e que lhe valeram a pena de suspensão por 30 (trinta) dias. A vigilância inerente à sua condição, não pode, à evidência, ser exercitada com vigor e presteza, relegando os serviços que lhe são próprios a um plano secundário, incompatível com a dignidade e confiança que lhe emprestou a Administração Pública. Somente a assiduidade, a importunação constante, porém, lhana, daqueles que lhe são subordinados; o liame psicológico e o pronto sentido de obediência a seu superior, o magistrado, é que permitem a boa ordem e rapidez dos serviços públicos, notadamente os mais relevantes. Esse quadro, de importância fundamental, já que, por osmose, transmite ao público a certeza da seriedade dos serviços judiciais, não existia no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Iperó, não só pelas irregularidades lá verificadas, como

também pela ausência do serventuário. Acresço, a título de agravante, que o livro ponto era normalmente assinado, sem qualquer justificativa. Só por isso, portanto, merece punição.

4. Há, por outro lado, sérios indícios de que o ora recorrente prestava serviços em escritório de advocacia. O cartão anexado aos autos (fls. 3) e o agradecimento público prestado por Adilson José Ribeiro Guimarães (fls. 33), são, nesse aspecto, bastante sugestivos. Há, ainda, referências a que, na cidade de Registro, em companhia de um advogado, manuseava autos nos balcões dos cartórios (fls. 12). Não importa, assim, que não tenha praticado atos privativos de advogado. A influência exercida, conseqüência do companheirismo, profissional, por si, já induz à imoralidade de sua ação, permitindo a obtenção de vantagens e privilégios. Trata-se, como bem salientado na decisão, de infração funcional, diante da incompatibilidade das funções exercidas.

5. A alegação de eventual vindita do Juiz de Direito e Corregedor Permanente é graciosa e sem qualquer sustentáculo probatório, ficando rejeitada.

6. Finalmente, não há se falar em dupla apenação. O recorrente, em conseqüência de Correição Extraordinária e das inúmeras irregularidades encontradas, suportou a pena de suspensão de trinta dias (fls. 30), confirmada por esta Corregedoria Geral (fls. 38/42). A presente sindicância, ao contrário, apurou fatos relacionados com a sua ausência constante da serventia e a eventual participação em escritório de advocacia. São, pois, fatos distintos, que comportam, também, punições diversas. Só há ilegitimidade, quando acumulam-se duas condenações pela mesma falta disciplinar.

Nego, pois, provimento ao recurso interposto.

São Paulo, 02 de maio de 1980

a) Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça".

Rec. CG. n.º 46/80 - Garça - Int.: Ruy Gimenes, Escrivão vitalício do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"A competência para designação de escrivão interino é do MM. Juiz Corregedor Permanente. À Corregedoria Geral da Justiça incumbe apenas o encaminhamento à Secretaria da Justiça, do expediente, sem prejuízo de revisão do ato do magistrado. Tal competência é ínsita no poder hierárquico, presente no exercício da função administrativa. É o que decorre do artigo 57 do Decreto-Lei n.º 159/69, bem como do artigo 302 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Por outro lado, o MM. Juiz Corregedor Permanente, atendendo às peculiaridades locais, e considerando não se acharem à altura do desempenho do cargo os servidores que reassumiram suas funções, indeferiu o pedido de dispensa formulado pelo escrivão Ruy Gimenes, designado interinamente para a serventia.

Se o MM. Juiz Corregedor Permanente o designou, sendo ele o titular do 1.º Cartório, foi por entender que o mesmo possui as condições necessárias ao desempenho das funções, além de ser pessoa idônea e capaz de colocar em ordem o Cartório do 2.º Ofício.

Como se vê, não se trata propriamente de recurso, porquanto, o MM. Juiz proferiu despacho, apenas para mantê-lo como designado, até que se encontre outro servidor apto ao desempenho do cargo.

Gozando o serventuário da confiança do magistrado, parece-me que a melhor solução é mantê-lo como escrivão interino, pois, há de prevalecer o interesse público na indicação de servidor hábil, para que se coloque o cartório em ordem.

Insurge-se o recorrente contra a inadmissão do pedido de dispensa das funções.

Inobstante, mesmo que se tenha o pedido em apreço como recurso, caso será de se lhe negar provimento, permanecendo o servidor designado, que terá a mais ampla liberdade de ação à testa do cartório, dispondo não só da confiança do magistrado da comarca, como também do respaldo da Egrégia Corregedoria, a fim de que leve a bom termo os serviços atinentes ao cartório do 2.º Ofício da Comarca de Garça.

De outro lado, caso os escreventes que retornaram ao cartório tenham comportamento inconveniente, ou venham a afrontar as determinações do escrivão, caberá a este representar ao AM. Juiz Corregedor Permanente, a fim de que sejam tomadas as

medidas cabíveis. Se não lhes serviu a punição de advertência, bom será que não confiem na sorte...

Isto posto, nego provimento ao recurso.

São Paulo, 30 de abril de 1980.

a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

Int.: Dorival Carmona Garcia, Oficial de Justiça.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"I. Deixo de tomar conhecimento do agravo ora interposto por parte de Dorival Carmona Garcia, por desprovido de assento legal.

Havia esse Oficial de Justiça sido punido por decisão do M. Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Santo André, onde se acha lotado. E recorreu para esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça; mas, o fez fora de prazo, e o recurso não pode ser conhecido, conforme se decidiu no Proc. CG. n.º 21/80.

Publicada a decisão no D.O.E. ed. de 29-3-80, como se vê pela fotocópia a fls. 4-v., dela pretende agora esse auxiliar da justiça agravar, por petição protocolada no dia 22 de abril p. findo (fls. 6).

A decisão desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça já não era passível de recurso, tanto pelo decurso do prazo, como pela circunstância de - não sendo originária - inexistir outro recurso, previsto em lei, com que se pretendesse sua reforma.

Outrossim, e evidentemente, não se poderia converter o Egrégio Tribunal Pleno, órgão para o qual se recorreria, em 3.ª instância, para conhecer de matéria administrativa, já apreciada na instância da Corregedoria Permanente e da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Na espécie, inexistente recurso de "agravo", semelhante ao manifestado. E, impossível seria admiti-lo, quiçá, como o agravo regimental previsto no Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Justiça. O que ali se disciplina é para as decisões do Presidente do Tribunal ou dos relatores dos feitos (art. 357 e § 1.º), não sendo o Corregedor Geral equiparável ao relator.

Em vista do exposto, reafirmo a impossibilidade de conhecimento do agravo ora pretendido. E determino o arquivamento do processo, após publicado este despacho e ciente o agravante.

São Paulo, 02 de maio de 1980.

a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça.

Proc. n.º GG-31.723/69 - Capital - Int.: Associação dos Oficiais de Justiça.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"I. Fls. 277/278 - O Provimento n.º 5/80, ao dar nova redação ao § 2.º do artigo 2.º do Provimento n.º 5/79, teve objetivos claros, que foram exaustivamente examinados no despacho que lhe serviu de justificativa. Em nenhum momento, pretendeu apresentar as ações penais públicas e as queixas-crimes nas quais o querelante ou o querelado sejam beneficiários da justiça gratuita, como "hipóteses de justiça gratuita". Nem a nova redação autoriza a conclusão a que chegou, neste sentido, o Dr. Adauto Faria da Silva, Juiz Auxiliar em exercício na 19.ª Vara Criminal.

O texto é explícito. Contém a regra geral de que os Oficiais de Justiça não estão obrigados a assinar carga de mandados sem prévio pagamento, pelos interessados, das despesas de condução. E explica, logo a seguir, quais as exceções à regra geral, isto é, os casos em que o recebimento dos mandados não fica na dependência do prévio pagamento daquelas despesas. A dispensabilidade do prévio pagamento ocorre assim: a) nos casos de urgência, desde que haja ordem do Juiz neste sentido; b) nos casos de justiça gratuita; c) nos casos de ações penais públicas e d) nos casos de queixa-crime nos quais o querelante ou o querelado sejam beneficiários da justiça gratuita.

Não é necessário examinar cada uma das hipóteses, nem tentar englobá-las, quando se procurou especificar uma a uma. Basta enfatizar que, com referência às ações penais públicas, o Provimento 5/80 objetivou restabelecer, por respeito ao princípio constitucional da ampla defesa, a situação que vigia antes do Provimento 5/79, ou seja, a de não condicionar o cumprimento de mandados extraídos, nas ações penais públicas, ao prévio pagamento das despesas com condução. É, portanto, irrelevante, a partir do Provimento n.º 5/80, que o réu tenha ou não defensor constituído: os mandados, nessas ações, deverão ser sempre cumpridos independentemente de prévio pagamento das despesas com condução.

No que tange às queixas-crimes, vale a regra geral em sintonia, aliás com o artigo 806 do Código de Processo Penal, abrindo-se apenas exceção à hipótese em que o querelante ou o querelado sejam beneficiários da justiça gratuita.

2. Fls. 279 - O M. Juízo de Direito da Comarca de Ibitinga sustenta existir um tratamento desigual entre os Oficiais de Justiça da Capital e os Oficiais de Justiça do interior do Estado, quanto à verba destinada ao pagamento das despesas com condução. E acrescenta que, em relação às Comarcas do interior, a verba é paga trimestralmente e, além disso, é de valor irrisório.

A correção da apontada desigualdade, e a eventual elevação da verba, são matérias que fogem à alçada da Corregedoria Geral da Justiça, afetas que são à Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça. Desentranhe-se o ofício de fls. 279, com o documento que o acompanha, remetendo-o à Secretaria do Egrégio Tribunal de Justiça. Oficie-se, neste sentido, ao Juiz de Direito da Comarca de Ibitinga.

3. fls. 282/286 - O M. Juízo de Direito da 10.ª Vara da Família e Sucessões encaminhou à Corregedoria Geral da Justiça solicitação dos Oficiais de Justiça lotados naquela Vara, em que pleiteiam tratamento semelhante ao que é concedido aos Oficiais de Justiça das Varas Criminais. Estes, nos termos do Provimento n.º 5/79, e mediante apresentação de mapas apropriados, recebem o pagamento das despesas com condução enquanto aqueles "não têm como reaver as despesas feitas nos casos de "Justiça Gratuita", que tendem a crescer já que, com as medidas de desburocratização, não é mais exigível a apresentação de atestado de pobreza".

A pretensão não pode ser atendida. O artigo 3.º do Provimento n.º 5/79, que estabeleceu as hipóteses em que as despesas com condução correm por conta de verba própria do Egrégio Tribunal de Justiça, não incluiu, entre elas, a situação exposta pelos Oficiais de Justiça da 10.ª Vara da Família e Sucessões, resumindo-se aos casos de "diligências realizadas em processos-crimes de réus pobres, inclusive as que foram requeridas pelo Ministério Público nos seus atos de ofício e nas realizadas em feitos relativos a menores infratores ou abandonados".

É evidente, assim, que a referida norma não abarca a hipótese em foco; e sua eventual inclusão em novo provimento encontraria insuperável obstáculo no texto legal que serviu de base à emissão do próprio Provimento n.º 5/79, ou seja, o artigo 17 do Decreto-lei n.º 203, de 1970. Publique-se, e dê-se ciência.

São Paulo, 2 de maio de 1980.

a) Des. Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça".

ANO XXIX

Nº 110 - Publicação: Julho 1980 a Junho 1981

O TABELIONATO NO BRASIL E A EMENDA CONSTITUCIONAL NUMERO 7

O Brasil é, sem sombra de dúvida, dos países mais atrasados em matéria de "Tabelionato" no mundo ocidental, apesar de possuir ilustres notários a emprestar-lhe ponderável respeitabilidade internacional.

Ao percorrer nossa legislação civil, bem como, suas fontes, constataremos que, exceção feita a algumas disposições existentes no Código Civil concernentes a testamentos, no mais continuamos regidos pelas Ordenações Filipinas de 1.603 que, por sua vez, remeteram-se às Ordenações Manuelinas (1.521) e estas às Afonsinas (1.445) em praticamente toda a matéria de interesse notarial.

Deste modo não será exagero afirmar-se que o Tabelionato no Brasil rege-se ainda hoje pelas disposições reinóis de 1.445, ou seja, por legislação preexistente à sua própria existência.

Esse atraso é o responsável por uma série de distorções existentes na atividade do Tabelião de

Notas, a tal ponto que há em várias cidades brasileiras tabeliães acumulando funções de registradores e, até, de escrivão judicial.

Este fato, ao vir à baila no plenário da IV Jornada Notarial. do Cone Sul, realizada em março de 1980 no Guarujá (S.P.) causou imenso espanto aos representantes estrangeiros ali presentes. E não era para menos, já que dessa jornada participaram notários de quase toda a América Latina e de países europeus, onde se pratica o notariado de tipo latino, de moderníssima concepção técnico-jurídica.

Exceto as disposições contidas no Código Civil Brasileiro que tratam de testamentos, e alguma outra disposição esparsa, repetidora das ordenações, tivemos em 1871, promulgada pela Princesa Izabel, a Lei n.º 2.033 que em seu artigo 29, § 8º permitia aos tabeliães lavrar escrituras através de "escrevente juramentados escrituras essas que dependeriam de ser subscritas por ditos tabeliães, sob sua inteira responsabilidade.

É bem provável que resida aí a origem da hipertrofia do tabelionato no Brasil, especialmente das grandes cidades. Com efeito, com a necessidade de atender a uma demanda cada vez maior de serviços, os tabeliães viram-se na contingência de admitir um número cada vez maior de escreventes juramentados agigantando os tabelionatos quando o desejável seria a ampliação da carreira de Tabelião que deveria ser estruturada com certas exigências mínimas para nela ingressar-se.

Há tabelionatos no Brasil que funcionam com mais de uma centena de escreventes juramentados, permitindo que se indague: - há condições de cumprir-se o disposto na lei promulgada pela Princesa Isabel?; não teria sido melhor ampliar o número de notários nas cidades, exigindo dos postulantes alguns pré-requisitos tais como o título de bacharel em direito, certa especialização na matéria e reputação ilibada?

Nos países de civilização avançada que praticam o notariado latino este fato (existência de tabelionatos com grande número de escreventes, muitas vezes, semialfabetizados) é encarado com incontinência de apreensão. E a razão é meridiana. A subscrição do ato pelo tabelião não tem o condão de aperfeiçoá-lo se foi mal elaborado pelo escrevente juramentado. Nem mesmo de expungir-lo de eventuais nulidades, eis que o tabelião só tomará conhecimento de sua existência após feito pelo escrevente e assinado pelas partes, ou seja, quando já terminado.

Quantas nulidades poderão advir deste processo errôneo possibilitado pelo advento da Lei 2.033, de 1871? O ideal teria sido adotar, além da ampliação da carreira, a figura do notário adstrito, de menor competência, habilitado a certos atos, funcionando ao lado do notário propriamente dito, como os há em vários países avançados nesta matéria.

A emenda constitucional n.º 7, de 1977, abriu excelentes perspectivas ao Tabelionato brasileiro ao dispor no texto do artigo 89, XVII letra "e" da Constituição que "competem à União legislar sobre tabelionato".

É com imensa ansiedade que a consciência jurídica nacional aguarda que a União faça uso dessa sua competência, que é inaugural, para legislando em profundidade sobre tabelionato ou notariado, corrigir-lhe as impropriedades e distorções, dando-lhe feições que o coloquem ao nível dos países de civilização avançada em que o notário não se confunde, como entre nós, com órgão auxiliar da justiça ou com serventuário do foro extrajudicial. No dizer do emérito MOACIR AMARAL SANTOS, "os Tabeliães são no direito brasileiro, de herança portuguesa e canônica, serventuários públicos, investidos de fé pública, que têm por função precípua lavrar atos e contratos em livro de notas, conferindo-lhes autenticidade. Chamam-se também notários, denominação de origem canônica, usada por franceses e italianos. No campo de servidores públicos, foram no quadro dos serventuários, para se distinguirem dos funcionários públicos. Uns e outros são investidos nos cargos criados por lei mas, enquanto estes percebem vencimentos dos cofres públicos, aqueles percebem, pelos serviços que prestam, custas e emolumentos"

A referida emenda constitucional, entretanto, em decorrência de erro velho, imiscuiu no texto do artigo 206 da Constituição à guisa de parte da propalada "Reforma do Judiciário" a oficialização das serventias do foro extrajudicial que, a rigor, nada tem que ver com a administração da justiça, a não ser pela subversão de suas precípua funções. E, neste aspecto, especialmente o Tabelião, que atua no âmbito da negociação privada, é um estranho aos quadros judiciários. O Tabelião exerce suas funções em atos em que se manifestam vontades unilaterais ou bilaterais não conflitantes. A atividade do juiz se realiza quando existem conflitos entre pessoas. O notário é eleito livremente pelas partes. O juiz é imposto às partes. O notário oficializado ou burocratizado terá de ser imposto às partes que, assim, não poderão negociar sob a égide da liberdade contratual e terão o Estado a intrometer-se, indevidamente, em suas negociações.

Ademais, as legislações federais brasileiras, republicanas ou reinóis, jamais definiram os tabelionatos como serventias de justiça ou do foro extrajudicial, expressão inventada por JOÃO MENDES JUNIOR e só por ele usada entre os processualistas brasileiros (cf. A Reforma do Poder Judiciário - JOSÉ FREDERICO MARQUES Ed. Saraiva, 19 Vol., pág. 152). A nosso ver, o disposto no artigo 206 da Constituição Federal envolve matéria que pode ser chamada de impropriamente constitucional, como salientado por S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, Ibraim Abi Ackel, ao referir-se à necessidade de reformar-se o texto da Carta Magna para expungir-lo de "dispositivos de natureza administrativa e regimental, que não têm a nobreza da forma constitucional" (ef. "Folha de São Paulo", de 14 de agosto de 1980, pág. 4).

É fundamental ressaltar neste passe que a União tem agora os instrumentos necessários para legislar sobre tabelionato através de um dispositivo com a nobreza da forma constitucional reclamada pelo ilustre Ministro da Justiça (art. 80, XVII, letra "c" da C.F.).

Ressalta-se, ainda, que jamais os tivera antes. E não os tendo deixou-se aos Estados a incumbência de legislar supletivamente sobre o assunto fazendo-o, em geral, distanciados do moderno aperfeiçoamento do direito notarial de quase todos os países do mundo ocidental que adotam a livre iniciativa como base de sua política econômica. Essas legislações estaduais criaram tamanhas impropriedades que, em inúmeras cidades brasileiras o tabelião, ou seja, aquele profissional que exerce sua função especializada, nos livros de notas, fosse confundido e tivesse que exercer funções de registrador (de imóveis, de nascimentos, de óbitos, de casamentos, de títulos e documentos) e até, de escrivão judicial. Daí a imprópria designação de "serventias" do foro extrajudicial". Segundo AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 29 vol., pág. 566). FORO (S.M.) é o lugar onde funcionam os órgãos do poder judiciário; Jurisdição; tribunais de justiça. E, ainda, segundo PEREIRA E SOUSA, foro "é o lugar onde se tratam as causas e se exerce o juízo", conceito esse adotado, posteriormente, por TEIXEIRA DE FREITAS e pelo BARÃO DE RAMALHO (JOSÉ FREDERICO MARQUES, Obra cit., pág. 152).

É chegada a hora, portanto, de a União Federal corrigir os erros e omissões que vimos apontando, dando à instituição notarial brasileira os contornos que já tem, há muitos anos, na maioria dos países ocidentais, abrindo de vez o notariado, com a ampliação do número de matrículas para notários, principalmente nos grandes centros, legislando a fundo no bojo de uma Lei Orgânica Notarial que dê, em todo o território nacional, um exato parâmetro competência à atividade do notário, evitando assim que esta função seja exercida ao sabor de provimentos de caráter administrativo e regionais, nem sempre calcados na melhor inspiração jurídica e muitas vezes impostos ao arrepio de dispositivos constitucionais como, por exemplo, o que vem contido no § 29 do artigo 153 da Lei Magna. Só a lei, enunciado formal de conduta obrigatória, há de fixar em todo o território nacional, a atividade notarial.

Tullio Formicola - Oficial Maior do 24.º Tabelionato de Notas da Capital de São Paulo

AMOR OU INTERESSE? EM CERTOS CASOS, A LEI NÃO ARRISCA

De 1978 para cá, depois da lei do divórcio, é freqüente ouvir-se dizer que o regime de bens no casamento é o da comunhão parcial. Essa afirmação, sem mais explicações, pode levar as pessoas a acreditarem que existe uma imposição nesse sentido e que os matrimônios são realizados obrigatoriamente sob esse regime. Não é verdade. Continua absolutamente livre o estabelecimento, pelos noivos, das regras que disciplinarão seus bens. A lei nada impõe, a não ser em casos especiais. O casal pode escolher um dos três regimes que o Código oferece ou algum novo, ou misto, a seu livre arbítrio. Apenas é preciso que seja determinado antes do casamento e por escritura pública, no que se chama pacto ou convenção antenupcial. Se nada for estabelecido antes do matrimônio, então, sim, valerá a comunhão parcial. E esta foi a modificação introduzida pela lei do divórcio, pois a anterior determinava que, não havendo convenção, o regime seria o da comunhão universal. Hoje, a preferência do legislador é pela comunhão parcial, mas, como foi dito, a escolha é livre. Talvez o grande número de casamentos desfeitos seja a razão dessa preferência. Por esse regime, o que cada um possuía antes da união e o que viesse a receber por herança ou doação continuaria sendo só seu. O que for adquirido com o trabalho do marido ou do casal pertencerá a ambos, igualmente. E o que for resultado apenas do trabalho da mulher, em exercício de profissão separada da do marido, poderá ser só dela - são os chamados "bens reservados". Essa é uma possibilidade, mas, por convenção, pode

ser estabelecido o contrário.

Reconhecido o princípio da liberdade de escolha como regra, em algumas situações especiais que a lei enumera, essa independência na opção sofre restrição. É o caso de casamento de incapazes (menores ou curatelados, isto é, aqueles que têm alguém que zele por seus bens por ordem legal ou judicial); de viúvos que não deram partilha aos herdeiros do cônjuge falecido; de mulheres de mais de 50 anos ou de homens com mais de 60. Para estes, é estabelecido o regime legal de separação obrigatória. Trata-se de uma imposição da lei: nesse caso, não se consulta a vontade das partes.

A separação obrigatória tem, cada vez mais, aplicação na vida prática. Cada vez mais a viuvez e, agora, o divórcio reintegram na circulação social, no "mercado matrimonial", homens e mulheres que já passaram de longe o verdor da juventude. É um segundo "debut", que não pode ser negligenciado pelos cultores do direito, pelas decorrências manifestas. Mulheres com mais de 50 anos, com economia própria, casando-se pela primeira ou segunda vez, precisam conhecer as consequências jurídicas que enfrentarão e saber que providências tomar.

No regime da separação, tanto por escolha própria quanto por imposição legal, cada cônjuge conserva seus próprios bens, inclusive administrando-os (isto é importante para as mulheres porque, normalmente, o marido é quem cuida dos bens da esposa e do casal). Podem aliená-los (vender, doar) sem o consentimento do outro, se forem imóveis. Se forem móveis, em qualquer regime, nem o marido nem a mulher podem aliená-los sem que o outro concorde. Pelo regime da separação, a esposa é obrigada a contribuir com os rendimentos de seus bens para as despesas do casal, salvo se estipular o contrário no pacto antenupcial. Também deve ficar estabelecido que os adquiridos na constância do casamento pertencerão a quem os adquirir. Embora esse regime pressuponha a separação dos bens futuros, é preciso que esta conste expressamente do pacto antenupcial, por força de um artigo meio maroto, inserido na parte geral sobre os regimes de bens. É o 259, que dispõe que, "em qualquer regime de bens que não seja o da comunhão, no silêncio do contrato prevalecerão os princípios dela quanto à comunicação dos adquiridos na constância do casamento?". Ora, segundo esse artigo, quem opta pela separação total, mas não declara expressamente que pretende também a separação dos adquiridos após o casamento, estará se casando pelo regime da comunhão parcial. Este artigo é especialmente importante para os casos de separação obrigatória que, por ser imposta pela lei, leva a crer que não é necessário fazer-se o pacto antenupcial. Mesmo nesta situação ele deve ser feito, primeiro para estipular - se for o caso - que a mulher não contribuirá para a manutenção do casal. Como essa contribuição é proporcional à fortuna, pode ser que seja levada a ajudar com mais da metade, mais do que o marido, o que não é certo. Segundo, em razão do citado artigo 259: para que os bens futuros não se comuniquem. Esta é uma precaução a ser tomada, embora a jurisprudência sobre esse assunto não seja pacífica, podendo orientar-se, como o faz, em três sentidos. Um deles é o dos que consideram a separação obrigatória restrita aos artigos do capítulo sem ser afetada pela disposição do 259. Neste caso, não haveria possibilidades de comunicação dos adquiridos, nem com pacto. A segunda posição é a de que os adquiridos na constância do casamento se comunicariam forçosamente em razão do artigo 259, a menos que houvesse convenção pré-nupcial. A terceira posição, intermediária, é a dos juizes que defendem a comunicação dos aqüestos (bens adquiridos depois do casamento), desde que conseguidos com o esforço comum dos dois cônjuges, como nos casos em que se reconhece, nos concubinatos, uma sociedade de fato. Aqui, ainda há duas subdivisões de correntes: a que acha ser necessária uma prova do esforço comum e a que admite que a simples convivência já pressupõe auxílio da mulher ao marido, justificando a sociedade de fato.

A conclusão a que se chega é que - ainda que haja opiniões discordantes - a prudência recomenda que as mulheres de mais de 50 anos, que irão casar-se no regime obrigatório da separação, façam pacto antenupcial, declarando se pretendem ou não que haja a comunicação dos bens futuros e a participação nas despesas domésticas, para evitar possíveis desenganos. E, se quiserem, poderão contemplar os bons maridos em seu testamento.

(Transcrito do Suplemento do - O Estado de S. Paulo, de 19-4-81).

PORTARIA N.º 28/80

0 Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando a conveniência de ser uniformizada a averbação de escrituras de adoção simples à margem dos registros de nascimento de menores, na forma da Lei n.º 6.697, de 10-10-79, (Código de Menores);

Considerando, o disposto no artigo 82 e § único da referida lei;

Considerando, que na adoção simples (artigo 27 do Código de Menores) aplicam-se as disposições dos artigos 368 e seguintes da Código Civil;

Considerando, finalmente, que a ADOÇÃO SIMPLES é reversível consensualmente e nos casos em que é admitida a deserdação (artigo 374 do Código Civil);

RECOMENDA o seguinte:

1.º) A modificação do prenome, nos casos de menores colocados em lar substituto, somente será admitida na ADOÇÃO PLENA, prevista nos artigos 29 a 37 da mencionada Lei n.º 6.697-79.

2.º) No decorrer do processo de adoção plena, os adotantes indicarão os apelidos de família que o menor passará a usar, podendo ser solicitada a modificação do prenome do adotado plenamente.

3.º) A sentença conferirá ao menor os apelidos de família dos adotantes, e o prenome, quando solicitada a modificação, determinando a autoridade judiciária a expedição de mandado para cancelamento do registro original do menor e inscrição do novo.

4.º) Nos casos de ADOÇÃO SIMPLES é admissível somente a averbação, à margem do registro de nascimento do menor, dos apelidos de família do adotante, que usará o adotado (Código de Menores, art 28).

5.º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 12 de março de 1980.

Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(Publicado no Diário da Justiça, de 10-03-1980, tis. 20). Sueli Feola Lopez.

PROVIMENTO N.º 6/80

O MINISTRO CARLOS ALBERTO BARATA SILVA, Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que a jurisprudência tranqüila deste TST é no sentido do não cabimento, no processo trabalhista, de custas proporcionais;

Considerando que essa interpretação tem apoio na regra do § 49, do art. 789, da CLT;

Considerando, contudo, que algumas Juntas de Conciliação e Julgamento e, especialmente os Juizes de Direito, quando investidos da jurisdição trabalhista, vem condenando as partes nas custas "pro-rata" em casos de reclamações parcialmente pendentes;

Considerando que invariavelmente, quando há recurso, tem ocorrido a isenção do reclamante do ônus do pagamento proporcional das custas;

Considerando, ainda, que em tais processos é extremamente penosa a execução das custas, especialmente quando o responsável pelo seu pagamento é o reclamante, dificultando, inclusive, o arquivamento do feito e,

Considerando o decidido no Processo TST-RR- 1.019/79

Resolve:

Recomendar aos Exmos. Srs. Juizes Corregedores Regionais que expeçam provimento no sentido de cessar a prática da condenação "pro-rata" nas custas processuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Corregedoria Geral, aos 21 de março de 1980.

Carlos Alberto Barata Silva - Ministro Corregedor Geral

(D.O.J.. de 16-5-80).

Proc. CG. n.º 54.842/80 - Capital - Int.: Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo).

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

"Sem prejuízo de outras considerações, a serem feitas oportunamente, determino que, desde logo, se observem estas instruções:

1. Os Srs. Escrivães dos Cartórios Cíveis, Criminais e Distritais ficam autorizados a expedir

certidões, em breve relatório, de autos findos e que não mais se achem sob sua guarda, mas, no Arquivo Geral ou Central, extraindo os dados das fichas de anotações existentes no seu poder, reportando-se a elas, expressamente. Atende-se, dessa forma, a uma sugestão do ilustre advogado Rubens Approbato Machado, a fls. 19.

2. O Sr. Diretor do DEGE deve estabelecer horário para o atendimento de "despachantes", que levam geralmente muitos pedidos de certidão, ou para exame de autos findos e arquivados, aos Arquivos de Vila Leopoldina e da Rua Barão, de Iguape. Fora desse horário, somente serão atendidos os Srs. advogados e as pessoas que não se identifiquem com os "despachantes". Trata-se de outra sugestão do mesmo e ilustre advogado.

3. Faça o Sr. Diretor do DEGE com que se proceda a estudo para a padronização das fichas, a serem utilizadas nos Arquivos Geral e Central. Urna vez prontas, serão remetidas aos Cartórios, deles se exigindo que, no mesmo ato da remessa dos autos findos, para serem arquivados, enviem aquelas fichas devidamente preenchidas, ficando os Srs. Escrivães responsáveis pela exatidão das informações nelas escritas.

4. Comunique-se à ilustre Associação dos Advogados de São Paulo, que fica autorizado o uso do modelo de folha de informação para a obtenção de vista, ou certidão, pelos Srs. advogados, em relação a autos arquivados (fls. 25), fazendo-se, de comum acordo com a referida Associação, as adaptações que pareçam necessárias.

5. Oficie-se aos Srs. Escrivães dos cartórios que ainda não indicaram funcionário para servir nos Arquivos Geral e Central, a fim de que o façam, no prazo de 10 dias. Se não o fizerem, esta Corregedoria Geral da Justiça se incumbirá de proceder, de ofício, à sua relocação.

São Paulo, 15 de maio de 1980.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça".

(D.O.J., de 17-5-80).

Proc. CG. N.º 54.899/80 - Cravinhos - Int.: Juízo de Direito.

Pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi proferido o despacho abaixo transcrito:

'1- O Juiz de Direito da Comarca de Cravinhos consulta esta Corregedoria Geral da Justiça, solicitando orientação relacionada aos livros que devam ser abertos nos Ofícios de Menores, tendo em vista a edição da Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o Código de Menores, bem como sobre a pertinência, ou não, de se promover o encerramento dos livros em uso atualmente, em razão da revogação da legislação anterior sobre menores.

2. A indagação feita é de inteira procedência e, em boa hora, formulada, já que a revogação dos Decretos n.ºs 5.083/26 e 17.943-A/27, e das Leis n.ºs 5.258/67 e 5.439/68, pela Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Código de Menores), implicou em disciplina jurídica diversa, com a criação de novos institutos de assistência, proteção e vigilância aos menores, tornando inadequados os atuais livros previstos no artigo 908 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

3. É, pois, imperioso que se promova perfeita adequação dos livros à realidade atual, para eficiente registro das situações previstas no Código de Menores.

Assim, os livros devem ser criados e instituídos, sem prejuízo daqueles obrigatórios a todos os Ofícios de Justiça, previstos no artigo 900 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, mesmo porque estes dizem respeito à movimentação geral dos feitos e controle dos autos pelo Cartório.

Os livros "Ponto dos Servidores" e "Registro Geral de Férias", "Movimento de Autoridades" e "Funcionários e Penas Disciplinares" são os mesmos usados pelos Cartórios a que pertença, como anexo, o Ofício de Menores.

Além destes livros, e dos classificadores a serem criados pelo Provimento em estudo, deve o Ofício manter ainda os de ordem geral e obrigatórios, anteriormente previstos como comuns aos Ofícios de Justiça, ou seja:

I - Para arquivamento dos OFÍCIOS EXPEDIDOS;

II - Para arquivamento dos OFÍCIOS RECEBIDOS e não entranhados aos autos;

III - Para arquivamento e classificação de Provimentos e Portarias da Corregedoria Geral da Justiça e Conselho Superior da Magistratura, com índice.

Por tudo quanto foi exposto e para perfeito registro das situações preconizadas pela nova lei,

faz-se mister que os atuais livros dos Offícios de Menores, previstos no artigo 908, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, sejam extintos, criando-se, concomitantemente, os seguintes:

REGISTRO DE TERMOS, com índice.

Compreende o registro dos termos correspondentes às seguintes medidas:

- a) Compromisso de Comissários (art. 7.º);
- b) Advertência ao menor (art. 14, I);
- c) Entrega do menor aos pais, ou responsável ou pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade (art. 14, II);
- d) Colocação em lar substituto (delegação do pátrio poder, guarda e tutela - art. 14, III);
- e) Concessão de liberdade assistida (art. 14, IV);
- f) Penalidades e obrigações dos pais ou responsável (artigos 42 e 43);
- g) Inspeção (art. 48).

Nos Offícios de Menores, e nos Anexos, a critério da autoridade judiciária, o Provimento facultou o desmembramento, deste livro, hipótese em que devem ser obedecidas as mesmas orientações que se seguem.

Os termos devem ser lavrados após decisão judicial a respeito, e assinados sempre pelo juiz e partes, delas constando, quando for o caso, todos os elementos necessários e pertinentes, inclusive quanto à qualificação dos interessados.

As assinaturas devem ser colhidas logo após o encerramento, como exemplo, no termo de delegação do pátrio poder deverá constar advertência sobre os direitos e obrigações decorrentes do instituto, devendo ser lavrado após a respectiva sentença homologatória (art. 23 e parágrafo único); no termo de concessão de liberdade assistida, constarem sempre as regras de conduta fixadas ao menor, conforme o disposto no art. 38; e nos termos de guarda, a obrigação de prestação de assistência material, moral e educacional, além do direito de oposição a terceiros, inclusive pais, e da condição de dependentes para fins previdenciários, etc.

Recomenda-se que o livro seja constituído das próprias cópias dos termos, até o máximo de trezentos (300), que deverão ser lavrados em três (3) vias, destinando-se a primeira ao processo; a segunda ao interessado e a terceira à formação do livro, cujas folhas deverão ser numeradas e pelas autoridade judiciária rubricadas, lavrando-se termo de abertura e encerramento.

REGISTRO DE COLOCAÇÃO EM CASA DE SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO, com índice.

(Artigos 39 e 40 do Código de Menores)

Determinada a colocação do menor em casa de semiliberdade ou a internação, o fato deverá ser levado a registro, fazendo-se todas as anotações correspondentes, tais como número do procedimento, qualificação, local destinado, data, reexames e o mais necessário para perfeito controle da situação do menor.

Atentar, rigorosamente, para o disposto no artigo 40, em seus parágrafos 3.º e 4.º

REGISTRO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS, com índice.

(Artigos 63 a 79 e 110 a 114)

Deverá o Ofício de Menores manter um registro para as penalidades administrativas impostas através do procedimento próprio. Deve ser instituído livro próprio, com índice. O lançamento será feito tão logo instaurado o procedimento, anotando-se, posteriormente, o respectivo resultado, inclusive no que se refere à execução.

A providência será tomada, sem prejuízo das anotações levadas a efeito no "Registro Geral de Feitos". Na execução das penalidades administrativas (art. 110) deverá o Sr. Escrivão observar, com rigor, o disposto no artigo 114. Ocorrendo a hipótese, serão remetidas ao Ministério Público as cópias pertinentes e necessárias, por Ofício, para as providências adequadas. Ocorrendo o pagamento no prazo legal, da mesma forma o fato será anotado, fazendo-se menção inclusive do número da guia correspondente. Cópia desta será arquivada em pasta própria, prevista no Provimento.

Servirá para maior controle, principalmente para os efeitos da reincidência (artigo 79).

TERMOS DE AUDIÊNCIA

Em pasta própria e para os fins dos artigos 100, I e II, 102 e 103, usando-se o sistema de folhas soltas.

REGISTRO DE SENTENÇAS, com índice.

Todas as sentenças proferidas devem ser levadas a registro, certificando-se no procedimento ou processo, o número do livro, folhas e numeração de ordem. As sentenças devem ser numeradas

em ordem crescente, renovável anualmente. Quando a sentença for proferida em audiência, permite-se que seja levada a registro apenas a parte dispositiva, anotando-se, contudo, no corpo do registro ou à sua margem, o número do "Protocolo de Audiências" e o da respectiva folha em que é exarada.
(D.O.J., de 27-5-80).

PROVIMENTO N.º 13/80

Dispõe sobre a Autorização para Cremação de Cadáver, em Casos de Morte Violenta.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e,

Considerando que a regulamentação da cremação de cadáver, objeto do Provimento n.º 01/77, revelou-se insuficiente no sentido da pronta solução dos pedidos formulados para esse fim.

Considerando que a exigência nele contida, de se inserirem nos próprios autos de inquérito policial, os pedidos de autorização judicial para a cremação, é incompatível com o caráter de urgência da medida, dado que o processamento de tais autos, em juízo, depende de sua prévia distribuição.

Considerando a necessidade de prover-se acerca da forma mais adequada e rápida, a fim de que a autorização solicitada possa prevenir embaraços que, nesse problema, são constrangedores.

Considerando ainda, que a manifestação favorável da autoridade policial, e a existência do Laudo de Exame Necroscópico, ou a declaração expressa dos médicos-legistas, quanto à possibilidade da liberação do corpo, asseguram e resguardam a existência do corpo de delito.

Considerando mais, a conveniência de se estabelecer um juízo único, com competência para apreciar e decidir sobre os pedidos de incineração de cadáveres.

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no Processo n.º 54.200/80;

Resolve:

Art. V - A autorização para a cremação de cadáver, daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado, será, no caso de morte violenta, dada pelo Juiz Corregedor da Polícia Judiciária.

§ 1.º - O pedido será formulado, nos casos de urgência, perante a autoridade policial, que, após opinar sobre a conveniência ou não da liberação do corpo, remeterá, imediatamente, os autos a Juízo.

§ 2.º - Nos dias em que não houver expediente forense, o incidente poderá ser decidido pelo Juiz que estiver à testa do Plantão Judiciário.

Art. 2.º - Os autos serão instruídos com prova de que o falecido, em vida, manifestou a vontade de ser cremado; e mais, com o boletim de ocorrência policial, o laudo-médico legal ou declaração dos médicos-legistas no sentido da liberação do corpo para cremação.

§ único O pedido de autorização independe de distribuição.

Art. 3.º A manifestação da vontade do menor absoluta, ou relativamente incapaz, ou do interdito, poderá ser expressa por seu representante legal, ou curador.

Art. 4.º - O pedido de autorização deverá ser apreciado prioritariamente pela autoridade judiciária competente; e a urgência na providência deverá decorrer do interesse da família na remoção do corpo, ou da impossibilidade de conservação do cadáver ou ainda de Imperativo da saúde pública.

Art. 5 - Não se convencendo da urgência ou da conveniência da liberação imediata do corpo, o Juiz ordenará o retorno do pedido de autorização à Polícia, sem prejuízo, de posterior apreciação do mesmo, antes da distribuição do inquérito policial.

§ 1.º - Com a distribuição do inquérito policial, a matéria passará a ser decidida pelo Juiz da Vara a que competir o feito, ouvido o Ministério Público.

§ 2.º - Nos dias em que não houver expediente forense, aplica-se o disposto no § 2.º do art. 1.º deste Provimento.

Art. 6.º - Após a efetivação da medida ou o indeferimento do pedido, os autos deverão ser apensados aos autos de inquérito policial ou de processo-crime, se já instaurado.

Art. 79 - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Provimento n.º 01/77.

São Paulo, 21 de maio de 1980.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 28-5-80).

PORTARIA N.º 104/80

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e, atendendo à solicitação feita pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., no sentido de que se altere a sistemática vigente, comumente observada nas execuções efetuadas mediante cartas precatórias, resumida no despacho proferido no Processo CG n.º 55.437, de seu interesse,

Recomenda,

aos Meritíssimos Juizes de Direito, tanto da Capital (inclusive das Varas Distritais) como das comarcas do Interior do Estado, que, nas execuções a serem efetuadas em cartas precatórias recebidas, dizendo respeito a numerário em depósito na Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., determinem que para satisfação do que lhes tenha sido deprecado, seja o pagamento efetuado mediante a transferência do depósito, para a Agência da mesma Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A., sediada na Comarca do M. Juízo deprecante e à ordem e disposição deste, desde que se trate de Comarca do Estado de São Paulo.

Nos demais casos, em que a providência haja sido solicitada em carta precatória vinda de fora do Estado de São Paulo, a execução se perfará mediante a "ordem de pagamento - cheque", como atualmente se procede, a menos que o M. Juízo deprecante, previamente consultado, admita que a satisfação da execução se faça mediante a transferência do depósito, através da rede bancária, para estabelecimento que haja indicado e à sua ordem e disposição.

Publique-se. Anote-se e Cumpra-se.

São Paulo, 12 de junho de 1980.

Eu, (a) Ezio Donati, Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, subscrevi e assino.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 13-6-80).

PROVIMENTO N.º 16/80

Dispõe sobre fornecimento de certidões cartorárias para fins de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a relevância da função exercida pelo Advogado no processo e a necessidade de estar cercada de cautelas a inscrição de bacharel em direito, na Ordem dos Advogados do Brasil; Considerando a solicitação feita pelo respectivo Conselho Seccional, no Processo n.º 55.556, Resolve:

Art. 1.º - O § 5.º do art. 620 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça passa a ter a seguinte redação:

"§ 5.º - O disposto neste artigo não se aplica às requisições judiciais, nem às certidões para fim eleitoral, posse em cargo público, inscrição em concurso público, inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, quando a informação será completa".

Art. 2.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre e Cumpra-se.

São Paulo, 27 de junho de 1980.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 1.º, 2 e 3-7-80).

O art. 620 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, alterado por este Provimento, tem a seguinte redação:

Art. 620 - As certidões de antecedentes, para fins exclusivamente, civis, serão expedidas com a anotação "NADA CONSTA", nos casos de:

- a) inquéritos arquivados;
 - b) indiciados não denunciados;
 - c) não recebimento de queixa-crime;
-

d) extinção da punibilidade por prescrição da ação penal, decadência do direito de queixa ou de representação, desistência e perempção da ação penal privada (arts. 108, IV e IX, do Código Penal, e 60 do Código de Processo Penal);

e) trancamento da ação penal;

f) absolvição;

g) condenação tão somente à pena de multa, estando esta paga;

h) condenação, com suspensão condicional da pena, não revogada;

i) reabilitação não revogada.

§ 1.º - As anotações constantes das alíneas c, d, f, g, h e i, somente serão emitidas após o trânsito em julgado da respectiva sentença.

§ 2.º - As anotações, nas fichas de distribuição, de que o registro passa a ser secreto para fins exclusivamente civis, serão procedidas pessoalmente pelo Escrivão-Diretor, que nelas aporá sua assinatura.

§ 3.º - O Magistrado que revogar o "sursis" comunicará a revogação ao Distribuidor Criminal, quando então a certidão voltará a ser positiva (alínea "h").

§ 4.º - As comunicações ao Distribuidor, determinadas no art. 608, desta Consolidação, mencionarão o trânsito em julgado da sentença (v. § 1.º).

§ 5.º - O disposto neste artigo não se aplica às requisições judiciais, nem às certidões para fim eleitoral, posse em cargo público e inscrição em concurso público, quando a informação será completa.

(D.O.J., de 19-7-80).

DEGE - 1

PROVIMENTO N.º 18/80

Regula a extração e entrega de edital para publicação.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 55.262/80

Resolve:

Art. 1.º - Os editais expedidos em Primeira Instância, qualquer que seja sua finalidade, serão datilografados em papel branco, sulfite sem timbre ou caracteres impressos.

Art. 2.º - Extraído o edital, conferido e assinado com observância do Provimento n.º 10/78, serão autenticadas as respectivas folhas com a chancela do Ofício de Justiça, devendo o Escrivão rubricar cada uma delas.

Art. 3.º - A entrega, para fins de publicação, sempre mediante recibo, poderá ser feita a estagiário ou advogado com procuração nos autos, ou agência de publicidade credenciada junto à Corregedoria Geral da Justiça (artigo 5.º).

Art. 4.º - Quando o edital deva ser entregue a agência de publicidade, o Escrivão verificará, sob sua responsabilidade, se trata de agência credenciada.

Art. 5.º - A agência interessada requererá perante a Corregedoria Geral da Justiça seu credenciamento, apresentando documentos comprobatórios de sua existência legal, bem como certidões de distribuição criminal e cível, em nome de seus responsáveis, sem prejuízo de outros, em complementação.

Parágrafo único - Qualquer alteração dos dados constantes desses documentos apresentados deverá ser comunicada à Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 6.º - A Corregedoria Geral da Justiça relacionará as Agências de Publicidade que hajam requerido credenciamento, e fará publicar seus nomes, e os dos seus responsáveis.

Art. 7.º - O disposto no artigo 1.º deste Provimento não se aplica aos editais extraídos nos autos de execução fiscal, para os quais existem impressos padronizados.

Art. 8.º - É dever funcional do Escrivão comunicar à Corregedoria Geral da Justiça qualquer irregularidade que ocorra, ou de que tenha conhecimento a respeito da publicação de editais.

Art. 9.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 15 de agosto de 1980, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 7 de julho de 1980.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 9-7-80).

PROCESSO C.G. N.º 55.706/80

Tendo em vista a representação que me foi endereçada pelo Colégio Notarial do Brasil, através da qual sugere algumas alterações no Provimento n.º 11/80, desta Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, passo a analisá-la, acolhendo algumas das proposições, como segue:

1. Defiro a pretensão de um acréscimo nos "consideranda" do Provimento, fazendo-se constar que

"considerando que existem cartórios que recebem suplementação de verba por parte do Estado" Realmente, há serventias que recebem suplementação de verba do Estado e estas deixaram de ser mencionadas na motivação do Provimento, embora em nada altere sua substância, de vez que mesmo tais Cartórios devem fiel observância a seus termos.

2. O artigo 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Livro Diário da Receita e da Despesa será escriturado diariamente pelo serventuário, ou seu substituto legal, sendo direta sua responsabilidade, ainda que seja a tarefa entregue a outro servidor legalmente contratado".

Justifica-se a alteração, de vez que a idéia subjacente no Provimento não foi a de permitir que inclusive pessoas sem vínculo com o Cartório (como o assessor técnico) pudessem escriturar o Diário. Pleiteia o Colégio Notarial, Seção de São Paulo, que seja inserida a expressão "auxiliar". A orientação ora imposta alcança qualquer "servidor", expressão mais ampla e que abrange pessoa que possua vínculo com a serventia.

3. Suprime-se, por sugestão do representante, o § 3.º do artigo 4.º do Provimento. Embora a escrituração do Livro Diário seja feita sempre no dia posterior, não há inconveniente em que se suprima o parágrafo que manda identificar alguns atos pelo número da guia de custas.

Suprimo, pois, referido dispositivo.

4. Pretende o representante que seja modificado o artigo 5.º do Provimento, afim de que possam os serventuários lançar como despesa a aquisição de máquinas e móveis.

Não é conveniente a alteração.

O Decreto no 12.364, de 3 de dezembro de 1941 (Lex 1941, pág. 221), não revogado, proíbe expressamente que as despesas com aquisição de móveis e máquinas sejam lançadas no Diário. O Provimento n.º 11/80 nada tem a ver com a legislação fiscal, nem seu objetivo é fiscalizar o pagamento de tributos por parte do serventuário. Os objetivos do Provimento estão expostos nos "consideranda".

Se a idéia fosse de cumprir a legislação federal em relação a suas exigências, bastaria a simples revogação do Provimento, recumprindo os Cartórios as determinações da legislação federal.

Como se sabe, inexistente hierarquia de normas. Cada qual, no âmbito de seu conteúdo, busca amparo de validade na Constituição Federal. Nenhuma lei federal pode interferir no âmbito interno do Estado. Tem este, por força do próprio princípio federativo, núcleo de nosso regime, autonomia legislativa, nos lindes de sua competência.

Como observa Celso Bastos, "não há falar-se em hierarquia entre as normas federais, estaduais e municipais. Cada uma dessas categorias normativas é soberana dentro de sua esfera própria de competências" ("Curso de Direito Constitucional, ed. Saraiva, pág. 105).

As determinações do Provimento foram editadas no estrito âmbito de competência desta Corregedoria Geral.

De outro lado, os móveis e máquinas adquiridos pelo serventuário incorporam-se a seu patrimônio pessoal. Tanto que, em caso de aposentadoria ou de morte, ele ou sua família têm direito a indenização (após avaliação determinada pelo Juiz Corregedor) ou a aluguel de tais bens.

A se admitir a dedução dessas despesas, poderá ocorrer de o Estado ter de suplementar a renda de uma serventia, porque, num ano, o serventuário adquiriu móveis e máquinas em excesso.

Rejeito a proposta.

4. Não sendo caso de se alterar o "caput" do artigo, da mesma forma não há que se acrescentar qualquer parágrafo, tal como sugere a representação.

5. Os § 2.º e 3.º do artigo 5.º, do Provimento em análise tiveram sua redação original equivocada. A idéia foi a de manter uma única pasta. Quando houver lançamento de várias duplicatas, uma em cada mês, relativas a uma mesma fatura, será conveniente indicar onde está arquivada a nota fiscal. Se tratar de uma única duplicata, a anexação proposta será de rigor. Todavia, podem ser englobados num único dispositivo.

Em consequência, ficando suprimido o § 3.º, é dada a seguinte redação ao § 2.º do art. 5.º:

"Os documentos comprobatórios das despesas devem identificá-las, não sendo admissíveis notas fiscais simplificadas, pedidos e "tickets" de caixa. As duplicatas devem ser anexadas às notas fiscais correspondentes; se várias forem as duplicatas relativas a uma mesma compra, nelas será anotado o mês em que foi arquivada a nota fiscal correspondente".

6. Propõe o representante a alteração da redação do art. 6.º do Provimento. Há que se ponderar, realmente, sobre atos em que o serventuário não cobra emolumentos. O objetivo foi o de exigir o lançamento, ainda que os emolumentos sejam pagos em parcelas (forma bastante utilizada, especialmente em pequenas comarcas). Em consequência, passa a ter o art. 6.º a seguinte redação:

"Art. 6.º - A receita será lançada no Livro no dia da prática do ato, mesmo que o cartório não tenha ainda recebido os emolumentos.

§ 1.º - Considera-se dia da prática do ato, o do apontamento para o Cartório de Protestos, o da lavratura da escritura, ou da procuração para o Cartório de Notas, o do registro para os Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos, o da distribuição para o Ofício da Justiça e o do pedido de habilitação de casamento para o Registro Civil.

§ 2.º - Os atos em que não houver cobrança de emolumentos não devem ser lançados no Diário, o que não dispensa o recolhimento das custas e sua cotação no documento e/ou Livro em que foram praticados.

7. Pretende o representante que seja suprimido o artigo 11 do Provimento, que faculta a escrituração de mais de um livro. Indefere-se a pretensão. A escrituração de outro Livro Diário para fins de pagamento de tributos é uma faculdade. Há inúmeros Cartórios que adotam esse sistema, sem que haja suspeita em relação aos serventuários. Como já ficou dito, tanto as exigências, como os objetivos da escrituração do Diário, para a Corregedoria e para a Receita Federal, são diferentes. À Corregedoria não interessa o outro Livro. À Receita Federal não interessa o Livro disciplinado pelo Provimento n.º 11/80.

8. Embora louvando a atitude do Colégio Notarial do Brasil, através de sua Seção de São Paulo, que se dirigiu a esta Corregedoria Geral, na busca de seus interesses, tenho que com algumas alterações não pode a Corregedoria Geral concordar, tal como esclarecido na fundamentação deste.

9. Em consequência das alterações ora feitas, determino seja o Provimento n.º 11/80 publicado no "Diário Oficial", para conhecimento dos senhores serventuários, mantida a data de sua vigência, nos termos do Provimento n.º 14/80, ou seja, o dia 1.º de julho do corrente ano, a partir de quando suas determinações deverão ser rigorosamente cumpridas. Publique-se, inclusive o presente despacho.

I.

São Paulo, 30 de junho de 1980.

Des. Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 11/80 (*)

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o artigo 23 do Decreto Estadual n.º 5.129, de 23 de julho de 1931 torna obrigatória, nos Cartórios não Oficializados, a escrituração de um Livro Diário da Receita e da Despesa;

Considerando a necessidade de padronização da escrituração desse Livro, para melhor fiscalização por parte dos Juízes Corregedores Permanentes;

Considerando que existem cartórios que recebem suplementação de verba por parte do Estado; (*)

Considerando, ainda, que da renda da Serventia depende diretamente a fixação dos salários dos funcionários;

Considerando, finalmente, a existência de recomendações esparsas, que dificultam a tarefa dos Serventuários;

Resolve:

Art. 1.º - O Livro Diário da Receita e da Despesa será escriturado diariamente pelo Serventuário, ou seu substituto legal, sendo direta sua responsabilidade, ainda que seja a tarefa entregue a outro servidor legalmente contratado. (*)

Art. 2.º - O Livro poderá ser impresso, ou de folhas soltas, e será aberto e encerrado pelo Juiz Corregedor, que também rubricará cada urna das folhas, previamente numeradas.

Parágrafo único - As folhas serão divididas em colunas, para anotação da data, histórico, receita e despesa, obedecido o modelo usual no comércio.

Art. 3.º - O histórico dos lançamentos será sucinto mas permitirá sempre a identificação do ato que ensejou a cobrança e da natureza da despesa.

Art. 4.º - Os lançamentos compreenderão tão somente os emolumentos percebidos como receita do Cartório, pelos atos praticados, de acordo com o Regimento de Custas, não devendo ser incluídas as custas e contribuições à Carteira das Serventias, e outras quantias recebidas em depósito para prática futura de atos, ou para as despesas custeadas pagas normalmente pelas partes, como as de correio, editais, condução, etc.

§ 1.º - No lançamento da receita, além do seu montante, haverá referência ao número do ato, ou do livro e folhas, em que foi praticado, ou do recibo fornecido, ou do protocolo, de forma a possibilitar sempre sua identificação.

§ 2.º - Sempre que a Serventia tiver mais de um anexo, a receita de cada um deles será lançada separadamente.

§ 3.º - (Suprimido). (*)

Art. 59 - As despesas que comportam lançamento no Diário são - tão somente aquelas necessárias ao funcionamento da Serventia, excluídas as feitas para aquisição de bens que se incorporam ao patrimônio do Serventuário, como móveis e máquinas. As despesas feitas para conservação e melhoria das instalações do Cartório só poderão ser lançadas após sua aprovação pelo Juiz Corregedor Permanente.

§ 1.º - No histórico das despesas, além de constar sua natureza, será identificado o documento comprobatório.

§ 2.º - Os documentos comprobatórios das despesas devem identificá-las, não sendo admissíveis notas fiscais simplificadas, pedidos e "tickets" de caixa. As duplicatas devem ser anexadas às notas fiscais correspondentes; se várias forem as duplicatas relativas a uma mesma compra, nelas será anotado o mês em que foi arquivada a nota fiscal correspondente. (*)

§ 3.º - (Suprimido). (*)

Art. 6.º - A receita será lançada no Livro no dia da prática do ato, mesmo que o Cartório não tenha ainda recebido os emolumentos. (*)

§ 1.º - Considera-se dia da prática do ato, o do apontamento para o Cartório de Protesto, o da lavratura da escritura ou da procuração para o Cartório de Notas, o do registro para os Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos, o da distribuição para o Ofício de Justiça e o do pedido de habilitação de casamento para o Registro Civil. (*)

§ 2.º - Os atos em que não houver cobrança de emolumentos não devem ser lançados no Diário o que não dispensa o recolhimento das custas e sua cotação no documento e/ou Livro em que foram praticados. (*)

Art. 7.º - A despesa será lançada no dia em que se efetivar.

Art. 8.º - Ao final de cada mês serão somadas a receita e a despesa, apurando-se separadamente a renda líquida ou o "déficit" da Serventia.

Art. 9.º - Ao final de cada ano será feito o balanço, indicando-se a receita, a despesa e o líquido mês a mês, apurando-se, em seguida, a renda líquida ou o "déficit" da Serventia no exercício.

Art. 10.º - Até o dia 10 de cada mês será o Diário visado pelo Juiz Corregedor Permanente, que determinará, em sendo caso, as glosas necessárias.

Parágrafo único - Juntamente com o "Diário serão apresentados os comprovantes das despesas lançadas no mês, a folha de pagamento de pessoal e a guia de recolhimento do IPESP.

Art. 11 - Além do Livro aqui disciplinado, poderão os Serventuários adotar outro Diário para fins de recolhimento de imposto sobre a renda, obedecida a legislação específica.

Art. 12 - Este Provimento entrará em vigor no dia 19 de julho de 1980, revogadas as disposições em contrário. (*)

Publique-se. Registre e Cumpra-se.

São Paulo, 30 de abril de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(*) Com nova redação, nos termos do resp. despacho do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, publicado nesta data.

Publicado nos dias 5 e dia 8 de julho.

DEGE - 2

Interessado: Deputado Luiz Carlos Santos - 1.º Secretário

Assunto: Indicação referente a Cartórios NÃO OFICIALIZADOS

Indicação N.º 338/80 - Secretaria da Justiça

1. Encaminhou a augusta Assembléia Legislativa, do Estado, através de ofício do seu 1.º Secretário, Deputado Luiz Carlos Santos, ao Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil Dr. Calim Eid, a Indicação n.º 338, de 1980, subscrita pelo Sr. Deputado André Benassi, em que se alega que os "Escreventes de Cartórios não Oficializados, particularmente no Interior de São Paulo, padecem de uma séria e injusta restrição, quanto ao desempenho de suas funções", sendo-lhes "defeso o exercício de outro emprego ou atividade comercial" (textual).

Por outro lado, ao que se observa, os Escreventes recolhem as contribuições do IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), mas "não podem usufruir do PIS e nem do PASEP, e muito menos lhes é assegurado direito previdenciário ou quaisquer das unidades do INPS ou INAMPS" (textual).

Informa-se, outrossim, que eles trabalham, "por vezes, mais de 8 horas, sem direito a horas extras", sem carteira de trabalho, "salário-família ou 13.º" (textual).

Aduz-se, também, que "a remuneração de forma geral é defasada, os reajustes de vencimentos esporádicos, incertos e não acompanham a inflação galopante e o aviltamento da moeda, sempre à mercê da benevolência dos Serventuários titulares dos Cartórios" (textual).

Finalmente, indica o Sr. Deputado André Benassi "ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Salim Maluf, por intermédio dos órgãos competentes, a necessidade de providências urgentes no sentido de que se estenda, aos Escreventes dos Cartórios não Oficializados, do Interior do Estado, os mesmos direitos e deveres já concedidos aos funcionários cartorários; das Serventias Oficializadas da Capital e das grandes cidades" (textual - fls. 2/3).

2. Remetida a referida indicação à Secretaria da Justiça (fls. 4/5), esta, entendendo não se tratar de assunto de sua competência, encaminhou-a para a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça (fls. 6).

Juntados despachos e Provimentos referentes à matéria (fls. 7/32), voltaram-me conclusos (fls. 33). É o relatório.

3. Passo a examinar a indicação.

"Ab initio", consigne-se que, realmente, os Escreventes e Auxiliares de Cartórios não Oficializados são considerados funcionários públicos, em sentido amplo, embora sob regime jurídico diversificado daquele dos seus colegas das serventias oficializadas.

Contudo, e se bem não estipendiados diretamente pelos cofres públicos, as leis estaduais, gradativamente, têm-lhes reconhecido direitos, podendo-se mencionar, dentre outros:

a) em decorrência de contribuições obrigatórias, são eles e seus dependentes beneficiários (aposentadoria ou pensão) da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado (Lei n.º 10.393, de 16-12-70);

b) computa-se o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal e o prestado em serventia não oficializada, para efeito de aposentadoria (art. 21, da Lei retro citada);

c) suas férias, licenças e afastamentos estão disciplinados na Lei n.º 2.177, de 23-7-1953, regulamentada pelo Provimento n.º 11/75, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça;

d) poderão inscrever-se, e a seus dependentes, no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE (arts. 158/160, da C.N.C.G.);

e) beneficiam-se do horário especial para estudantes (Lei n.º 94, de 29-12-1972);

f) têm direito à licença-gestante;

g) têm direito à licença-prêmio (art. 283 e seguintes da CNCGJ);

h) assegura-se aos Escreventes e Auxiliares o direito de não serem dispensados, após cinco anos de serviço, a não ser "por motivo de sensível diminuição de renda da serventia"; e antes de completado aquele tempo, sem que haja motivo, mas em ambos os casos devem ser indenizados na forma prevista no art. 72, §§ 1.º e 2.º da Resolução n.º 2/76, do Egrégio Tribunal de Justiça;

i) assegura-se ao serventuário o direito de receber dos cofres do Estado a complementação da renda de sua serventia, quando não atingido o equivalente a três salários-mínimos (art. 45, do Decreto-lei n.º 203, de 25-3-1970, e Decreto n.º 52.839, de 30-11-71);

j) têm direito aos benefícios concedidos aos funcionários públicos para a aquisição de casa

própria (cf. parecer do DASP, in R.D.A. n.º 95/227); etc. (fls. 8/18), etc. (fls. 12/13).

Ainda recentemente, expediu esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça os Provimentos n.º 10/80 e 11/80 em que objetivou assegurar, observadas as características dos contratos de trabalho e a variação de renda das serventias, critérios genéricos para corrigir, à vista da desvalorização monetária, os salários fixados e homologados para os Escreventes e Auxiliares das serventias não oficializadas (fls. 22/32).

Também esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, no mês de março deste ano, na impossibilidade de ordenar diretamente o pagamento da "Gratificação de Natal" (13.º salário), encaminhou parecer, que obteve a aprovação do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, afim de que o Poder Executivo do Estado venha elaborar projeto de lei, visando a estender os benefícios dos artigos 122 e 131 da Lei Complementar n.º 180, de 12-5-1978, aos Escreventes e Auxiliares das serventias não oficializadas.

É bem verdade, também, que inexistem estudos referentes à aplicação, aos referidos servidores, de outros dispositivos concernentes aos benefícios recebidos pelos Escreventes e Auxiliares dos Cartórios Oficializados.

E não se pode invocar, "data venia", o princípio da isonomia (art. 153, § 1.º, da Constituição Federal), pois o que este impõe é tratamento igual aos realmente iguais. E "igualdade nominal não se confunde com a igualdade real (cf. Hely Lopes Meirelles - "Direito Administrativo Brasileiro" - 1980 - págs. 443). Não são idênticos os cargos iguais, mas remunerados de maneira desigual - como acontece com os Escreventes e Auxiliares de serventias oficializadas e não oficializadas (uns, mediante renda da serventia, variando a partir de um vencimento mínimo; e outros, através diretamente dos cofres públicos e com salários fixos).

Destarte, a extensão dos demais benefícios aos Escreventes e Auxiliares de serventias não oficializadas, a exemplo do que sucedeu nos demais casos, somente poderá ser ordenada através de lei específica, mediante a qual deverá, inclusive, o Estado arcar novamente com o ônus já existente (cf. Decreto n.º 52.839, de 3-11-1971), de suplementar os cartórios com rendas deficitárias, pagando-lhes os benefícios. E, assinala-se, no ano de 1979 o número de serventias deficitárias atingiu a 261.

Conforme se vê, não olvidando os problemas dos Escreventes e Auxiliares, tem a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça tomado providências ao seu alcance, visando a superá-los.

4. A indicação do nobre Deputado André Benassi igualmente se refere, porém, a outros benefícios, que somente poderão ser concedidos mediante lei, de iniciativa do Poder Executivo. Em vista do exposto, determino volte o expediente à alta consideração do Sr. Secretário da Justiça.

5. Publique-se, e dê-se ciência, por ofício, à augusta Assembléia Legislativa do Estado, para conhecimento do ilustre autor da indicação ora apreciada.

Extraiam-se cópias de todas as peças, para o arquivo desta Egrégia Corregedoria Geral, e devolva-se o expediente, como já determinado.

São Paulo, 4 de julho de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 12-7-80).

DEGE - 2

Processo N.º 55.233/80 - Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Tatuí. Decisão proferida no processo.

1. O Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Tatuí encaminha, para homologação e aplicação do artigo 93 da Resolução n.º 2/76, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Portaria n.º 13/80, de 7-5-1980, em que revoga equivocada designação de Escrivão Interino para o Ofício do Distribuidor, Contador e Partidor serventia vaga e extinta em face da aposentadoria do Escrivão Francisco de Paula Freitas - e determina a imediata anexação de suas atribuições ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede da Comarca (fls. 2/4).

Após a juntada de procedentes (fls. 5/23), voltaram-se conclusos (fls. 25).

2. Passo a examinar a questão.

Realmente, com a aposentadoria do Escrivão titular do Ofício do Distribuidor, Contador e Partidor, da Comarca de Tatuí (fls. 10/11), ocorreu a vacância da serventia. Em consequência, torna-se aplicável à espécie o artigo 93 da Resolução n.º 2/76, do Egrégio Tribunal de Justiça,

que tem força de lei na esfera da Organização Judiciária. Ficou, assim, automaticamente extinto aquele Ofício.

Igualmente, em razão do mesmo preceito de lei, as atribuições do Ofício extinto devem ser anexadas ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da Comarca, conforme explicitado na Portaria n.º 13/80 (fls. 4).

Por outro lado, cumpre registrar, que não se trata de anexação em decorrência das "conveniências da Justiça e do pequeno movimento da comarca" (art. 200, § 1.º do Código Judiciário do Estado), caso em que a extinção ficaria condicionada ao prévio exame das circunstâncias e ao advento de outra lei declarando extinta a serventia.

O comando emergente, contido no artigo 93 da Resolução n.º 2/76, não só declara vago e extinto esse Ofício, como também determina a anexação de suas atribuições ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, de modo a não comportar conjecturas, excepcionalidades, ou mesmo interpretações ampliativas.

É bem verdade que, anteriormente, a Secretária da Justiça entendeu necessária outra lei especial para a extinção do Ofício (fls. 9). Contudo, essa interpretação deixou de prevalecer na referida Pasta, já tendo mesmo aplicado o artigo 93 da Resolução n.º 2/76, em caso idêntico, por ocasião da vacância e extinção do Ofício do Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Jundiá (fls. 23).

Diante o exposto, HOMOLOGO a Portaria n.º 13/80, do Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Tatuí, e determino que se oficie à Secretária da Justiça, para os fins de direito.

Cumpra-se, publique-se, dê-se ciência ao interessado e arquite-se.

São Paulo, 14 de julho de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 17-7-80).

Processo C.G. N.º 85/80 (Recurso) - Interessados: José Augusto de Oliveira e Julieta Antonieta Simioni, respectivamente, Escrivães do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça e do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Mirandópolis. Decisão proferida no processo.

1. José Augusto de Oliveira e Julieta Antonieta Simioni, Serventuários Vitalícios do 29 Cartório de Notas e Ofício de Justiça, e do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, de Mirandópolis, requereram ao MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente da Comarca, ante a vacância do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, a implantação do disposto no artigo 100 e parágrafo único, da Resolução no 1, deste Egrégio Tribunal, com o estabelecimento do sistema de serviços previstos para o 1.º e 2.º Ofícios.

O pedido foi indeferido (fls. 18/19).

Daí o recurso (fls. 24/25).

2. A Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, fez acrescer, dentre outros, à Constituição da República, o artigo 206, no qual, ao mesmo tempo em que declarou oficializadas as serventias; (art. 206, "caput"), determinou a elaboração de normas gerais a serem observadas na concretização da medida (artigo 206, § 1.º).

Por outro lado, o autor da Emenda Constitucional ressaltou "a situação dos atuais titulares vitalícios ou nomeados em caráter efetivo" (artigo 206, "caput", parte final). Além disso, até a entrada em vigor daquelas normas gerais, vedou "qualquer nomeação em caráter efetivo para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos" (artigo 206, § 2.º) e determinou continuem os funcionários de tais serventias, enquanto não fixados os vencimentos pelos Estados e pelo Distrito Federal, "a perceber as custas e emolumentos estabelecidos nos respectivos regimentos" (artigo 206, § 3.º).

Até agora inexistiu a lei complementar mencionada no artigo 206, § 1.º, do diploma constitucional.

Consequentemente, ainda não ocorreu a oficialização prevista (artigo 206, "caput"), mas estão vedadas as nomeações, em caráter efetivo, para as serventias não oficializadas (artigo 206, § 2.º).

3. No caso de Mirandópolis, Comarca de 1.ª entrância, três são as serventias pelas quais se distribuem os serviços cartorários referidos no artigo 100, "caput", da Resolução n.º 1.

Dessa, uma se encontra vaga: é a do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça (cf. fls. 10/16).

Os titulares das remanescentes são os que pretendem a implantação da distribuição de serviços prevista naquele dispositivo da Resolução, a proceder-se por acordo dos interessados, nos termos do art. 88 da Resolução n.º 2, deste Egrégio Tribunal.

A pretensão deixou de ser acolhida sob o fundamento de que seria necessária a nomeação da

segunda interessada para o 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, o que é vedado pelo artigo 206, § 2.º da Constituição.

4. Assim não parece, todavia.

O que a norma constitucional proíbe é a nomeação, em caráter efetivo, para serventia não oficializada, até a entrada em vigor da lei complementar específica, prevista no parágrafo 1.º daquele artigo.

Leis específicas do funcionalismo público distinguem a nomeação - forma originária de provimento de cargo público - da remoção, que é forma derivada. Assim, os Estatutos dos Funcionários Públicos - Civis da União (arts. 11, inc. I e 56) e do Estado de São Paulo (arts. 11, inc. I e 43). Entre nós, a Lei Complementar Est. N.º 180, de 1978, faz a nítida distinção entre a nomeação como forma de provimento de cargo público (art. 18, inc. I), e a remoção, como instituto básico de mobilidade funcional (art. 53, inc. IV).

Do mesmo modo, a doutrina, haja vista Hely Lopes Meirelles - "Direito Administrativo Brasileiro", págs. 393/4, Ed. Rev. dos Tribs., 7.ª ed., 1979, e José Cretella Júnior - "Direito Administrativo do Brasil - Regime Jurídico do Funcionário Público", págs. 222,3, Ed. Rev. dos Tribs., 1958.

Na hipótese dos autos, não se cuida de "nomeação". Ambos os interessados são titulares vitalícios de cargos de justiça, por força do artigo 187 da Constituição de 1946 e do artigo 194 da Constituição vigente.

Em São Paulo, o Código Judiciário (Decreto-Lei Complementar Est. n.º 3, de 27 de agosto de 1969) contém, dentre outras regras pertinentes, as de que:

a) "Nenhum provimento de cargo de escrivão será feito, senão na classe inicial da carreira" (art. 221, "caput");

b) "Opera-se o provimento, no cargo inicial, não havendo pedidos de remoção, mediante concurso de provas e de títulos ... (artigo 221, § 1.º);

c) "A remoção ou promoção será processada por concurso de títulos entre serventuários que tenham, pelo menos, 3 (três) anos de efetivo exercício em serventia, respectivamente, da mesma ou de classe inferior" (artigo 222).

O Decreto-lei Est. n.º 159, de 28 de outubro de 1969, por sua vez, estabelece que o provimento das serventias se faz por concurso de admissão (arts. 59 e segs.) e de promoção ou remoção (arts. 26 e segs.).

É certo que esse mesmo decreto-lei local usa a expressão "nomeação" também em hipóteses de promoção e remoção (v. art. 30). Todavia, a menção não foi feliz, porque a nomeação, ou investidura, é pressuposto da promoção e da remoção. Ninguém pode ser promovido ou removido, no serviço público, sem antes ter sido nele investido. A promoção e a remoção constituem formas derivadas de provimento de cargo público e, assim, suas espécies, sem se confundirem com a nomeação, outra espécie de provimento, forma originária deste.

5. Isto posto, inexistente obstáculo legal, no caso, a que se ajuste a distribuição dos serviços cartorários na Comarca de Mirandópolis, de primeira entrância (Resolução n.º 2, artigo 30), na forma e na oportunidade prevista no artigo 100, parágrafo único, da Resolução n.º 1, e nos termos do artigo 88 "caput" e parágrafos, da Resolução n.º 2, deste Egrégio Tribunal. Não haverá nenhuma nomeação a fazer-se.

Assim, o atual Cartório de Registro de Imóveis e Anexos será simplesmente aglutinado à serventia vaga, do 1.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, o qual passará a constituir o 1.º Ofício de Justiça, do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, com os anexos do Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos. O outro cartório será o do 2.º Ofício de Justiça e Tabelionato de Notas e de Protestos, na conformidade dos arts. 100 da Resolução n.º 1, e 86 e 87 da Resolução n.º 2.

Deu, para essa finalidade provimento ao recurso em apreço e homologa a implantação da nova distribuição dos serviços cartorários da Comarca de Mirandópolis.

E, tendo em vista que, em razão da implantação deferida, a serventuária Julieta Antonieta Simioni, titular do atual Cartório de Registro de Imóveis e Anexos, passará a ser a Escrivã do 1.º Ofício de Justiça, do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, com os anexos do Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, em virtude de sua remoção daquela, para esta serventia, determino seja o expediente apresentado à Secretaria da Justiça, para os fins previstos no art. 88, § 2.º da Resolução n.º 2.

Publique-se. Anote-se. Remetam-se os autos.

São Paulo, 23 de julho de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de .30-7-80).

DEGE - 2

Processo CG N.º 49.849/78 - São José do Rio Preto - Interessado: Luiz Arão Mansor, Escrivão do 2.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça.

1. Trata-se de pedido de Escrivães de Cartórios de Notas das Comarcas de São José do Rio Preto, Santa Branca e Votuporanga (fls. 2, 46 e 47) e, igualmente, de Santos (fls. 2, do Proc. N.º 31.841/78, em apenso), no sentido de que os autorize esta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça a abrirem livros de escrituras com folhas soltas, para serem datilografadas.

Justificando a solicitação, afirma, um deles, em síntese, que o processo de "fideicópias" em uso, na lavratura de escrituras e procurações, não impede - conforme verificado em trabalhos correicionais o desaparecimento das impressões. Enfatizam, todos eles, a existência de "Livros de Audiências" datilografados, e asseveram que a experiência realizada em algumas comarcas resultou proveitosa.

Instado a opinar quanto à admissibilidade dessa medida, manifestou-se o Dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara de Registros Públicos da Capital, Corregedor Permanente dos Tabelionatos, favoravelmente à pretensão deduzida, entendendo, porém, deva ser deixada a autorização para cada cartório a critério dos respectivos Juizes Corregedores Permanentes (fls. 4/5, do Proc. n.º 49.849/78).

Consultado o Colégio Notarial do Brasil, o seu ilustre Presidente opinou a favor da adoção da providência em exame, mas acentuou que a modernização, por essa forma, do trabalho nos tabelionatos, "exigirá grande rigor e uma severa fiscalização" (fls. 9/10).

Após a juntada das informações enviadas pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fls. 20/33), voltaram-se conclusos os autos destes dois processos.

2. Passo a examinar a matéria.

Preliminarmente, não obstante alguns entendimentos em sentido contrário, é de se consignar que - com exceção do testamento e do protesto cambial, que são regulados pelo Código Civil e pela legislação cambiária - os atos notariais permanecem observando normas praxistas, inspiradas no "Regimento dos Tabeliães de Notas" das Ordenações Filipinas de 1.603 (Título LXXVIII do Livro I).

Isso porque, conforme decidido no Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, o art. 1.807 do Código Civil só revogou as Ordenações na parte concernente às matérias de direito civil reguladas nesse Código. E como o Código Civil não disciplinou as escrituras públicas, a matéria ainda continua a ser objeto de legislação pré-codificada ou de regulamentação administrativa (Conf. "Revista dos Tribunais", 111/314-318 e 261/161-163).

Esse, aliás, também tem sido o entendimento dos juristas, tabeliães, magistrados e advogados, entre eles, João Mendes Júnior ("Direito Judiciário Brasileiro", pág. 195), Serpa Lopes ("Tratado de Registro Público", vol. IV, pág. 328), Otávio Uchoa da Veiga ("A Forma, as Formalidades e as Fórmulas dos Atos Notariais", in "Revista dos Tribunais", vol. 197/28), Antonio de Pádua Nunes ("Da Escritura Pública: Formalidades Especiais" - in "Revista dos Tribunais", vol. 245/12-21), Alcides de Mendonça Lima ("A assinatura dos Notários nas escrituras públicas" in "Revista Forense", vol. 92/290-292), Sebastião Luiz Amorim e José Celso de Mello Filho ("Aspectos da Escritura Pública", in "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", vol. 45/13-20).

3. Assim, no exame da matéria concernente ao uso de "livros de folhas soltas", registra-se inexistir ainda, no Estado de São Paulo, qualquer autorização administrativa, e de ordem geral, para a adoção desse sistema. Limitou-se a Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça a estabelecer que os Cartórios de Notas, além da extração de fotocópias e xerocópias, poderão, ainda, fazer uso: "I - do "sistema fideicópia", para registro de documentos e lavraturas de procurações e suas cópias, e lavratura de registros de procurações e suas cópias, bem como, para lavratura de escrituras e suas cópias. II - de duplicadores a álcool para a extração especial, de fixidez permanente, com observância dos dispositivos legais" (art. 739, § 5.º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça).

E, não obstante a eficácia do uso de gelatina ou "fideicópia" para reprodução de atos notariais constantes de livros manuscritos e previamente encadernados, - possibilitando autenticidade e fácil fiscalização, - tem-se verificado, por outro lado, que o sistema não é de todo aprovado para

a real segurança e perpetuidade das cópias, que são documentos públicos destinados principalmente a prova de fato ou de direito.

A verdade é que, por defeito de técnica ou pela precária qualidade do material empregado, com o decorrer do tempo as cópias extraídas mediante o uso do mencionado processo, tendem a se apagarem (fls. 2).

4. Imprescindível, portanto, se torna a adoção concomitante do chamado "livros de folhas soltas", que permitirá a agilização dos trabalhos notariais e a possível perpetuidade das cópias de procurações e escrituras públicas, através de escrituração mecânica.

É bem verdade que a inovação poderá parecer, a "prima facie", arriscada, conjecturando-se sobre a possibilidade do extravio dessas folhas soltas.

Contudo, a experiência tem demonstrado que dificilmente ocorre tal perigo.

Tanto é assim, que a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, onde o sistema foi implantado há 20 anos, enfatiza que o uso do livro de folhas soltas, naquele Estado, "logrou ampla aceitação pelas partes e os resultados são os melhores possíveis, tornando mais célere e mais prático o serviço notarial". E mais: "não se tem notícia de fatos que contrariem ou não recomendem a sua adoção" (fls. 20/21).

Aliás, a nova Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015, de 31-12-73) também veio autorizar a adoção de livros com escrituração mecânica, em folhas soltas, objetivando a facilidade dos serviços das respectivas serventias (art. 3.º § 2.º, da Lei cit.), muito embora essa iniciativa tenha despertado críticas, "preocupadas com que a medida solapasse as garantias de segurança que o registro deve ter" (Conf. Walter Ceneviva in "Leis dos Registros Públicos" - Ed. Saraiva - 1979 pág. 8 e 9).

Cumprido, contudo, lembrar que, antes mesmo da nova Lei de Registros Públicos, os Cartórios de Registros de Imóveis já adotavam o sistema de fichas para os Indicadores Real e Pessoal, agora expressamente permitidas pelo artigo 173, parágrafo único, da Lei n.º 6.015/73, sem que, conforme verificado em inúmeras correições, hajam estas se extraviado.

A propósito, é de se notar que mesmo as fichas - usadas pelos Cartórios de Notas para os registros de firmas (artigo 914, V, da C.N.C.G.J.), vem sendo regularmente conservadas, sem perda.

5. Consequentemente, e tendo em vista as experiências mencionadas, conclui-se pela possibilidade do uso, nos Cartórios de Notas, de livros com escrituração mecânica, em folhas soltas, desde que se tomem determinadas cautelas, regulamentando-se convenientemente o sistema, inclusive estabelecendo determinadas restrições, - a exemplo das limitações adotadas com sucesso no Estado do Rio Grande do Sul, - a fim de que, excluídos eventuais riscos, sejam devidamente assegurados o interesse dos contratantes e a fidelidade dos atos notariais.

Só devem, portanto, ser autorizadas ao uso desse sistema as serventias devidamente organizadas, cujos Tabeliães e Escreventes demonstrem notório zelo e disponham de condições pessoais e materiais, que os capacitem inequivocamente.

Uma vez preenchidos esses requisitos e atendidas as demais exigências pertinentes à espécie, inexistirá óbice à implantação do sistema, que se consubstanciará, inegavelmente, em mais um importante passo em favor da melhoria dos serviços notariais.

Para esse fim, - revogadas as autorizações anteriormente expedidas pelos Doutores Juizes Corregedores Permanentes, - determino que se expeça Provimento regulamentando a matéria, cuja minuta vai anexa.

São Paulo, 22 de setembro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(24, 25 e 26-9-80).

PROVIMENTO N.º 27/80

Dispõe sobre a adoção e regulamentação do uso de livros "folhas soltas" para escrituras e procurações

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que foi decidido no Processo C.G. n.º 49.849/78,

Resolve:

Art. 1.º - Os livros dos Cartórios de Notas, discriminados no artigo 914, incisos I, II, e III, da

Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, poderão, salvante para testamentos, ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas.

§ 1.º - Além da observância dos artigos 743 e 761, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, os instrumentos escriturados mecanicamente terão caracteres claros, de fácil leitura, em ordem cronológica, sem espaços em branco, lacunas ou abreviaturas, devendo repetir-se por extenso os elementos básicos expressos em algarismos, especialmente os referentes à data da própria escritura, à importância do preço, ao valor e número de prestações a que se refira, à taxa de juros e aos demais que pareçam indispensáveis.

§ 2.º - A escrituração mecânica far-se-á exclusivamente com fita de cor preta indelével, proibido o emprego de máquinas equipadas com fitas corretivas de polietileno.

§ 3.º - As emendas, rasuras, borrões, riscaduras e entrelinhas deverão ser expressamente ressalvadas no fim do texto e antes da subscrição da escritura, com referência especial ao seu teor e localização.

Art. 2.º - Cada um dos livros de folhas soltas conterá os termos usuais, de abertura e encerramento, na primeira e na última folhas.

§ 1.º - No termo de abertura constarão o número e a data do ofício da Corregedoria Permanente, em que comunicada ao Tabelião a autorização para a utilização dos livros.

§ 2.º - Integrará cada livro, a final, um índice alfabético, por ordem de outorgantes e outorgados.

§ 3.º - Ao dar início ao livro destinado a testamentos, e sempre que inicie outro, o Tabelião fará comunicação à Corregedoria Permanente, para anotação, indicando o respectivo número, a data do início e o nome do outorgante da última escritura de testamento do livro encerrado.

Art. 3.º - Os livros de folhas soltas, destinados à escrituração mecânica, serão de 200 (duzentas) folhas, e não mais, nem menos, cada qual, todas de papel pergaminho (acetinado), de cor branca e peso nunca inferior a 0,075 (setenta e cinco gramas) por metro quadrado.

§ 1.º - As folhas soltas terão 0,22 m de largura e 0,33 m de altura, previamente numeradas tipograficamente, e serão rubricadas a mão pelo Tabelião, além de chanceladas pelo Juiz Corregedor Permanente.

§ 2.º - Cada folha, com impressão no verso e no anverso, obedecerá às seguintes especificações:

Quadro interno -	0,14 de largura e 0,27 de altura
Margem lateral esquerda -	0,04 m
Margem lateral direita -	0,04 m
Margem superior -	0,04 m
Margem inferior -	0,02 m

Na margem lateral direita do anverso e na esquerda do verso, cada folha terá quatro linhas verticais paralelas, facultativamente pontilhadas. A margem superior do anverso conterá, impressas, as armas da República, as designações do Estado de São Paulo, do Município, do Tabelionato, do "R.G." e do "CIC" do Tabelião, a espécie e o número do livro, bem como o número da folha.

Art. 4.º - O Tabelião, o Escrevente, os comparecentes, os intervenientes e as testemunhas assinarão todas as folhas utilizadas.

§ 1.º - A cópia, tomada em carbono novo e indelével, ou por meio reprográfico, deverá ser também assinada de próprio punho, por todos os referidos no "caput" deste artigo.

§ 2.º - A cópia, com as mesmas características do instrumento original, deverá reproduzir o inteiro teor do ato, inclusive nos números das folhas e do livro; conterá a menção "traslado" e será autenticada pelo Oficial em todas as folhas, inutilizando os espaços em branco.

§ 3.º - Fica proibida a expedição de outros traslados ou certidões por meio reprográfico.

Art. 5.º - As escrituras serão numeradas sem qualquer interrupção, em cada livro.

Parágrafo único - Quando a numeração das folhas de cada livro, no seu final, indicar a impossibilidade de concluir-se algum ato que nelas se inicie, o Tabelião deixará de utilizá-las, e as cancelará com a declaração "EM BRANCO", assinando em seguida evitando que o ato iniciado tenha prosseguimento em outro livro.

Art. 6.º - Os livros de folhas soltas, logo que concluídos, serão imediatamente encadernados, facultando-se a adoção de cores diferentes, nas encadernações, uma para cada espécie de escrituras.

§ 1.º - As folhas dos livros de folhas soltas ainda não encadernados deverão conter perfurações, na margem esquerda, a fim de que possam ficar permanentemente guardadas em colecionadores, dos quais poderão ser retiradas apenas para serem datilografadas.

§ 2.º - As folhas utilizadas deverão ser guardadas em pasta própria, correspondente ao livro a

que pertençam, até a encadernação.

Art. 7.º - A autorização para o uso de livros de folhas soltas será dada pelos Juízes Corregedores Permanentes dos Tabelionatos, os quais farão, em seguida, comunicação à Corregedoria Geral da Justiça.

§ 1.º - O pedido do Tabelião será dirigido ao Juiz Corregedor Permanente, que se manifestará, expressamente, sobre a conveniência da medida, a organização e o movimento do ofício, o zelo do titular e dos escreventes, e todas as demais condições, pessoais e materiais, que capacitem avaliar-se se o pretendente pode utilizar o sistema. O expediente deverá vir acompanhado do modelo a ser adotado.

§ 2.º - Em regra, a autorização será negada aos serventuários dos distritos que tenham anexo de tabelionato, a menos comprovem devidamente dispor de movimento idêntico ao dos tabelionatos da sede da comarca e preencham os requisitos do parágrafo anterior.

§ 3.º - A qualquer tempo, o Juiz Corregedor Permanente, ou o Corregedor Geral da Justiça, "ex-officio", poderão suspender, ou revogar a autorização concedida.

§ 4.º - As autorizações concedidas anteriormente a este Provimento ficam expressamente revogadas, sem prejuízo de sua repristinação.

Publique-se. Registre e Cumpra-se.

São Paulo, 22 de setembro de 1980. Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça(24, 25 e 26-9-80).

(D.O.J., 25-10-80)

REMOÇÃO POR IMPEDIMENTO LEGAL

Proc. N.º 186.412/80 - Secretária da Justiça Interessados: Luiz Spinola de Melo e Geraldo Spinola Guimarães Despacho proferido no processo.

1. Trata-se de expediente encaminhado pela Secretaria da Justiça, para pronunciamento desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, sobre o pedido de Luiz Spinola de Melo, Escrivão vitalício do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2.º Subdistrito da Comarca de Campinas, primo de Geraldo Spinola Guimarães, Escrivão vitalício do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 3.º Subdistrito da referida Comarca, a fim de que, nos termos do parágrafo 29, do art. 48, do Decreto-Estadual n.º 159, de 28 de outubro de 1969 (com a redação que lhe foi dada pelo Dec.-lei Est. N.º. 206 - de 25 de março de 1970), "seja removido para o cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do distrito da sede da Comarca de Osasco, vago com o falecimento de sua escrevã titular."

Fundamentando a pretensão, informa o requerente ter assumido seu cargo em 17-1-1961, enquanto seu primo foi promovido para o cargo de Campinas em 3-2-1966.

Aduz, contudo, que este último veio "desistir expressamente, presente e futuramente, de todo e qualquer direito que lhe assiste o artigo 48" (textual), possibilitando, assim, seu pedido de remoção (fls. 2/5 e 16/19).

Após as informações sobre a vida funcional dos interessados e a situação das serventias, juntaram-se precedentes (fls. 22/76v).

2. Passo a examinar a espécie.

Incontroverso que os Escrivães vitalícios dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos 2.º e 3.º Subdistritos da Comarca de Campinas, Luiz Spinola de Melo e Geraldo Spinola Guimarães, são parentes consangüíneos (fls. 6/11) e foram nomeados, respectivamente, para os cargos, em 17-1-1961 (fls. 14) e em 29-1-1966 (fls. 15).

Com o advento do Decreto-lei Estadual n.º 159, de 28 de outubro de 1969, os referidos Escrivães, em face desse parentesco, ficaram impedidos de continuar servindo "conjuntamente no mesmo Juízo, por motivo de suspeição" (art. 48, VII, do Decreto-lei n.º 159/69, observada a redação dada pelo Decreto-lei n.º 206/70).

Caberia, assim, de regra, determinar-se a remoção do Escrivão Geraldo Spinola Guimarães, "ex vi" do § 3º do art. 48, do Decreto-lei n.º 159/69, "para serventia vaga ou criada, de igual classe e natureza a seu pedido ou "ex-offício", com prioridade sobre

quaisquer outros interessados, ainda que detentores de preferência absoluta para remoção ou promoção" uma vez que foi promovido para o Registro Civil do 3.^o Subdistrito de Campinas "antes deste decreto-lei, embora posterior ao Decreto n.^o 123, de 10 de novembro de 1892".

Por isso mesmo, a fim de possibilitar a remoção do requerente, o Escrivão do Registro Civil do 3.^o Subdistrito veio desistir de seu direito, conforme consta de declaração juntada aos autos (fls. 13).

Não obstante, o impedimento deve ser resolvido em consonância com os precedentes desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Cabe observar, assim, desde logo, que a vedação mencionada no artigo 48 do Decreto-lei n.^o 159/69 só ocorre quando os Serventuários estão subordinados ao mesmo Corregedor Permanente, isto é, ao mesmo "Juízo", e não à mesma, "Comarca".

Isso porque ao vocábulo "Juízo" deve ser emprestado o significado técnico-jurídico de lugar onde o órgão da Justiça tem sua sede e exerce sua atividade específica.

Aliás, essa é a interpretação adotada para os casos surgidos na Comarca da Capital e na própria Comarca de Osasco (fls. 69), onde se encontram providos Serventuários parentes entre si, que estariam impedidos, se não servisse, em Juízos diferentes (14 e 2.^a Varas de Registros Públicos ou Varas Distritais) - fls. 62/64.

Consequentemente, nada impede seja o problema solucionado mediante a simples transferência da Corregedoria Permanente de um dos Cartórios para outro "Juízo" da mesma Comarca.

E, muito embora a distribuição dos serviços de Corregedoria destas serventias caiba à 2.^o Vara Cível, em decorrência do disposto no art. 4.^o, § 1.^o, da Resolução n.^o 2/76, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, cumpre observar que esta norma esteou-se nos cartórios

estabelecidos no Código Judiciário do Estado, em que, nos artigos 47 a 49. prevê-se a organização de 1.^o instância na parte respeitante à competência das Varas e suas atribuições, inclusive de Corregedoria Permanente.

Sobreleva salientar, ainda, que o art. 48, Parágrafo único, do Código Judiciário, deixa ao critério do Corregedor Geral da Justiça, havendo motivo de ordem pública, alterar a indicação dos Corregedores Permanentes, conforme expresse: "Poderá a Corregedoria Geral da Justiça, por motivo de interesse público, designar corregedor permanente outro dos juizes das comarcas com mais de uma vara, em lugar do indicado nos itens supra (fls. 70/74).

Mencionado dispositivo, portanto, vem ensejar o exercício, do poder discricionário da Administração, autorizando-a a praticar o ato "pela maneira e nas condições que repute mais conveniente para o interesse público". Seu fundamento e sua justificativa são encontrados, precisamente, "na complexidade e variedade dos problemas que o Poder Público tem que solucionar a cada passo e para os quais a lei, por mais casuística que fosse, não poderia prever todas as soluções, ou pelo menos a mais vantajosa para cada caso ocorrente" (Cf. Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. "Revista dos Tribunais", 7 edição atualizada, pág. 143).

Não se pode negar, na espécie, existir evidente interesse público na observância dos precedentes e na uniformização dos critérios para a solução de semelhantes casos de impedimentos (fls. 62/64 e 69), mesmo porque as remoções, nessas circunstâncias, quase sempre acarretam transtornos à vida dos serventuários e das próprias serventias, além de se consubstanciarem, muitas vezes, em privilégio legal pouco recomendável.

Em face do exposto, determino, desde já, seja expedida a competente Portaria atribuindo a Corregedoria Permanente do Cartório do Registro Civil do 39 Subdistrito da Comarca de Campinas, à 3 Vara Cível, juntando-se cópia nestes autos.

Declaro, também, em consequência, afastado o impedimento denunciado e

prejudicado o pedido de remoção.

Dê-se ciência deste despacho aos interessados, aos M. Juízes. das 2.^o e 3.^o Varas Cíveis da Comarca de Campinas e à Douta Comissão de Organização Judiciária, para os fins e providências de direito.

Extraiam-se cópias deste processo para arquivamento nesta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, e devolvam-se os autos, em seguida, à Secretaria do Estado dos Negócios da Justiça.

Publique-se e cumpra-se.

São Paulo, 10 de outubro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J. de 17-10-80).

PROVIMENTO N.º 29/80

Autoriza o reconhecimento de firma em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o decidido no Processo CG n.º 56.491/80,

Resolve:

Artigo único - Fica autorizado o reconhecimento de firma em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, una vez adotados os caracteres comuns.

Parágrafo único - Nesse caso, além das cautelas normais, o Tabelião fará mencionar, no próprio termo de reconhecimento ou junto a ele, que o documento, para produzir efeito no Brasil e para valer contra terceiros, deverá ser vertido em vernáculo, e registrada a tradução (art. 140 do Código Civil, e art., 148, segunda parte, da Lei de Registros Públicos).

Publique-se. Registre e Cumpra-se.

São Paulo, 16 de outubro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 21-10-80).

PROVIMENTO N.º 32/80

Ementa - Regulamenta o registro de sentenças definitivas de separação judicial e de divórcio.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando o que se dispõe no art. 12, n.º I, do Código Civil, com a redação dada pelo art. 50 da Lei Federal n.º 6.515, de 26-12-1977 (Lei do Divórcio);

Considerando mais o disposto no art. 32 da Lei Federal n.º 6.515, citada;

Considerando ainda o que se prescreve nos artigos 29, § 1.º, letra "a", 33, § único e 97 da Lei Federal n.º 6.015, de 31-12-1973 (Lei de Registros Públicos);

Considerando, outrossim, que a lei processual civil determina segredo de justiça em relação aos atos processuais que dizem respeito a casamento, à separação dos cônjuges e à conversão desta em divórcio (Cód. Processo Civil, art. 155, n.º H);

Considerando finalmente, que o registro das sentenças definitivas de tais ações, sob a forma de inscrição, no Livro "E", do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca em que tenha sido proferida a sentença, além de constituir condição, de sua eficácia, nos termos do art. 32 da Lei n.º 6.515, permitirá a publicidade objetivada pela lei específica, quanto aos atos relativos ao estado civil das pessoas, que não sejam os concernentes ao registro de nascimento, de casamento civil ou religioso, e de óbito, a fim de que sejam resguardados os interesses de terceiros,

Resolve:

Art. V - As sentenças definitivas de separação judicial e de divórcio serão registradas, sob a forma de inscrição, no Livro "E", do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da comarca em

que hajam sido proferidas, ou no Cartório do 1.º subdistrito, se houver mais de um, nos termos do art. 33, parágrafo único, da Lei n.º 6.015/73.

Art. 2.º - As sentenças referidas no art. 1.º serão igualmente averbadas no livro de casamento, após a inscrição no Livro "E", fazendo-se remissão a esse ato, quando da averbação.

Art. 3 - Quando requeridas; por terceiros interessados, as certidões dos registros e averbações das separações judiciais e dos divórcios se limitarão à parte dispositiva da sentença.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 10 de novembro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 13-11-80).

Prot. CG N.º 37.007/80 - Capital - Int.: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo

(Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo).

Por despacho do Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:

"SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

CONSELHO

São Paulo, em 5 de novembro de 1980

C.A. n.º 5/80 Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

Vimos comunicar a Vossa Excelência que a contribuição devida pela juntada de Mandato Judicial (Código 304 - Guia de Recolhimento de Custas e Emolumentos, Mod. 9), prevista no artigo 48 da Lei Estadual n.º 10.394/70, passará a ser de Cr\$ 116,00 (cento e dezesseis cruzeiros), por mandante, assim considerado também o casal, isto é, 2% do salário-mínimo efetivo vigente no Estado de São Paulo.

Ante o exposto, solicitamos de Vossa Excelência se digne de dar conhecimento, aos serviços de Distribuição de 1.º Instância, de que a nova contribuição deverá vigorar a partir de 1.º de dezembro.

Atenciosamente,

Raif Kurban - Presidente do Conselho

À Sua Excelência

Dr. Desembargador Adriano Marrey

DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

CAPITAL

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando o que consta do Processo CG n.º 55.436, desta Egrégia Corregedoria Geral da Justiça;

Considerando os termos das manifestações dos ilustres Juizes do Egrégio 2.º Tribunal de Alçada Civil e dos Doutores Juizes de Direito das Varas de Acidentes do Trabalho da Capital, acerca da distribuição de ações acidentárias em Primeira Instância, e trazidas ao conhecimento da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça;

Determina:

Art. 1.º - As petições iniciais, referentes a acidente do trabalho, serão distribuídas, registradas e encaminhadas, rigorosamente na respectiva ordem de protocolo ou entrada (art. 433, parágrafo único da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça).

Art. 2.º - Serão distribuídas à mesma Vara especializada e compensadas as petições em que figurem as mesmas partes e que tenham sido distribuídas nos últimos dois anos. Entendendo o juízo que não se trata de expediente destinado a fraudar a regularidade das distribuições, devolvê-las-á, com despacho fundamentado, para imediata redistribuição.

Parágrafo único - Quando houver fundada suspeita de que a petição apresentada visa a burlar a regularidade das distribuições, será reencaminhada pelo Juiz Corregedor Permanente, que comunicará o fato à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 11 de novembro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 14-11-80).

PROVIMENTO N.º 35/80

Ementa - Dá nova redação ao Provimento n.º 32/80.

O Desembargador Adriano, Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando as dúvidas levantadas quanto à aplicação do Provimento n.º 32/80, pelo qual regulamentado o registro das sentenças definitivas de separação judicial e de divórcio;

Considerando mais a conveniência de rever a matéria, de modo a não ocasionar embaraços ao serviço cartorário, nem perplexidade às partes interessadas;

Considerando ainda os termos da Portaria n.º 35/80, do M. Juízo da 24 Vara de Registros Públicos de São Paulo, Corregedor Permanente dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital; e,

Considerando, finalmente, o interesse em generalizar, para aplicação em todas as Comarcas do Estado, as disposições apropriadas à realização da inscrição e da averbação das sentenças mencionadas,

Resolve:

Art. 1.º - O Provimento n.º 32/80 passa a vigorar com a redação seguinte

"Art. 1.º - As sentenças definitivas de separação judicial e de divórcio serão registradas, sob a forma de inscrição, no Livro "E", do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da comarca em que hajam sido proferidas, ou no cartório do 1.º subdistrito, se houver mais de um, nos termos do art. 33, parágrafo único, da Lei n.º 6.015/73.

"Art. 2.º - As sentenças referidas no art. 1.º serão igualmente averbadas nos livros de casamento e de nascimento, se for o caso, após a inscrição no Livro "E", fazendo-se remissão a esse ato, quando da averbação.

"Art. 3.º - Os mandados para inscrição das sentenças definitivas de separação judicial e de divórcio serão expedidos em duas vias, das quais constarão o número do processo e a identificação do Ofício de Justiça em que tramitou; o nome completo, a idade e a profissão, se possível, a naturalidade e a residência das partes; a identificação do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais, em que lavrado o assento de casamento, o número deste, do livro e da folha respectiva; a indicação da Vara e do nome do Juiz que proferiu a sentença, bem como a data desta e o seu trânsito em julgado; o nome adotado pela mulher com a separação judicial ou o divórcio e a conclusão da sentença, ou seja, a respectiva parte dispositiva, a qual poderá ser substituída por xerocópia.

"Parágrafo 1.º - O mandado, em duas vias, será acompanhado de outro mandado este destinado à averbação da sentença junto aos assentos de casamento e nascimento.

"Parágrafo 2.º - Os mandados referidos serão entregues, mediante recibo, à parte interessada, a qual os apresentará ao Oficial do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da comarca em que haja sido proferida a sentença, ou ao Oficial do Cartório do 1.º Subdistrito (na Capital, o Cartório do 1.º Subdistrito - Sé).- O Oficial, observados os dados constantes do mandado para a inscrição, deverá proceder ao registro da sentença, dispensada a transcrição de seu inteiro teor, arquivando a 1.ª via daquele, em pasta classificadora própria.

"Parágrafo 3.º - Na segunda via do mandado, e naquele destinado às averbações junto aos assentos de casamento e nascimento, o Oficial lançará certidão com todos os dados referentes à realização da inscrição, mencionando o livro e a folha respectiva.

"Parágrafo 4.º - A segunda via do mandado para a inscrição da sentença será imediatamente encaminhada ao cartório da vara expedidora, para sua juntada aos autos, mediante lançamento em livro protocolo, para confirmar a qualquer momento a entrega.

"Parágrafo 5.º - O mandado para as averbações junto aos assentos de casamento e nascimento, será restituído à parte, para o encaminhamento necessário."

"Art. 4.º - Quando requerida por terceiros interessados, a certidão das inscrições e averbações se limitarão à parte dispositiva da sentença".

Publique-se. Registre e Cumpra-se.

São Paulo, 16 de dezembro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(19, 20 e 23-12-80).

PROVIMENTO N.º 38/80

Dispõe sobre pagamento da dívida, efetivação de depósito judicial e oferecimento de fiança bancária em execução fiscal.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e,

Considerando a representação formulada pelo Dr. Procurador Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado, objeto do Processo CG n.º 57.104/80,

Considerando a entrada em vigor, da Lei n.º 6.830, de 1980, dispondo sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública,

Considerando, finalmente, a necessidade de disciplinar, no Estado de São Paulo, o pagamento da dívida, a efetivação do depósito judicial e o oferecimento de fiança bancária, em execução fiscal, Resolve:

Art. 1.º - No prazo de cinco dias, a contar da citação, o devedor, na execução fiscal promovida pela Fazenda Estadual, pelas Fazendas Municipais ou pelas autarquias locais, poderá pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (art. 8.º da Lei n.º 6.830, de 1980), acrescida das despesas processuais previstas nas Tabelas 1-III e 7-I, de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais do Estado (presentemente), as aprovadas pelo Decreto Estadual n.º 14.716, de 1980) e da despesa de condução de Oficial de Justiça, de conformidade com a tabela aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça ou pelo Juiz Corregedor Permanente.

§ 1.º - Compete à Fazenda Pública baixar normas sobre o recolhimento da Dívida Ativa e aprovar, inclusive, os modelos de documentos de arrecadação (art. 36 da Lei n.º 6.830, de 1980).

§ 2.º - O pagamento depois do prazo mencionado neste artigo ficará sujeito à manifestação da Fazenda Pública e ao pagamento das despesas processuais, incluindo as de condução do Oficial de Justiça.

Art. 2.º - Depende de conferência e visto do Ofício de Justiça respectivo - ou do Anexo Fiscal correspondente, sendo caso - o depósito a ser efetuado pelo executado, para garantia da execução fiscal referida no art. 1.º.

§ 1.º - O depósito, em dinheiro, à ordem do Juízo da execução, será feito na Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A. ou no Banco do Estado de São Paulo S/A., em conta especial, com atualização monetária, segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais (arts. 99-1 e 32-11 e § 1.º, da Lei n.º 6.830, de 1980).

§ 2.º - O depósito deve corresponder ao valor da dívida, juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (art. 9.º da Lei n.º 6.830, de 1980).

Art. 3.º - A fiança bancária destinada a garantir a execução fiscal a que se refere o art. 1.º, obedecerá às condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, devendo a execução ser garantida pelo valor da dívida, juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa (art. 99-II e § 5.º, da Lei n.º 6.830, de 1980).

Art. 4.º - O executado poderá pagar parcela da dívida que julgar incontroversa, e garantir a execução pelo saldo devedor (art. 9.º, § 6.º da Lei n.º 6.830, de 1980).

Art. 5.º - O Oficial de Justiça, decorrido o prazo referido no art. 1.º, sem que tenha ocorrido o pagamento ou urna das garantias de que trata o art. 9.º da Lei n.º 6.830, de 1980, fará recair a penhora em qualquer bem do executado, exceto o que a lei declare impenhorável (art. 10 da Lei n.º 6.830, de 1980).

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 29 de dezembro de 1980.

Desembargador Adriano Marre - Corregedor Geral da Justiça
(30, 31-12-80, 1-1-81).

Processo CG N.º 57.105/80 - Capital - Int.: Procuradoria Geral do Estado (Procuradoria Fiscal).

Solicita o Dr. Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado seja baixado Provimento destinado a uniformizar o procedimento de citação pelo Correio, nas Comarcas do Interior, à

semelhança do que ocorre na Capital do Estado, no que respeita às execuções fiscais, de acordo com a Lei Federal n.º 6.830, de 1980. Acolhendo a representação, baixo Provimento, nesta data, fundado nas próprias sugestões constantes de fls. 2/3, e determino que sua publicação, pelo "Diário da Justiça" se proceda em três edições sucessivas.

Oficie-se e publique-se.

A seguir, arquivem-se os autos.

São Paulo, 29 de dezembro de 1980.

Desembargador Adriano Marre - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 39/80

Dispõe sobre a expedição de correspondência e controle da devolução de avisos de recepção, nas citações pelo correio, em execuções fiscais promovidas pela Fazenda do Estado, no Interior.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

Considerando a representação do Dr. Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal do Estado, objeto do Processo CG n.º 57.105/80,

Considerando a necessidade de estabelecer uma orientação de caráter geral, em todas as Comarcas do Interior, no que se refere à expedição de correspondência e à devolução de comprovantes de seu recebimento pelos destinatários, nas citações pelo correio, em execuções fiscais movidas pela Fazenda do Estado, a exemplo do que tem sido feito na Capital,

Resolve:

Artigo único - Nas execuções fiscais promovidas pela Fazenda do Estado, nas Comarcas do Interior, nos casos de citação pelo correio, a ordem judicial será entregue à Procuradoria do Estado, a quem caberá postar, às suas expensas, a correspondência, e controlar a devolução dos avisos de recepção.

§ 1.º - Para a retirada da ordem judicial, dos cartórios, a Procuradoria do Estado poderá designar, em cada Comarca, funcionário de seu quadro ou, na falta, da Coletoria Estadual.

§ 2.º - A ordem judicial, devidamente formalizada pelo Ofício de Justiça respectivo, estará à disposição do Procurador do Estado, ou do funcionário designado na forma do parágrafo anterior, no prazo máximo de trinta dias a contar do despacho do Juiz.

§ 3.º - Os envelopes e avisos de recepção da correspondência postada fornecidos pela Procuradoria do Estado, conforme modelos aprovados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, deverão conter o brasão do Estado de São Paulo, a expressão PODER JUDICIÁRIO e a menção do JUÍZO correspondente.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 29 de dezembro de 1980.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 30-12-80).

RECOMENDAÇÃO

A Corregedoria Geral da Justiça, atendendo a solicitação do Egrégio Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo,

Recomenda

aos Cartórios Judiciais inclusive os das Varas Distritais, a fim de que, a exemplo dos artigos 242, § 30, 238 e 239, Parágrafo único, inciso II, do Código de Processo Civil, e no caso de não serem aplicáveis os artigos 236 e 237, incisos I e II, do mesmo estatuto processual, as intimações dos senhores advogados, por mandado, sejam acompanhadas de uma cópia para ser entregue a eles por ocasião da diligência.

(29, 30 e M-1-81).

PROVIMENTO N.º 3/81

Dá nova redação ao artigo 905, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, permitindo aos Ofícios de Justiça Criminal fazer os Registros Relativos às fianças criminais, ao rol dos culpados, às averbações do "Sursis", e às comunicações ao Departamento de Investigações

em um único livro, em folhas soltas, e dispõe sobre sua implantação.

O Desembargador Adriano Marrey, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições, Considerando ser grande o acúmulo de serviços em todos os Ofícios de Justiça Criminal, e que tal situação é crescente e tende a se agravar, havendo necessidade premente de providências que permitam melhor organização dos Cartórios Judiciais e mais racional distribuição dos trabalhos, com aproveitamento coerente dos funcionários.

Considerando que o excessivo número de livros existentes, todos de difícil manuseio, tanto na escrituração quanto nas buscas, com a agravante de ociosa repetição de dados já constantes de outros registros, contribui sensivelmente para esse estado de coisas;

Considerando que o tal sistema de preenchimento de certos livros não atende aos objetivos de segurança, apresentação, correção nos registros e procura rápida e eficiente, prejudicando, inclusive, o bom atendimento dos pedidos de certidão, visto que o registro dos atos processuais é feito separadamente, e, por isso diluído em diversos livros;

Considerando, finalmente, competir à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça a melhor organização dos serviços dos Cartórios,

Determina:

Art. 1.º - O artigo 905 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"Além dos livros gerais aludidos nesta Consolidação, os ofícios terão que possuir os seguintes:"

I - FIANÇAS CRIMINAIS, com índice;

II - PROTOCOLO DE AUDIÊNCIAS CRIMINAIS;

III - REGISTRO DE SENTENÇAS CRIMINAIS, com índice;

IV - ROL DOS CULPADOS, com índice;

V - REGISTRO DE AVERBAÇÕES DO "SURSIS", com índice;

VI - REGISTRO DE COMUNICAÇÕES AO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES.

"Parágrafo único - Os registros relativos às FIANÇAS CRIMINAIS, ao ROL DOS CULPADOS, às AVERBAÇÕES DO "SURSIS", e às COMUNICAÇÕES AO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES deverão ser feitos englobadamente em um único livro, em folhas soltas e modelo padronizado pela Corregedoria Geral da Justiça."

Art. 2.º - O livro referido no parágrafo único será constituído de folhas soltas, através de fichas, conforme o modelo anexo, numeradas cronologicamente e rubricadas previamente pelo juiz, servindo uma para cada indiciado ou réu;

Parágrafo único - O número da ficha deverá constar da coluna "observações" do livro Registro Geral de Feitos.

Art. 3.º -- As fichas serão preenchidas à máquina, protegidas por capas plásticas e, após dobradas, mantidas em arquivo próprio, em ordem alfabética, tomando-se como referência o prenome do indiciado ou réu.

Art. 4.º - O preenchimento da ficha será feito em duas fases, iniciando-se em seguida ao recebimento do inquérito policial pelo Cartório, e sendo concluído quando do trânsito em julgado da sentença, salvo quanto aos atos processuais relativos à concessão de liberdade provisória, revogação do "sursis" e fatos ocorridos após a decisão de Primeira Instância.

§ 1.º - Na primeira fase deverá ser preenchido o campo 1, correspondente à qualificação do réu, arquivando-se a ficha no lugar que lhe couber; e, na segunda fase, os demais campos;

§ 2.º - Quando for determinado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, deverá o fato ser registrado na ficha, mediante carimbo apostado transversalmente no campo 2 da ficha (dados processuais), com as expressões "arquivado em de de 19. ..";

§ 3.º - A concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, ressalvadas as hipóteses em que a lei processual penal não exija condições a serem cumpridas pelo réu, será certificada no verso da ficha.

Art. 5.º - A ficha terá as seguintes dimensões: 220 milímetros de largura, por 330 milímetros de altura. Será impressa em 5 (cinco) vias, em papel sulfite, 24 kg, a primeira, e 16 kg as demais, com a destinação seguinte:

1.ª via (branca): representará os livros previstos nos incisos I, IV, V e VI do art. 905, da

Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

2.ª via (verde): Carta de Guia (Execuções Criminais);

3.ª via (azul) via de segurança do Cartório;

4.ª via (amarela): Recibo da Carta de Guia (juntada aos autos);

5.ª via (branca): Processamento de Dados (somente na Comarca da Capital);

§ 1.º - As vias que servirão como Carta de Guia deverão conter esse título logo acima do campo destinado à qualificação do réu;

2.º - A via destinada ao processamento de dados será remetida até o dia 10 do mês subsequente, à Corregedoria Geral da Justiça, no 22.º andar do Fórum. João Mendes Junior, sala 2.200.

§ 3.º - Nas Comarcas do Interior, essa via poderá ser suprimida.

Art. 6.º - Determinado o arquivamento do processo e sua remessa ao Arquivo Central, com ele seguirá cópia xerográfica da primeira via da ficha.

Art. 7.º - Os livros mencionados no Parágrafo único do art. 905, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, com a redação dada no art. 19 deste Provimento, e atualmente em uso nos Ofícios de Justiça Criminal, deverão ser encerrados.

Art. 8.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 2 de fevereiro de 1981.

Publique-se, inclusive o modelo anexo, registre-se.

São Paulo, 23 de janeiro de 1981.

Desembargador Adriano Marrey - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 091/81

Acresce o subitem 1.1 ao item do Capítulo XVIII das Normas Gerais de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando os termos do § 4.º do artigo 71 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n.º 4.215, de 27-4-63) - inserido pela Lei n.º 6.884, de 9-12-80;

Considerando a solicitação contida no ofício da Egrégia Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, objeto do Processo C.G. n.º 57.825,

Resolve:

Artigo único - Ao item 1 do Capítulo XVIII (do Registro Civil das Pessoas Jurídicas) das Normas Gerais de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça - aprovadas pelo Provimento n.º 5/81 - fica acrescido o seguinte subitem:

"1.1 - Os atos constitutivos e os estatutos das sociedades civis só serão admitidos a registro e arquivamento quando visados por advogados (art. 71, § 49, da Lei n.º 4.215, de 1963, na redação da Lei n.º 6.884, de 1980) ".

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 25 de março de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

MM., de 31-3-81)

COMUNICADO

A Corregedoria Geral da Justiça, atendendo solicitação do Senhor Delegado de Polícia Titular do Instituto de Criminalística, do Departamento Estadual de Polícia Científica, faz saber aos Senhores Serventuários dos Cartórios Extrajudiciais, que toda vez que se fizer necessária a realização de prova pericial em livros e documentos arquivados em suas serventias, franqueiem àquela Delegacia especializada ou a qualquer outra unidade policial, desde que solicitado por ofício, diretamente ao Senhor Serventuário, por autoridade policial responsável, de cujo ofício deverá constar a indicação de perito ou peritos criminais, que deverão identificar-se ao Serventuário. Outrossim, a autoridade policial ao mesmo tempo em que oficiar ao Serventuário requisitando exames periciais ou xerox de atos ou peças arquivadas no cartório, deverá oficiar ao MM. Juiz de Direito Corregedor - Permanente, que determinará providências, no caso de envolvimento de qualquer funcionário da serventia. (18, 19 e 20-3-81).

DECRETO N.º 84.685 - DE 6 DE MAIO DE 1980

Regulamenta a Lei n.º 6346, de 10 A Membro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º - Para cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural aplicar-se-á, sobre G valor da terra nua, constante da declaração para cadastro e não impugnado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou resultante de avaliação feita pelo mesmo órgão, a alíquota correspondente ao número de módulos fiscais do imóvel, de acordo com a tabela adiante:

Número de Módulos Fiscais				Alíquota
Até 2				03%
Acima de	02	até	3	0,3%
Acima de	03	até	4	0,4%
Acima de	04	até	5	0,5%
Acima de	05	até	6	0,6%
Acima de	06	até	7	0,7%
Acima de	07	até	8	0,8%
Acima de	08	até	9	0,9%
Acima de	09	até	10	1,0%
Acima de	10	até	15	1,2%
Acima de	15	até	20	1,4%
Acima de	20	até	25	1,6%
Acima de	25	até	30	1,8%
Acima de	30	até	35	2,0%
Acima de	35	até	40	2,2%
Acima de	40	até	50	2,4%
Acima de	50	até	60	2,6%
Acima de	60	até	70	2,8%
Acima de	70	até	80	3,0%
Acima de	80	até	90	3,2%
Acima de	90	até	100	3,4%
Acima de	100			3,5%

Art. 2.º - O imposto não incidirá:

a) sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel (art. 21, § 6º da Constituição Federal), ou

b) sobre o imóvel rural, ou conjunto de imóveis rurais, de área igual ou inferior a um módulo, fiscal, desde que o contribuinte o cultive só ou com sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros.

§ 1.º - Para efeito da não incidência de que trata este artigo, considera-se imóvel cultivado aquele que tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 30%, (trinta por cento), calculada a percentagem sobre a relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural.

§ 2.º - Entende-se por ajuda eventual de terceiros o trabalho, remunerado ou não, de natureza eventual ou temporária, realizado nas épocas de maiores serviços.

§ 3.º - Para efeito de aplicação do disposto na alínea "b" deste artigo, quando se tratar de mais de um imóvel, somar-se-ão as frações de módulo fiscal de cada imóvel rural.

Art. 3.º - A não incidência do imposto de que trata o art. 20 ocorrerá de ofício, com base nas informações constantes da declaração prestada pelo contribuinte e cessará quando verificada pelo INCRA a falsidade dessas informações.

Art. 4.º - O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

- a) o tipo de exploração predominante no Município:
I - hortifrutigranjeira;
II - cultura permanente;
III - cultura temporária;
IV - pecuária;
V - florestal;
- b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- d) o conceito de "propriedade familiar" constante do art. 4.º item II, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 1.º - Na determinação do módulo fiscal de cada Município, o INCRA aplicará metodologia, aprovada pelo Ministro da Agricultura, que considere os fatores estabelecidos neste artigo, utilizando-se dos dados constantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

§ 2.º - O módulo fiscal fixado na forma deste artigo, será revisto sempre que ocorrerem mudanças na estrutura produtiva, utilizando-se os dados atualizados do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Art. 5.º - O número de módulos fiscais de cada imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município.

Parágrafo único - No caso de imóvel rural situado em mais de um Município, o número de módulos fiscais será calculado com base no módulo fiscal estabelecido para o Município onde estiver cadastrado o imóvel, segundo critérios baseados para o cadastramento.

Art. 6.º - Para os efeitos deste Decreto, constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal, não se considerando aproveitável:

- a) a área ocupada por benfeitoria;
- b) a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;
- c) a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

§ 1.º - Consideram-se benfeitorias as casas de moradia, galpões, banheiros para gado, valas, silos, currais, açudes, estradas de acesso e quaisquer edificações para instalações do beneficiamento, industrialização, educação ou lazer.

§ 2.º - Considera-se de preservação permanente, a área ocupada por floresta ou mata e demais formas de vegetação natural, sem qualquer destinação comercial, tais como caatinga, banhado, pantanal, cerrado ou outras, desde que obedecido o previsto nos artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal).

§ 3.º - Consideram-se imprestáveis ou inaproveitáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal, as seguintes áreas:

- a) a área efetivamente utilizada com exploração mineral, desde que o contribuinte possua a planta de localização, respectivo registro do Departamento Nacional de Produção Mineral, o ato de concessão de lavra e, quando a lavra não for de superfície, a justificativa de que a mencionada utilização impede a exploração com finalidade agrícola, pecuária ou florestal;
- b) as áreas impróprias à lavoura, à implantação de pastagens artificiais, as que não sirvam de pastos nativos e nem à extração vegetal ou florestal, sem potencial agrícola e que são as áreas áridas, acidentadas, declivosas, pedregosas, encharcadas ou erodidas, em nível que inviabilize a sua exploração.

Art. 7.º - O valor da terra nua considerado para o cálculo do imposto será a diferença entre o valor venal do imóvel, inclusive das respectivas benfeitorias, e o valor dos bens incorporados ao imóvel, declarado pelo contribuinte e não impugnado pelo INCRA, ou resultante de avaliação feita pelo INCRA.

§ 1.º - O valor dos bens incorporados ao imóvel, para os efeitos deste artigo, inclui:

- I - o das construções, instalações e melhoramentos;
- II - o das culturas permanentes;
- III - o das árvores de florestas naturais;
- IV - o das árvores de florestas plantadas;
- V - o das pastagens cultivadas ou melhoradas.

§ 2.º - O valor da terra nua referido neste artigo será impugnado pelo INCRA quando inferior a um valor mínimo por hectare, a ser fixado pelo INCRA através de Instrução Especial.

§ 3.º - A fixação do valor mínimo da terra nua, por hectare, a que a refere o parágrafo anterior, terá como base levantamento periódico de preços venais do hectare de terra nua, para os diversos tipos de terras existentes no Município.

§ 4.º - O valor da terra flua, declarado pelo contribuinte e não impugnado pelo INCRA, será corrigido anualmente por um coeficiente de atualização, estabelecido pelo INCRA para cada Unidade da Federação, através de Instrução Especial, com base na variação percentual do preço da terra, verificada entre os dois exercícios anteriores ao de lançamento do imposto.

§ 5.º - O coeficiente, a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser utilizado para a atualização do valor mínimo previsto neste artigo.

Art. 8.º - O imposto, calculado na forma do art. 1.º, poderá ser objeto de redução de até 90% (noventa por cento), a título de estímulo fiscal, observado quanto segue:

a) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento) do imposto, pelo grau de utilização da terra, medido pela relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural, quociente esse que, multiplicado por 0,45 (quarenta e cinco centésimos), definirá o Fator de Redução pela Utilização (FRU);

b) redução de até 45% (quarenta e cinco por cento) do imposto, pelo grau de eficiência na exploração, medido pela relação entre o rendimento ou número de cabeças de animais por hectare, obtido para cada produto explorado, e os correspondentes índices de rendimentos fixados pelo INCRA, através de Instrução Especial, quociente esse que, multiplicado pelo FRU, referido na alínea "a" deste artigo, determinará o Fator de Redução pela Eficiência (FRE).

Art. 9.º - Para efeito do disposto no artigo anterior, consideram-se efetivamente utilizadas:

a) as áreas plantadas com produtos vegetais;

b) as áreas de campos e pastos nativos, nas condições estabelecidas em Instrução Especial do INCRA;

c) as áreas de exploração extrativa, nas condições estabelecidas em Instrução Especial do INCRA;

d) as áreas de exploração de floresta nativa de acordo com plano de exploração aprovado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e nas condições estabelecidas em Instrução Especial do INCRA.

§ 1.º - No caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação.

§ 2.º - No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado.

Art. 10 - O grau de eficiência na exploração, previsto no § 2.º do art. 8.º, será obtido de acordo com a sistemática seguinte:

a) para os produtos vegetais divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento;

b) para a exploração pecuária, divide-se o número total de cabeças do rebanho pelo índice de lotação, cabeça por hectare, fixado por zona de pecuária;

c) a soma dos resultados obtidos na forma das alíneas "a" e "b" dividida pela área efetivamente utilizada, calculada consoante o artigo anterior, e multiplicado por cem, determina o grau de eficiência na exploração, limitado a cem por cento.

1.º - Considera-se a existência de culturas em formação, quando a área colhida for menor que 80% (oitenta por cento) da área plantada com produtos de ciclo superior a 12 (doze) meses, incluindo o reflorestamento com essências exóticas, hipótese em que, para cálculo do grau de eficiência na exploração, será adotado o seguinte critério:

a) divide-se a quantidade colhida pelo respectivo índice de rendimento;

b) à área calculada na forma da alínea anterior, somar-se-ão 80% (oitenta por cento) da diferença entre a área plantada e a área colhida com esses produtos.

§ 2.º - Para os produtos que não tenham índices de rendimento fixados na forma da alínea "b" do art. 8.º, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, como resultado do cálculo previsto na alínea "a" do "caput" deste artigo.

Art. 11 - A redução do imposto, de que tratam os artigos 8.º, 9.º- e 10, não se aplicará ao imóvel que, na data do lançamento, não esteja com o imposto de exercícios anteriores devidamente quitado, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 151 do Código Tributário Nacional.

Art. 12 - Para gozar dos estímulos fiscais concedidos por este Decreto, o contribuinte poderá valer-se dos dados sobre a área utilizada e respectiva produção, quando o imóvel rural, ou parte dele, estiver sendo explorado em regime de arrendamento ou parceria.

Parágrafo único - Para efeito de constatação da veracidade das informações prestadas pelo contribuinte, o INCRA poderá levar em consideração as informações constantes das declarações prestadas pelos arrendatários ou parceiros, sem prejuízo de ação fiscalizadora.

Art. 13 - Nos casos de intempérie ou calamidade de que resulte frustração de safras ou destruição de pastos, o Ministro da Agricultura poderá determinar que o percentual de redução referido no art. 8.º seja:

- a) calculado com base em dados do ano anterior ao da ocorrência; ou
- b) fixado genericamente para todos os imóveis que comprovadamente estejam situados na área de ocorrência da intempérie ou calamidade.

Parágrafo único - Nos casos de estado de calamidade pública, decretado pelo Poder Público Federal ou Estadual, a redução de que trata o art. 8.º poderá ser de 90% (noventa por cento), desde que o imóvel tenha sido efetivamente atingido pelas causas determinantes daquela situação.

Art. 14 - Para os imóveis rurais que apresentarem grau de utilização da terra, calculado na forma da alínea "a" do art. 8.º, inferior aos limites fixados no art. 16, a alíquota a ser aplicada será multiplicada pelos seguintes coeficientes de progressividade:

- a) no primeiro ano em que o fato ocorrer: 2 (dois);
- b) no segundo ano, consecutivo: 3 (três);
- c) no terceiro ano e seguintes, consecutivos: 4 (quatro).

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se inclusive ao exercício de 1980.

Art. 15 - Em qualquer hipótese, a aplicação do previsto no art. 14 não resultará em alíquotas inferiores a:

- a) no primeiro ano: 2% (dois por cento);
- b) no segundo ano: 3% (três por cento);
- c) no terceiro ano e seguintes: 4% (quatro por cento).

Art. 16 - Os limites referidos no art. 14 são fixados segundo a área do módulo fiscal do Município de localização do imóvel rural, da seguinte forma:

Área do Módulo Fiscal Grau de Utilização da Terra

Até 25 (vinte e cinco) hectares Acima de 25 (vinte e cinco) até 50 (cinquenta) hectares Acima de 50 (cinquenta), até 80 (oitenta) hectares Acima de 80 (oitenta) hectares 30% 25% 18% 10%

Art. 17 - A aplicação do disposto nos artigos 14, 15 e 16, ressalvada a hipótese prevista no artigo 18, independe de alienação ou de transferência a qualquer título, inclusive por sucessão "causa mortis", do imóvel rural ou parte dele.

Art. 18 - Nos casos de projetos agropecuários, o contribuinte poderá pleitear a suspensão, pelo prazo de até 3 (três) anos, da aplicação do previsto no artigo 14, desde que assuma, perante o INCRA, o compromisso de desenvolver exploração do imóvel rural no grau mínimo estabelecido no art. 16.

§ 1.º - O requerimento do contribuinte deverá, sumariamente, demonstrar o tipo de exploração a ser desenvolvida no imóvel, os investimentos a serem realizados, a fonte de recursos, bem como a área a ser explorada, e será considerado deferido se, dentro de 90 (noventa) dias, contados do seu recebimento pelo INCRA, não for por ele apreciado.

§ 2.º - O requerimento mencionado no § 1.º será acompanhado de documento comprobatório de aprovação de projeto por órgão governamental de desenvolvimento ou do compromisso referido no "caput" deste artigo.

§ 3.º - O prazo de suspensão requerido pelo contribuinte não será prorrogado, em hipótese alguma, mesmo nos casos em que a liberação de recursos apontados no requerimento não tenha ocorrido na forma e prazos previstos.

§ 4.º - A suspensão de que trata este artigo deverá ser requerida até o dia 31 de março de cada ano e terá efeito a partir do exercício seguinte ao da protocolização do requerimento no INCRA.

§ 5.º - Excepcionalmente, no ano de 1980, a suspensão poderá ser requerida até 120 dias após a data de publicação deste decreto.

§ 6.º - O contribuinte ficará sujeito ao pagamento em dobro, através de lançamento retroativo e complementar, dos tributos devidos, acrescidos das comunicações legais, e das despesas com as verificações necessárias, se o grau de utilização da terra permanecer inferior aos limites estabelecidos no art. 16, após o decurso do prazo de suspensão.

Art. 19 - Para gozar dos estímulos fiscais previstos no art. 8.º, os contribuintes, que se enquadrem nas condições estabelecidas em Instrução Especial do INCRA, estarão obrigados a prestar declaração anual para cadastro.

§ 1.º - Independentemente do disposto neste artigo, estão obrigados a prestar declaração anual os contribuintes que sejam pessoas jurídicas, mesmo que arrendatários de imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão.

§ 2.º - Aos contribuintes não obrigados a prestar declaração anual, fica facultada a apresentação de declaração, para gozo dos benefícios previstos neste decreto.

§ 3.º - Se os contribuintes não obrigados a prestar declaração anual não utilizarem a faculdade prevista no parágrafo anterior, o INCRA efetuará o lançamento dos tributos com os dados de que dispuser.

Art. 20 - A Taxa de Serviços Cadastrais prevista no art. 5.º do Decreto-lei n.º 57, de 18 de novembro de 1966, não incidirá sobre imóveis rurais abrangidos pelo § 6.º do artigo 21, da Constituição Federal, e sobre aqueles não sujeitos à incidência do Imposto por força do § 1.º do art. 50, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979, salvo nos casos de expressos pedidos de atualização cadastral.

Art. 21 - A contribuição de que trata o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.146, de 31 de dezembro de 1970, será calculada na base de 1% (um por cento) do Valor de Referência Regional, vigente em 1.º de janeiro de cada ano, multiplicado por doze, para cada módulo fiscal atribuído ao imóvel rural de acordo com o art. 5.º deste decreto.

Parágrafo único - A contribuição referida neste artigo não incidirá:

- a) sobre imóveis rurais abrangidos por imunidade constitucional ou não sujeitos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural na forma deste Decreto;
- b) sobre os imóveis rurais de tamanho até 3 (três) módulos fiscais, que apresentarem grau de utilização da terra igual ou superior a 30%%, (trinta por cento), calculado na forma da alínea "a" do artigo 8º;
- c) sobre os imóveis rurais classificados como minifúndio ou empresa rural, na forma do art. 22.

Art. 22 - Para efeito do disposto no art. 4.º, incisos IV e V, e no art. 46, § 11.º, alínea "b", da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, considera-se:

I - Minifúndio, o imóvel rural com dimensão inferior a um módulo fiscal, calculado na forma do art. 5.º;

II - Latifúndio, o imóvel rural que:

- a) exceda a seiscentas vezes o módulo, fiscal calculado na forma do art. 5.º;
- b) não excedendo o limite referido no inciso anterior e tendo dimensão igual ou superior a um módulo fiscal, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, corré fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

III - Empresa Rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro das condições de cumprimento da função social da terra e atendidos simultaneamente os requisitos seguintes:

- a) tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 80%% (oitenta por cento), calculado na forma da alínea "a" do art. 8.º;
- b) tenha grau de eficiência na exploração, calculado na forma do art. 10, igual ou superior a 100% (cem por cento) ;
- c) cumpra integralmente a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra.

Art. 23 - As declarações previstas neste Decreto são apresentadas sob inteira responsabilidade dos contribuintes e, no caso de falsidade, dolo ou má-fé, os obrigará ao pagamento em dobro dos tributos derivados, além das multas decorrentes e das despesas com as verificações necessárias.

Art. 24 - O INCRA, em Instrução Especial, disporá sobre o procedimento administrativo para apuração dos créditos e das infrações à legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, das Taxas e Contribuições por ele administradas, bem como a formalização, revisão e cumprimento das respectivas exigências.

Art. 25 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ângelo Amaury Stábile

LEI N.º 6.780 - DE 12 DE MAIO DE 1980

Acrescenta dispositivo ao art. 1.218, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Acrescente-se o seguinte item VIII ao artigo 1.218, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), remunerando-se o atual e os subsequentes:

"Art. 1.218 -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

Aos protestos formados a bordo (artigos 725 a 729);"

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(D.O.U., de 13-5-80).

LEI N.º 6.789 - DE 28 DE MAIO DE 1980

Modifica a redação do "caput" do artigo 15 da Lei n.º 6.032, de 30 de abril de 1974 (Regimento de Custas da Justiça Federal).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O "caput" do artigo 15 da Lei n.º 6.032, de 30 de abril de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - Os autos serão remetidos ao contador:

I Nos processos de execução, inicialmente, para apuração do valor global atualizado, a fim de possibilitar ao executado o pagamento da quantia certa;

II Para liquidação da responsabilidade do vencido, na execução, quando necessário;

III Nas ações de despejo por falta de pagamento, se o interessado requerer a purgação da mora;

IV Para contagem das despesas a serem pagas pelo recorrente, como preparo."

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de maio de 1980; 159.º da Independência e 92, da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

(D.O.U., de 29-5-80).

LEI N.º 6.899 - DE 8 DE ABRIL DE 1981

Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios

§ 1.º - Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2.º - Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Art. 2.º - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará a forma pela qual será efetuado o cálculo da correção monetária.

Art. 3.º - O disposto nesta Lei aplica-se a todas as causas pendentes de julgamento.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de abril de 1981; 1609 da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel - Ernane Galvêas, - José Flávio Pécora

LEI N.º 6.900 - DE 14 DE ABRIL DE 1981

Acrescenta parágrafo único ao artigo 20 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Acrescente-se ao art. 20 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, o seguinte parágrafo:

"Art. 20 -

Parágrafo único - Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerente, Mo no caso de existir condenação anterior."

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de abril de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Aeckel - Hélio Beltrão

DECRETO-LEI N.º 1.790 - DE 9 DE JUNHO DE 1980

Altera a legislação do imposto de renda e introduz modificações no Decreto-lei n.º 1.782, de 16 de abril de 1980, que instituiu o empréstimo compulsório.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º - Os dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses, distribuídos pelas pessoas jurídicas e pelas empresas individuais a pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, ficam sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte à alíquota de:

I - 15% (quinze por cento), quando distribuídos por companhias abertas e por sociedades civis de prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada;

II - 25% (vinte e cinco por cento), nos demais casos.

Parágrafo único - O imposto de renda descontado na forma deste artigo será considerado antecipação do devido na declaração, assegurada ao contribuinte a opção pela tributação exclusiva na fonte.

Art. 2.º - Os dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses, distribuídos pelas pessoas jurídicas e pelas empresas individuais a outras pessoas jurídicas ou empresas individuais, domiciliadas no País, ficam sujeitos ao desconto de imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1.º - É dispensado o desconto na fonte quando a beneficiária for companhia aberta, ou pessoa jurídica imune ou isenta de imposto de renda.

§ 2.º - O imposto descontado na fonte poderá ser compensado com o que a pessoa jurídica beneficiária tiver de reter na distribuição, a pessoas físicas ou jurídicas, de dividendos, bonificações em dinheiro, lucros e outros interesses.

Art. 3.º - O desconto de imposto de renda na fonte estabelecido nos artigos anteriores não se aplica às hipóteses abaixo indicadas, que continuam reguladas pela legislação em vigor:

I - lucro arbitrado;

II - lucro presumido;

III - valor das quotas, dos quinhões de capital e das ações novas, e demais valores decorrentes de aumento de capital, quando isentos;

IV - rendimentos distribuídos pelas empresas de que trata o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.382, de 26 de dezembro de 1974.

Art. 4.º - O § 4.º do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.641, de 7 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4.º - Na apuração do montante tributável, o rendimento será reduzido pela aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) por ano completo transcorrido entre a data da aquisição e a da alienação do imóvel."

Art. 5.º - São procedidas as seguintes alterações no Decreto-lei n.º 1.782, de 16 de abril de 1980:

I - fica acrescentado ao artigo 2.º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - São excluídos dos ingressos a que se refere este artigo os valores correspondentes aos bens sobre os quais recaia direito de usufruto, uso ou habitação";

II - ficam acrescentados ao artigo 3.º os seguintes parágrafos:

"§ 1.º - Em nenhum caso, o valor do empréstimo poderá ultrapassar o limite máximo de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido do mutuante.

§ 2.º - Para os efeitos deste Decreto-lei, presume-se como patrimônio líquido a diferença entre o valor total dos bens e dos créditos do mutuante e o valor total das suas dívidas, conforme apuração feita na declaração de bens correspondente ao exercício financeiro de 1980, ano - base de 1979, para fins de imposto de renda";

III - o artigo 6.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º - O empréstimo será restituído em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir de julho de 1982, atualizado monetariamente segundo a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e acrescido de juros de 3% (três por cento) ao ano.

Parágrafo único - É facultado ao mutuante compensar, depois do vencimento de cada parcela, o valor desta com o valor de imposto por ele devido à União, nos exercícios financeiros de 1982 e 1983."

Art. 6.º - O Ministro da Fazenda poderá expedir normas complementares; necessárias à execução deste Decreto-lei.

Art. 7.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o § 3.º do artigo 9.º e o artigo 12, do Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974, e as disposições em contrário. Brasília, em 9 de junho de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Antonio Delfim Netto

(D.O.U., de 10- 6-80).

LEI N.º 6.820 - DE 16 DE SETEMBRO DE 1980

Dá nova redação ao artigo 923 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O artigo 923 da Lei n.º 5.969, de 11 de janeiro de 1973, modificada pela Lei n.º 5.925, de 10 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 923 - Na pendência do processo possessório, é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar a ação de reconhecimento do domínio."

Art. 2.º -- Esta Lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de setembro de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

(D.O.U., de 17-9-80).

LEI N.º 6.848 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a expedição de documento pela Fundação Legião Brasileira de Assistência - L.B.A.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A Fundação Legião Brasileira de Assistência - L.B.A. poderá expedir os documentos de que trata o § 19 do art. 4.º da Lei n.º 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, o art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2.º do art. 46 da mesma Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de novembro A 1980 159.º da Independência e 92.º, da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

LEI N.º 6.850 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 1980

Altera a Lei n.º 6.015, de 31, de dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos,

compatibilizando-a com o vigente Código de Processo Civil

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica revogado o número 22 do inciso 1 do art. 167 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Art. 2.º - Fica acrescentado ao inciso II do art. 167 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, o seguinte número 14:

"Art. 167

I -

II -

14) Das sentenças de separação judicial, de divórcio e de nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro."

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de novembro de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

DECRETO-LEI N.º 1.814 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 1980

Altera as tabelas do imposto de renda incidente na Unte sobre rendimentos de trabalho assalariado e não assalariado e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição,

Art. 1.º - Os rendimentos do trabalho assalariado, inclusive a remuneração mensal correspondente à prestação A serviços paga a titulares administradores ou dirigentes de pessoas jurídicas, estão sujeitos, a partir de 1.º de janeiro de 1981, à retenção do imposto de renda na fonte, como antecipação, mediante aplicação de alíquotas progressivas de acordo com a seguinte tabela:

Classe	Renda Líquida Mensal	Alíquota	Cr\$
de Renda			
01	Até 30.000,00		Isento
02	De 30.001,00 a 46.000,00		12
03	De 46.001,00 a 65.000,00		16
04	De 65.001,00 a 102.000,00		20
05	De 102.001,00 a 164.000,00		25
06	De 164.001,00 a 233.000,00		30
07	Acima de 233.000,00		35

Art. 2.º - As importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídica a pessoa física . a título de comissões, corretagens, gratificações honorários, direitos autorais e de remuneração por quaisquer outros serviços prestados, bem como os rendimentos pagos ou creditados a vendedores, viajantes comerciais, corretores ou representantes comerciais autônomos, sem vínculo empregatício com a fonte pagadora, ficam sujeitos à retenção do imposto de renda na

fonte, a partir de 1,~ de janeiro de 1.981 como antecipação, mediante aplicação de alíquotas progressivas indicadas na seguinte tabela:

Parágrafo único - Ficam também sujeitos ao imposto de renda na fonte, como antecipação, com base na tabela constante deste artigo, os rendimentos atribuídos aos dirigentes e administradores de pessoas jurídicas, a título de gratificação ou participação no resultado.

Art. 3.º - Fica facultado à pessoa física que auferir rendimentos de qualquer natureza, não sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, o recolhimento antecipado do imposto na forma do Decreto-lei n.º 1.705, de 23 de outubro de 1979.

Art. 4.º - Fica o Ministro da Fazenda autorizado a dispensar de apresentação de declaração anual as pessoas físicas que, no ano-base, tiverem auferido rendimentos abaixo do valor que resultar da aplicação do coeficiente de 1,40 sobre o limite de isenção.

Art. 5.º - O Ministro da Fazenda, atendendo a conveniência administrativa, poderá promover o arredondamento para até milhares de unidades, dos valores expressos em cruzeiros na legislação tributária, por ocasião da atualização monetária desses valores.

Art. 6.º - Fica isento do imposto de renda o pecúlio de que trata artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.642, de 7 de dezembro de 1978, quando pagamento decorrer de falecimento ou invalidez permanente do participante.

Art. 7.º - Estão sujeitas ao recolhimento do imposto de renda na fonte, à alíquota de 20% (vinte por cento), dispensado o reajustamento de que trata o artigo 5.º da Lei n.º 4.154, de 28 de novembro de 1962, as importâncias remetidas para o exterior a partir de 19 de janeiro de 1980, em pagamento pela aquisição dos direitos e demais despesas necessárias à transmissão para o Brasil, através do rádio ou televisão, de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira.

Art. 8.º - No exercício de 1981, o imposto de renda de que trata o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 1.641, de 7 de dezembro de 1978, incidirá sobre a parcela de lucro que exceder a Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), no ano-base de 1980.

Art. 9.º - Os rendimentos das obrigações ao portador das Centrais Elétricas Brasileiras S/A. (ELETROBRÁS), pagos ou creditados a pessoas jurídicas, não estão sujeitos ao desconto do imposto de renda na fonte.

Art. 10 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de novembro de 1980; 159o da Independência e 92m da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvem - Delfim Netto

LEI N.º 6.895 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 1980

Dá nova redação aos artigos 184 e 186 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Os artigos 184 e 186 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 184 - Violar direito autoral:

Pena - detenção de três meses a um ano, ou multa de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 10.000,00.

§ 1.º - Se a violação consistir na reprodução, por qualquer meio, de obra intelectual, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, ou consistir na reprodução de fonograma e videofonograma, sem autorização do produtor ou de quem o represente:

Pena - reclusão de um a quatro anos e multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00.

§ 2.º - Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, introduz no País, adquire, oculta ou tem em depósito, para o fim de venda, original ou cópia de obra intelectual, fonograma ou videofonograma, produzidos com violação de direito autoral.

.....
Art. 186 - Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo

quando praticados em prejuízo de entidade de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público, e nos casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 184 desta Lei"

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1980; 159.º da Independência e 92.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

DECRETO Nº 85.845 - DE 26 DE MARÇO DE 1981

Regulamenta a lei n.º 6.858, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item n.º, da Constituição e tendo em vista o disposto na lei n.º 6.858, de 24 de novembro de 1980, e no Decreto n.º 83.740, de 18 de julho de 1979, que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização,

Decreta:

Art. 1.º - Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos seus dependentes habilitados na forma do art. 2.º.

Parágrafo único - O disposto neste Decreto aplica-se aos seguintes valores:

I - quantias devidas a qualquer títulos pelos empregadores a seus empregados, em decorrência de relação de emprego;

II - quaisquer valores devidos, em razão de cargo ou emprego, pela União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios e suas autarquias, aos respectivos servidores;

III - saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP;

IV - restituições relativas ao imposto de renda e demais tributos recolhidos por pessoas físicas;

V - saldos de contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimento, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.

Art. 2.º - A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma da legislação própria, do processamento do benefício por morte.

Parágrafo Único - Da declaração constarão, obrigatoriamente, o nome completo, a filiação, a data de nascimento de cada um dos interessados e o respectivo grau de parentesco ou relação de dependência com o falecido.

Art. 3.º - À vista da apresentação da declaração de que trata o artigo 2.º, o pagamento das quantias devidas será feito aos dependentes do falecido pelo empregador, repartição, entidade, órgão ou unidade civil ou militar, estabelecimento bancário, fundo de participação ou, em geral, por pessoa física ou jurídica, a quem caiba efetuar o pagamento.

Art. 4.º - A inexistência de outros bens sujeitos a inventário, para os fins do item V, parágrafo único, do artigo 1º será comprovada por meio de declaração, conforme modelo anexo, firmada pelos interessados perante a instituição onde esteja depositada a quantia a receber.

§ 1.º - As declarações feitas, nos termos deste artigo ter-se-ão por verdadeiras até prova em contrário.

§ 2.º - A falsa declaração sujeitará o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais combinações legais aplicáveis.

§ 3.º - Verificada, a qualquer tempo, a existência de fraude ou falsidade na declaração, será dado conhecimento do fato à autoridade competente, dentro de 5 (cinco) dias, para instauração de processo criminal.

Art. 5.º - Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento das quotas de que trata o artigo VI deste decreto os sucessores do titular, previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 6.º - As quotas a que se refere o artigo 1º atribuídas a menores, ficarão depositadas em caderneta de poupança, rendendo juros e correção monetária, e só serão disponíveis após o menor completar 18 (dezoito) anos, salvo autorização do juiz para aquisição de imóvel destinado a residência do menor e de sua família ou para dispêndio necessário à subsistência e educação do menor.

Art. 7.º - Inexistindo dependentes ou sucessores, os valores de que trata o parágrafo do artigo 1.º reverterão em favor, respectivamente, do Fundo de Previdência e Assistência Social, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou do Fundo de Participação PIS-PASEP, conforme se tratar de quantias devidas pelo empregador de contas de F.G.T.S. e do Fundo PIS-PASEP.

Art. 8.º - Caberá ao Banco Central do Brasil, ao Banco Nacional da Habitação, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A. e aos demais órgãos e entidades da Administração Federal, estadual e Municipal, nas respectivas áreas de competência, orientar fiscalizar o cumprimento deste Decreto pelas pessoas físicas e jurídicas responsáveis pelo pagamento dos valores de que trata o art. 1.º.

Art. 9.º - Ao Ministro Extraordinário para a Desburocratização caberá acompanhar e coordenar a execução do disposto neste decreto, assim como dirimir as dúvidas suscitadas na sua aplicação.

Art. 10 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de março de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Hélio Beltrão

A declaração acima foi assinada em minha presença.

(Local e data)

(assinatura)

Observação:

A validade da declaração independe de formulário especial, sendo lícita, inclusive, a declaração manuscrita pelo interessado.

(D.O. União, de 27-2-81).

LEI N.º 6.898, - DE 30 DE MARÇO DE 1981

Altera o art. 242 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - O art. 242 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de março de 1981; 160ª da Independência e 93ª a República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

(D.O.U., de. 1.º-4-81).

LEI N.º 9 2.343 - DE 14 DE MAIO DE 1980

Altera o Quadro Territorial-Administrativo do Estado, criando distritos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º - O Quadro Territorial-Administrativo, do Estado, fixado pela Lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963, repromulgada pela Assembléia Legislativa sob o n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, fica alterado na conformidade do disposto na presente lei.

Art. 2.º - São criados os seguintes distritos:

I - O de Alumínio, com sede no bairro de igual nome e com o território pertencente ao Município de Mairinque, com as divisas:

a) entre os Distritos de Alumínio e Mairinque.

Começa na represa do Rio Sorocaba, na foz do Córrego Areia Branca; sobe por este até o encontro dos seus dois principais formadores, próximo à linha de alta tensão; segue pelo contraforte fronteiro em demanda do espigão divisor entre as águas do Córrego Paiol Grande, à esquerda, e o Ribeirão do Cocosa, à direita; continua por este divisor em demanda da foz do 1.º córrego à juzante do Córrego Santa Rita no Ribeirão do Varjão; sobe por aquele até sua cabeceira, daí prossegue pelo contraforte em demanda da foz do córrego que passa no sítio do Dr. Reis Tomé, no Córrego dos Pintos; desce por este até sua foz no Ribeirão do Varjão, pelo qual prossegue até sua foz no Ribeirão Pirajibu.

b) as divisas do Distrito de Alumínio com os Municípios de Sorocaba, Votorantim e Ibiúna permanecem conforme descritas na Lei n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964.

II - O de Engenheiro Coelho, com sede no bairro de igual nome e com o território pertencente ao Município de Artur Nogueira, com as divisas:

a) entre os Distritos de Engenheiro Coelho e Artur Nogueira:

Começa no divisor entre as águas do Ribeirão da Vatinga, ao norte, e as do Ribeirão da Boa Vista, ao sul, na cabeceira mais setentrional do Ribeirão Mato Dentro; desce por este, até a foz do Córrego Mato Dentro, de onde vai em reta, à foz do Córrego da Cachoeira no Ribeirão Boa Vista; sobe pelo córrego da Cachoeira, até sua cabeceira mais ocidental, no divisor entre as águas do Ribeirão da Boa Vista e as do Ribeirão do Pinhal; segue por este divisor, em demanda da cabeceira mais oriental do Córrego Espraiado ou do Barreiro, pelo qual desce até a foz do Córrego da Fazenda de J. Sampaio.

III - O de Itaim Paulista, com sede no bairro de igual nome e com o território pertencente ao Município de São Paulo, com as seguintes divisas:

a) com o Distrito de São Miguel. Paulista:

Começa na foz da Água das Taperas, no Ribeirão do Lajeado, desce por este até sua foz no Rio Tietê;

b) com o Município de Guarulhos:

Começa no Rio Tietê na foz do Ribeirão do Lajeado, pelo qual sobe até a foz do Córrego Parati-Mirim;

c) com o Município de Itaquaquecetuba:

Começa na foz do Córrego Parati-Mirim, no Rio Tietê, pelo qual sobe até a foz do Ribeirão Três Pontes; sobe pelo Ribeirão Três Pontes até a foz do Córrego de A. Soares;

d) com o Município de Ferraz de Vasconcelos:

Começa no Córrego de A. Soares, no Ribeirão Três Pontes; sobe pelo Córrego de A. Soares até sua cabeceira Sudocidental no divisor Três Pontes -Itaim; segue por este divisor em demanda da foz do Córrego de Paulo Erfut ou São João no Córrego do Itaim; sobe por aquele córrego até sua cabeceira no divisor Itaim-Lajeado; prossegue por este divisor até a cabeceira do Córrego Artur Freire;

e) com o distrito de Guaianazes:

Começa na cabeceira do Córrego de Artur Freire, no divisor Itaim-Lajeado; prossegue por este divisor até a cabeceira do Córrego João Botelho, pelo qual sobe até sua foz no Ribeirão do Lajeado, pelo qual sobe até a foz da Água das Taperas, onde tiveram início estas divisas.

IV - O de Pedrinhas Paulista, com sede no bairro de Pedrinhas e com o território pertencente ao Município de Cruzália, com as seguintes divisas:

a) com o Município de Maracá:

Começa na confluência do eixo principal da Represa Capivara, com o eixo do braço correspondente ao Ribeirão Anhumas; segue por este eixo até cruzar com o eixo do braço correspondente ao Córrego da Estiva ou Córrego do Brejo;

h) com o Distrito de Cruzália:

Começa na confluência do eixo do braço represado do Córrego da Estiva ou Córrego do Brejo, com o eixo represado do Ribeirão Anhumas, segue por este último eixo e depois pelo Ribeirão Anhumas até a foz do Córrego Lajeado; daí vai em reta à cabeceira mais setentrional ou Córrego mais setentrional do córrego de divisa córrego esse, que contraverte com a água do brejo ou Córrego Lajeado, desce por aquele córrego até sua foz no Ribeirão do Bugio.

c) com o Município de Florínia:

Começa na foz do Córrego da Divisa no Ribeirão do Bugio, desce por este e depois pelo eixo do seu braço represado até cruzar com o eixo principal da Represa Capivara.

d) com o Estado do Paraná:

Começa na confluência do eixo do braço correspondente ao Ribeirão do Bugio, com o eixo principal da Represa Capivara, segue por este eixo até cruzar com o eixo do braço correspondente ao Ribeirão Anhumas.

V - O de São Silvestre de Jacareí, com sede no bairro de São Silvestre e com o território pertencente ao Município de Jacareí, com as divisas:

a) entre os Distritos de São Silvestre de Jacareí e Jacareí:

Começa na cabeceira do Córrego do Barbosa no divisor Paraíba Parateí; prossegue por este divisor até alcançar o divisor da margem direita do Córrego da Fazenda Tanquinho; prossegue por este divisor em demanda da foz do Córrego de Bom Jesus; sobe por este até o galho que contraverte com o Córrego da Fazenda do Mota; alcança na contravertente a cabeceira do Córrego da Fazenda do Mota, pelo qual desce até o Rio Paraíba.

VI - O de Rechan, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Itapetininga, com as divisas:

a) entre os Distritos de Rechan e o Distrito de Gramadinho:

Começa no Ribeirão da Pescaria, na foz do Córrego Mata do Pereira ou do Veado Pardo; sobe pelo Ribeirão da Pescaria até a cabeceira de seu galho nororiental no espigão Paranapanema-Capivari; alcança na contravertente, a cabeceira mais ocidental do Córrego do Areão, pelo qual desce até a sua foz no Rio Capivari; sobe por este até a foz do Córrego Vira Copos;

h) entre o Distrito de Rechan e o Distrito de Itapetininga:

Começa no Rio Capivari na foz do Córrego Vira Copos; sobe por este e pelo seu galho da esquerda, até sua cabeceira mais setentrional, no divisor Capivari-Itapetininga; transpõe este divisor, em demanda da cabeceira sudocidental do Ribeirão Grande, pelo qual desce até sua foz no Rio Itapetininga, pelo qual desce até a foz do Ribeirão da Corrupção;

c) entre o Distrito de Rechar. e o Município de Angatuba:

Começa na foz do Ribeirão da Corrupção, no Rio Itapetininga, pelo qual desce até a foz do Córrego do Japão; sobe por este até sua cabeceira mais meridional; segue pelo contraforte fronteiro entre o Córrego Monjolinho à direita, e os Córregos Japãozinho e do Pinhalzinho, à esquerda, até cruzar com o espigão Itapetininga-Paranapanema; prossegue por este espigão até a cabeceira norocidental do Córrego Mata do Pereira ou do Veado Pardo, pelo qual desce até a sua foz no Ribeirão da Pescaria; desce por este ribeirão até sua foz no Rio Paranapanema.

VII - O de Vila Xavier, com sede no bairro de igual nome e com o território pertencente ao Município, de Araraquara, com as divisas:

a) entre os Distritos de Vila Xavier e Araraquara:

Começa no eixo da FEPASA (antiga Estrada de Ferro Araraquara), no ponto de cruzamento com o leito do antigo ramal dos lenheiros; segue pelo leito da FEPASA (antiga Estrada de Ferro Araraquara), até o eixo do leito da FEPASA (antiga Companhia Paulista. de Estradas de Ferro); daí ~e pelo eixo desta via térrea até o marco do km 228, situado a aproximadamente 2 km, a NW da estação de Tamoio.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de maio de 1980.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça

Rubens Vaz da Costa - Secretário de Economia e Planejamento

Waldemar Lopes Ferraz - Secretário do Interior

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 14 de maio de 1980.

Esther Zinsly - Diretora (Divisão Nível II) Substituta

DECRETO W 15.120 - DE 6 DE JUNHO DE 1980

Regulamenta a Lei n.º 2.289, de 7 de janeiro de 1980, que dispõe sobre a identificação funcional dos Suplentes de Juiz de Casamentos.

Paulo Salim Maluf, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Art. 1.º -- Na forma do disposto na Lei n.º 2.289, de 7 de janeiro de 1980, a Secretaria da Justiça fornecerá, aos Suplentes de Juiz de Casamentos, logo após a sua posse e mediante comprovação

desta, Carteira de Identificação Funcional.

Art. 2.º - A Carteira de Identificação Funcional, a que se refere o artigo anterior, em modelo aprovado pelo Secretário da Justiça, conterá, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - As denominações "Secretaria de Estado dos negócios da Justiça" e "Carteira de Identificação Funcional";

II - A expressão "Suplente de Juiz de Casamento" o nome de seu portador, bem como indicações relativas ao local onde exercerá sua jurisdição;

III - A fotografia do portador, e o número de seu registro geral;

IV - Data de sua emissão.

Art. 3.º - Os Suplentes de Juiz de Casamentos, ao deixarem suas funções, deverão devolver as Carteiras de Identificação Funcional à Secretaria da Justiça.

Art. 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de junho de 1980.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça

Publicado na Casa Civil, aos 6 de junho de 1980.

Maria Angélica Galliazzzi - Diretora da Divisão de Atos Oficiais

(D.O. de 7-6-80).

DECRETO N.º 16.904 - DE 20 DE ABRIL DE 1981

Majora a remuneração-base dos contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

Paulo Salim Maluf, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6.º da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970,

Decreta:

Art. 1.º - Fica majorada, de acordo com a tabela anexa, que passa a fazer parte integrante deste decreto, a remuneração-base dos contribuintes da Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 10.400, de 26 de setembro de 1977.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de abril de 1981.

PAULO SALIM MALUF

Wadih Helú - Secretário da Administração

Publicado na Casa Civil, aos 20 de abril de 1981.

Maria Angélica Galiuzzi - Diretora da Divisão de Atos Oficiais

TABELA DE REMUNERAÇÃO-BASE

SERVENTIAS DE 1.º CLASSE

Comarca da Capital, Entrância Especial

I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município da sede da comarca:

Serventuário - 20,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 12,50 salários-mínimos

Escrevente - 10,00 salários-mínimos

Auxiliar - 5,00 salários-mínimos

II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos no item anterior:

Serventuário - 13,00 salários-mínimos

Oficial Maior - 7,00 salários-mínimos

Escrevente - 5,50 salários-mínimos

Auxiliar - 4,50 salários-mínimos

SERVENTIAS DE 2.º CLASSE

Comarca de & Entrância

1 - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:

Serventuário - 14,50 salários-mínimos

Oficial Maior - 7,50 salários-mínimos

Escrevente -	6,50 salários-mínimos
Auxiliar -	5,00 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:	
Serventuário -	13,00 salários-mínimos
Oficial Maior --	7,00 salários-mínimos
Escrevente -	5,50 salários-mínimos
Auxiliar -	4,50 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Serventuário -	12,00 salários-mínimos
Oficial Maior -	6,50 salários-mínimos
Escrevente -	5,00 salários-mínimos
Auxiliar -	4,00 salários-mínimos
SERVENTIAS DE 3.ª CLASSE	
Comarca de 2.ª Entrância	
I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:	
Serventuário -	12,00 salários-mínimos
Oficial Maior -	7,00 salários-mínimos
Escrevente -	5,50 salários-mínimos
Auxiliar -	4,50 salários-mínimos
II - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:	
Serventuário -	11,50 salários-mínimos
Oficial Maior -	6,50 salários-mínimos
Escrevente -	5,00 salários-mínimos
Auxiliar -	4,00 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Serventuário -	10,00 salários-mínimos
Oficial Maior -	5,50 salários-mínimos
Escrevente -	4,50 salários-mínimos
Auxiliar -	3,50 salários-mínimos
SERVENTIAS DE 4.ª CLASSE	
Comarca de 1.ª Entrância	
I - Ofícios de Justiça e Cartórios em geral; Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos do município sede da comarca:	
Serventuário -	10,00 salários-mínimos
Oficial Maior -	6,00 salários-mínimos
Escrevente -	5,00 salários-mínimos
Auxiliar -	4,00 salários-mínimos
II - Cartórios de registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos de município que não seja sede de comarca:	
Serventuário -	8,50 salários-mínimos
Oficial Maior -	5,50 salários-mínimos
Escrevente -	4,50 salários-mínimos
Auxiliar -	3,50 salários-mínimos
III - Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais dos distritos e subdistritos não compreendidos nos itens I e II:	
Serventuário -	8,00 salários-mínimos
Oficial Maior -	5,00 salários-mínimos
Escrevente -	4,00 salários-mínimos
Auxiliar -	3,00 salários-mínimos
INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS	
Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça	
Acha-se à venda no Instituto de Estudos de Protestos de Títulos, à Rua da Quitanda, 113, 4.º andar, Conjunto 41 (CEP 01012), em folhas soltas e de ótima apresentação.	

seu preço é de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e o pedido poderá ser feito diretamente àquele Instituto.

Nº 111 - Publicação: Jul/Dez 1981

PROVIMENTO N.º 26/81

Acrescenta os itens 111 a 119, no Capítulo XVII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, para disciplinar as declarações de óbitos na comarca da Capital; remunera os atuais itens 111 a 136 para, respectivamente, 120 a 145 e revoga o Provimento n.º. 15/81.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que o sistema de declaração de óbito de pessoa falecida na comarca da Capital, através do Serviço Funerário do Município de São Paulo, revelou-se eficiente e satisfatório;

Considerando que sugestões visando o aprimoramento do sistema foram acolhidas;

Considerando a necessidade de integrar o Provimento n.º 15/81 nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,

DETERMINA

Art. 1.º - Na Seção VI (Do óbito), do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescentada a Subseção H, sob a rubrica "Da Declaração de óbito na Comarca da Capital" compreendendo os itens 111 a 119, com a seguinte redação:

"111 - As declarações de óbito de pessoas falecidas na Comarca da Capital serão anotadas, oficialmente, pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, mediante atestado médico que comprove o falecimento.

111. 1. - Independentemente da intervenção do Serviço Funerário, os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais poderão lavrar assento de óbito, desde que o declarante manifeste essa vontade.

112 - As declarações serão formalizadas em impresso próprio, em 4 (quatro) vias, contendo todos os requisitos referidos no art. 80, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com indicação e endereço do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do lugar do falecimento, onde se processará o registro.

112.1 - Deverá, ainda, o impresso conter:

a) a observação inserida na terceira via, de que a declaração é válida para fins de sepultamento e, se necessário, remoção do corpo para fora da Capital, fazendo remissão a este Provimento;

b) qualificação do declarante, seu endereço, número da Cédula de Identidade, bem como de outros documentos.

113 - Às vias que compõem a declaração de óbito será dada a seguinte destinação:

a) primeira via: será entregue, através do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente para o registro, juntamente com o atestado médico respectivo.

b) segunda via: será entregue ao declarante e servirá de documento hábil para o sepultamento e, se necessário, remoção do cadáver para fora da Capital;

e) terceira via: ficará arquivada no Serviço Funerário do Município de São Paulo, para efeito de fiscalização;

d) quarta via: será encaminhada, diariamente, ao Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE) para arquivamento e controle.

114 - O Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente deverá proceder ao registro do óbito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da primeira via da declaração.

114.1 - Na lavratura do assento deverá constar do termo que "o registro é feito de conformidade com as declarações prestadas junto ao Serviço Funerário do Município de São Paulo, pelo Sr. (qualificar), que subscreveu a declaração n.º....., a qual se encontra arquivada neste Cartório".

115 - O pagamento dos emolumentos dos cartórios será efetuado, contra recibo, em mãos do Serviço Funerário.

115.1 - Os escrivães dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais receberão, diariamente, junto ao Serviço Funerário, da 9,00 às 15,00 horas, os emolumentos a que fizerem jus.

116 - Somente serão dispensadas do pagamento dos emolumentos as pessoas carentes de recursos, mediante comprovação de pobreza, valendo como presunção desse estado a isenção das taxas e despesas de sepultamento.

117 - A confecção, emissão, preenchimento e entrega dos recibos de pagamentos estarão a cargo do Serviço Funerário, observados os seguintes critérios:

I - os recibos serão numerados em seqüência ininterrupta;

II - cada recibo conterá 3 (três) vias, com a seguinte destinação;

a) primeira via: será entregue a quem efetuou o pagamento;

b) segunda via: será entregue ao oficial do Cartório, juntamente com o numerário devido;

c) terceira via: deverá ser conservada no arquivo do Serviço Funerário, para efeito de fiscalização;

III - da terceira via constará, ainda, espaço destinado à declaração, data e assinatura de quem efetuou o pagamento, com identificação legível de quem recebeu a primeira via;

IV - ainda que haja isenção de pagamento dos emolumentos, será extraído o recibo, anotando-se a circunstância.

118 - O Serviço Funerário do Município de São Paulo receberá as declarações de óbito, ininterruptamente, nos postos de atendimento, em locais indicados e previamente divulgados para o conhecimento do público.

119 - O atendimento será feito por funcionários qualificados e credenciados pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo".

Art. 2.º - Os atuais itens 111 a 136, do Capítulo XVII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça ficam remunerados para, respectivamente, 120 a 145, com a mesma sistematização.

Art. 3.º - Fica revogado o Provimento n.º 15/81 da Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 14 de outubro de 1981.

(a) Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

Processo CG. n.º 59.606/81 - Capital - Int.: Juízo de Direito da 14 Vara de Registros Públicos.

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

1. Os Juizes de Direito Titulares da 1.º e 2.º Varas de Registros Públicos da Capital, considerando a necessidade de esclarecer dispositivos da Lei n.º 6.941, de 14 de setembro de 1981 e do Decreto n.º 17.698, de 16 de setembro de 1981 (que alterou o Regimento de Custas e Emolumentos), baixaram o Provimento n.º 5/81, dispondo, em seu artigo 1.º, que "as custas, contribuições e emolumentos devidos pelos atos praticados em Cartório de Registros Públicos continuarão a ser cobrados de acordo com o Decreto n.º 16.685, de 26 de fevereiro de 1981, com as modificações introduzidas pelo Decreto n.º 17.699, de 16 de setembro de 1981, sem as restrições do art. 3.º, da Lei n.º 6.941, de 14 de setembro de 1981, sob o fundamento de que o "artigo 3.º da lei n.º 6.941, de 14 de setembro de 1981, visa regular e coibir somente acréscimos futuros aos Regimentos de Custa".

Após a edição do referido Provimento, submetem-no à apreciação desta Corregedoria Geral.

2. Em 14 de setembro de 1981 o Presidente da República sancionou a Lei n.º 6.941, alterando a Lei n.º 6.015, de 31-12-73, que dispõe sobre os Registros Públicos.

Por essa lei foi dada nova redação a vários artigos da Lei dos Registros Públicos.

Entretanto, como preceito isolado, que não altera, dá nova redação ou se integra na referida LRP, o art. 3.º da Lei n.º 6.941/81 assim dispõe:

"É, vedado Incluir ou acrescer, às custas dos Registros Públicos, quaisquer Taxas ou contribuições".

O texto transcrito, porque pode dar margem a dúvidas, merece explicitado.

Urge então saber qual foi a real Intenção do art. 3.º daquela lei federal, sendo necessário buscar a sua perfeita exegese e perquirir do seu objetivo teológico.

O artigo advém da Emenda n.º 10, da autoria do Deputado Alceu Collares, que assim justifica a proposta: "No momento em que se volta a legislar sobre redução das custas em favor das partes, nada mais justo que se impedir a oneração dos atos registraes. O acréscimo das despesas através de taxas ou contribuições outras, não tem sentido".

Como se vê, a justificação apresentada... nada justifica!

Pelo contrário, mas ainda confunde o intérprete.

Fala-se ali em redução de custas para, ao depois, dizer que se pretende coibir o acréscimo de despesas através de taxas ou contribuições outras.

Não há confundir - como se fez - custas com taxas e contribuições.

Ademais, o artigo em exame não vedou a cobrança das custas mas e tão-somente a elas "Incluir ou acrescentar taxas e contribuições".

O cânon legal, ademais, tal como redigido, dá a idéia de valer para o futuro.

Resta ainda saber se o preceito "sub examen" interfere na cobrança dos valores contidos nas tabelas postas em vigor pelo Decreto n.º 16.685, de 16-9-81 (anexas ao Reg. de Custas e Emolumentos - DL 203/70), alterado pelo Decreto n.º 17.689, de 16 de setembro de 1981, que permitem a cobrança de custas (ao Estado), emolumentos (ao oficial ou escrivão) e contribuições (à OAB e às Carteiras de Previdência dos Advogados e das Serventias; não oficializadas da Justiça do Estado).

É o que fará oportunamente.

3. "Custas significam as despesas com os atos processuais e que se calculam segundo a lei ou Regimento de Custas, Emolumentos, por outro lado, tem o sentido de salário ou remuneração: aquilo a que tem direito o funcionário forense ou o auxiliar do juízo, como, v. gratia, o perito, ou o assistente técnico. Quanto ao vocábulo despesa o código o emprega para abranger tudo quanto deva ser pago no processo, excluídos apenas os honorários advocatícios. As despesas distinguem-se das custas e dos emolumentos, como o gênero, da espécie" (cf. José Frederico Marques, "Manual de Direito Processual Civil" Saraiva, 1975, vol. 39, pág. 270).

"Em regra os emolumentos são destinados aos serventuários públicos que a eles têm direito pela execução de determinados atos, geralmente cartorários, judiciais e extrajudiciais" (Enciclopédia Saraiva do Direito, vol. 31, pág. 153).

E o Regimento de Custas e Emolumentos (Dec. Lei n.º 203/70) dispõe em seu art. 1.º que as custas são devidas ao Estado e os emolumentos atribuídos aos serventuários do foro judicial e extrajudicial.

Contribuições, em sentido geral, consiste na cotaparte obrigatoriamente atribuída a uma pessoa, ou a participação devida para a formação de um acervo ou cumprimento de uma obrigação (cf. Enciclopédia Saraiva do Direito, vol. 20, pág. 206).

Não é unânime, por outro lado, o entendimento sobre a natureza jurídica dessas parcelas.

Alguns entendem tratar-se de Imposto (Fonrouge, "Derecho, Financiero" B.A., Depalma, 2.º ed., 1970, vol. II, pág. 969; Lopes Costa, "Direito Processual Civil" Forense, Rio, vol. II, pág. 294, n.º 382).

Outros têm-nas como Taxa (A. Theodoro Nascimento, "Preços, Taxas e Parafiscalidade", Forense, Rio, 1977, págs. 50/51; Arruda Alvim, "Código de Processo Civil Comentado" RT, São Paulo, vol. II, págs. 170/172).

E, entendendo tratar-se de preço público temos Bernardo Ribeiro de Moraes ("Doutrina e Prática das Taxas" RT, São Paulo, 1976, págs. 107/108).

E, realmente, como esclarece de forma brilhante e convincentemente José Afonso da Silva, de quem colhemos valiosos subsídios para a realização deste trabalho, "os encargos com as custas, como se vê, assim como com os emolumentos, não caracterizam taxas. Seu regime é processual de organização judiciária e não tributário. Se for preciso dar um nome do regime financeiro a tais encargos, o cabível é Preço e Preço Público, talvez Preço Político, dado o caráter de monopólio desses serviços" (in Parecer da Procuradoria Geral do Estado, de 15-5-81).

4. A vedação contida no art. 3.º, da Lei n.º 6.941/81 não proíbe, como é óbvio, a cobrança de custas, só impedindo que se faça "incluir ou acrescentar, às custas dos registros públicos, quaisquer taxas ou contribuições".

Também não faz qualquer alusão a emolumentos.

Assim, das frações constantes do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de São Paulo só resta analisar as contribuições destinadas à Carteira de Previdência dos Advogados, das Serventias não oficializadas e à Ordem dos Advogados.

A primeira vista, poder-se-ia pensar que o art. 39, da Lei Federal n.º 6.941/81, em exame, porque fala em "contribuições" estaria proibindo a cobrança do valor destinado às entidades acima referidas, posto que o § 1.º, do art. 1.º do Decreto-lei n.º 203/70 as denomina "contribuições".

Mas tal não acontece.

Senão vejamos.

O art. 8.º da Constituição Federal, em seu inciso XVII, letra "c", com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977 preceitua:

"Compete à União legislar sobre normas gerais sobre orçamento, despesa e gestão patrimonial e financeira de natureza pública; taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos

serviços forenses, de registros públicos e notariais; de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário, Como se vê, não ingressou na competência da União legislar sobre contribuições judiciais, pois o texto só se refere a taxa judiciária, custas e emolumentos.

E, como demonstrado no item 3 deste trabalho, não há confundir custas, emolumentos e contribuições, não se podendo dizer que esta estaria contida em qualquer daquelas.

Não competindo à União legislar sobre contribuições judiciais, a proibição contida no art. 3.º, da Lei n.º 6.941/81 só prevalece no âmbito federal, excluídos os Estados que continuam com a prerrogativa de legislar sobre essa matéria.

Pode-se-á argumentar que a competência da União decorreria do disposto no § 2.º, do art. 21 da Constituição Federal que no inciso I preceitua:

"§ 2.º A União pode instituir:

1 - Contribuições, observada a faculdade prevista no item 1 deste artigo, tendo em vista intervenção no domínio econômico ou o interesse de categorias profissionais e para atender diretamente à parte da União no custeio de encargos da previdência social".

Mas a contribuição de que trata este inciso não se identifica com a contribuição judicial de que fala o Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de São Paulo.

As custas, emolumentos judiciais e extrajudiciais e as contribuições às carteiras de previdência e à OAB não constituem matéria tributária.

O legislador constituinte também entende assim, pois para outorgar à União competência para estabelecer normas gerais sobre "taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses, de registros públicos e notariais" não inseriu a matéria no campo das normas gerais de direito tributário.

Se se entendesse que essas categorias pertenceriam a este, não haveria razão alguma para destacadamente consigná-las à competência de normas gerais do art. 8.º, inciso XVII letra "c", da Constituição Federal, pois a previsão do art. 18, § 1.º, de que lei complementar estabelecerá normas gerais sobre direito tributário só por si já as envolveria.

Ora, fazendo constar tais categorias no art. 8.º XVII, "c", certamente reconheceu o legislador constituinte que não se trata de matéria tributária. Considerá-la como tal assim mesmo, seria admitir que teremos uma incoerência constitucional no seguinte sentido: normas gerais sobre matéria tributária devem ser estabelecidas por lei complementar, salvo a taxa judiciária, as custas e emolumentos que terão suas normas gerais fixadas em lei ordinária.

Na verdade, a obrigação de pagar custas, emolumentos e contribuições não é de direito tributário.

É o direito processual que indica quem está obrigado a pagar custas processuais (CPC, arts. 19, 20, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 257, 511 e 519) e são as leis de organização judiciária que disciplinam a obrigação de pagar emolumentos e contribuições judiciais (CJE, art. 255).

Ficou assentado inicialmente que as custas, emolumentos e contribuições judiciais são Preços, como aliás deixa entrever o art. 255 do Código Judiciário do Estado (Decreto-Lei Complementar n.º 3, de 27-8-69) quando diz que "as tabelas discriminarão as custas e os demais preços dos atos e documentos judiciais. . .".

Ora, os preços públicos não têm natureza tributária e, por força do disposto no art. 71, § 2.º da Constituição do Estado, "serão fixados pelo Executivo, observadas as normas gerais de direito financeiro e as leis atinentes à espécie".

E as normas gerais de direito financeiro nada têm a ver com as normas gerais de direito tributário, fixadas por lei complementar, nos termos do art. 18, § 1.º da Constituição Federal. Observe-se que as "contribuições" a que se refere o Inciso, I, do 2.º do art. 21 da Constituição Federal estão incluídas no seu Capítulo V, sobre a rubrica "Do Sistema Tributário".

Diz Ruy Barbosa Nogueira que "a Constituição as denomina no art. 21, § 2.º, I, apenas de "contribuições" e dá competência privativa à União para instituí-las tendo em vista intervenção no domínio econômico e o interesse da Previdência Social ou de categorias profissionais. Incluiu-as assim expressamente, no capítulo do Sistema Tributário" (Enciclopédia Saraiva do Direito, vol. 20, pág. 233).

Observe-se que se a instituição de tais contribuições, de que são espécies as contribuições previdenciárias e para fiscais, é privativa da União, dispiciendo é o cânon contido no art. 39, da Lei nº 6.841/81 (lei ordinária federal) porque estaria proibindo o que já era proibido pela lei maior que é a Magna Carta.

Bem se vê que o objetivo legal não foi proibir as chamadas "contribuições" de natureza

tributária, expressamente mencionadas no art. 21, § 2.º, I da Constituição Federal, mas aquelas que se classificam como preços públicos e cobradas juntamente com as custas e emolumentos, cuja competência decorre das leis de processo e das leis de organização judiciária.

Mas fê-lo sem atentar para o fato de que a Constituição Federal não outorgou competência à união para estabelecer normas gerais sobre a espécie de contribuição por último tratada, como se deduz do contido no art. 8.º, XVII, "c".

E, não tendo essa proibição atingido os Estados, conclui-se que estes ainda são livres para legislar sobre a matéria, precisamente porque a União ainda não se utilizou da competência referida no art. 89, XVII, "c" da CF, acrescidos pela EC n.º 7/77.

Aliás, a competência primária sobre a legislação do Regimento de Custas e Emolumentos era estadual e não sofria a limitação ora prevista no citado texto constitucional.

Tal competência supletiva perdura íntegra, enquanto não for editada a norma geral sobre taxa judiciária, custas e emolumentos ali mencionados.

Ora, a legislação supletiva do Estado de São Paulo na matéria constitui-se precisamente das normas estatuídas nos artigos 252 a 260 do Decreto-lei Complementar n.º 3/69 (Código Judiciário do Estado) e dos decretos que aprovam as tabelas de custas e emolumentos autorizadas na própria Constituição do Estado (art. 71, § 2.º).

Os artigos 252 a 260 mencionados acima regulam minuciosamente a competência estadual (agora supletiva) para o estabelecimento das custas e apenas deixa sua atualização periódica para fixação por decreto.

Mas, mesmo aqueles que entendem que as contribuições aqui tratadas caem na vala comum da natureza parafiscal, não discrepam do entendimento de que a competência da sua instituição não fica na dependência exclusiva da União.

Assim esclarece Fávio Fanucchi:

"A partir do instante em que a Constituição outorgou à União a competência para instituir contribuições, tornou-a exclusiva, tanto quanto o é a de instituição de empréstimos compulsórios. Portanto, aos Estados e também aos Municípios, não cabe a fixação dessas imposições, devendo desaparecer as que existem.

Não pode ser a mesma a conclusão, porém, quando a contribuição parafiscal vise atender apenas a previdência social própria dos demais entes da administração pública, a sustentação de serviços previdenciários instituídos em favor exclusivo dos servidores, ou entidade que criou a contribuição. Aos seus servidores é legítimo que os Estados e Municípios imponham contribuições parafiscais" ("Curso de Direito Tributário Brasileiro" Ed. Resenha Tributária, 5.ª tiragem da 4.ª ed., 1979, vol. I, pág. 107).

5. Cumpre-nos, finalmente, colacionar um último argumento para demonstrar que o art. 3.º da Lei n.º 6.941/81, objetivou evitar abusos, com a cobrança de taxas e contribuições anormais, o que não ocorre no Estado de São Paulo.

Embora o Código Judiciário e o Regimento de Custas e Emolumentos denominem "contribuições" os valores devidos à OAB e às Carteiras de Previdência, tais valores são, em verdade, parte das custas devidas ao Estado e que este a elas destina.

O Decreto-lei Complementar n.º 3/69, no parágrafo único do seu art. 255 dispõe:

"Do que for depositado à conta de "Custas Judiciais do Estado" a Secretaria da Fazenda entregará, na forma regulamentar, as contribuições devidas à Ordem dos Advogados do Brasil e às Carteiras de Previdência referidas neste artigo".

E o inciso II, do art. 18 do Decreto-lei n.º 203/70 preceitua:

"Das custas arrecadadas pelo Estado nos feitos e recursos, tanto civis como criminais, 5% (cinco por cento) serão entregues à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - e 15% (quinze por cento) à Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo".

Como se vê, de forma palmar, as contribuições destinadas a essas entidades saem, em verdade, das custas pertencentes ao Estado.

Portanto, originalmente são custas, pouco importando que, após destacadas daquelas, se lhes dê o nome de "contribuições".

Em verdade, tais contribuições não passam de meras reservas de destinação das custas que o Estado defere a determinadas entidades, tendo em vista o interesse público que encerram.

Por essa razão, o texto legal em estudo não tem o condão de inibir a cobrança de quaisquer dos valores atualmente previstos nas Tabelas anexas ao Regimento de Custas e Emolumentos do Estado.

6. Ante o exposto, tendo em vista que a União não tem competência para legislar sobre normas

gerais relativas a contribuições judiciais (CF, art. 8.º, XVII, "c") e que, portanto, não se aplica aos Estados a proibição constante do art. 3.º, da Lei n.º 6.941, de 14-9-81, opino pela suspensão definitiva do art. 1.º, do Provimento n.º 5/81 dos Juizes Titulares das Varas de Registros Públicos, considerando sua desnecessidade.

Desnecessária também será a edição de qualquer ato nominativo por parte desta Corregedoria Geral da Justiça para regulamentar a matéria, que, no âmbito deste Estado, não sofreu qualquer alteração.

É o parecer que submeto à superior consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 6 de outubro de 1981.

(a) Juiz de Direito Corregedor".

DESPACHO

"Aprovo o parecer de fls. 8/15 e, tendo em vista a sua desnecessidade, suspendo o Provimento n.º 5/81 baixado pelos Srs. Juizes Titulares da 1.º e 2.º Vara de Registros Públicos.

Publique-se o parecer.

São Paulo, 7 de outubro de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

COMUNICADO N.º 7/81

Filiação Ilegítima

O Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o disposto no art. 79, da Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949 e os itens 49 e 53, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, Recomenda aos Srs. Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais que se abstenham de usar as expressões "pai ignorado" "pai desconhecido" ou equivalente, na lavratura de assento de nascimento de criança filha de mãe solteira, ou quando esta não declarar o nome do pai".

Prot. CG. N.º 31.739/81 - Capital - Int.: Juízo de Direito da Vara de Menores.

O Desembargador Geral da Justiça para conhecimento dos Senhores Escrivães dos Cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo, faz público o ofício do MM. Juízo de Direito da Vara de Menores bem como a Lei w 6.898 de 30-03-1981:

PODER JUDICIÁRIO

São Paulo

JUIZO DE DIREITO DA VARA DE MENORES

Of. n: 1.740/81. São Paulo, 25 de setembro de 1981.

Gabinete Senhor Corregedor Geral da Justiça.

Tendo em vista a promulgação da lei federal n.º 6.898, de 30 de março de 1981, que alterou o artigo 242 do Dec. Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, punindo com rigor o registro de parto alheio como próprio, bem como o registro de filho de outrem, como próprio, sugiro, respeitosamente, a Vossa Excelência se digne de determinar aos Srs. Oficiais do Registro Civil do Estado de São Paulo que comuniquem a todos os que forem efetuar registro de nascimento, os termos da lei referida.

Muito embora possa parecer "bis in idem", uma vez que se presume do conhecimento de todos a lei publicada em órgão oficial, pelas características de alguns cartórios de registro civil, vem ocorrendo inúmeros registros de nascimento de menores em situação irregular, em nome de terceiros, que não os pais, no que passou a denominar-se "adoção à brasileira" Este fato toma insuperável, no futuro, a integração do menor sócio-familiarmente, além de outros reflexos na vida civil das pessoas naturais.

Assim sendo, um simples comunicado aos Cartórios de Registro Civil possibilitaria melhor atendimento à lei vigente, inclusive a instauração de processo crime, no caso de violação.

Apresento a V. Exa. os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) Dr. Antônio Luis Chaves Camargo - Juiz de Menores.

A S. Excia. o Exmo. Sr. Dr. Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça do Estado de S. Paulo - Capital

LEI N.º 6.898, DE 30 DE MARÇO DE 1981

Altera o Artigo 242, do Decreto-Lei N.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal.

0 Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O artigo 242, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil.

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único - Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena". Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de março de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO Ibrahim Abi-Ackel

D.O. de 1-4-81).

Proc. n.º 54.732/80 - Aprovo o parecer elaborado pelo MM. Juiz Corregedor Dr. Octavio Roberto Cruz Stucchi - e determino a expedição de Portaria nos termos da minuta em anexo.

São Paulo, 23 de setembro de 1981.

(a) Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA N.º 178j81

Regulamenta o Provimento n.º 10/80 nos casos de contratação inicial de servidores pelas serventias não oficializadas e estabelece critérios para a fixação do salário inicial.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que dispõem os §§ 2.º e 3.º do artigo 68, da

Resolução w 2/71; o Provimento C.G. n.º 2/73 e 10/80, bem como os pareceres aprovados nos Processos C.G. n.º 57.951/80 e 58.373/81;

Considerando a necessidade de imprimir maior flexibilidade ao sistema de fixação de salário inicial dos funcionários contratados pelas serventias não oficializadas;

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no Processo C.G. n.º 54.732/80,

Determina - Art. 1.º - Cabe aos Juizes Corregedores Permanentes quando da homologação de contratos de trabalho de serventias não oficializadas, fiscalizar se a fixação do salário atende às peculiaridades; da serventia contratante, sua renda e se corresponde às funções que serão exercidas pelo contratado.

Art. 2.º - Corno parâmetros fundamentais, mantidas as normas atualmente em vigor, há o salário mínimo legal fixado na legislação social do País e o piso salarial da serventia, este equivalente ao menor salário corrigido da mesma.

Art. 3.º - Ao verificar a fixação do salário inicial, o Juiz Corregedor Permanente não deverá permitir que a serventia adote, como regra, o salário mínimo previsto na legislação social do País, devendo serem observados os critérios do artigo 1.º.

Parágrafo único - Sobre a adequação do valor estipulado no contrato o Juiz Corregedor Permanente proferirá despacho motivado, embora de forma concisa, antes de remetê-lo à Corregedoria Geral da Justiça para arquivamento.

Art. 4.º - Quando a solução adotada pelo Juiz Corregedor Permanente for manifestamente inadequada ao caso concreto, o Corregedor Geral da Justiça, sensível à Flexibilidade que deve ter o sistema, devolverá o contrato para a devida regularização.

Registre-se e Publique-se.

São Paulo, 23 de setembro de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral Justiça.

PROVIMENTO N.º 25/81

Dá nova redação ao item 79. 1, do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça.

Considerando o que dispõe o art. 14, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980;

Considerando o que ficou decidido no Processo n.º 59.605/81.

Determina:

Art. 1.º - O item 79.1., do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"79.1 - No cumprimento do mandado, e desde que penhorado ou arrestado bem imóvel, o oficial de justiça entregará para registro, de Imóveis da comarca, ou circunscrição Imobiliária respectiva, contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto, devidamente formalizados (art. 14, da Lei n.º 6.830/80, e arts. 167, 1, 5 e 221, IV da LRP)".

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 29 de setembro de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça".

(01.02 e 03-10-81).

PROVIMENTO N.º 24/81

Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Processo C.G. n.º 58.055/81, resolve.

Artigo 1.º - Ficam assim redigidos os itens 72, 73 e 74 (Dos Executivos Fiscais Relativos a I.C.M., na Comarca da Capital), do Capítulo IV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

72. - A execução fiscal relativa a I.C.M. tramitará, ordinariamente, pelo Anexo de Ofício de Justiça a que distribuído.

73. - Se forem oferecidos embargos - que serão protocolizados na Coordenadoria dos Anexos do I.C.M. - serão eles autuados em apenso aos autos principais, e submetidos à conclusão do Juiz de Direito, por intermédio da Diretoria do Ofício de Justiça, para conhecimento e processamento.

74. - Desacolhidos, ou parcialmente acolhidos os embargos, e certificado o trânsito em julgado, os autos retornarão ao Anexo correspondente, para prosseguimento da execução.

Artigo 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Cumpra-se. 1.

São Paulo, 24 de setembro de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso, de André, Corregedor Geral da Justiça.

Processo C.G. N.º 54.963/80. Pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, foi aprovado parecer do Meritíssimo Juiz de Direito Corregedor, Doutor Osvaldo Caron, sendo editado Provimento a respeito.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça.

As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (editadas pelo Provimento n.º 5/81), incluíram no Capítulo I, os itens 7 e 8, "in verbis":

7 - Sem prejuízo da correição a que se refere o item anterior, deverá cada magistrado Titular, logo após seu provimento em qualquer comarca ou vara, efetuar correição nos cartórios a ela sujeitos, presídio e polícia.

7.1. - Na oportunidade verificará o Magistrado, especialmente, se todos os processos acham-se em cartório, ou sob controle da Escrivania, anotando a falta de qualquer deles. Em tal caso, determinará sua cobrança, ou pronta restauração.

7.2. - De toda correição, será remetido relatório à Corregedoria Geral da Justiça, lavrando-se o respectivo termo no livro próprio de visitas correccionais.

7.3. - A determinação constante deste inciso aplica-se às Varas da Comarca da Capital e da Grande São Paulo, sem prejuízo da dispensa da correição anual prevista nos artigos 25 e 26 da Lei Estadual n.º 225/1979.

8 - O magistrado, ao assumir a comarca ou vara, fará elaborar uma relação de todos os processos conclusos com o anterior titular, ou substituto para ela designado, encaminhando-a à Corregedoria Geral da Justiça" (cf., anteriormente Provimento n.º 8/80).

Muitos Juizes, todavia, têm encontrado dificuldades na realização dessa correição, à semelhança da anual, com publicação de edital e lavratura de termo circunstanciando - diante, notadamente, do volume dos serviços jurisdicionais.

Em outras situações, há Magistrados que solicitam autorização para não procederem a essa correição, em razão da proximidade da realização da correição anual ou de correição recente

levada a efeito pelos Juizes Corregedores da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

E muitas vezes ocorre o esquecimento da providência consubstanciada no item 8.

Diante do exposto,

e considerando, primeiro, que o Juiz exerce a correição permanente nas serventias judiciais e extrajudiciais, bem como na Polícia Judiciária e nos presídios sujeitos à sua fiscalização correcional (Cap. I - 1 das Normas), segundo, que efetua correição periódica uma vez por ano em todas as serventias; ou repartições públicas sob seu controle (Cap. I-6), visitando pelo menos quatro vezes por ano as cadeias, postos policiais, estabelecimentos penitenciários e outros recolhimentos na sua área de atuação (Cap. I-9),

peço vênia a Vossa Excelência para sugerir nova redação ao item 7 e seus subitens, e a supressão do item 8 das Normas, assim:

"7 - Ao assumir a Vara ou Comarca de que seja titular, o Magistrado fará visita correcional em todos os ofícios de Justiça, - Cartório, Delegacias de Polícia e Presídios sob sua Corregedoria Permanente, verificando a regularidade de seu funcionamento.

"7.1 - Essa visita correcional independerá de edital ou de qualquer outra providência, devendo, apenas, ser lançado sucinto termo no livro de Visitas e Correições, sem prejuízo das determinações que a Magistrado fizer no momento.

"7.2 - Cópia desse termo será encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça.

"8 - (suprimido)".

Penso que isto seria o suficiente, mesmo porque, com relação a processos conclusos (item 8, na redação em vigor), os Magistrados de primeira instância, individualmente, apresentam relatórios mensais (cf. Provimento n.º 2/80).

Acolhendo a sugestão, será necessária a edição de Provimento retificador.

Respeitosamente,

(a) Osvaldo Caron - Juiz de Direito Corregedor.

PROVIMENTO N.º 23/81

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Processo C.G. n.º 54.963/80.

Resolve

Artigo 1.º - Ficam assim redigidos o item 7 e seus subitens, do Capítulo I, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, suprimido o item 8:

"7 - Ao assumir a Vara ou Comarca de que seja titular, o Magistrado fará visita correcional em todos os Ofícios de Justiça, Cartório, Delegacias de Polícias e Presídios sob sua Corregedoria permanente, verificando a regularidade de seu funcionamento.

"7.1 - Essa visita correcional independerá. de edital ou de qualquer outra providência, devendo, apenas, ser lançado sucinto termo no livro de Visitas e Correições, sem prejuízo, das determinações que o Magistrado fizer no momento.

"7-2 - Cópia desse termo será encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça.

"8 - (suprimido)"

Artigo 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 24 de setembro de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

CARTÓRIO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Interpretação do art. 56 do Capítulo III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Proc. CG. N.º 59.386/81 ~ Capital - Int.: Juízo de Direito da 1.º Vara de Registros Públicos.

Pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça foi aprovado, sendo determinada a publicação, orientação, do seguinte parecer:

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

O 2.º Cartório de Protestos, da Capital, considerando que "vem, ultimamente, recebendo

requisições de títulos e ordens de cancelamento e de sustações de protesto subscritas pelos escrivães dos cartórios judiciais e apenas mencionando o constante dos autos de ações em andamento", dirigiu consulta ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara dos Registros Públicos, "a respeito da regularidade formal dessas determinações e da conveniência das mesmas serem assinadas pelos MM. Juizes dos referidos processos ou de serem acompanhadas de cópias xerox das decisões em que se fundamentam".

Decidindo a respeito, o MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente manifestou sua discordância com relação a ofícios requisitando títulos ou ordenando sustações de protestos, e determinou a remessa dos autos à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, para apreciação da matéria.

2. Efetivamente, requisições de títulos apontados a protesto, ou já protestados - mas ainda em poder do Cartório de Protestos, como as sustações de protesto de títulos em geral, exigem a presença formal do próprio Magistrado que as tenha ordenado, senão de quem o esteja substituindo ou auxiliando.

É irregular a prática de ofícios consubstanciando sustação de protestos ou requisição de títulos apontados ao protesto - ou já protestados por falta ou recusa de aceite, ou do pagamento, mas ainda em poder do Cartório - sem que estejam assinados pelo Juiz de Direito - porque é do Oficial a responsabilidade pela lavratura do instrumento de protesto, em tempo hábil e forma regular, como também, e dele a regular restituição do título apontado, ou do instrumento do protesto, ao seu detentor, ou portador.

A Portaria n.º 323/80, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, admite que os mandados de citação e intimação sejam assinados pelo Escrivão, declarando que o fazem por ordem do Juiz (art. 4.º). Mas estes atos são de natureza processual e visam, seja o chamamento do réu ou interessado a Juízo, para se defender, seja a ciência a alguém, de ato ou termo do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa (cf. arts. 213 e 234 do Código de Processo Civil).

Diversamente, nas hipóteses em exame, os mandados contêm em si uma ordem do Juiz, a ser cumprida por Oficial de Cartório de Protesto de Letras e Títulos.

Por outro lado, o item 56 do Capítulo III, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, não inclui dentre os mandados e ofícios que poderão ser assinados pelo Escrivão, aqueles destinados aos Cartórios de Protesto. Efetivamente, segundo o referido item 56, "os mandados de citação e intimação, bem como os ofícios gerais de comunicação, requisição de processos e informações, desde que em cumprimento de despacho judicial, poderão ser assinados pelos escrivães, declarando que o fazem por ordem do juiz".

O que se poderia admitir, na hipótese de sustarão de protesto - em casos excepcionais, em razão de urgência -, seria o Escrivão cumprir a ordem expressa do Juiz, na sentença ou despacho, assinando o mandado respectivo, acompanhado de cópia autêntica, ou cópia reprográficas autenticada, da determinação judicial.

Na outra hipótese, de requisição de títulos em poder do Cartório de Protestos - sem aquela urgência -, a proibição deve ser reiterada.

3. Este é o parecer que, respeitosamente apresento a Vossa Excelência.

Se acolhido, penso que seria caso de mandar publicá-lo no Diário Oficial (Poder Judiciário), para servir como orientação.

São Paulo, 14 de setembro de 1981.

(a) Dr. Osvaldo Caron - Juiz de Direito Corregedor.

PROVIMENTO N.º 20/81

Acrescenta a alínea "e", ao item 36 do Capítulo XIV; a alínea "o", ao item 105 e o item 110, no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de maior vigilância por parte dos Srs. Tabeliães e Oficiais do Registro de Imóveis na observância das recomendações feitas pela Corregedoria Geral da Justiça, relativas à lavratura e registro de escrituras com base em atos suspeitos, emanados de outras localidades, determina:

Art. 1.º - Ao item 36, do Capítulo XIV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescida a seguinte alínea:

"e) o arquivamento das recomendações da Corregedoria Geral da Justiça, feitas aos Cartórios de

Notas e do Registro de Imóveis do Estado, para que não pratiquem atos com base em procurações lavradas em locais que menciona, nem lavrem ou registrem escrituras fundadas em atos praticados nos locais especificados, observando-se o disposto nos itens 105, alínea "o" e 110, do Capítulo XX".

Art. 2.º - Ao Item 105, do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescida a seguinte alínea:

"o) as recomendações da Corregedoria Geral da Justiça feitas aos Cartórios de Notas e do Registro de Imóveis do Estado, para que não pratiquem atos com base em procurações lavradas em locais que menciona, nem lavrem ou registrem escrituras fundadas em atos praticados nos locais especificados".

Art. 3.º - Fica acrescido o item 110, no Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, com a seguinte redação:

"110 - As recomendações mencionadas na alínea "o", do item 105 deverão ser arquivadas em ordem alfabética, levando em consideração o nome da comarca à qual pertença o cartório sob suspeita".

Esse provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 26 de agosto de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral

Proc. CG. N.º 58.892/81 - Capital - Int.: Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de São Paulo),

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

1. O Senhor Presidente da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, encaminhou a esta Corregedoria Geral representação formulada pelo advogado Francisco Rocha da Silva reclamando contra funcionário do Cartório do 1.º Ofício da Vara Distrital da Saúde.

Segundo a reclamação formulada, o autor da representação, necessitando compulsar os autos do Processo n.º 628/80, versando Ação de Despejo por Falta de Pagamento, em que são partes, como autor Jatu e, como réu, Hfth, que presentemente se encontram paralisados e em vias de serem remetidos ao arquivo, requereu, em nome próprio, vista dos autos fora de cartório, obtendo despacho favorável mas condicionado ("J. Sim, se em termos") do MM. Juiz.

Entretanto, o funcionário do cartório, entendendo não estar o pedido "em termos", recusou-se em fazer a entrega dos autos, invocando o disposto no item 83, do Capítulo III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), já que o peticionário não possuía procuração de qualquer dos litigantes e não é parte no processo.

Insurgiu-se então o reclamante contra tal medida, alegando ser a recusa ilegal porque as disposições do Provimento n.º LXXXV/74-A do Eg. Conselho Superior da Magistratura e do item 83, do Capítulo III nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça afrontam, segundo entende, o inciso XVII, do art. 8.º da Lei n.º 4.215/68 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil).

Afirma ainda o reclamante tratar-se, "evidentemente, de errônea interpretação do alcance e da aplicabilidade de tal Provimento por parte dos funcionários da Escrivania subordinada a V. Exa., devendo, por isso mesmo, ser imediatamente 'corrigida esta distorção, de forma a evitar que, no futuro, outros advogados venham a ser obrigados a enfrentar os dissabores e os atritos que se seguiram à resposta negativa a um pedido calcado em lei" (textual).

Pretende, também a "expedição de ordens claras e precisas aos funcionários do Cartório para que, doravante, se limitem a obedecer aos termos legais, deixando tarefa de interpretar as normas a aqueles que se encontram legitimados e capacitados para tanto". Este o breve relatório dos fatos.

2. O tema posto a lume, como se verá, não é novo.

Já foi objeto de controvérsias e debates e o Eg. Conselho Superior da Magistratura, chamado a manifestar-se - em mais de uma oportunidade -, sobre ele decidiu definitivamente, decorrendo daí a nova redação dada aos parágrafos do artigo 1.º do Provimento n.º LXXXV/74 (cf. Provimento n.º LXXXV/74-A).

Mas, como as Normas de Serviço, postas em vigor pela Corregedoria Geral, reproduziram tais dispositivos, compete-lhe, agora, porque provocada, manifestar-se a respeito.

Far-se-á, por primeiro, breve digressão das disposições legais envolvidas no tema.

3. Preceitua o art. 89, da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963 (EOAB):

"Art. 89. São direitos do advogado:

XVII - ter vista fora dos cartórios, nos autos de processos de natureza civil, criminal, trabalhista,, militar ou administrativa, quando não ocorra a hipótese do inciso anterior.

XVIII - receber os autos referidos no inciso anterior, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de autos findos, e por quarenta e oito horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo".

Por outro lado, dispõe o artigo 40, do Código de Processo Civil:

"Art. 40. O advogado tem direito de:

I - examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, salvo o disposto no art. 155;

II - requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de cinco (5) dias;

III - retirar os autos do cartório ou secretaria, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, nos casos previstos em lei".

E o Provimento n.º LXXXV/74-A, do Eg. Conselho Superior da Magistratura dispõe:

"Art. 1.º - A retirada de Autos Cíveis de cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de algumas das partes.

Art. 2.º - A retirada de processos criminais de cartório somente poderá ser efetuada por advogado ou estagiário regularmente inscrito na OAB, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo".

Nessa esteira, passaram a dispor as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça em seu Capítulo III:

"83 A retirada de autos cíveis de cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes (Prov. CSM 85/74-A).

87. A retirada de processos criminais de Cartório somente poderá ser efetuada por advogado ou estagiário regularmente inscrito na OAB, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 (quarenta e oito) horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo".

Nota-se que o Eg. Conselho Superior da Magistratura, diante da disposição contida no novo Código de Processo Civil passou, a partir de 1973, a adaptar suas disposições ao contido no art. 40 daquele instrumento de processo civil.

Observe-se por outro lado, que a redação do inciso XVIII, do art. 89 da Lei n.º 4.215/63 foi mantida tanto pelo art. 2.º do Provimento n.º LXXXV/74.A do Eg. Conselho Superior da Magistratura, como pelo item 87, do Capítulo III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, salvo a extensão de igual direito ao estagiário regularmente inscrito na OAB. Houve, aliás, um abrandamento do rigor expressado naquele Estatuto que só se refere ao advogado e não ao estagiário.

E isso porque em relação aos processos criminais nada mudou, não havendo nenhuma lei posterior dispondo contrariamente ao contido no Estatuto da OAB.

Mas, com relação aos processos cíveis a matéria relativa ao exame e retirada de autos do cartório mereceu disciplina diversa daquela preconizada pela Lei n.º 4.215/63.

Portanto, o fulcro da "vexata quaestio" - está, principalmente, em saber se o inciso XVII do art. 89 da Lei n.º 4.215/63 está revogado pelo art. 40 do CPC.

Desnecessário até dizer que havendo duas leis que disponham diversamente sobre a mesma matéria, prevalece a mais nova.

Aliás, expresso está no CPC, em seu artigo 1.220, a revogação das disposições em contrário.

Nesse sentido o Parecer exarado e aprovado no Processo G-18.047, do Eg. Conselho Superior da Magistratura, da lavra do ilustre Juiz de Direito, Dr. José de Mello Junqueira, na época Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral, que a certa altura aduziu:

Restringindo o direito dos advogados, nos processos de natureza civil, o novo Código de Processo Civil, derogando em parte o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, no artigo 40 e 141, IV, "b" especificou os casos em que os autos podem ser retirados do cartório pelos senhores advogados" (fls. 7/8).

E mais adiante reafirma:

"Derrogado está, pois, o inciso XVII do artigo 89 do Estatuto da O.A.B, Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, com relação aos processos de natureza civil" (fls. 10).

Também o Exmo. Sr. Dr. Flávio César de Toledo Pinheiro, quando Juiz de Direito Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, em brilhante parecer, também aprovado pelo Eg. Conselho

Superior da Magistratura, manifestou-se a respeito, cujas ponderações merecem reproduzidas: "Até 31 de dezembro de 1973 tinha o advogado o direito de, segundo o inciso XVII, do art. 89, da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963, retirar o ter vista fora dos cartórios, nos autos de processo de natureza civil, criminal, trabalhista, militar ou administrativa, independentemente de ser procurador de qualquer das partes. Atualmente, o Código de Processo Civil (Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, com as corrigendas da Lei n.º 5.925, de 19 outubro de 1973) disciplina de forma diversa o direito de "vista" e de "retirada" fora do cartório (art. 40), facultando-o somente ao procurador da causa, mediante requerimento, ou nos casos em que ao procurador da causa competir falar neles por determinação judicial ou nos casos previstos em lei. De conformidade com a redação do art. 40, da Lei Processual Civil, que há de ser interpretado em consonância com o art. 141, IV, "b", do mesmo Estatuto, são duas as regras a serem observadas para a retirada dos autos:

a) requerimento da saída dos autos de cartório, quando não haja fluência de prazo;
b) retirada dos autos somente aos advogados constituídos procuradores de alguma das partes. Essa a nova sistemática a ser obedecida, tanto em primeira como em segunda instância, no âmbito do processo civil.

Quanto aos feitos de natureza criminal, a regra é a seguinte, de conformidade, aliás, com os incisos XVI, XVII e XVIII, do Estatuto dos Advogados:

a) - ter vista, em cartório dos autos dos processos em que funcione, quando havendo dois ou mais litigantes com procuradores diversos, haja prazo comum para contestar, defender, falar ou recorrer;

b) ter vista, fora dos cartórios, quando não ocorra a hipótese da letra anterior;

c) retirar os autos do cartório, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias, quando se tratar de processo findo, e por 48 horas, quando em andamento, mas nunca na fluência do prazo.

Assim, no âmbito do processo penal, o advogado não procurador do réu (ou da vítima) tem o direito de retirar os autos do cartório" (grifos do original) (Proc. n.º G-18.106/74, do Eg. Conselho Superior da Magistratura).

Dessume-se, pois, não haver divergência ao entendimento de estar o Estatuto dos Advogados derogado na parte em que trata da retirada de autos cíveis do cartório.

Assim, no âmbito do processo penal, o advogado não procurador do réu (ou da vítima) tem o direito de retirar os autos do cartório" (grifos do original) (Proc. n.º G-18.106/74, do Eg. Conselho Superior da Magistratura).

Dessume-se, pois, não haver divergência quanto ao entendimento de estar o Estatuto dos Advogados derogado na parte em que trata da retirada de autos cíveis do cartório.

4. Quanto ao fato concreto noticiado nos autos, razão não assiste ao subscritor da representação de fls. 4 "usque" 6.

Segundo sua própria narrativa, pretendia o nobre advogado compulsar, fora do cartório, autos de ação de despejo e, portanto, de natureza civil, em nome próprio (mas não em causa própria), sem, contudo, apresentar mandato procuratório porque não constituído por qualquer das partes. Apresentado o requerimento, obteve do MM. Juiz o seguinte despacho: "J. Sim, se em termos" (cf. Representação, fls. 5).

Entretanto, o funcionário do cartório recusou-se a entregar os autos, alegando que disposições superiores proibiam tal pretensão.

Sem dúvida, correto foi o procedimento do serventuário.

Ora, o despacho do magistrado ficou condicionado à regularidade e legalidade do requerimento.

Portanto, ao escrivão competia verificar se o pedido estava em termos.

Não estando, como ficou patente, tollitur quaestio" negou a entrega nos estritos termos do despacho judicial.

É que se tratava de processo cível, não sendo o requerente procurador das partes.

Pouco importa que o processo estivesse "paralisado e em vias de ser remetido ao arquivo".

Primeiro, porque o cânon legal e os Provimentos já citados falam em "processo findo" que, cediço, não se confunde com processo paralisado. Em segundo lugar, porque tal regra só se aplica a autos de natureza criminal.

Como se percebe, a atitude do serventuário não encerra, como verberado, aberração ou errônea interpretação do Provimento invocado, não havendo qualquer distorção a ser corrigida. Pelo contrário, foi calcada na lei e nas determinações do Eg. Conselho Superior da Magistratura e do órgão censor dos serviços cartorários.

5. Quanto à solicitação de expedição de ordens claras e precisas aos funcionários do cartório

para que se limitem a obedecer aos termos legais, deixando a tarefa de interpretar as normas àqueles que legitimados e capacitados estão para tanto, por encerrar equívoco, não pode ser atendida.

A lei tem valor "erga omnes;" e por todos deve ser obedecida, vedada a alegação de ignorância. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça disciplinam e regulamentam os serviços dos cartórios e escritórios de justiça.

Seus destinatários são, principalmente, os escrivães, tabeliães, oficiais e demais auxiliares da justiça que também lhes deve obediência estrita, inadmitida a alegação de desconhecimento. Ora, salvo a hipótese de o Juiz Corregedor Permanente ou o Juiz do processo determinar de forma diversa, quando então passa a ser o único responsável pela determinação dada, cabe aos serventuários praticar os atos que lhe são atribuídos, de acordo com as disposições legais e regulamentares.

E, em assim sendo, só poderão praticar aqueles atos quando lícitos e permitidos.

O correto exercício desse mister será impossível sem que se lhes dê a oportunidade de interpretar tais mandamentos, mesmo porque não há como cumpri-los se não forem entendidos. E o exercício mental que induz à compreensão perfecciona-se através da interpretação, porque interpretar é aclarar o sentido da palavra.

6. Cumpre, derradeiramente, anotar que em parecer proferido no Processo n.º G-22.117, no qual representou-se no sentido da revogação do Provimento n.º LXXXV/74-A, o ilustre e preclaro Desembargador Adriano Marrey, na qualidade de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Relator, assim manifestou-se, "in verbis":

"Aliás, o Provimento mencionado já foi modificado pelo de n.º LXXXV/74-A, e, mais tarde, por outro de n.º XCV/75, de 6-11-1975. E o mesmo Provimento n.º LXXXV/74-A, com a nova redação do art. 1.º, dada pelo Provimento n.º XCV/75, foi publicado no Diário da Justiça, de 8, 11 e 13-11-75, merecendo em seguida o pleno apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme ofício do Sr. Presidente do Conselho Seccional, de n.º 75/3.378, datado de 12-11-75, constante de fls. 76. do seguinte teor" (grifos nossos).

Ora, se em 1975 referido Provimento mereceu aplausos, não pode agora ser havido como "contra legem".

7. Ante o exposto, nenhuma providência há que ser tomada em relação aos dispositivos acoimados de ilegalidade, já que em nenhum momento foram postergados os direitos e prerrogativas inerentes ao livre exercício da nobre profissão de advogado.

Por essa razão, opino pelo arquivamento dos autos, dando-se ciência à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

É o parecer que, "sub censura" submeto à superior apreciação de Vossa Excelência.

São Paulo, 11 de agosto de 1981.

Juiz de Direito Corregedor."

Despacho: "Aprovo o Parecer de fls. 18/26. Dada a importância da matéria, de caráter geral publique-se o parecer e oficie-se à nobre Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo.

São Paulo, 17 de agosto de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA CAT N.º 31, de 11 junho de 1981

Altera a Portaria CAT n.º 7/71, instituindo novo modelo de guala de recolhimento do Imposto de Transmissão ("causa mortis") e dá outras providências.

O Coordenador da Administração Tributária, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional no 17, publicada em 09 de dezembro de 1980 e no Decreto-lei federal n.º 1.852, publicado em 09 de janeiro de 1981.

Considerando que o Decreto n.º 16.652, de 13 de fevereiro de 1981, determinou a Distribuição de 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos aos Municípios de localização dos imóveis objeto da transmissão sobre a qual incide o tributo;

Considerando a necessidade de complementar as medidas adotadas quanto à modalidade "inter vivos", já Implantadas com a Portaria CAT n.º 11, de 24 de fevereiro de 1981;

Considerando, finalmente, as sugestões oferecidas pelo Grupo de Trabalho constituído pela

Portaria CAT n.º 5, de 27 de janeiro de 1984 para adoção de medidas relacionadas com o cumprimento do Decreto supramencionado, no que se refere à modalidade "causa mortis", após contatos com a Corregedoria Geral da Justiça e com a Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral, do Estado, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1.º - Fica aprovado o modelo 2 anexo, da guia de recolhimento do Imposto de transmissão de bens Imóveis e de direitos a eles relativos (modalidade "causa mortis"), em substituição ao modelo aprovado pelo inciso H do artigo 2.º da Portaria CAT .º 7, de 09 março de 1971.

Parágrafo único - O campo "Código do Município" no anverso da guia a que se refere este artigo, será preenchido mediante a utilização dos códigos indicados pela Portaria CAT n.º 11, de 24 de fevereiro de 1981, conforme relação em anexo.

Artigo 2.º - O parágrafo 1.º do art. 2.º da Portaria CAT .º 7, de 9 de março de 1971, com a redação dada em o art. 2.º da Portaria CAT n.º 11, de 24 de fevereiro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.º - No caso dos incisos I e II, se o imóvel estiver situado em mais de um Municípios, deverão ser emitidas tantas guias quantos forem os Municípios, inserindo-se, no que se refere ao inciso I, nos campos próprios dessa guia, os dados relativos à parte do imóvel pertencente a cada Município".

Artigo 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 01 de agosto de 1981.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo 1.º - Nas sucessões abertas até 31 de dezembro de 1980, o imposto será recolhido através de uma só guia de modelo instituído pela presente Portaria, qualquer que seja o número de Municípios de localização dos imóveis.

Parágrafo único - Ocorrendo a hipótese deste artigo, o campo denominado "Código do Município" deverá ser preenchido com o código "999", deixando-se em branco o campo denominado "Município do Imóvel".

Coordenação da Administração Tributária, 11 de junho de 1981.

(a) Guilherme Graciano Coelho - Coordenador da Administração Tributária.

Proc. CG. N.º 58.078/81 - Capital - Int., Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

1. Em 2 de dezembro de 1980, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram a Emenda Constitucional n.º 17, publicada no D.O.U. de 9 de dezembro de 1980, que, ao dar nova redação ao § 10, do artigo 23 da Constituição Federal, determinou que 50% (cinquenta por cento) do produto de arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos sejam distribuídos aos Municípios.

A distribuição de parcela do referido imposto aos Municípios foi regulamentada, a nível federal, pelo Decreto-lei n.º 1.852, de 27 de janeiro de 1981, tendo o Exmo. Sr. Governador do Estado baixado os Decretos n.º 16.652 e 16.653, ambos de 13 de fevereiro de 1981.

Para dar cumprimento aos mencionados diplomas, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, através da Portaria CAT, n.º 5, de 27 de janeiro de 1981, constituiu Grupo de Trabalho do qual participam os Drs. Sylvio Maestrelli, Salvador Ruy Iumatti e Aurelino Pires de Campos Nóbrega.

Como e instrumentalização para a arrecadação e distribuição daquele tributo na modalidade "causa mortis" depende de ação conjunta daquela Pasta e desta Corregedoria, porque tem sua receita proveniente de processos de inventário e arrolamento que tramitam perante o Poder Judiciário, o Coordenador da Administração Tributária oficiou a esta Corregedoria Geral da Justiça apresentando o Grupo de Trabalho constituído, e colocando-o à disposição para discutir as medidas necessárias à implantação do novo sistema.

2. Após contatos preliminares, concluiu-se pela necessidade de elaborar novo esboço de cálculo para uso dos Contadores, bem como um novo modelo de guia de recolhimento do imposto, com discriminação de dados relativos ao processo, evidenciando-se, também, o município onde está localizado o imóvel e o código respectivo, para que a Secretaria da Fazenda tenha condições de fazer a distribuição equitativa do tributo aos seus destinatários.

Encarregou-se o Sr. Tércio Machado, Escrivão-Diretor Substituto do 3.º Contador e 5.º Partidor, para realizar o modelo de cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, na modalidade "causa mortis", cuja sugestão reproduzimos a seguir:

CALCULO

Cr\$	Cr\$	
Imóveis no município de São Paulo:		
Estimativa de fls. 25		250.000,00
Estimativa de fls. 26		400.000,00
* Estimativa de fls. 27 proporcional à área de 13.750,00 m², em 20.000 m², situada no município de São Paulo)		550.000,00
1.200.000,00		
Imóvel no município de São Bernardo do Campo:		
* Estimativa de fls. 27 proporcional à área de 6.250,00 m², em 20.000 m², situada no município de São Bernardo do Campo)		250.000,00
Imóvel no município de Santos:		
Estimativa de fls. 28.....		120.000,00
1.570.000,00		
SENDO:		
Meação	785.000,00	
Legítima de com um dos 2 herdeiros filhos:		
392. 500,00 X 2 = ...		
785.000,00		
	1.570.000,00	
1.570.000,00		
IMPOSTO:		
Lei n.º 9.591		
2% sobre 785.000,00.....		15.700,00
Redução de 30%		4.710,00
Líquido.....	10.990,00	
ASSIM DISTRIBUÍDO:		
Município de São Paulo.....		8.400,00
Município de São Bernardo do Campo.....		1.750,00
Município de Santos.....		840,00
Confere.....	10.990,00	10.990,00

Proc. CG. N9 57.058/80 - Capital - Int.: Universidade de São Paulo.

"1. Trata-se de representação do Dr. Cássio Raposo do Amaral, advogado da Universidade de São Paulo, onde relata, em síntese, que, a exemplo de casos verificados nas 3.ª e 7.ª Varas da Família e das Sucessões, e na 10.ª Vara Cível, todas desta Capital, ocorreria possibilidade de fraude em testamentos levados à execução, pois "tem acontecido que o documento exibido como documento público não foi escrito pelo oficial público nele indicado, muito menos no seu livro de notas, encontrando-se em branco as folhas do livro que teria sido escrito segundo os dados constantes do documento" (textual). E isso tem ocorrido - ressalta - porque os aposentados se limitam ao exame do preenchimento dos requisitos formais essenciais do ato de disposição, sem se preocupar com a verificação da autenticidade da respectiva certidão comprobatória" (textual). Ademais, "os documentos, quase sempre, são produzidos, mediante cópia xerox, o que torna difícil, ou menos eficiente, o exame de seu aspecto formal externo" (textual) e, uma vez examinados só no seu aspecto formal, "resulta que os casos forenses se desenvolvem mansa e pacificamente" "deixando aos interessados a iniciativa de impugnação, quanto ao mais, que lhes convier" (textual). Assim, considerando que a situações criadas por expedientes desse gênero dão grande trabalho, remetendo-se muitas vezes a matéria para as vias ordinárias, o que vem avolumar os serviços forenses e desprestigiar, a toda evidência, a própria Justiça, com resultado negativo em todos os sentidos, sugere, a exemplo do Provimento 07/70, que "seja recomendado aos Sr. Juizes de Direito da Família e das Sucessões que, à apresentação de testamento para aprovação, requisitem, imediatamente, ao Juízo da Comarca a que pertença o Cartório em que foi lavrada, uma certidão do texto, em inteiro teor, para

confronto" (fls. 2/6).

Após serem juntadas aos autos as informações de fls. 13, 16/56 e 61/65, assim como as cópias do Provimento C.G. n.º 07/70 (fls. 67/68) e da ficha referente às providências administrativas relacionadas com um dos mencionados documentos (fls. 69/71), voltaram-me conclusos (fls. 71),

2. Passo a examinar a espécie.

Cinge-se a representação ao fato de terem sido apresentados em juízo traslado e xerocópia de traslado de testamento público, documentos estes inquinados de fraudulentos, sendo que um deles "não foi inscrito pelo Oficial nele indicado, muito menos no seu livro de notas, encontrando-se em branco as folhas do livro em que teria sido inscrito" (textual) (fls. 2).

Por isso, objetivando simplificar o serviço e evitar a fraude processual, vem sugerir recomendação a fim de que os Magistrados requisitem, como regra, as certidões do inteiro teor dos testamentos públicos, para confrontações (fls. 5/6).

Observe-se assim, desde logo, que, tendo o atual Código de Processo Civil incluído os "Testamentos e Codicilos" em Livro destinado aos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa (Livro IV Capítulo IV - Seção I), ampliou-se a competência do Juiz, passando este a decidir, além das questões de direito, "também as questões de fato, quando este se achar provado por documentos, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas" (arts. 984; 1.000, Parágrafo único; 1001; e 1016 do Cód. de Proc. Civil).

E, tratando-se de testamento público, para que o interessado requeira que o Juiz ordene o seu cumprimento, bastará que lhe exiba o respectivo traslado ou certidão (art. 1.128 do Cód. de Proc. Civil).

Por outro lado, "fazem a mesma prova que os originais: I - as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências, ou de outro livro a cargo do escrivão sendo extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas; II - os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas; III - as reproduções dos documentos públicos, desde que autenticadas por oficial público ou conferidas em cartório, com os respectivos originais" (art. 365 do C.P.C.). (grifei).

Ademais, "o documento público" - preceitua o art. 364 do C.P.C. faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou funcionário declarar que ocorreram em sua presença".

Desta maneira, o documento público se diz autêntico pelo fato de ser formado por oficial público, - "em vista do caráter e da fé que a lei atribui ao oficial público" - presumindo-se que "tudo quanto ele certifique no documento seja conforme a verdade" (Cf. Moacyr Amaral Santos - "Comentários ao Código de Processo Civil" - 1976 - Forense - Vol. IV - pág. 169 - "in" "Prova Judiciária" - 4.º Vol. - Capítulo IV; e "Primeiras Linhas" - 2.º vol. n.º 558). (grifei).

Contudo, observe-se que, apesar de "cobertos pela fé pública" as declarações do Oficial, ou Tabelião, "podem ser falsas e como tais contrariadas. E tem-se a seguinte regra: o documento fez prova dos fatos ocorridos em presença do oficial público, que o lavrou, até que demonstre a sua falsidade" (Cf. Moacyr Amaral Santos - Obra cit. Vol. IV, pág. 170 - item 135).

Diante desses princípios, de ordem legal, temos, portanto, que, no procedimento especial destinado ao cumprimento de testamento público, o primeiro traslado substanciar-se em prova do instrumento, oferecendo plena convicção ao Juiz. E, desde que formalmente escoreita a escritura testamentária - intrínseca e extrinsecamente - o traslado contará com a presunção "juris tantum" de validade (art. 1.128 do C.P.C.).

Além do mais, "pelo fato de dependerem de conferência pelo escrivão, do processo ou por outro escrivão nomeado pelo juiz para a conferência, ou por outro tabelião, as públicas formas, ou mesmo os extratos e cópias, podem ter algum valor probatório, pois que o Código adotou o princípio da livre convicção do Juiz (art. 131)". (Cf. Pontes de Miranda - "Código de Processo Civil" - 1974 - Forense - Tomo IV -pág. 343) (grifei).

E as reproduções, reprográficas, - como exemplos as fotocópias e xerocópias, - quando atendidas as exigências do art. 365, 111, do Código de Processo Civil, revestem-se igualmente de valor probatório, embora não se possa esquecer que a arte fotográfica é muito rica em artifícios, aconselhando maior cautela para obstrução da fraude. Aliás, tais documentos, mesmo quando não autenticados pelo tabelião, valerão ainda "como começo de prova" (art. 547 do C.P.C. Português) ou como meros "indícios" - (Cf. Pontes de Miranda - Obra cit. - Tomo IV - pág. 343).

É bem verdade, porém, que, de regra, o Juiz não poderá deixar de realizar minucioso e prévio exame do documento juntado ao processo, ocasião em que verificará eventuais vícios. E à menor suspeita, notadamente havendo circunstâncias objetivas que possam levar à conclusão sobre possível nulidade ou falsidade do documento, determinará, "ex officio", diligências indispensáveis à elucidação.

Como se constato, portanto, o valor probatório a ser dado ao documento juntado ao processo, trata-se de matéria essencialmente jurisdicional, pertinente ao sistema de prova legal e a livre convicção do Juiz.

Nota-se, também, que as irregularidades relatadas nesta representação referem-se a fatos isolados, devendo continuar prevalecendo a presunção *Juris tantum* de validade do documento público exibido para cumprimento do testamento (art. 1.128 do CPC), uma vez formalizado. Consequentemente, afigura-se-me que, "data venia", o Provimento pretendido pelo ilustre advogado da Universidade de São Paulo, nos termos em que foi sugerido, - poderá, ao contrário do que objetiva, dificultar a agilização do mencionado procedimento jurisdicional, uma vez que serão havidos por duvidosos traslados e certidões devidamente formalizados, documentos estes, aliás, - enfatize-se, - expressamente admitidos pelo art. 1.128 do Código de Processo Civil. Além disso, não podem ser esquecidos os demais princípios que regem o sistema probatório, consoante exegese acima exposta e aplicável aos arts. 131 e 365 do Código de Processo Civil. Não obstante, - tendo em vista os fatos denunciados, - é inegável existir interesse de ordem pública no pedido que objetiva evitar ocasionais fraudes processuais. E, assim, nada impede que a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça venha recomendar aos Senhores Magistrados, ao realizarem o exame das formalidades do documento ofertado para cumprimento de testamento público, que, - havendo dúvida quanto à sua autenticidade, ou tratando-se de reprodução reprográfica (xerox, fotocópias, etc.), - requisitem, previamente, a certidão da respectiva escritura, em inteiro teor, para a devida confrontação.

3. Destarte, observadas as normas processuais aplicáveis à espécie, opino, s.m.j., pela expedição de portaria, conforme minuta anexa, - acolhendo, em parte, a sugestão do ilustre advogado da Universidade de São Paulo, - dando-se ciência aos interessados e determinando-se o arquivamento dos autos.

À elevada apreciação de Vossa Excelência.

São Paulo, 03 de agosto de 1981.

(a) Juiz de Direito corregedor".

Despacho - "Aprovo, emitindo-se o ato e publicando-se o parecer.

S.P., 04-08-81.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

(11, 12 e 13-8-81)

PORTARIA N.º 140/81

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando terem sido constatadas irregularidades em documentos exibidos em procedimentos especiais para cumprimento de testamentos públicos (art. 1.128 do C.P.C.), e Considerando o que ficou decidido em representação formulada por advogado da Universidade de São Paulo (Processo C.G. n.º 57.058/80),

RECOMENDA

A todos os juizes de Direito de Estado de São Paulo, que, à apresentação de testamento público para cumprimento (art 1.128 do C.P.C.), não deixem de proceder o minucioso exame de suas formalidades e, havendo dúvida quanto à autenticidade do documento, ou tratando-se este de reprodução reprográfica (xerox, fotocópia, etc.), requisitem, previamente, a certidão da respectiva escritura, em inteiro teor, para confrontação.

Cumpra-se. Registre-se e Publique-se.

São Paulo, 03 de agosto de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

(11, e 12 e 13-8-81).

PROVIMENTO N.º 18/81

Dá nova redação ao item 16, do Capítulo XIV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. n.º 58.406, Determina:

Art. 1.º - O item 16, do Capítulo XIV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"16. - A responsabilidade pela redação dos atos notariais é exclusiva do tabelião ou escrevente habilitado, ainda que feita sob minuta apresentada por advogado".

Art. 2 - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 07 de julho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

(9, 10 e 11-7-81).

PROVIMENTO N.º 16/81

Ementa: Acresce subitem ao item 33 do Capítulo V da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições e,

Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. n.º 53.759/79 e teor do v. Acórdão n.º 79.970, de 26-05-1981, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,

Resolve:

Artigo único - Ao item 33 do Capítulo V, Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, aprovadas pelo Provimento C.G. n.º 05/81, fica acrescido o seguinte subitem:

"33. 1 - Caberá ainda ao escrivão, para efeito, de suspensão dos direitos políticos e de consequente cancelamento da inscrição eleitoral, quando expressamente determinados na sentença transitada em julgado, ou enquanto perdurar o encarceramento do condenado, proceder as devidas comunicações ao Tribunal Regional Eleitoral (art. 149. § 29, letra "c", da Constituição Federal)".

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 29 de junho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 17/81

Dá nova redação aos itens 96, 126, 127, 128, 129 e 130; revoga os itens 131 a 134 e renumera os itens 135, 136, 137, 138, 139 e 140 para, respectivamente, 131, 132, 133, 134, 135 e 136, todos do Capítulo XVII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que no sistema da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro, de 1971, os registros dos atos modificadores dos assentos lavrados nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais são feitos sob a forma de averbação (art. 2.º, § 1.º), quando, então, passam a produzir efeitos em relação a terceiros (art. 100, § 1.º);

Considerando que tanto no art. 12, n. I., do Código Civil, quanto no art. 32 da Lei nº 6.515, de dezembro de 1977, a utilização das expressões "inscrição" e "registro" indica o ato-gênero registro, do qual a averbação é uma das espécies;

Considerando, finalmente, o que ficou decidido no Processo CG. n.º 56.072,

Resolve:

Art. 1.º - Os itens 96, 126, 127, 128, 129 e 130, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da

Corregedoria Geral da Justiça passam a vigorar com a seguinte redação:

"96. - O registro das sentenças de separação judicial e de divórcio far-se-á conforme o disposto no item 126.

126. - As sentenças de separação judicial e de divórcio, após seu trânsito em julgado, serão registradas, sob a forma de averbação, à margem dos assentos de casamento.

127. - Na averbação far-se-á a indicação da vara e do nome do juiz que proferiu a sentença, a data desta e do seu trânsito em julgado, a parte conclusiva da decisão e o nome que a mulher passou a adotar.

128. - Os mandados para registro das sentenças de separação judicial e de divórcio conterão somente os dados necessários, omitindo o que possa violar o sigilo imposto pela artigo 155 do Código de Processo Civil.

129. O mandado será entregue à parte, para o encaminhamento necessário.

Publicado novamente por ter saldo o número com incorreção.

130. - Quando requerida por terceiros interessados, a certidão da averbação limitar-se-á à parte conclusiva da sentença".

Art. 2.º - Ficam revogados os itens 131, 132, 133 e 134, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, runumerando-se os itens 135, 136, 137, 138, 139 e 140 para, respectivamente, 131, 132, 133, 134, 135 e 736.

Art. 3.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 29 de junho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.
(4. 7 e 8-7-81)

PROVIMENTO N.º 12/81

Dá nova redação ao item 1, revoga o item 4 e renumera os itens 5 e 6, do Capítulo XII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que o Provimento w C= do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, publicado no Diário Oficial da Justiça de 28 de abril de 1981, alterou o horário de funcionamento do Plantão Judiciário e revogou o § 2.º do art. 3.º do Provimento n.º CVIII/77,

Determina:

Art. 1.º - O item 1, do Capítulo XII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. - O plantão judiciário realiza-se aos sábados e naqueles dias em que não há expediente forense, das 13 às 18 horas".

Art. 2.º - Fica revogado o item 4, do Capítulo XII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, renumerando-se os itens 5, 5.1., 6 e 6. 1. para respectivamente, 4, 4.1., 5 e 6.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 16 de junho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 13/81

Acrescenta a alínea "f" ao item 1, e os itens 26 a 30, no Capítulo XVIII das Normas de Serviço da Corregedoria, Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que o Decreto n.º 85.450, de 4 de dezembro de 1980, atribuiu ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas e às repartições da Secretaria da Receita Federal o encargo de registrar e autenticar os livros das sociedades civis;

Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. n.º 58.578/81,

Determina:

Art. 1.º - No item 1., do Capítulo XVIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça

fica acrescida a alínea "f", com a seguinte redação:

"f) Registrar e autenticar os livros obrigatórios das sociedades civis".

Art. 2.º - Ficam acrescentados os itens 26, 27, 28, 29 e 30, no Capítulo XVIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, com a seguinte redação:

"26. - Sem prejuízo da competência das repartições da Secretaria da Receita Federal, os oficiais do Registro Civil de Pessoas Jurídicas poderão registrar e autenticar os livros contábeis obrigatórios das sociedades civis, cujos atos constitutivos nele estejam registrados, ou as fichas que os substituírem (Dec. n.º 85.450, de 4-12-80, arts. 160, § 3.º, 162, e 602, parágrafo único).

26. 1 - A autenticação de novo livro será feita mediante a exibição do livro anterior a ser encerrado (Dec. n.º 85.450, de 4-12-80, art. 162, parágrafo único; Lei n.º 154, de 25-11-47, art. 3.º, parágrafo único).

27. - Faculta-se o uso de chancela para a rubrica dos livros devendo constar do termo o nome do funcionário ao qual for atribuída este encargo.

28. - Não há necessidade de petição solicitando registro e rubrica de livros.

29. - Deverá o cartório manter um livro para registro dos livros apresentados e outro para anotação dos livros submetidos à autenticação, facultada sua escrituração mecanizada, através de fichas.

29. 1 - Se adotado o sistema de fichas, poder-se-á escriturar englobadamente ambos os livros, abrindo-se uma ficha para cada sociedade, nela fazendo constar o registro e as autenticações subsequentes.

30. - As custas e emolumentos correspondentes serão cobradas na mesma proporção dos valores previstos para a autenticação de livros comerciais pelos distribuidores (Tabela 3, inciso III, do Regimento de Custas").

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 19 de agosto de 1981, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 16 de junho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 14/81

Acrescenta o item 69 e os sub-itens 69.1 e 69.2 ao Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que a Emenda Constitucional n.º 17/80, dando nova redação ao § 10 do artigo 23 da Constituição Federal, determinou que 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, na modalidade "causa mortis", sejam distribuídos aos municípios;

Considerando, em decorrência, a necessidade de regulamentar a forma de elaboração e apresentação do cálculo do imposto pelos Contadores;

Considerando o que ficou decidido no Processo de n.º CG. 58.078/81,

Resolve:

Art. 1.º - Ficam acrescentados no Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça o item 69 e os sub-itens 69.1 * 69.2, com a seguinte redação:

"69. - Nas sucessões abertas a partir de 19 de janeiro de 1981, * cálculo do imposto de transmissão "causa mortis" - após a distribuição dos bens entre o cônjuge supérstite e os herdeiros ou legatários - deve ser feito de maneira a permitir que os imóveis sejam separados em razão dos respectivos municípios de localização, formando um só conjunto aqueles localizados no mesmo município (Em. Cons. n.º 17, de 2-12-80; Dec. lei n.º 1.852, de 27-1-81 e Lei est. n.º 9.591, de 30-12-66).

69. 1 - Se o imóvel pertencer a mais de um município, o imposto será calculado proporcionalmente à área localizada em cada município (Dec. est. n.º 16.652, de 13-2-81, art. 1.º parágrafo único).

69.2 - Apurado o imposto, com a indicação da cota pertencente a cada município, o preenchimento das guias de recolhimento, tantas quantos sejam os municípios, será feito pelos interessados, sob a supervisão do Escrivão, sem prejuízo da eventual fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado (cf. modelo anexo)".

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 19 de agosto de 1981, revogadas as disposições contrárias.

São Paulo, 16 de junho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

Prot. CG. N.º 20.128/81.

PROVIMENTO N.º 15/81

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 110 da Resolução n.º 2, letra "a" do Egrégio Tribunal de Justiça, no uso de suas atribuições e

Considerando a conveniência do atendimento ininterrupto dos interessados na obtenção da lavratura de óbitos para fins de sepultamento;

Considerando a disposição da Prefeitura de São Paulo em assumir o encargo através do Serviço Funerário Municipal;

Considerando o interesse público e a agilização de atendimento;

Resolve:

1. As declarações de óbito das pessoas falecidas na Comarca da Capital serão anotadas oficialmente pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo, mediante apresentação do atestado médico que comprove o falecimento.
 2. As declarações serão formalizadas em impresso próprio (modelo anexo), em quatro (4) vias que conterão:
 - a) todos os elementos referidos no artigo 80 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973;
 - b) indicação e endereço do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais onde se processará o registro;
 - c) observação inserida na terceira via, de que a declaração é válida para fins de sepultamento e remoção de corpos para fora da Capital, com indicação deste Provimento;
 - d) qualificação do declarante, seu endereço, número da Carteira de Identidade, bem como de outros documentos;
 3. A primeira via de declaração de óbito será entregue ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais através do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça e a terceira via ficará arquivada no Serviço Funerário.

A segunda via da declaração de óbito será entregue ao declarante e servirá de documento hábil para o sepultamento e remoção de corpos para fora da Capital.

A primeira via será enviada através do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça aos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais juntamente com os respectivos atestados médicos para que procedam dentro de 24 horas o registro do óbito.

A quarta via será encaminhada diariamente ao Departamento da Corregedoria Geral da Justiça para arquivamento e controle.
 4. Os Escrivães dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais receberão diariamente junto ao Serviço Funerário, das 10,00 às 11,00 horas, os emolumentos a que fizerem jus.
 5. O pagamento dos emolumentos dos cartórios será efetuado, contra recibo, em mãos do Serviço Funerário.
 6. A confecção, emissão, preenchimento e entrega dos recibos estarão a cargo do Serviço Funerário, observadas as seguintes normas:
 - a) os recibos serão numerados em seqüência ininterrupta;
 - b) cada recibo compreenderá três vias, das quais a primeira será entregue a quem efetuar o pagamento e a segunda ao oficial do Cartório, juntamente com o numerário devido;
 - c) a terceira via deverá ser conservada nos arquivos do Serviço Funerário para efeito de fiscalização;
 - d) da terceira via constará, ainda, espaço destinado à declaração, data e assinatura de quem efetuou o pagamento, com identificação, em forma legível de quem recebeu a primeira via;
 - e) ainda que haja isenção de pagamento dos emolumentos, serão extraídos os recibos, anotando-se a circunstância.
 7. Somente serão dispensadas dos pagamentos dos emolumentos as pessoas carentes de recurso, mediante comprovação de pobreza, valendo como presunção desse estado a isenção das taxas e despesas de sepultamento.
-

8. O Serviço Funerário do Município de São Paulo receberá as declarações de óbito, ininterruptamente, nos postos de atendimento, em locais indicados e previamente divulgados para o conhecimento do público.

9. O Serviço de Atendimento será prestado por funcionários qualificados e credenciados pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Cumpra-se na forma e sob. as penas da lei.

Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos dois dias do mês de julho de 1981.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se. São Paulo, 2 de julho de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

(4, 7 e 8-7-81).

COMUNICADO N.º 15/81 **Registro de Imóveis**

A Corregedoria Geral da Justiça, nos termos do decidido no Processo C.G. n.º 59.612/81 (Diário Oficial - Poder Judiciário, 23-10-81), orienta os Oficiais do Registro de Imóveis do Estado no sentido de se recusarem a promover a averbação ou, mesmo, o registro de protesto contra alienação de bens, suscitando dúvida se isso lhes; foi requerido pelo apresentante do título (art. 198 da Lei de Registros Públicos), ou de consultarem, formalmente, o MM. Juiz Corregedor Permanente do Cartório, na hipótese de recebimento de mandado judicial, para que este decida conforme o Direito, visto inexistir previsão em lei para o ingresso dessa medida cautelar no Registro de Imóveis, não produzindo qualquer efeito registrário o simples arquivamento, em classificador ou pasta do Cartório, de ofício destinado à ciência, ou intimação do Escrivão, do deferimento da medida cautelar.

(23. 24 e 27-10-81)

PROCESSO CG. N.º 58.242/81 **Presidente Eptácio - Int.: Juízo de Direito**

Parece proferido pelo Dr. Elvino Silva Filho, Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB, mandado publicar pelo Exmo. Sr. Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

"Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

1. O Oficial Interino do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Eptácio, através do Exmo. Sr. Doutor Juiz de Direito Corregedor Permanente, formula consulta a essa Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, colocando as seguintes indagações:

a) A Prefeitura Municipal tem competência para expedir título de domínio de terras devolutas situadas dentro de um raio de 8 (oito) quilômetros do centro da sede do município? Em caso afirmativo, o título pode versar sobre imóvel ribeirinho que está situado dentro da faixa de Marinha?

b) O registro pretendido pela FEPASA pode ser efetuado nesta circunscrição, face ao que dispõe o artigo 171 da Lei n.º 6.015/73?

c) A Fazenda do Estado de São Paulo poderia transmitir à FEPASA, área devoluta situada dentro do raio de 8 (oito) quilômetros do centro da sede do município tendo em vista o que dispõe o Decreto Estadual n.º 14.916/45?

Para bem explicitar os itens da consulta, o Oficial do Registro de Imóveis anexou documentação em cópia reprográfica constante no seguinte:

I - certidão da transcrição efetuada no livro 3-1, fls. 81 sob n.º de ordem 11.727 da comarca de Presidente Venceslau, relativa a uma área de terras com 503.844.000,00 mts² (quinhentos e três milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil metros quadrados) ou 50.384,40 ha., proveniente de ação discriminatória proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, relativamente a terras devolutas situadas nos municípios de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Eptácio fls. 7 deste processo).

II - traslados e certidões das escrituras públicas de constituição da sociedade anônima de economia mista denominada Estrada d~ Ferro Sorocabana S.A., em que a Fazenda do Estado de São Paulo transferiu a essa sociedade bens e imóveis para a formação do seu capital social.

III - traslado da escritura pública de retificação e ratificação (fls. 55 deste processo) lavrada em

notas do 5.º Tabelião de São Paulo (livro 1.798 fls. 292), em 10 de novembro de 1980, em que a Fazenda do Estado de São Paulo e a FEPASA - Ferrovia Paulista S/A incorporadora da Estrada de Ferro Sorocabana S.A. esclarecem que, entre os bens transmitidos pela Fazenda do Estado de São Paulo para formação do capital social daquela sociedade anônima se inclui uma área de "1.088.470,00 (um milhão, oitenta e oito mil quatrocentos e setenta) metros quadrados no município de Presidente Epitácio, tudo de acordo com as plantas ws PC 3941, DP 607, DP 557 e DP 585, elaboradas pela FEPASA, em duas vias", as quais, depois de rubricadas pelas partes, ficaram anexadas ao primeiro traslado da escritura (fls. 57 deste processo).

Essa área de 1.088.470,00 mts² constituiu-se em parte da área objeto da ação de discriminação proposta pelo Governo do Estado de São Paulo e objeto da transcrição efetuada no livro 3-I, fls. 81 sob n.º 11.727 no Registro de Imóveis da comarca de Presidente Venceslau (fls. 57 deste processo).

IV - Lei n.º 72 de 10 de maio de 1954 do município de Presidente Epitácio que dispõe sobre o regulamento das terras devolutas naquele município (fls. 70/74 deste processo).

V - Título de domínio expedido pela Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio de terras devolutas existentes em seu território, a favor de particular.

2. O assunto objeto da consulta diz respeito a terras devolutas.

Algumas considerações, de ordem doutrinária e de ordem histórica, se fazem necessárias para justificar as nossas conclusões na solução das questões e das perguntas que nos são propostas. "Terras devolutas são todas aquelas que, pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não se acham utilizadas pelo Poder Público, nem destinadas a fins administrativos específicos. São bens públicos patrimoniais ainda não utilizados pelos respectivos proprietários" (1)

"A designação atributiva devoluto-devoluta, que aparece nas expressões terras devolutas, terrenos devolutos, é oriunda do latim devolutu (m), particípio do verbo devolvere, que significa despenhar, precipitar, rolar de cima, afastar-se de. Dai, devoluto passa ao sentido de devolvido, "adquirido por devolução" (Antônio de Moraes Silva, Dicionário, sub voce "vago desocupado" (Caldas, Dicionário, sub voce), empregando-se, na linguagem técnica do direito público, para indicar as terras que se afastam do patrimônio das pessoas jurídicas públicas sem se incorporarem, por qualquer título, ao patrimônio dos particulares". (2)

O primeiro diploma legislativo a dispor sobre as terras devolutas; foi a Lei Imperial n.º 601 de 18 de setembro de 1850 que assim prescreveu:

"Art. 3.º - São terras devolutas:

§ 1.º - As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2.º - As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3.º - As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4.º - As que não se acharem ocupadas por posses, que apesar 'de não se fundarem em título legítimo, forem legitimadas por esta lei.

Se, no antigo regime as terras devolutas pertenciam à Nação, foi por força da Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891 que elas passaram para o domínio do estado-membro, em cujo território estivessem situadas.

Com efeito, o artigo 64 da primeira Constituição da República assim dispunha:

"Pertencem aos Estados:

.....

.....

as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais".

Esse preceito foi reproduzido nas posteriores Constituições, permanecendo, ainda, na Constituição Federal vigente, o seguinte:

"Art. 4.º - Incluem-se entre os bens da União:

I - a porção de terras devolutas indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais;

II - os lagos e quaisquer correntes de águas em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, constituam limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro; as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

Art. 5.º - Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios que neles têm nascentes e foz, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior".

O procedimento para separar as terras devolutas das particulares foi regulamentado através da ação discriminatória.

Vamos encontrar o embrião da ação discriminatória no artigo 10 da Lei Imperial n.º 601 de 18 de setembro de 1850, tendo essa lei influenciado e orientado a legislação posterior.

"O Código de Processo Civil de 1939 não tratou da ação discriminatória, o que levou alguns Estados a entenderem ter sido de sua competência legislar sobre o seu processo como matéria subsidiária. Este entendimento parece haver decorrido não só do silêncio do Código, como também do Decreto Federal n.º 19.924 de 27 de abril de 1931, que, no seu art. 19, declarava competir aos Estados regular a administração, concessão, exploração, uso e transmissão das terras ,devolutas", que lhes pertenciam, em virtude do artigo 64 da Constituição Federal de 1891". (3)

O Estado de São Paulo, então, promulgou o Decreto-lei n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945 (fls. 78 a 86 deste processo), elaborado pelos professores Francisco Morato, Gabriel de Rezende Filho e Abrão Ribeiro (Revista dos Tribunais vol. 191, pág. 28 nota 5), considerado um dos mais perfeitos dos diplomas legais até então elaborados pelos ,outros Estados.

O Decreto-lei federal n.º 9.760 de 5 de setembro de 1946, aproveitou-lhe a técnica.

Posteriormente, foi promulgada a Lei n.º 3.081 de 22 de dezembro de 1956 que regulou o processo nas ações discriminatórias de terras públicas, assim dispondo o artigo 1.º:

"Compete à União, aos Estados e Municípios a ação discriminatória, para deslinde das terras de seu domínio, inclusive das terras situadas nas zonas indispensáveis à defesa do país. . . "

A lei n.º 6.383 de 7 de dezembro de 1976 dispõe sobre o processo ,discriminatório de terras devolutas da União (fls. 87).

3. Feitas essas considerações, passemos à análise concreta do assunto da consulta que nos é submetido à apreciação.

Com fundamento no que dispõe o decreto-lei estadual n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945 e a lei federal n.º 3.081 de 22 de dezembro de 1956, o Governo do Estado de São Paulo, ao que nos parece, promoveu judicialmente a discriminação de terras devolutas situadas nos municípios de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio.

Dizemos - ao que nos parece judicialmente - porque a certidão de fls. 7 deste processo, muito embora tenha se referido à aquisição provinda do Juízo de Direito, não especifica perante que Juízo e ,Cartório tramitou a ação discriminatória, referindo-se não a uma Carta de Setença, mas a um memorial descritivo, datado de 4 de março de 1963, o que nos leva a supor que, também, essa discriminação tenha sido feita administrativamente.

O detalhe, porém, é despidendo, de pouca valia, para o exame da ,questão.

O certo é que o Governo do Estado de São Paulo discriminou terras devolutas, como sendo do seu domínio, num total de 503.844.000,00 metros quadrados, localizadas em três municípios: Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio.

Essa discriminação de terras devolutas, como já dissemos, está transcrita no livro M, fls. 81 sob n.º 11.727 no Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Venceslau (certidão de fls. 7 deste processo), a cuja comarca, até o ano de 1963, pertencia o município de Presidente Epitácio.

Ao realizar essa discriminação, entretanto, o Governo do Estado de São Paulo deveria ter respeitado as terras devolutas pertencentes aos respectivos município de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio.

Realmente, o artigo 4.º do decreto-lei n.º. 14.916 de 6 de agosto de 1945 (fls. 78), assim dispõe: "O raio de círculo das terras devolutas transferidas pelo art. 124 da Lei Estadual n.º 2.484, de 16 de dezembro de 1935 aos municípios e adjacentes às povoações que lhes servem de sede, fica aumentado de oito para doze quilômetros no município da capital e uniformizado em oito quilômetros nos municípios do interior, medidos na Praça da Sé para aquele, do centro das sedes para estes, determinado por decretos-lei municipais.

§ 1.º - Relativamente a estas terras são obrigados os municípios a obedecer, "mutatis mutandis", às regras do presente decreto-lei sobre a discriminação, legitimação e justificação de posse, alienação, arrendamento e expedição de títulos guardando as provisões regulamentares que expedirem e fixando as taxas ou preços que melhor lhes; aprover.

§ 2.º - Entre as transferidas à Capital compreendem-se as que porventura circundavam num raio de seis quilômetros o extinto município de Santo Amaro, cujo centro será determinado por

competente decreto-lei.

§ 3.º - Ficam sujeitas aos dispositivos das letras "d" e "e" do art. 2.º apenas as terras devolutas ora acrescentadas às anteriormente transferidas aos municípios pelo art. 124 da Lei Estadual n.º 2.484, de 1935".

As Leis Orgânicas dos Municípios do Estado de São Paulo, posteriores ao decreto-lei n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945, atribuíram, sempre, aos municípios criados, as terras devolutas num raio de círculo de determinado número de quilômetros.

Ao tempo da criação do Município de Presidente Epitácio, vigia a Lei estadual n.º 1 de 18 de setembro de 1947 que assim dispunha:

"Art. 111 - Pertencem ao patrimônio municipal as terras devolutas adjacentes às povoações de mais de mil habitantes, num raio de círculo de seis quilômetros partindo da praça central.

§ 1.º - Nas sedes dos municípios, de população superior a mil habitantes, esse raio será de oito quilômetros.

§ 2.º - No município da Capital, esse raio será de doze quilômetros contados a partir da praça da Sé".

Idêntico preceito, porém, com a fixação de um raio de oito (8) quilômetros para todos os municípios, exceção feita ao de São Paulo que continua a ser de 12 quilômetros, foi reproduzido nas subseqüentes Leis Orgânicas dos Municípios do Estado de São Paulo (art. 110 da Lei n.º 9.842 de 19 de setembro de 1967 e art. 60 do Decreto-lei Complementar n.º 9 de 31 de dezembro de 1969).

Conclui-se, assim, que as terras devolutas dentro de um raio de oito (8) quilômetros, contados do ponto central da sede do Município de Presidente Epitácio pertencem ao patrimônio desse município e não ao Governo do Estado de São Paulo.

A transmissão dessas terras devolutas do Estado para o Município não necessita de nenhum ato transmissivo de domínio. Ela se efetua "ex-vi-legis", em virtude da criação do Município e da sua instalação, uma vez que a própria lei estadual - a Lei Orgânica dos Municípios - estabelece a titularidade do domínio dessas terras ao Município criado e instalado.

"As terras devolutas estão e sempre estiveram sujeitas a regime especial, não se regulando sua utilização e apropriação pelo direito civil, mas pelo direito público". (4)

Parece-nos, assim, não haver dúvida alguma de que as terras devolutas de um raio de 8 (oito) quilômetros, contados do ponto central da sede do município de Presidente Epitácio, são de propriedade desse Município.

Consequentemente, a Prefeitura Municipal tem competência para expedir títulos de domínio de terras devolutas situadas dentro da área acima mencionada.

Aliás, o § 1.º do art. 49 do decreto-lei estadual n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945 (fls. 79) determinava que em relação a essas terras devolutas, os municípios ficavam obrigados a obedecer "mutatis mutandis", às regras daquele diploma legal relativas à discriminação, legitimação e justificação de posse, alienação, arrendamento e expedição de títulos.

Cumprindo esse preceito, o Município de Presidente Epitácio promulgou a lei n.º 72 de 10 de maio de 1954 (fls. 70/74).

4. Conclui-se, assim, que por ocasião da discriminação das terras devolutas levada a efeito pelo Governo do Estado de São Paulo, e ao depois transcritas em 4 de outubro de 1963, no livro 3-I fls. 81, sob n.º 11.727 no Registro de Imóveis da comarca de Presidente Venceslau (fls. 7) deveriam ter sido respeitadas e extremadas as terras devolutas dos municípios de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio.

Não se pode, porém, com segurança, pelos elementos constantes do processo, afirmar-se que tais terras devolutas não tenham sido respeitadas, ante a descrição dessas terras constante da discriminação promovida pelo Governo do Estado de São Paulo e refletida na transcrição n.º 11.727 (fls. 7) acima mencionada.

O que parece, as terras devolutas do município de Presidente Epitácio forma ali incluídas, ante a afirmação do consulente - Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Epitácio, e, também, em face do procedimento registral por ele efetuado ao abrir a matrícula n.º 2.216 datada de 2 de abril de 1981 (fls. 75 deste processo).

Menciona-se ali, como título aquisitivo da Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, a transcrição n.º 11.727 do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Venceslau, e, ainda a matrícula 2.066 do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Epitácio.

Quer nos parecer que, se a aquisição das terras devolutas por parte do Município de Presidente Epitácio se efetuou em virtude da lei que criou esse município e da própria Lei Orgânica dos

Municípios, que considera como pertencente ao patrimônio municipal, as terras devolutas dentro de uma área em círculo com área de 8 (oito) quilômetros, a partir do centro da sede do município, quer nos parecer, repetimos, que a referência à transcrição nº 11.727, mencionada na matrícula nº 2.216 do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Epitácio, quebra o princípio de continuidade que informa toda a sistemática do Registro Imobiliário.

A Prefeitura do Município de Presidente Epitácio não adquiriu essas terras devolutas do Governo do Estado de São Paulo.

Não houve qualquer ato transmissivo de domínio do Estado para o Município de Presidente Epitácio pois, a aquisição das terras devolutas por este município foi feita, como já dissemos várias vezes, em virtude de lei.

"A transmissão do domínio operou-se em decorrência da lei, em ato praticado pelo Estado no exercício do poder público. E, tanto isso é verdade que ninguém lembrar-se-ia de exigir a transcrição das terras devolutas não discriminadas e igualmente transmitidas para o município. É que na hipótese não há qualquer negócio jurídico entre as pessoas jurídicas de direito público interno a exigir, para sua validade e eficácia, o cumprimento de formalidades próprias do direito civil". (5)

Se as terras devolutas do Município de Presidente Epitácio estão incluídas na discriminação de terras devolutas efetuada pelo Governo do Estado de São Paulo e objeto da transcrição feita no livro 3-I fls. 81 sob nº 11.727 no Registro de Imóveis de Presidente Venceslau, essa transcrição deverá ser retificada, para que dela sejam excluídas as terras devolutas pertencentes a esse Município e resultantes da sua instalação.

Aliás, essa retificação deverá ser consequência de comum acordo celebrado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado de São Paulo, como está previsto nos artigos 4.º e 5.º da lei municipal nº 72 de 10 de maio de 1954 (fls. 70/74).

Convém assinalar, por derradeiro, neste tema das terras devolutas do Município de Presidente Epitácio que o artigo 5.º do decreto-lei estadual nº 14.916 de 6 de agosto de 1945 determinou ao Governo do Estado de São Paulo que discriminasse e demarcasse, desde logo, nesse município, como área reservada, como necessária à conservação da flora e da fauna do Estado (letra "c" do art. 3.º), uma área aproximada de 37.156 hectares e 68 ares onde seriam absolutamente proibidas a caça, a pesca fluvial e lacustre, a cultura e derrubada de matas.

Questão de fato e de técnica, portanto, e não de direito, é a de se saber se dentro da área discriminada pelo Governo do Estado de São Paulo e transcrita sob nº 11.727, livro 3-I fls. 81, no Registro de Imóveis de Presidente Venceslau, está, ou não, essa área reservada de 37.156 hectares e 68 ares, onde está proibida a caça, a pesca fluvial e lacustre.

Essa área, indubitavelmente pertence ao Governo do Estado de São Paulo, e à toda evidência, está incluída das terras devolutas do Município de Presidente Epitácio.

5. O Município de Presidente Epitácio situa-se às margens do rio Paraná.

Surge, então, a pergunta do consultante, para saber se a outorga de títulos de domínio das terras devolutas poderá incluir imóvel ribeirinho situado dentro da faixa de marinha.

Há que se colocar, desde logo, um reparo à expressão faixa de marinha.

O rio Paraná não está situado em faixa de terreno de marinha.

O assunto vem regulado pelo Código de Águas (Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934).

Assim dispõem os artigos 11, 12, 13, 14 e 15 desse diploma legal:

Art. 11 - São públicos dominicais, se não estiverem destinados ao uso comum, ou por algum título legítimo não pertencerem ao domínio particular:

1.º - os terrenos de marinha;

2.º - os terrenos reservados nas margens das correntes públicas de uso comum, bem como dos canais, lagos e lagoas da mesma espécie, salvo quanto às correntes que, não sendo navegáveis nem fluviáveis, concorrem apenas para formar outras simplesmente fluviáveis, e não navegáveis.

§ 1.º Os terrenos que estão em causa serão concedidos na forma da legislação especial sobre a matéria.

§ 2.º Será tolerado o uso desses terrenos pelo ribeirinhos, principalmente os pequenos proprietários, que os cultivem sempre que o mesmo não colidir por qualquer forma com o interesse público.

Art. 12 - Sobre as margens das correntes a que se refere a última parte do nº 2 do artigo anterior, fica somente, e dentro apenas da faixa de 10 metros, estabelecida uma servidão de

trânsito para os agentes da administração, quando em execução de serviço.

Art. 13 - Constituem terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, vão até 33 metros para a parte da terra, contados deste o ponto a que chega o preamar médio.

Esse ponto refere-se ao estado do lugar no tempo da execução do art. 51, § 14, da lei de 15 de novembro de 1831.

Art. 14 - Os terrenos reservados são os que, banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias.

Art. 15 - O limite que separa o domínio marítimo do domínio fluvial, para o efeito de medirem-se ou demarcarem-se 33 (trinta e três), ou 15 (quinze) metros, conforme os terrenos estiverem dentro ou fora do alcance das marés, será indicado pela seção transversal do rio, cujo nível não oscile com a maré, ou, praticamente, por qualquer fato geológico ou biológico que ateste a ação poderosa do mar.

Verifica-se desses dispositivos que os terrenos às margens do rio Paraná não são terrenos de marinha, mas terrenos reservados, pois as águas do rio Paraná estão evidentemente, pela sua situação geográfica, fora do alcance das marés.

M.I. Carvalho de Mendonça, assim esclarece o assunto: - "Coma se vê, nos terrenos de marinha contam-se os metros do mar para a terra e o processo consiste em tomar a maior e a menor enchente de uma luação e calcular-se o ponto médio".

"Não se consideram, porém, terrenos de marinha as margens dos rios de água doce, ainda que navegáveis sejam, que fiquem fora do alcance das marés". (6)

Epitácio Pessoa mostra a distinção entre terrenos de marinha e terrenos reservados. "O traço característico dos terrenos de marinha é que sejam banhados pelas águas do mar ou estejam encravados em ponto onde chegue o preamar médio. Ora, as margens dos rios, além do alcance das marés, estão evidentemente fora desse limites. Logo não se compreendem naquela denominação" (Questões Forenses, tomo II, pág. 39). (7)

"Os terrenos reservados serão dominicais ou de uso comum, quando não pertencerem ao domínio particular. Se dominicais ficam no patrimônio da União ou dos Estados, "como objeto de direito pessoal ou real", na lição de Clóvis Beviláqua. Se de uso comum, pertencem à coletividade e todas as pessoas podem deles de utilizar, respeitados os regulamentos administrativos".

"A respeito dos terrenos reservados, escreve M. I. Carvalho de Mendonça:

"A servidão pública existente nas margens de nossos rios níveis, porém, não constitui uma verdadeira desapropriação e, portanto, desde que o rio se torna inavegável por fato natural, qualquer servidão cessa e a propriedade é livre".

"Além disso, pelo fato de só se tratar de uma servidão, o proprietário tem todos os usos de sua propriedade marginal, apenas não podendo impedir a navegação nem negar o mesmo uso aos demais cidadãos e respeitando o domínio da União".

"É claro que estes terrenos, denominados entre nós reservados, não são terrenos de marinha e, portanto, da propriedade privada da União, de acordo com o estudo já feito. Eles constituem domínio público".

"Trata-se, porém, de saber sob que tutela estão as margens dos rios navegáveis. Desde o direito português era geralmente recebido o princípio que ao Estado e não aos proprietários confinantes pertenciam as margens dos rios navegáveis. Isso passou para o direito brasileiro que deu a tais terrenos a extensão de 15 metros para a parte de terra, contados do ponto médio das enchentes ordinárias".

"Essa porção deve estar sempre livre e desembaraçada, não podendo ser cultivada pelo proprietário do terreno".

"Estes terrenos são, pois, do domínio público dos Estados, se por algum título legítimo não se acharem no domínio federal ou municipal, ou, por concessão, no uso de algum particular". (ob. cit., n.º 109). (8)

Mister se faz ressaltar que, no caso concreto, objeto da consulta o rio Paraná pertence à União, pois serve de limite a mais de um Estado (letra "e" do artigo 29 do Código de Águas, item II do artigo 42 da Constituição Federal de 1967).

Acréscita-se, ainda, que o artigo 4.º do Decreto-lei n.º 9.760 de 5 de fevereiro de 1946 que dispõe sobre os bens imóveis da União assim preceitua:

"Art. 49 - São terrenos marginais, os que, banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, são até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias".

6. Resta, agora, abordarmos a transmissão feita pelo Governo do Estado de São Paulo (Fazenda do Estado de São Paulo) à Estrada de Ferro Sorocabana S.A., e, posteriormente, à FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., para formação do capital social desta sociedade anônima de economia mista, de uma área de 1.088.470,00 (um milhão, oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta) metros quadrados (fls. 57 deste processo), desmembrada da área de terra, anteriormente discriminada, e, transcrita no livro 3-1, fls. 81 sob n.º 11.727 no Registro de Imóveis de Presidente Venceslau.

Há que se distinguir, preliminarmente, alguns aspectos da transmissão do Governo do Estado de São Paulo à FEPASA - Ferrovia Paulista S.A..

Em primeiro lugar, a absoluta falta de descrição da área de 1.088.170,00 mts². Não se sabe, com precisão, o que está incluído dentro dessa área de terras, se o leito da ferrovia - anteriormente Estrada de Ferro Sorocabana S.A., se as estações, armazens, etc. ou se essa área compreende, também terras cultivadas ou não cultivadas.

Conforme for a natureza dos bens transmitidos nessa área, a solução à consulta formulada será uma ou será outra.

"Os atos relativos a vias férreas serão registrados no Cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha". É o que dispõe o artigo 171 da Lei dos Registros Públicos (Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, com as modificações advindas da lei n.º 6.216 de 30 de junho de 1975). Serpa Lopes nos esclarece sobre o que se deve entender por vias férreas: "sendo as estradas de ferro consideradas em seu complexo de terrenos, pontes, estações, oficinas, casas de máquinas, depósito, materiais fixos e rodantes, formam uma unidade econômica e jurídica incindível". (9) Assim, todo o complexo da estrada de ferro ou das vias férreas, considerado como um todo econômico incindível, terá a sua transmissão registrada no Cartório de Registro de Imóveis correspondente à estação inicial da respectiva linha.

Não serão, porém, submetidas a essa competência registral as transmissões, alienações ou onerações; de outros bens que a pessoa jurídica proprietária da via férrea possua, desvinculados desse todo econômico, tais como prédios, em uma determinada cidade, para sede de sua administração, casas, separadas do leito das vias férreas para a moradia de seus empregados, terrenos que se destinem a construções diversas do complexo ferroviário.

Estes bens imóveis serão registrados no Cartório de Registro correspondente ao da sua situação, seguindo a regra geral do artigo 169 da Lei dos Registros Públicos.

É por isso, que afirmamos acima, haver necessidade de melhor descrição da gleba de terras de 1.088.170,00 mts², com o objetivo de se saber o que nela se compreende.

O sistema registral adotado pela vigente Lei dos Registros Públicos é o sistema cadastral, com a matrícula de cada um dos imóveis que tenham individualidade econômica própria, e que possam ter vida jurídica independente uns dos outros, possibilitando sobre eles transmissões e constituições de direitos reais.

Assim, a via férrea propriamente dita da Estrada de Ferro Sorocabana S.A., compreendendo um complexo viário-econômico autônomo, incindível, terá o registro de sua transmissão na estação inicial de sua linha, que é a cidade de São Paulo, no Cartório de Registro de Imóveis onde ela se situa.

Quanto ao registro de outros imóveis, serão registrados nos Cartórios de Registro de suas respectivas situações.

7. Em face dessas considerações, passamos, agora a responder às perguntas que foram formuladas pelo consulente Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Presidente Epitácio.

A Prefeitura Municipal tem competência para expedir título de domínio de terras devolutas situada dentro de um raio de 8 (oito) quilômetros do centro da sede do município? Em caso afirmativo, o título pode versar sobre imóvel ribeirinho que está situado dentro da faixa de Marinha?

Sim. A Prefeitura Municipal tem competência para expedir título de terras devolutas situadas dentro de um raio de 8 (oito) quilômetros do centro da sede do município.

Essa competência, como já dissemos, decorre dos seguintes dispositivos legais: artigo 4.º do decreto-lei estadual n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945; Leis Orgânicas dos Municípios - art. 111 da Lei n.º 1 de 18 de setembro de 1947; artigo 110 da Lei n.º 9.842 de 19 de setembro de 1967

e art. 60 do decreto-lei complementar n.º 9 de 31 de dezembro de 1969.

Para esse fim, o Município deverá providenciar a discriminação dessas terras, e, em seguida expedir títulos de legitimação ou justificação de posse, ou títulos de alienação onerosa ou gratuita, e, no caso concreto da consulta a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio deverá seguir, exatamente os preceitos de sua lei n.º 72 de 10 maio de 1954 (fls. 70/74) conjugada com o decreto-lei estadual n.º 14.916 de 6 de agosto de 1945 (fls. 78/86).

Em relação ao Registro de Imóveis, não há necessidade de qualquer ato jurídico do Governo do Estado de São Paulo para a transmissão dessas terras devolutas ao Município, como já nos referimos, pois a aquisição do domínio feita pelo Município é proveniente "ex-vi-legis", independentemente de qualquer ato negocial.

Muito embora o artigo 10 da lei federal n.º 3.081 de 22 de dezembro de 1956 determine que, nas ações discriminatórias, a sentença definitiva e a homologatória de demarcação sejam transcritas no registro público de imóveis da comarca, com arquivamento de uma via do memorial topográfico, parece-nos não ser obrigatório, quer para o Estado, quer para o Município, o registro das terras devolutas discriminadas.

Trata-se, sem dúvida alguma, de aquisição originária da propriedade por parte do Estado ou do Município, decorrente da lei, e, não de qualquer ato negocial. "Diz-se originária a aquisição que surge no titular do domínio sem que para ela tenha concorrido qualquer outro fator de transmissão que não o próprio fato considerado legalmente como apto a transmitir o domínio". (10)

O ideal seria, indubitavelmente, que, após a discriminação, judicial ou administrativa, as terras devolutas fossem registradas no Registro de Imóveis. Essa formalidade aperfeiçoaria o sistema cadastral incipientemente implantado no Registro Imobiliário pela lei n.º 6.015/73.

Entretanto, temos que convir, que esse registro não é obrigatório e nem indispensável para possibilitar ao Estado ou ao Município e disponibilidade desses imóveis.

O título de domínio de terra devoluta expedido pela Prefeitura Municipal pode ter por objeto imóvel ribeirinho, com exclusão dos terrenos reservados ou terrenos marginais, "que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distancia de 15 metros para a parte da terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias". (art. 14 do Código de Águas - decreto n.º 24.643 de 10 de julho de 1934 e art. 4.º c/c art. 1.º letra "c" do decreto-lei n.º 9.760 de 5 de setembro de 1946).

b) O registro pretendido pela FEPASA pode ser efetuado nesta circunscrição, face ao que dispõe o artigo 171 da Lei 6.015/73?

O artigo 171 da Lei dos Registros Públicos, como dissemos, diz respeito às vias férreas. E, por vias férreas deve-se entender todo o complexo econômico-jurídico de uma estrada de ferro, principalmente, as linhas, estações, pátio de manobras, armazéns, etc.

Assim sendo, faz-se indispensável um melhor e mais perfeito detalhamento da área de terras de 1.088.470,00 mts², situada no município de Presidente Epitácio, gleba essa sem qualquer descrição e caracterização na escritura de fls. 57 deste processo.

A competência do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Epitácio estará, então, firmada, se essa área de terras não disser respeito ao complexo econômico da via férrea, e se se referir apenas a terras cultivadas ou não, sem qualquer vinculação com funcionamento da ferrovia.

c) A Fazenda do Estado de São Paulo poderia transmitir a FEPASA, área devoluta situada dentro do raio de 8 (oito) quilômetros do centro da sede do município, tendo em vista o que dispõe o Decreto Estadual n.º 14.916/45?

Não. Dissemos e repetimos: no momento da criação e instalação do Município de Presidente Epitácio, as terras devolutas que pertenciam ao Estado, dentro de um raio de 8 (oito) quilômetros contados do centro da sede do município, passaram, por força da lei que o criou, a integrar o Município de Presidente Epitácio.

Se a Fazenda do Estado de São Paulo, posteriormente, transmitiu terras devolutas à Estrada de Ferro Sorocabana S.A., atualmente, FEPASA- Ferrovia Paulista S.A. para a formação do capital social dessa sociedade de economia mista, terras devolutas essas situadas dentro daquela área com um raio de 8 (oito) quilômetros, realizou uma transferência "anon domino", pois, essas terras já não mais lhes pertenciam, mas, sim ao Município de Presidente Epitácio.

Mister se faz, entretanto, uma ressalva nessa afirmação, qual seja, a da natureza da área de 1.088.470,00 metros quadrados que, como dissemos, ao responder a pergunta anterior, deverá ser melhor especificada e caracterizada, para dissipar qualquer dúvida se as terras, dentro dessa área, integram ou não o complexo econômico da via férrea de propriedade da FEPASA- Ferrovia

Paulista S.A.

Se integrarem, as terras e os bens pertencerão a esta sociedade de economia mista, e o registro, então, deverá ser efetuado no Cartório de Registro de Imóveis da situação da estação inicial dessa ilha férrea.

É o nosso parecer, "sub censura" dos mais doutos.

São Paulo, 29 de julho de 1981.

(a) Dr. Elvino Silva Filho - Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil".

NOTAS

1) HELY LOPES MEIRELLES - "Direito Adm. Brasileiro" - pag. 512 - n.º edição - Editora Revista dos Tribunais - 1981.

2) JOSÉ CRETELLA JUNIOR - "Dos Bens Públicos no Direito Brasileiro" n.º 175 pag. 265 - Edição Saraiva - S.P. 1969.

3) JACY DE ASSIS - "Ação Discriminatória" - nota 6 ao Capítulo 2 - pag. 26 - Editora Forense - RJ, 1981.

4) Apelação Cível n.º 82.397 do Tribunal de Justiça de São Paulo, relator - Des. Neves Guimarães in "Revista de Direito Administrativo" vol. 57 - pag. 316.

5) apud, Parecer proferido por CUSTÓDIO MOREIRA PORTO no processo SJ n.º 98.340-70, apenso P.P.I 46.240-69 da Secretaria da Justiça do Estado de S. Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 13-11-70 - págs. 16/17.

6) ANTÔNIO DE PADUA NUNES - "Código de Águas" - pag. 21 - 19 volume - Editora Revista dos Tribunais, 1962.

7) Op. cit. n.º 41 - págs. 21/22.

8) ANTÔNIO DE PADUA NUNES - Op. cit. págs. 24 e 25 - n.º 48 e 49.

9) TRATADO DOS REGISTROS PÚBLICOS - vol. 11 - n.º. 283 - pag. 243 - 2ª edição - Editora A Noite - Rio de Janeiro.

10) M. M. SERPA LOPES - Volume VI - "Curso de Direito Civil" n.º 331 - pag. 506.

TERMO DE ADOÇÃO CONJUNTA DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E CARTORÁRIOS

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, representada pelo Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado; a Prefeitura do Município de São Paulo, representada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Reynaldo Emigdio de Barros, Prefeito Municipal; e o Serviço Funerário do Município de São Paulo, entidade autárquica, com sede na Avenida Ernesto Augusto Lopes, n.º 100, Parque Novo Mundo, nesta Capital, representado pelo Doutor Jayme Augusto Lopes, Superintendente, a bem da sintonia do serviço objeto da Resolução que integra o Provimento n.º 15/81, da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, por esta e melhor forma de Direito, adotam e aprovam as seguintes instruções procedimentais:

1. As anotações das declarações de óbito das pessoas falecidas no Município de São Paulo, Capital, serão, após apresentação do respectivo atestado médico, oficialmente anotadas pelo Serviço Funerário de São Paulo.

2. As declarações serão formalizadas em impresso próprio, segundo modelo fornecido, integrado, por quatro (4) vias, que conterão:

a) todos os elementos referidos no artigo 80 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

b) indicação e endereço do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais onde se processará o registro;

c) inserida na terceira via, a seguinte observação:

"A presente declaração é válida para fins de sepultamento e remoção de corpos, inclusive para além dos limites do Município de São Paulo, nos Termos do Provimento n.º 15/81, item n.º 2, alínea "c", da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo".

d) qualificação completa do declarante, seu endereço, telefone, se o caso, inclusive número de Cédula de Identidade ("RG") e o de outros documentos.

3. As quatro vias, que compõem a declaração de óbito, será dada a seguinte destinação:

a) primeira via: será formalmente entregue ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, através do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE).

b) segunda via: será entregue ao declarante e valerá para o sepultamento e remoção do cadáver para fora de São Paulo, Capital;

- c) terceira via: será encaminhada ao Arquivo do Serviço Funerário do Município de São Paulo, no qual será convenientemente conservada, para efeito de fiscalização;
- d) quarta via: será encaminhada, com as cautelas de estilo, ao Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, para arquivamento e controle.
4. O Serviço Funerário do Município de São Paulo fica autorizado a, em nome dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, recolher, contra recibo, as quantias relativas aos emolumentos devidos aos referidos Cartórios.
5. A confecção, emissão, preenchimento e entrega dos recibos estarão a cargo do Serviço Funerário, observadas as seguintes normas:
- a) os recibos serão numerados em sequência ininterrupta;
 - b) cada recibo compreenderá três vias, das quais a primeira será entregue a quem efetuar o pagamento e a segunda ao Oficial do Cartório, juntamente com o numerário devido;
 - c) a terceira via deverá ser conservada nos arquivos do Serviço Funerário, para efeito de fiscalização;
 - d) na terceira via será reservado espaço destinado à declaração, data e assinatura de quem efetuou o pagamento, com identificação, em foi-ma legível, de quem recebeu a primeira via;
 - e) ainda que haja isenção de pagamento das custas e emolumentos, serão extraídos os recibos, dos quais constará declaração de isenção.
6. Os Escritórios dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais receberão diariamente, junto ao Serviço Funerário, das 10,00 às 11,00 horas os emolumentos a que fizerem jus.
7. Somente serão dispensados do pagamento dos emolumentos as pessoas carentes de recurso, mediante comprovação de pobreza, valendo como presunção desse estado a isenção das taxas o despesas de sepultamento.
8. O Serviço Funerário do Município de São Paulo, receberá as declarações de óbito, ininterruptamente, nos postos de atendimento, em locais indicados e previamente divulgados, para o conhecimento do público.
9. O Serviço de Atendimento será prestado por funcionários qualificados do Serviço Funerário do Município de São Paulo, sem ônus para a Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.
- E por haverem adotado e estabelecido, para fiel cumprimento, as presentes normas procedimentais, foi ordenada, aos dois dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e um, a lavratura do presente, que nada mais contém.
- São Paulo, 02 de julho de 1981.
- (a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.
- (a) Reynaldo Emigdio de Barros Prefeito Municipal da São Paulo.
- (a) Jayme Augusto Lopes - Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo.
- Testemunhas:
- 1) (a) Paulo Gomes Machado - Secretário de Serviço de Obras do Município.
 - 2) (a) Ezio Donati - Diretor do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça.
- (4, 7 e 8-7-81).

PROVIMENTO N.º 11/81

Dá nova redação ao item 2, do Capítulo V, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e dá outras providências.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando ser inconveniente, por enquanto, a escrituração do livro "Fianças Criminais" englobadamente com outros livros dos Ofícios de Justiça Criminal;

Considerando que a matéria constante do Provimento n.º 3/81 já consta das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, posta em vigor pelo Provimento n.º 5/81;

Considerando que a revogação do Provimento n.º 3/81 implica, como consequência, na revogação dos Provimentos n.º 6/81 e 8/81, que suspenderam a vigência daquele,

Determina:

Art. 1.º - O item 2, do Capítulo V das Normas de Serviço de Corregedoria Geral da Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. - Os registros relativos ao Rol dos Culpados, às Averbações do "Sursis", e às Comunicações ao Departamento Estadual de Investigações Criminais deverão ser feitos em um único livro,

constituído de folhas soltas e em modelo padronizado pela Corregedoria Geral da Justiça".
Art. 2.º - Ficam revogados os Provimentos n.º 3/81, 6/81 e 8/81 da Corregedoria Geral da Justiça.
Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor da data de sua publicação.
São Paulo, 29 de abril de 1981.
(a) Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.
(30-04-81 e 01-05-81)

PORTARIA N.º 89/81

Regulamenta o disposto no item 2, do Capítulo V. das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Determina:

Art. 1.º - O livro referido no item 2, do Capítulo V das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, e constituído de folhas soltas, através de fichas, obedecerá, para efeito de padronização, o modelo anexo.

Art. 2.º - As fichas serão numeradas cronologicamente e rubricadas previamente pelo Escrivão, servindo uma para cada réu.

Parágrafo único - O número da ficha deverá constar da coluna "observações" do livro Registro Geral de Feitos.

Art. 3.º - As fichas serão preenchidas a máquina, mantidas em pastas, em ordem alfabética, tomando-se como referência o prenome do réu.

Art. 4.º - O preenchimento da ficha será feito após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Art. 5.º - A ficha, que deverá guardar 35 milímetros de margem do lado esquerdo, terá as seguintes dimensões: 220 milímetros de largura, por 330 milímetros de altura. Será impressa em 3 (três) vias, em papel sulfite 24 kg., a primeira, e 16 kg. as demais, com a destinação seguinte:
1.ª via (branca) : constituirá os livros previstos nas letras "b", "c" e "d", do item 1, do Capítulo V das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça;

2.ª via (verde): Carta de Guia (Execuções Criminais);

3.ª via (azul): Recibo da Carta de Guia (juntado aos autos).

§ 1.º - As vias que servirão como Carta de Guia deverão conter esse título logo acima do campo destinado à qualificação do réu;

§ 2.º - Na comarca da Capital, os Ofícios de Justiça Criminal deverão remeter cópia xerográfica da primeira via ao serviço de processamento de dados, até o dia 10 do mês subsequente, através da Corregedoria Geral da Justiça, n.º 229 andar do Fórum João Mendes Júnior, sala 2.200.

Art. 6.º - No caso de condenação, determinado o arquivamento do processo e sua remessa ao Arquivo Central, com ele seguirá cópia xerográfica da primeira via da ficha.

Art. 7.º - Os livros mencionados no item 1, do Capítulo V das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e atualmente em uso dos Ofícios de Justiça Criminal, deverão ser encerrados, exceto o relativo às Fianças Criminais.

Art. 8.º - Continua em vigor o atual sistema de comunicação de inquéritos policiais arquivados e sentenças absolutórias proferidas.

Art. 9.º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 16 de maio de 1981.

São Paulo, 29 de abril de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PORTARIA N.º 90/81

Regulamenta o item 1, letra "a" do Capítulo V das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e padroniza os modelos de Termo de Comparecimento e Termo de Fiança, nos casos de concessão de liberdade provisória.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Determina:

Art. 1.º - O livro "Fianças Criminais", previsto no item 1, letra "a", do Capítulo V das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça será formado em folhas soltas e constituído pelas próprias cópias dos termos, até o máximo de 200 (duzentas), numeradas e rubricadas as folhas pelo Escrivão-Diretor e lavrados termos de abertura e encerramento.

Art. 2.º - Nas hipóteses de concessão de liberdade provisória sem fiança e liberdade provisória com fiança, os termos de comparecimento e termos de fiança, respectivamente, serão lavrados conforme os modelos anexos.

§ 1.º - Os termos deverão ser assinados pelo Juiz, Escrivão-Diretor, Escrevente que os datilografou e pelo réu.

§ 2.º - Serão os termos de comparecimento lavrados em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira ao processo e entregando-se cópia ao acusado.

§ 3.º - Os termos de fiança serão lavrados em 3 (três) vias, destinando-se a primeira à formação do livro "Fianças Criminais" a segunda ao processo e a terceira ao réu.

Art 3.º - Os termos ora padronizados deverão ser impressos tipograficamente, obedecendo-se, fielmente, os modelos anexos, tendo 220 milímetros de largura, por 330 milímetros de altura, guardando 35 milímetros de margem do lado esquerdo e impressos em papel sulfite 16 kg.

Art. 4.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 29 de abril de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

PROVIMENTO N.º 10/81

Dá nova redação ao Item 71 do Capítulo XIV, acrescido do subitem 71.1, e ao item 83 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Determina:

Artigo único. Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos adiante, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

1) item 71, do Capítulo XIV (Do Cartório de Notas), e subitem 71.1:

"71. - O reconhecimento, com a menção de ser a firma autêntica, ou de ter sido feito por semelhança, deve conter o nome da pessoa a que se refere.

"71.1 - É vedado o reconhecimento por abono, salvo no caso de procuração firmada por réu preso e outorgada a advogado, desde que visada pelo Diretor do Presídio, com sinal ou carimbo de identificação'.

2) item 83, do Capítulo XVII (Do Registro Civil das Pessoas Naturais):

"83. - A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido (CG, art 240, par. ún. c/ redação da L. 6.515, de 26-12-77)".

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 23 de abril de 1981.

(a) Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça.

Lei N.º 6.941, de 14 de setembro de 1981.

Altera a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, com a modificação constante da lei n.º 6.850, de 12 de novembro de 1980, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, com a modificação constante da Lei n.º 6.850, de 12 de novembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.

167

.....
II

.....
15 - dá re-ratificação do contrato de mútuo com pacto adjeto de hipoteca em favor de entidade integrante do Sistema Financeiro da Habitação, ainda que importando elevação da dívida, desde que mantidas as mesmas partes e que inexistam outras hipotecas registradas em favor de terceiros. Art.- 290 - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

§ 1.º - O registro e a averbação referentes à aquisição da casa própria, em que seja parte cooperativa habitacional ou entidade assemelhada, serão considerados, para efeito de cálculo de custas e emolumentos, como um ato apenas, não podendo a sua cobrança exceder o limite correspondente a 40% (quarenta por cento) do Maior Valor de Referência.

2.º - Nos demais programas de interesse social, executados Companhias de Habitação Popular - COHABs ou entidades assemelhadas, os emolumentos e as custas devidos pelos atos de aquisição de imóveis e pelos de averbação de construção estarão sujeitos às seguintes limitações.

a) imóvel de até 60 m² (sessenta metros quadrados) de área construída: 10% (dez por cento) do Maior Valor de Referência;

b) de mais de 60 m² (sessenta metros quadrados) até 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída: 15% (quinze por cento) do Maior Valor de Referência;

c) de mais de 70 m² (setenta metros quadrados) e até 80 m² (oitenta metros quadrados) de área construída: 20% (vinte por cento) do Maior Valor de Referência.

§ 3.º - Os emolumentos devidos pelos atos relativos a financiamento rural serão cobrados de acordo com a legislação federal".

Art. 2.º - Os atuais artigos 291 a 296 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, ficam renumerados para 294 a 299, passando a figurar como artigos 291, 292 e 293 os seguintes:

"Art. 291 - A emissão ou averbação da Cédula Hipotecária, consolidando créditos hipotecários de um só credor, não implica modificação da ordem preferencial dessas hipotecas em relação a outras que lhes sejam posteriores e que garantam créditos não incluídos na consolidação.

Art. 292 - É vedado aos Tabeliães e aos Oficiais de Registro de Imóveis, sob pena de responsabilidade, lavrar ou registrar escritura ou escritos particulares autorizados por lei, que tenham por objeto imóvel hipotecado a entidade do Sistema Financeiro da Habitação, ou direitos a eles relativos, sem que conste dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor, bem como a comunicação ao credor, necessariamente feita pelo alienante, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias,

Art. 293 - Se a escritura deixar de ser lavrada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da comunicação do alienante, esta perderá a validade.

Parágrafo único - A ciência da comunicação não importará consentimento tácito do credor hipotecário".

Art. 3.º - É vedado incluir ou acrescer, às custas dos Registros Públicos, quaisquer taxas ou contribuições.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de setembro de 1981; 160.º da Independência e da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreazza

Lei N.º 6.936, de 18 de agosto de 1981.

Dispõe sobre a averbação, na esfera federal de tempo de serviço público estadual ou municipal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - O tempo de serviço público estadual ou municipal será averbado, na esfera federal, sem quaisquer acréscimos ou contagem em dobro facultados na legislação local, salvo se houver correspondência em normas que regulem a contagem do tempo de serviço público federal.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Brasília, em 18 de agosto de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

Lei N.º 6.910, de 27 de maio de 1981.

Restringe a aplicação do disposto no art. 2.º da Lei n.º 4.729, de 14 de julho de 1965, e no art. 18, § 2.º, do Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e revoga o Decreto-lei n.º 1.650, de 19 de dezembro de 1978.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O disposto no art. 2.º da Lei n.º 4.729, de 14 de julho de 1965, e no art. 18, § 2.º, do Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, não se aplica aos crimes contrabando ou descaminho, em um modalidades próprias ou equiparadas nos termos dos §§ 14 e 20 do art. 334 do Código Penal.

Art. 2.º - É revogado o Decreto-lei n.º 1.650, de 19 de dezembro de 1978.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 27 de maio de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

LEI N.º 6.952 - DE 6 DE NOVEMBRO DE 1981

Acrescenta parágrafos ao art. 134 da Lei n.º 3X1, de 19 de janeiro de 1916 - Código Civil.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O art. 134 da Lei n.º 3.071, de 19 de janeiro de 1916 - Código Civil, fica acrescido de 5 (cinco) parágrafos, com a seguinte redação:

"Art.

134

§ 1.º - A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena, e, além de outros requisitos previstos em lei especial, deve conter:

a) data e lugar de sua realização;

b) reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato;

c) nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do cônjuge e filiação;

d) manifestação da vontade das partes e dos intervenientes;

e) declaração de ter sido lida às partes e demais comparecentes, ou de que todos a leram;

f) assinatura das partes e dos demais comparecentes, bem como a do tabelião, encerrando o ato.

§ 2.º - Se algum comparecente não puder ou não souber assinar, ou pessoa capaz assinará por ele, a seu rogo.

§ 3.º - A escritura será redigida em língua nacional.

§ 4.º - Se qualquer dos comparecentes não souber a língua nacional e o tabelião não entender o idioma em que se expressa, deverão comparecer tradutor público para servir de intérprete ou, não o havendo na localidade, outra pessoa capaz, que, a juízo do tabelião, tenha idoneidade e conhecimentos bastantes.

§ 5.º - Se algum dos comparecentes não for conhecido do tabelião nem puder identificar-se por documento, deverão participar do ato pelo menos 2 (duas) testemunhas que o conheçam e atestem sua identidade".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de novembro de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

AURELIANO CHAVES

Ibrahim Abi-Ackel

ACÓRDÃO UNÂNIME DO STF BENEFICIA SERVENTUÁRIOS

O STF, em acórdão unânime, entendeu que "promoção" e "remoção" não se confundem com "nomeação originária" contrariando, nesse sentido, tese sustentada pela Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo. O problema, argüido em mandado de segurança, é de enorme interesse para a classe dos serventuários, tanto da Capital como do Interior. Sabe-se que há quatro anos não se realiza concurso algum que lhes possibilite o acesso normal à carreira. Centenas de cartórios, 'de todas as naturezas, registro civil, títulos e documentos, registros imobiliários, tabelionatos, etc. estavam praticamente bloqueados pela atitude assumida pela Secretaria da Justiça do Estado, sustentando não _haver possibilidade de abertura de concurso, porque, segundo entendia, a remoção ou a promoção equivaleria a uma nova nomeação. O STF, no entanto, pelo acórdão unânime aludido, inverteu por completo os termos da questão, por seu entendimento diametralmente oposto ao da Secretaria da Justiça. Aliás, diga-se de passagem, outros Estados não interpretavam o fulcro constitucional da matéria de igual maneira que a Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo.

Por tudo isso, a decisão do STF, em assunto de larga repercussão nos meios serventuários de São Paulo, tem desde logo o mérito de fixar nova orientação judiciário-administrativa que impelirá naturalmente presidente do Tribunal de Justiça do Estado a abrir concurso para provimento de todos os cartórios vagos, podendo concorrer os atuais serventuários vitalícios e nomeados em caráter efetivo antes de 1977, data da Emenda Constitucional n.º 7.

A matéria, no STF, foi relatada pelo ex-ministro Leitão de Abreu. A segunda turma desta Alta Corte, julgando recurso extraordinário interposto pelo Estado de São Paulo, em mandado de segurança impetrado por Jordelino Olímpio de Paula, contra ato do secretário da Justiça, concedeu a ordem por unanimidade, garantindo e beneficiando dessa forma centenas de serventuários da Capital e do Interior.

É a seguinte a decisão do STF: "Jordelino Olímpio de Paula impetra a concessão de mandado de segurança contra o ato do Exmo. Sr. Secretário da Justiça, que lhe negou pedido de nomeação para o cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil e Anexos do Município de Três Fronteiras, em caráter definitivo.

Alega o impetrante que era titular do cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil e Anexos do Distrito de Aparecida do Bonito, da Comarca de Santa Fé do Sul, quando esta serventia foi extinta pela Resolução n.º 2, estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 15 de dezembro de 1976, e que começou a vigorar em 1.º de janeiro de 1977. Passando à situação de servidor em disponibilidade não remunerada dirigiu-se o postulante da segurança à autoridade impetrada e pediu-lhe a nomeação, por remoção, para o Cartório do 2.º Ofício e Anexos de Santa Fé do Sul, mas não obteve êxito em sua pretensão, indeferida por ato de 2 de junho de 1977, em virtude de não ter sido indicado o fundamento legal do pedido e por estarem vedadas as nomeações definitivas para serventias não oficializadas. Diante disto, o impetrante solicitou do impetrado a sua nomeação, em caráter provisório, para o Cartório de Registro Civil e Anexos de Três Fronteiras, de igual natureza e classe do cartório extinto, deixando de ser atendido, por falta de amparo legal, através de ato datado de 16 de agosto de 1977.

Inconformado, voltou à carga o impetrante, pleiteando agora a sua remoção para o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Município de Três Fronteiras, em caráter definitivo, fundado em que a serventia, de que era titular, foi extinta antes de promulgada a Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, mas, ainda desta vez, sua solicitação foi desatendida pelo impetrado, através de ato praticado em 30 de novembro de 1977. Verberando este pronunciamento, por considerá-lo, lesivo ao seu direito líquido e certo de desempenhar as funções do cargo de Escrivão, de que está impedido de exercer há mais de um ano, o postulante do "writ" propugna pela concessão de segurança, a fim de que lhe seja deferida a nomeação para o cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil e Anexos do Município de Três Fronteiras. Entende o impetrante, que a proibição constitucional diz respeito à nomeação de novos serventuários, mas não daqueles que já eram escrivães e cujas serventias foram extintas antes

do advento da Emenda Constitucional n.º 7/77, até porque o que esta torna defesa são as nomeações em caráter definitivo para as serventias e não as remoções de quem, como o impetrante, já era escrivão e que, por isso, tem o direito adquirido de ser aproveitado no cargo, que ora pleiteia.

Denegada a suspensão liminar do ato censurado, vieram para os autos as informações enviadas pela ilustre autoridade impetrada, em que esta, preliminarmente, qualifica de inepta a inicial, seja porque desacompanhada dos documentos, que deveram instruí-la, seja porque não especifica o ato, de que teria sobrevivendo a lesão ao direito invocado pelo impetrante.

A seguir, ferindo a questão de fundo, o impetrado defende o ato impugnado, justificando-o à luz do art. 206, § 2.º da Constituição da República, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, pelo que qualquer nomeação em caráter efetivo, para as complementar a que alude o parágrafo anterior, serventias não remuneradas pelos cofres públicos qual "Fica vedada, até a entrada em vigor da lei formas e modalidades, de que se revista o provimento, em caráter efetivo de serventias vagas, pois, com este propósito o preceito da Lei Maior foi promulgado, mantendo, assim, "as serventias vagas desvinculadas de qualquer titularidade irremediável" para não aumentar as dificuldades inerentes à implantação do regime de oficialização dos cartórios, que será disciplinada através de lei complementar a ser editada. Nega, outrossim, a invocação de direito adquirido como suporte à impetração, baseando-se o impetrado em que essa arguição não é suscetível de opor-se à incidência e aplicação de preceitos da Carta Magna.

Considerando correta a posição assumida pela autoridade impetrada, pronunciou-se a douta Procuradoria Geral da Justiça pela denegação da segurança.

É o relatório.

1. A prejudicial articulada pelo impetrado não procede, Primeiro, porque os documentos fundamentais à impetração, comprovando a realidade dos fatos nela descritos, estão presentes nos autos, exibidos, em fls. 8, o título de nomeação do impetrante para o cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Distrito de Aparecida do Bonito (1.ª classe), em fls. 8 verso e 9, certidões de compromissos prestados pelo impetrante e sua posse no cargo, segundo-se, em fls. 10, comunicação à Corregedoria Permanente da entrega dos livros e acervo da serventia extinta e, em fls. 11, o termo de recebimento respectivo. Segundo, porque o ato contra o qual se insurge o postulante ao "writ" se acha perfeitamente identificado na impetração, pela qual é atacado, especificamente, o indeferimento, em 30 de novembro de 1977, da solicitação dirigida ao impetrado, para que removesse o impetrante para o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Município de Três Fronteiras, em caráter definitivo.

2. Passando-se ao mérito da causa, verifica-se que as posições assumidas pelo impetrante e impetrado, em torno da questão debatida, estão suficientemente bem delineadas a ensejar, pois, adequado tratamento com vistas à sua solução.

Enquanto o subscritor da impetração sustenta que o preceito constitucional do art. 206, § 2.º introduzido na Carta Magna pela Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, proíbe, exclusivamente, a nomeação de novos serventuários, mas não a nomeação dos antigos, já investidos na condição de titulares de serventia, que veio a ser o impetrado, por seu turno, assevera que a sobredita proibição ;abrange qualquer tipo de provimento em caráter efetivo seja ele decorrente de nomeação, remoção ou promoção, posto que, em matéria cartorária, o vocábulo "nomeação", aplicado no texto constitucional, não tem o sentido estrito que lhe atribuem os Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado.

Bem de ver-se, no entanto, que razão, nenhuma assiste à autoridade impetrada.

Com o estabelecer o princípio da gradual da oficialização das serventias extrajudiciais, cuidou o mandamento constitucional de proibir, desde logo, as nomeações originárias ou de primeira investidura, em caráter efetivo, para as serventias não remuneradas pelos cofres públicos, a fim de não serem criados maiores embaraços no processamento da implantação do novo regime. Objetivou-se com a proibição constitucional, evitar a nomeação de novos serventuários, mas não impedir nomeações derivadas daqueles titulares de serventias, que já ostentavam essa posição antes de promulgada a Emenda Constitucional n.º 7/77.

Tanto isso é certo que no caput do art. 206, da Lei Maior, ficou expressamente "ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo". No caso do impetrante especificamente que já era titular da serventia, e que se achava em disponibilidade, por ter sido extinto o cartório, quando sobreveio a Emenda n.º 7/77, seu aproveitamento noutra serventia

não irá agravar as dificuldades inerentes à transformação para o novo sistema, porque ele já integrava os quadros de servidores cartorários, quando veio de ser instituído, o novo regime. Vale, pois, dizer-se que, com vistas à reforma programada, a ocupação pelo impetrante de uma serventia não acarretará, em substância nenhuma dificuldade a mais, dentro as que já existem, para ser cumprida a oficialização, que se desenvolverá progressivamente, na medida em que se forem vagando os cargos dos titulares de cartório.

Nesse sentido, por sinal, em hipótese semelhante, já se pronunciou o Egrégio Tribunal no julgamento do Mandado de Segurança, número 260.416, em sessão da 5.ª Câmara Civil, figurando como Relator o eminente Desembargador Dias Filho.

3. Em tais condições, fica concedida a segurança, para que, na forma da legislação vigente, cumpridas as formalidades legais, a autoridade impetrada expeça título, nomeando o impetrante, em caráter efetivo, para assumir as funções do cargo de Escrivão do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos do Município de Três Fronteiras".

(Transcrito do "O Estado de S. Paulo" de 04-10-81)

LEI COMPLEMENTAR No 269 - DE 3 DE DEZEMBRO DE 1981

Dispõe sobre o cômputo, para efeito de aposentadoria nas condições que estabelece, do tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime previdenciário federal pelos funcionários e servidores da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - O funcionário ou servidor civil, titular efetivo de cargo público ou ocupante de função-atividade de natureza permanente, da Administração Centralizada, das Autarquias do Estado, do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa e dos Quadros das Secretarias do Tribunal de Justiça, do Primeiro e Segundo Tribunais de Alçada Civil, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal de Justiça Militar e do Tribunal de Contas terá computado, somente para efeito de aposentadoria voluntária ou compulsória, o tempo de serviço prestado em atividades regidas pela Lei Federal n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente, desde que, na data da aposentadoria:

I - conte 5 (cinco) anos de efetivo exercício em cargo público ou em função-atividade de natureza permanente;

II - seja contribuinte obrigatório do regime de pensão mensal instituído pela Lei n.º 4.832, de 4 de setembro de 1958, e haja realizado, nessa qualidade, 60 (sessenta) contribuições mensais. Parágrafo único - Excetua-se da condição prevista no inciso II a hipótese de que trata o artigo 57 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978.

Artigo 2.º - Para o fim previsto no artigo anterior, sem prejuízo das demais disposições das Leis Federais n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, e n.º 6.864, de 19 de dezembro de 1980, observar-se-ão as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem de tempo de serviço em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem acumulada de tempo de serviço público com o de atividade privada vinculada ao regime da previdência social urbana, quando concomitantes;

III - não será contado o tempo de serviço que tiver servido de base para aposentadoria pelo regime da previdência social urbana, nem, inversamente, o tempo de serviço que tiver sido computado para aposentadoria pelos cofres do Estado;

IV - nos casos de acumulação de cargos ou funções-atividades, o tempo de serviço em atividade privada vinculada ao regime da previdência social urbana será computado em relação a apenas um deles.

Artigo 3.º - O tempo de serviço em atividades regidas pela Lei Federal n.º 3.807 de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente, deverá ser comprovado mediante certidão expedida pelo órgão competente, na forma prevista na legislação federal pertinente.

§ 1.º - Vetado.

§ 2.º - Vetado.

§ 3.º - Vetado.

Artigo 4.º - O disposto nesta lei complementar aplica-se (vetado) aos funcionários e servidores

integrantes:

I - do Quadro Especial instituído pelo artigo 79 da Lei n.º 119, de 29 de junho de 1973, com a alteração introduzida pela Lei n.º 388, de 13 de agosto de 1974, composto de cargos e funções-atividades pertencentes à Superintendência de Águas e Esgotos da Capital - SAEC e ao Fomento Estadual de Saneamento Básico - FESB, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente;

II - do Quadro Especial instituído pelo artigo 7.º da Lei n.º 10.430, de 16 de dezembro de 1971, integrado na Secretaria da Fazenda, composto de cargos e funções-atividades pertencentes à ex-autarquia Caixa Econômica do Estado de São Paulo;

III - da Parte Especial do Quadro da ex-autarquia Instituto de Pesquisas Tecnológicas, sob a responsabilidade da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 5.º - O componente da Polícia Militar do Estado de São Paulo terá computado, somente para efeito de transferência para a reserva a que se refere o inciso I do artigo 17 e de reforma de que trata o artigo 28, ambos do Decreto-lei n.º 260, de 29 de maio de 1970, o tempo de serviço prestado em atividades regidas pela Lei Federal n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente, desde que, na data da transferência para a reserva ou da reforma:

I - conte 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Corporação;

II - seja contribuinte obrigatório do regime de pensão mensal de que trata a Lei n.º 452, de 2 de outubro de 1974, e haja realizado, nessa qualidade, 60 (sessenta) contribuições mensais.

Parágrafo único - Para aplicação do disposto neste artigo observar-se-ão as disposições dos artigos 29 e 39 desta lei complementar.

Art. 6.º - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento-programa vigente.

Art. 7.º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de dezembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça

Alfonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda

Guilherme Afif Domingos - Secretário de Agricultura e Abastecimento

Walter Coronado Antunes - Secretário de Obras e do Meio Ambiente

José Maria Siqueira de Barros - Secretário dos Transportes

Luíz Ferreira Martins - Secretário da Educação

Adib Domingos Jatene - Secretário da Saúde

Oetávio Gonzaga Júnior - Secretário da Segurança Pública

Antonio Salim Curiati - Secretário da Promoção Social

Abdo Antonio Hadade - Secretário de Esportes e Turismo

Sebastião de Paula Coelho - Secretário de Relações do Trabalho

Wadih Helú - Secretário da Administração

Rubens Vaz da Costa - Secretário de Economia e Planejamento

Arthur Alves Pinto - Secretário do Interior

Calim Eid - Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil

Silvio Fernandes Lopes - Secretário dos Negócios Metropolitanos

Renato João Baptista Della Togna - Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Cultura

José Olavo Dini - Secretário Extraordinário de Informação e Comunicações

Osvaldo Palma - Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia

Fausto Auomir Lopes Rocha - Secretário Extraordinário, de Desburocratização

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de dezembro de 1981.

Esther Zhdy - Diretor (Divisão - Nível 11).

(Publicada no D.O.E. de 04-12-81)

ANO XXX

Nº 112 - Publicação: Jan/Jun 1982

PREITO DE SAUDADE À JULIO DE OLIVEIRA CHAGAS NETO

**Noticiamos o falecimentos de nosso colega e companheiro de longos anos
JULIO, ocorrido no dia 10 de maio findo.**

O acontecimento consternou toda a clame dos Serventuários da Justiça. Ele exerceu com probidade e grande dedicação o cargo de OFICIAL do 159 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, da Capital. Foi Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça, durante três Mandatos, obtendo nas eleições consagrada votação.

Exerceu a administração com notável espírito de classe, mantendo o melhor entendimento e harmonia com o poder Judiciário. Deixou em ótima situação financeira a nossa Associação. Fundou em 1972, com colegas, o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), órgão que congrega todos os registradores de Imóveis do País, estabelecendo o intercâmbio entre colegas dos diversos Estados e estabelecendo os Encontros ou Congressos para o aperfeiçoamento de estudos e aplicação da Lei n.º 6.015. Foi também seu Presidente, instalando a sua sede, na Capital do Estado.

Espírito pioneiro e de grande iniciativa, não temia em enfrentar lutas, sempre com ânimo e dedicação.

Quando, algum dia, se fizer a história ou se mencionar nomes de Oficiais registradores do Brasil, por certo, será apontado e lembrado o DR. JULIO CHAGAS NETO.

"Não morrem aqueles que Velas suas obras permanecem vivos e quem não vive para servir, não serve para viver"

À Associação, em nome de todos colegas, manifesta profunda tristeza pela perda irreparável de seu digno colega e amigo.

PAZ PARA O SEU ESPÍRITO

PROVIMENTO N.º 27/81

O DESEMBARGADOR BRUNO AFFONSO DE ANDRÉ, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Processo C.G. 58.735/81

RESOLVE

Art. 1.º - Os itens 57 e 58 e seus respectivos subitens, do Capítulo IV (Dos Ofícios de Justiça Cível) das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, passam a vigorar com a seguinte redação:

"57 - Deverá, sempre, constar de carta precatória, ou de ordem, o valor da causa.

"57.1 - Deverá integrar a carta precatória, expedida para citação e penhora, conta atualizada do débito e, para efeito de pagamento, a verba honorária fixada pelo juízo deprecante, incluindo-se, na hipótese, as custas da própria carta".

"58 - Os formais de partilha, as cartas de adjudicação e de arrematação, os mandados de registro, averbação e retificação, e os alvarás e documentos semelhantes, destinados ao foro extrajudicial, deverão ser expedidos devidamente autenticados, certificada pelo Escrivão a conferência de suas peças.

"58.1 - Neles deve estar sempre indicado o feito de que extraídos e, constituindo um conjunto de cópias ou reproduções de peças de autos de processo, devem possuir termos de abertura e encerramento, com a numeração de todas as folhas, devidamente rubricadas pelo Escrivão, e indicação do número destas, de modo a assegurar ao executor da ordem, ou ao destinatário do título, não ter havido acréscimo ou subtração de peças ou folhas integrantes.

"58.2 - No termo de conferência das peças, o Escrivão, ou Escrivão-Diretor, deve identificar-se, mencionando o nome e o número de seu prontuário ou matrícula, no Departamento da Corregedoria Geral da Justiça (DEGE), ou no Departamento de Administração do Pessoal (DEPE), conforme o caso"

Art. 2.º - Os itens 11 e 15 do Capítulo XIV (Do Cartório de Notas) das referidas Normas de Serviço, ficam acrescidos, respectivamente, dos subitens 11.1 e 15.1, nos seguintes termos:

'11.1 - Salvo fundada dúvida, fica dispensado o reconhecimento notarial da firma do Juiz de Direito, em documento ou título emanado de Ofício de Justiça, desde que nele observado o disposto no item 58 e seus respectivos subitens, do Capítulo IV destas Normas de Serviço".

'15.1 - Salvo fundada dúvida, fica dispensada a exigência do reconhecimento notarial da firma do Juiz de Direito, em documento ou título emanado de Ofício de Justiça, desde que nele observado o disposto no item 58 e respectivos subitens, do Capítulo IV destas Normas de Serviço".

Art. 3.º - Fica acrescido ao Capítulo XVI (Dos Registros Públicos) das Normas, o item 23, assim

redigido:

"23 - Sempre que ocorra fundada dúvida sobre a autenticidade de firma constante de documento público ou particular, o Oficial do Registro deverá, sob pena de responsabilidade, exigir o seu reconhecimento".

Art. 4.º - O subitem 5.2 do Capítulo XVII (Do Registro Civil das Pessoas Naturais), com o texto alterado, passa a ser 53, ficando assim redigidos os subitens 5.2 e 5.3 (do item 5):

"5.2 - Ressalvados os casos de exigência legal ou de fundada dúvida sobre a autenticidade, poderá ser dispensado o reconhecimento notarial de firma".

"5.3 - Fica dispensado o reconhecimento de firma em mandado, quando apresentado por Oficial de Justiça".

Art. 5.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 6 de novembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 7.11-81.

PROVIMENTO CG. N.º 28/81

Altera os itens 1 e 4 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O DESEMBARGADOR BRUNO AFFONSO ANDRÊ, CORREGEDOR DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Processo CG. n.º 59.919/81, resolve:

Artigo único - Os itens 1 e 4 do Capítulo VI (dos Oficiais de Justiça) das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, passam a vigorar com a seguinte redação:

"1. Incumbe ao Oficial de Justiça:

- a) executar as ordens dos Juizes a que estiverem subordinados (CPC, art. 143, 11);
- b) estando subordinado à Central de Mandados, cumprir as ordens emanadas do Juiz Corregedor Permanente respectivo (Prov. CSM CXXIII/81);
- c) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias de seu ofício (CPC, art. 143, I);
- d) na cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, efetuar a avaliação dos bens penhorados ou arrestados (Lei n.º 6.830, de 22-9-80, arts. 7.º-V e 13);
- e) salvo quando subordinado à Central de Mandados, comparecer, diariamente, ao Fórum, e aí permanecer, quando e como escalado;
- f) estar presente às audiências, quando solicitado, coadjuvando o Juiz na manutenção da ordem, apregoando a abertura e encerramento, e chamando as partes e testemunhas;
- g) ressalvadas as atribuições do Cartório da Portaria dos Auditórios e das Hastas Públicas, realizar, sob a fiscalização do Juiz, as praças e, quando o credor não exercer o direito de escolha do leiloeiro, os leilões judiciais respectivos, passando as respectivas certidões (Provs. CSM LXIX/72-A e LXXXI/74; Decreto n.º 21.981, de 19-10-39; Lei n.º 4.021, de 20-12-61; CPC, art. 706)".

"4. Ressalvada a situação dos Oficiais de Justiça subordinados à Central de Mandados, ficará um de plantão, diariamente, em cada Vara ou Juízo, para serviços urgentes (Prov. CSM LIX/60, VI)".

Parágrafo único - Fica suprimido o subitem 1.1 do referido Capítulo.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 9 de novembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

RECURSO CG. N9 80/80

Campinas - Adv.: Dr. Manuel Carlos Cardoso - Int.: Mikey Sue

"Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça:

1. Trata-se de recurso interposto por Mikey Sue e Cleusa dos Reis contra decisão proferida pelo MM. Juiz Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro Civil da comarca de Campinas, o qual indeferiu pedido visando a aceitação de sentença de divórcio proferida no exterior - Estado de Nova York - USA - para instruir processo de habilitação de casamento, sem a devida

homologação pelo Supremo Tribunal Federal. Alegam que não pretendem a execução da referida sentença no Brasil, mas tão somente usá-la como prova de estado civil. Citam o art. 431 do Código de Bustamante e afirmam "que não está se respeitando a convenção internacional da qual o Brasil é signatário" (fls. 24/26).

Os autos foram inicialmente enviados à Corregedoria Geral da Justiça quando se exarou r. despacho remetendo-os ao E. Conselho Superior da Magistratura por tratarem de dúvida inversa (fls. 34/36).

A decisão proferida, entretanto, foi no sentido de não se conhecer do recurso, determinando-se a devolução à E. Corregedoria Geral da Justiça (fls. 46/47).

2. Passo a opinar.

Conforme documentação juntada aos autos (fls. 10/14), Mikey Sue, após regular processo, teve seu casamento dissolvido por sentença proferida na comarca de Kings, Estado de Nova York, em 29 de março de 1979.

Fundado nessa decisão pretende contrair matrimônio no Brasil com Cleusa dos Reis.

Ao que parece o Cartório de Registro Civil recusou-se a aceitar o divórcio ocorrido no estrangeiro sem homologação da sentença pelo Supremo Tribunal Federal, o que motivou a presente representação dos requerentes.

O principal fundamento do recurso é a alegação de que não pretende o recorrente varão a execução da sentença de divórcio em exame no Brasil.

Entretanto, para que se considere a eficácia da mesma em nosso território, imprescindível passe pelo crivo do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição Federal estabelece no art. 119, inciso I, letra "g", que compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação das sentenças estrangeiras.

Também a Lei de Introdução ao Código Civil, ao enumerar os requisitos para a execução de sentença proferida no estrangeiro em nosso território - art. 15, estabelece, taxativamente, a necessidade de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

Igual disposição é repetida no Código de Processo Civil - art. 483.

Finalmente, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, em seu art. 210, reza que "as sentenças cíveis ou criminais, não serão exeqüíveis no Brasil sem prévia homologação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, salvo as meramente declaratórias de estado".

Dúvida não há, portanto, diante de todas essas normas legais, da necessidade de homologação das sentenças estrangeiras para terem validade no País.

Conforme a lição de Haroldo Valladão, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não aplica a ressalva "salvo as meramente declaratórias de estado" (art. 15, § único da Lei de Introdução ao Código Civil e art. 210, parte final, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), "por contrária ao texto constitucional, que lhe dá competência para homologação "das sentenças estrangeiras" (todas), art. 119, I, "g", matéria internacional e federal de cúpula que escapa a quaisquer outras autoridades, especialmente locais, no assunto: registro civil, identidade, casamento, etc." ("In" Material de Classe de Direito Internacional Privado, Direito Intertemporal, Introdução e História do Direito - 11.ª edição - Freitas Bastos - pg. 225).

Continua o mestre asseverando a indispensabilidade da homologação das sentenças de divórcio e nulidade de casamento, salientando, por fim, que a ressalva - salvo as meramente declaratórias de estado - está abolida pelo art. 483 do Código de Processo Civil quando este declara que não terá eficácia no Brasil sentença estrangeira senão depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao fazer esses comentários cita copiosa jurisprudência e farta manifestação doutrinária (ob. cit., pg. 225).

Aliás, analisando o art. 483 do Código de Processo Civil J. C. Barbosa Moreira. conclui que:

"À luz do novo código não pode haver dúvida sobre a necessidade da homologação pelo Supremo Tribunal Federal para que a decisão alienígena surta, no território brasileiro, quaisquer efeitos sentenciais, sejam principais ou secundários. É toda a eficácia, e não apenas o efeito executório (ao qual especificamente se refere o art. 584, n.º IV), que depende de homologação.

Sem esta, pois, em vão se invocará, a propósito de alguma causa ajuizada perante órgão nacional, a autoridade de coisa julgada que a sentença haja assumido no Estado de origem.

Excluída fica, em qualquer caso, a admissibilidade de libação incidental: o controle dos requisitos indispensáveis ao reconhecimento não pode ser feito senão pelo Supremo Tribunal Federal, mediante processo a tal fim especialmente ordenado" (Comentários ao Código de Processo Civil - vol. V, pg. 83 - Edição Forense).

No caso em exame não se trata de examinar documentos produzidos em país estrangeiro mas sim de se aceitar sentença de divórcio, para a qual é necessária a competente homologação pelo Supremo Tribunal Federal.

Acertada, pois, a r. decisão de primeiro grau.

Opino, portanto, pela manutenção do decisório impugnado.

À apreciação de V. Exa.

São Paulo, 3 de novembro de 1981.

Juiz de Direito Corregedor".

Despacho: "Aprovo, negando provimento. S.P., 10-11-81.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

RECURSO CG. N.º 177/81

Mogi das Cruzes - Adv.: Dra. Fátima Couto Sebata - Int.: Elizabeth Carolina Antonio Pinto.

"Sr. Corregedor Geral da Justiça:

1. Trata-se de recurso interposto por Elizabeth Carolina Antonio Pinto contra decisão proferida pelo M.M. Juiz Corregedor do 2, Cartório Imobiliário da Comarca de Mogi das Cruzes que indeferiu pedido de averbação, à margem da transcrição w 1.629, da abertura de via pública denominada Rua Projetada. Salienta que a. partir da oficialização referida rua passou para uso público e a Lei w 6.766/79 não pode atingir fatos pretéritos.

O doutor Curador de Registros Públicos ofertou contra-razões (fls. 41/43) pleiteando a manutenção da decisão impugnada por ter a recorrente efetivado um "loteamento" sem a observância dos requisitos legais. Esclarece que sequer as normas do D.L. n.º 271/67 foram observadas.

2. Passo a opinar:

A recorrente Elizabeth Carolina Antonio pela transcrição n.º 1.629, do 2, Cartório de Registro Imobiliário da comarca de Mogi das Cruzes, tornou-se proprietária de um terreno composto da quadra 28, situado na Vila Cintra, distrito de Braz Cubas, encerrando a área de 9.890,00 metros quadrados (fls., 10). Isso ocorreu em 8 de abril de 1975.

Essa quadra foi dividida em lotes (fls. 14) e, posteriormente, obteve a proprietária autorização para a abertura de uma rua que recebeu a denominação de "Rua Projetada" (fls. 2).

Ao que parece a primeira divisão em lotes foi feita sem qualquer providência no cartório imobiliário, o mesmo ocorrendo com a segunda.

Apenas a Prefeitura Municipal foi comunicada e forneceu autorização (fls. 11), ressalvando, entretanto, que Me acordo com o Decreto-lei n.º 271/67, as plantas de regularização de loteamentos deverão ser registradas em cartório" (fls. 11).

Essas providências da interessada se deram em 1973, após ser lavrada a escritura aquisitiva (fls. 6/9), mas antes da transcrição.

Nessa ocasião já vigia o Decreto-lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, que cuidou do loteamento urbano e definiu o desmembramento (art. 19, §§ 19 e 29).

Conforme se verifica da planta de fls. 14, inicialmente foi projetado um desmembramento, com a divisão da quadra ir, 28 em lotes, ao passo que depois, com a abertura da "Rua Projetada" (fls. 15) e subdivisão dos lotes, pretendeu a ora recorrente efetuar um loteamento.

Ora, assim sendo, estava sujeita às normas do D.L. n.º 271/67 e D.L. n.º 58/37, na parte aplicável, para conseguir a então inscrição no Cartório Imobiliário.

Deixando de fazê-lo tornou-se a interessada loteadora irregular.

Atualmente, para a regularização da situação, está sujeita à Lei w 6.766/79, como bem salientou o zeloso Oficial do 2, Cartório de Registro Imobiliário da comarca de Mogi das Cruzes.

Aliás, sobre o assunto, oportuno citar decisão proferida pelo ilustre magistrado Narciso Orlandi Neto, ao solucionar caso semelhante, em procedimento de dúvida que tramitou pela 14 Vara de Registros Públicos sob n.º 1.060/80 assim vazada:

"Nem alegue o suscitado que a aprovação pela Prefeitura teve o condão de regularizar o loteamento. A juridicização do loteamento se dá com o registro e não com a aprovação e nem esta implica naquele.

A se atender a pretensão do suscitado, estar-se-ia dando legitimidade ao que não é legítimo. A averbação pretendida pelo requerente esbarra nas disposições da Lei n.º 6.766/79 à qual deve

se subordinar todo e qualquer parcelamento do solo para fins urbanos (art. V). Ainda que o loteamento constituísse ato jurídico perfeito, não escaparia às disposições do Decreto-lei n.º 58/37. Mas, como já ficou dito, o ato era injurídico e imperfeito".
Essa decisão foi confirmada, por seus próprios fundamentos, pelo E. Conselho Superior da Magistratura (Apelação Cível n.º 708-0 datada de 14-9-81 Relator Desembargador Bruno Affonso de André).
Opino, pois, seja mantida a r. decisão de primeiro grau.
À consideração de V. Exa.
São Paulo, 6 de novembro de 1981.
Juiz de Direito Corregedor
Despacho: Aprovo, negando provimento. S.P., 10-11-81.
Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça"

PROVIMENTO N.º 29/81

Acrescenta o subitem 135.1, no Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,
Considerando que alguns Estados exigem dualidade de registro das sentenças de separação judicial e de divórcio;
Considerando que nas sentenças relativas a casamento realizados em outros Estados a falta de sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Naturais do local onde proferidas poderá causar dificuldades às partes interessadas,
DETERMINA:
Art. 1.º - Ao item 135, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescentado um subitem, com a seguinte redação:
"135.1 - Após transitadas em julgado, as sentenças de separação judicial e de divórcio, relativas a casamentos realizados fora do Estado de São Paulo, serão inscritas no Livro "E", do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede da comarca em que hajam sido proferidas, ou no Cartório do 1.º Subdistrito, se houver mais de um (na Capital, o Cartório do 1.º Subdistrito - Sé)."
Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Paulo, 10 de novembro de 1981.
Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J, de 17-11-81.

PROVIMENTO N.º 31/81

Dá nova redação ao subitem 59.1, e ao item 60, do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,
Considerando a necessidade de uniformizar os dispositivos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, relativos às intimações,
DETERMINA:
Art. 1.º - O subitem 59.1 e o item 60, do Capítulo IV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passam a vigorar com a seguinte redação:
"59.1 - Quando ocorrer erro na publicação, proceder-se-á imediatamente a nova publicação, colando-se nos autos o recorte do despacho incorretamente publicado, para exame do juiz e dos interessados."
"60. As intimações de despachos, decisões e sentenças far-se-ão de acordo com o disposto nos itens 43 e 44, do Capítulo III."
Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Paulo, 1, de dezembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROCESSO CG. N.º 51.088/78

Capital - Int.: Corregedoria Geral da Justiça.

"Senhor Corregedor Geral da Justiça:

1. Trata-se de estudo, precedido de experiência em serventia de Notas, objetivando a autorização do uso de chancela mecânica nos atos de reconhecimento de firmas e autenticação de cópias reprográficas de documentos (fls. 4/43).

Autorizada a implantação, a título experimental, no 7.º Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Campinas (fls. 19 e 42), juntaram-se xerocópias dos Decretos estaduais n.ºs 52.031, de 12-6-69, 52.895, de 16-3-72 e 9.690, de 13-4-77 (fls. 46/49) e colheram-se várias manifestações do Colégio Notarial do Brasil (fls. 52/53, 68/71, 121 e 137), do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos da Capital (fls. 55/56, 74/75 e 128/129) e da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado de São Paulo (fls. 60, 62/63).

O MM. Juiz de Direito da 4.ª Vara Cível. da Comarca de Campinas diligenciou e informou, em várias oportunidades, sobre os resultados obtidos à vista da experiência autorizada (fls. 81/82, 85, 88/89, 95, 97/99, 104/105, 114/115, 117/118).

Juntaram-se também informações sobre várias marcas de máquinas chanceladoras (fls. 82, 98, 115 e 140/143).

2. Passo a examinar a espécie.

Não obstante as medidas implantadas para a gradativa desburocratização administrativa, a verdade é que ainda restam inúmeros outros casos a serem examinados, a fim de que mais agilizem os serviços judiciais e extra-judiciais, de molde a permitir o melhor atendimento do público.

Assim, não se pode olvidar que a exigência, ou necessidade do reconhecimento de firmas e da autenticação de cópias de documentos, persiste em grande número de atos administrativos e judiciais, resultando, nos grandes centros, a exemplo desta Capital, em acúmulo de serviço e conseqüente morosidade no atendimento.

Inegável, portanto, que o uso de chancela mecânica para a execução desses atos notariais, permitirá bons resultados e real aperfeiçoamento dos serviços.

Aliás, é de se notar que o sistema já está sendo adotado em setores públicos e privados, principalmente nos Bancos, na Secretaria da Segurança Pública e na Imprensa Oficial de São Paulo (cf. Lei n.º 6.304, de 12-12-1975; Decreto w 52.031, de 12-6-1969; e Decreto w 52.895, de 16-3-1972), sendo evidente a exigência de segurança ao se colocarem chancelas em títulos de crédito, cédulas de identidade, folhas corridas policiais, atestados e folhas de antecedentes criminais, cópias fotostáticas de publicações e faturas de fornecimento de notas de empenho, subempenho e anulação (fls. 17, 47 e 48/49).

Necessário, por isso, que a máquina a ser empregada no processo de chancela mecânica ofereça certas condições técnicas: I - disparador de impressão de chancela acionado eletronicamente; II - tinta líquida, de cor preta, indelével, destituída de componentes magnetizáveis, para impressão macerada, de maneira a não permitir cópias; III - dispositivo de segurança, acionado por meio de três chaves; IV - contador elétrico numérico das chancelas efetuadas, selado, inviolável e irreversível; V - trava de sobrecarga de cópias extras (fls. 47/49 e 140/143).

A chancela, conseqüentemente, também deverá conter dados e requisitos especiais: a) gravação da sigla PJ sobreposta à sigla SP; b) designação do Cartório e da Comarca; c) termo referente à respectiva autenticação de cópia de documento e de chancela mecânica, ou ao reconhecimento de firma, com os claros a serem preenchidos; e d) gravação da assinatura autorizada sobreposta ao nome por extenso, respectivo cargo e número da cédula de identidade (RG).

Por outro lado, em face da inovação, torna-se oportuno que o Tabelião de Notas seja também autorizado a autenticar chancelas mecânicas, uma vez previamente registradas e atendidos os seguintes requisitos: I - preenchimento de ficha-padrão destinada ao reconhecimento de firmas (itens 69, 75 e 76, da Seção VII, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça); II - arquivamento na Serventia do fac-simile da chancela; III - dimensionamento do clichê; e IV - descrição pormenorizada da chancela, com características gerais e particulares do fundo artístico.

Finalmente, é certo, também, que o uso das chancelas deve ser convenientemente

regulamentado, com as devidas cautelas, inclusive estabelecendo determinadas restrições, a fim de que, excluídos eventuais riscos, sejam devidamente assegurados o interesse dos usuários e a fidelidade dos atos notariais.

A autorização do uso de chancela, outrossim, só deve ser concedida às serventias de excepcional organização e com grande movimento, cujos Tabeliães e Escreventes demonstrem notório zelo e disponham de condições pessoais e materiais, que os capacitem inequivocamente.

3. Destarte, desde que preenchidos esses requisitos e atendidas as demais exigências pertinentes à espécie, penso inexistir óbice à implantação do sistema, que se consubstancia, evidentemente, em mais um importante passo em favor da melhoria e modernização das serventias notariais.

4. Isto posto, peço vênha para opinar, s.m.j., pela implantação do uso de chancelas mecânicas nos atos de reconhecimento de firmas e de autenticações de chancelas mecânicas e cópias reprográficas, sugerindo, na hipótese da aprovação deste parecer, seja expedido Provimento regulamentando a matéria, conforme minuta anexa.

À elevada apreciação de Vossa Excelência.

São Paulo, 19 de novembro de 1981.

Dr. Antônio de Padua Ferraz Nogueira - Juiz de Direito Corregedor

DESPACHO:

Aprovo.

S.P., 1.º-12-81.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO CG. N.º 32/81

Ementa. Dispõe sobre a autenticação de chancela mecânica o de adoção de seu uso nos atos de reconhecimento de firmas e autenticações de cópias reprográficas de documentos.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o que foi decidido no Processo CG. n.º 51.088/78,

RESOLVE:

Art. 1.º - O item 62, da Seção VI, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º CG. 5/81), acrescido de subitens, passa a ter a seguinte redação:

"62. Compete, exclusivamente, ao Tabelião, Oficial Maior e Escrevente autorizado, a autenticação das chancelas mecânicas registradas na serventia e a autenticação das cópias de documentos particulares e certidões de traslados de instrumentos do foro judicial, extraídos pelo sistema reprográfico, desde que apresentados os originais.

"62.1 - O registro da chancela mecânica observará os seguintes requisitos:

I - preenchimento da ficha-padrão destinada ao reconhecimento de firmas (item 69, 75 e 76 da Seção VII, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça);

II - arquivamento na serventia do fac-simile da chancela;

III - declaração do dimensionamento do clichê; e

IV - descrição pormenorizada de chancela, com especificação das características gerais e particulares do fundo artístico;

"62.2 - O uso da chancela mecânica nos itens de autenticação das cópias de documentos particulares e certidões ou traslados de instrumentos do foro judicial, extraídos pelo sistema reprográfico, observarão os requisitos contidos nos itens 78-81, da Seção VII, do Cap. XIV".

"62.3 - As cópias reprográficas autenticadas por autoridade administrativa e do foro judicial independem de autenticação notarial".

Art. 2.º - À Seção VII, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, são acrescidos os seguintes itens:

"78. Fica autorizada a adoção do processo de chancela mecânica, com o mesmo valor da assinatura de próprio punho do Tabelião, Oficial Maior e Escrevente autorizado, nos termos destinados ao reconhecimento de firmas, à autenticação de cópias de documentos extraídos mediante sistema reprográfico e à autenticação de chancelas mecânicas registradas na serventia.

"79. A chancela mecânica conterá os seguintes dados e requisitos:

I - gravação da sigla PJ sobreposta à sigla SP;

II - designação do Cartório e da Comarca;

III - termo referente à respectiva autenticação de cópias de documentos e da chancela mecânica, ou ao reconhecimento de firma, com os claros a serem preenchidos; e

IV - gravação da assinatura autorizada sobreposta ao nome por extenso, respectivo cargo e número da cédula de identidade (RG).

"80. A máquina empregada para a impressão da chancela mecânica deverá possuir as seguintes condições técnicas:

I - disparador de impressão de chancela acionado eletronicamente;

II - tinta líquida, de cor preta, indelével, destituída de componentes magnetizáveis, para impressão macerada, de maneira a não permitir cópias;

III - dispositivo de segurança acionado por meio de três chaves;

IV - contador elétrico numérico das chancelas efetuadas, selado, inviolável e irreversível;

V - trava de sobrecarga de cópias extras.

" 80.1 - As chaves que acionam a máquina de chancelar, de que trata o n.º III deste item, ficarão sob a guarda, respectivamente, do Tabelião, Oficial Maior e Escrevente autorizado a operá-la, sendo todos responsáveis, solidariamente, pela regularidade do chancelamento dos documentos e inclusive pelo uso indevido, de tal processo, por quem quer que seja.

"81. A autorização para o uso de chancela mecânica será dada pelo Juiz Corregedor Permanente do respectivo Tabelionato, o qual fará, em seguida, comunicação à Corregedoria Geral da Justiça.

"81.1 - O pedido do Tabelião será dirigido ao Juiz Corregedor Permanente, que, após verificar se a máquina e o clichê atendem às exigências dos itens 80 e 81, se manifestará, expressamente, sobre a conveniência da medida, a organização e o movimento da serventia, o zelo do titular e dos escreventes, e todas as demais condições, pessoais e materiais, que capacitem avaliar-se se o pretendente pode utilizar o sistema. O expediente deverá vir acompanhado de impressões dos clichês a serem adotados.

"81.2 - A autorização será negada, como regra, aos tabeliões de comarcas de 1.ª e 2.ª, entrâncias, a menos comprovem devidamente dispor de movimento idêntico aos dos tabelionatos das comarcas de 3.ª entrância, preenchendo os demais requisitos.

"81.3 - O Juiz Corregedor Permanente, ou o Corregedor Geral da Justiça, "ex-offício", poderão suspender, ou revogar a autorização concedida, inclusive apreendendo máquinas e clichês, quando necessário".

Art. 3.º - A autorização anteriormente concedida ao T, Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Campinas, a fim de que utilizasse, em caráter experimental, o uso de chancela mecânica em termos de reconhecimento de firmas e de autenticação de documentos, fica expressamente revogada, sem prejuízo de sua repristinação.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 25 de novembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 4-12.81.

PROVIMENTO N , 33/81

Revoga o item 104, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 49.779/78;

DETERMINA:

Art. 1.º -- Fica revogado o item 104, do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 22 de dezembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 24-12-81.

PROVIMENTO N.º 1/82

Institui as "Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas" e dá outras providências.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que a antiga Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CNCGJ) foi substituída em parte pelas "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" (NSCGJ), restando em vigor os preceitos ali contidos, relativos ao pessoal das serventias não oficializadas do Estado;

Considerando a necessidade de proceder-se à revisão de tais preceitos, adequando-os às necessidades atuais, tanto dos servidores quanto das serventias de justiça e cartórios não oficializados;

Considerando que a praticidade e segurança do sistema adotado com as "Normas de Serviço" demonstra a conveniência de agrupar-se a matéria em um só diploma normativo, propiciando a sua atualização periódica.

Considerando, finalmente, propicia a oportunidade não só para a consolidação das regras vigentes, mas também ao complemento de inovações adequadas, o esclarecimento de dúvidas e a solução de questões diversas, que têm sido manifestadas perante a Corregedoria Geral da Justiça.

DETERMINA:

Art. 1.º - Ficam aprovadas as "Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas" (NPSNO), regulando a atividade funcional dos servidores dos ofícios de justiça e cartórios não oficializados do Estado de São Paulo.

Parágrafo único - As "Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas" substituem os preceitos contidos na "Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça" aprovada em 17 de outubro de 1973, provimentos e outros atos normativos esparsos sobre a matéria.

Art. 2.º - Toda atualização futura das Normas ora aprovadas deverá ser efetuada mediante alterações, acréscimos, exclusões ou aditamentos de qualquer espécie, elaborados em igual sistema de apresentação e redação, vedada a existência de provimento autônomo ou qualquer ato normativo dispondo sobre matéria relativa ao pessoal das serventias não oficializadas.

Art. 3.º - Após a publicação destas Normas no "Diário Oficial" do Estado, a Corregedoria Geral da Justiça se incumbirá de fazê-las publicar em volume, no sistema de folhas soltas, de molde a ensejar pronta substituição das partes afetadas por eventuais modificações, podendo o Corregedor Geral da Justiça designar magistrado para esse fim.

Parágrafo único - Qualquer outra publicação destas Normas em livro convencional dependerá de autorização expressa da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 4.º - Ficam revogados os provimentos e demais atos normativos baixados pela Corregedoria Geral da Justiça em que regulada a matéria constante das "Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas".

Art. 5.º - As "Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas" entrarão em vigor na data da sua publicação na Imprensa Oficial do Estado.

São Paulo, 18 de janeiro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso, de André - Corregedor Geral da Justiça

APRESENTAÇÃO

Em fevereiro de 1981 a Corregedoria Geral da Justiça editou as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, em substituição à Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, em vigor desde 1973.

Justificava-se a medida porque, transcorridos mais de sete anos, grande foi o crescimento do serviço judiciário e o aumento dos quadros da magistratura e de seus serviços auxiliares, com a edição de inúmeros atos normativos esparsos, de difícil e demorada consulta.

Em seguida, a Corregedoria Geral fez publicar as Normas de Serviço em livro, no sistema de folhas soltas, objetivando manter um sistema eficaz de atualização, impedindo que se tornasse mais um trabalho ultrapassado ou desatualizado, como ocorre, com o passar do tempo, com os livros convencionais.

E, com efeito, referido sistema deu excelente resultado. Após duas atualizações até o momento procedidas, aquele conjunto de regras continua coetâneo e íntegro como fonte segura de

consulta, sem quebra de sua sistematização.

A obra, entretanto, ficou inacabada.

As regras concernentes ao pessoal das serventias não oficializadas não tinham sido revistas porque a matéria impunha, pela sua delicadeza e por suas notórias dificuldades, um exame demorado e minucioso.

Por isso, continuaram em vigor os preceitos constantes da referida Consolidação, além de outros atos normativos editados após a sua entrada em vigor.

Era, porém, absolutamente imprescindível que se revissem tais preceitos, adequando-os às necessidades atuais, tanto dos servidores quanto das serventias de justiça e cartórios não oficializados e conveniente que se agrupasse a matéria em um só diploma normativo, propiciando, tal como ocorreu com as Normas de Serviço, sua atualização periódica, o complemento de inovações adequadas, o esclarecimento de dúvidas e a solução de questões diversas, que têm sido manifestadas perante a Corregedoria Geral da Justiça.

A realização do Projeto foi então confiada aos ilustres magistrados José de Mello Junqueira e Rui Stoco, com apreciável experiência, pois haviam participado da elaboração das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, além de possuírem conhecimentos específicos sobre a matéria que se objetivava normatizar.

A revisão do texto ficou a cargo dos ilustres magistrados Antônio de Pádua Ferraz Nogueira, Bóris Padron Kauffmann e Régis Fernandes de Oliveira, cujas sugestões contribuíram para o seu aperfeiçoamento.

Resultou um trabalho completo, agora denominado Normas do Pessoal das Serventias não oficializadas, regulando minuciosamente a atividade funcional dessa categoria de servidores, desde o seu ingresso, até o seu desligamento definitivo.

Como se irá notar, buscou-se manter um equilíbrio entre os direitos e obrigações das partes, procurando, ainda, criar condições para que os serviços cartorários sejam realizados com eficiência, segurança e rapidez.

Não se cuidou da parte relativa ao pessoal das serventias oficializadas que, como é cediço, é regido por estatuto próprio.

Finalizando, saliento que as Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas é fruto da experiência colhida ao longo do tempo, em que falhas foram evidenciadas e preceitos anteriormente editados sedimentaram-se, mantendo sua atualidade e pertinência.

É bem possível que esta edição, dado o vulto do trabalho empreendido, apresente falhas, erros ou omissões. Mas as críticas e sugestões que certamente serão oferecidas farão dele um estatuto modelar.

Ao trazer a lume estas Normas, quero agradecer a valiosa colaboração de todos que concorreram para a sua execução.

São Paulo, janeiro de 1982.

Bruno Aflonso de André - Corregedor Geral da Justiça

D.O.J., de 20-1-82.

(deixamos de publicar na Integra este Provimento por ser matéria muito extensa).

* * *

Tendo em vista o disposto no item 48, do Capítulo 1, das Normas do Pessoal das Serventias não oficializadas, instituídas pelo Provimento n.º 1/82, publicado no "Diário Oficial" da Justiça, de 20-1-82, o Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, para conhecimento dos interessados, determinou a publicação dos modelos de CONTRATO DE AUXILIAR e de RESCISÃO DE CONTRATO DE AUXILIAR.

abaixo:

PROVIMENTO N.º 2/82

Acrescenta os subítems 16.1 e 16.2, no Capítulo I e dá nova redação aos itens 1, 24, 25 e 26, do Capítulo II, todos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando a desnecessidade de manter-se um livro "Registro Geral de Férias, Movimento de Autoridades e Funcionários e Penas Disciplinares" em cada cartório e ofício de justiça não oficializado;

Considerando que o art. 3.º, da Lei n.º 2.177, de 23 de julho de 1953 determina tão-somente que "os cartórios possuirão um livro de "registro de férias", rubricado pelo respectivo Juiz de Direito Corregedor Permanente", fazendo pressupor que se referiu apenas aos cartórios da Corregedoria Permanente;

Considerando que a sistemática em vigor vem causando dificuldades aos cartórios e imperfeição nos registros;

Considerando, finalmente, que todos os dados relativos à vida funcional de cada um dos servidores da comarca são lançados no Prontuário Geral, sendo, pois, dispensável a dualidade de registro de férias concedidas e penas disciplinares aplicadas em livros distintos,

DETERMINA:

Art. 1.º - Ao item 16, do Capítulo I das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça ficam acrescidos os subitens 16.1 e 16.2, com a seguinte redação:

"16.1 - O livro Prontuário Geral poderá ser constituído de folhas soltas, em pastas ou classificadores onde serão arquivadas cópias de documentos, comunicações ou de assentamentos relativos à vida funcional de cada servidor."

"16.2 - Cada prontuário deverá conter um resumo de todas as ocorrências, anotadas em folha com campos delimitados, que ficará sobre os documentos que compõem o livro."

Art. 2.º - Os itens 1, 24, 25 e 26, do Capítulo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passam a vigorar com a seguinte redação:

"1. Os cartórios e ofícios de justiça possuirão os seguintes livros:

a) Ponto dos Servidores;

b) Registro Diário da Receita e da Despesa (D. 6.129, 23-7-31, art, 23);

c) Protocolo;

d) Visitas e Correções."

"24. O livro "Prontuário Geral, do Cartório da Corregedoria Permanente, e o livro "Registro de Férias" a que alude o art. 39, da Lei n.º 2.177, de 23 de julho de 1953 serão englobados em um único livro."

"25. O registro de férias concedidas aos serventuários e escreventes dos cartórios e ofícios de justiça não oficializados, a quitação do seu pagamento e as penas disciplinares serão anotadas no Prontuário Geral do Cartório da Corregedoria Permanente, rubricado periodicamente pelo Juiz Corregedor Permanente."

"26. Os cartórios e ofícios de justiça não oficializados comunicarão ao Cartório da Corregedoria Permanente da respectiva comarca, por escrito e no prazo de 5. (cinco) dias, as ocorrências constantes do item anterior."

Art. 3.º - Os atuais livros "Registro Geral de Férias, Movimento de Autoridades e Funcionários e Penas Disciplinares" deverão ser encerrados.

Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo, na Capital, os MM. Juizes de Direito titulares das Varas de Registros Públicos baixar ato próprio para regulamentação da matéria, no âmbito da sua competência, de acordo com as disposições deste Provimento e com as adaptações necessárias às peculiaridades da comarca.

São Paulo, 27 de janeiro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da
DOJ- de 29-1-82.

PROVIMENTO N.º 3/82

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

Considerando o surgimento de orientação jurisdicional de expedição dos precatórios de desapropriações com a determinação de depósito de valor automaticamente reajustado, de acordo com o valor das Obrigações Reajustáveis; do Tesouro Nacional do dia do depósito, Considerando a necessidade de uniformizar as contas de liquidação de aludidos processos, a fim de facilitar a leitura dos cálculos e evitar desacertos e distorções ao ensejo dos depósitos,

DETERMINA:

Artigo 1.º - Os contadores judiciais da Capital e do Interior utilizarão os impressos anexos para os cálculos de liquidação em processos de desapropriação direta ou indireta, no caso de determinação de requisição automaticamente reajustável, de acordo com o valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional no dia do depósito.

Artigo 2.º - Caso não seja determinada a requisição para depósito em valor automaticamente reajustável, os contadores seguirão o sistema normal de cálculo, que já vêm costumeiramente usando.

Artigo 3.º - Os precatórios requisitando depósitos automaticamente reajustáveis serão expedidos de acordo com o modelo anexo.

Artigo 4.º - Por ocasião do depósito, a expropriante apresentará ao estabelecimento bancário, juntamente com a guia de depósito, uma cópia "xerox" da conta de liquidação impressa, com sua Coluna III por ela preenchida, devendo o referido estabelecimento conferir esses cálculos antes de aceitar o depósito, só o fazendo se exatos, remetendo, depois, ao Cartório do feito, essa "xerox" junto com a guia de depósito.

Artigo 5.º - O cartório contador da Capital deverá se conservar atento a eventuais alterações futuras na jurisprudência do assunto, propondo, imediatamente, à Corregedoria Geral da Justiça, novos modelos de impressos, se lhe parecer necessário.

Artigo 6.º - O DEGE tomará as providências necessárias junto ao setor de Artes Gráficas a fim de que os impressos destinados à Comarca da Capital sejam confeccionados com urgência e os MM. Juizes Corregedores dos Cartórios Contadores determinarão, por sua vez, urgente confecção de idênticos impressos pelos cartórios respectivos.

Artigo 7.º - O artigo 59 do Provimento CG. n.º 2/78 e o item 68 do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passam a ter a seguinte redação:

"O contador, ao elaborar contas de liquidações que incluam verbas sujeitas à retenção do imposto sobre a renda na fonte, deverá destacar os montantes devidos a esse título, mediante a aplicação do percentual determinado por lei, excetuando-se, entretanto, as contas relativas à requisição reajustável, pois, nesse caso, o cálculo de aludido imposto será realizado pelo Cartório do feito por ocasião do levantamento, anotando na respectiva guia o valor a ser retido".

Artigo 8.º - Este Provimento entrará em vigor, no tocante às determinações de confecção de impressos, na data de sua publicação, e, no tocante à utilização prática dos novos modelos, no dia 1.º de março de 1982, revogadas as disposições em contrário.

...ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA

CARTÓRIO DO ...º OFÍCIO

COMARCA DA CAPITAL Corregedoria Gemi

da Justiça
24 ! 1

Ofício n.º

Processo n.º .

Em .. de .. de

Senhor

Pelo presente, expedido nos autos da ação de desapropriação movida

pela contra.....

.....,requisito a Vossa Excelênciao

depósito,.....das importâncias que seguem, indicadas em número de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, cujo valor será o do dia da efetivação do depósito no estabelecimento bancário referido.

Deverá ser anexada à guia de depósito "xerox" da conta de liquidação, com sua Coluna III preenchida, a fim de que o estabelecimento bancário possa conferir os cálculos e remetê-los a este Juízo, mediante o envio da mesma "xerox" mencionada.

Acompanham o presente "xerocópias" das peças exigidas pelo Ato n.º 3/74, da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e pelo Provimento n.º ... /..., da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça.

Apresento a Vossa Excelência meus cumprimentos e manifesto-lhe minha elevada consideração.

(.....)

JUIZ DE DIREITO

Ao Excelentíssimo Senhor

PROVIMENTO N.º, 4/82

Dá nova redação ao item 20 do Capítulo XIV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e
Considerando o decidido no Processo CG. n.º 61.444/82,
RESOLVE:

Artigo único - O item 20 do Capítulo XIV (Do Cartório de Notas), das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, aprovadas pelo Provimento n.º 5/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

**NORMAS DE SERVIÇO DA CORREGEDORIA
GERAL DA JUSTIÇA**

**CAPÍTULO XIV
DO CARTÓRIO DE NOTAS**

"20. Para preservação do princípio da continuidade, os tabeliães devem evitar atos relativos a imóveis sem que o título anterior esteja transcrito ou registrado na matrícula do imóvel".

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 15 de abril de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da
D.O.J., de 21-4-82.

PORTARIA N.º 186/81

Institui modelo padronizado de carta precatória nos ofícios de justiça cível da Capital e comarcas do Interior do Estado.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que os ofícios de justiça não mantêm uniformidade na confecção de cartas precatórias;

Considerando que tal situação dificulta o manuseio e entendimento dessas comunicações, acarretando perda de tempo;

Considerando, finalmente, a necessidade de instituir, em todo o Estado, um modelo padrão de carta precatória,

DETERMINA:

Art. 1.º - Fica instituído modelo único de carta precatória nos ofícios de justiça cível da comarca da Capital e das comarcas do Interior do Estado (modelo anexo).

§ 1.º - O modelo servirá, indistintamente, para deprecar intimações, citações, avaliações, depoimentos e outros atos, e terá 215 (duzentos e quinze) milímetros, por 315 (trezentos e quinze) milímetros, confeccionado em papel tipo sulfite, 24 (vinte e quatro) quilos.

§ 2.º - No campo reservado à "advertência" constará, sob carimbo, se for o caso, e se o litígio versar sobre direitos disponíveis, que não sendo contestada a ação se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 223, § 1.º e 285), bem como outras ocorrências de relevo, como, por exemplo, se se trata de justiça gratuita; caráter de urgência da precatória, etc.

§ 3.º - No campo destinado à "finalidade da carta poderão ser utilizadas fórmulas impressas, desde que não se alterem a forma e as disposições do modelo instituído.

Art. 2.º - O impresso será preenchido em 3 (três) vias, servindo a cópia de contrafé, quando do cumprimento da precatória no juízo deprecado (Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, III-66).

Art. 3.º - Deverá, obrigatoriamente, constar das cartas precatórias o valor da causa (Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, IV-58).

Art. 4.º - O juiz declarará o prazo dentro do qual deverão ser cumpridas as cartas (CPC, art.

203).

Art. 5.º - Aos cartórios oficializados fica concedido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a utilização do modelo atualmente em estoque, findo o qual passarão, obrigatoriamente, a fazer uso do novo impresso.

Parágrafo único - Os cartórios não oficializados deverão utilizar o novo modelo após ter-se esgotado o estoque do impresso existente.

Art. 6.º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 22 de outubro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
23/24 e 27-10-81

PORTARIA CG. N.º 213/81

Institui modelo padronizado de carta precatória nos ofícios de justiça criminal da Capital e comarcas do Interior do Estado.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que os ofícios de justiça criminal não mantêm uniformidade na confecção de cartas precatórias;

Considerando a necessidade de instituir, em todo o Estado, um modelo padrão de carta precatória,

DETERMINA:

Art. 1.º - Fica instituído modelo único de carta precatória nos ofícios de justiça criminal da comarca da Capital e das comarcas do Interior do Estado (modelo anexo).

§ 1.º - O modelo servirá, indistintamente, para deprecar intimações, citações, exames periciais, depoimentos e outros atos, e terá 215 (duzentos e quinze) milímetros, por 315 (trezentos e quinze) milímetros, confeccionado em papel tipo sulfite, 24 (vinte e quatro) quilos.

§ 2.º - No campo reservado à "advertência" constará, se for o caso, que se trata de réu preso, ou de réu menor, bem como outras ocorrências de relevo, como, por exemplo, se se trata de justiça gratuita; caráter de urgência da precatória, etc.

§ 3.º - No campo destinado à "finalidade" da carta precatória poderão ser utilizadas fórmulas impressas, desde que não se alterem a forma e as disposições do modelo instituído.

Art. 2.º - O impresso será preenchido em 3 (três) vias, servindo a cópia de contrafé, quando do cumprimento da precatória no juízo deprecado (NSCGJ, III-66).

Art. 3.º - O juiz declarará o prazo dentro do qual deverão ser cumpridas as cartas (NSCGJ, V-67).

Art. 4.º - Aos cartórios oficializados fica concedido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a utilização do modelo atualmente em estoque, findo o qual passarão, obrigatoriamente, a fazer uso do novo impresso.

Parágrafo único - Os cartórios não oficializados deverão utilizar o novo modelo após ter-se esgotado o estoque do impresso existente.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 5 de dezembro de 1981.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.L. de 3-12-81.

PORTARIA N.º 225/81

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, usando de suas atribuições legais, e

Considerando que, de acordo com o item IV, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a distribuição, nas Varas Distritais, deve ser feita alternadamente pelos respectivos Ofícios de Justiça, sob a responsabilidade do escrivão e fiscalização direta do Juiz (Prov. CSM LXXIII/72);

Considerando que, por falta de criação dos cargos respectivos, ainda não ocorreu a instalação, nas Varas Distritais, dos Ofícios de Distribuição e Anexos, previstos pela Resolução n.º 2/76, do

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, serventias que, futuramente, "exercerão, no âmbito dos respectivos foros distritais, os serviços de distribuidor, partidor e contador, bem como a Corregedoria permanente;

Considerando que os dispositivos previstos no Capítulo VII, das "Normas de Serviço", são aplicáveis, no que couber, à distribuição na Comarca da Capital;

Considerando que, resguardadas as peculiaridades locais, urge baixar instruções sobre a distribuição de feitos, objetivando o aperfeiçoamento e a uniformização dos serviços pertinentes, RESOLVE:

Art. 1.º - Nas Varas Distritais da Capital, conforme Provimento que de comum acordo editarem e do qual se enviará cópia à Corregedoria Geral da Justiça, os Juizes presidirão pessoalmente à distribuição de feitos, em períodos alternados, semestrais ou anuais, facultada a recondução.

Art. 2.º - Os feitos serão distribuídos mediante sorteio, com observância, no que couber, das disposições previstas no Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Parágrafo 1.º - As audiências de distribuição serão públicas, realizando-se diariamente, às 13 horas do dia subsequente à entrada das petições no guichê de recepção.

Parágrafo 2.º - Os feitos de natureza urgente serão distribuídos no ato da apresentação, encaminhando-se imediatamente ao juízo competente.

Parágrafo 3.º - Em relação aos pedidos de homologação de divórcios e de separações consensuais é facultada a aplicação da sistemática prevista no Provimento n.º CXXV/81, do Egrégio Conselho Superior da Magistratura.

Art. 3.º - As petições iniciais, cartas de ordem, rogatórias e precatórias, após o recolhimento das custas e das despesas de condução dos Oficiais de Justiça, serão recebidas no período das 13 às 17 horas, com exceção das medidas de natureza urgente, que poderão ser protocoladas até às 18 horas.

Parágrafo 1.º - Para evitar perecimento de direito, em caso de impossibilidade de prévio recolhimento das custas, poderá ser feita a distribuição ou praticado ato dela dependente, mediante despacho do juiz corregedor da distribuição, ou de seu substituto legal.

Parágrafo 2.º - No primeiro dia útil imediato, em que houver expediente bancário, será apresentada a prova de recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Parágrafo 3.º - O funcionário encarregado, utilizando-se de relógio datador, consignará no documento recebido, bem como no protocolo respectivo, a data e a hora da apresentação.

Parágrafo 4.º - Idêntico procedimento será observado em matéria criminal, firmando-se recibo nos livros de cargas providos dos Distritos Policiais, ou, quando for caso, entregando-se cartão de protocolo ao peticionário.

Parágrafo 5.º - Relativamente às comunicações de prisão em flagrante serão observadas as normas traçadas pelo Prov. n.º 9/78.

Art. 4.º - Diariamente será afixada, no local de costume, uma relação dos feitos cíveis e criminais distribuídos, remetendo-se cópia à Imprensa Oficial, para publicação no "Diário da Justiça".

Parágrafo 1.º - Em relação aos feitos cíveis, a publicação discriminará apenas o número do protocolo, a vara sorteada e o nome do advogado signatário da inicial.

Parágrafo 2.º - Tratando-se de cartas precatórias, constarão os seguintes dados: juízo deprecante e ofício de justiça respectivo, número do processo, natureza da ação, nome das partes e vara sorteada.

Art. 5.º - Serão encaminhadas diariamente ao 1.º e ao 2.º Distribuidores Criminais, juntamente com a relação dos inquéritos policiais, processos sumários e queixas-crime entrados na Vara Distrital (impresso 1140), tantas fichas quantos sejam os indiciados, réus ou querelados, relativas ao mesmo período.

Parágrafo único - Cada ficha corresponderá a um indiciado, réu ou querelado e, preenchida em cartolina (Código 1224), cor branca, 5x3, conterá o nome em letras maiúsculas e o prenome daquele, o número do inquérito ou processo, a indicação do Distrito Policial ou da Vara Criminal, natureza do delito, data da entrada na Vara Distrital e os prenomes, nomes completos e qualificação de todos os indiciados, réus ou querelados e das vítimas.

Art. 6.º - As relações e fichas de distribuição cível deverão ser encaminhadas, diariamente, aos Cartórios do 1.º, 2.º e 3.º Distribuidores Cíveis.

Art. 7.º - Os casos omissos serão resolvidos pelo juiz que estiver exercendo a presidência da distribuição.

Art. 8.º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 1.º, de janeiro de 1982.

São Paulo, 30 de dezembro de 1981.

Desembargador Bruno Alfonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J., de 4-2-82

PORTARIA CG. N.º 11/82

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido pelo Egrégio Conselho Superior da Magistratura, no Processo n.º GP/12, Considerando o contido no Processo C.G. n.º 60.686/82,

RESOLVE:

Art. V - Fica determinada a instalação, na Comarca da Capital, de Anexos Fiscais dos quatro Ofícios da Fazenda Municipal, para atendimento das execuções fiscais promovidas pela Municipalidade de São Paulo, enquanto não embargadas.

Art. 2.º - Os Juizes de Direito das Varas da Fazenda Municipal disciplinarão o funcionamento e os serviços dos respectivos Anexos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se, oficiando-se.

São Paulo, 1.º de fevereiro de 1982.

Eu, (a) (Bela Irahya Pereira Cintra de Paula), Diretora do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça, lavrei e subscrevi.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J., de 4-2-82.

PORTARIA CG. N.º 10/82

Autoriza o recolhimento de custas, emolumentos, contribuições Imposto de Transmissão Causa Mortis e multa de mora nos Postos Especiais de Prestação de Serviços (PEPS) da CEESP e do Banespa, nas Varas Distritais da capital

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de simplificar e facilitar o pagamento, pelas partes, das custas, emolumentos, contribuições e outros tributos relativos à prática de atos judiciais;

Considerando que, atualmente, as partes têm de locomover-se até às agências bancárias localizadas no Fórum Central para efetuar tais pagamentos, o que lhes causa transtornos e acarreta morosidade no andamento ou encerramento dos processos afetos às Varas Distritais;

Considerando, ainda, as decisões proferidas pelo Senhor Coordenador da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, nos Processos SF n.º 3.582/78 e SF n.º 13.410/81, em nome da Corregedoria Geral da Justiça, autorizando os PEPS da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A. e Banco do Estado de São Paulo S/A., localizados em Varas Distritais, a arrecadar tributos, na forma e condições estabelecidas na Portaria CAT n.º 7, de 9 de março de 1971.

RESOLVE:

Art. 1.º - As custas, emolumentos e contribuições relativas a atos judiciais, como, por exemplo, nos casos de extração de formais de partilha, alvarás, mandados de averbações, certidões, cartas de sentença e de adjudicação, praticados nos feitos em curso nas Varas Distritais da Capital, enumeradas no artigo 2.º, poderão ser recolhidas nos respectivos Postos Especiais de Prestação de Serviços (PEPS) já instalados.

Parágrafo único - Poderão, ainda, ser efetuados os recolhimentos referentes às receitas de código:

I - 551 - Multas de Mora sobre outros Impostos;

II - 702 - Tributo Extinto (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis);

III - 937 - Valor total das importâncias arrecadadas sob os códigos 028 (Imposto de Transmissão Causa Mortis) e 551 (multas de mora sobre Impostos de Transmissão Causa Mortis).

Art. 2.º - Os recolhimentos discriminados no artigo 1º e seu parágrafo único serão efetuados nas seguintes instituições financeiras:

I - Postos Especiais de Prestação de Serviços da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A. (CEESP), localizados nas seguintes Varas Distritais:

a) Casa Verde;

- b) Ibirapuera;
- c) Ipiranga;
- d) Itaquera;
- e) Jabaquara;
- f) Lapa;
- g) Penha de França;
- h) Pinheiros;
- i) Santana;
- j) Santo Amaro;
- l) Saúde;
- m) Tatuapé;
- n) Vila Maria.

II - Postos Especiais de Prestação de Serviço do Banco do Estado de São Paulo S/A. (Banespa), localizados nas seguintes Varas Distritais:

- a) São Miguel Paulista;
- b) Vila Prudente.

Art. 3.º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 27 de janeiro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J., de 29-1-82.

PORTARIA N.º 46/82

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições;

Considerando a necessidade de alteração da Portaria CG. 22/80, para se evitar equívocos e distorções no trato de autoridade para autoridade, e;

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 61.008/82,

DETERMINA:

Art. 1.º - O artigo 11 da Portaria n.º 22/80, da Corregedoria Geral da Justiça, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.º - Nos pedidos de Habeas Corpus impetrados em 1.º Instância, sob o fundamento de estar o paciente sofrendo prisão ilegal, o Escrivão, Diretor de Divisão, exceção feita à hipótese em que a impetração estiver acompanhada de documentação que comprove a ilegalidade da coação, providenciará, por ordem judicial, a imediata expedição de ofício à autoridade policial apontada como coatora, requisitando informações e levando, incontinenti, esse ofício à assinatura do Juiz de Direito competente. Ultrapassado o prazo de 48 horas, os autos serão remetidos ao Juiz, com ou sem resposta, para a necessária deliberação.

Parágrafo 1.º - Nos casos de Habeas Corpus preventivo, a expedição de pedidos e informações ficará na dependência de antecipada determinação judicial".

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 29 de março de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J., de 2-4-82.

PROCESSO CG. N.º 57.825/81

Capital - Int.: Ordem dos Advogados - Seção de São Paulo.

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

Pelo Provimento n.º 9/81, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, foi acrescido subitem ao item 1 do Capítulo XVIII da Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, nestes termos:

"1.1 - Os atos constitutivos e os estatutos das sociedades civis só serão admitidos a registro e arquivamento quando visados por advogados (Art. 71, 4.º, da Lei n.º 4.215, de 1963, na redação da Lei n.º 6.884, de 1980)".

Posteriormente, o Sr. Escrivão do 1.º Cartório de Registro de títulos e Documentos, da Capital, endereçou consulta, pretendendo saber se a providência deve ser exigida, também, nos

instrumentos modificativos ou alteradores de estatutos ou atos constitutivos de sociedades, tendo sido encaminhada à consideração do Dr. Juiz de Direito da 14 Vara dos Registros Públicos (cf. fls. 54/5).

Vem, agora, a comunicação daquele resp. Juízo, com a resposta no sentido de que "os Senhores Oficiais dos Cartórios de Registros de títulos e Documentos, com Anexo do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, deverão exigir o visto de advogado, quer quando do registro e arquivamento dos primeiros atos constitutivos e estatutos das sociedades civis, bem como por ocasião de suas alterações" (fls. 60/1).

Penso, Senhor Desembargador, que a solução dada à consulta, pelo ilustre Magistrado, deva ser encampada pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, como interpretação do novo subitem (Provimento n.º 9/81).

Assim, a exigência de visto de advogado, contida no subitem 1.1, do item 1, do Capítulo XVIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça deve estender-se às emendas ou reformas dos atos constitutivos e estatutos das sociedades civis.

É o parecer que, respeitosamente, submeto à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, data retro.

Dr. Osvaldo Caron - Juiz de Direito Corregedor".

D.O.J., de 6-11-81.

PROCESSO CG. N.º 58.278/81

São Sebastião - Int.: Juízo de Direito.

"1. Trata-se da Portaria n.º 2/81, do MM. Juiz de Direito da Comarca de São Sebastião, remetida a esta Corregedoria para apreciação e eventual aprovação, onde foi autorizado o uso de fotocópias, conforme modelo anexo (fls. 4), "por parte do Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca, para efetuar os registros de instrumentos particulares que até à presente data vêm sendo feitos manuscritamente, que segundo o Escrivão daquele Cartório, redunda em trabalho em dobro, com prejuízo para as partes e serventias" (textual) (fls. 2/4). Sustada provisoriamente a referida Portaria (fls. 5), juntaram-se precedentes (fls. 7/19) e informações suplementares (fls. 30/31).

2. Passo a examinar a espécie.

Observe-se, desde logo, que, realmente, em diversos Provimentos, tem-se autorizado a extração de certidões, formais de partilha, registros de sentenças, etc., pelo processo de cópias reprográficas (fls. 7/19).

Inegável, portanto, que, em princípio, a adoção de sistema de xerocópia para o registro em folhas soltas, de títulos e documentos, conforme solicitado pelo Oficial, poderia simplificar e agilizar boa parte de serviço cartorário.

Não obstante, além de se tratar de serventia com número insuficiente de registros para a introdução da inovação pretendida (de 15 a 30 registros mensais) (fls. 31, ainda penso que o referido sistema não poderá ser adotado, tendo em vista obstáculo legal.

Assim, tenho que as títulos e documentos deverão ser transladados, na íntegra ou resumidamente, com fidelidade, no livro respectivo (Arts. 132, 136, 137, 142 e §§ V e 29 e 143 da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973), escrevendo-se "na parte superior de cada página do livro", "o título, a letra com o número e o ano em que começam" (art. 133). À margem do registro ficará espaço para serem "averbadas quaisquer ocorrências que os alterem, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas que nos atos figurem, inclusive quanto à prorrogação dos prazos" (art. 128). Também na hipótese de cancelamento, "quando não for suficiente o espaço da coluna da averbação, será feito novo registro, com referências recíprocas, na coluna própria" (grifei) (art. 165, Parágrafo único).

E, tratando-se de registro integral, para que se afastem dúvidas e incertezas, quanto à autenticidade do documento, "o apresentante do título para registro integral poderá também deixá-lo arquivado em cartório ou a sua fotocópia, autenticada pelo oficial, circunstâncias que serão declaradas no registro e nas certidões" (art. 161, § 1.º).

Por outro lado, "sem prejuízo do disposto no referido art. 161" ainda é facultado ao oficial, principalmente em cartório com grande número de registro, "efetuar o registro por meio de microfilmagem, desde que, por lançamentos remissivos, com menção dos documentos apresentados, sejam os microfilmes havidos como partes integrantes dos livros de registros, nos

seus termos de abertura e encerramento" (grifei) (art. 141).

No caso, portanto, embora conste do modelo remetido a observância da exigência contida no art. 133 da Lei de Registros Públicos, constata-se que o sistema não permitirá que se reserve espaço para as averbações de quaisquer ocorrências (art. 128).

Ademais, o sistema de fotocópias dos documentos em folhas soltas, embora semelhante à microfilmagem, não atende integralmente às exigências legais, a fim de que possa oferecer a igual segurança e eficácia. Assim, além de não possibilitar a correta sucessão dos registros trasladados (arts. 152 e 142, § 1º da Lei n.º 6.015/73), suas folhas soltas correrão o risco de serem extraviadas e sujeitas aos artifícios próprios dos processos reprográficos.

3. Destarte, por não atender integralmente às exigências da Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015, de 31-12-1973), opino, s.m.j., pela suspensão definitiva do Provimento n.º 2/81, do MM. Juiz de Direito da Comarca de São Sebastião, dando-se ciência aos interessados.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 23 de outubro de 1981.

JUIZ DE DIREITO CORREGEDOR".

DESPACHO: - "Aprovo, publicando-se. S.P., 26-10-81.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça".

D.O.J., de 31-10-81.

PROT. CG. N.º 38.399/81

Capital - Int.: Instituto de Estudos de Protesto de Títulos.

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:

"INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS

São Paulo, 4 de dezembro de 1981.

Excelência

Temos a honra de nos dirigir à Vossa Excelência para solicitar a publicação por essa E.

Corregedoria de Justiça, no Diário Oficial, por algumas vezes, da anexa notícia sobre a breve distribuição de alterações de folhas, e da forma para a renovação e assinatura inicial da edição em folhas soltas das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossa manifestação de elevado apreço e distinta consideração.

Marcos Milani - Presidente

Edison Josué Campos de Oliveira - Secretário Executivo Ao

Exmo. Sr. Dr.

Desembargador Bruno Affonso de André

D.D. Corregedor Geral da Justiça".

"EDIÇÃO EM FOLHAS SOLTAS DAS

NORMAS DE SERVIÇO DA CORREGEDORIA

GERAL DA JUSTIÇA

O Instituto de Estudos de Protesto de Títulos esclarece aos assinantes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, publicadas; em volume de folhas soltas, que a elaboração das Normas, a organização e a supervisão da impressão são da competência da Corregedoria, a quem devem ser encaminhadas as sugestões e comentários. Ao Instituto compete apenas o dispêndio do custo financeiro, e o direito de distribuição.

Comunica ainda que estão em fase de impressão as folhas referentes às alterações havidas até o Provimento n.º 31/81 publicado no dia 3 de dezembro, e estas alterações serão distribuídas aos atuais assinantes, dentro dos direitos inerentes e assinatura de 1981.

O preço da assinatura para 1982 foi fixado em Cr\$ 7.000,00 custo que compreende o recebimento de:

1.º - Uma pasta fichário plastificada no tamanho 20 em x 23 em.

2.º - As normas de Serviço impressas em folhas soltas.

3.º - Todas as alterações já editadas e as que se fizerem até o final do ano de 1982, impressas em folhas soltas.

4.º - A orientação necessária ao uso desse sistema.

Para aqueles que já são assinantes da edição das Normas em folhas soltas, o preço da

assinatura, para receber apenas as alterações a serem publicadas no ano de 1982 será de Cr\$ 3.000,00.

Os pedidos, da assinatura inicial, ou da renovação, poderão ser feitos pelo Correio ou pessoalmente, das 14 às 18 horas no:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua da Quitanda n.º 113 - 4.º andar - conj. 41

CEP 01012

(enviar cheque pagável na Capital)."

D.O.J., de 11-12-81.

PROC. CG. N.º 44.749/76 PROT. CG. N.º 37.175/81

Capital - Int.: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Divisão de Administração de Carteiras Autônomas, Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paulo).

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:

"SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Divisão de Administração de Carteiras Autônomas Carteira de Previdência dos Advogados de São Paulo C.A. n.º 6/81

CONSELHO

São Paulo, em 25 de novembro de 1981.

Exmo. Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

Vimos comunicar à Vossa Excelência que a contribuição devida pela juntada de Mandato Judicial (Código 304 - Guia de Recolhimento de Custas e Emolumentos, Mod. 9), prevista no artigo 48 da Lei Estadual n.º 10.394/70, passará a ser de Cr\$ 239,00 (duzentos e trinta e nove cruzeiros), por mandante, assim considerado também o casal, isto é, 2% do salário-mínimo efetivo vigente no Estado de São Paulo.

Ante o exposto, solicitamos à Vossa Excelência se digne de dar conhecimento, aos serviços de Distribuição de V Instância, de que a nova contribuição deverá vigorar a partir de V de novembro.

Atenciosamente,

Raif Kurban - Presidente do Conselho

À Sua Excelência

Dr. Desembargador Bruno Affonso de André

DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

CAPITAL".

D.O.J., de 19.12-81.

PROCESSO CG. N.º 58.736/81

Jales - Int.: Juízo de Direito. DESPACHO proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

"Aprovo. Publique-se a manifestação e também o parecer.

S.P., 2-12-81.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça". "Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

O MM. Juiz de Direito de Jales encaminhou à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, consulta formulada pelo Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca, sobre a obrigatoriedade do uso da expressão "Em testemunho (sinal público) da verdade" no fecho dos atos notariais, visto lhe ter sido apresentado, para averbação, documento em que omitida essa expressão no reconhecimento notarial de firma.

Os autos foram encaminhados ao eminente Presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção de São Paulo - Dr. Antônio Augusto Firmo da Silva, que se manifestou, no sentido disso se constituir formalidade essencial, a ser cumprida pelo notário.

As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Cap. XIV, item 18) não mencionam, expressamente, essa exigência, para a validade e solenidade das escrituras públicas, indicando,

todavia, o termo de encerramento (letra "o"). É evidente, porém, que devem ser subscritas pelo Tabelião (cf. Moacyr Amara] Santos, "Prova Judiciária no Cível e Comercial" vol. IV, pág. 105, Max Limonad, 3.º, ed., 1966).

Quanto ao ato notarial de reconhecimento de firma, as Normas silenciam, igualmente, nesse ponto.

2. Penso, Senhor Desembargador, que a ausência do clássico "em testemunho da verdade", entremeado do sinal público do notário, não invalida, por si só, o ato notarial.

O que importa, por um conjunto de elementos, é a certeza da existência regular do ato.

Um deles, em se tratando de instrumentos e atos avulsos, é que o notário - o Tabelião, ou sendo caso, o Escrevente autorizado não se limite a apor sua rubrica - firma abreviada, ou assinatura do nome em breve, mas assinatura, ou firma, por extenso.

Essa regra deve ser observada, inclusive no reconhecimento de firma. Aliás, anota Silva Ferrão, os atos de reconhecimento, por serem avulsos, "devem conter a dupla garantia dos sinais público e particular do Notário; isto é, devem ser assinados em público e raso" ("Guia Prática de Formulário do Tabelião de Notas no Brasil", pág. 286, nota 485, Tipografia Nacional, 1870).

Além disso, ainda no caso de reconhecimento de firma, será imprescindível a afirmação do Tabelião, ou do Escrevente autorizado, de que a reconhece verdadeira ou autêntica, ou, ao menos, semelhante em relação aquelas constantes de sua ficha padrão (cf. Silva Ferrão, op. cit., pág. 285; e Normas de Serviço, Cap. XIV-69).

3. Assim, é de todo recomendável a observância da manifestação da Egrégia Presidência do Colégio Notarial do Brasil, Seção de São Paulo, com a determinação de que, ao menos, o Tabelião ou, sendo caso, o Escrevente autorizado, na subscrição de instrumentos ou atos notariais avulsos - neles incluídos os de reconhecimento de firma - devem apor sua assinatura particular, ou seja, por extenso, não em breve; em outras palavras, devem, ao menos, assinar, não simplesmente rubricar.

É o parecer que, respeitosamente, submeto à preclara consideração de Vossa Excelência. São Paulo, 30 de novembro de 1981.

Dr. Osvaldo Caron - Juiz de Direito Corregedor".

MANIFESTAÇÃO DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL

"Excelentíssimo Senhor Desembargador.

O zeloso Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jales, deste Estado, por intermédio do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito daquela comarca, consulta sobre a obrigatoriedade legal do uso das expressões "Em testemunho (sinal público) da verdade" no ato notarial de reconhecimento de firma.

Com a devida vênia, é esta mais uma oportunidade para ressaltarmos, como há mais de trinta anos vimos fazendo, a necessidade absoluta da atualização do processo e da função notarial, mediante a edição de uma lei orgânica do notariado brasileiro, pela qual, o Colégio Notarial do Brasil vem insistentemente envidando os seus esforços junto ao Governo Federal, sem entretanto conseguir resultados positivos.

A dúvida do Sr. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Jales nos leva a consultar a legislação de quase quatro séculos atrás, ou seja as Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas por Mandado Dél Rei D. Felipe, O Primeiro, em 11 de janeiro de 1603, denominadas "Ordenações Filipinas".

E a essa legislação recorremos porque, sobre a matéria, objetivamente, nada existe na legislação nacional. Apoiamos essa afirmativa na abalizada opinião do douto Professor José Carlos Moreira Alves, ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal que, em erudita conferência pronunciada por ocasião do V Congresso Notarial Brasileiro, realizado em Brasília, de 5 a 9 de abril de 1978, afirmou com argumentos jurídicos indiscutíveis que, salvo para os testamentos, os demais atos da função notarial continuavam, na atualidade, regidos pelas citadas Ordenações Filipinas, face a omissão do Código Civil Brasileiro em vigência, sobre a matéria (vide Anais do V Congresso Notarial Brasileiro).

A exigência do sinal público notarial verifica-se no parágrafo 44 do Título 1 e no parágrafo 1.º do Título LXXX do Primeiro Livro das Ordenações do Reino.

Vejamos então nas lições dos tratadistas como e quando deve o notário usar o seu sinal público. José Homem Corrêa Telles em seu "Formulário dos Contratos, Testamentos e de outros atos do Tabelionato" (pág. 68 e seguintes, Edição B. L. Garnier, 1881), no parágrafo 76 diz que "uma obrigação dos tabeliães é ter cada um seu Sinal Público, a respeito do qual rege a Legislação citada pelos Escritores da matéria". Que "deve o tabelião adaptar um Sinal Público, e será bom,

que este dificilmente se possa imitar" e "que junte à sua assinatura, seja seu próprio e distinto de qualquer outro, e difícil de imitar-se, fazendo-o sempre do mesmo modo sem diferença alguma" (§ 77).

No parágrafo 83 ensina o ilustre autor que "o sinal público põe-se em todos os Instrumentos e Atos avulsos que sem ele não se reputam autênticos, como a aprovação de testamentos e codicilos, de Protestos, de Posse, assim como nos Traslados, nas públicas-formas, e nos Reconhecimento de Letras e Firmas".

Já na certidões, que são cópias de escrituras ou de Registro, nos Livros de Notas, é de mais o "Sinal Público" e portanto "assina o Tabelião em raso, isto é, com a sua assinatura particular somente". § 86).

No parágrafo 87 diz o autor que "Sinal Público" é sempre acompanhado das seguintes palavras - Em testemunho da verdade - as quais devem ser repartidamente escritas pelo Tabelião; isto é, em duas partes, metade de cada lado do Sinal, assim: Em testemunho (sinal) da verdade, seguindo-se imediatamente, e por extenso, assinatura do Tabelião".

Em sua obra "Guia Prática e Formulário do Tabelião de Notas no Brasil" (Edição de 1870, págs. 49 a 53), Pires Ferrão conceitua o "Sinal Público" como meio de dar maior autenticidade a alguns atos que o notário escreve ou referencia.

Joaquim de Oliveira Machado em sua obra "Novíssima Guia Prática dos Tabeliães" (Edição H. Garnier, 1904, pág. 70), dentre as obrigações do Tabelião insere a de adotar e escrever em todos os atos avulsos o "Sinal Público". O "sinal raso", diz o autor, não é mais do que a firma particular de que usa nos atos comuns qualquer indivíduo. O Tabelião emprega-o em todos os atos lavrados ou lançados em qualquer livro. O "Sinal Público" é o que o serventuário adota no ato da investidura e dele usa em todos os papéis avulsos, citando entre eles o reconhecimento de firma.

A única referência que o Código Civil Brasileiro faz ao sinal público está no inciso VIII do artigo 1638 do Código Civil Brasileiro, onde determina os requisitos essenciais do testamento cerrado. Em conclusão, de acordo com as lições dos tratadistas acima referidos, entendemos, s.m.j., que o uso do sinal público notarial que se faz entremeados pelas expressões "Em testemunho da verdade" é formalidade essencial que o notário deve cumprir quando, no desempenho de sua função autenticadora, subscreve atos ou instrumentos avulsos, neles incluindo-se o reconhecimento de firma.

É o que, mui respeitosamente, nos cumpre manifestar à Vossa Excelência.

São Paulo, 10 de agosto de 1981.

Antônio Augusto Firmo da Silva - Presidente
D.O.J., de 4-12-81.

PROCESSO N.º 60.142/81 **Itararé - Int.: Juízo de Direito.**

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral:

1. O MM. Juiz Corregedor Permanente de Itararé encaminha consulta formulada por Guiomar Carvalho Berçot, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos daquela Comarca, declinando que, por petição datada de 29-12-75, requereu que, para o registro de títulos e documentos a serem lançados nos livros "B" (integral) e "C" (resumido), fosse utilizado o mesmo processo adotado pelos cartórios que mantém microfilmagem, com utilização, entretanto, de reprodução xerográfica dos documentos apresentados, sendo que, no caso, seriam anotados nos livros apenas a apresentação dos documentos, número do protocolo, natureza do título e nomes das partes ou interessados, arquivando-se, por fim, em pastas próprias, as xerocópias extraídas. Acrescenta que tal requerimento obteve deferimento do MM. Juiz da Comarca, baixando-se Portaria e passando o Cartório a utilizar-se do referido sistema, com notória simplificação dos serviços, sem quebra de segurança.

Prossegue esclarecendo que, durante os trabalhos correlacionais de setembro p.p., determinou o Senhor Corregedor Geral que, "no registro do livro "B" de Títulos e Documentos, o mesmo deveria ser integral e não resumido".

Entende a requerente, que o sistema de registro por extrato, mediante arquivamento de xerocópias de títulos apresentados, é muito mais simples que o registro integral, ensejando maior rapidez e eficiência aos serviços, sem quebra de segurança e sem qualquer prejuízo aos

interessados. Aduz, finalmente, que o sistema surgiu da interpretação analógica do art. 141 da LRP., entendendo, por isso, deva ser ele mantido, eis que comprovado o acerto de sua adoção. Sucintamente relatados, passo a opinar.

2. "Data máxima venia", a pretensão da requerente, por não encontrar qualquer amparo legal e refugir a aprovação do sistema por ela alvitado da esfera de competência normativa desta Eg. Corregedoria Geral da Justiça, merece desacolhimento, devendo ser mantida a determinação constante do termo de correição.

Anoto, por primeiro, que a questão não é nova, tendo sido alvo de apreciação anterior, em parecer devidamente aprovado por Vossa Excelência, pelo qual se concluiu ser completamente incompatível com as exigências legais o sistema preterido pela requerente (Proc. CG. n.º 58.278/81).

3. Com efeito, relativamente à escrituração do livro "B", do Registro de Títulos e Documentos, é da essência do sistema registrário instituído pela Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para fins de sua conservação e validade contra terceiros, "atraso integral de títulos e documentos" (art. 132, II), contendo ele, dentre as colunas previstas para as declarações necessárias, a da "transcrição" (art. 136, 3.º), a qual consistirá na 'trasladação', a mais fiel e completa possível, dos originais apresentados (art. 142).

4. Sem qualquer fundamento jurídico, outrossim, a invocada aplicação analógica do disposto ao art. 141, da Lei dos Registros Públicos, para justificar a adoção do sistema sugerido.

No caso, embora aparentemente semelhantes, são totalmente distintos os processos de registro por meio de microfilmagem, expressamente facultado pela lei, e o de arquivamento de cópias reprográficas, alvitado na consulta encaminhada.

O primeiro facultativamente estabelecido, como exceção ao princípio da trasladação integral e fiel dos documentos, tem a sua razão de ser, pois, afora as garantias de duradoura e permanente conservação proporcionadas pelo sistema de microfilmagem, subordinado que está, por sinal, à adoção de todas as cautelas e formalidades previstas na Lei n.º 5.433, de 8 de maio de 1968 e seu regulamento baixado pelo Decreto n.º, 64.398, de 24 de abril de 1969, integram os microfilmes os livros de registro, vale dizer, nos precisos termos da Lei n.º 6.015/73, " ... ao oficial é facultado efetuar o registro por meio de microfilmagem, desde que, por lançamentos remissivos, com menção ao protocolo, ao nome dos contratantes, à data e à natureza dos documentos apresentados, sejam os microfilmes havidos como partes integrantes dos livros de registro, nos seus termos de abertura e encerramento" (art. 141).

Por sua vez, o outro, sugerido no petitório, consistente no arquivamento de reproduções xerográfica dos originais apresentados, cujos dados seriam, resumidamente, lançados no livro "B", desatende e contraria frontalmente as exigências legais, eis que, conforme expõe a Oficial consulente, as cópias reprográficas não irão constituir um livro de folhas soltas, mas tão-somente uma pasta de arquivo, circunstância que, sem dúvida, compromete a segurança do registro, visada pela Lei ao exigi-lo integral ou, excepcionalmente, por meio de microfilmagem, quer pela incontestável possibilidade de seu extravio, quer, ainda, pelo risco de se sujeitarem aos artifícios próprios dos processos reprográficos.

5. De resto, a espancar qualquer dúvida sobre a essencialidade legal do registro integral, afastando, assim, a viabilidade do sistema pretendido pela requerente, cabe ressaltar que é a própria Lei dos Registros Públicos que, sem dispensar a trasladação integral dos documentos apresentados a registro no livro "B", faculta, além disso, o arquivamento, em Cartório, do original ou de sua fotocópia autenticada pelo oficial (art. 161, § 1.º).

Aliás, por força deste dispositivo é que as "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" facultam a organização, como livro auxiliar do livro "B", de uma pasta classificadora de cópias reprográficas dos títulos, documentos e papéis levados a registro integral, cuja adoção, por óbvio, não dispensa, nem suprime, qualquer anotação ou lançamento necessário para o livro "B" (itens 13, 13.1 e 13.2, do Capítulo XIX, seção II).

6. Idênticos fundamentos se aplicam para a impraticabilidade do sistema almejado, relativamente à escrituração do Livro "C", somente dispensada para os Cartórios que adotem a microfilmagem (item 9, seção II, Capítulo XIX, das "Normas"), não só dada a singeleza dos lançamentos a serem, de forma resumida, nele efetuados, como, principalmente, em decorrência do perigo de extravio, ou mesmo, da possibilidade de artifícios, a que se acham, de ordinário, sujeitas as cópias extraídas por processo reprográfico.

7. Pelo exposto, por contrariar as exigências da Lei dos Registros Públicos, opino, s.m.j., pelo desacolhimento da pretensão contida na consulta, tendo em vista a inviabilidade, Me lege, lata",

do sistema propugnado, mantendo-se, conseqüentemente, a determinação constante do termo de correção.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 15 de março de 1982.

Juiz de Direito Corregedor".

DESPACHO: - "Aprovo este parecer. Publique-se como orientação.

S.P., 5-4-82.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça".

REC. CG. N.º 222/81

Itapetininga - Int.: Juízo de Direito da V Vara.

"Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça:

1. Ciba-Geigy Química S/A. representou perante a 1.ª Vara da Comarca de Itapetininga, demonstrando inconformismo contra determinação contida no termo da correção efetivada naquela localidade, relativa à proibição de recebimento, por parte do Cartório de Protestos, de títulos enviados pelo correio.

O MM. Juiz Corregedor Permanente, após análise da pretensão, deixou de exarar qualquer decisão, por entender que a referida orientação emanou de autoridade hierarquicamente superior, legalmente constituída como segunda instância no âmbito correccional. Ordenou, outrossim, a remessa do procedimento a esta Corregedoria Geral da Justiça.

2. É o relatório.

Passo a opinar:

O item 1.10 do termo de correção, conforme se constata da cópia juntada aos autos (fls. 13v.º), está assim vazado:

"Considerando os obstáculos decorrentes da apresentação de títulos por via postal, porque impossibilita o cartório de cumprir o Prov. CG. n.º 3/78, assim como não lhe permite o ressarcimento das despesas havidas; com a correspondência para remessa, ou do instrumento de protesto ou do cheque em nome do apresentante, à falta de previsão legal para sua cobrança, fica vedado que o cartório receba títulos para protesto a não ser por sua apresentação pessoal".

Vê-se, pois, que diversas justificativas motivaram a proibição, a qual, entretanto, penso não deva subsistir, tendo em consideração a perfeita viabilidade e indiscutível praticidade da sistemática alvitrada na postulação, que, por sinal, não se revela desconforme a texto expresso de lei ou de Normas desta Eg. Corregedoria Geral da Justiça.

3. O primeiro dos fundamentos que embasaram a questionada determinação diz respeito à impossibilidade de cumprimento do Provimento CG. n.º 3/78, hoje incorporado às "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (itens 35 e seguintes, seção II Cap. II).

À primeira vista, pode parecer que o apresentante, de início, nada tenha a pagar, desde que as custas e emolumentos ficassem a cargo do devedor.

Acontece, porém, que, na maioria das vezes, diante da possibilidade sempre presente, do não pagamento do título, costumam os Oficiais exigir, com base em permissivo legal (art. 4.º do Dec-lei n.º 203, de 25 de março de 1970), o depósito prévio das despesas totais dos atos a serem efetivados, nos limites das tabelas vigentes.

Assim sendo, para a hipótese de remessa de título via postal, para que o ato venha a ser praticado pelo Oficial, caberia ao apresentante-remetente enviar, também, o valor total das custas e emolumentos devidos.

Surgiria, aí, o primeiro obstáculo.

Como credor não comparece a Cartório, desde que exigido o depósito prévio, ficaria o recibo sem a sua assinatura na 2.ª via, o que contraria o disposto no item 36, letra "g", seção II, Cap. II, das "Normas".

Entendo, todavia, que tal óbice poderá ser facilmente superado.

Com efeito, a solução, para ser evitada a omissão e diante do silêncio, a respeito, do Provimento n.º 3/78 e das próprias "Normas", seria alcançada com a remessa da V via do recibo ao apresentante, também através do correio, mediante carta registrada ou com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante respectivo na 2.ª via, o que atenderá ao escopo objetivando por aquele Provimento, suprimindo-se a assinatura do interessado.

4. A outra justificativa, que ensejou a proibição constante do termo correcional, concerne à dificuldade de ressarcimento das despesas havidas com a correspondência necessariamente trocada entre o apresentante e o Oficial do Cartório de Protestos. Inobstante, parece-me, data venia", que tal impasse seria igualmente solucionável. É óbvio que todas as despesas decorrentes dos serviços postais poderão ser cobradas pelo Oficial; ficarão elas exclusivamente a cargo do credor interessado, que optou, à sua própria conveniência, por esta forma de apresentação. Isso ocorrerá ao ensejo da apresentação do título, enviado pelo correio, caso exigido a prévio depósito, ou a final, após a prática do ato, devendo constar a verba correspondente do recibo a ser necessariamente emitido. É claro que, na primeira hipótese, desde que exigido o depósito prévio, poderá o Oficial recusar a prática do ato, caso o apresentante deixe de enviar as verbas correspondentes às despesas postais.

5. Superada esta fase, uma vez prestados os serviços assim solicitados, ainda por carta poderá ser remetido o instrumento de protesto, ou o cheque de liquidação do título, este acompanhado do valor de reembolso das custas, emolumentos e despesas de condução eventualmente antecipadas pelo credor e pagas, a final, pelo devedor, se o apresentante não se interessar em providenciar a retirada em Cartório, pessoalmente ou através de portador autorizado, sempre correndo as despesas postais à sua exclusiva responsabilidade.

6. Para a hipótese de desistência do protesto de título remetido pelo correio, sua retirada somente poderá ser formalizada pessoalmente, ou por meio de portador autorizado, diante da quase completa impossibilidade material, quanto ao lapso temporal, de pretende valer-se o apresentante, para esse fim, da via postal. A esse propósito, não se admitirá o telegrama, pela sempre presente dificuldade de identificação precisa e necessária do remetente e, com muito maior razão, fica totalmente vedada a via telefônica, em face dos termos taxativos do item 58, seção VI, Cap. XV, das "Normas".

7. Para o efeito de comprovação documental dos atos assim praticados, bem como possibilitar seu controle e fiscalização, inclusive de âmbito correcional, deverão os Cartórios manter arquivada toda a correspondência, a esse respeito, trocada com os interessados, organizando-a convenientemente em pastas classificadoras.

8. Em suma, tenho que, Mata venia", os Oficiais de Cartórios de Protestos poderão receber títulos remetidos pelo correio, atendidas previamente as custas, emolumentos e despesas, inclusive postais, observadas as providências e cautelas recomendadas neste parecer. É evidente, outrossim, que tal sistemática, por impraticável, não poderá ser adotada em Comarcas onde exista o serviço de distribuição prévia de letras e títulos. Para o caso concreto, portanto, opino, s.m.j., pela revogação da determinação contida no termo de correição, admitindo-se o recebimento de títulos remetidos via postal, com a adoção de todas as cautelas constantes no presente. Por fim, tomo a liberdade de propor que, caso aprovado este parecer por Vossa Excelência, seja a matéria nele versada objeto de oportuna complementação das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, dando-se-lhe, desde logo, publicidade pelo Diário Oficial, para conhecimento e orientação dos interessados. À elevada apreciação de Vossa Excelência. São Paulo, 8 de março de 1982. Juiz de Direito Corregedor".

DESPACHO: - "Aprovo, publicando-se como norma de observância geral. S.P., 54-82. Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça".

PROCESSO CG. N.º 59.933/81

Capital - Int.: Juízo de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos.

Pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça, foi aprovado parecer, subscrito pelo Dr. Osvaldo Caron, MM. Juiz de Direito Corregedor, no sentido de acolher a orientação emanada do MM. Juízo da V Vara de Registros Públicos, da Comarca da Capital, objeto do Comunicado n.º 12/82, in verbis:

AOS OFÍCIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Srs. Oficiais do Registro de Imóveis do Estado que, atendendo à solicitação do MM.

Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, da Capital, acolheu a orientação no sentido de:

- a) ser objeto de registro, a sentença de separação judicial, de divórcio, ou que anula o casamento, quando decidir sobre partilha de bens imóveis, ou direitos reais registráveis (art. 167, inc. I-25, da Lei de Registros Públicos), e de
 - b) ser objeto de averbação, a sentença de separação judicial, ou de nulidade ou anulação de casamento, que não decidir sobre a partilha dos bens dos cônjuges, ou que apenas afirmar permanecerem estes, em sua totalidade, em comunhão, (art. 167, inc. II-14, da Lei de Registros Públicos), atentos, neste caso, para a mudança do caráter jurídico da comunhão, com a dissolução da conjugal (art. 267 do Código Civil) e surgimento da condominial "pro indiviso" (arts. 623 e segs. do Código Civil).
- D.O.J., de 17-2-82.

PROVIMENTO CG. N.º 35/81

Ementa - Dispõe sobre vigência dos critérios contidos na nota 321, I ao art. 123, Parágrafo único, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, para a comprovação de tempo de serviço prestado em serventia não oficializadas, pelos fiéis, datilógrafos, copistas ou Auxiliares, admitidos sem contrato escrito.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando, que a Corregedoria Geral da Justiça tem efetuado, via administrativa, a contagem do tempo de serviço prestado em serventias não oficializadas mediante observância dos critérios contidos na nota 321, I, ao art. 123, Parágrafo único, da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

Considerando, que essa prática decorre de liberalidade da Corregedoria Geral da Justiça, objetivando atender casos anteriores ao Decreto n.º 5.129, de 23-7-1931 (art. 21, § 1.º) e ao Decreto-lei n.º 159, de 28-10-1969 (art. 38), que tornaram obrigatório o contrato escrito;

Considerando, porém, que não mais se justifica a admissibilidade dessa medida, mesmo porque, sob pena de se cometer falta grave, "os auxiliares das serventias de justiça somente poderão iniciar sua atividade após concedido o arquivamento na Corregedoria Geral da Justiça, de uma via do respectivo contrato assinado com o titular da serventia e aprovado pelo Juiz Corregedor respectivo" (art. 38 do Decreto-lei n.º 159/69);

Considerando, finalmente, que, ao que tudo indica, poucos servidores restam comprovar tempo de serviço prestado sem prévio contrato escrito;

RESOLVE:

Art. 1.º - A partir de 30 de julho de 1982, a contagem de tempo de serviço prestado pelos fiéis, datilógrafos, copistas, ou Auxiliares (art. 76 da Resolução n.º 2/76) de serventias não oficializadas, só será obtida quando o interessado instruir o seu requerimento com os seguintes documentos:

- a) cópia ou certidão do contrato de trabalho;
- b) prova de contar 12 anos de idade à época do contrato (art. 165, X, da Constituição Federal);
- c) certidão fornecida pelo Cartório da Corregedoria Permanente, mencionando fontes de busca (nome, número de fls. dos livros de onde forem extraídos os dados), do início e término do exercício e das interrupções havidas ou não (faltas, férias, licenças e afastamentos). A partir de 1-10-1965, deverá a certidão mencionar, fundadas no Livro Ponto, o exercício mês a mês, discriminando as faltas (abonadas, justificadas, injustificadas) e as licenças (saúde e interesses particulares); e
- d) certidão, também fornecida pelo Cartório da Corregedoria Permanente, do registro ou não de penalidades por faltas disciplinares.

Parágrafo único - Todas as certidões deverão ser visadas pelo Juiz de Direito Corregedor Permanente da serventia.

Art. 2.º - Aos interessados cujos requerimentos venham ser protocolados na Corregedoria Geral da Justiça, antes da data fixada no artigo anterior, fica assegurada a apreciação com observância dos critérios contidos na nota 321, I, ao art. 123, Parágrafo único, da Consolidação de Normas da

Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81, art. 4.º).
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. São Paulo, 31 de dezembro de 1981.
Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
D.O.J., de 31.12.81.

COMUNICADO N.º 5/82
AOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA E AOS CONTADORES JUDICIAIS

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Srs. Escrivães dos Ofícios de Justiça e aos Contadores Judiciais, que devem observar as normas vigentes sobre arrecadação do imposto de renda retido na fonte, desprezando as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), sem prejuízo da exigência das vias necessárias, de DARF, para juntada aos autos do processo correspondente e arquivamento em cartório (Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, Caps. III-23 e II-27-f).
D.O.J., de 27-1-82.

COMUNICADO N.º 9/82
CARTAS PRECATÓRIAS

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Srs. Escrivães dos Ofícios de Justiça, das Comarcas do Interior do Estado, que as Cartas Precatórias a serem cumpridas no Foro desta Capital, quando remetidas pela via postal, deverão ser acompanhadas de cheque visado, a favor da Diretoria de Serviço de Distribuição, pagável em São Paulo, cujo montante englobe o valor das custas (Tabela I do Regimento de Custas e Emolumentos, Códigos 230 e 275) e despesas de condução do Oficial de Justiça, à razão de Cr\$ 600,00 por diligência (Cap. VI, Seção II, item 20 das "Normas de Serviço"), sob pena de imediata devolução ao Egrégio Juízo deprecante. Recomenda, outrossim, a leitura sistemática da Seção XXIV, do Diário da Justiça, na qual se publica diariamente a relação das precatórias distribuídas, a fim de que os ofícios reclamando eventual cumprimento das medidas deprecadas, sejam endereçados diretamente ao Juízo competente, e não ao Serviço de Distribuição.
D.O.J., de 2-2-82

COMUNICADO N.º 9 12/82
AOS OFÍCIOS DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Srs. Oficiais do Registro de Imóveis do Estado que, atendendo à solicitação do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, da Capital, acolheu a orientação no sentido de:

- a) ser objeto de registro, a sentença de separação judicial, de divórcio, ou que anula o casamento, quando decidir sobre partilha de bens imóveis, ou direitos reais registráveis (art. 167, inc. I-25, da Lei de Registros Públicos), e de
- b) ser objeto de averbação, a sentença de separação judicial, ou de nulidade ou anulação de casamento, que não decidir sobre a partilha dos bens dos cônjuges, ou que apenas afirmar permanecerem estes, em sua totalidade, em comunhão, (art. 167, inc. 11-14, da Lei de Registros Públicos), atentos, neste caso, para a mudança do caráter jurídico da comunhão, com a dissolução da conjugal (art. 267 do Código Civil) e surgimento da condôminal "pro indiviso" (arts. 623 e segs. do Código Civil).

D.O.J., de 5-2-82.

COMUNICADO N.º 13/82
RECOLHIMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

Tendo em vista a autorização contida na Portaria CG. w 10/82, a Corregedoria Geral da Justiça recomenda a todos os Srs. Escrivães de cartórios judiciais junto às Varas Distritais que, nas guias de recolhimento de custas e emolumentos e nas guias de recolhimento do imposto "causa

mortis", façam constar o número do processo, a natureza da causa e o nome da parte que solicitou o ato.

D.O.J., de 5-2-82.

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Por este instrumento particular, celebrado entre

o(a)
(escrivão ou oficial)

do da Comarca

de.....,

ora denominado(a) CONTRATANTE

e.....portador(a) do

RG n.º.....filho(a)

de.....e de

.....natural

de,

nascido(a) aos/...../....., residente e domiciliado(a)

em

na rua/av, n.º....., no

bairro

aqui denominado(a) CONTRATADO(A). ajustam, entre si, o que segue:

PRIMEIRO: O(A) CONTRATANTE admite o(a) CONTRATADO(A) a título de experiência, pelo prazo de contado a partir da data constante do final deste instrumento, no cargo de Auxiliar de Cartório, de acordo com as disposições legais em vigor, especialmente Capítulo II, das Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas, obrigando-se a pagar-lhe a quantia mensal de Cr\$.....,

(.....)

.....)consignada em folha até

º.....dia útil de cada mês.

SEGUNDO: O(A) CONTRATADO(A) declara aceitar este contrato e se obriga a desempenhar com exatidão todas as funções que lhe forem atribuídas, guardando absoluto segredo de todos os casos em que o interesse da Justiça assim o exigir, sob as penas da lei, obedecendo, outrossim, ao horário regulamentar de trabalho e declarando-se ciente do regime estatutário a que fica sujeito, nos termos das leis de Organização Judiciária do Estado de São Paulo e, especialmente, das Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas (Prov. n.º 1/82, da Corregedoria Geral da Justiça).

TERCEIRO: Os contratantes declaram que será providenciada, na forma da lei específica, a inscrição dota) CONTRATADO(A) na Carteira de Aposentadoria doa Servidores da Justiça, no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP).

QUARTO: De acordo com o disposto no item 5, Capítulo II, das Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas, findo o prazo do presente. conforme estipulado no Item primeiro, deverá ele, automaticamente, ser encaminhado, por qualquer das partes contratantes, à Corregedoria Geral da Justiça, para arquivamento.

E, assim, em cumprimento ao disposto no artigo 38, do Decreto-lei n.º 159, de 1969; art. 21, §§ 1.º e 2.º, do Decreto n- 5.129, de 1931; Lei n.º 10.393, de 1970, tudo combinado com o disposto nas Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas (Provimento n.º 1/82, da Corregedoria Geral da Justiça), lavram o presente contrato, em cinco vias, que assinam na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas,

.....de.....de
.....de 19.....

.....
(CONTRATANTE)

.....
(CONTRATADO(A))

TESTEMUNHAS:

.....
(nome e RG)

.....
(nome e RG)

APROVO

EM/...../.....

.....
JUIZ CORREGEDOR PERMANENTE

Espaço destinado à Corregedoria

D.O.J., de 12.3.82.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PERANTE A EGRÉGIA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

1 - AUXILIAR (fiel, copista, datilógrafo) - computado tão somente a partir dos 12 anos de idade.

JUNTAR:

1 - prova de idade;

2 - cópia do contrato de trabalho ou promover a competente justificação. judicial, de acordo com o Decreto n.º 19.365, de 20-4-1950, art. 14, § 19, letra "C", com a citação imprescindível da Fazenda do Estado, da Associação dos Escreventes e Auxiliares da Justiça, e do I.P.E.S.P., com o depoimento de três testemunhas, no mínimo.

3 - certidão, devidamente visada pelo MM. Juiz de Direito, tendo como fonte de busca o livro "Movimento

Diário da Receita e Despesa" (Decreto no 5.129, de 23-7-1931, art. 23) ou qualquer outro correspondente

(por exemplo, o Livro Caixa), mencionando número deste, as datas dos termos de abertura e encerramento, as

olhas e os lançamentos dos pagamentos aí feitos, mês a mês, referentes ao período em que exerceu o cargo de

auxiliar; tal certidão deverá mencionar ainda, o início e término desse exercício, a existência ou não de interrupções (Por interrupções deverão ser entendidas: as faltas dadas (abonadas, justificadas, injustificadas), as

licenças (para tratamento de saúde, tratamento de saúde em pessoa da família, tratar de interesses particulares) e demais afastamentos) e a aplicação ou não de penalidade, por faltas disciplinares.

OBS.: Em caso da inexistência do livro, ou, da inexistência de lançamentos, ou, da existência de lançamentos,

porém de forma englobada, ou, da inexistência ela de fontes de busca para comprovar as interrupções e penalidades porventura havidas, juntar certidão negativa, devidamente visada pelo MM. Juiz de Direito.

4 - princípios de prova escrita, que comprovem ter praticado atos no cartório como auxiliar (exemplo: assinaturas, rubricas, assentamentos, notas, etc.), essa prova poderá ser produzida:

a) através de certidão devidamente visada pelo MM. Juiz de Direito, constando os nomes, números, datas dos termos de abertura e encerramento e as folhas dos livros onde constam esses atos, bem como suas respectivas datas;

b) através de fotocópias autenticadas desses atos, em cujos versos deverá ser certificado que a letra ali constante é do seu próprio punho.

OBS.: Deverão ser juntados, de preferência, o 1.º e o último atos praticados e um de cada ano de seu exercício. Em caso da inexistência desses atos, deverá ser juntada certidão negativa, devidamente visada pelo MM. Juiz de Direito.

II - ESCRIVENTE DAS COMARCAS DO INTERIOR

JUNTAR:

1 - certidão da Corregedoria Permanente da comarca, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando o início e término desse exercício, a existência ou não de interrupções (por interrupções deverão ser entendidas: as faltas dadas (abonadas, justificadas, injustificadas), as licenças (para tratamento de saúde, tratamento de saúde em pessoa da família, tratar de interesses particulares) e demais afastamentos), e a aplicação ou não de penalidades, por faltas disciplinares.

III - ESCRIVENTE DA COMARCA DA CAPITAL

JUNTAR:

1 - certidão do Cartório onde exerceu ou exerce o cargo, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando o início e término desse exercício, as interrupções porventura havidas e a aplicação ou não de

penalidades, por faltas disciplinares.

2 - certidão nos mesmos moldes da referida no item "I", fornecida pelo Cartório de Registros Públicos, ou, pela Corregedoria Permanente correspondente.

IV - OFICIAL MAIOR

Certidão nos mesmos termos da exigida para a contagem do tempo de serviço prestado como escrevente.

V - ESCRIVÃO INTERINO (por interinidade deve-se entender apenas e tão somente a vacância do cartório)

JUNTAR:

1 - certidão nos mesmos moldes da exigida para a contagem do tempo de serviço prestado como escrevente (item II), mencionando inclusive o motivo da vacância do cartório.

2 - certidão da Secretaria da Justiça, apenas quando esse exercício foi prestado anteriormente ao ano de 1953.

VI - ESCRIVÃO SUBSTITUTO (por substituição deve-se entender: férias regulamentares, licenças e outros afastamentos do titular)

JUNTAR:

1 - certidão nos mesmos moldes da exigida para a contagem do tempo de serviço prestado como escrevente (item II), mencionando inclusive os motivos das substituições.

2 - certidão da Secretaria da Justiça, apenas quando os exercícios prestados como escrivão substituto ocorreram anteriormente ao ano de 1953.

VII - ESCRIVÃO (OU OFICIAL) DAS COMARCAS DO INTERIOR

A - TEMPO ANTERIOR AO ANO DE 1953 (Lei n.º 2.177, de 23-7-1953)

JUNTAR:

1 - certidão da Corregedoria Permanente da Comarca, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos, os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando o início e término do exercício, as interrupções porventura havidas (por interrupções deverão ser entendidas: as faltas dadas (abonadas, justificadas, injustificadas), as licenças gozadas (para tratamento de saúde, tratamento de saúde em pessoa da família, tratar de interesses particulares) e demais afastamentos) e a aplicação ou não de penalidades, por faltas disciplinares.

2 - certidão da Secretaria da Justiça.

B - TEMPO POSTERIOR AO ANO DE 1953

JUNTAR:

1 - certidão da Corregedoria Permanente da Comarca, nos mesmos termos da supracitada (item VII, n.º 1).

VIII - ESCRIVÃO (OU OFICIAL) DA COMARCA DA CAPITAL

A - TEMPO ANTERIOR AO ANO DE 1953 (Lei n.º 2.177, de 23-7-1953)

JUNTAR:

1 - certidão do Cartório onde exerceu ou exerce o cargo, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando o início e término do exercício, as interrupções porventura havidas (por interrupções deverão ser entendidas: as faltas dadas (abonadas, justificadas, injustificadas), as licenças gozadas (para tratamento de saúde, tratamento de saúde em pessoa da família, tratar de interesses particulares) e demais afastamentos) e a aplicação ou não de penalidades, por faltas disciplinares.

2 - certidão do Cartório de Registros Públicos, ou da Corregedoria Permanente correspondente, nos mesmos termos da supra-referida (item VIII, n.º 1).

3 - certidão da Secretaria da Justiça.

B - TEMPO POSTERIOR AO ANO DE 1953

JUNTAR:

1 - certidão do Cartório onde exerceu ou exerce o cargo, nos mesmos termos da referida no Item VIII, n.º 1.

2 - certidão do Cartório de Registros Públicos, ou da Corregedoria Permanente correspondente, nos mesmos termos da referida no item VIII, n.º 1.

IX - OFICIAL DE JUSTIÇA (tempo de serviço anterior à vigência da Lei n.º 593, de 31-12-1949)

JUNTAR:

1 - prova de idade;

2- certidão da Corregedoria Permanente da Comarca, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando o início e término desse exercício, as interrupções porventura havidas (por interrupções deverão ser entendidas: as faltas dadas (abonadas, justificadas, injustificadas), as licenças gozadas (para tratamento de saúde, tratamento de saúde em pessoa da família, tratar de interesses particulares) e demais afastamentos) e a aplicação ou não de penalidades, por faltas disciplinares.

X - VEREADOR

A - TEMPO ANTERIOR AO ANO DE 1953 (Lei n.º 2.177, de 23-7-1953)

JUNTAR:

1 - afastamento do cargo concedido pela Secretaria da Justiça. A prova deverá ser feita através de certidão passada por aquela Secretaria, na qual o afastamento deverá ser esclarecido, quanto ao início e término. Esta prova não poderá ser suprida, de forma alguma, por outra.

2 - certidão passada pelo Cartório, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, contendo obrigatoriamente:

a) - as datas do início e término do afastamento; e

b) - menção a que o interessado, durante o afastamento, não praticou atos no Cartório.

OBS.: Tal certidão deverá estar em rigorosa consonância com a certidão que provar o afastamento; no caso, a certidão da Secretaria da Justiça.

3 - certidão passada pelo Secretário da Câmara Municipal e visada pelo Presidente, da qual constem as fontes de busca (livro de compromisso, número, folhas, etc.), as datas do início e término do mandato, os dias nos quais não compareceu, se exerceu algum cargo (na Câmara) e a existência ou não de interrupções e penalidades.

B - TEMPO POSTERIOR AO ANO DE 1953

JUNTAR:

1 - afastamento do cargo concedido pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. A prova deverá ser feita através de certidão passada pelo Cartório, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, contendo obrigatoriamente:

a) - se o afastamento foi concedido pela Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, mencionando, inclusive, o ato;

b) - as datas do início e término do afastamento; e

c) - menção a que o interessado durante o afastamento não praticou atos no Cartório. Tal certidão deverá estar em rigorosa consonância com seu processo de licença registrado na Egrégia Corregedoria Geral.

2 - certidão passada pelo Secretário da Câmara Municipal e visada pelo Presidente, da qual constem fontes de busca (livro de compromisso, número, folhas, etc.), as datas do início e término do mandato, os dias nos quais não compareceu, se exerceu algum cargo (na Câmara) e a existência ou não de interrupções e penalidades.

XI - PREFEITO

JUNTAR:

1 - Em se tratando de afastamento obrigatório, é necessária certidão passada pelo Cartório, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, constando qual a autoridade que concedeu tal afastamento, as datas do início e término do mesmo e se houve ou não prática de atos cartorários durante esse afastamento.

OBS.: Se o afastamento foi concedido pela Secretaria da Justiça, necessária se faz a juntada também de certidão fornecida por aquela Secretaria.

2 - certidão passada pelo Secretário da Prefeitura Municipal e visada pelo Prefeito, constando fontes de busca (livro de compromisso, número e folhas, etc.), as datas do início e término do mandato, a existência ou não de interrupções (faltas, licenças e demais afastamentos) e a aplicação ou não de penalidades, por faltas disciplinares.

NOTA: As certidões devem guardar rigorosa consonância entre si.

XII - SERVIÇO MILITAR

JUNTAR:

1 - RESERVISTA DE PRIMEIRA CATEGORIA - certificado de reservista (xerocópia autenticada).

2 - RESERVISTA DE SEGUNDA CATEGORIA - certidão fornecida pela Inspetoria Regional dos Tiros de Guerra da Segunda Região Militar, quando o certificado de reservista não apontar a data da

exclusão da Escola de Soldados; certificado ou certidão do tempo de serviço prestado nas Polícias Militares.

OBS.: Tempo de serviço militar prestado às Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica), inclusive órgãos de formação de Oficiais da Reserva, poderá ser comprovado mediante certidão passada pela Região Militar ou Unidade competente.

XIII - REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

JUNTAR:

1 - certificado declamatório de participação na Revolução Constitucionalista de 1932, expedido pela Comissão do Art. 30, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947, ainda em atividade.

OBS.: Tal documento é insubstituível (Lei n.º 211/48, art. 12).

XIV - LICENÇA-PRÊMIO PARA GOZO (A Lei n.º 2.177, de 23-7-1953, estendeu aos integrantes de cartórios não oficializados, os benefícios da licença-prêmio (art. 15), porém, tais licenças só podem ser concedidas tendo-se em conta o período de tempo decorrido desde o início da vigência da questionada lei).

1 - requerimento constando: a) quantos dias de licença-prêmio e a partir de que data pretende gozá-la; b) o "Me acordo" do MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente; c) o "de acordo" do escrivão, quando o interessado exercer o cargo de escrevente ou auxiliar; d) a indicação do substituto, quando se tratar de escrivão ou oficial.

2 - certidão de quitação com o I.P.E.S.P.

OBS.: É vedado o gozo de licença-prêmio, em parcelas inferiores a trinta (30) dias.

XV - LICENÇA-PRÊMIO EM DOBRO (Para a contagem em dobro, as licenças-prêmio só podem ser concedidas tendo-se em conta o período de tempo que medeia da data da vigência da Lei n.º 2.177, de 23-7-1953 até a data da vigência da Lei n.º 9.327, de 16-5-1966, a qual vedou o cômputo do tempo naquelas condições)

JUNTAR:

1 - requerimento desistindo expressamente do gozo das licenças-prêmio, a fim de que sejam contadas em dobro.

2 - certidão de quitação com o I.P.E.S.P. (não se aceita outro documento equivalente).

XVI - FÉRIAS REGULAMENTARES EM DOBRO (Lei n.º 168, de 4-10-1948, artigos 1.º, e 2.º; Lei n.º 1.631, de 7-7-1952, art. 19; Decreto n.º 41.981, de 3-7-1963; C.L.F., art. 287; e Decreto n.º 42.850, de 30-12-1963 (R.G.S.), arts. 467 e 468)

A - ANTERIORES AO ANO DE 1954 (até 1953, inclusive)

JUNTAR:

1 - requerimento desistindo expressamente do gozo das férias;

2 - certidão da Corregedoria Permanente ou do Cartório, com fontes de busca (nome, número e folhas dos livros dos quais foram extraídos os dados) e visto do MM. Juiz de Direito, mencionando todos os anos em que deixou de gozar férias e se o fez "por absoluta necessidade de serviço", devendo essa cláusula constar inequivocamente da certidão, não podendo a certeza de ser substituída por simples presunção.

B - POSTERIORES AO ANO DE 1954 ATÉ 1965 INCLUSIVE (Lei n.º 9.327, de 16-5-1966)

JUNTAR:

1 - requerimento desistindo expressamente do gozo das férias;

2 - a) - prova de que foram previamente sustadas e a comunicação da alteração da escala feita antecipadamente à Egrégia Corregedoria. Tal prova deverá ser produzida através de xerocópias autenticadas dessas comunicações, devendo os originais estar arquivados nesta Corregedoria Geral; ou

b) - certidão com visto do MM. Juiz de Direito, constando os nomes, números, folhas e datas dos termos de abertura e encerramento dos livros onde constam atos praticados (mencionar as datas desses atos nos períodos em que estava escalado para gozar as férias. Estes períodos devem estar em rigorosa consonância com as escalas de férias arquivadas nesta Corregedoria. Caso as escalas de férias não tenham sido remetidas à Egrégia Corregedoria Geral, juntar xerocópias autenticadas das mesmas; ou

c) - certidão devidamente visada pelo MM. Juiz de Direito, constando os nomes, números, folhas e datas dos termos de abertura e encerramento dos livros onde constam atos praticados em todos os meses, do ano em que não gozou férias (basta mencionar um ato de cada quinzena e suas respectivas datas).

OBS.: O servidor terá que provar que suas férias regulamentares deixaram de ser usufruídas

"por absoluta necessidade de serviço", cláusula essa que deverá constar obrigatoriamente das certidões apresentadas, sob pena de gerar a presunção de que não as quis gozar por interesses pessoais, eis que, não trabalhando, deixa de auferir seus ganhos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - O requerimento de contagem de tempo de serviço deverá ser sempre dirigido ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, esclarecendo a finalidade da certidão pleiteada.
- 2 - Todos os pedidos (contagem de tempo de serviço prestado como auxiliar, escrevente, oficial maior, escrivão substituto, escrivão interino e escrivão, contagem em dobro de férias e licença-prêmio) poderão ser formulados num único requerimento.
- 3 - Todas as certidões apresentadas deverão conter obrigatoriamente o visto do MM. Juiz de Direito Corregedor Permanente em exercício.
- 4 - Todas as certidões apresentadas para comprovar o exercício que ainda estão desempenhando, deverão estar atualizadas.
- 5 - Os exercícios prestados como escrevente, oficial maior, escrivão substituto, escrivão interino e escrivão poderão ser mencionados numa mesma certidão fornecida pela Corregedoria Permanente, desde que prestados na mesma comarca.
- 6 - Os que já obtiveram certidões da Corregedoria Geral e desejam atualizá-las, deverão apresentar certidão da Corregedoria Permanente, com fontes de busca e visto do MM. Juiz de Direito (ou certidão de frequência), constando todo seu exercício a partir da última data computada na certidão expedida pela Corregedoria Geral e não a partir da data da sua expedição.
- 7 - As certidões de frequência (quando o interessado for escrevente) ou os atestados (quando o interessado for escrivão), deverão conter obrigatoriamente o número e as folhas do Livro Ponto, a existência ou não de interrupções (mencionando, em caso positivo, início, término e natureza das mesmas) e a aplicação ou não de penalidades.
- 8 - No início de exercício deverá constar a data da nomeação, data do compromisso e da posse.
- 9 - As certidões apresentadas não poderão ser passadas por pessoas impedidas (exemplo: pelo próprio interessado, por parentes seus até 2.º grau, etc.), por motivo de suspeição.
- 10 - Todo interessado deverá possuir em seu prontuário, registrado na Egrégia Corregedoria Geral, as certidões ou atestados de frequência exigidos a partir de 1.º-10-1965, pelas Portarias de números 93/65 e 92/66, publicadas, respectivamente, nos Diários Oficiais da Justiça de 17-9-1965 e 19-11-1966, mencionando o número e as folhas do Livro Ponto.
- 11 - Em se tratando de contagem de tempo de serviço de pessoa falecida, deverá ser apresentada a certidão de óbito.
- 12 - Para que fique constando da certidão pleiteada o tempo de serviço prestado como escrivão eleitoral, necessária se faz a juntada de certidão passada pela Zona Eleitoral a que serviu ou serve, ou certidão passada pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, constando fontes de busca, início e término do exercício, interrupções e penalidades porventura havidas.
- 13 - Todos os pedidos de contagem de tempo dos demais cargos exercidos em outras dependências, que não cartórios (exemplo: professores, escriturários, delegados, fiscais, secretários, promotores, etc.), deverão vir instruídos com certidões constando início e término desses exercícios, interrupções e penalidades porventura havidas. Tais contagens serão submetidas à apreciação do MM. Juiz de Direito Auxiliar da Egrégia Corregedoria Geral, seja qual for a finalidade da certidão pleiteada (concurso, aposentadoria, averbação, etc.).
- 14 - Para os interessados que não estiverem exercendo serviços cartorários, o requerimento deverá mencionar, além da qualificação completa, o endereço atual da residência ou domicílio.
- 15 - A todos os pedidos de contagem de tempo feitos pela primeira vez, o interessado deverá juntar prova de idade (xerocópia da carteira de identidade, etc.).
- 16 - As pessoas interessadas em certidão de tempo de serviço, para fins de concurso, deverão requerê-las em tempo hábil, para que se evitem problemas tais como a perda de prazo.

MODELO DE REQUERIMENTO

EXMO. SR. DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

.....abaixo
assinado, filho

de.....e de.....natural

de.....

Estado de....., onde nasceu aos..... exercendo
atualmente o

cargo de.....vem por intermédio deste,
requerer a V. Exa.
a expedição de uma certidão de tempo de serviço, referente aos exercícios prestados
como de acordo com os documentos ora apresentados,
para
fins de
Nestes termos,
P. Deferimento.
.....de.....de 19.....
.....

OBSERVAÇÃO: em se tratando de pessoa que não exerça funções cartorárias, mencionar
também o endereço atual do domicílio ou residência.

MODULO DE REQUERIMENTO

EXMO. SR. DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

.....abaixo assinado, filho
de e de, natural

de

Estado de.....onde nasceu aos.....,exercendo atualmente o

cargo de vem por intermédio deste, requerer a V.
Exa.

se digne ordenar a expedição de uma certidão de todo seu tempo de serviço, na qual
sejam computadas em dobro as férias e licenças-prêmio não gozadas, de cujo gozo
desiste expressamente, de acordo com os documentos ora apresentados, para fins de
.....

Nestes termos,

P. Deferimento.

....., ...de de 19....
.....

..

PORTARIA N.º 4/82

Os Doutores Egas Dirson Galbiatti e José de Mello Junqueira, MM. Juizes de Direito da Segunda e Primeira Varas de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a nova redação dada ao artigo 4.º da Lei n.º 10.392, de 16 de dezembro de 1970, pela Lei n.º 3.274, de 7 de abril de 1982;

Considerando o que preceituam os artigos 1) e 3.º do Decreto-lei n.º 203/70;

RESOLVEM:

O aumento da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, previsto na Lei n.º 3.274, de 7 de abril de 1982, somente será cobrado após publicação das novas Tabelas de Custas e Emolumentos Extrajudiciais.,

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, aos 12 dias do mês de abril de 1982.

Egas Dirson Galbiatti - José de Mefio Junquelra

D.O.J., de 15-4-82.

LEI N.º 6.969 - DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981

Dispõe sobre a aquisição por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2.º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e

cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

Parágrafo único - Prevalecerá a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da legislação específica, se aquele for superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Art. 2.º - A usucapião especial, a que se refere esta Lei, abrange as terras particulares e as terras devolutas, em geral, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao possessor, pelo Estatuto da Terra ou pelas leis que dispõem sobre processo discriminatório de terras devolutas.

Art. 3.º - A usucapião especial não ocorrerá nas áreas indispensáveis à segurança nacional, nas terras habitadas por silvícolas, nem nas áreas de interesse ecológico, consideradas como tais as reservas biológicas ou florestais e os parques nacionais, estaduais ou municipais, assim declarados pelo Poder Executivo, assegurada aos atuais ocupantes a preferência para assentamento em outras regiões, pelo órgão competente.

Parágrafo único - O Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, especificará, mediante Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, as áreas indispensáveis à segurança nacional, insuscetíveis de usucapião.

Art. 4.º - A ação de usucapião especial será processada e julgada na comarca da situação do imóvel.

§ 1.º - Observado o disposto no art. 126 da Constituição Federal, no caso de usucapião especial em terras devolutas federais, a ação será promovida na comarca da situação do imóvel, perante a justiça do Estado, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos, cabendo ao Ministério Público local, na primeira instância, a representação judicial da União.

§ 2.º - No caso de terras devolutas, em geral, a usucapião especial poderá ser reconhecida administrativamente, com a consequente expedição do título definitivo de domínio, para transcrição no Registro de Imóveis.

§ 3.º - O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, estabelecerá, por Decreto, a forma do procedimento administrativo a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º - Se, decorridos 90 (noventa) dias do pedido ao órgão administrativo, não houver a expedição do título de domínio, o interessado poderá ingressar com a ação de usucapião especial, na forma prevista nesta Lei, vedada a concomitância dos pedidos administrativo e judicial.

Art. 5.º - Adotar-se-á, na ação de usucapião especial, o procedimento sumaríssimo, assegurada a preferência à sua instrução e julgamento.

§ 1.º - O autor, expondo o fundamento do pedido e individualizando o imóvel, com dispensa da juntada da respectiva planta, poderá requerer, na petição inicial, designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse, e, se comprovada esta, será nela mantido, liminarmente, até a decisão final da causa.

§ 2.º - O autor requererá também a citação pessoal daquele em cujo nome esteja transcrito o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus ausentes, incertos e desconhecidos, na forma do art. 232 do Código de Processo Civil, valendo a citação para todos os atos do processo.

§ 3.º - Serão cientificados por carta, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 4.º - O prazo para contestar a ação correrá da intimação da decisão que declarar justificada a posse.

§ 5.º - Intervirá, obrigatoriamente, em todos os atos do processo, o Ministério Público.

Art. 6.º - O autor da ação de usucapião especial terá, se o pedir, o benefício da assistência judiciária gratuita, inclusive para o Registro de Imóveis.

Parágrafo único - Provado que o autor tinha situação econômica bastante para pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio e da família, o juiz lhe ordenará que pague, com correção monetária, o valor das isenções concedidas, ficando suspensa a transcrição da sentença até o pagamento devido.

Art. 7.º - A usucapião especial poderá ser invocada com matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 8.º - Observar-se-á, quanto ao imóvel usucapido, a imunidade específica, estabelecida no §

6.º do art. 21 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Quando prevalecer a área do módulo rural, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. V, desta Lei, o Imposto Territorial Rural não incidirá sobre o imóvel usucapido.

Art. 9.º - O juiz de causa, a requerimento do autor da ação de usucapião especial, determinará que a autoridade policial garanta a permanência no imóvel e a integridade física de seus ocupantes, sempre que necessário.

Art. 10 - O § 2.º do art. 589 do código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 589

§ 2.º - O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago e passará ao domínio do Estado, do Território, ou do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições:

a) 10 (dez) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona urbana;

b) 3 (três) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona rural."

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de dezembro de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrabim Abi Ackel - Anelo Amaury Stábile - Danilo Venturini

D. O . União, de 11-12-81.

DECRETO-LEI N.º 1.892 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1981

Estimula a capitalização das empresas mediante isenção de imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis e de participações societárias, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,
DECRETA:

Art. 1 - Para efeito de imposto de renda, as pessoas jurídicas poderão excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real, o resultado obtido na venda de bens imóveis ou na cessão de participações societárias permanentes, desde que:

I - o imóvel conste registrado como ativo imobilizado da pessoa jurídica vendedora e a participação societária como investimento, pelo menos desde 31 de dezembro de 1978;

II - no caso de imóveis, a venda se efetive mediante instrumento público registrado no cartório competente até 31 de dezembro de 1982;

III - no caso de participações societárias permanentes, a cessão seja legalmente formalizada até a mesma data indicada no item anterior;

IV - o pagamento do preço seja feito integralmente em dinheiro, no prazo máximo de três anos contados da data da celebração do contrato.

§ 1.º - Nas vendas ou cessões efetuadas a prazo, no mínimo 20% (vinte por cento) do preço deverão ser recebidos pela pessoa jurídica no ato da celebração do contrato, 30% (trinta por cento) nos dezoito meses subsequentes e os 50% (cinquenta por cento) restantes até o final do terceiro ano.

§ 2.º - Nas vendas ou cessões efetuadas para recebimento do preço após o término do exercício social, a exclusão de que trata este artigo fica condicionada à observância do disposto no artigo 6.º deste Decreto-lei.

§ 3.º - O lucro de que trata este artigo constituirá reserva específica, que somente poderá ser utilizada para incorporação ao capital ou absorção de prejuízos.

§ 4.º - O aumento do capital social com utilização da reserva constituída na forma do parágrafo anterior não será considerado reinvestimento para os efeitos da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, alterada pela Lei n.º 4.390, de 29 de agosto de 1964.

§ 5.º - A reserva de que trata o § 3.º não será computada para os efeitos do disposto no artigo 65 do Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

§ 6.º - Aos aumentos de capital efetuados com utilização da reserva de que trata o § 3.º aplicam-se as normas do artigo 63 do Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

Art. 2.º -- A exclusão prevista no artigo 1.º não se aplica às vendas ou cessões realizadas:

I - entre pessoa jurídica controladora e pessoa jurídica controlada;

II - entre pessoas jurídicas interligadas;

III - de sociedades para a pessoa física que a controle.

§ 1.º - A vedação se aplica às vendas ou cessões realizadas entre as pessoas que, em qualquer momento do período compreendido entre a data da publicação deste Decreto-lei e o dia 31 de dezembro de 1986, mantenham quaisquer das relações previstas neste artigo.

§ 2.º - Consideram-se:

a) controladoras quaisquer pessoas que se enquadrem nas definições contidas nos artigos 116 e 243, § 2.º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

b) interligadas as pessoas jurídicas que tenham como controlador o mesmo sócio ou acionista.

§ 3.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que não revistam a forma de sociedade por ações.

Art. 3.º - Perderá o direito à exclusão de que trata o artigo 1º o contribuinte que, no prazo de 10 (dez) anos contado da data da venda ou da cessão, readquirir o imóvel vendido ou a participação societária cedida.

Parágrafo único - A restrição de que trata este artigo aplica-se, inclusive, nos casos de fusão, incorporação ou cisão de empresas.

Art 4.º - A exclusão de que trata este Decreto-lei aplica-se, também, aos resultados decorrentes de desapropriações de imóveis efetuadas até 31 de dezembro de 1982.

Art. 5.º - A infringência de qualquer das disposições deste Decreto-lei implicará perda do direito à exclusão e conseqüente cobrança do respectivo imposto, corrigido monetariamente, calculado como devido no exercício ou exercícios financeiros em que tiver sido efetuada a exclusão do lucro, acrescido de juros de mora e multa de lançamento de ofício, na forma da legislação em vigor.

Art. 6.º - Caso o contribuinte se utilize da faculdade prevista no 2.º do artigo 31 do Decreto-lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o lucro seja reconhecido na escrituração comercial no período-base da venda, a correção monetária da parte do patrimônio líquido correspondente ao ganho de capital auferido somente será admitida, para efeito de determinar o lucro real, a partir da data de balanço do exercício social em que ocorrer o respectivo recebimento, na proporção da parcela do preço recebida.

Parágrafo único - Os ajustes decorrentes da aplicação do disposto neste artigo serão feitos no Livro de Apuração do Lucro Real.

Art. 7.º - O Ministro da Fazenda poderá baixar normas complementares necessárias à aplicação do disposto neste Decreto-lei.

Art. 8.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

ERNANE GALVEAS - José Flavio Pécora

D.O.Uniao, de 17-12-

DECRETO-LEI N.º 1.931 - DE 19 DE MARÇO DE 1982

Modifica o Decreto-lei w 1.893, de 1981, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, item II da Constituição,

DECRETA:

Art.- 1.º - Os incisos I, II e III do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.893, de 16 de dezembro de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - a dispensa das multas e dos juros de mora, até 30 de junho de 1982;

II - a redução à metade do valor das multas e dos juros de mora, até 30 de setembro de 1982;

III - a redução em 25% (vinte e cinco por cento) do valor das multas e dos juros de mora, até 30 de novembro de 1982".

Art. 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de março de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ernane Galvêas - Delfin Netto
D.O. União, de 23-3-

LEI N.º 3.223,- DE 5 DE JANEIRO DE 1982
Altera a redação do nome do Município de Xavantes para Chavantes

O Governador do Estado de São Paulo:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:
Artigo 1.º - A redação do nome da cidade de Xavantes, dada pela Lei n.º 8.092, de 23 de fevereiro de 1964, fica restabelecida na forma da Lei n.º 1.885, de 4 de dezembro de 1922, que criou o Município, atribuindo-lhe a denominação de Chavantes.
Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 5, de janeiro de 1982.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça
Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda
Guilherme Afif Domingos - Secretário de Agricultura e Abastecimento
Walter Coronado Antunes -, Secretário de Obras e do Meio Ambiente
Fábio de Barros Gomes - Respondendo pelo Expediente da Secretaria dos Transportes
Luiz Ferreira Martins, - Secretário da Educação
Adib Domingos Jatene - Secretário da Saúde
Octávio Gonzaga Júnior - Secretário da Segurança Pública
Antonio Salim Curiati - Secretário da Promoção Social
Abdo Antonio Hadade - Secretário de Esportes e Turismo
Sebastião de Paula Coelho - Secretário de Relações do Trabalho
Wadih Helú - Secretário da Administração
Rubens Vaz da Costa - Secretário de Economia e Planejamento
Arthur Alves Pinto - Secretário do Interior
Calina Eid - Secretário de Estado - Chefe da Casa Civil
Sílvio Fernandes Lopes - Secretário dos Negócios Metropolitanos
Antonio Henrique Cunha Bueno - Secretário Extraordinário da Cultura
José Olavo Diniz - Secretário Extraordinário de Informação e Comunicações
Osvaldo Palma - Secretário da Indústria, Comércio Ciência e Tecnologia
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 5 de janeiro de 1982.
Esther Zinsly - Diretor (Divisão - Nível II
D.O., de 6-1-82.

LEI N.º 3.274 - DE 7 DE ABRIL DE 1982
Altera a redação do artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970, que reorganiza a Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado.

O Vice-Governador, em Exercício no Cargo de Governador do Estado de São Paulo:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1.º - O artigo 49 da Lei n.º 10.393, de 16 de dezembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 49 - A contribuição à Carteira de Previdência das Serventias Não Oficializadas da Justiça do Estado corresponderá a 20% (vinte por cento) dos emolumentos devidos ao serventuário, por ato praticado em serventias; não oficializadas."
Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de abril de 1982.

JOSÉ MARIA MARIN

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça
Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda
Wadih Helú - Secretário da Administração

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 7 de abril de 1982.

Esther Zinly - Diretor (Divisão - Nível II)

D.O.. de 8-4-82.

Tabela de Remuneração-base a partir de 1.º/05/82 - Decreto Estadual n.º 10.400, de 26/09/77, pub. no D.O.E. de 27/09/77 - Decreto Federal n.º 87.139, de 29/04/82, pub. no D.O.U de 30/04/82. SALÁRIO MÍNIMO - Cr\$ 16.608,00

ENTRÂNCIA ESPECIAL COMARCA / CARGO	REMUN. BASE S.M.	REMUN. BASE Cr\$	CONTRIBUIÇÃO mensal 8%.
Serventuário	20,00.	332.160,00	26.573,00
Oficial Maior	12,50	207.600,00	16.608,00
Escrevente	10,00	166.080,00	13.286,00
Auxiliar	5,00	83.040,00	6.643,00
DISTRITO			
Serventuário	13,00	215.904,00	17.272,00
Oficial Maior	7,00	116.256,00	9.300,00
Escrevente	5,50	91.344,00	7.308,00
Auxiliar	4,50	74.736,00	5.979,00
3.º ENTRÂNCIA - COMARCA			
Serventuário	14,50	240.816,00	19.265,00
Oficial Maior	7,50	124.560,00	9.965,00
Escrevente	6,50	107.952,00	8.636,00
Auxiliar	5,00	83.040,00	6.643,00
MUNICÍPIO			
Serventuário	13,00	215.904,00	17.272,00
Oficial Maior	7,00	116.256,00	9.300,00
Escrevente	5,50	91.344,00	7.308,00
Auxiliar	4,50	74.736,00	5.979,00
DISTRITO			
Serventuário	12,00	199.296,00	15.944,00
Oficial Maior	6,50	107.952,00	8.636,00
Escrevente	5,00	83.040,00	6.643,00
Auxiliar	4,00	66.432,00	5.315,00
2.º ENTRÂNCIA - COMARCA			
Serventuário	12,00	199.296,00	15.944,00
oficial Maior	7,00	116.256,00	9.300,00
Escrevente	5,50	91.344,00	7.308,00
Auxiliar	4,50	74.736,00	5.979,00
MUNICÍPIO			
Serventuário	11,50	190.992,00	15.279,00
Oficial Maior	6,50	107.952,00	8.636,00
Escrevente	5,00	83.040,00	6.643,00
Auxiliar	4,00	66.432,00	5.315,00
DISTRITO			
Serventuário	10,00	168.080,00	13.286,00
Oficial Maior	5,50	91.344,00	7.308,00
Escrevente	4,50	74.738,00	5.979,00
Auxiliar	3,50	58.128,00	4.650,00
1.º ENTRÂNCIA . COMARCA			
Serventuário	10,00	166.080,00	13.286,00
Oficial Maior	6,00	99.648,00	7.972,00
Escrevente	5,00	83.040,00	6.643,00
Auxiliar	4,00	66.432,00	5.315,00
MUNICÍPIO			

Serventuário	8,50	141.168,00	11.293,00
Oficial Maior	5,50	91.344,00	7.308,00
Escrevente	4,50	74.736,00	5.979,00
Auxiliar	3,50	58.128,00	4.650,00
DISTRITO			
Serventuário	8,00	132.864,00	10.629,00
Oficial Maior	5,00	83.040,00	6.643,00
Escrevente	4,00	66.432,00	5.315,00
Auxiliar	3,00	49.824,00	3.986,00

Nº 113 - Publicação: Julho 1980 a Junho 1981

PROVIMENTO N.º 06/82

Acrescenta subitem ao item 18 do capítulo XVIII as Normas de Serviço.

O Corregedor Geral da Justiça, tendo em vista o disposto na lei Federal nº 6.839, de 30-10-1980, e considerando o decidido no Processo CG. 61.159/82, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar ao item 18 do capítulo XVIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81) o subitem 181, como segue:

"Para o registro de atos constitutivos de entidades cuja atividade básica se situe na área da medicina ou que prestem serviços médicos ou hospitalares a terceiros é necessário fique comprovada sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (Lei n.º 6.839, de 30-10-1980)".

Art. 2.º - O presente Provimento entrará em vigor no dia de sua publicação.

Cumpra-se.

São Paulo, 7 de maio de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 19-5-82).

PROVIMENTO N.º 05/82

fixa atribuições aos Cartórios de Menores e dá outras providências.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando os artigos 49 e 50 do Dec. lei 158, de 28 de outubro de 1969;

Considerando a implantação, na Vara de Menores da Comarca da Capital, do sistema de processamento de dados, e a descentralização dos serviços cartorários;

Considerando que os trabalhos descentralizados da Vara de Menores da Capital alcançaram amplo sucesso, facilitando as providências relacionadas com menores e seus responsáveis, devendo ser ampliadas as atribuições dos referidos Cartórios;

Considerando que a Resolução n.º 2, de 15 de dezembro de 1976, no seu artigo 55, unificou as funções dos Juizes Auxiliares de Menores com as dos Juizes Auxiliares da Comarca da Capital; Considerando, finalmente, as disposições do Código de Menores, Lei Federal n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979, em especial, as relacionadas com a proteção e assistência a menores, resolve:

Art. 1.º - Os Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios de Menores, da Comarca da Capital, tendo em vista os distritos e subdistritos previstos no Anexo 3, do Dec. lei 158/69, atenderão aos casos de menores, observando a seguinte divisão de trabalho:

a. Cartório do 1.º Ofício - Aclimação, Barra Funda, Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Belenzinho, Cambuci, Cerqueira César, Consolação, Jardim América, Jardim Paulista, Liberdade, Pari, Perdizes, Santa Cecília, Santa Efigênia, Sé e Vila Mariana.

b. Cartórios do 2.º Ofício - Alto da Moóca, Moóca, Ipiranga, Saúde e Vila Prudente.

Art. 2.º - Os Cartórios da Vara de Menores da Comarca da Capital, nas respectivas Zonas ou Regiões (Central - 1.º e 2.º Ofícios, Norte, Sul, Leste, Oeste), processarão os pedidos de alvarás, para quaisquer fins, bem como os respectivos processos de multas administrativas, decorrentes de infrações à lei, decretos, portarias ou provimentos de proteção e assistência a menores de 18 (dezoito) anos, observadas as disposições vigentes e a área de cada Cartório, prevista no artigo anterior e no Anexo 3, do Dec. lei 158/69.

§ único - A expedição de portarias e provimentos de que trata o artigo 89 do Código de Menores, será privativa do Juiz de Menores Titular da Capital.

Art. 3.º - A fiscalização sobre o cumprimento das decisões judiciais e determinações administrativas relacionadas com a assistência, proteção e vigilância a menores, de que trata o artigo 7.º, e § único do Código de Menores ficará subordinada ao Juiz Auxiliar em exercício na respectiva Zona ou Região da Vara de Menores.

Art. 4.º - A nomeação de comissários voluntários será privativa do Juiz Titular da Vara de Menores da Capital.

Art. 5.º - Caberá ao Juiz Titular da Vara de Menores o plano geral da ação da Vara, bem como a expedição de atos para a unificação dos trabalhos quanto às normas executivas.

Art. 6.º - O item 10, da Seção II, do Capítulo XI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a ter a seguinte redação:

10. Os termos deverão ser lavrados em três vias, destinando-se a primeira ao interessado, a segunda ao processo e a terceira à formação do respectivo livro.

Art. 7.º - O Livro de Registro de Feitos da Vara de Menores da Capital será em folhas soltas, encadernadas ao final de cada exercício, e na ordem alfabética, certificando-se o número de processos distribuídos, por Cartório, durante o exercício.

Art. 8.º - Este Provimento entrará em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 30 de abril de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 5-5-82).

PROVIMENTO N.º 08/82

Dá nova redação aos itens 92 do Capítulo V e 21 do Capítulo VI das Normas de Serviço e aos itens 21 e 22 do

Capítulo IV das Normas de Pessoal.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que ficou decidido nos Processos n.ºs 54.211/80, 60.906/82, 60.907/82 e 53.200, resolve:

Art. 1.º - O item 92 do Capítulo V das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º 5/81) passa a ter nova redação e acréscimo de dois subitens, recebendo a redação seguinte:

"92. Findo o processo sem que as armas, munições ou objetos sejam reclamados pelo lesado ou por terceiro de boa fé (art. 74 e 100 do Código Penal), o Juiz das Execuções Criminais oficiará ao Comandante da Delegacia do Serviço Militar do local, para que, em cumprimento à Portaria n.º 341/80, do Exmo. Sr. Ministro do Exército, os retire do depósito, lavrando-se termo pormenorizado de retirada (Proc. CG. 60.342).

92.1 - Os objetos que a Autoridade Militar mencionada no item anterior entender não serem alcançados pelos termos da Portaria aludida, deverão também ser relacionados no termo referido, com expressa menção à recusa, determinando o Juiz, em seguida, a sua incineração ou inutilização por outro meio, lavrando novo competente termo (Port. Pres. TJ 555/58).

92.2 - O Disposto no item e no subitem anteriores não se aplica às armas pertencentes à Polícia Militar e à Polícia Civil, devendo, com relação a elas, ser observado o constante dos itens 99 a 101 deste Capítulo".

Art. 2.º - Os itens 21 e 22 - Capítulo IV, das Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas (Provimento n.º 01/82), passam a ter as seguintes redações o primeiro dos quais com acréscimo de subitem:

21. O servidor eleito Vereador deverá afastar-se de seu cargo na Serventia, no caso de incompatibilidade de horário (artigo 104, § 3.º parte final, c.c. § 1.º da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 04-06 de 1976 e artigo 111 da Constituição Estadual com a redação da Emenda Constituição n.º 21, de 22-10-1980).

21.1 - Afastando-se por incompatibilidade de horário, o servidor optará pelos subsídios da vereança ou pela remuneração do cargo na serventia; havendo compatibilidade, Perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus (art. 104, § 3.º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 4-6-1976 e art. 111, incisos I e II da Constituição Estadual, com a redação da Emenda n.º 21, de 22-10-1980).

22. O servidor eleito para o cargo remunerado de Prefeito e Vice-Prefeito, enquanto em exercício no cargo de Prefeito Municipal, afastar-se-á do cargo na Serventia, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração (art. 104, § 2.º da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 04-06-1976 e artigo 9.º, § único, da Constituição Estadual, com a redação da Emenda Constitucional n.º 21, de 22-10-1980).

Art. 3.º - O item 21 do Capítulo VI das Normas de Serviço (Provimento n.º 5/81), passa a ter, com o acréscimo dos subitens 21.1 e 21.2, a seguinte redação:

"21. Os oficiais não estão obrigados a assinar carga dos mandados sem prévio pagamento, pelos interessados, das despesas de condução.

21.1 - Excetuam-se os casos de urgência, mediante ordem do Juiz, de justiça, de ações penais públicas e privadas e de processos de menores, salvo, quanto àquelas ações e estes processos, o caso de diligência, de qualquer natureza, requerida, por réus, assistentes de acusação, querelantes, querelados, sindicados e seus pais, que não sejam pobres, assim se considerando os que tiverem advogado constituído, ressalvado o caso de demonstração da pobreza e da gratuidade do patrocínio.

21.2 - Os Cartórios, para efeito de diferenciação, colocarão carimbo com a anotação "diligência isenta de pagamento de condução" nos mandados referentes aos casos enunciados no Subitem 21.1".

Art. 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 30 de março de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 25-5-82).

PROVIMENTO N.º 11/82

Dá nova redação aos itens 48 e 49, do Capítulo VII, Subseção III das Normas de Serviço e acrescenta subitens.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que ficou decidido no Processo n.º 61.029/82, resolve:

Art. 1.º - O item 48 do Capítulo VII das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º 5/81) passa a ter nova redação e acréscimo de dois subitens, recebendo a redação seguinte:

"48. As petições iniciais de execuções fiscais somente serão distribuídas se contiverem anotação explícita, em lugar de destaque, do valor da dívida monetariamente atualizado e acrescido de multa, de juros de mora e demais encargos legais, na data da distribuição, a fim de poder ser cumprido o disposto no art. 34 da Lei n.º 6.830, de 1980."

"48.1 - Os Cartórios Distribuidores, ao distribuir iniciais de execuções fiscais anotarão, em lugar de destaque e com a utilização de carimbo, o valor em cruzeiros de 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional na data da distribuição (art. 34 da Lei n.º 6.830, de 1980)."

"48.2 - O disposto no item 48 não se aplica às execuções movidas pela Fazenda Nacional e pelo IAPAS, por ora."

Art. 2.º - O item 49 do Capítulo VII das Normas de Serviço (Provimento CG. nº 5 /81) passa a ter nova redação e acréscimo de um subitem, recebendo a redação seguinte:

"49. Havendo distribuição de pedidos da mesma natureza e relativos à mesma empresa, os pedidos de falência e concordata preventiva serão distribuídos para a mesma Vara e Ofício de Justiça."

"49.1 - Será mantido segredo na distribuição de pedidos de falência contra sociedades seguradoras, até o despacho judicial na Vara para onde distribuídos."

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 25 de junho de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 29-6-82).

PROVIMENTO N.º 12/82

Acrescenta item ao n.º 111 do Capítulo XVII das Normas de Serviço e dá nova redação aos itens 42 e 99.1 do mesmo diploma legal.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 49.779/78, resolve:

Art. 1.º - O item 42 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça passa a ter a seguinte redação:

"Em caso de "natimorto", não será dado nome, nem usada a expressão "feto": o registro será efetuado no livro "C-Auxiliar", com o índice em nome do pai ou da mãe, dispensando o assento de nascimento.

Art. 2.º - O item 99.1 do Capítulo XVII das Normas de Serviço passa a ter a seguinte redação:

"Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, o qual, se inexistente, será previamente feito, no mesmo Cartório competente para a lavratura do assento de óbito (L. 6.015, de 31-12-73, art. 77, § 1.º).

Art. 3.º - O item 111 do Capítulo XVII das Normas de Serviço passa a ter o item 111.2, com a seguinte redação:

"O sepultamento, tanto de recém-nascido como de natimorto, poderá ser feito sob autorização do Serviço Funerário do Município de São Paulo, que se encarregará, no primeiro dia útil, de promover os registros no Cartório competente."

Art. 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Paulo, 12 de agosto de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 14-8-82).

PROVIMENTO N.º 13/82

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de adequar as contas de liquidação cíveis ao sistema da Lei n.º 6.899, de 8 de abril de 1981, que mandou aplicar a correção monetária aos débitos decorrentes de decisões judiciais;

Considerando a conveniência de, à semelhança do que já ocorre nos processos de desapropriação (Prov. CGJ n.º 3/82), as contas de liquidação cíveis deverem ser elaboradas de forma automaticamente reajustável, a fim de que não tenham de ser reelaboradas à alteração de índices corretivos da moeda; e

Considerando o decidido no Proc. CG. N.º 61.570 DEGE-1, resolve:

Art. 1.º - As contas de liquidação cíveis, no Estado de São Paulo serão elaboradas, independentemente de prévia determinação judicial, contendo final conversão de seus valores em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, de acordo com o modelo anexo.

Art. 2.º - Quando houver necessidade de transformar o montante de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em cruzeiros, as operações necessárias serão realizadas por cálculo do próprio Cartório judicial do processo, sem nova remessa ao Contador.

Art. 3.º - As questões porventura ensejadas pelas contas assim elaboradas serão objeto de apreciação judicial em caso por caso, após a manifestação das partes.

Art. 4.º - O 2.º Cartório contador enviará mensalmente a todos os Cartórios judiciais cíveis "xerox" do Boletim da Associação dos Advogados, as quais deverão ser arquivadas por esses Cartórios para transformação, no momento em que for necessário, do montante das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em cruzeiros.

§ 1.º - Nas Varas Distritais e nas Comarcas do interior os respectivos Cartórios Contadores procederão da mesma forma no tocante aos Cartórios judiciais cíveis pertinentes.

Art. 5.º - Este Provimento entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de agosto de 1982.
Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 31-8-82).

PROVIMENTO N.º 14/82

Dá nova redação ao item 65 do Capítulo XV das Normas de Serviço (Provimento CG. N.º 5/81).

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,
Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 52.481/79, resolve:
Art. 1.º - O item 65 do Capítulo XV das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º, 5/81) passa a ter a seguinte redação:
"65. Os Cartórios fornecerão, caso solicitados, à Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, à Associação Comercial, à Associação dos Bancos do Estado, à Federação do Comércio do Estado e a outras Associações Cíveis e Sindicatos de Comércio que formalmente o requeiram, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente".
Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Paulo, 20 de agosto de 1982.
Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 27-8-82).

PROVIMENTO N.º 15/82

Dá nova redação ao item 53 do Capítulo XVII das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º 5/81).

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,
Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 61.692/82, resolve:
Art. 1.º - O item 53 do Capítulo XVII das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º 5/81) passa a ter a seguinte redação:
"53. Nas certidões de registro civil não se mencionarão as circunstâncias de ser legítima, ou não, a filiação (L. 6.015/73, art. 19, § 3.º) e de o assento haver sido lavrado, ou a certidão expedida, com isenção de custas e emolumentos, devido à pobreza do interessado (decisão do Proc. CGJ n.º 61.692), salvo, quanto a ambas as anotações, requerimento do próprio interessado ou determinação judicial".
Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Paulo, 28 de setembro de 1982.
Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça
(D.O.J., de 1.º-10-82).

PROVIMENTO N.º 16/82

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo,

Considerando o surgimento de orientação jurisdicional de expedição dos precatórios para depósito de condenações da Fazenda Pública em valor automaticamente reajustável pelo valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional do dia do depósito;
Considerando a necessidade de uniformizar as contas de liquidação de aludidos processos, a fim de facilitar a leitura dos cálculos e evitar desacertos e distorções ao ensejo dos depósitos; e
Considerando a manifestação unânime dos Juízes das Fazendas Públicas Estadual e Municipal da

Capital, determina:

Art. 1.º - Os contadores judiciais da Capital e do Interior, salvo determinação judicial contrária, utilizarão os modelos anexos para os cálculos de liquidação em processos movidos por funcionários contra a Fazenda Pública para haver diferenças de vencimentos.

Art. 2.º - No caso de sobrevir, posteriormente, decisão judicial pela não expedição de requisitório reajustável, o processo será devolvido ao Contador para nova conta simples.

Art. 3.º - Os precatórios conterão anotação de que o depósito deverá ser automaticamente reajustado e de que a executada deverá preencher os claros da conta referentes aos valores do dia do depósito.

Art. 4.º - Por ocasião do depósito, a executada apresentará ao estabelecimento bancário, juntamente com a guia de depósito, uma cópia "xerox" da conta de liquidação impressa, com seus claros preenchidos, devendo o referido estabelecimento conferir esses cálculos antes de aceitar o depósito, só o fazendo se exatos, remetendo, este, depois, ao Cartório do feito, essa "xerox" junto com a guia de depósito.

Art. 5.º - O cartório contador da Capital deverá se conservar atento a eventuais alterações futuras na jurisprudência do assunto, propondo, imediatamente, à Corregedoria Geral da Justiça, novos modelos de impressos, se lhe parecerem necessários.

Art. 6.º - O DEGE tomará as providências necessárias junto ao setor de Artes Gráficas a fim de que os impressos sejam confeccionados com urgência e remetidos a todos os Cartórios Contadores de todas as Comarcas do Estado, facultada requisição de mais exemplares no futuro, na Capital diretamente pelos Escrivães e no Interior por ofício dos Juízes Corregedores Permanentes dos Cartórios Contadores.

Art. 7.º - Remetam-se cópias, quanto à Capital, pelo DEGE, às Procuradorias do Estado e do Município da Capital (Procurador Geral do Estado e Diretora do Departamento Judicial, respectivamente), bem como à Caixa Econômica e ao Banespa, agências e postos recebedores de depósitos judiciais; os Juízes Diretores do Fórum do Interior determinarão a remessa de cópias, pelas Secretarias, às Prefeituras Municipais e aos estabelecimentos bancários incumbidos de depósitos judiciais na Comarca.

Art. 8.º - Este Provimento entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 6 de outubro de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

COMUNICADO

O Corregedor Geral da Justiça, por despacho proferido nesta data, dispensou da obrigatoriedade de recolhimento de taxas e emolumentos das certidões expedidas pelo Departamento da Corregedoria Geral (DEGE), referentes a atos que tenham por objeto comprovar tempo de serviço e demais situações diretamente relacionadas à administração, desde que requeridas pelo próprio interessado (artigo 29, inciso I da Lei n.º 1.518, de 28 de dezembro de 1977).

São Paulo, 19 de julho de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

(D.O.J., de 20-7-82).

(20 - 21 - 22 - 23 - 24)

COMUNICADO N.º 141/82

Proc. CG. n.º 60.931/82.

O Corregedor Geral da Justiça esclarece, a fim de evitar dúvidas relativamente aos requisitórios para depósitos em valor corrigido (Provimento n.º 3/82), o seguinte:

a) Todos os estabelecimentos bancários (Caixas, BANESPA, etc.) que receberem depósitos judiciais referentes a requisitórios reajustáveis devem observar o disposto no artigo 4.º, do Provimento n.º 3/82, conferindo obrigatoriamente, por ocasião do depósito, os cálculos da Fazenda depositante, à vista de "xerox" da conta por esta exibida.

b) A Fazenda, por ocasião do depósito, em atendimento a requisitório reajustável ou não, deverá exibir "xerox" do requisitório; se reajustável, para permitir a conferência estabelecida pelo artigo 4.º do Provimento n.º 3/82; se simples, para ensejar a verificação de que se trata de caso em

que está dispensada a conferência.

c) Os Juízes de Direito e os Escrivães do Interior devem dedicar especial atenção ao cumprimento do Provimento n.º 3/82 no âmbito de suas atribuições; a conta de liquidação e o requisitório reajustável regido pelo Provimento devem obrigatoriamente ser efetivados com a utilização dos impressos cujos modelos foram publicados no "Diário Oficial" de 4-3-1982, sob pena de responsabilização correccional e patrimonial do Escrivão que, por não haver providenciado os impressos, permitir a salda de conta ou ofício requisitório diferente do modelo aprovado. (D.O.J., de 9-10-82).

PROC. CG. N.º 63.569/82

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:
"SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF. 0895-076/82-GPC - Em 6 de agosto de 1982

Do: Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de São Paulo

Ao: Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

Assunto: Recolhimento de receitas federais e de dívida ativa da União em feitos de competência da Justiça Estadual

Têm chegado aos órgãos da Secretaria da Receita Federal e a esta Procuradoria da Fazenda Nacional inúmeros casos de depósitos, em agências bancárias ou da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, de quantias relativas a receitas federais, indevidamente feitas, ou porque tais quantias deveriam ter sido recolhidas como receita da União, mediante documento adequado (DARF), ou porque os depósitos deveriam ter sido feitos na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.737, de 20-12-79 (D.O.U., de 21-12-79).

A fim de corrigir a anomalia, permito-me solicitar a essa Egrégia Corregedoria Geral determinação ou recomendação aos srs. escrivães no sentido de observarem, se necessário com orientação da agência ou delegacia da Receita Federal mais próxima, o que segue:

1) - quaisquer quantias devidas à União Federal, inclusive multas fixadas em sentenças proferidas em processos criminais, devem ser recolhidas à rede arrecadadora de receitas federais mediante guia "DARF" apropriada; no caso de dívida ativa da União, objeto de execução fiscal, o modelo e as instruções para o preenchimento são os estabelecidos pela Portaria n.º 182, de 18-11-80 do Procurador-Geral da Fazenda Nacional (D.O.U. de 15-12-80), de conformidade com a Lei n.º 6.830, de 22-9-80 (D.O.U. de 24-9-80);

2) - as quantias de que se trata, eventualmente depositadas em agências bancárias ou de Caixa Econômica, devem ser transferidas para a conta "Depósitos do Governo Federal à Vista" no Banco do Brasil S/A., mediante guia "DARF" adequada;

3) - na falta de guia de recolhimento da dívida ativa da União, a quantia correspondente poderá ser depositada, enquanto perdurar a falta, em agência da Caixa Econômica Federal, onde deverão ser feitos também os depósitos em garantia da execução, na forma do Decreto-lei 1.737, de 20-12-79, e Lei 6.830, de 22-9-80, art. 32.

Antecipadamente grato pela valiosa cooperação, aproveito-me da oportunidade para renovar a V. Exa. o testemunho de meu mais elevado apreço.

Gentil Domingues dos Santos - Procurador-Chefe-Substituto

À Sua Excelência o

Desembargador Bruno Affonso de André

M.D. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

Palácio da Justiça

NESTA

(Processo n.º 0880-023.380/82)"

(D.O.J., de 25-8-82).

PROT. CG. N.º 21.086/82

Por despacho do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:

"SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OF. INCRA/CR-08/GC n.º 891/82 - São Paulo-SP - Em 23-7-82

Senhor Desembargador

Através do presente vimos solicitar a especial gentileza de V. Exa. em se dignar mandar comunicar aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis a alteração dos critérios adotados para a determinação da Fração Mínima de Parcelamento - FMP do imóvel rural, com a recente edição da Instrução Especial INCRA n.º 26, de 9 de junho de 1982, publicada no "Diário Oficial" da União, de 21 de junho de 1982 (página 11.335). Neste sentido, elaboramos abaixo uma relação contendo os Municípios deste Estado, com as respectivas Frações Mínimas de Parcelamento - FMP que deverão ser aplicadas tão somente na hipótese de parcelamento, desmembramento ou divisão de imóvel rural, por ato "inter vivos" ou "causa mortis", consoante regra do artigo 8.º da Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972. As medidas das frações constantes desta relação deverão prevalecer sobre as indicadas nos Certificados de Cadastro expedidos pelo INCRA, referente ao exercício de 1982, para fins de lavratura e registro de escrituras.

Cumpre-nos, finalmente, esclarecer que o parâmetro que serve de critério para o estabelecimento dos limites para a aquisição de imóvel rural por estrangeiro, conforme dispõe a Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, continua sendo o módulo de exploração não definida constante da Instrução Especial INCRA n.º 14, de 1-2-1978.

Limitados ao acima exposto subscrevemo-nos,
atenciosamente

Giovani Anísio Alves - Coordenador Regional INCRA/SP

Exmo. Sr.

Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo

A/C Dr. Juiz Corregedor Oswaldo Caron

SÃO PAULO - SP

AVM/na.

M.A. - INCRA

COORDENADORIA REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO - F.M.P.

Alucir Valentim Miqueloto - Chefe da CR-08/c INCRA

Giovani Anísio Alves - Coordenador Regional Port. n.º 283/80

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Tabelas organizadas pelo eminente Desembargador Geraldo Gomes, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, e cuja divulgação foi determinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça.

SALÁRIO - MÍNIMO

SALÁRIO - MÍNIMO - Evolução

Desde a sua instituição, o salário-mínimo mensal em São Paulo, 16- Região, sofreu a seguinte evolução

Dispositivo Legal	Valor	Vigência
Dec. Lei n.º 2.162, de 01-05-40	220\$000 (1)	03-07-40
Dec. Lei n.º 5.473, de 11-05-43 Cr\$	275,00	12-06-43
Dec. Lei n.º 5.977, de 10-11-43 Cr\$	360,00	01-12-43
Dec. Lei n.º 5.978, de 10-11-43 Cr\$	390,00	11-12-43
Dec. Lei n.º 30.342, de 24-12-51	Cr\$ 1.190,00	01-01-52
Dec. Lei n.º 35.450, de 01-05-54	Cr\$ 2.300,00	03-07-54
Dec. Lei n.º 39.604-A, de 14-07-56	Cr\$ 3.700,00	01-08-56

Dec. Lei n.º 45.106-A, de 24-12-58	Cr\$	5.900,00	01-01-59
Dec. Lei n.º 49.119-A, de 15-10-60	Cr\$	9.440,00	18-10-60
Dec. Lei n.º 51.336, de 13-10-61	Cr\$	13.216,00	16-10-61
Dec. Lei n.º 51.613, de 03-12-62	Cr\$	21.000,00	01-01-63
Dec. Lei n.º 53.578, de 21-02-64	Cr\$	42.000,00	24-02-64
Dec. Lei n.º 55.803, de 26-02-65	Cr\$	66.000,00	01-03-65
Dec. Lei n.º 57.900, de 02-03-66	Cr\$	84.000,00	01-03-66
Dec. Lei n.º 60.231, de 16-02-67	NCr\$	105,00	01-03-67
Dec. Lei n.º 62.461, de 25-03-68	NCr\$	120,60	26-03-68
Dec. Lei n.º 64.442, de 01-05-69	NCr\$	156,00	01-05-69
Dec. Lei n.º 66.523, de 30-(M-70	NCr\$	187,20	01-05-70
Dec. Lei n.º 68.576, de 01-05-71	Cr\$	225,60	01-05-71
Dec. Lei n.º 70.465, de 27-04-72	Cr\$	268,80	01-05-72
Dec. Lei n.º 72.148, de 30-04-73	Cr\$	312,00	01-05-73
Dec. Lei n.º 73.995, de 29-04-74	Cr\$	376,80	01-05-74
Dec. Lei n.º 75.045, de 05-12-74	Cr\$	415,20	01-12-74
Dec. Lei n.º 75.679, de 29-04-75	Cr\$	532,80	01-05-75
Dec. Lei n.º 77.510, de 29-04-76	Cr\$	768,00	01-05-76
Dec. Lei n.º 79.610, de 28-04-77	Cr\$	1.106,40	01.05.77
Dec. Lei n.º 81.615, de 28-04-78	Cr\$	1.560,00	01-05-78
Dec. Lei n.º 83.375, de 30-04-79	Cr\$	2.268,00	01-05-79
Dec. Lei n.º 84.135, de 31-10-79	Cr\$	2.932,80	01-11-79
Dec. Lei n.º 84.674, de 30-04-80	Cr\$	4.149,60	01-05-80
Dec. Lei n.º 85.310, de 31-1N80	Cr\$	5.788,80	01-11-80
Dec. Lei n.º 85.950, de 29-04-81	Cr\$	8.464,80	01-05-81
Dec. Lei n.º 86.614, de 29-10-81	Cr\$	11.928,00	01-11-81
Dec. Lei n.º 87.139, de 29-04-82	Cr\$	16.608,00	01-05-82

(1) 220\$000 (duzentos e vinte mil réis).

(*) Beneficiou somente os trabalhadores da indústria.

(**) Abono de Emergência.

VALOR REFERÊNCIA

VALOR - REFERÊNCIA - Evolução

Desde sua instituição, o valor-referência, em S. Paulo, sofreu a seguinte evolução:

Decretos	Valor	coeficiente	vigência
75.704, de 08-05-75	Cr\$ 501,00	1,33	09-05-75
75.511, de 29-04-76	Cr\$ 638,30	1.274	01-05-76
79.611, de 28-04-77	Cr\$ 877,70	1.375	01-05-77
81.624, de 04-05-78	Cr\$ 1.150,70	1,311	01-05-78
83.398, de 02-05-79	Cr\$ 1.591,40	1,383	01-05-79
84.144, de 01-11-79	Cr\$ 1.962,20	1,433	01-11-79
84.675, de 30~04-80	Cr\$ 2.480,20	1,264	01-05-80
85.311, de 31-10-80	Cr\$ 2.996,10	1,208	01-11-80
85.951, de 29-04-81	Cr\$ 4.071,70	1,359	01-05-81
86.515, de 29-10-81	Cr\$ 5.733,00	1,408	01-11-81
87.140, de 30-04-82	Cr\$ 7.768,20	1,355	01-05-82

MULTAS SOBRE TÓXICOS

Vigência a

partir de

1. Pela Lei n.º 6.368, de 21-10-76

.....21-10-1976

1 dia - multa = Cr\$ 25,00

20 dias-multa. = Cr\$ 500,00

50 dias-multa. = Cr\$ 1.250,00

360 dias-multa = Cr\$ 9.000,00

2. Pela Lei n.º 6.368, de 21-10-76 c.c.

Lei n.º 6.205, de 29-04-75 c.c.

Decreto n.º 79.611, de 28-04-

77	28-04-1977
1 dia-multa = Cr\$ 34,37	
ou seja:	
(Cr\$ 25,00 X 1,375 = Cr\$ 34,37)	
20 dias-multa = Cr\$ 687,40	
50 dias-multa = Cr\$ 1.718,50	
360 dias-multa = Cr\$ 12.373,20	
3. Pela Lei n.º 6.368, de 21-10-76 c.c.	
Lei n.º 6.205, de 29-04-75 c.c.	
Decreto n.º 81.624, de 04-05-78 publicado em 05-05-	
1978.....	05.06-1978
1 dia - multa = Cr\$ 45,05	
ou seja:	
(Cr\$ 34X 1,311 = Cr\$ 45,05)	
20 dias-multa = Cr\$ 901,00	
30 dias-multa. = Cr\$ 2.252,50	
360 dias-multa = Cr\$ 16.218,00	
4. Pela Lei n.º 6.868, de 21-10-76 c.c.	
Lei n.º 8.205, de 29-04-75 cc.	
Decreto n.º 83.398 de 02-05-	
79.....	02-05.1979
1 dia - multa = Cr\$ 62,30	
ou seja:	
(Cr\$ 45,05 X 1.383 = Cr\$ 62,30)	
20 dias-multa = Cr\$ 1.247,00	
50 dias-multa = Cr\$ 3.115,00	
360 dias-multa = Cr\$ 22.428,00	
5. Pela Lei n.º 6.368 de 21-10-76 c.c.	
Lei n.º 6.205 de 29-04-75 c.c.	
Decreto n.º 84.144, de 01-11-79	
.....	01-11-1979
1 dia - Multa = Cr\$ 76,81	
ou seja:	
(Cr\$ 62,30 x 1.233 = Cr\$ 76,81)	
20 dias - multa = Cr\$ 1.536,20	
50 dias-multa, = Cr\$ 3.840,50	
360 dias-multa = Cr\$ 27.651,60	
6. Pela Lei n.º 6.368, de 21-10-76 c.c.	
Lei n.º 6.205, de 29-04-75 c.c.	
Decreto n.º 84.875, de 30-04-80 publicado em 01-05-	
1980.....	01-05-1980
1 dia - multa = Cr\$ 97,08	
ou seja:	
(Cr\$ 76,81 x 1,264 = Cr\$ 97,08)	
20 dias-multa = Cr\$ 1.941,80	
50 dias-multa = Cr\$ 4.854,00	
360 dias-multa = Cr\$ 34.948,00	
7. Pela Lei n.º 6.358, de 21.10.76 c.c.	
Lei n.º 6.205 de 29-04-75 c.c.	
Decreto n.º 85.311, de 31-10-	
80	01-11-1980
1 dia - multa = Cr\$ 117,27	
ou seja:	
(Cr\$ 97,08 x 1,208 = Cr\$ 117,27)	
20 dias-multa - = Cr\$ 2.345,40	
50 dias-multa, = Cr\$ 5.883,50	

360 dias-multa = Cr\$ 42.217,20

8. Pela Lei n.º 6.368, de 21.10-76 c.c.

Lei n.º 6.205, de 29-04-75 c.c.

Decreto n.º 85.951, de 29-04-81

01-05.1981

1 dia - multa = Cr\$ 159,36

ou seja:

(Cr\$ 117,27 X 1,359 = C4 159.36)

20 dias-multa = Cr\$ 3.187,60

50 dias-multa = Cr\$ 7.968,00

360 dias-multa, = Cr\$ 57.369,60

9. Pela Lei n.º 6.368, de 21.10-76 c.c.

Lei n.º 6.205, de 29-04-75 cc.

Decreto n.º 86.515, de 29-10-

81 01.11.1981

1 dia - multa = Cr\$ 224,37

ou seja:

(Cr\$ 159,36 X 1,408 = Cr\$ 224,37)

20 dias-multa = Cr\$ 4.487,40

50 dias-multa. = Cr\$ 11.218,00

360 dias-multa = Cr\$ 80.773,20

10. Pela Lei n.º 6.368, de 21-10-78 c.c.

Lei n.º 6.205, de 29-04-75 c.c.

Decreto n.º 87.140, de 30-04-82

01-05-1982

1 dia - multa, = Cr\$ 304,02

ou seja:

(Cr\$ 224,37 X 1,355 = Cr\$ 304,02)

20 dias-multa = Cr\$ 6.080,40

50 dias-multa. = Cr\$ 15.201,00

360 dias-multa = Cr\$ 109.447,20

OBS.: Este modelo é exemplificativo pois não suprime a flexibilidade de se poder arbitrar o valor unitário do dia-multa dentro daqueles limites extremos, i.e., entre Cr\$ 25,00 até o seu décuplo, de Cr\$ 250,00 (§ 1.º do art. 36), na hipótese da infração cometida entre 1976 a 1977. ~ esse valor unitário e seu décuplo sofrem as sucessivas correções monetárias impostas pelos decretos sucessivos de modo que já para o período de 1977 a 1978 sendo a multa unitária mínima de Cr\$ 34,37, seu décuplo será de Cr\$ 343,70 e assim por diante. Entre cates dois valores é que se faculta ao juiz arbitrar o valor unitário cabível. (§§ 2.º e 3.º, art. 38 e assim por diante).

São Paulo, junho de 1982.

Elaborado por Geraldo Gomes - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

(D.O.J, de 7-8-82).

EMENDA CONSTITUCIONAL .N.º 22

Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único - São alterados e acrescentados à Constituição Federal os seguintes dispositivos, renumerados os atuais artigos de 207 a 212 para, respectivamente, de 209 a 214:

"Art.

15

I - pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores, realizada simultaneamente em todo o País;

..... § 5.º - Nos municípios com mais de um milhão de habitantes, o número de vereadores será de trinta e três.

Art.

29

.....

§

1.º

.....

a) pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de sítio, de estado de emergência ou de intervenção federal;

b) pelo Presidente da República, quando este a entender necessária, ou

c) por dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

.....

.....

Art.

30

.....

Parágrafo

único

.....

b) não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

c) a Mesa da Câmara dos Deputados ou a do Senado Federal encaminhará, por intermédio da Presidência da República, pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou ujeito à fiscalização do Congresso Nacional de suas Casas;

d) não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

e) não será de qualquer modo subvencionada viagem de congressista ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Câmara a que pertencer o deputado ou senador; e

f) será de dois anos o mandato para membro da Mesa de qualquer das Câmaras, proibida a reeleição.

Art. 32 - Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra.

§ 1.º - Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2.º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à Câmara respectiva, para que resolva sobre a prisão.

§ 3.º - Nos crimes comuns, imputáveis a deputados e senadores, a Câmara respectiva, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

.....

.....

§ 5.º - Nos crimes contra a Segurança Nacional, poderá o Procurador-Geral da República, recebida a denúncia e considerada a gravidade do delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 36 - Não perde o mandato o deputado ou o senador investido na função de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado e Prefeito de Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a 120 dias por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

.....

.....

Art. 39 - A Câmara dos Deputados compõe-se de até quatrocentos e setenta e nove representantes do povo, eleitos, dentre cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território.

.....

.....

§ 2.º - Obedecido o limite máximo previsto neste artigo, o número de deputados, por Estado, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, para cada legislatura, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de sessenta ou menos de oito deputados.

§ 3.º - Excetuado o de Fernando de Noronha, cada Território será representado na Câmara por quatro deputados.

Art. 48 - Em qualquer dos casos do artigo anterior, a proposta será discutida e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de cada uma das Casas.

Art.

51 .

§ 3.º - Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subseqüentes em dias sucessivos, e se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

§ 4.º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á, nos casos previstos neste artigo e no § 1.º no prazo de dez dias; findo este, se não tiver havido deliberação, aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior.

Art.

55 .

§ 1.º - Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3.º do art. 51.

Art.

74 .

§ 2.º - Cada Assembléia terá seis delegados indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

Art. 75 - O colégio eleitoral reunir-se-á na sede do Congresso Nacional a 15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial.

Art.

148 .

Parágrafo único - Igualmente na forma que a lei estabelecer, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional.

Art.

151 .

§

1.º .

c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro tio prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de seis meses nem menor de dois meses anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica

assim estipulado:

- 1) Ministro de Estado, Governador e Prefeito - cinco meses;
- 2) Secretário de Estado, quando titular de mandato parlamentar e candidato à reeleição - quatro meses;
- 3) Secretário de Estado, presidente, diretor, superintendente de órgão da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista - seis meses, quando candidatos a cargos municipais - quatro meses;
- d) a inelegibilidade, no território de jurisdição do titular, do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato coletivo e candidato à reeleição.

Art. 206 - Ficam oficializadas as serventias do foro judicial mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares, vitalícios ou nomeados em caráter efetivo ou que tenham sido revertidos a titulares.

Art. 207 - As serventias extrajudiciais, respeitada a ressalva prevista no artigo anterior, serão providas na forma da legislação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observado o critério da nomeação segundo a ordem de classificação obtida em concurso público de provas e títulos.

Art. 208 - Fica assegurada aos substitutos das serventias extra judiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação, no cargo d titular, desde que, investidos na forma da lei, contem ou venham contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia até 31 de dezembro de 1983.

Art. 215 - Os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 216 - Nas eleições de 15 de novembro de 1982, os deputados serão eleitos exclusivamente pelo sistema proporcional e sei número, por Estado, será estabelecido pela Justiça Eleitoral, proporcionalmente à população, com o reajuste necessário para que nenhum Estado tenha mais de sessenta ou menos de oito deputados, nem sofre redução no respectivo número fixado para a legislatura iniciada em 1979.

Art. 217 - O disposto no item II do § 2.º do art. 152 não se aplica às eleições de 15 de novembro de 1982."

Brasília, em 29 de junho de 1982.

A Mesa da Câmara dos Deputados

Nelson Marchezan

Presidente

Haroldo Sanford

1.º Vice-Presidente

Furtado Leite

1.º Secretário

Carlos Wilson

2.º Secretário

José Camargo

3.º Secretário

Itamar Franco

3.º Secretário

Jutahy Magalhães

4.º Secretário

(D.O.U., de 5-7-82).

A Mesa do Senado Federal

Jarbas Passarinho

Presidente

Passos Pôrto

1.º Vice-Presidente

Gilvan Rocha

2.º Vice-Presidente

Cunha Lima

1.º Secretário

Jorge Kalume

2.º Secretário

LEI N.º 7.005 - DE 28 DE JUNHO DE 1982

Altera a redação do § 2.º do art. 416 do Código de Processo, Civil.

Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O § 2.º do art. 416 do Código de Processo Civil (Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973)

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.

416
.....

§

1.º
.....

§ 2.º - As perguntas que o juiz indeferir serão obrigatoriamente transcritas no termo, se a parte o requerer.
.....
.....

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 28 de junho de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

(D.O.U., de 29-6-82).

LEI N.º 7.019 - DE 31 DE AGOSTO DE 1982

Altera o Código de Processo Civil, para simplificar o processo de homologação judicial da partilha amigável e da partilha de bens de pequeno valor.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Os artigos 1.031 a 1.038, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei n.º 5.925, de 19 de outubro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.031 - A partilha amigável, celebrada entre partes capazes, nos termos do art. 1.773 do Código Civil, será homologada de plano pelo juiz, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, com observância dos artigos 1.032 a 1.035 desta Lei

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, também, ao pedido de adjudicação, quando houver herdeiro único.

Art. 1.032 - Na petição de inventário, que se processará na forma de rolamento sumário, independentemente da lavratura de termos de qualquer espécie, os herdeiros:

I - requererão ao juiz a nomeação do inventariante que designarem;

II - declararão os títulos dos herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no art. 993 desta Lei;

III - atribuirão o valor dos bens do espólio, para fins de partilha.

Art. 1.033 - Ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 1.035 desta Lei, não se procederá à avaliação dos bens do espólio para qualquer finalidade.

Art. 1.034 - No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

§ 1.º - A taxa judiciária, se devida, será calculada com base no valor atribuído pelos herdeiros, cabendo ao fisco, se apurar em processo administrativo valor diverso do estimado, exigir a eventual diferença pelos meios adequados ao lançamento de créditos tributários em geral.

§ 2.º - O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.

Art. 1.035 - A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida.

Parágrafo único - A reserva de bens será realizada pelo valor estimado pelas partes, salvo se o credor, regularmente notificado, impugnar a estimativa, caso em que se promoverá a avaliação dos bens a serem reservados.

Art. 1.036 - Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 2.000 (duas mil)

Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, o inventário processar-se-á na forma de

arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente da assinatura de termo de compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição do valor dos bens do espólio e o plano da partilha.

§ 1.º - Se qualquer das partes ou o Ministério Público impugnar a estimativa, o juiz nomeará um avaliador que oferecerá laudo em 10 (dez) dias.

§ 2.º - Apresentado o laudo, o juiz, em audiência que designar, deliberará sobre a partilha, decidindo de plano todas as reclamações e mandando pagar as dívidas não impugnadas.

§ 3.º - Lavar-se-á de tudo um só termo, assinado pelo juiz e pelas partes presentes.

§ 4.º - Aplicam-se a esta espécie de arrolamento, no que couberem, as disposições do art. 1.034 e seus parágrafos, relativamente ao lançamento, ao pagamento e à quitação da taxa judiciária e do imposto sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

§ 5.º - Provada a quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, o juiz julgará a partilha.

Art. 1.037 - Independência de inventário ou arrolamento o pagamento dos valores previstos na Lei n.º 6.858, de 24 de novembro de 1980.

Art. 1.038 - Aplicam-se subsidiariamente a esta seção as disposições das seções antecedentes, bem como as da seção subsequente."

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de agosto de 1982; 161~ da Independência e 949 da República.

JOÃO FIGUEIREM

Ibrahnn Abi-Ackel

(D.O.U., de 1-9-82).

DECRETO-LEI N.º 1.950 - DE 14 DE JULHO DE 1982

Isenta do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. V, - Ficam isentos do imposto de renda os ganhos auferidos por pessoas físicas na venda de imóveis, desde que:

I - a venda seja realizada a outra pessoa física e se efetive mediante instrumento público celebrado a partir da data da publicação deste Decreto-lei e registrado no cartório de imóveis competente, até 31 de dezembro de 1983;

II - o recebimento do preço seja feito integralmente em dinheiro, no prazo máximo de três anos contado da data da celebração do contrato;

III - o valor da venda seja aplicado pelo vendedor, no prazo máximo de cento e oitenta dias contado do recebimento do preço, ou do recebimento de cada parcela, no caso de venda a prazo, na subscrição e integralização de ações ou quotas em aumento de capital de pessoas jurídicas com sede no País, controladas por capitais privados;

IV - a subscrição seja posterior à publicação deste Decreto-lei.

§ 1.º - Nas vendas efetuadas a prazo, no mínimo vinte por cento do preço deverão ser recebidos pelo vendedor no ato da celebração do contrato; trinta por cento, nos dezoito meses subsequentes; e os cinquenta por cento restantes, até o final do terceiro ano subsequente à data da celebração do contrato.

§ 2.º - A correção monetária prevista no contrato de venda também será considerada rendimento não tributável, desde que aplicada na subscrição e integralização de ações ou quotas, segundo a forma e prazo indicados no item III, observadas as demais disposições aplicáveis este Decreto-lei.

§ 3.º - O valor relativo a juros, previsto no contrato de venda, será tributado na declaração de rendimentos relativa ao ano-base em que ocorrer o seu recebimento.

§ 4.º - O disposto neste artigo não se aplica aos ganhos auferidos na venda de imóveis adquiridos após a data da publicação deste Decreto-lei.

Art. 2.º - A isenção prevista no artigo 19 poderá ser aplicada às vendas realizadas a pessoa jurídica que tenha como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e

construção de imóveis, e cujos atos constitutivos tenham sido arquivados no registro de comércio em data anterior à da publicação deste Decreto-lei, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às vendas realizadas a pessoa jurídica à qual a pessoa física esteja vinculada, nos termos da definição contida no artigo 4P do Decreto-lei w 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

Art. 3.º - Observado o disposto neste Decreto-lei, a isenção aplica-se, também, aos resultados decorrentes de desapropriação de imóveis efetuada até 31 de dezembro de 1983.

Art. 4.º - O ganho de capital auferido por pessoa física na incorporação de imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, com sede no País e controlada por capitais privados, mediante subscrição e integralização de ações ou quotas em aumento de capital social, fica isento do imposto de renda, desde que:

I - a subscrição e integralização sejam posteriores à publicação deste Decreto-lei e anteriores a 31 de dezembro de 1983;

II - Na data da publicação deste Decreto-lei, o imóvel conste de registro público em nome da pessoa física que efetuar a operação.

Art. 5.º - O imóvel incorporado nos termos do artigo anterior deverá ser vendido pela pessoa jurídica a que foi incorporado, mediante instrumento público registrado até 31 de dezembro de 1984, no cartório de imóveis competente, observado o disposto no item II e § 1.º do artigo 1.º deste Decreto-lei.

Art. 6.º - O ganho ou a perda de capital, decorrente de venda do imóvel incorporado nos termos do artigo 49 deste Decreto-lei, não será computado na determinação do lucro real da pessoa jurídica.

Art. 7.º - A correção monetária da parcela do patrimônio líquido, correspondente ao valor do imóvel incorporado nos termos do artigo 4.º somente será admitida, para efeito de determinar o lucro real, a partir da data do balanço do exercício social em que ocorrer o recebimento do preço da venda e na proporção da parcela recebida.

Parágrafo único - Os ajustes decorrentes da aplicação do disposto neste artigo serão feitos no Livro de Apuração do Lucro Real.

Art. 8.º - A inobservância, pela pessoa física, do disposto no item III do artigo 1Q importará a tributação da parcela do lucro auferido na venda do imóvel, correspondente à proporção existente entre o valor não aplicado e o valor da venda.

Parágrafo único - O imposto, calculado como devido no exercício financeiro em que deveria ter sido pago, será recolhido, corrigido monetariamente, pela pessoa física.

Art. 9.º - A restituição de capital, antes de decorrido o prazo de três anos, ao acionista ou sócio que se houver beneficiado da isenção prevista nos artigos 19 ou 4º importará a tributação da parcela do lucro, correspondente à proporção existente entre a restituição de capital e o valor da integralização.

§ 1.º - O valor da integralização será corrigido monetariamente segundo a variação do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, ocorrida entre o mês da integralização e o da restituição de capital.

§ 2.º - O imposto, calculado como devido no exercício financeiro em que deveria ter sido pago, será recolhido, corrigido monetariamente, pela pessoa física beneficiária da restituição.

Art. 10 - A pessoa jurídica a cujo patrimônio tenha sido incorporado imóvel com isenção do imposto de pessoa física, na forma do artigo 4.º ficará responsável pelo recolhimento desse imposto, corrigido monetariamente, calculado como devido no exercício financeiro em que deveria ter sido pago, mediante a aplicação da alíquota de 25% sobre o rendimento tributável (Decreto-lei n.º 1.641, de 7 de dezembro de 1978, artigo 2.º item II), se:

I - houver inobservância de quaisquer das condições previstas no artigo 5.º; ou

II - a pessoa jurídica que recebeu o imóvel aliená-lo:

a) a pessoa, física ou jurídica, que a controle;

b) a pessoa jurídica por ela controlada;

c) a pessoa jurídica interligada;

d) a pessoa física que tiver feito a subscrição e integralização, de capital nos termos do artigo 4.º, ou a seu cônjuge ou parente de primeiro grau.

§ 1.º - As restrições do item II deste artigo se aplicam às vendas realizadas entre pessoas que, em qualquer momento do período compreendido entre a data da publicação deste Decreto-lei e o dia 31 de dezembro de 1985, mantenham qualquer das espécies de vínculo nele previstas.

§ 2.º - Consideram-se:

a) controladora, ou controlada, qualquer pessoa que se, enquadre nas definições contidas nos artigos 116 e 243, § 2.º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

b) interligadas, as pessoas jurídicas que tenham como controlador o mesmo sócio ou acionista.

§ 3.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que não revistam a forma de sociedade por ações

§ 4.º - O imposto deve ser pago no prazo fixado pelo Ministro da Fazenda.

Art. 11 - O "caput" do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.641, de 7 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os seus parágrafos:

"Art. 1.º - Constitui rendimento tributável o lucro apurado por pessoa física em decorrência de alienação de imóveis efetuada no ano-base."

Parágrafo único - A alteração prevista neste artigo somente entrará em vigor a partir do ano-base de 1983, exercício financeiro de 1984.

Art. 12 - Fica isento do imposto de renda o lucro auferido por pessoa física na venda de imóveis, desde que o alienante, no prazo de um ano contado da celebração do contrato, aplique o produto da venda na compra de imóvel residencial e que, na data da aquisição, não possua imóvel da mesma espécie.

§ 1.º - O disposto neste artigo se estende aos casos em que o alienante aplique o produto da venda na aquisição de imóvel residencial para parentes de primeiro grau, desde que o donatário, na data da aquisição, não possua imóvel da mesma espécie.

§ 2.º - No caso de venda de mais de um imóvel, o prazo referido neste artigo será contado a partir da data da primeira alienação.

§ 3.º - A aplicação parcial do produto da venda implicará tributação do lucro, proporcionalmente ao valor da parcela não aplicada.

§ 4.º - A inobservância das condições estabelecidas neste artigo importará a exigência do imposto calculado como devido no exercício financeiro em que deveria ter sido pago, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora e de multa.

Art. 13 - O Ministro da Fazenda poderá baixar os atos complementares necessários à aplicação do disposto neste Decreto-lei.

Art. 14 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 14 de julho de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas

José Flávio Pécora

(D.O.U., de 5-7-82).

DECRETO-LEI N.º 1.958 - DE 9 DE SETEMBRO DE 1982

Extingue o Certificado de Regularidade de Situação CRS e o Certificado de Quitação - CQ, reduz os casos de exigência de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Ficam extintos, a partir da data de publicação deste Decreto-lei, o Certificado de Regularidade de Situação - CRS. e, a partir de 19 de dezembro de 1982, o Certificado de Quitação - CQ a que se refere o artigo 141 da Lei Orgânica da Previdência Social - Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações posteriores.

Art. 2.º - Somente será exigido documento comprobatório de inexistência de débito, a ser fornecido pela Previdência Social, nos seguintes casos:

I - das empresas em geral;

a) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou de direitos a ele relativos;

b) na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel incorporado ao ativo imobilizado de empresa desde que o valor superior a 1.500 (mil e quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN;

c) no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de atos relativos a baixa de firma individual, redução de capital social ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil, sem prejuízo

do disposto no art. 10 da Lei n.º 6.939, de 9 de setembro de 1981.

II- dos construtores ou responsáveis pela execução de obras de construção civil, na primeira alienação, seja qual for sua forma, de prédio ou unidade imobiliária, realizada por particular, construtor, incorporador ou empresa de comercialização de imóveis.

§ 1.º - A prova de inexistência de débito da empresa se restringirá às contribuições devidas por sua dependência localizada onde ocorrer o evento determinante da emissão ou, quando for o caso, por sua sede.

§ 2.º - Na hipótese do item II, a prova de inexistência de débito do construtor, ainda que pessoa física, será exigida apenas em relação ao imóvel objeto da averbação ou alienação.

§ 3.º - A prova de inexistência de débito, quando exigível do incorporador, será feita independentemente da apresentada no Registro de Imóveis por ocasião da inscrição do memorial de incorporação (Lei n.º 4.591, de 16-12-64).

§ 4.º - É dispensada a transcrição, em instrumento público ou particular, do inteiro teor do documento comprobatório de inexistência de débito, formalizando-se o cumprimento da obrigação, unicamente, pela referência ao número de série ou protocolo e à data da emissão.

§ 5.º - Ressalvada a hipótese do § 2.º o documento comprobatório da inexistência de débito não indicará a finalidade para a qual foi emitido nem ficará sujeito à obrigatoriedade de sua apresentação apenas no original.

§ 6.º - O prazo de validade do documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social será de 6 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

Art. 3.º - Não dependerá da apresentação de comprovação de inexistência de débito:

a) a operação em que for outorgante a União, Distrito Federal, Estado, Território, Município e demais pessoas de direito público interno sem finalidade econômica;

b) a lavratura ou assinatura de instrumento, ato ou contrato, que constitua retificação ou ratificação de outro anterior para o qual já tenha sido apresentada a comprovação;

c) a concessão de crédito rural em todas as suas modalidades, ainda que com a constituição de garantias, pelas instituições de crédito públicas e privadas, desde que o produtor rural não industrialize seus produtos, não efetue vendas a consumidor, no varejo, nem a adquirente domiciliado no exterior, para tanto bastando o registro, no ato ou instrumento, de declaração do produtor, feita sob as penas da lei, de que não é responsável direto pelo recolhimento de contribuições à Previdência Social Rural;

d) as operações previstas no item II do artigo 2.º, quando realizadas com imóvel cuja construção tenha sido terminada antes de 22 de novembro de 1966, data de início de vigência do Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966.

Art. 4.º - Exclui-se da responsabilidade solidária a que se refere o § 2.º do artigo 79 da Lei n.º.

3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações posteriores, o adquirente de prédio ou unidade imobiliária quando realizar operação com empresa de comercialização ou com incorporador de imóveis, ficando o 'incorporador solidariamente responsável com o construtor do imóvel.

Art. 59 - Os Certificados de Quitação - CQ, expedidos até 30 de novembro de 1982, servirão de prova de inexistência de débito, para todos os fins previstos neste Decreto-lei, a eles aplicando-se o prazo estabelecido no § 6.º do artigo 2.º.

Art. 69 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1982; 161.º da Independência e 94.º da República.

Hélio Beltrão

JOÃO FIGUEIREDO

PORTARIA N.º 167 - DE 17 DE JUNHO DE 1982

Ministro de Estado da Agricultura, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que estabelece a Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972, resolve:

I - Aprovar a Instrução Especial INCRA n.º 26, que estende a outros municípios a fração mínima de parcelamento prevista para as Capitais dos Estados.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ângelo Amaury Stábile

INSTRUÇÃO ESPECIAL INCRA N.º 2.6 - DE 9 DE JUNHO DE 1982
Dispõe sobre a extensão da Fração Mínima de P~ lamento prevista para as
Capitais dos Estados a outros Municípios.

Art. 1.º - Fica atribuída aos municípios situados nas Zonas Típicas de Módulo designadas "A", dos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás conforme consta da Tabela I-A, da Instrução Especial INCRA n.º 14/78, e aos municípios relacionados na Tabela-1, anexa à presente Instrução Especial, a fração mínima de parcelamento prevista para as Capitais dos Estados, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 8.º da Lei n.º. 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

Art. 2º - A presente Instrução Especial entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Yokota

TABELA 1 DA INSTRUÇÃO ESPECIAL, INCRA N.º 26

DE 9 DE JUNHO DE 1982

Unidade da Federação Município

Ceará Juazeiro do Norte

Rio Grande do Norte Mossoró

Pernambuco Petrolina

AlagoasArapiraca

Bahia AlagoinhasIlhéusItabunaJacobinaJequiéJuazeiroVitória da Conquista

Mato Grosso do Sul Dourados

LEI N.º 3.396 - DE 16 DE JUNHO DE 1982
Altera a Organização e a Divisão Judiciária do Estado e dá providências
correlatas.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º - São criadas as seguintes comarcas:

I - classificadas em primeira entrância, com uma vara:

- a) Cananéia, abrangendo o município do mesmo nome;
- b) Pedreira, abrangendo o município do mesmo nome e o de Jaguariuna;
- c) Teodoro Sampaio, abrangendo o município do mesmo nome;
- d) vetado;

II - classificado em segunda entrância, com duas varas, a Comarca de Praia Grande, abrangendo o município do mesmo nome.

Parágrafo único - As varas da Comarca de Praia Grande são de competência cumulativa, civil e criminal, cabendo, porém, à 1.º Vara o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Geral, à 2.º Vara, o serviço de Menores e Corregedoria da própria serventia.

Art. 2.º - São criados os seguintes foros distritais:

I - classificados em primeira entrância, com uma vara:

- a) Aguai, para o município do mesmo nome, na Comarca de São João da Boa Vista;
- b) Cerquilha, para o município do mesmo nome, na Comarca de Tietê;
- c) Cordeirópolis, para o município do mesmo nome, na Comarca de Limeira;
- d) Guará, para o município do mesmo nome, na Comarca de Ituverava;
- e) Guararerna, para o município do mesmo nome, na Comarca de Mogi das Cruzes;
- f) Morro Agudo, para o município do mesmo nome, na Comarca de Orlândia;
- g) Peruibe, para o município do mesmo nome e o de Itariri, na Comarca de Itanhaém
- h) Piquete, para o município do mesmo nome, na Comarca de Lorena;
- i) Potirendaba, para o município do mesmo nome, na Comarca de São José do Rio Preto;
- j) Serrana, para o município do mesmo nome, na Comarca de Ribeirão Preto;

- 1) Colina, para o município do mesmo nome, abrangendo o Município de Jaborandi, na

Comarca de Barretos;

m) vetado;

n) São Miguel Arcanjo, para o município do mesmo nome, na Comarca de Itapetininga;

II - classificados em segunda entrância, com uma vara:

a) Arujá, para o município do mesmo nome, na Comarca de Santa Izabel;

b) Cajamar, para o município do mesmo nome, na Comarca de Jundiaí;

c) Campo Limpo Paulista, para o município do mesmo nome, na Comarca de Jundiaí;

d) Cosmópolis, para o município do mesmo nome, na Comarca de Campinas;

e) Itapevi, para o município do mesmo nome, na Comarca de Cotia;

f) Vinhedo, para o município do mesmo nome e o de Louveira, na Comarca de Jundiaí;

g) Votorantim, para o município do mesmo nome, na Comarca de Sorocaba;

III - classificados em segunda entrância, com duas varas, numeradas ordinalmente, e com competência cumulativa, civil e criminal:

a) Carapicuíba, para o município do mesmo nome, na Comarca de Barueri;

h) Embu, para o município do mesmo nome, na Comarca de Itapeçerica da Serra;

c) Ferraz de Vasconcelos, para o município do mesmo nome, na Comarca de Poá;

d) Itaquaquecetuba, para o município do mesmo nome, na Comarca de Poá;

e) Vicente de Carvalho, para o distrito do mesmo nome, na Comarca de Guarujá.

§ 1.º - A competência dos foros distritais é plena, exceto a do serviço do Júri e a do serviço de Execuções Criminais.

§ 2.º - Nos foros de duas varas, cabe à primeira exercer a Corregedoria Geral; à segunda, a Corregedoria da própria serventia e o serviço de Menores.

Art. 3.º - É criada a 2.ª Vara no foro distrital de Taboão da Serra, passando a atual a ser a 1.ª

Vara, ambas classificadas em segunda entrância, e com competência cumulativa, civil e criminal.

Parágrafo único - À 1.ª Vara compete o serviço de Corregedoria Geral; à 2.ª Vara, o da própria serventia e o serviço de Menores.

Art. 4.º - É criada uma segunda vara, passando a atual a ser a primeira, ambas classificadas em segunda entrância, nas Comarcas de Adamantina, Araras, Birigui, (vetado) Caraguatatuba, Cruzeiro, (vetado) Franco da Rocha, Garça, Ibiúna, Indaiatuba, Itapeva, Jaboticabal, Jales, Mairiporã, Mirassol, Moji-Guaçu, Moji-Mirim, Pindamonhangaba, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Pires, Sertãozinho, Sumaré, Tatuí e Votuporanga.

Parágrafo único - As varas a que se refere este artigo têm competência cumulativa, civil e criminal, cabendo, porém, à 1.ª Vara, o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Geral; à 2.ª Vara, o serviço de Menores e Corregedoria da própria serventia.

Art. 5.º - São criadas:

I - a 3.ª Vara, esta e as atuais classificadas em terceira entrância, nas Comarcas de Assis, Bragança Paulista, Cubatão, Jacarei, Itanhaém, Itu, Limeira, Lins, Ourinhos, Poá, Suzano e Tupã;

II - a 3.ª Vara, nas Comarcas de Botucatu, Itapetininga e Jaú;

III - a 2.ª e 3.ª Varas, estas e atual classificadas em terceira entrância, nas Comarcas de Atibaia e Itapeçerica da Serra.

§ 1.º - As varas a que se refere este artigo são de competência cumulativa, civil e criminal, cabendo, porém, à 1.ª Vara, o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 2.ª Vara, o serviço de Corregedoria Geral; à 3.ª Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia.

§ 2.º - A classificação em terceira entrância, decorrente dos incisos I e III, para as comarcas e varas até aqui classificadas em segunda entrância, efetivar-se-á com a instalação das novas varas.

Art. 6.º - As Comarcas de Capão Bonito (vetado) são elevadas à categoria de segunda entrância.

Art. 7.º - Vetado.

Parágrafo único - As varas a que se refere este artigo têm competência cumulativa, civil e criminal, cabendo, porém, à 1.ª Vara, o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Geral e, à 2.ª Vara, o serviço de Menores e Corregedoria da própria serventia.

Art. 8.º - É criada a 4.ª Vara na Comarca de Mauá, com a mesma competência cumulativa, civil e criminal, das demais varas, com a classificação em terceira entrância.

Art. 9.º - É criada a 2.ª Vara Criminal, classificada em terceira entrância, nas Comarcas de Americana, Araçatuba, Araraquara, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro e Taubaté.

§ 1.º - A atual vara das referidas comarcas passa a denominar-se 1.ª Vara Criminal.

§ 2.º - As varas criminais mencionadas são de competência criminal, cabendo, porém, à 1.ª Vara,

o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 2.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia.

Art. 10 - É criada e classificada em terceira entrância, nas Comarcas de Jundiaí e Sorocaba, a 3.^a Vara Criminal, com a mesma competência criminal das existentes, cabendo, porém, à 1.^a Vara, o serviço do Júri; à 2.^a Vara, o serviço das Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 3.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a corregedoria da própria serventia.

Art. 11 - Na Comarca de Ribeirão Preto são criadas e classificadas em terceira entrância:

I - a 3.^a e a 4.^a Varas Criminais, com a mesma competência criminal das existentes;

II - a Vara do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, cabendo-lhe, também, a Corregedoria Criminal;

III - a 7.^a Vara Cível, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 12 - São criadas, na Comarca de São Bernardo do Campo, as seguintes varas, classificadas em terceira entrância:

I - a 3.^a Vara Criminal, com a mesma competência criminal das existentes;

II - a Vara do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, cabendo-lhe, também, a Corregedoria Criminal.

Art. 13 - São criadas, na Comarca de São José dos Campos, as seguintes varas, classificadas em terceira entrância:

I - a 2.^a e a 3.^a Varas Criminais, com a mesma competência criminal das existentes;

II - a Vara do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, cabendo-lhe, também, a Corregedoria Criminal;

III - a 5.^a Vara Cível, com a mesma competência cumulativa civil das existentes.

Art. 14 - São criadas e classificadas em terceira entrância, na Comarca de Osasco:

I - a Vara do Júri, das Execuções Criminais e de Menores, cabendo-lhe, também, a Corregedoria Criminal;

II - a 5.^a, a 6.^a e a 7.^a Varas Cíveis, cabendo-lhes a mesma competência civil das existentes.

Art. 15 - Na Comarca de Campinas são observadas as seguintes alterações:

I - a atual Vara do Júri, Menores e Execuções Criminais fica transformada em Vara de Menores;

II - é criada a Vara do Júri e Execuções Criminais, à qual caberá, também, o serviço de Corregedoria dos presídios.

Art. 16 - São criadas e classificadas em terceira entrância, nas Comarcas de Diadema e Franca:

I - a 2.^a Vara Criminal, com a mesma competência criminal das existentes, cabendo, porém, à 1.^a Vara, o serviço do Júri e Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 2.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia;

II - a 3.^a Vara Cível, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 17 - São criadas e classificadas em terceira entrância, nas Comarcas de Bauru e Mogi das Cruzes:

I - a 2.^a Vara Criminal, com a mesma competência criminal das existentes, cabendo, porém, à 1.^a Vara, o serviço do Júri, Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 2.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia;

II - a 4.^a Vara Cível, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 18 - São criadas e classificadas em terceira entrância, nas Comarcas de São José do Rio Preto e São Vicente.

I - a 2.^a e a 3.^a Varas Criminais, passando a existente a denominar-se 1.^a Vara Criminal, com competência criminal, cabendo, porém, à 1.^a Vara, o serviço do Júri, à 2.^a Vara, o serviço de Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 3.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia;

II - a 4.^a Vara Cível, na Comarca de São Vicente e a 5.^a Vara Cível, na Comarca de São José do Rio Preto, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 19 - São criadas e classificadas em terceira entrância, na Comarca de São Caetano do Sul:

I - a 3.^a Vara Criminal, com a mesma competência criminal das existentes, cabendo, porém, à 1.^a Vara, o serviço do Júri; à 2.^a Vara, o serviço de Execuções Criminais e Corregedoria Criminal; à 3.^a Vara, o serviço de Menores; e a cada qual, a Corregedoria da própria serventia;

II - a 4.^a Vara Cível, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 20 - É criada e classificada em terceira entrância, na comarca de São Carlos, a 3.^a Vara Cível, com a mesma competência civil das existentes.

Art. 21 - São criadas e classificadas em terceira entrância, na comarca de Santos, a 1.^a e a

- 2.^a Varas de Acidentes do Trabalho, com competência cumulativa na respectiva matéria.
- Parágrafo único - Na instalação das varas a que se refere este artigo, as atuais Varas da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho passarão a denominar-se, respectivamente, 1.^o e 2.^a Varas da Fazenda Pública com competência cumulativa na matéria de sua denominação.
- Art. 22 - Fica excluída da Vara de Menores da Comarca de Santos a competência relativa a ações penais, a que se refere o artigo 50, alínea "b", da Resolução n.º 2, de 15 de dezembro de 1976, que passa a ser exercida, cumulativamente, pelas varas criminais da mesma comarca.
- Art. 23 - São agrupadas, para os efeitos adiante indicados:
- I - as Comarcas de Santos, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Vicente e Itanhaém;
 - II - as Comarcas de Mauá, Santo André, São Caetano do Sul e Ribeirão Pires;
 - III - as Comarcas de Diadema e São Bernardo de Campo;
 - IV - as Comarcas de Poá e Suzano;
 - V - as Comarcas de Barueri e Osasco.
 - VI - Nas comarcas agrupadas, a jurisdição de cada vara é extensiva ao território de cada um das outras do mesmo grupo, para a prática de atos e diligências nos feitos de sua competência.
- § 2.^o - Para as comarcas agrupadas no inciso I, observar-se-á, também, o seguinte:
- a) o serviço de Execuções Criminais e o de Corregedoria do presídio regional competirão à Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Santos;
 - b) as internações de menores infratores ou carentes serão promovidas pela Vara de Menores da mesma comarca.
- § 3.^o - O Tribunal de Justiça poderá ampliar ou restringir a aplicação do disposto no presente artigo, bem como adotá-lo para outros grupos de comarcas.
- Art. 2.^o - As comarcas do Estado formam as seguintes Circunscrições Judiciárias, tendo, como sede, a indicada em primeiro lugar:
- I - 1.^a Circunscrição: Santos, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Praia Grande e São Vicente;
 - II - 2.^a Circunscrição: São Bernardo do Campo e Diadema;
 - III - 3.^a Circunscrição: Santo André, Mauá, São Caetano do Sul e Ribeirão Pires;
 - IV - 4.^a Circunscrição: Osasco e Barueri;
 - V - 5.^a Circunscrição: Jundiaí, Franco da Rocha e Itatiba;
 - VI - 6.^a Circunscrição: Bragança Paulista, Atibaia e Piracaia;
 - VII - 7.^a Circunscrição: Moji-Mirim, Itapira e Moji-Guaçu;
 - VIII - 8.^a Circunscrição: Campinas;
 - IX - 9.^a Circunscrição: Rio Claro e Brotas;
 - X - 10.^a Circunscrição: Limeira e Araras;
 - XI - 11.^a Circunscrição: Piraçununga, Leme, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro;
 - XII - 12.^a Circunscrição: São Carlos, Descalvado e Ribeirão Bonito;
 - XIII - 13.^a Circunscrição: Araraquara, Ibitinga, Itápolis e Matão;
 - XIV - 14.^a Circunscrição: Barretos, Bebedouro, Guaira, Monte Azul Paulista, Olimpia e Viradouro;
 - XV - 15.^a Circunscrição: Catanduva, Novo Horizonte, Santa Adélia e Urupês;
 - XVI - 16.^a Circunscrição: São José do Rio Preto, José Bonifácio, Mirassol, Monte Aprazível, Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria e Tanabi;
 - XVII - 17.^a circunscrição: Votuporanga, Cardoso e Nhandeara;
 - XVIII - 18.^a Circunscrição: Fernandópolis, Estrela D'Oeste e General Salgado;
 - XIX - 19.^a Circunscrição: Sorocaba, Ibiúna, Piedade e São Roque;
 - XX - 20.^a Circunscrição: Itu, Indaiatuba, Porto Feliz e Salto;
 - XXI - 21.^a Circunscrição: Registro, Cananéia, Eldorado Paulista, Iguape, Jacupiranga, Juquiá e Miracatu.
 - XXII - 22.^a Circunscrição: Itapetíninga, Angatuba, Capão Bonito e Tatuí;
 - XXIII - 23.^a Circunscrição: Botucatu, Conchas e São Manuel;
 - XXIV - 24.^a Circunscrição: Avaré, Cerqueira César, Fartura e Taquarítuba;
 - XXV - 25.^a Circunscrição: Ourinhos, Piraju e Santa Cruz do Pio Pardo;
 - XXVI - 26.^a Circunscrição: Assis, Cândido Mota, Palmital, Paraguaçu Paulista. e Quatá;
 - XXVII - 27.^a Circunscrição: Presidente Prudente, Martinópolis, Presidente Bernardes, Rancharia e Regente Feijó;
 - XXVIII - 28.^a Circunscrição: Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio;
 - XXIX - 29.^a Circunscrição: Dracena, Junqueirópolis, Pacaembu e Tupi Paulista,;
 - XXX - 30.^a Circunscrição: Tupã, Adamantina, Lucélia e Osvaldo Cruz;

- XXXI - 31.^a Circunscrição: Marília, Garça e Pompéia;
XXXII - 32.^a Circunscrição: Bauru, Agudos, Duartina, Lençóis Paulista, Pirajuí e Piratininga;
XXXIII - 33.^a Circunscrição: Jaú, Bariri, Barra Bonita, Dois Córregos e Pederneiras;
XXXIV - 34.^a Circunscrição: Piracicaba, Capivari, Laranjal Paulista, São Pedro e Tietê;
XXXV - 35.^a Circunscrição: Lins, Cafelândia, Getulina e Promissão;
XXXVI - 36.^a Circunscrição: Araçatuba, Bilac, Birigui, Buritama, Guararapes, Penápolis e Valparaíso;
XXXVII - 37.^a Circunscrição: Andradina, Mirandópolis e Pereira Barreto;
XXXVIII - 38.^a Circunscrição: Franca, Patrocínio Paulista. e Pedregulho;
XXXIX - 39.^a Circunscrição: Batatais, Altinópolis, Nuporanga e Orlândia;
XL - 40.^a Circunscrição: Ituverava, Igarapava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra;
XLI - 41.^a Circunscrição: Ribeirão Preto, Cajuru, Cravinhos, Jardinópolis, Santa Rosa do Viterbo, São Simão e Sertãozinho;
XLII - 42.^a Circunscrição: Jaboticabal, Guariba, Monte Alto, Pitangueiras e Taquaritinga;
XLIII - 43.^a Circunscrição: Casa Branca, Caconde, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, São José do Rio Pardo e Tambaú;
XLIV - 44.^a Circunscrição: Guarulhos, Mairiporã e Sta. Isabel;
XLV - 45.^a Circunscrição: Mogi das Cruzes, Poá e Suzano;
XLVI - 46.^a Circunscrição: São José dos Campos, Jacareí, Paraibuna e Santa Branca;
XLVII - 47.^a Circunscrição: Taubaté, Caçapava, Campos do Jordão, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí e São Luiz do Paraitinga;
XLVIII - 48.^a Circunscrição: Guaratinguetá, Aparecida, Bananal, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Cunha, Lorena e Queluz;
XLIX - 49.^a Circunscrição: Itapeva, Apial, Itaporanga e Itararé;
L - 50.^a Circunscrição: São João da Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal e Vargem Grande do Sul;
LI - 51.^a Circunscrição: Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba;
LII - 52.^a Circunscrição: Cotia e Itapeverica da Serra;
LIII - 53.^a Circunscrição: Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré;
LIV - 54.^a Circunscrição: Amparo, Socorro, Serra Negra e Pedreira;
LV - 55.^a Circunscrição: Jales, Auriflama, Palmeira D'Oeste e Santa Fé do Sul.
Parágrafo único - Os Juizes Substitutos das circunscrições extintas em decorrência do disposto neste artigo passarão a ter sede na circunscrição a que fica pertencendo a comarca-sede anterior.
Art. 25 - Ficam extintos, na vacância, os cargos de Juiz Adjunto, criados pela Resolução n.º 2, de 15 de dezembro de 1976.
Art. 26 - São transferidos de comarcas os seguintes municípios:
I - vetado;
II - Boracéia, da Comarca de Jaú para a Comarca de Pederneiras;
III - Capela do Alto, da Comarca de Sorocaba para a Comarca de Tatuí;
IV - vetado;
V - Guaraçai, da Comarca de Andradina, para a Comarca de. Mirandópolis;
VI - Iporanga, da Comarca de Eldorado Paulista para a Comarca de Apial;
VII - Irapuã, da Comarca de Novo Horizonte para a Comarca de Urupês;
VIII - Jeriquara, da Comarca de Franca para a Comarca de Pedregulho;
IX - Mendonça, da Comarca de São José do Rio Preto para a Comarca de José Bonifácio;
X - Sales, da Comarca de Novo Horizonte para a Comarca de Urupês;
XI - vetado;
XII - vetado;
Art. 27 - Quando da instalação das comarcas de que trata o artigo 1.º, serão transferidos os seguintes municípios:
I - Cananéia, da Comarca de Jacupiranga. para a Comarca de Cananéia;
II - Pedreira, da Comarca de Amparo para a Comarca de Pedreira;
III - Jaguariúna, da Comarca de Moji-Mirim para a Comarca de Pedreira;
IV - Teodoro Sampaio, da Comarca de Mirante do Paranapanema para a Comarca de Teodoro Sampaio;
V - Praia Grande, da Comarca de São Vicente para a Comarca de Praia Grande.
Art. 28 - A criação de cargos e serventias, bem como as dotações orçamentárias previstas nesta lei e indispensáveis à reorganização judiciária, dependerão de processo legislativo da iniciativa

do Tribunal de Justiça.

Art., 29 - Sempre que imprescindível ao atendimento dos serviços judiciais, o Tribunal de Justiça poderá remanejar competências entre varas das mesmas comarcas ou foros distritais. O mesmo poderá ser feito por ato da Corregedoria Geral da Justiça, com aprovação do Conselho Superior da Magistratura, quanto aos serviços de correição permanente.

Art. 30 - Ficam estabelecidas unidades administrativas nas Circunscrições Judiciárias a seguir indicadas, para atendimento de serviços administrativos, a saber:

I - na 36.^a Circunscrição, com sede em Araçatuba, atendendo às 35.^a, 37.^a e 55.^a Circunscrições Judiciárias;

H - na 32.^a Circunscrição, com sede em Bauru, atendendo às 23.^a, 24.^a, 25.^a e 33.^a

Circunscrições Judiciárias;

III - na 8.^a Circunscrição, com sede em Campinas, atendendo às 54.^a, 6.^a, 7.^a, 9.^a, 10.^a, 11.^a, 34.^a, 50.^a, 53.^a e 54.^a Circunscrições Judiciárias;

IV - na 27.^a Circunscrição, com sede em Presidente Prudente, atendendo às 26.^a, 28.^a, 29.^a, 30.^a e 31.^a Circunscrições Judiciárias;

V - na 41.^a Circunscrição, com sede em Ribeirão Preto, atendendo às 12.^a, 13.^a, 38.^a e 42.^a Circunscrições Judiciárias;

VI - na 16.^a Circunscrição, com sede em São José do Rio Preto, atendendo às 14.^a, 15.^a, 17.^a e 18.^a Circunscrições Judiciárias;

VII - na 1.^a Circunscrição, com sede em Santos, atendendo à 21.^a Circunscrição Judiciária;

VIII - na 46.^a Circunscrição, com sede em São José dos Campos, atendendo às 47.^a, 48.^a e 51.^a Circunscrições Judiciárias;

IX - na 19.^a Circunscrição, com sede em Sorocaba, atendendo às 20.^a, 22.^a e 49.^a Circunscrições Judiciárias.

§ 1.^a - Não se incluem, nos territórios das unidades administrativas a que se refere este artigo, as Circunscrições de Cotia, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, integradas administrativamente na Região da Grande São Paulo.

§ 2.^a - O quadro e os cargos das unidades administrativas ora criadas dependerão de lei, observado o competente processo legislativo.

Art. 31 - O Tribunal de Justiça procederá à consolidação das normas judiciárias do Estado.

Art. 32 - As varas dos foros distritais da Comarca de S. Paulo serão localizadas por ato do Tribunal de Justiça, que poderá distribuí-las ou agrupá-las no respectivo território ou adjacente, por necessidade de serviço ou melhor atendimento dos feitos.

Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio dos Bandeirantes, 16 de junho de 1982.

JOSÉ MARIA MARIN

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico - Legislativa, aos 16 de junho de 1982.

Esther Zinsly - Diretor (Divisão - Nível II)

(D.O.J., de 17-7-82).

LEI N.º 3.198 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1981

Altera o Quadro Territorial- Administrativo do Estado.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.^o - O Quadro Territorial-Administrativo do Estado, esta estabelecido pela Lei n.º 8.050, de 31 de dezembro de 1963, repromulgada pela Assembléia Legislativa como Lei n.º 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, fica alterado na conformidade do disposto na presente lei.

Art. 2.^o - São criados os seguintes distritos:

I - o Distrito de Bela Vista São-Carlense, com sede no Bairro de Bela Vista e com território pertencente ao Município de São Carlos, tendo as seguintes divisas.

.....

II - o Distrito de Biritiba-Ussu, com sede no bairro de igual nome e com território do Município de Mogi das Cruzes, tendo as seguintes divisas:

.....
.....
III - o Distrito de Boa Vista dos Andradas, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Alvares Florence, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
IV - o Distrito de Boa Vista Paulista, com sede no conjunto formado pelos Bairros SESC e Boa Vista e com território pertencente ao Município de Suzano, tendo estas divisas:
.....

.....
V - o Distrito de Cezar de Souza, com sede no bairro de Igual nome e com território pertencente ao Município de Mogi das Cruzes, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
VI - o Distrito de Cidade Kémel, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Poá, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
VII - o Distrito de Estiva. Gerbi, com sede no Bairro da Estiva. e com território pertencente ao Município de Mogi-Guaçu, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
VIII - o Distrito de Euclides da Cunha Paulista, com sede no Bairro de Euclides da Cunha e com território pertencente ao Município de Teodoro Sampaio, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
IX - o Distrito de Jardim Presidente Dutra, com sede no Bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Guarulhos, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
X - o Distrito de Mailásqui, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de São Roque, tendo as seguintes; divisas:
.....

.....
XI - o Distrito de Martim Francisco, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Mogi-Mirim, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
XII - o Distrito de Martinho Prado Júnior, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Mogi-Guaçu, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
XIII - o Distrito de Nossa Senhora do Remédio, com sede na povoação de Nossa Senhora dos Remédios e com território pertencente ao Município de Salesópolis, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
XIV - o Distrito de Nova Alexandria, com sede no bairro denominado Patrimônio de Alexandria e com território pertencente ao Município de Cândido Mota, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
XV - o Distrito de Palmeiras de São Paulo, com sede no Bairro das Palmeiras e com território do Município de Suzano, tendo as seguintes divisas:
.....

.....
XVI - o Distrito de Parque Meia Lua, com sede no bairro igual nome e com território pertencente ao Município de Jacareí, tendo as seguintes divisas:
.....
.....

XVII - o Distrito de Polvilho, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Cajamar, tendo as seguintes divisas:

XVIII - o Distrito de Potim, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Guaratinguetá, tendo as seguintes divisas:

XIX - o Distrito de Prudência de Moraes, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de General Salgado, tendo as seguintes divisas:

XX - o Distrito de Santa Margarida Paulista, com sede no Bairro Santa Margarida e com território pertencente ao Município de Ferraz de Vasconcelos tendo as seguintes divisas:

XXI - o Distrito de Santa Rita do Ribeira, com sede no Bairro de Santa Rita de Cássia e com território pertencente ao Município de Miracatu, tendo as seguintes divisas:

XXII - o Distrito de Santo Antônio do Paranapanema, com sede no bairro denominado Patrimônio de Santo Antônio do Paranapanema e com território pertencente ao Município de Cândido Mota, tendo as seguintes divisas:

XXIII - o Distrito de Santo Antônio Paulista, com sede no Bairro de Santo Antônio e com território pertencente ao Município de Ferraz de Vasconcelos, tendo as seguintes divisas:

XXIV - o Distrito de Três Pontes, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Amparo, tendo as seguintes divisas:

XXV - o Distrito de Tujuguaba, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Conchal, tendo as seguintes divisas:

XXVI - o Distrito de Venda Branca, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de Casa Branca, tendo as seguintes divisas:....

XXVII - o Distrito de Vila Nery, com sede no bairro de igual nome e com território pertencente ao Município de São Carlos, tendo as seguintes divisas:

Art. 3.º - Em decorrência da criação do Distrito de Biritiba-Ussu, no Município de Mogi das Cruzes, de que tratam o inciso II e suas alíneas do artigo anterior, a divisa entre os Distritos de Mogi das Cruzes e Taiaçupeba, do mesmo Município, passa a ter esta descrição:

Art. 4.º - Em decorrência da criação do Distrito de Cezar de Souza, no Município de Mogi das Cruzes, de que tratam o inciso V e suas alíneas do artigo 2.º, a divisa entre os Distritos de Sabaúna e Mogi das Cruzes, do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 5.º - Em decorrência da criação do Distrito de Euclides da Cunha Paulista, no Município de Teodoro Sampaio, de que tratam o inciso VIU e suas alíneas do artigo 29, a divisa entre os Distritos de Teodoro Sampaio e de Rosana, do mesmo Município, passa a ter a seguinte

descrição:

Art. 6.º - Em decorrência da criação do Distrito de Mailásqui, no Município de São Roque, de que tratam o inciso X e suas alíneas do artigo 2.º as divisas entre os Distritos de Canguera e São Roque e entre os Distritos de São João Novo e São Roque, todos do mesmo Município, passa a ter as seguintes descrições:

Art. 7.º - Em decorrência da criação do Distrito de Prudêncio de Moraes, no Município de General Salgado, de que tratam o inciso XIX e suas alíneas do artigo 29, a divisa entre os Distritos de General Salgado e São João Novo, do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 8.º - Em decorrência da criação do Distrito de Santa Rita do Ribeira, no Município de Miracatu, de que tratam o inciso XX e suas alíneas do artigo 2.º, a divisa entre os Distritos de Miracatu e Pedro Barros, do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 9.º - Em decorrência da criação do Distrito de Santo Antônio do Paranapanerna, no Município de Cândido Mota, de que tratam o inciso XXII e suas alíneas do artigo 2º a divisa entre os Distritos de Cândido Mota. e Frutal do Campo, do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 10.º - Em decorrência da criação do Distrito de Venda Branca, no Município de Casa Branca, de que tratam o inciso XXVI suas alíneas do artigo 2.º, a divisa entre os Distritos de Casa Branca Lagoa Branca do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 11 - Em decorrência da criação do Distrito de Vila Nery no Município de São Carlos, de que tratam o inciso XXVII e suas alíneas do artigo 2.º, a divisa entre os Distritos de São Carlos e Água Vermelha, do mesmo Município, passa a ter a seguinte descrição:

Art. 12 - Em decorrência de convênio para a permuta de áreas territoriais, regularmente estabelecido entre os Municípios de Americana e de Nova Odessa, as suas divisas passam a ter estas descrições:

Art. 13 - É criado o Município de Vargem Grande Paulista, com sede na Vila de Vargem Grande e com território do Distrito de Raposo Tavares, do Município e Comarca de Cotia, a ser instalado em 1983, tendo as seguintes divisas:

Art. 14 - Em cumprimento ao disposto no § 4.º do artigo 2.º do Decreto-lei federal n.º 1.216, de 9 de maio de 1972, fica determinado, que ao Município de Vargem Grande Paulista, criado pelo artigo anterior, será atribuída 1/4 (uma quarta) parte do índice percentual aplicável para entrega da parcela, pertencente ao Município de Cotia, do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias.

Parágrafo único - Essa proporção será mantida até que o Estado possa determinar o índice percentual do Município de Vargem Grande Paulista, na forma de citado Decreto-lei federal n.º 1.216, de 9 de maio de 1972.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de dezembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Caxlos Ferreira. de Oliveira - Secretário da Justiça

Arthur Alves Pinto - Secretário do Interior
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 23 de dezembro de 1981.
Esther Zinsly - Diretor (Divisão - Nível II)

LEI N.º 3.199 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1981

Altera o artigo 11 da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966 e dá correlatas providências.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º - O artigo 11 da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 19 de janeiro de 1982, suprimido o seu parágrafo único:

"Art. 11 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - Transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei federal (Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e legislação complementar:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

II - Demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento);

III - Quaisquer outras transmissões: 4% (quatro por cento)

Art. 2.º - Fica isenta do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a aquisição de imóveis, por desapropriação, feita por empresa pública ou por empresa em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada.

Parágrafo único - Vetado.

Art. 3.º - Ficam cancelados os débitos fiscais relativos ao imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, em sua modalidade "inter vivos", qualquer que seja a fase de cobrança, devidos na aquisição de imóvel, por desapropriação, feita por empresa pública ou por empresa em cujo capital o Estado tenha participação majoritária, pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não autoriza a restituição das importâncias; já recolhidas.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado o artigo 48 da Lei n.º 9.591, de 30 de dezembro de 1966.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de dezembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 23 de dezembro de 1981.

Esther Zinsly - Diretor (Divisão - Nível II)

LEI N.º 3.569 - DE 21 DE OUTUBRO DE 1982

Acrescenta parágrafo único ao artigo 28 do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Januário Mantelli Neto, na qualidade de seu Presidente, promulgo, nos termos do § 4º do artigo 26 da Constituição do Estado (Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969), a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica acrescentado ao artigo 28 do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - Ao titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, sem anexos de Tabelionato, que contar mais de 30 (trinta) anos de efetivo exercício e que tenha sido escrevente habilitado, oficial maior, escrivão sucessor e atualmente serventuário, numa única serventia, é assegurado o direito de ser removido, a pedido e independente de concurso, para cartório vago de qualquer natureza da própria comarca".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de outubro de 1982.

Januário Mantelli Neto - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 21 de outubro de 1982.

Sergio Costa - Diretor Geral
(D.O., de 22-10-82).

PROCESSO N.º 736/81

Cancelamento de Hipoteca. Cancelada. O ato é irreversível não se podendo falar mais em retificação de Registro.

Vistos, etc.

O Oficial do 16.º Cartório de Registro de Imóveis suscita dúvida sobre o registro de um instrumento particular de reti-ratificação de contrato de mútuo com obrigações e hipoteca, pelo qual Residência Cia. de Crédito Imobiliário retifica cláusula de título anterior autorizadora de cancelamento de hipoteca.

Por contrato instrumentado em 14 de agosto de 1980, ficou autorizado o cancelamento da hipoteca incidente sobre os imóveis matriculados com os números 4.338 e 29.751, ato efetivado no Registro de Imóveis pelas averbações 7 e 4 junto às respectivas matrículas.

Subseqüentemente, em 4 de junho de 1981, as mesmas partes, por instrumento de reti e ratificação, convencionaram autorizar o cancelamento da hipoteca incidente somente sobre o imóvel matriculado sob o número 29.751, permanecendo íntegra e perfeita a hipoteca constituída sobre o imóvel matriculado sob o número 4.338.

A dúvida se prende no fundamento de que uma vez cancelada a hipoteca o ato é irreversível, não se podendo falar mais em retificação de registro.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 5/33. Houve a impugnação onde a suscitada afirma ter havido equívoco do Cartório de Registro ao cancelar as duas hipotecas; tratava-se apenas de liberação parcial, não podendo haver presunção por parte do registrador, uma vez que a quitação não pode ser presumida, devendo ser atendidos os requisitos do artigo 940 do Código Civil. Outrossim, adverte a impugnante, o cancelamento do registro da hipoteca, na forma do artigo 851 do Código Civil, só é possível à vista da prova da extinção da hipoteca por um dos modos indicados no artigo 849.

A Curadoria de Registros Públicos opinou pela procedência da dúvida (fls. 89).

Relatado, decido.

Subsistente a dúvida.

G.D.H. S/A - Empreendimentos Comerciais, anteriormente denominada LAPLAN S/A - Administração e Empreendimentos, é proprietária, atualmente, de duas áreas matriculadas sob os números 4.338 e 29.751 do 16.º Cartório de Registro de Imóveis.

A área descrita na matrícula de número 29.751 tem origem em desmembramento daquela matriculada sob o número 4.338, por força da averbação número 6, de 6 de junho de 1980.

Anteriormente ao desmembramento, onerava todo o imóvel uma hipoteca em favor da Residência Companhia de Crédito Imobiliário de São Paulo, registrada em setembro de 1978 e prorrogada por novo contrato, em 1978.

Com o desmembramento, a parte que constituiria o imóvel matriculado sob o número 29.751 ficou, também, onerada pela mesma hipoteca, averbando-se a circunstância sob o número 1 da referida matrícula.

Pelo contrato de mútuo com obrigações e hipoteca, datado de 14 de agosto de 1980, comparecendo como devedora a G.D.H. S/A e credora a Caixa Econômica Federal, ficou avençada, para garantia dos direitos da credora, a hipoteca do imóvel descrito na matrícula n.º 29.751, ocasião em que compareceu ao ato a Residência Companhia de Crédito, na qualidade de interveniente quitante, autorizando o cancelamento do registro (ia hipoteca incidente sobre o imóvel R.1/M4..338 e Av. 1/M. 29.751 (fls. 53/54).

Apresentado o título ao Cartório, o Oficial ordenou os atos contratados, cancelando-se a hipoteca incidente sobre o imóvel matriculado com o n.º 4.338 e 29.751, registrando, a seguir, a nova hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal junto ao imóvel matriculado com o n.º 29.751. E poderia fazê-lo à vista do título instrumentado particularmente, com data de 14 de agosto de 1980.

Se não, vejamos.

O título datado de 14 de agosto de 1980 contém cláusula expressa em que a Residência

Companhia de Crédito Imobiliário de São Paulo comparece como interveniente quitante, autorizando o referido cancelamento. Assina o mesmo título a devedora G.D.H. S/A Empreendimentos Comerciais.

Não haveria como o Cartório proceder de forma diferente.

O registro da hipoteca, nos termos do artigo 251 da Lei 6.015/73, cancelar-se-á à vista de autorização expressa ou quitação outorgada pelo credor ou seu sucessor, em instrumento público ou particular.

No caso "sub examine" ocorreu, justamente, essa hipótese. O credor, por instrumento particular, expressamente, autorizou o cancelamento da hipoteca incidente sobre o imóvel matriculado sob o número 4.338, tendo o devedor comparecido ao ato, assinando-o, formalidade antes imposta pelo artigo 851 do Código Civil,

Pelos mesmos dispositivos legais fica dispensada a prova concreta da extinção da hipoteca.

Destarte, incorreram quaisquer erros por parte de Oficial suscitante e sim do próprio instrumento, fato aliás confessado na reti-ratificação, onde se consignou o equívoco da redação anterior, razão porque substituíam seus termos.

Os atos do registro estão impecáveis, sem erros ou deslizes.

Cancelado o registro da hipoteca somente por novo se restabelecerá, embora subsistam o título e os direitos dele decorrentes. É o que dispõe o artigo 254 da Lei de Registros Públicos.

O contrato, juntado às folhas 9/13, deverá ser representado a Cartório, caso queira a suscitada, quando será registrada a hipoteca aí restabelecida.

ISTO POSTO, julgo a presente dúvida procedente.

Custas na forma da lei.

JOSÉ DE MELLO JUNQUEIRA - Juiz de Direito.

ANO XXXI

Nº 114 - Publicação: Jan/Jun 1983

COMUNICADO

Levamos ao conhecimento do prezado colega que, em data de 23 de fevereiro último, se realizou a Assembléia Geral de nossa Associação e, conforme edital de convocação foram apresentados aos presentes para exame os relatórios e contas da diretoria, referentes ao exercício de 1982, após o que foram oferecidas várias sugestões de interesse da classe, dentre as quais enumeramos as seguintes:

- a) Contagem recíproca para fins de aposentadoria (hoje já conseguido através da Lei Complementar n.º 318, de 10 de março de 1983);
- b) Estudos para redução das contribuições dos escreventes e auxiliares junto ao IPESP;
- c) Maior autonomia da Carteira;
- d) Indicação de um jurista 'para modificações da lei de previdência a fim de oferecer à classe outras vantagens;
- e) Estudos para que os pagamentos de licença para tratamento de saúde ou de gestantes corram por conta da Carteira;
- f) Formação de Fundo para pagamento das despesas com funeral de nossos associados;
- f) Reforma dos Estatutos da Associação, etc.

Obs.: Quanto aos itens referentes à Carteira de Previdência, seus estudos e sugestões ficarão a cargo de nossos colegas Aldo Neves Godinho e Elza Toledo de Campos Mello, Conselheiros da Carteira.

Envie suas sugestões.

A Diretoria

Nota da Comissão de Redação

Foi editado pela Revista dos Tribunais o livro "DECISÕES ADMINISTRATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO 1981/1982" sob coordenação do Exmo. Sr. Desembargador Bruno Afonso de André, DD. Corregedor Geral da Justiça.

Trata-se de matéria de rele interesse para a classe Cartorária.

NOTA DE FALECIMENTO

Em data de 24 de abril de 1983, faleceu nesta Capital, inesperadamente, nossa querida colega, BRANCA REGINA MARTINS FORSTER, que deixou gravados em todos a sua amizade, lealdade, companheirismo e sua luta para o engrandecimento de nossa Associação que por muitos anos a levou como Diretora e posteriormente, por diversas gestões, ao cargo de Diretora-secretária. Em Araraquara, neste Estado, faleceu também em 31-03-83, o associado aposentado do 2.º Cartório de Notas daquela comarca, Dr. Waldomiro Blundi, nosso saudoso colega que muito fez pela classe naquela cidade e região, gozando de grande estima e respeito por todos que tiveram a felicidade de o conhecer.

COLABORAÇÃO

Artigo solicitado ao Prof. Walter Barbosa Corrêa, pelo Dr. JETHER SOTTANO, Oficial do 6.º Cartório de Registro de Imóveis da Capital.

Dispõe sobre o Decreto-lei n.º 1.950, de 14 de julho de 1982.

IMPOSTO SOBRE LUCRO IMOBILIÁRIO

1 - Associado da ASJESP solicita informação sobre o Decreto-lei n.º 1.950, de 14-07-1982, que dispõe sobre Lucro Imobiliário devido por pessoa física, desejando esclarecimento, particularmente, quanto às questões da correção monetária e da aplicação de alíquota de 25% sobre o rendimento tributável.

Passo a responder.

2 - O referido Decreto-lei, alterando dispositivo do Decreto-lei n.º 1.641-78, que criara a tributação do Imposto de Renda sobre Lucro Imobiliário auferido por pessoa física, instituiu isenções aquele imposto em 4 hipóteses:

- 1.ª - na venda de imóvel por pessoa física a outra pessoa física (art. 1.º) ;
- 2.ª - na venda de imóvel por pessoa física a pessoa jurídica com atividade imobiliária (art. 2.º);
- 3.ª - na incorporação de imóvel de pessoa física ao patrimônio de pessoa jurídica (art. 4.º); e
- 4.ª - na venda de imóvel por pessoa física a pessoa física ou jurídica, para aplicação do produto na aquisição de outro imóvel residencial (art. 12).

Aboliu, por outro lado, o Decreto-lei n.º 1.950/82, o antigo piso de Cr\$ 14.820.000,00, acima do qual incidia a tributação do lucro imobiliário das pessoas físicas (art. 11).

3 - Pois bem, com relação à primeira hipótese de isenção, ficou ela condicionada, cumulativamente a que: a) a venda seja realizada a outra pessoa física e se efetue mediante instrumento público celebrado a partir de 15-07-1982 até 31-12-1983; b) o recebimento do preço seja feito integralmente em dinheiro, no prazo máximo de três anos contados da data de celebração do contrato; c) o valor da venda seja aplicado pelo vendedor, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados do recebimento do preço, ou do recebimento de cada parcela, no caso de venda a prazo, na subscrição e integralização de ações ou quotas, em aumento de capital de pessoa jurídica com sede no País, controladas por capital privado; e d) que a subscrição seja posterior a 15-07-1982 (art. 1.º).

4 - Por outro lado, quanto à segunda hipótese referente às vendas de imóvel feitas por pessoa física a pessoa jurídica, que tenha como atividade principal compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóvel, foi estabelecida, além das exigências da hipótese anterior, no que coubesse, a condição de ter a sociedade adquirente do imóvel seus atos constitutivos arquivados no registro de comércio em data anterior a 15-07-82 e não estar a vendedora vinculada à empresa compradora, nos termos do art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.381/74 (art. 2.º).

5 - Quanto à terceira hipótese de isenção, ficou ela condicionada a que a subscrição e integralização fossem posterior a 15-07-1982 e anterior a 31-12-1983, bem como que, em 15-07-1983 constasse o imóvel de registro público em nome da pessoa que efetuar a operação (art. 4.º) e que o imóvel incorporado viesse a ser vendido pela pessoa jurídica até 31-12-1984 (art. 5.º).

6 - Por fim, a quarta hipótese de isenção, relacionada com a destinação do produto da venda na aquisição de imóvel residencial, pelo vendedor, estabeleceu o Decreto-lei a condição de a aquisição do imóvel residencial ser efetuada no prazo de um ano contado da celebração do contrato, além das outras condições referidas nos § 2.º e 3.º do art. 12.

7 - Percebe-se, por este sucinto resumo que o objetivo da concessão das três primeiras hipóteses de isenção foi de visar à criação de estímulo à capitalização das pessoas jurídicas, ou seja, incentivar o reforço do capital de giro das empresas, tanto assim que, nos casos referidos de venda de imóvel por pessoa física a outra pessoa física (1.ª hipótese de isenção), ou de pessoa física a pessoa jurídica (2.ª hipótese de isenção), o produto da venda deve ser aplicado pela vendedora dentro de 180 dias, na subscrição e integralização de ações ou quotas em aumento de capital (art. 1.º, inciso III) e no caso da incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica (3.ª hipótese de isenção) é forçoso que o imóvel incorporado seja vendido pela pessoa jurídica com recebimento do preço integralmente em dinheiro (art. 5.º).

Já, o alcance da quarta hipótese de isenção foi o de liberar o contribuinte menos abastado do tributo, embora o Decreto-lei o tivesse feito de forma a merecer críticas.

8 - Ora, como a realização das condições necessárias ao gozo das isenções não pode ser verificada no momento do ato da venda do imóvel, o Decreto-lei 1.950 estabeleceu, em caso de inobservância dessas condições, que o lucro auferido (decorrente da não concretização da condição da isenção) seja considerado como ocorrido no ato da venda ou da incorporação e exigível com acréscimo de correção monetária (parágrafo único do art. 8.º e artigo 10 do Decreto-lei 1.950/82) ou de correção monetária, juros de mora e multa (artigo 12, § 4.º).

9 - Ressalta-se que esses encargos e sanções só devem ser cogitados, porém, no que tange ao Decreto-lei 1.950/82, quando deixarem de ser atendidas quaisquer das condições estabelecidas para o gozo daquele benefício.

Nesse caso, deve-se considerar como se não tivesse existido isenção e, em consequência, o tributo calculado como devido pela pessoa física vendedora (art. 8.º e 12) ou pela pessoa jurídica (art. 10), sobre o rendimento tributável, acrescido de correção monetária e juros e multa, se for o caso.

10 - A correção monetária, então devida, será calculada a contar do exercício financeiro em que, normalmente, deveria ter sido pago o imposto sobre lucro imobiliário, isto é, no ano seguinte ao da alienação, conjuntamente com a declaração de rendimentos (vide art. 2.º do Decreto-lei 1.641/78, combinado com o art. 39 do Decreto-Lei 1.968/82). Os juros de mora e a multa, quando devidos, seguirão a mesma regra da correção monetária.

11 - E a ocasião de proceder ao pagamento do lucro imobiliário, nesta circunstância, deve ser: a) no caso de imposto devido pela pessoa física (1.ª, 2.ª e 4.ª hipótese de isenção), a que coincidir com a do pagamento do imposto referente à declaração do exercício seguinte àquele em que se verificou o não atendimento da isenção. Lembra-se que o imposto de lucro imobiliário é calculado com a declaração da pessoa física; e

b) no caso de imposto devido pela pessoa jurídica (3.ª hipótese de isenção), no dia seguinte àquele em que deixou de ser atendida a condição para o gozo da isenção (02-01-1985), e nesta hipótese, na alíquota de 25% sobre o rendimento tributável.

12 - Esclarecesse, por fim, que nos termos do artigo 13 do Decreto-lei 1.950/82, o Ministro da Fazenda poderá baixar atos complementares à aplicação do Decreto-lei. Consta que a administração está elaborando regulamento, aguardando-se para breve sua publicação.

Prof. Walter Barbosa Corrêa

Prof. Adjunto de Direito Tributário na

Fac. de Direito da U.S.P. e advogado militante no foro de S. Paulo

COMUNICADO N.º 33/83

Proc. CG nº 64.056-82

O Corregedor Geral da Justiça, visando desfazer dúvidas, esclarece que os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais não devem recusar o cumprimento de mandados de averbação de separações e divórcios por falta de data do trânsito em julgado da sentença, cuja ocorrência, entretanto, obrigatoriamente deverá estar declarada no mandado.

COMUNICADO N.º 74/83

A Corregedoria Geral da Justiça comunica aos Cartórios de Notas ou aos que tenham anexos de Tabelionato que não autentiquem cópias reprográficas de certidões de nascimento, casamento ou óbito, sem que estejam com firma reconhecida de seu signatário.

COMUNICADO
CÉDULAS FUNCIONAIS

O Corregedor Geral da Justiça comunica que as cédulas de identidade funcional deverão ser requeridas e retiradas no balcão do DEGE-2.2 (Rua Vergueiro 857, 10.º andar, no horário de 13 às 17 horas) exclusivamente pelos interessados, os quais deverão comparecer com documento de identidade portando (2) fotos 3x4, de frente, com paletó e gravata, se do sexo masculino. Referidas cédulas serão requeridas e emitidas no próprio dia.

CONSOLATO GENERALE D'ITALIA IL CONSOLE AGGIUNTO

São Paulo, 17 de janeiro de 1983

Excelência,

Os competentes órgãos do Ministério do Interior da Itália resolveram disciplinar o ingresso no País dos menores estrangeiros que se apresentam em nossas fronteiras acompanhados ou acolhidos por casais italianos intencionados em recebê-los em adoção ou em caráter pré-adoativo de colocação familiar.

Foi, para tal fim, estabelecido - a vigorar imediatamente e para todos os Países, mesmo aqueles em que não há exigência do visto turístico - que tais menores só poderão ingressar em território italiano com específico visto de entrada, que será outorgado pelas repartições consulares com prévia autorização das competentes autoridades centrais italianas. A medida virá permitir mais um controle, desta vez frente à legislação italiana, da idoneidade dos casais adotantes ou aspirantes à adoção.

Dirijo-me à amabilidade de Vossa Excelência, solicitando as providências cabíveis para que os menores em apreço não deixem este País com destino à Itália sem estarem munidos do visto de ingresso ora instituído.

Desde já muito grato pela gentil colaboração, aproveito a oportunidade para enviar-lhe meus cumprimentos.

Francesco Catania - Consul Adjun

Sua Excelência o Senhor

Doutor Antônio Luiz Chaves Camargo

D.D. Juiz de Menores do

Estado de São Paulo

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE MENORES

OFÍCIO N.º 02/83

São Paulo, 2 de fevereiro de 1983

Senhor Corregedor Geral da Justiça

Tendo em vista a comunicação do Consulado Geral da Itália, sobre o ingresso de menores estrangeiros, para fins de adoção, em território italiano, encaminho a Vossa Excelência cópia da mesma, para, se for o caso, ser autorizada a publicação no "Diário da Justiça", divulgando-a aos 1111. Juizes de Menores do Interior do Estado.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Antônio Luis Chaves Camargo - Juiz de Menores

A S. Exa. o Exmo. Sr. Dr. ' Desembargador Bruno Affonso de André DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo - CAPITAL

PROT. CG N~, 5.392/83

Por despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, datado de 23-2-83, foi determinado que se publicasse o ofício abaixo transcrito:

"PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE MENORES

OFÍCIO N.º 10/83

São Paulo, 7 de fevereiro de 1983

Senhor Corregedor Geral da Justiça

Tendo em vista a necessidade de levantamento estatístico, para possibilitar estudos relativos à Adoção no Estado de São Paulo, solicito a V. Exa. se digne de determinar estudos no sentido de que todos os Cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo comuniquem a este Juízo os seguintes dados relativos à Adoção através do Código Civil, ou por determinação judicial (Código de Menores):

ADOÇÃO SIMPLES:

ADOÇÃO PLENA:

IDADE DO MENOR:

COR:

DATA DA MEDIDA:

A comunicação, caso aprovada a sugestão acima, poderá ser semestral, enviando-se os dados à VARA DE MENORES DA COMARCA DA CAPITAL - Rua Asdrubal do Nascimento, 282 - 3.º andar - São Paulo - Capital.

Apresento a V. Exa., os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Antônio Luis Chaves Camargo - Juiz de Menores

A S. Exa. o Exmo. Sr. Dr. Desembargador Bruno Affonso de André DD. Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo - CAPITAL."

COMUNICADO N.º 102/83

A Corregedoria Geral da Justiça comunica para conhecimento dos Senhores Escrivães, que deverá ser dedicada especial atenção ao atendimento do que consta do ofício recebido do Sr. Diretor Geral da Secretaria da Justiça, abaixo transcrito, no tocante ao correto preenchimento dos relatórios mensais, em vigor a partir de 17-12-82: "DE/PR. 118.543-73 ab.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

São Paulo, 25 de abril de 1983

Senhor Diretor

Tenho a honra de transmitir a V. Sa., para os devidos fins, cópia do novo modelo de impresso para apresentação do relatório de que trata o parágrafo 2.º, do artigo 2.º, do Decreto n.º 52.839, de 30-11-71, aprovado pelo Decreto n.º 20.188, de 16-12-82, acompanhado das informações prestadas, a respeito, pela Divisão de Finanças desta Pasta.

Ao ensejo, renovo a V.Sa. os protestos de minha distinta consideração.

Luiz Carlos Escorei de Carvalho - Diretor Geral

A S. Sa. o Sr.

Odécio Rubens A. Nigro,

M.D. Diretor do Departamento do Pessoal da E. Correg. Geral da Justiça."

"GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

Folha de informação rubricada sob n.º 34 do Processo n.º 128.543/1973/SJ (a) D

Informação S.D. n.º 0271/83

Senhor Diretor Geral

Com o advento do Decreto w 20.188, de 16-12-82, ficou aprovado o novo modelo de impresso para apresentação do relatório de que trata o parágrafo 2.º do artigo 2.º, do Decreto W 52.839, de 30-11-71.

Acontece, porém, que os serventuários não têm preenchido corretamente o novo modelo, pois fazem constar da coluna "Renda Bruta" os mesmos valores da coluna "Total do Ato" sem processarem a subtração das parcelas "Despesas".

Assim sendo, esta Divisão elaborou um relatório exemplificativo (fls. 33) de como os serventuários deverão preencher os novos relatórios.

Diante do exposto, propomos se oficie à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça para que se digne transmitir cópia do modelo exemplificativo de fls. 33, a todos os serventuários a fim de elucidá-los no preenchimento dos relatórios semestrais a serem remetidos a esta Pasta, para pagamento.

DF., em 18 de abril de 1983.
Apoio M. Cunha - Diretor"

DECRETO-LEI N.º 203 - DE 25 DE MARÇO DE 1970

Art. 45 - A Corregedoria Geral da Justiça proporá ao Executivo a complementação da renda mínima de serventia cuja extinção não for conveniente.

§ 1 - A complementação mensal será feita até o limite de três salários-mínimos da região e paga na sede da comarca, pela forma estabelecida em regulamento.

§ 2.º - As serventias sujeitas a este regime poderão ser submetidas a controle especial.

DECRETO N.º 52.839 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 1971

Regulamenta o artigo 45, do Decreto-lei n.º 203 (*), de 25 de março de 1970, que dispõe sobre a complementação da renda mínima das serventias de justiça não oficializadas do Estado.

Laudo Natel, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º - Qualquer serventia não oficializada poderá perceber do Estado complementação mensal da renda mínima, preenchidos os requisitos legais.

Parágrafo único - A renda mínima mensal bruta da serventia será o equivalente a três salários-mínimos da região.

Art. 2.º - O juiz corregedor permanente do cartório, ante a constatação do não perfazimento da renda mínima mensal, durante um semestre, atestará o fato para os efeitos desse regulamento.

§ 1.º - O pedido de complementação da renda mínima será dirigido à Corregedoria Geral da Justiça.

§ 2.º - A comprovação da renda auferida no semestre será feita por atestado do juiz corregedor permanente à vista do livro "Diário da Receita e Despesa do Cartório". Além do atestado, será apresentado relatório circunstanciado dos atos remunerados praticados e aqueles que o foram gratuitamente, por força da lei.

§ 3.º - Os documentos apresentados pela serventia, para os fins aqui previstos, deverão ser rubricados após exame, pelo juiz corregedor permanente do cartório.

§ 4.º - O pedido que não estiver devidamente instruído não será conhecido a não ser que justificada e sanada essa falha.

§ 5.º - Entendendo a Corregedoria Geral da Justiça não ser conveniente a extinção da serventia e cabível o pedido, enviará proposta de complementação da renda mínima do cartório ao Executivo.

§ 6.º - Os pagamentos a que se refere esse regulamento, serão feitos na sede da comarca, devendo cópia da quitação ser juntada ao processo.

Art. 3.º - O serventuário terá o prazo de 60 dias, após o término do semestre para pleitear a complementação da renda mínima.

Art. 4.º - Findo o prazo do artigo anterior, só poderá ser pedida a complementação do semestre, quando o for a do seguinte.

Parágrafo único - O serventuário que acumular pedidos de complementação de um semestre para o outro, perceberá o correspondente ao último semestre, ficando o pagamento do anterior, ou anteriores, para ser efetuado, em havendo verba, após a complementação da renda mínima dos cartórios que requereram no prazo.

Art. 5.º - No orçamento da Secretaria da Justiça deverá ser incluída verba para o pagamento da complementação da renda mínima, tomando por base o número de cartórios que pediram subvenção no ano imediatamente anterior àquele em que se faz a previsão orçamentária.

Art. 6.º - A complementação da renda mínima relativa ao período de 26 de março a 31 de dezembro de 1971, deverá ser requerida de uma só vez, até dois meses após a publicação deste Decreto.

§ 1.º - Para a complementação a que se refere este artigo, o juiz corregedor permanente do cartório atestará sua necessidade, ante o arbitramento da renda bruta da serventia, no período, por dois serventuários de sua confiança.

§ 2.º - O titular do cartório, objeto da perícia, será obrigado a fornecer aos peritos todos os esclarecimentos necessários à elaboração dos laudos.

§ 3.º - O pedido de complementação, nos casos deste artigo, deverá ser acompanhado do

atestado do juiz corregedor permanente do cartório, dos dois laudos periciais e de relatório circunstanciado registrando os atos remunerados praticados e aqueles que o foram gratuitamente, devendo todos os documentos trazer a rubrica do juiz corregedor permanente. Art. 7.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Laudo Natel. - Governador do Estado

Proc. n.º 64.750/82

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça - comarca da Capital

Assunto: Instrução de pedidos relativos a Auxiliares de Cartório Contratados em Regime de Experiência

PARECER 111/82

Senhor Corregedor Geral da Justiça

1. Opino pelo acolhimento. da representação. Já começam a surgir os primeiros requerimentos relativos aos candidatos contratados em regime de experiência e a Corregedoria encontra dificuldades em atendê-los, por falta de informações necessárias, inclusive ao preenchimento de documentos imprescindíveis (gulas médicas, formulários de encaminhamento, etc.).

2. Proponho o acréscimo de subitem ao item 4 do Capítulo II das Normas de Pessoal nos seguintes termos:

"41 - Todos os requerimentos que forem enviados à Corregedoria Geral relativamente a candidatos em regime de experiência deverão ser acompanhados de cópia reprográfica do contrato arquivado na Comarca, para autuação provisória, que perderá efeito e será sumariamente arquivada se cessado o período de experiência sem a contratação.

3. Proponho, ainda, a publicação do presente e do necessário Provimento e, em seguida o arquivamento do feito.

São Paulo, 29 de outubro de 1982.

Sídnei Agostinho Beneti - Juiz de Direito Corregedor

Despacho: Aprovo.

São Paulo, 29 de outubro de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 018/82

Acrescenta subitem ao item 4 do Capítulo II das Normas de Pessoal das Serventias Não Oficializadas (Provimento CG n.º 01/82).

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o decidido no Proc. CG n.º 64.750 e a necessidade de a Corregedoria dispor de elementos para a preparação de papéis relativos a servidores sob contrato de experiência, a ensejo de arquivamento destes (licenças e afastamentos, etc.),

Determina:

Art. 1.º - O acréscimo de subitem ao item 4 do Capítulo II das Normas de Pessoal de Serventias Não Oficializadas nos seguintes termos:

"4.1 - Todos os requerimentos que forem enviados à Corregedoria Geral relativamente a candidatos em regime de experiência deverão ser acompanhados de cópia reprográfica do contrato arquivado na Comarca, para autuação provisória, que perderá efeito e será sumariamente arquivada se cessado o período de experiência sem a contratação".

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 24 de novembro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 20/82

Acrescenta subitem ao item 21 do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 60.484/82, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar ao item 21 do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento 5/81), o subitem 211, com a seguinte redação:

"21.1 - Nenhum funcionário do foro, da Secretaria ou da Administração do Judiciário, será nomeado perito ou avaliador". (Prov. CSM LXVIII/63, Inciso III e art. 455 do Regimento Interno do TJESP)."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 14 de dezembro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 22/82

Dá nova redação ao item 40, "caput" do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 64.868/82, resolve:

Art. 1.º - O "caput" do item 40 do Capítulo VII "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" (Provimento nº 5/81) passa a ter a seguinte redação:

"40 - As certidões de antecedentes, para fins exclusivamente civis, serão expedidos com a anotação de "Nada Consta" nos casos a seguir enumerados, mediante requerimento obrigatoriamente formulado em impresso de acordo com o modelo aprovado pela Corregedoria (anexo), fornecido pelo Cartório Distribuidor ao requerente."

Art. 2.º - O presente Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 28 de dezembro de 1982.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 23/82

Acrescenta subitem ao item 51 do Capítulo II, das Normas de Serviço.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 64.218/82, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar ao item 51 do Capítulo H das Normas de Serviço (Provimento n.º 5/81) o subitem 51.1, com a seguinte redação:

"51.1 - O cálculo das custas para preparo de recursos em 1ª Instância será efetuado pelo próprio Cartório do feito, sem remessa ao Contador, assim que chegada a fase desse cálculo e da intimação para recolhimento; chegada a fase, o Cartório, independentemente de despacho, lançará o cálculo nos autos mediante o preenchimento de impresso aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça e, também independentemente de despacho, intimará o recorrente para o recolhimento, passando, em seguida, a controlar o seu prazo."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 30 de dezembro de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

.....^a

Vara

Cartório do^o

Ofício

FOLHA DE CONTA DE CUSTAS

CERTIDÃO

1. Certifico que estes autos estão em fase de preparo do(s) recurso (s) de fls. de modo que, em obediência ao disposto no subitem 51.1 do Capítulo II das "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" lanço a seguinte CONTA DE CUSTAS:

a) Preenchimento obrigatório em todos os casos:

CÓDIGO 275: Cr\$

CÓDIGO 230: Cr\$

TOTAL: Cr\$

b) Preenchimento de acordo com o caso:

DEDUÇÃO do(s) valor(es) da(s) guia(s) de fls.:

Cr\$

Nota: As custas do(s) recurso(s) de fls. já foi (ram) recolhida(s) pela(s) guia(s) de fls.

2. Certifico mais, que, ainda em obediência ao dispositivo supra-referido, providencie(i) pela intimação da conta ao(s) recorrente(s),
enviando.....

.....o

(assinalar se à imprensa ou se por carta com A.R. inteiro teor da conta, com o seguinte acréscimo: "Fica(m) o(s) recorrente(s) intimado(s) ao preparo em 10 dias, pena de deserção" (arts. 519 e 527 do Código de Processo Civil).

....., ...de de

19.....

.....

Escrevente

PROVIMENTO N.º 2/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando, consoante já fixado à edição do Provimento n.º 5/81, a imprescindibilidade de serem mantidas atualizadas as "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça";

Considerando, em especial, reclamar atualização e complementação, para melhor atendimento de seus fins normativos, o Capítulo XX, relativo ao Registro de Imóveis;

Considerando, nesse compartimento, os resultados recentes da experiência correccional desenvolvida pela Corregedoria Geral da Justiça, fornecedora de subsidies mais amplos que os seguidos no trabalho originário, especialmente nas seções sob títulos "Dos Livros de Registro de Imóveis e sua Escrituração", "Do Registro", "Dos Loteamentos Urbanos e Rurais" e "Das Incorporações", dentre outras;

Considerando a necessidade de atuação funcional uniforme por todos os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado e, paralelamente, a inconveniência de orientações dissonantes, emanadas dos diversos Juízos Corregedores Permanentes, ou mesmo de serem aplicadas, extensivamente, normas correccionais não ditadas pelo órgão superior, que é a Corregedoria Geral da Justiça; Considerando, finalmente, que a amplitude e o alcance das alterações perfilhadas impõem mais prática a substituição total do Capítulo XX das "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da

Justiça" nos termos da regra contida no artigo 3.º do Provimento 5/81,

RESOLVE:

Artigo 1.º - O Capítulo XX das "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" - "Do Registro de Imóveis" - passa a vigorar com a redação que lhe dá este Provimento.

Artigo 2.º - Ficam também revogados todos os atos normativos baixados pelos Juízos Corregedores; Permanentes, que disponham em contrário às "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça", cumprindo àqueles abster-se de ditar normas que com estas não se harmonizem, nas respectivas sedes correccionais.

Parágrafo único - Caberá aos Juízos Corregedores Permanentes, quando entenderem necessária ou conveniente modificação ou adaptação dos ditames contidos nas "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça" representar motivadamente, de forma a ensinar, inclusive, constante aperfeiçoamento e atualização das aludidas regras.

Artigo 3.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de fevereiro de 1983.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 7 de janeiro de 1983.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

Por determinação do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, republica-se, na íntegra e com as alterações posteriores, o Provimento CG 2/83, que conforme Comunicado publicado no D.O.J. de 10-5-83, deverá entrar em vigor a partir de 31-5-83.

CAPÍTULO XX

DO REGISTRO DE IMÓVEIS

SEÇÃO 1

DAS ATRIBUIÇÕES

1. - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos:

a) o registro de:

1. instituição de bem de família (DL 3.200, 19-4-41; C.C., arts. 70/73) (Livros 2 e 3);

2. hipotecas legais, judiciais e convencionais (Livro 2);

3. contratos de locação de prédios, nos quais; tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada (L. 6.649, 16-5-79, art. 14) e/ou para fins de exercício, de direito de preferência na sua aquisição (L. 6.649, 16-5-79, arts. 24 e 25, § 1.º) (Livro 2);

4. penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles (Livro 3);

5. penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis (Livro 2);

6. servidões em geral (Livro 2);

7. usufruto e uso sobre imóveis e da habitação, quando não resultarem do direito de família. (Livro 2);

8. rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade (Livro 2);

9. contratos de compromisso de compra e venda, de cessão deste e de promessa de cessão, com ou sem cláusula de arrependimento, que tenham por objeto imóveis não loteados e cujo preço tenha sido pago no ato de sua celebração, ou deva sê-lo a prazo, de uma só vez ou em prestações (Livro 2);

10. enfiteuse (Livro 2);

11. anticrese (Livro 2);

12. convenções antenupciais (Livro 3);

13. cédulas de crédito rural (DL 167, 14-2-67) (Livro 3);

14. cédulas de crédito industrial, à exportação e comercial (DL 413, 9-1-69; L. 6.313, 16-12-75; L. 6.840, 3-11-80) (Livro 3);

15. contratos de penhor rural (Livro 3);

16. empréstimos por obrigações ao portador ou debêntures, inclusive as conversíveis em ações (Livro 3);

17. incorporações (Livro 2), instituições (Livro 2), e convenções de condomínio (Livro 3);

18. contratos de promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de unidades autônomas condominiais a que alude a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, quando a incorporação ou a instituição de condomínio se formalizar na vigência da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Livro 2);

19. loteamentos urbanos e rurais e desmembramentos urbanos (L. 6.766, 19-12-79 e DL 58, 10-12-37) (Livro 2);

20. contratos de promessa de compra e venda, cessão e promessa de cessão de terrenos loteados ou desmembrados na forma do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, e da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, não compreendidos no n.º 3 da letra "b", deste item (Livro 2);

21. citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, relativas a imóveis (Livro 2);

22. fideicomisso (Livro 2);

O registro de fideicomisso não é autônomo. Por isso, deve ser ele mencionado no registro da transmissão.

A Lei n.º 6.850, de 12 de novembro de 1980, suprimiu o inciso 22 do art. 167, 1, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

23. julgados e atos jurídicos entre vivos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporações que resultarem em constituições de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores (Livro 2);

24. sentenças que, nos inventários, arrolamentos e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas de herança (Livro 2);

25. atos de entrega de legados de imóveis, formais de partilha e sentenças de adjudicação em inventário ou arrolamento, quando não houver partilha (Livro 2);

A sentença de separação judicial, divórcio ou que anular o casamento só será objeto de registro, quando decidir sobre a partilha de bens imóveis ou direitos reais registráveis (Comunicado n.º 12/82, da Corregedoria Geral da Justiça, D.O.J. de 2-2-82).

26. arrematação e adjudicação em hasta pública (Livro 2);

27. dote (Livro 2);

28. sentenças declaratórias de usucapião (Livro 2);

29. compra e venda, pura e condicional (Livro 2);

30. permuta (Livro 2);

31. dação em pagamento (Livro 2);

32. transferência de imóvel à sociedade, quando integrar quota social (Livro 2);

33. doação entre vivos (Livro 2);

34. desapropriação amigável e sentenças que, em processo de desapropriação, fixarem o valor da indenização (Livro 2);

a) a averbação de:

1. convenções antenupciais e dos regimes de bens diversos do legal, nos registros referentes a imóveis ou a direitos reais pertencentes a qualquer dos cônjuges, inclusive os adquiridos posteriormente ao casamento;

2. extinção dos ônus e direitos reais, por cancelamento;

3. contratos de promessa de compra e venda, cessões e promessas de cessão a que alude o Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, quando o loteamento se tiver formalizado anteriormente à vigência da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

4. mudança de denominação e de numeração dos prédios, edificação, reconstrução, demolição e desmembramento de imóveis;

5. alteração de nome por casamento ou por separação judicial, ou, ainda, de outras circunstâncias que, de qualquer modo, tenham influência no registro e nas pessoas nele interessadas;

6. atos pertinentes a unidades autônomas condominiais a que alude a Lei n.º 4.501, de 16 de dezembro de 1964, quando a incorporação tiver sido formalizada anteriormente à vigência da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

7. cédulas hipotecárias (DL 70, 21-11-66, arts. 10 e 13);

8. caução e cessão fiduciária de direitos relativos a imóveis;

9. sentença de separação de dote;

10. restabelecimento da sociedade conjugal;

11. cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como constituição de fideicomisso;

12. decisões, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto atos ou títulos registrados ou averbados;

13. nomes dos logradouros, decretados pelo Poder Público, atuando o cartório de ofício, na forma dos itens 114 a 114.2;

14. sentenças de separação judicial, divórcio, nulidade ou anulação de casamento, quando nas respectivas partilhas existirem imóveis ou direitos reais sujeitos a registro (L. 6.850, 12-11-80);

A sentença de separação judicial, ou de nulidade ou anulação de casamento será objeto de averbação, quando não decidir sobre a partilha de bens dos cônjuges, ou apenas afirmar permanecerem estes, em sua totalidade, em comunhão, atentando-se, neste caso, para a mudança de seu caráter jurídico, com a dissolução da sociedade conjugal (C.C., art. 267) e surgimento do condomínio "pro indiviso" (C.C., arts. 623 e segs.) (Comunicado n.º 12/82, da C.G.J., D.O.J. de 2-2-82).

15. re-ratificação do contrato de mútuo com pacto adjeto de hipoteca em favor de entidade integrante do Sistema Financeiro da Habitação, ainda que importando elevação da dívida, desde que mantidas as mesmas partes e que inexistam outra hipoteca registrada em favor de terceiros (L. 6.941, de 14-9-81);

16. fusão, cisão e incorporação de sociedades (L. 6.404, 15-12-76, arts. 220 e segs.);

17. arquivamento de documentos comprobatórios de inexistência de débitos para com a Previdência Social (DL 1.958, 9-9-82).

2. - Todos os atos enumerados no item acima são obrigatórios e deverão ser efetuados no cartório da situação do imóvel, salvo as averbações, que serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição, e os registros relativos a imóveis situados em comarcas ou circunscrições limítrofes, que serão feitos em todas elas (L. 6.015, 31-12-73, art. 169).

3. - O desmembramento territorial posterior ao registro não exige sua repetição no novo cartório (L. 6.015, 31-12-73, art. 170).

4. - Os atos relativos às vias férreas deverão ser registrados no cartório correspondente à estação inicial da respectiva linha (L. 6.015, 31-12-73, art. 171).

5. - Na designação genérica de registro, consideram-se englobadas a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis (L. 6.015, 31-12-73, art. 168).

6. - Pelos atos que praticarem, os oficiais terão direito, a título de remuneração, aos emolumentos fixados no Regimento de Custas do Estado e na legislação federal, os quais serão pagos pelos interessados, a critério dos oficiais, quando do requerimento ou da apresentação dos títulos, ou, ainda, a final, após sua efetivação (L. 6.015, 31-12-73, art. 14).

6.1 - No ato do requerimento, o depósito prévio das despesas totais dos serviços a serem praticados será exigido nos limites das tabelas, fornecendo-se recibo provisório, com especificação de todas as parcelas (D.L. 203, 25-3-70, art. 4.º).

6.2 - O valor correspondente às custas, emolumentos e outras despesas legais devidas pelos atos praticados deverá constar, obrigatoriamente, dos próprios documentos, independentemente da expedição do recibo definitivo (L. 6.015, 31-12-73, art. 14, p.u.).

SEÇÃO II

DOS LIVROS, SUA ESCRITURAÇÃO E PROCESSO DO REGISTRO

7. - Haverá no Registro de Imóveis, além dos livros comuns a todas as serventias, os seguintes:

a) Livro de Recepção de Títulos;

b) Livro n.º 1 - Protocolo;

c) Livro n.º 2 - Registro Geral;

d) Livro n.º 3 - Registro Auxiliar;

e) Livro n.º 4 - Indicador Real;

f) Livro n.º 5 - Indicador Pessoal;

g) Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros;

h) Livro para Registro das Comunicações Relativas a Diretores e Ex-administradores de Sociedades em Regime de Intervenção e Liquidação Extrajudicial.

8. -- Para os fins previstos nos arts. 11 e 12, parágrafo único, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com vista a garantir a precedência de exame, bem como a assegurar o efetivo controle dos títulos em tramitação e do prazo legal, serão lançados no Livro de Recepção de Títulos todos os requerimentos, documentos, papéis e títulos ingressados.

8.1 - Quanto aos atos de registro em geral, será dispensável a adoção do Livro de Recepção para os cartórios que empreguem a prática do lançamento imediato de todos os títulos ingressados, diretamente no Livro n.º 1.

9 - É recomendável que se proceda a exame prévio dos títulos, para verificação da presença dos requisitos mínimos do ato pretendido, já no momento da apresentação, devolvendo-se, se for o caso, independentemente de qualquer outra providência.

10. - O Livro de Recepção de Títulos será escriturado em colunas, das quais constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) número de ordem, que seguirá indefinidamente;
 - b) data da apresentação, apenas no primeiro lançamento diário;
 - c) nome do apresentante;
 - c) natureza formal do título;
 - e) valor do depósito prévio;
 - f) ocorrência de haver sido praticado o ato, com menção de sua data;
 - g) devolução com exigência e sua data;
 - h) data da entrega ao interessado.
11. - É recomendável a organização de um fichário pelos nomes de todos os outorgantes, contendo indicações do número de ordem do Livro de Recepção de Títulos, de sua data e do imóvel, o que servirá para obstar a tramitação simultânea de títulos constitutivos de direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.
- 11.1 - As fichas serão inutilizadas à medida que os títulos correspondentes forem registrados ou devolvidos com exigência.
12. - Deverá ser fornecido às partes recibo-protocolo de todos os documentos ingressados, contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro de Recepção, a qual, necessariamente, constará anotada, ainda que por cópia do mencionado recibo, nos títulos em tramitação.
- 12.1 - O recibo-protocolo deverá conter, necessariamente, o valor do depósito prévio, a data prevista para a prática do ato, além da advertência de que o título foi recebido para exame e cálculo, sem implicar na prioridade prevista no art. 186, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, só assegurada com a prenotação no Livro Protocolo, mediante requerimento, escrito ou verbal.
13. - Havendo exigências de qualquer ordem, deverão ser formuladas de urna só vez, por escrito, de forma clara e objetiva, em papel timbrado do cartório, com identificação e assinatura do servidor responsável.
- 13.1 - As notas de devolução serão feitas com cópias, as quais deverão ser arquivadas em pastas, segundo a ordem cronológica, a fim de possibilitar o controle das exigências formuladas e a observância do prazo legal.
14. - A ocorrência da devolução com exigência, após a elaboração da nota, será imediatamente lançada na coluna própria do Livro de Recepção de Títulos; reingressando o título, será objeto de outro lançamento, recebendo novo número de ordem.
15. - A entrega de documentos aos interessados, com registro ou exigência, deverá ficar documentada em Cartório, exigindo-se recibo.
- 15.1 - Idêntica providência será adotada em relação à restituição, total ou parcial, dos valores correspondentes ao depósito prévio.
- 15.2 - Tais comprovantes deverão permanecer arquivados pelo prazo de um ano.
16. - Os Livros n.º 2, 3, 4 e 5 poderão ser substituídos por fichas, escrituradas mecanicamente, cujos modelos serão aprovados pelo Juiz Corregedor Permanente (L. 6.015, 31-12-73, art. 173, parágrafo único).
17. - As fichas deverão ser escrituradas com esmero, arquivadas com segurança e, de preferência, em invólucros plásticos transparentes.
18. - As fichas deverão possuir dimensões que permitam a extração de cópias reprográficas e facilitem o manuseio, a boa compreensão da sequência lógica dos atos e o arquivamento.
19. - As fichas dos Livros n.º 2 e 3 deverão ser autenticadas pelo oficial ou quem o substitua, e os atos assinados pelo escrevente autorizado que os tenha praticado.
20. - O Livro Protocolo servirá para apontamento de todos os títulos apresentados diariamente, com exceção daqueles que o tiverem sido apenas para exame e cálculo dos respectivos emolumentos (L. 6.015, 31-12-73, arts. 174 e 12, p.u.).
21. - São elementos necessários na escrituração do Protocolo:
- a) número de ordem, que seguirá indefinidamente;
 - b) data da apresentação, apenas no primeiro lançamento;
 - c) nome do apresentante;
 - d) natureza formal do título;
 - e) atos formalizados, resumidamente mencionados. (L. 6.015, 31-12-73, arts. 175, 182 e 183).
22. - O Protocolo, quando em folhas soltas, deverá ser datilografado.
23. - A escrituração do Protocolo incumbe ao oficial, seu substituto legal ou a escrevente designado por aqueles e autorizado pelo Juiz Corregedor Permanente (L. 6.015, 31-12-73, art.

185).

24. - O Protocolo deverá possuir termo diário de encerramento (L. 6.015, 31-12-73, art. 184), mencionando-se o número de títulos protocolados.

25. - É dispensável lavrar-se termo diário de abertura de Protocolo.

26. - Na coluna "natureza formal do título", bastará referência à circunstância de se tratar de escritura pública, de instrumento particular, ou de ato judicial; apenas estes últimos deverão ser identificados por sua espécie (formal de partilha, carta de adjudicação, carta de arrematação etc.).

27. - Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados, serão lançados, em forma resumida,, os atos praticados nos Livros n.º 2 e 3, bem como as averbações efetuadas nos Livros n.º 2 e 3, bem como as averbações efetuadas nos livros anteriores ao atual sistema de registro (Exemplos: R.1/457; Av. 4/1950; R. 758; Av. 1 na T. 3.789-L3D).

28. - O número de ordem determinará a prioridade do título (L. 6.015, 31-12-73, art. 186),

29. - Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob o número de ordem no Protocolo (L. 6.015, 31-12-73, art. 187).

30. - Se, desde logo, for prenotado o título, aplica-se, quanto ao Protocolo, no que couber, o disposto em relação ao Livro de Recepção de Títulos (itens 9 e 11 a 15.1).

31. - Não se conformando o apresentante com a exigência, ou não a podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao Juízo competente para dirimi-la, obedecendo-se ao seguinte:

a) o título será prenotado;

b) será anotada, na coluna "atos formalizados", à margem da prenotação, a observação "dúvida suscitada", reservando-se espaço para anotação do resultado;

c) após certificadas, no título, a prenotação e a suscitação da dúvida, será aquele rubricado em todas as suas folhas;

d) em seguida, o oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apresentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e notificando-o para impugná-la no prazo legal;

e) certificado o cumprimento do acima disposto, as razões da dúvida serão remetidas ao Juízo competente, acompanhadas do título, mediante carga.

31.1 - Ocorrendo direta suscitação pelo próprio interessado ("dúvida inversa"), o título também deverá ser prenotado, assim que o oficial a receber do Juízo para a informação, observando-se, ainda, o disposto nas letras "b" e "c".

32. - Transitada em julgado a decisão da dúvida, o oficial procederá do seguinte modo:

a) se for julgada procedente, assim que tomar ciência da decisão, a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação;

b) se for julgada improcedente, procederá ao registro quando o título for representado e declarará o fato na coluna de anotações do Protocolo, arquivando o respectivo mandado ou certidão da sentença.

32.1 - Aos Juizes Corregedores sempre caberá comunicar aos cartórios o resultado da dúvida, após seu julgamento definitivo.

33. - O prazo para exame e registro, salvo as exceções legais, será de até 30 (trinta) dias (L. 6.015, 31-12-73, art. 188), contados da data em que o título ingressou em cartório, com o lançamento no Livro de Recepção ou no Livro Protocolo.

33.1 - Apresentando título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, o oficial, depois de prenotá-lo, aguardará, durante trinta dias, que os interessados na primeira promovam o registro. Esgotado esse prazo, que correrá da data da prenotação, sem que seja apresentado o título anterior, o segundo será registrado (L. 6.015, 31-12-73, art. 189).

34. - Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel (L. 6.015, 31-12-73, art. 190).

35. - Prevalecerão, para efeito de prioridade de registro, quando apresentados no mesmo dia, os títulos prenotados sob número de ordem mais baixo, protelando-se o registro dos apresentados posteriormente, pelo prazo correspondente a, pelo menos, um dia útil (L. 6.015, 31-12-73, art. 191).

36. - O disposto nos itens 34 e 35 não se aplica às escrituras públicas da mesma data e apresentadas no mesmo dia, que determinem, taxativamente, a hora de sua lavratura, prevalecendo, para efeito de prioridade, a que foi lavrada em primeiro lugar (L. 6.015, 31-12-73, art. 192).

37. - A prenotação será cancelada decorridos trinta dias do seu lançamento no Livro Protocolo, se o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais (L. 6.015, 31-12-73, art. 205).

38. - Para o registro de arresto ou penhora decorrente de execuções fiscais, indispensável a apresentação da contrafé e cópia do termo ou auto respectivo, fornecendo-se recibo ao encarregado da diligência (L. 6.830, 22-9-80, art. 14; L. 6.015, 31-12-73, arts. 167, 1, n.º 5 e 221, IV).

38.1 - Havendo exigências a cumprir, o oficial do Registro as comunicará, por escrito e em cinco dias, ao Juízo competente, para que a Fazenda Pública, intimada, possa, diretamente, perante o cartório, satisfazê-las, ou, não se conformando, requerer a suscitação de dúvida.

38.2 - Tais registros independem de qualquer pagamento por parte da Fazenda Pública (L. 6.830, 22-9-80, arts. 7.º, IV e 39).

39. - Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza (L. 6.015, 31-12-73, art. 194).

40. - Todos os atos serão assinados e encerrados pelo oficial ou por seu substituto legal, podendo fazê-lo escrevente expressamente designado e autorizado, ainda que os primeiros não estejam afastados ou impedidos (L. 6.015, 31-12-73, art. 210).

41. - Nas vias dos títulos restituídos aos apresentantes, serão declarados, resumidamente, os atos praticados (L. 6.015, 31-12-73, art. 211).

42. - O Livro n.º 2 será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou averbação dos atos não atribuídos ao Livro n.º 3 (L. 6.015, 31-12-73, arts. 167 e 176/178).

42.1 - Neste livro, será indevido qualquer lançamento por certidão ou "observação", pois o ato deve ser registrado ou averbado, inexistindo previsão legal diversa.

43. - No preenchimento do Livro n.º 2, se for utilizado livro encadernado ou de folhas soltas, serão observadas as seguintes normas:

a) no alto da face de cada folha, será lançada a matrícula do imóvel, com os seus requisitos, e no espaço restante e no verso, serão lançados, por ordem cronológica e em forma narrativa, os registros e averbações dos atos pertinentes aos imóveis matriculados;

b) preenchida uma folha, será feito o transporte para a primeira folha em branco do mesmo livro ou do livro da mesma série que estiver em uso, onde continuarão os lançamentos, com remissões recíprocas (L. 6.015, 31-12-73, art. 231);

c) o número da matrícula será repetido na nova folha, sem necessidade do transporte dos dados constantes da folha anterior;

d) cada lançamento de registro será precedido pela letra "R" e o da averbação pelas letras "AV", seguindo-se o número do lançamento e o da matrícula (exemplos: R.1/780; R.2/780; AV.3/780; AV.4/780). (L. 6.015, 31-12-73, art. 232).

44. - Sendo utilizadas fichas, observar-se-ão as seguintes normas:

a) ao se esgotar o espaço no anverso da ficha e se tornar necessária a utilização do verso, será consignada, ao pé da ficha, a expressão "continua no verso";

b) se for necessário o transporte para nova ficha, proceder-se-á da seguinte maneira:

I. no pé do verso da ficha anterior será inscrita a expressão "continua na ficha

n.º";

II. o número da matrícula será repetido na ficha seguinte, que levará o número de ordem correspondente (ex.: matrícula n.º 325 - Ficha n.º 2, matrícula n.º 325 - ficha n.º 3, e assim sucessivamente);

c) é dispensável a repetição do número da matrícula em seguida ao número de ordem do lançamento de cada ato.

45. - Cada imóvel terá matrícula própria, que será obrigatoriamente aberta por ocasião do primeiro registro ou, ainda:

a) quando se tratar de averbação que deva ser feita no antigo livro de Transcrição das Transmissões e neste não houver espaço;

b) nos casos de fusão de imóvel;

c) a requerimento do proprietário.

46. - É facultada a abertura de matrícula, de ofício, desde que não acarrete despesas para os interessados, nas seguintes hipóteses:

a) para cada lote ou unidade autônoma, logo em seguida ao registro de loteamento, desmembramento ou condomínio;

b) no interesse do serviço.

47. - A matrícula será aberta com os elementos constantes do título apresentado e do registro anterior. Se este tiver sido efetuado em outra circunscrição, deverá ser apresentada certidão atualizada do respectivo cartório, a qual ficará arquivada, de forma a permitir fácil localização.

47.1 - Devendo compreender todo o imóvel, é irregular a abertura de matrícula para parte ideal.

47.2 - Será, igualmente, irregular a abertura de matrícula de parte do imóvel, sobre a qual tenha sido instituída da servidão, que, corretamente, deverá ser registrada na matrícula do imóvel todo.

47.3 - O ônus sobre parte do imóvel deve ser registrado na matrícula do imóvel todo, sendo incorreta a abertura de matrícula da parte onerada.

47.4 - Não deve constar da matrícula a indicação de rua ou qualquer outro logradouro público, sem que tal circunstância conste do registro anterior.

48. - São requisitos da matrícula:

a) o número da ordem, que seguirá ao infinito;

b) a data;

c) a identificação e a caracterização do imóvel;

d) o nome e a qualificação do proprietário;

e) o número do registro anterior ou, em se tratando de imóvel oriundo de loteamento, o número do registro ou inscrição do loteamento.

49. - A identificação e caracterização do imóvel compreendem:

a) se urbano:

I. localização e nome do logradouro para o qual faz frente;

II. o número, quando se tratar de prédio; ou sendo terreno, se fica do lado par ou ímpar do logradouro, em que quadra e a que distância métrica da edificação ou da esquina mais próxima; ou número do lote e da quadra se houver;

b) se rural, a localização e denominação;

c) o distrito em que se situa o imóvel;

d) as confrontações, com menção correta do lado em que se situam, inadmitidas expressões genéricas, tais como "com quem de direito", ou "com sucessores" de determinadas pessoas;

e) a área do imóvel;

f) a designação cadastral, se houver.

49.1 - É obrigatória a apresentação do certificado de cadastro dos imóveis rurais, transcrevendo-se, na matrícula, os elementos dele constantes (área, módulo, fração mínima de parcelamento) (L. 4.504, 30-12-64, art. 49, § 2º; L. 5.868, 12-12-72, art. 2º; Apelações Cíveis n.º, 271.969, 283.472 e 279.051, C.S.M.).

50. - Para os fins do disposto no art. 225, § 2º, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, entende-se por "caracterização do imóvel" apenas a indicação, as medidas e a área, não devendo ser considerados irregulares títulos que corrijam ou que atualizem nomes de confrontantes, respeitado o princípio da continuidade.

50.1 - Entende-se ocorrer atualização de nomes de confrontantes quando, nos títulos, houver referência expressa aos anteriores e aos que os substituírem.

51. - Sempre que possível, nos títulos devem ser mencionados, como confrontantes, os próprios prédios e não os seus proprietários.

52. - Se, por qualquer motivo, não constarem, do título e do registro anterior, os elementos indispensáveis à caracterização do imóvel (v.g., se o imóvel está do lado par ou ímpar, distância da esquina mais próxima etc.), poderão os interessados, para fins de matrícula, completá-los, servindo-se exclusivamente de documentos oficiais.

53. - A qualificação do proprietário, quando se tratar de pessoa física, referirá sua nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio, número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ou do Registro Geral de sua cédula de identidade ou, à falta deste, sua filiação e, sendo casado, o nome do cônjuge e o regime de bens no casamento, bem como se este se realizou antes ou depois da Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Havendo pacto antenupcial, deverá ser mencionado o número de seu registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

54. - Quando se tratar de pessoa jurídica, será mencionada a sede social e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (L. 6.015, 31-12-73, art. 176, § 1º, 11, 4, h).

55. - As averbações das circunstâncias atualmente previstas no art. 167, 11, 4, 5, 10 e 13, da Lei

n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, constantes à margem de transcrições, deverão ser, quando da respectiva matrícula, incorporadas à descrição do imóvel. Irregular, portanto, venha a ser o imóvel matriculado com a mesma descrição anterior, mencionando-se, em seguida, o conteúdo das averbações precedentemente efetuadas.

56. - A descrição do imóvel não poderá incluir construção que não conste do registro anterior ou que nele não tenha sido regularmente averbada. Permite-se seja a averbação feita logo após a abertura da matrícula, se o registro anterior estiver em outro cartório.

56.1 - Logo após a abertura da matrícula, também poderão ser averbadas, no cartório a que atualmente pertencer o imóvel, as circunstâncias previstas no art. 167, 11, 4, 5, 10 e 13 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

57. - Também deverá ser feita, na descrição do imóvel, referência a lotes e respectivos números, quando não se trate de loteamento ou desmembramento registrado ou regularizado, ou, ainda, de subdivisão de imóvel constante de planta arquivada no cartório, anteriormente à Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

58. - Quando houver divisão de imóvel, deverá ser aberta matrícula para cada uma das partes resultantes, sendo registrado, em cada matrícula, o título da divisão. Na originária, averbar-se-á a circunstância, com subsequente encerramento.

59. - Ao se abrir matrícula para registro de sentença de usucapião, será mencionado, se houver, o registro anterior.

60. - Se o imóvel estiver onerado, o oficial, logo em seguida à matrícula e antes do primeiro registro, averbará a existência do ônus, sua natureza e valor, certificando o fato no título que devolver à parte (L. 6.015, 31-12-73, art. 230).

60.1 - Por tais averbações não são devidos emolumentos e custas.

61. - Uma vez aberta matrícula) não mais poderão ser feitas averbações à margem da transcrição anterior.

62. - Quando for apresentado título anterior à vigência do Código Civil, referente a imóvel ainda não registrado, a matrícula será aberta com os elementos constantes desse título.

63. - A inocorrência dos requisitos previstos nos itens 48 e 49 não impedirá a matrícula e registro das escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto n. 4.857, de 9 de novembro de 1939, devendo tais atos obedecer ao disposto na legislação anterior (L. 6.015, 31-12-73, art. 176, § 2.º).

64. - A matrícula só será cancelada por decisão judicial.

65. - A matrícula será encerrada:

a) quando, em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários;

b) pela fusão.

66. - Quando dois ou mais imóveis contíguos, pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão destas em uma só, de novo número, encerrando-se as primitivas (L. 6.015, 31-12-73, art. 234).

67. - Podem, ainda, ser unificadas, com abertura de matrícula única:

a) dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores à Lei dos Registros Públicos, à margem das quais será averbada a abertura de matrícula que os unificar;

b) dois ou mais imóveis registrados por ambos os sistemas, caso em que, nas transcrições, será feita a averbação prevista na alínea anterior, e as matrículas serão encerradas (L. n.º 6.015, 31-12-73, art. 235).

68. - No caso de fusão de matrículas, deverá ser adotada rigorosa cautela na verificação da área, medidas, características e confrontações do imóvel que dela poderá resultar, a fim de se evitarem, a tal pretexto, retificações sem o devido procedimento legal (L. n.º 6.015, 31-12-73, arts. 213 e segs.), ou efeitos só alcançáveis mediante processo de usucapião.

68.1 - Além disso, para esse propósito, será recomendável que o requerimento seja instruído com prova de autorização da Prefeitura Municipal, que poderá ser a aprovação de planta da edificação a ser erguida no imóvel resultante da fusão.

68.2 - Para a unificação de diversas transcrições e matrículas, não deve ser aceito requerimento formulado por apenas um dos vários titulares de partes ideais.

68.3 - A unificação não deve ser admitida, quando o requerimento vier acompanhado de simples memorial, cujos dados tornem difícil a verificação da regularidade do ato pretendido.

68.4 - Tratando-se de unificação de imóveis transcritos, não se fará prévia abertura de matrículas para cada um deles, mas sim a averbação da fusão nas transcrições respectivas.

69. - São requisitos do registro no Livro n.º 2 (L. 6.015, 31-12-73, art. 176, § 1.º III)

- a) a data;
- b) o nome do transmitente, ou do devedor, e do adquirente, ou credor, com a respectiva qualificação;
- c) o título da transmissão ou do ônus;
- d) a forma do título, sua procedência e caracterização;
- e) o valor do contrato, da coisa ou da dívida, prazo desta, condições e mais especificações, inclusive juros, se houver.

69.1 - O testamento não é título que enseje registro de transmissão.

69.2 - É vedado o registro da cessão, enquanto não registrado o respectivo compromisso de compra e venda.

69.3 - O protesto contra alienação de bens, o arrendamento e o comodato, são atos insuscetíveis de registro, porque não elencados no art. 167, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

70. - O Livro n.º 3 será destinado ao registro dos atos que sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado (L. 6.015, 31-12-73, art 177).

71. - Serão registrados no Livro n.º 3 (L. 6.015, de 31-12-73, art. 178):

- a) a emissão de debêntures, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel, da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões, firmando-se pela ordem do registro a prioridade entre as séries de obrigações emitidas pela sociedade;
- b) as cédulas de crédito rural, de crédito industrial, de crédito à exportação e de crédito comercial, sem prejuízo do registro da hipoteca cedular;
- c) as convenções de condomínio;
- d) o penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences ou sem eles;
- e) as convenções antenupciais;
- f) os contratos de penhor rural;
- g) os títulos que, a requerimento do interessado, forem registrados no seu inteiro teor, sem prejuízo do ato praticado no Livro n.º 2;
- h) transcrição integral da escritura de instituição do bem de família, sem prejuízo do seu registro no Livro n.º 2 (L. 6.015-73, art. 263).

72. - Os registros do Livro n.º 3 serão feitos de forma resumida, arquivando-se no cartório uma via dos instrumentos que os originarem.

72.1 - Se adotado o sistema de fichas, é recomendável que o seu arquivamento seja feito segundo a ordem numérica dos próprios registros.

73. - Ao registrar convenção de condomínio, deverá o cartório referir expressamente o número do registro de especificação do condomínio feito na matrícula do imóvel. No registro da especificação, fará remissão ao número do registro da convenção.

74. - A alteração da convenção de condomínio depende de aprovação, em assembléia regularmente convocada, de pelo menos 2/3 (dois terços) dos titulares dos direitos reais registrados, salvo se a convenção a ser alterada exigir quorum superior.

75. - A alteração da especificação exige a anuência da totalidade dos condomínios.

76. - As escrituras antenupciais serão registradas no cartório do domicílio conjugal, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade dos cônjuges, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime de bens diverso do comum.

77. - O registro da convenção antenupcial mencionará, obrigatoriamente, os nomes e a qualificação dos cônjuges as disposições ajustadas quanto ao regime de bens e a data em que se realizou o casamento, constante de certidão que deverá ser apresentada com a escritura. Se essa certidão não for arquivada em cartório, deverão ainda ser mencionados, no registro, o cartório em que se realizou o casamento, o número do assento, o livro e a folha em que tiver sido lavrado.

78. - Para o registro das cédulas de crédito industrial, rural, à exportação e comercial, bem como de seus aditivos, é dispensável o reconhecimento de firma. No entanto, tal providência deve ser exigida, para fins de averbação, em relação aos respectivos instrumentos de quitação (Parecer aprovado no Proc. CG n.º 61.371-82).

79. - Nas cédulas de crédito hipotecárias, além de seu registro no Livro n.º 3, será efetuado o da hipoteca no Livro n.º 2, após a indispensável matrícula do imóvel (L. 6.015, 31-12-73, art. 227).

79.1 - Na matrícula será feita remissão ao número do registro da cédula. Neste, por sua vez, será feita remissão ao número do registro da hipoteca.

79.2 - Quando o cartório entender conveniente efetuar tais remissões por meio de averbações, estas não poderão ser cobradas.

80. - Os emolumentos devidos pelos registros das cédulas de crédito rural são os previstos na legislação federal, tomando-se por base o salário-referência, com teto fixado em 1/4 (um quarto) daquele valor, não importando quantos registros, averbações ou outros atos (incluindo abertura de matrícula, microfilmagem, certidão da matrícula, vias excedentes de documentos, etc.) tenham sido praticados (DL 167, 14-2-67, arts. 34 a 40; D. 62.141, 18-1-68, art. 4.º; L. 6.205, 24-4-75; Pareceres Normativos; CG 4/78, D.O.J. de 30-8-78, pág. 9 e CG 65.238/83, D.O.J. de 8-3-83, pag. 16).

* Os pareceres mencionados prevalecem, a despeito do que atualmente prevê o Regimento de Custas e Emolumentos (Tabela II, VIII e IX, "a"), à vista do disposto no art. 290, § 3.º, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação da Lei n.º 6.941, de 14 de setembro de 1981.

81. - Os emolumentos devidos pelos registros das cédulas de crédito industrial, de crédito à exportação e de crédito comercial no Livro n.º 3 não incluem aqueles atinentes ao registro da hipoteca, no Livro n.º 2, que serão cobrados na forma do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado (Parecer Normativo CG 4/78).

81.1 - O recolhimento da parcela cabente à União deverá ser efetuado, através de guia própria, no dia imediato ao da prática do ato, salvo se o número de registros for reduzido, quando poderá ser feito semanalmente.

82. - O Livro n.º 4 será o repositório das indicações de todos os imóveis que figurarem no Livro n.º 2, devendo conter sua identificação e o número da matrícula (L. 6.015, 31-12-73, art. 179).

82.1 - Se não for utilizado o sistema de fichas, o Livro n.º 4 conterá, ainda, o número de ordem, que seguirá indefinidamente, nos livros da mesma espécie (L. 6.015, 31-12-73, art. 179, § 1.º).

82.2 - Nesse caso, deverá o cartório possuir, para auxílio da consulta, um livro-índice, ou fichas, organizados segundo os nomes das ruas, quando se tratar de imóveis urbanos, e conforme os nomes e situações, quando rurais (L. 6.015, 31-12-73, art. 179, § 2.º).

83. - Uma vez adotado o sistema de fichas para o Livro n.º 4, serão elas arquivadas conforme os municípios, distritos, subdistritos e logradouros; em que se situem os imóveis a que correspondem.

83.1 - O mesmo critério será seguido quando a escrituração se fizer em livro, especialmente para a divisão de suas folhas.

84. - Na escrituração do Livro no 4, deverão ser observados critérios uniformes, para evitar que imóveis semelhantes tenham indicações discrepantes.

85. - Tratando-se de imóvel localizado em esquina, devem ser abertas indicações para todas as ruas confluentes.

86. - Sempre que forem averbadas a mudança da denominação do logradouro para o qual o imóvel faça frente, a construção de prédio ou a mudança de sua numeração, deverá ser feita nova indicação no Livro n.º 4. Se forem utilizadas fichas, será aberta outra e conservada a anterior, com remissões recíprocas.

87. - Os imóveis rurais deverão ser indicados no Livro w 4, não só por sua denominação, mas também por todos os demais elementos disponíveis para permitir a sua precisa localização.

87.1 - Dentre os elementos recomendados, devem figurar aqueles atinentes a acidentes geográficos conhecidos e mencionados nas respectivas matrículas.

87.2 - Cada elemento de identificação utilizado deve ensejar uma indicação.

87.3 - A menção do número de inscrição no cadastro do INCRA é útil para evitar confusão, quando os imóveis tenham indicações semelhantes.

88. - O Livro n.º 5, dividido alfabeticamente, será o repositório dos nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, inclusive os cônjuges, figurarem nos demais livros, fazendo-se referência aos respectivos números de ordem (L. 6.015, 31-12-73, art. 180).

89. - Se não for utilizado o sistema de fichas, o Livro n.º 5 conterá, ainda, o número de ordem em cada letra do alfabeto, que seguirá indefinidamente, nos livros da mesma espécie (L. 6.015, 31-12-73, art. 180, p.u. 1.º parte).

89.1 - Nessa hipótese o cartório poderá adotar, para auxílio das buscas, livro-índice ou fichas em ordem alfabética.

90. - Também para facilitar as buscas, é recomendável que nas indicações do Livro n.º 5 figure,

ao. lado do nome do interessado, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, ou do Registro Geral da cédula de identidade, ou a filiação respectiva, quando se tratar de pessoa física; ou o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes, quando pessoa jurídica.

91. - Após a averbação de casamento, em sendo caso, deve ser aberta indicação do nome adotado pela mulher, com remissão ao nome antigo, cuja indicação será mantida.

92. - O Livro de Registro de Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros terá o formato e os lançamentos preconizados no regulamento da lei que o instituiu (L. 5.709, 7-10-71, art. 10; D. 74.965, 26-11-74, art. 15, p.u.).

* Sobre o assunto, vide ofício do INCRA, transcrito no D.O.J. de 14-7-79.

**A escrituração deste livro não dispensa a correspondente no Livro n.º 2.

92.1 - Este livro poderá ser escriturado pelo sistema de fichas, desde que adotados os mesmos elementos de autenticidade das matrículas.

93. - Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser trimestralmente comunicadas ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça, sendo dispensável a comunicação negativa atinente ao período (L. 5.709, 7-10-71, art. 11; D. 74.965, 26-11-74, art. 16).

94. - Os cartórios deverão manter um livro destinado ao registro dos ofícios da Corregedoria Geral da Justiça ou dos interventores e liquidantes de instituições financeiras em intervenção ou liquidação extrajudicial, comunicando a indisponibilidade dos bens de diretores e ex-administradores das referidas sociedades (L. 6.024, 13-3-74, art. 38).

95. - Os registros conterão o número de ordem, a data de sua efetivação, a indicação do ofício que lhe deu origem, os nomes e a qualificação das pessoas cujos bens foram declarados indisponíveis.

95.1 - A indisponibilidade de bens será averbada à margem da transcrição, inscrição, ou, ainda, na matrícula dos imóveis.

96. - O livro referido deverá conter uma coluna destinada às averbações das comunicações que cancelem ou alterem os respectivos registros, as quais, portanto, serão efetivadas à sua margem, nunca constituindo novo registro.

97. - Todas as comunicações serão arquivadas em pasta ou classificador próprio, depois de certificado, no verso, o respectivo registro ou averbação.

98. - Os nomes das pessoas que figurarem neste livro também deverão constar do Indicador Pessoal (Livro n.º 5).

SUBSEÇÃO I

DAS PESSOAS

99. - O registro e a averbação poderão ser provocados por qualquer pessoa, incumbindo-lhe as despesas respectivas (L. 6.015, 31-12-73, art. 217).

100. - Nos atos a título gratuito, o registro pode também ser promovido pelo transferente, acompanhado da prova de aceitação do beneficiado (L. 6.015, 31-12-73, art. 218).

101. - O registro do penhor rural independente do consentimento do credor hipotecário (L. 6.015, 31-12-73, art. 219).

102. - São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:

a) nas servidões, o dono do prédio dominante e o do prédio serviente;

b) no uso, o usuário e o proprietário;

c) na habitação, o habitante e o proprietário;

d) na anticrese, o mutuante e o mutuário;

e) no usufruto, o usufrutuário e o nu-proprietário;

f) na enfiteuse, o senhorio e o enfiteuta;

g) na constituição de renda, o beneficiário e o rendeiro censuário;

h) na locação, o locatário e o locador;

i) nas promessas de compra e venda, o promitente comprador e o promitente vendedor;

j) nas penhoras e ações, o autor e o réu;

l) nas cessões de direitos, o cessionário e o cedente;

m) nas promessas de cessão de direitos, o promitente cessionário e o promitente cedente. (L. 6.015, 31-12-73, art. 220).

SUBSEÇÃO II

DOS TÍTULOS

103. - Somente serão admitidos a registro:

a) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas

reconhecidas, dispensado o reconhecimento de firma quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro, da Habitação (SFH);

c) atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, assim como as sentenças proferidas por tribunais estrangeiros, após homologação pelo Supremo Tribunal Federal;

d) cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processos judiciais. (L. 6.015, 31-12-73, art. 221).

104. - O título de natureza particular, apresentado em uma só via, será arquivado em cartório, fornecendo o oficial, a pedido, certidão do mesmo. (L. 6.015, 31-12-73, art. 193).

104.1 - Deve ser adotado sistema de arquivamento adequado e compatível com o movimento do cartório, de forma a permitir rápida localização e fácil consulta.

104.2 - Se adotado sistema autorizado de microfilmagem, será dispensável o arquivamento dos documentos particulares, que poderão ser devolvidos aos interessados.

105. - Para o registro de imóveis adquiridos, para fins residenciais, com financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, deverá ser exigida, caso a circunstância não conste expressamente do próprio título, declaração escrita do interessado, a qual permanecerá arquivada em cartório, esclarecendo tratar-se, ou não, de primeira aquisição, a fim de possibilitar o exato cumprimento do disposto no artigo 290, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e seu posterior controle.

105.1 - Em caso positivo, a redução prevista para cobrança dos emolumentos incidirá exclusivamente sobre o valor financiado.

105.2 - Quando do registro de escrituras ou escritos particulares autorizados por lei, que tenham por objeto imóveis hipotecados a entidades do Sistema Financeiro da Habitação, os oficiais, sob pena de responsabilidade, procederão na forma do disposto no artigo 292, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

106. - Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial (L. 6.015, 31-12-73, art. 226).

107. - Incumbe ao oficial impedir o registro de título que não satisfaça os requisitos exigidos pela lei, quer sejam consubstanciados em instrumento público ou particular, quer em atos judiciais (L. 6.015, 31-12-73, arts. 222/224, 225, §§ 1.º e 2.º e 239).

107.1 - Com exceção do recolhimento do imposto de transmissão, quando devido, nenhuma exigência relativa à quitação de débitos para com a Fazenda Pública fará o oficial, para o registro de títulos judiciais (Código Tributário Nacional, art. 192; Código de Processo Civil, arts. 1.026 e 1.031; Processo CG n.º 61.983/82).

SUBSEÇÃO III

DAS AVERBAÇÕES

108. - As averbações serão efetuadas na matrícula ou à margem da transcrição ou inscrição a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição (L. 6.015, 31-12-73, art. 169, 1).

109. - Serão objeto de averbação as sub-rogações e outras ocorrências que, por qualquer modo, alterem o registro (L. 6.015, 31-12-73, art. 246).

110. - As averbações serão feitas a requerimento dos interessados, com firma reconhecida, instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente (L. 6.015, 31-12-73, art. 246, p.u.).

110.1 - A alteração de nome só poderá ser averbada quando devidamente comprovada por certidão do Registro Civil.

110.2 - Os desmembramentos de imóveis urbanos não subordinados ao registro especial da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dependerão de prévia aprovação da Prefeitura Municipal. Nos rurais atender-se-á a legislação especial do INCRA.

110.3 - Salvo quando adotado o sistema autorizado de microfilmagem, todos os documentos deverão ser obrigatória e convenientemente arquivados em cartório.

111. - Serão averbadas a alteração de destinação do imóvel, de rural para urbano, bem como a mudança da zona urbana ou de expansão urbana do Município, quando altere a situação do imóvel.

112. - Também será averbada, nas matrículas respectivas, a declaração de indisponibilidade de bens.

113. - Poderão ser averbados os denominados "Termos de Responsabilidade pela Preservação de

Florestas", emitidos para os fins de legislação florestal, por iniciativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com a anuência do proprietário (L. 4.771, 15-9-65 (Cód. Florestal), arts. 6.º e 16; Proc. CG 44.522/76; Proc. CG 53.873/80; Despachos no D.O.J. de 12-2-80).

114. - As averbações de nomes de logradouros e de suas Alterações, decretados pelo Poder Público, deverão ser procedidas de ofício (L. 6.015, 31-12-73, art. 167, II, n.º 13).

114.1 - Segundo a conveniência do serviço, essas averbações poderão ser efetuadas à medida em que houver registro individual a ser praticado.

114.2 - Em nenhuma hipótese serão devidos emolumentos e custas por tais averbações.

115. - Para a averbação de abertura de rua, deverá ser exigida certidão da Prefeitura Municipal, contendo sua perfeita caracterização (localização, medidas, área ocupada) e possibilitando o seguro controle de disponibilidade do imóvel em que aberta.

115.1 - Fora dessa hipótese, será necessária a intervenção judicial, atentando o cartório para o fato de que a abertura de rua, sem o cumprimento das exigências legais, é prática indevida que facilita a proliferação de loteamentos irregulares e clandestinos.

116. - Registrada a hipoteca, não deverão ser averbados os pagamentos de prestações, pois apenas caberá averbar o seu cancelamento, após a regular quitação da obrigação.

117. - O pacto comissório não deve ser objeto de averbação, pois é da essência da compra e venda condicional, prevista, como ato registrável, no artigo 167, 1, n.º 29, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Parecer no Proc. CG n.º 164/81). O seu posterior cumprimento, todavia, poderá, a requerimento do interessado, ser averbado.

118. - A averbação do arquivamento de documentos comprobatórios da inexistência de débitos para com a Previdência Social (item 1, "b", n.º 17) somente deve ser efetuada quando a providência for requerida isoladamente, independente do registro de alienação ou oneração que se suceder à construção levantada no imóvel.

118.1 - Quando houver o registro de alienação ou oneração, bastará mencionar a apresentação obrigatória do documento oficial no próprio teor do registro, com especificação de seus elementos essenciais.

119. - O cancelamento será efetuado mediante averbação, da qual constarão o motivo que o determinou e a menção do título em virtude do qual foi feito (L. 6.015, 31-12-73, art. 248).

120. - O cancelamento poderá ser total ou parcial e referir-se a qualquer dos atos do registro (L. 6.015, 31-12-73, art. 249).

121. - Será feito o cancelamento:

a) em cumprimento de decisão judicial transitada em julgado;

b) a requerimento unânime das partes que tenham participado do ato registrado, se capazes, com as firmas reconhecidas;

c) a requerimento do interessado, instruído com documento hábil. (L. 6.015, 31-12-73, art. 250).

122. - O cancelamento de hipoteca só poderá ser feito:

a) à vista de autorização expressa ou quitação outorgada pelo credor ou seu sucessor, em instrumento público ou particular;

b) em razão de procedimento administrativo ou contencioso, no qual o credor tenha sido intimado (C.P.C., art. 698);

c) na conformidade da legislação referente às cédulas hipotecárias. (L. 6.015, 31-12-73, art. 251).

123. - É dispensável a averbação de cancelamento do registro de compromisso de compra e venda, quando ocorra o registro da escritura definitiva.

123.1 - Se, por conveniência do serviço, a averbação vier a ser efetuada, deverá sempre suceder ao registro da escritura definitiva, não sendo, porém, devidos emolumentos e custas por aquele ato.

123.2 - Nos loteamentos registrados sob a égide do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, caso o imóvel tenha deixado de pertencer à circunscrição, sempre deverá ser exigida, para a averbação de compromisso de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, certidão atualizada da nova circunscrição imobiliária, a qual ficará arquivada em cartório (L. 6.015, 31-12-73, art. 167, 11, n.º 3).

SUBSEÇÃO IV

DAS RETIFICAÇÕES DO REGISTRO

124. - A retificação administrativa de erro constante do registro, desde que não implique em prejuízo a terceiro, será feita através de procedimento judicial, com a intervenção do Ministério Público e a requerimento do interessado (L. 6.015, 31-12-73, art. 213 e seu § 1.º).

124.1 - Quando se tratar de erro evidente, poderá ser efetuada diretamente pelo próprio oficial (L. 6.015, 31-12-73, art. 213, § 1.º).

124.2 - Se o erro decorrer do título, indispensável a sua prévia retificação, para ensejar a do registro.

125. - Será necessária a citação dos confrontantes e alienantes, ou seus sucessores, no procedimento judicial retificatório que implique em:

a) alteração de medidas;

b) alteração de área;

c) alteração na descrição das divisas (marcos, rumos, características). (L. 6.015, 31-12-73, art. 213, § 2.º).

125.1 - Havendo impugnação fundamentada, os interessados serão remetidos às vias jurisdicionais (L. 6.015, 31-12-73, art. 213, § 4.º).

SEÇÃO III

DOS CLASSIFICADORES DO REGISTRO DE IMÓVEIS

126. - Os cartórios deverão arquivar, separadamente e de forma organizada, em pastas, classificadores ou microfichas:

a) decisões do Conselho Superior da Magistratura;

b) atos normativos do Conselho Superior da Magistratura, da Corregedoria Geral da Justiça e da Corregedoria Permanente;

c) cópias de cédulas de crédito rural;

d) cópias de cédulas de crédito industrial;

e) cópias de cédulas de crédito à exportação;

f) cópias de cédulas de crédito comercial;

g) comunicações relativas a diretores e ex-administradores e sociedades em regime de liquidação extrajudicial;

h) cópias de comunicações feitas ao INCRA, relativas às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros;

i) cópias de comunicações feitas à Corregedoria Geral da Justiça, relativas às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros;

j) documentos comprobatórios de inexistência de débitos para com a Previdência Social (DL 1.958, de 9-9-82);

l) recibos e cópias das comunicações às Prefeituras Municipais dos registros translativos de propriedade;

m) recibos e cópias das comunicações ao órgão da Receita Federal das operações imobiliárias realizadas (L. 4.380, 21-8-74; D. 76.186, 2-9-75; DL 1.510, 27-12-76; Comunicados da CGJ, D.O.J., 29-3-78 e 21-3-80);

n) leis e decretos municipais relativos à denominação de logradouros públicos e de suas alterações;

o) recomendações da Corregedoria Geral da Justiça feitas aos Cartórios de Notas e do Registro de Imóveis do Estado, para que não pratiquem atos com base em procurações lavradas em locais expressamente indicados, nem lavrem ou registrem escrituras fundadas em atos praticados nos locais também especificados;

p) fichas com padrões de firmas de todos os serventuários da Comarca e de seus substitutos eventuais, bem como dos respectivos Juizes de Direito, destinadas à confrontação com os títulos e documentos que forem apresentados para registro ou averbação (Processo CG n.º 54.041/80).

127. - As cópias de cédulas de crédito rural, industrial, à exportação e comercial deverão ser arquivadas em ordem cronológica e separadamente, conforme a sua natureza.

127.1 - No verso de cada via, certificar-se-á o ato praticado.

127.2 - Formando grupos de 200 (duzentas) folhas por volume, todas numeradas e rubricadas, as cédulas serão encadernadas, lavrando-se termos de abertura e encerramento.

127.3 - Ficam dispensados do arquivamento das cédulas, na forma supra referida, os cartórios que adotem sistema autorizado de microfilmagem dos documentos. Nesta hipótese, deverão ser microfilmados todos os documentos apresentados com as cédulas, sendo obrigatória a manutenção, em cartório, de aparelho leitor ou leitor-copiador (Processo CG n.º 65.239/83).

127.4 - Os livros existentes, formados de acordo com o sistema previsto no subitem 127.2, também poderão ser microfilmados. Sua destruição, entretanto, dependerá de autorização expressa do Juiz Corregedor Permanente, após inspeção do novo sistema de arquivamento (Processo CG n.º 65.239/83).

128. - Deverão ser sempre comunicados os negócios imobiliários às Prefeituras Municipais, através de entendimento com estas mantido, para efeito de atualização de seus cadastros.

129. - As comunicações conterão, em resumo, os dados necessários à atualização cadastral, podendo ser feitas por sistema de listagem diária, semanal ou mensal, segundo o movimento do cartório rio setor.

129.1 - A listagem será feita em duas vias, a primeira para uso da Prefeitura Municipal e a outra para arquivamento em cartório, com recibo (Prov. CGJ 13/77; Proc. CG 48.482/77).

129.2 - As comunicações poderão ser substituídas por xerocópias das matrículas.

129.3 - Em qualquer hipótese, as despesas correspondentes ficarão a cargo das Prefeituras interessadas.

130. - A eventual dispensa das comunicações, por parte de qualquer das Prefeituras integrantes da circunscrição imobiliária, deverá ficar documentada em cartório, arquivando-se na pasta própria.

131. - As comunicações relativas a diretores e ex-administradores; de sociedade em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial, as cópias das comunicações ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça relativas às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, bem assim as cópias e recibos das comunicações às Prefeituras Municipais dos negócios imobiliários deverão ser arquivados em ordem cronológica.

132. - As cópias dos ofícios que encaminharem comunicações ao órgão da Receita Federal deverão ser arquivadas juntamente com os respectivos comprovantes de entrega.

133. - Nas Comarcas onde não houver órgão de imprensa oficial dos Municípios, os cartórios deverão oficiar às Prefeituras, solicitando periódica remessa de cópias dos atos legislativos; referidos no item 126, letra "n", para fins de cumprimento ao disposto no art. 167, 11, 13, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

134. - As recomendações a que alude o item 126, letra "o", deverão ser arquivadas em ordem alfabética, levando-se em consideração o nome da Comarca à qual pertença o cartório sob suspeita.

SEÇÃO IV

DAS CERTIDÕES

135. - Os oficiais e servidores do cartório são obrigados a lavrar certidões do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas (L. 6.015, 31-12-73, art. 16).

136. - Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido (L. 6.015, 31-12-73, art. 17).

137. - A certidão será lavrada independentemente de despacho judicial, devendo mencionar o livro do registro ou o documento arquivado no cartório (L. 6.015, 31-12-73, art. 18).

138. - O fornecimento da certidão não pode ser retardado por mais de cinco dias (L. 6.015, 31-12-73, art. 19).

139. - Segundo a conveniência do serviço, os cartórios poderão =pregar, em relação aos pedidos de certidões, sistema de controle semelhante ao previsto para a recepção de títulos.

140. - É obrigatório o fornecimento, pelo cartório, de protocolo do respectivo requerimento, do qual deverão constar a data deste e a prevista para a entrega da certidão (L. 6.015, 31-12-73, art. 20, p.u.).

141. - A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais (L. 6.015, 31-12-73, art. 19).

142. - A certidão, de inteiro teor, poderá ser extraída por meio datilográfico ou reprográfico (L. 6.015, 31-12-73, art. 19, § 1.º).

142.1 - Na certidão expedida através de cópia reprográfica da matrícula, após o último ato, lavrar-se-á o encerramento, que poderá ser datilografado ou carimbado, recomendando-se, por cautela, direta conferência do oficial.

142.2 - Neste caso, a cobrança sempre terá por base o número de folhas e não de pessoas.

143. - De toda certidão deverão constar, conforme o caso, a data em que o imóvel passou ou deixou- de pertencer à circunscrição, bem assim a qual cartório pertencia ou passou a pertencer.

144. - N--, certidões deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia ou outro processo equivalente (L. 6.015, 31-12-73, art. 19, § 5.º).

145. - Sempre que houver qualquer alteração no ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa (L. 6.015, 31-12-73, art. 21).

146. - Quando solicitada com base no Indicador Real, o cartório só expedirá certidão após cuidadosas buscas, efetuadas com os elementos de indicação constantes da descrição do imóvel.

146.1 - Deve ser evitado fazer constar imóvel que, evidentemente, não coincida com o objetivado no pedido, bem assim o uso de expressões que aparentem ausência ou insegurança das buscas.

147. - Em vista de sua relevância, é recomendável, por cautela, que, para o setor de certidões, sejam destacados, no máximo, dois escreventes autorizados.

SEÇÃO VI

DOS LOTEAMENTOS DE IMÓVEIS URBANOS E RURAIS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

148. - Os loteamentos de imóveis urbanos são regidos pela Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e os rurais continuam a sê-lo pelo Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 (Parecer Normativo, de 5-2-80, D.O.J., 8-2-80, Proc. CG n.º 53.995/80).

149. - O parcelamento de imóvel rural para fins urbanos deve ser precedido de:

a) lei municipal que o inclua na zona urbana ou expansão urbana do Município (L. 6.766, 19-12-79, art. 3.º, "caput");

b) averbação de alteração de destinação do imóvel, de rural para urbano, com apresentação de certidão expedida pelo INCRA (L. 6.766, 19-12-79, art. 53 e Portaria n.º 17-13, do INCRA).

150. - Nos termos do art. 2.º, § 2.º, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, considera-se desmembramento, sujeito ao registro especial (art. 18), qualquer, parcelamento de solo urbano procedido na forma nele expressamente prevista.

151. - São, porém, dispensadas do registro especial:

a) as divisões "inter vivos" celebradas anteriormente a 20 de dezembro de 1979;

b) as divisões "inter vivos" extintivas de condomínios formados antes da vigência da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

c) as divisões conseqüentes de partilhas judiciais, qualquer que seja a época de sua homologação ou celebração;

d) as cartas de arrematação, de adjudicação ou mandados, expedidos em cumprimento de decisões definitivas transitadas em julgado;

e) as alienações ou promessas de alienações de partes de glebas, desde que, no próprio título ou em requerimento que o acompanhante, seja requerida, pelo adquirente ou compromissário, a unificação de imóvel com outro, contíguo, de sua propriedade (L. 6.015, 31-12-73, art. 235).

Nestes casos, a observância dos limites mínimos de área e de testada para a via pública não é exigível para a parcela desmembrada, mas sim para o remanescente do imóvel que sofreu o desmembramento;

* Consideram-se limites mínimos de área e de testada para a via pública os previstos no art. 4.º, II, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, salvo quando outros forem fixados pela legislação dos municípios interessados, que, então, prevalecerão (Parecer aprovado no Processo CG 39.612/81).

f) os negócios que cumpram compromissos formalizados até 20 de dezembro de 1979;

g) as cessões e as promessas de cessão integral de compromissos de compra e venda formalizados anteriormente a 20 de dezembro de 1979;

Consideram-se formalizados, para fins das letras "f" e "g", os instrumentos que tenham sido registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos; ou em que a firma de, pelo menos, um dos contratantes tenha sido reconhecida, ou em que tenha havido o recolhimento antecipado do imposto de transmissão; ou, enfim, quando, por qualquer outra forma segura, esteja comprovada a anterioridade dos contratos.

h) os terrenos que, até o exercício de 1979, tenham sido individualmente lançados para pagamento de imposto territorial.

151.1 - Nas divisões, em geral, o registro especial somente será dispensado se o número de imóveis originados não ultrapassar o número de condôminos aos quais forem atribuídos.

151.2 - Os desmembramentos de terrenos situados em vias e logradouros públicos oficiais, integralmente urbanizados, ainda que aprovados pela Prefeitura Municipal, com expressa dispensa de o parcelador realizar quaisquer melhoramentos públicos, ficam, também, sujeitos ao registro especial do art. 18, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

151.3 - Iguamente subordinados ao mesmo registro especial estarão os desmembramentos de

terrenos em que houver construção, ainda que comprovada por documento público adequado.

151.4 - Nos desmembramentos, o oficial, sempre com o propósito de obstar expedientes ou artifícios que visem a afastar a aplicação da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cuidará de examinar, com seu prudente critério e baseado em elementos de ordem subjetiva, especialmente na quantidade de lotes parcelados, se trata ou não de hipótese de incidência do registro especial. Na dúvida, submeterá o caso à apreciação do Juiz Corregedor Permanente.

151.5 - Em qualquer das hipóteses de desmembramentos não subordinados ao registro especial do art. 18, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sempre se exigirá a prévia aprovação da Prefeitura Municipal (L. 61.015, 31-12-73, art. 246, p.u.; item 110.2).

151.6 - Os loteamentos ou desmembramentos requeridos pelas entidades político-administrativas (União, Estado e Municípios) estão sujeitos ao processo do registro especial, dispensando-se, porém, os documentos mencionados nos incisos II, III, IV e VII, do art. 18, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Apelação n.º 570-0-C.S.M. - 25-11-81).

152. - É vedado proceder a registro de venda de frações ideais, com localização, numeração e metragem certa, ou de qualquer outra forma de instituição de condomínio, ordinário que desatenda aos princípios da legislação civil (C.C., arts. 623 e segs.), caracterizadores, de m(do obliquo e irregular, de loteamentos ou desmembramentos (Parecer aprovado no Processo CG 59.044/81, D.O.J., 27-10-82).

SUBSEÇÃO II

DA REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS

153. - Não se aplicam os artigos 18 e 19, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, aos registros de loteamentos ou desmembramentos requeridos pelas Prefeituras Municipais ou, no seu desinteresse, pelos adquirentes de lotes, para regularizar situações de fato já existentes, sejam elas anteriores ou posteriores àquele diploma legal.

153.1 - Para esse fim, os interessados apresentarão requerimento ao Cartório do Registro de Imóveis, acompanhado dos seguintes documentos:

a) planta do loteamento ou desmembramento, devidamente aprovada pela Prefeitura, contendo as subdivisões das quadras, as dimensões e numeração dos lotes, logradouros, espaços livres e outras áreas com destinação específica;

b) quadro indicativo das áreas ocupadas pelos lotes, logradouros, espaços livres e outras áreas com destinação específica;

c) certidão de propriedade, com menção de alienações e ônus, nos casos em que o imóvel tenha passado para outra circunscrição imobiliária.

154. - Aplica-se o disposto no item 153 às regularizações requeridas pelos próprios loteadores, desde que, comprovadamente, os parcelamentos sejam anteriores a 19 de dezembro de 1979 e todos os lotes já tenham sido alienados ou compromissados.

154.1 - A comprovação será feita com planta aprovada pela Prefeitura ou com certidões que demonstrem lançamento individual de impostos sobre os lotes, sempre anteriormente a 19 de dezembro de 1979.

154.2 - Além dos documentos referidos no subitem 153.1, os loteadores deverão apresentar necessariamente:

a) declaração de que não há lotes por alienar ou compromissar;

b) relação de todos os adquirentes, compromissários compradores ou cessionários dos lotes.

155. - De posse dos documentos apresentados, o oficial registrará o parcelamento na matrícula do imóvel, que, se ainda inexistente, será aberta nessa ocasião, com observância dos requisitos previstos na Lei de Registros Públicos e nestas Normas. Os dados faltantes serão tornados da planta então apresentada.

155.1 - Se o parcelamento abranger dois ou mais imóveis, serão eles unificados, cumpridas, sempre que possível, as exigências constantes dos artigos 234 e 235, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

155.2 - Para tal unificação, poderá ser aceita a nova descrição apresentada pelo requerente, desde que, juntamente com a planta, permita a perfeita identificação do imóvel com a constante dos registros anteriores.

156. - Nos loteamentos ou desmembramentos regularizados pelas Prefeituras Municipais (L. 6.766, 19-12-79, art. 41), valerá, como título hábil ao registro dos lotes, o contrato de compromisso de venda e compra celebrando antes da regularização, desde que o adquirente comprove, perante o oficial, o pagamento ou o depósito de todas as prestações do preço avencado, bem como do imposto de transmissão devido, sem prejuízo do cumprimento de outras

exigências previstas na Lei dos Registros Públicos.

156.1 - Gozará de idêntica validade o contrato de cessão, desde que firmado numa das vias do compromisso de venda e compra, ou, embora formalizado em instrumento separado, venha acompanhado do instrumento de compromisso de venda e compra.

156.2 - Para tal fim, o oficial, achando a documentação em ordem, procederá ao registro da transmissão de propriedade, arquivando uma via do título e os comprovantes do pagamento. Se a documentação for microfilmada, poderá ser devolvida.

156.3 - Na hipótese prevista no item 156.1, o compromisso de venda e compra e a cessão serão registrados.

SUBSEÇÃO III

DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

157. - Não se aplica o disposto no art. 18, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, aos conjuntos habitacionais erigidos pelas pessoas jurídicas referidas no art. 8.º, da Lei n.º 4.830, de 21 de agosto de 1964 (Despacho Normativo CG - Processo n.º 55.239/80).

157.1 - Entende-se como conjunto habitacional o empreendimento em que o parcelamento do imóvel urbano, com ou sem abertura de ruas, é feito para alienação de unidades habitacionais já edificadas pelo próprio empreendedor.

157.2 - Os empreendimentos promovidos por particulares, embora referentes a conjuntos habitacionais, subordinam-se ao art. 18, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, ainda que financiados com recursos do Sistema Financeiro da Habitação.

158. - O registro das transmissões das unidades habitacionais deve ser precedido da averbação da construção do conjunto na matrícula do imóvel parcelado, a ser aberta pelo cartório, se ainda não efetuada.

158.1 - Para essa averbação, o oficial exigirá o depósito dos seguintes documentos:

- a) planta do conjunto, contendo a subdivisão das quadras, as dimensões e numeração das unidades e o sistema viário, se houver;
- b) prova da aprovação pela Prefeitura e pela CETESB;
- c) prova do ato constitutivo do agente empreendedor, observados o art. 8.º, da Lei n.º 4.830, de 21 de agosto de 1964, e o art. 18, da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- d) quadro indicativo das áreas ocupadas pelas unidades, logradouros (se houver) e espaços livres;
- e) memorial descritivo de que constem a descrição sucinta do empreendimento, a identificação das unidades e quadras, a indicação das áreas públicas, que passarão ao domínio do Município no ato da averbação, e as restrições incidentes sobre as unidades;
- f) contrato-padrão, observando o disposto no art. 6.º, §§ 3.º e 49, da Lei n.º 4.830, de 21 de agosto de 1964;
- g) documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social, relativo à obra, que poderá ser apresentado quando do registro da primeira operação envolvendo unidade;
- h) auto de conclusão ou vistoria ("habite-se").

159. - Os requerimentos dos interessados e os documentos assim apresentados serão autuados, numerados e rubricados pelo oficial ou escrevente autorizado, formando processos, a serem arquivados separadamente, constando da autuação a identificação de cada conjunto.

160. - Em seguida, o cartório elaborará ficha auxiliar, que fará parte integrante da matrícula, da qual constarão todas as unidades, reservando-se espaço para anotação do número da matrícula a ser aberta quando do primeiro ato de registro relativo a cada uma delas.

SUBSEÇÃO IV

DO PROCESSO E REGISTRO

161. - Os requerimentos de registro de loteamentos ou desmembramentos devem ser autuados em processos que terão suas folhas numeradas e rubricadas, figurando os documentos pertinentes na ordem estabelecida na lei (L. 6.766, 19-12-79, art. 18).

161.1 - Logo que autuados, certificar-se-ão, após o último do aumento integrante do processo, a data da apresentação do requerimento e, em seguida, sempre antes da publicação dos editais, sua protocolização e o correspondente número de ordem.

161.2 - Também serão certificados a expedição e publicação dos editais, o decurso do prazo para impugnações, as comunicações à Prefeitura e o registro.

161.3 - Tendo em vista o intervalo temporal necessariamente decorrente da publicação dos editais, as datas da apresentação e da protocolização jamais poderão coincidir com a do registro.

162. - Quando, eventualmente, o loteamento abranger vários imóveis do mesmo proprietário,

com transcrições e matrículas diversas, é imprescindível que se proceda, previamente, à sua unificação (L. 6.015, 31-12-73, art. 235).

163. - Será sempre indispensável a correspondência da descrição e da área do imóvel a ser loteado com as que constarem da transcrição ou da matrícula respectiva, exigindo-se, caso contrário, prévia retificação.

164. - Quando o loteador for pessoa jurídica, incumbirá ao oficial verificar, com base no estatuto social, a regularidade da representação societária, especialmente se quem requer o registro tem poderes para tanto.

165. - Os documentos apresentados para registro do loteamento deverão vir, sempre que possível, no original, podendo ser aceitas, porém, cópias reprográficas, desde que autenticadas.

165.1 - Se o oficial suspeitar da autenticidade de qualquer delas, poderá exigir a exibição do original.

166. - As certidões de ações pessoais e penais, inclusive da Justiça Federal, e as de protestos devem referir-se ao loteador e a todos aqueles que, no período de 10 (dez) anos, tenham sido titulares de direitos reais sobre o imóvel (L. 6.766, de 19-12-79, art. 18, § 1.º); serão extraídas, outrossim, na comarca da situação do imóvel e, se distintas, naquelas onde domiciliados o loteador e os antecessores abrangidos pelo decênio.

166.1 - Tratando-se de pessoa jurídica, é dispensável a juntada de certidões dos distribuidores criminais, bem como as relativas aos sócios.

167. - Para as finalidades previstas no art. 18, § 2.º, da Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sempre que das certidões pessoais e reais constar a distribuição de ações cíveis, deve ser exigida certidão complementar, esclarecedora de seu desfecho ou estado atual.

167.1 - Tal complementação, será desnecessária quando se trate de ação que, pela própria natureza, desde logo aferida da certidão do distribuidor, não tenha qualquer repercussão econômica, ou, de outra parte, relação com o imóvel objeto do loteamento.

168. - Cuidando-se de imóvel urbano que, há menos de 5 (cinco) anos, era considerado rural, deve ser exigida certidão negativa de débito para com o INCRA.

169. - É indispensável, para a aprovação dos projetos de loteamento ou desmembramento de áreas localizadas em municípios integrantes de Região Metropolitana, a anuência da autoridade competente da Secretaria dos Negócios Metropolitanos (Comunicado CG, publicado no D.O.J. de 8-2-80; Reg. SNM 13, de 29-1-80, publicado no D.O.J. de 30-1-80).

170. - Para o registro dos loteamentos e desmembramentos, o oficial exigirá prova de licença de instalação por parte da CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente (Prov. CG 12/77; Processo CG 48.414/77);

*Ao contrário do previsto na legislação anterior, a Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 deixou de exigir expressamente a prévia manifestação das autoridades sanitárias, militares e florestais.

171. - Desde que o registro do loteamento ou desmembramento seja requerido apenas com o cronograma de execução das obras (L. 6.766, 19-12-79, art. 18, V), o cartório também providenciará, conforme o caso, o registro ou a averbação da garantia real oferecida, nas matrículas dos imóveis ou lotes correspondentes.

171.1 - A circunstância também será, de forma resumida, averbada na matrícula em que registrado o loteamento ou desmembramento.

171.2 - Decorridos dois anos do registro, sem que o loteador tenha apresentado o termo de verificação de execução das obras, o oficial comunicará a omissão à Prefeitura Municipal e ao Curador de Registros Públicos, para as providências cabíveis (L. 6.766, 19-12-79, art. 38, § 2.º).

172. - É dever do oficial proceder a exame cuidadoso do teor de todas as cláusulas do contrato-padrão, a fim de se evitar contenham estipulações frontalmente contrárias aos dispositivos, a esse respeito, contidos na Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (arts. 26, 31, § 1.º e 2.º, 34 e 35).

172.1 - Nos loteamentos registrados antes de 20 de dezembro de 1979, para permitir a averbação ou o registro de compromissos de compra e venda formalizados depois daquela data, os loteadores deverão depositar em cartório novo exemplar do contrato-padrão, que conterá, necessariamente, os elementos previstos no art. 26, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

173. - Tratando-se de loteamento urbano, o edital será publicado apenas no jornal local, ou, não havendo, em jornal da região. Se o jornal local não for diário, a publicação nele será feita em três dias consecutivos de circulação. Na Capital, a publicação se fará, também, no Diário Oficial (L.

6.766, 19-12-79, art. 19, § 3.º).

174. - Nos loteamentos rurais, a publicação do edital continua sendo obrigatória no Diário Oficial, mesmo para aqueles situados fora da Capital (DL 58, 10-12-37, art. 2.º).

175. - Todas as restrições presentes no loteamento, impostas pelo loteador ou pelo Poder Público, deverão ser, obrigatoriamente, mencionadas no registro. Não caberá ao oficial, porém, fiscalizar sua observância.

176. - Registrado o loteamento, o oficial poderá, a seu critério, abrir matrículas para as vias e praças, espaços livres e outros equipamentos urbanos constantes do memorial descritivo e do projeto, registrando, em seguida, a transmissão do domínio para o município (L. 6.766, 19-12-79, art. 22).

176.1 - Tratando-se de providência dispensável e, portanto, facultativa, efetuada segundo o interesse ou a conveniência dos serviços, jamais poderá implicar em ônus ou despesas para os interessados (item 46, "b").

176.2 - É vedado o registro de qualquer título de alienação ou oneração da propriedade das áreas assim adquiridas pelo Município, sem que, previamente, seja averbada, após regular processo legislativo, a sua desafetação e esteja a transação autorizada por lei.

177. - O registro de escrituras de doação de ruas, espaços livres e outras áreas destinadas a equipamentos urbanos, salvo quando o sejam para fins de alteração do alinhamento das vias públicas, mesmo que ocorrido anteriormente a 20 de dezembro de 1979, não eximirá o proprietário-doador de proceder, de futuro, o registro especial, obedecidas as formalidades legais (L. 6.766, 19-12-79, art. 18).

178. - No registro do loteamento não será necessário descrever todos os lotes, com suas características e confrontações, bastando elaborar um quadro resumido, indicando o número de quadras e a quantidade de lotes que compõem cada uma delas.

178.1 - Recomenda-se a elaboração de uma ficha auxiliar de controle de disponibilidade, na qual constarão, em ordem numérica e verticalmente, as quadras e os números dos lotes; anotar-se-á: M cujo espaço será preenchido assim que for aberta a matrícula correspondente.

179. - Para o registro da cessão de compromisso de compra e venda, desde que formalizado o trespasse no verso das vias em poder das partes (L. 6.766, 19-12-79, art. 31) o oficial examinando a documentação e achando-a em ordem, praticará os atos que lhe contirem (L. 6.015, 31-12-73, arts. 167, 1, n.º 20 ou 167, 11, n.º 3), arquivando uma via do título. Se a documentação for microfilmada, poderá ser devolvida, com a anotação do número do microfilme.

180. - O cancelamento do registro de loteamentos urbanos sempre dependerá de despacho judicial (L. 6.766, 19-12-79, art. 23 e §§).

181. - Aplicam-se aos loteamentos de imóveis rurais, no que couberem, as normas constantes desta subseção.

SUBSEÇÃO V

DAS INTIMAÇÕES E DO CANCELAMENTO

182. - Para os fins previstos nos arts. 32 e 36, III, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, os oficiais somente aceitarão e farão intimações de compromissários compradores, ou cessionários, se o respectivo loteamento ou desmembramento estiver regularmente registrado e os correspondentes contratos de compromisso de venda e compra, ou cessão, dos lotes, averbados ou registrados.

182.1 - Do requerimento do loteador e das intimações devem constar, necessária e discriminadamente, o valor da dívida, incluindo juros e despesas, e o prazo para o pagamento, além da informação de que este deverá ser efetuado em cartório, cujo endereço completo será destacado.

182.2 - Constarão, também, o valor do contrato, o número das parcelas pagas e o seu montante, para que o cartório possa, ao efetuar o eventual cancelamento, proceder na forma do disposto no art. 35, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

182.3 - Cumpre examinar, com o devido cuidado, o teor de todas as intimações requeridas, obstando-se o processamento das que não atendam às formalidades legais, especialmente as que incluam verbas descabidas ou inexigíveis.

183. - Devendo ser efetuadas pessoalmente, pelo oficial, oficial-maior ou escrevente regularmente autorizado, ou, ainda, por meio dos Cartórios do Registro de Títulos e Documentos da Comarca da situação do imóvel ou do domicílio dos intimados (L. 6.766, 19-12-79, art. 49), são absolutamente vedadas as intimações postais, ainda que por carta com aviso de

recebimento.

183.1 - Cuidando-se de vários compromissários compradores, ou cessionários, inclusive esposas, é necessária a promoção da intimação individual de todos eles.

183.2 - As intimações às pessoas jurídicas serão feitas aos seus representantes legais, exigindo-se a apresentação, pelo loteador, de certidão atualizada do contrato ou estatuto social, fornecida pela Junta Comercial ou pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

183.3 - As intimações de compromissário comprador ou cessionário, que não for encontrado no endereço indicado no requerimento, deverão ser feitas mediante procura do interessado no endereço de seu domicílio, constante do próprio contrato, e, ainda, no do respectivo lote.

184. - Recusando-se o destinatário a recebê-las, ou a dar recibo, ou, ainda, sendo desconhecido o seu paradeiro, a intimação, devidamente certificada a circunstância, será feita por edital, publicado, por três dias consecutivos, na comarca da situação do imóvel, Na Capital, a publicação far-se-á no Diário Oficial e num dos jornais de circulação diária. Nas demais comarcas, bastará a publicação num dos jornais locais, ou, não havendo, em jornal da região. Se o jornal local não for diário, a publicação nele será feita em três dias consecutivos de circulação (L. 6.766, 19-12-79, arts. 48, 49, §§ 1.º e 2.º e 19 e §§ 1.º e 3.º).

184.1. - Tratando-se de loteamento rural, o edital será publicado na forma do regulamento do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937 (D. 3.079, 15-9-38, art. 14, § 3.º).

184.2 - No edital, individual ou coletivo, deverão constar, além dos elementos especificados nos itens 182.1 e 182.2, o número do registro do loteamento ou desmembramento, o número do registro ou averbação do compromisso de venda e compra, ou da cessão, bem como o nome, a nacionalidade, o estado civil, o número do C.P.F. ou C.G.C., caso constantes do registro, e o local de residência do intimado.

184.3 - Decorridos dez dias da última publicação, devidamente certificado o fato pelo oficial, considerar-se-á aperfeiçoada a intimação.

184.4 - O cancelamento só se fará, mediante requerimento do loteador, se o compromissário comprador, ou cessionário, não efetuar o pagamento até trinta dias depois do aperfeiçoamento da intimação (L. 6.766, 19-12-79, art. 32 e seu § 3.º).

184.5 - Os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação e, recaindo o último em sábado, domingo ou feriado, serão prorrogados até o primeiro dia útil.

185. - O cancelamento do registro ou da averbação de compromisso de venda e compra, ou da cessão, pode ser requerido à vista da intimação judicial; mas, tal só será admitido se desta constar certidão do oficial de justiça de que o intimado foi procurado no endereço mencionado no contrato e no do próprio lote, além de certidão do escrivão do Juízo, comprovando a inocorrência de pagamento dos valores reclamados.

185.1 - Verificada qualquer irregularidade na intimação judicial, o cancelamento deverá ser recusado, elaborando-se nota de devolução (L. 6.015, 31-12-73, art. 198).

186. - Ressalvados os casos de intimação judicial, não devem ser aceitos requerimentos de cancelamento em que a intimação efetuada tenha consignado, para pagamento das prestações, qualquer outro local que não o Cartório do Registro de Imóveis (L. 6.766, 19-12-79, art. 32, § 1.º).

187. - A averbação de cancelamento do registro, por inadimplemento do comprador, deverá consignar se ocorreu, ou não, a hipótese prevista no art. 35, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

188. - As despesas decorrentes da intimação são as estabelecidas no Regimento de Custas, que atualmente não inclui os gastos com condução. Estes deverão ser fixados pelo Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades da comarca, competindo ao oficial provocar a providência.

189. - Cumpre deixar documentados, através da emissão de recibo, a satisfação das despesas de intimação, por parte dos interessados que paguem em cartório, bem assim o seu efetivo reembolso aos vendedores, que, eventualmente, os tenham antecipado.

190. - Os cartórios deverão adotar sistema adequado e eficiente para arquivamento das intimações efetuadas, de molde a garantir a segurança de sua conservação e a facilidade de buscas.

190.1 - Recomenda-se, para esse fim, sejam as intimações arquivadas em pastas separadas, caso por caso, lançando-se, nos expedientes formados, as certidões devidas e toda a documentação pertinente, sendo inconvenientes juntá-las aos processos de loteamentos correspondentes.

191. - As intimações referidas no art. 33, da Lei n.º 6.766, de 9 de dezembro de 1979, só serão feitas se o interessado apresentar, com o requerimento, cheque nominal, visado e cruzado, em favor do credor.

192. - A restituição ou o depósito previsto no art. 35, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, será feito sem qualquer acréscimo, não importando o tempo transcorrido da data do cancelamento do registro ou da averbação.

192.1 - Os juros e a correção monetária só têm incidência na hipótese do depósito efetuado na forma do § 2.º, do art. 35.

192.2 - Nesse caso, o depósito será feito em conta conjunta bancária, preferencialmente em estabelecimento de crédito oficial, em nome do credor e do cartório, a qual somente será movimentada com autorização do Juízo.

192.3 - Para cada depositante será aberta conta distinta.

193. - As normas constantes desta subseção aplicam-se, no que couberem aos loteamentos de imóveis rurais.

SUBSEÇÃO VI

DOS DEPÓSITOS NOS LOTEAMENTOS URBANOS IRREGULARES

194. - O depósito previsto no art. 38, § 1.º, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, só será admissível quando o loteamento ou desmembramento não se achar registrado ou regularmente executado pelo loteador.

194.1 - Em qualquer das hipóteses, estará condicionado à apresentação de prova de que o loteador foi notificado pelo adquirente do lote, pela Prefeitura Municipal ou pelo Ministério Público. Tal comprovação será dispensada se o interessado demonstrar haver sido notificado pela Municipalidade para suspender o pagamento das prestações.

194.2 - Em se tratando de loteamento ou desmembramento não registrado, o depósito dependerá, ainda, da apresentação do contrato de compromisso de compra e venda, ou de cessão, e de prova de que o imóvel está transcrito ou registrado em nome do promitente vendedor.

195. - Os depósitos serão feitos:

a) em conta conjunta bancária, em nome do interessado e do Cartório do Registro de imóveis;

b) preferencialmente, onde houver, em estabelecimento de crédito oficial;

c) vencendo juros e correção monetária.

195.1 - As contas assim abertas só poderão ser movimentadas com expressa autorização do Juízo.

196. - Admitidos os depósitos, o adquirente do lote poderá efetuar os recolhimentos independentemente de pagamento de juros ou quaisquer acréscimos, mesmo que em atraso com as prestações.

196.1 - De todos os recolhimentos efetuados devem ser fornecidos recibos ou cópias das guias correspondentes, para os fins do art. 41, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

197. - Os cartórios deverão dispor, conforme seu movimento, de um setor destinado ao cumprimento das atribuições previstas nesta subseção, contando, pelo menos, com um servidor apto ao atendimento dos interessados, a quem prestarão as devidas informações, especialmente sobre a documentação necessária à admissibilidade dos depósitos iniciais.

198. - Aos Juizes Corregedores Permanentes caberá disciplinar por instruções e portarias, a organização e desenvolvimento desses serviços, podendo, inclusive, estabelecer, em atenção às peculiaridades locais e à conveniência dos interessados, outro sistema de recolhimento dos depósitos, sempre observado, porém, o disposto nos itens 195 e 195.1.

199. - Se ocorrer o recolhimento judicial da regularidade do loteamento antes do vencimento de todas as prestações, o adquirente do lote, uma vez notificado pelo loteador, através do Cartório do Registro de Imóveis, passará a pagar as remanescentes diretamente ao vendedor, restando consigo os comprovantes dos depósitos até então efetuadas.

199.1 - O levantamento dos depósitos, nesse caso, dependerá do processo previsto no § 3.º, do art. 38, da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

SEÇÃO VII

DAS INCORPORAÇÕES

200. - Os requerimentos de registro de incorporação devem ser autuados em processos, que terão suas folhas numeradas e rubricadas, figurando os documentos pertinentes na ordem estabelecida na lei (L. 4.591, 16-12-64, art. 32).

200.1 - Logo que autuados, certificar-se-ão, após o último documento integrante do processo, a

protocolização e, afinal, o registro.

201. - Quando o incorporador for pessoa jurídica, incumbirá ao oficial verificar, com base no estatuto social, a regularidade da representação societária, especialmente se quem requer o registro tem poderes para tanto.

202. - Os documentos apresentados para registro da incorporação deverão vir, sempre que possível, no original, podendo ser aceitas, porém, cópias reprográficas, desde que autenticadas.

202.1 - Se o oficial suspeitar da autenticidade, de qualquer delas, poderá exigir a exibição do original.

203. - As certidões dos distribuidores cíveis e criminais, inclusive da Justiça Federal, as negativas de impostos e as de protestos devem referir-se aos alienantes do terreno (atuais proprietários e compromissários compradores, se houver, inclusive seus cônjuges) e ao incorporador (L. 4.591, 16-12-64, art. 32, "b").

203.1 - As certidões cíveis e criminais serão extraídas pelo período de dez anos e as de protesto pelo período de cinco.

203.2 - As certidões de impostos relativas ao imóvel urbano são as municipais.

203.3 - Tratando-se de pessoa jurídica, é dispensável a juntada de certidões dos distribuidores criminais, bem como as relativas aos sócios.

203.4 - Todas as certidões deverão ser extraídas na comarca da situação do imóvel e, se distintas, naquelas onde domiciliadas as pessoas supra mencionadas, exigindo-se que não tenham sido expedidas há mais de sessenta dias.

204. - Sempre que das certidões do distribuidor constarem ações cíveis, deve ser exigida certidão complementar, esclarecedora de seu desfecho ou estado atual.

204.1 - Tal complementação será desnecessária, quando se tratar de ação que, pela sua própria natureza, desde logo aferida da certidão do distribuidor, não tenha qualquer repercussão econômica, ou, de outra parte, relação com o imóvel objeto da incorporação.

205. - Deve ser exigido, das empresas em geral, documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social, por ocasião do requerimento de registro de incorporações (L. 4.591, 16-12-64, art. 32, "f", e DL 1.958, 9-9-82, art. 2.º, § 3.º).

205.1 - Se vigorante o prazo de sua validade, tal documento servirá para todos os registros de alienações ou onerações, a qualquer título, das unidades autônomas ou de partes ideais, exigindo-se, caso contrário, a renovação (D.L. 1.958, 9-9-82, art. 2.º, I, "a", e § 6.º).

206. - O incorporador, particular, construtor ou empresa de comercialização de imóveis, não vinculados à Previdência Social, deverão apresentar, apenas em relação ao imóvel, o documento de inexistência de débito concernente aos responsáveis pela execução das obras, por ocasião da averbação da construção, ou da primeira alienação do prédio, ou de qualquer das unidades autônomas (D.L. 1.958, 9-9-82, art. 2º 11, e § 3.º).

206.1 - Nessa hipótese,, independentemente do prazo de sua validade, tal documento servirá para os posteriores registros das primeiras alienações das demais unidades autônomas.

207. - Será sempre indispensável a correspondência da descrição e da área do imóvel a ser incorporado com as que constarem da transcrição ou da matrícula respectiva, exigindo-se, caso contrário, prévia retificação.

208. - Não poderá o cartório registrar pedido de incorporação sem que o apresentante exiba planta ou croqui dos espaços destinados à guarda de veículos (L. 4.591, 16-12-64, art. 32, "p", com a redação dada pela L. 4.864, 29-11-65).

208.1 - Se a legislação da Prefeitura local exigir que a demarcação dos espaços conste da planta aprovada, não será aceitável a simples exibição do croqui.

209. - O atestado de idoneidade financeira deverá obedecer ao modelo aprovado pela Corregedoria Geral da Justiça (L. 4.591, 16-12-64, art. 32, "o").

210. - O quadro de áreas deverá obedecer às medidas que constarem do registro, não se admitindo que ele se refira às constantes da planta aprovada, em caso de divergência.

211. - A averbação de construção de prédio só poderá ser feita mediante documento hábil ("habite-se" ou alvará de conservação), expedido pela Prefeitura Municipal. Será exigido que do "habite-se" conste a área construída, que deverá ser conferida com a da planta aprovada e já arquivada. Quando houver divergência, o registro não poderá ser feito antes que se esclareça e corrija a situação.

212. - A instituição e especificação de condomínio serão registradas mediante a apresentação do respectivo instrumento (público ou particular), que caracterize e identifique as unidades autônomas, acompanhado do projeto aprovado e do "habite-se".

- 212.1 - Quando do registro da especificação, deve ser exigida, também, a convenção do condomínio, que será registrada no Livro n.º 3.
213. - Recomenda-se a elaboração de uma ficha auxiliar de controle de disponibilidade, na qual constarão, em ordem numérica e verticalmente, as unidades autônomas, a exemplo do estabelecido para os loteamentos (item 178.1).
214. - Antes de averbada a construção e registrada a instituição do condomínio, será irregular a abertura de matrículas para o registro de atos relativos a futuras unidades autônomas (C.S.M. - Apelações n.º 286.693, de 17-12-79; 1.176-0, de 28-6-82; 2.145-0, de 4-4-83 e 1.846-0, de 19-4-83).
D.O., 31-5-83

PROVIMENTO N.º 3/83

Dá nova redação ao item 136 do Capítulo XVII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. n.º 64.056-82, resolve:

Art. 1.º - O item 136 do Capítulo XVII das Normas de Serviço (Provimento 17/81), passa a ter a seguinte redação:

"136. - Na averbação far-se-á a indicação do nome do Juiz signatário do mandado, da Vara em que foi proferida a sentença, a data desta, a sua conclusão e o fato de seu trânsito em julgado, bem como o nome que a mulher passou a adotar."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 16 de fevereiro de 1983.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 08/83

Dá nova redação ao item 66 do Capítulo III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

O Desembargador Bruno Affonso de André, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG n.º 66.738/83, resolve:

Art. 1.º - Dar nova redação ao item 66 do Capítulo III das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento CG n.º 5/81), que passa a ter a seguinte redação:

"66. - As cartas precatórias e de ordem deverão ser confeccionadas em três vias, para que as cópias de contrafé quando de seu cumprimento no juízo deprecado ou ordenado (D. 14.1716, de 5-2-80, tabela V, nota 5.º); e, para eventual retirada nestes, conterão os nomes dos advogados do requerente ou interessado no ato deprecado."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de maio de 1983.

Desembargador Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PORTARIA N.º 08/83

O Dr. José de Mello Junqueira, Juiz da V Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital, considerando o disposto na Lei Estadual 3.724, de 14 de março de 1983; considerando a necessidade de disciplinar o recolhimento da Contribuição à Associação Paulista de Magistrados, determina: Artigo 1.º - A cobrança prevista na Lei 3.724, de 14 de março de 1983, refere-se a todos os atos praticados pelos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos e sobre os quais incidem os emolumentos enumerados nos itens I a VII da Tabela 13 do Regimento de Custas. Artigo -90 - A contribuição de que trata a referida lei será recolhida, até 5 dias após seu recebimento, nas Agências do Banco do Estado de São Paulo, na conta APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados, 248-13-006-

69-3, em modelo MB 17.855-1 fornecido ao Cartório pelo próprio Banco. Artigo 3.º - Até o dia 10 de cada mês, juntamente com o Livro Diário de Receita e Despesas, o Serventuário apresentará ao Juiz Corregedor Permanente uma das vias do comprovante de recolhimento da contribuição. Parágrafo único - A 3.ª via será arquivada na Serventia e as demais serão retidas pelo Banco arrecadador que remeterá uma delas à Sede Central da Associação Paulista de Magistrados. Cumpra-se, na forma e sob as penas da Lei. Publique-se. Anote-se e Comunique-se. São Paulo, 19 de abril de 1983.

Juiz Titular Dr. José de Mello Junqueira

Juiz Auxiliar Dr. Clóvis Pacheco Silveira Filho

PORTARIA N.º 17/83

O Juiz Regis Fernandes de Oliveira, Titular da 2ª Vara de Registros Públicos, no exercício de suas atribuições legais. Considerando o disposto na Lei Estadual n.º 3.724, de 14 de março de 1983; Considerando a necessidade de disciplinar o recolhimento da Contribuição à Associação Paulista de Magistrados, determina: Artigo 1.º - A cobrança prevista na Lei 3.724, de 14 de março de 1983, refere-se a todos os atos praticados pelos Tabeliães de Notas, bem como pelos Cartórios de Registro Civil que lavram procurações sobre os quais incidem os emolumentos enumerados nos itens I a XII da Tabela 10 do Regimento de Custas. Artigo 2.º - A contribuição de que trata a referida lei será recolhida, até 5 (cinco) dias após seu recebimento, nas Agências do Banco do Estado de São Paulo, na conta APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados, n.º 248-13-00669-3, em modelo MB 17.855-1 fornecido ao Cartório pelo próprio Banco. Artigo 3º Até o dia 10 de cada mês, juntamente com o Livro Diário de Receita e Despesas o Serventuário apresentará ao Juiz Corregedor Permanente uma das vias do comprovante de recolhimento da contribuição. Parágrafo único - A 3.ª via será arquivada na Serventia e as demais serão retidas; pelo Banco arrecadador que remeterá uma delas à Sede Central da Associação Paulista de Magistrados. Cumpra-se, na forma e sob as penas da Lei. Publique-se. Anote-se e Comunique-se. São Paulo, 19 de abril de 1983.

CONSULTA - Oficial Maior do 10.º Cartório de Notas - Proc. n.º 36/83 - Vistos, etc. Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Oficial Maior do 10.º Tabelionato que cuida da seguinte hipótese: firma estrangeira que adquiriu imóvel no Brasil, para alienar o imóvel adquirido, está dispensada ou obrigada a apresentar a Certidão Negativa de Débitos do IAPAS. O escrevente que lavrou a escritura prestou as informações de fls. 7, trazendo os documentos de fls. 8/14. Passo a responder à consulta. A empresa estrangeira pode adquirir imóvel no Brasil, desde que o não faça em caráter permanente, isto é, desde que não "funcione" no Brasil. A prática reiterada de atos de comércio desnatura a só aquisição de imóvel. O ato esporádico é lícito à empresa estrangeira mesmo porque demonstrou sua existência jurídica no Japão. Pretendendo alienar o imóvel adquirido, indaga a consulta se é possível que ela se opere independentemente de apresentação de prova negativa de débito. Indisputável que o conceito de empresa não alcança a entidade estrangeira. Apenas as nacionais ou as estrangeiras com vida jurídica no Brasil são obrigadas à apresentação da Certidão Negativa de Débito. A hipótese ora trazida à consulta não se subsume a qualquer das hipóteses de exigência da negativa prevista em todos os diplomas legais referentes à matéria. Respondendo à consulta: firma estrangeira que haja adquirido imóvel urbano no Brasil, em ato isolado, não está sujeita à apresentação de documento comprobatório de inexistência de débito com a Previdência Social, quando da alienação do mesmo imóvel. Comunique-se a presente decisão à 1.ª Vara de Registros Públicos, para ciência aos Cartórios de Registro de Imóveis. P.R.I. São Paulo, 18-abril-1983.

PORTARIA Nº 21/83

O Juiz Regis Fernandes de Oliveira, Titular da 2.ª Vara de Registros Públicos, no exercício de suas atribuições legais, considerando o recente falecimento da senhora Branca Regina Martins Forster, escrevê do 19.º Cartório de Registro Civil, Subdistrito das Perdizes, considerando os excelentes serviços prestados na serventia e a esta Vara; considerando a probidade, zelo, idoneidade e lealdade no desempenho de suas funções; considerando cuidar-se de excepcional serventuário, de elevado espírito público e notável dedicação aos serviços auxiliares do Poder Judiciário; considerando ter sido recentemente elogiada publicamente por este Juízo, resolve

consignar o pesar deste Juízo à família enlutada, determinando que, em todas as certidões a serem expedidas sobre a vida funcional da servidora seja consignada a expressão "prestou serviços notáveis". Publique-se, anotando-se, registre-se e encaminhe-se à família. São Paulo, 25 de abril de 1983.

PORTARIA N.º 22/83

O Juiz Regis Fernandes de Oliveira, titular da 2.ª Vara de Registros Públicos, no exercício de suas atribuições legais, Considerando que têm surgido algumas dificuldades no cumprimento do Provimento n.º 26/81 da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça; considerando que os cartórios têm expedido uma via de certidão incompleta, "para fins de sepultamento"; considerando que tal via não mais subsiste, à vista de ser a guia de sepultamento fornecida pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo; considerando que os cemitérios, após a sistemática implantada pelo referido Provimento não mais aceitam a certidão de sepultamento, apenas acolhendo a via fornecida pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo; considerando que o valor do registro do assento de óbito e respectiva certidão já vem cobrada pelo referido Serviço Funerário, constituindo dever do cartório fornecer uma certidão completa do assento, resolve: Os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais fornecerão aos interessados uma certidão completa do assento de óbito, não mais expedindo certidão incompleta "para sepultamento", valendo, para tal fim, a segunda via preenchida pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo. Pela certidão assim expedida nada mais será devido que o valor cobrado pelo mesmo Serviço Funerário. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. São Paulo, 2 de maio de 1983.

PROVIMENTO 3/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Imóveis da Capital. Considerando as modificações trazidas à sistemática do serviço pelo Provimento 2/83, que alterou o Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. Considerando; necessidade de adaptação, aquelas normas da orientação fixada por esta Corregedoria Permanente. Considerando, finalmente a existência de outros procedimentos que reclamam disciplina, principalmente para facilitar os registros. Determina: Art. 1.º - As certidões, relativas a lotes de loteamentos inscritos, necessárias para o registro de escrituras de venda e compra em outra circunscrição, serão fornecidas à vista do próprio título, cujos dados serão mencionados nas certidões. § 1.º - Os Cartórios poderão, para controle interno e sem ônus para os interessados, fazer anotações à margem da inscrição do loteamento. 2.º - Sempre que possível o Cartório da atual situação do imóvel obterá, daquele em que foi feita a inscrição, planta do loteamento. Art. 2.º - Com exceção das averbações relativas a imóveis loteados (compromissos e cessões) e das decorrentes de ordem judicial, todas as demais (art. 167, II e 246 da Lei 6.015/73) serão feitas na atual circunscrição do imóvel, providenciando o Cartório - se for o caso, a abertura de matrícula, ainda que nenhum registro deva ser feito. Art. 3.º - Independência de atualização as certidões de registros que, por mudança de circunscrição, não possam ser alterados sem mandado judicial. § 1.º - Sempre que houver alteração nesses registros, o Cartório comunicá-la-á, com certidão, à atual circunscrição. § 2.º - Recebendo a comunicação a que se refere o parágrafo anterior, o Cartório da situação do imóvel, se nenhum ato tiver praticado, fará as devidas indicações nos livros 4 e 5 e arquivará os documentos em pasta própria. Art. 4.º - Fica dispensado o registro da incorporação quando, ocorrente a hipótese prevista no art. 68 da Lei 4.591/64, o proprietário prefira, desde logo, providenciar o registro a que se, refere o art. 18 da Lei 6.766/79. Art. 5.º - Não se aplicará o item 151.3 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça às hipóteses em que, com a apresentação de auto de conclusão total, estiverem averbadas todas as construções até o dia 30 de junho de 1983. Art. 6.º - O lançamento individual de imposto territorial urbano, feito a qualquer tempo, vale como prova da aprovação do desmembramento não subordinado ao registro especial do art. 18 da Lei 6.766/79. Art. 7.º - Os mandados judiciais que, por qualquer motivo, não possam ser cumpridos, serão prenotados e remetidos imediatamente ao Juiz Corregedor, com as razões de recusa. Art. 8.º - Da petição de

suscitação de dúvida, o Oficial fará constar, em epígrafe, o nome do suscitado, que será somente aquele que requereu a suscitação, ainda que haja outros interessados no registro. Art. 9.º, - O valor das despesas com condução, a que se refere o item 188 do Capítulo XX das Normas de Serviço, será a metade do fixado para a Capital para a condução dos Oficiais de Justiça. Art. 10 - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Provimentos n.ºs 6/80, 9/80 e 3/81 deste Juízo. Publique-se, Registre-se, Cumpra-se. Encaminhe-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 28 de junho de 1983,

PROVIMENTO. 4/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da V1 Vara de Registros Públicos e Corregedores Permanente dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital. Considerando o que ficou decidido no Processo C.G. 147/82 da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. Determina: Art. 1.º - Não mais serão recebidas, para protesto, as letras de câmbio sem aceite, em que o sacador se confunda com o favorecido. § 1.º - Serão normalmente processados os protestos de letras de câmbio que, não obstante as circunstâncias previstas no "caput", tenham circulado, ou tenham sido sacadas com base em contratos, com cláusula permissiva de saque, celebrados até o dia 30 de julho de 1983. Nesta hipótese, constarão do verso do título a data do contrato e a autorização do saque. § 2.º - As letras de câmbio sacadas com base em contratos celebrados depois de 30 de julho de 1983 terão, obrigatoriamente, o aceite do sacado, sob pena de não serem recebidas para protesto. Art. 2.º - Ficam mantidas as normas vigentes para a escrituração do índice. No protesto de letras de câmbio sem aceite, que tenham circulado, será indicado o nome do sacador e não o do sacado. Art. 3.º - Este provimento entrará em vigor no dia 11 de julho. Registre-se. Publique-se. Encaminhem-se cópias à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça e ao Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto. São Paulo, 30 de junho de 1983.

PORTARIA 12/83

O Dr. José de Mello Junqueira, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, Considerando a nova implantação de computação no Cartório; Considerando a preocupação de melhoria dos serviços através de pronto atendimento ao público. Considerando a dedicação do Tabelião e Oficial Maior, escreventes e demais funcionários. Resolve consignar elogio ao Tabelião Cássio Ribeiro Porto e Oficial Maior Antônio Augusto Smith Junqueira, escrevente Ciro Fernandes Porto e aos demais funcionários do 2º Cartório de Protesto de Letras e Títulos, determinando a publicação desta e anotação correspondente nos prontuários respectivos. Publique-se. Anote-se e Comunique-se. São Paulo, 24 de maio de 1983.

PORTARIA 13/83

O Dr. José de Mello Junqueira, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, Considerando as condições excelentes em que foi encontrada a Serventia; Considerando a dedicação prestante e assídua da Oficial pelas coisas que, sempre, lhe são cometidas. Resolve consignar elogio a Oficial, Maria Helena Leonel Gandolfo, determinando a publicação desta e anotação no referido prontuário. Publique-se. Anote-se e Comunique-se. São Paulo, 24 de maio de 1983.

PORTARIA 14/83

O Dr. José de Mello, Junqueira, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, Considerando as excelentes condições de trabalho do 5.º Cartório de Protesto de Letras e Títulos da Capital; Considerando a dedicação do Escrivão e Oficial Maior, as coisas que lhe são cometidas; Considerando a sistemática moderna e perfeito atendimento ao público que mantém a Serventia. Resolve consignar elogio ao Escrivão Rubem Garcia, Oficial Maior Francisco Eduardo de Vasconcelos Filomeno e demais escreventes e auxiliares do 5.º Cartório de Protesto de Letras e Títulos, determinando a publicação desta e anotação correspondente nos prontuários

respectivos. Publique-se. Anote-se e Comunique-se. São Paulo, 24 de maio de 1983.

DESPACHOS DO SECRETARIO

SJ-205.127/82 - PGE-79.944/82 - Célio Simões e outros, sobre remoção de serventuários dos Cartórios de Distribuidor, Contador e Partidor, nos termos do Decreto-lei 205/70:

"I - Aprovo, para serem seguidas em casos da espécie, as seguintes conclusões da manifestação do Diretor Geral:

1 - o direito à efetivação assegurado pelo artigo 208 da Constituição Federal prevalece sobre o direito às opções previstas no Decreto-lei estadual 159/69, art. 41, e no Decreto-lei estadual 205/70;

2 - nos termos do artigo 208 da Constituição Federal, Emenda 22/82, e do artigo 2.º da Lei Complementar estadual 303/82 a supramencionada efetivação condiciona-se ao preenchimento dos seguintes requisitos, até 31 de dezembro de 1983:

a) vacância da serventia;

b) cinco anos de exercício na função de titular, na mesma serventia, na qualidade de substituto ou de interinamente responsável pelo expediente, ou cinco anos de exercício na função de Oficial Maior, na mesma serventia;

3 - as opções com base no Decreto-lei estadual 159/69, artigo 41, e no Decreto-lei estadual 205/70, mesmo que manifestadas anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional 22/82, só poderão ser processadas, na ordem indicada, após 31 de dezembro de 1983, e,

4 - é nulo e irritado, por inconstitucional, o parágrafo único do artigo 28 do Decreto-lei estadual 159/69, introduzido pela Lei estadual 3.569/82; e ainda que não seja decretada sua inconstitucionalidade, sobre a remoção ali prevista prevalecem a efetivação e as opções mencionadas nos itens precedentes.

II - Quanto ao requerido neste processo, os interessados deverão aguardar a oportunidade de processamento das opções, segundo a orientação aqui fixada".

MANIFESTAÇÃO DO DIRETOR GERAL, de 17-2-83

Proc. SJ-205.127/82 - Interessado - Célio Simões e outros.

Senhor Secretário:

1. Inúmeros são os autos, em tramitação nesta Pasta, pelos quais Escreventes, Oficiais Maiores e Serventuários vêm pleiteando provimentos das Serventias Não Oficializadas, com fundamento no parágrafo único do artigo 28 do Decreto-lei n.º 159, de 28 de outubro de 1969 (acrescentado pelo artigo 1.º da Lei n.º 3.569, de 21 de outubro de 1982), nos artigos 41 e 48 do mencionado Decreto-lei, no artigo 1, do Decreto-lei n.º 205, de 25 de março de 1970, no artigo 208 da Constituição Federal - Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, ou no artigo 2.º da Lei Complementar n.º 303, de 23 de dezembro de 1982.

2. Em face dos aludidos dispositivos legais e constitucionais, surgiram conflitos de interesses, visto que a mesma serventia é pleiteada por dois ou mais interessados.

3. Isto posto, necessário se torna que Vossa Excelência fixe a orientação que deva ser seguida por esta Diretoria Geral, a fim de que os autos não fiquem paralisados, à espera de decisões isoladas em cada caso, e, conseqüentemente, tenham andamento normal.

4. Os conflitos de interesses poderão ser solucionados se definida a ordem de aplicação dos preceitos legais e constitucionais supra aludidos e. adiante transcritos:

PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 28 DO DECRETO-LEI N.º 159/69, ACRESCENTADO PELO ARTIGO 1.º DA LEI N.º 3.569, DE 21 DE OUTUBRO DE 1982:

"Parágrafo único - Ao titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, sem anexos de Tabelionato, que contar mais de 30 (trinta) anos de efetivo exercício e que tenha sido escrevente habilitado, oficial maior, escrivão sucessor e atualmente serventuário, numa única serventia, é assegurado o direito de ser removido, a pedido e independente de concurso, Para cartório vago de qualquer natureza da própria comarca".

ARTIGOS 41 E 48 DO DECRETO-LEI N.º 159/69:

"Art. 41 - Quando, por força de criação de comarca, a partir do presente decreto-lei. houver desmembramento territorial ou perda do anexo de notas, é assegurado ao serventuário o direito de opção por serventia mesma natureza e classe, vaga ou que venha a se vagar.

§ 1.º - Ao Oficial de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexos de distrito, que, a partir deste decreto-lei, venha a ser elevado a sede de comarca com perda do anexo de notas, fica outorgado o direito de optar por Cartório de Notas que resultar criado na comarca nova, com prioridade em relação ao serventuário a que se refere o "caput".

§ 2.º - As opções de que trata este artigo deverão ser manifestadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início da vigência da lei criadora da comarca, mediante requerimento ao Secretário da Justiça, sob pena de perda desse direito.

Art. 48 - Ficam, por motivo de suspeição, impedidos de servir conjuntamente, no mesmo Juízo, dois serventuários da Justiça, ainda que de cartórios judiciais ou extrajudiciais, quando entre eles haja o seguinte parentesco:

I - pai ou filho;

II - sogro ou genro;

III - irmão ou cunhado, durante o cunhado;

IV - tio ou sobrinho;

V - primos - irmãos.

§ 1.º - Se o motivo de impedimento for anterior à nomeação, será tomado sem efeito o provimento do último nomeado; se posterior, daquele que deu causa à incompatibilidade, se esta for imputável a ambos, do mais novo no cargo.

§ 2.º - Para a aplicação do disposto no parágrafo anterior, a Corregedoria Geral da Justiça, tomando conhecimento do fato, remeterá expediente necessário à Secretaria da Justiça.

§ 3.º - O serventuário que, antes deste decreto-lei, embora posteriormente ao Decreto n.º 123, de 10 de novembro de 1892, esteja provido em cartório nas condições vedadas, e por isso impedido de exercer o cargo, será removido para serventia vaga ou criada, de igual classe e natureza, a seu pedido ou "ex-officio", com prioridade sobre quaisquer outros interessados, ainda que detentores de preferência absoluta para a remoção ou promoção."

ARTIGO 1.º DO DECRETO-LEI N.º 205, DE 25-03-70:

"Art. 1.º - Aos titulares dos Ofícios não oficializados do Distribuidor, Contador e Partidor fica assegurado o direito de opção para serventia vaga, que se vagar ou que for criada, não oficializada e de qualquer natureza, desde que sejam da mesma classe, devendo a opção ser manifestada dentro de 30 (trinta) dias contados da data da vacância ou da criação da serventia." (retificação D.O. de 31-3-70, pág. 5).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (EMENDA N.º 22/82):

"Art. 208 - Fica assegurada aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação, no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, contem ou venham a contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983."

LEI COMPLEMENTAR N.º 303, DE 23-12-82:

"Art. 2.º - Fica assegurada aos Oficiais Maiores das Serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação no cargo de titular, desde que investidos ou designados na forma da legislação pertinente e contem ou venham a contar 5 (cinco) anos de exercício nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983."

5. Para melhor elucidação do assunto ora em exame, juntou-se, às fls. 114/286, cópia de pareceres exarados, em vários processos, pela Consultoria Jurídica desta Pasta e pela Procuradoria Geral do Estado, além de outras manifestações expendidas por juristas de nomeada, a respeito da aplicação seqüencial dos mencionados diplomas legais. Em virtude, porém, da divergência de opiniões existente ainda permanecem dúvidas a serem dirimidas.

6. Entende, esta Diretoria Geral, que, em cada Emenda Constitucional w 22, de 29 de junho de 1982, os pedidos de provimento em Serventias não oficializadas com base na legislação estadual (Decreto-lei n.º, 159/69 e Decreto-lei ng 205/70), ainda que formulados anteriormente a 29-06,82, somente poderão ser apreciados após decididos aqueles formulados com fundamento no

artigo 208 da Constituição Federal (Emenda n.º 22/82) e no artigo 2.º da Lei Complementar n.º 303, de 23-12-82. Desde logo cabível ressaltar que o artigo 208 da Constituição Federal assegura efetivação, na vacância das serventias, aos "substitutos" que até 31 de dezembro de 1983 contem cinco anos de exercício nessa condição, ou seja, na função de direção da serventia, substituindo o titular. Exige, ainda, que tal exercício ocorra na mesma serventia. A norma abrange, evidentemente, por identidade de função, os responsáveis pelo expediente de serventias que, no Estado de São Paulo, são os "substitutos" de serventias vagas. Já o artigo 2.º da Lei Complementar 303/82 refere-se aos Oficiais Maiores, cujo exercício da própria função basta para satisfazer àquele requisito temporal, em razão de sua atribuição precípua de substituto do titular da serventia.

6.1 - Desta forma, após 31 de dezembro de 1983, termo final da condição temporal prevista no artigo 208 da Constituição Federal (Emenda n.º 22/82) e no artigo 2.º da Lei Complementar n.º 303/82, será possível apreciar os pedidos de provimento formulados com base nos já aludidos decretos-lei estaduais. A partir de então poderão ser processadas, em primeiro lugar, as opções baseadas no artigo 41 do Decreto-lei 159/69, o qual visa a reparar prejuízo do serventuário por perda territorial ou de anexo da serventia, e, posteriormente, as opções fundamentadas no Decreto-lei 205/70, que têm por objetivo reforma administrativa (v. fls. 191/195).

6.2 - O entendimento desta Diretoria Geral decorre dos motivos adiante expostos.

6.2.1 - Quanto à aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 28 do Decreto-lei n.º 159/69, existe a solicitação, apresentada ao Exmo. Sr. Governador, pela A.T.I. (Processo SJ n.º 201.712/82, fls. 20/21 - xerocópia às fls. 83/84 do presente expediente), no sentido de que fosse determinada à Secretaria da Justiça, a elaboração de uma representação governamental à Procuradoria Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade da Lei n.º 3.569/82, com base nos seguintes argumentos:

a) resultante que é, da iniciativa de um membro do Legislativo paulista, a Lei ora em assunto, ao acrescentar um parágrafo único ao artigo 28 do Decreto-lei supradito, afronta o princípio constitucional da independência e harmonia dos poderes consagrado no artigo 6.º da Constituição Federal, bem como um seu corolário, que é o princípio da competência exclusiva, de cada um dos Poderes, para a iniciativa de leis referentes à organização dos respectivos serviços, já que o artigo 144 da nossa Lei Maior, em seu § 5.º, atribui privativamente ao Tribunal de Justiça, a iniciativa de leis que alterem a organização judiciária ou as atividades a ela diretamente relacionadas;

b) a vantagem assegurada pela Lei n.º 3.569/82, aos titulares de Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais contradiz as disposições contidas nos artigos 206 a 208 da Constituição da República (com a redação que lhes foi dada pela Emenda n.º 22, de 5 de julho de 1982) sobre oficialização de serventias do foro judicial, provimento obrigatório destas mediante concurso público e efetivação, no cargo de titular, dos substitutos que preencham as condições impostas; neste caso, portanto, em havendo conflito entre mandamentos constitucionais e mandamentos contidos na legislação estadual ordinária, prevalecerão, sem sombra de dúvida, os contidos em nossa Lei Maior.

6.2.2 - No que se refere aos pedidos de provimento fundamentados nos artigos 41 ou 48 do Decreto-lei w 159/69, o seu não acolhimento, nesta oportunidade, justifica-se por razões evidenciadas nas informações prestadas por V. Exa. no Mandado de Segurança impetrado por MARSY PACHECO CANÇADO (Processo SJ n.º 207.000/83 - xerocópia às fls. 101/113 deste administrativo), de cujo teor podem ser extraídas as seguintes conclusões:

a - sendo, as normas constitucionais, de eficácia imediata, a elas só subsistem as leis ordinárias que não lhes forem contrárias;

b - o provimento, nos casos e nas circunstâncias previstos no artigo 208 da Constituição (com a redação que lhes foi dada pela Emenda Constitucional n.º 22/82), sobrepõe-se a qualquer outro previsto na legislação ordinária em hipóteses diferentes;

c - a partir da data de entrada em vigor da Emenda n.º 22/82, que acrescentou o artigo 208 ao nosso Texto Maior, e, até 31 de dezembro de 1983, data em que terminará o prazo para concessão da efetivação nele prevista, as disposições contidas nos artigos 41 e 48 do Decreto-lei n.º 159/69 não poderão prevalecer, já que são colidentes com o supradito dispositivo constitucional.

Ante o exposto, evidente e indiscutível é a impossibilidade de aplicação dos artigos 41 e 48 do Decreto-Lei n.º 159/69 durante o prazo de vigência do artigo 208 da Constituição, ou seja, desde

a promulgação da Emenda Constitucional n.º 22 (29-06-1982) até o término do prazo fixado no próprio artigo para a concessão do benefício nele estabelecido (31-12-1983).

6.2.3 - No que diz respeito aos pedidos de provimento fundamentados no artigo 1º do Decreto-lei n.º 205/70, o seu não acolhimento, nesta oportunidade, justifica-se pelas mesmas razões evidenciadas no subitem 6.2.2.

Observe-se, por oportuno, que, esposando também o entendimento de que prevalecem, as disposições constitucionais, sobre as da legislação ordinária com elas colidentes, mesmo que estas lhes sejam anteriores, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo Ofício C.990 - Proc. G.24.470, de 3 de novembro de 1982 (fls. 3 do Proc. SJ-205.601/82 - xerocópia às fls. 30 deste expediente), solicitou, sem maiores indagações, ao Chefe do Poder Executivo, as providências necessárias para que, com fundamento no artigo 208 da Constituição Federal (Emenda n.º 22/82), fossem providos, em caráter efetivo, os Escrivães-Interinos das Serventias constantes da relação anexa ao citado Ofício G.990. O respectivo ato governamental de provimento foi publicado no D.O.E. de 13-11-82. Ressalte-se, para exemplo, que para a função de Serventuário do Cartório do 29 Registro de Imóveis da comarca de Araraquara, conforme relação anexa ao citado Ofício G.990, foi provido o Sr. Adyr Gonçalves Pereira, sendo que tramita nesta Secretaria, ainda sem decisão, o Processo SJ n.º 139.242/75, de interesse de Aguinaldo Benincasa que, em 13-10-75, com fundamento no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 205/70, optou por sua remoção para aquela Serventia.

7. Corroborando este nosso entendimento sobre a prevalência da letra da Lei Maior sobre todos os textos legais hierarquicamente inferiores, transcreveremos, a seguir, pronunciamentos extraídos dos pareceres anexados às fls. 197/286 retro, de eminentes juristas pátrios e, também, do Supremo Tribunal Federal, a respeito da questão.

Com efeito, diz Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

"A Constituição rígida é a lei suprema. É ela a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade. Por isso, todas as leis a ela se subordinam e nenhuma pode contra ela dispor." (Curso de Direito Constitucional, W edição, pág. 27).

No mesmo sentido, JOSÉ AFONSO DA SILVA preconiza a supremacia constitucional, afirmando:

"O princípio é o da incidência imediata das normas constitucionais. Todas as normas constitucionais - quer as de eficácia plena, quer as de eficácia contida, ou as de eficácia limitada, as programáticas inclusive - incidem, nos limites de sua eficácia, imediatamente, salvo se a própria constituição, expressamente, dispuser de outro modo. PONTES DE MIRANDA, sobre o tema, afirma: "A Constituição é rasoura que desbasta o direito anterior, para que só subsista o que é compatível com a nova estrutura e as novas regras jurídicas constitucionais."

Desbasta, como? Ab-rogando as normas anteriores, ou estas se tornam inconstitucionais? Já estudamos o assunto, a respeito da eficácia ab-rogativa das normas programáticas, concordando com a tese de LUCIO BITTENCOURT, segundo a qual se dá urna revogação por inconstitucionalidade, numa por assim dizer revogação por invalidação, se a técnica jurídica não nos censurar por isso. Essa eficácia ab-rogativa das normas constitucionais, de todas elas, pode ser expressa ou tácita, por incompatibilidade verdadeiramente vertical, mas com uma solução de incompatibilidade horizontal." (Aplicabilidade das Normas Constitucionais - 1968 - pág. 205). Além disso, nesta mesma linha de raciocínio, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 84.797-SP, estabelecendo que:

"Quando sucede alteração constitucional que modifique a estrutura de um instituto jurídico, não se tem como admitir a persistência de leis ordinárias que se encontrem a contraditar a nova estrutura, pois, ao pormenor, é a vontade inovadora do constituinte que prevalece, inclusive retroativamente."

E, prosseguindo no mesmo julgado, apresentou, o nosso Pretório Excelso, a seguinte fundamentação:

"Não se tem que argumentar com o princípio constitucional que defende o direito adquirido, porque a vontade constituinte, decisiva na matéria é a de extinguir o direito velho que se acha em conflito com o direito novo.

Se assim não fosse, a norma constitucional, superior por natureza, seria rebaixada à inferior hierarquia de regra ordinária, seria igualável a esta, delirante absurdo que se não admite, mormente no caso "sub judice".

8. Com essas considerações, submetemos as seguintes conclusões à apreciação e decisão de Vossa Excelência:

a) o direito à efetivação assegurado pelo artigo 208 da Constituição Federal - Emenda n.º 22/82 -

prevalece sobre o direito às opções previstas no Decreto-lei estadual 159/69, artigo 41, e no Decreto-lei estadual n.º 205/70;

b) nos termos do artigo 208 da Constituição Federal - Emenda n.º 22/82 e do artigo 2.º da Lei Complementar estadual 303/82 a supramencionada efetivação condiciona-se ao preenchimento dos seguintes requisitos, até 31 de dezembro de 1983: vacância da serventia: cinco anos de exercício da função de titular, na mesma serventia, na qualidade de substituto ou de interinamente responsável pelo expediente, ou cinco anos de exercício na função de Oficial Maior, na mesma serventia;

c) as opções com base no Decreto-lei estadual 159/69, artigo 41, e no Decreto-lei estadual n.º 205/70, mesmo que manifestadas anteriormente a promulgação da Emenda Constitucional 22/82, só poderão ser processadas, na ordem indicada, após 31 de dezembro de 1983;

d) é ineficaz, por inconstitucional, o parágrafo único do artigo 28 do Decreto-lei 159/69, introduzido pela Lei 3.569/82; e ainda que não seja decretada sua inconstitucionalidade, sobre a remoção ali prevista prevalecem a efetivação e as opções mencionadas nas alíneas precedentes. Na conformidade das diretrizes supra, o requerido pelos interessados neste processo deverá aguardar oportunidade própria para ser apreciado, ou seja, o processamento das opções.

DECRETO-LEI N.º 1.975 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982

Altera as alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nos Territórios Federais.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - As alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (MI), nos Territórios Federais, a partir de 1.º de janeiro de 1983, serão as seguintes:

I - transmissões compreendidas no sistema financeiro de habitação a que se refere a Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964 e legislação complementar:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

II - demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento).

III - quaisquer outras transmissões: 4% (quatro por cento).

Art. 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1982, 161.º da Independência e 94.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Carlos Viacava - José Flávio Pécora

DECRETO-LEI N.º 2.012 - DE 25 DE JANEIRO DE 1983

Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, e

Considerando a necessidade de assegurar à indústria brasileira condições de competitividade que lhe permitam sustentar esforço de exportação condizente com os objetivos estabelecidos para o reequilíbrio das contas externas;

Considerando a conveniência de preservar a capacidade de investimento e de geração de empregos do sistema produtivo, proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, condições de cumprir suas obrigações para com a Fazenda Pública;

Considerando a imperiosa necessidade de conter a pressão exercida pelas empresas do Governo sobre o Tesouro Nacional - que, só em 1983, terá de repassar-lhes cerca de três trilhões e trezentos bilhões de cruzeiros para cobrir despesas correntes e aumentos de capital;

Considerando que a presente sistemática salarial, determinando reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor para os salários mais baixos, ao incidir nas empresas do Governo que possuem quadros organizados, vem contribuindo para aumentar a referida pressão;

Considerando que a diferença entre a composição da massa salarial dos contribuintes e dos beneficiários da Previdência Social vem acarretando sensível descompasso entre o que é

arrecadado e o que é pago a título de benefício, exigindo, desse modo, recursos adicionais do Tesouro para a necessária cobertura;

Considerando que semelhante descompasso diz também respeito aos servidores públicos e autárquicos da União, Estados, e Territórios e Municípios, visto que, apesar de excluídos da correção semestral automática de salários, passam a beneficiar-se desse sistema quando ingressam na inatividade;

Considerando que, diante disso, impõem-se medidas imediatas capazes de ordenar as finanças públicas, garantindo a prestação de serviços a cargo das empresas do Governo, a saúde orçamentária da Previdência Social e a manutenção do nível geral de emprego, tanto no setor público como no privado, o que, em última análise, redundará em benefício real para a segurança dos trabalhadores;

Considerando que, por força do artigo 170, § 2.º, da Constituição da República, as empresas do Governo e as empresas privadas devem ser regidas pelas mesmas normas;

Considerando que o reajustamento salarial deve ser feito com o menor custo social e com a preservação do caráter automático e redistributivo da atual política de salários;

Considerando, finalmente, que as modificações seguintes não só preservam a recomposição semestral e automática de salários, como continuam garantindo o poder de compra de cerca de 90% dos trabalhadores brasileiros, decreta:

Art. 1.º - O artigo 2.º da Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, modificado pela Lei n.º 6.886, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os seus parágrafos:

"Art. 2.º - A correção efetuar-se-á segundo a diversidade das faixas salariais e cumulativamente, observados os seguintes critérios:

I - até três vezes o valor do maior salário-mínimo, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1,0 da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

II - de três a sete salários-mínimos aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,95;

III - de sete a quinze salários-mínimos aplicar-se-ão, até os limites dos incisos anteriores, as regras nelas contidas e, no que exceder, o fator 0,8;

IV - de quinze a vinte salários-mínimos aplicar-se-ão, até os limites dos incisos anteriores, as regras neles contidas e, no que exceder, o fator 0,5;

V - acima de vinte salários-mínimos aplicar-se-ão as regras dos incisos anteriores até os respectivos limites e, no que exceder, o fator 0 (zero).

§1.º

§2.º

Art. 2.º - O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 25 de janeiro de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Murillo Macêdo - Delfim Netto

LEI N.º 7.089 - DE 23 DE MARÇO DE 1983

Veda a cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - Fica proibida a cobrança de juros de mora, por estabelecimentos bancários e instituições financeiras, sobre título de qualquer natureza, cujo vencimento se dê em sábado, domingo ou feriado, desde que seja quitado no primeiro dia útil subsequente.

Art. 2.º - (Vetado).

Art. 3.º - A inobservância do disposto nos artigos anteriores sujeitará os infratores à aplicação das penalidades previstas no art. 44 da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de março de 1983; 162~, da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel

LEI N.º 3.584 - DE 11 DE NOVEMBRO DE 1982

Cria cargos necessários ao atendimento da Resolução no 2, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 3.396, de 16 de junho de 1982, e dá providências correlatas.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Ficam criados:

I - 15 (quinze) cargos de Juiz de Direito, classificados em primeira entrância, referência II, destinados às Comarcas de Cananéia, Pedreira e Teodoro Sampaio e aos Foros Distritais de Aguai, Cerquillo, Cordeirópolis, Guará, Guararema, Morro Agundo, Peruíbe, Piquete, Potirendaba, Serrana, Colina e São Miguel Arcanjo;

II - 44 (quarenta e quatro) cargos de Juiz de Direito, classificados em segunda entrância, referência III, destinados às 1.ª e 2.ª Varas da Comarca de Praia Grande, aos Foros Distritais de Arujá, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Itapevi, Vinhedo e Votorantim, à 1.ª e 2.ª Varas dos Foros Distritais de Carapicuíba, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Vicente de Carvalho, à 2.ª Vara do Foro Distrital de Taboão da Serra e à 2.ª Vara das Comarcas de Adamantina, Araras, Birigui, Caraguatatuba, Cruzeiro, Franco da Rocha, Garça, Ibiúna, Indaiatuba, Itapeva, Jaboticaba, Jales, Maliporã, Mirassol, Moji-Guaçu, Moji-Mirim, Pindamonhangaba, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Pires, Sertãozinho, Sumaré, Tatuí e Votuporanga;

III - 20 (vinte) cargos de Juiz de Direito, classificados em terceira entrância, referência IV, destinados à 3.ª Vara das Comarcas de Assis, Bragança Paulista, Cubatão, Itanhaém, Itu, Jacareí, Limeira, Lins, Ourinhos, Poá, Suzano, Tupã, Botucatu, Itapetininga e Jaú, à 2.ª e à 3.ª Varas das Comarcas de Atibaia e Itapeverica da Serra e à 4.ª Vara da Comarca de Mauá;

IV - 50 (cinquenta) cargos de Juiz de Direito, classificados em terceira entrância, referência IV, destinados à 2.ª Vara Criminal das Comarcas de Americana, Araçatuba, Araraquara, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro e Taubaté, à 3.ª Vara Criminal da Comarca de Jundiaí, à 5.ª Vara Cível e à Vara Criminal da Comarca de Sorocaba, à 6.ª e à 7.ª Varas Cíveis, à 3.ª e à 4.ª Varas Criminais e à Vara do Júri, Execuções Criminais e de Menores da Comarca de Ribeirão Preto, à 5.ª e à 6.ª Varas Cíveis, à 3.ª Vara Criminal e à Vara do Júri, Execuções Criminais e de Menores da Comarca de São Bernardo do Campo, à 2.ª e 3.ª Varas Criminais, à Vara do Júri, Execuções Criminais e de Menores e à 5.ª Vara Cível da Comarca de São José dos Campos, à Vara do Júri, Execuções Criminais e de Menores, à 5.ª, à 6.ª e à 7.ª Varas Cíveis da Comarca de Osasco, à Vara do Júri e Execuções Criminais da Comarca de Campinas, à 2ª Vara Criminal e à 3.ª Vara Cível das Comarcas de Diadema e Franca, à 2.ª Vara Criminal e à 4.ª Vara Cível das Comarcas de Bauru e Mogi das Cruzes, à 2.ª e à 3.ª Varas Criminais e à 4.ª Vara Cível da Comarca de São Vicente, à 2.ª e à 3.ª Varas Criminais e à 5.ª Vara Cível da Comarca de São José do Rio Preto, à 3.ª Vara Criminal e à 4ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul, à 3.ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, à 1.ª e à 2.ª Varas de Acidentes do Trabalho da Comarca de Santos, à 7.ª e à 8.ª Varas Cíveis da Comarca de Santo André.

Artigo 2.º - São criados, nas Comarcas de Cananéia, Pedreira e Teodoro Sampaio:

I - 1 (um) Ofício Judicial, para os serviços pertinentes, com o seguinte quadro funcional:

- a) 1 (um) Diretor (Serviço - Nível 1), que será o responsável pela serventia;
- b) 4 (quatro) Escreventes; c) 1 (um) Fiel.

II - 1 (um) Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, não oficializado, para os serviços pertinentes.

§ 1.º - O serviço de Tabelionato, nas Comarcas, continuará a ser atribuído às serventias dos Registros Cíveis das Pessoas Naturais.

§ 2.º - Cada uma das comarcas a que se refere este artigo terá 3 (três) Oficiais de Justiça.

Artigo 3.º - São criados na Comarca de Praia Grande:

I - o 1.º e o 2.º Ofícios de Justiça, respectivamente para as 1.ª e 2.ª Varas, para os serviços

pertinentes, salvo o de distribuição;

II - o Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, não oficializado, para os serviços pertinentes.

§ 1.º - O serviço de tabelionato continuará a ser atribuído às serventias do Registro Civil das Pessoas Naturais, cabendo, também, à da sede da Comarca, o serviço de distribuição.

§ 2.º - O quadro funcional de cada um dos ofícios referidos no inciso I é o seguinte:

1 - 1 (um) Diretor (Serviço - Nível II), que será o responsável pela serventia;

2 - 2 (dois) Chefes de Seção (Administração Geral);

3 - 8 (oito) Escreventes;

4 - 1 (um) Fiel.

§ 3.º - A Comarca terá 5 (cinco) Oficiais de Justiça para cada Vara.

Artigo 4.º - Enquanto não forem instalados os Ofícios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos criados por esta lei, os respectivos serviços continuarão a ser prestados pelas atuais serventias.

Artigo 5.º - São criados os Ofícios Judiciais destinados aos Foros Distritais de Aguai, Cerquilho, Cordeirópolis, Guará, Guararema, Morro Agudo, Peruíbe, Piquete, Potirendaba, Serrana, Colina e São Miguel Arcanjo, classificados em primeira entrância, com o seguinte quadro funcional:

I - 1 (um) Diretor (Serviço - Nível I), que será responsável pela serventia;

II - 4 (quatro) Escreventes;

III - 1 (um) Fiel.

Parágrafo único - Cada um dos referidos Foros Distritais terá 3 (três) Oficiais de Justiça.

Artigo 6.º - São criados os Ofícios Judiciais destinados aos Foros Distritais de Arujá, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Itapevi, Vinhedo e Votorantim, classificados em segunda entrância, com o seguinte quadro funcional:

I - 1 (um) Diretor (Serviço- Nível. II), que será o responsável pela serventia;

II - 2 (dois) Chefes de Seção (Administração Geral);

III - 6 (seis) Escreventes;

IV - 1 (um) Fiel.

Parágrafo único - Cada um dos Foros Distritais de que trata este artigo terá 3 (três) Oficiais de Justiça.

Artigo 7.º - Para os Foros Distritais de Carapicuíba, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquetuba e Vicente de Carvalho, classificados em segunda entrância, são criados o 1.º e 2.º Ofícios Judiciais, destinados à 1.ª e 2.ª Varas, para os serviços pertinentes, salvo o de distribuição, que caberá à serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede do Foro Distrital.

§ 1.º - O quadro funcional de cada um dos Ofícios de Justiça a que alude este artigo é o seguinte:

1 - 1 (um) Diretor (Serviço - Nível II), que será o responsável pela serventia;

2 - 2 (dois) Chefes de Seção (Administração Geral);

3 - 8 (oito) Escreventes;

4 - 1 (um) Fiel.

§ 2.º - Cada uma das Varas dos Foros Distritais de que trata este artigo terá 4 (quatro) Oficiais de Justiça.

Artigo 8.º - É criado o 2.º Ofício Judicial destinado à 2.ª Vara do Foro Distrital de Taboão da Serra, passando o atual a denominar-se 1.º Ofício Judicial, a serviço da 1.ª Vara.

§ 1.º - Os Ofícios Judiciais a que alude este artigo prestarão os serviços pertinentes, cabendo, porém, o de distribuição à serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais da sede do Foro Distrital.

§ 2.º - O 2.º Ofício Judicial terá o seguinte quadro funcional:

1 - 1 (um) Diretor (Serviço - Nível II), que será o responsável pela serventia;

2 - 2 (dois) Chefes de Seção (Administração Geral);

3 - 8 (oito) Escreventes;

4 - 1 (um) Fiel.

§ 3.º - A 2.ª Vara terá 4 (quatro) Oficiais de Justiça.

§ 4.º - O quadro funcional do 1.º Ofício Judicial e o de Oficiais de Justiça da 1.ª Vara passarão a ser iguais aos destinados ao 2.º Ofício e ao de Oficiais de Justiça da 2.ª Vara, respectivamente, procedendo-se oportunamente aos remanejamentos necessários.

Artigo 9.º - Nas Comarcas de Adamantina, Araras, Biriguí, Caraguatatuba, Cruzeiro, Franco da

Rocha, Garça, Ibiúna, Indaiatuba, Itapeva, Jaboticabal, Jales, Mairiporã, Mirassol, Moji-Guaçu, Moji-Mirim, Pindamonhangaba, Presidente Venceslau, Registro, Ribeirão Pires, Sertãozinho, Sumaré, Tatuí e Votuporanga o 2.º Ofício servirá à 2.ª Vara, passando o atual a denominar-se 1.º Ofício e a destinar-se à 1.ª Vara.

Artigo 10 - São criados:

I - o 3.º Ofício para a 3.ª Vara das Comarcas de Assis, Bragança Paulista, Cubatão, Itanhaém, Itu, Jacareí, Limeira, Lins, Ourinhos, Poá, Suzano, Tupã, Botucatu, Itapetininga e Jaú;

II - o 2.º e o 3.º Ofícios, respectivamente para a 2.ª e 3.ª Varas das Comarcas de Atibaia e Itapeverica da Serra;

III - o 4.º Ofício para a 4.ª Vara da Comarca de Mauá;

IV - o 2.º Ofício Criminal para a 2.ª Vara Criminal das Comarcas de Americana, Araçatuba, Araraquara, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro e Taubaté, passando cada uma das serventias criminais atuais a denominar-se 1.º Ofício Criminal e a destinar-se à 1.ª Vara Criminal;

V - o 3.º Ofício Criminal, para a 3.ª Vara Criminal das Comarcas de Jundiaí e Sorocaba;

VI - o 31.º e 4.º Ofícios Criminais, o Ofício do Júri, Execuções Criminais e Menores, o 6.º e o 7.º Ofícios na Comarca de Ribeirão Preto, respectivamente para a 3.ª e a 4.ª Varas Criminais, a Vara do Júri, Execuções Criminais e Menores e a 6.ª e 7.ª Varas Cíveis;

VII - o 3.º Ofício Criminal, o Ofício do Júri, Execuções Criminais e Menores, o 5.º e o 6.º Ofícios, Cíveis na Comarca de São Bernardo do Campo, respectivamente para a 3.ª Vara Justiça Criminal, a Vara do Júri, Execuções Criminais e Menores, a 5.ª e a 6.ª Varas Cíveis;

VIII - o 2.º e o 3.º Ofícios Criminais, o Ofício do Júri, Execuções Criminais e Menores e o 5.º Ofício Cível, na Comarca de São José dos Campos, respectivamente para a 2.ª e a 3.ª Varas Criminais, a Vara do Júri, Execuções Criminais e Menores e a 5.ª Vara Cível;

IX - o Ofício do Júri, Execuções Criminais e Menores e o 5.ª, 6.ª e 7.ª Ofícios Cíveis, na Comarca de Osasco, respectivamente para a Vara do Júri, Execuções Criminais e Menores e para as 5.ª, 6.ª e 7.ª Varas Cíveis;

X - o Ofício de Menores, para a Vara de Menores da Comarca de Campinas, passando a serventia da Vara do Júri e Execuções Criminais a denominar-se Ofício do Júri e Execuções Criminais;

XI - o 2.º Ofício Criminal e o 3.º Ofício Cível nas Comarcas de Diadema e Franca, respectivamente para a 2.ª Vara Criminal e a 3.ª Vara Cível, passando a atual serventia criminal a denominar-se 1.º Ofício Criminal, a serviço da 1.ª Vara Criminal;

XII - o 2.º Ofício Criminal e o 4.º Ofício Cível nas Comarcas de Bauru e Moji das Cruzes, respectivamente para a 2.ª Vara Criminal e a 4.ª Vara Cível, passando a atual serventia criminal a denominar-se 1.º Ofício Criminal, a serviço da 1.ª Vara Criminal;

XIII - o 2.º e o 3.º Ofícios Criminais e o 4.º Ofício Cível, na Comarca de São Vicente, respectivamente para as 2.ª e 3.ª Varas Criminais e 4.ª Vara Cível, passando a atual serventia criminal a denominar-se 1.º Ofício Criminal, a serviço da 1.ª Vara Criminal;

XIV - o 2.º e o 3.º Ofícios Criminais e o 5.º Ofício Cível, na Comarca de São José do Rio Preto, respectivamente para as 2.ª e 3.ª Varas Criminais e 5.ª Vara Cível, passando a atual serventia criminal a denominar-se 1.º Ofício Criminal a serviço da 1.ª Vara Criminal;

XV -- o 5.º Ofício Cível da Comarca de Sorocaba, para a 5.ª Vara Cível;

XVI - o 3.º, Ofício Criminal e o 4.º Ofício Cível, para a 3.ª Vara Criminal e a 4.ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul;

XVII - o 3.º Ofício Cível, para a 3.ª Vara Cível da Comarca de São Carlos,

XVIII - o 1.º e o 2.º Ofícios de Acidentes do Trabalho, para a 1.ª e a 2.ª Varas de Acidentes do Trabalho na Comarca de Santos;

XIX - o 7.º e o 8.º Ofícios Cíveis na Comarca de Santo André, para as 7.ª e 8.ª Varas Cíveis.

1.º - Os Ofícios Judiciais terão o seguinte quadro funcional:

1 - 1 (um) Diretor (Serviço - Nível III), que será o responsável pela serventia;

2 - 3 (três) Chefes de Seção (Administração Geral);

3 - 9 (nove) Escreventes; 4 - 1 (um) Fiel.

§ 2.º - Cada uma das Varas dos citados Ofícios Judiciais terá 5 (cinco) Oficiais de Justiça.

§ 3.º - O quadro funcional dos demais Ofícios Judiciais das Comarcas a que se refere este artigo e o dos respectivos Oficiais de Justiça passam a ser iguais aos destinados aos novos Ofícios e Varas, procedendo-se oportunamente aos remanejamentos necessários.

Artigo 11 - Ficam criados no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro da Justiça, para atender à estrutura dos ofícios judiciais de que trata esta lei, os seguintes cargos:

I - na Tabela I:

a) 15 (quinze) cargos de Diretor (Serviço - Nível I), com referências inicial e final 1 e 16, da Escala de Vencimentos 4, fixadas a amplitude da classe em A-I e a velocidade evolutiva em VE - 1;

h) 20 (vinte) cargos de Diretor (Serviço - Nível II), com referências inicial e final 3 e 18, da Escala de Vencimentos 4, fixadas a amplitude da classe em A-I e a velocidade evolutiva em VFI;

e) 71 (setenta e um) cargos de Diretor (Serviço - Nível III), com referências inicial e final 4 e 19, da Escala de Vencimentos 4, fixadas a amplitude da classe em A-1 e a velocidade evolutiva em VE-1;

II - na Tabela II:

a) 251 (duzentos e cinquenta e um) cargos de Chefe de Seção (Administração Geral), com referências inicial e final 11 a 30, da Escala de Vencimentos 2, fixadas a amplitude da classe em A-III e a velocidade evolutiva em VE-3;

III - na Tabela III:

a) 850 (oitocentos e cinquenta) cargos de Escreventes, referência 8, da Escala de Vencimentos 2;

h) 520 (quinhentos e vinte) cargos de Oficial de Justiça, referência 8, da Escala de Vencimentos 2;

C) 108 (cento e oito) cargos de Fiel, referência 6, da Escala de Vencimentos 1.

§ 1.º - Os cargos de que trata o inciso I serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, prevista no inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978.

§ 2.º - Os atuais cargos de Diretor de Divisão dos Ófícios Judiciais das Comarcas de segunda e terceira entrâncias ficarão transformados, na vacância, em cargos de Diretor de Serviço - Níveis II e III,

Artigo 12 - As serventias não-oficializadas serão providas com observância dos artigos 207 e 208 da Constituição da República, sem prejuízo de oportuna oficialização da parte judicial, quando for o caso.

Artigo 13 - O Tribunal de Justiça estabelecerá as prioridades para a implantação das novas unidades judiciais, e, ainda, para a utilização dos créditos orçamentários e especiais necessários.

Parágrafo único - Serão instaladas prioritariamente as Comarcas de Cananéia, Pedreira, Teodoro Sampaio e Praia Grande.

Artigo 14 - Enquanto não forem criados os cargos destinados a representantes do Ministério Público, este oficiará nas novas unidades judiciárias que forem instaladas mediante designação, por ato da autoridade competente.

Artigo 15 - Para atender às despesas resultantes da aplicação desta lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

Parágrafo único - Os créditos suplementares de que trata o artigo, serão cobertos na forma prevista pelo artigo 43 da Lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de novembro de 1982.

JOSÉ MARIA MARIN

José Carlos Ferreira de Oliveira - Secretário da Justiça

Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda

Hygino Antonio Baptiston - Secretário de Economia e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR N.º 303 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 1982

Dispõe sobre o desdobramento das serventias que especifica e adota outras providências.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - Os ofícios cíveis e de notas, existentes em comarcas de terceira entrância, serão desdobrados em unidades independentes, de igual numeração, uma como Ofício Cível e outra como Tabelionato, este não-oficializado e aquele com o mesmo quadro funcional e sob o mesmo regime das serventias oficializadas de terceira entrância.

§ 1.º - Os titulares das serventias a serem desdobradas poderão optar pelo Tabelionato ou pelo

Ofício Cível.

§ 2.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos Oficiais Maiores, com os direitos assegurados pelo artigo 208 da Constituição Federal.

§ 3.º - Observadas as prioridades estabelecidas pelo Tribunal de Justiça, a constituição das novas unidades será efetivada com a instalação dos ofícios judiciais, após criados os cargos necessários, mediante o competente processo legislativo; a instalação poderá ser antecipada, obedecidas as prescrições legais e a oportunidade do ato.

§ 4.º - O pessoal das serventias existentes poderá optar pelo aproveitamento em cargos do quadro dos ofícios judiciais, de acordo com as preferências e habilitações devidas entre escreventes e auxiliares. O Conselho Superior da Magistratura disciplinará a forma do aproveitamento, ministrados os dados pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 2.º - Fica assegurada aos Oficiais Maiores das Serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação no cargo de titular, desde que investidos ou designados na forma da legislação pertinente e contem ou venham a contar 5 (cinco) anos de exercício nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983.

Artigo 3.º - Excluídas as secretarias dos Tribunais de Alçada, aos órgãos e serviços auxiliares oficializados do Poder Judiciário, em ambas as instâncias, correspondem os quadros funcionais subordinados ao Tribunal de Justiça, ao qual compete regulamentá-los e prover os respectivos cargos.

Artigo 4.º - As normas destinadas à execução dos serviços judiciários, da iniciativa do Tribunal de Justiça, compreendem inclusive o sistema de trabalho e a distribuição dos feitos.

Parágrafo único - Para a realização de atos específicos, na forma autorizada pelo Tribunal de Justiça, os serviços auxiliares poderão ter a colaboração de órgãos da administração pública direta ou indireta, ou de entidades com funções públicas delegadas.

Artigo 5.º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de dezembro de 1982.

JOSÉ MARIA MARIN

Manoel. Gonçalves Ferreira Filho - Secretário da Justiça

Alberto Brandão Muiyaert - Secretário da Administração

LEI COMPLEMENTAR N.º 318 - DE 10 DE MARÇO DE 1983

Altera disposições da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, e dá outras providências.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que, nos termos dos §§ 1.º e 3.º do artigo 24 da Constituição do Estado, promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1.º - Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos, adiante enumerados, da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968:

I - o artigo 76:

"Artigo 76 - O tempo de serviço público, assim considerado o exclusivamente prestado ao Estado e suas Autarquias, será contado singelamente para todos os fins.

Parágrafo único - O tempo de serviço público prestado à União, outros Estados e Municípios, e suas autarquias, anteriormente ao ingresso do funcionário no serviço público estadual, será contado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade";

II - o inciso IV do artigo 78:

"IV - falecimento dos avós, netos, sogros, padrasto ou madrasta, até 2 (dois) dias";

III - o artigo 81:

"Artigo 81 - Os tempos adiante enunciados serão contados:

I - para efeito de concessão de adicional por tempo de serviço, sexta-parte, aposentadoria e disponibilidade:

a) o de afastamento nos termos dos artigos 65 e 66, junto a outros poderes do Estado, a fundações instituídas pelo Estado ou empresas em que o Estado tenha participação majoritária pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada, bem como junto a órgãos da Administração Direta da União, de outros Estados e Municípios, e de suas autarquias;

b) o de afastamento nos termos do artigo 67;

II - para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o de licença para tratamento de saúde."

Artigo 2.º - O inciso IV do artigo 16 da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - falecimento dos avós, netos, sogros, padrasto ou madrasta, até 2 (dois) dias";

Artigo 3.º - Fica acrescentado ao artigo 16 da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - Os dias em que o servidor estiver afastado do serviço, em decorrência das faltas a que se refere o inciso X, serão considerados de efetivo exercício para fins de percepção de salário e de aposentadoria."

Artigo 4.º - Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos, adiante enumerados, da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978;

I - o artigo 99:

"Artigo 9.º - O prazo de validade do concurso público será no máximo, 4 (quatro) anos, contados da homologação";

II - o artigo 27:

"Artigo 27 - Os cargos de chefia e encarregatura, pertencentes à Tabela II dos Subquadros de Cargos Públicos, serão providos mediante transposição, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 24 e 25 desta lei complementar.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também às funções-atividades de chefia e encarregatura, pertencentes à Tabela I dos Subquadros de Funções-Atividades das Secretarias de Estado";

III - o artigo 34:

"Artigo 34 - Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público a pedido ou "ex-officio".

§ 1.º - A reversão a pedido será feita quando houver interesse para a Administração.

§ 2.º - reversão "ex-officio" será feita quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.

§ 3.º - reversão só poderá efetivar-se quando, em inspeção médica, ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 4.º - Se o laudo médico não for favorável, poderá ser feita nova inspeção de saúde, para o mesmo fim, decorridos pelo menos 90 (noventa) dias.

§ 5.º - Será tornada sem efeito a reversão "ex-officio" e cassada a aposentadoria do funcionário ou servidor que não tomar posse ou não entrar em exercício dentro do prazo legal."

IV - o artigo 117:

"Artigo 117 - O enquadramento do cargo para o qual o funcionário venha a ser nomeado em caráter efetivo ou da função-atividade de natureza permanente para a qual o servidor venha a ser admitido far-se-á mediante observância das seguintes normas:

I - se a velocidade evolutiva do novo cargo ou função-atividade for igual ou inferior à do anteriormente ocupado pelo funcionário ou servidor:

a) apurar-se-á o número de pontos consignados em seu prontuário até a data do exercício no novo cargo ou função-atividade, atribuídos a título de:

1. adicionais por tempo de serviço;
2. artigos 24 ou 25 das Disposições Transitórias desta lei complementar;
3. evolução funcional-avaliação de desempenho e evolução funcional;

b) o cargo ou função-atividade será enquadrado em referência numérica situada tantas referências acima da inicial da nova classe, quanto for a parte inteira da divisão por 5 (cinco), do total de pontos apurados na forma da alínea anterior;

II - se a velocidade evolutiva do novo cargo ou função-atividade for superior à do anteriormente ocupado pelo funcionário ou servidor:

a) apurar-se-á o número de pontos consignados em seu prontuário até a data do exercício no novo cargo ou função-atividade, atribuídos a título de:

1. adicionais por tempo de serviço;
2. artigos 24 ou 25 das Disposições Transitórias desta lei complementar;
3. evolução funcional-avaliação de desempenho e evolução funcional, divididos pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a classe a que pertence o cargo ou função-atividade anteriormente ocupado e multiplicados pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a nova classe;

h) o cargo ou função-atividade será enquadrado em referência numérica situada tantas referências acima da inicial da nova classe, quanto for a parte inteira da divisão por 5 (cinco), do total de pontos apurados na forma da alínea anterior;

III - ficarão consignados no prontuário, sob os títulos que lhes são próprios, os pontos apurados na forma da alínea "a" do inciso I ou do inciso II, conforme o caso.

§ 1.º - o disposto nos incisos I e II aplica-se, também, aos casos em que, sem ser funcionário ou servidor quando da nomeação para cargo em caráter efetivo ou da admissão para função-atividade de natureza permanente, o nomeado ou admitido tenha tempo de serviço público prestado anteriormente ao Estado.

§ 2.º - O disposto no inciso II aplica-se, também, aos casos em que o nomeado para cargo de provimento em comissão tenha tempo de serviço público prestado anteriormente ao Estado, sem estar revestido, quando da nomeação, da qualidade de funcionário titular de cargo efetivo ou de servidor ocupante de função-atividade de natureza permanente.

§ 3.º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que o nomeado para cargo de provimento em comissão tenha a qualidade de aposentado no serviço público, hipótese em que observar-se-á a disposição do antigo anterior"

V - o inciso III do artigo 119:

"III - os pontos que lhe tenham sido atribuídos a título de evolução funcional-avaliação de desempenho e evolução funcional, divididos pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a classe a que pertence o cargo ou função-atividade anteriormente ocupado e multiplicados pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a nova classe".

VI - a alínea "C" do inciso I do artigo 195:

"c) os pontos que lhe tenham sido atribuídos a título de evolução funcional-avaliação de desempenho e evolução funcional, divididos pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a classe a que pertence o cargo de que é titular e multiplicados pelo número de pontos correspondentes ao mesmo conceito fixado para a classe a que pertence o cargo do substituído."

Artigo 5.º - Fica acrescentado ao artigo 207 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, o seguinte § 3.º:

"§ 3.º - O disposto no "caput" aplica-se, também, ao ocupante do cargo de Assessor Jurídico-Chefe (Procurador do Estado)."

Artigo 6.º - A classe de Secretário, constante do Anexo de Enquadramento das Classes correspondente à Escala de Vencimentos 2 instituída pelo artigo 1.º da Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981, fica com a denominação alterada para Secretário I, mantidas as Tabelas dos Subquadros, as referências inicial e final, a amplitude e a velocidade evolutiva.

Artigo 7.º - Fica assegurada aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e aos ocupantes dos cargos a ela vinculados por força do § 2.º do artigo 5.º da Lei Complementar n.º 93, de 28 de maio de 1974, e do artigo 213 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, o cômputo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, do tempo de exercício de advocacia, até o máximo de 5 (cinco) anos, desde que não desempenhado cumulativamente com qualquer função pública, sem prejuízo da aplicação da legislação estadual atinente à contagem recíproca do tempo de serviço.

Parágrafo único - A contagem de tempo a que se refere este artigo far-se-á mediante prova de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil durante o período a ser computado.

Artigo 8.º - Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias serão aplicadas, no que couber, aos funcionários e servidores dos Quadros das Secretarias do Tribunal de Justiça do Primeiro e Segundo Tribunal de Alçada Civil, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal de Justiça Militar e do Tribunal de Contas.

Artigo 9.º - Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias serão aplicadas, no que couber, nas mesmas bases e condições, aos funcionários e servidores das Autarquias, da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" mediante decreto.

Artigo 10 - Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias serão aplicadas, no que couber, mediante decreto, aos funcionários e servidores integrantes:

I - do Quadro Especial instituído pelo artigo 7.º da Lei n.º 119, de 29 de junho de 1973, com a alteração introduzida pela Lei n.º 388, de 13 de agosto de 1974, composto de cargos e funções-atividades pertencentes à Superintendências de Águas e Esgotos da Capital SAEC e ao Fomento

Estadual de Saneamento Básico - FESB, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente;

II - do Quadro Especial instituído pelo artigo 7.º da Lei n.º 10.430, de 16 de dezembro de 1971, integrado na Secretaria da Fazenda, composto dos cargos e funções-atividades pertencentes à ex-autarquia Caixa Econômica do Estado de São Paulo;

III - da Parte Especial do Quadro da ex-autarquia Instituto de Pesquisas Tecnológicas, sob a responsabilidade da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

Artigo 11 - Os títulos dos funcionários servidores e inativos abrangidos por esta lei complementar e suas disposições Transitórias serão apostilados pelas autoridades.

Artigo 12 - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento-Programa vigente.

Artigo 13 - Esta lei complementar e suas Disposições Transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de janeiro de 1983, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 101 e 211 da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968.

Disposições Transitórias

Artigo 1.º - Serão transformados na conformidade do Anexo I, que faz parte integrante desta lei complementar.

I - O cargo efetivo do funcionário que, em 31 de dezembro de 1982, por ato nomeatório, estivesse ocupando cargo em comissão indicado no Anexo I;

II - o cargo efetivo do funcionário que, em 31 de dezembro de 1982, por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse como titular no exercício de função de serviço público de direção ou de supervisão I da no Anexo I, retribuída mediante "pro labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968;

III - o cargo efetivo do funcionário que, em 31 de dezembro de 1982, por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse, nos termos do artigo 81 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, respondendo pelas atribuições de cargo vago de direção indicado no Anexo I;

IV - o cargo efetivo do funcionário que, em 31 de dezembro de 1982, por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse, exercendo em caráter de substituição continua, há pelo menos 6 (seis) meses, as funções de serviço público a que se refere o inciso II ou as atribuições de cargo vago de que trata o inciso III deste artigo.

§ 1.º - A aplicação do disposto neste artigo condiciona-se à comprovação de que, na data da publicação desta lei complementar, conte o funcionário pelo menos 1 (um) ano, contínuo ou não, de exercício em cargos ou funções de direção, chefia, encarregatura, assessoramento ou assistência, bem como em cargos de provimento em comissão, na área da Administração Pública Estadual, e, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público.

§ 2.º - Os cargos de Agente do Serviço Civil decorrentes de transformação prevista neste artigo, advindos de cargos efetivos de Médico ou de Médico Sanitarista, terão sua denominação acrescida da expressão "Médico" ou "Médico Sanitarista" respectivamente, e serão enquadrados na Escala de Vencimentos 7, observadas, para cada Nível, as correspondentes referências inicial e final, definidas pela Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981.

§ 3.º - O disposto neste artigo aplica-se, nas mesmas bases e condições, ao funcionário, em 31 de dezembro de 1982, estivesse ocupando e se encontrasse no exercício do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, adotando-se, para fins de transformação e enquadramento do cargo, as disposições previstas para o ocupante de cargo de Coordenador.

§ 4.º - O disposto neste artigo aplica-se, nas mesmas bases e condições, ao servidor que se encontre na situação nele prevista, hipótese em que a função-atividade de natureza permanente da qual seja ocupante será transformado em função-atividade cuja denominação corresponda à de cargo constante da coluna "Situação Nova" do Anexo I.

§ 5.º - Os cargos e as funções-atividades decorrentes da transformação prevista neste artigo ficam integrados nas Tabelas I e III dos Subquadros de Cargos Públicos (SQC-I e SQC-III), conforme o caso, e na Tabela II dos Subquadros de Funções-Atividades (SQF-II), dos Quadros das respectivas Secretarias de Estado aos quais pertençam os cargos em comissão e as funções de serviço público, na conformidade do Anexo 1.

§ 6.º - Os cargos de Assistente de Planejamento e Controle Educacional decorrentes da

transformação prevista neste artigo ficam integrados na Tabela 1 do Subquadro de Cargos Públicos (SQC-I) do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.

Artigo 2.º - O funcionário ou servidor que, em 31 de dezembro de 1982, por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse respondendo pelas atribuições de cargo vago ou de função-atividade vaga de chefia ou encarregatura, inclusive de Secretário de Escola, nos termos do artigo 81 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, ou como titular no exercício de função de serviço público dessa natureza, retribuída mediante "pro labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968, terá o cargo do qual seja titular efetivo ou a função-atividade de que seja ocupante transformado em cargo ou função-atividade correspondente àqueles, desde que, na data da publicação desta lei complementar, conte com pelo menos 1 (um) ano, contínuo ou não, de exercício nas mencionadas atribuições ou função e, no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público.

§ 1.º - Para os fins do disposto no "caput" deste artigo computar-se-á, também, o período em que o funcionário ou servidor exerceu cargo ou função de serviço público de direção ou cargo de provimento em comissão na área da Administração Pública Estadual.

§ 2.º - Aplica-se o disposto neste artigo, nas mesmas bases e condições, ao funcionário que, preenchidos os requisitos de tempo previstos no "caput", estivesse, em 31 de dezembro de 1982, exercendo em caráter de substituição contínua, há pelo menos 6 (seis) meses, cargo de chefia ou de encarregatura, inclusive de Secretário, de Escola, nas seguintes hipóteses:

1. se o mencionado cargo do respectivo titular for transformado nos termos destas

Disposições Transitórias;

2. se, mesmo não se operando a transformação a que alude o item anterior, houver, ou vier a haver dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta lei complementar, na área da respectiva Secretaria de Estado, cargo vago de chefia ou de encarregatura, de mesma natureza, atribuições e nível retributivo, inclusive de Secretário de Escola, caso em que recairá a preferência sobre o funcionário mais antigo no exercício da substituição.

§ 3.º - O disposto neste artigo aplica-se, nas mesmas bases e condições, ao servidor que, preenchidos os requisitos de tempo previstos no "caput", estivesse, em 31 de dezembro de 1982, exercendo em caráter de substituição contínua, há pelo menos 6 (seis) meses, cargo de chefia ou de encarregatura, ou função-atividade dessa natureza, inclusive de Secretário de Escola, nas seguintes hipóteses:

1. se o mencionado cargo do respectivo titular, ou a mencionada função-atividade do respectivo ocupante, for transformado nos termos destas Disposições Transitórias;

2. se, mesmo não se operando a transformação a que alude o item anterior, houver, ou vier a haver dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da data da publicação desta lei complementar, na área da respectiva Secretaria de Estado, função-atividade vaga de chefia ou encarregatura, de mesma natureza, atribuições e nível retributivo, inclusive de Secretário de Escola, caso em que recairá a preferência sobre o servidor mais antigo no exercício da substituição.

§ 4.º - Os cargos e funções-atividades de chefia e encarregatura, inclusive de Secretário de Escola, decorrentes da transformação prevista neste artigo, ficam integrados na Tabela I ou II dos Subquadros de Cargos Públicos (SQC-I ou SQC-II), de conformidade com os Anexos de Enquadramento das Classes nas Escalas de Vencimentos instituídas pela Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981, e na Tabela I dos Subquadros de Funções-Atividades (SQF-I), das respectivas Secretarias de Estado às quais pertençam os cargos e funções-atividades de chefia e de encarregatura exercidos e as funções de serviço público retribuídas mediante "pro labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968.

Artigo 3.º - Será transformado em cargo de Assistente de Diretor de Escola o cargo efetivo do professor que, em 31 de dezembro de 1982:

I - por ato nomeatório estivesse ocupando cargo em comissão de Assistente de Diretor de Escola;

II - por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse como titular no exercício de função de serviço público de Diretor de Escola, retribuída mediante "pro labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968;

III - por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação pertinente, se encontrasse, nos termos do artigo 81 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, respondendo pelas atribuições de cargo vago de Diretor de Escola.

IV - por ato designatório regularmente expedido e publicado de conformidade com a legislação

pertinente, se encontrasse exercendo em caráter de substituição contínua, há pelo menos 6 (seis) meses, a função de serviço público a que se refere o inciso II ou as atribuições de cargo vago de que trata o inciso III deste artigo.

§ 1.º - A aplicação do disposto neste artigo condiciona-se à comprovação de que, na data da publicação desta lei complementar, conte o funcionário pelo menos 1 (um) ano, contínuo ou não, de exercício em cargos ou funções de direção, chefia, encarregatura, assessoramento ou assistência, bem como em cargos de provimento em comissão, na área da Administração Pública Estadual, e, no mínimo, 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério oficial de 1.º e/ou 2.º graus do Estado de São Paulo.

§ 2.º - Para os fins do disposto no parágrafo anterior computar-se-á, também, o período em que o funcionário exerceu a função de Auxiliar de Diretor, do antigo ensino primário ou básico, ou de Assistente de Diretor, do antigo ensino médio.

§ 3.º - Os cargos decorrentes da transformação prevista neste artigo ficam integrados na Tabela I do Subquadro de Cargos Públicos (SQC-I) do Quadro do Magistério.

Artigo 4.º - O funcionário titular efetivo de cargo ou o servidor ocupante de função-atividade de Autarquia do Estado que, em 31 de dezembro de 1982, se encontrasse à disposição de órgão da Administração Centralizada do Estado e preenchesse as condições estabelecidas nos artigos 1.º ou 2.º destas Disposições Transitórias, poderá ter o seu cargo ou função-atividade transformado na forma neles prevista, ficando integrado no Quadro da Secretaria de Estado ao qual pertença o cargo em comissão, o cargo de chefia ou encarregatura ou a função de serviço público retribuída mediante "pró labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968, conforme o caso.

§ 1.º - Aplica-se o disposto neste artigo, inversamente, ao funcionário ou servidor da Administração Centralizada do Estado, que, em 31 de dezembro de 1982, estivesse ocupando, em Autarquia do Estado, cargo ou função-atividade previstos nos artigos 1.º ou 2.º destas Disposições Transitórias.

§ 2.º - O servidor da Administração Centralizada, regido pelas normas da Lei n.º 500, de 13 de novembro de 1974, que esteja abrangido pelo parágrafo anterior e venha a se valer da opção de que trata o artigo 10 destas Disposições Transitórias, na respectiva Autarquia, passará a ser regido pela legislação trabalhista e vinculado ao regime da Lei Orgânica da Previdência Social.

Artigo 5.º - O funcionário titular efetivo de cargo ou o servidor ocupante de função-atividade de Autarquia do Estado que, em 31 de dezembro de 1982, se encontrasse à disposição de outra Autarquia do Estado e preenchesse as condições estabelecidas nos artigos 1.º ou 2.º destas Disposições Transitórias, poderá ter o seu cargo ou função-atividade transformado na forma neles prevista, ficando integrado no Quadro da Autarquia ao qual pertença o cargo em comissão, o cargo de chefia ou encarregatura ou a função-atividade em confiança, conforme o caso.

Artigo 6.º - O funcionário titular efetivo de cargo ou o servidor ocupante de função-atividade dos Quadros das Secretarias da Assembléia Legislativa, dos Tribunais de Justiça, de Alçada Civil e Criminal, de Justiça Militar e de Contas, bem como o funcionário da União ou de Municípios do Estado, poderá ser integrado em cargo ou função-atividade na conformidade do Anexo I, que faz parte integrante desta lei complementar, ou em cargo ou em cargo ou função-atividade de que trata o artigo 2.º destas Disposições Transitórias, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

1 - seja, na Assembléia Legislativa, nos Tribunais, na União ou nos Municípios, titular de cargo efetivo ou ocupante de função-atividade:

a) com mais de 15 (quinze) anos de serviço público; ou

b) se investido em virtude de concurso público ou admitido em virtude de processo seletivo, com mais de 5 (cinco) anos de serviço público;

II- estivesse em 31 de dezembro de 1982 à disposição do Poder Executivo, em uma das seguintes situações:

a) ocupando cargo em comissão ou exercendo função de serviço público nos termos dos incisos I a IV do artigo 1.º destas Disposições Transitórias, caso em que a integração será efetuada na forma do Anexo 1, que faz parte integrante desta lei complementar.

b) respondendo pelas atribuições de cargo vago de chefia ou encarregatura, inclusive de Secretário de Escola, ou como titular no exercício de função de serviço público dessa natureza retribuída mediante "pró Labore" previsto no artigo 28 da Lei n.º 10.168, de 10 de julho de 1968, caso em que a integração será efetuada nos termos do artigo 2.º destas Disposições Transitórias;

III - conte, na data da publicação desta lei complementar, pelo menos 1 (um) ano, contínuo ou não, de exercício em cargos ou funções de direção, chefia, encarregatura, assessoramento ou assistência, bem como em cargos de provimento em comissão, na área da Administração Pública Estadual.

Parágrafo único - A integração de que trata este artigo far-se-á no Quadro da Secretaria de Estado ou da Autarquia do Estado ao qual pertença o cargo, a função-atividade ou a função de serviço público.

Artigo 7.º - O disposto no artigo 1.º destas Disposições Transitórias aplica-se, nas mesmas bases e condições, ao funcionário do Quadro da Secretaria do Segundo Tribunal de Alçada Civil, que em 31 de dezembro de 1982, estivesse ocupando e se encontrasse no exercício do cargo de Secretário-Diretor Geral do mencionado Tribunal, adotando-se, para fins de transformação e enquadramento do cargo, as disposições previstas para o ocupante de cargo de Coordenador, constante do Anexo I, que faz parte integrante desta lei complementar.

Artigo 8.º - Na aplicação do disposto no artigo 1.º destas Disposições Transitórias, relativamente aos funcionários e servidores do Quadro do Tribunal de Contas, as transformações de cargos ou funções-atividades far-se-ão na conformidade do Anexo II, que faz parte integrante desta lei complementar.

Artigo 9.º - O funcionário titular efetivo de cargo ou o servidor ocupante de função-atividade dos Quadros das Secretarias de Estado poderá ser integrado em cargo ou função-atividade na conformidade do Anexo I ou 11, que fazem parte integrante desta lei complementar, ou em cargo ou função-atividade de que trata o artigo 2.º destas Disposições Transitórias, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - seja, no Poder Executivo, titular de cargo efetivo ou ocupante de função-atividade:

- a) com mais de 15 (quinze) anos de serviço público; ou
- b) se investido em virtude de concurso público ou admitido em virtude de processo seletivo, com mais de 5 (cinco) anos de serviço público;

II -- estivesse, em 31 de dezembro de 1982, à disposição do Tribunal de Justiça, do Primeiro e do Segundo Tribunais de Alçada Civil, do Tribunal de Alçada Criminal, do Tribunal de Justiça Militar ou do Tribunal de Contas, em uma das seguintes situações:

a) ocupando cargo em comissão ou exercendo função de serviço público nos termos dos incisos I a IV do artigo 1.º destas Disposições Transitórias, caso em que a integração será efetuada na forma do Anexo I ou 11, que fazem parte integrante desta lei complementar;

b) respondendo pelas atribuições de cargo vago de chefia ou encarregatura ou como titular no exercício de função de serviço público dessa natureza, retribuída mediante "pró labore" previsto no artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, caso em que a integração será efetuada nos termos do artigo 2.º destas Disposições Transitórias;

III - conte, na data da publicação desta lei complementar, pelo menos 1 (um) ano, contínuo ou não, de exercício em cargos ou funções de direção, chefia, encarregatura, assessoramento ou assistência, bem como em cargos de provimento em comissão, na área da Administração Pública Estadual.

Parágrafo único - Integração de que trata este artigo far-se-á no Quadro da Secretaria do Tribunal em que se encontre o funcionário ou o servidor.

Artigo 10 - O enquadramento do cargo ou função-atividade resultante da transformação ou integração prevista nos artigos 1.º, 2.º, 3.º inciso I, 4.º, 5.º ou 6.º destas Disposições Transitórias será efetuado no mesmo padrão e Escala de Vencimentos com base nos quais o funcionário ou servidor percebia, em 31 de dezembro de 1982, o vencimento ou salário correspondente ao cargo que tiver ensejado a transformação ou integração.

§ 1.º - Nas transformações e integrações previstas nos artigos aludidos no "caput", relativamente ao funcionário ou servidor que se encontrasse no exercício de função de serviço público de encarregatura, chefia, supervisão ou direção, retribuída mediante "pró labore" nos termos do artigo 28 da Lei nº 10.168, de 10 de julho de 1968, o enquadramento do cargo ou função-atividade resultante da transformação ou integração far-se-á no padrão e Escala de Vencimentos correspondentes ao cargo de encarregatura, chefia ou direção com base no qual, na forma do artigo 196 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, estivesse sendo calculado, em 31 de dezembro de 1982, o valor do mencionado "pró labore".

§ 2.º - No caso de que trata o § 2.º do artigo 1.º destas Disposições Transitórias, o enquadramento do cargo ou da função-atividade de Agente do Serviço Civil-Médico ou de Agente do Serviço Civil-Médico Sanitarista far-se-á com observância das seguintes normas:

1. o enquadramento, será efetuado na referência numérica da Escala de Vencimentos 7 cujo valor, respeitados o grau e a Tabela, seja igual ao valor do padrão com base no qual o funcionário ou servidor percebia, em 31 de dezembro de 1982, o vencimento ou salário correspondente ao cargo, função-atividade ou função de serviço público que tiver ensejado a transformação;
 2. se o valor do padrão não for igual ao de uma referência numérica, o cargo ou função-atividade será enquadrado na referência à qual corresponde o valor mais próximo;
 3. se o funcionário ou servidor tiver o cargo ou função-atividade enquadrado em padrão cujo valor seja inferior ao valor do padrão com base no qual percebia, em 31 de dezembro de 1982, seu vencimento ou salário, ser-lhe-á assegurada vantagem pessoal, de valor inalterado, correspondente à diferença entre mencionados valores;
 4. a percepção da vantagem pessoal de que trata o item anterior cessará no mês em que ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:
 - a) elevação do cargo ou função-atividade do funcionário ou servidor para padrão superior, salvo em decorrência do disposto no artigo 95 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978;
 - b) alteração dos valores da Escala de Vencimentos aplicável ao funcionário ou servidor;
- § 3.º - Relativamente ao artigo 1.º a que se refere o "caput", se se tratar de funcionário efetivo ou servidor ocupante de cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, o enquadramento do cargo ou função-atividade resultante da transformação obedecerá às seguintes normas:
1. o enquadramento do cargo ou função-atividade, de Secretário II está efetuado na referência numérica da Tabela I d a Escala de Vencimentos 2 cujo valor, respeitado o respectivo grau, seja igual ao valor do padrão no qual, em 31 de dezembro de 1982, se encontrava enquadrado o cargo de Auxiliar de Gabinete.
 2. se o valor do padrão não for igual ao de uma referência numérica, o cargo ou função-atividade será enquadrado na referência à qual corresponda o valor mais próximo, assegurada, ao menos, a referência inicial da nova classe.
- Artigo 11 - O enquadramento do cargo resultante da transformação prevista nos incisos II, III ou IV do artigo 3.º destas Disposições Transitórias será efetuado mediante aplicação do disposto no artigo 119 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, alterado pelo inciso V do artigo 4.º desta lei complementar, tomando-se, como base, pontos consignados no prontuário do funcionário relativamente ao cargo de Professor do qual é titular, exceto os atribuídos a título de progressão funcional.
- Artigo 12 - Para os efeitos do Sistema de Pontos de que cuida o Título XI da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, ao funcionário ou servidor, cujo cargo ou função-atividade, em virtude de transformação ou de integração, tenha sido enquadrado na forma dos artigos 10 e 11 destas Disposições Transitórias, ficam atribuídos, a partir de 1.º de janeiro de 1983 e em substituição aos pontos consignados em seu prontuário até 31 de dezembro de 1982, pontos correspondentes à soma:
- I - de tantas vezes 5 (cinco) pontos quanto for a diferença entre o número indicativo da referência inicial da classe a que pertença o funcionário ou servidor e o daquela em que tiver sido enquadrado o respectivo cargo ou função-atividade na forma dos dispositivos mencionados no "caput";
 - II - do resto da divisão, por 5 (cinco), dos pontos consignados no prontuário até 31 de dezembro de 1982, ou, alternativamente, o total de pontos consignados até essa mesma data, se inferior a 5 (cinco).
- § 1.º - Ao funcionário ou servidor será atribuída, se superior à que resultar da aplicação do "caput", a soma dos pontos consignados no respectivo prontuário, até 31 de dezembro de 1982, a título de:
1. adicional por tempo de serviço;
 2. artigos 24 ou 25 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, alterados pelos incisos IV e V do artigo 1.º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 209, de 17 de janeiro de 1979;
 3. evolução funcional-avaliação de desempenho e evolução funcional, divididos pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a classe a que pertence o cargo ou função-atividade anteriormente ocupado e multiplicados pelo número de pontos correspondentes ao conceito "bom (B)" previsto para a nova classe.
- § 2.º - Na hipótese do parágrafo anterior, o respectivo cargo ou função-atividade será enquadrado em referência numérica situada tantas referências acima da inicial da nova classe,

quanto for a parte inteira da divisão, por 5 (cinco), do número de pontos atribuídos com fundamento no referido dispositivo.

§ 3.º - Os pontos atribuídos nos termos do "caput" ou do § 1.º serão consignados no prontuário do funcionário ou servidor na seguinte conformidade:

1. sob o título de adicional por tempo de serviço, os pontos atribuídos a esse título até 31 de dezembro de 1982;

2. sob os títulos que lhe são próprios, os pontos atribuídos até 31 de dezembro de 1982, com fundamento nos artigos 24 ou 25 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, alterados pelos incisos IV e V do artigo 1.º das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 209, de 17 de janeiro de 1979;

3. sob o título de evolução funcional-avaliação de desempenho, os pontos atribuídos a esse título até 31 de dezembro de 1982, ajustados, quando for o caso, na forma do item 3 do § 1.º;

4. sob o título de evolução funcional, os restantes.

Artigo 13 - As transformações e integrações previstas nestas Disposições Transitórias dependerão de requerimento a ser formulado dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei complementar.

Artigo 14 - O órgão central do Sistema de Administração de Pessoal fará publicar relação nominal dos funcionários e servidores abrangidos pelas transformações ou integrações previstas nestas Disposições Transitórias.

Artigo 15 - Fica assegurada a atual condição de efetividade aos ocupantes de cargos que em virtude de transformações ou integrações previstas nestas Disposições Transitórias passarem a integrar a Tabela I dos Subquadros de Cargos Públicos (SQC-I) dos respectivos Quadros.

Artigo 16 - Poderá ser nomeado para o cargo de Delegado de Ensino, do Subquadro de Cargos Públicos (SQC-I) do Quadro do Magistério, o Assistente de Planejamento e Controle Educacional que possua habilitação específica de grau superior, na forma definida pelo Conselho Estadual da Educação.

Artigo 17 - Relativamente aos titulares de cargos e ocupantes de funções-atividades decorrentes das integrações e transformações de que tratam estas Disposições Transitórias, computar-se-á, para efeito e observância do interstício necessário para que o funcionário ou servidor concorra a promoção de que trata o artigo 84 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, alterado pelo artigo 1.º da Lei Complementar no 260, de 30 de junho de 1981, o tempo de efetivo exercício que, no grau, tenha sido cumprido no cargo ou função-atividade anteriormente ocupado.

Artigo 18 - O funcionário ou servidor, docente ou não, da administração direta ou indireta, ocupante de cargo em comissão, com direito à aposentadoria, que contar no mínimo 5 (cinco) anos, ininterruptos ou não, em cargo de provimento dessa natureza, poderá ser aposentado com proventos correspondentes ao cargo que estiver exercendo, desde que esteja no exercício do cargo em comissão há, pelo menos, 1 (um) ano, e o requeira até 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta lei complementar.

Artigo 19 - Os cargos de Agente do Serviço Civil, decorrentes de transformações de cargos de Procurador do Estado, ocorridas nos termos do artigo 14 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, ficam com sua denominação alterada para Assistente Jurídico (Procurador do Estado), referências inicial e final 10 e 25 da Escala de Vencimentos 4, amplitude de vencimentos A-I e velocidade evolutiva VE-I.

§ 1.º - Os cargos resultantes da alteração de denominação prevista neste artigo ficam integrados na Tabela I do Subquadro de Cargos Públicos (SQC-I) do Quadro da Secretaria da Justiça, assegurada a situação de efetividade de seus ocupantes.

§ 2.º - O enquadramento do cargo de Assistente-Jurídico (Procurador do Estado), resultante da aplicação deste artigo, será efetuado na referência numérica da Tabela I da Escala de Vencimentos 4, cujo valor, respeitado o respectivo grau, seja igual ao valor do padrão em que estivesse enquadrado, em 31 de dezembro de 1982, o cargo de Agente do Serviço Civil.

§ 3.º - Para os efeitos do Sistema de Pontos de que cuida o Título XI da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, aplicar-se-á o disposto no artigo 12 destas Disposições Transitórias.

§ 4.º - O disposto neste artigo aplica-se também aos cargos de Agente do Serviço Civil que, decorrentes de transformações de cargos de Procurador do Estado, operadas com fundamento no artigo 51 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, alterado pela Lei Complementar n.º 209, de 17 de janeiro de 1979, estejam integrados em Quadros de Autarquias do Estado.

§ 5.º - O disposto neste artigo aplica-se também aqueles que, enquadrando-se na situação descrita no "caput", tenham passado à inatividade em cargos de Agente do Serviço Civil anteriormente à vigência desta lei complementar, caso em que observar-se-á a norma do artigo 2.º da Lei Complementar n.º 205, de 2 de janeiro de 1979.

§ 6.º - A aplicação do disposto neste artigo condiciona-se à opção do interessado, a qual deverá ser manifestada por escrito perante a autoridade competente dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta lei complementar.

§ 7.º - O órgão central de recursos humanos fará publicar relação nominal dos funcionários abrangidos por este artigo, indicando a denominação do cargo antes ocupado e a do cargo decorrente da alteração prevista neste artigo.

Artigo 20 - As contagens de tempo de serviço já efetuadas poderão ser revistas de acordo com as disposições do artigo 81 da Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, na redação dada pelo inciso III do artigo 19 desta lei complementar, na medida em que de sua aplicação resulte benefício para o funcionário, servidor ou inativo.

Parágrafo único - A revisão de que trata o "caput" produzirá efeitos, inclusive no tocante à concessão de quaisquer vantagens pecuniárias, somente a partir da data da publicação desta lei complementar.

Palácio dos Bandeirantes, 10 de março de 1983.

JOSÉ MARIA MARIN

Manoel Gonçalves Ferreira Filho - Secretário da Justiça

Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda

Renato Cordeiro - Secretário de Agricultura e Abastecimento

Walter Coronado Antunes - Secretário de Obras e do Meio Ambiente

José Maria Siqueira de Barros - Secretário dos Transportes

Jessen Vidal - Secretário da Educação

Denir Zamariolli - Secretário da Saúde

Octávio Gonzaga Júnior - Secretário da Segurança Pública

Dured Fauaz - Secretário da Promoção Social

Abdo Antonio Hadade - Secretário de Esportes e Turismo

Idel Aronis - Secretário de Relações do Trabalho

Alberto Brandão Muylaert - Secretário da Administração

Hygino Antonio Baptiston - Secretário de Economia e Planejamento

Marcos Lagos Cortes Campos - Secretário do Interior

Calim Eid - Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Ricardo Cavalcanti de Albuquerque - Secretário dos Negócios Metropolitanos

Paschoal Castellano - respondendo pelo Expediente da Secretaria Extraordinária da Cultura

Paulo Mário Carneiro da Cunha Mansur - Secretário Extraordinário de informação e Comunicações

Osvaldo Palma - Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia

Marino Pazzaglini Filho - Secretário Extraordinário da Desburocratização

LEI N.º 3.724 - DE 14 DE MARÇO DE 1983

Institui contribuição para a Associação Paulista de Magistrados e dá providências correlatas.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Em todos os atos extrajudiciais, excetuados os previstos no § 1.º do artigo 1.º da Lei federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, será cobrada uma contribuição à Associação Paulista de

Magistrados, cujo valor será igual a 1% (um por cento) dos emolumentos devidos ao Escrivão.

Parágrafo único - A contribuição de que trata este artigo será destinada a finalidades assistências da Associação Paulista de Magistrados, sob o sistema de fiscalização previsto na Constituição do Estado (Título II, Capítulo III, Seção IV).

Artigo 2.º - A contribuição será paga diretamente ao Escrivão e por ele recolhida, em 5 (cinco) dias, em nome da beneficiária, em estabelecimento bancário oficial da localidade ou, em sua falta, da sede da Comarca.

Artigo 3.º - Os valores devidos em virtude desta lei constarão das Tabelas aprovados por Decreto

do Poder Executivo, nos termos do § 1.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 203, de 25 de março de 1970.

Artigo 4.º - Estendem-se, nas mesmas bases e condições, aos serventuários das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e aos respectivos servidores, os benefícios da Lei Complementar n.º 269, de 3 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o cômputo, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime previdenciário federal.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 14 de março de 1983.

JOSÉ MARIA MARIN

Manoel. Gonçalves Ferreira Filho - Secretário da Justiça

Affonso Celso Pastore - Secretário da Fazenda

Hygino Antonio Baptiston - Secretário de Economia e Planejamento

DECRETO N.º 20.188 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1982

Aprova novo modelo impresso para apresentação do relatório de que trata o parágrafo 2.º, do art. 2.º, do Decreto n.º 52.839, de 30 de novembro de 1971.

José Maria Marin, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, decreta: Artigo 1.º - Fica aprovado o novo modelo de Impresso que acompanha o presente decreto, a ser adotado, obrigatoriamente, para a apresentação do relatório destinado à complementação de renda bruta mensal das serventias não oficializadas do Estado, para efeito de complementação de renda.

Artigo 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 2.383, de 11 de setembro de 1973.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de dezembro de 1982.

JOSÉ MARIA MARIN

Manoel Gonçalves Ferreira Filho - Secretário da Justiça

Calim Eid - Secretário de Estado-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 16 de dezembro de 1982.

Maria Angélica Galiuzzi - Diretora da Divisão de Atos Oficiais
(D.O.E., de 17-12-82).

DECRETO N.º 20.660 - DE 2 DE MARÇO DE 1983

Dispõe sobre exames médicos pré-admissionais, no serviço público, de portadores de deficiências físicas e sensoriais, nomeados em virtude de aprovação em concurso.

José Maria Marin, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando que o justo aproveitamento, no serviço público, dos deficientes físicos e sensoriais, nos limites de sua capacitação, deve ser desenvolvido e disciplinado;

Considerando que o direito de integração social e econômica do deficiente físico foi erigido em norma constitucional, consubstanciada na Emenda n.º 12, de 17 de outubro de 1978, à Constituição Federal, e na Emenda n.º 23, de 20 de novembro de 1980, à Constituição do Estado de São Paulo;

Considerando as proposições da Comissão Estadual de Apoio e Estimulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (Decreto n.º 16.742, de 5 de março de 1981), mormente a voltada à integração das pessoas deficientes na vida de trabalho, decreta:

Artigo 1.º - O Departamento Médico do Serviço Civil do Estado e os demais órgãos a que se refere o artigo 202, da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978, por ocasião de exames médicos pré-admissionais em deficientes físicos e sensoriais, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, deverão observar, como princípio, a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência de que seja portador não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo para o qual tenha sido nomeado;

Artigo 2.º - Na hipótese de o deficiente ser considerado inapto, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de 30 (trinta) dias, Junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior.

§ 1.º - Da Junta Médica farão parte, no mínimo, 1 (um) médico clínico, 2 (dois) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e 1 (um) médico com conhecimento de reabilitação da mesma deficiência.

§ 2.º - É facultado ao candidato indicar 1 (um) médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica referida neste artigo.

Artigo 3.º - Mantida, pela Junta Médica, a inaptidão, poderá o candidato, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso ao Secretário da Administração, que decidirá, ouvida a Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde.

Artigo 4.º - Durante o processamento dos exames a que se refere este decreto, o prazo para posse ficará suspenso até o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de março de 1983.

JOSÉ MARIA MARIN

Alberto Brandão Muijlaert - Secretário da Administração

DECRETO N.º 20.865 - DE 14 DE MARÇO DE 1983

Dispõe sobre a contribuição de que trata a Lei n.º

3.724, de 14 de março de 1983.

José Maria Marin, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei n.º 3.724, de 14 de março de 1983, decreta:

Artigo 1.º - A contribuição prevista no artigo 1.º da Lei n.º 3.724, de 14 de março de 1983, é devida pela prática dos atos nela referidos, a partir da data de sua publicação.

Artigo 2.º - A base de cálculo da contribuição é o valor atribuído ao Escrivão nas Tabelas 10 e 13, anexas ao Decreto n.º 19.275, de 12 de agosto de 1982, e nas que, eventual e futuramente, vierem a substituí-las.

Artigo 3.º - Ficam acrescidas às Tabelas 10 e 13, anexas ao Decreto n.º 19.275, de 12 de agosto de 1982, as seguintes Notas:

I - à Tabela 10, a Nota 14.ª, com a seguinte redação:

"14.ª - A contribuição a que se refere a Lei n.º 3.724, de 14 de março de 1983, tem, como base de cálculo, o valor destinado ao Escrivão".

II - à Tabela 13, a Nota 1.ª, com a seguinte redação:

"Nota 1.ª - A contribuição a que se refere a Lei n.º 3.724, de 14 de março de 1983, tem como base de cálculo, o valor destinado ao Escrivão".

Artigo 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 14 de março de 1983.

JOSÉ MARIA MARIN

Manoel Gonçalves Ferreira Filho - Secretário da Justiça

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 35 - DE 3-12-1982

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do inciso XV do artigo 17, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1.º - São acrescentados ao Título VI - Das Disposições Gerais, da Constituição do Estado, os seguintes dispositivos:

Artigo 152-A - Ficam oficializadas as serventias do foro judicial mediante remuneração de seus servidores exclusivamente pelos cofres públicos, ressalvada a situação dos atuais titulares vitalícios ou nomeados em caráter efetivo ou que tenham sido revertidos a titulares.

Artigo 152-B - As serventias extrajudiciais, respeitada a ressalva prevista no artigo anterior, serão providas na forma da legislação estadual, observado o critério da nomeação segundo a ordem de classificação obtida em concurso público de provas e títulos.

Artigo 2.º - Ficam incluídas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, os seguintes artigos:

Artigo 5.º - A - Fica assegurada aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, na vacância, a efetivação no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, contem ou

venham a contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia, até 31 de dezembro de 1983.

Artigo 5.º - B - As serventias do foro judicial, oficializadas nos termos do artigo 152-A, deverão ser desanexadas das respectivas serventias extrajudiciais, dentro dos prazos de 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) anos, conforme pertençam a comarca de 3.ª, 2.ª e 1.ª entrâncias.

§ 1.º - O Poder competente, dentro dos prazos fixados neste artigo, deverá enviar à Assembléia Legislativa os competentes projetos visando a criação de cargos para as serventias oficializadas, a forma de provimento e a fixação dos vencimentos.

§ 2.º - Os atuais titulares das serventias extrajudiciais, que não desejarem a oficialização das respectivas serventias do foro judicial e desde que incluídos na ressalva contida no artigo 152-A, deverão optar, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da promulgação desta Emenda, pela permanência do anexo judicial de sua serventia extrajudicial.

§ 3.º - O pessoal das serventias extrajudiciais que sofrerem o desmembramento a que se refere este artigo, poderá ser aproveitado nas serventias do foro judicial, mediante manifestação de cada interessado.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 3 de dezembro de 1982.

Januário Mantelli Neto - Presidente

Sylvio Martini 1.º Secretário

Vicente Botta 2.º Secretário

DECRETO N.º 21.052 - DE 5 DE JULHO DE 1983

Altera as Tabelas anexas ao Decreto n.º 19.275 de 12 agosto de 1982.

André Franco Montoro, governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no artigo 259 do Decreto-Lei Complementar 3, de 27 de agosto de 1969, decreta:

Artigo 1.º - As Tabelas 10, 11, 12, 13 e 14, anexas ao Decreto 19.275 de 12 de agosto de 1982, ficam alteradas na conformidade das tabelas anexas a este decreto.

Artigo 2.º - As tabelas anexas não se aplicam aos atos extrajudiciais já solicitados a qualquer serventuário, haja ou não a parte feito depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.

Artigo 3.º - Este decreto entrará em vigor no 10.º dia a contar de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 5 de julho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

José Carlos Dias - Secretário da Justiça.

Publicado no Gabinete Civil do Governador aos 5 de julho de 1983.

Maria Angélica Galiuzzi - Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

TABELA 10

DOS TABELIÃES DE NOTAS

1 - Escritura com valor declarado:

Valor da Escritura		Ao		carteiras		Total
		Tabelião	Estado	Serventias	das	
Até Cr\$ 100.000,00		8.910,00		1.782,00		1.782,00
12.474,00						
de	100.000,01 a 200.000,00		11.880,00	2.376,00		2.376,00
16.632,00						
de	200.000,01 a 400.000,00		14.850,00	2.970,00		2.970,00
20.790,00						
de	400.000,01 a 500.000,00		17.785,00	3.570,00		3.570,00
24.990,00						
Pelo que exceder de Cr\$ 500.000,00						
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração até o						
valor máximo de Cr\$ 500.000,00						
s/qualquer outro acréscimo desse						
valor em	diantes		500,00	100,00		100,00

700,00				
II - Escritura sem valor declarado	5.940,00		1.188,00	
1.188,00	8.316,00			
III - Escritura de testamento, sua revogação e aprovação de testamento	20.000,00	4.000,00		4.000,00
28.000,00				
IV - Escritura de convenção ou especificação, de condomínio em planos horizontais ou suas modificações:				
a) Pela convenção	5.500,00	1.100,00		1.100,00
7.700,00				
b) Pela unidade autônoma	770,00	154,00		154,00
1.078,00				
V - Escritura de Pacto Antenupcial	1.980,00		396,00	396,00
2.772,00				
VI - Escritura de emissão de debêntures	20% (vinte por cento) dos valores fixados no item			
I, quaisquer que sejam os atos praticados.				
VII - Procuração ou substabelecimento em livro Especial ou comum ou seu instrumento de revogação:				
a) Com poderes para o foro em geral	800,00	160,00	160,00	1.120,00
b) Outras procurações	1.600,00	320,00	320,00	2.240,00
De cada outorgante que acrescer, não sendo o cônjuge, mais	330,00	66,00	66,00	462,00
VIII - Certidões ou traslados, datilografados ou reprografia:				
a) Pela primeira folha	595,00	119,00	119,00	833,00
b) Por página que acrescer	289,00	57,80	57,80	404,60
IX - Cópia reprográfica de documentos arquivados no Cartório		60,00	12,00	12,00
84,00				
X - Autenticação de plantas, mapas e documentos semelhantes e de cópias reprográficas, conferências e consertos de públicas formas:				
Por página	38,00	7,60	7,60	53,20
XI - Reconhecimento de firmas, inclusive de letras e Sinal	105,00	21,00		21,00
147,00				

Notas:

1ª - No preço da escritura, procuração ou substabelecimento, se inclui o primeiro traslado.

2ª - Nenhum acréscimo será devido pela transcrição nas escrituras, de alvarás, talões de sisa, certidões fiscais e outros papéis necessários à perfeição do ato, nem pela expedição de guias de recolhimento de tributos relativos às escrituras e registro ou arquivamento de procuração ou qualquer outro documento pertinente ao ato.

3ª - O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano e rural, se o valor declarado na escritura for inferior a estes.

4ª - Se a escritura contiver mais de um ato, ainda que entre as mesmas partes, além do preço integral do contrato de maior valor, será cobrada a quarta parte do preço dos demais contratos, observando-se sempre o disposto na nota 3ª.

5ª - As intervenções ou anuências de terceiros, não autorizam acréscimos de preço, a não ser que impliquem outros atos.

6ª - Os atos lavrados fora do horário normal de expediente ou fora de Cartório, salvo em repartições públicas centralizadas ou descentralizadas, terão os respectivos preços acrescidos da metade.

7ª - As escrituras de quitação pagarão um quinto do fixado no item I.

8ª - O valor das procurações em causa própria será igual ao das escrituras com valor declarado.

9.^a - Pela escritura, procuração ou substabelecimento declarados incompletos por falta de assinatura, por culpa ou a pedido de qualquer das partes, será devido um terço do preço. Se não for declarado o motivo, responderão solidariamente, o escrevente e o serventuário pelas custas e contribuições à Carteira das Serventias (Terça parte). Se a escritura, procuração ou substabelecimento for declarada sem efeito por erro de redação desde que nenhuma das partes a tenha assinado, nada será devido.

10.^a - Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária, financiada pelo sistema financeiro da habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

11.^a - Nas escrituras de permuta, cada permutante pagará os emolumentos sobre o valor do imóvel por ele adquirido.

12.^a - Quando, em escritura de compra e venda ou outras, houver procuração, o preço será o do item VII.

13.^a - Os emolumentos das escrituras com valor declarado (inciso I da Tabela), nas quais tais emolumentos devam ser pagos por autarquias municipais e sociedades de economia mista rias quais a União, o Estado e o Município, sejam acionistas majoritários, serão reduzidos em 50%, (cinquenta por cento).

TABELA 11

DOS OFICIAIS DOS REGISTROS DE IMÓVEIS

Nota preliminar: O preço dos atos constantes desta Tabela inclui, sempre buscas e indicações reais e pessoais.

I - Registro:

Valor do Contrato	Carteiras		das	Total
	Ao oficial	Ao Estado	Serventias	
Até Cr\$ 300.000,00	4.158,00		831,60	831,60
5.821,20				
de 300.001,00 a 500.000,00	5.544,00		1.108,80	
1.108,80				
7.761,60				
de 500.001,00 a 1.000.000,00	8.316,00		1.663,20	1.663,20
11.642,40				
de 1.000.001,00 a 1.500.000,00	11.088,00		2.217,60	2.217,60
15.523,20				
de 1.500.001,00 a 2.000.000,00	13.860,00		2.772,00	2.772,00
19.404,00				
de 2.000.001,00 a 3.000.000,00	18.018,00		3.603,60	3.603,60
25.225,20				
Acima de Cr\$ 3.000.000,00				
cada Cr\$ 100.000,00 ou fração				
até o valor máximo de Cr\$				
500.000.000,00 sem qualquer				
outro acréscimo desse valor				
em diante	420,00	84,00	84,00	588,00

Nota:

O preço do ato será calculado com base nos valores tributários aceitos pela Prefeitura ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para imóvel urbano e rural, se o valor declarado na escritura for inferior a este.

II - Averbação:

Valor da Averbação	Carteiras		das	Total
	Ao oficial	Ao Estado	Serventias	
Até 250.000,00	840,00	168,00	168,00	1.176,00
de 250.001,00 a 500.000,00	1.400,00		280,00	280,00
1.960,00				
de 500.001,00 a 1.000.000,00	1.960,00	392,00	392,00	2.744,00
de 1.000.001,00 a 1.500.000,00	2.520,00		504,00	504,00
3.528,00				
de 1.500.001,00 a 2.000.000,00	2.800,00		560,00	560,00
3.920,00				

Acima de	Cr\$ 2.000.000,00			
cada Cr\$100.000,00 ou fração	112,00	22,40	22,40	156,80
Sem valor declarado	770,00	154,00	154,00	1.078,00

Notas:

1.^a - O preço da averbação será calculado com valores tributários, aceitos pela Prefeitura ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, respectivamente para o imóvel urbano ou rural, se o valor declarado pelo interessado for inferior a estes.

2.^a - Consideram-se sem valor declarado, entre outras, as averbações referentes à mudança de numeração, desmembramento ou demolição, alteração do nome por casamento, separação consensual, separação judicial litigiosa, divórcio consensual ou divórcio litigioso, averbação de casamento, viuvez.

III - Loteamento:

a) Registro de loteamento ou desmembramento urbano ou rural, além das despesas de publicação pela imprensa por lote ou gleba	126,00	25,20	25,20	176,40
b) Intimação ou notificação excluídas as despesas de publicação de editais e condução	1.260,00	252,00	252,00	1.764,00

Notas:

1.^o - Os emolumentos mínimos do Oficial, no caso da alínea "a", serão de 4.158,00.

2.^o - Os preços deste item incluem o fornecimento de uma certidão.

3.^o - Os registros de contratos particulares de compromisso de venda e compra oriundos de loteamentos regularizados pelas Prefeituras Municipais, de conformidade com os artigos 40 e seguintes da Lei 6.766, de 20 de dezembro de 1979, sofrerão um desconto de 50% (cinquenta por cento), sobre a presente Tabela 11 (onze).

IV - Abertura de Matrícula:

560,00	112,00	112,00	784,00
--------	--------	--------	--------

V - Incorporação e Condomínio:

a) registro de incorporação imobiliária ou de especificação e instituição de condomínio:

O mesmo preço do item I, calculado sobre o valor do terreno e o custo global (Lei Federal 4.591 de 16 de dezembro de 1964, artigo 32, "h"), sem restrição do teto, reduzindo-se, no entanto, em 70% (setenta por cento) pelo que exceder ao valor de Cr\$ 500.000.000,00.

b) registro de convenção de condomínio, qualquer que seja o número de unidades, incluindo o valor de averbações necessárias:

7.700,00	1.540,00	1.540,00	10.780,00
----------	----------	----------	-----------

VI - Registro de Emissão de Debêntures:

20% (vinte por cento) dos valores fixados no item I, quaisquer que sejam os atos praticados.

VII - Registro de Pacto Antenupcial:

1.540,00	308,00	308,00	2.156,00
----------	--------	--------	----------

VIII - Registro, no Livro n.º 3, de Cédula de Crédito Rural (Dec. Lei Federal 167 de 14 de fevereiro de 1967, artigo 34, parágrafo único), de Cédula de Crédito Industrial (Dec. Lei Federal 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 1.^o, de Cédula de Crédito à Exportação (Lei Federal 6.313, de 16 de dezembro de 1975, artigo 3k,) e de Cédula de Crédito Comercial (Lei Federal 6.840, de 3 de novembro de 1980, artigo 50):

Até	Cr\$ 200,00		0,10%
De Cr\$ 200,01 a 500,00			0,20%
de Cr\$ 500,01 a 1.000,00			0,30%
de Cr\$ 1.000,01 a 1.500,00			0,40%
Acima de	Cr\$ 1.500,00		0,50%

Até o máximo de 1/1 do valor de referência previsto na Lei 6.205, de 29 de abril de 1975.

IX - Registro, no Livro n.º 2, de hipoteca cedular:

a) de cédula de crédito rural:

o mesmo valor previsto no item VIII para o registro da hipoteca de cada imóvel.

b) das demais cédulas mencionadas no item VIII:

o mesmo valor do item I.

X - Averbação, em registro de cédula mencionada no item VIII:

10% (dez por cento) do preço fixado no item citado, até o máximo de 1/40 do valor da referência.

Notas:

1.º - Os atos previstos nos itens VIII, IX, alínea "a", e X não estão sujeitos a pagamento de custas ao Estado nem ao recolhimento de contribuição à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado.

2.º - No caso de registro de cédulas de crédito Industrial, Comercial ou à Exportação, 50% (cinquenta por cento) dos emolumentos devidos pelo registro no Livro nº 3, caberão ao Oficial, devendo os restantes 50% (cinquenta por cento) serem recolhidos pelo serventuário ao Banco do Brasil, a crédito do Tesouro Nacional (Dec. Lei Federal 413, de 9 de janeiro de 1969, artigo 34, § 2.º; Lei 6.313, de 16 de dezembro de 1975, artigo 3.º, e Lei 6.840, de 3 de novembro de 1980, artigo 5.º).

Os emolumentos devidos pelas averbações previstas no item X, serão integralmente percebidos pelo Oficial.

XI - Certidões:

a) Certidão em breve relatório ou "verbo ad verbum", por pessoa ainda que se refira a nomes por extenso e abreviados, de casada e de solteira, ou se trate de espólio ou massa falida, qualquer que seja o período abrangido, ainda que o mesmo nome apareça mais de uma vez:

Carteiras				
Ao	Ao oficial	das	Serventias	Total
		Estado		
Pela primeira folha	520,00	104,00	104,00	728,00
Por página que acrescer, qual- quer que seja o número de pessoas	143,00	28,60	28,60	200,20
b) de matrícula ou de registro do Livro nº 3, extraída por qualquer meio reprográfico (Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei 6.216 de 30 de junho de 1975, artigo 19, § 1.º):				
Pela primeira folha.....	344,00	68,80	68,80	481,60
Por página que acrescer	143,00	28,60	28,60	200,20
c) certidão de documento arquivado em Cartório, reproduzido por qualquer meio reprográfico (Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei 6.216 de 30 de junho de 1975, artigo 25):				
Por página.....	143,00	28,60	28,60	200,20

XII - Informação Verbal, quando o interessado dispensar a certidão: A quarta parte do valor fixado no item anterior.

Por transferência de imóvel 50,00 10,00 10,00 70,00

XIII - Relação de transferência de imóveis em forma de listagem, por solicitação de Prefeituras Municipais:

XIV - Via excedente de Documento registrado (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei 6.216, de 30 de junho de 1975, artigo 211):

455,00 91,00 91,00 637,00

XV - Prenotação do Título, a requerimento do interessado, para satisfação de exigência legal ou suscitação de dúvida, quer se trate de registro ou averbação:

Registro 3.696,00 739,20 739,20 5.174,40

Averbação 739,00 147,80 147,80 1.034,60

XVI - Microfilmagem, de documento referido nesta tabela:

Qualquer que seja o número

de páginas 240,00 48,00 48,00 336,00

XVII - Recebimento de prestação previsto no Dec. Lei 58, de 10 de dezembro de 1937, e na Lei 6.766 de 20 de dezembro de 1979:

a) pela abertura de conta e recebimento da primeira prestação:

980,00 196,00 196,00 1.372,00

b) pelo recebimento sem abertura de conta:

ao Oficial 1% (um por cento) do valor depositado, acrescido das porcentagens devidas ao Estado e à Carteira de Previdência das Serventias.

Notas:

1.º - Os valores previstos neste item serão deduzidos da importância depositada pelos prestamistas.

2.º - Os emolumentos devidos pelos atos em que são partes as autarquias municipais e sociedades de economia mista nas quais a União, o Estado e o Município sejam acionistas majoritários, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento).

TABELA 12

DOS OFICIAIS DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1 - Registro integral de contrato, títulos e documentos com valor declarado, qualquer que seja o número de páginas:

Valor da Averbação	Ao	Carteiras Ao	Estado	das Serventias	Total
Até Cr\$ 10.000,00	525,00	375,00	75,00	75,00	
De 10.000,01 a 50.000,00	1.092,00	780,00	156,00	156,00	
De 50.000,01 a 300.000,00	1.890,00	1.350,00		270,00	270,00
de 300.000,01 a 500.000,00	2.310,00	1.650,00		330,00	330,00
de 500.000,01 a 1.000.000,00	2.835,00	2.025,00	405,00	405,00	
Pelo que exceder de Cr\$ 1.000.000,00 até 75.000.000,00					
cada 100.000,00 ou fração	126,00	90,00	18,00	18,00	
Pelo que exceder de Cr\$ 75.000.000,00 cada 100.000,00					
ou fração.....	84,00	60,00	12,00	12,00	

Nota:

As custas, contribuições e emolumentos previstos nesta Tabela não poderão ultrapassar os valores máximos, estipulados na Tabela n.º 11, dos Oficiais de Registro de Imóveis.

II - Registro integral de título, documento ou papel sem valor declarado:

Até uma página	375,00	75,00	75,00	525,00
Por página que acrescer	105,00	21,00	21,00	147,00

III - Registro e entrega de notificação, inclusive certidão à margem do registro e no documento, além de condução, cobrada conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

a) no perímetro urbano	720,00	144,00	144,00	
1.008,00				
b) no perímetro rural ou em local distante mais de 5 km do Cartório.....	1.120,00		224,00	224,00
1.568,00				

IV -- Registro resumido de penhora, caução ou parceria:

Até uma página	210,00	42,00	42,00	
294,00				
Por página que acrescer	75,00	15,00	15,00	105,00

V - Averbação:

210,00	42,00	42,00	
294,00			

VI - Matrícula de Oficina impressora, jornal e outros periódicos:

1.300,00	260,00	260,00	
1.820,00			

VII - Inscrição de pessoa jurídica de fins científicos, culturais, beneficentes ou religiosos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

900,00	180,00	180,00	1.260,00
--------	--------	--------	----------

VIII - Inscrição de pessoa jurídica de fins econômicos, inclusive todos os atos do processo, registro e arquivamento:

Até Cr\$ 10.000,00	600,00	120,00	120,00
--------------------	--------	--------	--------

840,00				
De 10.000,01 a 50.000,00	1.200,00	240,00	240,00	
1.680,00				
De 50.000,01 a 100.000,00	2.100,00	420,00	420,00	
2.940,00				
de 100.000,01 a 500.000,00	3.000,00	600,00	600,00	
4.200,00				
de 500.000,01 a 1.000.000,00	6.000,00	1.200,00	1.200,00	
8.400,00				
Pelo que exceder de				
1.000.000,00 até 30.000.000,00				
cada 100.000,00 ou fração.....	210,00	42,00	42,00	294,00
Pelo que exceder de				
30.000.000,00 cada 100.000,00				
ou fração	135,00	27,00	27,00	189,00
IX - Cancelamento de inscrição:				
a) em geral o mesmo que o cobrado por averbação (item V).				
b) de pessoa jurídica de fins econômicos: a terça parte do item VIII.				
X - Certidão:				
a) pela primeira folha	280,00	56,00	56,00	392,00
b) por página que acrescer	126,00	25,20	25,20	176,40
c) pelo sistema de processa-				
mento de dados por nome				
a mais	63,00	12,60	12,60	88,20
Nota:				
Se o interessado dispensar a certidão, o Oficial poderá cobrar pela informação verbal 50%				
(cinquenta por cento) dos emolumentos.				
XI - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório:				
60,00 12,00 12,00 84,00				
XII - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela:				
Qualquer que seja o número				
de páginas, mais	240,00	48,00	48,00	
336,00				
XIII - Sistema de processamento de dados por documento completo, qualquer que seja o número				
de páginas, referido nesta Tabela:				
Por documento, mais	130,00	26,00	26,00	
182,00				
XIV - Autenticação procedida de acordo com a Lei Federal n.º 5.433 de 8 de março de 1968,				
regulamentada pelo Decreto n.º 64.393, de 24 de abril de 1969:				
a) de microfilmagem. por rolo				
de 16 mm	496,00	99,20	99,20	694,40
de microfilmagem por rolo				
de 35 mm	752,00	150,40	150,40	
1.052,80				
b) de cópia extraída de rolo				
de microfilmagem legalizado:				
por página ou fotograma.....	112,00	22,40	22,40	156,80
TABELA 13				
DOS ESCRIVÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS				
I - Protocolização, intimação, protesto e registro de protesto (quando houver) de qualquer título,				
além das despesas de publicação de edital, remessa postal e condução, cobradas conforme as				
Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:				
	Carteiras			
Valor da Título	Ao	Ao	das	Total
	oficial	Estado	Serventias	
Até Cr\$ 2.000,00	210,00	42,00	42,00	294,00
De 2.000,01 a 20.000,00		700,00	140,00	140,00
980,00				

De 20.000,01 a 100.000,00	1.260,00	252,00	252,00
1.764,00			
acima de Cr\$ 100.000,00	1.750,00	350,00	350,00
2.450,00			
II - Pelo cancelamento de protesto, qualquer que seja o seu valor:			
420,00 84,00 84,00 588,00			
III - Certidão de protesto:			
a) negativa, por pessoa.....	119,00	24,00	24,00
167,00			
b) certidão de protesto positiva ou de cancelamento de protesto ou negativa de homônimo por pessoa....	136,00	27,00	27,00
190,00			
c) por página que acrescer, qualquer que seja o número de pessoas.....	51,00	10,00	10,00
71,00			
d) certidão extraída por sistema de processamento de dados (computador), na Comarca da Capital, englobados todos os Cartórios.....	1.350,00	270,00	270,00
1.890,00			
e) certidão de protesto positiva inclusive sob forma de relação para Entidade de Classe:			
por protesto	50,00	10,00	10,00
70,00			
f) informação verbal quando o interessado dispensar certidão	50,00	10,00	10,00
70,00			
IV - Xerocópia ou fotocópia de documento lavrado ou arquivado no Cartório:			
Por página.....	60,00	12,00	12,00
84,00			
V - Microfilmagem de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas:			
	Carteiras		
Ao	Ao	das	
Escrivão	Estado	Serventias	Total
240,00	48,00	48,00	336,00
VI - Sistema de processamento de dados (computador), de documento referido nesta Tabela, qualquer que seja o número de páginas:			
240,00 48,00 48,00 336,00			
VII - Busca em arquivamento de procurações:			
por nome.....	40,00	8,00	8,00
56,00			
TABELA 14			
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS			
	Carteiras		
Ao	das		
Escrivão	Serventias		Total
I - Assento de nascimento, de óbito, inclusive uma certidão, mesmo quando feito mediante petição ou mandado, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 6.015/73	2.000,00	400,00	
2.400,00			
II - Casamento:			
a) pela habilitação, lavratura do assento, excluídas as despesas			

de publicação pela imprensa Oficial, incluindo o forneci- mento de uma certidão	6.875,00	1.375,00
8.250,00		
b) pela dispensa parcial ou total do prazo de proclamas, mais.....	1.000,00	200,00
1.200,00		
c) pela diligência para realização do casamento fora do Cartório, dentro do horário normal do expediente, excluídas as despesas de condução a ser fornecida pelo interessado, mais	12.000,00	2.400,00
14.400,00		
d) pela diligência para realização de casamento fora do Cartório, depois do horário normal do expediente, correndo por conta do interessado a condução	22.500,00	4.500,00
27.000,00		
e) pelo traslado de cada documento desentranhado dos autos, mais	625,00	125,00
f) pelo registro e afixação do edital de proclamas recebido de outro Cartório e pelo fornecimento da certidão respectiva	1.400,00	280,00
1.680,00		
g) pela lavratura de assento de casamento, à vista de certidão de habilitação expedida por outro Cartório e fornecimento de uma certidão.....	1.800,00	360,00
2.160,00		
Nota:		
Quando o casamento não for realizado em Cartório, por impossibilidade de comparecimento de um dos nubentes, devidamente comprovada, cobrar-se-á de acordo com a letra "a" com acréscimo da metade do preço.		
III - Registro ou inscrição de casamento, religioso com efeito civil, emancipação, interdição, ausência, aquisição de nacionalidade brasileira, transcrição de registro de nascimento, casamento ou óbito ocorridos no estrangeiro, inclusive o fornecimento de uma certidão.....		
3.600,00		720,00
4.320,00		
IV - Averbação de retificação, legitimação, adoção e emancipação		
2.250,00		450,00
2.700,00		
V - Averbação de divórcio, separação judicial, inclusive o registro da sentença definitiva e de restabelecimento da sociedade conjugal		
4.500,00		900,00
5.400,00		
VI - Certidão, incluída a busca:		
a) em breve relatório	900,00	180,00
1.080,00		
b) "verbo ad Verbum", no todo		

ou em parte	1.400,00	280,00
1.680,00		
c) por averbação que acrescer.....	500,00	100,00
600,00		

Nota:

A certidão de nascimento, em breve relatório conterá no mínimo: dia, mês e ano, lugar e hora do nascimento, sexo do registrado, nome prenome e naturalidade dos pais, nome e prenome dos avós.

VII - Xerocópia autenticada de ato da Serventia a seu cargo: o mesmo que o fixado na Tabela 11, item III.

Nota:

Pela informação verbal, se o interessado dispensar a certidão, poderá o serventuário, cobrar a quarta parte dos emolumentos previstos na letra "a".

VIII - Arquivamento da Lei, decreto,

resolução ou decreto legislativo

municipal, nos termos do artigo 55

§ 4.º do Decreto-Lei Complementar

n.º 9, de 31-12-1969 até duas páginas...	100,00	20,00
120,00		

mais de duas páginas até dez.....	280,00	56,00
336,00		

mais de dez páginas	540,00	108,00
648,00		

IX - Certidão integral ou parcial

"verbo ad verbum", ou em breve relatório,
de ato mencionado no item anterior:

pela primeira folha	180,00	36,00
216,00		

por página que acrescer.....	100,00	20,00
120,00		

Nota:

A consulta dos atos municipais é gratuita e não poderá ser negada a qualquer interessado.

X - Ato que lhe seja permitido praticar como Tabelião de Notas: o mesmo que o cobrado na Tabela 10.

Nota:

Não será cobrado emolumento algum pelo Registro Civil e respectivas certidões, das pessoas pobres, nos termos do artigo 30 da Lei Federal n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, podendo o Oficial dispensar o atestado de pobreza.

DECRETO N.º 88.267 - DE 30 DE ABRIL DE 1983

Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 116, § 2.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e nos artigos 18 e 19 da Lei n.º 6.708, de 30 de outubro de 1979, decreta:

Art. 1.º - A tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n.º 87.743, de 29 de outubro de 1982, fica alterada na forma da nova tabela que acompanha o presente Decreto, e vigorará pelo prazo de 3 (três) anos, conforme o § 1.º do artigo 116 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Art. 2.º - Para os menores aprendizes de que trata o artigo 80, e seu parágrafo único, da mencionada Consolidação, o salário-mínimo corresponderá ao valor de meio salário-mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Durante a segunda metade do aprendizado, o salário-mínimo será correspondente a dois terços do valor do salário-mínimo regional.

Art. 3.º - Aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 5.381, de 9 de fevereiro de 1968, para os Municípios que vierem a ser criados na vigência deste Decreto.

Art. 4.º - Para os trabalhadores que tenham fixado por lei o máximo da jornada diária em menos de oito horas, o salário-mínimo horário será igual ao da nova tabela multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 5.º - O presente Decreto entra em vigor em 1.º de maio de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Murillo Macêdo - José Flávio Pécora

DECRETO N.º 88.268 - DE 30 DE ABRIL DE 1983

Fixa coeficiente de atualização monetária previsto na Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item M, da Constituição e nos termos do artigo 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, e da Lei n.º 6.423, de 17 de maio de 1977, decreta:

Art. 1.º - O coeficiente de atualização monetária, a que se refere o parágrafo único do artigo 2.º da Lei n.º 6.205, de 29 de abril de 1975, será de 1,524 (um inteiro e quinhentos e vinte e quatro milésimos), aplicável sobre os valores padrão vigentes em 1.º de novembro de 1982.

Parágrafo único - Os valores de referência, a serem adotados em cada Região, já atualizados na forma do caput deste artigo, constam do Anexo ao presente Decreto.

Art. 2.º - O coeficiente fixado no artigo 1.º deste Decreto aplica-se, inclusive, às penas pecuniárias previstas em lei e aos valores mínimos estabelecidos para alçada e recursos para os Tribunais.

Art. 3.º - O presente Decreto entra em vigor em 1.º de maio de 1983, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - José Flávio Pécora

ANEXO AO DECRETO N.º 98.268 - DE 30 DE ABRIL DE 1983

NOVOS VALORES DE REFERÊNCIA.

VALORES E REGIÕES QUE OS UTILIZAM

Valores Vigentes em 1-11-82 (Cr\$)	Novos Valores (Cr\$)	Regiões e Sub-regiões (tal como definidas pelo Decreto n.º 75.679, de 29 de abril de 1975
7.931,20	12.087,10	4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª - 2.ª
Sub-região,		
		Território de Fernando de Noronha,
8.782,10	13.383,90	10.ª, 11.ª, 12.ª -- 2.ª Sub-região.
12.ª		1.ª, 2.ª, 3.ª, 9.ª -- 1.ª Sub-região,
		--- 1.ª Sub-região, 20.ª, 21.ª.
9.565,90	14.578,40	14.ª, 17.ª --- 2.ª Sub-região, 18.ª
--- 2.ª		
		Sub-região.
10.440,10	15.910,70	17.ª --- 1.ª Sub-região, 18.ª --- 1.ª Sub-
região, 19.ª.		
11.225,00	17.108,90	13.ª, 15.ª, 16.ª, 22.ª.

Exemplos de Cálculos:

Os valores apresentados acima passam a substituir os relativos ao salário-mínimo em cada região, como exemplificado abaixo:

1.º exemplo: um contrato na 7.ª região, que determina o pagamento de 1 salário-mínimo regional, passa a exigir o pagamento de Cr\$ 12.087,10 (doze mil, oitenta e sete cruzeiros e dez centavos).

2.º exemplo: um contrato na 3.ª região, que determine o pagamento de 3,5 (três e meio) salários-mínimos regionais passa a exigir o pagamento de Cr\$ 46.843,70 (quarenta e seis mil,

oitocentos e quarenta e três cruzeiros e setenta centavos).

3.º exemplo: uma multa de 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo do País passa a ser Cr\$ 8.553,50 (oito mil, quinhentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta centavos).

**PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPLAN/MF N.º 053
DE 29 DE ABRIL DE 1985**

Os Ministros de Estado, Interinos, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nas Leis n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, e 6.423, de 17 de junho de 1977, resolvem:

Fixar para o mês de maio de 1983, em:

1. 391,161 (trezentos e noventa e um vírgula cento e sessenta e um) o coeficiente de correção monetária das Obrigações Reajustáveis; do Tesouro Nacional - ORTNS;
2. 9% (nove por cento) o acréscimo referente à correção monetária aplicável às ORTNS;
3. Cr\$ 3.911,61 (três mil, novecentos e onze cruzeiros e sessenta e um centavos) o valor de cada ORTN.

José Flávio Pécora. - Mailson Ferreira da Nóbrega.

**EVOLUÇÃO MENSAL DO COEFICIENTE DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO
TESOURO NACIONAL --- ORTN**

MÊS/ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT																																																																																																																																																																																																																													
NOV	DEZ																																																																																																																																																																																																																																						
1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983																																																																																																																																																																																																																				
-----	1,130	1.660	2.323	2,848	3.562	4.235	5,051	6.152	7.087	8.062	10.676	13.334	18.365	23.832	32.682	48.783	73.850	145,396	291.093	-----	1,130	1.705	2.378	2,898	3.627	4.330	5.144	6,226	7.157	8.147	10,838	13.590	18.683	24.335	33.420	50.833	77.543	152,666	308.559	-----	1,130	1.730	2.428	2,940	3.691	4.417	5.212	6.309	7,232	8.269	11.018	13.894	19.051	24.899	34,197	52.714	82.583	160,299	329.232	-----	1.340	1.760	2,464	2.983	3.743	4.467	5,264	6,381	7.319	8,373	11,225	14.224	19.483	25.541	35,051	54.664	87.786	168,314	358.863	-----	1.340	1,828	2.501	3,039	3.801	4.508	5,325	6,466	7,403	8.510	11.449	14.583	20.045	26.287	36,364	56.686	93.053	177,571	391.161	-----	1,340	1,909	2,546	3,120	3,848	4,550	5,401	6,575	7,497	8.691	11,713	15,017	20.690	27,088	37,754	58,613	98,636	187.337	-----	1.520	1,987	2.618	3.209	3.900	4,620	5.508	6.693	7.580	8,980	11.927	15.460	21,380	27.904	39.010	60,489	104,554	197.641	-----	1.520	2.013	2.681	3.281	3.927	4,661	5,618	6.789	7.648	9.375	12,131	15,855	21.951	28.758	40.071	62.425	110,827	209.499	-----	1.570	2.101	2,725	3,413	4,956	6,705	8,736	11,846	16,712	23,922	34,320	50,162	72,401	99,574	129,224	174,423	224.164	1.000	1.590	2,161	2.738	3.388	3,992	4.761	5,861	6,895	7,787	10,190	12,570	16.833	22,715	30,329	42,880	66.356	123.939	239.855	1.000	1.605	2.218	2.757	3.439	4,057	4.851	5.979	6.961	7.840	10,410	12.843	17,440	23,030	31,049	44.847	68,479	131.004	256.645	1.000	1,630	2.269	2.796	3.495	4.142	4.954	6,077	7.007	7.907	10.541	13.093	17.968	23.374	31,844	46.871	70.670	138.209	273.327

EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DA ORTN

Variações Mensal, Trimestral, Acumulada no Ano e em 12 Meses

		O.R.T.N									
Período	Mensals %	s %Trimestral	s%Acumulada no Ano	s%12 Meses							
1982	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO			
	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	1983	JANEIRO					
	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	5,25,05,05,0	5,55,55,5	6,0	7,0	7,0	7,07,66,5	6,0
6,7	9,09,0	17,315	817,421	421.423,3							
	5,210	516,021	828,535	543,051	662,273	585,797	86,512	920,531	343,1		
	96.996	694.191	790.889	989.089	091.293	595.997	8100,210	2,1105,411	3,2120,3		

PORTARIA N.º 54 - DE 29 DE ABRIL DE 1983

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no uso

de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965, e na Lei n.º 6.423, de 17 de junho de 1977, resolve:

1. Fixar o coeficiente de correção monetária, aplicável aos saldos devedores e às prestações relativas a contratos que têm por objeto a venda ou construção de habitações com pagamento a prazo, para o mês de março de 1983, conforme tabela anexa.
2. Determinar que esse coeficiente seja aplicado sobre o valor da prestação e da dívida contraída, para efeito da primeira correção, e sobre o valor atualizado da prestação e do saldo devedor, para as correções subseqüentes.
3. Estabelecer que o reajustamento das prestações e a correção dos saldos devedores sejam efetuados em maio de 1983.

José Flávio Pécora - Ministro Interino

Coeficiente para a Correção Monetária do Saldo Devedor e para o Reajustamento das Prestações Relativas a Contratos Imobiliários Firmados de Acordo com a Lei n.º 4.864, de 29 de novembro de 1965

Mês da ultima Correção e Reajustamento	Mês do início do Contrato	Mês referência	Mês da Correção e do Reajustamento	Coeficiente
Setembro - 1982	Março - 1983	Maio - 1983		1,468710

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ENDEREÇOS E TELEFONES DAS VARAS DISTRITAIS DA CAPITAL

Telefone	Ramal
CASA VERDE	
Rua Jaguaratê, 219	
665	
PRIMEIRA VARA	266.0948
OFÍCIO	266.0942
SEGUNDA VARA	266.0937
OFÍCIO	266.3001
TERCEIRA VARA	857.6962
OFÍCIO	265.6450
QUARTA VARA	857.7662
OFÍCIO	266.1317
PRIMEIRA VARA	295.3466
IBIRAPUERA	
658	
Av. Washington Luís, 6811	
PRIMEIRA VARA	531.3119
659	
OFÍCIO	531.3180
SEGUNDA VARA	531.3145
Ofício	531.3219
IPIRANGA	
Rua Greenfeld, 27/31	
PRIMEIRA VARA	274.1486
OFÍCIO	274.2029
SEGUNDA VARA	63.8687
OFÍCIO	274.2519
TERCEIRA VARA	272.0767
572	
OFÍCIO	274.8044
572	
ITAQUERA	
Rua Tomazo Ferrara 36-A	

Telefone	Ramal
SEGUNDA VARA	261.4435
OFÍCIO	261.4587
TERCEIRA VARA	831.4900
672 OFÍCIO	831.4844
QUARTA VARA	831.4911
671 OFÍCIO	831.4866
PENHA	
Rua Dr. João Ribeiro, 433	
3.º e 4.º Pavimentos	
OFÍCIO	295.3366
SEGUNDA VARA	295.5657
OFÍCIO	295.5702
570	
Rua Padre João, 546/48 e 554	
575 TERCEIRA VARA	295.3466
OFÍCIO	
QUARTA VARA	295.3466
OFÍCIO	
657 PINHEIROS	
R. Filinto de Almeida, 69	
654 PRIMEIRA VARA	211.5881
OFÍCIO	210.3828
SEGUNDA VARA	211.6323
OFÍCIO	211.6206
TERCEIRA VARA	814.3538
OFÍCIO	814.3605

573			
PRIMEIRA VARA 205.6487			
OFICIO	205.8001	579	SANTANA
SEGUNDA VARA	205.6489		Rua Vol. da Pátria, 1604/24
OFICIO	205.6395	578	PRIMEIRA VARA 298.5598
TERCEIRA VARA	205.6414		OFICIO 298.5587
673			
OFICIO	205.9657		SEGUNDA VARA 298.5343
		OFICIO	298.5404
674			
JABAQUARA			Rua. Vol. da Pátria, 1141
Av. Jabaquara, 1802/08/12		TERCEIRA VARA	267.2977
PRIMEIRA VARA 577.8651		675	OFICIO 267.0546
OFICIO	577.6522		
571			
SEGUNDA VARA	577.5291	676	SANTO AMARO
OFICIO	577.1946		Rua Luiz Seráfico
TERCEIRA VARA	577.4439		Júnior, 1046/70
OFICIO	577.9612		PRIMEIRA VARA 247.6395
		OFICIO	247.4429
LAPA			
670			SEGUNDA VARA 247.2631
Rua Martin Tenório, 120		OFÍCIO	247.2731
PRIMEIRA VARA 261.4035			
677		664	TERCEIRA VARA 247.5757
OFICIO	261.4235		TUCURUVI
OFICIO	548.8493		Av. Tucuruví, 63/67
QUARTA VARA 522.3879			PRIMEIRA VARA 203.8790
OFICIO	548.8669	OFÍCIO	203.8795
669		SEGUNDA VARA	203.6063
SÃO MIGUEL PAULISTA		OFICIO	203.1219
Av. Marechal Tito, 1413			
667			Av. Sezefredo Fagundes, 633
PRIMEIRA VARA 297.0092		577	TERCEIRA VARA
Ofício	297.0254		OFICIO
SEGUNDA VARA	297.0145	576	QUARTA VARA
Ofício	297.0193		OFICIO
TERCEIRA VARA	297.6625		
OFICIO	297.6415		VILA MARIA
			Av. Guilherme Cotching, 950
SAUDE			PRIMEIRA VARA 264.3783
Av. Curaino, 1919			OFICIO 264.2285
662			
PRIMEIRA VARA 275.2311		SEGUNDA VARA	93.5265
OFICIO 275.26218	668	OFÍCIO	264.3383
663			
SEGUNDA VARA	275.2529		TERCEIRA VARA 292.7639
OFICIO	275.2813	666	OFICIO 292.7917
TERCEIRA VARA	578.8342		QUARTA VARA 292.7595
OFICIO	578.8345		OFICIO 292.7852
			VILA PRUDENTE
TATUAPÉ			Rua Ibitirama, 447
Rua Potiguares, 88			PRIMEIRA VARA 274.0318
PRIMEIRA VARA 295.4738		OFICIO	215.6880
656			
OFICIO 295.1436	660	SEGUNDA VARA	63.8996

SEGUNDA VARA	295.5051		OFICIO	274.2919
655				
OFICIO	295.6770	661	TERCEIRA VARA	273.5750
TERCEIRA VARA	293.3276			274.7318
OFICIO	293.3279		OFICIO	215.3153
QUARTA VARA	293.3285		Sala dos Oficiais de Justiça	274.5641
OFICIO	293.3154			

Nº 115 - Publicação: Jul/Dez 1983

NATAL

Mais um Natal se aproxima.

Que cada momento seja desfrutado com imensa alegria.

Que se formem elos de Paz, Amizade e Amor tão importantes, únicos e insubstituíveis e que estejam dentro de todos e que devam ser reencontrados.

1983/1984

A diretoria da Associação dos Serventuários de Justiça deseja ao prezado colega:

Que o Ano Novo seja repleto de bons e grandes acontecimentos.

Um ano de tranquilidade o de esperança.

Que o bom senso na solução dos problemas, que é a única atividade recomendável, seja sempre e sempre o trabalho.

PREPARADOR ELEITORAL

Refere-se àquela pessoa que é nomeada pelos Tribunais Regionais Eleitorais, por indicação do Juiz Eleitoral, para auxiliar o alistamento de eleitores, exercendo as funções em distritos e municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral.

Os atos que lhe competem praticar são os que constam do artigo 63 do Código Eleitoral vigente, sendo a sua remuneração a de uma hora do salário-mínimo local por processo preparado, paga pelo Tribunal Regional Eleitoral à vista de relação visada pelo Juiz Eleitoral da respectiva zona. De grande responsabilidade é a participação do preparador eleitoral em sua função, manuseando os processos que passam por suas mãos, encaminhando-os ao Juiz da Zona que lhe estiver atribuída, além de outros encargos, dentre eles o de manter uma pessoa para auxiliá-lo na execução de serviços atinentes ao cargo.

A propósito da remuneração dos preparadores em causa, é que tivemos a lembrança de fazer este modesto trabalho, donde sugerimos às autoridades a quem estiver afeto o assunto, para que, ao invés daquela a que nos referimos (§ único do item IX do artigo 63 do Código citado) fosse estudada uma gratificação fixa aos ditos servidores, a ser paga mensal, trimestral ou semestralmente, ao critério de quem for legislar a respeito.

Aí fica a nossa sugestão, no sentido de que os preparadores eleitorais obtenham merecida recompensa pelos seus serviços.

Guará, 18 de maio de 1983.

Luiz Carlos da Silva - Servidor de Justiça, Aposentado.

DESBUROCRATIZAR QUANDO E O QUE ?

Walter Tebet

"A Palavra do Leitor.", na "Folha de São Paulo" de 20-05-83, no que se refere "O problema dos homônimos" aborda assunto bastante válido quando o seu manifestante relata o homônimo na certidão de "distribuição judicial", principalmente quando se refere às condições de RG, CIC, endereço, filiação e etc. - Realmente é uma situação que exige algo mais para se desburocratizar; - pois, se na "distribuição" não se acrescentam aqueles elementos indicados, forçosamente a "certidão resposta" expedida pelo Cartório ao qual foi distribuída a "ação" é que poderá completar o RG, CIC e secundariamente, se houver, endereço e filiação. - Daí, se pergunta quando e o que pode ser "desburocratizado"? - Pretender que a Distribuição registre

todos esses elementos seria mais uma triplicada de mais registros e ainda, se negativa, poder-se-ia dispensar a "certidão resposta"; e seria possível essa dispensa, sem que haja a eliminação legal?

O ministro desburocratizador já anunciou a pretensão da dispensa da publicação do edital de proclamas no casamento. Será razoável? - A "publicidade" é um fator preponderante para que se tenha notícia e quem de direito possa eventualmente impedir o matrimônio.

Na qualidade de Oficial do Registro Civil acho uma boa facilidade para o trabalho dispensado às testemunhas no registro de nascimento; - mas, em verdade, mesmo com testemunhas ainda se registra quem não existe ou falseia a verdade com outros fatos. - Embora o Cartório possa e deva diligenciar tudo quanto lhe parecer duvidoso, nem sempre se apresentam com dubiedade para se constatar tal veracidade e se o número for considerável, o número de funcionários deve ser mais aumentado e a rentabilidade nunca permitirá tais despesas. Então, se indaga, novamente, quando e o que pode ser desburocratizado? Não se pode esquecer que geralmente o número de interessados comparece simultaneamente em certos horários mais preferidos e daí as dificuldades se tomam maior para esse policiamento.

As fotocópias ou xerox são realmente meios mais rápidos e menos dispendiosos, mas as falsificações de tais meios reprodutivos são tamanhos que os próprios cinemas se recusam a receber a fotocópia de identidade para efeito de censura e de economia (estudantes).

A própria Egrégia Corregedoria Geral da Justiça expediu Provimento para que se não autentique fotocópia ou xerox quando o documento não estiver com a firma reconhecida; e não se tratam de documentos públicos que dispensam o reconhecimento de firmas?

E, então, quando e o que deve ser desburocratizado? Tudo na vida é relativo.

Americana - SP, 20-05-83.

Walter Tebet

COMUNICADO N.º 199/83

O Corregedor Geral da Justiça comunica, para conhecimento geral, que na Comarca de Sorocaba o serviço de registro de óbitos nos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais está funcionando em caráter ininterrupto, dia e noite, inclusive aos sábados, domingos e feriados, realizando-se por intermédio da Organização Funerária das Entidades Benéficas e Assistências - DFEBAS - entidade de utilidade pública local, situada na Rua Braz Cubas n.º 61, telefones 31.3701, 31.3765 e 32.9098 em aludida cidade. (Proc. 66.631/83).

DEPE-3.3.1. - 05-09-1983.

I A M S P E AMPLIA A MARCAÇÃO DE CONSULTAS POR TELEFONE

A Superintendência do IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - atendendo a antiga reivindicação de seus usuários, implantou o sistema de marcação de Consultas por Telefone para as Clínicas Médica e Pediátrica. A receptividade foi de tal ordem que houve por bem estender esse mesmo sistema às Clínicas Ortopédica -. Traumatológica e Dermatológica, acreditando que tal medida, mais uma vez, venha de encontro aos anseios do funcionário público estadual. A marcação de consultas continuará sendo feita de 2.ª a 6.ª feiras, das 8 às 17 horas, pelo telefone 549-2211 - ramal 354/359.

PROVIMENTO N.º 08/82

Dá nova redação aos Itens 92 do Capítulo V e 21 do Capítulo VI das Normas de Serviço e aos itens 21 e 22 do Capítulo IV das Normas de Pessoal.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando o que ficou decidido nos Processos nos 54.211/80, 60.906/82, 60.907/82 e 53.200, resolve:

Art. 1.º - O item 92 do Capítulo V das Normas de Serviço (Provimento CG. n.º 5/81) passa a ter nova redação e acréscimo de dois subitens, recebendo a redação seguinte:

"92. - Finto o processo sem que as armas, munições ou objetos sejam reclamados pelo lesado ou por terceiro de boa fé (Arts. 74 e 100 do Código Penal), o Juiz das Execuções Criminais oficiará ao Comandante da Delegacia do Serviço Militar do local, para que, em cumprimento à Portaria n.º 341/80, do Exmo. Sr. Ministro do Exército, os retire do depósito, lavrando-se termo

pormenorizado de retirada (Proc. CG. 60.342).

"92.1 - Os objetos que a Autoridade Militar mencionada no item anterior entender não serem alcançados pelos termos da Portaria aludida, deverão também ser relacionados no termo referido, com expressa menção à recusa, determinando o Juiz, em seguida, a sua incineração ou inutilização por outro meio, lavrando novo competente termo (Port. Pres. TJ 555/58).

92.2 - O disposto no item e no subitem anteriores não se aplica às armas pertencentes à Polícia Militar e à Polícia Civil, devendo, com relação a elas, ser observado o constante dos itens 99 a 101 deste Capítulo".

Art. 2.º - Os itens 21 e 22 - Capítulo IV, das Normas do Pessoal das Serventias Não Oficializadas (Provimento n.º 01/82), passam a ter as seguintes redações, o primeiro dos quais com acréscimo de subitem:

21. - O Servidor eleito Vereador deverá afastar-se de seu cargo na Serventia, no caso de incompatibilidade de horário (artigo 104, § 3.º parte final c.c. § 1.º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 04-06 de 1976 e art. 111 da Constituição Estadual com a redação da Emenda Constitucional n.º 21, de 22-10-80).

21.1 - Afastando-se por incompatibilidade de horário, o servidor optará pelos subsídios da vereança ou pela remuneração do cargo na serventia; havendo compatibilidade, perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus (art. 104, § 3.º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 04-06-1976 e art. 111, incisos I e II, da Constituição Estadual, com a redação da Emenda n.º 21, de 22-10-1980).

22. - O servidor eleito para o cargo remunerado de Prefeito e Vice-Prefeito, enquanto em exercício no cargo de Prefeito Municipal, afastar-se-á do cargo na Serventia, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração (art. 104, § 2.º, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional n.º 6, de 04-06-1976 e artigo 96, § único, da Constituição Estadual, com a redação da Emenda Constitucional n.º 21, de 22-10-1980).

Art. 3.º - O item 21 do Capítulo VI das Normas de Serviço (Provimento n.º 5/81), passa a ter, com o acréscimo dos subitens 21.1 e 21.2, a seguinte redação:

"21. - Os Oficiais não estão obrigados a assinar carga dos mandados sem prévio pagamento, pelos interessados, das despesas de condução.

"21.1 - Excetuam-se os casos de urgências, mediante ordem do Juiz, de justiça gratuita, de ações penais públicas e privadas e de processos de menores, salvo, quanto aquelas ações e estes processos, o caso de diligência, de qualquer natureza, requerida por réus, assistentes de acusação, querelantes, querelados sindicados e seus pais, que não sejam pobres, assim se considerando os que tiverem Advogado constituído, ressalvado o caso de demonstração da pobreza e da gratuidade, do patrocínio.

21.2 - Os Cartórios, para efeito de diferenciação, colocarão carimbo com a anotação "diligência isenta de pagamento de condução" nos mandados referentes aos casos enunciados no Subitem 21.1".

Art. 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 30 de março de 1982.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 9/82

Torna sem efeito o artigo 3.º do Provimento n.º 8/82.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições,

Considerando que o artigo 3.º, do Provimento n.º 8/82 não foi aprovado pelo Corregedor Geral da Justiça, tendo constado daquele Provimento por engano, resolve:

Art. 1.º - Fica sem efeito o artigo 3.º do Provimento n.º 8/82, que se refere ao item 21 do Capítulo VI, das Normas de Serviço (Provimento n.º 5/81).

Art. 2.º - O artigo 4.º do referido Provimento passa a constituir a artigo 3.º.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 30 de março de 1982.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 11/83

Acrescenta subitem ao item 44 do Capítulo IV das Normas do Pessoal das Serventias não oficializadas.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 48.567/77, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar ao item 44 do Capítulo IV das Normas do Pessoal das Serventias não Oficializadas (Provimento n.º 01/82, o subitem 44.1, com a seguinte redação:

"44.1 - Havendo, entretanto, expressa concordância do Serventuário, com o requerimento do servidor, ou em se tratando de requerimento do próprio Serventuário, a licença poderá reger-se pelos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.261, de 28-10-68, artigos 202 a 204)."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de junho de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 13/83

Publicado novamente por ter saldo com incorreção.

Altera a redação do subitem 47.1 do Capítulo XI das Normas de Serviço

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 60.745/82, resolve:

Art. 1.º - Alterar a redação do subitem 47.1 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento CG. n.º 5/81), que passa a ter a seguinte redação:

"47.1 - No processo iniciado com o auto de infração será usada fórmula impressa aprovada pela Corregedoria e uniforme para todo o Estado, especificando-se nela a natureza e a circunstância da infração, como previsto no art. 111, § 1.º, da Lei n.º 6.667, de 10-10-1979 (modelo acompanhando estas Normas)."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 07 de julho de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 14/83

Acrescenta Subseção ao Capítulo IV das Normas de Serviço

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 66.705/83, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar a Subseção IV ao Capítulo IV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), nos seguintes Termos:

"Subseção IV - Do processamento de execuções fiscais em geral".

"84 - As intimações da exequente a respeito de mandados de segurança impetrados contra atos judiciais no processo de execução fiscal, serão realizadas pelo Juízo impetrado por mandado, que conterá cópia da impetração comunicada pelo Tribunal com a requisição de informações."

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 07 de julho de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 15/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o que dispõe o Decreto Federal n.º 88.092, de 09 de fevereiro de 1983, publicado no Diário Oficial da União, em data de 10 de fevereiro de 1983;
Considerando, ainda, os termos da representação formulada pela ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A.;

Resolve, em caráter excepcional.

Art. 1.º - Autorizar os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo a promoverem, diretamente em nome da - ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A., os registros, e atos correlatos, dos imóveis e direitos reais adquiridos pela escritura de 11 de maio de 1982, lavrada no 21.º Tabelionato de Notas desta Capital, às fls. 120, do Livro 1.141.

Art. 2.º - Para as providências assim autorizadas, bastará a apresentação da referida escritura e dos títulos de cada imóvel ou direito real cujo registro se tenha em vista efetuar, assim como de certidões, plantas, desenhos, croquis, memoriais descritivos ou quaisquer outros documentos que possam facilitar os atos cartorários destinados às matrículas, registros e averbações pertinentes.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

São Paulo, 13 de julho de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 16/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 59.772/81, e no Conflito de Competência n.º 2.220-0, da Colenda Câmara Especial do E. Tribunal de Justiça;
Considerando, ainda, a necessidade de adaptação da redação de vários itens do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, visando a melhor adequá-las a prática cartorária, resolve:

Art. 1.º - Acrescentar ao item 47, da Subseção III, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), o subitem 47.3, com a seguinte redação:

"47.3 - Os pedidos de retificação de registro imobiliário e de registro civil, onde não houver Juízo especializado, serão distribuídos às Varas ou Juízos Cíveis, processando-se pelos respectivos Ofício de Justiça (Processo CG. n.º 59.772,/81; Conflito de Competência n.º 2.220-0, T.J.S.P.)."

Art. 2.º - Alterar a redação do item 7, da Subseção I, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço de Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), que passa a ser a seguinte:

"7. - Os cartórios do Distribuidor terão, além dos comuns e obrigatórios a todas as serventias, livros e fichas para autenticação de livros comerciais, ficando facultada a sua formação pelo sistema de arquivamento das cópias das relações referidas no item 58.3, da Seção III, deste Capítulo."

Art. 3.º - Alterar a redação do item 14, da Subseção I, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81) e acrescentar-lhe o subitem 14.1, na forma seguinte:

"14. - Os livros específicos do Distribuidor serão obrigatoriamente escriturados em folhas soltas (modelo n.º 6), com índices correspondentes.

14.1 - Esses livros deverão ser organizados por grupos, assim discriminados e numerados:

1 - Feitos de natureza civil e comercial, em geral, não abrangidos pelos grupos seguintes;

2 - feitos relativos ao estado e capacidade das pessoas, inclusive alimentos;

3 - feitos relativos à sucessão e fundações;

4 - feitos relativos a registros públicos;

5 - feitos relativos a acidentes do trabalho;

6 - feitos em que a Fazenda Federal, suas autarquias e empresas pública participem como autoras, rés, assistentes ou oponentes, com exceção de falências, concordatas, declarações de insolvência civil e acidentes do trabalho;

7 - feitos em que a Fazenda Estadual, suas autarquias entidades para estatais participem como

autoras, rés, assistentes ou oponentes, com exceção de falências, concordatas e declarações de insolvência civil;

8 - feitos em que a Fazenda Municipal, suas autarquias e entidades para estatais participem como autoras, rés, assistentes ou oponentes, com exceção de falências, concordatas e declarações de insolvência civil;

9 - feitos criminais;

10 - feitos trabalhistas."

Art. 4.º - Alterar a redação do item 26, da Subseção III, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), que passa a ser a seguinte:

, "26. - O número de controle será o do respectivo grupo (exemplo; L (livro) 1, G (Grupo) 1; L 1, G 2; L 1, G 3; L 2, G 1; L 2, G 2; L 2, G 3, etc.)."

Art. 5.º - Alterar a redação do item 27, da Subseção I, Seção II, do Capítulo VIII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81) e acrescentar-lhe os subitens 27.1 e 27.2, na forma seguinte:

"27. - Cada folha corresponderá a uma classe e será escriturada, com os lançamentos pertinentes, inclusive o respectivo número de ordem, por ocasião da primeira distribuição de feitos pertencentes à classe.

27.1 - As subseqüentes distribuições de feitos da mesma classe continuarão a ser efetuadas na folha assim iniciada, até o seu eventual preenchimento.

27.2 - As folhas serão previamente rubricadas pelo Juiz Corregedor Permanente."

Art. 6.º - Alterar a redação do item 28, da Subseção I, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e suprimir o atual subitem 28.1, na forma seguinte:

"28. - Cada folha conterá a indicação do:

a) nome da comarca;

b) número da classe de distribuição e identificação da natureza do feito, de acordo com o quadro discriminatório dos grupos e classes de distribuição."

Art. 7.º - Alterar a redação do item 31, da Subseção I, Seção II, do Capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81) e acrescentar-lhe os subitens 31.1 e 31.2, na forma seguinte:

"31. - Completando-se 200 (duzentas) folhas de um mesmo grupo, providenciar-se-ão sua numeração em ordem crescente (1 a 200) e encadernação, mesmo que não tenham sido abertas algumas classes ou que outras estejam sem o preenchimento total.

31.1 - Nessa última hipótese, as folhas ainda incompletas terão seus espaços em branco inutilizados.

31.2 - Nos índices, que serão elaborados por livros ou fichas, far-se-á remissão aos números do livro, do grupo e das folhas (exemplo: L 1, G 9, F. 86)."

Art. 8.º - Nos cartórios de Distribuição em que já houver grupos completos, deverão ser providenciadas a numeração das respectivas folhas e a encadernação dos livros assim formados, nos termos das alterações ora implantadas, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9.º - Este Provimento entrará em vigor no dia 1.º de agosto de 1983, revogadas; as disposições em contrário.

São Paulo, 11 de julho de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 17/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Atendendo a uma solicitação do Senhor Delegado Geral de Polícia, com vistas ao aprimoramento dos serviços policiais, conforme Processo CG. n.º 67.180/83, resolve:

Art. 1.º - Sempre que decretada a nulidade de prisões em flagrante, os magistrados deverão oficiar ao Senhor Delegado Geral de Polícia, remetendo-lhe uma cópia da decisão, acompanhada de cópia do auto de flagrante.

§ 1.º - Caberá aos Senhores Escrivães, no início de cada quinzena, preparar o respectivo expediente, providenciar entrega e fazer as devidas anotações.

§ 2.º - Os ofícios deverão ser assinados pelos próprios magistrados.

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor a partir do próximo mês de agosto.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
São Paulo, 14 de julho de 1983.
Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 18/83

Altera a redação dos Item 1581, 1, letra "g" o 206 e revoga o subitem 205.1, todos do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça
O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o advento do Decreto-lei n.º 2.038, de 29 de junho de 1983, que deu nova redação a dispositivos do Decreto-lei n.º 1.958, de 9 de setembro de 1982, resolve:
Art. 19 - Alterar a redação do item 158.1, letra "g", do Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, que passa a ser a seguinte:
"158.1

g - documento comprobatório de inexistência de débito para com a Previdência Social, relativamente à obra".

Art. 2.º - Revogar o subitem 205.1, do Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 3.º - Alterar a redação do item 206, do Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, que passa a ser o seguinte:

"206 - O incorporador, particular, construtor ou empresa de comercialização de imóveis, não vinculados à Previdência Social, deverão apresentar, apenas em relação ao imóvel, o documento de inexistência de débito concernente aos responsáveis pela execução das obras, por ocasião da averbação da construção do prédio ou unidade imobiliária (D.L. 1.958, de 9-9-82, art. 2.º, II e § 2.º, com a redação do D.L. 2.038, de 29-6-83, art. 1.º)".

Art. 4.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 9 de agosto de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 19/83

Acrescenta itens aos Capítulos IV, VII e VIII das Normas de Serviço e renumera os atuais itens 59 a 84 para, respectivamente, 66 a 91 do Capítulo IV.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de integrar às Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça o teor dos Provimentos 13 e 16/82, em obediência ao disposto no artigo 2.º de aludidas Normas (Provimento n.º 5/81), e tendo em vista o que consta do Processo CGJ n.º 64.694, resolve:

Art. 1.º - O Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescido dos seguintes itens:

"59. - As contas de liquidação cíveis no Estado de São Paulo serão elaboradas, independentemente de prévia determinação judicial, contendo final conversão de seus valores em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, de acordo com o modelo anexo".

"60. - Quando houver necessidade de transformar o montante de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em cruzeiros, as operações necessárias serão realizadas por cálculo do próprio Cartório Judicial do processo, sem nova remessa ao Contador".

"61. - As questões Porventura ensejadas pelas contas assim elaboradas serão objeto de apreciação judicial de caso por caso, após a manifestação das partes".

"62. - O 2.º Cartório contador enviará mensalmente a todos os Cartórios judiciais cíveis "xerox" do Boletim da Associação dos Advogados, as quais deverão ser arquivadas por esses Cartórios para transformação, no momento em que for necessário, do montante das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em cruzeiros".

"63. - Nas Varas Distritais e nas Comarcas do interior, os respectivos Cartórios Contadores procederão da mesma forma no tocante aos Cartórios judiciais cíveis pertinentes".

"64. - Os precatórios requisitando depósitos automaticamente reajustáveis conterão

determinação de que a executada preencha os claros das contas referentes aos valores no dia do depósito".

"65. - Por ocasião do depósito, a executada Representará ao estabelecimento bancário, juntamente com a guia de depósito, uma cópia "xerox" de conta de liquidação impressa, com seus claros preenchidos, devendo o referido estabelecimento conferir esses cálculos antes de aceitar a depósito, só o fazendo se exatos, remetendo, este, depois, ao Cartório do feito, essa "xerox" junto com a guia de depósito".

Art. 29 - O Capítulo VII das Normas de Serviço de Corregedoria Geral da Justiça fica acrescido dos seguintes itens:

"70. - Os contadores judiciais da Capital e do Interior, salvo determinação judicial contrária, utilizarão os modelos anexos para os cálculos de liquidação em processos movidos por funcionários contra a Fazenda Pública para haver diferenças de vencimentos".

"71. - No caso de sobrevir, posteriormente, decisão judicial pela não expedição de requisitório Reajustável, o processo será devolvido ao Contador para nova conta simples".

"72. Os Escrivães Contadores da Capital devem comunicar todas as eventuais alterações de jurisprudência referentes a contas constantes de impressos propondo, imediatamente, à Corregedoria Geral da Justiça, novos modelos de Impressos que sejam necessários".

Art. 3.º - O Capítulo VIII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça fica acrescido do seguinte item:

"10. - Os depósitos de precatórios com requisição Reajustável só serão aceitos se apresentada ao estabelecimento bancário, juntamente com a guia de depósito, uma cópia "xerox" da conta de liquidação impressa, com seus claros preenchidos, devendo o estabelecimento referido conferir esses cálculos antes de aceitar o depósito, só o fazendo se exatos, remetendo, este depois, ao Cartório do feito, uma "xerox" junto com a guia de depósito".

Art. 4.º - Ficam reenumerados os atuais itens 59 a 84, para respectivamente, 66 a 91, do Capítulo IV das Normas de Serviço.

Art. 5.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 23 de agosto de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 20/85

Acrescenta ao Item 24 do Capítulo M das Normas de Serviço de Corregedoria Geral da Justiça o modelo do livro "Prontuário Geral"

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o decidido no Processo CG. n.º 64.513/82,

Resolve acrescentar ao item 24 do Capítulo II, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o Modelo a ser seguido para a elaboração do livro "Prontuário Geral" que segue em anexo (Provimento n.º 2/82).

Este Provimento entrará em vigor a partir de sua publicação.

São Paulo, 31 de agosto de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 21/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando o que ficou decidido nos Processos CG. nos 64.520/82 e 147/82;

Considerando a conveniência de adaptação da redação de vários itens do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, visando melhor adequá-la à prática cartorária e à legislação pertinente;

Considerando a necessidade de se ultimarem novos estudos acerca de alguns dos dispositivos contidos no Provimento n.º 4/83, ora desenvolvidos no Processo CG. n.º 66.306/83, bem assim o propósito de se evitar conflitância normativa;

Considerando, ainda, a necessidade e a conveniência de se estabelecerem medidas e mecanismos de ordem administrativa que, em prol do interesse público, visem a evitar "cruzamentos" de nomes no banco de dados referentes a protestos, frequentemente ocorrentes e que têm levado à expedição de certidões positivas contra pessoas que, na realização, não registram títulos protestados, resolve:

Art. 1.º - Alterar a redação do item 3 e de seu subitem 3.1, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, acrescentando-lhe o subitem 3.2, da seguinte forma:

"3. - Não poderão ser apontados ou protestados títulos, letras ou documentos em que falte a identificação do devedor, pelo número de inscrição no cadastro geral de contribuintes (CGC) ou no cadastro de pessoa física (CPF), ou pelo número da cédula de identidade (RG), ou do título eleitoral, ou da carteira profissional.

3.1 - Também não o poderão ser, salvo se tiverem circulado por endossa, as letras de câmbio sem aceite, nas quais o sacador e o beneficiário-tomador sejam a mesma pessoa (Processo CG. n.º 147/82).

3.2 - Os termos, instrumentos e certidões de protestos deverão transcrever o elemento de identificação supra referido."

Art. 2.º - Alterar a redação do item 10, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, acrescentando-lhe os subitens 10.1 e 10.2, da forma seguinte:

"10. - Os Cartórios de Protestos de Letras e Títulos da Comarca da Capital remeterão, diariamente, ao Cartório de Distribuição e Informação, relação de todos os títulos protestados, contendo a devida identificação dos devedores (Resolução n.º 1/71, art. 95, §§ 1.º e 2.º).

10.1 - A falta de indicação de qualquer dos documentos de identificação exigidos no item 3 obstará o registro eletrônico do protesto em que verificada tal omissão, até que, imediatamente comunicada ao correspondente Cartório de Protestos, seja convenientemente sanada.

10.2 - Se dentro do prazo de três dias não for regularizada a falha, o fato será informado ao MM. Juiz Corregedor Permanente, para providenciar o cancelamento administrativo do protesto irregularmente tirado e a apuração de responsabilidade funcional."

Art. 3.º - Alterar a redação do item 18 e de seus subitens; 18.1 e 18.2, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, acrescentando-lhe o subitem 18.3, da forma seguinte:

"18. - Os índices de protestos de letras e títulos serão elaborados pelos nomes dos devedores, deles constando seu número de cadastro no Ministério da Fazenda, ou, sendo pessoa física, seu número da cédula de identidade (RG), ou do título eleitoral, ou da carteira profissional, além da referência ao livro e folha onde lavrado o protesto.

18.1 - Dos índices nunca deverá constar o nome do sacado que não aceitou a letra de câmbio assim protestada (Processo CG. n.º 147/82).

18.2 - O cancelamento do protesto deverá ser anotado nos índices.

18.3 - Os índices deverão ser elaborados pelo sistema de fichas."

Art. 4.º - Alterar a redação do subitem 33.1, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, da forma seguinte:

"33.1 - Entende-se por documento de identificação o de inscrição no cadastro do Ministério da Fazenda (CGC ou CPF), o R.G., a carteira profissional ou o título eleitoral."

Art. 5.º - Acrescentar ao item 37, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o subitem 37.2, com a seguinte redação:

"37.2 - Salvo se tiverem circulado mediante endosso, é vedada a distribuição de letras de câmbio inaceitas, em que o sacador e o beneficiário-tomador se confundam (Processo CG. n.º 64.520/82)."

Art. 6.º - Alterar a redação do item 40, do Capítulo XV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, acrescentando-lhe o subitem 40.1, da forma seguinte:

"40. - A intimação será feita por edital, se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida ou incerta, ou, ainda, não for encontrada na Comarca.

40.1 - O edital será afixado no cartório e, se possível, publicado pela imprensa local, onde houver jornal de circulação diária."

Art. 7.º - Alterar a redação do item 68, do Capítulo XV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, que passa a ser a seguinte:

"68. - As certidões, informações e relações conterão, obrigatoriamente, a identificação do devedor, pelo número de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) ou jurídica (CGC), ou da sua cédula de identidade (RG), ou de documento constante dos índices, além da anotação, em

destaque, de que só se referem aos nomes e números como nelas grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia nos pedidos respectivos."

Art. 8.º - Este Provimento entrará em vigor dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive o Provimento n.º 4/83.
Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

"PROCESSO CG. N.º 147/82

Excelentíssimo Senhor Corregedor:

Cuida-se de recurso interposto pela d. Curadoria dos Registros Públicos contra decisão do MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara dos Registros Públicos da Capital, que, apreciando requerimento formulado por DIRCEU LUZ DE FIGUEIREDO, deferiu a sustação do protesto de uma letra de câmbio, sacada à vista e não aceita pelo requerente, distribuída ao 4.º Cartório de Protestos desta Comarca.

O decisório atacado, na esteira de orientação da Vara, entendeu inviável o protesto, porque a letra foi sacada em benefício do próprio sacador, indeferindo, por despicienda, diligência requerida pelo Dr. Curador, dada a notória coincidência, no título, entre as figuras do sacador e tomador (fls. 12/14).

O recorrente, preliminarmente, insistiu na diligência antes solicitada, necessária, a seu ver, ao esclarecimento da identidade desde logo apontada na sentença (fls. 16), apresentando, ao mesmo tempo, as razões recursais, nas quais, por cerceamento de prova, pede sua anulação (fls. 17/18).

Determinada e prestada a informação tão insistentemente requerida (fls. 19 e 20), o Dr. Curador, em aditamento, pediu o recebimento do apelo, passando a pugnar pela reforma da decisão "indeferindo-se o cancelamento" (fls. 21 e v.º).

O recurso foi recebido e regularmente contrariado (fls. 22/26).

É o relatório sucinto. Opino.

1. - A rigor, o apelo do d. Curador de Região Públicos desmerece conhecimento, já que carente de objeto.

Com efeito, ao interpô-lo, solicitou, preliminarmente, que o Juízo "a quó" reconsiderasse a decisão, cujo mérito declarou expressamente não contestar, para o fim de se determinar ao cartório que informasse o nome do sacador no título, suspendendo-se os efeitos do "decísium" (fls. 16).

Desde logo, caso inviável tal requerimento, apresentou suas razões, nas quais, sustentando exclusivamente o cerceamento de prova, exatamente pelo não deferimento oportuno daquela diligência, pleiteou a anulação do decisório, para o fim de se determinar a providência antes solicitada.

Ora, o MM. Juiz acolheu o requerimento inicial (fls. 19), sobrevivendo, então, a informação cartorária de fls. 20, que conquanto negativa, atendeu ao reclamo do d. representante do Ministério Público.

Porém, dando-se por ciente do deferimento e da concretização da diligência pela qual vinha reiteradamente insistindo, motivo único de sua irresignação, o Dr. Promotor, surpreendentemente, requereu o recebimento do recurso, para, tendo por aditadas as razões deduzidas, "pleitear a reforma da decisão impugnada, indeferindo-se o cancelamento" (sic. fls. 21 e v.º).

Assim, agora falto de novas razões a fundamentos que pudessem embasar a reforma do decisório e o "indeferimento do cancelamento", posto que atendido o recorrente em sua expressa impugnação, obviamente prejudicado restou o apelo interposto, do qual não se deve conhecer.

2. Todavia, impõe-se, de ofício, no uso do poder de reexame inerente à administração, apreciar a questão versada nestes autos, que, diante de sua importância e diuturna ocorrência na prática, está a exigir, em caráter normativo, uma solução definitiva no âmbito desta E. Corregedoria Geral.

3. - O problema que se exhibe e ora, modesta e respeitosamente, se propõe dirimir, exclusivamente na esfera administrativa, é, em específico, o do protesto da letra de câmbio. Ou, mais particularmente, quando esta se apresenta inaceita pelo sacado, com as naturais

implicações no exame de seus requisitos formais, a que, por dever de ofício, se acha obrigado a fazer o Tabelião de Protestos, bem assim, quando admitido e concretizado o ato notarial, a quem, efetivamente, devem estender-se os seus reflexos e conseqüências de ordem cambiária.

4. - Pode-se asseverar, desde logo, que, "ex vi legis", a letra de câmbio é uma ordem de pagamento, ao contrário do que se dá com a nota promissória, a qual consubstancia uma promessa de pagamento.

Tratando-se de um título rigorosamente formal, sua força decorre do solene preenchimento de certos requisitos que a compõem, dentre os quais, no contexto, a ser lançada por escrito e extenso, a expressão que revele verdadeiramente o comando ou a ordem, completando a vontade daquele que a emite e conformando-se com a espécie de cambial assim criada, sob pena da perda de seu caráter cambiário.

Por isso que, a respeito de seu nome ou denominação "letra de câmbio", a utilização indiscriminada de outras expressões que traduzam confusão com a sua real natureza - afastado, por indevido, o recurso a qualquer tipo de interpretação extra-cartular - retira-lhe a característica legal de ordem de pagamento, tornando-a, para tal fim, imprestável.

A esse respeito, é indiscutível que o Indiferente emprego das expressões "pagarei" e "farei o pagamento", ao invés de "pagará" ou "fará o pagamento", sobretudo em se considerando a relevante particularidade da ausência de aceite de quem nela figura como sacado, torna a letra de câmbio um título formalmente defeituoso, como, de resto, com apoio na jurisprudência e autorizada doutrina (PAULO DE LACERDA - A Cambial 1.ª ed. Livraria Cruz Coutinho, pg. 22; PONTES DE MIRANDA Tratado de Direito Privado, 31 ed., Borsoi, 1972, Tomo 34, pgs. 232 e 243), restou entendido no parecer proferido no Processo CG. n.º 148/82, devidamente aprovado por Vossa Excelência.

Bem dever, na espécie, que o documento que se exhibe a fls. 9, posto que, à evidência, incompleto em relação às expressões nele impressas ("pagar" e "far") desatenderia, por idênticos motivos, às formalidades legais, justificando, só por isso, a sumária e administrativa sustação de seu protesto.

5. - Mas, não é apenas esta circunstância que levaria, ainda que por outros fundamentos, à manutenção da r. decisão reexaminada, porquanto, das várias manifestações do Dr. Curador, se extrai a firme convicção de que o título questionado padece de outro vício substancial, qual seja, a falta de perfeita identificação do sacador e clara indicação de seu nome.

Poder-se-ia imaginar, como assim pareceu ao Sr. Tabelião que subscreveu a informação de fls. 20, que, aludindo a lei simplesmente à "assinatura do próprio punho do sacador" (L. 2.044/1908, art. 1.º, V), Ou à "assinatura de quem passa a letra (sacador)" (Lei Uniforme, art. 1.º, n.º 8), dispensável o requisito da perfeita identificação daquele que a cria e emite.

Assim não o é, contudo.

Referindo-se à subscrição do sacador, Me quem passa a letra", a lei de forma alguma deixou de exigir, ou, de modo expresse, dispensou tal importante requisito, de relevantíssimo significado, nos vários aspectos das obrigações de natureza cambial.

De fato, o saque constitui declaração originária, indispensável, mas produtiva de obrigação subsidiária de regresso, o que vale dizer, que o "signatário da declaração cambial fica, por ela, vinculado e solidariamente responsável pelo aceite e pelo pagamento da letra..." (L. 2.044/1908, art. 43), princípio repetido na Lei Uniforme, ao estabelecer que o "sacador é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra" (art. 9.º).

Ou, na precisa lição de JOÃO EUNAPIO BORGES:

"A letra de câmbio sob a forma de ordem de pagamento, constitui igualmente, como a promissória, uma promessa de pagamento. Com a diferença de que a do criador da letra de câmbio (sacador) é uma promessa indireta de pagamento. O sacador promete fazer pagar, por terceiro, pelo sacado, a soma cambial. Mas obriga-se a pagar pessoalmente, se não for cumprida a ordem de pagamento dada ao sacador. Assim, inicialmente, e enquanto só contiver a assinatura do sacador, todo o valor da letra, toda a garantia de seu pagamento, estará contido não propriamente na ordem dada pelo sacador, mas na promessa indireta de pagamento de que se reveste aquela ordem.

Acolhendo a ordem do sacador, lançando na letra seu aceite, o sacado se colocará em situação idêntica à do emitente de uma nota promissória; isto é, passando de simples sacado (sem responsabilidade cambial) a aceitante, fez ele ao portador a promessa direta de pagar a soma cambial" (Títulos de Crédito - Forense - 2.ª edição 1979 - pg. 48 - grifos do autor).

Ora, se assim é, qualificando o sacador como um obrigado cambial, subsidiário de regresso, que

se torna, em virtude da declaração originária (saque), cambiariamente responsável pelo pagamento, incompreensível seria supor pudesse apresentar-se mediante simples assinatura, por vezes até mesmo ilegível.

Na verdade, sua perfeita e clara identificação faz-se, por várias razões jurídicas, absolutamente necessária, máxime para possibilitar ao tomador ou portador-endossatário, já que a letra representa um valor circulante, o correto e indubitado exercício de seu direito de crédito, pelo qual o sacador, ainda que subsidiariamente, sem dúvida responde.

Até mesmo para o sacado, que recebe a ordem do sacador para aceitar e pagar (ou, às vezes, uma contra-ordem), a circunstância de certa identificação do passador da letra se revela, por óbvio, extremamente importante a elucidativa, a ponto de dever ser rigorosamente exigido, ao inverso do que vem ocorrendo na prática, que o seu nome também conste, em destaque, das intimações daquele dirigidas pelos cartórios de protestos, o que, nesta oportunidade, fica expressamente recomendado para futura observância.

A Propósito, o ínclito PONTES DE MIRANDA, espandando qualquer possível dúvida a esse respeito, preleciona, de forma categórica, que:

"A subscrição há de ser com o nome do sacador, o nome que o identifica na vida civil, comercial ou profissional, quando o uso consente em nome profissional... Pequenas diferenças ou, até um dos nomes usados não constitui empecilho à assunção da obrigação cambiária" (Ob. cit., vol. 34, pg. 261 - grifos meus).

E, em outra passagem de sua enciclopédica obra, ao pronunciar-se acerca dos requisitos e pressupostos do protesto cambiários, mas especificamente sobre o da "transcrição literal da letra de câmbio e das declarações nela contidas", complementa tal raciocínio, obtemperando, com toda a autoridade:

"Considera-se elemento essencial, cuja omissão determina a nulidade do protesto, a inserção, na transcrição literal da letra de câmbio, do nome do sacador ou do sacado, e da declaração da soma. Como em todos os casos de nulidade do protesto, pode ser ela declarada de ofício ... interesse público há em que o juiz declare a nulidade, pois, tratando-se de título circulatório, no qual são muitos e possivelmente estranhos ao processo os devedores, seria permitir-lhe sobrepor o interesse da generalidade ao interesse das partes, talvez conluiadas". (Ob. cit., Vol. 35, pg. 71).

Não se pode olvidar, outrossim, que atualmente, é Imposição legal vigente que os títulos cambiais devem conter, obrigatoriamente, a identificação do devedor, pelo número de sua cédula de identidade, de inscrição no cadastro de pessoa física, do título eleitoral ou da carteira profissional, dados esses, por sua vez, a serem, necessariamente, descritos nos instrumentos de protesto (L. 6.268, 24-11-75, art. 3.º e seu Parágrafo único), a ponto de estarem administrativamente vedadas a distribuição, o apontamento ou o protesto de títulos despidos desta formalidade (Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, itens 3, e 3.1, Seção I, Capítulo XV).

E tal circunstância (por sinal, também ausente da letra aqui questionada), como novo requisito extrínseco, por certo se estende à pessoa do sacador, como visto, indiscutivelmente um obrigado cambial, ainda que subsidiário e de regresso, implicando sua omissão em inequívoco defeito formal do título.

Note-se, por fim, para bem ressaltar o significado e a importância da necessidade da mais perfeita identificação, na letra, de quem nela aparece como sacador, que a lei também exige, para fins de cancelamento do protesto, quando impossível a exibição do próprio título, que o interessado apresente declaração de anuência de todos que figurem no registro do protesto, com qualificação completa e firmas reconhecidas (L. 6.690, 25-09-1979, art. 3.º), disposição, aliás, igualmente constante das Normas de Serviço (item 74, Seção VIII, Capítulo XV).

Como se vê, todos esses fatos, independentemente dos fundamentos assinalados pela r. decisão de fls. 12/14, bastariam, por si sós, para justificar a manutenção da sustação administrativa do protesto, que, diante dos vícios formais do título, nunca poderia ser admitido.

6. - Mas, tendo a sentença abordado diretamente o tema da inviabilidade do protesto da letra de câmbio, quando, inaceita pelo sacado, vem emitida em favor do próprio sacador, o momento se oferece oportuno para algumas considerações sobre o delicado problema, que, igualmente, está a merecer solução normativa.

A ninguém seria lícito ignorar que o protesto cambiário, afastando-se de sua real finalidade jurídica, sobretudo pelos sérios reflexos e abalos de ordem creditícia que acarrete, vem sendo, ultimamente, inescrupulosamente utilizado como violento e coativo meio de cobrança não raro

de créditos infundados, a ponto de levar muitos dos que com ele se vêem envolvidos, incientes mesmo de sua suposta responsabilidade, mas temerosos dos maléficos efeitos da ameaçadora medida, a pagarem o que efetivamente não devem. O Judiciário, com frequência, tem sido acionado para a correção de tais distorções.

Porém, é preciso lembrar que, consoante a boa doutrina:

"O protesto cambial é, senão exclusivamente, sobretudo um instrumento de prova. A prova da apresentação do título. . . à pessoa que deve pagá-lo, pois que desta apresentação oficial decorrerá para o portador o direito de voltar-se, para cobrança da soma cambial, contra os coobrigados da letra, sacador, endossantes e respectivos avalistas. 'É ato público e solene por meio do qual se documenta a apresentação da cambial, para o aceite ou pagamento ao sacado para o fim de se habilitar o portador a voltar-se contra os coobrigados regressivos" (BONELLI, Della Cambiale, pg. 471), sendo o protesto, em 'suma, o ato oficial pelo qual se prova a não realização da promessa contida na letra' (WHITAKER, ob. cit., pg. 214), fixando-se, por meio dele, o momento em que a letra se transforma de coisa móvel, destinada à circulação, em crédito exigível daquele que diretamente prometeu realizar, e não realizou, o valor que ela representa" (JOÃO EUNÁPIO BORGES, do Aval Forense - 4.ª ed. - 1975 - pgs. 216/217 - grifos meus).

Tome-se, então, a hipótese do protesto da letra de câmbio inaceita pelo sacado, que mais de perto interessa no presente trabalho.

É ensinância cediça nos doutos que o sacado, enquanto não aceitar, não é um obrigado cambial (PAULO DE LACERDA, ob. cit., pgs. 44, 113/114 e 127; JOSÉ MARIA WHITAKER, Letra de Câmbio - 7.ª ed. - R.T. - 1963, pg. 166).

Com efeito, "até o momento de aceitar, a figura subjetiva que existe é a do sacado, isto é, a pessoa a quem o sacador deu a ordem ... ou a quem fez simples convite para obrigar-se... Bem que o nome do sacado figure no texto, não é ele vinculado, nem a aposição do seu nome pelo sacador prova qualquer relação entre ele e o criador do título, menos ainda entre ele e qualquer outro vinculado cambiário. Depois do aceite, deixa ele de ser sacado, figura subjetiva mais de ordem fática do que de ordem jurídica obrigacional, para ser o vinculado, isto é, figura de ordem jurídica obrigacional cambiária. Então, é chamado o aceitante, pois sua declaração unilateral de vontade, fonte única da sua vinculação cambiária, é o aceite. . . "

" ... Pelo aceite, o que aceita faz-se obrigado direto e principal do título cambiário ... Até o aceite, há vinculado ao qual irão todas as cobranças: o sacador. Depois do aceite, toma-lhe as vezes o aceitante: é o vinculado da primeira hora; só após a verificação da inexecução por ele é que se dá, regressivamente, a responsabilidade efetiva dos outros" (PONTES DE MIRANDA, ob. cit., Vol. 34, pgs. 275/276 e 313 - grifos do autor).

Todavia, na prática, este puro e incontestável dogma jurídico-doutrinário não tem sido rigorosamente seguido, porquanto os cartórios de protestos, na organização dos índices e fichários dos títulos protestados, para fins de documentação, arquivo e informações ao comércio creditício em geral, costumam, invariavelmente, lançar os nomes dos sacados não aceitantes da letra de câmbio, motivando, por isso, dos assim prejudicados, as mais variadas invocações ao Judiciário, quer na esfera administrativa, quer no âmbito jurisdicional.

Tal praxe, por irregular, indevida e sem supedâneo legal, não pode persistir, devendo, doravante, ser evitada, com o que, certamente, se obviará grande parte dos conflitos atualmente submetidos aos já tão sobrecarregado Judiciário.

É verdade que alguns tratadistas e, aqui, talvez, se explique a errônea. em que incide a prática cartorária - chegam a afirmar que o "protesto é tirado contra todos aqueles que forem designados para aceitar ou pagar a cambial", dentre os quais: o "sacado, por falta da recusa de aceite ou pagamento" (Cf. PAULO DE LACERDA, ob. cit., pg. 278 e JOSÉ MARIA WHITAKER, ob. cit., pg. 241 - grifos meus).

Mas, a expressão "tirado", utilizada nas lições mencionadas, há de ser correta e coerentemente interpretada no verdadeiro sentido de "dirigido" (como, aliás, bem empregada por PONTES DE MIRANDA - "o protesta dirige-se contra o sacado" - ob. cit., Vol. 35, pg. 77), tanto assim que ambos os autores, em outras passagens de suas conhecidas monografias, sem deixar de enfatizar que, na letra de câmbio, à exclusão do sacado, obrigados cambiários, entre outros, são "quem ordena o pagamento, isto é, o sacador e quem aceita a ordem, o aceitante", pois, "até o aceite, o devedor principal é o sacador", tornaram bem claro o significado de sua afirmação.

O primeiro deles, ao advertir "que o fato de ser tirado o protesto contra alguém não indica sempre que essa pessoa tenha alguma responsabilidade cambiária; e, mais, que o protesto não cria jamais obrigações cambiárias para ninguém. Os sacados, na letra de câmbio à vista, assim

como os sacados não aceitantes, na letra de câmbio a prazo, recebem a intimação do protesto, porém nenhuma obrigação cambiária têm e continuam a não ter" (PAULO DE LACERDA, ob. cit., pgs. 16 e 278 - grifos meus).

O segundo, quando lembra que "embora se deva intimar o sacado mesmo quando não tenha aceitado a letra, é claro que, neste último caso, ele não é atingido pelo protesto, que é um ato que ressalva direitos, mas não cria obrigações" (JOSÉ MARIA WIHTAKER, ob. cit., pgs. 175 e 243 - grifos meus).

E nem poderia deixar de ser assim, porquanto é princípio assente que "o protesto não se faz, a rigor, contra ninguém. Ele é feito contra a falta de pagamento ou aceite e tem por fim documentar, de modo inequívoco e solene, que deixou de ser cumprida, no dia e lugar determinados, a ordem contida na letra; ordem que é, ao mesmo tempo, uma promessa feita ao portador da letra por aquele que, pelo saque, a criou ... "

"...o instrumento de protesto, para perfeita individualização do título, conterà obrigatoriamente a transcrição literal da letra e das declarações nela contidas pela ordem respectiva" (art. 29, inc. II, da Lei Cambial), constando, pois, do instrumento, os nomes de todos os coobrigados, sacador, avalistas, endossantes etc., que figurarem na letra a ser protestada" (JOÃO EUNÁPIO BORGES, do Aval, ob. cit., pgs. 214/215 - grifos do autor).

Em suma, se ao sacado (e unicamente a ele), cuja recusa motiva o protesto, apenas se dirige a intimação do tabelião, para que venha aceitar ou pagar a letra inaceita, o ato, uma vez concretizado, contra ele nenhum efeito produzirá, bem porque do respectivo instrumento deverá constar a transcrição literal do título, com todas as declarações nele contidas, dentre cujos signatários, responsáveis exclusivos pelo aceite ou pagamento, certamente nunca figurará o sacado.

O que importa concluir é que, sendo o protesto uma medida de natureza cambiária e não se qualificando o sacado não aceitante como devedor cambial, seu nome jamais deverá ser incluído dos índices cartorários de letras protestadas, pois contra ele o protesto não poderá acarretar quaisquer repercussões, inclusive aquelas prejudiciais ao crédito.

De efeito, ainda consoante magistério de JOÃO EUNÁPIO BORGES:

"Muitos se esquecem, alguns ignoram, que devedor cambial, responsável pelo aceite e pelo pagamento da letra de câmbio, não será jamais o sacado, que não aceitou, mas tão somente os signatários da declaração cambial: aceitante, sacador, endossador, avalista etc. (art. 43, da Lei Cambial).

O Sacado, como tal, não será nunca responsável cambial, quer pelo aceite, quer pelo pagamento. Sua situação, diante de uma letra de câmbio, que não aceitou ou que se recusa a pagar, quando sacada à vista, é exatamente a mesma de um banco que se nega a pagar um cheque emitido contra ele. Pela recusa do banco a cumprir a ordem de pagamento, constante do cheque, nenhuma ação terá contra ele o portador do cheque. E, protestado este, por falta de pagamento, a repercussão imediata do protesto não será contra o banco sacado, que deixou de pagar, mas contra o emitente do cheque, cuja ordem de pagamento deixou de ser cumprida, por motivos que o portador do cheque não tem o direito de esclarecer perante o sacado, mas, apenas, perante o sacador ou emitente, com o qual travou a relação de que derivou a emissão do cheque.

Aliás, a letra de câmbio, à vista, pode ser considerada como um cheque, que pode ser sacado contra qualquer pessoa, ao contrário do cheque propriamente dito, que somente o pode ser contra banqueiro ou comerciante. Como o cheque, é ela uma ordem de pagamento à vista; ou melhor, de acordo com a definição inglesa, é o cheque uma letra de câmbio sacada contra o banqueiro para ser paga A vista: "a cheque is a bill of exchange drawn on a banker payable on demand"...

Não é, pois, qualquer protesto por falta de pagamento que poderá abalar o crédito de quem quer que seja. O protesto atingirá apenas aqueles que, tendo subscrito qualquer declaração cambial - saque, endosso, aval- ou aceite - assumiram a responsabilidade de pagar a soma cambial." (Do Aval, ob. cit., pgs. 218 e 220 - grifos do autor).

Nestas condições, se a letra inaceita for sacada a benefício do sacador e assim levada a protesto, dos índices deverá constar exclusivamente o nome do próprio sacador, aqui o único responsável cambial. É que, "não ocorrendo o aceite do título, a despeito da apresentação, fica constituído em falta o sacador, e não o sacado, posto que a firma daquele deixou de ser honrada" (CARVALHO DE MENDONÇA, Tratado de Direito Comercial - Vol. 5, 2.ª parte - n.º 879).

Ou, na hipótese de sua circulação e presença de outros coobrigados, endossantes, avalistas,

etc., neles se incluirão, também, os nomes de todos os que subscreverem as declarações cambiais (L. 2.044/1908, art. 43; Lei Uniforme, art. 9.º e 47).

Tal conclusão, conquanto aparentemente absurda, é a melhor que se afina com o sentido e espírito da lei e a jurídica finalidade do protesto cambiário.

Se é certo que contra o sacado (não aceitante) da letra, protestada ou não, o portador não dispõe de qualquer pretensão executória (S.T.F. - Rev. Forense 252/171), incontestável que, com base em protesto de cambial inaceita, sujeitos regressivamente à execução singular e, mesmo, à falência, se comerciantes, estarão todos os que nela lançaram assinatura (sacador, endossante, avalistas, etc.).

Não é por outra razão que, segundo a lei, o portador e endossante, sucessivamente, devem dar aviso do protesto aos demais coobrigados imediatamente antecedentes, até se chegar ao sacador, sob pena de responsabilidade pelos prejuízos acarretados por sua negligência (L. 2.044/1908, art. 30; Lei Uniforme, art. 45). Exatamente porque "estes podem ser surpreendidos por um requerimento de falência, ou por uma penhora executiva, que lhes abalem o crédito ... " (PAULO DE LACERDA, ob. cit., pg. 289).

Ademais, justamente para permitir-lhes; obviar os males e reflexos decorrentes do protesto, é que a Lei Uniforme, alterando, nesse ponto, a legislação então vigente (L. 2.044/1908, art. 44, II), em preceito que não foi alvo de reserva, possibilita ao sacador, endossantes e avalistas inserir, na letra, a cláusula "sem protesto", de molde a dispensar o portador de fazer o protesto, por falta de aceite ou pagamento, para fins de exercício do direito de regresso (art. 46).

Esta, portanto, a orientação que, doravante, deverá prevalecer.

7. - Considere-se, por fim, o aspecto da legalidade do saque da letra de câmbio, em que o sacador e tomador se confundem numa só pessoa, bem assim o da viabilidade de seu protesto, quando inaceita pelo sacado.

Por óbvio que não caberia, em sede meramente administrativa, discutir sobre a correção ou adequação do uso, ultimamente reiterado, do saque de letras de câmbio, a pretexto de cobrança de taxas condominiais, comissões de corretores, honorários advocatícios e das mais variadas formas de prestação de serviços.

Tal atribuição está afeta exclusivamente à atividade jurisdicional do Judiciário, que, a propósito, em diversas oportunidades, tem decidido pela inadequação e descabimento deste tipo de expediente, por vezes reputado abusivo e legalmente indevido, como se infere dos arestos insertos nos "Julgados do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo - Lex - Vols. 36/210; 52/51-52 e 55/62-63".

Importa, aqui, examinar a questão apenas sob o prisma puramente formal, quer do saque, quer do protesto, sem ingresso no âmago das relações jurídicas subjacentes e, muito menos, no campo da validade ou existência das obrigações cambiais que a letra possa representar.

E, neste particular, conforme assinalado pelo digno prolator da decisão de fls. 12/14, "a rigor, a lei contempla a possibilidade de se confundirem sacador e tomador, havendo expressa previsão do protesto por falta de aceite ou pagamento".

De fato, o sacador da letra de câmbio pode indicar-se como tomador, vale dizer, sacar em seu próprio benefício, da mesma forma que a letra pode ser protestada por falta de aceite ou de pagamento (L. 2.044/1908, art. 1.º, IV, última parte e art. 28; Lei Uniforme, art. 3.º, alínea 1.º e art. 44, alínea 1.º).

No mesmo sentido é o entendimento da mais alta Corte de Justiça, como se vê do V. acórdão publicado nos "Julgados do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo", vol. 57, pg. 165, assim ementado:

"Letra de câmbio. Protesto. Cancelamento.

Falta de aceite. Hipótese em que o sacador é o tomador. Possibilidade de protesto. Aplicação do artigo 13, do Decreto n.º 2.044, de 1908, em combinação com o artigo 28 da Lei Uniforme aprovada pelo Decreto n.º 57.663, de 1966 Recurso extraordinário do sacador-tomador provido no Supremo Tribunal Federal".

Aliás, do voto de seu eminente relator, Min. Thompson Flores, consta menção aresto do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, proferido pela sua Segunda Câmara, no julgamento da Apelação n.º 112.783, relatado pelo ilustre Des. Henrique Machado, em que, embora proclamada a admissibilidade da medida, se ressalta a exclusiva responsabilidade do sacador.

"O Decreto n.º 2.044/1908 permite o saque da letra de câmbio à vista, comprovando-se a falta ou recusa do aceite pelo protesto (art. 13). Não exige condições especiais, subjetivas, para o saque ou emissão, mas apenas as relativas às formalidades do próprio contexto do título. O

sacado, por sua vez, não se obriga cambiariamente, senão depois de lançar o aceite, nenhuma responsabilidade cambiária lhe advindo da recusa. Se da letra de câmbio, não aceita, não decorre qualquer obrigação cambiária do sacado, por certo que não lhe assiste o direito de pretender, como aqui se pretende, seja judicialmente decretada a anulação do título, por falta de causa. Além disso, se o título for protestado, ele que faça consignar as razões da recusa, para que constem do respectivo instrumento, respondendo o sacador pelas consequências." (grifos meus).

Contudo, uma breve incursão pelos repertórios jurisprudências dos tribunais paulistas mostrará orientação diversa, pois, é certo que no âmbito de ações declaratórias de inexistência de obrigação cambial, precedidas de cautelares sustatórias de protesto, nossos pretórios, invariavelmente, têm reconhecido não só a invalidade do saque da letra, quando, inaceita, for sacada a benefício do próprio sacador, como também a inadmissibilidade do respectivo protesto, diante de sua inocuidade e descabimento (Cf. Julgados da T.A.C.S.P., vols. 32/13, 35/46, 35/247, 35/233 e 37/224; R.T. 454/127).

A propósito, num desses arestos, relatado pelo eminente Des. Geraldo Arruda, ficou assentado: "Trata-se neste caso apenas de existência ou inexistência de obrigação cambial, ou seja, da validade ou invalidade do saque cambial feito pela apelada ...

"Na letra de câmbio é essencial a indicação do nome da pessoa contra quem o sacador dirige a ordem de pagamento, o sacado. A este competirá aceitá-la. Pela indicação do seu nome, o sacado não fica com obrigação alguma de natureza cambiária, mas somente com ampla faculdade de aceitá-la e pagar ou não o saque. E desde a aceitação é que se obriga como devedor principal. E o o sacado usar da faculdade de rejeitar o saque, nenhuma responsabilidade cambiária lhe advirá disso, apesar do compromisso de aceitá-la. Se compromisso houver, o sacado responderá pelo inadimplemento de sua promessa, não na qualidade de sacado, porém na de promitente de obrigação extra-cambiária que tomou ... O sacado, enquanto tal, é uma figura vazia de obrigação, simples terceiro apenas indicado no título e somente em razão do ato cambiário do aceite é que se obriga irremediavelmente como obrigado principal" (Cf. Paulo de Lacerda, "A Cambial", 4.ª ed., 1928, pgs. 55/56, 127/128 e 141) ...

.... não há justificativa para o protesto por falta de aceite de letras de câmbio em que o sacador saca em seu próprio benefício, de forma que o sacador e tomador se confundem. Isso porque o protesto por falta de aceite não visa ao sacado, cuja recusa se limite a documentar, mas ao próprio sacador, cujo saque não foi declarado bem pelo sacado ...

Ora, onde o sacador e tomador são a mesma pessoa, não há que se falar em direito de regresso e vencimento extraordinário da letra de câmbio recusada. O protesto em casos como o dos autos constituiria um simples contra-senso, se não revelasse às vezes características de coação ilegítima por parte do sacador, e da parte do oficial do protesto, o desconhecimento de princípios elementares do direito cambial. Anula-se o saque da letra de câmbio, com os efeitos naturais sobre o protesto, que descabe" (in "Julgados", Vols. 35/46-48).

Bem de ver, outrossim, que esta E. Corregedoria Geral, apreciando hipótese análoga, de protesto de letra de câmbio inaceita, sacada a benefício do próprio sacador, em despacho da lavra do eminente Des. Adriano Marrey, proferido no Recurso n.º 51/80 e publicado no D.O.J. de 13 de junho de 1980, decidiu pela ineficácia e ilegalidade da medida, deixando assinalado:

"mas o protesto por falta de pagamento há de pressupor o aceite, porque não se pode exigir o pagamento do simples sacado, que não aceitou, ou que se recusou a aceitar. Sem o aceite, o responsável pelo pagamento é o próprio sacador, na hipótese dos autos.

Como seria absurdo que o protestante do título fosse o próprio devedor, tem-se que o protesto em foco não pode subsistir. Deve, pois, ser considerado como inexistente".

8. - De todos estes autorizados pronunciamentos, pode-se, enfim, extrair conclusão que, em face do direito e da realidade fática, se afigura, "venia concessa", plausível e perfeitamente recomendável ao satisfatório equacionamento administrativo da tormentosa questão.

Com efeito, viáveis que se apresentam, nos termos da lei, o saque e o protesto de letra de câmbio inaceita, quando sacada em benefício do próprio sacador, não se poderia, de modo genérico e indiscriminado, vedar a efetivação do ato notarial, sobretudo quando este, tendo havido circulação do título, se mostra necessária para assegurar ao portador-endossatário o direito de regresso contra o sacador e demais coobrigados.

Para essa última hipótese, se o protesto, porque absolutamente indispensável, deve ser sempre admitido, importa repetir que contra o sacado não aceitante a medida nenhum prejuízo ou abalo creditício poderá acarretar. Como acima assinalado, para os índices cartorários das letras assim

protestadas deverão ser lançados exclusivamente os nomes dos coobrigados cambiais, vale dizer, todos aqueles que efetivamente subscreveram as declarações nos títulos, sacador, endossantes e avalistas.

Porém, à idêntica conclusão não se pode chegar em relação à hipótese inversa, qual seja, a da direta apresentação a protesto pelo tomador que se confunde com a pessoa do próprio sacador da letra de câmbio não aceita pelo sacado. Nesse caso, a medida deve ser entendida como inadmissível e definitivamente recusada pelos Tabeliães.

É que tal protesto, sobre ser evidentemente facultativo, revela-se inócuo e irrelevante, nada mais traduzindo do que expediente manifestamente escuso e coercitivo, para a cobrança, por forma e via inadequadas, de obrigações supostamente cambiais.

Com a sua proibição, no próprio âmbito administrativo, evitar-se-á a eventualidade, não rara, de pagamentos em cartório, sob tão violento meio de pressão, por parte dos que, no mais das vezes incientes desta circunstância, jamais seriam responsáveis cambiais, impedindo-se a pública e oficial consumação de abusos, o que se mostra perfeitamente compatível com os princípios da moralidade e legalidade, inerentes aos serviços públicos e que devem sempre informar a atuação dos agentes de Administração.

E, por outro lado, porque seria um contra-senso e, absurdo admitir que "o protestante do título fosse o próprio devedor", vale dizer, o sacador, único responsável cambial, no caso, pela letra inaceita, também se resguardará, com isso, o interesse deste próprio, porquanto eliminada a paradoxal, mas incontornável, contingência do lançamento de seu nome nos índices cartorários dos devedores com títulos protestados.

9. - Pelo exposto, opino, s.m.j., pelo não conhecimento do recurso interposto, mantendo-se, com os fundamentos ora acrescidos, a r. decisão de fls. 12/14, pedindo vênias para sugerir que, caso aprovado este parecer, seja a matéria nele versada objeto de oportuna complementação das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, dando-se-lhe, desde logo, publicidade pelo Diário Oficial, para conhecimento e orientação dos interessados.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 18 de janeiro de 1983.

Dr. José Roberto Bedran - Juiz Auxiliar da Corregedoria".

DESPACHO: - "Voltem os autos ao Dr. Bedran para formular a complementação normativa sugerida. A seguir, nova conclusão para apreciação da matéria. São Paulo, 20-1-83.

Desembargador BRUNO AFFONSO DE ANDRÉ. Em tempo: Quanto ao recurso propriamente dito, nego provimento. Data supra.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça".

"PARECER N.º 121/82
PROCESSO N.º 64.520/82

Senhor Corregedor Geral da Justiça,

1. - O Serviço de Distribuição de Títulos para Protesto informou o recebimento de carta insistindo no protesto de cambial não aceita em que o sacador se nomeava beneficiário (título a fls. 10).

2. - Manifestaram-se o apresentante (fls. 5/7 e 16/18), o funcionário do 6.º Cartório de Protestos que recusou o documento (fls. 13) e juntaram-se precedentes da Corregedoria Geral e da 1.ª Vara de Registros Públicos da Capital (fls. 15 e 20/26).

É o relatório.

OPINO.

3. - A recusa de distribuição do documento para protesto atende à orientação da Corregedoria Geral da Justiça e da 1.ª Vara de Registros Públicos, a que o Serviço de Distribuição está subordinado.

E essa orientação, conquanto possa ser atacada por intermédio de argumentos que se recebem com respeito, subsiste a eles e deve ser mantida.

Vejam-se os fundamentos expostos pelo Exmo. Corregedor Geral da Justiça antecessor de Vossa Excelência, Desembargador ADRIANO MARREY, bastantes para a manutenção de orientação: "O sacador de letra de câmbio pode indicar-se como tomador, isto é, pode sacar em seu próprio benefício (cf. Lei brasileira - Decreto 2.044, de 1908 - art. 4.º - IV - 3.ª parte; e Lei Uniforme - Decreto n.º 57.665, de 1966 - art. 3.º, alínea 1.º). Todavia, o sacado somente se obriga pelo

aceite (Lei brasileira, art. 45; Lei Uniforme, art. 28). 'Se o sacado não aceitou, nenhum direito cambiário nasce contra ele (PONTES DE MIRANDA, 'Tratado de Direito Comercial', tomo 34, pág. 290, Borsoi, 3.ª ed., 1972). No mesmo sentido JOSÉ MARIA WHITAKER, 'Letra de Câmbio', pág. 366, ed. Rev. dos Tribs., 7.ª ed., 1963). Enfim, somente o aceitante tem obrigação cambiária. Não o simples sacado (não aceitante). Não tendo havido aceite, responsável pelo cumprimento da ordem é o próprio sacador (Lei brasileira, art. 43 2.ª parte; Lei Uniforme, art. 9.ª). O sacador dá ao sacado a 'ordem para pagar; não pode, porém, obrigá-la a pagar' - afirma J. X. CARVALHO DE MENDONÇA, que prossegue: 'A declaração do sacador não constitui obrigação cambial do sacado' ('Tratado de Direito Comercial Brasileiro', vol. V, 2.ª parte, pág. 188, Freitas Bastos, 7.ª ed., 1963) ".

Desses fundamentos se extraiu a conclusão que se aplica a este caso: "A letra de câmbio pode ser protestada por falta de aceite ou de pagamento (Lei brasileira, art. 28; Lei Uniforme, art. 44 - 1.ª alínea). Mas o protesto por falta de pagamento há de pressupor o aceite, porque não se pode exigir o pagamento do simples sacado, que não aceitou, ou que se recusou a aceitar. Sem o aceite, o responsável pelo pagamento é o próprio sacador, na hipótese dos autos" (Recurso CG. n.º 51/80, fls. 15).

Nesse sentido também decidiram os Juizes da 1.ª Vara de Registros Públicos, JOSÉ DE MELLO JUNQUEIRA e JOSÉ RENATO NALINI, lembrando, ambos, Acórdão relatado pelo Desembargador GERALDO AMARAL ARRUDA, então no 1.º Tribunal de Alçada Civil, publicado nos Julgados do Tribunal de Alçada Civil, vol. 35, pág. 46, afirmando "não haver justificativa para o protesto por falta de aceite das letras de câmbio em que o sacador saca em seu próprio benefício, de forma que sacador e tomador se confundem" (fls. 21).

A despeito dos argumentos levantados pelo apresentante da letra, inclusive de origem histórica, não há, portanto, como admitir sua distribuição para protesto.

A outra questão existente no processo, referente a excesso verbal na carta endereçada ao Serviço de Distribuição, está superada pela reconsideração escrita de seus termos pelo emitente (fls. 16 a 18) e pela sua aceitação pelos funcionários, como verbalmente foi a mim exposto.

4. - Opino, em consequência, pela manutenção da norma de não distribuição de letra de câmbio não aceitas em que o sacador se aponta como beneficiário e pelo arquivamento do processo, cientes os funcionários do Serviço de Distribuição e o Dr. Advogado apresentante.

É o que levo respeitosamente à consideração de Vossa Excelência.

São Paulo, 30 de novembro de 1982.

Dr. Sidnei Agostinho Beneti - Juiz de Direito Corregedor

PROVIMENTO N.º 22/83

Altera a redação dos subitens 31.2 e 31.3 do Capítulo IV das Normas de Serviço.

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que ficou decidido no Processo CG. n.º 64.810/82, resolve:

Art. 1.º - Alterar a redação dos subitens 31.2 e 31.3, do Capítulo IV das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81), para a seguinte redação:

"31.2 - Na Capital, salvo orientação jurisdicional expressa nos autos em sentido contrário, os formais de partilha dos feitos a que se alude a Lei n.º 7.019, de 31-8-1982, serão expedidos no prazo máximo de 5 dias contados do trânsito em julgado da sentença que, homologando a partilha, determinou o recolhimento do imposto de transmissão 'causa mortis' e conterão obrigatoriamente cópias dos avisos-recibos de lançamento do imposto pela Prefeitura ou pelo INCRA, relativos aos imóveis partilhados e referentes ao ano do óbito ao posterior a ele".

"31.3 - No caso do subitem anterior, o interessado apresentará as guias ao Cartório do feito, no prazo de 30 dias, contados do trânsito em julgado da homologação, para visamento pela Fazenda no próprio Cartório, e, após o visamento, recolherá o valor no prazo de 60 dias, contados de aludida homologação (art. 25 da Lei n.º 9.591, de -30-12-66), facultada, em casos excepcionais, a aposição desse 'visto' na própria repartição administrativa, à qual, nessa hipótese, o interessado levará o formal de partilha expedido".

Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 15 de setembro de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 23/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a frequência com que se têm verificado abusos de toda ordem, na efetivação do chamado "registro tardio" de nascimento, instituído a partir da Lei federal n.º 765, de 14 de julho de 1949;

Considerando que tais abusos têm propiciado, inclusive, o falso registro, como brasileiros, de pessoas estrangeiras ilegalmente entradas no País, ou ainda, o novo registro, com nome diferente, de elementos foragidos da Justiça Criminal;

Considerando a necessidade de serem adotadas, sem prejuízo dos fins a que se destinou o instituto implantado pela Lei n.º 765, de 14 de julho de 1949, e mantido pela atual Lei de Registros Públicos (artigo 46, e seus parágrafos), cautelas redobradas, no sentido de se coibir a prática de irregularidades de tal ordem;

Considerando que, para tanto, se impõe a criação de mecanismos adequados de controle, no uso do dever de autotutela da Administração, sobretudo através da ação e da responsabilidade do Oficial do Registro Civil e da fiscalização do respectivo Juiz Corregedor Permanente, e

Considerando, finalmente, o que foi decidido no Processo CG. n.º 68.015/83, resolve:

Art. 1.º - O Capítulo XVII, Seção IV, das "Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça", passa a vigorar com a seguinte redação:

"59. - As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do Juiz competente do lugar da residência do interessado e recolhimento de multa correspondente a 1/10 do salário-mínimo da região.

59.1 - Antes de submetido o pedido ao despacho do Juiz, através do Cartório de Registro Civil onde se pretenda efetuar o registro, o Oficial deverá entrevistar o registrando e as testemunhas, para verificar, pelo menos, se:

- a) o registrando consegue se expressar no idioma nacional, como brasileiro;
- b) o registrando revela conhecer razoavelmente a localidade declarada como de sua residência (ruas principais, prédios públicos, bairros, peculiaridades em geral etc.);
- c) as testemunhas realmente conhecem o registrando e, especialmente, se são mais idosas que aquele.

59.2 - Das entrevistas realizadas o Oficial dará, ao pé da petição, minuciosa certidão sobre a satisfação dos elementos supra aludidos.

59.3 - Em caso de dúvida sobre a nacionalidade do registrando, sobre a veracidade de sua declaração de residência ou sobre o seu real conhecimento pelas testemunhas apresentadas, o Oficial requererá ao Juiz Corregedor Permanente as providências cabíveis para o esclarecimento do fato (L. 6.015, 31-12-73, art. 52, § 2.º).

59.4 - O Juiz Corregedor Permanente, sendo infundada a dúvida, ordenará a realização do registro; se houver suspeita de falsidade da declaração, exigirá justificação ou outra prova idônea, sem prejuízo de ordenar, conforme o caso, as providências penais cabíveis (L. n.º 6.015, 31-12-73, art. 46, § 3.º).

59.5 - A justificação se processará, no que couber, conforme os artigos 109 e seguintes, da Lei de Registros Públicos.

59.6 - Será dispensado o despacho do Juiz, se o registrando tiver menos de doze anos de idade (L. n.º 6.015, 31-12-73, art. 46, § 1.º)

59.7 - Será dispensada de pagamento de multa a parte pobre (L. 6.015, 31-12-73, art. 30 e 46, § 2.º). 60. - Da petição constará:

- a) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sempre que possível determiná-la;
 - b) o sexo do registrando;
 - c) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;
 - d) o nome e o prenome;
 - e) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;
 - f) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e o cartório onde se casaram, e a sua residência atual;
-

- g) os nomes e os prenomes dos avós paternos e maternos;
- h) a atestação, ao pé do requerimento, de duas testemunhas, com seus nomes, prenomes, data de nascimento, profissão e residência;
- i) o reconhecimento das firmas, tanto do interessado, ou seu representante legal, como das testemunhas. Caso se trate de interessado analfabeto sem representação, exigir-se-á a posição de sua impressão digital no requerimento, assinado a rogo na presença do Oficial.
61. - A petição despachada servirá de mandado e será registrada imediatamente no livro competente; nela será anotada a lavratura do assento, com indicação de livro e folha, arquivando-se, a seguir, em pastas próprias, independentemente de autuação."
- Art. 2.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. São Paulo, 30 de setembro de 1983. Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PROVIMENTO N.º 24/83

O Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, visando a dinamizar o serviço de apuração de faltas funcionais de funcionários e servidores em primeira instância, resolve:

Art. 1.º - Os itens 2 e 3. do Capítulo I das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento n.º 5/81) passam a constituir subitens 1 e 2 do item 1 do mesmo Capítulo.

Art. 2.º - Os itens 2 e 3 do Capítulo I das Normas aludidas passam a ter a seguinte redação:

"2. - Além dos Juízes Corregedores Permanentes (item 5 abaixo), funcionarão, relativamente a funcionários ou servidores dos serviços de primeira instância, inclusive de serventias não oficializadas e oficiais de justiça de qualquer natureza, Juízes Corregedores Processantes, na forma do artigo 78, 1, da Resolução n.º 2/76 do Tribunal de Justiça, para apuração de faltas disciplinares e para aplicação de penas, observados os limites de competência reservada aos Juízes Corregedores Permanentes.

"2.1 - A atuação dos Juízes Corregedores Permanentes (item 5 abaixo) excluirá a atuação dos Juízes Corregedores Processantes, os quais, à instauração de sindicância ou processos administrativos, tomadas ou não providências iniciais, consultarão os Juízes Corregedores Permanentes para que informem se desejam assumir as apurações.

"2.2 - A colocação de funcionário à disposição da Corregedoria só se fará por motivo de ordem disciplinar e, por ofício que conterá esclarecimento dos fatos causadores da providência; nesse caso, a competência para a sindicância ou processo administrativo cabíveis caberá aos Juízes Processantes Permanentes.

"2.3. - Serão encaminhados aos Juízes Corregedores Processantes os casos diretamente levados ao conhecimento da Corregedoria Geral por informações ou reclamações de qualquer espécie.

"3. - As funções cartorárias ligadas aos Juízes Corregedores Processantes serão atribuídas na Capital ao DEGE e no interior ao Cartório da Corregedoria Permanente.

Art. 3.º - Este Provimento entrará em vigor no dia de sua publicação.

São Paulo, 07 de outubro de 1983.

Des. Bruno Affonso de André - Corregedor Geral da Justiça

PORTARIA N.º 17/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da Primeira Vara de Registros Públicos, desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo, considerando a atualização do Regimento de Custas e Emolumentos extrajudiciais através do Decreto n.º 21.052, de 5 de julho de 1983, determina.

Artigo 1.º - Os Cartórios de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e de Protesto da Comarca da Capital deverão reajustar os salários de seus funcionários, a partir de 1.º de setembro. Artigo

2.º - O reajuste não será inferior a 25% e será considerado antecipação do que será

determinado a partir de 19 de novembro. Artigo 3.º - Fica dispensado o encaminhamento de acordos. São Paulo, 9 de setembro de 1983.

PROVIMENTO N.º 5/83

O Dr. José Renato Nalini, Juiz de Direito em Exercício na Primeira Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Imóveis desta Capital, considerando o advento do Decreto-lei 2.038, de 29 de junho de 1983, que altera dispositivos do Decreto-lei 1.958, de 9 de setembro de 1982; considerando a necessidade de se adequar à lei nova o contido no Provimento 11/82; considerando o decidido no Processo 281/83, aos 26 de julho de 1983, determina: Artigo 1.º - O artigo 2.º do Provimento 11/82, de 30 de novembro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 2.º - O incorporador, particular, construtor ou empresa de comercialização de imóveis, não vinculados à Previdência Social, deverão apresentar, apenas em relação ao imóvel, o documento de inexistência de débito concernente aos responsáveis pela execução das obras, por ocasião da averbação da construção do prédio ou de qualquer das unidades autônomas (D.L. 1.958, de 09-09-82, artigo 20, 11, com a nova redação do artigo 1.º do D.L. 2.038, de 29-6-83 e seu § 3.º). Artigo 3.º - Fica revogado o parágrafo único do artigo 2.º do Provimento 11/82, de 30 de novembro de 1982. Artigo 4.º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei. São Paulo, 27 de julho de 1983.

PROVIMENTO N.º 6/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital, considerando que inúmeros documentos levados a registro contêm atos para os quais não há previsão para a cobrança de custas; considerando que os Cartórios adotam, por vezes, critérios diversos para o cálculo das custas, sendo necessária sua uniformização; considerando o que consta do Processo n.º 343/78, determina: Art. 1.º - Os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital adotarão, na cobrança das custas e emolumentos dos atos que forem praticados, as seguintes normas: a) a base de cálculo no registro dos contratos de alienação fiduciária será o valor da abertura do crédito; b) quando o valor de qualquer contrato vier expresso, em moeda estrangeira, sem referência à moeda nacional, a conversão, para o cálculo das custas, será feita pelo câmbio do dia em que apresentado o documento, considerado o valor de compra da moeda estrangeira; c) nos recibos de sinal de venda e compra, a base de cálculo será o valor do sinal dado; d) nos contratos de locação com prazo determinado a base de cálculo será a soma dos alugueres mensais. Se o prazo for indeterminado, cobrar-se-á como se a locação fosse por um ano. Se houver reajuste indexado, considerar-se-á o valor do último mês sem reajuste, multiplicado pelo número de meses; e) quando o documento for apresentado em mais de uma via, as excedentes serão cobradas pelo item X, "a" da Tabela 12 (certidão, pela - Primeira folha), salvo se o documento tiver valor declarado, hipótese em que só será cobrado um registro; f) os documentos anexos aos contratos serão cobrados pelo item V da Tabela 12 (averbação). Nenhum valor será acrescido no entanto, em relação aos cinco primeiros anexos; g) as traduções que acompanharem os documentos em língua estrangeira serão consideradas sem valor declarado; h) nos contratos de "leasing", a base de cálculo será o produto de prestação inicial pelo número de meses; i) nas cessões de crédito, a base de cálculo será o valor do crédito cedido, sem qualquer acréscimo; j) serão cobrados pelo item V da Tabela 12 (averbação) os aditivos de contratos de crédito, para substituição da garantia; l) nos aditivos de prorrogação de prazo para pagamento, a base de cálculo será o valor que exceder o do contrato aditado; m) nos contratos de garantia, como os de fiança, caução, depósito, vinculadas a contratos de abertura de crédito, o registro será cobrado pelo item V da Tabela 12 (averbação), seja ou não simultânea sua apresentação; n) no registro de cessão de quotas de pessoa jurídica será cobrado o mesmo preço do item VIII da Tabela 12, considerado o valor da transferência; o) no aumento do capital social será cobrado o mesmo preço do item VIII da Tabela 12, considerado o valor da diferença entre o antigo e o novo. Art. 2.º - Este provimento entra em vigor na data de sua publicação. Remeta-se cópia à Egrégia Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 23 de agosto de 1983.

PROVIMENTO N.º 7/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da V Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital, considerando a necessidade de disciplinar a retificação, pelos Cartórios, de erros nos protestos tirados, determina: Art. 1.º - Os Cartórios de Protesto devem, independentemente de despacho judicial, de ofício ou a requerimento do interessado, averbar a retificação de erros cometidos no protesto de títulos quanto à identidade ou endereço do devedor, nome do endossatário ou outros dados, desde que, a critério do Tabelião e sob sua responsabilidade, não impliquem na nulidade do protesto. Art. 2.º Para a retificação será indispensável a apresentação do instrumento eventualmente expedido e de documentos que comprovem o erro, para arquivamento. Art. 3.º - Não serão devidas custas e emolumentos pela averbação referida no art. 1.º. Art. 4.º - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação. Encaminhem-se cópias aos Cartórios e à E. Corregedoria Geral da Justiça. São Paulo, 14 de setembro de 1983.

PROVIMENTO N.º 8/83

O DR. NARCISO ORLANDI NETO, Juiz de Direito da 1.ª Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Protesto da Capital. Considerando que a retirada de cheques de pagamento, instrumentos de protesto e títulos só pode ser feita com a entrega, em Cartório, do "boleto" de apresentação do título; Considerando que há casos em que o apresentante do título afirma extravio do boleto; Considerando a necessidade de disciplinar as retiradas sem a apresentação dos "boletos", para dar segurança aos Cartórios e aos apresentantes, DETERMINA: Art. 1.º - A entrega de cheques de pagamento, instrumentos de protesto e títulos só será feita contra a apresentação dos "boletos" respectivos. Art. 2.º - Tendo sido extraviado o boleto, o apresentante requererá por escrito a retirada, entregando o pedido em Cartório, pessoalmente, ou por seu representante legal. § 1.º - O requerimento, com firma reconhecida, será acompanhado de xerocópia do documento de identidade do apresentante, autenticando-a, no ato, o tabelião ou o escrevente autorizado. § 2.º - Os documentos referidos no § 1.º serão arquivados em Cartório pelo prazo de seis meses. Art. 3.º - Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação. São Paulo, 10 de outubro de 1983.

PROVIMENTO N.º 9/83

O Dr. Narciso Orlandi Neto, Juiz de Direito da 14 Vara de Registros Públicos e Corregedor Permanente dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital, Considerando a existência de documentos cuja registrabilidade na falta de normas explícitas, fica a critério dos Escrivães, ensejando procedimentos não uniformes; Considerando que o Regimento de Custas nem sempre prevê a forma de cobrança de custas e emolumentos em determinados atos, dificultando a adoção de linha uniforme em todos os Cartórios; Considerando a frequência com que alterações de contratos são registradas em Cartório outro que não aquele em que foi o próprio contrato; Considerando a ausência de disciplina para as notificações, o que tem provocado questões administrativas e até judiciais; Considerando, enfim, a necessidade de uniformização dos serviços prestados pelos Cartórios, DETERMINA: Art. 1.º - Os Escrivães dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, quando da apresentação de documentos que, por qualquer motivo, não devam ser registrados, antes de devolvê-los, tomarão as seguintes providências: a - anotarão, em todas as vias, por carimbo, o recebimento para exame; h - extrairão uma xerocópia do documento, remetendo-a ao Juiz Corregedor Permanente, com as razões da recusa do registro; e - comunicarão o ocorrido imediatamente aos demais Cartórios juntando cópia do documento e expondo as razões da recusa. Os outros Cartórios obrigatoriamente também recusarão o documento, ou comunicarão ao Juízo as razões da sua aceitação no caso de ter sido efetuado o registro. Art. 2.º - Recebendo a cópia do documento, o Juízo poderá ouvir os outros Escrivães, que então opinarão sobre a possibilidade do registro. Art. 3.º - A decisão que for proferida será transmitida aos Cartórios, determinando-se, se for o caso o cancelamento do registro que, não obstante as providências referidas, tenha sido feito em algum deles. Art. 4.º - O mesmo procedimento será adotado para os documentos cujos apresentantes não concordem com O cálculo das custas e emolumentos. Art. 5.º - O disposto nos artigos 1.º e 3.º não se

aplicará às hipóteses em que o apresentante requeira, desde logo, a suscitação de dúvida. Art. 6.º - Os Escrivães recusarão os documentos que, de qualquer forma, alterem contratos registrados em outros Cartórios da Comarca da Capital. Parágrafo único - Se no documento não houver alusão ao eventual registro do contrato, exigirão declaração do apresentante de que não houve registro. Art. 7.º - As notificações previstas no art. 160 da Lei de Registros Públicos serão efetuadas apenas com documentos ou papéis registrados, não se admitindo a anexação de objetos de qualquer espécie. Art. 8.º - Nenhuma certidão das notificações será fornecida antes do perfazimento do registro. Parágrafo único - Considera-se perfeito o registro da notificação após a necessária averbação do cumprimento da diligência, ou da impossibilidade de sua realização. Art. 9.º - A primeira diligência não excederá o prazo de 15 dias, contados da data da apresentação da notificação em Cartório. Decorridos 30 dias e realizados, no mimo, três diligências, será obrigatória a averbação a que se refere o parágrafo único do art. 8.º. Parágrafo único - O Cartório poderá, por carta com aviso de recebimento, convocar o notificando a comparecer à Serventúria para tomar ciência da notificação, sem prejuízo do cumprimento dos prazos previstos no "Caput". Art. 10 - Em não sendo encontrado o destinatário, ou na impossibilidade de lhe ser entregue o documento poderá o Cartório, desde que o requeira o apresentante, enviar a notificação pelo Correio, com aviso de recebimento, circunstâncias que constarão do certificado negativo. Art. 11 - As notificações de que tratam os artigos 32 e 49 da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, terão caráter itinerante. Se o notificando não for encontrado, poderá o encarregado das diligências estendê-las a outra Comarca, desde que consinta o requerente, responsabilizando-se pelas despesas. Parágrafo único - Dos certificados constarão todas as diligências feitas, com menção expressa da procura do notificando no endereço declarado e no lote objeto do contrato. A publicação dos editais a que se refere o § 2.º do art. 49 da Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, não é da competência do Registro de Títulos e Documentos. Art. 12 - As demais notificações a serem feitas fora da Comarca da Capital deverão ser requeridas por escrito, responsabilizando-se o interessado, expressamente, por todas as despesas que o Cartório remetente for obrigado a fazer. § 1.º - Para a realização da notificação, além do registro na Comarca da Capital, o requerente deverá pagar o registro de todas as despesas necessárias à prática do ato na Comarca destinatária, deixando, para tanto, depósito de valor nunca inferior a duas vezes e meia o valor do registro em São Paulo. § 2.º - Ao receber a notificação em devolução, o Cartório fará a averbação devida e prestará contas ao requerente, fornecendo-lhe os comprovantes das despesas e o recibo do Cartório destinatário, cobrando a diferença ou devolvendo o excesso depositado. As cópias dos documentos referidos e o recibo da devolução do excesso serão arquivados. § 3.º - Eventual reclamação do requerente, relativamente à cobrança feita em outra Comarca será encaminhada ao Juiz Corregedor Permanente da Capital para remessa ao Juiz Corregedor do Cartório. § 4.º - As comunicações de Cartório a Cartório serão feitas por carta com aviso de recebimento. Art. 13 - Para o registro e autenticação dos livros contábeis obrigatórios das sociedades civis (Capítulo XVIII, item 1, "f", e 26 a 30 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça) os Cartórios exigirão, nos termos de abertura e encerramento, as assinaturas de um dos sócios e de um contabilista. Parágrafo único - Os emolumentos relativos aos atos previstos no "caput" serão os mesmos previstos no item III da Tabela 3 do Regimento de Custas, acrescentando-se 20% de custas para o Estado e 20% de contribuição para a Carteira das Serventias. Art. 14 - Este Provimento entrará em vigor na data de publicação. São Paulo, 14 de outubro de 1983.

DECRETO N.º 21.003, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Determina o levantamento e inventário de bens imóveis rurais da Administração Centralizada e Descentralizada do Estado e dá providências correlatas.

André Franco Montoro, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e Considerando a grave crise de desemprego que afeta a população trabalhadora do Estado de São Paulo e a necessidade de envidar todos os esforços para superá-la; Considerando a necessidade de dar plena utilização econômica a todos os imóveis rurais sob a jurisdição das Administrações Centralizada e Descentralizada do Estado, o que poderá constituir apoio adicional significativo aos esforços que o Governo Estadual vem desenvolvendo, em todos os setores, visando a ampliar a oferta de emprego na economia paulista;

Considerando, ainda, que a utilização eficaz das terras da administração do Estado depende de plano fundado em sólidas informações, Decreta:

Art. 1.º - As Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas deverão proceder ao levantamento e inventário dos bens imóveis rurais incorporados ou em processo de incorporação patrimonial, bem como dos que estejam simplesmente sob sua guarda e conservação.

Art. 2.º - O inventário a que se refere o artigo anterior, no qual os imóveis devem ser individualizados, na conformidade do modelo anexo a este decreto, deverá conter as seguintes informações:

I - denominação do imóvel;

II - distrito, município e comarca de situação;

III - superfície total e, se possível, as áreas aproximadas de lavouras, pastagens e florestas;

IV - incorporação ao patrimônio do órgão (data, título, forma, cartório, escritura e registro imobiliário);

V - destinação especial;

VI - utilização efetiva;

VII - descrição sumária das atividades agrícolas, pecuárias e florestais exercidas no imóvel;

VIII - modalidade de exploração do imóvel. Se arrendado ou sob forma indireta de exploração, indicar quem o explora, a dimensão da área explorada e o valor do arrendamento ou da outra espécie de exploração;

IX - descrição de áreas objeto das cessões em comodato ou por outra forma, gratuitas, com indicação dos respectivos cessionários;

X - quantidade de famílias rurais que vivem no imóvel, com indicação do vínculo jurídico que seus membros mantêm com a entidade proprietária (funcionário, servidor, permissionário, arrendatário ou outra espécie de cessionária);

XI - descrição sumária das áreas sem aproveitamento racional;

XII - croqui do imóvel, com indicação de suas vias de acesso e distância da sede do município.

Art. 3.º - Os inventários deverão ser encaminhados pelos Secretários de Estado ao Gabinete Civil do Governador, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste decreto.

Art. 4.º - Os estudos e planos existentes, em execução ou em fase de elaboração, tendo por objetivo a exploração econômica dos imóveis rurais inventariados, deverão ser encaminhados, no mesmo prazo previsto no artigo anterior, instruídos com breve justificativa de sua necessidade e dos meios de executá-los.

Art. 5.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI N.º 3.766, DE 29 DE JUNHO DE 1983

Dá nova redação ao artigo 65 da Lei n.º 440, de 24 de setembro de 1974, alterado pelo inciso XXII do artigo 1.º da Lei n.º 2.252, de 20 de dezembro de, 1979.

Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º - O artigo 65 da Lei n.º 440, de 24 de setembro de 1974, alterado pelo inciso XXII do artigo 1.º da Lei n.º 2.252, de 20 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 65 - Mediante intimação escrita, são obrigados a exhibir os impressos, os documentos e os livros relacionados com o imposto, a prestar informações solicitadas pelo fisco e a não embaraçar a ação fiscalizadora:

I - as pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICM e todos os que tomarem parte nas operações sujeitas ao imposto;

II - os serventuários- da Justiça;

III - os funcionários públicos e servidores do Estado, os servidores de empresas públicas, de sociedades cujo maior acionista seja o Estado, de sociedade de economia mista ou de fundações;

IV - as empresas de transporte e os proprietários de veículos em geral, empregados no transporte de mercadoria, por conta própria u de terceiros, desde que façam do transporte profissão lucrativa;

V - os bancos, instituições financeiras, estabelecimentos de crédito em geral e as empresas seguradoras;

VI - os síndicos, comissários e inventariantes;

VII - os leiloeiros, corretores, despachantes e liquidantes;

VIII - as companhias de armazéns gerais; e

IX - as empresas de administração de bens.

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de junho de 1983.

ANDRÉ FRANCO MONTORO

DECRETO-LEI N.º 2.027, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera a legislação do imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras de curto prazo e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Os rendimentos referidos no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976, auferidos por pessoas físicas e jurídicas não financeiras, ficam sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, como antecipação do devido na declaração de rendimentos, à alíquota de 4% (quatro por cento).

§ 1.º - O disposto neste artigo inclui os rendimentos correspondentes à diferença entre o preço de compra, pelo investidor, e o de eventual revenda de títulos.

§ 2.º - A retenção deve ser efetivada pela pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos.

Art. 2.º - Os resultados obtidos mensalmente por pessoas jurídicas financeiras em suas operações com títulos no mercado aberto ficam sujeitos ao recolhimento antecipado do imposto de renda à alíquota de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, equiparam-se às pessoas jurídicas financeiras as sociedades corretoras e as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

Art. 3.º - O Conselho Monetário Nacional poderá aumentar de até 50% (cinquenta por cento) ou reduzir o percentual previsto nos artigos 1.º e 2.º deste Decreto-lei.

Art. 4.º - Este Decreto-lei entrará em vigor no dia 1.º de julho de 1983, quando ficarão revogados os parágrafos 4.º, 5.º e 6.º do artigo

3.º do Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo artigo 13 do Decreto-lei n.º 1.642, de 7 de dezembro de 1978.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 2.028, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera as tabelas do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - A partir de 19 de julho de 1983, as classes de renda e as alíquotas das tabelas de fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado, constantes dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 1.814, de 28 de novembro de 1980, passam a ser as seguintes.

a) rendimentos do trabalho assalariado:

Classes de renda	Renda Líquida Mensal (Cr\$)	Alíquota
01	Até 144.000	Isento
02	De 144.001 a 221.000	12%
03	De 221.001 a 315.000	16%
04	De 315.001 a 491.000	20%
05	De 491.001 a 790.000	25%
06	De 790.001 a 1.123.000	30%
07	De 1.123.001 a 1.693.000	35%

08	De 1.693.001 a 2.552.000	40%
09	Acima de 2.552.000	45%
b) rendimentos do trabalho não assalariado:		
Classes de renda	Rendimento Bruto Mensal (Cr\$)	Alíquota
01	Até 48.000	Isento
02	De 48.001 a 144.000	10%
03	De 144.001 a 221.000	12%
04	De 221.001 a 315.000	16%
05	De 315.001 a 491.000	20%
06	De 491.001 a 790.000	25%
07	De 790.001 a 1.123.000	30%
08	De 1.123.001 a 1.693.000	35%
09	De 1.693.001 a 2.552.000	40%
10	Acima de 2.552.000	45%

Art. 2.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de, sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 1629 da Independência e 950 da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Delfin Netto

DECRETO-LEI N.º 2.029, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera a legislação do Imposto de renda das pessoas jurídicas e dá outras providências

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Para efeito de determinar o lucro real, a variação cambial das obrigações em moeda estrangeira, ou com cláusula de paridade cambial, que exceder o limite da variação do valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional - ORTN, poderá, à opção da pessoa jurídica, ter o seguinte tratamento:

I - ser computada, total ou parcialmente, como despesa operacional;

II - ser registrada, total ou parcialmente, como acréscimo de custo dos bens do ativo imobilizado ou diferida para posterior amortização.

Parágrafo único - A amortização prevista no item II deverá ser feita em prazo não superior a cinco anos, a partir do período-base correspondente ao exercício financeiro de 1985.

Art. 2.º - Para apuração do lucro inflacionário, não se aplica o disposto no artigo 1.º deste Decreto-lei, computando-se integralmente a variação cambial, inclusive as parcelas diferidas.

Art. 30 - O disposto neste Decreto-lei se aplica no exercício financeiro de 1984, para as pessoas jurídicas com data de encerramento do balanço a partir de 21 de fevereiro e até 31 de dezembro de 1983; e no exercício financeiro de 1985, para as demais pessoas jurídicas.

Art. 4.º - A variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, com cláusula de opção de resgate pela correção cambial, será computada na determinação do lucro real com base no valor reajustado segundo os coeficientes fixados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República ou, se maior, segundo a taxa de câmbio em vigor na data de encerramento de cada período-base.

Art. 5.º - O Ministro da Fazenda poderá baixar os atos necessários à aplicação do disposto neste Decreto-lei.

Art. 6.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 2.030, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera a legislação do imposto, de renda.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, II, da Constituição,

decreta:

Art. 1.º - No período de 1.º de julho de 1983 a 31 de dezembro de 1983, fica acrescido de 10% (dez por cento) o valor da retenção pela fonte pagadora, quando se referir a rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, que constitua antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos:

- a) rendimentos classificados nas cédulas C e D da declaração anual;
- b) juros de caderneta de poupança do Sistema Financeiro da Habitação;
- c) rendimentos de que trata o artigo 2.º deste Decreto-lei;
- d) rendimentos de que trata o Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976 (art. 3.º).

Art. 2.º - Ficam sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 3% (três por cento), as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas, como remuneração por serviços prestados, às sociedades civis de que trata o artigo 1.º, item I, do Decreto-lei n.º 1.790, de 9 de junho de 1980.

§ 1.º - O imposto de renda descontado na forma deste artigo será considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos da beneficiária.

§ 2.º - O disposto neste artigo aplica-se aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 10 de julho de 1983.

Art. 3.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 2.030, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera a legislação do imposto, de renda.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - No período de 1.º de julho de 1983 a 31 de dezembro de 1983, fica acrescido de 10% (dez por cento) o valor da retenção pela fonte pagadora, quando se referir a rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, que constitua antecipação do imposto devido na declaração de rendimentos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos:

- a) rendimentos classificados nas cédulas C e D da declaração anual;
- b) juros de caderneta de poupança do Sistema Financeiro da Habitação;
- c) rendimentos de que trata o artigo 2.º deste Decreto-lei;
- d) rendimentos de que trata o Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976 (art. 3.º).

Art. 2.º - Ficam sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 3% (três por cento), as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas, como remuneração por serviços prestados, às sociedades civis de que trata o artigo 1.º, item I, do Decreto-lei n.º 1.790, de 9 de junho de 1980.

§ 1.º - O imposto de renda descontado na forma deste artigo será considerado antecipação do devido na declaração de rendimentos da beneficiária.

§ 2.º - O disposto neste artigo aplica-se aos pagamentos ou créditos efetuados a partir de 10 de julho de 1983.

Art. 3.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernane Galvêas - Delfim Netto

DECRETO-LEI N.º 2.031, DE 9 DE JUNHO DE 1983

Altera a legislação do Imposto de Renda relativa a instituições financeiras.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Os bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, e empresas de arrendamento mercantil deverão pagar o seu imposto de renda em doze parcelas mensais, segundo as normas estabelecidas no Decreto-lei n.º 1.967, de 23 de novembro de 1982, com as seguintes alterações:

I - nos meses de julho a dezembro que antecederem o início do exercício financeiro, as parcelas do imposto serão pagas sob a forma de antecipação;

II - nos meses de janeiro a abril do exercício financeiro, as parcelas do imposto serão pagas sob a forma de duodécimos;

III - o saldo do imposto devido, de acordo com a declaração de rendimentos, depois de deduzidas as antecipações e duodécimos efetivamente pagos, será dividido em duas quotas iguais a serem pagas nos meses de maio e junho do exercício financeiro;

IV - as parcelas do imposto serão pagas até o último dia útil de cada mês.

Art. 2.º - Cada parcela de que tratam os itens I e II do artigo 1.º deste Decreto-lei será igual a 1/12 do imposto e adicional devidos pelo contribuinte no exercício financeiro em que se deva iniciar o pagamento das antecipações, expressos em número de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Parágrafo único - À opção da pessoa jurídica, as parcelas relativas aos meses de janeiro a abril do exercício financeiro (art. 1.º, item II) poderão ser calculadas, em número de ORTN, à razão de 1/6 do imposto e adicional incidente sobre o lucro real do exercício, depois de diminuídas as parcelas pagas na forma do item I do artigo 1.º.

Art. 3.º - O pagamento das antecipações do imposto relativo ao exercício financeiro de 1984 será efetuado a partir do mês de julho de 1983.

Art. 4.º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 9 de junho de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ernaue Galvêas - Delfim Netto

DECRETO N.º 2.050, DE 02 DE AGOSTO DE 1983

Revoga o Decreto-Lei n.º 865, de 12 de setembro de 1969, que declarou o Município de Santos, no Estado de São Paulo, de interesse da segurança nacional e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, item I, da Constituição Federal, ouvido o Conselho de Segurança Nacional;

Tendo em vista a existência de determinação presidencial no sentido de serem ultimados os trabalhos concernentes à reavaliação dos municípios que devam ser considerados de interesse da segurança nacional, e

Considerando que, no tocante ao Município de Santos, Estado de São Paulo, os estudos preliminares já indicaram a conveniência e oportunidade de excluí-lo daquela caracterização, o que vem* ao encontro de propósito anteriormente manifestado pelo Presidente da República, decreta:

Art. 1.º - Fica revogado o Decreto-lei n.º 865, de 12 de setembro de 1969, que declarou o Município de Santos, no Estado de São Paulo, de interesse da segurança nacional.

§ 1.º - O disposto neste artigo terá eficácia a partir da posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos.

§ 2.º - Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria.

Art. 2.º - A Justiça Eleitoral disporá sobre a eleição e posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Santos, Estado de São Paulo, cujos mandatos findarão juntamente com os dos Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos em 15 de novembro de 1982.

Art. 3.º - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília - DF, 02 de agosto de 1983, 162.º da Independência e 95.º da República.

AURELIANO CHAVES

Ibrahim Abi-Ackel - Danilo Venturini.

LEI N.º 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1988

Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula a sua expedição o dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A Carteira de Identidade emitida por órgãos de identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios tem fé Pública e validade em todo o território nacional.

Art. 2.º - Para a expedição da Carteira de Identidade de que trata esta Lei não será exigida do interessado a apresentação de qualquer outro documento, além da certidão de nascimento ou de casamento.

§ 1.º - A requerente do sexo feminino apresentará obrigatoriamente a certidão de casamento, caso seu nome de solteira tenha sido alterado em consequência do matrimônio.

§ 2.º - O brasileiro naturalizado apresentará o Certificado de Naturalização.

Art. 3.º - A Carteira de Identidade conterá os seguintes elementos:

- a) Armas da República e inscrição "República Federativa do Brasil";
- b) nome da Unidade da Federação;
- c) identificação do órgão expedidor.
- d) registro geral no órgão emitente, local e data da expedição;
- e) nome, filiação, local e data de nascimento do identificado, bem como, de forma resumida, a comarca, cartório, livro, folha e número do registro de nascimento;
- f) fotografia, no formato 3x4 em, assinatura e impressão digital do polegar direito do identificado;
- g) assinatura do dirigente do órgão expedidor.

Art. 4.º - Desde que o interessado o solicite, a Carteira de Identidade conterá, além dos elementos referidos no art. 3.º desta Lei, os números de inscrição do titular no Programa de Integração Social PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 1.º - O Poder Executivo Federal poderá aprovar a inclusão de outros dados opcionais na Carteira de Identidade.

§ 2.º - A inclusão na Carteira de Identidade dos dados referidos neste artigo poderá ser parcial e dependerá exclusivamente da apresentação dos respectivos documentos comprobatórios.

Art. 5.º - A Carteira de Identidade do português beneficiado pelo Estatuto da Igualdade será expedida consoante o disposto nesta Lei, devendo dela constar referência à sua nacionalidade e à Convenção promulgada pelo Decreto n.º 70.391, de 12 de abril de 1972.

Art. 6.º - A Carteira de Identidade fará prova de todos os dados nela incluídos, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nela tenham sido mencionados.

Art. 7.º - A expedição de segunda via da Carteira de Identidade será efetuada mediante simples solicitação do interessado, vedada qualquer outra exigência, além daquela prevista no art. 2.º desta Lei.

Art. 8.º - A Carteira de Identidade de que trata esta Lei será expedida com base no processo de identificação datiloscopia.

Art. 9.º - A apresentação dos documentos a que se refere o art. 2.º desta Lei poderá ser feita por cópia regularmente autenticada.

Art. 10 - O Poder Executivo Federal aprovará o modelo da Carteira de Identidade e expedirá as normas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 11 - As Carteiras de Identidade emitidas anteriormente à vigência desta Lei continuarão válidas em todo o território nacional.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel - Hélio Beltrão

EMENTÁRIO - 10-10-1983
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Vínculo empregatício entre esposa e marido, para o fim de obter benefício previdenciário - Precedente do TFR. A inexistência de dispositivo legal vedando a filiação à previdência da mulher empregada do marido titular de firma individual, decorre da sua desnecessidade, uma vez que se trata de situação antijurídica. Pode-se admitir a relação de emprego entre cônjuges, quando se trata de estabelecimento e a prestação de serviço se estende por longo tempo. Se o emprego em firma individual durou apenas o tempo necessário à obtenção da aposentadoria previdenciária, fica evidente o artifício. (TFR - 3.º T.; Ap. em MS n.º 97.327-SC; rel. Min. Carlos Madeira.

PREVIDENCIÁRIO - Benefício - Dupla aposentadoria - Concessão. Servidor público aposentado que contribuiu obrigatoriamente com a Previdência Social, faz jus ao benefício da aposentadoria previdenciária, eis que preenchidos os requisitos exigidos em lei. - O fato de gozar de aposentadoria estatutária não o impede de ser aposentado pela previdência, visto ser tal benefício uma contraprestação pelas contribuições pagas pelo mesmo - Apelo impróprio. - Sentença mantida. (TFR - 34 T.; Ap. em MS n.º 95.034-MG; rei. Min. Fláquer Scartezini.

Moedas	Cr\$
Dólar dos Estados Unidos	842,00
Dólar Convênio.....	842,00
Baht Tailandês	36,796
Balboa Panamenhi	846,66
Bolívar Venezuelano	66,719
Coroa Dinamarquesa	88,972
Coroa Norueguesa	114,57
Coroa Sueca	107,85
Coroa Tcheca.....	131,27
Dinar Iraquiano.....	2.735,05
Dinar Iugoslavo	7,6358
Dólar Australiano	773,39
Dólar Canadense	687,01
Dólar de Hong-Kong	108,51
Dólar Neozelandês	561,32
Dólar de Trindade e Tobago	351,45
Dracma Grego	9,1383
Escudo Português	6,7679
Florim Holandês	286,52
Florim. das Antilhas Holandesas	470,36
Forint.....	18,937
Franco Belga	15,781
Franco Francês.....	105,40
Franco Luxemburguês	15,960
Franco Suíço	393,88
Ien Japonês	3,6128
Lempira Hondurenha	423,33
Libra Egípcia	1.030,00
Libra Esterlina	1.265,69
Libra Irlandesa	1.012,08
Lira Italiana.....	0,52883
Marco Alemão.....	320,58
Marco Finlandês	149,08
Novo Dólar de Formosa	21,087
Novo Peso Uruguaio.....	22,802
Peseta, Espanhola	5,5684
Peso Mexicano.....	5,3416
Rand da África do Sul	740,80
Renminbi	425,94
Rublo.....	1.104,06

Rúpia Indiana	82,801
Rúpia Paquistanesa	63,147
Shekel (Libra Israelense)	10,436
Sol Peruano	0.40629
Xelim Austríaco.....	45,778
Zloty.....	8,8664

OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL

(Coeficientes de Correção Monetária)

Portaria Interministerial SEPLAN/MF n.º 137, de 29 de setembro de 1983, do Chefe da Secretaria de Planejamento, da Presidência da República e da Fazenda.

Os Ministros de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Fazenda, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nas Leis n.º 4.357, de 16 de julho de 1964, e 6.423, de 17 de junho de 1977, resolvem:

Fixar, para o mês de outubro de 1983, em:

1. 589,749 (quinhentos e oitenta e nove virgula setecentos e quarenta e nove) o coeficiente de correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN;
2. 9,5% (nove e meio por cento) o acréscimo referente à correção monetária aplicável às ORTN;
3. 5.897,49 (cinco mil, oitocentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e nove centavos) o valor de cada ORTN.

Coeficiente de correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - Outubro de 1983.

EVOLUÇÃO MENSAL DO COEFICIENTE DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL (ORTN)

ANO	JAN. DEZ.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.
1964	1,000									1,000	1,000
1965	1,130	1,130	1,130	1,340	1,340	1,340	1,520	1,520	1,570	1,590	1,605
1966	1,630	1,660	1,705	1,730	1,760	1,828	1,909	1,987	2,043	2,101	2,218
1967	2,269	2,323	2,378	2,428	2,464	2,50 L	2,546	2,618	2,684	2,725	2,757
1968	2,796	2,848	2,898	2,940	2,983	3,039	3,120	3,209	3,281	3,341	3,388
1969	3,495	3,562	3,627	3,691	3,743	3,801	3,848	3,900	3,927	3,956	3,992
1970	4,057	4,142	4,235	4,330	4,417	4,467	4,508	4,550	4,620	4,661	4,705
1971	4,761	4,851	4,954	5,051	5,144	5,212	5,264	5,325	5,401	5,508	5,618
1972	5,677	5,736	5,861	5,979	6,077	6,152	6,226	6,309	6,381	6,466	6,575
1973	6,693	6,789	6,846	6,895	6,961	7,007	7,087	7,157	7,232	7,319	7,403
1974	7,497	7,580	7,648	7,712	7,787	7,840	7,907	8,062	8,147	8,269	8,373
	8,510	8,691	8,980	9,375	9,822	10,190	10,410				

	10,541										
1975	10,676	10,838	11,018	11,225	11,449	11,713	11,927	12,131	12,320	12,570	12,843
	13,093										
1976	13,334	13,590	13,894	14,224	14,583	15,017	15,460	15,855	16,297	16,833	17,440
	17,968										
1977	18,365	18,683	19,051	19,483	20,045	20,690	21,380	21,951	22,401	22,715	23,030
	23,374										
1978	23,832	24,335	24,899	25,541	26,287	27,088	27,904	28,758	29,557	30,329	31,049
	31,844										
1979	32,682	33,420	34,197	35,051	36,364	37,754	39,010	40,071	41,224	42,880	44,847
	46,871										
1980	48,783	50,833	52,714	54,664	56,686	58,613	60,489	62,425	64,423	66,356	68,479
	70,670										
1981	73,850	77,543	82,583	87,786	93,053	98,636	104,554		110,827		117,255
	123,939		131,004		138,209						
1982	145,396		152,666		160,299		168,314		177,571		187,337
	197,641		209,499		224,164		239,855		256,645		273,327
1983	291,093		308,559		329,232		358,863		391,161		422,454
	455,405		496,391		538,584		589,749				

COEFICIENTES DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Débitos para com a Fazenda Nacional - Outubro/83

PORTARIA N.º 28, DE 30 DE SETEMBRO DE 1983

O Coordenador do Sistema de Arrecadação e o Coordenador da Dívida Ativa da União, no uso da competência que lhes confere a Portaria SRF/PGFN n.º 324, de 24 de junho de 1980, e tendo em vista o disposto na Portaria n.º 278, de 24 de junho de 1980, do Ministro da Fazenda, resolvem: Aprovar a anexa Tabela Prática de Coeficientes de Correção Monetária Aplicáveis a Débitos para com a Fazenda Nacional com vigência para o mês de outubro de 1983 (D.O.U., 03-10-83, p. 16.912, Seção I).

Coeficiente de correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - Outubro de 1983.

EVOLUÇÃO MENSAL DO COEFICIENTE DAS OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOIRO NACIONAL (ORTN)

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.
	DEZ.										
1983	2,026	1,911	1,791	1,643	1,508	1,396	1,295	1,188	1,095	1,000	
1982	3,863	3,679	3,504	3,321	3,148	2,984	2,815	2,631	2,459	2,298	2,158
	2,026										
1981	7,605	7,141	6,718	6,338	5,979	5,641	5,321	5,030	4,758	4,502	4,267
	4,056										
1980	11,602	11,188	10,789	10,404	10,062	9,750	9,447	9,154	8,888	8,612	8,345
	7,986										
1979	13,286	13,286	13,286	12,089	12,089	12,089	12,089	12,089	12,089	12,089	12,089
	12,089										
1978	18,581	18,581	18,581	17,094	17,094	17,094	15,861	15,861	15,861	14,785	14,785
	14,785										
1977	24,251	24,251	24,251	22,824	22,824	22,824	21,749	21,749	21,749	20,298	20,298
	20,298										
1976	33,536	33,536	33,536	30,791	30,791	30,791	28,228	28,228	28,228	26,608	26,608
	26,608										
1975	43,461	43,461	43,461	41,236	41,236	41,236	38,879	38,879	38,879	36,449	36,449
	36,449										
1974	57,726	57,726	57,726	50,871	50,871	50,871	48,550	48,550	48,550	46,181	46,181
	46,181										
1973	68,389	68,389	68,389	66,575	66,575	66,575	64,303	64,303	64,303	61,909	61,909
	61,909										

1972	77,456	77,456	77,456	75,183	75,183	75,183	73,152	73,152	73,152	70,831	70,831
	70,831										
1971	94,115	94,115	94,115	88,445	88,445	88,445	84,262	84,262	84,262	81,240	81,240
	81,240										
1970	112,200	112,200	112,200	112,200	112,200	112,200	108,888	108,888	108,888	108,888	108,888
	102,625	102,625	102,625	102,625	102,625	102,625	98,479	98,479	98,479	98,479	98,479
1969	132,921	132,921	132,921	132,921	132,921	132,921	129,850	129,850	129,850	129,850	129,850
	122,403	122,403	122,403	122,403	122,403	122,403	116,045	116,045	116,045	116,045	116,045
1968	161,536	161,536	161,536	161,536	161,536	161,536	153,001	153,001	153,001	153,001	153,001
	145,530	145,530	145,530	145,530	145,530	145,530	138,494	138,494	138,494	138,494	138,494
1967	198,010	198,010	198,010	198,010	198,010	198,010	189,329	189,329	189,329	189,329	189,329
	182,015	182,015	182,015	182,015	182,015	182,015	173,783	173,783	173,783	173,783	173,783
1966	260,886	260,886	260,886	260,886	260,886	260,886	239,887	239,887	239,887	239,887	239,887
	223,155	223,155	223,155	223,155	223,155	223,155	210,389	210,389	210,389	210,389	210,389
1965	341,049	341,049	341,049	341,049	341,049	341,049	326,034	326,034	326,034	326,034	326,034
	312,277	312,277	312,277	312,277	312,277	312,277	294,542	294,542	294,542	294,542	294,542
1964	-	-	-	518,386	518,386	518,386	518,386	518,386	518,386	458,750	458,750
	458,750	458,750	458,750	388,855	388,855	388,855	388,855	388,855	388,855	388,855	388,855

Até dez./82, esta tabela está calculada considerando o valor da ORTN do mês seguinte ao do vencimento de débito a que se aplica. A partir de jan/83, considera a ORTN do próprio mês do vencimento do débito, conforme art. 23 do D.L. 1.967/82. Assim sendo:

*Para calcular o valor do débito corrigido, multiplicar o valor do déb. pelo coef. corresp. ao mês/ano do seu vencimento.

*Para calcular o valor da correção monetária, multiplicar o valor do débito pelo coeficiente diminuído de 1,000.

*Valor da ORTN utilizada = 5.897.49.

Divisão de Administração de Carteiras Autônomas
Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado
Tabela de Remuneração - Base a partir de 01/11/83
Decreto Estadual n.º 16.904 de 20/04/81, pub. D.O.E. 21/04/81.
Decreto Federal n.º 88.931 de 31/10/83, pub. D.O.E. 01/10/83.
Salário Mínimo - Cr\$ 57.120,00

ENTRÂNCIA ESPECIAL 080 COMARCA/CARGO COMARCA - A Serventuário Oficial
Maior Escrevente Auxiliar DISTRITO - C Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar
REMUNERAÇÃO-BASE S.M. 20,00 12,50 10,00 5,00 13,00 7,00 5,50 4,50 REMUNERAÇÃO
BASE Cr\$ 1.142.400,00
714.000,00 571.200,00 285.600,00 742.560,00 399.840,00 314.160,00 257.040,00
CONTRIBUIÇÃO 8%.
Cr\$ 91.392,00 57.120,00 45.696,00 22.848,00 59.405,00 31.987,00 25.133,00 20.563,00
3.ª ENTR. 081 COMARCA - A Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar MUNICÍPIO - B
Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar DISTRITO - C Serventuário Oficial Maior Escrevente
Auxiliar 14,507,506,505,00 13,007,005,504,50 12,006,505,004,00

828.240,00 428.400,00 371,280,00 285.600,00 142.560,00 399,840,00 314.160,00 257.040,00 685.4
40,00 371,280,00 285,600,00 228.480,00

66.259,00 34.272,00 29.702,00 22.848,00 59.405,00 31.987,00 25.133,00 20.563,00 54.835,00 29.70
2,00 22.848,00 18,278,00
2.ª ENTR. 082 COMARCA - A Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar MUNICÍPIO - B
Serventuário Oficial Maior Escrevente Auxiliar DISTRITO - C Serventuário Oficial Maior Escrevente
Auxiliar 12,007,005,504,50 11,506,505,00 4,00 10,005,504,50 3,50

685.440,00 399,840,00 314.160,00 257.040,00 656.880,00 371,280,00 285.600,00 228.480,00 571,2
00,00 314.160,00 257.040,00 199 920,00



Thesaurus Registral, Notarial e Imobiliário

ASSOCIAÇÃO DE SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

NEAR - Núcleo de Estudos Avançados de Registro de Imóveis Eletrônico.

Organização: Sérgio Jacomino.

54.835,0031.987,0025.133,0020.563,0052.550,0029.702,0022.848,0018.278,0045.696,0025.13
3,0020.563,0015.994 00

1.ª ENTR.083 COMARCA - A Serventuário Oficial MaiorEscrevente AuxiliarMUNICÍPIO - B
ServentuárioOficial MaiorEscreventeAuxiliar DISTRITO - C ServentuárioOficial Maior Escrevente
Auxiliar 10,00 6,00 5,00 4,008,50 5,50 4,50 3,508,00 5,00 4,00 3,00

571.200,00342.720,00285.600,00228.480,00485.520,00314.160,00257.040,00199.920,00456.9
60,00285.600,00228.480,00171.360,00

45.696,0027.418,0022.848,0018.278,0038.842,0025.133,0020.563,0015..994,0036.557,0022.84
8,0018.278,0013.799,00
